ROLLO

1493

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1493 SI)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 04 de julio de 1996.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1995.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.Nro. 9508101

Ref. a: Programa nuclear brasileño. Fs. 01/05.

OPERARIO/S: Sdo.1ra. Marlene Silva y Sdo.1ra.Sonia Melio.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: / / / / / / / / / / / / / /

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del A.G.I.I.

CONTROL: Personal del A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto.1ro. Efrain Silva

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel. Pedro Barneix.

Documentos D.G.I.D

Año 1995

DELÍRIO ATÔMICO

Programa nuclear só produz ácido sulfúrico

Duas décadas e US$ 12 bilhões depois, "negócio do século" vira sucata e vai a leilão

JOSÉ CASADO

Era o "negócio do século". Para o Brasil, que comprava. Para a Alemanha, que vendia. E foi, realmente. Mas só para os bancos e a indústria alemã de equipamentos, que se livrou da bancarrota.

Passaram-se 20 anos. Foram gastos US$ 12 bilhões, pelos cálculos oficiais. Hoje, tudo o que o Acordo Nuclear Brasil—Alemanha consegue produzir é ácido sulfúrico — um líquido corrosivo vendido em farmácias de manipulação (R$ 19 o litro). A tecnologia de produção desse ácido é conhecida desde 1875. No Brasil foi dominada 105 anos atrás.

A fábrica estatal montada em Poços de Caldas (MG), ao lado da mina de urânio, acabou de vender 200 mil toneladas do ácido para entrega nos próximos 24 meses. "Estamos tentando salvar alguma coisa do programa nuclear e esse é o melhor resultado alcançado, até agora", conta o presidente das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), Roberto de Franca. Há 24 meses, ele gerencia os restos daquilo que era o pedaço mais importante do acordo nuclear, o ciclo de fabricação do combustível.

O País continua pagando anualmente meio bilhão de dólares pelo pacote alemão, com oito usinas nucleares. Juntas, teriam capacidade igual a duas hidrelétricas de Itaipu. Dele, porém, nunca se conseguiu extrair um único quilowatt de energia.

"Mas, se as oito usinas estivessem funcionando, estaríamos também com um problema sério — um enorme excesso de energia", observa o secretário de Energia de São Paulo, David Zylbersztajn. "O País teria mais 10,4 mil megawatts instalados e ociosos, com dezenas de bilhões de dólares empatados."

O programa nuclear brasileiro foi, em boa medida, produto de uma rotina nos planos energéticos nacionais, na qual o consumo é superestimado, já os prazos e os custos ficam subestimados.

> **FURNAS MARCA A RETOMADA DO PROJETO DA USINA ANGRA II PARA ESTA SEMANA**

Ele resultou, principalmente, de uma associação de interesses empresariais, internos e externos, com os dogmas da segurança nacional criados pelo regime militar. Terminou como um fiasco. Sem paralelo.

Encontra-se enterrado, literalmente. No imenso buraco aberto para as obras da usina Angra II, em Angra dos Reis (RJ). Alguns pedaços foram montados e estão sendo vendidos como sucata. Outros nem sequer saíram do caixote: há equipamentos espalhados há mais de 15 anos nos armazéns de três portos, na rota Rio—Hamburgo. A guarda custa em média US$ 40 milhões anuais.

Há quem deseje sua ressurreição, a partir desta semana. A estatal Furnas Centrais Elétricas marcou para quinta-feira, no Rio, a abertura das propostas para conclusão da usina Angra II.

Significa a abertura de uma nova conta de gastos nucleares sobre o futuro imediato, sem que se tenha a contabilidade do passado recente: até hoje, nem o governo sabe exatamente quanto dinheiro foi despejado no buraco de Angra II.

Furnas, a responsável pelo projeto, estima gastos realizados de US$ 4,7 bilhões. A Eletrobrás e o Tribunal de Contas da União (TCU) entendem que Angra II já custou 40% mais, por conta de empréstimos

Furnas calcula que gastando mais US$ 1,3 bilhão, faria Angra II funcionar em 1999. Há dúvidas. "O que temos aí é um lobby pela ressurreição do programa nuclear", acha Zylbertszajn.

Dois anos atrás, ele coordenou um estudo da Universidade de São Paulo sobre Angra II: "Esse dinheiro seria realmente suficiente? Já se gastou uma enormidade, outro tanto deve ser gasto? O País estaria apenas voltando a financiar a indústria alemã de equipamentos nucleares, que viu fracassar suas expectativas."

> **PAÍS GASTA US$ 40 MILHÕES POR ANO PARA GUARDAR EQUIPAMENTOS EM CAIXOTES**

O emblema do fracasso do acordo Brasil—Alemanha está nas 40 mil toneladas de equipamentos espalhados entre São Paulo e Rio, em galpões da INB. Sem ter o que fazer com boa parte deles, a estatal começou o desmonte para venda. Como sucata.

Já fez isso com pedaços não-contaminados do seu depósito de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo, onde processava e guardava materiais radioativos.

Agora, prepara-se para liquidar como ferro-velho 40% da usina de enriquecimento de urânio instalada em Resende (RJ). É ali que está o núcleo do negócio feito com a Alemanha: a tecnologia de enriquecimento de urânio por jato centrífugo (jet nozzle), comprada por US$ 450 milhões. "Em termos físicos, só dá para se aproveitar 65% das peças", diz o presidente da INB.

Na aquisição dessa tecnologia estava a essência das motivações políticas que levaram o general Ernesto Geisel ao acordo com o chanceler Helmut Schmidt, naquele junho de 1975. Pouco se sabe da história dessa negociação política, uma das mais importantes dos últimos tempos.

A operação começou sete anos antes, no governo do general Arthur da Costa e Silva. O regime militar fechara o Congresso, suspendera a Constituição, torturava presos e censurava a imprensa.

Em 1968, aconteceram as sondagens. O chanceler alemão Willy Brandt veio ao Brasil com uma proposta de "ampla cooperação". Ao chegar, deu uma entrevista na qual induziu a formulação de uma pergunta sobre a disposição da Alemanha de exportar a tecnologia de produção. E respondeu com um "sim". Era o sinal [illegible]

No outono seguinte, três alemães desembarcaram no Rio: Alfred Boettchar, diretor do Instituto de Pesquisas Atômicas de Juelich, Hans Joos e Klaus Wagner, diretores dos centros nucleares de Hamburgo.

Os cientistas conversaram, principalmente, com Otacílio Nunes, diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Voltaram levando algo mais na bagagem: um acerto para vender ao Brasil um reator de 500 megawatts, por US$ 350 milhões.

A *Rádio Havana*, de Cuba, definiu as gestões como proposta alemã ao Brasil para parceria em experiências nucleares, proibidas na Alemanha desde a Segunda Guerra.

O governo dos Estados Unidos resolveu intervir. Mandou ao País Glenn Seaborg, presidente da Comissão de Energia Nuclear.

Na passagem de Seaborg ficou claro que havia um conflito de interesses políticos e comerciais. Os EUA só se dispunham a fornecer ao Brasil usinas do tipo "chave-na-mão". Negavam tecnologia, com o argumento da não-proliferação de armas nucleares. O governo militar aceitou negociar a compra de uma usina americana, do grupo Westinghouse (atual Angra I).

Mas os militares queriam mais. [D]esejavam pleno domínio do ciclo de enriquecimento de urânio. É a etapa na qual se obtém plutônio, usado para produzir energia e ogivas.

Dias depois, os militares receberam Gerhardt Stoltenberg, vice-ministro alemão de Pesquisas Científicas. Definiram a assinatura do protocolo de "cooperação" que tinham acertado com Willy Brandt. Assim, a missão Seaborg fracassou em um aspecto: *não conseguiu impedir a "cooperação" Brasil—Alemanha.*

Iniciou-se um xadrez diplomático. A cada movimento para um contrato com a Westinghouse, os militares faziam outros na direção alemã.

O Itamaraty ficava repetindo a opção do País pela "pesquisa, produção e utilização" da energia atômica, incluindo "artefatos explosivos nucleares para fins pacíficos". Nos bastidores, negociava-se compra de tecnologia da Alemanha.

Assim, em 1972, quando o governo do general Emílio Médici assinou o contrato com a Westinghouse, a Aeronáutica já tinha definido 4,4 milhões de hectares no Sul do Pará como área para testes nucleares.

Vinte meses depois, quando começavam as fundações de Angra I, os militares anunciavam uma expansão da "cooperação" entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Instituto de Pesquisas de Juelich.

Na época, a cidade-laboratório de Juelich dedicava-se 24 horas por dia às experiências com um novo processo de enriquecimento de urânio — o do jato centrífugo. Começava uma crise mundial, a dos preços do petróleo.

Uma das primeiras decisões do presidente Ernesto Geisel ao assumir, em 1974, foi criar a Nuclebrás (atual INB). Ato contínuo, acelerou as gestões com a Alemanha.

Geisel gastou muito pouco tempo para fazer um acerto com o chanceler Helmut Schmidt. Há evidências de que no início de fevereiro — ou seja, quatro meses antes da assinatura (em 27 de junho de 1975) — as 44 páginas do acordo governamental já estavam escritas e traduzidas. Faltavam apenas os contratos comerciais com os grupos Siemens, KAW, Dresdner e Deutsch Bank.

A tecnologia paga pelo Brasil era do enriquecimento de urânio por jato centrífugo. Inédita. Há indícios de que decidiu-se a compra apenas com amostras de espectrômetros (medidores da massa dos átomos), onde só apareciam traços do enriquecimento. Nunca se produziu um único miligrama.

Era intensa a pressão de Washington. A Casa Branca despachava sucessivos emissários a Brasília e Bonn, para impedir o acordo, o "negócio do século", como definiu o diário econômico *General Anziger*. Envolvia quantidade de dinheiro só comparável aos gastos feitos em uma década de pesquisas nucleares civis em países como a França.

Do lado brasileiro, alternavam-se euforia, paranóia e cautela. Exemplo desse clima no governo está no relatório reservado 238 da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, de junho de 1975.

Ele fala de uma suposta "infiltração" de comunistas em Itaipu para sabotar a hidrelétrica. Menciona, também, "técnicos treinados pela CIA" em Angra I para sabotar "o funcionamento do gerador".

A hidrelétrica de Itaipu sempre produziu sem problemas. Já o gerador da Westinghouse tem tido problemas sucessivos, que a empresa americana sempre classificou como incomuns. Angra I conquistou o apelido de "vagalume": de vez em quando acende — e logo apaga.

Washington ampliou ainda mais as pressões, nos meses seguintes à assinatura do acordo. A cada dia ficava mais visível a multiplicidade de interesse nuclear dos militares.

Exército, Marinha e Aeronáutica começaram a discutir projetos atômicos próprios. "Por causa do acordo com o Brasil, os EUA suspenderam todos os fornecimentos de urânio para a Alemanha", registrou o chanceler Schmidt no seu livro de memórias (*Men and Powers, a Political Retrospective*).

Geisel avançava na abertura política. Em certa medida, isso rendeu-lhe mais aliados internos na resistência ao cerco dos Estados Unidos. Mas, aí, começaram a surgir evidências de que a tecnologia alemã não funcionaria. O País ficaria sem o ciclo vital do combustível nuclear.

Os militares abriram laboratórios secretos no Rio e em São Paulo, correndo atrás de técnicas alternativas (enriquecimento a grafite, laser e por ultracentrifugação). Ao assumir o poder, o general João Figueiredo deu-lhes dinheiro e total prioridade. A partir daí, o governo militar entrou no delírio de uma ópera atômica. Símbolo desse momento final do regime, com a evidência do fracasso do acordo com a Alemanha, e de quase todas as pesquisas militares, foi o acordo secreto dos governos Figueiredo e Saddam Hussein, do Iraque. Juntos, encenaram operações nucleares de Brasília a Bagdá, com escala no deserto da Somália.

Apenas na Marinha houve progresso efetivo no enriquecimento de urânio, pelo velho método da ultracentrifugação.

É considerado alternativa real: "Vamos nos adaptar para usar essa tecnologia, se houver decisão de construir Angra II", diz o presidente das Indústrias Nucleares Brasileiras. Porém, a Marinha estacionou seu projeto no governo Itamar Franco. Por causa de pendengas burocráticas na cúpula do ministério, duas centenas de técnicos foram demitidos no ano passado.

Há 20 anos, o Brasil tentou uma aposta política ousada. Por mais questionável que tenha sido, estava assentada em um projeto de desenvolvimento. Houve inúmeros erros. Entre os principais, está o da precipitação na importação de uma tecnologia, sem se saber se ela era viável. Hoje, o País continua somando erros. E paga um preço cada vez mais alto por não ter uma política científica. E, muito menos, um projeto de desenvolvimento.

4/6/95

Fracasso militar custou mais de US$ 2 bilhões

Na última década e meia, Exército, Mari[nha e] Aeronáutica fizeram de tudo para cheg[ar ao] artefato explosivo nuclear para fins pac[íficos,] sofisma predileto dos chefes das Forças A[rmadas]

JOSÉ CASADO

A palavra "artefato" vem do latim (arte factu). Significa "feito com arte" e serve para designar qualquer objeto produzido industrialmente, segundo o dicionário *Aurélio*. "Artefato explosivo nuclear para fins pacíficos" — é o sofisma predileto dos chefes das Forças Armadas. Tem sido usado nos documentos do Itamaraty que definem a posição e os objetivos do Brasil na pesquisa, produção e utilização da energia nuclear.

Na última década e meia, tentou-se um pouco de tudo no País para se chegar ao "artefato". Por exemplo: somente nos últimos 11 anos, gastaram-se mais de US$ 2 bilhões em projetos secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Foi um autêntico delírio atômico, na esteira do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha, que, sem produzir um único quilowatt de energia, já custou US$ 12 bilhões ao Tesouro.

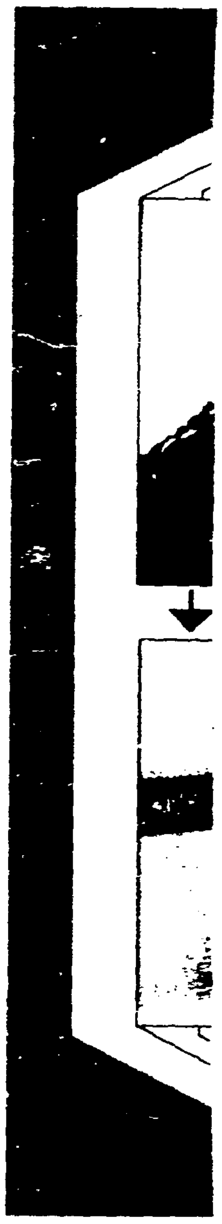
Apenas um desses projetos não fracassou. O da Marinha. Ela conseguiu fazer o enriquecimento de urânio pelo antigo método da ultracentrifugação. Nele, os cofres públicos despejaram US$ 670 milhões até o ano passado.

É do urânio enriquecido que se extrai o plutônio — elemento químico vital à fabricação do "artefato explosivo nuclear". O êxito foi inicial em laboratório. E na escala mínima de 20% de enriquecimento, até agora. Para fabricar explosivos nucleares, é preciso ter urânio enriquecido a 96%.

Era o único caso de avanço real. Até que, no ano passado, uma pendenga burocrática resultou na sua virtual paralisação e ameaça de desmantelamento. A equipe de engenharia foi desarticulada e centenas de técnicos demitidos. Depois de 15 anos, com prioridade absoluta para investimentos, foi rebaixado: só começa a aparecer depois da 17ª previsão de gastos da Marinha neste ano.

É um caso exemplar — e recente — dos prejuízos que o País continua acumulando por insistir em não ter uma política científica e nem mesmo um projeto de desenvolvimento.

A briga nos bastidores da burocracia foi sobre os rumos do projeto. Em alguns momentos teve como foco o projeto de enriquecimento de urânio. Em outros, a razão foi um de seus produtos — a construção do reator para um submarino nuclear nacional.



Seus protagonistas: o almirante Ivan Serpa, ministro da Marinha no governo Itamar Franco, e o vice-almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, que presidia a Coordenadoria de Projetos Especiais (Copesp) da Marinha, órgão responsável pela execução do programa de enriquecimento de urânio. Serpa foi para a reserva. Silva virou consultor.

A disputa teve um pouco de tudo. Na área administrativa, houve desde o despejo de dezenas de funcionários de residências oficiais, até ordens para a desmontagem de cercas no Rio, em terreno dos galpões da Nuclep — a estatal criada para montar as usinas do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha. O programa nuclear fracassou, mas a Nuclep continua.

Até o serviço secreto da Marinha foi envolvido. Meteu-se em operações de vigilância e perseguição de oficiais nas ruas de São Paulo. Um desses episódios virou caso de polícia. Foi em junho de 1993, quando a Polícia Militar paulista deteve dois agentes do Centro de Informações da Marinha (CIM) — a segundo-sargento Kátia de Assis Guimarães e o cabo Marcelo Ferreira Miranda. Armados, seguiam o vice-almirante que presidia a Copesp. O "incidente" acabou no arquivo naval.

Por trás disso tudo está um aparelho chamado ultracentrífuga, que ainda alimenta fantasias na burocracia militar brasileira desde a manhã daquele 6 de agosto de 1945, quando um avião americano B-29 decolou do Arquipélago das Marianas. Lançou uma bomba (ou artefato) atômico. Exterminou, no ato, 80 mil pessoas em Hiroshima, no Japão. Acabou com a Segunda Guerra Mundial e mudou a história.

> APE[...]
> MARI[...]
> NÁ[...]
> FRACA[...]
> CONS[...]
> ENRIQU[...]
> URÂ[...]

É uma centrífuga. Um cilindro oco que recebe urânio em estado gasoso (hexafluoreto), e gira a velocidade supersônica, de até 60 mil rotações por segundo — para efeito de comparação, a turbina de um Boeing na cabeceira da pista de decolagem gira a 13 mil rotações por segundo.

Funciona como se fosse uma superbatedeira, na qual a manteiga vai parar nas bordas. Com o movimento giratório, o gás se distribui dentro do cilindro, ocorrendo a separação dos isótopos. Pela ação da força centrífuga, o urânio mais pesado (elemento químico número 238) é arremetido para a parede do cilindro. O mais leve (235) fica na parte central.

Na primeira vez em que o urânio passa pela série de ultracentrífugas (chama-se "cascata"), sai enriquecido a 5% — um nível de concentração adequado para fins pacíficos e convencionais, como a geração de eletricidade. Esse tipo é usado, por exemplo, na usina nu-

clear Angra I, em Angra dos Reis (RJ), sempre defeituosa.

Na segunda passagem, o urânio já sai enriquecido a 20%. É o nível habitualmente aceito para aplicações em reatores de pesquisa científica e, também em sistemas de propulsão, como os de submarinos. A Marinha só conseguiu chegar a esse limite. Até agora.

Mas é uma questão mais política do que propriamente tecnológica. Porque o enriquecimento do urânio aumenta à medida que ele é repassado no sistema de ultracentrifugação. Quando passa pela terceira vez, já sai com nível de 70%. Na quarta fica com mais de 90%, estágio próprio para seu uso na fabricação de artefatos como bombas e mísseis. "Já temos capacidade para fazer, se houver decisão política", afirma Silva.

A Marinha conta hoje com 935 ultracentrífugas, todas mantidas no centro de pesquisas de Iperó (SP). Uma usina-piloto necessita de pelo menos 8 mil ultracentrífugas.

NAS A
NHA
O
SOU E
GUIU
ECER O
NIO

Desde os anos 50, no governo Getúlio Vargas, os militares correm atrás dessa tecnologia de enriquecimento de urânio. Na época, a Marinha tinha um especialista, o almirante Álvaro Alberto, que comandava o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas.

Ele viajou pelo mundo, em 1952, para comprar tecnologia de enriquecimento de urânio. Na Alemanha encontrou Otto Hahn, que ganhou fama na década de 30 por interpretar o "erro" do italiano Enrico Fermi no enunciado da teoria da fissão nuclear.

O almirante conseguiu garantir a compra de três ultracentrífugas. O governo brasileiro pagou por elas US$ 80 mil — uma fortuna na época —, através do Banco Germânico da América do Sul. O embarque foi confirmado em mensagem ao Itamaraty, via consulado em Hamburgo. Logo depois, tropas do comando de ocupação da Alemanha cercaram o armazém e apreenderam os aparelhos.

O confisco foi pedido pelo comissário americano no Military Board of Security, James Connant, por ordem diretamente transmitida de Washington, do presidente da Comissão de Energia Atômica dos EUA, almirante Lewis Strauss. Foram necessários três anos para liberar as centrífugas. De tecnologia ultrapassada, estão hoje na USP.

Quando o governo Ernesto Geisel fez o Acordo Nuclear com a Alemanha, em junho de 1975, a Marinha começou a discutir seu primeiro projeto atômico secreto: a construção de um navio, baseado em um modelo alemão que leva o nome do cientista Oto Hahn. A negociação foi feita com o fabricante germânico, a Iteratom, que participava do acordo nuclear, na condição de "fabricante de containers".

Quatro anos depois, quando surgiram evidências do fracasso da tecnologia de enriquecimento de urânio por jato centrífugo — que era a viga-mestra desse acordo — as Forças Armadas abriram laboratórios no eixo Rio—São Paulo, atrás de alternativas.

O governo do general João Figueiredo estava começando. Deu prioridade absoluta aos programas militares. A Marinha optou pelo sistema de ultracentrifugação, em cooperação com Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, da USP, que desde 1976 vinha avançando na produção do gás de urânio (hexafluoreto). O Exército partiu para o sistema a grafite, no Rio.

Já a Aeronáutica montou dois projetos, coordenados e simultâneos, nos seus centros de pesquisas em São José dos Campos (SP). Um era do enriquecimento de urânio por laser, chamado Sepila — abreviatura de separação isotópica por laser. O outro era conhecido apenas por seu nome-código — Solimões. No governo Collor surgiram indícios de que o Solimões envolvia, além do objetivo de construir um "artefato", vários subprogramas como instalações de testes na Serra do Cachimbo, em área escolhida pela Aeronáutica desde os anos 70.

SNI CHEGOU A MONTAR NEGÓCIOS COM RAMIFICAÇÃO NO EXTERIOR

"O projeto Solimões era de responsabilidade exclusiva da Aeronáutica", conta o general Danilo Venturini, secretário-executivo do Conselho de Segurança Nacional no governo Figueiredo. Acrescenta: "Podia chegar ao desenvolvimento

de um artefato. Isso não isenta a Aeronáutica. Não quer dizer que não pudesse fazer um artefato. Ela é uma força especializada. Tem especialização em bombas. Mas não quer dizer que chegou a fazer."

"Nossa posição era direta e firme", prossegue. "A diretriz era o desenvolvimento de competência inclusive para a explosão de explosivos nucleares com fins pacíficos. O Brasil se reservava esse direito. Veja, uma coisa é o artefato. Outra coisa é a arma."

O Serviço Nacional de Informações (SNI) operava 6 em cada 10 dólares injetados nesses projetos. E começou a montar negócios internacionais. Em 1984, por exemplo, a Marinha precisava de urânio enriquecido para dar partida nos três primeiros protótipos de ultracentrífugas que acabara de construir. O SNI saiu procurando pelo mundo afora.

Conseguiu da China 220 quilos de urânio com diferentes níveis de enriquecimento (3,5%, 12% e 20%). "Eu recebi 180 quilos, mas não sei a procedência", diz o vice-almirante Silva, que comandava o projeto das ultracentrífugas. O general Venturini diz que não fala sobre isso e se justifica: "Esse é um assunto que envolve governo a governo, do Brasil para a China."

O delírio atômico militar acabaria aproximando os governos Figueiredo e Saddam Hussein. Com estímulo oficial, empresários brasileiros estiveram na Líbia de Muammar Kadafi e no Iraque de Hussein oferecendo armas convencionais e propondo parcerias.

Hussein era o maior fornecedor de petróleo do Brasil no Oriente Médio. No início do governo Figueiredo, impressionado com as possibilidades brasileiras no acordo com a Alemanha, sondou Brasília para obter urânio natural ou escassamente enriquecido, tecnologia de reatores, máquinas e treinamento de técnicos. O SNI, as Forças Armadas e empresários se entusiasmaram.

Primeiro ofereceram ao Iraque 200 toneladas de urânio natural e algum yellow cake (bolo amarelo, do minério concentrado) disponíveis em depósitos da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

As gestões evoluíram para um grande pacote, que envolvia fábrica de mísseis, "artefatos" e reatores nucleares em Bagdá, passando pela exploração de urânio e projeto de construção de uma usina atômica no deserto da Somália.

Dois ex-funcionários da Nuclebrás foram estimulados a criar a Minerart Tecnologia Mineral Ltda., no Rio, para fazer o projeto de mineração no deserto de Ogaden. O Iraque financiaria, através da Arabian Minning Co (Armico). Empreiteiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez e consultorias como a Natron foram convocadas. "No fundo, estava sempre na cabeça de todos nós que a construção da bomba atômica poderia mesmo ser o objetivo desse programa nuclear iraquiano", comentou o gerente de contratos da Natron, Paulo Brandão, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, seis anos depois. O SNI chegou ao extremo de patrocinar, clandestinamente, um levantamento aerofogramétrico de trechos desse deserto, usando um avião Bandeirantes. A operação terminou em grave incidente diplomático, logo contornado.

A aventura militar teve efeitos drásticos sobre a apliação de recursos públicos no conjunto de programas de pesquisa e desenvolvimento científicos durante este período. Estudos da Unicamp indicam que, oficialmente, absorveram mais de um terço do gasto público nessa área, nos últimos 15 anos. Com níveis de produtividade do capital dez vezes menores que em outros países.

Um pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Roberto Dagnino, chegou à conclusão de que, durante euforia bélica do regime militar, para cada 100 dólares gastos houve retorno de apenas 1 dólar. A contabilidade governamental é absolutamente imprecisa, porque havia de tudo — de contas secretas até pagamentos de tecnologia contrabandeada em produtos primários.

As tentativas de acordos internacionais continuam. No ano passado fez-se um acerto com a Rússia. Há meses, montou-se um pacote com russos, alemães e outros para prestação de serviços nucleares a Cuba. Duas semanas atrás, Washington protestou. Num gesto raro, até usou a ironia. O Departamento de Estado fez questão de afirmar que duvida da "qualidade da construção" em Havana.

5/6/95

05.05 9508101

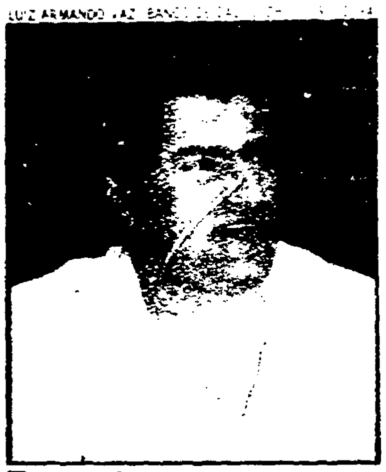
AGRICULTURA

Marcha a Brasília é definida

A concentração dos caminhões está marcada para o dia 2 de agosto

As lideranças do setor agrícola do Estado definiram ontem a data para o início da Marcha a Brasília. O movimento começará no dia 20 de julho, com pelo menos três caminhões carregados com tratores e máquinas, que partirão dos municípios de Quaraí e Santa Vitória do Palmar e receberão a adesão de produtores de outras cidades ao longo das rodovias. A chegada à Capital Federal deverá ocorrer no dia 2 de agosto, quando uma grande concentração de veículos ocupará as ruas de Brasília em manifestação contra as medidas do governo que, segundo os produtores, prejudica a atividade. A decisão foi tomada em reunião realizada na Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (Fecotrigo).

O presidente da Cooperativa Tritícola de Espumoso (Cotriel), Mário Bertani, confirmou a participação dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e Goiás, além da possibilidade de adesão de Santa Catarina e Paraná. "A defasagem de 45% nos preços dos produtos e os custos financeiros ilegais de 30% estabelecidos pelo governo para os contratos de custeio exigiram que nós articulássemos um movimento forte para mostrar a situação e a importância da agricultura na sustentação do Plano Real", observou Bertani.



Bertani: participação

No Rio Grande do Sul, a marcha será iniciada em três frentes. Uma saindo de Santa Vitória do Palmar pela rodovia BR 290 em direção a Guaíba, onde também chegarão os manifestantes que partiram de Quaraí pela BR 472. O terceiro grupo sairá de Quaraí passando por São Borja e juntando-se aos demais em Passo Fundo, cidade que reunirá todos os produtores em direção a Brasília.

Nos trevos de acesso aos municípios que aderirem à marcha serão feitas manifestações de apoio ao movimento durante o período do "caminhonaço". A marcha terá ainda uma grande manifestação em nível nacional no dia 25 de julho, data que homenageia os agricultores e motoristas. Bertani alertou para que os municípios com intenção de participar do movimento comecem a preparar suas máquinas, garantindo condições de segurança e trafegabilidade aos caminhões. O presidente da Cotriel lembrou que ainda falta quase um ano para a próxima colheita, período em que os produtores terão problemas para garantir sua subsistência.

PODER

Crise deteriora relação entre Estado e Igreja

Embora os interesses continuem próximos, a dívida das universidades católicas com o INSS e a montagem das estações repetidoras da Redevida abalam o relacionamento entre as duas partes

ROLDÃO ARRUDA

Desde a promulgação da Constituição republicana, em 1891, que a Igreja Católica no Brasil deixou de ser vinculada ao Estado e de ter poderes sobre suas decisões. Os interesses de uma parte e de outra, porém, continuaram tão próximos que até hoje se embaralham. Neste momento, as relações entre a Igreja e o governo são particularmente delicadas. Elas são sacudidas por discussões que envolvem desde dívidas das universidades católicas com o *Instituto Nacional de* Seguridade Social (INSS) à montagem de uma rede de estações repetidoras da TV católica Redevida, ainda na dependência da autorização do governo.

Também entram no contencioso a questão do corte de verbas do governo para obras assistenciais da Igreja e o ensino de religião em escolas públicas. Nesse último caso, o debate está restrito ao Estado de São Paulo, onde os bispos católicos e o governador Mário Covas travam uma guerra de nervos.

Da lista de problemas, o mais urgente envolve o corte de parte das verbas que o governo envia para centenas de obras assistenciais mantidas pela Igreja. Até quatro meses atrás, o dinheiro chegava às entidades por meio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), organismo extinto no meio da reforma ministerial feita pelo presidente no início do mandato. Com a mudança, os pagamentos efetuados pela LBA foram suspensos.

Ameaça — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja sede fica em Brasília, escreveu em março para o ministro da Previdência Social, herdeiro do também extinto Ministério do Bem-Estar Social, pedindo a retomada dos pagamentos. Em abril, três bispos da Região Norte enviaram outra carta, dessa vez ao presidente da República, na qual afirmavam que a situação de miséria do povo iria piorar sem as verbas da LBA.

Em maio, durante a assembléia da CNBB, que reuniu 260 bispos, o assunto voltou à pauta. D. José Martins da Silva, arcebispo de Porto Velho, Rondônia, disse que quatro dos projetos assistenciais de sua região, incluindo um de recuperação de drogados, estavam ameaçados.

Na opinião de bispos preocupados com a situação social, a suspensão da ajuda indica o descaso do governo com os pobres. Outros integrantes da CNBB, porém, acreditam tratar-se de um período de reajustes administrativos. Essa é a mesma explicação que vem do outro lado da mesa: assessores do governo garantem que o problema já começou a ser resolvido. De acordo com suas informações, o pagamentos que eram feitos pela LBA serão retomados pelo órgão que assumiu suas funções — a Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério da Previdência.

> CORTE DE VERBAS PARA OBRAS ASSISTENCIAIS CONTRIBUI PARA AUMENTAR A TENSÃO

Revisão — Os responsáveis pela secretaria afirmam que os convênios de organizações filantrópicas estavam suspensos temporariamente para que pudessem ser melhor analisados. Alguns chegaram a ser suspensos em razão de problemas de documentação, mas o restante será mantido pelo governo até dezembro. Só em 1996 é que o sistema de convênios será reformulado pelo governo, a partir de uma revisão dos critérios que definem as entidades filantrópicas e a descentralização do repasse de verbas.

Pelas informações da secretaria, existem 8.700 entidades filantrópicas cadastradas pela LBA. No total, elas irão receber, até setembro, R$ 350 milhões. Não se sabe quanto desse dinheiro irá para as instituições católicas, uma vez que a listagem do governo não as distingue das que são mantidas por outras religiões, ou que não têm vínculos religiosos. O que se sabe com certeza é que as ligações entre o governo e a Igreja no campo assistencial ainda são estreitas.

Parceria é eficaz em áreas de pobreza

Na área assistencial, a Igreja faz parceria com o governo principalmente em áreas de pobreza onde a atuação do Estado é fraca. Um exemplo é o programa de saúde e nutrição infantil desenvolvido pela Pastoral da Criança, organismo da CNBB. Seu objetivo é a redução da mortalidade em bolsões de miséria. No total, atinge 20 mil comunidades, nas quais vivem 2,5 milhões de crianças.

No acerto feito entre a CNBB e o governo, a Igreja entra com o pessoal voluntário e as instalações das paróquias. No ano passado, de acordo com a Pastoral, 73 mil voluntários empenharam-se na luta contra a mortalidade infantil. O governo entra com o dinheiro. Dos R$ 5 milhões movimentados no ano passado pelo programa, cerca de R$ 4 milhões saíram do Ministério da Saúde e outros R$ 473 mil do extinto Ministério da Ação Social, pela LBA. O governo do Estado do Paraná também destinou R$ 50 mil ao projeto. No total, os órgãos públicos garantiram 88% dos recursos.

Os outros 12% vieram de 13 instituições do Brasil e do Exterior, incluindo a Unicef, o braço da Organização das Nações Unidas (ONU) na área da infância.

O programa tem obtido bons resultados. Os trunfos apresentados pela Pastoral são os seguintes: de cada mil bebês nascidos vivos nos bolsões de miséria, até 200 chegam a morrer; na média, a taxa brasileira é de 37 por mil; mas nos locais onde existe o programa da CNBB, ela baixou para 27 por mil.

Para o Ministério da Saúde, que acaba de renovar o convênio com a CNBB, trata-se de uma parceria interessante, uma vez que a Pastoral realiza tarefas que lhe caberiam, com custos menores e de maneira mais ágil.

Universidades são o maior problema

CNBB tratou do assunto com Itamar Franco e Fernando Henrique, sem resultados

Da lista de problemas que atrapalham as relações entre o governo e a Igreja, o mais antigo e também o de maiores proporções é o que envolve as dívidas das universidades católicas. Elas devem — e muito — ao governo e aos bancos privados.

De acordo com o presidente da Associação das Universidades Comunitárias e reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), Gilberto Moraes Selber, a dívida de curto prazo dessas escolas corresponde a 1/3 do seu orçamento anual. No caso da universidade que ele dirige, com 53 anos de existência e 18 mil alunos, isso significa R$ 30 milhões.

Na PUC de São Paulo, com quase 16 mil estudantes, o rombo é maior: R$ 40 milhões. Desse total, R$ 13 milhões terão de ser pagos a bancos privados, que já aceitaram renegociar os prazos. Os outros R$ 27 milhões devem ser recolhidos aos cofres do governo. Trata-se de pagamentos atrasados das contribuições do FGTS e do INSS dos funcionários.

O bispo d. Luciano Mendes de Almeida, ex-presidente da CNBB, tratou do problema com os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique. Mas até agora não há solução à vista. O reitor Moraes Selber defende a idéia de que o governo deve dar um tratamento diferenciado a essas escolas, independentemente do fato de ser católica ou não. "Estamos falando de universidades que prestam serviços à comunidade", afirma. "Não são empresas privadas comuns."

> **SELBER: "PRESTAMOS SERVIÇOS À COMUNIDADE"**

Para Moraes Selber, parte do problema se deve ao próprio governo. "Ele cortou os recursos que destinava às escolas, deixando-as exclusivamente na dependência de mensalidades", afirma. "Em seguida controlou o valor dessas mensalidades de maneira irresponsável, por meio de quase 50 decretos assinados de 1991 para cá."

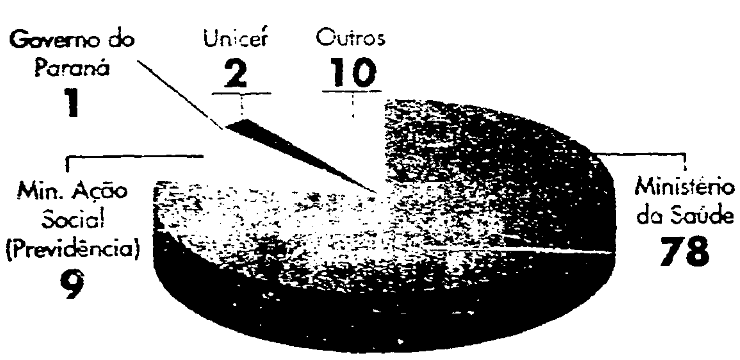
De fato, até os anos 70, os recursos públicos repassados às universidades católicas eram maiores: correspondiam a 35% de seu orçamento, segundo informações do Ministério da Educação. O reitor da PUC de São Paulo, Antonio Carlos Ronca, afirma que a contribuição beirava os 75%. Agora não chegam a 3%. Ronca diz que a fatia poderia ser maior, se o governo quisesse, porque a Constituição autoriza tal tipo de ajuda. "Trata-se de uma decisão política", diz.

De maneira resumida, as reivindicações das católicas são: reescalonamento de suas dívidas; tratamento diferenciado do Ministério da Educação, uma vez que cumprem funções sociais; privilégios para seus alunos na distribuição de bolsas de crédito educativo; e maior apoio dos organismos de fomento à pesquisa.

Apesar do impasse, ninguém acredita que o governo pretenda sufocar as universidades católicas, com os hospitais e programas assistenciais que elas mantêm.

DE ONDE VEM O DINHEIRO

As fontes de apoio da Pastoral da Criança em 1994 - em %



Fonte: Pastoral da Criança

Redevida ainda é experimental

Desde o mês passado, a Redevida, que segue orientação da CNBB, faz transmissões experimentais em UHF. Falta agora o segundo passo: a montagem de uma rede de 300 estações repetidoras. O Ministério das Comunicações já autorizou a instalação de 29, mas a Igreja quer maior rapidez na liberação das 271 que faltam.

Ontem foi anunciada a instalação de um canal da Redevida em Sorocaba (SP). A emissora transmitirá em UHF, pelo canal 28, também para as cidades da região. O canal 28 terá, ainda, produção local.

02.02

9508104
Plano ... educação
150734
06.06.95
...
Educação

FH recebe plano para os próximos 4 anos

OESP 6/6

Prioridade do Ministério da Educação será o fortalecimento da escola de primeiro grau

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso o planejamento político e estratégico de sua área para os próximos quatro anos. O objetivo básico do plano é a melhoria da qualidade do ensino. O Ministério da Educação (MEC) considera prioritário o ensino obrigatório de primeiro grau e traça como um dos caminhos para solucionar o problema dessa má qualidade do ensino a valorização dos docentes, com a elevação do salário dos professores de todo o País. Para isso, o governo federal quer a parceria de Estados e municípios.

Paulo Renato prega o engajamento de toda a sociedade, aí incluídos os Estados e municípios, para que o MEC consiga reduzir os problemas educacionais. Ele quer que pais e alunos cobrem das escolas e do governo a execução de programas de melhoria das escolas e a aplicação de 25% do orçamento em educação. Segundo o ministro, o governo federal fará a sua parte, que é a aplicação de 18% do orçamento da União no ensino.

"Todos os estudos apontam a escola fundamental como a raiz dos problemas educacionais do povo brasileiro", assinala o documento. Por isso, de acordo com o texto, a prioridade será o fortalecimento da escola de primeiro grau.

ORÇAMENTO PARA ESTE ANO É DE R$ 8,2 BILHÕES

O orçamento total do MEC para este ano é de R$ 8,2 bilhões. Desse total, a educação fundamental receberá apenas 20%, que corresponde a R$ 1,7 bilhão. O ensino médio, que também receberá uma atenção especial do MEC, ganhará 6,1% do orçamento, o que totaliza R$ 500 milhões. Já as universidades federais e hospitais universitários ficarão com a maior parte, aproximadamente 60% do orçamento, R$ 4,9 bilhões. Os demais 14% do orçamento, que representam R$ 1,1 bilhão, serão gastos com pagamento de pessoal e encargos financeiros. No caso do ensino fundamental, a idéia do MEC é "aumentar de forma significativa e continuada os índices de aprendizado e aproveitamento escolar".

01.01

9508104

AMBIENTE

FH anuncia o cartão de crédito da ecologia

Em outro projeto, alunos serão agentes verdes

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem, durante o programa *Palavra do Presidente*, transmitido pelo rádio para todo o País, o lançamento, no dia 14, do cartão de crédito nacional e internacional "Verde Brasil", cuja arrecadação será destinada à proteção do meio ambiente. O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, que também participou do programa, anunciou a criação do projeto "agentes verdes", formado por estudantes universitários. Os recursos arrecadados pelo Ibama por meio do cartão de crédito "Verde Brasil" serão aplicados em parques, zoológicos e para proteção da fauna e flora.

Cardoso defendeu a preservação do meio ambiente. "Tratar bem a natureza é um dever de cada um de nós, do governo e dos cidadãos", disse ele, salientando que, no Brasil, os mais prejudicados são os pobres. "Eles moram nas periferias das grandes cidades, sem rede esgoto, sem água tratada para beber, porque muitos agricultores exploram a terra sem qualquer condição técnica", argumentou. "O resultado: a terra fica fraca, a produção de alimentos cai e a panela acaba vazia, porque os preços sobem."

O ministro Gustavo Krause comentou o lançamento, ontem de manhã, do programa "Linha Verde - 24 horas". Por meio do número 0800-61-8080 qualquer pessoa pode ligar gratuitamente para denunciar agressões ao meio ambiente ou para informar-se sobre o assunto. As providências serão tomadas em um prazo de 72 horas. Os associados, segundo o ministro, poderão controlar a utilização das verbas por intermédio do extrato de suas contas. Até 1996, uma brigada de 60 mil estudantes universitários entrará na luta em defesa do meio ambiente.

PROGRAMAÇÃO

As atividades da Semana do Meio Ambiente continuam hoje:

- **Debates** — A programação promovida pela SMAM prossegue com o 1° Workshop sobre a Gestão Ambiental das Cidades do Mercosul. Às 20h, no salão de atos da UFRGS, falarão os secretários do Meio Ambiente de Porto Alegre, Montevidéu, São Paulo e Florianópolis.
- **Gravataí** — A Semana do Meio Ambiente continua, às 10h, com a distribuição de mudas na Praça Borges de Medeiros e, às 13h30min, uma visita às indústrias do município.
- **Interior** — Os municípios de Antônio Prado e Ipê realizam, até 11 de junho, a 2ª Semana Ecológica. Está em discussão o tema "Identidade cultural e preservação ambiental".

9508106

OS NÚMEROS DA SAÚDE

Durante sua visita a Porto Alegre, o ministro Adib Jatene apresentou números sobre o setor da saúde pública no país:

- ❑ **Os gastos do Ministério da Saúde com consultas e internações consomem mensalmente R$ 570 milhões**
- ❑ Se for aprovado o reajuste de 45% nos serviços do SUS — como reivindicam os representantes dos hospitais — os gastos mensais com internações e consultas podem pular para R$ 900 milhões
- ❑ **Com a criação de uma contribuição social vinculada à saúde, o ministro calcula uma arrecadação em torno de R$ 500 milhões por mês**
- ❑ O SUS é responsável por 1,2 milhão de internações e mais de 30 milhões de consultas por mês no país
- ❑ **O orçamento do ministério para esse ano é de R$ 13,9 bilhões, mas R$ 4,5 bilhões têm de ser destinados a pagamento de dívidas e de funcionários**

MANIFESTAÇOES DE PROTESTO

[illegible] o Dia Nacional de Agonia:

- Mensagens alertando sobre o caos na saúde serão enviadas pelas santas casas ao fax e telex do presidente Fernando Henrique, de ministérios e de líderes do governo
- Santas casas e hospitais filantrópicos colocarão tarjas pretas em seus prédios
- Vereadores, deputados estaduais, federais e senadores debaterão o pré-colapso da saúde



Situação da saúde

- Serviços médicos pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) estão sem reajuste desde junho de 1994
- Enfermarias, ambulatórios de emergência, pronto-socorros, UTIs, santas casas e hospitais filantrópicos estão ameaçados de fechamento
- Médicos autônomos se descredenciam do SUS, principalmente os de hospitais comunitários
- Ministério da Saúde não tem R$ 240 milhões para pagar os serviços ambulatoriais de abril



Dinheiro do ministerio

- Orçamento do Ministério da Saúde para 1995 é de R$ 13,9 bilhões (considerado o melhor dos últimos 10 anos)
- Cerca de R$ 3 bilhões em dívidas de 1994 sairão deste orçamento
- Reajuste de 45% no pagamento dos serviços médicos representa R$ 1,8 bilhão a menos no orçamento
- Entre dívidas e serviços, são R$ 4,8 bilhões a menos no orçamento

Alternativas a curto prazo:

- Utilizar recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (o mesmo fundo que socorreu a agricultura com R$ 1 bilhão)
- Usar o excesso de arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição sobre o Lucro
- Recorrer ao Fundo Social de Emergência



01-01

9508106

9508107.

CONSTITUIÇÃO

Manifestantes provocam tumulto no Congresso

Um grupo quebrou vidraças e invadiu o Salão Negro

Brasília

Munidos de cartazes contra a quebra do monopólio do petróleo e de bandeiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos partidos de esquerda, cerca de 300 manifestantes provocaram um tumulto no Salão Negro da Câmara, ontem à tarde. Gritando slogans contra a reforma da Constituição, os manifestantes subiram a rampa do Congresso, quebraram as vidraças da porta principal, se concentraram no Salão Negro e foram impedidos pelos seguranças de se aproximar do plenário. No salão verde, próximo à entrada do plenário, simpatizantes da Força Sindical distribuíam panfletos em defesa da quebra do monopólio.

Todas as equipes de segurança da Casa foram deslocadas para o local, inclusive os policiais militares que cuidam da parte externa do prédio — cerca de 110 homens. O tumulto só terminou depois da intervenção de deputados do PT, entre eles o líder do partido na Câmara, Jacques Wagner, e Jair Meneguelli (PT-SP). Em fila indiana, os manifestantes puderam entrar nas galerias, mas tiveram de deixar as bandeiras e as faixas com a segurança. O ex-governador do Rio Leonel Brizola (PDT) e o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, chegaram ao local depois do tumulto.

Os petroleiros eram minoria no grupo. A maior parte dos manifestantes pertence à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), que está realizando em Brasília um movimento em defesa da reforma agrária, chamada de "O Grito da Terra".

No Senado, os ânimos também estavam acirrados. Pouco antes de começar a discussão da emenda na Câmara, os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) trocaram insultos no plenário. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-MA), telefonou para o governador de Brasília, Cristóvam Buarque, pedindo providências para evitar que as manifestações fora do Congresso se transformassem em baderna, com depredação de prédios públicos.

CONSTITUIÇÃO

Líderes da oposição protestam em Brasília

O ex-governador Leonel Brizola recomendou a "radicalização" para evitar a quebra do monopólio da Petrobrás

Brasília

Uma manifestação contra a quebra do monopólio da Petrobrás reuniu ontem de manhã, em Brasília, os principais líderes da oposição, entre eles os presidentes nacionais do PDT, Leonel Brizola, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu discurso, Brizola recomendou "a radicalização" para impedir que o governo "venda a soberania nacional". "Temos de nos unir, esquecer nossas mágoas e divergências", disse o ex-governador, ao lado de Lula. O ato, promovido pela Frente Parlamentar Brasil Soberano, foi realizado no auditório do Espaço Cultural da Câmara.

Também participaram do protesto os governadores petistas Cristovam Buarque, do Distrito Federal, e Vitor Buaiz, do Espírito Santo, e os presidentes da CUT, Vicente Paula da Silva, o Vicentinho, e da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antônio Carlos Spis. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), acabou não aparecendo.

A platéia, com cerca de 300 pessoas, era formada em sua maioria por trabalhadores sem-terra que estavam no Congresso para tentar negociar a demarcação de terras pelo Incra. Na última hora, eles foram convidados para participar do ato. "Não vão falar de terra aqui não?", perguntava Arlinda Silva, 37 anos, com uma criança no colo, enquanto ouvia os discursos sobre os males do fim do monopólio da Petrobrás.

O deputado tucano Domingos Leoneli (BA) foi vaiado quando resolveu dizer que tinha esperanças de que o presidente Fernando Henrique Cardoso mudasse a condução de sua política. Conforme Leoneli, Fernando Henrique é uma boa pessoa — o problema seria a influência excessiva do PFL no governo.

01.01

9508107

Relatório confirma extermínio de jovens

Uma comissão oficial investigou durante 17 meses e concluiu que 15 adolescentes foram assassinados por justiceiros

NILSON MARIANO

Depois de 17 meses de investigações, uma comissão oficial confirmou que houve pelo menos 15 casos de adolescentes exterminados no Rio Grande do Sul, entre 1991 e 1993. Essa comissão baseou seus estudos num relatório do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e na reportagem *Juventude Assassinada*, publicada por **Zero Hora** de 4 a 7 de julho de 1993.

A Comissão Especial de Controle e Prevenção do Extermínio foi integrada pelo Ministério Público, Brigada Militar, Polícia Civil, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A comissão analisou 149 mortes, detendo-se mais nos 27 casos citados pelo relatório do Movimento dos Meninos de Rua e nos 20 revelados por **ZH**.

Atuando de agosto de 1993 a dezembro de 1994, a comissão confirmou 15 casos de extermínio (12 deles mostrados em **ZH**). "Há extermínio, portanto", está escrito na página 53 do relatório da comissão. Uma outra morte, também relatada em **ZH**, continua sendo investigada. Paulo Fernando Tiago da Silva foi executado em 1992, aos 17 anos, em Cachoeirinha, mas o seu corpo nunca apareceu.

A comissão constatou que as execuções resultaram de ações individuais e não de grupos de extermínio

Para os integrantes da comissão, extermínio "é a ação individual ou de grupo, concebida e organizada com o fim da eliminação, por qualquer meio, de criança ou adolescente considerado ou suspeito de se encontrar em situação de risco pessoal e social ou para ocultar práticas delitivas". Simplificando: jovens que cometem pequenos furtos ou andam em locais perigosos podem estar na mira dos matadores.

A comissão concluiu que as execuções resultaram de ações individuais. "*Não se constatou a presença de grupos de extermínio*", *informou*. **ZH** havia revelado que os justiceiros gaúchos agem de forma camuflada, às vezes escondendo os corpos das vítimas. São tão cruéis quanto os matadores paulistas e cariocas, só que mais dissimulados. No primeiro trimestre de 1993, São Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco registraram a média de quatro assassinatos de adolescentes por dia. Embora de maneira embrionária, o Rio Grande do Sul entrou na lista dos que matam seus jovens.

OS OBJETOS DO ÓDIO

Das 149 mortes analisadas, 15 foram consideradas casos de extermínio.



ALEXANDRE WEILSON PADILHA — Executado a 17 de junho de 1992, aos 15 anos, em Canoas, com tiros na nuca e testa. Estava na companhia de Alexssander Souza dos Santos, o *Bicudinho*, e Carlos Daniel Braga Nunes, também assassinados.



ALEXSSANDER SOUZA DOS SANTOS, *o Bicudinho* — Então com 14 anos o corpo de Alexssander apareceu nas margens da Rua Dique, na Vila Rio Branco (Canoas), com um tiro no coração e outro na nuca.



CARLOS DANIEL BRAGA NUNES — Confundido com um adolescente acusado de roubo, foi executado ao lado de Alexandre Padilha e Alexssander dos Santos. Tinha 15 anos, estudava e já trabalhava numa oficina mecânica.



CARLOS LUÍS DA SILVA, o *Carlinhos* — A 23 de fevereiro de 1992, aos 16 anos, foi atacado por três comerciantes, em Farroupilha. Foi acusado de furtar mercadorias. Atirado nuns matos, com um tiro nas costas e cinco dedos decepados, conseguiu sobreviver.

ALFREDO QUEVEDO D'ALTENEY — Morto a tiros por dois homens, a 16 de março de 1993, no município de Soledade (Planalto Médio), porque sabia de uns furtos na região. Tinha 15 anos. O corpo foi atirado num rio.



CLÓVIS ROBERTO SILVEIRA DOS SANTOS — Eliminado por 20 integrantes de uma gangue da Vila Divinéia, em Porto Alegre, aos 16 anos, a 17 de agosto de 1991, com tiros de revólver e espingarda calibre 12. Foi acusado de ladrão e de revelar crimes da gangue.



JULIANO KAISER — Confundido com um traficante, foi preso pelo policial civil Jorge Falasco e o comerciante Leon Deniz da Costa, em São Leopoldo, a 21 de novembro de 1991, na companhia de Marcos Paulo Luiz. Ferido no olho, fingiu-se de morto e sobreviveu.



MARCOS PAULO VASCONCELOS LUIZ — Também foi confundido com um traficante de drogas. Morreu no momento da execução, a 21 de novembro de 1991, aos 18 anos. Dava aulas de catequese na Comunidade do Espírito Santo, em São Leopoldo.



JOÃO CARLOS CAMPOS — Foi currado, espancado e enforcado por uma gangue da Vila Primavera, em Esteio, porque acabou descobrindo inadvertidamente o tráfico de drogas. Tinha 15 anos, tirava nota 10 em matemática e era muito estimado pelos vizinhos.

PAULO JAQUES MACHADO — A 16 de julho de 1992, quanto tinha 16 anos, foi retirado da sua casa, no município de Uruguaiana (Fronteira Oeste), e executado por um grupo de desconhecidos. Tinha antecedentes por furtos na Polícia.



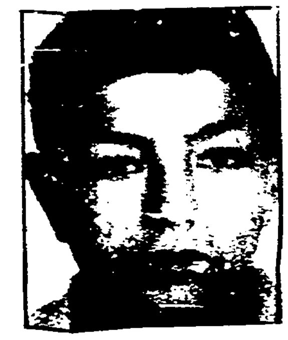
REGINALDO AGUIAR SOBREIRA — Depois de tentar furtar uma caixa de filtro de café no Supermercado Trevisol, no Bairro Rio Branco, em Canoas, foi perseguido e levou um tiro na nuca, a 14 de setembro de 1992. Filho de um biscateiro, tinha 13 anos.



VALMIR FERNANDES ROCHA — Acusado de ladrão, foi atacado por três desconhecidos na saída de um bailão, no Bairro Canudos, em Novo Hamburgo, a 6 de setembro de 1992, quando tinha 15 anos. Depois de espancado, levou um tiro nas costas e outro na nuca.



JAIME FALEIRO SCHNEIDER, o *Seco* — A 18 de novembro de 1990, aos 17 anos, foi retirado de um bailão, em Novo Hamburgo, e executado a tiros. Foram acusados do crime três policiais militares e um civil. O corpo nunca foi localizado.



JEFFÉRSON PEREIRA DA SILVA — Assassinado por uma gangue da Vila Pinto, em Porto Alegre, a 4 de agosto de 1990. Tinha 14 anos e já atirava de revólver. O seu corpo foi arrastado pelos becos da vila.

LUCIANO RODRIGUES DA LUZ — Aos 15 anos, a 13 de janeiro de 1991, foi assassinado por nove homens armados de facões, no município de Alegrete (Fronteira Oeste). Era acusado de furtar mercadorias em lojas da cidade.

9508109

11.9.95

Entidade surgiu em 37, durante o Estado Novo

A União Nacional dos Estudantes foi fundada no dia 11 de agosto de 1937, a partir da mobilização dos estudantes por democracia e contra o Estado Novo. Naquela época, o ensino público não era gratuito e essa foi a principal bandeira da entidade. Depois, a atuação da UNE foi muito relevante na campanha O Petróleo é Nosso, que culminou com a criação da Petrobrás.

Nos anos 60, das fileiras da UNE nasceu o Centro Popular de Cultura, que revelou artistas e intelectuais como Ferreira Gullar e José Wilker. Nesse ano, a UNE paralisou as universidades do País exigindo um terço de representação estudantil nos conselhos universitários. Em 64, a entidade foi declarada ilegal e entrou na clandestinidade. Um dos primeiros atos do regime militar foi incendiar a sede da UNE. Mesmo na ilegalidade, continuou atuando até 1968, quando o Exército prendeu os 700 participantes do congresso da UNE, em Ibiúna (SP).

Ainda assim, em 1969 os estudantes elegeram Honestino Guimarães, um estudante da Universidade de Brasília que foi visto pela última vez em 1972 e declarado desaparecido. A UNE foi totalmente desmantelada com o endurecimento da repressão. Em 1979 fizeram congresso de reconstrução da entidade. Fortalecida, a entidade participou da campanha das Diretas, em 84, da Constituinte e do impeachment do presidente Fernando Collor. De lá para cá aumentou a influência política entre os estudantes e a representatividade.

15.6.95

Comunistas fazem acordo com o PDT para comandar a UNE

A aliança feita para impedir a vitória do PT garantiu cargos ao PDT

FLÁVIO ILHA e RUDOLFO LAGO

Sucursal/Brasília

Um garoto de 22 anos foi o responsável pela maior alegria política do ex-governador Leonel Brizola nos últimos meses. Eleito no domingo secretário-geral da União Nacional dos Estudantes (UNE), Flávio Zacher liderou uma articulação capaz de unir o combalido PDT e o PC do B, ameaçado de perder a UNE para o PT. Graças ao acordo, o PC do B conseguiu se manter na presidência da UNE, e Zacher, um brizolista de carteirinha, levou outros cinco representantes do PDT para a executiva da entidade.

Depois de perder oito deputados em maio — a maioria expulsa por divergir do partido nas votações das emendas de reforma constitucional — e prestes a ficar sem o governador do Paraná, Jaime Lerner, o PDT comemorou com entusiasmo o feito do domingo. Brizola telefonou para Brasília, localizou Zacher e felicitou o jovem dirigente pela façanha política, considerada essencial para o futuro do PDT.

A Juventude Socialista conseguiu reunir em torno de sua tese 400 delegados, cerca de 8% do total do congresso. Incapaz de conseguir alguma coisa sozinha, a chapa do PDT apoiou as teses da situação, ligada ao PC do B. Juntos, os dois grupos somaram 1.577 votos, contra 831 da segunda colocada, ligada ao PT. Para obter maior segurança na vitória, a diretoria da UNE barrou a entrada dos petistas. Houve ameaça de quebra-quebra na portaria da Academia de Tênis, onde foi realizado o encontro, e a segurança usou até gás lacrimogêneo para conter o tumulto.

O primeiro discurso do novo presidente da UNE, Orlando Silva Júnior, foi uma mostra do pensamento dos líderes do movimento estudantil: críticas ao "fisiologismo" do presidente Fernando Henrique Cardoso na aprovação das reformas e acusações ao ministro do Planejamento, José Serra, ex-presidente da entidade. Orlando Júnior já anunciou para hoje a mobilização de 2 mil estudantes no Congresso, contra a quebra do monopólio do petróleo. No manifesto aprovado ao final do Congresso, os estudantes esbravejam: "A UNE não reconhece a legitimidade desse Congresso para votar reformas na Constituição, porque o atual Congresso não tem direito de mudar a Carta Magna, visto que não foi eleito contra isso" (sic).

AS IDÉIAS

O pensamento dominante na UNE ficou claro nas teses aprovadas durante o congresso. Algumas delas:

- Greve geral contra o projeto neoliberal e o governo Fernando Henrique
- **Manifesto de solidariedade aos petroleiros e um abaixo-assinado exigindo a reintegração dos demitidos e o cumprimento do acordo assinado pelo ex-presidente Itamar Franco**
- Moção "por um salário mínimo que atenda as necessidades vitais de uma família"
- **Moção pela manutenção dos monopólios do petróleo, das telecomunicações e da navegação de cabotagem.**
- Fim do estado de sítio na Bolívia
- **Fim do bloqueio econômico a Cuba, Vietnã e Angola**
- Retirada das tropas da ONU e da Otan da Bósnia e fim do "embargo de armas ao povo bósnio".

9508109

01.02

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Eleição na UNE confirma controle do PC do B

Oposição se divide e aumenta chances de vitória de candidato do partido comunista

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A União Nacional dos Estudantes (UNE) encerrou ontem seu 44º congresso nacional, realizado na Academia de Tênis, um dos hotéis mais caros de Brasília. A votação da nova diretoria entrou pela noite adentro, mas a chapa favorita entre as oito que concorreram era a controlada pelo PC do B, cujo candidato a presidente é o estudante de Direito da Universidade Católica de Salvador, Orlando Silva Júnior, que deverá suceder a Fernando Gusmão, também do mesmo partido. O segundo lugar deveria ser da chapa do PT, liderada pela estudante de Química da Universidade de Brasília, Érika Rocha Silva.

Apesar dos anunciados 5 mil participantes, só 3.965 delegados se inscreveram para o 44º congresso da UNE. Destes, pelo menos 2 mil seriam controlados pelo PC do B, segundo denúncias das chapas de oposição, cujos candidatos já admitiam a derrota. O deputado Lindberg Farias (PC do B-RJ), presidente da UNE durante o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor, disse que a oposição se dividiu em sete porque sabia da derrota. Com a divisão, pretenderia medir a força de cada tendência. Outros parlamentares do PC do B — como Aldo Rebelo (SP), ex-presidente da UNE, e Jandira Feghali (RJ) — ficaram em Brasília para acompanhar o congresso.

Orlando Júnior anunciou para amanhã, dia 20, ato da UNE contra a quebra do monopólio da Petrobrás na exploração e refino do petróleo. A emenda constitucional que acaba com o monopólio da Petrobrás será votada amanhã pela Câmara, em segundo turno. Estudantes ficarem em Brasília para fazer protesto contra a emenda do governo. Foi programada para 11 de agosto greve nacional contra o projeto do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Está mesmo a Esca fora do Sivam?

O governo tergiversou várias semanas antes de se decidir pela desqualificação da Esca como gerenciadora do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), em decisão anunciada no final de semana. Mesmo assim, a porta teria ficado aberta para a empresa participar do projeto, no valor de US$ 1,4 bilhão, cujos equipamentos serão fornecidos pela norte-americana Raytheon, conforme contrato assinado sábado. Colhida a Esca sob a suspeita de haver emitido guias falsificadas de pagamento do INSS num montante de cerca de R$ 7,8 milhões, ficou o Ministério da Aeronáutica moralmente obrigado a afastá-la do processo, ao qual chegara sem licitação. É tal, porém, a confiança dos militares na qualificação técnica da companhia que sua expertise poderá ser mobilizada, qualquer que seja a nova gerenciadora do Sivam, missão a que prontamente se habilitaram a Hidroservice, a Promon e a Indústria Eletromecânica do Paraná (Inepar).

A deliberação sobre a Esca foi adotada pelo Conselho de Defesa Nacional, órgão de consultoria da Presidência de que fazem parte o vice-presidente, os ministros militares, da Justiça, das Relações Exteriores e do Planejamento, além dos presidentes da Câmara e do Senado. Até que se escolha a substituta, no prazo de 120 dias, a gerência do Sivam — que controlará a Amazônia por radares — ficará a cargo do próprio Ministério da Aeronáutica.

O affaire Esca revela que uma postura de desavença com o cumprimento de obrigações fiscais (constitucionais) ainda permeia a sociedade brasileira, alcançando, como se observa, setores do próprio governo. Se a contratação da Esca não ganhasse ares de escândalo e se a companhia não se visse diante da notória dificuldade de se explicar satisfatoriamente perante o Congresso, o Executivo e a sociedade, talvez não fosse ela desqualificada — ao menos, foi essa a impressão deixada à opinião pública. Subsiste ainda a questão da imperiosidade da licitação, que caberia promover, sempre que possível, ressalvadas hipóteses extremas e muito bem justificadas. O melhor, a fazer agora, é que a licitação ocorra e se dê publicidade a uma operação de vulto, uma das maiores na área de vigilância de vôo e sensoriamento de território, que motivou disputa acirrada — e denúncias — entre produtoras internacionais de radares.

A Esca foi desqualificada do Sivam, mas Gandra admite que ela ainda não está fora

Em entrevista no final de semana, o ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Mauro Gandra, admitiu que a Esca, que não havia apresentado até aqui a Certidão Negativa de Débito com o INSS, não está fora do Sivam, podendo até se habilitar a participar da disputa com outras empresas. Mesmo que a Esca venha a limpar seu nome quitando o débito com o INSS, ficará difícil para o governo explicar a reintegração dela no Sivam. O ideal é a licitação. Até para sepultar antigas práticas de criação de empresas para atender ao que se dizia ser a segurança nacional. Essa prática às vezes produziu maus frutos.

Sócio de relator na Câmara é ligado à Inepar

Empresa que disputa vaga no projeto liderou consórcio em estatal dirigida por amigo de deputado

FERNANDO GRANATO

A Inepar, uma das empresas que disputam a vaga da Esca no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), liderou consórcio para expansão da rede telefônica do Paraná quando a Telepar (Telecomunicações do Paraná S.A.) era dirigida por Paulo Cordeiro, sócio e amigo do deputado Luciano Pizzato (PFL-PR). Pizzato é o relator da proposta da Câmara de fiscalização e controle do Sivam e seu aval para execução imediata do projeto.

Paulo Cordeiro acabou afastado da Telepar em 1993, por ordem judicial, sob suspeita de formação de "caixinha" eleitoral, cobrança de propinas a fornecedores e favorecimentos a empresas.

Ao assinar o contrato para execução do Sivam, no sábado passado, o governo federal, em nota oficial, fez menção ao relatório de Pizzato: "Depois de intenso trabalho, foi apresentado e referendado no plenário relatório final do deputado Luciano Pizzato, cujo teor espelha pormenorizada investigação efetivada sobre os mais variados aspectos do projeto."

Em seu relatório, Luciano Pizzato previa "formas de fortalecimento financeiro da Esca", para que ela pudesse quitar sua dívida de cerca de R$ 7,8 milhões com a Previdência e participar do Sivam. Para tanto, a Inepar estaria disposta a pagar o débito da Esca em troca do controle acionário da empresa.

Essa negociação tornou-se desnecessária, entretanto, quando o governo federal decidiu contratar parte do corpo técnico da Esca e repassá-lo obrigatoriamente para a sua substituta no Sivam.

De acordo com o governo, a escolha da nova empresa que participará do projeto será "informal", ou seja, sem licitação pública. Segundo o porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, em 120 dias a nova empresa será contratada por um processo seletivo interno, que será realizado pelo Ministério da Aeronáutica e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Caberá a empresa e suas sub-contratadas receber cerca de US$ 250 milhões dos US$ 1,4 bilhão do custo total do projeto.

O deputado Luciano Pizzato (PFL-PR), entrevistado pelo **Estado**, admitiu ter "laços de amizade" com a Inepar e com Paulo Cordeiro, mas negou que tivesse feito a aproximação entre a empresa e a Esca. Pizzato negou também que a Inepar tenha colaborado com sua campanha eleitoral.

"Fui verificar e isso não ocorreu", declarou Pizzato. "Se tivesse ocorrido não seria uma ilegalidade, mas eu estaria impedido de ser relator da proposta para o Sivam." Pizzato disse ainda que, na sua opinião, a Inepar não é a empresa mais forte na disputa pelo lugar da Esca. "Acredito que a Hidroservice e a Promon, que já participaram da outra seleção, têm mais chances".

O presidente da Inepar, Atilano de Oms Sobrinho afirmou que desistiu de assumir o controle acionário da Esca, mas que continua interessado no Sivam. "Seria um adicional importante no nosso currículo, pois o Sivam é fantástico".

950811
150734
4.06.95

01.01

950811

950812

SIVAM

FH autoriza contratação de técnicos da Esca

Decreto publicado ontem diz que Aeronáutica ficará responsável pelo pagamento dos salários

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou ontem, por meio do decreto publicado no *Diário Oficial* da União, o Ministério da Aeronáutica a contratar, por tempo determinado, serviços especializados para o Projeto de Vigilância da Amazônia (Sivam). A medida permitirá que a Aeronáutica passe a utilizar nos próximos quatro meses técnicos da Esca — empresa nacional afastada da coordenação do Sivam por responder a processo de fraude contra a Previdência Social.

De acordo com o decreto, as despesas com este pessoal serão debitadas no orçamento do Ministério da Aeronáutica. O Palácio do Planalto também autorizou ontem a abertura de um crédito suplementar para a Aeronáutica no valor de R$ 4,7 milhões. Apesar de o Projeto Sivam não aparecer como beneficiário direto deste crédito, o reforço de caixa ajudará a Aeronáutica a bancar as contratações. Para justificar a edição do decreto, o governo sustentou que o Projeto Sivam constitui "excepcional interesse público".

A decisão de recorrer aos engenheiros da Esca para dar início à instalação do sistema de radares na Amazônia foi tomada pelo governo na semana passada, depois que o Conselho de Defesa Nacional considerou a firma inabilitada para assumir a tarefa de gerenciar o projeto. Para prestarem agora serviço ao governo, os técnicos da Esca terão de se desligar da empresa. No prazo de quatro meses em que estarão trabalhando, será feita licitação para escolha do novo parceiro da Raytheon — grupo americano que vai repassar a tecnologia para o Sivam, ao custo inicial de US$ 1,4 bilhão.

Segundo o governo, se formar uma empresa, o grupo de ex-funcionários da Esca poderá disputar a licitação com outras empresas. Apesar de já estar dando andamento ao Sivam, o governo ainda enfrenta oposição ao projeto no Congresso. Ontem, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), autor da denúncia que desclassificou a Esca, apresentou à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara um extenso "plano de trabalho" que prevê a investigação de "dúvidas técnicas" existentes no programa.

As ações da Câmara, no entanto, não têm efeito legal. No Senado, de cuja decisão depende o projeto, o governo não deverá encontrar dificuldades para aprovar o contrato final do Sivam. Com a mudança da empresa integradora nacional, os termos da transação, que envolvem financiamento externo, terão de ser novamente aprovados pelos senadores.

SIVAM

Decreto autoriza as contratações

Brasília — O Diário Oficial da União publicou decreto do presidente autorizando o Ministério da Aeronáutica a contratar pessoal especializado para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

01.01

Ministro garante que Sivam é caso resolvido

RIO — O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Mauro José Gandra, afirmou ontem no Rio que o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam) é um assunto resolvido e afirmou não acreditar que a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tenha ressonância no Senado. Suplicy quer suspender o financiamento do Sivam, de US$ 1,4 bilhão. "O único problema do Sivam era a Esca, que saiu do projeto", observou o ministro, antes de confirmar que funcionários da empresa, afastada do projeto por falsificar documentos do INSS, serão contratados para participar do Sivam.

01.01

9508113

9508114 Izquierda acusa a Cardoso de traidor y entreguista
Clarín
09.06.95
507482
11164
11302
PT

LULA Y BRIZOLA PROMETEN RADICALIZAR LA OPOSICION POR EL FIN DEL MONOPOLIO PETROLERO

La izquierda brasileña acusa a Cardoso de traidor y entreguista

Los líderes opositores Leonel Brizola y Luiz Inacio Lula da Silva cerraron filas contra la desmonopolización de las estatales brasileñas y criticaron con dureza al presidente Fernando Henrique Cardoso llamándolo "traidor y entreguista". Los políticos advirtieron además que la izquierda "radicalizará" su oposición al gobierno.



Luiz Inacio Lula da Silva, líder del Partido de los Trabajadores: el fin del monopolio estatal del petróleo, una traición del presidente Fernando Henrique Cardoso.

BRASILIA, 8 (EFE, AFP y Reuter).– Los dirigentes izquierdistas **Leonel Brizola** y **Luiz Inacio Lula da Silva**, quienes se colocaron a la cabeza de los sectores que apoyan mantener los monopolios estatales en el Brasil, calificaron de **"traidor y entreguista"** al presidente Fernando Henrique Cardoso y **prometieron "radicalizar la oposición"** contra el gobierno.

Un día después que la Cámara de Diputados local aprobó en forma contundente el fin del monopolio estatal en el sector petrolero (con 330 votos sobre 513, cifra que superó incluso las expectativas más optimistas), dirigentes de izquierda y líderes sindicales dijeron estar "indignados y humillados" por esa decisión que, para ellos, significa la pérdida de un patrimonio histórico y estratégico para el Brasil.

El miércoles, mientras en el Congreso se aprobaba el fin del monopolio de Petrobrás, Lula y Brizola participaban de un acto pro monopolio, que reunió apenas a un centenar de personas, las que agitando banderas brasileñas, repudiaban las reformas encaradas por Cardoso.

Posteriormente, Lula, líder del Partido de los Trabajadores (PT), calificó al presidente del Brasil, Fernando Henrique Cardoso, de "traidor y entreguista".

Brizola, del Partido Democrático Trabalhista (PDT), bautizó el miércoles como **"el día de la infamia"** e instó a la unión de la izquierda, a la movilización de militantes y a hacer más radical la oposición al gobierno.

Acusaciones

La oposición agregó a las críticas contra la política privatizadora del gobierno serias acusaciones. Según los políticos, **Cardoso ha llegado al extremo de repartir puestos y ha prometido favores políticos que costarán mucho dinero al Estado a cambio de votos en el Congreso.**

Las cinco enmiendas constitucionales propuestas por el presidente del Brasil fueron aprobadas. En la última semana, han sido dos los triunfos para Cardoso en el Congreso: la apertura de las telecomunicaciones y del sector petrolero, temas que han provocado una febril polémica en el país y que son indicadores de la voluntad del Brasil en cambiar su fisonomía económica tradicionalmente proteccionista. Estas decisiones y el haber derrotado la huelga petrolera sin ceder un centímetro en su posición **fortalecieron la imagen de Cardoso, quien ahora es visto como un dirigente decidido y respaldado.**

Plebiscito

Brizola afirmó ayer que la única manera de limpiar la infamia (desmonopolización de las estatales) es convocar a un "plebiscito", para consultar a la población sobre las reformas constitucionales y el proceso de privatización de las empresas estatales de energía y minería.

Los defensores de la desmonopolización de Petrobrás, en cambio, aseguran que, con la apertura del sector petrolero, el Brasil podrá autoabastecerse a medio plazo y recibirá las inversiones que la compañía estatal, que controla el sector de hidrocarburos desde 1942, no puede suministrar.

Aseguran que el fin del monopolio del petróleo permitirá al Brasil duplicar o triplicar el crecimiento del sector y producir en su territorio la otra mitad del crudo que ahora importa.

En 1994, Petrobrás, que tiene 47.500 empleados, facturó 18.361 millones de dólares y obtuvo ganancias líquidas por 1.743 millones. El valor de su patrimonio industrial se calcula en 60.000 millones de dólares y la empresa, en su conjunto, está valuada en más de 150.000 millones de esa moneda.

01.02 9508114

LAS SECUELAS Y EL FUTURO DESPUES DE LA FALLIDA HUELGA PETROLERA

Desestatizar, sí o sí

En modo que recuerda a los Estados Unidos de Ronald Reagan y al Reino Unido de Margaret Thatcher, el Brasil de Fernando Henrique Cardoso acaba de ingresar de pleno en el aún confuso paraíso de la desregulación globalizante, después que el sindicalismo sufrió una derrota mayor.

Los petroleros debieron desangrar su organización en una extenuante huelga de un mes solo para regresar al trabajo disminuidos en filas por los despidos y con las manos vacías de concesiones, en forma muy similar a los que los controladores aéreos norteamericanos y los mineros británicos lo hicieron en los 80, tras confrontar sin esperanza con los dos adalides del imperio del mercado sin fronteras.

Aun más importante es otra simetría porque al igual que en los Estados Unidos y en la Inglaterra de entonces, la derrota no puede medirse solo en términos gremiales.

Costos compensados

El resultado político de la acción directa brasileña y de la rígida respuesta de Cardoso no es menos devastador para la oposición a la privatización: todo sugiere que el impacto público de la dilatada huelga de los petroleros no hizo sino robustecer el consenso desestatizador en la sociedad.

Esto representa para Cardoso un bien político que compensa ampliamente hasta los costos económicos del conflicto, y hace pensar que la apuesta a ese resultado inspiró en buena medida la intransigencia hacia los huelguistas.

La reciente aprobación legislativa primaria (faltan dos votaciones de los senadores y otra de los diputados) de las últimas dos -petróleo y telecomunicaciones- de cinco enmiendas constitucionales privatizadoras propuestas este año por Cardoso es un claro ejemplo de aquel impacto no deseado por la oposición.

Petrobrás fue durante cuatro décadas modelo de la acción estatal en un área estratégica del desarrollo nacional.

Pero hoy produce apenas el 50% de la demanda nacional y Brasil es el único entre siete países, que aún mantiene un monopolio estatal de hidrocarburos, que importa petróleo. Más aun, sus mayores reservas conocidas son "off shore" y carece del dinero y la costosa teconología de explotación.

Sin embargo, la continuidad del proceso en las etapas siguientes será revelador. En primer lugar porque la oposición de izquierda y centroizquierda brasileña tendrá que asimilar la lección sobre la caducidad de los métodos tradicionales de lucha y en segundo porque a este impulso privatizador le seguirá el ordenamiento jurídico de las enmiendas constitucionales. Y ya se sabe, la clase dirigente brasileña -incluyendo al propio Cardoso- es renuente a sucumbir en forma irrestricta a la seducción de la globalización.

Oscar Raúl Cardoso

Un "halcón" privatista

BRASILIA (Enviada especial). - Inocencio de Oliveira lidera a los diputados del Partido del Frente Liberal (PFL), los halcones de la alianza política que sostienen al gobierno de **Fernando Henrique Cardoso**. Su discurso, como ocurre siempre con los hombres de la derecha conservadora, no conoce los matices del gris.

Para este legislador, que puja por convertir al PFL en la principal fuerza de apoyo del presidente, "el Estado tiene que actuar en sus áreas específicas: salud, educación y seguridad. Y dejar a la iniciativa privada las inversiones, la generación de empleos y de impuestos".

De Oliveira sostiene que "apenas cinco naciones en el mundo mantienen el monopolio petrolero, pero todas son grandes productoras y exportadoras. En cambio, el Brasil no logró alcanzar su autosuficiencia".

Muchos sugieren que, expuesta a la competencia, Petrobrás irá a la quiebra. Pero De Oliveira cree que la empresa "tiene una gran capacidad técnica y recursos humanos formados. La realidad es que la frase 'el petróleo es nuestro' será verdadera cuando lo explote Brasil".

02.02

PT

Aumentam chances da ala moderada

Grupo de Genoíno apóia chapa da Articulação em convenção municipal neste domingo

A adesão do grupo "Democracia Radical" à chapa liderada por Jilmar Tatto, candidato da "Articulação" à presidência do diretório municipal do PT em São Paulo, aumentou as chances da ala moderada do partido de retomar o controle do partido na Capital. A eleição da presidência e dos novos membros do diretório está marcada para este domingo, na sede do Sindicato dos Bancários.

No sábado, na abertura da convenção municipal, Tatto contava com aproximadamente 42% das preferências. O grupo "Democracia Radical" é liderado pelo deputado federal José Genoíno e é considerado o mais moderado do partido. Essa facção conta com cerca de 12% dos votos na convenção. Outro motivo que contribuiu para o fortalecimento da ala moderada no partido foi a divisão da tendência "Hora da Verdade", que neste domingo disputará a eleição com duas chapas: uma de centro-esquerda e outra com melhor trânsito entre os radicais. O grupo controla o diretório há dois anos.

A eleição do diretório terá dois turnos e ambos serão realizados hoje. O atual presidente do PT na Capital, Cândido Vacarezza, que disputa a reeleição pela "Hora da Verdade" — tendência liderada pelo deputado estadual Rui Falcão e considerada a ala mais próxima do chamado "centro" do partido —, conta com o apoio de cerca de 28% dos delegados da convenção. A candidata da extrema esquerda, Sônia Hyppólito, que disputa a presidência do diretório pelo grupo dissidente da "Hora da Verdade", também calcula que tem o apoio de 28% dos delegados.

DISPUTA DIVIDE ALA ESQUERDA DO PARTIDO

A avaliação dos participantes da convenção é que, caso a disputa no segundo turno da eleição fique entre Tatto e Sônia, o primeiro deve levar a presidência. Nesse caso, a tendência "Hora da Verdade" o apoiaria e isolaria Sônia. Mas no caso de um embate entre Vacarezza e Tatto, o atual presidente do diretório municipal teria mais chances de se reeleger.

A única certeza durante a abertura da convenção é a de que a ala de extrema esquerda perderá espaço na nova composição do diretório. "A base do partido está insatisfeita com esse pessoal", comentou ontem o ex-deputado José Dirceu, ligado à "Articulação". Segundo Dirceu, existe um acordo tácito entre a "Articulação" e a "Hora da Verdade" para que cada grupo ocupe aproximadamente metade das vagas na nova executiva.

Radicais perdem espaço para moderados do PT

Eleição de delegados para escolha de Diretório Municipal indica alteração de forças

VERA ROSA

As tendências de extrema esquerda estão perdendo espaço no PT. Em contrapartida, a moderada "Articulação" — corrente do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva — ganhou fôlego e foi a que mais cresceu de 1993 para cá (de 20% para 28%). A nova composição de forças começou a ser delineada com a eleição dos 708 delegados que vão escolher, no dia 25, o presidente do Diretório Municipal para o biênio 1995-1997. A disputa na Capital, em dois turnos, sinaliza como será dividido o poder nos diretórios estadual e nacional do PT, com eleições marcadas para julho e agosto.

O agrupamento "Na Luta, PT", que reúne as facções mais radicais do partido, conseguiu fazer cerca de 10% dos delegados. Há dois anos, os chamados xiitas chegaram ao encontro do PT paulistano com aproximadamente 17%. Ao lado de correntes como "Democracia Socialista" e "Vertente Socialista", também de esquerda, somavam 40%. Na época, todos se uniram em torno de outra tendência de esquerda, a "Hora da Verdade" (HV). A aliança tornou-se imbatível, dando a vitória a Cândido Vaccarezza, da HV, que hoje concorre à reeleição para a presidência do Diretório Municipal.

De lá para cá, divórcios movimentaram o cenário petista. Para começar, a "Hora da Verdade" rachou. A corrente, que foi íntima dos grupos de extrema esquerda, acabou protagonista de uma série de divergências políticas entre seus integrantes — a última delas envolvendo a posição do PT diante da greve dos petroleiros. Resultado: a HV disputará a eleição do Diretório Municipal com duas chapas, uma de centro-esquerda e outra com melhor trânsito entre os mais radicais.

Desde 1993, a HV controla a maioria dos cargos na cúpula do partido. Sua maior ala, comandada pelo deputado estadual Rui Falcão, vice-presidente nacional do PT, está hoje mais próxima do chamado "centro" (moderados da "Articulação") na composição de forças da legenda e concorrerá à presidência do Diretório Municipal com a chapa encabeçada por Vaccarezza. Ter. cerca de 28% dos votos. A aproximação com o grupo de Lula é tão evidente que essa fatia da HV estuda até a possibilidade de apoio ao nome de Aloízio Mercadante, da "Articulação", para candidato do PT à prefeitura de São Paulo, em 1996.

CORRENTE DE LULA FOI A QUE MAIS CRESCEU

A dissidência da HV, liderada por Valter Pomar — secretário de Comunicação do PT estadual —, lançou Sônia Hypolito para o Diretório Municipal. Com o aval das correntes "Democracia Socialista" e "Fórum Socialista", Sônia conta até agora com votos de cerca de 18% dos delegados e espera obter o apoio das facções de extrema esquerda. Se isso ocorrer, poderá também chegar a 28%, mas a situação está difícil. Ao menos por enquanto, nem todos os radicais do agrupamento "Na Luta, PT" mostram-se dispostos a apoiar Sônia, atualmente na Executiva Nacional. a tendência trotskista "O Trabalho" e a ala de Luiz Eduardo Greenhalgh, outro vice-presidente do partido, ainda não se definiram.

O candidato da "Articulação" à presidência do PT paulistano é Gilmar Tatto, que está tecnicamente empatado com Vaccarezza, já que a corrente de Lula também elegeu cerca de 28% dos delegados. Integrante da Executiva Municipal, Tatto espera ter o aval dos independentes e de setores da "Democracia Radical", a facção mais moderada do PT, liderada pelo deputado federal José Genoíno e vista como sendo "de direita". Com 12% dos delegados, a "Democracia Radical" ainda não decidiu, porém, se lançará candidato para "marcar posição" até o final da disputa ou apenas no primeiro *round*. Só um fato é certo: por divergências históricas, o grupo de Genoíno descarta aliança com Vaccarezza ou com Sônia Hypolito.

02.02

150734
29.06.95

CONEXÃO CUMBICA

Políticos controlam alfândega no País

Partidos loteiam cargos em portas de entrada de produtos importados, como portos e aeroportos

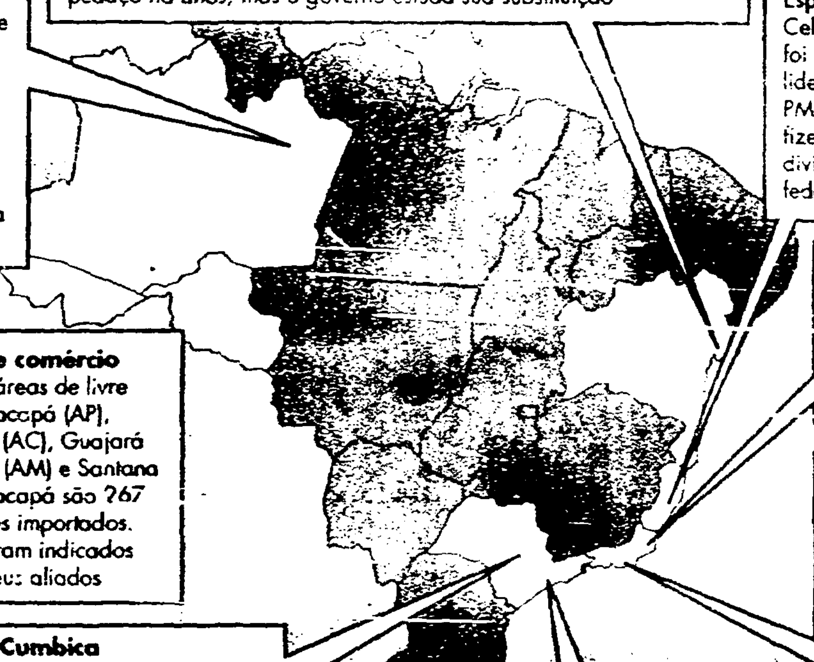
PODER NO BALCÃO

Quem controla as principais portas de entrada do País

Zona Franca de Manaus
O senador José Sarney (PMDB) divide o controle da área com o governador Amazonino Mendes (PPR), que indicou o superintendente Manoel da Silva Rodrigues

Porto de Salvador
O ex-deputado Jorge Medauar, afilhado do ex-deputado Genebaldo Correia (PMDB), cassado depois da CPI do Orçamento, manda no pedaço há anos, mas o governo estuda sua substituição

Porto de Vitória
O presidente da Companhia Docas do Espírito Santo, Afonso Celso Andara da Silva, foi indicado por lideranças do PSDB, PMDB e PFL, que fizeram um acordo para divisão dos cargos federais no Estado



Porto do Rio
O novo presidente da Companhia Docas do Rio é o tucano Mauro Campos

Áreas de livre comércio
A Suframa tem áreas de livre comércio em Macapá (AP), Cruzeiro do Sul (AC), Guajará (RO), Tabatinga (AM) e Santana (AM). Só em Macapá são 267 lojas de produtos importados. Os diretores foram indicados por Sarney e seus aliados

Aeroporto do Galeão
No Aeroporto Internacional do Rio, a chefia da Polícia Federal é controlada pelo senador Romeu Tuma (PL-SP), ex-diretor da PF. Na Receita, quem manda é o deputado Francisco Dornelles (PPR)

Aeroporto de Cumbica
O maior aeroporto internacional do País, em Guarulhos, era controlado desde o fim do governo Collor pelo deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP). Com a demissão do ex-chefe da alfândega Aramis da Graça Pereira de Morais, seu apadrinhado, o posto está temporariamente órfão

Porto de Santos
O PMDB emplacou há um mês Marcelo Azeredo, ex-quercista, na presidência da Companhia Docas de São Paulo. Deputados de outros partidos ligados à região agora disputam outras diretorias na companhia

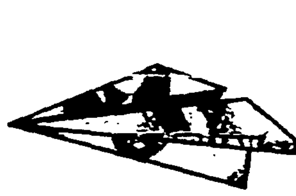
BRASÍLIA — A Zona Franca de Manaus deixou de ser paraíso fiscal exclusivo dos políticos amazonenses. O presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), criou sua própria zona franca, aproveitando as áreas de livre comércio para instalar em Macapá, capital do Amapá e mais importante centro de venda de produtos importados da região depois de Manaus.

Sarney fez mais: manteve sob seu controle político a diretoria responsável pelas ações regionais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), estendendo sua influência às áreas de livre comércio de Cruzeiro do Sul (AC), Guajará (RO), Tabatinga (AM) e Santana (AM). A diretoria foi ocupada por Marlênio Oliveira. Para a superintendência adjunta foi nomeado Antônio Feijão, indicado pelo ex-senador Jonas Pinheiro, aliado de Sarney.

A Suframa, por sua vez, acabou nas mãos do governador Amazonino Mendes (PPR), que nomeou o superintendente Manoel da Silva Rodrigues. A zona franca de Sarney em Macapá tem 267 lojas de produtos importados. Protegidas pela Constituição, essas áreas têm existência garantida até o ano de 2013 pelo menos. Com tantas regalias, a Zona Franca se deu ao luxo de montar uma espécie de posto avançado no Congresso: uma bancada de 107 deputados e 27 senadores.

Outras portas de entrada de produtos importados no País também despertam o interesse dos políticos, como no caso da alfândega do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, agora sob investigação da Receita e da Polícia Federal. Nos últimos dois meses, o governo nomeou os dirigentes de pelo menos três companhias estatais que controlam portos brasileiros — Santos (SP), Rio de Janeiro e Vitória (ES) —, atendendo a indicações de aliados do PMDB, do PSDB e do PFL. Outro porto importante, o de Salvador, é comandado até hoje pelo ex-deputado Jorge Medauar, afilhado do ex-líder do PMDB Genebaldo Correia, cassado depois da CPI do Orçamento.

Para a Companhia Docas de São Paulo, que administra o porto de Santos, foi nomeado há um mês Marcelo Azeredo. Ex-quercista, ele foi indicado pelo PMDB de São Paulo. A escolha frustrou deputados de Santos e o governador Mário Covas (PSDB), que contavam com a vaga.



AFILHADO DE GENEBALDO AINDA MANDA EM SALVADOR

"Gostaríamos de ter indicado o presidente", disse o deputado Beto Mansur (PPR-SP), que negocia com colegas do PSDB e do PTB para indicar cinco diretores da Codesp.

O presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Mauro Campos, foi sugestão da bancada do PSDB. Candidato a deputado federal que não se elegeu, Campos é apontado pela bancada do Estado como um administrador competente [illegible] um bom sujeito", disse o oposicionista Miro Teixeira (PDT-RJ), que nada teve a ver com a indicação.

Nomeado há três semanas, o novo presidente da Companhia Docas do Espírito Santo, Afonso Celso Andara da Silva, foi indicado com a aprovação de lideranças do PSDB, PMDB e PFL, que fizeram um acordo para dividir os principais cargos federais no Estado. No porto de Salvador, o governo procura um substituto para Medauar, o afilhado de Genebaldo, mas o PMDB não consegue se entender. O ministro dos Transportes, Odacir Klein, já avisou que não nomeia "nem morto" o nome apresentado pelo partido, o do ex-deputado [illegible] Geddel Vieira Lima [illegible]

01-01

9508116

9508117
Dentistas Brasileiros em Portugal pedem apoio a I. Franco.
150029
18.06.95
507402
11164
11399
Portugal

PORTUGAL

Dentistas pedem apoio de Itamar

Odontólogos brasileiros ameaçam processar o governo português

NORMA COURI
Especial/ZH

Lisboa — Os dentistas brasileiros informaram na sexta-feira ao embaixador brasileiro em Portugal, Itamar Franco, que vão processar o governo português e a Associação Portuguesa de Médicos Dentistas (APMD). Depois de guerrear oito anos em vão para ter seu diploma reconhecido e equiparado ao dos colegas portugueses, numa epopéia que perdura o mandato de três presidentes brasileiros, os dentistas deram um basta. "Chega de portarias, reuniões, apertos de mão e vamos ao que interessa", disse o presidente da Associação Brasileira de Odontologia (ABO) em Portugal, o gaúcho Cassiano Scapini, 28 anos.

Segundo os dentistas, o governo português não está honrando o Acordo Cultural, assinado em 1966 e ainda em vigor, que daria aos brasileiros em Portugal direitos iguais aos dos portugueses. Itamar Franco garantiu que a resolução do problema é prioridade da sua agenda em Portugal. Com base no parecer de vários juristas, os brasileiros têm razão: a equivalência e integração na APMD deveriam ser automáticas. Os portugueses não têm direito de exigir que os brasileiros voltem à faculdade para cumprir uma carga horária que eles julgam razoável — 5.200 horas. Entre os 619 dentistas brasileiros em Portugal, há apenas 26 inscritos para as provas da APMD. Quase todos respondem a processos de colegas portugueses contra "burla profissional".

Na ação, os brasileiros querem que o governo português seja condenado ao reconhecimento de direitos que estão explícitos no Acordo Cultural, no Tratado de Amizade e Consulta e na Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasil e Portugal. O ex-cônsul do Brasil em Portugal e atual chefe do departamento jurídico do Itamaraty, Affonso Massôt, garantiu apoio aos direitos jurídicos dos brasileiros. Itamar também tranqüilizou os imigrantes.

01.01

9508118
Seminário Formação de Quadros para a Integração Regional
150029
21.06.95
007482
1164
1399
10223

INTEGRAÇÃO 21/6 ZH

Falta de pessoal afeta a Amazônia

Manaus — Representantes do Brasil, da Argentina, da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do México, do Paraguai, do Peru, do Uruguai, da Venezuela e do Chile estão no Amazonas participando do seminário *Formação de Quadros para a Integração Regional*. Na abertura do encontro, que se encerra no sabado, o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, destacou que a falta de recursos humanos capacitados para enfrentar os problemas da Amazônia é a maior dificuldade da região.

01.01 9508118

DIPLOMACIA

Fernando Henrique e Scalfaro firmam acordo

Pelo protocolo, os trabalhadores brasileiros e italianos poderão usufruir do sistema previdenciário de ambos os países

Brasília

Um acordo firmado ontem entre os presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e da Itália, Oscar Luiggi Scalfaro, vai permitir que trabalhadores brasileiros e italianos possam usufruir do sistema previdenciário dos dois países. O trabalhador brasileiro que estiver na Itália e o italiano que trabalhar no Brasil podem continuar contribuindo para a Previdência de seu país de origem por um período de dois anos. O acordo prevê ainda que o tempo de serviço em cada país pode ser acumulado para o cálculo do período de contribuição exigido para que esses trabalhadores se aposentem.

A troca de experiências na área de previdência começa com a Itália. Mas a idéia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil é estender o acordo aos países que integram o Mercosul.

O protocolo assinado ontem precisa ainda ser ratificado pelos dois presidentes. A intenção é tornar mais claras as regras de usufruto dos sistemas previdenciários dos dois países. No caso de divisão do tempo de serviço entre um país e outro, o trabalhador brasileiro ou italiano beneficiados terão os custos de aposentadorias ou serviços de atendimento médico rateados entre os institutos de Previdência de Brasil e Itália. Esses trabalhadores, no Brasil ou na Itália, poderão ainda ser atendidos pelos sistemas de saúde dos dois países.

Outro protocolo verbal foi firmado na área de cooperação em turismo. Fernando Henrique e Scalfaro conversaram longamente, antes da assinatura do ato, em Brasília. Depois do encontro do Palácio do Planalto, Fernando Henrique ofereceu banquete no Itamaraty ao presidente italiano.

AG/JDI

Scalfaro é cidadão da capital paulista

□ **São Paulo** — Desde ontem, o presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro, ostenta o título de cidadão da maior cidade italiana fora de seu país: São Paulo. Pelo menos 5 milhões dos 10 milhões de brasileiros que vivem na cidade são descendentes diretos dos imigrantes italianos. Ao discursar agradecendo a homenagem, ele contou a história de um tio, Paolo, que chegou a tentar a sorte no Brasil. No final do século passado, munido de um diploma de curso técnicoo, tio de Scalfaro se mudou para São Paulo, mas, doente, voltou para a Itália.

9508120
Senado aprova 2 emendas do governo.
150029
28.06.95
1507482
11364
11302
11312
11392

CONSTITUIÇÃO

Senado aprova duas emendas do governo

Passaram a cabotagem e a empresa nacional

Brasília

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda constitucional que altera o conceito de empresa nacional e a que abre a navegação de cabotagem. Por 63 votos a 14, e nenhuma abstenção, os senadores retiraram do texto da Constituição os privilégios concedidos à empresa brasileira de capital nacional. Com esta mudança, empresa brasileira passa a ser aquela constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no país. A abertura da navegação de cabotagem às empresas estrangeiras foi aceita por 63 votos a favor, oito contra e três abstenções. O segundo turno das votaçoes ocorrerá em agosto, depois do recesso.

Apesar de inúmeros discursos, a sessão de ontem transcorreu sem surpresas. Os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Roberto Requião (PMDB-PR), Onofre Quinan (PMDB-GO), Emília Fernandes (PTB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PP-SE), divergindo de seus partidos, rejeitaram a proposta de alteração do conceito de empresa nacional.

O presidente do PPR, senador Esperidião Amin (SC), aliado do governo, lembrou que o favorecimento às empresas brasileiras não foi revogado na frustrada revisão constitucional do ano passado porque faltaram três votos. Segundo Amin, os então senadores Fernando Henrique Cardoso e José Serra, hoje ministro do Planejamento, ambos do PSDB de São Paulo, não compareceram à sessão. O vice-presidente Marco Maciel estava lá, mas se absteve de votar. "É bom ver o presidente Fernando Henrique corrigir a falta física que fez no dia em se votou essa proposta na revisão", disse Amin. Seu discurso coincidiu com a chegada em plenário do ministro José Serra, que logo se retirou para conversar com os senadores na sala do café.

O senador Lauro Campos (PT-DF), reagindo à modificação do conceito de empresa nacional, disse que se sentia como se estivesse no plenário do Senado dos Estados Unidos. "Só falta os senhores falarem inglês", ironizou. Além de Campos, também rejeitaram a emenda os senadores petistas Marina Silva (AC), José Dutra (SE) e Eduardo Suplicy (SP), Ademir Andrade (PSB-PA) e os pedetistas Júnia Marise (MG), Ernandes Amorim (RO), Sebastião Valadares (AP) e Darcy Ribeiro (RJ).

9508121
A12 ... Esquerda lança movimento
150629
30.06.95
507482
11164
1.304
.302

...a lança movimento

PARTIDOS ... líderes começam a organizar uma nova legenda

Ala insatisfeita da esquerda

Descontentes com os resultados das ações da oposição neste ano, vários

RUDOLFO LAGO
Sucursal/Brasília

Um novo partido de esquerda deverá começar a nascer a partir da primeira quinzena de agosto. Nesse período, numa data que ainda será definida, será lançada a revista *Esquerda 21*, que divulgará as idéias do movimento *Esquerda Democrática*, um grupo de parlamentares insatisfeitos com a ação da esquerda nesse primeiro semestre e com a falta de alternativas da oposição às propostas do governo.

"A esquerda foi ignorada nesse primeiro semestre de governo Fernando Henrique Cardoso", resume o senador Roberto Freire (PPS-PE), um dos idealizadores da *Esquerda Democrática*. O movimento reúne descontentes de várias legendas — deputados e senadores que estão se sentindo alijados pela atual orientação dos seus partidos.

Do PT, participam os deputados José Genoino (SP) e Paulo Delgado (MG) e a senadora Marina Silva (AC), que não concordam com a decisão de seu partido de ignorar a revisão constitucional sem oferecer propostas que se contraponham às teses do governo. Do PSDB, estão parlamentares como Domingos Leonelli (BA) e Almino Afonso (SP), contrários às propostas mais liberais de Fernando Henrique, como a quebra do monopólio do petróleo. Do PMDB, entre outros, figuram os deputados Zaire Rezende (MG) e Rita Camata (ES). Participa ainda o deputado Luiz Piauhylino, que deixou o PSB inconformado com a estratégia do partido, semelhante à do PT, na votação dos temas da reforma.

Oficialmente, os parlamentares da *Esquerda Democrática* negam que o movimento seja o embrião da formação de uma nova sigla. "Nós não queremos criar atritos com os nossos partidos de origem", explica o deputado José Genoino. "Vamos lançar idéias que valem para todos os partidos de esquerda", continua Leonelli. Eles admitem, porém, que, certamente, passarão a trabalhar em conjunto nas votações e discussões do Congresso no semestre que vem. "A revista não será teórica, porque não somos teóricos", afirma Leonelli.

O movimento quer participar da reforma constitucional no próximo semestre com propostas concretas para as reformas tributária e previdenciária e para a abertura da economia. Essas propostas serão veiculadas na revista mensal, editada pelo jornalista Carlos Marchi e distribuída a líderes partidários, políticos e sindicais e a formadores de opinião.

9508122
Min. Motta pede a franceses que invistam em telefonia
150734
16.06.95
507462
11164
11399
Energia
Inv. ext.
11312
11411

Meta é abrir concorrências até fim do ano

Telefonia celular e comunicação de dados serão as primeiras áreas abertas ao capital privado

O ministro Sérgio Motta garantiu aos empresários franceses que até o final de julho todas as emendas constitucionais da Ordem Econômica estarão aprovadas. Segundo ele, isso permitirá que no máximo até o final do ano sejam abertas concorrências para a telefonia celular e comunicação de dados.

Na opinião de Motta, essa é a área de mais fácil regulamentação e pode ter resultados em curto prazo. A tarefa mais complexa é a reestruturação das 27 empresas telefônicas estaduais, que deverão ser reduzidas para oito ou nove. De acordo com Motta, isso se fará com a criação de empresas que tenham viabilidade econômica, para só a partir daí desencadear a privatização.

O ministro explicou que o objetivo é manter o Estado como um grande órgão regulador, que vai controlar os contratos de concessão, enquanto a Embratel continuará existindo como operadora dos grandes sistemas via satélite. A preservação da Embratel não agrada a alguns consórcios da área de satélites, com projetos no Brasil. Motta, contudo, insiste em sua manutenção para garantir o uso democrático do sistema. **(R.J.)**

TELECOMUNICAÇÕES

Motta pede a franceses que invistam no País

Segundo ministro, reforma do setor é a que oferece chances mais imediatas para o capital externo

PARIS — O ministro Sérgio Motta lançou ontem um apelo "à ousadia e à capacidade de investir" dos empresários franceses para que participem ativamente do processo de abertura da economia brasileira. Segundo Motta, os franceses não devem repeir os erros do passado, quando perderam excelentes ocasiões de investimentos no Brasil.

O apelo do ministro, feito durante almoço na Embaixada do Brasil, reuniu dirigentes de grandes grupos industriais franceses como Alcatel, Matra, Arianespace, mas também empresas estatais, como a France Telecom. O ministro afirmou que o Brasil estava muito interessado na experiência de privatização francesa, que preservou o patrimônio público.

Motta informou os empresários franceses que no segundo semestre será dado o grande passo para a desindexação da economia brasileira, que considera indispensável para alcançar a estabilidade. De acordo com ele, depois o governo vai cuidar da reforma política, imaginando, entre outras coisas, a introdução do voto distrital misto.

O ministro lembrou que já foi aprovada a emenda constitucional que acaba com a discriminação contra o capital estrangeiro, obstáculo que dificultava a captação de investimentos. Segundo ele, de todas as reformas, a do setor de telecomunicações é a que oferece possibilidades mais imediatas para o capital externo, com um mercado estimado em R$ 33,5 bilhões nos próximos quatro anos. O ministro garantiu que a quebra do monopólio estatal vai permitir uma verdadeira revolução no setor de telecomunicações. "Pretendo mudar toda a estrutura dos Correios, adotando como base o modelo francês", adiantou. **(Reali Júnior, correspondente)**

01.01

9508122

9508123.
RP de França defende a proposta de Cardoso em cúpula del G7
150734
15.06.95
507482
1164
1399
França
Grupo 7

Chirac defenderá proposta de FH na cúpula

Presidente francês vai apresentar proposta para reforçar a coordenação entre os bancos centrais

REALI JÚNIOR
Correspondente

PARIS — O presidente da França, Jacques Chirac, vai defender na reunião dos líderes dos sete países mais ricos do mundo (G-7), em Halifax, um reforço da coordenação entre as diferentes economias e o aprofundamento da cooperação monetária internacional. A medida é ambicionada pelos chamados países de economia emergente e tinha sido pedida a Chirac pelo presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso.

Ontem, pouco antes de embarcar para Washington (primeira escala de sua viagem à América do Norte), o presidente francês comunicou ao Palácio do Planalto que encaminhou a seu ministro da Economia as sugestões contidas na carta de seu colega brasileiro. Uma fonte diplomática do Palácio do Eliseu, em Paris, revelou que Chirac pretende apoiar-se na carta de Fernando Henrique para evidenciar a preocupação dos países emergentes com o quadro de instabilidade dos atuais fluxos internacionais de capitais.

CARTA PEDE MAIOR COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Coordenação — Na carta, que foi entregue a Chirac pelo embaixador brasileiro em Paris, Carlos Alberto Leite Barbosa, Fernando Henrique sugere a criação de mecanismos internacionais para consultas e coordenação entre governos, além de medidas específicas destinadas a prevenir problemas e encaminhar soluções por meio de uma maior cooperação entre os bancos centrais de todo o mundo.

Outra sugestão diz respeito à necessidade de ampliar a coordenação das políticas macroeconômicas entre os países. Os encontros entre as autoridades monetárias de países que podem ter um impacto no mercado financeiro internacional, não apenas os mais ricos, devem ocorrer com maior freqüência, segundo a sugestão que será defendida por Jacques Chirac no Canadá. A reunião do G-7 se realiza de hoje a sábado.

01.01 9508123

9508124
Geraldo Brindeiro es el nuevo Procurador General de la República.
150029
16.06.95
507482
11164
11802

por Jobim

tilo mais discreto no cargo

Novo procurador-geral foi indicado

Geraldo Brindeiro, sucessor de Aristides Junqueira, deu mostras de que adotará um es

LUCIANE AQUINO
Sucursal Brasília

A escolha de Geraldo Brindeiro para o cargo de procurador-geral da República foi uma vitória do ministro da Justiça, Nélson Jobim. O nome de Brindeiro era o segundo na lista de preferências de Jobim, e passou a ser o primeiro quando o de José Arnaldo da Fonseca foi bombardeado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Associação de Procuradores da República. O aval de Jobim foi tão forte que fez sombra até ao lobby do primo de Brindeiro: o vice-presidente Marco Maciel. O ministro esteve presente na hora do convite oficial a Brindeiro, feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, na tarde da última terça-feira. Maciel não participou do encontro.

Quarta-feira, Brindeiro foi visitar o presidente do Supremo, Sepúlveda Pertence, e já demonstrou que não vai seguir a linha do seu antecessor, Aristides Junqueira. Brindeiro falou pouco, gaguejou muito, afirmou que ainda não sabe quem será seu vice e disse que só vai falar depois da aprovação do seu nome pelo Senado, na semana que vem. Aristides é famoso — e criticado — pela sua eloqüência com a imprensa.

O motivo de Jobim para gostar de Brindeiro é a afinidade jurídica. Ambos têm a mesma visão sobre o Poder Judiciário. Como o ministro, o novo procurador-geral da República acha que os tribunais devem trabalhar mais rápido, com mais técnica e com mais eficiência. Ambos concordam, por exemplo, que o STF não deve julgar um caso se já tomou uma decisão sobre outro igual anteriormente.

Os contrários à tese afirmam que o acesso ao STF como última instância é direito de todos e deve ser preservado, mesmo às custas da morosidade. Os juristas opositores ao chamado efeito vinculante também afirmam que, com isso, os juízes de instâncias inferiores se transformariam em meros repetidores de decisões do STF, sem independência.

Vice-procurador-geral eleitoral até 1994, Brindeiro, 46 anos, é casado e tem três filhos. O novo procurador-geral é especialista em legislação eleitoral e agrária e fala fluentemente francês e inglês, além de dominar o grego clássico e o latim. Brindeiro também leciona Direito na Universidade de Brasília.

ARQ. BANCO DE DADOS ZH — 5.11.91

Comissão aprova nome de Brindeiro por unanimidade

BRASÍLIA — Depois de rápida e cordial sabatina, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, o nome do pernambucano Geraldo Brindeiro para suceder ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Brindeiro defendeu o controle externo do Judiciário e mudanças na forma de atuação do Ministério Público Federal, com o fim do direito à filiação de procuradores a partidos políticos, durante o depoimento aos senadores. E quer que a Procuradoria-Geral atenha-se às funções constitucionais de defesa da ordem jurídica, direitos individuais e instituições democráticas.

Ex-coordenador da Câmara Constitucional do Ministério Público, 46 anos, Brindeiro é primo do vice-presidente, Marco Maciel. A sabatina durou pouco mais de uma hora e a desenvoltura do sucessor de Junqueira agradou. "Acho que agora teremos um Ministério Público mais técnico, mais jurídico, e menos engajado politicamente", resumiu o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Nem mesmo a oposição manifestou-se contra e o futuro procurador-geral teve a seu favor os 21 votos dos presentes. O nome de Brindeiro será submetido agora ao plenário do Senado — ainda hoje se houver quórum. A posse será no dia 28.

01.01 9508124

DIPLOMACIA

Brasil simplifica naturalizações

Portaria do Ministério da Justiça diminui exigências para a obtenção da cidadania brasileira

Uma portaria do Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial de quarta-feira, simplificou o processo de naturalização de estrangeiros no Brasil. O processo, que antes levava seis meses para ser concluído, será feito no máximo em quatro e diminuirá os trâmites burocráticos e as exigências esdrúxulas a que o requerente era submetido.

Atualmente, cerca de 2 mil pessoas procuram a Polícia Federal para legalizar a situação no Brasil. A maioria é de latino-americanos, mas também há muitos portugueses, italianos e libaneses. Apesar deste cálculo, o governo não sabe quantos estrangeiros estão de forma irregular no país.

A partir de agora, o estrangeiro não precisa juntar ao processo os certificados de bons antecedentes de todos os locais onde residiu, antes de chegar ao Brasil. Esta investigação será feita pelo próprio Ministério da Justiça, que firmou convênio com a Interpol, economizando tempo do processo.

A portaria acabou também com um constrangimento a que o estrangeiro era submetido ao pedir a naturalização. Antes, ele precisava responder a um questionário sobre as sua leituras preferidas, sua formação política e se pertencia a alguma associação ou partido no país de origem. As entrevistas que o estrangeiro era obrigado a fazer na Justiça Federal também foram abolidas. Agora ele será entrevistado pelo Serviço de Tráfego Internacional, do Ministério da Justiça.

O estrangeiro também não precisará mais apresentar todos os seus passaportes para comprovar seu tempo de permanência no Brasil. O governo é que se encarregará disso, através do Sistema de Tráfego Internacional (STI). Nos formulários de naturalização, constarão os nomes dos filhos e do cônjuges, se brasileiros. Isso facilitará a avaliação da situação do estrangeiro, em caso de cometer crime.

"Com estas modificações, vamos apressar os processos pendentes e os que serão feitos nos próximos anos", avalia o diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, Luiz Telles. A Polícia Federal vai realizar um levantamento para apurar quantas pessoas foram naturalizadas entre 1970 e 1995.

COMO FICA

Algumas modificações facilitaram a regularização dos estrangeiros no Brasil:

- O boletim de sindicância agora contém só informações essenciais e relação de documentos exigidos, para evitar ação de despachantes
- A pesquisa de bons antecedentes será feita pelo governo brasileiro em parceria com a Interpol, substituindo os certificados dos países em que o estrangeiro morou
- O governo também se encarregará de pesquisar se o candidato se ausentou por muito tempo do país, sem necessidade de apresentação dos passaportes anteriores

9508126
Câmara encerra primeira fase da reforma constitucional.
150029
21 06 95
507482
11164
11302
11312
11392

Câmara encerra primeira fase da reforma

Os deputados confirmaram na sessão de ontem, por 360 votos contra 129, a quebra do monopólio da Petrobrás

LUIZA DAMÉ
Sucursal/Brasília

A Câmara terminou ontem a primeira etapa da reforma constitucional, ao aprovar em segundo turno a emenda que quebra o monopólio do petróleo. A sessão não teve o quórum do primeiro turno, quando compareceram 508 deputados, mas a proposta foi aprovada com folga: 360 votos favoráveis (eram necessários no mínimo 308), 129 contra e uma abstenção. "O quórum alto em todas as sessões da reforma resgata a imagem do Legislativo", comemorou o presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), logo depois de anunciar o resultado final. A emenda acaba com 42 anos de monopólio da Petrobrás na pesquisa, na exploração, no refino e no transporte de petróleo.

Ontem mesmo, Luís Eduardo entregou o texto aprovado para o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), ritual que repetiu depois das sessões de votação das outras quatro emendas da ordem econômica. A emenda do petróleo será votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e depois vai a plenário para duas votações, só em agosto. A Câmara terá pela frente as reformas previdenciária (já tramitando), administrativa e tributária.

Como na sessão do primeiro turno, ontem Luís Eduardo teve de convocar os seguranças da Câmara. Contrários à emenda, populares batiam nos vidros das galerias e chamavam os parlamentares de ladrões. A pedido dos deputados de oposição, Luís Eduardo acabou mudando de idéia e concordou em não esvaziar as galerias, desde que os presentes se comportassem segundo o regimento da Câmara.

PLACAR

A emenda que quebra o monopólio estatal do petróleo foi aprovada em segundo turno na Câmara com

360	votos favoráveis
129	votos contrários
1	abstenção

"Não vou admitir faixas ofensivas e gestos obscenos", disse Luís Eduardo. Mesmo assim, alguns manifestantes levantaram uma faixa contra o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que defendeu a proposta do governo.

Também ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso devolveu ao Congresso a tarefa de decidir sobre a convocação extraordinária dos parlamentares em julho. "Nunca entrei em confronto com o Congresso e não o faria agora", disse FH aos líderes dos partidos aliados. "Se o Congresso achar que os projetos podem ser votados agora, e for do interesse nacional convocar, então que o faça." Luís Eduardo e o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), são contrários à convocação extraordinária e admitem adotar a medida apenas se houver um pedido de Fernando Henrique. Sarney e Luís Eduardo conversam hoje com o presidente no Palácio do Planalto.

"Não há uma situação excepcional que nos autorize a convocar o Congresso", afirmou o presidente do Senado. "O prolongamento das sessões legislativas só se justificaria se houvesse algo de muita urgência ou de alto interesse nacional."

TRIBUNAL DE CONTAS

Governo Itamar fez poucos investimentos

O relatório do TCU será apresentado quinta

EDSON LUIZ
Sucursal/Brasília

Os ministérios do governo Itamar Franco não chegaram a gastar 60% dos seus orçamentos no ano passado. Obras prioritárias para o país, como a melhoria das rodovias, deixaram de ser feitas em conseqüência disso. Esta deverá ser uma das observações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), depois de analisar as contas do ex-presidente. O TCU vai apresentar o relatório nesta quinta-feira, abordando, além do Orçamento, os efeitos da renegociação da dívida externa brasileira — feita em 1992 pelo atual ministro da Fazenda, Pedro Malan — na economia do país.

O relatório, preparado pelo ministro Ademar Ghisi, tem quase 500 páginas e servirá de orientação para o Congresso aprovar ou rejeitar as contas do governo Itamar Franco. "Nós apenas damos o parecer técnico, a conclusão é do Legislativo", informa Ghisi.

Uma das conclusões do tribunal é de que a administração de Itamar Franco pouco investiu no ano passado. Uma das causas foi a demora na aprovação do Orçamento de 1994, que só foi avaliado pelo Congresso no dia 9 de novembro, quando faltava apenas pouco mais de um mês para o final do governo. "A culpa não é só do Legislativo, mas também do Executivo, que sempre atrasou o envio da lei orçamentária", diz um assessor do TCU.

Um dos exemplos dados no relatório do ministro Ademar Ghisi é o Ministério dos Transportes. Durante todo o ano, os gastos não chegaram nem a 60% do orçamento. A malha viária brasileira não recebeu qualquer investimento no ano passado. Pelos cálculos do TCU, o dinheiro que não foi gasto daria, por exemplo, para fazer toda a duplicação da BR-101 em Santa Catarina, uma das mais antigas reivindicações da população do Estado. Os mesmos problemas ocorreram nas áreas de Saúde e Educação.

Anões do Orçamento

Boa parte dos parlamentares acusados em 1994 de desviar recursos públicos continua ligada à atividade política

mantêm influência

RUDOLFO LAGO
LAURO RUTKOWSKI
Sucursal/Brasília

No dia 19 de abril de 1994, quando foi cassado pelo plenário da Câmara, o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) subiu à tribuna e desafiou os parlamentares. Pouco importava que fosse cassado: Fábio Raunheitti ainda teria o domínio da Baixada Fluminense (região do Rio de Janeiro famosa por concentrar boa parte dos bicheiros do Estado) e encontraria um sucessor para continuar tratando dos seus interesses em Brasília. Dito e feito: Raunheitti elegeu seu sobrinho, Fernando Gonçalves (PTB-RJ), praticamente com a mesma votação que obteve em 1989.

Como Raunheitti, boa parte dos deputados que se afastaram do Congresso pelo envolvimento que tiveram com a corrupção na Comissão de Orçamento continuam tendo influência na vida política do país. Atuam nos bastidores, transferem votos para seus amigos na Câmara ou no Senado e não se desligaram totalmente de Brasília. Na semana passada, por exemplo, o ex-deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) podia ser visto circulando pelos corredores da Câmara dos Deputados.

Da turma de parlamentares escorraçados da vida pública depois da CPI do Orçamento, poucos têm razão para se queixar. O ex-deputado João Alves (sem partido-BA) enfrenta sérios problemas de saúde e foi assaltado recentemente. A ex-deputada Raquel Cândido (PTB-RO) não pode mais pisar em Rondônia. É o mesmo caso do ex-deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que nunca mais foi visto em Imperatriz (MA), seu reduto eleitoral.

Mas há também aqueles que vão muito bem, obrigado. O ex-deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) livrou-se de Marinalva ("Quem possuiu essa mulher não precisa de inimigos", disse ele no depoimento à CPI) e hoje está casado com uma rica fazendeira mineira, 20 anos mais moça. O ex-deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) introduziu em Pernambuco uma nova técnica de plantio de palma, uma folha usada na alimentação de gado.

O gaúcho Ibsen Pinheiro (PMDB), um dos cassados, vive hoje discretamente em Porto Alegre, trabalhando como promotor de Justiça. O processo contra o ex-deputado ainda está no Ministério Público. Até o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira admitiu que a cassação de Ibsen foi política e que o processo deve ser arquivado por falta de provas. Veja nesta página como vivem alguns dos principais personagens da CPI do Orçamento.

OS PROCESSOS

Dos 18 parlamentares acusados de envolvimento com a Máfia do Orçamento, seis foram cassados, quatro renunciaram e oito foram absolvidos:

- ☐ **Genebaldo Correia** (PMDB-BA) — renunciou
- ☐ **Cid Carvalho** (PMDB-MA) — renunciou
- ☐ **Manoel Moreira** (PMDB-SP) — renunciou
- ☐ **João Alves** (sem partido-BA) — renunciou
- ☐ **Feres Nader** (PTB-RJ) — cassado
- ☐ **Carlos Benevides** (PMDB-CE) — cassado
- ☐ **Fábio Raunheitti** (PTB-RJ) — cassado
- ☐ **Raquel Cândido** (PTB-RO) — cassada
- ☐ **Aníbal Teixeira** (PP-MG) — absolvido
- ☐ **Ricardo Fiúza** (PFL-PE) — absolvido
- ☐ **João de Deus Antunes** (PPR-RS) — absolvido
- ☐ **Ibsen Pinheiro** (PMDB-RS) — cassado
- ☐ **José Geraldo Ribeiro** (PMDB-MG) — cassado
- ☐ **Flávio Derzi** (PP-MS) — absolvido
- ☐ **Daniel Silva** (PFL-MA) — absolvido
- ☐ **Ézio Ferreira** (PFL-AM) — absolvido
- ☐ **Paulo Portugal** (PP-RJ) — absolvido
- ☐ **Ronaldo Aragão** (PMDB-RO) — absolvido

OS DESTINOS

☐ **João Alves** — O anão-mestre do Orçamento anda com sérios problemas de saúde. Apesar de não ser mais deputado, Alves obteve o privilégio de usar o serviço médico da Câmara graças à sua aposentadoria como parlamentar.

☐ **José Carlos Alves dos Santos** — É o único que está na cadeia. José Carlos é acusado de ter mandado matar sua mulher, Ana Elizabeth Lofrano dos Santos. Por causa desse crime, acabou preso e resolveu contar tudo o que sabia sobre o esquema dos "sete anões".

☐ **Ronaldo Aragão** — Morreu há cerca de um mês, vítima de um ataque cardíaco. Aragão (PMDB-RO) desviava recursos públicos para uma fundação com seu nome, que continua existindo.

☐ **Fábio Raunheitti** — A universidade e o hospital de Raunheitti na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, receberam milhões do Orçamento. Raunheitti elegeu seu sobrinho, o deputado Fernando Gonçalves (PTB-RJ), com praticamente a mesma votação que ele obteve nas eleições de 1989.

☐ **Ricardo Fiúza** — Hoje planta palma em Pernambuco para alimentar gado. Fiúza, que foi inocentado, continua sendo visto com freqüência em Brasília.

☐ **Manoel Moreira** — Abandonou totalmente a vida política desde que renunciou ao seu mandato para escapar da cassação iminente.

☐ **Raquel Cândido** — Foi obrigada a se mudar de Rondônia depois de ter dito que 90% da população local estava envolvida com o narcotráfico. Recebe auxílio de seu filho, Walfredo, empregado no gabinete do deputado Emerson Olavo Pires (PSDB-RO).

☐ **Carlos Benevides** — Acusado de receber propinas de entidades beneficiadas por suas emendas, o ex-parlamentar atua hoje longe dos holofotes, como conselheiro de seu irmão, o deputado estadual Carlos Mauro Benevides Filho.

☐ **Genebaldo Correia** — Fora da vida política, Genebaldo é dono agora de uma empresa que faz "silk-screen" para impressão em camisetas e outdoors.

☐ **José Geraldo Ribeiro** — Um dos principais anões do Orçamento, José Geraldo, apelidado de *Quinzinho* pela insistência em pedir comissões de 15%, está afastado da vida política.

☐ **Cid Carvalho** — Desde que renunciou ao seu mandato para não ser cassado por corrupção, afastou-se completamente da vida pública.

9508129
PR viajara a Venezuela
150029
29.06.95
507482
11164
11399
Venezuela

GOVERNO FEDERAL

Presidente viajará para a Venezuela

☐ **Brasília** — O presidente Fernando Henrique Cardoso viajará na próxima segunda-feira para Caracas, capital da Venezuela. Na terça-feira, Fernando Henrique tem encontro marcado com o presidente venezuelano, Rafael Calderas, no Palácio de Miraflores. FH vai participar de sessão solene no Congresso Nacional. Depois, assinará acordos conjuntos no Palácio de Miraflores e dará entrevista coletiva à imprensa. Na quarta-feira, FH retornará ao Brasil.

01.01

9508129

9508130.
Visita do 1º Mtro Libanês a Brasil.
150029
16.06.95
507482
11164
11399
Líbano

Hariri oferece zonas de livre comércio ao Brasil

Dirigente diz que empresários brasileiros podem instalar fábricas ou centros distribuidores

BRASÍLIA — O primeiro-ministro libanês, Rafic Hariri, anunciou ontem em Brasília que seu governo criará zonas de livre comércio como parte do programa de reconstrução do Líbano apos 15 anos de guerra. Os empresários brasileiros poderiam construir fábricas nessas zonas ou distribuir os produtos fabricados no Brasil para toda a região, usando o Líbano como centro distribuidor. O Líbano importa US$ 5 bilhões por ano (US$ 75 milhões do Brasil) e exporta US$ 1 bilhão.

Iniciando uma visita de cinco dias ao País, Hariri lembrou que há mais libaneses no Brasil que no Líbano, e acrescentou: "Os libaneses que vivem no Brasil poderiam ajudá-lo a exportar mais para o Líbano e todo o Oriente Médio." Em reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, Hariri o convidou a visitar o Líbano. Segundo ele, até o fim do ano a empresa de aviação libanesa Middle Eastern Airlines terá vôos para o Brasil.

LÍDER PEDE RETIRADA DE TROPAS ISRAELENSES

Hariri disse que a paz definitiva só chegará ao Oriente Médio depois que as tropas de Israel desocuparem territórios libaneses e sírios. E pediu apoio ao Brasil no encaminhamento das negociações de paz.

Hariri visita seu loteamento em Itu

Primeiro-ministro libanês pede aos brasileiros que invistam no Líbano

JOÃO UNES

Aproveitando sua estada em São Paulo, o primeiro-ministro do Líbano, Rafic Hariri, visitou ontem o município paulista de Itu para conhecer os lotes pertencentes a seu grupo no sofisticado condomínio-fazenda Vila Real, avaliados em cerca de R$ 30 milhões. O empreendimento foi também financiado pelo Banco Méditerranée do Líbano, do qual Hariri é presidente.

Hariri voltou a pedir aos empresários brasileiros que invistam na reconstrução do Líbano. Segundo o embaixador brasileiro em Beirute, Brian Michael Neele, as facilidades oferecidas pelo governo libanês são "tentadoras". Ele afirmou que a asssociação de empresários brasileiros com libaneses é o melhor caminho para colocar produtos nacionais sem entraves na Ásia e Leste Europeu. "Os libaneses conseguem entrar em qualquer mercado do mundo", garantiu, dando um exemplo: "Só na Bulgária, eles criaram 1.7 mil empresas em seis anos."

LOTES SÃO AVALIADOS EM US$ 30 MILHÕES

Em uma das casas no condomínio, o primeiro-ministro libanês recebeu políticos locais e empresários para um sofisticado almoço. Assistiu a um show de capoeira e ganhou um berimbau de presente. Dirigindo-se a membros da comunidade libanesa, Hariri disse que a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano servirá para consolidar o processo de paz em seu país. E pediu ao governo brasileiro que interceda nesse sentido junto à comunidade internacional.

"Estou muito feliz com o resultado desta viagem", disse. "Acredito ter dado um importante passo no fortalecimento das relações entre Brasil e Líbano". No fim da tarde, o primeiro-ministro embarcou para o Rio de Janeiro — última etapa de sua viagem, que termina no domingo.

01.02

9508130

Hariri recebido com festa em São Paulo

Com música típica e faixas, mil libaneses e descendentes recepcionaram o primeiro-ministro do Líbano

JOÃO UNES

A chegada a São Paulo do primeiro-ministro do Líbano, Rafic Hariri, ontem à tarde, reuniu uma multidão de libaneses e descendentes no Aeroporto de Congonhas. Espremidos no saguão da ala oficial do aeroporto, cerca de mil patrícios fizeram uma festa, com faixas e música típica, para recepcionar o chefe de governo libanês.

Hariri chegou de Brasília acompanhado do prefeito Paulo Maluf — que fez questão de, em inglês, apresentar o primeiro-ministro a cada um dos políticos e representantes da comunidade libanesa. Recepcionado na pista pelo governador Mário Covas, Hariri foi ovacionado com gritos e palmas pela multidão quando entrou na ala oficial. Em meio ao empurra-empurra, Hariri recebeu flores e presentes. "O Brasil tem fortes laços de amizade com o Líbano", justificou Maluf.

Para os membros da colônia libanesa — calculada em torno de 6 milhões de pessoas no Brasil —, a chegada de Hariri foi vista como o momento mais importante na relação entre os dois países. "Estou emocionado", confessou o bispo da Igreja Ortodoxa de São Paulo, Damaschino Mansur. "Ele representa a paz para os árabes."

Além de reforçar a união dos patrícios que vivem no Brasil com o Líbano, a visita de Rafic Hariri pode significar o início de uma era de intenso intercâmbio comercial entre os dois países. "Podemos fornecer tecnologia avançada para o Líbano na área de engenharia", anunciou o governador Mário Covas.

NA FIESP, PODE SAIR PRIMEIRO CONTRATO

Segundo o vice-presidente da Sociedade Maronita em São Paulo, Edgard Samaha, o primeiro-ministro deve fechar um importante acordo hoje na Fiesp. "O Brasil pode fornecer todo o tipo de material para a reconstrução do Líbano", garante Samaha, que também é diretor da Câmara de Comércio Brasil-Líbano.

9508131
Lula se entrevistou com Pte de Portugal
150029
19 06 95
507462
1164
11304
PT
11399
Portugal

PORTUGAL

Lula terá encontro com Mário Soares

Lisboa — O presidente de Portugal, Mário Soares, receberá hoje o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Lula, que chegou ontem a Lisboa, almoçará com Soares no Palácio de Belém. O presidente do PT também vai se reunir com o prefeito de Lisboa, Jorge Sampaio — candidato à Presidência —, e com líderes sindicais portugueses. ZH 19/6

9508132
visita de comitiva Uruguaya a Brasil.
150029
14.06.95
507482
11164
11399
507466
11851

Pacheco, Volonté y Michelini en comitiva oficial a Brasil

El intendente de Montevideo, Mariano Arana, el ex presidente Jorge Pacheco Areco y los líderes políticos Alberto Volonté (Manos a la Obra) y Rafael Michelini (Nuevo Espacio), acompañarán al presidente Julio Sanguinetti en el viaje que emprenderá a Brasil el domingo próximo. La delegación uruguaya también estará representada por aproximadamente 15 empresarios de los sectores más importantes del país.

Sanguinetti visitará Brasilia, Porto Alegre y San Pablo, y dentro de una nutrida agenda se entrevistará con el presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso, además de participar de un foro económico sobre el Mercosur. EO 14/6

01.01

9508132

9508133
Pequenos partidos se unem contra ameaça de extinção
150029
13.06.95
507482
1164
11304

CÂMARA

Pequenos partidos se unem contra ameaça de extinção

O líder do PL admite inclusive recorrer ao Supremo

Brasília

Os pequenos partidos estão se mobilizando para barrar o projeto de reforma partidária, que pode extinguir as legendas menores. O relator da comissão especial da Câmara que estuda a reforma política, João Almeida (PMDB-BA), analisa, entre outras questões, o fim dos pequenos partidos, o mandato-tampão para prefeitos nas próximas eleições, a regulamentação do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e a fidelidade partidária. "Temos mais de 240 assinaturas de deputados — inclusive do PMDB e do PFL — contrários à extinção dos pequenos partidos", disse o líder do PL na Câmara, Valdemar Costa Neto (SP).

Outro recurso de que os pequenos partidos admitem lançar mão, caso a proposta de extinção dos nanicos seja aprovada na Câmara, é recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Há jurisprudência formada. Na eleição presidencial, o Prona recorreu ao Supremo e garantiu o direito de concorrer, com o candidato Enéas Carneiro, mesmo não atendendo a todas as exigências da lei", lembrou Costa Neto. A proposta de adoção de um mandato-tampão para os prefeitos também não agrada aos partidos nanicos. A idéia foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e estabelece que os atuais prefeitos poderão concorrer à reeleição em outubro do ano que vem, para um mandato-tampão de dois anos.

O objetivo da proposta de mandato-tampão para os prefeitos é fazer coincidir, em 1998, as eleições em todos os níveis

O objetivo é fazer coincidir, em 1998, as eleições em todos os níveis, de presidente da República a vereador. Em relação ao horário gratuito no rádio e na televisão, os pequenos partidos admitem rever a divisão do tempo de cada um, levando-se em conta a proporcionalidade.

01.01

9508133

Campo Economico . Biografico
Estadario 24/5/95

DELEGACIÓN URUGUAYA SE REUNIÓ CON INDUSTRIALES DEL MERCOSUR

Grave crisis de la industria del automóvil en Argentina produce caídas de ventas y afecta a exportadores uruguayos

Ayer una delegación uruguaya encabezada por el secretario ejecutivo de la Cámara de Industriales Automotores del Uruguay, Oscar Ramos, y el gerente de la Asociación de Empresarios Automotores del Mercosur, Ariel Moller, se reunía con los industriales automotores argentinos.

Según la agencia Reuter la industria automotriz argentina está afectada en estos momentos por una severa caída de las ventas.

Por ello mantiene una confrontación con el gobierno del presidente Carlos Menem en un intento por estabilizar privilegios que impulsaron su crecimiento.

URUGUAY ESCUCHA, PERO QUIERE BENEFICIOS

La intención de Uruguay es atender el planteo de Argentina, pero también tratar de obtener beneficios comerciales. Según los acuerdos del año pasado, en el contexto de Mercosur, serían poco más de 15.000 los autos que podrían entrar a la vecina orilla en la reglamentación que rige el acuerdo bilateral, llamado CAUCE.

Los empresarios argentinos del sector advirtieron el lunes que suspenderían sus inversiones si el gobierno cumple con su amenaza de prohibirles la importación y comercialización de automotores importados.

La advertencia oficial responde a la suspensión temporaria de la producción de algunas terminales ante una violenta caída de las ventas en el mercado local, el destino principal de sus vehículos. Las automotrices Sevel (Fiat-Peugeot) e Iveco (Fiat) anunciaron cierres parciales de sus plantas para disminuir el ritmo de producción y evacuar sus abultadas existencias. El mismo rumbo podría seguir la licenciatura de Renault, Ciadea, en junio próximo. Por su parte el representante Ford y Volkswagen disminuyó sus horas extras.

EN CONTRA DEL CIERRE DE LAS IMPORTACIONES

"Sancionar a las fábricas con prohibirles importar marcaría un antecedente problemático para las casas matrices, capaz de detener el flujo de inversión dispuesto para el país", dijo Mario Dasso, gerente de la Asociación de Fabricantes de Automotores (ADEFA). Para Dasso cerrar la importación es un despropósito porque se paraliza una planta fabril. Además agregó que hay automotrices, como Sevel, que almacenan 16.000 vehículos. La posición de las automotrices no es unánime. Autolatina anunció que no va a detener la producción, se van a mantener las fuentes de trabajo y se crearan nuevas modalidades de financiamiento para que las exportaciones sigan con vigencia. El gobierno de Menem, dispuesto a terminar con el desempleo, manifestó su interés en que las terminales automotrices retribuyan con menores ganancias, manteniendo las políticas preferenciales que benefician al sector desde 1991.

Entre protecciones y subsidios indirectos el gobierno de Menem otorga más de U$S 1.000 millonespor año a ese sector, que genera el 10 por ciento del Producto Bruto Industrial. Debido al freno que se puso al crecimiento de la industria automotriz argentina se espera la caída de la producción desde más de 500.000 vehículos en 1994 a menos de 450.000 en el presente año. Las ventas al mercado trasplatino, protegido de la competencia externa, fue de 95.000 unidades en 1990, saltó a 420.000 para 1993 y a 480.000 en 1994, según ADEFA. En 1995 los concesionarios planean un retorno al nivel de 1993. La virtual desaparición del crédito como consecuencia de la crisis financiera que se originó tras la devaluación mexicana hizo disminuir en un 50 % de las ventas financiadas de automotores. En abril las ventas cayeron un 30 % respecto de igual lapso de 1994.

ETCHEVERS

001/001

9508135
Disputa revela visiones diferentes sobre la conducción del Plan Real.
150734
11/06/95
507482
11104
11302
11392

FH tenta contornar divergências na equipe

Latente desde o início do governo, disputa revela visões diferentes sobre condução do Plano Real

Na fase de transição do real, que entra no segundo ano em 1º de julho, o presidente Fernando Henrique Cardoso tem um *conflito pesado para administrar:* as divergências na equipe econômica. Latentes desde o início do governo, elas foram expostas durante a crise da mudança de regime cambial, em março passado, ficaram mais evidentes na saída de Pérsio Arida do Banco Central, no início do mês, e explodiram semana passada com a proposta de limitar as importações de carros pelo sistema de cotas.

A idéia, defendida pelo ministro do Planejamento, José Serra, e apoiada pela ministra da Indústria e Comércio, Dorothéa Werneck, causa arrepios no ministro da Fazenda, Pedro Malan. Os primeiros acreditam ser a forma de segurar os déficits na balança comercial e, por conseqüência, nas contas externas. Malan, assim como o diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, avaliam que é um retrocesso num dos pontos mais importantes de sustentação do Plano Real — a abertura econômica — e trazer mais distorções do que benefícios.

Mais do que diferenças de estilo e temperamento, o que a disputa entre Malan e Serra tem revelado, nas últimas semanas, são visões diferentes de como conduzir o Plano Real.

AS BICADAS DOS TUCANOS



Fernando Henrique
Na briga de Pérsio Arida com Gustavo Franco e Pedro Malan decidiu a parada pela permanência de Malan e saída de Pérsio, que pediu demissão da presidência do Banco Central. Não perde oportunidade de mostrar que prestigia Malan. Quando reclama de Malan, refere-se à deficiência na operação. É amigo fraternal de Serra, mas não o quer como vice-rei. Para se decifrar a relação entre os dois deve-se recorrer mais à psicologia do que à política.



Pedro Malan, ministro da Fazenda
Dissociou-se de Gustavo Franco, diretor da Área Internacional do Banco Central, quando disse que nunca defendeu o déficit alto em conta-corrente. Mas morre por Franco. Suas relações com o ministro do Planejamento, José Serra são cordiais. Não briga com ninguém e evita entrar abertamente em conflitos, até mesmo por idéias. Definidas as linhas básicas do Plano Real, sua posição geral é de não fazer nada novo, sobretudo na área financeira.



José Serra, ministro do Planejamento
Está na desconfortável posição de ter mais influência na operação do que nas decisões. Como tem a chave do cofre, lhe atribuem poderes talvez maiores do que tem. Foi o primeiro e mais severo crítico do câmbio valorizado e é adversário da política de importações porque está convencido de que elas provocarão um déficit impagável, o caminho do desastre mexicano. Suas relações com Gustavo Franco são péssimas.



Clóvis Carvalho, chefe do gabinete-civil
É o gerente das reuniões da equipe econômica. Amigo de Serra, mas oscila entre ele e Malan com inteira liberdade. Tende a se aproximar de Serra quando as coisas não andam na área de Malan. Com gabinete no Palácio do Planalto, de todos é o que mais tem acesso a FH.
É o único da equipe que já viu como é difícil produzir um bom balanço no fim de um ano, como diretor da Villares, empresa do setor siderúrgico.



Dorothéa Werneck, ministra da Indústria e Comércio.
É a principal defensora da política de restrição às importações de automóveis. Por isso, viu-se atirada na frigideira da grande briga da semana passada. Está desgastada, dentro e fora do governo, desde os primeiros anúncios de déficit na balança comercial e mudanças no imposto sobre carros. Foi encarregada de ir à Argentina, no início do mês para debater o sistema de cota de importações.



Gustavo Franco, diretor da Área Internacional do Banco Central
Quadro de segundo escalão, mas trabalha no primeiro. Isso deriva da importância que lhe dá o presidente FH. Foi Gustavo quem audaciosamente garantiu a FH que poderia lançar o Plano Real, em julho do ano passado. Como FH foi eleito pela estabilidade monetária, sabe e não esconde quanto lhe deve. Ameaçou demitir-se se o real fosse desvalorizado, mas ficou quando isso aconteceu, em março.



Everardo Maciel, secretário da Receita Federal
Colocado no cargo pelo vice-presidente, Marco Maciel, tem o rigor técnico dos burocratas e a astúcia do PFL de Pernambuco. Não gosta das cotas de importações por uma razão simples: prefere arrecadar imposto de importação e exibir novos recordes de receita.



Pérsio Arida, presidente demissionário do Banco Central
Tornou-se o fantasma da ópera das reuniões da equipe econômica. Formava um tripé com Serra e Malan e freqüentemente era o fiel da balança. Sua saída cria um problema grave para FH: terá de desempatar as divergências entre Serra e Malan. Sua saída do BC foi mal compreendida: ficou a impressão de que era a substituição de um alto burocrata "inglês", quando na realidade resultava de um "tiroteio no Borel".

01-01

9508135

JUSTIÇA ELEITORAL

FH recebe propostas de reforma política

O presidente elogiou o trabalho dos juristas



Solenidade: o ministro Carlos Velloso (E) e Fernando Henrique

Brasília

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, entregou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso as propostas para a reforma eleitoral e partidária (*veja quadro*). Antes, Velloso apresentou oficialmente o pacote de sugestões, elaboradas por uma comissão de juristas, aos presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

As propostas da Justiça Eleitoral, entre as quais a polêmica cláusula que visa a restringir o número de partidos, serão analisadas pela Comissão Especial de Reforma Política e Eleitoral da Câmara.

Conforme o ministro, o presidente elogiou o trabalho realizado pelos juristas. Entre outras sugestões, a comissão de notáveis incluiu a exigência de, no mínimo, quatro anos de domicílio eleitoral para os candidatos.

A polêmica emenda que previa a redução do número de congressistas, proposta pela subcomissão do Sistema Eleitoral, não foi encaminhada ao Legislativo. Ministros do TSE e os próprios notáveis consideraram que a subcomissão extrapolou suas atribuições ao concluir pela necessidade de reduzir de 513 para 400 o número de deputados federais.

Na audiência com Fernando Henrique, Velloso também falou sobre o plano de informatização das eleições já no próximo ano. O presidente do TSE estimou em R$ 70 milhões o custo para informatizar 30% das seções eleitorais. Além disso, anunciou o projeto de, a partir de janeiro, realizar uma ampla campanha educativa nos meios de comunicação, orçada em R$ 6 milhões.

AS PRINCIPAIS SUGESTÕES

Estes são os principais pontos do projeto apresentado ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo ministro Carlos Velloso:

- Adoção do voto distrital misto
- **Enxugamento do quadro partidário, com a chamada cláusula de barreira, que prevê necessidade de obtenção mínima de 5% dos votos válidos para um partido ganhar representação no Parlamento. Isso pode reduzir de 20 para oito o número de legendas**
- Proibição de coligações em eleições proporcionais
- **Cláusula de fidelidade partidária, que pune com perda de mandato os que trocarem de partido**
- No financiamento das campanhas, substituição dos bônus por formulários de doações, elaborados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os contribuintes poderão deduzir as doações no Imposto de Renda

PARTIDOS

Futuro do PMDB será definido em setembro

Antônio Britto e Pedro Simon criticaram novamente a falta de identidade e de rumos da legenda em âmbito nacional

CINARA HACK

O vazamento da notícia sobre a possível criação de um novo partido integrado por representantes do PSDB, PMDB, PDT e PT provocou reações imediatas. O governador do Paraná, Jaime Lerner, negou com veemência que esteja deixando o PDT. Já o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB), disse ontem, em entrevista ao programa *Atualidade*, da *Rádio Gaúcha*, que o jantar na última terça-feira em Curitiba, com Lerner, foi temperado por assuntos políticos: "Conversamos sobre a reunião de governadores do Brasil e da Argentina e é óbvio que se falou sobre questões políticas e partidárias", declarou Britto. O governador gaúcho não desmentiu a existência de articulações para a eventual formação de uma nova sigla, mas afastou a possibilidade de um revoada coletiva do PMDB gaúcho rumo ao PSDB.

Em Brasília, o senador Pedro Simon admitiu que há discussões internas sobre o futuro do PMDB, com várias possibilidades sendo debatidas — inclusive a de ingresso no PSDB. Simon disse, no entanto, que a posição dos pemedebistas gaúchos é a de lutar internamente para "mudar o rosto do partido".

O prefeito Tarso Genro divulgou uma nota ontem afirmando que jamais pensou em sair do PT

Simon é um dos maiores críticos da falta de identidade da sigla que ajudou a fundar. O senador é adversário do paulista Orestes Quércia — vitorioso na convenção em São Paulo — e do presidente do Senado, José Sarney (AP), duas das figuras que despontam hoje no PMDB. Assim como Simon, os principais peemedebistas do Rio Grande do Sul vêm reclamando da falta de rumos do partido em nível nacional. Na convenção do último domingo, em Porto Alegre, todos os discursos apontaram nesta direção.

A exemplo de Simon, Antônio Britto também disse que lutará dentro do partido, mas reafirmou seu descontentamento: "O PMDB vive, em nível nacional, um momento muito difícil", afirmou. A movimentação política que vinha sendo discutida em reuniões fechadas passou ontem a ser debatida abertamente por diversos líderes partidários. Qualquer definição só deve ser tomada em setembro, depois da convenção nacional do PMDB. Depois deste encontro, ficará redesenhada a correlação de forças internas da legenda. Se o espaço do chamado "grupo ético" ficar reduzido, uma reação se tornará inevitável.

O prefeito petista de Porto Alegre, Tarso Genro — um dos lembrados para integrar o novo partido —, emitiu uma nota reafirmando que jamais cogitou de sair do Partido dos Trabalhadores. O prefeito disse estranhar que o seu nome tenha sido colocado ao lado de líderes com os quais tem "notórias divergências programáticas e ideológicas". Tarso se referiu a Fernando Henrique Cardoso, Alceu Collares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Antônio Britto e Dante de Oliveira, entre outros.

LEGISLAÇÃO

Lei de patentes aguarda novas mudanças

Dificilmente o projeto, há 4 anos no Congresso, poderá ser sancionado pelo presidente em outubro

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O relatório do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), relator da lei de patentes na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, deverá mudar significativamente o projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado há um mês. Suassuna não aceitou a inclusão do pipe-line (reconhecimento retroativo da patente de produto que já foi registrado no Exterior mas ainda não obteve a patente) e remeteu para a lei ordinária a regulamentação do patenteamento de seres vivos e biotecnologia.

A indústria farmacêutica multinacional está pressionando os senadores para que o pipe-line seja incluído na lei. A associação americana da indústria farmacêutica alega que a falta de uma legislação de patente no Brasil causa prejuízos anuais de mais de US$ 600 milhões à indústria farmacêutica. Bezerra, que apresentará seu substitutivo à comissão no fim do mês, propõe também a inclusão no texto de mais flexibilidade para patentes de seres vivos e biotecnologia.

A lei de patentes, que tramita há quatro anos no Congresso, é o principal motivo de problemas nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Há quatro anos, o Departamento de Comércio dos EUA adotou represálias comerciais contra os produtos brasileiros exportados para o mercado americano porque o Brasil não tinha uma legislação que protegesse as patentes.

Os Estados Unidos acusam o Brasil de impedir o acesso da indústria estrangeira ao seu mercado e colocou o País numa lista de observação. Na prática isso significa que se o governo brasileiro não aprovar a lei de patentes até outubro — prazo dado pelo governo brasileiro — os Estados Unidos poderão retaliar novamente os produtos brasileiros.

A lei de patentes dificilmente será sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso até outubro porque, depois de aprovada pelo Senado, precisará voltar para a Câmara dos Deputados, casa de origem do primeiro projeto de lei sobre patentes. O projeto da Câmara dos Deputados, aprovado em abril do ano passado, foi totalmente alterado no Senado porque ele contraria as regras da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), encerrada em dezembro.

O projeto do Senado tenta compatibilizar a futura lei de patentes ao acordo de Trips (Trade Related on Industrial Property Aspects) — incluído na Rodada Uruguai — que trata das regras mundiais para a propriedade industrial.

SENADO TENTA ADAPTAR DISPOSITIVO AO TRIPS

Problema com EUA pode reaparecer

Na edição de ontem, a reportagem mostrou os problemas potenciais que podem reaparecer entre o Brasil e os Estados Unidos por causa da falta de uma lei adequada que proteja a propriedade intelectual no País. A lei se arrasta no Congresso desde 1991, mas, no ano passado, o governo criou a expectativa em Washington de que, na busca de uma legislação adequada, o Brasil iria além do texto que saísse da Rodada Uruguai (chamada de Trips) do Gatt.

Apesar disso, o projeto em tramitação no Congresso fica aquém do Trips em algumas áreas. Para o Itamaraty, preocupa o patenteamento de microorganismos. O texto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) tenta contornar o tema, deixando a definição de microrganismo para a lei ordinária.

A HISTÓRIA DA LEI

30 de abril de 1991 - O projeto de lei sobre propriedade industrial é enviado ao Congresso pelo então presidente Collor

29 de outubro de 1991 - É constituída comissão especial para tramitar o projeto tendo como relator o deputado Reinhold Stephanes, substituído por Ney Lopes (PFL-RN) em fevereiro de 1992. EUA se recusam a renovar um acordo de cooperação científica até que a lei seja aprovada

Novembro de 1991 - EUA aceitam renovar o acordo, mas ficam de fora a área de fármacos, biotecnologia e produtos alimentícios

27 de maio de 1992 - É apresentado o primeiro relatório de Ney Lopes. Em junho é apresentado novo relatório que fica parado na Câmara

Fevereiro de 1993 - Governo prepara novo projeto sobre patentes que é criticado pelas indústrias multinacionais. EUA ameaçam novamente o Brasil com retaliações comerciais

Março de 1993 - O substitutivo do deputado Ney Lopes entra na pauta de votação da Comissão Especial da Câmara

Maio de 1993 - Câmara aprova o projeto com algumas emendas e envia para votação no Senado. O projeto é criticado pelas multinacionais

Agosto de 1993 - O então relator da lei, senador Élcio Álvares (PFL-ES) retira o projeto de pauta. A troca de relatores emperra a tramitação do projeto por um ano e meio. O último relator nomeado é o senador Ney Suassuna (PMDB PB)

Março de 1994 - Brasil assina o novo acordo do GATT

Janeiro de 1995 - Governo tenta acordo para aprovação da lei no Senado, mas é impedido pela mudança de legislatura

Maio de 1995 - Apresentação do relatório Suassuna no Senado e envio do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos cujo relator é o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN)

Pirataria e falta de criatividade científica

Parque farmacêutico nacional não propiciou novas tecnologias nesses quase 40 anos de proteção

VICENTE AMATO NETO
e JACYR PASTERNAK

A lei das patentes vai proteger exatamente quem no âmbito da produção e comercialização de medicamentos no Brasil? Cabe mudar a situação atual? Afinal de contas, o Brasil não conhece patentes de remédios há muito tempo e nem por isso o mundo acabou. Também é justo dizer que nem por isto surgiram indústrias químicas nacionais ou grande geração de tecnologia na área. Sim, temos algumas indústrias eficientes e de boa qualidade no setor da produção de alguns medicamentos e de reagentes de laboratório. Curiosamente, são indústrias que tiveram muito pouca, se alguma, produção legislativa e alfandegária.

O exemplo que se impõe é o da Biobrás, que deixou o Brasil independente na produção de insulina e exporta o produto. Toda a insulina usada em Cuba, por exemplo, provém daqui. Outro é a Biotest que, quanto à produção de soros para bancos de sangue, tem sido competitiva com a gigantesca multinacional Johnson & Johnson. Na lista de laboratórios brasileiros capazes, incluímos a Microbiológica, que produz o AZT. O que nos deixa cismados é que existem numerosas indústrias, ou que se dizem indústrias farmacêuticas, peritas na arte de refazer embalagens, que importam matéria-prima de qualidade desconhecida e colocam nomes de fantasia nas suas preparações, executando verdadeiros piratamentos.

Elas também conseguem fazer algumas coisas estranhas, como anestésicos locais que não anestesiam, comprimidos de ampicilina de 500 mg que têm 400 e outras proezas. Este nosso país tem leis a dar com o pau, mas muito pouca capacidade de fiscalização; a propósito, não contamos com algo comparável à Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos, que executa controle adequado, lote a lote, e garante ao público que o que ele está comprando corresponde ao que o vendedor disse que está vendendo. Aliás, neste país, são consideradas remédios e comercializadas coisas que nunca foram testadas adequadamente para eficácia e até para toxicidade, incluindo alguns chás de ervinhas existentes por aí e só Alá sabe o que está lá dentro.

Dizemos tudo isto porque o novo paradigma das relações internacionais transforma a atitude de não reconhecer patentes, já usada na área de medicamentos por países civilizados, como o Japão e a Itália, durante algum tempo, em procedimento inaceitável. Acordos consensuais internacionais, definem a propriedade intelectual, tendo sido definidos nas rodadas do GATT e em outros órgãos, representando alguma forma de entendimento mundial. Poderíamos alegar que interesses nacionais são aptos a sobrepor-se a tais decisões, ainda que acertadas com representantes brasileiros. A razão seria privilegiar o povo, defendendo-o de preços abusivos ou estimulando a indústria e a tecnologia nacionais para termos no futuro estrutura geradora de conhecimento, tecnologia e empregos.

Parece-nos o óbvio ululante, para citar o imortal Nelson Rodrigues, que o parque farmacêutico nacional simplesmente não propiciou, nestes quase 40 anos de proteção, quando pôde piratear à vontade, nem a criação de tecnologias, nem a criação de coisíssima nenhuma. Temos de um lado a iniciativa privada, que não produz uma série enorme de medicamentos convencionais, cujas patentes já venceram. Medicamentos para o tratamento específico da doença de Chagas, como o benznidazol e o nifurtimox, não motivaram empresas nacionais. Outro fármaco, relacionado com esta mesma doença, foi desenvolvido por um laboratório multinacional que não se interessa por ele e cuja patente do processo de fabricação ficou oferecida, graciosamente, para quem quisesse produzi-lo; apareceu algum empresário brasileiro, nacionalista, patriota da nossa querida indústria farmacêutica interessado? Dentro do que conhecemos, a multinacional está esperando até hoje.

INDÚSTRIAS SÃO PERITAS NA ARTE DE REFAZER EMBALAGENS

Temos, também, as indústrias estatais. A famosa Central de Medicamentos (Ceme) serviu até para grandiosas negociatas e politicagens e transformou-se não em produtora, mas em compradora e distribuidora de remédios para o Sistema Único de Saúde (SUS). Somos capazes de jurar que se fosse possível deixar a cargo das prefeituras as compras necessárias, ainda que com o respeitável grau de bagunça e por que não dizer corrupção que existem em determinados Municípios, elas adquiririam melhor e de maneira mais econômica que os burocratas.

A Fundação para o Remédio Popular (Furp), do Estado de São Paulo, dispõe de fábrica excelente e bem montada, mas trabalha com, no máximo, 30% de sua capacidade instalada e, ainda por cima, faturou, em 1994, US$ 120 milhões, não preparando medicamentos, mas vendendo para o serviço público o que ela compra de outros, fazendo-nos lembrar daquela piada do tempo do Stalin: o velho líder comunista falava do dia em que iria enterrar o capitalismo quando, em pânico, o seu ministro da Agricultura avisou que, no dia em que acabassem os capitalismos norte-americano e canadense, acabaria também o pão do cidadão soviético.

No fim das contas, por que imaginaram o sistema de patentes? Foi para estimular a criatividade científica e o direito autoral de quem inventa ou da firma que assume os encargos de financiar a invenção, aplicando royalties obtidos na pesquisa científica, para obter descobertas, novos medicamentos e assim por diante. A patente é transitória e, depois de algum tempo, cai no domínio público, como ocorre com o direito autoral de livros. Eticamente não é adequado, segundo o consenso internacional, deixar de respeitar este direito. Do ponto de vista político, desrespeitar a propriedade intelectual alheia pode levar a retaliações contra produtos primários ou industrializados brasileiros, de importância muito maior quanto ao ingresso de recursos no país do que a economia pequena que a citada atitude ocasiona. Ou alguém acredita que a nossa indústria copiadora farmacêutica é capaz de proporcionar no Exterior mais recursos que nosso aço, calçados ou suco de laranja?

Na verdade, a indústria farmacêutica nacional protegida lembra muito aqueles outros fatos que reservas de mercado tentaram criar, amparar e incentivar, como as preciosidades que originaram os computadores da Prológica: quem os teve não os esquece jamais, pois eram máquinas de gerar doido varrido e que, por muito tempo, andaram nas mesas dos brasileiros, pelo menos dos que não tinham amigos na alfândega, pois os demais usavam IBM PC ou seus clones de onde fosse possível. Ou a indústria carroçal brasileira que, numa das raras frases felizes de Collor, fazia caríssimos carros de boi motorizados, com potência de um a dois jumentos e conforto de cadeira de faquir, quando os veículos lá fora se mostravam melhores, mais baratos e informatizados. Ou aquelas estatais mal dirigidas, que o governo tenta vender, se ainda não chegaram à bancarrota.

DROGAS ESSENCIAIS NÃO SÃO PRODUZIDAS

Remédios às vezes são muito caros e nem sempre conhecemos bem os motivos. Lembramos o que ocorre com a vancomicina, antibiótico antigo, cuja patente já deve ter vencido de velha e continua cara para danar e ninguém mais a faz além da firma que inicialmente a produzia. Os antimicrobianos mais modernos são bons, mas invariavelmente muito custosos. A maior parte deles, grama a grama, custa mais que o ouro. São estes fármacos que a nossa gloriosa indústria nacional quer piratear, por falar nisto. Os velhos, baratos e antigos, ainda eficientes e cujas patentes já venceram, quase nunca interessam. A desculpa de empresas brasileiras para a falha na geração de tecnologia durante o tempo em que andaram protegidas é, mais, a falta de produção de medicamentos convenientes à população é que, durante muito tempo, foram sujeitas a controle de preços, que comeu a margem de lucros. Isto é discutível. Comumente o controle funcionava ao contrário e o preço mais alto era imposto a todos os produtores. A indústria automobilística foi perita neste tipo de acordo e frisamos que isso, na terra de tio Sam, dá cadeia, no mínimo.

Industriais nacionais argumentam outrossim, altivamente, que não se pode presentear o mercado nacional às multinacionais, o que, traduzido em miúdos, supomos, quer dizer que julgam-se no direito de nos esfolar sozinhos e de utilizar o mercado em seu proveito, sem nenhum sentido social, sem noção de responsabilidade com o público. Concretamente, indústrias farmacêuticas nacionais e as estatais farmacêuticas comportam-se como se o Brasil fosse uma imensa [illegible]da, onde elas têm a exclusividade de exploração. Enfim, senhores, a indústria farmacêutica nacional, privada e estatal, é um bom exemplo do capitalismo visto pela óptica da elite brasileira: quer um mínimo de risco, um máximo de lucro, nenhuma responsabilidade social e, se houver prejuízo, socializa depressa ou, se algo encalha, vende para a Ceme.

É para defender este tipo de atitude e de pessoas que estamos prestes a arriscar uma briga internacional [illegible] com os EUA, mas com [illegible] sobretaxação do aço brasileiro, do suco de laranja ou dos nossos manufaturados? E isto a troco de um aumento que, se ocorrer no preço dos remédios, não vai ultrapassar 10 a 15%? Só neste nosso curioso país tropical. O que deveríamos estar discutindo e providenciando é exatamente tecnologia, mas não na indústria nacional farmacêutica existente, que provou não ser capaz disto nestes 40 anos, mas nas universidades e nos institutos de pesquisa. O que deveríamos estar fazendo é racionalizar o uso de antimicrobianos, para que os caríssimos e recentes não percam a sua utilidade por mal uso, que deriva da falta de controle de qualidade da nossa assistência médica.

Só o que pode ser economizado nisto pagaria de longe os royalties da lei de patentes e ainda sobra um montão de dinheiro que pode ser utilizado na reestruturação do nosso sistema de saúde. A razão da nossa incompetência em atender e medicar doentes não é essencialmente o preço dos remédios; é o excesso de incompetência e, por que não dizer, de malandragem, de corporativismo e de empreguismo no setor da saúde, e achamos que isto não é culpa das multinacionais farmacêuticas.

■ **Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak são médicos e professores universitários.**

02.02

9508138

Tras la caída del monopolio estatal del petróleo

Brasil busca su lugar en el nuevo orden

Reformas: al abrir el país a las inversiones privadas en los sectores petroleró y de telecomunicaciones, el gobierno espera recibir inversiones anuales por más de 15.000 millones de dólares.

BRASILIA, 8 (AP).- La Cámara de Diputados inauguró una nueva era en Brasil al votar por la caída de los monopolios estatales y abrir el país a las inversiones privadas en los sectores de petróleo y telecomunicaciones.

Las reformas constitucionales del presidente Fernando Henrique Cardoso provocaron controversia en los sectores políticos pero venció la posición de que Brasil necesita cambiar para tener presencia en el nuevo orden económico internacional.

Con el fin de los monopolios estatales en el petróleo y las telecomunicaciones, Brasil puede recibir inversiones extranjeras por un valor de 15.000 millones de dólares por año, según cálculos extraoficiales.

El proceso de enmiendas a la Constitución es complicado y lento, las reformas tienen que ser votadas en dos turnos tanto por la Cámara como por el Senado, pero la tendencia de la primera votación es la que prevalecería.

El monopolio del petróleo cayó anoche en una primera votación de la Cámara y el de telecomunicaciones ya fue derrumbado en los dos turnos. No se espera que el Senado vote a favor de mantenerlos.

Los defensores de los cambios insisten en que ambos sectores necesitan inversiones que las estatales Petróleos Brasileños (Petrobrás) y Telecomunicaciones Brasileñas (Telebrás) no están en condiciones de realizar.

Uno de los mejores mercados

"Brasil es uno de los mejores mercados del mundo", afirmó el ministro de comunicaciones Sergio Motta, quien informó que Estados Unidos ya expresó su interés en reactivar convenios de cooperación en el área.

"Motorola ya manifestó su interés y tenemos señales de otros inversionistas extranjeros", agregó.

En el área de telecomunicaciones las cifras hablan por sí solas: el 78 por ciento de las zonas urbanas y el 98 por ciento de las rurales no cuentan con servicios de telefonía y, según Motta, se necesitan inversiones de 8000 millones de dólares por año para tener un servicio competente y eficaz.

La oposición afirmó que tanto el petróleo como las comunicaciones son estratégicas para la soberanía nacional.

Las reformas le darán entrada a las corporaciones multinacionales, que "no harán inversiones con el objetivo de promover el desarrollo del país, sino con fines de lucro", arguyó el diputado Josaphat Marinho.

Por su parte, el diputado Procopio Lima Netto, relator de la Comisión a favor del fin del monopolio petrolero, afirma con vehemencia que Petrobrás no puede invertir los 5000 millones de dólares anuales que se calcula son necesarios para satisfacer la demanda brasileña.

Según Lima, las áreas apremiantes para la inversión son la exploración, producción y refino. "Petrobrás continuará siendo estatal; lo que queremos es más inversión", dijo.

Argumentos a favor

Los principales argumentos a favor de la propuesta son de que, pese a las inversiones estatales de 2000 millones de dólares por año, desde el nacimiento de Petrobrás, la empresa no ha logrado colocarse entre las 10 primeras a nivel mundial y sus costos son el doble del promedio de las grandes empresas privadas.

Pero el gobierno de Cardoso ha aclarado que Petrobrás no será privatizada y que la enmienda solo autoriza el ingreso del sector privado en la extracción, importación, refinamiento, transporte, distribución y exportación de petróleo, pero siempre mediante concesiones y bajo las regulaciones del Estado.

La izquierda radicalizará su oposición



Lula

Reacción: dirigentes socialistas y líderes sindicales se declararon "indignados y humillados" y Lula da Silva calificó de "traidor y entreguista" al presidente Cardoso.

BRASILIA, 8 (EFE).- La izquierda de Brasil "radicalizará" su oposición al gobierno y a la enmienda constitucional que pone fin al monopolio petrolero estatal, con el cual se pretende aumentar las inversiones y garantizar el autoabastecimiento a medio plazo.

El socialista Luiz Inacio Lula da Silva, del Partido de los Trabajadores (PT), calificó al presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, de "traidor y entreguista".

El socialdemócrata Leonel Brizola, del Partido Democrático Laborista (PDT), instó a la unión de la izquierda, a la movilización de militantes y a hacer más radical la oposición al gobierno.

Indignación

Dirigentes de izquierda y líderes sindicales afirmaron que están "indignados y humillados" porque, a su parecer, Brasil perderá un patrimonio histórico y estratégico.

Cardoso, que quiere evitar un choque con la izquierda, ha explicado varias veces en las últimas horas que la Empresa Brasileña de Petróleos (Petrobrás) mantendrá todos sus privilegios y que, sobre todo, no será privatizada.

La oposición no solo condena el fin del monopolio del mercado del petróleo, sino que a la vez acusa a Cardoso de haber llegado al extremo de repartir puestos y prometido favores políticos que costarán mucho dinero al Estado.

El gobierno negoció, por ejemplo, el respaldo de los llamados "ruralistas", un grupo que aglutina 140 parlamentarios de la mayoría de los partidos, que exigieron la reducción de las deudas del sector agrario para respaldar el proyecto de reforma constitucional, lo que le podría suponer al Tesoro dejar de recaudar unos 1150 millones de dólares.

INVASÃO BRASILEIRA

As forças armadas da **Bolívia** deslocaram uma divisão do seu exército para o departamento (Estado) de Pando, na fronteira com o Brasil. O motivo: os brasileiros teriam "invadido pacificamente" o território boliviano. Os invasores provenientes do Acre foram analisados no recente seminário Desenvolvimento Fronteiriço e Soberania de Pando, realizado pelas autoridades militares bolivianas. Na opinião do exército, os brasileiros hostilizam os moradores bolivianos da região. O resultado foi o plano Recuperar Pando para a Bolívia, iniciado com o envio das tropas.

SINDICALISMO

FH massacra os principais adversários

A derrota dos petroleiros respingou na CUT e no PT e abriu caminho para a quebra do monopólio estatal do petróleo

ROSANE DE OLIVEIRA e RICARDO STEFANELLI

Com um só golpe, o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou de joelhos a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a ala radical do PT e os partidários do monopólio estatal do petróleo, além de ter derrotado num simbólico segundo turno seu adversário na eleição de outubro, Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente nacional do PT desgastou-se diante da opinião pública, não conseguiu impor seu ponto de vista aos companheiros de militância e foi forçado a subir o tom das críticas ao governo, depois de ter sugerido — em vão — o fim da greve na quarta-feira. A volta dos petroleiros ao trabalho, sem nenhuma conquista capaz de abrandar o peso do malogro, configurou o maior fracasso do movimento sindical brasileiro pós-1964. Ironicamente, duas siglas consolidadas por grandes paralisações sindicais, CUT e PT, podem acabar internadas por algum tempo nas UTIs da política em conseqüência da que deveria ter sido a mãe de todas as greves da Era FH.

Convocada com estardalhaço pela CUT, a greve tinha dois objetivos quando foi deflagrada, no dia 3 de maio: exigir o cumprimento de um acordo dos petroleiros com o ex-presidente Itamar Franco e protestar contra a reforma da Constituição em geral e a quebra do monopólio do petróleo em particular. Não se conseguiu nem uma coisa nem outra. Os trabalhadores voltam para as refinarias de mãos vazias, com um punhado de demissões para tentar reverter e nenhuma solidariedade da população. A falta de gás, que nos últimos 15 dias infernizou a vida de brasileiros de todos Estados, atraiu simpatizantes para a tese da pulverização do controle de áreas estratégicas e o monopólio do petróleo está prestes a ser derrubado na Câmara (*veja reportagem na página 16*).

O movimento dos petroleiros comprovou que Luiz Inácio Lula da Silva não passa por um bom momento aos olhos do partido. Especializado em campanhas eleitorais, mas fora de forma na vida sindical, Lula teve uma participação tardia e equivocada na greve. Na quarta-feira, pediu aos petroleiros que retornassem ao trabalho. Angariou vaias na categoria, críticas da CUT e um puxão de orelhas da direção nacional do PT. Nos estertores da paralisação, escreveu uma carta ao presidente da República criticando a sua intransigência e pedindo a reabertura do diálogo. Por fim, acusado pelo Planalto de estar tentando tirar proveito político da greve, Lula chamou FH de covarde.

Acostumado a crescer em meio a crises, o PT sofre uma forte derrota justamente em meio à mais importante greve nacional dos últimos anos. Em 1988, a truculenta intervenção do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, ajudou o PT a conquistar o comando de prefeituras de duas capitais, Porto Alegre e São Paulo. O ingresso dos urutus em quatro refinarias de petróleo, em 1995, coloca o PT no meio de uma crise com reflexos previsíveis não só nas próximas greves como nas eleições de 1996.

A greve desgastou a imagem de Lula diante da população e revelou a perda de influência do líder nacional do PT

Os efeitos colaterais dos 31 dias de paralisação dos petroleiros vão além e chegam ao papel da Justiça do Trabalho, que de coadjuvante passou a personagem principal ao ser desrespeitada, duas vezes, pelos trabalhadores. É improvável que, depois deste episódio, outras categorias ousem desafiar o Tribunal Superior do Trabalho com a desenvoltura exibida pelos petroleiros.

No início do conflito, o presidente Fernando Henrique foi aconselhado a seguir a lição de Winston Churchill — na guerra, determinação; na derrota, insurgência; na vitória, magnanimidade; na paz, boa vontade. O presidente, que consolidou sua formação acadêmica entre os franceses, preferiu a lição aprendida com a ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher na histórica greve dos mineiros, debelada com obstinação pela dama de ferro. Como Thatcher, FH tratou a greve como uma guerra. Inspirado em Churchill, comandou a guerra com determinação.

Atitude do Planalto irritou os aliados

MIRIAN GUARACIABA

Sucursal/Brasília

Na tarde da última quinta-feira, o presidente Fernando Henrique Cardoso mandou um intrigante recado ao deputado Franco Montoro (PSDB-SP). Acabou surpreendendo os tucanos, de maneira geral. "O presidente teme que a iniciativa do PSDB crie expectativas equivocadas", disse o emissário a um estupefato Montoro. O ex-governador de São Paulo havia reaberto, em nome do parlamento — e com o respaldo do governo — as negociações com os petroleiros.

Na quinta-feira, a greve já estava por um fio. Os petroleiros, desgastados, davam sinais de que o movimento não duraria mais dois dias. Os tucanos, apoiados pelo líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, além dos partidos de oposição, concluíam, então, com sucesso, a tentativa de negociar, via Congresso, o fim de uma paralisação que causou prejuízos em todo o país.

A mensagem do presidente irritou os tucanos e boa parte do PMDB. "O governo quis acuar os petroleiros e conseguiu", lamenta um líder tucano. Deputados e senadores começaram as negociações, na semana anterior, com o aval do Palácio do Planalto. Prometeram o que o governo havia autorizado, especialmente a revisão das demissões. Na quinta, entretanto, sem aviso prévio, o Planalto recuou e endureceu. Até o PFL criticou. Na opinião de parlamentares de diferentes partidos, o governo acabou agindo com a mesma intransigência tão condenada na CUT.

"O governo trata com benevolência os ruralistas, que devem milhões ao país, e com tática de guerrilha os petroleiros", resume José Fritsch (PT-SC). Um pefelista que prefere não se identificar, endossa: "O governo agiu com o objetivo de quebrar a espinha dorsal dos trabalhadores, o que não é um gesto inteligente, civilizado, moderno."

Leia mais sobre as conseqüências da greve nas páginas 12, 13, 16 e 40.

02.02

Exclusividade da Petrobrás foi resultado de campanha histórica

VITOR NECCHI

De todos os movimentos gerados pela mistura de ufanismo e nacionalismo brasileiros, o mais vitorioso foi *O Petróleo é Nosso*, iniciado no fim dos anos 40. As discussões que levaram à campanha estavam confinadas às paredes do Clube Militar, no Rio de Janeiro, mas o apelo político do tema estendeu os limites até as fronteiras do país. Os opostos não se entendiam, e as ruas se encheram de pessoas que exigiam o monopólio estatal. Usavam faixas, cartazes, passeatas e alto-falantes. Sensibilizado pela mobilização, o presidente Getúlio Vargas oficializou o monopólio estatal do petróleo em 3 de outubro de 1953, através da lei 2.004, que criou a Petrobrás. A empresa teria a responsabilidade de executar todas as atividades da indústria petrolífera em nome da União.

Antes de *O Petróleo é Nosso*, o ideal nacionalista nunca encontrara um solo tão fértil. A questão do petróleo resumia-se a pregações antigas, como as do escritor Monteiro Lobato, e a tentativas pífias, como a da criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938. Lobato dizia que a solução para o Brasil era investir no petróleo. Tentou fundar uma companhia petrolífera, escreveu *O Escândalo do Petróleo e do Ferro* e desagradou o governo. Pressionado pelo governo, tornou-se adido comercial nos Estados Unidos.

O chamado ouro negro foi descoberto no Brasil em 1939, na Bahia. Um ano antes, o governo estatizou as jazidas e os parques de refino. Na década de 50, a opinião pública investiu pesadamente na campanha pelo petróleo. Os nacionalistas lutaram durante cinco anos contra os chamados "entreguistas". O maniqueísmo chegou até ao Exército.

Com a criação da Petrobrás, foi oficializado o furor nacionalista, mesmo que o monopólio não estivesse nos planos iniciais de Getúlio Vargas. O presidente preferia uma solução mista, que admitisse participação minoritária do capital privado. Suspeitou-se que o presidente defendia uma posição mais liberal para que a UDN, legenda que lhe fazia oposição, se visse impelida a defender o monopólio estatal.

Depois que recuou de sua posição inicial, Vargas estimulou o deputado Euzébio Rocha a apresentar na Câmara emendas para "nacionalizar" o projeto. No Senado, encarregou o gaúcho Alberto Pasqualini de enfrentar as severas críticas antimonopólio que eram disparadas pelo jornalista Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*.

Na história do Brasil, nenhuma outra manifestação popular teve a importância da luta pelo petróleo. Se computados os setores e regiões atingidos, nem a causa abolicionista, que tirou os grilhões dos negros, em 1888, alcançou dimensão similar. Mesmo assim, a Petrobrás responde hoje por 60% da produção nacional de petróleo.

Em 1978, quando a estatal completava 25 anos, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então candidato do PMDB ao Senado, resumiu a trajetória da empresa de maneira implacável: "A Petrobrás acabou sendo uma empresa grande e virou uma dessas grandes burocracias, acima do bem e do mal, onde a cúpula decide o que bem entende e o interesse do povo não conta".

AS RAZÕES PARA QUEBRAR O MONOPÓLIO

Estes são os argumentos usados para defender a quebra do monopólio do petróleo:

☐ O governo federal manterá o controle do setor. A Petrobrás é quem perderá o privilégio de explorar sozinha o setor de petróleo.

☐ **A Petrobrás não será privatizada.**

☐ A abertura do setor à participação de empresas da iniciativa vai permitir investimentos na exploração do petróleo. O governo federal e a Petrobrás não dispõem de recursos suficientes. A Petrobrás tem investido em média US$ 2 bilhões ao ano, enquanto seria necessário pelo menos o dobro.

☐ **Só é possível investir esse montante porque o governo federal entrega de graça à Petrobrás a exploração do setor, sem licitação. O governo recebe apenas 5% de royalties (direito de exploração do subsolo). A média mundial é de 12,5%, e em alguns países chega a 20%. A Petrobrás também não paga impostos relativos à produção de petróleo, nem imposto de renda. Em 1994, a Petrobrás teve um lucro líquido de US$ 1,7 bilhão, e o governo federal receberá apenas US$ 65 milhões em dividendos (3,8%).**

☐ A falta de investimentos poderá ocasionar a redução da produção diária de petróleo. Atualmente são 750 mil barris por dia, e a expectativa é de que caia para 300 mil ao dia em 1997, se não houver injeção de recursos substanciais no setor.

☐ **A população será a principal beneficiada com a quebra do monopólio da Petrobrás. A competição no setor vai gerar mais empregos. O governo vai arrecadar mais impostos, a economia vai crescer e o país poderá aplicar mais recursos nas áreas sociais, principalmente em saúde e educação.**

☐ A Petrobrás está entre as 15 maiores empresas de petróleo do mundo e não seria sufocada pelas concorrentes, porque tem experiência na distribuição, exploração e produção de derivados de petróleo, no Brasil e no Exterior.

☐ **A quebra do monopólio não vai gerar demissões na Petrobrás, mas revisão de vantagens salariais e sociais que os funcionários recebem.**

☐ A quebra do monopolio também não ameaça a soberania nacional. As bacias petrolíferas brasileiras não serão privatizadas.

FONTES:

Relatório da Comissão Especial do Petróleo

Cartilha O Petróleo Permanecerá Nosso, dos deputados Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ) e Márcio Fortes (PSDB-RJ)

Voto em separado do PMDB na Comissão Especial do Petróleo

Deputados federais Germano Rigotto (PMDB-RS) e Francisco Dornelles (PPR-RJ)

02

OS ARGUMENTOS DE QUEM DEFENDE O MONOPÓLIO

Estes são os argumentos apresentados pelos segmentos contrários à quebra do monopólio do petróleo:

□ **Preço da gasolina:** a gasolina brasileira é uma das mais baratas do mundo por causa do monopólio, que permite a negociação em grande escala e é feita governo a governo. Em junho de 1994, o produto era vendido no Brasil a US$ 0,54, enquanto, na Alemanha e na Espanha, valia US$ 0,80; na França, US$ 0,95; na Itália, US$ 0,99, e, no Japão, US$ 1,10. Com a quebra do monopólio, os preços podem atingir os níveis internacionais. Isso aconteceu na Argentina, quando a YPF foi privatizada. Hoje um botijão de gás de 13kg custa US$ 13,00 na Argentina, e US$ 4,00 no Brasil.

□ **Eficiência empresarial:** a Petrobrás é uma empresa eficiente. A produção da estatal aumentou dos 2.700 barris diários em 1953 para 750 mil barris diários em 1995. Nos 41 anos da empresa, o balanço anual indicou lucro em 40 anos. Há 19 anos o Tesouro não coloca dinheiro na Petrobrás.

□ **Monopólio privado:** a quebra do monopólio estatal criará um monopólio privado. Os investimentos no setor precisam ser de grande porte e inviabilizam a participação de empresas médias ou pequenas. O mercado mundial é dominado por no máximo 10 grandes empresas.

□ **Patrimônio:** nos 41 anos da Petrobrás, a União investiu US$ 10 bilhões na empresa. Destes, US$ 9,4 bilhões foram em isenções de impostos e reinversões de dividendos. Hoje a Petrobrás tem um patrimônio de US$ 60 bilhões. Um estudo da Unicamp de 1994 demonstrava que a Petrobrás investiu, em 41 anos, US$ 80 bilhões no Brasil. No mesmo período, as multinacionais investiram US$ 72 bilhões. "Não há razão para supor que investiriam mais agora", afirma um documento do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo.

□ **Distribuição:** com a quebra do monopólio, a distribuição de derivados de petróleo se concentrará no Centro-Sul. A distribuidora de combustíveis da Petrobrás detém 36% do mercado e leva gasolina, óleo diesel e gás de cozinha para onde as outras não vão porque não consideram a atividade lucrativa. Em 1993, no Norte, a Petrobrás fazia 52% da distribuição, enquanto a segunda colocada no setor detinha 19% do mercado. No Nordeste, a relação era de 49% do trabalho executado pela Petrobrás contra 18% pela segunda colocada. No Sul, a Petrobrás faz 31% da distribuição contra 28% da segunda colocada.

□ **Concorrência:** A quebra do monopólio não aumentará a concorrência. Se a Petrobrás permanecer proprietária das refinarias que detém hoje, nenhuma outra empresa construirá novas refinarias a curto prazo porque a capacidade das existentes é suficiente para a demanda nacional. Isso significa que, para as multinacionais entrarem no negócio, o governo terá que privatizar a Petrobrás

□ **Fornecimento:** Hoje, 10 milhões de brasileiros dependem direta ou indiretamente da indústria de petróleo. Nada garante que as empresas multinacionais não vão dar prioridade aos fornecedores externos, levando à falência de prestadores de serviço e ao desemprego.

□ **Reservas:** O monopólio estatal é estratégico. O Brasil tem hoje reservas para 37 anos. Se empresas multinacionais explorarem o petróleo, o produto poderá ser enviado para o Exterior, esgotando rapidamente as reservas brasileiras. Os Estados Unidos, por exemplo, têm petróleo para somente mais sete anos

□ **Similares:** No Japão, um país citado como exemplo pelos liberais, o sal e o arroz são produzidos em regime de monopólio porque são considerados estratégicos. Os maiores produtores mundiais de petróleo, como Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, México e Venezuela têm monopólio estatal

□ **Situação mundial:** Do total de reservas de petróleo do mundo, 83% são controladas por empresas estatais.

Fontes: *Federação Nacional dos Petroleiros (FUP), Sindicato dos Petroleiros de São Paulo, deputados federais Miro Teixeira (PDT-RJ), Maria da Conceição Tavares (PT-RJ), Miguel Rossetto (PT-RS), deputado federal Domingos Leonelli (PSDB-BA)*

CORRUPÇÃO

STF autoriza PC Farias a sair da cadeia

O tesoureiro de Fernando Collor, que está preso há mais de um ano, foi liberado para prestar serviços à comunidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou ontem o empresário Paulo César Farias, o PC, a deixar a prisão para fazer trabalhos comunitários e de caridade. PC pode sair apenas durante o dia, devendo retornar à noite à cela que ocupa em Maceió. Nos sábados, domingos e feriados, terá que permanecer na prisão.

O presidente do STF, Sepúlveda Pertence, não estabeleceu em seu despacho o tipo de serviço a ser prestado pelo tesoureiro de campanha do ex-presidente Fernando Collor. A escolha ficará a cargo do juiz de Execuções Criminais de Maceió.

No mesmo despacho, Pertence determinou que PC não poderá comandar pessoalmente suas empresas enquanto estiver cumprindo pena. Ao examinar o habeas corpus impetrado pelo advogado de PC, o ministro condicionou a mudança da pena para o regime aberto à prestação de trabalho gratuito nos dias úteis, em entidades de assistência social.

PC foi preso em novembro de 1993, na Tailândia, depois de passar 152 dias foragido. O empresário só foi detido porque cometeu um erro primário: deixou expirar o prazo de validade de seu visto — 15 dias. As autoridades tailandesas chegaram até PC depois que ele foi reconhecido por um empresário brasileiro em um hotel de Bangcoc. O tesoureiro — que havia fugido do país em junho daquele ano — foi expulso, transferido para o Brasil e condenado pelo Supremo por falsidade ideológica.

PC Farias fugiu do país em junho de 1993, depois da decretação de sua prisão preventiva, e foi preso na Tailândia

PC Farias foi o responsável pela administração das contas de campanha do ex-presidente Collor. Depois da eleição, continuou a operar, sendo acusado de promover tráfico de influências e de pagar, através de cheques fantasmas, as despesas de Fernando Collor.

No Corpo de Bombeiros de Maceió, onde está preso, PC Farias é muito popular entre os policiais. Ele costuma distribuir polpudas propinas em troca de favores — desde trazer um copo de água até jornais e revistas.

Inicialmente, o empresário estava preso em Brasília, no quartel do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal. Depois da morte de sua mulher, Elma, a Justiça autorizou a transferência para Maceió.

9508144
Câmara aprueba enmienda que quiebra la navegación de cabotage
150029
01 06 95

Câmara aprova a emenda que abre a navegação de cabotagem

Empresas estrangeiras poderão trabalhar nos rios e na costa do Brasil

Brasília ZH 1/6

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de emenda constitucional que permite a participação de empresas estrangeiras na navegação de cabotagem. A votação, por 360 votos a favor, 113 contrários e 14 abstenções, encerrou a tramitação do texto na Câmara dos Deputados. Agora a emenda, a segunda proposta feitas pelo governo, passará para o Senado, onde também terá de ser aprovada em dois turnos e com maioria de três quintos dos parlamentares.

A sanção do projeto permite que empresas estrangeiras realizem atividades turísticas e de transporte de cargas e de passageiros nos rios e na costa do Brasil. No entanto, o fim da reserva brasileira nesse setor ainda terá de ser regulamentado em lei, que passará pela Câmara e pelo Senado. Para este fim, está vetada a edição de medida provisória por parte do governo.

A proposta de abrir a navegação de cabotagem às empresas estrangeiras faz parte de um pacote de mudanças na Constituição enviado ao Congresso pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo, segundo o Executivo, é abrir a economia e consolidar o Plano de Estabilização Econômica.

PLACAR

■ A emenda que permite a participação de empresas estrangeiras no setor de navegação de cabotagem foi aprovada, em segundo turno, na Câmara dos Deputados por:

360	votos favoráveis
113	votos contrários
14	abstenções

A Câmara dos Deputados já aprovou, em primeira votação, o projeto que acaba com o monopólio estatal nas telecomunicações, que voltará a ser analisado nos próximos dias. Os deputados também aprovaram a mudança no conceito de empresa nacional, para eliminar distinções ao capital estrangeiro, e a quebra do monopólio estatal na distribuição de gás canalizado. Falta ainda ser votado o fim do monopólio estatal na indústria petrolífera, que permitirá à Petrobrás fazer concessões para a exploração e refino de petróleo.

9508145
Comunicação pone monopólio del petróleo
950029
08.06.95
507462
11164
11302
11312
11392 → petróleo
11404

CONSTITUIÇÃO

Aprovado o fim do monopólio do petróleo

A mais polêmica das emendas da ordem econômica teve 364 votos favoráveis no primeiro turno da votação na Câmara

LUIZA DAMÉ e
FLÁVIO ILHA

Sucursal/Brasília

A mais polêmica das emendas votadas até agora na Câmara teve o maior número de votos favoráveis. Com 364 votos a favor, 141 contra e três abstenções, foi aprovada, ontem à noite, a emenda que acaba com o monopólio da Petrobrás na exploração, no refino e na distribuição de petróleo. A sessão teve também o maior quórum até agora: 508 deputados. Entre os cinco ausentes, estava o gaúcho Hugo Lagranha, do PTB. A emenda ainda deverá ser aprovada em segundo turno pela Câmara e depois vai ao Senado, para duas votações.

O governo teve a certeza de que venceria a disputa em torno da quebra do monopólio do petróleo às 17h, quando conseguiu derrubar um requerimento do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que pedia o adiamento da votação. O requerimento foi derrubado por 330 votos contra 133. Antes da votação, nem os mais otimistas entre os aliados do governo imaginavam que a vantagem pudesse ser tão expressiva.

PLACAR

A emenda que acaba com o monopólio da Petrobrás foi aprovada em primeiro turno na Câmara com:

364	votos favoráveis
141	votos contrários
3	abstenções

Com a derrota do requerimento de Miro Teixeira, os deputados oposicionistas passaram a investir sobre o relator da emenda, deputado Lima Neto (PFL-RJ). O deputado Marcelo Déda (PT-SE) acusou o relator de ter sua campanha financiada pela Ipiranga, companhia de petróleo interessada, segundo ele, na quebra do monopólio. O relator não se abalou. Confirmou o financiamento, de R$ 20 mil em bônus eleitorais, e respondeu que o PT foi financiado por uma empreiteira que presta serviços à Petrobrás.

O presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), teve de exercer sua autoridade para controlar os ânimos na sessão, tumultuada pelos manifestantes contrários à quebra do monopólio (*leia reportagem nas páginas 8 e 12*). O único momento de silêncio foi quando o deputado Almino Affonso (PSDB-SP) justificou, emocionado, seu voto contra o governo. Líder estudantil em 1953, Almino Affonso foi, ao lado do pai do presidente Fernando Henrique Cardoso, general Leônidas Cardoso, um dos organizadores do movimento em defesa do petróleo. "Entre o monopólio do Estado e da iniciativa privada, fico com o do Estado porque é da nossa terra", destacou.

Coube a Lima Neto defender a emenda em plenário. Ele disse que o petróleo continuará sendo do Brasil. "Estamos quebrando o monopólio operacional da Petrobrás", diferenciou o deputado. Durante todo o tempo, o governo apostou nesse argumento para conquistar novos votos: o controle do petróleo ainda estava assegurado; acabava-se apenas com a exclusividade da Petrobrás. Lima Neto disse que as estimativas apontam para investimentos anuais entre US$ 4 bilhões e US$ 7 bilhões para o setor, enquanto a Petrobrás tem capacidade para investir somente US$ 2,5 bilhões por ano.

CONSTITUIÇÃO

Câmara aprova abertura das telecomunicações

Os deputados votaram, em segundo turno, o fim do monopólio dos serviços de telefonia e de transmissão de dados

A emenda constitucional que acaba com o monopólio estatal das telecomunicações foi aprovada ontem, em segundo turno, por 357 votos a favor, 136 contra e cinco abstenções. Foi a maior presença já registrada no plenário desde o início da reforma: 498 deputados. As oposições, que na votação do primeiro turno tiveram 140 votos, perderam quatro. Os que optaram pela abstenção no primeiro turno mantiveram seus votos.

A emenda que permite a privatização do sistema Telebrás será agora votada pelo Senado. Os senadores também terão de aprová-la em dois turnos e, do mesmo modo, com a maioria de três quintos dos parlamentares, ou seja, 49 dos 81 que compõem o Senado.

A emenda foi enviada ontem mesmo para o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que vai encaminhá-la à Comissão de Constituição e Justiça. Esta é a quarta emenda do governo aprovada pela Câmara e enviada ao Senado.

Pelo texto aprovado na Câmara, o governo poderá iniciar a privatização do sistema Telebrás logo que a emenda for promulgada. A única exigência do Congresso é a aprovação de uma lei ordinária para ordenar os serviços de telecomunicações e criar um órgão regulador para comandar o funcionamento do sistema. A idéia dos parlamentares é manter o controle da entidade pela União.

Os 357 votos favoráveis à quebra do monopólio estatal das telecomunicações superaram as expectativas mais otimistas dos aliados do governo no Congresso. Previa-se o número máximo de 350 votos favoráveis à proposta. Os líderes do governo atribuem a surpresa "agradável" ao sucesso das articulações comandadas pelo Palácio do Planalto nos dias que antecederam a votação de ontem. As negociações envolveram a pacificação da bancada do Maranhão e acordos com os ruralistas.



Vitória: O deputado Gedel Vieira, relator da emenda, vibrou com a quebra do monopólio das telecomunicações

PLACAR

A emenda que quebra o monopólio das telecomunicações foi aprovada em segundo turno na Câmara com:

357	votos favoráveis
136	votos contrários
5	abstenções

OS NÚMEROS

Alguns dados sobre as telecomunicações no Brasil:

O Brasil tem 1 telefone para cada 12 habitantes. Nos EUA, onde não existe monopólio, há 1 terminal para cada 2 pessoas.

Calcula-se que existam cerca de 1,5 milhão de pessoas esperando na fila por um telefone celular.

A Embratel pretende instalar, até 1999, 8 mil quilômetros de cabos.

9508147
Itamar Assume Embaixada Brasileira em Portugal
150029
070695
507432
1164
1302
1399
Portugal

DIPLOMACIA

Itamar entrega credenciais e toma posse

O novo embaixador brasileiro em Lisboa se reuniu com o presidente português, Mario Soares, no Palácio de Belém

NORMA COURI

Especial ZH

Lisboa — O ritual da entrega das credenciais de Itamar Franco ao governo português, ontem, foi solene, mas o embaixador empossado cumpriu a promessa de não vestir fraque, não levar a namorada, June Drummond, nem falar à imprensa. Em menos de uma hora, Itamar fez uma visita protocolar ao Mosteiro dos Jerônimos, foi escoltado por batedores a cavalo até o Palácio de Belém, passou em revista a Guarda Nacional Republicana, ouviu os hinos do Brasil e de Portugal e entregou as cartas credenciais ao presidente Mario Soares. O novo embaixador usava terno cinza, sob uma temperatura de 33°c, e foi saudado por uma pequena multidão de brasileiros que pedia autógrafos.

Foi o primeiro ato público do presidente português em 12 dias, desde que quebrou o braço direito. Seja pelo reaparecimento de Soares ou pela entrada de Itamar na cena portuguesa, a entrega das credenciais foi concorridíssima. "Nunca vi um movimento assim em dez anos", disse Carlos Ventura Martins, assessor direto de Soares, espantado com a presença de brasileiros como a atriz e cineasta Ana Maria Magalhães. "É a moça que ficava na janela em *Gabriela*, não é?" Ana Maria viajou ontem para o Brasil, mas fez questão de passar por Portugal na volta do Festival de Cannes para cumprimentar Itamar. "Ele ressuscitou o cinema brasileiro depois da era Collor", disse a cineasta.

Para Soares, o Brasil honrou Portugal enviando um ex-presidente como embaixador. Itamar, sem querer, deu um tapinha no braço quebrado do presidente português. "Cuidado", reagiu Soares. O presidente já havia quebrado o mesmo braço direito aos 12 anos de idade, mas agora, aos 70, se queixa da dificuldade para assinar decretos. "Não sou canhoto, embora seja de esquerda", costuma dizer.

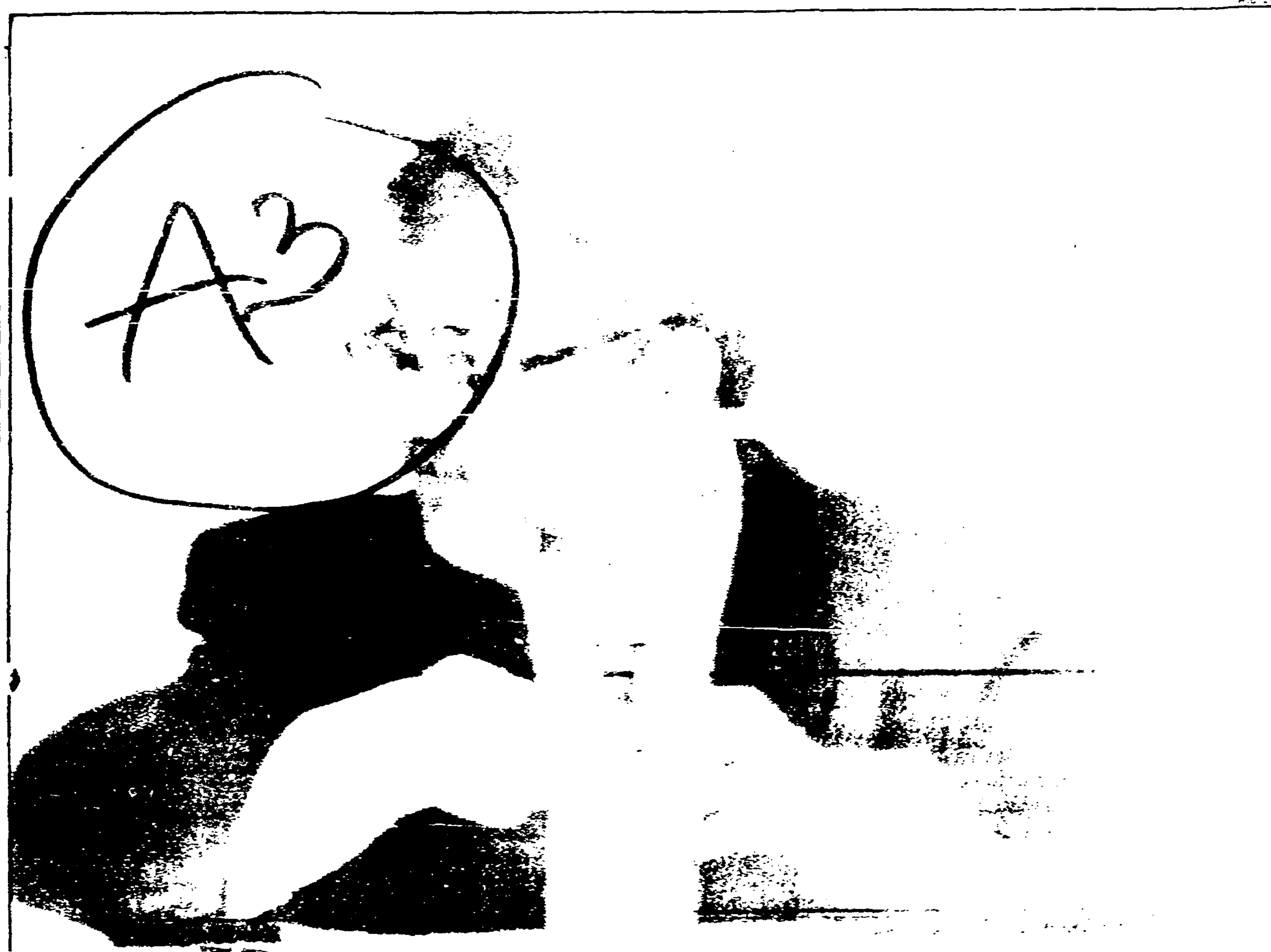
Em seu discurso, o novo embaixador brasileiro se solidarizou com a população de Timor Leste, na Oceania. A ex-colônia portuguesa foi invadida pela Indonésia em 1975. Cerca de 200 mil pessoas já morreram em conflitos entre os timorenses e o exército indonésio. "Fico muito grato, é importante que o Brasil faça sua a causa de Timor", respondeu Soares. À saída, Itamar driblou a imprensa.

01.01

9508147

Senado aprova nome de Loyola para o BC

O novo presidente do Banco Central reforça o compromisso com a estabilidade e deve tomar posse na terça-feira



Promessa: Loyola garante que os juros vão baixar quando o governo constatar sinais de desaquecimento da economia

Brasília

Por 24 votos a favor e dois contra, o Senado aprovou ontem o nome de Gustavo Loyola para a presidência do Banco Central em substituição a Pérsio Arida, demissionário desde o final de maio. Durante as quatro horas da sabatina Na Comissão de Assuntos Econômicos — a terceira a que foi submetido em sua vida —, Loyola reforçou que tem um compromisso profundo com a estabilidade da moeda. A aprovação do nome de Loyola foi comemorada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como uma demonstração de que o "suposto vazamento" para o mercado financeiro de sua indicação é assunto superado.

O novo presidente do Banco Central tomará posse na terça-feira, às 11 horas. O presidente demissionário, Pérsio Arida, cancelou a viagem que faria hoje a Genebra (Suíça), para fazer a transmissão de cargo no auditório do BC. Arida participaria de um encontro de bancos centrais, mas em seu lugar irá o diretor de Política Monetária do BC, Alkimar Moura.

O presidente indicado do BC defendeu as taxas de juros altas. "Elas são necessárias no momento." Refirmou, ainda, que é favorável à privatização dos bancos estaduais, e defendeu a criação de um banco rural voltado para o financiamento agrícola, sem recursos do governo. "Este banco precisa ser genuinamente privado e pode captar recursos no Exterior", disse.

Ao contrário da promessa de questionar duramente Loyola pelo fato da MCM — empresa de consultoria em que era sócio do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega — ter vazado a informação sobre a troca de comando no BC, os senadores aceitaram as explicações do presidente indicado do banco. Loyola atribuiu a culpa do vazamento a "economistas inexperientes da MCM, que foram imprudentes".

A sabatina de Loyola começou sob grande expectativa, devido à movimentação de alguns senadores contra a indicação de executivos do mercado financeiro para a diretoria do BC, mas transcorreu sem sustos para o governo. Os senadores votaram numa cabine improvisada, ao longo da sessão. O presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), chegou a referir-se a Loyola como presidente do BC antes de ser proclamado o resultado da votação secreta

❖

Loyola defendeu a criação de um banco privado para financiar o setor primário, sem recursos do governo

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) protestaram, mas àquela altura a situação já estava mesmo decidida a favor de Loyola. Cauteloso, o presidente indicado do BC evitou sempre falar em nome do governo. Começou sua exposição com uma explicação sobre sua sociedade na MCM, empresa de consultoria econômica do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Comprometeu-se a voltar à comissão para uma sessão secreta sobre contas correntes fantasmas.

Loyola defendeu o regime de quarentena, pelo qual ex-dirigentes do Banco Central ficam impedidos de trabalhar por um determinado período no mercado financeiro, deve ser discutido juntamente com criação de mandatos fixos para a diretoria da instituição. E citou o próprio caso como exemplo.

Presidente do BC durante quatro meses, Loyola ficaria impedido de ocupar cargos no mercado financeiro durante cinco anos, se aprovado o projeto de lei que tramita na Câmara. O economista assegurou que nunca trabalhou no sistema financeiro privado, apenas numa empresa de consultoria econômica. "Por que escolhi uma consultoria? Porque sou economista", completou..

OPINIÕES

Algumas frases do futuro presidente do Banco Central, Gustavo Loyola:

- **Juros** — "A elevação das taxas, em março, foi acertada. As taxas altas são necessárias para reduzir o ritmo de crescimento da economia. O processo de redução gradual dos juros será mantida e continuará vinculado à desaceleração da atividade econômica."
- **Bancos estaduais** — "Não vejo necessidade presença dos estados no setor bancário. Sou favorável à privatização."
- **Banco rural** — "Este banco precisa ser genuinamente privado e pode captar recursos no Exterior."
- **Câmbio** — "As atuais bandas cambiais devem ser mantidas."
- **Desindexação** — "É preciso caminhar no sentido da desindexação sem ambiguidade, sob pena de termos que arcar com custos desnecessários."
- **Balança comercial** — "O grande foco do desequilíbrio é o excesso de demanda."
- **Recessão** — "Não é intenção do governo provocar uma recessão, mas moderar o crescimento da economia."
- **Compulsório** — "Pretendo continuar a redução na medida que tiver uma diminuição da demanda."
- **Dívida dos Estados** — "É um problema que extrapola a ação do Banco Central. "Não tenho receita."
- **SFH** — "Os subsídios indiscriminados foram responsáveis pela falência do Sistema Financeiro da Habitação."
- **Quarentena** — "Vale mais a probidade."

Loyola tem fama de competente

O goiano Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, 42 anos, que vai assumir a presidência do Banco Central em substituição a Pérsio Arida, tem experiência no cargo, que ocupou por três meses em 1983. É doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas e ingressou no BC em 1977 por concurso público. Exerceu vários cargos de chefia e foi diretor do Planibanc S/A, de 1987 a 1989. De 1988 a 1989 foi ainda consultor da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Em 1990 assumiu a Diretoria de Normas e Organização do BC.

Loyola formou uma imagem de técnico competente. Três meses depois de assumir a presidência do BC, em 1993, encaminhou ao então presidente Itamar Franco seu pedido de demissão. Se queixava das nomeações feitas por Itamar para a diretoria do BC. Mas Itamar não atendeu os pedido de Loyola.

O novo presidente do BC é, atualmente, sócio do ex-ministro Mailson da Nóbrega na MCM Consultores, uma das consultorias mais utilizadas pelo mercado financeiro. Funcionário de carreira do BC deverá administrar o banco de maneira técnica, sem sobressaltos. De qualquer maneira, porém, espera-se um mercado mais nervoso hoje, com alta nos juros e no dólar e queda nas bolsas. A demissão dos interventores do Banespa será outro fator de instabilidade do mercado, uma vez que reacenderá a discussão sobre a capacidade do governo para equacionar o problema dos bancos estaduais.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deve sabatinar Gustavo Loyola apenas na próxima semana, segundo o presidente da comissão, Gilberto Miranda (PMDB-AM). Até o momento, segundo ele, a comissão não recebeu nenhuma comunicação oficial do Palácio do Planalto com a indicação de Loyola para substituir Pérsio Arida. Loyola só poderá assumir a presidência do BC depois de ser sabatinado e ter seu nome aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo plenário do Senado. Gilberto Miranda acrescentou que será muito mais rigoroso na sabatina com Loyola do que na feita com Arida. "O Congresso tem de parar de dar cheque em branco para o governo", afirmou.

Pérsio Arida deixa o Banco Central

As divergências em torno da política de juros provocaram o primeiro desfalque na equipe de Fernando Henrique

Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Pérsio Arida, pediu demissão ontem, depois de cinco meses no cargo. É a primeira baixa na equipe econômica que implantou o Plano Real, em julho do ano passado. Arida será substituído pelo economista Gustavo Loyola, que já presidiu o BC e vinha atuando como consultor na MCM, empresa do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Arida — que já havia participado da elaboração do Plano Cruzado, em 1986 —, alegou razões pessoais para pedir demissão. Mas caiu por divergir com os demais membros do governo na condução da política econômica. Defensor intransigente da política de juros altos e da desindexação total da economia — eliminação de reajustes automáticos de preços e salários com base na inflação passada —, o presidente do BC passou a colecionar problemas.

Além disso, enfrentou a pressão dos empresários contra os juros altos e dificuldades no relacionamento com o governador Mário Covas em torno do futuro do Banespa, o banco estadual de São Paulo. Ontem mesmo a Junta Interventora do Banco Central (BC) no Banespa pediu demissão, alegando que com a saída do presidente do BC a permanência do grupo tornou-se insustentável.

O empurrão que faltava para a queda foi dado por outros governadores tucanos que jantaram com o presidente Fernando Henrique Cardoso na segunda-feira. Todos vinham reclamando das altas taxas de juros. O governador gaúcho Antônio Britto (PMDB) participou deste jantar.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, tentará minimizar os efeitos da saída de Arida. Hoje, às 12h50min, Malan fará um pronunciamento, em cadeia nacional de rádio e TV. Malan deve falar sobre os resultados positivos do Plano Real e afastar o fantasma da recessão — além, é claro de comentar a saída do colaborador. A notícia da queda do presidente do BC começou a circular no início da tarde, mas só foi confirmada depois que o chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, telefonou para o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), líder do governo no Congresso, comunicando a demissão.

Os governadores do PSDB, insatisfeitos com os juros altos, deram o empurrão que faltava para a queda

Rigotto espalhou a notícia para os jornalistas, enquanto Arida participava da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), no Ministério da Fazenda. A intenção de Arida era comunicar sua demissão somente na entrevista coletiva que habitualmente divulga as decisões do CMN.

Ao lado dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, José Serra, Pérsio Arida garantiu que sua saída do governo se deve a motivos de "caráter pessoal". Arida defendia a desindexação completa da economia a partir de 1° de julho, enquanto Malan pregava uma caminhada gradual neste sentido. A política de juros altos, resultado da determinação de Arida de manter o consumo sob controle e impedir a expansão de dinheiro em circulação na economia, também pesou no processo de desgaste do presidente do BC.

O presidente Fernando Henrique Cardoso lamentou o pedido de demissão do presidente do Banco Central e enalteceu a valiosa contribuição de Arida na concepção e execução do Plano Real. Foi o que informou, no início da noite, o porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, anunciando que o nome do substituto, o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, foi "anotado" pelo presidente desde que a demissão de Arida "se mostrou inevitável".

OS PRESIDENTES

Quem ocupou a presidência do BC a partir do governo Collor:

- **Ibrahim Eris** 15 de março de 1990 a 16 de maio de 1991
- **Francisco Gros** 16 de maio de 1991 a 17 de novembro de 1992
- **Gustavo Loyola** 17 de novembro de 1992 a 6 de abril de 1993
- **Paulo César Ximenes** 6 de junho de 1993 a 13 de agosto de 1993
- **Pedro Malan** 9 de setembro de 1993 a 12 de janeiro de 1995
- **Pérsio Arida** 13 de janeiro de 1995 a 31 de maio de 1995

"O PETRÓLEO É NOSSO"

Lula e Brizola criticam Fernando Henrique

Falta de ânimo marca ato de protesto organizado por defensores do monopólio

BRASÍLIA — Opositores da abertura do mercado do petróleo realizaram na manhã de ontem, no Espaço Cultural da Câmara, um ato pouco animado de repúdio à emenda que iria à votação de noite. As estrelas do evento foram o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e do PDT, Leonel Brizola, candidatos derrotados por Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial. O governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PT), e o presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antônio Carlos Spis.

Lula acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de "traidor e entreguista." Brizola defendeu a radicalização, convocando o petista para integrar uma frente contra o governo. Brizola disse que não chama mais o Fernando Henrique de presidente, "porque agora ele é descartável." E convocou o povo à desobediência civil. "É um direito democrático do cidadão", disse. O deputado Domingos Leonelli (PSDB-BA), que compareceu ao ato para defender o presidente, foi muito vaiado.

Mais tarde, na votação, a sombra do lema "O petróleo é nosso", de 42 anos atrás, mexeu com as emoções de vencedores e derrotados do passado. Líder estudantil em 1953, quando era, ao lado do pai do presidente Fernando Henrique Cardoso, general Leônidas Cardoso, um dos organizadores do movimento pelo monopólio, o deputado Almino Affonso (PSDB-SP) avisou ao amigo Fernando Henrique que, dessa vez, ia votar contra o governo. Na hora da votação, subiu à tribuna para um emocionado discurso defendendo o monopólio e a preservação da Petrobrás. "Em nome da minha consciência política, vou fazer o que me parece mais acertado para defender os interesses dessa terra", disse, sob aplausos.

Também estudante na época da campanha pela criação da Petrobrás, o ex-comunista Alberto Goldman (PMDB-SP) ficou comovido ao defender o ponto de vista oposto, argumentando que o Brasil da década de 50 não é o Brasil da década de 90. "Não estou com os olhos no passado, defendo a proposta com os pés no presente e os olhos voltados para o futuro", afirmou Goldman, garantindo ser movido pelo mesmo tipo de sentimento de 42 anos atrás, o de defender o interesse público. "Tem muita gente aqui negando o próprio passado", exclamou deputado Fernando Lyra (PSB-PE), considerando "melancólica" a sessão.

Até mesmo no Palácio do Planalto, a campanha de 1953 teve eco ontem. Diante das afirmações de que seu pai fora um dos defensores da campanha pelo monopólio, o presidente Fernando Henrique Cardoso mandou o porta-voz Sérgio Amaral explicar que ele próprio também apoiara a Petrobrás, chegando a ser tesoureiro do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo.



9508150
Gov. de São Paulo negocia intercâmbio com Cuba.
900029
26.06.95
507482
1164
1399
Cuba

Covas negocia intercâmbio com Cuba

□ **São Paulo** — O governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), recebeu no fim de semana o ministro de Investimentos Estrangeiros de Cuba, Ernesto Melendres, e a representação econômica cubana. O ministro pretende ampliar o intercâmbio comercial, cultural e turístico com o Brasil e pediu o apoio de Covas para a ampliação do mercado entre os dois países.

01.01

9508150

9508151
Já existe uma direita em Brasil
1500029
25 06 95
1504702
1:164
1:302

Identidade de almas gêmeas

Ao longo dos últimos anos — e com particular nitidez desde o início do governo FH —, os antigos esquerdistas e direitistas adotaram conceitos e procedimentos siameses. A geléia ideológica fica evidenciada na comparação de algumas das principais características que revestem as ações da "direita" e da "esquerda".

DIREITA

☐ **Estatização** — Fábrica de estatais, o regime militar legou aos seus herdeiros a defesa de uma abrangente intervenção do governo na economia e em setores considerados estratégicos pela doutrina da Escola Superior de Guerra, matriz ideológica dos militares de 64. Entre estes setores, estão o petróleo e as telecomunicações.

☐ **Nacionalismo radical** — Em nome da soberania nacional, mostra aversão a qualquer influência externa em decisões internas, como a pressão internacional em defesa da Amazônia e da criação da reserva dos ianomâmis ou para restrições ao uso da energia nuclear.

☐ **Os fins justificam os meios** — O conceito vigorou praticamente sem ressalvas durante o regime militar. A tortura era considerada um método válido para obter confissões de guerrilheiros. Ainda hoje, a velha direita está convencida de que a censura à imprensa e as restrições à liberdade constituíram-se em recursos legítimos para banir o comunismo do território brasileiro.

ESQUERDA

☐ **Estatização** — Concentrada nas empresas estatais e no funcionalismo público, as vozes da suposta esquerda defendem uma abrangente intervenção do governo na economia e a preservação a qualquer custo, como ensinava a cartilha da Escola Superior de Guerra, dos "setores estratégicos", como o petróleo e as telecomunicações.

☐ **Nacionalismo radical** — Em nome da soberania nacional, rejeita a *influência* de ações externas na vida brasileira. Tem ojeriza ao capital estrangeiro e busca impedir uma mirabolante venda do Brasil ao Exterior. Os mais fanáticos pedem a renúncia de Fernando Henrique Cardoso e cavam trincheiras contra um delirante complô entre meios de comunicação e grupos estrangeiros.

☐ **Os fins justificam os meios** — O conceito vigorou praticamente sem ressalvas durante o confronto com o regime militar. Atentados terroristas, seqüestros, e eventuais mortes de pessoas sem envolvimento político eram considerados métodos aceitáveis na luta armada. As conseqüências de uma desastrosa greve de petroleiros, como a falta de gás para milhões de pessoas, são tidos como recursos legítimos para tentar banir as reformas do território brasileiro.

SEGUE ►

PARCERIAS IMPOSSÍVEIS

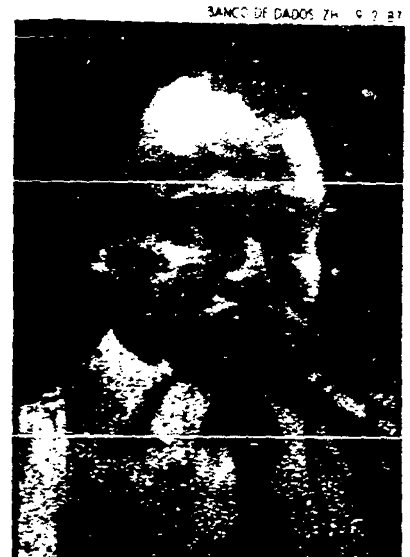
AUGUSTO NUNES

A diluição das antigas fronteiras que separavam direita e esquerda acabou juntando desafetos históricos no mesmo pântano ideológico forjado pela Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil. Reacionários e comunistas, entreguistas e criptocomunistas, "gorilas" e terroristas, vassalos do Tio Sam e inocentes úteis a serviço de Moscou, torturadores e torturados, carcereiros e encarcerados, todos estão representados na relação de signatários do manifesto da Frente — uma coleção de assinaturas que permite a formação de duplas desconcertantes. A seguir, quatro parcerias que pareciam impossíveis até poucos anos atrás:




Brigadeiro Ivan Frota e Sargento Antônio Garcia Filho

Em 30 de março de 1964, João Goulart estrelou no Automóvel Clube do Rio de Janeiro o seu último ato público como presidente da República: uma homenagem a dois sargentos que, desafiando normas que estabeleciam a inelegibilidade de militares da ativa, haviam conquistado uma vaga na Câmara dos Deputados. Um deles era Antônio Garcia Filho. Enquanto Garcia bradava gritos de guerra contra a cúpula das Forças Armadas, o oficial-aviador Ivan Frota sobrevoava o local da reunião com bombardeiros imaginários. Agora, o sargento e o brigadeiro marcham lado a lado no exército brancaleônico mobilizado pela Frente Popular.

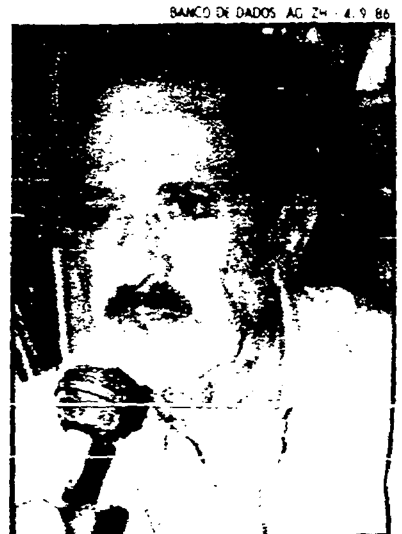
Almirante Gama e Silva e deputado Haroldo Lima

Durante o regime autoritário, só seria possível juntá-los numa prisão militar — Gama e Silva no corredor, Haroldo Lima na cela. Hoje, o ex-candidato a vice-presidente na chapa do Enéas e o deputado do PCdoB recitam em dueto frases que dariam cadeia nos anos 70. Por exemplo: "o governo brasileiro é subserviente aos interesses das multinacionais e do governo americano". Nos velhos tempos, uma acusação desse calibre seria recebida a bala pela canhoneira do almirante. Foi por dizer coisas assim que o terrorista Haroldo Lima acabou obrigado a sentar-se na "cadeira do dragão".




Aureliano Chaves e Fernando Gusmão

O ex-vice-presidente Aureliano Chaves sempre confundiu o hino da UNE com a versão em português da Internacional, e tratava de ligar para o quartel mais próximo quando vislumbrava alguma bandeira do PCdoB. Fernando Gusmão, presidente da UNE e filiado à seita comunista, não conseguia até recentemente olhar para políticos como Aureliano sem pensar no Gulag. A Frente Popular acaba de transformá-los em companheiros de luta, mas a afinidade ideológica não garante que o diálogo será fluente. A má dicção não ajuda a entender o que Aureliano diz. A cabeça confusa não ajuda a entender o que pensa Gusmão.

General Antônio Carlos de Andrada Serpa e General Nelson Werneck Sodré

Comunista suficientemente ortodoxo para achar aconchegante o inverno siberiano, Werneck Sodré teve de trocar os quartéis pelo gabinete de historiador por imposição de militares direitistas, que seriam reduzidos em seus livros à condição de "gorilas". O apelido pejorativo foi orgulhosamente assumido por Andrada Serpa, um dos mais iracundos coronéis de 1964. Quando usavam farda, ambos levariam a mão ao coldre caso se encontrassem. Hoje, levam a mão ao bolso do pijama. O "gorila" saca um manifesto. O comunista saca uma caneta e adere.

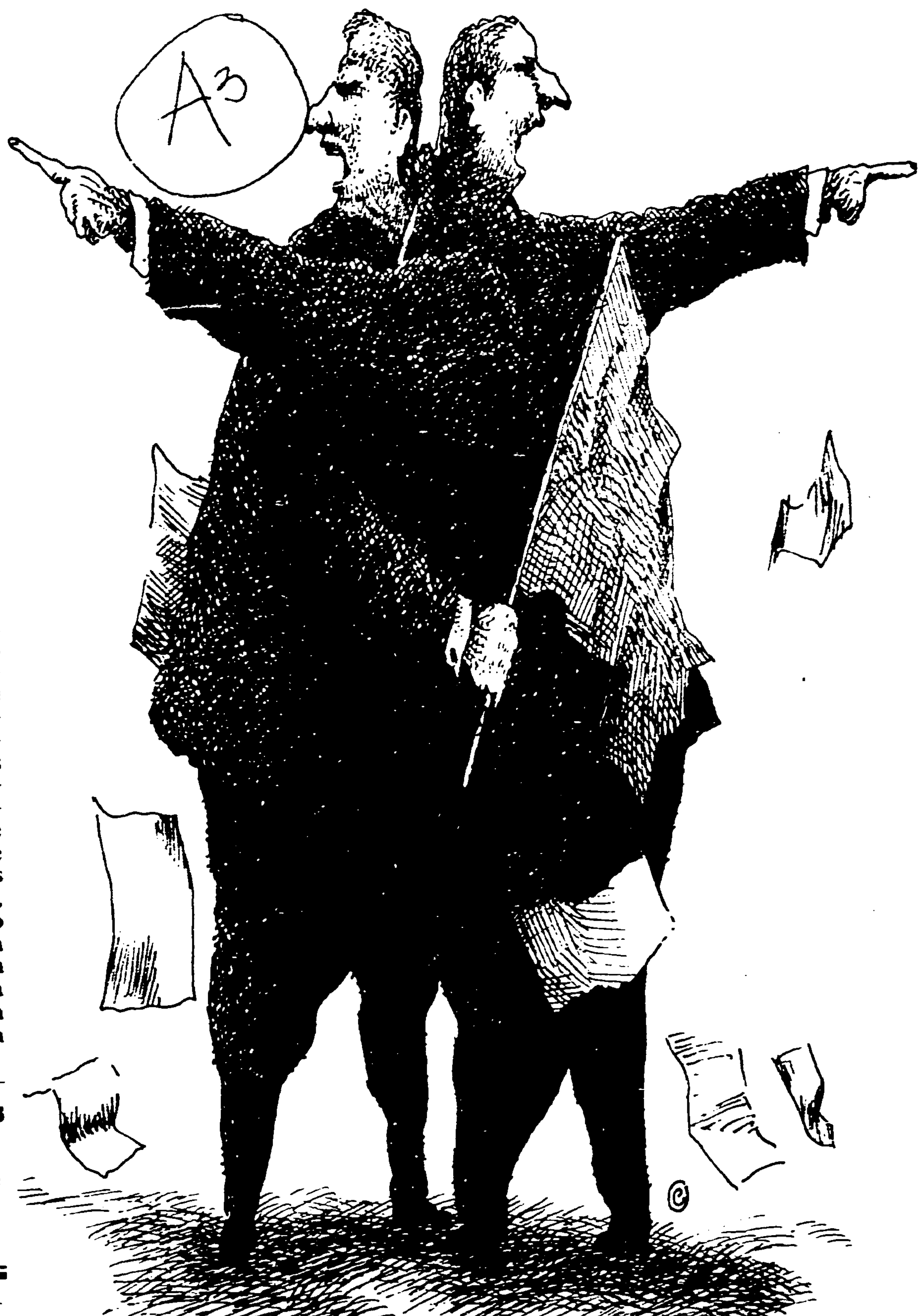
Oposição a FH dilui fronteiras ideológicas

A resistência à quebra dos monopólios estatais põe fim ao ciclo que desde 1964 dividia o Brasil entre esquerda e direita

MARCELO RECH

Nos últimos 30 anos, um despenhadeiro ideológico cortou o Brasil ao meio. Ao longo do regime militar instalado em 31 de março de 1964, o país foi dividido entre direita e esquerda. A cadência da definição ideológica era ditada pelo vapor da compressão política. Os que ficaram contra a ditadura se aglutinaram sob o guarda-chuva da "esquerda". Os que se colocaram ao lado do regime militar passaram a ser considerados de "direita". Com o primeiro pacote de emendas à Constituição, o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu produzir um fenômeno político ainda mais significativo que o esmagamento da oposição no Congresso. Sem ruídos audíveis, implodiu-se o conceito de esquerda e direita que balizava a política brasileira.

Sob a mesma diretriz política — impedir o desmanche dos monopólios estatais —, a resistência às reformas de FH, um sociólogo originário da esquerda, reúne inimigos que, na ditadura, juravam de morte todos os adversários. Generais que vibravam a cada queda de "aparelhos subversivos" nos anos de chumbo do regime juntam-se agora, unidos na condenação às reformas, a ex-guerrilheiros, torturados e desterrados pelo governo militar. Generais da velha direita e líderes da velha esquerda promovem hoje uma nova subversão — a da lógica aparente que movia a política nos trópicos.



Generais e comunistas figuram lado a lado em um manifesto que prega a greve geral e a desobediência civil

Desorientados pelo progressivo e cada vez mais rápido aniquilamento dos monópolios, os dois brasis antagônicos se encontraram numa Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil. Organizada em Belo Horizonte, a frente acaba de apresentar-se ao país com um manifesto multiplicado por 150 mil cópias, distribuídas sob o patrocínio da União dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil. Num texto carimbado simultaneamente por cacoetes lingüísticos das antigas esquerda e direita, o documento prega, entre outras audácias, "a greve geral e a desobediência civil contra a venda do Brasil ao estrangeiro". Um trecho fustiga "grupos oligopolistas privados", fantasma que costuma assombrar o discurso dos militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outro denuncia "ações insensatas e irresponsáveis", uma frase que parece pinçada de ordens-do-dia de cerimônias militares.

O frankenstein ideológico amalgamado na frente é constituído por figuras políticas tão díspares quanto o senador Lauro Campos (PT-DF) e o brigadeiro Ivan Frota. Há 20 anos, se expusesse em público seus ideais socializantes, o senador poderia ser encarcerado pelo brigadeiro, hoje na reserva. Ivan Frota fez muito barulho em maio de 1993, quando, ainda na cúpula da Força Aérea Brasileira, lançou um manifesto com o brado obscurantista: "A Nação que não prestigia suas Forças Armadas não merece ser livre". O brigadeiro que há dois anos ameaçou descer a borduna sobre a democracia é agora cortejado pelo Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul, entidade vinculada à CUT. No domingo passado, o sindicato financiou a transcrição em jornais do mais recente manifesto de Frota. O brigadeiro reitera em tom alarmista a certeza de que uma "maquiavélica estratégia de desmoralização" do Brasil e das Forças Armadas foi articulada pelo grupo de países ricos.

A diluição dos antigos dogmas da "esquerda" e da "direita" viu-se reafirmada há três semanas pelo episódio da destituição do coronel Armando Avólio Filho, denunciado como torturador de presos políticos, do cargo de adido militar na embaixada em Londres. Os militares da linha-dura se indignaram com a decisão histórica de FH. Em editorial publicado na capa da edição de junho, o jornal *Ombro a Ombro*, porta-voz de homens da caserna nostálgicos dos tempos em que tutelaram a vida brasileira, atribui a demissão do coronel ao mesmo plano imaginário forjado para desmoralizar o Brasil. "A desestabilização das Forças Armadas constitui um pré-requisito para possibilitar a renúncia às soberanias nacionais", afirma o jornal.

Novo guru da CUT, o brigadeiro Ivan Frota alardeia que existe uma campanha para desmoralizar o Brasil

O editorial em defesa de Avólio é subscrito por militares como o capitão-de-fragata da reserva Dario Giordano, submetido a um Inquérito Policial Militar aberto pelo Ministério da Marinha por ter divulgado uma carta iracunda endereçada ao presidente da República. No manifesto, o oficial classifica o Congresso como um "serviço de inutilidade pública" e se refere ao AI-5, que cassou os direitos políticos de centenas de brasileiros, como "limpa-lixo rápido". Além de feroz missivista, Giordano é um ativo militante de um movimento que reúne, no Rio Grande do Sul, sindicalistas e políticos de "esquerda" contra a quebra dos monopólios. "Estou sendo muito mais ouvido na sede do sindicato dos petroleiros do que entre oficiais que ficam em cima do muro", alega o capitão-de-fragata.

Com alianças do gênero, o abismo que separava defensores de torturadores e torturados está superado. E o presidente que afastou do cargo no Exterior um oficial acusado de torturas unifica os dois extremos contra si. O ciclo das ideologias acaba de ser aposentado pela História.

SEGUE

HISTÓRIA

Na Rússia, esquerda e direita são vice-versa

A pátria do comunismo inverte a sinalização política

No início dos anos 80, filiada ao Partido Comunista e aplicada conviva das festanças da Revolução de Outubro na Praça Vermelha, em Moscou, Yelena encarnava uma típica esquerdista de carteirinha. Mulher de João Prestes, um dos nove filhos de Luís Carlos Prestes, o mais ilustre comunista brasileiro de todos os tempos, Yelena encantou-se no final da década de 80 com as idéias reformistas de Boris Yeltsin e aderiu ao principal opositor dos comunistas. Passou a ser considerada de direita pela nomenclatura ainda encastelada no Kremlin.

Em agosto de 1991, consumou-se o golpe contra Mikhail Gorbachev, a URSS esfarelou-se e Yeltsin instalou-se no Kremlin. Yelena, assídua nas manifestações favoráveis à nova ordem, voltou a ser catalogada na esquerda. Na Rússia dos anos 90, os comunistas da velha guarda que tentaram derrubar Gorbachev e impedir a ascensão de Yeltsin passaram a representar a direita — os reacionários que rejeitam a mudança e querem recuperar o status do passado. Em 10 anos, essa montanha-russa política desenhada em Moscou pelos caprichos da História levou Yelena a transitar pela esquerda comunista, escorregar na direita reformista e entrar na curva da esquerda reformista.

A nova sinalização do alucinado trânsito político estendeu-se também às filiais da URSS no Leste Europeu — quem era comunista teve o sentido invertido para a direita e vice-versa. Na Rússia, os remanescentes comunistas agora fazem companhia aos seguidores de Vladimir Jirinovski, um carismático e tresloucado líder populista capaz de pregar abertamente o sumiço da Alemanha com o uso de ogivas nucleares. Terceiro político mais popular da Rússia, segundo pesquisas de opinião (o primeiro é Yeltsin e o segundo, o ex-vice presidente Alexander Rutskoi), Jirinovski incorpora a clássica figura do direitista. Assim como no Brasil, na Rússia de hoje os dois extremos acabaram emaranhados. **(Marcelo Rech)**

04.04

Presidente rejeita rótulo de "neoliberal"

IDEOLOGIA

Em entrevista à televisão argentina, Fernando Henrique garante que continua social-democrata e afirma que classificação usada na luta política "não corresponde à realidade"

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — Em entrevista ontem ao canal de televisão *Telefe*, de Buenos Aires, o presidente Fernando Henrique Cardoso recusou ser rotulado de neoliberal e afirmou que continua sendo um social-democrata. "O que aqui se usa, na luta política, chamar de neoliberal não correspondente à realidade", contestou. O presidente criticou os partidos de esquerda contrários à aprovação das reformas constitucionais. "São pessoas voltadas para o passado", disse, lembrando que foi eleito para promover as mudanças e que conta com o apoio da maioria do Congresso.

Fernando Henrique explicou sua posição a favor da abertura das estatais ao mercado. "É errado pensar que se tem de manter uma economia autárquica e com rígido controle do Estado, em todos os investimentos", argumentou. Ao explicar o programa de privatização, apresentou o cronograma de venda de estatais e ressaltou que o patrimônio do setor energético é de US$ 50 bilhões. "Mas não é que vamos vender isso tudo", ressalvou.

Após elogiar a atuação do Congresso, o presidente lembrou que o governo tem obtido vitórias nas votações das reformas econômicas com 350 ou 360 votos a favor e 100 a 120 contra. "O Congresso não me tem falhado", afirmou, ressalvando em seguida que apenas dois ou três partidos não o tem apoiado. "Exatamente o partido que perdeu as eleições, de Lula, o Partido dos Trabalhadores", enfatizou, acrescentando ainda o PC do B e o PDT de Leonel Brizola. "Os demais partidos estão me apoiando."

Durante a entrevista, Fernando Henrique se disse favorável a uma maior participação dos trabalhadores nos investimentos e na gestão empresarial para tornar mais barato o custo do telefone, da energia elétrica, da gasolina e dos portos. E sugeriu que um desafio importante para os sindicatos no mundo moderno é "abrir caminho para a participação dos trabalhadores no controle das decisões".

> FH FEZ QUESTÃO DE RESSALTAR QUE LEIS DE MERCADO VIGORAM NO PAÍS

O presidente fez questão de ressaltar que as leis de mercado vigoram no País e, apesar da necessidade de ajustes, ninguém precisa temer surpresas. "Temos a convicção de que o valor da moeda nacional é baseado no livre mercado e não em uma manobra de governo", declarou.

Para tranqüilizar os argentinos em relação à balança comercial entre os dois países, Fernando Henrique garantiu que o Brasil não vai utilizar o câmbio como instrumento para aumentar suas exportações ou dificultar as importações. As referir ao presidente Carlos Menem, reeleito recentemente, afirmou que os líderes do continente precisam ter coragem e convicção como virtudes. "É preciso estar convencido de que se vai fazer e depois ter coragem para levar adiante", ensinou.

Respondendo a uma pergunta sobre sua segurança pessoal, reforçada após as manifestações de protesto, o presidente afirmou não temer por sua vida, mas reconheceu que os protestos contra sua comitiva preocuparam seus assessores. "Como houve manifestações de grupos políticos organizados, que me atiraram pedras, que atiraram não sei quantas ao ônibus onde estávamos eu e os ministros, a segurança se preocupou com isso". Mas classificou o episódio como "assunto secundário."

9508153

Secesionistas Gaúchos Llegaron a Montevideo

Se encuentran en Uruguay los miembros del "Consejo de Estado" de la nueva República que proponen formar, uniendo los estados del sur brasileño.

Encabezada por Irton Marx, Presidente del organismo proclamado por los propulsores de la iniciativa, la delegación de ciudadanos brasileños realiza desde ayer en Montevideo una intensa agenda de gestiones, según comunicó la **"Embaixada da República do Pampa Gaucho"** en nuestro país.

Como se sabe, un numeroso grupo de ciudadanos de la vecina nación está realizando gestiones para unir los estados de **Paraná, Santa Catarina y Río Grande Do Sul** en un nueva nación independiente del Brasil.

La inusual iniciativa viene siendo planteada desde tiempo atrás y en esta visita se anunció que se "realizarán diversos contactos formales e informales con sectores de la vida nacional uruguaya."

Se enfatiza que "se llevará directamente nuestro mensaje y verdad sobre el separatismo y nuestra ansia de completa libertad e independencia."

01.01

PRODUÇÃO

Estado perde espaço na economia do país

Um estudo da Federasul mostra que os gaúchos ficam para trás por falta de investimentos em infra-estrutura

MARIA ISABEL HAMMES

A participação do Rio Grande do Sul no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu bastante de 1970 a 1994. Os índices da queda variam dos 8,6% (a fatia gaúcha na década de 70) para os 7,9% de 1994, no cenário menos adverso pesquisado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), ou de 8,6% para 6,59%, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O crescimento de 7,8% do PIB gaúcho, previsto para 1995, bem acima dos 6,1% da estimativa nacional, apenas ameniza um quadro desfavorável ao Rio Grande.

Na melhor das hipóteses, a perda de riquezas no período 1970/1994 foi de US$ 3,7 bilhões. Na pior, pode chegar a US$ 10,6 bilhões, tomando por base os indicadores das duas instituições. Enquanto a economia gaúcha despencava (com crescimento expressivo da indústria, mas queda da agricultura e serviços), a produção de Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais aumentava.

Para reverter o quadro, é preciso reestruturar o setor público e promover a abertura ao capital privado de várias áreas de infra-estrutura. "O passo seguinte será o estabelecimento de uma política de atração de investimentos", diz André Filipe, economista da Federação das Associações Comerciais (Federasul), entidade que coordenou a análise sobre a evolução do PIB gaúcho nos últimos 24 anos.

A tendência de queda da participação gaúcha na produção nacional fica mais clara ao se fazer a comparação com o desempenho de Minas Gerais, que parte do mesmo ponto do Rio Grande do Sul em 1970 e chega a 1994 muito na frente. No ano passado, o PIB mineiro era quase o dobro do gaúcho (90% maior), enquanto o do Paraná praticamente encosta no do Estado, com uma cifra correspondente a 92% da alcançada pelo Rio Grande do Sul. O PIB gaúcho foi de US$ 41,9 bilhões em 1994, segundo a FEE. Santa Catarina, que tinha um PIB equivalente a 30% do Rio Grande do Sul em 1970, chegou no ano passado a um valor equivalente a 46%.

Minas tinha o mesmo peso do Rio Grande em 1970. Hoje seu PIB é quase o dobro do gaúcho

Da mesma forma, cai a renda per capita dos gaúchos, que sempre esteve acima da nacional. A diferença de 25% a mais em 1975 baixou para 7,5% em 1994, quando a renda per capita do Estado ficou em torno de US$ 4 mil. Filipe desfaz a idéia do Rio Grande como Estado agrícola, lembra a queda dos preços dos produtos primários nos últimos 15 anos e ressalta que o PIB agrícola gaúcho é o de menor proporção entre os Estados analisados. No mesmo período, a indústria cresceu de 22,4% para 36,6%, segundo dados do IBGE, mas com baixo valor agregado nos segmentos dominantes (metalmecânica, calçados e alimentos).

Para o economista, o que interessa é analisar os motivos de o Estado não ter induzido os agentes econômicos ao investimento. Destaca o chamado "custo do Rio Grande do Sul", com menor competitividade pelo mau funcionamento da máquina pública e inadequada oferta de infra-estrutura básica.

O QUE ELES DIZEM

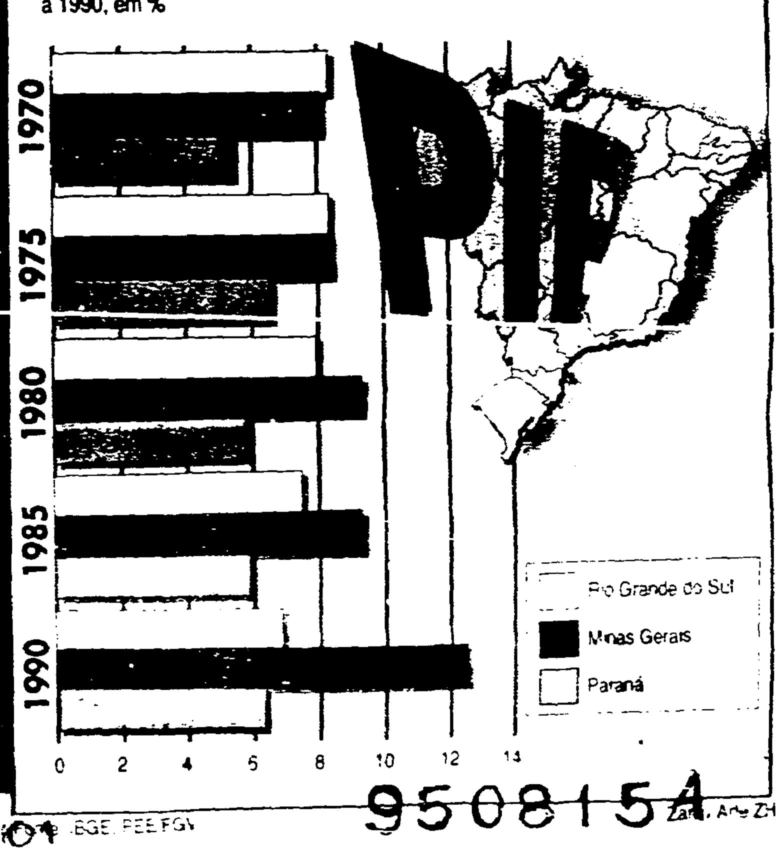
Duas opiniões sobre o que deve ser feito para que o Estado volte a crescer:

João Carlos Brum Torres, secretário de Planejamento do governo gaúcho: "Ao longo dos quatro anos do governo, vamos adotar um conjunto de providências para tornar o setor público mais eficaz e produtivo. O governo estabeleceu como prioridade a recuperação dos setores energético, de telecomunicações e rodoviário, além dos portos, para aumentar a nossa competitividade. É preciso atrair grandes investimentos privados por meio de uma política de inteligência de negócios."

Mauro Knijnik, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado: "Essencialmente, precisamos pensar grande e ter uma política de desenvolvimento adequada. É preciso identificar qual será a nossa política industrial para que possamos atrair investimentos compatíveis com a realidade gaúcha. A mesma medida deve ser tomada nas áreas de serviços e na rural. É indispensável um estudo sobre a adequação ou não dos produtos ao nosso solo. Com uma política compatível ao perfil do Estado, passaremos a procurar novas fontes de recursos."

MINAS CRESCE MAIS

■ As fatias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná no PIB brasileiro de 1970 a 1990, em %



Fonte: IBGE, FEE, FGV

Zero Hora

950815A

EMANCIPAÇÕES

Assembléia aprova os últimos 27 plebiscitos

As consultas populares estão marcadas para o dia 22 de outubro

A Assembléia Legislativa aprovou ontem mais 27 projetos de emancipação, elevando para 97 as autorizações para a realização de plebiscito. Dos 118 pedidos apreciados em um semana, apenas 21 foram rejeitados. Com o fim das votações, caberá ao governador Antônio Britto vetar ou não os projetos, que devem ser remetidos ao Piratini ainda hoje. Os deputados também aprovaram mais nove pedidos de plebiscito para anexação.

O líder do governo, Paulo Odone (PMDB), afirmou que o total de projetos de emancipação aprovados está bem acima do esperado pelo governador. Britto chegou a fazer um apelo aos deputados para que votassem o menor número possível de pedidos, alegando a falta de condições de desenvolvimento da maioria dos distritos.

O Tribunal de Justiça deferiu ontem uma liminar favorável à anexação da localidade de Campestre Alto, pertencente a Barão, ao município de São Pedro da Serra. O pedido de desmembramento havia sido rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da Assembléia, José Otávio Germano (PPR), disse que vai encaminhar o processo à Procuradoria do Legislativo.



Votos: Sérgio Zambiasi e José Otávio Germano, no plenário

ANEXAÇÕES APROVADAS

- **Morro Azul** (de Torres para Três Cachoeiras)
- **Jaguarão Grande** (de Hulha Negra para Candiota)
- **Esquina Cavalheiro** (de Novo Machado para Tucunduva)
- **Boa Saúde** (de São Leopoldo para Novo Hamburgo)
- **Canta Galo** (de Sto. Antônio da Patrulha para Rolante)
- **Cavadeira** (de São Jerônimo para Dom Feliciano)
- **Piedade** (de Bom Princípio para São Vendelino)
- **Três Coqueiros** (de Iraí para Ametista do Sul)
- **Morro das Batatas** (de Alto Feliz para Feliz)

O PLACAR

A Assembléia aprovou ontem 27 pedidos de emancipação. Os deputados rejeitaram cinco solicitações de plebiscito:

APROVADOS	SIM	NÃO
Santana (Antônio Prado)	26	25
São João Bosco (Ciríaco)	32	18
Tabaí (Taquari)	36	16
Tamanduá (Arroio do Tigre)	31	21
Trentin (Jaboticaba)	34	18
Ubiretama (Giruá)	39	12
Vale Vêneto (São João do Polêsine)	34	17
Vespasiano Corrêa (Muçum)	35	16
Vila Candelária (Crissiumal)	34	18
Xingu (Constantina)	31	19
Paulo Bento (Erechim)	41	11
Marques de Souza (Lajeado)	46	4
Capão Bonito (Lagoa Vermelha)	30	19
Caraá (Sto. Antônio da Patrulha)	35	15
Dom Diogo (Salvador do Sul)	38	12
Doutor Ricardo (Encantado)	41	7
Parque dos Anjos (Gravataí)	31	21
Vinte e Sete da Boa Vista (Garibaldi)	42	8
Barro Preto (Ajuricaba)	36	10
Colônia São Pedro (Torres)	42	9
Monte Alegre dos Campos (Vacaria)	36	15
Santa Cecília (Tapejara)	35	14
Tronqueiras (Miraguaí)	28	22
Viamópolis (Viamão)	32	19
Sete de Setembro (Santa Rosa)	25	20
S.João da Reserva (S.Lourenço do Sul)	43	8
Jacuizinho (Salto do Jacuí)	32	19

REJEITADOS	SIM	NÃO
Segredo (Ipê)	24	28
Vila Vitória (Ibiaçá)	21	29
Manchinha (Três de Maio)	21	28
Dona Otília (Roque Gonzales)	22	24
Vale do Ipiranga (Gravataí)	27	23

EMANCIPAÇÕES

Deputados autorizam 14 plebiscitos no sul do Estado

Dos 47 pedidos votados até agora pela Assembléia, 34 foram atendidos



Unanimidade: deputados de todas as siglas firmaram um acordo para aprovar os processos

DIONE KUHN

Os 14 distritos da parte sul do Estado tiveram ontem os seus pedidos para realização de plebiscito sobre emancipação aprovados pela Assembléia Legislativa. Boa Vista do Cadeado, de Cruz Alta, e Toropi, de São Pedro do Sul, também obtiveram autorização para fazer a consulta. Os deputados já haviam decidido anteriormente que aprovariam todos os projetos referentes à metade sul do Estado como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico da região. Há um consenso entre os parlamentares de que a criação de municípios vai proporcionar maior concentração de renda, a exemplo da parte norte.

Dos 47 projetos de emancipação apreciados desde terça-feira, 34 foram aprovados. Quatro pedidos de plebiscito para anexação também passaram em plenário. As votações continuam na tarde de hoje. Depois de concluídas todas as votações, os projetos serão submetidos a uma avaliação do governador Antônio Britto, que poderá vetar os que entender não possuirem condições de buscar autonomia. Na última segunda-feira o governador disse que a maioria dos 117 pedidos são crime contra o Estado e o futuro município. Os plebiscitos estão marcados para 22 de outubro.

Tão logo encerrarem-se as votações, uma nova lei de emancipações, mais rígida, começará a ser discutida. Os deputados Marcos Rolim e Luiz Casagrande, do PT, protocolaram ontem um projeto que proíbe a criação de um município se a área emancipanda estiver a menos de 10 quilômetros da sede. Essa cláusula dificultaria as emancipações no norte do Estado, onde há mais cidades.

Uma nova lei sobre emancipações, com critérios mais rígidos, começará a ser debatida pelos deputados

Nos próximos dias também deve ser apresentado um projeto do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Bernardo de Souza (PSB). A proposta prevê a adoção de regras mais rígidas que assegurem reais condições de desenvolvimento para um município. Ao mesmo tempo, está previsto maior proteção ao município-mãe. A lei atual permite que uma área emancipanda fique com até 50% do total da arrecadação do município. Bernardo entende que esse índice deve ser menor. Nenhuma localidade poderá também incluir no seu território distritos ou áreas industriais.

Na sessão de terça-feira, dos nove partidos com representação na Assembléia, o PDT foi o que mostrou maior unidade na hora de votar os processos para a realização de plebiscitos de emancipação. Os sete deputados da sigla votaram favoravelmente em uma média entre 20 e 25 dos 31 processos apreciados na sessão. A segunda sigla a demonstrar posição semelhante foi o PMDB. Os dez parlamentares do partidos rejeitaram a maioria das consultas populares. O máximo de votos favoráveis foi 11, dados por João Osório. A maioria de seus colegas ficou entre zero a cinco. José Ivo Sartori e Paulo Odone opuseram-se a todos os plebiscitos.

Os seis deputados do PT aprovaram no máximo sete dos 31 processos. No PTB, a média de processos aceitos pelos dez parlamentares ficou entre 12 e 27. Já no PPR, dos 13 parlamentares aptos a votar, a média de plebiscitos aceitos oscilou de quatro a 31. Apenas Wilson Mânica votou a favor em todos os processos. Dos três deputados do PSB, dois votaram a favor da realização de plebiscitos em dez distritos e um votou em nove. Paulo Vidal, único deputado do PSDB, votou a favor de três plebiscitos. Onyx Lorenzoni, do PL, aprovou seis e Jussara Cony, do PC do B, dois.

OS PROJETOS APROVADOS ONTEM

Estes são os distritos que tiveram o plebiscito autorizado ontem pela Assembléia. Nenhum projeto foi rejeitado. Veja o placar:

	Sim	Não
Aceguá/Colônia Nova (Bagé)	45	2
Arroio do Padre (Pelotas)	48	1
Barra do Quaraí (Uruguaiana)	32	18
Boa Vista do Cadeado (Cruz Alta)	32	18
Cerrito (Pedro Osório)	49	0
Chuí (Santa Vitória do Palmar)	48	0
Chuvisca (Camaquã)	46	0
Dilermando de Aguiar (Santa Maria)	46	1
Itaara (Santa Maria)	47	1
Maçambará (Itaqui)	43	3
Pedras Altas (Pinheiro Machado)	36	10
Rincão dos Cabrais (Cachoeira do Sul)	39	8
Santa Margarida (São Gabriel)	45	1
Toropi (São Pedro do Sul)	4	0
Triunfo do Sul (Pelotas)	48	1
Turuçu (Pelotas)	49	0

AS VOTAÇÕES DE TERÇA-FEIRA

Veja os resultados das votações na Assembléia

APROVADOS

	Sim	Não
Barreirinho (Sarandi)	27	23
Canudos (Lajeado)	26	23
Capão do Cipó (Santiago)	39	11
Forquetinha (Lajeado)	32	20
Jari (Tupanciretã)	40	12
Linha Schmidt (Teutônia)	27	22
Lomba Grande (Novo Hamburgo)	31	18
Mariante (Venâncio Aires)	31	16
Melos (General Câmara)	31	18
Quatro Irmãos (Erechim)	25	18
Rua Nova (Torres)	31	16
São Pedro (Palmeira das Missões)	30	17
São João (Redentora)	26	21
Tio Hugo (Victor Graeff)	34	12
Unistalda (Santiago)	33	12
Vila Assis (Fontoura Xavier)	32	15
Vila Progresso (Três Palmeiras)	26	21
Vila Pratos (Novo Machado)	25	21

REJEITADOS

	Sim	Não
Brasino (Cerro Grande do Sul)	14	34
Cruzeiro (Santa Rosa)	8	40
Encruzilhada Gaúcha (Alpestre)	22	28
Fazenda Fialho (Taquara)	21	23
Laranjeira (Vicente Dutra)	18	31
Otávio Rocha (Flores da Cunha)	18	30
Rainha do Mar (Osório)	10	30
Rincão Vermelho (Roque Gonzales)	22	25
Rio Toldo (Getúlio Vargas)	21	24
Santa Terezinha (Palmeira das Missões)	14	32
Scharlau (São Leopoldo)	9	34
Vendinha (Montenegro)	8	39
Vila Sírio (Santo Cristo)	8	36

ANEXAÇÕES:

- **Linha Santa Terezinha** (de Venâncio Aires para Mato Leitão) — **Aprovado**
- **Linha Presidente Soares** (de Santa Tereza para Garibaldi) — **Aprovado**
- **Linha Dourada** (de São Paulo das Missões para Porto Lucena) **Aprovado**
- **Sampaio** (de Cruzeiro do Sul para Mato Leitão) — **Aprovado**

Deputados defendem mudanças na lei

Para ter direito a se emancipar, um distrito deve possuir, no mínimo, 5 mil habitantes ou 1,8 mil eleitores cadastrados

DIONE KUHN

A atual lei de emancipações está com os seus dias contados. Tão logo sejam votados pela Assembléia Legislativa os 117 pedidos de autorização de plebiscitos, pelo menos dois deputados começarão a discutir critérios mais rígidos para a criação de novos municípios. Apesar de defender as emancipações, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Bernardo de Souza (PSB), reconhece que a lei facilita o desmembramento dos distritos sem a devida preocupação com a sobrevivência dos municípios-mãe.

Bernardo está estudando, por exemplo, a possibilidade de criar uma cláusula que impeça a inclusão do distrito industrial nos limites territoriais da área emancipanda. Se essa medida já existisse, a tão almejada independência pleiteada por Sans Souci se tornaria menos atraente. Dados divulgados pela prefeitura de Eldorado do Sul indicam que a localidade ficará com 48% da receita se obtiver a sua autonomia.

Outro ponto questionado é a ausência de limites para emancipações de distritos pertencentes a um mesmo município. O deputado Marcos Rolim (PT) sugere um prazo de carência para o surgimento de novos desmembramentos, evitando, com isso, a fragmentação de determinadas regiões. Rolim defende ainda critérios mais rígidos para a parte Norte do Estado, onde o número de municípios já é maior.

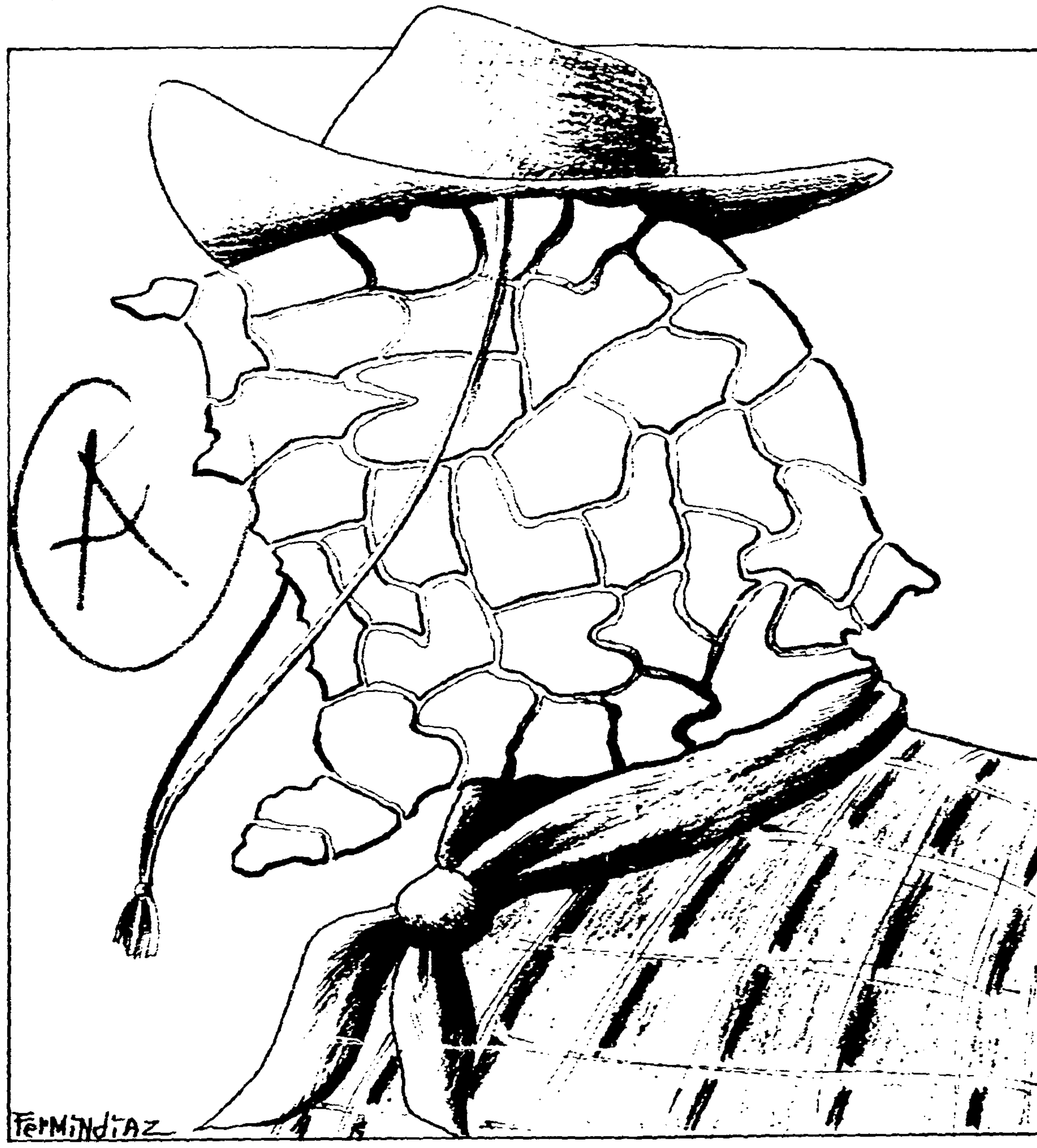
A legislação incentiva também a criação de municípios cada vez menores em população. É o que comprova as pesquisas feitas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Das cerca de 80 localidades conferidas pelo IBGE, mais de 90% não contam com 5 mil habitantes, mínimo exigido para poder pleitear a autonomia. A dificuldade de alcançar esse índice explica o fato de 99% dos projetos enviados à Assembléia apresentarem o número mínimo de eleitores — 1,8 mil. A lei exige a comprovação dos habitantes ou dos eleitores.

Bernardo admite que é mais fácil fazer o levantamento dos eleitores. Geralmente, segundo ele, o índice de 1,8 mil representa metade do total de uma população (no caso 3.600). As pesquisas mostram, porém, que em grande parte das localidades a população é inferior a 3 mil. São os casos de Mato Queimado, de Caibaté (2.550 habitantes), Almirante Tamandaré, de Carazinho (2,65 mil), Dilermando Aguiar, de Santa Maria (2,48 mil), e Arco Íris, de Erval Seco (2,82 mil).

A independência de algumas localidades pode acabar causando sérios prejuízos aos municípios de origem

No último plebiscito, a dificuldade para se alcançar o mínimo de habitantes não foi diferente. Em 1992, apenas 15 dos 94 novos municípios atingiram os 5 mil. Houve também dificuldades para comprovar o eleitorado. Para ser considerado eleitor, é preciso residir na área emancipanda.

Em 1992, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) constatou que sete localidades haviam registrado como eleitores pessoas com direito de votar na seção situada no distrito, mas que moravam em outro lugar. Mesmo comprovada a irregularidade, não foi possível impedir os sete plebiscitos, pois já haviam sido aprovados pela Assembléia. Este ano, foi incluído um artigo em cada um dos 117 projetos proibindo a consulta caso o TRE comprove até 9 de outubro a inexistência de 1,8 mil eleitores. Os plebiscitos estão marcados para o dia 22 do mesmo mês. A partir de quarta-feira os deputados começam a votar os projetos de emancipação.



AS EXIGÊNCIAS

As condições legais para que um distrito se emancipe são:

- População não inferior a 5 mil habitantes ou
- **Eleitorado não inferior a 1.800**
- Mínimo de 150 casas ou prédios em núcleo urbano já constituído ou
- **250 casas ou prédios no conjunto de núcleos urbanos situados na área emancipanda**
- Padrão de crescimento demográfico que permita reais condições de desenvolvimento
- **Escola de 1° grau e, no mínimo, um dos seguintes equipamentos públicos: abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública, posto de saúde, posto policial civil ou militar**
- Análise da estrutura econômica atual da área emancipanda e sua evolução recente
- **Análise da receita tributária, compreendendo arrecadação e transferências**
- Análise da repercussão regional da criação do município, especialmente quando a localidade integrar a região metropolitana, aglomeração urbana ou estiver localizada em sua periferia
- **Não será criado município se a medida implicar em descontinuidade territorial, quebra da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano e perda, pelos municípios que lhe deram origem, de mais de 50% da arrecadação**

O RIO GRANDE DO SUL TEM HOJE

427 municípios

Se os 117 projetos de autorização de plebiscito em tramitação na Assembléia Legislativa forem aprovados, o Estado ficará com 544 municípios

03 9508155

EMANCIPAÇÕES

Governo veta 73 pedidos de plebiscito

Das 97 solicitações aprovadas pela Assembléia Legislativa, 24 passaram pela análise técnica e política do Palácio Piratini

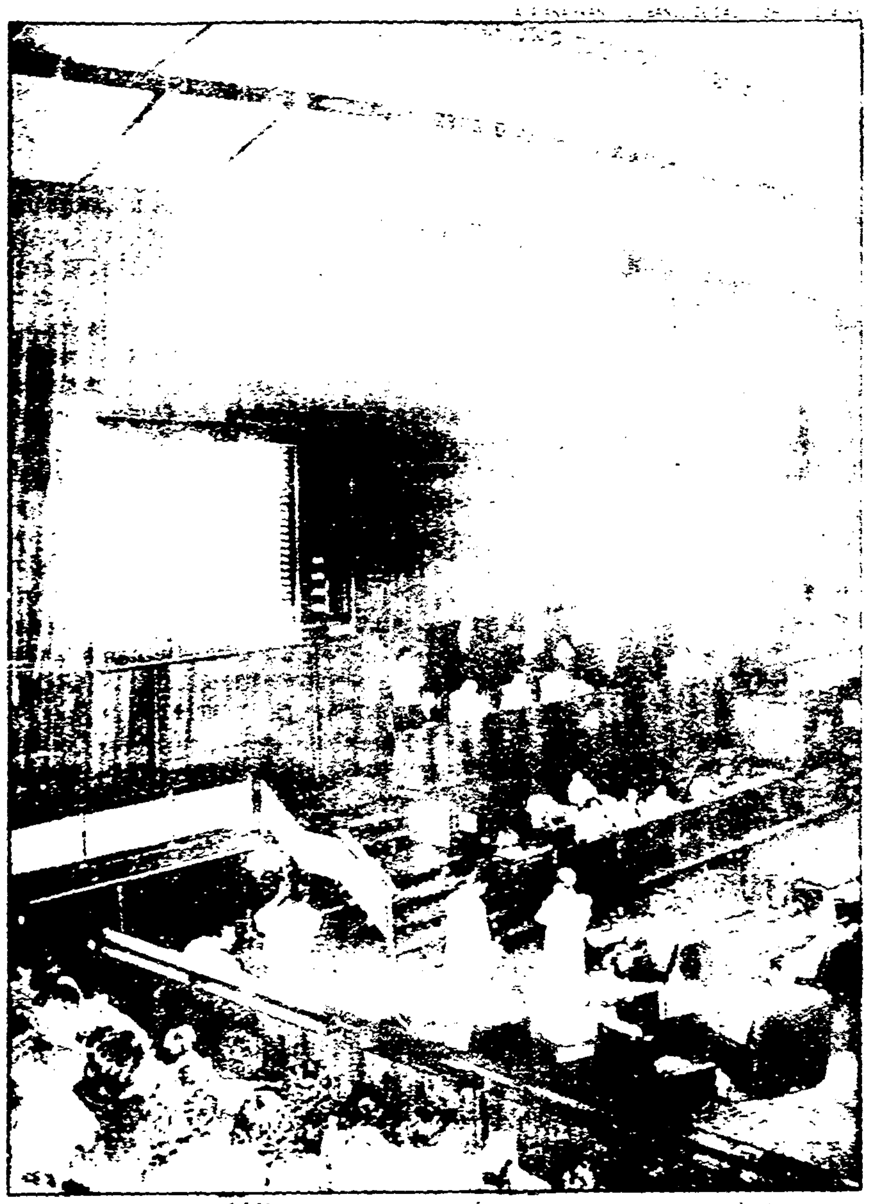
O governador Antônio Britto anunciou ontem 73 vetos aos pedidos de emancipação de distritos. Dos 97 projetos autorizando a realização de plebiscito, apenas 24 passaram pela análise técnica e política do Palácio Piratini. Hoje, a partir das 9h30min, a Assembléia Legislativa começa a apreciar cada um dos casos em que houve rejeição por parte do governo. Também foram vetados 10 dos 18 pedidos de anexação. Britto anunciou ainda o envio aos deputados de um projeto propondo a alteração da atual lei de emancipações.

Os vetos foram baseados em quatro critérios. Dezesseis projetos foram rejeitados porque não receberam o aval da maioria dos parlamentares em plenário (ou seja, 28 votos). Foram vetados 17 referentes a distritos localizados a menos de 10 quilômetros do município de origem. Os 30 pedidos de plebiscito envolvendo municípios que em 1992 já haviam perdido território e 10 onde os índices de desenvolvimento econômico foram considerados negativos também fazem parte da lista. Dois levantamentos técnicos serviram de subsídio para esse último requisito: um feito pelo deputado Jair Foscarini (PMDB) e outro realizado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). "Nossa análise foi na base de critérios", afirmou Britto.

A maioria das 24 localidades que receberam o aval do governador está situada na metade Sul do Estado. Ao saber dos números divulgados pelo Executivo, um deputado do PPR comentou: "O governador rejeitou tudo isso porque sabe que nós iremos derrubar pelo menos uns 40 vetos". As bancadas que mais autorizaram plebiscitos foram as do PPR, PDT e PTB.

Pelo projeto de lei do governo, a emancipação de um distrito fica condicionada a sete critérios básicos. O município de origem, por exemplo, não poderá perder mais de 20% da arrecadação. A atual lei permite um distrito levar até 50%. O plebiscito deve ocorrer tanto no município-mãe como na área emancipanda, e o resultado favorável a autonomia deve receber os votos de pelo menos 50% dos eleitores. O número mínimo de eleitores — hoje estipulado em 1.800 — exigido para se buscar uma emancipação varia de acordo com cada região. Na parte sul do Estado o mínimo é de 3.600, na região Norte, de 6 mil, e na área metropolitana, de 12 mil. O projeto elaborado pelo governo não é o primeiro protocolado na Assembléia. Os deputados do PT Marcos Rolim e Luiz Casagrande apresentaram uma proposta há cerca de uma semana. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Bernardo de Souza (PSB), está para concluir um outro.

Leia mais sobre os vetos do governador na página 12



Missão: a Assembléia começa a examinar os vetos a partir de hoje

OS PEDIDOS SANCIONADOS

Os 24 pedidos de plebiscito para emancipação mantidos pelo governador Antônio Britto:

- **Arroio do Padre** (Pelotas)
- **Barra do Quaraí** (Uruguaiana)
- **Barro Preto** (Ajuricaba)
- **Buriti** (Santo Ângelo)
- **Capão do Cipó** (Santiago)
- **Capivari** (Palmares do Sul)
- **Caraá** (Santo Antônio da Patrulha)
- **Doutor Ricardo** (Encantado)
- **Estrela Velha** (Arroio do Tigre)
- **Fazenda Vila Nova** (Bom Retiro do Sul)
- **Jari** (Tupanciretã)
- **Maçambará** (Itaqui)
- **Melos** (General Câmara)
- **Paulo Bento** (Erechim)
- **Pinhal da Serra** (Esmeralda)
- **Rincão dos Cabrais** (Cachoeira do Sul)
- **São João da Reserva** (São Lourenço do Sul)
- **Sete de Setembro** (Guarani das Missões)
- **Tabai** (Taquari)
- **Toropi** (São Pedro do Sul)
- **Triunfo do Sul** (Pelotas)
- **Turuçu** (Pelotas)
- **Unistalda** (Santiago)
- **Vespasiano Corrêa** (Muçum)

OS VETOS

Os vetos aos pedidos de emancipação:

- **Aceguá/Colônia Nova** (Bagé)
- **Almirante Tamandaré** (Carazinho)
- **Araricá** (Sapiranga)
- **Arco-Íris** (Erval Seco)
- **Arroio Teixeira** (Capão da Canoa)
- **Barreirinho** (Sarandi)
- **Benjamin Constant** (São Valentim)
- Boa **Vista do Cadeado** (Cruz Alta)
- Boa **Vista do Incra** (Cruz Alta)
- **Canudos** (Lajeado)
- Capão **Bonito** (Lagoa Vermelha)
- Cerrito (Pedro Osório)
- Chuí (Santa Vitória do Palmar)
- **Chuvisca** (Camaquã)
- **Cinqüentenário** (Tuparendi)
- **Colônia Língaro** (Tapejara)
- **Colônia São Pedro** (Torres)
- **Consolata** (Três de Maio)
- Coqueiro **Baixo** (Nova Bréscia)
- Coronel **Pilar** (Garibaldi)
- Coronel **Teixeira** (Marcelino Ramos)
- **Cruzaltense** (Campinas do Sul)
- **Dilermando de Aguiar** (Santa Maria)
- **Dom Diogo** (Salvador do Sul)
- **Doutor Bozano** (Ijuí)
- **Esperança** (Três Passos)
- **Floriano Peixoto** (Getúlio Vargas)
- **Forquetinha** (Lajeado)
- **Herveiras** (Sinimbu)
- **Itaara** (Santa Maria)
- **Itati** (Terra de Areia)
- **Jacuizinho** (Salto do Jacuí)
- **Lagoa Bonita** (Sobradinho)
- **Linha Schmidt** (Teutônia)
- **Lomba Grande** (Novo Hamburgo)
- **Mariante** (Venâncio Aires)
- **Marques de Souza** (Lajeado)
- **Mato Queimado** (Caibaté)
- **Monte Alegre dos Campos** (Vacaria)
- **Muitos Capões** (Vacaria)
- **Osvaldo Cruz** (Frederico Westphalen)
- **Parque dos Anjos** (Gravataí)
- **Passa Sete** (Sobradinho)
- **Pedras Altas** (Pinheiro Machado)
- **Pinhal** (Cidreira)
- **Pinhalzinho** (Liberato Salzano)
- **Pinto Bandeira** (Bento Gonçalves)
- **Quatro Irmãos** (Erechim)
- **Rosário** (Augusto Pestana)
- **Rua Nova** (Torres)
- **Salgado Filho** (Giruá)
- **Santa Cecília** (Tapejara)
- **Santa Cristina** (Parobé)
- **Santa Margarida** (São Gabriel)
- **Santana** (Antônio Prado)
- **São João** (Redentora)
- **São João Bosco** (Ciríaco)
- **São Pedro** (Palmeira das Missões)
- **Sete de Setembro** (Santa Rosa)
- **Tamanduá** (Segredo)
- **Tio Hugo** (Victor Graeff)
- **Trentin** (Jaboticaba)
- **Tronqueiras** (Miraguaí)
- **Ubiretama** (Giruá)
- **Vale Vêneto** (São João do Polêsine)
- **Viamópolis** (Viamão)
- **Vila Assis** (Fontoura Xavier)
- **Vila Candelária** (Crissiumal)
- **Vila Cristal** (Rodeio Bonito)
- **Vila Pratos** (Novo Machado)
- **Vila Progresso** (Três Palmeiras)
- Vinte e Sete da **Boa Vista** (Garibaldi)
- Xingu (Constantina)

EMANCIPAÇÕES

Assembléia não vai rever pedidos de plebiscito

Recursos contra a decisão das comissões não serão aceitos

As comissões de emancipação e anexação que tiveram seus pedidos para realização de plebiscito negados pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Municipais (CAM) da Assembléia Legislativa não poderão recorrer contra a decisão. Um parecer divulgado ontem pela Procuradoria Geral do Legislativo diz que o regimento interno só prevê esse tipo de procedimento quando se tratar de um projeto de lei em tramitação. O presidente em exercício da Assembléia, deputado Valdir Fraga (PTB), explicou que os pedidos de plebiscito votados pela CCJ e CAM eram apenas processos. Para se tornarem projetos precisavam da aprovação das duas comissões.

Na lei de emancipações também não há dispositivo que permita às comissões emancipacionistas e de anexação recorrerem. Pelo contrário: a lei estabelece que o processo rejeitado deve ser arquivado, só podendo ser reaberto na próxima legislatura. Oito comissões haviam ingressado com recursos *(ver quadro ao lado)*. O deputado Pompeo de Mattos (PDT) foi quem subscreveu os recursos.

Amanhã começam a ser votados pelo plenário os primeiros projetos de emancipação e de anexação aprovados pelas duas comissões. Hoje pela manhã, os deputados irão decidir se a votação será individual ou em bloco — com destaque para os mais polêmicos. Ao total são 117 projetos prevendo autorização para realização de plebiscito sobre emancipação e 18 sobre anexação. A Assembléia tem prazo até o dia 27 deste mês para votar. Fraga anunciou que haverá sessões extraordinárias pela manhã.

Depois de votados e aprovados pelo plenário, os projetos serão submetidos ao governador Antônio Britto. Se houver veto do governador, a Assembléia é quem decidirá se mantém ou não a decisão do Executivo. Os plebiscitos estão marcados para o dia 22 de outubro.



Justificativa: Valdir disse que os pedidos de plebiscito eram apenas processos

OS RECURSOS

Os distritos que tiveram seus pedidos de plebiscito negados e recorreram contra a decisão da Assembléia são os seguintes:

Emancipação
- Forqueta (Caxias do Sul)
- Santa Gema (São Domingos do Sul)
- Itapuã (Viamão)
- Cassino (Rio Grande)
- Boi Preto (Chapada)

Anexação
- Campestre Alto (de Barão para São Pedro da Serra)
- Linha Beija Flor/Linha Santo Antônio (de Colinas para Estrela)
- Linha Sabiá (de Pinheirinho do Vale para Palmitinho)

05.05

9508155

INTERCÂMBIO POLICIAL

Gaúchos e argentinos trocam informações

Um convênio assinado ontem permitirá aos agentes compartilhar dados via computadores

Os criminosos gaúchos e argentinos podem se preparar para uma fase de dura repressão. O recado é do Secretário Estadual de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, José Fernando Eichenberg, que ontem começou a colocar em prática o intercâmbio de informações com policiais da Argentina. Desde ontem estão sendo trocados dados sobre ladrões de carros, assaltantes e traficantes dos dois países, através de computadores e linhas telefônicas. "A idéia é fazer o mesmo com o Uruguai, num futuro breve", comenta o secretário.

A Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul firmou ontem quatro acordos diferentes com autoridades argentinas. O primeiro dáaos policiais gaúchos acesso ao Registro Nacional de Veículos da Argentina, através de um computador instalado na sede da secretaria e conectado por fax a uma linha da Argentina. Através dele é possível checar nome, endereço do dono, placas e numeração de chassis de qualquer veículo argentino que transite no Estado, bem como sua condição legal (roubado ou não). "Em nosso país são roubados de 70 a 80 carros por dia", calcula o vicecomodoro Alberto Palacio, que trabalha no Ministério da Justiça argentino e veio avalizar o convênio.

O segundo acordo acertado ontem envolve a polícia gaúcha e o Governo da província argentina de Corrientes, fronteiriça com o Rio Grande do Sul. Serão trocadas informações, via computador, sobre criminosos dos dois lados da fronteira. Os policiais dos dois países também farão cursos no Exterior (em sistema de intercâmbio), e serão implementados contatos diários, via rádio, entre postos policiais nos dois lados da divisa Brasil-Argentina. O sistema, que já vigora na fronteira Uruguaiana-Paso de Los Libres, será acionado também em São Borja-Santo Tomé e Itaqui-Alvear.

O terceiro e o quarto convênios permitem troca de informações entre policiais gaúchos e seus colegas da província de Buenos Aires sobre delinqüentes. Um dos acordos permite o envio, através de computador, de retratos falados.

01-01

9508156

9508157.

GOVERNO DO ESTADO

Estado vai assinar protocolos de cooperação com a Argentina

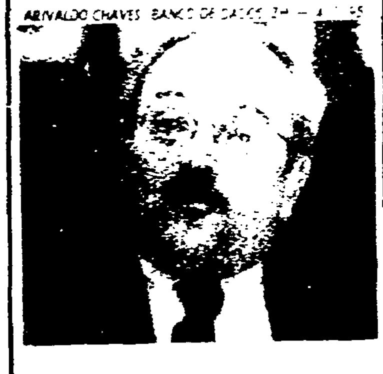
O governador Britto deverá visitar Buenos Aires no mês de agosto

HAMILTON ALMEIDA
Correspondente/Buenos Aires

O governador Antônio Britto deverá assinar protocolos de cooperação nas áreas de cultura e educação, pesquisa, ciência e tecnologia durante sua visita a Buenos Aires, Argentina, prevista para agosto. Também será definida a promoção de alguns eventos como uma semana de cultura e encontros empresariais para aproximar o Rio Grande do Sul da Argentina, o maior parceiro brasileiro no Mercosul.

A viagem precursora de três dias para aprofundar contatos que possam ser úteis à meta do governo gaúcho de estreitar os vínculos do Estado com o Mercosul foi concluída ontem, em Buenos Aires, pelos secretários da Coordenação e Planejamento, João Carlos Brum Torres, do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Adolfo Fetter, e da Cultura, Carlos Appel.

Brum Torres afirmou ter encontrado "boa receptividade para propostas" como a realização de um encontro amplo de empresários, assim como para a promoção de um seminário sobre o Mercosul em Porto Alegre. O secretário de Coordenação e Planejamento ficou entusiasmado com a experiência de privatização do porto de Buenos Aires e com a remodelação urbana da área de Puerto Madero. "É certo que o governador visitará esses locais", adiantou.



"Encontrei boa receptividade para as propostas"

JOÃO CARLOS BRUM TORRES, *secretário de Coordenação e Planejamento*

Como mais de 60% do comércio do Mercosul passa pelo território do Rio Grande do Sul, Fetter declarou que o governo do Estado quer "aprender com as privatizações argentinas, atrair investidores e incrementar as relações comerciais e culturais". O presidente da Confederação Geral de Indústria, da Argentina, Cesar Tortorella, fez uma proposta concreta: a assinatura de um convênio com as pequenas e médias indústrias gaúchas.

Appel revelou que a abertura de uma Casa do Rio Grande do Sul em Buenos Aires permitiria divulgar o comércio, a indústria, o turismo e a cultura do Estado. A Casa deverá ocupar uma área aproximada de 500 metros quadrados, abrigando uma exposição rotativa de produtos e contará com recursos do Banrisul e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e apoio da **RBS**.

O secretário de Cultura encontrou-se com Héctor Yannover, diretor da Biblioteca Nacional, e abriu a possibilidade da assinatura de um acordo para criar um espaço, em Buenos Aires, para divulgar livros gaúchos. "O governador irá fazer uma doação de livros para a Argentina", informou. Appel ficou entusiasmado com a possibilidade de realização de uma semana da cultura do Rio Grande do Sul, em abril de 1996.

Ontem de manhã, os secretários visitaram o escritório da **RBS** na capital argentina e foram recebidos pelo diretor Madruga Duarte.

01.01

9508157

SANEAMENTO

FH autoriza empréstimo ao Pró-Guaíba

O Senado precisa aprovar o aval para a concessão dos recursos de US$ 260 milhões para o projeto até esta sexta-feira

FLÁVIO ILHA
Sucursal/Brasília

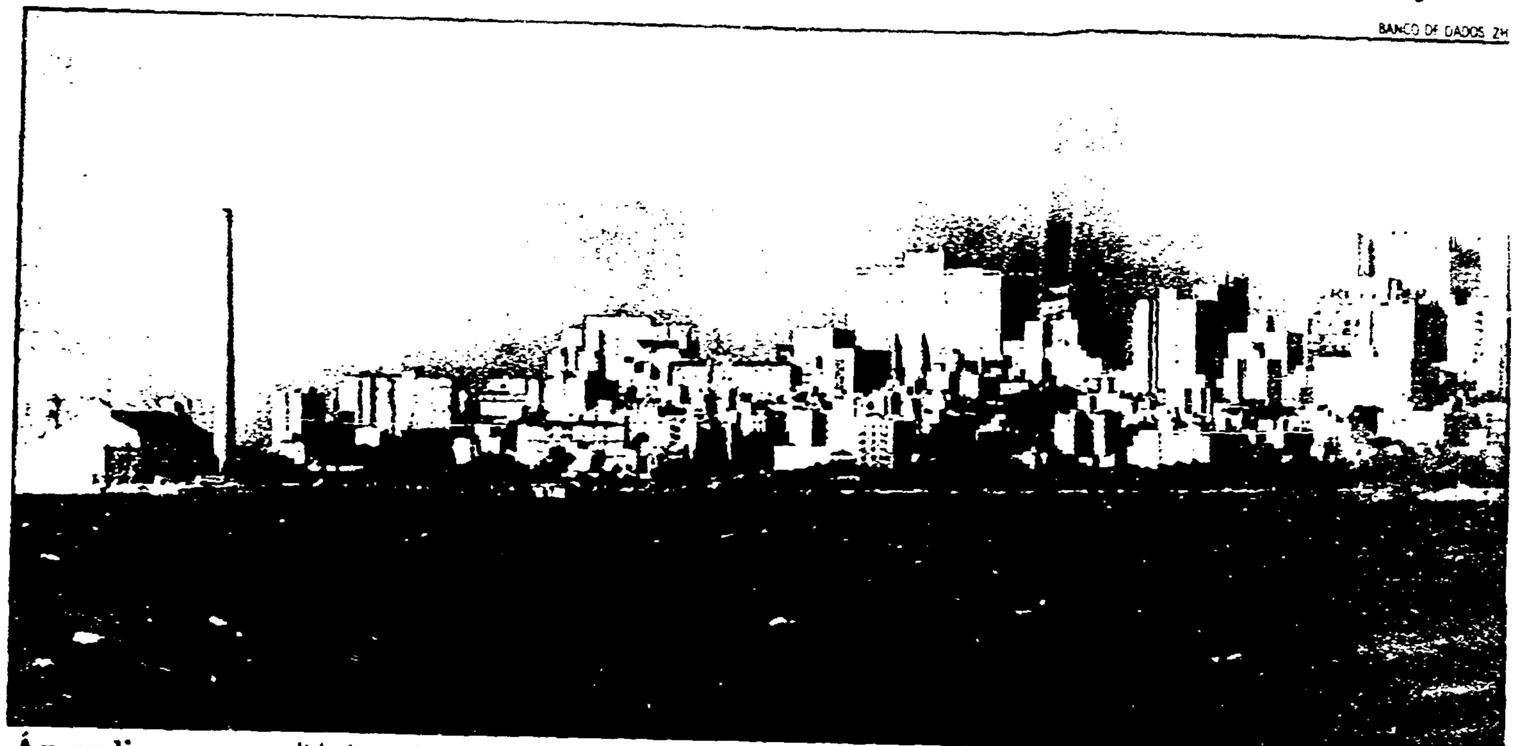
O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ontem ao Senado mensagem autorizando o empréstimo de US$ 260 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Estado. Os recursos fazem parte do projeto Pró-Guaíba. O Senado precisa aprovar o aval ao empréstimo até a próxima sexta-feira. Caso contrário, o Estado corre o risco de ficar sem os recursos. Na sessão de hoje, o plenário do Senado deve aprovar o regime de urgência para a tramitação do projeto, que pode ser votado em plenário na próxima quinta-feira.

O BID concedeu prazo até 14 de julho para o Rio Grande do Sul concluir a documentação referente ao pedido de empréstimo. Na última quinta-feira, a equipe econômica resolveu conceder o aval ao governo do Estado, que foi confirmado ontem pelo presidente Fernando Henrique. O aval vinha sendo questionado em função das dificuldades de caixa do Estado.

O secretário da Fazenda, César Busatto, esteve ontem em Brasília para negociar pessoalmente a autorização do governo. Pela resolução número 11 do Senado, qualquer empréstimo externo a Estados, municípios ou autarquias deve ter o aval da União, com autorização do Senado.

Hoje, os senadores podem votar também a autorização ao Departamento Municipal de Habitação (Demhab) de Porto Alegre para empréstimo junto à Caixa Econômica Federal (CEF). O empréstimo será repassado aos mutuários do condomínio Jardim Leopoldina II. O empréstimo, de R$ 22,3 milhões, vai beneficiar 1.100 famílias que em 1988 invadiram o conjunto habitacional abandonado pela construtora Guerino. Os apartamentos vão ser vendidos ao ocupantes através do Demhab.

BANCO DE DADOS ZH



Águas limpas: a qualidade ambiental do Rio Guaíba vai melhorar com a modernização dos serviços de esgoto da Capital

BID tem interesse em financiar projeto gaúcho

EDGARDO COSTA REIS
Especial/ZH

Washington — O governo do Estado do Rio Grande do Sul terá que pedir a prorrogação da vigência dos contratos de empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o controle ambiental e despoluição do Rio Guaíba. Os financiamentos foram aprovados há cerca de dois anos pela diretoria da instituição mas nunca foram assinados pela parte brasileira.

Os empréstimos de US$ 132,3 milhões são parte de um programa totalizando US$ 220 milhões. O governo participaria com cerca de US$ 88 milhões — os habituais 40% de contrapartida — mas, segundo fontes do BID, parecia haver problemas com a questão da dívida estadual e aprovação do endividamento externo pelo Congresso.

"É um projeto muito interessante mas nunca foi assinado", disse uma fonte do banco. Depois de um determinado tempo os contratos de empréstimo aprovados, mas não assinados pelas partes, têm que ser prorrogados. O governo gaúcho terá que pedir a prorrogação.

O BID aprovou em setembro de 1993 dois empréstimos para o programa "Controle Ambiental da Bacia do Guaíba" — um no valor US$ 110,2 milhões financiados pelo capital ordinário do banco e outro no total de US$ 22,1 milhões provenientes do Fundo de Operações Especiais. Esperava-se que o governo gaúcho financiasse US$ 87,7 milhões.

O governo do Estado precisa de aval do governo federal para fechar a operação. Como isso não aconteceu, os contratos jamais foram assinados. Normalmente, o BID aguarda um ano pela assinatura dos contratos. Depois, o tomador do empréstimo deve pedir prorrogações a cada seis meses. O governo gaúcho já pediu uma vez a prorrogação e terá que fazê-lo novamente até julho.

É do interesse do BID participar desse tipo de projeto. Os empréstimos são destinados a melhorar a qualidade ambiental do Rio Guaíba, com a modernização dos serviços de esgoto para 400 mil moradores da Região Metropolitana e a preservação dos recursos naturais. O programa combina a expansão do sistema de esgotos na vizinhança da Capital (incluindo a construção de usinas de tratamento) com um programa de extensão rural destinado a melhorar o tratamento do solo, reflorestamento e proteção de parques. Cachoeirinha e Gravataí estão nos planos de modernização do sistema de esgotos e controle de poluição.

A Fepam, a Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente, utilizará os recursos do BID para reduzir a poluição industrial e emitirá licenças para controlar as fontes de contaminação da água.

Rio Guaíba agoniza à espera de socorro

As águas parecem mais sujas, dias antes de o Senado votar o aval para o empréstimo que pode salvar o rio

ELIANE BRUM

As chuvas do último final de semana e o vento sul desnudaram a face podre do Rio Guaíba. Ao longo de todo o cais do porto, as águas amanheceram ontem cobertas de lixo. Garrafas plásticas, chinelos, latas e até uma mamadeira de criança profanavam o rio que já virou símbolo da capital gaúcha. A sujeira, conforme os técnicos, foi arrancada pelas chuvas das margens dos rios formadores da Bacia do Guaíba — Jacuí, Caí, Gravataí e Sinos — e atirada contra o cais pelo vento sul. Não fosse a conjunção dos agentes do tempo, a poluição seguiria sua trilha pelo meio do rio e longe dos olhos dos porto-alegrenses.

O lixo que flutua ao longo do cais do porto navegou desde a Serra Gaúcha e, depois de uma aparição no centro de Porto Alegre por cerca de dois ou três dias, deverá viajar até a Lagoa dos Patos. "A sujeira que está no cais do porto não significa aumento de poluição", explica o supervisor da fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), o geólogo José Manoel Oliveira. "É o lixo que sempre flutua pelo meio do rio e desta vez foi jogado contra o cais pelo vento sul."

O administrador do porto, Tito Viero, tem um nome para definir a sujeira que bóia nas águas do Guaíba. "É poluição comportamental", afirma. "Só vai mudar quando as pessoas deixarem de colocar lixo nas margens dos rios". A viagem do lixo da Serra até a Lagoa dos Patos consome alguns dias. Mas cada embalagem plástica que navega pelo rio, conforme o engenheiro químico Sérgio Rohde, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), pode levar até meio século para se decompor. Uma vida várias vezes mais longa que a da pessoa que a jogou na margem de algum rio que corta o Estado.

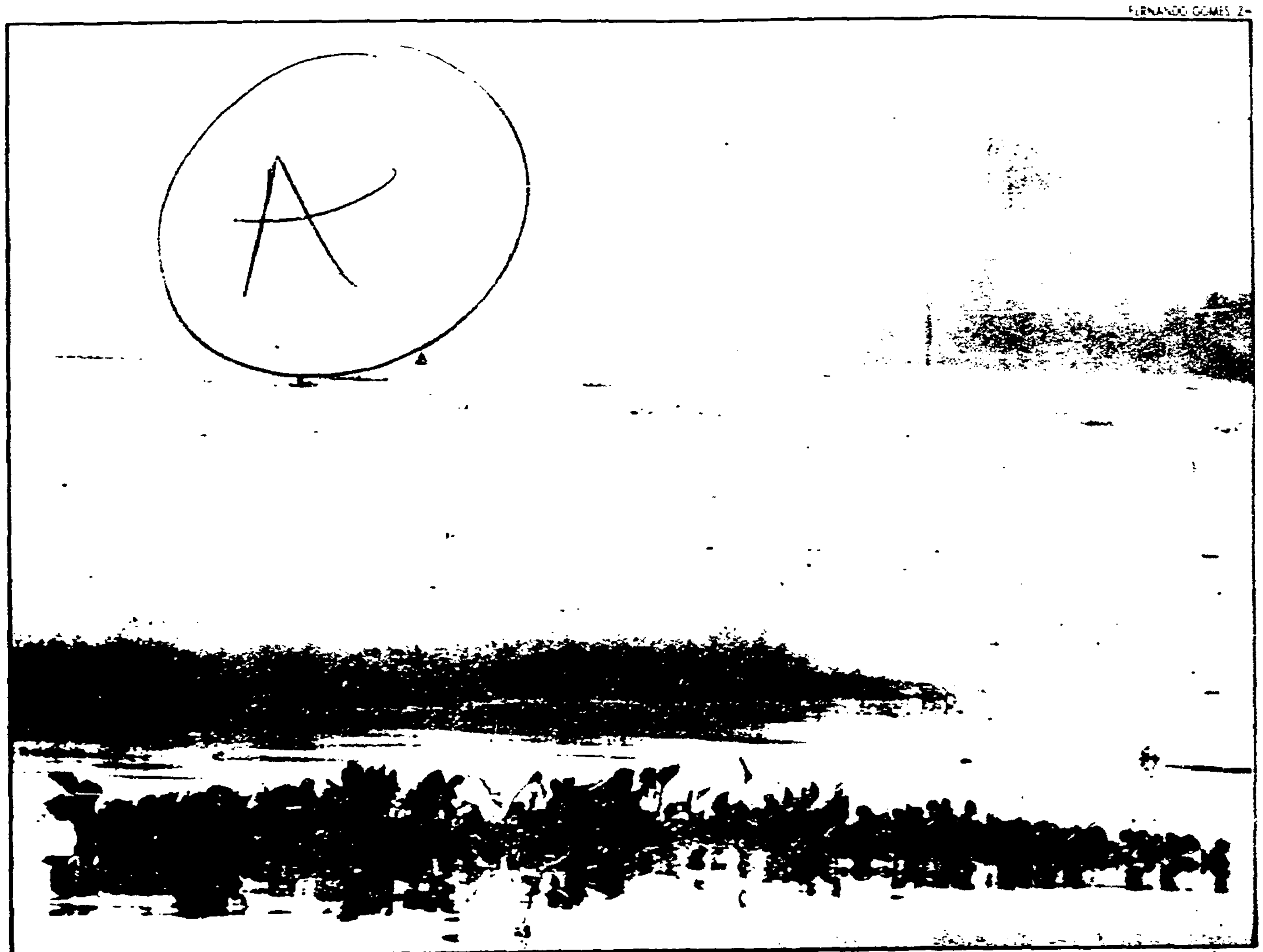
Quando a maioria dos porto-alegrenses acorda, as margens da orla do Guaíba geralmente já estão limpas. Pouca gente imagina que a cada dia 50 garis do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) retiram mais de 60 toneladas de lixo das margens do rio em 20 caminhões. "Quando há vento forte ou o rio sobe muito, chega a ter três metros de areia na praia de Ipanema cobertos de lixo", afirma o diretor do DMLU, Hideraldo Caron.

Todos os dias, a população da Capital despeja no rio cerca de 70 toneladas de matéria orgânica

A poluição invisível aos olhos, entretanto, continua sendo mais séria que o lixo que apareceu flutuando nas margens do rio. Com ainda baixas concentrações de substâncias tóxicas, o grande problema do Guaíba sempre foi uma carga de esgoto doméstico maior do que a sua capacidade de absorção. Suas águas recebem os esgotos da Capital, Região Metropolitana, Vale dos Sinos e Caxias do Sul, entre outros conglomerados urbanos. Somente Porto Alegre despeja 2 mil litros de esgoto por segundo.

A população da Capital presenteia o Guaíba com 70 toneladas de matéria orgânica a cada dia — a maioria fezes. Para que o rio fosse balneável, deveria ter no máximo mil coliformes fecais para cada cem mililitros. Há dias em que as águas do cais do porto apresentam 1 milhão de coliformes por cem mililitros. Quase um esgoto. E ninguém vê.

FERNANDO GOMES



Comportamento: a paisagem do rio ontem espelhava o desleixo da população para com seu cartão postal

A LONGA LIMPEZA

Idealizado pelo governo do Estado e aceito pelo BID, o Pró-Guaíba deverá beneficiar dois terços da população gaúcha:

- **OBRAS:** construção de quatro estações de tratamento de esgotos em Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre, programas de recuperação do solo, reflorestamento, recuperação de parques, despoluição e projetos de manejo de agrotóxicos
- **BENEFICIADOS:** as obras atingirão 222 municípios da Bacia do Guaíba, onde residem 6,5 milhões de pessoas. As estações beneficiarão 400 mil pessoas
- **CUSTO:** serão investidos US$ 220,5 milhões, sendo US$ 132,3 financiados pelo BID
- **RESPONSABILIDADE:** o Pró-Guaíba é gerido pela Secretaria de Coordenação e Planejamento e será realizado por 13 órgãos, entre os quais a Corsan, a Metroplan, a Emater e o DMAE
- **PRÓXIMOS PASSOS:** depois da aprovação do aval pelo Senado, o convênio deverá ser assinado pelo Estado e BID. Em seguida serão abertas as licitações para início das obras
- **O CAMINHO DO DINHEIRO:** depois da assinatura do convênio, o BID deve liberar 10% do valor do financiamento. Os próximos repasses deverão ser mensais

Senado deve votar amanhã aval para o Pró-Guaíba

O plenário do Senado aprovou ontem regime de urgência para a votação do aval presidencial ao empréstimo internacional do projeto Pró-Guaíba. A autorização foi concedida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e deverá ser referendada pelos senadores em votação prevista para amanhã. Pela previsão do governo do Estado, as obras serão iniciadas até o final do ano.

O Programa de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba (Pró-Guaíba) começou a ser articulado em 1989, na gestão do PMDB. O plano era realizar uma série de obras de saneamento, despoluição e reflorestamento para reduzir a contaminação do Rio Guaíba. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aceitou emprestar US$ 132,3 milhões para financiar parte do programa, mas uma série de problemas atrasou a assinatura do convênio. A União negou-se a ser avalista do Estado antes que dívidas atrasadas do Executivo gaúcho fossem renegociadas, e suspensões temporárias de avais — como na criação do Plano Real e na posse do novo governo — também protelaram o acerto.

Cansado de esperar, o BID resolveu dar um prazo até o dia 13 de julho para assinatura do contrato. Este prazo somente será cumprido se o Senado aprovar o aval esta semana, pois depois os parlamentares entram em recesso. O regime de urgência foi aprovado ontem, no final da sessão do Senado. Representantes do governo do Estado estão em Brasília para acompanhar a votação.

Pelo acordo com o banco, haverá uma contrapartida de US$ 88,2 milhões, totalizando um valor de US$ 220,5 milhões para investimento no programa. A prefeitura de Porto Alegre entrará com cerca de US$ 4 milhões na contrapartida, e o Estado com o restante. As obras deverão ser feitas em no máximo cinco anos. Havendo a aprovação no Senado, o governo do Estado usará os meses restantes até o final do ano para fazer licitações.

02.02 9508158

9508159

15.06.95

MST

SEM-TERRA

Convênio vai apressar assentamento no Estado

Incra e Piratini assinam acordo operacional

Um acordo operacional para manutenção e implantação de assentamentos no Rio Grande do Sul foi assinado ontem no Palácio Piratini entre o governador Antônio Britto e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Brazílio de Araújo Neto.

O protocolo de intenções prevê a implantação de convênios entre órgãos estaduais e o Incra para instalação de infra-estrutura nos assentamentos e levantamento topográfico de áreas, entre outros objetivos. A meta do Incra é assentar 40 mil sem-terra em todo o Brasil este ano.

A primeira proposta de convênio foi entregue ontem ao governador Britto pelo superintendente estadual do Incra, Jânio Guedes Silveira. O órgão quer que o Estado ceda oito engenheiros agrônomos, quatro técnicos agrícolas, seis topógrafos e quatro auxiliares administrativos.

O Incra tem apenas 60 funcionários no Rio Grande do Sul, insuficientes para realizar essas tarefas. Em troca, o instituto se propõe a trabalhar nos assentamentos do Estado e cumprir a meta de assentar 1.300 famílias de agricultores gaúchos este ano. Desde janeiro, 323 famílias foram assentadas no Estado.

O governador passou a proposta ao secretário da Agricultura e Abastecimento, Cézar Schirmer, para estudos. "A reforma agrária passa pela ampliação dos níveis de produtividade da terra com o apoio do governo", observou Britto. Estão assentadas no Rio Grande do Sul 4 mil famílias de sem-terra. Cerca de 11 mil hectares de terras gaúchas — que dariam para assentar 500 famílias — já foram desapropriadas mas a Justiça concedeu liminares impedindo temporariamente a posse pelo Incra.

Em documento entregue ao governador e ao presidente do Incra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) manifestou apoio ao convênio, mas pediu providências em relação à falta de alimento nos acampamentos de Jóia, Cruz Alta e Encruzilha do Sul. Nestes locais, esperam assentamento cerca de mil famílias, que vivem em precárias condições.

Depois da assinatura do convênio no Piratini, representantes do MST se reuniram no Incra com Araújo Neto e pediram a desapropriação de 25 mil hectares no Estado. A direção do Incra se comprometeu a fornecer alimentos para os acampados e a visitar as áreas. "Se for necessário, deslocaremos os agricultores assentados para locais menos insalubres", afirmou Silveira.

9508160

Missão empresarial portuguesa procura parcerias no Estado

Grupo examina as possibilidades de intercâmbio em vários setores

O ministro do Comércio e Turismo de Portugal, Fernando Faria de Oliveira, passou o dia em Porto Alegre, ontem, no comando da maior missão empresarial já organizada por seu país. Uma centena de portugueses desembarcou em território gaúcho para apresentar oportunidades de negócios. Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, por sua potencialidade, foram escolhidas para receber o que os portugueses chamam de "a maior missão comercial depois de Pedro Álvares Cabral". O principal objetivo da missão é contribuir com estratégias para a internacionalização da economia portuguesa, que evoluiu muito nos últimos nove anos, impulsionada pela ligação com a União Européia. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita elevou-se de US$ 5 mil para US$ 12,32 mil.

Apenas 0,5% das exportações de Portugal, de US$ 17,48 bilhões em 1994, vêm para o Brasil. Os principais produtos importados pela ex-colônia são azeite de oliva, moldes para a indústria plástica, cortiça, livros e vinhos. Os brasileiros vendem peles e couros, soja e derivados, café e livros. A missão, organizada pelo órgão estatal Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (Icep), pretende fazer crescer as transações entre os dois países. "Brasileiros e portugueses podem estabelecer formas de cumplicidade empresarial inteligentes", prevê João Coentro Padrão, diretor do Icep. Uma das atrações são financiamentos apoiados por fundos de desenvolvimento europeus.

As atividades da missão empresarial começaram pela manhã, com o seminário *As Economias Brasil-Portugal*. O vice-governador Vicente Bogo participou da abertura do encontro. À tarde, enquanto o ministro cumpria visitas protocolares, empresários gaúchos e portugueses dedicaram-se às rodadas de negociação — oportunidades para contatos efetivos de negócios, de compra e venda até a formação de joint ventures — associações empresariais internacionais.

Embaixador aponta oportunidades

O Rio Grande do Sul é considerado "região vital" para os empresários norte-americanos, disse ontem, em Porto Alegre, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Melvyn Levitsky, em visita à Federação das Indústrias do Estado (Fiergs). O embaixador chegou para conhecer empresas fumageiras e a fabricação de híbridos à base de milho. "A economia gaúcha é muito importante e temos que pensar que as indústrias do Estado representam parcerias naturais com as norte-americanas, como na área da agroindústria e máquinas agrícolas", ressaltou.

"Até 2010 o comércio dos Estados Unidos com a América Latina será maior que aquele com a Europa e o Japão", previu. Os empresários norte-americanos acompanham com atenção as reformas na Constituição brasileira. "Estou otimista porque a reforma constitucional está indo bem, indicando que teremos uma Lei de Patentes e a que protegerá a Lei de Direitos Autorais", afirmou o embaixador.

Cauteloso, o embaixador norte-americano admitiu a possibilidade de que o consulado dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul venha a ser fechado por razões de economia. A decisão ainda não está tomada, disse. O embaixador ressaltou que a unidade gaúcha deverá emitir em 1995 cerca de 50 mil dos 700 mil vistos solicitados no Brasil para ingresso nos EUA.

9508161

Governo negocia com os colonos assentados

Agricultores estão otimistas com negociações

Os 350 colonos acampados na sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no centro de Porto Alegre, receberam com otimismo as informações sobre as negociações realizadas com o governo federal. "Estão ocorrendo avanços", concluiu o coordenador local do movimento que é nacional e foi batizado de *2º Grito da Terra Brasil*, Ênio Bonenberger. Os colonos ocuparam o saguão do prédio para pressionar o governo a liberar ainda neste mês R$ 32 milhões para assentamentos no Estado. Até ontem de manhã haviam recebido a garantia do governo de liberação imediata de R$ 24 milhões para sete Estados, incluindo o Rio Grande do Sul.

Os colonos pleiteavam ontem a divisão de recursos conforme o número de assentados nos Estados. Pelos seus cálculos, o Rio Grande do Sul e o Paraná devem ficar com a maior fatia dos recursos, R$ 6,5 milhões para cada um dos dois, embora no Rio Grande do Sul existam 4 mil famílias assentadas, 2 mil a menos do que no Paraná. "Queremos mais dinheiro porque não temos bons programas estaduais voltados ao pequeno produtor, como acontece no Paraná", explica Bonenberger.

A criação de uma política agrícola estadual para os pequenos produtores também faz parte dos objetivos dos acampados. Eles entregaram na terça-feira, para o chefe da Casa Civil, Nelson Proença, o pedido de audiência com o governador Antônio Britto para a próxima terça-feira, dia 13.

Criação de uma política agrícola estadual para os pequenos produtores é um dos itens pedidos pelos agricultores

Ontem foram até a Assembléia Legislativa para pedir apoio dos deputados gaúchos em favor dessa audiência.

Os colonos querem ainda a agilização das desapropriações, pedem recursos humanos e financeiros para o Incra e reivindicam a liberação de áreas já desapropriadas pelo governo, suficientes para assentar 500 pessoas, mas que estão em discussão na Justiça. Bonenberger afirma que há 4 mil famílias assentadas no Estado.

01.02

REFORMA AGRÁRIA

Colonos invadem sede do Incra na Capital

Agricultores protestam contra política agrícola do governo

CLAUDIO MEDAGLIA JÚNIOR

A liberação de R$ 32,5 milhões para o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera) beneficiando 4 mil famílias assentadas foi um dos sete itens da pauta de reivindicações apresentadas por cerca de 320 colonos, na manhã de ontem, à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Delegacia Regional do Ministério da Agricultura, em Porto Alegre. A reivindicação faz parte da mobilização dos trabalhadores rurais contra a política agrícola e agrária do governo em todos os Estados do Brasil, batizada de *2º Grito da Terra Brasil.*

O grupo de acampados e assentados de Cruz Alta, na região do Alto Uruguai, chegou à Capital disposto a pressionar o governo, exigindo medidas imediatas para a reforma agrária, adoção de uma política agrícola, e a revisão de uma série de questões sociais. Os agricultores tomaram o saguão do Incra com mochilas, fogareiros e cobertores, garantindo que só desocupam o prédio depois de as negociações evoluírem.

Conforme Ênio Bonenberger, o governo precisa definir regras diferenciadas para os pequenos produtores, além de ampliar o orçamento e o quadro pessoal do Incra para que possam ser alcançadas as metas estabelecidas pelo programa do presidente Fernando Henrique Cardoso, de assentar 40 mil famílias este ano. Participaram do ato os movimentos sindical, sem-terra, atingidos por barragens, mulheres trabalhadoras rurais e pastoral da juventude rural, com apoio de diversas entidades.

"Em 1970 o Incra tinha 240 funcionários e hoje conta apenas com 46, sem condições de desenvolver a reforma", argumenta Bonenberger. Os colonos também querem a execução das dívidas agrícolas dos maiores devedores. Conforme os integrantes do movimento, com o total de R$ 28 milhões, não pagos por um produtor de Lagoa Vermelha, cerca de 950 famílias poderiam ter suas terras numa área de 16 mil hectares.

Colonos pedem a liberação de R$ 32,5 milhões do programa de crédito especial para beneficiar 4 mil famílias já assentadas

O superintendente regional do Incra, Jânio Guedes, considerou "pesada" a pauta de reivindicações, que inclui a demissão do atual presidente do instituto, Brazílio de Araújo Neto, e verbas cinco vezes superiores ao orçamento do ano passado para o assentamento. "Há um conteúdo político nesse ato, que pode complicar as negociações, mas alguns dos pedidos são justos, como a liberação de R$ 500 mil para obras de infra-estrutura em áreas assentadas", disse Guedes. O superintendente viaja hoje para Brasília, onde se reúne com técnicos dos ministérios da Agricultura e da Fazenda na tentativa de trazer recursos para o desenvolvimento do programa no Estado.

Guedes explicou que pode buscar o apoio do governo estadual, com quem já havia conversado, acertando uma maior atuação do Incra nos assentamentos em terras gaúchas, obtendo em troca o apoio político e ampliação do quadro de funcionários. "Perdemos 30% dos funcionários que tínhamos no ano passado e com o atual faremos, no máximo, 500 assentamentos, ficando muito longe do que o governo havia projetado", revelou Guedes, acrescentando que cerca de mil famílias de acampados estão cadastradas junto ao Incra no Estado.

AS REIVINDICAÇÕES

A pauta de reivindicações dos colonos:

- Emissão de posse das áreas já desapropriadas e agilização de novas desapropriações para assentamento de todas as famílias do Estado.
- Liberação imediata de R$ 32,5 milhões para o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) para 4 mil famílias já assentadas e as próximas, conforme o plano do governo FH.
- Liberação de R$ 500 mil para a construção de obras de infra-estrutura em áreas assentadas.
- Liberação do crédito para os assentamentos que ainda não receberam o recurso.
- Reestruturação do Incra, com ampliação do quadro pessoal e de recursos financeiros para a reforma agrária.
- Vinculação do Incra ao gabinete da presidência da República.
- Demissão imediata do atual presidente do Incra, Brazílio de Araújo Neto.

9508161

02.02

DIPLOMACIA

Presidente uruguaio pede ação contra concorrência desleal

Sanguinetti se reuniu com Britto no Piratini

O presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, criticou ontem, em Porto Alegre, o protecionismo adotado pelas grandes potências econômicas, principalmente os Estados Unidos e o Japão. "Ao mesmo tempo em que defendem a liberdade comercial, essas potências subsidiam os produtos que exportam", alertou Sanguinetti. O presidente disse que os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) devem tomar medidas firmes para enfrentar essa concorrência internacional. O presidente uruguaio almoçou com o governador Antônio Britto no Palácio Piratini e, à tarde, se reuniu com empresários gaúchos na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) (*veja reportagem ao lado*).

Pela manhã, Sanguinetti havia visitado o Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa. O líder uruguaio recebeu do presidente da Assembléia, José Otávio Germano (PPR), uma placa saudando a sua presença. Durante a solenidade, a Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro executou o hinos do Brasil, do Uruguai e do Rio Grande dos Sul. Em seu discurso, Sanguinetti mostrou conhecimento da história gaúcha, ao citar Davi Canabarro, Bento Gonçalves e o escritor Erico Verissimo.

Para o presidente do Uruguai, uma das questões mais importantes do Mercosul nos próximos meses será a elaboração de medidas contra a concorrência desleal por parte de países fora do âmbito do mercado comum. Sanguinetti declarou que Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai buscarão regras e definições claras — inclusive a caracterização de ações de *dumping* (venda de produtos ou serviços abaixo de seu preço de custo). O Mercosul pedirá à Organização Mundial do Comércio (OMC) definições mais objetivas dessas práticas ilegais, para poder combatê-las.

Sanguinetti citou como exemplos o arroz e carne produzidos no Brasil e no Uruguai, prejudicados por importações subsidiadas por grandes potências. Outro exemplo foi a forte indústria de laticínios uruguaia, que, conforme o presidente, está sempre ameaçada nas suas exportações e atividades pelos excedentes da comunidade européia e pelos subsídios dados pela França e Holanda a suas indústrias locais.

O dirigente uruguaio se declarou favorável a uma abertura econômica sem ingenuidade. "Não se pode fechar mercados e também não se pode abrir totalmente os mercados, mas sim negociá-los", disse, lembrando a guerra feroz das indústrias automobilísticas dos Estados Unidos e do Japão. As duas mais poderosas economias do mundo estão se retaliando com taxas de importação de 70% a 100%.

Os prefeitos Tarso Genro e Mariano Arana anunciaram que Porto Alegre e Montevidéu se tornarão cidades-irmãs

Em seu discurso no Piratini, Britto fez elogios ao presidente uruguaio. "As relações entre o Brasil e o Uruguai devem muito ao fato de que, nos momentos mais decisivos da integração, puderam os nossos países e pode o Mercosul contar com a figura da dimensão e da respeitabilidade do presidente Julio Sanguinetti", disse o governador na recepção ao visitante. O governador lembrou que nasceu e passou a infância em Livramento, na fronteira com o Uruguai.

O prefeito de Montevidéu, Mariano Arana, acompanhava a comitiva uruguaia. Em encontro com o prefeito Tarso Gento, também ontem à tarde, os dois anunciaram que Porto Alegre e Montevidéu se tornarão em breve cidades-irmãs. Para Arana, as duas cidades possuem políticas culturais comuns.

Sanguinetti chegou ao Brasil no domingo, para participar, em São Paulo, de um fórum econômico internacional, encerrado terça-feira. O ponto alto do encontro foi uma reunião dos quatro presidentes do Mercosul — além de Sanguinetti e Fernando Henrique Cardoso, o argentino Carlos Menem e o paraguaio Juan Carlos Wasmosy.

01.09

Desemprego é um dos desafios do Mercosul

Depois ter se encontrado com o governador Antônio Britto e com os deputados e desembargadores gaúchos, o presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, despediu-se do Estado numa rápida passagem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, no final da tarde de ontem. Sanguinetti foi recebido pelo presidente da entidade, Dagoberto Lima Godoy, de quem recebeu de presente um relógio de pedras semipreciosas feito pelos alunos do curso de *design* de jóias do Serviço Nacional da Indústria (Senai/RS). Sanguinetti entregou ao empresário gaúcho um livro sobre as artes plásticas uruguaias nas décadas de 20 e 30.

Acompanhado pelos ministros da Economia e Finanças, Luis Mosca, e da Indústria, Energia e Minas, Federico Slinger, do ex-presidente do Uruguai Jorge Pacheco Areco, e do prefeito de Montevidéu, Mariano Arana, Julio Sanguinetti assistiu a um vídeo de dez minutos sobre a economia gaúcha. Durante o encontro de cerca de uma hora, o presidente da Fiergs salientou a importância de se firmar em definitivo os laços comerciais entre os países do Mercosul. Dagoberto propôs o incremento dos intercâmbios de tecnologia entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

O presidente Julio Sanguinetti lembrou aos empresários, reunidos na sala Mercosul da Fiergs, que a economia liberal não pode perder de vista as questões sociais. Ele citou como um dos maiores problemas da atual política econômica o aumento do número de desempregados e da miséria. "O avanço tecnológico e a liberdade econômica não significam que já estejamos no paraíso", afirmou Sanguinetti. De acordo com o presidente do Uruguai, as entidades industriais e comerciais devem proporcionar meios para que os trabalhadores fiquem ainda mais capacitados.

Em seu discurso na Fiergs, o presidente do Uruguai voltou a pedir o empenho dos governantes e empresários dos países que compõem o Mercosul para definir cláusulas de controle do comércio internacional. Sanguinetti disse ainda que, apesar do crescimento do processo de regionalização das relações econômicas, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai devem continuar mantendo intercâmbios com os demais países, sobretudo com os Estados Unidos, o Japão e as nações européias.

■ EN VARIOS RUBROS RELACIONADOS A LA INDUSTRIA Y EL COMERCIO

Uruguay logró concesiones de Brasil

Se ampliarán los cupos de exportación de productos textiles, no regirán las trabas brasileñas impuestas a la importación de arroz y reafirmaron la marcha del Mercosur

POR LEONARDO PEREYRA
enviado especial a Brasil

El gobierno uruguayo logró ayer importantes acuerdos con su par brasileño, al conseguir varios de los objetivos que se había propuesto relacionados con la industria nacional y el comercio con el país norteño. Tras las reuniones mantenidas ayer en Brasilia entre los presidentes Julio Sanguinetti y Fernando Henrique Cardoso, y los ministros de Economía e Industria de ambos países, se acordó ampliar los cupos de exportación de productos textiles, al tiempo que las autoridades brasileñas transmitieron a sus interlocutores que los cupos previstos por ese país para la importación de arroz se regirán para terceros países pero no para Uruguay.

Se resolvió además crear un grupo de trabajo integrado con representantes de las secretarías de Industria para quitar las trabas burocráticas a las importaciones uruguayas hacia Brasil.

Varios industriales que acompañaron a Sanguinetti en la comitiva no ocultaron su beneplácito por los acuerdos alcanzados.

Para el ministro Luis Mosca los contactos mantenidos en Brasil fueron un éxito

Asimismo Sanguinetti y Cardoso emitieron ayer una declaración conjunta en la cual expresaron su decidido apoyo a las iniciativas destinadas a implementar y ampliar la integración energética de Uruguay y Argentina, en especial al suministro de energía Chuy-Chui, y las interconexiones Rivera-Livramento y San Carlos-Presidente Médici (ver recuadro).

EL MERCOSUR

El presidente Sanguinetti habló ayer en el Congreso brasileño y, tras reunirse con el mandatario de ese país en el Palacio del Planalto, brindó una conferencia de prensa en la sede de la Cancillería. Sostuvo que el gobierno uruguayo es partidario de establecer los procedimientos "más regulares posibles" en el arreglo de las controversias de los socios del Mercosur. Dijo que se prevé la instauración de mecanismos de arbitraje y estimó necesario crear instituciones "que vayan normalizando el proceso".

Consideró que "el mayor problema" que enfrentarán los países socios del tratado de integración será el de la fijación de normas sobre competencia desleal de terceros países y advirtió que "no podemos aceptar el dumping".

Sanguinetti partió ayer hacia Porto Alegre para culminando su viaje a Brasil y se reunió con el gobernador del estado y con representantes de la Federación de Industrias de Río Grande del Sur.

MOSCA RECONOCIÓ ÉXITO

Por su parte, el ministro de Economía, Luis Mosca, dijo que los contactos mantenidos ayer en Brasilia "fueron un éxito porque los objetivos se cumplieron ampliamente", en tanto que el ministro de Industria, Federico Slinger, señaló que el planteo sobre la ampliación de la cuota de exportación de tejidos de lana tendrá una respuesta positiva de Brasil.

Sobre las exportaciones de arroz a Brasil dijo que el gobierno de Cardoso aumentó el arancel para terceros países, "lo que beneficiará a los países socios del Mercosur". En cuanto a la financiación en esta área, tema que "molestaba" a los exportadores uruguayos, el secretario de Estado estimó que también "habrá buenas noticias".

Slinger dijo que la cuota de importaciones de automotores uruguayos se mantendrá tal cual estaba estipulado, y que en el caso del intercambio de piezas, en el que Brasil bajó el arancel externo para los productos que vienen de fuera de la zona, Uruguay gozará de un régimen por el cual la producción uruguaya tendrá ciertos beneficios.

El ministro Mosca, en tanto, afirmó que en el tema de las guías de importación el gobierno es optimista sobre que se pueda enconrrar un mecanismo que permita a los uruguayos disponer de los plazos requeridos para cumplir con las exportaciones.

Slinger señaló que para la interconexión energética San Carlos–Presidente Médici se llamará a licitación por el mecanismo de concesión de obra pública.



Ministros buscan solucionar diferendo

(Enviado). Los ministros de Relaciones Exteriores y de Industria de Uruguay, Brasil y Argentina se reunirán en Buenos Aires en los primeros días del mes de julio para tratar de solucionar definitivamente el diferendo causado por las restricciones impuestas por el gobierno brasileño a la importación de automóviles, revelaron a *El Observador* fuentes del gobierno uruguayo.

El presidente Julio Sanguinetti reconoció ayer en Brasilia que las dificultades creadas por esta medida en el seno del Mercosur no están superadas, pero señaló que se realizarán encuentros en la próxima semana para continuar analizando el tema.

Asimismo, advirtió que las empresas multinacionales "tienen mucho que decir" sobre este punto, puesto que aunque "los gobiernos planifican" también "lo hacen las multinacionales" por que las empresas vinculadas al sector automotor tienen esa característica.

"Las multinacionales están mirando el proceso en conjunto y tampoco quieren una confrontación", aseguró.

02

LA DECLARACIÓN

- **ENERGÍA.** Consideraron positivos esfuerzos para la interconexión de sistemas eléctricos uruguayos y brasileños, a través de instalaciones de gran potencia y alta tensión y expresaron su decidido apoyo a la ampliación de la integración energética, particularmente en lo que hace al suministro de energía Chuy-Chui y las interconexiones Rivera-Livramento y San Carlos-Presidente Médici.
- **FRONTERAS.** Estimaron promisorias las perspectivas para la ampliación de la cooperación y consideraron necesario incrementar los esfuerzos para obtener resultados en las comisiones mixtas para el desarrollo de las cuencas de la laguna Merín y el río Cuareim.
- **HIDROVÍA.** Destacaron su importancia y mostraron su interés en políticas de promoción de la navegación en el río Uruguay.
- **MERCOSUR.** Enfatizaron sus logros y señalaron que la integración debe desarrollarse a partir de la convergencia y articulación de los esquemas integradores subregionales y bilaterales, teniendo en cuenta sus objetivos, modalidades y tiempos y respetando acuerdos de la Ronda Uruguay del GATT.

Indústrias argentinas têm fórmula de acordo

HAMILTON ALMEIDA

Correspondente/Buenos Aires

O embaixador do Brasil em Buenos Aires, Marcos Azambuja, participou ontem de uma reunião convocada pela chancelaria argentina para debater o impasse criado pelas cotas de importação de automóveis. Azambuja foi acompanhado do conselheiro Pedro Rodriguez. Pela Argentina, participaram o ministro de Relações Exteriores, Guido Di Tella, o vice-chanceler Fernando Petrella, e outras autoridades. Os dois países devem encontrar uma solução para o caso até 19 de julho.

A Associação de Fábricas de Automotores da Argentina (Adefa) já admite mudanças na política setorial para o Mercosul. Um documento confidencial da Adefa revela essa disposição: "Se não for possível ratificar o acordo de Ouro Preto nos próximos 30 dias, deveria ser negociado um esquema escalonado em três etapas", diz o documento.

A primeira etapa seria a vigência dos acordos de Ouro Preto até 31 de dezembro de 1997, sem prejuízo das normas que cada país queira estabelecer para os negócios extra-Mercosul. A segunda etapa começaria em 1° de janeiro de 1988 e deveria ser consistente na conveniência dos regimes automotores de Argentina e Brasil, tendendo a uma convergência com eventuais desequilíbrios em divisas no comércio intrazona, afirma o documento. Para a terceira etapa, a partir de 1° de janeiro do ano 2000, a Adefa propõe um regime comum com base num esquema de compensação equilibrado em divisas para cada país.

MERCOSUL

Concorrência desleal preocupa

O presidente Sanguinetti destaca os problemas que a integração tem de enfrentar

AE/2

O presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, apontou ontem o *dumping* imposto por alguns setores como um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). "Há trajes que chegam aos países do Cone Sul que custam menos do que a matéria-prima usada para a sua confecção", exemplificou. Sanguinetti procurou justificar a decisão do governo brasileiro de limitar as importações de veículos, afirmando que o objetivo não foi atingir a Argentina, mas tentar resolver o problema do déficit cambial enfrentado pelo país.

Em seu último dia de visita ao Brasil, Sanguinetti destacou que este e outros problemas deverão acontecer durante a implantação do Mercosul. "Os países não devem deixar de lutar pelos seus direitos, mas ninguém pode levantar-se da mesa antes de tentar negociar", afirmou. O presidente uruguaio ressaltou a necessidade de chamar também para um entendimento as multinacionais. "Elas também terão algo a dizer e acredito que não querem confrontação", afirmou Sanguinetti, ao destacar a necessidade de criação de mecanismos para defender os produtos industriais produzidos no Cone Sul.

O presidente do Uruguai assinou, ontem, com o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, uma declaração conjunta que reafirma a importância dos esforços dos governos dos países sul-americanos, para a retomada do crescimento econômico. Os presidentes defenderam a continuidade da cooperação e da integração entre os países para eliminar barreiras comerciais e fortalecer o sistema multilateral em torno da Organização Mundial do Comércio (OMC). Sanguinetti, que retorna hoje a Montevidéu, convidou Fernando Henrique a visitar o Uruguai.

03

22.06.95
O ESTADO DE S. PAULO

Sanguinetti alerta para concorrência predatória

Presidente do Uruguai está preocupado com as vantagens de países de fora do bloco no mercado

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, disse ontem que as discussões entre Brasil e Argentina sobre o regime automobilístico não são insuperáveis e que o Mercosul vai enfrentar outros problemas no futuro. Sanguinetti alertou que Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina têm de ficar atentos à concorrência predatória de não-integrantes do Mercosul. "Não admito o fechamento de uma indústria têxtil que está sofrendo a concorrência de um produto asiático que custa menos do que a matéria-prima."

Segundo Sanguinetti, o Mercosul precisa fixar com urgência as normas para evitar a concorrência desleal, principalmente o dumping (venda de um produto por um preço inferior ao do seu custo de produção). "Talvez este seja o maior problema que teremos que enfrentar", disse, durante a entrevista coletiva no Itamaraty. Sanguinetti disse, sobre as divergências no setor automobilístico, que as exportações de veículos da Argentina para o Brasil não provocam um impacto significativo na indústria brasileira.

O presidente uruguaio observou que a estabilidade econômica do Brasil é fundamental para os demais integrantes do Mercosul e que o fato de o País rediscutir algumas regras do Mercosul não quer dizer que a economia brasileira vá se fechar para o comércio com seus vizinhos. Segundo ele, as novas regras que estão sendo discutidas no setor automobilístico e têxtil não podem ser entendidas como um fechamento do mercado nem como uma completa abertura. "Não devemos acreditar que isto seja um mecanismo de fechamento nem de abertura indiscriminada", afirmou.

MERCADO PRECISA FIXAR NORMAS ANTIDUMPING

Sanguinetti, que almoçou ontem no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Henrique Cardoso, explicou que as economias são complexas e que é natural que cada país procure defender seus interesses. "Esses problemas acontecem, acontecerão sempre e é preciso que nos acostumemos com eles", disse.

O presidente assinalou que a medida provisória editada pelo governo brasileiro tem mais a ver com o déficit comercial do Brasil do que com exportações argentinas e uruguaias (o Uruguai tem cota de exportação de 10 mil veículos para o Brasil).

04

9508162

■ COMERCIO AUTOMOTOR

El Mercosur estuvo al borde de la crisis

El motivo del desencuentro es la reacción argentina contra la presunta limitación de exportaciones de vehículos al mercado brasileño. Uruguay no se verá afectado por la medida

La adopción de un nuevo régimen automotor brasileño estuvo a punto de detonar una nueva crisis en el Mercosur, y obligó a que los presidentes de Argentina y Brasil deban ocuparse personalmente de componer el asunto, durante la reunión que mantendrán el lunes próximo en San Pablo.

El motivo del desencuentro es la reacción argentina contra la presunta limitación de exportaciones de vehículos al mercado brasileño. Uruguay, en tanto, no se verá afectado por la medida, pero sigue con atención el diferendo entre los dos socios mayores.

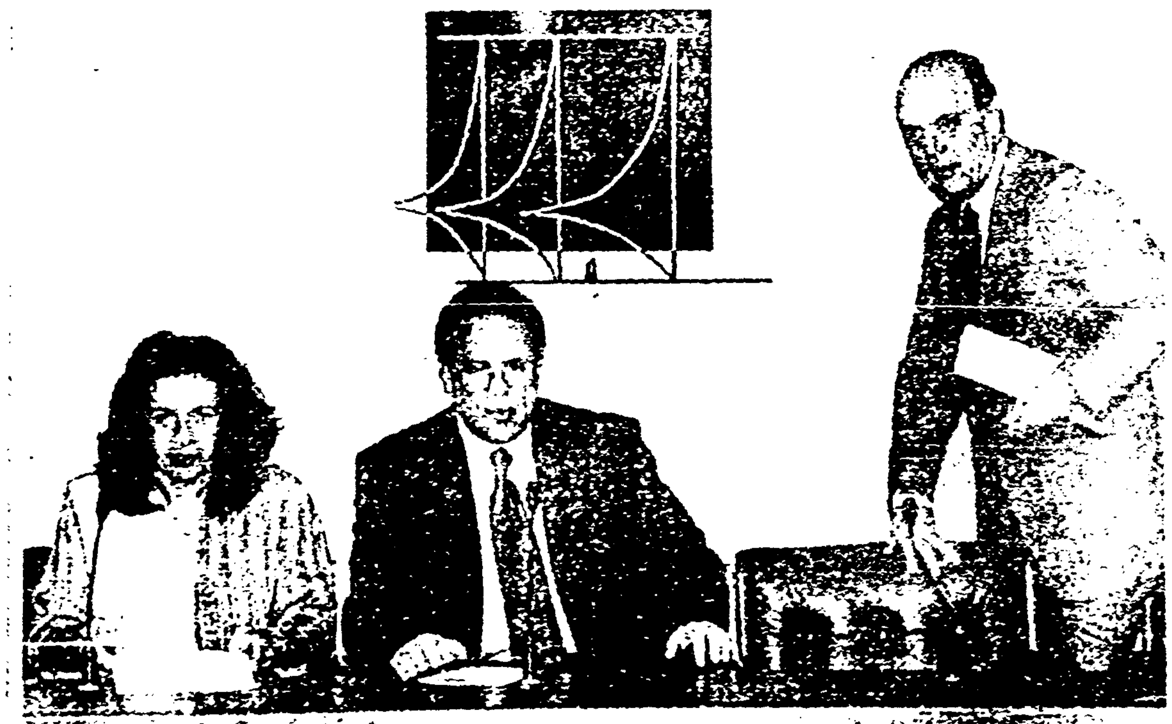
El presidente Sanguinetti conversó telefónicamente con sus dos colegas

Ayer, en una nerviosa jornada a nivel diplomático, los gobiernos argentino, brasileño y uruguayo estuvieron en contacto permanente para tratar de evitar una crisis. El presidente Julio María Sanguinetti conversó telefónicamente con sus dos colegas para informarse sobre la marcha de las negociaciones.

Versiones como la no concurrencia del mandatario argentino Carlos Menem a la cumbre presidencial de San Pablo corrieron con insistencia, pero todo indica que finalmente el problema será resuelto.

El nuevo régimen automotor brasileño tiene dos objetivos fundamentales: uno de corto plazo, que es frenar el aluvión de autos importados, y otro de mediano alcance, que es fomentar la instalación de nuevas empresas en su territorio.

El texto del decreto contiene ambigüedades y deja puntos oscuros, por lo que los funcionarios y empresarios argentinos interpretaron que sus exportaciones se verán recortadas. Argentina teme que Brasil establezca para el Mercosur un sistema de compensaciones, por el cual se obliga a que, por cada automóvil importado, las empresas brasileñas deban realizar exportaciones por el mismo valor. Las exportaciones uruguayas están a salvo de recortes, gracias a la existencia del convenio binacional PEC (que prevé la exportación de 10.000 coches este año), pero no ocurre lo mismo con las de Argentina.



Los funcionarios brasileños anunciaron medidas ambiguas REUTER

ACUSACIONES

Argentina, basándose en un acuerdo de Ouro Preto, dice que Brasil incumplió su palabra, porque existía el compromiso de que cualquier modificación en las legislaciones nacionales debería tener como consecuencia la ampliación del flujo de comercio y nunca su limitación.

Brasil, en tanto, afirma que sus medidas no hacen más que fortalecer el proceso de integración. Nadie afirmó con certeza si las exportaciones argentinas están o no sometidas al sistema de compensaciones. Pero la realidad es que el nuevo régimen automotor hará que sólo ingresen al mercado norteño unos 300.000 autos, cuando la proyección era de unos 700.000. El gobierno argentino ya expresó su protesta con el retiro de sus delegados en los subgrupos técnicos del Mercosur. Mientras tanto, el presidente Menem afirmó que su colega, Fernando Henrique Cardoso, había incumplido su compromiso y amenazó con no concurrir a la cumbre presidencial del Mercosur prevista para el lunes en San Pablo.

La respuesta brasileña fue una invitación a que Menem asista al encuentro, con el compromiso de que allí se "despejarán las dudas".

Análisis

FERNANDO GUTIERREZ

Abrupto final de la luna de miel

A todos los gobiernos les gusta festejar los acuerdos de integración regional y [illegible] elogios mutuos cuando las cosas van bien, pero es en los momentos difíciles cuando se pone a prueba la voluntad de continuar con el proyecto integrador.

El Mercosur parece haber pasado la breve "luna de miel" y haber ingresado en la difícil superación de los problemas cotidianos.

Ya había surgido una serie de tambaleos en la relación entre los cuatro socios, derivadas de las urgencias argentina y brasileña por asegurar su estabilidad interna. Ahora es la industria automotriz -sector sensible como pocos- la que pone una dura prueba para los gobiernos.

Argentina, que atraviesa una fase recesiva, ha generado una dependencia casi total de las compras que le haga Brasil, como forma de mantener una industria automotriz que ya no puede vender a su mercado interno.

Brasil, que tras años de proteccionismo está embarcado en una política de apertura comercial, descubrió con pavor lo que significa el libre comercio en la vida real y lejos de los discursos. La gran interrogante sigue siendo si los socios del bloque están dispuestos a hacer los sacrificios necesarios o si solamente quieren el costado agradable de la integración.

05

9508162

Persisten las gestiones diplomáticas para asegurar las exportaciones uruguayas

Brasil flexibiliza los permisos para la importación de vehículos uruguayos

La liberación, ayer, de algunas guías de importación a Brasil para los automóviles uruguayos permitió una tenue distensión entre los empresarios del sector de nuestro país, aunque persiste la intención del gobierno brasileño de cuotificar el acceso de vehículos y establecer un régimen de compensaciones que pondría en riesgo las exportaciones.

■ Algunas importadoras brasileñas comenzaron ayer a flexibilizar la medida preventiva asumida una vez conocida la intención de Brasil de cuotificar la compra de vehículos, levantando por tanto la orden de detener los embarques, según fuentes empresariales confiaron a **LA REPUBLICA**.

La liberación de estos permisos de importación hacia Brasil permitió recuperar una tenue tranquilidad entre los empresarios de nuestro país, quienes siguen con atención las gestiones que se vienen cumpliendo desde ámbitos diplomáticos para asegurar la corriente exportadora hacia ese mercado.

El gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso anunció que establecerá un sistema de cuotas a la importación de automóviles, sin adelantar detalles sobre la medida, suscitando la inquietud de los ensambladores uruguayos vinculados a la plaza brasileña. Si bien la restricción de la administración Cardoso está destinada a equilibrar el intercambio comercial sectorial con Argentina y no con nuestro país, no ha existido hasta el momento una expresa aclaración de Brasil en cuanto a que será respetado el cupo de hasta 10.000 unidades que Uruguay podrá exportar con ese destino durante el presente año. Sin embargo, extraoficialmente había trascendido que la decisión de cuotificar la importación de automóviles por Brasil no colidaría con los acuerdos suscritos en el ámbito del Protocolo de Ouro Preto, firmado en diciembre último por los presidentes de los cuatro países socios del Mercosur.

EQUILIBRIO COMERCIAL EN EL PROXIMO TRIENIO

No obstante estas flexibilizaciones, persiste la preocupación en medios empresariales automotores locales: así como las importadoras brasileñas se apresuraron a trabar los negocios con las armadoras uruguayas de Citroën y Renault al trascender la propuesta restrictiva del gobierno de Cardoso, aun sin su aprobación, éstas podrían insistir con la suspensión de los permisos de importación si no existe una expresa definición del alcance de la cuotificación.

El ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo, adelantó que la restricción de importaciones de autos a Brasil será "con cupos para terceros países, pero libre para el Mercosur, donde se exigirá sólo un equilibrio bilateral en un promedio de tres años". Según Cavallo, en declaraciones publicadas ayer en la prensa brasileña, "en la práctica no habrá ninguna restricción este año".

Entre tanto, inesperadamente, representantes del gobierno del presidente Carlos Menem y del brasileño se reunieron en la víspera en Brasilia para definir aspectos del coto en la importación y su incidencia sobre las exportaciones argentinas.

El encuentro, según la convocatoria, pretende obtener para ambas partes la mayor cantidad de precisiones para elaborar una norma automotriz (cuya puesta en vigor sería casi inmediata), que sea compatible con la reglamentación argentina y en concordancia con lo establecido en Ouro Preto.

■ GESTIONES EXITOSAS

Se destrabó la venta de autos a Brasil

El gobierno uruguayo atribuyó la suspensión de envíos de automóviles de la semana pasada a una "mala interpretación" de las empresas brasileñas



La exportación de automóviles armados en Uruguay hacia el mercado brasileño, que había sido suspendida la semana pasada, se normalizó ayer, y comienzan a disiparse los temores de que la nueva normativa automotriz brasileña pueda afectar los intereses uruguayos.

La reanudación de los envíos de coches a Brasil se produjo tras la confirmación de que cotinúan vigentes las "guías de importación" y que los contingentes no serán detenidos en la frontera, informaron funcionaros consultados por *El Observador*.

Si bien todavía no se ha oficializado el texto del nuevo régimen automotor, el gobierno uruguayo cree que la corriente exportadora nacional no se verá alterada.

En las últimas horas hubo contactos telefónicos de los funcionarios de la Cancillería con sus colegas brasileños, tendientes a aclarar de qué manera el Mercosur sería impactado por el nuevo régimen automotor.

Las gestiones apuntaron a que Brasil respete el acuerdo alcanzado en la cumbre presidencial de Ouro Preto celebrada en diciembre del año pasado. Según el entendimiento, Uruguay contará durante este año con un cupo de 10.000 automóviles para exportar al mercado brasileño.

El gobierno uruguayo atribuyó la suspensión de envíos de automóviles de la semana pasada a una "mala interpretación" de las empresas brasileñas, que creyeron que las importaciones ya pactadas quedarían sin efecto durante la etapa de elaboración del nuevo régimen automotor.

Pero ayer Brasil confirmó oficialmente que los acuerdos del Mercosur no serán alterados.

"En ninguna hipótesis el presidente de la República suscribirá medidas que comprometan el proceso de apertura de la economía brasileña", dijo un comunicado del portavoz presidencial, Sergio Amaral.

Agregó que "la redacción de la medida provisoria está siendo hecha con la participación de Itamaraty (cancillería) pasa asegurar una compatibilización del texto con los acuerdos del Mercosur y las reglas de la Organización Mundial de Comercio".

> *El gobierno uruguayo cree que se respetará el acuerdo alcanzado en Ouro Preto*

El nuevo régimen automotor brasileño tiene como objetivo fundamental facilitar la instalación de nuevas empresas automotrices en su territorio, y limitar la ola de importaciones –básicamente argentinas– registrada en los últimos meses. Para ello, se prevé la implementación de cupos de importación y un sistema de exportaciones compensatorias de las compras en el exterior.

07

9508162

Brasil impide la entrada de 200 autos uruguayos

Sector exportador espera gestión de Sanguinetti

Unos doscientos automóviles uruguayos, con destino a Brasil, se encuentran detenidos en la frontera, a pesar de que la medida de restricción de importación de autos en ese país, no ha sido dispuesta oficialmente.

Existe gran preocupación del sector exportador nacional y se espera que este inconveniente sea solucionado la semana próxima con la visita del Presidente de nuestro país y el Ministro de Relaciones Exteriores al vecino país.

Las fuentes han descartado una intencionalidad expresa del gobierno de Fernando Henrique Cardoso para con nuestro país, con el cual existe un acuerdo bilateral de compra a nuestra industria de diez mil unidades para el año 1995.

Se aspira una solución en el sector privado, cuyos empresarios comunicaron a funcionarios de los ministerios de Economía, Relaciones Exteriores e Industria su preocupación por la posibilidad de que la nueva política automotriz brasileña afecte el flujo de exportaciones uruguayas.

Por otra parte, no se descarta a nivel de gobierno, que la solución llegue cuando el Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, y el Ministro de Relaciones Exteriores, Alvaro Ramos, viajen la semana próxima al vecino país.

Según Ramos, ya hubo contactos a nivel de gobierno, de los que se desprende que las medidas de restricción del vecino país no deberían afectar los tratados bilaterales firmados entre ambas naciones, que además son socias del acuerdo del MERCOSUR.

La medida

El texto de la polémica medida provisional que reglamentará la importación de vehículos, no ha sido definido en su totalidad.

La cual busca fijar cupos para la importación y dar incentivos a la producción local, para de esa manera, bajar el déficit en la balanza comercial.

La incertidumbre entorno a la definición del tema crece cada día más, ya que existen diferencias entre, por un lado el Ministro de Planificación, José Serra, y la Ministra de Industria y Comercio, Dorotea Werenck, quienes defienden la restricción de las importaciones, no descartando los cupos, y el de Hacienda, Pedro Malan, quien es partidario de la apertura total de la economía.

Según Serra, esta apertura debería hacerse de una manera más paulatina y gradual, pero al entender de Malan, el fenómeno de la importación de automóviles no tiene incidencia en la balanza comercial.

Anuncian visita de Sanguinetti a Brasil

Río Grande del Sur,
por Martín Correa, corresponsal

■ Fuentes oficiales del Palacio Piratini, sede de la Gobernación del estado de Río Grande del Sur, anunciaron que durante el jueves 22 y viernes 23 de junio, habrá de viajar a Porto Alegre el presidente uruguayo doctor Julio María Sanguinetti. Será huésped del gobernador Antonio Britto. Posteriormente en el venidero mes de julio se concretará la visita de Britto a Montevideo. Según lo que establece su agenda, habrá de viajar en el mes de setiembre a Buenos Aires y en octubre se trasladará a Santiago de Chile. Naturalmente que las diversas pautas relativas a la marcha del Mercosur se constituirán en lo medular de estos contactos presidenciales con el gobernador de Río Grande. Los distintos medios de comunicación comienzan a ocupar sus respectivos espacios anunciando la visita del primer mandatario uruguayo. La influyente emisora portoalegrense **Radio Gaucha**, en su boletín central de noticias hace referencia al marco de atención que nuestras autoridades le están dispensando al Mercosur. Lo de mayor trascendencia se refiere a la confirmación del viaje de Sanguinetti a partir del jueves 22. Se subraya que será la segunda vez que, en forma oficial, el presidente uruguayo se traslada a Porto Alegre. La primera, señala **Radio Gaucha**, se produjo durante el primer período presidencial de Sanguinetti, oportunidad en que viajó acompañado por calificadas figuras de la política uruguaya, como el general Líber Seregni y los ex legisladores Alberto Zumarán y Juan Raúl Ferreira entre otros, quienes cumplieron una extensa gira por las principales capitales norteñas finalizando precisamente en Porto Alegre. Ahora vuelve a repetirse la misma pero con exclusividad con el estado de Río Grande del Sur.

09.09

9508163

22.06.95

Ciro Gomes condena medidas e critica FH

IMPORTAÇÃO

Ex-ministro responsabiliza presidente pela MP dos carros, ataca José Serra e diz que equipe se acovardou

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes, criticou duramente ontem a decisão do governo de impor cotas na importação de automóveis e de rever pontos do acordo do Mercosul, o que criou um impasse com a Argentina. Ele disse que "é mentira" que a medida sobre as cotas tenha sido tomada para proteger a balança comercial, como alega o governo. Em suas críticas, não poupou sequer o presidente Fernando Henrique e atacou diretamente o ministro do Planejamento, José Serra, considerado o principal inspirador da medida e com quem Ciro tem uma antiga rivalidade no PSDB. Ambos sonham com o Planalto.

Conhecido por não ter papas na língua, o ex-governador do Ceará não limitou sua ira ao ministro do Planejamento. Ele criticou também a "atitude acovardada" de vários membros do primeiro escalão do atual governo que integraram a última equipe econômica da administração Itamar Franco, participaram de todas as deliberações sobre a abertura mais rápida da política comercial, no segundo semestre de 1994, e calaram-se na semana passada, quando altos funcionários de Brasília identificaram nessas decisões os erros que os teriam obrigado a lançar mão da política de cotas.

A aceleração na redução das alíquotas de importação quando ele era ministro da Fazenda, em setembro passado, foi motivada pela necessidade de "salvar o real", segundo ele, e contou com a participação de vários membros do atual governo, como o secretário-executivo do ministério, Clóvis Carvalho (atual ministro chefe da Casa Civil da presidência), pelo presidente do BC, Pedro Malan (hoje ministro da Fazenda), pelo presidente do BNDES, Pérsio Arida (que foi presidente do BC na atual administração), e pelo assessor especial da Fazenda, Edmar Bacha (agora no comando do BNDES)", contou Ciro. "E Fernando Henrique sabia de tudo."

> **SERRA É ACUSADO DE DESONESTIDADE E TRAIÇÃO**

Ele diz também que a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul não foi negociada em Ouro Preto, referindo-se ao encontro realizado em dezembro. "Ouro Preto foi a festa". A TEC, lembrou ele, "foi negociada ao longo de cinco anos e quem mais avançou as discussões foi o então ministro Fernando Henrique".

"Quando assumi o ministério, a idéia era a salvação do real", recordou. "O plano vivia um momento semelhante ao que tinha levado ao fracasso do Cruzado, ou seja, havia uma corrida ao consumo, um risco de crise de desabastecimento, a iminência do ágio e uma inflação que já havia repicado em 3%". Ele disse que quatro dias após tomar posse, constatou, numa reunião da equipe, que estavam todos desesperados. Segundo Ciro, a discussão evoluiu para a idéia de zerar as tarifas. "Decidimos concentrar a redução na tarifa externa comum do Mercosul, que já tinha sido longamente discutida e amadurecida."

01-17

Decisão agrava a crise com a Argentina

Desvalorização do real atinge em cheio o programa econômico em vigor no país vizinho

JOSÉ CASADO

BUENOS AIRES — A desvalorização do real agravou a crise entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Carlos Saúl Menem. E todos os sinais são de uma escalada nesse confronto. A decisão do Brasil sobre sua moeda era até previsível, mas afeta plenamente o programa econômico agentino. A Argentina vendeu US$ 500 milhões em produtos industriais no mercado brasileiro, no primeiro trimestre. A previsão do governo Menem é de que isso não tende a se repetir. Buenos Aires espera novas restrições de Brasília no comércio entre os dois países.

Menem acordou, ontem, preocupado em dar um toque de otimismo na cena político-econômica, reforçar a posição de seu ministro da Economia, Domingo Cavallo, e deixar claro que a Argentina não pretende desvalorizar o peso: "É uma decisão de competência do Ministério da Economia", disse, com voz pausada, mantendo uma expressão preocupada.



GOVERNO MENEM PODE PEDIR WAIVER AO FMI

Menem continua ótimo nas pesquisas de popularidade. Os problemas estão concentrados no seu plano econômico e no seu ministro Domingo Cavallo. Não há dinheiro suficiente, por exemplo, para pagar os credores externos. E o desemprego cresce. Nas províncias (Estados) há uma semana impera um estado de rebelião civil, com sucessivos confrontos da polícia com aposentados, funcionários públicos e estudantes.

A maioria das províncias está votando leis de emergência econômica, para pagar funcionários e fornecedores com papéis (bônus). Essa posição põe em xeque o programa de estabilização argentina, que está assentado em dois pilares: o câmbio fixo (um peso igual a um dólar) e o volume de moeda em circulação igual ao total de reservas em ouro e dólar. Para fechar suas contas, o governo Menem contava com constante e crescente superávit comercial (metade obtido no comércio com o Brasil) e um rígido equilíbrio entre gastos públicos e arrecadação de impostos. O saldo positivo no comércio foi retirado de cena na esteira da crise com o Brasil. O gasto público continua muito acima da arrecadação, que tende a cair com o avanço da recessão interna.

Em contrapartida, os custos da dívida externa aumentam rápido, na esteira da duplicação das taxas de juros internacionais e o déficit financeiro global do País (em conta corrente) ganha impulso. No ano passado, esse déficit foi equivalente a 4% do PIB. Nesse cenário, a desvalorização da moeda brasileira ganha a dimensão de um grave impacto. Era o que faltava para o governo Menem pedir o waiver ao FMI. Já está marcada para a quinzena seguinte o desembarque em Buenos Aires da missão negociadora do Fundo.

■ *Mais informações sobre Argentina na página 12*

02

MERCOSUL

Menem nega ter feito ameaças

O presidente diz que as exportações de carros para o Brasil são muito modestas

São Paulo

O presidente argentino, Carlos Menem, afirmou ontem que as exportações de automóveis de seu país para o Brasil não deveriam preocupar o governo brasileiro. "Mas já que preocupam, vamos conversar", disse Menem no encerramento do Encontro Econômico do Mercosul. Pelas contas do presidente argentino, as exportações de carros de seu país para o Brasil não passam de modestíssimos 1,65% das importações globais brasileiras.

O presidente argentino negou que as conversas preliminares entre os negociadores brasileiros e argentinos tenham sido duras ou que ele tenha feito qualquer tipo de ameaça, mesmo quando cogitou não comparecer ao encontro promovido pelo World Economic Forum, realizado de domingo até ontem, em São Paulo. Mas não deixou de dar uma alfinetada: "A Argentina não protestou nem mudou as regras quando a balança entre os dois países lhe era desfavorável", disse ele. "Agora que nos é favorável, desejamos que as coisas continuem funcionando do mesmo modo".



Encontro: Menem (E) reuniu-se com Mário Amato em São Paulo

Menem voltou a afirmar que considera normal a discussão das divergências. "Diferenças entre as partes não são superadas com silêncio, mas com diálogo". Segundo o presidente argentino, o episódio não produziu desgastes, ou quebra de confiança, e sim lições: "Todas as resoluções do Mercosul devem ser compartilhadas e previamente negociadas com os parceiros regionais", disse, numa crítica velada à forma como o governo brasileiro definiu as recentes mudanças nas importações de veículos. Ontem, o presidente argentino também se encontrou com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Mário Amato. **(José Paulo Kupfer e Marlova Aseff)**

O3

9508163

Brasil e Argentina dão prazo para acordo

Os dois países vão tentar um desfecho para o caso das cotas de importação de automóveis até o dia 14 de julho

JOSÉ PAULO KUPFER e
MARLOVA ASEFF
São Paulo

Uma comissão formada por ministros brasileiros e argentinos, reunida ontem à tarde, decidiu adiar por 30 dias, exclusivamente para os países do Mercosul, a vigência da Medida Provisória 1024, que institui o regime de cotas na importação de veículos pelo Brasil. Nesse período, que começa a contar a partir da data da carta enviada pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso a seu colega argentino, Carlos Menem, na quarta-feira, explicando os termos da MP, os veículos e autopeças embarcados nos países do Mercosul terão livre passagem pelas alfândegas brasileiras.

As conversações preliminares iniciadas ontem prosseguirão nesta semana e até 14 de julho será definido o tratamento a ser dado pelo Brasil aos veículos importados do região. A reunião teve a presença dos ministros brasileiros da Fazenda, Pedro Malan, Planejamento, José Serra, Indústria e Comércio, Dorothéa Werneck e dos seus colegas argentinas Domingo Cavallo, ministro da Economia, e Guido Di Tella, das Relações Exteriores. Todos estiveram presentes ao primeiro dia de debates do Encontro Econômico do Mercosul, promovido pelo World Economic Forum até hoje, em São Paulo.

Os negociadores concordaram também com a necessidade de antecipar o processo de harmonização dos regimes automotrizes do Mercosul, que tem como prazo máximo o ano de 1997. A data foi estabelecida pelo Protocolo de Ouro Preto, firmado em dezembro do ano passado. De acordo com o embaixador Sérgio Amaral, porta-voz do governo brasileiro, as negociações começaram com esclarecimentos sobre o conteúdo da MP, que não haviam ficado claros para os argentinos.

"O relacionamento do Brasil com o mundo passa pelo fortalecimento do Mercosul", disse o presidente

As conversas se estenderam sobre uma comparação do regime automotriz dos dois países. Concluiu-se que muitas das regras ainda devem ser definidas e ficou claro o interesse do Brasil em aprofundar e discutir as diferenças existentes. Amaral também reafirmou que em nenhum momento o Brasil cogitou adotar uma medida unilateral.

"O Brasil não tem interesse em produzir prejuízos para o principal parceiro da região", disse Fernando Henrique antes de falar na abertura do encontro. "O relacionamernto do Brasil com o mundo passa pelo fortalecimento do Mercosul", afirmou. No início da noite, o presidente brasileiro se reuniu com seu colega Carlos Menem, para tratar das desavenças.

Em sua palestra no Forum, respondendo a perguntas de empresários e representantes dos países do Mercosul, Fernando Henrique disse que a situação da economia brasileira é tranqüila. Destacou a necessidade dos juros altos e dos elevados compulsórios (recolhimento ao Banco Central de parte da movimentação financeira dos bancos), afirmando que são instrumentos necessários para o controle da inflação.



Acerto adiado: Menem e Fernando Henrique não encontraram a fórmula que dê fim ao impasse das cotas

Cordialidade com críticas

Apesar do clima de cordialidade no encontro dos presidentes dos quatro países do Mercosul, o presidente Carlos Menem não deixou de alfinetar o governo brasileiro por causa das cotas de importação. "Assinamos o acordo de Ouro Preto, que define as regras comerciais do Mercosul", disse Menem. "Para a Argentina, é mais do que um acordo, é uma legislação superior, acima das nossas próprias leis. Em sua substância, essas regras são imutáveis".

Menem foi questionado por um representante da General Motors, que assistia ao debate, sobre a política automobilística. Em resposta, o presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou que o Brasil apenas criou um regime automotivo muito próximo do que existe na Argentina. "Nenhuma das partes quer prejudicar a outra", justificou.

FH lembrou que, quando era chanceler, se esforçou para que a Petrobrás aceitasse comprar petróleo da Argentina para ajustar a balança comercial. "O que importa é a vontade política", disse. "Se insistirmos nas diferenças, não vamos a lugar nenhum." Depois do debate no fórum, Fernando Henrique e Menem se reuniram para debater a crise provocada pelas cotas. Mas não havia sinal de que esse encontro revertesse o impasse.

FH ignora ameaça feita por Dorothéa

As declarações da ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothéa Werneck — de que o Brasil pode incluir outros produtos na lista de restrições dos negócios com a Argentina —, criaram constrangimentos ontem no Fórum do Mercosul. "Não conheço essas declarações da ministra Dorothéa, nem sei qual é a profundidade disso", disse o presidente, ao lado do seu colega do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, ao ser informado de que Dorothéa anunciara possíveis restrições aos calçados argentinos (veja na página 28).

"Não há nenhuma intenção de criar restrições adicionais", explicou Fernando Henrique. Minutos depois, foi a vez do porta-voz Sérgio Amaral ficar na mesma situação, em outra entrevista com jornalistas estrangeiros. "Não tenho conhecimento dessas declarações dela." As declarações foram feitas de manhã, quando a ministra analisava os resultados de uma rodada de negociações. Dorothéa referiu-se também aos produtos das zonas francas dos dois países.

04

Menem volta atrás e confirma vinda a SP

Presidente Fernando Henrique afirma que governo não admitirá riscos aos interesses do Brasil

CARLOS FRANCO
e CLÁUDIA MONTEIRO

O presidente da Argentina, Carlos Menem, recuou de sua decisão de não participar do World Economic Forum e confirmou ontem pela manhã ao Itamaraty que chegará a São Paulo na segunda-feira, para participar de negociações com o governo brasileiro sobre as restrições à importação de automóveis por meio de cotas. A decisão de Menem amenizou as relações diplomáticas entre os dois países e fez com que ontem mesmo o chanceler Luiz Felipe Lampreia participasse de reuniões técnicas para adequar o teor da MP 1.024 ao Tratado de Assunção. A reunião só foi interrompida depois das 15 horas, quando o chanceler foi informado do falecimento de seu pai, João Gracie Lampreia, no Rio.

O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a garantir ontem, em São Paulo, que as relações comerciais no âmbito do Mercosu não serão prejudicadas pela MP. Mas deixou claro que o governo não admitirá riscos aos interesses do Brasil na condução de sua política econômica. "Não queremos nenhuma restrição que fira o Mercosul, mas queremos também, naturalmente um sistema que permita à nossa indústria continuar crescendo e exportando", disse.

RÉL[illegible]
TÉC[illegible]
COME[illegible]

Fernando Henrique confirmou que o sistema de cotas de importação terá uma regra específica para os países do Mercosul e disse esperar que as negociações com o governo argentino sejam concluídas em menos de 30 dias. Ele confirmou que enquanto não estejam definidas as regras para o Mercosul, a MP não valerá nas relações comerciais com os países integrantes do acordo de Ouro Preto.

Entre as propostas em análise pelo governo brasileiro, destaca-se a instituição de cotas específicas para a Argentina, preservando-se a alíquota zero, com o compromisso de revisão periódica dessas alíquotas de acordo com a recuperação da balança comercial brasileira.

Também para tranqüilizar as autoridades argentinas, o Itamaraty divulgou nota oficial, onde destaca que permanecem vigentes as preferências tarifárias negociadas no âmbito do Mercosul. "Além disso, como dispõe a MP, todos os veículos originários de parceiros do Mercosul correspondentes a guias de importações regularmente emitidas e com contratos já firmados estão sendo desembaraçados exatamente nos termos anteriores à edição da MP, isto é, não submetidos à oferta pública, beneficiando-se do tratamento de zero por cento do imposto de importação."

"Foi um pequeno mal-entendido"

Presidente argentino considera superada crise da medida provisória das cotas para carros

O presidente argentino Carlos Menem qualificou como "pequeno mal-entendido, já superado", a crise provocada pela medida provisória baixada pelo governo brasileiro para limitar as importações de automóveis. O Brasil postergou por 30 dias a aplicação do artigo 8º da MP das cotas, que trata das importações do Mercosul.

Menem escreveu a Fernando Henrique Cardoso para agradecer a carta em que o presidente brasileiro informa suas orientações ao ministros da Fazenda e de Relações Exteriores para encontrar, junto com os colegas argentinos, uma solução de comum acordo entre os dois países.

Analistas econômicos argentinos consideram que a crise que se iniciou entre os dois países não resulta meramente do comércio bilateral e atribuem como principal razão para o protesto portenho os milionários investimentos anunciados por multinacionais para a região.

Investimentos — O diretor de Assuntos Corporativos da General Motors, José Carlos Pinheiro Neto, disse ontem que a montadora vai manter seus planos de investimento na Argentina, seja qual for o desfecho da crise entre o Brasil e o país vizinho. Desde julho, a General Motors do Brasil opera uma fábrica de picapes em Córdoba. Agora, a companhia está prestes a decidir o local, também na Argentina, onde deverá instalar uma fábrica de automóveis, com previsão para ser inaugurada em 1997.

GM E FIAT NÃO VÃO MUDAR SEUS PROJETOS

A fábrica de picapes da GM é um exemplo do que muitas empresas brasileiras do setor automotivo fizeram na Argentina para equilibrar a balança entre os dois países. Com a transferência da fábrica de picapes para o país vizinho, a GM passou a importar a linha para o Brasil para poder exportar outros veículos — como o Omega, Monza e o Vectra — para a Argentina dentro do regime de livre comércio.

A fábrica de picapes consumiu investimento de US$ 100 milhões. A GM entrou com 80% do capital e a empresa argentina Ciadea — que também fabrica a linha Renault — com 20%. A fábrica tem capacidade para produzir 25 mil unidades por ano. Mas a maior parte tem vindo para o Brasil, segundo Pinheiro Neto, em razão da acentuada queda de vendas no mercado Argentino. A Fiat também está prestes a gastar US$ 600 milhões numa fábrica na Argentina para montar o modelo do chamado projeto 178 — o novo carro mundial da Fiat, que também será produzido no Brasil.

05

9508163

COTAS DE IMPORTAÇÃO

Mercosul corre perigo, diz governo argentino

Marcos Mendes/AE

Vice-chanceler teme que medida brasileira crie precedente para outras áreas

BUENOS AIRES — O vice-chanceler argentino, Fernando Petrela, disse que o Mercosul corre perigo com a decisão do Brasil de impor cotas de importação de veículos. "Esse precedente pode estender-se a outras áreas." O confronto — que foi chamado de "Mercotensão" pelas redes de televisão argentinas — esteve na capa de todos os jornais portenhos.

"Se não podemos exportar ao Brasil a quantidade de automóveis prevista para o resto do ano (70.000), isso poderia aumentar o nível de desemprego", disse Manuel Antelo, presidente da Ciadea, que fabrica os veículos Renault na Argentina. Antelo disse que a restrição põe em perigo a continuidade do Mercosul.

Na quarta-feira à noite, Antelo, o secretário da Indústria Carlos Magariños e o presidente da Associação de Fabricantes de Automóveis (Adefa), Horacio Losoviz, se reuniram para examinar a situação e enviaram uma carta ao embaixador brasileiro na Argentina, Marcos de Azambuja, na qual pediam explicações acerca das restrições, para saber se violam os acordos assinados em Ouro Preto.

O secretário de Relações Comerciais Internacionais, Jorge Campbel, entregou a carta e frisou que a decisão do Brasil desrespeita o artigo 29 do acordo automotriz. Embora esse tenha sido o assunto central da reunião do governo argentino ontem, o presidente Carlos Menem disse que a situação com o Brasil está melhorando e que vai esperar 48 horas antes de decidir se viajará à reunião da Cúpula Econômica do Mercosul. O presidente da União Industrial Argentina, Jorge Blanco Villegas, mostrou sua posição solidária a Menem: "Se ele não viaja, eu também não".

CAVALLO: TALVEZ NÃO ENTENDAMOS O PORTUGUÊS

O governo argentino mantém a esperança de encontrar uma solução. Tanto que o ministro da Economia, Domingo Cavallo, sugeriu: "Talvez não entendamos bem o português".

FH e Menem tentam superar a crise

O debate da nova política brasileira de import... ação de automóveis se... á o centro do encontro entre os dois presidentes

BANCO DE DADOS

A chegada do presidente argentino Carlos Menem hoje a São Paulo, para o encontro promovido pelo World Economic Forum, inaugura uma fase decisiva para o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Com Menem, que se transformou em uma das presenças mais aguardadas depois de protagonizar o primeiro grande incidente comercial no bloco latino, estarão representados Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O principal ponto da agenda de uma reunião paralela à conferência deverá ser a negociação de uma nova política brasileira de importação de automóveis.

O Brasil poderá optar pelo sistema em vigor na Argentina, que limitou a entrada de veículos brasileiros em US$ 1,20 para cada US$ 1,00 exportado por sua indústria, e taxou autopeças e componentes com alíquotas de 12% a 30%. O Brasil deixou o caminho livre e, em 1994, gastou US$ 636,7 milhões com importação de veículos, autopeças e componentes argentinos, um crescimento de 27% sobre o ano anterior. No período, o setor automotivo passou do terceiro para o segundo lugar na pauta de exportação dos dois países, ultrapassando o minério de ferro e atrás apenas dos produtos de origem vegetal (US$ 975,1 milhões).

O presidente Fernando Henrique Cardoso está otimista com a reunião que terá com Carlos Menem, e acredita possível conciliar os interesses dos dois países em torno da medida provisória que restringe a entrada de veículos no país. As manobras para dissipar o mal-entendido no caminho da integração começam com a reunião entre os ministros da Fazenda e do Planejamento, Pedro Malan e José Serra, e da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, para negociar um sistema de transição para as importações de veículos argentinos, a vigorar até dezembro. A idéia é evitar o desequilíbrio da balança comercial entre os dois países.

O presidente FH está otimista com a reunião que terá com o seu colega argentino Carlos Menem

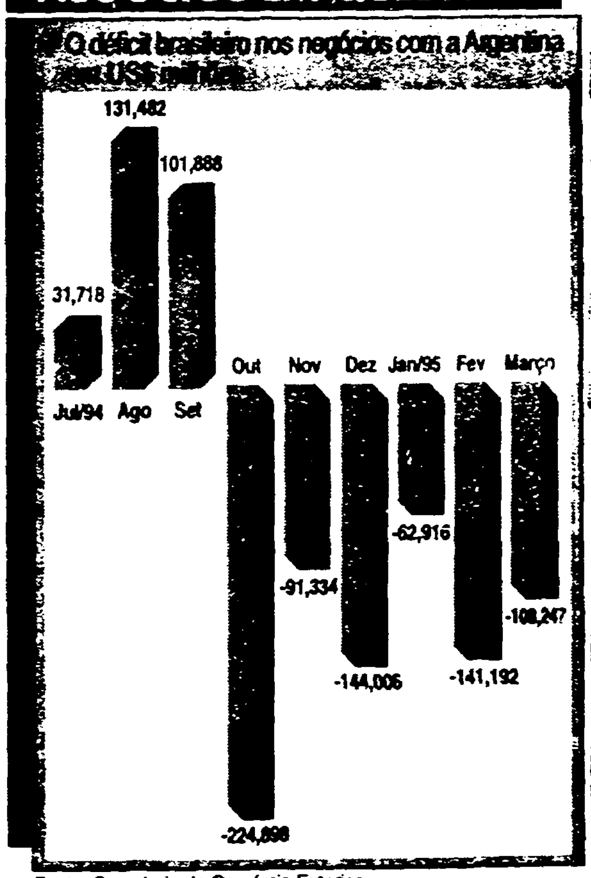
Brasília adiou por 30 dias a aplicação da sistema de cotas, mas o assunto é motivo de polêmica nacional na Argentina sobre o comportamento de seu principal sócio comercial."Não é a primeira vez que o Brasil viola os acordos", alfinetou o secretário da Indústria argentino, Carlos Magariños.

Em 1994, o fluxo comercial entre os dois países registrou o superávit brasileiro de US$ 501 milhões. Nos primeiros quatro meses de 1995 a situação se inverteu. O déficit do Brasil no período soma US$ 422 milhões. A fixação de cotas tem o objetivo de ajudar a reverter o mau desempenho da balança comercial, que registra um déficit acumulado de US$ 3,5 bilhões.

O QUE É

☐ *O World Economic Forum é uma organização internacional sem fins lucrativos, com sede na Suíça, que reúne líderes empresariais, governamentais e acadêmicos comprometidos em buscar soluções para os problemas mundiais.*

NEGÓCIOS EM QUEDA



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior

07 9508163

ULTIMO MOMENTO

La medida serviría para superar la crisis con Argentina

Mercosur: Brasil suspendió por 30 días polémico cupo de importación de autos

Buenos Aires (ANSA)

■ Brasil suspendió ayer por 30 días la aplicación a los demás países del Mercosur del cupo de importación de automóviles que había generado una seria crisis con Argentina, su principal socio en el bloque.

"Es un paso muy positivo", dijo anoche, al hacer el anuncio, el ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo.

Fuentes del gobierno dijeron que el presidente Fernando Henrique Cardoso anticipó la decisión a su par Carlos Menem por teléfono, aunque se la detalló en una carta, dijeron fuentes gubernamentales, al precisar que el mes de suspensión servirá, en realidad, para entablar consultas sobre el modo de superar la crisis, y no una marcha atrás de Brasilia.

El presidente Menem había hecho saber que desertaría de la cumbre del Mercosur convocada para el lunes en San Pablo si Brasil mantenía la medida dictada el martes a última hora.

Probablemente, Menem ahora determine viajar, pero el ministro, consultado sobre el asunto, se limitó a responder: "Es una decisión exclusiva del presidente".

Por la mañana, Menem había confirmado que faltaría a la cumbre si Brasil mantenía el límite a la importación de vehículos que aprobó esta semana sin excepciones intra-bloque.

Argentina pidió el miércoles una "revisión rápida" del decreto por el que el presidente Fernando Henrique Cardoso limitó a 100.000 unidades la importación de vehículos a Brasil hasta fin de año.

La industria automotriz argentina, protegida por un régimen propio de importaciones, revirtió por primera vez en 1995 el déficit de años que tenía con Brasil y había programado enviar unas 70.000 unidades, que podrían reducirse a unas 12.500.

El intercambio de automóviles y autopartes supone, hasta ahora, el 25 por ciento del comercio bilateral, y con el viejo régimen brasileño Argentina tenía comprometidas inversiones de automotrices extranjeras por 2.500 millones de dólares.

Brasil importó en 1994 de Argentina por 3.6000 millones de dólares y con los anteriores planes de las automotrices argentinas, la cifra se elevaría en 1995 a 5.000 millones, que agravarían el creciente déficit comercial brasileño.

La controversia con Brasil

Una inesperada decisión de Brasilia que reaviva fantasmas del pasado

Prevalecer: el afán hegemónico que enfrentó históricamente a los dos países vuelve a aflorar en la controversia por la importación de vehículos.

Algo imprevisto ha ocurrido. Algo se salió de control.

Hace seis meses, cuando Fernando Henrique Cardoso asumía la presidencia en el seco calor de Brasilia, Menem lo abrazaba con una sonrisa satisfecha.

En las elecciones de octubre el gobierno argentino había apostado y trabajado por él, y no por descarte ante la destemplada opción socialista de Lula.

Cardoso era, para Buenos Aires, un amigo. Un socio. Un igual. Con Cardoso no cabía esperar más que progresos en el naciente Mercosur, el proceso integrador llamado a liquidar, definitivamente, toda una historia de desencuentros entre dos países reunidos por la geografía pero enfrentados en su afán hegemónico.

Fuente inspiradora

Menem nunca se había llevado bien con Itamar Franco y Franco no toleraba a Menem. Riñeron una y otra vez, casi siempre por cuestiones de poca monta que no hacían más que recargar el trabajo de las cancillerías y alimentar el anecdotario de la diplomacia menor.

Buenos Aires era, para Cardoso, la fuente de la que había bebido, gota a gota, el programa económico que le permitió desembarazarse de la inflación y de Luiz Inacio Lula da Silva hasta alcanzar, imparable, la cumbre del poder.

El Plan Real, se ironizó en Brasil sin desmentidas, es *un plan Cavallo escrito en portugués*.

Agradecido, Cardoso vino en el verano a Buenos Aires a prodigar elogios a los mentores de su *milagro* y a compartir los sueños de un Brasil asociado y hermanado para siempre con su antiguo rival del Sur.

La decisión inesperada

Pero algo ha ocurrido. La decisión de Brasilia de limitar las importaciones de vehículos –medida que afecta directamente a las automotrices argentinas– no sólo pende como un puñal sobre el corazón del Mercosur, sino que instala la sensación de que el viejo pleito regional no ha muerto del todo todavía.

Algo se ha salido de control. Pedestres disputas de Menem y Franco aparte, los dos países empezaban a acostumbrarse a no dirimir por cuestiones que, como ésta, afectan los llamados intereses vitales.

En la década del '70, cuando todavía ambos aspiraban al liderazgo de la región, la piedra de escándalo fue la construcción de las grandes represas hidroeléctricas del Alto Paraná, como Itaipú y Corpus (nunca concretada).

En ardorosas negociaciones se buscaba armonizar la cota de la primera con el número de turbinas de la segunda. Itaipú era vista desde aquí como una amenaza ("nos van a inundar") y la solución sólo llegó en los años 80 –gobierno militar– de la mano de la gestión como embajador en Brasilia de Oscar Camilión. Según la visión del nacionalismo local, al precio de un renunciamiento argentino.

También la cuestión nuclear y la ominosa y compartida sospecha de que la otra parte estaba bajo los pasos de la bomba atómica llevó la tensión diplomática a sus puntos más altos.

Otros puntos de fricción, por aquellos tiempos, fueron el uso de los ríos internacionales y la actividad de pesqueros brasileños dentro de las 200 millas argentinas.

Después de la Guerra de las Malvinas, en 1982, la autorización de Brasil para que aviones británicos en viaje hacia las islas hicieran escala en su territorio originó una dura controversia.

La historia registra también un permanente interés por prevalecer en los armamentos navales, detrás del cual se escondía una velada lucha por el Atlántico Sur.

Pero fue la expansión económica, antes, durante y después de las cíclicas crisis, lo que más perturbaba a la Argentina y a Brasil en su afán hegemónico.

La actual controversia apenas disimula el mismo temor: que el vecino se quede con la parte del león, en este caso en un área clave como las inversiones extranjeras en la industria automotriz.

El Mercosur parecía haber enterrado esos recelos. Pero resulta que no.

Carlos Reymundo Roberts

09

95081 63

COMÉRCIO EXTERIOR

Argentina reage contra cotas para carros

FH intervém pessoalmente e tenta acalmar os ânimos de Carlos Menem, que ameaça cancelar a viagem para o Brasil

SEVERINO GOES
Sucursal/Brasília

A medida provisória que impôs o sistema de cotas para a importação de automóveis provocou uma forte reação na Argentina. Irritado com a decisão brasileira, o presidente argentino, Carlos Menem, ameaça adiar sua viagem para São Paulo, onde participa, de domingo a terça-feira, da reunião do Mercosul promovida pelo World Economic Forum. "Se vamos começar a ignorar os acordos firmados, não me parece conveniente que o presidente da Argentina assista a essa reunião", disse Menem. A reação do presidente argentino mobilizou ontem o governo brasileiro. No final da tarde, o presidente Fernando Henrique Cardoso interveio pessoalmente para evitar que o descontentamento de Menem com as novas regras para a importação de automóveis acabasse gerando uma crise política entre Brasília e Buenos Aires.

Fernando Henrique determinou ao ministro do Planejamento, José Serra, que telefonasse para o ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, esclarecendo que não é intenção do Brasil prejudicar as exportações de carros daquele país para o Brasil. O sistema de cotas para importação de carros determinado pelo governo brasileiro derrubou as cotações das ações na Bolsa de Buenos Aires, que caiu 4,39% ontem (*veja mais imformações na página 32*). Mesmo assim, o governo brasileiro não voltará atrás na sua intenção de regular o comércio de automóveis no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Antes de embarcar para o Rio de Janeiro, Fernando Henrique disse que Menem entenderá as razões do Brasil ao impor cotas para a entrada de carros argentinos no mercado brasileiro. Os carros brasileiros estão sujeitos a um regime especial para entrar na Argentina e o Brasil reivindica reciprocidade. Os argentinos argumentam que a limitação em 100 mil veículos até o final do ano atinge a indústria automobilística argentina. "Pelo decreto brasileiro, o volume de carros que poderíamos exportar este ano caiu de 50 mil para 36 mil", afirmou.



"Não me parece conveniente que o presidente assista a esta reunião"
CARLOS MENEM,
presidente da Argentina

A ministra da Indústria e do Comércio, Dorothéa Werneck, informou ontem que procurará o governo argentino para esclarecer aspectos da medida provisória considerados negativos pelo presidente Menem, como o estabelecimento de cotas para a venda de carros para o Brasil. "A medida não desrespeita o Mercosul", disse Dorothéa.

Na avaliação de fontes da área econômica, por trás das queixas do governo Menem estaria o fato de que pela primeira vez em muitos anos a Argentina conseguiria reverter seu crônico déficit na balança comercial (movimento de exportações e importações) com o Brasil. Desde janeiro deste ano, o saldo positivo em favor da Argentina vem crescendo (*veja quadro*).

BALANÇO FAVORÁVEL

Os saldos positivos para a Argentina na balança comercial com o Brasil:

Mês	Saldo
Janeiro	**US$ 54,4 milhões**
Fevereiro	**US$ 134,7 milhões**
Março	**US$ 108,7 milhões**
Abril	**US$ 124,2 milhões**

Fonte: Embaixada da Argentina no Brasil

LA INTERNA DE ITAMARATY

Palomas y halcones

La primera estrategia era esperar. El primer paso, según la planificación del gobierno, tenía que ser dado por los empresarios automotrices. Todos se habían comprometido el martes por la noche a intentar hacer operaciones con Brasil en la mañana de ayer. **Con el resultado en la mano** (en caso de ser desfavorable) **la Argentina se quejaría formalmente ante Brasil.**

Pero el Presidente decidió aparecer en escena. **"No entiendo esta postura de Brasil y no creo conveniente que yo viaje** (el próximo martes a Ouro Preto)", dijo **Carlos Menem** en la mañana de ayer llevando el encontronazo diplomático a su máxima expresión.

El conflicto con Brasil le había estallado en las manos el lunes por la tarde en medio de la reunión de **"reconciliación oficial"** entre los legisladores y el ministro de Economía después de los enfrentamientos por la Ley de Patentes.

Menem y Cavallo habían abandonado en más de una ocasión el encuentro para comunicarse telefónicamente con Brasil. La escala comenzó en el secretario de Industria argentino, **Carlos Magariño** y terminó en el propio presidente **Fernando Henrique Cardoso.**

"Me dijo que estaba todo bien", se autotranquilizó Menem después de la conversación. Pero en la Casa de Gobierno ya empezaban a pensar que no era tan sencillo y que tenían que esperar que se resolviera **"la interna de Itamaraty"**.

"Estamos atrapados entre la opinión de las palomas (Cardoso) y los halcones (el lobby industrial), ahora solo nos falta ver quién gana", analizaban.

El conflicto día a día

20 de mayo: debido a su rojo comercial, Brasil sube al 70% los aranceles a la importación de automóviles y electrodomésticos para países que no son del Mercosur.

5 de junio: la ministra de Industria brasileña, Dorothea Werneck, le anuncia a Domingo Cavallo, durante su visita a Buenos Aires, que su país tendrá un régimen automotor propio antes de 1999. Podría incluir cupos para las importaciones desde la Argentina.

6 de junio: el presidente de la Asociación de Fabricantes de Automóviles, Horacio Losoviz, acusa a los brasileños de querer condenar a la Argentina al déficit comercial permanente".

8 de junio: Cavallo habló por teléfono con el ministro de Hacienda brasileño, Pedro Malán, para ponerle paños fríos a la situación.

12 de junio: el gobierno brasileño, a punto de aplicar el corte, pidió una reunión de urgencia con la Argentina.

13 de junio: Cardozo lanza las restricciones. No se especifica si la medida afecta al Mercosur.

14 de junio: el Gobierno argentino recibe un memorándum que ratifica que las restricciones siguen en pie.

COMÉRCIO EXTERIOR

Imposição de cotas para os carros argentinos é uma medida política

As facilidades do país vizinho atraem os investimentos das montadoras

GILBERTO LEAL

COMPRAS CRESCENTES

A participação da Argentina nas exportações brasileiras de automóveis (em unidades):

Ano	Total das exportações	Exportações para Argentina	%
1992	341.900	204.600	59,8
1993	331.500	231.600	69,8
1994	377.600	265.900	70,6

Fonte: Anfavea

A Argentina é o maior importador de carros brasileiros. Cerca de 70% das exportações do país seguem os caminhos do Prata. Com razão, os argentinos reclamam que o Brasil esqueceu o saldo de 300 mil carros que eles acumularam nos últimos três anos, no valor de US$ 1 bilhão. Dos 400 mil veículos comprados em 1994 pelos argentinos, 266.900 foram brasileiros. As exportações para a Argentina cresceram nos últimos três anos: 204 mil veículos em 1992, 231 mil em 1993 e 266.900 no ano passado.

A imposição de cotas parece mais uma decisão política do que econômica. Como o governo argentino estimula a produção e exportação, os grandes grupos internacionais e empresas fornecedoras brasileiras estão investindo mais lá que aqui. Pelas facilidades argentinas para a exportação e as do Brasil para a importação, é mais lucrativo exportar da Argentina.

A integração da produção brasileira com a argentina começou em 1976 com a troca de componentes entre as filiais da então Saab-Scania. Depois, foi a vez da Mercedes-Benz. A criação da Autolatina estimulou a troca de veículos completos e componentes. A Fiat seguiu esse caminho. O Tempra e o Uno 1.6 brasileiros rodam com motores e caixa de câmbio argentinas. A General Motors transferiu no ano passado a produção da linha de picapes da Série 10 para Córdoba. Na integração, os Peugeot 405 e 504 argentinos são trocados pelo Tempra e pela Elba brasileiros.

A troca de veículos, componentes e peças entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai é regida por acordos bilaterais. O livre comércio de produtos automotivos nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) só ocorrerá a partir de 1º de janeiro do ano 2000. O acordo Brasil-Argentina prevê o intercâmbio de veículos completos entre as montadoras com tarifa zero, respeitados os índices de nacionalização de peças e componentes de cada país, na proporção de US$ 1 por US$ 1, sem volume determinado.

O intercâmbio de autopeças obedece a um critério de compensação. Para o cálculo, o valor das peças e componentes argentinos exportados para o Brasil é multiplicado por 1,2. As partes e peças brasileiras destinadas a reposição são importadas livremente, pagando tarifa zero intrazonal.

12

POLÍTICA ECONÔMICA

Medida provisória fixa cotas para a importação de carros

As compras de veículos do Mercado Comum terão regras especiais

ROSALVA NUNES DA ROSA
Sucursal/Brasília

O governo divulgou ontem à noite, depois de quase um mês de discussões, a medida provisória (MP) que fixa cotas de importação para os automóveis. Mais branda do que a minuta que circulou extra-oficialmente na semana passada, a MP determina que, até o fim do ano, as importações de automóveis pelas montadoras e empresas independentes não poderão ultrapassar 50% do volume importado e desembaraçado nos portos de 1° de janeiro até hoje, data de publicação da MP. A medida não se aplica ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), que terá regras específicas, mas atingirá os carros importados da Argentina, com a qual o país assinou acordo bilateral.

A ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothéa Werneck, explicou que até maio as projeções de importação de veículos eram de 200 mil unidades. Pela cota fixada na MP, até dezembro não deverão vir mais de 100 mil novos veículos. Computando os números até a edição da MP, os veículos importados este ano devem atingir 320 mil, 20% da produção nacional, estimada em 1,7 milhão de unidades. "Em nenhum país do mundo esta proporção é tão alta", afirmou Dorothéa, que anunciou as regras ao lado dos ministros do Planejamento, José Serra, da Fazenda, Pedro Malan; das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; e da Casa Civil, Clóvis Carvalho.

O ministro José Serra ressaltou que a MP não é um retrocesso na política de abertura, mas uma transição para um regime automotriz no Brasil. A medida é um modelo de abertura econômica, porque reduz para 2% a alíquota de importação de bens de capital, máquinas e autopeças para as montadoras que aumentem as exportações e investimentos, disse.

O ministro Pedro Malan reafirmou o consenso entre os ministros sobre o texto final da MP e lamentou o vazamento da minuta, que ainda estava sendo negociada. "É um processo natural discutir estas questões em nível de governo", afirmou.

AS NOVAS REGRAS

As determinações da medida provisória que cria o sistema de cotas de importação de carros:

- Até o fim do ano, podem ser importados pelas montadoras e empresas independentes 50% dos veículos importados e desembaraçados nos portos de 1° de janeiro até hoje. As cotas que sobrarem serão disputadas em leilões. Quem pagar a maior alíquota de importação ganha o direito de trazer os veículos do Exterior.

- Em 1996, o governo poderá fixar novas cotas para importadores independentes e montadoras.

- Até 31 de dezembro de 1999, ficam reduzidas de 18% para 2% as alíquotas de importação de matérias primas, partes e peças, para as empresas que aumentem exportações e investimentos.

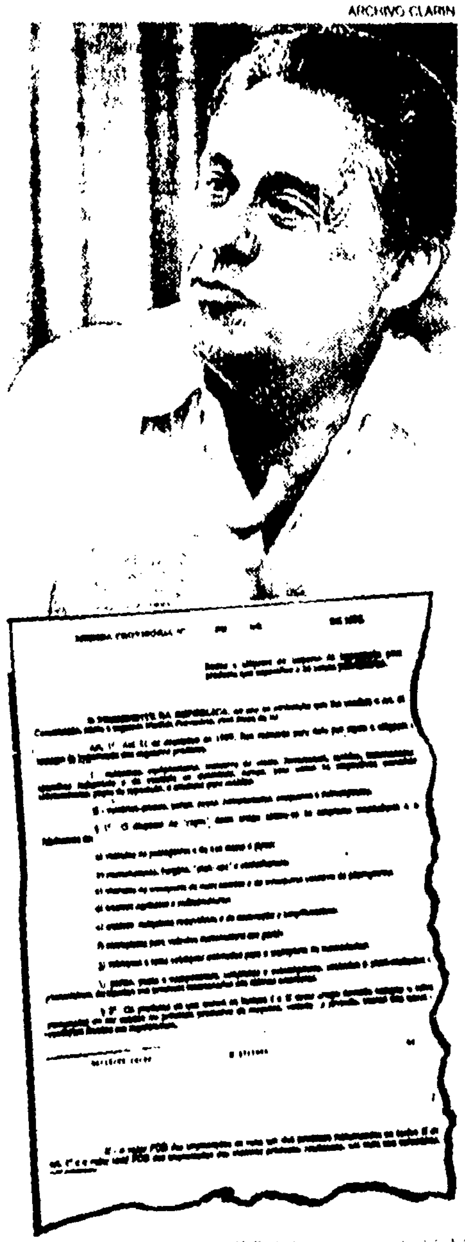
- Serão fixadas regras de comércio automotivo entre os países do Mercosul, respeitado o acordo em vigor. Os veículos da Argentina, com que o Brasil tem um acordo bilateral, devem entrar nas cotas deste ano, mas o assunto ainda está sendo negociado.

POR UN DECRETO QUE FIRMO EL PRESIDENTE CARDOSO

Brasil restringe la importación de autos desde la Argentina

Brasil limitó las importaciones de autos de todo el mundo, incluyendo dentro de las restricciones a la Argentina. La decisión se conoció por la noche. Contrastó con declaraciones de Menem. Ayer por la mañana, el Presidente dijo que su colega brasileño le había garantizado que los argentinos no se verían afectados por la medida. Según Cavallo la misma "viola los entendimientos de Ouro Preto".

ARCHIVO CLARIN



Anoche había movimientos febriles en el Ministerio de Economía. La causa: ayer **Brasil decidió limitar las importaciones de autos, incluyendo a la Argentina. Domingo Cavallo** convocó de urgencia a **Jorge Campbell**, de Cancillería. Y llamó también a dos de sus hombres, **Carlos Magariños y Carlos Sánchez.**

Todo surgió después que llegó a Buenos Aires el fax de un decreto firmado por la tarde por el presidente **Fernando Henrique Cardoso**, al que **Clarín** tuvo acceso. Con esa medida, el gobierno brasileño busca proteger su industria automotriz limitando las importaciones. Y no excluye expresamente, como esperaban en Buenos Aires, al **Mercosur.**

Según el artículo número 10, **en este segundo semestre del año, las terminales argentinas solo se le podrán vender a Brasil la mitad de los vehículos que le habían enviado en el primer semestre.** En pocas palabras, **"es un cupo"** declaró una fuente oficial. Las ventas argentinas a Brasil **habían crecido fuertemente en los últimos meses, lo que permitió paliar la aguda caída de la demanda interna.**

Pero además, el decreto de Cardoso deja abierta las puertas para incluir al Mercosur dentro de restricciones más generales: advierte que **"habrá reglas específicas"** para el comercio de automóviles dentro del bloque regional. Aquí, lo interpretaron de una única manera: **el socio rompió las reglas de juego.** Desconoce el acuerdo que ya había firmado con la Argentina en la cumbre de **Ouro Preto**, en diciembre del año pasado. Según ese pacto, había libertad para el intercambio de autos entre los dos países, con la salvedad de que debían compensarse las exportaciones con las importaciones.

El clima de frustración era grande entre los funcionarios argentinos. **"Nos pasaron por encima"**, dijo la fuente consultada. Y el ministro Cavallo, en el programa "Tiempo Nuevo", de Bernardo Neustadt, sostuvo que **si se confirman las restricciones**, se estaría ante una norma **"que viola los entendimientos de Ouro Preto"**. En verdad lo que ocurría anoche en Economía fue muy distinto de lo que el presidente **Carlos Menem** había pintado por la mañana. Dijo que el presidente **Cardoso** le había asegurado que el Mercosur quedaba afuera de las restricciones a las importaciones de autos. "Traemos tranquilidad a las fábricas de automotores. Es una buena noticia: no nos olvidemos que la caída del consumo interno se ve compensada por la exportación, que ha batido un récord, especialmente hacia Brasil, en los últimos meses".

Así, el gobierno de Cardoso cumplió con la demanda de la industria automotriz de su país y de los sectores preocupados por el déficit comercial brasilero (ver nota aparte). Pero puso en **riesgo las relaciones con sus socios del Mercosur.** El viernes pasado, el tema obligó a desplazarse a **Carlos Sánchez** y **Jorge Campbell** a en virtud de los pactos del acuerdo regional. El lunes, Campbell retornó a Brasilia junto con el secretario de Industria, Carlos Magariños. Permanecieron varias horas en el Palacio Itamaraty (Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil) y regresaron por la noche sin hacer declaraciones. Ayer, continuó el hermetismo.

Para 1995, las terminales argentinas esperan un superávit comercial con Brasil de 600 millones de dólares, contra un déficit de 1.000 millones que tuvieron en los últimos años. La posibilidad que ello se frustrara, más las pujas entre los dos mercados más grandes de Sudamérica en torno a la radicación de plantas automotrices, había generado entre los fabricantes locales un malhumor notorio estos días.

Con esa limitación, Brasil podrá importar unos 100.000 automóviles hasta fin de año, y totalizará 300.000 en todo 1995.

Eleonora Gosman

14

14

9508163

FUERTE DEFICIT COMERCIAL

Adónde va el Plan Real

La decisión del Brasil sobre importación de autos, conocida anoche, es la **punta del iceberg** en cuya base el gobierno de **Fernando H. Cardoso** está dando un **debate crucial** sobre la salud del **Plan Real** y estas variables: **tipo de cambio, inflación, comercio exterior** y **nivel de reservas**.

Los rumores de **devaluación** no son pocos. La paridad real/dólar se mueve entre **bandas** que demandan al Banco Central comprar **los dólares** suficientes para mantener el piso y vender lo que haga falta para no quebrar el techo.

La presión viene, al menos, de dos flancos: la inflación (el IPC creció **26%** desde que comenzó el plan) y **la balanza comercial**, ahora con déficit tras una prolongada tradición superavitaria. Ayer, justamente, el Banco Mundial informó que **el rojo acumulado de los últimos siete meses fue de casi 4.200 millones de dólares**.

El Brasil tiene, además, **30.000 millones de dólares de reservas**. Pero, a la vez, **hay radicados entre 15 y 17.000 millones de dólares de corto plazo** (inversiones de cartera, sumamente volátiles), y una corrida como la de México a fines de 1994 requeriría **la sangría de la mitad de esas reservas**.

Este es, por cierto, un **escenario pesimista**, pero si nadie se lo planteara no existiría este debate en Brasilia, donde hay pujas por una mayor o menor apertura e, inclusive, **intentos de revisión del Mercosur**, como el que le valió el cargo al titular de la Cámara de Comercio Exterior brasileña, **José Tavares de Araújo**, hace unos días.

Sucede que, a pesar del temblor que provocó México hace unos meses, **no fue afectado, al contrario, el consenso regional sugerido o forzado por los organismos internacionales de crédito a partir de la crisis de las deudas externas de la década pasada**. Los actuales gobiernos latinoamericanos, con sus singularidades, y no sin conflictos, siguen a pie juntillas la receta que pide apertura económica y otras prescripciones. El gobierno de Cardoso no va a salirse de ese camino, aun cuando deba provisoriamente aplicar algunos parches –como hizo ayer– en determinados sectores con fuerte capacidad de lobby y peso propio en la poderosa industria nacional.

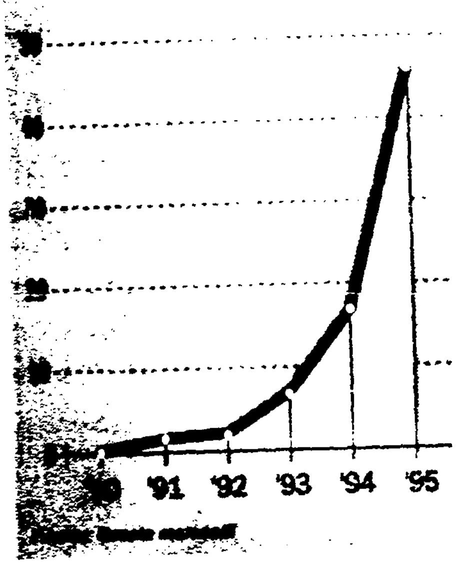
Por las dudas, ayer, en Río de Janeiro, tres economistas del Banco Mundial: **Carlos Primo Braga, Julio Nogués** y **Sarth Rajapatirana**, criticaron el proteccionismo en América latina. Dijeron que continúa amenazando el libre comercio en la región, **"pese a que ya no son un peligro de gran consideración"**.

Néstor Restivo

15

Importación brasileña de autos

Media mensual, en miles de unidades



Menem se reúne con Cardoso en San Pablo

El presidente Carlos **Menem** viajará este fin de semana a **San Pablo**, junto a una comitiva de empresarios, para asistir a la **Cumbre Económica Mercosur**, organizada por el Foro Económico Mundial (WEF, según sus siglas en inglés).

La reunión se realizará en un momento especial para las **relaciones comerciales entre la Argentina y Brasil, por los cupos a la importación de autos decidido unilateralmente por los brasileños**. Menem aprovechará para reunirse con **Fernando Cardoso**.

A Menem lo acompañará una delegación de empresarios locales, entre ellos dirigentes de la UIA y ejecutivos de **Shell, Citibank, Bridas, Loma Negra, Acindar, YPF, Sevel, ASTRA, y los bancos Río y Roberts**, entre otros.

El WEF, una entidad con sede en Suiza, organizará esta cumbre el 18 y 20, a la cual también asistirán los presidentes de países del Mercosur y **Chile**. En la delegación argentina estará **Domingo Cavallo**.

Como invitados extrazona asistirán el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, **Enrique Iglesias**, y funcionarios de Estados Unidos.

NEGOCIARAN UN REGIMEN COMUN

Argentina y Brasil discuten el intercambio de autos

La pelea entre la Argentina y el Brasil por el comercio de autos entre ambos países, ayer bajó de tono. Dos llamados, uno de Menem a Cardoso y otro de Cavallo a Malan revirtieron el plan brasileño de frenar las importaciones de autos argentinos. Ambos socios se sentarán a negociar mecanismos de intercambio y un régimen sectorial común.

Los llamados telefónicos de Carlos Menem a su colega brasileño Fernando Henrique Cardoso y de Domingo Cavallo a su par Pedro Malan lograron diluir la incipiente disputa por causa de la industria automotriz. Según admitió un funcionario de Buenos Aires, que el jueves había viajado a Brasilia a discutir el tema con el socio, "esas comunicaciones evitaron una medida unilateral para frenar el ingreso de autos argentinos a ese país".

El subsecretario de Industria, **Antonio Assefh**, dijo: "Si bien no se cerró ninguna negociación, porque ese no era el objetivo que buscábamos, quedó claro, y ellos lo admitieron, que **no pueden establecerse restricciones al comercio bilateral, más allá de las que existen hoy**". Pero admitió, también, que hubo coincidencia en respetar los acuerdos de Ouro Preto, en el marco del Mercosur, en materia automotriz, y que el objetivo "**es acordar antes de 1997 un régimen automotor conjunto; si es antes, mejor**".

Otro de los negociadores, el secretario de Relaciones Económicas Internacionales, **Jorge Campbell**, el mismo jueves por la noche le había adelantado a **Clarín** que el "**Brasil prometió que no habrá cupos para las importaciones de autos argentinos**". También comentó la decisión de formar una comisión técnica que seguirá el tema. El diplomático viajó a Brasilia junto con el viceministro de Economía, Carlos Sánchez.

Los negociadores brasileños, encabezados por el diplomático José Botafogo, negaron que en la carpeta del presidente Fernando Henrique Cardoso figure un decreto que frenaría la entrada al Brasil de autos argentinos. Sí, en cambio, "**reconocieron que están estudiando medidas para eliminar el déficit de la balanza comercial brasileña, pero también que no es la Argentina el principal responsable de esa situación**", indicó Assefh.

Assefh dijo que el Brasil teme que este año las importaciones de automóviles hagan aumentar el desequilibrio comercial. "Este año estiman que importarán 200.000 unidades. De ellas, 125.000 son Fiat Tipo traídos de Italia. De la Argentina ingresarían unos 30.000." Los argentinos replicaron que "**los cálculos del equilibrio comercial en materia automotriz no pueden iniciarse hoy, ya que la Argentina desde 1991 absorbió 1.000 millones de déficit y recién este año comenzó a tener superávit**". Sugirió que "mientras no se toquen las exportaciones argentinas de autos, no habría nada que objetar si el Brasil equilibra su balanza comercial actuando sobre las importaciones de extrazona".

Assefh reconoció que a las **fábricas automotrices instaladas en ambos países están conformes con las actuales reglas de juego y que, de modificarse, las principales perjudicadas serían las que solo cuentan con plantas en la Argentina**. La situación obligaría a **Peugeot**, en el futuro única socia de **Sevel**, y a **Renault**, que opera con Ciadea, a **replantear sus inversiones**, hasta ahora solo previstas en la Argentina, y algo similar podría ocurrir con Toyota y Chrysler.

Hasta hace unos meses, los fabricantes argentinos esperaban exportar al Brasil entre 80.000 y 100.000 unidades, dijeron fuentes del sector. Assefh reconoció que los brasileños admitieron que "**estudian cómo atraer inversiones automotrices, equilibrar la balanza comercial y preservar las relaciones del Mercosur**".

9508163

POLÍTICA ECONÔMICA

Dorothéa negocia na Argentina restrição à importação de carros

O Brasil precisa da aprovação do Mercosul para estabelecer cotas

ROSALVA NUNES DA ROSA
Sucursal/Brasília

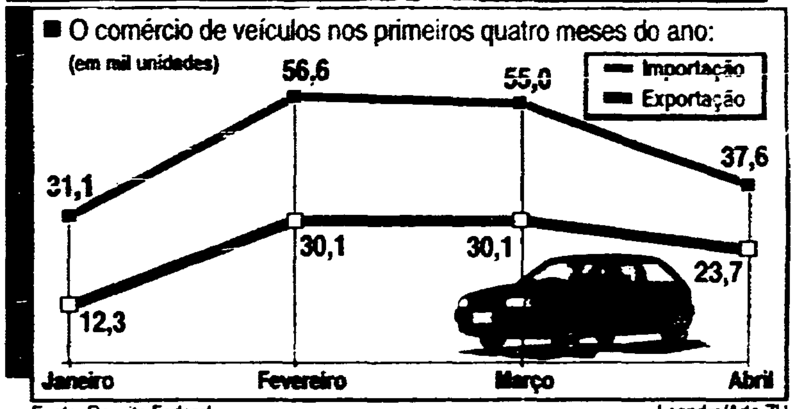
As novas medidas para conter importações de automóveis, que o governo pretende anunciar nos próximos dias, dependem de negociações que estão sendo conduzidas pela ministra da Indústria e Comércio, Dorothéa Werneck, com os países do Mercosul. Dorothéa deve voltar hoje de Buenos Aires, onde está desde o final de semana discutindo com o ministro da Economia da Argentina, Domingos Cavallo, as medidas que o governo brasileiro deverá adotar. Entre elas, estuda-se a fixação de cotas nas importações de automóveis do Mercosul e de terceiros países.

"As medidas dependem basicamente das negociações no Mercosul", disse ontem o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari. Com um resultado negativo na balança comercial (movimento das importações e exportações) que deve chegar a US$ 3,6 bilhões em maio, o governo deve editar uma medida provisória estabelecendo um "regime automotriz" para o Brasil, com a limitação das importações de veículos aos mesmos volumes das exportações, no caso das montadoras. Previsto nos acordos do Mercosul, esse "regime automotriz" seria semelhante ao que vigora na Argentina, no qual para US$ 1,00 importado em veículos do Brasil deve corresponder US$ 1,00 em veículos exportados para os países fora do mercado comum.

Para as importadoras independentes, responsáveis pelo grosso das compras de veículos do Exterior, as importações ficariam limitadas a uma cota entre 5% e 10% da produção nacional (calculada em 1,7 milhão de unidades este ano). Por este critério, as importadoras só poderiam trazer do Exterior, anualmente, entre 85 mil e 170 mil veículos. Apenas este ano, foram importados até agora 180.300 veículos, e cerca de 70 mil ainda estão nos portos.

O governo tem o respaldo do acordo de salvaguardas, assinado na Organização Mundial de Comércio (OMC), para estabelecer um regime de cotas nas importações. Pelo acordo, a cada vez que for caracterizado um surto de importações de determinado setor poderão ser adotadas salvaguardas, por meio do estabelecimento de cotas ou tarifas adicionais, para proteger os interesses comerciais do país. Na interpretação de técnicos do Ministério da Fazenda, os automóveis se enquadram nesta situação, uma vez que as importações este ano aumentaram quase 500% em relação a 1994.

AS VENDAS EM 95



Fonte: Receita Federal — Leandro/Arte ZH

17.17

9508163

Argentina y Brasil pujan por inversión

EU 30/6

Argentina y Brasil fueron los únicos países que mantuvieron contactos bilaterales con funcionarios y empresarios de Estados Unidos, durante el encuentro continental que se lleva a cabo en Denver.

Mientras los ministros de Comercio de los 34 países participantes discuten respecto a cómo concretar la proyectada zona de libre comercio hemisférica, los dos socios más grandes del Mercosur no quisieron dejar pasar la oportunidad para mostrarse como países ideales a los potenciales inversores.

El ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo, encabezó la delegación argentina y, acompañado por funcionarios y empresarios, se reunió con el ministro de Comercio estadounidense, Ronald Brown.

Cavallo aseguró a los estadounidenses que Argentina es un país "estable y confiable". También se reunió con Brown el canciller brasileño, Luiz Felipe Lampreia, en el marco de una sesión del Consejo para el Desarrollo del Comercio de Estados Unidos y Brasil.

Las delegaciones discutieron proyectos de infraestructura y las iniciativas de privatizaciones que impulsa el gobierno de Brasil. Argentina y Brasil aprovecharán además para continuar discutiendo el diferendo bilateral por el comercio en el sector automotor.

9508165

MP DOS CARRC

Brasil dará explicações à OMC segunda-feira

PARIS — "Estou me preparando para ficar rouco de tanto ouvir." A frase, dita ontem pelo chefe da missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra, embaixador Celso Lafer, revela como o País está se preparando para responder às numerosas críticas que serão feitas à decisão de impor cotas de importação de automóveis durante a reunião do Conselho de Bens da OMC, segunda-feira.

LAF... QUE I... "ROU... TANTC...

Os principais representantes do Brasil em Genebra e Bruxelas, Celso Lafer e Jório Dauster, estiveram no Brasil recebendo instruções sobre o comportamento que deverão adotar diante dos pedidos de explicação. Durante a reunião da OMC, Lafer (com base em dados do Grupo de Trabalho constituído pela Câmara do Comércio Exterior) fará a apresentação das razões econômicas que levaram o governo a adotar a medida provisória. Ontem, ele entregou ao diretor da OMC, Renato Ruggiero, o texto da MP, sem maiores explicações.

Por enquanto, a iniciativa do governo brasileiro já foi tratada pelo chamado Comitê dos 113, que poderá recomendar à Comissão Européia a obtenção de informações complementares, antes de transferir o problema para a OMC. Representantes de outros países argumentam que a decisão brasileira fere os acordos de liberalização do comércio internacional firmados na Rodada Uruguai do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Veículos e autopeças tentam alcançar consenso

MARLI OLMOS

Os fabricantes de veículos e de autopeças fizeram ontem a terceira rodada de negociações para tentar um consenso na cadeia automotiva para a regulamentação da medida provisória que estimula o comércio exterior do setor. Tanto os fabricantes de componentes como os de máquinas estão descontentes com a redução da alíquota de importação desses produtos para 2%, fixada na medida provisória.

Segundo o presidente interino da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), José Carlos Pinheiro Neto, a ministra da Indústria e Comércio, Dorothéa Werneck, pediu para que as partes envolvidas se reunissem e voltassem a se encontrar com o governo com um consenso.

Os fabricantes de veículos também estão se reunindo com o Sindicato da Indústria de Máquinas (Sindimaq), além do Sindipeças.

Pelo texto da medida provisória, a indústria automobilística está autorizada a importar máquinas e componentes com alíquota de 2% desde que exporte. A tendência é a regulamentação da relação de um dólar importado para cada um exportado.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC levou à ministra Dorothéa documento que pede que a regra de comércio exterior das montadoras seja alterada para dois por um (dois dólares exportados para cada dólar importado) e que o setor seja obrigado a investir um porcentual mínimo na compra de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil.

9508165

01/01

BID pode dar US$ 6 bilhões ao Brasil até o final de 1998

Novos financiamentos darão prioridade às áreas social e de infra-estrutura, diz o ministro José Serra

ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA — O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está diposto a conceder US$ 6 bilhões em financiamentos ao Brasil até o final de 1998. O anúncio foi feito ontem pelo ministro do Planejamento, José Serra, depois de ter se reunido com o presidente do BID, Enrique Iglesias. Serra disse que o acerto abre uma nova etapa de relacionamento do governo com a instituição. Nos últimos anos, o Brasil mais pagou do que recebeu do BID. Entre 1987 e 1994, o saldo negativo atingiu US$ 1,6 bilhão.

Os novos financiamentos do BID serão prioritariamente para áreas sociais e de infra-estrutura, setor no qual poderão ser beneficados projetos tocados pela iniciativa privada, dentro das regras da Lei de Concessões de Serviços Públicos. O BID vai abrir, ainda, linha de crédito de US$ 200 milhões a US$ 250 milhões ao BNDES para financiamento de pequenas e médias empresas. Os empréstimos terão correção cambial.

DE 87 A 94, PAÍS PAGOU MAIS DO QUE RECEBEU

O BID ainda não definiu o valor dos financiamentos para as obras de infra-estrutura da iniciativa privada. Segundo Iglesias, os técnicos estão examinando cinco projetos nas áreas de energia elétrica, estradas, água e esgoto, mas setores como o de telecomunicações poderão ser incluídos. Nesses casos, o BID financia no máximo 25% do valor dos projetos, que não têm garantia do governo.

Os créditos do BID deverão chegar a US$ 1,7 bilhão no ano fiscal 1995/96. A previsão de desembolsos é de US$ 4,2 bilhões até 1998.

CONGRESSO

Câmara aprova regras para o Orçamento

A LDO de 1996, que teve como relator o gaúcho José Fogaça, será votada na próxima segunda-feira pelo Senado

Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em menos de dez minutos de sessão e sem emendas, o substitutivo ao senador José Fogaça (PMDB-RS) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1996. No Senado, houve pedido de verificação de quórum, e, como só havia 14 senadores presentes, o assunto não foi votado. A estratégia foi articulada pelos líderes governistas para transferir a votação da LDO no Senado para segunda-feira e garantir a apreciação, no mesmo dia, da emenda das telecomunicações. O recesso do Congresso só pode ocorrer depois da votação da LDO.

O acordo de líderes, que garantiu a aprovação do texto de Fogaça na Câmara sem modificações, foi fechado terça-feira na reunião da Comissão Mista de Orçamento. O PT conseguiu suprimir o artigo que determinava o uso de recursos obtidos com a privatização das estatais exclusivamente no pagamento das amortizações da dívida pública. Na reunião, o PT fez essa única exigência para não tornar inviável, com a verificação de presenças, a votação do texto. Para Fogaça, esta alteração não feriu o espírito da LDO, de eliminação do déficit público.

O ponto mais polêmico da lei foi a mudança de percentual da contrapartida de Estados e municípios nos empréstimos e financiamentos de obras públicas que têm o governo como parceiro. A LDO do ano passado estipulava a contrapartida entre zero a 20% nos Estados mais ricos. O governo fixou como contrapartida mínima 20% para os Estados mais pobres e 40% para os mais ricos.

Fogaça propôs uma saída intermediária: nos Estados e municípios da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste terão que arcar com 10% a 20% dos recursos de obras feitas em conjunto com o governo federal. Para os Estados e municípios do Sul e Sudeste, este percentual varia de 20 a 40%. Para os municípios com menos de 25 mil habitantes da Sudam, Sudene e Centro-Oeste, a taxa varia de 5 a 10%. Os municípios dos bolsões de pobreza, segundo avaliação do programa Comunidade Solidária, estão isentos da contrapartida.

AGRICULTURA

Produção ajuda a sustentar o Plano Real

O presidente da Sociedade Rural afirma que o achatamento de preços para produtores auxiliou no controle da inflação

JÚLIO CORDEIRO/ZH

A base fundamental do Plano Real é a agricultura, único setor que não aumentou seus preços ao longo do primeiro ano de instalação da nova moeda nacional, período em que elevou sua produção de grãos mas perdeu renda. A opinião foi manifestada ontem, em Porto Alegre, pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), o agrônomo Roberto Rodrigues. A tese é a mesma defendida pelo deputado federal Delfim Netto (PPR/SP), para quem os preços dos produtos da cesta básica em nível de consumidor registraram achatamento tendo por base de sustentação os valores recebidos pelos agricultores, que ficaram abaixo da inflação do período, de 35,3% de acordo com o IPC-r. "Se esta âncora não for contida, se transformará em uma bomba-relógio que pode nocautear o Plano Real", advertiu o agrônomo.

O dirigente da SRB falou durante reunião-almoço na Federação das Associações Comerciais do Estado (Federasul), com a participação de produtores, técnicos, representantes de cooperativas e empresários da área comercial e industrial. Dados revelados pelo dirigente apontam que mesmo com a produção da safra de verão 94/95, de 81 milhões de toneladas, ter sido 7,5% maior que à anterior, neste ano o valor da produção, que deverá chegar a R$ 13 bilhões, ficará 26% inferior ao de 1994, de R$ 18 bilhões. "Este quadro sinaliza a perda da renda da agricultura diante da redução dos preços dos produtos da atividade", resumiu Roberto Rodrigues.

A esta queda de renda soma-se, ainda, a elevação do custo de financiamento para o plantio da safra (Taxa Referencial mais juros), de 50%, que se verificou mesmo com a estabilidade na economia. Este mecanismo, na opinião do dirigente, cria uma situação extremamente delicada porque, para manter sua dignidade, o agricultor está colocando à venda o que classifica de "Brasil rural" — banca o Plano Real às custas de desfazer-se de ativos, como terras e máquinas agrícolas, e fica sem condições de autofinanciar as próximas safras.

Para piorar, a dívida dos agricultores em todo o país oscila entre R$ 5 bilhões e R$ 6 bilhões, conforme números revelados à Sociedade Rural Brasileira pelo Ministério da Agricultura. Para Roberto Rodrigues, o montante é pequeno se comparado ao Produto Interno Bruto (PIB) da agricultura, entre R$ 60/70 bilhões.

A curto prazo, porém, Roberto Rodrigues não vê perspectiva de o agricultor começar a recuperar a renda que perdeu. Mas confia que a partir de 1997 ou 1998, a agricultura terá um horizonte "espetacular". Para atingir este estágio, defendeu recentemente junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso a necessidade de haver um acordo entre os governos federal e estadual no sentido de os governadores zerarem por um período de quatro meses as alíquotas de tributação fiscal.

A curto prazo, não há possibilidade de o agricultor começar a recuperar a perda de renda, diz Rodrigues

A idéia é reduzir o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos agrícolas de exportação e que integram a cesta básica. Se os governos estaduais concordassem com a diminuição da alíquota, permitiriam a circulação de mais R$ 2 bilhões entre os agricultores — ou 5% da dívida dos Estados com a União, que é de R$ 40 bilhões. O volume seria suficiente para permitir aos produtores a recuperação das perdas que estão amargando ao longo dos últimos 12 meses.

Por enquanto, o agrônomo preferiu acentuar que ainda é muito prematuro fazer projeções sobre uma possível redução de área de plantio na safra de verão 95/96. Apesar de admitir que existe risco concreto de comprometimento da próxima safra, Roberto Rodrigues acredita que os produtores vão usar menos tecnologia e insumos nas lavouras, o que aponta uma conseqüente diminuição na produtividade. Mas limitou-se a informar sobre as estimativas da Associação das Indústrias de Adubos, Fertilizantes e Corretivos de São Paulo, para quem haverá uma produção de 13 milhões de toneladas a menos que a da safra 94/95.

01/01

01.01

PREÇOS

Inflação de junho recua e fica em 1,82%

Os reajustes das tarifas de ônibus urbanos e de táxi pressionaram o IPC-r, que será extinto no final deste mês

Rio

O índice de Preços ao Consumidor da Série R (IPC-r), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu para 1,82% em junho, depois de ter registrado 2,57% em maio. A coleta de preços foi realizada de 16 de maio a 14 de junho. O índice é relativo à cesta de consumo das famílias com renda mensal entre um e oito salários mínimos. O IPC-r é o índice oficial do governo para reajustes salariais, mas a partir da desindexação dos salários, anunciada pelo governo, não será mais calculado.

O resíduo do índice do IPC-r para as categorias com data-base em julho é de 35,29%. Esse percentual corresponde à variação acumulada do IPC-r entre julho de 1994 e junho de 1995. Mas as categorias com data-base em julho só terão direito ao reajuste mínimo do seus salários em 35,29%, como determina a política atual, se a medida provisória sobre a desindexação, a ser editada pelo governo até o dia 28, garantir o repasse do resíduo do IPC-r para os assalariados. O governo, no entanto, pretende extinguir o índice e negociar o repasse do resíduo com o Congresso.

Em junho, o índice foi pressionado pelo grupo transporte e comunicação, que aumentou 3,78 pontos percentuais de um mês para o outro, por causa dos reajustes aplicados nas tarifas dos ônibus urbanos. O outro destaque no grupo foi o aumento nas tarifas de táxi. Segundo o IBGE, no IPC-r de junho o maior índice regional foi registrado em Fortaleza (2,85%) por conta das tarifas de ônibus urbanos, que subiram 22,73%, e dos táxis, com alta de 30,65%. O menor ficou com Belém (0,88%), onde os preços dos alimentos caíram 1,98%. Em Porto Alegre, a taxa foi de 2,24%.

Os sindicatos filiados à Força Sindical avisaram ontem que, a exemplo da a Central Única dos Trabalhadores (CUT), também vão reagir à medida provisória da desindexação da economia, se o governo proibir a correção dos salários pelo índice da inflação. Os representantes dos sindicatos exigem ainda a adoção de critérios capazes de proteger o salário mínimo e os rendimentos dos aposentados. "Somos, por princípio, defensores do sistema de livre negociação, mas achamos que não pode haver acordos entre patrões e empregados se for proibida a recuperação das perdas", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

O RESÍDUO

Confira o resíduo do IPC-r para cada categoria nas respectivas datas-base, medido entre o último dissídio e junho de 1995:

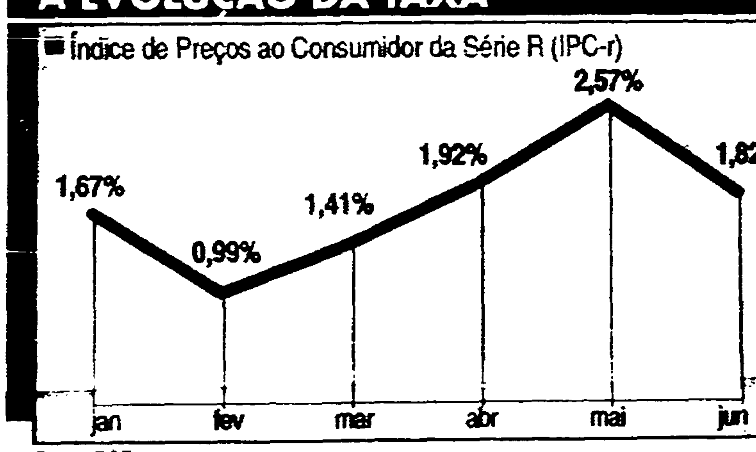
Mês	Resíduo
Julho	35,29%
Agosto	27,54%
Setembro	20,43%
Outubro	19,13%
Novembro	16,96%
Dezembro	13,29%
Janeiro	10,83%
Fevereiro	9,01%
Março	7,94%
Abril	6,44%
Maio	4,43%
Junho	1,82%

GENARO JONER, BANCO DE DADOS/ZH — 23/5/95



Reajustes: o inflação de junho medida pelo IPC-r só não foi menor por causa das tarifas dos ônibus urbanos

A EVOLUÇÃO DA TAXA



Fonte: IBGE



Avaliação: Fernando Henrique faz balanço positivo de seu governo

POLÍTICA ECONÔMICA

FH avalia Plano Real e destaca queda de preços

Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou a visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), ontem, para fazer um balanço positivo dos seis meses de governo. Elogiou o Congresso e o Programa Comunidade Solidária, defendeu a renegociação da dívida dos ruralistas e destacou o aumento do consumo e a queda nos preços. Em defesa do Plano Real, disse que no primeiro semestre a inflação não ultrapassou 10%, enquanto em junho de 1994 a inflação chegou a 10% em 10 dias. Segundo o presidente, a estabilização da economia permitiu que os R$ 15 bilhões perdidos com o imposto inflacionário fossem transferidos ao povo.

Fernando Henrique elogiou a atuação do Congresso na condução das reformas. Defendeu o apoio ao setor agrícola e a renegociação da dívida dos ruralistas, ainda que possignificar um "peso para o Tesouro Nacional". Em sua avaliação, o acordo favorece os pequenos produtores. O presidente elogiou o programa Comunidade Solidária e rebateu as críticas ao projeto, presidido por sua mulher, Ruth Cardoso.

"Comunidade solidária não é um projeto isolado do governo", avisou. Previu que os resultados desse programa só surgirão num período de quatro a seis anos. Na avaliação de Fernando Henrique, o governo não tem se limitado a medidas preparatórias para uma mudança, mas executado ações imediatas "de resposta às conseqüências sociais [illegible]".

Inflação acumulada do real chega a 35,29%

Número é base para o processo de desindexação da economia e livre negociação salarial

A inflação oficial do real é de 35,29%. Ontem o IBGE divulgou o IPC-r de junho, que foi de 1,82%, taxa, 0,75 ponto porcentual menor que a do mês passado. É a partir da inflação acumulada desde julho passado que se inicia o processo de desindexação da economia e livre negociação salarial. A medida provisória da desindexação, que deve ser divulgada até amanhã, vai extingüir o IPC-r e definir que os salários passam a ser livremente negociados entre trabalhadores e empresas. Mas o governo pretende negociar o repasse do resíduo da inflação com o Congresso, como moeda de troca para a aprovação da medida.

As categorias com data-base em julho, por exemplo, entram no segundo ano do real com o resíduo de 35,29% da inflação passada a negociar nos acordos salariais. Elas só terão direito a este reajuste de 35,29%, como determina a política atual, se a medida provisória sobre a desindexação salarial, garantir o repasse do resíduo do IPC-r para os assalariados. Todos os trabalhadores terão maior ou menor resíduo a tentar repor em seus salários (*confira quadro*).



ÍNDICE VALE PARA SALÁRIOS COM DATA-BASE EM JULHO

No IPC-r de junho, as maiores variações ocorreram com serviços pessoais (8,83%), transportes públicos (6,90%), serviços médicos (6,65%), educação (5,79%) e atndimento médico (5,22%). Mas no grupo alimentação houve quedas importantes, provocando uma deflação (queda de preços) de 0,47%. Já o aumento dos transportes coletivos no Rio de Janeiro e em algumas outras capitais causou uma alta de 4,49% no grupo transportes e comunicações.

O IPC-r é um índice criado pela medida provisória que introduziu o Plano Real como o índice para correção dos salários. Segundo o governo, deixa de ser calculado a partir do próximo mês. Mas a chefe do Departamento de Índices de Preços do IBGE, Marcia Quinstslr, disse que o IBGE continuará seu trabalho de calcular esse indicador enquanto não for divulgada a MP de desindexação da economia. "Tudo depende do que vier na letra da lei", diz ela.

O IPC—r, na verdade, não foi criado pelo governo por livre e espontânea vontade. A intenção da equipe econômica era a de promover, já na entrada do real, a desindexaçao total da economia. Teve, porém, de providenciar esse índice, a partir de uma negociação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Edmar Bacha, com o Congresso, em troca da aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), considerado vital para o governo [illegible]har suas contas. A questão da desindexação foi adiada [illegible]a agora.

Ufir — O IBGE também divulgou ontem o IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), que corrige a Ufir, o indexador de impostos. Com a opção do governo pela indexação gradual, a Ufir — que estava congelada desde abril — deve ter a partir de julho atualização semestral. Com a variação do IPCA-E, que foi de 7,13% no período de abril a junho, a Unidade Fiscal de Referência (Ufir) passa a R$ 0,7564. Com isso, muda também a tabela do Imposto de Renda em julho: os contribuintes que obtiverem receita do trabalho assalariado ou autônomo, de aluguéis, pensão alimentícia ou aposentadoria, de até R$ 756,40 estarão isentos do desconto do IR.

01.01

Mujeres negras se preparan para Pekín

En busca de un espacio de reconocimiento

Desde 1989 un grupo de mujeres negras viene trabajando de forma coordinada para investigar, estudiar y revelar la situación de la comunidad negra del país, específicamente de sus mujeres. En estos momentos están preparando un proyecto que intentan se discuta e incluya en la posición que llevará el gobierno uruguayo a la Conferencia Internacional de la Mujer que se realizará en setiembre en Pekín.

por Nuria Hernández

El Grupo de Apoyo a la Mujer Negra Uruguaya (G.A.M.A) nace en setiembre de 1989 bajo la iniciativa de mujeres negras que buscaban un espacio propio donde discutir cuál era su real participación dentro el movimiento negro uruguayo. En abril de 1993 se constituye como asociación civil autónoma, federándose a Organizaciones Mundo Afro.

"Se trata de desarrollar acciones que permitan la promoción de nuestras mujeres", señaló Beatriz Ramírez, subdirectora de Mundo Afro y coordinadora del programa G.A.M.A. Estas acciones abarcarían tanto la problemática de la condición de mujeres, como la particularísima situación de la mujer negra en el país y en América Latina.

Esta asociación civil pretende promover actividades tendientes a desarrollar socialmente a la mujer negra, reafirmando su autoestima, así como crearle espacios de capacitación. El objetivo final de la organización es lograr una real incidencia de las mujeres negras en los espacios de decisión.

UNA COMUNIDAD DIFERENTE

El programa G.A.M.A fue invitado como organización a participar en la reunión preparatoria de la cumbre de Pekín, que se llevó a cabo en setiembre de 1994 en el balneario argentino de Mar del Plata. Allí participaron en un panel de mujeres negras con otras representantes de América Latina.

A pesar de ello, las mujeres de la organización explicitaron en la oportunidad que *"la presencia étnica sigue siendo numéricamente poco significativa"*, hecho que reivindica *"que los esfuerzos deben apuntar a la búsqueda de mecanismos de comunicación e información que nos permita reforzar nuestra presencia y presentar nuestros posicionamientos"*.

Las organizaciones de mujeres negras que se dieron cita en Mar del Plata para atestiguar presencia y trabajos, lograron *"un triunfo histórico"* al incorporar al documento político que se discutirá en Pekín dos conceptualizaciones que consideran básicas: el reconocimiento de la discriminación de base étnica como elemento causal de una caracterización social y económica diferenciada, y la reivindicación del carácter de diferentes como elemento enriquecedor de la construcción de una sociedad más plena y democrática.

Beatriz Ramírez informa que se sigue trabajando en estos temas y aspiran a poder participar en la Cuarta Conferencia Mundial de la Mujer. Como tema específico se encuentran abocadas al estudio e investigación de la situación real de la mujer negra uruguaya.

"Nuestra problemática tiene mucho que ver con el racismo existente en la sociedad -explicó- *A pesar de ser mujeres y estar expuestas también al machismo, las mujeres negras tenemos una particular inserción en la sociedad que tiene que ver con nuestra historia como raza, con la cosmovisión del mundo, de su gentes y una cultura que es diferente al resto de la sociedad"*.

CLAVES DE IDENTIDAD

La comunidad negra y dentro de ella, las mujeres, han tenido un desenvolvimiento histórico y cultural en el país que es bien específico y sobre el cual no existen profundas investigaciones.

Beatriz Ramírez considera que la identidad negra dentro del Uruguay *"está un poco mutilada"*. Aún así persisten diferencias claves *"que tienen que ver con nuestra estima, con nuestra salud, con la posibilidad de estudiar, de conseguir cualquier tipo de empleos y no ya los preestablecidos o tradicionales"*.



Beatriz Ramírez, subdirectora de Mundo Afro, coordina el Grupo de Apoyo a la Mujer Negra Uruguaya.

El tema de la esclavitud formó a criterio de la coordinadora del programa G.A.M.A., una mentalidad racista que fomenta la violencia y una concepción de las mujeres negras que se aleja en mucho de cómo se ha pensado tradicionalmente a la mujer.

"El tema de la fragilidad de la mujer -ejemplifica- *que ha sido puntual en las luchas de las feministas en nuestro caso desaparece. La mujer negra siempre se ha visto como mujer fuerte, para trabajos rudos y de fuerza"*.

La mujer negra no se insertó en el mercado laboral en los sesenta , ya que desde siempre, desde niñas trabajaron. *"Eso no se contrapone al hecho del machismo* -comentó Beatriz- *"ya que de cualquier manera nuestro sector plantea una contradicción interna dentro de los marcos de la familia: por un lado la mujer es el eje familiar (ya que son fundamentalmente matriarcales) y por otro, el negro como minoría discriminada introyecta normas sociales machistas"*.

Estas diferencias (entre otras) decidieron a las mujeres negras de Latinoamérica a reunirse y demandar un espacio propio donde su peculiar realidad se discuta en la Conferencia de Pekín. *"Una de nuestras grandes reivindicaciones ha sido que no seamos más un anexo dentro de una discusión, sino que el tema es un eje político más dentro de la problemática general"*, afirmó.

ESFUERZOS DE INSERCION

El Grupo G.A.M.A., una vez que se logró la inclusión de los temas de etnias en el documento que irá a Pekín, ha aumentado sus trabajos con vistas a aportar elementos y conformar un proyecto de discusión para la Conferencia.

"Tenemos pensado abordar nuestra situación desde todos los aspectos posibles -confirmó Beatriz- *analizando desde los fenómenos de violencia hasta las políticas neoliberales y su impacto en la comunidad"*.

Para lograr insertar el proyecto dentro de los trabajos que viene realizando la Comisión gubernamental que perfila la posición oficial uruguaya, se entrevistaron con la Dra. Alba Osores de Lanza.

En esa reunión la presidenta del Instituto Nacional de la Familia y la Mujer manifestó, según palabras de Ramírez *"tener un gran interés en unir al documento oficial las cuestiones específicas en las que trabajamos y que nos contemplan"*.

Todavía no se conoce cuál va a ser la forma en que se producirá el análisis del tema mujer negra dentro de la Comisión. Por lo pronto, G.A.M.A. ha entregado la documentación sobre la que han estado trabajando, que contiene además investigaciones realizadas sobre las mujeres negras.

Refiere la coordinadora del grupo que ya se habían dado acercamientos con organizaciones de mujeres para lograr que se tratara el tema particular de las mujeres negras.

"Anteriormente ya nos habíamos entrevistado con la ex presidenta del Instituto Nacional de la Familia y la Mujer. Hicimos un planteo que nos fue negado porque se consideró que no existían indicadores cualitativos que diferenciaran a las mujeres negras de la situación de las demás".

A criterio de Beatriz Ramírez las investigaciones y análisis estadísticos que se hacen en el país no contemplan el ítem etnia. Esto produce la impresión que no hay indicadores que diferencien a las mujeres negras dentro de toda la sociedad. *"Y es que hasta existen enfermedades que sólo atacan a la raza negra y si eso no se conoce se producen esos desentendimientos"*, comentó.

Plantea además que *"les hubiera gustado formar parte del Grupo Iniciativa Pekín como integrantes y no sólo como participantes en las instancias donde se discutió el tema mujer negra. Hubo una serie de problemas formales cuando se conformó el grupo y nosotras no estuvimos incluidas en una convocatoria chica por demás"*.

Brasil y Costa Rica, según cuenta Ramírez , son los únicos países que no han excluido a grupos de mujeres negras dentro de las organizaciones que participaran en Pekín. Están a la espera ahora de la respuesta de la Comisión Gubernamental acerca de sus propuestas. Mientras tanto, se mantienen investigando y trabajando.

De la propuesta de Mar del Plata

Las reivindicaciones propias

- "Exigimos que se incorpore el ítem etnia y género en los censos gubernamentales de nuestros países como una forma de obtener un conocimiento real del número y situación socioeconómica de la población negra.
- "Exigimos a nuestros gobiernos que se implementen políticas de desarrollo para saldar la deuda histórica contraída con nuestras poblaciones y específicamente hacia las mujeres negras.
- "Exigimos que se formulen e implementen estrategias apropiadas que aseguren a las mujeres negras el derecho a tener acceso a la tierra, trabajo, salud, vivienda, educación, medio ambiente favorable e identidad diferenciada.
- "Que los Estados investiguen, sancionen y denuncien el impacto negativo en las mujeres negras del militarismo, la xenofobia, los fundamentalismos religiosos y los ajustes estructurales, especialmente en el tráfico sexual de mujeres, la prostitución forzada, la limpieza étnica, mutilación corporal, controles reproductivos, violencia sexual y migraciones forzadas.
- "Que los Estados declaren el año internacional de acción por los derechos de las mujeres negras, con miras a hacer esfuerzos concentrados para eliminar las condiciones de discriminación de que somos objeto, promover la participación política, contrarrestar la violencia, revisión de las legislaciones que implícita o sutilmente promueven la discriminación en función de la etnia y género, propiciar la vivencia plena de nuestra ciudadanía, recuperación de nuestros valores culturales y espirituales, y la adopción de medidas legislativas que favorezcan el cambio real en los status jurídico y legal de las mujeres negras.

9508172

Brasil faz pagamento ao Clube de Paris

Banco Central vê estímulo ao capital externo

Brasília

O Brasil pagará no dia 30 cerca de US$ 530 milhões de sua dívida com credores do Clube de Paris, entre eles Alemanha, França, Inglaterra e Áustria. No dia seguinte, outros US$ 100 mil serão pagos ao Japão, elevando para seis as parcelas pagas este ano no âmbito da negociação do Clube de Paris. Também em 1° de julho será quitada uma parcela da dívida, ainda não calculada, ao comitê de bancos privados credores.

Apesar do mpacto desses pagamentos nas reservas cambiais brasileiras, os técnicos do Banco Central (BC) garantem que eles estimulam o ingresso de novos recursos no país, e facilitam a absorção dos títulos brasileiros no Exterior, com destaque para o Japão, onde o Tesouro Nacional conseguiu captar quase US$ 1 bilhão em maio.

Em 15 de abril, por exemplo, o Brasil pagou uma parcela de US$ 1,43 bilhão da dívida ao comitê de bancos privados credores, dos quais US$ 1,19 bilhão relativo ao principal e US$ 237 milhões em garantias depositadas no Banco de Compensação Internacional (BIS), em títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Esta foi a segunda parcela paga desde o fechamento do acordo da dívida com estes bancos, no montante de US$ 49 bilhões, em abril de 1993. A primeira parcela, de US$ 1,272 bilhão, foi paga em outubro de 1993. A terceira será quitada em 15 de outubro. Os pagamentos são semestrais e de valor sempre superior a US$ 1 bilhão.

Também em abril, o Brasil pagou US$ 420 milhões da dívida com os governos que integram o acordo do Clube de Paris, para os quais tinha desembolsado US$ 19,3 milhões quatro dias antes, correspondentes a juros devidos a Canadá, Áustria e Inglaterra. Os pagamentos da dívida, acreditam técnicos do BC e integrantes da equipe do ministro da Fazenda, Pedro Malan, contribuem para o Brasil desvincular ainda mais sua imagem da crise mexicana, justificando o aumento do ingresso de recursos estrangeiros desde maio.

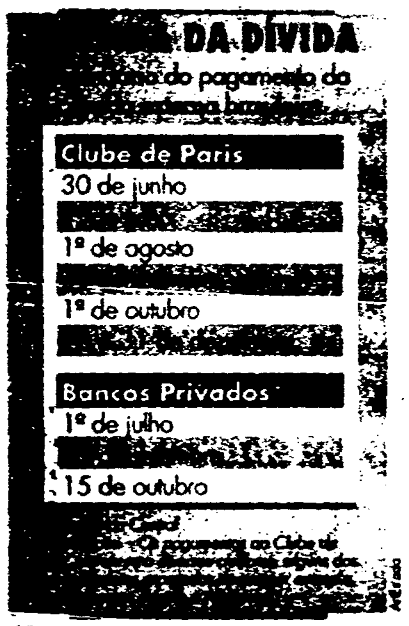
O QUE É

O Clube de Paris é um fórum que reúne os países credores para discutir a questão da dívida externa das nações não integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), formada pelos países da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá e Japão. A partir dos anos 50 teve maior atuação em razão das dificuldades de países latino-americanos em saldar seus compromissos externos.

01.02

DÍVIDA EXTERNA

País pagará parcela de US$ 530 milhões



Dinheiro vai para credores do Clube de Paris, com destaque para Alemanha, França, Inglaterra e Áustria

CARLOS FRANCO

BRASÍLIA — O Brasil pagará, no dia 30, cerca de US$ 530 milhões de sua dívida externa para credores do Clube de Paris, com destaque para Alemanha, França, Inglaterra e Áustria. No dia seguinte, outros US$ 100 mil serão pagos ao Japão, elevando para seis as parcelas pagas este ano no âmbito da negociação do Clube de Paris. Também no dia 1º de julho, o País pagará uma parcela da dívida, ainda a ser calculada, ao comitê de bancos privados credores do Brasil.

Esses pagamentos têm impacto direto nas reservas cambiais do País, mas os técnicos do Banco Central garantem que os pagamentos estimulam o ingresso de novos recursos no Brasil, além de facilitar a absorção dos papéis (títulos) brasileiros no Exterior, com destaque para o Japão, onde o Tesouro Nacional conseguiu captar quase US$ 1 bilhão no mês passado. Em abril, o Brasil pagou, no dia 15, uma parcela de US$ 1,43 bilhão da dívida ao comitê de bancos privados credores.

NO DIA 1º, BANCOS RECEBERÃO PARCELA

02.02

9508172

9508173
Principales productos protegidos por Brasil y Argentina en el Mercosul
115002
19.06.95

MERCOSUL

Argentina protege a sua produção

O país limita a importação de 227 itens, enquanto o Brasil destaca 29 apenas

A reação da Argentina à decisão brasileira de fixar cotas na importação de veículos confirma a maior disposição do país em proteger sua indústria do que a manifestada por seus parceiros no Mercado Comum do Sul (Mercosul). No acordo de Ouro Preto, o país conseguiu limitar a importação de 227 itens, por meio de cotas ou impostos de importação. A lista brasileira tem só 29 itens e corresponde a 12,77% da relação argentina, 3% da uruguaia e 7% da paraguaia.

Entre os produtos protegidos pelo Brasil estão pêssego, vinho de uva, dois tipos de tecidos, produtos de borracha, como chapas e tubos. Empresários avaliam que o governo se preocupou em proteger os setores de informática e bens de capital da concorrência de terceiros e afrouxou a guarda em relação à concorrência no Mercosul.

A Argentina impõem restrições a entrada de produtos importantes na pauta de exportação brasileira. Os calçados são taxados em 27%, o suco de laranja em 14% e o café solúvel, em 23%. E há cotas para pneus, panelas de alumínio e imóveis. Os empresários brasileiros pagam 27% ao importar um refrigerador fabricado na Argentina. A operação inversa é isenta. A compra de roupas paga 21% e a de móveis de madeira, 14%.

De 1992 a 1994, o intercâmbio comercial do Brasil com os três parceiros rendeu ao país um saldo de US$ 4,9 bilhões. A corrente de comércio (exportações mais importações), passou de US$ 3,6 bilhões em 1991 para US$ 10,8 bilhões em 1994. Mas a diferença de regras incentivou as indústrias multinacionais a se instalar do outro lado da fronteira. A Fiat anunciou no ano passado planos de construir uma nova fábrica no Brasil, mas optou por investir US$ 600 milhões em uma nova unidade argentina. E a Toyota comprou um terreno em Indaiatuba (SP), mas está negociando a construção de uma nova fábrica na Argentina.

SILVIO ÁVILA, BANCO DE DADOS ZH 8-11-88



Exceção: o pêssego brasileiro foi protegido

AS LISTAS DE EXCEÇÕES

Os principais produtos protegidos por Brasil e Argentina no Mercosul

As restrições argentinas:

Produto	Cota/ano	Alíquota de importação
Suco de laranja	-	27%
Café solúvel	-	23%
Calçados	-	27%
Pneus	4.594 toneladas	23%
Refrigeradores	67.634 unidades	27%
Freezer	23.829 unidades	27%
Móveis de madeira	1.973 toneladas	23%
Aparelhos eletrônicos	-	12% a 29%
Barras de ferro	-	18%
Panela de alumínio	95 toneladas	23%
Roupas	140 mil dúzias	27%

As restrições impostas pelo Brasil:

Produto	Alíquota de importação
Pêssego	11%
Vinho de uva	16%
Chapas, folhas, tiras, varetas e perfis de borracha	12%
Tubos de borracha	12%
Tecidos de lã cardada	14%
Tecidos de pêlos finos cardados	14%

Obs.: Nos produtos limitados por cotas, a alíquota é aplicada sobre o excedente. Os produtos sem cotas pagam impostos de importação. As alíquotas valem até o fim de 1995 e serão decrescentes até 1999.

01.01

9508173

Risco de déficit comercial ameaça o País

Meta oficial de superávit fica cada vez mais distante com a realidade das importações aceleradas

DENISE NEUMANN

O Brasil corre o risco de fechar 1995 com um bilionário déficit em sua balança comercial, fato inédito na história econômica nacional desde 1980. O País já acumula um déficit de aproximadamente US$ 3,6 bilhões nos primeiros cinco meses do ano. De janeiro a abril, as exportações cresceram 4% e as importações, 84%, em comparação com o mesmo período do ano passado. Alguns itens importantes da pauta brasileira de exportações, contudo, já apresentam queda, como aço, calçados, artigos têxteis e soja. Os empresários destes setores projetam volume inferior de vendas em 1995 sobre 94.

A ministra da Indústria e Comércio, Dorothéa Werneck, estimou, durante a semana passada, que o superávit da balança comercial pode ficar entre US$ 2 bilhões e US$ 3 bilhões. Mas, para alcançar essa meta e reverter o déficit de US$ 3,6 bilhões, seria preciso acumular, em cada um dos próximos sete meses, cerca de US$ 1 bilhão de superávit. Em junho isso já não deve ocorrer. O diretor do Departamento de Comércio Exterior (Decex) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luiz Fernando Furlan, projeta um novo déficit no sexto mês do ano. "Ainda haverá o efeito das importações extras de combustíveis e mais carros sendo desembarcados", diz Furlan.

As projeções do Departamento Econômico do Lloyds Bank também são de um novo déficit em junho, informa Odair Abate, chefe deste serviço. Antes da greve dos petroleiros se prolongar por mais de 30 dias a estimativa já era de um déficit de US$ 100 milhões e equilíbrio apenas em julho. Como as importações de derivados ainda terão impacto em junho, a chance de um déficit maior cresce, observa Abate.

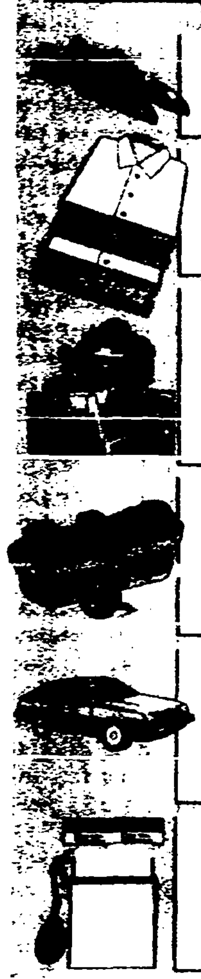
Além da explosão dos bens de consumo, com alta de 263% nas importações do primeiro quadrimestre deste ano, Abate chama a atenção para as matérias-primas: crescimento de 158% nos primeiros quatro meses de 1995 sobre o mesmo período do ano passado. Neste segmento o governo não adotou nenhuma medida para reduzir a demanda.

SALDO JÁ ACUMULA PERDAS DE US$ 3,6 BILHÕES

Recessão -- O economista do Lloyds observa que o resultado da balança comercial nos próximos meses está intimamente ligado ao comportamento da demanda. "A desaceleração da economia é extremamente importante para garantir um superávit", observa. A Argentina adotou medidas recessivas e conseguiu este efeito, lembra Abate. Em dois meses, o país vizinho transformou um déficit de US$ 500 milhões na balança comercial em um superávit de US$ 200 milhões.

O diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Simão Silber, também titular da disciplina de comércio exterior da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), não acredita mais em superávit da balança comercial em 1995. Ele diz que a alternativa de crescimento estaria nos produtos manufaturados, mas a sobrevalorização do real não estimula os empresários a vender no Exterior. A tendência, diz ele, é de queda nas importações, mas as exportações não seriam suficientes para reverter o déficit já acumulado.

O QUE ATRAPALHA O SUPERÁVIT EM 1995



Calçados
Em 93, as exportações foram de US$ 2 bilhões; em 94, US$ 1,6 bilhão e em 95, a previsão é de US$ 1,2 bilhão.

Têxtil
A balança comercial do setor sempre foi superavitária. Em 94 ocorreu o primeiro déficit, de US$ 147 milhões. Para este ano, o Sinditêxtil prevê um aumento de 7% nas exportações e uma explosão nas importações, com o déficit podendo chegar a US$ 4 bilhões.

Siderurgia
Em 94 o setor foi responsável por 11% da pauta de exportações do Brasil. No primeiro trimestre deste ano, o valor das exportações de aço caiu 24% em comparação ao mesmo período do ano passado. A previsão do setor é encerrar 95 com uma queda de 18% no volume físico de exportações. Ao mesmo tempo, a importação de produtos siderúrgicos deve crescer 12% este ano, segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

Agricultura
A estimativa da Sociedade Rural Brasileira é de um pequeno crescimento nas importações de alimentos e queda no valor das exportações, apesar do crescimento do volume físico importado. A queda no valor das exportações será puxado pela soja, cujo preço no mercado internacional está cerca de 18% inferior ao ano passado.

Automóveis
Os importadores de automóveis prevêem importar este ano 200 mil carros, apesar do aumento da alíquota. Isso ainda significa um aumento de 150% sobre o ano passado. Essa estimativa não considera as importações feitas diretamente pelas montadoras, que no ano passado importaram 111 mil carros e este ano, apenas nos primeiros quatro meses, já trouxeram 101 mil veículos.

Combustíveis
As importações extras de combustíveis pela Petrobrás devem somar, entre os meses de maio e junho, pelo menos US$ 400 milhões (segundo a empresa ela estava importando US$ 20 milhões/dia e a greve durou mais de 20 dias úteis). Esse valor é superior a um mês normal de importações de combustíveis.

9508175

Las exportaciones baten récords

Según los datos provisionales obtenidos por el Indec para el primer trimestre del año, las estimaciones de abril del mismo organismo y las cifras preliminares de mayo aportadas por la Aduana, se obtiene:

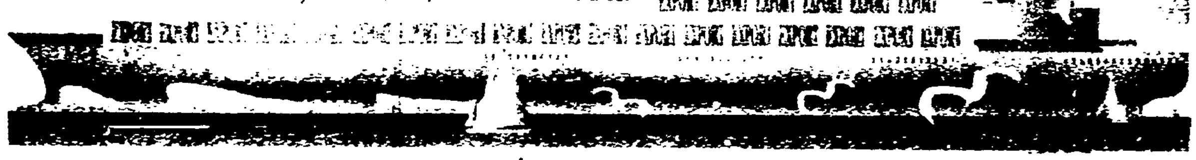
Exportaciones*	
1994	1995
5876	8635
Variación %: 47	

Importaciones	
1994	1995
8406	8250
Variación %: -1,9	

Saldo comercial	
1994	1995
-2532	385
Variación %: –	

*Enero-mayo de cada año, en millones de dólares.

- El superávit comercial de mayo sería de 617 millones de dólares, lo que constituye el mayor registro histórico de exportación mensual.
- A través del sistema María, de la Aduana, se deduce que el mes último se exportó por 2289 millones de dólares y se importó por 1672 millones.
- En abril, según el Indec, el saldo comercial resultó superavitario en 438 millones de dólares.
- Alrededor de 1400 millones de dólares fue el incremento que se registró en las exportaciones si se compara el primer trimestre de 1994 con el del año actual. De ese monto, el 50% se exportó a los países del Mercosur.



Cobran más dinamismo las ventas al exterior

Repunte: las exportaciones crecieron el 47 % en los primeros cinco meses del año, respecto de igual período de 1994; proyectan un superávit superior a los 2000 millones de dólares.

Durante los primeros cinco meses de 1995 las exportaciones crecieron un 47 por ciento si se las compara con el mismo período del año último.

Con datos provisorios del Instituto de Estadística y Censos (Indec) y estimaciones de la Aduana, de los 5876 millones de dólares exportados en los primeros cinco meses de 1994, esa cifra trepó en el año actual a U$S 8635 millones.

Si bien en Economía destacan que todavía faltan computar documentos de embarque por parte del Indec, el ministro Cavallo se contagió del fervor de los números y anunció que con esta tendencia el año cerrará con un beneficio estimado entre los 2 mil y 3 mil millones de dólares.

Con los datos aportados por el sistema María de la Administración Nacional de Aduanas, en mayo se exportaron 2289 millones de dólares y se importaron por 1672 millones. Con estos importes, en Economía estiman que el superávit de 617 millones constituirá el mayor registro histórico de exportación mensual.

Comportamientos

Si bien las importaciones estimadas para mayo demuestran una reducción del 2 %, en Economía aclaran que esa caída se refleja en los automotores y en los bienes de consumo, mientras que las importaciones de bienes intermedios y de capital se mantienen en sus niveles. "Y esto significa que el nivel de actividad y las expectativas en la economía argentina se mantienen intactas", explican desde la Secretaría de Programación Económica.

Otra de las referencias que invitan a la satisfacción dentro del área comandada por Juan Llach, es la mejora que registraron los precios relativos sin modificación del tipo de cambio nominal.

Mientras crece el Indice de Precios Mayorista (IPM), integrado por los bienes y servicios exportables, el Indice del Costo de Vida permanece en continuo descenso desde el primer trimestre del año último.

Si se confronta mayo de 1994 contra el mes último, el IPM se ubicó en 9,6, mientras que el ICV en 4,3.

Finalmente, en el Palacio de Hacienda consideran que la crisis mexicana fue una prueba de fuego para el comportamiento del comercio exterior argentino, a tal punto que si bien se esperaba un crecimiento jamás se imaginó que el mismo se manifestara tan rápidamente.

Entre los motivos de esta explosión exportadora, se destacan el aumento de la productividad, la planificación comercial y los cambios en los ciclos económicos internacionales.

José Luis Olivero

01-01

9508175

9508176

Produção cai 1,7% em abril, aponta o IBGE

Rio

As medidas anticonsumo adotadas em meados de fevereiro levaram a produção industrial de abril a cair 1.7% em relação a março, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os grandes setores, a maior retração ocorreu nos bens de capital (-5,1%). Esta foi a quarta queda consecutiva do indicador e a maior no Plano Real. Nos primeiro quadrimestre, a redução da produção industrial acumulou variação negativa de 4.4%. Na comparação do mês com com o mesmo mês do ano anterior, houve expansão de 11.9%.

No quadrimestre, em relação ao mesmo período de 1994, a elevação alcançou 14,6% e, nos últimos 12 meses, 10,7%. Os técnicos do IBGE advertem que as taxas positivas decorrem principalmente do péssimo desempenho da indústria em quase todo o primeiro semestre do ano passado, dada a expectativa em relação ao lançamento do Plano Real.

Sobre o resultado de abril, comparado com o de março, os técnicos do IBGE destacam que o resultado negativo pode ser em parte atribuido também ao fato de o mês ser curto e ter concentrado um número muito grande de feriados. Apesar das quedas consecutivas neste ano, o setor industrial continua operando em patamar elevado: a produção total superou em 8,6% a média do ano passado e em 5,3% a dos seis primeiros meses do Real, disse o IBGE.

A queda na atividade industrial no quadrimestre, em relação a dezembro, atingiu 14 dos 20 ramos pesquisados pelo IBGE. As maiores retrações ocorreram em vestuário e calçados (-15,3%), madeira (-14,5%), produtos de matérias plásticas (-13,2%) e têxteis (-12,1%). O maior crescimento ocorreu no ramo de bebidas (16,1%).

9508177

POLÍTICA ECONÔMICA

Governo muda as regras das aplicações financeiras

Rendimento será maior para investimento de longo prazo



Prazo: Malan quer rendimento integral para aplicação por no mínimo 30 dias

ROSALVA NUNES DA ROSA
Sucursal/Brasília

A mudança no cálculo da Taxa Referencial (TR) de juros, que o governo anuncia hoje com as regras de desindexação, é o primeiro passo de uma ampla reformulação das aplicações financeiras que o governo deflagrará numa segunda etapa. Está previsto o fim das aplicações de curto prazo, com rendimento diário, como o Fundão e os fundos de *commodities*.

A reformulação será gradual e vai desindexar os contratos financeiros, para estimular aplicações de longo prazo. A idéia do ministro da Fazenda, Pedro Malan, é fazer com que só aplicações por prazo mínimo de 30 dias recebam rendimentos integrais. Outra alternativa em análise é não acabar formalmente com os fundos de curto prazo, mas voltar a tributá-los com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no caso de resgates antes de determinado prazo. As mudanças vão decorrer da alteração no cálculo da TR. Hoje, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), deverá ser aprovado um voto aumentando de 1% para 1,5% o redutor aplicado sobre a TR, que uma taxa calculada pela variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) prefixados, diminuirá o rendimento da caderneta de poupança tradicional, que deverá continuar pagando a TR mais 6% ao ano e também as dívidas dos agricultores e dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

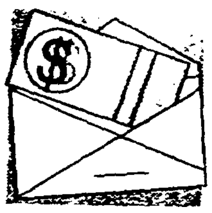
Para evitar uma fuga de recursos das cadernetas, o governo criará uma nova poupança com prazo mínimo de aplicação de 60 dias e rendimentos maiores, calculados por uma taxa de juros de longo prazo. A nova caderneta terá também uma taxa adicional oferecida pelos bancos. A nova poupança, ao contrário da tradicional, que continuará remunerada pela TR, não deverá ser garantida em caso de liquidação da instituição financeira.

01.09

9508177

AS MUDANÇAS PREVISTAS

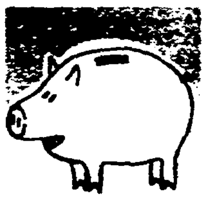
Veja o que muda com a desindexação:



☐ **Salário** — Livre negociação por índices pactuados entre trabalhadores e patrões, com intermediação do Ministério do Trabalho no caso de categorias menos organizadas. A medida provisória vai prever o pagamento do resíduo do IPC-r entre a última data-base e junho de 1995. O salário mínimo e o piso da Previdência Social serão corrigidos por índice a ser definido. O funcionalismo terá uma política à parte.

☐ **Pensões e aposentadorias** — Serão corrigidas anualmente, em maio, pelo INPC, junto com o salário mínimo.

☐ **Aluguel** — Será livremente negociado, com proibição de reajustes em prazo inferior a 12 meses. Proprietários e inquilinos podem negociar o índice aplicável.



☐ **Poupança** — O CMN deve aprovar hoje uma nova taxa para a remuneração das contas. Deve ser a Taxa Básica Financeira (TBF) que vai corrigir as poupanças tradicionais e aquelas que terão prazo de 60 dias. Além disto, haverá uma poupança vinculada à compra de imóveis, corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A remuneração das poupanças com prazo de 60 dias pagará 10% de Imposto de Renda.

☐ **Financiamentos habitacionais** — Permanece a correção pela TR, porque o mesmo indexador será mantido na poupança — de onde sai o dinheiro para os financiamentos. Há intenção de encontrar formas de reduzir esta e outras dívidas em TR. O governo ainda não sabe como corrigirá as prestações hoje vinculadas aos índices salariais.

☐ **TR** — O governo vai aumentar o redutor de 1% para 1,2% sobre a média dos juros pagos pelos CDBs, para aliviar as dívidas indexadas à TR, mas manter atraentes os depósitos em poupança.

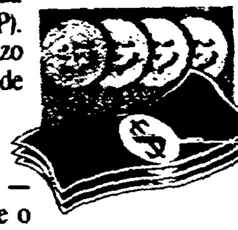
☐ **Planos de saúde** — A idéia é deixá-los livres de regras. Se houver aumentos de preços expressivos, há a possibilidade de abrir o mercado para empresas do Exterior.

☐ **Mensalidades escolares** — Ficam fora da medida provisória da desindexação. Vão continuar livres até que a Justiça decida a questão. Depois dessa decisão, o governo pretende encaminhar ao Congresso um projeto de lei com novas regras para a correção dos valores previstos nos contratos.

☐ **Seguros e previdência privada** — O governo deve proibir a correção pela TR e fixar prazo mínimo de 12 meses entre as repactuações de contratos. No futuro, devem ser criadas taxas específicas para contratos de médio e longo prazo.

☐ **Outros contratos** — A periodicidade anual será mantida, mas o governo quer proibir a indexação à TR e a qualquer índice que meça a inflação passada, ao câmbio e ao salário mínimo.

☐ **Impostos** — A Ufir continua sendo corrigida trimestralmente até o fim do ano. A partir de 1996, passará a ser semestral. A partir de 1997, sua correção passaria a ser anual.



☐ **Fundos de investimento** — O mais provável é que nada mude num primeiro momento porque o governo não quer que os aplicadores retirem o dinheiro das aplicações e corram para o consumo. A idéia é mudar futuramente a estrutura de fundos, de forma a incentivar as aplicações por prazos mais longos.

☐ **FGTS** — Técnicos do governo pretendem que o fundo passe a ser corrigido pela TJLP, mas a decisão é considerada difícil porque baixaria a remuneração desse capital do trabalhador. O assunto não é considerado prioridade.

02

9508177

TR terá redutor e Ufir passa a semestral

O único indexador oficial que deixará de existir a partir do dia 1º de julho é IPC-r

CARLOS FRANCO e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — O projeto de desindexação da economia que o governo divulga esta semana prevê um redutor para a Taxa de Referência (TR), o alongamento da Unidade Fiscal de Referência (Ufir) de três para seis meses, a livre negociação de salário e a manutenção do prazo mínimo de um ano para revisão de todos os contratos, como os aluguéis. O que significa que o único indexador oficial que deixará de existir a partir do dia 1º de julho é o Índice de Preços ao Consumidor-Real (IPC-r), que era usado para a correção dos salários na data-base. Os demais vão desaparecer gradualmente.

Esses foram os principais pontos acertados na reunião realizada na noite de sexta-feira, no Palácio da Alvorada, entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica, e apresentados neste sábado ao Ministério em reunião na Granja do Torto, segundo relato do porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral. Ele disse que o presidente se mostrou preocupado, na reunião, com as elevadas taxas de juros, "principalmente depois das negociações de crédito rural, que o alertaram para o peso da TR".

Por isso, enfatizou, Fernando Henrique "pediu à equipe econômica que examine, com as medidas relativas à desindexação, alguma alternativa, sobretudo para aliviar o custo dos que estão endividados em TR e assegurar novas formas de poupança". Ou seja, uma redução da TR que não desestimule as cadernetas de poupança.

Quanto à Ufir, Amaral disse que o índice passou de correção diária para mensal e depois trimestral. "A idéia é dar prosseguimento a esse alongamento." Se prevalecer a sistemática desse processo, a tendência é que a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), indexador desenhado para alongar a correção de contratos, hoje trimestral, como a Ufir, também passe para semestral. A tendência é a de que indicadores, como a TR, possam se encontrar com a TJLP no futuro.

Amaral garantiu que as medidas de desindexação serão anunciadas "sem surpresas, sem medidas abruptas e espetaculares, mas dentro do processo de continuidade do Real". Ele confirmou que para os salários prevalecerá a livre negociações, mas evitou responder sobre estudos que protegeriam apenas o salário mínimo. O salário mínimo é previsto em lei que garante reajuste anual em maio e essa lei não será alterada. O compromisso do governo é manter inalterado — e até valorizá-lo — o poder de compra do mínimo. Quanto às aposentadorias, o piso continuarátendo tendo como referência o salário mínimo e estuda-se uma política para as demais faixas.



REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS SERÁ ANUAL

Amaral também assegurou que os contratos só poderão ser revistos em prazo de um ano, e justificou o fato de a Ufir ser semestral, afirmando que "se trata de uma proteção ao contribuinte", sem admitir que a medida protege principalmente o governo quanto à correção da arrecadação.

Amaral disse ainda que o presidente Fernando Henrique reconheceu que muitos setores da economia sofrem as conseqüências do aperto de liquidez (dinheiro em circulação), mas informou que a situação hoje está melhor, com a taxa de juros básica caindo de 4,25% para 4,04%. Disse que "o compulsório está sendo reduzido e há mais recursos no mercado".

9508177

03

PRÓXIMOS PASSOS I

)O REAL

FH reúne ministros para definir desindexação

Presidente vai pedir aos ministros que façam trabalho de esclarecimento das medidas que virão

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso vai expor hoje, na quarta reunião ministerial, a ser realizada a partir das 8h30 na Granja do Torto, as diretrizes do governo para a desindexação da economia, que começa a partir do primeiro aniversário do Plano Real, em 1º de julho.

O presidente quer que seus ministros da área econômica encampem no Congresso um trabalho de esclarecimento das novas medidas. Fernando Henrique fará um pronunciamento em cadeia de rádio de televisão, na próxima semana, para apresentar um balanço do primeiro ano do Real e esclarecer à população a próxima etapa do plano.

No final da tarde de ontem, o presidente reuniu-se com a equipe econômica para tratar da medida provisória da desindexação, que deverá chegar ao Congresso na quarta-feira. Em seguida, falaram os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra.



BAl

DO RE

FEIT

CADEI

Com os líderes do governo no Legislativo, que também participam da reunião de hoje, o presidente discute a forma como o governo vai enfrentar questões polêmicas que entram na pauta do Congresso da próxima semana, como o projeto de lei que limita os juros em 12%. Segundo o líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), o presidente deve esclarecer ao máximo os riscos da aprovação do projeto. O governo define até o início da semana se tenta derrubar o requerimento de urgência de votação do projeto ou garantir seu adiamento por cinco sessões.

A pauta oficial da reunião é a continuidade da discussão de temas sociais, com destaque para a reforma agrária. Preocupado com as críticas que o Ministério da Agricultura vem recebendo, o governo quer acelerar a desapropriação de terras, iniciada no mês de fevereiro. Segundo o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, Fernando Henrique retoma hoje a discussão sobre o andamento dos projetos selecionados do programa Comunidade Solidária, destinados à população carente.

Aniversário — O presidente Fernando Henrique Cardoso quer que o ato público comemorativo de um ano do Real seja em São Paulo, mas alguns de seus assessores, que preparavam a comemoração em segredo — cujos preparativos foram revelados pelo **Estado** — têm dúvida quanto aos gastos com o evento e, principalmente, com a segurança. Por isso, alguns assessores defendem a transferência do ato público para Brasília.

Ontem, o embaixador Sérgio Amaral se viu obrigado a admitir que o Planalto prepara um ato público e a TVE um documentário dirigido por Walter Avancini, além de filmes comemorativos do Real.

04 9508177

Malan ressalta crescimento econômico

Ministro cita Imec/Fipe-Estadão para negar que atividade industrial esteja em queda

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que a economia brasileira ainda está crescendo e afirmou que um é um erro falar "em queda de 30% no nível de atividade industrial". Para confirmar sua avaliação, Malan informou que o Indicador de Movimentação Econômica (Imec/Fipe-Estadão), publicado ontem, indicou crescimento de 1,8% no nível de atividade no período relativo à segunda semana de junho.

Ontem, em São Paulo, o ministro disse que o governo vai enviar, em breve, o projeto de reforma tributária ao Congresso. Ele defendeu uma "legislação mais nacional e federalizada do ICMS". Outra intenção do governo com a medida é reduzir a excessiva vinculação de receitas que hoje amarra a execução do Orçamento.

No discurso que fez aos empresários durante o almoço da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores, Malan voltou a falar do custo Brasil e demonstrou que esta é uma das principais preocupações do governo para o segundo ano do Plano Real. "O País não será competitivo no setor externo se não mexermos nesta direção."

As mudanças no sistema tributário compõem a nova fase do Real. Uma primeira etapa está cumprida e o próprio Malan fez os elogios ao plano: "Todos os planos anteriores, no 12º mês, estavam transformados em pálidas lembranças do que poderiam ter sido", disse. E completou: "A luta continua".

05

9508177

Governo opta pela desindexação parcial

OESP 28/6

Medida provisória que será anunciada amanhã é menos ambiciosa que o projeto original

O governo optou por um projeto menos ambicioso de desindexar a economia e anuncia amanhã que a correção monetária será eliminada parcial e gradualmente. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou ao Estado que o Brasil tem "30 anos de convivência com a indexação" e não de pode fazer este processo "da noite para o dia". Segundo ele, o País ainda está "com uma taxa de inflação correndo em níveis altos". O governo trabalhava com a hipótese de promover uma desindexação total da economia, avaliando que este era o momento mais propício para adotar a medida, pela relativa estabilidade inflacionária nos últimos meses.



A medida provisória, que deve ser divulgada nesta quinta-feira, vai trazer a definição de que salários serão livremente negociados, mas permitindo o pagamento do resíduo da inflação anterior a julho no reajuste salarial da próxima data-base de cada categoria. Para os trabalhadores com dissídio em julho, por exemplo, o resíduo pelo IPC-r chega a 35,3%.

Mas há vários pontos da medida provisória ainda em processo de definição final. Na prática, o único indexador que será eliminado é o IPC-r, criado junto com o Plano Real, há um ano, com o objetivo específico de corrigir os salários. Os indexadores restantes, em princípio, não poderão ser usados em contratos inferiores a doze meses, inclusive os trabalhistas. A MP proíbe expressamente a indexação desses contratos à evolução de preços ou à moeda estrangeira.

O IPC-r acumulado até o dia 30 de junho será o único reajuste automático garantido aos trabalhadores. Qualquer ganho acima disso terá de ser negociado entre empresas e sindicatos de trabalhadores. A partir da próxima data-base, as relações trabalhistas estarão zeradas e o governo terá uma política de reajustes apenas para o salário mínimo.

A decisão de garantir o pagamento do resíduo foi tomada para evitar recursos dos sindicatos à Justiça do Trabalho, que provavelmente determinaria o pagamento. O governo pretende reduzir ao mínimo possível a intervenção da Justiça nas relações trabalhistas, encaminhando-as à livre negociação. As lideranças políticas também aconselharam o governo a não bloquear o resíduo.

O bloqueio do IPC-r estava sendo estudado como arma para a negociação da MP no Congresso. Mas a área econômica avalia que o impacto do pagamento do resíduo não vai comprometer o plano, porque grande parte do setor privado já fez antecipações e, assim, o aumento da massa salarial não será tão grande.

06

OS RUMOS DA DESINDEXAÇÃO

O que pode mudar a partir de julho

O QUE ESTÁ DEFINIDO

SALÁRIO: Livre negociação, mas o governo pode intermediar negociações entre empresas e sindicatos mais fracos. O IPC-r acumulado desde a última data base até junho de 95 será incorporado na próxima data-base.

SALÁRIO MÍNIMO: Continuará com reajuste anual, sempre no mês de maio. A forma de correção só deverá ser definida em outro momento. Poderá ser por um índice de preço.

APOSENTADORIA: Revisão uma vez por ano, no mês de maio. A correção deverá ser pelo mesmo índice do mínimo, mas sem aumento real.

CONTRATOS: Aqueles com prazo superior a um ano deverão continuar prevendo correção anual, por índice de preço ou por variação de custo. Se o prazo for de até um ano não deverá ser permitida qualquer correção. Contratos de prestação de serviço tendem a ficar desindexados, valendo a livre negociação, como para salários

ESCOLA: Pelo menos até março de 96 o governo não precisa definir normas para o reajuste. Pela MP em vigor, as mensalidades não mudam até março de 96.

O QUE FALTA DEFINIR

TR: A Taxa Referencial será modificada, para diminuir seu impacto nas prestações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O novo cálculo ainda não foi acertado.

POUPANÇA: Poderão existir três tipos de caderneta: 1) tradicional, com prazo de 30 dias e rendimento pela TR mais juro de 0,5% ao mês; 2) livre, com prazo superior a 30 dias, mas com rendimento variando em cada banco; 3) vinculada, que garantirá o acesso ao financiamento da casa própria.

ALUGUEL: Reajuste continuará sendo anual. Na MP o governo vai definir se o reajuste será negociado por ocasião da sua aplicação, se poderá ficar amarrado a um índice de inflação ou se vai valer qualquer uma das opções.

SFH: O saldo devedor de todos os contratos deve continuar sendo corrigido mensalmente pelo mesmo índice da poupança (a TR). Para o reajuste anual dos contratos da equivalência salarial, o governo terá de definir uma fórmula, porque com os salários livremente negociados o banco não saberá o aumento recebido pelo mutuário.

FGTS: Pode ser adotada a nova TR ou a TJLP, reduzindo a remuneração mensal. Medida pode não ser adotada agora

IMPOSTO DE RENDA: A desindexação exigiria o fim da Ufir. Mas isso pode provocar aumento de imposto para assalariados e empresas e levar a questionamentos na Justiça, além de queda na arrecadação. O mais provável é a Ufir ser mantida com correção trimestral até o final deste ano.

APLICAÇÕES: Alterações no mercado financeiro devem ficar para um segundo momento, com exceção da caderneta.

07 9508177

Malan antecipa desindexação gradual

Ministro explica que devem ser adotadas duas regras: fim da reposição salarial, mas manutenção da Ufir

ALCIDES FERREIRA
e DENISE NEUMANN

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que a desindexação da economia brasileira será gradual em alguns pontos. Em entrevista coletiva, explicou que devem ser adotadas duas regras diferentes: fim da reposição automática da inflação passada aos salários e a manutenção da Ufir (Unidade Fiscal de Referência) até o fim deste ano para garantir a correção dos balanços empresariais e o pagamento de impostos em 96. Já o vice-líder do governo na Câmara do Deputados, Jackson Pereira (PSDB-CE), disse que a medida provisória da desindexação não deverá acabar com a TR (Taxa Referencial), que corrige a poupança e as prestações da casa própria.



As duas afirmações contradizem a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que defendeu, em um almoço para parlamentares do PSDB no dia 13 de junho, uma "desindexação ampla", incluindo o fim da TR e da Ufir.

Pela manhã, durante encontro na Bolsa Mercantil & de Futuros (BM&F), Malan também havia afirmado ao presidente da instituição, Manoel Pires da Costa, que que a desindexação será gradual. O ministro havia afirmado anteriormente que o fim da correção monetária deveria ser total a partir de 1° de julho. Esta tese era defendida pelo ex-presidente do Banco Central, Pérsio Arida, que saiu do governo em 31 de março, mas tinha a oposição de Malan e do ministro José Serra.

Ontem, no final da tarde, no Palácio da Alvorada, o presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu-se com integrantes da equipe econômica — e com a participação de Arida — para discutir a desindexação. Este também será o principal tema de uma reunião ministerial que acontece hoje pela manhã na Granja do Torto, em Brasília.

G8 9508177

FH anuncia fim da indexação em 1º de julho

Em almoço com tucanos, presidente diz que acabam TR e Ufir e salários serão livremente negociados

RIBAMAR OLIVEIRA
e CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, pela primeira vez, que o governo vai promover uma ampla desindexação da economia a partir de 1º de julho. A indexação é a correção automática de salários, preços e contratos pela inflação passada. Em almoço com a bancada do PSDB na Câmara, Fernando Henrique disse: "Vamos acabar com a TR (Taxa Referencial) e a Ufir (Unidade Fiscal de Referência)", segundo relato feito pelo deputado Luís Carlos Hauly (PSDB-PR).

A desindexação total da economia, a partir do segundo ano do real, está em estudo pela equipe desde o início do ano. A tese, defendida pelo ex-presidente do Banco Central, ainda não tinha o consenso nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Pelas declarações de FH, a decisão já foi tomada pelo governo.

O presidente defendeu a livre negociação salarial entre patrões e empregados, mas garantiu que o salário mínimo "continuará protegido" pelo governo, inclusive com uma política de aumentos reais. O presidente informou que a desindexação atingirá os demais contratos da economia e o mercado financeiro. Para mostrar o que significa esse processo, o presidente citou o recente acordo fechado com a bancada ruralista, que fixou os juros do crédito de custeio da safra 95/96 em 16% ao ano. Para os novos financiamentos rurais, a TR já não existe.

FH explicou que a desindexação é fundamental, daqui para a frente, para a sobrevivência do Plano Real e o combate à inflação. "Ficam falando contra os juros, mas esquecem que é preciso desindexar a economia para reduzir as taxas", explicou Cardoso. "Não se consegue liquidar com a inflação para valer sem desindexar a economia", acrescentou.

Os deputados Luiz Carlos Hauly e o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal, saíram convencidos de que o governo caminha para uma política de juros prefixados, sem um sistema de correção monetária automática das aplicações, como ocorre hoje por meio da TR. "Teremos taxas livremente arbitradas pelo mercado como existe nos países desenvolvidos e mesmo em países emergentes, como Taiwan", disse o líder José Aníbal.

No caso da livre negociação salarial, FH comprometeu-se apenas com a proteção do salário mínimo. Alguns líderes de partidos aliados do governo defendem uma proteção para quem ganha até três salários mínimos.

O presidente convocou o seu partido a apoiar a desindexação da economia, que será proposta ao Congresso por meio de medida provisória até o final deste mês. Uma nova reunião com os parlamentares do PSDB, unicamente para discutir a questão da desindexação, será realizada na próxima semana. O almoço de ontem foi oferecido pelos deputados do PSDB ao presidente numa residência alugada pelo partido.



SALÁRIO MÍNIMO CONTINUARÁ PROTEGIDO

CUT — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu ontem que defenderá uma política salarial flexível. A bandeira do reajuste mensal de salários foi derrotada ontem, em reunião de 13 secretários da entidade, em favor da proposta do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, que prevê reajuste conforme o patamar de inflação.

A CUT aceitará reajuste anual de salários desde que a inflação mensal não seja superior a 0,5% (ou 6,17% ao ano). Semestral caso a inflação oscile entre 0,51% a 1% (12,68% ao ano). Trimestral se o custo de vida subir entre 1,1% e 2% (26,82%). E mensal se for superior a 2%. A proposta ainda deve ser avaliada pelos sindicatos filiados.

É a primeira vez que a CUT abre mão da indexação mensal de salários. O Estado antecipou domingo a proposta de Berzoini e a tendência da direção de aprovar a flexibilidade para mostrar para a população que deseja inflação baixa.

■ *Colaborou Liliana Pinheiro, de São Paulo*

09-09

9508177

COMÉRCIO EXTERIOR

Matérias-primas lideram lista de importações brasileiras

A indústria antecipa compras e aumenta déficit da balança comercial

Brasília

Os itens que mais pesaram nas importações de maio não foram os automóveis nem lubrificantes, mas as matérias-primas e os produtos intermediários, que representaram gastos de US$ 2,291 bilhões, 46,8% do total importado pelo país (US$ 4,895 bilhões). Em relação a maio de 1994, as importações de matérias-primas e bens intermediários cresceram 88,4%. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, acredita que este aumento deveu-se principalmente às antecipações de importações.

O déficit oficial da balança comercial de maio foi de US$ 690 milhões. Este ano o saldo negativo acumulado é de US$ 3,492 bilhões e alcança US$ 4,868 bilhões desde novembro de 1994, quando ocorreu o primeiro déficit na balança comercial.

A equipe econômica previa uma superávit comercial de US$ 5 bilhões este ano. Mas, diante dos resultados negativos, refez sua estimativa para um superávit entre US$ 2 bilhões e US$ 3 bilhões e, na pior das hipóteses, um equilíbrio entre exportações e importações.

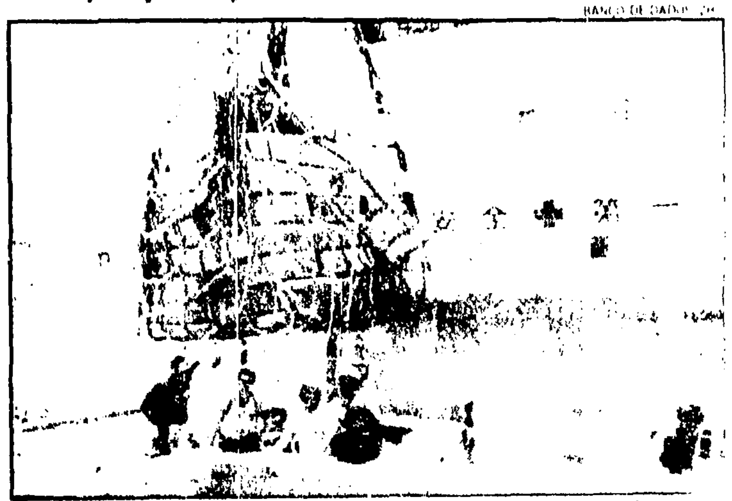
Temendo que o governo adotasse medidas de contenção generalizada das importações, a indústria antecipou as compras no Exterior. Uma parte significativa dessas importações foi encomendada quando a economia estava em ritmo de crescimento. Mendonça de Barros acha que este quadro vai ser revertido nos próximos meses. "Há sinais de retração na atividade econômica", sustentou.

Outros itens que pesaram significativamente em maio, repetindo o que vem acontecendo desde o início do ano, foram bens de capital (máquinas, equipamentos industriais e veículos) e bens de consumo eletroeletrônicos (geladeiras, ventiladores) e bens duráveis e não-duráveis. A importação de bens de capital aumentou em maio 107% em relação a maio do ano passado, passando de US$ 503 milhões para US$ 1,043 bilhão.

A compra de automóveis de passageiros passou de US$ 106 milhões em maio de 1994 para US$ 399 milhões em maio deste ano, com um aumento de 277,6%. O crescimento de bens não-duráveis foi de 204% em relação a maio do ano passado e no item de bens duráveis o aumento atingiu 164,5%. "Isso prova que o país está comprando de tudo lá fora e não apenas veículos, combustíveis e máquinas", argumenta uma fonte do governo.

AS COMPRAS DO BRASIL

■ As importações de janeiro a abril*



Balança: déficit faz o governo rever suas estimativas

* Em milhões de dólares	1995	1994	Crescimento
Matérias-primas e produtos intermediários	9.762	5.311	83,8%
Combustíveis e lubrificantes	2.060	1.413	45,7%
Bens de capital	4.607	2.418	90,5%
Bens de consumo	4.392	1.496	193,5%
a) não-duráveis	1.896	647	193,0%
b) duráveis	2.496	849	193,9%
c) automóveis	1.830	357	412,7%
d) outros	665	492	35,2%
TOTAL	20.820	10.693	95,7%

Fonte: Ministério da Indústria e do Comércio

La inflación brasileña será la menor de las últimas dos décadas

La inflación brasileña en 1995, que según cálculos gubernamentales podrá oscilar entre un 20 y un 21 por ciento gracias al éxito que ha consolidado el llamado Plan Real de ajuste económico, será la menor de las dos últimas décadas.

RIO DE JANEIRO (Agencias). Desde 1973, cuando el índice de inflación anual fue del 15,57 por ciento, Brasil, que se enorgullece de ser la novena economía del mundo, no registraba aumentos del costo de la vida inferiores al 30 por ciento anual.

En su peor año, 1993, la lación brasileña fue del 2.708,55 por ciento anual, es decir la segunda más alta del mundo después de la rusa.

"La inflación acumulada en los primeros cuatro meses de este año, en promedio (es decir teniendo en cuenta los cerca de seis índices oficiales y privados que la miden en Brasil), fue del 6,2 por ciento. En los primeros cinco meses podrá ser del 8 por ciento. Es un récord histórico, dijo el Ministro brasileño de Hacienda, Pedro Malán.

Agregó que en los primeros seis meses de 1995 se situará alrededor del 10 por ciento y al final del año en torno al 20 por ciento, los niveles más bajos de los últimos 22 años.

"Todo eso sin congelamientos", añadió el Ministro al destacar la transparencia del Plan Real, el único de los ocho aplicados por los gobiernos brasileños en los últimos quince años que congeló precios y salarios o decomisó los ahorros de los brasileños.

"Todo eso sin recesión", concluyó, al descartar la posibilidad de que los actuales tipos de interés, del 60 por ciento anual -de los mayores del mundo- provoquen la quiebra de los empresarios por su incapacidad para pedir préstamos o pagar los ya contraídos.

La lucha contra la inflación

En cuanto a los resultados en su programa de lucha contra la inflación, el actual gobierno brasileño tiene mucho que celebrar.

Pese a que la inflación de mayo -según el Indice de Precios al Consumo (IPC) medido por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas- alcanzó el 2,57 por ciento como consecuencia del aumento del consumo, en el mes de febrero fue sólo el 0,99 por ciento.

La inflación de febrero, por debajo de un uno por ciento, fue la más baja desde julio pasado y desde el mismo mes de 1986 (0,91%), cuando el entonces Presidente, José Sarney, lanzó el llamado Plan Cruzado, que congeló todos los precios de bienes y servicios.

La pequeña subida del costo de la vida es consecuencia de la consolidación del Plan Real de ajuste económico, lanzado en julio pasado por el entonces Ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso (actual Presidente) y que igualó el valor de la nueva moneda, el real, al dólar estadounidense.

El lanzamiento del real fue la última de las tres fases en el plan de ajuste económico diseñado en diciembre de 1993 y cuya meta era, además de doblegar la inflación, la de acabar con un déficit público, en esa época, de 22.100 millones de dólares.

El Plan Real redujo la inflación, inicialmente del 46,12% en junio al 6,08% en julio y, en general, de los índices cercanos al 50% mensual en el primer semestre de 1994 al 1,92% en abril.

Con la inflación de junio de 1994, del 46,12%, el índice de aumento en los precios durante el último año de la llamada "era del cruzeiro" (la antigua moneda) alcanzó la marca histórica del 5.153,50 por ciento.

Costos de esta lucha

Los éxitos del actual Gobierno en la lucha contra la inflación, hasta el año pasado el mayor problema económico del país, han sido, sin embargo, costosos para Brasil.

El fortalecimiento del real ante el dólar -que algunos consideran superdesvalorizado por variar estrictamente en una banda cambiaria de entre 0,86 y 0,93 reales- provocó una explosión de las importaciones (favorecidas también por aranceles más bajos) y una paralización de las exportaciones.

El déficit en la balanza comercial del país en los primeros cuatro meses de 1995 fue de 2.800 millones de dólares.

Asimismo, las reservas internacionales de divisas pasaron de 40.317 millones de dólares en julio de 1994 a cerca de 28.000 millones de dólares en la actualidad.

01.01

A Vale está pronta para ir a leilão

A gigantesca estatal, que exibe resultados de fazer inveja ao setor privado, faturou US$ 2,87 bilhões no ano passado

LÚCIA RITZEL

O programa de desestatização brasileiro incorporou atrativos de encher os olhos com a inclusão da Companhia Vale do Rio Doce na lista das empresas que trocarão de mãos sob o martelo da privatização. Enxuta, moderna, diversificada e, item raro no balanço de estatais, lucrativa, a Vale sempre foi capaz de definir o fechamento das bolsas de valores com a simples menção de que poderia sair do controle estatal. Agora que a empresa foi impressa no *Diário Oficial*, os brasileiros querem saber o que o país vai ganhar com a venda da estatal.

Todos os números da Vale do Rio Doce são superlativos. A companhia é formada 40 empresas, considerando as 22 coligadas, as 14 controladas e as quatro em que tem participação minoritária. A receita bruta obtida em 1994 foi de US$ 2,87 bilhões — mais da metade da arrecadação de impostos do Rio Grande do Sul no ano. O lucro líquido foi de US$ 645 milhões. Em seu principal negócio, o minério de ferro, a Vale é a maior mineradora do mundo, e dona de 25% do mercado internacional.

As estimativas sobre as jazidas da Vale indicam que a empresa tem condições de manter as operações pelos próximos 400 anos. Mas seus negócios são suficientemente diversificados para enfrentar qualquer crise internacional em seu principal mercado. Os braços do Sistema Vale estão espalhados, em bem-sucedidas performances, pelas áreas de mineração, pelotização, siderurgia, metalurgia, fertilizantes, bauxita, alumínio, madeira, celulose e pesquisa mineral.

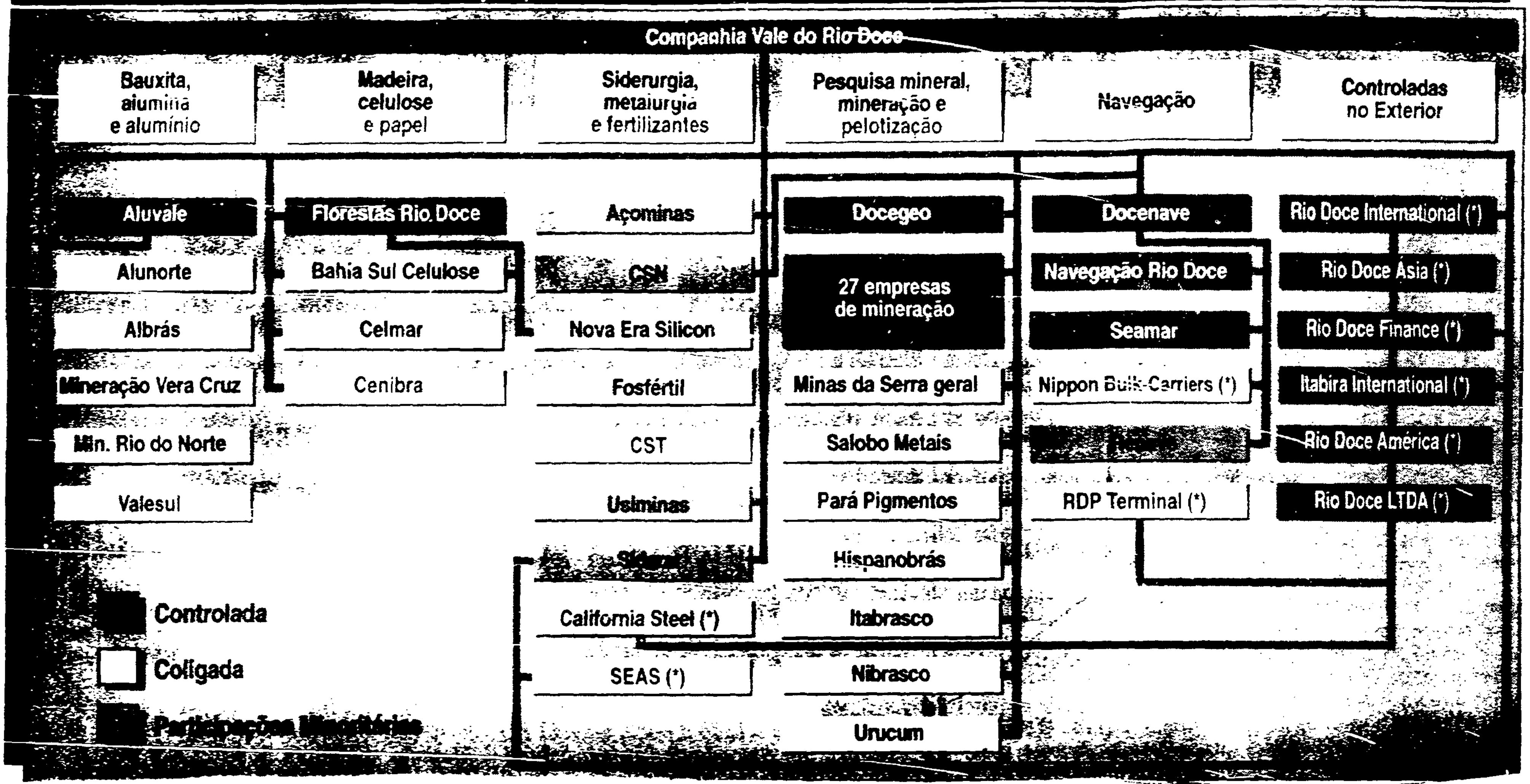
O ano passado foi excepcionalmente bom para a companhia. A empresa vendeu 101 milhões de toneladas de ferro, um recorde. A Vale também consolidou a posição de maior produtora de ouro da América Latina, com 13,5 toneladas, um crescimento de 12,2% sobre 1993.

As estimativas do mercado sobre o valor do conglomerado variam de US$ 7 bilhões a US$ 18 bilhões

O mercado não tem dúvidas de que a megaestatal brasileira é um bom negócio. "É uma empresa modelo em qualquer parte do mundo", elogia o consultor Sérgio Pinheiro, da Metal Data, consultoria especializada no setor siderúrgico. Considerada a "mais privada das empresas públicas", a Vale não apresenta as feridas comuns às outras estatais. A companhia, que obtém 70% de suas receitas com exportações, passou por um processo de reestruturação e reduziu o quadro de pessoal a 15,7 mil funcionários. Já foram mais de 23 mil, em 1987.

Desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a disposição de privatizar a Vale do Rio Doce, o mercado se dedica a prospectar o valor do conglomerado. As estimativas variam de US$ 7 bilhões até US$ 18 bilhões. No caso de ser confirmado o cálculo mais pessimista, segundo o qual o controle da empresa trocaria de mãos por R$ 7 bilhões, o governo, que detém 51% das ações, arrecadaria sete vezes mais do que o valor obtido com o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), vendida por US$ 1 bilhão, em 1993.

AS EMPRESAS E AS PARTICIPAÇÕES DA VALE



OS NUMEROS

Os recordes de desempenho da Companhia Vale do Rio Doce:

- É responsável por 25% do minério produzido no mundo.
- Trata-se da maior produtora de ouro da América Latina, com 13,5 toneladas por ano de ouro refinado. Resultado obtido com o crescimento de 12,2% na produção em 1994.
- O crescimento da procura por papel nos mercados externo e interno, depois do lançamento do real, contribuiu para que a Cenibra batesse o recorde de produção no ano passado, com 387 mil toneladas, 14% a mais do que em 1993.
- O sistema Vale do Rio Doce responde por 23% do transporte municipal de carga por navios, por meio da subsidiária Docenave.

02

Fonte: Relatório de Administração da Vale do Rio Doce 1994 * Empresas com sede no Exterior

Grupos deverão dividir controle

A venda da Companhia Vale do Rio Doce, criada há 52 anos para abastecer de minério de ferro os países aliados na Segunda Guerra Mundial, deverá ser feita em bloco. E o pagamento será em dinheiro. A empresa também não terá um acionista principal. A tendência é o governo adotar um modelo de privatização que promova a pulverização do controle acionário, seguindo o figurino adotado pelos grandes grupos internacionais privados. Com isso, o governo pretende atenuar a polêmica que cerca a inclusão da Vale do Rio Doce na lista das privatizáveis.

O deputado gaúcho Júlio Redecker (PPR), membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara, acredita que não será grande a resistência do Congresso à venda da empresa. A venda da Vale não precisa da aprovação do Legislativo, como é obrigatório no caso do monopólio da Petrobrás, mas os movimentos contrários à privatização da empresa começam a ser formados. O primeiro protesto ocorreu na sexta-feira em Minas Gerais e reuniu o presidente do PDT, Leonel Brizola, o ex-vice presidente da República e ex-ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves e o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PT), entre outros políticos e sindicalistas. O argumento: o governo não deve se desfazer de uma empresa moderna e lucrativa.

O ex-ministro e atual deputado Eliseu Rezende (PFL-MG), presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, afirma que a venda de uma empresa saudável e lucrativa como o sistema Vale só é válida se os recursos forem utilizados para abater a dívida pública. Rezende é autor de um projeto de lei para assegurar que os recursos do programa de privatização não sejam utilizados para cobrir despesas do governo.

De acordo com o deputado, que foi membro do conselho de administração da Vale entre 1990 e 1992, o governo poderá economizar pelo menos US$ 2,5 bilhões com a venda da empresa, enquanto o valor das ações que retornam ao governo, na forma de dividendos, somam entre US$ 200 milhões e US$ 300 milhões ao ano.

A bolsa de apostas sobre a empresa ou grupo com fôlego suficiente para adquirir o controle da Vale do Rio Doce enumera pelo menos três grupos interessados na estatal: o primeiro é formado pelas grandes mineradoras privadas da Austrália e da África do Sul, outro pelas siderúrgicas japonesas e um terceiro, formado pelas siderúrgicas nacionais. O consultor Sérgio Pinheiro, da Metal Data, do Rio de Janeiro, não acredita que o controle da estatal acabe em mãos de grupos estrangeiros. "A Vale deverá ser a primeira empresa brasileira a colocar em prática o modelo de capitalismo de controle pulverizado", diz.

A venda das ações do governo será feita em partes e o processo de privatização só deve estar concluído em 96

Este seria o modelo adotado nos grandes conglomerados japoneses e norte-americanos e em outras experiências internacionais de privatização. É o caso da fabricante de aço Nippon Stel, cujo maior acionista é um fundo de pensão, dono de 5% das ações da companhia.

Na avaliação do mercado, o processo de privatização da Vale não deverá ser concluído antes do segundo semestre de 1996. O governo recém abriu a concorrência para definir as empresas que farão a avaliação da estatal. A venda dos 51% das ações será feita em diferentes etapas. Partes das ações, ainda a ser definida, poderá ser comprada pelos 15,7 mil funcionários e outra fatia será oferecida ao público.

F.Gonda/Arte ZH

Carajás é o grande filão

A fatia mais atrativa da Vale do Rio Doce é o grandioso Projeto Carajás. O projeto integra, no Sul do Pará, uma província mineral rica em ferro, ouro, bauxita e cobre, entre outros minérios, além de uma ferrovia de 900 quilômetros e o porto de Itaqui, no Maranhão.

Somente as reservas de minério de ferro, equivalentes a 12 bilhões de toneladas, são suficientes para abastecer o Brasil por 600 anos, informa o ex-ministro de Minas e Energia Marcus Vinicius Pratini de Moraes. "O complexo Carajás é o principal item do valor patrimonial da Vale", reforça Pratini de Moraes. "Carajás é uma das províncias minerais mais ricas do mundo", acrescenta. O empresário diz ser difícil estimar o valor da província mineral. "O mercado avalia a mineração em função da taxa de retorno da exploração", explica.

Carajás, que desperta o interesse de investidores estrangeiros, está plantada na selva amazônica. Foi anunciada como uma das maiores jazidas de minério do mundo em 1966. Mas o Projeto Carajás só entrou em operação há cerca de 10 anos.

O PERFIL DE UM GIGANTE

Os resultados financeiros da empresa em 1994 (em US$):

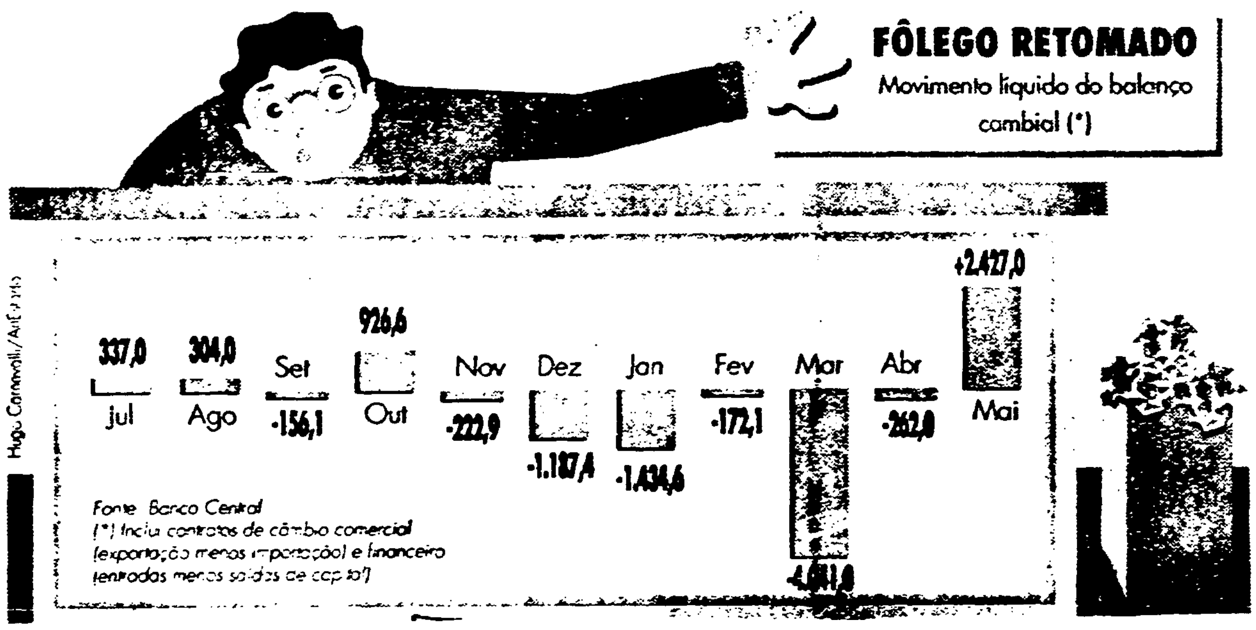


Item	Valor
Faturamento	2,87 bilhões
Patrimônio líquido	9,70 bilhões
Lucro	645 milhões
Investimentos	345 milhões
Produção	83,3 milhões de ton. de minério de ferro
Vendas	101 milhões de ton. de minério de ferro
Funcionários	15,7 mil
Valor de mercado (estimativas)	de US$ 7 bilhões a 18 bilhões

Fonte: Relatório da Administração

03.03

9508180


FÔLEGO RETOMADO
Movimento líquido do balanço cambial (*)
337,0
jul
304,0
Ago
Set
-156,1
926,6
Out
Nov
-222,9
Dez
-1.187,4
Jan
-1.434,6
Fev
-172,1
Mar
Abr
-262,0
+2.427,0
Mai
Fonte: Banco Central
(*) Inclui contratos de câmbio comercial (exportação menos importação) e financeiro (entradas menos saídas de capital)
Hugo Cannavali/AE

ENTRADA DE CAPITAL

Saldo cambial de maio foi o maior do Real

Entrada líquida de capitais pelo mercado de câmbio somou US$ 2,427 bilhões

JOSUÉ LEONEL

O mês de maio fechou com entrada líquida de capitais pelo mercado de câmbio comercial de US$ 2,427 bilhões, o maior resultado desde o lançamento do real, em julho do ano passado. Essa marca é quase três vezes maior do que os US$ 962 milhões do recorde anterior do plano, de outubro, e quebra uma série de sete meses seguidos de saídas líquidas de divisas, iniciada em novembro de 94.

A recuperação do balanço de pagamentos do País, contudo, ainda contou com o câmbio flutuante, que teve fluxo positivo de US$ 367 milhões. Os juros altos, que alimentaram a pressão política que levou Pérsio Arida a se demitir do Banco Central na quarta-feira, tiveram papel fundamental no superávit cambial, segundo analistas financeiros. Primeiro, por permitir aos exportadores fechar uma grande quantidade de contratos, compensando a apreciação cambial com os ganhos financeiros obtidos nas operações de adiantamento de câmbio (ACCs). Segundo, por estimular a busca, por parte de empresas e bancos brasileiros, de recursos externos, como os captados com a emissão de eurobônus, como alternativa ao alto custo das linhas de crédito interno, encarecidas pela política monetária do BC.

> JUROS ALTOS AJUDARAM NO RESULTADO

De fato, o fluxo cambial de maio foi positivo nas duas correntes do mercado de câmbio comercial. Na corrente de comércio exterior, os contratos de exportação atingiram US$ 5,082 bilhões, um outro recorde do Plano Real, superando os US$ 4,460 bilhões de fevereiro. As importações ficaram em US$ 3,585 bilhões. Na conta de capitais, as entradas de recursos externos somaram US$ 4,143 bilhões, contra US$ 3,212 bilhões de remessas — este o menor volume de recursos a deixar o País desde a crise mexicana. Além dos juros altos, analistas também atribuem o superávit na conta de capitais às votações das reformas constitucionais, embora considerem que o fluxo de investimentos estrangeiros só ganhará vulto com a aprovação definitiva das principais emendas, sobretudo as que quebram os monopólios das telecomunicações e petróleo.

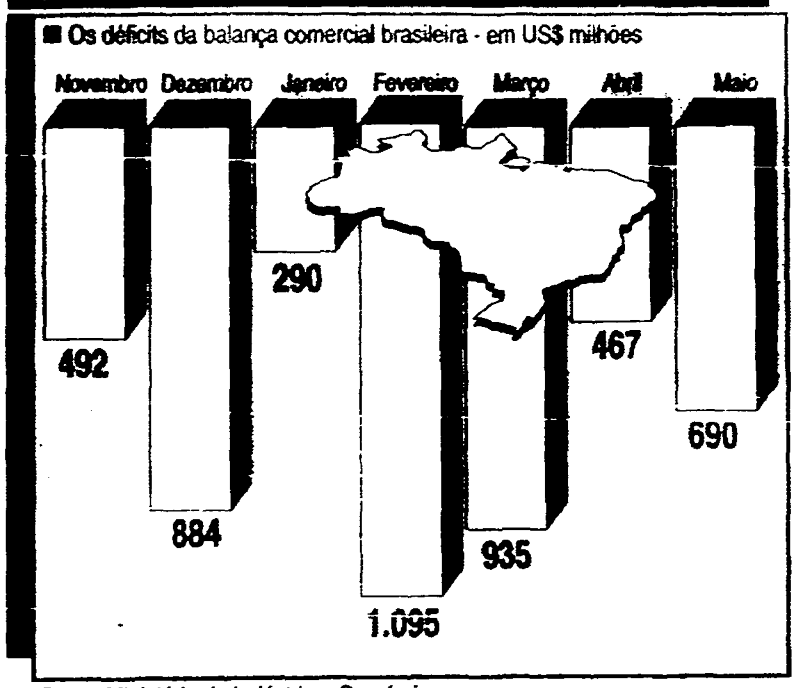
No caso da conta comercial, a discrepância entre o saldo positivo nos contratos de câmbio e o déficit elevado na balança comercial física é atribuída às operações de antecipação. No caso das exportações, muitos contratos fechados só se convertem em embarques alguns meses depois, uma vez que os ACCs têm prazo de até seis meses. Nas importações, os embarques podem ser antecipados, ficando os contratos para serem fechados posteriormente.

02.02

Superávit fiscal

☐ O Tesouro Nacional registrou, em maio, um superávit fiscal de R$ 73 milhões, resultado de uma receita de R$ 7,04 bilhões e de uma despesa de R$ 6,9 bilhões. O superávit de maio é 73% inferior ao do mesmo mês do ano passado. De janeiro a maio, o Tesouro acumulou um déficit de R$ 1,4 bilhão, total 13% superior ao do mesmo período do ano passado, de acordo com as informações do secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. A receita obtida pelo Tesouro, em maio, foi 9% superior à de maio do ano passado.

SALDO NEGATIVO



Fonte: Ministério da Indústria e Comércio

Balança comercial tem déficit em maio

O novo saldo negativo é de US$ 690 milhões

Brasília

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Mauricio Cortes, anunciou ontem que a balança comercial em maio teve saldo negativo de US$ 690 milhões. É o sétimo déficit consecutivo e resulta de importações de US$ 4,89 bilhões e de exportações de US$ 4,20 bilhões. O déficit acumulado neste ano é de US$ 3,49 bilhões e alcança US$ 4,86 bilhões desde novembro de 1994, quando aconteceu o primeiro saldo negativo da série.

Uma fonte do governo garantiu que o saldo negativo de maio foi maior do que o anunciado ontem. O governo teria contabilizado cerca de US$ 100 milhões de exportações de soja realizadas no início de junho no resultado das vendas externas de maio, para reduzir o impacto de mais um resultado negativo na balança comercial. Até o início deste mês, todas as fontes apontavam para um valor de US$ 4,1 bilhões para as exportações de maio. Pelos dados divulgados hoje, as exportações de maio atingiram US$ 4,20 bilhões e as importações, US$ 4,89 bilhões.

O total de exportações de maio é o segundo maior valor mensal na história do comércio exterior brasileiro. As importações cresceram 26,8% em relação a abril e, em relação a maio do ano passado, 101,3%. De janeiro a maio, o país importou US$ 20,82 bilhões, com crescimento de 95,7% em relação às compras do mesmo período de 1994. Em comparação com abril deste ano, as importações de maio aumentaram US$ 1,03 bilhão, com um incremento de importações de bens de consumo duráveis, principalmente veículos, e combustíveis e lubrificantes.

As importações de carros no mês passado cresceram% 49,7% na comparação com os números de abril

Os automóveis de passageiros tiveram uma elevação em relação a abril de 49,7% e os combustíveis e lubrificantes, 51,3%. A média diária de importações em maio atingiu US$ 222,5 milhões, enquanto que em abril era de US$ 214,5 milhões. As importações de bens de consumo cresceram 180,3% em relação a maio de 1994.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, observou que as últimas medidas restritivas tomadas pelo governo — como o aumento da alíquota do Imposto de Importação de veículos de 32% para 70% — já estão dando resultados. "O número de veículos embarcados para o Brasil está sendo reduzido drasticamente", afirmou o secretário. 01.01

01|01

9508183

Indústria brasileira está exportando menos

Como os países menos industrializados, o Brasil voltou a depender dos preços de commodities

ROLF KUNT_

O Brasil tem regredido como exportador. As vendas de manufaturados, como tecidos, máquinas, geladeiras e automóveis, ainda garantem mais de 60% da receita global, mas caíram nos últimos meses. De janeiro a abril, o País faturou US$ 13,1 bilhões, 4,9% mais que um ano antes. Só houve crescimento, porém, por causa dos embarques de produtos primários, como café e açúcar, e de alguns semimanufaturados, como pasta de madeira e aluminio em bruto. A alta de preços dos produtos básicos, e não o volume exportado, assegurou o ingresso de dólares. Embora tenha uma das dez maiores indústrias do mundo, o País volta a depender das cotações de commodities para ganhar dólares.

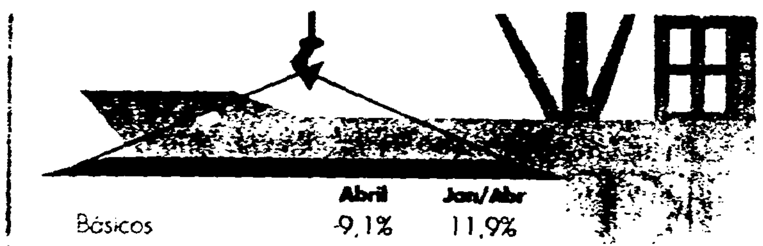
'ão que a indústria esteja perdendo qualidade. Ao contrário: fabricantes de máquinas, competindo num das áreas mais difíceis, têm conseguido aumentar suas vendas, apesar do câmbio desfavorável e da falta de financiamento. A maior parte da indústria, porém, mesmo em setores com rápida modernização nos anos 90, vem perdendo volume de vendas.

A exportação de manufaturados rendeu US$ 7,55 bilhões de janeiro a abril, 2,5% menos que um ano antes, mas a tonelagem diminuiu 22%. O governo voltou a divulgar, recentemente, os índices de volume do comércio exterior. Com esses dados, é possível discriminar como os preços e as quantidades afetam os resultados. A influência da taxa de câmbio também fica mais visível. Assim, por exemplo, é possível saber que cada tonelada de calçado exportada rendeu 2,8% mais, mas a receita foi 12,8% menor que a de janeiro-abril de 1994. A explicação está no menor volume exportado: a tonelagem vendida ao Exterior diminuiu 15,1%. Os fabricantes de calçados estão entre os mais atingidos pelo desajuste cambial. Em março, a taxa de câmbio para esses industriais, em 21% menos favorável, em relação ao dólar, que às vésperas do lançamento do real. Este cálculo é da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Em volume, só as exportações de produtos básicos foram maiores que as de um ano antes, nos primeiros quatro meses de 1995. Em abril, porém, os embarques de todas as grandes categorias (produtos básicos, semimanufaturados e faturados) foram menores, em tonelagem, que os de 12 meses antes.

O aumento de receita conseguido até abril não foi somente pequeno. Foi também muito frágil. Entre setembro e fevereiro, como observam técnicos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o valor das exportações caiu mensalmente. Houve uma recuperação em março, mas a receita foi cerca de 11% menor em abril. Isso pode ser atribuído, segundo análise publicada pela CNI, a redução de volume das principais categorias de produtos.

Variação do volume em relação a 12 meses antes

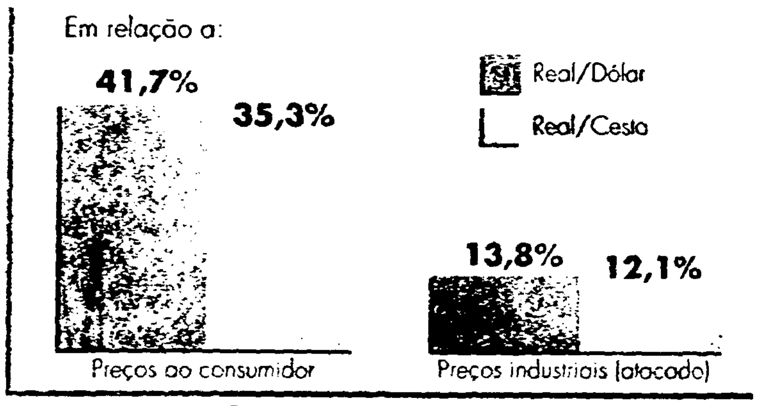


	Abril	Jan/Abr
Básicos	-9,1%	11,9%
Industrializados	-31,4%	-16,0%
Semimanufaturados	-23,7%	-6,2%
Manufaturados	-36,7%	-22 1%

Fonte: CNI

O DESERTO DO CÂMBIO

Quanto faltou em abril para recuperar posição de julho/94*



* com base em dados da CNI

As exportações para a União Européia só aumentaram 1,1% em valor e corresponderam a 26,5% das vendas brasileiras nos quatro meses. Os embarques para os Estados Unidos, correspondentes a 20,7% do total exportado, cresceram 4,4%. As vendas à América Latina renderam 6,4% mais e isso se explica principalmente pelo avanço do Mercosul. A maior expansão, porém, foi a da receita obtida no Extremo-Oriente (14,4% do valor total): 11,59%, graças, principalmente, à evolução das vendas ao Japão (45%) e à Coréia (29,8%). A estes países, porém, o Brasil destina principalmente produtos básicos e semimanufaturados. Logo, esse aumento se explica, em boa parte, pela variação dos preços das commodities (112% para o café em grão, pasta química de madeira (104%) e alumínio em bruto (63%), por exemplo.

Cálculos do Departamento de Comércio Exterior da CNI, como os de outras instituições, mostram uma clara piora do câmbio a partir de julho (já havia desajuste). Em abril, no caso dos produtos industriais, o desajuste era de 13,8%, em média, em relação ao dólar, e de 12,1% em relação a um grupo de moedas importantes. A diferença se deve à desvalorização do dólar diante das moedas européias e do iene. Quando a moeda americana se desvaloriza noutros mercados, o real cai junto. Isso compensa, em parte, a valorização da moeda brasileira diante do dólar.

PIOROU A COMPOSIÇÃO DAS VENDAS BRASILEIRAS

No caso dos preços ao consumidor, o desajuste cambial é muito maior (*ver quadro*). É que os preços aumentaram muito mais no varejo do que no atacado. O aumento maior no varejo se explica pela alta do aluguel e dos preços dos serviços. Com o dólar barato e a economia aberta, os preços de alimentos e bens de consumo duráveis têm pouco espaço para subir. Isso mostra outro lado da história.

9508185

45% em 11 meses

CONTAS PÚBLICAS

Dívida dos Estados cresce

Dados do BC podem subsidiar parlamentares e governadores que pedem redução dos juros

CARLOS FRANCO

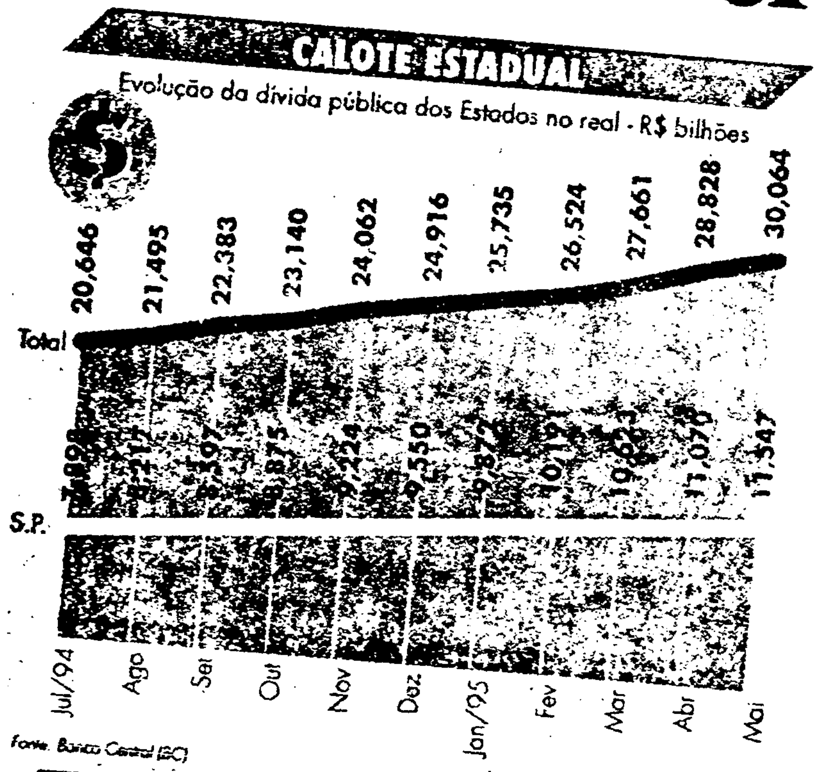
BRASÍLIA — A dívida pública mobiliária estadual saltou de R$ 18,501 bilhões em julho do ano passado, quando do lançamento do Plano Real, para R$ 26,897 bilhões no mês passado. O crescimento, de R$ 8,396 bilhões em apenas 11 meses, equivale a R$ 763,272 milhões mensais e se deve, principalmente, às altas taxas de juros usadas como instrumento para conter o consumo e manter a estabilidade de preços.

Os dados são do Banco Central e indicam que a dívida do Estado de São Paulo saltou de R$ 7,893 bilhões em julho de 1994 para R$ 11,547 bilhões no mês passado. O que representou um aumento de R$ 3,654 bilhões. A dívida do Rio Grande do Sul passou de R$ 2,769 bilhões para R$ 4,046 bilhões, a de Minas, de R$ 3,740 bilhões para R$ 5,411 bilhões, e a do Rio, de R$ 2,578 bilhões para R$ 3,682 bilhões.

Esses números serão enviados ainda esta semana pelo BC à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e devem subsidiar as reivindicações de parlamentares e governadores para que o governo reduza as taxas de juros.

Municípios — A dívida pública mobiliária municipal aumentou R$ 1,024 bilhão de julho a maio, passando de R$ 2,144 bilhões para R$ 3,168 bilhões. A do município de São Paulo lidera a alta, saindo de R$ 1,531 bilhão para R$ 2,244 bilhões, enquanto a do município do Rio de Janeiro passou de R$ 614 milhões para R$ 923 milhões.

No total acumulado das dívidas públicas mobiliárias de Estados e municípios o aumento em 11 meses de Real foi de R$ 9,418 bilhões. Ou seja, o total geral do endividamento estadual e municipal evoluiu de R$ 20,646 bilhões em julho para R$ 30,064 bilhões no mês passado, um aumento de 45,61%.



Fonte: Banco Central (BC)

01.01

9508185

9508186

■ PLAN DE AJUSTE

Brasil mantiene freno al consumo

El ministro Pedro Malán hizo un breve balance del Plan Real y admitió que aunque "ha habido ganancias concretas, no son suficientes"

El gobierno brasileño mantendrá su política de intereses altos y de impuestos a las importaciones de productos de mayor consumo, hasta que no haya señales claras de que el mercado se ha estabilizado, aseguró el ministro de Hacienda, Pedro Malán.

El ministro hizo un breve balance del Plan Real y admitió que aunque "ha habido ganancias concretas, no son suficientes" para garantizar el éxito de la estabilización brasileña.

Recordó que la inflación llegó a ser del 50% al mes y del 7.000% al año y que ahora es del 2% mensual, "lo cual trajo ganancias concretas a los trabajadores".

"No obstante, la estabilización de los precios, la baja consistente de la inflación, aquí como en cualquier otro lugar del mundo, exigen tiempo y determinación", además de medidas impopulares, como el aumento de los aranceles y de las tasas de interés, señaló.

MEDIDAS ANTIPOPULARES

"Debo reconocer que son medidas impopulares pero necesarias para que el real mantenga su poder de compra", advirtió Malán.

Aseguró que mientras no se ejecute la reforma del aparato estatal los intereses son uno de los instrumentos que posee el gobierno para proteger la moneda, que desde hace casi un año se mantiene más fuerte que el dólar.



Reconoció que los intereses podrán bajar de manera paulatina cuando se verifique que se ha detenido el consumo, que se han ajustado las cuentas externas y se vean avances en el proceso de reforma de la Constitución y en las privatizaciones.

Manifestó que las medidas son de carácter temporal y que las tasas comenzaron a bajar y bajarán más todavía cuando haya señales firmes de "la disminución del consumo, del ajuste de las cuentas externas y de avances en las reformas a la Constitución y de la privatización". *(AP)*

01.01 9508186

PESQUISA

Planalto tem apoio de 60,4% dos deputados

O índice equivale aos votos necessários para aprovar as reformas

RUDOLFO LAGO
Sucursal/Brasília

O desempenho do presidente Fernando Henrique Cardoso tem a aprovação de 60,4% dos deputados federais, ou pouco mais de três quintos do total. Isso explica a facilidade com que o governo vem conseguindo aprovar as emendas da reforma constitucional. De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep), a maioria dos deputados aprova o desempenho de Fernando Henrique Cardoso. Para que uma emenda constitucional seja aprovada, precisa obter, no mínimo, três quintos dos votos da Câmara (60%).

Apenas 26,3% dos deputados têm uma avaliação negativa do governo FH. Se mostram indecisos 13,3%. O PSDB, partido de FH, é o mais alinhado com as idéias do presidente: 87,8% dos seus membros aprovam as ações do governo. Quem imaginava o PFL como o mais coeso partido da base de sustentação do Executivo decepciona-se: o partido do vice-presidente Marco Maciel perde em fidelidade para o PSDB (86,8% dos seus deputados aprovam o governo FH). Preocupante é a posição do PMDB, maior partido da base de sustentação do governo e o que tem se mostrado mais infiel nas votações da reforma constitucional. Apenas 59% dos peemedebistas apóiam o governo.

A pesquisa mostra ainda a fraqueza da oposição ao governo. Somente o PT apresenta uma posição oposicionista mais consistente: 87,5% dos seus deputados desaprovam o governo FH. No PDT, 63,1% dos deputados têm uma avaliação negativa do governo. Nos demais partidos de esquerda (PSB, PC do B, PMN, PPS e PV), a desaprovação é de 65,3%.

O Ibep perguntou ainda aos deputados quem é o mais influente integrante da equipe do governo. O ministro do Planejamento, José Serra, é apontado por todos os partidos como o mais poderoso ministro. Ele é visto como o mais influente por 61,3% dos deputados. Na avaliação por partidos, Serra obteve seu maior percentual no PT, principal adversário do governo: 80% dos petistas o consideram o ministro mais influente.

A AVALIAÇÃO POR PARTIDO

[illegible]ião dos deputados sobre o desempenho do presidente [illegible]ndo Henrique Card[illegible]

	Positiva	Negativa	Não sabe/não respondeu
POR PARTIDO			
PMDB	59	24,6	16,4
PFL	86,8	5,7	7,5
PSDB	87,8	2,4	9,8
PPR	75,9	10,3	13,8
PT	5	87,5	7,5
PP	75	12,5	12,5
PDT	15,8	63,1	21,1
POR REGIÃO			
Norte	61,8	29,4	8,8
Nordeste	64,9	24,5	10,6
Centro-Oeste	44	36,0	20
Sudeste	56,1	26,7	17,2
Sul	53	38,8	8,2
TOTAL DA CÂMARA	60,4	26,3	13,3

Fonte: Ibep — Zaril / Arte ZH

O GRAU DE INFLUÊNCIA DOS MINISTROS

Convidados pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep) a indicar os cinco ministros mais influentes do governo Fernando Henrique, os deputados federais indicaram José Serra (Planejamento) como o mais poderoso, seguido por Sérgio Motta (Comunicações). Veja a seguir os índices obtidos pelos ministros na pesquisa:

- José Serra (Planejamento)....61,3%
- Sérgio Motta (Comunicações)....54,4%
- Pedro Malan (Fazenda)....36,5%
- Clóvis Carvalho (Casa Civil)....23,6%
- Nélson Jobim (Justiça)....16,4%
- Ruth Cardoso (Comunidade Solidária)....14,8%
- Eduardo Jorge Caldas (Secretário Geral)....14,2%
- Paulo Renato Souza (Educação)....10,4%
- Pérsio Arida (*) (Banco Central)....8,8%
- Adib Jatene (Saúde)....7,9%
- Gustavo Krause (Meio Ambiente)....3,5%
- Raimundo Britto (Minas e Energia)....3,1%
- Sérgio Amaral (porta-voz)....3,1%
- Andrade Vieira (Agricultura)....2,8%
- Luiz Felipe Lampreia (Relações Exteriores)....1,6%
- Reinhold Stephanes (Previdência)....1,6%
- Bresser Pereira (Previdência)....1,3%
- Odacir Klein (Transportes)....1,3%
- Dorothea Werneck (Indústria e Comércio)....0,9%
- Ronaldo Sardenberg (Assuntos Estratégicos)....0,9%
- Pelé (Esportes)....0,6%
- Francisco Weffort (Cultura)....0,3%
- Paulo Paiva (Trabalho)....0,3%
- José Israel Vargas (Ciência e Tecnologia)....0,0%

(*) Arida deixou a presidência do Banco Central na quarta-feira, depois da realização da pesquisa.

PRODUÇÃO

Brasil cresce 8% no primeiro ano do Real

Técnicos prevêem alta de 6% no PIB em 95

Rio

O Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde à soma de todos os bens e serviços produzidos no país, deverá crescer cerca de 6% neste ano. A projeção consta da *Carta de Conjuntura* elaborada pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea), que deverá ser divulgada na sexta-feira. O diretor da entidade, economista Claudio Considera, explicou que desde a implantação do Plano Real o PIB cresceu 8%.

Na avaliação do economista, o balanço do plano de estabilização é muito bom, mas ainda existem algumas questões a serem resolvidas. Uma delas é o ajuste fiscal. A expectativa de Claudio Considera é de que a taxa de inflação permaneça baixa nesses próximos meses. O economista disse que o Brasil nunca conheceu uma taxa de inflação anual inferior a 10%, em sua história.

9508189

LOS PETROLEROS TEMEN QUE BRASIL HAGA SOMBRA A SUS PLANES EXPLORATORIOS

Recelo en la Argentina

Codicia y recelo refleja la primera mirada de los petroleros argentinos sobre el proceso brasileño. Las aprensiones vienen por la competencia en el mercado de capitales, justo cuando la plata no abunda para los países emergentes. **"Si ellos privatizan, pueden hacerle sombra a nuestros programas exploratorios"**, comentaron en las consultoras del crudo.

Quienes se frotan las manos, mensuran el negocio. En esa línea se anotan las productoras de petróleo que buscan reservas en Latinoamérica (Venezuela, el Ecuador). Para ellos, dispuestos a producir y explorar algo, todo depende de las condiciones de la convocatoria al capital privado. Lo plantean como una ecuación: a menor regulación estatal, mayores inversiones.

Tecnología

Aun las empresas predispuestas a la incursión marcan sus propios límites. El Brasil obtiene el 70% de su petróleo del mar, a muchísima profundidad. El resto es de yacimientos en tierra, poco productivos. **"No podemos ni pensar en la producción submarina"**, contaron expertos de Astra y Pérez Companc.

La Argentina carece de tecnología y escala para posicionarse. Con esa herramienta, que incluye submarinos y robots, los brasileños le cambiaron el perfil a su balanza energética: en los 80 eran netamente importadores y hoy abastecen el 55% de cada barril que gastan. Por ese ascenso, la Argentina cayó un puesto en el ránking latinoamericano. Figuraba como segunda en magnitud de reservas, detrás de Venezuela. Pasó al tercer lugar cuando el Brasil descubrió crudo en la Bahía de Campos, frente a Río de Janeiro.

Pero los yacimientos en tierra pueden ser negocio. **"En la producción se cuentan dólares** y en la refinación, centavos", contó el experto Jorge Valdez Rojas, marcando las preferencias.

En otras empresas estiman que habrá buena respuesta privada siempre que sigan el estilo argentino: entregar campos en producción.

Eduardo Rocchi, presidente del Instituto del Petróleo, estimó que con el fin del monopolio estatal también se terminan los subsidios en los precios. **Con cotizaciones que surjan de los costos operativos, la Argentina competirá mejor.**

En el segmento de la venta al minoreo, YPF tiró un plan. La megapetrolera local intenta instalar una red de estaciones de servicios en la "ruta del camionero". Desde el Brasil, pasando por el Uruguay, la Argentina y con terminal en Chile. El programa –que a comienzo de año se conversó con Petrobrás– tenía la traba constitucional que, ahora, parece extinguirse.

Los más apurados por abrochar algún negocio se tomarán esta semana el avión a Brasilia con un objetivo: conocer el alcance de la apertura petrolera de los vecinos. Más que husmear en el petróleo ajeno, quisieran venderles gas. La Argentina tiene reservas para 20 años y está a punto de confirmar un superdescubrimiento en Salta. En la zona –se llama Aguarague– participa Petrobrás con el 15% de las acciones. Pero apenas se abra el portón llegarán sus competidoras a buscar con qué llenar los tres gasoductos previstos hasta San Pablo.

Ana Ale

01.03

DIPUTADOS DIO AYER SU PRIMERA APROBACION. TRAS LA SEGUNDA, SERA EL SENADO EL QUE RESUELVA

Brasil entra en una nueva era: fin del monopolio petrolero estatal

Clarín **EN BRASIL**

BRASILIA (Enviada especial). – El presidente Fernando Henrique Cardoso logró vencer, una tras otra, las resistencias a las reformas que impulsa en Brasil.

Ayer cayó la barrera más delicada, por todo lo que simbolizaba para la sociedad: **el fin del monopolio estatal sobre el petróleo.** El Congreso le votó ayer la última gran enmienda a la Constitución de 1988. Y fue por abrumadora mayoría: **330 votos a favor, 173 en contra.**

Así bendijo una apertura impensable apenas un año atrás.

Restan aún 3 pasos en el Parlamento para que esta iniciativa se convierta en definitiva. Pero se los califica apenas etapas formales, y al tema se lo da por concluido tras la victoria de ayer.

Con la desaparición del monopolio, el capital privado, nacional y extranjero, podrá sembrar y cosechar ganancias en toda la actividad petrolera. **Incluye desde la exploración y extracción hasta el refinado, el transporte y la distribución;** un negocio para las multinacionales.

Petrobrás no se vende

Petrobrás, entretanto, seguirá estatal pero condenada a la competencia. No son pocos quienes apuestan a que ganará en la puja: **"Ni imaginamos vender a Petrobrás:** la empresa es altamente rentable", le dijo a esta enviada el líder parlamentario conservador Inocencio de Oliveira.

Con esta última enmienda constitucional, el gobierno brasileño puede soñar ya con el "viraje histórico", como dijo hace tan solo unos días el propio presidente Cardoso. Logró pasar ya otras 4 pruebas: liquidar el monopolio estatal sobre los teléfonos; eliminar la discriminación entre empresas brasileñas y extranjeras (que favorecía a las domésticas); abrir al capital privado del exterior la navegación de cabotaje y la distribución del gas

Pero nada de esto le resultó sencillo.

Primero, tuvo que negociar palmo a palmo con cada una de las bancadas en Diputados. Debió tejer con los ruralistas (que son 125) hasta el último minuto de ayer, **concediéndoles subsidios para los agricultores endeudados,** luego invertir 31 días hasta quebrar la huelga petrolera.

Derrota de la izquierda

Para la izquierda fue una prueba de fuego. "Seremos derrotados, pero perderemos con dignidad", dijo ayer el presidente del bloque del Partido de los Trabajadores en la Cámara de Diputados, Jacques Wagner.

La debilidad de la izquierda fue ciertamente notoria. No solo por la derrota. Incluso en el nivel de adhesión. La manifestación que convocó para protestar frente al Congreso **no logró reunir más de mil personas.**

Cifras astronómicas

El gobierno preparó toda la artillería para su guerra privatizadora. Y lo hizo con cuidado. Al fin de la batalla se aseguró el poder para disponer por cuenta propia la entrada de capitales privados en telecomunicaciones y petróleo.

Los pronósticos de los economistas son que, con todas estas privatizaciones –incluidas las de los sectores eléctrico, ferroviario y petroquímico–, deben entrar a Brasil algo así como 70.000 millones de **dólares en los próximos cinco años.**

Es una cifra equivalente a casi toda la deuda externa de la Argentina. Pero para este gobierno los números tienen otro contenido.

Ocurre que el Estado brasileño tiene una deuda interna de más de 60.000 millones de dólares, que le cuesta anualmente en intereses unos 20.000 millones.

Las privatizaciones le vienen como anillo al dedo. Como ocurrió en la Argentina, también aquí se canjeará deuda por patrimonio público.

Eleonora Gosman

Dos gigantes

YPF		PETROBRAS
6.000	Empleados	47.000
Tercera	Ránking en América	Segunda
350.000 barriles/día	Producción	750.000 barriles/día
Tres	Refinerías	Once

Las transformaciones

YPF se privatizó totalmente y dejó de pertenecer al Estado argentino en 1993. Sus ventas netas en 1994 alcanzaron a 4.192 millones de pesos. Comercializa cerca del 50% de las naftas en el país.

Petrobrás continuará siendo propiedad del Estado brasileño pero a partir de ahora deberá competir mano a mano con las privadas en el mercado petróleo.

Brasil espera un torrente de 70.000 millones de dólares por la apertura del monopolio del petróleo, decidida ayer por los diputados en una crucial votación que se sumó al quiebre, resuelto un día antes, del control estatal de las telecomunicaciones. La gran diferencia con YPF es que Petrobrás seguirá siendo estatal, pero ahora deberá competir.

MAS INFORMACION EN LAS PAGINAS 34 Y 35

Los casos Petrobrás e YPF

BRASILIA (Enviada especial). – El avance del programa de reformas del gobierno de **Fernando Henrique Cardoso** fue espectacular, pero es exagerado hablar de la **privatización** de Petrobrás, quizá la principal diferencia con el proceso que se experimentó en la Argentina con YPF.

Petrobrás **continuará siendo estatal**. A esta compañía le tocará, eso sí, competir mano a mano con las extranjeras, en todos los rubros concernientes al negocio petrolero. Las reglas de juego en esa durísima competencia que se avecina serán definidas por el Congreso pero más adelante, cuando se pasen los **exámenes pendientes**, es decir una votación más en Diputados y otras dos en el Senado que aquí los expertos califican como **meros pasos formales**.

Diferencias

La principal diferencia con YPF es que la empresa argentina se **privatizó totalmente** como compañía y dejó de pertenecer al Estado. En el caso brasileño, Petrobrás será la empresa **"del Estado"** en el negocio del petróleo. Pero al revés que hasta ahora, que tenía un mercado atado, si su eficiencia es alta, ganará en la pelea. Si no, le tocará el lugar de los perdedores.

03.03 950819

POLÍTICA ECONÔMICA

Banco Central autoriza dólar a R$ 0,99

A mudança de ontem na banda cambial admite desvalorização de 6,45% no real, em relação à cotação máxima anterior

Brasília

O Banco Central (BC) decidiu aumentar a banda de compra e venda do dólar de R$ 0,88 a R$ 0,93 para R$ 0,91 a R$ 0,99. Com isso, o governo permite uma desvalorização de 6,45% do real frente ao dólar. Trata-se de uma demonstração clara de que o Planalto tem interesse em recuperar o mais rápido possível o superávit da balança comercial. Isso porque, com a medida, os produtos importados perdem a atratividade de preços causada pela valorização do real em relação ao dólar e as exportações tornam-se mais competitivas no Exterior.

A mudança ocorreu um dia depois de vários desmentidos do Palácio do Planalto sobre mudanças no câmbio. E foi a segunda vez que o presidente Fernando Henrique Cardoso, inadvertidamente, anunciou mudanças cambiais. A primeira foi em fevereiro, em visita ao Chile. A informação foi desmentida pelo próprio presidente e pela equipe econômica. Mas uma semana depois, o BC anunciava a implantação do regime de bandas cambiais, com a divulgação da banda de R$ 0,88 e R$ 0,93, que vigorou até ontem. Terça-feira, em almoço com a bancada do PTB, Fernando Henrique voltou a falar em alteração no câmbio. O Planalto negou, mas ontem o BC anunciou a mudança.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e o diretor da Área Externa do BC, Gustavo Franco, não quiseram fazer previsões detalhadas sobre o impacto que a alteração da banda cambial provocará sobre a economia. Franco observou que o impacto sobre o comércio exterior dependerá do valor efetivo da taxa de câmbio daqui para a frente. Loyola destacou que a mudança da banda cambial não resultará necessariamente na elevação da inflação. "A formação do índice de inflação é um fenômeno complexo, que depende mais dos preços relativos do que do câmbio", disse. "A mudança da banda poderá pressionar alguns preços para cima, mas reduzirá outros, em compensação."

Segundo o presidente do BC, a mudança do valor da banda é inerente a esse instrumento. "A mudança da banda tem de ser encarada como algo trivial." Loyola e Franco afirmaram acreditar que o mercado de câmbio se comportará com calma hoje.

AS BANDAS

☐ *O sistema de bandas foi adotado em março pelo governo. É uma forma de administrar as oscilações do câmbio, a cotação do real em relação ao dólar. O governo estabelece um valor considerado mínimo e outro máximo para a cotação do dólar, e passa a companhar esta flutuação. Se o preço cair abaixo do fixado, o Banco Central (BC) intervém no mercado e compra dólares, para levantar o preço. Se o preço do dólar sobe acima do valor máximo estabelecido, a intervenção é inversa: o BC vende dólares para reduzir a cotação. O objetivo é evitar que o dólar caia muito ou dispare, o que tumultuaria o mercado de câmbio e, em conseqüência, a economia do país.*

9508191

CRÉDITO RURAL

Governo e ruralistas acertam detalhes do acordo para dívidas

A NOVELA RURALISTA

Maio/94
O ex-presidente Itamar Franco veta o atrelamento da correção do crédito rural à variação de preços mínimos

5/4/95
Em sessão secreta, o Congresso acaba com o uso da TR (Taxa Referencial) na correção dos empréstimos agrícolas

6/4
O Banco do Brasil suspende todas as operações de financiamento destinadas ao setor rural. O governo recorre da decisão do Congresso na Comissão de Constituição e Justiça, questionando a apuração dos votos e denunciando a rasura de quatro votos do Senado

8/4
A Justiça gaúcha anuncia a primeira decisão favorável à eliminação de indexadores para financiamentos agrícolas. O juiz da 1.ª Vara de Alegre, (RS), Maurício da Costa Gamborgi, determina a exclusão da TR e de qualquer outro indexador que represente correção monetária para o agricultor Plínio Guerra

19/4
O Banco do Brasil reabre o crédito rural, mantendo a TR como indexador

27/4
O governo adia para 31 de maio o pagamento das dívidas do crédito agrícola que venceriam a 30 de abril

3/5
Fernando Henrique Cardoso diz que não vai promulgar a decisão do Congresso de acabar com o uso da TR para correção dos financiamentos agrícolas

11/5
O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), promulga dispositivo legal que derruba a TR para correção do crédito rural. A partir desta data, a TR não poderá mais ser usada em qualquer modalidade de financiamento agrícola

15/5
O BB suspende novamente as operações de crédito rural no país depois da publicação no Diário Oficial, pelo Congresso, da derrubada do veto que impede que o crédito rural possa ser corrigido pela TR

25/5
O presidente Fernando Henrique Cardoso determina que a taxa de juros para o financiamento do custeio agrícola da safra 95/96 será de 16%. O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) afirma que o acordo garante o apoio dos 140 parlamentares ruralistas ao governo, nas votações de temas polêmicos como o fim do monopólio das telecomunicações e do petróleo. Não houve acordo sobre a correção da parcela das dívidas a ser negociada, com prazo de um a dois anos

FH se nega a receber grupo de produtores rurais paulistas

Ruralistas querem prorrogação do prazo de pagamento e definição para os financiamentos

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Um grupo de 41 produtores rurais do Oeste Paulista tentou em vão ser recebido ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Preocupados com os empréstimos agrícolas que começam a vencer a partir do dia 15, os agricultores vieram a Brasília pedir a prorrogação por 120 dias do prazo de pagamento e uma política definida para os financiamentos, mas voltaram frustrados. Conduzidos pelo deputado Paulo Lima (PFL-SP), que não se preveniu marcando previamente audiência, o grupo prometeu retornar ao Palácio do Planalto.

A principal reivindicação do grupo é para o setor algodoeiro, desaquecido por causa da importação do produto. Os agricultores querem que o governo aumente a alíquota de importação fixada hoje em 10% e o preço mínimo da arroba do algodão em caroço, de R$ 5,80, para R$ 8,00. Reivindicam também uma imposição na forma de pagamento do produto importado, hoje com prazo de um ano.

VIAGEM DE ÔNIBUS DUROU 14 HORAS

O grupo representava os plantadores de algodão e outros produtos de cerca de 60 municípios paulistas. Eles reforçaram que não queriam anistia da dívida agrícola, mas uma definição da forma de pagamento dos empréstimos. Segundo Paulo Lima, a dívida atinge cerca de R$ 1 mil por alqueire.

Os produtores foram recebidos pelo secretário particular do presidente, Francisco Grazziano. Constrangido com a não-marcação de audiência, Grazziano explicou que Fernando Henrique estava reunido com parlamentares em seu gabinete, negociando a votação da emenda constitucional da quebra do monopólio do petróleo, mas acompanhava pelo telefone a reunião entre governo e bancada ruralista que estava acontecendo no Ministério da Fazenda, no mesmo momento. Paulo Lima lamentou o fracasso da tentativa. "Eles viajaram 1.200 quilômetros em 14 horas dentro de ônibus; a gente traz o campo até o presidente da República e não conseguimos ser recebidos por ele."

ONDE ESTÃO OS MAIORES DEVEDORES

Dívida em R$ milhões

Bahia	309,599
Distrito Federal	203,949
Mato Grosso do Sul	159,287
Mato Grosso	198,086
Paraná	134,483
Rio Grande do Sul	1.101,222
São Paulo	167,552
Brasil	3.125,886

RAQUEL STENZEL

BRASÍLIA — Depois de mais de 60 dias de intensas negociações, governo e bancada ruralista chegaram ontem a um acordo sobre o financiamento agrícola da próxima safra. Nem mesmo o impasse relativo ao índice de correção que será aplicado à parcela da dívida que será prorrogada parecia tirar o ânimo de ambas as partes. Como não houve acordo em relação à taxa de juro (o governo quer aplicar a TJLP mais uma taxa de 4% ao ano e os parlamentares querem a TJLP com rebate de 20%), ficou a cargo do presidente Fernando Henrique arbitrar a questão.

O pacote negociado inclui uma medida provisória, um voto do Conselho Monetário Nacional estabelecendo as regras de refinanciamento de parte das dívidas e os novos juros para o credito rural, e uma exposição de motivos alterando o critério de aplicação da TR nos contratos do Finame/Rural, fechados até abril de 1993. Os principais pontos do acordo são:

■ **Crédito Agrícola** — Os financiamentos de custeio e comercialização da próxima safra serão corrigidos por uma taxa de juro fixa de 16% ao ano, num limite de R$ 150 mil por produtor, somente para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Os pequenos agricultores, com limite de crédito de R$ 30 mil, não terão taxa de juro diferenciada, mas poderão optar pelo sistema de equivalência-produto, pelo qual o custo do financiamento é igual a variação do preço mínimo. Neste caso, o pequeno produtor terá que entregar a sua safra para o governo.

Os financiamentos que ultrapassarem o nível de R$ 150 mil terão os encargos financeiros negociados livremente pelas partes. O crédito para a comercialização de sementes não está limitado. A cultura de soja não terá direito aos créditos de custeio e de comercialização. Os produtores de algodão poderão contratar crédito de custeio de até R$ 300 mil. As instituições financeiras poderão conceder empréstimo rural sob a modalidade de crédito rotativo — uma espécie de cheque especial vinculado a atividade agrícola. Essas novas regras serão válidas somente para os contratos firmados até 31 de julho de 1996.

■ **Dívidas** — O estoque da dívida agrícola continuará sendo corrigida pelas regras contratuais (TR mais taxa de juro agrícola). O governo pediu um prazo até novembro para encontrar outro indexador para o estoque, dentro do contexto da desindexação total da economia. As parcelas das dívidas que vencem este ano poderão ser repactuadas. O governo aceita prorrogar por até dois anos o pagamento de 20 a 30% das prestações (cerca de R$ 1,8 bilhão). O restante deve ser pago a vista. O presidente da República vai arbitrar a taxa de juro a ser aplicada na parcela prorrogada.

■ **Recursos** — Serão ofertados para o custeio da próxima safra de verão R$ 3,2 bilhões de crédito novo. Outros R$ 900 milhões serão gastos na equalização das taxas de juros. O presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, disse ontem que o banco poderá voltar a operar com o crédito rural assim que for editada a MP e aprovado o voto do Conselho Monetario Nacional. Desde o dia 15 de maio, todas as operações de crédito rural do BB estão suspensas.

02

95081 91

A ÍNTEGRA DA MP

O texto da medida provisória:

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Artigo 1º — Fica autorizada a concessão de subvenção econômica para o crédito rural, sob a forma de equalização de encargos financeiros, observado o dispositivo na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

Parágrafo Único — O Poder Executivo e o Poder Legislativo providenciarão a alocação de recursos e a suplementação orçamentária necessários à subvenção econômica de que trata este artigo.

Artigo 2º — Para as operações de crédito rural contratadas a partir de publicação desta medida provisória e até 31 de julho de 1996, não se aplica o disposto no parágrafo 2º do artigo 15 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

Artigo 3º — O disposto no artigo 31 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, não se aplica aos empréstimos e financiamentos destinados ao crédito rural, com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC), sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Artigo 4º — É facultado às instituições financeiras conceder financiamento rural sob a modalidade de crédito rotativo, com limite de crédito fixado com base em orçamento simplificado, considerando-se líquido e certo o saldo devedor apresentado no extrato ou demonstrativo da conta vinculada à operação.

Parágrafo único — Os financiamentos de que trata este artigo poderão ser formalizados através da emissão de cédula de crédito rural, de acordo com o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Artigo 5º — Na formalização de operações de crédito rural, sob o efeito desta medida provisória, as partes poderão pactuar, livremente, encargos financeiros substitutivos para incidirem a partir do vencimento, ordinário ou extraordinário, e até a liquidação do empréstimo ou financiamento, inclusive no caso de dívidas ajuizadas, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado.

Parágrafo único — Em caso de prorrogação do vencimento da operação ajustada de comum acordo pelas partes ou nas hipóteses previstas na legislação do crédito rural, inclusive aquelas mencionadas no Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, os encargos financeiros serão os mesmos pactuados para a situação de normalidade do financiamento.

Artigo 6º — Fica a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) autorizada a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil no valor correspondente aos Empréstimos do Governo Federal (EGF) vencidos até 31 de dezembro de 1994.

Artigo 7º — Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

03

9508191

AGRICULTURA

Governo fecha acordo com ruralistas

O Banco do Brasil vai retomar a partir da próxima segunda-feira as operações de financiamentos para os produtores

ANTONIO CARLOS CAMPOS
Sucursal Brasília

O governo concluiu ontem, finalmente, um acordo com a bancada de parlamentares ruralistas, depois de dois meses e meio de negociações. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que o efeito mais imediato do acordo será a reabertura, a partir de segunda-feira, das operações de financiamentos agrícolas do Banco do Brasil, que estavam fechadas desde o início de maio. O entendimento final em torno das dívidas passadas e das novas modalidades de crédito rural foi selado em reunião entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os principais dirigentes da bancada ruralista no Congresso. O presidente assinou uma medida provisória para regulamentar os financiamentos e aprovou uma exposição de motivos dos ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, dispondo sobre rolagem das dívidas do Finame rural.

Uma decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), que vigora a partir da próxima semana, estabeleceu que as dívidas vencidas e a vencer em 1995 do setor rural serão roladas até o mínimo de 20% e máximo de 30% do total. Sobre sobre essa parcela que foi renegociada incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As condições para a rolagem vigoram pelo prazo máximo de dois anos e valem não só para o sistema financeiro, mas também para o Finame rural. Os 70% do estoque das dívidas passadas, que ficaram de fora da rolagem com base na TJLP, terão de ser pagos à vista, conforme a medida.

Entretanto, para abrandar os encargos dessa parcela da dívida, a maioria contratada com base na Taxa Referncial (TR), o governo dará um desconto de 1%, de julho até seu vencimento. Além disso, até novembro poderá haver outra renegociação desse montante, devido à previsão de desindexação da economia a partir de 1º de julho.

Conforme a medida provisória baixada ontem, o crédito para a próxima safra terá juros prefixados de 16% ao ano ou a equivalência-produto para os agricultores cujo valor da produção não ultrapasse a R$ 30 mil de renda bruta. Essas mesmas condições valerão para produtores de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, que podem financiar até R$ 150 mil por produto. A soja ficou de fora do financiamento com base nessas regras.

As bases do acordo agradaram tanto ao governo quanto aos ruralistas. "A agricultura é muito importante para o Plano Real e precisávamos ter uma solução para as dívidas do setor", disse Pedro Parente. Em nome da bancada, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) considerou o entendimento satisfatório. Mas observou que, além de buscar novas negociações com o governo a partir de julho, nos próximos dias a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) entrará com ação coletiva na Justiça contestando a cobrança dos 70% da dívida com base em taxas de juros existentes antes da lei nº 8.880, de 27 de maio.

Até novembro poderá ocorrer mais uma negociação para os 70% restantes das dívidas agrícolas

Entre os ruralistas, contudo, houve quem não ficasse satisfeito com o acordo. "Foi uma medida paliativa para um problema muito sério", reclamou o deputado João Augusto Nardes (PPR-RS). Nardes afirmou que foi voto vencido na bancada ruralista, ao defender a eliminação do artigo 2º da medida provisória, que a seu ver, tem o efeito de extinguir a vigência da lei nº 8.880, até julho de 1996.

A lei foi promulgada pelo presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), como consequência da derrubada do veto que mantinha a TR como instrumento de correção do custeio. Ao derrubar a TR, a lei restabeleceu também o sistema de financiamento com juros equivalentes à variação dos preços mínimos, a equivalência-produto.

O secretário especial de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, um dos principais negociadores do acordo, disse que o entendimento tem como principal objetivo dar liquidez (injeção financeira) à agricultura.

04

O ENTENDIMENTO

As decisões entre o governo e a bancada ruralista:

Reabertura do crédito — O Banco do Brasil reabrirá, a partir de segunda-feira, as operações de crédito à agricultura, voltando a operar praticamente todas as modalidades de financiamentos rurais.



Rolagem — Do total das dívidas vencidas e a vencer em 1995, o governo concordou em rolar no máximo 30% pelo prazo de até dois anos. Os encargos financeiros nessa rolagem serão à base da Taxa Referencial de Juros de Longo Prazo (TJLP), pura.

Renegociação — Os 70% das dívidas restantes continuam indexados às taxas previstas nos contratos. Mas o governo se compromete a dar um rebate (redução) de 1% nas taxas contratadas, de julho até o fim do compromisso. Mas até novembro poderá haver outra renegociação desse montante, devido à previsão de desindexação da economia a partir de 1º de julho.

Crédito rural — Conforme decisão a ser divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, os financiamentos de custeio e comercialização da próxima safra serão corrigidos por uma taxa equivalente à variação dos preços mínimos (a chamada equivalência-produto) para produtores rurais com renda até R$ 30 mil. Pelo mesmo sistema ou por taxa prefixada de juros de 16% ao ano, os financiamentos podem chegar a R$ 150 mil, mas somente para custeio agrícola de cinco produtos — arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.

Outros financiamentos — Para as operações de créditos contratadas a partir de agora e até 31 de julho de 1996 que ultrapassarem a R$ 150 mil, não se aplica nem a equivalência-produto nem a taxa de juros de 16%. As taxas estão sujeitas às de mercado ou as pactuadas entre as partes.

Finame — Os financiamentos rurais concedidos pela Agência Financiadora de Máquinas e Projetos (Finame) do BNDES também serão renegociados com base na proporção de até 30% do estoque da dívida.

Desemprego ainda é menor do que em 94

Indústria de transformação é que mais demite

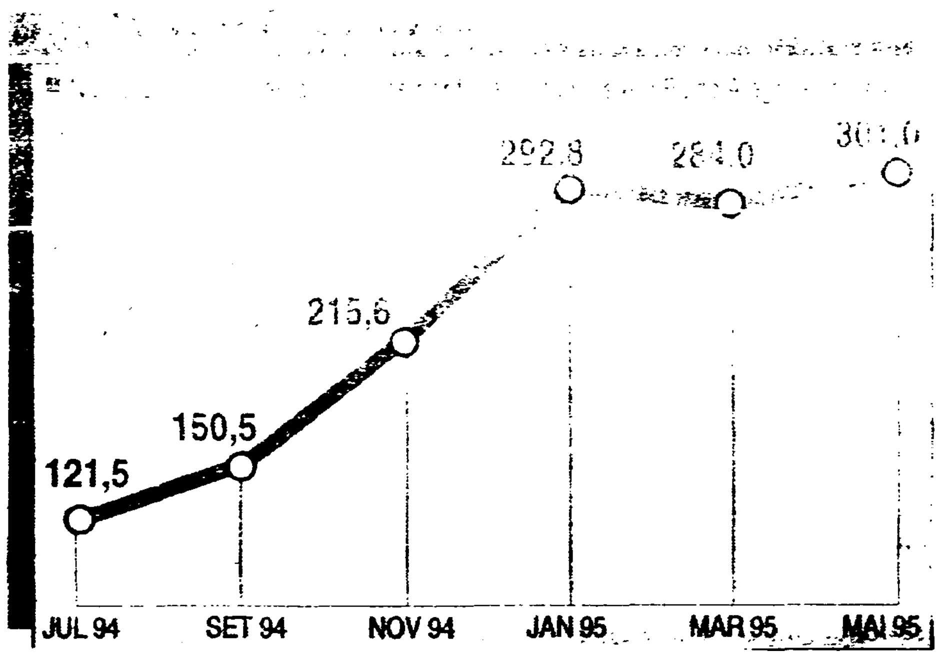
Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que o desemprego vem crescendo em todo o país. A taxa média de desemprego em maio, de 4,49%, foi superior à de abril, que ficou em 4,35%. Apesar disso, a taxa ficou abaixo da registrada no mesmo mês do ano passado, quando o desemprego foi de 5,18%. O desemprego foi maior na indústria de transformação, com um índice de 5,46%. Em relação ao mês anterior, quando o desemprego na indústria de transformação foi de 5,49%, a taxa está estável.

De acordo com os técnicos do Instituto, o aumento da taxa de desemprego de um mês para o outro deve-se, principalmente, ao acréscimo de 4% no número de pessoas à procura de trabalho. Em São Paulo, esse último indicador subiu 5,7%, mas as maiores elevações ocorreram em Porto Alegre (11,2%) e Recife (6,5%). Ainda conforme o IBGE, o número de pessoas ocupadas aumentou, de maio de 1994 ao mesmo mês deste ano, 4,8%, enquanto que o número de pessoas procurando emprego encolheu 9,6% no mesmo período.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 1,2% em abril (últimos dados disponíveis do IBGE), em relação a março. Pelo levantamento, as pessoas ocupadas ganhavam, em média, 6,68 salários mínimos em abril, enquanto que no mesmo mês do ano passado recebiam 4,56 salários e em março, 6,43.

A maior taxa de desemprego é a de Salvador (7,12%) e a menor, do Rio de Janeiro (3,29%). Em São Paulo, a taxa ficou em 4,78%. No Rio de Janeiro, o rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 8,97% de março para abril, e 2,6%, na comparação com abril de 1994.

O IBGE também divulgou os resultados da produção industrial por região. O maior crescimento, no primeiro quadrimestre do ano, comparado com o mesmo período de 1994, foi o de Pernambuco (33,2%). O pior desempenho foi o do Paraná, com queda de 2,4%. A produção do Rio cresceu 10,7%, abaixo da média do país, que foi de 14,6%.



Bancos começam a renegociar as dívidas

Algumas instituições, como a CEF e o Banrisul, vão dar prazo de até 12 meses para os débitos do cheque especial

As novas regras de renegociação de dívidas de financiamento bancário vencidas até 31 de maio, inclusive de cheque especial, começam a ser aplicadas hoje pelo sistema financeiro. A principal novidade da circular 2581 do Banco Central, anunciada na quarta-feira, é que agora o cliente inadimplente não precisa mais ter título protestado em cartório para ter direito à renegociação. As normas ampliam as possibilidades dos devedores de renegociar seus débitos com os bancos por prazos ilimitados e também com as administradoras de cartão de crédito. Os débitos do cartão vencidos e não pagos até 31 de maio agora poderão ser parcelados em até três vezes.

A Caixa Econômica Federal deverá cobrar TR mais juros de 3,5% ao mês nas renegociações com os inadimplentes de cheque especial, afirma o chefe da divisão de aplicações no Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Bernardes Fraga. Segundo Fraga, até 5% dos quase 100 mil contratos da carteira de cheque especial do banco no Estado devem ser repactuados. Os prazos devem ser estabelecidos em até 12 meses.

O Bamerindus também pretende estender a até 12 meses as renegociações dos débitos contraídos até 31 de maio. O diretor superintendente do banco, Belmiro Valverde Jobim Castor, explica que as taxas de juros para a renegociação em um ano deverão ficar em TR mais 2,5%, em média, ao mês. "A medida contribuirá para a renegociação da inadimplência, mas sozinha não resolverá o problema", ressalta Castor. A carteira do Bamerindus, de US$ 2 bilhões, carrega uma inadimplência de 4% a 4,5%.

A taxa de juros para a negociação de dívidas do cartão de crédito deve ficar entre 15% e 16% ao mês

A decisão do governo de autorizar a volta do parcelamento em até três vezes do cartão de crédito e a negociação com os bancos para os correntistas do cheque especial vai dar um fôlego extra a 80% dos clientes que têm procurado a agência Central do Banco do Brasil com dificuldades de pagar suas dívidas. A assessoria do BB [illegible] que a procura por renegociação é grande, mas até agora apenas 20% dos clientes se enquadravam nas regras.

Na prática, desde maio a maioria dos bancos [illegible] com correntistas e empresas inadimplentes. A base dos acordos era outra circular do BC que restringia a negociação apenas aos casos em que já haviam sido lançados os créditos em liquidação (já vencidos) ou títulos em cobrança judicial (vencimento há mais de 5 dias). "A decisão melhora a relação do banco com o cliente", afirma o chefe do departamento de crédito do Banrisul, João Zani. O Banrisul mantinha desde maio um plano de refinanciamento de dívidas. A taxa de juros dos contratos repactuados varia, segundo Zani, de 2,5% a 4%, e o máximo são 12 parcelas.

Até segunda-feira, as administradoras de cartões de crédito informarão aos 12,5 milhões de portadores de cartão no país as regras para repactuar as dívidas contraídas até 31 de maio. O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), Nilton Volpi, informou que as taxas de juros deverão ser as mesmas cobradas no mercado hoje, entre 15% e 16% ao mês.

O ACERTO

As regras do Banco Central para a renegociação das dívidas:

Quais as dívidas que podem ser renegociadas?

As dívidas bancárias de pessoas físicas e jurídicas, inclusive de cheques especiais, vencidas até 31 de maio. As faturas de cartão de crédito vencidas e não pagas até 31 de maio também podem ser renegociadas.

Quem renegociar a dívida do cheque especial pode voltar a sacar do seu limite de crédito antes de quitar a dívida antiga? O cheque especial do renegociador vai ficar suspenso?

O limite do cheque especial é suspenso durante o período de renegociação da dívida, pois as novas regras proíbem a concessão de um novo crédito ao renegociador. Mas saldo do cliente depositado na conta corrente pode ser utilizado livremente.

Como ficam os juros das dívidas de financiamento bancário e cheque especial?

Os bancos têm independência para renegociar as taxas e os [illegible] clientes. Os prazos são ilimita[illegible]. Os bancos não são obriga[illegible] [illegible]

Como fica o parcelamento dos debitos do cartão de crédito?

[illegible]

O parcelamento das faturas de cartão de credito só é válido para contas vencidas e não-pagas até 31 de maio?

Sim. As [illegible] realizadas [illegible] pelo cartão de crédito não podem ser pagas em prestações.

As regras valem para cartões de lojas e supermercados?

Sim. As regras de renegociação das dívidas valem para todos cartões de crédito, inclusive aos vinculados a estabelecimentos comerciais.

Fonte: Banco Central.

02.02

9508193

5.7482
1101
11402

AGRICULTURA

Banco do Brasil reabre o crédito rural

O BB dispõe de um total de R$ 170 milhões para financiar o plantio de trigo, já de acordo com as novas regras

Brasília

O Banco do Brasil reabre hoje as operações de crédito rural em todas as suas modalidades. As novas normas para os financiamentos agrícolas, definidas em resolução do Banco Central, determinam que para o plantio de trigo o BB dispõe de R$ 170 milhões. Para as culturas de verão da próxima safra, que começará a ser plantada em setembro, a instituição vai dispor de R$ 3,2 bilhões, dos quais R$ 1 bilhão provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A resolução do Bacen traz também as regras para a renegociação das dívidas passadas. Segundo as normas, fica autorizada a renegociação, pelo prazo mínimo de um ano e máximo de dois, da parcela mínima de 20% e máxima de 30% do valor das prestações vencidas em 1995 e ainda não pagas e as que estiverem vencendo até 31 de dezembro.

Pelas regras divulgadas ontem, o agricultor que comprove que 80% da sua renda provém da atividade agropecuária poderá contratar crédito no BB para o custeio da próxima safra num limite de R$ 30 mil, para qualquer cultura, inclusive para a atividade pecuária. O crédito neste limite garantirá a equivalência-produto, corrigindo, assim, o empréstimo pela variação do preço mínimo, para o custeio dos produtos que fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Até o limite de R$ 30 mil, o financiamento será rotativo, funcionando como uma espécie de cheque especial. O banco colocará o dinheiro na conta do agricultor, que vai sacar quando precisar e depositar no momento em que tiver dinheiro disponível. Para se beneficiar da equivalência-produto, terá que cultivar apenas os produtos protegidos pela PGPM: algodão em caroço, feijão, milho, trigo, triticale, arroz, cera de carnaúba, juta e malva embonecada, mandioca raiz, sisal bruto, soja e uva. Os produtos não protegidos pela PGPM não terão o benefício do sistema em nenhum caso.

Ultrapassar o limite de R$ 30 mil significará elevar o pagamento para a taxas de juros de 16%, mesmo assim bem abaixo do índice da Taxa Referencial.

As novidades para os novos financiamentos são as taxas de juros, o limite de crédito e a não-classificação dos produtores. O Banco do Brasil operará com três limites de crédito: até R$ 30 mil os produtores serão financiados pela equivalência-produto (suficientes para o plantio de 100 hectares de trigo, por exemplo), acima deste valor e até R$ 150 mil os tomadores vão pagar 16% de juros ao ano, e em operações de mais de R$ 150 mil até R$ 300 mil (limite máximo) valerão as taxas de juros de mercado.

A redução dos juros será discutida hoje no Ministério da Fazenda por representantes de pequenos produtores

O governo está discutindo nova portaria para equalizar (diferença entre os custos de captação e empréstimo) preços, isto é, ainda negocia com o Congresso de que fontes sairão os recursos para cobrir a diferença dos empréstimos, uma vez que os juros de 16% são subsidiados. Também estuda os recursos do FAT e utilizá-los nas chamadas culturas familiares. A redução do índice será solicitada hoje por representantes de pequenos produtores ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e ao secretário Nacional de Política Agrícola, Guilherme Dias.

O BB calcula agora quanto custará para os cofres públicos os subsídios que serão concedidos no financiamento da próxima safra. A estimativa inicial é de cerca de R$ 900 mil na equalização das taxas de juros para garantir a oferta de R$ 3,2 bilhões para o custeio, mas este montante pode ser ainda maior.

Somente os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil terão direito à equalização das taxas, mas isso não significa que as demais instituições não poderão operar com o crédito rural. Outros bancos, porém, poderão conceder empréstimos com custo de 16% ao ano, utilizando as exigibilidades dos depósitos à vista ou recursos de outras fontes com encargos financeiros pactuados livremente entre as partes.

INTEGRAÇÃO

Livre comércio nas Américas pode ser adiado

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O presidente Fernando Henrique Cardoso acredita que os efeitos da crise financeira do México poderão levar a uma dilatação do prazo de 2005 para a criação de uma Área de Livre Comércio nas Américas, o objetivo proclamado pelos líderes das 34 democracias do hemisfério durante a Cúpula de Miami, em dezembro passado. "Depois do que aconteceu no México, o cronograma previsto poderá ter que ser mudado", afirmou o presidente numa entrevista concedida em abril à revista Foreign Affairs e publicada esta semana, na edição de julho/agosto, do respeitado periódico do Council of Foreign Affairs, de Nova York.

É improvável que os chefes das delegações que se reúnem em Denver, Colorado, para começar o árduo trabalho de mapear o caminho da integração hemisférica admitirão que a meta de Miami foi demasiadamente otimista. A declaração de Fernando Henrique reflete, porém, a redução de expectativa para a efetivação do sonho de um mercado comum do Alaska à Terra do Fogo.

Para a delegação brasileira, encabeçada pelo chanceler Luis Felipe Lampreia e integrada pela ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothéa Werneck, os trabalhos começam hoje com uma reunião bilateral de revisão das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos. Amanhã haverá a reunião oficial de seguimento da Cúpula de Miami. Ela será seguida, no sábado e domingo, de conferências e seminários de representantes do setor privado, que prometem ser a parte mais animada do evento.

"A crise do peso colocou em questão o NAFTA e o futuro do acordo de integração dependerá do que acontecer no México em 1996 e 1997", disse Riordan Roett, da Universidade Johns Hopkins. "Há, além disso, o problema de falta de liderança nos EUA e as dificuldades que começam a aparecer no Mercosul".

O desmoronamento do milagre mexicano, que começou dias depois da Cúpula de Miami, vingou os críticos do NAFTA nos EUA e complicou a ampliação a outros países do acordo anunciado por Washington como a pedra fundamental da integração hemisférica. O problema é ilustrado pelo ralo apetite do Congresso americano para dotar a Casa Branca do mandato necessário para avançar nas negociações de acesso do Chile.

> **CONFLITO COM JAPÃO TAMBÉM ATRAPALHOU**

Há, além disso, os problemas internos dos EUA. Mickey Kantor, o responsável pelo USTR está envolvido, não com os preparativos para Denver, mas com a disputa com o Japão. E talvez não tenha tempo para se ocupar do tema, pois é nome cotado para chefiar a campanha à reeleição do presidente Bill Clinton.

O secretário de Comércio Ron Brown, é uma figura em declínio. Está sob investigação sob suspeita de corrupção e a Câmara e o Senado republicanos já aprovaram projetos de lei que extinguem seu ministério.

A estes problemas, devem-se somar as dificuldades no Mercosul, que vieram à tona com a decisão brasileira de restringir as importações de automóveis e forçar uma renegociação de uma parte do acordo.

Campo Sicosocial
Mujeres

Por resolución presidencial

El viernes 2 de junio, en el Ministerio de Relaciones Exteriores, se realizó la primera reunión de la Comisión Preparatoria de la IV Conferencia Mundial de la Mujer que se llevará a cabo en Pekín en setiembre próximo.

Esta Comisión fue creada por resolución presidencial del 23 de mayo, que encomienda su coordinación a la Directora del Instituto de la Familia y la Mujer del Ministerio de Educación y Cultura, doctora Alba Osores de Lanza, y la integra con representantes de los ministerios de Relaciones Exteriores, Salud Pública, Trabajo y Seguridad Social y del Interior, así como de la Oficina Nacional de Planeamiento y Presupuesto. La resolución incorpora, asimismo, con carácter consultivo a Manila Chaneton de Vivo, Silvia Tron, Rosario Aguirre, Carmen Tornaría, Ofelia Murguía, Gloria Robaina, Margarita Percovich, María del Carmen Bocking y Hebe Vasconcellos.



En el Salón de los Tratados de la cancillería, se instaló la Comisión Preparatoria de la IV Conferencia Mundial de la Mujer

Comenzaron preparativos oficiales para Pekín

Las representaciones de las oficinas gubernamentales indicadas recayeron en la doctora Sarita Saragosa y licenciada Asesandra Fernández (Relaciones Exteriores), doctora Laura Albertini (Salud Pública), doctora Cristina Casciano (Trabajo), doctora Martha Roque (Interior) y doctora Glenda Villela (Planeamiento y Presupuesto).

Las consultoras fueron incorporadas a título personal. Al respecto, la doctora Alba Osores de Lanza explicó que fueron elegidas entre las mujeres con trayectoria en la investigación y trabajo en torno a la condición de la mujer.

Son objetivos de la Comisión analizar los documentos elaborados por la Secretaría de la Conferencia Mundial, ampliando criterios y posiciones a tomar por la delegación oficial de Uruguay que asistirá a la misma.

La doctora Osores de Lanza enfatizó que ésta es la primera vez que se conforma una comisión donde unen sus aportes representantes de organizaciones gubernamentales y no gubernamentales. La primera tarea conjunta que afrontan es el análisis del proyecto de Plataforma de Acción aprobado en la última reunión preparatoria de la cumbre que se realizó en Nueva York. Con el fruto de las deliberaciones conjuntas, se pasará a la elaboración del documento que servirá de base a la posición oficial que llevará el país a Pekín.

Para estos efectos, la Comisión se reunirá todos los lunes, a partir del 12 de junio, con la expectativa de culminar los trabajos a fines de julio, informó Alba Osores.

Mujer intoxicada por sobredosis de cocaína; tenía dinero apócrifo

Una prostituta resultó intoxicada tras consumir una sobredosis de cocaína. La mujer que se encuentra internada en un nosocomio capitalino tenía en su poder además del citado alucinógeno una importante cantidad de dólares falsos, por lo cual los investigadores no descartan que tenga vinculación con algún grupo de narcotraficantes y falsificadores de moneda norteamericana.

El procedimiento se encuentra a cargo de autoridades de la Brigada Nacional Antidrogas quienes enteraron a la Justicia competente.

El inusual episodio ocurrió en la pasada madrugada cuando un taxista que circulaba por la zona de La Blanqueada, observó que una mujer se encontraba mal y optó por ayudarla trasladándola a un sanatorio de las proximidades.

Al ingresar a dicho centro asistencial, los facultativos constataron que se encontraba intoxicada por una sobredosis de cocaína y que su estado de salud era delicado por lo cual quedó internada.

El caso fue puesto en conocimiento de la Policía, por lo que funcionarios de Narcóticos asumieron el procedimiento. Entre sus pertenencias la mujer, identificada como E.E.R. de 34 años, con varios antecedentes penales por la comisión de delitos contra la propiedad y la persona, tenía varios paquetitos con cocaína, y cierta cantidad de dólares que posteriormente se confirmó eran falsos.

Dicha persona hasta el momento no pudo ser interrogada, pero cuando así sea, no se descarta que proporcione suficiente información para poder llegar hasta los responsables de la distribución de la "coca" y de la falsificación de la moneda apócrifa.

Atraco en una tienda

Un sujeto que empuñaba un arma blanca consumó en la pasada jornada una rapiña en una tienda situada en la zona del Cerrito de la Victoria. El delincuente luego de dominar a la persona encargada y un cliente se apoderó de unos 1.000 pesos y emprendió rápida fuga. Investiga personal de la Seccional 12ª de la Dirección de Seguridad.

El delito se registró próximo a la hora 14.30 en el comercio situado en el Bulevar José Batlle y Ordóñez 3639 casi la Avenida San Martín. A dicho lugar ingresó el rapiñero y operando de la forma descrita consumó el dolo y escapó sin haberse podido establecer los medios que utilizó.

DOCUMENTO 9508198

TITULO ROU. JEFE DE POLICIA DE CANELONES PROMETE LUCHAR CONTRA LAS DROGAS.

PROCEDE EL OBSERVADOR

FECHA 9/3/95

VINCULACIONES 11176 11349 65092 11421 507466 65461 11351

ENTRADO
CRUZADO

Jefe de Policía prometió lucha contra la droga

UNA LUCHA FRONTAL contra la droga, fundamentalmente en relación con su incidencia entre los jóvenes, anunció el nuevo jefe de Policía de Canelones, Juan Omar Rodríguez, quien asumió ayer el cargo.

Dijo el jerarca que su primer paso será estudiar las diferentes situaciones de su departamento, donde coexisten ciudades importantes, áreas rurales y toda la población estable y flotante de la Costa de Oro.

"Hay que ver en cada caso cuál es la mejor forma de cumplir con el servicio real policial, que es la prevención", señaló el inspector mayor (R) Rodríguez.

El nuevo jefe, retirado del servicio activo desde hace 13 años, marcó su preocupación por el incremento del tráfico y consumo de drogas en Canelones y adelantó que ese problema debe "ser una de las prioridades de la Jefatura", prestando especial atención "a los centros de baile de la juventud".

También mostró su inquietud por delitos importantes, en muchos casos de sangre que en los últimos tiempos han tenido como escenario el departamento, pero dijo que tratará de reorganizar a la Policía de Canelones para bajar esos índices de delictividad en lares canarios. ■

9508198

Nº DOCUMENTO 95C 8199

TITULO PARAGUAY: Puente y Proveedor de drogas del Cono Sur

PROCEDENCIA La República

FECHA DE PROCEDENCIA 9/3/95

VINCULACIONES 11146 11421

65592 11341

66960 11354

66723 11225

11226

ENTRADO

CRUZADO

Droga desde Paraguay

Asunción (ANSA)

El 90 por ciento de la droga que ingresa a Argentina proviene de Paraguay, afirmó hoy el senador opositor Fernando Pfannel, en la Comisión Bicameral Investigadora (CBI) del Parlamento.

Pfannel, del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), primera fuerza opositora, negó que el Paraguay sea solamente un "puente" en la comercialización de las drogas y afirmó que también es un proveedor en el Cono Sur.

El legislador reveló que la Gendarmería Argentina había elaborado un estudio que revela que el 90 por ciento de la droga que se consume en ese país, básicamente marihuana y cocaína, es provisto desde el Paraguay.

Miembros de la CBI visitaron recientemente la zona de Capitán Bado, a 400 quilómetros al noreste de Asunción, donde observaron los cultivos de marihuana existentes en la zona.

A pesar de que los legisladores fueron testigos de la destrucción de numerosas plantaciones de la hierba, Pfannel expresó su preocupación por la falta de investigación de "los verdaderos productores" en el país.

El informe del presidente estadounidense, Bill Clinton, al Congreso de su país sobre el tráfico de drogas, en el que cuestionó a varios países por la falta de efectividad en la lucha contra ese flagelo, señaló precisamente que en Paraguay son detenidos delincuentes menores, pero no aquellos conocidos aquí como "peces gordos" del narcotráfico.

El senador Carlos Romero Pereira, del

9508199

C1-C1

Nº DOCUMENTO
TITULO Colombia: Temen que el C de Cali desate narcoguerra
PROCEDENCIA LA Juventud
FECHA DE PROCEDENCIA 10/3/95
VINCULACIONES 11176 11888
65092 65890
65992 11234
11233 11011
11010 Ai

ENTRADO
CRUZADO

COLOMBIA

El temor de otra «narcoguerra»

Aunque el director de la policía de Colombia, general Rosso José Serrano Cadena, y otras autoridades consideran que los jefes del cartel de Cali podrían entregarse a la justicia, persiste el temor de que, al limitarse los beneficios del sometimiento, se desate otra «narcoguerra» en el país. El gobierno de Ernesto Samper recibió el miércoles un informe de una comisión de expertos para revisar la «política de sometimiento» de narcotraficantes y recomendó la aplicación de penas acordes con la gravedad de los delitos. La reducción de penas causó malestar en Estados Unidos, que suspendió temporalmente el año pasado el intercambio de pruebas judiciales y la semana pasada manifestó sus dudas en la efectividad de la lucha antidrogas de Colombia. El general Serrano Cadena dijo que no cree que el cartel de Cali acuda al terrorismo por cuanto las acciones oficiales de persecución a sus cabecillas «se hacen dentro de la ley». Para el alto oficial, «cuando no se personaliza una acción, el delincuente también tiene su código de ética, cuando el bloque (de búsqueda) actúa sin violaciones, cuando da oportunidades de defensa, no hay nada que hacer». La violencia surge, añadió, «cuando presionan las familias, cuando aparecen los muertos», como con el desarticulado cartel de Medellín. La gran diferencia entre entrega y captura es la posibilidad de negociar pena por confesión, delación o colaboración y allí radica el convencimiento de que los jefes de la organización de Cali, que ingresa en Estados Unidos el 80 por ciento de la cocaína que allí se consume, se entregarán finalmente a la justicia. El fiscal general Alfonso Valdivieso Sarmiento, ha insistido en que sólo habrá beneficios para quienes colaboren de forma efectiva.

9508200

C1 - C3

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCESO 10/3/95

VINCULACIONES

ENTRADO

EDITADO

EL GOBIERNO REVISA UNA LEY QUE OTORGA PENAS MENORES A LOS TRAFICANTES

Temen en Colombia que el Cartel de Cali desate una "narcoguerra"

BOGOTA, 9 (EFE y AFP). – **Presionado** por los **Estados Unidos**, el gobierno presidido por **Ernesto Samper** decidió **limitar las reducciones de penas y otros beneficios que otorgaba a los narcotraficantes "arrepentidos" la llamada ley de sometimiento**, y en algunos medios políticos ya se hablaba hoy sobre **serios riesgos de que el Cartel de Cali desate una "narcoguerra"** contra el Estado colombiano.

De acuerdo con las recomendaciones de una comisión de expertos que evaluó los resultados efectivos de esa ley, el gobierno de Samper decidió introducir reformas al código penal para **aumentar las penas**, así como cambiar las reglas de procedimiento para **evitar la acumulación de beneficios**. La argumentación oficial sostiene que los mafiosos lograban sustanciales reducciones de sus condenas sin siquiera aportar información para la lucha contra el narcotráfico.

La comisión, designada por Samper para que analizara las fallas de la ley de sometimiento, hizo cinco recomendaciones básicas para que esa política, instaurada por el anterior gobierno del ex presidente **César Gaviria**, realmente responda a los delitos cometidos por las personas que se acojan a sus beneficios.

Precisamente la aplicación de penas reducidas a los mafiosos fue uno de los motivos por los que la semana pasada **los Estados Unidos estuvieron a punto de apartar a Colombia de la lista de países beneficiarios de su ayuda financiera para la lucha antidrogas**.

Finalmente el presidente **Bill Clinton** recomendó al Congreso de su país que aprobara la certificación a Colombia, aunque con la aclaración de que la decisión se debía a "razones de seguridad nacional": fue la forma en que Washington envió su mensaje de advertencia a Bogotá respecto de sus aspiraciones en el terreno de la cooperación en la lucha contra el narcotráfico.

Desde su asunción, el 7 de agosto, el presidente Samper sostuvo la necesidad de revisar la política de sometimiento a la Justicia de los narcotraficantes, y las presiones norteamericanas parecen haberle dado el impulso definitivo.

A la ley ahora a punto de modificarse se sometieron gran parte de los principales miembros del desmantelado Cartel de Medellín, que lideraba el abatido **Pablo Escobar**.

El fiscal general de la Nación, **Alfonso Valdivieso**, insistió en la laxitud con la que se venía aplicando esa política, que según un anuncio del ministro de Justicia, **Néstor Martínez**, quedará reformada en dos semanas mediante la expedición de varios decretos presidenciales.

Valdivieso sostuvo que es necesario lograr una "acción más coherente de la aplicación de las normas, de tal manera que la Fiscalía General evalúe directamente el otorgamiento de los beneficios que deben recibir los mafiosos por su colaboración eficaz con la Justicia".

La limitación de los beneficios del sometimiento, descontada de antemano como una medida que reducirá al mínimo el número de narcotraficantes que se entreguen a la Justicia, seguramente desatará las iras entre los "capos" del negocio de las drogas, y varios expertos ya señalaron los riesgos de que el **Cartel de Cali** responda a la iniciativa oficial con una **"declaración de guerra"** como aquella con la que el Cartel de Medellín desafió al Estado colombiano a principios de los '90.

El director de la policía, general **Rosso José Serrano Cadena**, descartó esa posibilidad, y apoyó su vaticinio en el hecho de que las acciones oficiales de persecución a los cabecillas del cartel caleño, actualmente el más poderoso de Colombia, **"se hacen dentro de la ley"**.

700 páginas de García Márquez sobre el Cartel de Medellín

Un secuestro, Pablo Escobar y el narcotráfico en el próximo libro del Premio Nobel. Más investigación que novela.

A Gabriel García Márquez no le gusta mucho hablar en entrevistas de sus novelas y menos aún de lo que esta escribiendo, pero, no puede evitarlo. Cuando prepara algo nuevo, se convierte en noticia. Como ahora: el escritor colombiano ha roto con su última línea literaria y se ha embarcado en una novela, *Noticia de un secuestro*, que en una primera versión inacabada tiene nada más y nada menos que 700 páginas.

El tema es también muy diferente: el narcotráfico en Colombia, uno de los problemas que más preocupan a Gabo. *Noticia de un secuestro* trata sobre el Cartel de Medellín y sobre un hecho verídico ocurrido en Colombia que causó gran impacto en este país y en todo el mundo. García Márquez guarda en secreto de qué acontecimiento se trata, algo que ha provocado una mayor expectativa sobre el libro. En la novela aparecen también personajes de la vida real, como el antiguo capo del Cartel, Pablo Escobar, aunque no es el protagonista. El que esta primera versión de la novela, aún inacabada, tenga 700 páginas no quiere decir que la última las siga teniendo. García Márquez reelabora y reescribe todas sus libros casi hasta el límite de la exasperación. Por ejemplo, reescribió 12 veces su última novela, *El amor y otros demonios*.

En el caso de *Noticia de un secuestro*, antes de empezar a escribir o plantear siquiera el libro, García Márquez dedicó muchísimo tiempo a recoger información. El escritor ha trabajado apoyado por un equipo de periodistas con el que ha obtenido un importante volumen de datos sobre ese suceso terrible que ocurrió en Colombia. Las conclusiones a que han llegado Gabo y su equipo son muy diferentes de la versión oficial que en su momento se facilitó.

El escritor duda de si el libro será una novela o un reportaje. En cualquier caso, nadie duda de ello, será literatura y buena literatura porque es Gabo quien escribe la historia. *Noticia de un secuestro* no tiene aún fecha de publicación, aunque se prevé que, como con su última novela, su lanzamiento será prácticamente simultáneo en todos los países de habla hispana.

Este nuevo trabajo de Gabriel García Márquez es radicalmente diferente a todos sus otros libros. Autor de novelas como *Cien años de soledad*, *Crónica de una muerte anunciada* o *El general no tiene quien le escriba*, Premio Nobel de Literatura y escritor consagrado en todo el mundo, GarcíaMárquez ha estado siempre vinculado con el mundo del periodismo y del audiovisual. Uno de sus libros, *Relato de un náufrago*, nació precisamente de una serie de notas que el entonces joven reportero García Márquez escribió para el diario colombiano *El Espectador*.

Pocos días antes de su presencia en el Festival Internacional de Cine en el que entrevistó a Jacques Lang, Gabriel García Márquez llegó a Cartagena de Indias acompañado de su mujer, Mercedes, y de un inmenso maletón con setecientos folios que contienen la primera versión inacabada de su nueva obra. Perfeccionar este libro, que su autor duda en calificar como novela o reportaje, es una de las actividades en las que está inmerso García Márquez. Pero la vacilación sobre el género de la obra revela subliminalmente la "otra" obsesión en la que el Premio Nobel está trabajando: poner en marcha su Taller de Periodismo, que arrancara dentro de unos días en el Centro Cultural Español de Cartagena con la asignatura de Libertad de Expresión. Un mes más tarde, en Barranquilla (la escuela de García Márquez no tiene una sola sede), el escritor dará personalmente el primer seminario dedicado al género periodístico del reportaje.

García Márquez repite una y otra vez la importancia de la planificación del trabajo periodístico, que siempre debe fundamentarse en la investigación; con su escuela quiere "proporcionar métodos prácticos para la identificación de temas y la averiguación de noticias, haciendo que los periodistas regresen a las fuentes de la realidad, es decir, de los hechos. Con una actitud crítica, pues muchas veces se basan en lo que dicen otros medios o los archivos, sin una comprobación fáctica, o se atienen a las declaraciones de las fuentes oficiales y a la información superficial de las ruedas de prensa".

Nº DOCUMENTO 950820?

TITULO Brasil: En operativos incautan 200 kg de marihuana en PERNAMBUCO -

PROCEDENCIA Folha de São Paulo

FECHA DE RECEPCION 11/3/95

VINCULACIONES 11176 11241

65092

501482

11351

11352

ENTRADO

CRUZADO

200

... quilos de maconha foram apreendidos pela Polícia Federal em uma semana de operações no interior de Pernambuco. Os policiais também apreenderam cargas de remédios proibidos.

9508202

01-01

Nº DOCUMENTO 9508203

TITULO Brasil PF [illegible] cocaína [illegible] Espírito Santo

PROCEDENCIA Folha de São Paulo

FECHA DE PROCEDENCIA 11/3/95

VINCULACIONES [illegible]

ENTRADO

GRABADO

Polícia descobre 660 kg de coca em carga de pimenta no Espírito Santo

ESTANISLAU MARIA
Da Agência Folha

A Polícia Federal apreendeu anteontem 660 kg de cocaína em um contêiner no porto de Capuaba, em Vila Velha (ES).

O holandês Ronald Van Coolwijk, 40, responsável pelo carregamento, foi preso anteontem em sua casa na Enseada do Suá, bairro nobre de Vitória.

Segundo o chefe de operações da Delegacia de Entorpecentes da PF em Vitória, delegado Paulo César Gomes, a droga vinha de Cali, na Colômbia, e seria enviada para Amsterdã, na Holanda.

Coolwijk, que é casado com uma brasileira e mora no Brasil há dois anos, teria confirmado na polícia a operação. A PF vinha investigando o holandês havia sete meses.

A droga apreendida teria vindo de Cacoal (RO) e passado por Governador Valadares (MG) e São Mateus (ES).

Em São Mateus, ao norte do Estado do Espírito Santo e quase na divisa com a Bahia, a droga foi embalada e enviada para Vitória.

"A droga é de excelente qualidade e a embalagem é totalmente impermeável", afirmou Gomes.

Segundo informou a Interpol, que também trabalhava no caso, três compradores holandeses viriam buscar a droga, mas não houve acordo no pagamento.

A cocaína estava misturada com pimenta-do-reino e cravo-da-índia para disfarçar o cheiro de éter. O contêiner iria para Budapeste (Hungria).

9508203

JUECES MENDOCINOS NO TIENEN PLATA PARA VIAJAR A EE.UU. A REUNIR PRUEBAS

Un peligroso narco quedaría en libertad por falta de fondos

Raúl Hugo Zeballos Vega es un mendocino que estuvo involucrado en el transporte de 234 kilos de cocaína en los Estados Unidos. Detenido en la Argentina, los norteamericanos pidieron su extradición, pero fue rechazada. Zeballos Vega será juzgado ahora en el país por el delito que cometió en los EE.UU.

MENDOZA (De nuestra agencia). - Un mendocino será juzgado aquí por transportar **234 kilos** de cocaína, decomisados en los Estados Unidos. Sin embargo, podría ser absuelto porque los jueces argentinos **no pueden viajar a Miami** en busca de las pruebas reunidas por la DEA.

"No hay presupuesto", dijo una fuente a **Clarín** para explicar la curiosa situación planteada con **Raúl Hugo Zeballos Vega** (49), detenido en la Penitenciaría Provincial. La Justicia argentina había negado la extradición de Zeballos Vega pedida por los EE.UU a raíz del incumplimiento de requisitos legales y porque, además, el acusado optó por ser juzgado en nuestro país. Pero ahora no hay plata para que los jueces viajen a Miami.

La causa está radicada en la sala B del Tribunal Oral en lo Criminal Federal. De ella se desprende que Zeballos Vega admitió, en una primera declaración, haber cobrado **8.000 dólares** para transportar la cocaína en camioneta.

Los hechos ocurrieron en enero de 1988. La Justicia norteamericana lo había liberado bajo fianza pero Zeballos Vega se escapó hacia la Argentina. Interpol lo ubicó cinco años después en el departamento mendocino de **Lavalle**, y lo arrestó el 28 de enero de 1993. Mientras en Miami dijo que era tapicero, en Mendoza se dedicaría a la agricultura.

Documentación remitida por el Departamento de Justicia de los Estados Unidos y de la DEA certifica que el cargamento de cocaína fue detectado por **Pedro Deimeadios**, funcionario de la aduana norteamericana. Estaba en el buque hondureño **Dambo**, que atracó el 26 de enero de 1988 en el astillero **Merril Stevens South Boat Yard** de Miami, proveniente de **Haití**. Funcionarios aduaneros y federales vigilaron la embarcación hasta que llegó al muelle una furgoneta con dos hombres.

Estos descargaron varias bolsas y las pusieron en el vehículo. Los agentes los siguieron hasta la casa de uno de ellos. Allí recibió la furgoneta Zeballos Vega, quien "tomó el volante y se alejó".

En esas circunstancias fue detenido. Durante el registro del vehículo se encontró la cocaína (90 por ciento pura).

En los interrogatorios iniciales, Zeballos Vega habría admitido que 10 días antes de la llegada del buque, un tal **Jairo** lo fue a buscar, le pagó 8.000 dólares y lo llevó a una casa donde "un hombre le entregó las llaves de la furgoneta".

Hay más implicados

MENDOZA (De nuestra agencia). - Según los datos obtenidos por la justicia federal argentina para instruir proceso contra Raúl Hugo Zeballos Vega, las actuaciones originales por el contrabando de 234 kilos de cocaína están radicadas en el juzgado del distrito sur de Miami, a cargo del juez **James Wkehoe**.

Junto con Zeballos fueron detenidos, en enero de 1988, los norteamericanos negros **Joe Derys Ductant** y **Celet Fleurinord**.

Estas son las dos personas que retiraron el cargamento ilegal del barco hondureño y se lo entregaron a Zeballos frente a la vivienda de Ductant.

En el requerimiento de elevación a juicio, la fiscal **María Susana Balmaceda** afirma que también participaron en el transporte de la cocaína otras tres personas, dos de ellos identificados como **Andrés Castano** y **Francisco Pérez**, y un colombiano apodado **Jairo**.

"Todos ellos actuaron en forma organizada, animados por una intención o voluntad común claramente perfilada y comprobada: el tráfico de estupefacientes", subraya la funcionaria judicial en su escrito.

Sin embargo, no explica si Castano, Pérez y el tal Jairo están detenidos o prófugos.

Los errores de EE.UU. que impidieron la extradición

MENDOZA (De nuestra agencia). - La Cámara Federal de Apelaciones de Mendoza, al rechazar el pedido de extradición de **Raúl Hugo Zeballos Vega**, aseguró que los Estados Unidos "incumplieron" varios requisitos legales.

El primero de ellos se refiere a la "**ausencia de traducción**" del auto de procesamiento del imputado y de la orden de arresto.

El segundo error advertido por el tribunal está basado en la **carencia de las fichas dactiloscópicas** y en la falta de explicación de por qué no fue acompañada esa documentación. Para colmo, en los papeles enviados "siempre se lo menciona solamente como Zeballos".

Un tercer elemento que conspiró contra la extradición surgió de la prueba que justificaban la detención y el procesamiento de Zaballos. El tribunal dijo que la sola versión del agente aduanero Pedro Doimeadios no basta, menos aún cuando afirma que Zeballos habría declarado que le pagaron 8.000 dólares para conducir la furgoneta con cocaína".

Sin pericia

Según la resolución de la Cámara, de julio de 1993, no existe copia de esa declaración que "permita evaluarla y determinar si es apta como presunta confesión del delito". Tampoco se remitió copia de **pericia química** sobre la sustancia incautada que pudiera determinar su calidad de estupefaciente, señaló el tribunal.

Y el cuarto aspecto tenido en cuenta por los camaristas, y a la vez el más importante, está contenido en la **opción** que hizo Zeballos Vega para ser juzgado por tribunales argentinos. En este punto, el tribunal entendió que esa manifestación "debe influir decididamente en el juicio adverso a la procedencia de la extradición".

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

CRUZADO

Fuga y extradición

Obtenida la libertad bajo fianza, por un delito que en los Estados Unidos es castigado con penas de **entre un año y reclusión perpetua** y multa de hasta dos millones de dólares, Zeballos Vega escapó. Cuando fue arrestado en Mendoza, los norteamericanos pidieron su **extradición**.

Se originó de este modo un trámite largo que tuvo el primer escollo cuando la Cámara Federal de Apelaciones rechazó la extradición, que había sido concedida en primera instancia por el juez federal **Jorge Roberto Burad**. La Cámara encontró por lo menos cuatro impedimentos para devolver al acusado a los EE.UU. y determinó que fuera juzgado en Mendoza.

El juez federal Jorge Burad tomó rápida intervención, instruyó el sumario y ordenó la indagatoria de Zeballos Vega, quien admitió algún tipo de relación con el contrabando de drogas. En ese punto surgió el segundo traspié: la fiscalía no intervino durante la indagatoria y pidió que se la declare nula. La Cámara le dio la razón. Pero cuando el acusado fue otra vez interrogado, **se negó a declarar**.

Ese no fue el último problema. El nuevo juez, **Luis Leiva**, quiso viajar a los Estados Unidos para buscar las pruebas pero –dicen– la Corte Suprema de Justicia de la Nación no lo habría autorizado.

Facsímil del fallo de la Justicia mendocina por el que rechaza la extradición del narco a los Estados Unidos. Será juzgado en el país.

Ahora, a las puertas del juicio, los miembros del Tribunal Oral Federal, **Juan Antonio González Macías**, **Carlos Pereyra González** y **Eduardo Mestre Brizuela** y el fiscal **Alberto Sánchez Castro**, no encuentran la forma de obtener fondos de la Corte para viajar a Miami. Deben entrevistar a 15 testigos, mirar dos videos y un complejo fotográfico y compulsar el expediente original para disponer una eventual condena de entre cuatro y 15 años de prisión.

Rafael Morán

9508204

Presos 10 traficantes de cocaína

Em duas operações da Polícia Civil foram apreendidos quase seis quilos da droga na Capital

Duas operações realizadas em menos de 18 horas pela Polícia Civil desmantelaram uma das principais quadrilhas de traficantes de drogas de Porto Alegre. Dez acusados foram presos e quase seis quilos de cocaína apreendidos. A maior apreensão foi feita às 9h de ontem por policiais da 14ª Delegacia de Polícia: 4,8 quilos da droga, avaliados em cerca deR$ 53 mil, com os traficantes César Bugmayer, o *Russo*, 22 anos, e Ronaldo da Costa, 23 anos.

Os dois tripulavam uma moto com placas frias pela Avenida Saturnino de Brito, em direção à Avenida Protásio Alves, quando cruzaram pela equipe de policiais. Foram reconhecidos e se entregaram sem reagir. O titular da 14ª DP, Gilberto Montenegro, suspeita que a dupla estivesse tentando se livrar da droga, pois no dia anterior 15 policiais da Delegacia de Tóxicos prenderam oito integrantes da mesma quadrilha, com 700 gramas de pasta de coca e 300 gramas de cocaína refinada. Na delegacia, Bugmayer e Costa afirmaram que só falariam em juízo. "Esse tipo de criminoso nunca abre o jogo", afirmou o delegado Montenegro. Os dois foram autuados em flagrante e levados para o Presídio Central.

As oito prisões feitas pela delegacia de Tóxicos resultaram de um mês de investigações. Tripulando veículos sem identificação, os policiais flagraram em diversas oportunidades traficantes negociando cocaína no meio da rua, na Vila Jardim. O método é semelhante ao dos traficantes da Vila Lupicínio Rodrigues, denunciado há cerca de um mês pela *RBS TV*. "Paravam carros do ano e até táxis", conta o delegado Herbert Ferreira.

Para obter maior lucro no já rentável mercado da droga — onde cada grama é vendido pela cotação do ouro, R$ 11,00 ontem — os traficantes misturavam à cocaína os remédios em pó Matricaria (para gastroenterite infantil) e Rehidrat (soro fisiológico para bebês). "Na apreensão feita na Vila Lupicínio Rodrigues, verificamos que tem gente cheirando até açúcar", observou o delegado. Dezenas de eletrodomésticos, como aspiradores de pó e videocassetes, que eram trocados pela coca, também foram apreendidos pela polícia.

Os traficantes Márcio Dorneles de Freitas, Jorge Renato da Rosa, Vilson José da Silva, Charles Wilson Nunes de Assunção, Rodrigo Soares Marques, Vilmar Chaves Borges e Alexandre Paixão Neves foram levados para o Presídio Central. Um menor de 15 anos foi encaminhado para a Divisão para o Menor (Dipame). A polícia busca agora os líderes da quadrilha: Genésio Barbosa da Silva e Marcos Aurélio Bugmayer, o *Marreca*.

FOTOS JOSÉ DOVAL ZH



Flagrante: Bugmayer e Costa transportavam 4,8kg de cocaína de moto

TITULO

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 11/3/95

VINCULACIONES

Vendía droga en la escuela

Un traficante de drogas fue detenido ayer cerca de un colegio de Villa Lugano cuando pretendía vender marihuana a los estudiantes. La detención de Ramón David Quinteros, de 52 años, se produjo en los fondos del Colegio Cardenal Samoré. En ese momento llevaba encima 1,300 kilogramo de marihuana y 5.000 dólares.

9508206

Nº DOCUMENTO 9508207

TITULO [illegible] ... FBI

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE [illegible] 11/3/95

VINCULACIONES 11176 11214 11010
65582 11229
504623 11422
65890 11224
11226 11321

ENTRADO	/
CRUZADO	/

Narco Mexicano, el Más Buscado por FBI

BROWNSVILLE, EE.UU., 10 (AP). — Contrabandear marihuana de México a Estados Unidos a través del río Grande es un negocio arriesgado y con muchos peligros competidores, aun cuando los alijos fueran pequeños, como los que solía traer Juan García Abrego en sus comienzos como narcotraficante.

"Meterse en esto era un objetivo que tenía que alcanzar, e iba a ser el Número Uno. Iba a meterse y nadie le iba a quitar su honor", dijo un ex empleado de Juan García Abrego. El Departamento de Justicia hizo que sea el primer nacotraficante internacional en la lista de los 10 prófugos más buscados del FBI, indicio de que el narcotraficante mexicano, de 50 años y conocido como "El Señor", realmente alcanzó grandes alturas de riqueza e influencia.

García Abrego es el presunto jefe de una pandilla mexicana que abastece el 30 por ciento de la cocaína consumida en Estados Unidos y es uno de los principales intermediarios del cartel de Cali colombiano.

9508207

Operación antimafia

CATANIA, Italia, 11 (ANSA).- Veintiocho personas fueron detenidas hoy por los carabineros en una operación antimafia contra dos "familias" de Cosa Nostra de Paternó, un centro a pocos kilómetros de esta ciudad siciliana.

Por otra parte, dos pastores de Vizzini, cerca de Catania, fueron asesinados hoy en un delito que podría ser una "vendetta", afirmaron los investigadores.

En la operación antimafia, denominada "Rocca Normanna" y que realizaron unos cien carabineros, se desmanteló una organización acusada de narcotráfico y de extorsionar a los comerciantes de la zona.



CARLOS SALINAS. Presidente de México entre 1988 y 1993, asegura que su hermano es inocente.

MEXICO

Negocios de familia

La increíble saga de los Salinas y los Ruiz Massieu, emparentados por la sangre, el dinero y la corrupción del poder.

¿Cómo el hombre más respetado del cerrado sistema político de México, en menos de 24 horas, se convierte en el más repudiado? Ese pudo haber sido el título de una de las ponencias que Mario Ruiz Massieu (44), ex subprocurador general y hermano del asesinado José Francisco Ruiz Massieu, dijo que iba a dictar en los Estados Unidos el día que emprendió una fuga que concluyó en los calabozos neoyorquinos.

En su reciente libro "Yo acuso" denunció al poder establecido hace siete décadas. Ahora, se lo acusa de violar la ley de Control de Divisas de ese país. Culmina, así, un periplo acorde con el enredo de la crisis mexicana.

Antes de viajar tuvo que responder al interrogatorio de la justicia durante nueve horas seguidas, por delitos que se le imputaron el día que detuvieron a Raúl Salinas de Gortari (49), hermano del ex presidente y presunto autor intelectual del asesinato de José Francisco R.M. Se lo acusó de desviar la investigación sobre el asesinato de su hermano, que estuvo a su cargo hasta noviembre, para encubrir a Raúl S.

Siga la línea de puntos



RAUL SALINAS. Ex funcionario de su hermano, se lo acusa de haber mandado matar a Jose Ruiz Massieu



ADRIANA SALINAS. Hermana de Carlos y Raul, estuvo casada con Jose Ruiz Massieu entre 1970 y 1982.



MARIO RUIZ MASSIEU. Ex subprocurador, acusado de no investigar el asesinato de su propio hermano



JOSE F. RUIZ MASSIEU. Lider del partido oficial, reclamaba una apertura interna. Asesinado hace seis meses.



LUIS DONALDO COLOSIO. Asesinado en marzo del '94, cuando era el candidato presidencial del PRI



ERNESTO ZEDILLO. Presidente mexicano desde diciembre del '94. Designado por Carlos Salinas, arresto a Raul.

Tenso y hasta tembloroso, Mario R.M., el menor de cinco hermanos -dos de los cuales fueron asesinados en Acapulco en 1966-, se declaró inocente. "Cumplí con la justicia, vine a declarar y quedó claro que no tengo nada que ver con los cargos que se me imputan. Parecería kafkiano que yo pudiera haber encubierto a los asesinos de mi hermano..." Apenas dos días después, quedó claro, sí, que en México el autor de La Metamorfosis tiene buenos discípulos: el viaje a Houston era para retirar 46.000 dólares de una cuenta de siete millones de dólares que posee en el Texas Commerce Bank de esa ciudad.

Stop. Casualidad, temor o torpeza, el ex subprocurador no pudo llegar a España, donde pensaba refugiarse. Lo detuvieron en la Aduana. Ahora, el gobierno de Ernesto Zedillo (44) trata de establecer si esa suma millonaria pertenece a vínculos con el narcotráfico, específicamente con el Cartel del Golfo de México, o al soborno de la familia Salinas para encubrir a Raúl.

¿Un culebrón de Televisa u otro eslabón en la cadena de traiciones que muestra la historia de este país?

Durante el primer mes y medio de investigación, Mario tomó declaración a cerca de 50 personas y puso tras las rejas a 14 implicados en el asesinato de su hermano. Uno de ellos, Fernando Rodríguez González (48), es secretario del prófugo diputado Manuel Muñoz Rocha (49) -quien organizó el crimen de Ruiz Massieu-, y reveló la vinculación de su jefe con el Hermano Raúl. Un punto crucial, que el dolido subprocurador pasó por alto.

En cambio, Mario acusó de entorpecer su tarea al actual secretario de Energía, y a la presidenta del partido oficial (PRI). Se quejó de la falta de garantías para continuar su labor -no sin antes resaltar el apoyo del presidente Salinas- y el 23 de noviembre renunció a su cargo y a su militancia de 23 años.

Como quien se cambia de camisa, se afilió a la oposición (Partido de la Revolución Democrática) y confesó que Salinas le ofreció la embajada en la Argentina para que se retirara a descansar, la que dijo haber rechazado.

Casado en primeras nupcias con Adriana Salinas (43), la hermana menor del ex mandatario, con la que tuvo dos hijas, José R.M. solía ser el enemigo número uno de su cuñado Raúl; al principio por cuestiones familiares y luego, por negocios. Se divorciaron en 1974, once años antes de que José R.M. fue elegido gobernador de Guerrero. Quienes lo conocían bien aseguran que la ruptura se produjo por una infidelidad de él, aunque no con otra mujer sino con su propio chofer.

Jamás. Raúl S. no lo perdonó y llevó su inquina al terreno que mejor jugaban ambos: el de la política y los negocios. Así, el hermano del ex jefe de Estado se sintió perjudicado en un proyecto al que le había dedicado tiempo y esfuerzo. José R.M., desde la gobernación de Guerrero, adjudicó a otro consorcio 500 mil metros cuadrados en una isla sobre la bahía de Acapulco para construir un centro turístico, Punta Diamante, que costó varias decenas de millones de dólares. Allí comenzó una guerra sin cuartel entre ambos, que llegó hasta el encarcelamiento de varios hombres de confianza del entonces gobernador. Ésta parece ser la punta del ovillo del atentado de Raúl S. contra el padre de sus sobrinas.

Considerado un hombre del (también) asesinado ex candidato Luis Donaldo Colosio, José R.M. tenía chances de convertirse en figura preponderante del eventual gobierno colosista. Una verdadera amenaza, contra Raúl S., de saldar viejas deudas.



CARICATURA. Carlos Salinas vs Zedillo.

Sólo resta saber si ambos homicidios se gestaron en el mismo despacho de la administración salinista y si Mario R.M. -convencido de que no podría resucitar a su hermano- aceptó un soborno. La salud del gobierno de Zedillo sigue dependiendo, en parte, de ello. De lo contrario, las palabras pronunciadas por José R.M. el día del asesinato de Colosio terminarán siendo una de las más grandes premoniciones después de las de Nostradamus: "Pobre Luis Donaldo, pobre de mí, pobres de nosotros...". ●

Esteban Gallego
(desde México)

Fotos: Sipa Press / Reuters · AP · Sipa / Reuters

La mafia de las drogas sería hi conductor de los asesinatos en Mé

• El brazo del narcotráfico habría matado a Colosio

La hipótesis sobre los nexos de la mafia de las drogas en el asesinato de tres grandes personalidades mexicanas, en los últimos dos años, cobra cada vez mayor fuerza en las investigaciones oficiales, y mostraría el grado en que el narcotráfico es capaz de desestabilizar a un país.

Redacción, ANSA (MEXICO)

Fuentes de la Procuraduría General de la República (PGR), citadas por el diario local El Financiero, estiman que se fortalece la tesis de una "participación" de cárteles de las drogas nacionales y extranjeros en el asesinato del Cardenal Juan Jesús Posadas Ocampo, acribillado el 24 de mayo de 1993.

Pero las fuentes también subrayan la posibilidad de que el caso esté conectado con el asesinato del ex candidato presidencial del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI), Luis Donaldo Colosio, ejecutado el 23 de marzo de 1994 e incluso no descartan que se vincule con el asesinato del número 2 de esa agrupación, Francisco Ruiz Massieu, muerto el 28 de septiembre pasado.

El primer crimen que conmocionó al país en el último tercio de la administración del ex Presidente Carlos Salinas fue el del arzobispo de la occidental ciudad de Guadalajara, Juan Jesús Posadas Ocampo, quien según la versión oficial fue "confundido" con un capo de las drogas en el aeropuerto de esta urbe a la que acudía para recibir al Nuncio Apostólico Girolamo Prigione.

En el caso de Colosio, Eduardo Valle, que fue asesor del ex Procurador General Jorge Carpizo, señaló su sospecha de que el Cártel del Golfo (de México), haya infiltrado a sus pistoleros entre los guardaespaldas del candidato, que fue baleado en la cabeza y en el abdomen en un multitudinario acto de campaña.

Respecto a Francisco Ruiz Massieu, su hermano Mario era ex Subprocurador General cuando fue asesinado y hace una semana huyó a Estados Unidos, donde se le detuvo por mentir en su declaración aduanal. Ahora, la prensa norteamericana señala que la agencia antidrogas norteamericana, la DEA, investiga sus nexos con el Cártel de Matamoros y sus depósitos por hasta 25 millones de dólares en bancos de Texas y California.

El gobierno mexicano pidió su extradición, acusándolo de encubrir al hermano del ex Presidente Carlos Salinas, Raúl, identificado como autor intelectual del asesinato.

En el fondo de los asesinatos, dicen los entendidos, podría subyacer una encarnizada disputa entre los cárteles por acaparar las mejores rutas para introducir droga hacia Estados Unidos.

Según cifras confiables, las utilidades del narcotráfico en el país se elevan a 27.000 millones de dólares. El gobierno estadounidense considera que el cártel del Golfo obtiene 20.000 millones de dólares de esos dividendos.

El jefe de esta organización, con sede en el norteño estado de Tamaulipas, es Juan Abrego, colocado esta semana como uno de los 10 hombres más buscados por la policía federal de Estados Unidos (FBI).

Abrego tendría nexos con el cártel colombiano de Cali e introduciría cada año unas 200 toneladas de cocaína a Estados Unidos.

Pero el diario El Financiero indicó ayer que por centrar demasiado la atención oficial en Abrego, se ha dejado a otras bandas "crecer y consolidarse en la sombra, casi sin ser molestadas" como el cártel del Pacífico, comandado por Amado Carrillo Flores, apodado "El Señor de los Cielos".

Informes fidedignos revelan que Carrillo se convirtió ya en "el mayor introductor de droga" de México a Estados Unidos.

El tercer gran cártel mexicano sería el de Tijuana, de los hermanos Arellano Félix, que en su posición privilegiada, (frontera con California) acaparaba una de las más envidiables rutas y del cual ahora no se tiene ningún rastro.

Algunos analistas se preguntan, aún sin contar con suficientes evidencias, si el asesinato del cardenal no fue fraguado por el cártel del Golfo en un baluarte del cártel del Pacífico, Guadalajara, para que se culpara a éste último del crimen.

También algunos expertos piensan que la muerte de Colosio habría sido planeada por el cártel del Golfo perpetrándola en el centro de

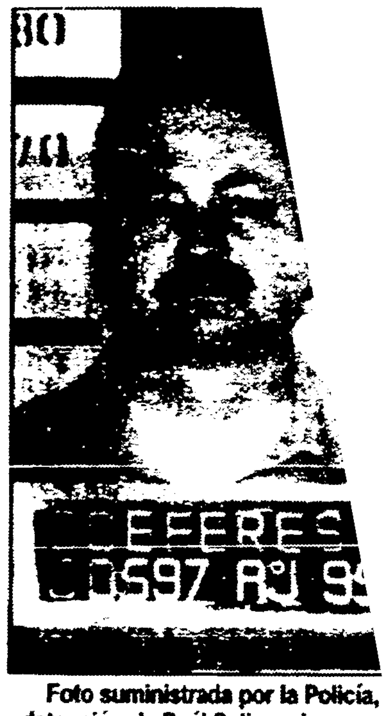


Foto suministrada por la Policía, detención de Raúl Salinas, hermano Presidente Carlos Salinas de Gor

operaciones del cártel de Tijuana, con (pósito obvio de que recayera la sospec este grupo.

Respecto al asesinato de Ruiz Massie especula que sería una venganza del cárte Pacífico o del de Tijuana contra el hermano ejecutado, el entonces Subprocurador Ge ral, por haber protegido al cártel del Golfo

El mismo día en que salía a la venta un libro del hermano del asesinado ex jefe priista Francisco Ruiz Massieu denunciando que ese crimen fue obra de un complot apañado por el Estado, Raúl Salinas, hermano mayor del ex presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, fue detenido ayer bajo acusación de haber sido el responsable intelectual del atentado. En una jornada que menudeó en escándalos políticos, económicos y delictivos, el ex presidente no tuvo tiempo siquiera de enterarse que un miembro de su familia entraría por la tarde en el peor cono de sombra: el de los acusados formalmente por la Justicia de pertenecer a la mafia de la droga que ejecuta los crímenes de Estado por cuenta de las bandas políticas del Partido Revolucionario Institucional. Salinas había abierto la *movida jornada* con un discurso pospresidencial absolutamente *inédito en México* para defenderse de algo que a la postre resultó casi trivial: refutó las acusaciones

Los mexicanos responsabilizan a Carlos Salinas de Gortari por la crisis.

La detención de su hermano representa la ruptura entre el viejo y el nuevo gobierno.

Un hermano del ex presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari fue detenido ayer, acusado de ser coautor intelectual del asesinato del ex secretario general del PRI, Francisco Ruiz Massieu. El arresto representa la ruptura total entre Salinas y su sucesor Zedillo.



Preso un hermano de Salinas por la muerte de Ruiz Massieu

que le llueven últimamente de haber ocultado cifras sobre el estado de la economía y ser el verdadero responsable del descalabro que siguió a la devaluación del 30 por ciento aplicada por su sucesor Ernesto Zedillo, a quien él señaló ayer como culpable de la crisis. Sobre las acusaciones de frenar las investigaciones sobre los crímenes políticos soltó apenas una frase de desprecio.

El hecho es que todo eso pasó por la tarde a un segundo plano cuando su hermano Raúl fue arrestado. La paradoja es que el libro publicado ayer por Mario Ruiz Massieu, ex procurador de la Nación y hermano del asesinado jefe del PRI, exime de responsabilidad a Carlos Salinas y a Zedillo y acusa al aparato del partido de haber cometido el asesinato y haber "vencido la voluntad de esos dos presidentes de investigar a fondo". Pero su hermano Raúl, un ex maoísta que ocupó altos cargos en su gobierno y fue responsable de todo lo referido a la acción social, era su brazo derecho pese a ser mencionado rutinariamente como hombre vinculado con la mafia y la droga. Raúl se convirtió en un sospechoso clave cuando el diputado Manuel Rocha pasó a la clandestinidad luego de confesarse responsable intelectual del crimen. Raúl y Manuel Rocha eran íntimos amigos. Nadie se explicaba por qué Raúl, un ingeniero civil que escribía cuentos y poesías, no era detenido. Tal vez ahora se sabrá.

Al hablar por la mañana, Salinas sólo pensaba en los efectos mundiales del tequila bursátil que se desparramó desde México hacia los cuatro rincones del planeta. Su discurso, el primero de su tipo en la historia mexicana, no venía a aventar sombras en su honor para un reposado retiro, sino a prevenir objeciones contra su candidatura a presidente de la Organización Mundial de Comercio, que cuenta con el respaldo del grupo del continente americano.

Con una voz entrecortada que evidenciaba cuánta ambición sigue estando en juego en cada una de sus movidas, Salinas habló por un canal privado de TV cuando aún no se sabía que su hermano Raúl sería detenido por ese crimen. Por eso sólo mencionó al pasar el hecho de que los cuestionamientos a su gestión desbordan con mucho el terreno económico e incursionan generosamente en lo penal.

Apenas alcanzó a mencionar uno de los principales crímenes cometidos bajo su gestión, el del candidato presidencial del PRI Luis Donaldo Colosio, de quien el viernes la Justicia declaró por primera vez que no fue asesinado por un tirador aislado sino que recibió al menos dos disparos de diferente procedencia. Salinas sólo dijo que quienes dudan de su celo investigativo en ese caso "están implicando una acusación de complicidad" y exigió "aclaraciones, porque no puedo dejar pasar esas afirmaciones ni siquiera como insinuación". Horas después, su hermano Raúl recibía en lugar de insinuaciones una orden de arresto por un crimen que el ex presidente no juzgó oportuno mencionar en su discurso.

En cambio, Salinas se explayó sobre el tema económico. Dijo que lo único que él legó a Zedillo fue un problema como los que tiene cualquier economía, pero que éste lo convirtió en una "verdadera crisis" con su decisión de devaluar. El "problema" aludido fue un déficit de cuentacorriente de 30.000 millones de dólares, que habría hecho estallar la economía de cualquier forma hubiera o no devaluación. Pero Salinas pidió por TV que "se reconozca adentro, como ya se hizo afuera, que la devaluación fue un error", y cargó a la cuenta de ésta los problemas generados por seis años de "plata dulce" en México.

Salinas insinuó que es la administración de Zedillo quien lo acusa a él por la crisis, pero el hecho es que el gobierno casi no se ocupó de él. Fue el izquierdista Partido Revolucionario Democrático el que pidió juicio político y penal contra Salinas como responsable de apañar las bicicletas financieras de la plata dulce y el domingo pasado un referéndum de un organismo independiente recogió un 96 por ciento de votos a favor de esa opción.

Está detenido en el penal de alta seguridad de Almoloya

Hermano del ex presidente Salinas acusado como "autor intelectual" del asesinato de Ruiz Massieu

México (AFP)

■ Raúl Salinas, hermano del ex presidente mexicano Carlos Salinas, fue acusado este martes de autor intelectual del asesinato del político José Francisco Ruiz Massieu, el pasado 23 de setiembre.

La Procuraduría de Justicia señaló que Raúl Salinas fue detenido este martes y trasladado al penal de alta seguridad de Almoloya, y podría ser juzgado por delito de homicidio en grando de coparticipación.

Ruiz Massieu era, al momento de su asesinato, secretario general del Partido Revolucionario Institucional (PRI, 65 años en el poder).

Salinas, ingeniero civil de 48 años, tenía una estrecha relación con el ex diputado priísta Manuel Muñoz, hasta hoy prófugo y al que se sindicaba hasta ahora como único autor intelectual del asesinato.

El subprocurador especial encargado del caso, Pablo Chapa, señaló en la tarde del martes que la Procuraduría había reunido pruebas suficientes para inculpar a Salinas, quien declaró que hace 20 años no veía al ex diputado.

Sin embargo, Chapa mencionó varias pruebas, entre las cuales están llamadas telefónicas que Muñoz hizo a Salinas dos días antes y un día después del asesinato, cuando ya estaba prófugo, domicilios donde se escondió y recorridos del vehículo en el que fugó el ex diputado, que lo vincularían estrechamente con el ahora acusado.

Según Chapa, Muñoz ya había recibido instrucciones de preparar el asesinato de Ruiz Massieu desde hacía tiempo y relató que hubo un pago de 300.000 pesos (entonces 90.000 dólares) a dos personas que fugaron con el dinero y no realizaron el crimen.

ANTECEDENTES

Raúl Salinas, hermano del ex presidente mexicano Carlos Salinas, acusado de coautor intelectual de un asesinato, ocupó diversos cargos en la administración pública y fue señalado por medios de prensa por "tráfico de influencias, negocios ilícitos, complicidades, beneficiario de la privatización bancaria".

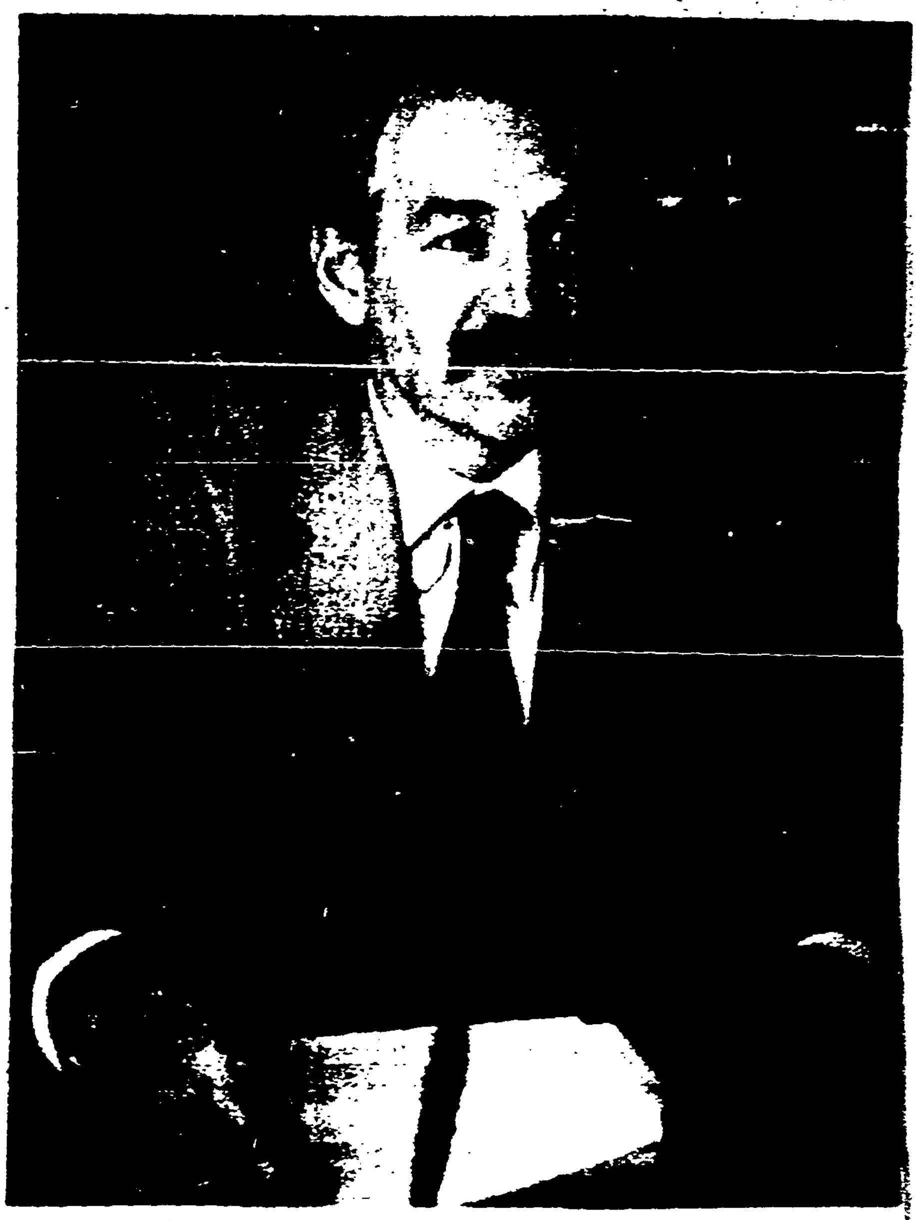
Ingeniero civil de 48 años, docente en la Universidad de México de 1970 a 1973, Raúl Salinas fue detenido el martes acusado de ser coautor intelectual del asesinato de José Francisco Ruiz Massieu, el 28 de setiembre.

Miembro del PRI desde 1982 -año en que Carlos Salinas fue designado ministro de Programación y Presupuesto-, Raúl Salinas ocupó diversos cargos en la administración pública, entre ellos asesor de su hermano (1982/86), director de la Distribuidora e Impulsora Comercial Compañía Nacional de Subsistencias Populares (1987) y secretario técnico del Programa de Solidaridad (1990/92).

La revista **Proceso** definía en noviembre pasado que "fueron tantos los rumores sobre Raúl en México, que su paso por el Centro de Investigaciones México-Norteamericanas de la Universidad de California en La Jolla (San Diego), como investigador visitante, fue interpretado como un exilio obligado para amortiguar el daño que su inquieto e incómodo hermano causaba al presidente".

Ya en junio de 1991 una periodista aseguró en el periódico **Excelsior** que los hermanos Raúl y Enrique Salinas "obtendrán u obtuvieron" el 50% de la concesión del Hipódromo de las Américas, de la capital mexicana "durante los próximos 25 años".

Cuatro meses después del periódico **El Norte** publicaba la detención de Juan Guerra, uno de los iniciadores del narcotraficante Cartel del Golfo, indicaba que "la supuesta protección policiaca para don Juan, como le llaman en la región, llegó a su más alto nivel cuando supuestamente se asoció en la construcción de un parque industrial en Vallehermoso con el hermano del presidente, Raúl Salinas.



Raúl Salinas, hermano del anterior presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, está encarcelado desde el 28 de febrero y acusado de "autor intelectual" del asesinato del número 2 de la jerarquía del PRI, Juan Francisco Massieu. (AFP)

Defiende su inocencia

México (AFP)

■ El ex presidente mexicano Carlos Salinas señaló que "tengo plena confianza en la inocencia de mi hermano", detenido este martes acusado de ser coautor intelectual en el asesinato del político José Francisco Ruiz Massieu.

En una conversación difundida esta noche por Televisión Azteca, Salinas aseguró que se enteró por los medios de comunicación de la detención de su hermano Raúl y que "estoy esperando enterarme de la justificación" de la medida. Raúl Salinas fue trasladado al penal de alta seguridad de Almoloya, porque según la Procuraduría de Justicia hay suficientes pruebas para culparlo por el homicidio de Ruiz Massieu, el pasado 28 de setiembre.

Nº DOCUMENTO

TITULO México: Acusan a Ruiz Massieu de vínculos con el NT

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 10/3/95

VINCULACIONES 11176 11214 11226
65092 11229 11345
507623 11422
11110 11224
11514 65840

ENTRADO

Acusan a Ruiz Massieu de vínculos con el narcotráfico

WASHINGTON y MEXICO, 9 (AFP, AP y "The Washington Post", especial para **Clarín**). – El gobierno mexicano tiene pruebas irrefutables que vinculan al ex subprocurador **Mario Ruiz Massieu**, detenido actualmente en los **Estados Unidos**, con el poderoso grupo de narcotraficantes conocido como **Cartel del Golfo**.

Una fuente oficial que pidió no ser identificada y que tiene acceso directo a la investigación dijo a **The Washington Post** que Ruiz Massieu, arrestado el lunes en un aeropuerto de **Nueva Jersey**, depositó en cuentas bancarias norteamericanas "decenas de millones de dólares" de dinero que recibió de ese cartel de la droga, que domina el negocio del tráfico de estupefacientes en la zona del **Golfo de México**.

El anónimo funcionario señaló que las autoridades mexicanas permitieron deliberadamente que el ex subprocurador saliese del país el viernes pasado, con la esperanza de que condujera a los investigadores a las cuentas bancarias que utiliza en los Estados Unidos.

En ese momento, Ruiz Massieu ya estaba acusado de encubrir la supuesta participación de **Raúl Salinas de Gortari**, hermano del ex presidente mexicano, **Carlos Salinas de Gortari**, en el asesinato de su propio hermano, **Francisco Ruiz Massieu**, quien se desempeñaba como secretario general del oficialista **Partido Revolucionario Institucional (PRI)** cuando fue muerto el 28 de setiembre.

Según la fuente consultada, los investigadores creen que Raúl Salinas amenazó con revelar la existencia de las cuentas bancarias multimillonarias de Mario Ruiz Massieu en los Estados Unidos si se lo vinculaba a él con el asesinato del ex secretario general del PRI.

Como subprocurador, Mario Ruiz Massieu estaba a cargo de todas las operaciones que el gobierno de México llevaba a cabo contra el narcotráfico.

Los investigadores sospechan que, varias semanas antes del asesinato de su hermano, Mario Ruiz Massieu tuvo un entredicho con el jefe de los "narcos" del Cartel del Golfo, **Juan García Abrego**, a quien amenazó con lanzar una operación para desmantelar su organización.

Pacto de silencio

También sospechan que su relación con el narcotraficante fue descubierta por funcionarios del gobierno de Salinas, que lo amenazaron con revelarla.

Aunque las autoridades mexicanas todavía no tienen pruebas que vinculen a Raúl Salinas con el Cartel del Golfo, los investigadores creen que el hermano del ex presidente llegó a un pacto de silencio y mutua protección con Mario Ruiz Massieu.

Según sospechan, el acuerdo consistía en que Salinas no denunciaría las relaciones del Cartel con el subprocurador y, a la vez, Ruiz Massieu no daría a conocer la responsabilidad de Salinas en el asesinato del ex secretario general del PRI.

La Procuraduría General de México pidió ayer al gobierno de los Estados Unidos que congele las cuentas bancarias que Ruiz Massieu tiene en ese país. Según los datos difundidos el subprocurador depositó, entre marzo y noviembre de 1994, mientras aún ocupaba su cargo público en México, unos 7 millones de dólares en el **Banco de Comercio de Texas**.

El gobierno mexicano, encabezado por el presidente **Ernesto Zedillo**, pidió su extradición a comienzos de semana, en el marco de la investigación del asesinato de su hermano.

9508209

N° DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Pagina 12
FECHA DE PROC. 10/3/95
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

EL GOBIERNO ACUSA

Ruiz Massieu vinculado con los narcos

*(Por Maité Rico, desde México/El País)*Los tentáculos del narcotráfico aferraron a Mario Ruiz Massieu, ex subprocurador general de México (cargo equivalente al viceministro de Justicia), de la misma forma que ya antes habían envuelto a prominentes políticos del sistema. El gobierno mexicano ha convertido ya en sentencia lo que hasta ahora habían sido rumores desprendidos de las investigaciones de la Procuraduría. Lo que nadie ha determinado todavía es en qué medida la "narcopolítica" estuvo detrás de los tres asesinatos que sobresaltaron al país en los dos últimos años: los del cardenal Juan Jesús Posadas, el candidato a la presidencia Luis Donaldo Colosio y el secretario general del Partido Revolucionario Institucional (PRI) José Francisco Ruiz Massieu.

Antes de que estallara todo el escándalo que ha envuelto a Mario Ruiz Massieu, el gobierno mexicano sabía perfectamente que la Drug Enforcement Administration (DEA), la poderosa agencia antidrogas estadounidense, tenía en su punto de mira al ex subprocurador que, paradójicamente como responsable de la lucha contra la droga, había asestado algunos golpes al famoso cartel del Golfo, uno de los principales "exportadores" de narcóticos al vecino del norte.

Fue sin embargo la noticia de la existencia de cuentas bancarias millonarias a nombre de Ruiz Massieu en Estados Unidos, anunciada por la Procuraduría el lunes, la que destapó la caja de Pandora. En un principio se pensó que los enormes depósitos del antiguo subprocurador en el Texas Commerce Bank (que alcanzaban los siete millones de dólares) eran el pago por sus manipulaciones de la investigación del asesinato de su propio hermano, José Francisco, secretario general del PRI, para proteger, nada más y nada menos, que al supuesto "cerebro" del crimen, Raul Salinas de Gortari, hermano del anterior presidente de México.

Los depósitos, sin embargo, comenzaron en marzo, seis meses antes del crimen: coincidieron con el aterrizaje de Ruiz Massieu en la Procuraduría y terminaron en noviembre, con su salida. Según esta institución, los pagos fueron realizados en mas de una ocasión por su principal colaborador, Jorge Stergios. Otras cuentas se han descubierto después: el monto total de los "ahorros" no se ha dado a conocer oficialmente, pero se habla de entre 9 y 25 millones de dólares.

Ha sido entonces cuando, rompiendo la tradicional ley del silencio, las autoridades mexicanas se han abierto no tanto a dar información concreta como a confirmar a la prensa estadounidense la sombra del narcotráfico detrás de los pagos. Varios diarios han recogido testimonios de "funcionarios mexicanos" que apuntan a que Mario Ruiz Massieu trabajó con otros prominentes hombres del sistema en la protección de operaciones de narcotráfico en territorio mexicano.

Estas fuentes aseguran que el período en el que Ruiz Massieu ejerció como subprocurador fue uno de los más pobres en resultados de la lucha contra la droga. En este sentido, la repentina campaña desatada contra el cartel semanas antes del asesinato de José Francisco, que culminó con la detención de media docena de personas, es vista como un ajuste de cuentas o como una cortina de humo.

Queda por enlazar todavía estos hechos con el asesinato del secretario general priista y con la labor de encubrimiento de su hermano. La Procuraduría, muy prudente, asegura tener solamente detalles que son por el momento circunstanciales. Los presuntos vínculos de su amigo Raul Salinas con el cartel, aunque muy comentados, no se han demostrado hasta ahora.

Las autoridades estadounidenses y mexicanas han trabajado conjuntamente en el caso, aunque México silba y mira hacia otro lado: Ruiz Massieu, dicen, se les había escapado. Las informaciones sobre sus cuentas bancarias les llegó de Estados Unidos. La versión norteamericana es distinta: las cuentas fueron investigadas a instancias de las autoridades mexicanas, que dejaron salir al ex subprocurador para ver hacia dónde iban sus pasos.

07 9508209

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 17/3/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Es Reclamada su Extradición por el Asesinato de su Hermano

EEUU CONGELA U$S NUEVE MILLONES AL MEXICANO MARIO RUIZ MASSIEU

HOUSTON, EEUU, 16 (AP). — Las autoridades norteamericanas congelaron 9 millones de dólares depositados en un banco de Texas a nombre del ex sub procurador general de México Mario Ruiz Massieu y dijeron que el dinero le pertenece.

Funcionarios federales, que hablaron a condición de guardar el anonimato, indicaron anoche que la cuenta pertenece a Ruiz Massieu, detenido en Nueva Jersey mientras México solicita su extradición en relación con el asesinato de su hermano.

El detenido es acusado por las autoridades mexicanas de encubrir las actividades de Raúl Salinas de Gortari, hermano del ex presidente Carlos Salinas de Gortari. Raúl fue encarcelado hace unos días acusado de tramar el asesinato el año pasado del secretario general del Partido Revolucionario Institucional, José Francisco Ruiz Massieu.

Ruiz Massieu, que afirma ser inocente, fue detenido en el aeropuerto de Newark a principios de mes por las autoridades aduaneras al no declarar que llevaban unos 40.000 dólares en metálico. El ex funcionario se disponía a tomar un avión con rumbo a España acompañado de su esposa e hija.

El Departamento de Justicia congeló el lunes unos 9 millones de dólares depositados en el banco texano Texas Commerce Bank. La orden de congelación no especificó a nombre de quién estaba ese dinero.

SIN DERECHO A FIANZA

Ruiz Massieu se encuentra detenido sin derecho a fianza hasta que comparezca ante un juez federal acusado de violar las normas estadounidenses sobre tránsito de capital en metálico. Toda persona que entra o sale del país con mas de 10.000 dólares en divisas debe declarar la cantidad y llenar un formulario de aduanas. Aunque el tránsito de dinero en efectivo no es delito, el no declarar la cantidad exacta sí lo es. En caso de culpabilidad los fondos pueden ser confiscados y la persona que los llevaba multada.

La fiscal encargada del caso, Melissa Annis, se negó a comentar la congelación de fondos e insistió que "todo está sellado".

La vocera del Servicio de Aduanas Estadounidense Judy Taylor tampoco quiso hacer declaraciones. "Lo único que puedo decir por el momento es que investigamos la procedencia de ese dinero", explicó.

De igual manera se expresó la portavoz del departamento de Comercio del estado de Texas, Sara Peterson, quien no especificó si hay más de una cuenta a nombre de Ruiz Massieu.

9508209

08

Nº DOCUMENTO ________

TITULO MEXICO Vinculaciones del NT con la política y la economía

PROCEDENCIA Opinión

FECHA DE PUBLICACION 17/3/95

VINCULACIONES 11176 11349 65092 11170 50[illegible]23 11224 11514 1151[illegible] 11660

ENTRADO ________
CRUZADO ________

El largo brazo del narcotráfico en la crisis política mexicana

Por Julio Crespo

Conexiones: a medida que avanzan las investigaciones, crece la certeza de que los carteles de la droga tienen relación con los magnicidios políticos y financiaron el levantamiento en Chiapas.

MEXICO.- «Todavía no llegamos a la situación de Colombia, donde el narcotráfico asesina a los jueces.

Pero tampoco tenemos aquí jueces dispuestos a jugarse la vida por condenar a un narcotraficante».

Con estas palabras, Felipe Calderón Hinojosa, secretario general del Partido Acción Nacional (PAN), de centroderecha, caracterizó un aspecto de la lucha contra los carteles de la droga, en una entrevista con LA NACION.

Desde diciembre último, otro dirigente del PAN, Antonio Lozano, se desempeña como procurador general de la república, cargo que equivale al de ministro de Justicia. Según Calderón Hinojosa, la razón por la que un miembro de la oposición aceptó el cargo fue «hacer frente al narcotráfico».

Sin embargo, desde que asumió el cargo, el procurador general -que, a pesar de reiterados intentos, no accedió a una entrevista con LA NACION- debió hacer frente a muchas otras situaciones: el enfrentamiento y las negociaciones con los zapatistas en Chiapas; la investigación y el arresto de un segundo implicado en la muerte del candidato presidencial Luis Donaldo Colosio, asesinado en marzo del año pasado; la detención de Raúl Salinas de Gortari, hermano del ex presidente del país, acusado por la muerte de José Francisco Ruiz Massieu, ex gobernador del Estado de Guerrero y secretario general del PRI, y, finalmente, la aprehensión de Mario Ruiz Massieu, por haber entorpecido la investigación del asesinato de su hermano.

Droga y crimen político

Pero, por distantes que en un principio hayan podido parecer estos hechos de los objetivos e intereses del narcotráfico, a medida que la investigación avanza va dejando entrever con mayor claridad los posibles vínculos.

Aun en hechos como la rebelión de Chiapas, justificada por opresivas circunstanciales sociales, no se descarta alguna forma de apoyo financiero o logístico de parte de los narcotraficantes.

Sin cuestionar la legitimidad del movimiento, conviene tener en cuenta que estalló justo el día en que se hacía efectivo el ingreso de México en el Tratado de Libre Comercio (Nafta) y que uno de los objetivos de los traficantes es vulnerar un acuerdo que, al imponer mayores controles, ataca directamente sus intereses. Además, Chiapas ha sido siempre una importante puerta de tránsito para la droga.

En los últimos dos días, a raíz del descubrimiento de cuentas millonarias de Mario Ruiz Massieu en bancos de los Estados Unidos, comenzaron a salir a la luz posibles vinculaciones entre el ex subprocurador general y los señores de la droga.

Fue en el primero de los magnicidios que conmovieron a México donde la mano del narcotráfico se mostró en forma más desembozada, si bien en un principio se trató de disfrazar un homicidio deliberado bajo la ficción de un crimen por error, en medio del combate entre bandas rivales.

El 24 de mayo de 1993, el cardenal Juan José Posadas Ocampo, obispo de Guadalajara, fue asesinado en el aeropuerto de esa ciudad, por una pandilla de narcos que ametralló su coche. En un primer momento se dijo que, en realidad, los disparos estaban dirigidos al jefe de una banda rival, que viajaba en un automóvil parecido. Esa explicación fue rechazada por los representantes de la Iglesia.

El hecho es que, a pesar de haberse identificado rápidamente a los asesinos, todavía no se los ha aprendido, a pesar de que transcurrieron casi dos años.

Además, se ha demostrado que los atacantes pudieron escapar cómodamente del lugar del crimen, subiendo a un avión que los llevó a Tijuana, con ayuda de miembros de la policía judicial federal. Poco antes, se había detenido a uno de los comandantes de ese cuerpo, poseedor de una fortuna calculada en 400 millones de dólares.

Acusación a periodistas

Pero en ese momento, el entonces subprocurador general Mario Ruiz Massieu -el mismo que está ahora detenido en los Estados Unidos, y del que se presume que recibió dinero del narcotráfico- acusó a «algunos periodistas» de filtrar informaciones a los traficantes.

Los nuevos descubrimientos sobre las cuentas bancarias de Ruiz Massieu hacen pensar que el brazo del narcotráfico pudo haberse extendido hasta el hombre que ocupó la subprocuraduría y abren nuevas conjeturas sobre el asesinato de su hermano y las posibles motivaciones de Raúl Salinas de Gortari, si llega a resultar cierta su responsabilidad en el crimen.

Se ha afirmado, con razonable fundamento, que el objetivo de los traficantes era desestabilizar el gobierno para hacer sentir su poder y obligar al presidente y a su gabinete a retroceder ante lo que podía ser una lucha sin cuartel.

Si eso es cierto, habrá que descontar la incidencia de los carteles de la droga en el estrangulamiento financiero que aqueja al país desde el último 20 de diciembre. El retiro de fondos de los narcos habrá contribuido, de manera significativa, a precipitar la crisis.

Doc con partes claras y poco legibles.

Condenan a 50 años de cárcel al asesino de Ruiz Massieu

Juicio: Daniel Aguilar Treviño es el autor material del crimen; también fueron condenados otros siete implicados, tres de ellos a la misma pena por planear el ataque.

MEXICO DF, 21 (AP).- Una jueza condenó a 50 años de prisión a Daniel Aguilar Treviño, convicto de haber asesinado al secretario del Partido Revolucionario Institucional (PRI) Francisco Ruiz Massieu, un hecho político que conmovió a este país.

También fueron condenados por la jueza Emma Meza Fonseca otros siete implicados en ese homicidio. Fernando Rodríguez, Carlos Angel Cantú y Jorge Rodríguez purgarán una condena de 50 años de cárcel por planear el crimen.

Roberto Angel Ramírez, Jesús Sánchez y Eugenia Ramírez Arauz fueron condenados a 37 años y 6 meses también por planeamiento, y José Pascual Alvarez a 3 años y multa por vender el arma.

Ruiz Massieu, considerado una de las figuras ascendentes y reformadoras del PRI, fue asesinado el 28 de septiembre con un disparo en el cuello cuando salía de una reunión con legisladores de ese partido.

Fue el segundo crimen político perpetrado el último año, tras el asesinato en marzo del candidato presidencial del PRI Luis Donaldo Colosio. Ambos cambiaron el rostro político de México y, según algunos expertos, habrían incidido negativamente en la estabilidad económica del país.

Nuevas sospechas

El asesinato de Ruiz Massieu tomó un giro sin precedente hace varias semanas, cuando las autoridades judiciales arrestaron al hermano mayor del ex presidente Carlos Salinas de Gortari, Raúl, por sospechar que orquestó ese crimen. Ruiz Massieu era cuñado de los Salinas de Gortari.

También surgieron cargos contra el ex fiscal Mario Ruiz Massieu, de quien se presume encubrió la investigación del crimen de su propio hermano.

Ruiz Massieu fue detenido recientemente en los Estados Unidos por violar las reglas aduaneras, y posteriormente se le descubrieron en bancos de ese país y de México varias cuentas millonarias que fueron congeladas ante la sospecha de que hayan procedido de actividades ilícitas como el narcotráfico.

Aún las autoridades no han determinado si el crimen de Ruiz Massieu se debió a luchas internas en el PRI, entre reformadores y miembros de la vieja guardia, o por asuntos relacionados con el narcotráfico.

Zedillo presionado

El presidente Ernesto Zedillo, que asumió en diciembre último, se ha propuesto esclarecer esos dos crímenes, además del asesinato -anterior- del cardenal de Guadalajara Juan Jesús Posadas.

Zedillo está presionado hoy día por una comunidad inversionista desconfiada e inquieta por la inestabilidad política provocada por esos asesinatos. En ese sentido, el presidente ha reiterado que nadie en México estará por encima de la ley y ha prometido acabar con la impunidad en el país.

En el caso del asesinato de Colosio también hubo un giro importante en el último mes, cuando las autoridades consideraron que el candidato presidencial fue víctima de una conspiración, descartando la tesis original de que el pistolero Mario Aburto había actuado solo. Aburto fue condenado a 40 años de prisión el año último.

Muchos mexicanos opinaron que durante la administración de Salinas de Gortari se encubrió ese asesinato. Pero ello fue descartado por la Procuraduría General de la República.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA us Juventud

FECHA DE PROCEDENCIA 30/3/95

VINCULACIONES

Area D. Hos

ENTRADO

CRUZADO

EE.UU

Congelan cuentas del ex procurador mexicano

Estados Unidos ha congelado 9,4 millones de dólares en cuentas bancarias de Mario Ruíz Massieu, ex subprocurador de México detenido el pasado día 3 en Newark (Nueva Jersey), informó el martes el Procurador General mexicano Antonio Lozano Gracia. Lozano Gracia formuló declaraciones poco después de mantener una reunión con la Fiscal General estadounidense Janet Reno, sobre la posibilidad de extraditar a Ruíz Massieu, que en su país afronta cargos de enriquecimiento ilícito y encubrimiento en el caso del asesinato de su hermano Francisco. El acusado fue detenido en Newark (noreste de EEUU) por declarar en la aduana que llevaba 18.000 dólares en efectivo cuando en realidad portaba 46.000 dolares, en viaje hacia España. Lozano Gracia se encuentra en Washington también investigando la procedencia del dinero depositado en cuentas bancarias de Mario Ruiz Massieu, en noviembre de 1994 y en febrero pasado, en dos bancos de Texas. El alto funcionario mexicano declaró a la prensa que es «lógico» asumir que este ex subprocurador de su país obtuvo ese dinero ilegalmente, pero no necesariamente de crímenes vinculados con las drogas. Indicó que el Gobierno de México está preparando una petición formal ante EEUU para la extradición de Mario. Lozano Gracia dijo que su país cuenta con 37 días, de un plazo de dos meses, para pedir oficialmente a Estados Unidos la entrega de Mario Ruiz Massieu, después de una orden de detención provisional en su contra emitida por las autoridades estadounidenses. El Procurador General reveló que los 9,4 millones de dólares congelados a ese ex funcionario en EEUU, fueron depositados en el «Bank One» y en el «Texas Commerce Bank», a finales del año pasado, y en febrero.

11-11

9508209

DOCUMENTO

TITULO PARAGUAY. Incautan cocaína y marihuana [illegible]

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA [illegible] 12/3/95

VINCULACIONES 11176 11344 11226 11615 65092 11244 66860 11666 66723 11229 10184 11667 11351 11422 50513 11352 11225 65280

ENTRADO
CRUZADO

Incautan coca en Asunción

La Policía paraguaya detuvo el viernes en el aeropuerto internacional "Silvio Pettirossi" de Asunción a dos personas e incautó 11 kilos de cocaína líquida que tenía como destino el mercado europeo.

ASUNCION / ANSA

Al mismo tiempo, policías antidrogas llenaron a tiros un avión a punto de despegar con 508 kilos de marihuana, en un incidente ocurrido en la localidad de Capitán Bado, 400 kilómetros al Norte de la capital, en la frontera con Brasil.

En el primer caso fueron detenidos el brasileño Valdemiro Dos Santos Dao, de 30 años, y el británico Stephen Francis Roche, de 49.

Dao y Roche informaron a la Policía que procesaban la droga en un laboratorio ubicado en el departamento de Alto Paraná, al Este de la capital y también en la frontera con Brasil.

Ambos transportaban en total en sus equipajes 11 botellas que contenían un kilogramo de cocaína líquida cada una.

Los detenidos tenían estaban preparados para abordar un avión de la compañía Aerolíneas Argentinas, con destino a Ezeiza, Buenos Aires, desde tomarían otra aeronave de Iberia para viajar a Madrid, y con destino final a Bruselas, Bélgica, según la Policía.

A los guardias les llamó la atención que el brasileño llevara dos botellas de whisky y muy poca ropa, para un viaje a Europa. Uno de los agentes abrió la botella y se mojó la lengua con el líquido, y advirtió enseguida la anormalidad.

Las otras botellas correspondían a una marca de bebidas refrigerantes, detectadas tras una nueva inspección de los equipajes.

Los voceros policiales indicaron que es la primera vez que se registra la detención de cocaína líquida en este país.

El valor de la carga está estimado en unos 350.000 dólares americanos y el procedimiento estuvo a cargo de agentes de la Dirección de Narcóticos (DINAR) de la Policía.

En el otro incidente, agentes de la Secretaría Nacional Antidrogas (SENAD) descubrieron un avión en una pista clandestina, y al acercarse fueron recibidos a tiros por desconocidos, desde un monte cercano.

Los agentes dispararon sobre el avión para evitar un eventual despegue, perforando el tanque de combustible, mientras los narcotraficantes se dieron a la fuga, según el informe policial.

Fotocopia clara -

Nº DOCUMENTO 950821[illegible]

TITULO ALEMANIA: Encuentran 400 kg de cocaína en barco en Puerto de Hamburgo

PROCEDENCIA EL País

FECHA DE PROCEDENCIA 13/3/95

VINCULACIONES 11176 11354

10184 11226

5001451 10027

11351 11429

11352

ENTRADO

CRUZADO

■ Cocaína

HAMBURGO (RFA), 12 (EFE). — La Policía antidrogas de Alemania ha encontrado unos 400 kilos de cocaína, el mayor alijo de esta droga encontrado en el puerto de Hamburgo y el cuarto de mayor importancia en Alemania, a bordo de un barco procedente de [illegible].

Las autoridades mantienen, hasta ahora, un casi absoluto silencio sobre ese descubrimiento, hasta el punto de que ni siquiera han concretado el lugar de origen del contrabando, ni el nombre del barco porque todavía está en marcha la búsqueda de los narcotraficantes.

01 - 01

9508211

Nº DOCUMENTO 9508212

TITULO MAFIAS ITALIANAS Y RUSAS ...

PROCEDENCIA LA Repubblica

FECHA 13/3/95

VINCULACIONES

Inversiones cruzadas en fabricación de dólares falsos, tráfico de armas y de drogas

Las mafias italianas y rusas, enlazadas

Las mafias italianas iniciaron una lucrativa colaboración con las mafias rusas, desde la fabricación de dólares falsos al tráfico de armas y drogas, en inversiones cruzadas en ambos territorios, según los investigadores italianos.

Roma (AFP)

■ Cifras inverificables son publicadas actualmente por la prensa italiana sobre las inversiones de las mafias rusas en la península y, si con seguridad son menores de lo que realmente son, pueden ser evaluadas en decenas de miles de millones de liras. Según los investigadores italianos, las mafias rusas tienen acuerdos con las principales familias mafiosas del sur de Italia».

Una de las actividades más importantes es la producción, especialmente por la Camorra (mafia napolitana), de billetes falsos de cien dólares que «constituyen una parte significativa de los dólares falsos que circulan en la actualidad en Rusia», según el responsable de la Policía italiana para la criminalidad económica, Alessandro Pansa. En efecto, la Camorra es dueña de una «técnica» comprobada en la materia. Esos falsos billetes, como otros objetos falsificados, son canjeados a las mafias rusas por armas, prostitutas y drogas, en particular sintéticas, que éstas producen en grandes cantidades en Rusia. Contra esos falsos dólares, las mafias rusas obtienen rublos auténticos, con los que adquieren armas, propiedades y fábricas en el inmenso imperio de la ex Unión Soviética.

El 10 de enero pasado, un responsable de la Camorra en el tráfico de dólares falsos fue detenido cerca de Nápoles. El 20 de enero, en Toscana, dos «emisarios» de las mafias rusas fueron arrestados en una operación bautizada «Vodka». Los mafiosos rusos controlaban personalmente la fabricación de falsos billetes verdes, que eran impresos en colaboración con especialistas italianos.

Las mafias italianas se interesan particularmente en las armas que pueden suministrar los rusos, tanto para sus propias necesidades como para la venta.

Es así como fueron descubiertos en los últimos años almacenes con importantes cantidades de armas de fabricación soviética: lanzamisiles RPG, bazukas antitanques y otros. El fiscal de Florencia, Pierluigi Vigna, afirmó que la mafia italiana adquiere armas de diferentes tipos de la criminalidad organizada rusa.

Heroína y cannabis de origen ruso en cambio forman una parte pequeña del mercado italiano de las drogas. Por otra parte, escasamente interesadas en las drogas sintéticas, las familias mafiosas de la península habrían dejado el campo libre a los «operadores independientes» procedentes del noreste de Europa.

Trece ciudadanos de la ex URSS fueron detenidos en Italia en 1993 por tráfico de drogas y prostitución, contra dos en 1992.

El «lavado» de esas enormes ganancias ilegales, especialmente en los bancos, es otro sector de actividad relativamente poco conocido.

La semana pasada fue detenido en Fano (costa del mar Adriático), el presunto número dos de la mafia rusa en Nueva York, Monia Elson, sospechado de haber «lavado» el dinero sucio de los tráficos ilegales y administrado un tráfico de heroína con Europa oriental, bajo cubierta de una sociedad importación-exportación de muebles. Las mafias rusas también estarían invirtiendo fuertes sumas en el sector inmobiliario. En la riviera italiana de Rimini, en la costa adriática, adquirieron varios hoteles en los que alojan a rusos sin medios que hacen viajar por intermedio de agencias de viajes que también controlan. Los beneficiarios de esas ventajas quedan comprometidos con las mafias y luego se ven involucrados en diversas actividades criminales, como la prostitución.

Por último, y esto es tal vez lo más grave, se ha descubierto tráficos de sustancias nucleares de procedencia rusa, a través de Suiza y Europa oriental, generalmente con destino al Oriente Medio.

El último de esos tráficos fue detectado recientemente en Venecia, donde un traficante italiano afirmó que había lanzado al agua un contenedor contaminado en el río Adigio.

Las familias de la mafia italiana también invierten en Rusia, donde llevan a cabo importantes operaciones de reciclaje. La Asociación profesional de comerciantes italianos dio como ejemplo la compra por la Cosa Nostra siciliana y norteamericana de un importante banco de Iekaterinburg (centro de Rusia).

WASHINGTON PIDE UN NUEVO TRATADO DE EXTRADICION, QUE INCLUYA EL NARCOTRAFICO

Pugna entre Bolivia y los EE.UU.

LA PAZ, 12 (Especial para **Clarín**). - Bolivia y los Estados Unidos sostienen una dura puja estos días para que La Paz se avenga a firmar un tratado de extradición que incluya al delito de narcotráfico.

El nuevo acuerdo debería remplazar al vigente desde principios de siglo y suscripto bajo presión y a mucha prisa por el gobierno de entonces para permitir la extradición de **los legendarios bandoleros Butch Cassidy y Sundance Kid**, que en aquellas épocas aterrorizaban a los bolivianos que acababan de vivir una guerra civil.

La figura de los narcotraficantes no está comprendida en el tratado, hecho a la medida de esos dos delincuentes especializados en el robo a diligencias y bancos pueblerinos. La cocaína, descubierta en 1860 en Europa, todavía no había alcanzado la fama y la popularidad de que goza ahora.

Pero ahora, los Estados Unidos quieren firmar otro tratado de extradición con Bolivia que repare aquella falencia. Lo están buscando desde hace cinco años, y acaban de fijar como límite el 30 de junio. Los gobiernos bolivianos han estado dándole largas a los Estados Unidos, pues no desean ceder a ese país toda la autoridad legal para juzgar a los bolivianos que hayan incurrido en tráfico de drogas hacia Norteamérica.

Hace dos años, unos investigadores norteamericanos se llevaron del territorio boliviano los esqueletos de dos personas mucho más altas que el promedio de los bolivianos, **con la certeza de que pertenecieron a Butch Cassidy y Sundance Kid.**

Los investigadores encontraron los esqueletos en la ciudad sureña de Tupiza, ubicada cerca de la mina San Vicente, donde se supone que murieron acribillados los dos bandoleros norteamericanos en 1909.

El viaje de los esqueletos se produjo de manera irregular, pues los transportadores no cumplieron con los trámites exigidos. Solo se los llevaron.

Pero nadie puede asegurar que los esqueletos contrabandeados desde Tupiza hasta los Estados Unidos sean de Robert Le Roy y Harry Langabaugh, como se llamaban realmente los pistoleros. Ellos, según se sabe, llegaron a Chubut en 1902 junto con Etta Place, la compañera de Sundance Kid, y vivieron allí en una estancia hasta 1906. Luego vinieron a Bolivia y después de varios asaltos a bancos y robos de remesas mineras murieron en San Vicente en 1909. Otra versión dice que murieron en Mercedes, Uruguay, en 1911 y otra más ubica la muerte de los dos, gordos y aburridos, en Spokane (Washington) o Johnny (Nevada) en 1937.

Hasta ahora, solo cuatro bolivianos fueron enviados a los Estados Unidos por razones de narcotráfico en los últimos diez años. Uno es el ex ministro del Interior de García Meza, **Luis Arce Gómez**, quien fue virtualmente secuestrado y puesto en un avión de la DEA en 1990 por el gobierno de Jaime Paz Zamora, quien tenía contra él cargos políticos por los crímenes que cometió durante la dictadura. Por esos meses también fue llevado **Jorge Roca Suárez**, conocido como **"Techo de Paja"**, su esposa y una mujer de nombre Sonia Atalá, quien resultó ser colaboradora de la DEA.

Desde hace un año, los Estados Unidos quieren llevarse al coronel (R) **Faustino Rico Toro**, quien es acusado de haber llevado droga a ese país. Paradójicamente, Rico Toro fue nombrado en 1991 jefe de la **Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (FELCN)** por el gobierno de Paz Zamora, con lo que abrió el escándalo llamado "narcovínculos", que desde entonces compromete su gestión.

Pero la solicitud de extradición de Rico Toro tropieza con una serie de trabas legales, además de ser tratado con la proverbial lentitud de la justicia boliviana.

Humberto Vacaflor

ARCHIVO CLARIN



N° DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Clarín 1/4/95

ENTRADO

CRUZADO

El narcotráfico, un bache legal en negociación

Bolivia y los Estados Unidos negocian actualmente un tratado de extradición que incluya también al delito de narcotráfico, que no está previsto en el viejo acuerdo firmado entre ambos países.

Un nuevo entendimiento tendría que remplazar al que firmaron **Washington** y **La Paz** a comienzos de este siglo, cuando apurados por las circunstancias, las autoridades de las dos capitales coincidieron en "dar vía libre" a la extradición de un par de legendarios delincuentes: los pistoleros **Butch Cassidy** y **Sundance Kid**. Por ese entonces, estos dos famosos personajes aterrorizaban a los bolivianos, que acababan de vivir una cruenta guerra civil.

Esos bandoleros de leyenda obligaron a Bolivia y los Estados Unidos a firmar un acuerdo a medida, para llevarlos rápidamente a Washington, pero el entendimiento hablaba de los delitos que ellos cometían, como el robo de diligencias y bancos de pequeños pueblos. La palabra "narcotraficantes" todavía no era demasiado utilizada por aquella época.

La cocaína, descubierta por los europeos en 1860, todavía no "goza" de la fama y la popularidad que sí tiene por estos días.

Pero ahora las autoridades de Washington quieren un nuevo tipo de extradición. Están interesados en ese objetivo desde hace varios años, y fijaron como fecha tope el 30 de junio.

El gobierno de La Paz se resiste, porque no quiere ceder al gobierno norteamericano toda la potestad de juzgar a los bolivianos que hallan traficado droga hacia los Estados Unidos.

Hasta poco tiempo atrás, algunos ciudadanos de Bolivia habían sido enviados a Washington para su juzgamiento por delitos relacionados con el tráfico de drogas. En 1990, durante el gobierno de **Jaime Paz Zamora**, fue prácticamente secuestrado y puesto en un avión de la **DEA**, la agencia antidroga norteamericana, **Luis Arce Gómez**, el ex ministro del Interior del dictador **Luis García Meza**. Poco después, también "viajó" hacia el norte **Jorge Roca Suárez**, alias **Techo de Paja**, junto a su esposa y una mujer conocida como **Sonia Atalá**, quien posteriormente fue identificada como una colaboradora de la propia DEA.

Hasta hoy, estas eran las únicas personas que hicieron el "viaje" La Paz-Washington tras ser requeridos por las autoridades norteamericanas y con el visto bueno de la Justicia de Bolivia. Eso sin contar a los dos famosos y "admirados" delincuentes.

Aunque, en realidad, muchos dudan que realmente Butch Cassidy y Sundance Kid hayan muerto en Bolivia. En 1993, investigadores norteamericanos se llevaron del territorio boliviano dos esqueletos de personas más altas que el boliviano promedio.

Se supuso que esos restos, hallados cerca del poblado de **Tupiza**, correspondían a Cassidy y Kid, porque ese es el lugar en el cual, según la leyenda, fueron abatidos por las autoridades.

Para brigadeiro, Sivam pode fracassar

Chefe do Comando Aéreo da Amazônia acha que falta estrutura de suporte para que o projeto cumpra objetivos

Falta de acordo atrasa contrato, diz ministro

Negócio não deve ser revisto pelo governo

Da Folha Vale

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Mauro Gandra, disse ontem em São José dos Campos que o contrato do Sivam ainda não foi assinado por ser complexo.

Gandra afirmou que os detalhes se tornaram um "cabo de guerra" entre as duas empresas que disputam o contrato de gerenciamento do projeto. Ele não citou os nomes das firmas envolvidas na disputa.

A Raytheon, empresa norte-americana, foi escolhida pelo governo brasileiro para instalação dos equipamentos. A Esca, do Brasil, foi selecionada para gerenciar e incorporar a tecnologia vendida para o Sivam.

A Raytheon agora exige do governo o direito de desempenhar as funções atribuídas à empresa brasileira.

"O Ministério da Aeronáutica e a SAE são os mediadores do processo e é preciso que eles cheguem a uma conclusão para que esse assunto fique bem acordado."

O ministro não quis estimar um prazo para a assinatura do contrato. Disse que isso deverá ser feito "o mais cedo possível".

Gandra acha "difusas" as denúncias de irregularidades sobre o processo de escolha das empresas responsáveis pelo Sivam. "São fruto de uma entrevista dada não sei por quem a um jornal internacional. Acho que irregularidades só podem ser apuradas quando há algum suspeito. Eu não conheço nenhum suspeito."

Gandra vai prestar depoimento sobre o Sivam, junto com Ronaldo Sardemberg, secretário de Assuntos Estratégicos, à Comissão de Defesa Nacional da Câmara.

Ele disse não ter nenhum indício da suposta ação da CIA para interferir no resultado do processo de escolha da empresa que deverá gerenciar o sistema.

O ministro afirmou que os contratos do Sivam não devem ser incluídos no pacote de contratos a serem revistos pelo governo. "Esses contratos foram feitos em dólar e são todos contabilizados em dólar, uma vez que é um contrato internacional. Portanto, não nos parece haver necessidade para tanto. Além disso, o contrato ainda não foi assinado."



Mauro Gandra, da Aeronáutica, em São José dos Campos

A francesa

Thomson é especialista no setor militar

De Paris

A estatal Thomson-CSF é o primeiro grupo europeu em eletrônica para defesa. Realiza 70% de suas atividades no setor militar e tem cerca de 49 mil empregados.

A empresa francesa teve um prejuízo de mais de 2 bilhões de francos (cerca de US$ 400 milhões, no câmbio atual) em 1993.

A maior parte dessa perda se deveu à participação no capital do banco Crédit Lyonnais, em sérias dificuldades.

A Thomson é uma das líderes no mercado de controle de tráfego aéreo, com contratos na América Latina, ex-repúblicas soviéticas e no Vietnã. Em fevereiro de 94, ganhou contrato de US$ 126 milhões para a construção de um sistema de controle aéreo na Austrália.

Em março de 1993, a Raytheon venceu a Thomson na batalha pela modernização do sistema de vigilância dos aeroportos de Bombaim e Nova Déli, na Índia.

A empresa também atua nas áreas de equipamento eletrônico para a aviação militar e sistemas de comunicação para defesa.

(André Fontenelle)

A norte-americana

Raytheon é 30ª empresa do país em 94

De Washington

A Raytheon, empresa que ganhou a concorrência para a construção do Sivam, ficou em 30º lugar na lista das empresas com maiores lucros nos EUA em 1994: US$ 759 milhões. O total de vendas da companhia no ano passado foi de US$ 10 bilhões, 30% das quais fora dos EUA.

Com operações em 28 Estados dos EUA e em 23 países do mundo, a Raytheon emprega 60 mil pessoas. A sede mundial fica em Lexington, Massachusetts, costa leste dos EUA.

O produto mais famoso fabricado pela Raytheon é o sistema de defesa antimísseis Patriot, usado pelos EUA na Guerra do Golfo.

Só em vendas de Patriot, a empresa faturou US$ 1,1 bilhão no ano passado. Alemanha, Holanda, Israel, Japão, Arábia Saudita, Kuait e Formosa compraram o Patriot, além dos EUA.

No Brasil, além do Sivam, a Raytheon também tem negócios na área de sistemas de controle de tráfego aéreo, que equipam diversos aeroportos do país.

(Carlos Eduardo Lins da Silva)

EMPRESAS QUE VÃO IMPLANTAR O PROJETO

RAYTHEON

- **Função no Sivam:** lidera o consórcio de empresas que vai fornecer e instalar os equipamentos do projeto. A Raytheon venceu a disputa pelo projeto por oferecer a melhor proposta de financiamento
- **Verba que vai controlar:** US$ 1,23 bilhão, incluindo os valores que serão repassados para as outras empresas que integram o consórcio de fornecedores do sistema
- **Faturamento em 1994:** US$ 10 bilhões, com um lucro de US$ 759 milhões
- **Sede:** Lexington, Massachusetts (EUA), e operações em 20 países
- **Atividades:** é uma das grandes empresas da área de defesa militar nos EUA. Seu produto mais famoso é o sistema de defesa antimísseis Patriot, mas suas operações incluem ate produtos eletrodomésticos. Fabricou o primeiro forno de microondas do mundo
- **Fundação:** 1922
- **Presidente:** Dennis Picard

ESCA

- **Função no Sivam:** vai gerenciar o projeto, coordenar o desenvolvimento dos software de controle do Sivam e armazenar a tecnologia do sistema
- **Verba que vai controlar:** US$ 170 milhões
- **Faturamento em 1994:** US$ 75 milhões
- **Sede:** Alphaville, São Paulo
- **Atividades:** é uma empresa especializada em contratos de defesa com o governo. Participou da implantação do Cindacta, a rede de controle de tráfego aéreo brasileiro. A francesa Thomson foi a empresa que desenvolveu este sistema. A Esca fez o gerenciamento da construção do Centro de Lançamentos de Foguetes em Alcântara (MA). Também desenvolve produtos para o mercado, como um sistema de controle de caminhões por satélite
- **Fundação:** 1976
- **Presidente:** Steve Ortiz

A brasileira

Esca vai ganhar cerca de US$ 170 milhões

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

A empresa brasileira Esca vai receber cerca de US$ 170 milhões para gerenciar o projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e desenvolver os softwares de operação do projeto.

Como a montagem do Sivam vai demorar sete anos, a Esca vai receber em média US$ 24 milhões por ano. Este valor representa um aumento de 33% em seu faturamento anual. Em 1994 a empresa faturou cerca de US$ 75 milhões.

A Esca é uma empresa privada, mas é considerada "estratégica" pelo governo brasileiro, por causa dos contratos que tem com os ministérios militares.

"Na prática, a Esca é dona do software de controle de tráfego aéreo do Brasil" diz o brigadeiro Marcos Antônio de Oliveira, presidente da Comissão Coordenadora do Sivam. A Esca adquiriu esta tecnologia participando do projeto Cindacta, que controla o tráfego aéreo brasileiro.

A empresa foi contratada pelo governo brasileiro para absorver e armazenar a tecnologia do Cindacta, desenvolvida pela empresa francesa Thomson.

Com a operação do sistema, a Esca acabou dominando esta tecnologia. Hoje o governo depende da empresa para fazer qualquer alteração no sistema.

Algo semelhante vai acontecer com o Sivam. O governo contratou a Esca para desenvolver e armazenar a tecnologia de apuração.

Assim, a Esca acaba se tornando uma espécie de "banco de dados" tecnológico do governo.

Esta função deveria ser exercida pelo próprio governo, mas é transferida para uma empresa privada sob a alegação de que falta estrutura ao Estado brasileiro para guardar esta tecnologia.

"Não há hoje nenhum militar da Força Aérea com conhecimento suficiente dos programas de operação do Cindacta para fazer modificações profundas no sistema. Nestes casos, temos que recorrer à Esca", diz o brigadeiro Oliveira.

A Thomson tentou se associar à Esca antes da seleção das empresas. O governo fez um processo de seleção estabelecendo exigências de experiência em contratos com a área de defesa que só permitiam escolher a Esca. **(Gustavo Krieger e Lucas Figueiredo)**

DOCUMENTO

TITULO

PRO

FE

VIN

ENTRADO

CRUZADO

ANDRÉ MUGGIATI
Da Agência Folha, de Manaus



O brigadeiro Márcio Callafange, chefe do 7º Comando Aéreo Regional, avalia que o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) pode se tornar um novo Calha Norte —projeto do governo Collor para ocupar a fronteira norte, cujos hospitais e escolas não funcionam por falta de pessoal.

O Sivam foi planejado para controlar a ocupação da Amazônia, queimadas, mineração ilegal e combater o tráfico de drogas.

"Talvez seja preferível a ignorância do que gastar US$ 1.4 bilhão para ver o que acontece sem ter estrutura para combater os problemas", disse o brigadeiro.

Segundo o delegado Lacerda Carlos Júnior, da Polícia Federal, os órgãos envolvidos com o projeto terão de aumentar seus efetivos para trabalhar com as informações que serão geradas.

Para o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), uma Polícia Florestal, com 3.000 homens, teria eficiência para atuar associada ao Sivam. O Ibama tem hoje apenas 35 fiscais para 1.5 milhão de km² da floresta amazônica.

O Senado vai cobrar do governo a confirmação ou não das denúncias de que um senador teria recebido US$ 7 milhões para ajudar a aprovar, no Congresso, a autorização para o governo contrair dívida para a implantação do Si

As denúncias foram publicadas pela revista "Veja" da última semana e irritaram o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Gilberto Miranda (PMDB-AM). Ele sentiu-se atingido com as acusações por ter sido o relator do Projeto Sivam.

Colaboraram RAQUEL ULHÔA e LUCIO VAZ, da Sucursal de Brasília

O SIVAM DEVE TER

23

radares, sendo 17 fixos e seis móveis

8

aviões Brasília com sensores

4

aviões-laboratório HS800

300

plataformas de coleta de dados

Partes Poco Legível

9508214

03

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDÊNCIA

ENTRADO
CRUZADO

O Sivam vem, a Amazônia vai

Depois de amanhã, o presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Amazônia. Espera-se que ele modifique a política do governo em relação à maior floresta tropical do planeta. No Brasil, quando se trata de agradar à metrópole, se apela para as maracutaias. Pela Resolução 96/89 do Senado, o governo está proibido de tomar empréstimos de fornecedores mediante emissão de notas promissórias. A lei, ora a lei... Com a cumplicidade dos senadores, em 21 de dezembro de 1994, o governo Itamar Franco driblou a proibição, visando captar 20% dos recursos — US$ 287,2 milhões — necessários para pagar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que consiste na instalação de um sofisticado sistema de radares fixos e móveis, para facilitar o controle de nossas fronteiras e o combate ao tráfico de drogas e ao contrabando, cobrindo a área de 5,2 milhões de km² da floresta amazônica.

Graças à emissão de notas promissórias pelo governo, a empresa norte-americana Raytheon, que fornece os equipamentos para o projeto, vai emprestar ao Brasil a quantia acima. A assessoria legislativa do Senado deu parecer contrário ao empréstimo e a Procuradoria-Geral da Fazenda chegou a alertar o então ministro Ciro Gomes para a ilegalidade da operação. O ministro sofismou, sugerindo que o Congresso autorizasse a operação como concessão de crédito, e não como transação comercial. Assim, o empréstimo concedido pela Raytheon será destinado a pagar os equipamentos do Sivam fornecidos pela própria empresa norte-americana! Detalhe: a escolha da Raytheon, durante o governo Itamar Franco, foi feita sem licitação, sob o pretexto de que se trata de "projeto de segurança nacional". E ainda temos coragem de fazer piadas com os portugueses? Onde já se viu entregar a uma empresa estrangeira a vigilância de nosso território?



O Ibama deve contar com mais recursos e agentes imunes à corrupção

O projeto Sivam está orçado em US$ 1,4 bilhão. Isso se escapar do que ocorreu com a hidrelétrica de Tucuruí, cuja obra começou calculada em US$ 2,5 bilhões, consumiu US$ 5,4 bilhões e o custo final, com os juros, já atinge US$ 8,5 bilhões. E não é só. O impacto ambiental na região fez subir a mortalidade infantil para o alarmante índice de 120 em cada grupo de 1.000 nascidos vivos, quando no País é de 54/1.000. Mais um desafio para o Programa Comunidade Solidária, braço social deste governo que alega não ter dinheiro para demarcar terras indígenas e dotar a Amazônia de escolas, hospitais, agrovilas, reservas extrativistas e sistema de transportes.

Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), só no ano 2022 o Sivam conseguirá arrecadar US$ 1,4 bilhão, por meio das tarifas cobradas das empresas que utilizarem o sistema de controle de tráfego aéreo.

Enquanto isso, o Brasil perde financeira e ecologicamente com os madeireiros que fazem fortunas derrubando o que resta de mogno, cerejeira, jatobá, virola, ipê e angelim. Para cada árvore de mogno tombada, cerca de 28 árvores de diferentes espécies são danificadas e 1.450 m² de floresta, destruídos. O trabalhador que corta o mogno recebe cerca de US$ 5 por cada árvore derrubada. Vendida no Exterior, ela vale de US$ 3 mil a US$ 5 mil.

Ora, trata-se de um investimento caro, que exige homens, caminhões, carregadeiras e motosserras. Suspeita-se de que nessa atividade estaria sendo lavado o dinheiro do tráfico de cocaína. Só no sul do Pará existem, hoje, mais de 6 mil serrarias. Dos 4 milhões de hectares ocupados por pastagens na Amazônia, 800 mil já são considerados irrecuperáveis. As seqüelas da destruição das matas, muitas vezes queimadas por bombas incendiárias, como confessou o megamadeireiro Rainor Grecco, reduz o rendimento do gado de corte e facilita a multiplicação de pragas.

Renomados cientistas como Emílio Moran (*A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*, Vozes, 1990) e Antony L. Hall (*Amazônia, Desenvolvimento para Quem?*, Zahar, 1991) demonstraram que a extração da borracha, da castanha-do-pará, de corantes vegetais, de substâncias alcalóides para farmacologia e química, de óleos e de frutos como açaí, buriti, bacaba e pupunha é mais lucrativa que derrubar florestas.

Na região de Sena Madureira, no Acre, não há mais seringueiras nem caça. O mágico Rio Iaco cerca-se de fazendas e pastagens cobertas por urubus em busca de gado morto. De Vilhena a Cruzeiro do Sul, a selva está coberta pela fumaça. Em agosto do ano passado, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos, o satélite acusou 68.983 incêndios na Amazônia. Num único dia, mais de 200 crianças deram entrada nos hospitais de Rio Branco com problemas pulmonares causados pela fumaça das queimadas. Índios e seringueiros são expulsos de seu hábitat natural.

É preciso retirar a preservação ambiental da mera demagogia dos discursos ecológicos, modificando a Lei nº 4.771 do Código Florestal Brasileiro, que permite a destruição de até 50% da floresta, e assentando as famílias que querem viver em reservas extrativistas. O Ibama deve contar com mais recursos e agentes imunes à corrupção. E a reforma da Constituição precisa reforçar a defesa da Amazônia e dos direitos de seus habitantes.

Os grandes projetos para a região abrem olhos às suas riquezas naturais, como ouro, ferro, madeiras e potencial de amplas pastagens, ignorando o fundamental: o ser humano. No governo, ninguém pensa num Sistema de Vigilância e Preservação da População Amazônica. Incêndios engolem a mata, o mercúrio contamina os rios, enquanto as pessoas engrossam movimentos migratórios rumo à miséria em torno das cidades. Também, pudera, um governo que quase nunca sai de Brasília e, quando o faz, se cerca de mais seguranças que os generais-ditadores, tendo contato apenas com representantes da elite, como se sensibilizar com o que se passa entre a população ribeirinha? É recomendável que o presidente Fernando Henrique Cardoso releia as obras do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

■ *Frei Betto é escritor*

64

9508214

Nº DOCUMENTO
TITULO Brasil. Narcos pretendía obtener información secreta sobre el proyecto "SIVAM".
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA 16/3/95
VINCULACIONES 11176 11224 65012 65890 50482 11349 11514 11874

ENTRADO
CRUZADO

Narcotraficantes tentaram obter dados secretos

Traficantes de drogas tentaram obter informações secretas sobre o projeto SIVAM. A informação foi prestada pelo brigadeiro Marco Antônio Oliveira durante o depoimento do ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra à Comissão de Defesa Nacional da Câmara. "Pedimos a dispensa da licitação para evitar que lavanderias do dinheiro de narcotráfico se habilitassem", explicou. Segundo o brigadeiro, o temor maior era que os narcotraficantes tivessem acesso às informações sobre o sistema.

De acordo com Oliveira, o sigilo adotado durante a escolha da empresa vencedora teve a função de evitar que as especificações técnicas do projeto fossem tornadas públicas. O edital secreto elaborado pelo governo foi enviado a embaixadas de 16 países.

Há três semanas, uma reportagem do jornal norte-americano The New York Times afirmou que a perdedora da concorrência - a francesa Thomson - havia pago propinas a funcionários brasileiros para influenciar no resultado. O jornal também afirmou que a central de inteligência dos EUA - a CIA - ajudou a Raytheon no caso. Gandra admitiu ontem que pode ter havido falha no processo de escolha da Raytheon. 'Apesar do processo de sigilo ter sido seguro, eu não posso garantir que não tenha havido falhas, justificou o ministro.

PARA ENTENDER

Objetivo:
Monitorar 5,2 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia. Com um sistema integrado de radares e sofisticados equipamentos de comunicação, meteorologia e sensoreamento remoto, o Sivam poderá reduzir significativamente as atividades de contrabando de ouro e armas, garimpo ilegal e narcotráfico.

Composição operacional:
- ☐ 1. Aviões de vigilância munidos de radar
- ☐ 2. Radares fixos e móveis
- ☐ 3. Sistema de coleta e processamento de informações
- ☐ 4. Sistema de comunicação
- ☐ 5. Sistema de detecção e monitoramento de comunicações clandestinas
- ☐ 6. Sistema de radio-localização
- ☐ 7. Sistema de monitoramento ambiental
- ☐ 8. Sistema de monitoramento meteorológico
- ☐ 9. Sistema de sensoreamento por satélite

ZH 16/3

05-05

9508214

Nº DOCUMENTO [illegible]

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA DE PROCEDENCIA 14/3/95

VINCULACIONES 11116 11351

65312

50466

10001

11351

ENTRADO

CRUZADO

Apresaron narcotraficante

En un importante procedimiento, la Policía pudo ubicar y detener a un sujeto sindicado como el principal distribuidor de cocaína de la zona de La Teja. Dicho delincuente fue atrapado en los precisos momentos cuando se encontraba comercializando dicho alucinógeno a un par de individuos que también fueron capturados. En el marco de diversos procedimientos que funcionarios de la Brigada de Narcóticos venían cumpliendo en torno al tráfico de estupefacientes en nuestra capital, obtuvieron información sobre la venta de cocaína en un inmueble situado en la mencionada barriada. Luego de vigilancias y seguimientos, los pesquisantes supieron que ayer de madrugada se iba a realizar una venta importante. El grupo de policías se reforzó y cuando dos individuos arribaron a la casa y se encontraban en pleno "convenio" fueron sorprendidos y detenidos a la vez que se les incautó una importante cantidad de dosis del mencionado alucinógeno.

01-01

Nº DOCUMENTO 9508216

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 14/3/95

VINCULACIONES [illegible]

Gran Recompensa por Narcos Colombianos

BOGOTA, 13 (ANSA).— El gobierno colombiano ofrecerá, a través de anuncios por diferentes medios de comunicación, una recompensa por el equivalente a 5,8 millones de dólares para quienes den informaciones que permitan detener a los jefes del Cártel de Cali, acusados de exportar el 70 por ciento de la cocaína que se consume en Estados Unidos y Europa.

Los anuncios no mostrarán fotografías ni darán nombres de los supuestos jefes, posiblemente porque ninguno de los buscados ha sido condenado por los delitos de narcotráfico, según coincidentes informes de prensa.

La campaña será diferente a la que se hizo para capturar a los miembros del hoy desvertebrado Cártel de Medellín, pero se buscarán resultados similares a los logrados en esos años, según las informaciones atribuidas a fuentes oficiales no identificadas

Sin embargo, varios de los jefes del Cártel de Medellín , incluyendo a Pablo Escobar Gaviria, fueron detenidos o muertos después de diversas investigaciones y seguimientos, pero no por el suministro de informaciones de personas que buscaban la recompensa.

9508216

JOGOS PAN-AMERICANOS

Doping tira Sueli das pistas

A recordista sul-americana de lançamento de dardo não poderá ir à Argentina

São Paulo

A lançadora de dardo Sueli Pereira dos Santos, 30 anos, recordista sul-americana, está proibida de participar dos Jogos Pan-Americanos de Mar del Plata e de qualquer outra competição oficial até 1998. A pena foi imposta pela Federação Internacional de Atletismo (FIAA) porque, em suas amostras de urina, foram encontrados os esteróides anabólicos methenolona e metabolite. O methenolona contém hormônios masculinos que aumentam a força dos atletas. Seus efeitos colaterais são graves, pois masculinizam a mulher, podem provocar câncer [illegible] a morte.

[illegible]

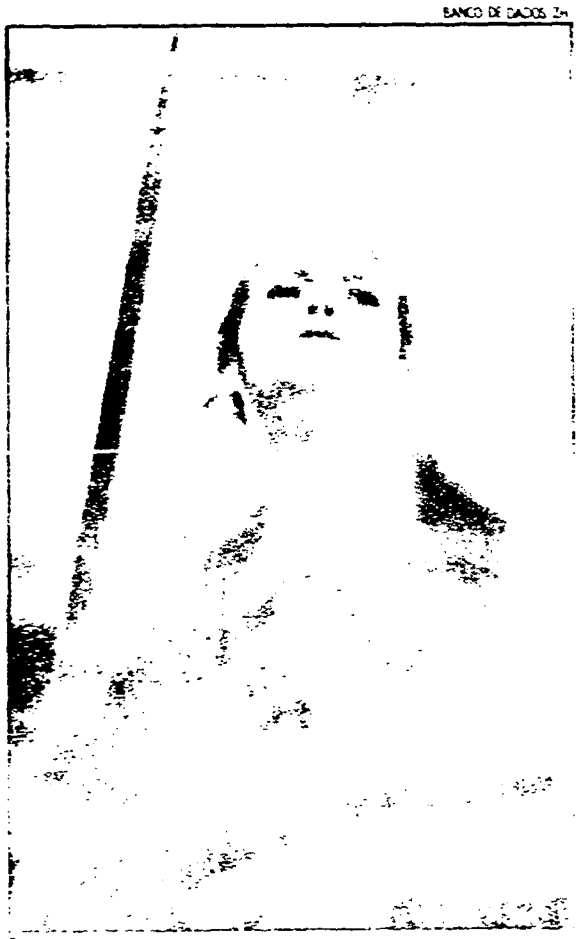
tre. Apenas os exames de Sueli deram resultado positivo.

No dia 1º de março, a FIAA divulgou o resultado de uma das análises feitas pelo médico gaúcho Eduardo de Rose, que acusou a presença de substâncias proibidas. A contraprova, da segunda amostra, foi apresentada no dia oito e confirmou o diagnóstico.

Sueli tem 90 dias para se justificar. "Eu nunca me dopei", lamentou Sueli, sem esconder a mágoa e a frustração ontem à noite, na casa de um irmão, na cidade de Cascavel, Paraná. Sueli pretende usar o direito de ser ouvida perante o Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). O órgão deverá remeter [illegible] à FIAA. Se não convencer, a brasileira terá que [illegible]

Depois de um período de [illegible]

BANCO DE DADOS ZH



[illegible]

Nº DOCUMENTO 9508218
TITULO Rev. En operativo en un bar de Cerrito de la Victoria incautan cocaína y detienen 6 personas. –
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 15/3/95
VINCULACIONES 11176 11352
65592 11354
50466
10001
11351

ENTRADO
CRUZADO

Operativo antidrogas en un bar

Un operativo realizado en un bar en el Cerrito de la Victoria, derivó en las detenciones de seis personas, incautándose varias dosis de cocaína. Entre los arrestados, se encuentran consumidores y distribuidores del alucinógeno. El procedimiento fue llevado a cabo por personal de la Brigada Nacional Antidrogas.

Los funcionarios de esa dependencia recibieron información que a un bar de la mencionada zona concurrían varios sujetos que estaban implicados en el consumo y distribución de alucinógenos.

Ayer de madrugada se rodeó el lugar y los policías ingresaron al comercio procediendo a las detenciones de seis individuos algunos de ellos con antecedentes penales. Se incautaron varias dosis de cocaína prontas para ser vendidas. Entre los arrestados se encuentra por lo menos dos distribuidores de drogas que operan desde hace tiempo en la zona del Cerrito de la Victoria.

Los antecedentes del caso fueron elevados al magistrado en lo Penal de Turno, quien prestaban declaración anoche, los detenidos.

Procesado

A su vez, la Justicia decretó el procesamiento de un distribuidor de cocaína, detenido durante un procedimiento realizado en la zona de La Teja. El sujeto ya contaba con antecedentes penales por el mismo delito.

Se trata de B.C., de 24 años, a quien el magistrado en lo Penal de Turno, le tipificó el delito de "distribución de cocaína".

Tal como informamos, el operativo fue llevado a cabo en una finca de La Teja, deteniéndose a varias personas en el momento que se procedía a una "transa". Se incautaron numerosas dosis de cocaína. Entre los arrestados se encontraba B.C. quien era el distribuidor de la droga, mientras que las otras personas eran consumidoras.

Desde hace tiempo comercializaba cocaína en La Teja, pero nunca se le pudo detener con las pruebas. Ahora cayó en "in fraganti" delito y dio pie para que la Justicia decretara su procesamiento a la cárcel.

01-01

9508218

TITULO Bros. I. García Meza es enviado a [illegible] para ser juzgado

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 15/3/95

VINCULACIONES 11176 11214 / 65092 11229 / 507482 11426 / 507480 11514 / 11403 11345

ENTRADO

CRUZADO

García Meza Extraditado de Brasil a Bolivia

BRASILIA, 14 (EFE). — El que fuera presidente de facto, ex general de Bolivia Luis García Meza, condenado a treinta años de presidio por la comisión de graves delitos, partió esta noche hacia La Paz tras ser extraditado por las autoridades brasileñas.

García Meza (1980-1981) viaja hacia su país a bordo de una pequeña aeronave que despegó del aeropuerto internacional de Brasilia a las 22:25 hora local (01:25 GMT del miércoles).

El ex gobernante y ex militar fue entregado a las autoridades de su país un año después de su captura en la ciudad sureña de Sao Paulo, donde residió de forma clandestina durante algunos meses.

El superintendente de la Policía Federal en Brasilia, Frimo Salvatori, fue el responsable de la operación de entrega de García Meza, quien fue recibido en el aeropuerto de Brasilia por el embajador de Bolivia en Brasil, Jaime Balcázar, y el secretario general de Gobierno de su país, Hugo Sanmartín.

Balcázar, Sanmartín y cinco policías bolivianos abordaron la aeronave que traslada a García Meza, un bimotor tipo Aerocommandar CP21, de matrícula CP2259, que fue dispuesto por el Gobierno boliviano.

La extradición del ex presidente boliviano se produjo horas después de que la justicia brasileña considerara un recurso de "habeas corpus" presentado a última hora por sus abogados.

Esta intervención retrasó en casi cuatro horas la salida de García Meza, que estaba prevista para las 18:30 hora local (21:30 GMT).

García Meza, desde su captura hace un año estaba recluido en el III Batallón de Choque de la Policía Militar en Brasilia.

9508219

01·01

Presa uma quadrilha que aliciava jovens

As crianças e adolescentes praticavam pequenos furtos junto à Estação Rodoviária em troca de maconha e "loló"

Uma quadrilha que aliciava crianças e adolescentes junto à Estação Rodoviária de Porto Alegre foi presa por agentes da 3ª Delegacia de Polícia. A gangue fornecia *loló* e maconha para os jovens que, em troca, eram forçados a fazer pequenos furtos ou a protagonizar outros delitos delitos. Uma garota de 12 anos disse que se prostituía para pagar as drogas. Nascida em Uruguaiana, a menina afirmou que não retorna para casa com medo de ser espancada pela mãe.

O grupo está preso na delegacia, à espera de que a Justiça decida o seu destino. A quadrilha era formada pelos jovens P.H.F.S., de 17 anos (tem dois inquéritos por furtos), e R.C.C., 17 anos (responde a quatro inquéritos). Outros dois integrantes, Tajio Cristiano Lopes, 22 anos, e Nelson Antonio Martins Santos, 27 anos, estavam em liberdade provisória (respondem na Justiça por furto, roubo e corrupção de menores). O outro preso é Alexandre de Oliveira Flagroso, 20 anos. Todos serão indiciados pelo delegado Ben Hur Marchiori por corrupção de menores, formação de quadrilha e favorecimento de prostituição.

A atitude de uma doméstica moradora da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, foi a responsável pela prisão da quadrilha. No dia 22 de fevereiro, ela procurou o promotor Luiz Felipe Brack, da Coordenadoria das Promotorias Criminais, e pediu ajuda. O filho mais velho da doméstica, V.S.M., de nove anos, estava passando muitos dias fora de casa. Quando aparecia, afirmou a mãe em depoimento ao promotor, apresentava sinais de uso de drogas.

MAURO VIEIRA ZH



Acusados: a quadrilha detida ficava com o dinheiro e com os objetos furtados pelas crianças e adolescentes

N° DOCUMENTO

TITULO BRASIL. Niña de 12 a. se prostituye para comprar drogas.

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PROCEDENCIA 15/03/95

VINCULACIONES 11176 11345

65092 11342

507482 11341

11331

11230

ENTRADO

CRUZADO

Uma menina de 12 anos disse que se prostituía para pagar as drogas

Com o tempo, a mãe de V. S. M. descobriu que o filho fazia parte de um grupo de crianças e jovens — todos com idade entre oito e 13 anos — que estava furtando e se prostituindo nas proximidades da Estação Rodoviária a mando de uma quadrilha, que ficava com o dinheiro e com os objetos furtados. Em troca, recebiam *loló* e maconha. Temendo que o seu outro filho de quatro anos também fosse aliciado, a doméstica procurou o Ministério Público.

O promotor Brack enviou um ofício à Polícia Civil pedindo investigações. Depois de acompanhar a movimentação das crianças, os policiais interrogaram seis integrantes do grupo. Entre eles, uma menina de 12 anos que disse se prostituir para pagar as drogas. Os jovens indicaram um barraco num beco da Vila Maria da Conceição. Na noite de segunda-feira, agentes da 3ª DP estiveram no local e prenderam toda a quadrilha. Junto estavam algumas gramas de maconha e 13 garrafas pequenas de cerveja cheias de *loló* prontas para serem distribuídas.

9508220

SAN PABLO: MATAN DELINCUENTES

La policía militar del estado de Sao Paulo dio muerte a cien supuestos delincuentes en tan sólo los dos primeros meses de 1995, revela hoy, el diario "O Globo".

En todos los casos, según los registros policiales, los miembros de este cuerpo alegaron que sus víctimas reaccionaron a las órdenes de detención y que murieron en un intercambio de disparos.

El promedio de cincuenta personas muertas al mes por agentes sólo se registró en 1991, cuando el batallón de choque ROTA, al que se le atribuye la mayor violencia policial en la historia brasileña, aún existía.

Las operaciones de la extinta ROTA contra las bandas de secuestradores y de asaltantes, que casi siempre terminaron con supuestos delincuentes muertos, están relatadas en un libro titulado "Rota, la policía que mata" y en numerosas denuncias de organizaciones de defensa de los derechos humanos.

El secretario de seguridad pública del estado de Sao Paulo, José Antonio Silva, reconoce que los policías están asesinando a sospechosos y responsabiliza del hecho al gobierno anterior, del centrista Luiz Antonio Fleury, por haber tolerado una "cultura de violencia" en las filas policiales.

Cuando el socialdemócrata Mario Covas asumió el pasado uno de enero su puesto de gobernador del estado de Sao Paulo, prometió una restructuración de la policía paulista para acabar con la violencia en las acciones de los miembros de la institución.

Covas criticó especialmente la actuación de la policía militar de Sao Paulo en la represión de un motín en el presidio de Carandiru, el 2 de octubre de 1992, que concluyó con la muerte de 111 presos, la mayoría de los cuales estaban en estado de indefensión y de espaldas.

Miembros del gabinete de Covas creen que el aumento del número de supuestos delincuentes muertos por la policía obedece a una campaña de los agentes insatisfechos por las sanciones que el Gobierno está imponiendo para frenar la violencia policial.

"Vamos a investigar cada una de esas cien muertes. Existen personas que están en contra de nuestra postura de combate a la violencia y que están interesadas en desestabilizar", asegura Silva.

"Los policías están insatisfechos y, si el Gobierno no tiene pulso firme, perderá el control sobre la institución", aseguró, por su parte, el diputado estatal Jamil Murad, líder del Partido Comunista do Brasil (PCB).

Benedito Domingos Mariano, director del Centro estatal de Derechos Humanos, asegura que para terminar con la acción violenta de los agentes, además de cambios estructurales en la institución y campañas para promover los derechos humanos entre los miembros de la policía, el Gobierno de Sao Paulo necesita mejorar los salarios de sus agentes y ofrecerles planes de seguridad social especiales para sus familias

El debate sobre la violencia de los policías paulistas revivió después de que, en la madrugada del domingo, cerca de cien policías invadieran una vivienda en la zona sur de Sao Paulo para matar a un hombre que supuestamente había asesinado a un agente.

Los invasores, además, agredieron a un equipo de televisión para impedir que el fusilamiento fuera registrado.

Nº DOCUMENTO 9508222 plazo ~~perentorio~~ para erradicar 1750 hás -
TITULO Bolivia EE.UU. dió
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCEDENCIA 15/3/93
VINCULACIONES 11176 65890 11167
65092 11660 11356
504480 11349
11225 65592
11354 66617

ENTRADO
CRUZADO

Bolivia afronta una cuenta regresiva para erradicar los cultivos de coca

Ultimátum: el plazo dado por los Estados Unidos vence el 30 de junio próximo y comprende a 1750 hectáreas.

LA PAZ, 14 (AFP).- El ex presidente Hugo Banzer y el ex ministro de gobierno Germán Quiroga discreparon sobre un ultimátum de Estados Unidos para que Bolivia erradique 1750 hectáreas de coca (el plazo vence el 30 de junio), bajo pena de ser vetada ante los organismos financieros si no cumple.

Banzer, que gobernó a Bolivia en los años 1970 y lidera la Acción Democrática Nacionalista, opositora, dijo que si la administración del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada persuade a los campesinos bolivianos de erradicar voluntariamente 475 hectáreas mensuales, entre marzo y junio, "se puede alcanzar esa meta".

No obstante, se declaró contrario a la erradicación forzosa de cocales "porque sólo causa violencia".

Imposibilidad

El ex ministro Quiroga, actual secretario ejecutivo del Movimiento Nacionalista Revolucionario, gobernante, desestimó que Bolivia pueda cumplir con la cuota de 1750 hectáreas planteada por Estados Unidos. "Técnicamente es muy difícil que podamos erradicar las 1750 hectáreas en un tiempo tan corto", opinó.

Refirió que la anterior administración del socialdemócrata Jaime Paz Zamora (1989-93) intentó aplicar la fórmula de Banzer sin obtener resultados.

"Se siguió la política de erradicas aquí, te pago y estás facultado para sembrar un poquito más allá. En ese intento se gastaron unos 500 millones de dólares con un manejo ineficiente", agregó Quiroga.

En lo que coincidieron Banzer y Quiroga fue en mostrar desacuerdo con la imposición de Estados Unidos.

Banzer sugirió retomar los acuerdos de las cumbres de Cartagena, en 1990, y de San Antonio, en 1992, que establecían una responsabilidad compartida entre Bolivia, Colombia, Perú (los principales productores mundiales de cocaína) y Estados Unidos (el principal consumidor) y políticas comunes de reducción de consumo, interdicción, desarrollo alternativo, etcétera.

9508222

01 - 01

DOCUMENTO 9508223
TITULO COLOMBIA Investigan al ex-PR GAVIRIA -
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA 16/3/95
VINCULACIONES 11176 11229
65092 11422
65592 11686
11514 11670
11214 11660

ENTRADO
CRUZADO

Investigan al ex Presidente César Gaviria

El diario bogotano La Prensa afirmó ayer que el Secretario General de la OEA y ex presidente colombiano, César Gaviria Trujillo, está siendo investigado por el Congreso de su país por 22 presuntas irregularidades cometidas durante su mandato (1990-94).

BOGOTA / ANSA

Entre los procesos que se le siguen a Gaviria -dice el diario- figura el ingreso sin permiso del Senado, de tropas estadounidenses a la isla de Juanchaco, en el Pacífico sur colombiano, en 1993, para construir supuestamente una escuela que nunca fue terminada.

También se lo investiga por aparentes anomalías en el tránsito de aviones del Departamento Antidrogas Norteamericano (DEA) sobre la Cárcel Catedral, en el poblado de Envigado, en 1992, según información atribuida por el diario a voceros de la Comisión Acusadora de la Cámara de Diputados.

Asimismo, se señala la investigación por todo el proceso de detención, guardia y fuga del extinto jefe del Cartel de Medellín, Pablo Escobar Gaviria.

El diario advierte que "aunque la mayoría de los procesos se encuentran en la etapa de cierre, sólo hasta la próxima semana se decidirá si el ex Presidente será llamado a juicio".

C1 - C1

9508223

Nº DOCUMENTO
TITULO Brasil. Policías y traficantes se enfrentan en Niteroi (Gran Rio).
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA DE PROCEDENCIA 16/3/95
VINCULACIONES 11176 11354 13065
65092 11888
507482 11214
11351
11352

ENTRADO
CRUZADO

Polícia e traficantes trocam tiros em morro

Exército está pronto para retomar às ruas

Rio

Pelo menos 10 traficantes do Morro da Lagoinha, em Niterói, no Grande Rio, liderados pelo chefe do comércio de drogas na favela, Ricardo Afonso Gonçalves, o *Calu*, receberam a tiros cerca de cem policiais civis e militares que foram à favela prender *Calu* e seus cúmplices, responsáveis pela morte do soldado da Polícia Militar Carlos Alberto Viana, de 32 anos.

O policial foi assassinado na tarde de terça-feira quando passava próximo ao morro. Horas depois, o tenente da PM Cidimar Antunes Almeida foi ferido por um tiro de fuzil AR-15 quando sobrevoava a favela de helicóptero, à procura dos criminosos. Na fuselagem, os peritos encontraram quatro perfurações de fuzil.

O tiroteio durou cerca de 30 minutos. Os criminosos se espalharam e fugiram em meio à fumaça de bombas de gás lacrimogêneo atirada pelos policiais. Em um barraco foram apreendidos um fuzil AR-15, vários sacos plásticos com cocaína e material para mistura — como pó de maisena e bicarbonato. No alto do morro, os policiais descobriram um cemitério clandestino, onde foram encontrados vários ossos humanos.

O comandante Militar do Leste, general Édson Alves Mey, disse ontem que Exército está pronto para voltar a combater os traficantes que retomaram a guerra nos morros e favelas do Rio. Para isso, basta um pedido do governador Marcello Alencar. Segundo Mey, o Exército continuará participando das operações com ou sem a renovação do convênio.

Mey afirmou que o Estado não precisará renovar o convênio com as Forças Armadas para que o Exército volte às ruas para dar combate à criminalidade. "O Exército não saiu das ruas, o Exército está observando as ruas e quando houver necessidade por parte do Estado ele poderá perfeitamente voltar a dar combate à criminalidade", disse.

O coronel Ivan Cardozo, relações-públicas do Comando Militar do Leste (CML), confirmou que o Estado não renovou o convênio com as Forças Armadas encerrado no dia 3 de março. Mey disse que não acha que a polícia carioca esteja desacreditada, ao ser questionado sobre a diferença entre a polícia estadual e o Exército, que ganhou mais credibilidade da população.

9508224

c1 - c1

9508225

TITULO EEUU: Dictan sentencia con prisión a Victoria Sellers..

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 17/3/95

VINCULACIONES 11176, 11422, 11421?, 65890, 62092, 11214, 11029

ENTRADO	//
CRUZADO	//

DROGA Y SENTENCIA

Victoria Sellers, hija del fallecido actor británico Peter Sellers, fue sentenciada hoy a 120 días de cárcel y tres años de libertad vigilada por tenencia de drogas.

La aspirante podría ser enviada por un máximo de dos años a una prisión estatal si, durante el período de libertad vigilada, se la encuentra nuevamente en posesión de drogas. (Reuter, Los Angeles)



9508225

01 - 01

Nº DOCUMENTO 9508226

TITULO Argentina. Incautación cocaína y marihuana en Retiro. –

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 17/3/95

VINCULACIONES 11176 11254
65092 11341
66960 11214
11351 11229
11352 11422

ENTRADO	
CRUZADO	

Cocaína y marihuana

Diez personas detenidas y un kilo de cocaína confiscada fue el resultado de un procedimiento policial realizado ayer por efectivos de la **comisaría 46ª** en la **Villa 31** del barrio porteño de **Retiro**.

Fuentes policiales informaron que durante el operativo, que se inició a las 18 y terminó a la medianoche, fueron secuestrados también dos revólveres calibre 22 y 32, ocho equipos de comunicaciones y 640 gramos de marihuana.

Dos de las personas capturadas fueron identificadas por las fuentes como **Rodolfo Krusta y María García**, ambos presuntos cabecillas de la organización

01-01

9508226

Nº DOCUMENTO 9508227

TITULO ARGENTINA [illegible]

PROCEDENCIA Clarín

F[illegible] 17/3/95

VINCULACIONES 11176 11354

65092 11214

66960

11351

11352

ENTRADO

CRUZADO

Heroína

La detención de dos bolivianos y la fuga de un tercero, junto al decomiso de **50 gramos de heroína,** fue el resultado de un recio tiroteo ocurrido anoche en el barrio porteño de **Floresta,** informaron voceros de la **Policía Federal.**

El enfrentamiento armado se produjo minutos después de las 20.30 en la calle **Tres Arroyos al 1800,** a metros de la avenida **Nazca,** con una brigada policial de la **comisaría 50ª**.

9508227

La ONU rechaza legalizar el consumo de drogas y se opone a distinguir entre "blandas" y "duras"

El "cannabis" sigue en cabeza del consumo, y suben la cocaína y el "éxtasis"

El consumo de drogas y la violencia del narcotráfico han aumentado en todo el mundo, según el último informe de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes, dependiente del Consejo Económico y Social de Naciones Unidas. El documento constituye un frontal e inequívoco ataque a la distinción entre drogas blandas y duras, a los defensores de la legalización del consumo y al riesgo que significan experimentos clínicos de suministro de heroína a toxicómanos.

por Vivianne Schnitzer

EXCLUSIVO EL PAIS de Madrid PARA La República

"La distribución legal de heroína en un amplio círculo de heroinómanos, sin tener en cuenta los efectos a largo plazo que ello acarreará en el individuo o en la sociedad, es una medida arriesgada", dice el informe de Naciones Unidas, que asegura que la legalización "únicamente aumentaría la demanda". El documento señala además que no puede considerarse en absoluto que los defensores de la legalización expresen los deseos de la mayoría de la opinión pública.

Para defender sus tesis contra la legalización, los autores del informe citan una encuesta de opinión realizada en España y publicada recientemente por el Plan Nacional sobre Drogas: según sus resultados, sólo el 4% de la población española mayor de 18 años apoya medidas de legalización de la droga: el 60% se manifiesta decididamente a favor del mantenimiento de la penalización, y más de un 30% está incluso contra el tratamiento de sustitución a base de metadona para los heroinómanos. "Los resultados



Según especialistas de las Naciones Unidas, la legalización del consumo de drogas únicamente aumentaría la demanda.

950822

de la encuesta realizada en España se hallan en consonancia con la actitud de la sociedad en muchos otros paises europeos", afirma el informe.

La Junta Internacional de Fiscalización de *Estupefacientes* asegura que la droga de mayor consumo en todo el mundo sigue siendo la "cannabis", y que la tendencia de los toxicómanos generalizada internacionalmente es el uso de varias drogas en forma combinada. En cuanto a consumo, si bien en la mayoría de los países de Europa Occidental ha disminuido la heroína, ha aumentado el uso de cocaína, el de MDMA ("éxtasis") y anfetaminas.

Uno de los problemas más graves en las tareas de fiscalización de drogas es, según los 13 expertos de este organismo controlador, que las disposiciones administrativas contra el blanqueo de capitales provenientes del narcotráfico "no han sido totalmente aplicadas y las legislaciones nacionales en numerosos países las ignoran".

En cuanto a las drogas llamadas de diseño, las denuncias sobre incautaciones de productos químicos necesarios para fabricar esos tóxicos sintéticos han registrado un significativo aumento en todos los países.

De acuerdo con el informe de Naciones Unidas, la situación en los países de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) se ha agravado y los problemas relacionados con las drogas "amenazan la estabilidad económica y social". Al contrario de la tendencia registrada en Europa Occidental, en la CEI se ha producido un aumento en el consumo de heroína y cada vez más toxicómanos se inyectan efedrona por vía intravenosa. Un fenómeno "alarmante" es asimismo la aparición de cocaína proveniente de América Latina en los mercados de la Federación Rusa, Bielorrusia y Ucrania, lo que demuestra la existencia de una relación entre los carteles de narcotraficantes de ambos continentes.

En EEUU ha aumentado el consumo de drogas en los estudiantes del último curso de educación secundaria, a pesar de las extensas campañas preventivas de organizaciones gubernamentales y no gubernamentales. En ese país un tercio de los casos denunciados de sida en adultos o adolescentes son atribuibles al consumo de drogas. En el caso de las mujeres, más de un 70% de las infectadas por el virus lo contrajeron por vía intravenosa.

También en los países dèl llamado Triángulo de Oro de Asia Oriental y Suroriental el sida contraído por el consumo de drogas es uno de los problemas más graves de la salud pública, y en la mayoría de las zonas urbanas se consume el opio a través de jeringuillas. Una de las estadísticas más alarmantes indica que un 74% de los heroinómanos en Myanmar (Birmania) ya han contraido el sida.

En la mayoría de los países de Sudamérica ha aumentado el consumo de drogas, y las más comunes son la cannabis, la cocaína y en el caso de los niños de la calle, inhalantes como disolventes órganicos y pegamentos.

A pesar de que las medidas represivas en Perú consiguieron hacer disminuir la extensión del cultivo de la hoja de coca en un 30% en 1993, este país sigue siendo el mayor productor mundial. En Colombia, el cartel de Medellín se debilitó a raíz de la muerte de su jefe Pablo Escobar en 1993, pero sin embargo ese suceso no significó una reducción de los flujos de cocaína a los mercados ilegales del mundo. Según el informe de la ONU, el cartel de Cali se ha fortalecido en los últimos dos años y la violencia general derivada de las drogas ha experimentado un aumento.

La situación de consumo y tráfico de drogas en Africa aparece en el informe como devastadora. En todos los países de ese continente ha crecido el consumo de heroína, cocaína y estimulantes de tipo anfetamínico. El documento afirma que en algunos estados africanos la "corrupción" impide un control eficaz, y "se lamenta" de la falta de datos relativos a la sanidad pública y de que sean tan escasos los gobiernos de ese continente que hayan promulgado legislaciones nacionales sobre la materia. Ello sería achacable a que la prevención del tráfico y el consumo "no se considera en Africa una cuestión prioritaria", debido a lacras como la pobreza, guerras civiles y sequías, que van siempre acompañadas de hambrunas y de desplazamientos masivos de la población.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Países pobres producen mucho, pero reciben poco

Viena (IPS)

El comercio ilegal de drogas tiene un serio impacto en la red social y económica de muchos países en desarrollo, advirtió la Comisión de Drogas Narcóticas de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

Un nuevo informe de la comisión señaló que los países productores, en general naciones del Tercer Mundo, reciben sólo un pequeño porcentaje de las ganancias generadas por el narcotráfico, mientras en términos comparativos las consecuencias sociales y económicas son mucho mayores.

Según estimaciones, la producción, el tráfico y el consumo de drogas generan unos 500.000 millones de dólares por año, una cifra que supera el comercio mundial de petróleo y gas natural y multiplica por ocho la suma destinada a la ayuda al desarrollo.

El país que registra un mayor número de adictos a la droga es Estados Unidos, donde [illegible] por ciento de los 11.4 millones de consumidores utilizan narcóticos basados en plantas naturales como cocaína, heroína y cannabis.

Aunque se carece de datos estadísticos, el informe señaló que la única cifra disponible sobre adictos que se inyectan sustancias narcóticas indica que estos son 1.5 millones, mientras quienes abusan de las drogas tienen entre 15 y 35 años y más frecuentemente son hombres solteros.

Pero los efectos perjudiciales de la droga se hacen sentir además en la economía y en particular en la agricultura de los países productores, cada vez más dependientes del narcotráfico para obtener moneda extranjera.

Un ejemplo es Bolivia, donde en 1990 la mitad de los ingresos de exportaciones del país provino de la industria de la droga, lo cual hizo que mayores recursos se volcaran a la misma, impidiendo la diversificación de la economía.

El lavado de dinero es otra consecuencia alarmante del narcotráfico, indicó el informe, y añadió que anualmente se lavan unos 350.000 millones de dólares del comercio de 500.000 millones.

La oficina de prevención del crimen y justicia criminal de la ONU indicó recientemente que unos 2.000 bancos e instituciones financieras de Rusia son utilizados para lavar dinero.

Los costos sociales del abuso de las drogas todavía necesitan ser investigados, pero el caso de Gran Bretaña indica que un adicto crónico le cuesta al estado 23.000 dólares por año, sin incluir los gastos por muerte prematura, pérdida de ingresos y productividad reducida. Un paciente adicto tiene un costo 80 por ciento mayor que un paciente común, se indicó en el informe.

Además, la comisión de la ONU advirtió sobre el riesgo que presenta la relación entre abuso de drogas, prostitución e infección con el virus de inmunodeficiencia humana (VIH), que provoca el sida.

En Tailandia, 80 por ciento de las personas que se inyectan drogas tienen el VIH, mientras en India y Francia uno de cada cuatro está afectado por el virus.

SEPARATA DE CULTURA: **EL COMIC DEL MUNDO**

N° 28 - Viernes 17 de marzo de 1995

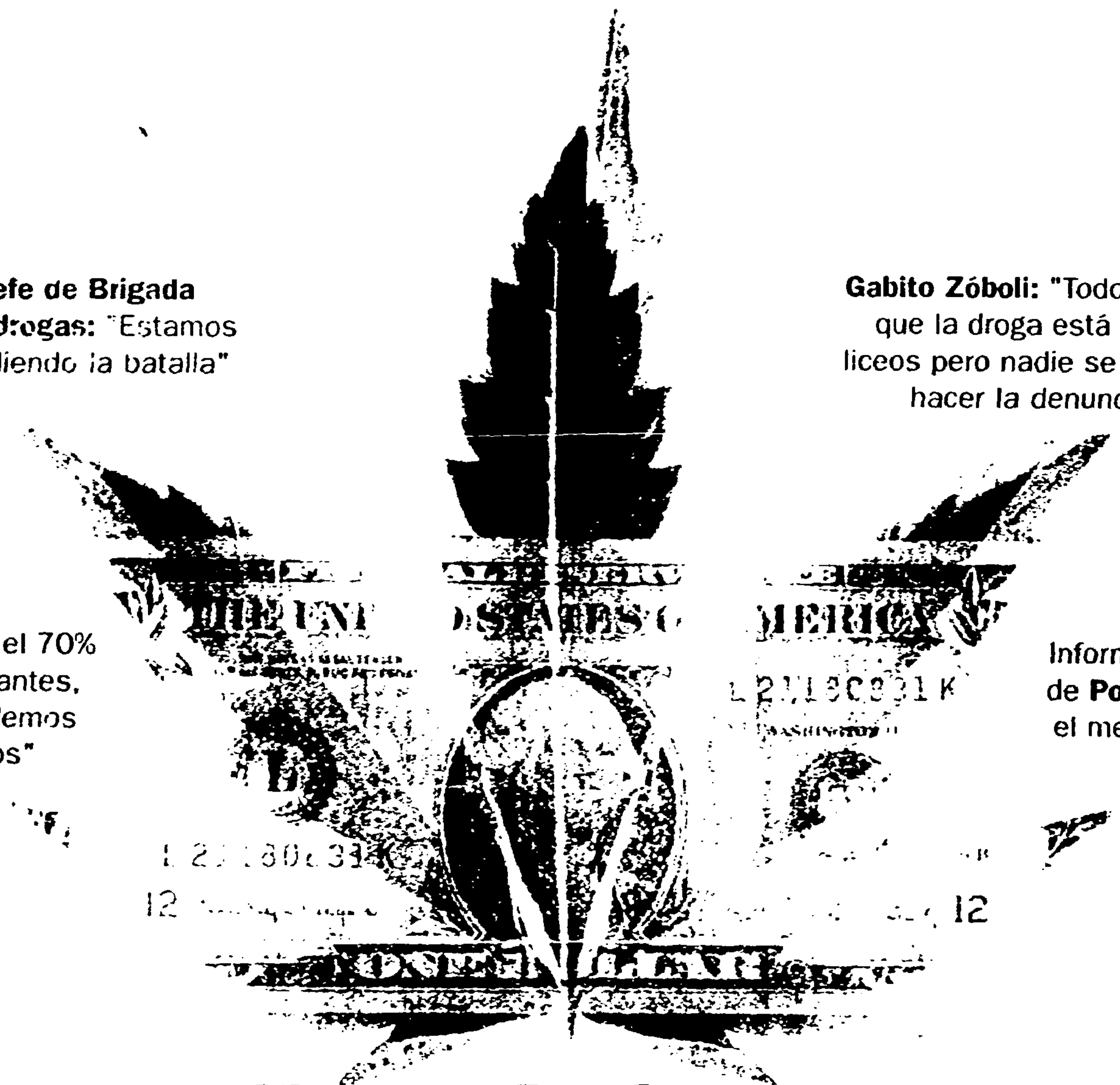
Posdata:

Jefe de Brigada Antidrogas: "Estamos perdiendo la batalla"

Gabito Zóboli: "Todos saben que la droga está en los liceos pero nadie se anima a hacer la denuncia"

"Conocemos el 70% de los traficantes, pero no podemos detenerlos"

Informe completo de **Posdata** sobre el mercado de la droga



DROGAS

A PARTIR DEL CARTEL DE SANTA CRUZ SE ESTA FORMANDO

LA RED URUGUAYA DEL NARCOTRAFICO

9508229

01/10

POLITICA: ENTRETELONES DEL PROYECTO SOBRE SEGURIDAD SOCIAL

NARCOTRAFICANTES URUGUAYOS, ARGENTINOS Y BOLIVIANOS COORDINAN MERCADO EN URUGUAY



Jefe de la Brigada Nacional Anti–drogas:

"El país está perdiendo la batalla contra el narcotráfico"

La policía antidrogas piensa que no podrá evitar que las bandas que operan en Uruguay en el tráfico de cocaína consoliden, en pocos años, una fuerte organización clandestina a escala internacional, dedicada al tráfico de drogas. Aunque el entrevistado prefiera no utilizar todavía la palabra "cartel" para referirse a la realidad uruguaya, la situación descripta pe. .te pensar que estamos frente a los primero pasos en la formación de grupos similares a los que reciben esta denominación en otras latitudes. Este incipiente "cartel de Montevideo", hoy casi ignorado, sentó sus primeras bases con la coordinación de distintas mafias para introducir al país coca pura desde Bolivia. Los embarques son suministrados por el cartel de Santa Cruz de la Sierra que tiene radicados en Montevideo a bolivianos que actúan como intermediarios. La Brigada Nacional Anti–drogas, a pesar de haber identificado casi a la totalidad de la cúpula de narcos uruguayos y a la mayoría de sus distribuidores, estima que "por falta de pruebas" no puede detenerlos y desarticular, de este modo, la venta de cocaína y marihuana en el medio.

Desde la pequeña ciudad boliviana de Santa Cruz de la Sierra parten, semana a semana, importantes embarques de cocaína que, luego de pasar secretamente por Argentina y Brasil, ingresan por tierra a Uruguay para ser distribuidos, fundamentalmente, en Montevideo y Maldonado. En ocasiones, el trasiego de la coca se hace también por medio del aeropuerto de Carrasco. Sin embargo, son los pasos de frontera y las rutas nacionales los métodos preferid. _ e la cúpula narcotraficante que se ha venido consolidando en el medio. Un incipiente "Cartel de Montevideo", hasta hoy casi ignorado, teje a Diario la trama de esta historia reveladora de las profundas raíces que el tráfico de drogas logró, con el paso del tiempo, hacer germinar en nuestra sociedad. La policía antidrogas, a pesar de haber logrado identificar prácticamente a la totalidad de los responsables de tráfico de cacaína y marihuana que afecta al país, considera que no está en condiciones de proceder a su detención y espera, con pesimismo, que en un plazo de 5 años los narcos uruguayos consoliden una organización criminal, a escala internacional.

La calle Delmira Agustini parte en dos el Prado, bordeando el arroyo Miguelete. En la calle hay una única antigua casona, donde el comisario inspector Nelson Rodríguez Rienzo, principal responsable de la Dirección General de Represión del Tráfico Ilícito de Drogas y de la Brigada Nacional Antidrogas recibió en su despacho a un equipo de *Posdata*. Dijo que está convencido de que el país está perdiendo, definitivamente, la batalla contra las drogas y el narcotráfico. Pese a descartar, con cierta timidez, que pueda hablarse ya de la existencia de un cartel uruguayo de la droga, admitió que se percibe en el país la existencia de bandas de traficantes que operan organizadamente y reconoció la existencia de una cúpula de narcos, que maneja el tráfico, formada básicamente por uruguayos que trabajan de un modo coordinado con el pequeño cartel boliviano de Santa Cruz de la Sierra.

En la actualidad, más allá de choques de intereses y de pactos a medias entre sus jefes, es ésta la organización traficante que está monopolizando la venta de coca y de marihuana en el medio. Al mismo tiempo, durante el verano coordina el ingreso de Extasis –una anfetamina– desde Holanda, y de LSD desde los Estados Unidos. Para Rodríguez Rienzo el perfil de los narcos uruguayos es el de personas de buenos recursos económicos, dueños de un amplio conocimiento de los métodos utilizados por la policía y de la policía misma, que se valen más de la inteligencia que de la violencia.

En su estrategia habitual resalta el uso regular de una amplia flota de vehículos, especialmente de alquiler, por medio de los cuales se hace ingresar las partidas de droga por tierra, y en pequeñas cantidades. Al mismo tiempo, la utilización permanente de teléfonos celulares de difícil rastreo y el constante contrabando de cocaína o marihuana por medio de servicios de pasajeros de empresas como Buquebus o Aliscafos, o de compañías de ómnibus dedicadas al transporte internacional de turistas, representan otros rasgos de identidad del incipiente cartel uruguayo dedicado al tráfico.

En esta fase de su desarrollo, junto al objetivo de profundizar y mejorar su grado de organización, los traficantes uruguayos están abocados a la tarea de ampliar su mercado interno, para lo cual han provocado una brusca caída de precios de la cocaína.

Pd: –¿Cuál es la realidad del tráfico de drogas en Uruguay?

R. R.: –El problema es serio. Frecuentemente hay incautaciones, detenciones de traficantes y se percibe la presencia de bandas organizadas. Es una problemática que va en aumento. Cambiaron los tipos de dro-



gas que se consumen, disminuyó la edad de los consumidores, y la demanda de cocaína se extendió a toda la sociedad. Ya no se trata solamente de grupos de élite, de alto poder adquisitivo, los que pueden conseguir droga y consumirla, sino que vemos que es algo que se da en todos los estratos sociales, en todos los barrios y en todo el país. Ahora no es sólo un problema de Montevideo, como ocurría antes, sino que se extendió al interior, especialmente a zonas fronterizas y a las áreas balnearias. Este proceso cambió el panorama de Uruguay. Desde 1986 comenzó el tráfico de cocaína y se empezó a ver una rebaja de los precios en el mercado nacional. En 1985 un gramo de cocaína valía 100 dólares y hoy se puede conseguir por 12 dólares. Para las bandas traficantes es necesario abrir nuevos mercados, y en eso están trabajando, entonces la oferta es cada vez mayor y el precio cada vez menor. Esto trajo como resultado que en la década del 90 la oferta y el uso de cocaína sea muy preocupante. Es una de las dos principales drogas que se usan en el medio, ya que es fácil adquirirla al haber mucha disponibilidad de esta droga en el país: los precios son accesibles y, además, ingresarla al Uruguay es fácil. Es muy rentable porque una vez introducida se estira con bicarbonato de sodio, lactosa y azúcar, u otras sustancias, y los traficantes de medio quilo obtienen cuatro o cinco quilos.

Los personas que se encargan del tráfico cada vez obtienen ganancias mayores, se organizan mejor, obtienen mejores medios de transporte y de ocultamiento, lo que les permite eludir la vigilancia policial y ocultar las pruebas que busca la policía para someterlos a la justicia. En verano el problema se agudiza. Hay una mayor demanda y un poder adquisitivo más alto, y por lo tanto crece la oferta. En esa época del año vienen, por dos o tres meses, incluso traficantes extranjeros que traen otro tipo de drogas que, habitualmente, no son las comunes acá, como el Extasis y el LSD.

Pd: Existe la imagen de que en centros nocturnos de Montevideo y Punta del Este se vende drogas regularmente. ¿Ustedes lo ven así?

R.R.: - Esa imagen es real. Tenemos que ver cuáles son los lugares proclives al uso y la distribución de drogas. Son sitios donde se reúne gente, particularmente joven, que está para divertirse y que usa la noche como un pasatiempo. Se han dado muchos casos. Los boliches, particularmente del tipo boites, o donde hay prostitutas, se utilizan para captar clientes. Son de alto riesgo.

¿El tráfico es espontáneo o están trabajando los carteles?

No hemos detectado que en Uruguay estén trabajando los grandes carteles de la droga. La gran mayoría de los traficantes que tenemos registrados, y que sabemos que son los que se mueven en el país, son uruguayos. Trabajan a título personal, se organizan entre ellos, y no obedecen a ninguna organización internacional.

Pero deben tener un cierto grado de vinculación con los carteles, de lo contrario no podrían acceder a la droga...

Claro, les compran. La mayor parte de la cocaína que se vende en nuestro país es originaria de Bolivia. Santa Cruz de la Sierra es el cartel que domina en pequeña escala la producción de esa zona.

¿Existe un cartel uruguayo?

Yo no diría que hay un cartel uruguayo. Hemos detectado que entre los traficantes tienen problemas. Cada uno tiene su grupito y se organiza para vender, sobre todo en el micro comercio. Se trae una cantidad grande, se parte y se encargan de la venta 10 o 12 distribuidores que, a su vez, tienen más distribuidores y así, rápidamente, se agranda cada vez más el círculo de comercialización.

¿Estos pequeños distribuidores pagan la droga?

Hay una especie de convenio: ellos utilizan una pequeña parte para consumo, venden el resto y se quedan con un porcentaje de las ganancias. En su gran mayoría es así.

¿Usted piensa que esa oferta constante que se percibe en distintos lugares nocturnos, en liceos o en balnearios es una oferta espontánea, o piensa que hay un trabajo organizado?

No siempre es una oferta espontánea. Poco a poco se va organizando, ya que los traficantes van adquiriendo un cierto poderío. Y tanto es así que ya saben cómo trabaja la policía, qué vehículos tiene, quién es policía y de esa manera eluden los controles. No tienen la droga encima, para venderla pasa por un montón de manos, dan muchas vueltas. Eligen los clientes, no se lo dan de inmediato.

¿La policía antidrogas ha identificado a traficantes a quienes no ha podido detener?

Sí, a muchos. Diría que a un 60, a un 70 por ciento de los traficantes de nuestro país lo conocemos y sabemos quienes son, pero no los podemos detener porque no conseguimos pruebas. Se matan de risa y quienes trabajan para ellos jamás los van a vender, por temor o porque los banca el traficante. Lograr pruebas es lo más difícil.

¿Los señores importantes de la droga, también son consumidores?

No. Ese fenómeno se da en todas partes del mundo: los que manejan el negocio a nivel más elevado, no usan drogas.

¿Y a esas personas también las tienen identificadas?

Sí. No a todos, pero sí a un 60 por ciento.

¿La policía conoce a la cúpula nacional del tráfico de drogas?

No sé si es toda la cúpula, pero sí conocemos a individuos que son los que están manejando a los de abajo.

¿Y por qué no los detienen?

Podemos detenerlos, pero no tenemos pruebas.

¿Hay cierta ineficiencia policíaca en la medida que se siguen desarrollando estas organizaciones, o hay una necesidad de mejores estructuras para combatirlas?

Es una realidad muy clara. Estamos trabajando hace años y el problema ha aumentado. Cada vez hay más oferta de droga en el medio y esto quiere decir que quienes están ganando la batalla, obviamente, son los del otro lado. Porque tienen un poder económico muy grande, porque viven para el tráfico, porque tienen mejores medios: cambian de autos todas las semanas, utilizan teléfonos celulares que son de difícil rastreo. Saben cómo trabajamos y eso hace que la lucha sea desigual. Los que trabajamos en narcóticos somos policías comunes, igual que los que trabajan en las comisarías, y los sueldos no son los ideales para poder vivir sólo de ellos. El policía tiene que trabajar en dos o tres lugares más, y es imposible que rinda en todos lados. O rinde en un lado o rinde en otro. Y en esto hay que estar, como lo hacen los traficantes, permanentemente, viven de eso. Esa actitud les da una ventaja tremenda, ellos sí sienten la camiseta, nosotros la sentimos, pero es muy difícil que un policía esté diez días o dos meses –que es lo que lleva un procedimiento importante– con una dedicación total. Es imposible porque tiene su familia y sabe que tiene que ir a trabajar a otro lugar porque llega al 15 o al 20 de cada mes y no tiene un peso.

Nos encontramos con esta problemática, a parte de no contar con el marco legal adecuado, ni con los medios suficientes para cumplir con nuestra tarea. Todo esto hace que la lucha de la policía contra el narcotráfico sea totalmente desigual. Cuando hablo del marco legal hablo de adecuar las leyes. La nuestra es del 74, y si bien tiene penas severas para el tráfico y figuras delic-

9508229

03

tivas en relación a las drogas, no es flexible con respecto a lo que hacen las policías antidrogas a nivel internacional. El no poder hacer intervenciones telefónicas, o no poder utilizar agentes encubiertos, o no poder realizar entregas vigiladas, o contratar informantes, hace que estemos con las manos atadas. Nosotros tenemos un operativo para hacer y hay un individuo que tiene la droga en su casa, pero es de noche, y no podemos hacer nada. Eso ha pasado mil veces. Los traficantes se matan de risa. Se han dado casos que muestran los sobres de cacaína por la ventana pero el allanamiento nocturno está prohibido por la Constitución. Vamos al otro día, de mañana, y no hay nada. Son todos elementos que van en contra.

¿Cómo es el perfil de los traficantes uruguayos?

No son peligrosos desde el punto de vista delictivo. No son delincuentes agresivos que anden armados y estén dispuestos a no entregarse. Son individuos que utilizan la astucia, la cabeza, para trabajar. Es lo que pasa en casi todos los países, salvo en el caso de Medellín que es un cartel violento. El de Cali, por ejemplo, estudia todas las lagunas legales de los países para poder insertarse. Acá pasa lo mismo. Dicen: la ley dice tal o cual cosa, aprovechemos esta laguna para nuestro beneficio. Saben cómo trabaja la policía, a qué hora están más cansados, o cuándo no tienen autos. Todo eso es pensado y evaluado cuidadosamente.

¿Son más intelectuales que militares?

Sin lugar a dudas. Además utilizan mucho el sistema de compartimentación. El que cae no entrega a nadie.

¿La cúpula de traficantes es toda uruguaya?

En su gran mayoría, pero también hay argentinos y bolivianos.

¿Los bolivianos tienen relación con el cartel de Santa Cruz?

Son los intermediarios, son los que traen la droga, son los que hacen las conexiones para conseguir en Santa Cruz la droga más barata. Porque también allá se mueven de manera reservada, no le venden a cualquiera que quiera comprar.

En una perspectiva de futuro ¿se puede pensar que se está montando un Cartel Uruguay?

Pienso que en la medida que se vayan perfeccionando, que vayan adquiriendo mayor poderío económico, van a organizarse de otra manera. Pienso que en 5 o 10 años ya tendremos en el país una organización de tráfico de drogas muy importante, a escala internacional.

¿Uruguay es una ruta de tránsito de grandes cargamentos?

Todas las informaciones internacionales que maneja Interpol y otros organismos policiales que llevan registros de cargamentos, rutas de tráfico, y procedencia, indican, después de análisis de inteligencia que hemos hecho, que Uruguay es una ruta de alternativa. Las rutas de salida de la cocaína desde América del Sur a Europa o EE UU, los grandes mercados consumidores, son Brasil y Argentina. Uruguay se usa como ruta de alternativa. Se han dado casos de detenciones de extranjeros con cocaína saliendo del aeropuerto de Carrasco hacia países europeos y hemos visto, por sus declaraciones, que siempre pasan por Buenos Aires o Brasil. Uruguay no es una ruta permanente.

¿Y en el caso del LSD?

Fundamentalmente procede de los EE UU y Holanda, desde donde viene también el Éxtasis. Son drogas comunes en el verano español y, una vez que termina, siempre hay alguien que viene y trae algo para venderlo en nuestro medio.

¿Traen la droga elaborada, o hay laboratorios instalados en Uruguay?

A nuestro país viene el clorohidrato de cocaína listo para ser vendido. No hemos detectado laboratorios.

¿En los últimos 5 años qué cantidad de droga han decomisado?

Es una buena pregunta. No tengo cifras exactas. Incautamos un promedio de 25 a 30 quilos anuales de cocaína y un poco más de marihuana.

¿Cuánto consume el mercado?

Actualmente se consumen unos 10 quilos de coca mensualmente y el doble de marihuana.

¿Qué valor tiene?

Son datos estimativos, no es fácil manejar valores en este negocio.

¿Pero cuánto vale el mercado uruguayo?

No lo sé.

¿Vale millones de dólares?

No creo. Miles de dólares sí, pero millones, no. Por lo menos todavía no. Tenemos que tener en cuenta que tenemos una población de tres millones de habitantes y los que dependen de la droga son muy pocos.

¿Se puede saber aproximadamente cuántos urugayos consumen droga?

No es fácil hacer un relevamiento adecuado, aunque sería lo ideal para poder atacar el problema, pero es muy difícil. Nosotros llevamos nuestro registro, las personas que pasan por nuestro departamento quedan registradas, pero hay un montón de casos que no pasan. La gran mayoría no son detectados por la brigada. Lo nuestro apunta a la venta, al distribuidor, al que comete delito. El usuario no tiene pena.

Si usted tiene que arriesgar una cifra, ¿cuál sería?

No sé, estimo, sin tener datos exactos, que tendríamos unas 10 mil personas. No hablo de adictos ni de consumidores permanentes, sino gente que ha tenido experiencia una o dos veces con drogas. Y hablo de cocaína o marihuana, sin tener en cuenta otro tipo de drogas bastante comunes en la juventud, como el caso del alcohol.

¿En qué otros ámbitos, que no sea la juventud, se ha detectado consumo de drogas?

Los grupos van de una franja que se sitúa entre los 15 y los 28 años, pero hay consumidores de mayor edad. En cuanto a las escalas sociales, se da en todos los estratos. La droga se puede encotrar en la Teja, en el Barrio Sur, o en cualquier lado. Aunque no tengan dinero para conseguirla, siempre se las ingenian para poder pagarla. Se da mucho el caso de jóvenes consumidores de cocaína que roban cosas o plata a sus padres, para poder drogarse, o si no son utilizados como vendedores.

¿Es de buena calidad la droga que se vende a Uruguay?

No, especialmente la cocaína no lo es porque una vez que está en el medio, es muy rebajada. Dejan un 30 por ciento de cocaína y en la medida que va pasando por distintas manos le van haciendo nuevos agregados para obtener más ganancias. Pero cuando viene al país, sí es cocaína pura.

¿Usted decía que era fácil ingresar droga al Uruguay?

Entra por Brasil y por Argentina. Si hiciéramos un mapa sería: Santa Cruz de la Sierra, la frontera de Brasil o Argentina y Montevideo. Generalmente ingresan por tierra. Personas que vienen en ómnibus, en auto, o por vía marítima, por medio de Buquebus y Aliscafos, que tienen una gran frecuencia diaria.

¿En la carretera hacen controles?

Sí. Pero esos controles son sorpresivos, rápidos, y eficaces solamente durante una hora. El año pasado hicimos incautamientos importantes de drogas. Pero es muy difícil, el tipo que quiere traer, prepara un auto con marihuana y se viene. No viene por rutas normales, manda una moto o un auto adelante, que le avisa si hay alguien controlando. Los métodos de ocultamiento son miles.



C4

9508229

GABITO ZÓBOLI: "Todo el mundo sabe que hay droga en los liceos, pero nadie se anima a hacer la denuncia"

La información del Consejo Directivo de la ANEP sobre la incidencia de las drogas en los liceos proviene mayoritariamente de la prensa y en menor escala de informes directos de los centros de estudio, según señaló, a modo de balance de su gestión, el ex presidente del Codicen, Juan Gabito Zóboli, en conversación con **Posdata**. "Diría, afirmó, que uno de los primeros elementos a destacar es que el sistema parece un poco vergonzante respecto de estas situaciones. Estoy totalmente de acuerdo con que son situaciones que hay que tratar con extremo cuidado y delicadeza desde el punto de vista de lo que puede ser un mayor daño hacia los estudiantes que tengan este tipo de problemática, pero hacia el interior del sistema o hacia las vías correctivas, yo prefiero tener una mayor fluidez".

En relación a la magnitud del problema en términos cuantitativos, indicó que no posee, en virtud del punto planteado anteriormente, datos concretos, pero "lo que sí podría decir es que tengo la impresión que es mucho más grave el problema del alcoholismo que el de la droga". Planteó que es en Montevideo, en la zona de la costa y en las zonas fronterizas donde el consumo aparece con mayor frecuencia. Las dificultades para controlar la venta de estupefacientes en la puerta y dentro de los liceos son numerosas. Sobre el punto, precisó el ex jerarca "yo no tengo denuncias concretas. Sería fácil decir que la responsabilidad de la ANEP es de la puerta del liceo o de la escuela técnica para adentro y que de la puerta para afuera le corresponde a la policía". Se trata, sin embargo, "de una labor conjunta, de un trabajo coordinado, pero se hace muy difícil que los procedimientos que pueda hacer la policía se traduzcan en procesamientos. Es algo de lo que todo el mundo habla, todos saben que está ahí, pero cuando llega el momento de decir quién es, nadie se anima a hacer la denuncia o a salir de testigo, entonces la justicia queda de manos atadas".

LA JUSTICIA NO MANIATA A LA POLICÍA

El ministro de la Suprema Corte de Justicia, Milton Cairoli, enfatizó no creer que "el Poder Judicial maniate a la policía de ninguna manera". Lo que puede ocurrir, puntualizó, es que la Ley la maniate. En nuestro país, la ley 14294, que regula todo lo relativo a drogas, psicotrópicos y estupefacientes, no castiga a la persona que tiene una cantidad mínima para su consumo personal, de cualquier tipo de droga. "El hecho de que alguien tenga en poder una droga para su uso personal, porque es un adicto, no es castigado por la ley" dice Cairoli, al sostener que "no es que los jueces no lo castiguen".

¿A su juicio, la ley debería cambiar para que la policía pudiera tener una mayor eficacia?

No sé qué quiere decir la policía con la falta de efectividad. No se trata de la ley de drogas, se trata de las leyes relativas al procedimiento penal. En este momento la Suprema Corte está abocada a una reforma de las leyes del procedimiento penal. Hay una comisión que está trabajando sobre el tema y se va a elaborar un proyecto en conjunto con las autoridades del Poder Ejecutivo. Se tratará de que sea un juicio oral, que rija el principio acusatorio y que sea más rápido.

La policía antidrogas afirma que más del 60 por ciento de la cúpula de la droga ha sido descubierta pero que no la pueden apresar por falta de pruebas...

Bueno, pero eso no es la Justicia, se equivocaron, es la ley. La ley exige una serie de procedimientos y de pruebas formales que son para todos los que vivimos en este territorio. Si no tuviéramos esas normas formales que están defendiendo a la persona, exigiendo una serie de pruebas para poderlo procesar, se procesaría a los inocentes.

LA MODA INFLUYE EN EL CONSUMO DE DROGAS

La marihuana es desplazada por la cocaína

En el último verano, en una mega-disco de Punta del Este, los ritmos frenéticos extenúan a la gente. En los baños, una dosis de cocaína o de Extasis, la mezcla de ácido y metanfetamina actualmente de moda, provoca milagros, o al menos lo hace creer. Se baila sin cesar toda la noche, se transpira, se explota. Las drogas actúan como desinhibidor y facilitan los encuentros.

En la Ciudad Vieja, dos mundos se contraponen. Los conventillos o los tugurios donde el acceso a la droga es moneda corriente se combina con las oficinas y los edificios donde ocurre la actividad financiera y comercial más intensa. Allí, la psicóloga Varela trabaja en un centro abierto para los jóvenes de la zona. La población es cambiante y cada joven responde a una subcultura determinada.



El "Chino" llegó al Centro derivado d[illegible] la Policlínica de Fármaco-Dependencia de Hospital Maciel. Cuando habla de la coc[illegible] se refiere a ella como si fuera una novia [illegible] una amante. Lejos está de su pensamient[illegible] el abandonarla, es la época de la fascinación.

Obligados por la justicia, muchos jóvenes como él van por el "papelito" para entregarle al juez, prueba de que iniciaron u[illegible]

GABITO ZÓBOLI: "Todo el mundo sabe que hay droga en los liceos, pero nadie se anima a hacer la denuncia"

La información del Consejo Directivo de la ANEP sobre la incidencia de las drogas en los liceos proviene mayoritariamente de la prensa y en menor escala de informes directos de los centros de estudio, según señaló, a modo de balance de su gestión, el ex presidente del Codicen, Juan Gabito Zóboli, en conversación con **Posdata**. "Diría, afirmó, que uno de los primeros elementos a destacar es que el sistema parece un poco vergonzante respecto de estas situaciones. Estoy totalmente de acuerdo con que son situaciones que hay que tratar con extremo cuidado y delicadeza desde el punto de vista de lo que puede ser un mayor daño hacia los estudiantes que tengan este tipo de problemática, pero hacia el interior del sistema o hacia las vías correctivas, yo prefiero tener una mayor fluidez".

En relación a la magnitud del problema en términos cuantitativos, indicó que no posee, en virtud del punto planteado anteriormente, datos concretos, pero "lo que sí podría decir es que tengo la impresión que es mucho más grave el problema del alcoholismo que el de la droga". Planteó que es en Montevideo, en la zona de la costa y en las zonas fronterizas donde el consumo aparece con mayor frecuencia. Las dificultades para controlar la venta de estupefacientes en la puerta y dentro de los liceos son numerosas. Sobre el punto, precisó el ex jerarca "yo no tengo denuncias concretas. Sería fácil decir que la responsabilidad de la ANEP es de la puerta del liceo o de la escuela técnica para adentro y que de la puerta para afuera le corresponde a la policía". Se trata, sin embargo, "de una labor conjunta, de un trabajo coordinado, pero se hace muy difícil que los procedimientos que pueda hacer la policía se traduzcan en procesamientos. Es algo de lo que todo el mundo habla, todos saben que está ahí, pero cuando llega el momento de decir quién es, nadie se anima a hacer la denuncia o a salir de testigo, entonces la justicia queda de manos atadas".

LA JUSTICIA NO MANIATA A LA POLICÍA

El ministro de la Suprema Corte de Justicia, Milton Cairoli, enfatizó no creer que "el Poder Judicial maniate a la policía de ninguna manera". Lo que puede ocurrir, puntualizó, es que la Ley la maniate. En nuestro país, la ley 14294, que regula todo lo relativo a drogas, psicotrópicos y estupefacientes, no castiga a la persona que tiene una cantidad mínima para su consumo personal, de cualquier tipo de droga. "El hecho de que alguien tenga en poder una droga para su uso personal, porque es un adicto, no es castigado por la ley" dice Cairoli, al sostener que "no es que los jueces no lo castiguen".

¿A su juicio, la ley debería cambiar para que la policía pudiera tener una mayor eficacia?

No sé qué quiere decir la policía con la falta de efectividad. No se trata de la ley de drogas, se trata de las leyes relativas al procedimiento penal. En este momento la Suprema Corte está abocada a una reforma de las leyes del procedimiento penal. Hay una comisión que está trabajando sobre el tema y se va a elaborar un proyecto en conjunto con las autoridades del Poder Ejecutivo. Se tratará de que sea un juicio oral, que rija el principio acusatorio y que sea más rápido.

La policía antidrogas afirma que más del 60 por ciento de la cúpula de la droga ha sido descubierta pero que no la pueden apresar por falta de pruebas...

Bueno, pero eso no es la Justicia, se equivocaron, es la ley. La ley exige una serie de procedimientos y de pruebas formales que son para todos los que vivimos en este territorio. Si no tuviéramos esas normas formales que están defendiendo a la persona, exigiendo una serie de pruebas para poderlo procesar, se procesaría a los inocentes.

LA MODA INFLUYE EN EL CONSUMO DE DROGAS

La marihuana es desplazada por la cocaína

En el último verano, en una mega-disco de Punta del Este, los ritmos frenéticos extenúan a la gente. En los baños, una dosis de cocaína o de Extasis, la mezcla de ácido y metanfetamina actualmente de moda, provoca milagros, o al menos lo hace creer. Se baila sin cesar toda la noche, se transpira, se explota. Las drogas actúan como desinhibidor y facilitan los encuentros.

En la Ciudad Vieja, dos mundos se contraponen. Los conventillos o los tugurios donde el acceso a la droga es moneda corriente se combina con las oficinas y los edificios donde ocurre la actividad financiera y comercial más intensa. Allí, la psicóloga Varela trabaja en un centro abierto para los jóvenes de la zona. La población es cambiante y cada joven responde a una subcultura determinada.



El "Chino" llegó al Centro derivado d la Policlínica de Fármaco-Dependencia de Hospital Maciel. Cuando habla de la coc se refiere a ella como si fuera una novia una amante. Lejos está de su pensamient el abandonarla, es la época de la fascina ción.

Obligados por la justicia, muchos jóve nes como él van por el "papelito" para en tregarle al juez, prueba de que iniciaron u

05

9508229

tratamiento. Virginia Varela sabe que muchos de los chicos a los que entrevista por primera vez, no volverán. Antes de la creación de la policlínica del Maciel, en 1989, algunos le suplicaban: "Poné que estoy mejor", refiriéndose al documento para el juez. "Venían asustados y temorosos de ser perseguidos", afirma la profesional.

La población que acude al centro es cambiante, aunque la mayoría viene de entornos familiares numerosos, donde muchas veces no existe la figura del padre. Frecuentemente, Varela pudo observar que los jóvenes asocian a la coca con "los que están del otro lado, puesto que es una droga que tiene mayor *status*". El que consume cocaína no es un "reventado", está con los que poseen poder económico.

Aunque no siempre el que la consume es vendedor o comete delitos, hay casos "en que roban y lo primero que hacen es pagar un taxi", cuenta Varela. Después se compran zapatos de cuero en Hush Puppies y la última parca de moda. "Tiene que ver con *status*, con llegar a algo para lo que no parecían destinados", continúa la psicóloga.

El pequeño vendedor puede llegar a manejar cantidades importantes de dinero, si se toma en cuenta que el precio minorista del gramo de cocaína es de unos 20 dólares.

Las drogas baratas

Las modas influyen en el consumo. En una época, los profesionales se encontraban con el abuso de la "talasa", un jarabe para la tos, que dejaba a la persona en un estado confusional. Era una sustancia legal y consumida por sectores marginados. "Una droga de lumpen", define Manuel Esmoris. Era común encontrar hombres con bolsos llenos de frasquitos. En la Ciudad Vieja, es alarmante para los técnicos el abuso practicado con pegamentos. Niños que no superan los 12 años, que venden caramelos en los ómnibus, llevan una bolsa prendida al cinturón. Con unos mates en todo el día, soportan la jornada y también el hambre con un "bolsazo" de Pegaprén. Los daños provocados serán irreversibles.

La punta del iceberg

En el último verano, en una mega-disco de Punta del Este, los ritmos frenéticos y marchosos van agotando las ganas. En los baños, una dosis de éxtasis, (*mezcla de ácido y metanfetamina*) provoca milagros. Se baila sin parar toda la noche, se transpira, se explota. El Extasis actúa como desinhibidor y facilita los encuentros. Según establecen quienes lo han consumido, esta droga aumenta cualquier sensación placentera. Las botellitas de agua mineral Perrier se agotan. Es que esta droga provoca una gran sed y su mezcla con alcohol puede resultar peligrosa para la salud.



Entre cuatro paredes, cada cual con su rito. Al término de una jornada laboral intensa, hay quienes pasan la noche a whisky importado y coca. Sobre la brillante superficie de un compact-disc, se dibujan las líneas de "merca" y se "sniffan". Una combinación popular para consumirla, a la que no escapan algunos profesionales ni algunos hombres exitosos. La coca contrarresta el efecto depresor del alcohol, "levanta" e impide los síntomas de la borrachera. Así transcurre la noche y se está listo para una nueva jornada sin que medien los desagradables efectos de la resaca. Un pasatiempo oneroso, que puede implicar un gasto de 100 pesos por persona, cuando se trata de un grupo de consumidores. Si se hace en un boliche, dependerá, obviamente, del precio del whisky importado. En José Ignacio esta mezcla puede alcanzar un desembolso de 400 pesos.

Perfil del consumidor

En el universo heterogéneo de la droga hay muchas formas de consumir, muchos niveles socioeconómicos y perfiles. Una reciente encuesta de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito de Drogas, dependiente de la Presidencia de la República arrojó el dato de que 80 000 personas consumían psicofármacos careciendo de receta médica. Entre ellas hay una alto porcentaje de mujeres y de personas de edad adulta o avanzada.

Por ello, los profesionales de la Junta o del Foro Juvenil se niegan a establecer generalizaciones en este vasto panorama.

"Nadie está libre de recurrir a una droga", enfatiza la psiquiatra Teresa Lorenzo de la Junta. "La droga por sí misma no protagoniza nada, y en cualquier etapa de nuestra vida, puede abrirse una brecha que pasa a ser ocupada por algo como el tabaco, el alcohol, el juego o el trabajo. Setenta cafés por día pueden en su contexto ser más peligrosos que un cigarrillo de marihuana por semana", expresa Lorenzo.

Por su parte, entre las nuevas perspectivas que pretende aplicar el futuro Cenaru, es la de no focalizar el tratamiento en el adicto sino en su familia o grupo en el que está inserto.

"Tengo claro que la drogadicción es un síntoma, y muchas veces la familia es la generadora de todo esto. Entonces en necesario que el trabajo sea con toda la familia, hablo del adicto y no del consumidor. Es demasiado que todo el problema lo sostenga uno solo", dice Virginia Varela. Hay situaciones en las que el problema sale a luz cuando una madre encuentra la droga en el pantalón de su hijo. "Lo dejan allí dónde saben que la madre lo va a encontrar, a propósito, como si dijeran: acá estoy. Y de repente, antes de consumir, el chico pasaba horas en su cuarto con terribles depresiones, pero estas son menos escandalosas", asevera Varela.

El consumo de drogas es algo que le sucede a una cultura y a una sociedad, "pero no somos omnipotentes como para cambiar tanto, entonces no se trata de desintoxicar con otra droga, o internar enseguida, cuando a veces este debe ser el último paso. Se trata de indagar la causa de ese síntoma", explica Lorenzo.

ARGUMENTANDO EL FRACASO DE LAS POLÍTICAS PENALIZADORAS

García Márquez y otras personalidades a favor de legalizar el consumo

Mientras ciertos juristas, científicos e intelectuales defienden la legalización de las drogas como único puente hacia l: verdadera solución del problema, los Estados de casi todo el mundo continúan aplicando una verdadera guerra armada : los narcóticos. Esos métodos, opinan los partidarios de la despenalización, no han evitado el narcotráfico ni han lograd disminuir el consumo, por el contrario, han desatado un trágico estado de perversión social

M: El escritor colombiano Gabriel García árquez ha elaborado un sintético ensayo donde sostiene que "la prohibición ha hecho más atractivo y fructífero el negocio de la droga y fomenta la criminalidad y la corrupción a todos los niveles". La campaña cuenta con la adhesión de prestigiosas personalidades como Joan Manuel Serrat, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa, Antonio Gala, Juan Marsé, Pilar Miró, Manuel Vázquez Montalbán y Terenci Moix entre muchos otros.

En igual sentido se han sumado las voces y las plumas del Premio Nobel de Economía, el estadounidense Milton Friedman, el filósofo español Fernando Savater, el profesor adjunto de la Universidad París X, Francis Caballero –uno de los mejores especialistas en derecho de la droga– y el profesor de Ciencias Políticas de la Universidad de Princeton, en EE UU, Ethan Nadelmann, jefe de un importante grupo de investigación que estudia los caminos alternativos a la prohibición.

"Creo que el primer paso para una solución realista del problema de las drogas en el mundo, es reconocer el fracaso de los métodos con que se está combatiendo", dice García Márquez en su ensayo. Asimismo, tanto la revista española *Cambio 16* como el semanario conservador inglés, *The Economist*, recomiendan desde sus páginas editoriales el fin de la prohibición. Son también defensores de la legalización de las drogas, el economista estadounidense Jeffrey A. Miron y el Premio Nobel de Economía, Milton Friedman quienes aseguran que "la mayor parte de los problemas generalmente atribuidos a las drogas derivan en realidad de su prohibición". La prohibición permite, según explican, elevar artificialmente los precios, lo que lleva a muchos consumidores a delinquir para conseguir su dosis diaria; la adulteración de las sustancias, lo que según opiniones científicas calificadas, es la principal causa de muerte de los toxicómanos; la creación de mafias que controlan el negocio de narcotráfico, verdaderos ejércitos fuertemente armados que amenazan con virtuales guerras civiles, que corrompen a policías y a políticos, que provocan miles de muertes violentas, que degradan a sociedades enteras y socavan los cimientos del derecho.

Quienes están a favor de terminar con la prohibición, sostienen que la ilegalidad desata las leyes de la delincuencia: tiros, ejecuciones, chantaje, corrupción y plata dulce. Así, el control de este mercado se encuentra en manos criminales en lugar de ser administrado por la comunidad científica.

"Ese estado de perversión social propio de toda guerra" produce, según opina el escritor colombiano "la delincuencia a gran escala, el terrorismo ciego, la industria del secuestro, la corrupción generalizada y todo ello dentro de una violencia sin precedentes". Refiriéndose concretamente a Colombia, uno de los principales productores de droga de Latinoamérica, García Márquez afirma: "Una droga mucho más perversa que las otras se introdujo en la cultura nacional: el dinero fácil, que ha fo mentado la idea de que la ley es un obstá culo para la felicidad, que no vale la pen aprender a leer y a escribir, que se vive me jor y más seguro como sicario que com juez".

Uno de los ejemplos que manejan l partidarios de legalizar es que entre 1920 1930, época en que la cocaína y la morfin se vendían en muchos países en farmacia bajo receta médica, no se registró "ni un sola muerte por sobredosis", según lo ex puesto por el filósofo español Antonio E cohotado, autor de una profusa obra sobr las drogas.

Para Milton Friedman, las políticas r presivas han impuesto a países product res como Perú y Colombia enormes co tos sociopolíticos, "asesinando a miles miles de personas", colocando a esas n ciones "en una situación en la cual no pu den mantener verdaderas democracias" Friedman asegura que la prohibición b neficia tanto a vendedores como a los qu los persiguen. Estos últimos, dice, "ven a mentado su salario, se les asegura la pop laridad y buenas carreras".

Pese a la fuerza lógica de los argume tos que intentan demostrar la ineficacia d la prohibición y el efecto bumerán de guerra a la droga, los diferentes Estados h decidido mantenerla. Tal vez porque alg nos gobiernos son sensibles a que, seg las encuestas realizadas tanto en Fran como en Estados Unidos, la mayoría de población no está de acuerdo con desp nalizar el uso, tenencia o venta de droga

Una pelea perdida de antemano

Para el penalista Gonzalo Fernández la represión de la droga es "una pelea perdida de antemano" y lo que realmente debe hacerse es instalar "un programa estatal preventivo y asistencial" que ayude al adicto a terminar con su dependencia. En la entrevista concedida a Posdata se manifestó de acuerdo con un "cierto grado de legalización" de las sustancias prohibidas y afirmó que nunca antes, en materia delictiva, "se han gastado tantas energías y millones de dólares para obtener resultados tan desastrosos".

PD: ¿Cuál es su opinión sobre la despenalización de las drogas?

GF: Soy proclive a descriminalizar determinadas conductas, lo que implica un cierto grado de legalización. Creo que la tenencia para consumo personal, el consumo mismo, personal o grupal o colectivo, tienen que ser despenalizados. Hay argumentos constitucionales muy fuertes para sostener que se trata de una acción privada de los hombres, excenta de la intervención punitiva del Estado. En nuestro país, sólo tenemos despenalizada aquella tenencia que fuere de cantidad mínima y los tribunales judiciales, con un criterio severísimo de apreciación, han dicho que la cantidad mínima es aquélla equivalente a una dosis. Eso no tiene fundamento, y, si el Estado tolera que un individuo pueda ingerir cuanto alcohol quiera hasta morirse, bien debiera tolerar el consumo de drogas y simplemente proporcionar a los toxicodependientes, dentro de un programa no represivo, sino preventivo y asistencial, un plan de desintoxicación que le ayude a liberarse del vicio.

Pero cuando se habla de legalización, hay que tener en cuenta qué tipo y con qué alcance. Puede ir desde la legalización de algunas sustancias que pasarían a ser de tráfico lícito, o una legalización tan amplia, como la de los Países Bajos, donde el Estado provee las sustancias a los adictos. En este último sentido estoy en contra porque esa experiencia no ha dado resultados positivos. Esas experiencias, que en general han sido transitorias, cuando cesaron, provocaron una verdadera débacle.

¿Cuál es la estrategia del Estado uruguayo en materia penal respecto de las drogas?

La política criminal que ha seguido el Uruguay con respecto a las drogas data de la ley de 1974, que manifiesta un política represiva que se acentúa cada vez más. El año pasado el Estado ratificó la segunda convención de Viena, la de 1988, que lo obliga a criminalizar aun más conductas y a incluir más sustancias entre las drogas, por ejemplo los inhalantes. Nuestro Estado ha contraido responsabilidad internacional como signatario de la Convención de Viena para ajustar su legislación a estos nuevos parámetros, que le exigen seguir reprimiendo. La opción legislativa, entonces, es evidentemente una opción represiva. Aun cuando todos sabemos que la represión penal no tiene eficacia a nivel de cualquier delito, y que la clave es la tarea preventiva.

¿Cuál es el resultado de esa "opción represiva"?

En el caso de la droga, es mucho peor, porque no creo que haya ninguna otra actividad delictiva, donde se haya gastado tanta energía y tantos millones de dólares para combatirla, en la cual se hayan obtenido resultados más desatrosos: la difusión del tráfico y el consumo, en lugar de decrecer, aumenta progresivamente a niveles alarmantes. Estamos gastando recursos jurídicos, leyes, recursos forenses, juicios, recursos humanos y carcelarios en algo completamente inútil y condenado de principio al fracaso.

Quienes están a favor de despenalizar el consumo argumentan que la ilegalidad ha desatado un estado de perversión social. ¿En qué medida podemos hablar de ello en Uruguay?

La droga es el negocio más lucrativo del mundo y por lo tanto genera incalculables cotas de corrupción. Pero sigo pensando que en Uruguay la droga no tiene los efectos alarmantes que nos han querido mostrar. Durante muchos años sólo circulaba la marihuana y nunca el sistema penal apresaba a los grandes traficantes. Quienes aparecían difundidos por los medios de comunicación como tales, eran muchachos jóvenes que iban a la frontera a comprar un poco para consumo y otro poco para vender en ámbitos reducidos de amigos y quizás financiar el viaje. Es cierto que hubo detenciones en Uruguay de sujetos vinculados a grandes redes de narcotraficantes, pero que no venían propiamente a vender droga, sino a utilizar los beneficios del paraíso fiscal uruguayo para lavar el dinero obtenido en el extranjero comerciando con estupefacientes.

¿La ley está perdiendo su batalla contra las drogas?

La imaginación de un adicto siempre va a ir adelante de la ley. Siempre va a encontrar nuevos medios para drogarse. Los inhalantes, por ejemplo no están incluidos en la larga lista de sustancias que internacionalmente son consideradas drogas. Hay casos de individuos que se han inyectado barro en las venas o alcohol. Lo que quiero decir es que con esta carrera loca de la represión de la droga siempre vamos a ir retrasados y siempre nos van a inventar una nueva forma de alterar la conciencia por vía de la dependencia de alguna sustancia. Es una pelea perdida de antemano y en cambio lo que el Estado no ofrece y de lo que ni siquiera se preocupa es de la cobertura de un programa asistencial serio en materia de drogas. Es lo mismo que sucede en materia de delincuencia general. Lo que ocurre es que hace cuarenta años que estamos con los recursos del *mientras tanto* y lo otro, que es la clave del problema, es lo que sigue postergándose indefinidamente.



PARA EL FISCAL LANGÓN HAY QUE DOMAR AL TIGRE

Para el fiscal Miguel Langón la batalla contra las drogas aún «tiene posibilidades de éxito», siempre y cuando se cuente «con los elementos legales adecuados» y una verdadera «cooperación internacional». Langón Cuñarro piensa que las drogas son «un delito contra la humanidad» y todos los mecanismos que se desencadenan en su entorno «ataca a los sistemas democráticos» y «subvierte las bases de la educación y la juventud».

PD: ¿Cuál es su opinión respecto a la legalización de las drogas?

ML: Habría que definir qué es lo que se entiende por legalización de las drogas, pero mi opinión es absolutamente negativa. Creo que todavía puede darse la lucha contra las drogas con posibilidades de éxito en cuanto tengamos algunos instrumentos legales que así lo habiliten. Por ejemplo el Senado en el periodo pasado aprobó un proyecto de ley que incorpora el delito de lavado de dinero y el de negociación de precursores químicos de acuerdo a las recomendaciones que hizo la Comisión Interamericana Contra el Abuso de las Drogas (CICAD) de la OEA que sacó dos reglamentos modelos sobre ese tema. Hay que cortar todo el circuito y tiene que haber una colaboración internacional muy amplia. En ese proyecto de ley, que fue aprobado por mayoría absoluta en el senado, había un bloque unido del sector político nacional de todos los partidos en contra de las drogas y a favor de este proyecto que incorporaba estas nuevas normas.

¿Cuál sería la estrategia más eficaz?

Desde de punto de vista internacional importa mucho la cooperación de los Estados. La lucha contra el narcotráfico es una lucha a nivel mundial, entonces, como las carteles de droga están organizados a nivel internacional, también los países lo deben hacer si quieren tener una respuesta efectiva.

¿Qué perspectiva tendría Uruguay mientras tanto?

Se ponen muchas esperanzas en la legislación contra el lavado de dinero y también en instrumentos legales nuevos, como el agente encubierto en materia de investigación y pruebas, que es una suerte de espía que se introduce en la red, y el sistema de la entrega vigilada. Por ejemplo, un cargamento de drogas que se sabe que entra por Colonia y va a salir por Montevideo hacia Marsella, no debería ser detenida en Uruguay, porque de esa manera sólo se agarran «las mulas», los agentes secundarios y lo que importa es saber las redes de distribución, de tráfico y comercialización. Eso requiere un acuerdo internacional.

Existe, en ciertos ámbitos, la idea de que la batalla contra el narcotráfico está perdida desde hace tiempo. ¿Cuál es su opinion?

Creo que hoy todavía hay que dar la pelea. Las drogas han sido definidas por las Naciones Unidas como un delito internacional, un delito mafioso, un delito de macrocriminalidad, que provoca enorme número de víctimas, que desalienta a las naciones, que ataca a los sistemas democráticos y que subvierte las bases de la educación y de la juventud. Es un delito contra la humanidad y está definido así por Naciones Unidas en una cantidad de documentos. El consenso general de la comunidad de las naciones es que las drogas son malas y deben ser combatidas, por lo que significan como tales y por los delitos anexos que implican.

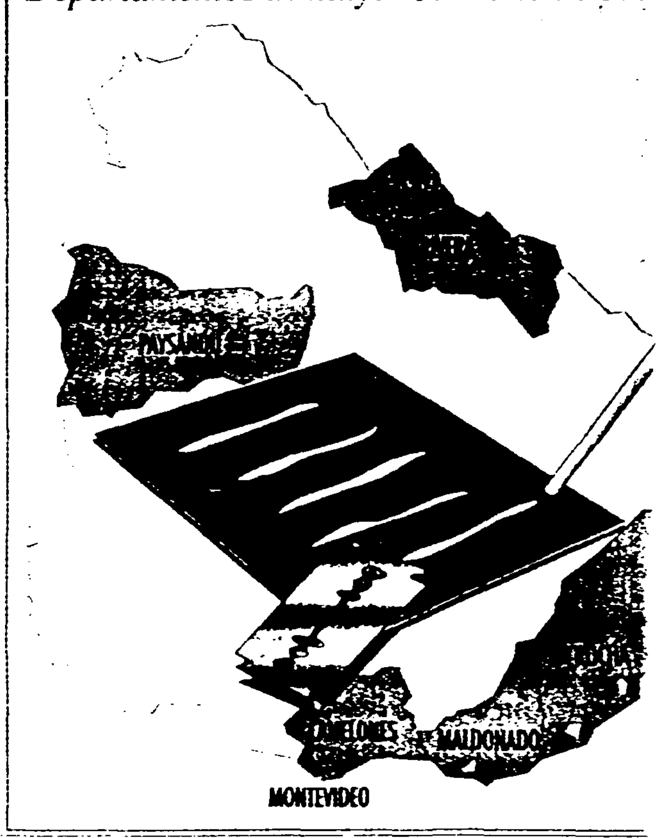
Pero la propia policía habla de lucha desigual...

No tengo ninguna duda de que si en la proxima década, 2010, la situación sigue siendo así, no es que vaya a haber una ·ración de legalización, sino que los hechos se van a impon corrupción a nivel de gobiernos es una posibilidad. Pero éste un argumento económico. Insisto en que hoy por hoy, toda puede dar la pelea y así lo recomienda la OEA, los sucesivos gresos de Naciones Unidas y toda la comunidad internacional para ello debe haber una verdadera cooperación internacional no se perderá la batalla con el fabuloso costo que implica.

¿Y en ese caso?

Habrá que «domar el tigre», establecerlo como una cu regulada, reglamentarla. Para mí sería horrible, pero en el podría ser, por ejemplo, buscar la pureza del producto, aba costos, jugar a la libre competencia. Porque que sea un hech minal, es lo que hace que el producto sea muy caro. Hay m riesgos y mucha inversión criminal. Por lo tanto, se comete quier delito porque la ganancia es fabulosa y por eso algunos san que con la legalización se eliminarían esas facetas. Pero y absolutamente contrario a la legalización y creo que ese es el miento de Naciones Unidas, de la OEA, del gobierno nacio todas las fuerzas políticas responsables. Pero si no se le dan a los mentos de control posibilidades concretas, si no se ataca el lav dinero, el secreto bancario y todo lo demás, no se va apoder ten lucha eficaz.

Departamentos de mayor consumo de coc



9508229

Un supermercado alucinante

LOS OPIACEOS

La Amapola

Esta Adormidera (Papaverácea silvestre), de flores rojas o blancas, ha hecho soñar al Cercano Oriente desde hace 5000 años. De los bulbos de la amapola blanca se obtienen todos los opiáceos: ópio, morfina, heroína. Principales lugares de producción clandestina: el Triángulo de Oro, la Media Luna de Oro, el Líbano y Colombia.



OPIO

Látex qu[illegible] obtiene p[illegible] desecación del jugo de los bulbos de la amapola blanca.

Forma de uso:
La dosis (aprox. 0,5g.) se calienta y luego se fuma.

Efectos:
[illegible]lo de euforia seguida de [illegible]nolencia onírica.

Perjuicios:
Debilitamiento y estado de postración psico-física. Problemas neurológicos

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

MORFINA

Principal alcaloide del opio. Cristales blancos obtenidos por disolución.

Forma de uso:
Uso esencialmente médico, como calmante o somnífero.

Efectos:
Es un analgésico potente y duradero que actúa hasta por ocho horas.

Perjuicios:
Los morfinómanos (escasos) corren riesgo de padecer parálisis intestinal y paros respiratorios.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

HEROINA

Deriva de la morfina base. Hay distintas clases, desde blanca a la brown sugar.

Forma de uso:
Se vende en dosis diluidas (5% a 10%), se inyecta intravenosa.
U$S 60/150=1g.

Efectos:
Estado de bienestar (FLASH) con evasión de todo problema.

Perjuicios:
Acostumbramiento inmediato, dependencia total, depresión, apatía y riesgo de sobredosis mortal.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

LA COCAINA

La Coca

Arbusto originario de los altos valles andinos (colombia, Perú, Bolivia).- Desde tiempos inmemoriables los indios utilizan sus hojas machacadas como estimulante.

COCAINA

Polvo blanco obtenido en laboratorio por tratamiento de la hoja de coca.

Forma de uso:
La dosis se vende diluida al 15 % y habitualmente inhalada en dosis de (0.2 a 0.5g.)
U$S 120=1g

Efectos:
Excitante, euforizante y potente estimulante de efecto breve. Sensación de gran claridad de espíritu.

Perjuicios:
Riesgo cardíaco, depresión, violencia, paranoia. Efecto debilitante.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

CRACK

Derivado químico de la pasta base de cocaína, en forma de grandes cristales blanco marrones.

Forma de uso:
Se fuma o se inhala. Es la "droga de los pobres" en EEUU.
U$S 20/40=1 dosis.

Efectos:
Flash muy rápido. Euforia y superexcitación, alucinaciones y sensación de invulnerabilidad.

Perjuicios:
Impulsos suicidas. Problemas pulmonares, respiratorios y cerebrales. Dependencia muy rápida. Grave síndrome por falta.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

Infografía: Cristina Leal/ Danilo de Almeida

CANNABIS

Los chinos la disfrutan 2500 años antes de Cristo. El cáñamo indio (o cannabis) se cultiva en todo el mundo.



MARIHUANA

Hojas y flores secas y trituradas.

HASCHICH, O KIF

Resina extraída de las extremidades florales del cannabis.

Forma de uso: La droga más consumida en el mundo, habitualmente fumada con tabaco. **U$15= 1 dg.(2g)**

Efectos: Euforia, agudizamiento de la percepción, locuacidad. Efecto afrodisíaco.

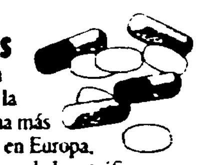
Perjuicios: Apatía, torpor, pérdida de contacto con la realidad, problemas de memoria, déficits inmunitarios.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

ANFETAMINAS

Sustancias sintéticas de uso médico contra el sueño y el hambre. Estimulan el sistema nervioso. Poco usadas por la medicina actual.

EXTASIS



De origen ingles, es la anfetamina más apreciada en Europa, objeto de verdadero tráfico.

U$S 30/40=1surtido

Efectos:
Estímulo cerebral y sensorial. Activa las funciones psíquicas.

Perjuicios:
Dependencia. Pérdida de peso. Problemas cardíacos, confusión mental, agresividad, delirios esquizofrénicos.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

ALUCINOGENOS

DEL LSD

Compuesto orgánico ($C_{20}H_{25}N_3O$) es el más poderoso y el más usado de los alucinógenos.

...AL ACIDO

Una gota de LSD en azúcar absorbido por vía oral.



U$S 15=1dosis

Efectos:
Confusión sensorial desorganización cerebral, vivísimas alucinaciones, agradables o aterradoras.

Perjuicios:
Problemas mentales, tendencias al suicidio o al crimen
Pérdida de la memoria y de las facultades intelectuales.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

DEL PSP...

Potente analgésico y anestésico de uso veterinario.

VETERINARIA

... AL POLVO DE ANGEL

Gránulos blancos que se calientan para ser fumados o inhalados.

U$S 5/8=1dosis

Efectos:
Problemas sensoriales, delirios, confusión mental, alucinaciones.

Perjuicios:
En dosis fuertes provoca amnesia, convulsiones y coma.
Bajo esta droga son frecuentes los accidentes mortales.

Grado de dependencia:
Física
Psíquica
0 1 2 3 4

CIFRAS DEL TRAFICO INTERNACIONAL

PRODUCCION MUNDIAL
Heroína (Para):
Casi 650 tons.
Triángulo de oro: 250 tons.
Media Luna de Oro: 150 a 200 tons.
Líbano: 20 a 30 tons.
Colombia: 100 tons.

Cocaína (para):
1600 a 2000 tons,
el 75% exportado a los EEUU.

TRAFICO EN DOLARES
En el mundo: 500.000 millones de dólares anuales (equivalente al doble del presupuesto de Francia)

PRECIOS DE VENTA
En Amsterdam
Heroína: U$S 50.000 el quilo
Haschich: U$S 2.500 el quilo

En nueva York
Heroína: entre U$S 38.000 y U$S 75.000 el quilo.
Cocaína: entre U$S 12.000 y U$S 25.000 el quilo.

Los precios dados en este infográfico corresponden al menudeo en las calles de París. Fuente: Rolling Stone Magazine

40 - 10

9508229

Chacina deixa 3 menores mortos e 1 ferido

Grupo conversava numa praça de Suzano quando três homens descarregaram suas armas contra os rapazes; polícia investiga hipótese de os matadores terem sido contratados por comerciantes

RENATO LOMBARDI

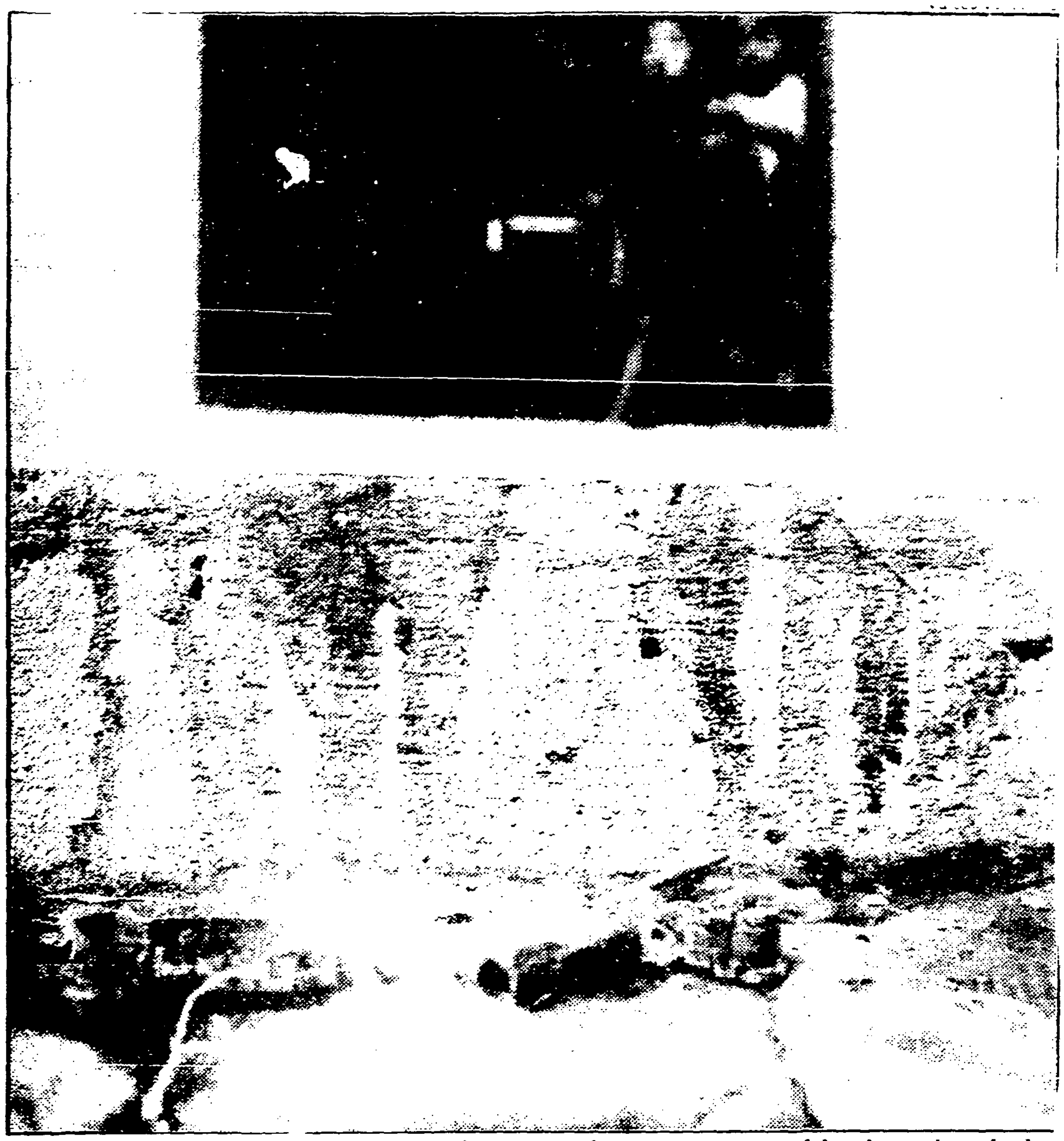
Cinco garotos que conversavam na madrugada de ontem na Praça Padre Cícero, no Jardim Dona Benta, em Suzano, na Grande São Paulo, foram atacados a tiros por três homens. Três dos meninos atingidos no peito e cabeça morreram. Um outro está internado em estado grave com uma bala no abdome. O quinto rapaz, M.S.F., de 16 anos, conseguiu escapar e disse ter condições de identificar dois dos assassinos. "Não vou esquecer jamais o rosto daqueles homens", contou ele ontem à tarde aos policiais de Suzano e Mogi das Cruzes encarregados das investigações. No ano passado, foram assassinados em todo o Estado 283 menores, a maioria entre 13 e 16 anos. A chacina de Suzano revoltou os moradores. Os meninos, autores de pequenos furtos e roubos a residências e a estabelecimentos comerciais, teriam sido vítimas de um grupo de extermínio que vem agindo na cidade e nos municípios vizinhos desde o ano passado. "Eles mataram meu sobrinho porque ele roubara algumas frutas na feira", disse Elvira Pereira. Ela esteve na porta da Santa Casa de Suzano — onde F.V.M., de 13 anos, está internado — para fazer a denúncia.

A suspeita de que os matadores sejam contratados por comerciantes da região para assassinar os ladrões e viciados em drogas está sendo apurada pela polícia. Segundo M.S.F., todas as noites, ele e os amigos F.V.M., Romério da Silva Alves, de 16 anos, João Henrique da Silva Oliveira, de 15, e André César Valdo, de 14, se reuniam na Praça Padre Cícero, próximo da casa onde funcionava um posto da Sabesp, desativado desde 1994. "A gente ficava falando de samba, futebol e de garotas", explicou.

Ele não soube precisar a hora, mas acredita que passava da meia-noite quando viu os três assassinos atravessando a praça e caminhando na direção do grupo. "Acho que eles saíram da padaria que fica do outro lado." Assim que se aproximaram, os homens apontaram revólveres e mandaram os meninos caminhar para o interior da casa abandonada. Os garotos ameaçaram correr e os criminosos passaram a atirar. Romério, João Henrique e André morreram a caminho do hospital.

GAROTO DIZ RECONHECER DOIS DOS BANDIDOS

Os tiros chamaram a atenção de alguns fregueses da padaria. Os três homens descarregaram suas armas e um deles ameaçou seguir M.S.F., que correu na direção oposta à dos matadores. Nos últimos 6 meses, 5 ladrões e 3 menores envolvidos em furtos e com drogas foram mortos em Suzano, Poá, Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba. Os crimes estão sem solução. O delegado Sérgio Galícia, de Suzano, declarou ter dificuldades para investigar os crimes porque seu município faz divisa com outras cidades servidas por trens. "Aqui temos a linha tronco, a variante e, além dos 200 mil moradores, existem milhares de trabalhadores em indústrias." O policial queixou-se da falta de pessoal para combater o crime. "Somos 25 policiais e não temos meios de combater todos os crimes."



***Mancha de sangue e arma quebrada:** meninos se reuniam na praça para falar de samba e futebo*

MORTE NA RUA



Os cinco garotos estão sentados e conversam na Praça Padre Cícero, no Jardim Dona Benta, em frente de uma padaria, onde um grupo de pessoas está bebendo.

Três homens são vistos em frente da padaria. Eles atravessam a rua e caminham na direção dos garotos. Assim que chegam à praça começam a atirar.

Os fregueses da padaria encontram 4 dos meninos feridos (1 escapa). Os 3 assassinos fogem. Os garotos são levados pela [illegible] Casa. Três morrem [illegible] internado.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE ...

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Empresário é assassinado com tiros de fuzil

O crime ocorreu na Zona Oeste do Rio; polícia investiga hipótese de tentativa de seqüestro

MARITA BOOS
e NELSON SOARES

RIO — O empresário Marcelo Maurício, de 27 anos, filho de um dos sócios do hipermercado Freeway, foi assassinado na noite de anteontem, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste, por homens que ocupavam pelo menos dois carros. Marcelo foi atingido por cinco tiros de fuzil AR-15, quando tentava escapar dos bandidos. Seu carro, um jipe Nissan, ficou desgovernado e caiu no Canal de Marapendi. Os criminosos fugiram em direção à Avenida das Américas. A polícia investiga a hipótese de tentativa de seqüestro. Agentes da Divisão Anti-Seqüestro vasculharam as favelas de Jacarepaguá, mas não acharam os criminosos.

O crime ocorreu por volta das 20 horas de anteontem, a 100 metros do acesso à Ponte Lúcio Costa. O local, segundo moradores dos prédios vizinhos, está com a iluminação precária. Uma moradora, que se identificou como Linda de Oliveira, disse que correu para a janela assim que ouviu os disparos. "Pude ver pelo menos dois carros emparelhados com o jipe", contou. Ela disse que, em seguida, o carro ficou desgovernado e caiu no canal.

Sete tiros — Outra testemunha, que preferiu não se identificar, disse que passava de carro pelo local e viu os criminosos, que se comunicavam por meio de aparelhos semelhantes a telefones celulares ou walkie-talkies. "Acho que o rapaz percebeu que seria atacado e tentou imprimir mais velocidade ao jipe", comentou. "Então dois homens colocaram o corpo para fora de um dos carros e passaram a atirar no jipe." De acordo com os peritos do Instituto Carlos Éboli (ICE), os bandidos deram sete tiros de fuzil AR-15 no jipe, cinco dos quais atingiram Marcelo.

O corpo do empresário só foi removido no início da madrugada. O trabalho foi acompanhado por amigos e parentes. Cercados de seguranças, eles impediram que cinegrafistas e fotógrafos gravassem imagens do corpo. Um dos amigos do rapaz contou que ele estava indo para casa tomar um banho e trocar de roupas, pois os dois tinham combinado jantar em Ipanema. Ele contou que a mãe de Marcelo, Sheila, foi vítima de um infarte há poucos dias e ainda está internada. A família teme que seu estado se agrave quando souber da morte.

MARCELLO ALENCAR PEDE RIGOR NA INVESTIGAÇÃO

Marcelo é filho de Carlos Maurício, um dos quatro sócios do Freeway, um grupo de várias empresas. Ele era diretor da Freeway Náutica, especializada na venda de produtos para barcos, mergulho e pesca. O hipermercado, que ocupa 18 mil metros quadrados e tem 1.200 funcionários, é um dos maiores da Barra da Tijuca. O empresário foi sepultado ontem à tarde no Cemitério Municipal de Petrópolis, onde mora a família.

Rigor — O governador do Rio, Marcello Alencar (PSDB), determinou ao secretário de Segurança Pública, Euclimar Lima da Silva, absoluto rigor na apuração do assassinato do empresário. Alencar disse também que vai admitir mais 2 mil policiais concursados, além dos soldados do [illegible] que foram incorporados pela Polícia Militar, para mostrar que existe autoridade no [illegible] governador [illegible] nhece, no entanto, que o caixa do Tesouro não permite, agora, [illegible] aumento salarial para os policiais. Uma das medidas cogitadas pelo governador é terceirizar os serviços de comunicação da polícia. "Estamos contactando algumas empresas com o propósito de melhorar esse serviço", informou.

Pai de um dos meninos diz que turma se drogava

Segundo ele, Romério não queria estudar nem trabalhar e ficava muito tempo fora de casa

O paraibano de Campina Grande José Alves Neto, pai de Romério, de 16 anos, disse ontem que o filho e os outros mortos na chacina cheiravam cola e fumavam crack. Ele contou que o garoto não queria estudar nem trabalhar e ficava a maior parte do tempo fora de casa. "Cansei de dar conselhos para o menino, mas não conseguia segurá-lo em casa." Ao deixar a Paraíba, em 1986, ele planejava criar os quatro filhos com "educação e honestidade". "A gente trabalha e não tem o dia inteiro para andar atrás do garoto", lamentou.

POLICIAIS PROTEGEM OS DOIS SOBREVIVENTES

Os investigadores da Delegacia de Homicídios, de Mogi das Cruzes, foram encarregados de tentar identificar os criminosos. M.S.F. está sendo protegido pela polícia, que também reforçou a segurança na Santa Casa, onde os médicos informaram que F.V.M. está fora de perigo.

No ano passado, dos 283 assassinatos de menores ocorridos no Estado, 181 foram na Capital e 16 na Grande São Paulo. Segundo a delegada Elisabete Sato, do Grupo Especializado de Investigações Sobre Crimes Contra a Criança e o Adolescente, do Departamento de Homicídios, a maioria das mortes aconteceu durante brigas por crack e divisão de objetos roubados e furtados. "Cerca de 80% dos crimes ocorrem pela disputa por crack", afirmou. (R.L.)

-03-

9508230

Nº DOCUMENTO

TIPO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCESO

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Receptador mata dois no Guarujá

JOSÉ RODRIGUES

GUARUJÁ — *Também no Guarujá, dois menores foram assassinados. Mas, neste caso, a polícia tem o nome do acusado. Os policiais estão à procura do comerciante e receptador* [illegible] *José Soares, o Gordo, de* [illegible] *anos, que teria matado, na noite de anteontem, José Luís* [illegible] *da Cruz, de 17 anos, e* [illegible] *Antônio Gomes, também de 17, e de ter ferido Édson Francisco da Graça, de 18. As duas vítimas foram apontadas como assaltantes.*

Segundo a polícia, Soares, acusado de receptar mercadorias roubadas, foi procurado por Cruz, conhecido como Pingüim, que pretendia receber o pagamento de objetos roubados entregues ao comerciante. Soares não tinha o dinheiro e, depois de discutir com Pingüim, matou-o com dois tiros.

Ainda de acordo com a polícia, o comerciante baleou Gomes, o Caveirinha, e Graça, também envolvidos em roubos, que tentaram socorrer o amigo. Gomes recebeu quatro tiros e morreu no local, enquanto Graça foi socorrido e teve alta ontem no Hospital Santo Amaro. Soares continuava foragido até o final da tarde de ontem.

Investigação será acompanhada por deputados federais

Grupo é formado pelos paulistas Hélio Bicudo e Martha Suplicy, do PT, e Paulo de Velasco (PSD)

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara designou ontem uma subcomissão especial para acompanhar as investigações sobre a chacina dos meninos de rua em Suzano. Integrada pelos deputados Hélio Bicudo (PT-SP), Martha Suplicy (PT-SP) e Paulo de Velasco (PSD-SP), a subcomissão levantará todos os dados sobre o caso para subsidiar as providências que o Congresso vai encaminhar para os Poderes Executivo e Judiciário, em parceria com o Ministério Público e organizações civis de defesa dos direitos humanos, para evitar que o crime fique impune.

A partir de agora, segundo o presidente da CDH, deputado Nilmário Miranda (PT-MG), o Congresso vai monitorar as apurações dos casos mais graves de violação de direitos humanos, como já fez no caso do assassinato do assaltante Cristiano Mello diante das câmeras de TV, no Rio. Na sessão de ontem, a CDH fez um balanço da onda de atentados aos direitos humanos que vem se intensificando no País, na maioria das vezes com a participação direta de policiais militares e civis.

Relator da subcomissão que acompanhou as investigações do caso do Rio, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), descreveu as circunstâncias do crime e exibiu um vídeo aos parlamentares, cedido pela TV *Globo*, que filmou a execução. O vídeo mostra em detalhes a morte do assaltante e outras cenas, não exibidas na reportagem da emissora, demonstrando que o outro ladrão morto na operação policial também teria sido executado pela polícia. Segundo o relatório de Gabeira, não teria ocorrido tiroteio nem existiria um terceiro assaltante foragido.

Gabeira relatou também que o comando da PM já tinha determinado a condecoração por bravura dos policiais envolvidos na operação, o que só não ocorreu devido à exibição do vídeo pela *Globo* em cadeia nacional, que causou protestos das organizações de direitos humanos.

Esquadrões — Quanto à chacina de Suzano, as primeiras informações recebidas pela CDH indicavam que o crime pode ser mais um com a participação de policiais ligados a esquadrões de extermínio. A comissão apurou que os meninos tinham passagem pela polícia, e, por ser pretos ou pardos, pobres e infratores, se enquadram no perfil das vítimas preferenciais desses esquadrões.

04-041

9508230

Nº DOCUMENTO 5.508231
TITULO Rou. Incautan marihuana en Canelones -
PROCEDENCIA LA República
FECHA DE PROCEDENCIA 18/3/95
VINCULACIONES 11176 11955
05092 11341
507466
65401
11351

ENTRADO
CRUZADO

Canelones inició una guerra frontal al delito

Golpe a las drogas y aclaran hurtos

■ Un duro golpe a la delincuencia organizada dio en los últimos días la Dirección de Investigaciones de la Jefatura de Policía de Canelones, al desbaratar, por un lado, una red de traficantes de marihuana y esclarecer, por otro, varios hurtos y rapiñas cometidas contra la propiedad privada.

Igualmente detuvieron a un individuo que se había fugado del Juzgado Penal de 2º Turno de Montevideo.

INCAUTAN MARIHUANA

La ciudad de Santal Lucía fue escenario en las últimas horas de varios procedimientos cumplidos por un equipo especializado de la Dirección de Investigaciones canaria, bajo el mando del propio director de esa dependencia, comisario Jorge Miranda, conjuntamente con el subdirector, subcomisario Víctor Trezza Siré.

El equipo integrado además, por el sargento 1º Hugo Santiago, el agente de 1ª Cono García y el agente de 2ª Jorge Alaniz, luego de haber realizado intensas averiguaciones y distintos allanamientos, mediante orden judicial en fincas de aquella ciudad, lograron la detención de siete personas y la incautación de cierta cantidad de marihuana.

De los interrogatorios practicados y con las pruebas obtenidas, los detenidos fueron conducidos a prestar declaraciones al Juzgado Letrado de Canelones, disponiendo la señora jueza, doctora Peirano, el procesamiento sin prisión de las personas identificadas como AFIA, oriental, soltera, de 21 años; GARI, de 22 años; GMAP, de 23; PIBB, de 19 años de edad; FRAD, de 21 años y PESO, de 22 años de edad, imputados del delito de «suministro de marihuana», artículo 35 de la Ley Nro. 14.294.

apodadas «El Cafú» y «El Negro Ifrán».

Tras ser ubicados sus domicilios, se solicitaron las respectivas órdenes de allanamiento a la Justicia competente. Tras ingresar a una de las fincas, la Policía actuante encontró escondidas en un sofá las joyas denunciadas y en el interior de un zapato, parte del dinero hurtado, como así también otros efectos que habían sido comprados con el producto del dinero robado.

Se detuvo a dos parejas, tratándose de Sergio Ceballo Román, de 36 años de edad y su concubina de 24; Luis Alberto Ifrán, de 27 años, junto con su compañera, de 22 años de edad, teniendo los hombres mencionados, tres y dos antecedentes, respectivamente.

Derivados a la Justicia actuante, la señora jueza, doctora Peirano, dispuso el procesamiento de ambos individuos por el delito de hurto. Las informaciones que anteceden fueron dadas a conocer en forma oficial por el jefe de Prensa de la Jefatura de Policía de Canelones, oficial Márquez.

01-01

9508231

9508232

TITULO Dr. Scavarelli es nombrado vice-pte de 38° Período de

PROCEDENCIA LA MAÑANA, Sesiones de Jifes (ONU)

FECHA DE PROCEDENCIA 18/3/95

VINCULACIONES 11176 11688

05092 1124

507466 1349

13506

501669

ENTRADO

CRUZADO

Scavarelli designado en Cumbre contra droga

El Prosecretario de la Presidencia de la República, Alberto Scavarelli, fue designado vicepresidente del 38° Período de Sesiones de la Comisión de Estupefacientes de las Naciones Unidas, órgano rector del Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas , cuyas deliberaciones se vienen desarrollando en la ciudad de Viena.

Tal responsabilidad le fue conferida con el apoyo unánime del Grupo Latinoamericano y del Caribe, luego de una propuesta de la Representación Permanente del Uruguay.

El desempeño del cargo implica una distinción para nuestro país, así como el reconocimiento a la labor cumplida en la reciente reunión de la CICAD, realizada en Panamá.

Tras la designación de Scavarelli que en nuestro país preside la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, la Comisión de Estupefacientes abordó la nutrida agenda de la reunión concentrándose en el tema "Consecuencias sociales y económicas del tráfico ilícito de estupefacientes.



Alberto Scavarelli, Prosecretario de la Presidencia fue designado vicepresidente de la reunión sobre tráfico de drogas que se desarrolla en Viena, Austria.

01-01

9508232

DETIENEN A UNA PAREJA DE NARCOS EN CORDOBA

Secuestran 6 kilos de cocaína

CORDOBA (De nuestra agencia). – La Policía detuvo a una pareja de narcotraficantes y se incautó de más de **seis kilos de cocaína**, en las proximidades de **Jesús María**, a unos 50 kilómetros al norte de esta capital.

El procedimiento fue la culminación de una prolongada investigación de la División Drogas Peligrosas de la Policía de la provincia.

La acción de inteligencia permitió detectar que una banda de traficantes, con base en esta provincia, se disponía a introducir un cargamento desde Bolivia. De inmediato se dispuso un operativo para interceptarlo.

Una patrulla fue destacada en la localidad de **Villa de María de Río Seco**, en el norte cordobés. Luego de 40 horas de espera, detectó durante la siesta del jueves el paso del vehículo que transportaba los estupefacientes, un Fiat Uno negro, dominio X-700.244.

Persecución

Tras dar avisar por radio a la unidad regional de Jesús María, el grupo de Drogas Peligrosas inició la persecución de los sospechosos.

El Fiat iba a unos 150 kilómetros por hora. Lo tripulaban **Carmelo Rojas** y **Norma Herrera**, ambos de 36 años, individualizados por la Policía como activos narcotraficantes de la ciudad de Córdoba y sus alrededores. Con ellos viajaban dos hijos de la mujer, de **cinco y diez años**.

El cerco policial resultó efectivo y los delincuentes fueron apresados –sin que opusieran resistencia– a la altura del **kilómetro 757 de la ruta nacional Nº 9**, entre Sinsacate y Jesús María.

En el interior del automóvil se encontraron varios paquetes que contenían clorhidrato de **cocaína** de máxima pureza, **ocultos en bolsos con ropa**.

También fueron secuestrados **914 pesos en efectivo, 500 dólares**, tarjetas de crédito y documentación diversa. El título del automotor estaba a nombre de **Alberto López** (concubino de **Norma Herrera**), quien permanecería prófugo de la Justicia.

La Policía informó que la droga –6,200 kilos en total– había sido adquirida en la localidad boliviana de **Pocitos** para su posterior fraccionamiento y distribución en la ciudad de Córdoba y poblaciones cercanas.

El caso está en manos del juez federal **Ricardo Bustos Fierro**.

UNO DE ELLOS LAS ESCONDIA EN SU SILLA DE RUEDAS

Cuatro detenidos por vender drogas en las calles de la Boca

En un operativo realizado frente a la **plaza Matheu** –en **Irala y Lamadrid**, la Boca–, la Policía Federal detuvo a cuatro personas, entre ellas un joven inválido **que vendía drogas en la calle** y usaba su silla de ruedas para transportar y ocultar cocaína, marihuana y psicofármacos.

"Secuestramos 200 gramos de cocaína, pasta base, 200 gramos de marihuana, diez pastillas de Rhoynol y 100 dólares falsos. Parte estaba en la silla de ruedas y parte, repartida en árboles de la plaza y de la vereda", explicó una fuente de la División Operaciones Metropolitanas.

Las detenciones de **Marcelo Pablo Peralta** (29), **Enrique Daniel Peralta** (35), **Sergio Alejandro Caccialupi** (33), y **Mario Oscar Romero** (35), no sorprendieron a los vecinos del barrio ya que el grupo había sido detenido varias veces.

"Todos tienen antecedentes y sobre todo el discapacitado, que fue detenido 14 veces antes de que, el jueves a las 16, lo agarráramos nosotros. Los cuatro eran muy conocidos en el lugar. Siempre estaban en la misma esquina y, aunque resulte gracioso, **solo 'atendían' de 14 a 20**", explicó la fuente policial.

Si bien cerca de la plaza Matheu hay dos escuelas –la Municipal Nº 3 Juan María Gutiérrez, a cuatro cuadras, y la escuela República de Chile, a dos– los investigadores no están seguros de que el grupo vendiera a alumnos de esos colegios.

"Hay muchas pruebas contra ellos porque, durante unos días, los filmamos y fotografiamos. Todos esos elementos los tiene ahora el juez en lo Criminal y Correccional Federal **Carlos Branca**, que instruye la causa por infracción a la ley de drogas", concluyó la fuente.

Vecinos cautelosos

Según los vecinos del barrio, que no estaban muy contentos de tener que hablar del tema, Marcelo Pablo Peralta quedó inválido hace unos dos años al recibir un tiro en la espalda durante una pelea entre bandas.

Marcelo –al igual que su hermano y sus dos amigos integrantes de la banda– era muy conocido, respetado y hasta querido por varios vecinos

Moviéndose con mucha inteligencia, los Peralta, Caccialupi y Romero no molestaban a los vecinos cuya vereda y plaza usaban para vender drogas. Al contrario, a cambio de su tolerancia daban seguridad a los vecinos.

"Cuando yo vine al barrio el grupo me daba miedo porque pasaba de noche y siempre estaban allí, primero en la plaza y luego en la esquina de Irala y Lamadrid. Pero después una señora me explicó que no tenía que temerles porque si de noche alguien me molestaba ellos me iban a ayudar... y así fue", explicó una vecina que no quiso dar su nombre.

"Es verdad que varias veces se los llevó la Policía. Una de esas veces nos pidieron a mi marido y a mí que saliéramos de testigos. Por supuesto, yo me negué. No me constaba nada de lo que decían y, además, después los muchachos salían y era yo la que tenía que verlos todos los días", concluyó.

9508235

BOLIVIA: Tratan de desarticular conexión entre militares y el cartel

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 18/3/95

VINCULACIONES 11176 13065 11224 11354 65092 11226 11214 504480 11670 11209 11351 65592 11422 11514 11227 11352

ENTRADO

CRUZADO

Bolivia Busca Desarticular Conexión Entre Militares y el Cártel de Cali

LA PAZ, 17 (AP). — La Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (FELCN) investiga a un centenar de oficiales de la armada boliviana, para desarticular un presunto grupo "narco-militar" que desde hace varios años opera en el tráfico de cocaína en complicidad con el Cártel de Cali, informaron hoy autoridades.

El fiscal de FELCN Leopoldo Ramos Herrada confirmó a The Associated Press que el caso comenzó a salir a la luz con la detención a principios de año del ex capitán de corbeta Osvaldo Justiniano, quien como jefe de almacenes de la Fuerza Naval utilizaba vehículos, lanchas y hasta aviones militares para transportar drogas.

Ramos Herrada indicó que Justiniano transportaba miles de kilos de cocaína desde diversos puntos del país hacia avionetas del narcotráfico colombiano, que operaban en pistas de aterrizaje clandestinas.

La investigación, dijo el fiscal, comenzó hace varios meses y su complejidad se hizo evidente cuando elementos de la FELCN interceptaron dos camiones militares que transportaban droga hacia La Paz desde la zona de El Chapare, donde se hallan las mayores plantaciones de coca de esta nación andina.

Ramos Herrada agregó que posteriormente se determinó que. Justiniano, que fue expulsado de las Fuerzas Armadas al conocerse sus actividades ilegales, también utilizaba lanchas para llevar drogas por vía fluvial desde los departamentos del Beni y Santa Cruz, fronterizos con Brasil, donde operan centenas de pistas de aterrizaje clandestinas a cargo de narcotraficantes bolivianos y miembros del Cartel de Cali.

Las investigaciones también develaron que Justiniano había vendido a bandas del narcotráfico armamento militar destinado a la Armada.

El comandante general de la FELCN, general Simón Sejas Tordoya, informó a The Associated Press que la banda "narco-militar" también había lavado centenares de miles de dólares obtenidos con el tráfico de cocaína en el mercado nacional, a través del contrabando y en la banca internacional.

Las vinculaciones con esa organización llegaron a los altos mandos de la Fuerza Naval, habiendo sido detenido el ex comandante general, almirante Miguel Álvarez, acusado de haber recibido cheques por grandes sumas y emitidos por el Alm. Justiniano.

Ramos Herrada enfatizó que hay "pruebas contundentes" de que Alvarez alentaba esas actividades desde su alto cargo.

9508235

01-02

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Republica

FECHA DE PROCEDENCIA 18/3/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Narcotráfico: alto militar boliviano acusado

La Paz (AFP)

■ El ex comandante de la Fuerza Naval Boliviana, almirante Miguel Alvarez, fue detenido y acusado por la Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (Felcn) de tener vínculos financieros con una banda de "narcomarineros", cuya actividad ilícita fue descubierta hace unas semanas en La Paz.

Según la Felcn, Alvarez está sindicado de haber depositado la suma de 210.000 dólares en la cuenta del capitán de la fuerza naval Oswaldo Justiniano, quien fuera descubierto transportando cerca de mil quilos de cocaína en dos camiones de la institución armada, en las cercanías de La Paz el pasado 19 de enero.

Actualmente, Justiniano junto a seis de sus cómplices, todos miembros de la Fuerza Naval, están detenidos en celdas de la Felcn, mientras se investigan las supuestas conexiones internacionales de la banda denominada "narcomarineros".

El fiscal antidrogas que atiende el caso, Leopoldo Ramos, aseveró, por su parte, que de acuerdo a talones de unos depósitos bancarios efectuados por Alvarez, con dinero aparentemente entregado por Justiniano, el primero se beneficiaba con el cuatro por ciento de esas transacciones bancarias.

Ante la situación, Alvarez se entregó ayer jueves voluntariamnte a la Felcn hasta que se aclare el caso que, según su propia versión, "se trata de un afán norteamericano de desprestigiar a las Fuerzas Armadas hasta alcanzar su desaparición, de acuerdo a lo establecido en el "Plan (George) Bush", cuando este mandatario culminaba su gestión presidencial en Estados Unidos.

Pero el fiscal Ramos dijo que Alvarez, hasta comienzos del año pasado jefe de la Armada, fue arrestado para esclarecimientos que se realizan en forma reservada.

9508235

02-02

Nº DOCUMENTO 9508236
TITULO Brasil Polícia do Rio define ação conjunta com P.F.
PROCEDENCIA Folha de São Paulo
FECHA DE PROCEDENCIA 17/3/95
VINCULACIONES 11176 11349 65092 15005 504482 11075 11214 11351 11005

ENTRADO
CRUZADO

cotidiano

Polícia do Rio define ação conjunta com PF

Novos convênios incluem ajuda da Polícia Rodoviária; Forças Armadas podem ser novamente solicitadas

FERNANDO MOLICA
Da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Marcello Alencar (PSDB), anunciou ontem a assinatura de convênios com o governo federal que, segundo ele, permitirão ações integradas entre as forças de segurança estaduais e as polícias Federal e Rodoviária.

Os convênios que, segundo Alencar, deverão ser assinados na próxima semana, foram acertados durante reunião entre ele e o ministro da Justiça, Nelson Jobim.

O governador reafirmou que poderá voltar a solicitar o apoio das Forças Armadas para o combate à criminalidade no Estado.

Ainda de acordo com Alencar, Jobim comprometeu-se a buscar uma fórmula para viabilizar uma maior fiscalização no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

Segundo o governador, há um conflito de competências em diversas áreas do aeroporto, o que dificulta o trabalho da PF.

O governador afirmou que Jobim comprometeu-se a liberar R$ 3 milhões para a conclusão da penitenciária de Bangu 2. Segundo Alencar, o ministro disse também que tentará obter R$ 25 milhões para a construção de mais uma penitenciária.

Pela manhã, o ministro da Justiça esteve com o prefeito do Rio, César Maia (PMDB). Depois, foi para um encontro com integrantes do movimento Viva Rio.

Lá, Jobim recebeu sugestões para o combate à criminalidade, entre elas a que prevê a retirada da Constituição Federal das atribuições de cada corporação policial.

O coordenador do Viva Rio, Rubem César Fernandes, cobrou do governo estadual uma política de segurança pública. "Não se deve falar em guerra, mas em investigação e policiamento comunitário", afirmou. Na véspera, o secretário de Segurança do Rio, general Euclimar Lima da Silva, afirmara que o Estado vivia uma guerra contra os criminosos.

Operações

A Polícia Civil foi recebida a tiros por supostos traficantes durante operações realizadas ontem. As operações foram feitas no início da manhã no morro da Mineira, no Catumbi, e na favela de Acari, bairros da zona norte. Cinco suspeitos foram detidos e um Voyage roubado foi recuperado.

9508236

01-02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO



O ministro Nelson Jobim (esq.) e o governador Marcello Alencar ontem durante reunião

Morre PM atingido em helicóptero

Free-lance para a **Folha**

O tenente da PM Cidmar Antunes de Almeida, 27, morreu ontem em consequência de um tiro recebido de supostos traficantes.

O tiro foi disparado enquanto ele participava, na última terça, de operação no morro da Lagoinha, em Niterói (15 km ao norte do Rio).

Lotado no 12º BPM (Batalhão da Polícia Militar), em Niterói, o tenente será enterrado hoje no cemitério de Araruama, onde morava com a família. Ele foi a segunda vítima fatal da operação.

O tenente levou um tiro de fuzil AR-15 quando sobrevoava o morro no helicóptero da Polícia Civil. O tiro atravessou o piso do aparelho e atingiu Cidmar. O helicóptero ainda foi atingido por quatro tiros. **(Paulo Gramado)**

Nº DOCUMENTO 9508237

TITULO Colombio. Capo del C. de Cali logra evadir su detención.-

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 18/3/95

VINCULACIONES 11176 11422
65092 11670
65092 11351
11214
11229

ENTRADO
CRUZADO

■ **Narcotráfico**

BOGOTA, 17 (Reuter). — José Santacruz Londoño, uno de los jefes del cártel de las drogas de Cali, escapó a un operativo de una unidad élite de las fuerzas armadas que estuvo a punto de capturarle, informaron hoy fuentes militares.

El operativo al que escapó el líder de la organización que controla un 80 por ciento del mercado mundial de la cocaína se realizó el jueves en un exclusivo sector residencial de la ciudad de Cali, capital del departamento del Valle, 250 kilómetros al suroeste de Bogotá.

01-01

9508237

Requisan un Kilo de Cocaína en Montevideo, y Medio de Marihuana en Artigas

DIEZMAN "CONEXION CORDON" DEL NARCOTRAFICO; 3 PRESOS

La Brigada Nacional Antidrogas, con la detención de dos hombres y posterior captura de un tercero, logró desbaratar la "Conexión Cordón" del tráfico de drogas de las llamadas "duras" y, ahora, procura llegar al fondo de la tenebrosa organización que con contactos en la ciudad de Melo, se sabe que introdujo en nuestro país 45 kilos de cocaína. En el procedimiento de ayer, los agentes de narcóticos se incautaron de un kilo del alcaloide.

Desde hace cierto tiempo la Brigada había instalado una discreta vigilancia en una cantina de la zona del Cordón, donde se presumía que los narcotraficantes utilizaban la misma para dejar allí "el encargo". Con los paquetes o maletas allí depositados los dos traficantes se dedicaban a colocar su mercadería. Efectuada la transacción sólo debían pasar a retirar la cantidad acordada que tenían cómodamente almacenaba en el comercio sin que nadie —por supuesto el cantinero incluido— sospechara el contenido.

Finalmente, al tener datos acerca de que una cantidad importante había sido traída desde Yaguarón, a través de la ciudad de Melo, los agentes procedieron a la detención de dos hombres y, en base a sus confesiones, la de un tercer implicado en el tráfico. Se trata de individuos de 32, 25 y 34 años de edad, los tres con antecedentes penales por la comisión de delitos varios.

Uno de los detenidos es hijo de la mujer que no hace mucho tiempo fuera procesada en el Departamento de Cerro Largo luego que se comprobara su participación directa en el envío de cocaína a través de los servicios postales.

En la presente jornada los traficantes serán llevados ante la Justicia en lo Penal de Turno, mientras que las diligencias de los hombres de la Brigada Nacional Antidrogas se centraban en la búsqueda de otros distribuidores y, fundamentalmente, del principal importador del alcaloide, habida cuenta que la organización, sumamente ramificada según trascendió, operaba desde tiempo atrás en nuestro medio moviendo una importante cantidad tanto de dinero como de drogas.

MARIHUANA EN ARTIGAS

ARTIGAS (por Juan E. de los Santos, corresponsal).— En un eficaz procedimiento realizado por la Policía de Tránsito de este departamento, se logró la detención de dos traficantes de drogas, apresándose a un tercero en la ciudad de Rivera.

El jefe de policía de Artigas, Sr. **Alberto Camacho** en declaraciones a la prensa confirmó el hecho, a la vez que, entrevistado por EL PAIS, señaló que con los datos aportados por quienes habían sido detenidos, se había logrado la detención del remitente de la droga en la ciudad de Rivera quien era traído a Artigas para continuar con las indagaciones.

NERVIOSISMO LOS VENDIO

En inspecciones de rutina que funcionarios de la Brigada de Tránsito Policial cumplían en la cabecera del Puente de la Concordia que nos une con la ciudad brasileña de Quaraí, en un taxímetro quaraiense cuando eran pasadas las 23.30 del último jueves y al hacerse la inspección correspondiente, los dos pasajeros que traía el vehículo de referencia mostraron cierto nerviosismo, por lo que se procedió a hacer una minuciosa inspección en sus bolsos, ubicándose en cada uno de ellos 2 paquetes cuyos contenidos presentaban las características de droga en polvo.

Conducidos a dependencias policiales y efectuado el análisis respectivo, pudo establecerse que cada paquete contenía cerca de 500 gramos de marihuana.

Sometidos a una severa indagatoria, aportaron muy pocos detalles, diciendo el nombre de la persona que les había entregado el producto en la ciudad de Rivera y que en la ciudad de Artigas iban a entregar a un tal **"José"** en el Parque "Paso 7 de Setiembre".

Por disposición del Jefe de Policía se continuó con las averiguaciones y se solicitó la detención de la persona sindicada como quien había entregado el producto en la ciudad de Rivera, persona ésta que fue en la mañana de ayer viernes detenida por la policía riverense y en las últimas horas iba a ser trasladada a la ciudad de Artigas.

Los 2 detenidos en Artigas son, un brasileño de 41 años edad y un joven de 24 años, uruguayo.

Es de destacar que uno de los dos tenía antecedentes en el departamento de Rocha también por tráfico de drogas, mientras que el otro no tiene antecedentes policiales.

Según dijo el Sr. Alberto Camacho a EL PAIS, con la presencia en Artigas del individuo detenido en Rivera las indagatorias continuarán, estimándose que podrían lograrse con sus declaraciones nuevas detenciones, para de inmediato elevarse todos los antecedentes a la Justicia competente.

Operativos en Melo tras más "narcos" de una organización que desbarataron en Montevideo

Vastos operativos realizó la Policía en la ciudad de Melo, en procura de otros integrantes de la banda de narcotraficantes desbaratada en nuestra capital por personal de la Brigada Nacional Antidrogas y que derivó en la incautación de un kilo de cocaína pura. Cinco personas fueron detenidas, pero finalmente tres de ellas quedaron a disposición de la Justicia. Se trata de los dos sujetos que introdujeron la droga y el que tenía la misión de distribuirla en Montevideo.

Tal como adelantamos en nuestra pasada edición, los funcionarios de Narcóticos se encontraban tras la pista de unos traficantes de drogas, que desde hace tiempo introducían alucinógenos que adquirían en Brasil.

Luego de una serie de pesquisas, los policías lograron identificar a los traficantes e iniciaron pacientes seguimientos que culminaron en la madrugada del viernes cuando se realizó un operativo en una cantina de la calle Arenal Grande.

Allí, fueron detenidas cinco personas e incautado un kilo de cocaína pura.

Por Melo

Entre los detenidos se encontraban los dos hombres que adquirieron la droga en Brasil y la trasladaron a Montevideo, un sujeto que oficiaba de distribuidor de los alucinógenos y otras dos personas que finalmente recuperaron su libertad al no estar involucradas en el caso.

La cocaína estaba acondicionada en el interior de un termo que estaba en una matera. Se supo que desde hace tiempo estos sujetos realizan transporte de cocaína, ingresándola desde Brasil y que en la ciudad de Melo le entregan a sus "contactos" una parte del cargamento para ser vendido en la frontera.

Ante esto se comunicó a las autoridades de Cerro Largo, el resultado de estas investigaciones. Ayer, personal policial de la Jefatura de este departamento llevó a cabo una serie de operativos en fincas donde presuntamente se encontrarían otros integrantes de esta organización, pero hasta el momento los resultados fueron negativos.

Mientras tanto los detenidos en nuestra capital, declaraban ante la Justicia.

Seis procesados

Seis personas fueron procesadas por estar implicados en suministro de estupefacientes.

Informó nuestro corresponsal Miguel Angel Vignola, que personal de la Dirección de Investigaciones departamental, realizó una serie de allanamientos en fincas de Santa Lucía que derivaron en las detenciones de seis personas involucradas en un caso de drogas.

Fueron conducidas ante la Justicia quien decretó los procesamientos sin prisión de A.F.I.A., soltero, de 21 años, G.A.R.I., soltero, de 22 años, G.M.A.P. soltero, de 23 años, P.I.B.B., soltero, de 19 años, F.R.A.D., soltero, de 21 años y P.E.S.O., soltero, de 22 años, a quienes les tipificó el cargo de "suministro de marihuana" artículo 35 de la Ley 14.294.

Incautaron un kilo de cocaína: cinco presos

• *Introdujeron la droga en el interior de un termo*

Un duro golpe al narcotráfico internacional asestó la Policía al incautar, esta madrugada, un kilo de cocaína pura que se encontraba en una cantina de la zona del Cordón. Dos individuos que introdujeron el alucinógeno desde Brasil y otras personas que tenían como misión distribuirla en plaza, fueron detenidos y se encuentran a disposición de la Justicia. Mientras tanto, en Cerro Largo, los sujetos presentaban a un "contacto" cerca de un cuarto kilo de ese estupefaciente para venderlo en el medio local.

Los funcionarios de la Brigada Nacional Antidrogas tenían información que vía Cerro Largo se estaba ingresando cocaína a nuestro país. A raíz de esto se montaron discretos procedimientos en procura de dar con los individuos que transportaban el alucinógeno.

Tras una serie de investigaciones y chequeo de lista de pasajeros en distintas compañías de transporte interdepartamental e internacional, se estableció que dos hombres de 25 y 34 años respectivamente, poseedores de antecedentes penales precisamente por delitos relacionados con la droga, viajaban muy asiduamente al país norteño.



Un kilo de cocaína pura en el interior de un termo fue incautada por la Brigada Nacional Antidrogas. Los dos sujetos que introdujeron el alucinógeno y tres distribuidores fueron detenidos.

En una matera

El personal actuante, averiguó los domicilios en nuestra capital de los sujetos y una vez que estos fueron ubicados comenzó una serie de seguimientos y vigilancias que ayer de madrugada arrojaron resultados positivos.

En efecto, los policías comprobaron, ayer de madrugada, que en una cantina situada en la zona del Cordón, cerca de Arenal Grande, estaban reunidas varias personas y supusieron, con acierto, que estarían distribuyendo droga. Los funcionarios ingresaron al comercio y sorprendieron a cinco personas.

Tras registrarse minuciosamente el lugar se ubicó la droga en el interior de un termo que a su vez estaba en una matera, nada menos que un kilo de cocaína pura muy bien acondicionada. Los dos sujetos que la introdujeron a nuestro país fueron detenidos, al igual que otras tres personas que iban a recibir varias dosis para comercializarlas en nuestra capital.

Pero también se comprobó que los sujetos ingresaron la cocaína desde Brasil a la ciudad de Melo y allí, dejaron un cuarto kilo de la droga a distribuidores local, continuando viaje a Montevideo con un kilo de ese alucinógeno.

Los cinco arrestados se encuentran a disposición de la Justicia, mientras que en Cerro Largo se realizan procedimientos para dar con los otros integrantes de esta organización.

c2

Procesaron ayer a otros dos "narcos"

Tres narcotraficantes, a los cuales se les incautó un quilo de cocaína, fueron procesados, tras ser detenidos por efectivos de la Brigada Antidrogas, de la Jefatura de Policía de Montevideo.

Se pudo averiguar por parte de los efectivos intervinientes en este procedimiento que los narcos ya habían logrado comercializar varios quilos de cocaína pura.

El centro de operaciones estaba localizado en la zona de la ex terminal del Cordón, Arenal Grande y Víctor Haedo.

Los efectivos igualmente detuvieron a otras cinco personas que distribuían el alucinógeno en la Ciudad Vieja, incautándoseles 200 gramos de cocaína.

LA GUARDABAN EN UN TERMO

Los detenidos en la zona del Cordón usaban como método para la comercialización de la droga un termo, el que era dejado sobre una de las mesas del restaurante de Cerro Largo y Arenal Grande.

Los individuos tenían como costumbre recorrer las adyacencias en procura de potenciales clientes.

Logrado el objetivo regresaban al bar, sacaban la cantidad adquirida por el cliente y luego cerraban el termo y entregaban la mercancía.

Los narcotraficantes traían la droga desde Brasil, pasándola por la frontera de Cerro Largo, y en sus declaraciones expresaron que ya habían comercializado unos 45 quilos de cocaína.

Jorgelito Leis Mederos, de 34 años, Julio César Capezolo, de 24, y Juan Alvaro Ramos fueron procesados por "tráfico de drogas", los que ya tenían antecedentes penales.

Nº DOCUMENTO 9508240

TITULO Lucros traficantes estimados US$ 200 bilhões anuais este negócio –

PROCEDENCIA Folha de São Paulo

FECHA DE PROCESAMIENTO 12.3.95

VINCULACIONES 11176 11349 507628 11225 11334 65092 65890 11224 11514 10026 65592 507482 11349 507623 11510 10034 10027 11511 507603

ENTRADO
CRUZADO

Traficantes lucram US$ 200 bi

Da Reportagem Local

Estima-se que os lucros anuais com o tráfico de drogas sejam de US$ 200 bilhões —soma que, aplicada, chega a triplicar, em mais de cem países do mundo.

Para combater essa movimentação, o Departamento de Estado dos EUA faz anualmente uma espécie de "lista negra" dos países que não mostraram esforços no combate ao narcotráfico.

Em 1994, os países elencados nessa lista foram dois: Nigéria e África do Sul.

Sustenta o governo dos EUA que a Nigéria teve "progresso insuficiente no combate aos narcóticos". A Máfia nigeriana é hoje a maior conexão entre traficantes asiáticos e latino-americanos.

"A abertura das fronteiras (...) encorajou os traficantes a tentarem fazer no país o maior trânsito de drogas do continente." É como o governo dos EUA define, estrategicamente, a África do Sul.

Na América do Norte, o México é citado como "fonte número um de entrada de produtos químicos para produzir drogas nos EUA".

Na América do Sul, o Peru é apontado como dono de 60% da produção mundial de folhas de coca —posição que, no início da década de 70, era da Bolívia. Aliás, a Bolívia é definida como um país em que o governo é considerado "lento em adotar medidas".

Apesar do combate que o presidente Alberto Fujimori se orgulha de ter empreendido, o Peru é apontado como país onde há "militares envolvidos com corrupção", ligada ao narcotráfico.

Um lote de 60 toneladas de cocaína e 434 laboratórios produtores caíram nas mãos da polícia, na Colômbia, em 1994.

Mesmo assim os EUA consideram que, na Colômbia, "tem ocorrido a narcocorrupção".

Em 1996 os EUA pretendem dedicar US$ 400 milhões só para os países em que o narcotráfico esteja crescendo, inclusive o Brasil.

O consumo das drogas tem gerado desdobramentos antes inimagináveis em território americano.

Quatro entre dez americanos têm tomado precauções de segurança devido a ameaças relacionadas com crimes ligados ao tráfico. Outro dado inédito: 37,2% das crianças de 12 anos dos EUA admitem já ter usado algum tipo de droga. (CJT)

01-01 9508240

Nº DOCUMENTO 9508241

TITULO Argentina. [illegible]

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 19/3/95

VINCULACIONES 11146 11354 65092 11226 66067 SCM80 13451 11224 11352

ENTRADO

CRUZADO

HAY DOS DETENIDOS. IBAN EN UNA CAMIONETA

Secuestran en Salta 88 kilos de cocaína

SALTA (De nuestra agencia).– Escondidos en tres grandes bolsas plásticas que viajaban en una camioneta, la Gendarmería Nacional secuestró ayer **ochenta y ocho kilos de cocaína**. El operativo se realizó en la madrugada en el paraje salteño conocido como **Piquirenda Viejo** –a unos 25 kilómetros de Aguaray– en una zona de montes de difícil acceso.

Según se informó, del operativo participaron gendarmes especializados en narcotráfico que durante **48 horas** hicieron una guardia especial en el lugar porque se tenía conocimiento que por el camino de Acambuco (siempre en territorio salteño) iba a pasar un cargamento de cocaína.

Los gendarmes –que fueron seleccionados de los destacamentos **Salvador Mazza** y **Aguaray**– se dispersaron en la selva y debieron soportar el mal tiempo que los acompañó durante el operativo.

El viernes, antes de la medianoche, uno de los centinelas apostado en un tramo del camino, observó que avanzaba con mucha dificultad una camioneta, con luces bajas, y que seguía una huella de camiones para no quedarse empantanada en la picada que más al sur se une con otra que va a Tartagal.

La camioneta fue tomada por asalto en medio de la oscuridad y sus dos ocupantes no pudieron escapar. Los gendarmes actuaron bajo una lluvia torrencial, ya en los primeros minutos de ayer sábado.

Al revisar la camioneta, se encontraron **tres bolsas plásticas** (tipo arpilleras) **con casi un centenar de compactos paquetes del tamaño de un ladrillo envueltos en papel madera y encintados herméticamente para evitar la entrada de humedad.**

Según estimaciones oficiales, la droga es de alta pureza y proviene de Bolivia. Su precio en el mercado consumidor oscilaría en el millón de dólares, ya que **su peso real puede ser hasta triplicado antes de ser negociada la droga al menudeo.**

Ayer, en ninguno de los dos puestos de Gendarmería Nacional que intervinieron, como tampoco en la VII Agrupación Salta, se amplió la información, aunque sí se confirmó que fueron 88 kilos los secuestrados, y que el juez federal, **Abel Cornejo**, dispuso que no se diera información sobre el caso.

Esto es así porque, según trascendidos, se estaría detrás de una **importante organización** de narcotraficantes que opera en la frontera.

Al cierre de esta edición, las dos personas detenidas eran conducidas a Salta, donde serán indagadas en el Juzgado Federal en las primeras horas de mañana lunes. La droga también es trasladada por una comisión especial. La camioneta quedó en el Escuadrón 52 Tartagal.

En lo que va del año los escuadrones que dependen de la VII Agrupación Salta, secuestraron **180 kilos de cocaína de procedencia boliviana;** se secuestraron seis vehículos y se detuvieron a 30 personas implicadas, entre ellas "correos" y otras con antecedentes en el narcotráfico.

ISRAEL

Droga em estudo

☐ Uma comissão de especialistas (médicos e psicólogos) entregou relatório ao parlamento de Israel sugerindo que os usuários de maconha e haxixe flagrados com menos de 3 gramas dessas drogas não sejam presos. A recomendação foi o ponto principal do relatório encomendado pela comissão parlamentar de combate às drogas. Os mesmos especialistas aconselharam, segundo o jornal *Yediot Aharonot*, o incremento da propaganda contra drogas mais pesadas, entre elas heroína e cocaína, e o estabelecimento de penas mais duras para traficantes.

DOCUMENTO 950.8243

TITULO EEUU Médicos preparan inyección de anticuerpos contra el crack –

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA 14/3/95

VINCULACIONES 11176 11884

65092

65890

11649

11354

ENTRADO

CRUZADO

DROGAS

Combate ao crack

□ Médicos norte-americanos preparam uma injeção de anticorpos que neutraliza o efeito do crack, a poderosa droga que se deriva da cocaína. O período de ação da injeção é de seis meses, suficientes para retirar os resíduos tóxicos do viciado. Os pesquisadores já conseguiram reproduzir em laboratório anticorpos similares aos do corpo humano em quantidade suficiente para combater os efeitos da droga.

9508243

01-01

GIGANTESCA REDADA POLICIAL Y MILITAR. YA SON NUEVE LOS AGENTES ASESINADOS ESTE AÑO

Los narcos torturaron y quemaron vivos a dos policías en una favela de Río

RIO DE JANEIRO, 18 (EFE, AFP y DPA).– Dos agentes federales fueron torturados y quemados vivos, ayer, en una favela de esta "cidade maravilhosa" donde la violencia recrudece a pesar de la voluntad del presidente brasileño, **Fernando Henrique Cardoso**, de hacer de la vigencia de la ley y el orden una prioridad de su administración.

Ya son **nueve los policías asesinados en lo que va del año**, en particular, a manos de narcotraficantes. El viernes, los agentes federales **Waltemir Machado y Jorge Castro**, encargados de entregar órdenes judiciales a presuntos delincuentes, fueron interceptados por desconocidos (presumiblemente cuadrillas de traficantes) y "torturados durante varias horas antes de ser asesinados", según indicó el informe forense policial. Sus cuerpos fueron encontrados carbonizados en el baúl del auto policial, desvalijado y abandonado en un paraje de la favela de San Gonzalo, en el norte de Río.

La policía –federal y militar– respondió al hecho con una espectacular redada de 85 hombres en la favela "Menino de Deus": tres personas murieron y 33 sospechosos fueron arrestados.

También ayer, el cuerpo de un sargento de la policía militar acribillado de, al menos, 20 balazos fue encontrado en el baúl de un coche, en la zona sur de Río. El miércoles, tres policías militares fueron abatidos a balazos cuando, desde un helicóptero, apoyaban una operación en una favela del norte de la ciudad. Solo uno de los efectivos había sobrevivido, pero finalmente murió ayer.

Guerra sin tregua

Para buscar una solución a la escalada de violencia, el viernes llegó desde Brasilia el ministro de Justicia, **Nelson Jobim**, quien se entrevistó con el gobernador de Río, **Marcello Alencar**. Además de recibir un informe escalofriante sobre las guerras de narcotraficantes y los asaltos y crímenes cotidianos, Jobim apareció como mediador entre dos posturas disímiles para combatir la violencia: la del gobernador Alencar y la del responsable del movimiento anticrimen "Viva Río", **Rubem Cesar Fernandes**.

Polémico, Alencar alentó hoy a la Policía Militar a "declarar una guerra sin tregua" a los criminales y narcotraficantes e impulsó la construcción de una cárcel de máxima seguridad fuera de la ciudad de diez millones de habitantes (véase aparte). Fernandes cree, en cambio, que "la guerra no es la vía a seguir" y, tras reaccionar vivamente a las palabras de Alencar, presentó al ministro de Justicia propuestas antiviolencia como el refuerzo de vigilancia policial en aeropuertos y caminos.

Sin embargo, los cariocas parecen estar más de acuerdo con la tesis del gobernador. El sábado, cuando la televisión mostró cómo un policía asesinaba a sangre fría a un delincuente, las encuestas indicaron que más del 50 por ciento de la población estaba de acuerdo con esa reacción policial.

De hecho, además de concentrarse en las favelas y zonas marginales, la violencia está afectando cada vez más a la clase media carioca. Ayer, los comerciantes del elegante barrio "Barra de Tijuca" organizaron una protesta por el asesinato del dueño de un supermercado, abatido por disparos de ametralladora, a principios de semana, cuando trataba de escapar de lo que, aparentemente, era un intento de secuestro.



La violencia, un hecho cotidiano en las "favelas" de Río de Janeiro: esta foto de archivo muestra a un narcotraficante abatido por la policía

El gobernador de Río de Janeiro, Marcello Alencar, alentó ayer a la Policía Militar a declarar "una guerra sin tregua" a los criminales. Según Alencar, su decisión de "combatir directamente a los delincuentes, no prevenirlos", está justificada por la matanza de policías registrada esta semana en varias favelas. El viernes, dos agentes federales fueron torturados y luego quemados vivos. Nueve policías han sido asesinados en lo que va del año. Otro agente fue encontrado ese día acribillado de veinte balazos.

Protesta militar

RIO DE JANEIRO, 18 (AFP).- Los presidentes de los clubes Naval, Militar y de la Aeronaútica de **Brasil** divulgaron hoy un comunicado en **Río de Janeiro** condenando la "deslealtad e insensibilidad social" del gobierno encabezado por el presidente **Fernando Henrique Cardoso**.

Firmada por el vicealmirante **Victor Moraes**, el general **Joao Cosenza** y el brigadier **Octavio de Araujó**, la nota castrense reafirma "la injusticia" de la medida que aplazó la fecha del pago de los salarios de los funcionarios del Poder Ejecutivo, entre los caules están comprendidos los militares.

"Tenemos cuentas a pagar y, con el aplazamiento del pago de los sueldos del día 22 al 5 del mes siguiente, vamos a tener que enfrentar serios problemas", afirmaron los militares.

Para los presidentes de los clubes militares, solo los funcionarios del Ejecutivo están siendo sacrificados en el combate contra los gastos públicos, puesto que sus colegas de los poderes Legislativo y Judicial siguen recibiendo sus salarios el día 22 de cada mes.

Narcotraficantes ejecutan a agentes federales en Río de Janeiro

Nueva explosión de violencia en Brasil

Una nueva ola de violencia se desató este fin de semana en Río, donde dos agentes federales fueron quemados vivos el viernes y tres policías asesinados por narcotraficantes, coincidiendo con la llegada del ministro de Justicia, Nelson Jobim, de Brasilia, para hablar sobre la escalada de violencia con el gobernador de Río, Marcello Alençar.

Río de Janeiro (AFP)

■ Los dos agentes federales, Waltemir Machado y Jorge Castro, encargados de entregar una orden judicial a dos sospechosos residentes al otro lado de la bahía de Río, fueron quemados vivos en el interior del automóvil donde fueron encontrados.

Un policía militar de 27 años, gravemente herido el miércoles pasado, por traficantes que dispararon contra el helicóptero con el que sobrevolaban un barrio de emergencia al norte de Río, murió el viernes a consecuencia de las heridas. Otro policía había muerto en el acto en esta misma agresión.

El viernes también, el cuerpo acribillado a balazos de un tercer policía fue encontrado en el maletero de un coche, en la zona sur de Río. Con él se eleva a nueve el número de policías militares asesinados en servicio desde principios de año.

El gobernador de Río, Marcello Alencar, declaró el sábado que la ejecución de los agentes federales refuerza y legitima su decisión del pasado miércoles, "de autorizar a los policías a combatir directamente a los criminales y no sólo contentarse con prevenirlos".

"Los traficantes desafían a la sociedad y al Estado y obligan a los poderes públicos a reaccionar. El enfrentamiento ha empezado", precisó, al tiempo que solicitaba el apoyo de la población a una acción más energética de la policía contra los delincuentes.

En represalia por la ejecución de los dos agentes, 35 hombres de la policía federal invadieron el viernes por la tarde la favela Menino de Deus, en una acción que se saldó con la muerte de tres personas y la detención de otras 33.

El responsable del movimiento antiviolencia "Viva Río", Ruben Cesar Fernández, reaccionó vivamente el sábado a la decisión del gobernador de alentar a la policía a abrir un conflicto armado con los delincuentes, considerando que "la guerra no es la vía a seguir".

Fernández presentó el viernes al ministro de Justicia una serie de proposiciones de lucha contra la violencia, tales como el refuerzo de la vigilancia policial en los aeropuertos internacionales, los puertos y las carreteras brasileñas.

Por otra parte, el viernes, la presencia del presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, generó protestas contra la falta de empleo y la política salarial.



AFP

A la falta de control sobre la criminalidad en las ciudades populosas de Brasil, se sumaron manifestaciones en Río de Janeiro, en protesta contra la falta de empleo y la política salarial durante la visita del presidente Cardoso.

En una Favela Queman Vivos a dos Policías

RIO DE JANEIRO, (EFE). — Dos policías brasileños fueron torturados y quemados vivos por traficantes de drogas en una "favela" (barrio pobre) del norte de Río de Janeiro, con lo que suman nueve los miembros de la institución asesinados en 1995.

La Policía Federal (PF) informó hoy de que los cuerpos carbonizados de dos de sus funcionarios fueron encontrados en el maletero de un automóvil de la institución, que estaba abandonado y desvalijado en un paraje de la "favela" de San Gonzalo, al norte de la capital carioca.

Waldenir Alves Machado y Jorge Assis de Castro fueron interceptados por desconocidos cuando distribuían citaciones judiciales a presuntos delincuentes y "torturados durante varias horas antes de ser asesinados", determinó el informe forense.

El hallazgo de los cuerpos provocó horas después una redada en la zona marginal de 36 hombres de la Policía Federal y 50 del Batallón de Choque de la Policía Militar (PM), que terminó con la muerte de tres personas y el arresto de 33 sospechosos, informaron las autoridades.

El informe oficial atribuyó la responsabilidad del doble crimen a cuadrillas de traficantes de drogas que operan en la "favela" de San Gonzalo y que en los últimos días han sido "golpeados" por la acción de la Policía.

Además, confirmó el descubrimiento en un suburbio de Río de Janeiro del cadáver de un sargento de la Policía Militar, que había recibido 20 tiros.

Mientras, un teniente de la PM, que había sobrevivido al ataque contra el helicóptero que tripulaba con dos colegas, murió ayer en un hospital.

Los tres efectivos fueron abatidos este miércoles cuando apoyaban desde el aire una operación policial en una "favela" del norte de la ciudad.

TITULO ARGENTINA, GENDARMERIA ...

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA 19/3/95

11176 11351

63092 11075

66960

11351

11352

ENTRADO

CRUZADO

Operativos de la Gendarmería

SALTA.– Fueron secuestrados 88 kilogramos de cocaína de alta pureza en un operativo a cargo de la Sección Aguaray de Gendarmería Nacional, en cercanías de esa población del norte salteño, en el que no hubo detenidos.

El procedimiento se realizó esta madrugada en una zona denominada Acambuco, a unos 25 kilómetros de la ciudad de Aguaray, donde se encontró la droga escondida dentro de unas bolsas plásticas en una zona de los montes.

Una decena de hombres de la Gendarmería seguían a los traficantes desde hace tres días, pero al llegar al lugar encontraron abandonados los 88 kilogramos de cocaína.

01-01

950824

TITULO Bolivia: Arrestan en ...

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 19/3/95

VINCULACIONES 11176 11354 11227
65092 13065 11670
50480 11214
11351 11229
11352 11422

ENTRADO
CRUZADO

Arrestan en Bolivia a un almirante narco

LA PAZ, 18 (AFP).- El ex comandante de la Fuerza Naval Boliviana, almirante **Miguel Alvarez, diez miembros de esa institución militar y cuatro civiles** fueron trasladados en la noche de ayer, viernes, a la cárcel de alta seguridad de Choncocoro, a 30 kilómetros de La Paz, bajo cargos de narcotráfico.

Alvarez y el capitán **Ramiro Patzi** están acusados por la **Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico** (FELCN) del "lavado" de 1,7 millón de dólares provenientes de la venta de cocaína al cartel colombiano de Cali.

Alvarez y Patzi recibían el dinero de los bancos mexicanos **Bammex** y **Banco Mercantil de Tijuana,** los que enviaban las remesas a los bancos bolivianos **Mercantil** e **Hipotecario**, ambos de La Paz, según establecieron las investigaciones de la FELCN.

El acopio de cocaína en el Chapare, en el centro del país, y la posterior venta al cartel colombiano era ejecutada por una banda de oficiales de la Fuerza Naval, encabezada por el capitán **Oswaldo "Sacate" Justiniano**, quien fue detenido junto a sus cómplices el pasado 19 de enero cuando transportaba cerca de media tonelada de droga en dos camiones militares.

La droga era transportada a algún lugar de la selva del Beni, en la impenetrable Amazonia boliviana, para luego trasladarla a la selva colombiana.

El jueves pasado, el almirante Alvarez se entregó voluntariamente a la FELCN, para probar, según dijo, su inocencia en el caso.

01-01

9508246

Clinton pede US$ 1,2 bi contra narcotráfico

Brasil é maior entreposto na rota do tráfico de cocaína, afirma Departamento de Estado norte-americano

CLAUDIO JULIO TOGNOLLI
Da Reportagem Local

O presidente dos EUA, Bill Clinton, pretende pedir ao Congresso que no próximo ano adicione US$ 1,2 bilhão ao programa de combate às drogas nos EUA e países afetados pelo narcotráfico.

Pelo menos 77 milhões de norte-americanos admitem já ter feito uso de drogas.

Clinton pleiteia mais verbas para combatê-las também porque os EUA têm gasto, por ano, US$ 67 bilhões com médicos, sistema judiciário e aparato policial —todos envolvidos na cura, recuperação e punição dos dependentes. Essa quantia representa quase a metade da dívida externa brasileira.

As informações constam do documento anual, de 400 páginas, emitido pelo Departamento de Estado dos EUA e obtido com exclusividade pela **Folha**.

O documento elenca os sete países que mais têm colaborado para a entrada de drogas nos EUA: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, México, Nigéria e África do Sul.

Pelo terceiro ano consecutivo o Brasil surge no relatório como o maior entreposto de que os cartéis colombianos têm feito uso para exportar cocaína.

De acordo com o dossiê, "as pressões sobre Bolívia, Colômbia e Peru fizeram os cartéis procurarem os países vizinhos, Brasil, Equador e Venezuela". Segundo o documento, os cartéis vão atrás de "uma atmosfera política mais propícia a seus negócios".

Em documento anterior, o Departamento de Estado sustentava que o tráfico começou aumentar do Brasil para os EUA quando o Congresso "desviou atenções" para o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Os sete países citados são considerados fundamentais para entrada nos EUA, por ano, de US$ 50 bilhões em drogas.

Eis alguns números decorrentes disso: duas pessoas são presas com drogas a cada dois minutos; 500 mil emergências médicas são atendidas a cada ano; em 1994, pela primeira vez, o número de internos do sistema penal norte-americano ultrapassou 1 milhão; um terço dos casos de Aids estão ligados ao consumo de drogas.

A heroína e o ópio são os mais novos inimigos do programa de combate às drogas do governo norte-americano. O consumo dessas substâncias "cresceu dramaticamente desde 1968", relata o Departamento de Estado.

O consumo de heroína aumentou 43% nos EUA em 1994, se comparado com os níveis registrados em 1988. A Ásia detém 76% da produção mundial de heroína e a novidade fica, em 1994, para a América Latina. O continente surge como responsável por 15% da heroína produzida no mundo.

Com o cerco contra os cartéis da cocaína, como os de Medellín e Cali, a Colômbia agora esmera-se em plantar papoula, planta usada para a confecção da heroína.

O resultado é que cresceu em aproximadamente 800% a apreensão de porções da droga na Califórnia, a partir de vôos com origem em território colombiano.

Dois milhões de norte-americanos admitiram já ter consumido heroína, segundo a Pesquisa Nacional sobre Abuso de Drogas.

O número de usuários de drogas nos EUA caiu de 22,3 milhões, em 1985, para 11,7 milhões em 1993. Mas a heroína é a única droga cujo consumo permaneceu inalterado: desde 1988 os EUA têm entre a população um exército de 2,7 milhões de usuários de de drogas pesadas, 600 mil deles consumidores apenas de heroína.


1 Estados Unidos
É o maior mercado do planeta, onde 77 milhões de pessoas admitem já terem consumido alguma droga
2 Ilhas virgens
Apontadas como maior centro de lavagem dos narcodólares
3 Nigéria
É a maior importadora de heroína da Ásia para os EUA
4 México
Maior fonte de entrada nos EUA de produtos químicos ilícitos
5 Colômbia
Processa cerca de US$ 100 bi de cocaína por ano
6 Peru
É o principal centro mundial de produção de folhas de coca e vem produzindo heroína
7 Bolivia
Segundo os EUA, é "um país vital para os interesses nacionais" no combate à droga
8 Brasil
É considerado o maior entreposto de cocaína dos cartéis colombianos
9 África do Sul
É considerada o maior entreposto de drogas de toda a África

02-02

Nº DOCUMENTO 9508248

TITULO Brasil: Guerra por punto de distribución, provoca 3 muertos en Rio.

PROCEDENCIA O. Estado de São Paulo

FECHA DE PROCEDENCIA 20/3/95

VINCULACIONES 11176 1214

63092 11229

507482 11422

11888

11110 11224

ENTRADO

CRUZADO

Guerra por ponto de drogas no Rio deixa três mortos

A guerra entre quadrilhas pela disputa por ponto de venda de drogas no Rio deixou ontem três mortos num tiroteio que durou toda a madrugada e só teminou no início da manhã. Traficantes invadiram os morros de São João e do Fubá com armas de grosso calibre provocando pânico entre os moradores. Três carros foram assaltados e um policial foi seqüestrado. Página C3

01-04 9508248

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA O ESTADO de São Paulo

FECHA DE PROCEDENCIA 20/3/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Guerra do tráfico deixa três mortos no Rio

Quadrilhas trocam tiros da madrugada às primeiras horas da manhã e assustam moradores da Zona Norte; peritos acreditam que vítimas sofreram tortura e foram executadas

EDMILSON SILVA

RIO — A cidade cumpriu, neste final de semana, sua triste rotina de violência. Durante a madrugada de ontem, a guerra entre quadrilhas pela disputa de um ponto de venda de drogas nos Morros do Encontro e da Cotia, na Estrada Grajaú—Jacarepaguá, na Zona Norte, provocou a morte de dois traficantes e de um suspeito de integrar a quadrilha invasora. Os traficantes invasores, dos Morros de São João e do Fubá, chegaram com armas de grosso calibre e, de acordo com avaliação feita pelo perito Orlando Gullo, a localização dos disparos indica que os três foram executados.

A ousadia dos traficantes levou pânico ao local — um dos principais acessos entre os bairros da Zona Oeste e os da Zona Norte. Pelo menos três carros foram assaltados e um policial foi seqüestrado. A polícia não informou se ele era civil ou militar. O policial foi retirado de um ônibus depois de ter sido identificado pelos traficantes durante uma blitz em que procuravam rivais em fuga. Um dos moradores de um prédio vizinho ao morro contou que uma equipe da Polícia Militar foi expulsa da estrada sob os tiros disparados pelos traficantes.

Madrugada — No tiroteio, que durou toda a madrugada e parte da manhã, foram assassinados o líder do tráfico do Morro do Encontro, Cláudio Marques da Silva, de 28 anos, o *Claudinho Quebra-Galho*, que acabara de assumir a chefia do comércio de entorpecentes; um homem negro aparentando 20 anos, conhecido por *Marcelo Come Rato*, e Marcelo Rodrigues Teixeira, de 25 anos.

De acordo com a família, Marcelo Rodrigues, contínuo da Construtora Graprearme, teria ido visitar a mãe e foi confundido com um traficante. Mas uma parente de *Claudinho Quebra-Galho*, que não se identificou, assegurou que Rodrigues também participava da quadrilha. Conhecido como *Marcelo Come Rolha*, o rapaz, que estaria esperando ônibus, foi morto na sala da casa da Rua Groaíras, nº 130, com tiros na boca, na têmpora, na base do crânio e no coração. "Sem dúvida foi uma execução", assegurou o perito Orlando Gullo. Antes de ser morto, com um tiro de fuzil AR-15 e de revólveres de calibre 38, *Marcelo Come Rato* foi torturado com queimaduras, principalmente no rosto, enquanto *Claudinho* teve a parte superior da cabeça dilacerada, provavelmente por uma bala de fuzil, segundo o perito.

> RAPAZ FOI ASSASSINADO COM TIROS NA BOCA, NA TÊMPORA, NO CRÂNIO E NO CORAÇÃO

Apenas às 11h45, os policiais do setor de Recursos Especiais da Central de Inteligência e Apoio da Polícia (Cinap), acompanhados por detetives da 20ª Delegacia Policial (Grajaú), foram autorizados pelo delegado-titular Brasil de Paiva Valente a subir os dois morros para tentar localizar o policial seqüestrado. A presença de 25 policiais no Morro da Cotia, no entanto, foi

-02-

9508248

02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO



Policial reconhece corpo de "Claudinho": pânico entre moradores

anunciada por fogos de artifícios estourados pelo fogueteiro *Bill*, da quadrilha de *Marquinhos Amarelo*. O fogueteiro é um olheiro que utiliza fogos para anunciar a chegada de tóxicos, da polícia ou de traficantes rivais.

Durante a operação, os policiais apenas detiveram três suspeitos, dois dos quais foram liberados depois de identificados. Na investida, os policiais não chegaram até a parte mais alta do Morro do Encontro, onde funcionaria uma espécie de cativeiro e cemitério clandestino para os rivais dos traficantes locais. Eles chegaram a pedir à Central de Polícia (Cepol) o apoio tático do Águia, um dos dois helicópteros que reforçam as operações especiais da Polícia Civil. O helicóptero estava patrulhando a orla marítima e não pôde ser desviado.

9508248

03

Promotora vai denunciar PMs por fuzilamento

Ela deve apresentar denúncia hoje contra pelo menos dois dos PMs filmados por TV

RIO — A promotora Laucy Esteves apresenta hoje à Auditoria Militar denúncia contra pelo menos dois policiais militares que participaram do fuzilamento do assaltante Cristiano Moura Mesquita de Mello, ocorrido no dia 4, na frente de um dos principais shoppings da Zona Sul do Rio.

Além do cabo Flávio Ferreira Carneiro, do 3º Batalhão da Polícia Militar (BPM), filmado por uma equipe da *TV Globo* no momento em que dava três tiros em Mello — quando o rapaz estava deitado e imobilizado —, a promotora pretende denunciar o cabo Walmir Lyra, por co-autoria do assassinato. Um outro soldado que tentou impedir a filmagem da execução também poderá ser denunciado.

No inquérito policial conduzido pelo delegado Nilo Augusto Batista, da 10ª DP, apenas Carneiro foi indiciado por homicídio qualificado, apesar de 12 PMs terem participado da perseguição aos três homens que haviam acabado de assaltar uma drogaria localizada no primeiro andar do shopping. Os laudos da perícia mostram que Carneiro e Robert de Oliveira, o segundo assaltante, levaram seis tiros. Um outro assaltante fugiu e a polícia não tem pistas sobre a sua identidade. O Ministério Público também deverá pedir a prisão preventiva dos acusados.

Carneiro está detido no Batalhão de Choque da Polícia Militar, mas Lyra retornou às suas atividades no dia seguinte ao fuzilamento. Foi ele quem retirou Mello da Kombi usada pelo grupo para tentar fugir e, depois de revistar demoradamente o assaltante, o arrastou para trás do carro, onde o rapaz foi executado pelo cabo Carneiro.

Decretada prisão de policiais por matar detento

Os 11 PMs já estão detidos, acusados de invadir presídio em Uruguaiana

AYRTON CENTENO

PORTO ALEGRE — Onze policiais militares de Uruguaiana tiveram prisão temporária decretada, acusados de participar da invasão do presídio municipal na madrugada de sexta-feira. Também são acusados da execução do camelô Everaldo Silva Santos, de 25 anos, o *Lau*, durante a invasão.

Eles estão detidos em dois quartéis da cidade, a 634 km de Porto Alegre. A ordem de prisão foi assinada, na noite de sábado, pela juíza Luzmari Turely da Silva. "Temos provas testemunhais de que eles estão envolvidos", afirmou o secretário substituto de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Djalma Gautério. Segundo ele, nem todos os invasores estavam encapuzados e foram reconhecidos por presidiários.

Os soldados Luis Felipe Sampaio, Vandin Rodrigues Quintana, João Marcos da Silva Guedes, Jan Mendes, João Batista da Silva e Edir Moreira estão detidos no 22º Grupo de Artilharia. O 3º sargento José Antonio Guerra e os soldados Adão Goulart Bibiano, José da Silva Correia, Ricardo Lopes Belmonte e Paulo Sérgio Pimentel estão no 8º Regimento de Cavalaria Mecanizada. Cinco deles realizavam a guarda externa do presídio na madrugada da invasão. Outro motivo para suspeitas é que eles não foram desarmados nem acionaram o alarme. Os 11 negaram envolvimento no assassinato tanto de *Lau* quanto de José Francisco Gonçalves Filho, de 22 anos, um dia antes da invasão. *Lau* era acusado da morte do policial militar Gilson do Prado Brum, no dia 12 e acredita-se que sua execução foi uma vingança.

04-04 9508248

TITULO Brasil pide cooperación...
PROCEDENCIA La Nación
FECHA 20/3/95
VINCULACIONES 11176 / 688
65092
50482
11349
11356

ENTRADO
CRUZADO

Brasil pide cooperación en la lucha contra el narcotráfico

Solución: es ministro de Justicia brasileño manifestó la importancia de concretar acuerdos conjuntos para combatir el problema de la droga

RIO DE JANEIRO, 19 (EFE).- El ministro brasileño de Justicia, Nelson Jobim, aseguró que la solución al problema del narcotráfico en Río de Janeiro no dependerá únicamente de acciones del gobierno de Brasil sino de acuerdos para combatir la droga con todos los países latinoamericanos.

"El narcotráfico no es un delito nacional, es un delito transnacional. Comienza en un territorio, continúa en otra región y termina en un país diferente", aseguró Jobim en unas declaraciones publicadas hoy por el diario Jornal do Brasil.

El ministro brasileño de Justicia afirmó que esa condición convierte al narcotráfico en un delito imposible de ser combatido sin acuerdos internacionales y, por lo mismo, reveló que pretende negociar tratados para acabar con el comercio de estupefacientes con diferentes países vecinos.

Jobim se encuentra actualmente en Río de Janeiro definiendo con las autoridades estatales y municipales un plan de combate a los grupos organizados de narcotraficantes que actúan en este Estado y que ejercen un dominio territorial sobre varias "favelas" (barrios marginales) de la ciudad.

Para el funcionario brasileño, el combate a los narcotraficantes que actúan en Río de Janeiro y que han convertido a la ciudad en una de las más violentas del mundo, gracias al registro de un promedio diario de 20 asesinatos, dependerá no sólo de operaciones de represión por parte de las fuerzas de seguridad del país sino también de acuerdos internacionales.

Cardoso, menos popular

RIO DE JANEIRO, 19 (ANSA).- La popularidad del gobierno del presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso, que asumió el 1º de enero pasado, descendió levemente en marzo, y está muy lejos de los niveles que tuvo al comienzo de la gestión.

La calificación del gobierno como "bueno" cayó de 40 por ciento en febrero a 38 por ciento en marzo; la de "regular" aumentó de 25 por ciento a 29 por ciento; y la de "óptimo" bajó de 7 por ciento a 5 por ciento.

La confianza en el real también cayó, pues los que consideran que la situación del país mejoró con la nueva moneda, que en febrero era de 61 por ciento, cayó ahora a 56 por ciento. Y la posibilidad de inflación es temida ahora por 41 por ciento, contra 27 por ciento en febrero.

01-01

Nº DOCUMENTO 9508250

TITULO Miembros de la Policía Ncl involucrados en el tráfico de 1233 kg decomisados

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCES. 21/3/95

VINCULACIONES 11176 11351 11422
05092 11352
10193 11354
11514 11314
13065 11329

ENTRADO
CRUZADO

Policias con mil Kilos de Cocaína

SANTO DOMINGO, 20 (AP). — Un mayor de la Policía Nacional y varios agentes fueron arrestados esta mañana en relación con el contrabando de 1.233 kilos de cocaína.

El mayor Federico Flores Quezada, los sargentos Radhamés Caballos Nolasco y Eusebio Custodio Castillo, y el cabo Persio Ramírez, fueron detenidos por oficiales de la Dirección Nacional de Control de Drogas (DNCD).

El jefe de esa institución, mayor general Luis Alberto Núñez Guzmán, ordenó la baja inmediata del oficial y de los tres suboficiales. Los implicados en el contrabando decomisado ayer custodiaban al grupo de narcotraficantes arrestados ayer en relación con el cargamento de 1.233 kilos de cocaína, introducidos al país por la costa este.

9508250

01-01

Nº DOCUMENTO 950825[illegible]
TITULO PERÚ Envían cocaína por carta a ESPAÑA -
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA DE PROCEDENCIA 21/3/95
VINCULACIONES 11176 57573 11354
65092 11226
66817 11675
11354 13351
10184 13352

ENTRADO
CRUZADO

Cocaína em carta

☐ Uma quantidade ainda indeterminada de cocaína estava sendo enviada de Lima, Capital do Peru, para a Europa em cartas simples, através do serviço postal comum. A polícia peruana informou ontem, que o novo tipo de tráfico foi descoberto por agentes da polícia antidrogas, depois de encontrar duas cartas dirigida à Espanha com 15 gramas de cocaína pura em cada uma.

01-01

9508251

Nº DOCUMENTO 9508252

TITULO Suiza. Electorado deberá pronunciarse en referéndum sobre la legalización de drogas -

PROCEDENCIA La República

FECHA DE PROCEDENCIA 21/3/95

VINCULACIONES 11176 11369 10184 11887 67228 11574 11375 11233

ENTRADO //

CRUZADO

ADEMAS DE CHOCOLATES Y RELOJES

LK 21/3

Los suizos quieren legalizar las drogas

Ginebra (ANSA)

■ Los suizos deberán pronunciarse en un referéndum sobre la legalización de los estupefacientes.

Los promotores de una iniciativa para la despenalización de la droga lograron reunir las 100.000 firmas necesarias para someter la cuestión a votación.

Bautizada "Por una política razonable de la droga", la iniciativa fue lanzada en mayo de 1993 por el grupo Droleg, y recogió 107.714 firmas, anunció hoy en Berna la cancillería federal.

La iniciativa propone la creación de un monopolio del Estado y propone la creación de un impuesto federal sobre las drogas —como se hace con el tabaco y las bebidas alcohólicas— cuyos ingresos se destinarán a financiar las campañas de prevención y asistencia para la desintoxicación.

Suiza será el primer país que se pronunciará sobre un proyecto de distribución de drogas controlado por el Estado.

01-01

9508252

Nº DOCUMENTO 9508253

TITULO Argentina. Secretario de Seguridad realiza balance sobre operativos antidrogas en la costa (1994).

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 21/3/95

VINCULACIONES 11176 11352 65092 11354 66960 11341 11663 11680 11251

ENTRADO

CRUZADO

Balance antidrogas

El secretario de Seguridad bonaerense, **Alberto Piotti,** hizo un balance de los operativos antidrogas realizados durante el verano por la Policía en los principales balnearios de la costa atlántica. El funcionario explicó que se realizaron **194** procedimientos en Mar del Plata, Pinamar, Villa Gesell y el Municipio Urbano de la Costa, en los que se secuestraron 3,624 kilos de **cocaína;** 9,193 kilogramos de **marihuana** y 194 dosis de **LSD.** También detuvieron a 134 personas.

01-01

9508253

Siete universidades en la lucha contra las drogas

LA PLATA.– Rectores y representantes de varias universidades nacionales e institutos superiores que desarrollan en sus programas carreras de técnicos o de master en drogadicción mantendrán una jornada de trabajo con el secretario de Prevención y Asistencia de las Adicciones bonaerense, doctor Juan Alberto Yaría. La finalidad es profundizar la actividad conjunta ya iniciada el año último y poder dar una respuesta enérgica a través de instituciones serias y reconocidas a la epidemia cada vez más grave del consumo de drogas y de alcohol.

La Secretaría firmó hace tiempo los respectivos convenios con los que impulsó su programa "10.000 Líderes para el Cambio – Formación de formadores", y en la citada reunión estarán representadas la Universidad del Salvador; la Universidad Tecnológica Nacional con sus filiales de Campana y San Nicolás; la Nacional del Centro; Fasta (Federación Autónoma Santo Tomás de Aquino), de Mar del Plata; y también las universidades nacionales de La Plata, de Lomas de Zamora y de La Matanza.

Se estima que en dichas casas de estudios ya están trabajando unos seiscientos técnicos y profesionales de nivel superior especializados en la lucha contra las adicciones. En la reunión, que se efectuará hoy, de 14 a 22, en la Casa de la Provincia de Buenos Aires, avenida Callao 230, de la Capital Federal, se tratarán los tres puntos que constituyen la base de esta acción interuniversitaria que se realiza por primera vez en el país: tener y ofrecer servicios públicos con profesionales idóneos; profundizar la formación de un conjunto de organismos no gubernamentales serios, reconocidos y normatizados; compatibilizar para este año la llamada "red universitaria", coordinada por el licenciado Guillermo Fernández, para esta lucha contra las adicciones en el ámbito bonaerense.

Nº DOCUMENTO 9508256

TITULO RQ: Detienen distribuidores de marihuana en la zona de Brazo Oriental -

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA DE PUBLICACION 21/3/95

VINCULACIONES 11176 11352

065092 11341

307466

10001

11351

CRUZADO /

Apresan distribuidores de marihuana

Mientras tanto, en la tarde de ayer, efectivos del Cuerpo de Radio Patrulla procedieron a la detención, en la zona del barrio Brazo Oriental, de dos sujetos que luego admitieron ser vendedores de cigarrillos de marihuana. A los mismos les fueron incautados 14 porros. Ambos individuos fueron conducidos a la Brigada de Narcóticos a fin de determinar la procedencia del alucinógeno y dónde la comercializaban.

El hecho tuvo lugar próximo a la hora 14 de ayer, cuando una dotación de la referida repartición policial se desplazaba por la calle Porongos. Al llegar al cruce con Magested, avistó a dos individuos que se movilizaron irregularmente al observar la presencia del patrullero.

Rápidamente fueron interceptados y, al ser cacheados, se les incautaron 14 de cigarrillos de marihuana. Al ser indagados expresaron que eran vendedores y consumidores. Lo que se trata de confirmar ahora es si la comercializaban en centros de enseñanza, en virtud de que en las cercanías existen varios. Hoy comparecen ante la Justicia Penal.

01-01

9508256

Bolivia erradicará cultivos de coca

LA PAZ, 20 (AP).- Bolivia erradicará "por las buenas o por las malas" los cultivos de coca que abastecen a las bandas del narcotráfico que operan en este país, dijo hoy el vicepresidente Víctor Hugo Cárdenas.

Cárdenas subrayó que "la lucha contra el tráfico de drogas requiere de supremos esfuerzos, dado el alto poder económico que movilizan estas organizaciones".

Agregó que "Bolivia es uno de los países más afectados por las actividades de estos grupos delictivos, que utilizan su territorio para establecer sus laboratorios de procesamiento de la droga en zonas inaccesibles".

Dijo que en el país hay tres zonas de producción de coca: la primera es la legal, que no alcanza a las 12.000 hectáreas, cuya producción es destinada al consumo tradicional de poblaciones aymaras y quechuas, que también las utilizan en sus rituales religiosos.

"Esa coca no es cocaína", aclaró el vicepresidente, quien agregó que hay otra producción que es ilegal debido a que su destino son los laboratorios de cocaína, cuyo volumen no ha podido ser medido con precisión, por lo que "debe ser erradicada en cumplimiento de la Ley de Sustancias Controladas", aseveró.

Hay una tercera zona de producción de coca y es la denominada "excedentaria de transición", que alcanza a unas 35.000 hectáreas, para cuya erradicación el gobierno ha puesto en marcha programas sustitutivos.

Según informes de la embajada de Estados Unidos, en Bolivia existen cultivos de coca excedentaria en una superficie de 48.100 hectáreas, cuya producción alimenta al narcotráfico.

01-01

9508257

Nº DOCUMENTO 9508258
TITULO [illegible]
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 21/3/95
VINCULACIONES 11176 11229
65092 11422
65810 11345
11224
11214

ENTRADO / /
CRUZADO

Miembro de los Gulag nuevo jefe de la mafia rusa

Un veterano de las prisiones de Moscú es el nuevo jefe de la mafia rusa en Estados Unidos. Según fuentes bien informadas, citadas por el *New York Post*, Vyacheslav Ivankov, un despiadado criminal de 55 años, tomó recientemente en sus manos las riendas de la "organizatsia" consolidándose así la transformación de una de las más potentes asociaciones delictivas del mundo.

NUEVA YORK/ANSA

Apodado "El Japonés" por su rostro de rasgos orientales, Ivankov emigró a Estados Unidos en 1992 después de haber pasado diez años en las prisiones de su país por hurto, posesión de armas, tráfico de drogas y de moneda falsa. "Fue enviado a Nueva York para supervisar las actividades de la mafia rusa", confirmaron las fuentes del diario.

Desde entonces, la estrella del nuevo padrino está en rápido ascenso. Ivankov hizo gala de su falta de escrúpulos y puso en su nuevo lugar, subordinado, a los demás padrinos de la mafia rusa.

Sin embargo, "El Japonés" no reconoció límites "étnicos" para extender su poder: también pasó a controlar a las "familias" ucranianas, armenias y georgianas (algunas judías y otras musulmanas), además de otros criminales sin clara afiliación "nacional".

"Opera como un señor mongol de la guerra", proclamaron las fuentes, que describieron al "boss" moscovita como "un verdadero fantasma que aparece y desaparece rápidamente de los radares de la Policía".

Efectivamente, Ivankov fue localizado por brevísimos períodos de tiempo en Los Angeles, Nueva York y Miami, también en Alemania, Israel... y luego desaparece. "Es como el General Patton durante la Segunda Guerra Mundial: viajaba constantemente para confundir al enemigo", indicó un investigador.

Naturalmente, viaja con pasaportes falsos, una de las especialidades con la que su organización se hizo famosa en los ambientes del crimen.

Las autoridades individualizaron su cuartel general en Brooklyn, en el corazón del barrio ruso de Nueva York: Brighton Beach y Sheepshead Bay. Fuentes bien informadas señalaron al *Post* que el jefe cambia continuamente de vivienda.

Sus traslados se realizan desde un departamento en la ciudad satélite de Starrett City hacia Manhattan Beach, a la casa de uno de los miembros de la mafia. "Si quiere puede movilizar cien hombres de una sola llamada, nada más que en Nueva York", admitió un detective que trabaja en el caso.

Otro agente describió su corte: "Son hábiles, son duros. Son sobrevivientes de todo: el totalitarismo, las torturas de la KGB, los campos de prisioneros de Siberia y los Gulag". Ahora es el momento de las hipótesis de futuro, ya que en su carrera fulminante Ivankov invadió algunos feudos "tradicionales" de la Cosa Nostra: el narcotráfico, la extorsión, el robo de automóviles, además del comercio de documentos falsos.

01-01

9508258

ORIGINAL

9508259

950204 -- 31/AGO/95

CENTRO DE ESTUDIANTES DE CIENCIAS SOCIALES.

000002

- Se adjunta boletin del CECSO (Centro de Estudiantes de Ciencias Sociales).

- Se pudo saber ademas, que entre los Delegados Estudiantiles se encuentran: Lorena RESANO (1)
Abel BERMUDEZ. (2)
ambos de tendencia radical, siendo la primera de los nombrados integrante de la comision Permanente de los Derechos Humanos.

- Se establecio tambien, que los dias 2 y 3 de setiembre se realizaria un campamento en Punta Espinillo a los que asistirian los Gremialistas Estudiantiles y personas cercanas a ellos.

001/004 9508259

6 5 96

1º/SET/95
Dpto 1
950495

Original: Señor Jefe del Departamento I.

m.p.

009

9508259

BIENESTAR

Aquí lo que se discutió fue una propuesta que elaboró una comisión que sobre el tema formó la FEUU. Dicha comisión (integrada entre otros por ciencias sociales) está elaborando un proyecto de reestructura del servicio que brinda bienestar universitario, en particular sobre los comedores No.1 y No.2.¿Sabías que en 1994 nuestra facultad tuvo 59 estudiantes con becas para comedor?. Esta comisión da cuenta del sub-uso que al día de hoy existe en los comedores, y plantea entre otras cosas: la reapertura de otro comedor universitario(zona pque.Rodó), creación de un hogar estudiantil, hacer extensivo también el uso a los funcionarios universitarios, etc...

PRESUPUESTO

En primer lugar hay que decir que este año es esencia' para la universidad en lo que a presupuesto se refiere: se define el presupuesto quinquenal(próximos cinco años), de ello depende entre otras cosas el edificio de la facultad. Por este motivo la FEUU viene trabajando con federales extraordinarios en donde se discuten todos estos temas presupuestales. En el taller los compañeros hemos discutido en este contexto y hemos concluido en 1er. lugar que en líneas generales lo que ha solicitado nuestra facultad(para ello hemos participado a nivel interno de la comisión de presupuesto) nos parece bien.

"...Le tengo que decir que se pinte de negro, que se pinte de mulato, no solo entre los alumnos, sino también entre los profesores; que se pinte de obrero y de campesino que se pinte de pueblo. Porque la universidad no es patrimonio de nadie y pertenece al pueblo..."

"...Pintarse de negro, de obrero, de campesino o quedarse sin puertas y el pueblo las rompa y el pintara la universidad con los colores que le parezca..."

Ernesto Che Guevara

CECSO Boletín

NOS PREPARAMOS PARA LA CONVENCIÓN

Cada 2 años la FEUU tiene su convención que es el órgano máximo de la federación, encargado de definir los lineamientos políticos gremiales por los que guiara su accionar el movimiento estudiantil universitario.
A la convención concurrirán todos los centros de estudiantes. Este año la convención se realizara en dos instancias una en junio 23, 24 ,25 y una segunda parte se realizara una semana más tarde.
Tambien se realizara una segunda convenció en el mes de octubre.
Ambas se desarrollaran en el marco de la lucha por el presupuesto y las elecciones universitarias.
En la instancia de junio la FEUU definirá a través de la discusión y la elaboración de diferentes temas una estrategia frente al plante en materia educativa y social del actual gobierno. Así como también una propuesta alternativa que además será nuestro programa hacia el cogobierno.
Los puntos a tratar en la primaria instancia son: 1- Política nacional y reforma educativa. 2- El cogobierno y el papel de los estudiantes. 3- Reestructuración de la universidad por áreas de conocimiento. 4- Investigación. 5- Docencia. 6- Descentralización. 7- Bienestar estudiantil. 8- Servicios de los gremios y de la FEUU : fotocopiadoras, publicaciones, etc. 9- FEUU política de relacionamiento nacional e internacional 10- Presupuesto.

EL CECSO SE HA PREPARADO PARA LA CONVENCIÓN FUNCIONANDO EN TALLERES INTERNOS PARA LA DISCUSIÓN DE LOS DIFERENTES TEMAS A TRATAR

Aquí le contamos algo de lo trabajado en los últimos meses.

El grupo de compañeros que hemos participado de los talleres elaboramos el siguiente punteo a modo de base para seguir trabajando en la elaboración de propuestas alternativas.

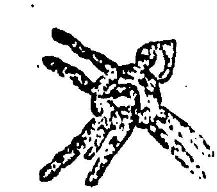


I SITUACIÓN POLITICA Y REFORMA EDUCATIVA.

Este taller estuvo abocado al análisis de la situación política nacional, arduo tema que derivo en una pregunta que nos hacemos todos ¿Por que reformar la educación ? No porque hayamos concluido que no es necesaria la reforma sino analizar ¿ Por que llega ? ¿ De donde ? ¿ Con que intenciones ?
No podemos obviar el marco social, político, económico en que nos movemos.
En este marco vemos que la reforma educativa tal como esta planteada es una de las expresiones de un plan más amplio de implantación de y consolidación de un proyecto de corte claramente neoliberal. Proyecto que se apoya en la implantación de: el ajuste fiscal, la ley de seguridad ciudadana, la reforma del BPS, la reforma de la constitución y la flexibilidad laboral.
Puntualizamos que no se esta en desacuerdo con el diagnostico que hace el gobierno sobre la educación. Pero la propuesta de reforma pensamos que no ayudara a solucionar el problema sino que lo agudisara perpetuándolo.
Creemos que la reforma no esta construida en base a las necesidades de la gente.
Reformar la educación conlleva obligatoriamente a una reforma del país.
La situación actual es el resultado de los sucesivos ataques de la dictadura y de los gobiernos blanquicolorados y sus politicas continuistas. Nos creemos (todos) en la responsabilidad de elaborar alternativas que atiendan las verdaderas necesidades de los estudiantes y del país.
La respuesta a la propuesta del gobierno es categóricamente no, porque los criterios utilizados por la tecnocracia para reformar el sistema educativo son: la adecuación al mercado laboral funcionalmente a los intereses de las grandes empresas, y no la creación de profesionales y conocimiento para desarrollar nuestra cultura, el bienestar de los uruguayos y la libertad en nuestro país.
Construir una verdadera propuesta viable es tarea de todos sin obviar las necesidades de participación y movilización que en el desafio van implícitas.
Arriba los que luchan por la cultura popular!!!!

EDUCACIÓN

Dentro de los temas que trabajamos en el último mes de este taller se encuentran cinco puntos fundamentales que hemos estructurado en el siguiente esquema a modo de facilitar el trabajo.
INGRESO: Matricula, Prueba de ingreso, Nivel con que se lleva, Relación con secundaria
PERMANENCIA: Deserción
Egreso: Nivel académico estudiantil, Posibilidades de inserción laboral, Relación de la universidad con el mercado trabajo
FORMA DE APRENDIZAJE: Pedagogia , Planes de estudio
NUEVAS CARRERAS: ¿Creadas por necesidades económicas o sociales?¿Por políticas foráneas o propuestas locales?
Consideramos que uno de los desafios consistía en no caer en la visión globalizadora universitaria que encubre profundas desigualdades. Pero si es necesario desglosar cada uno de los puntos para entender la crisis y el alcance de la misma en la estructura universitaria. Nos hemos enfrentado a varias interrogantes.
¿Que pasa hoy con la universidad en el país ?
¿Que tipos de propuestas existen?
¿Con que fines?
Analizando cada punto resumimos luego de un largo proceso de discusión que nuestra tarea como constructores de la realidad universitaria es un esfuerzo que debe comprometerse con las necesidades sociales y no con el poder político de turno, no con sus políticas reformistas. Pero para esto es necesario además de criticar las propuestas que tienden a recortar nuestra autonomía (matricula, prueba de ingreso, recorte de carreras etc.) fomentar a la interna la dinámica permanente de la discusión a nivel local con el fin de generar "seres pensantes" con capacidad de proponer e instrumentar alternativas viables. Una educación que su ponga una relación horizontal con el medio, democratizar así la educación como un "asunto de todos"; asunto de la democracia y no de la tecnocracia.
La educación no se vende ni se alquila!!!!



Nº DOCUMENTO

TITULO BRASIL. PHC procura reactivar la ayuda contra el NT —

PROCEDENCIA La República (150023)

FECHA DE PROCEDENCIA 18/1/95

VINCULACIONES 11176 11349 11335

65092 11005

507482 11234

11356 11358

65830 11664

ENTRADO

CRUZADO

Cardoso procura reactivar la ayuda contra el narcotráfico

Brasilia (AFP)

El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, intentará reactivar la asistencia del gobierno de EEUU destinada a la lucha contra el narcotráfico, reducida a su mínima expresión en los últimos meses, en el curso de su visita oficial a Washington en abril próximo, revelaron fuentes de Planalto.

El ministro de justicia, Nelson Jobim, adelantó a su vez que ambos países analizan nuevos acuerdos de cooperación bilateral contra el tráfico de drogas, y que el 15 de febrero intentará convencer al gobierno de Washington de renovar su asistencia a Brasil, durante una reunión que se realizará en la embajada estadounidense en esta capital. Los textos de la propuesta brasileña y de los eventuales entendimientos a nivel técnico serán llevados por Cardoso a Estados Unidos para negociar con su homólogo norteamericano Bill Clinton. Por otra parte, un comunicado de Itamaraty aseguró el martes que «es infundada la noticia de que fuera interrumpida la ayuda norteamericana para el combate al tráfico ilícito de estupefacientes en Brasil por una alegada falta de voluntad política del gobierno brasileño en ejecutar esa cooperación».

De acuerdo con una información anterior de Luis Matías Flasch, presidente del Confen (Consejo Federal de Estupefacientes), EEUU redujo su colaboración anual de 2 millones de dólares a 200.000 dólares en 1994, y la suprimió para 1995 por su «poco crédito en la voluntad política brasileña de combatir las drogas». Según la cancillería brasileña, esa ayuda funcionaba en el marco de un Memorando de Entendimiento, renovado en setiembre de 1994, y los niveles de asistencia obedecían a una directiva interna «resultante de las limitantes presupuestales de EEUU y de una nueva orientación política del control de drogas». La nueva orientación supuso «dedicar más recursos a la prevención de la demanda interna de que a la represión en otros países», y ya «en 1994 la ayuda estadounidense a los países latinoamericanos fue reducida en más del 50%». El texto de Itamaraty aseguró asimismo que «el gobierno brasileño atribuye alta prioridad a la lucha contra el flagelo del tráfico ilícito de estupefacientes, y está empeñado en su erradicación en los planos nacional e internacional». El presidente del Confen, en tanto, proclamó que «no podemos tener nuestras políticas monitoreadas por el interés de EEUU», destacó que entre las prioridades de Brasil, además de reprimir el tráfico, figura la prevención del consumo, y estimó que Washington está sensible a esos argumentos. Las conversaciones bilaterales se reanudaron a partir del 1º de enero pasado, cuando la secretaria estadounidense de Justicia, Janet Reno, que asistió a la investidura de Cardoso, mantuvo diversas entrevistas con su homólogo brasileño.

01/03

Combate ao tráfico terá apoio dos EUA

Nelson Jobim anunciou um projeto de cooperação entre seu ministério e a Secretaria de Justiça norte-americana

Brasília

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, informou ontem que o seu ministério e a Secretaria de Justiça dos Estados Unidos vão realizar um projeto de cooperação visando a detectar e a combater a lavagem de dinheiro do narcotráfico no Brasil. O acerto preliminar foi feito numa reunião que manteve na embaixada norte-americana, em Brasília, com a secretária de Justiça dos Estados Unidos, Janet Reno.

Na reunião, Janet Reno relatou o interesse de seu país sobre a necessidade de uma discussão e integração de esforços no combate ao tráfico de drogas na América Latina. Jobim contou ter manifestado a necessidade das legislações penais darem tratamento diferenciado ao traficante — que deve ser punido de forma rigorosa — e ao consumidor de drogas — que é uma espécie de escravo do próprio traficante.

O novo ministro da Justiça disse que os entendimentos com os Estados Unidos incluem "a ampliação do leque de cooperação da Secretaria de Justiça norte-americana e o Ministério da Justiça brasileiro para uma política de combate à lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico. "À medida que o desenvolvimento econômico do Brasil se acelerar, é evidente que começaremos a ter problemas", afirmou. "Os Estados Unidos têm grande experiência nesse assunto e poderá contribuir conosco".

Jobim vai discutir essa semana com o presidente Fernando Henrique Cardoso a escolha do novo diretor-geral da Polícia Federal, que não ficará subordinada à recém-criada Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública. Segundo Jobim, o Departamento de Polícia Federal ficará vinculado ao gabinete do ministro da Justiça.



Mudança: Jobim defendeu punição diferenciada para traficantes e consumidores de drogas

Brasil e EUA marcam reunião sobre drogas

Discussão será dentro de 15 dias; Fidel Castro desiste de vir à posse de FHC e esvazia ainda mais a cerimônia

FERNANDO RODRIGUES
Enviado especial a Brasília

MÁRCIA MARQUES
Da Sucursal de Brasília

Os ministros da Justiça Nelson Jobim (Brasil) e Janet Reno (EUA) acertaram ontem que os dois países terão, em 15 dias, uma reunião para discutir o tráfico e o consumo de drogas.

A reunião foi acertada durante um encontro de 50 minutos entre Jobim e Reno. A norte-americana quis saber detalhes sobre a intenção do brasileiro de descriminar o uso de drogas no país, conforme revelou a **Folha** semana passada.

Nos EUA, os usuários de drogas têm a opção de se submeter a uma recuperação compulsória do vício. "Eu mostrei à ministra que temos diferenças no sistema judiciário. No Brasil não há mecanismo de barganha", declarou Jobim.

Participarão da reunião daqui a 15 dias representantes do Ministério da Justiça brasileiro e integrantes da embaixada dos EUA. "Vamos examinar a experiência americana", disse Jobim.

Cerimônia esvaziada

O encontro entre Jobim e Reno foi o ponto alto da agenda das autoridades estrangeiras que compareceram à posse de Fernando Henrique Cardoso. A cerimônia ficou esvaziada por causa da data — o feriado de 1º de janeiro.

Embora 114 países tenham enviado representantes para a cerimônia, a maioria foi composta por funcionários de segundo e até de terceiro escalão.

Apesar de ter sua presença confirmada sexta-feira, o presidente cubano, Fidel Castro, desistiu de vir ao Brasil. Cuba foi representada pelo presidente da Assembléia Popular, Ricardo Alarcón.

Com a desistência de Castro, ficou reduzido para dez o número de países que mandaram seus chefes de Estado para a posse: Carlos Menem (Argentina); Luis Alberto Lacalle (Uruguai); Juan Carlos Wasmosy (Paraguai); Eduardo Frei (Chile); Alberto Fujimori (Peru); Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolívia); Ernesto Samper Pizano (Colômbia); Sixto Durán Bellén (Equador); Mário Soares (Portugal); Antonio Mascarenhas Monteiro (Cabo Verde).

O Produto Interno Bruto (PIB, soma de tudo o que é produzido em um ano) conjunto desses dez países que enviaram chefes de Estado para cerimônia é de US$ 271 bilhões. Isso equivale a 66,69% do PIB brasileiro, em valores de 92.

Às 10h45 de hoje os presidentes dos países que integram o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e do Chile e Bolívia, reúnem-se no Planalto para discutir como será a participação dos dois últimos no novo mercado.

Ontem foi o primeiro dia de funcionamento do Mercosul. O presidente Lacalle, disse que na passagem do ano as pessoas deveriam se desejar "feliz Mercosul".

Há resistências à participação do Chile no Mercosul. O presidente Menem disse que esta integração é apenas uma possibilidade. "O que vamos tratar de desenhar é uma zona de livre comércio entre o Mercosul e o Chile e Bolívia."

O presidente Eduardo Frei disse que seu país já tomou a decisão política de integrar o Mercosul.

Ontem à tarde, o embaixador brasileiro no Chile, Guilherme Leite Ribeiro, confirmou que a primeira viagem oficial de FHC a um país estrangeiro será para o Chile, provavelmente em março. FHC exilou-se no Chile na década de 60, durante o regime militar.



Janet Reno, ministra da Justiça dos EUA, chega a Brasília

9508261

R.E.Nº ....

ASUNTO: LLUMBURRA ÁLVAREZ Heraclio (C/s)

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: ....

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

04 Set. 1995
Biográfico
9508261

OBSERVACIONES: Se adjunta art. escrito por el causante en Jura Financiera del 22/08/95 sobre "EL EJERCITO EN CAMPAÑA ELECTORAL"

FECHA: 30 AGO. 1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

001/002

ACTUALIDAD

El Ejército en "campaña electoral"

La cúpula militar del Ejército está en campaña para una singular elección. En las claves castrenses ya ha comenzado en forma discreta, el camino sucesorio del actual comandante de Ejército, el teniente general Juan Curuchet. Este proceso se desonó apenas el año tuvo su inflexión de julio.

Según se comenta en los ámbitos castrenses, los militares con más chance de sucederle serían tres generales bien posicionados en la línea de los méritos.

De acuerdo al orden de las "derechas", el sucesor natural e inmediato de Curuchet debería ser el general Yelton Bagnasco.

Sin embargo, el cargo del actual comandante de Ejército también podría ser ocupado por el segundo de la "derecha", el general Raúl Mermot, o por el tercero, el general Julio Ruggiero.

El retiro de Curuchet se realizará indefectiblemente en febrero próximo, y para entonces el presidente Julio María Sanguinetti deberá optar por un nuevo comandante de Ejército. ¿Por quién elegirá? Apenas se supo que Curuchet ocuparía la Comandancia durante el gobierno de Sanguinetti, quedó claro cuál sería el orden de "derechas" dentro del Ejército, e inmediatamente la mayoría de los observadores depreciaron las chances de Bagnasco.

A este general del Arma de Infantería se lo sindica como de filiación blanca, lo cual unos meses atrás comprometía seriamente su "elegibilidad" como comandante.

Claro, en el Ejército nadie está dispuesto a aceptar públicamente que los oficiales tengan una filiación política que pueda patrocinar o deponer la buena estrella de los potenciales comandantes.

Más aún, el reclamo de la "profesionalización" de la estructura castrense, exige proclamar que la sucesión de las jefaturas militares se realice según el orden de ascensos de la propia carrera de las armas.

A pesar de ello, la declinación de las posibilidades de Bagnasco potenciaron la chance del segundo de la "derecha", Raúl Mermot, un general del Arma de Caballería que llenaba los requisitos de "ortodoxia política" del actual gobierno.

Sin embargo, cuando todo parecía indicar que este candidato iba a correr sin oposición en pos de la Comandancia, el "run-run" castrense comenzó a explotar algunas características que podían serle criticables y así surgieron posibilidades reales para Ruggiero, el tercero en el orden de las "derechas".

Este general, que pertenece al Arma de Ingeniería, es un hombre cercano a la masonería y llena los atributos de la ortodoxia partidaria, aun cuando posee posiciones políticas que muchos consideran excesivamente situadas a la derecha.

Sin embargo, y como si alguien quisiera que la emoción se instalara en esta singular "campaña electoral", en agosto las acciones de Bagnasco comenzaron a subir de modo firme y sostenido.

De pronto, comenzó a mencionársele con chances de "elegibilidad" suficiente como para suceder a Curuchet.

Pero no todo serían mieles...

En el ámbito castrense se dice que la elección de un general blanco para la Comandancia del Ejército de un gobierno colorado, tendría un costo para el interesado.

Según esta teoría de la sucesión en la cúpula militar, Bagnasco tendría que pagar un precio político llamado "operativo Balza".

Se afirma que el peaje consistiría en que Bagnasco, una vez designado comandante, realice una autocrítica pública al estilo de la que hizo el comandante del Ejército de Argentina, Martín Balza, sobre los apremios y violaciones a los derechos humanos cometidos por los militares argentinos durante la llamada "guerra sucia". ¿Habrá autocrítica militar a la uruguaya?

Una hipótesis absurda, pero...

Esta hipótesis del "precio" podría ser absurda si se considera que Bagnasco es el general que está primero en la sucesión de Curuchet, y que por añadidura Sanguinetti ya tuvo un comandante de Ejército de filiación blanca en su primera presidencia y no ocurrió nada singular.

El absurdo se refuerza si se considera que existe un gobierno de coalición blanqui-colorado, con un ministro de Defensa de filiación nacionalista, que al ceder la jefatura del Ejército al general de la "derecha", claramente reforzaría su política militar en el sentido de asegurar la línea "profesional" antes que la de la filiación partidaria.

Incluso, no falta quien sostiene que atribuir tamaña pretensión autocrítica a Bagnasco, podría ser un pesado mármol a cualquier aspiración de este general.

En cualquier caso, Bagnasco tiene probadas credenciales democráticas como para cosechar consensos inesperados, y difícilmente levante resistencias.

Un ejemplo: cuando estuvo al frente del IMES a comienzos de la década, Bagnasco invitó -para escándalo de sus pares y de los del invitado- al legislador socialista José Korzeniak a disertar en un curso del CALEN, que por entonces dependía de la repartición que comandaba.

Korzeniak al final no fue, pero el antecedente quedó.

El punto es que en el ambiente castrense existe la convicción de que el tema de la autocrítica sobre las violaciones a los derechos humanos en la guerra antisubversiva de la década del setenta, es un problema que va a llegar ineludiblemente. Ya ocurrió en Argentina y hubo maniobras para que ocurriera en Brasil. ¿Por qué Uruguay va a permanecer inmune a la fiebre autocrítica?

Por si esto fuera poco, un trabajo sobre la muerte del doctor Vladimir Rosslik que aparecerá en breve, podría reabrir entre los militares y la sociedad un capítulo que parecía cerrado.

También los otros ascensos

Pero esta "campaña" también afecta a los coroneles que pueden ascender al generalato, sobre todo cuando en los ascensos de este año, hay dos cargos vacantes de general.

Los coroneles que tienen chance de ser seleccionados serían Jack Martínez, de filiación nacionalista y relegado en los ascensos al generalato de este año; Carlos Daners, el segundo de Mermot en su actual destino y de quien se dice que sería el candidato que propone el Partido por el Gobierno del Pueblo; Walter Hugo Silva, que sería un candidato cercano a las logias masónicas y, un cuarto que sería Raúl Villar.

Al cierre de este informe, una alta fuente militar consultada por GUIA, aseveró que con esta "campaña electoral" el Ejército se ha "libanizado" totalmente.

Seguramente para el próximo Comandante quedará el tema siempre presente -e irresuelto- de la reestructura militar.

Por Heraclio Labandera Suárez

1/1

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE IDENTIFICACION CIVIL

CORREGIDO 20/10/95
Inic.: [illegible]

F. 2208

Montevideo , 23 de agosto de 1995.-

D.G.I.D.

AL SUYO No. 029/C/95 INFORMO:

C.I. 3.449.673-4 , pertenece a María Adela SALABERRY PASTORINI , nacida el 28/1/48 , hija de Martín y María Mercedes . Domiciliada en 14 de Julio No. 1434 , bis , Secc. Pol. 9a. Datos del 20/3/95 . Se remite fotografía.

C.I. No.25.222 del Departamento de Durazno, dicha numeración no se posee registros.-

Saluda D.N.I.C.

EMITIO:
RECIBIO: FECHA 20/10/95 INICIAL [illegible]
Procesado a Sistema DPX

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de [illegible] de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 04 SET 1995
Pase a Biográfico
Nº de [illegible] 9508262



DIRECCION NACIONAL DE IDENTIFICACION CIVIL
Cédula de Identidad
Nº 3.449.673-4
Nombre MARIA ADELA SALABERRY PASTORINI
Firma [signature]

DOC POCO LEGIBLE 001/001 9508262

P. 214

Montevideo, Viernes 1 Setiembre de 1995

##

ASUNTOS PENDIENTES

A) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Continúa la Planta - OCUPADA, significando que los empleados se encuentran produciendo Gelatina con algo de materia prima que les quedó como también bloques para la construcción como - fuentes de ingreso.
(Inicio del conflicto 15-JUN-994)

B) PIT-CNT (Av.18 de Julio 2190) Se encuentra a estudio movilización General para el 12-SETIEMBRE la que consiste en rodear el Edificio Libertad.
2-SETIEMBRE, reunión de Mesa Directiva.
5-SETIEMBRE: reunión de la Mesa Representativa para - concretar las características de la movilización del día 12.

C) SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA -SIN.T.E.P.- (Maldonado 1170) Para el 6-SETIEMBRE PARO de 24 horas.

D) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52) Para el - 8-SETIEMBRE reunión en el MTSS para tratar situación - del calzado por vencimiento de prórrogas.
Para el 1 y 4-SETIEMBRE el Sector Textil prevée movilizaciones realizando volanteadas en el BPS.
Por su parte, el CENTRO OBREROS DE ALPARGATAS realizará Asamblea hora 16.00 el día 8-SETIEMBRE.

E) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúan OCUPADAS por 45 obreros las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla.Rep. del Perú 1519 y 1523, desde el pasado 16-JUL.-

F) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 962 esc.201) Para el - 12-SETIEMBRE Marcha Nacional denominada "LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO".

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- (D.F.Crespo 2163) Se encuentran en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CO---RREOS previéndose movilizaciones a confirmar.

H) FEDERACION DE [illegible] DE OSE -F. OSE- (D.F.Crespo 2256) HOY, [illegible] con el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto. El 5-SETIEMBRE, realizan Asamblea General.

DOC con partes poco legibles

001/005

9508263

I) BIBLIOTECA NACIONAL Desde el 22-Agosto realizan Paros - Sorpresivos de 2 horas por turno, a fin de que sus deman das sean atendidas en el próximo presupuesto.

J) ENSEÑANZA PRIMARIA 6-SETIEMBRE se resolvió PARO con MAR-CHA y CONCENTRACION hacia el Palacio Legislativo donde - se dará lectura a una proclama y analizar la posible - adhesión al Paro Nacional del día 12.

* K) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (Ana M. de Lava lleja 2239) HOY, PARO GENERAL, con concentración de las 10.00 a las 12.00 Hs. Cabe señalar, que la concentra--ción se realiza en la puerta de la Mutualista MIDU en - apoyo al conflicto de la misma.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE IMPOSITIVA -A.F.I.- Traba jan en forma normal, estudiándose nuevas medidas de lu--cha.

M) SINDICATO UNICO DE TELECOMUNICACIONES -S.U.TEL.- (Sarandí 283) HOY Asamblea General Extraordinaria a partir de la hora 10.00' en el Palacio Sud América, a la vez que - se realiza PARO de 24 horas en Montevideo e Interior.

* MUTUALISTA MIDU -Av.Garibaldi 2594- Desde la hora 00.00' se encuentra OCUPADA.

002

9508263

##

II)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) De acuerdo a lo informado, en el día de ayer próximo a la hora 12.00' se concentraron en el local sindical un total de 7 Omnibus y 10 vehículos particulares con un total aproximado a las 250 personas los que se dirijeron por Abayubá, San Fructuoso, Av.Agraciada, Paraguay, Cerro Largo, y Juncal hasta llegar al MTSS. Una vez allí, un NN hizo uso de la palabra mencionando el tema salarial, efectuándose en todo momento volanteadas y lanzando petardos. Es de resaltar, que los manifestantes llevaban dos muñecos "AHORCADOS" representando a la clase obrera. Posteriormente, se retiran por Juncal hasta Plaza Independencia cortando el tránsito por la quema de cuatro cubiertas. Ya, siendo las 13.30' intentaron apagar el fuego no pudiéndo hacerlo, por lo cual se llamó a un equipo de Bomberos los que extinguieron el foco ígneo.

INDUSTRIAS GRAFICAS

DIARIO "LA REPUBLICA" Ampliando lo informado en Parte del día de ayer, a la fecha continúa la "Carpa" frente al mencionado diario, siendo ocupada por 5 personas.
(Inicio del conflicto 23-Agosto-995)

##

III)- INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO CIVIL -A.FU.RE.CI.- La reunión llevada a cabo en el día de ayer, pasó a cuarto intermedio hasta el Martes 5-Setiembre hora 12.30' en local de Sarandí 428.

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) Se levanta la Huelga General reintegrándose en el día de la fecha los Actuarios, y el Personal realiza una nueva Asamblea para decidir en que forma comienzan a reintegrarse, adoptando ahora como nueva medida de lucha Paros de 3 horas por turnos.

ESCUELA DE LA CONSTRUCCION (A.Grande y V.Haedo) Próximo a la hora 11.00' de ayer, en la mencionada Escuela se concentraron unas 50 personas, las que ocupaban media calzada mientras cobraban peaje, todo en reclamo por el estado de las aulas y el bajo presupuesto para la Enseñanza. Próximo a la hora 12.00' se dispersan en forma pacífica.

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES - MOVILIZACION EN LA D.G.I.

Los funcionarios de la Dirección General Impositiva de di-- cho Departamento se encuentran efectuando PAROS PERLADOS, los que se mantendrán hasta el día de hoy; pero, si el Poder Ejecutivo sigue haciendo caso omiso a sus solicitudes, las medidas se incrementarán. Se ampliará.

DEPARTAMENTO DE CANELONES - MANIFESTACION

En el día de ayer entre las horas 17.45' y 20.00' se realizó una manifestación por distintas calles de la Ciudad de Las Piedras por parte de un grupo de personas (30 aprox.) los que portaban una pancarta y golpeteo de ollas. Los mismos, se trataban de integrantes de la Educación Secundaria reclamando mejoras salariales. Dicha movilización finalizó con un acto en - la Plaza Pública para posteriormente retirarse en forma pacífica.

DEPARTAMENTOSSDEL INTERIOR - PAROS EN ANTEL

Respecto al Paro Nacional decretado por los funcionarios de ANTEL, de los Departamentos del Interior del País, se recaba - la siguiente información:

LAVALLEJA, CERRO LARGO y TACUAREMBO, la situación es normal, - no pudiéndose establecer la concurrencia de funcionarios o Delegación alguna hacia Montevideo.

FLORES: Se adhieren al Paro Nacional en forma Parcial, - siendo negativa la concurrencia de Delegación - hacia Montevideo.

CANELONES: La situación es normal, pero se informa que a la hora 12.00' de hoy parte Camión con destino a Montevideo desde Balneario Atlántida a efectos de participar en la Asamblea.

RIVERA: NO adhieren al Paro Nacional, pero en horas de la mañana de hoy, estarían saliendo dos Omnibus con - destino a Montevideo.

RIO NEGRO: Paro total de actividades para la fecha, concurriendo el Delegado de SUTEL a la Asamblea en Montevideo.

SALTO: A partir de la medianoche de ayer (31) Paro Total de actividades, con concurrencia de Delegación a - la Asamblea en Montevideo.

Cabe destacar, que se realizará información complementaria del resto de los Departamentos del Interior que no fueron mencionados, respecto a la movilización a nivel Nacional convocada por dicho Gremio.

##

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

COPAMIENTO -Constancia-

Se ha tomado conocimiento, que el pasado 30-Agosto próximo a las 15.00 horas en la finca de Porongos 2238 ingresaron dos NNs. masculinos los que andarían entre los 35 años, mediante - llaves apropiadas, reduciendo al propietario de la finca, su - esposa, nieto y a la doméstica. Los mismos, portando armas de fuego proceden a sacar ropa de los placares, -al parecer buscando dinero y alhajas-, llevándose posteriormente alhajas por valor a los U$S 3.000, U$S 300 en efectivo, Chequera del Banco Comercial, Video, Revólver Cal.32 y una Pistola Cal.22 como - así otros efectos a determinar, Cabe significar, que los autores de este hecho, al ingresar a la citada finca y una vez reducidos los ocupantes, se identifican diciendo que eran Policías de Investigaciones.

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO -Constancia-

Fecha: Agosto 30, 1995 - 13.00' Hs.
Lugar: Escuela Pública -Bolocua 4163-.
Texto: Através de Seccional 8va. de Policía se toma conocimiento que en la citada casa de estudios primarios se recibió una llamada telefónica donde una - voz del sexo masculino alertaba que se había colocado una bomba. Al lugar concurre personal Policial y de la D.N.Bomberos inspeccionando el lugar con resultados negativos.

P. 213

Montevideo, Jueves 31 Agosto de 1995

###

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52) En base a reclamos por despidos abusivos y fuente laboral, en el día de ayer, en Asamblea realizada se resolvió:
- La Comisión Tripartita continúe con las tratativas.
- 6-SETIEMBRE, reunión en el MTSS para tratar situación del calzado por vencimiento de prórrogas.
- Sector Textil prevée movilizaciones para el 1 y 4-SETIEMBRE, realizando volanteadas en el BPS (hora a determinar).

Por su parte, el CENTRO OBRERO DE ALPARGATAS realizará Asamblea hora 16.00' el 8-SETIEMBRE, para tratar el tema de desocupados.

B) SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA -SIN.T.E.P.- (Maldonado 1170) 6-SETIEMBRE realizan PARO de 24 horas.

C) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) 31-AGOSTO Asamblea General Departamental en Montevideo, para tratar tema: fuente de trabajo y salario.
En otro orden, continúan OCUPADAS las Obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla.República del Perú 1519/23.

D) PIT/CNT (18 de Julio 2190) 12-SETIEMBRE: se prevée movilización, consistente en rodear el Edificio Libertad 2-SETIEMBRE: reunión de la Mesa Directiva.
5-SETIEMBRE: reunión de la Mesa Representativa para concretar las características de la Movilización del día 12 y evaluar la situación.

E) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 962 esc.201) 12-SETIEMBRE Marcha Nacional denominada "Lucha Contra el Parlamento".

F) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- (D.F.Crespo 2163) Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS y se prevée movilizaciones a confirmar.

G) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE- (D.F.Crespo 2256) 1-SETIEMBRE: Entrevista con el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto. 5-SETIEMBRE: Realizan Asamblea General.-

Doc. con Partes poco legibles

H) BIBLIOTECA NACIONAL Desde el pasado 22-Agosto realizan PAROS de 2 horas por turno en forma sorpresiva a fin de que sus reclamos sean atentidos en el próximo Presupuesto.

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) Desde el 23 al 31-AGOSTO HUELGA GENERAL sin Guardias Gremiales.

J) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO CIVIL -A.F.R.C.- (Sarandí 683) Desde el 28 al 31-Agosto realizan - solo los casamiento previstos, no así Anotaciones de Nacimientos, Defunciones ni de Casamientos. La medida se extiende hasta el 31-Agosto ya que ese día será votado el Proyecto de Presupuesto para la Administración Pública.

K) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE IMPOSITIVA Desde el 29 al 31-Agosto realizan PAROS de 4 horas por día, trabajando las restantes horas a reglamento.

L) SINDICATO UNICO DE TELECOMUNICACIONES -S.U.TEL.- (Sarandí 283) 1-SETIEMBRE realizan PARO GENERAL a nivel Nacional con Asamblea General Extraordinaria a partir de la hora 10.00' en el Palacio SudAmerica. El tema a tratar: nuevo proyecto que tiene el Ente vinculado a la implantación de los nuevos sistemas de Gestión del Organismo, lo cual afectará las condiciones de trabajo.

M) FEDERACION OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) HOY, PARO con concentración hora 12.00 con marcha y camionada por zona céntrica.

N) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) HOY, 18.30' Asamblea en el Palacio Sudamerica, a fin de tratar futuras movilizaciones por un aumento salarial del 50%, así como analizar los futuros Paros del 6 y 12-SETIEMBRE.

###

II)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

PEPSI-COLA (Millán 4298) En base a los reclamos que vienen realizando los trabajadores de este sector -no a la rebaja salarial y Canasta mensual, asi como 65% del Gatillo- en el día de ayer próximo a la hora 11.00' se realizó una concentración frente a la Planta por parte de unos 30 empleados aproximadamente los - que realizaron quema de cubiertas. Posteriormente se dispersaron en forma pacífica.

INDUSTRIAS GRAFICAS

DIARIO "LA REPUBLICA" (2579) Se pudo establecer, que frente al mencionado periódico, precisamente en la acera de una Sub Estación de UTE, empleados del mismo instalaron una Carpa siendo - ocupada por 8 personas con una pancarta que reza: "GRAFICOS EN LUCHA POR FUENTE LABORAL". Los trabajadores de este diario se - declararon en pre-conflicto a raíz de despidos y envío al Seguro de Paro de 136 empleados desde Febrero a la fecha. De producirse nuevos despidos, los trabajadores paralizaran el funcionamiento del diario. Es de señalar, que los ocupantes de la - carpa pertenecen al Sindicato de Artes Gráficas no contándose - hasta el momento con algún integrante de la Asociación de la - Prensa del Uruguay.-

###

IV)- **INFORMACION DEL INTERIOR**

DEPARTAMENTO DE CANELONES - FERIA NO AUTORIZADA

Se ha tomado conocimiento que desde tiempo atrás varios productores de la zona de Toledo habían presentado ante la Intendencia Municipal de Montevideo (digo: Canelones) una nota, solicitando la autorización correspondiente para la instalación de una Feria en la zona de Cno.América y Avenida de la Estación, próximo a la Escuela Militar; y que ante el prolongado - plazo de no recibir respuesta, éstos decidieron instalarse comunicando además a la Junta Departamental. Por tal motivo, la Comuna Departamental el pasado 29-Agosto envío a Inspectores - con custodia Policial los que luego de un breve diálogo con - los Feriantes allí instalados, se resolvió autorizar la ubicación de los puestos.- Se ampliará.

9508264

################## ######################################

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

RAPIÑA EN GARAJE - Constancia-

Através de Seccional 3ra. de Policía, se to[mó] conocimiento que el pasado 29-Agosto próximo a las 21.50' la persona Luis M. [illegible], Oriental, soltero de 37 en circunstancias que se aprestaba a ingresar al garaje de su domicilio -Germán Barbato 1363- fue abordado por dos NN masculinos los que mediante amenazas con arma de fuego le sustrajeron $U 850, un anillo, cadena de oro con diamantes y un reloj Rolex, siendo encerrado en el baúl de su automóvil. Posteriormente, fue liberado por el Sereno y asistido por una Unidad del SEMM quien le diagnosticó "Crísis Nerviosa". En base a dicho hecho, personal de esta Dirección Nacional logra entrevistar a la víctima de la rapiña, quien expresa que no es la primera vez que le suceden este tipo de situación, agregando ser propietario de la Empresa de Transporte STAR, la cual tuvo problemas al ingresar al País con su flota de Camiones, ya que en su momento habían sido autorizados por el propio Presidente de la República, Dr.Luis A. Lacalle y que hasta el momento se encuentra con problemas para lograr la autorización correspondiente a fin de que su flota pueda trabajar. Respecto a la rapiña, que los autores fueron 2 NN masculinos de saco y corbata, uno de ellos de 1.80 mts. aprox. de estatura, cutis blanco, bigotes grande y pelo largo y que ambos portaban revólveres; agrega, que el año 1993 efectúo denuncia en la Dirección de Investigaciones por llamadas telefónicas de amenazas de muerte y que en la ciudad de Paysandú fue víctima de [d]os disparos contra su automóvil. Finalmente, da cuenta que [ha]ce unas semanas en un taller ubicado detrás del Edificio Libertad fue amenazado de muerte y que se encuentra muy preocupado y que teme realmente por su vida, ya que hay muchos intereses en juego.

AMENAZAS TELEFONICAS -Constancia-

El 30-Agosto, se toma conocimiento que se hizo presente en Seccional 7ma. de Policía la persona Adelia MORALES TECHERA, O., casada de 44 años, con domicilio en Agustín Muñoz 4766, quien manifiesta que en su lugar de trabajo -Fábrica de Cajas ubicada en Lucas Obes 1[illegible]- recibió la telefonista una llamada telefónica dirigida a a[illegible] persona en la que se expresaba textualmente: "QUE SI NO ENTREGAN A SIMON DESAPARECERIA SU HIJA VIRGINIA DE [illegible] AÑOS". Averiguaciones realizadas respecto al hecho mediante entrevista a la denunciante, se desprende que su sobrino de nombre [illegible] VAZQUEZ vive con Nelly MORALES -madre adoptiva de [illegible] [illegible] hermana de la amenazada- [illegible]

[illegible] de comprobar [illegible] del hijo [illegible] [illegible]. Agrega la denunciante, que [illegible]. Se ampliará

004/004 9508264

CORREGIDO 13/9/95 Inic.: [illegible]

Procesado a Sistema DPX FECHA 12/9/95 INICIAL [illegible]

DOC. POCO LEGIBLE



Claudia Rodríguez: "Sueño con viajar a Jerusalén"

RADIOGRAFIAS *de las revelaciones del 94*

Los tres son jóvenes. Tienen un futuro más que promisorio en radio. Rocha salió airoso al ocupar el lugar de Sottolani. Claudia es una de las voces más atractivas de la efeme. Y Gabard es un maestro en el manejo del timing radial.

ROBERT ROCHA (Monte Carlo a sus órdenes. CX 20 Monte Carlo). Tiene 21 años. Nació en Treinta y Tres. Soltero, del signo de Leo, y Búfalo en el horóscopo chino. **Antecedentes:** Treinta y Tres FM **Tiempo libre:** escucha música New Age, escucha radio, le gusta leer, salir a caminar, ir al cine y cocinar. **Lecturas:** novelas. **Autores:** Hemingway, Benedetti. **Un libro:** "Los locos de la azotea", de Omar De Feo. **Los extraterrestres:** "no podemos tener el privilegio de ser los únicos en el infinito universo". **Música:** New Age y oldies. **Músicos:** Kenny G "es mi ídolo" y America. **Una canción:** "Songbird" de Kenny G. **El amor:** "es esa química que te impulsa a vivir y a compartir tus cosas con la persona que querés". **Cine:** policiales, comedias y de terror **Actores:** Robert De Niro, Dustin Hoffman, Robin Williams y Geena Davis. **Una película:** Perdidos en la noche. **Sottolani:** "Un gran maestro". **Una diva:** Marilyn Monroe. **Una ciudad:** Miami. **Un programa de radio:** Malos pensamientos. **Berlusconi:** "muy buen comunicador". **La selección:** "algo a mejorar". **Jaime Roos:** "es un entrañable uruguayo". **La droga:** "es como una plaga que se va devorando a la sociedad". **Un programa de tevé:** Cuentos de la naturaleza viva. **Reforma de la Seguridad Social:** "Primero hay que consultar con los directamente afectados". **Graciela Rodríguez:** "una muy buena actriz; una mujer increíble que fue aprendiendo a querer su profesión". **Un recuerdo:** "una excursión que hice con mi clase de la escuela a Piriápolis". **La eutanasia:** "La considero adecuada".



Robert Rocha: "La droga se está devorando a la sociedad"

CLAUDIA RODRIGUEZ (La mañana de Del Plata FM). Tiene 30 años. Es soltera, del signo de acuario. Docente de *literatura en Secundaria. Simpatizante de* Peñarol, vive en el barrio Sur. **Tiempo libre:** le encanta caminar, ver videos, ir al cine y al teatro, y le gusta mucho cocinar. **Cine:** cine italiano, dramas y comedias. **Actores:** Al Pacino, Marcelo Mastroianni, Sharon Stone y Julia Roberts. **Una película:** El padrino. **Un programa de tevé:** Plop, Siglo 20 y La sed y el agua. **Música:** blues, rock, soul y bossa nova. **Músicos:** Eric Clapton, Djavan, Joe Cocker, Led Zeppelin, Ney Matogroso, Annie Lennox y Aretha Franklin "es una diosa". **Una canción:** "Last train to Georgia" de Gladys Knight & The Pips. **Un disco:** "Zooropa", de U2. **El amor:** "es un encuentro permanente". **Una cábala:** "Los colores en la ropa". **Un actor de teatro:** Armando Halty, "lo admiro muchísimo". **Un programa de radio:** Caras y más caras. **Madonna:** "Tiene magnetismo y es transgresora". **Lectura:** cuentos, ensayos políticos y sociológicos. **Autores:** Cortázar, Soc. Rafael Bayce y José Pedro Barrán. **Un libro:** La Biblia. **Los Stones:** "Un prodigio, un ejemplo de vigencia muy interesante, cuando la música hoy es tan efímera". **La amistad:** "Un camino de permanentes encuentros". **Una ciudad:** Nápoles. **Plato favorito:** La pasta. **Un sueño:** "viajar a Jerusalén". **Un perfume:** Capucci. **Julia Möller:** "Es una mujer muy cálida". **Un deporte:** El automovilismo. **La marcha:** "es una música divertida, está en onda". **Una joya:** Los anillos de diamantes. **La reina Sofía:** "Una mujer elegante, equilibrada y discreta". **Un informativista de tevé:** Blanca Rodríguez. **El atentado de Oklahoma:** "El horror del *fanatismo*".

ALEJANDRO GABARD. Fue revelación por "Jugate con El Espectador". Ahora trabaja en el departamento de prensa de CX 14. Tiene 30 años. Casado, tiene una hija, Sofía, de 2 años y medio. Es del signo de Piscis. Hincha de River Plate *y vive en el barrio Parque Batlle.* **Antecedentes:** En CX 38 hacía fútbol; en CX 44 "Un trato con Julia" y "Zona caliente". Salió en carnaval con Los Bubys. **Tiempo libre:** le apasiona leer y escuchar música. **Lecturas:** Literatura Latinoamericana. **Autores:** García Márquez, Cortázar y León Felipe. **Un libro:** Cien años de soledad. **Susana Giménez:** "es como un figurín de la tevé, forma parte del show". **Una ciudad:** Bahía. **Los Bubys:** "Una gratísima experiencia". **Un programa de tevé:** National Geographic **Música:** "Soy muy ecléctico". **Músicos:** Frank Zappa, Charly García, Jethro Tull, Zitarrosa, Caetano Veloso, Serrat, Chick Corea, Piazzolla y Miles Davis. **Una canción:** "Rezo por vos", de Luis Alberto Spinetta. **Un disco:** "Romantic warrior", de Return to forever. **Plato favorito:** La paella y el asado. **Bill Clinton:** "es el muchachito americano, liberal, a lo Kennedy, que fumaba marihuana sin tragar el humo". **Un programa de radio:** No se lo digas a mamá (X FM). **Un sueño:** "Poder vivir de lo que a uno le gusta". **Cine:** dramas. **Actores:** Jack Nicholson, Jessica Lange, Woody Allen y Meryl Streep. **Una película:** Atrapado sin salida. **Un relator:** Víctor Hugo Morales. **La pena de muerte:** "No estoy de acuerdo; lleva a muchas injusticias". **Una diva:** Elis Regina. **Un comic:** Inodoro Pereyra. **Sabina:** "Me aburre; explota esa imagen de bohemio". **Ruanda:** "Una barbarie del tiempo en que vivimos". **El SIDA:** "Una peste diabólica".

29

Nº REGISTRO 9508271
ASUNTO Atentado en Mallorca
PROCEDENCIA 10/8
FECHA DE RECEPCION 518593
VINCULACIONES 11213
501410
507513
65962

E 109

U FOXBT 08 10 0075A
mio

ESPAÑA-ATENTADO
NUEVE DETENIDOS EN PAIS VASCO ESPAÑOL Y FRANCES

San Sebastián (España), 10 ago (EFE).- Nueves personas han sido detenidas hoy en el País Vasco español y francés, presuntamente relacionadas con la operación policial que anoche desarticuló un comando de ETA que pretendía atentar contra la Familia Real española en la Isla de Mallorca.

En la ciudad vasca española de San Sebastián fue detenido Jon Aldasoro, informaron las Gestoras pro Amnistía (grupo de apoyo a los presos etarras).

Las autoridades españolas no confirmaron la identidad del detenido pero sí la existencia de este arresto, que se realizó por orden del juez de la Audiencia Nacional Baltasar Garzón.

Las Gestoras indicaron también que en el País Vasco francés se registraron otras ocho detenciones, relacionadas así mismo con la operación policial desarrollada en Mallorca dirigida por el juez Garzón.

Entre los detenidos en Francia se encuentran Mari Luz Sebastián Horcajo, al parecer esposa de José Rego Vidal -uno de los arrestados en Mallorca-, la hija de ambos, Begoña y su novio, de nacionalidad francesa.

También está detenida, según las Gestoras pro Amnistía, Mari Luz Bella [illegible] y otras cuatro personas cuya identidad aún se desconoce.

[illegible]

9508271

01-19

08.10.93 07:43

ETA ATENTADO ([illegible])
ETARRA DETENIDO EN MALLORCA INTENTO EN 1978 [illegible] PADRE DEL REY

Madrid, 10 ago (EFE) - El "histórico" etarra José Rego Vidal, uno de los tres miembros del comando de ETA que fueron detenidos anoche en Mallorca, intentó en 1978 [illegible] en Ibiza al padre del Rey, Juan de Borbón, según sus antecedentes policiales.

Otro de los detenidos, Jorge García Sertucha, estuvo vinculado a los denominados comandos "Levante" y "Vizcaya" de la banda armada, mientras que el tercer detenido, Iñaki Rego, -hijo de José Rego-, carece de historial delictivo.

El supuesto jefe del comando, José Rego Vidal, de [illegible] años, fue detenido en Ibiza en agosto de 1978 cuando preparaba el secuestro del padre del Rey.

En 1986 fue detenido de nuevo, esta vez en Francia, por su presunta relación con la fábrica [illegible] de ETA, fue [illegible] y desde entonces vivía legalmente, según la Policía.

El único de los tres presuntos etarras detenidos que tiene un historial delictivo reciente es García Sertucha, de 37 años, a quien las Fuerzas de Seguridad del Estado buscan desde hace años.

Así, en [illegible] el entonces Ministerio del Interior distribuyó carteles con su foto y características físicas.

Identificado el pasado año como miembro del "comando Levante", de ETA, se le acusa de participar en, al menos, un asesinato.

Sertucha, alias "Jorge", formó parte de un grupo de apoyo del "comando Vizcaya" hasta 1991 y estaba a las órdenes de José María Mendinueta Flores, "Mamu".

El "comando Vizcaya" fue desarticulado en agosto de 1991 por la Policía Vasca (Ertzaintza) tras un tiroteo en el que resultó muerto el etarra José María Ormazábal, "Turco", y fue arrestado Mendinueta Flores.

En sus declaraciones, Mendinueta implicó a García Sertucha en el atentado con coche bomba perpetrado el 28 de julio de 1991 en Las Arenas (Vizcaya), en el que murió el guardia civil Carlos Pérez Dacosta.

En octubre de 1993 este presunto etarra se integró en el "comando Levante" de ETA y desde entonces se supone que ha participado en las acciones cometidas por la banda en esta zona del litoral mediterráneo y en otras limítrofes.

En los carteles distribuidos por el Ministerio del Interior se describía a Sertucha como un hombre de 1,75 centímetros de altura, complexión delgada, pelo moreno muy recortado y ojos castaños.

Entre otras características suyas se mencionaba que padecía "un pequeño [illegible]".

[illegible]

[illegible]

02

9508271

[illegible]

[illegible] pistolas, [illegible] preparados para [illegible]

[illegible] opusieron resistencia [illegible]

Aunque [illegible] que perseguían los supuestos etarras, fuentes policiales informaron de la [illegible] a la casa del Rey [illegible] seguridad del Jefe del Estado y su familia.

Sin embargo, la autoridad [illegible] descartado que el eventual objetivo terrorista fuese la reunión extraordinaria de Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión Europea, que se celebrará en la ciudad mallorquina de Formentor el próximo mes de septiembre, añadieron las fuentes.

El [illegible] de la operación policial, según señalaron fuentes [illegible], que [illegible] desarticulado [illegible] de la investigación [illegible]

[illegible] Mallorca [illegible] el pasado [illegible] metralleta y [illegible]

[illegible] especiales de la [illegible] muy próximo al [illegible] familia [illegible] vacaciones [illegible]

[illegible]

9508271

04

DP27?? [partly illegible]

[illegible]

ESPAÑA-ATENTADO

DIARIO "ABC": ETA PLANEABA MATAR REY Y PRINCIPE CON GRANADAS

Madrid, 21 ago (EFE).- El presunto atentado contra la Familia Real española, abortado por la Policía el pasado día 10 en la isla mediterránea de Mallorca, iba a ser cometido por la organización terrorista ETA con lanzagranadas y no con un rifle de precisión, informa hoy, lunes, el diario "ABC".

El rotativo, que cita fuentes solventes, precisa que el plan que la banda armada había preparado para atentar contra el Rey Juan Carlos consistía en el lanzamiento de granadas contra el yate de la Familia Real, el "Fortuna", en el momento en el que estuvieran embarcados el monarca y su hijo el Príncipe de Asturias, heredero de la Corona española.

En la madrugada del pasado día 10 la Policía española detuvo en Mallorca, donde los Reyes y sus hijos pasan sus vacaciones estivales, a tres presuntos miembros de ETA que pretendían asesinar a Don Juan Carlos o alguno de sus familiares.

La desarticulación del grupo armado se produjo en una acción policial en la que fue detenido en Alcudia, en el norte de la isla de Mallorca, Juan José Rego Vidal, considerado un militante histórico de la banda terrorista, al que se le intervinieron una pistola, una metralleta y varios explosivos.

Al mismo tiempo, agentes especiales de la Policía arrestaron en un apartamento de Puerto Pí, donde atraca el yate "Fortuna", en las cercanías del Palacio de Marivent de Palma de Mallorca (residencia real), a Jorge García Sertucha e Iñaki Rego, a quienes se incautó documentos falsos, dos pistolas, un rifle de precisión con mira telescópica y provisto de silenciador, además de un artefacto explosivo.

Según explicó el ministro de Justicia e Interior, Juan Alberto Belloch, los expertos antiterroristas llegaron a la "convicción" de que el "objetivo era atentar contra el Rey" de un disparo con el rifle de precisión cuando éste se encontrara en Puerto Pí, ya que el arma tiene un alcance de un kilómetro, y desde el apartamento de los etarras se podía matar a quien estuviera allí.

En su edición de hoy el diario "ABC" informa de que el presumible atentado contra la Familia Real no se iba a llevar a cabo con un rifle de precisión, como apuntaron fuentes jurídicas, sino mediante el lanzamiento de granadas, que todavía no habían llegado al comando armado.

El objetivo, agrega "ABC", sería el yate "Fortuna" en un momento en el que los presuntos etarras hubieran previsto que se encontrasen a bordo tanto don Juan Carlos como el Príncipe Felipe.

Las fuentes consultadas por el diario no han precisado el tipo de granadas que los presuntos miembros de ETA podrían haber empleado, aunque las utilizadas habitualmente por la banda armada son las de carga hueca de la marca "Mecar", bien anticarro o contra personas.

Según las fuentes citadas por el rotativo, los etarras podrían haber activado el dispositivo de lanzamiento de las granadas de dos maneras: mediante un temporizador que sería programado en función de la información sobre los horarios de la Familia Real recabada por los terroristas, o bien accionando un aparato de radio control.

Cualquiera de estos procedimientos, añade el periódico, en especial el primero, hubiera permitido al grupo armado escapar del lugar con ciertas posibilidades de eludir la acción policial, lo que parecía altamente improbable si el atentado se cometía con el fusil de mira telescópica. EFE

me/gg

08/21 1? ?? 95

05

9508271?

[illegible]

[illegible] la Familia Real y de otras [illegible] el Monarca, [illegible]

[illegible] en una acción [illegible] en el puerto de [illegible]

[illegible] a Iñaki Rego, a los que se le [illegible] documentos falsos, dos pistolas, un rifle de [illegible] y provisto de silenciador, además de un artefacto explosivo de 1.145 gramos de nitrato [illegible] y TNT.

[illegible] Puerto Pí [illegible] el yate de la Familia Real, el "Fortuna", muy cerca del Palacio de Marivent, residencia [illegible] de los reyes en Mallorca.

Con los datos [illegible] llegaron a la "convicción" de que "el objetivo era atentar contra el Rey" de un disparo [illegible] en el Puerto Pí, ya que el arma tiene un alcance de un kilómetro, y desde el apartamento de los terroristas se podía matar a alguien que estuviera allí, añadió el ministro.

A continuación, agregó, los terroristas hubieran puesto la bomba en el apartamento de Puerto Pí con el fin de destruir cualquier pista de su acción y, a continuación, huirían de la isla en su barco.

Belloch dijo que había informado [illegible] al Rey Juan Carlos como al presidente del Gobierno español, Felipe González, "del alcance" de la operación policial, [illegible]

Expresó que la policía gala informó a la española de que el etarra Juan José Rego Vidal [illegible] salido de la ciudad francesa de Niza el pasado 14 de julio [illegible] acompañado [illegible] su hijo Iñaki, y [illegible] llegó [illegible] a [illegible] policía, que procedió [illegible]

[illegible] Policía [illegible] cuadrante [illegible] Puerto Pí de diversas

personalidades de la Casa Real [illegible] información [illegible] de los reyes [illegible]

[illegible] detenidos [illegible] diversos atentados cometidos en la ciudad española de Pamplona, y en el que se recogen [illegible] como un [illegible]

[illegible]

950827

07

9508271

DP1970

U POXRT 08-16 00321
exg mun icx

ETA-FRANCIA
TRASLADO A PARIS OCHO DETENIDOS RELACION COMANDO MALLORCA

París, 16 ago (EFE).- Las ochos personas detenidas en el País Vasco francés por su presunta relación con el comando de ETA que pretendía atentar contra la Familia real española han sido trasladados hoy, miércoles, a París.

Los detenidos comparecerán previsiblemente esta tarde ante la jueza de instrucción Laurence Le Vert, especializada en ETA, quien podría inculparles de asociación de malhechores en relación con un grupo terrorista.

Un avión especial llegó a última hora de mañana a Biarritz (País vasco francés) donde embarcaron los cuatro hombres que permanecían encarcelados en la prisión de Bayona.

El aparato se dirigió inmediatamente después hacia Pau (Pirineos Atlánticos) donde subieron las cuatro mujeres que se encontraban en la cárcel de esta ciudad.

Los detenidos son María Luz Sebastián Orcajo, esposa del jefe del comando desarticulado en Mallorca, José Rego Vidal; su hija, Begoña Rego Sebastián; Luciano Arambarri Badiola; su esposa, María . geles Pagaldai; María Luz Bella Bringas; Francico Javier Chimeno Inza; Juan Carlos Esteban Paz; y Serafín Blanco.

Todos ellos fueron detenidos, por orden de Le Vert, el pasado jueves en las localidades de Hendaya y Ciboure, horas después del arresto en Mallorca de tres presuntos terroristas de ETA: Rego Vidal, su hijo Iñaki, y Jorge García Sertucha.

Los detenidos fueron llevados a dependencias policiales de Hendaya (frontera franco-española) para su interrogatorio.

Antes de que se cumpliera el plazo máximo de cuatro días que podían permanecer bajo arresto, un juez de Bayona ordenó el pasado lunes su ingreso en prisión en espera de poder comparecer ante la jueza Le Vert.

Por primera vez, se ha aplicado a presuntos colaboradores de ETA un nuevo artículo del código de procedimiento que permite el encarcelamiento de los sospechosos en espera de su comparecencia ante el juez de instrucción si éste se encuentra a más de 200 kilómetros del lugar donde se han producido las detenciones.-EFE

ja/ag/rcm

08/16/10-33/95

9508271

08

M04262

[illegible]
nal

ETA Detenidos
MALESTAR EN SECTOR POLICIA POR ACTUACION GARZON

Madrid, [illegible] (EFE).- La actuación del juez de la Audiencia Nacional Baltasar Garzón en el caso de los etarras detenidos en Mallorca, ha causado malestar en un sector de la Policía, desde donde se acusa al magistrado de intentar acaparar el éxito de la operación, informaron a EFE diversas fuentes policiales.

Garzón, encargado del asunto, se desplazó esta madrugada a Mallorca para tomar las primeras declaraciones de los detenidos, lo que ha sido calificado por las citadas fuentes de "anormal" en este tipo de operaciones antiterroristas.

Según las fuentes consultadas, en las redadas contra ETA los jueces centrales de instrucción de la Audiencia Nacional nunca se han desplazado a las localidades donde han sido detenidos los presuntos etarras, pero en esta ocasión Garzón viajó a Mallorca.

De otro lado, fuentes de los sindicatos de la Policía dijeron a EFE que sólo en operaciones antidroga el juez ha salido de su despacho en la Audiencia para dirigir redadas, pero no recordaban casos similares en operaciones antiterroristas. No obstante, estas fuentes no quisieron opinar sobre la actuación de Garzón.

También diversos sectores de la Policía han criticado que fuentes de la Audiencia Nacional informaran esta tarde de que una intervención telefónica ordenada por el juez Baltasar Garzón a una persona supuestamente relacionada con los detenidos condujo a la captura del comando.

Esta versión destaca que Garzón ordenó la "observación telefónica" a través del centro de comunicación antiterrorista TEPOL (Terrorismo Policial), en el marco de unas diligencias previas abiertas este año, y que el teléfono intervenido no era el de ninguno de los tres presuntos etarras detenidos sino el de una persona que estaba en contacto con ellos.

Una de la fuentes de la Policía consultadas por EFE reprochó esta tarde a Garzón que "la pista con la que se consigue una operación de este tipo nunca se cuenta". EFE

fp/man

08/10/15:40/95

POCO LEGIBLES

9508271

09

NH2650

U TR[illegible]

nal

ETA Detención

INTERVENCION TELEFONICA ORDENADA POR GARZON CONDUJO A CAPTURA

Madrid, 10 ago (EFE).- Una intervención telefónica ordenada por el juez Baltasar Garzón a una persona presuntamente relacionada con los tres etarras detenidos anoche en Mallorca condujo a la captura del comando que posiblemente pretendía atentar contra el Rey, según fuentes de la Audiencia Nacional.

Según las mismas fuentes, el juez Baltasar Garzón ordenó esta "observación telefónica" a través del centro de comunicación antiterrorista TEPOL (Terrorismo Policial), en el marco de unas diligencias previas abiertas este año.

Las fuentes añadieron también que el teléfono intervenido no era el de ninguno de los tres presuntos etarras detenidos sino el de una persona que estaba en contacto con ellos.

Este mediodía, Baltasar Garzón comunicó telefónicamente desde Palma de Mallorca con el juzgado que se envíe al médico forense a las dependencias policiales de Canillas, en Madrid, para que efectúe un reconocimiento médico a los detenidos.

El juez, titular del juzgado número 5 de la Audiencia Nacional, se desplazó esta madrugada a Palma tras la detención de los tres miembros de Eta y, en la sede de la Jefatura Superior de Policía de Baleares, a donde fueron conducidos los terroristas, llevó a efecto los primeros interrogatorios.

Los detenidos pasaron toda la noche en las dependencias de la Jefatura, y poco después de las 7 de esta mañana fueron trasladados al aeropuerto de Son Sant Joan y embarcaron en un vuelo de Iberia con destino a Madrid, donde llegaron a las 9,00 horas.

Esta mañana, el juez Garzón declinó hacer manifestaciones y se limitó a confirmar que había llegado a Palma sobre la una y media de esta madrugada. EFE

nav/jls/bal/fp.as

08/10/13-03/95

POCO LEGIBLE

9508271

HM2655

U APLUS 08 10 00283
nal

POLICIA MANTIENE DOS HIPOTESIS SOBRE ATENTADOS ETA ALICANTE

Alicante, 10 ago (EFE).- La policía mantiene dos hipótesis para determinar los autores de los atentados contra intereses turísticos llevados a cabo hace dos semanas en la provincia de Alicante, según confirmó hoy en Alicante el inspector jefe de la unidad de helicópteros de la Policía Nacional, Alfonso Cid.

El mando policial, durante la presentación en Alicante de esta unidad, se refirió a un comando itinerante o a otro fijo en el Levante español del que no quiso especificar más, como las dos posibilidades que manejan los investigadores.

El comando itinerante, según Cid, estaría compuesto por dos ciudadanos franceses, un hombre y una mujer, con edades comprendidas entre los 30 y los 35 años, "y que presentan un comportamiento de cara al exterior totalmente correcto y educado y que viajarían en un turismo de matrícula francesa", agregó.

La organización terrorista ETA reivindicó en el diario Egin la colocación de cuatro explosivos hace dos semanas en Jávea, Denia y el aeropuerto de El Altet, en Alicante, de los que explosionaron uno en Jávea y otro en Denia, mientras la policía logró desactivar un segundo en Denia y el del aeropuerto.

En 1994 los intereses turísticos de la provincia de Alicante no sufrieron ningún tipo de atentado, pero en 1993 se produjeron dos explosiones en la propia ciudad de Alicante contra otras tantas entidades bancarias españolas.

Cid explicó, por otra parte, que el helicóptero que trabaja en Alicante, y que abarca desde Gandía (Valencia) hasta la Manga del Mar Menor (Murcia), opera junto a dos más, que cubren el resto de la Comunidad Valenciana, y que están equipados con sofisticados aparatos de seguimiento y que ha inspeccionado unos 300 vehículos considerados como sospechosos. EFE

as-pol/rjc

08/10/13-35/95

ROCO LEDBUE

9508271

1-A Detenidos

[illegible] ETA [illegible] EFECTIVOS [illegible]
DISMINUIDA

Madrid, 10 ago (EFE).- La secretaria de Estado de Interior, Margarita Robles, afirmó hoy, en relación con la detención en Mallorca de un comando etarra, que ETA ha cambiado de estrategia e intenta "atentados más selectivos porque está disminuida en cuanto a los comandos operativos".

En declaraciones a [illegible] y a [illegible], Robles dijo que la captura del comando, que al parecer pretendía atentar contra el Rey, es fruto de "la intensa colaboración" policial de España y Francia, y que no hay que descartar ninguna hipótesis sobre los objetivos que perseguía.

Según la secretaria de Estado, en este momento ETA está "en el momento más bajo", si bien no se atrevió a cuantificar el número de comandos con los que la banda cuenta ahora.

"Lógicamente -reconoció-, es el momento más bajo de la historia, pero obviamente cuando una banda terrorista está disminuida en cuanto a comandos operativos, es obvio que tiene que cambiar su estrategia y tiene que hacer una serie de atentados más selectivos para que puedan de esta manera llamar más la atención".

Sobre la operación policial, Margarita Robles dijo que "es fruto de la intensa colaboración que, desde hace mucho tiempo, mantenemos con las autoridades francesas, que ya habían hecho un seguimiento en su territorio y nos han ido informando de la marcha de estas personas de Francia, y posteriormente han sido objeto de seguimiento aquí en España".

En cuanto a si el comando pretendía matar al Rey o a otro miembro de la familia real, señaló "es una hipótesis bastante razonable; no lo podemos decir con absoluta certeza, pero es una hipótesis bastante razonable, teniendo en cuenta el sitio donde estaba ubicado el piso, las armas que se han encontrado y sobre todo, la documentación que ha sido hallada en su poder".

Los papeles incautados a los terroristas ponen de manifiesto que, "efectivamente, la familia real ha sido objeto de seguimiento estos días".- EFE

fp.1.

08/10/11-4[illegible]/95

Poco [illegible]

9508271

[illegible]
[illegible]

[illegible] grupo armado de la banda [illegible] atentado contra [illegible] que pasa sus vacaciones en esta isla [illegible].

La operación policial [illegible] detención de tres presuntos terrorista de ETA, entre ellos Juan José Rego Vidal, un hombre de 63 años considerado [illegible] de la banda [illegible] y el jefe del "comando", que ya ha sido acusado en dos ocasiones anteriores de preparar atentados contra la Familia Real española.

Rego Vidal, junto a los otros dos detenidos, su hijo Iñaki Rego y Jorge García Sertucha, están siendo interrogados hoy en la sede del Cuerpo Nacional de Policía (CNP) en Madrid, donde fueron trasladados esta mañana, entre fuertes medidas de seguridad, desde Palma de Mallorca, informaron a EFE fuentes del Ministerio de Justicia e Interior.

A la espera de la rueda de prensa que ofrecerá hoy mismo el ministro de Justicia e Interior, Juan Alberto Belloch, fuentes del departamento fueron cautos a la hora de confirmar el objetivo de los terroristas, aunque apuntaron a la Familia Real.

El rey Juan Carlos es el objetivo señalado hoy unánimemente por los medios de comunicación españoles, que apuntan que los [te]rroristas preparaban el atentado contra el "Fortuna", el barco en que la Familia Real pasea por el mar durante sus vacaciones estivales.

Según explicó el director general de la Policía, Angel Olivares, en las primeras informaciones ofrecidas esta madrugada, los tres presuntos terroristas habían alquilado un piso frente a la dársena de Puerto Pi, donde atraca el "Fortuna" y muy cercano al Palacio de Marivent, residencia estival de la Familia Real española.

Olivares explicó que en la operación se intervinieron tres metralletas, dos pistolas, un rifle con mira telescópica, artefactos explosivos preparados para ser utilizados y munición diversa.

Según el director general de la Policía, los supuestos etarras llegaron a la isla el pasado 17 de julio, procedentes de Niza (Francia), a bordo de un velero al puerto de Alcudia, donde fue detenido esta noche Rego Vidal, a quien le fueron intervenidas una pistola, una metralleta y varios explosivos.

De forma paralela a la detención de Rego Vidal, agentes [e]speciales de la policía (GEO) detuvieron en el apartamento de Puerto Pi a García Sertucha e Iñaki Rego, a los que se les intervino más armas y documentación.

La pista principal que ha seguido la policía para la detención de los miembros de la banda terrorista fue el velero que se encontraba anclado en Alcudia.

Olivares añadió que la policía francesa había informado sobre algunas sospechas que despertó el velero y sus tripulantes a las autoridades españolas, que sometieron a un estrecho control tanto al barco como a sus ocupantes desde que entraron en aguas españolas.

Juan José Rego Vidal, [illegible] responsable del

13

9508271

[illegible]
[illegible]
recuerda que ya [illegible]
atentados contra [illegible]
[illegible]
acusado de preparar un atentado [illegible]
entonces presidente del [illegible]
vacaciones de ambos en Mallorca.
En 197[illegible] [illegible] con un grupo que planeó un fallido atentado en Mónaco [illegible] contra el Conde de Barcelona, don Juan de Borbón, padre del rey [illegible].
El diario señala que [illegible] en libertad tras abonar en 1988 una fianza en Francia de [illegible] francos ([illegible] dólares).
El presumible intento de atentado contra el Rey supone un paso más en las escalada terrorista de la banda ETA, que en su lucha por la independencia [illegible] ya ochocientas víctimas mortales y que el pasado 19 de abril intentó quitar la vida al líder de la oposición, José María Aznar. [illegible]
gv/[illegible]

08/10/95 [illegible]

14

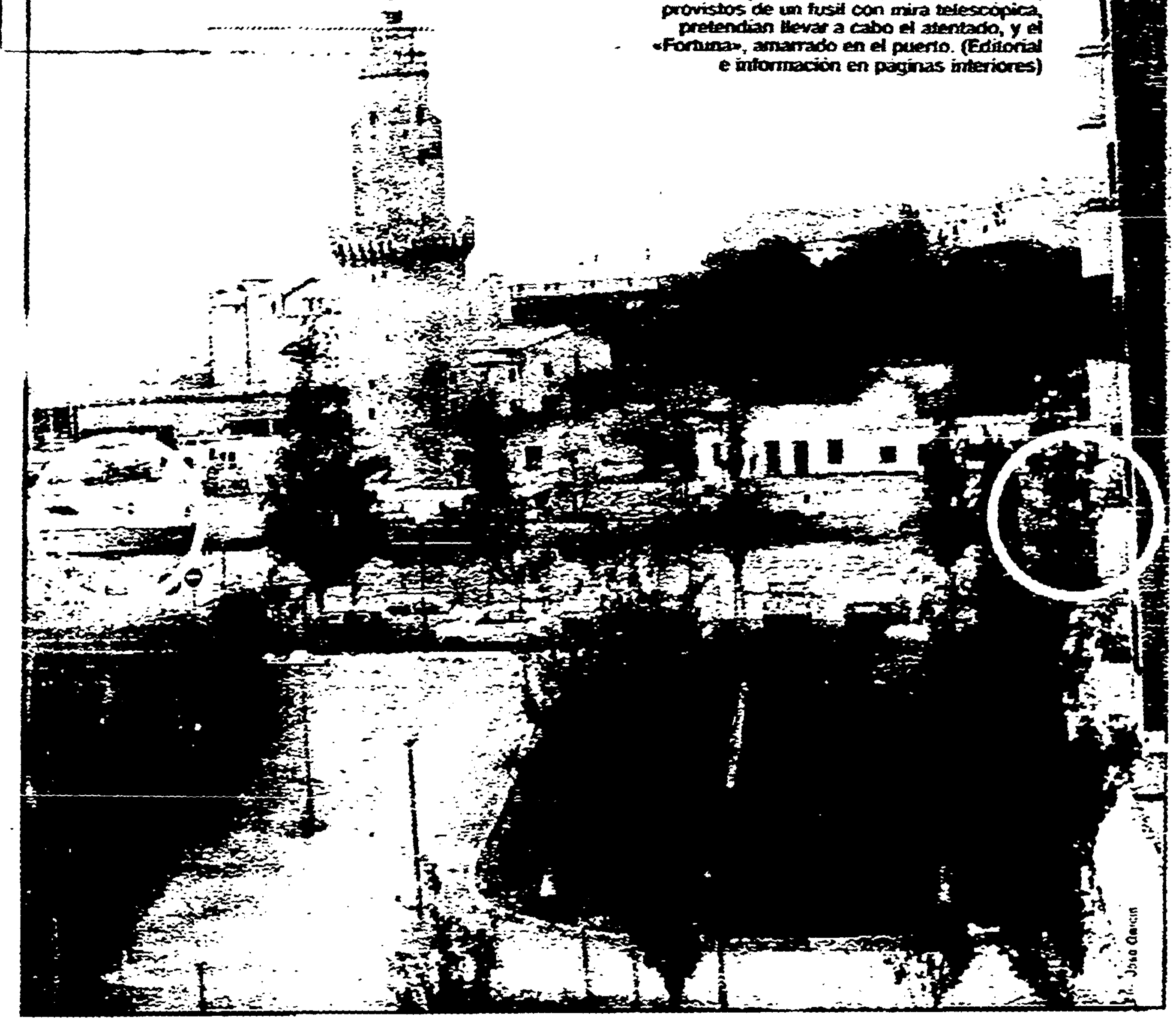
9508271[illegible]

ABC

MADRID, VIERNES 11 DE AGOSTO DE 1995

LOS ETARRAS DETENIDOS EN MALLORCA INTENTARON ATENTAR CONTRA EL REY EN DOS OCASIONES

Los tres etarras que planeaban atentar contra Su Majestad el Rey en Palma de Mallorca intentaron llevar a cabo el magnicidio en dos ocasiones. Los pistoleros no lograron su objetivo porque no tenían perfilado el plan de huida y la Policía les vigilaba de cerca, lo que hubiera hecho muy difícil su acción. Al desbaratar este atentado, minuciosamente preparado por la banda terrorista, la Policía Nacional y el ministro del Interior, que contaron con la colaboración de las autoridades francesas, se anotan un gran éxito. En la imagen, señalados con dos círculos, el piso desde el que los terroristas, provistos de un fusil con mira telescópica, pretendían llevar a cabo el atentado, y el «Fortuna», amarrado en el puerto. (Editorial e información en páginas interiores)



PARA D.G.I.D. (INFORMACIÓN) POCO LEGIBLE

REMITE: FANMAD

9508271

2/5

MADRID, VIERNES 11 DE AGOSTO DE 1995
NÚMERO 29.131
CIENTO VEINTE PESETAS

ABC

CON «BLANCO Y NEGRO»: 275 PESETAS

REDACCIÓN Y TALLERES
J. I. CA... ...NA, ...
... - MADRID

Los etarras habían intentado asesinar al Rey en el puerto de Palma en dos ocasiones antes de su detención

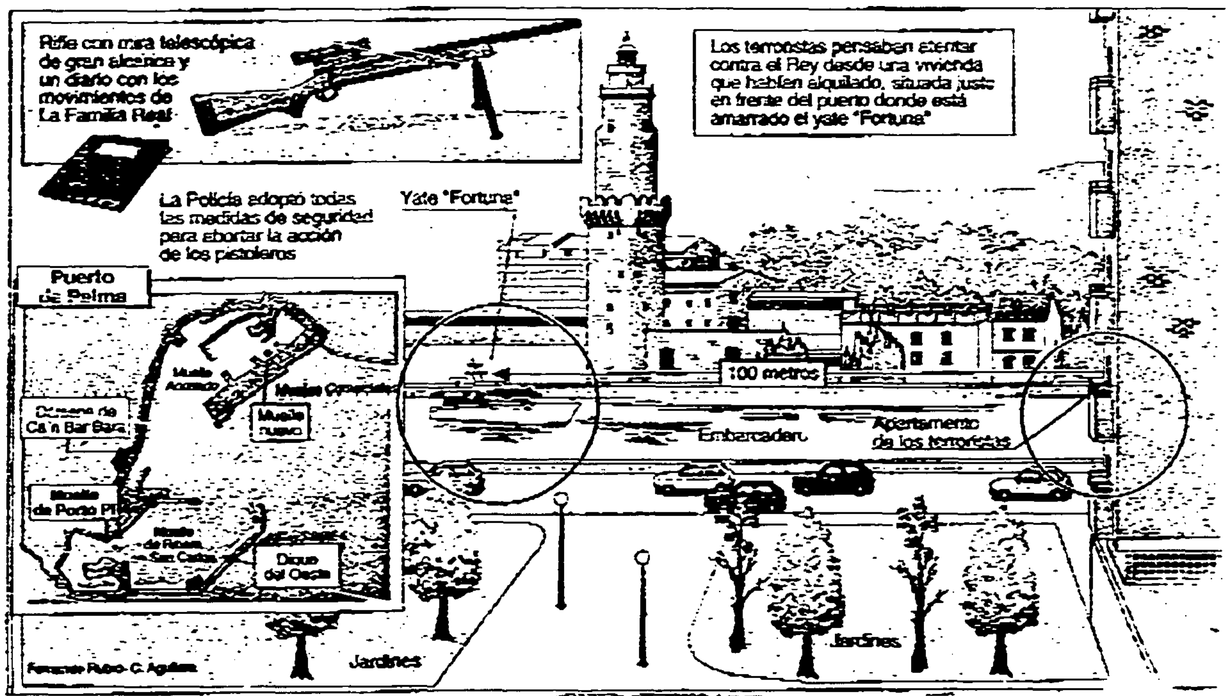
La Policía había adoptado todas las medidas necesarias para abortar cualquier acción de los pistoleros

Los terroristas realizaron vigilancias de toda la Familia Real y de Adolfo Suárez, que apuntaban en un diario

Durante la travesía en barco desde Niza a Mallorca se entrenaron en el disparo con fusil

Madrid. D. Martínez / J. M. Zuloaga

El «comando» de la banda terrorista ETA desarticulado en la noche del miércoles por agentes de la Comisaría General de Información, había intentado, en dos ocasiones, asesinar al Rey, tal y como adelantó ayer ABC en sus últimas ediciones. Los pistoleros tenían previsto disparar, con un rifle de mira telescópica, contra el Monarca en el momento en que llegara a Porto Pi, donde, habitualmente, se encuentra atracado su yate. La Policía había adoptado las medidas necesarias para abortar el intento criminal que los terroristas planeaban desde el piso que habían alquilado en las proximidades de dicho puerto, a unos cien metros del «Fortuna».



Según fuentes policiales de la investigación, el pasado mes de mayo Juan José Rego se había trasladado a Palma para alquilar un piso que serviría de infraestructura para el «comando». La sorpresa del terrorista fue tremenda al saber que un apartamento que se encontraba en las inmediaciones del puerto donde atraca el «Fortuna» estaba en alquiler por 250.000 pesetas el mes. La vivienda, por su situación, permitía dominar toda la zona y vigilar los movimientos de las personalidades que acuden a embarcar a dicho puerto así como el de las naves de la Marina que tienen su base en esa dársena.

Rego Vidal es un conocido militante de ETA, cuyos movimientos han sido vigilados por las Fuerzas de Seguridad en numerosas ocasiones. Lo cierto es que su desplazamiento, en unión de su hijo y de otro individuo, el pasado mes de julio, a la Costa Azul, donde había comprado un velero, despertó las sospechas de la Policía francesa que alertó a las autoridades españolas.

El 14 de julio, los tres individuos embarcaron en el «Belle Poch» y emprendieron la navegación hacia aguas de Mallorca. Durante la travesía, los terroristas realizaron prácticas de tiro con el rifle. De hecho, en el piso de Palma se han encontrado dianas de las utilizadas para este tipo de prácticas.

El 17 de julio llegaron al puerto de Alcudia y, tras atracar el barco, se desplazaron a la vivienda que habían alquilado en el segundo piso de un inmueble de la calle Rafaletes. Desde allí, comenzaron sus vigilancias que han efectuado, no sólo a Su Majestad el Rey, sino también a la Reina, al Príncipe de Asturias, las Infantas y personalidades del mundo político, como el ex presidente del Gobierno Adolfo Suárez. Los terroristas habían elaborado un minucioso diario de las vigilancias que, con prismáticos, hacían a los miembros de la Familia Real. En el «cuaderno de notas» [illegible] ...gidas hora a hora los movimientos [illegible] personas vigiladas.

Hace algunos días, los etarras habían intentado, hasta en dos ocasiones, asesinar al Rey, pero desistieron de ello, según [illegible] fuentes, porque no estaban mu[illegible] plan de huida. Sin embargo, la P[illegible] tomado las medi[illegible] necesarias para [illegible] inmediatamente cualquier [illegible] intento de atentado. Además, el Servicio de Seguridad de la Casa del Rey había sido informado de lo que ocurría por lo que se cambiaron los horarios de los miembros de la Familia Real y fue reforzado el dispositivo de protección en torno a ellos.

Los agentes sospecharon desde el primer momento que los etarras pretendían atentar contra algún miembro de la Familia Real dado que Juan José Rego lo había intentado en otras ocasiones.

(Páginas 19 a 25)

- POCO LEGIBLE -

9508271

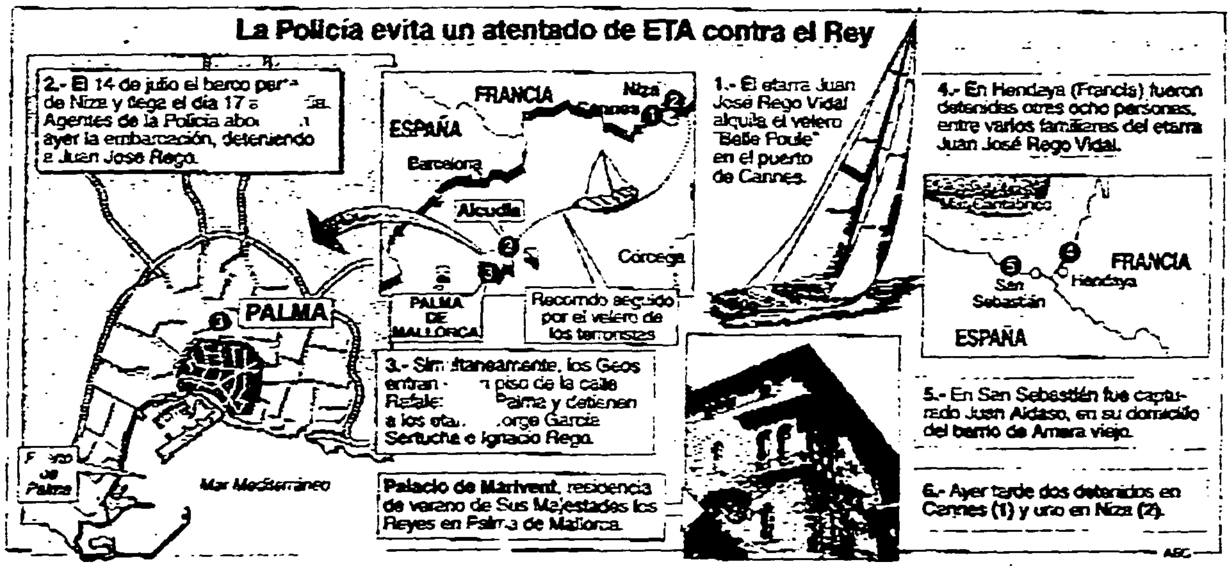
Aguirre Lete y Arizcuren Ruiz, nuevos cabecillas de los comandos de ETA, dieron la orden de asesinar al Rey

Se confirma que pistoleros con un amplio historial sanguinario están al frente de la banda terrorista

Otras once personas, entre ellas tres presuntos pistoleros, fueron detenidas en Francia y en España

Madrid / San Sebastián. **D. M. / J. M. Z. / J. P.**

Las órdenes para atentar contra Su Majestad el Rey fueron dadas por los pistoleros Juan Luis Aguirre Lete, «Isuntxa», y José Javier Arizcuren Ruiz, «Navarro», que son los responsables actuales de os «comandos ilegales» dentro del «aparato militar» de la banda criminal. Tal como adelantó ABC, terroristas con una amplia experiencia sanguinaria, como los dos citados, se están haciendo con el poder en el seno de la organización criminal por lo que, tal como alertaron expertos policiales, ETA podía incrementar la magnitud de sus atentados, tanto en número de víctimas como por las personas que fueran objeto de estas acciones.



Aguirre Lete y Arizcuren Ruiz entregaron a los [illegible] del «comando» [illegible] dinero, así como instrucciones concretas sobre los objetivos criminales contra los que tenían que atentar.

Rego Vidal, que lleva más de treinta años en ETA y que siempre se ha mostrado dispuesto a colaborar en cualquier tipo de acción criminal, llevaba, en el momento de su detención en el velero «Belle Poule», documentación [illegible] varias nacionalidades. Las Fuerzas de Seguridad están investigando a la mujer que vendió el barco a los etarras por si existiera algún tipo de complicidad.

Como consecuencia de las [illegible] realizadas por la [illegible] española, el juez de París Laurence Le Vert, encargado de asuntos de terrorismo, ordenó varios arrestos. Sobre las dos y media de la madrugada de ayer, agentes de la DICILEC, antigua Policía de Aire y Fronteras, detenían en Hendaya a [illegible] Javier Chimeno Imaz [illegible] Bella Bringas, cuando [illegible] de [illegible] un domicilio [illegible] después, en otro lugar de [illegible] francesa era [illegible] Juan Carlos [illegible] vez Paz. Además fue detenido otro [illegible], cuya identidad no estaba confirmada al cierre de esta edición, si bien se especulaba con que fuera un miembro de ETA de Navarra que habría huido a Francia.

Fuentes de la lucha antiterrorista indicaron que, en principio, se cree que Chimeno, Bella y Estévez no desempeñaban actualmente un papel en el organigrama de la banda [illegible] ETA. De [illegible] actualmente [illegible] de acogida [illegible] de dar la [illegible] los terroristas [illegible] España a Francia. [illegible] embargo, las primeras investigaciones podrían arrojar datos [illegible] sobre su papel en la [illegible]. En caso [illegible] con su historial [illegible] estos [illegible] podrían [illegible] formado [illegible] un futuro [illegible] de algún nuevo «comando» terrorista. Los tres estaban fichados por las Fuerzas de [illegible] Seguridad de España.

Así, los pistoleros Francisco Javier Chimeno Imaz y Juan Carlos Estévez Pe[illegible] a Francia en marzo de 19[illegible] sospechar que estaban siendo vigilados por [illegible] Policía [illegible] después las Fuerzas de Seguridad localizaron, en el barrio de Burlada, en Pamplona, la vivienda en la que se habían ocultado Chimeno, Estévez y una mujer, que formaban el «comando Txomin Iturbe». En el interior de este piso fueron encontrados tres kilogramos de amonal, una granada de [illegible], así como informaciones sobre posibles objetivos para lo que habían contado, según se indicaba en la documentación, con los datos aportados en el libro «La Red Galindo», del jefe de investigación de «El [illegible]», Pepe Rey. Así, entre la lista [illegible] posibles víctimas se encontraba José Manuel Olarte, que fue [illegible] en San Sebastián en [illegible]94.

[illegible] documentación encontrada [illegible] «comando Txomin Iturbe» se reconocía una serie de atentados terroristas que habían perpetrado sus pistoleros.

Asimismo, este grupo terrorista fue el autor de la colocación de un artefacto junto a la casa cuartel de la Guardia Civil de Ayerbe, en Huesca, que afortunadamente [illegible] detectado por los agentes.

María Luz Bella Bringas, natural de Pasajes, está vinculada al «comando Parque», desarticulado el 24 de octubre de 1993, encargado de robar coches que luego eran utilizados en atentados terroristas.

En aquella operación fueron detenidos como integrantes de este grupo José Gabriel Zabala Erasc[illegible]; su esposa Cristina Bengoechea Múgica, así como el matrimonio formado por Gonzalo Rodríguez Cordero y Pilar Gabironco. El «comando Parque» tenía un garaje en Oyarzun donde ocultaban los vehículos. En el momento de la operación policial había uno preparado ya para ser enviado como coche-bomba a Madrid.

Anteriormente habían sido detenidos en Ciboure, María [illegible] Sebastián Horcajo, esposa de José Rego Vidal, la hija de [illegible] Begoña y su novio Francis G[illegible], de nacionalidad francesa.

Todos los detenidos fueron [illegible] trasladados a la Comisaría de [illegible] cuya, donde a media tarde estaban siendo interrogados. La Policía gala consideraba abierta la operación y no se descartaban nuevas detenciones.

Paralelamente, sobre las siete de la mañana, agentes del Cuerpo Nacional de Policía detuvieron en el barrio de Amara Viejo, en San Sebastián, a Juan Aldasoro Torr[illegible]oña, de 40 años de edad, por su presunta relación con los etarras capturados en Palma de Mallorca. Asimismo, ayer fueron detenidos otros tres individuos, todos ellos de nacionalidad francesa, dos en Cannes y uno en Niza.

— POCO LEGIBLE —

9508271

MADRID, VIERNES
18 DE AGOSTO DE 1995
NÚMERO 29.138
CIENTO VEINTE PESETAS

ABC

CON «BLANCO Y NEGRO»: 275 PESETAS

REDACCIÓN
Y TALLERES
J. I. LUCA DE TENA, 7
28027 - MADRID

ETA buscó nuevos ataúdes blancos en la Guardia Civil con cincuenta kilos de explosivos en la casa-cuartel de Arnedo

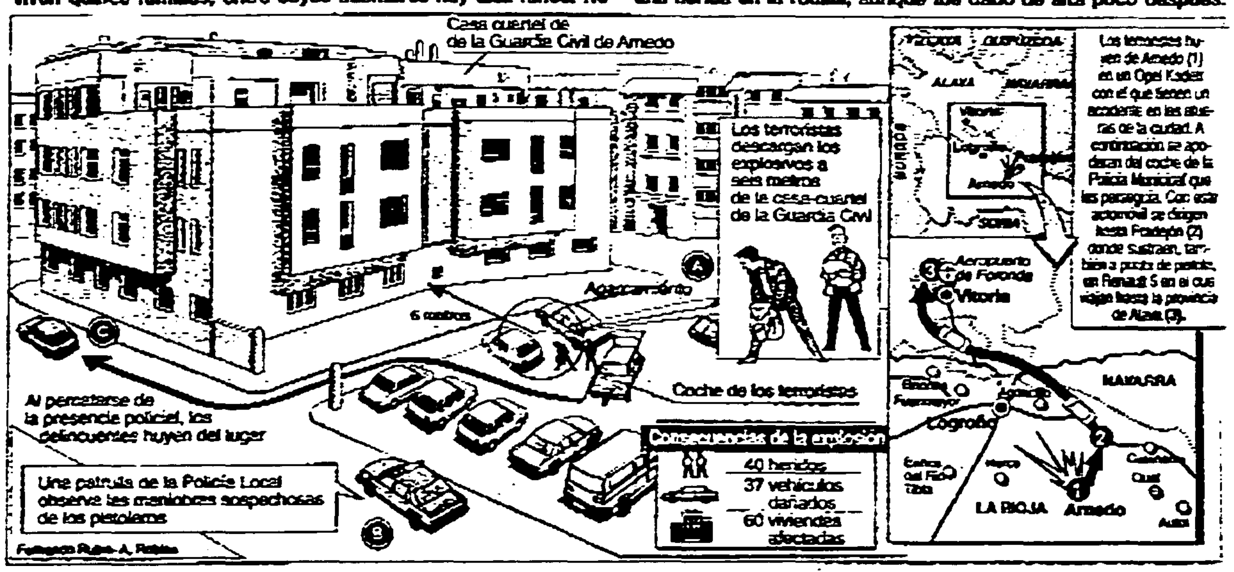
La explosión del artefacto provocó cuarenta heridos leves entre agentes y vecinos del pueblo riojano

La Policía local evitó una tragedia al impedir que los etarras colocaran la bomba más cerca del edificio

Los terroristas, que resultaron heridos en un accidente de tráfico, son buscados en Álava

Arnedo (La Rioja). Luis Javier Hernáez

La Policía local de Arnedo (La Rioja) evitó, en la madrugada de ayer, una auténtica matanza en la ciudad al impedir que miembros del «comando Donosti» de ETA pudieran colocar un potente artefacto explosivo junto a la casa cuartel de la Guardia Civil en la que viven quince familias, entre cuyos miembros hay diez niños. No obstante, el artefacto hizo explosión a escasos metros del acuartelamiento de la Benemérita, provocando cuarenta heridos leves entre agentes de la Guardia Civil y vecinos del pueblo. Un agente tuvo que ser trasladado a la Clínica San Millán de Logroño por una herida en la rodilla, aunque fue dado de alta poco después.



La localidad riojana de Arnedo se despertó sobresaltada a las cuatro menos diez de la madrugada, al escucharse una fuerte explosión, calificada por la esposa del teniente de la casa-cuartel como de «tormenta». Los restos de unos vehículos aparcados en un solar contiguo saltaron por los aires, quedando esparcidos en un radio de más de doscientos metros. Un volante entró por la ventana de la vivienda de uno de los miembros de la Benemérita. Desde el principio se pensó que se trataba de un coche-bomba.

Un total de treinta y siete vehículos sufrieron desperfectos y algunos quedaron calcinados. La onda expansiva afectó también a setenta viviendas. Una casa en ruinas se desplomó y en otras saltaron puertas y ventanas, llenando las calles e interiores de los inmuebles de cascotes y cristales.

El edificio menos afectado resultó ser la casa-cuartel de la Guardia Civil, tanto por su construcción hormigón como por el hecho de que los artefactos explosivos no pudieron ser colocados en el lugar adecuado.

Miguel Eguizábal, un vecino que vive a unos cincuenta metros del cuartel, señaló a ABC que «me encontraba durmiendo tranquilamente y oí una explosión terriblemente potente. Inmediatamente me he dado cuenta de que era una bomba, pues nunca había oído una explosión semejante, y ya estábamos con la psicosis de que como tenemos el cuartel al lado y están ocurriendo tantas cosas en este país nuestro, casi, casi, te lo esperabas». «He bajado a la calle —prosiguió Eguizábal su relato— encontrándome con un panorama dantesco, hierros retorcidos, coches ardiendo, los guardias que salían por la puerta del cuartel corriendo, y pensabas que era una catástrofe. Afortunadamente no ha habido que lamentar heridos de gravedad. Estos gamberros de ETA han equivocado la trayectoria de la bomba y simplemente ha habido daños materiales».

El delegado del Gobierno en La Rioja, Miguel Godia, informó que, sobre las tres y cuarto de la madrugada, tres efectivos de la Policía local observaron unas «maniobras» extrañas de tres individuos, quienes, al percatarse de la presencia policial, arrojaron contra los vehículos dos mochilas con explosivos (unos cincuenta kilos de amonal, se calcula) dado que no les dio tiempo a colocarlos. Los efectivos de la Policía local emprendieron su persecución, pensando que se trataba de delincuentes comunes hasta el último momento.

En su huida, el vehículo que conducían los etarras, que circulaban a unos 130 kilómetros por hora, sufrió un accidente. Los agentes fueron en su auxilio y fueron amenazados con pistolas, les esposaron y sustrajeron sus correspondientes armas reglamentarias. Los terroristas emprendieron la huida en el vehículo policial, que abandonaron en las inmediaciones de Pradejón, robando el coche, a punta de pistola, de un matrimonio que viajaba en compañía de su hija (un Renault 5 de color amarillo), que posteriormente abandonarían en Álava.

Godia precisó que uno de los etarras iba malherido, dada la cantidad de manchas de sangre que aparecieron en el lugar del accidente, en la carretera de Quel a Autol, y en una manta.

Las Fuerzas de Seguridad buscaban, al cierre de esta edición, a los autores del atentado en una zona de Álava próxima al aeropuerto de Foronda, en la sierra de Badaia. Participaban en la operación efectivos de la Guardia Civil y de la Ertzaintza ayudados por helicópteros. Los etarras pertenecen al «comando Donosti» de la banda criminal, cuyos integrantes están considerados como pistoleros muy peligrosos.

(Páginas 21 a 23)

5/5

ETA intentó la matanza de Arnedo como respuesta a su fracaso en el atentado de Palma de Mallorca

Miembros del «comando Donosti» de la banda asesina fueron los autores de la colocación de los explosivos

Una pistola ab[illegible]donada por los terroristas fue usada para asesin[illegible] a Ordóñez y al sargento Morcillo

La acción criminal falló porque los etarras situaron mal los artefactos

San Sebastián / Madrid. J. Pagola / J. M. Zuloaga

El atentado perpetrado ayer contra el acuartelamiento de la Guardia Civil de Arnedo, en La Rioja, es considerado por expertos antiterroristas consultados por ABC, una «respuesta» de ETA al fracaso cosechado días pasados, cuando agentes del Cuerpo Nacional de Policía consiguieron detener en la isla de Mallorca a los integrantes de un «comando» que pretendía atentar contra Su Majestad el Rey. Los autores d[illegible]sta acción criminal pertenecen al «comando Donosti» de la ban[illegible] asesina, algunos de cuyos pistoleros habían sido ya identificados con anterioridad con motivo de otros atentados criminales, entre ellos Francisco Segurola.

Tal como adelantó ABC, ETA podía cometer un atentado en «respuesta» a la operación policial de Mallorca. Para ello, según las mismas fuentes, la banda ha utilizado el «comando Donosti», que se desplazó, desde el lugar en el que permanece oculto, a La Rioja para intentar volar la casa cuartel de Arnedo.

Este «comando» está formado por «liberados» de ETA y su identificación se ha logrado gracias a diversos indicios hallados en los tres coches utilizados por los pistoleros para huir desde Arnedo a la provincia de Álava: el Opel Kadett que llevaban los terroristas y con que el tuvieron el accidente en las afueras de la citada localidad riojana; el automóvil que arrebataron a la Policía Municipal y en el que llegaron a Pradejón, y el Renault 5 que robaron en esta ciudad. También fue posible su identificación por la matrícula del Opel Kadett, que son las originales que llevaba el Fiat Tipo que utilizó el «comando Donosti» en el asesinato del brigada del Ejército de Tierra Mariano de Juan en San Sebastián.

Asimismo, la Guardia Civil encontró en el Opel Kadett una pistola Browning con la que, según las primeras investigaciones, fueron asesinados el presidente del Partido Popular de Guipúzcoa, Gregorio Ordóñez; el sargento de la Policía Municipal, Alfonso Morcillo, y fue la misma con la que fu[illegible] herido el jefe de la Brigada de la Unidad A[illegible]toris[illegible] de Guipúzcoa, Enrique Nieto, que se encuentra en estado de c[illegible]ma.

Por otra p[illegible]e, [illegible] Guardia Civil reforzó ayer el cerc[illegible] montado en la zona de la sierra [illegible] Badaia, en la que, seg[illegible] [illegible] [illegible]dios, se encuentran e[illegible] [illegible] [illegible]os los terroristas. Según las f[illegible]ntes consultadas por este pe[illegible]ódico, el coche en el que viajaban [illegible]os pistoleros, el Renault 5 que había sido robado en Pradejón, fue detectado por una patrulla de la Ertzaintza en las afueras de Vitoria. Los etarras emprendieron entonces la huida y abandonaron el automóvil con el motor en marcha para adentrarse en el monte.

El «comando» está formado, según las citadas fuentes, por dos «liberados», uno de los cuales podría ser Francisco Segurola, aunque no existe confirmación al respecto, y un «legal».

La rápida difusión, a través de algún medio informativo del País Vasco, de la noticia de que los pistoleros pertenecían a dicho «comando» e incluso que hayan sido detenidos, lo que s[illegible] esa hora era una noticia falsa, se interpretaba en medios antiterroristas como una filtración interesada para avisar a todos los miembros de la infr[illegible]structura del «comando» de que deb[illegible] empre[illegible]der la huida o tomar las med[illegible] de seguridad [illegible]ecesarias con el fin de e[illegible] su detención en el caso de que los pistole[illegible] fueran arrestados.

Por lo que respecta a las razones por las que falló el atentado contra el cuartel de Arnedo, las mencionadas fuentes subrayaron que no se debía tanto a la estructura del edificio, como se [illegible]no, sino a que los etarras n[illegible] [illegible]aron adecuadamente l[illegible] [illegible]xplosivas.

Este [illegible] según coinciden en señ[illegible] [illegible]as fuentes consultadas p[illegible] [illegible] periódico, se produce en un momento en el que los [illegible]tidos nacionalistas [illegible] mantien[illegible]en en toda su intensidad sus campañas de desprestigio contra las Fuerzas de Seguridad del Estado, así como sus estrategias favorables a una negociación política con ETA.

Los expertos en la lucha antiterrorista [illegible]sisten en que la actual capacidad de ETA es menor a la que tenía antes de la operación de Bidart, en marzo de 1992, pero advierten que la actividad criminal de ETA sigue siendo el problema número uno.

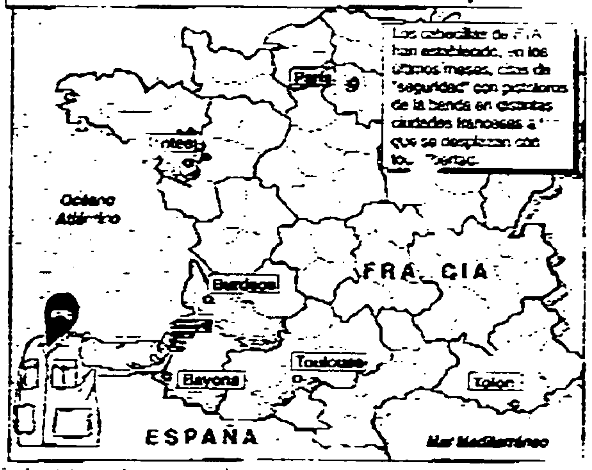
La banda está controlada por pistoleros especialmente peligrosos co[illegible] [illegible]sé Javier Arizcuren Ruiz, «Josu[illegible]», Juan Luis Aguirre Lete, «Isuntza», Julián A[illegible] [illegible]ma Eguiola, «Pototo», que rodean a Ignacio [illegible]os Arregui, «Iñaki de Rentería» y Migue[illegible] [illegible] [illegible]iarte, «Anza». Existen sospechas d[illegible] se ha podido incorporar a esta «cúpula criminal» José Luis Urrusolo Sistiaga, «Langile».

La banda cuenta con, al menos, dos «comandos» en Guipúzcoa, [illegible] en Madrid y un «talde» en Navarra. A ellos hay que sumar el grupo o grupos que han colocado explosivos contra intereses turísticos.

Todo esto ocurre, además, cuando los cabecillas de ETA han vuelto a recuperar cierta capacidad de movimientos en territorio francés, [illegible] que permite entrevistarse con los pistoleros y colaboradores de la banda en distintas ciudades, como París, Nantes, Burdeos o Toulouse. Tras su detención, Juan José Rego confesó que había mantenido en los dos últimos años seis entrevistas en Francia con uno de los responsables de los «comandos ilegales» de ETA, José Javier Arizcuren Ruiz, «[illegible]setxo». Los encuentros tuvieron como escenario París, Burdeos y Toulouse.

En agosto de 1994, Aritz Arnaiz, detenido el pasado diciembre [illegible] la operación que permitió la desarticulación del «comando Matalas», se entrevistó en Bayona con Arizcuren. En octubre, se trasladó a Burdeos, donde mantuvo una reunión con el otro responsable d[illegible] [illegible]os «comandos ilegales», Juan [illegible]s Aguirre Lete.

Los cabecillas de ETA se mueven libremente por Fr[illegible]



Los vecinos del pueblo se volcaron para ayudar a los afectados por la explosión

Arnedo

Los habitantes de la localidad riojana de Arnedo se volcaron y ayudaron a las familias afectadas por el atentado registrado esta madrugada al estallar un coche bomba en la casa cuartel de la Guardia Civil, según informó el responsable de un hotel cercano al lugar del suceso.

Esta persona, que deseó mantenerse en el anonimato, explicó que las familias que residen en las viviendas afectadas fueron alojadas en casas de familiares y amigos, y que los vecinos de Arnedo, tras escuchar la explosión, salieron a la calle para atender a los afectados.

Agregó que no fue necesario alojar a los agentes de la Guardia Civil y sus familias en el hotel porque «tien[illegible] tantos amigos que, desde un primer momento, les han acogido en sus casas».

El hotel abrió las puertas y encendió la calefera para que todos los que salieron a la calle, muchos de ellos con sus viviendas dañadas por la explosión, pudieran entrar y reponerse, explicó el directivo.

También informó de que tiene constancia de que en la casa cuartel residen pocas familias, ya que muchas de ellas están de vacaciones, y agregó que residen bastantes agentes de la Guardia Civil jóvenes y solteros, alguno de los cuales ha llegado hace poco tiempo a esta localidad de La Rioja Baja.

- POCO LEGIBLE -

9508271

19-19

Detienen a terrorista

Un joven alemán, que estaba como turista en Bariloche, fue detenido por la policía a pedido de la Interpol de Alemania, por integrar una banda terrorista internacional y estar acusado de los delitos de tentativa de homicidio, amenaza calificada y tenencia ilegal de armas de guerra.

El detenido fue identificado como Alexander Ralf Wallgram, de 26 años. Luego de un operativo de inteligencia efectuado por la Policía Federal, el joven fue apresado cuando ingresaba al hotel en el que se hospedaba, en la calle Moreno 658, del centro cívico de San Carlos de Bariloche.

A pesar del silencio que sobre el tema impusieron las autoridades policiales y judiciales, se explicó que Wallgram pertenecería a un grupo terrorista internacional, con raíz en Alemania. El pedido de captura internacional había sido emitido desde Alemania, donde las autoridades policiales lo consideran como "peligroso".

29

FB8542

R VARBT 08-29 00195
sur bol per

PARAGUAY-FALSIFICACION
DOS LIBANESES DETENIDOS CON DOLARES Y PESOS ARGENTINOS FALSOS

Asunción, 29 ago (EFE).- Tres presuntos miembros de una banda de falsificadores de billetes que opera en el Cono Sur latinoamericano, dos de ellos libaneses, fueron detenidos en los últimos días en Paraguay con una partida de dólares y pesos argentinos sin valor legal, se informó hoy.

Según fuentes policiales, en poder de los aprehendidos, que fueron identificados como Adnam Osman Elbsat y Osman Marwan Elbsat, libaneses, y Waldemar Vargas Giménez, paraguayo, las autoridades se incautaron de 105.200 dólares y 29.500 pesos, todos apócrifos, y de algunos gramos de marihuana de alta pureza.

La operación que permitió el apresamiento de las citadas personas comenzó hace ocho días en Asunción, donde cayó Giménez, y continuó el último fin de semana en Ciudad del Este, fronteriza con Brasil, a 320 kilómetros de la capital paraguaya, donde al parecer residen los dos extranjeros.

Las investigaciones, encabezadas por especialistas de la Policía de Narcóticos, se centran ahora precisamente en Ciudad del Este, situada en la zona denominada "Tres Fronteras" (Argentina, Brasil y Paraguay), donde se sospecha que operan los falsificadores. EFE

JBC/PAM/fr

08/29/19-43/95

9508273

a184

Nº DOCUMENTO 9508274

T Alemania entrega a Francia [illegible] de atentado de Ago/94

PCC 518593

FECHA [illegible] 11/8

VINCULACIONES 11487
65963
500145
507619

[illegible]

1102

[illegible]

[illegible] han entregado a la [illegible] Abdelilah Ziad, [illegible] perpetrado [illegible] que [illegible] y se informó hoy, [illegible].

Según [illegible] fue entregado a la Policía francesa y presentado ante la Fiscalía de [illegible] (este de Francia) donde se le notificó una orden de detención internacional.

Posteriormente, el presunto terrorista fue trasladado por agentes de un grupo de elite hasta París para ser interrogado por uno de los jueces de la sección antiterrorista, Jean François Ricard.

Ziad está acusado de "asociación de malhechores" en relación con un grupo terrorista como presunto miembro de una red integrista musulmana, de la que él sería el principal responsable en Francia.

En el atentado de Marrakech al parecer participó también el ciudadano francés de origen marroquí Tarek Falah, extraditado recientemente de Alemania a Francia, que ingresó en una prisión parisiense el pasado [illegible] de julio.

Otros dos miembros del comando, [illegible] Ait Idir y Redouane Hammadi, fueron detenidos [illegible] después del atentado y condenados a muerte [illegible] por el Tribunal de la ciudad marroquí de Fez. [illegible]

0101

9508274

[illegible]

en la fabricación [illegible]

Johnson [illegible]

Cardoen, con [illegible]
con Irán

[illegible] extradición [illegible] millones de dólares [illegible]
documentos presentados en el juicio.

[illegible] dentro de 60 días a las autoridades para [illegible] condena de cárcel [illegible]
[illegible] orden del juez. EFE

9508275

DOCUMENTO: Cardoen en tránsito que exporta armamento a Chile
TITULO: 07/20-10/95
PROC: 518593
FECHA: 7/8
VINCULACIONES: 11875
65709
65890
507596

01/01

9508275

Persisten Incógnitas Sobre el Atentado al World Trade Center

NUEVA YORK, 7 (EFE).— Pese a la captura de seis de los siete sospechosos del atentado contra el World Trade Center de 1993, EEUU sigue sin saber quién lo ordenó y por qué, lo que es inquietante dados los próximos acontecimientos, atractivos para el terrorismo, que tendrán lugar en el país este año y el próximo.

Del 4 al 9 de octubre próximos, el papa Juan Pablo II visitará Nueva York, Nueva Jersey y Baltimore, y hablará ante la Asamblea General de la ONU en Manhattan.

El misterioso Ramzi Ahmed Yusef, presunto "cerebro" del atentado contra el World Trade Center, quien, tras dos años de fuga, fue capturado en Pakistán en febrero pasado y extraditado a Nueva York, urdió un plan para asesinar al papa en su visita a Filipinas en enero pasado, según los investigadores.

Más de 175 jefes de Estado o Gobierno participarán del 22 al 24 de octubre en una sesión especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas en Nueva York para la conmemoración del cincuentenario de la organización mundial.

El clérigo integrista islámico egipcio Omar Abdel Rahman y otros nueve acusados están siendo juzgados en Manhattan por una presunta conspiración en 1993 para volar varios objetivos de Nueva York y la ONU y para asesinar a su Secretario General, el egipcio Butros Gali, y al presidente de Egipto, Hosni Mubarak.

Abdel Rahman, según los fiscales, planeaba una "guerra de terrorismo urbano" en Estados Unidos, cuyo primer acto fue el atentado al World Trade Center, que mató a seis personas e hirió a otras mil el 26 de febrero de 1993 y que barrió de golpe el sentido de invulnerabilidad del estadounidense medio al terrorismo internacional en casa.

Otro acontecimiento en EEUU, que podría ser un blanco muy atractivo para el terrorismo, son los Juegos Olímpicos que se celebrarán en Atlanta (Georgia) en 1996.

La semana pasada, el joven palestino jordano, Iyad Ismail, quien según los fiscales condujo la camioneta cargada de explosivos que estalló en el aparcamiento subterráneo del World Trade Center, fue detenido en Jordania y extraditado a EEUU.

Era el sexto de los siete sospechosos detenidos. Ismail, de 24 años, quien se ha declarado inocente de los cargos, tenía estrechos vínculos con Yusef, de 28, con quien, según se cree, fue a la escuela en Kuwait.

Dos semanas antes del atentado al World Trade Center, Yusef llamó a Ismail para que se trasladara de Texas a Nueva York. Los dos estaban en la camioneta-bomba el día D, dicen los fiscales.

Extraditaron a jordano por atentado a torres gemelas

Será juzgado por el ataque al World Trade Center en 1993

Un ciudadano jordano fue llevado ayer a Estados Unidos desde Medio Oriente para ser juzgado por su supuesta participación en el ataque dinamitero al World Trade Center (WTC) o Centro Mundial de Comercio en 1993, dijo un funcionario del gobierno.

Se cree que el hombre fue visto la mañana de la explosión con una furgoneta amarilla que fue conducida hasta el lugar con una bomba de 540 kilogramos, según el funcionario.

El vehículo quedó destrozado en la explosión del 26 de febrero de 1993, que dejó seis muertos y más de mil heridos.

El sospechoso fue extraditado a Estados Unidos por Jordania y llegó en un avión del gobierno norteamericano a la Base Stewart de la Fuerza Aérea cerca de New York, dijo el vocero.

Según se reveló en Jordania, el nombre del extraditado es Iyad Mahmoud Ismail Niim, de 24 años, residente en el campamento de refugiados de Jerash. *(En base a AP)* 2

Capturado otro sospechoso por el ataque a las Torres

El jordano de origen palestino Iyad Najem fue extraditado de Jordania a Estados Unidos por su presunto papel en el atentado contra las Torres Gemelas de Nueva York.

Casi dos años y medio después del atentado del World Trade Center de Nueva York, otro sospechoso, un ciudadano de origen palestino, fue extraditado de Jordania a los Estados Unidos, donde será acusado de haber jugado un papel "crucial" en el ataque. En Amman, el ministro de Justicia, Hisham al-Tell, identificó al sospechoso como Iyad Mahmoud Ismail Najem, de 24 años. Agregó que fue detenido el 31 de julio en Jordania, un día después que Amman recibió una petición oficial de extradición del Departamento de Justicia de Estados Unidos. Najem fue presentado el martes ante magistrados en Amman y dijo que quería ir a Estados Unidos "para demostrar la justicia de este caso", agregó el ministro. Añadió que Najem había vivido en Kuwait la mayor parte de su vida.

"El sospechoso accedió voluntariamente a viajar a Estados Unidos a defenderse él mismo en el caso sin tener que pasar a través de las formalidades de extradición según el tratado entre Estados Unidos y Jordania...", agregó Tell. Ambos gobiernos ratificaron ese tratado el mes pasado.

El 4 de marzo de 1994 cuatro de los acusados, incluyendo a Mohammad Salameh y Ahmad Mohammed Ajaj, fueron juzgados por el atentado al World Trade Center. Durante el juicio, la fiscalía describió a Yousef como el cerebro del plan, alegando que había comprado los productos químicos que se mezclaron para preparar los explosivos utilizados en el ataque.

Unas pocas [illegible] de la explosión del 26 de [illegible] 1993, Yousef y [illegible] fueron vistos cargando nafta en la ca[illegible]neta alquilada que se utilizó para llevar la bomba al estacionamiento subterráneo. Los investigadores afirman que encontraron sus huellas digitales en dos manuales para la fabricación de bombas.

Ramzi Ahmed Yousef, que fue capturado en febrero de este año, está incomunicado en el Centro Correccional Metropolitano de Nueva York. En una entrevista efectuada en la cárcel con el diario árabe *Al Hayat* que se publica en Londres y es de propiedad de un príncipe saudita, Yousef se describe a sí mismo como un militante de la causa islámica y declara su apoyo a la violencia para alcanzar los objetivos de la causa palestina. "Yo apoyo los objetivos de este movimiento, aunque sean el centro u otra cosa. Yo creo que este movimiento está autorizado para atacar blancos en los EE.UU. porque este país es socio de los crímenes cometidos en Palestina", dijo Yousef en la entrevista de diez minutos.

El 31 de mayo el juez Kevin Duffy reprendió al guardiacárcel Rick Reish por haber retirado de la celda del presunto terrorista la cuchara, la pasta de dientes, el reloj y el Corán, con el pretexto de que el acusado podría fabricar con ellos un artefacto explosivo. "Este es un caso de ramificaciones internacionales y está siendo observado por el mundo civilizado y quizás por el incivilizado", dijo Duffy.

Hace unos 10 días, Yousef despidió al abogado de oficio que le designaron y envió una carta a Duffy diciendo que quería representarse a sí mismo. También informó a Duffy que era "totalmente inocente" en el ataque al Centro Mundial de Comercio.

AFP



El sospechoso fue identificado como Iyad Mahmoud Ismail Najem.
Fue detenido el 31 de julio en Jordania y ayer fue extraditado.

Fuentes cercanas a los acusados dijeron que el presunto cerebro del ataque, Ramzi Ahmed Yousef, implicó a Najem en un intento para que el gobierno considerara llegar a un acuerdo con él. De acuerdo a esa versión, Mohammad Salameh, uno de los convictos en el juicio, esperaba llevar a Yousef y Najem fuera del garaje del edificio, luego que encendieran la mecha del explosivo de compuesto por 500 kilos de fertilizante, cuando otro vehículo le bloqueó el paso. "Ellos se preocuparon y temían que el edificio les cayera encima", agregó la fuente. Esa noche, Yousef y Najem partieron de Nueva York rumbo a Paquistán.

27

[illegible]

— DOC. ALGO CLARO —

N° DOC. ... 9508247

Detención de terroristas de Al Jamaa / Sudan

518593

25/3

VINCULACIONES 11902

5/4/91

65841

507664

01/05

9508277

9508277

XA3905

R POXBT 08-15 00592
mun exg

EGIPTO-TERRORISMO
TV EGIPCIA MUESTRA DETENIDOS QUE CONFIESAN IMPLICACION SUDAN

El Cairo, 15 ago (EFE).- La televisión egipcia difundió esta noche, después de su principal informativo, sendas entrevistas con dos presuntos terroristas, detenidos recientemente, que repitieron ante las cámaras sus confesiones en las que implican a Sudán en el frustrado atentado contra el presidente Hosni Mubarak.

Mohamed Al Sharqawi, y Ali Al Qasem, ambos egipcios, narraron, en entrevistas separadas, cómo recibieron entrenamiento terrorista en Sudán y sus conexiones con el grupo radical armado Yamá Islamiya (Asamblea Islámica), el más activo en Egipto.

Ambos afirmaron también que habían reconocido a varios de los terroristas que participaron en el magnicidio frustrado, ejecutado en Adis Abeba el 26 de junio, al ver sus fotos en la prensa, y que los conocían de Sudán y de Afganistán.

Los dos entrevistados forman parte un grupo de cinco detenidos hace dos semanas en Egipto, después de haberse infiltrado en el país desde Sudán, y que confesaron que venían a realizar operaciones contra destacadas personalidades egipcias e instalaciones vitales, según han difundido estos días los medios oficiales.

"Nos mandaron aquí para hacer operaciones, especialmente contra objetivos turísticos y personalidades", dijo Sharqawi ante las cámaras.

Ambos dijeron que les envió a Egipto Mustafa Hamza, uno de los terroristas más buscados en Egipto, líder del ala militar de la Yamá, condenado dos veces a muerte en rebeldía, y a quien se ha relacionado con el atentado de Adis Abeba.

"Me dio 2.500 dólares antes de venir, con los que alquilé un apartamento", dijo Sharqawi, mientras Qasem dijo que había recibido de Hamza mil dólares.

Los miembros del grupo no se conocían entre ellos, y sólo se veían de vez en cuando, con citas acordadas previamente con el "jefe" del grupo, identificado como Ashrab. Cuando querían una cita no prevista tenían que enviar un mensaje a un apartado de correos de Jartum, agregaron.

Los dos confesaron un pasado similar: tenían contactos con la Yamá Islamiya, viajaron a Arabia Saudí y lucharon en Afganistán con los muyahidín, donde obtuvieron parte de su experiencia de lucha.

"En Arabia Saudí estuve dos semanas en casa de un miembro de Yamá Islamiya, antes de ir a Afganistán, donde estuve entre 1992 y 1994", afirmó Sharqawi.

De allí viajó a Jartum vía Pakistán, y entró en un campo de entrenamiento -que él llama granja- "donde había unas 20 ó 30 personas, algunos egipcios y nos enseñaban a falsificar documentos de identidad y el uso de explosivos y armas".

Qasem, por su parte, estuvo en Arabia Saudí y Yemen antes de ir a Sudán, donde estuvo cuatro meses en un campo de entrenamiento. "Vine a Egipto en coche, a través del desierto, con el objetivo de familiarizarme con El Cairo para realizar operaciones a medio plazo", afirmó.

Según difundió estos días la prensa, "Mustafa Hamza encargó a los detenidos infiltrarse en Egipto al mismo tiempo que ordenó a

02 9508277

otro grupo, que efectuó el atentado contra Mubarak, viajar a otro lugar que no conocían", que luego resultó ser Adis Abeba

Los dos entrevistados, que fueron mostrados por las cámaras por separado, aparecían tranquilos, y cuándo se les preguntó si estaban "arrepentidos" no mostraron mucha convicción al responder.

La televisión ha anunciado para mañana una entrevista con otro de los detenidos, mientras que los otros no han querido hablar ante las cámaras.

Todos pueden ser condenados a muerte, en caso de ser hallados culpables de los cargos en su contra, como planear asesinatos, tener contactos con un país extranjero para llevar a cabo actos contra la seguridad y la estabilidad de Egipto y pertenecer a una organización ilegal, según informaron ayer fuentes judiciales. EFE

vh/feb/jal/arp

08/15/21-18/95

03

DOC. DIGO CLDRO .

04

9508277

DOC. ALGO CLARO.

05/05

9508277

Orden de búsqueda contra terrorista

518593

29/8

11817

65811

XJ1739

U PQXRT 08-29 00224

exg mrm

EGIPTO-TERRORISMO

ORDEN BUSQUEDA Y CAPTURA CONTRA CABECILLA TERRORISTA ZAIDAN

El Cairo, 29 ago (EFE) - La fiscalía de Estado ha ordenado la búsqueda y captura de Rafat Zaidan, considerado uno de los pricipales "cabecillas" terroristas egipcios, y que, según las investigaciones, se encuentra en el país.

De acuerdo con el fiscal general de la Seguridad del Estado, Hisha Seraya, la orden de detención de Zaidan se ha dado después de que las investigaciones e interrogatorios de otros detenidos radicales integristas islámicos hayan confirmado su presencia en la zona de Asiut, 385 kilómetros al sur de El Cairo.

Las informaciones indican que Zaidan está reorganizando a los grupos terroristas de la zona, que volvieron de Sudán y Afganistán, y les ha ordenado la vigilancia de "centros de interés vital", robos, destrucción de iglesias coptas y la compra de armas.

La provincia de Asiut fue donde comenzaron a actuar en marzo de 1992 los primeros grupos violentos islámicos para intentar derrocar el régimen del presidente egipcio, Hosni Mubarak.

Desde el año pasado, estos grupos, principalmente la "Yamá Islamiya" (Asamblea Islámica), actúa más en la provincia de Minia, al norte de Asiut, unos 250 kilómetros al sur de la capital.

Se calcula en más de mil los muertos registrados en atentados de los radicales islámicos y en sus enfrentamientos con las Fuerzas de Seguridad desde 1992. EFE

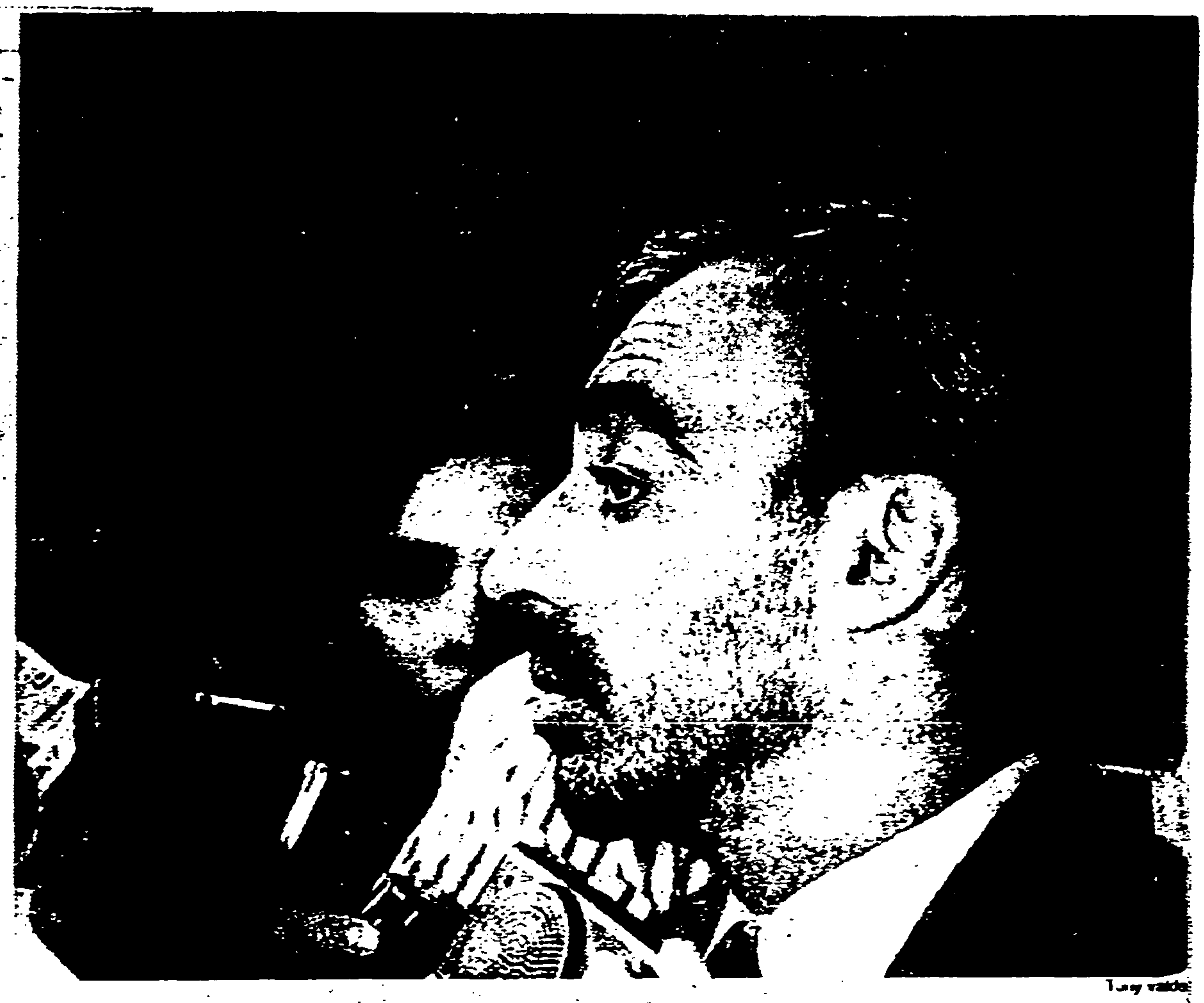
ei/msr

6508278

El juez Juan José Galeano recibirá hoy la declaración del comisario Octavio Cuello sobre Telleldín padre.

El comisario retirado apuntará también contra una presunta célula nazi en el seno de la policía cordobesa.

La familia Telleldín, una mujer que lo conoció y la policía cordobesa aseguraron que Telleldín padre está muerto. Su fallecimiento en un misterioso accidente automovilístico había sido puesto en duda por el comisario Octavio Cuello e investigaciones periodísticas que develaron los antecedentes antisemitas del padre del único detenido por el atentado a la AMIA.



ATENTADO A LA AMIA

Una muerte bajo sospecha

(Por Raúl Kollmann) ¿Vive o no Raúl Pedro Telleldín, ex jefe de inteligencia de la policía cordobesa y padre del principal detenido por el atentado a la AMIA? La pregunta parece recibir respuestas distintas cada día: ayer, una mujer que no quiere revelar su nombre, sostuvo en declaraciones periodísticas que mantuvo una relación de amistad con Telleldín padre y que vio su cuerpo sin vida después del accidente automovilístico del 21 de octubre de 1933. La mujer reconoció que el ex jefe de inteligencia tenía Telleldín padre vive y que incluso él sabe dónde está radicado. Se habla de Bell Ville, Cosquín y una localidad en las afueras de la capital cordobesa, Agüero. Sus afirmaciones coinciden con lo señalado hace tiempo por el periodista Carlos Juvenal, que investigó las bandas dedicadas a secuestros extorsivos –Telleldín padre tuvo, aparentemente, vinculaciones con el grupo de Aníbal Gordon– y concluyó que la muerte del ex jefe de inteligencia pudo haber sido fraguada. De hecho, el expediente desapareció en algún lugar entre la Fiscalía y el juzgado. De una u otra manera, la declaración de Cuello ante el juzgado de Galeano tendrá importancia no sólo en relación con Telleldín padre sino también respecto de si existe en la policía cordobesa un grupo de oficiales de ideología nazi, que provocaron la aparición de un casco con la cruz esvástica hace diez días, pero que fundamentalmente puedan tener alguna relación con el atentado.

La desconocida que habló ayer con los medios de prensa no quiso revelar su nombre, dijo que vio el cadáver de Telleldín y que también estaba presente el general Luciano Benjamín Menéndez, el hombre fuerte del Proceso en Córdoba, cabeza de la durísima represión que se vivió en la provincia mediterránea durante el Proceso y en la que Telleldín padre fue una pieza clave.

01-03

Fotocopia algo oscura - 01/03 950809

nía ideas fuertemente antisemitas fundamentalmente porque su familia era de origen árabe y –según dijo– "Telleldín consideraba que los judíos les habían usurpado los territorios del Medio Oriente".

La polémica sobre si Telleldín padre vive o está muerto tiene su importancia: los investigadores consideran que si está con vida podría ser él la cabeza de una célula de ideología nazi, que pudo haber planeado y llevado a cabo el atentado contra la sede de la comunidad judía en Buenos Aires.

La familia de Telleldín prácticamente ridiculizó la versión de que el padre del clan sobrevivió al accidente: "Es un disparate –sostuvo uno de sus hijos ante **Página/12**–. Si mi padre estuviera vivo, de ninguna manera Carlos aparecería implicado en semejante masacre, con una camioneta que está a su nombre y un número de motor que hasta un principiante hubiera sabido borrar. Aquí, lo único que sucede es que el comisario Octavio Cuello odiaba a mi padre y ahora sale con esta versión".

Otro familiar de los Telleldín reconoció lo adelantado por este diario: el ex jefe de inteligencia tenía una segunda esposa, que actualmente vive en Santa María de Punilla, con la que tuvo dos hijas, aunque también la mujer ratifica que Telleldín murió en el accidente. En el mismo sentido hubo un pronunciamiento semioficial de la policía cordobesa: "Para nosotros Telleldín está muerto", señaló la fuente.

Cuello se presentará hoy ante el juez Juan José Galeano, que investiga el atentado de la AMIA, para dejar sentadas sus sospechas de que

Fotocopia con partes oscuras.

02

TELLELDÍN CONTRA VERGEZ

La causa del millón

Carlos Alberto Telleldín, principal implicado en la investigación del ataque contra la AMIA, declaró ayer ante la Justicia como testigo en una causa en la que denunció que el ex capitán del Ejército Héctor Vergez le ofreció un millón de dólares y la libertad a cambio de involucrar en el caso a un grupo de libaneses.

La causa fue iniciada por disposición de la Cámara Federal porteña, y Telleldín ratificó ayer ante el juez federal Carlos Branca su denuncia. Telleldín aseguró que Vergez le ofreció el trato en representación de autoridades del gobierno, y que el acuerdo implicaba que él señalara a los libaneses extraditados desde Paraguay como miembros del Hezbollah, grupo fundamentalista islámico acusado de atentados terroristas. Vergez admitió públicamente haberse entrevistado con Telleldín, pero negó haberle ofrecido dinero en representación de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), como asegura el principal implicado en la causa por el atentado contra la AMIA.

Los libaneses fueron extraditados a Buenos Aires la semana última por pedido del juez federal Roberto Marquevich, quien investiga una causa por acopio de explosivos. Sin embargo, después de tomarles declaración, Marquevich dispuso la libertad de los libaneses.

Según señaló ayer un funcionario del juzgado de San Isidro, los servicios de inteligencia de Paraguay difundieron una información errónea que convertía en sospechosos de terrorismo a los cinco libaneses y dos brasileros extraditados desde Asunción. De este modo, el juzgado de Marquevich respondió al ministro del Interior paraguayo, Carlos Podestá, quien anteayer había dicho que "resultó sorprendente que en 48 horas el magistrado (por Marquevich) decidiera la libertad de los extraditados".

Un colaborador del ministro paraguayo que participaba en Buenos Aires de las Consultas sobre Cooperación para Prevenir y Eliminar el Terrorismo Internacional (ver nota aparte) agregó que la actuación del juez argentino en el caso "fue una vergüenza".

Los extraditados que recuperaron su libertad fueron los libaneses Sergio Salem, Luis Nader, Johny Moraes Baalbaky, Mohamaad Alayan, Fadi Abdul Chekair y los brasileños Roberto Ribeiro Ruiz y Valdirene Vieira Ferguglia.

3 – 3

950827 9

03-03

24

N° DE DOCUMENTO 9508280

TEMA: Atentado en Francia

PROCEDENCIA: 51873[illegible]

FECHA DE RECEPCION: 28/8

VINCULACIONES: [illegible]
65963
67226
514664
5136[illegible]

D[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Paris, 28 ago (EFE).- El ministro de Justicia, Jacques Toubon, aseguro hoy, lunes, que Francia [illegible] en las proximas horas una demanda de extradicion francesa contra el presunto terrorista argelino Abdelkrim Deneche, detenido en Estocolmo.

"Hay una pista que es seria. La demanda esta fundada en elementos importantes que reposan sobre la orden de busqueda y captura internacional lanzada a peticion del juez que instruye el sumario, Jean Francois Ricard", agrego en declaraciones a la emisora "France Inter".

Toubon confirmo su iniciativa al dia siguiente de que el fiscal sueco Jan Danielsson se alinease a la posicion de Paris e inculpase a Deneche por el asesinato del iman Sahraoui, vicepresidente del Frente Islamico de Salvacion (FIS) de Argelia, el pasado 11 de julio en Paris.

El ministro, que esta tarde se reunira con el jefe del Ejecutivo y con el ministro del Interior para analizar la situacion de los atentados terroristas en Francia, [illegible] partidario de un "equilibrio" entre el derecho a la informacion y al derecho a la seguridad.

Sin dar detalles [illegible] de Paris no quiso comentar la investigacion en curso sobre la bomba que el sabado fue descubierta intacta junto a la via del tren rapido Lyon-Paris al haber fallado su sistema de encendido.

Tampoco quiso comentar la similitud tecnica de fabricacion entre ese artefacto explosivo y los que explosionaron efectivamente en Paris el [illegible] de julio y el 17 de agosto, matando a siete persona y causando mas de un centenar de heridos.

En los tres casos se habia utilizado una bombona de gas aunque en esta ocasion de mayores dimensiones, pues segun informa hoy la prensa francesa, la bomba colocada a 30 kilometros de Lyon contenia 25 kilogramos de sustancia explosiva mientras que las bombas de Paris no superaban los tres kilogramos.- EFE

lg/rcm

28 AGO CASO -

08/28/08-05/95

01-16

9508280

0P3775

R POXRT 08-27 0019?

mun exg

FRANCIA-ATENTADO-SUECIA

DENECHE SOSPECHOSO ASESINATO IMAN SAHRAOUI SEGUN RADIO SUECA

Estocolmo, 27 ago (EFE) - El argelino Akdelkrim Deneche, detenido el pasado lunes por la policia sueca, ha sido informado por el procurador, Jan Danielson, que es el principal sospechoso del asesinato del iman Sahraoui, perpetrado el pasado 11 de julio en París, anunció esta noche la radio sueca.

La emisora de Estocolmo reveló que Deneche, de 39 años, emprendió una huelga de hambre, segun informó su abogado Gengt H Nilsson, en protesta por la acusaciones en su contra.

El iman Sahraoui, uno de los fundadores del Frente Islámico de Salvación (FIS) argelino, fue asesinado en su mezquita en la capital francesa por dos desconocidos que se dieron a la fuga.

El argelino fue detenido el pasado lunes por la policía sueca a petición del juez frances Jean François Ricard, encargado del caso del atentado perpetrado en el metro express regional (RER) de Paris el pasado 25 de julio que causó siete muertos y 86 heridos.

La justicia gala lanzo el pasado miercoles una petición de arresto internacional contra Deneche, y deberia presentar en los próximos dias una solicitud de extradicion a las autoridades suecas. EFE

PDC 08/27/22-27/95

08/27/22-30/95

02 9508280

XJ1461

U POXRI 08-24 00614

exg mun

FRANCIA-ATENTADO (Previsión)

PARIS NO DESISTIRA EMPEÑO RECUPERAR ARGELINO DETENIDO SUECIA

París, 24 ago (EFE).- Las autoridades francesas no desisten en su empeño de recuperar al argelino detenido en Estocolmo por su presunta implicación en los recientes atentados de París, pese a que
la policía sueca ha retirado las acusaciones.

La Justicia francesa insiste en que el hombre, Abdelkrim Deneche, alias Abdesadur, puede estar relacionado con el atentado del "metro" de París, por lo que ha dictado una orden de detención internacional que constituye de hecho una inculpación.

Esta orden es una primera etapa obligatoria para formular una demanda de extradición que podrían presentar los magistrados franceses a Suecia.

Las autoridades suecas tienen tres alternativas, según los análisis efectuados por los expertos franceses, entre las que figura dejar en libertad al sospechoso y abandonar todas las diligencias, algo que parece muy improbable.

Otra posibilidad sería expulsar del país a Deneche, como parece desearlo la policía secreta, que elabora actualmente un informe en este sentido, aunque la decisión puede llevar al menos cuatro semanas.

En este caso, es necesario que otro Estado acepte acogerle, y Francia podría transmitir a este tercer país una demanda de extradición.

La última alternativa consiste en extraditar a Francia al argelino, que ha llamado a la "Yihad" (Guerra Santa) a los fieles en las mezquitas.

Pero Suecia, aunque parece deseosa de deshacerse de Deneche, teme suscitar las represalias de los integristas musulmanes y, al mismo tiempo, provocar tensiones diplomáticas con Francia y Argelia, afirman los observadores.

Abdesadur ha sido identificado por un gendarme francés que viajaba en el vagón donde explotó la bomba el pasado 25 de julio, en la estación de Sain Michel (centro de París).

El gendarme, que estaba de paso en París, se fijó en tres hombres de tipo magrebí, cuyo comportamiento le hizo pensar que se trataba de pequeños traficantes de droga, y ha identificado a uno de ellos, Abdesadur, en un conjunto de fotografías que le fueron enseñadas.

Sin embargo, las autoridades suecas afirman que el sospechoso demostró mediante unos documentos bancarios que se encontraba en Suecia el 25 de julio, día del atentado perpretado en la estación de "metro" (ferrocarril subterráneo) de Saint Michel en el que murieron siete personas y 84 resultaron heridas.

"Le Figaro" informa hoy, jueves, de que Deneche, que es refugiado político en Suecia, recibe cada mes una ayuda financiera de los servicios sociales y afirmó que ese día retiró la suma en una oficina de correos de Haninge (periferia sur de Estocolmo)

El fiscal de Estocolmo Jan Danielsson ha anulado la orden de detención contra Abdesadur y retirado la acusación de asesinato y complicidad en asesinato que pesaba sobre él desde su detención el pasado lunes a petición del juez de la sección antiterrorista de París Jean Francois Ricard, quien instruye este sumario.

03

9508280

Pese a todo, el argelino, que estaba considerado por la policía francesa "la pista más seria" desde que comenzó la investigación, permanece en prisión en aplicación de una ley especial sobre el control de los extranjeros y en espera de una decisión judicial.

La retirada de los cargos ha causado decepción en Francia, donde
los comentaristas subrayan que la decisión dará lugar a una batalla en el terreno político, jurídico y diplomático para lograr la entrega del presunto terrorista.

El primer ministro francés, Alain Juppé, opinó unas horas después de conocerse la decisión sueca, el pasado miércoles, que pese a todo la orden de arresto internacional representa "una etapa importante".

El juez Ricard, que se encuentra en Suecia desde el pasado viernes, no ha conseguido asistir a los interrogatorios del sospechoso, pero según los observadores debe tener suficientes elementos en su contra para haber pedido la orden de arresto. EFE

ag/mar/ias

08/24/09-28/95

DOC. DCGO OSCURO

04

9508280

XA4311

U POXBT 08-18 0055?

FRANCIA-ATENTADO (Previsión)

PARIS AMANECIO CON PSICOSIS NUEVA OLA ACTOS TERRORISTAS

Por Sylvia Carrasco

París, 18 ago, (EFE) - La capital francesa amaneció hoy, viernes, con la psicosis de que se produzca una nueva ola de atentados tras la explosion que ayer causó diecisiete heridos, entre ellos once extranjeros.

El atentado ocurrió cerca del Arco de Triunfo, uno de los lugares más turísticos de París, y a una hora (las 15.10 GMT) de mucha afluencia de público.

Diez de los heridos, entre ellos tres graves, seguían hospitalizados esta mañana pero "no corre peligro la vida de nadie", indicaron fuentes de la Asistencia Pública de los Hospitales de París (AP-HP).

Los heridos graves, un niño italiano, una británica y un portugués, fueron operados anoche en diferentes hospitales de la capital francesa.

Pocas horas después del atentado, el ministro del Interior, Jean Louis Debré, reunió una célula de crisis para "permitir que la investigación se desarrolle en buenas condiciones".

A la reunión asistieron el director general de la Policía Nacional, el prefecto de París, los responsables de la Policía Judicial, de la Dirección de Vigilancia del Territorio (DST), de las Informaciones Generales (policía secreta) y de la Unidad de Coordinación de la lucha antiterrorista (Uclat).

El refuerzo de las medidas de seguridad empezó a notarse desde anoche en las calles de París con la presencia de decenas de coches patrulla y el incremento de los controles de identidad.

Tras la explosión que el 25 de julio causó la muerte de siete personas y heridas a otras 86 en la estación de "metro" Saint Michel, el Gobierno teme que vuelva a producirse una nueva ola de atentados como la que azotó la capital en 1986.

El hecho de que nadie haya asumido la autoría de los dos atentados y la similitud del método empleado (una bombona de camping gas repleta de clavos) hace pensar en que se trata de los mismos ejecutores, comenta hoy la prensa.

"Si bien se ha privilegiado la pista argelina integrista por parte de los investigadores (...), la hipótesis de actos aislados, más o menos manipulados, no puede descartarse", señala hoy un editorial del diario "Liberation".

"La ausencia de reivindicación alimenta la impresión de que los que colocan las bombas, sean franceses o extranjeros, no tienen nada concreto que regatear y que quieren imponer ante todo un clima de psicosis obligando a las autoridades galas al espectáculo de la impotencia", añade el diario.

Al actuar ayer en uno de los lugares más atractivos para los turistas, los terroristas sabían que iban a alarmar a la opinión internacional, subraya también la prensa gala.

El ministro francés de Asuntos Exteriores, Hervé de Charette, envió ayer a sus colegas de Hungría, Italia, Alemania, Reino Unido y Portugal (países de los once extranjeros heridos ayer) una carta en la que asegura que se ha hecho todo lo necesario para brindar la asistencia adecuada a las víctimas.

Al igual que durante la serie de atentados de 1986, en los que,

9508280

05

"metro" [illegible] tras el acto
terrorista del 25 de julio.
Consciente de que estos actos [illegible] el alcalde de París, Jean Tiberi, hizo hoy un llamamiento para que los [illegible] tengan cuidado pero "no caigan en la psicosis del miedo".
"No hay que caer, como así lo quieren los terroristas, en la provocación y el temor", insistió EFE.
SC/mar/ik

08/18/10-33/95
XX/XX/XX-XX/XX

9508280

06

XJI142
R POXBT 06 [illegible] 00531
mun

FRANCIA-ATENTADO
POLICIA CENTRA INVESTIGACION EN "PISTA ARGELINA"

París, 18 ago (EFE).- La policía francesa da prioridad a la "pista argelina" en su investigación sobre los atentados cometidos en París en las últimas tres semanas, en los que han resultado muertas 7 personas y heridas 103.

El atentado de ayer, jueves, perpetrado en uno de los lugares más turísticos de la capital francesa, el Arco del Triunfo, volvió a sembrar el temor a una ola de actos terroristas como la que azotó París en 1986, al cobrarse 16 heridos, de los que tres resultaron de gravedad y afectaron a once extranjeros.

De todos los testimonios recogidos desde ayer, la policía considera el de un joven ciclista como el más serio de todos.

El joven asegura haber visto a dos hombres "de aspecto magrebí" colocando un paquete en la papelera que explotó, situada a la salida de una boca de "metro" (ferrocarril suburbano) y detrás de un quiosco de periódicos.

Según el vespertino "Le Monde", los autores del atentado del "metro" ~~Saint Michel, en el que~~ murieron 7 personas y 86 fueron heridas, y los del Arco de Triunfo podrían haber actuado para vengar la muerte, el 26 de diciembre, de los cuatro integristas argelinos que secuestraron el Airbus de Air France.

Ambos atentados presentan varias similitudes examinadas "de cerca" por la policía: el método empleado (una bombona de camping gas), la elección de un lugar especialmente frecuentado por turistas y la hora, sobre las 15,00 gmt, con mucha afluencia de público.

El Grupo Islámico Armado (GIA) argelino podría ser, según la policía francesa, el organizador de las dos últimas acciones terroristas y del asesinato, el 11 de julio en París, del Iman Abdelbaki Sahraoui, cofundador del Frente Islámico de Salvación (FIS), considerado como un islamista moderado.

Las redadas ordenadas en los últimos meses, por la justicia y la policía galas, contra redes de apoyo logístico a los extremistas islámicos en Francia sólo han podido [illegible] la hostilidad del GIA y del FIS contra Francia, [illegible] este país.

[illegible] integristas islámicos en Francia [illegible] junio, [illegible] 130 personas, de las cuales [illegible] de pertenecer a redes de apoyo al GIA y del FIS.

"Le Monde" [illegible] que después del asesinato de Sahraoui, el 11 de julio, el periódico argelino, generalmente bien informado sobre grupos integristas, [illegible] que "la pista del GIA" era casi obvia para explicar el crimen del Iman parisiense.

La policía francesa [illegible] también su investigación en la "conexión belga" de la "pista argelina": varias monedas belgas fueron encontradas [illegible] en la mezquita del Iman Abdelbaki y la identificación de la bombona de camping gas que explotó en Saint Michel ha permitido hallar que fue fabricada en Bélgica.

Al [illegible] la "pista argelina", el ministro francés de Exteriores, [illegible] de Charette, [illegible] tarde que "Francia no acusa [illegible]

[illegible] mundo

9508280

07

heridas, [illegible]
mortal, aunque [illegible]

[illegible] instalado el 25 de julio para [illegible] continúa en funcionamiento y puede seguir recibiendo llamadas [illegible]

08/18/16-58/35

08

9508280

DR2499

[illegible]

09

9508280

Doc. CDRO:

10

DOC. CHIARO.

9508280

11

[illegible]

[illegible]

[illegible] en el lugar del atentado que el pasado 25 de julio causó la muerte de siete personas y heridas a otras 84 en la capital francesa, aunque las primeras informaciones afirmaban que no fue interrogado.

Ricard, que oficialmente está de vacaciones, viajó el pasado viernes a [illegible] acompañado de [illegible] agentes antiterroristas de la Policía Judicial de París y de la Dirección de Vigilancia del Territorio (servicios secretos) franceses.

En función de los resultados de la investigación de la policía sueca, el juez podría dictar una orden internacional de detención, para solicitar posteriormente su extradición a Francia.

[illegible] es considerado por la prensa como un "importante miembro del GIA", el más radical de los movimientos terroristas argelinos, que combatió contra las tropas rusas en Afganistán y que ha seguido un entrenamiento militar [illegible].

Además, sería el fundador del boletín informativo clandestino "[illegible]-Ansar", distribuido después de la [illegible] en Estocolmo.

Nacido en Argelia hace [illegible] años, [illegible] fue presentado en julio pasado por el diario argelino "[illegible]" como el instigador del asesinato, el 11 de julio pasado, del imán del distrito 18 de París, Abdelbaki Sahraui, uno de los fundadores del Frente Islámico de Salvación (FIS), conocido por su tendencia moderada.

Según la cadena de radio "Europe 1", la detención es el resultado de un largo y minucioso seguimiento de los servicios de policía, que en los últimos días organizaron "una misión de reconocimiento" que viajó directamente a la capital sueca". EFE

ag/tl/cho

9508280

12

[illegible] 19/95

9508280

EA0742

U POXFT 08-21 00661
mun exg

FRANCIA-ATENTADO (previsión)
POLICIA ESTABLECE LAZOS ATENTADOS PERO NO SON MISMOS AUTORES

París, 21 ago (EFE).- La policía ha establecido lazos entre los tres últimos atentados perpetrados en París, por lo que mantiene la hipótesis de que se trata de una misma organización de origen argelino, pero sus autores podrían ser diferentes.

Según fuentes próximas a la investigación, existen similitudes entre los retratos-robot hechos después del asesinato, el 11 de julio pasado, del imán de la mezquita del distrito 18 de París, Abdelbaki Sahraui, cofundador del Frente Islámico de Salvación (FIS) argelino, y los del atentado perpetrado en el "metro de París" el 25 de julio.

Estos no coinciden, sin embargo, con la descripción de las dos personas que depositaron un paquete en la papelera de la plaza de l'Etoile, donde se produjo el pasado jueves el tercer atentado, y que podrían ser los autores de la acción terrorista.

Las investigaciones han mostrado que las bombas colocadas en la estación de Saint Michel, donde murieron siete personas y 84 resultaron heridas, y en la plaza de l'Etoile, donde hubo 17 heridos, tenían elementos comunes: una bombona de "camping-gas" de 3 litros, una pila de 9 voltios para hacer funcionar el detonador y el mismo tipo de explosivo.

El laboratorio de la policía deberá determinar en los próximos días si la bombona utilizada en l'Etoile procedía de Bélgica, como la empleada en el atentado del metro parisino.

En ambos casos, el sistema dio poco margen de maniobra a los terroristas, ya que se calcula que en l'Etoile la explosión se produjo entre 60 y 90 segundos después de ser activada, y en el metro en menos de dos minutos.

La presencia de una moneda belga en una bolsa olvidada por los asesinos del imán y la procedencia de la bombona utilizada en Saint Michel hacen pensar que los terroristas disponen de una red de apoyo logístico en Bélgica, y que cuentan con la ayuda de integristas instalados en la periferia de París, donde se ha comprobado la influencia de estos grupos entre los jóvenes.

Otra pista es la compra en un centro comercial de un "spray" de pintura, utilizado para hacer unas pintadas en la mezquita, y una serie de utensilios y materiales, entre ellos un soldador, que pudo servir para la fabricación de los artefactos explosivos.

Según el diario "France-Soir", los terroristas que mataron al imán y colocaron la bomba en el metro podrían pertenecer a un mismo comando, que viajó desde Bélgica a Francia expresamente para

9508280

[illegible]

un [illegible]

En [illegible]
atentados podrían [illegible]
Armado-Mando [illegible]
servicios secretos [illegible]
telefónicas a [illegible]

Oficialmente, las tres llamadas no han podido ser 'autentificadas', pero los investigadores toman en serio estos mensajes lanzados por una misma voz, que podrían corresponder a la de un hombre de unos cuarenta años.

En nombre de la 'Jihad" (Guerra Santa), los comunicados exigían a Francia que "interrumpa su apoyo al régimen de Argel", además de proferir amenazas de 'guerra total" y anunciar el nombre de un nuevo explosivo que podría ser utilizado en Francia si el Gobierno no obedece.

Los mensajes utilizan fórmulas habituales de los integristas musulmanes, como 'en nombre de Dios Todomisericordioso", y se despiden con un "Allah Akhbar" (Dios es grande).

Los servicios secretos han puesto de relieve "incoherencias" entre los tres mensajes, que hablan unas veces de extender sus acciones en Europa y otras de atacar los intereses franceses.

El ministro de Justicia, Jacques Toubon, ha declarado que no comprende el mensaje dirigido a las autoridades francesas y que, contrariamente a lo que ocurrió con los atentados de 1985 y 1986, no dejan claro cúal es su objetivo. EFE

ag/mag/cho

08/21/17-02/95

[illegible] ATENTADO ... TRIUNFO

[illegible] (GIA) Mando General [illegible]

[illegible] manifestado tras el atentado [illegible] murieron 7 personas [illegible] Saint Michel de París.

[illegible] "GIA Mando General" [illegible] Argelia.

[illegible] "GIA-Mando general" [illegible] en Argelia y no ha [illegible] ninguna operación".

[illegible] los últimos comunicados del GIA [illegible] firmados por el presunto jefe del movimiento, Abu Al [illegible] Amin, que lleva el seudónimo de [illegible]

[illegible] grave [illegible] favorablemente, su función [illegible] algunas [illegible]

SC

03/11/13:41/95

9508280[illegible]

16/16

Nº. DOCUMENTO

TITULO Violencia [illegible] guerra [illegible]

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 1218

VINCULACIONES 11213

65963

DOC EN SU TOTALIDAD CLARO

01-03

9508281

1406

C2

9508281

22

mun exg

ISRAEL-ATENTADO

TELEVISION ISRAELI IDENTIFICA JEFE MILITAR HAMAS EN DAMASCO

Jerusalén, 23 ago (EFE).- La televisión pública de Israel dio a conocer hoy la identidad del jefe del brazo militar del integrista Movimiento de Resistencia Islámica (Hamas), que supuestamente dirigió desde Damasco, capital siria, los últimos ataques terroristas suicidas en Israel.

Ehud Yeari, experto en asuntos árabes del canal israelí, sostiene que el jeque Ezadine Jalil es quien ordena a los terroristas de Hamas sus acciones en la franja de Gaza y en Cisjordania.

Jalil, palestino de Gaza de 38 años, fue deportado por Israel al Líbano en 1982, para pasar después a Siria, país desde el que opera habitualmente, informó Yeari.

El primer ministro israelí, Isaac Rabin, denunció hoy la posible implicación de Siria en los últimos atentados y afirmó que, aunque fueron cometidos por residentes de los territorios ocupados, éstos podrían haber recibido instrucciones desde Damasco.

Asimismo, Jalil sería el principal mentor de Yehiya Ayyash, conocido como "El Ingeniero", uno de los hombres más buscados por la policía israelí, acusado de ser el responsable de al menos los seis últimos ataques terroristas contra israelíes.

Por otra parte, las fuerzas de seguridad israelíes detuvieron hoy a dos miembros de Hamas relacionados con los atentados suicidas del 24 de julio y del pasado lunes en Israel, informó hoy el jefe del Shin Bet (Servicios Generales de Seguridad israelíes).

Naser Isa, de la zona autónoma de Gaza, y Jatem Ismail, de Jerusalén oriental, están acusados de planear los atentados y de encargárselos a los terroristas suicidas que los cometieron.

El primero de los suicidas fue identificado como Labib Fares Azem, de 24 años, causante de seis muertos y 31 heridos por la explosión de un autobús el 24 de julio en un suburbio de Tel Aviv.

El segundo era Abu Sabih, de 26 años, que el pasado lunes provocó la muerte a cuatro pasajeros de un autobús de línea y heridas a otras 107 personas en Jerusalén.

Además, la policía detuvo a una treintena de personas por su supuesta implicación con los actos terroristas del grupo radical Hamas.

alp/nd

08/24/00-35/95

¿Un kamikaze mujer?

JERUSALEN (ANSA). – Tal vez por primera vez en su historia, el Movimiento de Resistencia Islámica (Hamas) habría recurrido a una mujer para cometer un atentado suicida. Versiones de distintas fuentes dijeron que quien voló ayer junto a la bomba que dejó cinco muertos y un centenar de heridos en Jerusalén sería Alia Abu Ghalia, una palestina de apenas 20 años que había desaparecido de su casa el día anterior.

Según la televisión israelí, en el documento con el que reivindicó el ataque, Hamas señaló que la joven fue la autora-suicida. La policía se dirigió inmediatamente hacia la localidad cisjordana de Al Ayzariya, donde vivía la chica. Sus padres, quienes habían denunciado la desaparición de su hija, fueron llevados a dependencias policiales israelíes para ser interrogados.

La versión fue discutida. El instituto de medicina legal de Abu Kabir (Tel Aviv) excluyó que una mujer hubiera sido el kamikaze y dijo que, entre las cinco víctimas, solo quedaba por identificar el cuerpo de un hombre. Para el hospital, él sería el autor de la matanza, y las dos mujeres que perecieron en el ataque ya fueron reconocidas: se trataría de una israelí y una turista.

Fuentes policiales señalaron, sin embargo, que aún quedaban dos cadáveres –el de una mujer y el de un hombre– sin identificar. La confusión se debería al estado de los cuerpos.

El temible "Ingeniero"

JERUSALEN (Reuter, AP y AFP).– Instantes después que un ómnibus de Jerusalén resultó ayer pulverizado y otro gravemenmte dañado por una bomba que cargaba un comando suicida, Radio Israel recibió un llamado de un desconocido que aseguró que el artefacto había sido fabricado por un terrorista árabe cuyo nombre de guerra es "El Ingeniero".

Los servicios de seguridad de Israel siguen desde hace tiempo sin éxito la pista del hombre, un ingeniero electrónico y experto en explosivos llamado Yahya Ayyash, cuyas bombas provocaron la muerte de decenas de personas.

El terrorista, que encabeza la lista de personas más buscadas por el Shin Bet (servicio secreto de Israel), logró evadir todas las tentativas de los agentes hebreos por capturarlo.

No obstante, la policía israelí consiguió ya trazar un retrato bastante acabado del escurridizo extremista palestino. Ayyash, un hombre de 29 años, nació en Rafat, una pequeña población situada entre Ramallah y Nablus, en el sector ocupado de Cisjordania.

Una leyenda contemporánea

Entre los árabes "El Ingeniero" ha adquirido perfiles legendarios. Sus compatriotas afirman que tiene "siete almas", lo que le permite escapar a todas las celadas tendidas por los policías israelíes para capturarlo o matarlo. Sus vecinos de Rafat aseguran que se encuentra bajo la protección directa de Alá.

Los israelíes sostienen que Ayyash prepara sus propios explosivos y que planea meticulosamente sus golpes. El atentado más trágico que se le ha atribuido se registró en 1994 y dejó un saldo de 22 muertos.

1-3

d-03

El Ingeniero

de la muerte

Pocos minutos después de la bomba que provocó una explosión que cobró la vida de cuatro personas y dejó centenares de heridos, una llamada anónima a Radio Israel dijo que "El Ingeniero" había atacado de nuevo. El sobrenombre provocó escalofríos entre los israelíes. El apelativo corresponde a Yahya Ayyash, el ingeniero en electrónica especializado en fabricación de bombas que ha logrado escapar varias veces de la captura del ejército israelí y de la policía secreta.

Ayyash encabeza la lista de personas más buscadas de Israel, pues funcionarios de inteligencia afirman que "El Ingeniero" ha sido el autor intelectual de la oleada de atentados que han provocado la muerte de decenas de israelíes y extranjeros desde que se firmó el acuerdo de paz entre Israel y la OLP en 1993. Los informes sobre Ayyash son escasos: se sabe que ha escapado de la muerte tantas veces que se dice que "tiene siete almas" y que en varias ocasiones ha evitado ser capturado. También se conoce que tiene 29 años.

Fuerzas israelíes indican que Ayyash prepara meticulosamente sus propios explosivos y planea cuidadosamente sus ataques. El atentado más trágico que se le ha atribuido ocurrió en 1994 y provocó la muerte de 22 personas. Militantes de Hamas afirman que su último roce con la muerte fue en abril, cuando abandonó un edificio media hora antes de que una misteriosa explosión lo hizo volar en pedazos.

Hamas –que responsabilizó a efectivos israelíes de la explosión– informó en esa ocasión que el dirigente militante Kamal Jeil falleció como consecuencia de la bomba. Desde entonces, militantes de Hamas afirman que Ayyash ha abandonado Gaza para residir en un país árabe junto a su esposa e hijo, aunque agentes de seguridad israelíes aseguran que éste actualmente reside en Gaza amparado bajo una identidad falsa.

02

DOC. CLARO

9508283

03-03

a508224

Portavoz de Hamas: atentado forma parte de lucha diaria

[illegible] 18593

22/8

11817

514407

507605

66330

[illegible]

[illegible] FORMA PARTE DE LUCHA DIARIA

Beirut, 22 ago [illegible] Movimiento de [illegible] martes, que el atentado de [illegible] de la lucha que [illegible]

[illegible] con la detención en [illegible] del jefe del [illegible]

[illegible] fin a la violencia [illegible] el establecimiento de una paz global [illegible]

[illegible]

01-01

9508284

Ha trascendido a través de los medios de difusión que el Gobierno de los Estados Unidos detuvo, cuando ingresaba al país, a Musa Abu Marzuk, una de las mayores autoridades del movimiento terrorista islámico Hamas, grupo que ha proclamado reiteradamente autoría de los más terribles atentados contra la población civil israelí, en un intento, según lo han proclamado, de impedir el proceso de paz que se está desarrollando en el Medio Oriente.

El Director Nacional de la Liga Antidifamatoria de B'nai B'rith, Abraham Foxman, ha declarado públicamente a los medios de difusión en los Estados Unidos que "ADL apoya firmemente el Acta sobre Terrorismo aprobada en el corriente año, la cual ha permitido la detención de Marzuk cuando intentaba entrar a nuestro país. Al impedirle el ingreso a Estados Unidos a un líder de una Organización que se ha ufamado de haber cometido decenas de atentados terroristas asesinando civiles indiscriminadamente, no hace otra cosa que permitir que Estados Unidos no sea usado como base para financiar, organizar, o dirigir actos terroristas aquí o en el extranjero".

Pero, ¿quién es Musa Abu Marzuk? He aquí una reseña de sus actividades y frondoso curriculum por el terrorismo en el mundo.

Autoridad de alto rango: Marzuk es el Jefe del Departamento Político de la Organización Hamas. Desde su cargo, es responsable de coordinar los aspectos internacionales de las actividades terroristas de Hamas, específicamente, el financiamiento y entrenamiento de las acciones de la Organización.

Vínculos con Hizbollah e Irán: Desde la Conferencia de Madrid de 1991, Irán se ha convertido en el mayor respaldo que tiene el movimiento Hamas, y Abu Marzuk ha sido desde entonces el nexo entre Hamas e Irán. En octubre de 1992, Abu Marzuk encabezó una "delegación militar y política" de Hamas que viajó a Teherán con el propósito de "firmar una serie de acuerdos de cooperación política y militar con Irán e Hizbollah". En sus comunicados, la Organización Hamas se refiere a sus atentados contra Israel como operaciones "militares".

Vínculos con la OLP: Abu Marzuk ha jugado un rol fundamental en el ininterrumpido relacionamiento de Hamas con la OLP. Luego de la expulsión por parte de Israel de 413 activistas de Hamas y la Jihad Islámica en 1992, Marzuk fue el principal representante de Hamas en las negociaciones que la OLP mantuvo con Israel en Túnez (Fuente: Jerusalem Report, del 25/2/93).

Actividades en Estados Unidos: Hasta fines de 1992, Marzuk residió en la localidad de Falls Church en Virginia. De acuerdo con lo señalado por su abogado, Marzuk vivió en Estados Unidos un total de 14 años, y 4 de sus hijos son nacidos en Estados Unidos. Luego, se mudó a la sede de Hamas en Damasco, Siria. Se informa que su esposa y sus 6 hijos viven en Nueva York.

Conferencista en el Seminario sobre Terrorismo en Kansas: Mientras estuvo viviendo en los Estados Unidos, Marzuk fue uno de los conferencistas de una sesión de entrenamiento de Hamas en Kansas en 1990. La sesión de entrenamiento incluyó entre otros temas, las instrucciones correspondientes para armar coches-bomba, instrucciones que fueron brindadas por otro activista árabe-americano nacido en Libia.

Vínculos con activistas de Hamas en Israel: Marzuk, fue Director político de una Organización localizada en Virginia cuyo nombre de pantalla es "Asociación de Estudios e Investigaciones". En enero de 1993 dicha Asociación se vinculó con dos palestinos-americanos arrestados en Israel por haber ingresado fondos al país con el propósito de organizar actividades terroristas de Hamas. Uno de estos dos activistas, Muhamed Saléh, está cumpliendo actualmente una condena de 5 años de prisión por ese delito.

Expulsión de Jordania: Inmediatamente después de firmarse el acuerdo de paz entre Israel y Jordania en mayo del corriente año de 1995, se le ordenó a Abu Marzuk que se fuera de Jordania el 1º de junio, junto a Imad Al-Alami, miembro del Departamento Político de Hamas que había sido representante de la Organización en Teheran (Fuente: Agencia Reuters, 31 de mayo, 1995). Se informó que Abu Marzuk viajó con pasaporte de Yemen, y Al-Alami con pasaporte de Argelia (también informe de Reuters). Desde su base en Jordania, Marzuk y Al-Alami habían estado involucrados en la coordinación y planificación de los atentados terroristas de Hamas contra Israel que causaron decenas de víctimas civiles en abril de 1994 en Afula y Hedera.

Israel Pide a los EE.UU. Extradite al Dirigente Hamas

NUEVA YORK, 8 (EFE). — Israel ha pedido a EEUU la extradición de Mazu Abu Marzuk, dirigente del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS), para juzgarlo por el asesinato de civiles y financiar las actividades "terroristas" del grupo palestino, informó hoy, martes, un juez federal estadounidense.

El magistrado dio a Israel 60 días para documentar sus acusaciones contra Marzuk y ordenó que este siga detenido hasta una nueva audiencia, que tendrá lugar el próximo 17 de octubre en los tribunales del barrio neoyorquino de Manhattan.

Según Israel, Marzuk encabeza el comité central de HAMAS, responsable de la "dirección y coordinación de acciones terroristas" del grupo radical palestino en Israel y los territorios palestinos ocupados.

En su denuncia, Israel señala también que Marzuk ha desempeñado una misión importante en la supervisión del ala militar de HAMAS, presuntamente responsable de los ataques terroristas.

Marzuk fue detenido el pasado día 25 en el aeropuerto de Nueva York, al llegar en un vuelo procedente de Dubai, cuando las autoridades de inmigración encontraron su nombre en la lista de sospechosos de terrorismo a los que se debe negar la entrada a EEUU.

El detenido ha admitido, a través de sus abogados, que es un líder político de HAMAS y que recauda fondos para ese grupo, pero niega toda implicación en actos violentos. 2-2

Doc. con partes poco legibles -

02-02

9508285

Grupos radicalizados

La primera irrupción pública de Quebracho fue el 3 de diciembre de 1993, durante una marcha de sindicatos opositores (CTA y MTA) en Plaza de Mayo. Allí provocaron un enfrentamiento con la policía que derivó en una batalla campal; fueron agriamente criticados por los organizadores, que consideraron que empañó el éxito político de la convocatoria. Desde entonces, reales o ficticias, se les adjudicaron acciones de idéntico tenor durante la marcha de la FUA a Congreso y los protestas estatales en Córdoba, en junio pasado, y en la puerta de la ESMA. Constituido por ex militantes del PI, PC y MAS, en su mayoría jóvenes que no vivieron los '70, su único implante está en facultades de La Plata. Practican el centralismo democrático de los partidos leninistas pero no se consideran un grupo de izquierda en el sentido tradicional. Reivindican a los grupos guerrilleros de los años 70 en los que ven expresiones de "violencia popular".

Con ingredientes parecidos, Patria Libre fue responsabilizado de haber participado en actos violentos en Tucumán, Salta, Jujuy y Córdoba, así como en el hostigamiento del heredero británico, el príncipe Andrés, en su viaje a la Argentina. Sus principales dirigentes son Humberto Tumini (un ex PRT) y Marcelo Frondizi. Reivindican la "violencia de los de abajo". Son combativistas, plantean la radicalización del conflicto en vez de la lucha armada.

La teoría del agitador

El grupo estudiantil Quebracho, oriundo de La Plata y de incierto desarrollo fuera de esa ciudad o de las universidades, fue responsabilizado ayer por el presidente Menem y el ministro del Interior, Carlos Corach, de los incidentes ocurridos en San Juan y Córdoba. Mientras el Presidente exhortó a los trabajadores cordobeses despedidos de la Lockheed a "tener un poco de paciencia y no entrar en el juego de los activistas o de los delincuentes", el jefe de la cartera política también apuntó a ese grupo en relación con el "sanjuaninazo" de la semana pasada. Sin embargo, Corach minimizó la posibilidad de estallidos sociales sobre los que advierte un informe de la SIDE publicado por la prensa y según el cual la tensión no se origina en agitación alguna sino que es "auténtica e inorgánica" (ver aparte).

"No es necesario un informe de inteligencia para saber que hay tensiones sociales", descalificó Corach. Sin embargo, el ministro no negó la existencia del dossier donde se alude al "alto índice de conflictividad en las provincias más importantes del país".

"Es obvio que hay tensiones sociales en Tucumán, Rosario y Córdoba con motivo de las suspensiones y despidos realizados en algunas fábricas. Sin embargo –opinó–, ello no implica de ninguna manera la posibilidad de generar desbordes sociales."

El gobernador sanjuanino Jorge Escobar culpó de los incidentes ocurridos tras la rebaja de sueldos a grupos de activistas a los que calificó de "delincuentes", pero tanto los dirigentes de los gremios estatales que lideran la protesta como la prensa local descalificaron esa versión de los hechos.

Corach volvió ayer sobre esas apreciaciones. Opinó que "las legítimas protestas de algunos sectores sociales y gremiales son aprovechadas por agitadores o delincuentes para realizar destrozos e incendios comprometiendo la propiedad privada". Sobre dichos agitadores agregó: "Un grupo que participa de casi todas las situaciones de este tipo es Quebracho, con sede en La Plata, con algunas personas ligadas con ese u otro nombre a algunas provincias". Aseveró que entre los once detenidos en San Juan, "cinco o seis de ellos tienen prontuarios de robos y hurtos, y uno incluso está implicado en un homicidio".

"Nosotros los tenemos identificados, un grupo con sede en La Plata, que se llama Quebracho, otros sectores bajo denominación distinta, en San Juan bajo una denominación como La Red, que en sus panfleteadas generan

Quebracho

- **Nombre**: Movimiento Popular de Unidad Quebracho.
- **Fundación**: octubre de 1993.
- **Personería jurídica**: no tiene. Está organizado en diez distritos (Capital Federal, Buenos Aires, Misiones, Formosa, Neuquén y Chubut, entre otros).
- **Principales lugares de actuación**: La Plata, oeste del Gran Buenos Aires y Misiones.
- **Locales partidarios**: uno, en La Plata, que comparten con la agrupación "Peronismo que Resiste".
- **Cantidad de militantes**: "Que lo averigüe el Gobierno", responden.
- **Origen político**: peronismo y sectores de izquierda.
- **Referentes históricos**: Che Guevara y Eva Perón.
- **Actuación electoral**: en las elecciones presidenciales del 14 de mayo llamaron al voto en blanco o la abstención.
- **Principales dirigentes**: Carlos Franca, Araceli Mastellone, Guillermo Caviasca, Fernando Esteche.
- **Una frase**: "La gente tiene que rebelarse y, si es necesario, transgredir la legalidad" (Guillermo Caviasca).

Patria Libre

- **Nombre**: Corriente Patria Libre y Venceremos (expresión universitaria)
- **Fundación**: noviembre de 1987
- **Personería jurídica**: Capital Federal, Buenos Aires, Córdoba, San Luis, Tucumán, Corrientes, Catamarca y organización política en otras 14 provincias.
- **Locales partidarios**: 17 en todo el país
- **Cantidad de afiliados**: 16.000
- **Origen político**: izquierda independiente, peronismo, Juventud Intransigente.
- **Referente histórico**: Che Guevara
- **Actuación electoral**: Integró el Frente de la Resistencia, que, en las elecciones presidenciales del 14 de mayo, obtuvo 24.430 votos (0,14%)
- **Principales dirigentes**: Humberto Tumini, Marcelo Frondizi, Isaac Rudnick, Eugenio Reati, Juan Gallardo.
- **Una frase**: "Porque se tiraron cuatro piedras empezaron a agitar el fantasma de que se viene la lucha armada". (Humberto Tumini)

Unos –los militantes de Quebracho– salieron a escena en una fecha precisa: el **3 de diciembre de 1993**, durante una marcha convocada por el Congreso de Trabajadores Argentinos (CTA).

Otros –los miembros de Patria Libre– se hicieron oír desde **mediados de los '80** y pisaron terreno electoral por primera vez cuando integraron el FRAL (Frente Amplio de Liberación Nacional), coalición de izquierda que se había creado durante el gobierno de Raúl Alfonsín.

Hoy, unos y otros se encuentran **en la mira del Gobierno**, que los acusa de **promover la violencia** en las distintas **protestas sociales** que se vienen sucediendo en todo el país, sean de jubilados, estudiantes, obreros despedidos, o incluso la que se organizó en noviembre pasado, en contra de la visita del príncipe Andrés de Inglaterra.

La acusación oficial

"Tenemos detectada la **participación reiterada** de personas vinculadas con las organizaciones Quebracho y Patria Libre en los conflictos surgidos en San Juan, Córdoba, Salta y General Sarmiento", disparó esta semana el ministro del Interior, Carlos Corach, que agregó que los denunciaría ante la Justicia.

El propio presidente Carlos Menem exhortó a los 820 obreros despedidos en Córdoba por la empresa norteamericana de aviación Lockheed a "tener paciencia y **no entrar en el juego de los agitadores**". Y también acusó a Quebracho y a Patria Libre.

Las desconocidos dirigentes de ambas agrupaciones, colocados **en el centro de la escena por el discurso oficial**, aprovecharon para decir lo suyo.

"El Gobierno utiliza esto para no explicar la razón de los conflictos sociales. Está claro que se trata de **una cortina de humo**. Quieren hacer creer que el problema no es que hayan echado a 800 obreros de una planta en Córdoba sino que Patria Libre está ahí", dice Humberto Tumini, secretario general de esa corriente.

Guillermo Caviasca es el miembro de Quebracho que suele "dar la cara" ante los medios. Repite, al igual que Tumini, lo de la **cortina de humo** y se defiende diciendo que el Gobierno "quiere ocultar detrás de estas acusaciones su plan de ajuste".

Los que empezaron antes

Militante del Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) en los '70, preso político durante varios años, cordobés y ex dirigente del gremio de Luz y Fuerza, Tumini aclara: "Es público y notorio que **somos importantes en Córdoba**, pero también nos acusaron por la protesta contra la rebaja de sueldos en San Juan, donde ni siquiera tenemos organización política", agrega.

Luego enumera algunas protestas de las que sí participó Patria Libre: "En la marcha contra el príncipe Andrés tuvimos **tres detenidos nosotros y uno, Quebracho**. En la protesta de Córdoba **nos detuvieron a un delegado docente**. A todos los liberaron a las pocas horas", aclara.

Cuando se le menciona la palabra **"violencia"** responde: "Siempre que la gente responda violentamente nosotros **la vamos a apoyar**, porque **esta violencia la está promoviendo Menem**".

Tumini admite sus vínculos con Quebracho, aunque marca diferencias. "Ellos tienen una visión **demasiado exagerada** de la realidad política. Ven a la gente en un proceso de conciencia y lucha muy avanzado. Nosotros creemos que todavía **hay mucha confusión**", afirma.

Con poco pasado

En general, los integrantes de Quebracho no pasan de los treinta años. **Gateaban** cuando en 1969 el Cordobazo hizo tambalear a la Revolución Argentina del general Onganía y muchos todavía **usaban guardapolvo** cuando Isabel Perón fue desalojada del poder por los militares.

Nacieron como agrupación en La Plata, en sectores universitarios, hace menos de dos años y se califican a sí mismos como **"patriotas y revolucionarios"**. Se nutrieron de militantes de la izquierda y del peronismo, y trabajan en tres frentes: barrial, universitario y sindical.

Insiste en que tienen "compañeros en todo el país", aunque a la hora de explicar por qué razón uno de los suyos, Gustavo Esteche, fue detectado por las cámaras de televisión en incidentes en el **Congreso y en Córdoba**, aclara: "Nosotros tenemos reuniones nacionales y nuestros compañeros **viajan por el país**. Estos son todos fantasmas que agita el Gobierno para dividir al campo popular".

El dirigente de Quebracho **reniega** de la izquierda política porque "siempre estuvo enfrentada al pueblo, salvo honrosas excepciones como fue el caso del **ERP** y de **Montoneros**".

En el rápido pimpón que provoca esta respuesta, **reivindica sin dudar** el secuestro y el asesinato del general Pedro Eugenio Aramburu, aunque **trastabilla** a la hora de referirse al del empresario Oberdan Sallustro, ocurrido en mayo de 1972.

Desordenadamente, critica al montonero Mario Firmenich, aclara que no tienen relación con Enrique Gorriarán Merlo y cuestiona el ataque a La Tablada.

Daniel Juri

El Quebracho trotskista era hijo de un general

Cuando apareció la agrupación Quebracho, muchos creyeron encontrar en esa denominación a **otro Quebracho** que tuvo la historia. Pero los jóvenes platenses despejaron las duda y aclararon que ese nombre se debía a que se trata de "un **árbol que da sensación de fuerza y es bien argentino**".

También dijeron que ellos **no provienen del trotskismo**. Ocurre que el otro Quebracho fue, en realidad, el seudónimo del teórico trotskista Liborio Justo, quien **escandalizó** en los años de la Década Infame (1930-1940). Un escándalo que se potenciaba por tratarse del hijo del general **Agustín P. Justo**, presidente entre 1932 y 1938.

Aquel Quebracho comenzó su militancia izquierdista **mientras su padre gobernaba**. Sin tapujos llegó a proponer el uso de **la ametralladora** para defender la cultura del ataque del fascismo. Fundador de la Liga Obrera Revolucionaria, terminó viéndose a sí mismo como conductor de un nuevo movimiento mundial y llegó a acusar en un libro al propio León Trotsky de haberse puesto **"al servicio de Wall Street"**.

Hablan de d… per…

¿Quebracho? ¿Venceremos-Patria Libre? Quiénes son y qué piensan los grupos ultra *que el día de la marcha contra la Ley Universitaria apedrearon el Congreso, enfrentaron a la policía y a los propios estudiantes.*

***S**i el gobierno sigue con este proceso como viene, acá va a haber violencia por todos lados..." (Néstor Moccia, 27 años.)*

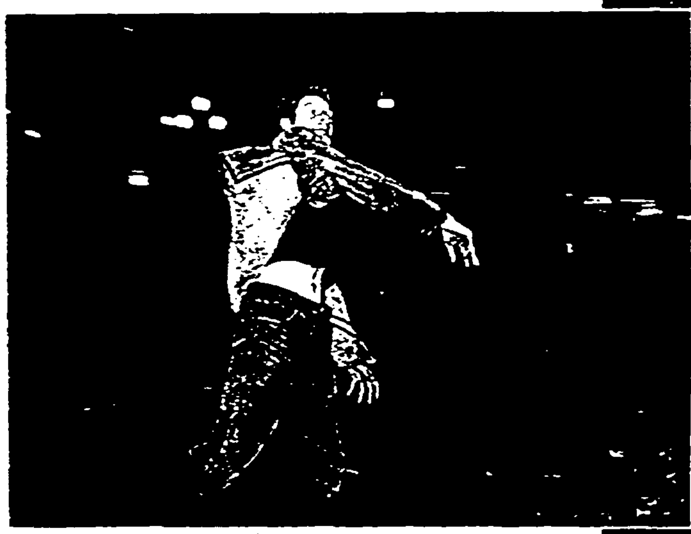
–"Violencia sí o no, se lo tenés que preguntar a Menem." (Omar Bastianelli, 26 años.)

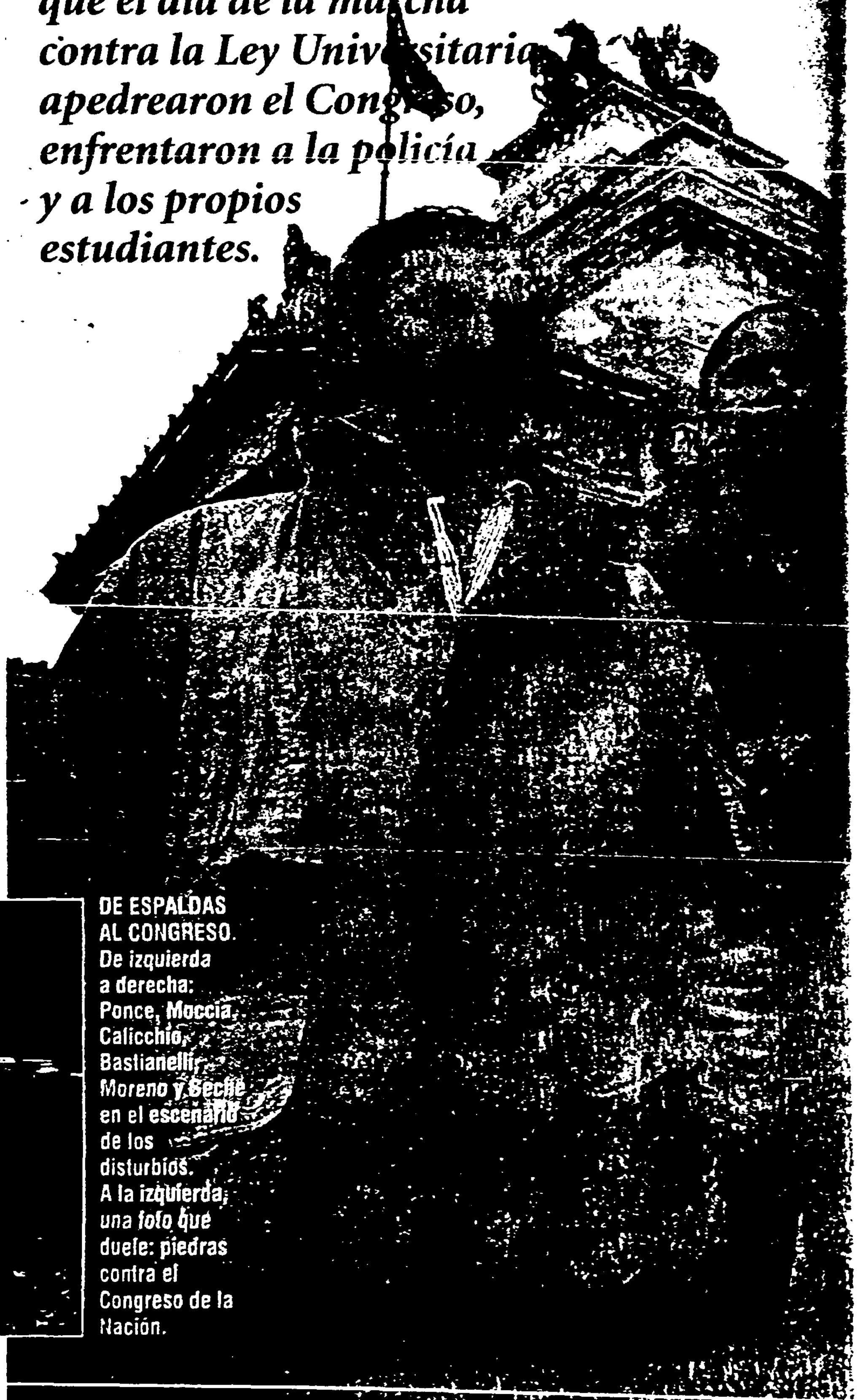
Son apenas dos opiniones. Dos muestras del pensamiento de quienes apedrearon el Congreso de la Nación el miércoles 7 de junio, al término de la masiva y pacífica marcha que el movimiento estudiantil gestó en contra de la *Ley* de Educación Superior. Después de la acción de los grupos –identificados con tres corrientes de izquierda: *Venceremos-Patria Libre, Quebracho* y *Jir Te* (agrupación cercana al Partido de los Trabajadores por el Socialismo), a los que muchos estudiantes intentaron disuadir sin éxito– llegó la represión. Resultado: fuego, corridas, el miedo de los inocentes, 16 detenidos (dos de ellos ajenos a la marcha, ver recuadro).

El domingo, cuatro días después de la locura, frente al mismo Congreso que atacaron, GENTE habló con seis de ellos. Por Venceremos-Patria Libre estuvieron el cordobés Néstor Moccia (27) –tercer año de Periodismo en su provincia–, el neuquino Víctor Ponce (27) –quinto año de Ingeniería en la Universidad del Comahue–, y los porteños Pascual Calicchio (25) y Omar Bastianelli (26) –ambos alumnos de Filosofía y Letras en Buenos Aires–. Desde La Plata, por Quebracho llegaron Roberto Moreno (28) –estudia y enseña Física– y Fernando Seche (28) –estudiante de Periodismo en Quilmes–, el único de los seis que estuvo detenido después de los incidentes. A la charla estaba invitado el *Jir Te*, pero a último momento desistieron de participar por diferencias con los otros grupos.

–¿Por qué desataron la violencia?

MORENO: –Cuando Diputados dio media sanción a la ley, la reacción fue diversa. Algunos marcharon hacia el Ministerio de Educación, otros lloraron, y otros se calentaron y reaccionaron tirándole piedras y huevos al Congreso.





DE ESPALDAS AL CONGRESO. De izquierda a derecha: Ponce, Moccia, Calicchio, Bastianelli, Moreno y Seche en el escenario de los disturbios. A la izquierda, una foto que duele: piedras contra el Congreso de la Nación.


nocracia
iran piedras

Hablan de democracia...

SECHE: –Esto empezó cuando vinieron muchos compañeros a impedir que los diputados pudieran sesionar. Algo que, cada vez que podamos, **vamos a volver a hacer.** Es nuestro derecho como estudiantes y como ciudadanos, porque no estamos de acuerdo con el precepto constitucional que dice que el pueblo no delibera ni gobierna. Tanto la violencia como el llanto son reacciones genuinas...

–Pero ustedes no respetan las reglas del juego democrático.

SECHE: –Los que no las respetan son ellos. La democracia es que el pueblo delibere y gobierne...

–¿En qué Constitución? Porque la nuestra dice "a través de sus representantes".

SECHE: –Me parece que como argentino tengo derecho de no estar de acuerdo con una Constitución viciada de intereses políticos. Creo que el gobierno tiene que estar en manos del pueblo.

–¿Vos te ponés en representación de todo el pueblo...?

SECHE: –No. Yo no represento a nadie.

–¿Y entonces? Porque los diputados fueron elegidos.

MOCCIA: –La representatividad de esos señores es relativa. Está bien... la da un comicio electoral. **Pero esta ley es igual que cuando Onganía entró con los bastones largos...**

–Me parece que hay una diferencia enorme. Aquélla era una dictadura militar. Este es un gobierno elegido por el pueblo...

BASTIANELLI: –Lo del '83 fue sólo un paso en la recuperación de la democracia. Acá simplemente existe una posibilidad de votar cada cuatro años. Nosotros entendemos que la democracia es mucho más. Si no, el 50 por ciento de los votos de Menem sería un argumento para desistir de cualquier protesta.

–Nadie niega el derecho a disentir. Pero ustedes no disienten, se inclinan por la violencia.

BASTIANELLI: –¿Qué deberíamos hacer? ¿Sentarnos a mirar por televisión cómo sancionan esta ley? Los estudiantes, desde hace un año, venimos pidiendo que se nos escuche. Por toda respuesta nos pusieron una valla...

–Pero la violencia no fue un derecho que les dio la mayoría de los estudiantes...

CALICCHIO: –En Ciencias Sociales se votó el ingreso al Congreso. Había una valla, y la columna de estudiantes de nuestra facultad, en una decisión que se tomó en conjunto, la comenzó a derribar.

–¿Es una forma racional de protestar contra aquello con lo que no están de acuerdo?

MOCCIA: –Para nosotros, el problema es si es racional o no que se tome una decisión en el Congreso a espaldas de los estudiantes. Y vamos a participar de cada una de esas manifestaciones. Sean de debate, sean de patear una valla, **sean de lo que fueren...** Nosotros nos arrogamos el derecho de protestar en la forma en que el movimiento estudiantil, en este caso, y el conjunto del pueblo, en otros, crea correcta.

–Precisamente, el pueblo –la mayoría y no las elites seudoiluminadas– le dio la espalda a la violencia en la década del '70. ¿Qué enseñanza les dejó esa historia?

SECHE: –La pregunta no es casual. Es el eje que se plantea desde la usina ideológica del gobierno *(sic)*. Nosotros no estamos en la década del '70, aunque sí nos sentimos los herederos de esa experiencia.

–¿Les gusta el sistema democrático?

SECHE: –Acá no existe la división de poderes, no se da la libre discusión democrática. Así como está, este sistema no me gusta.

–¿Y cómo quieren construir el sistema que les gusta? ¿A piedrazos?

SECHE: –El pueblo organizado puede hacerse cargo de su propio destino. No acatando las cosas que no nos gusten.

CALICCHIO: –Nosotros no empezamos esta lucha tirando piedras, empezamos discutiendo. Y la forma de instalar el debate en la sociedad fue no dejando entrar a los diputados al Congreso.



Creemos en la gente

por Daniel Nieto (*)

Tenemos el deber de representar a cientos de miles de estudiantes que año tras año votan en elecciones libres, y que el miércoles se movilizaron pacíficamente en una jornada histórica para la educación pública en el país. Entendemos, entonces, que el debate entre la FUA y quienes aquel día jugaban irresponsablemente a la guerra no es tal. Porque el debate sobre la democracia y la violencia, dentro del movimiento estudiantil, está saldado. Sabemos, los estudiantes de todo el país, que no podemos repetir los viejos errores. Tenemos la conciencia tranquila, porque supimos diferenciarnos de los violentos y los que no entienden la opción de los argentinos por la democracia. Las actitudes autoritarias confunden a una opinión pública que necesita continuar el debate sobre la Universidad. Ese que fue silenciado por el bloque oficialista en la Cámara de Diputados. Actitudes que, además, le hacen el juego a un poder que ya se muestra crudo e implacable. Queremos seguir mirando a los ojos de nuestros padres, hermanos y vecinos. Y pedirles que en la próxima movilización tomen la bandera de la Universidad Pública. El miércoles, muchos jóvenes lloraron, por la impotencia frente a un poder arbitrario y por la estupidez de unos pocos que intentaron robarse a piedrazos una jornada gloriosa, de la que cientos de miles de estudiantes son los verdaderos dueños.



(*) Presidente de la Federación Universitaria Argentina

¿Quiénes son?

Venceremos-Patria Libre surgió hace cuatro años, desde las filas del Frente Estudiantil Santiago Pampillón. Tienen inserción en círculos universitarios y secundarios de Capital Federal, Buenos Aires, Córdoba, Tucumán, Neuquén y Mendoza, y participan en algunos centros de estudiantes. En la organización militan aproximadamente 250 estudiantes, según su último congreso. Quebracho, nacida a fines de la década del '80, se encuentra en Misiones, Formosa, San Juan, Córdoba, La Pampa y Buenos Aires. Proviene del Partido Intransigente, el comunismo y el peronismo disidente. En la Universidad de La Plata, integrando la agrupación Suma, ganaron el año pasado el centro de estudiantes de Ciencias Exactas. No existe una cifra exacta de militantes.

06

95.08086



–La mayoría de los estudiantes se retiraron *›n bronca, con llantos–, pero no utilizaron la violencia.*

MOCCIA: –Acá el problema es que se tomaron diferentes respuestas, pero todas fueron en repudio a la ley. Desde tapar un rectorado con luto, hasta una representación artística o tirar una valla.

CALICCHIO: –No éramos unos pocos los que estábamos ahí. Cuando **se armó lo que se armó,** hubo muchos estudiantes que por lo menos se fueron con la sensación de que se puede seguir la lucha...

BASTIANELLI: –Los diputados votan una ley que va en contra de los intereses de los estudiantes. No renegamos de las instituciones, lo que pasa es que en la medida en que no nos representan, **con nuestros métodos,** los vamos a enfrentar.

por: Hugo Martín
fotos: Hernán Pepe

¿POR QUE? Fuego sobre la avenida Callao. Piedras, violencia, intolerancia... ¿qué buscan? (arriba). Explicando lo inexplicable, seis integrantes de las agrupaciones Quebracho y Venceremos–Patria Libre con GENTE (abajo).

9 5 7 8 2 8 6

9 7 6 7

Caen 12 guerrilleros en Chile

SANTIAGO, Chile (ANSA, AFP y **Clarín**). – La Brigada de Inteligencia de la policía chilena desbarató ayer en el sur del país a **tres células extremistas**, cuyos doce integrantes fueron acusados de poseer armas y de ser los autores de asaltos a mano armada. Entre los detenidos hay **una argentina**, solo identificada hasta el momento por su nombre de pila: Paula.

Los extremistas integraban el Ejército Guerrillero de los Pobres-Patria Libre (EGP), una fracción escindida del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que siguió operando una vez restaurada la democracia en Chile, hace cinco años, pero que tiene una **insignificante presencia militar y política**. Los extremistas estaban siendo investigados por la policía desde el año pasado, cuando fue capturado su líder, el sociólogo Juan Manuel Moreno Benegas.

La última acción del grupo fue el asalto a la Industria Azucarera Nacional (IANSA). El 27 de junio pasado, los extremistas robaron unos 120 mil dólares destinados a los sueldos de 600 operarios de esa empresa, ubicada en Los Angeles, 470 kilómetros al sur de Santiago.

Esa ciudad y la cercana Concepción eran los principales lugares donde operaban las células. La policía arrestó allí a **dos de sus dirigentes**, Alejandro Montenegro y Antonio Pineda, y a varios hombres que el miércoles habían protagonizado un tiroteo con los agentes.

Este operativo policial asestó así un golpe tan duro contra los escasos brotes subversivos como cuando, hace 14 meses, fueron arrestados el líder del movimiento anarquista Lautaro Vive, Guillermo Ossandón, y Sergio Bushman, dirigente del Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR).

Ametralladoras y granadas

La ciudadana argentina fue arrestada en Tomé (un puerto ubicado también unos 500 kilómetros al sur de Santiago, cerca de Concepción) junto a su marido, el chileno Guillermo Romero Bello, y dos estudiantes universitarios.

La pareja poseía **gran cantidad de armas, como fusiles rusos Aka, ametralladoras, pistolas y granadas**. Según testimonios recogidos por el diario **El Mercurio** entre los vecinos de Tomé, el matrimonio vivía allí desde hace cinco años.

16

[illegible]

Añadió que [illegible] de que Guerrero [illegible]

[illegible] con el EZLN, el (Jorge) [illegible] ligado al Ejército Zapatista.

Al llegar [illegible] Guerrero Gómez [illegible] colaborador del EZLN) [illegible] la colaboración del Ministerio de [illegible] el diplomático mexicano.

Añadió que [illegible] hay algún registro, antecedente o [illegible] con Guerrero Gómez, ex jefa de seguridad [illegible]

"Sería [illegible] por parte del Gobierno de México asegurar que existan [illegible] EZLN", respondió el diplomático [illegible] informadores le preguntar [illegible] "zapatista".

[illegible] siquiera [illegible] [illegible]

[illegible] con problemas [illegible]

[illegible]

06-10-02-07 [illegible]

DOCUMENTO 9508288

Presunto colaborador nicaragüense del EZLN

518593

FECHA DE [illegible] 10/II

VINCULACIONES 11110
66603
52[illegible]
515745

01/01

9508288

15

FB8514

R VARBT 08-29 00235

msp exg

NICARAGUA-TERRORISMO

CONDENADOS A PRISION TRES SABOTEADORES DE TEMPLOS CATOLICOS

Managua, 29 ago (EFE).- Tres hombres acusados de participar en ataques con dinamita contra templos católicos en Nicaragua fueron condenados a nueve meses de prisión por un tribunal de justicia de la ciudad de Masaya, informaron hoy fuentes judiciales.

La sentencia condenatoria para los tres implicados fue emitida por José María Ramírez, juez del Crimen de Masaya, situada a 30 kilómetros al sureste de Managua, quien además, absolvió de culpa a otras seis personas detenidas por la misma causa.

Los condenados a nueve meses de prisión inconmutables fueron identificados como Jaime Antonio Suárez Espinoza, Carlos Aranda Meza y Miguel Rutilio Miranda Miranda.

Desde mayo pasado han ocurrido al menos trece atentados terroristas contra templos, colegios religiosos y una casa sacerdotal en las ciudades de Matagalpa, Masaya, Jinotepe, León y Managua.

En esos atentados no hubo víctimas, pero sí daños a la infraestructura de los recintos católicos.

Ante la ola incontenible de ataques con dinamita contra los recintos religiosos, la Iglesia Católica de Nicaragua estudia una propuesta dirigida a los feligreses para evitar los atentados.

Pese a que la policía ha capturado a más de una veintena de personas sospechosas de participar en los atentados terroristas, ninguno de ellos acepta culpablidad alguna, ni ninguna organización clandestina se ha adjudicado la autoría de esas acciones. EFE

TL/EM/RS/PAM/fr

08/29/15-44/95

01/07

9508289

ß

9508289

NICARAGUA-TERRORISMO (Prevision)
FSLN PIDE ORGANIZAR BRIGADAS PARA DEFENDER TEMPLOS CATOLICOS

Managua, 17 ago (EFE) - El opositor Frente Nacional de Liberación Nacional (FSLN) ha hecho un llamamiento a los nicaraguenses para organizar brigadas de vigilancia y defensa de los templos católicos, que son blanco de atentados con explosivos desde mayo pasado.

El mas reciente acto terrorista fue cometido el pasado martes por la noche, cuando una bomba exploto en el colegio "Cristo Rey" de esta capital y, aunque no causo victimas, daño los ventanales del centro de estudios.

La dirección sandinista, en una nota divulgada en Managua, expresó su condena por los ataques con explosivos contra las iglesias católicas de diferentes ciudades de Nicaragua.

Al menos diez iglesias, dos colegios religiosos y una casa cural de Managua, Masaya, Jinotepe, Matagalpa y León, fueron blanco de los atentados.

"A pesar de nuestra clara posición, políticos sin escrúpulos se han empeñado en mantener una campaña sistemática de calumnias en la que se trata de involucrar en dichos actos criminales a nuestra organización", expresó en la nota el FSLN, que lidera el ex presidente de Nicaragua Daniel Ortega.

El FSLN, que gobernó el país entre 1979 y 1990, no descartó que "individuos provocadores" cometan esas actividades "para recaudar fondos" y para inculparlos y desprestigiarlos ante la proximidad de las elecciones generales en Nicaragua.

Los comicios en este país están previstos para noviembre de 1996.

Tras exhortar a la organización de brigadas de vigilancia y defensa de las iglesias, el Frente Sandinista pidió a sus simpatizantes que rechazaran las provocaciones y las denunciaran a las autoridades.

También retó a sus adversarios políticos a ser "más responsables" en el tratamiento de "un asunto tan sensible" como es el de los atentados terroristas contra la Iglesia Católica nicaraguense.

La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, condenó también el atentado contra el colegio "Cristo Rey" de Managua y lo ~~calificó de "un acto de terrorismo".~~

"Esos bombazos no son nada bueno", dijo Chamorro ayer en el aeropuerto internacional de Managua antes de viajar a Trinidad y Tobago para asistir a la Cumbre de la Asociación de Estados del Caribe (AEC).

La presidenta ordenó al ministro de Gobernación, Sergio Narvaez, fortalecer las operaciones policiales para descubrir y desarticular a los grupos terroristas que operan en Nicaragua, y cuyo blanco principal han sido los edificios y templos católicos.

La explosión en al colegio católico se produjo horas después de que la policía presentara a la prensa a varios integrantes de una banda de doce traficantes de explosivos, entre ellos un teniente del Ejército, que supuestamente están vinculados con los atentados.

El presunto jefe de esa banda, identificado como Ramiro José Salgado Torres, fue capturado el miércoles en la ciudad de León,

ODY 9508289

Uno de los detenidos, el teniente Carlos Alberto Alvir Quiroz de la Escuela de Ingenieros del Ejército de Nicaragua, al parecer robaba los explosivos de los almacenes militares para venderlos a los que presumiblemente los utilizaron para los atentados.

No obstante, el jefe del Ejército, general Joaquín Cuadra, aclaró que lo que ocurrió "es que a este señor (Alvir) se le asignaba una cantidad de explosivos para sus clases y él, una vez en el terreno de prácticas, se quedaba con una mínima parte que posteriormente vendía a los otros delincuentes".

La Iglesia Católica de Nicaragua, por medio de sus principales dignatarios, entre ellos el cardenal Miguel Obando y Bravo, repudió y condenó esos atentados terroristas.

Desde Costa Rica, el cardenal Obando, que participa en las celebraciones de los 38 años del Colegio Salesiano Don Bosco, de ese país centroamericano, tras condenar esos actos reiteró su llamamiento a las autoridades de Nicaragua para que identifiquen a los responsables y se les aplique la ley.EFE

9508289

il/cm/mar/ik

05

XA3961

U POXRT 08-16 00583

mun

NICARAGUA-TERRORISMO (Previsión)

POLICIA OPERACION A FONDO CONTRA AUTORES ATENTADOS TEMPLOS

Managua, 16 ago (EFE).- La Policía Nacional lanzó una operación "a fondo" para aclarar los atentados con dinamita que desde abril pasado se han cometido contra templos, colegios religiosos y otros edificios en el país.

Las autoridades investigan hasta qué punto están comprometidos los integrantes de una banda de doce traficantes de explosivos, robados de los depósitos del Ejército, con los autores de atentados contra once iglesias y colegios religiosos del país en los últimos cuatro meses.

El jefe de la Policía Nacional, comandante Fernando Caldera, afirmó que se comprometió con la Iglesia Católica y los nicaraguenses a "ir a fondo para aclarar el asunto de los atentados dinamiteros" contra edificios religiosos y otros que han ocurrido en el país.

Seis de los integrantes del grupo, considerados "terroristas" por la policía, incluido un oficial de las Fuerzas Armadas, fueron puestos ayer a disposición de los tribunales comunes de León, tras haber sido capturados en una operación que duró 40 horas.

Según las investigaciones preliminares, los detenidos sólo estarían vinculados con los atentados dinamiteros contra cuatro templos e instituciones religiosas de León, 90 kilómetros al oeste de Managua.

La policía busca a Ramiro José Salgado Torres, presunto jefe de la red, cuya fotografía aparece hoy, miércoles, en los diarios del país, y otros dos prófugos más no identificados para no entorpecer las investigaciones.

El comandante Caldera declaró a la prensa que los detenidos "están vinculados a los atentados" cometidos en León, pero las investigaciones determinarán si conocen a los que colocaron las bombas o si ellos mismos participaron en esos actos terroristas.

En principio sólo se ha logrado establecer que ellos traficaban con 200 explosivos robados de la Escuela de Ingenieros del Ejército, de Managua, por el teniente Carlos Alberto Alvir Quiroz.

Los cartuchos de dinamita fueron llevados de Managua a León donde fueron distribuidos en diferentes casas, de donde los sacaban para venderlos a los que al parecer los utilizaron para los atentados.

De los 200 cartuchos, la mayoría de 400 gramos, la policía sólo se ha incautado de 67, 49 de ellos en casa del prófugo Ramiro José Torres Salgado.

Los once ataques con dinamita contra templos de las ciudades de León, Masaya, Carazo y Managua, no han causado heridos, pero si daños materiales.

El arzobispo de Managua, cardenal Miguel Obando y Bravo, condenó los atentados y orientó a los católicos a cuidar los templos para evitar nuevos ataques contra los recintos religiosos.

Obando y Bravo también declaró que la policía nacional es eficiente cuando quiere y que esperaba que, pese a limitaciones presupuestarias, detuviera a los responsables de los actos de terrorismo.

9508289

Los nombres de los detenidos por la policía, además de Alvir,

son Carlos Alberto Rosales Cajina, de 33 años: Juana Petrona Larios Cano, de 28 años: Ismelda Francisca Vásquez, de 36 años: María de Los Angeles Vásquez, de 45 años, y Ramón Sabino Torres Salgado, de 27 años.

De los detenidos, Alvir es oficial en servicio activo del Ejército, otro, militar retirado desde 1990 experto en voladora de objetivos, y un tercero "combatiente histórico" sandinista que participó en la lucha armada contra el régimen de la familia Somoza.

Tres de los seis detenidos presentados a los periodistas admitieron que la policía encontró en su poder parte de los explosivos, pero aclararon que los utilizaban para pescar.

En este sentido informó de que los nombres de los detenidos no están registrados en ninguna de las cooperativas de pescadores del occidente del país. EFE

fm/lbb/mar

08/16/09-06/95

07-07

14

XA6126

U SUCRT 08-31 00226
amt ita

PERU-TERRORISMO
EXPULSADA DE PERU PERIODISTA ITALIANA CONDENADA POR TERRORISMO

Lima, 31 ago (EFE).- La periodista italiana María Gabriela Guerino, de 36 años, fue expulsada hoy, jueves, de Perú, tras pasar 18 meses en prisión, condenada por terrorismo.

Guerino fue detenida en mayo de 1994 en la ciudad peruana de Trujillo, junto con su pareja, el peruano Juan Antonio León Montero, dirigente regional del grupo armado Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA).

La justicia peruana condenó a Guerino a 20 años de prisión pero redujo la pena a 18 meses, tras probarse que actuó movida por razones sentimentales y que nunca intervino en las actividades armadas del MRTA.

Guerino, según sus padres, llegó por primera vez a Perú hace dos años para hacer un reportaje sobre la guerrilla y fue entonces cuando conoció a León Montero y se enamoró de él.

Ambos tuvieron un hijo, que nació mientras ella estaba en prisión y que fue entregado en custodia, el año pasado, a sus abuelos.

Estos últimos atestiguaron ante los jueces peruanos que Guerino regresó a Perú sólo para pedirle a su pareja que dejase las armas y se fuese con ella a Italia, lo que corroboraba la versión dada por la periodista y León Montero.

Guerino fue trasladada esta mañana de la cárcel al aeropuerto de Lima por funcionarios de la embajada de Italia y agentes de la policía peruana, que le embarcaron en un vuelo comercial con rumbo a Italia. EFE

VR/../JFF

08/31/17:21/95

9508290

13

VINCULACIONES [illegible]

[illegible]	9508291
	[illegible]
	5[illegible]
[illegible]	23/8
VINCULACIONES	11140
	65592
	501113

01/03

[illegible]

[illegible] una carta [illegible]

asesinar [illegible]

Pacto Universal [illegible]

halló armamento de guerra [illegible]

ubicado en el [illegible]

[illegible] armas

blancas y [illegible]

"dum-dum", prohibidas [illegible] de Ginebra

[illegible]

9508291

03/03

9508291

12 FB8339

U POXBI 08-24 00230
mun exg

PERU-TERRORISMO
CAPTURAN CATORCE PRESUNTOS TERRORISTAS Y DIEZ NARCOTRAFICANTES

Lima, 23 ago (EFE).- Las fuerzas peruanas de seguridad capturaron a 14 presuntos terroristas y diez narcotraficantes en operaciones antisubversivas y antidrogas llevadas a cabo entre el 11 y 20 de agosto último, informó hoy, miércoles, un comunicado oficial del Ministerio de Defensa.

En las operaciones efectuadas en diversas zonas de los departamentos de San Martín y Huánuco, al noreste de Lima, se incautaron también 8.000 cartuchos de 16 milímetros, 3.860 kilogramos de hoja de coca, más de 18 kilos de pasta básica de cocaína y equipos de comunicación.

La información del comando político militar de la región cocalera selvática del Huallaga añade que igualmente se destruyeron catorce pozas de maceración de hoja de coca y se inutilizaron dos pistas clandestinas de aterrizaje usadas por las avionetas que los narcotraficantes utilizan para el transporte de droga.

La hoja de coca macerada se transforma en pasta básica de cocaína, que refinada se convierte en cocaína pura.

La gran cantidad de municiones le fue decomisada al presunto terrorista Hiltler Tapullima, a quien se le detuvo en el aeropuerto de Tarapoto, en el departamento de San Martín.

En las capturas de terroristas y "narcos" y diversas intervenciones e incautaciones participaron patrullas del Ejército y contingentes de la Policía Nacional, según la nota oficial difundida hoy en Lima. EFE

LAA/FMR/ND

08/24/00-02/95

01-05 9508292

[illegible]

"Champa" [illegible] al parecer, fueron [illegible] Sendero Rojo, grupo [illegible]

[illegible] y, según la policía, [illegible] desde hace varios años.

El hecho de que las fuerzas de seguridad aseguren que las armas incautadas fueron empleadas por Sendero Rojo en los ataques recientes a las poblaciones de El [illegible] Bacas, donde murieron 20 personas, añade datos a la relación entre traficantes y terroristas.

Hace una semana el diario [illegible] aseguró que la dirección de Sendero Rojo había [illegible] con distintas bandas de narcotraficantes [illegible] así una fuente de financiación [illegible]

[illegible]

08/[illegible]

9508292

02

9508292

03

9508292

DOC. CLARO

04

1120

05/05

9508292

11

principal lugarteniente [illegible] de la banda

[illegible]

N° DOCUME.	9508293
[illegible]	Cadena perpetua para senderistas
[illegible]CENCIA	518593
[illegible] DE FF	10/8
VINCULACIONES	11140
	66517
	501173

01/01

9508293

10

9508294

Condena a jefe de Frente R. Franco

L. J.

918

VINCULACIONES 11140

63592

51592

F

COLOMBIA

Condena a comandante Fedor Rey

José Fedor Rey, jefe del desaparecido "Frente Ricardo Franco", fue condenado ayer martes a 19 años de prisión por los delitos de concurso de homicidio y rebelión.

Rey, más conocido como "Javier Delgado", fue el jefe máximo del "Frente Ricardo Franco", un grupo disidente de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que en su corta exitencia -1981 a 1986- se hizo famoso por una purga interna que costó la vida a 164 personas.

Según Rey, la purga interna en ese grupo guerrillero, que tuvo lugar en 1985, obedeció a que se descubrió una infiltración de personal de los servicios de información militares en sus filas. 1-1

01-01 9508294

9

9508295
Detenido jefe de FARC con cocaína
5-18593
16/8
1114C
65592
318593

XA4004

U POXBT 08-16 00167
amt

COLOMBIA-GUERRILLA
DETENIDO PRESUNTO JEFE REBELDE CON ALIJO COCAINA

Santafé de Bogotá, 16 ago (EFE).- Un presunto jefe guerrillero identificado por las autoridades colombianas como Edgar Salas fue capturado el martes en el suroeste del país con cincuenta kilos de cocaína, cinco revólveres y tres fusiles, informaron hoy, miércoles, fuentes militares.

Salas y otro presunto rebelde, identificado como Henry Velasco, fueron detenidos por una patrulla militar que interceptó el vehículo en el que ambos viajaban y en el que los soldados encontraron la droga, las armas y veinte millones de pesos en efectivo (unos 22.000 dólares).

Según la versión oficial, Salas es uno de los jefes de finanzas del mayor grupo guerrillero del país, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC, marxistas).

El Gobierno colombiano ha acusado a las FARC y a otros grupos rebeldes de financiar sus operaciones con actividades de narcotráfico y esta semana anunció la creación de un grupo de policía especial para perseguir los capitales de la guerrilla. EFE

AM/PAM/jff

08/16/16-02/95

01/01

9508295

8

9508296

518573

2218

11140

65592

501782

514593

9508296

01/01

8

9508297
Recompensas por mermoslidores
518593
30/8
11140
65592
514593
501785

XA5925

R SUCBT 08-30 00204
mun exg

COLOMBIA-VIOLENCIA
GOBIERNO ANUNCIA RECOMPENSAS POR MAXIMOS JEFES GUERRILLA

Santafé de Bogotá, 29 ago (EFE).- El Gobierno colombiano fijó hoy en 1,6 millones de dólares las recompensas por la captura del ex sacerdote español Manuel Pérez, máximo jefe del Ejército de Liberación Nacional (ELN), y de Manuel Marulanda Vélez, líder de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

El telenoticiero "CM&" indicó que el pago de la recompensa por Pérez, alias "Poliarco" y Marulanda, alias "Tirofijo", de 1.500 millones de pesos (unos 1,6 millones de dólares), comenzará esta semana a divulgarse por medio de avisos periódicos por la televisión.

Las autoridades colombianas también anunciaron que pagarán 1.000 millones de pesos (1,1 millones de dólares) a quien facilite la detención de los segundos en el mando de las FARC, Iván Máquez y del ELN, Nicolás Rodríguez, "Gabino".

Asimismo, habrá una gratificación en metálico de 500 millones de pesos (550.000 dólares) por Timoleón Jiménez, "Timoshenko", tercer jefe en importancia de las FARC.

El Gobierno colombiano resolvió ofrecer los pagos después de que fracasaran en julio pasado los contactos con los rebeldes para reanudar los diálogos de paz suspendidos en 1992, debido a la continuación de la actividad insurgente. EFE

GTA/JA/PG

08/30/05-50/95

01/01

9508297

01/03

9508298

[illegible]

– DOC. CLARO –

02

9508298

Justicia italiana es "corrupta", dijo

Erich Priebke acepta ser extraditado a Alemania

San Carlos de Bariloche, Argentina

■ El ex oficial nazi Erich Priebke está dispuesto a ser extraditado a Alemania porque la justicia de ese país "brinda mayores garantías que la italiana", dijeron la noche de este viernes sus abogados defensores.

Pedro Bianchi y Enrique Gshwind informaron al respecto a la prensa en esta ciudad turística invernal, a 1.800 quilómetros al suroeste de Buenos Aires, luego que el ex capitán de las SS quedara nuevamente detenido en su domicilio en respuesta a un pedido de Alemania.

Bianchi y Ghswind declararon que su defendido aceptará ser extraditado a Alemania [illegible] y no impondrá ningún recurso legal para [illegible] hacia ese país, del que es oriundo.

"[illegible] los pasajes de [illegible] custodia", dijo Bianchi, quien expresó que la no resistencia de Priebke a ser remitido a Alemania para ser juzgado allí y no en Roma obedece a que la justicia de Italia es "totalmente corrupta".

Priebke había cumplido el jueves 15 meses de reclusión domiciliaria y disfrutó de poco más de 24 horas en libertad a raíz del fallo de un tribunal que rechazó un pedido de extradición formulada por Italia en 1994 y lo liberó, pero hoy volvió a ser encerrado en su casa. La justicia alemana juzgará a Priebke por la masacre de las [illegible]s Ardeatinas, en las afueras de Roma el 24 de marzo de 1944, [illegible] la que fuerzas SS nazis fusilaron a 335 civiles judíos en represalia por la muerte de 33 soldados alemanes tras un ataque partisano.

Agregó que él mismo, Bianchi y Priebke "ya estamos allanados a la requisitoria de Alemania" y opinó que la justicia de ese país "brinda mayores garantías que la italiana" para su defendido.

Sin embargo, aclaró que "Alemania tiene un plazo de 30 días para cumplir los requisitos de este pedido, en caso c[illegible] Priebke quedará nuevamente en libertad".

Gshwind explicó que, al ser acatado el pedido de extradición por la defensa, una vez que Bonn cumpla con los requisitos procesales y diplomáticos necesarios, el viaje de Priebke, de 83 años, a su país natal será inmediato.

3-3

DOC. CON PARTES POCO LEGIBLES.

03-03

9508299

VINCULACIONES 516308

11204

500145

XA4299

R POXRT 08-18 00304
exg mun

EFA-ULTRADERECHA
JEFE NEONAZI DESVELA A POLICIA SITUACION DEPOSITOS ARMAS

Bonn, 18 ago (EFE).- La informacion suministrada por un destacado dirigente neonazi ha llevado al desmantelamiento del "más importante arsenal de la ultraderecha alemana descubierto hasta la fecha".

Autoridades germanas confirmaron hoy, viernes, que el conocido jefe neonazi Peter Naumann indicó a la policía la situación de varios depósitos de armas y explosivos, tal como adelantó en su emisión del jueves por la noche el programa "Panorama", de la primera cadena de la televisión ARD.

La operación policial comenzó a principios de semana y, según el documento televisivo, han sido aprehendidos, de momento, unos 150 kilogramos de explosivos, un fusil ametrallador Kalaschnikov, una pistola, varias granadas de mano y mechas detonantes en Baja Sajonia y Hessen, en el centro y norte de Alemania.

Naumann, de 42 años, decidió colaborar con la policía porque desea distanciarse de la violencia como medio de lucha política.

El dirigente neonazi tiene en la actualidad abiertos varios sumarios por tenencia ilícita de armas y pertenencia a organizaciones terroristas y, en 1988, ya fue condenado a cuatro años en libertad vigilada.

El portavoz de la Fiscalía General, Rolf Hannich, reconoció el descubrimiento de cuatro arsenales con diferentes cantidades de armamento y entre 30 y 40 kilogramos de material para fabricar explosivos.

Según expertos artificieros, gran parte del material incautado procede de la antigua Yugoslavia y se encuentra en perfecto estado de funcionamiento.

El jefe de los Servicios para la Protección de la Constitución en Hessen, Harmut Ferse, calificó a Naumann, de profesión químico, como "peligroso cerebro en explosivos de los ambientes neonazis".

El jefe ultraderechista admitió que el motivo central de su renuncia a la violencia y a la lucha armada era que "resulta contraproducente para nuestros intereses" EFE

ea/ig/ik

08/18/09-00/35

01/01

9508299

5

Nº DOCUMENTO 9508300

TEMA: Ex: Jefe de policía investigado por venta de armas

PROCEDENCIA 548533

FECHA DE PROCEDENCIA 14/8

VINCULACIONES 11275

500145

01/01

9508300

Se están realizando negociaciones reservadas en México con el Ministerio del Interior de España

Etarras exiliados quieren dejar las armas

Alrededor de una veintena de terroristas de la banda armada ETA residentes en México ha realizado durante los dos últimos meses "tanteos" para conocer a qué situación legal se enfrentarían en el caso de regresar a España para reinsertarse, según estimaciones del Ministerio español de Interior.

Madrid, por San Sebastián

EXCLUSIVO EL PAIS de Madrid PARA La República

■ Pero, hasta el momento, sólo uno de los "arrepentidos", Vicente Barrenetxea Egia, ex miembro del "comando Goikogane", ha dado un paso más y ha mostrado a través del Consulado español su disposición a entregarse a la Justicia. Es probable que Barrenetxea sea repatriado esta misma semana, acompañado de policías mexicanos o bien de alguno de los agentes agregados a la Embajada española.



El fascimil de la revista española Epoca muestra parte de la lista de etarras que viven exiliados en México.

El caso de Barrenetxea, sobre el que existen dos órdenes de busca y captura emitidas por la Audiencia Nacional por presunta colaboración con ETA, está muy avanzado. Tanto que podría ser repatriado durante la presente semana si se solucionan los correspondientes trámites burocráticos. El Ministerio de Justicia e Interior proveerá a Barrenetxea de un pasaporte y un pasaje de avión de México a Madrid, adonde llegará probablemente escoltado por policías mexicanos. Nada más pisar suelo español, quedará detenido y será puesto a disposición judicial en un proceso que se asemeja en algunos aspectos al de Juan Manuel Soares Gamboa, ex miembro del "comando Madrid", que fue deportado a petición propia desde la República Dominicana el mes pasado. Barrenetxea está incurso en investigaciones de la Audiencia Nacional por su presunta pertenencia al "comando Goikogane", un grupo dedicado a captar información "muy precisa" sobre empresarios de Alava y acuartelamientos de la Policía y la Guardia Civil de esa provincia. A este comando se le atribuye haber facilitado a mediados en 1986 datos sobre el cuartel de Llodio, que, posteriormente, fue objeto de un atentado.

FUGA A FRANCIA

La Policía supone que el supuesto etarra huyó a Francia a finales de los ochenta. En 1990 se encontró en poder de la activista Carmen Guisasola documentación falsa a nombre de Barrenetxea. Más tarde volvió a recuperarse su pista en la localidad mexicana de Monterrey. En México están residiendo entre 100 y 150 miembros de ETA. Contra algunos de ellos apenas hay en España pruebas para proceder judicialmente, aparte de que su nombre figure citado en algún sumario, según reconocen fuentes policiales. Expertos antiterroristas calculan que una veintena de personas vinculadas a ETA están realizando "tanteos" para conocer qué acusaciones penales tienen en contra y sus posibilidades de lograr su reinserción. Estos etarras han realizado sondeos a través de sus familiares y la delegación diplomática española en México, aunque sólo Barrenetxea ha formalizado su petición de repatriación.

DP1797

U POXBT 08-15 00552
mun

ESPAÑA-MEXICO
ESPAÑA RECLAMARA MEXICO ENTREGA ETARRAS CON CAUSAS PENDIENTES

Bilbao (España), 15 Ago (EFE).- El Gobierno de España tiene intención de reclamar a México la entrega de los miembros de la organización terrorista ETA que residen en ese país y que tienen causas pendientes con la justicia española.

Con ese objetivo, la secretaria de Estado de Interior, Margarita Robles, confirmó en declaraciones al diario vasco "El Correo" que la Audiencia Nacional (tribunal de jurisdicción estatal) ya ha comenzado a estudiar todos los sumarios.

Robles señaló al diario, que publica hoy la última de las tres entrevistas mantenidas con la alta funcionaria, que para ello el ministerio español de Justicia e Interior piensa hacer uso de las perrogativas del tratado de extradición suscrito recientemente con México.

Anunció también al diario que el Gobierno español desea alcanzar un acuerdo similar con Uruguay, modificando para ello el tratado actual entre los dos países.

El acuerdo de extradición entre México y España, rubricado por ambas partes en la capital mexicana en junio pasado, entrará en vigor tras ser aprobado por el Parlamento español, cuyo periodo de sesiones se reanuda en septiembre próximo.

Pero la pretensión española de extraditar a los etarras residentes en México deberá de superar las diferencias de interpretación del nuevo tratado.

Mientras que las autoridades españolas consideran que a partir de ahora pueden reclamar la entrega a España de todos los miembros de ETA cuya extradición no haya sido denegada hasta el momento de la firma, la parte mexicana opina que el acuerdo sólo es válido para aquellas personas que hayan entrado en el país a partir de su rúbrica.

En la actualidad, unas 200 personas relacionadas con la organización ETA se encuentran en México. De ellos, cerca de una docena pudieran estar interesados en volver a España, aunque sólo uno, Vicente Barrenetxea Egia "Vicen", se ha entregado hasta ahora a la policía española.

Barrenetxea, acusado de pertenecer al "comando Goikogane", que se dedicó entre 1986 y 1987 a facilitar información a ETA sobre objetivos para perpetrar atentados, llegó a España el pasado día 5 tras expresar su deseo de acogerse a las medidas de reinserción social y desde entonces se encuentra en prisión.

Uruguay, por su parte, da cobijo a unas de las colonias de miembros de ETA más importante, tanto por su número, como por las posturas de mayor dureza que, al parecer, defienden sus integrantes.

En 1992, una operación conjunta de las policias española y uruguaya permitió localizar y detener en ese país latinoamericano a 15 presuntos miembros de la organización armada.

Los arrestados, salvo tres de ellos que fueron repatriados a España, quedaron en libertad por problemas de interpretación entre las justicias de ambas naciones sobre los criterios a aplicar en los procesos de extradición.

El Estado español, tras años de procesos judiciales, tan sólo consiguió de la justicia de Uruguay la entrega de tres presuntos

miembros de ETA, Miguel Ibañez, Jesús Goitia y Luis María Lizarralde.

Los tres supuestos etarras llegaron a Madrid en agosto de 1994, después de violentos enfrentamientos entre manifestantes y la policía en Montevideo, que ocasionaron dos muertos y un centenar de heridos.

Lizarralde fue condenado en junio pasado a 32 años de cárcel por asesinato de un militar, aunque con anterioridad había sido absuelto de otro delito. Ibáñez fue absuelto por falta de pruebas y Goitia todavía no ha sido juzgado.-EFE

CG/chg/rcm

08/15/11-39/95

02/02

La ETA enfrentada a los propios vascos

• La tolerante convivencia del País Vasco está en una etapa de total violencia

La "débil" paz y la "respetuosa" convivencia que reinaba en el País Vasco hasta hace unos meses está a punto de quebrarse. Etarras y no etarras compartían el suelo y el cielo a pesar de las diferencias sustanciales que dividían sus vidas. Hoy, el País Vasco, está a punto de convertirse en "la España del 36". La violencia de ETA se radicaliza y los, hasta ayer pacifistas, responden.

Uno de los más famosos diarios españoles, *"El País"* de Madrid, tituló una de sus ediciones "La Paz apaleada", y agregó que "Herri Batasuna recurre a la violencia para impedir que los vascos pacíficos tomen la calle".

La radicalización de la violencia etarra responde a que actualmente en el País Vasco ha aparecido una línea que separa a los vascos pacíficos de los representantes de una de las violencias más famosas del mundo. Cansados de las amenazas de Herri Batasuna -brazo político de la ETA- y de las palizas del Jarrai -especie de "facultad" que diploma a los jóvenes de "etarras"- el pueblo vasco se lanzó a la calle para demostrar su oposición a estos responsables de cientos de muertes y decenas de atentados en toda España.

Más que violencia

Herri Batasuna consiguió tan solo el 14 % de respaldo electoral en las últimas elecciones. A pesar de esto, está dispuesta a utilizar una política de terror para mantener su carta más valiosa: la calle.

La violencia, característica de las estrategias etarras, se ha instalado en el País Vasco. Así es que concejales socialistas han sido apaleados, trabajadores de Ikusi (empresa que pertenece a Julio Iglesias Zamora, secuestrado por ETA desde hace 117 días) han sido amenazados de muerte y periodistas fueron perseguidos y golpeados a pleno día y en la calle.

Hasta hace algún tiempo era común ver a militantes de Herri Batasuna y de partidos democráticos participar cada uno de sus propias manifestaciones y a la noche compartir "un juego de cartas en las tabernas de la Parte Vieja".

Existía, si se quiere, una "aparente tolerancia". Tan frágil era esta convivencia pacífica que, por llevar una cinta azul en el brazo pidiendo la libertad del empresar o Julio Iglesias-Zamora, un antiguo militante de ETA, Mikel Garikano, fue expulsado del bar al que siempre concurría no sin antes llevarse unos cuantos golpes y el insulto de traidor resonando en sus oídos.

El pasado honroso de las personas que hoy es un detalle que los radicales obvian a la hora de gritar traidor o de tomarla a golpes. Así es que Oscar M., nacido en San Sebastián hace 82 años, recibió una paliza, por parte de Herri Batasuna, durante una manifestación que pedía la liberación del empresario secuestrado. Oscar dice que "yo hice la guerra civil, estuve en las cárceles de Franco. Yo sí sé lo que es la libertad y te aseguro que no tiene nada que ver con lo que defiende Herri Batasuna".

Pablo Peñascova, es representante del PSOE (Partido Socialista Obrero Español) y también sufrió las consecuencias de la violencia de la ETA. "Eran 10 o 15 jóvenes del pueblo, que tendrían entre 17 y 20 años. Recuerdo los insultos y los golpes, pero lo que más me ha quedado fijado en la memoria son sus caras de odio".

La organización del terror

Según una documentación incautada a la cúpula de la ETA, desarticulada en Bidart, los grupos más violentos del País Vasco están bautizados con las últimas tres letras del abecedario: X, Y y Z.

Los grupos "X" están formados por jóvenes radicales sin organización estable que participan en las movilizaciones callejeras. Los "Y" son autónomos, están formados por un máximo de cuatro personas y cuentan con los explosivos y la infraestructura necesaria para los atentados de buen calibre. Finalmente, los grupos "Z" son los que cuentan con mayor jerarquía dentro de la organización y tienen a su cargo "privilegios" tales como los coches bomba y los tiros en la nuca.

Para llegar al diploma de Etarra

Como en todos los órdenes de la vida, para llegar a determinado puesto se deben cumplir etapas. Así es que los jóvenes que "aspiran" a formar parte de los comandos de ETA se "entretienen" haciendo destrozos por las calles de San Sebastián.

La nota de *"El País"* de Madrid expresa que "antes de reunir los méritos necesarios para arrancar los dedos a un cartero de Madrid hay a aprender a llenar la ciudad de miedo".

El alcalde de Hernani, José Antonio Rekondo, considera que "los jóvenes que quieren ser integrantes de la ETA provienen de los sectores más desnaturalizados de la sociedad".

Jarrai: los futuros etarras

La violencia que lleva adelante la ETA, no la desarrollan solo los "consagrados". La última creación de esta asociación terrorista se denomina "Jarrai". Son comandos que realizan actos vandálicos y las edades de los integrantes oscilan entre los 17 y 20 años.

Concejales socialistas, apaleados por el Jarrai, afirman que "los actos de violencia no son espontáneos, están dirigidos".

De esta manera podría afirmarse que "Herri Batasuna apunta, Jarrai golpea y ETA mata".

Los integrantes de Jarrai también son los encargados de repartir volantes que digan, por ejemplo "PSOE, PNV y EA: robaalcaldías, mentirosos, parapoliciales, y autoritarios".

Por otra parte, es frecuente en el País Vasco que dos enemigos feroces sean integrantes de la misma familia. Ta es el caso de Aitor García, de 19 años, integrante del Jarrai. Aitor es hermano de un agente de la policía vasca.

Asimismo, Jon Ander González, también de 19 años, hijo de una pareja de etarras, compartió su vivienda con sus padres y un empresario secuestrado durante algunos meses.

A pesar de estas nuevas ramificaciones de la ETA, también existen los que se apartaron de este movimiento terrorista. Uno de ellos, expresó su sentimiento diciendo que "yo conozco los dos lados, y sé que el futuro de Euskadi ya no se puede construir con pistolas".

Comando Madrid: nadie sabe dónde están ni quiénes son



Algunos de los integrantes del Comando Madrid. En la actualidad, la policía española reconoce que no sabe cómo son ni dónde están los nuevos etarras que asolan la capital con sus atentados terroristas.

Una de las más difíciles tareas que realizan más de 200 policías es buscar a hombres y mujeres sin rostro por las calles de Madrid. Son los integrantes del famoso "Comando ETA de Madrid".

Una de las perlas negras de los etarras que se mueven en Madrid es el atentado realizado en el año 1987, donde murieron 12 guardias e hirieron a 40 personas. Lo asombroso del caso es que ninguno de estos etarras tenían antecedentes. Como tampoco los tenían los que pusieron la bomba contra Aznar ni los que estuvieron a punto de provocar una matanza el pasado 19 de julio en pleno centro madrileño.

Se puede afirmar que nadie sabe quienes son los nuevos integrantes de este violento brazo de la ETA. El Comando Madrid es un enigma para toda España, incluida la policía. Nadie sabe cómo son, ni dónde se ocultan.

Estos integrantes del tan temido comando pueden estar viviendo en un edificio de cualquier barrio de Madrid, disfrutando de una vida tranquila como cualquier español, y fingiendo que cada mañana acuden a la Universidad o a la oficina.

A pesar de estas dificultades, el brazo de la policía a veces llega. Así es que más de 20 terroristas de este comando que tienen en su haber 71 muertes y una larga lista de heridos están esperando entre rejas su condena. Mientras que, los etarras que provocaron la "mayor carnicería" en la capital española con la bomba "Goma 2", están purgando una condena de 2000 años de cárcel.

El portavoz de la Policía española afirma que "pocas veces ellos han estado tan fuertes y nosotros hemos sabido tan poco. A veces hemos dicho que no sabíamos nada porque nos convenía para la investigación, ahora es verdad, nadie tiene ni idea de quienes son ni donde andan".

Finalizan expresando lapidariamente que "están fuertes y van a seguir matando".

2-2

Nº 9503304
T: Acciones del PKK
518593
FECHA 29/8
VINCULACIONES 11213
515472
507672
503553
500115

XA5784

R POXRT 08-29 00298
exg mun

TURQUIA-IRAK
REBELDES KURDOS PKK LUCHAN EN NORTE DE IRAK CONTRA PDK

Ankara, 29 ago (EFE).- Los guerrilleros del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) que el sábado lanzaron una ofensiva contra las fuerzas del Partido Demócrata del Kurdistán (PDK), liderado por Masoud Barzani, luchan ahora en el norte de Irak, informaron hoy, martes, las autoridades turcas.

Los portavoces del PDK declararon que, desde el sábado, doce militantes de su partido han muerto en los enfrentamientos con el PKK.

Asimismo, el PKK atacó las ciudades de Duhhok y Zakho, en el norte de Irak, que estaban bajo el mando del PDK y se ha apoderado de 18 puestos fronterizos que los seguidores de Barzani controlaban.

El diario turco "Evrenzel" publica hoy que Turquía está enviando tropas a la frontera con Irak, donde se libran los combates entre el PKK y el PDK.

Por otra parte, los representantes de la Alta Comisión de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) en Bagdad han manifestado su preocupación por la seguridad de los 14.500 refugiados kurdos que hay en el norte de Irak.

El Ejército turco ha realizado varias incursiones en el norte de Irak para destruir las bases militares del PKK durante 1995.

En el mes de julio tuvo lugar la última de estas operaciones, en la que, según las autoridades turcas, murieron 555 guerrilleros kurdos y fueron destruídos sus campamentos.

Por otra parte, el líder del PKK, Abdulah Ocalan, declaró que su partido sólo lucha contra Turquía, y por esa razón ha atacado al PDK, que está respaldado por las autoridades turcas.

Ocalan instó a los dirigentes del PDK a romper sus relaciones con Turquía y a trabajar con los demás partidos kurdos para crear una federación democrática en el norte de Irak.

El PKK se levantó en armas en 1984 para conseguir la autonomía de los doce millones de kurdos que viven en las provincias del sureste de Turquía.EFE

dt/afo/ik

08/29/11-05/95

01/07 9508304

RFA KURDISTAN

PARTIDO TRABAJADORES KURDO RECHAZA AUTORIA ATENTADOS

Colonia (RFA), 30 ago (EFE).- El Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) rechazó hoy, miércoles, la autoría de tres ataques incendiarios contra intereses kurdos, ocurridos el domingo en la localidad de Bilefeld, oeste de Alemania.

"Queremos establecer claramente y rechazamos categóricamente que estemos, en lo más mínimo, relacionados con estos atentados", expresó en un comunicado el Frente de Liberación Nacional del Kurdistán (ERNK), brazo político del PKK, prohibido en Alemania desde hace tres años.

Los atentados de Bilefeld no produjeron víctimas, pero causaron importantes destrozos materiales en dos restaurantes y una agencia de viajes.

Las autoridades alemanas han señalado reiteradamente que el PKK está detrás de la ola de ataques antiturcos de los últimos cuatro meses. EFE

ea/mag/mlr

08/30/17-41/95

02

95083043

DOC CLARO -

03

9508304

DOC. CLARO.

04

95083047

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] (EFE) [illegible] de los Trabajadores [illegible] sobre fondo amarillo, [illegible] prohibida [illegible] decisión del [illegible] de esta ciudad, al norte de Alemania.

[illegible] prohibición [illegible] con la imagen del [illegible] Abdullah Ocalan, según señaló hoy, martes, un portavoz judicial.

La sentencia da la razón a la policía de Hannover que el [illegible] de octubre de 1994 disolvió en el centro de esta localidad una demostración de "apoyo a la lucha por la independencia del Kurdistán", en la que un gran número de participantes portaban la bandera del PKK y grandes fotografías de Ocalan. EFE

ea/fr

08/15/14-37/95

05

9508304

[illegible]

[illegible] 08-15 [illegible]

[illegible]

OP17A9

[illegible]

IRAK-KURDOS

REANUDADOS COMBATES ENTRE KURDOS PESE ACUERDO ALTO EL FUEGO

El Cairo, 15 ago (EFE).- Los combates se reanudaron ayer por la noche entre las facciones kurdas rivales en el norte de Irak a pesar del acuerdo de alto el fuego alcanzado la semana pasada entre los dos principales partidos de la zona, informó hoy martes la emisora "Voz del Pueblo del Kurdistán".

La emisora, órgano de la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), liderada por Yalal Talbani, afirmó que las milicias del Partido Democrático Kurdo (PDK), que dirige Masud Barzani, bombardearon ayer la ciudad de Ruwandiz, en el noreste de Irak, y causaron víctimas, aunque no se precisó cuántas, así como importantes daños materiales.

Ambas partes se acusaron, como es habitual desde el comienzo de los violentos combates en diciembre pasado, de violar el alto el fuego y atacar sus respectivas posiciones.

La reanudación de los enfrentamientos se ha producido una semana después de que los representantes de la UPK y el PDK llegaran a un acuerdo, bajo la supervisión de Estados Unidos y con el apoyo de Turquía, para poner fin a sus combates por el control del Kurdistán iraquí.

Centenares de personas han muerto desde el comienzo de los combates entre los kurdos, que antes de la guerra del Golfo, negociaban con el régimen de Sadam Husein la creación de una autonomía en el Kurdistán.

El Gobierno de Bagdad no tiene el control del Kurdistán iraquí desde agosto de 1991, fecha en que Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña, que formaron el bando aliado en la guerra del Golfo contra Irak, establecieron una zona de exclusión aérea al norte del paralelo 36 para proteger a la población kurda de posibles ataques de las tropas gubernamentales.

El establecimiento de esta zona se produjo seis meses después del fracaso de una rebelión kurda contra el régimen de Sadam Husein.-EFE

fa/afo/rm

08/15/10-59/95

06

9508304Z

DOC. CLARO-

07/07 9508304?

9508305

Sudáfrica y Suazilandia firman acuerdo contra tráfico de armas

518/93

1213

11875

Sudáfrica
Suazilandia
Mozambique
Namibia
Zambia
Zimbabwe

[illegible]

[illegible] colaborarán para combatir el [illegible] jueves [illegible] el presidente [illegible] Nelson Mandela [illegible] Sudáfrica que comenzó [illegible]

Mandela [illegible] ejemplo de colaboración ya existente entre Sudáfrica, Mozambique, Namibia, Zambia y Zimbabwe, y que ha ofrecido resultados positivos [illegible] acuerdo de cooperación entre las policías de ambos países, durante la estancia en [illegible] Suazilandia, país con el que desea reforzar las relaciones.

"En el caso de Mozambique [illegible] guerra civil de 17 años que finalizó [illegible] acuerdo de cooperación favoreció [illegible] importante cantidad de armas que acabarían en Sudáfrica y [illegible] la violencia", subrayó Mandela [illegible] caso con Namibia [illegible]

Intervención de [illegible] fueron [illegible]

[illegible] Sudáfrica [illegible] Suazilandia [illegible] fronteras [illegible]

[illegible]

01/01 9508305

Nº DE ... 9508306
TITULO Ataques contra locales turcos
PROCEDENCIA 52503
FECHA DE RECEPCION 27/8
VINCULACIONES 516308
500145
11204

XJ1666
U POXBT 08-27 00100
exg mun icx

EFA-ATENTADO
NUEVOS ATAQUES INCENDIARIOS CONTRA LOCALES TURCOS

Bonn, 27 ago (EFE) - Tres locales turcos en Bielefeld, en el oeste de Alemania, sufrieron hoy, domingo, grandes destrozos al ser quemados intencionadamente, según informó la policía.

Testigos presenciales señalaron que, a primera hora de la mañana, varios desconocidos lanzaron cócteles molotov contra una agencia de viajes, y dos restaurantes, que todavía se encontraban cerrados al público.

La policía ha descartado que los ataques sean de contenido racista y los relacionó con la campaña política de la minoría kurda contra el gobierno de Turquía. EFE

ea/ik

08/27/11-51/95

01/01

9508306

Punk´s not dead

Autoridades y habitantes de Hannover hicieron balance hoy [illegible] tres violentas "Jornadas del Caos" que aterrorizaron la ciudad, y por toda Alemania se escucharon voces que exigen responsabilidades políticas.

Unos 170 policías resultaron heridos, y presumiblemente otros tantos manifestantes, en las tres noches que mantuvieron en vilo a los 500.000 habitantes de Hannover y en las que ardieron barricadas por todo el norte de la ciudad y se sucedieron saqueos y batallas campales.

Más de mil punkis fueron detenidos temporalmente, de los que una treintena seguía esta mañana bajo custodia policial, se abrieron 235 sumarios y casi 1.300 jóvenes se vieron forzados a volver a sus destinos nada más llegar a la ciudad.

De "sin precedentes hasta ahora en Hannover por su brutalidad" calificó Uwe Wiedemann, que dirigió las operaciones policiales, la "incondicional disposición a la violencia" que observaron los agentes en sus contrincantes juveniles., que no fueron sólo 1.700 punkis de otros puntos de Alemania y del extranjero los que acudieron a Hannover, sino también "hooligans", cabezas rapadas y hasta grupos de los llamados "autónomos".

Para los propios punkis, la explicación resulta sencilla: "Nuestras cagadas son nada si se comparan con las cagadas del Estado", comentó el domingo uno de los cabecillas.

1-1

01-01

9508307

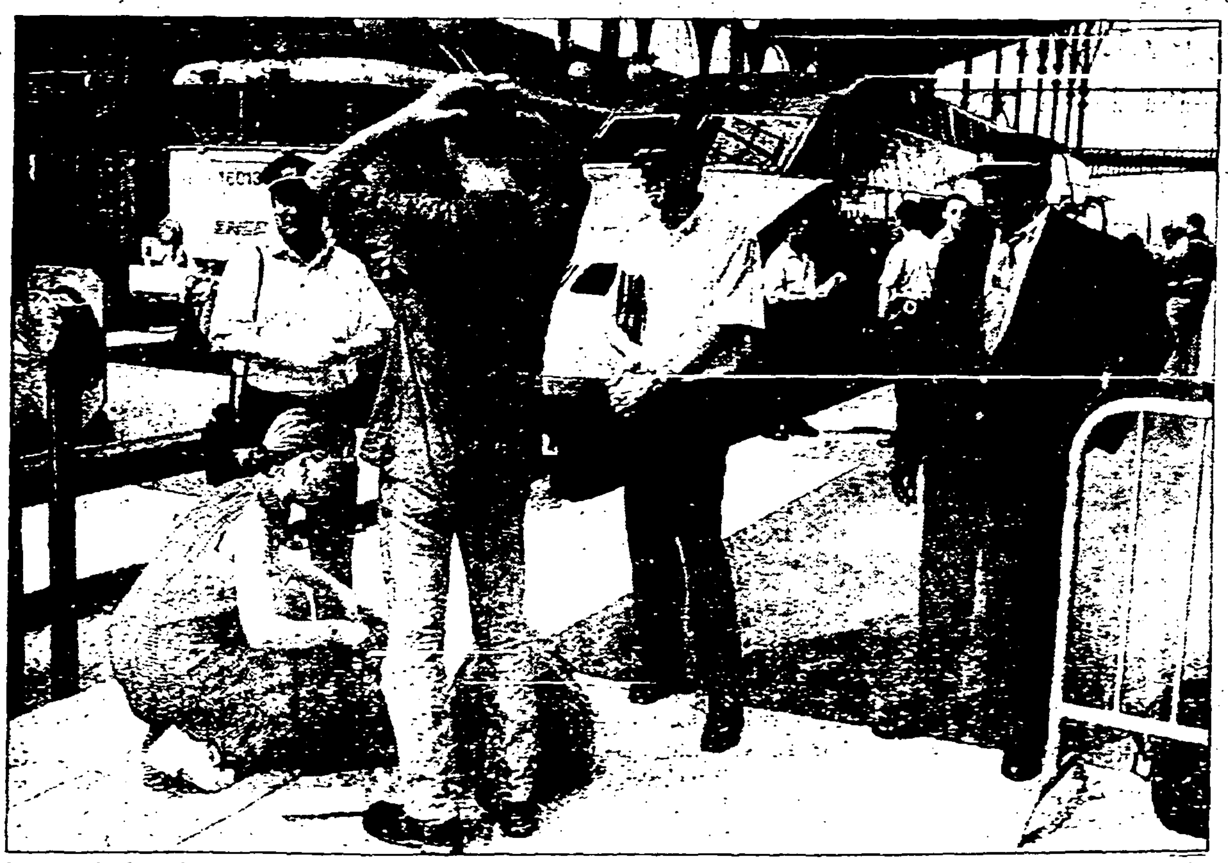
La CIA advirtió sobre la venta de armas nucleares rusas al terrorismo

Inseguridad: un oficial de inteligencia dijo que la inestabilidad política en la ex URSS hace que el control sobre su arsenal sea menos estricto.

WASHINGTON, 22 (AP).– La inestabilidad política desde la disolución de la Unión Soviética ha suscitado interrogantes sobre la seguridad de las armas nucleares rusas, incluso sustancias que podrían caer en manos de terroristas o países hostiles a los EE. UU., dijo hoy un funcionario de la CIA.

"Unos cuantos países cuyos intereses son contrarios a los de Estados Unidos están tratando de adquirir armas nucleares; Irán e Irak son dos de nuestras mayores inquietudes", dijo David Osias, oficial de inteligencia nacional de la CIA para programas estratégicos.

"Si uno de estos países o un grupo terrorista adquiere una o unas pocas armas nucleares, podrían impedir acciones políticas o militares de los Estados Unidos, amenazar o atacar fuerzas norteamericanas emplazadas o aliados o posiblemente ejecutar un ataque contra Estados Unidos", dijo Osias al senador Richard Lugar, republicano por Indiana, presidente del Subcomité sobre asuntos europeos del Comité de Relaciones Extranjeras.



Luego de los dos atentados terroristas en Francia atribuidos a fundamentalistas argelinos, la policía francesa ha incrementado las medidas de seguridad; en esta imagen se puede apreciar cómo oficiales de la estación parisiense Gare du Nord revisan a dos pasajeros (Reuter)

Negligencia

Lugar, aspirante a la candidatura presidencial republicana y el único miembro del subcomité que asistió a la primera de dos jornadas de audiencias, dijo dudar de que el Congreso, la administración Clinton o incluso el gobierno ruso esté dedicando atención suficiente al problema.

"Es una negligencia gubernamental –dijo Lugar a la prensa–. Convoqué estas audiencias para instruirnos de modo que todos estemos al tanto."

Ambas cámaras del Congreso se hallan en receso hasta el próximo mes.

Las autoridades militares rusas mantienen ahora un "control generalmente efectivo" sobre su arsenal nuclear, dijo Osias. Pero es menos estricto que el sistema altamente centralizado y altamente regimentado de la antigua URSS, que se conservaba en su lugar mediante una fuerte autoridad política, dijo el funcionario.

Durante los dos últimos años, el gobierno de los Estados Unidos ha recibido más de 100 informes de inteligencia y de prensa en que se alega que cabezas nucleares u otros elementos nucleares han caído en manos desconocidas, "pero hasta la fecha no se ha podido comprobar las versiones", afirmó Osias.

PORTADA

El incremento de las agresiones de los cabezas rapadas plantea la duda sobre si tras ellos existe una estrategia violenta organizada.

TERROR Skins en las Calles

Sus hábitos cambian con el tiempo: cada vez forman pandillas más grandes, son más jóvenes, agresivos y su violencia es indiscriminada. Hoy, cualquiera puede ser su víctima



CAMBIO16 ha venido avisando desde hace tiempo del peligro ultra de los rapados: portada de febrero de este año y «especial» sobre nazismo de enero de 1993.

.N FERNANDEZ

BRECHAS EN LA CABEZA, HEMOrragias faciales, hematomas en el pecho, fracturas de costillas, heridas incisivas en el vientre... Daniel [illegible]uerga, médico residente de la madrileña clínica de la Con[illegible]epción, no ha hablado en su vida con ningún cabeza rapada, pero hoy conoce, mejor que muchos expertos en seguridad ciudadana, cómo se comportan estos jóvenes violentos con una navaja o un bate de béisbol en la mano. Dónde les gusta pegar, con qué les gusta golpear, a quién les gusta machacar.

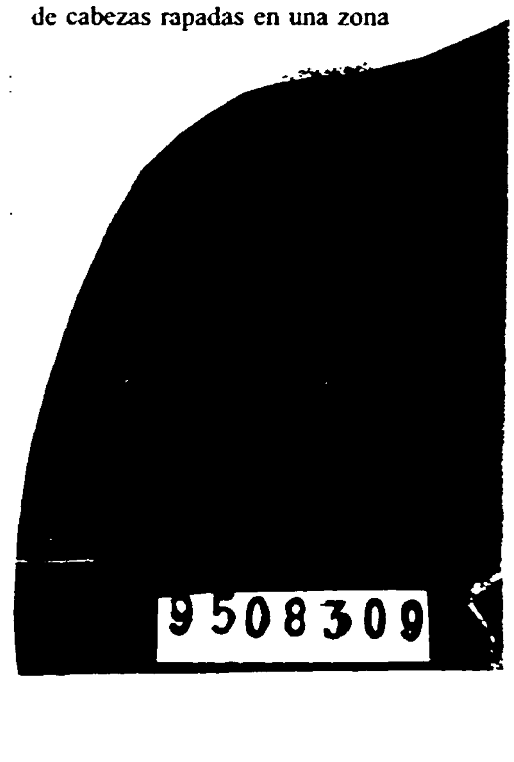
Cada noche que le toca guardia, sabe que al final de la jornada habrá tenido que aplicar a varios pacientes ingresados en urgencias diagnósticos extraídos de ese menú. Su hospital está en el barrio de Argüelles, a pocos metros de las calles donde se ha cometido la mayoría de las últimas agresiones de los rapados y sus manos se han convertido en el resumen diario de la violencia skin.

En ese saldo figuran los casos que conocerá aterrada toda la ciudad al día siguiente, cuando esa agresión se publique en los periódicos con novelado detalle de navajazos, puñetazos y patadas, pero también los de aquellos que no se atreverán a denunciar, los se van a marchar a casa con el ojo morado o la espalda repleta de cadenazos y se van a meter en la cama calentados por la paliza y por la rabia. «No llevamos la estadística, pero esto es mucho más grave de lo que la gente piensa. No es una cosa de fin de semana, nos llegan apaleados todos los días», asegura el médico.

"Si un periodista te ofrece una entrevista, dale duro; quizá tú no sepas por qué, pero él, seguro que lo sabe"

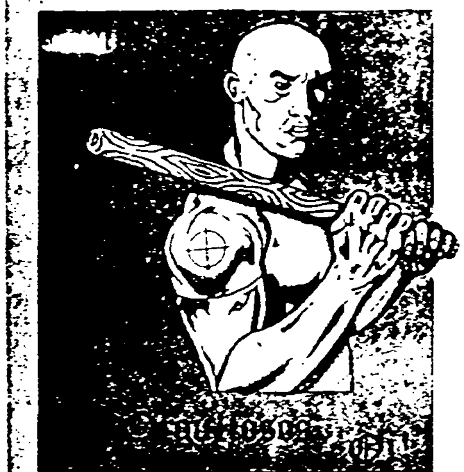
Daniel sólo conoce a las víctimas, pero a través de sus testimonios deduce los perfiles de los agresores: «Son unos psicópatas, porque hay que estar loco para golpear de esta manera». Antes de 1987, la Policía tampoco había oído hablar nunca de la palabra «skin head», pero aquel año varios agentes tuvieron que iniciar la primera investigación en España sobre un caso de violencia relacionado con «unos jóvenes con la cabeza rapada que se dedican a atacar a ciudadanos en plana calle sin otro objetivo que la pura agresión física».

Desde aquella fecha y aquel primer informe, han llovido muchos palos y patadas sobre cabezas de ciudadanos, salidas de botas con puntera de acero o bates de béisbol de jóvenes cuyo principal sello distintivo sigue siendo el brillo de sus cráneos rasurados. En el camino, el surco de sangre y violencia sembrado por estos vándalos de final de siglo ya se ha llevado por delante la vida de dos personas: la de Lucrecia Pérez, la inmigrante dominicana que sufrió el primer [illegible]sesinato racista de la democracia española en 1992, y la de Ricardo Rodríguez, de 20 años, que tuvo la *mala suerte* de cruzarse con una banda de cabezas rapadas en una zona




"¡No somos políticos! ¡Somos soldados! ¡No somos civiles ansiosos por ganar votos entre las amas de casa y los funcionarios! ¡Somos escuadristas que quieren conquistar la Nación Entera!"
Estas
viñetas
extraídas
fanzines del grupo
skin madrileño
Bases Autónomas.
03
9508309

ASI CREAN UNA BANDA SKIN



El culto a la violencia y los símbolos nazi, siempre presentes en sus publicaciones.

UN FANZINE DEL COLECTIVO NEOnazi Bases Autónomas explica qué camino debe seguir un buen skin que quiera crear su propia banda. Estos son los pasos a llevar a cabo:

- Rodearse de gente seria, dinámica y con energía que permita el despegue de la acción.
- Obtener los nombres y las señas de los simpatizantes conocidos de la zona en donde vaya a comenzarse a trabajar.
- Organizar una primera reunión en la que participen los promotores y todos los elementos que simpaticen con quienes se pueda tomar contacto directamente.
- Organizar una campaña de reclutamiento a nivel personal y otra de propaganda. Si las condiciones lo permiten, la primera campaña puede concluir con una concentración de distrito en la que se convocará en lugar público a los interesados.
- Redistribuir las funciones interiores con el fin de integrar a los elementos nuevos y convertirlos en militantes eficaces.
- El reparto de tareas debe ser observado por un control permanente en su ejecución. No debe confiarse un encargo si no se asegura su cumplimiento; en caso contrario, ocurrirá que será mal ejecutado o no lo será.
- El responsable de grupo deberá informar a la dirección central de los siguientes extremos: fichero de adherentes, libro de caja, resumen trimestral de las actividades llevadas a cabo.
- Objetivos de las reuniones interiores: dar una sólida formación a cada militante, explicar y conocer continuamente la actualidad, dar las consignas de acción. ■

de copas de Alcorcón (Madrid) el pasado 21 de mayo, lo que le costó la muerte por apuñalamiento.

El asesinato de Lucrecia supuso el rasgado de vestiduras de toda la sociedad española, que abiertamente se manifestó para decir que este país no quería dejarse llevar por la ola de intolerancia y xenofobia que entonces soplaba amenazadoramente desde Europa. De la muerte de Ricardo, los que parece que han sacado más lecturas son los propios skin heads: lejos de escarmentar por el rechazo que mostraron los vecinos de Alcorcón con las manifestaciones antinazis que siguieron al entierro del apuñalado —con quema incluida de El Donqui, el bar donde habitualmente se reunían los autores del crimen—, los cabezas rapadas de Madrid y sus alrededores se han lanzado a una ofensiva total contra la ciudad.

Hoy, *el Mallorquín, el Tato* y *el Félix*, nombres de guerra de José Cristóbal C. M., Antonio B. M. y Francisco Ch. F., de 18 y 20 años, siguen en la prisión de Valdemoro por el asesinato que presuntamente cometieron hace dos meses. Pero en este tiempo, los que siguen en la calle han multiplicado sus acciones: el propio hermano de *el Mallorquín*, Isra *el Loco*, homenajeó al preso cebándose a palos con el hijo del conserje del instituto Felipe II de Móstoles a la puerta de este centro de enseñanza.



Después del episodio de Alcorcón, junio y julio están siendo dos meses negro para la tolerancia en Madrid: el miedo se ha concentrado en las calles del barrio de Argüelles después de que en las últimas semanas se repitieran en esta zona la mayoría de las agresiones. Oscar Cuéllar, de 17 años; Natalio Serrano, de 16 y José Luis Pérez, de 54, saben de qué va esta historia porque a principios de julio les tocó a ellos figurar en el parte de bajas del fin de semana: a Oscar le abrieron una brecha de 14 puntos, a Natalio le dieron un navajazo que lo mandó a la UVI y José Luis no pudo ir a trabajar al día siguiente por las patadas que había recibido.

Pero no es un fenómeno sólo de Madrid: los diez skin que agredieron el pasado 16 de julio al holandés de color Enzili Nsimba lo *cazaron* en el aparcamiento del Club Natación de Igualada (Barcelona). A Oscar, estudiante de 19 años, le tocó en Valladolid: dos rapados le asaltaron y lo apalearon el pasado 11 de junio al grito de: «Vamos a matarte, rojo».

La ley de la patada impuesta por los rasurados en Madrid, y el pánico extendido entre los vecinos, movió a la Delegación del Gobierno a llevar a cabo una redada el segundo fin de semana de julio entre las calles y los bares más frecuentados por estas bandas. Estas investigaciones y las que van a repetirse en próximos fines de semana, se añaden a los datos que el Grupo de Tribus Urbanas de la Brigada de Información

"España, tal y como la hemos concebido hasta ahora, agoniza. Nuestra Raza, las características que nos llevaron un día a conquistar medio mundo, se diluyen"



El racismo y la xenofobia son los argumentos ideológicos que conectan a los skin heads españoles con los 70.000 que, según la Liga Antidifamación, hay en todo el mundo.



“Esperamos que cada día se vean más botas Doc Martens pisando el asfalto de Madrid, Barcelona y Valencia, y que con ellas lleven también el sentir de una Europa joven y unida”

de la Policía ha almacenado desde que se creó el 20 de enero de 1993 a raíz del asesinato de Lucrecia Pérez.

El seguimiento hecho por la policía a la *tribu de los rapados* les permite hacer hoy valoraciones sobre los preocupantes cambios que está experimentando este movimiento: junto al aumento progresivo de sus acciones violentas, las bandas callejeras son hoy más grandes que hace un par de años: si antes se movían en grupos de ocho o diez, hoy es fácil encontrar marchas de 20 cráneos pelados dirigiéndose juntos de bar en bar.

Son más, más violentos y más jóvenes: «Antes las bandas las formaban jóvenes de 17 a 25 años. Ahora nos encontramos entre los grupos a adolescentes de 13 años», asegura a CAMBIO16 la delegada del Gobierno en Madrid, Pilar Lledó.

Los rapados saben que la Policía está pendiente de sus movimientos, pero ya han inventado maneras de eludir su persecución: sus lugares de reunión varían cuando notan que un bar o una calle ha sido *fichada* por la Policía. y su indumentaria también la han variado haciéndola cada vez es menos agresiva. Unos se dejan el pelo algo más largo, otros cambian la cazadora modelo Bomber por una chaqueta de chándal, o las botas Doc Martens de paracaidista por un calzado deportivo. Cuando la galería de esvásticas, banderas franquistas y simbologías nazis puede delatarlos, son disimulados antes de que la persecución de una pareja de policías pueda arruinarles la noche. Pueda echarles a perder «una acción».



Pero sus hábitos no han cambiado: las agresiones ocurren entre las 6 de la tarde y las 5 de la madrugada y, durante esas horas, ellos siguen una ruta invariable: a última hora de la tarde, un grupo grande, de hasta 50 jóvenes, se reúne en un punto acordado de la ciudad y, a partir de ahí, se distribuyen en pandillas de 12 ó 15 por distintas calles. La noche les depara litros de cerveza en cualquier bar que toman al asalto, o en los que ya conocen por afinidades ideológicas, donde pueden beber rodeados de los símbolos que más les excitan.

Cuando los niveles de alcohol han caldeado suficientemente la sangre, surge la provocación. De nuevo aquí sus últimas acciones muestran algunos «cambios de estrategia»: antes actuaban contra la «basura que hay que barrer de las calles: inmigrantes, mendigos, homosexuales, punkis, rojos y melenudos», según reza en los propios panfletos que se intercambian. Hoy, cualquier ciudadano que se cruce en su camino puede ser la excusa idónea para darle juego al armamento que guardan en coches cerca de sus bares y de donde los recogen cuando llega la hora de sentar su ley.

Según la delegada del Gobierno, estas situaciones son totalmente espontáneas y jamás responden a un plan preconcebido. La propia muerte de Lucrecia se diseñó en aquella misma terrible tarde, cuando el guardia civil ultra Luis Merino localizó al joven Felipe Pérez, y a sus amigos en la Plaza de los Cubos y, después de tomar varias cervezas, les hizo aquella proposición que colmó el morbo de los adolescentes: «Vamos a cargarnos a alguno de los negros de Aravaca».

Pero este método no acaba de calmar a los que se hacen con temor una pregunta: ¿Los skin head en España están organizados? Un informe del Ministerio del Interior cifra el número de cabezas rapadas españoles en 2.000, la mitad de ellos en Barcelona, un tercio en Madrid y el resto en otros núcleos urbanos del país. La carga ideológica racista, xenófoba, y ultranacionalista los hermana, y un grupo de siglas y nombres de asociaciones y grupos los identifica: Bases Autónomas en Madrid, Vanguardia Nacional Revolucionaria en Barcelona, Acción Radical en Valencia. «Aquí hay estrategia, hay ideología, están organizados», aseguran en Jóvenes contra la Intolerancia.

La Policía conoce todas esas siglas, ha incautado en numerosas ocasiones revistas y fanzines (panfletos artesanales hechos con fotocopias) como *A por ellos, La peste negra, Agitación, Acción Directa*, todas elaboradas e impresas en España, además de otros materiales nazis editados en el extranjero. Pero las últimas averiguaciones empiezan a plantear con más seriedad la posibilidad de tras sus acciones exista un movimiento violento bien organizado: entre el material incautado a



«El inmigrante es un germen disolvente», afirma el fanzine en el que aparece esta ilustración.

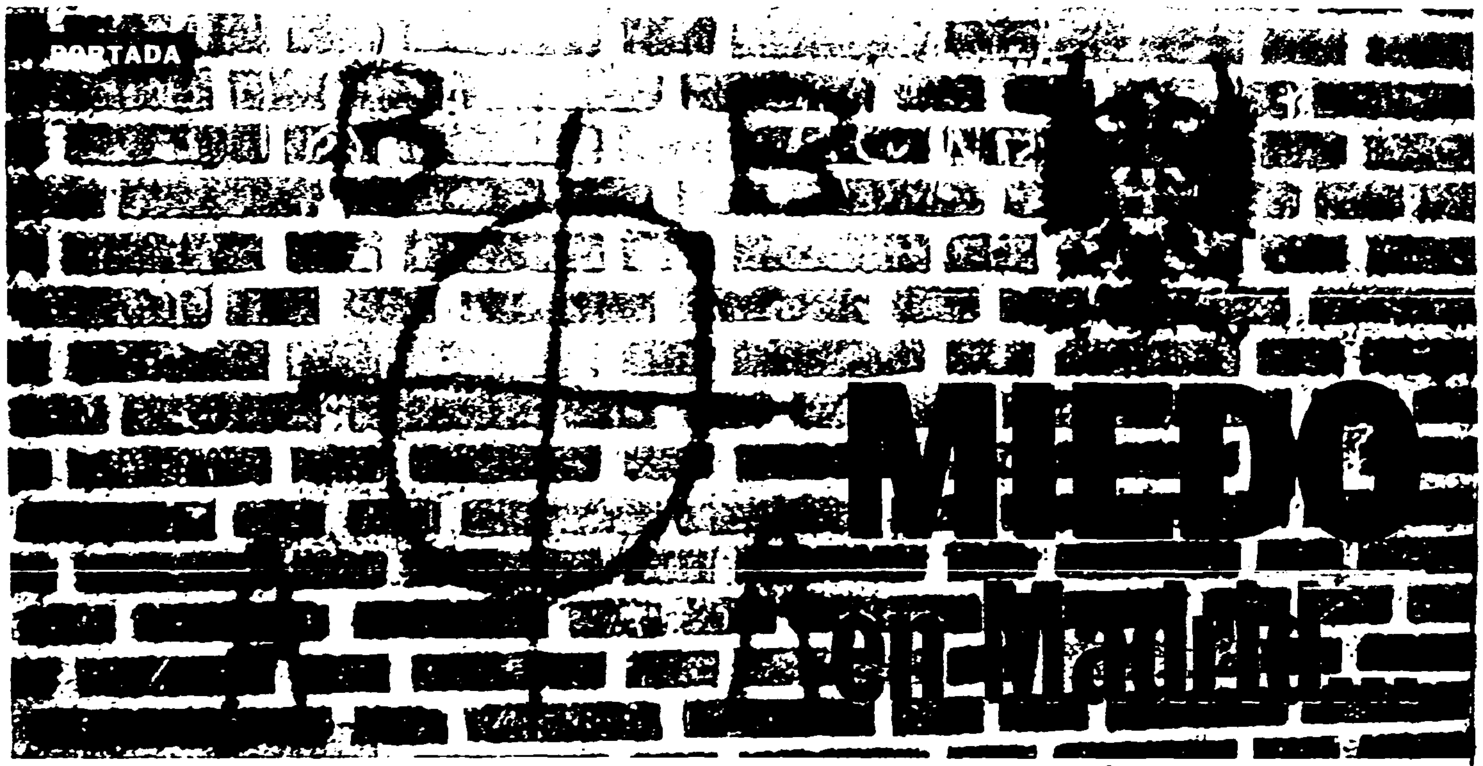
dos skin en Madrid a principios de año, figuraba un fusil Kalasnikov, arma que sólo pudieron conseguir si tenían acceso al mercado ilegal de armas.

El informe de la Liga Antidifamación identifica a los cabezas rapadas españoles con un movimiento que cuenta con 70.000 adeptos repartidos por todo el mundo. Los contactos internacionales, los viajes al extranjero y el mercado de revistas que se intercambian con otros países los situaría en la misma vanguardia violenta que a sus «hermanos arios» de Estados Unidos, Argentina o Alemania.

La inclusión en la reforma del C[illegible]o Penal del delito de racismo y xenofobia les va a hacer la vida más di[illegible], pero la propia Pilar Lledó calcula los [illegible] que tiene la ley: «La justicia no puede escarmentar a un menor de edad. Sólo la presión social podrá frenarlos». ■

Con información de Carla Pulin y Emiliano González

05 950 83 09



Skins

Argüelles, el barrio madrileño que concentra la mayoría de las agresiones skins, sobrevive entre el pánico de sus vecinos y el trauma de los que ya han sufrido las palizas

CARLA PULIN/EMILIANO GONZALEZ
Fotos: ELIO BUGALLO

EL BARRIO DE ARGÜELLES MALVIVE aterrorizado. Las últimas agresiones llevadas a cabo por los grupos neonazis que pueblan la zona durante el fin de semana contribuyen a que un barrio aparentemente tranquilo los días laborables, tiemble cuando se acerca la tarde del viernes. El sábado 17 junio un muchacho ciego de 19 años y su acompañante fueron agredidos por unos rapados en la calle Gaztambide. El 23 de junio un homosexual que pegaba carteles sobre el Día del Orgullo Gay fue apuñalado en la espalda por miembros de esta tribu en Moncloa. A un anciano lo rajaron en su puesto de la calle Gaztambide y el segundo fin de semana de junio, los skin heads hirieron de gravedad a tres personas en las estaciones de Metro de Plaza de España, Argüelles y en la calle Meléndez Valdés.

Los vecinos de Argüelles son desde hace años acosados por las diferentes tri-

VICTIMAS DE LA BARBARIE RAPADA

"Los que lo mueven todo son los peces gordos de Bases Autónomas"

ANDRES B. 23 años

El sábado 24 de junio, un skin head madrileño le abrió la cabeza a Andrés B., de 23 años recién cumplidos. El describe la agresión como «un cumpleaños cojo...». Su pecado: ter[illegible]lo largo y llevar una ca[illegible]negra de algún oscuro g[illegible]sical. Esos dos eleme[illegible] convertían en un «guarro» que merecía ser apaleado sin piedad.

Andrés estaba sentado con unos amigos en el césped del rectorado de Argüelles, dándole la espalda a un grupo de diez cabezas rapadas que no parecían particularmente peligrosos. No llevaban botas de punta de acero, sino zapatillas deportivas y, además, no se mostraban agresivos. Andrés los había visto mucho más «chungos».

Por eso el grupo se confió y decidió no abandonar el jardín, en lo que, como se demostraría unos minutos después, constituyó un error fatal. Siguieron bebiendo de sus *litronas* y conversando hasta que uno de los amigos de Andrés dio la voz de alarma: «Que vienen, que se nos vienen encima». A partir de entonces todo ocurrió en décimas de segundo: cuando Andrés se giraba para comprobar que su amigo no bromeaba, recibió un palo en la cabeza propinado por quien él denomina como el «ejecutor» del grupo de skin heads. Era el único con botas de punta de acero y el único con la cara tapada por una braga militar. «A ese no lo vimos hasta que no era demasiado tarde», afirma Andrés. Al grito de «guarros cabrones» el «ejecutor» le golpeó en la cabeza con un bate corto de los que tienen inscripciones como «quitapenas» o «matasuegras».

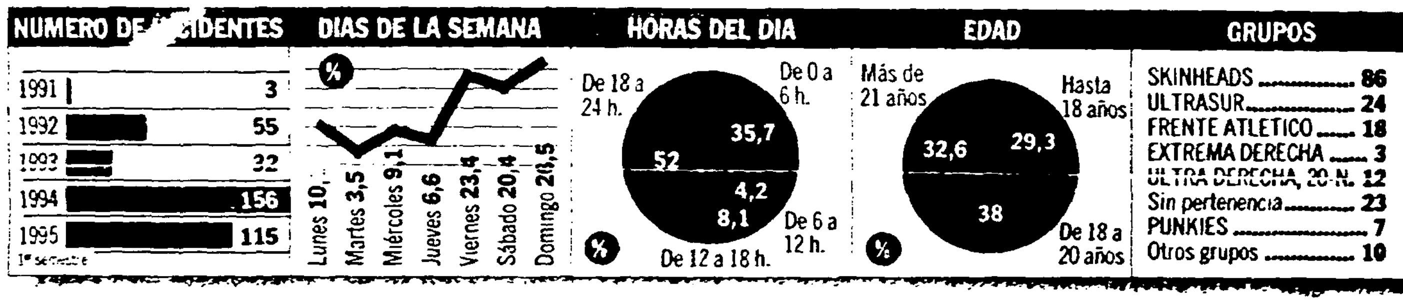
Para entonces, todos sus amigos habían escapado y Andrés no quiso ser menos. [illegible]prendió una huida aloca[illegible] que, según él, le sal[illegible] la vida. «De haberme quedad[illegible] hubiesen pateado hasta m[illegible]. En el forcejeo, se rom[illegible] ligamentos de la [illegible] derecha, una lesión que podría acarrearle secuelas crón[illegible] y por la que ya ha tenido que ser ope-



A Andrés B. le abrieron la cabeza con un bate corto.

Doc. con partes poco legibles.

9508309



La violencia de las bandas urbanas en Madrid, según la Delegación del Gobierno.



bus urbanas que se congregan en el área durante el fin de semana. Víctimas de sus gamberradas, han informado en numerosas ocasiones al ayuntamiento de la inseguridad que se respira en el área. Hace año y medio, a través de una manifestación, lograron cerrar varias tiendas que servían como focos de conflicto y surtidores de alcohol las 24 horas del día.

Pero últimamente, los cabezas rapadas se han convertido en los auténticos amos de la zona, que, según la Policía, es la más azotada de la ciudad por la violencia de estos grupos . ideología neonazi, cuya media de edad oscila entre los 15 y los 20 años. Se concentran en la Plaza de los Cubos y en las bocas de Metro de Argüelles y Plaza de España y avanzan por las calles de este barrio en multitudes incendiando papeleras, sedientos de alcohol y de bronca. Un objetivo concreto ronda sus cabezas: «Limpiar la ciudad como la Policía no lo ha hecho».

Marga (vecina de Argüelles): «Durante el fin de semana aquí llega lo peorcito de Madrid y la periferia»

La cruz gamada, el símbolo del grupo neonazi Bases Autónomas y frases como «Rojos, guarros, hijos de puta» o «Franco, tan alto como Carrero Blanco», estampadas en los muros de la calle Gaztambide, son las tarjetas de presentación de los que *toman* la zona el fin de semana. Las pintadas, el intenso olor a orina de los portales, los vómitos entre los coches y los cristales rotos sólo son un dulce preámbulo de la pesadilla que acontecerá después.

Antes, los ataques de los rapados iban dirigidos a «melenudos», punkies, homosexuales y extranjeros. Hoy por hoy, cualquier ciudadano puede ser víctima de

---

rado. Pero cuando se había alejado lo suficiente de los agresores, Andrés no pensaba en su mano, sino en su cabeza.

—Cuando me eché la mano a la herida y noté lo grande y profundo que era el agujero, lo único en lo que pensé fue en rezar. Creí que allí [illegible]

Ahora, Andrés S. va a escribir un [illegible] sobre los skin heads [illegible] clase de sociología [illegible] fenómeno que, para él, no es más que una moda.

—Están empastillados con drogas que producen agresividad, como las que toman los bacalaeros. Los que nos vinieron a nosotros eran los cuatro monos comparsas de los peces gordos. Esos sí que son chungos, esos lo mueven todo desde Bases Autónomas y CEDADE.

"El navajazo fue de manual militar, de abajo a arriba"

NATALIO S. 17 años

El padre de Natalio es militar. Por eso, cuando vio la herida de arma blanca en la espalda de su hijo, supo que era obra de alguien entrenado. «El navajazo es de manual militar, de abajo arriba, justo en el pulmón. El que lo hizo sabía que iba a hacer daño. Iba a matar».

Nadie sabe por qué Natalio S., de 17 años, fue elegido para morir. Quizá fuera su camiseta donde se leía «no compres pieles», el desencadenante de la agresión, o quizá fuera su pequeña coleta; pero de lo que está seguro Natalio es de que nunca provocó al skin head que se separó de un grupo de ocho o nueve para apuñalarle.

Cuando caminaba por los pasillos de la estación de Metro de Argüelles en la madrugada del sábado 8 de julio, Natalio cometió el error de separarse ligeramente de su grupo de amigos. «Tuve la mala suerte de ser el primero que vieron. Lo que ellos querían era matar al primero que pasase. Ni camisetas ni coletas. Le hubiesen matado a usted [al periodista] o a quien fuese. Eso es lo de menos». La puñalada le alcanzó el pulmón izquierdo. Su forcejeo y posterior huida contribuyeron a que entrase más de medio litro de sangre en el pulmón.



A Natalio S. lo apuñalaron por la espalda. El pulmón quedó dañado.

La rápida intervención de una ambulancia del SAMUR permitió que Natalio pudiese ser operado en poco tiempo y de manera intempestiva: los médicos abrieron una raja bajo su axila izquierda y le introdujeron un tubo en el pulmón para drenar la sangre en una maniobra que le salvó la vida.

Ahora, en el Hospital Clínico San Carlos, Natalio reflexiona: «Están organizados por gente de mucho dinero». El agredido da un detalle revelador para la investigación: uno de los skin heads del grupo del agresor llevaba una camiseta de Bases Autónomas.

Doc con partes poco legibles. 07 95083??



Jorge: «Si no les gustas 'te dan una mano'».

su violencia indiscriminada. «Basta con que se les crucen los cables», dicen los agredidos.

Te miran, y si no les gustas, te dan una *mano*, como dicen ellos», cuenta Jorge, un joven de 16 años al que amenazaron hace algún tiempo con un bate de béisbol. Su madre, María, una mujer de 40 años que vive desde hace 20 en la calle Blasco de Garay, se lamenta: «Este era un barrio fantástico. Hoy no hay noche que no tengamos que llamar a la Policía. Suben en manadas desde el metro y destrozan todo lo que pillan a su paso. Incendian motos, rompen los neones de las tiendas, aporrean los telefonillos de los portales... están locos».

Su amiga Carmen piensa que «son seres insatisfechos que disfrutan haciendo daño y sólo se sienten realizados tras

ULTIMAS AGRESIONES

4 de enero: Apuñalan a un empleado de un *parking* de Las Descalzas. Una hora más tarde agreden en Sol a un transeunte. En su domicilio les encontraron dos Kalasnikov.
29 de Enero: Un joven argelino es agredido en una cafetería de Alcalá de Henares.
8 de febrero: Una joven es secuestrada por dos neonazis en la zona de Cuatro Caminos por mantener relaciones con un joven okupa.
26 de febrero: Un ciudadano iraní es apuñalado en su puesto de golosinas de la calle Gaztambide, cerrado en la actualidad. Cinco niños son agredidos por un grupo de rapados en Alcobendas.
26 de marzo: Un grupo de skin heads agrede a un joven en el Metro de Valdeacederas.
18 de mayo: Un grupo de cabezas rapadas agrede a un joven en Fuenlabrada.
20 de mayo: El bailarín y coreógrafo norteamericano Carl Paris fue agredido en la línea 9 del Metro por un grupo de neonazis por «ser negro». Entre las estaciones de Concha Espina y Colombia, en el interior de un vagón, le propinaron una paliza que le causó la fractura de una mano.
21 de mayo: El joven Ricardo Rodríguez de 21 años es asesinado en la zona de copas Costa Polvoranca, en la localidad madrileña de Alcorcón, de una puñalada después de haber asistido a un concierto. Tres amigos que le acompañaron resultaron heridos. Entre los detenidos se encuentra Cristóbal «El Mallorquín», perteneciente a la llamada Sección Cubos (con sede en la Plaza de los Cubos), es conocido por multitud de agresiones.
30 de mayo: Un grupo de neonazis atracó y golpeó a un joven a la salida del Instituto Felipe II de Moratalaz. Entre los agresores fue identificado y detenido por la Policía un joven conocido como Isra «El loco», hermano de «El Mallorquín», actualmente entre rejas en la prisión de Valdemoro.
2 de junio: Amenazas y hostigamiento a una joven y a su familia en Alcobendas.
3 de junio: Un grupo de skin heads asaltan un puesto de helados de Carabanchel propiedad de una familia camerunesa.
15 de junio: Una mujer brasileña es violada y arrojada desde un coche en el Paseo de la Castellana. Un ocupante del vehículo es cabeza rapada.
17 de junio: Un grupo de cabezas rapadas agreden al secretario general de la Agrupación Socialista de Alcobendas en las fiestas del distrito.
18 de junio: Un invidente de 19 años y un amigo de 24 que le acompañaba fueron golpeados de madrugada por cuatro cabezas rapadas frente al número 14 de la calle Gaztambide.
22 de junio: Un grupo de cabezas rapadas apuñaló por la espalda a un homosexual que pegaba en Moncloa carteles sobre el Día del Orgullo Gay. Los amigos que le acompañaban fueron brutalmente agredidos.
23 de junio: 20 ultras apalean con barras de hierro y cadenas a dos estudiantes que charlaban en el Paseo la Habana. Fueron detenidos dos agresores de 17 y 18 años.

"Parecía que cumplían con una rutina, esta gente está entrenada"

IVAN M. 19 años

Lo que le impresionó a Iván M. fue la saña con la que un grupo de ocho cabezas rapadas le pateaba la cabeza en una calle del casco viejo de Parla el sábado 1 de julio por la noche. «Estaban como lobos, me querían muerto».
Una de las frases de las que Iván no podrá olvidarse fácilmente la repetía uno de sus agresores sin parar: «Mata al hijop..., pero mátalo ya».
Una vez más se repetía la historia: no hubo provocación por parte de la víctima, que no abrió la boca en ningún momento del suceso. Iván piensa que quizá fuera su coleta lo que despertó las iras de los cabezas rapadas, que se abalanzaron sobre él en perfecto orden. «Lo tenían estudiado, aquello no era como en una pelea normal. En pocos segundos estaba en el suelo y me llovían patadas por todas partes. Parecía que cumplían con una rutina. Esta gente está entrenada», sentencia.
Por suerte, Iván consiguió escabullirse a tiempo para salvar la vida. Aunque lo hizo con una brecha en la frente de tal profundidad que precisó de puntos de sutura internos además de los externos.
Pero Iván también se queja del trato que recibió de la Policía Nacional de Parla. En el ambulatorio, dos de ellos le tomaron declaración. Cuando, una vez dado de alta, se dirigió a la comisaría para hacer la denuncia, los policías le dijeron que se habían enterado del hecho por la prensa. «¿Y la declaración que me tomaron? ¿La soñé?» les preguntó Iván presa de la indignación. La respuesta: «Se habrá traspapelado». Además, según Iván, los policías hicieron todo lo posible para desanimarle aduciendo que si no se había muerto o quedado paralítico, ¿por qué perder el tiempo con una denuncia?
A pesar de que Iván M. declaró que fueron ocho cabezas rapadas quienes le abrieron la cabeza, los policías se empeñaban en enseñarle fotos de «cuatro yonquis con greñas que venden fruta en el rastrillo». Iván y su novia Susan afirman que la razón de esta falta de entusiasmo en la persecución de los skin heads de Parla es el hecho de que «la mitad de ellos son hijos de policías o guardias civiles».



Iván M., junto a una pintada de Bases Autónomas en Parla.

DOC parte poco legible 08



Pretenden la unión •activa• de todos los skin.

1 de julio: Un joven de Parla es brutalmente agredido por ocho cabezas rapadas.
7 de julio: El joven Oscar Cuéllar Rodríguez, de 17 años, sufrió el ataque de cinco cabezas rapadas que le tiraron al suelo y le patearon la c..beza a la salida del Metro de Plaza de Espa.. .
8 de julio: A la salida del Metro de Argüelles, el joven de .6 años Natalio Serrano caminaba con una amiga cuando fueron atacados por la espalda por un grupo de cabezas rapadas. El grupo de agresores, que ocultaban su rostro con pasamontañas, apuñalaron al joven en la zona lumbar, mientras que a su amiga le propinaron una patada en el estómago que la dejó en el suelo sin respiración.
9 de julio: José Luis Pérez de Rueda, de 54 años, y Javier Carlos Ruiz Elaburo, de 17, paseaban por la calle Blasco de Garay cuando, en la esquina con Meléndez Valdés, fueron atracados y apaleados por un grupo de 20 cabezas rapadas.

• Estas son algunas de las agresiones que han sido difundidas por los familiares de las víctimas y han sido publicadas en la prensa.

la pelea. Les he oído comentar felices: 'Vaya movida ¿eh?'».

Es difícil imaginar el ambiente que se respira durante el fin de semana en el barrio si no vives aquí», cuenta una mujer que habita un piso enfrente de los bajos de Aurrerá. En estos callejones, inaugurados en 1972 con lujosas tiendas y locales de moda, conviven actualmente más de 50 bares con diferentes tipos de música y de público. De sus inicios sólo resta, junto con algunos bares, la parroquia de San Ricardo, la única iglesia subterránea de Madrid.

La mayoria de los vecinos asegura que son los bajos el auténtico foco de todos los conflictos. «Cuando llega el fin de semana, el barrio se convierte en un infierno. Viene lo peorcito de Madrid y la periferia», comenta Marga, que tiene dos hijos adolescentes de edades similares a los jóvenes agredidos. Y añade preocupada: «Prefiero que los fines de semana los pasen en la sierra con sus abuelos. Aunque digan que la policía patrulla la zona, no es cierto. La Policía hace oídos sordos a los conflictos entre las tribus y a partir de las 8 de la tarde del viernes, brillan por su ausencia».

El símbolo del grupo neonazi Bases Autónomas está estampado en la mayoría de las paredes del barrio de Argüelles

Hace cuatro años, la Policía Municipal instaló una unidad permanente los bajos de Aurrerá, pero los vecinos se quejan de la inexistencia de patrullas policiales que recorran las calles en las horas especialmente conflictivas.

Sonia, una chica de 17 años que se marcha los fines de semana a Villalba, reconoce: «No se cuando va a terminar esto, pero no tengo demasiada esperanza. Mis amigos me cuentan que la Policía tiene localizados a los agresores y no hacen nada, procuran no aparecer. Estoy convenciendo a mis padres para que vendan nuestra casa y nos marchemos a vivir a otra parte». Y no es la única. Muchos vecinos han puesto en venta sus pisos a precios relativamente bajos y los comercios se quejan de que las ventas han descendido desde que han aparecido en la prensa las últimas agresiones de los cabezas rapadas. José Antonio, que tiene una cadena de tiendas de discos en Madrid, reconoce que la de Argüelles es la que menos vende. «Me pongo en la puerta y esto hace que no entren, pero a partir del viernes por la tarde las ventas disminuyen. No se puede caminar por la calle».

Luis, un joven que aparece por la zona de vez en cuando, argumenta: «Carecen de ideología y pegan porque sí. Son niñatos, cobardes, nunca se enfrentan sólos y pretenden llamar la atención a toda costa. No pienso contribuir a darles publicidad», concluye el joven de 16 años, un salvador de su generación. ■

"Los que asaltaron mi quiosco eran cabezas rapadas"

LUCIA M. 23 años. **Lucía es una inmigrante camerunesa minusválida que se gana la vida con un puesto de helados en la plaza del Parterre, en Carabanchel (Madrid). El pasado 13 de junio por la noche, varias personas forzaron su quiosco, robaron la recaudación del día anterior y desparramaron toda la mercancía por la plaza. Lucía está convencida de que se trató de un ataque racista y añade que, con frecuencia, algunos automovilistas que pasan frente al quiosco la increpan. La Policía ya ha detenido a cuatro implicados en el delito. Todos ellos son cabezas rapadas.**



Lucía M. no duda de que el móvil del asalto a su quiosco fue racista.



La herida de Alejandro B. precisó de 30 puntos de sutura.

"Mis agresores gritaban: Dale fuerte Omar, dale fuerte"

ALEJANDRO B. 16 años **Alejandro B. no lleva camisetas ecologistas, o de grupos musicales, tiene el pelo corto, no lleva pendiente y no hizo nada para provocar a un grupo de 20 cabezas rapadas que lo rodeó y le propinó una paliza brutal.**

Alejandro estaba parado en una acera del Paseo de la Habana el día 23 de junio hablando con sus amigos cuando oyó la frase que le heló la sangre: •¡A por el de verde!•.
En pocos segundos se vio rodeado por 20 jóvenes con el pelo rapado y vestidos con atuendos paramilitares que portaban palos y cadenas.
La paliza que siguió le produjo una herida bajo el ojo derecho que necesitó de 30 puntos de sutura, que le fueron aplicados en el hospital de La Paz. Alejandro da gracias a Dios por poderse haber escabullido y recuerda como uno de los agresores no dejaba de gritar •dale fuerte Omar, dale fuerte•.
La Policía pudo detener a dos de los agresores. Uno de ellos, David E. B., estaba fichado como miembro de banda armada y estuvo detenido por agresiones del mismo estilo.

69

9508309

...y en Barcelona

Ezili Nsimba fue brutalmente apaleado la pasada semana en Igualada (Barcelona). «Me has manchado con tu sangre de negro», le gritaron tras la agresión

JOSE MIGUEL FERNANDEZ, Barcelona

ME GUSTARÍA QUE LOS ESPAÑOLES se dieran cuenta del peligro racista que acecha a este país». Así de contundente habla el joven de raza negra, Ezili Nsimba Slijndegaard, de nacionalidad holandesa, la última persona agredida brutalmente en España por su color de piel.

A sus 25 años, licenciado en Ciencias Políticas y Sociología, Ezili quiere «un castigo ejemplar» para sus agresores que, sin piedad, le apalearon a la salida de una discoteca de la localidad barcelonesa de Igualada. «No tengo nada que decirles, de todas maneras si nos sentáramos a discutir porqué lo hicieron no entenderían nada de lo que les dijera», asegura, resignado, este joven de padre holandés y madre jamaicana, nacido en las Antillas Holandesas.

«Tolero y respeto todas las ideas, incluso las racistas, si se expresan pacíficamente, pero no admito que se utilice la violencia para expresar cualquier ideas, como ha acontecido en mi caso». Este joven holandés, que reside habitualmente en Amsterdam pasa un año sabático en España a la espera de incorporarse en febrero de 1996 a las oficinas centrales de Amnistía Internacional en La Haya.

«[illegible] España, nunca había tenido ni un [illegible] por mi color y sé que la gente [illegible] mejor las diferencia raciales, pero lo que me ha pasado me ha abierto los ojos». Ezili viaja frecuentemente a Barcelona a visitar a varios amigos y practicar su casi perfecto castellano, convencido de que en España estaba a salvo de las hordas racistas.

Su amiga, Silvia M. B., de 21 años, quiso defenderle de la agresión y a la postre fue la más perjudicada, ya que uno de los jóvenes la golpeó en la boca con un vaso y le rompió varios dientes y el labio inferior. Los hechos ocurrieron en la madrugada del domingo 16 de julio cuando Ezili Nsimba fue golpeado sin contemplaciones por una decena de jóvenes en la zona de aparcamiento de la carpa que el Club Natación Igualada tiene en el municipio de Odens.

Según algunos testigos, los agresores insultaban a todo aquel que abandonaba la discoteca, pero sin llegar a las manos hasta que se encontraron con el joven de color que se dirigía hacia su coche para abandonar la carpa y le golpearon repetidamente sin que mediara ningún tipo de discusión previa.



El holandés Ezili Nsimba

Los agresores, borrachos, decidieron dar una lección a Ezili sólo por ser negro, aunque algún policía apuntó la versión de que el ataque pudo deberse a que el joven holandés iba ataviado con una falda típica escocesa que provocó el enfrentamiento.

«Eso es una tontería. Algún guardia civil lo dijo y los periódicos lo publicaron, pero no es cierto. Tengo muy claro que no me pegaron porque llevara esa falda escocesa sino porque soy negro y punto», dice molesto Ezili.

Además, uno de sus agresores le dijo después de golpearle hasta cansarse: «Me has manchado con tu sangre de negro». Ezili, que ha interpuesto una denuncia por ataque racista, tuvo que ser hospitalizado con una contusión cerebral, algunas heridas en la cabeza y pérdida de conocimiento y permaneció en observación en el Hospital General de Igualada durante un par de días y aún conserva en su frente la huella de la brutal paliza.

Cuatro de los presuntos autores de la agresión, los jóvenes Víctor M. Luque, de 19 años, Francisco Casares, de 20, Javier Quesada, de 26 y Oscar Quintana, de 22 años, quedaron en libertad provisional el pasado jueves después de que la juez que instruye el caso considerara «confusa y contradictoria» la rueda de reconocimiento en la que participaron las víctimas. Mientras tanto, la Guardia Civil continúa, no obstante, la búsqueda del resto de los agresores. ■

Skins

ORLANDO CESAR, Lisboa

EL ASESINATO DE un ciudadano portugués de origen caboverdiano en el calor del día de la raza, puso de nuevo en candelero la cuestión del neonazismo en Portugal. Poco más de un mes después, el pasado 16 de julio, dos jóvenes negros más fueron abatidos a tiros en Lisboa.

Aunque en principio el crimen parecía una repetición de los incidentes ocurridos en el Bairro Alto, su verdadera naturaleza está aún por determinar. La Policía ha comenzado las investigaciones y las pruebas recogidas apuntan a un posible ajuste de cuentas. Sin embargo, el poder oculto de los neonazis también podría estar implicado en los hechos. Su mera existencia ha generado miedo e inseguridad entre la población.

El fenómeno skin head se implantó en Portugal a partir de 1985 y asumió desde el principio un contenido ideológico y político. A pesar de partir del mismo fermento y tener origen en las mismas causas, siguió una evolución diferente de la de otros países europeos.

En esos países se desenvolvió a partir de la década de los 60, cuando Portugal estaba sometido a una dictadura y la juventud asumía posturas antifascistas y anticolonialistas. Después del 25 de Abril, y durante los primero años de la Revolución, tampoco se dieron las condiciones precisas para su nacimiento, lo que se produciría tras algunos desencantos y acontecimientos que generaron diversas acciones terroristas.

La marginación social, la inestabilidad política y económica y la falta de identidad han sido factores determinantes que aglutinaron grupos de jóvenes y los empujaron a los brazos de skin heads de extracción nazi. Fueron las primeras manifestaciones del resurgir de la ideología fascista, camufladas tras la rebeldía juvenil.

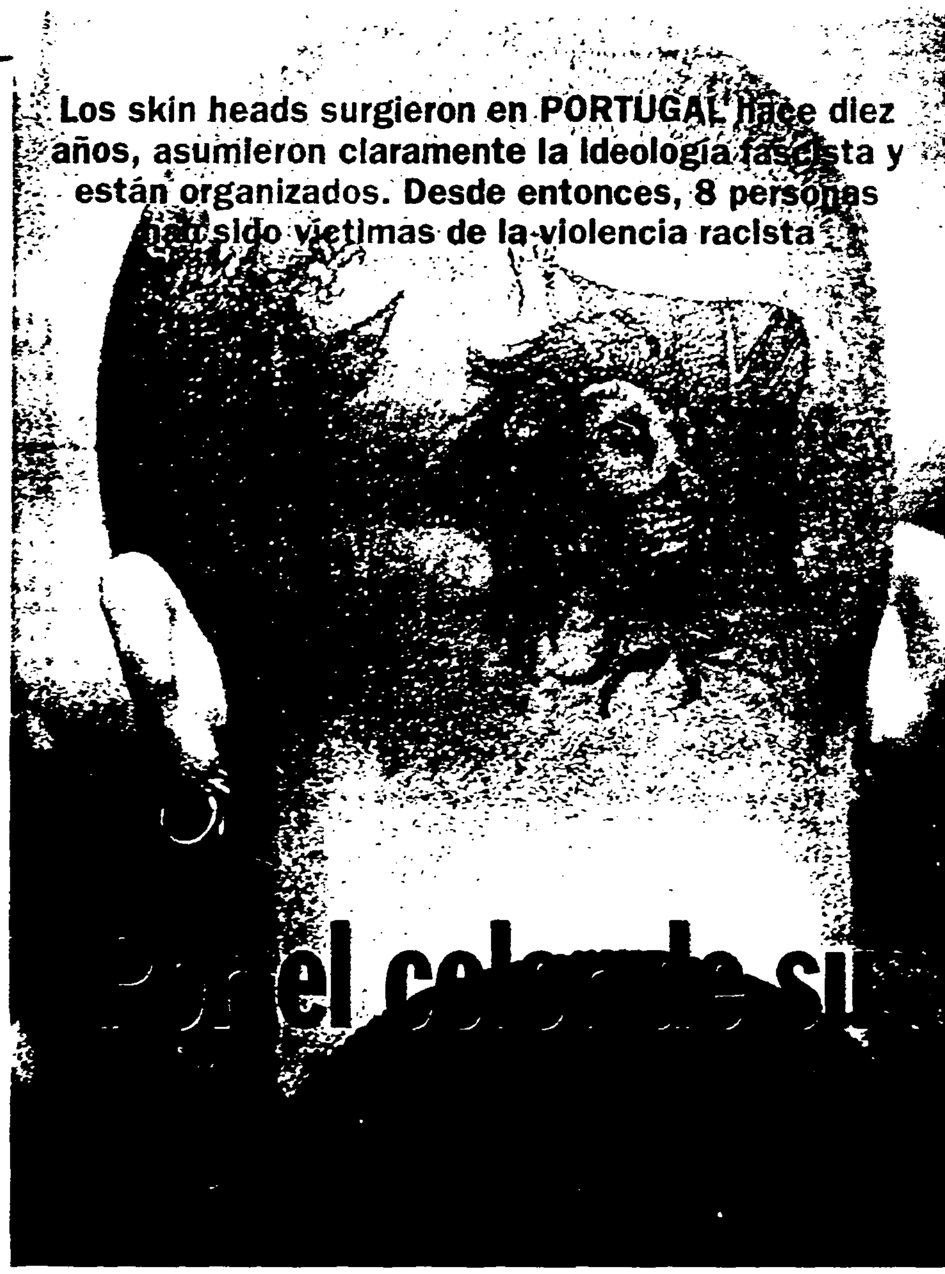
Los cabezas rapadas surgieron como un producto que se enfrentó a una sociedad en crisis. Una reacción semejante a aquélla que dio su primera victoria electoral a Cavaco Silva. Los skins se hicieron «famosos» en las áreas suburbanas, sobre todo protagonizando disputas con jóvenes pertenecientes a organizaciones de izquierda. Su objetivo eran los rojos.

Al año siguiente, una gran parte de skins se adhirieron al Movimiento de Acción Nacional (MAN). El MAN, liderado por Luís Paulo Henriques, asumió la doble condición de organización cultural y política, que se situaba en «oposición al capitalismo y socialismos de izquierda».

A pesar de que la Constitución portuguesa prohibe la existencia de organizaciones que se perfilen de ideología fas-

Doc parte poco legible · 10

9508309



Los skin heads surgieron en PORTUGAL hace diez años, asumieron claramente la ideología fascista y están organizados. Desde entonces, 8 personas han sido víctimas de la violencia racista

...ista, el MAN inició sin problemas la difusión de sus doctrinas nazis. En julio de 1987, comenzaron a editar la publicación *Combate Branco*, con el objetivo de «organizar el movimiento skin portugués». Mientras, en Oporto, también nacía una publicación con las mismas características, *Vento do Norte*, con el silencio y la connivencia de las autoridades.

Hasta el 28 de octubre de 1989, el país no tomó conciencia de la verdadera naturaleza de los skin heads, cuando intentaron asaltar la sede del Partido Socialista Revolucionário (PSR) en Lisboa y asesinaron a José Carvalho, dirigente de dicho partido. El crimen resultó una mala propaganda para el MAN. Pedro Grilo, un joven estudiante de una escuela secundaria de Almada, fue acusado de la autoría del crimen y condenado a 12 años de prisión, pero consiguió escaparse con gran facilidad de la cárcel de Linhó.

Manuel Pereira, ministro de la Administración Interna en la época del homicidio, restó importancia a la acción de los skin heads. En la Asamblea de la República llegó a decir que no se trataba de un problema grave y que los casos detectados hasta el momento no eran «suficientemente graves» para ser definidos como «peligro nacional».

El 27 de octubre de 1991, fue asesinado un joven en la puerta de un bar lisboeta. Lisboa, Almada, Seixal, Barreiro, Lagos, Porto, Espinho y Matosinhos son algunas de las localidades donde los grupos extremistas de skin heads han dejado su huella. Con el homicidio del joven Alcindo Monteiro, en el Bairro Alto, asciende a ocho el número de víctimas mortales en casos de violencia racista, perpetrados desde 1989.

Durante este tiempo, los dirigentes de MAN, modificaron su estrategia y se infiltraron entre los hinchas de los clubes de fútbol. 1992 fue el año de la gran euforia fascista y los enfrentamientos en los estadios. «Africa para los negros, Europa para los blancos», era un slogan de los hinchas del Benfica. Aunque importan la ideología y los símbolos, los skin heads portugueses sólo beben vino y cerveza de fabricación nacional y pertenecen a un género que sólo ataca en grupo. Las proporciones asumidas obligaron a los dirigentes de los clubs a frenar los ímpetus de sus jóvenes admiradores y a prohibir los símbolos nazis. A un grupo de seguidores del Benfica, los No Name Boys, se les exigió que aclarasen el origen del nombre, ya que las iniciales NN también pueden leerse como neo-nazi.

El MAN dejó de tener actividades visibles y surgió en escena el Frente de Defensa Nacional (FDN), que demuestra la capacidad de organización de sus activistas. Los skin heads están ahí, están organizados y tienen conexiones internacionales. ■

HORROR EN EL MUNDO



La Liga Antidifamación asegura que este movimiento fascista internacional está presente en 33 países. La mayoría de sus 70.000 miembros son europeos y estadounidenses, aunque su presencia es creciente en Sudáfrica, Argentina, Chile, Brasil, Colombia y Australia.

ALEMANIA 5.000
Mayo 1993. Cuatro mujeres y tres niñas turcas mueren abrasadas en un incendio provocado por un grupo neonazi

HUNGRÍA 4.000

REPUBLICA CHECA 4.000

EE UU 3.500

POLONIA 2.000

REINO UNIDO 1.500

BRASIL 1.500

ITALIA 1.000
Marzo 1995. Dos niños de raza gitana refugiados en Pisa resultan heridos de gravedad al explotarles una muñeca bomba entre los brazos

SUECIA 1.000

FRANCIA 500
Mayo 1995. Un joven marroquí fallece tras ser golpeado por varios ultraderechistas y lanzado al río Sena

ESPAÑA 600
Localizados en Barcelona, Madrid y Valencia

11-11 9508309

01/02

9508310

DOC. CLARO.

0202

95083103

ASUNTO: TRAFICO DE ARMAS-PARAGUAY

SINTESIS: El armamento incautado en MAY95 en el aeropuerto de ASUNCION habría sido consignado al gobierno paraguayo, determinándose que en dicha operación habrían estado presuntamente involucrados diversos miembros de las FF.AA. de ese país, así como el ex-Presidente, Grl. Andrés RODRIGUEZ.

Se ha tenido conocimiento de que el armamento confiscado el 19MAY95 en el aeropuerto de ASUNCION, habría estado consignado al gobierno de PARAGUAY, con el fin de superar sin inconvenientes los controles aduaneros de la estación aérea.

En ese sentido, el ex-Ministro de Educación del gobierno del Grl. Andrés RODRIGUEZ y abogado de la empresa "TRADICION IMPORT EXPORT" -responsable de la importación de 116 fusiles semiautomáticos de procedencia china- Dr. Horacio GALEANO PERRONE, se habría presentado ante el Comandante de las Fuerzas Militares, Grl. Div. Silvio Rafael NOGUERA, con el presunto objetivo de solicitar precisiones sobre la estrategia a seguir, en función del estado público asumido por el hecho en cuestión.

Por otra parte, fuentes confidenciales habrían señalado que el Grl. NOGUERA, el ex-Presidente RODRIGUEZ y su yerno, el empresario Gustavo SABA, podrían estar presuntamente involucrados en el tráfico ilegal de armas. Cabe destacar que éste último tendría antecedentes en el tema de referencia, según surgiría de una causa abierta en su contra en 1994, como consecuencia de una operación realizada presuntamente en forma conjunta con el ex-Ministro de Defensa, Grl. FRETES DAVALOS, en la que ambos fueron sobreseídos.

Cabe recordar que, hasta MAY95, el Departamento de Control de Armas y Afines, dependiente de la Dirección de Material Bélico del Ejército de PARAGUAY, habría autorizado a "TRADICION IMPORT EXPORT" importar 3.534 armas (revólveres, pistolas y fusiles).

Valorización:

Fuente: B (casi siempre confiable)

Información:2 (probablemente cierta)

Aumenta la xenofobia en los Estados Unidos

El "partido" de los xenófobos crece en Estados Unidos y los responsables de políticas "drásticas" -como el actual gobernador de California y candidato republicano a la Casa Blanca, Pete Wilson- pretenden que sea uno de los temas decisivos de la campaña presidencial de 1996.



La estatua de la Libertad en Nueva York le da la espalda a los inmigrantes. Ayer abrió su campaña, con duras críticas, el gobernador Pete Wilson.

Washington y Nueva York

■ Una investigación actualizada del "US Census Bureau", atrajo nuevamente ayer la atención sobre el tema, que ya originó numerosas iniciativas en el Congreso estadounidense y en los estados.

Ese trabajo reveló que en 1994 la cantidad de residentes en Estados Unidos que nacieron en el exterior eran 22.6 millones, es decir el 8.7% de la población, frente al 4.8% de 1970. El número de inmigrantes legales e ilegales jamás había sido tan grande desde fin de la Segunda Guerra Mundial.

Más de 4.5 millones de personas, un quinto del total, llegaron a Estados Unidos en el último quinquenio. Otros 8.3 millones optaron por el "sueño americano" en los años 80. Los restantes 9.8 millones ingresaron antes.

Los inmigrantes ilegales son, aproximadamente, entre 4 y 4.5 millones de personas.

El gobernador de California, Pete Wilson, basó su campaña electoral, en la que fue reelecto, en la lucha contra los inmigrantes ilegales y ahora intenta dar con ese tema el salto a la Casa Blanca.

Wilson fue el promotor de la "Proposición 187", que priva de asistencia social médica y educativa a los inmigrantes ilegales y a sus hijos.

Los californianos aprobaron en un referéndum, por amplia mayoría, la "Proposición 187", pero su aplicación fue bloqueada por objeciones sobre su constitucionalidad.

Las cifras del Census Bureau señalan que en California hay 7.7 millones de inmigrantes, casi un tercio del total. En el Estado de Nueva York, hay 2.9 millones, y luego siguen Florida (2.1 millones), Nueva Yersey, Illinois y Texas, con un millón cada uno.

Un hecho emblemático ocurrido en Texas enfureció a las comunidades hispánicas. Un [illegible] del distrito de Amarillo, Samuel Kiser, ordenó que una madre de origen mexicano, Marta Laureano, hablara en inglés y no español a su hija de cinco años.

Si la mujer no respetaba esa orden, podía ser juzgada por abuso y daños a menores, amenazó el magistrado. Marta tuvo que adecuarse a la sentencia.

RECHAZAN POSTULACION DE WILSON FRENTE A ESTATUA DE LA LIBERTAD

El diario New York Times consideró "un insulto" contra ese símbolo de la libertad el lanzamiento de la carrera presidencial del gobernador de California, Pete Wilson, utilizando como fondo a la famosa estatua, situada en la entrada a Nueva York.

"Resulta descarado explotar la estatua de la Libertad para reavivar una irritante campaña que ha venido alimentando sentimientos antiinmigratorios", dice ayer el editorial del periódico neoyorquino.

Wilson logró su más reciente reelección promoviendo en California una furiosa campaña antiinmigratoria, a través de una serie de medidas agrupadas en la controvertida Propuesta 187.

"La estatua de la Libertad pertenece a la nación, y desde ya no simplemente a la ciudad de Nueva York, pero los neoyorquinos sienten particular orgullo que haya sido su ciudad la que sirvió como punto de ingreso para las grandes oleadas de inmigrantes que, en aquellos días, fueron maltratados como los de hoy", añade el New York Times.

Toda la prensa neoyorquina, a excepción del popular y pro republicano New York Post, denostó el lanzamiento de campaña de Wilson en Battery Park, en el extremo sur de la isla de Manhattan.

Los medios escritos y televisivos reproducen las expresiones de los adversarios de Wilson, quienes también se dieron cita en el acto de su postulación, y en las que lo acusaron de "racista" e "hipócrita".

Wilson dijo ayer que "existe un camino adecuado y un camino equivocado para entrar a América. Nosotros le enseñamos a nuestros niños respeto por las leyes, sin embargo, cerca de cuatro millones de indocumentados están viviendo en el país".

Gobernador de California durante los últimos once años, Wilson tiene como plataforma presidencial el ataque a la inmigración ilegal y al Programa de Acción Afirmativa.

Paul Weverich, un activista republicano que apoya la candidatura del presidente del Senado, Bob Dole, dijo que "los cambios de posición política de Wilson han causado que muchos de nosotros no creamos en sus posiciones".

"De hecho, Wilson hoy dice x y mañana z", añadió. "El último ejemplo de su política es su cambio en torno al derecho a la elección de sí o no ser madre", dijo Weverich.

Más contundente fue la directora de política interna del Centro de Derechos para los Inmigrantes, Ursula Levellet, organizadora de los grupos que protestaron la presencia y el discurso de Wilson en Bettery Park.

"La xenofobia que abraza la nación es tal, que Wilson ha llegado hasta el colmo de presentarse frente a la estatua de la Libertad para hablar de la (propuesta antiinmigratoria) 187", declaró Levellet a ANSA.

Ilustró que con su apoyo a ésta y su oposición a la Acción Afirmativa, Wilson le ha hecho la vida imposible a los inmigrantes en el país, poniendo en evidencia directa que los afroamericanos aún no disfrutan de igualdad en esta nación".

Wilson había prometido no lanzar su candidatura presidencial si ganaba las elecciones a la gobernación de California, cosa que logró al fragor de la Propuesta 187, que niega todo tipo de beneficios públicos a los inmigrantes indocumentados residentes en California, y que ya fue propuesta por el gobernador del estado de Nueva York, George Pataki.

Otro escándalo: el tráfico de armas argentinas a Ecuador y Croacia implica a empresas uruguayas

por Isidoro Gilbert

Un juez argentino investiga a la empresa uruguaya Hayton Trade por haber intermediado una venta ilegal de armas argentinas a Ecuador en el verano pasado. En la carpeta del magistrado figura además la empresa Debrol SA, también registrada en Montevideo, que es responsable de un cargamento ilegal de armas argentinas a Croacia.

■ La semana pasada, otro juez argentino ordenó investigar si la empresa uruguaya Marten SA era la dueña de una compañía argentina vinculada a un contrato para la provisión de la informática del Banco Nación por la IBM, en una muy intrincada operación que habría derivado en una coima por 37 millones de dólares.

El escándalo alrededor de los cargamentos ilegales de armas toma ahora nuevamente vuelo, al conocerse que el brigadier Horacio Genolet, jefe del Comando de Regiones Aéreas, confirmó ante el juez federal argentino Jorge Urso que informó a sus superiores que los aviones que llevaban armas argentinas "iban a Guayaquil", es decir a Ecuador, que en esos días estaba en guerra con Perú y la OEA había dictado el embargo total de armamentos. Argentina, además, es uno de los garantes del Protocolo de Río de 1942, que fijó las fronteras entre esos dos países.

Entre los superiores a quienes el brigadier informó, se cuenta el ministro de Defensa, Oscar Camillón. Pero éste negó que el gobierno argentino conociera el destino de las armas, lo que ha originado una corriente hostil hacia la Argentina en el Parlamento del Perú. Genolet, por sus funciones, tiene a cargo el Aeropuerto de Ezeiza, debía conocer todo el movimiento aéreo, entre ellos el de los aparatos de la compañía norteamericana Fine Air a la que el diario limeño El Expreso calificó como de "fachada de la CIA".

La empresa uruguaya Hayton Trade es la que contrató los servicios de la Fine Air, según los testimonios recogidos por el matutino Clarín. El 10 de marzo último, el gobierno entonces sabía que los 18 mil fusiles FAL y las varias toneladas de municiones iban a ir al Ecuador y no a Venezuela, como insiste hasta hoy el Ministerio de Defensa, para zafar en la cuestión.

LA POSICION DE MENEM

Una de las preguntas que se agregan a este affaire es por qué el gobierno de Carlos Menem, que había decretado el embargo de armas contra los dos beligerantes, no impidió el despegue de los aviones de la empresa transportadora norteamericana Fine Air. Camillón se escuda en el hecho en que el día del embarque estaba de viaje en EEUU y su cartera estaba a cargo del secretario de Asuntos Militares, Jorge Baeza. Camillón, de todos modos, admitió que durante los días que salieron los aviones de Ezeiza, recibió una llamada del jefe del Estado Mayor de la Fuerza Aérea, brigadier general Juan Paulik, el superior de Genolet.

Este escándalo está siendo investigado por dos jueces. Urso sigue la causa sobre violaciones a las responsabilidades de funcionario público y el juez en lo Penal Económico Marcelo Aguinsky, el delito de contrabando calificado.



INFOGRAFIA LA REPUBLICA

Aguinsky no puede conseguir, pese a varios exhortos, que la cancillería consiga las respuestas del cuestionario que envió a la Justicia venezolana con las declaraciones del coronel de ese país, Edgar Tomás Milan Zavala, quien confirmó que nunca firmó un certificado de uso final de armas que un funcionario de Fabricaciones Militares de Argentina presentó para que se autorizara la operación. El militar venezolano sostiene que su firma fue falsificada.

Cuando lleguen al juez Aguinsky las declaraciones del coronel Milan Zavala, será otra prueba adicional de que Venezuela, que apareció involucrada en el affaire, no intervino en el mismo.

El decreto secreto 103 que firmó Menem no solamente abarcó el alije de armas que se envió a Ecuador, sino además 36 cañones pesados que terminaron en Croacia, que sufre el embargo decretado por la ONU.

LOS VUELOS MISTERIOSOS QUE PARTIERON DE EZEIZA

Los vuelos a Ecuador partieron desde Ezeiza, entre el 17 y el 23 de febrero. Desde el primero de marzo, el agregado aeronáutico argentino en Lima también sabía del cargamento de fusiles y municiones a Ecuador y el comentario del alto oficial está incluido en un informe que circula en el gobierno.

URUGUAYOS EN ACCION

Las dos empresas uruguayas habrían hecho los trámites de las ventas y organizaron los viajes de la Fine Air a Ecuador y del buque de bandera croata "Rijek Express", con el cargamento a Croacia. Este buque es parte de la flota "Croata Lines", que es propiedad del banquero croata-chileno A. Jurusic, el dueño del Banco O'Higgins.

El envío del armamento a Croacia se simuló como una venta a Panamá, que carece de FFAA desde la invasión norteamericana en 1989.

Llamativamente, tanto Hayton Trade como Drebol tienen la misma oficina, la número 13, de la calle 33, número 1334 de Montevideo. No ha sido la única vez que abogados (o contadores) uruguayos crean empresas de cartón, que lo único que necesitan es estar legalmente habilitadas y venderlas luego a extranjeros que requieren una fachada legal con urgencia. Las dos mencionadas curiosamente fueron compradas por sus actuales dueños el año pasado.

UNA EMPRESA URUGUAYA CON DIRECTORES BRASILEÑOS

Hayton Trade está instalada en Montevideo desde el 30 de setiembre de 1994 y eligió como su presidente y director comercial a los ciudadanos brasileños Romualdo Quadros Pizzini y Aníbal Azevedo Mattos. Por su parte, Debrol SA fue inscripta por el contador Miguel Rozemblum y sus asociados el 24 de julio de 1987, pero su dueño la vendió tiempo después. En una nota que el actual apoderado de Debrol, Diego Polleros, envió a Sarlenga, el funcionario de Fabricaciones Militares que piloteó el operativo (fue luego sancionado), para cobrar la comisión del 10% por una supuesta venta de armas a Panamá, figura como domicilio el mismo lugar en que funciona Hayton Trade. Cuando a fines de marzo, Camillón fue al Parlamento, hizo una verónica cuando el diputado radical Antonio Berhongaray le preguntó si Hayton Trade "en vez de una intermediaria, es una representante del Gobierno".

El corresponsal de Clarín en Montevideo fue esos días a la oficina 13 de la calle Treinta y Tres y se encontró que allí funciona el estudio contable de Roberto Blakender quien, visiblemente asustado, sólo dijo ante varias preguntas que "razones de ética y secreto profesional, nos impiden hablar".

XJ1451

R POXBT 08-24 00152
eav aut wmx mag exo

FILIPINAS-MUSULMANES
REBELDES MUSULMANES PROTAGONIZAN TIROTEO EN MERCADO PUBLICO

Zamboanga (Filipinas), 24 ago (EFE).- Seis rebeldes musulmanes protagonizarón hoy, jueves, un tiroteo con las fuerzas de seguridad filipinas en un mercado público en la ciudad sureña de Zamboanga, en el que resultaron heridos dos soldados, mientras que uno de los rebeldes fue capturado.

El detenido, que fue identificado por la policía como Amas Abdullah, dijo que había tomado parte en el ataque rebelde para vengar la muerte de su familia en las acciones militares de la isla de Pillas, uno de las plazas fuertes de los extremistas musulmanes situada en el sur de Filipinas.

El Ejército filipino llevó a cabo recientemente una operación masiva sobre la isla de Pillas, donde se escondían parte de los rebeldes musulmanes que en abril pasado realizaron un atentado en la ciudad de Ipil, en la provincia de Zamboanga del Norte, en el que resultaron muertas 53 personas. EFE

jl/afo/las

08/24/07-42/95

01/03

9508314

DOC. CLDRO.

02

9508314

DOC. CLARO

03/03

9508314

XA5834

U VARBT 08-29 00205
mun exg

FEUU-COLOMBIA
DENUNCIA AMENAZAS CONTRA CORRESPONSALES EN COLOMBIA

Washington, 29 ago (EFE).- Un corresponsal y un colaborador colombianos de la revista estadounidense "Executive Intelligence Review", de circulación reducida, fueron amenazados de muerte reiteradamente por sus denuncias contra el narcotráfico y la guerrilla.

En un comunicado de prensa difundido hoy, martes, en Washington, la revista quincenal que es financiada por el grupo ultraderechista que dirige Lyndon LaRouche, informó que su corresponsal en Colombia, Javier Almario, y el colaborador Maxiliano Londoño Penilla, fueron amenazados telefónicamente en reiteradas ocasiones.

Esa revista en varios de sus números publicó denuncias sobre las actividades delictivas de los carteles narcotraficantes de Medellín y Cali, además de la lucha clandestina de la Fuerza Armada Revolucionaria Colombiana (FARC).

En el comunicado de prensa se asegura que, pese a las denuncias hechas ante las autoridades, no se conoce de ninguna investigación para descubrir a los grupos que la campaña de intimidación y terror contra Almario, Londoño Penilla y sus familias.

Esta revista se adjudicó la revelación, en 1979, de la presunta afinidad del actual presidente colombiano, Ernesto Samper, con los "intereses del narcotráfico". EFE
frb/eb/alg/jff

08/29/18-03/95

01/01

9508315

9508316
Mov. Jaime Bateman Cayón pide presencia de Cruz Roja en Diálogos
518593
30/8
11140
65592

XA5957

U POXBT 08-30 00245
mun exg

COLOMBIA-PAZ
GRUPO DISIDENCIA M-19 PIDE PRESENCIA CRUZ ROJA EN DIALOGOS

Santafé de Bogotá, 30 ago (EFE).- El grupo guerrillero colombiano "Movimiento Jaime Bateman Cayón", una disidencia activa del Movimiento 19 de Abril (M-19), que se desarticuló y entregó las armas en 1990, pidió la presencia de la Cruz Roja Internacional en el diálogo que se dispone iniciar con el Gobierno.

La petición está contenida en un documento que será analizado mañana, jueves, en Popayán, capital departamental del Cauca, territorio de influencia de esa guerrilla en el suroeste del país, entre representantes suyos y del gobierno de Ernesto Samper.

Los rebeldes de esa organización esperan que los enviados del Gobierno central "tengan poder de decisión" en los diálogos, "que deben ser multilaterales" según lo anotaron en el documento.

Además, piden garantías para sus integrantes, dentro de un proceso de reinserción a la vida civil, para quienes participen en las negociaciones y que cesen las órdenes de captura vigentes para sus integrantes.

El "Movimiento Jaime Bateman Cayón", un grupo considerado "menor" en la guerrilla colombiana, ha reiterado en varias ocasiones su disponibilidad de abrir conversaciones, pese a que el Gobierno suspendió el cargo de Alto Comisionado para la Paz, tras la renuncia de su titular, Carlos Holmes Trujillo, el mes pasado.

El jueves en Popayán los asesores de paz gubernamentales, José Noé Ríos, Rubén Sánchez y Daniel García-Peña tienen previsto el primer acercamiento con los delegados de esa guerrilla minoritaria. EFE

RRM/PAM/jff

08/30/17-40/95

01/01

9508316

FARC pide movilización popular

3.13

VINCULACIONES 14.14C

65592

514593

XA6072

COLOMBIA PAZ (Previsión)
GUERRILLA PIDE MOVILIZACION POPULAR PARA RECONSTRUIR PAIS

México, 31 ago (EFE). Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el grupo guerrillero más antiguo y numeroso, convocó a los colombianos para que salgan a las calles a fin de reclamar un nuevo Gobierno "que reconstruya el país sobre nuevas bases".

"Hoy, cuando la crisis se manifiesta a niveles presidenciales, simplemente está aflorando la podredumbre que se ha cocinado a través del tiempo", asegura un documento aprobado por la Comandancia del Estado Mayor de las FARC y difundido en la capital mexicana.

La declaración, con fecha del pasado día 26, fue aprobada por ese órgano de la guerrilla, en el que está incluido el Secretariado del grupo rebelde, tras una reunión que celebró hace varios días en algún lugar de las montañas de Colombia.

El documento hace un recuento de los pasos dados y los obstáculos encontrados en el camino hacia la paz desde que tomó posesión el presidente colombiano, Ernesto Samper, el 7 de agosto de 1994.

"Estamos en los tiempos en que la debilidad moral del Gobierno lo empuja a someterse aún más a los dictámenes del militarismo. Nuestra voluntad de dialogar está tomada. La voluntad que nos acompaña para hacerlo es inquebrantable", dice la declaración.

Las FARC se quejan de la "arrogante postura oficial" del Gobierno en los intentos para celebrar una primera reunión entre ambas partes, que comenzaron en noviembre pasado y que en los últimos días han encontrado serios tropiezos.

"El Gobierno no puede descargar en nadie más la responsabilidad de no haberse concretado la reunión, después de un año" de Samper en
el poder, señalan las FARC.

Las negociaciones previas para celebrar una primera reunión entre la guerrilla y el Gobierno están estancadas al no aceptar el Gobierno la petición rebelde para que sea desmilitarizado, durante 60 días, el municipio de La Uribe, donde tendría lugar el primer contacto.

Además, el pasado día 2 Samper anunció su intención de no nombrar un nuevo Alto Comisionado para la Paz, en sustitución de Carlos Holmes Trujillo, quien renunció al puesto días antes.

Según declaró a EFE Marco León Calarcá, representante de las FARC en la capital mexicana, a estos tropiezos se han unido las acusaciones hechas contra Samper por presunto uso de dinero del narcotráfico en su campaña electoral, que han colocado "en un segundo plano" los intentos por negociar la paz.

"Hace un año le escribíamos al doctor Samper de nuestra disposición a dialogar y rechazando el asesinato del congresista de oposición Manuel Cepeda. En ese lapso, se han registrado más de 1.000 asesinatos de carácter político. Todos estos crímenes continúan impunes", agrega la declaración de las FARC.

El grupo rebelde culpa al Gobierno de haberse plegado a las presiones del Ejército y de Estados Unidos, y se expresa a favor de "cambios radicales" para el país, que incluyan el concurso de la guerrilla, "porque de lo contrario sólo conseguiría prolongar la

01/02 9508317

enfermedad".

"No se trata solamente de cambiar personas. Tenemos que darnos un nuevo Gobierno que reconstruya el país sobre nuevas bases y que represente a las mayorías nacionales", manifiesta el documento.

Respecto a las acusaciones de que presuntos narcotraficantes aportaron dinero a la campaña electoral de Ernesto Samper, el grupo rebelde afirma que esta práctica "no es nueva".

Con los dineros del narcotráfico "se han financiado las elecciones en Colombia desde hace años, pues para ser elegido a un cargo importante en nuestro país se requieren demasiados recursos", indica la declaración de las FARC.

Las elecciones de Colombia, añade el documento, "no son democráticas porque el pueblo no puede participar en igualdad de condiciones, porque lo masacran cuando se lanza a la oposición, porque se compran y se venden conciencias, votos, resultados y se empeñan las futuras políticas oficiales al mejor postor".

Por ello, las FARC piden a los colombianos "incrementar sus manifestaciones en calles y veredas, exigiéndole al Estado una política de paz democrática y soluciones de fondo a la gran crisis".EFE

ag/mar/ik

08/31/09-20/95

02/02

9508317

9508318

518593

24/8

11140

11213

201140

05572

11512

01/01

9508318

FB8365

U POXBT 08-24 00498
mun exg

COLOMBIA-TERRORISMO
EXPLOSIVO UTILIZADO CONTRA FISCAL SIMILAR A USADO EN ESPAÑA

Santafé de Bogotá, 24 ago (EFE).- El explosivo de una bomba desactivada hace dos semanas en el centro de Santafé de Bogotá, presumiblemente dirigida contra el fiscal general de Colombia, Alfonso Valdivieso, es similar a alguno utilizado en atentados terroristas en la capital de España.

La información, difundida por la emisora Radio Cadena Nacional (RCN), precisa que los expertos de la Policía Nacional colombiana no han podido establecer la naturaleza de la sustancia con la cual fue preparada la bomba.

Según esta versión, los técnicos de Colombia describen la materia como "una masa explosiva compacta de color verde manzana", que tenía en su interior dos cuerdas detonantes y estaba provista en su boca de 23 kilogramos de bolas de acero.

La emisora de radio sostiene que ha comprobado que la sustancia es similar a la utilizada en algún atentado ocurrido en el área urbana de Madrid, por informaciones suministradas a la Fiscalía de Colombia por la policía española.

El artefacto explosivo fue descubierto hace quince días por perros de la policía en un céntrico parque de la capital colombiana, a menos de cien metros de la sede de la Fiscalía General de la Nación.

La bomba había sido dispuesta en una de las rutas habituales del fiscal general, Alfonso Valdivieso, y de otros altos cargos de la entidad que éste dirige.

Las investigaciones de las autoridades señalan que en el intento de atentado, el tercero contra funcionarios de la Fiscalía detectado en los últimos meses, estarían comprometidos mercenarios extranjeros, entre ellos algunos de la banda terrorista ETA.

La presencia de estos mercenarios en Colombia fue advertida a la Fiscalía por un informante de la entidad un día antes de que fuera descubierta la carga explosiva el pasado 9 de agosto.

Según RCN, las autoridades han establecido que tres terroristas extranjeros -uno israelí, otro español y el tercero de nacionalidad no establecida- entraron en Colombia para preparar y ejecutar el atentado.

Dos de los extranjeros entraron en el país con nombres y pasaportes falsos, pero ya han sido identificados por los investigadores de los organismos locales de seguridad.

Dos carteles de narcotraficantes y una banda de paramilitares podrían haber reunido 30 millones de dólares para pagar a los extranjeros, según los indicios de que disponen los organismos de seguridad colombianos.

Seis de siete presuntos terroristas vinculados con el plan han sido detenidos por las autoridades colombianas, según RCN.

"Nosotros no hemos confirmado esa participación (la de bandas como la ETA), pero sí podemos confirmar la existencia de muchas versiones que apuntan a la posible presencia de personas que usan una tecnología muy sofisticada y conocimientos muy avanzados en esa materia, y que han preparado por lo menos un artefacto que fue desactivado", declaró el martes el fiscal Valdivieso.

Además de Valdivieso, y según la misma fuente, los intentos de atentado también amenazaban al vicefiscal, Armando Salamanca; al jefe de Fiscalías, Armando Sarmiento, y al director técnico de la entidad, Hernán Jiménez. EFE

JGM/cbo/fr

08/24/15-38/95

9508318

02

9508318

9508318

03

021/04

0508318

XA3907

R SUCBT 08-15 00381
amt

COLOMBIA-VIOLENCIA
GUERRILLA COLOMBIANA CONSIGNA BANCOS EEUU DINERO DE SECUESTROS

Santafé de Bogotá, 15 ago EFE).- La guerrilla colombiana tiene cuentas en bancos de Nueva York, según advirtieron al Gobierno de este país andino autoridades de Estados Unidos, reveló hoy la Radio Cadena Nacional (RCN).

El presidente de Colombia, Ernesto Samper, anunciará el próximo miércoles la integración de un "bloque de búsqueda" para perseguir ese dinero de los grupos guerrilleros en cuentas bancarias, declaró la misma fuente.

Según RCN, Samper anunciará la conformación de ese cuerpo especial dentro de un conjunto de medidas que adoptará su gobierno dentro del Acuerdo Nacional contra la Violencia.

RCN insistió en que la idea de crear ese cuerpo especializado se gestó después de que un alto funcionario del Gobierno de Estados Unidos "le reveló al mandatario colombiano que los organismos secretos de ese país habían descubierto en algunos bancos de Nueva York unas cuentas al parecer de la guerrilla".

El "Bloque de Búsqueda" de esas finanzas obtenidas de manera ilegal por los rebeldes, a través de secuestros, extorsiones y chantajes, principalmente, hará un seguimiento del dinero consignado tanto por personas como por grupos vinculados a la actividad guerrillera.

Radio Cadena Nacional afirmó que por primera vez en la historia colombiana el Gobierno "ha decidido aplicar los, convenios que están vigentes con Estados Unidos y con países europeos, qe permiten la búsqueda y seguimiento de cuentas bancarias en las que se consignen dineros que provengan de delitos como el secuestro".

La medida será anunciada por Samper y se aplicará dentro del llamado Estatuto Anti-corrupción, aprobado recientemente por el Congreso.

En las cuentas descubiertas en Nueva York, según el funcionario estadounidense que alertó al Gobierno colombiano, la guerrilla consignaba el dinero "de aquellos secuestros que se cobran en dólares".

Samper también anunciará, dentro del mismo Acuerdo Nacional Contra la Violencia, que su gobierno estudia la posibilidad de impiantar en el país la cadena perpetua para quienes sean condenados por delitos como el secuestro.

Una de las fuentes de financiamiento de los grupos insurgentes colombianos ha sido tradicionalmente el secuestro de ganaderos, ricos hacendados y ejecutivos de multinacionales que trabajan en el país, y en la mayoría de los casos exige pagos de rescate en dólares. EFE

rrm/jlm/arp

08/15/21-39/95

9508319

9508320

DOC. CLARO

518593

11/8

VINCULACIONES 11140

65592

01/01

9508320

9508321

Advertencia de EEUU respecto de FCP

F 18593

FE... 14/8

VINCULACIONES 11140

65592

501782

65890

DOC. CLARO.

01|01

9508321

9508322

548593

7/8

[illegible] CONSPIRACION CONTRA LA PAZ"

México, [illegible] (EFE).- La guerrilla colombiana reiteró hoy su oferta de conversar con representantes del Gobierno y advirtió al Presidente Ernesto Samper que sectores militaristas han generado "una verdadera conspiración contra la paz".

El pronunciamiento está recogido en una carta abierta al presidente Samper difundida en esta capital por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el grupo más antiguo y numeroso de la guerrilla colombiana.

"Colombia [illegible] años [illegible] una trágica repetición de amenazas oficiales [illegible] y de políticas de fuerza que sólo han logrado incrementar la confrontación fratricida", dice el mensaje, fechado el 7 de agosto "en las montañas de Colombia" y firmado por el Secretariado del [illegible] de las FARC.

Desde noviembre pasado, el Gobierno de Samper y las FARC intentan ponerse de acuerdo [illegible] que rodearían a un primer encuentro de representantes de ambas partes para buscar una salida pacífica al conflicto.

Sin embargo, las negociaciones previas están estancadas porque el Gobierno no ha aceptado desmilitarizar durante [illegible] días el municipio de La Uribe, donde tendría lugar el primer contacto entre ambas partes.

En su carta abierta a Samper, las FARC sostienen que los generales del Ejército colombiano "no quieren la paz y seguirán haciendo lo imposible por evitar un acuerdo pacífico", en alusión a un memorándum difundido por la Comandancia del Ejército el 22 de junio.

En ese memorándum, el Ejército dice no estar dispuesto a desmilitarizar el municipio de La Uribe porque dicen que está obligado a mantener la seguridad en todo el territorio colombiano, por lo que considera que sería un error estratégico abandonar La Uribe, que fue un fuerte bastión de las FARC.

"Doctor Samper, para los militaristas cualquier disculpa será válida en el objetivo de impedir la reunión, simplemente porque asistimos a una verdadera conspiración contra la paz", dicen las FARC en su carta al presidente colombiano.

"Sabemos [illegible] que usted entiende por qué es indispensable despejar integralmente [illegible] días, para iniciar en firme nuestra conversación y, también, que no existe más poderosa razón de Estado que la paz".

La carta de las FARC se conoce [illegible] días después de que Samper anunciara su intención de no nombrar un nuevo Alto Comisionado para la Paz [illegible] Carlos Holmes Trujillo, quien renunció al cargo.

Samper dijo que [illegible] Holmes Trujillo "hasta que no haya una actitud efectiva de los grupos alzados en armas", a los que acusó de [illegible] "generoso" ofrecimiento de paz con acciones armadas.

Al respecto, [illegible], representante en México de las FARC, declaró a EFE que esa decisión ha sido acogida "con pesar" por la guerrilla, no sólo por la renuncia de Holmes [illegible] por la posibilidad de que se "rebaje" la categoría del puesto al hacerlo depender de un Ministerio.

01/02

9508322

02/02

9508322

9503323

PRO: 518593
FE: 31/8
VI: 11145
SC1752
65592
518593

XA6120

U SUCRT 08-31 00167

mun exg

COLOMBIA-GUERRILLA
MUERTOS CUATRO REBELDES CUANDO INTENTABAN OCUPAR PUEBLO

Santafé de Bogotá, 31 ago (EFE).- Al menos cuatro guerrilleros colombianos murieron hoy cuando intentaban ocupar la localidad de Capitanejo en el nordeste del país y fueron rechazados por el Ejército, informaron fuentes militares.

El coronel Gabriel Díaz, comandante del Batallón García Rovira, de la V Brigada militar precisó que los insurgentes pretendían atacar la alcaldía y la Caja Agraria (banco de crédito campesino).

La ocupación de la localidad, en el departamento de Santander, fue frustrada por el Ejército, señaló el oficial.

Capitanejo y gran parte de su área rural fueron militarizadas para impedir la huída de los guerrilleros, al parecer del Ejército de Liberación Nacional (ELN).

En las filas oficiales solamente un soldado resultó herido levemente, dijeron por último las fuentes.

En otras dos acciones simultáneas, en zonas del sur y en los llanos orientales del país, por otra parte, el Ejército también descubrió un campamento y un laboratorio para procesamiento de cocaína e incautó armas y productos químicos para procesar drogas.

EFE

BRO/FAN/jff

08/31/16 16/35

01/07

9508323

XA5927

R SUCRT 08-30 00196

mun exg

COLOMBIA-VIOLENCIA

GUERRILLA ASESINA A DOS MILITARES Y UN CIVIL EN UNA EMBOSCADA

Santafé de Bogotá, 30 ago (EFE).- Un coronel de la Infantería de Marina de Colombia, un infante y un civil murieron en una emboscada tendida por guerrilleros en una zona del norte del país, informaron hoy, miércoles, fuentes militares.

El ataque rebelde se registró el martes, cuando fue activada una bomba al paso del vehículo de los militares cerca de la localidad de El Carmen de Bolívar, en el departamento del mismo nombre, unos 850 kilómetros al norte de Santafé de Bogotá.

A consecuencia de la explosión, murieron el coronel Alfredo Persand Varná, comandante del Batallón de Infantería Número 5, el infante Sixto Mármol Puello y el conductor civil del vehículo en el que viajaban, Santander Cohen Hernández, al tiempo que resultaban heridos otros cinco militares.

Las autoridades atribuyeron el triple crimen a guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

Las víctimas se dirigían a la localidad de Corozal, en el departamento de Sucre, cuando se produjo el ataque.

Hacia la región donde se produjeron los hechos han sido enviados refuerzos del Ejército y de la Infantería de Marina para perseguir a los guerrilleros. EFE

RRM/cho/jff

08/30/13-59/95

02

XA5727

R POXBT 08-29 00172

mun exg

COLOMBIA-VIOLENCIA

SEIS GUERRILLEROS MUERTOS EN DOS CHOQUES CON EJERCITO

Santafé de Bogotá, 28 ago (EFE) - Seis integrantes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) fueron abatidos a tiros por el Ejército colombiano en enfrentamientos registrados en las regiones del Caquetá (suroeste) y Meta (centro), informaron fuentes militares.

Un portavoz del Ejército precisó que cinco insurgentes de las FARC murieron en un combate en la zona rural de La Solita (Caquetá), entre ellos uno de los jefes de frente número 49 del grupo rebelde.

Las tropas confiscaron a los rebeldes armas, municiones, equipos de comunicación, explosivos y provisiones y persiguen a otros integrantes de la escuadra armada que huyeron.

Otro miembro de las FARC, del frente número 40, fue muerto en Mesetas (Meta).

Las FARC son el grupo de alzados en armas más antiguo y con mayor número de integrantes del país y las fuerzas militares lanzaron una ofensiva contra sus distintas columnas, después de que fracasaran en julio pasado las gestiones para reanudar las conversaciones de paz. EFE

GTA/PG

08/29/04-05/95

03

9508323

3923

R SUCBT 08-16 00188
amt exg eut

COLOMBIA-EXPLOSION
MUEREN TRES MILITARES Y SEIS HERIDOS EN PUEBLO OCUPO GUERRILLA

Santafé de Bogotá, 15 ago (EFE).- Tres militares colombianos rieron y otros seis resultaron heridos hoy al estallar tres cos con explosivos que habían recogido en las calles de la blación sureña de Miraflores, ocupada hace nueve días por la errilla, informaron fuentes castrenses en Santafé de Bogotá.

La explosión tuvo lugar en las afueras de Miraflores, segunda udad en importancia del departamento selvático del Guaviare y tuada a unos 450 kilómetros de la capital colombiana.

Portavoces militares dijeron en Santafé de Bogotá que un pitán y dos soldados de la brigada militar de la región rdieron la vida, mientras que otros tres soldados y tres agentes la Policía Antidroga resultaron heridos.

Los militares y policías heridos y muertos manipulaban plosivos abandonados por guerrilleros de las Fuerzas Armadas volucionarias de Colombia (FARC) que el pasado 6 de agosto uparon Miraflores, de donde fueron desalojados por el Ejército as un combate de más de 18 horas.

Seis policías, siete civiles y por lo menos trece guerrilleros rieron en ese enfrentamiento. EFE

jgh/jal/arp

08/16/00-31/95

9508323

004

DP1993

U SUCBT 08-16 00178
mun exg

COLOMBIA-VIOLENCIA
REBELDES ASESINAN A DIRECTOR ESTACION RADIO DENTRO DE ESTUDIO

Arauca (Colombia), 16 ago (EFE).- Cuatro presuntos rebeldes del grupo colombiano Ejército de Liberación Nacional (ELN), asesinaron a Iván Darío Pelayo, director de una estación de radio de la localidad de Puerto Rondón (zona petrolera de Arauca, este), informó hoy la Policía local.

Pelayo, de 30 años, propietario de la emisora "Llanorámica Estéreo" en la región de los Llanos Orientales, fue atacado a tiros por dos personas armadas que irrumpieron en el estudio de la estación con armas automáticas mientras la víctima ponía discos de música.

Al escuchar los disparos, los empleados de la emisora creyeron que se trataba de ruidos de herramientas y más tarde vieron huir a los dos agresores y a otros dos que esperaban en la puerta.

Fuentes policiales indicaron que los asesinos de Pelayo dejaron en la estación radiofónica un documento con consignas alusivas al ELN y dijeron desconocer las causas del crimen, ya que la víctima no había sido amenazada de muerte y su labor en la radio se limitaba a difundir música y dar la hora. EFE

GTA/gg

08/16/16-28/95

05

9508323

DOC. CLARO

9508323

96

Santafé de Bogotá, [illegible] (EFE).- [illegible] policías colombianos murieron hoy en un ataque [illegible] localidad de Miraflores, en el [illegible] departamento del Guaviare, confirmó el subdirector de la Policía, [illegible] general [illegible] Montenegro.

Según el oficial, [illegible] agentes resultaron heridos en una [illegible] de las [illegible] Revolucionarias de Colombia (FARC), que [illegible] en la localidad, situada a [illegible] de Santafé de Bogotá, y atacaron [illegible] con [illegible] "[illegible]".

Montenegro [illegible] guerrilleros intentaron [illegible]

[illegible] viernes por la noche en [illegible] Cundinamarca (centro del país), [illegible] FARC.

Ayer, domingo, [illegible] grupo guerrillero atacó tres policías [illegible] de Cundinamarca, [illegible] kilómetros de la capital colombiana, y asesinaron [illegible] otros cuatro policías.

[illegible] filas policiales y [illegible] entre los guerrilleros, fueron atribuidas por la Policía a [illegible] por el primer aniversario de la Administración del presidente, Ernesto Samper. EFE

07/07

9508323

DP4174

U SUCBT 08-30 00642
mun

COLOMBIA-VIOLENCIA (Previsión)
LUCHA POR ZONA BANANERA URABA CAUSO 20.000 MUERTOS DESDE 1988

Santafé de Bogotá, 30 ago (EFE).- La lucha entre la guerrilla y los grupos paramilitares colombianos por el dominio de Urabá, la principal región de cultivos de la fruta del país, se cobró el martes la vida de otros 17 trabajadores de la zona, donde desde 1988 han muerto 20.000 personas, este año 600 y en un mes sesenta.

El martes, guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) irrumpieron en dos fincas de Carepa (departamento de Antioquia, noroeste), mataron a 17 trabajadores y fueron responsabilizados de la desaparición de otros siete, que la semana pasado habían expresado el temor de ser asesinados.

El ministro del Interior, Horacio Serpa, calificó la matanza de "horrenda y espantosa" y tras acusar del crimen a las FARC, dijo que este grupo deberá responder por ese delito.

Las víctimas eran simpatizantes del grupo Esperanza, Paz y Libertad (EPL), creado en 1991 por los reinsertados del antiguo grupo guerrillero Ejército Popular de Liberación (EPL), a quienes según fuentes oficiales los guerrilleros quieren vetar el espacio político.

A este grupo político pertenecían también los 35 habitantes del barrio "La Chinita" de Apartadó, otro municipio bananero de Urabá, asesinados a tiros en enero pasado cuando participaban en una fiesta comunitaria.

En 1988, escuadrones paramilitares de derecha mataron a cincuenta trabajadores de las 400 fincas "Honduras" y "La Negra" de Urabá, que produce el 70 por ciento del banano colombiano.

En junio último, las haciendas bananeras paralizaron la producción durante cuatro días, presionados por guerrilleros que amenazaron con matar a los trabajadores que acudieran a cortar la fruta e incendiar los autobuses que los transportaran.

El mes pasado un grupo que se identificó como "comandos de alternativa popular" asesinó en el municipio bananero de Chigorodó a una veintena de personas en un bar, por ser supuestos militantes de partidos comunistas o favorecer a las guerrillas.

La grave situación de Urabá forzó al Gobierno a enviar a esa zona al ministro de Defensa, Juan Carlos Esguerra, y se anunciaron medidas para controlar la oleada criminal, que amenaza el cultivo de banano del que Colombia es junto con Ecuador uno de los principales proveedores de Estados Unidos y la Unión Euurcpea.

El gobernador de Antioquia, Alvaro Uribe Vélez, se trasladó a Santafé de Bogotá para pedir ante el Congreso que se permita que su despacho gestione los diálogos regionales con fuerzas insurgentes, prohibidos por el Ejecutivo, y solicitar el envío de mediadores internacionales a la región.

Uribe Vélez aseguró que en Urabá hay un índice de impunidad del 95 por ciento, mientras que varios parlamentarios de su región, entre ellos el lider conservador del Senado, Fabio Valencia Cossio, acusaron a la Admnistración regional de haber agravado la situación desde que comenzó, en diciembre pasado.

Valencia criticó también al secretario de Gobierno de Antioquia, el dirigente ganadero Pedro Juan Moreno, por promover la organización de cooperativas rurales de vigilancia, que se convierten en nuevos escuadrones paramilitares, y subrayó que en

Urabá solamente impera la ley de la venganza.

Por su lado, el dirigente comunista Hernando Motta acusó a Pedro Juan Moreno de tener nexos con los grupos paramilitares de Urabá.

Durante la sesión parlamentaria, el Gobierno colombiano anunció un "plan de rehabilitación agropecuaria" para Urabá, que prevé créditos e inversiones por 129.000 millones de pesos (unos 13 millones de dólares).

El ministro de Justicia, Néstor Humberto Martínez, dijo que "hay que desarmar al pueblo de Urabá", pero según distintos políticos, la zona ya no resiste más comisiones de paz, sino acciones efectivas.

Esperanza, Paz y Libertad instó a los trabajadores a salir del campo y refugiarse en los pueblos para evitar la muerte, al tiempo que sus líderes reclamaron la ayuda de delegados de la ONU y la Cruz Roja Internacional para solucionar el conflicto que está desangrando a la región.- EFE

GTA/ig/rcm

08/30/09-15/95

Ol

9508324

XA5848

U POXRT 08-29 00729

mun

COLOMBIA-VIOLENCIA (Previsión)

POR LO MENOS 30 MUERTOS DEJAN NUEVAS MATANZAS EN EL PAIS

Santafé de Bogotá, 29 ago (EFE).- Al menos 30 personas murieron en las últimas horas en Colombia, en otra matanza en la región bananera, por choques entre guerrilla y Ejército y el asesinato de un líder campesino, dos semanas después de que el Gobierno decretara el estado de excepción para combatir la violencia.

Diecisiete de las víctimas de esta escalada criminal eran trabajadores de fincas productoras de bananos del municipio de Carepa, en el noroeste del país y parte del denominado "eje bananero" de la región de Urabá.

Los obreros fueron tiroteados con fusiles cuando se acercaban, junto con otros ocho más, a plantaciones de dos haciendas de la zona, Los Cunas y Agropecuaria Los Almendros.

Todos eran vecinos del La Chinita, barrio pobre de la población de Apartadó donde el pasado año tuvo lugar una de las más grandes matanzas ocurridas durante los últimos años en Colombia y en la que fueron asesinadas 35 personas.

Del mismo modo, la mayoría de estos trabajadores eran dirigentes o simpatizantes del movimiento Esperanza, Paz y Libertad (EPL), formación política surgida en 1991 como parte de los acuerdos de desmovilización negociada del grupo guerrillero Ejército Popular de Liberación (EPL).

Versiones de las autoridades locales de Carepa y de portavoces del EPL coinciden en que las 17 víctimas de la matanza fueron retiradas de tres autobuses que los transportaban a sus frentes de trabajo, amarrados y luego tiroteados. Otros ocho obreros que integraban el grupo fueron declarados desaparecidos.

Las autoridades creen que estos trabajadores se internaron en las plantaciones.

Quince hombres y tres mujeres que vestían como policías fueron los autores de la matanza, que tuvo lugar entre las 06.30 y las 07.00 hora local (de 11.30 a 12.00 GMT).

Según el alcalde de Carepa, Osvaldo Muñoz, el grupo armado podría ser de paramilitares o de guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

Con la nueva matanza, sube a sesenta el número de personas muertas en asesinatos colectivos registrados en Urabá en los últimos treinta días.

Hace dos semanas, 18 personas que bailaban en un bar de Chigorodó fueron tiroteadas por supuestos paramilitares, en un fin de semana en el que la violencia en la región dejó un total de 38 víctimas fatales.

El asesinato entre el viernes y el sábado pasados de dos maestros de esta misma población, cuyos nombres aparecieron en una lista de 20 amenazados de muerte, volvió a recrudecer la situación de inseguridad en la región.

La muerte de los maestros y la matanza de este martes han dado lugar a una huelga de educadores y éxodos de profesores y de obreros de las bananeras. Los primeros han buscado refugio en Medellín, capital del departamento de Antioquia y al que pertenece la región de Urabá.

Los trabajadores, por su parte, se concentran en las zonas

urbanas de Apartadó, Carepa, Chigorodó y Turbo, que integran el "eje bananero" de la zona, el productor de buena parte de la fruta que Colombia destina a la exportación y que le deja más de 200 millones de dólares anuales en divisas.

El ministro colombiano de Defensa, Juan Carlos Esguerra, expresó su consternación por la nueva matanza, y aseguró que el Gobierno está dispuesto a hacer respetar a cualquier precio el deseo mayoritario de paz de sus compatriotas.

Además del asesinato colectivo en Urabá, en las últimas horas fue asesinado en Santafé de Bogotá el presidente de la Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), William Jaimes Torres, de 36 años.

Seis guerrilleros de las FARC, la más antigua y numerosa organización armada de este país, también murieron en choques con el Ejército ocurridos el lunes en los Llanos Orientales.

Unos 20.000 colombianos han perdido la vida en hechos violentos registrados este año en Colombia, país en el que según diversas entidades humanitarias se presenta un asesinato colectivo cada 48 horas.

Esta tasa de violencia y la desatención de las guerrillas a sus propuestas de paz fueron razones que llevaron al presidente, Ernesto Samper, a declarar hace dos semanas a Colombia en "estado de conmoción interior".

Una serie de medidas de excepción tendentes a combatir la subversión y la delincuencia han sido adoptadas por Samper en coincidencia con la crisis que afronta a raíz de denuncias sobre "narcodinero" en su campaña electoral de 1994.

Entre las disposiciones sobresalen penas de prisión de hasta 60 años por atrocidades y el pago de recompensas millonarias por informaciones que permitan la captura de jefes rebeldes y de organizaciones criminales. EFE

JGH/PAM/jff

08/29/18-48/95

9508324

04

FR8384

R SUCRT 08-24 00289

mun exg

COLOMBIA-MATANZAS

CAPTURADOS 4 MILICIANOS ACUSADOS DE MATANZAS ZONA BANANERA

Medellín (Colombia), 24 ago (EFE).- Cuatro presuntos milicianos de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) fueron detenidos hoy en la zona bananera colombiana de Urabá, acusados de haber participado en la matanza de once militantes de izquierda ocurrida el pasado fin de semana.

Las detenciones se produjeron en un barrio de Apartadó, la más importante localidad de la principal región productora de banano de exportación de Colombia.

Autoridades policiales dijeron en Medellín, capital del departamento de Antioquia y al que pertenece la zona bananera, que dos de los detenidos eran reclamados por jueces regionales de la Fiscalía General de la Nación.

Se trata de Carlos Alberto Gómez y Horacio Duarte, de 30 y 32 años, quienes, según las fuentes, están acusados de haber tomado parte en matanzas cometidas los pasados días en la región.

Los otros dos fueron identificados como Luis Angel Quiroz y Emiro Villa, de 60 y 28 años.

Las autoridades locales aseguraron que los cuatro hombres forman parte de las Milicias Bolivarianas de las FARC, la más antigua y numerosa guerrilla del país.

Una pistola, municiones y una motocicleta fueron encontradas ~~en la residencia de Apartadó donde se produjeron las detenciones.~~

Gómez y Duarte aparecen como sospechosos de haber participado en una serie de matanzas ocurridas el pasado fin de semana en poblaciones de la región bananera.

En esos hechos murieron once dirigentes o simpatizantes del movimiento político de izquierda Esperanza, Paz y Libertad (EPL), que resultó de la desarticulación negociada con el Gobierno del antiguo Ejército Popular de Liberación (EPL).

Las matanzas tuvieron lugar en un caserío y en dos haciendas bananeras de los municipios de Turbo y Apartadó. EFE

JGH/cho/fr

08/24/17-29/95

05 9508324

FB8022

R SUCRT 08-16 00251

mun exg

COLOMBIA-MATANZAS

EJERCITO DETUVO A TRECE SOSPECHOSOS DE MUERTE 30 PERSONAS

Santafé de Bogotá, 16 ago (EFE).- El Ejército de Colombia detuvo hoy, miércoles, a 13 sospechosos de participar en varias matanzas en la zona bananera de Urabá, al noroeste del país, en las que murieron más de 30 personas, informó el comandante de la Primera División Militar, el general Norberto Adrada.

El oficial precisó que las trece personas, relacionadas con los incidentes sangrientos del domingo pasado, fueron capturadas en zonas rurales del municipio de Apartadó, en el departamento de Antioquia, a 400 kilómetros de Santafé de Bogotá, y que tenían en su poder ocho fusiles.

El general Adrada indicó que varios de los detenidos están vinculados con los grupos paramilitares que combaten a las guerrillas en el área agrícola de Urabá.

El lunes, un nuevo grupo que se identificó como "Comandos de Alternativa Popular", reivindicó la matanza más grave de las registradas, en la que murieron 18 personas, y amenazó con asesinar a los habitantes de la región que apoyen a los guerrilleros o a sus grupos políticos o sindicales afines.

Las matanzas ocurrieron en los municipios de Chigorodó, Apartadó y Carepa y, en la más grave, ocurrida en un bar de la primera población, fallecieron simpatizantes del Partido Comunista Unión Patriótica (UP), fundado en 1985.

Desde su creación, la UP ha sufrido el asesinato de más de 2.000 de sus miembros, incluyendo al ex candidato presidencial Jaime Pardo Leal en 1987 y a varios congresistas en una campaña de "aniquilamiento" atribuida a los paramilitares. EFE

GTA/EPM/ll

08/16/16-30/95

06/06

0508324

9508325
Confiscan explosivos al ELN
EP 150007
20/8
11140
05592
501782

Confiscan 2.000 Kilos de Explosivos a la Guerrilla en Medellín

EP 20

BOGOTA, 19 (Reuter) — Fueron incautados hoy unos 2.000 kilos de dinamita con los que la guerrilla planeaba ejecutar una escalada de ataques terroristas en el noroeste de Colombia, informaron fuentes militares.

La acción militar que permitió confiscar los explosivos se realizó en una edificación del corregimiento San Antonio de Prado, en las afueras de la ciudad de Medellín, capital del departamento de Antioquia, 220 kilómetros al noroeste de Medellín.

El comandante de la cuarta brigada del ejército, general Jorge Enrique Mora, informó que la dinamita se confiscó luego de tres meses de labores de seguimiento e inteligencia.

El oficial precisó que el explosivo pertenecía a las milicias populares del Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Los rebeldes tenían almacenado el explosivo para fabricar bombas y ejecutar ataques selectivos y emboscadas contra patrullas del ejército y de la policía.

Cerca al sitio de la operación, la policía frustró esta semana una emboscada al descubrir y desactivar dos poderosas bombas fabricadas con dinamita.

En la acción militar no se produjeron capturas, de acuerdo con el informe de las autoridades. 1-1

01/01 9508325

9508326

FB8063

U POXRT 08-16 00213

mun exg

PERU-TERRORISMO

UNOS 260 TERRORISTAS SERAN JUZGADOS POR CORTE DE LIMA

Lima, 16 ago, (EFE).- Unos 260 terroristas de Sendero Luminoso y del Movimiento revolucionario Túpac Amaru serán juzgados en breve por tribunales sin rostro de la Corte Superior de Lima, informó hoy el presidente de esa institución, Alejandro Rodríguez Medrano.

Los terroristas permanecen encerrados en el penal de máxima seguridad Miguel Castro Castro y están implicados en unos 100 procesos penales abiertos en la Corte Superior de Lima, explicó Alejandro Rodríguez.

El próximo 15 de octubre, los tribunales sin rostro dedicados a investigar, procesar y condenar a terroristas de organizaciones subversivas alzadas en armas entre 1980 y 1984, dejarán de funcionar en virtud de una ley aprobada por el Congreso y promulgada por el Ejecutivo.

Por su parte, la Justicia Militar despachó 1.097 procesos en los tres últimos años, condenando a cadena perpetua a 260 terroristas durante ese mismo período, según datos del Consejo Supremo de Justicia Militar.

Desde 1992 la Justicia Militar ha condenado a 86 terroristas a penas de 30 años de prisión, a 119 se les impuso sentencias menores de 30 años, a 161 terroristas se les remitió al fuero común y a 24 se les absolvió.

Los jueces militares "sin rostro" aún deben juzgar a 447 personas acusadas por subversión. EFE

Chg/jal/nd

08/16/23-25/95

01/01

9508326

9508327

11140

66817

501173

516442

DOC. CLARO-

01-02

9508327

XA4094

R POXBT 08-17 00290

mun exg

PERU-TERRORISMO

DOS SOLDADOS MUERTOS POR EMBOSCADA SENDERISTA

Lima, 16 ago (EFE).- Dos soldados murieron y otros dos resultaron heridos durante una emboscada del Sendero Luminoso a una patrulla militar en los límites de los departamentos peruanos de Ayacucho y Junín, según informaron hoy fuentes castrenses.

Los senderistas intentaban penetrar en la base militar de "Vietnamito", en Junín, cuando sorprendieron a la patrulla que regresaba a su puesto.

Los terroristas atacaron a la patrulla y a la base militar con fusiles, morteros y explosivos, y, tras la reacción de los soldados, los senderistas se replegaron y abandonaron el combate escondiéndose en la selva, según un comunicado del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas.

Los soldados fallecidos son el recluta Jhonatan Villano Bellido, de 18 años, y el suboficial Gabriel Antonio Araujo de 20 años.

El oficial Américo Sánchez y el soldado Edgar Quilqui árdenas, que resultaron heridos en la emboscada, fueron trasladados en helicoptero a Lima debido a su extrema gravedad.

Por otro lado, otros cinco terroristas, disidentes de Sendero, fueron detenidos ayer, martes, en Tingo María cuando preparaban el secuestro de varios empresarios para asesinarlos u obtener dinero por su rescate, confirmaron hoy fuentes de la Policía Nacional.

Asimismo, la actual cúpula de Sendero Rojo, facción disidente de Sendero Luminoso tras la caída del dirigente histórico Abimael Guzmán, estaría estableciendo contactos directos con los narcotraficantes para plantear una nueva estrategia y buscar una fuente de financiación estable, informa hoy el periódico limeño "Expreso".

Esta información confirmaría la alianza entre narcotraficantes y terroristas por la desesperada situación de ambos grupos tras los repetidos y duros golpes que las fuerzas del orden les vienen asestado. EFE

chg/ja/arp

08/17/00-08/95

02/02 9508327

EL NUEVO LIDER DE SENDERO SE REFUGIA EN UNA SELVA

LIMA, 6 (EFE).— El líder del grupo maoísta peruano Sendero Luminoso, Oscar Alberto Ramírez Durand, alias "Feliciano", se encuentra escondido en la Selva de Ayacucho apoyado por una columna de cuarenta a cincuenta senderistas, informó hoy una fuente militar.

El lugar en el que "Feliciano" parece haber encontrado refugio está situado al norte de Ayacucho, entre el valle del Ene y la zona de Viscatán, donde actúa el Comité Regional Principal (CRP), máxima instancia de Sendero en la región de Ayacucho, Huancavelica y Apurímac, en el sur de Perú.

Según la fuente militar, esta zona de refugio no es extraña para Ramírez pues está dentro del área de jurisdicción del Comité Zonal Ayacucho, que llegó a ser, desde 1985, bajo su dirección, el centro neurálgico del CRP.

En esta áspera y vasta región, Sendero aún mantiene su presencia con una capacidad operativa bastante disminuida, informa hoy el diario limeño "El Comercio".

Fuentes militares y policiales que le siguen los pasos al cabecilla senderista aseguraron que el actual jefe de esa organización se desplaza a caballo por la selva ayacuchana, con extremadas medidas de seguridad para evitar ser capturado por el Ejército.

Junto a Ramírez Durand se halla su esposa, de la que se conoce su seudónimo, "Diana", y quien se encarga de cuidar de su alimentación y salud, ya que "Feliciano" se encuentra gravemente enfermo debido a una antigua lesión en la pierna derecha que ha empeorado, añadió la misma fuente.

"Feliciano" se encuentra escondido en la selva ayacuchana con su destacamento de seguridad, que integran de diez a quince senderistas, y se habría trasladado a esa zona por considerarla segura y de difícil acceso en su afán de escapar de las fuerzas del orden, que hace más de un año le siguen los pasos.

Con el grupo marcha un pequeño destacamento de la denominada "Fuerza Principal", conformada por unos cuarenta a cincuenta hombres, integrado en su mayoría por mujeres, y tiene un mando político y otro militar.

Según fuentes militares, meses antes de que "Feliciano" se trasladara a la Selva se logró detectar su presencia en los alrededores de la localidad de Razhuillca, en la sierra ayacuchana donde se desplazaba acompañado de una importante columna de senderistas.

En esa oportunidad, la operación de la captura, que se planeaba con suma reserva, fracasó debido a que a fines de mayo pasado se "filtró" información sobre la misma y no se logró dar con uno de los hombres más buscados del país.

Con la caída del líder de Sendero Luminoso, Abimael Guzmán Reynoso, alias "Camarada Gonzalo", en 1992, "Feliciano" tuvo que asumir la dirección del Comité de Emergencia de Sendero Luminoso, en su calidad de número tres y dirigente fundador de la banda.

Desde antes de la caída de Guzmán, "Feliciano" era contrario a la línea política de trasladar el eje de Sendero Luminoso del campo a la ciudad.

También estuvo en contra del Acuerdo de Paz suscrito por Guzmán con el Gobierno, y que impulsan los seguidores del llamado "Presidente Gonzalo", aunque no existen testimonios de que "Feliciano" haya denostado al detenido líder ante sus seguidores.

Según la policía antiterrorista de la localidad de Huamanga, en Ayacucho, Ramírez Durand cojea de un pie y cuando no viaja a caballo camina con un bastón.

El cabecilla terrorista dirige Sendero Luminoso desde un cuartel general móvil en la selva de Ayacucho, se informó.

Algunos jefes policiales le consideran un notable estratega militar pero dudan de sus condiciones para reemplazar con éxito en la dirección de Sendero a Guzmán, actualmente encarcelado en la Base Naval del Callao en Lima. 1-1

01-01

9508328

Con 700 combatientes y bajo un nuevo comando, los senderistas estarían recomponiéndose en Perú

Recientes atentados en Lima y un par de trágicas emboscadas contra fuerzas del Ejército y policiales en regiones montañosas del Perú sugieren la posibilidad de que la organización subversiva Sendero Luminoso esté reorganizando sus cuadros militares, pese a hallarse encarcelada la mayoría de sus dirigentes históricos. Los observadores dicen que los rebeldes maoístas, encabezados ahora por Oscar Ramírez Durand, "Feliciano", habrían adoptado la táctica de la guerrilla colombiana, consistente en atacar y replegarse inmediatamente en la selva. De ser así, añaden, podrían sacar máximo provecho de sus efectivos actuales, que se supone suman unos 700 combatientes, armados con potentes explosivos y fusiles Fal.

● **Quince años de violencia.** Sendero Luminoso inició sus acciones en 1980. Desde entonces, la violencia política en Perú ha causado 23 mil muertos y daños materiales por US$ 25 mil millones, según estimaciones generalmente aceptadas. El senderismo estaba considerado el grupo insurgente



Abimael Guzmán

"más peligroso" del hemisferio hasta que fue capturado su fundador e ideólogo, el ex profesor universitario Abimael Guzmán, alias "Camarada Gonzalo" o "Presidente Gonzalo". Guzmán se entregó sin resistencia a la Policía, al ser sorprendido por agentes especiales en setiembre de 1992. Actualmente, con 59 años, está preso en un establecimiento penitenciario de máxima seguridad y sufre una grave enfermedad de la piel. Se le sentenció a cadena perpetua.

Tras la aprehensión de Guzmán, varios miembros de la cúpula senderista fueron detenidos por la Policía y el Ejército, en una sucesión de duros golpes que parecieron paralizar a la organización y condenarla a una inminente extinción.

Simultáneamente, el gobierno del presidente Alberto Fujimori arremetía contra el otro movimiento guerrillero activo en el país, el Tupac Amaru (filocastrista), hasta conseguir su virtual aniquilación. Estimuladas por los éxitos que se anotaban, las fuerzas de seguridad consideraron en determinado momento que también Sendero Luminoso estaba liquidado. Aparentemente, no ha sido éste su caso.

El sociólogo peruano Carlos Tapia, especializado en el tema, afirma que el grupo maoísta ha venido reagrupándose y puede concentrarse en la zona montañosa de Huallaga, al noreste de Lima, para operar en el valle contiguo. Así lograría afirmarse en una posición "inexpugnable", por la topografía del lugar, y asegurar su larga permanencia dentro de esa área, golpeando y replegándose constantemente.

● **Recomposición de cuadros.** En un documento incautado hace poco, el senderismo admite sus continuas derrotas de los últimos tiempos pero enfatiza que la crisis interna se va superando "con la recomposición de nuevos cuadros político-militares".

Jefes de las Fuerzas Armadas han minimizado la importancia de las acciones senderistas más recientes. Tapia mismo estima que el grupo rebelde tiene apenas un sexto de la capacidad ofensiva disponible hace tres años. No obstante, advierte, las incursiones guerrilleras en diversos sitios (Huallaga, Hancabamba, Ucayali y Lima), aunque implican una "campaña débil" comparada con las de otros tiempos, demuestran la "existencia de un nivel de organización restaurado". Esto se da entre los senderistas, hace notar, "cuando hay bases ideológicas y planteamientos estratégicos, políticos y militares también recompuestos".

"Vemos columnas organizadas, armadas con fusiles Fal, que atacan puestos policiales y entran y salen de poblados", dijo el experto, y subrayó, acto seguido, que "ésa no es la situación de una banda insurgente que esté diezmada".

Así y todo, el sociólogo cree que la reactivación de Sendero Luminoso no debe interpretarse como señal de una vuelta a los comienzos, porque, en última instancia, "la población rechaza firmemente a ese grupo", y en esto radica la clave para definir la situación dentro de un plazo quizá no muy extenso. (Redacción de **Búsqueda**, en base a AFP y archivo.)

[illegible] [illegible] de estado
Beirquede 150004
[illegible] 3|8
VINCULACIONES 11140
501410
501115

01/02

9508330

ETA, Sendero y el terrorismo de Estado

El hecho es ahora insoslayable: entre 1983 y 1987, exasperados por los santuarios que ofrecía Francia a los terroristas de la ETA, elevados escalones del Estado español procedieron a asesinar, secuestrar y dinamitar locales allende la frontera, sirviéndose para ello de policías en activo o de malhechores profesionales contratados. Entre las víctimas —veintisiete muertos— cayeron muchos miembros de la organización terrorista pero también buen número de inocentes que murieron o resultaron heridos por equivocación. Las operaciones sirvieron de coartada a funcionarios vinculados a la seguridad para distraer en su provecho sumas importantes de los fondos reservados para la lucha antisubversiva y otras se emplearon en pagar el trabajo o el silencio de los mercenarios, de modo que los contribuyentes españoles fueron involuntariamente involucrados en este caso típico de terrorismo de Estado.

Esta no es una práctica infrecuente en las democracias avanzadas y mucho menos en las principiantes y ella, por lo demás, suele contar con el respaldo de un amplio sector de la opinión pública, convencido de que, a criminales fanáticos e implacables como los de ETA, no cabe otro remedio que aplicarles su propia medicina. Es una de las perversas consecuencias de la estrategia terrorista: imponer unas reglas de juego —todo vale para alcanzar el objetivo— a las que la desesperación y la cólera de los ciudadanos de a pie que sufren los estallidos de los coches bomba y viven en el miedo y el escándalo de los atentados acaba por conceder una suerte de legitimidad. Pero hacen mal quienes alivian sus conciencias con la idea de que si aquella práctica es tan común, no hay que tomarla demasiado a lo trágico y aceptar que la eficacia exige a veces a un gobierno democrático, en defensa de la democracia, actuar en la ilegalidad. Porque no es cierto y porque ese pensamiento es un veneno que ataca la esencia misma de lo que llamamos un Estado de Derecho, es decir, una sociedad regida por la ley y no la fuerza.

Este es un tema que, viniendo del Perú, conozco a la perfección. En 1980, coincidiendo con el restablecimiento de la democracia, luego de doce años de dictadura militar, Sendero Luminoso —una pequeña pero resuelta organización maoísta— declaró la guerra revolucionaria al Estado burgués y pasó a intimidar y asesinar a los "enemigos de clase" —alcaldes, subprefectos, gobernadores, boticarios, jueces, humildes comerciantes o modestos dueños de chacras, soldados, policías y a reales o supuestos soplones—, a volar puentes, caminos, centrales eléctricas y toda clase de obras públicas, con una decisión y un ímpetu semejantes a aquellos con que perpetran sus siniestras hazañas los etarras. Totalmente impreparadas para hacer frente al desafío terrorista, las fuerzas policiales primero, y luego el Ejército, respondieron con brutalidad y empezaron también a torturar, matar y "desaparecer" a culpables o inocentes en las llamadas Zonas de Emergencia, un vasto sector de los Andes centrales. Nunca sabrá nadie, entre los cerca de treinta mil muertos que ha causado la violencia política en el Perú en los quince años que ya dura, cuántos fueron abatidos por el terrorismo y cuántos por el contraterrorismo.

Pero sí sabemos, de manera inequívoca, que, además de toda la sangre derramada y el altísimo costo material de los desastres causados por la proliferación del terror, el efecto más devastador de aquella violencia recíproca fue de largo plazo, pues a ella se debe que el restablecimiento de la democracia desembocara en un nuevo fracaso —uno más, en la larga secuencia de intentos inútiles para arraigar la legalidad que jalonan la historia peruana— y que el Perú tenga el triste privilegio de haber restaurado la tradición autoritaria en un continente donde la mayoría de países parece haber roto con ella de modo irreversible.

Ese régimen tiene una apariencia, no un contenido, democrática, porque es popular como lo fueron algunas dictaduras latinoamericanas del pasado. La comunidad internacional lo acepta pues su política económica es bastante acertada, porque guarda ciertas formas —convoca elecciones y, por supuesto, las gana por abrumadora mayoría— pero, sobre todo, porque lo respalda un alto número de peruanos. ¿Y acaso se debe ser más papista que el Papa? Si ése es el género de democracia que quieren tener, acaso sea la única que les convenga.

La realidad no es que el pueblo peruano sea más inepto que otros para la libertad y la ley. Ese pueblo había recibido con alborozo la llegada del régimen civil en 1980, pero sufrió una tremenda desilusión por la incapacidad de los gobiernos democráticos de Belaúnde Terry y de Alan García de satisfacer sus más elementales anhelos: mejores condiciones de vida y un mínimo de estabilidad y de seguridad. Nada de ello se pudo materializar en gran parte a consecuencia de la subversión que, hacia fines de la década pasada, había causado daños materiales equivalentes a la deuda externa nacional. Desde luego que la política económica equivocada —en el caso de Alan García corrupta y de un populismo demagógico suicida— fue un componente importantísimo de aquel desencanto.

Pero nada hizo que cundiera tanto el escepticismo respecto a las instituciones civiles y a la legalidad como la proliferación de apagones, dinamitazos, secuestros, desaparecidos, voladuras de edificios, hallazgos de tumbas colectivas y el estado de perenne inseguridad en que todo ello hacía vivir al ciudadano común y que hacía ambicionar, a muchos, una represión sin contemplaciones, "a la argentina", de los subversivos. Y, por ello, el argumento que utilizó el presidente Fujimori —y la cúpula militar que fraguó con él el golpe de Estado— para cerrar el Congreso, despedir a los jueces, suspender la Constitución y comenzar a gobernar por decretos-leyes —la ineptitud del régimen de partidos políticos para acabar con el terrorismo— fue largamente aceptado por el pueblo. ¿En qué legalidad podía creer éste si ella era ya, en gran parte, una mera ficción, no sólo por culpa de los senderistas, sino, también, de quienes los combatían? El 5 de abril de 1992 los peruanos no salieron a las calles a defender la ley contra los tanques porque tanto los seguidores de Abimael Guzmán como los gobiernos democráticos se habían encargado de demostrarles que ella no servía de gran cosa.

Desde entonces, en el Perú impera no la ley sino la fuerza, amenizada por la picardía. La militar, desde luego, que es el verdadero poder desde la sombra y que puede cometer los peores abusos contra los derechos humanos con el pretexto de la eficacia en la lucha antisubversiva, y la de un líder cuya retórica contra los partidos políticos, la pérdida de tiempo que significa guardar las formas y los procedimientos si se quiere obtener resultados, seduce por igual a los más pobres y a los más ricos, unidos —acaso por primera vez en la historia republicana— en la convicción de que la mano dura, el tener pantalones, el ser un pendejo (que en el sentido peruano no quiere decir idiota sino un vivo) y engañar, mentir, fabricar constituciones, congresos, tribunales instrumentales, regimentar los medios de comunicación mediante el chantaje o la prebenda, alquilar intelectuales y, en suma, haber resucitado las viejas costumbres criollas, es lo mejor que le ha podido pasar al Perú. ¿No tiene el país los más altos índices de crecimiento económico desde que se puso fin a la caricaturesca *democracia*? En estos días, como es sabido, inaugura el presidente Fujimori su segundo mandato de gobierno y me temo que la historia tenga para rato.

A muchos parecerá descabellado comparar el Perú con España, un país que ha avanzado mucho en la modernización y el crecimiento económico, que es hoy parte indisoluble de la Unión Europea y donde la inmensa mayoría de la sociedad tiene muy sólidas convicciones democráticas. ¿Cómo sería concebible en un país así un Fujimori? Un Fujimori tal vez no, pero yo no me fiaría demasiado en la irresistible solidez de las instituciones, ni en una adhesión irreversible a la legalidad y la libertad, ni en España, ni en Francia ni en Inglaterra ni en ninguna parte. Esa cultura es siempre precaria, aun en los países de larga tradición democrática (y España no la tiene, sino muy reciente). Y nada la empobrece y deteriora tanto como la percepción, por el hombre y la mujer del común, que quienes tienen la responsabilidad de impulsarla y defenderla la violan por razones innobles o que parecen nobles. El terrorismo de Estado es la peor de las violaciones a la cultura de la legalidad y de la libertad, mucho peor todavía que la pillería o el tráfico de influencias, pues es la manera más efectiva de hacer saber al ciudadano común —por quien las dicta y debe hacerlas cumplir— que las leyes no sirven, que ellas son un estorbo en situaciones de emergencia, que un gobierno debe saltárselas cuando lo cree necesario para cumplir mejor sus cometidos. El terrorismo crea un clima propicio para que esta filosofía prenda en la opinión. Cuando ello ocurre, no es el terrorismo el que suele salir derrotado, sino la democracia, que se degrada hasta convertirse en simulacro.

Quienes concibieron el GAL han hecho un flaco servicio a esa democracia española que nació de manera prístina, a través de un consenso de todas las fuerzas políticas, modélico en el mundo. Su proceder fue inmoral, ilegal y también inútil, pues en vez de haber acabado con ETA han condecorado a los criminales etarras con la aureola de víctimas, lo mejor que puede pasarle a una banda terrorista. Pero, sobre todo, han causado un daño muy grande —aunque, por fortuna, reparable— a la democracia que creían defender, instaurando un sombrío precedente sobre los alcances de la "razón de Estado" en un país donde, en nombre de ésta, una dictadura de cuarenta años cometió terribles abusos, y desfigurando su imagen en el concierto de las naciones libres, en el que, desde la transición, España era considerada una democracia ejemplar.

Todo ello tiene todavía remedio a condición de que la Justicia haga justicia y sancione a los culpables, a todos, los ejecutantes y los cerebros maquinadores y los cómplices del encubrimiento, no importa cuán alto sea el nivel de la responsabilidad. Como muchos, yo no puedo concebir que Felipe González —un gobernante al que, hechas las sumas y las restas, la historia deberá reconocer un papel importante en la modernización de España y en la conversión del socialismo español en una organización genuinamente democrática— pueda haber amparado los crímenes, secuestros y bombas de los GAL. Pero, como muchos también, que lo respetamos, no acabo de entender la actitud en que parece encastillado de negar a rajatabla toda complicidad en el terrorismo de Estado a miembros de su gobierno, cuando las evidencias sobre la participación en lo ocurrido de funcionarios policiales y ministeriales se acumulan de manera abrumadora. Su trayectoria hacía esperar que encabezara la denuncia y el acoso de los culpables, aun cuando entre ellos figuren cercanos compañeros de lucha o leales colaboradores que fraguaron la sangrienta chapuza de los GAL creyendo que así servían mejor a su país.

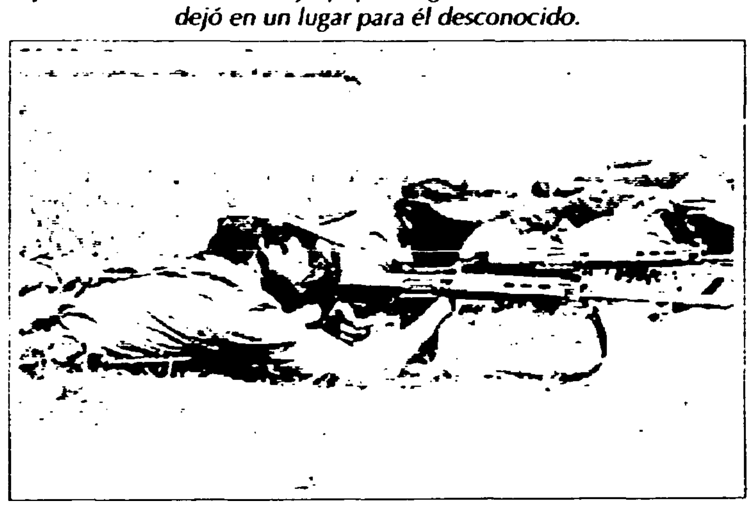
España —quiero decir, el gobierno que preside Felipe González— me honró hace algunos años concediéndome la nacionalidad española, con lo que me puso a salvo de las intrigas que multiplicaba contra mí y mi familia el régimen peruano. Por ello estoy profundamente agradecido a este gobierno y a este país (que, por lo demás, sentía desde mucho antes también como mío). Creo que este honor conlleva una responsabilidad y que ella me obliga a decir que el terrorismo de Estado que se ha practicado contra la subversión terrorista de ETA me horroriza, y a pedir que ese cáncer se extirpe de raíz, ahora que hay tiempo, antes de que cunda la metástasis y la democracia de que gozamos se nos vuelva putrefacta.

MAPAMUNDI — Exclusivo

Con el *comandante Evaristo* del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru

«Fujimori nos quiere meter en un mismo saco con Sendero Luminoso»

Mate Amargo brinda a sus lectores en forma exclusiva la entrevista realizada por el periodista inglés Oswald Mechee a Néstor Cerpa Cartolini -comandante Evaristo- de la Dirección del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru del Perú. La misma fue realizada en la ciudad de La Merced - en la selva central del Perú- donde Mechee llegó luego de un viaje de 11 horas en ómnibus desde Lima y un posterior trasbordo a un jeep que luego de 4 horas de marcha lo dejó en un lugar para él desconocido.



-¿Cuál es la situación socio política del Perú?

-Podríamos empezar diciendo que el gobierno del dictador Fujimori en estos momentos, aprovechando al máximo su triunfo electoral viene implementando una serie de medidas que no son otra cosa que la adecuación de un marco jurídico que le permita intensificar su modelo neoliberal, es decir aprovechando la borrachera de su triunfo electoral a paso de galope y utilizando un congreso con mayoria obsecuente han aprobado estas ultima semanas la llamada ley de huelgas y de empleo, donde en la práctica eliminan la estabilidad laboral creando lo que ahora ellos llaman la estabilidad relativa, con el argumento de que ahora en la modernidad no puede haber leyes que beneficien a las cúpulas laborales. Han aprobado también un decreto que restituye la propiedad privada de la tierra y que elimina de un solo plumazo la reforma agraria de tenencia de la tierra, que aunque con deformaciones, favoreció a algunossectores del campesinado desde 1968 en el gobierno del general Velazco. Es decir, con estas 2 leyes tanto por el lado del sector laboral urbano como por el campesinado se han tirado por la borda derechos conquistados a través de innumerables jornadas de lucha. Creemos como dijimos al comienzo que esto obedece a la necesidad de dar más y más concesiones a los sectores monopólicos que le exigen «reglas claras» dentro del modelo neoliberal vendiendo la imagen que con ello va a venir la etapa del crecimiento y la mejora de la economía, cosa que no llegará nunca por las limitaciones que ya se ven en America Latina del modelo neoliberal para resolver adecuadamente el problema del empleo y por consiguiente el nivel de vida de las grandes mayorias.

-¿Como ha tomado estas medidas el pueblo peruano?

-Debemos aclarar que si bien es cierto un sector del pueblo peruano votó por la continuidad del fujimorismo, lo hizo fundamentalmente ante la tremenda campaña del oficialismo a través de los grandes medios de comunicación que le vendieron la imagen de un gobierno que en sus primeros cinco años había derrotado la inflación, que había derrotado la subversión armada y que ello supuestamente traería consigo una etapa de «paz y desarrollo», es decir los dueños del gran capital consiguieron venderle nuevamente al sufrido pueblo peruano la esperanza de un mañana mejor. Sin embargo también es bueno remarcar que a pesar de esa campaña millonaria solo un 38% de los peruanos en edad de votar lo hicieron por Fujimori y solo un 18% por su nueva mayoria parlamentaria. Lo que pasa es que la ley electoral prescindiendo del los ausentes, los votos en blanco o viciados, permite que se pueda ganar aun con esos porcentajes. Es decir por más que Fujimori venda la imagen interna y externa de un gran triunfador no lo es, por ello se ve precisado a aprovechar esta coyuntura y ganar tiempo para intensificar su modelo, sabe que el tiempo va en su contra, ya que para su próximo pe-riodo el pueblo le pedirá resultados para sus problemas comunes y como no lo podrá satisfacer, sabe tambien que tendrá que enfrentar la protesta popular, que aunque todavia no en forma tan contundente ya ha comenzado a mostrarse. Prueba de ello son la lucha de estas últimas semamas de los trabajadores públicos, principalmente los maestros y de otros sectores de trabajadores.

-¿La ley de amnistia a los militares tambien se inscribe en este marco?

- La ley de amnistía a los militares y policias culpables de las más grandes violaciones a los DDHH, obedece a la necesidad de Fujimori de afianzar su alianza con la cúpula militar que le condiciono la continuidad de su apoyo al próximo periodo, a que se dé esa amnistia. Eso es una necesidad para el dictador porque ante un modelo neoliberal que empieza hacer agua y la reactivación del movimiento popular junto a la vigencia de la lucha armada popular, seguirá descansando su gobierno en la alianza cívico militar, con los sectores más reaccionarios de las FFAA, por ello incluso ha asumido el costo político principalmente internacional del repudio que esta amnistia de la impunidad ha causado.

-¿Cuál es la situación actual de Sendero y las consecuencias de su accionar en relación al MRTA?

-Cuando decimos que una de la banderas de Fujimori para su reelección ha sido la supuesta derrota de la subversión, no ha sido solo porque en la guerra psico-social confundieron a un sector del pueblo, diciéndole que la subversión era la responsable de la violencia y que ello trajo más problemas económicos al país. Lo grave es que en el caso peruano no necesitaron inventar supuestas masacres de guerrilleros a poblaciones civiles ni actos de terror, sino que el accionar irracional de Sendero Luminoso les dio en la yema del gusto en la medida en que Sendero por su posición politica fundamentalista y excluyente realizó asesinatos de campesinos que no se sometian a ellos. Asesinó de manera indiscriminada a dirigentes populares y además en su afan de protagonismo en la ciudad, principalmente en Lima, usó indiscriminadamente el coche bomba sin ninguna consideración a la población. Esto ocasionó un gran rechazo en la opinión pública que fue aprovechado al máximo por la propaganda contrarrevolucionaria Actualmente Sendero está dividido entre los que siguen a Abimael Guzmán en su capitulación que llama «acuerdo de paz» y quienes por otro lado han decidido continuar la guerra siguiendo con los mismos métodos que antes, sin un mínimo de rectificación, como lo demuestran los últimos coches bombas en Lima, especialmente al Hotel Angola, utilizando simplemente el arma del terror en la ciudad con la finalidad de mostrar presencia pero sin analizar si las grandes masas ven ello con simpatía. Es difícil que ello ocurra cuando durante trece años han aplicado las mismas deformaciones. Es cierto que han combinado estas acciones con tareas militares en el campo pero lo principal de su accionar sigue siendo el filo terrorismo, aunque por la traición de Guzmán y su secuela de deserciones, así como por los golpes recibidos, no cuenta con la fuerza de antes. Sin duda todo ello nos afecta porque la campaña enemiga nos trata de meter en un mismo saco con la finalidad de confundir y hacer olvidar que desde su nacimiento el MRTA actúa dentro de los marcos del típico accionar guerrillero que se ha desarrollado en América Latina. Lamentablemente a esta campaña también se ha sumado la propia izquierda peruana.

-¿Cómo se explica que a pesar de las deformaciones que señala, Sendero Luminoso, aunque débil, siga estando vigente?

-Es que la situación de marginación que vive la mayoria del pueblo peruano especialmente su juventud, hace que todavia su proselitismo logre algunos adeptos, que confundidos creen que están haciendo lo correcto y seguramente en la medida que el modelo neoliberal se derrumbe completamente, todavia habrá jóvenes que se sumen a Sendero y le permitan algún accionar. Pero lo concreto es que con sus métodos no puede aspirar a más, ninguna organización que ataca una parte del pueblo y que niegue una política de alianzas con otros sectores del movimiento popular puede aspirar a representar a la mayoría del pueblo. Esto es lo fundamental y no el hecho de que todavia pueda hacer acciones.

-¿Cómo piensa el MRTA que puede superarse esa confusión?

-Principalmente intensificando la lucha político ideológica frente al régimen, acercarse al pueblo y estar al lado de sus reivindicaciones más sentidas y desarrollando un accionar que sea entendido por el pueblo, que se diferencie nitidamente del accionar senderista, que devuelva ante la mente de nuestro pueblo la justeza y racionalidad de lucha revolucionaria, que logremos nuevamente que la mayoria del pueblo entienda que la violencia revolucionaria es solo la respuesta justa a los cientos de años de violencia contrarrevolucionaria de las clases dominantes en el Perú. Creemos que estamos en condiciones para ello, hemos recibido golpes pero hemos pasado la etapa más difícil y junto a nuestro pueblo nos estamos preparando para la nueva situación, para frenar este capitalismo salvaje que ha sido impuesto con fuerza estos últimos años. Sabemos que se viene una nueva época en la lucha del pueblo peruano asi como en la de los demás paises hermanos que sufren la ofensiva neoliberal. Sin duda los paises que representan al gran capital especialmente Norteamérica aprovecharon al máximo la deblace del llamado socialismo para a través de una gran campaña imperialista imponer la idea de la época de la «modernidad» y del libre mercado. En esa medida el modelo neoliberal se fue imponiendo con ciertas matices en casi todos los países.

-¿Cuál es la situación de los presos politicos en Perú?

-Desde el autogolpe de Fujimori del 5 de Abril de 1992 se implementó en las cárceles una politica que tiene como objetivo el aniquilamiento moral y físico de los presos por subversión. Prácticamente viven en un régimen carcelario que no tiene nada que envidiar a los aplicados por las dictaduras militares que reprimieron la lucha revolucionaria en Argentina, Uruguay o Chile. Todos los presos viven en celdas aisladas con «derecho» solo a 30 minutos diarios de patio, con una sola alimentacion diaria, están prohibidos de lectura, de tener radio de tener TV. La visita de los familiares es solo una vez al mes durante 30 minutos sin contacto físico y a través de locutorio y solo pueden ser visitados por 2 familiares directos sean éstos padres, hermanos o hijos solamente. Es decir, los compañeros tienen prohibido estar al tanto de lo que pasa en el mundo exterior. El caso más grave sin duda es el de los compañeros miembros de la Dirección como Víctor Polay (comandante en jefe del MRTA), Peter Cárdenas y la compañera Lucero Cumpa Miranda, quienes están recluidos en una base naval en celdas subterráneas sin prácticamente derecho a luz y totalmente aislados. Son prácticamente rehenes del régimen fujimorista. Ya se sabe que incluso cuando el MRTA desarrolla alguna acción militar en la ciudad o en el campo inmedialamente son sometidos a torturas. Queremos remarcar que ellos están en la misma prisión donde está Abimael Guzmán y otros 2 dirigentes senderistas, pero éstos tienen otro trato en la medida de su capitulación ante el régimen de Fujimori. En cambio nuestros compañeros, especialmente Víctor Polay, son constantemente hostigados y de diversas formas han tratado de que también capitule como Guzmán sin haber logrado sus objetivos.

En esta hora difícil, debemos todos los hermanos latinoamericanos unir esfuerzos para salir al frente de los modelosneo liberales que hoy se aplican y luchar unidos por un mañana de justicia y solidaridad.

Nº DOCUMENTO 9508332

Recontras incendian vehiculos

5-18573

1018

11140

66603

515119

01/01

9508332

FECHA 1918
VINCULACIONES 11140
515345
504623

DP2300

U POXBT 08-18 00199
mun exg icx

MEXICO-CHIAPAS

SEIS INDIGENAS ACUSADOS DE PERTENECER A LA GUERRILLA

Tuxtla Gutiérrez (México), 16 ago (EFE).- Seis indígenas tzotziles fueron encarcelados hoy tras de ser acusados por las autoridades del estado de Chiapas, sureste de México, de pertenecer al rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

La policía detuvo el lunes pasado a 21 indígenas en una zona del municipio de Ocosingo, donde tiene influencia el EZLN, y este jueves acusó formalmente a seis de pertenecer a la guerrilla y por delitos de delitos de despojo, rebelión, asociación delictiva y posesión de arma de uso reservado para las autoridades militares.

Los indígenas fueron ingresados al penal de Cerro Hueco, donde también se encuentran dos supuestos miembros del EZLN, confirmaron las autoridades judiciales del estado.

El Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas, con el auspicio de la diócesis de San Cristobal de las Casas, denunció que en la detención de los indígenas se incurrió en acciones arbitrarias, violentas e ilegales.

Los campesinos, 27 en total, fueron detenidos en un cruce de caminos cuando regresaban de hacer varias compras, de acuerdo a testimonios de familiares que fueron recogidos por el Centro de Derechos Humanos. EFE

et/jth/nd

08/18/03-32/95

01/01

Q508333

DOCUMENTO 9508334
Intentan asesinar a jefe policiaco de Guerrero
518593
FECHA 9/95
VINCULACIONES 11140
507823

DP3198
U POXBT 08-24 00220
mun exg

MEXICO-VIOLENCIA
INTENTAN ASESINAR A JEFE POLICIAL DE ESTADO DE GUERRERO

México, 23 ago (EFE).- Un comandante policial del Estado mexicano de Guerrero sufrió hoy, miércoles, un atentado en el que resultó gravemente herido por los disparos que hicieron varios desconocidos desde la ventana de un hotel, se informó oficialmente.

La víctima es José Francisco Sánchez Naves, subdelegado de la Policía Judicial Federal en el estado central de Guerrero, que sufrió el ataque en una esquina de la ciudad de Acapulco.

La Procuraduría General, de la que depende la policía judicial, informó de que el comandante resultó herido en la cabeza, en un brazo y en el tórax.

El jefe policial fue trasladado a un hospital militar, donde tuvo que ser intervenido quirúrgicamente y su estado de salud es estable, agrega el comunicado oficial.

Los disparos que intentaron matar al comandante policial provinieron de la habitación de un hotel, que posteriormente fue registrada por agentes de seguridad y en la que se encontró un fusil automático "Galil", equipado con trípode, y otro AR-15, dotado con mira telescópica.

Empleados del hotel dijeron que la habitación fue ocupada desde ayer, martes, a nombre de Agustín Moreno, residente en la ciudad central de Puebla.

La Procuraduría no ha informado sobre los posibles móviles del atentado contra el subdelegado de la Policía Judicial Federal. EFE
AG/FMR/ND

08/24/04-25/95

01/01

9508334

DP3198

U POXRT 08-24 00220

mun exg

MEXICO-VIOLENCIA

INTENTAN ASESINAR A JEFE POLICIAL DE ESTADO DE GUERRERO

México, 23 ago (EFE).- Un comandante policial del Estado mexicano de Guerrero sufrió hoy, miércoles, un atentado en el que resultó gravemente herido por los disparos que hicieron varios desconocidos desde la ventana de un hotel, se informó oficialmente.

La víctima es José Francisco Sánchez Naves, subdelegado de la Policía Judicial Federal en el estado central de Guerrero, que sufrió el ataque en una esquina de la ciudad de Acapulco.

La Procuraduría General, de la que depende la policía judicial, informó de que el comandante resultó herido en la cabeza, en un brazo y en el tórax.

El jefe policial fue trasladado a un hospital militar, donde tuvo que ser intervenido quirúrgicamente y su estado de salud es estable, agregó el comunicado oficial.

Los disparos que intentaron matar al comandante policial provinieron de la habitación de un hotel, que posteriormente fue registrada por agentes de seguridad y en la que se encontró un fusil automático "Galil", equipado con trípode, y otro AR-15, dotado con mira telescópica.

Empleados del hotel dijeron que la habitación fue ocupada desde ayer, martes, a nombre de Agustín Moreno, residente en la ciudad central de Puebla.

La Procuraduría no ha informado sobre los posibles móviles del atentado contra el subdelegado de la Policía Judicial Federal. EFE

AG/FMR/ND

08/24/04-25/95

01/01

9508334

9508335

518593

2918

11140

515945

507623

XA5883

R POXRT 08-29 00591

amt exg

MEXICO-GUERRILLA

53 POR CIENTO MEXICANOS QUIERE A EZLN COMO GRUPO INDEPENDIENTE

México, 29 ago (EFE).- El 53 por ciento de los mexicanos que participaron en una consulta convocada el domingo por la guerrilla zapatista se mostró a favor de que el grupo rebelde se convierta en una fuerza política independiente, informaron hoy los organizadores de la votación.

La consulta, organizada por el grupo no partidista Alianza Cívica, demostró que la mayoría de los mexicanos está a favor de que el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) se convierta en un futuro en un grupo político, ya sea independiente o aliado a otras fuerzas.

La guerrilla no preguntó a los mexicanos si debía deponer las armas a corto plazo porque, según declaró el máximo líder rebelde, "subcomandante Marcos", eso no estaba en negociación ni era objeto de consultas.

Alianza Cívica presentó hoy los resultados del 76 por ciento de las mesas que fueron instaladas en todo el país para recibir las respuestas a seis preguntas que planteó el EZLN a los mexicanos para que expresaran su opinión sobre su futuro.

De acuerdo a los resultados, el 53,2 por ciento se mostró a favor de que el EZLN, que se levantó en armas el uno de enero de 1994, debe convertirse en una fuerza política inedependiente y nueva, "sin unirse a otras organizaciones políticas".

Además, el 48,1 por ciento dijo que prefería que la guerrilla se una a otras organiaciones para formar una nueva organización política.

El 37,8 por ciento de los mexicanos rechazaron la idea de que el EZLN se convierta en grupo político independiente y un 43,8 por ciento dijeron que no querían ver a esa organización aliada con otras fuerzas, pero, tal y como estaba planteada la consulta, estos porcentajes no implican que quienes se manifestaron en tal sentido estén a favor de las vías armadas.

Aunque los dirigentes de Alianza Cívica reconocieron que hay "cierta inconsistencia" entre ambas preguntas, porque existe cerca del 17 por ciento que votaron afirmativamente a las dos propuestas, la consulta reafirma la voluntad pacifista de los mexicanos.

En las votaciones, que se celebraron el domingo en todo el país, con especial incidencia en la capital mexicana, participaron cerca de un millón de personas.

Después de haber contabilizado las respuestas de 951.123 participantes, el 92,5 por ciento se mostró a favor de un amplio "frente ciudadano, social y político de oposición", para defender dieciséis demandas políticas, económicas y sociales.

Además, el 94,3 por ciento afirmó la necesidad de que aplicar una reforma política "profunda" que garantice la democracia.

Cuando fue convocada la consulta, el subcomandante "Marcos", máximo líder del EZLN, aclaró que en ningún momento estaba en negociación la posibilidad de que la guerrilla deponga las armas.

La posibilidad de que la guerrilla zapatista se convierta en un partido político ha surgido en las negociaciones de paz entre los rebeldes y el Gobierno que comenzaron el 22 de abril en la población de San Andrés Larraínzar.

01-03 9508335

Los organizadores de la votación calificaron la jornada del domingo como "un éxito de la sociedad" por el clima pacífico y el alto nivel de participación, precisamente uno de los objetivos que perseguía "Marcos", según anunció.

"Hubo distintos actos de intimidación, pero fueron muy aislados, muchos menos de los que pensábamos", afirmó Enrique Calderón, presidente de Alianza Cívica, que dice aglutinar a unas trescientas organizaciones civiles del país.

Calderón resaltó que esta consulta "va a tener un gran impacto enla sociedad" porque es la primera vez "que un grupo político se atreve a preguntar cuál es su parecer".

"La sociedad ya dio su opinión y el EZLN tiene que actuar", agregó el dirigente de Alianza Cívica. EFE

ag/jlm/arp

08/29/22-22/95

02

9508335

XA5161

R POXBT 08-24 00368
amt exg

MEXICO-GUERRILLA
ORGANIZADORES INSTALARAN 10.398 MESAS PARA CONSULTA ZAPATISTA

México, 24 ago (EFE).- La agrupación Alianza Cívica anunció hoy que instalará 10.398 centros de votación el próximo domingo para celebrar en todo el territorio mexicano la consulta pedida por la guerrilla zapatista antes de decidir su futuro político.

En la organización de la Consulta por la Paz y la Democracia, participarán 40.000 voluntarios, informaron los dirigentes de Alianza Cívica, que reune a más de 300 organizaciones ciudadanas no partidistas en todo el país.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), levantado en armas en el estado de Chiapas y actualmente en conversaciones de paz con el Gobierno, decidió en junio pasado supeditar su futuro a la opinión de los mexicanos.

Con esa finalidad pidió a la Alianza Cívica organizar una consulta nacional para responder a seis preguntas sobre sus demandas y perspectivas, además de que encargó su promoción y una consulta internacional a la Convención Nacional Democrática, considerada su brazo político.

Rogelio Gómez, de Alianza Cívica confirmó que del total de mesas, 8.652 se instalarán en los 31 estados y la capital del país y otros 1.746 centros serán distribuidos en igual número de poblados indígenas.

En el estado de Chiapas, donde surgió el EZLN, la consulta se efectuará en 1.176 comunidades indígenas, un sector de la población que es mayoritario en la conformación de la guerrilla zapatista.

Gómez explicó que Alianza Cívica respetará en esta consulta la forma tradicional en que los indígenas toman sus decisiones, en asambleas generales, y sólo enviará testigos, aunque al final, contarán los votos individuales".

Enrique Calderón Alzati, presidente de la agrupación, declinó hacer pronósticos sobre número de personas que participarán en la consulta, aunque recordó que por experiencias anteriores, se puede hablar de un promedio de 200 votantes por cada centro.

El vicepresidente de Alianza Cívica, Sergio Aguayo, afirmó que en el aspecto de organización la consulta ha sido exitosa y que los resultados "corresponderá a otros analizarlos".

De acuerdo con el subcomandante Marcos, el máximo líder rebelde, la consulta permitirá demostrar si la sociedad civil "puede organizarse libremente del gobierno o del EZLN para hacer una movilización nacional". EFE

jth/pdc/arp

08/24/22-52/95

03/03

9508335

U FOXRT 08-30 00613
mun

MEXICO-GUERRILLA (Previsión)
OPOSICION RECHAZA QUE DIALOGO DE PAZ EN CHIAPAS ESTE AGOTADO

México, 30 ago (EFE).- La oposición mexicana rechazó que las conversaciones de paz en el conflicto del estado de Chiapas "estén acabadas" como asegura la guerrilla zapatista y resaltó que no es tiempo de "abandonar las armas del diálogo".

Los resultados del diálogo de San Andrés Larráinzar, proceso que inició en abril pasado para una salida negociada al conflicto de Chiapas, fueron puestos en entredicho por el subcomandante Marcos", líder del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

En una carta dirigida a la Conferencia Nacional por la Paz, Marcos afirmó que el diálogo de San Andrés "está agotado", y criticó las posiciones de la delegación oficial al acusarla de heredera de los conquistadores "que todavía demandan la rendición que sus ancestros no obtuvieron".

Las afirmaciones del subcomandante Marcos fueron conocidas dos días después de la consulta nacional convocada por el EZLN para definir su futuro y las mismas provocaron confusión acerca del futuro del proceso.

Los organizadores de la consulta han contado hasta el martes el 76 por ciento de los votos recibidos en más de once mil mesas y que corresponden a 951.000 votos, de los cuales el 53 por ciento ... pidió que el EZLN se convierta en una fuerza política independiente.

A las afirmaciones de Marcos, que provocaron confusión en el estado de Chiapas, el Gobierno de México reiteró su voluntad para negociar una salida política al conflicto que inició en Chiapas en enero de 1994 y dijo que se mantendrá en la mesa de negociaciones, tal y como fue acordado con los rebeldes.

La delegación oficial y la del EZLN tienen previsto celebrar una nueva fase de negociaciones el 5 de septiembre en San Andrés Larráinzar, 830 kilómetros al sureste de la capital mexicana, en el estado de Chiapas.

El Secretario de Gobernación, Emilio Chuayffet afirmó que el mensaje de Marcos no ha sido dirigido al Gobierno, sino específicamente a un grupo de la sociedad civil, la Conferencia Nacional por la Paz, e insistió en que el diálogo no está agotado ni roto.

El obispo de San Cristóbal de las Casas (Chiapas), Samuel Ruiz, mediador en el conflicto de Chiapas, y quien participó de la Conferencia por la Paz, explicó que la aseveración del líder zapatista hacía una referencia a los resultados de la última reunión de San Andrés, el 4 de agosto.

Consideró que el proceso de diálogo como salida al conflicto se ha visto "fertilizado" por los resultados de la consulta nacional convocada por la guerrilla.

Más tarde, la Comisión Nacional de Intermediación (CONAI) que preside el obispo, afirmó que el mensaje del subcomandante Marcos fue malinterpretado y que él se refiere a que los mecanismos usados en el proceso actual de negociaciones no han funcionado.

Para el diputado Juan Guerra, integrante de la Comisión Legislativa para la Concordia y la Pacificación (COCOPA), la palabra "agotado" utilizada por Marcos para calificar el proceso

de diálogo no significa ruptura.

La COCOPA, formada por legisladores de los cuatro partidos con representación en el Congreso, dijo que no hay visos de que peligre el diálogo de San Andrés y que las interpretaciones del mensaje de Marcos fueron una situación "alarmista".

El jefe de la delegación oficial, Marco Antonio Bernal, afirmó que los enviados del Gobierno al diálogo han cumplido hasta ahora con los compromisos de las reuniones anteriores con la guerrilla, con la que mantienen comunicación por medio de la CONAI.

El dirigente del opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD), Porfirio Muñoz Ledo, dijo a la prensa mexicana que es absurdo pensar que puedan reiniciarse las hostilidades en Chiapas.

"No es tiempo de abandonar las armas del diálogo", abundó Muñoz Ledo al señalar que el gobierno con sus "dilaciones, tozudez e incapacidad, está orillando a una contienda fraticida". EFE

jth/pam/jff

08/30/17-32/95

02/02

9508336

a1|07

9508337

[illegible]

(FAR), [illegible]

[illegible] murió un rebelde y [illegible]

soldado [illegible]

DOC. CLARO

02

9508337[illegible]

03

9508337

[illegible]

militares [illegible]

[illegible]

está integrado [illegible]

[illegible]

minas [illegible]

[illegible]

de ella [illegible]

permanecer en las filas [illegible]

[illegible] dirigente de la [illegible]

(CONAVIGUA) [illegible]

parte de una campaña [illegible]

[illegible]

organización

[illegible]

DOC. CLARO.

04

95083373

FR8388

U POXRT 08-24 00654

msp

GUATEMALA-COMBATES (Previsión)

AL MENOS 26 MUERTOS EN ENFRENTAMIENTOS ARMADOS ESTE AÑO

Guatemala, 24 ago (EFE).- Al menos 26 personas, entre soldados y rebeldes, han resultado muertas en los combates librados este año en Guatemala entre el Ejército y la guerrilla, que por primera vez mantendrá un alto el fuego unilateral para facilitar las elecciones generales de noviembre.

Fuentes militares informaron a EFE de que este año han caído en combate con la guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), la única activa en Centroamérica, 14 soldados, mientras otros 43 han resultado heridos.

Un policía también murió y otros tres fueron heridos en ataques rebeldes.

Mientras, en las filas guerrilleras han muerto once rebeldes, según informes oficiales, que registran también la detención de cinco "terroristas", entre ellos un "comandante" de las Fuerzas Armadas Rebeldes (FAR), Timoteo Ruperto Navarijo Chután, alias "Ubén" o "Adán".

Detenido a finales de abril en Cuilapa, departamento oriental de Santa Rosa, el jefe rebelde se convirtió en el primer "prisionero de guerra", debido a que se negó a acogerse a la amnistía política a la que tienen derecho los guerrilleros que abandonan las armas y se reintegran a la vida civil.

En el momento de su captura, Navarijo era el asesor político del frente "Santos Salazar" de las FAR, al que se había incorporado en 1991, despues de combatir, desde 1982, en el frente "Lucio Ramírez", en el departamento norteño de Petén.

Otro guerrillero identificado como Hugo Lémus Cardona fue detenido este año en Petén, y tres más, Eusebio Mauricio Ramírez "Edgar", Juliana Simón "Leticia" y Marta Pérez "Yolanda", fueron capturados esta semana en la costa sur tras un enfrentamiento armado.

Según informes militares, desde que se inició la guerra civil guatemalteca, en noviembre de 1960, la guerrilla ha ocasionado la muerte de al menos 2.004 soldados.

No están registradas las bajas de la guerrilla en este conflicto bélico, que según grupos humanitarios privados ha ocasionado la muerte de unas 150.000 personas.

Los departamentos de Petén y Alta Verapaz (norte), Chimaltenango (centro), Escuintla (sur), Quiché, Huehuetenango, San Marcos (noroccidente) y Quetzaltenango (occidente) son las regiones donde hay más actividad guerrillera.

En los últimos meses, los rebeldes han realizado ofensivas en la costa sur guatemalteca, donde esta semana el Ejército ocasionó dos muertos a las filas guerrilleras y capturó a tres componentes de la Organización del Pueblo en Armas (ORPA).

La URNG y la gubernamental Comisión de Paz (COPAZ) han mantenido este año conversaciones en México tendentes a poner fin al último conflicto bélico que persiste en Centroamérica, mientras en el interior del país no han dejado de sonar las armas.

Según el Ejército, la URNG incrementó su actividad a partir del 30 de junio pasado con la ocupación de poblaciones y ataques a cuarteles con el simple hecho de tener presencia porque "militarmente ya está derrotada y no tiene posibilidades de

05

alcanzar el poder por la vía de las armas"

Sin embargo, la "comandancia" rebelde anunció esta semana en Panamá un alto el fuego "unilateral" entre el 1 y el 13 de noviembre próximo, con el fin de facilitar la celebración de las elecciones generales programadas para el día 12 de ese mismo mes.

Para el arzobispo de Guatemala, Próspero Penados del Barrio, aunque el gesto rebelde es "positivo", habría que determinar qué ventaja quiere sacar la guerrilla de esa tregua, porque la URNG sigue estando en la ilegalidad.

Penados exhortó a los rebeldes a abandonar la guerra, que según él "han tomado con una forma de vivir", y también les pidió quen depongan las armas.

Varios sectores recibieron con optimismo la decisión de los rebeldes de decretar una tregua para los comicios, que servirán para elegir presidente y vicepresidente de la República, 300 alcaldes, 80 diputados al Congreso Legislativo y 20 al Parlamento Centroamericano.

Los casi cuatro millones de guatemaltecos convocados a las urnas tendrán que elegir al último presidente de este siglo en su país entre 19 candidatos que figuran en la contienda electoral.

EFE

ORO/RS/cho/fr

08/24/18-27/95

06 9508337

29

FR8519

U POXRT 08-29 00271

msp exg

GUATEMALA-COMBATES

DOS MUERTOS Y CUATRO HERIDOS EN COMBATES Y EXPLOSION MINAS

Guatemala, 29 ago (EFE).- Un soldado y un campesino resultaron muertos, y tres militares y un civil heridos, en los combates librados entre el Ejército y la guerrilla y por la explosión de minas rebeldes en el noroeste de Guatemala, informaron hoy fuentes castrenses.

El Departamento de Información y Divulgación del Ejército (DIDE) dijo que un soldado murió y otros tres resultaron heridos cuando una patrulla militar fue emboscada por la guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG).

La acción se registró el lunes en la aldea Mutzil, en Nebaj, departamento noroccidental del Quiché.

La fuente agregó que el campesino Moisés Alvarado Bautista murió en el departamento de San Marcos, también en el noroeste del país, al estallar una mina rebelde cuando realizaba actividades agrícolas.

Mientras, en Quiché otro civil resultó herido cuando fue detonado un artefacto de escasa potencia cerca de un paquete de propaganda de la URNG.

Según el DIDE, en la costa sur del país el Ejército desactivó otras doce minas del tipo "claymore" que habían sido enterradas por la guerrilla.

Agregó que en el departamento sureño de Suchitepequez una patrulla militar descubrió abandonado un reducto insurgente en donde se incautaron de una ametralladora "MAG", dos fusiles M-16, tres granadas de mortero y munición para fusiles.

Estas acciones militares se registran en momentos en que la gubernamental Comisión de Paz (COPAZ) y la "comandancia" de la URNG se encuentran reunidos en México en una nueva ronda de conversaciones para buscar un acuerdo en los aspectos socioeconómicos y la situación agraria de Guatemala. EFE

ORO/RS/PAM/fr

08/29/16-07/95

9508337 -

07/07

DP2073

R POXRT 08-17 00176
mun exg icx

GUATEMALA-PAZ
GOBIERNO Y GUERRILLA DE GUATEMALA REANUDAN NEGOCIACIONES

Puebla (México), 16 ago (EFE).- El gobierno y la guerrilla guatemalteca reanudaron hoy en la ciudad mexicana de Puebla las negociaciones para suscribir un acuerdo que atienda los problemas socioeconómicos de ese país centroamericano.

La oficina de Naciones Unidas indicó a EFE que las delegaciones de la Comisión gubernamental de Paz (COPAZ) y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) analizan por separado el asunto que discuten desde abril pasado.

El encuentro que es moderado por el francés Jean Arnault, funcionario la ONU, tiene como sede un lujoso hotel ubicado en la ciudad de Puebla, a unos 130 kilómetros de la capital mexicana.

Se espera que la reunión se prolongue por cuatro días, aunque la firma del mismo se prevé a más tardar en la primera quincena de septiembre, según la COPAZ.

El gobierno y la guerrilla negocian desde abril de 1991 la firma de un acuerdo de paz que termine con el conflicto armado interno que, según organismos humanitarios, ha cobrado 150.000 vidas a lo largo de tres décadas. EFE

ACA/JMA

08/17/00-16/95

XA4091

R POXBT 08-16 00678

mso exg

GUATEMALA-PAZ

URNG NO FIRMARA TREGUA Y ACUSA AL GOBIERNO DE INCUMPLIR PACTOS

Guatemala, 16 ago (EFE).- La guerrilla de Guatemala no firmará una tregua con el Gobierno del presidente Ramiro de León, a quien acusó de no respetar los acuerdos de paz que ambas partes firmaron desde marzo de 1994.

En declaraciones a una radio guatemalteca desde México, el dirigente guerrillero 'Rolando Morán' descartó la firma de un "cese el fuego" hasta que concluya el proceso de negociaciones de paz, que mantienen desde abril de 1991 con el Gobierno.

Morán, cuyo verdadero nombre es Ricardo Martínez, recordó que la guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) planteó como condición para suscribir un acuerdo de paz "firme y duradera", el establecimiento de las "bases de solución" a las causas que provocaron la guerra.

"¿Cómo vamos a creer que una tregua o algo similar sería espetada por el Gobierno y el Ejército si el primer acuerdo sobre derechos humanos fue firmado hace un año y no se cumple?", se preguntó el jefe rebelde en declaraciones a la emisora "Sonora es la Noticia".

La URNG y la Comisión gubernamental de Paz (COPAZ) abrieron hoy una nueva ronda de discusiones en México para continuar con el análisis del asunto social, económico y agrario de este país centroamericano.

Los "Aspectos socieconómicos y la situación agraria" es el penúltimo punto de un calendario de discusiones, que debía concluir este mes de agosto con la firma del acuerdo definitivo de paz.

Sin embargo, ante la lentitud del diálogo los analistas opinan que podría retrasarse hasta principios de 1996.

El presidente de la COPAZ, el sociólogo Héctor Rosada, considera que una vez terminada la discusión de la situación socioeconómica y agraria, ambas partes podrían ponerse de acuerdo sobre un cese el fuego, descartado en varias oportunidades por la URNG.

A juicio de Morán, dirigente del Ejército Guerrillero de los Pobres (EGP) uno de los cuatro grupos aglutinados en la URNG, la Misión de Naciones Unidas para Guatemala (MINUGUA) constató el incumplimiento de los acuerdos por parte del Gobierno.

La MINUGUA verifica desde noviembre de 1994 el cumplimiento de un Acuerdo Global sobre Derechos Humanos suscrito por las partes en marzo de 1994.

Otro convenio que no se cumplió es el de reasentamiento de poblaciones desarraigadas por el conflicto armado, firmado en junio de 1994 en Oslo (Noruega), denunció el guerrillero.

Según él, también se violaron los derechos humanos al no permitir que la población dispuesta a votar reciba su documentación adecuada para cumplir con su derecho de sufragio.

"Si las negociaciones no culminan satisfactoriamente, se llega a acuerdos realistas y se empieza a cumplir con resolver las causas de la guerra no puede haber paz, aún cuando lo quisiéramos", insistió.

Por otra parte, Morán desmintió una desvinculación entre la jefatura política de la guerrilla, radicada en México, y sus

02

combatientes en las montañas de Guatemala, con quienes, aseguró, existen canales de comunicación.

"Constituye una versión interesada, dirigida a crear confusiones, el hecho de que no tengamos el control con nuestro combatientes y membresía", explicó al anunciar que la URNG está más sólida que nunca.

Asimismo, rechazó que el llamado "impuesto de guerra", cobrado por los alzados en armas a terratenientes, constituya un elemento perturbador en las negociaciones de paz.

Este impuesto está dirigido a los hacendados que aplican relaciones laborales "injustas" o donde las "ganancias exageradas" se obtienen a costa del "trabajo y mano de obra mal pagada", dijo.

"El conflicto armado tiene que ser costeado por aquellos que han provocado las causas de la guerra", reiteró Morán al negar que una serie de acciones armadas de la guerrilla contra haciendas privadas sean "represalias" por no pagar el impuesto de guerra.

En este sentido, aclaró que tales sabotajes se centraron en as fincas utilizadas por el Ejército, lo que "inmediatamente" las convierte en "objetivos militares".

El conflicto bélico en Guatemala, el único que persiste en Centroamérica, provocó la muerte de unas 150.000 personas, la desaparición de otras 45.000, el exilio en México de otros tantos y el desplazamiento interno de por lo menos un millón de personas, según organismos humanitarios privados. EFE

es/cm/pdc/arp

08/16/23-58/95

03

DOC. CLARO.

024

9508338

XQ0453

U POXRT 08-30 00188
msp exg

GUATEMALA-PAZ
PRESIDENTE DE LEON RECIBIO "DECLARACION DE CONTADORA"

Guatemala, 29 ago (EFE).- El presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, recibió hoy la "Declaración de Contadora", en la que la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) acepta decretar un alto el fuego "unilateral" de 13 días para no obstaculizar las elecciones generales del 12 de noviembre próximo.

El documento, firmado por la URNG con representantes de los partidos políticos guatemaltecos y de la Comisión de Paz (COPAZ) la semana pasada en la isla panameña de Contadora, fue entregado al jefe de Estado por el Parlamento Centroamericano (PARLACEN).

De León dijo que "es indudable que este primer paso es un triunfo que además de comprometer al PARLACEN en su lucha por la paz, le da credibilidad al foro como un organismo de diálogo en la región".

Destacó que el PARLACEN, al haber involucrado a los partidos políticos en el proceso de paz guatemalteco, convierte este diálogo en "irreversible".

Según De León, el siguiente paso será solicitar a los candidatos presidenciales que apoyen todos los acuerdos de paz a los que lleguen el Gobierno y la URNG en la mesa de conversaciones. EFE

ORO/LBR/APL/PG

08/30/00-15/95

05

05083381

[illegible]

[illegible] que las partes [illegible]

[illegible] negociaciones [illegible] [illegible] reducidas

[illegible] de agosto, las partes [illegible] la situacion agraria [illegible] Guatemala [illegible]

[illegible] donaciones [illegible] a la firma del [illegible]

[illegible] en un hotel de la [illegible] capital mexicana

[illegible]

[illegible] Comision [illegible] acuerdo [illegible]

[illegible] optimista para alcanzar la firma del acuerdo de paz total en enero del ano proximo, a pesar de que el [illegible] contemplaba dicho acto para agosto.

Segun el [illegible] politicos se comprometieron a [illegible] para crear la figura [illegible] la vida politica

[illegible] de la [illegible] mas [illegible]

DOC. CEDRO 06 9508338

07/07

9508338

07/07

950833I
Impuesto de guerra cobrado por guerrilla
512595
FECH
VINCULACIONES 11442
500098
66097

DP2274

R POXRT 08-18 00196
msp exg icx

GUATEMALA-PAZ
VICEPRESIDENTE CRITICA URNG POR COBRAR IMPUESTO DE GUERRA

Guatemala, 17 ago (EFE).- La Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) comete un atropello al cobrar el denominado "impuesto de guerra" a los terratenientes, afirmó hoy el vicepresidente de Guatemala, Arturo Herbruger.

"El cobro del impuesto es un delito", remarcó al ser consultado sobre el anuncio rebelde de que continuarán con esa acción contra los hacendados que aplican relaciones laborales "injustas".

Uno de los "comandantes" de la URNG, Rolando Morán, rechaza que el cobro de ese impuesto constituya un elemento perturbador en las negociaciones de paz que se realizan con el Gobierno del presidente Ramiro de León Carpio, a quien los empresarios agrícolas han pedido garantizar la propiedad privada.

Herbruger dijo que las fincas del país no son objetivos militares y que por eso la guerrilla comete un atropello al insistir en exigir pagos a los hacendados.

La gubernamental Comisión de Paz (COPAZ) y la URNG se encuentran reunidos en la actualidad en México en busca de un acuerdo en los aspectos sociales y económicos y de la situación agraria del país, el único de Centroamérica con una guerra civil no declarada, iniciada en 1960. EFE

ORO/LBR/JMA

08/18/01-17/95

01-01 950833Q

[illegible]

[illegible]

Montreal (Canadá), 9 ago (EFE). - Al menos dos personas murieron hoy en la ciudad [illegible] una bomba instalada por [illegible], informó la policía.

El [illegible] "todoterreno" [illegible] niño, de unos [illegible] explosión.

[illegible] causó heridas a [illegible] desconocida.

[illegible] que el niño falleció [illegible] consecuencia de las heridas que le produjo [illegible] del aire por la onda expansiva. EFE

MS/FF/JMA

08/09/20-50/95

No. DOCUMENTO 9508340

[illegible] Bomba explotó en Montreal

[illegible] 518593

[illegible] 9/8

VINCULACIONES 11140

Canadá

01-04

9508340

Grupos fundamentalistas lanzan amenazas

Damasco y El Cairo

■ El movimiento integ.ista islámico Hamas pidió ayer a los palestinos de la Franja de Gaza y de Cisjordania que el viernes próximo se manifiesten por la libertad de Abu Marzuk, jefe de la oficina política del mismo Hamas arrestado dos semanas atrás en Nueva York.

Hamas, que hizo el llamamiento en un documento difundido en Damasco, se opone al proceso de paz entre árabes e israelíes y se atribuyó la responsabilidad de numerosos atentados suicidas cometidos en territorio israelí.

Marzuk, que vivió en Estados Unidos durante 14 años, fue arrestado el 25 del mes pasado en el aeropuerto Kennedy de Nueva York por resultar inscrito en la lista de extranjeros sospechosos de estar relacionados en el terrorismo islámico. Israel pidió a Estados Unidos la extradición de Marzuk acusándolo de haber organizado atentados en que perdieron la vida numerosos israelíes y de haber enviado dinero a Hamas en Cisjordania y Gaza para comprar armas.

AMENAZAN A MUBARAK

La organización integrista islámica egipcia Tala'ei al Path, dos de cuyos militantes fueron ahorcados el domingo, anunció ayer que se opone eliminar lo antes posible al presidente egipcio, Hosni Mubarak "Juramos ante Dios que no te perdonaremos a tí, Mubarak, ni a tus esbirrios y que nuestra guerra santa continuará, mientras vivamos, hasta la caída del régimen", dice un comunicado difundido por Tala'ei al Fath (vanguardia de la conquista), reorganización de la Jihad, que en 1981 asesinó al presidente egipcio Anuar el Sadat.

"Los hijos de la Jihad —dice el comunicado— están en condiciones de dar golpes mortales, en el momento oportuno, a los apóstatas enemigos de Dios, de lo que es prueba lo que nuestros hermanos, los mártires de la Yama Islamiya, hicieron en Addis Abeba", al tratar de atentar contra Mubarak, el 26 de junio pasado. Tal'ei al Fath se atribuyó intentos de atentados contra el ministro egipcio del Interior, Hasan el Alfy, y contra el jefe del Gobierno, Atef Sedki, llevados a cabo en agosto y noviembre de 1993.

Terroristas musulmanes "sin trabajo" pasan por Uruguay

Terroristas musulmanes "sin trabajo" transitan asiduamente por territorio uruguayo y brasileño para luego asentarse en Ciudad del Este, importante enclave islámico en tierras paraguayas, según trascendió durante la cumbre antiterrorista.

En el encuentro, que tuvo carácter reservado, el ministro del Interior paraguayo, Carlos Podestá, dijo que cientos de jóvenes que se habían alistado en grupos terroristas musulmanes "quedaron sin trabajo" tras los acuerdos de paz con Israel y resolvieron afincarse en Paraguay, donde tienen familiares.

Podestá informó que las policías de Argentina, Brasil y Uruguay colaboran con la de su país en la vigilancia de estas personas, que se ignora si decidirán volver a la acción.

Consultado por **Búsqueda**, *Podestá dijo que estas personas llegan a Paraguay tras atravesar Brasil y Uruguay y que en los últimos días policías uruguayos estuvieron recogiendo información en su país. Agregó que en Ciudad del Este se venden libremente armas, entre las que mencionó ametralladoras AR 15 y subametralladoras Uzis, adquiridas por argentinos y brasileños.*

Usted discúlpeme ministro —dijo Podestá dirigiéndose a su par argentino Carlos Corach— pero yo no sé a manos de quién van a parar esas armas."

1-1

01-01 9508342

Khadafi llama a guerra santa

EL CAIRO (EFE y Clarín). – El gobierno libio del coronel Muammar Khadafi llamó ayer a los musulmanes de todo el mundo a librar una guerra santa (Yihad), para liberar la ciudad sagrada de Jerusalén de la ocupación israelí.

El llamamiento de Libia se produjo como respuesta a una decisión del Tribunal Supremo de Israel que revocó una prohibición para que los judíos conmemoraran la segunda destrucción del Templo de Jerusalén por parte de los romanos en el año 70 de nuestra era.

"La decisión israelí es una profanación de los lugares sagrados del Islam", indica el comunicado del ministerio libio de la Unidad, difundido por la radio oficial de Trípoli.

La nota agrega que "por ello, la guerra santa es ahora una obligación para los musulmanes en todo el mundo".

La guerra santa es una clásica reivindicación del régimen iraní que ahora enarbola Libia –que no reconoce al Estado de Israel y se opone al proceso de paz en Oriente Medio–, con una amenaza que aparece más retórica que concreta.

La historia del Templo

El pueblo judío conmemora como un día de duelo la destrucción, en dos ocasiones, del Templo de Israel. La primera en el año 526 (antes de Cristo) y la segunda en el año 70 de nuestra era por parte del Imperio romano. El primer templo fue construido por Salomón, hijo del rey David, y el segundo por Herodes.

La zona donde fueron erigidos ambos templos es la parte antigua de la ciudad de Jerusalén, en la que se encuentra actualmente la mezquita de Omar, el tercer lugar más sagrado para los musulmanes, después de La Meca y Medina (Arabia Saudita). Pero también se halla allí el Muro de los Lamentos, que era la segunda muralla del Templo de Israel.

En 1967, tras la victoria israelí en la guerra de los Seis Días contra las fuerzas árabes, Israel ocupa la ciudadela antigua de Jerusalén y posteriormente la anexa, pero acuerda que el Monte del Templo quedaría bajo jurisdicción jordana por tratarse de un lugar sagrado del Islam.

Para evitar incidentes entre los judíos y los musulmanes, un juez decidió que la policía impidiera a los israelíes orar en el Monte del Templo. Pero un grupo ultraortodoxo judío recurrió al Tribunal Supremo de Israel que ahora decidió revocar esa medida.

9508394

Aviones israelíes bombardean base terrorista

515593

2

11517

51-102

51-110

507102

Jerusalén, [illegible] (EFE). - Aviones de combate de la Fuerza Aérea israelí bombardearon posiciones del grupo integrista chiita [illegible] (Partido de Dios) hoy, domingo, en el sur del Líbano.

El portavoz del Ejército israelí informó de que los bombardeos se llevaron a cabo en la región de Yamal [illegible], pocos kilómetros al norte de la llamada zona de seguridad que ocupa Israel en el sur del Líbano.

Tras el ataque contra el grupo integrista chiita, los aviones regresaron a sus bases sin que se produjeran bajas israelíes.

En la reunión semanal del Gobierno israelí de hoy, el comandante en jefe del Ejército israelí, el general Amnon Shajak informó de que en los bombardeos de estos últimos días contra Hizbulá murieron siete guerrilleros de ese grupo pro iraní. EFE

SV/ero/[illegible]

08/27/[illegible]

a1/a1

9508344

[illegible] domingo tres cohetes aire-tierra contra concentraciones de Hizbula en las colinas de [illegible] al-Tufah [illegible] importantes incendios [illegible]

Esta madrugada, aviones militares israelies bombardearon, en tres salidas, [illegible] de Hizbula en las localidades de [illegible] y Yabal Rafia, horas despues de que hubieran atacado con cohetes aire-tierra concentraciones del mismo grupo en [illegible] en Tufah al-Tufah.

Fuentes policiales informaron de que los guerrilleros de Hizbula se encuentran en estado de alerta maxima en prevision de nuevos ataques israelies.

Israel amenazo con atacar la poblacion civil libanesa en caso de que Hizbula siga bombardeando las posiciones israelies en el interior de la franja de [illegible] que ocupa el ejercito israeli en el sur de Libano y considera zona de represalias por sus [illegible]

[illegible] Ejercito del Sur de Libano [illegible] partido de [illegible] ataques y contraataques que se registraron esta semana en el sur de Libano.

[illegible] continua sus ataques [illegible] guerrilleros.

[illegible] dijo [illegible] del grupo [illegible] muy [illegible]

[illegible] a Israel [illegible] terminar la guerra [illegible] tregua contra las tropas israelies para obligarlas a retirarse de la franja que ocupan en el sur de Libano desde 198[illegible] EFE

[illegible]/feb/pam/[illegible]

[illegible]

DOC. CLARO.

02

9508344

DP3357

[illegible]

mun evg fcy

ISRAEL-LIBANO

TRES GUERRILLEROS MUERTOS EN EL SUR DEL LIBANO

Jerusalén, 25 ago (EFE) - Fuerzas de Israel mataron a tres guerrilleros al norte de la "zona de seguridad" que ocupan en el Líbano meridional, han informado hoy, viernes, fuentes militares.

El choque, agregaron, en el sector oriental, se produjo anoche, y se prolongó durante varias horas, con la participación de helicópteros de la fuerza aérea y fuerzas de artillería israelíes y del "Ejército del Sur Libanés" (ESL), su aliado.

Un soldado israelí resultó herido de consideración en la cabeza y fue evacuado en un helicóptero militar al hospital Rambam (Maimónides) de la ciudad de Haifa.

Las fuentes no informaron si eran guerrilleros pro-iraníes de Hizbulá, los más activos de la resistencia contra la ocupación israelí en el sur del Líbano, o de origen palestino.

Con estas víctimas se elevó a siete el número de muertos esta semana en torno de la "zona de seguridad". A principios de esta semana los guerrilleros de Hizbulá mataron a dos milicianos del ELS, y éste, en represalia, a dos de ellos el miércoles.

Desde la semana anterior, nueve guerrilleros perdieron la vida en enfrentamientos con fuerzas de Israel o del ELS.- EFE

ez/rcm

08/25/04-34/95

03

9508344

9508344

Hamas amenaza con Jihad a Israel

518593

9512

11274

507603

514427

DP3358

U POXRI 08-25 00392

mun exg icx

HAMAS-ISRAEL

INTEGRISTAS DE HAMAS AMENAZAN CON UNA "YIHAD" A ISRAEL

Jerusalén, 25 ago (EFE) - Tras el arresto de 37 de sus miembros por el Servicio de Seguridad (Shin Bet), el Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) dió a conocer un comunicado por el cual amenaza con intensificar su "yihad" (guerra santa) contra Israel.

El anuncio, han informado fuentes palestinas hoy, viernes, fue dado a conocer en la zona autónoma de Gaza, donde la policía palestina continua buscando intensamente a Ijie Ayash, alias "el ingeniero", al que se atribuye la preparación de las cargas explosivas activadas por varios suicidas de HAMAS contra Israel.

En los dos últimos atentados, en julio pasado en la ciudad de Ramat Gan, y el lunes pasado en un autobus de Jerusalen, los suicidas palestinos causaron la muerte de diez personas y otras 138 resultaron heridas al activar cargas explosivas.

El ministro de Cooperación Internacional de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Nabil Shaat, informo anoche a la prensa en Gaza que su presidente, Yasar Arafat, decidio interrumpir sus contactos con HAMAS hasta que cesen por completo sus ataques.

Shaat dijo que los últimos atentados de HAMAS, tras un período de varios meses de calma, "sorprendió a la ANP, convencida de que existía un entendimiento" para evitarlos ya que, además de perjudicar económicamente a la población palestina, obstaculizan las negociaciones con Israel para concretar el repliegue de su ejército y la autonomía de Cisjordania ocupada.

En su anuncio, los dirigentes del movimiento afirman que la detención de sus militantes por agentes del Shin Bet israelí "no les amilanará", y que el primer ministro Isaac Rabin lo hizo "para elevar la mortal de sus soldados y calmar a la opinión pública".

Al rededor de 3.000 militantes de la derecha nacionalista israelí, militantes del nuevo movimiento "Zu Artzenu" (Esta es nuestra patria), se enfrentaron anoche con la policía, y 14 de ellos fueron arrestados cuando se manifestaban contra Rabin.

Esta mañana seguían bajo arresto cuatro de los manifestantes y su lider, Moshé Feglin, liberado bajo fianza, se encontraba en arresto domiciliario hasta el próximo martes.

Los militantes de la derecha nacionalista exigen la dimisión de Rabin y un adelanto de las elecciones a fin de impedir el repliegue militar de los centros urbanos palestinos de Cisjordania, para ellos las zonas bíblicas de Judea y Samaria en las cuales hay 141 asentamientos judíos habitados por unos 130.000 colonos.- EFE

ez/tcm

08/25/04-41/95

R1-01

9508345

XJ1974
R FOXBT 08-31 00185
mun exg

LIBANO-ASESINATO
JEQUE INTEGRISTA SUNI ASESINADO A TIROS EN BEIRUT

Beirut, 31 ago (EFE).- El jeque musulmán suní Nizar al Halabi, que preside una asociación de caridad de corte integrista, ha sido asesinado en la mañana de hoy, jueves, cuando salía de su casa en el barrio de Sabil, en la parte occidental de Beirut, informó la Policía.

El atentado, en el que resultaron también heridos dos hijos de Al Halabi, fue cometido por dos individuos armados que dispararon contra el jeque desde un automóvil marca Mercedes.

Nizar al Halabi presidía las actividades caritativas del grupo integrista "Habash", que toma el nombre del jeque Abdala al Habash al Hariri, conocido como "el etiope", que durante los últimos años de la guerra libanesa (1975-1990) consiguió miles de seguidores.

En las últimas elecciones legislativas, este grupo, rival encarnizado de los "Hermanos Musulmanes", también de tendencia integrista suní, obtuvo dos escaños en el Parlamento, uno por Beirut y otro por Trípoli, en el norte del país, de mayoría suní.

EFE
ks/ei/alg/11

08/31/14-01/95

01-01 9508346

DP3995

U POXRT 08-29 00104
mun exg icx

LIBANO-ISRAEL
HIZBULA ATACO POSICIONES MILICIA PROISRAELI EN SUR LIBANO

Beirut, 29 ago (EFE) - Hizbula realizó hoy martes un ataque contra varias posiciones de la prisraelí milicia del Ejército del Sur de Líbano (ESL) en la franja de 1.000 kilómetros cuadrados que ocupa Israel al largo de su frontera en el sur de Líbano.

En un comunicado difundido esta mañana en Beirut, el proiraní Hizbula (Partido de Dios) dijo que el ataque con varios proyectiles fue lanzado contra posiciones del ESL en la sureña localidad de Bint Jbeil.

Hizbula dice en su comunicado que un miliciano proisraelí murió y un tanque fue destruido a raíz del ataque.- EFE

feb/rcm

08/29/09-19/95

01-01 9508347

Francia es utilizada como base terrorista argelina desde 1992

Los grupos terroristas argelinos utilizan Francia como base estratégica desde 1992 y disponen de campos de entrenamiento paramilitares en vastas zonas de territorio francés, según informaciones divulgadas ayer por el diario "Le Figaro".

El matutino explica que la "internacional integrista que sirve los intereses del FIS (Frente Islámico de Salvación) y del GIA (Grupo Islámico Armado), está muy estructurada y genera tráficos de armamentos y de preparación de todo tipo". *(EFE)* 1-1

9508349
Archemistas muertos / Amenazadel GIA
151593
21/8
VINCU... 11847
518633
515948
50743

DOC. CLARO

01-04

9508349

03

XAR [illegible]

[illegible]

[illegible]

ARGE[illegible]
[illegible] CONTRA GRUPOS ARMADOS

Argel, [illegible] (EFE) [illegible] fuerzas especiales del Ejército argelino dieron muerte a [illegible] islámicos en una ofensiva llevada a cabo en la región de [illegible], al este de Argel, informa hoy el diario [illegible], mientras el Gobierno confirma la muerte de [illegible] en otras regiones del país.

[illegible] y afirma que "por lo menos cien terroristas [illegible]" en la[s] operaciones de [illegible] el pasado miércoles después de que [illegible] objeto, en esa región, de un [illegible]

Por otra parte, [illegible] de los servicios de seguridad, [illegible] por las fuerzas de seguridad [illegible] operaciones llevadas a cabo el domingo y [illegible], según fuentes oficiales.

Cinco [illegible] perdieron [illegible] en el curso de un asalto a su refugio, en la localidad de [illegible], al este del país, y los demás [illegible] abatidos en las regiones de [illegible], Batna, [illegible], [illegible] y Tipaza, añadió la nota que confirmó la recuperación de un importante [illegible] y explosivos. EFE

[illegible] 08/08/95 [illegible]

9508349[illegible]

08/08/95 [illegible]

04/04

Nº DOCUMENTO 9508350
TÍTULO Atentados en repartos
PROCEDENCIA 512573
FECHA DE REFERENCIA 5-2
VINCULACIONES 11847
50792
518623

EA1092

U POXBT 08-31 00345
mun exg

ARGELIA-ATENTADO
CONFIRMAN 7 MUERTOS, 22 HERIDOS ATENTADO SEGUN ULTIMO BALANCE

Argel, 31 ago (EFE).- Siete personas resultaron muertas y otras 22 heridas, seis de ellas de gravedad, al estallar hoy, jueves, un coche bomba delante de la Dirección General de la Seguridad Nacional (DGSN), en el barrio popular de Bab El Ued, en Argel, informaron fuentes oficiales.

La explosión, que se produjo a las doce del mediodía (11:00 GMT) se escuchó a a varios kilómetros del lugar del suceso y, según el primer balance oficial de víctimas, ofrecido una hora después del atentado, el número de muertos ascendía a diez.

Un testigo presencial de los hechos indicó que se habían escuchado dos explosiones y en el lugar donde estalló el coche bomba, delante del colegio "Emir Abdelakader" y a 20 metros de la DGSN, EFE pudo constatar un hueco de más de dos metros de diametro.

Un impresionante despliegue policial sigue impidiendo el paso al lugar del atentado y dos tanquetas blindadas de la policía se han instalado delante de la entrada principal de la DGSN.

Desde comienzos de año se han producido una veintena de atentados con coche bomba en Argel y sus alrededores, que han provocado al menos cien muertos y 500 heridos, según los recuentos oficiales de víctimas.

Este es el tercer atentado con coche bomba de esta potencia. El primer se produjo el 31 de enero en el Bulevar Amiruch, delante de la sede de la comisaría central de Argel y en el que murieron más de 40 personas y otras 260 resultaron heridas.

El segundo atentado, en el que se usaron dos coches bomba, se produjo hace dos semanas en la estación balnearia del "Club de los Pinos", 30 kilómetros al oeste de la capital, lugar dónde residen los ministro y diputados y que se saldó con la muerte de dos personas.

Los habitantes de Argel pueden escuhar cada noche expolsiones cuyo origen siguen omitiendo las fuentes oficiales, sin embargo, la prensa revela cada mañana destrucciones de puentes o estallidos en edificios administrativos, escuelas o alcaldías.

La proximidad de la convocatoria de las elecciones hace cada vez más frecuentes los atentados contra estos edificios, porque las escuelas sirven de colegias electorales. EFE

tm/cr/cho

08/31/15-57/95

9508350.

XJ1833

U POXBT 06-30 00196

exg mun

ARGELIA-TERRORISMO

MUEREN DOS MUJERES Y TRES NIÑOS EN EXPLOSION BOMBA

Argel, 30 ago (EFE).- Dos mujeres y tres niños resultaron muertos al estallar un artefacto colocado por un grupo armado dentro del domicilio de un alcalde en funciones, el pasado lunes, en la provincia de Chlef, según informaciones del diario "Liberté".

Los hechos se produjeron durante la noche del lunes, cuando un grupo de extremistas armados rodeó la casa del alcalde en funciones y de un miembro de las milicias de la localidad de Beni Rached, 210 kilómetros al oeste de la capital.

Los dos hombres resistieron durante dos horas los asaltos y respondieron a los disparos de los extremistas armados, hasta que éstos colocaron un artefacto en la habitación contigua.

La explosión provocó la muerte de la esposa del alcalde en funciones, Yamina Maarufi, embarazada de ocho meses, de su vecina Laalia Branín y de su hijo, además de otros dos niños del miliciano, así como el desplome de cino casas de las inmediaciones.

Por otra parte, "Liberté" indica que las operaciones de rastreo realizadas desde el pasado viernes en la provincia cabileña de Tizi Uzu, 100 kilómetros al este de la capital, finalizaron con la muerte de siete presuntos terroristas. EFE

tm/tcr/las

08/30/09-03/95

02 9508350

DP2826

U POXBT [illegible]

mun exg

ARGELIA-TERRORISMO

MUERTOS CINCO POLICIAS EN ENFRENTAMIENTOS GRUPOS ARMADOS

Argel, 28 ago (EFE).- Cinco policías murieron en dos enfrentamientos con los grupos armados extremistas en el casco viejo de Argel y en la provincia oriental de Tebessa, informó hoy el diario "El Watan".

El primer policía fue asesinado en el barrio popular de la Alcazaba de Argel, donde las fuerzas armadas hicieron una operación de rastreo el pasado miércoles.

Después del asesinato [illegible] la casa donde estaban atrincherados los extremistas [illegible] enfrentamiento [illegible] domingo.

[illegible] un grupo de extremistas armados [illegible] Tebessa, [illegible]

[illegible]

08/28/09-[illegible]/95

03 9508350

DOC. BLADRO.

04

9508350

DOC CEDRO.

05

X1118? [illegible]

R [illegible]

[illegible]

[illegible] TERRORISMO

[illegible] BOMBA [illegible] RESIDENCIA MINISTRO [illegible]

Argel, [illegible] (EFE) [illegible] y diversos daños materiales [illegible] de una bomba y un [illegible] de los [illegible] ministros y [illegible]

[illegible] kilómetros [illegible] de [illegible] país, según [illegible]

[illegible]

A [illegible] policiales, [illegible] del dicha bomba ha producido [illegible]

EFE

[illegible]

08/18/16-42/95

DOC. CLARO

9508350

06

XJ1038

U POXRT 08-17 00102
exg mun

ARGELIA-TERRORISMO
CINCO PERSONAS MISMA FAMILIA MUEREN EN ATENTADO CON EXPLOSIVOS

Argel, 17 ago (EFE).- Cinco personas de una familia argelina murieron al estallar un artefacto lanzado dentro de su domicilio por presuntos integristas, informa hoy el diario "El Uatán".

El hecho ocurrió el martes, cuando, según el rotativo, un desconocido lanzó el artefacto dentro del domicilio de la familia Ferrah, en la localidad de Buinan, provincia de Blida, 45 kilómetros al sur de la capital, y provocó la muerte de cuatro mujeres y un niño, y heridas graves a dos muchachas.

La noticia no ha sido confirmada por fuentes policiales. EFE
tm/tcr/las

08/17/08-54/95

9508350

07-

DOC CLARO

9508350

08

XA3953

U POXRT 08-16 00118

mun exg

ARGELIA-TERRORISMO

ASESINADAS SIETE PERSONAS POR PRESUNTOS INTEGRISTAS

Argel, 16 ago (EFE).- Los cuerpos sin vida de siete personas, seis hombres y una mujer, fueron encontrados degollados en el pueblo de Ruina, provincia de In Defla, 150 kilómetros al oeste de esta capital, el pasado lunes, informa hoy miércoles el diario "El Uatán".

Las siete personas fueron secuestradas por un grupo de presuntos extremistas armados durante la noche del domingo en el pueblo de Zeddín.

Por otra parte, el mismo diario informó de que en la provincia de Buira, al este de la capital, un artefacto colocado en la carretera, que explosionó al paso de una patrulla de guardias rurales, descuartizó a un niño que pasaba por ese camino. EFE

tm/iga 08/16/08-19/95

09 9508350

9508350

11

[illegible]

pólvora. [illegible] el domingo pasado por la voladura de un camión [illegible] kilos de explosivos.

Nadie ha reivindicado todavía el atentado, aunque la prensa local lo atribuye al Grupo Islámico Armado (GIA), el presunto autor de la mayor parte de los atentados con explosivos que han asolado Argel y su región en los últimos meses.

Como ocurriera en enero pasado, cuando decenas de viajeros del servicio urbano de autobuses murieron por la onda de choque creada por la explosión de un coche-bomba delante de la comisaría central de Argel, en Bufarik perdieron también la vida varios pacíficos transeúntes.

Una procesión silenciosa de vecinos sigue desfilando frente al lugar de este reciente atentado, escuchando con cierto morbo al testigo que afirma haber visto un pedazo de brazo colgando de una rama de un árbol y los cuerpos decapitados de tres personas que perecieron en su automóvil al saltar por los aires.

Una parte de las víctimas del atentado de Bufarik fueron personas que viajaban en sus coches por la autopista colindante con el edificio de la central eléctrica. En uno de los vehículos calcinados se puede ver todavía [illegible] mordido a medias que, posiblemente, estaba comiéndose uno de los que murieron.

Los grupos [illegible] cumplido la amenaza que profirieron el año pasado cuando colocaron [illegible] cargas explosivas de pequeño tamaño [illegible] Argel, entre ellos el de la Facultad [illegible] varias personas.

[illegible] por el GIA afirmaban que esos atentados [illegible] una muestra muy pequeña de lo que podía venir, en el marco de lo que los integristas califican de "guerra santa contra un régimen impío".

Los grupos armados han dado también un salto cualitativo en sus atentados en Argel. Ahora ya no usan sólo pistolas, escopetas o fusiles de asalto, sino que emplean lanzagranadas, como el que utilizaron el domingo pasado para matar a dos agentes del orden.

Pero lo más sobrecogedor para los habitantes de Argel sigue siendo lo que algunos llaman la "ruleta rusa" de salir a la calle y volver a casa sin ser víctima de un atentado.

La gran urbe de Argel sigue estremeciéndose con el ruido de las explosiones de bombas y artefactos caseros. La policía ha causado cuantiosas bajas a los grupos armados, pero admite que es muy difícil terminar con el terrorismo.

Por lo general, los artefactos que colocan los extremistas están compuestos por [illegible] explosivos, con

[illegible]

12-12

9508350

Mubarak: "No al diálogo con integristas"

El presidente egipcio escapó recientemente a un atentado perpetrado por los integristas islámicos mientras realizaba una visita a Etiopía. Su antecesor en el cargo, Anuar el Sadat, perdió la vida en un atentado similar, obra de los Hermanos Musulmanes. En esta entrevista, Mubarak se ensaña con los integristas islámicos, a los que prefiere catalogar como simples "terroristas", y defiende la necesidad de mantener una postura inflexible con ellos si se quiere preservar la paz en todo Oriente próximo.

El Cairo,
por Claude Lorieux



El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, no quiere dialogar con los integristas islámicos.

— Yasser Arafat va del fracaso, al punto muerto. ¿Sobreviviría a un fracaso de las negociaciones sobre el nuevo despliegue de las tropas israelíes y la celebración de elecciones para el Consejo de Autonomía en Gaza y Cisjordania?

— Si no se aplican las declaraciones de principio de israelíes y palestinos. Oslo y demás, Arafat ya no podrá seguir controlando la región, con lo que asistiremos a un recrudecimiento del terrorismo.

— ¿En Gaza y Cisjordania?

— Cisjordania y Gaza serán el centro, el eje del terrorismo; pero se podrá extender fuera de la región.

— ¿Espera el grupo integrista Hamas precisamente el fracaso del proceso de paz?

— Los fundamentalistas palestinos no son los únicos en apostar por este hecho, sino todos los de la región. Y eso es lo que me preocupa sobremanera.

— ¿Son conscientes americanos e israelíes de la necesidad de encontrar una solución urgente?

— No hago más que decírselo. Si las negociaciones entre palestinos e israelíes fracasan, asistiremos al mayor desastre conocido en Oriente Próximo desde hace mucho tiempo. Todavía hay gobiernos que no se dan cuenta.

— Israelíes y americanos están en precampaña electoral. ¿Constituye esto un freno más para las negociaciones?

— Es probable. La situación en la Kneset, el Parlamento israelí, no facilita nada las cosas. Por tanto, es imprescindible que las negociaciones avancen porque, de lo contrario, nos dirigimos hacia el desastre.

— Es usted el único jefe de Estado árabe que frecuenta más o menos a todo el mundo. ¿Posee un secreto?

— No se lo voy a revelar. ¿Cómo iba yo a poder trabajar si todo el mundo lo supiera? Pero me va bien. Yo tengo mi forma personal de abordar los problemas y hablar con la gente. Y me está dando buenos resultados.

La Guerra del Golfo ha creado escisiones, si bien la situación va mejorando. Yasser Arafat se ha entrevistado con el rey Fahd y con el presidente sirio, Assad. Ahora Jordania tiene un embajador en Arabia Saudí. Hace falta tiempo para sanear la atmósfera.

— Hablemos del presidente sirio, Hafez el Assad. Se dice que tiene dos soluciones: una paz honrosa con Israel o el rechazo si los israelíes exigen de él demasiadas concesiones. De todas formas, siempre saldrá favorecido.

— Assad no funciona así. No necesita forjarse una imagen de gran hombre. Espero que Israel ceda e[illegible] necesario para conseguir la paz.

— [illegible]ez el Assad fue condiscípulo suyo en la Escuela del Aire de Egipto. ¿Le conoció bien?

— No hablaba mucho con él. No teníamos el mismo grado: yo era comandante y él capitán y no estábamos en la misma escuadrilla. Era un piloto de noche. Yo pilotaba día y noche. Después, cuando llegó a ser presidente de Siria, una vez le dije, para que no se equivocase conmigo: "Tú ves de noche, ¡muy bien!, ¡pero yo también veo de día!".

— Estados Unidos vetó una resolución del Consejo de Seguridad por la que se condenaban las anexiones de territorio árabe a Jerusalén. ¿Sigue este país descalificado para hacer de mediador entre Israel y los países árabes?

— Estados Unidos es la única potencia y el único país que puede ayudar a que los dos contendientes lleguen a un acuerdo. ¿Cómo voy a decir que no está calificado para ello? Pero tampoco vamos a aceptar una decisión tomada por ellos si la consideramos injusta.

— Las fuerzas de seguridad egipcias se han apuntado tantos contra los grupos islamistas armados en el Alto Egipto.

— No se debe decir grupos islamistas, ya que el islam está en contra de la violencia, sino grupos terroristas.

— Lo cierto es que, después de tales victorias, su régimen se ha puesto en contra de los *Hermanos Musulmanes*, entre los que han hecho grandes detenciones.

— No existe en Egipto nada cuyo nombre sea Hermanos Musulmanes, porque es una organización ilegal. Son como los fundamentalistas. Y son precisamente ellos los que están provocando todos los problemas. En 1928 mataron al primer ministro. Más tarde, intentaron matar al presidente Nasser en Alejandría. Con su sucesor, el presidente Sadat, se hicieron pasar por moderados. Y Sadat fue asesinado por un terrorista que se movía por su feudo. Esos son los Hermanos Musulmanes.

— ¿Y qué pasó después?

— Hemos dialogado con ellos durante diez años, hasta que ocurrieron los disturbios de 1991. No puedo permitir que violen la ley. Pero, si bien es cierto que reciben su castigo, siempre es por orden judicial, porque han cometido crímenes. No soy yo quien los manda encarcelar. Pero hay que mostrarse firmes con este tipo de personajes. Con esta gente no sirve de nada dialogar.

— ¿Se les permitirá a los Hermanos Musulmanes presentar listas a las elecciones legislativas de noviembre?

— Cualquier egipcio tiene derecho a presentar su candidatura. Pero no puede presentarse nadie que esté alistado en las filas de una organización ilegal como los Hermanos Musulmanes.

— ¿Se puede concebir un frente de fundamentalistas musulmanes de obediencia sunní y chiíta?

— La cuestión no radica en saber si se trata de chiítas o de sunnitas. Es una cuestión de dinero.

— ¿De dónde procede?

— Sin comentarios.

— Tras la Guerra del Golfo, el gobierno saudí suspendió la financiación a los grupos islamistas. ¿También cesó la ayuda privada de los saudíes?

— No resulta posible controlar a los ciudadanos privados. Son tanto más libres de actuar cuanto que tienen cuentas bancarias en el extranjero. En cualquier caso, el gobierno saudí no da apoyo financiero a los grupos islamistas.

— Durante el debate sobre la renovación del tratado de no proliferación de armas nucleares, Egipto denunció el monopolio nuclear oficioso de Israel en Oriente Próximo. Y, sin embargo, se renovó el tratado. ¿Qué ganó usted con ello?

— En nuestra intervención explicamos a todos los países del mundo el peligro inherente de la presencia de armas nucleares en Oriente Próximo. La carpeta fue abierta durante la negociación de los acuerdos entre palestinos e israelíes de Camp David.

La hemos vuelto a abrir esta vez por dos motivos: en primer lugar, porque en plena renovación del tratado no podíamos admitir que Israel almacenase armas nucleares a cuarenta kilómetros de nuestras fronteras.

— ¿Aprueba usted la decisión del presidente Clinton de imponer un embargo contra la República Islámica de Irán?

— Se trata exclusivamente de un embargo americano que no tendrá impacto alguno.

— ¿A diferencia del que sufre Irak desde agosto de 1990?

— Lo que me preocupa no es Sadam Hussein, sino el sufrimiento del pueblo iraquí, que carece de alimentos y medicinas, la comunidad internacional debe encontrar el medio de ayudarle.

— ¿Sin ayudar al mismo tiempo al régimen?

— Es difícil, pero es preciso salvar a los ciudadanos iraquíes.

EA1031

R POXBT 08-30 00278
mun exg

EGIPTO-TERRORISMO
CUATRO CIVILES MUERTOS EN ATAQUE JOYERIA Y FARMACIA COPTAS

El Cairo, 30 ago (EFE).- Cuatro ciudadanos egipcios de confesión copta (cristiana) han resultado muertos en dos ataques diferentes contra una joyería y una farmacia en la conflictiva provincia de Minia, en el Alto Egipto, perpetrados por supuestos terroristas islámicos, se informó hoy, miércoles.

Uno de los asaltos ocurrió hoy en la ciudad de Magaga (190 kilómetros al sur de El Cairo), cuando un grupo de hombres armados con metralletas irrumpió en una joyería propiedad de coptos y disparó indiscriminadamente.

En el suceso resultaron muertos el dueño del negocio, Fahmi El Ashnini, y su hijo Nader, mientras que resultó herido un policía de tráfico que intentó impedir el atraco, según fuentes del Ministerio del Interior.

En la misma provincia, pero en el distrito de Abu Qorqas, un grupo armado atacó anoche una farmacia, también propiedad de cristianos egipcios, en la aldea de Al Muqasarin, causando la muerte del dueño, Guergui Shahata, y de otra persona, Abdelnur Titos, ambos coptos.

Los asaltantes huyeron en una furgoneta blanca, señalaron las fuentes.

Estos dos incidentes vienen a confirmar lo que parece un regreso de los grupos radicales islámicos a su estrategia de atacar objetivos coptos, como ya ocurrió en 1992, al principio de la ola terrorista en Egipto.

Esta semana se anunció la detención de 18 miembros de un nuevo grupo terrorista que planeaba, entre otros actos de sabotaje y asesinatos, según las autoridades, la quema de iglesias cristianas.

Con las últimas cuatro víctimas, son 23 los muertos este mes de agosto en actos de violencia relacionados con el terrorismo, entre extremistas, policías y civiles, la mayoría en la provincia de Minia. EFE

vh/tl/mlr

08/30/13-39/95

01/01 9508352

DOC · CLARO -

02

95083523

[illegible]

Años en [illegible] ... grupo [illegible]

detenciones [illegible] ... terrorismo, que va [illegible] ... de emergencia [illegible] ... de la ley

[illegible]

DOC. CLARO

04/04 9508352

9508353

Detenidos al intentar vender material explosivo

VINCULACIONES

DP3414

U POXBT 08-25 00159

mun exg icx

EGIPTO-EXPLOSIVOS

DETENIDOS AL INTENTAR VENDER MATERIAL ALTAMENTE EXPLOSIVO

El Cairo, 25 ago (EFE).- Tres individuos han sido detenidos cuando intentaban vender quince centímetros cúbicos de mercurio rojo, elemento altamente explosivo, valorado en tres millones de dólares, informó la Policía.

Según la versión oficial, el jefe de la Policía de El Matariya, a unos diez kilómetros de El Cairo, fue informado de la presencia de esos tres individuos que buscaban comprador para el explosivo en una zona donde al parecer existen "terroristas" no identificados.

El jefe de la Policía de El Cairo, general Mahmud Guagdi, ordenó a un agente que se interesase por la "mercancía" y concretó una cita con los vendedores para comprar a prueba una pequeña cantidad.

Tras el encuentro, que se realizó ayer, jueves, los detenidos entregaron a la Policía un cilindro de níquel donde estaba contenido todo el material explosivo que, dijeron, había sido importado del extranjero, sin precisar de dónde.-EFE

ei/rcm

08/25/11-46/95

9508353

01/01

Alerta en Aeropuerto

XA5703

U SUCBT 08-29 00297

mun exg

EEUU-TERRORISMO (Resumen)

REANUDAN VUELOS AEROPUERTOS NUEVA YORK CERRADOS AMENAZA BOMBA

Nueva York, 28 ago (EFE) - El tráfico aéreo fue reanudado hoy en los tres mayores aeropuertos de la área metropolitana de Nueva York tras haber sido suspendido por más de una hora debido a una amenaza de bomba, según las autoridades.

Los vuelos fueron suspendidos en los aeropuertos de John F. Kennedy, La Guardia y Newark, este último en el estado de Nueva Jersey debido a una amenaza de bomba contra el centro de control de tráfico de TRACON, en Long Island (Nueva York), según portavoces de Port Autority, institucion que opera los tres mencionados aeropuertos.

Desde alrededor de las 18:00 hora local (22:00 GMT) hasta las 19:15 hora local (23:15 GMT) estuvo suspendido el tráfico aéreo en los tres aeropuertos, dejando a Nueva York practicamente sin transporte aéreo, lo que afectó a miles de pasajeros.

Los empleados del centro TRACON pudieron regresar a sus puestos de trabajo después de que expertos en explosivos realizaran una intensa búsqueda por las instalaciones sin encontrar nada sospechoso, dijeron las fuentes.

La seguridad de los tres aeropuertos se ha reforzado en las últimas dos semanas por temor a ataques terroristas de grupos integristas de Oriente Medio a raiz de la detención, en EEUU a finales de julio, de Musa Abu Marzuk, jefe político de la organización terrorista palestina HAMAS.

Estados Unidos ha iniciado los trámites para la extradición a Israel de Musa Abu Marzuk, lo que algunas fuentes de seguridad temen que puede provocar en represalia un atentado suicida contra alguno de los aeropuertos.

Las actuales medidas de alerta en los aeropuertos neoyorquinos es comparable a las que se adoptaron durante la guerra del golfo Pérsico.

Durante el tiempo que estuvieron suspendidos los vuelos, muchos aviones fueron desviados a otros aeropuertos cercanos. EFE

pd/jlm/arp

08/29/00-12/95

01/05

Q508354

[illegible]

una posible [illegible]

[illegible] según portavoces de Port [illegible]

Guardia' y [illegible] en el estado vecino

de Nueva [illegible]

[illegible]

la región [illegible]

[illegible]

información [illegible]

[illegible]

DOC CLARO

9508354

02

XA3992

R POXBT 08-16 00238

mun exg

NUEVA YORK-TERRORISMO

TERMINAL DELTA EN AEROPUERTO KENNEDY SERIA BLANCO ATENTADO

Nueva York, 16 ago (EFE).-La terminal de la aerolínea Delta es, aparentemente, el principal "blanco" de los grupos radicales islámicos que planean un atentado terrorista en el aeropuerto internacional Kennedy de Nueva York, según el diario "Newsday".

Desde el sábado pasado, los tres aeropuertos del área de Nueva York están en alerta máxima, con medidas de seguridad sin precedentes desde la guerra del Golfo Pérsico en 1991.

Las autoridades no han querido revelar el porqué de la alerta, pero fuentes de la Policía Federal de EEUU (FBI) dijeron a ese periódico el fin de semana pasado que los grupos radicales islámicos HAMAS o Hizbulá planean un atentado terrorista, posiblemente una "masacre suicida" en el aeropuerto Kennedy, y que éste podía producirse "en cualquier momento".

Se desconoce aún por qué los terroristas habrían escogido la terminal Delta pero, según las mismas fuentes, el objetivo sería este área de la compañía y no uno de sus aviones.

Sin embargo, ni la aerolínea ni las autoridades han querido comentar la situación.

No obstante, según "Newsday", la Administración Federal de Aviación (FAA) ha permitido a ciertas compañías aéreas poner en marcha medidas de seguridad menos estrictas.

El atentado, supuestamente planeado, sería en represalia por el proceso de extradición a Israel de Musa Abu Marzuk, líder político de HAMAS, detenido el pasado 25 de julio en el aeropuerto Kennedy.

EFE

AL/epm/jff

08/16/15-35/95

03

95083541

DOC. CLARO

04

9508354

Dec CLDRO

05/05

9508354

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] informó haber recibido información [illegible] de que terroristas de Oriente Medio "podrían estar planeando un ataque contra un objetivo no especificado de Estados Unidos en América del Sur durante julio de 1995".

El comunicado añadió que se ampliará la información cuando se tengan más detalles sobre los preparativos y objetivo del supuesto atentado terrorista.

El escueto comunicado tiene tan sólo tres líneas en inglés y lleva por título "Anuncio Público - Sudamérica".

El texto es el siguiente:

"El Gobierno de Estados Unidos tiene información de que terroristas de Oriente Medio podrían estar planeando un ataque contra un objetivo de Estados Unidos no especificado en Sudamérica durante julio de 1995. Se proporcionará información adicional a medida que esté disponible".

Argentina ha sido víctima de terroristas árabes que el 18 de julio de 1994 volaron con un coche-bomba la sede de la Asociación Mutual Israelita, acción criminal que costó la vida a 90 personas.

La embajada de Israel en la capital argentina fue también destruida por un atentado terrorista, con saldo de 24 muertos, el 17 de marzo de 1992.

Aunque muy lejos de Latinoamérica, a comienzos del año pasado fue desmantelado un complot para explosionar aviones comerciales de Estados Unidos que viajaran a destinos en Asia.

La principal amenaza terrorista procede de grupos extremistas opuestos al proceso de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Israel y la OLP concluirán el 25 de julio la siguiente fase de negociaciones que fueron puestas en marcha con la convocatoria por Estados Unidos y Rusia de la Conferencia de Madrid en octubre de 1991. EFE

EMC/GTP

01/01

- 9508355 -

11213
11487
507594

EA0642

R POXBT 08-16 00239
mun exg

CACHEMIRA-SECUESTRO
FINALIZA PLAZO DE SECUESTRADORES SIN QUE ASESINEN REHENES

Nueva Delhi, 16 ago (EFE).- El plazo dado por el grupo terrorista musulmán Al Faran, que tiene secuestrados a cuatro occidentales en el estado indio de Cachemira, para un intercambio de los rehenes por 15 dirigentes de su organización encarcelados, finalizó sin que cumplieran su amenaza de asesinarles.

Los militantes de Al Faran establecieron contacto con las autoridades indias después de la finalización del plazo que concluía ayer, según informó hoy, miércoles, el director de información de Cachemira, Kulbushan Jandial.

Respecto al estado físico de los cuatro secuestrados, Jandial aseguró que no tenía datos, por lo que "en ausencia de información en sentido contrario, presumimos que se encuentran bien", declaró.

Al parecer las autoridades indias ofrecen a Al Faran la liberación de algunos de sus miembros, pero no son los que quieren los separatistas cachemires, aunque un portavoz del gobierno del estado, citado por la agencia de prensa PTI, indicó que no podía dar más datos para no poner en peligro la vida de los dos británicos, un alemán y un norteamericano que siguen en manos de los terroristas.

Por otra parte, este conflictivo estado indio, el único de mayoría musulmana en el país, vivió hoy una jornada de huelga general como señal de protesta de la población por la acción de Al Faran, que ya asesinó a un rehén noruego, porque rechazan que su movimiento independentista se identifique con el terrorismo. EFE

se/tl/mlr

08/16/17-57/95

01/02

DOC. CLARO -

02/02 9508356

XJ0994

R POXRT 08-16 00181

exg eut exo mag

IRAN-ATENTADOS

OPOSICION NIEGA RESPONSABILIDAD BOMBAS INSTALACIONES PETROLEO

París, 16 ago (EFE).- Los Muyahidin del Pueblo, principal grupo armado de oposición iraní, han desmentido toda responsabilidad en los dos atentados con bomba perpetrados el pasado sábado contra las instalaciones petroleras de Ahwaz (suroeste de Irán).

En un comunicado divulgado hoy, miércoles, en París, el grupo afirma que se trata de una "acusación falsa" del régimen de Teherán.

El objetivo de esa acusación es "crear pretextos" para realizar "nuevos bombardeos, ataques aéreos, lanzamientos de misiles y ataques terroristas contra las bases de la Resistencia iraní en la frontera irano-iraquí", según la nota.

Los Muyahidin sostienen que en anteriores ocasiones los ataques a las bases de la Resistencia han estado precedidos de "campañas de intoxicación" en su contra.

La implicación de los Muyahidin en los atentados de Ahwaz fue mencionada por un periódico gubernamental de Teherán, según el cual las bombas, que han ocasionado importantes daños materiales, pero no víctimas, estaban colocadas bajo unos oleoductos en la provincia de Kuzistán. EFE

ag/egn/ll

08/16/15-03/95

01/01

XA5932

R FOXBT 08-30 0050

mun exg

BRASIL-PALESTINOS

GOBIERNO ANUNCIA RECONOCIMIENTO DE PASAPORTES PALESTINOS

Brasilia, 30 Ago (EFE).- El Gobierno brasileño ha comunicado a sus agentes fronterizos que, a partir hoy, miércoles, deben reconocer el pasaporte emitido por la Autoridad Nacional Palestina (ANP).

El anuncio se hizo hoy simultáneamente en Brasilia y en la región autónoma palestina de Gaza, en donde el ministro brasileño de Relaciones Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, se entrevistó con el presidente de la ANP, Yaser Arafat.

Un comunicado de prensa emitido hoy por la Cancillería brasileña señala que la Policía Federal del país, encargada del control de fronteras y del tránsito internacional de pasajeros, deberá reconocer el pasaporte de la ANP como "documento válido para la entrada y la salida de sus portadores del territorio nacional".

La decisión, considerada pionera en Latinoamérica, estrecha aún más las relaciones diplomáticas entre Brasil y la ANP, que está representada en Brasilia desde el 18 de noviembre de 1993 por una delegación especial palestina.

Según el escrito de la Cancillería, "el reconocimiento del pasaporte palestino se ubica en el contexto más amplio de fortalecimiento de la cooperación entre Brasil y aquel gobierno autónomo y responde, de forma positiva, a los progresos registrados en el proceso de paz de Oriente Medio".

Tras entrevistarse el lunes y el martes con las principales autoridades de Israel y visitar Jerusalén y la región de Galilea, y después de su encuentro de hoy con Arafat, Lampreia concluyó su gira por Oriente Medio y se trasladará a Italia. EFE

CM/cho/jff

08/30/15-07/95

9508358.

01/01

DP4013

U POXRT 08-29 00208
mun exg icx

BELGICA-TERRORISMO
TEMOR A ATENTADOS ANTE EL PROCESO DE DIEZ ISLAMISTAS

Bruselas, 29 oct (EFE).- Las autoridades belgas extreman las medidas de seguridad en puntos sensibles como estaciones y aeropuertos ante el temor de atentados a pocos días del inicio del proceso a diez islamistas.

El pasado fin de semana se multiplicaron las falsas alertas de bombas, lo que obligó al desalojo de la Estación Central de ferrocarril, la Estación del Norte y diversos registros en las inmediaciones del Palacio de Justicia, donde se celebrará el juicio.

El próximo lunes se inicia en Bruselas el proceso de diez integrantes del GIA, entre ellos el dirigente Ahmed Zaoui, acusados de preparar actividades terroristas.

La policia belga no descarta que algunos de las falsas alarmas de bomba sean responsabilidad del GIA para calibrar la capacidad de respuesta de la gendarmería belga.

A principios del pasado marzo, el dirigente del GIA Abou Abderrahman Amin había exigido a Bélgica la liberación de sus diez compatriotas, bajo la amenaza de "tomar medidas de acuerdo con la ley coránica hacia el gobierno de Bruselas".

Por otra parte, la policía belga mantiene un permanente contacto con la francesa en la investigación sobre el presunto origen belga de los explosivos utilizados en el atentado del metro de París.-EFE

va/rcm

08/29/10-58/95

9508359

01/01

3 518593
FECHA 27/8
119 DH
VINCULACIONES 516385
65280

D0?695

[illegible]
mun cvg

BELGICA [illegible]
POLICIA [illegible] EXTRANJEROS

Bruselas 27 ago (EFE). La policía belga ha detenido y expulsado del país a unas [illegible] personas, la mayoría pertenecientes a grupos de extrema derecha y neonazis de Alemania, Francia y Holanda, despues de que provocaran incidentes durante la noche e intentaran asaltar una comisaría de policía.

Los detenidos, en total 144 alemanes, 45 franceses y catorce holandeses, fueron llevados en autobuses a la frontera de sus países de origen hoy, domingo.

Los incidentes se produjeron en la pequeña localidad de Dixmude, al oeste del país, donde hoy se celebra la llamada "peregrinación del Yser".

Este acto, que se celebra desde hace 68 años, se realiza en conmemoración de los centenares de soldados que perecieron en la batalla del Yser durante la I Guerra Mundial, pero a la vez es un acto de exaltación nacionalista flamenca.

La mayoría de los soldados que murieron en Yser eran flamencos y estaban dirigidos por oficiales francohablantes, un hecho que los grupos extremistas flamencos han utilizado para justificar el afan separatista de la parte flamenca de Bélgica.

Los enfrentamientos entre los grupos radicales y la policía se repiten cada año, y en esta edicion se iniciaron cuando un grupo de 40 neonazis se dirigio contra una comisaría de policía para "liberar" a uno de los suyos que había sido detenido.

Dos manifestantes y dos policías resultaron heridos durante los enfrentamientos por los efectos de los gases lacrimógenos que los gendarmes utilizaron para disolver el grupo, que a continuación de dedicó a destrozar los escaparates del centro de la ciudad. EFE

plp/mar/ba [illegible]

08/27/10-57/95

9508360.

01/01

DP2134

U SUCBT 08-17 00114
mun exg icx

RUSIA-SECUESTRO
NEUTRALIZADO TERRORISTA QUE SECUESTRO AUTOBUS

Moscú, 17 ago (EFE).- Fuerzas especiales de la policía lograron neutralizar y detener al terrorista que secuestró hoy, jueves, un autobús interurbano con cuatro pasajeros, que cubría la ruta entre las ciudades de Leninsk y Kuznetski, Siberia occidental, comunicó la agencia Interfax.

El terrorista, que exigía 4.000 dólaeres y un avión para abandonar el país como condición para liberar a los rehenes, reclamó la presencia de periodistas extranjeros para explicar los motivos de su acción.

Miembros de la policía se hicieron pasar por corresponsales extranjeros y, tras conseguir la liberación de los rehenes, redujeron al secuestrador.- EFE

bsi/rcm

08/17/07-54/95

01/01

[illegible] ex rugione di Wilto [illegible]

0/08

[illegible] 30050

FE H [illegible] 418 507664 507596

VINCULACIONES 11213 518624 67190

11487 514402 66333

66960 507597

507513 500262

504410 507403

01/02

El terror según Wilcox

Especial de "El Siglo"

En 1994 se produjeron 321 actos de terrorismo internacional que dejaron 314 muertos y 663 heridos. El número de atentados siguió disminuyendo a nivel global -fue un 25% menor que el del año anterior y el más bajo de los últimos 23 años-, pero se produjo un aumento importante de ataques de grupos extremistas islámicos. Estos y otros datos son recogidos en el informe **Modelos del terrorismo global, 1994**, *un polémico documento elaborado por la Oficina del Coordinador para el Contraterrorismo del Departamento de Estado norteamericano, dirigido por Philip Wilcox.*

Julio 18 de 1994. Un conductor suicida hace detonar un vehículo cargado con explosivos frente al centro cultural judío AMIA; en pleno centro de Buenos Aires. El pavoroso atentado deja casi un centenar de muertos y más de 200 heridos. Poco después del ataque, varios medios de comunicación argentinos reciben llamadas anónimas que atribuyen la acción a un grupo desconocido llamado Ansar Alá (Seguidores de Alá). Pero los expertos israelíes que llegan a Argentina para investigar los hechos no creen esa versión. Ellos dirigen sus sospechas hacia Yijad Islámica, brazo del movimiento proiraní Hizbulá, que en 1992 se había responsabilizado de un atentado técnicamente similar contra la Embajada de Israel en Buenos Aires, en el que murieron 29 personas. A pesar de los fuertes indicios que pesan contra Yihad Islámica, el crimen permanece hasta el día de hoy sin resolverse.



El líder del grupo norirlandés Sinn Fein (rama política del IRA), Gerry Adams, abre la vía de la negociación.

El atentado contra el centro cultural judío AMIA fue el más devastador de los 321 actos de terrorismo internacional cometidos durante el pasado año, que dejaron en conjunto 314 muertos y 663 heridos. Estos y muchos otros datos se recogen en el informe **Modelos de Terrorismo Global, 1994**, recientemente divulgado por la Oficina del Coordinador para Contraterrorismo (OCC) del Departamento de Estado norteamericano.

De acuerdo con el informe, aunque el numero de actos terroristas internacionales siguió declinando a nivel global -fue un 25% menor que el del año anterior y el más bajo de los últimos 23 años-, se produjo un aumento importante de atentados por grupos extremistas islámicos. "Estos grupos constituyen una pequeña minoría en el mundo islámico, y casi todos los países musulmanes, así como la Organización de la Conferencia Islámica, han condenado el extremismo y la violencia religiosos. No obstante, el terrorismo con faceta islámica es un problema para los gobiernos establecidos en el Oriente Medio y una amenaza para el proceso de paz árabe-israelí", advierte Philip C. Wilcox Jr., jefe de la OCC.

El reporte anual elaborado por Wilcox puede dar lugar a todo tipo de interpretaciones. Muchos de los grupos que figuran como terroristas argumentarán que ellos son en realidad guerrilleros o milicianos. Y los siete países que aparecen como patrocinadores de terrorismo internacional -Irak, Irán, Libia, Siria, Sudán, Corea del Norte y Cuba- replicarán que si hay un país patrocinador del terrorismo, ese es Estados Unidos, que durante años ha apoyado regímenes despóticos, alentado guerras y promovido golpes de Estado en medio mundo. Interpretaciones al margen, el informe tiene trascendencia por el hecho en sí de recoger el punto de vista de la primera potencia mundial, que es la que marca la pauta a seguir en la lucha contra "esas pequeñas minorías violentas, cuyos crímenes no deben intimidar a las fuerzas de la paz y la democracia".

¿Y qué debemos entender por terrorismo? Según Philip Wilcox, "ni una definición ha ganado aceptación universal". Por tanto, él ha elegido para su reporte las siguientes definiciones contenidas en el Título 22, sección 2656, del Código de Estados Unidos:

Terrorismo: Violencia premeditada, con motivaciones políticas, perpetrada contra objetivos no combatientes por grupos subnacionales o agentes clandestinos, usualmente orientada a influir en el público. El término no combatiente incluye, además de civiles, personal militar que en el momento del incidente esté desarmado o fuera de servicio.

Terrorismo internacional: Terrorismo que implica a ciudadanos o territorio de más de un país.

Aunque la oficina de Philip Wilcox se ocupa primordialmente de identificar las tendencias del terrorismo internacional, en el informe hace también referencias al terrorismo doméstico en una serie de países donde éste "tiene un fuerte impacto en el nivel de violencia política". Es el caso de España, al que consagra las siguientes líneas:

"Las autoridades se han apuntado varios éxitos contra el grupo separatista vasco Patria y Libertad (ETA), incluyendo la desarticulación del **comando Vizcaya** en noviembre. Un miembro de ETA resultó muerto y dos arrestados tras un intento fallido de asesinato contra un soldado español. La estrecha colaboración entre las policías española y francesa llevó al asalto de un fábrica de explosivos en Francia y el arresto de cinco miembros de ETA en noviembre, incluyendo al número dos del grupo".

"ETA llevó a cabo un acto de terrorismo internacional en 1994, con el asesinato frustrado del agregado militar en Roma. Los ataques domésticos de ETA decayeron al final del año, pero el grupo mantiene su capacidad letal".

La Oficina del Coordinador para el Contraterrorismo destaca en su reporte algunos "desarrollos positivos" en la lucha contra el terrorismo internacional durante el año pasado:

- Dos regímenes radicales árabes implicados desde hace tiempo en el patrocinio y apoyo del terrorismo en Oriente Medio -Libia e Irak- están aislados.

- Irán, aunque es aún el mayor Estado patrocinador de terrorismo, se encuentra bajo considerable presión económica.

- Los conflictos en Irlanda del Norte y Sudáfrica, considerados en el pasado como irresolubles, han entrado en procesos de arreglos pacíficos, y los principales protagonistas han suspendido el uso del terror y la violencia como arma política.

- Ha aumentado el contraterrorismo y la cooperación entre las naciones, y existe un creciente consenso internacional de que el terrorismo está más allá de los límites.

- El conflicto árabe - israelí, que ha generado mucho terror y violencia, ha dado un giro histórico hacia su solución. Israel y la OLP han concluido un acuerdo sobre autogobierno en Cisjordania y la franja de Gaza. Jordania ha seguido a Egipto en firmar la paz con Israel, Siria e Israel están entrando en un proceso de negociaciones. No obstante, los enemigos del proceso de paz han incrementado drásticamente sus campañas terroristas en Israel y los territorios ocupados.

Africa del Norte /el régimen perverso de Sudán

Es una guerra anunciada. Varios países del norte africano, en especial Egipto, llevan algún tiempo acusando a Sudán de dar cobijo y apoyo a grupos radicales islámicos que operan en la zona. Tras el reciente atentado en Addis Abeba contra el presidente egipcio Mubarak, este ha amenazado abiertamente al régimen de Jartún. El Nilo huele a pólvora.

Washington lo tiene en la lista de los siete Gobiernos patrocinadores del terrorismo internacional. Egipto y Argelia lo acusan de dar cobijo y ayuda a grupos integristas islámicos. Eritrea y Uganda han roto con él relaciones diplomáticas por la política brutal que practica contra la población negra de su país. Ahora Egipto lo señala como el instigador del atentado del 26 de junio que casi le cuesta la vida al presidente Hosni Mubarak cuando se encontraba en Etiopía para una reunión de la Conferencia Africana.

El blanco de todas estas iras es el régimen de Sudán, que hace seis años derrocó al Gobierno democrático de Sadiq el Mahdi. Los militares que perpetraron el golpe de Estado, encabezados por el hoy presidente Omar el Bashir, carecían de una clara orientación política o ideológica, y no tardaron en sucumbir a la influencia del Frente Nacional Islámico (FNI), movimiento integrista que en las elecciones generales de 1986 había quedado en tercer lugar con apenas el 17% de los votos. El líder del FNI, Hassan Turabi, carece de cargo oficial; él se limita a decir que tiene "influencia".

Pero, ¿hasta dónde llega esa influencia? El pueblo sudanés no parece entusiasmarse ni por el régimen militar ni por sus aliados integristas. En unas elecciones locales recientes, el nivel de participación fue menor del 10%, a pesar de todos los despliegues propagandísticos del Gobierno para que los ciudadanos acudieran a las urnas. Pero eso no parece representar ningún problema para el presidente Bashir y su mentor Turabi, que han reemplazado la legitimidad por la represión más brutal y el discurso radical religioso.

Y al sur, en un territorio que representa cerca de la tercera parte de la superficie del país, sigue la vieja y sangrienta guerra contra el Ejército de Liberación del Pueblo Sudanés (ELPS). Tras una serie de reveses y divisiones internas, los rebeldes han vuelto a recuperar fuerzas para enfrentarse contra el poder que pretende islamizar un país multicultural y plurirreligioso. El régimen de Jartún asegura que no guarda rencores contra los negros cristianos del sur, siempre que éstos no apoyen a la guerrilla del ELPS. Sin embargo, hay evidencias de persecuciones, discriminaciones laborales y desplazamientos de miembros del pueblo nubio que han llegado a Jartún huyendo de la guerra o que llevan generaciones viviendo en la capital.

El Gobierno sudanés, enfrentado a una situación económica y social dramática -la deuda pública supera el 100% del PIB, el 90% de la población vive de la agricultura de subsistencia, el FMI (presionado por Estados Unidos) se niega a abrir líneas de crédito-, ha estado recurriendo a la ayuda de Estados y donantes particulares a cambio de conceder cobijo territorial a diversos grupos integristas que operan en el Magreb y el Medio Oriente. Es un secreto a voces que militantes de la temible organización argelina Grupo Islámico Armado se entrenan en territorio sudanés. Y también existen serios indicios de que militantes de grupos fundamentalistas egipcios reciben apoyo del régimen de Jartún.

Tras el atentado que casi le cuesta la vida, el presidente egipcio Mubarak acusó al Gobierno sudanés de instigación y complicidad, y prometió venganza. Las amenazas del rais han caído como agua de mayo al régimen de Omar el Bashir, necesitado de una coartada para desviar la atención del pueblo hacia un enemigo exterior. La semana pasada, más de un millón de sudaneses exaltados acudieron a una concentración presidida por Bashir y su mentor Turabi para ofrecerse voluntarios para la Yihad (Guerra Santa). En medio del delirio colectivo, Turabi advirtió a Egipto que , si invade al país, el gobierno sudanés responderá manipulando las aguas del Nilo, que pasan por Sudán antes de desembocar en el país de los faraones.

La temperatura se ha elevado en el Nilo. Quizás estalle una guerra. Quizás no ... de momento. Pero una cosa parece segura: más temprano que tarde se desbordarán las aguas de la ira.

Nº 9508363
T Conversación con Irmgard Moller
Hoke Smorgo
FECHA 318
VINCULACIONES 11915
511426
500145
501166

Presos politicos en Alemania

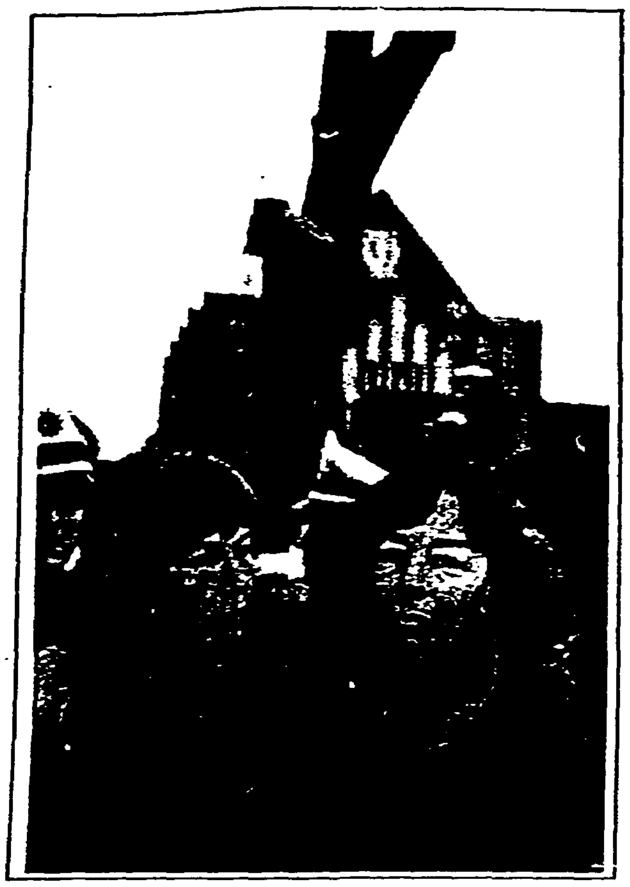
Los sonido

Un mentón perfilado bajo unos ojos rasgados que, si no fuera por su
Encima de esos ojos un espeso cerquillo rubio y un largo pelo entre
símbolo de una resistencia de más de media vida. Se podría pensar
redivivo, si no fuera porque este Lázaro nun

Ya no hay señales de encierro en la apacible expresión de esta muje
episodios más crudos de su peregrinaje por la lucha. Esa risa es contag
hasta el punto de sumirnos en la perplejidad. A lo sumo sus faccion
mismo que seguramente esgrimió durante sus casi 23

Irmgard Möller, llamada "Gabi" desde los años de su clandestinidad
por el Uruguay a los cinco meses de su libertad con su piel aún herida
su ensalada por el asado criollo.

A dos días de su regreso a Alemania, conversamos con ella para Mate
conversación que pensamos continuar a lo largo de un futur



1 de diciembre de 1994: día de la liberación de I. Möller, quién se vé junto a Jessie Macchi al frente del penal de Lubeck

—En Uruguay, lo que más se conoce de Alemania es la época del nazismo. Poco se ha divulgado de lo que ha pasado después de la caída del régimen nazi.

—Los dos factores importantes después de la posguerra fueron, por un lado, que estaba prohibido el Partido Comunista, muchos compañeros comunistas terminaron en la cárcel otra vez. Y por otro el rearmamento de la República Federal diez años después de esa guerra mundial. Esta vez fue en el seno de la OTAN. Todo se justificaba ante la población con el fantasma de la amenaza de los países socialistas. Se pintaba al comunismo como al enemigo número uno del mundo, y como Alemania es un país fronterizo se le decía a la gente que era necesario rearmarse.

Para comprender la situación en aquella época en Alemania hay que tener en cuenta el gran boom de la reconstrucción de la economía en base al Plan Marshall. La condición de esa reconstrucción era que se dejara entrar el capital norteamericano en las industrias estratégicas centrales. Eso es lo que se llama el "milagro alemán", o sea que éste no hubiera sido posible sin la fuerte inyección de dólares de los EE.UU. A la vez EEUU se aseguraba su dominación sobre Alemania.

—¿Hubo resistencia?

—A los finales de los '50 Alemania empezó a tener armamento atómico nuevamente. Esto activó un movimiento de protesta contra el rearmamento atómico que provocó movilizaciones en la calle por ejemplo las famosas "marchas de Pascua". Esos fueron los inicios del movimiento anti-nuclear.

El proceso de rearmamento fue a su vez acompañado por una fuerte campaña ideológica que quería reducir el fenómeno del fascismo y del Tercer Reich a la figura del demonio Hitler, disculpando de esta forma al alemán común, como a una víctima seducida por Hitler. En esta recapitulación de la historia se evitaba claramente que saliera a la luz que el Tercer Reich fue un fenómeno del gran capital alemán que desató la guerra para imponerse en el mercado mundial y que tenía un proyecto económico europeo, que hoy en día se está concretando. Se ocultaba al gran capital que había financiado a Hitler para evitar que el movimiento obrero avanzara más por un lado y para posibilitar el dominio del gran capital en el mundo. A pesar de esto había mucha gente que sabía qué había hecho Krupp y quiénes eran los jefes de las grandes compañías que explotaban la mano de obra de millones de personas en los campos de concentración, para enriquecerse y asegurar la competitividad de los productos alemanes. Esta campaña ideológica que llevaron adelante entonces, hasta hoy en día tiene su efecto en la mentalidad del pueblo alemán. El renacimiento del fascismo tiene que ver con esto porque se reducía todo a un problema moral disculpando por un lado a las víctimas e inculpándolos por el otro lado en un nivel moral.

La gente de esta manera estaba metida en esta red de culpas y disculpas y no podían concientizarse ni podían liberarse de ese problema. No podían objetivizar los fenómenos de la historia.

—¿Se pudo hablar de una resistencia organizada ante el intento de Adenauer de instalar nuevamente en el ejército alemán bombas atómicas?

—No, no se podría hablar de una resistencia en aquella época. Habían pequeños círculos de gente que se juntaban, que expresaban su malestar, su preocupación. Pero esto cambia en la mitad de los años '60, en que estalla el gran fuego en el llamado tercer mundo, e incendio también en la izquierda alemana. Fue Cuba, fue Vietnam, Africa, Argelia, Latinoamérica, todo esto fue un empujón para la izquierda europea. Esto se juntó con el malestar con el mundo comunista que rodeaba a esa juventud, la que se reunía en los subterráneos (Sartre, el existencialismo, el jazz) como una subcultura que se politizaba cada vez más. Entonces, por un lado la influencia de las luchas de liberación nacional en el tercer mundo y por otro lado esa necesidad de esa generación de posguerra de comprender la historia, esa necesidad existencial de aclarar lo que había pasado, qué rol habían jugado los padres en eso y la rebelión contra ese mundo consumista que les rodeaba, todo eso formaba una mezcla muy eruptiva, muy explosiva.

En Alemania, al contrario de otros países como Francia, Italia, España, donde había una tradición de resistencia y lucha de clases, incluso armada, tenía una tendencia defensiva.. Por eso esta situación explosiva empezó a abrir un nuevo camino. en este camino se podía crear una conciencia de clases que desde el fascismo de los años 30 había sido eliminada totalmente.

—¿Qué características tuvo el movimiento estudiantil de los años '67-'68?

—Este no era exclusivo, se extendía a otras capas de la sociedad: los alumnos en las escuelas, los aprendices, los jóvenes obreros en las fábricas y los viejos también. Era una situación muy abierta en toda la sociedad, con mucha inquietud. El movimiento estudiantil era sólo el motor. La guerra de Vietnam formaba cada vez más un eje central en esa movilización porque se descubrió que la República Federal Alemana era el país que más apoyaba con logística y medios financieros a los Estados Unidos en esa guerra. ¡Esos mismos Norteamericanos que habían dicho que habían liberado el país del fascismo!. Nosotros nos preguntábamos por la democracia, de la que tanto nos había hablado en la escuela. Nos decían que aquí había una democracia y luego nos dimos cuenta que no era verdad, ¡y eso nos indignaba tanto! De golpe descubrimos que el gobierno apoyaba un genocidio, y eso después de lo que se había vivido con el fascismo en Alemania. Olíamos una continuidad del régimen.

En 1967 la policía mató el primer estudiante en una manifestación contra la visita del Sha de Persia, un dictador feroz que fue apoyado por el gobierno alemán. Benno Ohnesorg fue el primer estudiante asesinado en Berlín. Esto creó una gran indignación en los jóvenes y en la sociedad en general.

En 1968 un líder estudiantil fue baleado por una persona influenciada por la "Bildzeitung", una publicación sensacionalista que intentaba lavar el cerebro de las personas con una campaña contra el movimiento estudiantil. Este líder estudiantil murió años más tarde a consecuencia de esa bala.

En 1968 el gobierno alemán, en el marco de la política de la seguridad interna de la OTAN decretó, con ayuda de la socialdemocracia, las leyes especiales de estado de sitio que aniquilaban la "democracia". Contra eso hubo otro empuje fuerte del movimiento en la calle, paros, huelgas en las universidades y en las escuelas. Fue el punto culminante de aquel movimiento pero mirando hacia atrás nos damos cuenta que se perdió de vista las luchas internacionales, el internacionalismo. Por concentrarse tanto en la lucha contra estas leyes de estado de sitio se perdió globalidad. Habían grandes manifestaciones, habían charlas, habían ocupaciones, incluso una parte de los obreros participaban de esto. Hay que partir de la base que en un país de las metrópolis, la resistencia y la movilización popular siempre es minoritaria., pero aún así era un sector grande el movilizado. Al mismo tiempo en 1968 comenzó la social democracia como miembro de la social-internacionalista, a tomar el poder en Alemania, la primera vez después del '45. Enseguida planificaron y concretaron integrar y pacificar el movimiento estudiantil y todo aquello que había surgido en aquella movilización. Como parte de esto hubo una amnistía general para todas las personas procesadas por la resistencia y las luchas en las calles.

—¿Cómo repercutió esto en la izquierda?

—Se separó en dos tendencias: una parte decidió trabajar dentro del sistema. Esto se llamó "la larga marcha hacia las instituciones". Hoy se puede decir que se terminó justamente de la manera como lo habíamos previsto. Otros fundaban de nuevo partidos marxistas-leninistas como una mala copia de aquellos de los años '20, con los cuales pasó lo mismo que se había previsto, que después de 5 o 6 años estaban muertos. La otra tendencia de la izquierda, la militante, concibió el proyecto de luchar de manera fundamental contra todo el sistema. En este marco surgió la RAF.

—¿Con qué concepción surgió la RAF?

—Como lo dice su nombre, Fracción del Ejército Rojo, se consideraba una parte de algo que tendía a crecer más, pero "ejército rojo" era en alusión al ya existente socialismo mundial, no en los países llamados socialistas, sino en la globalidad socialista. La RAF quería poner en el orden del día la cuestión del poder. Para nosotros tomar el poder sólo era posible por la lucha armada. Había ya en aquel momento algunos grupos anarquistas que también hacían acciones pero se reducían a ataques contra centros de la policía o de la justicia sin tener una visión estratégica. En cambio la RAF se planteaba ataques a puntos estratégicos del enemigo. Así fue como entré en esta línea militante y con esta visión. Para nosotros era importante, en el momento en que se trataba de hacer una Europa unida, en los años '70 sobre todo, impedir este proceso aislando a la República Federal de Alemania como motor del mismo. Queríamos identificar a la RFA como la sucesora del régimen nazi. Lo logramos parcialmente entre los años'75 y '77.

—¿Cómo se planteaba la RAF, la permanencia y continuidad de su lucha siendo un grupo pequeño y con poca base social?

—Los ataques contra las instalaciones militares de los yanquis en protesta contra la guerra en Vietnam tuvieron una base en el movimiento estudiantil, fueron comprendidos también más allá del movimiento estudiantil, por lo menos por una parte de la población, pero no se puede hablar de una base activa. No hay que olvidar nunca que estamos hablando de un país de metrópolis con las características que mencionamos antes. Con estos ataques contra las instalaciones militares comenzó a comprenderse las realidades detrás del poder, y las realidades políticas del sistema que ya no se pudieron tapar como lo había hecho hasta entonces la socialdemocracia y el aparato estatal. Se creó una dialéctica entre los ataques y la reacción del estado que llevó a que mucha gente comenzara a reflexionar donde vivían y en qué sistema.

—¿Cómo era el funcionamiento interno en la guerrilla?

—La estructura interna de la guerrilla fue la siguiente: habían algunos compañeros con más conocimientos, con más experiencia. Se pretendía que todos pudieran adquirir las



mismas capacidades y conocimientos para evitar estructuras autoritarias o jerárquicas. Nosotros no tuvimos la posibilidad de liberar territorios como en otros lugares. El país liberado fueron las relaciones entre nosotros en el colectivo y la clandestinidad. Crear nuevas estructuras de comportamiento entre los compañeros y las compañeras clandestinos.

—¿Tiene esto que ver con lo que ustedes llaman conservación de lo subjetivo?

—Esta sociedad de metrópolis significa que el individuo es un solitario,, sin conocimiento de una vida colectiva, y se siente impotente en su soledad frente a un sistema tan omnipotente. No puede romper este sentimiento, de vida existencial. Y tiene la sensación que esta impotencia y soledad es su culpa o responsabilidad individual. Esto era parte de la ideología que buscaba paralizar a la gente. Nosotros descubrimos que podíamos lograr una fuerza en el colectivo. Viviendo y luchando de manera colectiva y en el enfrentamiento directo con el sistema.

—¿En esta primera etapa de la RAF cuál era su planteamiento y cómo lo llevó adelante?

—En esta fase nos preocupamos fundamentalmente por crear una estructura logística. Un compañero muy importante para nosotros, Andreas Baader fue detenido y la primer acción fue liberarlo. Esto fue en el año 1970.

—¿El planteamiento era ya entonces de ofensiva estratégica?

—Nuestra opción era totalmente ofensiva. Paralelamente a crear una estructura logística se discutía qué tipo de acciones se querían realizar y existían ya contactos con desertores del ejército norteamericano. A la vez existían contactos con compañeros de Palestina y algunos de nosotros tuvimos entrenamiento en campamentos palestinos. Hay que agregar que en este momento luego de la primera sorpresa del estado alemán frente a la existencia de un grupo ilegal armado, la policía comenzó a armarse, tanto a nivel ideológico como material. Se concretó la presencia de la policía armada en las calles con sus razzias para localizarnos. En la gran prensa se comenzó a demonizar

01/02

9508363

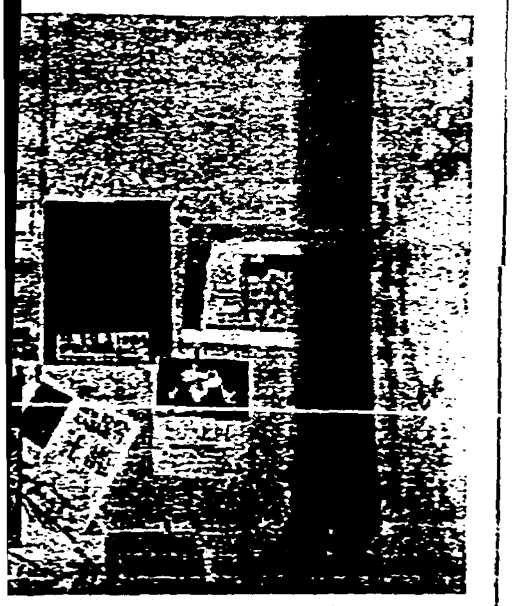
s del silencio

olor claro parecerían orientales.
no son el marco de ese rostro,
ue estamos frente a un Lázaro
murió.

Ríe, aun cuando recuerda los
osa, y contrasta con su narración
adoptan un aire obstinado, el
os de cautiverio.

n los tardíos sesenta, ha pasado
alternando su café por el mate y

margo. Esto es parte de una larga
de utopías compartidas.



fuertemente a la guerrilla.

—¿Cuáles fueron las acciones más importantes en esta etapa?

—En 1971 fueron fusilados por la policía en la calle, en una acción de rastrillaje y persecución, los primeros compañeros. Después de la primera caída de un grupo de compañeros en 1970, hubo otra caída en 1972. Nos enteramos que nuestros compañeros presos estaban aislados. Por eso en ese momento se atacó al juez supremo, responsable de las condiciones de detención de los presos, y al cuartel de la policía responsable del asesinato con tiro directo al corazón de un compañero en la calle. También se atacaron instalaciones militares norteamericanas. Después de esto las razzias fueron más grandes. la izquierda que babía iniciado "la gran marcha hacia las instituciones" hizo un llamamiento para distanciarse de ia guerrilla porque sus consecuencias eran muy peligrosas.

—¿Puedes precisar las acciones contra las instalaciones militares norteamericanas?

—Una acción contra la casa de "IG Farben" osea la antigua sede de la "IG Farben" durante el régimen Nazi que en el momento del ataque nuestro era la sede de la CIA y tenía un papel importante en la dirección de la guerra contra Vietnam. Ahí murió un alto oficial y un soldado. La otra acción fue contra el cuartel de los yanquis en Heidelberg donde se encontraba el sistema de computadoras que dirigía las acciones de aire en Vietnam desde terreno alemán. Se logró destrozar en gran parte este sistema de computación y por algunos días no hubo bombardeos en Vietnam del Norte. Estas acciones despertaron un gran apoyo popular. Mucha gente nos abría las puertas de sus casas brindándonos infraestructura. Los yanquis exigían al gobierno alemán instalar el estado de sitio pero éste se negó. Luego comenzó una ola de detenciones, muchas por casualidad, otras porque gente que antes nos había prestado apoyo nos denunciaron por miedo. Así cayó una compañera de gran valor Ulrike Meinhof. Al final de 1972 un montón de gente cayó, entre ellos yo. Fui la última detenida en ese momento.

—¿De qué te acusaron?

—Al principio solamente de ser integrantes del grupo. Luego me acusaron de tener activa participación en la acción contra el cuartel principal de los yanquis en Heidelberg. Por esto me condenaron después a cadena perpetua más 15 años.

—¿Qué significaba en la década del '70 ser una presa política en Alemania?

—El gobierno intentaba crear alrededor de nosotros una especie de cordón sanitario, los presos estaban aislados entre sí y los contactos con el exterior se reducían solamente a los familiares. A la vez en la calle se perseguía a todo el mundo que de alguna manera expresaba solidaridad o apoyaba a los presos. También a los abogados, quitándoles la base material de su trabajo, excluyéndolos de las cámaras de su profesión. En 1975 también se encarcelaron los primeros abogados.

—¿Cuál fue tu reacción frente al aislamiento en el terreno físico, psíquico y afectivo?

—El primer tiempo fue especialmente duro porque yo misma no entendía qué era lo que estaba pasando. Yo había esperado algo totalmente distinto.Había pensado que me iban a agredir físicamente. No sabía cómo luchar contra eso. Empecé a leer sin planes y me di cuenta que cada vez perdía más la capacidad de leer, de escribir y no sabía porqué. Luego logramos comunicarnos entre todos los presos y resultó que a todos nos pasaba lo mismo. Sólo fue posible luchar contra eso en conjunto, colectivamente. Así, partiendo de una situación completamente defensiva para cada uno, **llegamos a una acción colectiva, ofensiva, que fue la primer huelga de hambre.**

—¿Puedes relatar cómo lucharon ustedes colectivamente contra esta medida represiva, el aislamiento?

—En 1973 hicimos la primera huelga de hambre que causó un gran impacto en la opinión pública porque hasta aquel momento el gobierno negaba que existía un tratamiento especial y un aislamiento. La reivindicación en aquel momento era simplemente terminar con el aislamiento y ser tratados como los demás presos. El único logro en aquella huelga de hambre fue que a Ulrike Meinof la sacaron de un ala especial de aislamiento, y que en la opinión pública se divulgó nuestra situación. Aparte de eso no cambió nada.

El Tribunal Supremo decretó que cada prisionero político tendría que tener ahora en su celda un prisionero social elegido especialmente por la cárcel y sabíamos que tenía como única función espiar y controlar la vida del preso político.

En 1974 tuvo lugar la segunda gran huelga de hambre. En ésta murió el compañero Holger Meinz de una manera especial. Se daba alimentación forzada. A partir de la cuarta semana todos los presos recibieron la tortura de la alimentación forzada. Fue algo muy brutal. A Holger se lo forzó a esto, pero con calorías reducidas, lo que provocó un gasto de calorías en compensación determinando que él, antes que los demás, muriera.

El gobierno reaccionó a esa huelga como si se hubiera tratado de una acción armada. Cómo se logró, desde el aislamiento de cada celda, organizar una acción colectiva como fue la huelga de hambre y llegar a romper el silencio y trascender a la opinión pública, y como estaban dispuestos, dentro de la cárcel, a seguir luchando a vida o muerte, ésto provocó afuera en las calles, una movilización que engendró la continuidad de la lucha y el gobierno lo tomó como un gran operativo militar.

Después de cinco meses terminamos con la huelga de hambre porque un nuevo comando de la RAF nos pidió que la suspendiéramos en la medida que ellos iban a buscar otras soluciones. Durante la huelga de hambre habían concentrado a los presos en unas cuantas cárceles para poder administrar la alimentación forzada y después de terminada la huelga se logra que por lo menos durante una hora o dos al día estos presos pudieran tener contacto. Pero no se logró que pudieran tener contacto libre con todos los demás presos en la vida carcelaria cotidiana. En resumen, cada dos años tuvimos que reanudar la medida de huelgas de hambre y en total fueron 11 las que realizamos. Todos los logros que se obtuvieron con el tiempo fueron únicamente a base de huelgas. El 1981 murió otro preso, Sugurd Debus, durante la alimentación forzada.

—La represión contra los presos políticos no fueron solamente por las huelgas de hambre. También hubo otras medidas represivas directas, una de las cuales la protagonizaste tu.

—Sí, en el año '77 un comando de la RAF secuestró un importante líder de la economía, que en su historia había tenido un destacado papel en la ocupación nazi de Checoslovaquia, como asistente directo de Heidric en Praga. El comando de la RAF lo secuestró para liberar once presos. A raíz de esto se decretó la incomunicación total de los presos. A la vez el gobierno realizó negociaciones con el comando para ganar tiempo. Eso duró 6 semanas. Fue entonces que un comando palestino secuestró un avión alemán en Mallorca para reivindicar la liberación de esos once presos, más dos presos palestinos. Este avión al final aterrizó en Somalia y el gobierno alemán logró que un comando de policía especializado actuara en ese país. En la misma noche en que este comando atacó al avión, cuatro presos, entre ellos yo, fuimos atacados mientras dormíamos en la cárcel de Stuttgart-Stammheim. A Andreas Baader lo mataron de un tiro en la nuca, a Juan Raspe de uno en la sien, a Gudrun Ehsslin se la encontró colgada en su celda, y a mí me dieron varias puñaladas en el pecho. El gobierno dijo que los presos había cometido una acción de suicidio colectivo por desesperación, falta de perspectiva y por resignación. Lo celebraron como una victoria.

—¿Alguna vez tuviste la oportunidad de desmentirlo durante tus años de cárcel?

—Al inicio del '78 se creó una Comisión Investigadora sobre este caso. El gobierno trajo **cuatro médicos forenses que decían que eran *independientes*. Estos tenían que deducir de la autopsia que lo sucedido en Stammheim se trataba de suicido. No pudieron manipular los** resultados tanto como para dictaminar suicidio, pero el gobierno lo siguió asegurando frente a la opinión pública. Yo, en el marco de esta investigación, pude hacer declaraciones en el tribunal frente a esa comisión. Era en un momento en que apenas podía caminar. Mi declaración formó parte luego de la investigación y del informe en su conjunto, pero fue neutralizada enseguida. Nadie investigó lo que yo denuncié. Era como si yo no hubiera dicho nada. A la vez, a todos los que pretendían seguir investigando se les persiguió. No se les permitía obtener información ni tenían acceso al informe de esta comisión investigadora.

—Después de casi 23 años estás libre. Pero queda gente adentro de las cárceles aún. Cómo es su situación?

—Lo más duro para mí fue tener que dejarlos y especialmente a Hanna Krabbe, con quien compartí mis últimos años en prisión. Mi liberación no significa que se haya abierto una puerta para que ellos sean liberados. No se puede sobreentender ahora que ellos también van a ser liberados. Mi liberación fue una excepción porque en mi caso había una campaña de solidaridad, también desde Uruguay, que no existe para los demás. El gobierno está decidido a cercar a los compañeros que están adentro y no liberarlos de ninguna forma. Es como una muestra de poder. Y lo que es especialmente amargo es que una parte de los compañeros que liberaron ahora se dejan usar como un instrumento de este "cerco". Esto significa que Hanna, que ya lleva 20 años en prisión, no tiene ninguna probabilidad de ser liberada. Debo aclarar que con Hanna estuve los últimos 14 años detenida, en un grupo pequeño. Ella es la única que sigue detenida y dos de los compañeros que detuvieron junto a ella fueron liberados hace poco, porque ellos aceptaron condiciones del Estado que Hanna jamás aceptará. Esto encrudece especialmente su situación y sus posibilidades de ser liberada. Desde que yo salí, las condiciones carcelarias de Hanna son peores, extremas. Al mismo tiempo anunciaron que van a endurecer estas condiciones mucho más si ella no hace lo que hicieron los otros dos compañeros. A través de las luchas de todos estos años logramos un espacio dentro de la cárcel para nuestras vidas. A Hanna ahora le sacaron ese espacio ganado y la pusieron junto a presas sociales que están totalmente destruidas y que colaboran con la policía. Está sola entre ellas.

—¿Cuántos presos quedan ahora?

—En total quedan nueve presos políticos alemanes, y las condiciones son muy duras, porque están aislados. Todos están muy enfermos y no reciben ningún tratamiento médico. Al contrario, se usa su enfermedad para ejercer pre
todos los casos.

—¿Está clar
luchan es por l
ellas. Pero m
reivindicación q
carcelarias?

—Reivindica
juntos y que teng
política entre ello
y además que te

—¿Se han p
se pueda plantea
dentro de Alema

—Una cosa ir
situación públic
Uruguay. Lo que
la RFA y los presc
y en forma políti
que los presos p
Con esta informa
a los ministros. E
dirigí a los partici
todos escribieran
pedir la libertad de
todavía le import
exterior. Aunque
lastimar esta ima
Yessie, me dijiste
es romper la indif
Hay indiferencia
acostumbra, hay
tiene la sensación
Con los años se e
liberación rompió
eso fue vivida co

—Te debe cos
libertad en la mec
adentro.

—Esos com
participan en mi p
paso que voy dar
vez que uno de
identificar totalme
todo lo que voy vi

—¿Qué sentís
estuviste tantos añ

—Es un senti
cuando estoy *en la*
nunca salí, es la mi
mismos edificios
cuando me voy de
y mucha rabia.

—Una parte t
tuya está junto a
presos.

—Sí es así.

—Hace dos añ
cárcel, me dijiste
seis meses de sali
capacidad de soña

—No, hasta al
podía llevarme has

—Quizá pueda
quede nadie en las

—Sí, puede se

—Aparte de es
momento muy par
movimiento crecier
¿Te sorprendieron

—No, no me so
atención es que s
mayoría, y que está
algo de la historia
nada sobre esto. Y
cambie.

—¿Creés qu
valoraciones estrat
en la década de los

—El esquema
punto de referencia
los estados socialis
polo, no dos como
pensar bien una nue
todo. En esta estrate
para la efectividad d
del movimiento an
juntos. El movimien
todo sobre los sinton
largo aliento, que p
necesitan para reali

12/12

DP2105

U SUCBT 08-17 00229
mun exg

ESPAÑA-ATENTADO
ESTALLA COCHE BOMBA CUARTEL GUARDIA CIVIL RIOJA HERIDOS LEVES

Madrid, 17 ago (EFE).- Un coche bomba estalló esta madrugada en la casa cuartel de la Guardia Civil de la ciudad riojana de Arnedo (norte de España), que produjo varios heridos de carácter leve y destrozó parte del edificio y cerca de una treintena de vehículos aparcados en las inmediaciones.

El suceso ocurrió hacia las 4,10 horas de hoy, cuando, al parecer, un coche bomba estalló en la parte trasera del cuartel, ubicado a la entrada de la ciudad y rodeado de varios edificios, que también sufrieron desperfectos materiales de consideración, así como los vehículos aparcados en las inmediaciones.

Tras la explosión, que se oyó en toda la ciudad de Arnedo, de unos doce mil habitantes y a unos 50 kilómetros de la capital riojana de Logroño, dos jóvenes, a punta de pistola, abordaron un vehículo de la Policía Local, ocupado por dos agentes, a quienes trasladaron hacia la ciudad de Calahorra, a unos quince kilómetros.

De acuerdo con los primeros datos, estos jóvenes, uno de ellos con acento vasco, dejaron a los policías locales en Calahorra y continuaron su huída con el coche policial.

Los heridos, todos ellos de carácter leve, se calculan en unos cuarenta, quienes son atendidos en el mismo centro de salud de Arnedo; y las cerca de quince a veinte familias que viven en el cuartel de la Guardia Civil fueron trasladados a un hotel de la ciudad. EFE.

pvh/alg/fmr/nd

08/17/03-07/95

9508364

01/01

[illegible] ADAMS PIDE FINAL ATAQUES SECTARIOS EN IRLANDA NORTE

Londres, 21 ago (EFE).- Gerry Adams, líder del Sinn Fein, brazo político del IRA, pidió hoy [illegible] el cese inmediato de la violencia sectaria en Irlanda del Norte tras los ataques contra viviendas e iglesias ocurridos en las últimas horas.

Según Adams, lo único que hacen estos ataques es añadir más tensión a la ya existente, por lo que "deben parar inmediatamente para que podamos concentrar nuestros esfuerzos en construir puentes de confianza que permitan al proceso de paz seguir adelante".

Un anciano de 80 años, y una mujer y su hija tuvieron que ser ingresados esta mañana después de que fueran lanzadas varias bombas incendiarias contra sus viviendas.

Por otra parte, cuatro iglesias, tres católicas y una baptista, sufrieron desperfectos tras los incendios provocados de la pasada noche.

Estos ataques se producen después de que casi treinta edificios protestantes fueran objeto de ataques similares en las últimas semanas.

También hoy, el cardenal Cahal Daly, representante de la Iglesia Católica en Irlanda, advirtió del peligro que entraña la pérdida de tiempo en el proceso de paz en el Ulster.

En declaraciones a la radio estatal irlandesa, Daly afirmó que "el tiempo se acaba" en relación a este proceso y dijo que todas las partes implicadas en el conflicto son responsables del fracaso en desarrollar una estrategia que, "paso a paso, hubiera aprovechado la paz y acercado un acuerdo final".

Daly indicó, respecto a los ataques incendiarios que han sufrido algunas iglesias católicas y locales de organizaciones protestantes, que existen movimientos que acarrean tensión y división sectaria, y dijo que "algunas personas siniestras explotan esa situación quemando locales e iglesias". EFE

yv/mag/ll

08/21/17-18/95

9508365

01/02

1405

- DOC. CLARO -

0508365

02/02

remisión de penas para terroristas

La medida pretende superar la crisis en el diálogo de paz

El ministro británico para el Ulster, sir Patrick Mayhew, confirmó ayer la remisión de penas por buen comportamiento para los presos terroristas, que será incrementada al 50% de la condena.

La medida, calificada de "concesión al terrorismo por los protestantes del Ulster", permitirá poner en libertad a los terroristas del Ejército Republicano Irlandés (IRA) y de grupos paramilitares protestantes que hayan cumplido la mitad de su condena, frente al cumplimiento actual de las dos terceras partes de la pena, norma instaurada en 1989 como resultado del incremento de la violencia en el Ulster.

Mayhew anunció la publicación de un "libro blanco" sobre reformas y legislación con trámite de urgencia en esta materia y añadió que el gobierno de Gran Bretaña busca "progresos sustanciales" en la entrega de armas por parte del IRA, antes que el Sinn Fein, rama política de esa organización terrorista, pueda participar en conversaciones multipartitas sobre el futuro del Ulster.

Cuando va a cumplirse, el próximo día 31, el primer aniversario del alto el fuego del IRA, Londres pretende superar con esta medida l[illegible]arente situación de estancamiento y crisis en que se encuentran las conversaciones exploratorias sobre el futuro de Irlanda del Norte. (*En base a EFE*)

9508367
Proceso de paz
18/8
518593
11213
66156
519711

XT1118
U POXRT 08-18 00238
exg mun

ULSTER-R UNIDO
NEGOCIADOR NIEGA PROCESO PAZ IRLANDA NORTE ESTE EN CRISIS

Londres, 18 ago (EFE) - El secretario británico de Estado para Irlanda del Norte, Michael Ancram, principal interlocutor de los distintos grupos en las negociaciones sobre el futuro del Ulster, negó hoy, viernes, que el proceso de paz se halle en crisis.

Ancram reconoció, no obstante, que es cierto que existen problemas que necesitan resolverse, en particular en lo referente a la entrega de las armas del Ejército Republicano Irlandes (IRA) y los grupos paramilitares protestantes.

El brazo político del IRA, el Sinn Fein, debe demostrar que está comprometido con una solución pacífica al conflicto y presionar para que la organización terrorista dé un primer paso en cuanto a la entrega de las armas que conserva desde el alto el fuego del 31 de agosto del año pasado, añadió.

Ancran negó que el Gobierno estuviera conforme con alargar el debate sobre la entrega de las armas en tanto continúe en vigor el alto el fuego.

El pasado domingo el líder del Sinn Fein, Gerry Adams, advirtió que el IRA "continúa" y no entregará las armas mientras que no se registren avances en el proceso de paz.

El ministerio británico para Irlanda del Norte exige que la organización terrorista entregue su armamento para desbloquear el proceso.

Por otra parte, dos casas de protestantes y una iglesia católica resultaron dañadas anoche en tres ataques con "cócteles" Molotov en Irlanda del Norte, aunque no se registraron heridos.
EFE

mv/msr/las

08/18/09-56/95

9508367

01/04

EA0630

R POXBT 08-16 00306
mun exg

ULSTER-NEGOCIACION
GOBIERNO BRITANICO Y SINN FEIN SE REUNIRAN EN ANIVERSARIO

Belfast (R.Unido), 16 ago (EFE).- Representantes del Gobierno británico y el Sinn Fein se reunirán en los próximos quince días, con motivo del primer aniversario de la entrada en vigor del alto el fuego del Ejército Republicano Irlandés (IRA).

El anuncio de esta nueva reunión fue hecho hoy, miércoles, por fuentes del movimiento republicano, y un portavoz del Sinn Fein, rama política del IRA, afirmó que el eventual encuentro será "clave", si se pretende salir del estancamiento de las negociaciones sobre el futuro del Ulster "ante la falta de iniciativa por parte británica para impulsar las conversaciones multipartitas".

Aunque la Oficina de Irlanda del Norte británica no confirmó la celebración de esta reunión, fuentes de la misma no descartaron un encuentro entre representantes del Reino Unido y el Sinn Fein antes del próximo 31 de agosto, día en que se cumple el primer aniversario del alto el fuego del IRA.

En esta reunión podrían participar el ministro británico para el Ulster, sir Patrick Mayhew, y el presidente del Sinn Fein, Gerry Adams, según fuentes del movimiento republicano.

Dichas fuentes tampoco descartaron que Martin McGuinness, "número dos" del Sinn Fein, acuda también a la reunión, al igual que el secretario de Estado británico para el desarrollo político norirlandés, Michael Ancram.

Ambas partes se han reunido en tres ocasiones anteriores, pero no se llegó a acuerdos concretos sobre la celebración de negociaciones multipartitas, solicitud formulada por el Sinn Fein, ni respecto a la entrega de armas por parte del IRA, petición a la que no renuncia el Reino Unido.

Dos marchas protestantes que pretendían cruzar barrios católicos de Belfast fueron desconvocadas hoy por la entidad organizadora, la "Royal Black Institution", tras celebrar una entrevista con el responsable de la Policía norirlandesa, sir Hugh Annesley. EFE

CM/mag/mlr

08/16/16-35/95

02

9508367

DOC. CLARO

[illegible]

[illegible]

Belfast ([illegible]), [illegible] (EFE).- El ex primer ministro irlandés Albert Reynolds [illegible] la llamada "Declaración de Downing Street" [illegible] para el Ulster [illegible] se hubiera [illegible] partidos.

[illegible] paz, Reynolds indicó que si hubiera sabido que el Reino Unido iba a rechazar el comienzo de las negociaciones [illegible] partidos mientras el Ejército Republicano Irlandés (IRA) no entregase las armas, hubiera rechazado estampar su firma en el documento.

En el debate participaron también representantes unionistas y Gerry Adams, el líder del Sinn Fein, brazo político del IRA

Reynolds, quien se declaró "muy confiado" en que se resolverá el actual punto muerto en el proceso de paz, afirmó que la cuestión de la entrega de las armas no formó parte de los debates en relación con el Documento Marco para la paz en el Ulster.

El ministro británico para Irlanda del Norte, sir Patrick Mayhew, mantiene la necesidad de que el IRA entregue las armas como muestra de buena fe antes de la incorporación del Sinn Fein al proceso de paz.

El Sinn Fein señala que el IRA no entregará los arsenales que conserva desde el alto el fuego proclamado hace casi un año mientras no se produzcan avances en el proceso de paz. EFE

mz/mar

08/10/08-55/95

Se declaran inocentes acusados atentado

15/8

51.85.93
65590
11802
11213

XA3857

U RUFET 08-15 00391
mum exg

EEUU-ATENTADO
SE DECLARAN INOCENTES DOS ACUSADOS ATENTADO OKLAHOMA

Oklahoma City (EEUU), 15 ago (EFE).- Los dos principales acusados del atentado contra un edificio federal de Oklahoma City, perpetrado en abril de este año y en el que murieron 166 personas, se declararon inocentes hoy, martes, de las acusaciones que pesan sobre ellos.

Timothy McVeigh y su ex compañero en las Fuerzas Armadas de EEUU, Terry Nichols, manifestaron su inocencia al magistrado Ronald Howland al preguntarles si se consideraban culpables de once cargos relacionadas con el mayor atentado terrorista de la historia de Estados Unidos.

McVeigh, de 27 años, permaneció tranquilo y jovial durante la audiencia celebrada bajo estrictas medidas de seguridad, a pocos metros del lugar donde fue destruido por la explosión de un coche bomba el edificio federal "Alfred Murrah", de Oklahoma City, el pasado 19 de abril.

El acusado vestía el uniforme caqui de la prisión "El Reno", situada a unos 14 kilómetros de la ciudad de Oklahoma, mientras que Nichols, de 40 años, que también se declaró inocente, vestía pantalón caqui, camisa azul y una chaqueta también azul.

De ser declarados culpables en el juicio que empezará en unos seis meses, ambos pueden ser sentenciados a la pena capital.

McVeigh, Nichols y Michael Fortier fueron acusados formalmente la semana pasada de once cargos relacionados con la destrucción del edificio "Murrah".

Los dos, recluidos en la misma penitenciaría, supuestamente cometieron el acto terrorista motivados por el odio que sentían por el Gobierno de Estados Unidos, según los fiscales.

El tercer sospechoso, Fortier, de 26 años, se declaró culpable el jueves pasado de haber cooperado presuntamente en el compló y espera ser sentenciado.

Fortier decidió colaborar con la fiscalía como testigo contra Timothy McVeigh y Terry Nichols, a cambio de una sentencia menor que podría ser de quince años de cárcel.

Los abogados que defienden a McVeigh y Nichols informaron de que tratarán de que el juicio se celebre en otra ciudad, porque consideran que en Oklahoma se corre el riesgo de que no se tenga un proceso justo.

Entre el público que acudió a la audiencia de hoy estuvo presente James Nichols, hermano de Terry, detenido poco después del atentado terrorista y acusado también de haber tomado parte en los hechos.

Posteriormente fue liberado y el jueves pasado un tribunal de Michigan lo declaró libre de cargos en el atentado terrorista de la ciudad de Oklahoma. EFE

01/02

[illegible]

de oficinas fed [illegible]

Los abogados defensores [illegible] dejado claro que su defendido se declara [illegible] legales posibles para evitar [illegible] trasladar al lugar de [illegible]

Stephen [illegible] explicó que argumentarán que [illegible] por las pasiones que [illegible] (Virginia [illegible])

[illegible]

02/02 9508368

9508363

518593

14/8

11213

Luiz

01/01

"LOS TIGRES" PROVOCARON UN TERRIBLE ATENTADO CON BOMBA

NUEVA DELHI, 7 (ANSA).— Veintiún muertos y 52 heridos provocó hoy la explosión de una bomba en Colombo, capital de Sri Lanka, atentado atribuido al grupo separatista "Tigres para la liberación de la patria tamil" (Ltte).

El atentado, que no fue reivindicado, se interpreta como una respuesta de "los tigres" a la presidenta, Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, quien la semana pasada propuso una revisión constitucional, que convertiría el país en una federación de regiones con gran autonomía, acogiendo las principales peticiones "históricas" de los nacionalistas tamil.

Es evidente que dicha revisión no satisfizo a los separatistas del Ltte, quienes aspiran a la independencia total.

La bomba, escondida en una carrera bajo una montaña de nueces de coco, estalló ante la sede de un edificio gubernamental en una elegante zona residencial de Colombo.

Las víctimas son fundamentalmente personas que transitaban por la zona en ese momento. El tronco intacto de un hombre de 20 años —que al parecer detonó el artefacto explosivo— fue encontrado en el lugar de la explosión.

El atentado se realizó según una técnica característica de los atentados del Ltte, que constituye casi su "firma". La misma técnica, un terrorista que siembra la muerte y se autoinmola, fue usada por el grupo en la numerosa serie de homicidios políticos que se le atribuyen.

Un hecho innovador respecto del pasado estriba en el ataque indiscriminado contra civiles, hecho que no se había verificado nunca en los 12 años de guerra entre los separatistas tamil y el ejército de Sri Lanka.

En Colombo, existe el temor que se concreten las amenazas lanzadas la semana pasada por un grupo hasta ahora desconocido, denominado "Elaam Force", que se considera una derivación del Ltte.

Después de un atentado frustrado al aeropuerto, este grupo había amenazado con realizar atentados en Colombo contra turistas y hombres de negocios extranjeros, si el ejército de Sri Lanka no dejaba de "asesinar a los tamil en el norte".

En julio, el Ltte, por primera vez en muchos años, sufrió significativas derrotas militares. Durante la segunda semana de ese mes, el ejército lanzó una ofensiva en la península de Jaffna, la región que tiene una mayoría de población tamil y que, desde 1986, está bajo control guerrillero.

Con este ataque, los militares reconquistaron amplias zonas e incluso llegaron a las puertas de Jaffna, la "capital" del Ltte.

El 28 de julio, los separatistas asaltaron una base estratégica del ejército en Weliova, pero fueron rechazados y perdieron alrededor de 200 hombres.

Algunos diarios escribieron que el Ltte tenía intenciones de proclamar mañana una república independiente, bajo su control, en la zona de Jaffna.

Sin embargo, la noticia fue recibida con escepticismo en Colombo, ya que se considera que para dar un anuncio de tal trascendencia, los guerrilleros habrían usado su propia estación de radio, que transmite desde Jaffna.

EE.UU. enfrenta un nuevo tipo de terrorismo, sin saber qué hacer

La revista erótica "Penthouse" ofreció ayer a "Unabomber" publicarle sus reclamos

♦Es para que no siga sus ataques terroristas: su captura es prioridad absoluta para el FBI

WASHINGTON (ANSA, Reuter y The New York Times, especial para Clarín). Estados Unidos se enfrenta a un terrorismo nuevo, que no sabe cómo combatir. Un escurridizo criminal, que lucha contra la **sociedad industrial** y ya mató a tres personas con el envío de cartas bomba, mantiene en vilo a la sociedad norteamericana, burla al FBI desde hace 17 años y pone a la prensa frente al dilema de publicar o no sus teorías revolucionarias.

El "Unabomber" (tal el nombre que se ganó el terrorista porque dirige sus bombas a *universitarios* –un– y *líneas aéreas* –a–) logró que los dos diarios más importantes de Estados Unidos, **The New York Times** y **The Washington Post**, publicaran el miércoles un extracto de su manifiesto. El había exigido que el texto (de 35.000 palabras) se publicara **completo** a cambio de cesar sus ataques.

Ayer, la revista erótica **Penthouse** volvió a ofrecerle –también a cambio de que deje de enviar cartas asesinas– la publicación indefinida de una columna mensual a su cargo. Aunque el editor de la revista prometió que el criminal podría dar rienda suelta a sus teorías revolucionarias y filosóficas así como responder a eventuales críticas y comentarios, el terrorista hasta ahora descartó la oferta porque la circulación de **Penthouse** es limitada y su temática "puede parecer indecente a algunas personas".

Prioridad absoluta

El FBI, que cree que el "Unabomber" es un ex estudiante de historia de la ciencia, declaró esta semana al caso de "prioridad absoluta" e intensificó las investigaciones. Pero como la **búsqueda masiva** –que incluye a más de cien agentes y miles de datos proporcionados por el público– aún no ha dado resultados, las autoridades norteamericanas solicitaron esta semana la ayuda de los científicos para reconocer al criminal a través de sus ideas.

El texto del "Unabomber", que si fuera publicado en su totalidad ocuparía unas siete páginas de diario, es considerado una "pieza clave" de la investigación y está siendo analizado por decenas de profesores, quienes podrían descubrir al autor del documento entre ex colegas o alumnos.

Además, el FBI investiga a unos mil **estudiantes de 50 países** que participaron en una conferencia internacional sobre ciencia en la Universidad de California, Berkeley, en 1985. Los investigadores creen que el terrorista –que envió allí dos de sus bombas– tuvo lazos con esa universidad, por lo que **interrogaron a militantes de izquierda**.

Objetivos revolucionarios

Responsable de 16 atentados con cartas bomba (que causaron la muertes a tres personas e hirieron a otras 23 desde 1978) y de varias falsas amenazas en aeropuertos, el "Unabomber" considera que "la revolución industrial mató la alegría de vivir y fue un desastre para la raza humana", que "quienes se beneficiaron con la tecnología robaron la dignidad a los seres humanos" y que la única salvación del mundo es "**subvertir la base económica y tecnológica de la sociedad**" (Ver **El pensamiento...**)

Sus preocupaciones por los peligros de la tecnología, según señaló **The New York Times**, fueron compartidas por un grupo conocido como "Ciencia para el Pueblo", que actuó en Chicago a *fines* de la década del 70.

En ese sentido, el FBI cree que el terrorista asistió a una universidad cercana a Chicago en la década del 70. La Universidad Northwestern, en la zona de esa ciudad, fue el blanco de sus dos primeras bombas, en 1978.

Mientras tanto, el "Unabomber" sigue eludiendo a las autoridades y la prensa debate si publicar o no más extractos de su manifiesto.

Dieciséis atentados

El enigmático terrorista conocido como "Unabomber", empeñado en una lucha desigual contra la tecnología y la ciencia "destructiva", es responsable de 16 atentados y de 3 muertes. Inició sus ataques en 1978, cuando envió una carta bomba a la Universidad de Northwestern, en Illinois.
Tras atentar contra un avión de la American Airlines, entre 1980 y 1985 eligió como blancos a otras cinco facultades. Luego comenzaron los atentados personales: un ejecutivo murió al estallar explosivos en su casa de Nueva Jersey y un especialista en análisis de sistemas resultó mutilado por una encomienda que explotó en su oficina.
Su última víctima fue Gilbert Murray, un industrial de Sacramento que murió al recibir un paquete explosivo el 24 de abril de este año. Dos meses después, el "Unabomber" regresó con falsas amenazas y causó pánico en el aeropuerto de Los Angeles.

EE.UU. enfrenta un nuevo tipo de terrorismo, sin saber qué hacer

La revista erótica "Penthouse" ofreció ayer a "Unabomber" publicarle sus reclamos

♦Es para que no siga sus ataques terroristas: su captura es prioridad absoluta para el FBI

WASHINGTON (ANSA, Reuter y The New York Times, especial para Clarín). Estados Unidos se enfrenta a un terrorismo nuevo, que no sabe cómo combatir. Un escurridizo criminal, que lucha **contra la sociedad industrial** y ya mató a tres personas con el envío de cartas bomba, mantiene en vilo a la sociedad norteamericana, burla al FBI desde hace 17 años y pone a la prensa frente al dilema de publicar o no sus teorías revolucionarias.

El "Unabomber" (tal el nombre que se ganó el terrorista porque dirige sus bombas a universitarios –un– y líneas aéreas –a–) logró que los dos diarios más importantes de Estados Unidos, **The New York Times** y **The Washington Post**, publicaran el miércoles un extracto de su manifiesto. El había exigido que el texto (de 35.000 palabras) se publicara **completo** a cambio de cesar sus ataques.

Ayer, la revista erótica **Penthouse** volvió a ofrecerle –también a cambio de que deje de enviar cartas asesinas– la publicación independiente de una columna mensual a su cargo. Aunque el editor de la revista prometió que el criminal podría dar rienda suelta a sus teorías revolucionarias y filosóficas así como responder a eventuales *críticas y comentarios*, el terrorista hasta ahora descartó la oferta porque la circulación de **Penthouse es limitada** y su temática **"puede parecer indecente a algunas personas"**.

Prioridad absoluta

El FBI, que cree que el "Unabomber" es un ex estudiante de historia de la ciencia, declaró esta semana al caso de "prioridad absoluta" e intensificó las investigaciones. Pero como la **búsqueda masiva** –que incluye a más de cien agentes y miles de datos proporcionados por el público– aún no ha dado resultados, las autoridades norteamericanas **solicitaron** esta semana la ayuda de los científicos para reconocer al criminal a través de sus ideas.

El texto del "Unabomber", que si fuera publicado en su totalidad ocuparía unas siete páginas de diario, es considerado una "pieza clave" de la investigación y está siendo analizado por decenas de profesores, quienes podrían descubrir al autor del documento entre ex colegas o alumnos.

Además, el FBI investiga a unos **mil estudiantes de 50 países** que participaron en una conferencia internacional sobre ciencia en la Universidad de California, Berkeley, en 1985. Los investigadores creen que el terrorista –que envió allí dos de sus bombas– tuvo lazos con esa universidad, por lo que **interrogaron a militantes de izquierda**.

Objetivos revolucionarios

Responsable de 16 atentados con cartas bomba (que causaron la muertes a tres personas e hirieron a otras 23 desde 1978) y de varias falsas amenazas en aeropuertos, el "Unabomber" considera que **"la revolución industrial mató la alegría de vivir y fue un desastre para la raza humana"**, que "quienes se beneficiaron con la tecnología robaron la dignidad a los seres humanos" y que la única salvación del mundo es **"subvertir la base económica y tecnológica de la sociedad"** (Ver **El pensamiento**...)

Sus preocupaciones por los peligros de la tecnología, según señaló **The New York Times**, fueron compartidas por un grupo conocido como "Ciencia para el Pueblo", que actuó en Chicago a fines de la década del 70.

En ese sentido, el FBI cree que el terrorista asistió a una universidad cercana a Chicago en la década del 70. La Universidad Northwestern, en la zona de esa ciudad, fue el blanco de sus dos primeras bombas, en 1978.

Mientras tanto, el "Unabomber" sigue eludiendo a las autoridades y la prensa debate si publicar o no más extractos de su manifiesto. 1-2

Dieciséis atentados

El enigmático terrorista conocido como "Unabomber", empeñado en una lucha desigual contra la tecnología y la ciencia "destructiva", es responsable de 16 atentados y de 3 muertes. Inició sus ataques en 1978, cuando envió una carta bomba a la *Universidad de Northwestern*, en Illinois.
Tras atentar contra un avión de la American Airlines, entre 1980 y 1985 eligió como blancos a otras cinco facultades. Luego comenzaron los atentados personales: un ejecutivo murió al estallar explosivos en su casa de Nueva Jersey y un especialista en análisis de sistemas resultó mutilado por una encomienda que explotó en su oficina.
Su última víctima fue Gilbert Murray, un industrial de Sacramento que murió al recibir un paquete explosivo el 24 de abril de este año. Dos meses después, el "Unabomber" regresó con falsas amenazas y causó pánico en el aeropuerto de Los Angeles.

El pensamiento de un feroz criminal

NUEVA YORK (Del **New York Times News Service**, especial para **Clarín**). – Los que siguen son fragmentos del manuscrito enviado en junio al diario **The New York Times** por el terrorista postal llamado "Unabomber", que viene cometiendo atentados desde hace 17 años. El manuscrito, que fue analizado por el FBI, lleva el título "La sociedad industrial y su futuro" y es atribuido en su primera página a un grupo denominado FC, al que el terrorista dice pertenecer pero que según los investigadores no existe.

• "**La revolución industrial y sus consecuencias fueron un desastre para la raza humana.** Aumentó mucho la expectativa de vida de quienes vivimos en países 'avanzados', pero se desestabilizó la sociedad, se convirtió la vida en algo frustrante, se sometió a los seres humanos a una serie de indignidades, se evolucionó hacia un sufrimiento psicológico generalizado y se infligieron graves daños al mundo natural. El incesante desarrollo de la tecnología empeorará la situación. Someterá seguramente a los seres humanos a mayores indignidades e infligirá serios daños al mundo natural. Conducirá posiblemente a una mayor fractura social y a mayores sufrimientos psicológicos."

• "**El sistema industrial tecnológico sobrevivirá o se quebrará.** Si sobrevive, generará a la larga un bajo nivel de sufrimiento físico y psicológico, pero recién después de atravesar un largo y doloroso período de ajuste que convertirá en forma permanente a los seres humanos en meras piezas de la maquinaria social. Si el sistema sobrevive, las consecuencias serán inevitables: no existe la manera de reformar o modificar el sistema sin privar a la gente de dignidad y autonomía."

• "**Si el sistema colapsa, las consecuencias también serán muy dolorosas.** Cuanto más grande se vuelva el sistema, más desastrosos serán los resultados de su colapso. De modo tal que si va a colapsar, es preferible que lo haga cuanto antes."

• "**Estamos a favor de una revolución contra el sistema industrial.** Esta revolución puede, o no, hacer uso de la violencia; puede ser repentina o un proceso relativamente gradual que se prolongará durante algunas décadas. No podemos anticipar ninguna de estas opciones. Sí podemos hacer un esbozo de forma muy general de las medidas que aquellos que odian al sistema industrial tomarían para preparar el camino para una revolución en contra de esa forma de sociedad. Esta no será una revolución política. Su objetivo será el de derrocar no a los gobiernos sino a la base económica y tecnológica de la sociedad actual."

• "**Casi todos estarán de acuerdo en que vivimos en una sociedad muy conflictiva.** Una de las manifestaciones más difundidas de la locura de nuestro mundo es el izquierdismo."

• "**Qué es el izquierdismo?** En la primera mitad del siglo XX podría haberse identificado con el socialismo. Hoy, el movimiento está fragmentado y no está claro a quién puede llamarse izquierdista con propiedad."

• "**Muchos izquierdistas se identifican con los problemas de ciertos grupos** que tienen la imagen de ser débiles (mujeres), derrotados (indígenas norteamericanos), repulsivos (homosexuales) o inferiores, del modo que sea. Los propios izquierdistas sienten que estos grupos son inferiores. Ellos nunca admitirían tener este tipo de sentimientos, pero es precisamente porque ven a estos grupos como inferiores que se identifican."

• "**Los izquierdistas tienden a odiar todo lo que parezca fuerte, bueno y exitoso.** Odian a los Estados Unidos, a la civilización occidental, a los hombres blancos y a la racionalidad." 2-2

02|02.

950837 1

9508371

9508372

Encuentran [illegible]

518593

2218

11213

5221 [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ENCUENTRAN BOMBA EN ESTACION DE HAMBURGO

Hamburgo (RFA), [illegible] ago (EFE).- La policía alemana encontró hoy, martes, una bomba [illegible] en una maleta [illegible] de los corredores de la [illegible] informó un portavoz.

Los artificieros [illegible] investigando [illegible] de la misma estación.

La policía ha [illegible] acordonado la zona y un importante número de agentes y de bomberos está [illegible] de otros posibles artefactos. EFE

[illegible]

[illegible]

9508372

01/01

España quiere más extradiciones

España se propone modificar el tratado de extradición con Uruguay, a fin de facilitar la entrega de ciudadanos vascos sospechosos de pertenecer o haber mantenido vinculaciones con ETA. Así lo anunció en Madrid la secretaria de Estado de Interior, Margarita Robles. El acuerdo vigente, suscrito hace más de cien años, contiene disposiciones que, en opinión de su gobierno, no facilitan un trámite suficientemente rápido y que, en estos años, provocaron cinco decisiones judiciales denegatorias a las ocho solicitudes de extradición formuladas.

El 23 de junio último España actualizó el tratado que, en esa misma materia, rige sus relaciones con México, donde residen unos 200 vascos que tienen la condición de refugiados.

Hace algunas semanas las autoridades de Madrid reclamaron que se revise la disposición del nuevo texto por la cual éste sólo es aplicable a quienes ingresen al territorio mexicano después de su entrada en vigor y que, en definitiva, se habilite la entrega de quienes ya cuentan con el estatuto de refugiado.

Nº DOCUMENTO 9508374
TITULO Detención de miembro de Hamas
PROCEDENCIA 518593
FECHA 29/8
VINCULACIONES 11847
514407

FA1003
R POXRT 08-29 00132
mun exg

PALESTINOS-SUICIDAS
POLICIA PALESTINA DETIENE A UN TERRORISTA DE HAMAS

Jerusalén, 29 ago (EFE) - Las fuerzas de seguridad palestinas detuvieron hoy, martes, a un terrorista del grupo Hamas poco antes de que saliera de la zona autonoma de Gaza para cometer un ataque suicida en la estación de autobuses de Tel Aviv, informó esta noche la televisión estatal israelí.

Junto con el terrorista, que llevaba una cantidad indeterminada de explosivos amarrada a su cuerpo, fueron arrestados otros cuatro militantes del Movimiento de la Resistencia Islámica (Hamas), agregó la emisora israelí, que no citó sus fuentes.

Hace ocho días, un terrorista suicida del citado grupo extremista palestino lanzó un ataque en un autobús de línea de Jerusalén y además de la suya, causó la muerte a cuatro pasajeros y heridas a otros 138. EFE

ez/egn/mlr

08/29/17-18/95

01/03

9508374

FA0978

R POXRT 08-29 00185

mun exg

PALESTINOS-INTEGRISTAS

POLICIA PALESTINA DETIENE A MAS DE 30 MILITANTES HAMAS EN GAZA

Gaza, 29 ago (EFE) - La Policía palestina ha detenido a más de 30 militantes del grupo integrista musulmán HAMAS hoy, martes, en la zona autónoma de Gaza, según informó el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, al ministro israelí de Turismo, Uzi Baram, durante una entrevista en Gaza.

Fuentes israelíes dijeron que las detenciones se produjeron en el marco de un nuevo plan adoptado por la Policía palestina, después de que Israel descubriera la pasada semana una red del Movimiento de Resistencia Islámica (HAMAS) en Cisjordania ocupada, responsable de dos recientes atentados terroristas.

Las detenciones de hoy se basan en parte en informaciones que transmitió Israel a la ANP sobre las actividades del HAMAS en los territorios bajo su jurisdicción.

Arafat y Baram trataron en su reunión asuntos relativos al turismo, y el ministro israelí le ofreció a la ANP su ayuda en la planificación de diversos lugares turísticos que han pasado a sus manos tanto en Gaza y Jericó como en Cisjordania, donde en breve también regirá la autonomía palestina. EFE

ro/cr/mlr

08/29/15-15/95

02

9508374

[illegible]

DOC. CLARO

03/03

9508374

I

1/6

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 5 DE SETIEMBRE DE 1995

Pase al Señor Sub-Director Interior para su conocimiento y notificación, Sumario de Información Nro. 9508376 (Período del 18AGO95 al 31AGO95).

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la DGID

C/N (CG)

... Herrera

9508376.

001/006

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
MONTEVIDEO, 1 DE SETIEMBRE DE 1995

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: 16AGO95 al 31AGO95

TEMARIO

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA
B.- BRASIL
C.- COLOMBIA

II.- RESTO DEL MUNDO

A.- EX-YUGOSLAVIA

002 9508376

R E S E R V A D O

I. AMERICA DEL SUR

A.-ARGENTINA

1.-FACTOR POLITICO

MALESTAR POR DECLARACIONES DE CAVALLO

Las declaraciones ante el Parlamento del Ministro de Economía DOMINGO CAVALLO provocaron gran malestar dentro del ámbito político, al denunciar la existencia de mafias en los poderes del estado que responderían a grupos económicos, aclarando que no habrían miembros del Gobierno argentino o Legisladores oficialistas involucrados en esas organizaciones delictivas. También afirmó que dichos grupos tendrían ramificaciones en URUGUAY.

Estas declaraciones se produjeron cuando se analizaba la Ley de Correos y la posibilidad de que en setiembre se promulgara una ley que dividiría la cartera de economía, creando los Ministerios de Hacienda y de Producción y Agricultura.

Posteriormente el Presidente MENEM brindó su total respaldo al Ministro CAVALLO, ratificándolo en el cargo y dejando sin efecto la división del Ministerio. A su vez CAVALLO fue apoyado por la mayoría de la población, por el grupo de empresarios más importante de ARGENTINA y por medio del Embajador de EE.UU. en ARGENTINA se supo que el Ministro "cuenta con el apoyo del mundo internacional financiero y de su Gobierno".

La figura del Ministro se ha visto fortalecida tanto en el plano político interno como internacional. Quedó nuevamente en manifiesto la influencia determinante que tiene la permanencia del Ministro en su cargo para la continuidad del Modelo Económico.

B.-BRASIL

1.-FACTOR POLITICO

MOVIMIENTO SEPARATISTA VISITA NUESTRO PAIS

El pasado 25 de agosto, presenciaron los festejos de los 170 años de nuestra independencia representantes del Movimiento Separatista "PAMPA GAUCHA", corriente que busca la creación de una nueva República a partir de la unificación de los estados de RIO GRANDE DEL SUR, SANTA CATARINA y PARANA.

El líder separatista, integrante de la delegación, CARLOS SCHNEIDER, elogió la figura y el discurso del Ministro del Interior, DIDIER OPERTTI.
SCHNEIDER afirmó que "los elogios no son casuales, ya que OPERTTI fue uno de los primeros en admitir la problemática inherente a la desigualdad entre los socios del MERCOSUR".

La posibilidad de que esta postura secesionista se concrete es remota. Sus líderes estarían buscando el apoyo de autoridades de nuestro país, tratando de involucrarlos en posturas que a la postre perjudicarían nuestro relacionamiento con BRASIL. No debe descartarse que el proyecto de PAMPA GAUCHA incluya al URUGUAY.

C.- COLOMBIA

1.- FACTOR POLITICO

CRISIS EN EL GOBIERNO DE ERNESTO SAMPER

A raíz de una denuncia planteada por el candidato derrotado del PARTIDO CONSERVADOR, ANDRES PASTRANA, en la que revela presuntos aportes económicos del narcotraficante Cartel de Cali a la campaña electoral del Presidente ERNESTO SAMPER, COLOMBIA enfrenta una aguda crisis política.

Dentro de las investigaciones que realiza la Fiscalía General, fue ordenada la detención del ex Ministro de Defensa, FERNANDO BOTERO por su presunta responsabilidad en el hecho.

Ante dicha situación, el Presidente ERNESTO SAMPER cuenta con el apoyo popular, empresarial, de la Iglesia y de distintos partidos políticos. Por su parte, algunos sectores políticos de EE.UU. han realizado críticas en contra de SAMPER.

Un hecho que merece ser mencionado, es la destitución un año atrás, del entonces Director del Departamento Antidrogas de EE.UU. (DEA), JOSEPH TOFT, luego de definir a COLOMBIA como una narcodemocracia.

La crisis política existente en COLOMBIA transcurre luego de que las fuerzas colombianas obtuvieran algunas de sus mas resonantes victorias en la lucha contra el Narcotráfico y la guerrilla, respondiendo en parte a enérgicos reclamos del gobierno de EE.UU.

Pese al interés de ANDRES PASTRANA de provocar la caída del Presidente SAMPER y seguramente del cartel de CALI y la guerrilla de desestabilizar las instituciones colombianas, la posición de apoyo o censura que adopte EE.UU. puede ser determinante para la permanencia de SAMPER en su cargo.

21

II.- RESTO DEL MUNDO

A.- EX-YUGOSLAVIA

El 5 de agosto, CROACIA lanzo un ataque a gran escala a fin de recuperar territorios perdidos de KRAJINA, lo que frustró las aspiraciones de los rebeldes serbios para crear una GRAN SERBIA.

Asimismo, las fuerzas serbo-bosnias continuaban el bombardeo de DUBROVNIK.

El 23 de agosto se registró la primera participación de las Fuerzas de Intervención Rápida (FIR) contra los serbo-bosnios por las sucesivas violaciones al alto el fuego.

Las fuerzas serbo bosnias días después lanzaron un ataque a SARAJEVO.

El 20 de agosto, aviones militares de la OTAN bombardearon objetivos serbo bosnios, en una acción de represalias por la acción en SARAJEVO, después de que la ONU y el GRUPO DE CONTACTO, verificaran que los ataques provinieron de territorio serbo bosnio y expresaran su apoyo a las medidas militares.

En el plano político, el parlamento serbo bosnio y el gabinete serbio han decidido sumarse a la iniciativa de paz de EE.UU. que incluye la división de BOSNIA, mutuo reconocimiento, etc. Esta iniciativa choca con la actitud de los dirigentes musulmanes, que exigen represalias por los sucesivos ataques.

Las acciones militares parecen tender a la consolidación de las fronteras. No se espera a corto plazo la solución del problema de los refugiados ni la finalización de conflictos con minorías que no aprueban los términos de la iniciativa para la paz.

006/006. 9508376

9508377 Fiscalía de Brescia está investigando a Antonio Di Pietro

11876
507604
11164
11426

9508377

01/01

Se asegura que Fiscalía de Brescia está investigando a Antonio Di Pietro

• Lo acusan de haber recibido un auto de la empresa en quiebra

La Fiscalía de la ciudad norteña de Brescia ha inscrito de nuevo, presuntamente, en el registro de los investigados al ex fiscal símbolo de la lucha contra la corrupción, Antonio Di Pietro, informó la prensa italiana, cosa que no desmiente ni confirma el fiscal bresciano Fabio Salomone.

ROMA. (Agencias). Según la prensa, Di Pietro, que abandonó definitivamente la magistratura el pasado abril, está acusado de un presunto delito de concusión, relacionado con la quiebra de la empresa de seguros MAA Assicurazioni, que cerró con un "agujero negro" de 50.000 millones de liras (31,3 millones de dólares).

Concusión es la exacción arbitraria hecha por un funcionario público en beneficio propio.

La investigación, siempre según las mismas fuentes, comenzó después que el abogado del General Giuseppe Cerciello, de la Policía fiscal, acusado por Di Pietro de corrupción, afirmara que Giancarlo Gorrini, ex accionista de control de la aseguradora MAA, había recogido 600 millones de liras a petición del ex fiscal de Manos Limpias para pagar las deudas de juego de un amigo.

Un auto de regalo

El abogado también lo acusó de relaciones poco claras con la MAA, destacando, siempre según la prensa, que Di Pietro logró que su esposa -la abogada Susana Mazzoeni- se hiciera de todas las causas legales que la compañía tuviera que afrontar, y que el ex fiscal recibió un automóvil Mercedes de parte de la empresa en quiebra.

En ambientes judiciales no se descarta que la noticia sea una más de las "venenosas" lanzadas contra Di Pietro, mientras que en ambientes judiciales de Milán -donde trabaja el ex fiscal- y de Brescia la respuesta es "no sabemos nada".

Esta no es la primera vez que el abogado de Cerciello acusa a Di Pietro. El pasado 3 de abril -por lo que el ex fiscal fue inscrito por segunda vez en el registro de los investigados en Brescia- lo acusó de haber presionado a varios militares de la Policía fiscal implicados en casos de corrupción, entre ellos al General, para que implicaran al ex Primer Ministro Silvio Berlusconi.

Otros casos

Berlusconi está acusado por la fiscalía de Milán de concurso en corrupción, referente a las comisiones ilegales pagadas por varias de sus empresas a agentes de la Policía fiscal (Guardia de Finanzas) para que "suavizaran" los controles fiscales. Por otra parte, el Juez romano, Vincenzo Terranova concedió el arresto domiciliario al empresario Ferdinando Mach Di Palmstein, considerado el "cajero" del ex Presidente socialista del gobierno, Bettino Craxi, para las recaudaciones de comisiones ilegales y condenado el pasado 29 de abril a tres años de prisión.

El financiero fue reconocido culpable de un delito de concusión y además de los años de cárcel le fue prohibido ejercer cargo público en los próximos tres años y realizar contratos con la administración del Estado. Mach Di Palmstein abandonará en las próximas horas la cárcel romana de Rebibbia.

MILAN (Especial para **Clarín**). – Un tumultuoso río de veneno se abatió ayer sobre el ex fiscal-símbolo de la Operación Manos Limpias, **Antonio Di Pietro**, uno de los personajes más populares de Italia: un diario reveló, y fue desmentido, que un viejo amigo de Di Pietro lo había chantajeado obligándolo a renunciar a su cargo, el 6 de diciembre pasado.

El matutino "La Repubblica" indicó que ese viejo amigo fue el que amenazó a Di Pietro con revelar el préstamo que le había concedido Giancarlo Gorrini, que era presidente de la compañía de seguros Maa, hoy en bancarrota judicial. Según el diario ese viejo amigo, que evidentemente trataba de **frenar el ímpetu investigador** del ex magistrado en casos de corrupción, también prometía revelar "otras cosas".

Gorrini era también amigo de Di Pietro y le prestó 120 millones de liras, unos 80.000 dólares hace unos años, con los que el ex fiscal compró una casa y un automóvil Mercedes Benz.

Gorrini, que se encuentra en apuros por la bancarrota de la compañía de seguros que presidía (y cuyo titular fue en una época anterior el famoso actor Bud Spencer), se ha convertido en el principal acusador de Di Pietro.

CLARIN 9-6-95

Rumores

A muchos parecieron poco creíbles las razones que dio Antonio Di Pietro para renunciar a la magistratura una semana antes de someter a interrogatorio al entonces primer ministro y líder derechista **Silvio Berlusconi**, acusado de corrupción. Durante meses han ido creciendo los rumores de amenazas y chantajes a Di Pietro. Finalmente el río de veneno ha salido a la superficie.

El fiscal de Brescia que investiga las acusaciones contra Di Pietro, Fabio Salamone, desmintió ayer por la tarde la información de "La Repubblica", que afirmaba que el viejo amigo chantajista del ex fiscal estaba siendo indagado por extorsión. "Esto no es cierto y **no hay el menor indicio de que Di Pietro haya renunciado por un chantaje**", dijo Salamone.

Pero ayer estalló otro grave escándalo vinculado a Di Pietro. El semanario "Panorama", de **la editorial Mondadori** -propiedad de Silvio Berlusconi- reveló que en octubre del año pasado, cuando Berlusconi era primer ministro, había arribado a las esferas del Ministerio de Justicia un expediente reservado que acusaba a Di Pietro.

Según "Panorama", el "dossier" fue enviado a uno de los inspectores del ministerio que llevaron a cabo una polémica inspección a los fiscales anticorrupción de Milán, incluso Di Pietro, acción que muchos consideraron una "vendetta" de Silvio Berlusconi.

Este inspector, que se llama Domenico De Biase, habría revelado a varios periodistas la existencia del expediente, que incluía cinco folios escritos por el asegurador en bancarrota Giancarlo Gorrini. En ese memorial, Gorrini refería el préstamo a Di Pietro y también afirmaba que el fiscal le había pedido que prestara dinero al jefe de la policía municipal de Milán, Eleuterio Rea, que había contraído deudas de juego por más de 250.000 dólares. Rea era un amigo de Di Pietro, de la época en que ambos eran comisarios de la policía.

El gran escándalo, que estalló por la noche, fue que las revelaciones sostienen que el promotor del expediente contra Di Pietro fue nada menos que el senador Cesare Previti, ministro de Defensa durante el gobierno de Silvio Berlusconi.

Julio A. Aranas

9508377

La República Sábado 10 de junio de 1995

Se utilizará para préstamos de hasta U$S 25 mil, capacitación y apoyo a transportistas

Gobierno italiano aportó más de medio mill de dólares a las cooperativas de produccić

■ El Ministerio de Asuntos Exteriores de Italia (MAE) aprobó un proyecto de cooperación internacional que beneficia a las cooperativas de trabajo de nuestro país y se instrumenta a través de Federación de Cooperativas de Produoción del Uruguay (FCPU).

La organización no gubernamental Cospe (Florencia) ha sido la contraparte italiana que se encargó de gestionar dicha iniciativa ante el MAE y es responsable del control y seguimiento del programa. El monto aportado por el gobierno italiano, como donación directa para el país, es de U$S 660.000 aproximadamente. La Federación y las cooperativas involucradas aportan una contrapartida nacional del orden de los U$S 400.000.

Según fuentes de la propia federación, mediante el proyecto, durante tres años, se financia:

—un fondo de pequeños créditos (hasta U$S 25.000) para cooperativas de producción (trabajo), operando en convenio con Fundasol;

—actividades de capacitación, asistencia técnica y elaboración de programas de desarrollo;

—equipamiento para la Federación;

—inversiones y servicios para el sector de transporte cooperativo (Raincoop y la Central de taxis, UCAT).

UN LARGO CAMINO

El proyecto debió recorrer un camino de varios años hasta su aprobación definitiva. Con él se completa una serie de logros impulsados desde la Federación, en cuanto a promoción de actividades de desarrollo y consolidación de fuentes de trabajo. Para ello se trabajó, además de Cospe, con varias organizaciones de cooperación internacional, de diversos países.

Entre dichos logros, se destaca:

—Apoyo al sector artesanal-textil, conjuntamente con Gadu (Grupos Artesanales del Uruguay). Se creó y equipó una estructura central con local propio, a través de la cual se realizan actividades de diseño, capacitación, apoyo al proceso productivo, comercialización y fondo de crédito.

—Respaldo a cooperativas de taxis (y particularmente a la Central UCAT) en materia de capacitación, asistencia técnica y pequeñas inversiones.

—El sector de transporte cooperativo de Montevideo tiene en este proyecto del MAE, un apoyo inicial para planta de recauchutaje de cubiertas y otras iniciativas de mayor envergadura están pendientes de ser reactivadas por parte de las cooperativas de la rama.

—Capacitación, asesoramiento, proyectos y control de gestión a cooperativas de trabajo de las distintas ramas; por demanda de las mismas o mediante programas impulsados desde la Federación.

Los próximos pasos para la implementación del proyecto MAE-Cospe-FCPU, comprenden:

—difusión de los servicios (incluido el Fondo de Crédito), hacia las cooperativas y sectores públicos y privados vinculados al tema.

—relevamiento de las cooperativas de Montevideo e interior que pueden ser usuarias de los servicios y de sus condicio cioeconómicas en el momento de partida del proyecto.

—puesta en marcha del fondo de crédito (o fondo rota

—funcionamiento de los servicios de asistencia téc consultoría

—lanzamiento del plan de capacitación, comenzand cursos básicos para las nuevas cooperativas de taxis en el m junio

Todo el desarrollo del programa tendrá evaluaciones per cas con la participación de dirigentes, técnicos y miembro las cooperativas.

La Federación, además de este proyecto y sus naturales a vidades gremiales, tiene otra serie de programas de apoyo a cooperativas de producción, incluyendo convenios con Fun sol, asesoramiento y elaboración de proyectos.

EL EX FISCAL HABLÓ EN BUENOS AIRES

Antonio Di Pietro y sus "manos limpias"

El hombre clave del operativo anticorrupción más exitoso de Italia inició ayer un ciclo de conferencias en Argentina para plantear y discutir sobre la forma de evitar ilícitos

POR GABRIELA INCIARTE
corresponsal en Buenos Aires

El responsable del famoso operativo italiano "Mani Pulite" (manos limpias), Antonio Di Pietro, se encuentra en Buenos Aires participando del seminario "Herramientas de lucha contra la corrupción".

Invitado por el Colegio de Abogados de esta ciudad, Di Pietro expuso ayer sobre "Corrupción y mundo empresario". El ex fiscal (renunció en diciembre del año pasado) sostuvo que los sistemas político y económico se sostienen uno con otro y aseguró que con corrupción no existen ni la democracia ni la libertad. "Economía y política son la esencia de la democracia liberal", dijo el ex fiscal "y la corrupción es un atentado a la democracia".

> *"Economía y política son la esencia de la democracia liberal", dijo el ex fiscal*

Di Pietro admitió que nunca sabe cómo empezar este tipo de exposiciones porque aún hoy no tiene resuelto el dilema del huevo y la gallina. "¿Quién es el primero?", se preguntó. "Las empresas que corrompieron a las instituciones, tentando a los políticos, o éstos que exigieron 'peajes' a los empresarios para permitirles hacer negocios".

El italiano explicó que en Italia se creó una relación perversa entre el sistema político y el sector empresario a partir de la Segunda Guerra Mundial. "Las democracias tenían que modernizarse y se comenzó a hablar de grandes proyectos. Pero no se recurrió a los mejores para desarrollarlos", dijo Di Pietro, "sino que aparecieron empresarios mediocres que con la ayuda del sector político, accedieron de modo privilegiado al mercado", explicó.

"El sistema terminó por balcanizarse en feudos de poder, con emprendimientos inútiles para el ciudadano pero muy redituables para ellos", señaló.

Más adelante, Di Pietro subrayó que no tiene nada en particular contra el poder económico. "No soy el último comunista", bromeó, haciendo referencia a las acusaciones que recibió cuando inició el proceso "Mani Pulite", "pero pretendo una moderna democracia liberal y para ello es necesario eliminar la corrupción tanto adentro como afuera del poder", subrayó.

LA CORRUPCIÓN NO TERMINA

Con respecto a las consecuencias que hasta ahora ha tenido el operativo, el ex fiscal manifestó que "la corrupción no termina nunca, o al menos no de la noche a la mañana. Pero sirvió para reducir los niveles de corrupción y para que la sociedad tome conciencia... y eso es muy bueno", enfatizó.

PERFIL

Antonio Di Pietro
Ex fiscal italiano

El éxito de su operativo "manos limpias" se basó en la eficacia y la firmeza a la hora de desenredar las complejas tramas de corrupción en la política italiana.
Siendo fiscal recibió numerosas amenazas de muerte que no opacaron ni mermaron su tenacidad.
A pesar de no pertenecer a la clase política tiene numerosas ofertas para encabezar partidos, alianzas y coaliciones políticas en toda Italia.
"Tonino", como se le conoce popularmente, prefiere mantenerse fuera de la política anunque "no lo he descartado por completo", suele contestar.

"MANI PULITE"

El operativo "Manos Limpias" se inició en Milán, Italia, en febrero de 1992, impulsado por el entonces fiscal, Antonio Di Pietro, para luego extenderse al resto de la península.

En tres años, los fiscales que en él participan indagaron a cuatro primeros ministros, a 80 parlamentarios, a un sinnúmero de funcionarios de alto rango, embajadores, jefes políticos y a los más poderosos empresarios italianos. Un total de 2.700 personas, 1.000 de las cuales ya quedaron bajo proceso. Hasta ahora hay 750 encarceladas, 450 con juicio ya concluido.

> *Prácticamente cualquier contratación pública incluía algo de corrupción*

Se calcula que Italia ha perdido miles de millones de dólares con este proceso, al dejar al descubierto "coimas" que llegaban, en los casos más exagerados, a los 100 millones de dólares, en la concesión de algunas obras públicas.

Se pudo comprobar que prácticamente cualquier contratación pública incluía alguna forma de comportamiento corrupto de algún funcionario.

En los momentos de mayor presión (asesinaron a dos jueces) el apoyo de la sociedad fue fundamental y la independencia de los otros poderes del Estado fue el factor clave que permitió el progreso de las investigaciones por corrupción en Italia.

El ex fiscal italiano y precursor del operativo "mani pulite" (manos limpias), concluyó ayer su participación en el seminario "Herramientas de lucha contra la corrupción", al disertar sobre el tema en Buenos Aires donde exhortó a luchar contra ese "flagelo" para la preservación de una democracia liberal.

En un aula desbordada de público -se estima que más de 300 personas concurrieron a la exposición de Di Pietro en la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires- el ex fiscal italiano aseguró que una Justicia independiente del Poder Ejecutivo es el factor clave para poder combatir efectivamente la corrupción.

El Poder Judicial debe tener una autonomía total respecto del Poder Ejecutivo

Di Pietro consideró que la lucha en su país para "limpiar" de la escena política la corrupción fue esencial para mantener el estado de derecho "porque con corrupción no hay democracia".

En cuanto a la autonomía judicial, Di Pietro advirtió que "el poder judicial debe ser completamente independiente del Poder Ejecutivo, como lo es en nuestro país", afirmó Di Pietro.

En ese sentido, subrayó que en Italia sólo se accede al cargo de juez o fiscal por concurso público. "No basta con ser amigo de algún político", enfatizó para dejar en claro la importancia de separar a la Justicia del poder político de turno.

El popular jurista destacó además que la inmunidad parlamentaria no debe ser absoluta y que debe existir un marco de normas que permita a los magistrados investigar, si es preciso, a cualquier miembro legislativo si existen denuncias de corrupción que lo involucren.

Debe haber, además, un código de ética empresarial y un control sobre la administración pública. Para ello es importante -y prácticamente primordial- elaborar un registro patrimonial para que los funcionarios declaren sus bienes al iniciar un mandato y, de existir alguna denuncia de enriquecimiento, el funcionario involucrado debe comprobar que el dinero ganado fue limpiamente obtenido.

Di Pietro defendió la impunidad para quienes se arrepientan y devuelvan bienes

Los funcionarios públicos tienen que ser condenados también -según Di Pietro- por los delitos que hayan cometido en representación del país en el exterior o en forma personal para lavar dinero, para lo cual es imprescindible que los Organismos Internacionales establezcan la obligatoriedad de prestar asistencia jurídica entre los Estados.

Según el ex fiscal, otro aspecto conveniente para poder luchar contra la corrupción, es asegurar la impunidad para los que se arrepienten dentro de cierto plazo y devuelvan los bienes obtenidos de forma ilegal.

Di Pietro remarcó que la Constitución de cada país tiene que garantizar todas las investigaciones necesarias, y en ese sentido la acción penal debe ser obligatoria. Subrayó el papel que cumple la prensa libre en todo el mundo y reivindicó su lucha contra la corrupción.

- **OPERATIVO.** "Manos limpias" se inició en Milán, Italia, en febrero de 1992, impulsado por el entonces fiscal, Antonio Di Pietro, para luego extenderse al resto de la península
- **FIRMEZA.** En el operativo se llegaron a indagar un total de 2.700 personas, 1.000 de las cuales ya quedaron bajo proceso.
- **CÁRCEL.** Hasta el momento hay 750 personas encarceladas, 450 de ellas con juicio concluido, en un récord de eficacia sin precedentes en la justicia italiana.
- **POPULARIDAD.** Di Pietro pasó a ocupar los titulares y las primeras planas de la prensa logrando un nivel de popularidad superior al de las principales figuras políticas de la península. Para que uno de los puntos que llevaron al éxito de Manos Limpias fue la eliminación de la "prisión preventiva" para los delitos de corrupción.
- **SECRETO.** Según el otro punto fundamental es la del "secreto de sumario" para que el público y posibles "interesados" no conozcan detalles relativos al caso ni la identidad del acusado, al menos en las primeras instancias
- **SUICIDIOS.** Durante la era Di Pietro hubo once suicidios de altas personalidades acusadas de corrupción. Se dijo entonces que los jueces estaban tomando un poder excesivo en Italia y que por atrapar culpables se desconocíasn los derechos de los inocentes

La visita de Antonio Di Pietro

Por Ernesto O'Farrell
(Para LA NACION)



El ex fiscal Di Pietro en conferencia de prensa (Foto de Marciano Saucedo)

La reciente visita del ex magistrado italiano, a quien se identifica como el inspirador y principal ejecutor del espectacular proceso que vivió Italia conocido como "mani pulite", fue un acontecimiento poco común.

Debe ser muy difícil encontrar a una persona tan destacada, y que tanta influencia alcanzó en su país y buena parte del mundo, que sea tan modesta en su trato y transmita tanta franqueza y sinceridad.

Respuestas no habituales

Tanto en charlas privadas como en sus presentaciones públicas, tuvo muchas respuestas que no son habituales en hombres de sus antecedentes, quienes por lo general parecen creerse infalibles y que todo lo pueden.

En un lenguaje sencillo, pero claro, dio un acabado "racconto" de su formidable experiencia, señalando no sólo los éxitos sino también sus fracasos.

En la actualidad parece existir una campaña tendiente a desacreditarlo, arguyendo que se excedió en sus poderes de investigador, y que en definitiva los resultados de sus investigaciones fueron casi nulos. Estas afirmaciones, poco creíble aunque difícil de evaluar la primera y claramente falsa la segunda, no parecen tener fundamento.

Sin duda "mani pulite" se ha enfrentado con quienes tenían a su alcance los medios y relaciones necesarios para contar con las mejores defensas a cargo de abogados de primera línea que no habrán permitido que se viole la ley en perjuicio de sus defendidos.

Los resultados

En cuanto a los resultados, cada uno tiene derecho a su opinión, pero creo que en buena medida, después de "mani pulite", Italia es un país mejor que antes. Al menos, así parecen haberlo entendido los votantes.

En sus dos presentaciones en la Facultad de Derecho de la UBA, y en el desayuno ofrecido por el Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires, fueron muchas las enseñanzas que nos ha dejado Antonio Di Pietro, entre ellas algunas que deseo destacar porque quizá sorprendan.

Me impresionó el respeto con que habló de los abogados, que tienen a veces que defender a quienes han violado la ley, pero cuya intervención considera indispensable como control que necesitan los magistrados.

También insistió en que para poder tener éxito en empresas de este tipo es muy importante atenerse a lo que marca la ley. Quizás un lugar común, pero me parece importante el énfasis que puso en esta afirmación.

Finalmente expresó que un proceso de esta envergadura sólo puede darse en una democracia afirmada, donde las instituciones funcionen plenamente, la situación económico-social sea relativamente estable, y donde exista un apoyo importante de la opinión pública y de los medios.

La visita fue breve y discreta, pero difícilmente olvidable para quienes tuvimos la fortuna de tratarlo personalmente. Por suerte nos dijo que no será la única.

9508380
Doce opciones en un solo referendum.

11876
5076041
11164
11437

Casi 50 millones de italianos a las urnas

Doce opciones en un solo referendum

11/6

Por Rolando Rivière

LcNa (Corresponsal de LA NACION en Europa)

ROMA - "Tutti i colori di Tiepolo!" exclama, sarcástico, un amigo de este cronista. Tiene razón. Hagamos una lista de las boletas de esta enredada consulta que no entusiasma a casi nadie e interesa a muy pocos. TV pública (privatización parcial o no), naranja; TV privada (un solo canal por propietario o varios, como quiere Berlusconi, que ya tiene tres), verde; publicidad (cantidad y cortes en films), marrón; agencias (proporción) celeste; mafia (abolición del domicilio preventivo), rojo; abolición de las normas sindicales divididas en competencias, amarilla; autonomía, marfil; cuotas, verde claro, y sindicatos públicos, gris. Abolición de la segunda vuelta electoral en las elecciones de intendentes, azul y, para finalizar, la legislación comercial (¿deben decidir los intendentes sobre horarios y aperturas?) dos boletas, una violeta para los horarios y otra rosa para la planificación.

Sí, todos los colores de la riquísima paleta del veneciano. ¿Cuántos votarán mañana? Desde que empezó la campaña hace un mes hasta elcierre, ayer, el desinterés y el escepticismo han dominado un proceso donde no faltan escándalos, como la presunta posesión, en manos del ex ministro de Defensa de Berlusconi, Cesare Previti, de un informe que acusa al ex magistrado de las "Manos limpias", Antonio Di Pietro, de maniobras bastante sucias. O las declaraciones de un miembro arrepentido de la Camorra, la mafia napolitana, contra Paolo Berlusconi, hermano de Silvio. Según este enésimo "pentito" Paolo era un consumidor de la cocaína que distribuía la actriz Gioia Scola, ex de Paolo.

Para que este cóctel de opciones ajenas entre sí tenga validez es preciso que vote el 51 % del electorado: unos 25 millones. De lo contrario será nulo.

Massimo D'Alema, líder del comunismo reciclado en el Partido Democrático de la Izquierda (PDS) cerró la campaña por el Sí contra el monopolio televisivo, en Mantua. Sin embargo, el PDS no ha trabajado con excesivo fervor. En Roma, Gianfranco Fini, otro reciclado, pero esta vez del neofascismo, lo hizo por el "No". A su lado, Berlusconi. Silencioso. Lo habría prometido por una cuestión de estilo. Sus canales, demostrando ejemplar independencia, bombardeaban en favor del No. Anoche, el Canal 5 de Berlusconi, lanzó un programa espectacular celebrando sus 15 años de vida. El mensaje, no exactamente subliminal, sugería al potencial elector las bondades del sistema actual.

Las derechas coaligadas en torno a Berlusconi no son homogéneas. Ideólogos de Forza Italia (FI) como Urbani piensan que el adelanto de las elecciones generales que propugna el "cavaliere" no es conveniente y ese criterio lo comparten otros aliados de FI en el sector democristiano.

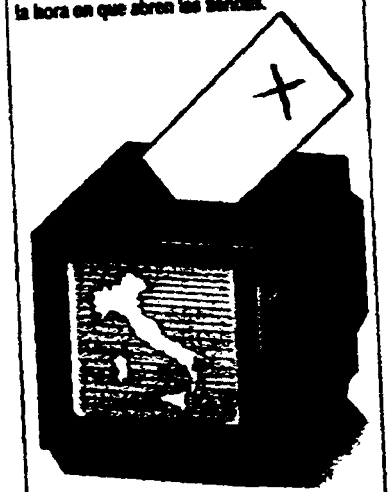
Las izquierdas por su lado, aguardan un posible tirunfo limitado de las derechas en el referendum. El PDS apenas si se movió. Despojado de argumentos ideológicos que en otros tiempos le habrían dotado de mayor poder de convocatoria, especula con la posible abstención y aguarda, como aguardó siempre, que muchos democristianos que ahora apoyan al centro derecha vengan a sus brazos en el futuro hipnotizando coaliciones, en la más sólida tradición política de este país. ¿Los ciudadanos? Si mañana el día es bueno, mejor irse al campo. O "todos a la playa" como en "Nunca en domingo".

01-02

9508380

REFERENDO ITALIANO

La gama de temas en el referendo de ayer abarcó desde la televisión hasta la hora en que abren las tiendas.



Resultados en los principales temas:

No. En las consultas sobre los canales de Berlusconi venció él. Lo que no significa que Berlusconi mantenga la propiedad de sus cadenas de TV.

Sí. La mayoría votó por la privatización de la RAI.

No. El objetivo era impedir que una sociedad publicitaria pudiera trabajar en más de una cadena de TV

No. La abolición de poderes de gobiernos locales para establecer horarios de los comercios.

REUTER

02-02

050 83 80

9 508381
Referendo favorable a Berlusconi

11876
5076042
11164
11437

■ SEGUIRÁ SIENDO EL MAGNATE DE LA TV

Italia: referendo favorable a Berlusconi

Los electores rechazaron ayer una consulta que podría haber forzado al ex premier Silvio Berlusconi a vender dos de sus tres cadenas de televisión

Los votantes se repartieron ayer entre el sí y el no en los doce referendos que fueron sometidos a consulta, según los resultados efectuados en boca de urna. En las tres consultas sobre las cadenas televisivas de Berlusconi venció el "no", lo que significa que el magnate podrá mantener la propiedad de sus cadenas.

En el referendo sobre el sistema de televisión, la mayoría de

Sobre el sistema televisivo, la mayoría se mostró a favor de privatizar la "RAI"

los italianos se mostró a favor de la privatización de la cadena estatal "RAI".

Los sondeos indicaban anoche la victoria del "sí" en los cuatro referendos convocados para introducir reformas en la representación sindical, mientras que en las dos consultas para liberalizar la actividad de los comercios se impuso el "no".

La mayoría de los italianos se mostró a favor del confinamiento



12-6-95 OESV.

de los mafiosos lejos de su lugar de origen, mientras que en la consulta para suprimir la elección del alcalde a dos vueltas en las ciudades con más de 15.000 habitantes los sondeos mostraron una gran paridad entre el "sí" y el "no".

La lista de los principales referendos y los datos del sondeo efectuado por la empresa "Abacus" para la "RAI" sobre la opción ganadora es la siguiente:

● Organizaciones sindicales. Proponía la abolición total de los límites actuales para la constitución de las representanciones sindicales en las empresas. Triunfo del "sí", con entre el 52 y el 57%.

● Organizaciones sindicales (2). Se diferenciaba del anterior en que propone la desaparición sólo parcial de los límites para la representación sindical. Triunfo del "sí", con el 60-65%.

● Organizaciones sindicales (3). Proponía eliminar los poderes atribuidos al primer ministro para establecer cuáles son la organizaciones sindicales con mayor representación social. Triunfo del "sí", con el 52-67%.

● Residencia cautelar. Pretendía que desaparezca la facultad del fiscal nacional antimafia de obligar a un presunto mafioso a residir lejos de su lugar de origen. Triunfo del "sí", con el 60-65%.

● Sistema radiotelevisivo. Proponía la privatización total o parcial de las tres cadenas de la televisión pública "Rai". Triunfó el "sí", con el 52-57%.

● Comercios. Pretendía la desaparición de los límites a la concesión de licencias para los comercios. Victoria del "no", con 57-62%.

● Comercios (2). Proponía abolir los poderes de los gobiernos locales para establecer los horarios de las tiendas. Victoria del "no", con el 55-60%.

● Sistema televisivo. Su fin era impedir que un privado posea más de un canal de televisión, como sucede en actualidad con Berlusconi, propietario de tres cadenas. Victoria del "No", con el 53-58%.

● Sistema televisivo (2). Proponía introducir la prohibición de que las televisiones interrumpan la emisión de películas con publicidad. Victoria del "no", con el 53-58%.

● Publicidad televisiva. Su objetivo era impedir que una sociedad publicitaria pudiera trabajar para más de una cadena. Victoria del "no", con el 53-58%. *(En base a EFE y Reuter)*

9508382
Berlusconi pide elecciones en el otoño de Italia

11876
507604
11164
11437

Silvio Berlusconi Pide Elecciones en el Otoño Italiano

ROMA, 12 (Reuter). — El ex primer ministro de Italia, Silvio Berlusconi, hizo un llamado el lunes (12 de junio) para que se celebraran elecciones generales en Italia para el otoño. 13-6-95

Gozando de su victoria en el referéndum del domingo sobre la posesión de los canales de televisión, Berlusconi reiteró su llamado para las elecciones, lo que ha hecho sistemáticamente desde que perdió el poder en diciembre pasado. EL PAIS

"Creo que deberemos volver a la normalidad democrática por medio de las elecciones... para el otoño, "dijo el magnate de los medios de comunicación.

Berlusconi indicó que los tecnócratas independientes del gobierno encabezados por el primer ministro, Lamberto Dini, habían ya completado el programa de cuatro puntos que presentaron al parlamento al tiempo de asumir sus cargos en enero.

"Desde ahora hasta el fin del verano, será posible preparar las condiciones para un regreso a la normalidad democrática", dijo Berlusconi.

Berlusconi dijo que era importante que las elecciones se celebraran antes de que Italia iniciara su turno de seis meses al frente de la Unión Europea, a partir del próximo enero.

Los italianos votaron por 57 por ciento a 43 por ciento en contra de obligar la sociedad Fininvest de Berlusconi a vender dos de sus tres estaciones de televisión en la decisión clave entre una serie de referendos con respecto a la industria de la televisión.

El resultado del referéndum se consideró como un voto de confianza en favor de Berlusconi y su partido político, Forza Italia, que han sufrido varios reveses políticos.

"La venganza de Berlusconi", anunciaba la primera plana del periódico, "La Reppublica, crítico frecuente del magnate de los medios de comunicación".

El portavoz de Forza Italia, Antonio Tajani, indicó que el resultado en favor de Berlusconi fue un éxito para el magnate y su partido, Forza Italia.

Tajani confirmó algo que había pronosticado la mayoría de los analistas, al decir que los italianos tendrán que participar ahora en una elección general para octubre, a fin de que la gente elija un nuevo parlamento.

Entre los preparativos para el referéndum, Fininvest bombardeó a los televidentes con una campaña de propaganda instándoles a que votaran "no" en contra de las tres cuestiones.

Berlusconi describió el referéndum, uno de doce que se celebró el domingo, como "un apronte final" para una elección general anticipada.

9508382

Piden juicio inmediato de Berlusconi por fraude

Los fiscales de Manos Limpias se lanzan nuevamente contra el "zar" de los medios

Los fiscales del equipo anticorrupción Manos Limpias decidieron pedir un juicio inmediato del ex primer ministro Silvio Berlusconi por presunto fraude fiscal.

La decisión de solicitar oficialmente el juicio ya ha sido, al parecer, presentada ante el Juez de las investigaciones preliminares (GIP) por los fiscales milaneses de Manos Limpias.

El pedido judicial fue difundido un día después de su triunfo en el referéndum

El juez Fabio Paparella decidirá próximamente si admite o rechaza el procesamiento del multimillonario empresario, que logró mantener el control de su emporio de las comunicaciones tras el referéndum del domingo.

La solicitud del proceso se refiere a la operación de compraventa de un terreno adyacente a villa Macherio, donde vive la familia del también líder del movimiento Forza Italia (FI).

La solicitud de procesamiento se produjo 24 horas después de que Berlusconi relanzara su candidatura a la presidencia del Gobierno al frente de la coalición conservadora "Polo de la Libertad" tras el rotundo éxito que obtuvo al ganar el domingo el "No" en los referendos que trataban de limitar su poder televisivo.

Según la fiscal Margherita Taddei existen, al parecer, las pruebas para citar a juicio a Berlusconi sin el paso previo de la audiencia preliminar.

Si esto no es posible, los fiscales piden el procesamiento con carácter ordinario.

Esta es la segunda petición de procesamiento que realizan los fiscales de Manos Limpias contra el propietario del grupo Fininvest.

La anterior fue presentada el 20 de mayo y se refiere a un presunto delito de corrupción ligado a los casos de soborno a la Guardia de Finanzas (policía fiscal) para eludir inspecciones fiscales en algunas de sus empresas.

DETENCIÓN DE EMPRESARIOS

Más de medio centenar de empresarios y jefes de la organización mafiosa napolitana "camorra" fueron detenidos ayer acusados de estar implicados en un gigantesco escándalo de comisiones ilegales.

Los arrestos apuntaron a ejecutivos de empresas constructoras.

Los detenidos están acusados de estar implicados en una red de pago de comisiones a autoridades del Estado para la adjudicación de obras públicas. *(En base a Reuter)*

9508384
Analisis politico de la situación en Italia

11876
507604
11164

Sin la hoz y el martillo

Por Indro Montanelli

BARCELONA (La Vanguardia).– Hasta las últimas elecciones los dos bloques predominantes de la política italiana –el de centroizquierda y el de centroderecha– parecían más unidos que nunca. Y desde las elecciones no pasa día sin que existan nuevos motivos de enfrentamiento entre ellos. Y me preguntan si se trata de riñas domésticas o de discrepancias de fondo. De fondo, no. Porque esto supondría que el centroderecha tiene un fondo, lo cual no ocurre.

Los tres partidos del llamado Polo de la Libertad (Forza Italia, Liga Norte y Alianza Nacional) se aliaron por razones meramente electorales, o sea, para alcanzar una mayoría que les permitiera hacerse con el poder y ejercerlo. No me parece que tuvieran un programa, a menos que tomemos como tal las fábulas de "il Cavaliere", con su millón de puestos de trabajo, su liquidación del déficit público y otras quimeras por el estilo. El gobierno del Polo de la Libertad no cayó por la oposición de la izquierda y las críticas de la prensa, que "remaba contra ella", como dijo Berlusconi. Cayó por la defección de la Liga, o sea, por la falta de un "fondo" que mantuviera la unidad de la coalición. ¿Qué está pasando actualmente? Sólo sé que este tipo de mayorías pensadas únicamente en función de alcanzar el poder, si éste no llega, entra en un estado de confusión total porque no tiene otro elemento de unidad.

LoNo 23-6-95

Dos motivos

D'Alema me inspira confianza, aunque no lo votaré nunca. Me inspira confianza por dos motivos. Ante todo, porque, entre los líderes actuales, es el único verdadero profesional de la política. Y después porque no tengo ninguna duda sobre su intención de hacer del PDS un partido socialdemócrata o laborista. Si no fuese así no sólo Prodi, ni siquiera Veltroni, estaría a su lado. Y precisamente porque esto es así estoy convencido de que consumará hasta el fondo el divorcio con los de Refundación Comunista. Lo consumará intentando no perder demasiados electores. No puede seguir ningún otro camino. Y precisamente en estos mismos días lo ha demostrado sacrificando ante los moderados incluso aquella pequeña hoz y martillo que seguían sobreviviendo en el símbolo de su partido, a los pies de la encina (que es el logotipo del PDS). No era más que un símbolo, dirá alguien, pero ¡vaya signo!

La Liga de Bossi se encuentra en una posición muy difícil, no por causa de Bossi, sino por la situación de las "tendencias", entre las cuales está obligado a actuar y a elegir. No puede volver a la derecha, porque sería el reconocimiento del error cometido cuando salió de ella. La izquierda está dominada por el trío Prodi-D'Alema-Veltroni. El centro es una constelación de grupos ex democristianos que quizá Bossi piensa que podrá acoger bajo su bandera. Una empresa que me parece muy difícil, aunque la última consulta electoral ha llevado bastante agua al molino de sus esperanzas.

Di Pietro

Por último, estos días he visto que el juez Di Pietro ha aceptado la propuesta del director de la revista Oggi, en la cual yo mismo colaboro, de comentar la actualidad política. Personalmente, me satisface ver la firma de Di Pietro cerca de la mía, porque somos viejos amigos; lo he seguido paso a paso, siempre lo he considerado, y creo que él también me considera a mí como un hermano. Pero no me hago ilusiones sobre su renuncia a la política. Es tentado por ella una y otra vez, y al final caerá en la tentación y cometerá un craso error. Di Pietro no es un político, y lo digo en honor de su condición de magistrado, que es lo que debería haber seguido siendo. Se lo repito ahora públicamente. Pero mucho me temo que lo hago inútilmente.

(c) LA NACI[illegible]

01-01

Veinte años de cárcel por organizar atentado contra ex dirigente democristiano en Roma

Justicia italiana condenó a Contreras

Un tribunal de Roma condenó a 20 años de cárcel a Manuel Contreras Sepúlveda, ex director del servicio secreto chileno DINA, aún en un hospital, por hallarlo culpable de organizar el atentado contra el ex dirigente democristiano Bernardo Leighton y su esposa Ana Fresno, el 6 de octubre de 1975 en Roma. Por el mismo delito fue condenado a 18 años de prisión Eduardo Iturriaga Neumann, ex director de operaciones exteriores de la DINA

Roma,
por Javier Fernández

■ El mismo tribunal absolvió al italiano Giulio Crescenzi, ex militante del grupo de extrema derecha "Avanguardia Nazionale", acusado de haber proporcionado el arma del delito, al estimar que es inocente del hecho.

Aunque el tribunal no explicó los motivos que llevaron a la sentencia —las motivaciones deben ser depositadas en un plazo de 90 días— parece evidente que ha recogido plenamente la tesis del fiscal, Giovanni Salvi, quien había pedido el viernes a la corte las condenas que fueron impuestas a los dos chilenos, así como la absolución de Crescenzi.

Salvi basó su alegato final principalmente en el testimonio del norteamericano Michael Townley, quien confesó haber recibido la orden de Contreras para organizar, el atentado a través de Iturriaga, y de haber luego establecido los contactos con extremistas italianos para llevarlo a cabo.

Según la exposición de los hechos de la acusación, el atentado fue perpetrado por otro extremista italiano, Giulio Concutelli, quien sin embargo ya ha sido declarado inocente en un juicio anterior, y por ende, no puede ser sometido nuevamente a proceso por el mismo delito.



Vínculos de la DINA con neofascistas italianos en los setenta. El gobierno de Frei expresó su beneplácito por el veredicto.

A través de declaraciones de Townley, confirmadas por pruebas documentales y otros testimonios, Salvi demostró que el norteamericano fue agente operativo de la DINA antes, durante y después del atentado contra Leighton, y encuadró sus acciones en las actividades generales de ese organismo, fundado y dirigido por el coronel (y luego general), Contreras.

Contreras ordenó el asesinato de Leighton —quien sobrevivió al atentado junto a su esposa, pero nunca pudo volver a ocuparse de política— en el ámbito de una campaña para eliminar a los opositores del régimen militar chileno.

Esa campaña incluyó el asesinato del ex canciller chileno Orlando Letelier, en Washington (1976), y el del general antigolpista Carlos Prats en Buenos Aires (1974): su objetivo era neutralizar a las personas consideradas políticamente más peligrosas por el régimen.

Salvi describió detalladamente cómo Townley dirigía una unidad autónoma de la DINA, bajo control directo de Contreras, instalada en una finca del barrio Lo Curro de Santiago de Chile, donde fueron secuestrados y torturados opositores al régimen militar de Augusto Pinochet y donde se llevaban a cabo experimentos con el gas "sarín".

El fiscal sostuvo que Contreras fue el mandante director del atentado contra Leighton, y agregó que "la orden de matar es aún más grave si proviene de un superior jerárquico" y que su "rechazo despreciativo a ser sometido a la Justicia" constituyen circunstancias agravantes en su contra.

El general, en efecto —quien fue condenado por un tribunal de su país por el asesinato de Letelier y es requerido por la Justicia norteamericana por el mismo caso— ha ignorado completamente el proceso del que era el objeto en Italia —donde fue representado por defensores de oficio— y, negándose a ser encarcelado, se ha refugiado en un hospital militar chileno.

Las investigaciones sobre el caso demostraron, asimismo, las relaciones establecidas por la DINA con movimientos neofascistas italianos: muchos dirigentes de grupúsculos del terrorismo "negro" fueron, en efecto, acogidos en Chile durante los años del régimen Pinochet y participaron en operaciones clandestinas del servicio secreto.

El gobierno del presidente Eduardo Frei se declaró satisfecho por el veredicto de la Justicia italiana, que el viernes condenó al general chileno Manuel Contreras a 20 años de prisión, por el atentado contra el líder demócrata cristiano Bernardo Leighton.

Al comentar el veredicto del tribunal romano, el subsecretario general de gobierno, Edgardo Riveros, recordó la relevancia política y moral que tuvo Leighton en Chile, donde murió en enero pasado cuando se iniciaba el proceso por el atentado que sufrió hace 20 años."Desde ese punto de vista —dijo Riveros— hay que mirar con satisfacción que se haya producido un fallo de primera instancia".

El tribunal de primera instancia de Roma, que también dispuso 18 años de cárcel para el coronel Eduardo Iturriaga, confirmó la sentencia que en la víspera propuso el fiscal Giovanni Salvi.

Leighton y su esposa Anita Fresno partieron al exilio al instaurarse en Chile el régimen del general Augusto Pinochet (1973-1990) y resultaron gravemente heridos de bala, cuando un comando los atacó en un edificio de apartamentos de Roma, el 6 de octubre de 1975.

Contreras, jefe de la DINA, la policía política del gobierno de Pinochet, fue condenado el pasado 30 de mayo a siete años de prisión, por el asesinato en Washigton del ex canciller socialista Orlando Letelier, cometido en Washington.

Pero el general retirado permanece desde hace 10 días en el Hospital Naval de Talcahuano, 400 kilómetros al sur de Santiago, donde su salud se complicó después de la sentencia de la Corte Suprema.

En los círculos judiciales de Chile se estima improbable que Contreras e Iturriaga puedan cumplir la pena impuesta en Italia, porque entre ambos países no existe un acuerdo de extradición.

9508386

Presidente Scalfaro inicia gira Sudamericana

11876
11164
11398

Presidente Italiano Inicia Gira Sudamericana en Rio

25/6/95 EL PAIS

RIO DE JANEIRO, 24 (AP) — El presidente italiano Oscar Luigi Scalfaro inició hoy una gira de estado por Sudamérica recorriendo la famosa playa de Copacabana y el Pan de Azúcar.

"Me siento privilegiado de ayudar a abrir un nuevo capítulo en las relaciones de nuestro país con el mayor país de Sudamérica", dijo el risueño mandatario visitante al bajar del avión en el Aeropuerto Internacional Galeao, de Rio, esta mañana. Se trata del primer jefe de estado italiano que visita Brasil en treinta años.

En los próximos treinta días, Scalfaro visitará Venezuela, Argentina, Chile y Uruguay.

Scalfaro llegó acompañado por ayudantes, un grupo de empresarios italianos y su hija Mariana.

El embajador brasileño a Italia, Rubens Ricupero, escoltó al presidente hoy durante el recorrido por varios lugares de interés de la ciudad, incluso el Jardín Botánico.

Scalfaro habría de asistir posteriormente a una misa presidida por el arzobispo Dom Eugenio Salles en el monasterio de Sao Bento.

Scalfaro habrá de visitar tres iglesias de Rio durante su estadía en la ciudad.

El presidente se reunirá mañana con funcionarios de la municipalidad y el estado y en la mañana del lunes, partirá en avión hacia Brasilia, para reunirse allí con su colega brasileño Fernando Henrique Cardoso.

Scalfaro trajo un regalo especial para el docto mandatario brasileño; el libro Nuovamente Ritrovato, que es la más completa documentación estatal italiana sobre la fundación del Brasil por los portugueses.

El presidente italiano planea hacer una alocución especial al Congreso en Brasilia, ciudad a 1145 kilómetros de Rio.

El intercambio comercial bilateral será tema prioritario en el temario de las reuniones programadas entre diplomáticos y líderes empresariales durante la visita de Scalfaro.

Brasil tuvo un superávit comercial de 280 millones de dólares con Italia en 1994. Brasil exportó 1.680 millones de dólares a Italia el año pasado, importando a su vez 1.400 millones de dólares en productos.

Italia es el cuarto de los mayores inversores en Brasil de la Unión Europea, después de Alemania, Inglaterra y Francia.

Los empresarios italianos que acompañanan a su presidente recibirán información de primera mano sobre nuevas oportunidades de inversión creadas por el programa de privatización del Brasil en los sectores de la electricidad, las telecomunicaciones, el petróleo y el transporte.

Brasil tendrá la oportunidad de explicar sus planes a corto y largo plazo sobre cuotas de importación. Brasil fue criticado recientemente por socios comerciales, incluso la Argentina, por imponer cuotas a la importación de automotores del vecino país.

Fiat, Pirelli y Parmalat son las principales entre 170 firmas italianas que invierten en Brasil.

Italia está interesada también en hacer negocios con el Mercado Común de América del Sur, o Mercosur, que componen Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay.

01-01

Cooperación italiana a través de la FCPU

En el año 1995 comenzó con buenas noticias para la Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay (FCPU). El Ministerio de Asuntos Exteriores de Italia (MAE), aprobó un importante proyecto de cooperación internacional que beneficia a las cooperativas de trabajo de nuestro país y se instrumenta a través de esta Federación. La organización no gubernamental COSPE (Florencia), ha sido la contraparte italiana que se encargó de gestionar dicha iniciativa ante el MAE y es responsable del control y seguimiento del programa.

El monto aportado por el gobierno italiano, como donación directa para el país, es de U$S 600.000 apróximadamente. La Federación y las cooperativas involucradas aportan una contrapartida nacional del orden de los U$S 400.000.

Mediante el proyecto, durante tres años, se financia:

* Un fondo de pequeños créditos (hasta U$S 25.000) para cooperativas de programas (trabajo), operando en convenio con Fundasol;

* Actividades de capacitación, asistencia técnica y elaboración de programas de desarrollo;

* Equipamiento para la Federación;

* Inversiones y servicios para el sector de transporte cooperativo (RAINCOOP y la Central de taxis UCAT).

El proyecto debió recorrer un camino de varios años hasta su aprobación definitiva. Con el se completa una serie de logros impulsados desde la Federación, en cuanto a promoción de actividades de desarrollo y consolidación de fuentes de trabajo. Para ello se trabajó, además de COSPE, con varias organizaciones de cooperación internacional, de diversos países.

Entre dichos logros, se destaca:

* Apóyo al sector artesanal-textil, conjuntamente con GADU (Grupos Artesanales del Uruguay). Se creó y equipó una estructura central con local propio, a través de la cual se realizan actividades de diseño, capacitación, apoyo al proceso productivo, comercialización y fondo de crédito.

* Respaldo a cooperativas de taxis (y particularmente a la central UCAT) en materia de capacitación, asistencia técnica y pequeños inversiones.

* El sector de transporte cooperativo de Montevideo tiene en este proyecto del MAE, un apoyo inicial para planta de recauchutaje de cubiertas y otras iniciativas de mayor envergadura que están pendientes de ser reactivadas por partes de las cooperativas de la rama.

* Capacitación, asesoramiento, proyectos y control de gestión a cooperativas de trabajo de las distintas ramas; por demanda de las mismas o mediante programas impulsados desde la Federación.

Los próximos pasos para la implementación del proyecto MAE-COSPE-FCPU, comprenden:

* Difusión de los servicios (incluido el Fondo de Crédito), hacia las cooperativas y sectores públicos y privados vinculados al tema.

* Relevamiento de las cooperativas de Montevideo e Interior que pueden ser usuarias de los servicios y de sus condiciones socioeconómicas en el momento de partida del proyecto.

* Puesta en marcha del fondo de crédito (o fondo rotatorio).

* Funcionamiento de los servicios de asistencia técnica y consultoría.

* Lanzamiento del plan de capacitación, comenzando con cursos básicos para las nuevas cooperativas de taxis en el mes de junio.

Todo el desarrollo del programa tendrá evaluaciones periódicas con la participación de dirigentes, técnicos y miembros de las cooperativas.

* La Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay (FCPU), es miembro de:

- Fundasol (Fundación Uruguaya de Cooperación y Desarrollo Social)
- CUDECOOP (Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas)
- CEDEPRO (Centro de Promoción de la Micro, Pequeña y Mediana Empresa)
- CICOPA (Comité especializado en cooperativas de producción y artesanales de la Alianza Cooperativa Internacional)
- ALCECOOP (Asociación Latinoamericana de Centros de de Educación Cooperativa) ■

9508388
Ataque aéreo israelí al sur del Líbano

M876
507603
66330
11164
11830

EN RESPUESTA A OFENSIVA MUSULMANA

Ataque aéreo israelí al sur del Líbano

No se informó de bajas en la incursión que tuvo su centro en dos aldeas fronterizas. La negociación Israel-OLP no sale de su estancamiento

1-06-95 OBSV.

La aviación israelí atacó ayer puntos considerados como bastiones guerrilleros en el sur del Líbano, después que fuerzas musulmanas dispararon ocho cohetes contra el norte de Israel.

Las fuerzas de seguridad informaron que los aviones atacaron posiciones de las aldeas de Yater y Kafra, cerca del enclave fronterizo israelí en el sur del país, pasado el mediodía de ayer.

No hubo noticias inmediatas acerca de bajas a raíz del ataque aéreo, que es el decimoséptimo desatado por Israel contra Líbano en lo que va del año. En ataques previos fueron muertos siete guerrilleros y cuatro civiles resultaron heridos.

Se cree que los guerrilleros ayer dispararon los cohetes desde ambas aldeas, consideradas bastiones del grupo extremista Partido de Dios, Jihad islámica.

Los cohetes ocasionaron daños, pero no víctimas, según el Ejército israelí.

El lunes, tropas israelíes dieron muerte a cuatro guerrilleros del Partido de Dios que trataban de infiltrarse al territorio ocupado por Israel.

Israel ocupó el enclave en 1985 para impedir ataques procedentes del sur del Líbano contra su frontera norte. La zona es patrullada por 1.200 soldados israelíes y 2.500 milicianos del Ejército del Sur.

NEGOCIACIÓN ESTANCADA

Las conversaciones entre Israel y la OLP sobre la ampliación de la autonomía palestina no logran avances sobre el alcance de los poderes de las autoridades palestinas en las zonas de gobierno autónomo de Gaza y Jericó.

Los delegados de ambas partes indicaron que reanudarán el diálogo la semana próxima en El Cairo para intentar nuevamente resolver sus diferencias que, según los palestinos, amenaza el proceso de paz en la región. *(En base a AP y Reuter)*

01-01

9508389
Reunión entre Hussein, Khol y Rabin.
LoRo
6
11876
507603
500145
11078

Juntos: Hussein, Kohl y Rabin

Baqoura (Jordania), (ANSA) 6/5/95

El rey Hussein de Jordania, el canciller alemán Helmut Kohl y el premier israelí Yitzhak Rabin se reunieron ayer en el norte del país, donde confluye el río Yarmouk en el Jordán, para sellar un proyecto hídrico de repartición de aguas, financiado por la Unión Europea, en una minicumbre cargada de símbolos para la paz en Medio Oriente.

El encuentro tuvo lugar en una zona recientemente devuelta por Israel a la soberanía jordana, que alquiló por 25 años tierras a los colonos israelíes.

Los estadistas, seguidos por las delegaciones, discutieron proyectos para los diques en el río que desviarán 20 millones de centímetros cúbicos de agua hacia Jordania durante cinco meses por año.

"Vine para demostrar claramente que apoyamos un futuro que se está convirtiendo en realidad en el valle del Jordán", declaró Kohl, poco antes de que Hussein dijera que su sueño es ver a esta tierra "convertida en el valle de la paz, ver el desarrollo de todos sus recursos en beneficio de nuestros pueblos".

El proyecto tiene un preventivo de 535 millones de dólares con financiamiento de la UE y el 28 por ciento del costo a cargo de Alemania, que espera los estudios de factibilidad antes de la decisión financiera.

"Esta región, cuna de tres religiones mundiales, debe mantener de nuevo estrechas relaciones con nuestra Europa", concluyó Kohl al finalizar una visita de dos días a Jordania, proveniente de Egipto y poco antes de llegar a Israel, donde tratará con Rabin un acuerdo de asociación Israel-UE.

Fuentes en Baqoura dijeron a ANSA que Siria cerró los grifos del Yarmouk hacia Jordania después de una reciente visita del líder de la OLP, Yasser Arafat, a Amman, para sanear sus relaciones con Hussein.

Una fuente oficial precisó, después, que los flujos se reanudaron tras una intervención estadounidense sobre Damasco requerida por Jordania.

También Rabin, que quisiera acelerar su negociación con Damasco, pensó en Siria: "La paz con Jordania no tiene obstáculos, entre nosotros hablamos directamente", dijo el Premier, Siria hasta ahora excluyó contactos directos de alto nivel con Israel.

La cumbre tripartita de hoy estuvo cargada de símbolos para la paz en Medio Oriente, pero recordó las debilidades de las relaciones entre los árabes y Europa, que ambas partes quisieran ver florecer en un diálogo euro-árabe.

Los árabes, todavía divididos por las heridas de la guerra del Golfo (1990) no lograron hasta ahora unirse en un bloque capaz de negociar con Europa o el resto del mundo en forma conjunta.

01-01

9508389

9508390
Enfrentamientos palestinos en el Sur del Líbano

11876
66708
66330
11164

Líbano

Enfrentamientos

14-6-95

Beirut. Los partidarios y adversarios del líder palestino, Yasser Arafat, pusieron ayer martes fin a los combates que desde el lunes ensangrentaron un campo de refugiados en Líbano, los más graves desde que la OLP e Israel firmaron la paz en 1993, que han causado diez muertos y 30 heridos.

Los violentos enfrentamientos, que comenzaron se prolongaron hasta primeras horas de la tarde del martes, se registraron en el campamento de Ain El Helu, situado a las afueras de Sidón (38 kilómetros al sur de Beirut), donde habitan 70.000 palestinos.

9508391
Palestinos e Israelíes no logran acuerdo
150483
23-06-95
11876
507603
66708
67190
11879

■ DIFIEREN SOBRE EL TRASPASO DE PODERES CIVILES EN CISJORDANIA

Palestinos e israelíes no logran acuerdo

23-06-95

Concluyó una nueva ronda de las extensas negociaciones entre israelíes y palestinos sin que se produjeran resultados, hecho que repercute negativamente en el proceso de paz

La nueva ronda de negociaciones palestino-israelíes concluyó ayer, sin lograr un acuerdo sobre el traspaso de poderes civiles a los palestinos, lo que puede repercutir negativamente en el proceso de paz entre la Autoridad Nacional Palestina (ANP) e Israel.

"Esta ronda de negociaciones concluyó sin lograr ningún resultado positivo respecto a la tranferencia de competencias en los ochos ámbitos", dijo el jefe de la delegación palestina, Yamil Tureifi, a los periodistas después de una reunión de cinco horas entre delegados palestinos e israelíes

"Ellos (los israelíes) intentan di[illegible]r el proceso, ya que han pro[illegible]esto en esta ronda mucho menos de lo que propusieron en el pasado, los palestinos rechazamos esta lógica", explicó con amargura el jefe negociador palestino.

Por su parte, el jefe de la delegación israelí, Oren Shajor, reconoció que hay diferencias entre las dos partes acerca del traspaso de poderes, aunque "las negociaciones no han llegado aún a una situación de crisis".

"No hay crisis, hay diferencias técnicas y esperamos que en la ronda de la semana próxima podamos llegar a un compromiso", declaró Shajor en una conferencia de prensa separada.

El jefe de la delegación israelí pretende con sus declaraciones calmar a los palestinos, que acusan a los israelíes de "haberse retractado de todo lo acordado en la Declaración de Principios".

"Ellos quieren enredar puntos relativos a sectores específicos con otros que son de otros ámbitos y que se deben tratar separadamente en las reuniones", dijo Tureifi.

Shajor rechazó las acusaciones palestinas y señaló que el problema no es la modalidad de negociación, sino los medios de encontrar soluciones que beneficien a ambas partes. Haremos todo lo posible en la reunión del próximo martes para llegar a un acuerdo.

DIVISIÓN DE CISJORDANIA

Tureifi reveló que en las negociaciones sobre el redespliegue israelí en Cisjordania, los israelíes expusieron dividir Cisjordania en tres zonas: "A, B, y C".

La A sería sometida al control civil y policial de los palestinos; la B se sometería sólo al control civil de los palestinos, y la C al control civil y policial de Israel.

"En cuanto al redespliegue israelí, los negociadores israelíes proponen que los palestinos controlen sólo el 15 por ciento de la superficie de Cisjordania y esto no puede ser aceptado por los palestinos", agregó.

"Los negociadores israelíes deben comprender que la ocupación ya terminó, Israel se hace ilusiones si no lo ve así", añadió.

Tureifi, abogado y ex alcalde de Beri (norte de Jerusalén), dijo que la cuestión palestina es la "clave del conflicto árabe-israelí y no se puede establecer la paz en la región sin los palestinos". "El pueblo palestino aún es fuerte y puede decidir los medios y las alternativas que le permitan recuperar sus derechos legales", añadió. *(En base a EFE)*

Siria insiste en la retirada total del Golán

El vicepresidente sirio, Abdel Halim Jadam, dejó claro una vez más ayer que su país no normalizará sus relaciones con Israel mientras "exista un solo soldado israelí en el Golán", en vísperas de la reanudación de las negociaciones de paz sirio-israelíes en Washington.

Jadam condicionó el establecimiento de relaciones con Israel a la retirada total israelí de la meseta siria del Golán hasta las fronteras de 1967 y afirmó que "los israelíes son los que pueden hacer que este sea el año de la paz".

El vicepresidente sirio hizo estas declaraciones a la prensa en Damasco poco antes del viaje del jefe del Estado Mayor del Ejército sirio, general Hikmat Al Shihabi, a Washington.

El motivo de su viaje a Estados Unidos es reunirse con su colega israelí para elaborar los mecanismos que garanticen la seguridad de Siria e Israel en el Golán y a ambos lados de la futura frontera de paz entre los dos países.

"Para nosotros la política de normalización de la que está hablando el gobierno de Israel es inaceptable", dijo Jadam. *(EFE)*

01-01

9508391

La República Domingo 25 de junio de

Varios heridos durante las manifestaciones de apoyo a los presos árabes

Choques entre palestinos e israelíes

Varias personas resultaron levemente heridas ayer en Jerusalén y en Cisjordania ocupada, en choques con las fuerzas del orden durante manifestaciones de apoyo a los presos palestinos en huelga de hambre, indicaron fuentes coincidentes.

Jerusalén

En Jerusalén Este, cientos de palestinos que se manifestaban ante la sede oficiosa de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) chocaron con policías israelíes que custodiaban el inmueble.

Varios manifestantes fueron detenidos y un policía resultó levemente herido de una pedrada, indicaron fuentes policiales, según las cuales numerosos manifestantes se atrincheraron dentro del edificio, desde donde apedreaban a las fuerzas del orden.

Dos fotógrafos de la AFP, un palestino y un israelí, resultaron heridos cuando tomaban instantáneas de los incidentes.

Por otra parte, en el centro de Ramalá, al Norte de Jerusalén, decenas de manifestantes se enfrentaron a soldados israelíes y estos últimos detuvieron a cinco personas, indicaron fuentes palestinas. El toque de queda fue instaurado en la ciudad, según las fuentes.

Las organizaciones palestinas llamaron la semana pasada a la población a una campaña de solidaridad con los presos en huelga de hambre, indicaron fuentes militares israelíes.

La huelga, apoyada por el jefe de la autoridad palestina, Yasser Arafat, fue lanzada por los 700 presos de Jenid cerca de



Naplusa (norte de Cisjordania) el domingo pasado y en el transcurso de la semana se extendió a los otros centros de detención.

El movimiento está destinado a presionar a Israel para acelerar la liberación de los detenidos.

El jueves, el ministro israelí de la Policía, Moshe Shahal, afirmó que su gobierno "no cederá a esos dictados".

SOLDADOS ISRAELIES MATAN A PALESTINO

Soldados israelíes mataron ayer a un guerrillero palestino que había penetrado ilegalmente en Cisjordania desde Jordania y capturaron a otro, informaron fuentes militares.

Un tercer palestino que les acompañaba logró darse a la fuga, según precisó un portavoz militar.

Los tres hombres armados habían penetrado en Cisjordania ocupada por el norte del valle del Jordán.

...seguir... ...o antes de morir, Sta... intentó ... fe d...

9508393
Acuerdo Sobre Cisjordania

11876
507603
66708
11164

Aunque la Sangre Sigue Corriendo

PERES Y ARAFAT SE ACERCAN: ACUERDO SOBRE CISJORDANIA

JERUSALEN, 25 (ANSA). — El canciller israelí Shimon Peres y el líder palestino Yasser Arafat reafirmaron hoy su voluntad de llevar a término la autonomía en los territorios ocupados, pero un nuevo atentado-suicida antijudío y la sangrienta represión israelí a una manifestación en Nablús arrojaron sombras de dudas sobre el futuro del proceso de paz.

2616

Al cabo de tres horas de diálogo con Arafat en Gaza, Peres dijo que "nuestras posiciones se están acercando y estimo que podremos lograr el objetivo que nos hemos fijado", y agregó que "estamos llevando a cabo un esfuerzo supremo" para cumplir con el plazo del 1. de julio para definir las modalidades del retiro militar israelí y las elecciones en los territorios ocupados.

El líder palestino, por su parte, dijo que lo más importante en las conversaciones con Peres fue "el afianzamiento de una actitud en la tratativa, para que la aplicación de las medidas previstas llegue a tiempo".

Las principales divergencias entre palestinos e israelíes tienen que ver con la modalidad de retiro del Ejército israelí y la liberación de los presos palestinos encerrados en las cárceles del Estado judío.

Y justamente hoy en Nablús, Cisjordania, una manifestación a favor de la liberación de los presos de la cárcel de Jneid —unos 700 de ellos están actualmente en huelga de hambre— degeneró en violentos enfrentamientos con el Ejército israelí, en los que un estudiante palestino fue muerto y otros 49 heridos.

"Fue una verdadera matanza", afirmó un testigo ocular de la manifestación, entrevistado telefónicamente por una emisora radiofónica palestina que interrumpió su programación habitual para difundir boletines de emergencia, pidiendo a la población que done sangre para los heridos, y testimonios sobre lo acontecido.

Fuentes palestinas sostuvieron que el Ejército abrió el fuego sin ningún *pre aviso* y sin provocaciones anteriores, mientras según la radio militar israelí los manifestantes fueron reprimidos cuando intentaron forzar un puesto de bloqueo establecido por el Ejército, para marchar hacia la cárcel.

Fuentes médicas indicaron que dos de los 49 heridos internados en las últimas horas se encuentran en condiciones graves: uno fue alcanzado por un tiro en la cabeza y otro en el vientre, se afirmó.

Otro palestino murió a su vez esta mañana, al hacer estallar una carreta cargada de explosivos y tirada por un asno cerca de una colonia judía en el sur de la franja de Gaza, y tres soldados resultaron levemente heridos en el atentado, informó radio Jerusalén.

Una emisora radiofónica palestina afirmó posteriormente que el ataque se lo adjudicó el brazo militar del grupo fundamentalista islámico Jihad (Guerra Santa), pero la noticia no fue confirmada por otras fuentes.

La carreta estalló en una calle de tráfico intenso, y los tres soldados heridos se encontraban en un jeep militar que escoltaba a un autobús de colonos del asentamiento judío de Neve Dekalim. El atentado ocurrió frente a un comando de división del Ejército israelí, en el sur de Gaza.

El asno que tiraba la carreta también murió en la explosión.

De confirmarse la reivindicación de la Jihad, el atentado pudo constituir una respuesta del grupo islámico al asesinato de su comandante militar, Mohammed al-Khawaja, ocurrido hace tres días en Gaza.

Los atentados-suicidas con fuertes cargas de explosivo se transformaron en una de las formas de ataque preferidas por la Jihad y el otro grupo principal del fundamentalismo islámico en los territorios ocupados —el movimiento de resistencia islámica Hamas— que se oponen al proceso de paz entre Israel y la OLP.

9508393.

9508393

01-01

Israel impone condiciones a Arafat pero habrá acuerdos

11876
507603
667081
11164

Israel Impone las Condiciones a Arafat Pero Habrá Acuerdo

27/6/95 El País

JERUSALÉN, 26 (EFE). —Israel impone las condiciones a Yaser Arafat, pero el acuerdo sobre la retirada militar y la autonomía de Cisjordania parece cercano, y el líder palestino tomará el control de al menos cuatro ciudades de ese territorio ocupado.

"Hacemos todos los esfuerzos para llegar al acuerdo antes del próximo 1º de julio", afirmó hoy, lunes, el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Simón Peres, que ayer presentó el plan de la retirada militar de los centros urbanos de Cisjordania a Arafat, presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP).

Según fuentes políticas, las negociaciones seguirán su curso a pesar de los disturbios de los últimos días en Cisjordania y Jerusalén, en los cuales murieron dos palestinos y [illegible] resultaron heridos en choques con las fuerzas de seguridad israelíes al manifestarse por la liberación de cerca de 6.000 prisioneros, en huelga de hambre en cárceles de este país.

Mientras, los partidos de la derecha nacionalista israelí, en la oposición, presentarán hoy varias mociones de censura contra el Gobierno de Isaac Rabin por la futura retirada del ejército de las ciudades palestinas tras 28 años de ocupación.

El plan, bautizado como "Arco Iris B" en las fuerzas armadas de Israel, comprende la evacuación de las cuatro ciudades del norte de Cisjordania: Naplusa, Jenín, Tulkarem y Kalkilia, y se pondrá en práctica a partir de la [illegible] del acuerdo.

[illegible] la retirada [illegible] de las tres ciudades del s[illegible] -Ramala, Belén y Hebrón- con[illegible] [illegible]ará a negociarse después de los comicios palestinos en Cisjordania y Gaza para elegir al futuro Consejo de Autonomía palestino, y a su presidente, hacia fines de este año.

Este es el entendimiento al que llegaron Peres y Arafat en Gaza, informa hoy el matutino independiente "Haaretz"; además, en contra de lo que pedía la parte palestina, no se estipu[illegible] [illegible] fechas para la retirada de las ciudades del sur en el acuer[illegible]

Si los palestinos aceptasen [illegible] postura del Gobierno de Israel, "podemos concluir el acuerdo en los cuatro días que faltan para el 1 de ju[illegible] pero si no lo hicieran, no [illegible] [illegible] meses de negociaciones per[illegible]", dijo Peres.

Antes de comenzar las negociaciones [illegible] con Arafat en 1993, Peres advirtió a la opinión pública israel[illegible] que serán "asimétricas, pues los únicos que tenemos algo para dar, somos nosotros". Pero esto también ha significado que, por lo general, también el Gobierno de Israel es el que impone las condiciones.

Arafat, según fuentes israelíes citadas hoy por la prensa local, "estudia" la propuesta, que le ofrece un repliegue en dos etapas, y "tiende a aceptarla". El presidente de la ANP, que no puede imponer sus condiciones a Israel, exigía antes un repliegue de todas las ciudades de Cisjordania para convocar las elecciones.

El acuerdo, que la ANP e Israel aspiran a firmar antes del 1 de julio, estipulará, además del repliegue de las tropas de ocupación, una convocatoria de elecciones y la transferencia de las competencias del gobierno militar a los palestinos.

Con la firma del acuerdo las partes convendrán el traspaso de las competencias administrativas en ocho áreas de un total de 40 a cargo del gobierno militar israelí; otras cinco -entre ellas Educación, Sanidad y Turismo- fueron transferidas en 1994.

Doc. con partes poco legibles -

9508394

9508394

01-01

9508395
EL proceso de paz en Instancias definitorias
150483

11876
5076031
66708
11879

■ EL PROCESO DE PAZ EN INSTANCIAS DEFINITORIAS

Medio Oriente mira hacia Washington

La capital norteamericana es desde ayer el centro de las negociaciones que sostendrá Israel tanto con Siria como con la delegación de la Autoridad Nacional Palestina



CLAVES

■ **FRONTERAS.** Tres fronteras estarán siempre presentes en las negociaciones militares que a partir de ayer se celebran en Washington entre Siria e Israel.

■ **PRIMERA.** La frontera internacional de 1923, trazada por Francia e Inglaterra.

■ **SEGUNDA.** La frontera establecida tras el armisticio de 1941 que siguió a la primera guerra árabe-israelí

■ **TERCERA.** La conocida como "la línea del 4 de junio" vigente al estallar la Guerra de los seis días de 1967, cuando Israel conquistó los Altos de Golán en sólo cuarenta y ocho horas.

■ **MESETA DEL GOLAN.** Se ubica en "los ojos de Israel", como la llaman los miembros del gobierno de Rabin. El 50% de sus habitantes judíos se oponen a evacuarla.

01-02

9508395



Junto con Siria, los representantes del gobierno israelí tendrán en la capital de EEUU su centro de negociaciones

El proceso de paz para Medio Oriente ofrece esta semana una instancia decisiva que tendrá como centro a la capital de EEUU, Washington.

Las negociaciones de Israel con Siria que comenzaron ayer y con la OLP, las cuales se iniciarán el fin de semana próximo, centran la atención internacional.

> *"Es una nueva oportunidad para la paz, y todo pasa por la disposición de Israel"*

Mientras sirios e israelíes marchan a dormir en Damasco y Tel Aviv, en ese mismo momento altos militares de los dos países comenzaban una reunión crucial en la capital norteamericana tendiente a decidir de una vez por todas el destino de los Altos del Golán.

Fuentes del gobierno sirio manifestaron que "sean negativas o positivas, todas las decisiones que se adopten tras las conversaciones se reflejarán en todo el proceso de paz. La reunión constituye una oportunidad nueva y preciosa para la paz, aunque todo dependerá de la disposición al diálogo que muestre Israel".

Los jefes del Estado Mayor de los ejércitos de Siria e Israel, Hikmat al Shehabi y Amnón Shájak, respectivamente, estudiarán los mecanismos de seguridad en los Altos del Golán tras la posible retirada israelí de esta meseta ocupada por Israel en 1967 tras la Guerra de los seis días, y posteriormente anexada en 1981.

CONCESIONES DE ISRAEL

El gobierno israelí ya ha renunciado a cuatro exigencias en sus planteamientos para las negociaciones militares con Siria, dijo el líder de la oposición derechista del bloque Likud, Benjamín Netanyahu.

Según él, una de las renuncias se refiere a la reducción del número de tropas que podrá tener Siria al otro lado de la frontera, mientras que la segunda hace referencia a la asimetría geográfica de la región de Galilea y el este del Golán.

Israel tanbién ha renunciado, según Netanyahu, a la exigencia de contar con estaciones terrestres de alerta e información militar.

OTRA VEZ WASHINGTON

Por su parte las negociaciones de Israel con los palestinos para la retirada militar de las ciudades de Cisjordania ocupada concluirán en Washington y el acuerdo correspondiente también se firmará en esta capital.

> *Las negociaciones de Israel con los palestinos concluirán también en Washington*

La última ronda de las negociaciones del acuerdo interino, con vistas a la autonomía del territorio ocupado de Cisjordania, comenzará el fin de semana extendiéndose hasta la semana entrante.

La transferencia de poderes, el repliegue militar y elecciones en Cisjordania serán los tres elementos básicos del acuerdo interino de autonomía.

Mientras tanto, Yasser Arafat acordó ayer en El Cairo aceptar una inmediata retirada parcial israelí de Cisjordania, a la que seguirán luego elecciones palestinas y otra retirada, informaron negociadores de ambas partes. La decisión eliminó uno de los principales obstáculos en el diálogo entre la OLP e Israel. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

- **MEDIACIÓN.** A la ronda de negociaciones se llega tras la mediación efectiva del secretario de Estado norteamericano Warren Christopher.
- **ÉXITO.** Después de doce giras por la zona de Medio Oriente, Christopher logró que Siria e Israel aprueben una serie de principios que presidirán las negociaciones.
- **IGUALDAD.** Una de las premisas es la de "igualdad" en materia de seguridad entre ambos países, aunque sin "simetría geográfica" según el gobierno israelí.
- **RABIN.** El premier israelí y también titular de Defensa todavía no ha dicho públicamente que devolverá todo el Golán y prometió a sus opositores que toda concesión territorial a Siria será sometida previamente a un referéndum.

Hezbollah se interpone entre sirios e israelíes

El secretario general del grupo pro iraní Hezbollah, Hasan Nasralá, dijo que aunque Siria e Israel logren un acuerdo de paz "encontrarán grandes dificultades" para aplicarlo, y añadió que "seguiremos luchando contra las tropas israelíes que ocupan el sur del Líbano".

El responsable de Hezbollah hizo estas declaraciones, que publicó ayer la prensa libanesa, horas antes de que empezaran en Washington negociaciones militares entre los jefes de Estado Mayor sirio e israelí para definir las medidas de seguridad en los Altos sirios del Golán, tras la posible retirada israelí.

Nasralá aseguró que no está "preocupado por el destino" de su grupo en caso de que sirios e israelíes firmen la paz y que los combatientes de Hezbollah continuarán la lucha contra las tropas israelíes que ocupan el sur de Líbano, "especialmente con ataques suicidas".

Hezbollah, la única milicia libanesa que no fue desarmada, se atribuye la mayoría de los ataques antiisraelíes en la llamada "zona de seguridad", que ocupa Israel en el sur del Líbano.

NEGOCIACIONES

Al comenzar ayer martes sus negociaciones con Siria, Israel exigirá a Damasco que neutralice al Hezbollah, que opera en Líbano y a los grupos palestinos del "frente del rechazo".

Contra esas primeras demandas, según fuentes de la delegación israelí, Siria exigirá lisa y llanamente la devolución de la meseta del Golán, que Israel ocupa desde 1967. La delegación israelí pretende que no se debata en esta ocasión la cuestión de la retirada militar ni tampoco un tema crucial para el gobierno de Yitzhak Rabin como es el de la "normalización de las relaciones bilaterales" *(En base a EFE)*

0508395

02-02

UN MILLAR DE ELLOS, DE ENTRE 7 Y 18 AÑOS, PRESOS POR SOSPECHAS DE PARTICIPAR EN MATANZAS

Ruanda: niños genocidas

La UNICEF anunció ayer que en Ruanda permanecen encarcelados unos 1.100 niños, acusados de participar en el genocidio que el año pasado provocó la muerte de más de un millón de ruandeses. Más del 70 % de los menores es analfabeto.

PARIS (EFE y AFP). – **Más de un millar de niños ruandeses, acusados de haber participado** en el genocidio registrado el año pasado en su país, siguen detenidos, hacinados y en deplorables condiciones de higiene, informó ayer **Dan Toole**, el máximo responsable de UNICEF en Ruanda.

Los menores, de 7 a 18 años, están acusados de intervenir en el genocidio del año pasado. Más de un millón de personas de la etnia tutsi y opositores hutus fueron masacradas de abril a julio de 1994, tras el asesinato del presidente **Juvenal Habyarimana** (véase aparte).

Según Toole, representante en Ruanda del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), este millar de niños presos se encuentra repartido en trece cárceles, con lo que están condenados al hacinamiento.

Además, los menores comparten sus espacios carcelarios con los delincuentes adultos, lo que acentúa aún más el clima de peligro y de violencia constante que deben sufrir.

Más del 70 % de estos niños es analfabeto, pero Toole explicó que UNICEF instrumentó programas de educación dentro de la cárcel.

Pese a todo hay mejoría

A pesar de todo este patético cuadro descripto en Paris por Toole, el funcionario de UNICEF consideró que de todas formas la situación humanitaria en Ruanda parece haber mejorado en general.

Toole indicó que gracias a los esfuerzos de UNICEF, el próximo 17 de junio casi 200 de estos niños encarcelados serán trasladados a un centro de rehabilitación recién inaugurado en Gitagata, a 47 kilómetros al sur de Kigali, capital ruandesa.

También por intermedio de la misma dependencia de la ONU, 10.000 de los 100.000 niños censados como **"no acompañados"** (aislados de sus familias) al final del genocidio, pudieron regresar con sus familiares; el 20% de los restantes encontro centros de acogida, y los demás lograron ser incorporados por familias adoptivas.

El 16 de junio es el Día del Niño Africano, proclamado en 1991 por la **Organización de la Unidad Africana (OUA)** para conmemorar la matanza de niños de la barriada negra sudafricana de Soweto, de 1976.

Aunque subrayó todo lo que queda por hacer, el representante de UNICEF recordó que la situación era tan deplorable en Europa al terminarse la Segunda Guerra Mundial como lo es actualmente en territorio ruandés.

Uno de los ejemplos que dio Toole para sostener que la situación humanitaria en Ruanda mejora es el del sector de la salud: más de la mitad de los centros sanitarios están de nuevo en funcionamiento y se está desarrollando una campaña de vacunación contra la poliomielitis, así como un programa de sensibilización al sida, al paludismo y a las enfermedades diarreicas en general.

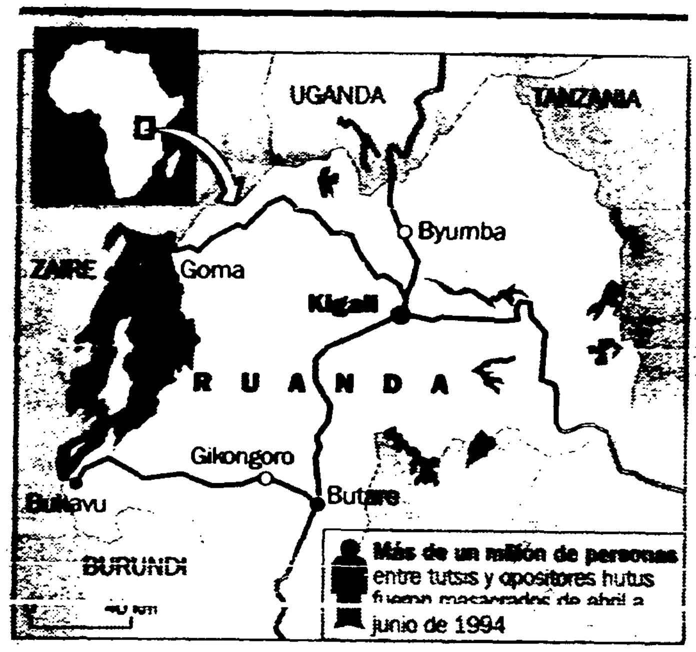
Traumas de la guerra

El odio ancestral entre las etnias de Ruanda estalló con violencia en abril de 1994, cuando fue derribado el avión del presidente **Juvenal Habyarimana** y la mayoria hutu (a la que el jefe de Estado pertenecía) comenzó a perseguir a los tutsis acusándolos por el magnicidio.

En una noche, miles de ruandeses fueron enterrados vivos o masacrados a machetazos mientras dormían. Los enfrentamientos entre ambas tribus se acrecentaron y en pocos meses la minoría tutsi se impuso en una cruenta guerra civil **que dejó más de un millón de muertos y millones de refugiados.**

A más de un año del genocidio, todavía huele a muerte esta pequeña ex colonia belga enclavada en Africa central. Con un gobierno tutsi liderado por el vicepresidente **Paul Kagame**, líder del Frente Patriótico Ruandés, adultos y niños siguen muriendo masacrados por venganzas de una u otra etnia o cuando el ejército trata de impedir que escapen en olas humanas de los campamentos de refugiados.

Un volcán étnico



Perfil del país

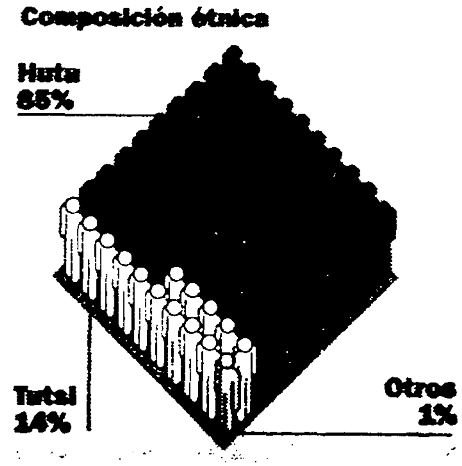
Población
7.526.000

Idiomas
Francés, Kinyarwanda (oficiales)

Alfabetismo
50,2% (1992)

Ingresos/habit.
270 u$s (1991)

Composición étnica



9508397

Enfrentamiento entre grupos palestinos.

11876 ✓
507603 ✓
66708 ✓
11164 ✓
11830 ✓

Un campamento fue escenario de combates que dejaron al menos seis muertos y unos 30 heridos

Duro enfrentamiento de grupos palestinos

Los combates entre partidarios y adversarios del líder palestino Yasser Arafat, que causaron seis muertos y unos 30 heridos desde el lunes, cesaron ayer hacia las 13.00 hora local; en el campamento de Ain Heloue, sur del Líbano, según comprobaron los periodistas destacados en el lugar.



La violencia llegó al seno de los palestinos, que se enfrentaron en sus bases en territorio del Líbano.

Ain Heloue, Líbano (AFP)

■ Los enfrentamientos cesaron tras un acuerdo del "comité popular del campamento" que agrupa a todas las formaciones palestinas. Los hombres del Fatah (principal componente de la Organización para la Liberación Palestina (OLP) y del Frente Democrático de Liberación Palestina (FDLP).

Esas organizaciones rechazan los acuerdos de autonomía palestina de Oslo, firmados a finales de 1993 por Yasser Arafat con Israel.

El compromiso autoriza a los partidarios del Fatah a conservar sus armas en el interior del campamento y a que permanezcan en las casas. Por el contrario, no deberán hacer barricadas.

Los combates terminados hoy, transformaron esta aglomeración de 70.000 habitantes, situada en la periferia de Saida (capital del Líbano sur), en un verdadero campo de batalla.

En noviembre pasado, enfrentamientos similares en este mismo campamento causaron ocho muertos y unos 30 heridos.

Los enfrentamientos comenzaron al lunes en la entrada norte del campamento, en la zona llamada de Al-Baraksat, posición en poder de los "arafistas", luego de un intercambio de insultos con partidarios de Jaleo al-Chato, oficial del Fatah (principal componente de la OLP), opuesto a Arafat. Durante los primeros combates con armas automáticas un partidario del jefe de la OLP murió y otro fue herido.

Otro oficial del Fatah, Munir Maodah, también en rebelión contra Yasser Arafat y opuesto a los acuerdos de Oslo con Israel, entró esta mañana en la batalla. Magdah cuenta con fuerzas más numerosas y mejor armadas.

14-6-95 Lo Ro

Los enfrentamientos sólo terminarán con "la eliminación del antro de corrupción" (posiciones en manos de los arafistas), había declarado a la PP.

Anoche, los combates hasta ese momento esporádicos, se intensificaron cuando los combatientes utilizaron cohetes antitanques y morteros de 62 milímetros. Más de 700 detonaciones sacudieron al campamento y varios cohetes estallaron fuera de sus límites haciendo cundir el pánico en los barrios de Saida. Desde lo alto de las mezquitas los altoparlantes llamaban a cesar los combates fratricidas.

Varios incendios estallaron dentro de la aglomeración palestina donde decenas de familias empezaron a huir al alba.

El Ejército libanés que controlaba el perímetro del campamento, reforzó entonces sus dispositivos y prohibió la entrada en la zona de combates. Las escuelas libanesas vecinas de Ain Heloue estaban cerradas hoy.

En noviembre pasado, los arafistas habían sido derrotados por sus adversarios, pero Munir Mabdah, para evitar mayores problemas, les había dejado la posición de al-Baraksat, que hoy afirma querer "liquidar", lo que implicara la eliminación de cualquier tipo de presencia militar de los partidarios de la OLP en Ain Heloue.

9508397

Enfrentamiento entre grupos palestinos.

11876
507603
66708
11164
11830

Un campamento fue escenario de combates que dejaron al menos seis muertos y unos 30 heridos

Duro enfrentamiento de grupos palestinos

Los combates entre partidarios y adversarios del líder palestino Yasser Arafat, que causaron seis muertos y unos 30 heridos desde el lunes, cesaron ayer hacia las 13.00 hora local; en el campamento de Ain Heloue, sur del Líbano, según comprobaron los periodistas destacados en el lugar.



La violencia llegó al seno de los palestinos, que se enfrentaron en sus bases en territorio del Líbano.

Ain Heloue, Líbano (AFP)

Los enfrentamientos cesaron tras un acuerdo del "comité popular del campamento" que agrupa a todas las formaciones palestinas. Los hombres del Fatah (principal componente de la Organización para la Liberación Palestina (OLP) y del Frente Democrático de Liberación Palestina (FDLP).

Esas organizaciones rechazan los acuerdos de autonomía palestina de Oslo, firmados a finales de 1993 por Yasser Arafat con Israel.

El compromiso autoriza a los partidarios del Fatah a conservar sus armas en el interior del campamento y a que permanezcan en las casas. Por el contrario, no deberán hacer barricadas.

Los combates terminados hoy, transformaron esta aglomeración de 70.000 habitantes, situada en la periferia de Saida (capital del Líbano sur), en un verdadero campo de batalla.

En noviembre pasado, enfrentamientos similares en este mismo campamento causaron ocho muertos y unos 30 heridos.

Los enfrentamientos comenzaron al lunes en la entrada norte del campamento, en la zona llamada de Al-Baraksat, posición en poder de los "arafistas", luego de un intercambio de insultos con partidarios de Jaleo al-Chato, oficial del Fatah (principal componente de la OLP), opuesto a Arafat. Durante los primeros combates con armas automáticas un partidario del jefe de la OLP murió y otro fue herido.

Otro oficial del Fatah, Munír Maodah, también en rebelión contra Yasser Arafat y opuesto a los acuerdos de Oslo con Israel, entró esta mañana en la batalla. Magdah cuenta con fuerzas más numerosas y mejor armadas.

14-6-95

Los enfrentamientos sólo terminarán con "la eliminación del antro de corrupción" (posiciones en manos de los arafistas), había declarado a la PP.

Anoche, los combates hasta ese momento esporádicos, se intensificaron cuando los combatientes utilizaron cohetes antitanques y morteros de 62 milímetros. Más de 700 detonaciones sacudieron al campamento y varios cohetes estallaron fuera de sus límites haciendo cundir el pánico en los barrios de Saida. Desde lo alto de las mezquitas los altoparlantes llamaban a cesar los combates fratricidas.

Varios incendios estallaron dentro de la aglomeración palestina donde decenas de familias empezaron a huir al alba.

El Ejército libanés que controlaba el perímetro del campamento, reforzó entonces sus dispositivos y prohibió la entrada en la zona de combates. Las escuelas libanesas vecinas de Ain Heloue estaban cerradas hoy.

En noviembre pasado, los arafistas habían sido derrotados por sus adversarios, pero Munir Mabdah, para evitar mayores problemas, les había dejado la posición de al-Baraksat, que hoy afirma querer "liquidar", lo que implicara la eliminación de cualquier tipo de presencia militar de los partidarios de la OLP en Ain Heloue.

9508397

01-01

9508397

9508398
Situación política en el Congo y Zaire

11876
507677
65005
11164

Jueves 8 de junio de 1995 La República

Violencia, malnutrición, pillaje, miedo, y ahora se suma el virus ébola, que no

Sólo el valor de los religiosos y las ONGs hace una corrupta y sangrienta dictadura que sepultó

A las seis de la tarde la noche ya se teje de prisa sobre Kinshasa. Y más aun si la fiera tormenta tropical convoca nubarrones grávidos sobre la mancha del gran río que baja silencioso hacia el océano. El tren de Matadi, el que lleva al mar, es un convoy de óxido y lentísimo, del que los viajeros cuelgan como cerezas de carne macerada, un tren sin ventanas, sin puertas y con los asientos descarnados. Desde la calzada junto a la vía enterrado en la oscuridad, un inválido se entretiene hablando desde su vehículo sin luces con una mujer, ajenos a las primeras ráfagas de lluvia pesada que se estrellan contra la capital de la miseria.

01-02 9508398

por Alfonso Armada

EXCLUSIVO
EL PAIS de Madrid PARA La República

■ Kinshasa la bella, la que Patricio Lumumba quiso convertir en faro de la independencia y la libertad africanas, es hoy, bajo la corrupta y sangrienta dictadura de Mobutu Sese Seko, un país maltratado por las epidemias, la violencia, la malnutrición, el pillaje y el miedo. El virus ébola no es más que un pálido episodio, otra plaga de las infinitas que se descuelgan sobre los hombros escoriados de los zaireños. Como la tormenta, que alivia el calor tropical, pero que hace que el cenagal de Kinshasa se desborde. Por calles oscuras, el taxi avanza a toda velocidad. En las cunetas, sobre el barro y las montañas de basura, se suceden los mercadillos como si toda la ciudad fuera un campamento varado en ninguna parte. Alrededor de una hoguera danza un horda de muchachos semidesnudos. Las cosas son un decorado de sombras y humo tras la temblorosa cortina de los mecheros de gas de los puestos que escoltan el camino, mientras una muchedumbre en marcha huye de la noche en busca de refugio. Porque las cunetas y caminos de Africa siempre están abarrotados de gente que camina. En la calzada, luchando contra los socavones y la lepra del asfalto, las furgonetas avanzan aplastadas por el peso de una humanidad hacinada. Uno teme que esos viajeros suicidas que cuelgan de puertas, techos, parachoques y ventanillas se precipiten en el asfalto y queden a merced del taxi que huye de Kinshasa, donde casi cinco millones de almas se enfrentan día tras día a una denodada lucha por la vida. De repente, un relámpago saca una radiografía de plata y los seres y las cosas quedan congelados en una mueca espectral. Albert Camus no necesitó visitar Kinshasa para escribir acerca de la falta de sentido del mundo. Pero, en medio de la noche, alguien vela. La misma Iglesia Católica, que alentó la colonización belga y sumergió en formol el alma de los negros, se deja hoy la piel en un esfuerzo anónimo para hacer de este verídico infierno un lugar más habitable. Héroes secretos que buscan a Dios entre los olvidados. No es raro que apenas tengan tiempo de rezar. No son sólo católicos, pertenecen a todas las creencias, razas y nacionalidades, son laicos y misioneros, miembros de organizaciones no gubernamentales y órdenes religiosas que entregan a Zaire la mejor parte de sus vidas. Entre ellos hay más de 400 españoles que no pierden el humor bajo la lluvia de golpes que les cae encima.

BALAS, RATONES Y BAÑERAS DE ORO

"En una sociedad en que hay gente que tiene bañeras de oro y niños a los que los ratones les comen los pies, porque yo he visto niños del barrio de Selembao con los talones comidos por los ratones, cómo no vas a comprometerte". Carmen Asiain tiene 58 años y los brazos fuertes. Como la voluntad, inquebrantable. Y un humor a prueba de balas. Originaria de Arguinano, Navarra, es dominica y lleva en Zaire desde 1969. A la hermana Carmen se la puede encontrar uno a media tarde, caminando desenvuelta o montada en su mobylette en medio del barrio de Selembao, una de las ciudades campamento dentro de Kinshasa, donde centenares de miles de personas intentan sacar la cabeza del mar de basura y barro en que se han convertido las calles, o lo que queda de ellas. Carmen no tiene miedo. Da clases de francés en el Instituto Pegagógico y Científico, un centro del Estado que hace honor a su nombre: Sin puertas, ventanas, luz, ni mobiliario, "las pizarras no se las llevaron porque están pintadas en la pared". Los alumnos se apretujan en ruinas de pupitres o directamente en el cemento, en las islas junto a los charcos que forman las goteras. A Carmen acaban de pagarle el salario de setiembre: "Unos 38.000 zaires, que al cambio son unas 910 pesetas, suficiente para comprar 38 huevos. Vivimos de lo que nos mandan de España y de lo que pagan los padres. Aquí no hay salarios". La hermana Carmen trabaja también en la parroquia de San Juan Bautista, de la que depende un centro de nutrición en el que dos veces a la semana pesan, miden y alimentan a 120 niños malnutridos y vacunan a 300. Médicos sin Fronteras les lleva la comida: aceite de palma de Bandundu, alubias del lago Kivu, azúcar del Bajo Zaire y harina de maíz de Kasai.

Cuando el Estado se ausenta, la sociedad civil tiene que buscarse la vida, y los religiosos son los que más se entregan en una tarea descomunal.

La hermana Carmen, a la que todos conocemos por su nombre, jamás pierde el humor. Carmen revive como si le fuera la vida en ello la marcha por la paz y la esperanza de febrero de 1992, cuando decenas de miles de manifestantes de todas las iglesias, sectas y grupos de derechos humanos y de la oposición se unieron para reclamar la apertura de la Conferencia Nacional Soberana y el proceso democrático. "Las balas caían como lluvia a nuestro alrededor. La guardia presidencial bombardeó después con gases lacrimógenos la iglesia de San José de Matongue, donde estaban todos los cadáveres.

Hasta 39 reconocieron las autoridades. Ha sido la protesta más fuerte y más hermosa contra Mobutu que yo recuerdo. Fue una marcha pacífica, porque éste es un pueblo al que no le va la violencia.

Nosotras nunca hemos querido irnos de aquí. El cristianismo tiene connotaciones políticas. Somos unas monjas comprometidas, trabajamos por la paz y la justicia en el mundo. No somos específicamente misioneras, la justicia y los derechos humanos son el Evangelio mismo".

LA MADRE DE MOBUTU

Mientras el presidente Mobutu y su camarilla roban a manos llenas las riquezas del país (16 millones de dólares mensuales, según informes del gobierno de Estados Unidos, que le ayudó a mantenerse en el poder para frenar al comunismo en Africa), tres recién nacidos mueren cada noche en el hospital de Mama Yemo, "porque no hay dinero para comprar oxígeno". El bebé pálido y raquítico que vimos bracear la víspera no sobrevivió. Pero a la muerte le acompañaron otros dos: pequeñas ratitas humanas, raquíticos, malnutridos. Lo mismo cada noche. Como una condena. Es una cifra clavada en la experiencia. Porque en la Unidad de Cuidados Intensivos del mayor hospital público de Kinshasa y de todo Zaire no tienen dinero para comprar suficiente oxígeno y cada noche mueren entre tres y cinco recién nacidos. Desde hace seis años, el hospital no recibe un zaire del Estado, y eso a pesar de haber sido bautizado con el nombre de la madre del dictador. Consuelo Fernández, de la Compañía Misionera del Sagrado Corazón, lleva 26 de sus 57 años de vida en Zaire, los últimos diez años en el Mama Yemo, y no se desespera casi nunca. "El hospital se mantiene malamente con los 5.000 zaires (un dólar, aunque la inflación devora la moneda cada hora) que pagan los padres al ingresar". Claro que los precios se disparan en cuanto el mal es grave, y el que no paga no es atendido. Y si no tiene dinero y hay muerto por medio, el hospital se queda con el cadáver en prenda hasta que los deudos encuentran los fondos. La sala de las incubadoras es una chatarrería. No menos de veinte nidos plateados están inservibles. "Roban las piezas para venderlas y no hay forma de conseguir repuestos. El año pasado conseguí comprar dos incubadoras gracias a donaciones llegadas de España". La lucha es continua, y a veces desesperante. "Las propias enfermeras, mis compañeras, piden a los familiares dinero para comprar diez jeringuillas y después pinchan a todos con la misma aguja y revenden las otras nueve. Aquí no hay ni jeringas, ni alcohol ni medicinas. Yo misma tengo que comprarlas". En la planta baja, en la maternidad, muchas madres dan a luz y huyen dejando abandonado a su hijo. Unos 40 al [illegible] en este hospital. "Es la miseria. Se [illegible] barazadas y no tienen ni para mantenerse, ni siquiera saben no tener al niño. El país está destrozado. Los del gobierno no son más que unos sacaperras", dice sin alterarse la hermana Consuelo, que como casi todos los religiosos que se dejan la piel en Zaire no tiene pelos en la lengua y vive una religión hincada en la realidad. Pero la maternidad no es lo peor. Kinshasa no está en guerra, pero el hospital de Mama Yemo parece un hospital de campaña. El pabellón de los más pobres es también el de enfermos de sida, malaria, turberculosis.

9508399
TAIWAN y su probable ingreso a la ONU.
Lotto
27-06-95
11876
507638
514643
501888
11164

Taiwan: oferta millonaria por integrar la UN

Lotto 27-6-95

TAIPEI, 26 (Reuter). – Taiwán donaría 1000 millones de dólares a un fondo para los países en desarrollo si se le daba un lugar en las Naciones Unidas.

El anuncio fue formulado por el viceministro de Relaciones Exteriores Fang Chin-yen, que explicó que el canciller de Taiwán envió una carta a todos sus contrapartes de los países miembros de la UN, a excepción de Mongolia y China, solicitando apoyo para los esfuerzos de Taiwán por ganar un escaño en la UN.

La oferta tendría que ser aprobada por el Parlamento de Taiwán, indicó.

Taiwán perdió su asiento en la UN en 1971 ante China, que considera a la isla como una provincia renegada y trata de limitar su incorporación a los foros internacionales.

Sueño reanimado

SAN FRANCISCO, 26 (AFP).– El secretario general de la UN, Butros Ghali, reanimó el sueño de cooperación universal durante una ceremonia con motivo del cincuentenario de la firma de la Carta de la UN.

Esta Carta, afirmó el diplomático egipcio, "es más que un documento de historia. Es la piedra fundamental de las relaciones internacionales".

9508399.

01-01

Gobierno filipino suspende diálogo con guerrilla comunista a causa de dirigente rebelde encarcelado

El presidente de Filipinas, Fidel Ramos, anunció ayer martes la suspensión de las negociaciones de paz en Bruselas entre el Gobierno y el Frente Nacional Democrático (NDF, por su sigla en inglés), después de que Manila rechazara excarcelar a uno de sus miembros, Sotero Llamas.

Ramos señala en una nota que las conversaciones de paz han sido suspendidas a causa de las "demandas implacables" del NDF, que agrupa a las organizaciones comunistas que operan en Filipinas, para liberar a Llamas.

"Acabo de enterarme de que el grupo del Frente Nacional Democrático es implacable en sus demandas de que excarcele a Llamas y que el NDF no participaría más en las negociaciones hasta que resolviera este asunto", dice la nota.

"Teniendo en cuenta la posición inflexible del NFD, me he enterado de que los miembros del grupo del Gobierno en las conversaciones han decidido suspender las negociaciones y volver a Manila", añade.

El diálogo de paz, abierto formalmente el lunes, en Bruselas, fue suspendido después de que los comunistas insistieran en esperar la llegada de Llamas a Bélgica.

Los comunistas exigieron la excarcelación de Llamas y que éste viajara a Bruselas bajo la protección y garantía de inmunidad del Gobierno filipino, así como la seguridad de sus negociadores.

El presidente filipino recordó que "Llamas está detenido por orden de los tribunales de justicia y que hay nueve cargos criminales contra él".

Ramos ordenó a las tropas del Gobierno que suspendieran la ofensiva contra los comunistas durante un alto el fuego de 10 días y pidió a la guerrilla que hiciera lo mismo.

"El Gobierno dejará la puerta abierta para nuestros compatriotas comunistas", manifestó Ramos. El Frente Nacional Democrático lleva negociando la paz con el Gobierno filipino desde hace un año.

FILIPINAS

Más de 20 muertos en operación militar

Lo Jo 9-6-95

Zamboanga (Filipinas). El jefe de la comandancia del sur de Filipinas, teniente-general Eduardo Batenga, informó ayer jueves de que quince integristas del grupo "Abu Sayyaf" y ocho soldados resultaron muertos durante una operación militar en la isla de Basilan, unos 950 kilómetros al sur de Manila. Batenga negó que la operación militar estuviera dirigida contra el grupo separatista Frente Nacional para la Liberación de los Musulmanes (FNLM).

Los miembros del "Abu Sayyaf" son perseguidos por el Gobierno desde que atacaron y quemaron un pueblo de la provincia sureña de Zamboanga el pasado abril y causaron la muerte a 53 personas.

El FNLM, el grupo más numeroso de los separatistas musulmanes, está preparando con el Gobierno de Manila la tercera y última ronda de las negociaciones para poner fin a una guerra de 23 años.

Los integrantes de "Abu Sayyaf" no quisieron participar en estas negociaciones de paz.

02-02

9508400

Corresponsal de Associated Press en Vietnam del Sur desde 1962 hasta 1970, Peter Arnett volvió para cubrir la caída de Saigón en 1975. Estaba en la oficina de AP cuando entró un oficial norvietnamita: Arnett le ofreció un refresco y una galletita, lo entrevistó y trasmitió el último despacho desde Vietnam del Sur, inmediatamente antes de que se cortaran los cables. Arnett cubrió la guerra durante más tiempo que nadie, ganando un premio Pulitzer en 1966. Actualmente, como corresponsal internacional para la CNN, estuvo en Vietnam con motivo del vigésimo aniversario del fin de la guerra. Lo que sigue es su testimonio del nuevo "mundo Cong".

CIUDAD HO CHI MINH.— "Estaba en el helipuerto de lo que fue la embajada estadounidense, en el centro de Ciudad Ho Chi Minh, hace algunas semanas para hacer una transmisión con motivo del aniversario. La superficie de cemento estaba llena de bolsas de arena en descomposición abandonadas por los marines cuando el último helicóptero que despegó de la ciudad los condujo hacia la historia al final de la guerra de Vietnam hace 20 años. La vista desde el techo del edificio es muy parecida a lo que era cuando la ciudad se llamaba Saigón: una colección heterogénea de edificios coloniales mojados por la lluvia en calles llenas de motonetas. No era difícil llenar aquella vista con la nostalgia de los recuerdos de guerra, que desfilaban por mi paisaje mental como los chubascos vespertinos de la estación premonzónica que empapan las sucias paredes de la ciudad allí abajo.

AUDIENCIA COMPRENSIVA

La azotea parecía un lugar tan apropiado como cualquiera para reflexionar sobre la guerra y su última **cause célebre**: los torturados recuerdos del ex-Secretario de Defensa norteamericano Robert McNamara. La producción de CNN había querido citar a McNamara en "un estudio de Washington; yo me conectaría con ellos desde desde la azotea de la embajada bajo la brillante luz matutina de Saigón. Pero el supuestamente "mejor y más brillante" de los arquitectos norteamericanos del conflicto no quiso enfrentarse con un recordatorio tan íntimo de los excesos de la guerra, y yo tuve que quedarme sin la nota.

Lo cual fue una pena. El criticado ex-Secretario tiene una audiencia mucho más comprensiva para su mea culpa en el propio Vietnam que en los EE.UU., donde algunos críticos lo están crucificando. Aún cuando los comunistas trataron una vez de asesinar a McNamara, sus memorias son bienvenidas aquí. El que finalmente haya confesado lo que llamó una guerra mal concebida confirmó lo que los vietnamitas comunistas han dicho durante muchos años: que la guerra siempre era imposible de ganar. El legendario general-académico vietnamita Vo Nguyen Giap comentó las revelaciones de Mc Namara diciendo que eran "honestas y valientes".

Esta capacidad de perdón siempre me ha parecido la cualidad más notable del Vietnam de la posguerra. Después de todo, el lado comunista admite haber perdido un millón de soldados en la guerra con Estados Unidos. Sólo puedo suponer que esa cualidad proviene de la historia de guerras de supervivencia que Vietnam ha librado con muchas posibilidades en contra.

RECORDANDO LA GUERRA

Sobrevivir también requiere habilidad empresarial. Los vietnamitas están teniendo éxito en conjugar supervivencia y capacidad de empresa a un grado que nunca he visto. Llámesele "guerra como parque temático" si se desea, pero la comercialización de los antes sangrientos campos de batalla está procediendo a pasos agigantados. Ex combatientes Viet Cong sirven hoy como guías en excursiones por los campos de batalle en Khe Sanh, la ruta de Ho Chi Minh y otros lugares. El mejor "parque temático" queda a unas dos horas al noroeste de Ciudad Ho Chi Minh, donde enormes arcos pintados de azul le dan la bienvenida al visitante a los legendarios túneles de Cü Chi. En este lugar famoso por sus pasadizos secretos, que podrían significar la muerte para los soldados estaudonidenses que los atravesaran, actualmente los escondites han sido abiertos a la industria turística. En una cocina subterránea, se puede comer el guisado de arroz que fuera el favorito del 43º Batallón de Zapadores. El turista se puede atender un rasguño en un bunker, por un enfermero de la 2a. compañía médica. Por un boleto de U$S 5 dólares se puede comparar el poder de tiro de un M16 norteamericano con el de un AK-47 en un polígono apropiado. También es posible comprar un par de auténticas sandalias de goma usadas por los Cong en sus viajes por la ruta de Ho Chi Minh. ¿Tal vez una gorra verde para marchas en la selva, todavía manchada de sudor? Y para un intervalo refrescante en la acción, está el bar y restaurante Cu Chi (estilo Karaoke). "Este es el 'Mundo Cong'", me comentó un sorprendido colega de la televisión en su primera visita.

Los vietnamitas no son insensibles a los sentimientos de sus visitantes.

Cuando un veterano del ejército de los EE.UU. recientemente objetó el uso de la expresión "crímenes de guerra" en el nombre de un edificio de Ciudad Ho Chi Minh donde se exhiben armas y documentos de los estadounidenses capturados, el director la cambió a la versión más neutra de "reliquias de guerra". Sin embargo, el visitante sigue tropezando con recuerdos de que Vietnam es una sociedad estrechamente controlada. Cuando mis colegas decidieron homenajear a un veterano visitante, el corresponsal británico Donald Wise, desplegando en el hall de acceso del Hotel Continental un cartel rojo que decía "Saigón saluda a Wise, el glorioso capitalista", las fuerzas de seguridad llegaron de inmediato y confiscaron severamente la pancarta.

CHOQUE ARMADO EN LA FRONTERA

Se agrava la crisis entre Egipto y Sudán

Siete heridos en escaramuzas fronterizas confirman el grave deterioro de la delicada relación entre los dos países africanos

La escalada de la tensión entre Egipto y Sudán, producida por el atentado fallido del lunes contra el presidente egipcio, Hosni Mubarak, ya ha llevado al primer enfrentamiento armado en la frontera, en el que han resultado heridos al menos siete soldados de ambos países.

En lo que parece un deseo de no exaltar los ánimos, las autoridades egipcias han sido hasta el momento cautelosas al informar de este incidente, el más grave en los últimos años ocurrido en la frontera común.

Mientras, el presidente Mubarak –que sigue recibiendo la solidaridad de multitudes desde que regresó a El Cairo sano y salvo de Addis Abeba– volvió ayer a apuntar al régimen sudanés como el principal apoyo de los terroristas que intentaron asesinarle.

> *"Sudán afirma no tener campos para entrenar terroristas, pero sí los tiene"*

Según la información de agentes oficiales egipcios, los soldados sudaneses dispararon a una patrulla fronteriza egipcia, tras lo cual se declaró un tiroteo entre ambas partes.

Los militares egipcios y sudaneses heridos llegaron a primeras horas de la tarde a El Cairo a bordo de un avión militar y fueron ingresados en el Hospital Militar de Maadi, en el sur de la capital.

Nadie en el hospital quiso dar información sobre la situación de los heridos, cuyo número puede ser mayor de siete, de ellos tres sudaneses según fuentes no oficiales, pero el Ministerio del Interior ha señalado que un sargento egipcio se halla en estado grave.

La Embajada sudanesa en El Cairo dijo que todo el personal diplomático estaba reunido desde primeras horas de la mañana.

LA SITUACIÓN SE AGRAVA

Este incidente fronterizo, que se ha sumado a las ya de por sí tensas relaciones entre los dos países vecinos, es visto como un alarmante signo del definitivo deterioro de esas relaciones.

Nada más volver a El Cairo tras el atentado fallido, Mubarak dijo que era "cada vez más posible" la participación de Jartum, a quien el gobierno egipcio acusa de apoyar el terrorismo internacional y especialmente a los grupos radicales islámicos que actúan en Egipto, Argelia y otros países de la zona.

"Dicen que no tienen campos de entrenamiento de terroristas, pero sí los tienen. Lo sabemos. Yo digo que tienen esos campos", aseguró Mubarak ayer a los numerosos ciudadanos que se congregaron en su palacio para felicitarle.



Arafat fue el primero en visitar a Mubarak en El Cairo REUTER

ESCARAMUZAS EGIPTO-SUDAN

Tropas de Egipto y de Sudán se enfrentan el martes en el área fronteriza conocida como el triángulo de Halaib a orillas del Mar Rojo



Después del atentado, Mubarak recordó el hallazgo de un gran alijo de armas y explosivos en la sudeña provincia de Asuán, la semana pasada y aseguró que procedían de Sudán.

Las relaciones egipcio-sudanesas se han visto gravemente afectadas, además de por las acusaciones de El Cairo sobre el apoyo de Sudán al terrorismo, por la presencia en Egipto de los principales opositores sudaneses, incluido el ex presidente Gafar El Numeiri.

El presidente de Sudán, Omar Hasan al Bashir, negó que su país esté implicado en el atentado contra Mubarak, aunque manifestó su "comprensión hacia quienes lo perpetraron".

A todo ello se une el contencioso territorial que ambos países mantienen por el triángulo de Halaib, una zona costera del Mar Rojo, que se supone rica en petróleo y que ambos reclaman, lo que ha provocado alguna escaramuza militar. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

Mubarak descartó intervenir militarmente en Jartum

El presidente egipcio, Hosni Mubarak, descartó ayer una intervención militar egipcia contra Sudán, al recibir una numerosa delegación de la oposición sudanesa a la que, sin embargo, auguró un cambio de régimen en Jartum.

Mubarak, que desde ayer recibe continuamente los parabienes de población, instituciones y grupos diversos que acuden al palacio de Koba tras el atentado frustrado de Addis Abeba el lunes, volvió a acusar a Sudán de apoyar y propiciar el terrorismo.

Lo mismo que hizo ayer, al recibir al ex presidente sudanés Gafar Numeiri que vive exiliado en El Cairo, Mubarak volvió a acusar al gobierno que preside el general Omar el Bashir y al que apoya el Frente Nacional Islámico (FNI) de Hasan Turabi, de sustentar a los terroristas egipcios quienes, se cree, fueron los autores del atentado.

"Si quisiéramos intervenir (militarmente) para cambiar el régimen sudanés lo habríamos hecho en diez días, pero con semejante acto nos pareceríamos a otros países", dijo Mubarak en alusión a la invasión iraquí de Kuwait de 1990.

Ante la audiencia de la oposición sudanesa, especialmente dura y clamorosa, el presidente egipcio expresó su confianza en que el pueblo logrará cambiar "el régimen del FNI". *(En base a EFE y Reuter)*

9508404

Disputa diplomática entre RUSIA Y JAPON

La Nación

3-06-95

11876

JD72946

65671

11164

11398

Yeltsin se disculpa por un desaire a Japón

3-6-95 LoMo

MOSCU, 2 (Reuter). – El presidente ruso, Boris Yeltsin, manifestó hoy su pesar por haber expresado "comentarios apasionados" sobre una oferta de asistencia de Japón tras el devastador sismo que azotó la isla rusa de Sakhalin.

El servicio de prensa del presidente Yeltsin provocó una disputa diplomática con Japón el miércoles al sugerir que Moscú rechazaría una oferta de asistencia japonesa debido a que teme que Tokio la podría utilizar como un elemento de presión en su disputa territorial.

Un comunicado emitido por el servicio de prensa de Yeltsin dijo que se sabía que algunas "fuerzas influyentes" en Japón querían relacionar contactos con Rusia con una disputa territorial sobre las islas Kuriles.

Pero agregó que "al mismo tiempo, el presidente lamenta sus comentarios apasionados y espera buenas relaciones de los países vecinos".

Los comentarios de Yeltsin provocaron preocupación en Tokio. El primer ministro japonés, Tomiichi Murayama, los describió como "algo realmente lamentable".

En el comunicado de hoy el presidente expresó su gratitud a todos los países que ofrecieron ayuda a las víctimas del sismo del 28 de mayo, que convirtió en ruinas el pueblo de Neftegork. Se teme que más de 2000 personas pudieron haber muerto como consecuencia del sismo.

01-01

04-06-95
11876
507284
11164

Gorbachov: Repaso a un Liderazgo que Resultó Removedor y Polémico

Se cumple el décimo aniversario del acceso de Mijail Gorbachov al poder supremo en la URSS, hecho que resultó histórico. El momento propicia este balance de su gestión.

4-6-95
EL PAÍS

FINANCIAL TIMES



En el apogeo (1989): el único líder soviético realmente popular entre los extranjeros no comunistas

MOSCU. "La vida, su dinamismo, dicta la necesidad de más cambios y transformaciones para el logro de una nueva calidad de existencia social". Esta era la opinión de Mijail Serguéievich Gorbachov hace 10 años, en su primer discurso al Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética (¡qué lejanas parecen hoy las siglas que por entonces todo el mundo conocía: CC-PCUS!) luego de asumir el cargo de Secretario General del partido, "el puesto más poderoso del mundo", como más tarde lo describiera.

A la edad de 54 años acababa de ser elegido líder del partido, y por lo tanto de la Unión Soviética, luego de una carrera de avance permanente en el escalafón del PCUS. Su asunción fue saludada por el veterano Ministro de Relaciones Exteriores Andrei Gromyko como la de una personalidad dotada del "estilo directo que tenía Lenin".

COMO CONSUMIDO POR EL SOL

Desde que perdió sus cargos Gorbachov ha sufrido —con aparente estoicismo— una sucesión extraordinaria de elogios (generalmente procedentes del extranjero) y denuestos (habitualmente en su propio país). El "Hombre de la Década" de los años 80, cayó por tierra a comienzos de los 90, como si lo hubiera consumido el sol. ¿Qué diría de él la historia?

Actualmente Gorbachov encabeza una Fundación que lleva su nombre: viaja, ha terminado de redactar sus memorias y está considerando postularse a la presidencia de la federación Rusa en las elecciones que tendrán lugar el año próximo, a pesar de que ninguno de sus conciudadanos le asigna la menor posibilidad de alzarse con la victoria. Si bien ya no es tan censurado, se le recibe en medio de la indiferencia o con condescendencia. En el transcurso de un reciente repaso televisivo de su carrera, programa en el cual Gorbachov estuvo presente, fue vapuleado por el joven conductor del programa, quien aún debía estar en el colegio cuando Gorvachov llegó a la cumbre del poder en la Unión Soviética.

En una reunión más íntima realizada hace poco en la sede de su Fundación, un grupo de sus ex ayudantes y camaradas ofrecieron un juicio más positivo sobre aquel período. Pero entonces el brillante polemista armenio Andranik Migranyan tomó la palabra. Desde fines de la década pasada Migranyan viene advirtiendo sobre las consecuencias del colapso de la Unión Soviética.

Sentado directamente frente a Gorbachov, Migranyan lo acusó de haber destruido el Estado. "¿Por qué no aprendió de la experiencia de China? ¿O de Hungría? Había otras formas posibles de procesar las reformas. ¿Por qué no detuvo la desintegración? Usted era el Secretario General del partido comunista soviético: ¿por qué no usó la fuerza cuando fue necesario? ¿Por qué no vio lo que se vendría: guerras en todas partes, refugiados, personas sin patria. Yo, como armenio, conozco todo esto demasiado bien".

Gorbachov lo miraba, tamborileando con sus dedos la mesa. Al fin dijo "Bien: gracias a Dios que Andranik Migranyan no era el Secretario General del partido comunista soviético". Fue una respuesta débil.

DE COMUNISTA A SOCIALDEMOCRATA

¿Qué trató de hacer Gorbachov al asumir el liderazgo? ¿Sabía lo que hacía o tal vez improvisó, con aplomo, seguridad y aprobación al comienzo pero con creciente falta de éxito a medida que el escenario se derrumbaba a su alrededor y la audiencia se volvía primero inquieta y luego hostil?

El mismo dijo haber planificado larga y cuidadosamente cómo introducir la **perestroika** (reestructuración), la **glasnot** (apertura, transparencia y también publicidad) y la democratización. Pero la necesidad de un cambio más radical se le hizo evidente muy poco antes de ser consagrado Secretario General, luego de una serie de conversaciones aparentemente decisivas que mantuvo con Eduard Shevardnadze, su Ministro de Relaciones Exteriores y actualmente Jefe de Estado de Georgia, y Alexander Yakovlev, su colega en el Politburó del PCUS (que acaba de renunciar a la jefatura del principal canal estatal de televisión ruso).

Al pedir un cambio cualitativo en su primer discurso ante el Comité Central como líder del partido, Gorbachov lo definió en los mismos términos que Yuri Andropov, que fuera el Número Uno soviético durante un corto período posterior a la muerte de Leonid Brezhnev: más disciplina, más inversión en la industria —especialmente en el sector de la ingeniería dominado por los militares— y más "aceleración" en todas las esferas de la vida. La "aceleración", es decir una creciente eficiencia económica, había sido la palabra de orden de Stalin en la década de los años 30: al comienzo, Gorbachov aceptó explícitamente como positivo el legado del georgiano.

Una consecuencia del énfasis puesto en la disciplina fueron las súbitas trabas impuestas al consumo de alcohol, medida que irritó a las grandes masas de la población y que muchos nunca lo perdonaron.

Para el común de las gentes este nuevo Secretario General significaba malas noticias. Sin embargo, en los cinco años siguientes se transformó de comunista disciplinario en socialdemócrata: de orientador de un regreso a las fuentes leninistas en supervisor de la muerte del marxismo y de puntal reforzador del Estado soviético en testigo —papel que no buscó ni quería— de su disolución.

"NOS DEVOLVIO LA DIGNIDAD"

Hay un punto de vista mucho más amargo, publicado el año pasado por su ex jefe de personal Valery Boldin, que jugó su suerte junto a la de quienes intentaron el golpe de estado de agosto de 1991 y estuvo preso un tiempo por ello. En su libro **Diez Años que Conmovieron al Mundo**. Boldin pinta a Gorbachov como un ser vanidoso y exigente, tan rápido para aprender como lento para agradecer, dominado por una esposa "dura, áspera y dominante" y —peor aún— un hombre cada vez más vulnerable a las lisonjas de los líderes occidentales.

"El Secretario General", escribe Boldin, "se halló atado de pies y manos por las fuerzas de dentro y fuera de la URSS que lo envolvieron en una trampa, y se vio así forzado a llevar a su partido a un matadero del cual solamente él salió personalmente intacto y enriquecido".

Este retrato inmisericorde es el que más atrae a los ultranacionalistas y comunistas reemergentes en la Rusia de hoy. Para ellos, Gorbachov fue simplemente un traidor de la patria, de la clase o del imperio o, según muchos piensan, de las tres cosas a la vez.

A medida que se desvanece el recuerdo de su presidencia, el debate acerca de su lugar en la historia se intensifica. Archie Brown, un especialista del St. Antony's College de Oxford, afirma con pasión que Gorbachov logró al menos en parte "las cuatro grandes transformaciones" que buscaba: pasar de una economía planificada a otra de mercado, de un Estado totalitario a otro democrático, de un imperio centralizado a una federación y de ser una amenaza internacional a ser un compañero pacífico. Otros le critican su fracaso en el manejo de los nacionalismos, su tendencia a retomar ciertas prácticas autoritarias en momentos cruciales y una falta de visión reconocida por él mismo dos días antes de renunciar en sus tristes palabras: "Hemos destruido sin construir".

Sin embargo la más firme defensa de Gorbachov está en quienes lo honran precisamente por haber sido un destructor. Uno es Yakovlev, el pope de la democratización, cuyo instinto reformista precedió incluso al de su jefe. "El nunca dejaba de hablar", dice Yakovlev. Siempre era difícil saber hasta dónde escuchaba. Pero supo llegar muy lejos".

Otro "gorbachovista", aún más expresivo, es Alexander Tsipko, un ex asistente de Yakovlev que actualmente trabaja para la Fundación Gorbachov. "Se pueden decir muchas cosas de Gorbachov, de sus vacilaciones, de sus errores y de su vanidad", sostiene Tsipko. "Pero si nos quedamos sólo en eso, ¿qué clase de personas somos? Los que hoy gritan en contra de lo que hicimos son los mismos que nos hubieran mantenido en la degradación que los bolcheviques trajeron a este país".

Y agrega: "Gorbachov fue el hombre que nos libró del miedo, que nos permitió leer, hablar y pensar, que nos dio la libertad de culto. En suma, fue quien nos devolvió nuestra dignidad. ¿Cómo podemos no honrarlo"?

9508405

Un cliente caro y rápidamente olvidado

HABLA VIKTOR VOLSKY, ...

"La mafia florece en Rusia y está dentro del poder"

Viktor Volsky, importante asesor del último presidente soviético, **Mijail Gorbachov**, y director del **Instituto para América latina de Rusia**, es un hombre que puede echar un poco de luz sobre los numerosos y sombríos problemas de la que fuera segunda potencial mundial.

Los nuevos ricos rusos, que hicieron sus ganancias de manera al menos poco transparente en los últimos años, "no pueden competir sin pisar las leyes. Por eso, **nuestro capitalismo es un poco salvaje**", explicó durante el diálogo que mantuvo con **Clarín** en Buenos Aires.

Para Volsky, la mafia rusa "florece como jamás en la historia y es bastante salvaje". Por si eso fuera poco, denuncia que "está infiltrada en el poder. Hay diputados y senadores involucrados".

Este ex militar de 74 años dice en excelente castellano que, en Rusia, "**estamos en la etapa de la acumulación originaria de capital, la misma que Carlos Marx marcaba para la Inglaterra de los siglos XV y XVI**". Y sentencia que "todo el mundo siente que fue engañado, porque la primera etapa de las privatizaciones no dejó nada al pueblo".

Con un café de por medio, a metros del Obelisco, el estudioso ruso va desgranando también sus definiciones sobre la complicada situación política de su país.

Sostiene que el ultranacionalista **Vladimir Zhirinovsky** no constituye ninguna amenaza para la democracia. Los rusos "votaron por él para votar en contra de otros. No tiene posibilidades para las presidenciales de 1996". De cara a esos comicios, Volsky afirma que "**la política de Yeltsin no puede ganar**", porque sus cuatro años de gobierno han significado un deterioro del país en todos los ámbitos.

Este ex comunista que ahora se define como "independiente" puntualiza que son dos las personas con más chances para convertirse en el nuevo dueño del poder del **Kremlin: Yuri Luzhkov**, el alcalde de Moscú, y **Víctor Chernomyrdin**, el actual primer ministro de Yeltsin. "Los moscovitas creen que Luzhkov es más enérgico. Hizo cosas elogiables."

La guerra en Chechenia, un tema que enfrentó al gobierno ruso con los **Estados Unidos**, los que acusaron a Moscú de no respetar los derechos humanos en esa república separatista del **Cáucaso**, también fue analizado por Volsky, para quien los rusos no están de acuerdo con la independencia chechena. Pero "la gente no acepta que nuestros muchachos caigan allí por miles", afirmó.

El ex asesor de Gorbachov mantiene una posición dura respecto de los territorios que estuvieron durante casi cincuenta años bajo estricto control soviético en **Europa del Este**, muchos de cuyos países ya adhirieron a la **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** o han pedido incorporarse a ésta. Inclusive, los Estados Unidos, líder de ese grupo, ofreció a Moscú que se sumara.

Orgulloso de haber sido declarado ciudadano ilustre de la Boca, Volsky considera que "**no podemos entrar inmediatamente en lo que fue durante 50 años nuestro mayor enemigo. Además, Rusia no está acostumbrada a levantar las manos y entregar el control de su territorio**".

Sergio Persoglia

9508407
RUSIA anunció una central nuclear en CUBA.
LA NACION
6-06-95
11876
507286
65671
11895

¿Instalarán un Chernobil II en el Caribe?

Sorpresa en Cuba ante el anuncio de que los rusos acabarán una central nuclear

Por Claudia Rosett y José de Córdoba
(Redactores de The Wall Street Journal)

6-6-95
LANo

MOSCU — La historia se repite a sí misma, escribió Karl Mark, "la primera vez como tragedia, la segunda como farsa". Aquí hace su entrada Rusia, que parece haber reanudado su sociedad nuclear con Cuba. El mes pasado, el Ministerio de Energía Atómica de Rusia, conocido como MinAtom, anunció que formaría una empresa conjunta con varias de las principales compañías mundiales del sector de la energía atómica para terminar, a un costo de US$800 millones, la central electronuclear de Juragua, en Cuba.

Se calcula que este elefante blanco tropical ya había devorado US$1.200 millones hasta 1992, cuando se interrumpió la obra después que Cuba quedó en bancarrota y Rusia comenzó a exigir el pago en dólares, en vez de la solidaridad socialista, para terminar la central.

No importa que Cuba siga en bancarrota ni que, según cálculos de Moscú, todavía le deba a Rusia más de US$ 30.000 millones. Oleg Davidov, viceprimer ministro ruso, alabó el mes pasado la planta de Juragua como el principal símbolo de los renovados lazos ruso-cubanos. Y el portavoz principal de MinAtom, Georgui Kaurov, un hombre afable y canoso que antes se dedicaba a probar las bombas atómicas soviéticas, dice que La Habana pagará lo que queda por hacer en la planta con azúcar y "otras cosas". La construcción debe reanudarse este mes y la planta, dice Kaurov a manera de confidencia, comenzará a generar ganancias y electricidad en 1997.

Miedo en Miami

Esta perspectiva ha comenzado a causar intranquilidad a muchos en Estados Unidos. En Miami, los medios locales de comunicación mencionan los temores de que la planta podría convertirse en la versión cubana del desastre de Chernobil en 1986. Un informe de la Officina General de Fiscalización de Estados Unidos, el brazo investigador del Congreso estadounidense, indicó en 1992 que hay evidencias de una construcción deficiente en la planta, incluida la soldadura. A diferencia de la última crisis nuclear de Cuba en 1962, cuando la entonces Unión Soviética instaló misiles balísticos nucleares en la isla, ahora los miamenses temen que pueden perecer carbonizados en un accidente, y no a propósito.

"Es un tema muy preocupante", dice el representante Lincoln Díaz-Balart, republicano por Florida, quien ha activado la alarma sobre la seguridad de la planta. Para Díaz-Balart, Juragua es un dolor de cabeza especial. Su primo, Fidel Castro Díaz-Balart, es hijo de Fidel Castro y estuvo a cargo de la construcción de la planta hasta 1992. Ese año, Fidelito, como se le conoce, fue despedido de la presidencia del programa nuclear cubano y pasó a un virtual anonimato después de tener desavenencias con su padre. Fuera de Miami, el anuncio ruso ha causado asombro entre los observadores. Quizás las más asombradas sean las compañías occidentales que, según Kaurov, formarán parte de un consorcio internacional que invierta US$800 millones para completar la planta. Entre estas firmas, dice Kaurov, estarán Siemens AG, de Alemania; Ansaldo SpA, de Italia, y Electricite de France, electrogeneradora francesa. Según Kaurov, la italiana Ansaldo ya está en Cuba, evaluando los equipos rusos instalados en Juragua.



Pero esto es noticia para Ansaldo. "No tenemos nada que ver con Cuba. No tenemos ninguna actividad allí. Cero", dijo Rinaldo Marinoni, portavoz de la empresa en Génova. Con Electricite de France, la historia es la misma. Aunque ingenieros de la compañía recorrieron varias plantas generadoras de la isla a principios de este año, la empresa no negocia en este momento ningún acuerdo sobre Juragua, según un portavoz.

En Erlangen, Alemania, Wolfgang Breyer, portavoz de Siemens Power Generating Group, dice que la planta no podrá terminarse hasta que Estados Unidos levante el embargo económico a Cuba. En la sede de la Agencia Internacional de Energía Atómica, en Viena, el portavoz Hans Frederich Meyer está estupefacto. "Para mí, la planta está casi muerta", afirma Meyer. "Ni siquiera le prestamos atención".

Incluso en La Habana, el asunto de Juragua es noticia. "Por supuesto que no es cierto", dice Rodrigo Ortiz, viceministro de Energía. Resulta curioso porque el ministro cubano de Comercio, Ricardo Cabrisas, participó en el anuncio original.

Pero el principal especialista nuclear del Ministerio de Energía de Cuba, Miguel Angel Serradet, se limita a señalar que los rusos realizan un estudio de factibilidad sobre la terminación de la planta. Agrega que ninguna firma extranjera se ha comprometido a absolutamente nada. Esto último no es ninguna sorpresa porque no parece existir ninguna forma en que Cuba pueda financiar los US$800 millones del proyecto. Se espera que la zafra azucarera de la isla este año sea la peor de los últimos 50 años y la mayor parte de los ingresos del país ya están comprometidos en negocios de trueque.

Las exportaciones de azúcar probablemente no representen más de US$600 millones. Se calcula que el total de ingresos del país por concepto de las ventas de azúcar y el turismo alcancen US$2.100 millones este año, según varios analistas.

La teoría del chantaje

Entonces, ¿qué están haciendo los rusos?

Una teoría que ha comenzado a circular es que MinAtom no tiene intenciones de terminar la planta de Juragua. Según esta teoría, todo el plan es un chantaje: a los rusos les gustaría obtener alguna recompensa de EE.UU. por no completar la instalación. "Quieren que los habitantes del sur de Florida les paguen por no construirla", bromea Peter Scott, presidente de Beta Funds Ltd., con sede en Londres, fondo de capitales que tiene planes de invertir en Cuba.

También da la casualidad que existe un proyecto de ley auspiciado por el senador republicano Jesse Helms, presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado, que reduciría en US$200 millones la ayuda anual de Washington a Moscú. La cantidad es la misma que Rusia paga a Cuba como alquiler por un centro de intercepción de comunicaciones ubicado en la isla. ¿Será posible que los rusos estén subiendo la apuesta?

También podría ser que MinAtom sencillamente quiera que se le pague con una participación en proyectos más rentables, como el estancado proyecto de EE.UU. de suministrar un reactor nuclear a Corea del Norte.

Otra teoría, favorecida en Moscú, sugiere que MinAtom podría tener alguna esperanza de conseguir un contrato tropical para aliviar su sufrida mano de obra en Rusia.

El ministerio emplea unos 2,5 millones de personas, según cálculos de países occidentales. Kaurov indica que desde la desaparición de la Unión Soviética en 1991, alrededor de la mitad de esos empleados están ociosos.

"MinAtom es un inmenso imperio con tantas personas que no hacen nada que ni siquiera la promesa de construir ayudaría en algo", comenta Andrei Zobov, especialista nuclear del Carnegie Endowment for International Peace en Moscú. También está la noción de que MinAtom simplemente se ha convertido en un ministerio que busca expandir su alcance, sin fijarse en el costo. "Mire la forma en que opera MinAtom, parece un Estado dentro de un Estado", señala Eugene Rumer, analista de Rand Corp. que ahora trabaja en Moscú.

9508407

01-01

9508408

LA NACION.

9-06-95

Rusia vende tecnología nuclear a Irán

Por Paul Beaver

LONDRES (Jane's Defence Weekly). – La industria militar rusa en la posguerra fría se inclina más por los negocios internacionales que por la reconversión para fines civiles.

Los rusos han causado ya alarma en Occidente por su decisión de proveer de tecnología nuclear a Irán. Y actualmente están contribuyendo a la modernización de la fuerza aérea del Ejército de Liberación Popular de China continental. Al mismo tiempo, Rusia ayuda a Vietnam en la tarea de monitoreo electrónico de las actividades de la armada china en torno de las islas Spratly, en cuyas inmediaciones se supone que existen depósitos submarinos de hidrocarburos.

Vietnam y China son los dos países que reivindican con más energía, entre los seis que alegan, jurisdicción sobre una parte o la totalidad del archipiélago.

Desde la estratégica base de Cam Ranh Bay –que fue la más poderosa de la Unión Soviética de la década del ochenta–, Rusia ayuda a Hanoi en la localización de los movimientos en el mar de China meridional.

No obstante, para no dar la impresión de que retrae su ayuda a China, Rusia ha vendido a Pekín una nueva tanda de aviones de combate Sukhoi Su-27. El próximo año, China contará con otros cincuenta de esos aparatos y, con una licencia de fabricación, Pekín estará en condiciones de producir anualmente cien Su-27 "made in China".

Aprensiones en el Cáucaso

En relación con la anunciada decisión rusa de consignar fuertes contingentes de material blindado y artillería en sus fronteras en el Cáucaso, John Holum, director de la Agencia para el Control de Armamentos y Desarme, cree que los rusos quieren con ello mantener alejados a los insurgentes de Chechenia y de otras regiones.

En cuanto a las estrictas limitaciones del tratado de desarme, los rusos alegan ahora que las primitivas estipulaciones no se ajustan a las circunstancias actuales, ya que fueron discutidas cuando el Pacto de Varsovia y la NATO eran enemigos.

Entretanto, Andrei Kozirev, ministro ruso de Relaciones Exteriores, dijo a principios de mayo en Atlanta (Georgia) que no habría transferencia de tecnología susceptible de capacitar a Irán para hacerse de un arsenal nuclear. Moscú dice que Washington exagera simplemente ante la noticia de un acuerdo por valor de mil millones de dólares para ayudar a Irán en la construcción de un complejo de energía nuclear cerca del golfo Pérsico.

Subsiste entonces el interrogante: ¿por qué Irán, que tiene tanto petróleo, necesitaría también energía nuclear para generar electricidad comercial? (c) LA NACION

(Traducción de Jorge Ortiz Barili)

DETUVIERON A UNO DE LOS CABECILLAS Y A

La temible mafia golpe más duro

Uno de los líderes fue atrapado en el barrio donde se había refugiado desde comienzos de esta década. Se lo acusa de extorsión, por lo que le puede caber una pena de 20 años de prisión. Solo 24 horas después detuvieron a otros tres integrantes de la mafia en el aeropuerto JFK. En este último caso figura como sospechoso un militar ruso.

MOSCU (AFP). – La detención en Nueva York por extorsión de **Viacheslav Ivankov**, alias "El Japonés", marca la caída del patrón histórico de la mafia rusa, que conservaba una inmensa influencia en su país a pesar de su exilio en los Estados Unidos. Pero no fue el único golpe para esta mafia con múltiples actividades, ya que en el aeropuerto John Fitzgerald Kennedy también detuvieron a otros tres integrantes del grupo, los que se dedicaban al tráfico nuclear (véase aparte).

Ivankov, un hombre de 55 años, pequeño, barbudo y con ojos rasgados, que residía ilegalmente en los Estados Unidos desde 1992, fue inmediatamente acusado de tentativa de extorsión por 3 millones y medio de dólares, y si es declarado culpable puede pasar 20 años en la cárcel.

Desde finales de la década del 60, su banda, temida por su extrema violencia, se dedicó al tráfico de armas y a la extorsión de las innumerables personas que se aprovecharon de la economía paralela en la época soviética.

"El Japonés" fue condenado por primera vez a comienzos de 1970 a cinco años de prisión, y luego, en 1982, a la confiscación de sus bienes y a catorce años de régimen disciplinario.

Padrino

Ivankov, encarcelado en la prisión de Touloun, a 700 kilómetros de Irkutsk (Siberia), multiplicó los actos de rebelión y las tentativas de evasión, conquistando así sus galones de padrino.

En Moscú, a comienzos de los 90, numerosos representantes de la alta sociedad, que hasta hoy siguen conservando una gran influencia, organizaron una campaña para reclamar su liberación.

En esa campaña participaron el oftalmólogo y dirigente político **Sviatoslav Fiodorov**, el cantante **Iossif Kobzon**, e incluso el actual consejero del presidente **Boris Yeltsin** para los derechos humanos, **Serguei Kovalev**, informó la periodista **Larissa Kislinskaya**, de la agencia ITAR-TASS, especialista en asuntos mafiosos.

Durante esos años "El Japonés" había confiado sus asuntos a otro padrino, el georgiano **Otari Kvantrichvili**, asesinado en Moscú en abril de 1994.

A Nueva York

Finalmente, Ivankov fue liberado con

TRES EXPERTOS EN TRAFICO NUCLEAR

rusa sufrió su en Nueva York

anticipación en febrero de 1991, con la prohibición de salir de Moscú, lo que inmediatamente aprovechó para organizar el reagrupamiento de las diversas mafias de origen eslavo para resistir el ascenso de las mafias del Cáucaso

Más tarde, bajo otro nombre y la falsa profesión de productor de cine, obtuvo en febrero de 1992 una visa que le permitió llegar a California, y, luego, a Nueva York.

"Todos los padrinos abandonaron Moscú y viven en el extranjero", explicaba en mayo pasado Iossif Kobzon. "Pero esa hermosa vida no les impide dirigir las actividades criminales en Rusia".

Instalado en el barrio neoyorquino de la Pequeña Odessa, refugio de la mafia ruso-norteamericana, "El Japonés" no es una excepción a la regla.

Durante una reunión secreta en octubre de 1993 con el coronel **Serguei Dontsov**, encargado entonces de la lucha antimafia en Moscú, los padrinos de la capital rusa pidieron a las autoridades que permitieran el regreso de Ivankov, que según ellos era el único capaz de poner término al recrudecimiento de ajustes de cuenta entre las bandas rivales.

Ese papel de árbitro podría ser el mejor para este ex boxeador, descripto por los psiquiatras rusos como un paranoico esquizofrénico, que recibió a puntapiés y escupitajos a los fotógrafos que trataban de enfocarlo con sus cámaras, durante su detención el jueves en Nueva York.

No obstante, es "poco probable" que las autoridades rusas pidan la extradición de Ivankov, estimó ayer **Viktor Bulgakov**, responsable del Departamento encargado de la lucha contra el crimen organizado en el ministerio del Interior ruso. "Muchas cosas se hacen en nombre de Rusia. Pero Ivankov no es oficialmente buscado en el país", concluyó el jefe policial.



Viacheslav Ivankov, rodeado por dos agentes del FBI. Es uno de los líderes de la mafia.

La red también negociaba con Irak

(Por **Anthony De Stefano**, de "Newsday", especial para **Clarín**). – Tres integrantes de la mafia rusa que opera en el mundo fueron detenidos ayer en el aeropuerto John Fitzgerald Kennedy cuando intentaban comerciar siete toneladas de circonio, un metal blanco esencial para el funcionamiento de reactores atómicos.

Al mismo tiempo, un agente federal norteamericano viajó a Moscú para colaborar con las autoridades en la investigación de un general ruso sospechoso de conjurar con dos neoyorquinos en el comercio del circonio, que supuestamente iba a ser enviado a Irak.

Los tres traficantes de la mafia rusia son griegos –Demetrios Demetrios, de 40 años; Renos Kourtides, de 55, y Constantin Zahariadas, de 50– y habían robado el circonio de un ars[illegible]l de Ucrania, para luego trasladarlo a Kiev, en Rusia, a la ciudad alemana de Hamburgo, con destino final en Nueva York, tras pasar por Italia.

Según los investigadores, cinco toneladas del metal blanco estaban guardadas en un depósito en el centro de Nueva York. Otras dos toneladas fueron capturadas en Chipre, informó a "Newsday" **Robert van Etten**, agente especial a cargo del Departamento de Aduanas de Nueva York.

La ruta a través de Estados Unidos se hizo necesaria debido a que la situación en Alemania se había vuelto riesgosa.

Renos Kourtides vivía en Muttontown, Nueva York, y había sido presidente del Marathon National Bank de Queens.

El y sus dos compatriotas están acusados de violar las sanciones vigentes desde la guerra del Golfo, que prohíben la exportación de material nuclear a Irak. Los acusados fueron detenidos después que los agentes federales simularon ser iraquíes en busca del circonio.

Traducción: Marta Vassallo.

9508410
Aprueban ley electoral
LoJo
10-06-95
11876
507294
11164

Rusia

Aprueban ley electoral

Moscú. La aprobación ayer viernes de la ley electoral por la Duma del Estado despejó las incógnitas que existían sobre si se celebrarían los comicios para renovar esta Cámara Baja del Parlamento ruso el próximo mes de diciembre, tal y como prevé la Constitución del país.

Los diputados, por 264 votos a favor, 45 en contra y tres abstenciones, aprobaron el texto propuesto por la comisión de conciliación después de que el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, vetase el proyecto inicial, lo que había suscitado serias dudas de que los comicios pudieran celebrarse en las fechas previstas.

Según el texto de la ley, que aún debe ser aprobada por el Consejo de la Federación (Cámara Alta) y promulgada por Yeltsin, se mantiene la proporción equitativa de los legisladores, que serán elegidos por listas de partidos y por circunscripciones, 225 en cada caso.

10/6

01-01

Los que eran enemigos se unieron para el combate

La amenaza ideológica del comunismo fue sustituida, desde la caída de la Unión Soviética, por el **terror a la mafia**. Su poder es tan vasto y poderoso que los enemigos de ayer buscan hoy formas de cooperación para combatirla.

Rusia, uno de los mercados más promisorios para los capitales europeos y norteamericanos desde la desaparición de la URSS en 1991, se encuentra hoy prácticamente bajo el dominio informal de la mafia rusa. Los círculos empresariales occidentales, incluidas corporaciones como Coca Cola o McDonald's, que operan en Moscú, no han escapado a la encerrona.

En setiembre del año pasado, **James Woolsey**, jefe de la Agencia Central de Inteligencia, lo dijo con claridad: "La mafia en Moscú arbitra en la resolución de disputas, vigila el respeto de los contratos de los negocios y, en definitiva, está sustituyendo gradualmente a las autoridades del Estado".

Las redes mafiosas de Rusia, formadas por miembros de todas las ex repúblicas soviéticas, se destacan por la crueldad y falta de escrúpulos en las actividades criminales y por la amplitud de áreas que abarcan sus "negocios".

Cómo surgieron

El 2 de enero de 1992, Boris Yeltsin decretó que desde ese día regía en Rusia la economía de mercado. Como resultado de ese impulso doctrinario, la vieja economía centralizada no fue remplazada por una economía de mercado sino por un sistema caótico e improvisado que basó su desarrollo en dos pilares: **las prácticas mafiosas** y **el soborno de los funcionarios**.

En el plano político e institucional la situación fue similar. La descomposición de las instituciones vinculadas con la seguridad, incluidas la KGB y la unidades militares especiales, llegó a tal punto que no solo quedaron incapacitadas para enfrentar al crimen organizado, sino que muchos de sus ex funcionarios se aliaron a criminales rusos.

Chipre, Londres y Miami son los principales centros de **lavado de dinero**. La ruta de abastecimiento de **drogas ilegales** parte desde Asia Central y el Cáucaso hacia Europa y América. Al **contrabando de plutonio y materiales nucleares**, como los interceptados en enero de este año por la policía alemana en Berlín (donde se calcula que hay asentados 15.000 mafiosos rusos), se suma el peligro de que los mafiosos estén en condiciones de hacer explotar pequeñas ojivas nucleares.

En este marco y ante el fracaso de la campaña para restablecer la ley y el orden lanzada hace un año por el presidente Yeltsin, los gobiernos europeos y los EE.UU. decidieron poner manos a la obra. Espías y estrategas dejaron sus viejos rencores y trabajan para cuidar el nuevo ídolo del fin de siglo: los negocios.

Telma Luzzani

9508412

Acuerdo RUSIA - UCRANIA por flota en el Mar Negro

LA NACION

10-06-95

11876

507284

507355

11163

El Kremlin se Queda en el Mar Negro con Base en Sebastopol

SOCHI (Rusia), 9 (EFE).— Rusia consiguió hoy, viernes, quedarse con Sebastopol, principal base naval en el Mar Negro, con el grueso de los buques, tropas de desembarco y aviación de la Flota del Mar Negro y poner punto final al litigio que mantuvo con Ucrania por su reparto desde la desintegración de la URSS.

El acuerdo, alcanzado por los presidentes de Rusia, Boris Yeltsin, y Ucrania, Leonid Kuchma, establece que Rusia se quedará con el 81,7 por ciento de los buques y Ucrania con el 18,3 por ciento.

Además, el documento indica directamente que las fuerzas de Rusia y Ucrania "tendrán emplazamiento separado" y que "la base principal de la Flota del Mar Negro de la Federación Rusa (FMNFR) y su Estado Mayor se sitúa en la ciudad de Sebastopol", lo que significa la retirada de allí de las fuerzas navales de Ucrania.

Preguntado en conferencia de prensa, el viceministro ucraniano de Exteriores, Borís Tarasiuk, indicó que el Presidente de Ucrania, en su calidad de comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, y el Ministerio de Defensa tendrán que decidir donde se alojará la base principal y el Estado Mayor de sus Fuerzas Navales.

El documento suscrito también establece que "la FMNFR utiliza las instalaciones en Sebastopol y otras bases navales, aéreas, de las tropas costeras y objetivos de apoyo logístico, operativo y técnico en Crimea".

El Kremlin ha conseguido evitar también el reparto de los armamentos y medios logísticos de la defensa costera, infantería de marina y aviación naval, como lo exigía Ucrania, y refrendar la "situación creada a partir del 3 de agosto de 1992". 10-6-95 El Litoral

Es decir, que Ucrania solo se queda con el material de aquellas unidades que para entonces prestaron juramento a ese Estado.

"Ha sido desatado un importante nudo, el que más entorpecía las relaciones ruso-ucranianas. Al mismo tiempo, aun quedan por resolver muchas cuestiones concretas, un gran trabajo por hacer", declaró el asesor de Yeltsin para asuntos internacionales, Dmitri Riúrikov.

Los gobiernos de ambos países aun tienen que arreglar el reparto concreto de la Flota, para lo cual se deberá firmar un acuerdo especial complementario.

Además, según indica el documento mismo, "las partes continuarán las negociaciones sobre las cuestiones concernientes a la FMN y, en particular, sobre el estatus legal y las condiciones de la permananencia de la MFNFR en territorio de Ucrania, el orden de los pagos relacionados con el arreglo de los problemas de la Flota y de otras cuestiones".

El acuerdo en ninguna parte se refiere al arriendo por Rusia de las instalaciones de la Flota en territorio de Ucrania y, según afirmó Riúrikov, serán los gobiernos de ambos países los encargados de elaborar las condiciones de la presencia militar rusa en suelo y aguas ucranianas.

"Estamos seguros que contaremos con la buena voluntad de la parte ucraniana", indicó.

A diferencia de Tarasiuk, Riúrikov insistió en subrayar las "relaciones especiales" que históricamente unen a ambos países eslavos, contraponiéndolas incluso a las normas del derecho internacional.

Acuerdo por la flota del Mar Negro

MOSCU, 9 (ANSA).- Los presidentes ruso, Boris Yeltsin, y ucranio, Leonid Kuchma, alcanzaron hoy en Soci, en el sur de Rusia, un acuerdo total sobre la ex flota soviética del Mar Negro, poniendo fin a un diferendo que duraba años, informó la agencia Itar-Tass.

El acuerdo prevé que la marina rusa conserve la base principal de su flota del Mar Negro en la localidad ucrania de Sebastopol, incluso después de haber repartido con Ucrania las naves e instalaciones de la flota.

Ahora, los parlamentos de Moscú y Kiev deberán pronunciarse sobre el acuerdo, incluidos los aspectos financieros. 10/6 LCNO

El acuerdo fue anunciado al término de la cumbre mantenida por Yeltsin y Kuchma en la localidad de Soci, en la costa rusa del Mar Negro.

"Sobre la cuestión de la flota hemos puesto hoy el punto final", dijo Yeltsin, quien añadió que se trataba de un "acontecimiento histórico" hacia un gran tratado de amistad y cooperación, que será delineado en los encuentros entre jefes de Estado y primeros ministros.

Por su parte, Kuchma declaró que "se ha dado un gran paso hacia la cooperación" y "se ha disuelto un nudo difícil, aunque quedan problemas secundarios sobre los que seguiremos trabajando".

Los términos del acuerdo no han sido dados a conocer completamente, sobre todo por lo que se refiere a las condiciones del uso de Sebastopol, para el que se ha hablado de "alquiler a largo plazo".

■ EXPORTACIONES IMPAGAS

Uruguay pretende cobrar deuda rusa

Los ministros Ramos y Slinger se reunirán hoy con el embajador ruso, Boris Bogolovin, para reactivar tratativas para cancelar pagos por US$ 70:

Tras casi cuatro años de infructuosas gestiones de la administración anterior, el gobierno de Julio María Sanguinetti se dispone a retomar hoy las tratativas para cobrar a Rusia una deuda que en la actualidad llega a 70 millones de dólares, originada en una línea de crédito concedida para la compra de carne y cueros uruguayos.

Las negociaciones serán encabezadas por el canciller, Alvaro Ramos, y el ministro de Industria, Energía y Minería, Federico Slinger, quienes se reunirán hoy

La deuda se originó en una línea de crédito concedida por el BROU en 1991

con el embajador ruso en Montevideo, Boris Bogolovin.

Fuentes oficiales dijeron a *El Observador* que "la intención" del gobierno es que las tratativas para el cobro de la deuda se lleven a cabo "al máximo nivel" entre ambos países.

La deuda data de abril de 1991 cuando el Banco de la República (BROU) otorgó a la entonces URSS una línea de crédito por 35 millones de dólares, que formaba parte de un convenio para financiar la compra de lanas y cueros en Uruguay.



El banco estatal adelantó a los exportadores uruguayos los importes de los embarques -efectuados entre junio y octubre de ese año-, que alcanzaron a 25 millones de dólares por lanas y 10 millones de dólares por cueros.

Cinco meses después de la operación el Congreso de Diputados del Pueblo consagró una nueva estructura política que anuló las bases del Estado soviético creado en 1917.

En junio de 1992 la Federación Rusa reconoció y prometió el pago de la deuda pendiente y suscribió las refinanciaciones comerciales previas por otros 15 millones de dólares.

Sin embargo, las autoridades de Moscú no cumplieron ninguno de los compromisos y la acumulación de intereses sobre el préstamo, las deudas por las operaciones de comercio exterior anteriores, además de otros importes pendientes por cartas de créditos y documentos de cobranza impagos librados a favor de exportadores uruguayos elevaron el total impago a unos 70 millones de dólares.

Los exportadores involucrados en la operación enfrentan desde entonces serias dificultades para obtener nuevos créditos dado que, por haber avalado en su momento el préstamo, en la actualidad reciben una mala calificación de acuerdo a las normas que aplica el Banco Central.

En febrero pasado el Directorio del BROU consideró una propuesta del gobierno de Bulgaria para canjear parte de la deuda rusa por equipos eléctricos para UTE.

Entonces, UTE comparó los precios internacionales y la calidad de los equipos y se manifestó dispuesta a recibirlos por un total de 35 millones, en cinco partidas anuales y sucesivas.

También existió una propuesta de empresarios uruguayos que representan los intereses de un holding internacional dispuesto a comprar el contado la deuda con una sustantiva quita, pero ese planteo no prosperó.

CLAVES

- **COMPROMISO.** En junio de 1992 la Federación Rusa reconoció y prometió el pago de la deuda pendiente y suscribió las refinanciaciones comerciales previas por otros 15 millones de dólares.
- **INCUMPLIMIENTO.** Las autoridades de Moscú no cumplieron ninguno de los compromisos y la acumulación de intereses sobre el préstamo y las deudas por las operaciones de comercio exterior anteriores, elevaron el total impago a unos 70 millones de dólares.

9508414
Ampliación de la OTAN y las pretensiones rusas
LA MAÑANA
13-06-96
11876
507294
508062

La ampliación de la OTAN y las pretensiones rusas

13-6-95

A las naciones que han sido de características imperiales les cuesta a veces bajar a tierra y asumir plenamente que ya no representan un poder universal y, sobre todo, que no pueden pretender dictar las políticas o influir en sus antiguos dominios como hacían otrora. Tal fue el caso del formidable y aparentemente indestructible imperio inglés, para cuya decadencia fue necesario que la metrópoli se desangrara en dos guerras mundiales. Pero los británicos con ese "savoir faire" que los caracteriza, esa digna resignación que sin descuidar el culto a sus glorias pasadas les permite adaptarse rápidamente a una nueva situación por desventajosa que sea, han sabido sacar el mejor partido al tema con la creación midélica de la Comunidad Británica de Naciones (la "Commonwealth", nacida inclusive antes de la segunda gran guerra). Los franceses, en una escala menor y con alguna dificultad más, también lo han hecho a partir de Dien Bien Phu y Argelia.

Pero por algún motivo que quizás tenga que ver con el carácter intrínsecamente totalitario y deshumanizado del difunto régimen soviético, a los rusos de la era pos Gorbachov les está costando mucho asumir la nueva realidad geopolítica internacional. En tres temas particularmente sensibles y que están perjudicando la evolución armónica y democrática de los pueblos gobernados por Boris Yeltsin, desde Moscú se aprecia este desfasaje entre realidad y conveniencia por un lado y malsana nostalgia con pretensiones de "grandeur" por otro.

En primer lugar la justa devolución del archipiélago de las islas Kuriles en el helado noroeste del Japón. Sin ningún valor económico o estratégico que justifique el retenerlas a cualquier precio, incluso el oneroso precio de sacrificar la cooperación ventajosa con el Japón, la administración Yeltsin se ha obstinado en no llegar a un acuerdo que restituya los desolados islotes a sus legítimos dueños. Asiéndose a la vieja doctrina staliniana de no ceder jamás a un trozo de tierra conquistada (algo así como "allí donde un soldado del Ejército Rojo clave la bandera de la hoz y el martillo no hay marcha atrás") los negociadores rusos han defraudado a sus interlocutores nipones. Por el camino ha quedado un ambicioso, y muy necesario para Rusia, plan de cooperación tecnológica y ayuda económica por parte del gigante japonés y la posibilidad de grandes inversiones. En tiempos de la guerra fría, las bases aéreas y navales de las Kuriles, su papel de centinela avanzado sobre el principal aliado de los Estados Unidos en la región, el Japón, daba ciertos visos de necesidad a la ocupación militar de aquellos desérticos farallones. En la actualidad esta ponderación estratégica ha perdido toda razón de ser. Y que conste que la diplomacia de Tokio no está pidiendo la gran península de Kamchatka o la gran isla Sajalin, custodias ambas del vasto mar de Ojostsk y donde numerosas tumbas japonesas atestiguan la identidad de sus antiguos dueños. Lo que Moscú se niega a permutar muy ventajosamente son las cuatro islas Kuriles de Kunashiri (pegada casi a la gran isla japonesa de Hokkaido), Estorofu, Hambomai y Shikotan ocupadas "manu militari" en 1945 luego de una tardía y alevosa declaración de guerra de la URSS al imperio japonés en declive, cuya posesión ni el más desmedido de los orgullosos patrios puede justificar por su inexistente valor y por el estado de extrema necesidad en que se encuentra la economía rusa.

9508414

El Indefendible Ataque de los Comandos Rebeldes Chechenos

MOSCU (Servicio exclusivo de "The New York Times"). — A primera vista pareció que la pesadilla de los rehenes en el hospital de Budyonnovsk (Rusia) parecía hecha a la medida de lo que necesitaba el presidente Boris Yeltsin, quien desde hace seis meses califica a Chechenia como una sociedad poblada por bandidos y matones.

El indefendible ataque lanzado por los comandos chechenos contra esa ciudad el Sur de Rusia, que costó la vida a decenas de inocentes civiles, situó a las fuerzas de Chechenia en un nuevo papel que suscitó rechazo. Pero, una vez más, cuando tuvo todo a su favor para cosechar dividendos políticos y fortalecer su posición, el presidente Yeltsin siguió una línea de conducta que recibió duras críticas en Rusia.

El principal título de la edición de ayer de "Izvestia" —el principal diario de Rusia— expuso con elocuencia el sentimiento de los rusos: "Los bandidos no pueden ser perdonados. Pero, tampoco los responsables de que inocentes civiles estén bajo fuego". Por si quedaban dudas, el diario se encargó de precisar que los inocentes viven en Chechenia.

Yeltsin partió de Rusia para asistir a la "cumbre" de las potencias industrializadas en Canadá, poco después del comienzo del asalto por parte de las tropas rusas. A lo largo del corriente año, ha hecho muy pocas apariciones públicas. En las dos primeras semanas de la guerra en Chechenia, en diciembre pasado, no formuló ninguna declaración ni le explicó a la ciudadanía los motivos de la invasión a ese territorio independentista. Durante todos estos meses, parece alejado de su función presidencial y de su país.

LA PREGUNTA QUE TODOS HACEN

El viernes pasado, el Parlamento aprobó por unanimidad una declaración para imponerle la necesidad de retornar de inmediato a Rusia. En esa materia, el Parlamento no tiene verdadero poder.

The New York Times

El primer ministro, Viktor S. Chernomyrdin interrumpió sus vacaciones no bien comenzó el ataque a Budyonnovsk, aunque hasta el momento no tiene planes para visitar la devastada ciudad. El único dirigente político ruso que se trasladó a Budyonnovsk fue Vladimir V. Zhirinovsky.

"Es increíble que Yeltsin se haya ido a Canadá", dijo Vladimir A. Bauer, uno de los dirigentes prominentes del partido Opción Rusa, de tendencia liberal, que en otros tiempos apoyó al Presidente, pero pasó a la oposición desde que las tropas rusas invadieron Chechenia. "¿Cómo pudo haberse ido del país en un momento tan difícil?".

Es la pregunta que muchos formulan, a medida que Rusia se encuentra en un punto crucial de la guerra. El ataque de los comandos chechenos puede ser el primero de una serie de actos terroristas en territorio ruso. Quizás sea el último estallido en la agonía de una banda de hombres desesperados. Pero, sobre un punto no hay duda: tiene profunda resonancia sicológica en Rusia.

Pese a que el gobierno ha insistido que Chechenia es parte sagrada de la Federación Rusa, los ciudadanos rusos no coinciden con esa opinión. Consideran que es una guerra en territorio extranjero, contra un grupo de musulmanes.

Pero, el ataque en Budyonnovsk fue claramente un golpe al corazón de Rusia.

Y, como señaló el comentarista político Alexander Yevtushenko en la edición del sábado de "Komsomolskaya Pravda", la tragedia de Budyonnovsk puede ser resuelta con rapidez, pero las repercusiones políticas serán duraderas.

EL PARLAMENTO RETIRA CONFIANZA

"¿Cómo pudo ocurrir esta tragedia? ¿Cómo es posible que nadie estuviera preparado para impedirlo? ¿Acaso había que tener poderes mentales especiales para darse cuenta que Dzhokar Dudayev, el presidente de Chechenia, llegaría a este extremo al verse acorralado? ¿Alguno de los integrantes del gobierno se tomó el trabajo de leer alguna declaración o discurso de Dudayev o de prestar atención a la actitud del pueblo de Chechenia?", escribió Yevtushenko.

Preguntas similares a esas seguramente serán formuladas esta semana en el Parlamento, cuando se considere una moción de retiro de confianza al gobierno. Si se votara la moción no tendría consecuencias inmediatas al gobierno. Lo único que puede ocurrir es que, después que se voten tres mociones en ese sentido, el presidente Yeltsin tiene facultades para disolver el Parlamento. De cualquier manera, una votación de ese tenor no es bienvenida seis meses antes de las elecciones legislativas.

El gobierno ha hecho muy poco para afianzarse desde que comenzó la lucha en Budyonnovsk. La primera declaración que hizo el Ministerio de Relaciones Exteriores esencialmente apuntó a decir: "vieron, les dijimos que los chechenos son malos".

Chechenia: Las Fuerzas Rusas Toman Bastión

4-6-95 El País

MOSCU, 3 (Reuter). — Las fuerzas rusas tomaron hoy el bastión rebelde clave de Vedeno, situado en el sureste de Chechenia, dijo hoy la agencia de noticias Itar-Tass.

Según la agencia, la bandera rusa fue izada en Vedeno, que se encuentra en una zona al pie de las montañas del sur de la región separatista.

Se cree que es en Vedeno donde se encontrarían los cuarteles generales del dirigente rebelde Dzhokhar Dudayev

No hubo una confirmación inmediata del informe por parte del bando checheno.

Un representante no identificado de las fuerzas conjuntas rusas en Chechenia dijo a Tass que los soldados de Moscú sufrieron bajas "insignificantes" durante la operación.

"Los grupos diseminados (de rebeldes chechenos) que aún restan están bloqueados y las fuerzas federales los están eliminando", indicó Tass.

El informe siguió a varios días de presión de las fuerzas rusas, que usaron aviones de combate y artillería contra Vedeno, unos 30 kilómetros al sureste de la capital chechena, Grozny, y contra un poblado clave del sur de la región, Shatoi.

El ministerio de Defensa dijo el viernes que los combatientes chechenos habían comenzado a abandonar Vedeno luego de que las tropas rusas tomaran colinas de mando en sus alrededores.

Según la agencia de noticias Interfax, un alto oficial del comando ruso dijo que 87 combatientes chechenos murieron en las últimas 24 horas, mientras que cuatro soldados rusos perecieron y 15 resultados heridos.

Ambas partes han divulgado cifras exageradas de víctimas durante el conflicto.

El oficial ruso dijo que la mayoría de los combates de las últimas horas ocurrieron alrededor de los poblados montañosos de Alleroi y Meskety, en el sureste, y de Agishty y Yaryshmardan, en el sur.

Las fuerzas rusas, enviadas en diciembre a la región del norte del Cáucaso para aplastar sus intentos independentistas iniciados hace tres años, han sacado gradualmente a las fuerzas chechenas de las planicies y están avanzando hacia el sur, hacia las bases de los rebeldes en las montañas.

Pero los combatientes chechenos han librado una eficaz campaña guerrillera con armas ligeras y ataques intermitentes.

El ministerio de Defensa dijo el viernes que las fuerzas rusas abrieron corredores de seguridad para permitir a los civiles escapar de la zonas de batalla en las montañas.

Tass dijo que más de 5.000 mujeres, niños y ancianos fueron trasladados en autobús a otras zonas en las últimas 24 horas.

"En un par de horas y con pocos paracaidistas conquistaremos Chechenia" había "profetizado" Grachov

11-06-95

No es changa: después de seis meses de invasión rusa, la resistencia chechena aún combate día a día

La guerra desatada por el Kremlin en Chechenia para reinstaurar el "orden constitucional ruso" en esa pequeña república norcaucásica cumple hoy domingo, seis meses, sin que hasta ahora las tropas federales hayan podido quebrar la feroz resistencia de los chechenes.

El 11 de diciembre de 1994 las tropas rusas comenzaron una campaña alentadas por las declaraciones del ministro de Defensa de Rusia, general Pavel Grachov, de que para la toma de Grozny, la capital chechena, bastaría con "un par de [illegible]as y un regimiento de paracaidistas".

La realidad hizo trizas los planes del Estado Mayor ruso: los primeros enfrentamientos armados se produjeron ya en las vecinas repúblicas rusas de Daguestán e Ingusia, donde las tropas federales tuvieron que abrirse literalmente a tiros el camino para llegar hasta los límites de Chechenia.

En las fronteras de la rebelde república, las unidades acorazadas de Rusia chocaron con la resistencia de las milicias del presidente checheno, Dyojar Dudayev, quien en tres años de independencia de Moscú, había logrado crear un pequeño, pero bien adiestrado ejército, como admitió posteriormente el mando militar ruso.

Ya los primeros partes militares desde el Cáucaso Norte mostraban que la guerra de Chechenia sería incluso más encarnizada que la que libró el Ejército soviético en Afganistán.

El fallido asalto de Grozny en la pasada Navidad, en la que las tropas federales perdieron un par de centenares de carros de combate y un número aún no precisado de hombres se convirtió en la peor derrota militar del Kremlin desde los tiempos de la Segunda Guerra Mundial.

Ello llevó al mando militar a modificar sus planes y, con la ayuda de la aviación y la artillería pesada, las tropas rusas redujeron a escombros la ciudad de Grozny.

Dudayev y sus milicias se replegaron hacia las zonas montañosas del sur de Chechenia, desde donde continúan oponiendo resistencia a las tropas del Kremlin.

En el aspecto militar la campaña de Chechenia dejó al descubierto las deficiencias del Ejército y, en un comienzo, las disensiones en el alto mando, que luego fueron superadas con una purga en los más altos escalafones del Ministerio de Defensa.

Desde el punto de vista político, el Kremlin ha obtenido mayores dividendos: el rechazo internacional de los métodos utilizados en Chechenia no llegó a convertirse en sanciones contra Rusia, lo que le desató las manos para "poner orden" en el Cáucaso Norte y, eventualmente, si llega a ser necesario, en otros lugares del país. Con el correr de los meses la condena casi unánime de los partidos políticos rusos a las acciones militares en Chechenia se ha ido diluyendo, y la guerra en el Cáucaso Norte ha pasado a un segundo plano, relegada por la proximidad de las elecciones parlamentarias. Las protestas por la guerra de Chechenia en ningún momento llegaron a amenazar la estabilidad la estabilidad del Gobierno ruso ni menos aún la del presidente Boris Yeltsin, quien sí experimentó una caída de popularidad, que -según algunos analistas- obedece más a los problemas económicos que a las acciones en el Cáucaso Norte.

El Kremlin ha desoído las tímidas propuestas del Parlamento de poner fin a la guerra de Chechenia.

La Duma del Estado, cámara baja del Legislativo, aprobó el viernes una nueva resolución en ese sentido, en la que se afirma que en la campaña de Chechenia "las pérdidas del Ejército ruso han sido de más de 5.000 hombres", mientras que las víctimas entre la población civil "se cuentan por decenas de miles".

A la pregunta de cuándo concluirán las acciones militares en Chechenia, en una entrevista que publicó ayer el diario "Izvestia", Yeltsin contestó :"La respuesta a su pregunta debe darla Dudayev, y no el presidente de Rusia".

Paracaidistas Rusos se Lanzan a Nueva Batalla en Chechenia

11-6-95 EL PAÍS

MOSCU, 10 (ANSA). — Seis meses después del comienzo de la guerra en Chechenia, tropas gubernamentales rusas y formaciones guerrilleras separatistas siguen combatiendo duramente en esa república, donde el comando ruso continúa bombardeando los pueblos de las montañas del sur.

Desde primeras horas de hoy se lucha intensamente en Shatoi, una de las cuatro localidades de Chechenia meridional donde se concentró la mayor parte de los militantes chechenos.

Fuentes militares rusas citadas por la agencia Itar-Tass dijeron que llegaron hoy a Shatoi nuevas unidades de paracaidistas rusos, mientras que la aviación y la artillería federal bombardearon duramente las posiciones de los separatistas.

La fuente añadió que los seguidores de Giokhar Dudaiev están haciendo una "resistencia extrema", utilizando "todas las armas que tienen en su poder".

También se combate en Nozhai-Iurt, Dargo y Bamut, otras localidades donde se instalaron grupos de guerrilleros muy bien armados y equipados.

Según la Itar-Tass, en las últimas 24 horas la artillería rusa atacó intensamente las bases rebeldes en Iarysh-Mardy y Sovietskoie, en la región montañosa al sur de Grozny.

Los guerrilleros muertos fueron 31, mientras que entre las fuerzas gubernamentales hubo sólo siete soldados heridos, dijeron fuentes de Moscú.

La agencia Interfax, de su parte, refirió que se habían producido tiroteos aislados también en Grozny, donde en las últimas horas murieron al menos siete guerrilleros.

Como dijeron los representantes de Moscú en Grozny, seis meses después de la intervención armada rusa que comenzó el 11 de diciembre de 1994, los habitantes de la capital chechena son ahora 275.000, contra los 400.000 de antes de la guerra.



Separatistas chechenos marchan hacia el combate en una zona montañosa sobre la que aún mantienen el control.

Tras tres años de convivencia pacífica entre Moscú y el régimen separatista de Dudaiev, el 11 de diciembre los tanques rusos entraron en Chechenia, después de que fracasara un ataque que perpetraron los chechenos contrarios a Dudaiev, apoyados por militares rusos.

Sin embargo los ciudadanos rusos aún no saben quién decidió la expedición de tropas, quién firmó la orden, ni siquiera cuál fue el papel del presidente Boris Yeltsin en todo el asunto.

En un documento aprobado el viernes, el parlamento ruso constató que seis meses de guerra en Chechenia costaron la vida al doble de ciudanos rusos que en diez años de guerra em Afganistán, donde murieron 15.000 rusos.

De los casi 35.000 ciudadanos rusos muertos en Chechenia, unos 30.000 son civiles, mientras que la Cruz Roja internacional afirmó que los refugiados llegan a 400.000.

Tras 182 días de combates contra las fuerzas rusas, los guerrilleros de Dudaiev controlan aún las zonas montañosas y pueden también crear aún problemas en la misma Grozny.

Al parecer, Dudaiev, contra el cual se decretó un mandato de captura por traición y rebelión, sigue dirigiendo a la guerrilla que, para sobrevivir, cuenta con las montañas, bastión secular de la resistencia chechena contra Rusia.

A su favor, los chechenos separatistas tienen además las dificultades de los rusos para mantener el esfuerzo militar en su república, que reveló la pobreza de medios y la falta de preparación de las fuerzas armadas de Moscú.

Mientras algunos militares rusos y los gobiernos occidentales exhortan a Moscú para que halle una solución pacífica, cualquier "orden " de Yeltsin para la apertura de negociaciones choca con un relanzamiento de las hostilidades por parte de los comandos rusos.

Orden del Comandante de Moscú 19/6/95 EL PAÍS

RUSIA ORDENA CESAR FUEGO EN CHECHENIA

MOSCU, 18 (Reuter). — El comandante militar de Rusia en Chechenia ordenó hoy a sus tropas que suspendan todas las operaciones militares en la región separatista desde las 20.00 horas (1600 GMT), dijo la agencia de noticias Itar-Tass. "El general (Anatoly) Kulikov, jefe de las fuerzas federales en Chechenia, dio la orden de poner fin a todas las operaciones en el territorio de Chechenia a partir de las 20.00 horas", señaló Tass.

El cese de los combates y el viaje de una delegación rusa a Grozny, la capital chechena, para sostener nuevas conversaciones de paz con los rebeldes forman parte de un intento por resolver una crisis de rehenes en el sureño pueblo de Budennovsk.

La delegación rusa estará encabezada por el viceministro de Nacionalidades, Vyacheslav Mikhailov, mientras que el ex procurador general Usman Imayev representará a los chechenos.

El primer ministro Viktor Chernomyrdin hizo la oferta de las conversaciones de paz en negociaciones telefónicas con el comandante checheno Shamil Basayev, cuyos hombres mantienen a cientos de rehenes en un hospital de Budennovsk.

La oferta de Chernomyrdin y la liberación de 120 mujeres y niños más de entre los rehenes detenidos en el hospital principal de Budennovsk produjeron las primeras señales de un avance en la crisis que lleva ya cinco días.

Tass dijo que el número total de rehenes liberados por los rebeldes llegó ya a más de 400.

Vladimir Vorozhtsov, portavoz de las tropas del ministerio del Interior ruso en Budennovsk, informó a la prensa que más de 1.000 personas y cerca de 60 rebeldes chechenos se encontraban aún en el interior del hospital.

Según Tass, un funcionario ruso dijo que Basayev solicitó a Moscú que le proporcionara un avión para trasladarlo a él y a sus compañeros de armas a un destino desconocido.

Alexander Korobeinikov, funcionario vinculado a la negociación, indicó que Basayev dio a las autoridades rusas hasta las 17.00 horas (1300 GMT) para preparar la nave. Korobeinikov dijo que el plazo era poco realista, pero añadió que las autoridades estaban haciendo lo que podían.

El sábado, las fuerzas de seguridad lanzaron dos abortados intentos por tomar el edificio, dejando en llamas parte de sus pisos superiores. Los soldados rusos fueron repelidos por el pequeño ejército rebelde que está en el hospital.

Basayev y sus fuertemente armados rebeldes mantienen a cientos de rehenes en el hospital desde que irrumpieron el miércoles en el pueblo. Un gran número de civiles y policías perecieron en la incursión.

Sobre la liberación del resto de los rehenes, se proporcionaría transporte a Basayev y a sus hombres, para después permitirles cruzar sin contratiempos hacia Chechenia, señaló.

Pese a que el comunicado ruso ofreció el fin de los combates, no hizo mención alguna de un retiro de las fuerzas rusas del territorio del norte del Cáucaso.

Miles de personas han muerto en el conflicto iniciado el 11 de diciembre y Grozny quedó virtualmente destruida.

Emprenden operación "final"

13-06-95

MOSCU (Agencias) El Ejército ruso ha emprendido la operación "final" de eliminación de los milicianos chechenos con ataques intensivos en todo el frente sur de la república separatista que imposibilitan cualquier diálogo de paz pese a los últimos esfuerzos de la OSCE.

Con todo su poder de fuego, las tropas rusas avanzan hacia el último baluarte de los separatistas, Shatoi, y someten a permanente acoso a las poblaciones sureñas donde aún quedan focos de resistencia.

La Organización de Seguridad y Cooperación (OSCE) intentó a comienzos de este mes sentar a rusos y chechenos a negociar en una segunda ronda, que originalmente estaba fijada para el día 10, pero que no llegó a celebrarse.

La primera ronda, el 25 de mayo, terminó a las tres horas sin resultados.

En los combates de las últimas 24 horas han sido eliminados 25 guerrilleros aparte de gran cantidad de su material bélico.

La operación "final" en Chechenia, pese a la eficacia destructora de las tropas rusas, que prácticamente reducen a escombros las poblaciones que conquistan, dará paso a una resistencia más larga en forma de guerra de guerrillas, como ya sucedió tras la primera "conquista" de Chechenia, en el siglo pasado.

Huye líder checheno a Turquía

Halifax, Canadá (AFP) Loro 19/6/95

El general Yojar Dudaiev, líder de los secesionistas de Chechenia, se refugió en Turquía, aseguró en Halifax el presidente de Rusia, Boris Yeltsin.

La noticia dejó estupefacto al presidente Bill Clinton, presente cuando Yeltsin hizo la declaración, durante la cual justificó en tono excitado el recurso a la fuerza en Chechenia, que era "el centro del terrorismo mundial, de la corrupción y de la mafia".

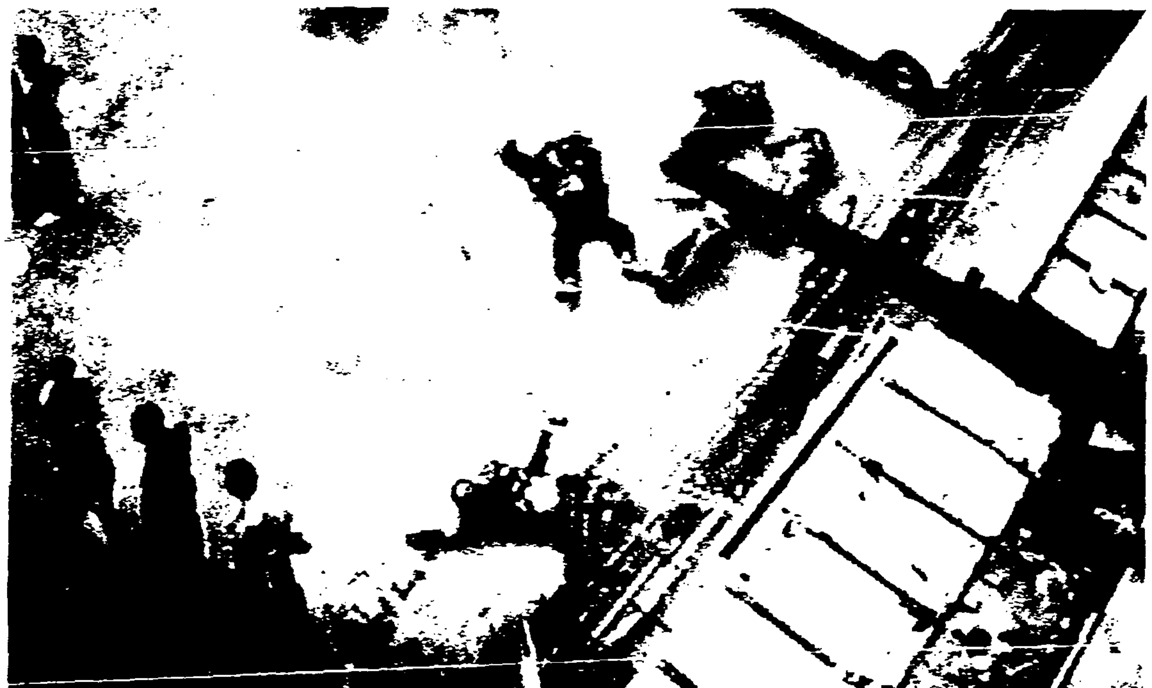
Dudaiev pidió protección política a Turquía y las autoridades de este país aceptaron recibirlo, indicó Yeltsin, aunque sostuvo que el líder de los rebeldes secesionistas viajará posteriormente "a otro país". Yeltsin hizo estas declaraciones antes de entrevistarse con Clinton.

Estados Unidos carece de informaciones que puedan confirmar si Dudaiev recibió asilo en Turquía, dijo el portavoz de la Casa Blanca, Michael McCurry.

■ MOSCÚ INFORMÓ QUE ASESINARON A 38 FAMILIAS

Rebeldes chechenos toman 300 rehenes

Milicianos armados se mantienen atrincherados. Moscú culpó a Dudayev por el ataque, pero el líder aclaró que sus fuerzas no participaron de la ofensiva en que murieron 42 personas

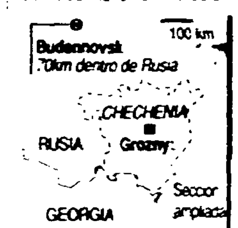


Los muertos en las calles superan los 45

CHECHENOS LLEVAN GUERRA A RUSIA

Rusia dice que ha tomado todos los baluartes rebeldes en Chechenia, pero los rebeldes ahora han llevado la guerra a territorio ruso, con un cruento ataque a un pueblo en el sur de Rusia

Los combatientes chechenos islámicos atacaron el pueblo de Budennovsk el miércoles



Dic 11, 1994 - Rusia dice que sus tropas han entrado en Chechenia

Ene 2, 1995 - Tanques rusos avanzan hacia el centro de Grozny

1 **Mar 6, 1995** - Rusia dice que tiene control absoluto de Grozny

Según Rusia, sus tropas capturaron estos pueblos en estas fechas:

2 **Mar 23, 1995** - Argun

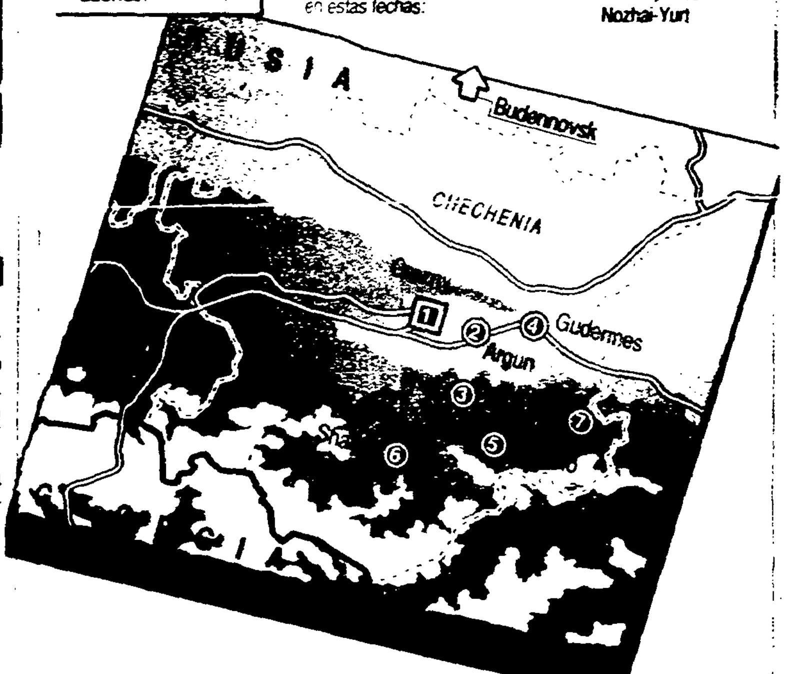
3 **Mar 31, 1995** - Shali

4 **Mar 30, 1995** - Gudermes

5 **Jun 4, 1995** - Vedeno

6 **Jun 13, 1995** - Shatoi

7 **Jun 13, 1995** - Nozhai-Yurt



Las fuerzas de seguridad rodearon ayer una ciudad del sur de Rusia luego que hombres armados, que según el gobierno de Moscú son rebeldes chechenos, detuvieran a 300 personas que mantienen como rehenes y a las que amenazaron con matar si el gobierno no pone fin a la campaña militar en Chechenia.

Pero según la agencia oficial rusa Itar-Tass, 38 familias fueron asesinadas por los guerrilleros por considerarlas "colaboradoras" del gobierno "títere" impuesto por Moscú.

La policía intentaba negociar con los rebeldes, que atacaron la ciudad de Budyonnovsk, en lo que se ha convertido en uno de los peores ataques terroristas, que dejó al menos 42 muertos y decenas de heridos.

Unos 50 pistoleros siguen ocupando un hospital, donde está la mayoría de los rehenes.

"Todos los rehenes capturados durante el ataque a Budyonnovsk serán muertos a tiros si las tropas rusas no ponen fin inmediatamente a los combates en Chechenia", amenazaron los atacantes.

El jefe del comando checheno, considerado como el número tres en la jerarquía rebelde, tras admitir la incursión armada señaló que su objetivo era "tomar por asalto el Kremlin", y que actuó solo y "sin autorización superior". El ataque es un nuevo aspecto de la guerra secesionista que libran los rebeldes de Chechenia, república de población musulmana.

Los rebeldes han sido virtualmente derrotados por el ejército ruso, pero advirtieron que seguirán luchando en su república del Cáucaso e incluso en Rusia.

Moscú dijo que el ataque a Budyonnovsk fue planeado por Shamil Basayev, uno de los lugartenientes del líder rebelde Dzhojar Dudayev. Dudayev, que ha estado huyendo desde que los rusos invadieron Chechenia, negó ayer que sus fuerzas estuvieran involucradas.

Pero uno de sus allegados reconoció que pudo haber sido perpetrado por "un grupo desorganizado de militantes desesperados".

Moscú envió miles de efectivos y a los principales jefes militares a Budyonnovsk, ciudad de 100.000 habitantes. Las fuerzas se comunicaron por radio con los pistoleros que ocupan el hospital y las autoridades dijeron que dirigentes musulmanes estaban participando en negociaciones para liberar a los rehenes.

Los terroristas amenazaron con matar a 10 rehenes por cada uno de ellos muerto y exigieron la retirada inmediata de las tropas rusas de Chechenia y negociaciones para un cese al fuego.

Ayer se desplegaron 16.000 soldados para proteger Moscú de posibles ataques y la policía arrestó a Jamad Kurbanov, representante de Dudayev en Moscú. *(En base a AP, Reuter y EFE)*

Un millar de personas, en su mayoría civiles, siguen en manos de un comando de los separatistas chechenos

Fracasa asalto ruso para liberar a rehenes

Las fuerzas rusas fracasaron ayer en su intento para liberar al millar de rehenes que siguen en manos de un comando checheno en el hospital de Budennovsk (sur de Rusia), pese a los reiterados asaltos que causaron numerosas víctimas.

Budennovsk, Rusia (AFP)

■ Cerca de 300 rehenes habían sido liberados al promediar la jornada. La mitad fue liberada tras el asalto de las fuerzas rusas y la mitad restante, luego de negociaciones con el comando.

El resto de los rehenes —estimado en un millar— permanecían en poder de los independentistas chechenos, atemorizados y amontonados en un edificio parcialmente incendiado y con el techo derrumbado.

Entre tanto, el alcalde de Moscú, Yuri Lujov, advirtió ayer a los moscovitas sobre "la seria amenaza de actos terroristas en la capital", llamándolos a estar atentos e informar a la policía sobre cualquier situación sospechosa o inhabitual, indicó la agencia Interfax.

Hacia las 05H00 locales (01H00 GMT) las tropas rusas lanzaron el asalto y durante cuatro horas no cesaron las detonaciones de cañones de blindados, de ametralladoras pesadas y de armas automáticas, mientras helicópteros de ataque sobrevolaban el hospital, desde donde surgía una espesa y negra humareda.

Como único resultado de su ataque, las fuerzas especiales recuperaron dos edificios anexos, en los cuales no se encontraba ningún combatiente checheno.

"Entraron por las ventanas, con cascos, y armas en la mano y nos preguntaron si había chechenos", relata Nikolai Karmazov, cirujano de 43 años encargado del pabellón de traumatología.

Desde el miércoles, Karmazov junto con un médico, dos enfermeras y 105 rehenes están encerrados en ese edificio de un piso sin vigilancia. "Los soldados nos llevaron afuera mientras los disparos iban en todas las direcciones. Corrimos 200 metros y luego nos evacuaron en autobús", agregó Karmazov. Otro grupo de 60 rehenes salió de otro edificio.

Según cifras oficiales, el ataque causó un muerto y nueve heridos en las filas rusas, y un transporte de tropas blindado fue destruido. Seis o siete terroristas habrían sido heridos y cuatro muertos. En tanto unos veinte rehenes resultaron heridos "y algunos quizá muertos".

Yuri Klujkov fue liberado al comenzar la tarde. "Es horrible estar allí dentro. Está lleno de cadáveres, de heridos. No puedo relatar como es, es horrible", afirmó.

Después del mediodía, los independentistas comenzaron a liberar a los rehenes por cuentagotas. Según datos oficiales fueron liberados 150 rehenes con la recomendación del comando checheno de "relatar la matanza".

Mujeres y ancianos liberados, que estaban agotados, llorando o con crisis de histeria fueron trasladados rápidamente en ambulancias.

"Cuando los nuestros (los rusos) atacan, los chechenos colocan a los hombres y a las mujeres frente a las ventanas. Estos gritan: "No disparen", pero los soldados lo hacen", prosiguió Klujkov.

Natacha Gueikina, ayudante de laboratorio de 18 años y embarazada, resultó así herida en la espalda, relata llorando Valia, su madre.

A las 09H00 locales (04H00 GMT) cesaron los combates, para iniciar un nuevo intento de negociaciones encabezadas por Serguei Kovalev, delegado ruso para los derechos humanos y por miembros de la fracasada diáspora chechena. Los terroristas rechazaron el avión y el dinero que les ofrecieron las autoridades rusas a cambio de la vida de los rehenes. Sus reivindicaciones siguen siendo políticas —retiro del ejército ruso de Chechenia— y su determinación intacta.

Concentrados detrás de las barreras rusas en torno del hospital, los habitantes de Budennovsk están sobresaltados desde que escucharon los primeros disparos. "Pero, ¡qué están haciendo!", exclama un hombre de cuarenta años. "¡Es una vergüenza, están disparando sobre su pueblo. Mi esposa está allí dentro y es yeltsin quien la mata!".

Hacia las 14H00 locales (10H00 GMT) se desató un nuevo e intenso tiroteo. Las ametralladoras entraron de nuevo en acción. Pero el intento fue breve y luego de unos veinte minutos, los disparos perdieron intensidad. Los rusos no pudieron avanzar.

"Por supuesto que volverán a empezar, volverán al ataque", asegura un habitante cuya vivienda está ubicada directamente frente al hospital. Ningún habitante del barrio fue evacuado.

Al comenzar la noche, Budennovsk se contenía pues se preparaba para lo peor. Aún más, cuando desde Halifax (Canadá) donde participa en la Cumbre del G7, el presidente ruso, Boris Yeltsin, se muestra inflexible, asumiendo la responsabilidad de haber ordenado el asalto y al anunciar un nuevo e inminente ataque.

AFP



Dos efectivos de las tropas especiales rusas que asaltaron el hospital en donde los chechenos mantienen un millar de rehenes.

Fuerzas especiales rusas, una tropa de élite

■ Las fuerzas especiales rusas (spetsnaz) que participaron en el asalto al hospital de Budennovsk (sur de Rusia) dependen de tres estructuras: los ministerios de Defensa y de Interior y en tercer lugar, el grupo de intervención Alfa directamente dependiente de la Presidencia rusa.

Las fuerzas especiales están integradas por efectivos sumamente entrenados, dependientes de una jerarquía minuciosamente escogida. Están acostumbrados a situaciones extremas desde la guerra de Afganistán (1979-1989). Cerca de 2.000 combatientes especiales fueron enviados recientemente a Chechenia para apoyar el ataque militar contra Grozny, capital de esa república caucásica.

Las principales unidades de las spetsnaz son:

—Las Vitiaz que están especializadas en acciones de lucha antiterrorista en Moscú, donde en octubre de 1993 repelieron el asalto contra el canal de televisión de Ostankino (norte de Moscú) durante la insurrección.

Ese cuerpo está integrado por conscriptos y por profesionales y participó en la mayoría de las acciones delicadas, durante la entonces URSS y después, como el asalto contra Bakú (capital de Azerbaiyan) en 1990, la intervención en los conflictos de Osetia del Sur (Georgia) en 1992 y entre Osetia del Norte e Ingushetia (Cáucaso ruso) en diciembre de 1992.

Los mejores conscriptos de las Vitiaz se sumaron a la guardia presidencial de Boris Yeltsin.

—El grupo de intervención Alfa, unidad de lucha contra el terrorismo, fue fundado el 29 de junio en 1974 en el seno de la KGB por orden del entonces jefe del organismo y número uno soviético, Yuri Andropov. Actualmente, depende directamente de Yeltsin.

Por su parte, las fuerzas especiales del Servicio Ruso de Contraespionaje (ex grupo Vymel) fueron creadas oficialmente el 19 de agosto de 1981, pero su existencia se remonta a los años 70 como grupo especial exterior del entonces KGB.

—Las spetsnaz dependientes del Ministerio de Defensa son principalmente unidades de paracaidistas de Tula (noroeste de Rusia) y de Pskov (centro) y la brigada especial de asalto de paracaidistas de Stavropol (sur). Su intervención fue sumamente conocida durante la guerra de Afganistán.

Finalmente el GROU (Servicio de Inteligencia Militar) dispone de brigadas especiales secretas.

9508417
Rusia-chechenia logran acuerdo para un cese de los combates.
La República.
19-06-95.
- 11876
- 507294
- 513984
- 11164
- 11830

La intervención rusa comenzó en diciembre pasado y la guerra causó decenas de miles de muertos

19-06-95 La Rep.

Callan los cañones en Chechenia; logran acuerdo para un cese de los combates

Puede ser el prólogo de la paz definitiva, pero más allá de lo que vaya a suceder lo que importa es que los cañones callan en la conflictiva región de Chechenia. El acuerdo sobre el cese de fuego logrado en las últimas horas se ratifica con medidas concretas. El mundo se alivia, aunque sea, pasajeramente.

Moscú (AFP)



Líder de los rebeldes chechenos, Shamil Basayev, que ocuparon el hospital de Budennovsk en Rusia y que entra en el acuerdo final sobre el cese del fuego en Chechenia.

■ Moscú suspendió la guerra en Chechenia para negociar con el comando checheno que tomó como rehenes a centenares de personas que se hallaban en el hospital de Rudenhovsk, al sur de Rusia.

El cese de los combates era una de las condiciones esenciales del comando checheno dirigido por Chamyl Basaiev, para la liberación de cientos de rehenes aún retenidos en el hospital que estaba rodeado por numerosas fuerzas y blindados rusos.

El anuncio del cese el fuego unilateral se produjo en momentos en que Basaiev indicaba que no liberaría más rehenes y que abandonaría el hospital el lunes a las 05.00 horas

En una sexta entrevista telefónica con el primer ministro ruso, Viktor Chernomyrdin, Basaiev dijo que temía una "trampa" rusa si partía del hospital de noche. "No lo creemos, los disparos siguen resonando alrededor del hospital y lamentamos incluso haber liberado a los últimos rehenes", insistió.

Desde el inicio de la violenta acción chechena, el miércoles pasado, 380 rehenes fueron liberados, de los cuales 160 el domingo.

Basaiev indicó que seguía reteniendo no a centenares, sino a "miles" de personas como rehenes en el hospital de Budeuna, pero se negó a precisar el número de estos. Tampoco confirmó si tomaría un pequeño grupo de rehenes para cubrir la salida de su comando del hospital.

Se ignora dónde podría dirigirse Basaiev al dejar el nosocomio, pero podría quizá ir a su bastión de Vedeno, al sur de Grozny.

Chernomyrdin había acordado en sus conversaciones telefónicas con Basaiev, el domingo, el principio de un cese de las hostilidades de Chechenia a cambio de una promesa de liberación de los rehenes.

Un alto el fuego de las fuerzas rusas en toda la república de Chechenia entró en aplicación el domingo a las 20.00 horas locales por orden del comandante en jefe de las tropas en Chechenia, general Anatoli Rulikov.

Según Interfax, la orden de alto el fuego fue comunicada en Grozny, la capital chechena, por el viceministro ruso de nacionalidades, Viatcheslav Maijailov, que dirige una delegación gubernamental llegada el domingo a la sede de la administración territorial en Chechenia

La delegación debe entrevistarse con una representación chechena, liderada por Usman Ismaiev, el brazo derecho del presidente Yojar Dudaiev, sobre los medios para poner fin al conflicto en Chechenia.

La intervención militar rusa comenzó en la república independentista el 11 de diciembre pasado. La guerra causó varias decenas de miles de muertos, en especial civiles.

RUSIA ACEPTA CONDICIONES

El gobierno ruso aceptó la mayor parte las reivindicaciones del comando checheno que retiene a unos mil rehenes en el hospital de Budennovk (sur de Rusia), a cambio de obtener la liberación de éstos.

El primer ministro ruso, Viktor Chernomyrdin, indicó a la televisión rusa que acepta un cese de hostilidades en Chechenia y la apertura de negociaciones, y garantiza la seguridad de la salida de los secuestradores.

El jefe del comando, Shamyl Basaiev, había pedido poder salir de la ciudad con 50 rehenes en seis autobuses, según el defensor ruso de los Derechos Humanos, Sergei Kovalev, con quien acababa de reunirse.

Según Radio Ecos de Moscú, Basaiev pretende dirigirse al feudo checheno de Vedeno.

El comando hizo anteriormente un gesto de buena voluntad liberando a 120 rehenes, mujeres y heridos, que permanecían en el hospital, informaron fuentes que se encuentran en Budennovk.

Seis ambulancias abandonaron el hospital hacia las 15.00 horas locales, con una docena de mujeres en cada vehículo, constató la AFP. Cincuenta heridos fueron también evacuados, según fuentes médicas.

Basaiev había confirmado la liberación de esos rehenes en una conversación telefónica con la AFP.

En una cuarta conversación con Basaiev, retransmitida por televisión, Chernomyrdin detalló su propuesta al comando checheno:

—Garantía de un cese de los combates en Chechenia simultáneo con la "liberación de las mujeres, niños, heridos, enfermos y ancianos detenidos".

—Nombramiento de una comisión encargada de elaborar una solución de paz en Chechenia.

—Garantía de seguridad y transporte para que el comando salga del hospital, a cambio de la liberación de algunos rehenes.

Basaiev, a su vez, puso una cuarta condición, que estipula negociar todas las cuestiones que quedan en suspenso, excluyendo cualquier recurso a la fuerza. Chernomyrdin declararon estar de acuerdo.

El comando debe dar a conocer su respuesta definitiva y fijar la hora de las primeras liberaciones, cuando reciba el texto de los representantes de las autoridades rusas en Budennovk.

01-01

9508417

Se acabó la pesadilla de rehenes rusos

Todo terminó cuando la caravana de siete autobuses con más de cien guerrilleros chechenos abandonó la ciudad rusa de Budiónovsk con rumbo a Chechenia

La pesadilla que vivieron durante seis días los habitantes de Budiónovsk, en el sur de Rusia, terminó ayer, cuando la caravana de siete autobuses, con más de un centenar de guerrilleros chechenos, varias decenas de rehenes, y un puñado de periodistas y diputados rusos, abandonó la ciudad con rumbo a Chechenia.

Desde las 05.00 hora local, los 100.000 habitantes de esta ciudad rusa esperaban la partida del comando checheno encabezado por Shamil Basáyev, el "número tres" de la jerarquía rebelde, que suponía la liberación de los rehenes con los que se había atrincherado desde el miércoles en el hospital de Budiónovsk.

Las dificultades para llegar a un acuerdo sobre el número de rehenes que llevarían consigo los guerrilleros, la cantidad de periodistas –a los que las autoridades federales no dieron ninguna garantía de seguridad– y sobre la ruta dilataron la partida.

Sólo al filo de las 16.00 hora local, bajo el tórrido sol de la Rusia meridional, el convoy de autobuses, precedido por dos coches policiales y con dos camiones frigoríficos al final –en los que los chechenos, como es su costumbre, se llevaron sus cadáveres, once– emprendieron la marcha.



A cuerpo [illegible] un diputado ruso se dispone a negociar con un checheno

Los chechenos se sentían vencedores, con los rostros embozados y las cabezas cubiertas con jirones de sábanas se despedían agitando los brazos en dirección a las cámaras de televisión apostadas a lo lejos.

Tras la partida de los autobuses, una muchedumbre se abalanzó hacia el edificio del hospital, que el sábado fue atacado en dos ocasiones y por espacio de varias horas por tropas de elite rusas, para enterarse de la suerte de sus familiares y amigos.

Las tropas rusas contuvieron a la gente, pero a los pocos minutos ambulancias comenzaron a sacar a enfermos y heridos y al menos diez autobuses fueron ocupados por los antiguos rehenes.

Los que estaban en mejores condiciones, con lágrimas en los ojos y abrazados por sus familiares, se dirigieron a sus hogares caminando a duras penas.

> *Los chechenos se sentían vencedores tras la liberación de los rehenes*

Dos mujeres, que apenas podían hablar por el choque nervioso, dijeron que antes de los ataques rusos, los mismos rehenes confeccionaron una lista de más 4.900 nombres de hombres, mujeres y niños secuestrados por el comando checheno la mañana del miércoles pasado, cuando entraron a sangre y fuego en Budiónovsk. ***(En base a AP y EFE)***

Basaiev, el nuevo líder de nacionalistas

Moscú

■ Shamil Basaiev —que procede de una familia de combatientes y es un ferviente musulmán— se ha convertido desde hace tiempo en un héroe para los chechenos, el comandante más duro y más amado, que antepone los ideales a su propia vida.

Ahora, tras el ataque a la ciudad rusa de Budionnovsk, que obligó a Moscú a declarar el cese de fuego en Chechenia y abrir negociaciones con los separatistas, asumió una estatura de líder carismático más seguido que el mismo presidente Dudaiev.

Tupida barba negra, un sombrero verde de cazador sobre el pañuelo verde de los combatientes islámicos dispuestos al martirio, de modales pacatos y voz suave, Basaiev lleva el nombre del héroe nacional de Chechenia.

Shamil, en efecto, se llamaba el imán que desde 1834 hasta 1859 tuvo en jaque a los ejércitos del zar empeñados en la conquista del Caucaso.

Basaiev nació en Vedeno, que fue la última fortaleza del imán Shamil, y uno de sus antepasados fue la mano derecha de aquél.

Su bisabuelo se hizo célebre después en Chechenia, por su lucha contra los bolcheviques en los años de la revolución.

Basaiev, de 30 años, tiene a sus espaldas una pésima carrera escolar y una vida aventurera: expulsado a fines de los años 80 del Instituto de Ingeniería Aplicada de Moscú por su escaso rendimiento, apasionado del fútbol, durante el fallido golpe de agosto de 1991 estuvo junto al presidente Boris Yeltsin en la defensa de la Casa Blanca moscovita.

Pero el idilio con el nuevo rumbo de Moscú terminó pronto: el siguiente mes de noviembre, el joven Shamil desvió un avión Tupolev desde Piatiagorsk (en el sur de Rusia) hacia Turquía, para protestar contra los primeros intentos del Kremlin de poner fin al separatismo checheno.

En 1993, a la cabeza de 500 hombres, Basaiev combatió junto a los independentistas abjacios contra el Ejército georgiano. Se distinguió por sus audaces acciones en la retaguardia de las fuerzas de Tbilisi, y al terminar la guerra recibió el título de "coronel de los pueblos del Caucaso".

En su patria fue recibido como un héroe, y Dudaiev lo puso al mando de sus servicios de seguridad. Junto al jefe de estado mayor checheno, Aslan Masjadov, Basaiev combatió estuvo entre los últimos combatientes chechenos que dejaron Grozny, tras una resistencia que tuvo en jaque a las fuerzas rusas durante dos meses.

El Gobierno de Chernomirdyn al Borde de Caer

EL LEGISLATIVO DESENCADENA UNA DE LAS PEORES CRISIS DE RUSIA POS-SOVIETICA

MOSCU, 21 (EFE).—*La Duma del Estado (Cámara Baja del Parlamento) desencadenó hoy miércoles una de las peores crisis gubernamentales de la Rusia pos-soviética al aprobar una moción de censura que pone al borde del abismo al Gobierno que encabeza Víctor Chernomirdyn.*

En una clara muestra de que las acciones del Ejecutivo han colmado la paciencia del Parlamento, las principales formaciones políticas se unieron para intentar derrocar al Gabinete de Chernomirdyn por 241 votos a favor, 70 en contra y 20 abstenciones.

Yegor Gaidar, padre de la reforma económica y líder de Opción de Rusia, fue el único dirigente de una gran facción parlamentaria que pidió a sus diputados que apoyaran al Gobierno del primer ministro, "ya que éste ha hecho lo posible para mantener con vida a los rehenes de Budiónovsk".

Precisamente la crisis de los rehenes de Budiónovsk, retenidos durante cinco días por un comando chechén, encrespó el ambiente político y desencadenó la moción de censura y los llamamientos de 107 diputados para la dimisión del Ejecutivo.

El ex viceprimer ministro Gaidar, cuyos vínculos con el presidente ruso, Borís Yeltsin, han derivado en una relación de amor y odio, advirtió, sin embargo, que "si no son castigados los ministros culpables de la intervención militar en Chechenia, mi grupo presentará una moción para destituir al jefe del Estado".

Tras la censura hecha hoy por la Duma, la suerte del Gobierno de Chernomirdyn sigue en manos de Yeltsin, que puede hacer caso omiso de la condena expresada por los legisladores.

Las intenciones de Yeltsin pueden ir por esos derroteros de cumplirse lo dicho por su consejero Gueorgui Satarov, quien destacó que "es poco probable que el presidente acepte", o por el portavoz presidencial, Serguéi Mevdeyev, según el cual el jefe del Estado "no tiene motivos para desconfiar del Ejecutivo".

De acuerdo con la Constitución rusa, el presidente tiene libertad absoluta para aceptar o rechazar esta moción de censura, por lo que es muy probable que Yeltsin deje las cosas como están, fuerce a Chernomirdyn a remodelar su Gabinete o le encomiende la formación de un nuevo Consejo de Ministros.

En caso de que la Duma vuelva a ratificar su censura al Ejecutivo en el plazo de tres meses, el presidente ruso se vería obligado entonces a aceptar la destitución del Gobierno o a decretar la disolución de la Duma y convocar elecciones.

Solamente si la Duma aprobase por dos tercios el proceso legislativo para la destitución del presidente, Yeltsin se vería imposibilitado para disolver esta Cámara parlamentaria.

La mayoría de los diputados que tomaron hoy la palabra, como el reformista y "presidenciable" Grigori Yavlinski, clamaron por la destitución de Yeltsin.

En caso de que la cúpula política rusa opte por destituir a algunos de los ministros de más fuerza del Gabinete, como también exigió hoy el grueso de la Duma, lo más probable es que Chernomirdyn siga al mando del Ejecutivo, pues a pesar de las críticas contra su gestión fue el menos peor parado.

Chernomirdyn vio reforzada su posición en los últimos días, cuando se convirtió en "héroe" de la tragedia de Budiónovsk al sentarse a negociar con Shamil Basayev, jefe del comando chechén que mantuvo en vilo a toda Rusia, y evitar un mayor derramamiento de sangre.

Hasta el mismo Yavlinski, uno de los más fervientes defensores de la moción de censura contra el Gobierno, aceptó hoy que Chernomirdyn encabece un nuevo Ejecutivo.

Los que menos contemplaciones tuvieron hacia el Gobierno fueron Mijail Lapshin, líder del Partido Agrario de Izquierdas, y Guennadi Ziuganov, máximo responsable del Partido Comunista de Rusia, así como el ultranacionalista Vladimir Yirinovski, quienes pidieron la destitución inmediata de todos los integrantes del Ejecutivo.

En lo que prácticamente todos los legisladores coincidieron fue en que "es inaceptable" que continúen gobernando figuras como el ministro de Defensa, Pável Grachov; el de Interior, Víctor Yerin, y el jefe del Servicio Federal de Seguridad, Serguéi Stepashin, que son los que realmente desencadenaron esta nueva crisis política.



Esto parece un eterno drama. En el hospital Kosovo de Sarajevo un niño es ingresado en emergencia por haber sido alcanzado por fragmentos de un cohete lanzado por francotiradores. (AP)

Moscú Exige que se Entregue Comando Terrorista Checheno

MOSCU, 21 (EFE).— Moscú exigió hoy, miércoles, que la antes de las 18,00 horas (14,00 gmt) de hoy ... en casa de que



Esto parece un eterno drama. En el hospital Kosevo de Sarajevo un niño es ingresado en emergencia por haber sido alcanzado por fragmentos de un cohete lanzado por francotiradores. (AP)

Moscú Exige que se Entregue Comando Terrorista Checheno

MOSCU, 21 (EFE).— Moscú exigió hoy, miércoles, que la guerrilla chechén le entregue al comando terrorista que mantuvo en vilo a Rusia durante seis días y amenazó en caso contrario con romper la tregua que rige en Chechenia.

El ultimátum -que la parte chechén debe cumplir antes de tres días- fue presentado por la delegación de Rusia en la tercera jornada de las negociaciones de paz que se celebran en la capital de Chechenia, Grozni, según la agencia oficial rusa ITAR-TASS.

El jefe de las tropas federales en esa república, el general Anatoli Kulikov, exigió que la guerrilla anuncie su respuesta antes de las 18,00 horas (14,00 gmt) de hoy y, en caso de que sea negativa, la delegación de Moscú se retirará del diálogo, reservándose el derecho de romper la tregua.

El armisticio hasta el próximo viernes fue acordado ayer en estas negociaciones, que Moscú aceptó presionado por el comando del jefe guerrillero Shamil Basáyev, quien lo exigió tras tomar un millar de rehenes en la ciudad rusa de Budiónovsk la semana pasada.

Otra condición presentada ahora por Moscú consiste en que el Gobierno del líder independentista chechén, Yojar Dudáyev, condene públicamente los actos terroristas.

Dudáyev se desligó de la acción terrorista al comienzo de la crisis en Budiónovsk, donde Basáyev y 126 hombres armados entraron el pasado día 14 al asalto y, tras horas de tiroteos, se atrincheraron en el hospital local con un millar de rehenes.

Anoche este comando regresó a Chechenia con un centenar de rehenes voluntarios, a los que puso en libertad en el poblado de Zandak antes de adentrarse en las montañas,

[illegible] desencadenó la moción de censura y los llamamientos de 107 diputados para la dimisión del Ejecutivo.

El ex viceprimer ministro Gaidar, cuyos vínculos con el presidente ruso, Boris Yeltsin, han derivado en una relación de amor y odio, advirtió, sin embargo, que "si no son castigados los ministros culpables de la intervención militar en Chechenia, mi grupo presentará una moción para destituir al jefe del Estado".

Tras la censura hecha hoy por la Duma, la suerte del Gobierno de Chernomirdyn sigue en manos de Yeltsin, que puede hacer caso omiso de la condena expresada por los legisladores.

Las intenciones de Yeltsin pueden ir por esos derroteros de cumplirse lo dicho por su consejero Gueorgui Satarov, quien destacó que "es poco probable que el presidente acepte", o por el portavoz presidencial, Serguéi Mevdeyev, según el cual el jefe del Estado "no tiene motivos para desconfiar del Ejecutivo".

De acuerdo con la Constitución rusa, el presidente tiene libertad absoluta para aceptar o rechazar esta moción de censura, por lo que es muy probable que Yeltsin deja las cosas como están, fuerce a Chernomirdyn a remodelar su Gabinete o le encomiende la formación de un nuevo Consejo de Ministros.

[illegible] grueso de la Duma, lo más probable es que Chernomirdyn siga al mando del Ejecutivo, pues a pesar de las críticas contra su gestión fue el menos peor parado.

Chernomirdyn vio reforzada su posición en los últimos días, cuando se convirtió en "héroe" de la tragedia de Budiónovsk al sentarse a negociar con Shamil Basayev, jefe del comando chechén que mantuvo en vilo a toda Rusia, y evitar un mayor derramamiento de sangre.

Hasta el mismo Yavlinski, uno de los más fervientes defensores de la moción de censura contra el Gobierno, aceptó hoy que Chernomirdyn encabece un nuevo Ejecutivo.

Los que menos contemplaciones tuvieron hacia el Gobierno fueron Mijail Lapshin, líder del Partido Agrario de Izquierdas, y Guennadi Ziuganov, máximo responsable del Partido Comunista de Rusia, así como el ultranacionalista Vladimir Yirinovski, quienes pidieron la destitución inmediata de todos los integrantes del Ejecutivo.

En lo que prácticamente todos los legisladores coincidieron fue en que "es inaceptable" que continúen gobernando figuras como el ministro de Defensa, Pável Grachov; el de Interior, Víctor Yerin, y el jefe del Servicio Federal de Segundad, Serguéi Stepashin, que son los que realmente desencaderon esta nueva crisis política.

01(8) 06

■ **LA DUNA CRITICÓ EL MANEJO Y LA SOLUCIÓN** 22/6/95 CBU

Censura a Yeltsin por crisis de rehenes

El Parlamento aprobó una moción de censura contra el presidente Boris Yeltsin por su manejo de la crisis. El Ejército persigue a los insurgentes



Chernomyrdin [illegible]

Los legisladores criticaron la decisión de Yeltsin de asaltar el hospital en el que estaban retenidos centenares de pacientes y las concesiones otorgadas por el primer ministro Viktor Chernomyrdin para liberar a los cautivos.

Un grupo de negociadores enviado por Moscú dialogó ayer con representantes chechenos en tanto los soldados de Rusia persiguen a los insurgentes que escaparon a las montañas tras mantener durante una semana a centenares de rehenes en un hospital.

> *"Si Bazayev es encontrado y se resiste a ser detenido, será destruido"*

La crisis de los rehenes dejó centenares de muertos y heridos y humilló públicamente al gobierno ruso y aunque fue simbólica, la moción de censura contribuyó a la humillación.

El último grupo de los 2.000 rehenes regresó ayer a sus hogares en Budyonnovsk, al sur de Rusia y fue recibido por miles de personas en medio de una intensa lluvia.

Los combatientes chechenos ocuparon el hospital y exigieron el fin de las operaciones militares rusas en Chechenia, mientras las conversaciones de paz fueron una de sus principales condiciones para liberar a los rehenes.

Al comenzar las negociaciones y tres días de tregua en Grozny, el negociador ruso Arkady Volsky dijo que la paz no será un logro fácil tras seis meses de guerra. "Soy realista, llevará tiempo", reconoció.

El jefe rebelde, Shamil Basayev, y sus hombres retuvieron a 2.000 rehenes en el hospital durante casi una semana y durante la ocupación decenas de personas murieron o resultaron heridas, muchas de ellas cuando las tropas rusas asaltaron el sábado un centro sanitario. Tras el fracasado asalto, Chernomyrdin y Shamil Basayev negociaron.

Además de las conversaciones de paz y la tregua, Chernomyrdin prometió a Basayev salvoconducto a cambio de los rehenes. Ayer, los organismos de seguridad rusos iniciaron la búsqueda de Basayev y sus hombres.

"Si Basayev es encontrado y ofrece resistencia, será destruido, como cualquier otro bandido", dijo un comunicado oficial.

Basayev y sus hombres se internaron en las montañas del sur de Chechenia.

TODO SIGUE IGUAL

"El gobierno de Rusia seguirá como antes pese a los resultados de la votación en la Duma. Estoy dispuesto a dimitir si alguien puede probar que puede hacer mejor las cosas que yo", dijo Chernomyrdin. "Sin embargo, parece que los diputados que votaron contra el gobierno no están preocupados por la suerte del país", advirtió.

Chernomyrdin también manifestó que Yeltsin respaldó su labor en una conversación telefónica que ambos sostuvieron tras la votación parlamentaria. *(En base a AP y Reuter)*

Jueves 22 de Junio de 1995

Rusia se debate entre "la guerra y la paz"

El vocero del Premier ruso Viktor Chernomyrdin afirmó ayer que el comandante militar federal en Chechenia no tiene ninguna autoridad para tomar decisiones sobre el proseguimiento de las operaciones militares en la república separatista del Cáucaso, según informó la agencia ITAR TASS.

Moscú/ANSA

"La suspensión de los combates en Chechenia sigue vigente y las negociaciones (con los rebeldes, ndr) en Grozny siguen adelante", afirmó Viktor Konnov, jefe de la oficina de prensa del premier ruso.

El General Anatoli Kulikov amenazó con retomar las hostilidades en Chechenia si los rebeldes no entregaban en un plazo de tres días a Shamil Bassaiev, el jefe del grupo de guerrilleros que ocupó el hospital de Budionnovsk (sur de Rusia) para exigir el cese del fuego y la reanudación de las tratativas con el líder separatista, Giokhar Dudayev.

"No tiene autoridad"

Pero Konnov dijo que Kulikov "no tiene la autoridad necesaria para tomar una decisión sobre la suspensión del cese del fuego, que ha sido decidido" por Chernomyrdin, quien negoció personalmente con Bassaiev la liberación de los miles de rehenes que quedaron atrapados en el hospital de Budionnovsk.

"Aunque Rusia quiere obviamente que Bassaiev sea entregado como criminal, esto no debe servir de excusa para retomar las operaciones militares" en la república rebelde, agregó el vocero gubernamental.

El desmentido

Ese desmentido desde Moscú de las duras afirmaciones de Kulikov parece confirmar, como lo indicó ayer la prensa rusa, una creciente fricción entre el gobierno ruso y los "halcones" de las Fuerzas Armadas, descontentos por el resultado de las tratativas para la liberación de los rehenes de Budionnovsk, y por la renuncia a buscar una solución de fuerza.

De este descontento, Kulikov se hizo vocero declarando que "el acto terrorista en Budionnovsk fue preparado con la participación del líder checheno Dudaiev, para empujar al gobierno ruso a reconocer el papel de su régimen criminal y luego reanimarlo" en una futura organización de Chechenia.

Desconfianza parlamentaria

En tanto, los diputados de la Duma (cámara baja) aprobaron una moción de desconfianza al gobierno y decidieron así castigar a Chernomyrdin por haber negociado con éxito la liberación de los rehenes de Budionnovsk.

Tras la desconfianza votada por la Duma, sobre el conjunto de la actividad gubernamental, el gobierno no está obligado constitucionalmente a renunciar, pero su posición política está debilitada. Toca al presidente Boris Yeltsin decidir y aceptar el voto de la Duma y disolver el gobierno: inmediatamente Yeltsin hizo saber que no tiene intenciones de hacer caer el gobierno de Chernomyrdin.

Posiciones encontradas

El vocero del Kremlin dijo a la agencia Interfax que "el presidente y el premier tienen la misma posición sobre todo y actúan de conjunto" y que "quienes hablan de divergencias políticas entre ellos son incompetentes o provocadores".

La moción de desconfianza, que se observó en ambientes parlamentarios, suena como una advertencia para el premier.

El éxito de Chernomyrdin en resolver sin matanzas la crisis de Budionnovsk creó una situación de contraste objetiva entre gobierno y Kremlin. Una rivalidad no declarada pero latente sobre todo desde que el jefe de gobierno ruso, el 12 de mayo, formó un nuevo y fuerte partido político ("Nuestra casa Rusia") en vista de las elecciones políticas de diciembre y quizás las presidenciales del año próximo.

Las cifras

Fueron 241 los diputados que votaron la desconfianza -según la agencia ITAR TASS- mientras 72 votaron en contra y 20 se abstuvieron. El quórum necesario para que pasara la moción de desconfianza era de 226 diputados.

La Duma rechazó en cambio una moción de censura contra los responsables de las operaciones en Chechenia y de la crisis de los rehenes en Budionnovsk.

La mayoría requerida para la censura era de 226 votos pero sólo 138 diputados -reformistas y del partido Mujeres de Rusia- votaron en favor de la destitución de los Ministros de Defensa, Pavel Grachov, de Interior, Viktor Ierin, de los Problemas de Nacionalidad, Nikolai Icogorov y del Jefe de los Servicios de Seguridad, Serghei Stepashin.

En contra de la moción se expresaron sólo nueve diputados, los demás no participaron en la votación.

Ultimátum ruso a los separatistas chechenos

Un ultimátum de Moscú puso ayer en peligro las negociaciones de paz en Chechenia, al exigir que el comando checheno, autor de una sangrienta toma de rehenes la semana pasada, se entregue a las autoridades rusas en el plazo de tres días.

Moscú

■ Sin embargo, el premier ruso, Viktor Chernomyrdin, se dijo ayer decidido a perseguir una solución negociada de la guerra en Chechenia e impedir que la situación escape del control del gobierno.

A pesar de las intenciones tranquilizadoras de Chernomyrdin, el comandante de las fuerzas rusas en Chechenia, Anatoli Kulikov, amenazó con una inmediata interrupción de las negociaciones de paz con los chechenos, anticipando el levantamiento del alto el fuego pactado días atrás a cambio de la liberación de los rehenes tomados por los separatistas chechenos en Budionnovsk.

Según el general Kulikov, citado por la agencia **Itar Tass**, la delegación rusa en las negociaciones que se realizan en Grozny ya habría pedido a la contraparte condenar públicamente la incursión de los guerrilleros chechenos a Budonionnovsk y comprometerse a extraditar dentro de tres días a los culpables.

La prensa rusa publicó hoy versiones de descontento entre los "halcones" de las Fuerzas Armadas por el resultado de las tratativas de liberación de los rehenes, y por la renuncia a buscar una solución de fuerza.

De este descontento, Kulikov se hizo vocero declarando que "el acto terrorista en Budionnovsk fue preparado con la participación del líder checheno Yojar Dudaiev, para empujar al gobierno ruso a reconocer el papel del régimen criminal y luego reanimarlo" en una futura organización de Chechenia.

En tanto, los diputados de la Duma (Cámara Baja rusa) aprobaron hoy una moción de desconfianza contra el gobierno y decidieron así castigar a Chernomyrdin por haber negociado con éxito la liberación de los rehenes de Budionnovsk, liberados anoche por los guerrilleros chechenos de Shamil Basaiev.

Tras la desconfianza votada por la Duma, sobre el conjunto de la actividad gubernamental, el gobierno no está obligado constitucionalmente a renunciar, pero su posición política está debilitada. Toca el presidente Boris Yeltsin decidir y aceptar el voto de la Duma y disolver el gobierno. Inmediatamente Yeltsin hizo saber que no tiene intenciones de hacer caer el *gobierno de Chernomyrdin.*



Los separatistas chechenos, que tuvieron en jaque a las tropas rusas, festejan su operativo militar.

22/6/95 Loro

El vocero del Kremlin dijo a la agencia **Interfax** que "el presidente y el premier tienen la misma posición sobre todo y actúan de conjunto" y que "quien habla de divergencias políticas entre ellos son incompetentes o provocadores".

La moción de desconfianza, se observó en ambientes parlamentarios, suena como una advertencia para el premier.

El éxito de Chernomyrdin en resolver sin matanzas la crisis de Budionnovsk creó una situación de contraste objetivo entre gobierno y Kremlin. Una rivalidad no declarada pero latente sobre todo desde cuando el jefe de gobierno ruso, el 12 de mayo, formó un nuevo y fuerte partido político ("Nuestra Casa Rusia") en vista de las elecciones políticas de diciembre y quizás las presidenciales del año próximo.

Fueron 241 los diputados que votaron la desconfianza —según la agencia **Itar Tass**— *mientras* 72 votaron en contra y 20 se abstuvieron. El quórum necesario para que pasara la moción de desconfianza era de 226 diputados. La Duma rechazó en cambio una moción de censura contra los responsables de las operaciones en Chechenia y de la crisis de los rehenes en Budionnovsk.

La mayoría requerida para la censura era de 226 votos pero sólo 138 diputados —reformistas y del partido Mujeres de Rusia— votaron en favor de la destitución de los ministros de Defensa, Pavel Grachov, del Interior, Viktor Ierin, de los Problemas de Nacionalidad, Nikolai Ieogorov, y del jefe de los servicios de seguridad, Serghei Stepashin.

En contra de la moción se expresaron sólo nueve diputados, los demás no participaron en la votación.

04

9508420

Dudáyev Deberá Entregarse

LOS CHECHENES ACEPTAN ULTIMATUM DE MOSCU PARA IMPEDIR LA GUERRA

23-06-95

***MOSCU, 22 (EFE).**—La delegación rebelde chechén en las negociaciones de paz con Rusia aceptó la exigencia de Moscú de entregar al jefe guerrillero Shamil Basáyev, para impedir que los rusos rompan la tregua en la guerra de Chechenia.*

El jefe de la delegación chechén, Usmán Imáyev, declaró a la prensa en la madrugada de hoy, jueves, que los rebeldes del líder independentista, Yojar Dudáyev, ayudarán a las fuerzas del orden rusas a detener a Basáyev, quien tuvo en vilo a toda Rusia durante cinco días con la toma de 1.100 rehenes en Budiónovsk la semana pasada.

Además de este compromiso, Imáyev dijo que su delegación condenó oficialmente el terrorismo, otra de las peticiones de Moscú a cambio de la paz, comunicaron las agencias informativas rusas.

El jefe de las tropas rusas en Chechenia, general Anatoli Kulikov, dio el miércoles tres días a Dudáyev para que cumpla el ultimátum, y amenazó con que, en caso contrario, los rusos abandonarán las negociaciones y se reservan el derecho a romper la tregua, que expira mañana viernes.

Tanto las negociaciones de paz como la suspensión de las acciones militares en Chechenia fueron aceptados por el Gobierno de Rusia bajo la presión del comando de Basáyev, que la semana pasada asaltó la ciudad rusa de Budiónovsk y, tras varias horas de tiroteos, se atrincheró en el hospital local con más de mil rehenes.

El primer ministro de Rusia, Víctor Chernomirdin, que negoció personalmente con Basáyev la liberación de los rehenes y aceptó sus condiciones, abogó ayer por continuar el diálogo de paz y prometió no permitir que "el proceso se descontrole", en alusión a los que aún apuestan por el uso de la fuerza.

Su portavoz, Víctor Konnov, declaró anoche que Kulikov no está facultado para modificar las decisiones del jefe del Ejecutivo y resolver asuntos de "guerra y paz".

Sin embargo, según algunos observadores, los compromisos y las intenciones pacifistas de Chernomirdin chocan con los intereses de los ministerios rusos de Defensa, Interior y Seguridad, subordinados directamente al presidente del país, Boris Yeltsin, y dispuestos a continuar la guerra.

Yeltsin, al intervenir hoy ante la Duma, Cámara baja del Parlamento, dijo que "es inadmisible cumplir las exigencias de los terroristas" y reconoció que la acción de Basáyev resultó totalmente imprevista para las fuerzas del orden rusas, a pesar de que la guerrilla amenazaba desde hacía tiempo con actos de sabotaje "en suelo ruso".

La tragedia de Budiónovsk, donde murió más de un centenar de civiles tanto en el asalto de los guerrilleros como en los posteriores ataques de las fuerzas especiales rusas contra el hospital repleto de rehenes donde se atrincheró Basáyev, colmó la paciencia de la Duma, que el miércoles aprobó una moción de censura contra el Gobierno.

Chernomirdin calificó la moción de un intento de las fuerzas políticas opositoras de desestabilizar la situación en el país, y Yeltsin rechazó la posibilidad de destituir al Gobierno y dijo a los diputados con que, si insisten, "tengo otras posibilidades para mantener al Gabinete", en alusión a la capacidad constitucional de disolver la Duma.

Mientras, en las negociaciones de Grozni, pese a las tensiones del miércoles por el ultimátum ruso, las delegaciones rusa y chechén, que se reúnen en la oficina local de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE), lograron avances en el debate de los asuntos militares.

El protocolo que firmaron ambas partes, bien entrada la noche, refrenda el acuerdo de desarme de las milicias chechenes, que entregarán sus armas a las tropas rusas, mientras el Ejército federal se retirará dos o tres kilómetros "para evitar provocaciones".

Una vez desarmada Chechenia, comenzará la retirada paulatina del Ejército ruso, que dejará a 2.000 hombres en territorio chechén, aunque Kulikov puntualizó que la presencia militar dependerá en último término de la situación.

Viktor Chernomyrdin lanza un contraataque a la Duma

EL PAIS
de Madrid

(Por Pilar Bonet, desde Moscú)

El gobierno de Viktor Chernomyrdin inició ayer una provocadora ofensiva contra el Parlamento, al solicitar a la Duma estatal de Rusia que le otorgue un voto de confianza justo un día después de que esta cámara le impusiera una moción de censura. Con su desafío, el gabinete, apoyado por el presidente Boris Yeltsin, trata de lograr un rápido desenlace de la crisis y obligar a la Duma a reconsiderar su postura o afrontar su disolución anticipada. 23-6-95 Pá 2

Dispuesto a otorgar ciertas concesiones que podrían satisfacer a parte de los diputados, Yeltsin indicó, no obstante, que algunos de los ministros responsables de los poderes fácticos pueden ser defenestrados por su actuación durante la crisis de los rehenes de Budionnovsk. A este tema estará dedicada una sesión del Consejo de Seguridad el próximo día 29, anunció Yeltsin, que anticipó un debate "muy agitado y serio".

"No digo muchas, pero puede haber alguna", dijo el presidente, en contestación a una pregunta sobre posibles destituciones en el gobierno. Sin dar detalles, el presidente admitió que esto podía afectar tanto a los ministros como a funcionarios de menor rango. Yeltsin, que conversó ayer a puerta cerrada con Chernomyrdin, fue interpelado por periodistas en el descanso de una sesión gubernamental, que formalmente estaba dedicada al presupuesto de 1996.

En estas declaraciones, parcialmente retransmitidas en directo por la televisión, Yeltsin admitió que la tragedia en Budionnovsk se vio facilitada en gran medida por los errores de las estructuras presidenciales, del gobierno y de los ministerios e instituciones. "Nos demoramos mucho en la regulación política de la crisis chechena, y nos faltó voluntad y agilidad para ello", sentenció el presidente, que culpó a los encargados de negociar de haber hecho hincapié en los métodos de fuerza para resolver la crisis.

Yeltsin criticó al Servicio Federal de Seguridad (SFS), al Ministerio del Interior, al contraespionaje militar y a los servicios de información de la Guardia de Fronteras por no haber facilitado datos sobre los planes de los terroristas y por relajar la vigilancia en las fronteras.

La irrupción del comando checheno en Budionnovsk fue totalmente inesperada, explicó Yeltsin, quien aseguró que los guerrilleros habían llevado municiones a aquella ciudad más de un mes antes de los sucesos, sin que nadie se diera cuenta. El presidente destacó que en los órganos de poder local "han penetrado" muchos partidarios de Dudaiev.

En la sesión gubernamental, Chernomyrdin criticó a los poderes fácticos con una energía que no había mostrado anteriormente en público respecto de estos organismos, que se subordinan al presidente. El FSF, el Ministerio del Interior y la Guardia de Fronteras mantuvieron al país en una "tensión insostenible", afirmó el primer ministro, que calificó de "intolerable" la pasividad mostrada por estos organismos.

En lo que se refiere al futuro de la Duma estatal, ésta se ha visto atrapada en un incómodo dilema a resultas de la moción de censura. Este procedimiento aparece en la Constitución rusa como algo distinto a un voto contra el Ejecutivo. Si la Duma se niega ahora a otorgar la confianza pedida por el gobierno, Yeltsin tendrá siete días para elegir si destituye al gabinete o disuelve la Duma. Yeltsin ya dejó claro ayer que la Duma "firmará su sentencia de muerte" si no cambia de actitud.

Mientras tanto, representantes del Kremlin y de los independentistas chechenos firmaron en Grozni un protocolo en el que se prevé el desarme de los guerrilleros simultáneamente a la salida de las tropas rusas, con excepción de una brigada de las tropas de interior y de una brigada motorizada del ejército. La parte rusa ha exigido a los chechenos que condenen los sucesos de Budionnovsk y entreguen a Shamil Basaiev en el plazo de tres días. Según la versión del comunicado distribuido por los medios de información rusos, la delegación chechena "se comprometió a ayudar a la parte rusa en la búsqueda y captura de Basaiev y su grupo". Desde Moscú no fue posible ayer precisar cómo entienden este último punto los representantes chechenos. Basaiev es considerado un héroe en Chechenia y su hermano, Shirvani, es consejero en las negociaciones con los representantes rusos.

06-06

950842l
Revés político de Boris Yeltsin.
Observador.
22-06-95
11876
507294
11164

PERSONAJE DEL DIA

Boris Yeltsin

22/6/95 OBSV.



El gobierno que preside Boris Yeltsin recibió ayer un importante revés político al ser censurado por la Cámara Baja del Parlamento por la toma de cientos de rehenes por parte de un comando checheno en la ciudad rusa de Budionovsk.

La ofensiva contra el Poder Ejecutivo puede desembocar en una crisis institucional similar a la de 1993, cuando el Legislativo fue disuelto.

De acuerdo a la Constitución rusa, la censura no supone la destitución automática del gabinete de ministros que encabeza Viktor Chernomyrdin, ya que corresponde al jefe de Estado –en este caso Yeltsin– darle curso o no. Según aseguró Chernomirdin en la televisión, Yelstin ratificó su apoyo al gabinente, pero aún resta un pronunciamiento oficial del presidente. En caso de que Yeltsin efectivamente desestime la censura de la Duma, ésta podrá reiterarla en un plazo de tres meses y en esa ocasión significará la destitución del gobierno o la disolución de las cámaras con convocatoria a nuevas elecciones.

La censura de la Duma se produjo junto a la aprobación de tres enmiendas a la Constitución que buscan fortalecer el control parlamentario sobre el Poder Ejecutivo. Las enmiendas requerirán, para regir, de una mayoría especial en la Cámara Alta.

Paralelamente, el gobierno de Yeltsin exigió a los chechenos la entrega del líder guerrillero Shamil Basayev, quien encabezó la toma de rehenes en territorio ruso, y advirtió que, de lo contrario, se reserva el derecho a reanudar los ataques "y aniquilar a los criminales".

Boris Yeltsin rechazó la moción de censura al Gobierno expresada por el Parlamento

El presidente ruso, Boris Yeltsin, rechazó ayer jueve la moción de censura al Gobierno expresada por el Parlamento pero criticó duramente a los ministerios de Interior, Seguridad y Defensa por los trágicos sucesos en Budionovsk y hasta admitió el posible cese de sus dirigentes.

"No puedo aceptar tal decisión", dijo Yeltsin en una reunión con los miembros del Gabinete sobre la moción de censura promovida el miércoles por el Parlamento.

De acuerdo con la Constitución rusa, Yeltsin reiteró su confianza al Gobierno de Victor Chernomirdin, rechazó la moción de censura y amenazó con disolver la Duma de Estado, Cámara Baja del Parlamento, que votó por mayoría abrumadora a favor del cese de Gabinete.

"Si la Duma insiste en su decisión, el presidente tiene otras posibilidades para mantener el actual Gabinete de ministros", amenazó Yeltsin.

La Constitución rusa establece que si la Duma reitera su voto de censura en el plazo de tres meses el presidente debe cesar al Gobierno o disolver la Cámara Baja.

Al mismo tiempo, aseguró que en la próxima reunión del Consejo de Seguridad, organismo consultivo adjunto a la Presidencia, "por lo visto habrá que tomar decisiones respecto a algunos dirigentes de ministerios e instituciones" federales, responsables de la tragedia de Budionovsk, donde más de 1.000 rehenes fueron retenidos cinco días por un comando checheno y un centenar de ellos murió en los infructuosos asaltos de las fuerzas anti terroristas rusas.

Si Yeltsin cumple esta promesa y cesa a los ministros de Interior, Seguridad y Defensa, la Duma podrá considerar cumplida su misión, ya que la moción de censura al Gabinete ha sido promovida precisamente por la imposibilidad de destituir sólo a esos titulares.

El distanciamiento de Yeltsin de los "halcones" también quedó patente en su discurso cuando el "número uno" del Kremlin apoyó las negociaciones comenzadas con los rebeldes chechenos por iniciativa del primer ministro, Victor Chernomirdin.

El presidente indicó que las negociaciones con los representantes del líder checheno, Dyojar Dudayev, "no son una concesión a los terroristas sino parte de la estrategia de las autoridades federales orientada a conseguir una solución política del problema, un arreglo pacífico en Chechenia".

Yeltsin reconoció que "los sucesos de Budionovsk en cierta medida han sido consecuencia de las dilaciones en el proceso de arreglo político en Chechenia" y manifestó que en los intentos de negociaciones anteriores a la tragedia los enviados del Kremlin "apostaban más por la solución de fuerza de los problemas".

Lo ocurrido en Budiónovsk, agregó, "fue posible como resultado de errores en la gestión del Gobierno y de estructuras de la Presidencia, del Consejo de Seguridad, el Ministerio del Interior y de los servicios secretos".

Yeltsin acusó a los servicios de espionaje de "no haber proporcionado información sobre los planes" chechenos.

Al mismo tiempo, "el Servicio Federal de Seguridad y el ministerio del Interior permitieron que durante más de un mes los guerrilleros transportasen y almacenasen armas en Budionovsk, sin que nadie se diese cuenta de ello".

Rusia y Chechenia acordaron desarme

Negociadores de ambas partes establecieron convocar el próximo 5 de noviembre elecciones para decidir el futuro de la república rebelde

Rusia y los rebeldes chechenos acordaron ayer un plan de desarme como parte de un acuerdo de paz para la región rebelde, pero lo condicionaron a la firma de un pacto político y económico más amplio.

A su vez, los negociadores chechenos y rusos establecieron convocar el próximo 5 de noviembre elecciones para elegir a la nueva dirección política de esa

Chechenia ofreció importantes concesiones en el diálogo para establecer la paz

república, anunció ayer Salambek Jadyev, líder del gobierno de Reconstrucción Nacional impuesto por Moscú en Chechenia.

Los chechenos ofrecieron importantes concesiones en las negociaciones de Grozny para tratar de establecer la paz en la zona rebelde, pero los combatientes escondidos en las montañas son los que aparentemente tienen en sus manos la solución de los seis meses de conflicto armado.

Las concesiones chechenas incluyen un acuerdo para el desarme de los sublevados a cambio de una retirada parcial de tropas rusas. El acuerdo motivó a ambas partes a emitir un comunicado, jubilosos de que el conflicto podría resolverse pacíficamente. "Todos los participantes están firmemente convencidos de que no hay temas que no se puedan resolver en la mesa de negociaciones", según el comunicado leído en voz alta por Vladimir Zorin, el representante del gobierno regional instalado en Moscú.



Tras las negociaciones, tropas rusas se movilizan en Grozny

Sin embargo el protocolo militar, incluido el intercambio de prisioneros y la creación de una zona desmilitarizada, sólo podrá entrar en vigencia luego de un acuerdo global sobre temas políticos y económicos. Los chechenos hasta ahora habían insistido en la retirada completa de las fuerzas rusas como condición previa a un pacto de desarme.

Pero se prevé que la concertación de una solución política será difícil dado que Rusia considera que Chechenia forma parte integral de la Federación Rusa y Chechenia declaró su independencia en forma unilateral.

Las concesiones chechenas son a cambio de un retiro parcial de tropas rusas

Los combatientes rebeldes que se encuentran atrincherados en las montañas por las tropas rusas luego de sangrientos enfrentamientos, podrían rechazar cualquier acuerdo y seguir la lucha contra fuerzas que consideran invasoras.

Según informaron los periodistas que visitaron los destacamentos rebeldes ayer, algunos de los grupos aislados claramente estaban dispuestos a llevar su lucha al corazón de Rusia luego de un ataque contra la sureña ciudad de Budennovsk. *(En base a EFE y Reuter)*

Chernomyrdin es figura clave en el Kremlin

El primer ministro ruso, Víctor Chernomyrdin, emerge fortalecido como la figura del relevo en la continuidad en Rusia por su manejo de la crisis de los rehenes y su enérgica respuesta al voto de censura de la cámara baja del Parlamento contra el gobierno.

Chernomyrdin, que podía cobijarse en las disposiciones constitucionales que permiten a Yeltsin disolver la Duma y mantener al gobierno en un proceso engorroso que puede llevar hasta tres meses, tomó el control en el asunto y precipitó los acontecimientos al solicitar un voto de confianza de la cámara baja.

Ahora la crisis institucional ha de resolverse en un plazo máximo de 17 días, lo que ha puesto en ascuas a los legisladores opositores, que confiaban en prolongar una situación de inestabilidad política de varios meses.

Por otra parte, el presidente ruso, Boris Yeltsin, advirtió ayer al Parlamento que si no apoyan al gobierno firmarán "su propia sentencia de muerte". Yeltsin amenazó con la disolución de la legislatura y el adelanto de las elecciones programadas para diciembre. *(En base a Reuter)*

9508424 _
Yeltsin no tomara decisión sobre cese de ministros
150014
24-06-95
11876
8072894
873984
11164

RUSIA

Cese de ministros

24/6/95
LOJO

Moscú. El presidente ruso, Boris Yeltsin, no tomará decisión alguna sobre la petición de cese de los ministros "de fuerza" solicitada ayer viernes, por el Parlamento antes de la reunión del Consejo de Seguridad prevista para el próximo día 29, informó el portavoz presidencial, Serguei Medvedev.

La Duma (Cámara baja del Parlamento) recomendó ayer por mayoría abrumadora a Yeltsin que destituya a los ministros de Defensa, Pavel Grachov, y de Interior, Victor Yerin, así como a su representante plenipotenciario en la rebelde Chechenia, Nikolai Yegorov.

Los parlamentarios aplazaron hasta el próximo 1º de julio el voto de confianza al gobierno exigido el jueves por el primer ministro, Victor Chernomirdin, a la espera de que Yeltsin destituya antes a los ministros "de fuerza" considerados responsables de la guerra de Chechenia y de la tragedia de Budionovsk.

01-01

9508425
Diputados rusos piden la destitución de Yeltsin
LA REPUBLICA.
24-06-95
11876
507294
11164
11830

Comunistas, agrarios, ultranacionalistas, figuran entre los firmantes

Acusándolo de crímenes graves, 150 diputados rusos pidieron la destitución inmediata de Boris Yeltsin

Moscú

■ Más de 150 diputados pidieron la destitución del presidente ruso, Boris Yeltsin, acusándolo de "crímenes graves" en el ejercicio de sus funciones, según una declaración citada el viernes por la agencia Interfax.

Entre los "crímenes", los diputados citan el asalto contra el antiguo Parlamento ruso, en octubre de 1993, la guerra en Chechenia y el asalto fallido llevado a cabo el pasado sábado contra el hospital de Budennovsk, al sur de Rusia, donde un comando checheno retenía 1.500 rehenes.

La declaración fue firmada por diputados de la Duma (cámara baja del Parlamento ruso), pertenecientes a grupos comunistas, agrarios, ultranacionalistas y del centrista Partido Democrático de Rusia.

Es necesario un mínimo de 150 diputados para conseguir la destitución del presidente, pero es un procedimiento muy complicado y prácticamente irrealizable en términos constitucionales.

En los nueve días que faltan para que termine la temporada parlamentaria, los diputados deben formar una comisión encargada de estudiar el asunto, y obtener dictámenes favorables del Tribunal Supremo y del Tribunal Constitucional.

Sólo entonces, la Duma podrá votar el lanzamiento de un procedimiento de destitución contra Boris Yeltsin y transmitírselo a la Cámara Alta, el Consejo de la Federación.

A su vez, la Cámara Baja del Parlamento ruso (Duma) pidió ayer la renuncia de los ministros de Defensa, Pavel Grachov, del Interior, Viktor Ierin, y de los Problemas Nacionales, Nikolai Iegorov, considerándolos responsables de la dramática toma de rehenes por parte de guerrilleros chechenos en Budionovsk.

El pedido de renuncia contó con la venia de 268 diputados, el rechazo de ocho y dos abstenciones con respecto a Grachov mientras las cifras respectivas para Ierin y Iegorov fueron de 284, 2 y 1 y 245, 4 y 3. El mínimo de votos requerido para la aprobación era de 226.

No pasó en cambio el pedido de renuncia para el director del Servicio Federal de Seguridad Serguiei Stepashin, a favor de la cual votaron 202 diputados, 24 en contra y 10 se abstuvieron.

La Itar Tass subraya que la decisión de la Duma no es vinculante y más bien tiene carácter de recomendación para el presidente Boris Yeltsin a quien le corresponde la decisión definitiva en materia de destitución de ministros.

Días atrás —cuando el primer voto de desconfianza al gobierno— la Duma había adoptado una actitud totalmente opuesta votando contra la destitución de los tres ministros.

01-01

9508426
Voto de confianza para Boris Yeltsin
EL PAÍS.
24-06-95
11876
507294
1164

Parlamento Ruso Evita el Choque con Boris Yeltsin



El parlamento ruso en consulta "secreta" acordó tratar el primero de julio la discusión de un voto de confianza al gobierno. (AP)

EL PAÍS 24-6-95

MOSCU, 23 (AP).— En una medida destinada a evitar un enfrentamiento directo con Boris Yeltsin, el parlamento ruso descartó una propuesta del Partido Comunista para impugnar al primer mandatario.

En lugar de ello, los legisladores aprobaron una serie de votos casi unánimes en que pedían a Yeltsin que despidiera a sus "ministros de la fuerza", que son los encargados del ejército y los organismos de seguridad, así como al ministro a cargo de las relaciones étnicas.

El jefe de la agencia de espionaje nacional que reemplazó a la KGB apenas sobrevivió a una votación similar.

Incluso algunos de los críticos más fuertes del presidente se manifestaron en contra de la impugnación, que fue descartada con 54 votos menos de los 226 necesarios para ser incluida en el temario.

Vladimir Isakov, un influyente diputado de línea dura, desaconsejó la idea de "crear un caos político que conduzca a una situación realmente explosiva".

Yeltsin disolvió el parlamento previo durante una prologada lucha por el poder en 1993, y luego envió tanques y armas contra sus miembros más recalcitrantes, que se habían apertrechado en la sede legislativa.

El legislador centrista Vladimir Lukin descartó la propuesta de impugnación por "injustificada" y la calificó de "propuesta extremista que socava el sistema político".

Yeltsin y sus ministros han sido criticados por su manejo de una crisis de rehenes en el sur de Rusia y la guerra en Chechenia.

Previamente esta semana, la cámara baja del parlamento aprobó una moción de censura al gobierno, que no tuvo, empero, carácter obligatorio. El presidente desafió al parlamento a darle carácter obligatorio, lo cual le permitiría disolver la legislatura.

Los diputados acordaron hoy votar acerca de una censura obligatoria el primero de julio.

En una sugerencia para una fórmula de transacción, el presidente de la cámara, Ivan Rybkin, dijo a los legisladores que esperaba que Yeltsin introdujese cambios en el gabinete tras la reunión de su consejo de seguridad del 29 de junio, cuando algunos de los "ministros de la fuerza" serán reemplazados.

La cámara dispuso la formación de una comisión conciliadora para tratar con la presidencia acerca de eventuales cambios en el gabinete, y designó a Rybkin para presidirla.

El propio Yeltsin admitió ayer que se habían cometido errores en el manejo de la crisis de los rehenes y en la guerra que ocasionó el incidente.

Rebeldes chechenes que exigían el fin del conflicto tomaron unos 2.000 rehenes en la meridional ciudad rusa de Budyonnovsk, y los mantuvieron en su poder durante una semana.

A NUEVE AÑOS

¿Energía nuclear?

*** Fue el peor accidente de la historia, y hay indicios de que podría reiterarse.**
*** Las secuelas incluyen miles de muertos, millones de afectados, enormes áreas contaminadas y efectos que pueden durar ocho siglos.**
*** Como consecuencia, muchos niños, animales y plantas sufren mutaciones horrendas.**
*** Su causa no está exenta de polémica, y hay quien supone inclusive que pudo ser intencional.**

CON expresión de sentido recogimiento ante esa fecha, jóvenes mujeres vestidas de blanco, portando velas, desfilaron por Slavutich, localidad donde vive actualmente la mayor parte del personal sobreviviente, en memoria de los que murieron tratando de contener la explosión y el incendio acaecidos en el cuarto reactor de Chernobil.

En la madrugada del 26 de abril de 1986, ese accidente de la central eléctrica dejó escapar más de 30 millones de curies (unidad de la actividad radiactiva de una sustancia), del total de 10 mil millones que guardaba como potencial, lo que puso en peligro no sólo la vida de los que ayudaron a combatir la catástrofe, sino la de quienes más se contaminaron por la nube radiactiva y eso ha de tener consecuencias durante 40 generaciones.

En Ucrania, tres millones setecientas mil personas —la mitad de ellos niños— padecen enfermedades, en tanto más de 160 mil han debido ser reubicadas y cinco millones de hectáreas quedaron inutilizables (más de la mitad del territorio nacional).

Se ha comprobado la triplicacion de casos de cáncer de tiroides, ocasionados por el yodo 141 radiactivo, en adultos y menores, así como un aumento considerable de casos de leucemia. Trece mil de esos niños reciben tratamiento en Cuba, consistente en trasplantes de médula ósea, intervenciones cardíacas e injertos óseos o de piel.

Si bien los efectos de la radiactividad a altas dosis son conocidos, advirtió la radióloga rusa Elena Burlakova, poco o nada se sabe de las consecuencias de una constante exposición a bajas dosis contaminantes.

El genetista Viacheslav Konovalov ha reunido a los seres que presentan mutaciones como consecuencia de la radiación, para formar un "Museo de Advertencia de Chernobil", consignando que los ejemplares animales y vegetales recogidos "superaban las fantasías de las películas de terror", y cuya descripción omitimos en consideración al lector. Pero la dimensión trágica sobrevino cuando de las maternidades comenzaron a trascender casos espeluznantes de serias anormalidades acontecidas en el nacimiento de bebés.



En el caso de Three Miles Island se fundió parte del núcleo del reactor, pero las fugas no afectaron el edificio de contención.

De los doscientos mil operarios que participaron en la operación de instalar una vía férrea hacia el dañado cuarto reactor y construir una carcaza de cemento a su alrededor luego de su eclosión, han fallecido 5.722 personas.

¿Habrá de repetirse?

Los residentes de Slavutich, a unos 100 kilómetros al norte de Kiev y a 40 de Chernobil, se congregaron ante un monumento de piedra que lleva las fotos de las víctimas, a la hora en que ocurrió el accidente que echó nubes de materiales radiactivos que cubrieron Ucrania, Belarús y Europa occidental.

En Belarús, que sufrió el 70% de la contaminación en la ex Unión Soviética, el ministro de Situaciones de Emergencia, Iván Kenik dijo que la quinta parte de los diez millones de residentes en el país, sufre las secuelas del accidente.

Al menos 1.500 personas de esa provincia, y más de seis mil familias en Ucrania viven en zonas de alta contaminación. Según Kenik "el mayor problema no es financiero ni médico, sino que consiste en enseñarle a la gente a que tome medidas contra la radiación".

Quince centrales similares a Chernobil presentan niveles de seguridad que hacen temer la repetición de hechos de magnitud similar. Por eso, es que hace ya tiempo que tanto el Organismo Internacional de la Energía Atómica de la ONU, como el ente que agrupa a los operadores de plantas de energía nuclear (WAND) inspeccionan y evalúan la seguridad de las centrales de diseño soviético. Muchas de

DE CHERNOBIL

Por Gonzalo de los Santos

No, gracias...

25/6/95 El País

ellas se hallan ya en etapa de modernización, lo que no obsta a que algunos expertos consideren que falta una verdadera cultura de la seguridad, lo que se suma a las fallas en el diseño de las plantas RBMK 1000, como es la ausencia de edificio de confinamiento, una creciente reactividad según el grado de vapor refrigerante, así como una falta de motivación de los funcionarios, escasez de recursos económicos y una objetable administración de los mismos.

En la Central de Chernobil funciona en estos momentos sólo un reactor, mientras otro está sometido a trabajos de manutención y un tercero fue bloqueado en 1991 tras un incendio.

Científicos occidentales que accedieron a sus instalaciones, informaron al diario "The Observer", que los pilares de apoyo del edificio del reactor dañado en la explosión corren riesgo de desplomarse, en cuyo caso los escombros afectarían al reactor 4, pero también al anexo 3, lo que implicaría contaminar toda Europa.

Como si este episodio real precisara aún mayor dramatismo, no falta la denuncia de que este hecho pudo ser provocado por una explosión premeditada, así como se realiza una advertencia acerca de una posible repetición de este desastre en los próximos seis meses.

El diario ruso "Trud" publicó una entrevista a Konstantín Chechérov, que encabeza el equipo de científicos que conocen el estado del sarcófago ya que son los únicos que entran y salen del mismo, y también del reactor. El hallazgo más sorprendente que realizaron es el de unos enormes cristales amarillentos que crecieron en la cámara que se encuentra debajo del reactor, y que dan pie para una nueva versión de la catástrofe.

¿Es una misión posible?

El color de los cristales se debe a la presencia de sustancias químicas "que podrían utilizarse en explosivos". "Ni en el reactor ni en el edificio debía haber tales sustancias, menos aún en esas cantidades", asevera Chechérov. Por ende, se supone que aparecieron debido a una explosión en la cámara inferior, que causó la rotura de tuberías de agua y la conmoción del reactor, provocando la fuga de combustible y grafito, y la posterior deflagración nuclear bajo el techo de la sala central. Esto se ve confirmado por la comprobación de vestigios de quemaduras en las sólidas construcciones metálicas que separan el reactor de la cámara inferior.

"Las temperaturas que produjeron tal efecto sólo podían ser generadas por una explosión local y resultar de la avería del reactor mismo", opina el científico, quien, además, asegura que "no era muy difícil introducir en la Central la cantidad necesaria de explosivos".

A su vez, el presidente del Comité de Seguridad del Parlamento Ruso, Víctor Mironov, advirtió al diario "Moskovski Komsomoletes" que "la catástrofe puede repetirse fácilmente".

Un informe de expertos del Organismo Internacional de Energía Atómica al que Mirónov tuvo acceso, afirma que el sarcófago que cubre los restos del cuarto reactor, fue construido "con prisa" y "está averiado", por lo que "últimamente se produjeron varias fugas de sustancias radiactivas", y se refieren al "plazo crítico de medio año", no excluyendose que "el sarcófago pueda hundirse próximamente". Su cúpula "se destruiría, resultando dañados los cimientos comunes provocando fisuras en otros reactores, por ahora enteros (y en funcionamiento)", explicó.

El diario añade que de suceder una nueva catástrofe, la enorme nube de sustancias radiactivas afectaría no sólo a Ucrania y Rusia, sino a toda Europa.

Por su lado, los especialistas que trabajan en el interior del sarcófago rechazaron de forma categórica semejante posibilidad, y sostienen que, con las debidas subvenciones, podrían evacuar rápidamente de dicho lugar su mortífero contenido radiactivo.

Antes de construir un costoso "sarcófago 2" como proponen las autoridades de Ucrania, si la comunidad internacional les concede el dinero necesario, Chechénov propone "retirar del interior el combustible nuclear y enterrarlo en un lugar seguro", aun cuando no especifica en qué consiste ese "lugar seguro".

Para eso, si le confieren "las correspondientes facultades, las asignaciones indispensables y la garantía de que nadie entorpecerá las labores", le bastarían "unos meses y un equipo de veinte de mis hombres", afirmó.

Chechérov se basa en sus exploraciones en las entrañas del reactor, y sus datos difieren radicalmente de los que manejan las autoridades. El considera que la cantidad de combustible radiactivo que aún queda dentro del sarcófago no supera las 25 toneladas, en tanto, los datos oficiales duplican esa cifra, para reducir así el volumen de la fuga mortífera y la envergadura de la debable cuyas consecuencias seguirán aterrando al mundo durante ochocientos años.



Sólo la central de Elk River ha sido desmantelada hasta ahora, siendo clausuradas las de Bonus, Hallen y Piqua.

¿Podrán las Fuerzas Democráticas Salvar a Rusia de la Inestabilidad?



Por Mijail Gorbachov

MOSCU.— Inestabilidad: ese es el leitmotiv en la actualidad en Rusia y en el resto de las repúblicas de la ex Unión Soviética.

Nadie parece saber qué hacer con respecto a eso, incluidas las nuevas fuerzas democráticas que deberían tener respuestas para ello. Hablaremos más adelante acerca de eso, luego que oservemos primero los problemas y examinemos por qué algunos en Occidente realmente disfrutan de nuestra convulsionada situación.

Estudios sociológicos, encuestas y los medios de prensa rusos concuerdan en que la abrumadora mayoría de la población ha dejado de vincular la idea de estabilidad con el régimen de Boris Yeltsin. Cifras recientemente publicadas que comprenden los primeros cuatro meses de este año lo expresan con toda claridad: apenas un 20 por ciento de los entrevistados dicen que estan viviendo mejor que antes. El otro 80 por ciento dice que su nivel de vida ha empeorado.

El colapso de la producción, que ahora afecta a la industria, a los bienes de consumo, a la agricultura y a los servicios públicos, ha adquirido dimensiones catastróficas.

CORRUPCION, SECTAS Y MAFIAS

Lo que resulta más grave es que el régimen no tiene nada que se parezca a un plan para reformar y reestructurar el país. Entre tanto, continúa decidido a permanecer en el poder sin importar el costo: Chechenia es prueba de ello. El empeoramiento de la situación social, el fraccionamiento del Estado, la parálisis del gobierno, la falta de ética en la conducta de los funcionarios públicos, la corrupción rampante, todo eso amenaza con convertir a Rusia en una gran zona devastada. Eso alienta sólo a los extremistas.

La inestabilidad y la ingobernabilidad representan graves problemas para la seguridad de Occidente y del mundo entero.

No sólo nos estamos refiriendo a cuestiones de gran envergadura, como la seguridad del arsenal nuclear ruso, sino también al hecho de que la criminalización de la economía rusa y la extendida corrupción invitan a venir al país a las mafias internacionales y a las organizaciones terroristas.

Basta observar lo ocurrido con la secta que presuntamente se proponía causar exterminios en masa en Japón. Esa secta ha erigido un "santuario" en Rusia. Fue en Rusia que entrenó a sus seguidores, adquirió productos químicas y tal vez hasta un helicóptero militar.

La secta encontró en Rusia protección política a los más altos niveles. Vemos aquí una preocupante mezcla de irresponsabilidad y de total pérdida de control nacional sobre las más básicas medidas de seguridad.

Este caso no es único. Es bastante conocido que organizaciones criminales internacionales están reciclando su "dinero sucio" en Rusia en una escala colosal.

Tanto en Rusia como en el extranjero se comienza a advertir que el régimen de Yeltsin no es precisamente el garante de la estabilidad del país.

Al mismo tiempo, se suele razonar de esta extraña manera: "Rusia no está preparada para la democracia y debe aceptarlo. Entre tanto, se requiere estabilidad al precio que sea necesario. Por lo tanto dejemos que todo quede como está, y no metamos nuestras manos en este avispero".

EVITAR LA CEGUERA

Esa gente está preparada a dar una guiñada de aceptación a la próxima campaña electoral (los comicios parlamentarios en Rusia están programados para diciembre, los presidenciales, para junio de 1996) que será llevada a cabo —tal como resulta claro por varias indicaciones— por un régimen dispuesto a debilitar la rama legislativa y a reducir el papel de los partidos políticos mediante la presión y la intimidación de los candidatos opositores.

Estoy también muy al tanto de que hay fuerzas en Occidente que no les preocuparía ver convertida a Rusia en una enorme república bananera, relegada al rol de proveer materia prima a los mercados mundiales. El objetivo de esas fuerzas es eliminar de una vez por todas a un competidor al que consideran todavía peligroso. Ellas aseguran que esa es la forma de eliminar para siempre la amenaza nuclear rusa.

Eso indica una gran ceguera. Esas fuerzas no ven, ni desean ver, lo que está ocurriendo: en las entrañas de la sociedad rusa está creciendo el rechazo a la humillación y a la esclavitud a la que se la está forzando.

Al menos por ahora, sigue siendo grande el potencial de democracia acumulado en años recientes. Solo elementos marginales tienen nostalgia del pasado. Pero un ulterior deterioro de la situación, la anulación de las esperanzas de cambio, puede ampliar el sentimiento de exasperación que se manifiesta en todas partes.

Es por lo tanto esencial que los rusos puedan expresar su voluntad de manera libre y democrática, y existen una serie de razones para temer que eso es exactamente lo que el régimen intenta impedir.

Yeltsin ha declarado que las elecciones parlamentarias y presidenciales se efectuarán de acuerdo con el cronograma estipulado en la Constitución.

Pero tanto el veto de la reciente ley electoral aprobada por el parlamento, como las maniobras que se realizan actualmente para crear "un partido del poder", demuestran que el régimen intenta evitar una decisión popular realmente democrática, estableciendo reglas que aseguren su victoria o, alternativamente, que obstaculicen las elecciones.

LA ALTERNATIVA DEMOCRATICA

He propuesto en reiteradas ocasiones crear una verdadera alternativa democrática, tanto con relación al actual régimen como con respecto a los extremismos de izquierda y de derecha.

Al hablar de alternativa democrática me refiero a la consolidación de todo el espectro centrista constituido por fuerzas patrióticas, reformistas, que necesitan unificarse para crear lo que actualmente no existe: un partido político donde está representada una amplia gama de tendencias.

Creo que si esa alternativa no se constituye y las fuerzas que luchan por la democracia resultan fragmentadas, el régimen de Yeltsin volverá a triunfar.

En la actualidad sólo la extrema derecha y la extrema izquierda tienen un perfil claro, tanto a nivel organizativo como político.

Existen muchos dispuestos a defender los intereses del pueblo y del país desde posiciones democráticas, moderadas y de sentido común. Sin embargo, con frecuencia, esas personas son afectadas por la "enfermedad infantil": desunión, sectarismo, y ambiciones personales y políticas.

Existen muchas indicaciones de que ha comenzado el período post-Yeltsin. La mayoría de la población sabe por quién no votar; el problema es decidir por quién votar.

Los dirigentes democráticos deben unirse de una manera madura, cooperativa, a fin de verificar su capacidad para gobernar el país.

Si no lo hacen, los vientos de cambio quedarán atrapados en las velas de otras fuerzas políticas completamente diferentes.

Boris Yeltsin podría destituir al Gobierno

De acuerdo a lo que decida la Cámara Baja rusa en las próximas dos semanas, el Presidente Boris Yeltsin podría destituir al gobierno o disolver el cuerpo parlamentario, dijo ayer el consejero político de Yeltsin, Guergui Satarov.

Moscú\ANSA

El gobierno del premier Viktor Chernomyrdin pidió a la Duma, la cámara baja rusa, un nuevo voto de confianza, luego de la moción de desconfianza aprobada ayer por los parlamentarios, que ahora tienen diez días para pronunciarse.

Una semana

Si la Duma vota nuevamente la desconfianza, Yeltsin dispondrá de siete días para decidir si destituye al Gobierno o disuelve la cámara baja. En este último caso, el Presidente ruso dispondría de tres meses para convocar a elecciones generales.

Satarov manifestó su esperanza de que los diputados dejen de lado las "emociones políticas" y, comprendiendo lo grave del momento, den la confianza al Gobierno y permitan así que las elecciones se realicen en la fecha prevista, el 17 de diciembre.



9508430
Primer Ministro ruso negocia con rebeldes.
EL PAIS
25-06-95
11876
507294
11164
11830

Empantanados en Chechenia 25/6/95

PRIMER MINISTRO RUSO NEGOCIA CON REBELDES

El Primer Ministro ruso asumirá personalmente las negociaciones con los separatistas chechenos y anunció que está dispuesto incluso a reunirse con el líder de los rebeldes. Hasta el momento, las tratativas, que se reanudarán el martes, sólo han logrado un alto del fuego. Las negociaciones deben servir para establecer los términos de las próximas elecciones.

MOSCU, 24 (ANSA). — El premier ruso, Viktor Chernomyrdin, anunció hoy que asumirá personalmente la conducción de las negociaciones entre su gobierno y los separatistas chechenos, que desde hace cinco días se realizan en Grozny, capital de la república secesionista del norte del Cáucaso.

Chernomyrdin, conversando con la prensa al margen de la reunión fundacional que la nueva fuerza centrista que encabeza, Nuestra Casa Rusia, dijo que encontrará hoy a los representantes rusos en la tratativa, a su regreso a Moscú.

El premier agregó que, de resultar necesario para que la negociación lleve a un resultado positivo, está dispuesto a encontrar personalmente al líder de los separatistas, el ex presidente checheno Giokhar Dudaiev.

Las tratativas se abrieron el lunes y después de la pausa iniciada el viernes se reanudarán el martes. Hasta ahora han llevado esencialmente a la proclamación de un cese del fuego en Chechenia, así como a acuerdos sobre el desarme de los guerrilleros y el retiro gradual de las tropas rusas.

Más allá de las medidas militares, las negociaciones en Grozny deben servir para definir los términos de nuevas elecciones generales en Chechenia, para verificar la legitimidad popular del gobierno de Dudayev.

Arkadi Volski, que forma parte de la delegación rusa en Grozny, indicó que una posibilidad que está siendo examinada en la mesa de tratativas consistiría en "congelar" provisoriamente la espinosa cuestión del estatuto de Chechenia — independencia, soberanía autónoma o subordinación al poder federal de Moscú— para concentrarse en la temática electoral.

Fuentes oficiales rusas indicaron que Moscú es favorable a convocar elecciones para el 5 de noviembre, pero se opone a la posibilidad de que Dudaiev se presente como candidato a la presidencia, condición que los separatistas rechazan terminantemente.

Los separatistas chechenos, a su vez, se comprometieron a renunciar al terrorismo y a colaborar en la captura de Shamil Basayev, el guerrillero checheno que la semana pasada tomó a más de mil rehenes en el hospital de Budionnovsk, en el sur de Rusia.

Basayev había amenazado con matar a los rehenes si Moscú no suspendía sus operaciones militares en la república caucásica y no reanudaba sus negociaciones con los separatistas.

9508430

01-01

9508431.
Yeltsin y la crisis política rusa.
LA MAÑANA
27-06-95
11876
507294
11164

Yeltsin, una ausencia que se hizo notar

Boris Yeltsin, posiblemente muy ocupado con la crisis de Chechenia y la censura ya endémica que sufre de su rebelde Duma o Cámara Baja del Parlamento ruso, desairó nuevamente a uno de sus colegas Jefes de Estado al no acudir a las ceremonias que conmemoraron uno de los crímenes más odiosos que perpetrara la Unión Soviética bajo la égida del "hombre de acero", José Stalin. La nación ofendida fue Polonia, la víctima de ayer, y el Presidente agraviado fue nada más ni nada menos que Lech Walesa, uno de los hombres que primero abrió una brecha en el antiguo Telón de Acero.

Cerca de la histórica ciudad de Smolensko, en las profundidades de un oscuro bosque de abedules, que sólo los lugareños conocen y se atreven a recorrer, en Katyn, se llevó a cabo en la primavera de 1940 una de las peores matanzas a sangre fría que recuerda la historia contemporánea. Por orden directa del camarada Stalin, los pelotones de asesinos de la NKVD, la Policía Secreta de la época, fueron sacando en camiones del campo de prisioneros a un total de entre 19.000 y 22.000 civiles, soldados y oficiales del antiguo Ejército polaco atacado por la espalda por los soviéticos en setiembre de 1939, y llevándolos a lo más umbrío de la foresta para ultimarlos a disparos de pistola y bayonetazos.

Hace pocos días, autoridades polacas y rusas decidieron dar un paso adelante en el proceso de reconciliación entre ambas naciones, ora amigas, ora enemigas a lo largo de los siglos. Muy cerca de los siniestros cúmulos de tierra que albergaron a las miles de víctimas, el Presidente Lech Walesa declaraba emocionado: "Debemos sobreponernos al pasado y dejar paso a la esperanza que planea sobre este lugar y así ver a nuestros pueblos reconciliarse como vecinos y amigos, ver a Rusia y Polonia, países ambos libres y democráticos, vencer el pasado y dar un ejemplo a Europa de cómo se tienden nuevos puentes entre naciones".

27/6/95 LoMo

Más de un millar de familiares de la flor y nata de la oficialidad y la "intelligentzia" polaca asesinados por las escuadras de chekistas de Stalin, que estaban presentes, quizás encontraron estas generosas palabras demasiado difíciles de aceptar. En especial si se tiene en cuenta que las propias autoridades rusas han estimado que en 1990 todavía quedaban por lo menos veinte funcionarios de los policías de Stalin, auténticos verdugos profesionales, con vida y perfectamente identificados. En la ceremonia celebrada cerca del nefasto "Monte de las Cabras", donde se descubrieron las primeras pilas de cadáveres superpuestos en la primavera de 1943, el Cardenal primado de Polonia, Josef Glemp, celebró una misa en recuerdo de las infelices víctimas y del sufrimiento que tuvieron que expiar sus familiares. El alto prelado polaco dijo que no era aconsejable condenar a las futuras generaciones a vivir bajo la sombra de la tragedia de Katyn, pero simultáneamente exigió con firmeza no olvidarla, "pues nos sirve de lección ejemplar".

El representante del Gobierno ruso, Serguei Filatov, leyó un mensaje del Presidente Boris Yeltsin que expresaba: "El terror totalitario no afectó sólo a los ciudadanos polacos sino sobre todo a los de la Unión Soviética. Hay que pasar esta página trágica de historia y evitar que Katyn se convierta en protagonista de luchas políticas". Un enfoque un tanto retorcido que no debe haber despertado mucho entusiasmo en los numerosos deudos presentes y en unas autoridades polacas del máximo nivel desairadas por la ausencia de Yeltsin. El mismo Yeltsin que en octubre de 1992 enviara a Lech Walesa los documentos originales en los que se podía observar la orden del Politburó, el máximo órgano ejecutivo soviético, firmada por el propio Stalin, ordenando el asesinato masivo de unos 22.000 oficiales y soldados polacos prisioneros desde la rendición de 1939.

Para echar un poco de bálsamo en la herida, Yeltsin ha propuesto erigir un monumento "a todas las víctimas de cualquier totalitarismo" en Katyn. Una generalización muy grosera en este caso concreto, que coincide con informaciones precisas de que altos mandos de la actual KGB rusa pretenden seguir impidiendo el esclarecimiento definitivo del gran crimen y el castigo de sus autores. Katyn dará todavía que hablar.

Alberto Christian Márquez

01-01

9508431

Boris Yeltsin intentará una reconciliación

El Presidente ruso, Boris Yeltsin, se reunirá mañana con el Premier Viktor Chernomyrdin y con el Presidente de la Duma (cámara baja del Parlamento) Ivan Rybkin, en un intento de evitar el agravamiento de la crisis política generada por el voto de desconfianza al gobierno expresado por la Duma el 21 de junio pasado.

Moscú/ANSA

Lo anunció ayer a los periodistas el mismo Rybkin, al término de una reunión de la comisión especial de conciliacion de la cámara baja, creada para evitar el segundo voto de desconfianza al gobierno, solicitado por el mismo premier y fijado para el 1° de julio.

En caso de nueva desconfianza al ejecutivo, la constitución confiere al presidente el poder de elegir entre destituir al gobierno o disolver la Duma.

Críticas

Días pasados el Presidente Yeltsin, al criticar la posición de la cámara baja, dio a entender claramente que quería mantener en vida al gobierno de Chernomyrdin en el caso de un nuevo voto de desconfianza.

La oficina de prensa del Kremlin difundió un breve comunicado en el cual se afirma que Yeltsin tiene intenciones de adoptar una serie de "medidas concretas" dirigidas a "eliminar la crisis entre gobierno y Parlamento".

Choques y reiterados tiroteos se registraron en Grozny.

El Kremlin

El Kremlin rechazó hoy las nuevas amenazas del líder guerillero checheno Shamil Basaiev, que anunció otras operaciones armadas en territorio ruso como la reciente toma de rehenes en Budionnovsk en caso de un fracaso de las negociaciones en curso en Grozny entre el gobierno ruso y los separatistas chechenos.

En los últimos días la situación militar en Chechenia fue relativamente tranquila, en coincidencia con las negociaciones entre las delegaciones rusa y chechena encaminadas con la mediación de la Ocse (la Organización para la seguridad y la cooperación en Europa).

La agencia Itar-Tass refirió que tiros de armas automáticas, fusiles ametralladores y lanza granadas fueron escuchados toda la noche en algunos barrios de la capital chechena.

9508433

La crisis chechena provoca conflictos políticos en Rusia.

EL PAIS
30-06-95
11876
507284
513984
11164

La Crisis Chechena y un Sacudón

JORNADA DE AGITACION EN LA CUPULA POLITICA DEL KREMLIN

MOSCU, 29 (ANSA). — La crisis chechena provocó hoy un sacudón político en Rusia, donde renunciaron los ministros de Defensa y de Interior y el vicepremier, duramente criticados a raíz de la ocupación de la ciudad de Budionnovsk por un comando de separatistas.

EL PAIS 30-6-95

La renuncia de los ministros de Defensa, Pavel Grachov, y de Interior, Víktor Yerin, y del vicejefe del gobierno, Nikolay Yegórov, se produjo durante una reunión de gabinete dedicada al caso Budionnovsk, la ciudad cuyo hospital fue tomado por los rebeldes chechenos en una acción que costó la vida a 123 personas.

Los renunciantes, que habían propugnado enérgicamente la intervención militar en Chechenia, salieron de la sala de reunión del Consejo con semblante adusto y evitaron bruscamente las preguntas de los periodistas, lo mismo que Boris Yeltsin, quien anunció para mañana un discurso por televisión para explicar los resultados de la reunión de hoy.

El presidente ruso dijo que examinará personalmente las renuncias de cada uno de los ministros, principales artífices de la intervención armada en Chechenia, y anunció que hablará del caso el próximo 10 de julio.

En cuanto al responsable de la Defensa, Pavel Grachov, a quien Yeltsin querría "salvar", cuenta con la antipatía del parlamento, porque al comenzar la crisis con Chechenia había impulsado la intervención armada diciendo que resolvería el conflicto "en dos horas" con la única ayuda de dos batallones de paracaidistas.

El presidente criticó indirectamente al premier Viktor Chernomyrdin, al afirmar que "Budionnovsk creó un precedente peligroso, que contradice la praxis internacional: para salvar vidas humanas nos vimos obligados a aceptar las condiciones de los terroristas, y ya comenzamos a sentir las consecuencias".

Por su parte, el líder del partido centrista ruso "Yabloko", Grigor Iavlinski, pidió el aplazamiento del debate parlamentario sobre la confianza al gobierno, hasta que el presidente Yeltsin se pronuncie sobre la renuncia de los ministros.

"Para nosotros no es tan importante la presentación de renuncias en sí, como el entender si éstas serán aceptadas", dijo el líder centrista, cuyo partido tuvo un gran peso en la moción de desconfianza contra el gobierno, aprobada hace una semana en el parlamento.

Según Iavlinski, en cambio, el parlamento se debe expedir después que Yeltsin haya informado sobre su posición.

Mientras tanto, las tratativas en curso en Grozny —en la sede de la Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa (OSCE)— para la búsqueda de una solución negociada de la crisis en Chechenia, fueron temporariamente suspendidas hoy para realizar consultas.

La agencia ITAR-TASS especificó que las consultas se refieren a los aspectos políticos de las tratativas, en especial al tema de las elecciones libres en Chechenia y a la nueva Constitución de la república rebelde.

El negociador de la OSCE, Ishtvan Diarmati, confirmó la posibilidad de que un tercer round de negociaciones sea celebrado en Moscú "a alto nivel. Para ello hemos recibido una invitación del premier Viktor Chenomyrdin".

9508434

La Habana 30-06-95 11876 507294 11164

Nuevo sacudón político provoca inestabilidad al Gobierno de Yeltsin

La crisis chechena provocó hoy un sacudón político en Rusia, donde renunciaron los ministros de Defensa y de Interior y el Vicepremier, duramente criticados a raíz de la ocupación de la ciudad de Budionnovsk por un comando de separatistas.

Moscú/ANSA

La renuncia de los ministros de Defensa, Pavel Grachov, y de Interior, Víktor Yerin, y del vicejefe del gobierno, Nikolay Yegorov, se produjo durante una reunión de gabinete dedicada al caso Budionnovsk, la ciudad cuyo hospital fue tomado por los rebeldes chechenos en una acción que costó la vida a 123 personas.

Los renunciantes, que habían propugnado enérgicamente la intervención militar en Chechenia, salieron de la sala de reunión del Consejo con semblante adusto y evitaron bruscamente las preguntas de los periodistas, lo mismo que Boris Yeltsin, quien anunció para hoy un discurso por televisión para explicar los resultados de la reunión de ayer.

Minucioso estudio

El Presidente ruso dijo que examinará personalmente las renuncias de cada uno de los ministros, principales artífices de la intervención armada en Chechenia, y anunció que hablará del caso el próximo 10 de julio.

En cuanto al responsable de la Defensa, Pavel Grachov, a quien Yeltsin quería "salvar", cuenta con la antipatía del parlamento, porque al comenzar la crisis con Chechenia había impulsado la intervención armada diciendo que resolvería el conflicto "en dos horas" con la única ayuda de dos batallones de paracaidistas.

El Presidente criticó indirectamente al Premier Viktor Chenomyrdin, al afirmar que "Budionnovsk creó un precedente peligroso, que contradice la praxis internacional: para salvar vidas humanas nos vimos obligados a aceptar las condiciones de los terroristas, y ya comenzamos a sentir las consecuencias".

Piden aplazamiento

Por su parte, el líder del partido centrista ruso "Yabloko", Grigor Iavlinski, pidió el aplazamiento del debate parlamentario sobre la confianza al gobierno, hasta que el presidente Yeltsin se pronuncie sobre la renuncia de los ministros.

"Para nosotros no es tan importante la presentación de renuncias en sí, como el entender si éstas serán aceptadas", dijo el líder centrista, cuyo partido tuvo un gran peso en la moción de desconfianza contra el gobierno, aprobada hace una semana en el parlamento.

Según Iavlinski, en cambio, el parlamento se debe expedir después que Yeltsin haya informado sobre su posición.

Se suspenden negociaciones

Mientras tanto, las tratativas en curso en Grozny -en la sede de la Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa (OSCE)- para la búsqueda de una solución negociada de la crisis en Chechenia, fueron temporariamente suspendidas hoy para realizar consultas.

La agencia ITAR-TASS especificó que las consultas se refieren a los aspectos políticos de las tratativas, en especial al tema de las elecciones libres en Chechenia y a la nueva Constitución de la república rebelde.

El negociador de la OSCE, Ishtvan Diarmati, confirmó la posibilidad de que un tercer round de negociaciones sea celebrado en Moscú "a alto nivel. Para ello hemos recibido una invitación del premier Viktor Chenomyrdin".

Examinarán a Yeltsin

El próximo 10 de julio, dijo en tanto el secretario general del Kremlin, Serguei Filatov, la Corte Constitucional examinará -por pedido del parlamento- la legitimidad de las decisiones del Presidente Boris Yeltsin y de su gobierno de intervenir con las armas en Chechenia.

La crisis política se produce en coincidencia con la visita que realiza a Rusia el Vicepresidente norteamericano, Al Gore.

Hoy, el Premier Viktor Chenomyrdin recibió a Al Gore, con quien discutió sobre el contrato Rusia-Irán para la construcción de reactores nucleares, y sobre el acuerdo para la cesión a Estados Unidos del uranio proveniente del desmantelamiento de los misiles nucleares rusos.

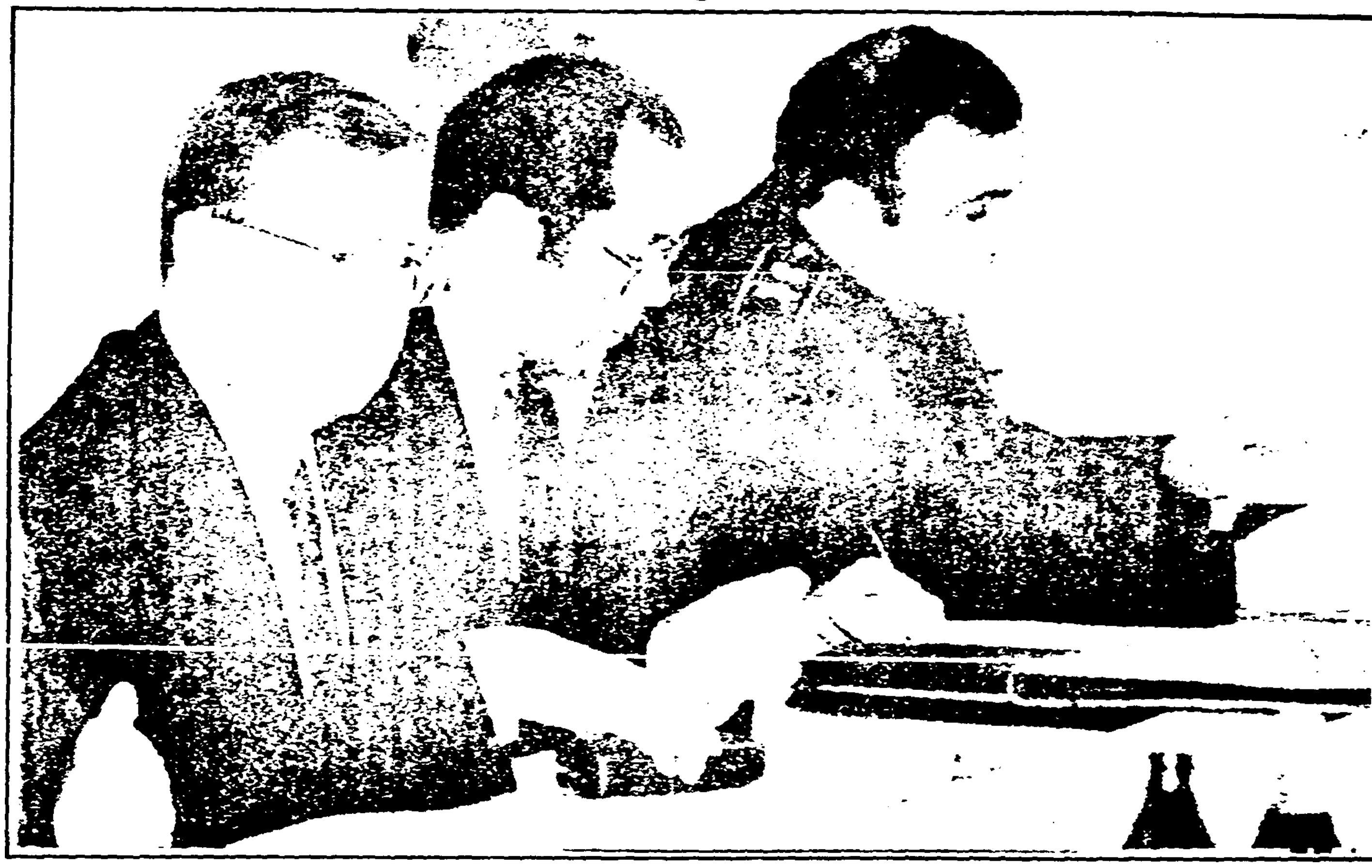
Estados Unidos se opone desde hace tiempo a la construcción de reactores nucleares según el contrato Rusia-Irán.

01-01

Renunciaron los ministros de Defensa e Interior y el vicepremier a causa de la guerra en Chechenia

Se desató la crisis en el gobierno ruso

La crisis chechena provocó ayer un sacudón político en Rusia, donde renunciaron los ministros de Defensa y de Interior y el vicepremier, duramente criticados a raíz de la ocupación de la ciudad de Budionnovsk por un comando de separatistas.



Los tres integrantes del gobierno del presidente ruso, Boris Yeltsin, que presentaron su renuncia ayer en el marco de una grave crisis política que afecta al Kremlin.

Moscú

■ La renuncia de los ministros de Defensa, Pavel Grachov, y de Interior, Viktor Yerin, y del vicejefe del gobierno, Nikolay Yegorov, se produjo durante una reunión de gabinete dedicada al caso Budionnovsk, la ciudad cuyo hospital fue tomado por los rebeldes chechenos en una acción que costó la vida a 123 personas.

Los renunciantes, que habían propugnado enérgicamente la intervención militar en Chechenia, salieron de la sala de reunión del Consejo con semblante adusto y evitaron bruscamente las preguntas de los periodistas, lo mismo que Boris Yeltsin, quien anunció para mañana un discurso por televisión para explicar los resultados de la reunión de ayer.

El presidente ruso dijo que examinará personalmente las renuncias de cada uno de los ministros, principales artífices de la intervención armada en Chechenia, y anunció que hablará del caso el próximo 10 de julio.

En cuanto al responsable de la Defensa, Pavel Grachov, a quien Yeltsin quería "salvar", cuenta con la antipatía del Parlamento, porque al comenzar la crisis con Chechenia había impulsado la intervención armada diciendo que resolvería el conflicto "en dos horas", con la única ayuda de dos batallones de paracaidistas.

El presidente criticó indirectamente al premier Viktor Chenomyrdin, al afirmar que "Budionnovsk creó un precedente peligroso, que contradice la praxis internacional: para salvar vidas humanas nos vimos obligados a aceptar las condiciones de los terroristas, y ya comenzamos a sentir las consecuencias".

Por su parte, el líder del partido centrista ruso "Yabloko", Grigor Iavlinski, pidió el aplazamiento del debate parlamentario sobre la confianza al gobierno, hasta que el presidente Yeltsin se pronuncie sobre la renuncia de los ministros.

"Para nosotros no es tan importante la presentación de renuncias en sí, como el entender si éstas serán aceptadas", dijo el líder centrista, cuyo partido tuvo un gran peso en la moción de desconfianza contra el gobierno, aprobada hace una semana en el Parlamento.

Según Iavlinski, en cambio, el Parlamento se debe expedir después que Yeltsin haya informado sobre su posición.

Mientras tanto, las tratativas en curso en Grozny —en la sede de la Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa (OSCE)— para la búsqueda de una solución negociada de la crisis en Chechenia, fueron temporariamente suspendidas hoy para realizar consultas.

La agencia ITAR-TASS especificó que las consultas se refieren a los aspectos políticos de las tratativas, en especial al tema de las elecciones libres en Chechenia y a la nueva Constitución de la República rebelde.

El negociador de la OSCE, Ishtvan Diarmati, confirmó la posibilidad de que un tercer round de negociaciones sea celebrado en Moscú "a alto nivel, para ello hemos recibido una invitación del premier Viktor Chenomyrdin".

El próximo 10 de julio, dijo en tanto el secretario general del Kremlin, Serguei Filatov, la Corte Constitucional examinará —por pedido del Parlamento— la legitimidad de las decisiones del presidente Boris Yeltsin y de su gobierno de intervenir con las armas en Chechenia.

La crisis política se produce en coincidencia con la visita que realiza a Rusia el vicepresidente norteamericano, Al Gore.

Ayer, el premier Viktor Chenomyrdin recibió a Al Gore, con quien discutió sobre el contrato Rusia-Irán para la construcción de reactores nucleares, y sobre el acuerdo para la cesión a Estados Unidos del uranio proveniente del desmantelamiento de los misiles nucleares rusos.

Estados Unidos se opone desde hace tiempo a la construcción de reactores nucleares según el contrato entre Rusia e Irán.

El Consejo de Europa denuncia brutalidades

Estrasburgo

■ Una comisión investigadora parlamentaria del Consejo de Europa sobre Derechos Humanos en Chechenia acusó ante el Parlamento de Estrasburgo a las tropas rusas y a los combatientes chechenos de violaciones graves de los Derechos Humanos y de las convenciones internacionales sobre la protección de las poblaciones civiles.

El informe denuncia, en particular, los bombardeos "indiscriminados" sobre algunas ciudades y sobre Grozny por el Ejército ruso, que causaron numerosas víctimas entre la población civil.

La comisión también acusó a las tropas del Ministerio del Interior ruso de haber saqueado y destruido aldeas, de arrestos arbitrarios y desaparición de civiles.

Algunos chechenos habrían sido torturados y hay informes sobre casos de violaciones.

Los chechenos están a su vez acusados, en menor escala, de violar Derechos Humanos y usar a civiles como escudos.

El informe denuncia también las brutalidades sufridas por la minoría rusa en Chechenia antes de la intervención militar de Moscú. El texto será uno de los elementos según los cuales el Consejo de Europa deberá pronunciarse en los próximos meses sobre el pedido de adhesión de Rusia, congelado desde el comienzo de la guerra en Chechenia.

Viernes 16 de junio de 1995

Que la ambición de los políticos trabaje sin vacaciones

Por Julián Marías

MADRID (ABC). – El mapa político de España ha quedado profundamente alterado el 28 de mayo. Cuanto más se reflexiona sobre los hechos, más honda parece la transformación. Ciertamente es penúltima, incluso desde el punto de vista estrictamente político –no se olvide que lo político es siempre penúltimo respecto de estratos de la vida que son más importantes–, pero se trata de un decisivo cambio de orientación.

Algunos no quieren verlo, lo que es un error que se añade a otros muchos. Importa medir la cuantía de la variación experimentada, sin exagerarla ni disminuirla, y más aún precisar la dirección en que se está moviendo la sociedad española. Me parece urgente un esfuerzo de atención, y de inteligencia, para enterarse de verdad de la situación que se anuncia y está empezando.

Los políticos, especialmente los que dirigen los partidos, han pasado una época de tensión y trabajo. Han organizado, han hecho selecciones de personas, han hablado largamente. Han dicho muchas cosas que conviene recordar. En algunos casos, son fundamento de confianza; en otros, invitan a no fiarse de los que no han tenido reparo en desfigurar la realidad, en mentir pura y simplemente, en insultar, en ocasiones con la mayor grosería. Me parece esencial que eso se tenga en cuenta para el porvenir: los actos humanos son lo que se va haciendo de lo que somos, aquello en que consistimos. Cuando se elige, es eso lo que se elige, si no se está dispuesto a engañarse.

Una tentación

Sería peligroso que los que se han esforzado tanto en los últimos meses y sin duda están fatigados cedieran a una tentación: las "vacaciones". Tal vez tiendan a instalarse en las nuevas posiciones, con mayor o menor euforia, y descansar. Siento decir que no es posible: la empresa de conducir un país no tolera el reposo; hay que mantener la tensión, si se tiene verdadero valor político "hacia lo mejor". Y cuanta mayor es la responsabilidad que se tiene, más intensa e ineludible es la exigencia.

Si alguien tiene ambición –lo que es legítimo, incluso obligado, cuando la pretensión es la de regir una corporación o una nación entera–, tiene que hacer cada vez mejor lo que le corresponde, sin un desmayo.

Por supuesto, esto exige decencia, austeridad, competencia. Si estos rasgos faltan, nada bueno se puede esperar, y a la larga no se tolera esa ausencia. Pero esas condiciones mínimas y elementales, tan importantes, no son suficientes. No basta con hacer las cosas "bien". Hay que dar un paso más y preguntarse "qué cosas" son las que hay que hacer.

Esto significa una escala de "importancias" a las que rara vez se presta atención. Se insiste sobre todo en nuestra época en las cuestiones económicas; pero en ellas precisamente es evidente la falta de claridad. Los datos estadísticos con que nos apedrean a diario inspiran desconfianza. Hasta en los detalles mínimos. Se dice que en una manifestación ha habido, según los organizadores, doscientas mil personas; según otras fuentes, treinta mil; como esta discrepancia es insostenible es evidente que [illegible]



MADRID – José María Aznar, presidente del Partido Popular

idea de cuál es la de España? ¿Funciona ese dato para juzgar la calidad y eficacia de una política? El fuera de la economía, en otros niveles que habría que aclarar.

El descenso del nivel de la educa-

por consiguiente no manipulables. Es un aspecto de la vida nacional en que es difícil el optimismo, y precisamente por eso requiere un esfuerzo máximo. Algo muy parecido puede decirse de la pérdida de confianza en la Justicia, sin la cual no se puede convivir con libertad y decencia.

Fase de particularismo

A nadie se le oculta que se está pasando una fase de particularismo que pone en cuestión la co-

> **Los hombres, antes que ciudadanos, contribuyentes o electores, son "personas". Esto exige que sean tratados como tales por todos los poderes. Y ello pone límites al poder, aun el más legítimo imaginable**

herencia de la nación española, y de rechazo a la personalidad de sus miembros, es decir, de los cuerpos sociales que la integran, con diversos puestos y funciones dentro del conjunto. Este es acaso el problema capital con que nos enfrentamos, y una política digna de este nombre tiene que dedicarse a resolverlo, a potenciar la intensidad de cada una de las regiones españolas y su convergencia en la realidad total a que pertenecen y dentro de la cual pueden desarrollar la suya particular.

Pero hay que preguntarse cómo se hace eso, qué requisitos –por lo versas ficciones. Es posible que los políticos no lo sepan muy bien, pero es absolutamente esencial que se den cuenta de que –si ganan unas elecciones limpias– tienen derecho a gobernar, no a realizar por sí mismos la "gestión" total del país –éste ha sido el gran pecado de estos últimos años–, que corresponde a la totalidad de los ciudadanos capaces de hacerlo en cada una de las parcelas.

Los hombres son "personas"

Hay todavía algo más importante, porque es previo a todo lo demás: los hombres, antes que ciudadanos, contribuyentes o electores, son "personas". Esto exige que sean tratados como tales por todos los poderes. Y ello pone límites al poder, aun el más legítimo imaginable, que no puede intervenir en la vida personal –y, por supuesto, en la vida misma, de la que no puede disponer, ni antes ni después del nacimiento, a ninguna edad–; tiene que dejar escrupulosamente a salvo la libertad, es decir, el sistema de las libertades; el patrimonio global, que envuelve todo el pasado y el conjunto de los proyectos que pertenecen al futuro.

No teman los políticos que estas restricciones los priven de tareas: les queda un campo inmenso y difícil en que pueden ejercitar sus aptitudes y talentos, sin entrometerse en lo que está fuera de su competencia.

Imagino que, entre las últimas elecciones y las próximas, los que pretenden regirnos trabajen sin descanso, sin tomarse vacaciones, [illegible] de la escala y importancia de nuestros problemas y se apresten a realizar con la mayor perfección posible las tareas que tienen asignadas. Porque

CUBA

MANIOBRA MILITAR



Fidel con el general Suanzes (centro) y el embajador español en Cuba. Eduardo Miralpeix.

España no quiere perderse la futura evolución política de Cuba. Por eso ha querido que sus militares sean los primeros no comunistas que se reúnen con el Ejército cubano, clave en el destino de la isla

ANGEL TOMAS, La Habana

«La guerra entre España y Cuba ha terminado», anunció Eusebio Leal, historiador de La Habana, a los 97 años de haberse apagado el conflicto bélico hispano-cubano. A pesar del aparente absurdo del anuncio, el presidente de Cuba, Fidel Castro, y el general de Brigada Víctor Suanzes, director general de Política de Defensa de España, no inmutaron la expresión de solemnidad de sus rostros. El historiador Leal, en cierto modo, tenía razón. En esa tarde calenturienta del pasado 8 de junio, el Ejército cubano y el español pactaron el enlace de una amistad estratégica.

Los dos bandos militares tienen en la memoria la misma espina de amargura por la intervención norteamericana que llegó a última hora para secuestrar la victoria. Sólo con España firmó EE UU la paz —para insulto de los guerreros cubanos— en el mismo edificio de los Capitanes Generales donde ahora militares de la isla y españoles festejaron con una sobria ceremonia el intercambio de objetos pertenecientes a la guerra de 1895-98.

Además de satisfacer añejas nostalgias históricas, el retorno de una alta delegación militar española a la perla del Caribe es también un intento del Ministerio de Defensa español de relacionarse con la futura evolución política de la revolución cubana. Las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) han comenzado a ser consideradas —hasta por el Pentágono— como la estructura más eficiente del aparato gubernamental cubano y la que tiene mayores posibilidades de asegurar una remodelación pacífica del régimen. «Las FAR son, en gran medida, la columna vertebral de la sociedad cubana y tendrán inevitablemente un protagonismo en cualquiera de los destinos que elija el pueblo cubano», aseveró el coronel Jesús del Olmo, director general de Relaciones Informativas y Sociales del Ministerio de Defensa español.

Alrededor de 1989, antes de que el Gobierno cubano levantara la bandera de la apertura económica, el Ejército aplicó en sus empresas reformas destinadas a buscar una eficiencia productiva con rentabilidad y ganancias. La experiencia adquirida por los militares en el terreno empresarial sirvió de guía a las posteriores reformas de las empresas estatales.

En la crisis alimentaria de la isla, el Ejército igualmente se ha convertido en productor agrícola organizado en granjas militares que abastecen una buena parte de los mercados agropecuarios habaneros. La pragmática consigna de Raúl Castro, Ministro de las FAR, de que «ahora hacen más falta los frijoles que los cañones», desveló la estrategia de que el ejército debía hacer profilaxis política trabajando en función de aliviar, en lo posible, la carestía de la población para evitar posibles explosiones sociales.

La revolución cubana también estrenó con la delegación del Ministerio de Defensa de España el primer encuentro con representantes de un Ejército no comunista. Una apertura impensable pocos años atrás. Algunos cubanos manifestaron asombro cuando vieron en el informativo de la televisión al general Suanzes sentado en la cabina de un avión Mig 29 durante la visita a una unidad militar. La imagen chocaba con el síndrome del secreto que durante décadas se ha cultivado entre los habitantes de la isla como un «arma contra el enemigo».

La declaración de intenciones firmada entre ambos ministros contempla, entre otros asuntos, la posibilidad de que oficiales cubanos puedan perfeccionarse en academias militares españoles.

Pero para Cuba la Guerra Fría aún no ha terminado. La embajada norteamericana en Madrid llamó al Ministerio de Defensa para preguntar si realmente visitarían la isla. «Les dijeron que sí —explicó el general Suanzes—. Sólo eso, porque nosotros no tenemos que notificar a nadie lo que vamos a hacer».

El viejo Sebastián, vendedor de libros viejos y filósofo de esquina, desde un banco en la Plaza de Armas observó a los militares españoles, al terminar la ceremonia, abordar los coches de protocolo y dijo en voz alta sus conclusiones: «Vamos a ver si no se repite la historia y otra vez los yanquis echan a los Pepe [soldados españoles] de la isla». Antes de que los curiosos reunidos pudiera dar su opinión, Sebastián echó a andar silbando la Internacional a ritmo de guaracha. ■

La Comunidad de Estados Independientes, repúblicas de la ex Unión la nueva era y de ella depende la estabilidad de una vasta región

escribe Yanina Olivera

Los cambios iniciados por Mijail Gorbachov alentaron el nacionalismo y la voluntad de secesión en las repúblicas que conformaron la Unión Soviética, que durante años oprimió la expresión de sus sentimientos.

A fines de la década del ochenta comenzaron a surgir movimientos y partidos políticos con reivindicaciones nacionales, y se desataron enfrentamientos étnicos y religiosos, algunos de los cuales derivaron en guerras civiles y conflictos sangrientos.

Uno de esos conflictos de desarrolla dentro de los límites de la Federación de Rusia, en la república caucásica de Chechenia, rica en petróleo, una de las 89 repúblicas de la federación.

Este conflicto, que lleva varios meses, dio un giro en los últimos días tras una espectacular toma de más de mil rehenes por parte de un comando checheno en la sureña ciudad rusa de Budennovsk, que paradójicamente derivó en una esperanzadora etapa de negociaciones. Ya se pactó el desarme de los combatientes chechenos, la retirada progresiva de las tropas rusas y un cese de fuego provisional; aunque las negociaciones sobre el futuro estatuto de Chechenia, la celebración de elecciones libres y la participación del presidente independentista Yojar Dudaiev en las mismas amenazan con eternizar las conversaciones.

Moscú está decidido a evitar la secesión de Chechenia, de mayoría musulmana, porque tolerarlo implicaría un mal ejemplo para otros intentos similares que podrían tener más peligrosos alcances. Hay que ver que los focos más amenazantes de la CEI están en las repúblicas del Asia Central —Uzbekistán, Kazajastán, Kirgistán, Tayikistán y Turkmenistán— donde el fundamentalismo islámico está en ebullición y viven minorías rusas que Moscú está dispuesta a defender.

El de Tayikistán es un caso patente, donde desde 1992 Moscú intenta mediar entre las tropas neocomunistas del gobierno de Emomali Rajmonov y las guerrillas musulmanas expulsadas del poder, que se refugian y abastecen en campamentos ubicados en el vecino Afganistán. El conflicto tayiko ha causado ya decenas de miles de víctimas y centenares de miles de exiliados en otras repúblicas de la CEI y en Afganistán. Cuatro rondas de negociaciones realizadas en el último año han, de momento, fracasado.

También han surgido situaciones potencialmente explosivas en zonas más cercanas y afines a Moscú. En las repúblicas eslavas de Belarrús y Ucrania —con el nudo de Crimea— se han presentado situaciones peligrosas. Las diferencias entre los prorrusos de Belarrús —entre ellos el presidente Alexander Lukachenko— y los partidarios de la neutralidad del país, están generando roces de proporciones que podrían terminar en las armas.

La península de Crimea, región autónoma cedida por Moscú a Ucrania en 1954 por Nikita Jruschov —ex secretario general del Partido Comunista soviético, de origen ucraniano— es habitada mayoritariamente por rusos, que desean unirse nuevamente a Rusia. La península, a su vez, padece enfrentamientos interétnicos entre la mayoría rusa y la minoría tártara (10% de la población) de religión musulmana.

El conflicto entre las repúblicas caucásicas de Armenia y Azerbaiján, en tanto, se encuentra en una *impasse* tras un frágil cese de fuegos firmado en mayo de 1994. Estas dos repúblicas se trenzaron en una guerra cruenta después que la región autónoma de Nagorno-Karabaj —de población mayoritariamente armenia— decidiera unirse a Armenia en 1989, tras lo cual los azeríes instrumentaron un bloqueo económico y militar.

En 1922 Armenia, Azerbaiján y Georgia formaron la República Federada de Transcaucasia, disuelta en 1936. Con el fin de evitar fricciones entre los cristianos armenios y los musulmanes azeríes, el régimen soviético adoptó una política de separación de nacionalidades en distintas entidades político-administrativas. Así fue que en 1923 se creó la República Autónoma de Nagorno-Karabaj, una región que había sido históricamente armenia y a la que Azerbaiján ya había renunciado en 1920.

Pese a que los armenios obtuvieron algunas victorias desde comienzos de 1993, Yereván halló necesario evitar involucrarse más en la guerra por las duras condiciones del bloqueo azerí, mientras que la difícil situación política interna de Azerbaiján obligó a los azeríes a dejar de lado el conflicto.

Azerbaiján vive desde hace tres años una situación de inestabilidad que impidió la reanudación de la explotación de sus inmensas reservas petroleras por compañías extranjeras. En marzo pasado, el presidente azerí Gueidar Aliev había logrado poner fin a un segundo intento de golpe de Estado por parte de amotinados de las fuerzas policiales. Aliev ya había frustrado otros golpes de mano, y ahora parece haber consolidado su poder con un gobierno de corte autoritario que mantiene estados de emergencia en Baku y Gaya —la segunda ciudad del país—. La oposición está condenada a la clandestinidad o al exilio.

Georgia padeció tres conflictos paráticamente simultáneos: el de la región autónoma de Ossetia del Sur, la guerra civil georgiana, y el conflicto con la región autónoma de Abasajia.

Las tensiones étnicas aumentaron en Georgia cuando Ossetia del Sur decidió dejar de ser una región autónoma para convertirse en una república independiente. El parlamento anuló esa decisión, declaró el estado de emergencia y las fuerzas georgianas bloquearon la región. En abril de 1991, después de luchas

Armenia	3,7	Iglesia Armenia (ortodoxa)	780	70
Azerbaiján	7,4	Musulmana	740	71
Belarrús	10,3	Ortodoxa Católica	2930	71
Georgia	5,5	Ortodoxa	850	72
Rusia	150,0	Ortodoxa Musulmana (principales)	2510	69
Kazajastán	17,3	Musulmana Ortodoxa	1680	68
Kirgistán	4,6	Musulmana Ortodoxa	820	66
Moldavia	4,4	Ortodoxa	1300	68
Tayikistán	5,9	Musulmana	490	69
Turkmenistán	4,0	Musulmana	1230	66
Ucrania	52,3	Ortodoxa	1820	70
Uzbekistán	22,3	Musulmana	[illegible]	69

FUENTES: Banco Mundial, 1994 y Guía del Tercer Mundo, 1995

El legado soviético y los actuales vínculos entre estados comunitarios

Desde la fundación de la Comunidad de Estados Independientes (CEI), las repúblicas que la conformaron tuvieron que enfrentar la herencia de la URSS: severos problemas económicos, sociales y ecológicos; una abultada deuda externa —ocho repúblicas se hicieron cargo de una cuota de esa deuda—; armas nucleares; el ejército y la flota del Mar Negro.

● ***Capacidad nuclear.*** *Las armas nucleares, repartidas entre cuatro países de la CEI —Rusia, Ucrania, Belarrús y Kazajastán— provocaron grandes dolores de cabeza a Occidente, que deseaba que sólo Rusia fuera una potencia con capacidad nuclear.*

Las repúblicas con capacidad nuclear reclamaron su soberanía sobre las armas instaladas en su territorio, pero presionadas por occidente y por Moscú, acordaron entregarlas a Rusia.

En 1993, Ucrania, Belarrús y Kazajastán acordaron con Rusia y Estados Unidos la transferencia de las armas nucleares a Moscú, que se encargará de su destrucción para 1999, según lo que había sido acordado en 1990 entre la URSS y Estados Unidos en el Tratado de Reducción de Armas Estratégicas (START).

Occidente también sufre desvelos por los importantes depósitos de uranio —indispensable para el desarrollo de armas nucleares— existentes en Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán y el creciente contrabando de materiales nucleares desde las repúblicas de la ex URSS.

● ***Lazos comunitarios.*** *La CEI está negociando un Tratado de Alianza Económica, que prevé el establecimiento de vínculos políticos y económicos con forma de confederación. Estas negociaciones, no obstante, llevarán mucho tiempo, ya que muchas repúblicas son reticentes, porque Moscú volvería de alguna forma a jugar un papel por lo menos similar al que desempeñó como capital de la URSS. De momento, todas tienen acuerdos de cooperación económica con Rusia con diferentes matices.*

Belarrús, por ejemplo, unificó su sistema financiero con el de Rusia, bajo la administración del Banco Central de Moscú. Mientras Belarrús y Tayikistán conservan el rublo como moneda, las otras repúblicas lanzaron su propio circulante tras independizarse de la URSS.

tiempo que alberga más de la mitad de todos los yacimientos de carbón y mineral de hierro.

Las repúblicas musulmanas del Asia Central —Uzbequistán, Kazajastán, Kirgistán, Turkmenistán y Tayikistán— tienen además un acuerdo de cooperación entre sí.

● ***Pactos militares.*** *Rusia se erigió como la principal heredera del antiguo Ejército Rojo de la URSS, mientras que el resto de las repúblicas de la CEI carecen de ejércitos completos y de medios para crearlos. Algunas tienen guardias nacionales, otras ejércitos reducidos, mientras otras tienen ejércitos conjuntos con Rusia. En mayo de 1992, Moscú firmó un pacto de asistencia militar con Armenia, Kazajastán, Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán.*

Siete de los doce estados de la CEI rubricaron en mayo último un acuerdo sobre la defensa común. Los cinco Estados que rechazaron adherirse al tratado —Moldavia, Ucrania, Uzbekistán, Turkmenistán y Azerbaiján— se oponen a una presencia suplementaria rusa en sus fronteras meridionales, que corresponden prácticamente a las antiguas fronteras de la URSS.

● ***Herencia ecológica.*** *La industrialización llevada adelante por la URSS, los grandes proyectos de irrigación para la agricultura, y sobre todo, la utilización de la tecnología nuclear con escasos controles, determinaron que vastas regiones de la CEI sean hoy prácticamente inhabitables.*

Los desechos industriales causaron serios daños en el Mar Negro y en el Lago Baikal. Los proyectos de irrigación en zonas áridas para los cultivos de algodón causaron una severa erosión en Tayikistán, Turkmenistán, Uzbekistán y Kazajastán.

Kazajastán también se vio seriamente afectado por cientos de pruebas nucleares. Ucrania, Belarrús y parte de Rusia también sufrieron los devastadores efectos de la contaminación nuclear tras el accidente en la central de Chernobyl —ubicada en Ucrania— en 1986.

● ***Flota del Mar Negro.*** *Tras cuatro años de disputas, Rusia y Ucrania llegaron a comienzos de junio pasado a un acuerdo sobre la flota ex soviética del Mar Negro.*

Sebastopol y otras instalaciones estratégicas en Crimea, continuarán bajo con-

La Comunidad de Estados Independientes, repúblicas de la ex Unión la nueva era y de ella depende la estabilidad de una vasta región

escribe **Yanina Olivera**

Los cambios iniciados por Mijail Gorbachov alentaron el nacionalismo y la voluntad de secesión en las repúblicas que conformaron la Unión Soviética, que durante años oprimió la expresión de [illegible]s sentimientos.

A[illegible]es de la década del ochenta comenzaron a surgir movimientos y partidos políticos con reivindicaciones nacionales, y se desataron enfrentamientos étnicos y religiosos, algunos de los cuales derivaron en guerras civiles y conflictos sangrientos.

Uno de esos conflictos se desarrolla dentro de los límites de la Federación de Rusia, en la república caucásica de Chechenia, rica en petróleo, una de las 89 repúblicas de la federación.

Este conflicto, que lleva varios meses, dio un giro en los últimos días tras una espectacular toma de más de mil rehenes por parte de un comando checheno en la sureña ciudad rusa de Budennovsk, que paradójicamente derivó en una esperanzadora etapa de negociaciones. Ya se pactó el desarme de los combatientes chechenos, la retirada progresiva de las tropas rusas y un cese de fuego provisional; aunque las negociaciones sobre el futuro estatuto de Chechenia, la celebración de elecciones libres y la participación del presidente independentista Yojar Dudaiev en las mismas amenazan con eternizar las conversaciones.

Moscú está decidido a evitar la secesión de Chechenia, de mayoría musulmana, porque tolerarlo implicaría un mal ejemplo para otros intentos similares que podrían tener más peligrosos alcances. Hay que ver que los focos más amenazantes de la CEI están en las repúblicas del Asia Central —Uzbekistán, Kazajastán, Kirgistán, Tayikistán y Turkmenistán— donde el fundamentalismo islámico está en ebullición y viven minorías rusas que Moscú está dispuesta a defender.

El de Tayikistán es un caso patente, donde desde 1992 Moscú intenta mediar entre las tropas neocomunistas del gobierno de Emomali Rajmonov y las guerrillas musulmanas expulsadas del poder, que se refugian y abastecen en campamentos ubicados en el vecino Afganistán. El conflicto tayiko ha causado ya decenas de miles de víctimas y centenares de miles de exiliados en otras repúblicas de la CEI y en Afganistán. Cuatro rondas de negociaciones realizadas en el último año han, de momento, fracasado.

También han surgido situaciones potencialmente explosivas en zonas más cercanas y afines a Moscú. En las repúblicas eslavas de Belarrús y Ucrania —con el nudo de Crimea— se han presentado situaciones peligrosas. Las diferencias entre los prorrusos de

entre los prorrusos de

Belarrús —entre ellos el presidente Alexander Lukachenko— y los partidarios de la neutralidad del país, están generando roces de proporciones que podrían terminar en las armas.

La península de Crimea, región autónoma cedida por Moscú a Ucrania en 1954 por Nikita Jruschov —ex secretario general del Partido Comunista soviético, de origen ucraniano— es habitada mayoritariamente por rusos, que desean unirse nuevamente a Rusia. La península, a su vez, padece enfrentamientos interétnicos entre la mayoría rusa y la minoría tártara (10% de la población) de religión musulmana.

El conflicto entre las repúblicas caucásicas de Armenia y Azerbaiján, en tanto, se encuentra en una *impasse* tras un frágil cese de fuegos firmado en mayo de 1994. Estas dos repúblicas se trenzaron en una guerra cruenta después que la región autónoma de Nagorno-Karabaj —de población mayoritariamente armenia— decidiera unirse a Armenia en 1989, tras lo cual los azeríes instrumentaron un bloqueo económico y militar.

En 1922 Armenia, Azerbaiján y Georgia formaron la República Federada de Transcaucasia, disuelta en 1936. Con el fin de evitar fricciones entre los cristianos armenios y los musulmanes azeríes, el régimen soviético adoptó una política de separación de nacionalidades en distintas entidades político-administrativas. Así fue que en 1923 se creó la República Autónoma de Nagorno-Karabaj, una región que había sido históricamente armenia y a la que Azerbaiján ya había renunciado en 1920.

Pese a que los armenios obtuvieron algunas victorias desde comienzos de 1993, Yereván halló necesario evitar involucrar-

cesario evitar involucrar-

se más en la guerra por las duras condiciones del bloqueo azerí, mientras que la difícil situación política interna de Azerbaiján obligó a los azeríes a dejar de lado el conflicto.

Azerbaiján vive desde hace tres años una situación de inestabilidad que impidió la reanudación de la explotación de sus inmensas reservas petroleras por compañías extranjeras. En marzo pasado, el presidente azerí Gueidar Aliev había logrado poner fin a un segundo intento de golpe de Estado por parte de amotinados de las fuerzas policiales. Aliev ya había frustrado otros golpes de mano, y ahora parece haber consolidado su poder con un gobierno de corte autoritario que mantiene estados de emergencia en Baku y Gaya —la segunda ciudad del país—. La oposición está condenada a la clandestinidad o al exilio.

Georgia padeció tres conflictos parácticamente simultáneos: el de la región autónoma de Ossetia del Sur, la guerra civil georgiana, y el conflicto con la región autónoma de Abasajia.

Las tensiones étnicas aumentaron en Georgia cuando Ossetia del Sur decidió dejar de ser una región autónoma para convertirse en una república independiente. El

blica independiente. El

parlamento anuló esa decisión, declaró el estado de emergencia y las fuerzas georgianas bloquearon la región. En abril de 1991, después de luchas

Armenia	3,7	Iglesia Armenia (ortodoxa)	780	70
Azerbaiján	7,4	Musulmana	740	71
Belarrús	10,3	Ortodoxa Católica	2930	71
Georgia	5,5	Ortodoxa	850	72
Rusia	150,0	Ortodoxa Musulmana (principales)	2510	69
Kazajastán	17,3	Musulmana Ortodoxa	1680	68
Kirgistán	4,6	Musulmana Ortodoxa	820	66
Moldavia	4,4	Ortodoxa	1300	68
Tayikistán	5,9	Musulmana	490	69
Turkmenistán	4,0	Musulmana	1230	66
Ucrania	52,3	Ortodoxa	1820	70
Uzbekistán	22,3	Musulmana	[illegible]	69

FUENTES: Banco Mundial, 1994 y *Guía del Tercer Mundo*, 1995

El legado soviético y los actuales vínculos entre estados comunitarios

Desde la fundación de la Comunidad de Estados Independientes (CEI), las repúblicas que la conformaron tuvieron qu[illegible]frentar la herencia de la URSS: severos problemas económicos, sociales y ecológicos; una abultada deuda externa —ocho repúblicas se hicieron cargo de una cuota de esa deuda—; armas nucleares; el ejército y la flota del Mar Negro.

● ***Capacidad nuclear.*** *Las armas nucleares, repartidas entre cuatro países de la CEI —Rusia, Ucrania, Belarrús y Kazajastán— provocaron grandes dolores de cabeza a Occidente, que deseaba que sólo Rusia fuera una potencia con capacidad nuclear.*

Las repúblicas con capacidad nuclear reclamaron su soberanía sobre las armas instaladas en su territorio, pero presionadas por occidente y por Moscú, acordaron entregarlas a Rusia.

En 1993, Ucrania, Belarrús y Kazajastán acordaron con Rusia y Estados Unidos la transferencia de las armas nucleares a Moscú, que se encargará de su destrucción para 1999, según lo que había sido acordado en 1990 entre la URSS y Estados Unidos en el Tratado de Reducción de Armas Estratégicas (START).

Occidente también sufre desvelos por los importantes depósitos de uranio —indispensable para el desarrollo de armas nucleares— existentes en Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán y el creciente contrabando de materiales nucleares desde las repúblicas de la ex URSS.

● ***Lazos comunitarios.*** *La CEI está negociando un Tratado de Alianza Económica, que prevé el establecimiento de vínculos políticos y económicos con forma de confederación. Estas negociaciones, no obstante, llevarán mucho tiempo, ya que muchas repúblicas son reticentes, porque Moscú volvería de alguna forma a jugar un papel por lo menos similar al que desempeñó como capital de la URSS. De momento, todas tienen acuerdos de cooperación económica con Rusia con diferentes matices.*

Belarrús, por ejemplo, unificó su sistema financiero con el de Rusia, bajo la administración del Banco Central de Moscú. Mientras Belarrús y Tayikistán conservan el rublo como moneda, las otras repúblicas lanzaron su propio circulante tras independizarse de la URSS. Ucrania, por su parte, tiene la capacidad para convertirse en una potencia económica y posiblemente militar: con poco más de 2% de todo el territorio soviético, Ucrania proporcionaba a la URSS más de la mitad de la cosecha total de trigo, y más de un cuarto de todos los granos, al tiempo que alberga más de la mitad de todos los yacimientos de carbón y mineral de hierro.

Las repúblicas musulmanas del Asia Central —Uzbequistán, Kazajastán, Kirgistán, Turkmenistán y Tayikistán— tienen además un acuerdo de cooperación entre sí.

● ***Pactos militares.*** *Rusia se erigió como la principal heredera del antiguo Ejército Rojo de la URSS, mientras que el resto de las repúblicas de la CEI carecen de ejércitos completos y de medios para crearlos. Algunas tienen guardias nacionales, otras ejércitos reducidos, mientras otras tienen ejércitos conjuntos con Rusia. En mayo de 1992, Moscú firmó un pacto de asistencia militar con Armenia, Kazajastán, Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán.*

Siete de los doce estados de la CEI rubricaron en mayo último un acuerdo sobre la defensa común. Los cinco Estados que rechazaron adherirse al tratado —Moldavia, Ucrania, Uzbekistán, Turkmenistán y Azerbaiján— se oponen a una presencia suplementaria rusa en sus fronteras meridionales, que corresponden prácticamente a las antiguas fronteras de la URSS.

● ***Herencia ecológica.*** *La industrialización llevada adelante por la URSS, los grandes proyectos de irrigación para la agricultura, y sobre todo, la utilización de la tecnología nuclear con escasos controles, determinaron que vastas regiones de la CEI sean hoy prácticamente inhabitables.*

Los desechos industriales causaron serios daños en el Mar Negro y en el Lago Baikal. Los proyectos de irrigación en zonas áridas para los cultivos de algodón causaron una severa erosión en Tayikistán, Turkmenistán, Uzbekistán y Kazajastán.

Kazajastán también se vio seriamente afectado por cientos de pruebas nucleares. Ucrania, Belarrús y parte de Rusia también sufrieron los devastadores efectos de la contaminación nuclear tras el accidente en la central de Chernobyl —ubicada en Ucrania— en 1986.

● ***Flota del Mar Negro.*** *Tras cuatro años de disputas, Rusia y Ucrania llegaron a comienzos de junio pasado a un acuerdo sobre la flota ex soviética del Mar Negro.*

Sebastopol y otras instalaciones estratégicas en Crimea, continuarán bajo control ruso, mientras que los bienes de la flota serán repartidos entre Rusia y Ucrania. Las instalaciones portuarias serán repartidas a la mitad, en tanto los buques —300 de ellos de gran tonelaje— corresponderán en 82% para Rusia y en 18% para Ucrania.

La Comunidad de Estados Independientes, repúblicas de la ex Unión la nueva era y de ella depende la estabilidad de una vasta región

escribe Yanina Olivera

Los cambios iniciados por Mijail Gorbachov alentaron el nacionalismo y la voluntad de secesión en las repúblicas que conformaron la Unión Soviética, que durante años oprimió la expresión de sus sentimientos.

A fines de la década del ochenta comenzaron a surgir movimientos y partidos políticos con reivindicaciones nacionales, y se desataron enfrentamientos étnicos y religiosos, algunos de los cuales derivaron en guerras civiles y conflictos sangrientos.

Uno de esos conflictos se desarrolla dentro de los límites de la Federación de Rusia, en la república caucásica de Chechenia, rica en petróleo, una de las 89 repúblicas de la federación.

Este conflicto, que lleva varios meses, dio un giro en los últimos días tras una espectacular toma de más de mil rehenes por parte de un comando checheno en la sureña ciudad rusa de Budennovsk, que paradójicamente derivó en una esperanzadora etapa de negociaciones. Ya se pactó el desarme de los combatientes chechenos, la retirada progresiva de las tropas rusas y un cese de fuego provisional; aunque las negociaciones sobre el futuro estatuto de Chechenia, la celebración de elecciones libres y la participación del presidente independentista Yojar Dudaiev en las mismas amenazan con eternizar las conversaciones.

Moscú está decidido a evitar la secesión de Chechenia, de mayoría musulmana, porque tolerarlo implicaría un mal ejemplo para otros intentos similares que podrían tener más peligrosos alcances. Hay que ver que los focos más amenazantes de la CEI están en las repúblicas del Asia Central —Uzbekistán, Kazajastán, Kirgistán, Tayikistán y Turkmenistán— donde el fundamentalismo islámico está en ebullición y viven minorías rusas que Moscú está dispuesta a defender.

El de Tayikistán es un caso patente, donde desde 1992 Moscú intenta mediar entre las tropas neocomunistas del gobierno de Emomali Rajmonov y las guerrillas musulmanas expulsadas del poder, que se refugian y abastecen en campamentos ubicados en el vecino Afganistán. El conflicto tayiko ha causado ya decenas de miles de víctimas y centenares de miles de exiliados en otras repúblicas de la CEI y en Afganistán. Cuatro rondas de negociaciones realizadas en el último año han, de momento, fracasado.

También han surgido situaciones potencialmente explosivas en zonas más cercanas y afines a Moscú. En las repúblicas eslavas de Belarrús y Ucrania —con el nudo de Crimea— se han presentado situaciones peligrosas. Las diferencias entre los prorrusos de Belarrús —entre ellos el presidente Alexander Lukachenko— y los partidarios de la neutralidad del país, están generando roces de proporciones que podrían terminar en las armas.

La península de Crimea, región autónoma cedida por Moscú a Ucrania en 1954 por Nikita Jruschov —ex secretario general del Partido Comunista soviético, de origen ucraniano— es habitada mayoritariamente por rusos, que desean unirse nuevamente a Rusia. La península, a su vez, padece enfrentamientos interétnicos entre la mayoría rusa y la minoría tártara (10% de la población) de religión musulmana.

El conflicto entre las repúblicas caucásicas de Armenia y Azerbaiján, en tanto, se encuentra en un *impasse* tras un frágil cese de fuegos firmado en mayo de 1994. Estas dos repúblicas se trenzaron en una guerra cruenta después que la región autónoma de Nagorno-Karabaj —de población mayoritariamente armenia— decidiera unirse a Armenia en 1989, tras lo cual los azeríes instrumentaron un bloqueo económico y militar.

En 1922 Armenia, Azerbaiján y Georgia formaron la República Federada de Transcaucasia, disuelta en 1936. Con el fin de evitar fricciones entre los cristianos armenios y los musulmanes azeríes, el régimen soviético adoptó una política de separación de nacionalidades en distintas entidades político-administrativas. Así fue que en 1923 se creó la República Autónoma de Nagorno-Karabaj, una región que había sido históricamente armenia y a la que Azerbaiján ya había renunciado en 1920.

Pese a que los armenios obtuvieron algunas victorias desde comienzos de 1993, Yereván halló necesario evitar involucrarse más en la guerra por las duras condiciones del bloqueo azerí, mientras que la difícil situación política interna de Azerbaiján obligó a los azeríes a dejar de lado el conflicto.

Azerbaiján vive desde hace tres años una situación de inestabilidad que impidió la reanudación de la explotación de sus inmensas reservas petroleras por compañías extranjeras. En marzo pasado, el presidente azerí Gueidar Aliev había logrado poner fin a un segundo intento de golpe de Estado por parte de amotinados de las fuerzas policiales. Aliev ya había frustrado otros golpes de mano, y ahora parece haber consolidado su poder con un gobierno de corte autoritario que mantiene estados de emergencia en Baku y Gaya —la segunda ciudad del país—. La oposición está condenada a la clandestinidad o al exilio.

Georgia padeció tres conflictos parácticamente simultáneos: el de la región autónoma de Ossetia del Sur, la guerra civil georgiana, y el conflicto con la región autónoma de Abasajia.

Las tensiones étnicas aumentaron en Georgia cuando Ossetia del Sur decidió dejar de ser una región autónoma para convertirse en una república independiente. El parlamento anuló esa decisión, declaró el estado de emergencia y las fuerzas georgianas bloquearon la región. En abril de 1991, después de luchas

entre los prorrusos de
cesario evitar involucrar-
blica independiente. El

Armenia	3,7	Iglesia Armenia (ortodoxa)	780	70
Azerbaiján	7,4	Musulmana	740	71
Belarrús	10,3	Ortodoxa Católica	2930	71
Georgia	5,5	Ortodoxa	850	72
Rusia	150,0	Ortodoxa Musulmana (principales)	2510	69
Kazajastán	17,3	Musulmana Ortodoxa	1680	68
Kirgistán	4,6	Musulmana Ortodoxa	820	66
Moldavia	4,4	Ortodoxa	1300	68
Tayikistán	5,9	Musulmana	490	69
Turkmenistán	4,0	Musulmana	1230	66
Ucrania	52,3	Ortodoxa	1820	70
Uzbekistán	22,3	Musulmana	[illegible]	69

FUENTES: Banco Mundial, 1994 y Guía del Tercer Mundo, 1995

El legado soviético y los actuales vínculos entre estados comunitarios

Desde la fundación de la Comunidad de Estados Independientes (CEI), las repúblicas que la conformaron tuvieron que enfrentar la herencia de la URSS: severos problemas económicos, sociales y ecológicos; una abultada deuda externa —ocho repúblicas se hicieron cargo de una cuota de esa deuda—; armas nucleares; el ejército y la flota del Mar Negro.

● ***Capacidad nuclear.*** *Las armas nucleares, repartidas entre cuatro países de la CEI —Rusia, Ucrania, Belarrús y Kazajastán— provocaron grandes dolores de cabeza a Occidente, que deseaba que sólo Rusia fuera una potencia con capacidad nuclear.*

Las repúblicas con capacidad nuclear reclamaron su soberanía sobre las armas instaladas en su territorio, pero presionadas por occidente y por Moscú, acordaron entregarlas a Rusia.

En 1993, Ucrania, Belarrús y Kazajastán acordaron con Rusia y Estados Unidos la transferencia de las armas nucleares a Moscú, que se encargará de su destrucción para 1999, según lo que había sido acordado en 1990 entre la URSS y Estados Unidos en el Tratado de Reducción de Armas Estratégicas (START).

Occidente también sufre desvelos por los importantes depósitos de uranio —indispensable para el desarrollo de armas nucleares— existentes en Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán y el creciente contrabando de materiales nucleares desde las repúblicas de la ex URSS.

● ***Lazos comunitarios.*** *La CEI está negociando un Tratado de Alianza Económica, que prevé el establecimiento de vínculos políticos y económicos con forma de confederación. Estas negociaciones, no obstante, llevarán mucho tiempo, ya que muchas repúblicas son reticentes, porque Moscú volvería de alguna forma a jugar un papel por lo menos similar al que desempeñó como capital de la URSS. De momento, todas tienen acuerdos de cooperación económica con Rusia con diferentes matices.*

Belarrús, por ejemplo, unificó su sistema financiero con el de Rusia, bajo la administración del Banco Central de Moscú. Mientras Belarrús y Tayikistán conservan el rublo como moneda, las otras repúblicas lanzaron su propio circulante tras independizarse de la URSS.

tiempo que alberga más de la mitad de todos los yacimientos de carbón y mineral de hierro.

Las repúblicas musulmanas del Asia Central —Uzbequistán, Kazajastán, Kirgistán, Turkmenistán y Tayikistán— tienen además un acuerdo de cooperación entre sí.

● ***Pactos militares.*** *Rusia se erigió como la principal heredera del antiguo Ejército Rojo de la URSS, mientras que el resto de las repúblicas de la CEI carecen de ejércitos completos y de medios para crearlos. Algunas tienen guardias nacionales, otras ejércitos reducidos, mientras otras tienen ejércitos conjuntos con Rusia. En mayo de 1992, Moscú firmó un pacto de asistencia militar con Armenia, Kazajastán, Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán.*

Siete de los doce estados de la CEI rubricaron en mayo último un acuerdo sobre la defensa común. Los cinco Estados que rechazaron adherirse al tratado —Moldavia, Ucrania, Uzbekistán, Turkmenistán y Azerbaiján— se oponen a una presencia suplementaria rusa en sus fronteras meridionales, que corresponden prácticamente a las antiguas fronteras de la URSS.

● ***Herencia ecológica.*** *La industrialización llevada adelante por la URSS, los grandes proyectos de irrigación para la agricultura, y sobre todo, la utilización de la tecnología nuclear con escasos controles, determinaron que vastas regiones de la CEI sean hoy prácticamente inhabitables.*

Los desechos industriales causaron serios daños en el Mar Negro y en el Lago Baikal. Los proyectos de irrigación en zonas áridas para los cultivos de algodón causaron una severa erosión en Tayikistán, Turkmenistán, Uzbekistán y Kazajastán.

Kazajastán también se vio seriamente afectado por cientos de pruebas nucleares. Ucrania, Belarrús y parte de Rusia también sufrieron los devastadores efectos de la contaminación nuclear tras el accidente en la central de Chernobyl —ubicada en Ucrania— en 1986.

● ***Flota del Mar Negro.*** *Tras cuatro años de disputas, Rusia y Ucrania llegaron a comienzos de junio pasado a un acuerdo sobre la flota ex soviética del Mar Negro.*

Sebastopol y otras instalaciones estratégicas en Crimea continuarán bajo con-

escribe Yanina Olivera

Los cambios iniciados por Mijail Gorbachov alentaron el nacionalismo y la voluntad de secesión en las repúblicas que conformaron la Unión Soviética, que durante años oprimió la expresión de esos sentimientos.

A fines de la década del ochenta comenzaron a surgir movimientos y partidos políticos con reivindicaciones nacionales, y se desataron enfrentamientos étnicos y religiosos, algunos de los cuales derivaron en guerras civiles y conflictos sangrientos.

Uno de esos conflictos de desarrolla dentro de los límites de la Federación de Rusia, en la república caucásica de Chechenia, rica en petróleo, una de las 89 repúblicas de la federación.

Este conflicto, que lleva varios meses, dio un giro en los últimos días tras una espectacular toma de más de mil rehenes por parte de un comando checheno en la sureña ciudad rusa de Budennovsk, que paradójicamente derivó en una esperanzadora etapa de negociaciones. Ya se pactó el desarme de los combatientes chechenos, la retirada progresiva de las tropas rusas y un cese de fuego provisional; aunque las negociaciones sobre el futuro estatuto de Chechenia, la celebración de elecciones libres y la participación del presidente independentista Yojar Dudaiev en las mismas amenazan con eternizar las conversaciones.

Moscú está decidido a evitar la secesión de Chechenia, de mayoría musulmana, porque tolerarlo implicaría un mal ejemplo para otros intentos similares que podrían tener más peligrosos alcances. Hay que ver que los focos más amenazantes de la CEI están en las repúblicas del Asia Central —Uzbekistán, Kazajastán, Kirgistán, Tayikistán y Turkmenistán— donde el fundamentalismo islámico está en ebullición y viven minorías rusas que Moscú está dispuesta a defender.

El de Tayikistán es un caso patente, donde desde 1992 Moscú intenta mediar entre las tropas neocomunistas del gobierno de Emomali Rajmonov y las guerrillas musulmanas expulsadas del poder, que se refugian y abastecen en campamentos ubicados en el vecino Afganistán. El conflicto tayiko ha causado ya decenas de miles de víctimas y centenares de miles de exiliados en otras repúblicas de la CEI y en Afganistán. Cuatro rondas de negociaciones realizadas en el último año han, de momento, fracasado.

También han surgido situaciones potencialmente explosivas en zonas más cercanas y afines a Moscú. En las repúblicas eslavas de Belarrús y Ucrania —con el nudo de Crimea— se han presentado situaciones peligrosas. Las diferencias entre los prorrusos de Belarrús —entre ellos el presidente Alexander Lukachenko— y los partidarios de la neutralidad del país, están generando roces de proporciones que podrían terminar en las armas.

La península de Crimea, región autónoma cedida por Moscú a Ucrania en 1954 por Nikita Jruschov —ex secretario general del Partido Comunista soviético, de origen ucraniano— es habitada mayoritariamente por rusos, que desean unirse nuevamente a Rusia. La península, a su vez, padece enfrentamientos interétnicos entre la mayoría rusa y la minoría tártara (10% de la población) de religión musulmana.

El conflicto entre las repúblicas caucásicas de Armenia y Azerbaiján, en tanto, se encuentra en una *impasse* tras un frágil cese de fuegos firmado en mayo de 1994. Estas dos repúblicas se trenzaron en una guerra cruenta después que la región autónoma de Nagorno-Karabaj —de población mayoritariamente armenia— decidiera unirse a Armenia en 1989, tras lo cual los azeríes instrumentaron un bloqueo económico y militar.

En 1922 Armenia, Azerbaiján y Georgia formaron la República Federada de Transcaucasia, disuelta en 1936. Con el fin de evitar fricciones entre los cristianos armenios y los musulmanes azeríes, el régimen soviético adoptó una política de separación de nacionalidades en distintas entidades político-administrativas. Así fue que en 1923 se creó la República Autónoma de Nagorno-Karabaj, una región que había sido históricamente armenia y a la que Azerbaiján ya había renunciado en 1920.

Pese a que los armenios obtuvieron algunas victorias desde comienzos de 1993, Yereván halló necesario evitar involucrarse más en la guerra por las duras condiciones del bloqueo azerí, mientras que la difícil situación política interna de Azerbaiján obligó a los azeríes a dejar de lado el co...

Azerbaiján vive desde hace tres años una situación de inestabilidad que impidió la reanudación de la explotación de sus inmensas reservas petroleras por compañías extranjeras. En marzo pasado, el presidente azerí Gueidar Aliev había logrado poner fin a un segundo intento de golpe de Estado por parte de amotinados de las fuerzas policiales. Aliev ya había frustrado otros golpes de mano, y ahora parece haber consolidado su poder con un gobierno de corte autoritario que mantiene estados de emergencia en Baku y Gaya —la segunda ciudad del país—. La oposición está condenada a la clandestinidad o al exilio.

Georgia padeció tres conflictos parácticamente simultáneos: el de la región autónoma de Ossetia del Sur, la guerra civil georgiana, y el conflicto con la región autónoma de Abasajia.

Las tensiones étnicas aumentaron en Georgia cuando Ossetia del Sur decidió dejar de ser una región autónoma para convertirse en una república independiente. El parlamento anuló esa decisión, declaró el estado de emergencia y las fuerzas georgianas bloquearon la región. En abril de 1991, después de luchas

Armenia	3,7	Iglesia Armenia (ortodoxa)	780	70
Azerbaiján	7,4	Musulmana	740	71
Belarrús	10,3	Ortodoxa Católica	2930	71
Georgia	5,5	Ortodoxa	850	72
Rusia	150,0	Ortodoxa Musulmana (principales)	2510	69
Kazajastán	17,3	Musulmana Ortodoxa	1680	68
Kirgistán	4,6	Musulmana Ortodoxa	820	66
Moldavia	4,4	Ortodoxa	1300	68
Tayikistán	5,9	Musulmana	490	69
Turkmenistán	4,0	Musulmana	1230	66
Ucrania	52,3	Ortodoxa	1820	70
Uzbekistán	22,3	Musulmana	[illegible]	69

FUENTES: Banco Mundial, 1994 y Guía del Tercer Mundo, 1995

El legado soviético y los actuales vínculos entre estados comunitarios

Desde la fundación de la Comunidad de Estados Independientes (CEI), las repúblicas que la conformaron tuvieron que enfrentar la herencia de la URSS: severos problemas económicos, sociales y ecológicos; una abultada deuda externa —ocho repúblicas se hicieron cargo de una cuota de esa deuda—; armas nucleares; el ejército y la flota del Mar Negro.

● ***Capacidad nuclear.*** *Las armas nucleares, repartidas entre cuatro países de la CEI —Rusia, Ucrania, Belarrús y Kazajastán— provocaron grandes dolores de cabeza a Occidente, que deseaba que sólo Rusia fuera una potencia con capacidad nuclear.*

Las repúblicas con capacidad nuclear reclamaron su soberanía sobre las armas instaladas en su territorio, pero presionadas por occidente y por Moscú, acordaron entregarlas a Rusia.

En 1993, Ucrania, Belarrús y Kazajastán acordaron con Rusia y Estados Unidos la transferencia de las armas nucleares a Moscú, que se encargará de su destrucción para 1999, según lo que había sido acordado en 1990 entre la URSS y Estados Unidos en el Tratado de Reducción de Armas Estratégicas (START).

Occidente también sufre desvelos por los importantes depósitos de uranio —indispensable para el desarrollo de armas nucleares— existentes en Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán y el creciente contrabando de materiales nucleares desde las repúblicas de la ex URSS.

● ***Lazos comunitarios.*** *La CEI está negociando un Tratado de Alianza Económica, que prevé el establecimiento de vínculos políticos y económicos con forma de confederación. Estas negociaciones, no obstante, llevarán mucho tiempo, ya que muchas repúblicas son reticentes, porque Moscú volvería de alguna forma a jugar un papel por lo menos similar al que desempeñó como capital de la URSS. De momento, todas tienen acuerdos de cooperación económica con Rusia con diferentes matices.*

Belarrús, por ejemplo, unificó su sistema financiero con el de Rusia, bajo la administración del Banco Central de Moscú. Mientras Belarrús y Tayikistán conservan el rublo como moneda, las otras repúblicas lanzaron su propio circulante tras independizarse de la URSS. Ucrania, por su parte, tiene la capacidad para convertirse en una potencia económica y posiblemente militar: con poco más de 2% de todo el territorio soviético, Ucrania proporcionaba a la URSS más de la mitad de la cosecha total de trigo, y más de un cuarto de todos los granos, al tiempo que alberga más de la mitad de todos los yacimientos de carbón y mineral de hierro.

Las repúblicas musulmanas del Asia Central —Uzbequistán, Kazajastán, Kirgistán, Turkmenistán y Tayikistán— tienen además un acuerdo de cooperación entre sí.

● ***Pactos militares.*** *Rusia se erigió como la principal heredera del antiguo Ejército Rojo de la URSS, mientras que el resto de las repúblicas de la CEI carecen de ejércitos completos y de medios para crearlos. Algunas tienen guardias nacionales, otras ejércitos reducidos, mientras otras tienen ejércitos conjuntos con Rusia. En mayo de 1992, Moscú firmó un pacto de asistencia militar con Armenia, Kazajastán, Tayikistán, Turkmenistán y Uzbekistán.*

Siete de los doce estados de la CEI rubricaron en mayo último un acuerdo sobre la defensa común. Los cinco Estados que rechazaron adherirse al tratado —Moldavia, Ucrania, Uzbekistán, Turkmenistán y Azerbaiján— se oponen a una presencia suplementaria rusa en sus fronteras meridionales, que corresponden prácticamente a las antiguas fronteras de la URSS.

● ***Herencia ecológica.*** *La industrialización llevada adelante por la URSS, los grandes proyectos de irrigación para la agricultura, y sobre todo, la utilización de la tecnología nuclear con escasos controles, determinaron que vastas regiones de la CEI sean hoy prácticamente inhabitables.*

Los desechos industriales causaron serios daños en el Mar Negro y en el Lago Baikal. Los proyectos de irrigación en zonas áridas para los cultivos de algodón causaron una severa erosión en Tayikistán, Turkmenistán, Uzbekistán y Kazajastán.

Kazajastán también se vio seriamente afectado por cientos de pruebas nucleares. Ucrania, Belarrús y parte de Rusia también sufrieron los devastadores efectos de la contaminación nuclear tras el accidente en la central de Chernobyl —ubicada en Ucrania— en 1986.

● ***Flota del Mar Negro.*** *Tras cuatro años de disputas, Rusia y Ucrania llegaron a comienzos de junio pasado a un acuerdo sobre la flota ex soviética del Mar Negro.*

Sebastopol y otras instalaciones estratégicas en Crimea, continuarán bajo control ruso, mientras que los bienes de la flota serán repartidos entre Rusia y Ucrania. Las instalaciones portuarias serán repartidas a la mitad, en tanto los buques —300 de ellos de gran tonelaje— corresponderán en 82% para Rusia y en 18% para Ucrania.

que abarca parte de Europa y Asia

entre guerrillas ossetas y tropas georgianas, el parlamento de Georgia aprobó la independencia de la región.

Tras la elección del ex disidente soviético Zviad Gamsakhurdia como presidente en mayo de 1991, se inició una lucha entre sus seguidores y la oposición, apoyada por los jefes de la Guardia Nacional. La violencia se desató cuando ésta última atacó la sede del gobierno, y Gamsakhurdia debió exiliarse.

Eduard Shevardnadze, que había sido primer secretario del PC de Georgia y ministro de Relaciones Exteriores de Gorbachov, volvió a Tbilisi en marzo del 92 para hecerse cargo de la presidencia hasta la celebración de elecciones democráticas.

En junio de ese año, se firmó un cese de fuego en Ossetia del Sur que fue supervisado por fuerzas de paz compuestas por rusos, georgianos y ossetas.

En tanto, las autoridades de la región autónoma de Abasajia resolvieron limitar la jurisdicción del gobierno central y en agosto de 1992 las tropas georgianas entraron a Abasajia.

Las tropas abasajas consiguieron, con el apoyo de voluntarios rusos y algunas tropas regulares, recuperar el control sobre buena parte de la región. En junio de 1993 entró en vigor un armisticio con mediación rusa, pero una ofensiva abasaja, que culminó con la recuperación de la capital, Sukhumi, tomó a los georgianos por sorpresa. En abril de 1994 Georgia firmó un tratado de paz con Abasajia en Moscú.

Los seguidores de Gamsakhurdia lanzaron una gran ofensiva a fines de 1993, pero fueron derrotados con la ayuda de tropas rusas.

A comienzos de 1994 se anunció la muerte de Gamsakhurdia, en circunstancias aún no clarificadas, pese a que la versión oficial alegó suicidio.

La complejidad del panorama político de la CEI desvela a occidente. Los conflictos étnicos y religiosos estallan casi sin solución de continuidad, mientras que las crisis económicas de todas las repúblicas de la comunidad alimentan esa tendencia, haciendo de la ex URSS una zona de inestabilidad que puede acarrear impredecibles consecuencias.

Los países de la CEI y sus capitales



La herencia de dos imperios

En diciembre 1991 se desintegró la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de la que surgieron quince repúblicas independientes. Doce de ellas terminaron por conformar la Comunidad de Estados Independientes (CEI).

Los Estados que hoy integran la CEI —y que antes de pertenecer a la URSS formaron parte del Imperio Ruso— están conformados por diversos pueblos que en su mayoría fueron sometidos por la fuerza.

A lo largo de todo el siglo XIX y comienzos del siglo XX, la Rusia imperial fue conquistando, anexando y dando protección a diversas regiones del Cáucaso, Europa y Asia Central.

● ***Surgimiento de la URSS.*** *En marzo de 1917 se desató la revolución menchevique: la Duma —parlamento creado en 1905— destituyó a Nicolás II e intentó instaurar una república liberal para acabar con el imperante sistema feudal del imperio ruso. Empero, el descontento generalizado y la habilidad de los revolucionarios más radicales —bolcheviques— llevaron al fracaso la reforma y, liderados por Vladimir Ilich Ulianov (Lenin), tomaron el poder en noviembre de aquel año (Revolución de Octubre, por el calendario juliano).*

La revolución bolchevique, triunfante en Petrogrado y Moscú, fue extendiéndose lentamente por el resto del país, ya que muchos territorios habían quedado en manos del los jefes políticos del gobierno provisorio menchevique.

El Ejército Rojo, creado en 1919 y dirigido por Liev Davidovich Bronstein (Trotski), se encargó de ir sometiendo a todas las repúblicas que luego formaron parte de la URSS. Algunas de ellas, como Ucrania y Belarrús, y Transcaucasia —formada por Armenia, Georgia y Azerbaiján, disuelta en 1936— fueron fundadoras de la Unión junto con Rusia en 1922. Otras se sumaron en los primeros años de la década del 20, en tanto otras fueron primero autonomas y luego pasaron a depender directamente de la URSS. Las que más tardaron en unirse fueron Kirgistán y Kazajastán, en 1936, y Moldavia, en 1940. Así, se terminó de erigir la Unión Soviética, que duró casi 70 años.

● ***Caída de la URSS.*** *La suerte de la URSS se determinó cuando un grupo de dirigentes comunistas intentó tomar el poder en agosto de 1991 para impedir la firma de un nuevo Tratado de la Unión, impulsado por el reformista Mijail Gorbachov, para hacer frente a la ola secesionista que sus propias reformas habían provocado.*

El Tratado de la Unión atendía los reclamos de mayor soberanía por parte de las 15 repúblicas soviéticas —algo que la ortodoxia comunista no podía tolerar— aunque el poder central se seguía asignando grandes prerrogativas. Pese a su fracaso, los golpistas lograron su objetivo —el Tratado de la Unión no se firmó— aunque involuntariamente terminaron firmando el certificado de defunción de la URSS.

El rival político de Gorbachov y ultrareformista Boris Yeltsin aprovechó la oportunidad. Después de convertirse en el héroe defensor del Parlamento soviético tras resistir la intentona de agosto, Yeltsin pergenió su golpe final para sacar a Gorbachov del medio: el 8 de diciembre se reunió con sus homólogos de Ucrania y Belarrús, presuntamente para convencerlos de que aceptaran el Tratado de la Unión, aunque terminaron proclamando la disolución de la URSS y la creación de una Comunidad de Estados Independientes (CEI), a la que invitaron a unirse a todas las ex repúblicas soviéticas.

● ***Nacimiento de la CEI.*** *Trece días después, el 21 de diciembre, la CEI se configuró con su forma actual, tras la firma del tratado de Alma Ata —capital de Kazajastán— por once ex repúblicas de la URSS: Armenia, Azerbaiján, Belarrús, Rusia, Kazajastán, Kirgistán, Moldavia, Tayikistán, Turkmenistán, Ucrania y Uzbekistán. Georgia se unió a la CEI en 1993 y las tres repúblicas Bálticas —Estonia, Letonia y Lituania— se abstuvieron de ingresar en la nueva comunidad.*

ANGOLA

Donde la vida no vale nada

Un conflicto ajeno, entre dos grupos africanos, condujo a la muerte a un gendarme argentino.

Lunes 15 de mayo, 5 de la tarde: "La vida en Angola no vale nada", pensaba -alerta- el comandante Raúl Rubén Aguirre (41, 5 hijos) mientras conducía un automóvil de las Naciones Unidas por la calle Hoji-ya-yenda del barrio de Rangel, en Luanda. Desarmado, se arriesgaba para trazar una ruta segura que pudiera utilizar algún funcionario. Era su misión: peligro controlado. Antes de salir de la ONU había alertado a las guardias del Ejército angoleño y de la guerrilla de UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola). "La ONU -se repetía- es respetada".

De pronto, los disparos: pelea entre ebrios o entre bandas rivales, alguien que quería robar. Jamás se sabrá. Pero el gendarme argentino recibió varios balazos en el vientre y murió en el acto. La vida en Angola no vale nada.

Aguirre. Era uno de 1.508 argentinos en misiones de paz en "enfrentamientos de baja intensidad con armas convencionales", un eufemismo posmoderno para definir el caos de muchos, demasiados lugares.

Angola es uno de ellos. "Hay depredación de bosques y matanza de animales, mercado negro; bandas armadas que combaten para uno u otro lado, pero también roban, violan, matan por casi nada o nada: una remera o un dólar", relató a NOTICIAS el comandante principal Jorge San Emeterio (43), que estuvo allí entre 1993 y 1994, vigilando el "cumplimiento de los derechos humanos, el desarme, las funciones de la policía local, como 'monitores'. Los 'observadores' cumplen funciones militares. Es la única diferencia..., bueno, nosotros no vamos armados".

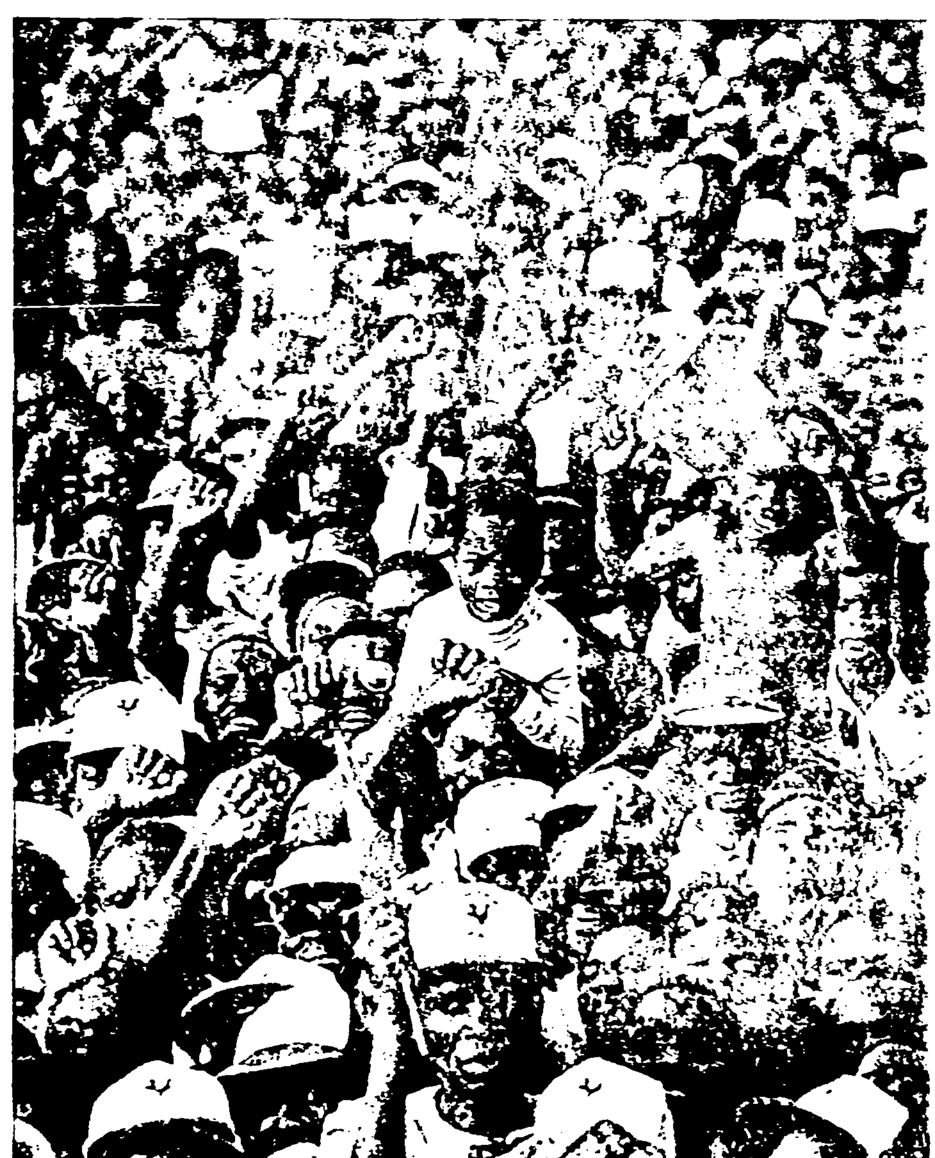
Hay 1.508 hombres como Aguirre en 11 países. ¿Dónde y por qué?

• En Israel hay 3 observadores del Ejército, 2 de la Armada, 1 de la Fuerza Aérea.

• En Croacia, el infierno de la salvaje guerra balcánica, hay un batallón del Ejército argentino de 850 efectivos, y otros 10 hombres de ese

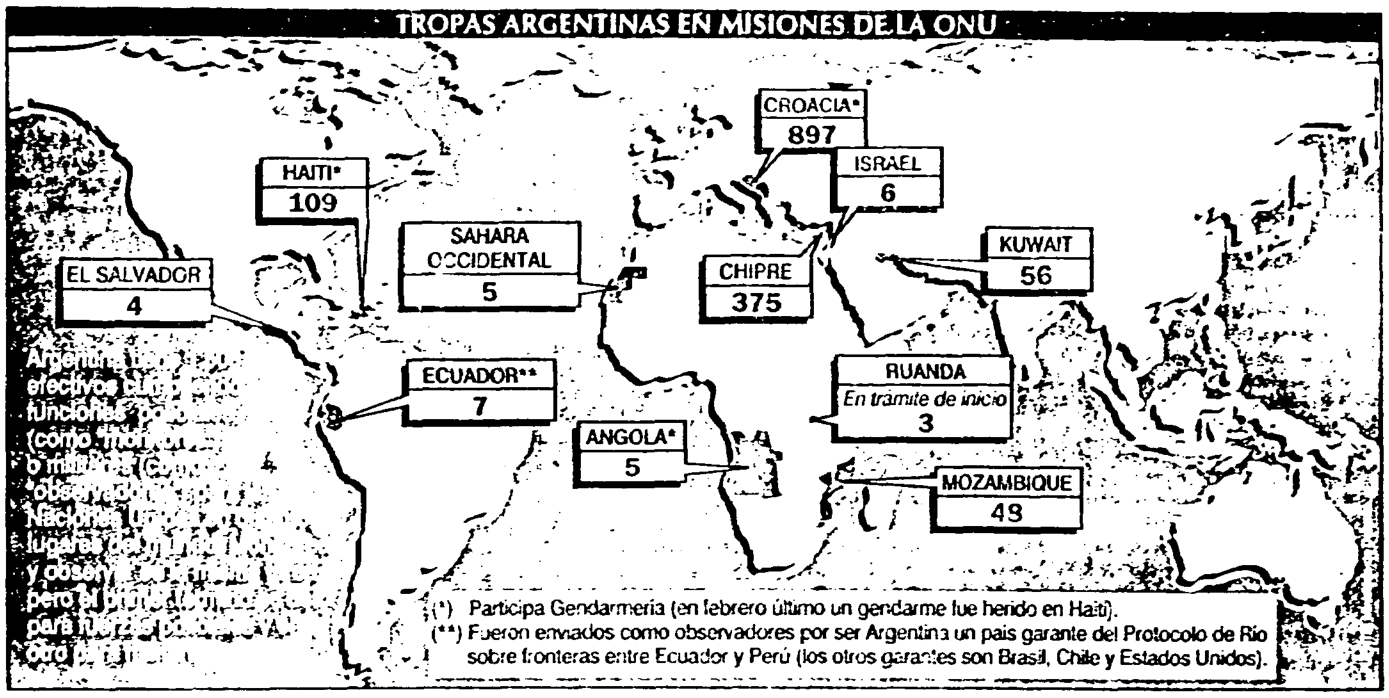
ANGOLA EN CIFRAS

- Superficie: 1.246.000 km2
- Capital: Luanda
- Idioma: portugués
- Habitantes: 10.000.000
- Hab p/km2: 7,5
- Mujeres por hombre: 2,9
- Guerra civil: 1975-94
- Muertos: 350.000
- Bandos: Gobierno - UNITA
- FF.AA: 50.000 efectivos
- Guerrilla: 40.000
- Minas sembradas: 9.000.000
- Salario promedio: 5 dolares
- PBI por hab: 950 dólares
- Expectativa de vida: 45 años
- Alfabetización: 42 x 1000
- Mortandad infantil: 172 x 1000
- Menores de 15 años: 44,9 x 1000
- Hijos por mujer: 6,4
- Producción: petróleo, café, diamantes



APOYO. La guerrilla de UNITA jaquea al gobierno promarxista, con apoyo popular. La ONU vela por el acuerdo del '94.

TROPAS ARGENTINAS EN MISIONES DE LA ONU



(*) Participa Gendarmería (en febrero último un gendarme fue herido en Haití).
(**) Fueron enviados como observadores por ser Argentina un país garante del Protocolo de Río sobre fronteras entre Ecuador y Perú (los otros garantes son Brasil, Chile y Estados Unidos).



arma, 5 de la Armada y 4 de la Fuerza Aérea como observadores, más 28 de Gendarmería como monitores.

• En Irak y Kuwait, donde aún está latente la tensión de la Guerra del Golfo Pérsico, 5 observadores del Ejército y 1 de la Fuerza Aérea, más un pelotón de Ingenieros del Ejército de 50 efectivos, vigilan tareas de reconstrucción.

• En la isla de Chipre, entre los enemigos progriegos y prochipriotas, hay una fuerza de tarea conjunta en observación militar, con 270 hombres del Ejército, 103 de la Armada y dos de Fuerza Aérea.

• En el Sahara Occidental, donde la guerrilla del desierto se enfrenta a fuerzas del gobierno, hay 4 hombres del Ejército y 1 de Fuerza Aérea.

• En Mozambique, otro país aterrorizado por la guerra civil, hay un hospital reubicable de la Fuerza Aérea argentina (40 hombres), y observadores militares del Ejército (3), Armada (3) y Fuerza Aérea (2).

• En El Salvador, donde la paz firmada en 1993 entre gobierno y guerrilla tarda en consolidarse, hay 4 observadores de la Armada.



VICTIMA. El gendarme Aguirre y su esposa.

• En Haití, escenario de una gigantesca movilización militar norteamericana el año pasado para reponer al gobierno de Aristide, hay una corbeta de la Armada (108 tripulantes) y un monitor de Gendarmería.

• En el caos angoleño -colonia portuguesa hasta 1975- hay 2 observadores del Ejército y había 3 monitores de Gendarmería. Ahora quedan 2. Las fuerzas internacionales intentan hacer cumplir el acuerdo entre el gobierno promarxista de José Eduardo dos Santos (MPLA) y la guerrilla de UNITA, firmado en 1991 y reciclado -luego de elecciones caóticas- en 1994. Dos Santos fue apoyado durante años por Cuba, frente al avance de UNITA, que en 1993 llegó a controlar el 75% del país. La guerra civil de 20 años ya dejó 350.000 muertos.

El Ministerio de Defensa argentino prepara una nueva misión: 3 observadores del Ejército irán a Ruanda, donde el genocidio entre dos tribus rivales parece imparable. Otro lugar donde la vida no vale nada.

OSVALDO TRIGUEROS

03-03

El atentado contra Mubarak

29-6-95 LoNo

LAS primeras especulaciones sobre el fallido atentado cometido en Addis Abeba contra el presidente egipcio, Hosni Mubarak, lo atribuyen a fundamentalistas islámicos de nacionalidad sudanesa. En rigor, la procedencia de los criminales es la única duda, pues no la hay acerca de su filiación ideológica, notoriamente tributaria de formas cerriles del Islam para las que el gobernante, partidario de arreglos con Israel, es un ser nefando. Integristas cairotas, por otra parte, han saludado el atentado y expresado su esperanza *de que pronto sea ejecutada esa condena.*

No cabe asombro por tal alarde de violencia y crueldad: fieles a su tradición belicosa, esos sectarios han dado abundantes pruebas de su saña. Hijo del temor por la supervivencia de valores que el cosmopolitismo pone en cuestión y de una larga secuencia de humillaciones nacionales, el fundamentalismo islámico ha hecho un dogma de la xenofobia y del retraimiento en la cultura -en muchos aspectos excelsa- crecida en torno de su religión.

Su paso deja huellas en todo el mundo musulmán: recorre Marruecos y enluta a Argelia; asesina en Palestina, en Irán, en Filipinas. Envenena a Egipto, Siria, Paquistán, y condiciona políticas y actitudes oficiales en todas partes: en Turquía y en el Cáucaso, en la India y en Malasia; en fin, asesta golpes e intimida allí donde hay quienes siguen la fe de Mahoma, y se lo ve como una de las mayores amenazas de hoy.

Que, por cierto, no va dirigida sólo a Occidente: la amenaza es, ante todo, para el propio mundo islámico, para su posibilidad de modernización y democratización, para su voluntad de contribuir a la marcha de la historia; en fin, para sus aspiraciones de vencer a la pobreza y el atraso.

Se tiende a creer que el integrismo islámico es el Islam, o la cultura árabe, pero no lo es: un cáncer no es el organismo al que destruye. Mubarak es egipcio, y argelinas, libanesas, iraníes, bengalíes, las víctimas más frecuentes de ese fanatismo; otras son hombres y mujeres del mundo islámico o extranjeros, a quienes supone reacios a aceptar su verdad absoluta y su ley inflexible.

Haber elegido a Mubarak, sin embargo, tiene un definido sentido político. Es un intento por desencadenar el caos en el mayor país de la región, que desempeña un papel clave en la estabilidad del Medio Oriente, y frustrar las esperanzas de paz que se van extendiendo por tierras en que varias generaciones casi no han conocido otra cosa que la guerra y la violencia.

EL atentado contra
LA NACION.
29.06.95
11876 L
65841 L
507664 L
11164 L
11830 L

El atentado contra Mubarak

29-6-95 LoNo

LAS primeras especulaciones sobre el fallido atentado cometido en Addis Abeba contra el presidente egipcio, Hosni Mubarak, lo atribuyen a fundamentalistas islámicos de nacionalidad sudanesa. En rigor, la procedencia de los criminales es la única duda, pues no la hay acerca de su filiación ideológica, notoriamente tributaria de formas cerriles del Islam para las que el gobernante, partidario de arreglos con Israel, es un ser nefando. Integristas cairotas, por otra parte, han saludado el atentado y expresado su esperanza *de que pronto sea ejecutada esa condena*.

No cabe asombro por tal alarde de violencia y crueldad: fieles a su tradición belicosa, esos sectarios han dado abundantes pruebas de su saña. Hijo del temor por la supervivencia de valores que el cosmopolitismo pone en cuestión y de una larga secuencia de humillaciones nacionales, el fundamentalismo islámico ha hecho un dogma de la xenofobia y del retraimiento en la cultura -en muchos aspectos excelsa- crecida en torno de su religión.

Su paso deja huellas en todo el mundo musulmán: recorre Marruecos y enluta a Argelia; asesina en Palestina, en Irán, en Filipinas. Envenena a Egipto, Siria, Paquistán, y condiciona políticas y actitudes oficiales en todas partes: en Turquía y en el Cáucaso, en la India y en Malasia; en fin, asesta golpes e intimida allí donde hay quienes siguen la fe de Mahoma, y se lo ve como una de las mayores amenazas de hoy.

Que, por cierto, no va dirigida sólo a Occidente: la amenaza es, ante todo, para el propio mundo islámico, para su posibilidad de modernización y democratización, para su voluntad de contribuir a la marcha de la historia; en fin, para sus aspiraciones de vencer a la pobreza y el atraso.

Se tiende a creer que el integrismo islámico es el Islam, o la cultura árabe, pero no lo es: un cáncer no es el organismo al que destruye. Mubarak es egipcio, y argelinas, libanesas, iraníes, bengalíes, las víctimas más frecuentes de ese fanatismo; otras son hombres y mujeres del mundo islámico o extranjeros, a quienes supone reacios a aceptar su verdad absoluta y su ley inflexible.

Haber elegido a Mubarak, sin embargo, tiene un definido sentido político. Es un intento por desencadenar el caos en el mayor país de la región, que desempeña un papel clave en la estabilidad del Medio Oriente, y frustrar las esperanzas de paz que se van extendiendo por tierras en que varias generaciones casi no han conocido otra cosa que la guerra y la violencia.

01-01

EGIPTO Y SUDÁN SE MOVILIZAN Y CRUZAN ACUSACIONES

El mar Rojo ante una impredecible crisis

Tras el atentado fallido contra el presidente egipcio Mubarak, se ha desatado una peligrosa escalada de acusaciones entre los dos países, situándolos al borde de un enfrentamiento

Las medidas adoptadas por los gobiernos de Jartum y El Cairo, que incluyen expulsiones, enfrentamientos y movilizaciones, además de las acusaciones mutuas, hacen temer una peligrosa e impredecible crisis en el mar Rojo entre Egipto y Sudán.

Mientras Egipto señala directamente al régimen sudanés por estar detrás del atentado sufrido por el presidente Hosni Mubarak el pasado lunes en Addis Abeba, y pronostica su pronta caída, Sudán acusa al gobierno egipcio de agresión y de haber enviado varias unidades de su Ejército a la frontera común.

Las informaciones provenientes de Jartum aseguran que los comités populares sudaneses están estudiando la posibilidad de movilizar a la población ante la intensificación de las "provocaciones y mentiras" egipcias.



Mubarak ordenó la expulsión de policías fronterizos de Sudán. REUTER

Esta decisión está relacionada con la otra difundida posteriormente por la agencia sudanesa de noticias Suna, según la cual se han detectado "movimientos de tropas inusuales en la frontera de Halaib", en la costa del mar Rojo.

Pese a ello, Hosni Mubarak informó ayer que había ordenado a sus soldados expulsar a setenta policías fronterizos sudaneses, quienes, aseguró, habían penetrado en territorio egipcio, por lo que este movimiento de tropas, de confirmarse, podría obedecer a esa orden.

Radio Jartum, captada en El Cairo, difundía un comunicado del portavoz de las Fuerzas Armadas sudanesas, el general Mohamed Bashir Suleimán, en el que ordenaba "permanecer en nuestras trincheras cueste lo que cueste y convertir la frontera en un cementerio", en caso de ataque egipcio.

Todos los medios de comunicación egipcios, volcados en una campaña de alabanzas sin precedentes a Mubarak, se hacen eco de las acusaciones vertidas contra Sudán, cuyo régimen, aseguran, es ahora el principal soporte del terrorismo.

En un comentario difundido ayer por radio El Cairo, se hace –como ha repetido Mubarak– una distinción entre el "pueblo hermano" de Sudán y el régimen de su presidente, el general Omar Hasan el Bashir, y del integrista Frente Nacional Islámico (FNI) dirigido por Hasan Turabi.

"El régimen de Bashir y Turabi en la tierra de nuestra hermana Sudán no continuará durante mucho tiempo por sus prácticas equivocadas contra los países vecinos y por acoger, alentar y proteger a elementos terroristas", aseguró.

Recuerda el golpe militar que el 30 de junio de 1989 llevó al poder el Bashir y califica de "calamitosa" la situación social y económica del país en estos años debido a que "el régimen ha concentrado sus energías en conspirar e incitar al antagonismo entre Sudán y sus vecinos árabes y africanos".

El régimen de Sudán ha pedido a Egipto que reconsidere "sus cálculos a propósito de Sudán" y se rija por "la razón y la prudencia en vez de adoptar una política de hostilidad contra Sudán", según el comunicado difundido por la radio. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

CLAVES

- **INTERESES.** Halaib, la zona donde se produjo el enfrentamiento, es un territorio de 16.000 kilómetros cuadrados en la frontera común en la costa del mar Rojo, el cual se cree que es rico en petróleo, y que ambos países se disputan.
- **TROPAS.** El portavoz militar sudanés precisó que los movimientos de tropas egipcias incluían unidades de infantería mecanizada, de fuerzas aerotransportadas y de guardias fronterizos.
- **MOVILIZACIÓN.** En El Cairo se suceden las manifestaciones de solidaridad con Mubarak y el tono fuerte, patriótico y belicoso de los egipcios contra Sudán aumenta.

950E441
Crisis entre EGIPTO Y SUDAN
A5C483

116876
65841
507664
11164
11830

■ EGIPTO Y SUDÁN SE MOVILIZAN Y CRUZAN ACUSACIONES

El mar Rojo ante una impredecible crisis

Tras el atentado fallido contra el presidente egipcio Mubarak, se ha desatado una peligrosa escalada de acusaciones entre los dos países, situándolos al borde de un enfrentamiento

Las medidas adoptadas por los gobiernos de Jartum y El Cairo, que incluyen expulsiones, enfrentamientos y movilizaciones, además de las acusaciones mutuas, hacen temer una peligrosa e impredecible crisis en el mar Rojo entre Egipto y Sudán.

Mientras Egipto señala directamente al régimen sudanés por estar detrás del atentado sufrido por el presidente Hosni Mubarak el pasado lunes en Addis Abeba, y pronostica su pronta caída, Sudán acusa al gobierno egipcio de agresión y de haber enviado varias unidades de su Ejército a la frontera común.

Las informaciones provenientes de Jartum aseguran que los comités populares sudaneses están e[illegible]diando la posibilidad de movi[illegible]ar a la población ante la intensificación de las "provocaciones y mentiras" egipcias.

Esta decisión está relacionada con la otra difundida posteriormente por la agencia sudanesa de noticias Suna, según la cual se han detectado "movimientos de tropas inusuales en la frontera de Halaib", en la costa del mar Rojo.

Pese a ello, Hosni Mubarak informó ayer que había ordenado a sus soldados expulsar a setenta policías fronterizos sudaneses, quienes, aseguró, habían penetrado en territorio egipcio, por lo que este movimiento de tropas, de confirmarse, podría obedecer a esa orden.



Mubarak ordenó la expulsión de policías fronterizos de Sudán

REUTER

Radio Jartum, captada en El Cairo, difundía un comunicado del portavoz de las Fuerzas Armadas sudanesas, el general Mohamed Bashir Suleimán, en el que ordenaba "permanecer en nuestras trincheras cueste lo que cueste y convertir la frontera en un cementerio", en caso de ataque egipcio.

Todos los medios de comunicación egipcios, volcados en una campaña de alabanzas sin precedentes a Mubarak, se hacen eco de las acusaciones vertidas contra Sudán, cuyo régimen, aseguran, es ahora el principal soporte del terrorismo.

En un comentario difundido ayer por radio El Cairo, se hace –como ha repetido Mubarak– una distinción entre el "pueblo hermano" de Sudán y el régimen de su presidente, el general Omar Hasan el Bashir, y del integrista Frente Nacional Islámico (FNI) dirigido por Hasan Turabi.

"El régimen de Bashir y Turabi en la tierra de nuestra hermana Sudán no continuará durante mucho tiempo por sus prácticas equivocadas contra los países vecinos y por acoger, alentar y proteger a elementos terroristas", aseguró.

Recuerda el golpe militar que el 30 de junio de 1989 llevó al poder el Bashir y califica de "calamitosa" la situación social y económica del país en estos años debido a que "el régimen ha concentrado sus energías en conspirar e incitar al antagonismo entre Sudán y sus vecinos árabes y africanos".

El régimen de Sudán ha pedido a Egipto que reconsidere "sus cálculos a propósito de Sudán" y se rija por "la razón y la prudencia en vez de adoptar una política de hostilidad contra Sudán", según el comunicado difundido por la radio. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

CLAVES

■ **INTERESES.** Halaib, la zona donde se produjo el enfrentamiento, es un territorio de 16.000 kilómetros cuadrados en la frontera común en la costa del mar Rojo, el cual se cree que es rico en petróleo, y que ambos países se disputan.

■ **TROPAS.** El portavoz militar sudanés precisó que los movimientos de tropas egipcias incluían unidades de infantería mecanizada, de fuerzas aerotransportadas y de guardias fronterizos.

■ **MOVILIZACIÓN.** En El Cairo se suceden las manifestaciones de solidaridad con Mubarak y el tono fuerte, patriótico y belicoso de los egipcios contra Sudán aumenta.

950 8441

01-01

11878
65841
5266
11164
11830

Uno de los Terroristas Arrestado

MUBARAK AMENAZA A SUDAN EN MEDIO DE CLIMA DE GUERRA POR ATENTADO

EL CAIRO, 29 (AP). — El presidente Hosni Mubarak dijo hoy que el autor intelectual del reciente atentado contra su vida es un sudanés, y ordenó el desalojo de 70 ciudadanos sudaneses de una disputada área fronteriza entre los dos países. En una escaramuza en la frontera el martes por la noche, dos guardias sudaneses resultaron muertos y siete sudaneses y siete egipcios resultaron heridos. Mubarak amenazó con medidas adicionales contra Sudán, pero no las detalló.

Entretanto, un vocero del ejército sudanés, el brigadier Mohamed Besnir Sulimán, advirtió a Egipto que no se pasara "de la diplomacia al idioma de las armas".

Mubarak, en discurso televisado a todo el país dirigido a intelectuales y artistas egipcios, renovó su acusación que el líder islámico sudanés Hassan Turabi había estado involucrado en el fallido atentado del lunes en la capital etíope, Addis Abeba.

"Sé que dos de los asesinos murieron. Dicen que uno de ellos es posiblemente egipcio y el otro yemenita", dijo. "El tercero fue arrestado ayer, y su nombres es Mohammed Seraj, y es el cerebro. Fue herido, pero los atacantes lograron llevárselo y le ocultaron. Es sudanés", dijo Mubarak.

Seraj ha sido identificado por las autoridades etíopes como integrante de un grupo de entre siete y nueve atacantes, pero un alto funcionario de la seguridad en Adis Abeba negó hoy que hubiera sido arrestado.

Mubarak dijo que el atentado se venía planeando desde hace meses. "En las investigaciones hemos comenzado a enteramos que Turabi y sus colegas planeaban esta operación desde marzo... Desafortunadamente, todas las sospechas indican que la operación se gestó en Sudán."

En Jartum, la capital sudanesa, el general Omar Hassan El-Bashir desmintió anoche cualquier participación sudanesa en el atentado, y calificó a las acusaciones de Mubarak de "irresponsables".

Turabi, quien es visto como "el poder detrás del trono" en el gobierno de El-Bashir, también negó su involucramiento.

Mubarak aludió a la escaramuza de la noche del martes y dijo que funcionarios sudaneses habían desalojado a agregados militares egipcios y a sus familias de sus residencias en Jartum el miércoles por la noche.

Anunció el presidente egipcio como represalia que 70 guardias sudaneses apostados en la frontera en la disputada zona de Halaib, sobre el mar Rojo, fueran desalojados.

Dijo asimismo que el incidente comenzó con integrantes del Frente Nacional Islámico de Turabi atacando a tiros a una patrulla egipcia, e instó a Sudán a no provocar más a Egipto. "Confío que no estén pensando en un escalamiento de la situación porque no me quedaré de manos cruzadas", advirtió Mubarak.

La policía abatió a tiros hoy a dos presuntos extremistas musulmanes en el sur de Egipto, se informó oficialmente.

Ayer un supuesto militante musulmán y un transeúnte fueron muertos en otro enfrentamiento.

El incidente de hoy ocurrió cerca de la aldea de Awlad Azar en la provincia de Sohag, a 390 kilómetros al sur de El Cairo. La policía dijo que los presuntos militantes estaban en poder de un fusil automático.

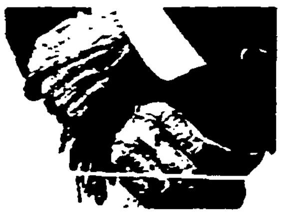
Las muertes de ayer ocurrieron en la aldea de el-Bergaya en la provincia de el-Minya a 220 kilómetros al sur de El Cairo. La policía estaba llevando a cabo un allanamiento en lo que se sospechaba era el escondite del militante extremista Radwan Abdel-Aziz Radwan.

01-01



Acaban de firmar la paz en Níger y hace tres años lo hicieron en Mali. Pero los conflictos continúan: los antiguos amos del desierto quieren parte de una modernidad que ha llevado sus caravanas a los museos

CONDENADOS POR EL PROGRESO





Dos tuaregs ante una tienda de artesanía en Tamanrasset.

ARTURO ARNALTE/Fotos: **ANGEL MARTINEZ**, enviados especiales, Tamanrasset

NADIE LOS QUIERE. LOS ORGULLOSOS nómadas tuaregs, el pueblo legendario que ha sido amo y señor del Sahara durante siglos, se han convertido en un quebradero de cabeza para los países en que ha quedado fraccionado su hábitat. Desde que comenzaron su rebelión en Mali y Níger en 1990 haciendo impracticable la ruta transahariana, los tuaregs han firmado varios tratados de paz con los gobiernos de la región. Pero las escaramuzas continúan. Y la desconfianza, cuando no el franco odio de las poblaciones sedentarias, también.

Comerciantes y ganaderos trashumantes, los «hombres del velo» eran los únicos capaces de surcar el desierto uniendo los mercados del Sahel africano con las ciudades árabes del Mediterráneo sur.

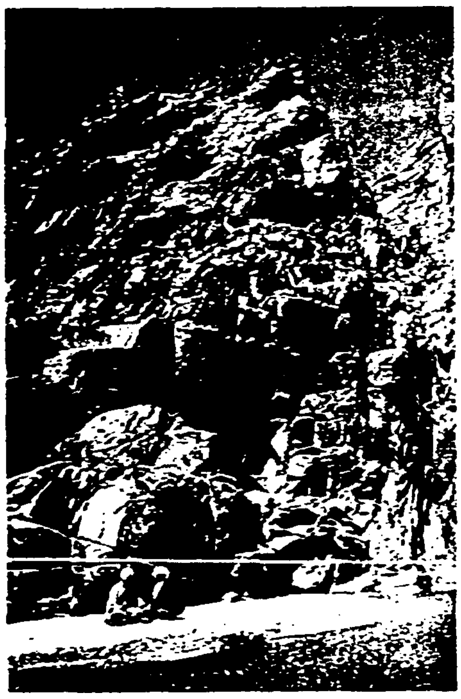
La sentencia de muerte para su estilo de vida errante y su desdén por las fronteras fueron las independencias de África en la década de los 60 y los modernos camiones que condenaron al museo a las caravanas de camellos. La puntilla que los abocó a tomar las armas en un gesto final de desesperación la pusieron las sequías de los años 70 y 80, que mermaron sus pastos, diezmaron su ganado y arrojaron a decenas de miles de ellos a una vida de mendicidad en las grandes ciudades africanas.

Entre la espada y la pared, tomaron la espada. En 1990, las protestas tuaregs en demanda de una mayor autonomía y de una porción en el magro pastel de la ayuda internacional al desarrollo en Mali y Níger fueron salvajemente reprimidas por los militares de ambos países. Pozos envenenados, campamentos arrasados, civiles fusilados, enterrados vivos o que-

madas. Para las poblaciones negras del margen sur del Sahara había llegado la hora de la revancha tras siglos de sufrir *razzias* para capturar esclavos e incursiones de rapiña.

Un movimiento ultranacionalista que ha prendido entre los negros shongai de Mali, conocido como Ghanda Koy (los dueños de la tierra), acusa al alzamiento tuareg de ser «la guerra racial de un pueblo esclavista, declarada y alimentada por Occidente». Su lenguaje, asimilado por la prensa de Mali, confunde los términos de «tuareg», «bandido» y «rebelde». Sus milicias combaten «el terrorismo con terrorismo» y son a menudo apoyadas por los militares para aplicar la ley del Talión.

Los tuaregs reivindican mayor autonomía e incluso la independencia para su territorio tradicional, el Azawad, que comprende amplias extensiones de los actuales Mali, Níger, Burkina Fasso, Argelia y Libia. Los nuevos estados se sienten incómodos con una población errante mucho más



Pozo en el Hoggar, corazón del Sahara.

difícil de controlar que la sedentaria y guardan rencores históricos que sirven de válvula de escape a sus graves problemas internos. Además, estos países, entre los que figuran algunos de los más pobres de Africa, tienen puestas sus esperanzas de futuro en la explotación del petróleo, el uranio y el hierro del subsuelo sahariano. Los nómadas constituyen un anacronismo en esta visión de futuro.

La guerra de las arenas ha enviado miles de refugiados a los países vecinos (70.000 en Mauritania, 50.000 en Burkina Fasso, 100.000 en Argelia, miles más en Libia), ha paralizado las comunicaciones en la zona y ha sembrado el caos y la



·Hombres az
Sus velos de
símbolo de r
destiñen al
contacto co

03

crisis económica en ciudades míticas como Tombuctú o Gao, que se han visto sometidas a ataques periódicos a golpe de *bazooka*.

De carácter anárquico y sin haber tenido nunca un poder centralizado, los tuaregs hacen una guerra de guerrillas que a menudo los enfrenta entre sí, muchas veces por simples ajustes de cuentas, y que traiciona fácilmente los acuerdos de paz.

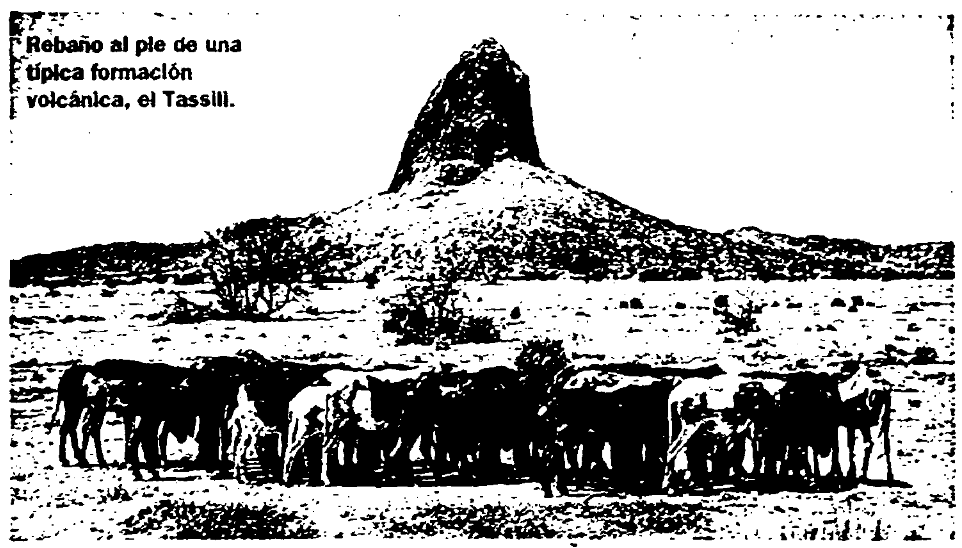
En 1992, los tuaregs de Mali firmaron un pacto nacional con el Gobierno de Bamako que les garantiza una mayor autonomía del poder central. Unos 10.000 combatientes deberían haberse integrado ya en el Ejército regular. Sólo 640 lo han hecho en las patrullas mixtas que recorren el norte del país.

—No se puede coger a la gente y ponerla automáticamente en el Ejército. Hace falta que los soldados que han perdido un hermano, un camarada, puedan admitir que la paz tiene un precio —declaraba recientemente el primer ministro de Mali, Ibrahim Bubakar Keita al semanario *Jeune Afrique*.

Algunos grupos de los que componen la sopa de letras de los movimientos de liberación tuareg denuncian el acuerdo. Especialmente radical es el Frente Islámico Arabe de Azawad (FIAA), que espera que el integrista Frente Islámico de Salvación (FIS) argelino llegue al poder para crear una confederación islámica entre Argelia y Azawad. El presidente argelino, Liamin Zerual, comprendió el peligro y cambió la política de apoyo indirecto a los tuaregs. Argel ha mediado, junto con Francia, para la firma de un acuerdo similar de paz en Níger que se selló a finales del pasado mes de abril.

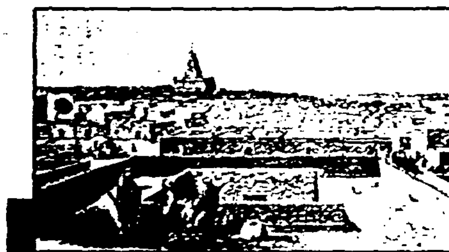
La paz en este país, sin embargo, puede ser tan frágil como en Mali, donde los países donantes no han honrado sus promesas de desarrollo mientras las refriegas no cesan.

Pero sea cual fuere el resultado del pulso que sostienen los hombres del velo contra la modernidad, el ideal del guerrero nómada y orgulloso de su independencia ha quedado reducido a una vida de pastoreo residual en los márgenes del desierto. La gran perdedora de este combate final es la sociedad civil tuareg. ■



Rebaño al pie de una típica formación volcánica, el Tassili.

La guerra de las arenas ha provocado el éxodo de miles de refugiados y ha sembrado el caos y la crisis económica en ciudades como Tombuctú y Gao



...1853 de la mítica ...ombuctú.



Una caravana llega a la localidad de Tamanrasset.

HISTORIA VIVA

El Misterio de los

Orgullosos guerreros nómadas y antiguos traficantes de esclavos, los tuaregs se organizan en pequeños núcleos o campamentos dominados por un matriarcado. Musulmanes desde el siglo XVII, su forma de vida se basa en el pastoreo y el comercio



ARTURO ARNALTE

DE ORIGEN MISTERIOSO HASTA hace unas décadas, los tuaregs, que a sí mismos se llaman *imoshag*, aparecen retratados por primera vez en las crónicas de León el Africano, en el siglo XV, y de Ibn Jaldún, en el XVI.

Hoy se sabe que son un pueblo de origen bereber, blanco, del Norte de Africa, que se fue paulatinamente desplazando hacia el desierto del Sahara. Musulmanes desde el siglo XVII, las tribus tuaregs, que aún mantienen numerosas creencias animistas, han desarrollado una cultura nómada basada en el pastoreo y en el comercio que nunca ha cristalizado en forma de entidad política centralizada.



Un niño sestea en el campamento.

INDEPENDENCIA Y MOVILIDAD

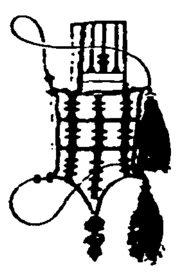
Altos, ágiles, delgados y orgullosos, los tuaregs están divididos en cuatro grandes grupos que se corresponden con otros tantos macizos montañosos en el corazón del Sahara: el Hoggar y el Tassili, en Argelia, el Air, en Níger, y el Adrar, en Mali.
El núcleo mínimo de organización social de los tuaregs es el campamento, compuesto habitualmente por unas cinco o seis familias. La sección agrupa entre diez y veinte campamentos. El grado mayor de organización es la confederación, que unifica a varias secciones bajo la dirección de un mismo líder.

ESCLAVOS Y SEÑORES

En la economía tradicional tuareg el papel del esclavo era fundamental. Mientras los señores repetían un ciclo anual de trashumancia con el ganado en busca de pastos, los esclavos permanecían en los oasis cultivando la tierra y completando la red interactiva entre desierto y sabana en que estructura su modo de vida la mayor parte de los pueblos del Sahara. Habitualmente cautivos como resultado de incursiones armadas contra los pueblos negros del margen sur del Sahara, los esclavos eran trasladados a cientos de kilómetros de sus lugares de origen, donde era imposible escapar. Eso hacía casi innecesaria la vigilancia.
Al tener la posibilidad de asimilarse a las familias tuaregs mediante el matrimonio y recibir el mismo trato y la misma dieta que un hombre libre, el *status* del esclavo era difícil de discernir para el forastero. Los menos afortunados eran conducidos a través del Sahara como una mercancía más que se vendía junto a la sal, el oro y las especias. Un comercio que se mantuvo hasta bien entrado el siglo XIX.



Llegada de una caravana de esclavos a Gatroum, en Fezzan.



IDEAL CABALLERESCO

«Lo que quiere un hombre es su camello blanco, una montura roja, su tabuka (espada) y una canción de amor». El ideal caballeresco que recoge este refrán tradicional se corresponde a los valores de una sociedad muy estratificada en cuya cima se encuentran los nobles guerreros. Los depositarios de la cultura, los marabuts, y los artesanos ocupan los estratos intermedios. En la base, los esclavos —en la actualidad sus descendientes—, quedaban adscritos al cultivo de la tierra en los oasis para mantener abastecidas las despensas del guerrero nómada.

Hombres Azules



Un hombre prepara su comida en el macizo de Air, en Níger.

MUJERES LIBERADAS

La mujer tuareg es la gran liberada del mundo islámico. De fuerte tradición matriarcal, la sociedad es monógama y otorga a las mujeres el derecho a llevar las riendas del juego amoroso y la economía del hogar.
Mientras los hombres se cubren la cara con un amplio velo, las mujeres llevan el rostro descubierto y atrasan el casamiento todo lo que pueden para mantener su independencia.

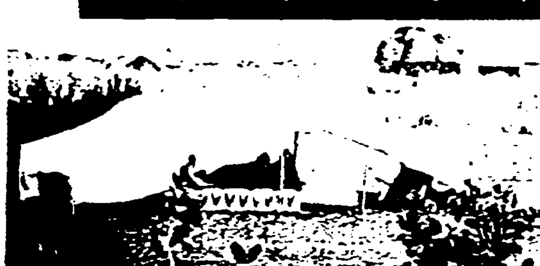


Mujeres en el mercado de Murzuk (1869).

Acompañan a las caravanas, se encargan de la educación de los hijos y son las depositarias y transmisoras de las tradiciones, la cultura y el alfabeto tuareg, el *tifinah*, que, sin embargo, no ha dado origen a una literatura escrita.
En los últimos tiempos, la fertilidad de las mujeres tuaregs ha caído bruscamente debido al empobrecimiento de este pueblo o al colapso de su modo de vida tradicional.

Artesanía para los Nuevos Tiempos

El estilo de vida nómada permite acumular pocos objetos y exige que éstos sean útiles y ligeros. La artesanía tuareg es por consiguiente pobre y poco elaborada. La mayor parte de las piezas son de cuero teñido y cortado en tiras con el que las mujeres fabrican y decoran cinturones, bolsas, látigos y sillas de montar. El automóvil ha proporcionado una fuente de inspiración moderna para los tuaregs. Hoy, las espadas se hacen con las ballestas de coches viejos, las empuñaduras con partes de la carrocería y el latón y el cobre de los hilos de la instalación eléctrica se usan para decorar. Cada tienda está fabricada con unas 20 ó 30 pieles de cabra u oveja teñidas con barro y sujetas con palos de madera decorados con motivos geométricos.



Un grupo de mujeres reposa en su tienda.

MODA TUAREG



Un tuareg con pastillas de sal.

El traje de los hombres consiste en una gran túnica (*jeba*), de color generalmente blanco y pantalones anchos que se sujetan con un cinturón de cuero repujado. El turbante o *litham* es una pieza de tela de más de cuatro metros que se enrolla a la cabeza y cubre la cara, dejando sólo los ojos a la vista. El embozo sirve para mantener la humedad del aliento en la sequedad del desierto. El velo de índigo, símbolo de riqueza, adquiere un brillo metálico a la luz del sol. Al contacto con la piel destiñe: de ahí el nombre de «hombres azules» con que se conoce también a los tuaregs.

06_06

9508444

Proceso contra 29 personas por intento de golpe de estado, en NIGERIA

11876
5076280

El proceso



El juicio contra 29 personas supuestamente involucradas en un intento frustrado de derrocar al Gobierno militar nigeriano el pasado marzo, comenzó ayer lunes en un cuartel del Ejército situado en la isla Victoria, en Lagos.

El anuncio lo hizo el director de Informacion del ministerio de Defensa, general Fred Chijuka, en un comunicado, en el que, sin embargo, no identifica a los procesados, entre los cuales hay militares y civiles.

6-6-95 Lo3o

Entre los detenidos el pasado 1º de marzo, tras descubrirse la supuesta conspiración, figuran el ex presidente general Olusegun Obasanyo, desde entonces bajo arresto domiciliario, y su ex vicepresidente, el general Shehu Musa Yar'adua, quien se halla detenido en la prisión de máxima seguridad de Kirikiri, en Lagos.

01-01

es más que un episodio, otra plaga de las infinitas que padecen los zaireños

que Zaire sobreviva en medio del de[illegible] las ideas del dirigente negro Patrici[illegible]

diarrea, pobreza, hambre. Una monja belga alimenta a los que no tienen ni para pagar la comida. Una niña se deshace en lágrimas. El enfermero acaba de darle un cubo de agua para que lave a su madre, enferma de sida, pobre y moribunda, con las caderas desnudas, en carne viva. A pocos metros acaba de morir un [illegible]cho de 14 años. También el sida. Más de[illegible]% de los residentes en Kinshasa lo padecen o tiene anticuerpos del virus: el 10% de una ciudad de casi cinco millones de habitantes. Mientras el padre recoge en silencio los escasos enseres, la madre, de hinojos en el suelo, desgarra el aire del pabellón con una canción fúnebre arrasada por las lágrimas. Se incorpora lentamente, sin dejar de llorar ni de cantar, ante el silencio sobrecogido de los otros pacientes, los médcos y los enfermeros e inicia una danza fúnebre alrededor de la cama donde yace su hijo, cubierto por un paño dudoso y amarillo. La madre mueve los pies rápidamente, sin despegarlos del suelo, y avanza y retrocede como si suplicara compasión a un dios desconocido y ausente. Su niño duerme para siempre. Los techos están sucios, oscurecidos por rejillas de alambre podrido, en los que el polvo y las arañas han labrado desde antiguo. Sobre el techo de hojalata el aguacero tropical toca el tambor a gusto. Pabellones de ladrillo azul y blanco, concentrados de do[illegible]mano. Mama Yemo.



Los niños, los principales afectados por la violencia y las plagas que se suceden en

"STOCK" DE MUÑECAS NEGRAS

Pero no todo es horror en Kinshasa. Elvira Bosch es enérgica, valenciana y bienhumorada. Más de la mitad de su vida (30 de 57) la ha entregado a Zaire. Y no se arrepiente. Hermana también del Sagrado Corazón, lleva diez años de asistente social en el Centro de Reeducación de Minusválidos. Su papel principal es buscarles trabajo.

El centro está a dos manzanas del Mama Yemo, pero no tiene nada que ver. Aquí no pesa el aire. La hermana Elvira tiene su pequeño despacho junto a la cocina, y allí acude Mari Paz Sagues, pamplonesa de 63 años y encargada de un programa contra la malnutrición de la diocésis de Kinshasa, a sondear la compra de pasteles cocinados por los minusválidos. Bromean sobre las dosis de harina y de azúcar.

"Tenemos un restaurante en el que trabajan en dos turnos 19 minusválidos, una pequeña huerta, animales domésticos y un taller de confección y artesanía. Antes había 110 minusválidos trabajando aquí, pero tras los últimos pillajes (de enero de 1993, en los que el Ejército impagado saqueó la capital y provocó centenares de muertos) se perdió casi todo y ahora apenas vienen blancos a comprar y a comer". Enviaban parte de su producción de muñequitas negras (grandes labios rojos, peinado de fantasía y el bebé a la espalda, envuelto por el pareo, como saben hacer las africanas) a Europa, pero la espesa red de corruptelas del servicio de aduanas hicieron el negocio inviable. Los talleres de confección siguen vivos, aunque el ritmo es menor. Un amplio stock de muñecas espera comprador, compañero de juegos. El hospital, sin embargo, está a pleno rendimiento. "Vienen entre 200 y 300 personas por día a la consulta". Las minusvalías son de nacimiento, por accidentes, poliomielitis, inyecciones mal puestas. El centro es privado, limpio y eficaz, y se financia con lo poco que le cobran a los pacientes y con el dinero que se recauda en España y en Bélgica. En los patios cubiertos los niños levantan pequeñas pesas con manos y pies, tendidos sobre blancos acolchados, enérgica y amorosamente vendados por enfermeros y masajistas. La hermana Elvira todavía recuerda cuando Zaire era un país habitable, hace menos de diez años.

Pero la vida empezó a degradarse y ahora ha retrocedido 30, cuando el Congo belga estrenaba independencia.

"LEVANTATE" EN LINGALA

Lo perdieron todo: los lavabos, las gafas, los relojes, la ropa, los retretes, los libros, las bombillas, el frigorífico, los muebles, las lámparas y el coche. La policía asaltó su casa y luego entró el pueblo en tromba y se llevó todo. Pero ni siquiera entonces, cuando el pillaje se desató en enero de 1992, pensaron en marcharse.

"Quedaron sólo las paredes. Fue todo tan rápido que ni tiempo tuvimos de tener miedo". Covandonga González, vallisoletana de 44 años; Angela Gutiérrez, asturiana de 49, y Mercedes Guindo, navarra de 50, son hermanas hospitalarias del Sagrado Corazón de Jesús y llevan seis años en Matete, uno de los barrios periféricos de Kinshasa, junto al inacabado y espantoso monumento a Patricio Lumumba. Hace cinco años crearon Telema ("levántate" en lengua lingala, la que se habla en Kinshasa), su pequeño hospital psiquiátrico, construido gracias al apoyo de Manos Unidas. En cinco años han abierto fichas a 13.500 enfermos mentales llegados de todas partes "porque es el único centro de toda Kinshasa al que el pueblo puede acudir". Cada mes se suman 500 nuevos casos. "Le cobramos lo mínimo a cada enfermo y al que no puede pagar le adelantamos los medicamentos. Tenemos un psiquiatra y un psicólogo del país y cuatro enfermeras zaireñas que hemos formado nosotras mismas". El hospital era la antigua residencia de una familia belga, con un pequeño taller por el que van rotando grupos de 50 personas a los que enseñan corte y confección y artesanía. "Para que puedan valerse por sí mismos". Una larga batalla, porque la locura sigue siendo una enfermedad maldita en Africa: "Piensan que están poseídos por los espíritus y los echan de casa. Aquí la psiquiatría está en el siglo XV, cuando San Juan de Dios iba por las calles de Andalucía recogiendo enfermos mentales de las calles".

Lejos de España, en medio de la noche y el aguacero, un puñado de monjas y misioneros luchan a brazo partido contra el mal de Zaire

Apenas tienen tiempo de rezar. Si Dios existe, está en sus manos.

Enfrentamientos entre hutus y tutsis.

11876 c
0076392
11164 c
11830 c

Hutus y tutsis se enfrentan

NAIROBI (EFE) Al menos ocho personas murieron en las últimas horas durante unos enfrentamientos a tiros entre estudiantes hutus y tutsis de la Universidad de Mutanga, en Buyumbura, la capital de Burundi, informó la radio nacional.

En una emisión captada en Nairobi, la emisora, que citó como fuente el Ministerio del Interior, señaló que durante los enfrentamientos fueron también arrojadas algunas granadas.

La rivalidad étnica entre hutus (85 por ciento de la población) y tutsis no se había manifestado hasta ahora en la Universidad, y el estallido de los enfrentamientos entre estudiantes coincidió con la decisión del Gobierno burundés de abrir una investigación sobre la matanza de docenas de paisanos en Buyumbura la semana pasada.

Soldados del Ejército, integrado mayoritariamente por tutsis, irrumpieron el miércoles pasado en tres barrios habitados por hutus con la supuesta intención de desarmar a unos milicianos y, según testimonio de algunos testigos, mataron a un centenar de personas, aunque esta cifra no ha sido confirmada oficialmente.

El Gobierno indicó en un primer comentario que al parecer algunos soldados cometieron excesos, pero la presión de la población hutu lo llevó a abrir una investigación para esclarecer los incidentes y depurar responsabilidades.

01-01

La guerra en Yugoslavia por Vargas Llosa

11876
507688
507697
65658

La ficción y la guerra

por Mario Vargas Llosa

Como muchos ingleses que trabajan por los derechos humanos, Mark Thompson es joven, discreto, tímido. El anglicismo "inconspicuo" le ajusta como un guante. En el compacto y humoso auditorio de Belgrado donde presentamos su libro, responde a las preguntas con frases muy cortas y, a veces, monosílabos. Lo hace en inglés, aunque debe entender perfectamente el serbo-croata, pues de otro modo no hubiera podido llevar a cabo la investigación de que da cuenta "Forging War" ("The media in Serbia, Croatia and Bosnia-Hercegovina"). Anda con una muchacha morena con la que, me dicen, acaba de casarse. Ella es croata.

El libro se ha traducido y publicado en Yugoslavia (mejor dicho, en Serbia-Yugoslavia) gracias a periodistas e intelectuales de oposición al régimen de Slobodan Milosevic, mujeres y hombres dignos de admiración, por aquello que luchan —la democratización de su país y el fin de la guerra de Bosnia— pero, sobre todo, porque lo hacen a sabiendas de que, en el futuro inmediato, serán derrotados de [illegible]. Y, lo peor, ni siquiera se puede descartar que sus esfuerzos para conseguir que este libro se presente en Belgrado terminen sirviendo más a los designios del habilidoso dictador que a quienes lo padecen. ¿No es la aparición en serbo-croata de "Forging War" una prueba de la libertad que reina en el país? ¿No lo corrobora el que la prensa y las radios de oposición hablen de él? La verdad es que estos medios sobreviven a duras penas y llegan sólo a una elite, en tanto que los que de veras cuentan —los que están al servicio del gobierno— ocultan lo ocurrido. Y, por ejemplo, la televisión estatal censura mi presentación de "Forging War" y en la entrevista que me hace conserva sólo las preguntas literarias, de modo que quienes ven el programa quedan con la idea de que he venido a Belgrado a hacer turismo y ha hablar del *boom* de la novela latinoamericana...

"En estas maniobras, nadie lo gana a Milosevic", me dice uno de estos amigos yugoslavos, tarde en la noche, en un restaurante a orillas del río. Los comensales beben un fuego líquido llamado *sliwowitz* y una pareja de muchachas canta *blues* de los años cuarenta. Un vaho espeso sube hasta nosotros con los rumores del Danubio; el cielo está cuajado de estrellas. El conoció a Milosevic de estudiante, en la Universidad, y dice que ya entonces se podía adivinar que haría una gran carrera política. Inteligente, laborioso, cínico y glacial: el perfecto *apparátchik*. Su futura mujer era una militante comunista entusiasta; él parecía vacunado contra toda emoción. Fantasma diligente, hombre sin cualidades, cálculo encarnado, ambición sin alma, fue progresando en la burocracia estatal hasta trepar a la cúspide. Su hora llegó con los primeros síntomas de inestabilidad en la Federación, a la muerte de Tito.

Su estrategia, sencilla y eficaz, está documentada al detalle en el libro de Mark Thompson. Consistió en desvestirse en un dos por tres de su uniforme comunista y revestir el de nacionalista a ultranza, proclamando, súbitamente —desde el simbólico corazón de Kosovo, donde los serbios fueron derrotados por los otomanos en 1389— que la nación serbia estaba amenazada de un nuevo genocidio por una abigarrada coalición de *ustachis* fascistas, fundamentalistas islámicos y católicos, secesionistas de las minorías albanesa y húngara, fantasía delirante que una generalizada campaña de los medios de comunicación documentó, día a día, con planificados infundios y fabricaciones. Cuando esta invención estuvo, como en un cuento de Borges o de su gran discípulo yugoslavo Danilo Kis, firmemente arraigada en la opinión pública, nadie —nadie que no fuera un abyecto renegado de su patria, se entiende— pudo discutir los poderes imperiales que se había arrogado Milosevic, para defender a su pueblo contra el exterminio.

"Forging War" así se fraguó, se forjó la apocalíptica guerra que sigue devastando el centro de Europa. Sin aquella operación política absolutista de Milosevic, tal vez hubiera podido evitarse la independencia de Eslovenia y de Croacia —en una muy flexible y descentralizada coalición de repúblicas autónomas— y, sin ninguna duda, la de Bosnia, cuyos dirigentes, empezando por el presidente Alija Izetbegovic, trabajaron todo el año 1991 por evitar la quiebra de la Federación. Pero, una vez desencadenado el proceso infernal, éste fue imparable, y a la sombra del siniestro caudillo mayor, el de Belgrado, otros caudillos surgieron que, en formato menor y como en contrapunto a las maniobras de aquél, las emularon, con los medios a su alcance, en Zagreb, en Lubliana, en Sarajevo. Los canales de televisión, las estaciones de radio, los periódicos y revistas fueron el eje neurálgico de la formidable campaña de intoxicación que, sincronizadamente, atizó la desconfianza y el odio entre las comunidades y las regiones donde quedaban cenizas de ellos, o los resucitó si se habían extinguido, fabricando el clima propicio para que se desencadenara la carnicería. En este clima, las más estrambóticas farsas resultan creíbles (como la denuncia hecha por el funcionario serbio bosnio Biljana Plavcic de que "las fieras del zoológico de Sarajevo son alimentadas con niños serbios vivos"). Y, por supuesto, las voces razonables, las plumas sensatas, las de aquellos que intentan informar con objetividad u opinar con serenidad son irremediablemente reprimidas o descalificadas con los vituperios supremos: *apóstata, vendido, traidor.*

La investigación de Mark Thompson prueba que la tragedia de Bosnia no fue inevitable y que ella no resultó de viejos contenciosos históricos, étnicos y religiosos que habrían estado fermentando, discretamente, en los Balcanes hasta alcanzar su punto de ebullición. Ella fue artificialmente provocada gracias a la técnica de la manipulación de masas, en una sociedad donde no existía un sistema informativo libre y plural que hubiera permitido actuar a la opinión pública contra el desvarío nacionalista y sus inevitables derivados de xenofobia, racismo e intolerancia religiosa. Como en "Las ruinas circulares" borgianas en los bellos relatos polí[illegible]o-fantásticos de Danilo Kis ("Una tumba para David Davidovich"), una ficción fue concebida en abstracto e interpolada en la realidad, gracias a la propaganda y a la vertiginosa eficacia de los medios audiovisuales controlados por el poder, hasta que ella se materializó en una sangrienta maquinaria de destrucción y muerte que amenaza con tragarse a algunos de los aprendices de brujos.

No al brujo mayor, por desgracia. Mientras viajo por carretera de Belgrado a Zagreb, dando un rodeo por Hungría, pues los serbios de Bosnia han cortado la carretera entre Croacia y Yugoslavia, oigo en la BBC y en Radio Francia alentadores comentarios de voceros de los gobiernos occidentales sobre las perspectivas de paz en Bosnia. ¿Quién despierta estas esperanzas? ¡El presidente Milosevic, por supuesto! Acaba de entrevistarse con el enviado especial del presidente Clinton, y le ha dado a entender que, a cambio del levantamiento de las sanciones impuestas por la ONU, Yugoslavia podría tal vez reconocer al gobierno bosnio, lo que arrastraría sin duda el sometimiento del líder serbio bosnio Radovan Karadzic al plan de paz. Y en los días siguientes, mientras recorro las hermosas laderas cargadas de verdura de la Eslavonia occidental, que contempladas a la distancia parecen la tierra más civilizada, próspera y pacífica del mundo (impresión que se hace añicos cuando uno entra a sus desventradas aldeas habitadas a menudo sólo por ancianos que se pasean como sonámbulos entre unas ruinas ametralladas y puñados de conejos o gallinas), las radios coinciden en presentar al presidente Milosevic como la pieza clave de la paz en Bosnia. En general, se reconoce su influencia apaciguadora sobre las partes en conflicto y su voluntad de compromiso. Y un funcionario de la ONU, con quien converso en Pakrac, me confirma esta impresión: "Aunque no sea un demócrata, es un estadista —me dice— y de él depende la paz. Tenemos que reconocerlo". *Me muerdo la lengua* para no preguntarle si, a su juicio, una vez logrado el fin de las acciones militares en Bosnia gracias a los buenos oficios del gobernante de Belgrado (¿quién se atreve hoy a llamarlo un dictador?), sería posible que Slobodan Milosevic reciba el Premio Nobel de la Paz.

01-01

8508448.
Monarquía en Nepal disuelve el Parlamento
La Juventud
14-06-95
11876
507602
11164

Nepal

Monarquía disuelve parlamento controlado por marxistas

14-6-95

Nueva Delhi. El rey Birendra de Nepal disolvió ayer martes el Parlamento y convocó a elecciones generales para el próximo 23 de noviembre, a petición del primer ministro, Manmohan Adhikari.

Según un comunicado emitido por el Palacio Real, el monarca disolvió el Parlamento, siete meses después de la celebración de las últimas elecciones generales en el reino himalayo, a petición de Adhikari, quien continuará provisionalmente en la jefatura del Gobierno.

Adhikari, líder del Partido Comunista de Nepal (Marxista-Leninista Unido), ganador de las últimas elecciones con 87 escaños, gobernó hasta ahora con el apoyo tácito del centrista Partido del Congreso de Nepal (PCN) y la aceptación del Monárquico Partido Nacional Democrático.

Pero la semana pasada el PCN, que cuenta con 82 diputados de los 205 de que se compone la Cámara, decidió presentar una moción de censura contra el Gobierno de Adhikari, que debía ser votada en una reunión especial del Parlmanto el próximo día 16. Los líderes de estas tres formaciones políticas comunicaron al Rey el pasado domingo su deseo de formar un Gobierno de coalición.

De acuerdo con la Constitución el Rey no estaba obligado a seguir los consejos del primer ministro cuando su partido no puede gober-

disolvió ayer martes el Parlamento y convocó a elecciones generales para el próximo 23 de noviembre, a petición del primer ministro, Manmohan Adhikari.

Según un comunicado emitido por el Palacio Real, el monarca disolvió el Parlamento, siete meses después de la celebración de las últimas elecciones generales en el reino himalayo, a petición de Adhikari, quien continuará provisionalmente en la jefatura del Gobierno.

Adhikari, líder del Partido Comunista de Nepal (Marxista-Leninista Unido), ganador de las últimas elecciones con 87 escaños, gobernó hasta ahora con el apoyo tácito del centrista Partido del Congreso de Nepal (PCN) y la aceptación del Monárquico Partido Nacional Democrático.

Pero la semana pasada el PCN, que cuenta con 82 diputados de los 205 de que se compone la Cámara, decidió presentar una moción de censura contra el Gobierno de Adhikari, que debía ser votada en una reunión especial del Parlmanto el próximo día 16. Los líderes de estas tres formaciones políticas comunicaron al Rey el pasado domingo su deseo de formar un Gobierno de coalición.

De acuerdo con la Constitución el Rey no estaba obligado a seguir los consejos del primer ministro cuando su partido no puede gober-**nar en solitario, y podría haber solicitado a la oposición que formara Gobierno y demostrara en un período de 30 días que contaba con el respaldo de la Cámara.**

Nepal es uno de los pocos países del orbe en el cual ganaron los comicios los comunistas ortodoxos considerados por los comunistas occidentales como «ultras».

01-01

P508449

IRAN no cesa en sus amenazas contra EE.UU.

Observ.

5-06-95

11876 V

507597 V

65890 V

11164 V

11830

Irán no cesa en sus amenazas contra EEUU

OBSV.

El líder supremo de la República Islámica, ayatollah Ali Khamenei, desafió a Estados Unidos en una ceremonia en la que se conmemoraron seis años de la muerte de su predecesor, el ayatollah Ruholla Khomeini. 5-6-95

Al dirigirse a la multitud de asistentes que clamaban "Muerte a América" en el mausoleo de Khomeini, Khamenei restó importancia al embargo estadounidense al afirmar que Irán ya no dependía de otros países. "Con raíces en el legado de la revolución (de 1979), el pueblo iraní ahora se enfrenta a los expansionistas y colonialistas", dijo Khamenei al afirmar que el legado de Khomeini continuaba. *(Reuter)*

01-01

9508450
Militar iraní huye con dinero del gobierno.
Observador.
8-06-95
11876 ✓
5075971 ✓
65890 ✓
11164 ✓
11426 ✓

Militar iraní huye con con seis millones de dólares del gobierno

Un militar iraní, que se encontraba de viaje en el extranjero para efectuar compras de material militar por valor de seis millones de dólares, escapó a Estados Unidos con el dinero. 8-6-95 OBSV.

La fuente señala que el militar ha anunciado que no devolverá el dinero, y pide al Parlamento que debata el caso y dé una respuesta a la nación.

Este es otro de los casos de escándalos económicos que denuncia la publicación Mensaje Estudiantil. *(EFE)*

01-01

La profunda crisis iraní

Por Karl Grobe

15/6

FRANCFORT (Frankfurter Rundschau). - Hace seis años y medio, el ayatollah Ruhollah Khomeini amenazó de muerte a Salman Rushdie. El escritor, oriundo de la India, había publicado un libro.

Fue una de las últimas instrucciones del ayatollah, una de las últimas expresiones de esa intolerancia que puso a Khomeini en franca contradicción con el extranjero y con amplios sectores de la élite intelectual de su país.

Además, los académicos islámicos en todo el mundo consideraron desde entonces que la orden de asesinato contradice las tradiciones tolerantes de su religión. Ni una palabra de ella fue revocada.

Aún queda por ver si las señales que provienen de Teherán respecto de que habrá cambios en las próximas semanas no son más que palabras tácticamente alentadoras para que oigan los inversores europeos.

La declaración de que una *fatwa* -una sentencia religiosa- no puede ser anulada se ha repetido demasiado no para alegrarse y abrigar esperanzas ahora. Aun cuando el régimen iraní fuese a hacer concesiones, no sería demostrando una comprensión tardía seis años después de la muerte de Khomeini, sino pagando un tributo a su crisis interna y a sus dificultades externas.

Crisis y corrupción

La crisis iraní es profunda. La deuda externa aumentó a niveles que la economía ya no puede soportar; además, la producción económica merma cada vez más. El creciente índice de desocupación y una espiral inflacionaria, que no ha alcanzado -hay que reconocerlos niveles de algunos de los nuevos Estados vecinos que formaban parte de la ex Unión Soviética, son señales de un profundo cisma social.

Esto se vuelve tanto más perceptible y, para muchos, menos tolerable frente al avance de la corrupción. En contraste incluso con la época del sha, no está circunscripta a las altas esferas del régimen. Se ha vuelto parte de la vida diaria, es omnipresente e inevitable. Todo esto ha dividido la base de poder del régimen, representada por los misérrimos habitantes de las villas de emergencia, de los gobernantes. Los usurpadores de la revolución perdieron sus batallones de apoyo a los que tan fácilmente movilizaban. No ganaron nada a cambio; quienes desarrollan actividades comerciales e industriales y confiaban en una flexibilización política e ideológica en la era posterior a Khomeini esperaron hasta ahora seis años en vano.

Los escritores cuyas obras han sido censuradas tratan de quitarse las cadenas y lo hacen públicamente.

Mujeres embaucadas

La mitad de la sociedad -las mujeres- se considera embaucada y explotada por la revolución islámica. Durante los últimos meses del régimen del sha, usar el velo era una señal de protesta contra un sistema sociopolítico que obligaba a introducir formas de vida occidentales en la sociedad iraní, privándola de su propia identidad; las protestas femeninas realizaron una contribución significativa para expulsar a la dinastía.



BEIRUT. - "Estamos listos para matar a Rushdie". Manifestantes y, detrás, el retrato de Khomeini, en febrero de 1989

El velo desde entonces se convirtió en un símbolo de la falta de derechos. El régimen de los mullah no tiene nada más que ofrecer a quienes lo usan, particularmente porque interfiere en todos los aspectos de la vida diaria, una vida que -durante un breve momento revolucionario- habían experimentado de manera diferente.

Juventud indolente

La mitad de la población de Irán, -en total tiene 60 millones de habitantes- nació antes de la revolución de 1978. La mitad más joven

> El velo desde entonces se convirtió en un símbolo de la falta de derechos. El régimen de los mullah no tiene nada más que ofrecer a quienes lo usan, particularmente porque interfiere en todos los aspectos de la vida diaria

no se identifica con el ímpetu que alguna vez fue lo suficientemente poderoso como para provocar un derrocamiento que hizo época. No es capaz de discernir ninguna perspectiva en las condiciones que predominan hoy. El régimen ya no tiene la fascinación ideológica que podría integrar, e incluso movilizar, a los jóvenes. Aunque probablemente sean exagerados los temores occidentales de que el régimen de Teherán podría generar esa reacción a través de nuevas aventuras en el frente de la política exterior.

Cuando el presidente del Parlamento, Ali Akbar Nateq-Nouri, calculó hace poco que la guerra contra Irak desde 1980 hasta 1988 provocó un desastre que 80 años de exportaciones de petróleo no podrían solucionar, su advertencia fue más que suficiente. Entonces, los esfuerzos iraníes para desarrollar la bomba atómica menguaron considerablemente; y gradualmente los rusos, dispuestos en un primer momento a vender a Irán equipos y materiales por razones de intercambio, comenzaron a darse cuenta de que en Asia central ya existen suficientes conflictos hoy por hoy. Y nadie arma a enemigos potenciales.

Propaganda

El régimen necesita de enemigos externos como siempre. Esa función le cabe a los Estados Unidos y a Israel, igual que hace 16 años, cuando las tropas leales a Khomeini atacaron la embajada norteamericana y tomaron de rehenes a sus ocupantes. Sin embargo, ¿es eficaz todavía esa propaganda? La prohibición de recibir, vía satélite, transmisiones de la TV extranjera, frente a los latosos programas locales de los cuales hasta el propio régimen se queja, hacen incluso que la fruta prohibida parezca dulce.

El régimen de los mullah siempre tuvo el suficiente poder para exportar sus actividades terroristas. Todavía da la impresión de ser bastante fuerte como para reprimir el creciente número de manifestaciones de protesta. Incluso puede hacer recaer la carga del embargo sobre la mayoría más pobre.

Pero está agotando sus reservas internas de poder.

El futuro pertenecerá a una oposición capaz de unificar las diversas tendencias errantes y transformarlas en un movimiento con aptitud para el cambio.

(Traducción de Luis Hugo Pressenda)

9508452
IRAN promete cesar la persecución contra SALMAN RUSHDIE
El País.
20-06-95
11876 ✓
507597. ✓

Luego de seis años, Rushdie se prepara para la calle

Ante las presiones de la Unión Europea y el G-7, Irán promete cesar la persecución a Salman Rushdie. El escritor se convirtió en estos 6 años en el símbolo del autoritarismo iraní.

20/6/95 Pa 12



Los diplomáticos iraníes anunciaron que levantarán la condena.
Pero en Irán dicen que igual lo van a matar los mujaidines.

EL PAIS de Madrid

(Por Lola Galán, desde Londres) La pesadilla de vivir como un fugitivo de la justicia puede estar a punto de acabar para el escritor británico Salman Rushdie. El jueves, representantes de la troika que dirige colectivamente la Unión Europea (Alemania, Francia y España) recibirán en París al viceministro de Exteriores de Irán, Mahmoud Vaezi, portador de una carta firmada por su superior, Ali Akbar Velayati, en la que, según señalaba el viernes la agencia iraní de noticias, Irna, el gobierno de Irán "se avi[illegible] a cumplir las exigencias planteadas en abril pasado por los ministros de Exteriores comunitarios".

El martes pasado, en un hotel de Whitehall, la zona donde se ubican los edificios del gobierno británico, en Londres, un grupo de disidentes iraníes festejó la presentación de una iniciativa parlamentaria internacional destinada a aislar completamente al régimen teocrático de Rafsanyani. La iniciativa no es otra cosa que una muestra de apoyo y está firmada por más de 700 parlamentarios de diferentes países a la política de aislamiento con que la Administración de Clinton pretende asfixiar al régimen iraní.

De las conversaciones que animan todas las mesas emerge el nombre de Salman Rushdie, el escritor británico, nacido en Bombay, y condenado a muerte por el patriarca de la revolución iraní. Rushdie, de 47 años, se ha convertido en la mayor metáfora de la política represiva que representa el régimen de Teherán. Pero los comensales están inquietos, las noticias de que el presidente Rafsanyani y buena parte de los líderes religiosos del país están dispuestos a perdonar a Rushdie puede arrojar, a su juicio, algunas sombras sobre la verdadera naturaleza del Gobierno iraní.

Anteayer el G-7, el Grupo de los siete países más desarrollados, se sumó a la ofensiva europea, y al término de su reunión en Halifax hicieron un nuevo llamamiento a Irán para que dé termino a la condena a Rushdie. Para el autor de *Los versos satánicos* la novela publicada en 1988 que motivo la *fatwa*, la condena que le ha obligado a vivir oculto a lo largo de los últimos seis años, las noticias marcan el principio del fin de su tormento.

O quizás no. El propio Rushdie matizaba en octubre del ano pasado, en una de sus ultimas entrevistas a *The Sunday Times* el verdadero alcance de la amenaza que pesa sobre él. "No se trata de que el gobierno iraní este en estos momentos conspirando activamente para matarme". No. Se trata mas bien de como parar una oleada de odio desatada desde sectores integristas, que lo ha dejado indefenso para siempre ante la ira de los mas fanáticos.

Las primeras reacciones al posible compromiso del gobierno iraní se dieron ayer con las declaraciones publicadas en *Khajan*, principal diario de Irán. En un editorial extremadamente violento se critica "el doble lenguaje de la diplomacia iraní". "Los europeos, Clinton y los sionistas deben saber que los que decapitarán a Rushdie no serán nuestros diplomáticos sino nuestros mujaidines y revolucionarios que están en Europa".

Rusdhie ha pasado a lo largo de estos seis años por todos los estados de animo imaginables. Desde el mas agudamente depresivo, que lo llevó en 1990 a abrazar de nuevo el islam e implorar el perdón de sus verdugos, hasta el furor activista que le ha convertido en el mejor propagandista de su causa a lo largo y ancho del mundo. Refiriéndose a las presiones políticas y económicas adoptadas por diferentes países a lo largo de los últimos tres años, el propio Rushdie se atribuía una pequeña parte del éxito. "Desde luego, las decisiones políticas se toman por mas de una razón, pero la mayoría se han adoptado poco después de mis visitas a esos países". La ultima etapa parece haber traído un poco de calma al escritor, que confesaba recientemente no haber perdido su capacidad de leer hasta 12 libros al mismo tiempo. El caso Rushdie, como la personalidad del escritor, ha sufrido notables altibajos a lo largo de estos seis años. La primera reacción por parte de centenares de intelectuales de todo el mundo fue de defensa cerrada de su causa y de condena a toda clase de fanatismo. El Reino Unido, su patria legal, aceptó la dura prueba de convivir con el escritor maldito e, incluso, la de pagar la millonaria factura de su seguridad, aunque la entonces primera ministra, Margaret Thatcher, no se privó de calificar al polémico libro de ofensivo. A esta primera fase le sucedió otra menos idílica, jalonada de declaraciones críticas contra el escritor, que generó una especie de sentimiento anti-Rushdie.

Ahora, cuando todo parece indicar que la condena toca a su fin, a Rushdie le espera la difícil tarea de reintegrarse al mundo de los comunes seres humanos sin que nadie pueda garantizarle que de verdad lo es.

INFORME ESPECIAL SOBRE TERRORISMO

LAS HUELLAS DE TEHERAN



(*Por Walter Goobar*) Agentes de inteligencia iraníes actuando bajo cobertura diplomática organizaron en Alemania una célula terrorista de Hezbollah para asesinar a la opositora iraní Maryam Rajavi durante una manifestación que se iba a realizar a comienzos de este mes. Actuando con la más absoluta discreción, el gobierno alemán prohibió sin previo aviso la entrada de Rajavi a Alemania, argumentando que integra la dirigencia de un movimiento que busca derrocar al gobierno de Irán empleando la violencia, y de manera paralela –aunque sin vincularlo explícitamente– expulsó a los dos responsables de los servicios secretos iraníes que estaban acreditados como diplomáticos en Bonn. Los alemanes quisieron mantener el asunto en secreto pero fue filtrado por los servicios de inteligencia estadounidenses en una maniobra destinada a poner en aprietos al gobierno de Helmut Kohl y al resto de los países europeos que no han querido incorporarse al embargo petrolero propiciado por los EE.UU. contra Irán. Sin embargo, como la información aparecida en *The New York Times* no fue desmentida, se considera como una tácita confirmación alemana. El incidente –que se suma a uno similar registrado en mayo en Suecia– guarda particular interés para la Argentina porque aporta datos recientes sobre las operaciones terroristas iraníes en el extranjero.

El año pasado, los servicios de inteligencia estadounidenses y alemanes comprobaron que Irán estaba utilizando su embajada en Bonn como cuartel general para sus operaciones de inteligencia en Europa. La embajada se utiliza para vigilar las actividades de los 100.000 iraníes residentes en ese país, para planificar atentados [illegible]

Teherán dirigió un mensaje codificado a un agente en Suiza pidiendo confirmación de la muerte de Bajtiar. El mensaje fue interceptado y descifrado por agentes británicos y estadounidenses, y es la prueba más sólida de la participación de los servicios secretos iraníes. Uno de los asesinos, Azadi, fue recogido en Suiza por agentes iraníes y puesto a salvo en su país. El otro, Vakili, fue detenido en Ginebra y condenado a cadena perpetua. Además de Vakili, fue condenado a diez años de cárcel Masud Hendi (empresario, sobrino de Jomeini, protector de los asesinos en Francia), mientras el organizador de la huida, Zeinal Sarhadi (funcionario de la embajada iraní en Suiza y sobrino del presidente Rafsanjani), fue absuelto.tó, proporcionó las armas y planificó la fuga de los pistoleros que perpetraron un sangriento atentado en el que cuatro opositores al gobierno de Teherán fueron acribillados a balazos en el restaurante Mykonos de Berlín. Casi todos los actos de terrorismo iraní, incluyendo la condena a muerte de Salman Rushdie, han estado precedidos por alguna forma de negociación, advertencia o chantaje. Tanto en ese sonado caso que se ventila actualmente en Alemania como en el del asesinato perpetrado en Francia contra el ex premier iraní Shapur Bajtiar, Irán llevó a cabo negociaciones secretas con los respectivos gobiernos para evitar que su participación en esos atentados tomara estado público. En 1993 el jefe de la inteligencia iraní Ali Fallahiyan mantuvo tratativas secretas con sus colegas de Francia y Alemania para poner fin a los actos de terrorismo chiita en esos dos Estados a cambio de un alivio en el pago de la deuda externa, ayuda económica y la devolución a Teherán a dos terroristas de esa nacionalidad que iban a ser ex-

opositores políticos en el exterior y para dirigir una sofisticada red de contrabando de armas e insumos nucleares y misilísticos.

Durante la última década agentes iraníes perpetraron atentados contra opositores políticos en Francia, Alemania, Suiza, Italia, Suecia y Turquía. Tras la muerte del ayatola Jomeini en 1989, los actos de violencia crecieron de manera geométrica desde que el presidente Hashemi Rafsanjani creó el Ministerio de Inteligencia, que está al mando del clérigo Ali Fallahiyan, quien durante la revolución islámica se ganó el apodo del "juez de la horca".

Los asesinatos son llevados a cabo por la brigada Quds (Jerusalén), que es una rama especial de los Guardias de la Revolución y está dirigida por el general Ahmad *Vahidi. La operaciones llevadas* a cabo en el exterior –con apoyo logístico y cobertura proporcionadas por la Cancillería, el Ministerio de Comunicaciones y la cadena estatal de Televisión (IRIB)– son decididas por el Consejo Supremo de Seguridad Nacional, que está integrado por el presidente Hashemi Rafsanjani, el canciller Ali Akbar Velayati, el sucesor espiritual de Jomeini, Ali Jamenei y el ministro de Inteligencia Ali Fallahiyan. El secretario del Consejo es el vicepresidente del Parlamento Hassan Rouhani, quien en 1994 declaró al diario iraní *Ettela'at* que "Irán no dudaría en destrozar la actividad de grupos contrarrevolucionarios en el exterior".

Desde 1988, fecha en que se hizo cargo de la jefatura de los servicios de inteligencia iraníes (VEVAK), Ali Fallahiyan ha sido responsable de dos docenas de atentados cometidos contra disidentes políticos en distintas partes del mundo. En un reportaje concedido a la televisión iraní en agosto de 1992, Fallahiyan se jactó de los logros de su organización para acallar a los opositores: "También los rastreamos en el exterior", dijo. "El año pasado tuvimos éxitos en dar golpes fundamentales a sus principales representantes." La referencia de Fallahiyan a 1991 no es accidental, ya que ese año en que fue asesinado en París el ex premier iraní Shapur Bajtiar y la exhaustiva investigación conducida por el juez Jean-Louis Brugière ha permitido no sólo condenar a principios de este mes a los asesinos, sino también desentrañar la metodología del terrorismo iraní. En diciembre pasado *fueron juzgados en París* tres de los acusados por el asesinato de Bajtiar: Ali Rad Vakili, Massud Hendi y Zeinal Abein Sarhadi. Otros seis prófugos fueron procesados en rebeldía. Y, detrás de todos ellos, se juzgó simbólicamente a los servicios secretos iraníes.

Agentes iraníes actuando bajo cobertura diplomática organizaron en Alemania una célula terrorista de Hezbollah para asesinar a una opositora iraní a comienzos de este mes. El incidente en Alemania, que se suma a uno similar registrado en mayo en Suecia, donde se consiguió conjurar dos atentados contra instituciones judías, guarda particular interés para la Argentina porque aporta datos recientes sobre las operaciones terroristas iraníes en el extranjero.

El asesinato de Bajtiar, acuchillado en Suresnes el 6 de agosto de 1991, fue posible por una cadena de errores de la policía francesa, que empezó por conceder visados de entrada a los asesinos pese a estar recomendados por el ex representante de la televisión iraní en París, sobrino del ayatola Jomeini, que había sido expulsado de Francia por dos veces. Según las conclusiones del expediente que ocupa 18 volúmenes, los ejecutores de la *fatwa* (decreto religioso) del ayatola Jomeini, Ali Rad Vakili (arrestado) y Mohamed Azadi (prófugo), fueron introducidos en la residencia de Bajtiar por Faridun Boyerhamadi, secretario del ex primer ministro. Los dos esbirros efectuaron un asesinato ritual: tajo mortal en la garganta, amputación de ambas manos y robo del reloj de la víctima, como prueba de que el encargo había sido cumplido.

Esa mañana, horas antes de se conociera la noticia, el gobierno de [...] traditados a Suiza por el asesinato del líder opositor Kazein Rajavi. El jefe del espionaje alemán Bernd Schmidbauer reconoció el año pasado ante una comisión parlamentaria que sus agentes habían entregado equipos de computación y entrenamiento a sus colegas iraníes por valor de 60.000 dólares.

A comienzos de mayo pasado los servicios de inteligencia de Suecia consiguieron conjurar dos atentados contra instituciones judías y desarticular una red terrorista de Hezbollah en el país nórdico. Los atentados abortados en Suecia –uno de los cuales estaba dirigido contra la embajada de Israel en Estocolmo– son una consecuencia de las extremas medidas de seguridad adoptadas en ese país tras el atentado contra la AMIA en Buenos Aires y aportan más evidencias de que a partir de 1993 la inteligencia iraní comenzó a ocultar sus operaciones en el exterior y a utilizar a Hezbollah como su brazo ejecutor.

Si bien los dos principales sospechosos, Faisal Ibrahim Atar y Ali Reda Abdullah, que residían en la sureña ciudad de Trollhattan, fueron detenidos el 29 de marzo, los servicios secretos suecos mantuvieron el tema en el más absoluto secreto *hasta después de que* se concretó su deportación de Suecia al Líbano el 5 de mayo pasado. Los investigadores suecos afirman que el jeque Ali Hassan Roushandel, líder espiritual de la mezquita de Estocolmo y vinculado a la embajada de Irán en esa capital por intermedio de su hijo que se desempeña en la sección consular, funciona como enlace con Hezbollah. Aunque no descartan que haya otros atentados en preparación, las autoridades suecas están examinando la posibilidad de cancelar los permisos de residencia del clérigo chiita y de otras dos personas para desmantelar la presunta red terrorista.

Alemania y la autopista iraní

(Por W.G.) Alemania, que es el principal socio comercial de Irán, también es el epicentro del comercio clandestino iraní. A partir de numerosas compras frustradas, entre las que se cuenta la anulación del contrato argentino para proveer máquinas y herramientas para la Organización de Energía Atómica de Irán (AEAEOI), fabricadas por la empresa INVAP (Investigaciones Aplicadas) que determinó un abrupto deterioro en las relaciones entre ambos países y coincidió con el atentado contra la embajada de Israel en Buenos Aires, Irán montó una compleja red de aprovisionamiento de materiales nucleares y misilísticos.

En marzo de este año los servicios de inteligencia occidentales descubrieron que hace dos años, tres iraníes considerados los mayores traficantes de armas en Europa compraron el idílico aeropuerto civil de Hartenholm, ubicado a sólo 35 millas al norte de Hamburgo, la ciudad puerto donde comienza "la ruta –o más bien la autopista– iraní".

En 1993 el traficante de armas Mehdi Kashani y el ex viceministro del Petróleo Mussa Khayer Habibollahi ofrecieron ocho millones de dólares a los dueños alemanes del aeropuerto de Hartenholm. El monto duplicaba lo que Heinz-Erich Schreitmuller y el dentista Reinhard Uhlig habían pagado cuatro años antes. Por ese precio, los dos alemanes accedieron a seguir figurando como dueños en los *papeles, pero* la dirección de la estación aérea que cuenta con una flotilla de doce aviones Cessna y nueve depósitos pasaron a manos de un tercer iraní Nick Ahmed Semnar.

Para adquirir componentes nucleares, los contrabandistas iraníes emplean en algunos casos las viejas rutas utilizadas anteriormente por Irak y Paquistán pero están fragmentando, dispersando y enmascarando sus compras de tal manera que resultan prácticamente imposibles de detectar. La ciudad-puerto de Hamburgo donde residen 30.000 iraníes es la cabecera de puente para las operaciones de compra ilegal de armamentos y tecnología que son coordinadas desde la embajada de ese país en Bonn. En marzo, cuando se reveló el escándalo en torno del aeropuerto de Hartenholm, los tres iraníes sindicados como propietarios abandonaron Alemania. El ex viceministro del Petróleo Mussa Khayer Habibollahi señalado por algunos servicios de inteligencia como el responsable en Europa de la adquisición clandestina de armas, desapareció de su residencia londinense mientras que el traficante de armas Mehdi Kashani se esfumó de Madrid.

28/6/95

...opositores políticos en el exterior y para dirigir una sofisticada red de contrabando de armas e insumos nucleares y misilísticos.

Durante la última década agentes iraníes perpetraron atentados contra opositores políticos en Francia, Alemania, Suiza, Italia, Suecia y Turquía. Tras la muerte del ayatola Jomeini en 1989, los actos de violencia crecieron de manera geométrica desde que el presidente Hashemi Rafsanjani creó el Ministerio de Inteligencia, que está al mando del clérigo Ali Fallahiyan, quien durante la revolución islámica se ganó el apodo del "juez de la horca".

Los asesinatos son llevados a cabo por la brigada Quds (Jerusalén), que es una rama especial de los Guardias de la Revolución y está dirigida por el general Ahmad Vahidi. La operaciones llevadas a cabo en el exterior –con apoyo logístico y cobertura proporcionadas por la Cancillería, el Ministerio de Comunicaciones y la cadena estatal de Televisión (IRIB)– son decididas por el Consejo Supremo de Seguridad Nacional, que está integrado por el presidente Hashemi Rafsanjani, el canciller Ali Akbar Velayati, el sucesor espiritual de Jomeini, Ali Jamenei y el ministro de Inteligencia Ali Fallahiyan. El secretario del Consejo es el vicepresidente del Parlamento Hassan Rouhani, quien en 1994 declaró al diario iraní *Ettela'at* que "Irán no dudaría en destrozar la actividad de grupos contrarrevolucionarios en el exterior".

Desde 1988, fecha en que se hizo cargo de la jefatura de los servicios de inteligencia iraníes (VEVAK), Ali Fallahiyan ha sido responsable de dos docenas de atentados cometidos contra disidentes políticos en distintas partes del mundo. En un reportaje concedido a la televisión iraní en agosto de 1992, Fallahiyan se jactó de los logros de su organización para acallar a los opositores: "También los rastreamos en el exterior", dijo. "El año pasado tuvimos éxitos en dar golpes fundamentales a sus principales representantes." La referencia de Fallahiyan a 1991 no es accidental, ya que ese año en que fue asesinado en París el ex premier iraní Shapur Bajtiar y la exhaustiva investigación conducida por el juez Jean-Louis Brugière ha permitido no sólo condenar a principios de este mes a los asesinos, sino también desentrañar la metodología del terrorismo iraní. En diciembre pasado fueron juzgados en París tres de los acusados por el asesinato de Bajtiar: Ali Rad Vakili, Massud Hendi y Zeinal Abein Sarhadi. Otros seis prófugos fueron procesados en rebeldía. Y, detrás de todos ellos, se juzgó simbólicamente a los servicios secretos iraníes.

Agentes iraníes actuando bajo cobertura diplomática organizaron en Alemania una célula terrorista de Hezbollah para asesinar a una opositora iraní a comienzos de este mes. El incidente en Alemania, que se suma a uno similar registrado en mayo en Suecia, donde se consiguió conjurar dos atentados contra instituciones judías, guarda particular interés para la Argentina porque aporta datos recientes sobre las operaciones terroristas iraníes en el extranjero.

El asesinato de Bajtiar, acuchillado en Suresnes el 6 de agosto de 1991, fue posible por una cadena de errores de la policía francesa, que empezó por conceder visados de entrada a los asesinos pese a estar recomendados por el ex representante de la televisión iraní en París, sobrino del ayatola Jomeini, que había sido expulsado de Francia por dos veces. Según las conclusiones del expediente que ocupa 18 volúmenes, los ejecutores de la *fatwa* (decreto religioso) del ayatola Jomeini, Ali Rad Vakili (arrestado) y Mohamed Azadi (prófugo), fueron introducidos en la residencia de Bajtiar por Faridun Boyerhamadi, secretario del ex primer ministro. Los dos esbirros efectuaron un asesinato ritual: tajo mortal en la garganta, amputación de ambas manos y robo del reloj de la víctima, como prueba de que el encargo había sido cumplido.

Esa mañana, horas antes de se conociera la noticia, el gobierno de ... traditados a Suiza por el asesinato del líder opositor Kazein Rajavi. El jefe del espionaje alemán Bernd Schmidbauer reconoció el año pasado ante una comisión parlamentaria que sus agentes habían entregado equipos de computación y entrenamiento a sus colegas iraníes por valor de 60.000 dólares.

A comienzos de mayo pasado, los servicios de inteligencia de Suecia consiguieron conjurar dos atentados contra instituciones *judías* y desarticular una red terrorista de Hezbollah en el país nórdico. Los atentados abortados en Suecia –uno de los cuales estaba dirigido contra la embajada de Israel en Estocolmo– son una consecuencia de las extremas medidas de seguridad adoptadas en ese país tras el atentado contra la AMIA en Buenos Aires y aportan más evidencias de que a partir de 1993 la inteligencia iraní comenzó a ocultar sus operaciones en el exterior y a utilizar a Hezbollah como su brazo ejecutor.

Si bien los dos principales sospechosos, Faisal Ibrahim Atar y Ali Reda Abdullah, que residían en la sureña ciudad de Trollhattan, fueron detenidos el 29 de marzo, los servicios secretos suecos mantuvieron eltema en el más absoluto secreto hasta después de que se concretó su deportación de Suecia al Líbano el 5 de mayo pasado. Los investigadores suecos afirman que el jeque Ali Hassan Roushandel, líder espiritual de la mezquita de Estocolmo y vinculado a la embajada de Irán en esa capital por intermedio de su hijo que se desempeña en la sección consular, funciona como enlace con Hezbollah. Aunque no descartan que haya otros atentados en preparación, las autoridades suecas están examinando la posibilidad de cancelar los permisos de residencia del clérigo chiita y de otras dos personas para desmantelar la presunta red terrorista.

Alemania y la autopista iraní

(Por W.G.) Alemania, que es el principal socio comercial de Irán, también es el epicentro del comercio clandestino iraní. A partir de numerosas compras frustradas, entre las que se cuenta la anulación del contrato argentino para proveer máquinas y herramientas para la Organización de Energía Atómica de Irán (AEAEOI), fabricadas por la empresa INVAP (Investigaciones Aplicadas) que determinó *un abrupto deterioro* en las relaciones entre ambos países y coincidió con el atentado contra la embajada de Israel en Buenos Aires, Irán montó una compleja red de aprovisionamiento de materiales nucleares y misilísticos.

En marzo de este año los servicios de inteligencia occidentales descubrieron que hace dos años, tres iraníes considerados los *mayores traficantes de armas* en Europa compraron el idílico aeropuerto civil de Hartenholm, ubicado a sólo 35 millas al norte de Hamburgo, la ciudad puerto donde comienza "la ruta –o más bien la autopista– iraní".

En 1993 el traficante de armas Mehdi Kashani y el ex viceministro del Petróleo Massa Khayer Habibollahi ofrecieron ocho millones de dólares a los dueños alemanes del aeropuerto de Hartenholm. El monto duplicaba lo que Heinz-Erich Schreitmuller y el dentista Reinhard Uhlig habían pagado cuatro años antes. Por ese precio, los dos alemanes accedieron a seguir figurando como dueños en los papeles, pero la dirección de la estación aérea que cuenta con una flotilla de doce aviones Cessna y nueve depósitos pasaron a manos de un tercer iraní Nick Ahmed Semnar.

Para adquirir componentes nucleares, los contrabandistas *iraníes emplean* en algunos casos las viejas rutas utilizadas anteriormente por Irak y Paquistán pero están fragmentando, dispersando y enmascarando sus compras de tal manera que resultan prácticamente imposibles de detectar. La ciudad-puerto de Hamburgo donde residen 30.000 iraníes es la cabecera de puente para las operaciones de compra ilegal de armamentos y *tecnología* que son coordinadas desde la embajada de ese país en Bonn. En marzo, cuando se reveló el escándalo en torno del aeropuerto de Hartenholm, los tres iraníes sindicados como propietarios abandonaron Alemania. El ex viceministro del Petróleo Mussa Khayer Habibollahi señalado por algunos servicios de inteligencia como el responsable en Europa de la adquisición clandestina de armas, desapareció de su residencia londinense mientras que el traficante de armas Mehdi Kashani se esfumó de Madrid.

29/6/95

02-02

9508454
Problemas en presidencia de Polonia
EL PAIS.
21-06-95
11876 ✓
66861 ✓
11164 ✓
11830 ✓

...según EMI. (AP, Haningen)

PRESIDENCIA FUERTE



El presidente de Polonia Lech Walesa criticó los intentos de debilitar los poderes del jefe de estado polaco, e insistió en que el país requiere de una presidencia fuerte. "Yo exijo un sistema presidencial e incluso el derecho del presidente de emitir decretos si así lo requiere", dijo en el astillero de Szczecin, un baluarte del sindicato Solidaridad que Walesa ayudó a fundar en 1980. 21/6/95 EL PAIS

Un comité del parlamento polaco, controlado por la izquierda, adoptó medidas para reducir el número de votos requeridos para anular un veto presidencial. Walesa dijo que "yo todavía quiero hacer algo por Polonia, pero necesito tener las posibilidades para hacerlo". (Reuter, Szczecin, Polonia).

9508454

01-01

Aspectos Jurídicos y Económicos de las Inversiones de Israel

por Joseph H. Gross

Desde 1990, se ha expandido la economía de Israel a gran ritmo y se ha convertido en una de las economías de más rápido crecimiento del mundo. La nueva ola de inmigración masiva que comenzó a fines de 1889 tuvo un gran impacto en la economía en general. El crecimiento promedial real por año del Producto Nacional Bruto (PNB) en los últimos cuatro años, que de 5.5%. El crecimiento anual promedial del sector de los negocios en el mismo lapso fue de 6. 5%.

En los primeros dos años desde 1990, estuvo el crecimiento encabezado por construcciones en masa iniciadas por el Gobierno, a los efectos de suministrar soluciones de vivienda a los inmigrantes de la Ex-Unión Sovietica.

El año 1993 constituyó un momento decisivo. Tendencias que aparecieron en 1992 persistieron en 1993: la expansión de industrias de productos comerciables y especialmente exportables y la contracción del sector de la construcción: el crecimiento rápido de los negocios, excluyendo la construcción, a un ritmo de 6. 7%. El influjo de inmigrantes continuó con el mismo ritmo que en 1992: su número fue de 80, 000.

La elevada tasa de crecimiento del producto de los negocios (excluyendo la construcción), es presumiblemente el resultado de diversos factores que han estado actuando en el correr de los últimos años:

1. Ante todo la inmigración, que incrementó la demanda de viviendas y bienes de consumo. Luego, impulsaron los inmigrantes la oferta, mediante el ofrecimiento de trabajadores calificados.
2. El segundo factor de crecimiento fue la reestructuración de la economía, debido a reformas que tuvieron lugar, especialmente la instroducción de nuevas herramientas financieras ofreciendo oportunidades a empresarios y ofreciendo ayuda especial a los negocios pequeños y medianos.
3. El tercer factor principal fue la reducción de la intervención gubernamental en la economía, caracterizada por la disminución de los gastos gubernamentales como parte del PNB.
4. Finalmente, la estabilización de precios que tuvo lugar luego de un prolongado período de elevada inflación. Todos esos factores contribuyeron a impulsar la expansión.



Algunos de los numerosos factores que transformaron la economía de Israel desde un estado de hiper-inflación y bajo crecimiento a un estado de usina económica que se toma por modelo, son los siguientes:

* Fuerza de trabajo de bajo costo y altamente educada
* Mejora en las exportaciones
* La inmigración produjo un boom demográfico
* Inflación y tasas de interes en declinación
* Privatización
* Mercados de capital domésticos en expansión
* Acuerdos de libre comercio con Europa y los EEUU
* Activa Inversión de Capitales del extranjero
* Dividendos potenciales de paz

Factores de Crecimiento Económico

Fuerza Laboral Educada - Israel tiene una de las más grandes concentraciones per capita de ingenieros y científicos del mundo. Esa riqueza en capital humano ha permitido a Israel entrar exitosamente en muchos nichos de alta tecnología. Además, las compañías israelíes han sido muy exitosas en la comercialización de tecnología militar, absorbiendo de esa manera a una generación entera de ingenieros militares. El agregado de inmigrantes rusos, muchos de los cuales son ingenieros y científicos, ha enriquecido a ese grupo aún más de lo muy fértil que ya era.

El Profesor Joseph H. Gross es un prominente abogado israelí, miembro de nuestra Asociación, Profesor de Derecho Comercial en la Universidad de Tel Aviv, Ex-Miembro del Directorio de la Bolsa, y Presidente del Comite Asesor del Gobierno para Corporaciones Estatales.

Industria Orientada hacia la Exportación - La economía de Israel es empujada hacia la exportación, con una exportación de bienes y servicios que abarca más del 30% del PNB. El más grande contribuyente para ese sector de la exportación es la Alta Tecnología. Las compañías israelíes han sentado sus reales en en ciertos áreas, como el de las telecomunicaciones, software y sistemas de tipo local, en los que lograron compartir una muy honorable ubicación en los mercados de EEUU y Europa. Otros áreas de refuerzo de las exportaciones incluyen productos químicos, vestimenta y agricultura. Los Acuerdos de Libre Comercio que Israel ha concertado tanto con Europa como con los EEUU, han dado al país una posición que facilita su penetración en dichos mercados. Las exportaciones, avaluadas en dólares, aumentaron en 1992 en un 10% y luego, en 1993, aumentaron en un 10% con respecto al total de 1992.

Boom de Población - En el correr de los últimos tres años y medio, inmigraron a srael más de 500. 000 personas, representando aproximadamente un incremento del 14% de la población judía de Israel (El incremento natural de la población israelí, es del orden del 1.5% anual). Ese influjo había tenido dos principales impactos sobre la economía de Israel. El más obvio efecto de dicho incremento de población es el que dice relación con el consumo domestico. Inicialmente, se sintió el mayor crecimiento en el sector de la construcción, ya que había necesidad inmediata de techo para los inmigrantes. El efecto positivo sobre otros aspectos de la economía domestica, como el gasto en no-durables y servicios, continúa.

> **Los Acuerdos de Comercio Libre que Israel tiene tanto con Europa como con los EEUU, lo colocan en posición de contínua penetración a dichos mercados. En 1992 y 1993 aumentaron las exportaciones, avaluadas en dólares, cada año en un 10% con respecto al ano anterior.**

El segundo impacto principal de la ola masiva de inmigración, tiene que ver con la fuerza laboral de Israel. La edad promedio de dichos inmigrantes es de 34 años. Estos nuevos ciudadanos constituyen un tremendo agregado a la fuerza laboral del país, que totaliza alrededor de 1.700.000 personas. Los mencionados inmigrantes son altamente educados con una significativa minoría de ingenieros, hombres de ciencia y médicos. No cabe duda que el capital humano de Israel, que ya era de antemano muy rico en calidad científica, ha recibido un refuerzo adicional de gravitación.

Inflación y Tasas de Interes - Luego de sufrir hiper-inflación hacia la mitad de la decada de los años ochenta, tuvo el gobierno israelí éxito en bajar la tasa anual de inflación al nivel del 20% en el quinquenio 1986-1991. En 1992, por primera vez en años, bajó la inflación a una cifra de un decimal - 9. 4% y luego 11. 2% en 1993. El Gobierno confía en una tasa de 8% para 1994. Esa baja inflacionaria tiene obviamente un efecto positivo sobre las tasas de interés, especialmente en el área no-vinculado al índice de precios. Cuando baja el interés sube el gasto útil del capital.

Reducción de la Intervención Gubernamental en los Negocios - Una serie de factores han estado moviendo a Israel hacia una economía de mercado libre. El aflojamiento de las restricciones a la importación, la reducción de monopolios y carteles, un significativo debilitamiento de la principal entidad sindical, una actitud más liberal hacia el intercambio monetario y la privatización de empresas estatales, están comenzando a eliminar la burocracia, el despilfarro y las ineficiencias de una economía formalmente socializante.

Privatización - El Gobierno de Israel parece estar tomando más en serio la cuestión de la privatización. En 1993 se han dado los pasos iniciales hacia la privatización de los dos bancos más grandes del país, el Bank Hapoalim y el Bank Leumí. El Gobierno vendió aproximadamente el 20% de cada uno de los dos bancos, en ofertas al público a través de la Bolsa de Valores de Tel Aviv. Asimismo, vendió el Gobierno su 51% en Mivnei-Hataasiyá, una importante empresa para la construcción de edificios para industrias. La venta de los intereses controlantes en el cuarto banco de importancia del país, es el próximo jalón. En 1994, han de ofrecer sus acciones en la Bolsa de Nueva York, algunas de las más grandes empresas públicas de Israel, como Israel Chemicals, la compañía estatal de telecomunicaciones Bézek, y El-Al. El plan incluye más de 100 empresas total o parcialmente estatales. Los ingresos a obtener de la venta de dichos paquetes accionarios han de ayudar al Gobierno a continuar con su actual gasto agresivo en obras de infraestructura, al mismo tiempo que manteniendo bajo control el déficit presupuestal.

Mercados de Capital en Expansión - Las acciones y obligaciones de más de 500 empresas están siendo comercializadas actualmente en la Bolsa de Tel Aviv.

Reformas del Mercado de Capital

Las reformas del Mercado de Capitales están enfocadas hacia los puntos siguientes:

* El requerimiento obligatorio de obligaciones gubernamentales impuesto sobre inversores institucionales fue rebajado del 92% al 50% y se limita actualmente a los Fondos de Pensiones.
* El Gobierno no interviene más en la emisión de nuevas acciones y bonos.
* Los requerimientos líquidos en depósitos bancarios fueron drás-

ticamente reducidos de 100% en algunas cuentas de ahorros a 4.8%, a la par con los niveles de otros países industriales.

* Los "sectores preferidos" que se beneficiaban con "préstamos directos" han sido abolidos.

Acuerdos de Libre Comercio con Europa y los EEUU - Durante 1992 firmó Israel un acuerdo de comercio con la EFTA. Dicho acuerdo, sumado a acuerdos previamente existentes con la CEE y los EEUU, colocan a los manufactureros de Israel en posición de penetrar a dichos mercados. Por ejemplo, una serie de importantes empresas de producción de vestimenta, han incrementado sus compras en Israel, a costas de países asiáticos cuyos bienes están a menudo restringidos por cuotas y tarifas. Las compañías israelíes de alta tecnología han comenzado a entrar a otros segmentos del mercado, con productos como TV digital y semi-conductores, donde los acuerdos israelíes de libre mercado le otorgan le otorgan sustanciales ventajas sobre otros manufactureros.

Status Especialísimo de Libre Comercio - Creemos que Israel es el único país del mundo que firmó acuerdos de libre comercio tanto con los EEUU, cuanto con la CEE. Los acuerdos de libre comercio firmados entre Israel y la CEE en julio de 1976 dan a las exportaciones industriales de Israel a la CEE los mismos beneficios de exención tarifaria completa recibidos por los países miembros de la CEE en el intercambio entre ellos mismos. El acuerdo de libre comercio entre Israel y los EEUU, que se hizo efectivo en agosto de 1985, es similar al acuerdo con la CEE.

Exportaciones de Status Preferido - Estos acuerdos abren la posibilidad a compañías multinacionales a efectuar negocios en EEUU y Europa. Específicamente, las exportaciones israelíes a los EEUU gozan de un status preferido con respecto a exportaciones europeas directas a los EEUU y, similarmente, las exportacionesa israelíes a Europa gozan de un status preferido frente a las exportaciones directas de los EEUU a Europa.

Estructura Salarial Más Baja - Aunque los salarios israelíes no son tan bajos como los del Sur-Este de Asia, gozan los hombres de negocios israelíes de una ventaja competitiva en sus estructuras salariales, comparados con sus contrapartes europeas y norteamericanas. Eso es especialmente cierto en los sectores de ingeniería y ciencias, donde los costos de mano de obra son, en Israel, en un 30% más baratos que en los EEUU. Además, la combinación de incentivos gubernamentales, que pueden cubrir más del 50% de los costos de mano de obra, con el nuevo pool de Ingenieros provenientes de Rusia, se ha dado a las empresas israelíes el elemento que les faltaba para poder competir con las grandes compañías internacionales. Las compañías manufactureras se han beneficiado también en el aspecto del costo de mano de obra. Sobre una base ajustada a la inflación, es el sueldo promedial de Israel, inferior al de 1989.

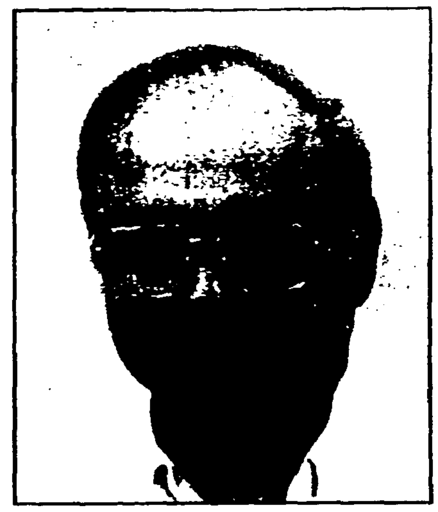
Inversión Extranjera Activa - Las compañías estadounidenses de alta tecnología continuaron invirtiendo en Israel en "R and D" y en las plantas manufactureras de Israel. Recientemente propuso la Intel Corporation un plan de expansión de un billón de dólares para sus instalaciones en Israel, que ya son ahora objeto de un serio y vasto desarrollo. (El Gobierno de Israel subsidia el 38% de los desembolsos de capital). Además, muchas compañías estadounidenses han utilizado la fundación BIRD (una organización conjunta EEUU-Israel, financiada gubernamentalmente) para coadyuvar en la financiación de programas de desarrollo entre compañías israelíes y norteamericanas.

Actualmente, más de U$S 200 millones en fondos de "venture capital" han sido reunidos para inversión en Israel. Ese monto, aunque pequeño en terminos absolutos, es muy grande en relación al "venture capital" históricamente dedicado a Israel.

Un creciente monto de capital está ingresando al país tanto por ofertas públicas de compañías israelíes en Wall Street como por firmas inversionistas orientadas hacia la inversión en compañías israelíes. En el correr del último bienio, 18 compañías israelíes o vinculadas a Israel reunieron más de u$s 850 millones con un sistema de pagos mediante el intercambio con EEUU. Las firmas del tipo "venture capital" han tambien incrementado sus inversiones en Israel. Actualmente, más de u$s 200 millones en fondos de "venture capital" han sido reunidos para inversión en Israel. Ese dinero, aunque pequeño en guarismos absolutos, es muy grande en relación al tipo de "venture capital" históricamente dedicado a Israel.

Proceso de Paz - Israel y los palestinos están trabajando actualmente en un acuerdo preliminar que ha de pavimentar el camino para una autonomía limitada. A su turno podría ello empujar a los sirios, jordanos y libaneses a más estrechos acuerdos de paz con Israel. Aunque se trate tan sólo de un primer paso de un prolongado proceso, las implicaciones para la economía israelí, pueden obviamente llegar a ser muy positivas. Dada la infraestructura manufacturera relativamente adelantada de Israel y su riqueza en talentos en zonas fundamentales como p. ej. telecomunicaciones, las compañías israelíes pueden encontrarse con nuevos mercados y oportunidades. Además, la eliminación del boicoteo árabe abriría las puertas de mercados no-árabes que estaban previamente vedados a Israel.

Planeamiento Impositivo para Inversores del Exterior en Israel



por Yaakov Neemán

El principal tema de este artículo se refiere al hecho que una persona no puede planear inversiones en otro país, especialmente si es un país de estructura impositiva complicada, sin una "joint venture" y tambien reflexión conjunta entre juristas y expertos de ambos países, preparando en conjunto un esquema o algún arreglo para la inversión en el otro país. La experiencia de los años recientes ha mostrado, que si un profesional desea preparar un trabajo diligente para su cliente, o si representa al Estado, ha de mantener contacto cotidiano con el experto del otro país y no conformarse con la experiencia que uno mismo tiene o cree tener del país en el que se planea invertir.

Puede probarse esta tesis mediante dos ejemplos: Para un inversor norteamericano, el mejor modo para invertir en Israel, es mediante el uso de lo que se conoce en EEUU como "S Corporation". Se trata de una Corporación que bajo la ley de EEUU y a los efectos del sistema impositivo, será reconocida como un "partnership" (sociedad de dos o más socios), de modo que la inversión en Israel sería atribuida directamente a los accionistas, sin arrostrar consecuencias impositivas algunas en los EEUU, mientras que la misma S-Corporation sería considerada bajo la ley israelí como una corporación para todo propósito y tendría derecho a tasas impositivas rebajadas bajo la Ley de Estímulo a las Inversiones de Capital, 5719-1959.

Una inversión regular en los EEUU daría una ganancia neta de 39. 26% mientras que la inversión en una corporación en Israel y en una subsidiaria israelí daría una ganancia neta de 54. 36%. O sea una diferencia de un tercio en la ganancia neta.

En el caso de una S-Corporation, que es considerada como una sociedad conjunta a los efectos impositivos estadounidenses, y es una corporación bajo la ley israelí - ya sea que se trate de una "Empresa Aprobada" o de una corporación regular sin beneficios impositivos en Israel - la ganancia neta es aún más alta - 60. 4% bajo los regímenes impositivos de ambos países.

Es este un perfecto ejemplo de como quien conozca a fondo la especialísima legislación impositiva de los EEUU, donde las S-Corporations especiales reciben el status de un "Look Through", les permite resultados mucho mejores al planear una inversión en otro país, en ese caso -Israel.

Pero podemos ir todavía más lejos para probar la tesis que estamos desarrollando. Luego de consultar a un experto de los EEUU, pueden ser logrados los mismos resultados en los casos en que la S-Corporation no nos sirve, debido a dificultades relacionadas a la legislación impositiva interna de los EEUU. Bajo la ley de los EEUU, la S-Corporation no nos sirve si uno de sus accionistas no es ciudadano de los EEUU o se trata de acciones en manos de una corporación no-estadounidense. ¿De qué manera puede uno superar dicho problema si desea planear inversiones en Israel, donde por lo menos el 10% de los accionistas sean no-estadounidenses, israelíes, p. ej.? Nuevamente, consultando con el experto extranjero, se puede, bajo la ley de los EEUU, otorgar a una corporation el status de un "partnership" una sociedad de dos o más socios. Bajo la ley israelí ha de ser reconocida dicha corporación, como corporación israelí a todos los efectos.

El Profesor Yaacov Neemán es un eminente abogado israeli y miembro de nuestra Asociación: expone sobre impuestos e inversiones extranjeras en Universidades israelíes; es Ex-Director General del Ministerio de Finanzas.

En consecuencia, si se crea bajo la ley israelí una corporación a la que falten por lo menos dos de las siguientes características:

* responsabilidad ilimitada, o
* gerencia centralizada, o
* existencia continua, o
* transferabilidad libre de acciones,

en tal caso, bajo la ley de los EEUU, una entidad de esa clase es considerada a los efectos impositivos como sociedad, en tanto que bajo la ley israelí la misma entidad seguirá siendo considerada como corporación.

Si se toma a una compañía de responsabilidad limitada en Israel, hay una posibilidad, según la Ordenanza de Compañías, de que se restrinja la transferabilidad de las acciones y se requiera el consentimiento de todos los accionistas para la transferencia de las acciones y en tal caso la entidad resultante será lo que podríamos describir como entidad "híbrida". En Israel será considerada como corporación, apta para gozar de todos los beneficios de la Ley de Estímulo de Inversiones de Capital, en su calidad de corporación y en los EEUU sería vista a los efectos impositivos, como sociedad, de tal modo que cualquier impuesto pago en Israel sería inmediatamente deducible en los EEUU.

Si no hay disposición de parte de los abogados de consultarse y cooperar entre sí, fallará el abogado en el cumplimiento de su deber de cumplir de manera diligente la tarea necesaria para representar a su cliente.

Zonas de Libre Comercio

En junio de 1994, aprobó la Kneset una ley revolucionaria, la Ley de Procesamiento de Exportación Israelí Libre.

La mencionada ley es especialísima por dos razones:

A. Elimina toda burocracia.

B. Más importante aún, la ley suministra un calendario para cualquiera de los requerimientos de la misma, de manera que, si la solicitud no es aprobada en el marco del calendario, es la solicitud automáticamente aprobada, a menos que medie apelación en contrario a una instancia administrativa superior.

Por lo tanto, la Sección 28 de la ley determina que si no se recibe dentro de los 15 días una respuesta a la solicitud al Consejo de la Zona de Libre Comercio, dicha solicitud queda automáticamente aprobada. Es esta una innovación que la ley israelí necesitaba desde hace mucho tiempo; en este área está adelantándose Israel a cualquier otro país del mundo libre.

Más aún, la ley dispone, respecto a la Zona de Libre Comercio, lo siguiente:

* No se requerirán permisos de exportación o importación;
* No serán aplicadas restricciones de divisas, a las inversiones del exterior;
* Los inversores del exterior podrán tener empleados extranjeros hasta el límite de 3% de su personal;
* Podrá concertarse con los trabajadores, no solo convenios colectivos, sino tambien contratos individuales con determinados trabajadores;
* En la Zona de Libre Comercio habrá una exención total por 20 años (con 20 años adicionales, en caso de renovación), de todos los impuestos directos, es decir, el impuesto a la renta, el impuesto a las corporaciones, el impuesto a la valorización de tierras;
* Tasa cero para el I. V. A.
* Ningún genero de impuestos a la importación o exportación;
* La distribución de dividendos estará sujeta solamente al 15% del correspondiente impuesto en el Estado de Israel.

Finalmente, cabe señalar que, hoy en día, Israel, con la serie de incentivos que ofrece bajo la Ley de Inversiones de Capital y bajo la nueva Ley de Zona Libre de Procesamiento, es considerado por muchos especialistas como un paraíso para el inversionista desde el punto de vista impositivo. Confiemos que en el futuro próximo, los resultados de esa moderna legislación impositiva se han de volver visibles, de modo que Israel se convertirá asimismo en un centro para las inversiones en alta tecnología que Israel tanto necesita.

En otras palabras, la ley sobre la Zona de Libre Comercio, resulta más atractiva para los inversores del exterior que cualquier otra ley israelí. A consecuencia de dicha exención total de impuestos y barreras administrativas no otorgará el Gobierno ninguna clase de prestamos, subsidios o facilidades infraestructurales en la Zona de Libre Comercio. Los inversores tendrán que hacerse cargo de todas esas erogaciones.

Finalmente, cabe señalar que, hoy en día, Israel, con la serie de incentivos que ofrece bajo la Ley de Inversiones de Capital y bajo la nueva Ley de Zona Libre de Procesamiento, es considerado por muchos especialistas como un paraíso para el inversionista desde el punto de vista impositivo. Confiemos que en el futuro próximo, los resultados de esa moderna legislación impositiva se han de volver visibles, de modo que Israel se convertirá asimismo en un centro para las inversiones en alta tecnología que Israel tanto necesita.

EL EMIR DEL PAIS DONDE ARGENTINA SE CONSAGRO CAMPEON MUNDIAL DE FUTBOL SUB-20 EN ABRIL

Qatar: el príncipe echó del poder

Qatar, el pequeño y rico país petrolero del golfo Pérsico donde Argentina conquistó el campeonato Sub-20, fue sede ahora de un golpe palaciego: el príncipe heredero aprovechó la ausencia de su padre, el emir, y lo destronó.

AGENCIA AP



Khalifa Ben Hamad al-Thani, el emir de Qatar derrocado ayer por su hijo.

DOHA (AFP, Reuter y EFE). – En un golpe palaciego que no demandó ni un solo disparo, el príncipe heredero de Qatar, jeque Hamad Ben Khalifa al-Thani, aprovechó que su padre, el emir, estaba de gira por Europa y lo destronó ayer para hacerse del poder absoluto del pequeño y acaudalado país petrolero del golfo Pérsico.

"Las difíciles circunstancias por las que atraviesa la nación me obligaron, pese a mi dolor, a asumir el gobierno como sucesor de mi padre, que seguirá siendo el padre amantísimo de todos", explicó el nuevo emir, de 45 años y hasta ayer ministro de Defensa.

Pero su padre, Khalifa Ben Hamad al-Thani, calificó al príncipe de "ignorante" y prometió, desde Ginebra, regresar a su país "cueste lo que cueste". "Sigo siendo el emir legítimo", dijo Al-Thani, de 65 años de vida y 23 de gobernante, desde que en 1972 ocupó el poder tras derrocar a su tío Ahmed.

Rencillas reales

Las intrigas reales y palaciegas no son una novedad en Qatar, un protectorado británico hasta 1971 y reciente sede del mundial juvenil de fútbol Sub-20, que ganó Argentina.

Según fuentes diplomáticas, Hamad gobernaba de hecho desde hace más de una década pero ahora decidió rebelarse por el eventual retorno a la oficialidad de su hermano menor, Abdel Aziz, ex ministro de Finanzas y de Comercio, destituido en 1992. Derrotado en sus pretensiones de ser príncipe heredero, Abdel intentaba volver secretamente desde París –donde vive desde hace dos años– para neutralizar, con la ayuda de su padre, la rápida ascensión de su hermano mayor.

Los porqué del golpe, de todos modos, no parecieron interesar a los medios de comunicación oficiales –que hablaron de "una transferencia de poder pacífica"– ni a la mayoría de los 500 mil qataríes, cuya vida transcurrió normalmente excepto por el cierre de la frontera con Arabia Saudita

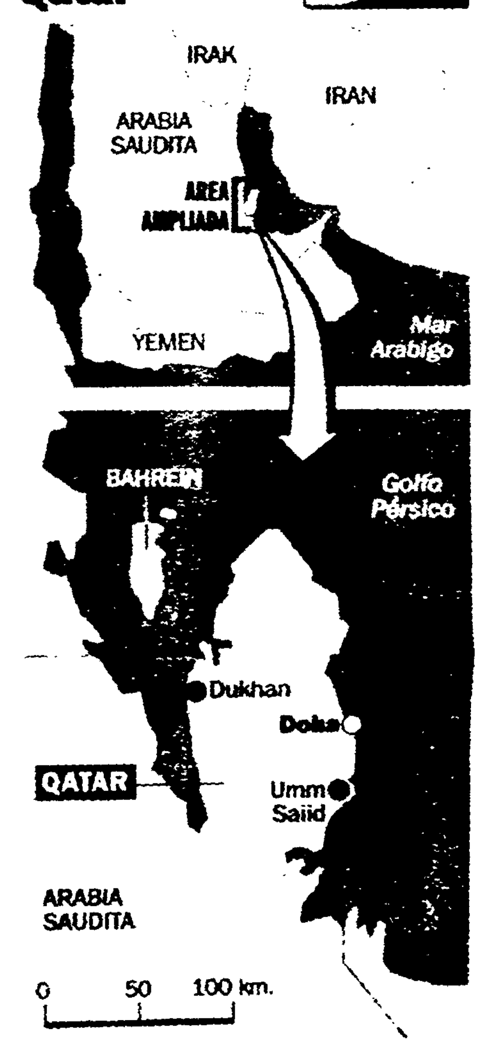
Reconocido rápidamente como nuevo gobernante por los Estados Unidos y por Jordania, el hasta ayer príncipe de Qatar recibió además el apoyo de la familia real y del Consejo Shura, de asesores nombrados por el gobernante depuesto.

Transmitido por televisión, el "traspaso de mando" vislumbró que Hamad consolidó su poder entre la elite gobernante: en el palacio Rayan, el nuevo emir recibió el tradicional gesto de afecto y lealtad, un beso en la nariz, de los principales miembros del clan Al-Thani.

Todo indica, por otro lado, que no habrá cambios políticos importantes en Qatar. El país, con fabulosas reservas de gas y petróleo y exportaciones por 378.000 barriles de crudo diarios, es miembro de Naciones Unidas y del Consejo de Cooperación del Golfo, pero en los últimos años se acercó a Irak y lideró un movimiento en favor del levantamiento de las sanciones internacionales contra Bagdad.

Perfil de Qatar





Superficie	Gobierno
11.4370 km²	Monarquía absoluta gobernada por la familia al-Thani
Moneda	
Riyal	
Idioma oficial	**PBI per cápita**
Arabe	u$s 22.000
Población	**Economía**
520.000 hab. (Solo 150.000 son nativos)	Centrada en la exportación de petróleo

ESTABA DE GIRA POR EUROPA

a su padre



El hijo del emir derrocado, Hamad Ben Khalifa al-Thani, saluda en abril pasado al capitán del equipo argentino campeón Sub-20, Juan Pablo Sorín.

El petróleo, la clave del golpe

Los intereses económicos son a menudo el aliciente más fuerte en los golpes palaciegos y las rencillas de los monarcas. En el emirato de Qatar, donde el príncipe heredero destronó ayer a su padre, el poder tiene un nombre: **petróleo**.

La toma del gobierno en Qatar por el príncipe y nuevo emir Hamad Ben Khalifa al-Thani casi **no tuvo impacto** en los mercados internacionales petroleros, quizá porque él ya de hecho gobernaba el país.

No se prevén drásticos cambios comerciales en el país, pero el príncipe era partidario de **expandir el mercado del gas** aún más que su padre.

El golpe de Hamad se produjo después de unos meses de incertidumbre en las relaciones entre Qatar y algunos de sus socios del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG), que forma junto a Arabia Saudita, Kuwait, Bahrein, Omán y Emiratos Arabes.

Lo que más molesta a sus socios es la tendencia de Qatar a **normalizar las relaciones con Irak** y su postura favorable al **levantamiento del embargo** contra Bagdad por la invasión a Kuwait en 1991. En 1992, Qatar reabrió su Embajada en Bagdad apenas 18 meses después de la guerra del Golfo.

Por otro lado, Qatar estrechó contactos unilaterales con Irán y con Israel, hecho que molestó a algunos de sus vecinos.

El emir de Qatar fue destronado por su hijo, el heredero

Doha 28-6-95 LR

■ El príncipe heredero de Qatar tomó el poder ayer en ausencia del emir, su padre, de viaje por Europa, tras meses de querellas familiares.

El jeque Hamad Ben Jalifa al-Thani, 45 años, ministro de Defensa y príncipe heredero desde 1977, fue proclamado emir y recibió el "apoyo y el juramento de fidelidad de la familia principesca y del pueblo de Qatar", anunciaron los medios informativos oficiales.

"No se señaló ningún despliegue de fuerzas policiales o militares" en la capital Doha "y los bancos están abiertos", indicó un diplomático occidental. "Todo está en calma. Las administraciones están abiertas", añadió otro diplomático.

La radio oficial, que dio a conocer la noticia a las 06h45 (03h45 GMT), repite en forma regular desde entonces el mismo mensaje, entrecortado por canciones patrióticas. El nuevo emir debe pronunciar un discurso durante la jornada de hoy.

Ni la radio, ni la televisión dieron explicaciones sobre estas destituciones. Un diplomático europeo destacó que ésta se produjo tras una serie de querellas familiares. "Al parecer se trata de rivalidades entre las ramas de la familia", declaró.

El príncipe heredero se oponía a que su hermano el jeque Abdel Aziz, ex ministro de Finanzas y Comercio, separado del cargo en 1992 y que vivía desde entonces en París, volviera a la vida pública, explicó el diplomático. El emir, jeque Jalifa Ben Hamad al-Thani, se esforzaba por mantener la cohesión familiar, pero desde hacía dos meses ya no iba al Diwán, sede del gobierno, y se había retirado a su palacio, añadió.

El emir se encuentra actualmente en Suiza de donde debía trasladarse a Alemania para efectuar una visita oficial a partir del 4 de julio. De 63 años, estaba en el poder desde febrero de 1972, cuando había desplazado a su primo, el emir jeque Ahmed, que se encontraba en Irán.

Ex protectorado británico, independiente desde el 3 de septiembre de 1971, Qatar es una monarquía petrolera miembro del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG) que agrupa igualmente a Arabia Saudita, Bahrein, Kuwait, Emiratos Arabes Unidos y Omán.

Su población es de 490.000 habitantes, de los cuales 100.000 son qatariotas. Su capital Doha tiene una población de unos 290.000 habitantes. Península del sur del Golfo, Qatar sólo tiene frontera terrestre con Arabia Saudita al oeste. Su lengua oficial es el árabe.

País petrolero con recursos de gas (los "Campos del Norte" o Northfields) que figuran entre los más importantes del mundo, Qatar es miembro de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPED), con una cuota de producción de 364.000 barriles diarios.

Monarquía hereditaria, sin partido político, Qatar dispone de un consejo consultivo designado en 1972.

Sus Fuerzas Armadas están formadas por 12.000 hombres.

Qatar es también miembro de la Liga Arabe y de la Organización de la Conferencia Islámica (OCI).



El emir de Qatar, que estaba de viaje por Europa, fue derrocado por su hijo mayor.

9508458
QATAR 8 familias - estado
CLARIN
29-06-95
11876
5076074
11164
11830

Intrigas de las familias-Estado

WASHINGTON (Por Thomas W. Lippman de "The Washington Post", especial para Clarín). – Cuando padre e hijo, o hermanos se pelean en las tierras árabes del golfo Pérsico, hay mucho más en juego que herencias y sentimientos. Países enteros cambian de manos en las disputas familiares.

Así ocurrió en Arabia Saudita, donde la familia gobernante retiró su apoyo al incompetente rey Saud para favorecer al príncipe de la corona Faisal, en 1964. Ocurrió en Omán, donde el sultán Qaboos derrocó a su padre, el reaccionario sultán Said, y lo envió al exilio en Londres, en 1970. Y también ocurrió en Sharjah, uno de los Emiratos Arabes Unidos, en 1987, cuando el jeque Abdelaziz Qasami derroco a su hermano, en un golpe que fue sofocado por los otros seis emiratos.

El ejemplo más cercano es Qatar, la península con forma de pulgar que se proyecta en el golfo desde Arabia Saudita. Los Estados Unidos reconocieron el martes al príncipe Hamad Ben Khalifa al-Thani, de 45 años, como el gobernante legitimo de Qatar, un día después que derrocó a su padre, el jeque Khalifa, de 63 años, quien a su vez había derrocado a su primo en 1972.

Empresa familiar

Los al-Thani, como los Saud en Arabia Saudita y los Sabah en Kuwait, han gobernado a Qatar como una empresa familiar.

Clanes extremadamente ricos y herméticos no son solo los gobernantes de estos países, son también sus verdaderos dueños, que a través de un miembro de la familia, elegido o autoproclamado como "director ejecutivo", dirigen la "compañía".

Pero, si bien los ejecutivos en el poder cambian con frecuencia, el sistema permanece invariable.

No existen elecciones para los máximos líderes, y los miembros de la familia tienen a cargo los principales ministerios.

En Qatar, las carteras de Finanzas, de Justicia, de Relaciones Exteriores y de Defensa están en manos de los al-Thani. Por esta razón no existen giros abruptos en la política qatarí.

EL FLAMANTE EMIR DE QATAR RECIBIO AYER UN

Respaldo de los príncipe que

El clan real al-Thani, que gobierna Qatar como una empresa familiar, dio ayer su apoyo al nuevo emir. El jeque Hamad Ben Khalifa al-Thani, quien el martes destronó a su padre en un golpe palaciego, recibió también el reconocimiento clave de la vecina Arabia Saudita. Se descarta que surja alguna oposición interna.

01-02

9508458

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 29 de junio de 1995

RECONOCIMIENTO DECISIVO: EL DE ARABIA SAUDITA

países del Golfo al derrocó a su padre

DUBAI (Reuter, EFE y "Le Monde", especial para **Clarín**). – Un día después de derrocar a su padre en un golpe palaciego sin disparos ni conmociones, el nuevo emir de Qatar recibió ayer el **reconocimiento** vital de sus **socios árabes del Golfo**, en particular el de Arabia Saudita.

El emir Hamad Ben Khalifa al-Thani, hasta el martes príncipe heredero y ministro de Defensa, tomó el poder –que de hecho ejercía en su pequeño y rico país– con el **apoyo del clan real** de los al-Thani, que gobierna Qatar como una empresa familiar.

Mientras su padre Khalifa Ben al-Thani, desde Suiza, se proclamaba como el gobernante legítimo, el poder del golpista Hamad se vio consolidado ayer con el apoyo de los estados del Consejo de Cooperación del Golfo, entre ellos la dominante Arabia Saudita.

En el último año, el gobierno saudita había manifestado su incomodidad por el reciente acercamiento político de Qatar a Irak, Irán e Israel.

Estados Unidos ya había reconocido el martes al nuevo emir, un **ambicioso y dinámico jeque** de 45 años, diplomado en la Academia militar británica de Sandhurst y responsable tanto de la política de independencia practicada desde el fin de la guerra del Golfo por su país cuanto del nuevo impulso económico del emirato.

Irán también reconoció al nuevo gobierno, mientras que potencias europeas como Francia y Gran Bretaña dijeron que el golpe era un **"asunto interno"**.

Luego del reconocimiento internacional, logrado en gran parte con el envío de emisarios que explicaron las intenciones del nuevo emir, quedaron descartadas las posibilidades de que surja un movimiento de oposición dentro de Qatar, donde todo transcurrió sin incidentes.

Gas y petróleo

Aunque todos los observadores indican que no habrá cambios en el gabinete ni en las políticas energéticas y de relaciones exteriores, el nuevo emir daría un mayor **impulso al desarrollo** del "Campo del Norte", una de las mayores reservas de gas del mundo.

Bajo el régimen del jeque Khalifa, Qatar quedó detrás de otros países en la exportación de gas hacia Asia, pero ahora Hamad alienta proyectos multimillonarios para comerciar el gas natural líquido.

Con uno de los ingresos per cápita más altos del mundo (alrededor de 14 mil dólares), Qatar exporta 378 mil barriles de crudo diario y ocupa el tercer lugar en reservas de gas, después de Rusia e Irán.

La aparentemente insólita política exterior de Qatar, con acercamientos tanto con Irán, Irak y Sudán como con Israel, Estados Unidos y Francia, respondería, segun los analistas, a los intereses de desarrollo económico del jeque Hamad.

La lógica de su política de apertura estaría vinculada también al deseo de asegurarse la mayor cantidad de amigos posible para poder hacer frente a un eventual conflicto con la vecina Arabia Saudita.

ESTE PAIS

JULIA PEREZ

EN EL PSOE SE IMPONEN LOS CAMbios de ideas, mensajes y hasta de personas. La pérdida de las elecciones municipales y autonómicas ha sido un mazazo y ha provocado que arrecien las críticas y la división interna.

Renovadores y guerristas coinciden en que hay que cambiar, pero discrepan sobre quién y cómo hacerlo. Muchos piden la cabeza del vicepresidente, Narcís Serra, y del secretario de Organización y coordinador de la campaña, Ciprià Ciscar. Pocos cuestionan a Felipe González.

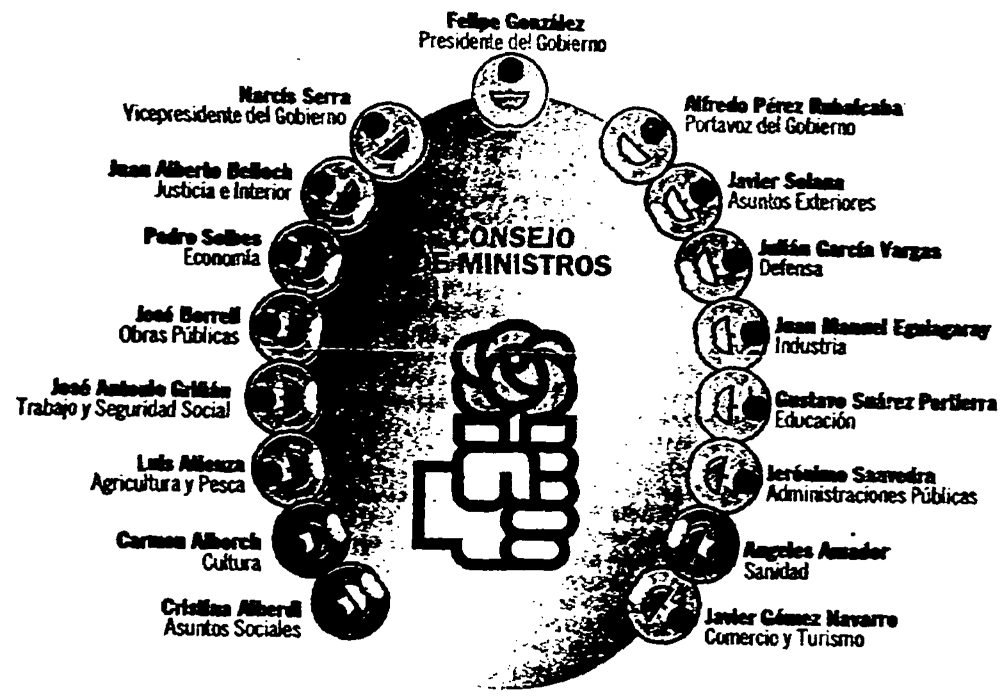
Lo cuestionen o no, lo cierto es que todos elaboran quinielas en busca de un nuevo líder. Cada sector tiene sus candidatos. Los renovadores apuestan por Javier Solana, ministro de Asuntos Exteriores, y por Pasqual Maragall, alcalde de Barcelona. Incluso por el ex ministro de Economía, Carlos Solchaga, y por el ex presidente de Madrid, Joaquín Leguina.

Los guerristas prefieren a Francisco Vázquez, alcalde de La Coruña, mientras que la corriente Izquierda Socialista defiende a Fernando Morán. Y hay una persona aceptada por todos: José Borrell, el ministro de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente.

Un nombre, Borrell, que ya fue señalado como el Jospin español, el sucesor de González al frente del PSOE, por una treintena de periodistas en una reciente encuesta publicada en CAMBIO16.

En otra consulta que se publica en estas páginas se vuelve a insistir en el ministro de Obras Públicas, además de proponer la sustitución en el Gobierno de los ministros de Agricultura, Luis Atienza; la ministra de Cultura, Carmen Alborch, y al propio Serra. Dentro de la Ejecutiva los mismos encuestados defienden la sustitución de Ciscar y Alfonso Guerra.

Los resultados de las elecciones han acrecentado la lucha por el poder dentro del PSOE. Guerristas como Vázquez o la ex ministra Matilde Fernández quieren un Gobierno más político y no tan técnico. La *bestia negra* para este sector ▶



▶ es Narcís Serra —«un cojo en una carrera de cien metros», sostiene un guerrista—, aunque también piden la cabeza del ministro de Educación, Gustavo Suárez Pertierra, Atienza y del ministro Portavoz, Alfredo Pérez Rubalcaba. Hay renovadores que quieren cambios en el Gobierno y hasta hablan de quitar a Serra.

José Bono, presidente de Castilla-La Mancha, única comunidad donde el PSOE conserva la mayoría absoluta, lanza dos mensajes: «La estabilidad del Gobierno es buena, pero la rutina puede llegar a no serlo» y «los cambios hechos en el partido han sido demasiado tímidos».

Los análisis de unos y otros se centran en localizar las causas por las que 2,5 millones de personas, habitantes de las grandes ciudades y situadas en el centro político, han votado al PP. ¿Cómo hacer que voten al PSOE? Los guerristas desean un giro a la izquierda, los renovadores al centro. Estos últimos se apuntan también a la reforma del aborto, cuya ampliación puede provocar que Convergència i Unió retire su apoyo al Gobierno.

Jesús Caldera, renovador y secretario general del Grupo Parlamentario Socialista en el Congreso, defiende que el PSOE responsa a las demandas de las clases medias: «Hoy, lo progresista es romper con los privilegios de determinados colectivos para generar empleo, bajar la inflación, liberalizar el suelo y no aumentar la presión fiscal».

Casi todos coinciden en que el discurso del PSOE ha quedado vacío en estas elecciones. Hasta el propio Alfonso Guerra habla de rescatar una especie de Programa 2000, «con ideas nuevas», donde se encueste a los españoles sobre lo que desean, además de recuperar «la defensa de valores como la igualdad, la solidaridad, la austeridad». Guerra defiende que el partido tenga más presencia pública y que el Gobierno «refleje un discurso más político».

En el Comité Federal del pasado sábado 3, renovadores y guerristas coincidieron en no abrir aún el debate de la sucesión de González y en agotar la legislatura. Y consideran difícil los cambios en el Gobierno, ya que España presidirá la Unión Europea en junio, por lo que se esperará a diciembre para abordarlos.

Otra cosa es variar la composición de la Ejecutiva socialista. El secretario general puede sustituir hasta el 10 por ciento de sus miembros, sin necesidad de recurrir a un congreso extraordinario.

Izquierda Socialista, corriente minoritaria, defendió ese día el cese de González y Guerra para dar paso a personas que estén más a la izquierda y al cambio generacional. Según Manuel de la Rocha, líder de esta corriente, «el proyecto del PSOE de los últimos 15 años está agotado. Las ciudades y los jóvenes, los signos de modernidad, nos han retirado el apoyo por la pérdida de identidad de izquierda».

Pero González es tajante. «Los cambios en el Gobierno dependen sólo de mi y en este momento no lo tengo previsto».

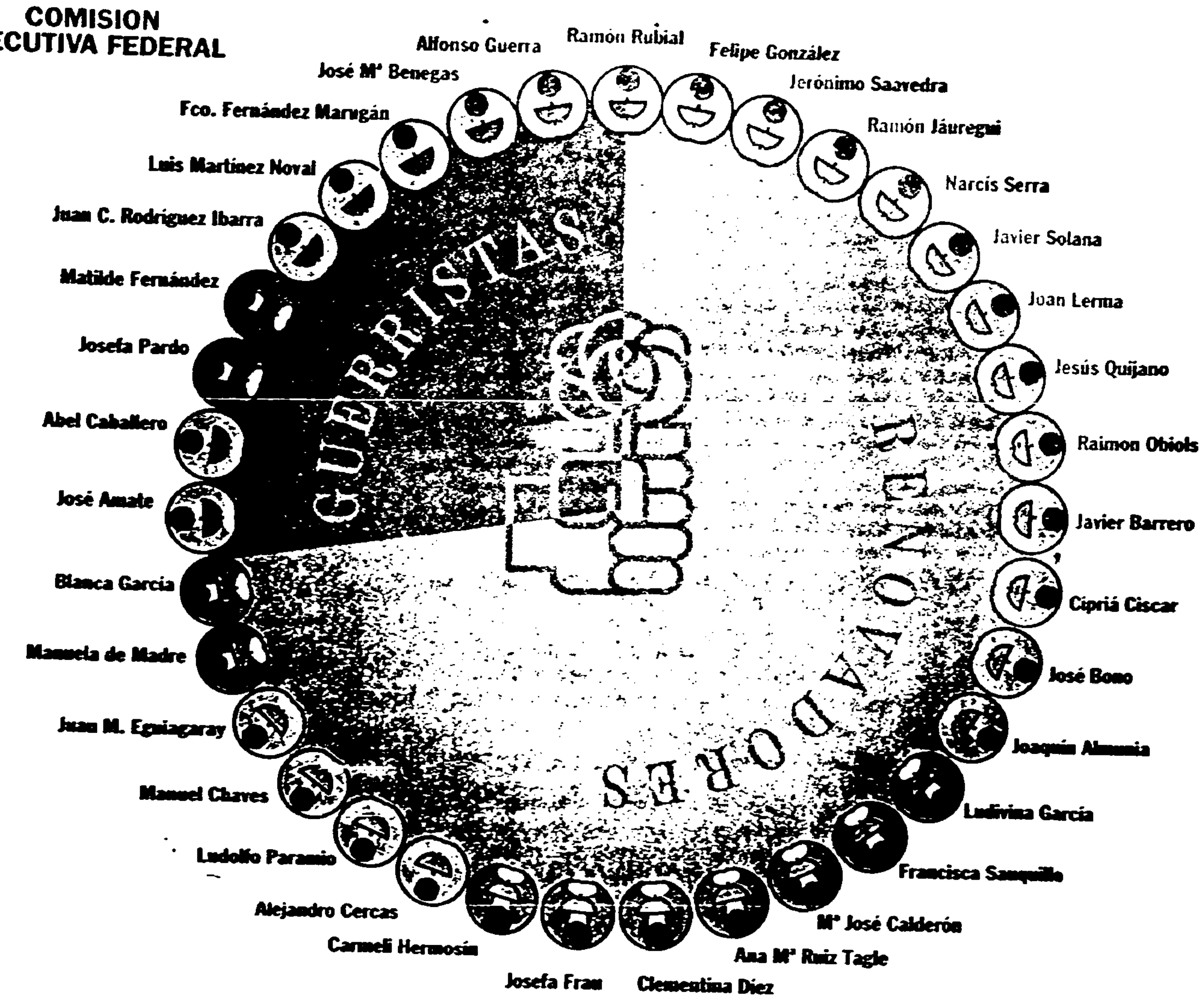
Frente a estas posturas, Enrique L., 44 años, representa a algunos votantes del PSOE que han optado por el PP:

—Se tienen que aclarar, porque han querido contentar a todos y sólo han provocado enfado y cansancio. El PSOE buscó el voto en zonas rurales y pequeñas ciudades, un voto minoritario. Encima, ahora quieren girar hacia el populismo de Bono y Rodríguez Ibarra.

Teresa Moreno, votante del PSOE de 39 años, pide paz: «Que dejen de pelearse. Si es necesario, que busquen ideas frescas, pero la culpa no la tiene González. Quizá se necesite más gente joven».

Los socialistas están ahora inmersos en esta búsqueda. El Comité Federal ha tomado nota del descontento entre sus filas. Y es de esperar que de ahí salga, si no nuevos rostros para el partido, al menos la estrategia política a seguir de cara a las próximas elecciones generales. ■

COMISION EJECUTIVA FEDERAL



c2

9508459

Caen Serra y Ciscar

¿Qué cambios se deben hacer en el Gobierno y en la Comisión Ejecutiva del PSOE? Responden periodistas y otros analistas políticos

ANTONIO ELORZA. Historiador
«En el Gobierno sobran Luis Atienza, Javier Solana, Gustavo Suárez Pertierra y Carmen Alborch. Y faltan Pasqual Maragall, Joaquín Leguina, José María Maravall y Joaquín Arango (director del CIS). Y en el partido sobran Alfonso Guerra y los guerristas».

ENRIQUE GIL CALVO. Sociólogo
«En el Gobierno sobran Atienza y Solana. Y en el partido, faltan Francisco Vázquez y alcaldes y concejales limpios».

JAVIER PEREZ ROYO. Catedrático de Derecho Constitucional
«El problema es de discurso político, no de sustituir personas. Lo que hay que cambiar es el discurso, las ideas políticas».

CARLOS RODRIGUEZ BRAUN. Catedrático del Pensamiento Económico
«En el Gobierno sobran Javier Gómez Navarro y José Antonio Griñán. Faltan Oscar Fanjul (presidente de Repsol), Miguel Angel Fernández Ordóñez. En el partido sobran: Guerra y Ciscar y falta José Juan Ruiz (ex secretario de Economía).

JAVIER TUSELL. Historiador
«En el partido sobran Guerra y los guerristas. Son el estilo del período peor. La vuelta de los guerristas fue el comienzo del mal. Juro por mi honor que no se me ocurre gente nueva en el PSOE».

JOAQUIN NAVARRO ESTEVAN. Juez
«Sobra Felipe González, y el felipismo. Lo contrario es no cambiar nada. Falta socialdemocracia, no más líderes carismáticos».

RAUL HERAS. «El Mundo»
«En el Gobierno sobran Serra y Solana y faltan Maravall, Borrell de vicepresidente, Rodríguez de la Borbolla, Nicolás Sartorius, Boyer y Rodríguez Bolaños (ex alcalde de Valladolid). Y en el partido sobran los quemados: Lerma, Ciscar, Benegas, Leguina. Faltan Francisco Vázquez, y que ganen peso Bono, Ibarra y los catalanes».

IGNACIO FONTES. «Le Figaro Magazine»
«En el Gobierno sobran González y Serra y faltan Gregorio Peces Barba y Luis Gómez Llorente. En el partido sobran González y Serra, y, que suban en peso, Leguina, Solana y Borrell».

MERCEDES JANSA. «El Periódico de Cataluña»
«Serra y Julián García Vargas sobran en el Gobierno y falta Joan Lerma. En la Ejecutiva del partido sobran Ciscar y Alejandro Cercas y faltan José Luis Corcuera, Lerma y Joaquín Leguina».

ISABEL SAN SEBASTIAN. «ABC»
«El primero que sobra en el Gobierno es Felipe. Huelen Serra, Atienza y Solbes. Faltan Nicolás Sartorius y Martín Prieto. En el partido sobran Ciscar, Raimon Obiols y Fernández Marugán. Faltan Oscar Fanjul, Múgica y Peces Barba».

CARLOS LLAMAS. «Hora 25», La SER
«En el Gobierno sobran Alborch, Serra, Eguiagaray, Solana y García Vargas. Faltan Vázquez, Rodríguez Ibarra y Leguina, gente que comunique. En el PSOE sobra Ciscar y faltan Ignacio Sotelo, Francisco Bustelo y Gómez Llorente».

JOAN BARRIL. «La Vanguardia»
«Sobran en el Gobierno Atienza, Alborch y Serra. La ejecutiva del partido es una mesa redonda que le importa un pito a la gente».

JULIA NAVARRO. OTR Press
«Atienza, Solbes y Serra sobran en el Gobierno y faltan Cristina Narbona, María Teresa Fernández de la Vega y la eurodiputada Carmen Díez de Rivera. En el partido sobran los más vistos y falta gente joven, los que estaban en COU cuando Felipe llegó al poder».

ENRIQUE CLEMENTE. «Diario 16»
«En el Gobierno sobran Atienza, Pertierra, Serra y Solana, y faltan Borrell de vicepresidente, Leguina, Lerma y Ramón Jáuregui. En el partido sobra Ciscar y faltan Vázquez, Maragall y Joaquín Nadal, alcalde de Girona».

JOSE CARLOS DUQUE. «Diario 16»
«Sobran del Gobierno Serra, Solbes, Angeles Amador y Jerónimo Saavedra. Faltan Bono (de vicepresidente), Vázquez, Rodríguez Ibarra y Maragall. En el partido sobran Ciscar y faltan Borrell, Bono, Rodríguez Ibarra, Vázquez y Maragall».

PILAR CERNUDA. Fax Press
«En el Gobierno hay que cambiar a todos menos a Felipe, Solana y Solbes. Y en el partido hay que sustituir a Felipe de la secretaría general y nombrar para ese cargo a Borrell o Solana».

MIGUEL ANGEL GOZALO. «Diario 16»
«Sobra del Gobierno González y falta Borrell de presidente. Del PSOE, ni idea».

FERNANDO JAUREGUI. «Diario 16»
«En el Gobierno hay que cambiar el organigrama, que está descoordinado. Sobra la vicepresidencia. Y hay que echar a la Ejecutiva entera y que llegue otra totalmente nueva tras un congreso extraordinario». ■

Opiniones recogidas por Juan Fernández

03

División de Opiniones en el PSOE

¿Qué cambios se deben hacer en el Gobierno y en la Comisión Ejecutiva del PSOE? Responden a esta pregunta los secretarios regionales, provinciales y otros dirigentes del Partido Socialista



JESUS QUIJANO. Secretario general de Castilla y León.
«Debe haber cambios en personas y en ideas. Pero a mi modo de ver sería un error dejarse llevar por la histeria y cambiar por cambiar a tal o cual ministro del Gobierno. Soy partidario de propugnar una reflexión a todos los niveles del PSOE. Tenemos que actuar con calma e intentar recuperar las capas urbanas de votantes que nos han abandonado».

JAVIER ITURBE. Secretario de organización en Navarra.
«No tenemos una postura fija, ni ningún criterio si se debe o no quitar personas de la Ejecutiva. Lamentamos que se oigan voces fuera del partido, cuando los problemas deben solucionarse en los órganos del mismo. No nos corresponde a nosotros decir si Felipe González tiene que cambiar de Gobierno. Es una tarea que le incumbe al presidente».



JAIME BLANCO. Secretario general de Cantabria (PSC-PSOE).
«Lo que tenga que decir lo diré antes en el Comité Federal. No voy a entrar en la historia de que cada uno salgamos ahora por ahí haciendo declaraciones en este sentido».

JOSEP MARIA SALA. Senador por Barcelona.
«Los socialistas catalanes estamos más concentrados en los pactos municipales y en la elección de candidatos de cara a las inminentes elecciones autonómicas catalanas que en los cambios en la Ejecutiva del PSOE o en el Gobierno».



JESUS EGUIGUREN. Secretario general de Guipúzcoa (PSE-EE).
«La Ejecutiva del partido fue elegida por el congreso y es una decisión que hay que respetar. Nosotros estamos de acuerdo con Felipe y pensamos que no debe haber cambios en el Gobierno que podrían interpretarse como derrota o crisis. Consideramos que no se debe cambiar a nadie ni en la Ejecutiva ni en el Gobierno».

PASQUAL MARAGALL. Alcalde de Barcelona.
«No ha llegado el momento de archivar a González. El socialismo español tiene muchos Jospin, a quien conozco personalmente, y puedo asegurar que el PSOE tiene unos cuantos preparados, honestos, con credibilidad y prestigio personal».

ENRIQUE LOPEZ SECO. Coordinador de La Coruña.
«Yo sigo el discurso oficial. Creo que sí hay que hacer cambios en el Gobierno, en la política y en las personas que la llevan a cabo. Un Gobierno tiene que transmitir, explicar, no sólo gestionar. Los que no reúnan estas características, que no sigan. La Ejecutiva debe asumir protagonismo político, está asfixiada entre el Gobierno y el Grupo Parlamentario y no tiene espacio político.

MANUEL PEREZ ALVITOS. Miembro de la coordinadora de Orense.
«El partido tiene que reunirse y estudiar, como bien dijo Alfonso Guerra para Antena 3 TV. Los cambios deben ser en la trayectoria, en cómo enfocar el futuro y la actuación. Las mismas personas que ahora hay, valen».

GUILLERMO VARELA FLORES. Coordinador provincial de Lugo.
«Con respecto al Gobierno es necesario que haya cambios en profundidad: la vicepresidencia, Administraciones Públicas, Educación, Agricultura. La presidencia, no. Cambios en la Ejecutiva Federal, no. Es necesario redefinir las funciones, pero hay gente que vale y debe ser aprovechada a fondo».



RAIMON OBIOLS. Primer secretario de los socialistas catalanes.
«González tiene el pleno apoyo de la militancia del PSOE. No creo que deba ser sustituido en el partido. Me resisto a aceptar que en España comience el siglo XXI porque el PP obtenga unos buenos resultados en unas elecciones municipales y autonómicas».

ANGEL MARTINEZ. Secretario general en La Rioja.
«No voy a hacer declaraciones en ese sentido hasta que se celebre la reunión del Comité Federal».

TERESA FERNANDEZ. Secretaria de Cultura de la Agrupación de Oviedo.
«Personalmente opino que sí. La derrota electoral del 28 de mayo debería servir para reflexionar dentro del partido sobre las causas de la misma, de por qué la gente que antes nos votó ha cambiado la intención de voto. A mi modo de ver, de esa reflexión debería derivarse un cambio en el Partido Socialista hacia la izquierda».

CARLOS NAVARRETE. Secretario provincial en Huelva.
Felipe González y el Comité Federal deberán solucionar los problemas. Deberían cambiar ciertos ministros y poner en sus puestos a políticos que conozcan mejor la realidad de España y tengan un contacto más directo con los problemas. Los gestores los hay por todos lados».



CARLOS SANJUAN. Secretario Provincial en Málaga.
«No, creo que primero hay que hacer un análisis y un diagnóstico para ver con claridad la situación que ha provocado el nuevo mapa político. A partir de este análisis se verá si es necesario hacer cambios. De hacerlos ahora de forma acelerada, nos podemos encontrar con que una persona elegida tenga los mismos defectos que el sustituido. Los posibles cambios en la Ejecutiva también deben esperar. Soy partidario que los ministros sean menos gestores y más políticos. Hay que cambiar a los ministros que son tecnócratas.

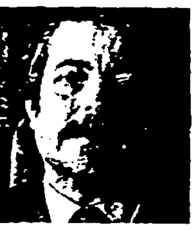
JOSE ANTONIO AMATE. Secretario provincial en Almería.
«Hace falta un cambio en el Gobierno. En la Ejecutiva Federal los cambios se tienen que hacer también, pero es una cuestión menor que ya habrá tiempo de negociar. De todos modos está claro que los cambios hay que hacerlos desde arriba, dando entrada en la dirección a los guerristas. Los ministros no ilusionan a nadie, ni saben vender los proyectos del Gobierno. Algunos serían muy buenos si ocupasen los cargos de secretario de Estado o subsecretario».

ALFONSO PERALES. Secretario provincial en Cádiz.
«Es una cuestión del Comité Federal. Los ministros tienen que ser políticos y eficaces en la gestión de las ideas socialistas. Aquí nos encontramos con personas que tienen buenos conceptos de gestión, pero que no son políticos y eso se nota a la hora de dirigir un país».

Con información de Gorka Landaburu (Bilbao), Xavier Horcajo (Barcelona), Juande Mellado (Málaga), Patxi Ibarrondo (Santander) y Quique Albarelos (Santiago de Compostela)

956459

Esperando al 97



Por Julián Santamaría*

Es natural que todos los partidos celebren sus resultados la noche electoral y sólo la falta de tradición democrática explica el asombro de algunos críticos. Es natural la satisfacción de unos partidos por haber ganado, incluso si no alcanzaron todos sus objetivos, y es natural la satisfacción de otros por no haber sufrido pérdidas mayores y encontrarse así en una situación mejor de la prevista. Que eso ocurra es bueno, incluso muy bueno, para la salud de la democracia.

Todos los actores reconocen así que las elecciones, la pieza clave del sistema, no son un juego en el que algunos están excluidos porque siempre ganan y pierden los mismos, sino un juego abierto en el que todos pueden ganar y cada cual es libre de valorar si sus resultados son o no son satisfactorios, si responden o no a sus expectativas y si les abren o les cierran las puertas del futuro.

Como es lógico, las valoraciones que hacen los partidos tienden a subrayar un punto de vista particular de los muchos que debe abarcar un buen análisis electoral que tampoco cabe en estas líneas. Y así es comprensible, por ejemplo, que el Partido Popular ponga de relieve su extraordinaria progresión desde las últimas elecciones municipales y autonómicas y el volumen de poder institucional que acumula.

O que Izquierda Unida insista en todo lo que ha crecido desde el 91 al tiempo que airea el papel crucial que puede jugar en la formación de los gobiernos de algunos ayuntamientos y comunidades. O que el Partido Socialista Obrero Español, sin desconocer la extraordinaria pérdida de poder territorial que ha sufrido en estas elecciones, compare sus resultados con los de las europeas y haga hincapié en el aumento de más de un millón de votos en este último año y en la reducción de la distancia con el PP de diez a cuatro puntos.



El PP, vencedor indiscutible.

En estas elecciones es particularmente difícil hacer una lectura inequívoca y de conjunto, porque en ellas había muchas cosas en juego: votos, poder institucional, poder simbólico, poder local, provincial y regional. Además, algunos partidos, como el PP e IU, intentaron dotarlas también de una significación nacional. Los primeros, considerándolas como elecciones primarias, anticipo de las próximas generales y motivo más que suficiente para provocar de inmediato la convocatoria de éstas. Los segundos, presentándolas como un nuevo e inequívoco paso en su conquista de la hegemonía de la izquierda.

En el plano del poder institucional, el PP se perfila como vencedor indiscutible. Simbólicamente, al imponerse en la mayoría de las grandes ciudades, se apunta también un triunfo más que notorio. Y lo contrario cabe decir del PSOE, que ha sufrido en ambos terrenos una derrota singular. Pero no era eso sólo lo que estaba en juego. No era tanto quién ganaría, sino por qué diferencia. No era tanto quién gobernaría a partir de junio en la mayoría de las comunidades autónomas y de las grandes ciudades, sino quién gobernaría en España.

El PP quiso convertir las elecciones locales en generales y en buena medida lo logró. Más de la mitad de los españoles, según diversos sondeos pre-electorales, anunciaban que, a la hora de votar, tendrían en cuenta, más que la gestión de sus alcaldes o presidentes, consideraciones de política general. Y la verdad es que en este terreno el PSOE no sólo resistió, sino que redujo diferencias con el PP, consiguiendo unos apoyos globales a escala nacional que le permiten seguir compitiendo con posibilidades de éxito y continuar gobernando mientras dispongan del apoyo de la mayoría.

Los resultados de estas elecciones, como las de cualquier otra, pueden interpretarse mirando hacia atrás o hacia adelante. Mirando atrás, comprobamos lo que avanza o retrocede cada partido y mirando adelante intentamos vislumbrar las consecuencias de esa nueva situación. Lo más importante, desde esta última perspectiva, es calibrar con la mayor precisión posible cuáles son las oportunidades que, de cara al futuro, se ofrecen a los distintos partidos, de qué manera tales oportunidades han empeorado o mejorado para cada partido después de las elecciones.

Nadie discutirá, a ese respecto, que es el PP el partido que encara el futuro con mejores perspectivas, sobre todo, si sabe administrar su éxito y si su acceso a nuevos centros de poder le convierte en un partido más responsable y constructivo. El PSOE, pese a lo que ha perdido en términos reales, ha mejorado sensiblemente su capacidad par competir, como lo muestra el hecho de que el millón y medio largo de abstencionistas del 94 que votaron el domingo, más del 70

Caras Nuevas

Cada vez son más los dirigentes socialistas que solicitan cambios en el Gobierno y/o en la Ejecutiva del partido tras la derrota electoral del PSOE en las pasadas elecciones municipales y autonómicas. Pero Felipe González se niega a ambas cosas. He aquí una muestra

JOSE BONO. Presidente de Castilla-La Mancha y miembro de la Comisión Ejecutiva.
Pide «cambios en los modos de gobierno, probablemente en el ejecutivo, en el partido y en las ideas».

ANGEL DIAZ SOL. Diputado por Granada
«Es necesario asumir la derrota y hacer cambios (...) La actual dirección del PSOE es plana y anodina»

MATILDE FERNANDEZ. Miembro de la Ejecutiva
«Hay que reorganizarse para hacer una buena oposición».

ANTONIO GARCIA SANTESMASES. Líder de la corriente Izquierda Socialista
«Felipe González debería anunciar que no va a ser candidato».

ALFONSO GUERRA. Vicesecretario general del PSOE.
«González tendrá que mover las fichas que le correspondan y habría que cambiar las caras que no funcionan».

JOAN LERMA. Ex presidente de la Comunidad Valenciana y miembro de la Ejecutiva.
«La sociedad está requiriendo nuevas iniciativas, también nuevas caras (...) El cambio es más necesario en el Gobierno».

por ciento lo hizo por el PSOE y sólo el 23 por ciento en favor del PP. Las bases para iniciar un proceso de recuperación a partir de aquí no pueden ser más firmes.

De cara al futuro, de cara a las próximas elecciones generales, las municipales del 95 han abierto así lo que parecían haber cerrado las europeas del 94: la posibilidad de una competición abierta entre los dos principales partidos. Han frenado la tendencia del crecimiento, aparentemente irreversible desde 1991, y han puesto de relieve la reversibilidad de las pérdidas del PSOE, incluso en el que puede considerarse su *annus terribilis*. El éxito de uno u otro se inclinará del lado del que mejor comprenda que a la vista de lo que pasó el domingo, las próximas elecciones generales no están de antemano ni ganadas ni perdidas por nadie. Están en el aire y dependiendo de lo que haga cada cual.

Esto es algo que también debería comprender IU. Sus resultados, pese al aumento del número de concejales y diputados autonómicos, no ocultan su retroceso porcentual respecto de las europeas ni el parón que con ello sufre su proyecto de constituirse, a contracorriente de la historia, en la fuerza hegemónica de la izquierda española. Tras unos años de fugaz esplendor, el CDS desapareció, pese a tener un líder de excepción, por no haber comprendido ni cuál era su espacio político ni cuál era el papel que, en consecuencia, podía jugar. Hoy lo lamentamos todos. ■

***Catedrático de Ciencias Políticas y militante del PSOE**

Un Escenario Nuevo



Por Pedro Arriola Ríos*

EL NÚMERO 28 QUEDARÁ UNIDO PARA SIEMPRE A LA HISTORIA del PSOE y, en buena medida, a la propia historia de España. Un 28 de octubre del ya lejano año de 1982 se iniciaba, tras la aplastante mayoría absoluta conseguida por las candidaturas socialistas, un periodo de hegemonía política al que los españoles pusieron irrevocablemente fin el pasado 28 de mayo.

El 28-M, el escenario político español ha dado un profundo vuelco. Es cierto que, como ocurre después de cualquier contienda electoral, todos pretenden haber obtenido la victoria o, al menos, haber mejorado sus posiciones relativas. Pero, una vez configurada la composición definitiva de ayuntamientos, diputaciones, asambleas, gobiernos regionales, etcétera, en las próximas semanas se va a percibir con más claridad quién ha ganado y quién ha perdido en estas elecciones.

Si nos atenemos al ámbito más general de los comicios, es decir, el de las elecciones municipales que convocan a todos los españoles a las urnas, y comparamos los resultados de ahora con los de hace cuatro años, observaremos que entonces el PSOE aventajó a la segunda fuerza política —el Partido Popular— en 2.450.000 votos, con una distancia de 13 puntos que separaban al 38,34 por ciento de los votos válidos obtenidos por los socialistas, del 25,34 por ciento que obtuvieron los *populares*.

Ahora se invierten las posiciones y es el Partido Popular el que aventaja al PSOE en 4,45 puntos y 985.000 votos. De ganar por 13 puntos a perder por 4,5 supone un vuelco de 17,45 puntos.

Pero el cambio más significativo no está en los números, sino en la pérdida/ganancia de poder político real. El mapa del poder regional y local tendrá ahora otros colores, y el poder político en su conjunto recupera un equilibrio perdido hace 13 años.

En el bienio 82-83 el poder político pasó, casi en exclusividad, a manos de los socialistas: el Gobierno de la nación y el control de las más importantes instituciones tras la mayoría de ayuntamientos, diputaciones y comunidades autónomas después de las elecciones de mayo de 1983. El poder era un monopolio del PSOE. La política, en cuanto ésta tiene de necesidad de pactar, negociar, convencer y llegar a acuerdos desapareció de la escena. Durante ocho años nada sustancial alteró este paisaje.

En 1991 el cambio que habría de venir pasó su tarjeta de visita. El PSOE perdió algunas de las grandes ciudades (Madrid, Valencia, Sevilla,...) , aunque ganara las elecciones.

En las legislativas del 93, el PSOE pierde la mayoría absoluta alcanzada sucesivamente en 1982, 1986 y 1989. El pacto necesario (en este caso con CiU y, en menos medida, con el PNV) devolvía la política a la vida nacional y arrumbaba *el rodillo*. El 28-M representa el último eslabón de este proceso de pérdida de la hegemonía socialista.

Se cierra un periodo y se abre otro distinto: los poderes políticos se reequilibran, la política vuelve a la escena, el escenario cambia y, decidan los que decidan los españoles en las próximas elecciones generales, ya nada será lo mismo. ■

***Presidente del Instituto de Estudios Sociales y asesor de José María Aznar**

ENRIQUE MUGICA. Ex ministro de Justicia
«Hace falta un ejecutivo compuesto por políticos y no por tecnócratas».

NESTOR PADRON. Diputado canario y miembro de Izquierda Socialista.
«Narcís Serra debe ser sustituido».

NICOLAS REDONDO. Ex secretario general de la UGT
«Felipe González debería hacer un esfuerzo para cambiar el liderazgo».

MANUEL DE LA ROCHA. Miembro de la corriente Izquierda Socialista.
«Es necesario plantearse la sustitución de Felipe González y Alfonso Guerra».

JUAN CARLOS RODRIGUEZ IBARRA. Presidente de Extremadura y miembro de la Ejecutiva.
Partidario de «caras nuevas y mensajes nuevos (...) No es Felipe González quien dirige el PSOE».

JAVIER SOLANA. Ministro de Asuntos Exteriores y miembro de la Ejecutiva.
Considera que el PSOE necesita «personas e ideas nuevas».

JOSE FELIX TEZANOS. Ideólogo guerrista
«Habría que elegir un nuevo secretario general capaz de revitalizar el PSOE (...) y un nuevo liderazgo en el Gobierno».

FRANCISCO VAZQUEZ. Alcalde de La Coruña
«El griterío en favor del cambio ya es ensordecedor».

FELIPE GONZALEZ. Presidente del Gobierno y secretario general del PSOE.
«En este momento no tengo previsto hacer cambios en el Gobierno (...) Me presentaré a las elecciones de 1997».

06-06

9508460
Escandalo del CESID.
CAMBIO 16.
26-06-95
11876
5075713
11164

C1-07 9508460



RAMON TIJERAS

MANUEL PRADO Y COLÓN DE CARVAJAL, financiero, hombre de confianza del Rey y uno de los personajes más profusamente grabados por el Centro Superior de Información de la Defensa (Cesid), ya representaba un papel clave en el mundo del comercio internacional cuando gobernaba Adolfo Suárez.

Un simple vistazo a su agenda podía proporcionar entonces una buena idea sobre cómo funcionaban las compras de petróleo y otras mercancías de interés estratégico en el mundo. Y sobre las personas que gestionan ese universo.

Prado jugó un papel fundamental en las relaciones que estableció España con Arabia Saudí a la hora de garantizar un suministro estable del codiciado *oro negro* a nuestro país. Era la época en que el terrorismo nacional e internacional se mezclaba con el clima de misterio generado por el periodo de la Guerra Fría.

En dos años, entre 1977 y 1978, España, con Manuel Prado como embajador especial en las negociaciones, llegó a importar de Arabia Saudí hasta el 70 por ciento del petróleo que se consumía en nuestro país. El Cesid como tal acababa de nacer y en poco tiempo habia conocido dos directores.

De sus cenizas iba a surgir, sin embargo, uno de los hombres clave de la transición política y económica que se avecinaba en el país ante el inminente cambio de Gobierno. Corría el mes de mayo de 1981 y el hoy general Emilio Alonso Manglano recibía de Leopoldo Calvo Sotelo el encargo de ponerse al frente de los servicios secretos españoles.

Manglano sabía ya que Manuel Prado y Colón de Carvajal era una de las personas con mejor información en las altas esferas del Estado. Estar pendiente de sus movimientos, debió pensar, no estaría de más, para mantenerse al tanto de lo que ocurría alrededor del Rey, pero también en el mundo de las altas finanzas.

Con la caída de UCD, Prado, que desde hacía meses ya había iniciado los primeros contactos en diversos paises para lograr que se celebrara en España la Exposición Universal de Sevilla, se convirtió en uno de los privilegiados cordones umbilicales que acabó de hacer negocios con los miembros de ese partido moribundo para empezar a hacerlos con los ejecutivos emergentes del Partido Socialista.

IADOS

El escándalo de las escuchas telefónicas hechas por los servicios secretos ha desatado una psicosis de «pinchazo». Todos quieren la cabeza de Narcís Serra, el poderoso hombre de la información en España. Controló al Cesid durante más de una década y ha caído en sus redes

9508400

MANGLANO Miente

LOS ESPÍAS MIENTEN DESDE EL PRINcipio:

–¿Es usted espía?

–¿Yo? Qué va.

El director del Cesid, teniente general Emilio Alonso Manglano, 69 años, no va a negar a estas alturas que fue espía, el ex jefe de los espías durante los últimos 14 años. Pero cuando era un agente anónimo, las negaciones en ese sentido fueron numerosas. Recientemente le han cogido en dos renuncios. El pasado 4 de junio, con motivo del Días de las Fuerzas Armadas, Emilio Alonso Manglano dijo a un grupo de periodistas: «Vosotros os creéis que nos dedicamos a poner micrófonos debajo de las camas, y eso no es cierto, jamás hemos espiado la vida privada de la gente». E Iñaki Anasagasti, portavoz del PNV, afirmó el martes 13: «Me siento engañado, porque cuando visitamos el Cesid hace dos años, Manglano nos dijo que nunca se había espiado a políticos y periodistas». ■



Manglano, jefe de los espías durante 14 años.

Para Manglano, Prado representaba una joya. Seguir sus pasos significaba controlar la cúpula del Estado y además conocer de primera mano por dónde se empezaría a mover el esqueleto financiero socialista.

La primera misión del jefe de los espías consistió en eliminar el fantasma del golpismo en España. Y este fue su primer fracaso, pues ni previno ni controló los movimientos de los militares durante ese periodo crucial de la reciente historia de España.

Juan Perote, su hombre de confianza, el testigo de cargo que pretende utilizar próximamente Mario Conde para reforzar su ataque, más que su defensa, frente a quienes desde su perspectiva actuaron contra él para desbancarle de Banesto, era el hombre encargado entonces de velar por la seguridad del país, a través, entre otros, del precario sistema de escuchas de que podía hacer gala en aquella época el Cesid.

Con la mayoría absoluta lograda por el PSOE en el 82 y la reforma de las Fuerzas Armadas que capitaneó Narcís Serra como ministro de Defensa, Manglano vio claro a quién debía servir con prontitud. Serra confió en él cuando se planteó su cese al frente de los servicios secretos en el seno del Partido Socialista. Y obtuvo sus frutos.

Diplomado en Estado Mayor, forjado en la Brigada paracaidista y antiguo combatiente en Ifni, Manglano encajaba a la perfección en la idea de militar demócrata y de confianza que necesitaba Serra.

En España se acababa de poner en marcha una transición ambiciosa en el ámbito financiero que desde el primer momento produjo numerosas fortunas alrededor de la bolsa y los grandes contratos de Estado. Un grupo de empresarios poco arriesgados, pero de mentalidad especulativa y ansioso de poder, emergió de la noche a la mañana a la sombra del poder.

Personajes como Javier de la Rosa, *los Albertos*, Mario Conde o el propio Manuel Prado se vieron envueltos en una guerra político económica que el PSOE no podía perder de vista. Con este mar de fondo, Manglano, cuyo pasado en la Legión había acreditado su pertenencia a una familia afecta desde hacía años a la monarquía, podía jugar un papel esencial en la pelea.

Precisamente su tío, el barón de Terrateig, había formado parte del Consejo Privado de don Juan de Borbón durante la dictadura. Por tanto, en principio, su lealtad a la Corona como cabeza del Estado que se disponía a defender, parecía fuera de toda duda.

En este contexto, la historia de Manglano y del Cesid transcurrió sin demasiados sobresaltos. Operaciones en el extranjero y la guerra psicológica practicada entre los dos bloques parecieron ocupar su atención durante los primeros años de mandato socialista, hasta que estalló el *caso Juan Guerra*.

El escándalo supuso un vuelco cuyas consecuencias iban a resultar impredecibles para el PSOE, a pesar de tener la oreja bien pegada al aparato. Según se ha probado ya, con la publicación por *El Mundo* de los estadillos que llevaban el control de la *cintateca* del Cesid, el servicio dirigido por Manglano bajo la estricta vigilancia de Serra, venía grabando conversaciones íntimas a personajes de toda índole al menos desde noviembre de 1983.

Al mismo tiempo, el general conocía las grabaciones que otros cuerpos de seguridad del Estado realizaban para sus uso particular o el de algunos jueces. En concreto, la Brigada de Información de la Policía, dependiente del Ministerio del Interior, es decir, de José Luis Corcuera, próximo a Alfonso Guerra, había hecho desaparecer ciertas cintas en las que se mencionaba al hermano del vicepresidente en el contexto de una trama presuntamente delictiva.

Psicosis de Pinchazo

A FINALES DE 1993 LA RED DE ESCUchas ilegales descubierta en el diario *La Vanguardia* y conocida como el *caso Godó* produjo alarma. La psicosis de *pinchazo* se apoderó de empresarios, banqueros y profesionales. Temían que sus conversaciones privadas o de negocios hubieran sido grabadas y, lo que era peor para ellos, que fueran reproducidas en la prensa.

Ahora, el *caso Cesid* ha extendido ese miedo a ser escuchado como una enfermedad contagiosa. Y, como entonces, la demanda de barridos telefónicos se ha disparado. «No damos abasto. Estos días todo el mundo está obsesionado con que tiene el teléfono *pinchado*», comenta el presidente de una empresa de venta de equipos de espionaje y contraespionaje. Los precios pueden dar una idea del negocio: revisar una línea telefónica cuesta unas 120.000 pesetas, y rastrear un despacho en busca de micrófonos ocultos está entre las 80.000 y 90.000 pesetas. ■

Las empresas de seguridad cobran por buscar pinchazos telefónicos 120.000 pesetas y 90.000 por localizar micrófonos

9508460

PORTADA

Juan "ROMEO" Perote

El principal sospechoso del «caso Cesid» tiene su alter ego profesional: el también coronel y ex agente de «La Casa» Fernando Rodríguez González, alías «Romeo», cerebro de la red de escuchas del «caso Godó»

GONZALO SAN SEGUNDO

EL PARALELISMO, CUANDO NO CONEXIÓN, entre los casos *Godó* (red de escuchas ilegales desarticulada en torno al diario *La Vanguardia* en noviembre de 1993) y *Cesid* (red de escuchas ilegales descubierta en Madrid el pasado lunes 12 y aún no desarticulada) es preocupante. En ambos casos existen al menos seis puntos coincidentes.

1 Javier Godó, conde de Godó y propietario del rotativo barcelonés, contrató a una red de espías compuesta por agentes y colaboradores de los servicios secretos españoles (Cesid) para espiar a directivos de su empresa. Godó acabó atrapado en las escuchas de esa red.

Los ciudadanos pagan al Cesid para que espíe a los enemigos del Estado y es éste, en la persona del Rey y en las de más de un centenar de políticos, empresarios y profesionales, quien termina siendo espiado por el Cesid.

2 En el *caso Godó*, el máximo implicado –y procesado– es el coronel en la reserva Fernando Rodríguez González, alias *Romeo*, destacado agente del Cesid hasta junio de 1993. En el *caso Cesid*, otro coronel en la reserva, Juan Alberto Perote Pellón, alias *Alberto*, es el principal sospechoso.

3 En ambos casos, los responsables de las escuchas ilegales terminaron vendiendo el producto de su ilegal trabajo a los medios de comunicación y/o a particulares. O sea, cobraron por partida doble.

4 Tanto la *red Romeo*, como presuntamente la *red Alberto*, sustrajeron abundante documentación secreta de *La Casa*.

5 En los dos casos, los controles internos del Cesid fallaron estrepitosamente.

6 Los coroneles Rodríguez y Perote eran expertos en operaciones especiales y espionaje telefónico a todo perro quisque que se le cruzase en el espacio radioeléctrico.

Pero *Alberto*, 56 años, era más importante que *Romeo*.

Brazo derecho del general Emilio Alonso Manglano, 69 años, desde su puesto de jefe de operaciones especiales del Cesid, presidió junto a él una cumbre de espías de la OTAN, celebrada en mayo de 1991 en el lujoso hotel granadino La Bobadilla. Fue como una despedida de sus colegas europeos.

Meses después, en noviembre, Perote era destituido por su implicación en un asunto turbio, nunca desvelado oficialmente. Manglano le pagó generosamente los servicios prestados a *La Casa*: le buscó un puesto de asesor en materia de seguridad del presidente de Repsol, Oscar Fanjul, aunque no figura en la nómina de esta empresa.

Esos tres hechos: estar en primera línea en misiones delicadas, protagonizar escándalos y cobrar por los servicios prestados han marcado y manchado la vida profesional de Juan Alberto Pérez Pellón, ex jefe de los *James Bond* españoles.



Documento gráfico del encuentro mantenido entre Conde y Perote, el martes 13.

EL PAÍS/CANAL +

Profesor de Educación Física en · Ejército y campeón de pentatlón, Pero habla cinco idiomas, entre ellos el rus Por eso fue enviado a Rumanía en 19 para conseguir vídeos comprometedor grabados por la extinta policía secreta r mana, Securitate, a diversos diplomátic españoles.

Fernando Rueda, en su libro *La Cas* afirma en la página 119, refiriéndose a coronel Perote: «Hombre incondicional abnegado, de profesionalidad sin prec dentes y orgulloso de *La Casa*». Y pred ce, erróneamente, según todos los ind cios, en las páginas 129 y 130: «A can bio del silencio del Centro y de no ado tar medidas contra él, Perote guarda hasta la muerte los secretos de Estado c los que está personalmente involucrado que, de hacerse públicos, harían tembl las estructuras del país».

Perote se confiesa amigo de Juliá Sancristóbal desde la época en qu éste era director general de la Segur dad del Estado, ahora en prisión pr ventiva en Alcalá-Meco por su presun implicación en la trama de los GAL. Dic Perote que Sancristóbal le contó en el de pacho de éste que estaba preparando el *i forme Crillón* contra Mario Conde. De al que el ex banquero lo eligiera como testig en su empeño por demostrar ante el jue que tal informe fue encargado por Narci Serra y pagado con fondos reservados.

En Conde tiene *Romeo* su otra gra querencia. Se conocen desde hace 1 años: son vecinos en la urbanización Lo Arroyos, en El Escorial (Madrid), dond los suegros del ex presidente de Banest tienen una casa.

A los pocos días de salir Conde d Alcalá-Meco en libertad condicional baj fianza de 2.000 millones de pesetas, Pe rote se reunía con él. Y el pasado marte 13 volvían a encontrarse, durante seis he ras, esta vez en el chalé de Fernando Ga rro, amigo íntimo del ex banquero y e director general de Banesto.

Ese mismo día, Joaquín Leguina, se gún desveló éste en la Cadena SER, so prendió a Javier de la Rosa (cuya cone xión con *Alberto* es investigada por el Mi nisterio del Interior, según *Diario 16*) ce nando en un restaurante con el director d *El Mundo*, Pedro J. Ramírez, con docu mentos de por medio. Cuatro personaje Conde, De la Rosa, Ramírez y Perote e busca de la caída [illegible]

Conde pidió a Manglano que le ayudara a demostrar que el Gobierno se dedicó durante años a espiarle

Espías Españoles ¿Para qué Sirven?



CON ESE TÍTULO, CAMBIO 16 DEDICÓ SU PORTADA DEL pasado 27 de marzo al Cesid. Se decía en ese número que «la historia de los espías españoles en la democracia es la crónica de unos escasos éxitos y de un rosario de chapuzas». Faltaba una cuenta en ese rosario, sin duda la más grave hasta ahora cometida en los 14 años en los que el general Emilio Alonso Manglano dirige los destinos de *La Casa*: el espionaje ilegal a más de un centenar de españoles (políticos, empresarios, profesionales...), empezando por la Jefatura del Estado: el Rey. ■

a personajes como Mario Conde para financiar la reconquista de canales de televisión como Antena 3. En otras, ha utilizado la infraestructura del Cesid para espiar a socios coyunturales como el propio Conde, a través del célebre *informe Crillón*, cuyo origen ahora investiga otro juez en el Tribunal Supremo.

La aparición en la escena pública de Juan Perote, antiguo brazo derecho de Emilio Alonso Manglano, esta vez de la mano de Mario Conde, no tiene nada de particular en este contexto. Ya se sabe que el destino convierte a extraños en excelentes compañeros de viaje.

Mario Conde ya sabía que en el Cesid estaba la clave de su defensa cuando advirtió a Emilio Alonso Manglano, como se ha conocido a través de *Diario 16*, sobre la conveniencia de ayudarle a demostrar que el Gobierno se dedicó durante años a espiarle ilegalmente.

Los enfrentamientos entre los servicios de información de la Guardia Civil, el Cesid, y la Policía, por otra parte, ya habían puesto de manifiesto las dificultades en que nadaban todos, al estallar escándalos como el de la UCIFA, en la Benemérita, o conocerse, la semana pasada, que el Cesid dejó de grabar a personalidades cercanas al Gobierno por las incomodidades que podría suponer la vinculación de aquéllas a ciertas redes del narcotráfico.

Casado con la norteamericana Susan Lord Williams, Manglano, después de aprender el oficio de la mano de sus amigos de la CIA y los servicios de inteligencia israelíes, parece que deberá incluirse él mismo en la reforma laboral que había iniciado hace unos meses como medida para lograr la desmilitarización del centro de espionaje español.

Su salida del Cesid, sin duda, traerá al país una nueva polémica en torno a su sucesión. ■

El Peso de la Ley

EL VIGENTE CÓDIGO PENAL CIVIL castiga con arresto mayor el espionaje ilegal y hasta con seis años de prisión la divulgación del contenido de las cintas producto de ese espionaje. Al ser estas penas no superiores a seis años, los delitos prescriben a los cinco. Pero en el *caso Cesid* podría haberse dado un delito continuado. En este caso, los delitos no habrían prescrito.

Además, al autor o autores materiales del espionaje al Rey podrían ser condenados hasta con 20 años de cárcel. Al coronel Juan Perote Pellón le podrían caer hasta diez años de prisión, según el Código Penal Militar, por un supuesto delito de revelación de secretos al filtrar a la prensa, presuntamente, las cintas con las conversaciones grabadas ilegalmente.

JOSE ANTONIO SEGURADO
Empresario

"Infinito asco"

«Me produce un infinito asco saber que se graban conversaciones privadas. No voy a emprender acciones legales, porque la experiencia demuestra que son caras y tardan muchísimo. Lo mejor es denunciar públicamente la flagrante violación de mis derechos constitucionales. Se supone que pago mis impuestos para que el Estado me proteja, pero si me espía, la situación es dramática».



«Lo mejor: denunciar».



«Cumplir la Constitución».

ENRIQUE MUGICA
Ex ministro de Justicia

"Depurar responsabilidades"

«Hay que hacer cumplir la Constitución, que garantiza el secreto de las comunicaciones y, en especial, de las postales, telegráficas y telefónicas. En tanto que se haya conculcado la Constitución, al quebrantarse ese derecho sin autorización judicial, pueden derivarse responsabilidades políticas, aparte de las señaladas en el artículo 192 bis del Código Penal. Habrá que ver quién lo ha infringido, cómo lo ha hecho y se tendrán que depurar las responsabilidades necesarias».

JOSE BARRIONUEVO
Ex ministro de Interior y diputado del PSOE

"Cadena de auténticos disparates"

«Esto es una cadena de auténticos disparates: que se graben las conversaciones de personas como a las que se ha grabado; que se archiven, sin que haya motivo alguno para ello; que no se informe de su existencia y que el responsable de su custodia sea un infiltrado porque, por lo que se está viendo, es un agente de Pedro J. Ramírez».



«Un agente de Pedro J.».

ADOLFO SUAREZ
Ex presidente del Gobierno

"Intolerable"

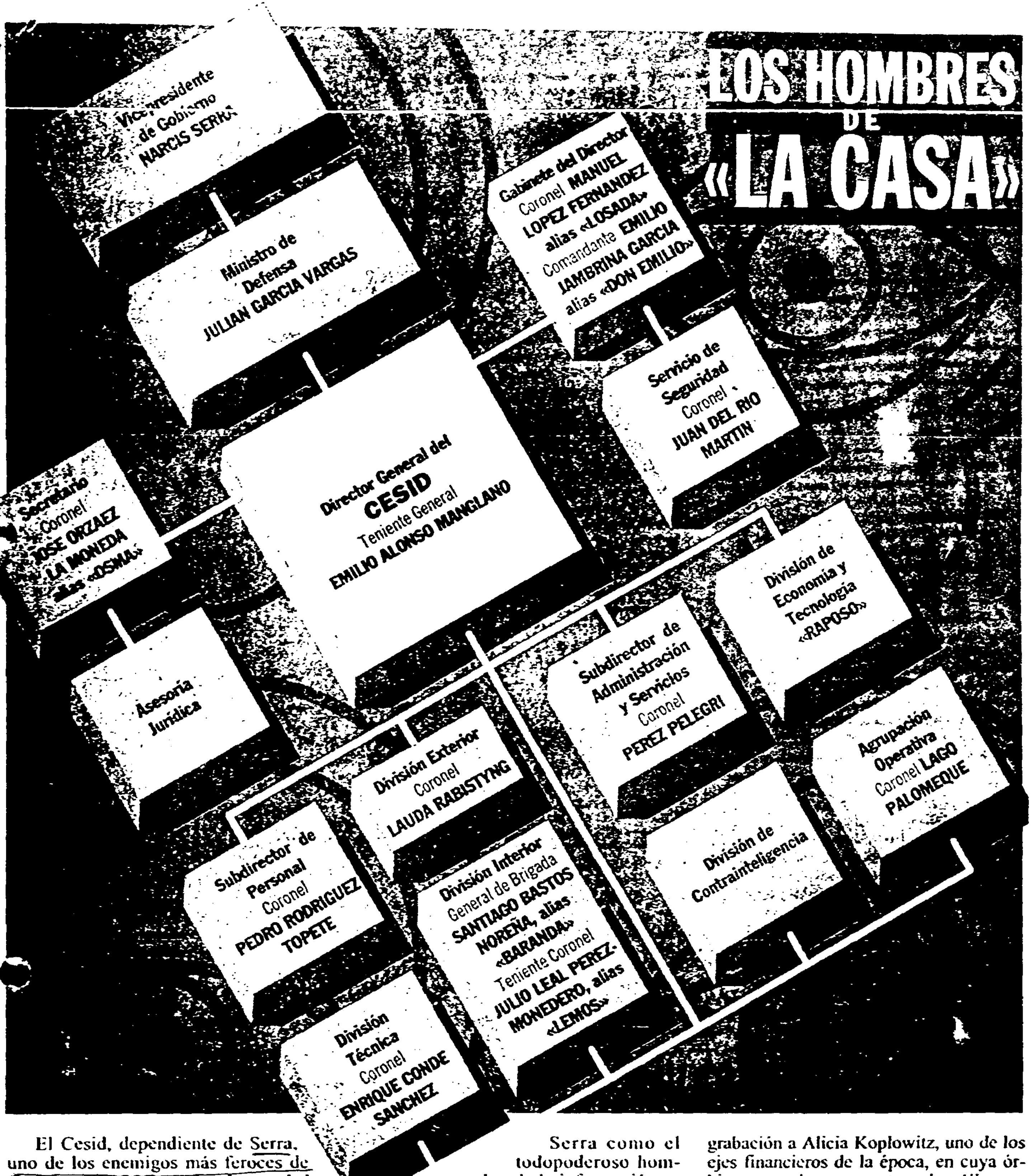
«Me parece intolerable que ocurran estas cosas, que no son propias de un Estado de derecho. Lo que está claro es que yo no ordené grabar a nadie, sino que fui víctima».



«No ordené grabar a nadie».

9508460

LOS HOMBRES DE «LA CASA»



El Cesid, dependiente de Serra, uno de los enemigos más feroces de Guerra en el PSOE, estaba al tanto de la existencia de estas cintas. Y la guerra de la información se trasladó inmediatamente hasta las entrañas del Partido Socialista. Alfonso Guerra y Narcís Serra se convirtieron en dos perros de presa irreconciliables porque cada uno competía con el otro por el control de la información.

El episodio descrito tiene lugar entre 1986 y 1988, fecha esta última en que estalla el *caso Guerra* que tumba finalmente al entonces vicepresidente del Gobierno. El suceso erigió a Serra como el todopoderoso hombre de la información en España y desde Moncloa, sus poderes crecieron notablemente.

Si se sitúa históricamente el momento en que accede a su actual cargo, se observará que los acontecimientos se precipitan a su alrededor bajo su estricto control.

En 1989, poco tiempo antes de que se produzca la muerte de Pedro de Toledo, el Cesid graba a los directivos del BBV. En 1990, queda constancia de una grabación a Alicia Koplowitz, uno de los ejes financieros de la época, en cuya órbita se movían, entre otros, *los Albertos*, o los directivos de El Corte Inglés, la primera privada empresa del país.

Es grabado Gustavo Durán, quien luego sería utilizado para llevar a cabo diversas operaciones de compra de votos en la Comunidad de Madrid. Se graba a Ruiz Mateos, a empresarios de todas clases, a políticos y a periodistas, pero sobre todo, a juzgar por la referencia de las cintas que se han conocido hasta ahora, se gr[illegible]

66

950 84 00

El Plan "Sombra"

A RAÍZ DEL «CASO GODÓ» (ESCUCHAS telefónicas ilegales descubiertas en el diario *La Vanguardia*, de Barcelona, y en las que se hallan sumarialmente implicados agentes del Cesid), el director de los servicios secretos españoles, Emilio Alonso Manglano, puso en marcha un plan denominado *Sombra*. Con un presupuesto inicial de diez millones de pesetas, su objetivo era descubrir a los funcionarios de *La Casa* que, actuando como topos, pasaban información al exterior, especialmente a la prensa.

El plan, dirigido por un coronel conocido en el Cesid como *Rivera*, no dio en aquella ocasión, que se sepa, los resultados que se pretendían. Mucho es de temer que suceda ahora lo mismo.

Aunque el nombre de Juan Perote Pellón, coronel en la reserva, ex directivo del Cesid y actual asesor en materia de seguridad del presidente de Repsol,



Implicado en las escuchas telefónicas de Barcelona, utilizadas por el Cesid.

Oscar Fanjul, se apunta como el que filtró las cintas a un diario madrileño. Tanto Perote como el rotativo lo han negado. Los componentes de aquel proyecto, cuya sombra se alarga hasta hoy, además de permanecer en las tinieblas, deben estar a la solana. Es decir, descansando a la sombra. ■

mente, la causa de sus desgracias, al venderle al Cesid el sofisticado escáner con el que Manglano pudo controlar, automáticamente, las frecuencias del espectro radioeléctrico por las que viajaba su voz.

Es en este clima cuando, en 1991, el editor de *La Vanguardia*, Javier Godó, entonces presidente de Antena 3 TV, mostró su preocupación al vicepresidente Narcís Serra por su seguridad. Y éste no dudó en enviar, a través de Manglano, a *Fernando Romeo*, uno de los pseudónimos por el que se conoce al coronel Fernando Rodríguez González, del Cesid.

El propio conde de Godó había contratado antes a otro curioso personaje, Miguel Ruiz, alias *El Lobo*, un antiguo infiltrado del Servicio de Inteligencia en tiempos de Franco en ETA, para que montara un sistemas de escuchas en su empresa.

miembros del entorno más íntimo del Rey.

Prado y Colón de Carvajal volvía a convertirse, a principios de los años 90, en pieza clave para el Cesid a la hora de conocer de verdad por dónde iban los tiros del mundo financiero y las relaciones de poder que se venían produciendo en esta democracia.

El amigo del Rey se asociaba con Enrique Sarasola y con Javier de la Rosa, el



Rey y éste hablaban con su amigo el príncipe Tchokotoua, mientras en las cintas del Cesid aparecían empleados de Prado, ministros y constructores aportando claves sobre sus movimientos, sus temores y sus alegrías, hasta las menos confesables en muchos casos.

Lo que no sabía Manuel de Prado, como representante de honor en España durante años de la empresa francesa Thomson, es que fuera ésta, final-

El Cesid acabó utilizando esa misma red en su propio beneficio, con la fatalidad de que el escándalo terminó en los tribunales de Barcelona. Una vez más se ponía de manifiesto que Narcís Serra, con Manglano, empleó durante años las escuchas ilegales practicadas por el Cesid para estar al tanto de las grandes operaciones que se han ido fraguando en España alrededor de las grandes empresas y grupos de comunicación.

En unos casos, quiso utilizar incluso

HABLAN LOS ESCUCHADOS

La reacción de los espiados por el Cesid es de indignación. Calificativos como «intolerable», «infinito asco» y «auténtico disparate» están en boca de muchos de ellos. Esta es una breve muestra de sus estados de ánimo

JUAN LUIS CEBRIAN
Consejero delegado de Prisa

"Invasión ilegítima del poder"

«Ya en 1979 y 1980, me acusaban de ser del KGB. Pensé que el Gobierno socialista pondría coto a estas actividades, pero hace mucho que me decepcioné al respecto. Tampoco he visto que en otras ocasiones fiscales y jueces hayan reaccionado como es debido. Por lo demás, no recuerdo que algunos criptocomentaristas de hoy se preocuparan tanto antaño por el Estado de derecho. Yo creo que nos encontramos ante un caso más, y muy grave, de invasión ilegítima del poder en la vida de los ciudadanos y me temo que tampoco la derecha que viene va a ser capaz de evitarlo».



«El Gobierno me decepciona».

ISABEL TOCINO
Diputada del Partido Popular

"Quiebra del Estado de Derecho"

«No me siento individualmente afectada, porque lo que se ha producido es la quiebra total de la confianza del pueblo español en el Estado de derecho, en el sistema democrático del Gobierno socialista. Y los políticos tenemos que hacer algo más que denunciar y es exigir una explicación del presidente del Gobierno y utilizar el instrumento de que disponemos, la moción de censura, aunque esta es mi posición y acataré la decisión de mi partido».



«Moción de censura».

07-07

9509160

9508461

EE.UU. y Corea continuarán conversaciones.

EL PAIS.

4-06-95

11876

65890

507487

11879

EE.UU. y Corea Continuarán las Conversaciones

4-6-95 EL PAIS

KUALA LUMPUR, Malasia, 3 (AP). — Estados Unidos y Corea del Norte acordaron hoy seguir sus conversaciones sobre asuntos nucleares luego de efectuar consultas con sus respectivos gobiernos.

Thomas Hubbard, negociador en jefe de Estados Unidos, hizo el anuncio respectivo luego de una sesión de dos horas con los norcoreanos.

Empero, éstos no se mostraron tan optimistas ni positivos como Hubbard. Dijeron solamente que "no se habían resuelto las diferencias" entre las partes, que habían conversado "apenas 90 minutos".

Acerca del clima en que se desarrollaron las conversaciones, un delegado norcoreano dijo que había sido "regular".

Previamente hoy, el principal negociador estadounidenses había evidenciado desaliento pese a los pequeños progresos habidos desde que las conversaciones se iniciaran hace dos semanas.

"Creo que es frustrante para ambas partes que no hayamos podido en todo ese tiempo resolver nuestras diferencias", dijo Hubbard.

Sin embargo, reiteró su optimismo acerca del éxito de las conversaciones, y dijo que seguían los esfuerzos por zanjar las diferencias existentes. No está en claro cuáles son esas diferencias.

Los diarios sudcoreanos informaron que Corea del Norte hizo trastabillar las negociaciones al exigir 1.000 millones de dólares adicionales a los 4.000 millones que costará reemplazar sus reactores nucleares actuales.

Corea del Norte ha amenazado con volver a cargar su reactor nuclear inactivo e iniciar el reprocesamiento de miles de varillas de combustible de plutonio —elemento que se emplea en la fabricación de bombas— a menos que su nueva exigencia sea incorporada al contrato de reemplazo de los reactores, según las versiones.

01-01

950846Z
Corea del Norte y Kim Jong il.
EL PAIS.
11-06-95
11876
65890
507487
11164

Corea del Norte: La Vida en la Nación de los Fantasmas

Newsweek

■ Kim Jong Il parece estar al mando, pero sigue siendo un líder invisible. Los vecinos están comenzando a ponerse nerviosos con un país que parece gobernado por fantasmas.



El presidente Kim apareció en un festival reciente, pero sólo en forma de una gigan

11-6-95
—EL PAIS—

PYONGYANG — Cuando murió Ki-Il Sung el 8 de mayo de 1994 Corea del Norte perdió al líder que se mantuvo en el poder durante más tiempo en el mundo, así como también al hombre fuerte y figura paternal del país. Para los vecinos de ese país, la preocupación inmediata consistió en determinar cómo se procesaría la transición del poder hacia Kim Jong Il, el recluso hijo y heredero del desaparecido, sin que se produjera alguna especie de explosión nacional.

Diez meses más tarde, comienza a surgir una respuesta. En la mitología norcoreana que se teje diariamente desde los medios de comunicación, Kim Jong Il está siendo transformado, como si fuera una suerte de efecto especial cinematográfico, en la figura de su padre. Los visitantes de Corea del Norte dicen que hoy los guías turísticos utilizan en forma intercambiable a los dos Kim, padre difunto e hijo vivo. "Están fusionando las dos personalidades, dice un consultor norteamericano que trabaja desde Seúl. Un nuevo eslógan simbólico el asombroso cambio: "EL CAMARADA KIM IL SUNG ES KIM JONG IL".

ESTILO TEOCRATICO

Por lo menos desde un punto de vista oficial, el eslógan también testimonia que Kim Jr. está al mando. Esta transmigración de una personalidad política a otra bien puede ser una novedosa solución al problema de la transición, solución sólo posible por otra parte en un país de las características de Corea del Norte.

Al pueblo norcoreano se le condiciona para aceptar la santísima trinidad integrada por los Kim, padre e hijo, y el espíritu santo representado en la ideología de juche (autosuficiencia), creada por Kim père. Se trata de un sistema de valores con características teocráticas. Por ejemplo se pregona y cree que el joven Kim nació al tope de la montaña más sagrada de Corea en medio de enormes rayos de luz provenientes del cielo. Después de la muerte del padre, se dijo a los norcoreanos que "Kim Il Sung vivirá entre nosotros para siempre". Desde el punto de vista de Pyongyang, el lugar más lógico para residencia del espíritu de Kim es el culto de la figura de su hijo.

Según el politólogo surcoreano Yan Sung Chull, Corea del Norte entró en una etapa de "política de los fantasmas", lo cual no es demasiado tranquilizante para sus vecinos. Kim Il Sung puede haber iniciado el programa nuclear de su país, pero el problema de su hijo es que es casi invisible. Kim Jong Il es llamado, igual que su progenitor, el Sumo Líder, pero el hecho es que nadie lo ha visto desde julio pasado.

Los diarios de Pyongyang están llenos de sus fotografías, pero muchas parecen antiguas o retocadas, afirma Chull. En Beijing se rumorea que sufrió un ataque cerebral; que se sepa, no ha designado ningún Número Dos o sucesor.

La situación podría resultar peligrosamente desestabilizante en especial cuando Estados Unidos insiste en el cumplimiento del acuerdo alcanzado dificultosamente en octubre pasado, según el cual Pyongyang desmantelará su complejo productor de combustible nuclear a cambio de reactores de uso exclusivamente civil. Pyongyang tiene problemas para aceptar los reactores —de 4.000 millones de dólares de costo— ofrecidos por su viejo rival Corea del Sur. Estados Unidos aseguró oficialmente a Seúl que no cederá a las presiones del Norte, pero los negociadores norteamericanos reconocen que no saben exactamente quién o quiénes están tomando las decisiones hoy en el Norte. Se cree, de todos modos, que Kim Jong Il es el que manda.

TENSIONES PERMANENTES

Pero los viajeros que regresan del norte dicen que el país está hoy más en tensión que nunca en muchos años. Los guardias exigen a los turistas que reverencien el lugar de nacimiento de Kim Il Sung en la capital coreana y exigen que se tomen fotografías solamente de cuerpo entero del líder desaparecido. Estas exigencias no afectan solamente a los turistas. Pyongyang ha hecho saber que no dialogará con delegados de Corea del Sur sobre temas nucleares ni sobre ningún otro tema en tanto Seúl no se disculpe por no haber enviado un mensaje de c[...] la muerte de Kim Il Sung el año pasado.

Claramente Pyongyang sigue una estrategia [...] último año de vida de Kim: introducir una cuña en[...] entre Estados Unidos y Corea del Sur, abriendo a[...] la economía del Norte a inversionistas extranjer[...] tuvo cierto éxito, especialmente desde que Estad[...] sin efecto ciertas restricciones comerciales luego [...] octubre. Se establecieron servicios telefónicos [...] Estados Unidos y Corea del Norte y General M[...] carta de intención que prevé la construcción [...] productora de repuestos de automóviles en la z[...] Corea del Norte desarrolla alrededor del puerto [...] accedió a proporcionar comunicaciones satelita[...] Las empresas surcoreanas, impedidas de actuar [...] nes del gobierno de Seúl, observan con preocupa[...] iniciativas estadounidenses, considerando que l[...] do de mano. Para muchos hombres de negocios [...] es una prometedora fuente de trabajo disciplinad[...] buena rampa de lanzamiento para aumentar las [...] resto del continente asiático.

Para fines comerciales, después de todo, p[...] el país sea gobernado por fantasmas.

01-01

950846Z

9508463
EE.UU. y Corea del Norte avanzan en las negociaciones
El País
11-06-95
11876
65890
507487
11879

EEUU Y COREA DEL NORTE ESTAN AVANZANDO EN LA NEGOCIACION

Las negociaciones de Estados Unidos para la desnuclearización de Corea del Sur están muy cerca de concluir, pero los norteamericanos no están dispuesto a pagar en ayuda el precio solicitado por los coreanos. "Sólo faltan detalles" dijeron los asiáticos, al tiempo que amenazaron con procesar 80.000 barras de uranio. 11-6-95 EL PAIS

SEUL, 10 (AP) — El delegado norteamericano en las negociaciones nucleares con Corea del Norte advirtió hoy que no fue logrado aún un acuerdo final pero que "el problema son los detalles".

Los negociadores de ambos países indicaron hoy que lograron un principio de acuerdo que permita desmontar el programa nuclear de Corea del Norte.

Ocurrió horas después que Corea del Norte amenazara con iniciar el procesamiento de 80.000 barras de uranio agotado que según las autoridades norteamericanas podrían producir plutonio suficiente para tres o cuatro bombas atómicas.

Los negociadores reunidos en Malasia no dieron a conocer detalles del acuerdo ni aclararon los detalles por solucionar.

"Es importante que la última respuesta positiva de Corea del Norte sea plasmada en un acuerdo concreto y escrito para evitar posibles ambigüedades", dijo hoy el ministerio de Relaciones Exteriores de Corea del Sur.

El negociador norteamericano Robert Gallucci y el secretario de Estado adjunto Winston Lord llegaron anoche para asesorar al gobierno surcoreano que Estados Unidos no se apresurará a ofrecer concesiones de enorme precio, como la exigencia norcoreana de recibir pertrechos eléctricos por 1.000 millones de dólares.

"Aún no hemos llegado a eso", Gallucci dijo a los periodistas en Seúl. "El problema son los detalles. No habrá acuerdo hasta que no haya un completo acuerdo".

Las negociaciones comenzaron en Kuala Lumpur el 20 de mayo.

Uno de los obstáculos es la negativa norcoreana a aceptar reactores hechos en Corea del Sur para remplazar a los actuales de diseño soviético, pese al acuerdo firmado el 21 de octubre con Estados Unidos.

Estados Unidos dijo que no hay otra opción. Corea del Sur, que ofreció pagar la mayor parte de los 4.000 millones de dólares, insiste que sólo lo hará si es seleccionado su modelo.

Lord y Gallucci reiteraron hoy que esos puntos no fueron alterados. Los funcionarios norteamericanos se reunieron hoy con el ministro de Relaciones Exteriores Gong Ro-myung y el ministro de Unificación Rha Woong-bae. Además efectuaron una visita de cortesía al presidente Kim Young-sam.

"Tuvimos hoy un diálogo muy productivo con nuestros aliados surcoreanos y ciertamente creemos que avanzamos en nuestro entendimiento mutuo y posición común ante los acontecimientos", dijo Lord a los periodistas.

Pese a sus repetidas negativas, al parecer los comunistas norcoreanos obtuvieron suficiente plutonio para construir por lo menos una bomba atómica.

01-01

9508463

9508464
Acuerdo entre EE.UU. y Corea del Norte sobre el tema nuclear
150007
13-06-95
11876 ✓
65890 ✓
5074870 ✓
11878 ✓

■ Acuerdo

WASHINGTON, 12 (AP). — Estados Unidos y Corea del Norte finalizaron hoy en Malasia tres semanas de conversaciones sobre el tema nuclear con un acuerdo que ahora deberán presentar a sus respectivos gobiernos para la aprobación final. 13-6-95

Ambas partes prefirieron no dar detalles del acuerdo hasta que se celebren las consultas. Si es aprobado por los dos gobiernos, el acuerdo llevaría finalmente al desmantelamiento del actual programa nuclear norcoreano y daría a Pyongyang reactores de agua ligera para reemplazar sus actuales modelos, a partir de cuyos desechos de plutonio se pueden producir bombas atómicas.

01-01

25 de Junio, Hace 45 Años

ESTALLA LA GUERRA DE COREA

Por estos días, se recuerda el 45 aniversario del inicio de lo que, históricamente, se llamó "la guerra de Corea". En aquella grande Península del Asia, reinaba entonces una tremenda tirantez entre el Sur y el Norte del país, prácticamente dividido, con dos gobiernos enfrentados ideológicamente desde el momento mismo que, terminada la oprobiosa sujeción que por décadas la legendaria Corea, había sufrido por parte del Imperio del Japón, se habían convertido no en la nación coreana, sino en dos Repúblicas enfrentadas ferozmente.

En el amanecer del domingo 25 de junio de 1950, sin previa declaración de guerra, los del Norte *invadieron* con sus tropas el Sur, dirigiéndose hacia la Capital de la República de Corea, reconocida como Estado-miembro por la ONU.

No se podía pensar en aquél trágico día, que terminaba de estallar un conflicto bélico que duraría tres años en el que se inmolaron dos millones de combatientes y cientos de miles de civiles y la laboriosa *Península* quedó semiarrasada. En siglos pasados, Corea tuvo gran vinculación *cultural* con China. Pero comencemos *situándonos en los orígenes del pueblo de Koryo*, raíces que se pierden en la bruma de los siglos.

La creación de los Tres Reinos, se puede *situar* aproximadamente, en décadas anteriores a nuestra Era. Los orígenes mismos de este pueblo se ubican en la prehistoria. Se asegura que en el año 4000 antes de Cristo ya se trabajaban las cerámicas y existían elementales molinos que molían bellotas... Se dice que Tan-gum gobernó la Península hacia el 2333 A. de C. sufriendo esa *parte* del Asia guerras tribales, con *chinos manchúes*. La *invasión* de los *mongoles* en 1238 destruyó el reino coreano y de esa época eran 80 mil placas, que grabaron los budistas y en el siglo XIV se inicia la era de la Dinastía Ming, que reinó por tres siglos. Al budismo lo enfrentó la religión de Confucio en luchas inacabables. Por los años en que era descubierta América, se inauguraba en las antípodas, en la hoy Corea, el reinado pro Confucio.

En 1393, la Corte de la Dinastía Yi, se *instala* en la planicie rodeada de montañas y colinas, el mismo donde hoy se asienta *Seúl*, la Capital de la República de Corea. La frontera terrestre, al Norte, la Península la tiene con China y Rusia. La República de Corea (Sur) tiene un solo confín terrestre y lo es con la otra República. El resto de la nación sureña, da totalmente al Mar del Este, el Mar Amarillo y el Estrecho del Japón. En tiempos pasados, Corea mantuvo importantes vinculaciones culturales con China; con Japón, en cambio, fue siempre una relación turbulenta. Temiendo *que las calamidades vendrían de afuera, el reino se mantuvo siempre aislado*. Renuente y con desconfianza, *firmó* el *primer* Tratado de Amistad y Comercio en 1884 con los Estados Unidos. Hace recién 113 años que Corea tuvo contactos diplomáticos y comerciales fuera del Asia. Pronto hizo lo mismo con Inglaterra, Francia, Alemania, Austro-Hungría, Rusia e Italia. Por su situación geográfica, vino a servir su territorio, para escenario de los furores bélicos *chinos y nipones. De ahí arranca el último tramo, el más trágico, de sus infortunios.*

Cuando en 1904 estalló la guerra ruso-japonesa, los nipones para mantener el enemigo lo más alejado *posible* de su territorio, invadieron la Península coreana, ocupando gran parte del país. Corea se convirtió en Protectorado japonés, primero regido por generales y luego a cargo de un gobernador. En 1910 y provocada la abdicación del rey Cochon, para producir un vacío de poder, se llevaron al príncipe heredero a Tokio, lo ingresaron a la *Escuela Militar* y hecho oficial llegó a coronel del Ejército japonés, *mientras su patria fue anexada en ese año al Japón*. El *ignominioso acto de anexión fue firmado* por el Emperador el 22 de agosto de 1910.

En Corea no sólo se hizo obligatoria la enseñanza del japonés, sino que a los niños se les prohibía en la escuela hablar el coreano. Sobrevino la Primera Gran Guerra, la paz de 1918, la Segunda Guerra y recién casi 40 años más tarde, en la inminencia del triunfo aliado, en las conversaciones de Cairo y de Postdam, los llamados Cuatro Grandes, convinieron que, cuando llegara la *previsible rendición* del "Eje", *se cumpliría* un compromiso impostergable, la independencia de Corea, lo que vino a ocurrir el 15 de agosto de 1945. Corea resurgió como nación soberana. Se escribió entonces otro azaroso tramo de su historia por problemas políticos internos. Surgió un gran líder, impulsor de la fundación de la República, pero aquel venerable Syngman Rhee no pudo evitar la secesión de la Península, a causa de la enervada situación política. Los del Norte, apoyados financiera y bélicamente por *rusos y chinos* ayudaron *a crear* un gobierno dirigido por el fanático marxista Kim Il Sum. El líder coreano del Norte gobernó dictatorialmente y condujo la guerra contra el Sur. Kim Il Sum muy anciano falleció no hace mucho y designó en vida a su hijo como sucesor. Ahora este Kim anda a los tumbos porque, según es notorio, carece en absoluto de la sagacidad política del extinto dictador.

En un clima de incertidumbre, vinieron a coexistir dos gobiernos, en territorio indefinido. *Semejante situación fatalmente desembocó en el enfrentamiento.*

Las *Naciones Unidas ya habían aceptado el ingreso de Corea* (Sur) cuando el 25 de junio de 1950, *hace ahora 45 años*, sin declaración alguna de guerra, los coreanos del Norte invadieron al amanecer de aquél día con infantería, artillería, blindados y aviones. Kim Il Sung, con el pretexto de que Estados Unidos había protegido a la naciente República del Sur, "aceptó voluntarios chinos", haciéndose incalculable los efectivos que, con el apoyo del *país* más grande del *mundo, inundaron la Península, no deteniéndose hasta capturar* Seúl. El gobierno y millares de ciudadanos, bajaron hacia el extremo Sur de la Península, mientras la ONU haciendo funcionar los mecanismos previstos en la Carta de San Francisco, reclamó de los Estados-Miembros, la ayuda bélica para defender a la nación agredida.

Unos 15 países acudieron en auxilio del país agredido. Aquellas fuerzas de la ONU, dejaron sus muertos en la remota Asia... Ahora se les llama Cascos Azules. *La guerra había durado desde el 25 de* junio de 1950 hasta el 27 de julio de 1953.

Exactamente, 37 meses y 10 días. El Armisticio *nunca aceptado* por la República de Corea (Sur) como lo señalamos en líneas anteriores preveía el trazado de una línea de una costa a otra de los dos mares que bañan la Península, la que se llamó por razones geográficas "Pam Mung Jong", a la altura del que luego fue famoso en el mundo Paralelo 38.

Hacia el Sur, quedaba el territorio de la República de Corea, cuyo *Gobierno* de elección universal lo encabeza el *presidente* Young Sam *Kim*.

Su población es de 44 millones; Seúl, la Capital alcanza a 11 millones de habitantes y otros tantos en el área metropolitana. Las Fuerzas Armadas alcanzan 700 mil efectivos. Por su parte, la República Popular de Corea, en el Norte, con fronteras con China Popular y Rusia, con algo menos de 22 millones y tiene bajo banderas 1:100.000 hombres.

Hemos recordado el 45 aniversario del estallido de una de las *tres o cuatro más grandes guerras de este siglo.*

JUAN CARLOS PEDEMONTE

26-6-95 EL PAIS

Y508466.
tratado de paz con Seul
LoNo
25-06-95
11876
507488
507487
501889
655890

tratado de paz con Seúl

En guerra: si bien la decisión se considera sólo una maniobra, retrotrae a ambos Estados a una situación formalmente beligerante. 25/6/95

SEUL, 24 (Reuter).- Corea del Norte informó a la UN que se retirará del acuerdo de armisticio que puso fin a la Guerra de Corea de 1950-1953, dijeron hoy funcionarios de la organización.

Jim Coles, vocero del comando (UNC) dirigido por Estados Unidos, afirmó que Corea del Norte informó al organismo en una reunión fronteriza efectuada esta semana que "anunciarán la destrucción del armisticio de Corea de 1953".

Sin embargo, funcionarios de Corea del Sur restaron importancia al significado del anuncio, al afirmar que lo que Corea del Norte busca es simplemente obtener mayores concesiones de Washington.

Corea del Norte ha exigido que el armisticio sea reemplazado por un acuerdo de paz pleno con Estados Unidos, en un pacto que dejaría de lado a Corea del Sur.

Un alto funcionario de Seúl, que solicitó no ser identificado, dijo que la noticia se dio verbalmente durante una reunión de oficiales, un medio que normalmente no se utiliza para tratar este tipo de asuntos.

"Si Corea del Norte formalmente declara que se retira del armisticio sería un asunto serio. Técnicamente significaría que Corea del Sur y Corea del Norte estarían nuevamente en guerra", señaló.

Acuerdo reciente

El anuncio se produjo en momentos en que Corea del Sur, alentado por el reciente acuerdo en el que su vecino del Norte aceptó recibir raciones de alimentos de emergencia de Seúl, esperaba un deshielo en las relaciones.

Sin embargo, en una reunión de funcionarios de comercio efectuada durante la noche en Pekín, Corea del Norte pidió al Sur que retrasara los envíos de ayuda.

Un barco surcoreano debía haber partido hoy en dirección a Corea del Norte transportando 2000 toneladas de arroz, la primera remesa de 150.000 toneladas que Seúl ha prometido para ayudar a aligerar la escasez de alimentos en el Norte.

El presidente Kim Young-sam dijo ayer que esperaba que el suministro pudiera ayudar a enmendar los vínculos con el Norte. Pero hoy señaló que los militares deberían mantener la guardia frente a Pyongyang.

Coles dijo que Corea del Norte ha hechos muchos intentos unilaterales para socavar o destruir el armisticio, pero subrayó que para realizar un cambio en el pacto se requiere el consentimiento de todas las partes.

Indicó que el UNC apoya totalmente el acuerdo del armisticio.

Otro funcionario surcoreano dijo que Pyongyang ya ha estado ignorando los procedimientos estipulados en el armisticio.

"Pienso que Corea del Norte desea presionar a Estados Unidos para que acepte contactos militares de alto nivel", indicó.

Según fuentes militares, Corea del Norte informó al UNC que el anuncio sería hecho el domingo, al cumplirse el 45° aniversario de la guerra de Corea.

01-01

9508467
Tema de espionaje en Alemania y la policía "STASI" de la RDA.
El País.
2-06-95
11876
000145
11164
11830

FRUSTRACION E INDIGNACION POR EL PERDON DE ESPIAS

The New York Times 2-6-95 El País

BONN, Alemania (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS). — En un fallo que ha suscitado reacciones de indignación y de frustración, la Corte Constitucional Federal de Alemania *absolvió* a todos los espías de la *ex Alemania Oriental*, que ya no podrán ser juzgados y declaró anulados los procesamientos y penas de quienes ya fueron juzgados y no deberán ir a la cárcel.

La decisión, adoptada en votación dividida por 5 a 3, significó una *virtual amnistía* para espías del antiguo *régimen comunista*, como Markus Wolf, el oscuro personaje que durante tres décadas dirigió las operaciones de inteligencia de Alemania Oriental.

En función del fallo de la Suprema Corte, ninguno de los mayores espías comunistas será obligado a cumplir penas de cárcel, aunque hubieran perpetrado actos criminales. Se estima que los agentes de menor importancia de la red de espionaje comunista igual permanecerán en prisión

Cientos de investigaciones en curso serán terminadas. Uno de los casos más notorios es el de Wolf, cuya pena de prisión de seis años por traición, fue declarada en suspenso mientras la Corte Constitucional Federal deliberaba sobre el tema, y ahora queda *definitivamente cancelada*

POSICIONES DISCREPANTES

En su fallo, la Corte indicó que los "ciudadanos de la ex Alemania Oriental, que antes del restablecimiento de la unidad alemana, hubieran espiado para los servicios de inteligencia de su país exclusivamente desde el *territorio* de Alemania Oriental *contra* Alemania Occidental, no podrán ser procesados por esos actos, luego de la reunificación".

Agregó que muchos estados consideran que sus actividades de espionaje constituyen una práctica legítima, más allá de la naturaleza del estado. Por tanto, no se puede establecer una distinción legal entre el espionaje de Alemania Oriental y Occidental.

"El espionaje para un poder que busca oprimir a otros es visto, según el derecho internacional, de manera igual que el espionaje de una nación, cuyo objetivo es preservar la libertad y el imperio de la ley", señaló la Corte. Los espías de Alemania Occidental *están protegidos* de procesamiento por la ley.

El fallo de 81 páginas emitido por la Corte Constitucional Federal, con sede en *Karlsruhe*, estableció diferentes categorías de agentes que habían operado en el territorio de la ex Alemania Occidental.

Urgió benevolencia para los ciudadanos de Alemania Oriental que *espiaron en territorio de Alemania Occidental*, pero aprobó castigo legal para germanos occidentales que cometieron traición al espiar en su propio país para el régimen comunista.

"UN INSULTO A LAS VICTIMAS"

Los tres Magistrados que quedaron en *minoría* expresaron su oposición porque consideran que el *fallo significa otorgar* una amnistía, que fue rechazada tanto por el Parlamento de Alemania Oriental como por el de Alemania Occidental, justo antes de la reunificación del país hace un lustro. La Corte consideró el tema durante cuatro años antes de emitir el fallo.



La decisión suscitó reacciones indignadas de numerosos ciudadanos, *quienes estiman que el fallo pone en igualdad* a la democracia de Alemania Occidental y al estado totalitario comunista de Alemania Oriental. Asimismo, provocó frustración en habitantes del territorio oriental de Alemania, quienes ven cómo se diluyen sus esfuerzos y expectativa de que se juzgue a los tiranos y sus acólitos.

Desde la reunificación de Alemania, los esfuerzos por *juzgar* a los integrantes del antiguo régimen *comunista* fracasaron, como consecuencia de la falta de medios legales *para* buscar reparación contra un estado, cuyo sistema opresivo era sostenido por una despiadada y temida policía secreta conocida como la Stasi.

FRUSTRACION E INDIGNACION POR EL PERDON DE ESPIAS

The New York Times 2-6-95 El País

BONN, Alemania (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS). — En un fallo que ha suscitado reacciones de indignación y de frustración, la Corte Constitucional Federal de Alemania absolvió a todos los espías de la ex Alemania Oriental, que ya no podrán ser juzgados y declaró anulados los procesamientos y penas de quienes ya fueron juzgados y no deberán ir a la cárcel.

La decisión, adoptada en votación dividida por 5 a 3, significó una virtual amnistía para espías del antiguo régimen comunista, como Markus Wolf, el oscuro personaje que durante tres décadas dirigió las operaciones de inteligencia de Alemania Oriental.

En función del fallo de la Suprema Corte, ninguno de los mayores espías comunistas será obligado a cumplir penas de cárcel, aunque hubieran perpetrado actos criminales. Se estima que los agentes de menor importancia de la red de espionaje comunista igual permanecerán en prisión.

Cientos de investigaciones en curso serán terminadas. Uno de los casos más notorios es el de Wolf, cuya pena de prisión de seis años por traición, fue declarada en suspenso mientras la Corte Constitucional Federal deliberaba sobre el tema, y ahora queda definitivamente cancelada.

POSICIONES DISCREPANTES

En su fallo, la Corte indicó que los "ciudadanos de la ex Alemania Oriental, que antes del restablecimiento de la unidad alemana, hubieran espiado para los servicios de inteligencia de su país exclusivamente desde el territorio de Alemania Oriental contra Alemania Occidental, no podrán ser procesados por esos actos, luego de la reunificación".

Agregó que muchos estados consideran que sus actividades de espionaje constituyen una práctica legítima, más allá de la naturaleza del estado. Por tanto, no se puede establecer una distinción legal entre el espionaje de Alemania Oriental y Occidental.

"El espionaje para un poder que busca oprimir a otros es visto, según el derecho internacional, de manera igual que el espionaje de una nación, cuyo objetivo es preservar la libertad y el imperio de la ley", señaló la Corte. Los espías de Alemania Occidental están protegidos de procesamiento por la ley.

El fallo de 81 páginas emitido por la Corte Constitucional Federal, con sede en Karlsruhe, estableció diferentes categorías de agentes que habían operado en el territorio de la ex Alemania Occidental.

Urgió benevolencia para los ciudadanos de Alemania Oriental que espiaron en territorio de Alemania Occidental, pero aprobó castigo legal para germanos occidentales que cometieron traición al espiar en su propio país para el régimen comunista.

"UN INSULTO A LAS VICTIMAS"

Los tres Magistrados que quedaron en minoría expresaron su oposición porque consideran que el fallo significa otorgar una amnistía, que fue rechazada tanto por el Parlamento de Alemania Oriental como por el de Alemania Occidental, justo antes de la reunificación del país hace un lustro. La Corte consideró el tema durante cuatro años antes de emitir el fallo.



La decisión suscitó reacciones indignadas de numerosos ciudadanos, quienes estiman que el fallo pone en igualdad a la democracia de Alemania Occidental y al estado totalitario comunista de Alemania Oriental. Asimismo, provocó frustración en habitantes del territorio oriental de Alemania, quienes ven cómo se diluyen sus esfuerzos y expectativa de que se juzgue a los tiranos y sus acólitos.

Desde la reunificación de Alemania, los esfuerzos por juzgar a los integrantes del antiguo régimen comunista fracasaron, como consecuencia de la falta de medios legales para buscar reparación contra un estado, cuyo sistema opresivo era sostenido por una despiadada y temida policía secreta conocida como la Stasi.

CENTRALIZARÁ EL PODER EN EL AÑO 2000

La nueva Alemania entre Bonn y Berlín

La capital de la ex Alemania Federal continúa con su traslado iniciado en 1990 tras la reunificación del país y la integración plena a la Unión Europea

POR VIRGINIA SUPERVIELLE
enviada a Bonn

Un carácter alegre y una sana autoestima son las propiedades más salientes para definir rápidamente a los habitantes de Bonn, la ciudad que está a orillas del Rin.

En la que fuera desde 1949 y hasta junio de 1991 la capital de la República Federal de Alemania, por su pequeño tamaño respecto a otras ciudades y con sólo 260.000 habitantes, es muy fácil trasladarse caminando o usar la bicicleta; característica singular de sus habitantes.

Es curioso, para quien está acostumbrado a la universidad de Montevideo, ver alrededor de las facultades cientos de bicicletas; locomoción típica de los estudiantes.

Se prevé que para el 2000 todo el gobierno con sus ministerios será trasladado a Berlín

Esta vida urbana de cortas distancias, aunque con medios de transporte hacia todos lados, hace que en 20 minutos se pueda llegar en tren a Colonia, y que los habitantes de Bonn no quieran cambiar su estilo de vida por nada del mundo.

Pero a muchos no les queda otra opción. Bonn dejó de ser la capital de Alemania para dejar su lugar a Berlín.

El cambio de capital es un proceso lento pero decisivo y que a muchos no les convence por el ritmo de vida que llevan en Bonn.

El actual presidente alemán también debió sumarse al cambio y pasó a residir, desde el 1° de julio de 1994, el 60% de su tiempo en su sede berlinesa del Palacio de Bellevue, donde conserva su domicilio particular con sus muebles y su biblioteca.

Pero el Parlamento y el gobierno federal está todavía en Bonn, por lo que el presidente para recibir a personalidades extranjeras, o para ponerse en contacto con otros políticos debe estar en Bonn.

Por su parte el canciller Helmut Kohl todavía desarrolla su vida en Bonn, pero se prevé que para el año 2000 todo el gobierno con sus ministerios será trasladado a Berlín.

Altos funcionarios de los ministerios comentaron su disconformidad al hecho de tener que dejar Bonn y pasar a Berlín, que cuenta actualmente con 3,4 millones de habitantes.

La idea les disgusta, pero no hay otra salida.

La gente se muestra algo escéptica con respecto a este cambio, nadie se imaginaba que el 9 de noviembre de 1989 el muro iba a caer y que Berlín volvería a ser la capital federal.

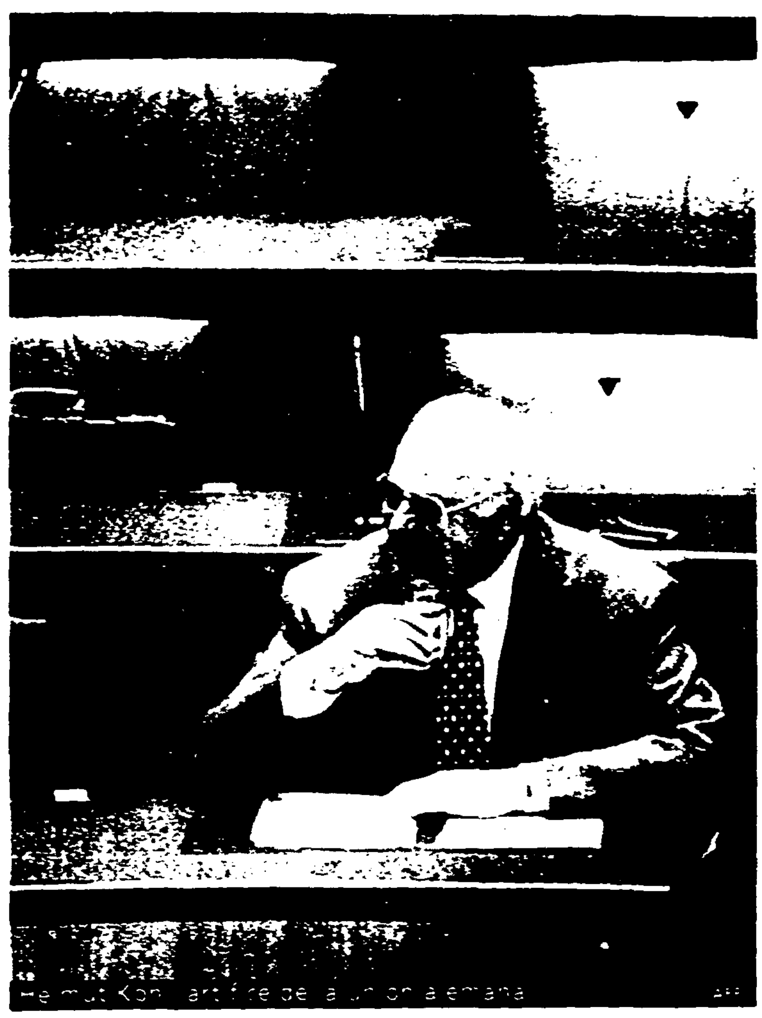
"Esta ciudad se va a morir, todos se irán a Berlín", manifestó un taxista alemán.

Es un hecho que exige un proceso y todavía falta tiempo para su aceptación total.

Por otro lado se afirma que Bonn se seguirá desempeñando como un importante centro administrativo.

Otra posibilidad que se maneja es que sea sede de algún organismo permanente de la ONU.

Otro tema no menos importante es la ubicación geográfica de la capital; Bonn tenía una salida más directa hacia Francia y España pero ahora con el gobierno en Berlín Alemania queda mirando hacia los países del Este europeo, un hecho relevante ya que se prevé la entrada de estos países a la UE.



CLAVES

- **REUNIFICACIÓN.** El proceso finalmente pudo llevarse a cabo porque Bonn dio seguridades de no vincular a la cuestion de la unidad ninguna rectificacion de fronteras existentes
- **FIRMA.** El 31 de agosto de 1990 el secretario de Estado de la RDA Krause y el ministro federal del Interior Schauble firmaron el "Tratado de Unificación"
- **ESTADOS.** Los estados de Brandeburgo, Mecklenburgo-Pomerania Occidental, Sajonia, Sajonia-Anhalt y Turingia pasaron a ser Estados Federados (Lander) de la República Federal.

Análisis de Alemania
Pag. 12
8-06-95
11876
5001456
11164

"Qunos bárbaros tardíos, los últimos bárbaros", dice el sociólogo Wolfgang Engler (43) citando a otro sociólogo, Norbert Elías (muerto en 1990), en una reflexión sobre la modernidad que penetra profundamente el tópico que encara: la nueva Alemania unida vista por un nativo de la ex Alemania del Este. Invitado por el Instituto Goethe, Engler estuvo esta semana en Buenos Aires para dar una serie de conferencias enhebradas bajo el hilo temático de "Una modernidad no deseada", que vincula a la unificación alemana.**

–¿Por qué habla de una modernidad no deseada? La mayoría de los alemanes parece haberla deseado.

–En realidad, esta idea se basa en un análisis del pasado de los países de Europa oriental. Fue en el socialismo de Estado que se produjo una modernidad de un modo no deseado. Esto se debió a que había que liberar a las personas de ciertos lazos familiares, comunitarios, tradicionales y religiosos para que pudieran ser "industrializadas". El resultado fue un efecto indeseado: lo que se buscaba era un sistema de obediencia industrial y lo que se obtuvo fue una libertad que el sistema no esperaba, como en el caso de los derechos de las mujeres - que en los regímenes de socialismo de Estado disfrutaron de una gran libertad frente a sus maridos, frente a los hombres en general, frente a sus padres–, o en la libertad de que gozaron los niños, que no se veían obligados a seguir los caminos prefijados por los padres.

–¿Cómo se procesa esto en la integración alemana?

–A seis años de la reunificación, hay más prejuicios y más reservas entre los alemanes del Este y los del Oeste que antes de la caída del Muro. Y esto se debe a que aquello a que todos apostábamos que sería la dificultad central no ha sido tal. Se pensaba que los alemanes orientales –por haber vivido en un sistema estático, poco flexible, con toda la vida planificada– iban a tener problemas para entrar en un sistema flexible, de mercado, de estructuras abiertas, donde hay que tomar decisiones. Pero esto era una fachada: la gente en el Este tenía muchísima más autonomía y capacidad de reacción y de improvisación de lo esperado, por haber tenido que compensar las deficiencias del sistema con una autoorganización de lo colectivo o comunitario de manera espontánea. En el Oeste, mientras tanto, la sociedad flexible y abierta también resultó una fachada, porque se trata de una sociedad muy conformista, y para hacer los cambios que hacen falta se necesita precisamente esa flexibilidad que se le reprocha a la gente del Este. Este choque es contraproducente. En este momento se está enfrentando lo peor de ambas Alemanias y también se está fortaleciendo lo peor de ambas.

–Usted viene de un Estado que se ha disuelto, pero al mismo tiempo se verifica en el mundo una pérdida de posición de todos los Estados nacionales frente a la economía transnacionalizada. ¿Cómo ve este fenómeno desde Alemania?

–Esta cuestión del Estado es actualmente un problema porque durante 50 años no lo ha sido. Por el hecho de que Alemania ha estado dividida en dos, no ha sido soberana, ha estado incorporada a dos sistemas de poder antagónicos –Estados Unidos y la Unión Soviética– durante 50 años el rol del Estado, y sobre todo el del Estado nacional, no era ninguna cuestión, como sí lo era en Polonia, en Hungría, en Francia o en Inglaterra. Pero este defecto de los alemanes constituye ahora una virtud: como durante 50 años carecieron de soberanía plena, y debieron someter su jurisprudencia a la de estructuras transnacionales, ahora la integración europea les resulta más fácil que a los franceses, por ejemplo, o a los británicos, que les cuesta renunciar a ciertos privilegios parlamentarios en favor del Parlamento Europeo, o poner parte de su jurisprudencia bajo el sistema europeo. Y ésta es una cuestión de consenso nacional: nadie cuestiona la estrategia de integración con Europa del canciller Kohl y los cristianodemócratas.

–¿Cómo se ve en su país la posible incorporación de Alemania al Consejo de Seguridad como miembro permanente?

–En realidad no es un tema muy controvertido: creo que nadie se sentiría humillado si Alemania no es aceptada, y creo que tampoco habría gran entusiasmo si logra entrar. Lo único que sí es controvertido son las consecuencias de este compromiso, por ejemplo en Yugoslavia. Con un mayor involucramiento de Alemania en las Naciones Unidas, Alemania podría ser llamada a cumplir el papel de pacificador en Yugoslavia, pero es dable preguntarse si este papel se puede cumplir cuando Alemania ha ocupado militarmente ese país entre el '33 y el '45.

–¿Cómo analiza el rebrote del nacionalismo en Europa?

–Es un proceso alarmante. Si vemos lo que pasa en Yugoslavia, en algunos ex países comunistas y en la misma ex Unión Soviética, es un retroceso espantoso. Pero no se trata de un nacionalismo, porque si nos ponemos a analizar el proceso del nacionalismo clásico, vemos que éste tenía el sentido de subordinar las distintas etnias a un único Estado, no fortalecer las etnias. Y lo que ocurre ahora es exactamente lo opuesto: hay una descomposición étnica de los países. Este movimiento etnocentrista es aun peor que un resurgimiento del nacionalismo, porque es aún más atávico, más primitivo. Es un regreso a la barbarie, una derrota de la civilización.

–¿Por qué resurge el racismo en Alemania, y particularmente en la ex Alemania oriental?

–Cuando primero se difundieron las imágenes del incendio del asilo de inmigrantes en Rostock, pronto se pensó que era un problema específico de Alemania oriental, que se debía a los largos años de aislamiento, que habían incapacitado a los alemanes del este a convivir con otras culturas. Pero luego se registró el incendio de una casa de turcos en Moellen, en la zona más provincial alemana, llena de pequeñoburgueses absolutamente normales, y esto permitió comprobar que el fenómeno también abarcaba al oeste. Lo que sí existen son diferentes causas. En Alemania oriental el problema es de la sociedad, no del Estado; en Alemania occidental es al revés.

"Se fortaleció lo peor de las dos Alemanias"

"A seis años de la reunificación, hay más prejuicios y más reservas entre los alemanes del Este y los del Oeste que antes de la caída del Muro. En este momento se está enfrentando lo peor de ambas Alemanias y se está fortaleciendo lo peor de las dos", afirma el sociólogo Wolfgang Engler quien esta semana pasó por Buenos Aires para dictar una serie de conferencias sobre la modernidad no deseada.

En Alemania oriental faltó un espacio de debate público, y cuando desapareció el Estado, que castigaba con penas severísimas cualquier ataque xenófobo, la sociedad no había podido formarse sus propios valores morales. En Alemania occidental, el problema es el inverso: ha habido mucho espacio para el debate público, sobre todo a consecuencia del movimiento del '68, pero la sociedad no ha exigido que el Estado se haga cargo de las violaciones a las normas de convivencia. El Estado se hacía cargo si los ataques eran contra miembros de la elite, como en el caso de la Fracción del Ejército Rojo, pero si los hechos de violencia se dirigían contra minorías, había una cierta reserva para tomar partido. De estas dos vertientes distintas se llegó a un mismo resultado espantoso, favorecido por la anticuada legislación alemana sobre ciudadanía, que se basa en el derecho de sangre, que determina que es alemán quien descienda de alemanes, y no puede serlo quien haya permanecido y trabajado en el país durante 20 o 30 años. Los extranjeros siguen siendo ciudadanos de segunda que no tienen siquiera derecho a votar en las elecciones municipales, lo que es un escándalo.

–¿Cuál es su balance del movimiento del '68?

–Ambivalente. Por un lado, el movimiento del '68 logró romper estructuras anquilosadas, logró atacar ese sistema de obediencia a la autoridad, tan alemán en esos años, y democratizar la relación con el poder. Ciertamente, fracasó en sus tendencias anticapitalistas y antisistema, pero sí tuvo éxito en el campo de la cultura, y permitió criticar a la generación de los padres, la que había estado involucrada en el nazismo: en este sentido, permitió una occidentalización paradójica, porque el movimiento se oponía a Occidente, identificado con EE.UU., pero que acercó a Alemania a la mejor tradición occidental de tolerancia y respeto de las diferencias. En ese sentido, el '68 representó el fin de laera de Adenauer. Pero por otro lado, en este movimiento de liberarse de tabúes, el '68 también sacó tabúes que eran útiles. Produjo una brutalización de las formas públicas de relación, porque se han borrado diferencias entre lo público y lo privado. Esto llevó a una banalización y trivialización del discurso y de las actitudes. Si bien esto se inspiraba en aquella consigna de que "También lo privado es político", y que hacía alusión a la situación de las mujeres y los niños frente al poder, fue demasiado lejos. A veces el espacio político se parece a una especie de gran cocina-comedor donde cada uno se mueve sin ningún respeto por el otro.

02-02

950869

Cinco años después de la reunificación (I) 10/6

Todo es muy distinto en la ex Alemania del Este

Nuevo milagro: con un gran énfasis en modernizar los servicios públicos y una inversión de 110.000 millones de dólares en un lustro, los cambios son inmensos en la ex zona comunista.

WEIMAR (Especial).- Todavía se ven algunos legendarios Trabant, el precario autito que es casi el símbolo del pasado comunista.

Todavía hay calles de pueblos y ciudades que no son tan impecables como las del Oeste.

Todavía se notan algunas vidrieras de otra época y un ritmo de vida más pueblerino que en la dinámica región occidental.

Pero es lo poco que queda parecido al pasado en una región que ha cambiado extraordinariamente en sólo un lustro.

Estamos en Weimar, ciudad histórica por donde se la mire. Aquí vivieron Goethe, Schiller o Nietzche, por ejemplo. Aquí tocaba el órgano en una iglesia Johan Sebastian Bach. Aquí nació la primera Alemania republicana, a principios de este siglo, la República de Weimar, frustrada por la hiperinflación y el ascenso del nazismo.

Libertad y rutas

Weimar quedó del otro lado de la muralla de hierro que dividió a Alemania durante cuatro décadas. Era un lugar poco accesible para occidentales y languideció en medio del ocaso económico de esa región que se llamaba entonces la República Democrática Alemana.

Hoy el aire que se respira es totalmente distinto.

En Scenario, un acogedor restaurante de especialidades italianas cerca de la estación, su dueño, Andreas Graumnitz, recorre freneticamente las mesas de un público juvenil y volcado a un horario nocturno que era desconocido en el pasado.

"Soy de Weimar de siempre -dice Graumnitz en un alto de sus idas y vueltas con los platos de fettuccini-, pero trato de cocinar comida a la italiana. Es lo que anda mejor en todo el mundo." Basa su afirmación en lo siguiente: desde que cambió la historia y pudo salir de sus fronteras, Graumnitz viajó todo lo que pudo. Es el pasatiempo predilecto de su generación.

¿Qué produce la libertad?

Stefan Prost, 26 años, un guitarrista de hard rock que está en otra mesa del mismo restaurant, lo resume con un solo concepto: "Ahora, uno se siente bien".

Prost explica que está en el último año de la famosa academia musical de Weimar, donde ahora se enseña rock o jazz rock con toda naturalidad. Prost espera con ansiedad la próxima visita de los Rolling Stones a Alemania. Irá a verlos a Colonia, un lugar a cuatro horas de tren pero que antes era el otro mundo para ellos. Como para afirmar su impresión, le pide a su amiga, Bárbara, que dé su impresión sobre el pasado y el presente. Bárbara hace sólo un gesto, inconfundible. Transmite que ahora se vive sin un peso agobiador.

Pero no es sólo la libertad lo que llegó a la ex Alemania del Este. En el balance de estos cinco años de cambios excepcionales hay que anotar, en primer lugar, que la prioridad absoluta que estableció el gobierno de Bonn fue, antes que nada, modernizar toda la infraestructura de servicios públicos para que el hombre común aprecie rápidamente que los beneficios de la nueva situación llegan por igual a toda la sociedad y, especialmente, a los menos favorecidos.

Cifras impresionantes

Las señales de una construcción acelerada se notan por todas partes.

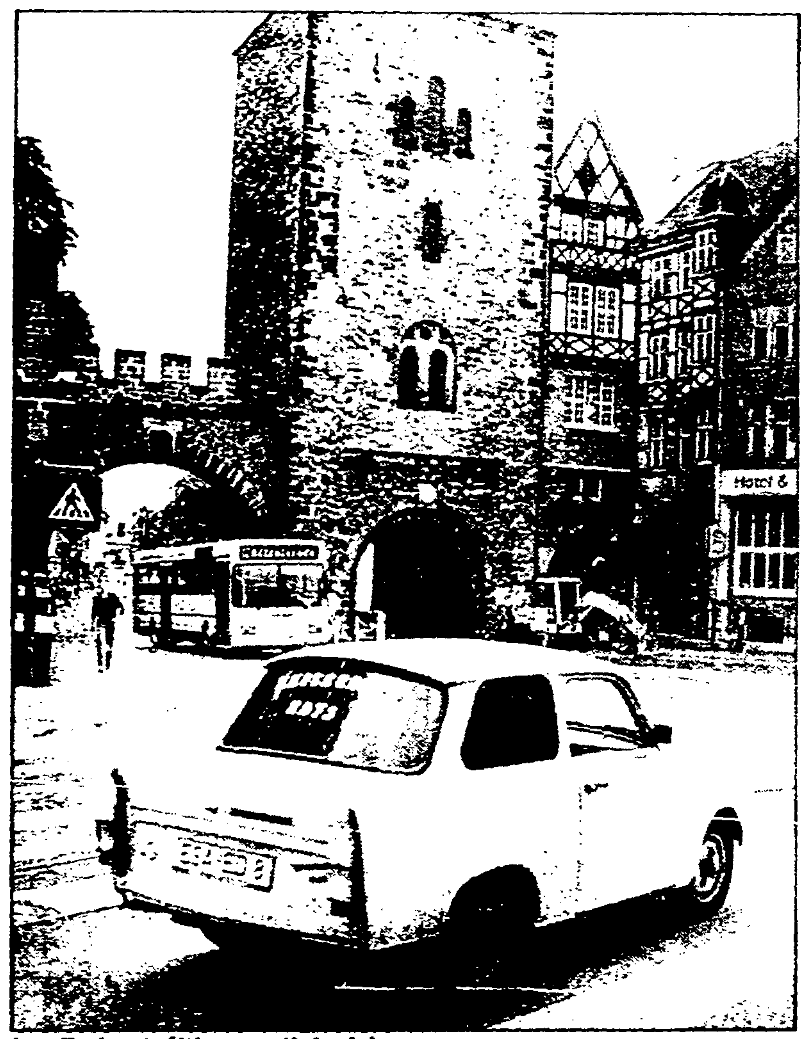
En términos financieros se explican mediante una cifra impresionante: en cinco años, Alemania destinó 110.000 millones de dólares a la reconstrucción de la ex zona comunista. De ellos, casi 40.000 millones corresponden exclusivamente a la compañía telefónica Deutsche Telekom, recientemente transformada en sociedad por acciones. "Instalamos 6,2 millones de líneas en cinco años -precisa el ingeniero Klaus Czerwinski, de la empresa telefónica alemana-; antes sólo había 1,4 millón en toda Alemania del Este y de esas líneas la mayor parte eran instalaciones de los años veinte y treinta". Un panorama llamativamente parecido al de la Argentina, dicho sea de paso.

El costo de ese esfuerzo financiero fue un mayor endeudamiento de los Estados provinciales, un impuesto especial a toda la comunidad -la tasa de solidaridad, un 7,5 % adicional sobre el impuesto a las ganancias- y, como consecuencia, un alza inflacionaria que llevó el índice anual al 5 % y obligó al inflexible Bundesbank (Banco Central) a elevar sus tasas de interés durante largo tiempo.

El proceso ya se encaminó definitivamente. La inflación volvió a bajar a una tasa anual del 3 % y las tasas de interés del Bundesbank, hoy en el 4 %, son otra vez las más reducidas de Europa.

El país es otro. En sólo cinco años, una suerte de segundo milagro en menos de medio siglo.

Germán Sopeña



Los Trabant, último vestigio del ayer (Foto de Germán Sopeña)

Alemania se consolida como eje de la Europa común.
La Nación
11-06-95
11876
5001450
11164

Cinco años después de la unificación (II)

11-06-95.

Alemania se consolida como el motor de la Europa común

Rumbo: tras concretar un gigantesco programa de modernización en la ex Alemania del Este, Bonn apunta cada vez más a la Comunidad Europea. Objetivo 1999: la moneda única.

FRANCFORT.– "Si el marco alemán no iba al Este, el Este se venía solo sobre el marco."

Frank Moss, belga, director de Planificación del Instituto Monetario Europeo, embrión del futuro Banco Central europeo, sintetiza con esa figura la historia reciente del país que, casi sorpresivamente, se encontró a fines de 1989 frente a la posibilidad histórica de reunificar su territorio.

Alemania no desaprovechó la oportunidad. En sólo cinco años, con un esfuerzo financiero muy grande pero con una voluntad más sólida aún, las dos partes componen hoy un país más fuerte. Tomar la iniciativa desde el primer momento, a pesar de los costos, se refleja hoy en un éxito indiscutible.

Y también se evitó cualquier impacto negativo sobre la moneda alemana. Hubo financiamiento con impuestos especiales, no con emisión de marcos por parte del Banco Central. Los marcos fueron al Este pero como aportes genuinos y no extraídos de la emisión.

Europa en mente

No disminuyó, sin embargo, la aspiración al futuro de una Unión Europea.

Fue infundado, por lo tanto, el temor que expresaron en 1989 algunos líderes europeos respecto de un eventual aislacionismo de Alemania que se concentraría en reintegrar el sector del Este, replegándose de la marcha rumbo a una Europa común ampliada.

Nada de eso ha sucedido. Por el contrario, el eje económico Alemania-Francia, locomotora indiscutida de todo el edificio europeo común parece totalmente decidido a respetar al pie de la letra los plazos del ambicioso calendario que impondrá un Banco Central europeo y una moneda única común para 15 países de la Comunidad a partir del 1° de enero de 1999.

Grandes obstáculos

El camino hacia la moneda común es difícil, empero.

En Bonn, un vocero de la Cancillería admite que la construcción europea atraviesa un período particularmente crítico. "¿Por qué?: porque queremos pasar de una supranacionalidad económica, como lo es el mercado común, a una supranacionalidad en cuestiones más tradicionales de soberanía nacional, como la emisión de la propia moneda", asegura la fuente consultada por LA NACION.

En el IME, de todos modos, los expertos de los 15 países de la Unión Europea que trabajan cotidianamente en inglés -el idioma financiero común- sostienen que es un paso imprescindible llegar a la moneda común. Sólo así, estiman, se logrará unificar realmente las políticas económicas y fiscales de los 15 miembros. Y obligar a la disciplina rigurosa a los futuros aspirantes a ingresar en el club...

En el poderoso Bundesbank -el Banco Central de Alemania, célebre por su férrea actitud de resguardo de la moneda- nadie esconde que sólo es admisible una moneda única europea que refleje, en los 15 países, la misma solidez y disciplina económica que hizo fuerte al marco en los últimos 40 años.

Cinco obligaciones

La meta de la moneda europea común para 1999 se apoya sobre cinco criterios obligatorios que deberán respetar los 15 países de la CE.

- La inflación de cada país no puede superar en más de un 1,5 % el valor promedio de los tres países con mejores resultados en ese aspecto.
- El déficit del presupuesto no puede ser, en ningún caso, superior al tres por ciento del producto bruto interno respectivo.
- La deuda pública no puede superar el 60 por ciento del PBI.
- Las tasas de interés no pueden superar en más de un 1,5 % el valor promedio en los tres países con tasas más bajas.
- Los tipos de cambio respectivos, hasta la adopción de la moneda común, no podrán oscilar más que dentro de una banda del 2,5 al 5 por ciento respecto del valor promedio de las tres monedas más estables.

Los cinco requisitos deben cumplirse ya a fines de 1996 -algo que parece arduo-, fecha en la que se decidirá definitivamente si la moneda común puede arrancar en 1999.

Estabilidad, lo principal

El problema es que, hasta ahora, sólo Alemania, Luxemburgo e Irlanda cumplen con las exigencias básicas. Países como Italia, Bélgica o España tienen, aún, elevados déficit presupuestarios y fuerte deuda pública.

Pero la aspiración alemana es cumplir a rajatabla con la fecha prevista. Aceptan, inclusive, que la futura moneda común se llame eurofranco, uno de los nombres que se estudian en estos días en la sede de Francfort del IME.

¿No preocupa al país del marco el uso de un nombre francés? Moss, imparcial, observa con una sonrisa: "En rigor, se piensa más bien en el inmutable franco suizo".

La garantía de estabilidad es la exigencia sobre la cual Alemania no negociaría concesión alguna. Ya lo puso en evidencia en el proceso de cinco años de su unificación nacional.

Germán Sopeña

01-01

9508472
Liberales buscan salvar el partido liberal.
La República
12-06-95
118762
520145
11164
515432

Liberales alemanes buscan salvar el partido

[Ma]guncia, Alemania (ANSA)

■ Con un llamado del nuevo líder Wolfgahg Gerhardt a reforzar la unidad interna, terminó en Maguncia el 46° Congreso del Partido Liberal alemán (FDP) que sentó las bases para salvar a esta fuerza política después de las continuas derrotas electorales de los últimos dos años.

Gerhardt, que sucede en el cargo a Klaus Kinkel (ministro de Exteriores y vicepremier) y que logró derrotar al ex ministro de Economía, Juergen Moellemann, en su discurso programático para relanzar el partido, propuso un sistema económico muy relacionado con la salvaguardia del medio ambiente.

El nuevo líder abogó también en favor de una revisión del sistema de los impuestos, de las inversiones y de la manera de crear nuevos puestos de trabajo.

En su discurso de investidura, Gerhardt habló también de la integración alemana a la Unión Europea y de una mejora de la integración de los extranjeros que viven en Alemania. 12-6-95 LaRa

Su propuesta más innovativa es la que prevé consultar a los inscriptos antes de tomar cualquier iniciativa política importante. Será el primer partido alemán que lo haga.

Este congreso era crucial para el FDP, pues el partido debe resurgir de la ruina en que lo sumergieron las continuas derrotas electorales de los últimos dos años.

La elección de Gerhardt es sin embargo el mal menor para el partido, pues el nuevo líder, considerado un hombre sin demasiado carisma, representa una continuidad más que una ruptura con el pasado.

A pesar de todo, los resultados del congreso fueron acogidos con satisfacción entre sus socios de gobierno, los cristianos democráticos de la CDU del premier Helmut Kohl.

Fuentes no oficiales afirmaron que Kohl piensa llevar a cabo un pequeño reajuste de gobierno, ofreciendo a los liberales el Ministerio de Finanzas que hasta ahora ocupó el presidente de la CSU (ala bavaresa de la CDU), Theo Waigel.

Este, a su vez, se quedará —según trascendidos— con la cartera de Exteriores que ahora tiene Klaus Kinkel, quien dimitió como presidente del Partido Liberal tras las derrotas electorales.

01-01

KARADZIC CONTRA EL ENVÍO DE TROPAS DE BONN

28-06-95

Serbios rechazan a Alemania

El líder serbio-bosnio protestó enérgicamente por la decisión de Kohl de participar en la crisis balcánica

Los serbios bosnios reaccionaron a la iniciativa alemana de participar en la crisis con tanta violencia verbal como lo hicieron cuando Turquía decidió enviar un contingente en 1993, que fue rechazado en principio y luego, aunque con quejas, terminaron aceptándolo.

El líder serbio-bosnio Radovan Karadzic aludió a las "secuelas históricas" de la presencia alemana en Bosnia durante la Segunda Guerra mundial, cuando "parte de la población bosnia de la época colaboró con Adolf Hitler".

La mayoría de los cuadros jerárquicos del ejército bosnio, a los que se enfrentan ahora los serbio-bosnios, se formaron en las academias militares comunistas que formaron los comandantes partisanos bosnios.

Karadzic señaló ayer que si los alemanes "no nos atacan, los dejaremos en paz".

Karadzic recordó las "secuelas históricas" de las intervenciones alemanas en conflictos

En lo referente a las negociaciones de paz que se desarrollan en Cannes, Francia, Karadzic no ha comentado la propuesta de cinco puntos planteada por la Unión Europea, que consiste en exigir a los serbio-bosnios el levantamiento parcial del cerco que mantienen sobre Sarajevo, un corredor seguro de acceso a esa ciudad y un armisticio de cuatro meses, similar pero con exigencias de ser respetado, al que expiró el 1 de mayo.

El segundo punto de la propuesta europea, cuando sea concretada, podría permitir a los serbio-bosnios, a los bosnios y a los croatas bosnios obtener suficiente espacio de maniobras en la negociación del existente Plan Internacional del Grupo de contacto.

Fuentes de la UE consideraron ayer que la comunidad internacional tiene que dejar de abordar la crisis bosnia como hasta ahora. Debe conceder un trato igual a todas las partes en conflicto y el que quiera negociar tendrá que ir a Pale, el baluarte serbiobosnio; a Sarajevo, la capital de Bosnia y a Mostar, centro de los croatas bosnios.

Reconocer el carácter de Estado para el ente autónomo serbio bosnio, equivaldría para la ONU y la UE retractarse del reconocimiento de la República de Bosnia-Herzegovina, que preside Alija Itzebegovic.

Karadzic, agregando más confusión sobre el tema, ha declarado que el plan del Grupo de Contacto es base suficiente de negociaciones y otras veces, corrigiéndose a sí mismo, ha planteado que los serbios son propietarios del 64% catastral de Bosnia, aunque la superior natalidad bosnia los habría reducido a ser minoría.

Ayer, el gobierno bosnio aceptó que se retire la misión de paz de la ONU si ese es el precio que debe pagar para que sea levantado el embargo internacional de armas que está minando a sus fuerzas militares.

El canciller bosnio fue terminante y señaló: "Creo que los líderes mundiales no lo entienden... creen que les estamos rogando (a las tropas internacionales) que se queden. El mensaje es claro: pueden irse". *(En base a Reuter, AP y EFE)*

9508474
Enérgica protesta de China a Estados Unidos por Taiwan.
LaNa

2-6-95
11876
9576638
65890
11164
114643

Enérgica protesta de China a la Casa Blanca

Represalias: Pekín acusó al gobierno norteamericano de violar acuerdos que lo obligan a no mantener relaciones oficiales con Taiwan. 2-6-95 LaNo

PEKIN, 1° (AP). – China reprendió hoy enérgicamente a la administración del presidente norteamericano Bill Clinton por otorgar un visado al presidente de Taiwán y puso en duda su capacidad para cumplir compromisos internacionales.

Un vocero de la Cancillería amenazó con represalias adicionales si Washington viola los acuerdos para mantener sus relaciones con Taiwan a nivel extraoficial.

China ha tratado de ganarse a Taiwán, sede del gobierno de los adversarios nacionalistas a quienes venció en 1949 en una guerra civil, con exhortaciones al nacionalismo e interés económico y con amenazas de fuerza. Pero Taiwán, que tiene una de las más potentes economías del mundo, ha tratado a su vez de quebrar el bloqueo diplomático de Pekín.

La administración de Clinton, aludiendo a presiones del Capitolio, cambió de parecer y decidió el 22 de mayo que permitiría al presidente taiwanés, Lee Teng-hui, hacer un viaje personal a su país.

Visitas canceladas

En el plazo de una semana, China canceló o interrumpió visitas de su ministro de Defensa y de otros funcionarios chinos a los Estados Unidos, y pospuso consultas sobre energía nuclear y control de ventas de tecnología misilística.

"Esta vez el gobierno de los Estados Unidos violó su compromiso internacional y ha llegado al extremo de mencionar razones internas para justificar que deshonra su compromiso internacional", dijo hoy Chen Jian, vocero de la Cancillería china, en una conferencia de prensa.

Cuando estableció plenas relaciones diplomáticas en 1979, Washington convino en reconocer a Pekín como único gobierno legítimo de China y redujo sus lazos con Taiwán.

"Si los norteamericanos malinterpretan la situación y proclaman que la nuestra fue una decisión errónea, esto tendrá serias implicancias para las relaciones bilaterales, y las consecuencias recaerán sobre el gobierno norteamericano", dijo el vocero de la Cancillería china.

01-01

Nueva ley para el control de la natalidad en China

La norma obliga a controles prenatales y refuerza las medidas para evitar que cada familia tenga más de un hijo. También prohíbe que se sepa el sexo de los chicos por nacer, para evitar discriminaciones y abortos de fetos femeninos. La "Ley para el cuidado de la salud maternal-infantil" rige desde ayer y fue duramente criticada en Occidente.

2-6-95 CLARIN

PEKIN (EFE). – Una **nueva ley de nacimientos** dictada por el gobierno de la **República Popular China**, **obliga al control prenatal**, refuerza las medidas para que cada **familia tenga sólo un hijo** y **recomienda "el aborto de todos los fetos que presenten malformaciones"**.

Bajo el nombre de **"Ley para el cuidado de la salud maternal-infantil"**, la disposición entró en vigencia ayer y despertó una verdadera polémica en el extranjero donde, desde que fue anunciada hace unos meses, fue considerada de tener **connotaciones racistas** y de ser **favorecedora de la eutanasia**.

En el texto original, la norma hablaba de **"eugenesia"** y recomendaba **"impedir los nacimientos de inferior calidad"**, palabras poco felices que fueron retiradas en las versiones posteriores pero que no variaron el espíritu de la ley.

El criterio que sostuvieron los legisladores chinos fue el de "completar" y "reforzar" la legislación que establece, desde hace años, el **hijo único** para las familias chinas. Con esta nueva disposición, no sólo se establece de un modo más estricto la prohibición de tener más de un hijo por familia sino que se obliga a un diagnóstico prenatal que **asegure "una descendencia lo más sana posible"**.

Este último punto trata de paliar, de manera radical, el hecho de que China tiene decenas de millones de discapacitados que, en muchos casos, los son por problemas de gestación.



ARCHIVO CLARIN

El gobierno chino espera que, con la nueva ley, la población del año 2000 sea de "solo" 1.290 millones de habitantes.

Contra la discriminación

La nueva ley prohíbe, bajo severas penas, que se indique el sexo de los que van a nacer para así **evitar las discriminaciones de una sociedad que, en forma evidente, prefiere a los hijos varones**. Desde la entrada en vigor de las restricciones que establecieron el descendiente único, se advirtió **un gran número de abortos de fetos femeninos y la muerte de nenas en los primeros días de vida**.

De este modo, se trata de combatir esta tendencia y, a través de la nueva legislación, **se le asigna a la mujer la última palabra sobre los casos previstos en los que se aconseja el aborto**. La legislación no sólo se refiere en este punto a malformaciones de los fetos sino también a los riesgos que pueda correr la madre de seguir adelante con el embarazo.

Para evitar superar los 1.200 millones de habitantes en el año 2000, a principio de la década del ochenta, el gobierno chino dictó una ley que prohibía a las parejas tener más de un hijo.

A pesar de la prohibición y de los descuentos en los ingresos de aquellos que tenían un segundo hijo –entre el 10 y el 20 por ciento del sueldo–, a fines de 1991 la población era de 1.141 millones de habitantes y la proyección daba que con el nuevo siglo llegarían casi al millar y medio de millón.

Los cálculos del gobierno daban que con 1.200 millones cada habitante podría comer 440 kilogramos de alimentos por año. Con 1.500 millones, sólo 330 kilogramos. En un país industrializado, cada habitante consume anualmente 1.000 kilogramos. Con esta nueva ley, esperan que la población del año 2000 no supere los 1.290 millones de habitantes.

En China los "negocios" y la batalla por la sucesión de Deng se parecen a una novela policial: suicidios misteriosos, conflictos sórdidos y corrupción por todas partes.

BEIJING. — En el imaginario chino los años lunares que incluyen dos meses de agosto presagian acontecimientos graves. Estos años llamados "doble ocho" son necesarios para el ajuste con el calendario occidental y ocurren cada diecinueve años. Durante el último de ellos —1976— se produjeron sucesivamente la muerte de Chou Enlai, una manifestación en Tiananmen contra la dictadura, la muerte del Mariscal Zhu De, fundador del Ejército Rojo, un terremoto que dejó 250.000 muertos, la desaparición de Mao Zedong y el arresto de la "Banda de los Cuatro".

El "Diario del Pueblo" subrayó el pasado abril que, "este año no hay ninguna razón para inquietarse", aunque recordó algunas calamidades "debidas a la naturaleza humana", que marcaron esos años funestos, desde 1900 —invasión de Pekín y asalto del Palacio de Verano por los ejércitos de ocho potencias coaligadas por el interés de abrir la "puerta china"— a 1957, fecha de la caza de derechistas desencadenada por Mao y Deng Xiaoping.

El mismo día en que se publicaron estos recuerdos, Chen Yun, uno de los últimos sobrevivientes de la guardia vieja maoísta, pope del comunismo ortodoxo y rival de Deng, fue "a encontrarse con Marx". Tenía 89 años y creía que el aperturismo planteaba graves riesgos al Partido Comunista Chino (PCCh): "Los cuadros del partido, del ejército y del gobierno, junto con sus hijos, se han dedicado a los negocios. Hay que fusilar a unos cuantos corruptos y publicar sus nombres en los diarios", sostuvo Chen en la década pasada.

TERREMOTO POLITICO

El 9 de abril, víspera de la muerte de Chen, se "suicidó" un alto funcionario de 60 años, poco conocido pero que sabía mucho de los negocios de sus colegas: Wang Baosen había recc.rido desde los años '50 todo el escalafón financiero de la municipalidad de Beijing hasta llegar. como Vicealcalde, a presidir la Comisión Municipal del Plan, el órgano que controla todos los proyectos inmobiliarios de la ciudad. La prensa china se mostró muy discreta ante esta muerte, pero el asunto se convirtió muy pronto en la "novela policial" de moda, el último capítulo de un folletín que podría llamarse "Los Corredores Negros de la Dinastía Roja". El "suicidio" de Wang produjo rápidamente un terremoto político, provocando la caída de Chen Xitong (65 años), el hombre a quien Deng rehabilitó y puso personalmente al frente de los asuntos municipales capitalinos (la "Revolución Cultural" lo había condenado a limpiar letrinas durante varios años).

En su carácter de jefe del partido en la capital, Chen podía considerarse a la par de Jiang Zemin, el patrón de la metrópolis económica de Shanghai. Durante las manifestaciones de Tiananmen sangrientamente reprimidas en 1989, Chen —que era reputado de reformista— respaldó al Primer Ministro Li Peng y la línea dura. En un informe posterior a la masacre del 4 de junio, Chen avaló con su firma un ditirambo a la "hazaña" de los militares represores. Empero, ni él ni Li Peng obtuvieron lo que buscaban: el puesto de Secretario General del PCCh —vacante a causa de la defenestración del "blanco Zhao Zivang después de Tiananmen— fue para Jiang, el hombre de Shanghai, dirigente principal de la denominada "tercera generación" (después de la de Mao-Chou y la de Deng).

COMERCIALIZACION DEL PODER

El año pasado Chen comenzó a perder la paciencia. Consideraba que Jiang "subió" a Beijing a demasiados de sus lugartenientes de Shanghai, que empezaron a ocupar puestos clave en el buró político, el secretariado y la policía: según Chen, Jiang se estaba entrometiendo demasiado en los negocios de la capital. "Negocios" es la palabra clave, ya que se estaban entregando barrios enteros de la capital a inversores de Hong Kong y Taiwan mientras centenares de millones de dólares cambiaban de mano.

En una asamblea del PCCh Chen criticó las "facciones locales"; se le creyó dispuesto a denunciar a Deng los procederes del Secretario General. Pareció dispuesto entonces a formar una alianza para "salvar la herencia" del patriarca, cuyo final es inminente. Esta iniciativa explica varios acontecimientos extraños ocurridos desde principios de este año. El general Yang Shangkung (88 años), uno de los escasos sobrevivientes de la Larga Marcha a quien Jiang apartó de la Presidencia en 1993, efectuó una gira inspectiva por las zonas económicas del sur. Lo mismo hizo el Almirante Liu Huaqing, hombre de confianza de Deng en las fuerzas armadas; Liu advirtió que las reformas "no deben interrumpirse". Poco después, asombrosamente, Deng Rong —hija, secretaria y confidente de Deng— formuló al New York Times confidencias alarmantes sobre la salud de su padre, una manera de advertir que, después de Deng, peligrarán sus reformas. Jiang se enfureció.

Se advirtió la ausencia de Qiao Shi, el Número 3 del PCCh en varias reuniones, en especial una cumbre sobre el problema de la corrupción que le compete directamente en su carácter de presidente del Congreso Nacional Popular, que prepara las leyes. En cuanto al problema de la "comercialización del poder", Qiao considera que debe respetarse la ley y procederse al control de los organismos oficiales: para Jiang, la prioridad pasa por la disciplina partidaria.

CORRUPCION CERCANA A DENG

Los escándalos de las comisiones y de los abusos de poder por parte de cuadros del gobierno y del partido abundan en la prensa oficial desde que en 1993 Jiang, asumiendo el manto de Caballero Blanco, emprendió una cruzada "para terminar con el cáncer de la corrupción que corroe" al PCCh. Parece estar siguiendo un modelo político de "línea de masas" inventado por Mao en sus famosas campañas de rectificación: ajustar las tuercas dentro del partido en nombre de la pureza, purgando, de paso, eventuales rivales políticos. La propaganda se hizo masiva. A principios de año la televisión oficial emitió un folletín televisivo sobre un antiguo magistrado de la dinastía Song que castigaba "sin temores" hasta a los "príncipes y parientes del emperador", lo que parece clara alusión al círculo de Deng. "¿Para qué desenterrar a este juez feudal?", se preguntó asombrado el Diario de la Juventud, de Beijing, considerado uno de los órganos de prensa más aperturistas. Llueven denuncias: levantamiento de monumentos a "héroes" y "mártires" del partido que, en realidad, lo único que hicieron en vida fue acompañar a los jefes en sus correrías (beberaje, mujeres, negocios). Surgieron voces indignadas durante el último congreso partidario (marzo), protestas contra dirigentes que van de reunión en reunión y de discurso en discurso sin hacer nada de lo que predican: pasan "la mañana de viaje en sus limosinas, el mediodía en los restaurantes y la noche entre polleras".

Chen, el patrón de la capital, fue denunciado, entre otras cosas, por haberse alejado del pueblo: gustaba de hacerse entregar a domicilio, en vehículos especiales, los patos laqueados para sus cenas. Chen es "inocultablemente responsable" del suicidio de su segundo Wang, asunto que aparece ligado a la proyectada construcción de un lujoso complejo hotelero y comercial en el corazón de Beijing, dotado de una torre de 70 metros, vecino a la plaza Tiananmen. El terreno municipal fue adquirido en una suma irrisoria por Zhou Gwanhu, director de las Acerías de la capital y amigo personal de Deng, obligado a renunciar en febrero después del arresto de su hijo, quien administraba el dinero paterno en Hong Kong y se había asociado allí con uno de los capitalistas locales más poderosos. El hijo menor del propio Deng participaba en la sociedad. La familia del patriarca está peligrosamente cerca de la corrupción.

Seis años después de la protesta de los estudiantes en la Plaza de Tiananmen

Florece en China una tibia primavera política

Seis años después de la sangrienta represión de la Plaza Tiananmen que acabó con la protesta de los estudiantes en favor de la democracia, está floreciendo en China una nueva aunque tibia primavera política.

Pekín (ANSA) 3-6-95 LoRo

■ Desde 1989, los días que precedieron al aniversario del 4 de junio nunca como ahora [illegible]ieron marcados por la proliferación de iniciativas de los grupos disidentes o simples críticos del sistema, ni nunca el régimen fue tan tolerante. Son solamente las primeras y frágiles semillas de las grandes maniobras que se están llevando a cabo, en vistas del abandono de la escena política del último "emperador" Deng Xiaoping, pero sobre todo se deben a la desaparición o caída en desgracia de algunos de los principales exponentes conservadores.

Se trata de los partidarios de un sistema comunista más ortodoxo.

Al menos siete peticiones y llamados ya fueron presentados a los dirigentes chinos para pedir un sistema legal mejor, garantías constitucionales, la puesta en libertad de los disidentes, el fin de los encarcelamientos arbitrarios y de las condenas con juicios de farsa, así como una mejora en las condiciones de vida para los prisioneros políticos.

A diferencia de años anteriores, cuando las escasas iniciativas de protesta las llevaban a cabo "profesionales" como Wei Jingshen y Wang Dan, que son dos de los pocos que renunciaron a la posibilidad de emigrar, esta vez los llamados fueron firmados también por intelectuales que no tienen ninguna actividad política.

Algunos de estos documentos no ponen en discusión el papel hegemónico del Partido Comunista, sino que piden sólo una democratización del sistema.

Otro elemento nuevo es que la mayor parte de los llamados se dirigió al Parlamento que, bajo la dirección de Qiao Shi, está intentando aumentar sus poderes, y al secretario general del partido comunista Jiang Zemin.

Se trata de los dos exponentes políticos que dan más la impresión de querer empujar el sistema hacia un reformismo gradual.

El cambio se atribuye ante todo al fallecimiento de los dirigentes conservadores como Yao Yilin y Chen Yun, y también a la destitución del ex intendente de la capital Chen Xitong y del ex vocero del gobierno Yuan Mu.

Estos dos últimos tuvieron un rol de primer plano en la represión de 1989.

Aunque en estos últimos días se produjeron numerosos arrestos en todo el país, la actitud del régimen no se considera dura.

A los disidentes se advirtió que no provocan "desórdenes sociales", incluso se les ofreció vacaciones pagadas fuera de Pekín con la promesa que podrán volver después del aniversario.

Es evidente que existe la voluntad de prevenir que cualquier protesta se efectúe públicamente y de evitar sobresaltos en un momento en que los delicados equilibrios en los que se rige el sistema podrían romperse fácilmente.

Por ese mismo motivo, también entre los disidentes existen distintas opiniones sobre la intensidad que hay que dar a la lucha.

Como ya ocurrió hace seis años, existe el peligro de que la protesta se instrumente para la rendición de cuentas en el interior del régimen con el fin de que los conservadores recuperen el poder. Actualmente, el primer ministro Li Peng y su grupo aparecen bastante debilitados, habiendo perdido a sus principales padrinos y también porque China emprendió el camino de la apertura que parece irreversible, sobre todo en lo que se refiere a las reformas económicas.

Sin embargo si se pusiera en duda la estabilidad del país, Li Peng y los suyos podrían sacar ventaja, como ya ocurrió en 1989.

De todas formas, muchos observadores consideran que no hay que dar más importancia de la que tiene a este despertar de la disidencia.

AFP



Las expresiones culturales de los jóvenes chinos se multiplican en ese país buscando cambios graduales, indican los visitantes a Pekín.

Por el momento, los disidentes gozan más que nada del eco de los medios informativos extranjeros y del apoyo de las distintas organizaciones internacionales de defensa de los derechos humanos, pero no gozan de un gran relieve en China, donde peticiones y llamados no tienen prácticamente difusión.

En las mismas universidades prevalece la opinión de que otra Tiananmen es improbable y que hoy en día sería incluso contraproducente.

A seis años de la sangrienta represión que se abatió en la plaza de Tiananmen, se intensificaron los arrestos, las vigilancias y otros modos de violación de las libertades individuales, cosa que indica que los gobernantes comunistas de China no han aflojado su posición de intolerancia de la disensión política. 4-6-95

BEIJING, 3 (Reuter). — En el mismo lugar en el que hoy hace seis años el ejército chino reprimió a balazos una manifestación a favor de cambios políticos, los turistas posan para fotografías mientras los niños comen helados bajo un fuerte sol.

Pero tras la aparente tranquilidad que la escena en la plaza Tiananmen puede evocar, existe una operación de seguridad puesta en marcha por el gobierno para impedir que se repitan los violentos incidentes del 3 de junio de 1989.

La policía se aseguró que los disidentes políticos se mantendrían aislados colocando vehículos de patrullaje afuera de las puertas de sus casas o simplemente deteniéndolos para interrogarlos.

"No podremos salir este fin de semana, aún si quisiéramos", dijo por teléfono la esposa de un disidente liberado recientemente por razones médicas.

"La policía mantiene una vigilancia de 24 horas afuera y no nos permitirá salir", añadió.

Las últimas detenciones de la policía añadieron dos disidentes a los más de 20 que han sido detenidos en los últimos días, aparentemente con el fin de evitar su presencia en las calles durante el aniversario, dijeron familiares de los detenidos.

Li Hai y Jin Cheng, quienes se encuentran entre los 56 signatarios de una declaración opositora emitida la semana pasada fueron detenidos el miércoles y sábado, dijeron sus parientes.

El sexto aniversario del comienzo de la represión contra estudiantes universitarios también se caracterizó por esfuerzos de policías y manifestantes para asegurar que residentes de Beijing tenían pocos lugares para reunirse y conmemorar el evento.

Los restaurantes recibieron advertencias de las autoridades para que no permitan este sábado el ingreso de grandes grupos

Agentes de seguridad visitaron bares y discotecas de Beijing con la orden de que se disponga el cierre temprano de sus locales, o preferiblemente que no abran.

Altos funcionarios recibieron la orden de trabajar sábado y domingo, pese a una nueva ley adoptada el 1° de mayo que dispone por primera vez un fin de semana de dos días para todos los ciudadanos chinos.

Seis años atrás, el 3 de junio de 1989, la plaza de Tiananmen fue escenario de una multitudinaria manifestación a favor de la democracia.

Cuando finalmente el ejército logró ingresar a la plaza y se pudo contener la manifestación poco antes del amanecer, cientos de personas yacían muertas.

En el mismo lugar docenas de policías caminaban el sábado en búsca de personas que pudieran presentar problemas.

Otros agentes de seguridad vestidos de civil y equipados con equipos de comunicación y cámaras mantenían una vigilancia ligeramente más discreta.

También se pudo apreciar una mayor cantidad de oficiales alrededor del Monumento a los Héroes del Pueblo en el centro mismo de la plaza.

Seis años atrás estudiantes exigieron que se ponga fin a la corrupción, a la inflación, y la renuncia del premier Li Peng en las inmediaciones de este monumento.

La corrupción, la inflación y la renuncia del premier siguen siendo potenciales problemas para muchos residentes de Beijing.

"La corrupción está presente en todos lados. La inflación es tan alta que hace poco podía hacer mis compras de alimentos con 10 yuan. Ahora, con 10 yuan (equivalente a un dólar con 20 centavos) no puedo ni salir de mi casa", dijo un taxista de Beijing.

ESPECIAL DE The New York Times | Por Patrick E. Tyler

CHINA: MOVIMIENTO A FAVOR DE LOS ACUSADOS POR TIANANMEN

PEKIN.— Uno de los principales físicos nucleares de China, quien diseñó la primera bomba atómica de su país, se unió a 44 científicos e intelectuales para hacer un llamado a la dirigencia china para que revierta el veredicto de "contrarrevolucionarios" que se dictó contra quienes participaron en el movimiento prodemocrático de la plaza Tiananmen en 1989.

Wang Ganchang, de 88 años, encabezó el grupo de físicos que desarrollaron y probaron la bomba de fisión que estalló el 14 de octubre de 1964. Desde entonces ha tenido gran influencia en las instituciones científicas chinas y ha sido asesor del gobierno.

Su biografía oficial dice que fue "uno de los principales científicos responsables del desarrollo de armas nucleares en China".

Wang se ha sumado a aquellos que piden al Partido Comunista "liberar a todos los que han sido encarcelados debido a sus ideas, creencias religiosas o discursos, y poner fin con valentía a la ignominiosa tradición de inquisiciones literarias que ha persistido en nuestro país desde tiempos ancestrales".

La petición fue firmada por el grupo más amplio y más influyente de intelectuales chinos desde los llamados prodemocráticos de 1989, cuando la disensión política abierta llevó al enfrentamiento en el que el Ejército disparó contra estudiantes, trabajadores y transeúntes desarmados, la noche del 3 de junio. Cientos de personas murieron en esa ocasión.

En una carta dirigida al presidente Jiang Zemin y al presidente del Congreso Nacional Popular, Qiao Shi, los intelectuales pidieron al gobierno tratar "todas las ideas políticas y creencias religiosas con un espíritu de tolerancia y nunca más calificar a los individuos con pensamiento y opiniones independientes como elementos hostiles ni someterlos a ataques represivos, vigilancia, arrestos domiciliarios e incluso encarcelamiento".

La carta identifica a Xu Liangyuing, de 75 años, como el redactor. Xu ha traducido al chino las obras completas de Albert Einstein. La redacción del llamado, dijo, fue apoyada por muchos de sus colegas en la Academia China de Ciencias, "incluido mi respetado maestro Wang".

En una entrevista telefónica, Xu dijo que ayer fueron enviadas las misivas a Jiang y a Qiao y que se están distribuyendo copias a medios noticiosos.

Agregó que aparentemente funcionarios del partido supieron de la intención de enviar la carta cuando ésta circulaba entre los intelectuales para su firma y que él personalmente fue contactado por el secretario del Partido Comunista en su instituto de investigación.

6-6-95 El País

"Me pidió que no me involucrara en ninguna actividad y que no hiciera algo que pudiese afectar la estabilidad social. Yo le dije que lo que estamos haciendo es bueno para la estabilidad social", dijo.

Hace un año, Xu estuvo sometido brevemente a un arresto domiciliario y luego a vigilancia estrecha luego de que él y otros seis intelectuales pidieron públicamente al gobierno detener el hostigamiento contra disidentes, incluido Wei Jingsheng, el preso político más conocido de China, quien desapareció el 1º de abril de 1994 y está detenido sin acusación formal en un lugar desconocido.

La nueva petición, que se suma a varias más presentadas ante el Congreso Popular en marzo pasado, indica que un importante número de intelectuales chinos buscan presionar a los líderes del Partido Comunista para que abran un debate nacional sobre la reforma política mientras el país se prepara para la muerte de su máximo líder, Deng Xiaoping.

El momento en que se hace este llamado es importante porque Deng, de 90 años, parece haber perdido la capacidad de hablar sobre asuntos políticos debido a su precaria salud.

Deng no ha sido visto en público desde febrero de 1994. Durante los últimos seis años, la tajante oposición de Deng ha evitado que se revise el veredicto de Tiananmen.

Al dirigirse a Jiang y Qiao, los intelectuales están enviando el mensaje de que el presidente no controlará la agenda política de la era pos-Deng. Qiao fue alguna vez aspirante a los títulos que ahora ostenta Jiang como líder del partido y jefe de Estado. Pero quizá es más importante el hecho de que Qiao fue el único miembro del Politburó de 1989 que se opuso a una represión militar y que aún así conservó su puesto.

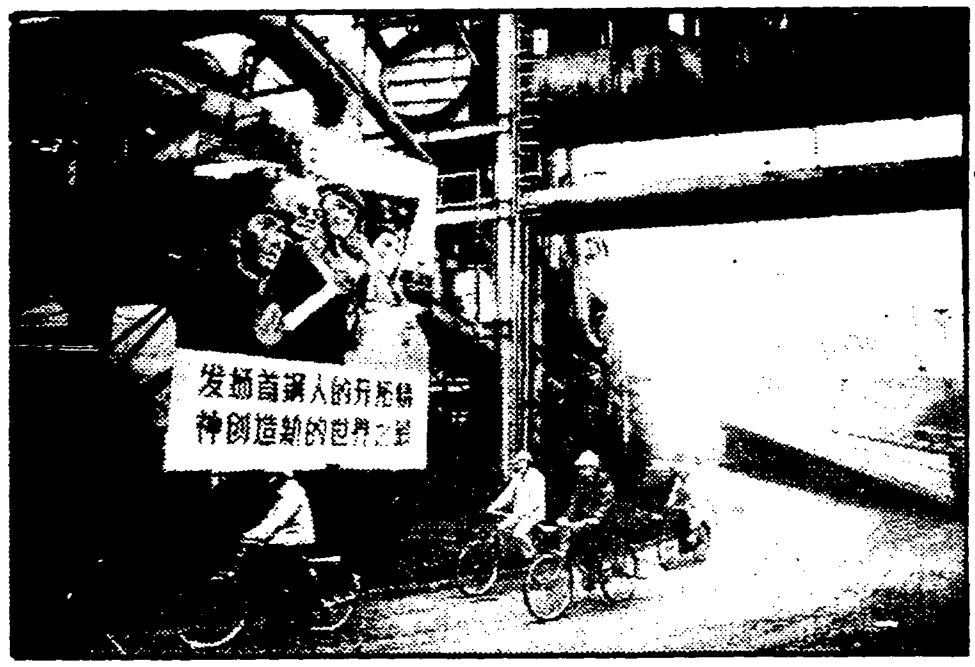
6-6-95 Lo Jo

Los activistas exigen cambio total del régimen ■ Se autodenominan «Frente Unido», el mismo apelativo que utilizaron los comunistas contra los japoneses en la década del cuarenta

Pekín. Un grupo de disidentes de Nankin, centro-este de China, pidió acabar con la «élite corrompida» que gobierna el país, en un manifiesto enviado ayer lunes, a corresponsales extranjeros en Pekín.

Los activistas exigen un completo cambio del sistema político y afirman que no hay otra solución que la de derribar el actual «sistema feudal» para conseguir que China sea una sociedad «verdaderamente democrática».

Los activistas, que se autodenominan «frente unido», el mismo nombre que utilizaron en la década de los años 40 los combatientes comunistas para luchar contra los japoneses y el gobierno nacionalista del Kuo Min Tang, acusan a la capa dirigente de abuso de poder y de hacer muy poco por el desarrollo del país aparte de quedarse con una parte cada vez mayor de los beneficios obtenidos.



El grupo aduce algunos de los argumentos de los disidentes que se concentraron en la plaza pequinesa de Tian An Men en 1989 y fueron reprimidos el 4 de junio de ese año, y afirma que la capa dirigente ha cosechado privilegios y los usa para explotar a las clases trabajadoras.

Fijando los precios los dirigentes minan los beneficios de la introducción de la competencia en el mercado y colocándose fuera del alcance de la ley destruyen cualquier tipo de medidas legales y democráticas, se afirma en el manifiesto del grupo de Nankin, ciudad de 6 millones de habitantes que fue capital de la China nacionalista.

La única solución, según el «Frente Unido», es echar del poder a los que nos gobiernan y destruir a la capa dominante «que ha lavado el cerebro al pueblo inculcándole que no son necesarias reformas».

Protestas de este tipo procedentes de grupos hasta ahora desconocidos han facilitado la política represiva gubernamental de las últimas semanas, con detenciones, arrestos u hostigamiento de disidentes y una gran concentración policial ayer en las grandes capitales, en especial Pekín, con motivo del sexto aniversario de la matanza del 4 de junio.

La historia de China muestra que las rebeliones fueron obra de los campesinos pero que siempre fueron iniciadas por intelectuales disidentes del sistema en el poder, que comenzaron con manifiestos de protesta a éste y prosiguieron dirigiendo las actividades de los rebeldes, indicaron observadores extranjeros para explicar las fuertes medidas de seguridad oficiales el pasado domingo 4 de junio.

La Policía fue omnipresente en Tian An Men, el centro de Pekín y el barrio de las Universidades el domingo, tras detener en las últimas semanas a más de tres docenas de activistas disidentes, uno de los cuales, Chen Ziming, anunció que realizaba una huelga de hambre simbólica para protestar por ello.

Chen, acusado oficialmente de ser uno de los inductores del movimiento disidente que ocupó Tian an Men durante 2 meses, pidió la libertad de los presos políticos y que se deje de hostigar a sus familiares.

El disidente, que padece cáncer, fue liberado en 1994 tras cumplir parte de los 13 años de cárcel a que había sido condenado, pero está en virtual arresto domiciliario desde entonces.

02-02

9508477

9508478

6-6-95

Petición de disidente chino fue falsificada

Un disidente chino, Yu Zhijian, al que se atribuyó la autoría de una carta dirigida a la Asamblea Nacional China pidiendo la liberación de 50 presos políticos negó haber escrito la misiva, informó la agencia gubernamental China Nueva ayer.

Pekín (AFP)

La agencia oficial china citó a Yu Zhijian asegurando que alguien había utilizado su nombre para escribir al Congreso Nacional del Pueblo (CNP).

"El comunicado del CNP del que informaron los medios extranjeros no es mío y es inmoral utilizar mi nombre para escribir una carta, indicó Yu desde la cárcel, según **China Nueva**.

El gobierno de Pekín recibió una carta, fechada el 23, escrita supuestamente por Yu y suscrita por otros 53 activistas detenidos en la cárcel número 1 de la provincia de Hunan.

Yu negó haber estado nunca en esta prisión, según **Xinhua**. La agencia citó un funcionario anónimo chino afirmando que la carta era una falsificación.

Esta información oficial sucede a otra similar del pasado 4 de junio en la que las autoridades chinas negaron que un estudiante de la universidad de Pekín hubiera realizado una convocatoria de manifestación con motivo del sexto aniversario de la masacre de la plaza Tiananmen.

Este llamado, con fecha 26 de mayo, fue "fabricado" por una organización asada en Honk Kong, afirmaron los "departamentos gubernamentales responsables", citados por la agencia de prensa oficial **China Nueva**.

Ambas cartas fueron manuscritas y no había ningún modo de demostrar su autenticidad.

Yu fue uno de los tres manifestantes encarcelados por lanzar huevos rellenos de tinta al retrato de Mao Tse Tung en la plaza de Tiananmen en 1989, en el apogeo de las manifestaciones a favor de la democracia. Tenía unos 30 años y era profesor de liceo.



Este año no se registraron enfrentamientos en la Plaza de Tiananmen al conmemorarse un nuevo aniversario.

Fue condenado a prisión perpetua por crímenes contrarrevolucionarios.

Nueva China informó el lunes que la condena de Yu ha sido reducida a 17 años por buena conducta.

Unos 50 disidentes y defensores de los Derechos Humanos han sido detenidos o interrogados en las últimas tres semanas, en tanto los principales activistas son sometidos a contante vigilancia policial, al acercarse el sexto aniversario de la masacre de la Plaza Tiananmen.

En la noche del 4 de junio de 1989, el Ejército chino aplastó el movimiento democrático de la Primavera de Pekín. Oficialmente, las víctimas mortales fueron unas 300, pero los medios opositores y los observadores extranjeros estiman que murieron varios miles de personas.

Nº 9508479
T: Misiones comerciales de Uruguay parten para JAPON Y CHINA.
F: LoRo
F: 23-6-95
V: 11876
66224
URUGUAY - 9074660
11164
11388

Gasparri y Geymonat parten el sábado para Japón y China

23/6/95 LoRo

El ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Carlos Gasparri partirá el sábado hacia China y Japón donde estará participando junto a dos misiones comerciales que intentarán colocar productos uruguayos en esas naciones. En las últimas horas el secretario de Estado decidió que el director general de los Servicios Veterinarios, Dante Geymonat, integre la comisión oficial.

La actuación de Geymonat en varias misiones comerciales en el exterior y su experiencia en la conferencia de la Organización Internacional de Epizootias (OIE), son consideradas fundamentales a la hora de intentar colocar carne en Japón.

A la nación nipona se llegará con la idea de vender este producto, tras Uruguay cumplir recientemente un año sin focos de fiebre aftosa y sin vacunar contra el mal.

También se intentará vender arroz a la nación nipona.

El viaje a China es para reforzar los vínculos comerciales e incrementar las exportaciones de lana.

01-01

9508479

Nº 9508480
T: Misión del Polo chino en Uruguay.
F 150080
27-6-95
11876
URUGUAY
607638
11164
11399

Delegación de comunistas chinos está en Punta del Este y se reunió con Volonté

20-6-95 LaRe

■ "El grado de relacionamiento entre China y Uruguay es excelente", dijo ayer Huang Ju miembro del Buró Político del Comité Central del Partido Comunista Chino y principal autoridad política de la municipalidad de Shanghai.

El dirigente político integra una delegación de 15 principales figuras del gobierno chino, actualmente de gira por Latinoamérica.

Ayer se reunieron con el presidente del Honorable Directorio del Partido Nacional, Alberto Volonté, en el domicilio del dirigente blanco, a los efectos de invitarlo a una próxima visita por la República Popular China.

Los visitantes ayer almorzaron en el exclusivo restaurante Mariskonea de Punta del Este. En ese momento eran acompañados por el presidente de la Cámara de Comercio Uruguay-China, Horacio Hogmann.

En un breve diálogo, traductor mediante, Ju sostuvo que "nosotros consideramos que el tamaño de los países no debe determinar el trato y siempre se deben mantener relaciones amistosas y una actitud de cooperación. Cada país tiene sus puntos fuertes, concretamente en lo que respecta a China y Uruguay tenemos muchas potencialidades para desarrollar y profundizar nuestras relaciones, sobre todo en el campo económico que siempre escomplementario para las dos partes. Estamos muy satisfechos con el desarrollo de las relaciones de los dos países en los últimos años tanto en el terreno económico como comercial. La industria textil de Shanghai importa mucha lana desde fuera y Uruguay es uno de los mayores proveedores de tops. Veo mucha perspectiva en el desarrollo de esta actividad para importar más".

El dirigente agregó que "hoy hemos tenido la oportunidad de conocer esta linda ciudad, famosa mundialmente y quisiéramos trasmitir, por ustedes, nuestro saludo de amistad al pueblo uruguayo. Quiero hacer votos por la prosperidad de la ciudad y la felicidad de sus habitantes. A nuestro regreso difundiremos nuestras impresiones para que más empresarios chinos conozcan este país y esta ciudad para que vengan a formalizar comercio".

Pozzolo recibió delegación china

22/6/95 La Mo

El Vicepresidente de la República en ejercicio, Senador Luis Bernardo Pozzolo, recibió ayer en su despacho de la Presidencia de la Cámara Alta a una delegación de la República China presidida por Juang Ju, miembro del Buró Político del Partido Comunista y Secretario del Comité Central de dicha colectividad en Shangai, quien concurrió con otros nueve miembros, todos especialmente invitados por el Partido Colorado.

Estaba presente y también recibió a la delegación, Roberto Asaian, quien excusó la ausencia del Senador Hugo Fernández Faingold, Secretario General de dicha fuerza política tradicional de nuestro país.

Pozzolo dio el discurso de bienvenida y recordó el restablecimiento de las relaciones con China Popular ocurrida durante el anterior Gobierno de Julio María Sanguinetti (1985).

Mencionando la visita a un establecimiento agropecuario, el legislador expresó: "Deseamos que nos compren más lana y que hagan de nuestros asados una parte de su dieta diaria".

Respondiendo a Pozzolo, Ju habló de las costumbres de la ciudad de Shangai, que procesa mucha lana uruguaya en su importante industria textil.

El Presidente de la delegación, asimismo, invitó a Pozzolo a visitar Pekín dentro del intercambio parlamentario y se refirió a la importancia de la actividad de la Cámara de Comercio Uruguay-China, obsequiándole finalmente un álbum sobre Shangai y un paquete que no fue abierto en el momento.

A la recíproca, recibieron plaquetas alusivas a la historia del Palacio Legislativo y un álbum de Joaquín Torres García.

Luego, la delegación, acompañada por el Embajador de China Popular ante Uruguay, Xie Rumao, concurrió a una sesión conjunta de la Comisión de Asuntos Internacionales de ambas cámaras y, por último, a una recepción ofrecida en la Sala de Fiestas del Palacio.

Una delegación de alto nivel del Partido Comunista Chino fue recibida ayer en el Parlamento, por el vicepresidente en ejercicio Luis Bernardo Pozzolo. La delegación fue recibida también por la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara Alta. La visita responde a una invitación del Partido Colorado.

22-6 Eco

■ La delegación de alto nivel del Partido Comunista de China que visita Uruguay fue objeto ayer de una cordial acogida en la presidencia del Senado, por parte de su actual titular, el senador Luis Bernardo Pozzolo. Posteriormente, fueron recibidos en una reunión conjunta de las comisiones de Asuntos Internacionales de ambas cámaras, y luego se les brindó un agasajo en el Salón de Fiestas del Palacio Legislativo.

Preside la delegación Juang Ju, miembro del Buró Político del Partido Comunista de China y, a la vez, secretario del Comité Municipal del PCCH en Shanghai, una de las mayores ciudades de China y base de su poderío industrial.

Junto a otros nueve miembros del PCCH, respondieron a una invitación formulada por el Partido Colorado para visitar nuestro país.

Entre ambas organizaciones partidarias se estrecharon relaciones a partir del primer gobierno de Sanguinetti, el cual procedió en su primer año de mandato (1985) a reanudar los vínculos comerciales y diplomáticos con la República Popular China.

En la sala de la presidencia de la Asamblea General, saludó a los delegados Roberto Asiaín, quien excusó la ausencia del senador Hugo Fernández Faingold, secretario general del Partido Colorado, en misión fuera del país.

Luego, Luis Bernardo Pozzolo improvisó un cálido discurso de bienvenida, en que expuso las características del Poder Legislativo uruguayo, recordó el restablecimiento de las relaciones con China y formuló votos por una ampliación aun mayor de los vínculos de comercio mutuo. Aludiendo a una visita de la delegación a un establecimiento agropecuario, dijo: "Deseamos que nos compren más lana y que hagan de nuestros asados una parte de su dieta diaria".

En reciprocidad, Juang Ju se refirió al fomento de las relaciones bilaterales y se detuvo especialmente en las características de la ciudad de Shanghai, cuya poderosa industria textil procesa lana importada de Uruguay. Aludió a las posibilidades de trabajo de la Cámara de Comercio Uruguay-China y a los intercambios de parlamentarios de ambos países. El senador Pozzolo fue especialmente invitado a viajar a Pekín.

A la hora de los regalos, los chinos obsequiaron un álbum de Shanghai y la parte uruguaya un álbum de Joaquín Torres García y plaquetas con la historia del Palacio Legislativo.

En la reunión en la presidencia del Senado, y en la sesión conjunta posterior con las comisiones de Asuntos Internacionales, la delegación estuvo acompañada por el embajador de la República Popular China en Uruguay Xie Rumao.

CA-02

China aumentará comercio con Uruguay

Una delegación del Partido Comunista reconoció que "la lana, la carne vacuna y el pescado" uruguayos "son productos competitivos en el mercado mundial"

El gobierno de la República Popular China se mostró "dispuesto" a aumentar las importaciones de productos uruguayos y prometió realizar gestiones con el fin de "sensibilizar" a los empresarios de esa nación "para que vengan al Uruguay a concretar las operaciones".

Una delegación del Partido Comunista de ese país estuvo de visita en nuestro país la pasada semana, siendo recibida por las comisiones de Asuntos Internacionales del Parlamento.

El jefe de la delegación, Huang Ju, reconoció en ese ámbito que "la lana, la carne vacuna y el pescado" uruguayos "son productos sumamente competitivos en el mercado mundial".

Recordó, según la versión taquigráfica a la que tuvo acceso *El Observador*, que Shanghai es el mayor centro económico industrial de China y precisó que el volumen total de importación y exportación al año es de US$ 24.000.000.000.

Atentos al proceso del Mercosur y destacan intercambio bilateral

"La balanza está casi equilibrada y el ritmo de desarrollo económico en los últimos años se ha mantenido en un 14% anual", señaló Huang.

El jerarca del Partido Comunista chino aseguró que este año "enviaremos una delegación para firmar un proyecto por el que se hará la difusión de intercambios culturales en un lapso de dos años". Uruguay y China firmaron un convenio de cooperación científico-tecnológico, por el cual el país asiático recibirá en carácter de donación 250 cabezas de oveja de buena raza, de manera tal que Uruguay tendrá una mayor influencia y presencia en China.

ATENTOS AL MERCOSUR

Huang advirtió que "estamos muy atentos al proceso de integración del Mercosur, pero también destacamos nuestros intercambios bilaterales con Uruguay, tanto comerciales como de cooperación en otros terrenos. Estoy convencido –dijo– de que con el paso del tiempo se podrán fortalecer todavía más los intercambios entre los dos países".

27/6/95
OBSV.

PC chino mantiene relaciones amistosas con más de 300 partidos

El jerarca indicó que la economía de China "se ha desarrollado rápidamente a un ritmo de más del 10%" anual. Empero dijo que "se han planteado bastantes problemas en este proceso de desarrollo".

RELACIONES AMISTOSAS

Por su parte, el subdirector del Departamento de Enlace Internacional del Comité Central del Partido Comunista chino, Li Beihai, indicó que la política de su partido "está dirigida a la independencia pacífica autónoma (...), nuestro partido ha venido aplicando una política abierta y mantiene relaciones amistosas con más de 300 partidos de más de 120 países, de los cuales más de 80 pertenecen a América Latina".

PAZ SOBRE EL JORDÁN



De acuerdo a la práctica mantenida por JUSTICIA hasta ahora, de ofrecer a sus lectores un atisbo de la problemática jurídica relacionada con el Proceso de Paz del Medio Oriente, se enorgullece JUSTICIA en publicar este primer análisis autorizado del recientemente firmado Tratado de Paz Israel-Jordania. JUSTICIA se esforzará en ir aportando más análisis del Proceso de Paz, a medida que se vaya desenvolviendo.

por Daniel Reisner

Introducción

El Tratado de Paz Israelo-Jordano firmado el 26 de octubre de 1994, es la culminación de tres años de negociaciones delicadas y a menudo difíciles entre personeros de ambos países. A pesar qué el Tratado de Paz es, estrictamente hablando, un documento jurídico automático y autosuficiente ("stand alone"), sería tan beneficioso como "jurídicamente correcto" tomar en cuenta las intenciones de las partes al interpretar sus disposiciones. En ese sentido, tiene este ensayo el propósito de suministrar al lector profesional un breve panorama de las principales disposiciones del Tratado, con énfasis especial en las cuestiones jurídicas planteadas y (donde fue posible) resueltas en el marco del mismo y en lo qué dice relación con las intenciones de las partes a ese respecto.

El Tratado en el contexto del Proceso de Paz del Medio Oriente

Antes de entrar a la discusión detallada sobre las disposiciones específicas del Tratado, es importante entender el papel del Tratado de Paz Israelo-Jordano en el contexto más amplio del Proceso de Paz del Medio Oriente. Después de la firma en 1979, del Tratado de Paz Israel-Egipto, parecía qué el Proceso de Paz del Medio Oriente entraba a un período de prolongado estupor, del qué sería despertado solamente 12 años después, con la convocatoria de la Conferencia de Paz multinacional de Madrid, el 30 de octubre de 1991.

El principal resultado práctico de la Conferencia de Madrid fue el comienzo en Washington D. C. de negociaciones bilaterales entre Israel y tres de sus vecinos árabes (Jordania, Siria y Líbano) así como con los representantes de los palestinos. Debido a consideraciones políticas, el "Carril Israelo-Jordano" fue fusionado con el "Carril Israelo-Palestino" (como eran habitualmente conocidos) en el marco de una delegación conjunta Jordano-Palestina.

En enero de 1992, se llegó a un acuerdo en materia de procedimiento qué facilitó el funcionamiento de ambos carriles y como resultado de ello, lograron formular los negociadores israelíes y jordanos en octubre de 1992, un borrador de Agenda Común. Dicha Agenda contenía no solamente una "lista de verificación" de los temas más destacados, sino asimismo un breve texto indicando de qué manera iban a ser encarados los mencionados temas y una referencia a la intención de culminar las conversaciones con un Tratado de Paz.

La interconexión entre los diferentes "carriles" tiene su más típico ejemplo en el hecho de qué los negociadores jordanos se negaron oficialmente a finalizar la Agenda Común hasta la sorpresiva firma de la Declaración de Principios Israelo-Palestina del 13. 9. 1993 ("el acuerdo de Oslo"). Los jordanos inicialaron la Agenda al día si-

[1] El Teniente Coronel Daniel Reisner, se desempeña actualmente como Asesor Letrado Agregado de Derecho Internacional de las Fuerzas de Defensa de Israel, e integró el equipo negociador israelí del Tratado de Paz Israel-Jordania. El Teniente Coronel Reisner integró también el equipo negociador israelí del Acuerdo israelo palestino sobre Gaza y Jericó. Las opiniones y observaciones expuestas en este artículo, son las personales del autor y no representan necesariamente el punto de vista del Gobierno de Israel.

guiente (14. 9. 1993) y a partir de ese momento quedaron formalmente separados del "carril palestino" y comenzaron a acelerar.

La segunda mitad de 1994 iba a constituir el capítulo principal en la trama de las negociaciones israelo-jordanas, teniendo por telón de fondo los logros qué de los otros "carriles" en marcha. Apenas un mes despues de la firma del acuerdo sobre Gaza-Jericó entre Israel y la OLP (4. 5. 1994), anunciaron las delegaciones israelí y jordana el 7. 6. 1994, qué habían dispuesto el traslado de las conversaciones a los territorios de ambos países y qué ya estaban prontas las subagendas sobre seguridad, agua y límites, todo ello en el marco de un esfuerzo conducente a un Tratado de Paz. Al mes siguiente, arribaron el Rey de Jordania y el Primer Ministro de Israel a la histórica "Declaración de Wáshington" del 25. 7. 1994, qué condujo, en el correr de tres meses breves pero ajetreados, a la concertación y firma de un Tratado de Paz entre ambos países.

Otro factor, cuya importancia no ha de ser subestimada, es el efecto del Tratado de Paz israelo-egipcio sobre el convenio en gestación entre Israel y Jordania. Aparte de haber sido en terminos generales la punta de lanza de todo el Proceso de Paz del Medio Oriente, prestó el Tratado de Paz entre Israel y Egipto su utilidad como fuente potencial para las formulaciones a ser eventualmente adaptadas al acuerdo entre Israel y Jordania, dada la circunstancia qué aquel primer Tratado había pasado por una prueba de 15 años en las condiciones particulares del Medio Oriente. Un ejemplo qué viene al caso es el del Art. 29 del Tratado de Paz Israel-Jordania qué se ocupa de "Arreglo de Disputas". Dicho artículo, por el cual "todas las disputas han de ser resueltas por negociaciones" y qué de fallar dicho método debía resolverse las disputas " por conciliación o someterlas a arbitraje", es una copia, palabra por palabra, de la disposición similar en el Acuerdo entre Israel y Egipto. La vacilación inicial jordana en aceptar la mencionada redacción, originada en el argumento qué de tal manera queda en la penumbra la manera de optar entre conciliación y arbitraje, fue obviada por la constancia qué dicho texto había probado ser tan conveniente como efectivo entre Israel y Egipto, habiendo sido el "Arbitraje de Taba" la prueba satisfactoria de su exitosa implementación.

El Tratado de Paz - Generalidades

Dentro del conjunto de sus 30 artículos, 7 anexos y multitud de apendices y agregados, el Tratado de Paz israelo-jordano abarca una variedad demasiado numerosa de temas y asuntos como para poder discutirlos en el limitado contexto del presente trabajo. Aunqué dichos asuntos revisten indudable importancia y desempeñan un papel importante en el marco de las relaciones israelo-jordanas, hay tres cuestiones qué pueden ser identificadas como las principales piedras angulares de las negociaciones: la seguridad, los límites internacionales y el agua. Estaba claro qué solamente una vez alcanzados los acuerdos sobre esos tres puntos qué estaban siendo negociados en tres comités separados, podría el Tratado de Paz ser concluído.

Antes de discutir los mencionados tres puntos en detalle, sería mejor ir tomando nota de varios de los principios generales sustentados por el Tratado de Paz qué son aplicables al Tratado entero y al conjunto de las relaciones israelo-jordanas.

El primero y más importante de dichos principios está declarado en el Art. 1 del Tratado:

> "Por el presente (Tratado) queda establecida la Paz entre el Estado de Israel y el Reino Hashemita de Jordania."

A primera vista puede parecer extraño qué dicho artículo no mencione la cesación del Estado de Beligerancia entre ambos países. La respuesta a dicha interrogante puede ser ubicada en el Preámbulo del Tratado donde se estatuye que:

> "Tomando en cuenta qué en su Declaración de Wáshington de 25 de julio de 1994, proclamaron la terminación del Estado de Beligerancia entre ellos."

En otras palabras, las relaciones israelo-jordanas evolucionaron en el curso de un trimestre de un estado de beligerancia a una paz formal, constituyendo la Declaración de Wáshington el puente conceptual entre ambas fases.

Otra cuestión de primordial importancia es el efecto del Tratado de Paz israelo-jordano sobre otros acuerdos internacionales o multinacionales a los qué están vinculadas cada una de las dos partes. El art. 25 del Tratado contiene al respecto las siguientes disposiciones:

> "Las Partes se comprometen a cumplir de buena fe las obligaciones de este Tratado, sin tener en cuenta la acción o inacción de la contraparte e independientemente de cualquier instrumento inconsistente con este Tratado." (Primera frase del art. 25(2):
>
> "Ambas partes darán también todos los pasos necesarios para derogar todas las referencias peyorativas a la contraparte en convenciones multilaterales de las qué forman parte, en la medida en qué tales referencias existan."(Art. 25(4));
>
> "Las partes se comprometen a no asumir obligación algena qué esté en conflicto con este Tratado."(Art. 25(5)).

Al principio se mostraron los negociadores jordanos reluctantes en

consentir aquella parte del art. 25(4) más arriba mencionada qué se refiere a instrumentos "inconsistentes con este Tratado", con el argumento qué tales instrumentos no existian. En espíritu de transacción se acordó finalmente qué dicha frase no sería alterada, pero se le agregaría una segunda frase a saber:

> "A los efectos de este Tratado, cada parte deja constancia ante la contraparte que, según su opinión e interpretación, no hay inconsistencia entre sus obligaciones trataduales pre-existentes y este Tratado."

Es interesante señalar qué un problema similar surgió durante las negociaciones israelo-egipcias, siendo finalmente resuelto en el Tratado de Paz concertado, mediante el agregado de minutas consentidas.

La interrogante sobre lo qué ocurriría si la opinión o interpretación de uno de los dos países con respecto a las mencionadas inconsistencias no fuese aceptada por la contraparte, quedó sin respuesta y es probable qué en tal caso habría qué acudir al procedimiento previsto por el más arriba discutido art. 29 para el arreglo de disputas.

Seguridad

La cuestión de la seguridad es encarada en el art. 4 del Tratado, abarcando dos páginas y media (de un total de dieciocho). Al principio supuso Israel que, a continuación del artículo general sobre el tema seguridad, se requeriría un anexo especial para regular las relaciones específicas entre ambos países en lo referente a seguridad. Mas a medida qué las negociaciones fueron yendo adelante, se acordó qué un anexo de esa clase sería innecesario, ya qué cualquier asunto qué diga relación con el problema de la seguridad y qué necesite eventualmente de ulteriores aclaraciones y acuerdos, sería encarado como parte del proceso de puesta en práctica del Tratado.

El entendimiento fundamental qué subyace a todo lo qué cada una de las partes se comprometió en el campo de la seguridad, está ubicado sobre todo en el art. 4(1)(a) del Tratado, qué dice lo siguiente:

> "Ambas partes, reconociendo qué el mutuo entendimiento y cooperación en materias relacionadas con la seguridad, han de constituir una parte significativa de sus relaciones y contribuirán a mejorar, aún más la seguridad de la zona, se comprometen a basar sus relaciones en materia de seguridad, sobre la confianza mutua, el adelanto de intereses conjuntos y cooperación, y tener por finalidad un marco regional de asociación en paz."

Dentro de ese marco se refirieron las partes a cuatro asuntos principales en materia de seguridad:

a. La prohibición del uso de la fuerza y de toda otra actividad hostil entre ambos países;

b. La adopción de todas las medidas necesarias "para asegurar qué actos o amenazas de beligerancia, hostilidad, subversión o violencia contra la contraparte no se originen, ni sean cometidos dentro, a través o por encima de su territorio (de ahí en adelante incluye el termino "territorio" al espacio aéreo y las aguas territoriales)" (Art. 4(3)(b) del Tratado).

   La importancia de esa disposición para Israel es obvia, dada su dolorosa experiencia en la materia, incluyendo los ataques de cohetes iraquíes contra sus centros poblados durante la Guerra del Golfo Persico de 1991.

c. Las correspondientes prohibiciones - "uniéndose o asistiendo de cualquier modo, promoviendo o cooperando con cualquier coalición, organización o alianza de carácter militar o relativo a la seguridad, con terceros, cuyos objetivos incluyen lanzar una agresión u otros actos de hostilidad militar contra la contraparte..." y asimismo - "permitiendo la entrada, el estacionamiento y la operación sobre su territorio o a través del mismo, de fuerzas militares, personal o material de un tercero, en circunstancias susceptibles de afectar adversamente la seguridad de la contraparte" (Art. 4(4) del Tratado).

   Aunqué es probablemente cierto qué cualquier actividad qué contravenga las mencionadas disposiciones constituiría tambien una violación de lo estatuido en el art. 25 del Tratado (más arriba discutido), la inclusión específica de dichas prohibiciones en materia de seguridad, está destinada a garantizar a ambos países (y especialmente a Israel) qué ninguno de los contrayentes volverá jamás a tomar parte, ya sea activa o pasiva, en actividades hostiles contra el otro.

d. La cooperación y la adopción de todas las medidas necesarias para prevenir y combatir el terrorismo de cualquier tipo, incluyendo infiltraciones a través de las fronteras.

Es interesante señalar que, tal como ha sido previamente mencionado en otros contextos, fue influida la formulación de dichas disposiciones por las disposiciones del Tratado de Paz Israel-Egipto,

qué incluyó prohibiciones y promesas similares, aunqué en lenguaje distinto.

La Frontera Internacional

A los efectos de entender lo dispuesto en el art. 3 del Tratado de Paz Israel-Jordania, a más de los tres anexos y seis apéndices qué tratan de la delimitación y demarcación de la frontera internacional, será aconsejable qué comencemos por resumir el trasfondo jurídico e histórico de la cuestión fronteriza.

El primer (y - desde la perspectiva jurídica - único) intento de definición de los límites entre Israel y Jordania, fue hecho en 1922, aproximadamente unos veinticinco años antes del establecimiento de ambos Estados, por el Gobierno Británico, bajo cuyo control estaban entonces tanto la Palestina Mandataria como Transjordania.

La frontera prevista por los gobernantes británicos era una línea qué comenzaba en el Golfo de Akaba, unas dos millas al Oeste de la localidad de Akaba, continuando por el centro del Wadi Arabá (conocido en hebreo como "Emek Ha'aravá" - en castellano "El Valle de la Estepa") y el centro del Mar Muerto y de allí por el centro de los Ríos Jordán (en su parte baja) y Yarmuk, hasta la frontera de Siria - entonces bajo dominio francés.

Las dos delimtaciones subsiguientes entre ambos países, o sea las líneas de armisticio de 1949 y las líneas de cese de fuego de 1967, *no llegaron a cobrar significación jurídica* alguna a los efectos de la delimitación de la frontera internacional, debido al hecho qué nunca tuvieron las partes la intención de determinar la frontera internacional por intermedio de dichas líneas.(Como ejemplo de ese hecho, cabe mencionar qué el Acuerdo de Armisticio Israel-Jordania de 1949 dispone específicamente qué las líneas de armisticio no constituirían la frontera internacional permanente entre ambos países).

Desde un punto de vista jurídico, plantea la definición fronteriza de 1922 una interesante cuestión referente a la aplicabilidad de fronteras delimitadas por gobiernos mandatarios a Estados establecidos luego de abolido el regimen mandatario respectivo.

Pese a dicha cuestión y en vista de la mencionada ausencia de otras definiciones viables de los límites, no es de sorprender qué ambas delegaciones estuviesen dispuestas a admitir desde el inicio mismo, la definición de 1922 como punto de referencia fundamental para la actual delimitación (y la demarcación resultante) de la frontera internacional.

En ese contexto, el art. 3(1) del Tratado, basado en formulaciones acordadas por las partes *durante las negociaciones sobre la Agenda* relativa a límites, determina lo siguiente:

> "La frontera internacional entre entre Israel y Jordania se delimita con referencia a la definición de la frontera del Mandato, como se indica en el anexo I(a)..."

El papel de la definición de 1922 como "punto de referencia" y no como fuente jurídica obligatoria para ubicar los límites, fue necesaria, sobre todo en virtud de dos factores:

a. Ambas partes discrepaban sobre la interpretación de la definición de 1922 en lo relativo a la zona de Wadi Araba;
b. Ambas partes reconocían el hecho de qué debido a cambios qué habían ocurrido sobre el terreno desde el establecimiento de los dos Estados, cualquier intento de adhesión estricta a la definición mandataria, probablemente no resultaría viable y levantaría un obstáculo impasable en la prosecución de una paz negociada.

Dado el rol fundamental jugado en las negociaciones concernientes a la frontera internacional por la cuestión de Wadi Araba, hemos de clarificarla un tanto más.

Como se ha explicado previamente, la definición mandataria de la frontera determinaba qué la misma pasaba por el centro de Wadi Araba. En tanto qué ambas partes aceptaban dicha definición, daban diferentes interpretaciones a la expresión allí utilizada - "centro del Wadi". Los jordanos, basados en una interpretación adoptada por varios miembros del Gobierno Británico durante los años veinte y treinta, sostenían que, por "centro del Wadi" hay qué entender una línea qué conecta los niveles más bajos del Wadi. La posición israelí, en cambio, basada en evidencia histórica, geológica, geográfica, jurídica y cartográfica, entendía qué las palabras "centro del Wadi" habían de recibir su sentido liso y llano - la línea media del Wadi. (N. del T. : la misma discusión se desarrolló durante años entre Argentina y Uruguay sobre la Isla Martín García: Argentina sostenía qué la línea demarcatoria del Río de la Plata ha de coincidir con el "Thalweg"; el Uruguay sostenía qué debía ser la línea media; la Isla Martín García estaba bajo dominio argentino, pese a encontrarse al lado de la costa uruguaya, por aplicación de la doctrina argentina del Thalweg - las aguas más profundas. Claro qué ahí termina el paralelismo, porqué el Plata es un río caudaloso, y un Wadi es una cañada seca casi todo el año...). Israel sostenía qué la doctrina de la "línea de los niveles más bajos", es jurídicamente infundada y prácticamente imposible de implementar (debido, en parte, al hecho, qué la Aravá consta de dos estrías conectadas por una divisoria en la qué

los "puntos más bajos" no puedan ser discernidos o concebidos). Resultó además qué la interpretación británica en qué los jordanos basaban su pretensión era solamente una de varias interpretaciones adoptadas por personeros británicos, ninguna de las cuales tenía el rango de autorizada o concluyente.

Otro punto de desacuerdo a ese respecto estaba dado por la definición geográfica exacta de "Wadi Araba". En tanto qué los jordanos sostenían qué el termino se refiere solamente a las más arribas mencionadas tenues estrías de agua, sostenía en cambio Israel, (fundándose en parte en mapas jordanos), qué debía darse tambien a dicho termino su sentido liso y llano, comprendiendo por lo tanto al valle de la Arabá entero, qué es una continuación de la ancha grieta qué se extiende desde Siria en el Norte hasta Africa en el Sur.

Tal como se iba haciendo habitual en el curso de las negociaciones, se arribó finalmente a una transacción, en virtud de la cual, ambas partes, sin dejar de mantener en principio los minuciosos argumentos jurídicos mencionados, concordaron en delimitar la frontera en la Aravá sobre la base de una línea trazada de común acuerdo, similar (pero no identica) a la interpretación británica más arriba mencionada, incorporando desviaciones menores requeridas por los cambios qué ocurrieron sobre el terreno en el correr de los años.

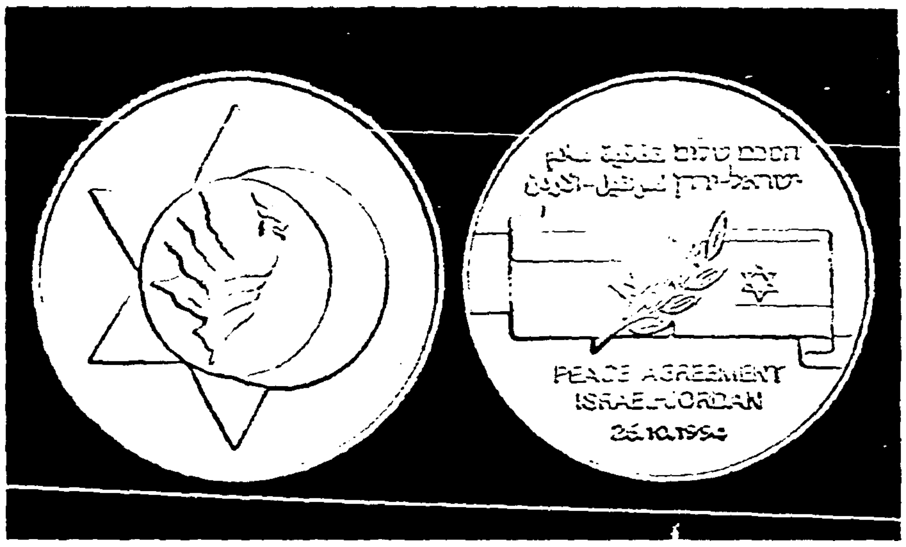
Cabe subrayar que, en todos los casos en qué las partes reconocían la deseabilidad de desviaciones menores de los lineamientos básicos de manera qué una de las partes iba a "perder" tierras, se acordó qué dicho factor sería tomado en consideración en el ulterior trazado del resto de los límites.

El resultado final de las negociaciones sobre los límites terrestres puede ser resumido del siguiente modo:

a. La fomtera comienza en un punto acordado del Golfo de Akaba y continúa hacia el Norte por el "centro" de la Aravá, conforme a la línea estipulada en el anexo I(a) y sus apendices.

b. La frontera en el sector de la Aravá ha de ser demarcada mediante la colocación de mojones ubicados y erigidos de común acuerdo. Entre cada par de mojones adyacentes, el límite será la línea recta entre ambos. La ubicación exacta de dichos mojones fronterizos ha de ser definida en una nómina de coordenadas geográficas y "UTM (Universal Transverse Mercator)" conjuntamente elaboradas usando mediciones "Global Positioning System (GBS)". La lista de coordenadas, una vez pronta, será obligatoria en lo qué dice relación con la ubicación de los límites en dicho sector.

c. Desde el Wadi Aravá se prolonga la frontera en dirección al norte a lo largo de los morros de sal situados en el cabo sureño del Mar Muerto y de allí por el Centro del Mar Muerto, conforme a una línea detallada en el anexo I(a) y sus apendices. Una vez más se basará la ubicación exacta de la frontera en una lista de coordenadas geográficas y "UTM", las que, una vez prontas, tendrán precedencia sobre cualesquiera otras fuentes para la ubicación de los límites en dicho sector.



Medalla emitida para conmemorar el Tratado de Paz entre Israel y Jordania

d. Del extremo norteño del Mar Muerto, se convierte la frontera entre Israel y Jordania en una frontera fluvial, siguiendo por el medio del curso principal del flujo del Río Jordán, hasta su confluencia con el Río Yarmuk y de allí por el medio del curso principal del Río Yarmuk hasta la frontera siria.

Posteriormente se acordó qué la línea fronteriza ha de seguir cambios naturales graduales en el curso de los ríos (acrecentamiento o avulsión). En caso de cambios naturales repentinos en el curso de los ríos (avulsión o apertura de un nuevo lecho fluvial), se procedería a tratar el problema en la Comisión Conjunta de Límites establecida bajo los términos del Tratado. Y por último, eventuales cambios artificiales en el curso de los ríos no alterarían el trazado de la frontera, salvo qué las partes acuerden otra cosa.

Dos zonas qué requirieron una atención muy especial durante las

06

negociaciones sobre límites, fueron las de Naharayim y Sofar. La primera es una zona de propiedad de Israel situada en la vecindad de la confluencia de los ríos Yarmuk y Jordán. La zona de Zofar es un distrito agrícola situado en la - predominantemente desértica - Arava. En ambos casos, causó la nueva delimitación de la frontera internacional su traspaso a la soberanía jordana. Debido a ese hecho y a la luz de los acuerdos entre ambas partes con respecto a tierras de propiedad privada israelí (Naharayim) y la utilización de tierras privadas (Zofar), respetando al mismo tiempo la soberanía jordana, se estableció para dichas zonas un régimen especial.

Los principios fundamentales de dicho regimen especial (detallado en los anexos I(b) y I(c) del Tratado) son los siguientes:

a. Los propietarios o usufructuarios de tierras, sus invitados y empleados, continuarán gozando de libertad irrestricta de acceso, movimiento y salida en dichas zonas;
b. Policía israelí uniformada será autorizada a ingresar a la zona para investigar delitos y otros incidentes qué envuelvan solamente a los propietarios o usufructuarios israelíes de tierras, así como sus invitados y empleados;
c. La ley jordana tendrá aplicación en dichas zonas, sujeto a lo siguiente:
   1) La ley israelí aplicable a actividades extraterritoriales de israelíes puede ser aplicada y hecha cumplir en dichas zonas;
   2) Jordania no aplicará sus leyes penales a actividades en dichas zonas en las qué estén envueltos solamente personas de nacionalidad israelí.
d. El mencionado régimen especial se mantendrá en vigor por un lapso de 25 años, luego del cual será renovado automáticamente por períodos adicionales de 25 años de duración cada uno. Cada parte retiene el derecho de notificar la terminación del citado régimen especial hasta un año antes de cumplirse los 25 años, enmé cuyo caso han de llevarse a cabo consultas entre las partes sobre el futuro de las zonas. Cabe mencionar aquí qué qué los derechos de propiedad privada israelí en la zona de Naharayim no han de ser perjudicados por el destino del régimen especial.

Otra cuestión qué surgió durante las negociaciones sobre los límites consistió en determinar de qué modo se trataría sobre aquella porción de la frontera cuya parte occidental cae dentro de la Ribera Occidental, la qué es actualmente objeto de negociaciones entre Israel y los palestinos. La solución a este problema estuvo, una vez más, basada en el Tratado de Paz Israel-Egipto, en el qué surgió un problema similar en lo qué respecta a la Franja de Gaza. En consecuencia, se dió la siguiente redacción al art. 3(2) del Tratado israelo-jordano:

> "La frontera, tal como queda fijada en el anexo I(a), es la frontera internacional permanente, segura y reconocida entre Israel y Jordania, sin perjuicio del status de cualquiera de los territorios qué quedaron bajo el control del Gobierno Militar Israelí en 1967."

Las partes acordaron más adelante (art. 3(7) del Tratado) qué las negociaciones relativas a la delimitación de su frontera marítima en el Golfo de Akaba comenzaría al firmarse el Tratado, debiendo ser concluídas dentro de 9 meses.

Agua

El último (no en importancia) de los asuntos sustantivos a ser tratados en el presente artículo es la cuestión del agua, de la qué trata el art. 6 y el anexo II del Tratado. La mejor expresión del problema fundamental subyacente a la cuestión jordano-israelí del agua, es la declaración del 6(3) del Tratado:

> "Las partes reconocen qué sus recursos acuáticos no son suficientes para llenar sus necesidades."

En otras palabras, en la actual situación es el agua "suma-cero" en el qué todo intento de resolver la escasez de una parte mediante la transferencia de agua a la contraparte en una automática escasez equivalente de agua para la parte diferente. Reconociendo este hecho, acordaron las partes en (3):

> "Ha de ser suministrada más agua para su uso, mediante diferentes métodos, incluyendo proyectos de cooperación regional e internacional."

Teniendo presentes dichos hechos, albergaban las partes la finalidad común de encontrar una solución común al problema del agua, al mismo tiempo qué reduciendo al mínimo el impacto negativo de una solución de esa clase para ambas partes.

Antes de abordar el estudio pormenorizado de las disposiciones del Tratado de Paz qué se refieren al agua, vale la pena qué prestemos atención a dos puntos de carácter general.

Primero, durante estas últimas décadas, hubo muchos intentos por parte de organizaciones internacionales y juristas, para codificar las

reglas aplicables a la utilización compartida de recursos acuáticos. Dichos intentos, qué aún están por lograr el apoyo internacional generalizado, dieron nacimiento a una plétora de términos legales relativos al uso del agua ("utilización equitativa", "daño apreciable", "derech[illegible] acuáticos", etc.). Desde el mismo punto de lanzamiento de las negociaciones era evidente qué cualquier intento de resolver el problema del agua jordano-israelí mediante una diferencia estricta a una terminología jurídica de esa clase estaría condenada al fracaso, ya qué , en última instancia, las disputas de agua solamente pueden resolverse mediante la determinación específica de cantidades y de la calidad del agua a ser distribuida y no por medio de conceptos jurídicos generales. Ese razonamiento explica por qué las disposiciones relativas al agua en el Tratado de Paz tienden a ser más bien prácticas y operativas y no de naturaleza puramente jurídica.

Segundo, désde la de cada de los años cincuenta, fracasaron varios intentos de establecer de común acuerdo un régimen de aguas entre Israel y sus vecinos, de los qué el más destacado fue el "Plan Johnston", qué lleva el nombre del mediador estadounidense Eric Johnston. Una faceta importante de las negociaciones del Tratado de Paz consistió precisamente en no otorgar una parte significativa a dichos intentos del pasado en la formulación de las disposiciones del Tratado.

En ese sentido, es importante tomar nota del preámbulo del art. 6 del Tratado, en el qué se determina qué la meta de las partes consiste en lo siguiente:

> "... alcanzar un arreglo completo y duradero de todos los problemas relativos al agua, entre ellos."

El uso de las palabras "completo" y "todos" en ese contexto es importante, signifi[illegible]do la intención de las partes qué las disposiciones del Tratado de Paz s[illegible]n consideradas como finales y qué no queden abiertas entre las partes cuestiones adicionales en relación al agua.

Los pormenores de los acuerdos concernientes al agua qué figuran en el anexo II, son relativamente complejos y demasiado numerosos como para detallarlos dentro de los confines del presente artículo. No obstante, pueden ser identificados varios rasgos fundamentales de los arreglos acordados.

El primer asunto qué merece la atención del lector es el qué se refiere a la distribución de las aguas del Río Yarmuk y de la parte baja del Río Jordán. En ese sentido puede resumirse el acuerdo como comprendiendo tres cantidades distintas a ser asignadas a Jordania, cada una de las cuales totaliza 50 millones de metros cúbicos (mcm) de agua.

"Los primeros 50 mcm" (como se les conoció durante las negociaciones) tienen la finalidad de enfrentar los problemas "de plazo corto" e incluyen lo siguiente:

a. Israel reducirá su utilización anual de las aguas del Yarmuk de 65 mcm a un tope acordado de 45 mcm (art. I(1) del anexo II).
b. Israel consiente en transferir a Jordania, durante el verano, 20 mcm del Río Jordán, inmediatamente corriente arriba de las compuertas de Degania. Ha de notarse qué esa obligación está condicionada al bombeo, por parte de Israel, de equivalentes 20 mcm del Yarmuk en el invierno (qué forman parte de los 45 mcm de Israel, más arriba mencionados).(Art. I(2) del anexo II).
c. Israel transferirá a Jordania la cantidad anual de 10 mcm de agua desalinada de la desalinación de los saltos de agua salina. Hasta qué las instalaciones de desanilización se vuelvan operativas, consiente Israel en suministrar a Jordania una cantidad equivalente de la misma ubicación del Río Jordán como (b) arriba mencionada, durante los meses de invierno. (Art. I(2)(d) del anexo II).

"Los segundos 50 mcm" están destinados a responder a las necesidades "a plazo mediano" y contienen dos proyectos:

a. Cooperación israelo-jordana en el establecimiento de una instalación de desviación y almacenamiento sobre el Río Yarmuk, directamente corriente abajo del punto de desviación existente; (art. II(1) del anexo II).
b. Cooperación israelo-jordania en el establecimiento de un sistema de almacenamiento de agua sobre la parte baja del Río Jordán, entre su confluencia con el Yarmuk y su confluencia con Tirat-Zví. (Arts. I(2)(b) y II(1) del anexo II).

Como se estableció más arriba, el concepto subyacente bajo dichos dos proyectos consiste en qué el Jordán pueda agregar unos 50 mcm de agua. En lo qué respecta al proyecto de la parte baja del Río Jordán, mencionado más arriba en (b), especifica el Tratado un almacenamiento promedial mínimo para uso del Jordán, de 20 mcm. Es importante señalar qué el Tratado toma nota de la potencial utilización de dichas instalaciones por parte de Israel. Un hecho adicional qué debe ser tomado en cuenta, es el elevado costo estimado de dichos proyectos (aproximadamente U$S 100 millones), lo qué requerir financiación extranjera.

"Los terceros 50 mcm" están destinados a "la perspectiva de largo plazo" y a ello se refiere el art. i(3) del anexo II, qué dispone lo siguiente:

"Israel y *Jordania han* de cooperar en encontrar fuentes para suministrar al Jordán una cantidad adicional de (50)MCM/anuales de agua potable. Con esa *finalidad, desarrollará* el Comite Mixto del Agua, dentro de un año de la vigencia de este Tratado, un plan para suministrar al Jordán la cantidad de agua más arriba mencionada. Dicho plan será sometido a los respectivos gobiernos para su discusión y decisión."

Otra cuestión de la mayor importancia, es la relativa a los pozos de la Aravá. A *resultas* de la *delimitación* de la frontera internacional más arriba expuesta, hay aproximadamente 15 pozos operados actualmente por Israel en la Aravá, los que, luego del retiro israelí de febrero de 1995, quedarán situados dentro del territorio jordano. Ya qué dichos pozos son de primordial importancia para los asentamientos israelíes en la Aravá, acordaron ambos países implementar los siguientes arreglos especiales, pormenorizados en el art. IV del anexo II:

a. Dichos pozos, aunqué bajo soberanía jordana, continuarán suministrando agua a Israel. Con ese propósito, han de ser operados por compañías israelíes selectas, contratadas por Jordania, a expensas de Israel;
b. En caso qué algunos de esos pozos se agote en el futuro, tendrá Israel derecho a perforar, operar y mantener un pozo de reemplazo, en Jordania.
c. En caso de qué ello llegue a ser hidrológicamente factible, tendrá Israel derecho a incrementar su bombeo de las fuentes y sistemas del Jordán, por unos adicionales 10 mcm anuales. Dicho incremento ha de ser llevado a cabo dentro de los cinco años de la entrada en vigencia de este Tratado.

Una disposición adicional digna de mención en el anexo del Tratado relativo al agua,, es el art. V, donde se dispone qué cambios artificiales en los cursos de los Ríos Jordán y Yarmuk solo puede ser efectuados de común acuerdo. Dispone dicho artículo qué cada país está obligado a informar al otro, con seis meses de antelación, de cualesquiera proyectos susceptibles de alterar el flujo o la calidad del flujo, de cualquiera de dichos ríos, a lo largo de la frontera común. Dichos proyectos hgan de ser discutidos por el Comite Mixto del Agua, "con el objeto de evitar daño y mitigar impactos adversos qué puedan ser ocasionados por dichos proyectos." (Art. V(2) del anexo II).

Asuntos adicionales tratados en el anexo sobre el agua, incluyen: la protección de los recursos e instalaciones del agua; la veda de arrojar aguas servidas a los Ríos Yarmuk y Jordán; la cooperación e intercambio de datos y el establecimiento del Comitée Mixto del Agua.

Un punto final qué vale la pena mencionar consiste en que, aún cuando el Tratado contiene diversas disposiciones relativas a los usos potenciales de las aguas no utilizadas de los Ríos Yarmuk y Jordán (arts. I(2)(b) del anexo II), puede ese mismo punto ser relevante para las futuras negociaciones con los *palestinos* sobre la Ribera Occidental.

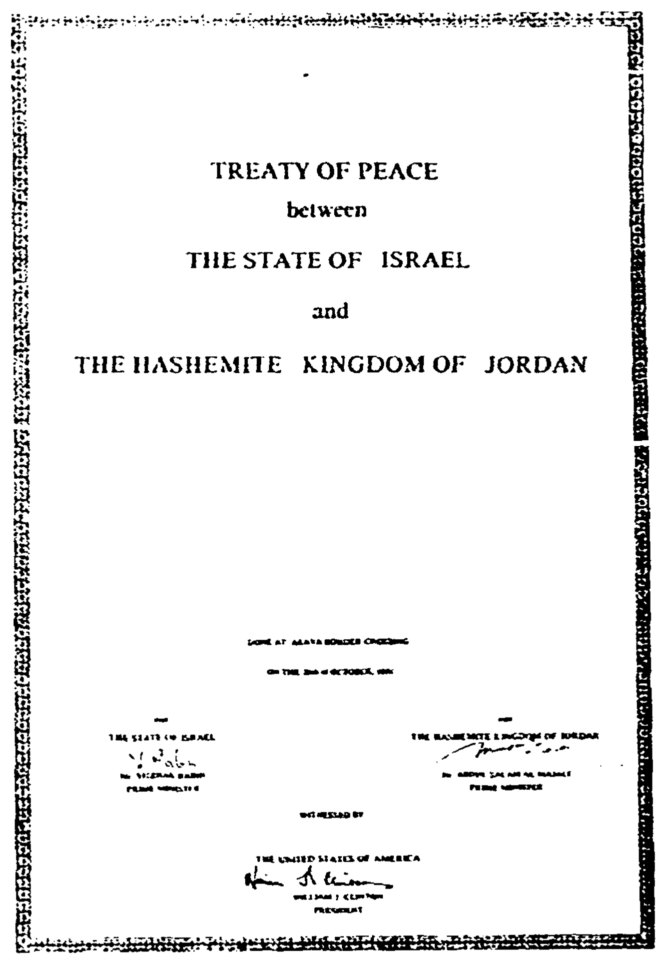
Conclusión

El Tratado de Paz Israel-Jordania es, indudablemente, una piedra miliar en la historia de las relaciones del Medio Oriente en general, azotado por las guerras.

En ese aspecto, vale la pena citar las palabras del Rey de Jordania, en ocasión de inicialarse el Tratado de Paz, en el Palacio Real de Amán:

"En este Tratado no hay perdedores, hay tan solo ganadores."

Al embarcarse los países en el prolongado proceso de puesta en práctica de las disposiciones del Tratado de Paz, cabe albergar la esperanza qué la misma atmósfera de buena voluntad y cooperación mutua, continuará prevaleciendo entre ellos.


TREATY OF PEACE
between
THE STATE OF ISRAEL
and
THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN

Las firmas originales del Tratado de Paz

9508482
Generalidades de Malasia
30044

11876 ✓
507615 ✓
11650 ✓

MALASIA

ASIA

Nombre oficial: Malasia (Malaysia)
Área (Km²): 329.749 (➤ 18° en Asia, 65° en el mundo)
División política: 13 estados y un territorio federal
Capital: Kuala Lumpur (f. c. 1857, por mineros chinos)
Moneda: dólar de Mal. (M$), monedas: 1, 5, 10, 20, 50 (sen), 1 (ringgits), billetes: 1, 5, 10, 20, 50, 100, 500, 1.000 (ringgits)
Idioma(s): (oficial) malayo bahasa, (no oficiales) inglés, chino, iban y tamil
Fiesta nacional: 31 ago., Día Nacional
Hora oficial: GMT +8 horas (normal/verano)
Miembro de: ONU, Commonwealth, ANSEA

PERFIL DEMOGRÁFICO

Poblacion (hab.): 18.181.000 (1992) (➤ 20° en Asia, 48° en el mundo)
Densidad de población (hab./Km²): 55,1 (1992) (➤ 29° en Asia, 102° en el mundo)
Crecimiento poblacional (%): 2,6 (1980-91) (➤ 15° en Asia, 19° en el mundo)
Natalidad: 29,0 (1991) (➤ 17° en Asia, 37° en el mundo)
Mortalidad: 5,0 (1991) (➤ 19° en Asia, 43° en el mundo)
Capital (hab.) (1989): Kuala Lumpur, 1.209.800
Ciudades principales (hab.) (1980): Ipoh, 293.849; Pinang, con 248.241; Johore Baharu, 246.395; Petaling Jaya, con 207.805, Kelang, 192.080, Kuala Terengganu, 180.296; Kota Baharu, 167.872

PERFIL CULTURAL

Alfabetismo (%): 78,4 (1990) (➤ 20° en Asia, 65° en el mundo)
Religión (%): musulmanes, 49 [illegible] religiones folcloricas chinas, 25,2, hinduistas, [illegible], budistas, 6,0, católicos, 3,4; religiones tribales, [illegible]0, criptocristianos, 1,8, protestantes, 1,6; otros, 2,8

BIENESTAR SOCIAL

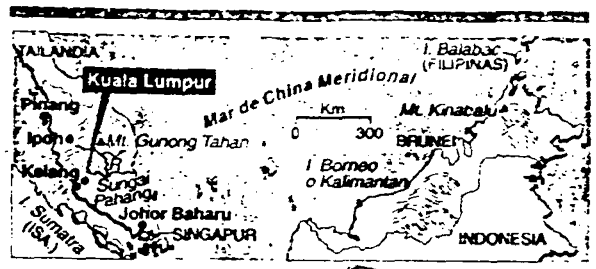
Calorias per capita diarias: 2.774,0 (1989) (➤ 16° en Asia, 63° en el mundo)
Esperanza de vida al nacer (años): 71,0 (1991) (➤ 7° en Asia, 9° en el mundo)
Mortalidad infantil: 16,0 (1991) (➤ 37° en Asia, 96° en el mundo)

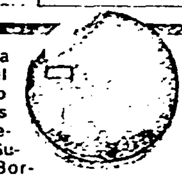
PERFIL ECONÓMICO

Moneda (tasa de cambio, dólares de Mal. por US$): 2,55 (nov. 1993)
Ingreso por hab. (US$): 2.520,0 (1991) (➤ 14° en Asia, 68° en el mundo)
Tasa de inflacion (%): 1,7 (1980-91) (➤ 22° en Asia, 106° en el mundo)
Principales productos de exportación (%): (1991) componentes electrónicos, 14,7; petróleo crudo, 13,4, maderas, 8,9; aceite de palma, 4,5
Tierras cultivadas (%): 14,9 (1989) (➤ 19° en Asia, 71° en el mundo)
❖ **VÉASE:** Estadística mundial, Notas metodológicas, Ecología (bloque verde)

GEOGRAFÍA

Malasia está formada por dos regiones: la Peninsular u Occidental y la Oriental. Malasia Occidental





ocupa la parte de la peninsula de Malaca situada al S del istmo de Kra. El territorio consta de varias cordilleras alineadas a lo largo de la península, donde destaca el Gunong Tahan (2.190 m). Bordeando las montañas se encuentran las llanuras costeras, más anchas en el O que en el E. Al S, el estrecho de Johore separa Malasia de la isla de Singapur. Malasia Oriental es una faja de 200 Km de anchura en la costa N de Borneo. La espina dorsal de la isla forma la frontera de Sarawak y Kalimantan, y configura el estado de Sabah, en cuyo territorio se encuentra el punto culminante de la isla (Kinabalu, 4.101 m). Al pie de la cordillera de Sarawak se abre una gran planicie, cubierta por una densa selva ecuatorial. Existe un intrincado sistema de ríos y corrientes en la Peninsula. El río más largo es el Sungai Pahang. En Malasia Oriental abundan los ríos, los mayores son el Rajang y el Kinabatangan. El clima es ecuatorial. Temperaturas extremas en la capital: 18°C (mínima), 37°C (máxima). Un 41% de la población está dedicado a la agricultura, a la pesca y a la explotación forestal.

HISTORIA RECIENTE

1942-45: Durante la II Guerra Mundial, Japón ocupa toda la region de Malasia
1948: Se constituye oficialmente la Federación Malaya (16 feb.)
1957: La Federación Malaya proclama su independencia dentro de la Comunidad Británica • Es adoptada la Constitución preparada por la Comisión Reid
1959: Tienen lugar las primeras elecciones locales en Sarawak • Se rinden los últimos rebeldes comunistas • Es fundado el Banco Central de Malaya
1962: Sabah celebra sus primeras elecciones
1963: Malaya, Singapur, Sarawak y Sabah constituyen la Federación de Malasia (set.) • El país se enfrenta a Indonesia debido a la reclamación de Yakarta sobre Sarawak y Sabah.
1965: Singapur se separa de la Federación
1969: Estallan motines entre malayos y chinos en Kuala Lumpur • Es suspendida la Constitución y creado el Consejo Nacional de Operaciones como solución de emergencia.
1974: Son establecidas las relaciones con China • La capital es declarada territorio federal.
1976: El dólar malasio es rebautizado con el nombre de ringgit.
1979: Malasia admite 75.000 refugiados vietnamitas llegados en botes • Decenas de millares de musulmanes filipinos se asilan en Sabah.
1982: El Gobierno lanza una inmensa campaña para generalizar el uso del idioma malayo.
1983: El Parlamento aprueba una enmienda constitucional que restringe los poderes del Monarca de la nación y de los sultanes regionales (5 set.).
1984: Es elegido jefe del Estado el sultán de Johore, Mahmood Iskandar ibni Al-Marhum (9 feb.).
1989: El Partido Comunista renuncia a la lucha armada en el país.
❖ **VÉASE:** *Hechos* en Actualidad Mundial

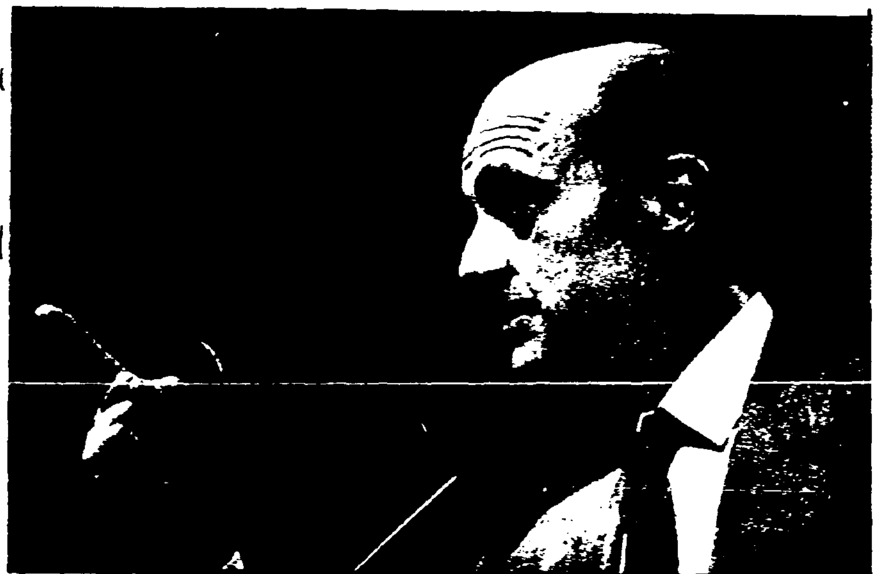
GOBIERNO

Constitución vigente: 31 ago. 1957 (enmendada en 1974, 1981, 1983, 1984, 1988, 1990).
Sistema ejecutivo: Monarca o *Yang di-Pertuan Agong* (jefe supremo de Estado, elegido para un período de cinco años por y de entre los gobernantes de los estados), subjefe supremo de Estado (sustituye al monarca en caso necesario), primer ministro y gabinete (responsables ante el Parlamento Federal).
Sistema legislativo: *Dewan Negara* o Senado (setenta miembros, treinta nombrados por las asambleas legislativas estatales y cuarenta nombrados por el monarca) y *Dewan Rakyat* o Cámara de Representantes (180 miembros electos, 132 miembros por la Peninsula, veintisiete por Sarawak, veinte por Sabah y uno por Labuan).
Gobierno subdivisional: Cada estado de la Federación tiene gobiernos y cuerpos legislativos propios.
Principales partidos: Frente Nacional/*Barisan Nasional* (coalición de doce partidos), P. Acción Democrática, P. Unido de Sabah/*Parti Bersatu Sabah*, P. Islámico de Malasia/*Parti Islam Sa-Malaysia* y otros.

GOBERNANTES

Jefe de Estado: Azlan Muhibbuddin Sha ibni al-Marhum Yusuff Izzudin (R. abr. 1989/); **Jefe de Gobierno:** Mahathir bin Mohamad (PM. oct. 1990/)

El Fenómeno Alain Juppé



EL PAÍS 4-6 *El Primer Ministro: un hombre que puede llegar más alto*

El presidente Jacques Chirac lo describió una vez como "el hombre más brillante de su generación". Un importante diplomático occidental declaró que "ha sido el mejor Ministro de Relaciones Exteriores de Francia en mucho tiempo". Jacques Delors, ex presidente de la Comisión Europea, dijo de él que "planea por encima de todos los demás". Para su par británico Douglas Hurd, es simplemente "un astro".

Después de dos años al frente de la diplomacia francesa, el receptor de todos estos elogios —Alain Juppé (49 años)— viene de ser designado Primer Ministro por el presidente entrante. Es la culminación de su carrera (por lo menos hasta el fin del septenato de Chirac).

Esos dos últimos años no fueron nada fáciles para Juppé, que tuvo que desdoblarse entre sus tareas ministeriales y la secretaría general primero y la presidencia después del partido gaullista. Debió desenvolverse con Mitterrand, un presidente socialista afecto a conducir directamente las relaciones exteriores, y mostrarse "leal" al gaullista primer ministro Edouard Balladur sin dejar de serle "fiel" a su también gaullista mentor Chirac, rival amargo de Balladur por la presidencia. Sólo un acróbata habría sido capaz de hacer todo eso y recibir felicitaciones de Mitterrand por su "profesionalismo" y su "precisión de pensamiento".

Juppé está acostumbrado al éxito. Nació en el seno de una familia modesta de Les Landes (sudeste de Francia) y coleccionó todos los premios de escolaridad locales antes de ser admitido no es una sino en tres de las más distinguidas **grandes écoles** de las que surgen virtualmente todos los futuros altos cuadros administrativos y de gobierno del país: la Ecole Normale Supérieure —donde estudió los clásicos— el Institut d'Etudes Politiques y por supuesto la Ecole Nationale d'Administration (ENA), donde su cerebro de computadora le valió el sobrenombre de "Amstrad".

Se graduó quinto en su clase de la ENA (1972) y optó por empezar su carrera en la Inspección de Finazas, que fue antaño la rampa de lanzamiento de Valéry Giscard d'Estaing, con quien Juppé a menudo es comparado tanto por su apariencia atlética y delgada (y hasta su calvicie prematura) como por su cortante inteligencia. Cuatro años más tarde, el por entonces primer ministro Chirac obtuvo los servicios de Juppé como redactor de sus discursos y se inició así una amistad personal y política que los hizo virtualmente inseparables. Juppé cumplió un papel destacado en la renovación del partido gaullista (RPR) y se unió a la administración de la Alcaldía de París, cargo que Chirac desempeñó desde 1977.

A los 37 años, Juppé manejaba el presupuesto de París (2.600 millones de dólares) y había obtenido una banca por la capital en la Asamblea Nacional (Parlamento). Tres años después fue Director de Presupuesto en el segundo gobierno de Chirac.

"Monsieur Amstrad" ha recibido todo tipo de elogios por su competencia, brillantez, energía, coraje, capacidad administrativa e integridad. ¿Exageraciones? Quizás. A veces da la impresión de ser un tecnócrata sin alma, arrogante y distante. Cuando se irrita su ira puede ser fría como el hielo, se dice. Sus amigos afirman que el contraer matrimonio (segundas nupcias) contribuyó a limar ciertas asperezas de su carácter. Como sea, ya muchos creen que Alain Juppé volará aún más alto que el cargo de Primer Ministro.

FRANCIA: LAS DENUNCIAS DE CORRUPCION AFECTAN A TODOS LOS GRUPOS POLITICOS

PARIS (NYT). — Después de una pausa durante la campaña para las elecciones presidenciales de esta primavera, los tribunales de Francia volvieron a ocuparse de una ola de casos de corrupción política, que ha afectado a todos los partidos importantes.

El conservador ex alcalde de Niza Jacques Medecin fue la persona sentenciada más recientemente —a dos años de cárcel y una multa de 40.000 dólares— acusado de un fraude por 400.000 dólares contra la asociación de la Opera de Niza durante la década de 1980. Medecin fue alcalde durante 25 años, pero en 1990 huyó a Uruguay, después de haber sido acusado de haber canalizado cerca de tres millones de dólares a su cuenta en un banco de Los Angeles.

Medecin fue extraditado a Francia el año pasado y enfrenta otro juicio por soborno.

Bernard Tapie, amigo personal del ahora ex presidente Francois Mitterrand y ministro de Asuntos Urbanos en el gobierno socialista de 1992 a 1993, fue sentenciado el lunes pasado a un año de prisión y otro año por intentar arreglar un partido de fútbol para que lo ganara el equipo que era de su propiedad hace dos años.

Henri Emmanuelli, líder del Partido Socialista de Mitterrand, fue sentenciado a un año con libertad condicional y multado con el equivalente a unos 6.000 dólares este lunes por utilizar una empresa fantasma para disimular los sobornos otorgados para obtener contratos de obras gubernamentales e ingresarlos en las arcas de los socialistas, algo que solía ser común en los principales partidos políticos franceses.

Emmanuelli declaró que apelará de la sentencia.

Alain Carignon, miembro del partido Unión para la República del presidente electo Jacques Chirac y que fue ministro de Comunicaciones del gobierno de Mitterrand de 1993 a 1994, fue citado hoy para comparecer a juicio para el 25 de setiembre en Lion, acusado de aceptar retribuciones y regalos por valor de unos 4,2 millones de dólares de compañías que sostuvieron relaciones comerciales con el ayuntamiento de Grenoble, cuando él fue alcalde de la misma.

Carignon señaló la semana pasada que no volverá a participar en las elecciones para alcalde del mes próximo, pero en entrevista con el diario "Le Figaro" se declaró inocente de los cargos.

Varios colaboradores cercanos a la organización del partido de Chirac en áreas controladas por el organismo en la región de París también están sujetos a investigación por supuestos sobornos en favor del partido de empresas que obtuvieron contratos destinados a renovar la vivienda pública.

Chirac y Lionel Jospin, su oponente socialista en las elecciones, se comprometieron durante su campaña a mantener la independencia de la judicatura francesa, cuyas investigaciones pusieron al descubierto los métodos ilícitos de que se han valido los partidos políticos durante mucho tiempo para allegar fondos, al no existir una legislación que regule sus finanzas.

Chirac, que se desempeñó como alcalde de París desde 1977, renunció el martes a la Alcaldía y prestó juramento como Presidente de Francia el miércoles. Ni él ni Mitterrand fueron acusados de corrupción.

Tapie, empresario extravagante y amigo personal de Mitterrand, que llegó a amasar un capital millonario y quien alguna vez se consideró un posible candidato a la presidencia, fue sentenciado a seis meses más de cárcel de lo que había solicitado la fiscalía al término del juicio, hace dos meses, en la ciudad norteña de Valenciennes.

Se le acusó de haber ofrecido sobornos a los jugadores del equipo de fútbol de Valenciennes por dejarse ganar un partido, hace dos años, contra el equipo que poseía, el Olympique de Marsella, para que sus jugadores pudieran guardar sus energías para un juego de campeonato que se jugaría una semana después.

El ex gerente general del Olympique de Marsella, Jean-Pierre Bernes, fue sentenciado a dos años con libertad condicional y una multa de 3.000 dólares, luego de admitir que había ofrecido sobornos durante el partido, por órdenes expresas de Tapie, quien negó haber estado presente en el partido en cuestión.

Tapie insistió al principio que ese día estaba a [illegible] kilómetros de allí, en París, en una entrevista con un legislador socialista y su auxiliar. Pero después de que ésta sufrió un colapso en el estrado y declaró que, a despecho de su declaración anterior, ella y su jefe no estuvieron con Tapie ese día en París, el ex ministro confesó: "Mentí, pero lo hice de buena fe".

Los abogados de Tapie tienen hasta el día 26 para apelar de la sentencia. Fue declarado en quiebra en diciembre pasado, después de ser acusado de fraude y evasión fiscal.

Una de las principales formas en que los partidos políticos de Francia lograban hacerse de fondos era estableciendo empresas consultoras "de paja", a cuyos servicios debían recurrir los contratistas, si deseaban tener esperanzas de realizar alguna obra pública. Urba y Sages, dos empresas establecidas por los socialistas en áreas controladas por ellos, desviaron fondos destinados a las oficinas nacionales de los socialistas cuando Emmanuelli fue tesorero del partido.

La fiscalía de una zona de Bretaña controlada por los socialistas intentaron que Emmanuelli fuera sentenciado a dos años de cárcel con derecho a libertad condicional, presuntamente por haberse beneficiado del tráfico de influencias, aunque no fue acusado de aprovechar los fondos para beneficio personal.

PARIS. - Derecha e izquierda, en 1789, sólo designaban la distribución geográfica de los diputados en la primera asamblea revolucionaria reunida en París. Desde entonces, esos términos se universalizaron, ¿pero tienen valor aún para la Francia moderna? En apariencia, nuestro pueblo permanece inmutable, puesto que en todas las elecciones, incluida la reciente elección presidencial, se enfrentan candidatos de derecha contra los de izquierda.

A la vez, me parece que esta posición es muy superficial: describe las elecciones, pero no informa sobre las políticas efectivamente llevadas a cabo por los gobiernos luego de asumir; la prueba es que desde hace treinta años vemos a gobiernos de izquierda ejecutar políticas de derecha y viceversa. Debemos adoptar, entonces, otras claves de lectura de la sociedad francesa distintas de la división derecha-izquierda; voy a proponer dos: la primera sociológica, la segunda cultural.

La vasta clase media

La sociedad francesa no está dividida entre burgueses y proletarios, ni tampoco en clases sociales muy diferenciadas; como en todos los países modernos, la mayoría de los franceses pertenece a la clase media, con las elites ricas por encima y los pobres por debajo, a menudo surgidos de la inmigración y a los que en adelante llamaremos los excluidos. Esta vasta clase media está cortada en dos, en función de la relación que sus miembros mantienen con el Estado.

Una mitad de la clase media vive del Estado, por el Estado o bajo la protección del Estado; se trata de funcionarios del Estado, de las colectividades locales, de empleados del sector público, de las empresas nacionalizadas, pero también de todos aquellos cuya renta, retiro o protección social son tributarios del Estado. La otra mitad de los franceses pertenecientes a la clase media vive en y por las empresas privadas, en el mundo de la iniciativa individual, del riesgo y de la competencia. No existe ningún otro país desarrollado en el que la influencia directa del Estado sobre la vida económica de los ciudadanos sea tan considerable; es una herencia histórica e ideológica que no podemos ignorar.

Todo sería más simple si la distinción política entre la derecha y la izquierda se correspondiese con la división entre quienes viven del Estado y quienes viven de la empresa; pero ése no es el caso. Existen empresarios que votan a la izquierda y funcionarios que eligen a la derecha, porque las opciones electorales no están dictadas por la pertenencia económica.

Las convicciones culturales

A la categoría política y a la de la situación económica se agrega una tercera: la de las convicciones culturales. Una mitad de los franceses está convencida de que corresponde al Estado intervenir cada vez más para garantizar la seguridad y la prosperidad general; ante la menor borrasca, ellos preguntarán qué es lo que el Estado hace por ellos. La otra mitad, probablemente minoritaria, concibe de buen grado que corresponde a la iniciativa privada mejorar su propia suerte y el destino común.

Esta división entre dos culturas, estatista e individualista, no coincide con la distinción derecha-izquierda ni con la situación económica de unos y otros. Así, un funcionario puede ser de derecha y creer en la iniciativa individual que él pondrá de manifiesto -por ejemplo- en su administración, intentando mejorar su eficacia; por el contrario, un empresario privado puede votar tanto a la derecha como a la izquierda y volverse hacia el Estado para que éste proteja sus intereses privados. El carácter inextricable de estas tres categorías: ideológica, sociológica y cultural, explica por qué todo dirigente político en Francia está condenado a síntesis ideológicas y a coaliciones contradictorias para llegar al poder y mantenerlo.

De tal modo, los gobiernos de izquierda, desde 1983, debieron renunciar al socialismo con el fin de salvar su base electoral. Simétricamente, Jacques Chirac acaba de ser elegido reuniendo en una misma alianza a los partidarios del estatismo y a los del liberalismo, con un discurso simultáneamente conservador y "social".

Pensamiento único

La obligación de la síntesis ideológica y de la coalición electoral explica por qué ningún gobierno puede comprometerse con un discurso y una política de ruptura, a la manera de Reagan o de Thatcher. Inevitablemente, esta síntesis entre fuerzas contrarias conduce a un cierto inmovilismo, como lo testimonia la política uniforme llevada a cabo, desde hace doce años, por los gobiernos de derecha y de izquierda. Aunque la retórica varía un poco, la práctica es idéntica, un fenómeno calificado entre nosotros como "pensamiento único".

Jacques Chirac había anunciado que se sacaría de encima este pensamiento único, pero la acción de su gobierno revela más inflexiones que rupturas: Chirac es valiente, pero no suicida. Si su gobierno entrara en guerra contra el estatismo, contra una presión fiscal excesiva, contra los corporativismos, contra los sindicatos, contra la burocracia, perdería inmediatamente la mitad de su electorado. Chirac no fue elegido para liberalizar a Francia, sino para satisfacer tanto a los empresarios como a los rentistas del Estado, lo cual, evidentemente, es contradictorio.

Tradicionalmente, para superar este dilema los gobiernos se endeudan distribuyendo beneficios y subvenciones a unos y a otros; esta práctica permite calmar las reivindicaciones hasta la siguiente elección y dejar en manos del sucesor una deuda más pesada todavía que la que encontró al llegar.

"Inmovilismo de síntesis"

El único límite de esta manera de gobernar por medio de lo que yo llamaría "un inmovilismo de síntesis" es el fenómeno social de la exclusión.

Un creciente número de franceses, generalmente jóvenes, no puede ingresar en el mundo del trabajo porque el peso de la deuda pública impide al Estado, al igual que a las empresas privadas, crear empleos suplementarios; cada vez más, los franceses trabajan para devolver dinero, no para crear riqueza. ¿A partir de qué umbral la

masa de los excluidos amenazará la paz social? Nadie lo sabe. ¿En qué momento comprenderá la opinión pública que existe una relación entre el inmovilismo de síntesis y la exclusión? Es difícil preverlo. Pero es dentro de este contexto cultural donde los liberales franceses deben redefinir su estrategia.

Tradicionalmente, en Francia, el liberalismo clásico tiene mucha vida, pero en grupúsculos; el papel de los liberales sólo se revela como determinante en períodos de crisis graves, cuando surgen con soluciones que quiebran el inmovilismo de síntesis; proponen, así, lo que Hayek denominaba *una utopía alternativa*. Este fue el caso en 1958, cuando Jacques Rueff instauró una reforma monetaria; y de nuevo entre 1983 y 1988, cuando los liberales impusieron los conceptos de franco estable, privatización y un Banco Central independiente.

Una utopía de recambio

En este momento, preparamos una utopía de recambio para recrear el mercado del trabajo y reformar el Estado. Pero aún no llegó el momento de ver su aplicación por parte del gobierno. Mientras tanto, me parece que la misión prioritaria de los liberales deberá ser consagrarse a un gran esfuerzo pedagógico. La opinión pública, y muy particularmente la opinión de la clase política, está llena de lugares comunes y de fantasmas acerca del papel benefactor del Estado.

> Chirac no fue elegido para liberalizar a Francia, sino para satisfacer tanto a los empresarios como a los rentistas del Estado, lo cual, evidentemente, es contradictorio

Cuando el primer ministro, Alain Juppé, presentó al Parlamento su programa de gobierno, nunca fue más aplaudido que cuando detallaba subvenciones en beneficio de innumerables categorías sociales; evocando a los "creadores de riquezas", propuso un aumento de salarios y no una baja del impuesto sobre las empresas; estudia aumentar los gastos del Estado y al mismo tiempo anuncia que le declara la guerra al desempleo. El sabe que allí hay una contradicción, pero también sabe que debe asumirla, porque sus electores lo esperan; pero los comentaristas están tan habituados a este discurso dominante que no se dan cuenta de nada.

Fuertes resistencias

En su campaña pedagógica los liberales encontrarán fuertes resistencias, pues el mundo de los medios está controlado por periodistas de sensibilidad socialdemócrata; lo mismo sucede en el mundo de la enseñanza. Nuestra lengua misma está impregnada de reflejos antiliberales; el Estado es presentado generalmente bajo un aspecto benévolo y el capitalismo con una luz glauca. Pero las más reacias a los análisis liberales son las elites políticas, tanto de derecha como de izquierda; esto obedece a su reclutamiento casi exclusivo en las filas de la función pública. Sin experiencia empresaria, la mayor parte de los parlamentarios y de los ministros -de todos los partidos- está inclinada a idealizar el Estado y a menospreciar a la empresa; la victoria de la derecha sobre la izquierda atenuó estos prejuicios, pero no ha hecho que cambiaran.

La herencia

En conclusión, no sirve de nada deplorar esta situación ni proponer programas irrealistas que serían aceptados en los Estados Unidos y rechazados en Francia. Me parece mucho más eficaz y necesario para los liberales tomar en cuenta nuestra herencia cultural, nuestras obligaciones políticas y sociológicas, con el fin de proponer un liberalismo a la francesa. Más vale adaptar el liberalismo a Francia que lo contrario, y esto es cierto para todas las naciones: negar la cultura de los pueblos para implantar una ideología, aun la liberal, es una forma de extremismo ineficaz.

Los liberales se lamentan gustosamente de estar marginados del debate público, ¿pero hacen el esfuerzo necesario para incorporar en sus proyectos las obligaciones de la democracia y las necesidades de la historia? Si los liberales no saben pertenecer a su tiempo y a su lugar, se condenan a sí mismos a seguir siendo marginales.

(Traducción de Pablo M. Zanotti)

INFORME ■ *La política francesa vista por dentro*

Tras la asunción de Jacques Chirac, la designación del primer ministro y la constitución de su gabinete, existe un punto que les quita el sueño a todos los franceses: el desempleo. Una tasa de desocupación cercana al 12%, que se ha convertido en una carga pesada para Francia y es el centro de prioridades para el primer ministro Alain Juppé. *El Observador* pudo constatar el hecho en una sesión parlamentaria, el miércoles, en el Palais Bourbon, donde funciona la Asamblea Nacional.

Una jornada en la Asamblea Nacional francesa donde el tema es el desempleo

POR VIRGINIA SUPERVIELLE
enviada a Paris

Con un estilo típico de la III República el palacio albergó a una decena de periodistas, diputados y otros políticos en la sala de Los Pasos Perdidos, donde se produjo una mezcla entre el mundo de la política y el mundo periodístico.

En el lugar oficial de encuentro entre legisladores y periodistas se encontraban grandes figuras de la política como el duque [illegible]meri Montesquiou electo por la UD[illegible] descendiente directo del mismísimo D'Artagnan rodeado de un aire de pompa y protocolo en un estilo muy francés.

Cuando el reloj de la Sala de los Honores (al lado de la de Los Pasos Perdidos) marcó las tres en punto, gendarmes republicanos se ordenaron en dos filas y tocaron sus tambores con intensidad.

Con emoción y expectativa se aguardó

continúa en la página siguiente



Viene de la página anterior

la entrada de Philipe Sèguin el líder parlamentario de RPR.

Por ley, a la Asamblea Nacional no entraban jefes de Estado pero Sèguin la modificó y hace un año y medio estuvieron los reyes Juan Carlos y Sofía de España y luego el presidente de EEUU, Bill Clinton.

El palacio es rico en obras de arte, especialmente la biblioteca que cuenta con numerosas obras de Delacroix, además de bustos de Diderot y Voltaire esculpidos por Houchon.

Cuenta con 800.000 libros encuadernados en cuero, una verdadera obra de arte. Se guarda allí un ejemplar original acerca

> *"Jospin es como Tabaré Vázquez en Uruguay, no se sabe qué hará, habrá que inventarle algo"*

del proceso de Juana de Arco, manuscritos de Jean Jacques Rousseau y cartas de Vaulle.

UN DÍA MÁS...

El Observador pudo participar de la sesión desde donde se ubica la *presse parisienne*. En el hemiciclo-tribuna tapizado de rojo se sientan los 577 diputados y cada partido tiene su bancada.

Alain Juppé se ubicó en su silla del primer rango de filas, lugar tradicional de todos los premieres. Todas las miradas confluyen hacia donde se ubica el presidente de la Asamblea, Sèguin, frente a un escritorio heredado de Luis Bonaparte con mármol y cuero al que se accede por dos escaleras también tapizadas de rojo.

Una vez abierta la sesión por Sèguin, tomó la palabra un diputado socialista de nombre Chevenenert, abordando con entusiasmo el tema del desempleo y las políticas a adoptar "sin demora alguna", además del déficit fiscal que tanto preocupa a los franceses.

No faltaron momentos de alta tensión en la discusión entre diputados socialistas y Sèguin debió intervenir más de una vez para poner orden.

Terminada la sesión el diputado Antoine Joly, del gobernante RPR, dijo a *El Observador* que dentro de los objetivos principales para luchar contra el desempleo está el de subir el IVA de 18,6% a 20%, el máximo autorizado por la UE.

Un diputado del Partido Socialista, que pidió no ser identificado, manifestó que su partido se muestra a la expectativa de cuáles serán las decisiones adoptadas por el gobierno para luchar contra el paro pues aún no se aprobó ninguna ley ni decreto.

Consultado sobre cuál será la suerte de Lionel Jospin el candidato socialista sorpresivamente respondió: "Es como Tabaré Vázquez en Uruguay, no se sabe qué hará, habrá que inventarle algo".

Por el momento los franceses se encuentran expectantes con respecto al plan presentado por Juppé.

El nuevo gobierno está preparando sus primeras medidas económicas y sociales que deberán ser aceptadas en el presupuesto colectivo de 1995, a presentarse el 28 de junio en el Consejo de Ministros.

OBSU

EL FACTOR JUPPÉ 10-6-95

Debido a su excelente trayectoria como ministro de Asuntos Exteriores en el gobierno de Balladur, el primer ministro Juppé es muy respetado y da seguridad a los franceses, aunque muchos son escépticos con respecto al financiamiento de su plan económico. Juppé es, en estos momentos, un hombre clave para Francia.

Pero el tema preocupante hoy en este país es el déficit fiscal que representó en 1994 el 5,6% del PBI.

Este tema es la materia pendiente de Francia para cumplir con los requisitos de la UE para llegar a la moneda única.

El hecho preocupa y alarma a los franceses que saben que habrá que tomar medidas para poder financiar ese déficit.

Francia no es el único miembro de la UE con déficit sino que también Bélgica, España, Portugal y Reino Unido tienen serios problemas.

Esta es la asignatura pendiente para Juppé.

El premier se dispone, además de dar a los miembros del gobierno las pautas que fijarán los parámetros que manejarán los gastos de los ministerios, una medida inmediata que aún no ha sido implementada pero sí propuesta, que es la de aumentar el IVA en un 1,4%, y, por otro lado, se aumentarán los impuestos sobre el patrimonio.

Los franceses aguardan los planes de Juppé aunque todavía faltan unos días ya que el resultado se sabrá luego de las elecciones municipales que tendrán lugar mañana (con segunda vuelta una semana más tarde).

Con respecto al nuevo presidente electo, por el momento no ha tenido una participación pública abundante desde que asumiera el 17 de mayo.

Aparentemente Chirac se encuentra reunido con sus colaboradores y asesores organizando el nuevo gobierno.

Según los medios franceses el tema central es el de los ensayos nucleares. Chirac está reunido con sus expertos para analizar si Francia retoma o no los ensayos nucleares que fueran suspendidos en 1992 por iniciativa personal de Mitterrand en Mururoa en la Polinesia.

Durante su campaña electoral, Jaques Chirac dejó ver que numerosos expertos estimaban que Francia necesitaría realizar algunos ensayos para demostrar la credibilidad en sus armas antes de pasar a la simulación de laboratorio en el ciclo próximo.

Por el momento el proyecto nuclear no comenzará a actuar hasta el 2010, salvo imprevistos.

PRINCIPALES REFORMAS PROPUESTAS POR JUPPE

- **EMPLEO.** Se prevé una exoneración de cargas sociales patronales y una prima mensual de 2.000 francos durante 2 años a todas las empresas que empleen a un desocupado de larga duración (es decir desocupado hace más de un año). Este contrato debe ser indeterminado.
- **CARGA FISCAL.** Se hará una reforma sobre los impuestos que será llevada a cabo por la reducción de los derechos de trasmisión a título gratuito sobre las empresas familiares haciendo un llamado público al ahorro y los impuestos serán modernizados.
- **SALARIO.** El salario mínimo llamado SMIC, será duplicado a partir del 1° de julio.
- **REFORMA CONSTITUCIONAL.** Extensión del campo de referéndum que abarque otros temas de la sociedad e instauración de una sesión parlamentaria única de nueve meses.
- **EDUCACIÓN.** Referéndum sobre la educación. Se tratarán temas para modificar el ritmo escolar, el desarrollo de las formaciones profesionales y técnicas de alto nivel y la reforma de los primeros ciclos universitarios.
- **SALUD.** Puesta en marcha de la reforma hospitalaria.
- **CULTURA.** Los créditos para la cultura serán del 1% del presupuesto del Estado.
- **ALOJAMIENTO.** Lanzar un programa suplementario de alojamiento para 10.000 personas que se sumará a los 20.000 que se prevían. Bajar impuestos para la creación de vivienda.
- **AGRICULTURA.** Reforma de los compuestos agrícolas, aumentar a un nivel más elevado el monto de los créditos.
- **DEFENSA.** Una comisión nacional será puesta en marcha para estudiar una reforma del Ejército que deberá privilegiar el factor profesional.
- **EUROPA:** Mantener la estabilidad del franco en el seno del Sistema Monetario Europeo. Francia estará pronta para adoptar la moneda única el 1° de enero 1999. La cumbre europea de Cannes deberá dar un impulso decisivo a los grandes proyectos de transporte y de comunicación.

9508487
Jacques Chirac se somete a su primera prueba como jefe de gobierno.
Loro
11-6-95
MR76
65963
11164

de Madrid
La República

Chirac se somete a su primera prueba

11-6-95 Loro

por Enric González

■ El primer ministro Alain Juppe prefiere no correr riesgos: mantendrá en secreto los detalles de su primer presupuesto, que se perfila como un impopular plan de austeridad cargado de nuevos impuestos y recortes en el gasto, hasta concluida la segunda vuelta. París, en cualquier caso, seguirá en manos de la coalición conservadora: los socialistas sólo aspiran a ganar en uno de sus 20 distritos.

Fuera de dudas París, donde Jean Tiberi, el sucesor designado por Jacques Chirac, se mantendrá como alcalde, el interés se centra en los resultados de las principales capitales de provincia y, en el ámbito nacional, en verificar si el Frente Nacional confirma la pujanza demostrada en las presidenciales. La corrupción politicofinanciera, especialmente grave a nivel local, compone el telón de fondo de estas elecciones.

En Burdeos hay poca emoción: Juppe se perfila como el seguro sucesor de otro antiguo primer ministro gaullista, Jacques Chaban-Delmas, quien, a los 80 años, se retira por motivos de salud. En Lyon, la muy conservadora segunda ciudad de Francia, el candidato favorito es el ex primer ministro giscardiano Raymond Barre, al frente de una lista conjunta de gaullistas y liberales. Barre tendrá que recomponer la imagen del ayuntamiento lionés, ensombrecida por el alcalde saliente, el ex gaullista Michel Noir, recién condenado por corrupción.

La ciudad más afectada por la corrupción es, sin duda, Grenoble, en la falda de los Alpes. La derecha pagará, según los sondeos, las irregularidades del alcalde saliente, el gaullista Alain Carignon, con una derrota ante el candidato socialista Michel Destot. Carignon ha permanecido durante más de ocho meses en prisión preventiva y está pendiente de juicio, bajo la acusación de haber concedido la distribución de aguas de la ciudad a la corporación Lyonnaise des Eaux a cambio de financiación política y personal. Inhabilitado por los tribunales y prácticamente en fuga el radical Bernard Tapie, que sonaba con estas elecciones, todos los pronósticos señalan que el nuevo alcalde de Marsella será Jean Claude Gaudin, de la coalición liberal-centrista Unión para la Democracia Francesa (UDF). Gaudin, eterno perdedor, ha cultivado durante años la complicidad del Frente Nacional. es otra ciudad meridional marcada por la corrupción, hasta el punto de que una diputada, Yann Piat, fue asesinada hace un año por un grupo de mafiosos. Aunque los socialistas parten como favoritos por un estrecho margen, el Frente Nacional tiene posibilidades de hacerse con la alcaldía de Tolón y de consolidarse, en general, como una de las grandes fuerzas políticas de la Francia mediterránea y oriental, desde la Costa Azul hasta Alsacia. En la capital alsaciana, Estrasburgo, los socialistas se juegan uno de sus bastiones. La alcaldesa Catherine Trautmann espera revalidar su mandato presentándose como dique de tolerancia frente al auge ultraderechista, que puede dejar en manos del FN varios municipios de la región. Pero la izquierda parece condenada a perder Clermont-Ferrand, donde el candidato conservador no es otro que el ex presidente Valery Giscard d'Estaing.

01-01

9508487

Nº 9508488
T: Socialistas retirarán sus candidatos en la segunda vuelta.
P: 150007
FECHA: 13-6-95
VINCULACIONES: 11876
65963
11164
80052

Decisión Inédita 13-6-95 EL PAÍS

Francia: El Socialismo Retiraría Candidatos en la Segunda Vuelta

PARIS, 12 (ANSA). — El Partido Socialista francés anunció hoy, en una decisión inédita, la intención de retirar a sus candidatos en un importante número de ciudades, para la segunda vuelta de las elecciones municipales, con el fin de facilitar la afirmación de los candidatos de centro-derecha ante el rebrote del Frente Nacional, la agrupación de extrema derecha de Jean Marie Le Pen.

El responsable socialista de la comunicación, Jean Glavany, al anunciar hoy la decisión, aclaró que "no se trata de una estrategia política de alianza con la derecha clásica, sino una cuestión de principios".

Los socialistas pueden entonces retirar a sus candidatos en aquellas ciudades donde no tienen posibilidades en el balotage.

El Frente Nacional de Le Pen puede ser el árbitro electoral en por lo menos un centenar de ciudades con más de 30.000 habitantes y obtener las alcaldías de gran cantidad de ciudades menores.

Anteriormente, el ex premier Laurent Fabius había ofrecido a la "derecha clásica" —la alianza de neogaullistas y centristas actualmente en el gobierno— un "pacto republicano" para detener a Le Pen, pero Jean Francois Mancel, secretario de la Reunión para la República (RPR, el partido del presidente Jacques Chirac) rechazó la propuesta, al afirmar que "cada uno debe luchar por su bandera".

Y es que el avance del Frente Nacional se transformó en el acontecimiento dominante de las municipales de ayer, tibiamente seguidas por el electorado (la tasa de abstención rompió todos los records) y que no arrojaron ningún resultado determinante en el enfrentamiento clásico entre izquierda y derecha.

En Marsellas, el FN obtuvo el 21,99 por ciento de los votos, en Tolón el 31,03, en Perpignan el 32,72, en Mulhouse el 30,52 y en Vitriolles, en las afueras de Marsella, donde se presentó Bruno Megret, principal lugarteniente de Le Pen, llegó al nivel récord de 43,05 por ciento, un avance impresionante respecto de las municipales de 1989 (11,75 por ciento).

Es así que, aun sin haber presentado candidatos en la mayoría de las casi 37.000 circunscripciones, el partido de Le Pen marca un avance de casi el 3 por ciento a nivel nacional, a menos de dos meses del 15 por ciento obtenido por su líder en la primera vuelta de las recientes presidenciales.

Por lo demás, los analistas apuntan hoy que ninguno de los "efectos" electorales previstos por los especialistas parece haber funcionado en la votación de ayer.

No hubo "efecto Chirac", o sea el tradicional "estado de gracia" que confiere una ventaja a los partidos de apoyan un presidente recién electo: esto pudo verse claramente con la derrota en Nantes de Elisabeth Hubert, astro naciente del RPR, que se vio superada por el alcalde saliente socialista, Jean Marc Ayrault.

Pero tampoco hubo "efecto Jospin", o sea repunte de los deprimidos votos socialistas luego de la sorpresiva posición lograda por su candidato en la primera vuelta de las presidenciales: aunque logró mantener algunos de sus bastiones tradicionales, el PS sigue perdiendo cuota.

Por otra parte, el "efecto manos limpias" —la influencia en las elecciones de los numerosos casos de corrupción política que sacudieron el panorama político francés— prácticamente no se sintió: aparentemente los electores son más tolerantes que los jueces investigadores con sus dirigentes políticos.

En Lyon, por ejemplo, el ex premier centrista Raymond Barre —dado por cómodo ganador por todos los sondeos— logró sólo 3 por ciento más que el candidato presentado por el ex alcalde Michel Noir, actualmente detenido por una serie de casos de corrupción.

9508488

01-01

Francia reanudará pruebas nucleares

Considerando la interrupción de los ensayos nucleares por Mitterrand como "apresurada", el presidente francés se mostró firme y decidido garantizando que "no hay riesgos ecológicos"

POR VIRGINIA SUPPERVIELLE
enviada a París

El presidente de Francia, Jacques Chirac, anunció ayer la reanudación de las pruebas nucleares francesas en el Pacífico Sur a partir de setiembre próximo.

El jefe del Estado señaló en una conferencia de prensa televisada que ha autorizado ocho experimentos nucleares y que el último de ellos se realizará a finales de mayo de 1996.

Chirac insistió en esta fecha y subrayó que en otoño de 1996

Para 1996 Francia "firmará sin reservas" el tratado de prohibición de pruebas subterráneas

Francia "tiene la intención de firmar sin reservas" el tratado de prohibición global de todas las pruebas nucleares subterráneas.

Con esta decisión Chirac, que fue elegido presidente de la República hace un mes, levanta la moratoria nuclear francesa decretada por su antecesor, François Mitterrand, en abril de 1992.

Jacques Chirac ha anunciado el levantamiento de la misma la víspera de su viaje a Estados Unidos, donde se entrevistará con el presidente norteamericano, Bill Clinton, y de la "cumbre" del Grupo de los Siete países más industrializados del mundo (G-7), que se celebrará el 15 y el 16 de junio en Halifax (Canadá).

La moratoria sobre los ensayos nucleares subterráneos decidida por Francia fue secundada por cuatro de los cinco países que son miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU –Estados Unidos, Reino Unido, Rusia y Francia– mientras que China ha realizado desde entonces tres nuevos experimentos.

El Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), que el pasado 10 de mayo fue prorrogado de manera indefinida por 180 de los 185 países miembros de la ONU, autoriza cinco Estados nucleares en el mundo, los cinco miembros permanentes de las Naciones Unidas, y prohíbe a los demás la posesión de armas atómicas.

Al prorrogar indefinidamente el TNP, Francia se había comprometido a firmar un acuerdo de prohibición global de los ensayos nucleares subterráneos antes de finales de 1996.

Las pruebas en la atmósfera están prohibidas desde hace 20 años. Los expertos consideran que al menos tres países que no han suscrito el TNP tienen armas nucleares: India, Pakistán e Israel.

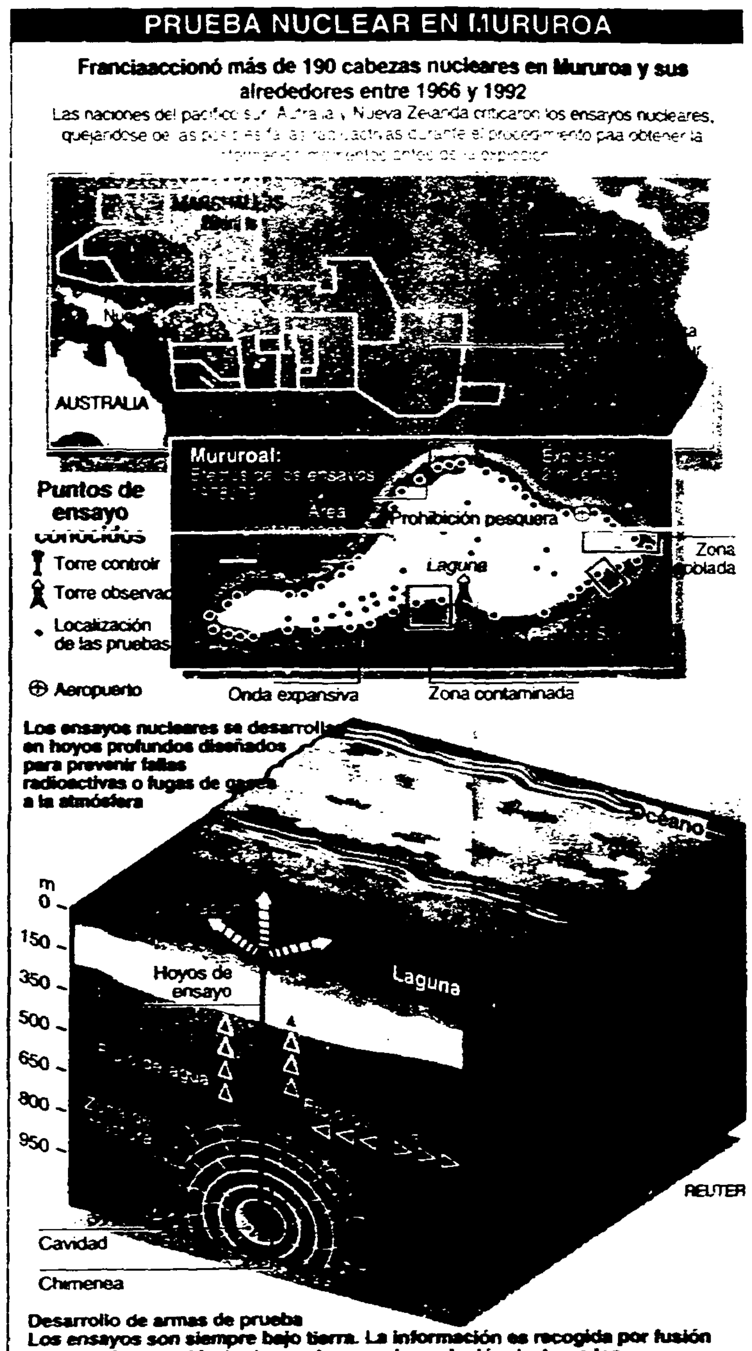
Según el Comisariado para la Energía Atómica, Francia ha realizado un total de 192 ensayos nucleares entre 1960 y el 15 de julio de 1991, fecha en la que se efectuó el último.

Chirac dijo ayer que la decisión de suspender los ensayos nucleares adoptada en 1992 por Mitterrand había sido "precipitada" y aseguró que todos los expertos civiles y militares que había consultado fueron "unánimes" a la hora de aconsejarle la reanudación de las pruebas.

Resaltó que Francia basa su defensa en las "fuerzas de disuasión" nuclear y que la reanudación de los ensayos era necesaria para garantizar la "fiabilidad" de estas fuerzas.



PRUEBA NUCLEAR EN MURUROA



■

EEUU pide a Francia no reanudar sus pruebas nucleares

Estados Unidos ha pedido a Francia que no reanude las pruebas nucleares, una posibilidad que el nuevo presidente francés, Jacques Chirac, está considerando, después de tres años de moratoria. 8-6-95 CBSV.

En respuesta a una pregunta planteada el martes sobre las intenciones francesas, el Departamento de Estado expresó ayer miércoles por escrito la esperanza de Estados Unidos de que Francia mantenga la posición de los últimos tres años. *(Reuter)*

La onda expansiva del anuncio sacude a Chirac

Por Graciela Iglesias 15-6-95 LoNo

(Corresponsal de LA NACION)

Impacto: en París lo acusan de dar a conocer esta semana su decisión por razones políticas domésticas; las quejas internacionales se apilan en el Elíseo.

ESTRASBURGO.– A menos de 24 horas de hacer el anuncio, la onda expansiva creada por su decisión de reanudar los ensayos nucleares ha comenzado a golpear a Jacques Chirac.

Mientras las quejas internacionales se apilan en el Elíseo, en París se lo acusa de haber dado a conocer su intención esta semana para dotar a los candidatos neogaullistas de una "dósis de imagen fuerte" a cuatro días del ballotage municipal.

"No es una casualidad que haya escogido esta fecha para dar su primera conferencia de prensa televisiva y lanzar tamaño anuncio –señalaba el matutino Libération–. Fue una forma de decirle a su electorado: "¡Hey! Ustedes me votaron hace cinco semanas, ahora hagan lo mismo con mis candidatos." "La imagen de tipo malo que Francia se ganará en todo el mundo, y especialmente entre sus aliados, contará muy poco comparado con su éxito personal", concluía.

Le Figaro, en tanto, advertía que la "confrontación con los Estados Unidos puede ser muy dura". Y no se equivocó. En su primer visita a la Casa Blanca el mandatario francés no sólo tuvo que escuchar con paciencia la "reacción de disgusto" norteamericana en vivo y en directo de Bill Clinton.

También parece haber recibido paños fríos para varios de sus reclamos, como la baja del dólar y una participación más activa de los Estados Unidos en Bosnia.

Al mismo tiempo, el primer ministro de Nueva Zelandia calificaba su actitud de "arrogancia napoléonica" y con sus colegas de Australia y las quince naciones del Pacífico Sur suspendía su cooperación militar con Francia.

Sólo el primer ministro de Vanuatu, Maxime Carlot, estimó su medida de "soberana". Esta isla francoparlante de la Polinesia es el país al que Francia consacra la mayor ayuda económica per cápita en el mundo, con un total de 8 millones de dólares al año.

Beso de la muerte

En tanto, la opinión pública francesa no hace más que restregarse los ojos frente al panorama dejado por la primera vuelta de las elecciones municipales.

Lo nunca visto – candidatos socialistas que retiren su postulación en favor de su rival neogaullista y viceversa –, se ha concretado en numerosos municipios como último recurso para evitar el triunfo de la extrema derecha. La consigna es, en idioma local hacerle *barrage* (barricada) al Frente Nacional.

Es el caso de la capital del departamento de Haut-Rhin, Mulhouse, donde el diputado liberal Joseph Klifa, jefe de lista del oficialismo, dio su apoyo al alcalde socialista saliente Jean-Marie Bockel.

Sin embargo, las dirigencias partidarias de las dos principales fuerzas políticas francesas se cuidaron de aclarar que estas renuncias eran "iniciativas a título personal" al tiempo que negaron la existencia de un "Frente Republicano" para frenar el ascenso de la ultraderecha.

"En Francia tenemos la mayoría, la oposición y la extrema derecha – afirmó el ministro de Relaciones Exteriores, Hervé de Charette–. Cada uno en su casa. Cada uno hace lo que quiere. Hay cabida para todos." Reaseguros similares del presidente del PS Henri Emmanuelli, sin embargo, no satisfacieron al caudillo ultraderechista. Para Jean Marie Le Pen constituyeron una declaración de guerra.

Y es así que solicitó a sus seguidores que voten a favor de quien haya salido segundo en la primera vuelta en cada una de las comunas. En el caso de Clermont Ferrand, su respaldo quedó en manos de Valery Giscard D Estaing desterrando al actual intendente socialista, Roger Quillot, que lo aventaja en un punto.

Un inesperado "favor" que en cuatro días el ex presidente de la República tendrá ocasión de descubrir si fue tal o un verdadero beso de la muerte.

Tensión a raíz de pruebas nucleares

Mientras los países del Pacífico del Sur y el Japón protestan contra la decisión francesa de reanudar los experimentos nucleares en Polinesia, China anunció hoy que espera un esfuerzo común con Francia para llegar dentro de un tiempo a un acuerdo de "moratoria nuclear".

16/6/95 *París\ANSA* LoH.c

Hasta ahora, todas las grandes potencias nucleares, salvo China, se habían atenido a una moratoria de los experimentos nucleares aprobada en 1992. Por la decisión anunciada anteayer, Francia realizará ocho experimentos de setiembre a mayo en la Polinesia.

Para protestar contra el anuncio francés, los 15 países del Fórum del Pacífico del Sur (entre los cuales figuran Australia, Nueva Zelanda, Papua, Nueva Guinea, Vanuatu, Fidji y Samo Occidental), se disponen a enviar a París una delegación que probablemente estará encabezada por el jefe del Gobierno australiano y presidente del Fórum, Paul Keating.

Resentimiento

Keating, que condenó formalmente la decisión francesa y llamó la atención de Francia sobre la observancia del Tratado de Desnuclearización del Pacífico Sur y los principios del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), dijo que "la hostilidad inmediata y general del Pacífico meridional refleja el grave resentimiento que sienten los pueblos de la zona".

Después de la decisión francesa, Australia y Nueva Zelanda suspendieron o congelaron la cooperación militar con Francia, los diarios de los dos países calificaron aquella decisión de "arrogante" y "colonial" y numerosas asociaciones de consumidores promovieron el boicot de los productos franceses.

Intervino en la contienda un organismo oficial católico australiano. De hecho, la Comisión Justicia y Paz del episcopado católico australiano hizo saber que el respeto por la vida humana y por la integridad de la Creación impone la suspensión inmediata de las pruebas nucleares.

Japón critica

Por su parte, el Gobierno japonés declaró hoy que la decisión francesa es "una traición" a la confianza de los países no nucleares que recientemente aceptaron prolongar por tiempo indeterminado el TNP fiándose de las promesas de autocontrol hechas hace poco en Nueva York por las cinco potencias nucleares (EEUU, China, Rusia, Francia y Gran Bretaña).

En el plano oficial, el Vicecanciller japonés Kunihiko Saito convocó hoy al Embajador de Francia, Jean Bertrand Ouvrieu, para entregarle una nota de protesta en que se afirma que el Japón, por ser el único país en haber experimentado un bombardeo nuclear, "es muy sensible al problema de las armas atómicas" y se invita a Francia a tener en cuenta este sentimiento.

Chinos quieren acuerdo

Entre tanto, el portavoz de la cancillería china Shen Guofang dijo ante la prensa que su país es favorable a realizar esfuerzos conjuntos con Francia para alcanzar un "buen acuerdo" de moratoria de los experimentos nucleares, antes que finalice 1996.

Se supone que, antes que finalice 1996, China habrá desarrollado nuevas cabezas nucleares para misiles móviles gracias a los experimentos nucleares que llevó a cabo (42 hasta ahora) a razón de dos por año, pese a las feroces críticas de la opinión pública internacional.

"China, agregó Shen, efectuó muchos menos experimentos que las demás potencias nucleares y los que llevó a cabo respondían a sus necesidades".

"Si se llega a un buen acuerdo para prohibir los experimentos nucleares en 1996 -terminó Shen-, China dejará de realizar experimentos nucleares".

¿Por qué no en Francia?

TOKIO, 16 (ANSA).— La ministra japonesa de Investigación Científica, Makiko Tanaka, al atacar hoy la reciente decisión francesa de reanudar los experimentos nucleares en Polinesia, sugirió que las pruebas nucleares se realicen en Francia.

"Francia, —dijo la ministra—, dice que debe efectuar las pruebas nucleares por motivos de seguridad. Entonces, ¿por qué no las lleva a cabo en los alrededores de París o en cualquier otro lugar francés, en vez de efectuarlas en el Pacífico con amenazas a la seguridad de otros países?" Para la ministra, "protestar no sirve para nada, lo que debe hacerse es unir la cooperación internacional para impedir que Francia siga el camino egoísta y peligroso del nacionalismo".

Contra la decisión francesa, los habitantes de Hiroshima (ciudad arrasada el 6 de agosto de 1945 por una bomba atómica estadounidense) celebraron hoy una sentada delante del Monumento de la Paz. 17-6-95 EL PAÍS

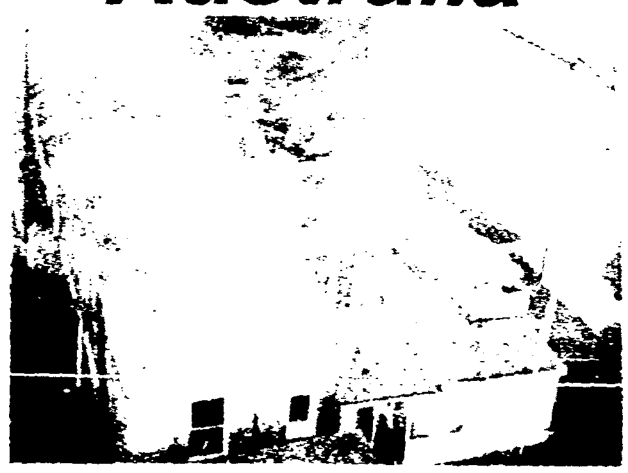
Por otro lado, expertos y representantes de 90 países manifestaron hoy desazón en el comunicado final de una Conferencia sobre Desarme Nuclear celebrada en Nagasaki, sobre la cual Estados Unidos lanzó una bomba atómica el 9 de agosto de 1945.

La Conferencia lanzó también un llamamiento a las cinco potencias nucleares (Estados Unidos, Rusia, China, Francia y Gran Bretaña) para que demuestren con los hechos su voluntad de desarme y no traicionen la confianza de los países no nucleares.

18-06-95 El País

Represalia por Ensayos Nucleares

Incendian Consulado Francés en Australia



Restos humeantes de la sede del consulado francés en Perth, en el Oeste australiano. (Reuters).

PARIS, 17 (AP) — Francia pidió hoy a las autoridades australianas que "usen todos los medios" para hallar y castigar a los responsables de quemar el consulado francés en Perth, supuestamente como protesta contra los planes de reanudar las pruebas nucleares francesas en el Pacífico.

Mientras, la hija del fotógrafo que murió 10 años atrás cuando unos agentes franceses hundieron un buque de la organización ambientalista Greenpeace, se sumó a los que piden al presidente Jacques Chirac que anule su decisión de reanudar las pruebas nucleares en dos atolones franceses del Pacífico.

La exhortación de Marelle Pereira está contenido en una emotiva carta abierta que hoy publicó un diario francés y en la que narra sus infructuosos esfuerzos de esclarecer la muerte de su padre.

El hundimiento del "Rainbow Warrior", buque insignia de Greenpeace, el 10 de julio de 1985 en el puerto de Auckland, Nueva Zelanda, ha venido a simbolizar la furia en ambos lados de la disputa.

Antes del amanecer de hoy, el consulado francés en Perth, Australia, fue incendiado por un coctel molotov, quedando solo el casco del edificio una vez se sofocaron las llamas. Un grupo desconocido hasta la fecha, el Frente Popular del Pacífico, se adjudicó la responsabilidad en llamadas a varias organizaciones noticiosas.

El Ministerio de Relaciones Exteriores francés dijo que "tomaba nota" de los comentarios hechos por el primer ministro australiano Paul Keating, quien condenó el ataque, y pidió que "se usen todos los medios para identificar y castigar a los autores"

Las naciones del Pacífico sur, preocupadas por los posibles efectos ambientales de las pruebas, han encabezado una ola de críticas a la decisión anunciada por Chirac la semana pasada de romper la moratoria de pruebas iniciada en 1991 por su predecesor, el presidente Francois Mitterand.

El canciller australiano Gareth Evans encabezará el lunes una delegación de dirigentes del Pacífico que irá a París a protestar contra la reanudación de las pruebas.

Chirac dijo el martes que las pruebas en los atolones de Mururoa y Fangataufa serán limitadas a ocho. Añadió que su decisión era irreversible. En somera referencia, valoró justamente el esfuerzo del hombre de campo que en los últimos años ha incrementado las pasturas del país en un 20% y que llevará la tasa de extracción de ganado al 19%, una cifra que se aproxima mucho a la que tienen los países más desarrollados del mundo en la materia.

Mientras tanto, en Sidney la organización ambientalista Greenpeace efectuó un llamamiento a fin de que se envíe una flotilla internacional en la zona de las anunciadas pruebas nucleares francesas en el Pacífico. La coordinadora regional de la organización, Jean Mc Sorley, exhortó a los gobiernos de la región para que envíen naves militares a la zona en señal de protesta.

'NSAYOS SE ANUNCIAN EN UN AÑO DE 'OLOROSO RECUERDO POR HIROSHIMA

(Viene de página 1)

Debe saberse que en agosto de 1963, Francia y China no firmaron el tratado de Moscú, que prohibió pruebas atómicas en la atmósfera y bajo el agua, sin mencionar las subterráneas. En 1968, esos dos países tampoco suscribieron el tratado de no proliferación de armas nucleares, que entre otras cosas impide a las potencias que las poseen, el suministro de elementos o de tecnología para su fabricación. En Ginebra, y sin perjuicio de su decisión, Francia continúa negociando **"un tratado de prohibición completa"** insistiendo en que no es incompatible con la serie de pruebas que emprenderá en setiembre: añade que la ventaja del nuevo pacto sobre el tratado de Moscú consistirá en **"incluir también las explosiones subterráneas"**. Por su parte, China realizó una prueba el mismo día en que culminaba la conferencia de Ginebra y señala ahora que **"si se logra en 1996 un buen acuerdo para prohibir todos los experimentos, ella también dejará de realizarlos"**. Como broche del doble discurso de ambas potencias, el primer ministro francés Alain Juppé tuvo la amabilidad de aclarar que había hecho **"numerosos llamados telefónicos"** a sus colegas europeos para explicar la situación y durante un almuerzo oficial añadió: **"el esfuerzo que hemos emprendido para plantear nuestra decisión, dará sus frutos, excepto en algún lugar lejano"**, altanero eufemismo del que deberán tomar nota los gobernantes de Australia, Nueva Zelandia, Chile, Japón y demás países del Pacífico. Quienes hablaron de un comportamiento arrogante y colonial, sabían lo que decían.

LARGA HISTORIA

Al margen del repudio internacional, Francia enfrenta la contrariedad adicional de que 1995 es el año en que se recordará el cincuentenario de Hiroshima y Nagasaki, dos hecatombes que en agosto de 1945 cerraron la Segunda Guerra Mundial luego de provocar 300.000 muertos. Los experimentos en Mururoa asumirán así un valor emblemático que por lo menos en la zona del Pacífico los vuelve doblemente deplorables. La historia del horror, sin embargo, había comenzado exactamente seis años antes de Hiroshima y Nagasaki. El 2 de agosto de 1939, Albert Einstein había enviado una carta al presidente Franklin Delano Roosevelt. En ella, el sabio le informaba que el uranio enriquecido podía convertirse en una inmensa fuente de energía, **"capaz de provocar una reacción nuclear en cadena de gran magnitud"**, lo cual permitía pensar en **"la fabricación de bombas extremadamente poderosas"**, por lo que aconsejaba acelerar los trabajos experimentales, buscando la cooperación de laboratorios provistos del equipo necesario. Con toda seguridad, Einstein tenía en la cabeza el temor de que la Alemania nazi pudiera adelantarse a Estados Unidos en la obtención de la bomba. Un mes después de su carta comenzó la guerra mundial sin que pudiera saberse en qué etapa de experimentación se encontraban los científicos de Hitler.

De hecho, en 1933 el húngaro Leo Szilard había demostrado la posibilidad de una reacción en cadena y en 1938 los alemanes Hahn y Strassman habían logrado la separación del núcleo de uranio. Un año después, el francés Frédéric Joliot obtenía en su laboratorio la fisión (partición del núcleo atómico) del uranio y en ese momento llegaba a Estados Unidos el italiano Enrico Fermi, exiliado del fascismo, poco antes de la llegada del danés Niels Bohr, que había avanzado en la fisión en cadena del uranio. Como consecuencia de la guerra y del racismo, se produjo en Estados Unidos una extraordinaria reunión de científicos europeos (incluido el propio Szilard) que impulsarían junto a colegas norteamericanos como Robert Oppenheimer la fabricación de la bomba atómica.

LLEGA LA PRUEBA

Se necesitaba algo más: una colosal disponibilidad económica, que se logró a partir de junio de 1942, cuando el cuerpo de ingenieros del ejército norteamericano recibió la orden de investigar la energía atómica para obtener la bomba. Desde agosto de ese año, el proyecto recibió el nombre en clave de "Distrito de Ingeniería Manhattan" y un mes después estaba a cargo de él Leslie R. Groves, militar de alto nivel que a su vez ubicó a Oppenheimer al frente del grupo de científicos, eligiéndose la localidad de Los Alamos, en Nevada, para la instalación del laboratorio. En 1943, Groves compró veinte mil hectáreas en el Estado de Washington para la producción de plutonio y a comienzos de 1944 se incorporó al grupo de Los Alamos un equipo inglés de físicos e investigadores. El presidente Roosevelt murió en abril de 1945 y al mes siguiente, luego de la rendición alemana, Truman decidió usar la nueva bomba contra Japón, cuya capital había sido bombardeada con armas convencionales en marzo, dejando un saldo de 100.000 muertos y un millón de heridos.

Fue Kistiakovski, uno de los sabios del Proyecto Manhattan, quien convenció a Groves de la necesidad de efectuar una prueba experimental antes de lanzar la bomba sobre Japón. Eso era arriesgado, además de muy costoso, en un momento en que Estados Unidos poseía apenas dos bombas atómicas, pero el plan se aprobó, eligiéndose un paraje de Nevada sobre la meseta Pajarito, en el sitio llamado Alamogordo, donde se construyó la base "Trinity" en el lugar que los españoles llamaban La Posta del Muerto, sin saber que cuatrocientos años después ese nombre se cargaría de un valor simbólico. Se fijó la fecha del 4 de julio de 1945 (día de la Independencia norteamericana) para efectuar la prueba, pero hubo demoras en la descarga de componentes del artefacto. El nombre Trinity había sido elegido por Oppenheimer aludiendo a la trinidad hindú, integrada por los dioses Brahma (el creador), Vishnu (el preservador) y Shiva (el destructor). Por fin la prueba se fijó para la noche del 15 de julio, pero una tormenta obligó a postergarla hasta la madrugada del 16.



Un proceso de 2 segundos: la luz atómica calienta a 300.000 grados una casa, que se prende fuego y estalla. a un kilómetro de distancia de la explosión.

TIRAN LA BOMBA

Lo asombroso es que el cuerpo de científicos del Proyecto Manhattan no podía medir por adelantado el poder que tendría la bomba. Se hicieron apuestas al respecto: Oppenheimer predijo que equivaldría a sólo 200 toneladas de TNT pero el resultado superó de manera espectacular esa suposición, porque la bomba de Alamogordo tuvo un poder cercano a las 19.000 toneladas de TNT. El éxito de la prueba permitió a Truman lanzar un ultimátum al Japón (el 27 de julio) amenazándolo con **"una destrucción inmediata y total"**, pero la intimación fue rechazada. La bomba de uranio bautizada "Little Boy" fue lanzada por la superfortaleza volante "Enola Gay" el 6 de agosto a las 8.16 de la mañana y explotó a 580 metros sobre la ciudad de Hiroshima, matando a 130.000 habitantes. La bomba de plutonio llamada "Fat Man" estall el 9 de agosto a las 11.02 de la mañana y a 500 metros de altur sobre Nagasaki, dejando un saldo inmediato de 70.000 muertos cifra que se duplicó en los tres años siguientes: por las secuela de la radiactividad. El Japón se rindió cuatro días después d Nagasaki. Tanto en Alamogordo como en esas dos ciudade japonesas, comenzó a comprobarse el efecto que mucho despué se llamaría "Chernobyl": el alcance letal de la radiación, la ruir de casi todo signo de vida, las consecuencias demoradas de explosión en una oleada de casos de cáncer a la piel, el efec que la lluvia puede tener sobre la propagación de la nu radioactiva, el peligro latente de los desechos nucleares.

En las décadas siguientes al holocausto japonés, las nuev armas crecieron hasta tener una capacidad destructiva cada más monstruosa: de las bombas atómicas podía decirse q desencadenaban temperaturas de 300.000 grados centígrados el foco de la explosión, como ocurrió en Hiroshima; que 25 a después del estallido, la leucemia en la región era todavía s veces más frecuente de lo normal en un radio de kilómetro y m en torno al "punto cero". Pero a partir de 1952 (en USA) y de 1 (en la URSS) se desarrollaron las bombas termonucleares d hidrógeno, capaces de desencadenar una fisión en cadena sólo puede producirse bajo temperaturas de decenas de mill de grados centígrados. Esos artefactos están dotados de un p destructivo que se calcula en kilotones (cientos de mile toneladas de TNT) o en megatones (millones de toneladas de Luego de ello vinieron las bombas de neutrones, llamadas ta de radiación reforzada, cuya singularidad consiste en destr tejidos vivos a través de una descomposición química, deja cambio intactos los materiales inanimados, desde casas muebles o automóviles, mientras despide una radiactividad menor que los explosivos atómicos. De esa manera, las catastróficas adquieren una gradual inteligencia: matan pe miten reutilizar los bienes materiales. En 1981, Ronald decidió que Estados Unidos produjera y almacenara bom neutrones. La ex Unión Soviética también las desarrolló y se declaró capaz de obtenerlas.

ENORMES ARSENALES NUCLEARES AUN EN PODER DE LAS GRANDES POTENCIAS

(Viene de página 2)

el mundo desarrollado: sólo en Francia existen 45 en funcionamiento. Pero esas centrales también han generado accidentes: en Windscale (Gran Bretaña, 1977) se produjo un escape de energía por una falla que afectó al entorno y produjo lesiones de variable gravedad en 238 personas. En Three Mile Island (Estados Unidos, 1979) hubo un desperfecto en las bombas de suministro de agua, interrumpiendo la evacuación del calor por el circuito primario de la instalación. A raíz de una defectuosa lectura de las señales de alarma por parte del personal, estuvo a punto de desatarse una catástrofe de proporciones incalculables. Con un margen de 30 minutos pudo evitarse que se fundiera el núcleo del reactor y que las barras de combustible atravesaran el fondo de 20 cm. de acero del lecho de ese reactor, llevando al combustible a expandirse por las capas del suelo, que sería el fenómeno conocido como "síndrome de China".

El 26 de abril de 1986, en la central nuclear de Chernobyl, a 104 kilómetros al norte de Kiev (Ucrania soviética) una serie de errores humanos provocó varias explosiones en cadena y permitió que fugara a la atmósfera una gran cantidad de material radiactivo. No sólo murieron los operarios que intentaron tapar inicialmente el reactor dañado, sino también cientos de miles de habitantes de los alrededores, aunque nunca pudo establecerse una cifra exacta de víctimas. La nube radiactiva derivada de Chernobyl afectó vastas zonas de Europa, impregnó el transporte carretero y obligó a desechar miles de toneladas de productos alimenticios contaminados. El pánico cundió cuando las estaciones meteorológicas europeas detectaron niveles anormales de radiación y los satélites registraron un accidente nuclear en la región, mientras las autoridades soviéticas del momento demoraron el aviso a los países cercanos. Luego permitieron el ingreso de expertos internacionales, que planearon la evacuación de una amplia zona rural y envolvieron con cemento armado el reactor, aunque también comprobaron que los daños al ambiente eran irreparables.

No conviene saltear esos signos apocalípticos vinculados al empleo pacífico de la energía nuclear, en momentos en que Francia se dispone a continuar sus experimentos a nivel militar y China desatiende la alarma mundial en torno a sus propias pruebas subterráneas. Es evidente que el hombre mantiene la irresponsabilidad junto a un aterrador manejo de su propia destrucción. Los cuerpos derretidos bajo cientos de miles de grados de temperatura y la presencia envenenadora de las nubes letales, no bastan para aclarar su conciencia frente a las herramientas de la muerte.

J.A.

Creará Bola de Fuego con más Brillo que el sol

La explosión de una gran bomba de hidrógeno provocaría varios millones de grados centígrados de temperatura en su foco, contra los 300.000 de la bomba atómica de Hiroshima y los 5.000 de una bomba convencional. En una millonésima de segundo, ese estallido irradiaría gigantescas cantidades de energía y provocaría una bola de fuego más brillante que el Sol. La bola se enfriaría en unos pocos segundos, pero despediría un flujo térmico capaz de provocar a gran distancia quemaduras en los ojos y en la piel. La dilatación y la contracción del aire sometido a esa enormes temperaturas crearía una onda de choque tras la cual aumentaría brutalmente la presión, seguida de un viento muy violento que aplastaría casi toda estructura rígida, como los edificios. Bajo la presión que corresponde a la ruptura de los tímpanos, la velocidad del viento sería de 250 kilómetros por hora, y a una presión mayor (que supondría lesiones pulmonares) ese viento superaría los mil Km. por hora.

La radiación de rayos X y Gamma, provocada por la absorción de neutrones bajo el azote del viento, causaría en el mejor de los casos modificaciones sanguíneas, irritación de las mucosas y elevación de la temperatura del cuerpo. En el peor de los casos, atacaría el sistema gastro-intestinal y el nervioso, produciendo una muerte rápida. Los productos radioactivos arrastrados por la nube atómica, se mantendrían en el aire reduciendo las consecuencias sobre la vida terrestre si la explosión se produce a cierta altura y si no caen lluvias inmediatas que precipiten esos residuos. Una explosión experimental efectuada por Estados Unidos con una bomba de 15 megatones en el atolón de Bikini, que fue seguida de lluvias violentas, demostró que la presencia de un hombre en una zona de 300 kilómetros a la redonda, habría sido mortal. Como barrera mínima de defensa contra la radiación nuclear, se necesitarían obstáculos de plomo de 4 cm. de espesor, acero de 6 cm., cemento de 19 cm., tierra de 28 cm., agua de 40 cm. o madera de 75 cm. de espesor.

La bomba de Hiroshima fue lanzada desde 9.300 metros de altitud y estalló a 580 metros del suelo. Tenía tres metros y medio de largo, pesaba cuatro toneladas y media y contenía 20 kg. de uranio. De las 90.000 casas de la ciudad resultaron destruidas 60.000; de los 420.000 habitantes murieron 130.000 (200.000 en total, hasta 1950). Las radiaciones fueron mortales en un área de 900 metros alrededor del centro. Según pudo saberse más tarde, los informes militares norteamericanos eligieron a Hiroshima como blanco, no sólo porque albergaba una guarnición de 40.000 soldados sino porque su elevada concentración de población **"ofrecía la posibilidad de un alto número de muertes capaz de aterrorizar a Japón y promover su capitulación"**.

Cuatro Décadas de Cine Reflejan el Terror Nuclear

La guerra atómica y los accidentes nucleares han tenido un reflejo en el cine durante cuatro décadas. Algunos títulos del género:

HIROSHIMA (Japón, 1953, dir. Tahei Kabayashi). Reconstruía la explosión atómica del 6 de agosto de 1945 con una intensidad documental por momentos conmovedora.

LA HORA FINAL (On the Beach, Estados Unidos, 1959, dir. Stanley Kramer). Mientras en Australia se esperaba la llegada de una mortífera nube radioactiva derivada del estallido de la Tercera Guerra, un submarino zarpaba en busca de restos de vida. Con Gregory Peck, Ava Gardner.

HIROSHIMA MON AMOUR (Francia-Japon, 1959, dir. Alain Resnais). El romance de una francesa y un japonés permitía evocar la catástrofe en clave poética de notable alcance reflexivo. Con Emmanuelle Riva, Eiji Okada.

LA GUERRA FINAL (The Final War, Japón, 1960, dir. Shigeaki Hidaka). La declaración de una guerra nuclear se originaba en un bombardeo accidental de Corea por parte de Estados Unidos. El pronóstico incluía alguna secuencia de poderoso despliegue.

DOCTOR INSOLITO. (Dr. Strangelove, Inglaterra, 1964, dir. Stanley Kubrick). Una farsa deslumbrante sobre la locura militar y la eventualidad de un bombardeo nuclear sobre Siberia, se cerraba con la imagen del hongo atómico, umbral del fin del mundo. Con Peter Sellers, George C. Scott.

EL SINDROME DE CHINA (China Syndrome, Estados Unidos, 1979, dir. James Bridges). Un accidente en planta de energía nuclear promovía el celo informativo de una locutora de TV y un ingeniero, mientras se acercaba una probable calamidad. Con Jane Fonda, Michael Douglas.

SILKWOOD (Estados Unidos, 1983, dir. Mike Nichols). Una obrera de central nuclear denunciaba la exposición del personal a niveles de radiación casi fatales. Eso incluía entretelones políticos y el asesino final de la heroína, en términos dramáticos muy severos. Con Meryl Streep, Kurt Russell.

EL DIA DESPUES (The Day After, Estados Unidos, 1983, dir. Nicholas Meyer). Declarada una guerra nuclear entre USA y URSS, los cohetes salen de sus silos hacia los objetivos y el bombardeo provoca una masacre que los equipos de auxilio procuran atender. Con momentos sobrecogedores a pesar de la modestia del telefilm. Actuaciones de Jason Robards, Jobeth Williams.

HIROSHIMA, OUT OF THE ASHES (Estados Unidos, 1990, dir. Peter Werner). Otra reconstrucción del martirio de la ciudad japonesa, esta vez con elenco internacional: Max von Sydow, Judd Nelson.

Los franceses votarán hoy en la segunda ronda de elecciones municipales, y entre los analistas políticos la principal incógnita es saber en qué ciudades ganará el Frente Nacional (FN) del ultraderechista Jean Marie Le Pen.

París (ANSA)
por Luan Rexha

■ El centroderecha, gracias al "efecto Jacques Chirac", es decir el arrastre de la victoria que hizo al líder neogaullista presidente de Francia, era favorita para ganar pero mantuvo apenas una estrecha mayoría.

Los socialistas, después de salir del coma profundo por mérito del candidato presidencial Lionel Jospin, se ilusionaban con hacer destrozos, pero sólo lograron mantener sus baluartes tradicionales. Los comunistas se están extinguiendo.

A poco más de un mes de las elecciones presidenciales, de la victoria de Chirac y del adiós de François Mitterrand, los politólogos franceses quedaron totalmente desubicados por los resultados de las elecciones administrativas.

En primera ronda, contra todas las previsiones, sólo hubo dos vencedores, la extrema derecha lepenista y los abstencionistas (30,58 por ciento, el porcentaje más alto desde 1947).

El crecimiento del Frente Nacional, una avalancha en ciertos casos, demostró la superficialidad de algunos análisis políticos.

"Es una reacción epidérmica al poder socialista", sentenciaron. "Es un fenómeno que no sobrevivirá Le Pen", se dijo también. El domingo 11, las urnas desmintieron clamorosamente esas hipótesis.

El FN es ahora un partido arraigado en la sociedad francesa que se insinúa como una cuña en el tradicional dualismo derecha-izquierda.

Ante el inesperado éxito, socialistas, neogaullistas (RPR) y centristas (UDF) trataron de tomar medidas para evitar que resulten alcaldes los candidatos lepenistas.

En los últimos días se habló de un "pacto republicano", una versión transalpina del arco constitucional italiano, y de retirar las listas que no tienen posibilidad de ganar.

Sólo los socialistas lo concretaron, pero en pocas alcaldías, y los intereses de partido, como era previsible, prevalecieron.

Mañana, de las ciudades con más de 30.000 habitantes, sólo en Mulhouse el centroderecha dará sus votos al alcalde saliente, el socialista Jean Marie Bockel. El acuerdo tal vez logre bloquear al "frentista" Gerard Freulet (30,51 por ciento en la primera ronda).

En Toulon la situación es muy distinta. El candidato lepenista (31,03) enfrenta a sus rivales de centroderecha y de izquierda que van separados, en un "triangular" que lo favorece ampliamente.

Lo mismo ocurre en Orage y otras ciudades donde el Frente puede izar su estandarte con Juana De Arco que enarbola su espada.

También en l'Ile de France, la región de París, algunas alcaldías menores, históricamente baluarte del comunismo, pueden pasar ahora a la extrema derecha.

En la capital, por el contrario, el FN no desembarcó.

La ciudad está firmemente en manos del neogaullismo, aunque Jean Tiberi no consiga repetir el doblete de Chirac, que en 1983 y 1989 ganó ampliamente en los 20 distritos ("arrondissement").

Dos alcaldías "locales", la 11 y la 20, pueden ser para los socialistas.

Los franceses inclinaron la balanza y en la segunda vuelta prefirieron a los socialistas, que se alzaron con la victoria en importantes ciudades y a la extrema derecha. Lo grave para Le Pen es que cedió en dos ciudades donde descartaba su victoria, Dreux y Vitrolles, y en referencia a la derrota, como dato, el ex presidente Valery Giscard fue vencido en Clermont Ferrand por el socialista Roger Quilliot.

19/6 Loko

París (AFP)

■ El Partido Socialista francés (PS) y el Frente Nacional (FN, extrema derecha) fueron los vencedores en la segunda vuelta de las elecciones municipales, mientras que los comunistas perdieron varios de sus bastiones ante la derecha moderada.

El FN ganó al alcaldía del puerto militar de Toulon, una ciudad de más de 180.000 habitantes, al igual que las de dos ciudades de más de 25.000 habitantes, Orange y Marignane, todas en el sur.

Esto compensa al partido de extrema derecha de Jean-Marie Le Pen la decepción que representa haber perdido dos ciudades simbólicas, Vitrolles (sur) y Dreux, en región parisiense.

Encabezando la votación durante la primera vuelta del escrutinio con 35% y 43%, los candidatos del FN en Dreux y Vitrolles fueron vencidos gracias a una fuerte movilización del electorado, que contrastó con la media nacional.

En Vitrolles, donde se presentaba como candidato Bruno Mégret, el número dos del FN, acudieron a las urnas 85% de los electores, en comparación con 69% como promedio nacional.

Por su parte, en Dreux, la candidata del FN, Marie-France Stirbois, fue víctima del "Frente Republicano", cuando las listas de la izquierda y la derecha moderada se retiraron a favor de la lista del candidato neogaullista Gérard Hamel, que ganó la alcaldía, lo que también sucedió en Mulhaouse (este), donde los candidatos de derecha se unieron a la lista socialista para enfrentarse y vencer al FN.



Le Pen, el líder de la extrema derecha que el perder el control de varias ciudades claves vio mermado su dominio político.

Mégret, quien indicó quiere iniciar un proceso para anular el escrutinio, opinó que "el inesperado resultado" de las elecciones de este domingo "son la victoria del miedo, la mentira y la trampa".

Antes de conocer la victoria de su partido en Toulon, Le Pen denunció la "estrategia en que se unieron la pandilla del establecimiento y el apoyo de los batallones de 'beurs' (jóvenes franceses de origen árabe)" en la derrota de los candidatos del FN en Vitrolles y Dreux.

Por su parte, el PS ganó a la derecha varias ciudades de más de 100.000 habitantes y tres municipios de los veinte que tiene París.

El secretario del PS, Henri Emmanuelli, opinó que estos resultados constituyen "un principio de alerta para el gobierno".

Las ciudades de Grenoble en los Alpes, Rouen (oeste), Tours (centro), Arles (sur) pasaron a los socialistas, mientras los comunistas ganaron Nimes.

En Nimes y Grenoble los alcaldes de derecha estaban debilitados por su probable aparición en escándalos que han sido llevados ante la Justicia.

Los éxitos socialistas en los tres municipios de París dan fin al monopolio absoluto de la derecha en el Consejo Municipal de París desde 1983, cuando el actual presidente francés, Jacques Chirac, era el alcalde.

Los comunistas perdieron a la derecha el puerto del Havre y Burgos (centro), mientras los socialistas perdían Maubeuge (norte).

La derecha ganó sin sorpresa en Lyon, donde el ex primer ministro liberal Raymond Barre obtuvo la alcaldía, y Marsella, donde el senador liberal Jean Claude Gaudin venció.

El alcalde saliente de Marsella, Robert Vigouroux, electo bajo la bandera socialista en 1986, se había pasado a la derecha.

El ex primer ministro socialista Pierre Mauroy, presidente de la Internacional Socialista, fue reelecto en Lille (norte), mientras el ex ministro socialista de Cultura Jack Lang fue reelecto en Blois (centro).

El ex presidente francés Valery Giscard D'Estaing fue vencido en Clermont Ferrand (centro) por el anterior alcalde socialista Roger Quilliot.

La ultraderecha irrumpe con fuerza

Francia, (Agencias), por Antonio Javaloyes. El ultraderechista Frente Nacional (F.N) irrumpió ayer con fuerza en la vida municipal francesa al conquistar la importante ciudad de Tolón y dos ciudades medias como Marignan y Orange, en las elecciones municipales celebradas ayer, despertando la alarma entre los grandes partidos.

A apenas un mes del triunfo de Jacques Chirac en los comicios presidenciales, el populismo xenófobo del partido que dirige Jean Le Pen, se consolidó como la tercera fuerza política del país.

A pesar de los llamamientos de los partidos de izquierda y de derecha al electorado para que frenaran al FN, los candidatos de extrema derecha han conseguido incrementar considerablemente su implantación, aunque perdieron en otras tres ciudades que daban por ganadas.

Ese relativo fracaso lo interpretó Le Pen ante las cámaras de televisión, en su acostumbrado tono ofensivo, como el resultado de la estrategia desplegada por "la banda de gángsters de los partidos establecidos".

Resumiendo la inquietud suscitada por la expansión del voto lepenista, con origen mayoritario en capas de población afectadas por el paro y la exclusión, el ex Ministro socialista Jack Lang, reelegido alcalde de Blois, no dudó en calificar al FN de "planta venenosa que echa raíces en la vida local".

El ascenso del FN, cuyos candidatos elegidos hoy se disponen a aplicar una política discriminatoria con los inmigrantes, es paralelo al relativo retroceso que experimentan los candidatos de la mayoría gubernamental de gaullistas y giscardinos.

La pérdida de las importantes alcaldías de Lyon y Grenoble, gobernadas hasta ayer por el gaullista R.P.R (Reagrupación para la República), parece estar relacionada con los innumerables escándalos de corrupción que llevaron al procesamiento y condena de sus dos titulares.

También en París, los gaullistas perdieron seis de su veinte distritos y en uno de ellos el derrotado fue el Ministro del Interior, Jean Debré, que había sucedido al Primer Ministro, Alain Juppé.

Como en Lyon y Grenoble, la fuerte pérdida de votos para el sucesor de Chirac en la alcaldía de París, Jean Tibery, guardaría relación con la adjudicación de ventajosas viviendas municipales a altos cargos del R.P.R y a dos hijos del propio alcalde.

Otro gran derrotado de la derecha en la elección de ayer ha sido el ex Presidente Valery Giscard d'Estaing, que no logró desbancar en Clermont-Ferrand al alcalde socialista, a pesar de que Le-Pen pidió el voto para él.

9508491

Reanudación de los pruebas nucleares franceses.

CLARIN

23-6-95

11876 ✓

65963 ✓

11895 ✓

Rebelión en el Primer Mundo

LA decisión del presidente francés Jacques Chirac de reanudar las pruebas nucleares en la isla de Mururoa, al sur del océano Pacífico, ha despertado fundadas aprehensiones ante lo que se interpreta como un desafío a compromisos internacionales, una considerable perturbación de los programas de desarme y un retroceso en el camino marcado últimamente respecto de los problemas ecológicos, demográficos y sociales que afectan al mundo.

La intención expuesta por Chirac es realizar una serie corta de ocho ensayos con armas nucleares a partir de setiembre y hasta que se concrete un tratado de prohibición de pruebas, hecho que se prevé para el año próximo. El objetivo esgrimido es evitar el envejecimiento de las armas existentes y abrir una nueva línea industrial para construcciones más modernas.

El regreso de las pruebas en la Polinesia coloca a Francia fuera de la moratoria vigente desde 1992, junto con China, única potencia nuclear que siguió realizando experimentos con armas atómicas. Hace apenas un mes, los países no nucleares, más de 170 Estados, acordaron ratificar y extender el Tratado de No Proliferación a cambio de un compromiso de los cinco grandes países nucleares de ejercer una política restrictiva respecto de sus arsenales. De concretarse las explosiones anticipadas, el contenido de los acuerdos sufrirá una nueva cuota de pernicioso relativismo.

Cabrá advertir, sin embargo, que el aviso de Francia, justificado por Chirac como una decisión que responde al interés nacional, no resulta extemporáneo. Abona una tendencia al repliegue aislacionista que también se observa en Washington y Moscú e implica un mayor desentendimiento respecto de las responsabilidades compartidas en los escenarios internacionales.

Ya en los Estados Unidos, el Reino Unido y Rusia se ha despertado una reacción en cadena, y la previsión de retomar pruebas nucleares una vez concluida la moratoria en setiembre del año próximo echa un manto de dudas sobre la aprobación para esa fecha de un tratado de prohibición de tales ensayos, tal como estaba previsto hasta ahora.

23/6 CLARÍN

Existe un aspecto en este giro pronunciado, que puede entenderse a la luz de las necesidades internas del mandatario francés y su voluntad de diferenciarse de la política exterior de su antecesor, François Mitterrand, adaptando los postulados nacionalistas del viejo "gaullismo".

Pero la sola posibilidad de que este anuncio estimule, en un "efecto dominó", similares reacciones en otros países poseedores de armas nucleares, dentro de un panorama internacional de evidente fragilidad de los instrumentos jurídicos y las instancias multilaterales, no puede sino motivar desconfianza y preocupación.

9508492
Francia y los pruebas nucleares.
CLARIN
24-06-95
11876
65963
11885

CADA palabra, cada gesto de un jefe de Estado recién instalado es, para Francia y para todo el mundo, un signo que anuncia las opciones que habrá de hacer con el tiempo.

Siento el imperioso deber de informar a Jacques Chirac acerca de un problema, de desviar su atención hacia una señal que el mundo espera con urgencia de Francia. Quiero hablar de las pruebas nucleares.

No dudo de la idoneidad de los expertos que **sabrán demostrar que todavía son necesarias una serie de pruebas, una última, para poder luego contentarse con simulaciones.**

La principal amenaza contra la cual sigue estando organizada nuestra defensa es la de un ataque masivo, convencional y nuclear proveniente de la ex Unión Soviética.

Por iniciativa del general De Gaulle, la disuasión del débil al fuerte con armas nucleares estratégicas se impuso rápidamente a nuestros responsables y a nuestra opinión pública como la única respuesta adecuada.

Hoy esa amenaza desapareció. Y, aunque volviera a caer en manos de una autoridad dictatorial y agresiva, el estado actual de Rusia no permite temer que esté nuevamente en condiciones de perfeccionar sus armas estratégicas al punto de poder modificar los elementos de la confrontación. Me refiero por supuesto a Rusia como Estado. Los riesgos mafiosos o terroristas que engendra su desmembramiento exigen una respuesta distinta que debería tender sobre todo a **frenar allí cualquier nueva producción de plutonio.**

Si persiste una amenaza nuclear en alguna parte es obra más bien de Estados terroristas de dimensiones más modestas y tecnologías más rudimentarias.

Pero, sobre todo, el mundo es actualmente presa de una preocupación de otra índole. La conjunción entre peligros muy reales de proliferación nuclear, **la gran incertidumbre que persiste respecto del procesamiento de los desechos tóxicos de la actividad nuclear,** especialmente militar, y la aparición reconocida de un tráfico clandestino de materias nucleares de posible uso militar generan un temor general y legítimo. Esta situación hace recaer una responsabilidad muy pesada sobre los dirigentes políticos de grandes potencias. 24/6/95 clarín

No proliferación

En nombre de este temor y para gran sorpresa general, una fuerte mayoría de países decidió con suma rapidez prolongar durante tiempo indeterminado el tratado de no proliferación nuclear firmado inicialmente para veinticinco años en 1970. Las mismas naciones instan a las potencias nucleares a proscribir definitivamente todas las pruebas.

China violó descaradamente esta esperanza colectiva. Pero, por lo que sabemos, China jamás comprometió su diplomacia ni su estrategia en la búsqueda de la paz mediante la solución pacífica de los conflictos y el desarme progresivo negociado y controlado, como dice y hace Francia. **Y el mundo aspira no solo al desarme sino a que se ponga fin lo antes posible a la producción de plutonio,** materia de uso exclusivamente militar y de la que nadie sabe cómo deshacerse.

Si en semejante situación Francia rompiera la moratoria de las pruebas que sigue imponiéndose en este momento junto con los Estados Unidos, Gran Bretaña y Rusia, **sería un insulto para la comunidad de las naciones.** El argumento de la competencia tecnológica con Rusia ni siquiera sería oído: lo considerarían ridículo.

Permítaseme decir algo más sobre el Pacífico sur. Grandes o pequeños, todos los Estados de esta región tienen la firme esperanza de vivir en una zona desnuclearizada. Solo las mentes con una fuerte cultura estratégica saben que, **en el supuesto aterrador de un enfrentamiento nuclear entre grandes potencias, todo el planeta se vería afectado.** Pero este análisis no puede ser recibido en las regiones alejadas de las grandes potencias como América latina y el Pacífico sur, donde la esperanza de ver que los grandes ajusten sus cuentas en otra parte y si es posible de otra manera constituye la clave de toda la actividad diplomática regional.

Lo nuclear militar, las proliferaciones y tráficos que lo acompañan, **generan actualmente una inquietud planetaria justificada.**

Michel Rocard fue primer ministro francés y actualmente es diputado europeo (Partido Socialista).
Traducción de Cristina Sardoy.

01-01

La amenaza nuclear fue durante décadas el mayor ensayo de suicidio masivo intentado por la humanidad en toda su historia. El final de la guerra fría permitió desmontar los misiles que apuntaban al virtual enemigo, con lo cual el terror se aplacó. Pero persisten los enormes arsenales de bombas en poder de las potencias nucleares, que hasta 1991 eran cinco y ahora son seis (Estados Unidos, Rusia, Reino Unido, Francia, China, Ucrania) sin contar otros países que han hecho ensayos en la materia. Casi todos ellos se habían acogido a una moratoria de experimentos que durante varios años fue una tregua bastante alentadora. Sin embargo Francia anunció que a partir de setiembre hará explotar ocho artefactos nucleares en las islas del Pacífico Sur, prudentemente ubicadas a 15.000 kilómetros de París.

"La decisión es irrevocable" dijo Jacques Chirac. Esa frase le permitió abrir el paraguas antes de que llovieran los reproches de varios países sacudidos por la noticia, pero también confirió a este comienzo de su mandato el desagradable resplandor de un alarde que resucita los peores fantasmas del pasado. Ese gesto ya ha tenido consecuencias: el miércoles 14 zarpó de Auckland (Nueva Zelandia) el barco "Rainbow Warrior II": de la organización Greenpeace International, que navega hacia el atolón de Mururoa donde Francia reanudará sus experimentos, mientras el grupo pacifista formula un llamamiento para que los países envíen una flota internacional a la zona de las pruebas nucleares. De paso, sus directivos señalaron que **"la explosión de más de 130 ojivas en profundos pozos de Mururoa** (realizadas por Francia hasta el año 1991) **ha dejado el atolón saturado de una radioactividad equivalente a varios Chernobyles. Esa radiación ha causado elevadas incidencias de cáncer, defectos genéticos y otras enfermedades en la Polinesia francesa".**

El jueves 15, el Parlamento Europeo con sede en Estrasburgo, condenó (por 211 votos contra 76, y 9 abstenciones) la decisión de reanudar las pruebas. Ese mismo día, las naciones del Pacífico Sur declararon que la actitud francesa **"amenazaba la venta de armas galas por un valor de 147 millones y podía desencadenar un boicot popular a todos los productos de origen francés"**. A las pocas horas, Pauline Green, líder del bloque socialista en el Parlamento Europeo, afirmó que **"la decisión de París transmite un peligroso mensaje a los países del Tercer Mundo que intentan desarrollar sus propias armas nucleares"**, y acusó a Francia de **"ignorar la opinión pública mundial"**. La prensa de la región insular del Pacífico calificó al presidente Chirac de **"Napoleón trasnochado"**, mientras Australia y Nueva Zelandia no sólo congelaban su cooperación militar con Francia sino que sus diarios calificaban la decisión de **"arrogante y colonial"**, mientras la Comisión Justicia y Paz del episcopado católico australiano hacía saber que **"el respeto por la vida humana y por la integridad de la Creación, impone una suspensión inmediata de toda prueba nuclear".**

ENOJO MUNDIAL

El sábado 17, un incendio intencional destruyó el Consulado francés en Perth (Australia) y se anunció que el lunes 19 viajaría a París una delegación de dirigentes del Pacífico encabezados por el Canciller australiano Gareth Evans, para protestar formalmente contra la medida francesa. En los países del Pacífico existe una memoria colectiva muy despierta sobre los oscuros antecedentes de la actividad nuclear de Francia en la región: el 10 de julio de 1985, un comando de agentes franceses hundió en el puerto de Auckland el barco "Rainbow Warrior I" de Greenpeace, cuya presencia interfería con otras pruebas nucleares, y a bordo de esa nave murió un fotógrafo. Su hija, Marelle Pereira, se suma ahora a las protestas y publica en diarios franceses una carta muy emotiva donde describe sus inútiles esfuerzos por esclarecer la muerte del padre.

En la conferencia de Naciones Unidas sobre desarme, que se reúne en Ginebra, el embajador japonés dijo que **"Francia traicionó la confianza que los países sin armas nucleares habían depositado en el compromiso asumido por las potencias que poseen tales armas"**. El Vice-canciller de Japón agregó que su país **"por ser el único en haber experimentado un bombardeo nuclear, es muy sensible al problema de las armas atómicas"**, y ruega a Francia **"tener en cuenta ese sentimiento"**. Al rechazo se sumaron los países latinoamericanos con costa sobre el Pacífico (México, Perú, Costa Rica, Chile, Ecuador, Colombia) además de los integrantes del Forum del Pacífico del Sur (Nueva Guinea, Samoa, Fidji, Vanuatu, Australia, Nueva Zelandia) a los que se agregó Vietnam. El embajador francés en la conferencia de Ginebra, Gérard Herrera, señaló que su país **"había suspendido los experimentos en abril de 1992, antes de que concluyeran las pruebas que habrían permitido llegar a la definitiva detención de los experimentos"**. Aludía con ello a que Francia dice necesitar la nueva serie que comenzará en setiembre (y concluirá en mayo de 1996) para tener el debido control de su fuerza de disuasión nuclear y emprender luego la vía de los experimentos simulados por computadora, **"con el objetivo de garantizar su seguridad y la credibilidad de sus armas"**.

POTENCIAS REBELDES

La excusa es la de siempre y justifica entre otras cosas el enorme gasto que implica un programa nuclear. Los arsenales existentes bastan para extinguir diez veces todo rastro de vida sobre el planeta, pero además devoran un presupuesto que se alza como el mayor despilfarro de la actualidad, desviando hacia la fiebre armamentista unas sumas que podrían abatir los horrorosos niveles de hambre y falta de asistencia médica en el mundo. Sin embargo, la posición francesa no es única en el panorama de hoy. China ha realizado en los últimos tiempos 42 experimentos nucleares, a razón de dos por año **"a pesar de las feroces críticas de la opinión internacional"** y declara que en 1996 habrá desarrollado nuevas cabezas para misiles móviles. Anuncia además que **"emprenderá un esfuerzo común con Francia para llegar dentro de un tiempo al acuerdo completo de moratoria nuclear".**

Le Pen en inmejorable posición para la segunda vuelta

Municipales en Francia: aumenta extrema derecha

París (AFP) LoRo 12-6-95

■ El sensible aumento de la extrema derecha en la primera vuelta de las elecciones municipales del domingo en Francia, ubica al Frente Nacional (FN) de Jean Marie Le Pen en posición de fuerza para la segunda vuelta del domingo próximo, en [illegible] regiones en que tiene fuerte implantación y donde alcanzó el 30% de los votos.

Por su parte, el primer ministro francés, Alain Juppe, obtendría desde la primera vuelta la alcaldía de Burdeos (sudoeste) con 30,6% de los votos, según el instituto BVA, donde reemplazaría al ex primer ministro y también gaullista, Jacques Chaban-Delmas, que fue alcalde de esa ciudad durante 47 años.

A nivel nacional, el Frente Nacional obtiene 7,2% de los votos en comparación con 3,1% en las últimas elecciones municipales, en 1989, según estimaciones de los institutos de encuestas. La derecha moderada obtuvo 43,4% en comparación con 44,6%, mientras que la izquierda alcanzó 42,3% en comparación con 47,2%.

Esos resultados pueden pronosticar que el FN se alzaría en la segunda vuelta del 18 de junio próximo con algunas ciudades de mediana importancia.

Según la ley electoral vigente puede mantener sus listas para la segunda vuelta en todas las comunas en las que superó el 10%. La misma ley acuerda la mayoría absoluta de concejales a la formación que encabece la segunda vuelta.

El Frente Nacional presentó listas en 477 ciudades de más de 3.000 habitantes con cerca de 25.000 candidatos.

Más allá de las elecciones municipales, el FN pretende ingresar por la puerta grande al Senado, cuyo tercio será renovado en el otoño (boreal) próximo. Los senadores son elegidos por sufragio universal indirecto, por un colegio de electores, entre ellos los concejales municipales de las ciudades de más de 9.000 habitantes.

La participación fue evaluada en 69,5%, sensiblemente más débil que en las precedentes elecciones de 1989, cuando participaron 72,9% de los inscritos.

La segunda vuelta de estas elecciones municipales se realizará el 18 de junio.

Esta estimación nacional fue calculada por el instituto CSA para el canal estatal de televisión francesa, basándose en los boletines contabilizados en comunas de más de 3.500 habitantes.

Los aproximadamente 40 millones de electores franceses deben renovar los mandatos de más de 300.000 concejales municipales en más de 36.000 comunas.

Los ecologistas parecen haber obtenido 2,7%, la extrema izquierda 0,8%, los regionalistas 3,4%.

La derecha no parece haberse beneficiado con la elección de Jacques Chirac a la Presidencia de la República el 7 de mayo. La izquierda, que obtuvo muy buenos resultados en 1989, está en neto retroceso enmarcado en una coyuntura muy favorable a la derecha.

La sorpresa la creó el resultado obtenido por el FN, que aunque inferior al 13% obtenido durante la primera vuelta de las elecciones presidenciales del 23 de abril pasado, avanza más de dos puntos en relación a 1989. El electorado de extrema derecha se concentra en las regiones más afectadas por la crisis y por el desempleo, como el norte y el este.

Esta progresión sitúa al FN en posición de fuerza en varias regiones, especialmente en Mulhouse (este), donde llega en segunda posición con más de 30% de los votos.

Por su parte, el ex ministro de Cultura, el socialista Jack Lang, alcalde saliente de la ciudad de Blois (centro) deberá ir a segunda vuelta, al superar por tan solo 164 votos al candidato de la derecha moderada Jacques Chauvin.

Extrema derecha de Le Pen copó tres ayuntamientos en el sur francés

París 26/6/95 LoRo

■ Una semana después de la segunda vuelta de las elecciones municipales francesas, los alcaldes electos por el Frente Nacional de Jean Marie Le Pen (FN, extrema derecha) coparon por primera vez los ayuntamientos de tres grandes ciudades del sur de Francia.

Los tres alcaldes del FN, cuyas ideas son calificadas unánimemente por el resto de los partidos de racistas y xenófobas, son: Jean Marie Le Chevallier en Tolón (183.000 habitantes, décimosegunda ciudad del país), Jacques Bompard, amigo personal de Le Pen, para la ciudad de Orange y Daniel Simonpieri en Mariñán, dos localidades de más de 25.000 habitantes.

La llegada de esos alcaldes, que desató una viva discusión en Francia y hasta un debate sobre boicotear o no esas municipalidades, suscitó el repudio de cientos de habitantes de esas localidades.

En Mariñán (norte de Marsella) cerca de 400 personas se reunieron frente al edificio municipal para manifestar su "tristeza" y su "voluntad de luchar", entonando al arribo del flamante alcalde la "Marsellesa" con los puños en alto.

En Orange, alrededor de 200 personas de una nueva asociación denominada "Hacer frente" se reunieron frente a la sede comunal con un inmenso afiche en el que estaba dibujada una rata apoyando una pata sobre Orange, Tolón y Mariñán, mientras acusaban al alcalde de "facho".

En Tolón, el nuevo alcalde reiteró la tesis de la "preferencia nacional", estimando que "sería normal que los franceses tengan la prioridad en su país". Aclaró que "no obstante el alcalde debe actuar en la legalidad" y propuso al presidente francés, Jacques Chirac, que organice un "referendo sobre la inmigración".

En Niza (sur) —cuarta ciudad de Francia— resultó electo un disidente del Frente Nacional, Jacques Peryrat, mientras que en París, el neogaullista Jean Tiberi, fue electo alcalde de la capital francesa durante una sesión agitada.

El sucesor de Chirac en la alcaldía de París fue electo por 98 votos sobre 163, pese a la pérdida del monopolio que detentaba la derecha desde hacía 12 años, quebrado por el triunfo de la izquierda en seis distritos de la capital.

La posición del flamante alcalde de París se vio debilitada además por una serie de revelaciones periodísticas sobre la atribución o renovación discriminatoria de viviendas de carácter social. Entre los beneficiarios figuran la propia familia de Tiberi y el actual primer ministro francés, Alain Juppé.

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 19 de junio de 1995

LE PEN NO LOGRO IMPONERSE EN GRANDES CIUDADES

Tres alcaldías para la ultraderecha en Francia

• *Los socialistas ganaron ayer seis de los 20 distritos parisinos y quebraron la hegemonía de la alianza conservadora RPR-UDF en la capital. El ultraderechista Frente Nacional triunfó en Toulon y logró un importante avance en la segunda vuelta de los comicios municipales franceses.*

PARIS (EFE y AFP). – El ultraderechista **Frente Nacional** (FN) ganó ayer la **alcaldía de Toulon**, lo que significa que por primera vez **gobernará una ciudad de más de 100.000 habitantes**, y también ejercerá la administración en dos municipios de **más de 30.000** pobladores: **Orange** y **Marignane**.

La agrupación liderada por **Jean-Marie Le Pen** logró un importante avance en la segunda vuelta de las elecciones municipales, a pesar de haber **perdido** en algunas ciudades en las que esperaba una mayoría y se presentaba como **favorito: Dreux, Mulhouse** y **Vitrolles**.

La alianza centroderechista **RPR-UDF**, gobernante a nivel nacional, mantuvo el control de las mayores ciudades francesas: **París, Lyon, Marsella** y **Niza**, además de **Tolouse** y **Burdeos** (que ya había ganado en la primera vuelta). Pero también el **Partido Socialista** (PS) tuvo importantes avances en el segundo turno de las municipales, y junto con el FN se convirtió en la otra fuerza triunfante el domingo.

Movilización contra el FN

Antes de conocer la victoria de su partido en Toulon, el ultraderechista Le Pen denunció la "estrategia en que se unieron la pandilla del establecimiento y el apoyo de los batallones de **beurs** (jóvenes franceses de origen árabe)" en la derrota de los candidatos del FN en Vitrolles y Dreux.

Los candidatos del Frente habían encabezado la votación durante la primera vuelta en esos dos municipios, pero fueron vencidos gracias a una fuerte movilización del electorado: en Vitrolles, donde se presentaba como candidato **Bruno Mégret** (número dos del FN), acudieron a las urnas el 85 por ciento de los electores, en comparación con el 69 por ciento que se registró como promedio nacional.

Los socialistas le ganaron a la derecha moderada varias ciudades de más de 100.000 habitantes, y aliados con el izquierdista **Movimiento para los Ciudadanos** (MVC) conquistó seis de los 20 distritos municipales parisinos.

El reciente escándalo sobre la atribución de viviendas de lujo, de protección oficial, a personalidades y políticos relacionados con el gobierno municipal saliente, dirigido por el conservador **Jean Tiberi**, parece haber incidido decisivamente en ese resultado.

Hasta ahora, los veinte ayuntamientos de París estaban dirigidos por políticos de la mayoría gubernamental que integran el partido conservador RPR (**Reagrupación para la República**) y el liberal UDF (**Unión para la Democracia Francesa**).

Chirac sobre dos frentes

Por Sylvie Pierre-Brossolette

PARIS (L'Express). – Desde hace tiempo hombre apremiado, Jacques Chirac se ha convertido en presidente apremiante. Desplegando su legendaria energía, el jefe del Estado adopta una postura gaullista, decididamente voluntarista, rehusando la fatalidad en los dos frentes en que se bate: la desocupación y Bosnia. Al primero le ha declarado la guerra, y a la segunda, su determinación de imponerle la paz.

En ambos casos, el presidente se expone, se afirma decidido a ir adelante, se crea una obligación de resultado. Una estrategia arriesgada, mas no sin brillo. Un poco activista, altera las costumbres y hace rechinar algunos dientes. Pues el presidente no prodiga deferencias a nadie, ni a militares, prefectos, partidos políticos o empresarios, ni aun al mismo gobierno. Es el método Chirac: entra o se rompe.

En Bosnia, eso se traduce por "se dispara y no se dispara". Implicándose a fondo en la crisis bosnia, Jacques Chirac ha querido restablecer dos principios fundamentales: la consideración del honor de los ejércitos y la evaluación de los riesgos. Desde que tiene en manos el expediente, el elenco del Elíseo se ha fijado como objetivo el ajuste permanente entre el riesgo y el resultado.

Hora de decisión

Alain Juppé, como ministro de Relaciones Exteriores, y su brazo derecho, Dominique de Villepin, actual secretario general del Elíseo, se habían quejado, por ejemplo, de no haber podido transmitir su mensaje sobre la necesidad de reagrupar a las tropas en el terreno. En lo sucesivo, se felicitan, las voces de mando llegan a sus destinatarios; nuestros socios han comprendido la determinación de Francia de no dejar estancada la situación, aunque no sea sino bajo la presión de la opinión pública, exasperada por la toma de rehenes. Como lo sintetiza un allegado al presidente: "Hay que salir de la inercia. No vamos a permanecer ahí como un florero".

Es así como Jacques Chirac se ha referido en términos severos a la "vulnerabilidad" de nuestros soldados en presencia del almirante Lanxade, el 26 de mayo. A este último no le ha sentado bien y algunos jefes se apresuraron a hacerlo saber. "Hay generales que hacen la guerra y otros que sólo hablan en los salones", juzga, terminante, un amigo del presidente. En Vannes (Morbihan), el 1º de junio, el jefe del Estado se comprometió solemnemente ante el país: "Francia no tolerará más que sus soldados sean humillados, heridos o muertos". Moraleja –provisional– de la historia: Chirac ha tomado las riendas, se ha afirmado en la plenitud de sus responsabilidades atribuidas y ha impreso una lógica de movimiento a un expediente aparentemente bloqueado.

Pero al mismo tiempo se ha expuesto seriamente. ¡Atención al fracaso! Los acontecimientos venideros dirán hasta qué punto su opción era proporcionada a los riesgos.

Combatir la desocupación

Igual método en el segundo frente, el de la lucha contra la desocupación. Una actitud –la proximidad–, un principio –la acción y no la retórica– y un tema único –el empleo–. Tales son las consignas del presidente en materia de política interior. Su estrategia de comunicación corresponde a estos objetivos. Por lo visto, no será cuestión de hablar sino de obrar. Así lo evidenció Chirac delante de los prefectos, algunos de los cuales no parecieron digerir bien la urgencia presidencial de resultados. Así se manifestó también en Corrèze, el 2 del actual, para estimular sobre el terreno a todos los actores que concurren a la creación de empleos, fustigando de paso el pensamiento único, llamando a la "revolución cultural".

> El presidente no prodiga deferencias a nadie, ni a militares, prefectos, partidos políticos o empresarios, ni aun al mismo gobierno. Es el método Chirac: entra o se rompe

Así lo hará periódicamente, indicando la dirección por seguir, exigiendo que se haga honor a los compromisos contraídos, hincando las espuelas en los ijares de todos los recalcitrantes. "Como si se actuara bajo tensión –explica uno de sus asesores–. El presidente sabe que observarán de cerca la concordancia entre su programa y la aplicación de éste. Quiere que el cambio sea evidente." ¡Señores ministros, ejecución!

Jacques Chirac sabe que lo esperan. Que ya se advierte impaciencia. Es cierto que las encuestas le son favorables. Pero el microcosmos se agita. Cada cual tenía su propia versión del "verdadero cambio". Al comienzo hay necesariamente decepcionados. Los que deseaban una versión liberal: reducción masiva de las cargas e impuestos. Los que preveían que los compromisos más sociales no se llevarían a la práctica, en particular el aumento del Smic. Los que esperaban una rápida disminución de las tasas de interés. Y todos los que en los sectores de la mayoría, y no solamente entre los ex balladurianos de la UDF, se hacían ilusiones de entrar en el gobierno, o al menos estar en estrecha relación con el poder, lo que no se ha materializado. Todo eso genera críticas sistemáticas. El propio Alain Juppé conviene en que los déficit son más importantes de lo que se había previsto. El presidente del Senado, René Monory, que le reclamaba medidas más expeditivas contra el desempleo, se quejó de la "exigüidad de su margen de maniobra".

Clima polémico

Pero Chirac no está dispuesto a retroceder. Si hay que recortar drásticamente algunos presupuestos, lo hará. Lo que prometió deberá cumplirse. Con la condición, naturalmente, de no dar contra la pared. Uno de sus allegados describe así el clima de disconformidad que ha seguido al discurso sobre política general del primer ministro; "Nos encontramos en un avión que vuela a 20.000 pies. Estamos decididos a saltar. No volveremos atrás. Pero algunos querrían que saltáramos sin paracaídas. ¡Para que nos rompamos la crisma!" Por más que Chirac quiera estar a la altura de sus compromisos de candidato, no tiene vocación de suicida. Eso no le impide repetir incansablemente: quiero resultados.

En el almuerzo que reunió a su gobierno después del primer Consejo de Gabinete, conminó así a los comensales: "Deben tener ideas. Para eso están. No para la mera rutina de la respectiva administración". Al comienzo de cada Consejo, Chirac hace uso de la palabra durante bastante tiempo. Luego cierra su declaración con un "el primer ministro se extenderá sobre el procedimiento..." El jefe del gobierno en cuestión dispone de menos tiempo que su patrón para hacer los deberes: tres años, a lo sumo, contra siete como mínimo.

"Se ha pasado del tiempo de las diligencias al siglo XXI", afirma un colaborador del presidente, consciente de la urgencia. Porque los franceses, por su parte, no han de esperar el 2000 para juzgar a todo Chirac.

(Traducción de Jorge Ortiz Barili)

Francia por dentro

LOS resultados de la segunda vuelta de las elecciones municipales en Francia completaron el mapa político emergente tras la conclusión de la "era Miterrand" con un nuevo y problemático ingrediente. El ultraderechista Frente Nacional (FN) de Jean-Marie Le Pen, con propuestas abiertamente racistas y un virulento discurso xenófobo, triunfó por primera vez en un centro urbano de más de 100 mil habitantes y se apresta a gobernar tres ciudades del sudeste francés.

El Partido Socialista, a pesar de su derrota en la segunda vuelta presidencial, se afirmó como primera fuerza política municipal a nivel nacional, y la coalición del oficialismo centroderechista ha cedido posiciones en París mientras el primer ministro Alain Juppé fue elegido alcalde de Burdeos.

De este modo, no se perfila una tendencia generalizada a nivel nacional y se estima que, en un cuadro de evidente transición en el sistema político, la gente tiende a optar por candidaturas determinadas y según las realidades más inmediatas, más que por identidades ideológicas o partidarias.

Sin embargo, el embate del FN es uno de los más fuertes desafíos. Tanto es así que en varias ciudades se concretó una alianza de hecho entre izquierda y derecha para frenar a los candidatos de la ultraderecha que había triunfado en la primera vuelta.

Los analistas políticos han sido duros en su evaluación y responsabilizan del crecimiento "lepenista" a gran parte de la dirigencia política, por su indefinición, los escándalos de corrupción y la falta de respuestas frente a cuestiones fundamentales como el desempleo, la crisis agrícola regional y las migraciones mediterráneas. 28/6 CLARÍN

Es precisamente en los puertos mediterráneos y las periferias urbanas de las ciudades costeras, como Marsella, Niza o Toulon, donde hacen pie las huestes del FN, sobre el temor y la hostilidad que despiertan en los habitantes los cientos de miles de extranjeros provenientes del norte de Africa, residentes o refugiados.

El descontento y la apatía, reflejados en el alto abstencionismo, con el nivel de participación electoral más bajo de los últimos años, son de este modo factores que acompañan desde el principio al gobierno de Chirac. Este deberá procesarlos con imaginación, flexibilidad y realismo para evitar que el brote populista crezca, como espejismo de solución, ofreciendo respuestas simplistas y demagógicas que no son sino una expresión aún más degradada de los problemas que promete enfrentar.

01-01

Frontal oposición científica a pruebas nucleares francesas

Un llamamiento al Presidente francés Jacques Chirac **contra la** anunciada re**anudación** de las pruebas nucleares fue enviado por el movimiento "Pugwash" que agrupa a un alto número de científicos mundiales que luchan contra la proliferación de las armas atómicas.



Jaques Chirac tiene nuevos adversarios en la cuestión nuclear.

Roma\ANSA

La reanudación de las pruebas nucleares, subraya el llamamiento, implica "una pesada responsabilidad para Francia porque podría causar el colapso de la moratoria sobre las armas nucleares que actualmente se observa en Estados Unidos, Gran Bretaña y Rusia".

Además, la reanudación provoca el descontento en todos estos países que firmaron recientemente la extensión del tratado de no proliferación. El llamamiento fue dado a conocer en Italia por el Secretario General del Pugwash, Francesco Calogero.

El movimiento nació en 1957 en la ciudad canadiense de Pugwash y es la base del llamado "Manifiesto Russel-Einstein" de 1955 contra los peligros de las armas nucleares y termonucleares.

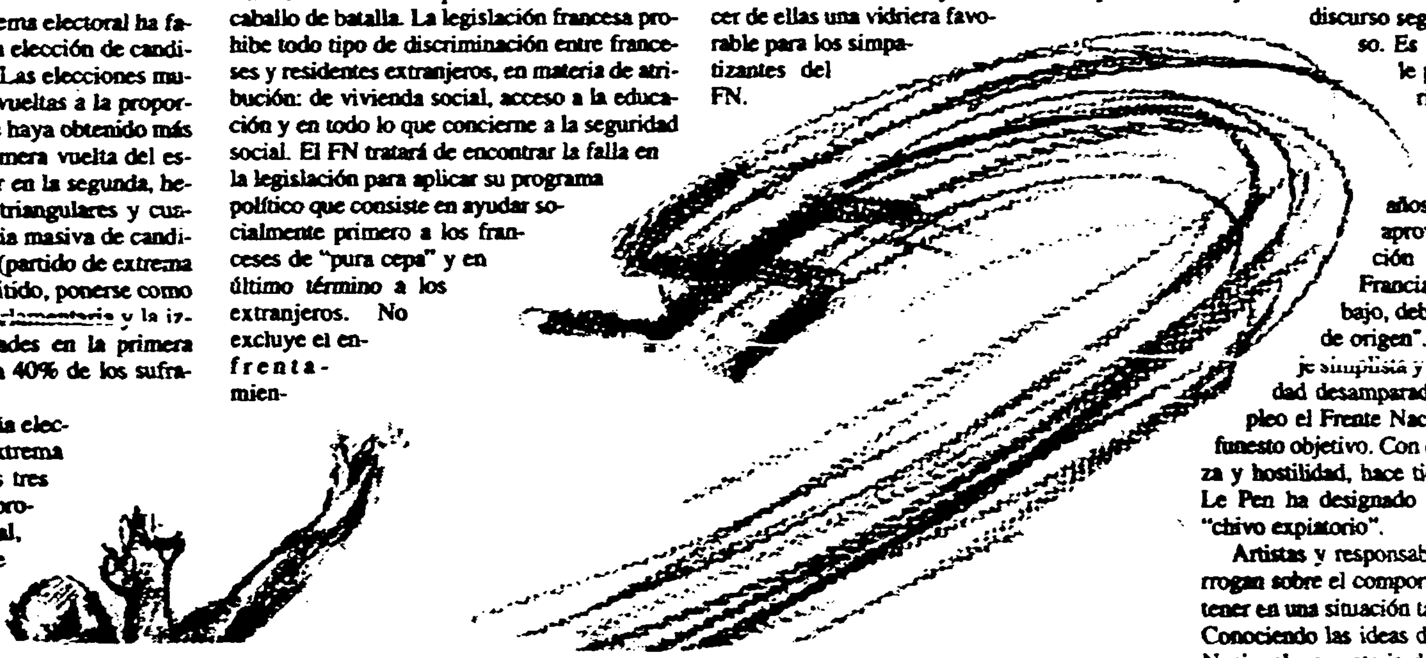
"El avance de la extrema derecha en Francia"

por Heber Perdigón •

El 18 de junio pasado han tenido lugar las elecciones municipales en Francia, ha sido un domingo fasto para la extrema derecha. El partido de JeanMarie Le Pen se ha institucionalizado y se incrusta en el paisaje político francés. En Toulón, ciudad de 170.000 habitantes conocida por su festival internacional de jazz y de danza. Puerto importante en el contorno mediterráneo. Marignane, ciudad de 35.000 habitantes y Orange, pequeña ciudad de 15.000 habitantes conocida por su teatro antiguo como "templo del canto lírico". Sin contar la ciudad de Niza, que cuenta con 350.000 habitantes, la quinta ciudad de Francia, que ha caído la escarcela de un ex miembro del partido de extrema derecha.

La complejidad del sistema electoral ha facilitado en cierta medida la elección de candidatos de extrema derecha. Las elecciones municipales se hacen en dos vueltas a la proporcional. Todo candidato que haya obtenido más de 10% de votos en la primera vuelta del escrutinio se puede mantener en la segunda, hecho que ha dado lugar a triangulares y cuadrangulares con la presencia masiva de candidatos del Frente Nacional (partido de extrema derecha) lo que le ha permitido, ponerse como árbitro entre la derecha parlamentaria y la izquierda. En algunas ciudades en la primera vuelta, el FN obtuvo hasta 40% de los sufragios.

Durante toda la campaña electoral, los candidatos de extrema derecha han hecho, de sus tres temas principales todo un programa, preferencia nacional, antisemitismo y control de emigración sistemático. Por la explotación de esos temas en ciudades que se sienten marginadas a causa del porcentaje elevado de desempleo, el FN ha cautivado los electores con recetas milagrosas y con ideas demagógicas. El voto del Frente Nacional ha dejado de ser un voto de protesta, pasando a ser un voto de adhesión a las ideas fascistas de extrema derecha. Ha hecho de la "preferencia nacional" su caballo de batalla. La legislación francesa prohibe todo tipo de discriminación entre franceses y residentes extranjeros, en materia de atribución: de vivienda social, acceso a la educación y en todo lo que concierne a la seguridad social. El FN tratará de encontrar la falla en la legislación para aplicar su programa político que consiste en ayudar socialmente primero a los franceses de "pura cepa" y en último término a los extranjeros. No excluye el enfrentamiento entre el poder local y el Ejecutivo central para aplicar su programa por el cual ha sido electo. Para los partidarios del FN la aplicación de su programa traerá como consecuencia positiva la disuasión, de nuevos extranjeros a instalarse en la región, transformando de esta manera, esas ciudades en laboratorio de las tesis de extrema derecha y al mismo tiempo hacer de ellas una vidriera favorable para los simpatizantes del FN.



Los partidos políticos representados democráticamente en el Parlamento, son de una cierta manera culpables de la progresión de la extrema derecha. Diabolizando, marginalizándolo y evitando de tratar de una forma clara y sin ambigüedad los problemas que preocupan a la sociedad francesa: el desempleo, la inseguridad en barrios difíciles y la emigración clandestina le han dado una cierta legitimidad al FN, que los electores han encontrado razones suplementarias para votar por un mártir. La extrema derecha ha recuperado todos esos temas y otros como la corrupción política (Jean Marie Le Pen se ha proclamado campeón de la virtud y de la honestidad), frente a una clase política disminuida por escándalos financieros y corrupción. El Frente Nacional ha querido encontrar soluciones, utilizando un discurso segregacionista y perverso. Es inquietante cuando se le pregunta a un partidario del FN por qué vota extrema derecha, la respuesta es la siguiente: "Durante años los extranjeros han aprovechado de una situación económica buena en Francia, hoy no hay más trabajo, deben volver a sus países de origen". Teniendo ese lenguaje simplista y próximo de una sociedad desamparada por la falta de empleo el Frente Nacional ha alcanzado su funesto objetivo. Con desprecio, desconfianza y hostilidad, hace tiempo que Jean Marie Le Pen ha designado el "extranjero" como "chivo expiatorio".

Artistas y responsables culturales se interrogan sobre el comportamiento, que hay que tener en una situación tan delicada como ésta. Conociendo las ideas del "leader" del Frente Nacional, en materia de cultura, enemigo feroz de la creación contemporánea y considerando al arte como un degeneramiento de la sociedad, algunos artistas han roto los lazos culturales con esas municipalidades demostrando de esta forma el sentimiento de rechazo profundo con este tipo de ideas. Gesto simbólico y lleno de significación ha sido el de la ciudad de Lieja (Bélgica) que ha anulado todos los acuerdos culturales y deportivos con esas ciudades del sur de Francia. Jean Marie Le Pen en un discurso acerbo, ha lanzado oprobios e insultos al cantante-actor Patrick Bruel por haber anulado todos sus conciertos en esas ciudades. Jean Marie le Pen lo ha llamado por su verdadero apellido (el joven cantante es de confesión judía) para recordarle su verdadero origen. Una vez más demuestra su odio, intransigencia y su espíritu delator, enarbolando su registro de selección, inspirado del arsenal de ideas fascistas de los años 20 y 30.

OPINION

Por Alberto Christian Márquez

Rehenes de los serbios

Realmente es un extraño y vergonzoso espectáculo al que el mundo dicho civilizado está asistiendo desde hace más de tres años en el "avispero de los Balcanes" para emplear una gráfica terminología muy en boga antes de la Gran Guerra europea de 1914.

Todo el poderío militar y económico de las principales potencias europeas está en jaque ante el chantaje violento y la desfachatez de unos pocos miles de milicianos asesinos que ya le han tomado los puntos a la diplomacia timorata.

En efecto, los bandas serbiobosnias que aterrorizan y matan indiscriminadamente al población civil bajo las órdenes del [illegible]tico ultranacionalista Radovan Karadzic han comenzado a considerar a los efectivos de los "cascos azules" de las Naciones Unidas destacados en la región como virtuales enemigos, ya que su presencia constituye el último obstáculo para que las "califas" eslavas que sueñan con constituir una "Gran Serbia" del Danubio al Adriático culminen su política de "limpieza racial".

No es detalle baladí que el prestigioso Instituto de Estudios Estratégicos de Londres (ISS en su sigla inglesa) afirme en su último informe mensual que el mundo posguerra fría se debate en una falta de liderazgo y de acción decidida.

El diagnóstico de este calificado centro de estudios de la capital británica es que de no mediar reacción apropiada podrían darse situaciones de caos altamente peligrosas para la paz internacional. La infame cruzada genocida protagonizada desde un inicio por el régimen comunista en Belgrado y sus aliados étnicos de la república de Bosnia Herzegovina es quizás el ejemplo más aleccionante en este sentido.

El último paso de la escalada violenta de los "ejércitos" serbio- bosnios es tomar como rehenes a los soldados y observadores militares de las fuerzas de la ONU en las cercanías de la capital del destrozado país. Al descaro se une la extorsión, ya que se pretende paralizar la acción de las fuerzas internacionales, tan inadecuadamente armadas como semiimpotentes por directivas absurdas en un teatro de operaciones de las características del bos..io, amenazando con asesinar a los rehenes progresivamente si siguen las acciones punitivas de los aviones de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) con base en Italia. La repugnante maniobra, que ya ha generado el coro de huecas condenas oratorias de costumbre, es tanto más paradójica ya que si hay un método de ataque que se ha probado ineficaz y hasta risible son los alfilerazos de los escasos aviones norteamericanos y europeos que se aventuran sobre los cielos de Sarajevo y poblaciones aledañas. En más de quince meses de incursiones aéreas, totalizando una decena de ataques a depósitos de armas y municiones, blancos pretendidamente fijos como emplazamientos de artillería y vehículos blindados, los aviones más sofisticados del mundo no han conseguido disminuir la capacidad ofensiva de los serbio-bosnios, ni menos aún desalentar su voluntad agresiva.

A estas alturas, los gerifaltes de los grupos de bandidos serbio-bosnios han aquilatado en su justa dimensión y peligrosidad lo que funcionarios de la ONU en Sarajevo han denominado "un mensaje de fuerte contenido político para que la violencia en Sarajevo termine", en referencia a las represalias aéreas. Es decir que no tienen nada que temer. La superioridad en armamentos y efectivos de los serbio-bosnios no ha disminuido un ápice y sus líderes no han vacilado en calificar las incursiones aéreas aliadas como una "farsa". La tibieza, confesión de voluntaria impotencia en la dividida cúpula decisoria de Bruselas de las reacciones europeas les está indicando a las claras a los serbios que tienen terreno libre.

Así, la infortunada población civil, los inermes cascos azules y en definitiva la comunidad internacional, son los rehenes de los serbio-bosnios y sus cómplices dentro y fuera de los Balcanes. Una situación que está enviando el peor de los mensajes a los otros grupos extremistas y fanáticos alrededor del mundo: el de una cobardía moral que inhibe una acción directa éticamente imprescindible. Es decir, en el caso del conflicto de los Balcanes provocado por el chauvinismo y la xenofobia serbia una respuesta condigna a la fuerza abusiva que se está empleando.

Medios materiales no faltan, sin incluir las costosas operaciones terrestres para las cuales el mismo Presidente de los Estados Unidos Bill Clinton ha dado su eventual apoyo sólo se adolece de una curiosa parálisis. ¿Será quizás que el engendro yugoeslavo y la "heroica y pequeña Serbia" de la falaz propaganda de 1914 ejercen todavía alguna suerte de hechizo entre quienes fueron sus padres creadores?

Sea lo que fuere y ya en las postrimerías del siglo XX no parece lógico dejar vivo un conflicto tan sangriento y destructor en plena Europa. Las páginas de la historia que se escriban en el futuro sobre este tema no serán precisamente de las más gloriosas de la diplomacia internacional en general y europea en particular.

Sin olvidar además las trágicas lecciones del pasado. Las transferencias de un arsenal letal incluyendo armas nucleares tácticas y proyectiles capaces de arrojar cargas químicas y biológicas es en la actualidad mucho más fluida que en el pasado inmediato y los comerciantes internacionales de armas saben que en la región balcánica tienen un mercado tan seguro como productivo.

Una escalada fuera de proporciones en esta nueva guerra de expansión serbia podría finalmente obligar a una intervención militar europea. Y podemos apostar a que esta no será ni un paseo ni durará poco tiempo. El precio a pagar, después de todo, por tantas vacilaciones y omisiones sobre una montaña de cadáveres.



La crisis serbio-bosnia hace durísima la supervivencia para los civiles, mientras crece el terror ante la situación de los rehenes

En el límite: Tarik Kupusovic habló sobre la forma de administrar una ciudad azotada por la guerra, sin agua, gas ni electricidad, con una grave escasez de alimentos y hallándose casi permanentemente bajo fuego.

ESTRASBURGO.– Por más que venga de una zona en guerra, a Tarik Kupusovic le basta con clavar sus ojos azules y ofrecer una sonrisa para desarmar al más feroz interlocutor.

El alcalde de Sarajevo no es militar, diplomático y ni siquiera se reconoce como un político. Casado, con dos hijos (una nena de 10 años y un varón de 13), la conflagración lo sorprendió trabajando como ingeniero hidráulico en una empresa de tratamiento ecológico del agua y lo llevó hace ya dos años, tras una elección, a un cargo que jamás hubiera soñado.

"Yo represento a la gente de la calle. A mí no me vengan con formalidades u honores", insiste cada vez que sale de su "ciudad-prisión" para efectuar misiones como la que lo trajo a Estrasburgo en esta particularmente difícil semana.

Aquí, tras escapar por un túnel acechado por francotiradores, se puso en contacto con un centenar de colegas que atienden el Congreso de Autoridades Locales y Regionales de Europa, así como la prensa internacional ávida de conocer sus puntos de vista.

LA NACION tuvo la oportunidad de charlar con él sobre la vida cotidiana en Sarajevo y su visión de un futuro que se empecina en ver con optimismo.

Cuando no existe el riesgo de morir en la calle por el fuego de la artillería, queda el peligro de no hallar agua ni alimentos (AP)

Vivir en Sarajevo

–Es difícil imaginar cómo se vive en Sarajevo y lo que significa ser su alcalde. Permítame hacerle una pregunta quizá disparatada, ¿pero cómo se financia la ciudad? ¿Recaudan impuestos?

–¡Claro que recaudamos impuestos!

–Pero, ¿cómo hacen?

–Muy fácil. La misma gente los recauda y los entrega. Es un tipo de impuesto similar al de valor agregado, pero que puede funcionar en una economía que vive básicamente en negro. Se aplica en el mismo momento de la compra o la venta. Jamás preguntamos cómo consiguen el dinero. Hay que partir además del hecho de que cada comerciante tiene que pagar un impuesto por el espacio que ocupa su negocio y de acuerdo a la zona en la que está ubicado. Generalmente son unos 200 marcos alemanes (unos 150 dólares).

Por supuesto, tenemos que determinar que sacan algún beneficio. Además, en Sarajevo, la gente que trabaja con salario para las Naciones Unidas o para empresas de asistencia humanitaria pagan impuestos. Y son algo así como mil personas. El factor que los impulsa a todos a cumplir con los pagos es muy sencillo. De ellos dependen todos los servicios: gas, electricidad, agua, educación primaria, hospitales. Después de todo, a nadie le llega la boleta a fin de mes por estas facilidades. Es cierto que ahora, desde hace dos semanas, no tenemos ni agua ni gas ni luz. Pero nos esforzamos por mantener la infraestructura y reparar lo que destruyen los bombardeos.

–Cuéntenos una jornada promedio, porque la palabra "normal" no encaja, de su vida en Sarajevo.

–Comienzo a las seis compartiendo un café con mi esposa. Más tarde tomo el desayuno con mis hijos. Es decir, más café y, si hay, un poco de pan. Ahora, por ejemplo, no tenemos pan porque sin electricidad las panaderías no pueden operar. A eso de las 8 voy a mi oficina...

–¿Queda muy lejos de su casa?

–No. En realidad yo soy un refugiado interno. Mi hogar quedaba muy cerca del aeropuerto y fue destruido. Así que ahora vivimos en el departamento de un amigo y éste queda a unos 300 metros de mi oficina.

–¿Va caminando?

–Sí...(se ríe), a veces a los saltos. Tan pronto llego me reúno con mi gabinete, unas 14 personas encargadas de distintos temas. Y después, dependiendo del día, coordinamos tareas tambien con los cascos azules y todas las agencias de las Naciones Unidas presentes en la ciudad, mantengo entrevistas para resolver problemas como el suministro de agua, el transporte, etc., por cuanto todos los servicios públicos están en nuestras manos. A nadie se le ocurre sacar boleto en el tranvía de Sarajevo. Cuando anda, es la municipalidad la que paga. Sólo a las compañías que sacan beneficios les cobramos la electricidad y el gas.

Una economía propia

–¿Hay compañías que sacan beneficios?

–Sí, unas 160. La mayoría pequeñas y vinculadas con el suministro de material a agencias de las Naciones Unidas. A través de ellas tenemos el comienzo de un tipo de economía propia. Por más que sea en gran parte en negro y a precios tres veces más caros que en Croacia y cinco más que en Alemania. Y eso es importante. Gracias a ellos podemos adquirir algunos productos... Mire, por ejemplo, para mí es importante conseguir un poco de fruta para mis hijos. O huevos "verdaderos", porque sólo los recibimos en polvo. Los "verdaderos", que vienen en las raciones de la UN, tenemos que darlos a las familias que tienen niños menores de cinco años. En el mercado negro, la semana última conseguimos dos por 12 marcos (unos 8 dólares). Hacemos todo lo posible por llevar una vida normal. Algo que tenemos en cuenta en otros terrenos, como el cultural. Hace un mes clausuramos el Festival de Invierno, del que participaron orquestas de todas partes del mundo. Ahora nuestros artistas están preparando otro para el verano con la ayuda de organizaciones humanitarias. Nuestro teatro nacional y la biblioteca, por más que sus edificios hayan sido destruidos, siguen funcionando en espacios alquilados...

–En su discurso ante el Congreso de Autoridades Locales y Regionales de Europa usted dijo que de 300 ciudades que expresaron su solidaridad con Sarajevo sólo 25 lo hicieron en forma concreta. ¿Hubo entre ellas alguna latinoamericana?

–En concreto... no. Pero sí recuerdo un mensaje muy caluroso que recibimos de Buenos Aires. Y es algo muy importante para nosotros saber que contamos con su apoyo. Yo había pedido algunas cosas materiales, es cierto, con motivo de cumplirse los 1000 días de sitio. Como el apadrinamiento de escuelas y de estudiantes destacados de Sarajevo, la entrega de instrumentos musicales para nuestro instituto de música y la reacción fue positiva, especialmente en Austria, Hungría y Turquía. Tanto es así que ahora tenemos más instrumentos que músicos. También nos enviaron material para la escuela de medicina, algo que no cesamos de necesitar. En fin, cosas materiales y no dinero sin un destino específico. Pero insisto en la importancia de los mensajes de apoyo. Es como cuando en una familia alguien tiene un pariente o un amigo enfermo y le hacen sentir que no está solo. Ocurre lo mismo entre las ciudades. Y esto es lo que me permite decir que soy optimista.

–¿Cómo se puede ser optimista sin agua, electricidad, 10.000 habitantes muertos y 45.000 heridos?

–No conozco una ciudad en el mundo que cuente con más de 300 ciudades amigas...

La barbarie enemiga

–Pero como está Sarajevo algunos dirán que con amigos como ésos es mejor tener enemigos.

–Y se equivocan. Nuestro enemigo es el barbarismo. Es un grupo de gente que quiere destruir la esencia de la ciudad. Porque es de ella que emana la fuente de toda democracia, cultura, noción de civilización social. Es por eso que atacan a las ciudades. Porque quieren imponer una monocultura. Y Sarajevo es un buen ejemplo de colaboración entre ortodoxos, musulmanes, católicos, judíos... Tenemos que ser optimistas. No podemos rendirnos, porque eso significaría el triunfo de ideas fascistas. Tenemos que luchar. Y la lucha no es posible sin optimismo. No sé qué ocurrirá conmigo y mi familia. Pero Sarajevo sobrevivirá.

–¿Tiene a toda su familia allí? ¿Pensó alguna vez en irse o mandar a sus hijos al exterior?

–Sí, todos viven en Sarajevo. Tengo que confesarle que la idea cruzó una vez por nuestra cabeza. Fue al principio de la guerra, cuando tuvimos que dejar nuestra casa. En tres horas hicimos planes precisos para irnos. Pero después de charlar con amigos y ya con las valijas en la mano decidimos quedarnos. Dondequiera que vaya, uno es un huésped, una carga. Fuera de Bosnia uno no puede ayudar realmente... Un amigo, actualmente embajador de Bosnia (no le puedo decir dónde), me dijo hace poco que un día mío de trabajo en Sarajevo, manteniendo los servicios públicos y la moral en alto, equivalía a un año del suyo.

–¿No tiene miedo frente a la posibilidad de un retiro de los cascos azules?

–Yo le pido una sola cosa a la comunidad internacional: que rompa el statu quo. Si quieren retirar los cascos azules, tienen que levantar también el embargo de armas. Ayer por la tarde el canciller británico Douglas Hurd dijo que una cosa va ligada a la otra. Y tiene razón. En Sarajevo queremos decirle adiós a la UN. Si no cambia el mandato para sus fuerzas autorizándole a defenderse y a hacer cumplir el mantenimiento de la paz, es mejor que se vayan. Si no seguiremos en la situación en la que estamos ahora, donde son las tropas bosnias las que tienen que proteger a las de la UN. En Bihac hasta hubo que alimentarios, porque se quedaron sin provisiones. Y es algo de lo que no podemos darnos el lujo por mucho tiempo.

–Algunos advierten que esto llevaría al fundamentalismo musulmán a las puertas de Europa.

–El fundamentalismo musulmán en Bosnia existe sólo en los cuentos para chicos. Lo que estamos sufriendo ahora es el fundamentalismo ortodoxo, que se propone eliminar todo rastro de cultura musulmana y católica.

–¿Pero no podría despertar el anhelo de una "guerra santa" de los fundamentalistas de otras naciones?

–Al principio de la guerra algunos de esos grupos entraron en el conflicto sin ser bienvenidos. Muchos de Arabia Saudita, Kuwait, y también de Francia e Inglaterra. El levantamiento del embargo debe significar un equilibrio de fuerzas que haga posible una negociación en tierra firme. En cierta forma, tenemos que crear una suerte de "guerra fría". Cada lado debe saber qué le espera de no cumplir con los acuerdos. Si la UN no quiere levantar el embargo, entonces debe garantizar ella misma este equilibrio imponiendo la paz. No hay otra salida.

CLINTON, DECIDIDO A TOMAR MEDIDAS DRASTICAS PARA PROTEGER A LOS CASCOS AZULES DE LA ONU

EE.UU. enviaría tropas a Bosnia

ARCHIVO CLARIN



Rusia advirtió ayer que se opone al uso de la fuerza para terminar con la guerra en Bosnia, en la que los Estados Unidos podrían involucrarse con tropas terrestres, aunque "temporariamente", según el presidente Bill Clinton.

SARAJEVO, WASHINGTON y PARIS, 31 (AP, EFE, AFP y **Clarín**). – El presidente norteamericano, **Bill Clinton**, admitió hoy que su gobierno estudia la posibilidad de enviar tropas terrestres a **Bosnia**, donde **casi 400 cascos azules de las Naciones Unidas permanecen como rehenes de las milicias serbias**, cuyos líderes dijeron hoy que están dispuestos a tratar su liberación.

Clinton afirmó que las tropas norteamericanas solo intervendrían en el sangriento conflicto bosnio "**temporariamente**". Ahora, los efectivos de Estados Unidos solo participan de las acciones aéreas aliadas en la ex república yugoslava.

La situación en la región se agravó drásticamente el fin de semana pasado, cuando los serbios, que luchan contra el gobierno mayoritariamente musulmán de Bosnia, comenzaron a tomar como rehenes a efectivos de paz de la ONU, decenas de los cuales fueron encadenados a instalaciones estratégicas serbias y utilizados como escudos humanos para impedir los bombardeos de la **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)**.

Infiltración en Sarajevo

Los milicianos serbios no solo constituyen una fuerza militarmente poderosa sino que están dando prueba de una enorme audacia. Anoche, un comando se infiltró en Sarajevo en un vehículo blindado tomado por la fuerza a los cascos azules y llegó sin sobresaltos hasta las puertas del cuartel general de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas.

Un vocero militar, identificado como el teniente coronel Gary Coward, dijo luego que los serbios –que se apoderaron de decenas de vehículos de la ONU– no intentaron atacar y que los cascos azules no atinaron a interceptar el blindado porque "**no daban crédito a sus ojos**".

Los ataques aéreos aliados se llevan a cabo a pedido de los jefes de la ONU en Bosnia, cuando estos consideran que los serbios violaron alguna de las seis "zonas de seguridad" declaradas por la organización internacional (Sarajevo, la capital; **Tuzla**, **Srebrenica**, **Gorazde**, **Bihac** y **Zepa**).

Ante la situación cada vez más difícil de los cascos azules que permanecen como rehenes, Clinton dijo que examinará "**atentamente**" cualquier pedido para que los Estados Unidos intervengan "**temporalmente con fuerzas terrestres**".

Estudian evacuación de emergencia

A bordo del buque de asalto norteamericano "Kearsarge", que se encuentra en aguas del mar **Adriático**, frente a las costas bosnias, oficiales de los Estados Unidos, **Gran Bretaña** y **Francia** prepararon planes de emergencia para una eventual evacuación de los cascos azules.

Los efectivos de paz que se encuentran como rehenes de los serbios podrían ser liberados si se aceptan las condiciones que hoy dieron a conocer los captores a través de la televisión francesa en París.

Desmilitarizar todas las zonas de seguridad en Bosnia, garantizar que no habrá más ataques aéreos y respetar mejor el embargo de armas que pesa sobre el gobierno bosnio, son las tres condiciones incluidas en un documento firmado por el líder serbiobosnio **Radovan Karadzic**.

Para analizar este tema, Francia convocó para el sábado en París una reunión de ministros de Defensa de los países de la **Unión Europea** (UE) y de la OTAN que tienen tropas en la zona.

A la ofensiva diplomática se sumó hoy el secretario general de la ONU, **Butros Ghali**, quien presentó al **Consejo de Seguridad** del organismo cuatro opciones para el futuro de las fuerzas de paz en Bosnia: la retirada de los cascos azules, el mantenimiento del actual statu quo, reforzar a los efectivos internacionales y, por último, disminuir las atribuciones que hoy tienen y permitir que solamente puedan usar la fuerza en defensa propia.

Rusia: no a la fuerza

MOSCU, 31 (AP). – El presidente ruso, **Boris Yeltsin**, advirtió hoy que su país se opone a que se haga uso de la fuerza para poner fin a la guerra en **Bosnia**, y exhortó a levantar las sanciones internacionales que pesan sobre **Serbia**, informó la agencia ITAR-Tass.

Serbia, que junto a **Montenegro** conforma la nueva **Yugoslavia**, sufre severas sanciones económicas implementadas por la ONU, debido al apoyo que brinda a las milicias serbias de Bosnia y **Croacia**, que luchan contra los gobiernos de esas dos repúblicas ex yugoslavas.

"**Rusia objeta zanjar el conflicto en la ex Yugoslavia por medio de la fuerza**", dijo Yeltsin. "Siempre hemos dicho: dennos una oportunidad de aligerar las sanciones impuestas a Belgrado, para ayudar a la ex Yugoslavia en general y a Serbia en particular", agregó.

La Esperanza de ONU se Frustra

INSÓLITA UNANIMIDAD ENTRE BOSNIOS SERBIOS Y CROATAS: RECHAZAN EL FIR

BELGRADO, 30 (EFE).— Las tres comunidades que viven en Bosnia-Herzegovina, bosnios, serbios y croatas, se oponen a la Fuerza de Intervención Rápida (FIR), a la que los comentaristas locales han apodado "la incomprendida". La FIR es la gran esperanza del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para que no vuelva a repetirse el caso de los serbobosnios, que tomaron como rehenes a casi cuatro centenares de "cascos azules" después de los dos bombardeos de la OTAN a finales del pasado mayo.

La ONU había encargado a la OTAN, según dispuso en 1994 el Consejo de Seguridad, que bombardeara a los serbobosnios por no haber respetado la zona de exclusión armamentista decretada en torno a Sarajevo.

Hasta el momento, el cumplimiento de las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU, regularmente violadas, sobre todo por los serbobosnios, venía encomendándose a "escarmientos" poco contundentes de la OTAN.

Los serbobosnios habían mostrado en diciembre de 1994 que el punto flaco de esa lógica eran los rehenes que podían hacer entre las fuerzas de la ONU, como ocurrió entonces con el capitán español Chamorro, que estuvo unos días en cautiverio.

Las fuerzas bosnias, ahora que han cobrado fuerza, tras haber combatido mal armadas con las serbobosnias durante dos años y medio, no quieren que la FIR se interponga entre ellas y los serbios, y aunque no se han opuesto abiertamente a su llegada, quieren condicionar su emplazamiento.

"Nosotros no pedimos que fuerzas extranjeras vengan a morir en Bosnia, sino que se nos permita ejercer nuestro derecho a defendernos", declaró el primer ministro bosnio, Haris Silajdzic, a la revista *"Perspectives Quarterly"*.

Quienes con más rigor se han mostrado contrarios a la FIR son los serbobosnios, que le han advertido "que no se acerque a nuestras líneas del frente" y la han declarado antiserbia.

El hecho es que si cuando el 25 de mayo los serbobosnios hicieron rehenes a casi cuatro centenares de soldados de la ONU hubiera estado en Bosnia la FIR, habría atacado a los serbios.

"En el futuro, los soldados de la ONU podrán ser heridos, y hasta morir, pero nunca más podrán ser humillados", declaró a principios de junio el presidente francés, Jacques Chirac, principal animador de la creación de la FIR.

Tampoco los croatas de Bosnia, teóricamente aliados de los bosnios, desean que la FIR se ponga demasiado al tanto de sus planes estratégicos en la zona de Herzegovina, donde persiste su recelosa relación con el Ejército de Bosnia.

El presidente de la federación croata-bosnia, Kresimir Zubak, ha pedido al general Bernard Janvier, jefe de las fuerzas de la ONU en la antigua Yugoslavia, que explique qué es lo que se proponen los 12.500 efectivos que están llegando, según él, a zonas exclusivamente croatobosnias.

El portavoz del Departamento de Estado norteamericano, Nicholas Burns, no ayudó a disipar sus dudas, al declarar el jueves que tampoco él sabe exactamente en qué consiste la Fuerza de Intervención Rápida.

Observadores diplomáticos europeos consideran que en esas dudas hay un reproche estadounidense hacia los aliados europeos, que han decidido sustituir a la aviación de la OTAN por fuerzas de choque de la ONU controladas por ellos.

Washington criticó la semana pasada la explicación que el plenipotenciario de la ONU, Yasusi Akasi, dio a los serbobosnios de que la FIR tendría el mismo comportamiento que los "cascos azules".

9508502
los cascos azules en la ex-Yugoslavia

11876
507685
507697
65658
11164 11830

LA VERGÜENZA BALCANICA

EL problema no tiene una solución militar: sólo podrá tener una solución política" dijeron los observadores internacionales. Se referían a la guerra de fragmentación en la ex Yugoslavia, donde 222 "cascos azules" de las Naciones Unidas están prisioneros de las tropas serbio-bosnias para ser usados como escudos humanos en caso de que se repitan los bombardeos por parte de la aviación de países occidentales. Si el caso puede tener sólo una salida política, cabe imaginar que el terreno natural donde podrá gestionarse esa salida es la mesa de negociaciones, y la herramienta para facilitarla es el diálogo. Pero al mundo parece costarle mucho encontrar esa mesa y esas palabras que puedan llevar a una desembocadura de pacificación.

3-6-95 El País

UNA explicación para tales dificultades puede buscarse en la enorme complejidad del conflicto, que en primer lugar ha partido a la antigua federación yugoslava en cinco países (Serbia, Croacia, Eslovenia, Bosnia, Macedonia). En segundo lugar, esa división se suma a la subdivisión de minorías étnicas establecidas fuera de su territorio natural (serbios en Croacia o en Bosnia, croatas en Eslovenia, etcétera). En tercer lugar, esas complicaciones se agregan a las diferencias religiosas: musulmanes bosnios, ortodoxos serbios, católicos croatas o eslovenos. En cuarto lugar, todo ese entrevero se añade al impulso hegemónico de Serbia sobre la región y a su inocultable propósito de lograr una salida al Mar Adriático, recurso que sólo podría lograrse partiendo a Croacia en dos y apropiándose de la vieja Dalmacia, con el espectacular puerto de Dubrovnik, cuyas reliquias arquitectónicas los serbios bombardearon a mansalva desde octubre de 1991.

EL mapa de intereses superpuestos que exhibe hoy esa zona balcánica, es un ovillo difícil de ordenar incluso para avezados expertos internacionales. No parece sencillo contemplar las aspiraciones de las múltiples comunidades en guerra, sobre cuya masacre las Naciones Unidas han tendido el paño tibio de los "cascos azules" y la vaga advertencia de sus intervenciones aéreas, que son cortas, tímidas y salteadas ante el temor de la escalada que podría provocar una presencia real de fuerzas extranjeras en el enredado campo de operaciones. Pero por encima de esas dificultades y de las abundantes atrocidades cometidas a lo largo de cuatro años de guerra —con el martirio de Sarajevo como emblema central— existe un valor llamado buena voluntad, que los países poderosos no han esgrimido hasta ahora.

EN el mejor de los casos, han empuñado un tenue deseo de apaciguar las furias regionales, han cumplido actos simbólicos, han formulado amenazas verbales, han despachado fuerzas inoperantes, han enviado auxilios insuficientes y han desplegado un espectáculo para consumo del mundo entero: el de las imágenes de informativos que documentan la carnicería, ilustran la destrucción, testimonian el curso de las batallas. Todo eso integra una maniobra formal pero inútil, como queda establecido a esta altura, en el comienzo del quinto año de guerra donde vuelven a verse cadáveres de civiles en las calles de Zagreb y la metralla sigue cayendo sobre edificios de Sarajevo.

MIENTRAS tanto, el dirigente serbio Slobodan Milosevic recrea la rigidez del mariscal Tito para imponer la influencia de Belgrado sobre todo lo que pueda ocupar o invadir del territorio de la destrozada federación, gracias a la superioridad militar que mantiene sobre los restantes sectores del país. Lo hace bajo la velada tolerancia de Rusia, que siempre ha mantenido una presencia tutelar ante ese antiguo aliado que es además un vecino cuya lealtad supone una suerte de llave para vigilar la zona balcánica. Frente a esa tolerancia, las potencias occidentales mantienen una actitud perpleja, quizá confundida por el recuerdo de la inefable declaración inicial del gobierno de George Bush (que en 1991 decía **"apoyar sin reservas la unidad yugoslava"** ya deshecha) y por los ocasionales tirones de riendas que de vez en cuando pega el gobierno de Bill Clinton, que ahora envió un portaaviones al Adriático como nuevo y silencioso rezongo ante la arrogancia serbia.

HAY un concepto volátil que se llama voluntad política, gracias al cual ciertos centros de poder suelen resolver (o dejan de resolver) los problemas que tienen por delante. La voluntad política permitió a Estados Unidos apoyar descaradamente a Inglaterra durante la Guerra de las Malvinas, por encima de cualquier pacto hemisférico de solidaridad americana. La voluntad política permitió a Francia intervenir militarmente en sus antiguas colonias africanas, toda vez que alguna turbulencia amenazaba con desestabilizar esos mercados laterales. La voluntad política permitió a Alemania reconocer de inmediato al régimen croata, una vez que ese país se independizó de Yugoslavia. La voluntad política permitió a la ex URSS desprenderse de Alemania Oriental cuando lo consideró oportuno, permitiendo una reunificación germana que facilitaba otros acuerdos. La voluntad política permitió a Inglaterra emprender negociaciones por Irlanda del Norte, cerrando dos décadas de violencia en ese rincón del Reino Unido.

PERO no hay voluntad política para resolver el desorden y la matanza en Bosnia. Hay apenas una vigilancia retraída, una abstinencia cobarde y una demora indefinida, como si el mundo esperara a que la zona terminara de desangrarse para imponer el orden y el dibujo de nuevas fronteras cuando ya sea tarde para salvar a los sobrevivientes.

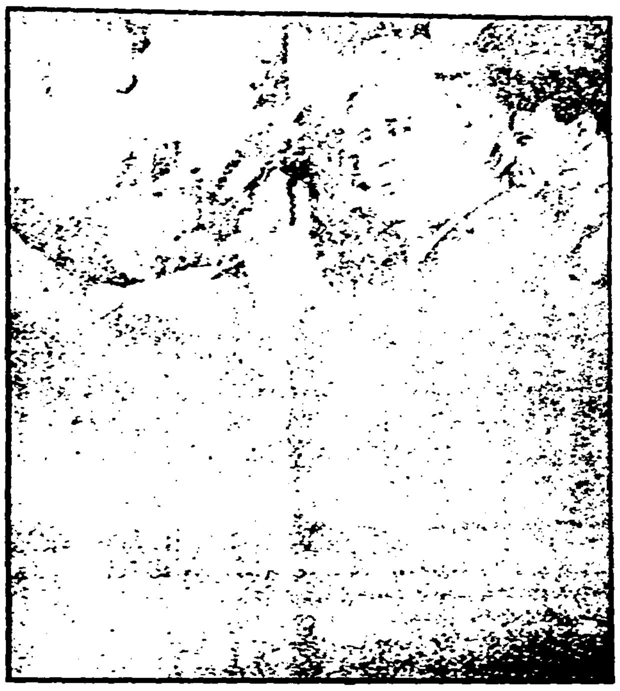
01-01

9508503
Los serbios continúan su conquista de BOSNIA

118760
507685
507697
65658
11164 501889

Mientras Occidente se muestra vacilante, habla mucho y hace poco, los serbios continúan desarrollando su plan de conquista de Bosnia Herzegovina.

TIME



El Dr. Radovan Karadzic, jefe de los serbios de Bosnia, saluda a los fotógrafos. (Laserfoto de Associated Press)

SARAJEVO, Bosnia Herzegovina.— Ante su fracaso al intentar que las partes en guerra hagan un alto en la sangrienta lucha y se sienten a dialogar y ante su impotencia para obligarlos a frenar la guerra, los aliados están enviando tropas adicionales para proteger a los soldados que ya se encuentran en Bosnia Herzegovina. Es una receta para la parálisis y quizás para el desastre.

Surge una pregunta ineludible: ¿Qué pueden hacer los miembros de la Fuerza de Paz de Naciones Unidas, aunque aumente el número de soldados? Ya han demostrado ineficacia para proteger y alimentar a los inocentes civiles. Si se limitaran a quedarse en los seis mal llamados "santuarios seguros", les resultará imposible cumplir su misión. Lo que es peor es que seguirán siendo blanco preferido de los serbios, debido a que los musulmanes bosnios utilizan esos "santuarios seguros" para recuperar energía, reagruparse con vista a la lucha y planificar sus contragolpes.

Si las fuerzas de Naciones Unidas se retiraran de esos lugares a zonas más alejadas, para ser menos vulnerables, su misión terminará por carecer completamente de sentido, a menos que se conviertan en combatientes. Pero, sus gobiernos no quieren que ello ocurra.

Durante tres años, Occidente ha buscado, sin suerte, una solución diplomática a la guerra de Bosnia Herzegovina, mientras envió una Fuerza de Paz para recorrer las zonas donde se desarrolla la guerra y proveer ayuda humanitaria a los castigados habitantes. La política seguida por Occidente ha sido destrozada por la realidad de los crecientes combates y por el hecho de que sus soldados son objeto de la agresión por parte de los serbios. No sólo han asesinado soldados de la Fuerza de Paz, sino también los tomaron como rehenes.

Si los miembros de la Fuerza de Paz fueran retirados, la situación podría agravarse, ya que no habría ningún freno a la guerra entre los serbios y los musulmanes bosnios y se correría el peligro de los enfrentamientos llegaran a otras zonas de los Balcanes, ampliando la guerra y generando consecuencias imprevisibles.

Una retirada también demandaría enormes sumas de dinero y desacreditaría a todos los países y organizaciones involucradas.

Una opción podría ser que la Organización de Tratado del Atlántico Norte (OTAN) asumiera una posición de mucha mayor firmeza ante los serbios, que no tienen límite a su capacidad destructora y de muerte. Esta posibilidad también tiene sus puntos en contra, debido a que significaría que OTAN asumiría un compromiso definitivo en la guerra, que ningún gobierno de Occidente desea.

La tercera posibilidad es que OTAN y Naciones Unidas continúen como hasta ahora, con una Fuerza de Paz asediada y buscando caminos diplomáticos para un muy difícil acuerdo, que en realidad, sólo ganaría algún tiempo, hasta que estallara la siguiente crisis.

POR AHORA SE GANA TIEMPO

Cuando se está en duda, lo mejor es ganar tiempo. Fue exactamente lo que hicieron hace tres semanas los Ministros de Relaciones Exteriores de los países miembros de OTAN reunidos en un balneario de Holanda, cuando anunciaron su decisión de continuar en Bosnia Herzegovina, robustecer las fuerzas que han enviado bajo mandato de Naciones Unidas y tomar posiciones en el terreno que puedan ser defendidas con más eficacia.

El gobierno de Estados Unidos, temeroso de una fisura en la OTAN si permanecía al margen de los acontecimientos, anunció poco después de la reunión ministerial su intención de enviar tropas a Bosnia Herzegovina, pero sólo para dar cobertura a una eventual retirada de los soldados de la Fuerza de Paz o para ayudar a los aliados a reubicar sus tropas.

Esa decisión del presidente Clinton obtuvo el apoyo del 65 por ciento de los norteamericanos, según indica una encuesta realizada por "Time" y la cadena televisiva CNN, pero suscitó un torrente de críticas de parte de legisladores.

Si bien los aliados parecieron muy firmes en sus decisiones, en realidad, resolvieron muy poco. La nueva política de Occidente —dejar a la Fuerza de Paz en Bosnia Herzegovina y esperar que pueda lograrse un acuerdo de alguna manera, y por alguna vía— es una extensión de la política que se ha seguido desde el comienzo de la guerra. El cruel dilema de Bosnia Herzegovina, como desde el comienzo, se mantiene en todos sus términos.

El primer ministro británico, John Major envió 1.200 soldados más a Bosnia Herzegovina, con el respaldo de artillería, para sumarse a los 3.500 soldados de Gran Gretaña que ya presentan servicio allí como parte de la Fuerza de Paz de 22.000 hombres. Otra brigada de 5.500 hombres se movilizará afines del presente mes. Un asesor de Major dijo que "la idea es formar una unidad con objetivos ofensivos". Los británicos confían en quedar en mejor situación para defenderse.

Las resoluciones de Naciones Unidas autorizan a los miembros de la Fuerza de Paz utilizar todos los medios necesarios para que lleguen los suministros humanitarios, pero hasta el momento no lo han hecho ante la notoria resistencia que oponen los serbios. Los integrantes de la Fuerza de Paz pueden solicitar el apoyo de bombardeos aéreos por aviones de OTAN, si se encontraran en grave peligro. Las acciones en ese sentido derivaron en la toma de rehenes por parte de los serbios.

¿FUERTES PARA QUE?

Los franceses, que habían planteado varias veces la posibilidad de una retirada, expresaron, en una reunión de OTAN realizada en París, su apoyo a la formación de una fuerza de rápida reacción con 5.000 soldados. Esa fuerza sería destinada a operar desde el propio territorio de Bosnia Herzegovina y estaría equipada con helicópteros y artillería móvil. Los soldados de la Fuerza de Paz que estuvieran amenazados pueden requerir la intervención de las unidades de rápida reacción para ayudarlos e impedir que los serbios repitan sus actos de toma de rehenes. Los franceses, que siempre se quejan por la negativa de Estados Unidos a enviar soldados a Bosnia Herzegovina, intentaron nuevamente convencer a las autoridades norteamericanas.

Los que se está llevando a cabo, además de los refuerzos de tropas y la formación de la brigada de rápida reacción, es el reagrupamiento de la Fuerza de Paz.

Los planificadores están en la etapa de definir los alcances de la nueva configuración, estimándose que la concentración será en los mal llamados "santuarios seguros": Sarajevo, Bihaz, Tuzla, Zepa, Gorazde y Srebrenica. Pero, estos últimos tres lugares en la zona oriental de

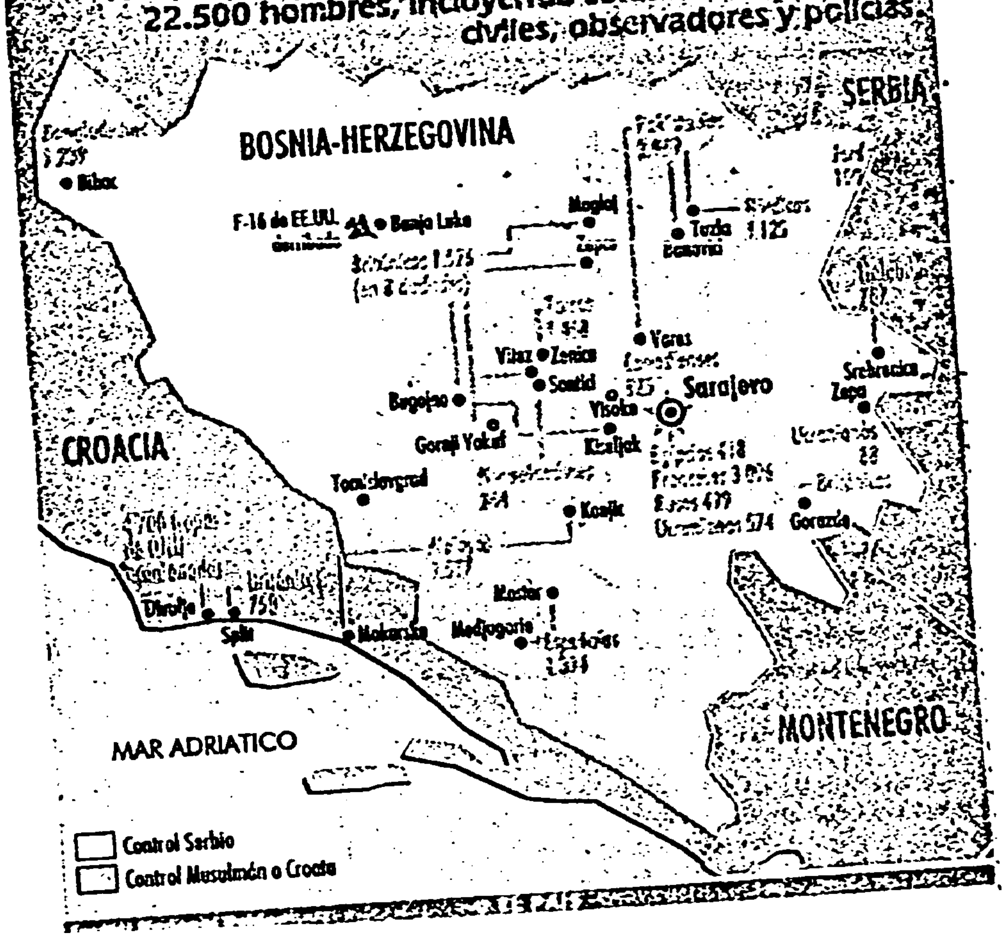
2/6/95

C1-C3

9508503

DONDE ESTAN LAS ASEDIADAS TROPAS DE ONU

Naciones Unidas ha desplegado una Fuerza de Paz de 22.500 hombres, incluyendo soldados, funcionarios civiles, observadores y policías.



9508503

RA

ɜ da muy Serbios



osnia Herzegovina se encuentran tan aislados y rodeaos por fuerzas serbias, que resultaría virtualmente impoble tranformarlas en mini fortalezas. De cualquier mane, los "pacificadores" no pueden abandonar esas zonas orque dejarían a las poblaciones musulmanas a merced e los serbios para que éstos continúen la "limpieza étnica", s decir, la masacre de poblaciones enteras. Lo que sí es eguro que los depósitos de las armas que los serbios ntregaron en las cercanías de los "santuarios seguros" ue bordean la capital de Bosnia Herzegovina, deberán ser bandonados por los soldados de Naciones Unidas, así omo también tendrán que cerrar varios puestos de observación en otras zonas del país.

El propósito de las potencias occidentales es econfigurar y fortalecer la presencia militar. Pero, muchos e preguntan: ¿Fortalecerla para qué? Si la Fuerza de Paz le Naciones Unidas cambia su papel y simplemente se ledica a defenderse, retrocediendo a baluartes bien defendidos donde el peligro es muy reducido, perderá todo sentido práctico, ya que no estara cumpliendo la tarea undamental de asegurar abastecimientos vitales a la castigada población bosnia.

Por otra parte, si los soldados bajo mando de Naciones Jnidas se convierten en una fuerza ofensiva y actúan omando la iniciativa para destruir los dispositivos de cierre de caminos y carreteras que han montado los serbios, perderían su carácter neutral y pasarían a ser parte de los sectores en guerra, sin tener el poderío necesario para riunfar. Ya les resulta imposible a los soldados de Naciones Unidas llevar a cabo su misión imparcial de asegurar os suministros humanitarios.

UNA PESADILLA DE DECISIONES

¿No sería mejor retirar la Fuerza de Paz? Esta es otra de las preguntas del momento, aunque la mayoría de las opiniones apuntan a que esa medida extrema sería nefasta. "Todos los gobiernos occidentales han analizado la posibilidad de una retirada", comentó un alto jerarca del Departamento de Estado. "Todos abandonaron la idea porque conduciría inevitablemente a una situación crítica". Una retirada de Naciones Unidas podría ser seguida de la derogación del embargo que pesa sobre Bosnia Herzegovina y por ataques aéreos adicionales, lo que pondría a los serbios en posición de atacar a las tropas que se retiran y tomar nuevos rehenes. Si una retirada fuera el preludio del abandono total del conflicto, los musulmanes bosnios podrían abrir fuego contra la Fuerza de Paz por considerar que Naciones Unidas y Occidente les ha traicionado. Algunos temen que se repitan escenas de pánico y desesperación como las que ocurrieron hace dos décadas en Vietnam del Sur, cuando los últimos helicópteros de Estados Unidos salieron de Saigón y millares de vietnamitas pugnaron por ir en los viajes finales hacia la libertad.

En el caso del presidente Clinton, quien ha prometido hasta 25.000 soldados si fuera necesario para ayudar a una eventual retirada de la Fuerza de Paz, evitar un desenlace tan frustrante como ese constituye un objetivo de política exterior. "La pesadilla que pesa en las decisiones del Presidente es la sucesión de escenarios que tienen marcado el abandono de Bosnia Herzegovina por la Fuerza de Paz", indicó un jerarca del Departamento de Estado.

Pero, mientras los "pacificadores" están empantanados y continúa la guerra, la única esperanza que le queda a Occidente es la diplomacia. Muy pocos advierten una salida diplomática al drama de Bosnia Herzegovina.

Serbia sigue bajo duras sanciones económicas aplicadas por Naciones Unidas. No hay duda

que, pese a que han logrado burlar esas medidas, los serbios encabezados por su presidente, Slobodan Milosevic, preferirían que fueran levantadas. Por ello, en Occidente algunos confían en la posibilidad de que Milosevic logre convencer a su antiguo protegido Radovan Karadzic —líder de los serbios de Bosnia— de la conveniencia de buscar una salida negociada. Voceros del gobierno de Estados Unidos dijeron que Milosevic y Karadzic, en realidad, "son enemigos a muerte porque se dan cuenta que en Yugoslavia no hay suficiente lugar para que manden los dos".

Estados Unidos ha realizado esfuerzos diplomáticos para que Milosevic reconozca la soberanía de Bosnia Herzegovina como manera de dejar aislado a Karadzic. Sin embargo, esos esfuerzos no tuvieron positiva respuesta hasta el momento. También quieren que reconozca la soberanía de Croacia. Si Milosevic lo hiciera, estaría abandonando su ambición de reconstruir lo que denomina la "Gran Serbia", que incluiría demás de Montenegro, a Croacia y Bosnia Herzegovina.

Ninguna de las posibles soluciones es fácil y casi todas implican más pérdidas de vidas. También es cierto que, en la medida en que siga la vacilante actitud de Occidente, se erosiona la credibilidad de los países más poderosos y se está dejando ante el mundo la impresión de que agresión no tiene precio y por el contrario, asegura buenos dividendos.

El subsecretario de Estado norteamericano, Richard Holbrooke sostuvo que si no se aplica una estrategia seria la historia confirmará el veredicto que se ha dictado hasta ahora: "El fracaso de responder de manera adecuada ante esta tragedia constituye el mayor fracaso colectivo de Occidente desde la década de los años treinta".

03-03

Rompecabezas de la guerra

El recalentamiento de la guerra civil en **Bosnia** es la **fase posiblemente final del proceso de desintegración de la Yugoslavia comunista**, un Estado federal de seis repúblicas autónomas que a partir de 1990 se dividió en cinco naciones independientes.

La guerra, que enfrenta a la población de origen serbio con una alianza musulmano-croata, es la más sangrienta pero cronológicamente la segunda de la ex Yugoslavia: antes hubo otra en **Croacia**, más breve, que cesó por la presión internacional. No ha habido guerra, en cambio, en **Eslovenia**, **Macedonia** y la nueva República Federal Yugoslava, integrada por **Serbia y Montenegro**.

Serbios y croatas

Los dos ejes de las guerras de la ex Yugoslavia comunista son los **serbios** y los **croatas**, pueblos afines de origen eslavo que están separados por historias distintas. El tercer eje lo constituyen los **musulmanes bosnios**: en su inmensa mayoría descienden de croatas que en algún momento de la larga dominación turca se convirtieron al Islam para poder ser propietarios.

Los croatas (católicos romanos, muy relacionados con Alemania) y los serbios (cristianos ortodoxos, poderosamente influidos por Turquía, Grecia y Rusia) convivieron mal en el **Reino de los Serbios, Croatas y Eslovenos**, que nació en 1918 de las ruinas del Imperio Austrohúngaro. Las razones fueron las tendencias hegemónicas y expansionistas de los serbios, acusados de intentar crear una **Gran Serbia**.

La paz 3-6-95 CLARIN

Tras la toma del poder por parte de los comunistas, el mariscal Tito (un croata) se lanzó a la tarea de dar nueva vida al viejo reino, convertido ahora en la República Federal Socialista de Yugoslavia.

Creó entonces un Estado federal de seis repúblicas autónomas. La base volvieron a ser Croacia, Eslovenia y Serbia, pero adquirieron el mismo status Montenegro (poblada casi exclusivamente por serbios), Macedonia y Bosnia-Herzegovina ("inventada" para que cumpliera el papel de amortiguador entre Croacia y Serbia).

La muerte de Tito, la crisis económica (con alto desempleo y fuerte inflación), el desigual desarrollo, el comienzo del proceso que llevaría a la desintegración de la URSS y la reunificación alemana fueron algunos de los factores que debilitaron a la Yugoslavia comunista, que debió hacer frente entonces a su propio **proceso desintegrador**.

La guerra

En el marco de la nueva turbulencia política interna reaparecieron el nacionalismo en Croacia y Eslovenia, de sesgo claramente derechista, y ambas repúblicas proclamaron sus respectivas independencias. Estas decisiones recibieron el poderoso estímulo de las potencias occidentales, muy especialmente de Alemania.

A diferencia de Eslovenia la secesión no fue pacífica en Croacia, donde los serbios étnicos **anunciaron su decisión de no quedar sometidos a un gobierno croata independiente**.

La consecuencia fue una breve guerra civil, que se resolvió con la virtual partición del país. Los serbios, que residen mayoritariamente en la zona fronteriza con Bosnia, proclamaron la **República Serbia de Krajina**, que ocupa ahora la cuarta parte del territorio croata.

El apresurado reconocimiento de la independencia de Bosnia, que nunca había existido como Estado independiente y en el que los serbiobosnios se negaron a participar en el referéndum que la decidió, precipitó el comienzo del actual conflicto, una guerra terrible que los serbios van ganando ante el único gobierno musulmán de Europa, tan aislado como nadie lo esperaba cuando en algunas de las capitales europeas se festejaba la independencia del país.

Carlos Arroyo

Decretan movilización general

PALE (Bosnia) (EFE). - El Gobierno de la autoproclamada república serbia de Bosnia decretó la movilización general en el 70 por ciento del territorio que controla militarmente y prometió la "derrota total" de las fuerzas gubernamentales, en su mayoría musulmanes.

Las tropas gubermanentales bosnias llevan a cabo una ofensiva para romper el cerco de Sarajevo, desde el noroeste de la capital y dentro de ésta, hostigando a los asediantes serbios desde todos los puntos que controlan.

Aviones de la OTAN sobrevolaron Pale, sede administrativa de los serbio-bosnios a 18 kilómetros de Sarajevo, por primera vez desde los bombardeos del 25 y el 26 de mayo pasado.

A los desertores serbio-bosnios que no se reintegren a filas, unos 100.000 según algunas fuentes, les serán confiscados todos sus bienes muebles e inmuebles, agregaron.

El gabinete del líder serbio-bosnio, Radovan Karadzic, dijo a la prensa que las fuerzas gubernamentales volvieron a perder el tramo que habían tomado en la carretera que conduce del cuartel serbio de Lukavica (Sarajevo) a Pale.

"Los musulmanes no han logrado tomar esa carretera que sigue cerrada debido a los constantes cañoneos a los que está sometida", informaron.

"Siguen atacando sin éxito alguno Ilijas, a 20 kilómetros al norte de Sarajevo", afirman las fuentes militares serbio-bosnias.

Las fuerzas militares serbio-bosnias indican que han caído "centenares de granadas sobre los barrios serbios de Sarajevo".

9508504

02-02

■ SERBIO-BOSNIOS DERRIBARON UN AVIÓN NORTEAMERICANO

Un nuevo y peligroso giro para Bosnia

Fuerzas rebeldes derribaron un F-16 de EEUU motivando la reacción airada de los gobiernos aliados y el planteamiento de una nueva estrategia para el gobierno de Clinton

El derribo de un avión estadounidense de la Alianza Atlántica, efectuado ayer sobre el espacio aéreo de Bosnia, puede causar una nueva y peligrosa escalada del conflicto en esa antigua república yugoslava.

Un F-16 estadounidense de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), que había despegado de la base de Aviano (norte de Italia), fue abatido a las 13:00 GMT de ayer por un misil tierra-aire cuando efectuaba una operación de reconocimiento sobre Banja Luka, la mayor ciudad bajo control serbio al noroeste de Bosnia, dentro de la operación "Cielos Cerrados".

Fuentes del Comando Sur Aliado, con sede en Nápoles (sur de Italia), dijeron que se ha puesto en marcha una operación de búsqueda y socorro del piloto del F-16 en la zona donde cayó el aparato, la cual continuará durante "toda esta noche (anoche) y con todos los medios disponibles", ya que no pudieron "ni confirmar ni desmentir" oficialmente si se encuentra con vida.

El F-16 efectuaba una operación de reconocimiento sobre espacio aéreo de Bosnia

La cadena de televisión norteamericana CNN indicó que el piloto logró saltar del avión, pero no se sabe si ha sobrevivido.

También el Pentágono confirmó el derribo de su F-16, que formaba parte del grupo de 150 aviones de doce países de la OTAN, entre los que figura España, que participan desde abril de 1993 en las operaciones de vigilancia de los cielos de Bosnia.

El presidente de EEUU, Bill Clinton, dijo estar "muy preocupado" por el derribo del aparato, pero destacó que la política norteamericana hacia Bosnia "sigue firme".

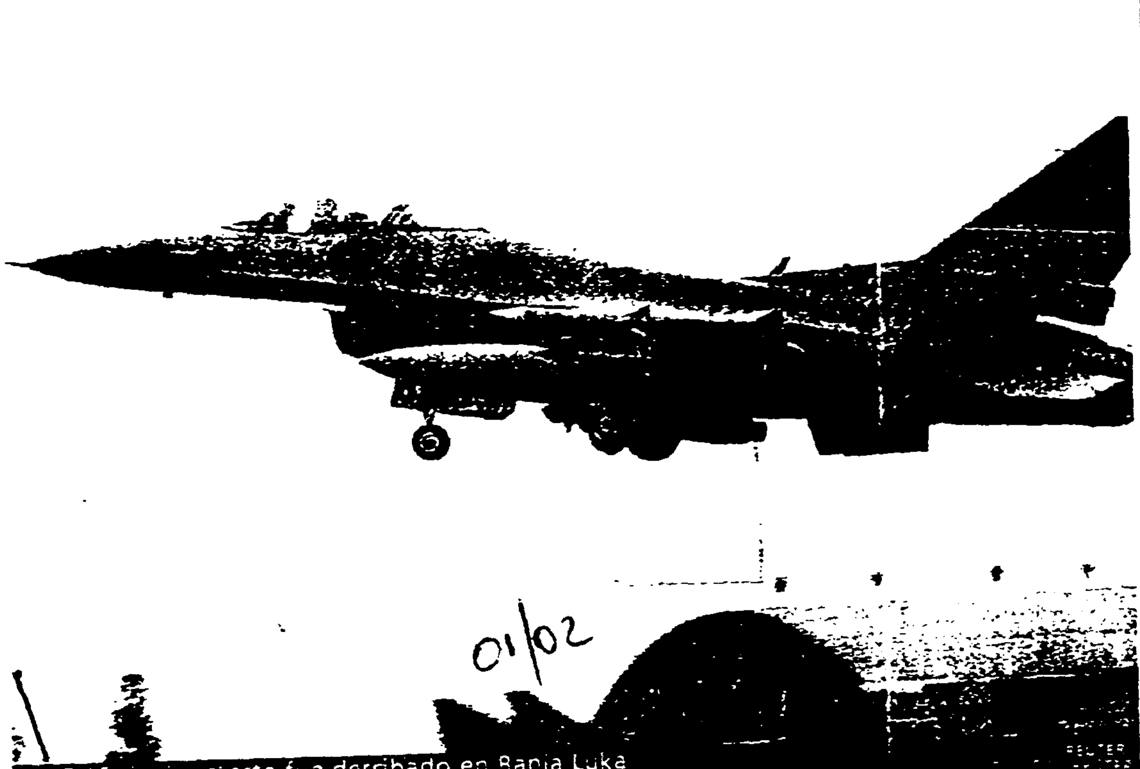
Este incidente se produjo horas antes de que Clinton se reuniera con su secretario de Defensa, William Perry, y el jefe de la Junta de Estado Mayor, general John Shalikasvili, para analizar la estrategia a seguir después de la detención de 377 miembros de la ONU.

Tras ser alcanzado el avión, este encuentro de Clinton con sus inmediatos asesores de Defensa cobra mayor trascendencia.

En Bruselas, un responsable aliado descartó cualquier acción de represalia de la OTAN sin una petición previa de las Naciones Unidas.

Después de este ataque, el tercero que sufren en tres días aparatos militares de la Alianza Atlántica en el espacio aéreo bosnio, aunque en los dos anteriores los misiles no alcanzaron sus objetivos, el mando operativo aliado en Napoles se encuentra reunido para estudiar la situación y planear los pasos a seguir.

Este es el segundo avión que pierde la OTAN en 25 meses de operaciones sobre el territorio bosnio, después de que un "Harrier" británico fuera abatido por el fuego antiaéreo el 16 de abril de 1994, mientras efectuaba una misión de protección sobre Gorazde, al este de Bosnia. (*En base a Ap. EFE y Reuter*)



Un F-16 similar a este fue derribado en Banja Luka

REUTER

CLAVES

- **INTERVENCIÓN.** El presidente de los EEUU anunció el miércoles la intención de enviar 20.000 efectivos militares "sólo para tareas de apoyo".
- **MEDIDA.** Los sucesos de ayer podrían forzar un cambio en la política norteamericana hacia Bosnia.
- **DERRIBAMIENTO.** Este es el segundo avión de las fuerzas aliadas en ser derribado desde que comenzó la guerra en los balcanes en 1993.
- **ANALISIS.** El mando de la OTAN está reunido para evaluar la situación y estudiar acciones futuras.

Análisis

MARTÍN SARTHOU

¿Alguien protege a los cascos azules ?

Desde hace tres años los llamados "gobiernos aliados" están evitando tomar las decisiones difíciles en el caso de Bosnia, limitándose exclusivamente a "monitorear" una situación que se viene desbordando.

La hora de tomar decisiones, de las más duras, parece haber llegado y, para mejor o para peor, la comunidad internacional debe hacer algo en el conflicto balcánico.

Mantenerse en la situación actual, dejando actuar impunemente a los serbio-bosnios con sus constantes violaciones a cuanta normativa exista, significaria reconocer su supremacía.

Karadzic, persiguiendo su sueño de la "Gran Serbia", pasó de acosar y agredir a los musulmanes bosnios a tomar como objetivo a los cuerpos de paz de la ONU.

Las represalias de OTAN a través de bombardeos a puestos estratégicos parecen no haber tenido efecto ni militar ni sicológico para los serbios que, un día después, bombardearon Sarajevo y tomaron cerca de 400 rehenes de la ONU.

La paradoja está planteada desde el momento en que los cascos azules, cuya misión es dar protección, ni siquiera han conseguido protegerse a ellos mismos.

Ayer decíamos que los gobiernos occidentales no querían pagar el precio de intervenir por considerarlo "muy alto". De seguir así mayor será el precio que deberán pagar por lo que no hacen en Bosnia.

Presión republicana sobre Clinton

El presidente de EEUU, Bill Clinton, bajo el fuego de republicanos y demócratas por sugerir que podría enviar tropas a Bosnia, intenta ahora convencer a unos y otros de que una ayuda "temporal" no supone involucrarse en el conflicto.

Clinton aseguró anoche que no enviará soldados a un combate que no serviría de nada.

El presidente norteamericano aseguró que no quiere enviar tropas "para intentar asegurar una victoria u obligar con medios militares a poner fin al conflicto" porque "de ello sólo resultaría muchos estadounidenses muertos sin lograr el objetivo. No creo que debamos hacerlo, aunque debemos hacer todo lo que poda mos sin llegar a ese extremo".

Clinton, que respondía a una pregunta de una adolescente sobre cómo podía asegurarse la paz en la conflictiva zona de la ex Yugoslavia, dijo que son las partes en conflicto las que deben negociar un acuerdo y poner fin a las hostilidades.

El presidente norteamericano recordó que Estados Unidos, que nunca quiso implicarse en el conflicto en Bosnia, tiene soldados en Macedonia para evitar que se extienda la guerra en esa zona del continente.

Con excepcion del senador demócrata Edward Kennedy, casi ningun legislador en el Parlamento -tanto republicanos como demócratas- respaldó la promesa hecha el miércoles por Clinton de considerar el envío "temporal" de tropas si la OTAN solicitaba su ayuda.

Los líderes republicanos del Congreso, que quieren la retirada de la ONU y levantar el embargo de armas a los bosnios musulmanes, reaccionaron inmediatamente con duras críticas a lo que calificaron de "ayuda para reforzar un fracaso".

Pero las consecuencias de los ataques de ayer contra un avión de los EEUU fueron totalmente opuestas a lo que se esperaba, hasta el punto de que, ahora, tal vez EEUU se vea obligado a lo que siempre quiso evitar, poner un pie en [illegible] *EFE* [illegible]

Un Jet F 16 al Servicio de OTAN

LA CRISIS EN BOSNIA EMPEORO CUANI SERBIOS DERRIBARON AVION DE EE.U

***LONDRES, 2 (Reuter).**— La crisis en Bosnia empeoró hoy cuando las fuerzas serbias derribaron un avión estadounidense que realizaba una misión de la OTAN. La Organización del Tratado del Atlántico Norte lanzó inmediatamente una gran operación de búsqueda y rescate para dar con el paradero del piloto del jet F-16.*

EL PAÍS 3-6-95

La operación incluye helicópteros protegidos por aviones de combate. La OTAN espera encontrar al piloto mediante el sistema de localización que portaba durante el vuelo.

Al mismo tiempo, el comandante del Comando Sur de la OTAN en Nápoles dijo que la alianza estaba investigando los informes aún no confirmados sobre la detención del piloto en calidad de prisionero.

"Tenemos informes sin confirmar que señalan que el ejército serbio bosnio rescató al piloto del F-16 que fue derribado esta mañana", señaló el almirante Leighton Smith al canal de noticias por cable CNN, desde Nápoles.

El presidente estadounidense Bill Clinton opinó que el ataque merecía reforzar la "obligación moral" de estudiar el envío de soldados estadounidenses para ayudar con la reagrupación de las fuerzas de Naciones Unidas.

Un misil serbio derribó el F-16 mientras patrullaba una zona de exclusión aérea cerca del territorio controlado por los serbios de Banja Luka, en el norte de Bosnia.

En Messina, Italia, el ministro francés de Relaciones Exteriores, Herve de Charette, dijo que Francia apoyaría la presencia militar estadounidense en la región.

En el depósito de armas de Bare, al norte de Sarajevo, los serbios tomaron como rehenes a otros 16 efectivos franceses de la ONU, elevando a casi 400 la cifra del personal del organismo internacional capturado o rodeado por los serbios como respuesta a los ataques aéreos de la OTAN contra sus depósitos de municiones hace una semana.

En el cuartel general serbio bosnio de Pale, los rebeldes dijeron al Comité Internacional de la Cruz Roja, CICR, que pronto liberarían a los efectivos de paz de la ONU, informó el vicedirector de la misión del CICR.

Pero en Messina, el secretario británico de Relaciones Exteriores, Douglas Hurd, dijo que la versión fue negada por el propio vicepresidente de la República Serbia Bosnia.

En Ginebra, el CICR opinó que no podía catalogar a los efectivos de paz como rehenes porque las Naciones Unidas utilizaron la fuerza en contra de los serbios, una posición que difiere de la del organismo internacional.

En París, los ministros de Defensa y comandantes de las fuerzas armadas de los miembros de la OTAN y la Unión Europea se reunirán el sábado para crear una rápida reacción de fuerza y así apoyar a las sitiadas unidades de la ONU en Bosnia.

En Belgrado, el ministro yugoslavo de Relaciones Exteriores Vladislav Jovanovic advirtió sobre el peligro de una intervención extranjera en Bosnia. Dijo que si la intervención desataba la respuesta en masa de los serbios, "ya no podremos detener la solidaridad de la población con sus hermanos".

La Unión Europea Condena el Derribo Pero Seguirá Misión

MESINA (Italia) 2 (EFE).— La Unión Europea (UE) condenó hoy, viernes, con palabras de extrema dureza el derribo de un avión estadounidense en Bosnia, cuando realizaba una misión de reconocimiento, pero reiteró que la misión humanitaria debe continuar pese a la gravedad de la situación.

3-6-95 El País

El ministro español de Asuntos Exteriores, Javier Solana, calificó el derribo del avión F-16 estadounidense de "un grave atentado contra las Naciones Unidas y contra la comunidad internacional".

La información sobre el derribo se supo cuando los ministros comunitarios estaban en medio de la celebración del 40 aniversario de la Conferencia de Mesina, que selló el inicio de la construcción europea.

El comienzo de la reunión estuvo jalonado de informaciones más esperanzadoras, pero finalmente no confirmadas, que apuntaban a que los rehenes detenidos en Bosnia por los serbios podían ser liberados en las próximas horas.

Solana aseguró que ahora más que nunca hay que seguir manteniendo "las misiones sobre el terreno y en el aire".

El ministro francés de Asuntos Exteriores, Hervé de Charette, por su parte, aseguró que la acción "muestra la extrema tensión que reina en el lugar" y hace más urgente las actuaciones de la UE, la OTAN y el Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Alemania y Francia).

Según el ministro francés, sólo se podrá atajar la situación si se resuelven tres aspectos: la liberación de los "cascos azules" y observadores tomados como rehenes, el refuerzo de las Fuerzas de Protección de Naciones Unidas (UNPROFOR) y un impulso definitivo de la vía diplomática.

"Lo ocurrido muestra la urgencia de la puesta en práctica de estas tres acciones", dijo de Charette, quien subrayó que la solución sólo puede ser diplomática.

La ministra de Asuntos Exteriores italiana, Susana Agnelli, por su parte, manifestó su esperanza de que el derribo del F-16 no "provoque una nueva escalada" de la violencia.

En sucesivas reuniones entre ministros de la Unión Europea, el Grupo de Contacto, la OTAN y el Consejo de Seguridad de la ONU, se ha discutido ampliamente sobre las posibles soluciones a la actual crisis.

La ONU hacia nuevo fracaso

A apenas horas de entrar en operaciones la FRR, prosigue en la ex Yugoslavia la confusión sobre la función que tendrá la misión creada por ONU

El ministro francés de Defensa, Charles Millon, anunció ayer que la Fuerza de Reacción Rápida (FRR) será operativa dentro de dos días en Bosnia.

El ministro, quien compareció ante la Comisión de Asuntos Exteriores y de Defensa del Senado, precisó que "dentro de dos días el mando de las Naciones Unidas podrá recurrir a la FRR con el fin de garantizar la seguridad de los cascos azules y así éstas podrán asumir su misión".

Tras subrayar que "hay que tomar una decisión rápida para levantar el asedio a Sarajevo", Millon agregó que "los serbios deben dar una respuesta sobre el fin del asedio a la ciudad".

Zubak dijo que no permitirá a la FRR actuar en Bosnia mientras no se aclare su cometido

Poco después de la declaración de Millon un portavoz de la ONU declaraba que no entraba en consideración forzar el cerco a Sarajevo y mantener la ciudad abierta.

"La FRR protegerá los convoyes humanitarios de la ONU y al personal de Naciones Unidas, pero no existe el planteamiento de que tengan que mantener abierto corredor alguno", declaró el miércoles el representante de la ONU en Zagreb.

Pese a todo, prosigue en Bosnia, y en el resto de la antigua Yugoslavia, la confusión sobre el cometido que tendrá la FRR, creada por ONU para acciones armadas limitadas contra quienes infrinjan las resoluciones de la ONU, sean del bando que sean.

Una de las primeras tareas previsibles sería desbloquear Sarajevo, ciudad de 370.000 habitantes, amparada por una resolución del Consejo de Seguridad junto a otras cinco zonas de Bosnia y que tendría que estar libre de armamento pesado en un radio de 20 km.

Francia es, con Gran Bretaña, el eje de esa fuerza de iniciativa europea, vista con pesimismo por funcionarios estadounidenses que le han augurado pocas probabilidades de éxito en su intento de no permitir que los soldados de la ONU vuelvan a ser tomados rehenes ni atacados por los serbiobosnios.

La FRR explica que se trata de un aposentamiento temporal y no se excluye que dentro de poco se vaya con sus blindados a los alrededores de la ruta del Igman, conocida como el "cordón umbilical" de Sarajevo.

El líder croato-bosnio, Kresimir Zubak, reiteró el miércoles que no permitirá a la FRR instalarse en el territorio de su autoproclamada república de Bosnia Herzegovina mientras no se aclare el cometido, tareas y emplazamiento de la FRR.

¿ZONAS SEGURAS?

Fuertes combates estallaron ayer entre tropas del gobierno y los serbios alrededor de la "zona de seguridad" declarada por la ONU en Srebrenica, en el este de Bosnia, informaron fuentes de las Naciones Unidas.

El portavoz de la ONU, Jim Landale, dijo que seis misiles cayeron en enclaves en manos del gobierno a las 3:15 de la mañana, y una hora después estallaron los combates en el sur de la zona.

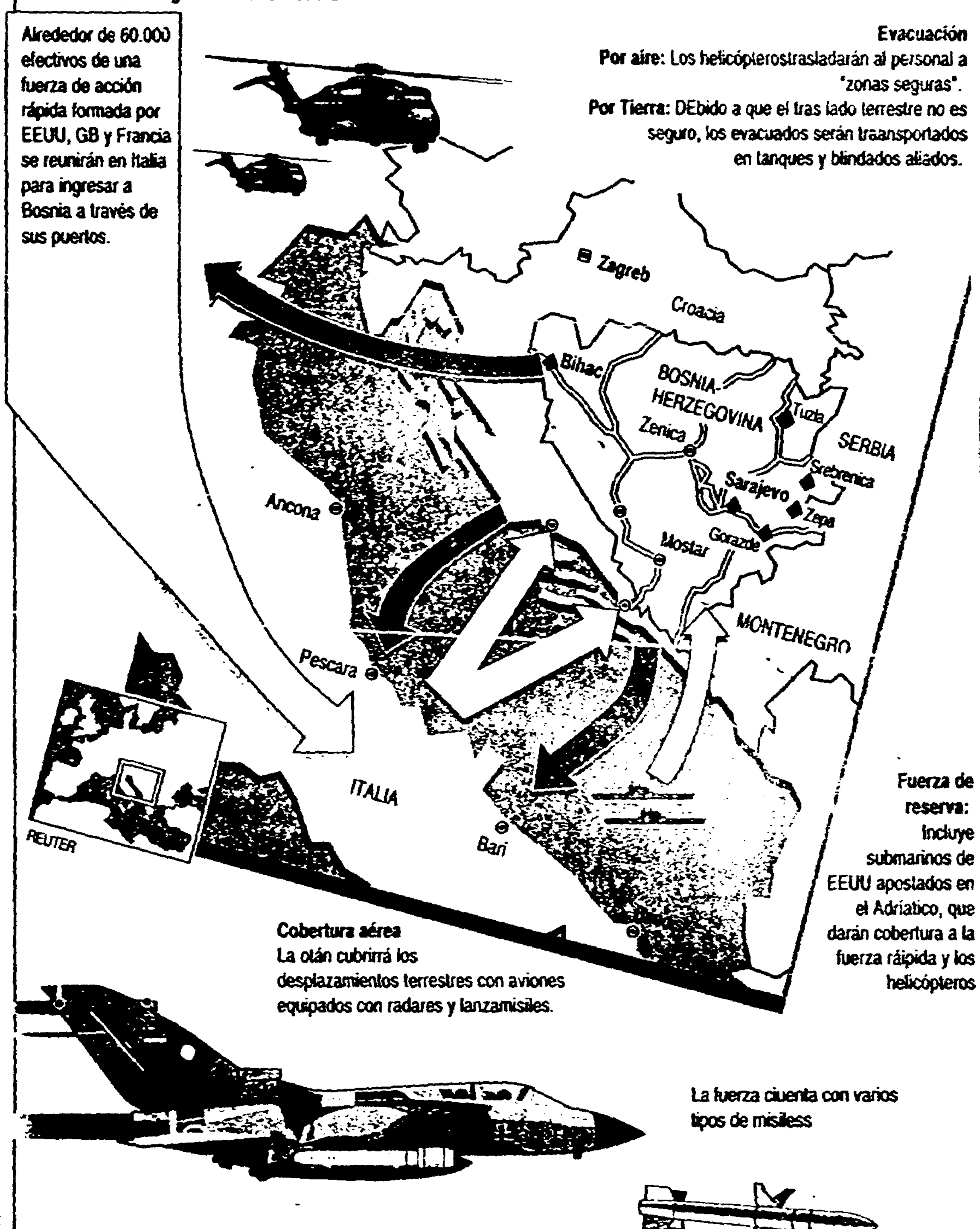
Hubo disparos de tanques, morteros, artillería y armas pequeñas, por lo que las fuerzas de paz holandesas de la ONU fueron puestas en "alerta roja", dijo Landale.

Pero no pudo decir lo que había desatado la confrontación.

La radio bosnia informó que un operador de radio de Srebrenica dijo que había cinco personas heridas en horas de la mañana, y que dos puestos de vigilancia del batallón holandés de la ONU habían sido bombardeados. *(En base a EFE y Reuter)*

PLAN DE LA OTAN PARA BOSNIA

La OTAN aprovó un plan para el retiro de las tropas de paz de Bosnia. La operación significa el mayor movimiento militar aliado desde la Segunda Guerra Mundial



02-02

0508506

9508507
Serbia podría reconocer a Bosnia como estado.

- 11876
- 507685
- 507697
- 65658
- 11164 - 118302

Serbia podría reconocer a Bosnia

Acuerdo: en una drástica ruptura con los rebeldes serbio-bosnios, el presidente Milosevic aceptaría la independencia de esa república; Occidente levantaría las sanciones a Belgrado.

BELGRADO, 3 (AP).- Los Estados Unidos están al borde de arribar a un acuerdo con el presidente serbio, Slovodan Milosevic, acerca del reconocimiento de Bosnia, con el objetivo de incrementar el aislamiento de los rebeldes serbios de esa república, dijo hoy el primer ministro yugoslavo. 4-6-95 LaNp

Los comentarios de Radoje Kontic en una rueda de prensa convocada aquí fueron la primera confirmación pública de parte de un alto funcionario yugoslavo, acerca del progreso de las conversaciones.

Milosevic pareció haber hecho una buena impresión entre las potencias occidentales al lograr que los serbio-bosnios dejasen en libertad ayer a 121 rehenes de la UN.

Fuentes diplomáticas norteamericanas habían dicho hace varias semanas que el enviado de los Estados Unidos, Robert Frasure, sostenía discusiones intensas con Milosevic en un plan destinado a canjear el reconocimiento de Bosnia por el levantamiento de las sanciones económicas contra Yugoslavia.

Kontic dijo que las "grandes divergencias" existentes previamente en las conversaciones "se han allanado".

"Si continúan los progresos, podremos esperar ulteriores resultados positivos", dijo Kontic, quien declinó revelar otros detalles.

Las negociaciones para ajustar el acuerdo continuaban hoy.

Además de la cuestión de las sanciones, impuestas hace tres años y que contribuyeron al desplome de la economía yugoslava, las fuentes han dicho que los incentivos ofrecidos a Milosevic incluyen créditos y respaldo para la moneda.

El reconocimiento de Bosnia por parte de Milosevic sería un revés considerable para los serbios de esa ex república yugoslava, que recibieron inicialmente armas y respaldo financiero de Belgrado.

La capacidad de Serbia para financiar la rebelión serbia en Bosnia y en Croacia se ha visto reducida al mínimo por las sanciones económicas y políticas impuestas en mayo de 1992 como castigo por el respaldo a los rebeldes.

También la república de Montenegro, que junto a Serbia constituye la actual confederación yugoslava, anunció que se prepara a reconocer a Bosnia dentro de las fronteras internacionalmente reconocidas.

01-01

9508508
Claves para el conflicto en la Ex-Yugoslavia

- 11876 ✓
- 507685 ✓
- 507697 ✓
- 65658 ✓
- 11164 ✓

Las Claves Para Reconocer el Conflicto

SEGUIRA LA GUERRA SI OCCIDENTE NO USA FUERZ

El conflicto bélico en la ex Yugoslavia parece tener un eterno retorno. En tanto los ministros de Defensa de los países de la Alianza Atlántica y la Unión Europea anunciaron la formación de una Fuerza de Reacción Rapida (FRR) para apoyar a los soldados de la ONU en Bosnia y mientras los serbio-bosnios, que liberaron 120 cascos azules que tenían de rehenes, parecen mantener íntegra la intransigencia de sus posiciones, una cronología de la dramática reanudación de la guerra se impone.

4-6-95 El País

WASHINGTON D.C. (Servicio de "USA Today" exclusivo para EL PAÍS).— La compleja guerra en Bosnia Herzegovina ha recobrado renovado vigor destructivo, incluyendo del derribo de un avión F-15 de Estados Unidos que cumplía una misión asignada por OTAN y la toma como rehenes de soldados de la Fuerza de Paz de Naciones Unidas, y plantea enormes desafíos a los aliados occidentales. Estos son puntos clave que deben conocerse para comprender la explosiva situación:

■ **COMO SE REANUDO LA GUERRA:** Un cese del fuego auspiciado por Naciones Unidas finalizo el 1° de mayo. De inmediato se reanudaron los combates. Fuerzas de Croacia iniciaron una ofensiva para recuperar territorios que les habían sido arrebatados por Serbia. En Bosnia Herzegovina, los serbios y tropas musulmanas bosnias intercambiaron fuego de artillería en las cercanias de la ciudad de Sarajevo. Los serbios abrieron fuego contra "áreas seguras" en Sarajevo y Tuzla.

■ **REACCION INTERNACIONAL:** Naciones Unidas emitió un ultimátum el 25 de mayo, obligando a los serbios y los musulmanes bosnios a retirar sus baterías de artillería de las cercanías de Sarajevo o serían blanco de ataques aéreos de OTAN. Representantes de Naciones Unidas indicaron que los bosnios cumplieron, pero los serbios ignoraron el ultimátum

■ **TOMAN REHENES:** OTAN cumplió con la amenaza y bombardeó depósitos de municiones de los serbios. La reacción serbia no se hizo esperar: tomaron como rehenes a 370 integrantes de la Fuerza de Paz de Naciones Unidas y los esposaron en posibles objetivos militares. Varios ya fueron liberados entre jueves y viernes. Los miembros de la Fuerza de Paz fueron capturados con facilidad, debido a que llevan armas livianas y tienen órdenes de abrir fuego sólo si son atacados. El Consejo de Seguridad de Naciones Unidas está revisando sus normas para los casos en que los contingentes de paz deban defenderse. Es posible que se les permita abrir fuego en cualquier situación de defensa propia.

■ **MOVIMIENTOS Y ESTRATEGIA:** El Grupo de Contacto integrado por cinco países con el cometido de buscar una salida a la guerra, exigió la liberación de los rehenes. Unos 2.000 Marines se encuentran en unidades navales en el Mar Adriático. La Casa Blanca no ha descartado la posibilidad de una intervención de los Marines, aunque por el momento ha indicado que, en primera instancia, colaborará con equipos y materiales para una eventual acción de una fuerza de rápido despliegue. La presencia de los Marines es interpretada como una demostración de fuerza para ejercer presión y obtener la liberación de los rehenes.

■ **EXIGENCIAS DE LOS SERBIOS:** 1)=. El poderío aéreo de OTAN no debe ser utilizado contra ellos. 2)=. Las "áreas seguras" establecidas por Naciones Unidas deben ser desmilitarizadas para impedir que el Ejército de Bosnia Herzegovina lance ofensivas contra ellas. 3)=. Cargamentos ilícitos de armas dirigidos al Ejército de Bosnia Herzegovina deben ser interrumpidos de inmediato.

■ **PAPEL DE LA FUERZA DE PAZ:** Hay 22.470 integrantes de la Fuerza de Paz de Naciones Unidas en Bosnia Herzegovina y un total de 37.860 en toda la región de los Balcanes. Son oriundos de 37 países. Actúan como observadores para asegurar que no haya violación al Derecho Internacional ni a las resoluciones de Naciones Unidas. Custodian las seis áreas seguras, donde los serbios no pueden atacar, según decisión de Naciones Unidas. Estados Unidos no tiene soldados en la Fuerza de Paz de Naciones Unidas. Sin embargo, hay unos 500 observadores de Estados Unidos en Macedonia, para prevenir la expansión de la guerra. Toda decisión referida a la Fuerza de Paz debe ser adoptada por el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas. Cuatro de los miembros permanentes del Consejo de Seguridad también integran el Grupo de Contacto.

■ **POSIBLE RETIRADA:** Los estrategas de OTAN han advertido que puede generarse un baño de sangre si se retiraran las tropas de Naciones Unidas. Si bien tanto los serbios como los bosnios aceptarían una tregua de unos días para que se fueran los soldados de Naciones Unidas, rápidamente las condiciones se deteriorarán en los territorios abandonados por la Fuerza de Paz. Millares de refugiados que escaparían al perderse las "áreas seguras" creadas por Naciones Unidas, podrían quedar atrapados entre el fuego cruzado de serbios y musulmanes bosnios.

■ **OPCIONES PARA LA ACCION:** El presidente Bill Clinton ha expresado su disposición a enviar 25.000 soldados, pero con la exclusiva finalidad de colaborar y dar cobertura a una eventual retirada de tropas de Naciones Unidas. Algunos observadores consideran que una vez que pisen territorio de Bosnia Herzegovina, los soldados norteamericanos podrían convertirse en blancos fáciles y terminar involucrados en una guerra extendida. La Fuerza de Paz sería llevada por vehículos, aviones y helicópteros hasta puertos del Mar Adriático.

■ **OTRAS REPERCUSIONES:** La retirada de la Fuerza de Paz minaría la credibilidad de Naciones Unidas en todo el mundo. Tras la partida de los soldados de Naciones Unidas, la guerra podría ampliarse a otras naciones de la región.

■ **GRUPO DE CONTACTO:** Propuso un plan para dividir Bosnia Herzegovina entre los serbios, musulmanes y croatas. Mientras el presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, parecería inclinado a aceptar el plan, en cambio el líder de los Serbios de Bosnia, Radovan Karadzic, los rechazó de plano.

Sigue aumentando la tensión en los territorios de la ex Yugoslavia

EEUU utilizará aviones teleguiados en Bosnia

Estados Unidos estudia la posibilidad de utilizar aviones espía teledirigidos para supervisar la actividad de los serbios de Bosnia y proteger a las tropas de la ONU, anunció el jefe del Pentágono, William Perry

Washington (ANSA)

■ Según observadores, la administración Clinton estudia esta posibilidad obligada por los republicanos en una brusca marcha atrás sobre el empleo de tropas de tierra en Bosnia, e inquieta por la suerte de su piloto abatido por un misil cuando piloteaba un F-16 sobre cielos de la ex Yugoslavia.

Los aviones radicomandados pueden volar bajo las nubes, que bloquean las fotos satelitarias, para apuntar sobre los serbios de Bosnia y sus objetivos día y noche, dijo Perry a los periodistas.

"Lo más importante es que no tienen tripulación humana a bordo. No debemos preocuparnos de la vulnerabilidad del piloto. Y como vuelan bajo, descienden bajo las nubes. Todas esas cosas hacen la diferencia en Bosnia", dijo Perry.

El funcionario regresó a Washington desde París, donde participó de la reunión de ministros de Defensa occidentales que aprobó una fuerza de tareas europeas para proteger la misión de los cascos azules en Bosnia, que Estados Unidos no integrará.

De todos modos, Perry adelantó que Washington brindará apoyo logístico a la fuerza de tareas con helicópteros de ataque, aviones AC-130, radares anti-artillería y otros armamentos sofisticados, entre los que pueden estar los aviones telecomandados.

Luego de los recientes "zig zag" de su política hacia la ex Yugoslavia, al presidente Clinton lo espera una semana agitada, con una serie de audiencias sobre Bosnia en el Congreso, que en los próximos días brindarán a los republicanos una buena ocasión para criticar la política exterior de la Casa Blanca.

"Todos son muy buenos para disparar contra la política norteamericana en Bosnia, pero pocos han hecho propuestas que parezcan más sensatas que las que sugirió el presidente", dijo hoy el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry.



Residentes de Sarajevo hacen cola para proveerse de agua, que ha sido cortada desde la semana pasada.

Quien ha hecho una propuesta es el senador republicano, también el precandidato presidencial, Richard Lugar, para quien "las medias medidas invitan al ridículo y convocan al fracaso."

Lugar no se anda con vueltas: para él son necesarios en Bosnia no menos de 100.000 hombres, un tercio de los cuales deben ser provistos por Estados Unidos.

BOMBARDEOS EN SARAJEVO

Continúan los muertos en Sarajevo, víctimas de los bombardeos de los serbios bosnios. Fuentes bosnio musulmanas hablan de cinco muertos y siete heridos. Las mismas fuentes comunicaron también que se registraron dos muertos en Maglaj y uno en Godrazde.

En tanto, se agravó la crisis de los rehenes en poder de los serbios bosnios, que ayer parecía encaminarse a una solución rápida e indolora.

El presidente y hombre fuerte serbio Slobodan Milosevic -que logró la liberación de 120 de los más de 370 prisioneros, que fueron entregados a un emisario, y no directamente a la ONU, había garantizado al premier francés Alain Juppé que todos los cascos azules serían liberados.

Sin embargo, luego la situación cambió y las bombas siguieron cayendo sobre ciudades civiles, tras lo cual Pale, la capital de la autoproclamada república de los serbios bosnios pidió que la OTAN se comprometa a no bombardear a cambio de la liberación de los rehenes.

En consecuencia, las negociaciones se suspendieron.La cuestión esencial no resuelta parece ser: suspensión, como proponen las potencias occidentales, o revocación de las sanciones, como pide Belgrado con el apoyo de Moscú, a cambio del reconocimiento de Bosnia.

Pero además se agrega un Milosevic que parece más intransigente tras obtener la liberación del primer contingente de rehenes, y se extiende la convicción de que sólo él puede lograr que la tragedia bosnia (y, por efecto dominó, de toda la ex Yugoslavia) pueda resolverse a través de negociaciones.

El estancamiento en las negociaciones se produce mientras comienzan a llegar a la ex Yugoslavia los primeros contingentes de los más de 7.000 efectivos que tendrá la fuerza militar multinacional de intervención rápida aprobada por Occidente.Por otra parte, también de Croacia llegan nuevos ruidos de guerra. Tropas croatas y croato bosnias atacaron duramente al norte de Dalmacia, territorio bajo el control de los secesionistas serbios de Krajina, que lanzaron la movilización general.

Q508510

Aumenta la tensión en zona controlada por los serbios.

- 118762
- 507685 1M642
- 507697 M830
- 65658
- 501889

Aumenta la tensión al sur de Croacia, sector controlado por tropas serbias



Una muestra de la tensión y la guerra en la ex Europa socialista

6-6-95

Zagreb (AFP) LaRo

■ La ONU llamó ayer a las fuerzas croatas y a los serbios secesionistas de Krajina a la calma, tras los enfrentamientos del domingo en el sector de Dinara (sur de Croacia), controlado por los serbios, en la frontera con Bosnia.

Las fuerzas croatas de Bosnia (HVO), que se benefician del apoyo del Ejército regular croata, atacaron las líneas de los serbios secesionistas de Krakina (Croacia), penetrando a 4 km dentro del territorio de Kralina, según una fuente de la ONU.

Esta avanzada de las fuerzas croatas vuelve más vulnerable la "capital" de Krajina, Knin, ex ciudad cuartel en la ex Yugoslavia, de donde partió en 1990 el levantamiento de los serbios de Croacia contra el poder de Zagreb, que se disponía a proclamar la independencia del país.

Durante la ofensiva cayeron proyectiles a unos 15 Km al sudeste de Knin, provocando que los serbios secesionistas de Krajina amenazaran con lanzar una acción de represalia contra Croacia.

La nueva ofensiva sorpresiva croata busca aislar la región de Knin de los territorios de Bosnia controlados por los serbiobosnios liderados por Radovan Karadzic.

Según fuentes militares croatas, el HVO avanza también en el norte de Knin, hacia la carretera de Bosansko Grahovo-Drvar, por donde pasan todos los convoyes de abastecimiento provenientes de Serbia.

Sin embargo, según los observadores, esta ofensiva tiene al parecer más un objetivo político que militar.

El enviado especial de la ONU en ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, declaró el lunes haber recibido garantías de parte de un cercano colaborador del presidente croata Fanjo Tudjman, que le aseguró que "Croacia no tiene ninguna intención de invadir el sector sur" (Knin).

La operación croata se produjo en momentos en que Zagreb multiplicó las advertencias contra una suspensión incondicional de las sanciones que golpean desde hace tres años a Yugoslavia (Serbia-Montenegro).

"No deben aliviarse las sanciones, principal medio de presión contra Belgrado y sus pupilos de Knin y Pale (feudos de los serbios de Croacia y de Bosnia), mientras que Yugoslavia rehúse reconocer plenamente a Croacia y a Bosnia Herzegovina", declaró en varias ocasiones el ministro croata de Relaciones Exteriores, Mate Granic.

Zagreb estima que un reconocimiento por parte de Belgrado de Bosnia Herzegovina reduciría sus oportunidades de restablecer su autoridad sobre los territorios controlados por los serbios secesionistas, los que proclamaron su "República serbia de Krajina" en diciembre de 1991.

Granic había advertido en esa ocasión que Croacia solucionaría por sí misma el asunto de Krajina, "si no se vincula la suspensión de las sanciones a la reintegración de los territorios de Croacia ocupados (por los serbios)".

las estrategias de occidente en BOSNIA.

- 11876
- 507685
- 507657 - 11164
- 65658 - 11830.
- 501889

Las estrategias occidentales

Para organizar la nueva fuerza multinacional puesta a disposición de la ONU en Bosnia, queda por realizar la mayor parte del trabajo, y los estrategas occidentales deben actuar rápidamente si quieren acallar a los escépticos.
Los jefes de estado mayor de los países implicados en el proyecto (principalmente Francia, Gran Bretaña, Holanda y Estados Unidos) previeron reunirse esta semana para poner a punto esta "fuerza de reacción rápida" (FRR), cuyas bases fueron anunciadas el sábado en París. El plan será sometido después a la ONU.

París (AFP)
por Jacques Charmelot

6-6-95

■ En los próximos días tendrán que demostrar que la fuerza tendrá efectivamente la dimensión disuasiva de la que quisieron dotarla los ministros de Defensa de la Unión Europea y de la OTAN. Deberán, asimismo, contrarrestar la impresión de que la FRR tiene como discreta y última misión preparar el retiro puro y simple de la Fuerza de Protección de Naciones Unidas (Fupronu) de Bosnia.

En la reunión de París se esbozó la composición de la FRR, formada por entre 4.000 y 5.000 hombres en unidades británicas, francesas y holandesas. La FRR es asociada a una abrigada aeromóvil británica, de unos 5.000 efectivos. Asimismo, Francia puso en alerta otros 4.000 hombres dispuestos a intervenir como apoyo de esa capacidad de reacción.

El ministro francés de Defensa, Charles Millon, insistió en el hecho de que esta fuerza tendrá un papel disuasivo para cualquier beligerante que se plantee impedir que la Fupronu cumpla su mandato.

Por su parte, el coronel Jean-Louis Dufour, autor de "La Guerra au XX siecle" (La guerra en el siglo XX), declaró en una entrevista a la AFP que "la idea de que esa fuerza pueda ser disuasiva no es posible. Pensarlo es no tener en cuenta la naturaleza del adversario. Los serbios de Bosnia no son sensibles a la lógica de la disuasión".

Dufour explicó que los combatientes de Bosnia han probado que no actúan como soldados de ejércitos regulares, y que el hecho de que sean "capaces de todo" impide apreciar con exactitud sus reacciones.

En ese dominio, los estados mayores tendrán que establecer claramente las reglas de actuación de la fuerza de reacción y determinar las condiciones en las cuales los soldados podrán disparar para imponerse en una confrontación con beligerantes.

En tal caso, corre el riesgo de ser considerada, como ocurrió con las fuerzas multinacionales en el Líbano o en Somalia, como un sector combatiente y no como un elemento de apoyo a una misión de paz.

Por lo demás, Dufour señala que la fuerza tiene en el plano táctico carencia de medios que le permitan oponerse eficazmente a grupos de combatientes decididos.

En tal contexto, la realización del ambicioso programa de la Fupronu remodelada parece difícil de cumplir. En efecto, tendría a la vez que romper el cerco de Sarajevo, reinstaurar la zona de exclusión total de 20 kms. alrededor de la ciudad, restablecer la seguridad en los enclaves sitiados en el este de Bosnia y reagrupar a los cascos azules más expuestos.

El secretario del Foreign Office, Douglas Hurd, admitió que si esto no puede realizarse los cascos azules deberían retirarse de Bosnia.

El coronel Dufour, al igual que diplomáticos occidentales acreditados en Zagreb, estiman que tal es efectivamente el objetivo no confesado de la FRR: "Reagrupar progresiva y prudentemente a los cascos azules para evacuarlos después, tal es el objetivo político de la operación".

Finalmente, Rusia no ha decidido todavía su posición respecto a la decisión de la OTAN de crear esta fuerza de reacción rápida y se reserva el derecho de oponer su veto a la iniciativa en el Consejo de Seguridad de la ONU, según indicó el lunes un alto funcionario de la cancillería rusa, citado por la agencia de prensa Interfax, protegido por el anonimato.

95085M
las estrategias de occidente en BOSNIA.

- M876
- 507685
- 507657 M164
- 65658 M830.
- 501889

Las estrategias occidentales

Para organizar la nueva fuerza multinacional puesta a disposición de la ONU en Bosnia, queda por realizar la mayor parte del trabajo, y los estrategas occidentales deben actuar rápidamente si quieren acallar a los escépticos.
Los jefes de estado mayor de los países implicados en el proyecto (principalmente Francia, Gran Bretaña, Holanda y Estados Unidos) previeron reunirse esta semana para poner a punto esta "fuerza de reacción rápida" (FRR), cuyas bases fueron anunciadas el sábado en París. El plan será sometido después a la ONU.

6-6-95 LoRo

París (AFP)
por Jacques Charmelot

■ En los próximos días tendrán que demostrar que la fuerza tendrá efectivamente la dimensión disuasiva de la que quisieron dotarla los ministros de Defensa de la Unión Europea y de la OTAN. Deberán, asimismo, contrarrestar ia impresión de que la FRR tiene como discreta y última misión preparar el retiro puro y simple de la Fuerza de Protección de Naciones Unidas (Fupronu) de Bosnia.

En la reunión de París se esbozó la composición de la FRR, formada por entre 4.000 y 5.000 hombres en unidades británicas, francesas y holandesas. La FRR es asociada a una abrigada aeromóvil británica, de unos 5.000 efectivos. Asimismo, Francia puso en alerta otros 4.000 hombres dispuestos a intervenir como apoyo de esa capacidad de reacción.

El ministro francés de Defensa, Charles Millon, insistió en el hecho de que esta fuerza tendrá un papel disuasivo para cualquier beligerante que se plantee impedir que la Fupronu cumpla su mandato.

Por su parte, el coronel Jean-Louis Dufour, autor de "La Guerra au XX siecle" (La guerra en el siglo XX), declaró en una entrevista a la AFP que "la idea de que esa fuerza pueda ser disuasiva no es posible. Pensarlo es no tener en cuenta la naturaleza del adversario. Los serbios de Bosnia no son sensibles a la lógica de la disuasión".

Dufour explicó que los combatientes de Bosnia han probado que no actúan como soldados de ejércitos regulares, y que el hecho de que sean "capaces de todo" impide apreciar con exactitud sus reacciones.

En ese dominio, los estados mayores tendrán que establecer claramente las reglas de actuación de la fuerza de reacción y determinar las condiciones en las cuales los soldados podrán disparar para imponerse en una confrontación con beligerantes.

En tal caso, corre el riesgo de ser considerada, como ocurrió con las fuerzas multinacionales en el Líbano o en Somalia, como un sector combatiente y no como un elemento de apoyo a una misión de paz.

Por lo demás, Dufour señala que la fuerza tiene en el plano táctico carencia de medios que le permitan oponerse eficazmente a grupos de combatientes decididos.

En tal contexto, la realización del ambicioso programa de la Fupronu remodelada parece difícil de cumplir. En efecto, tendría a la vez que romper el cerco de Sarajevo, reinstaurar la zona de exclusión total de 20 kms. alrededor de la ciudad, restablecer la seguridad en los enclaves sitiados en el este de Bosnia y reagrupar a los cascos azules más expuestos.

El secretario del Foreign Office, Douglas Hurd, admitió que si esto no puede realizarse los cascos azules deberían retirarse de Bosnia.

El coronel Dufour, al igual que diplomáticos occidentales acreditados en Zagreb, estiman que tal es efectivamente el objetivo no confesado de la FRR: "Reagrupar progresiva y prudentemente a los cascos azules para evacuarlos después, tal es el objetivo político de la operación".

Finalmente, Rusia no ha decidido todavía su posición respecto a la decisión de la OTAN de crear esta fuerza de reacción rápida y se reserva el derecho de oponer su veto a la iniciativa en el Consejo de Seguridad de la ONU, según indicó el lunes un alto funcionario de la cancillería rusa, citado por la agencia de prensa Interfax, protegido por el anonimato.

LA CASA BLANCA TRATA DE FRENAR LA OPOSICION REPUBLICANA AL ENVIO DE TROPAS A LA EX YUGOSLAVIA

No habrá ofensiva de EE.UU. en Bosnia

WASHINGTON y SARAJEVO, 1° (AFP, Reuter y EFE). – En un intento por calmar el aluvión de críticas internas desatado ante la posibilidad de una intervención militar de los Estados Unidos en Bosnia, el secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, negó hoy que existan planes para que sus fuerzas lancen una operación relámpago en el conflicto de los Balcanes.

"**Los efectivos de los Estados Unidos están en el mar Adriático por precaución y no como advertencia**", subrayó Christopher desde Lisboa. El giro político que dio ayer el presidente **Bill Clinton** al anunciar el probable envío de tropas terrestres norteamericanas a Bosnia –aunque temporariamente– había desatado una andanada de denuncias tanto de la oposición republicana como de una opinión pública aislacionista y traumatizada por las nefastas experiencias de intervención en Vietnam y Somalia.

2-6-95 CLARIN



AGENCIA AFP

Efectivos de EE.UU. en el portaaviones "Theodore Roosevelt": el secretario de Estado, Warren Christopher, dijo que no habrá operaciones en Bosnia.

Advertencia bosnia

Los Estados Unidos siguen aferrados a la esperanza de un arreglo de paz en Bosnia, donde ni la OTAN ni la ONU han logrado detener la escalada bélica que se sucede desde hace tres años por la lucha de los secesionistas serbios contra el gobierno mayoritariamente musulmán.

El conflicto se agravó el fin de semana pasado, cuando los serbios de Bosnia respondieron a una serie de ataques aéreos de la OTAN con la toma de unos 400 cascos azules como rehenes.

Pese a que hoy disminuyó la intensidad de los combates, la situación se complicó aún más al anunciarse que los serbios habrían capturado al primer funcionario civil de las Naciones Unidas.

Además, el líder serbiobosnio, **Radovan Karadzic**, advirtió que cualquier acción armada para liberar a los rehenes sería "absurda" y constituiría "**un error catastrófico que conduciría a una matanza**".

Aunque presionado por Europa, que pedía una mayor colaboración en el campo militar, Clinton había prometido reiteradas veces evitar cualquier intervención en los Balcanes. Sin embargo, ayer cambió su postura y asumió un gran riesgo político al incluir la posibilidad del uso temporal de tropas para ayudar a la misión de las Naciones Unidas a desplazarse a zonas más seguras.

Reclamo de los republicanos

Entonces se desató la controversia. El Congreso exigió hoy mayores detalles sobre el plan militar y **advirtió** que "**no se podrá hacer nada sin su consentimiento**". Los republicanos no ahorraron cuestionamientos y reclamaron explicaciones.

A pesar de la hostilidad de casi todos los norteamericanos a una implicación de su país en un conflicto que "no les concierne" –el desastre humillante de sus tropas en Somalia, en 1993, en el marco de una misión de la ONU, reforzó aún más ese sentimiento–, Clinton parece preferir este costo político para evitar un mal mayor: la retirada lisa y llana de los cascos azules de Bosnia, que lo obligaría a garantizar la presencia de 25.000 marines en una situación de combate para permitir la evacuación.

Gran Bretaña y Francia (que integran el grupo de Contacto junto a Rusia, los Estados Unidos y Alemania) amenazaron en el pasado con retirar sus tropas. Hoy, la situación es más que complicada.

Francia desea que los ministros de la Unión Europea y la OTAN acuerden el sábado, en una reunión extraordinaria, la creación de una Fuerza de Respuesta Rápida (FRR) que estaría a la disposición de los comandantes de la ONU en Bosnia, pero diplomáticos dijeron que todavía hay confusión sobre los detalles.

Los franceses informaron el miércoles sobre las invitaciones a 13 otros ministros de Defensa para la reunión de París el sábado.

El encuentro intensificará el ritmo de los esfuerzos internacionales para reagrupar y fortalecer la Fuerza de Protección de la ONU (Unprofor) cuando aproximadamente 380 efectivos de paz siguen detenidos como rehenes de los rebeldes serbiobosnios.

Los diplomáticos dijeron que se solicitarán aportes de tropas a otros aliados de la UE, particularmente los holandeses e italianos.

"Las tropas norteamericanas no participarán en la FRR" dijo ayer un alto funcionario del Pentágono que pidió el anonimato.

> *El encuentro intensificará los esfuerzos para fortalecer la Unprofor*

La fuente señaló que la oferta del presidente de EEUU, Bill Clinton, de considerar el envío de tropas a Bosnia tiene sólo como objetivo ayudar a las fuerzas de paz de la ONU a retirarse o bien a reagruparse.

El alto funcionario del departamento de Defensa indicó asimismo que los soldados norteamericanos no estarán bajo el mando de Naciones Unidas.

Añadió que se enviarán las tropas sólo bajo mando de la OTAN y después de consultar con el Congreso norteamericano.

La Fuerza militar de Reacción Rápida que propone Francia "estará integrada sobre todo por fuerzas británicas y francesas".

El presidente Clinton, que desde el comienzo del conflicto en Bosnia se negó al envío de tropas a este país, dijo ayer que estaba dispuesto a considerar esta posibilidad, aunque sólo para ayudar a Unprofor a una retirada. *(En base a AP y EFE)*

CLAVES

- **REHENES.** Los serbio-bosnios tomaron ayer un nuevo rehén al apresar a un soldado sueco de las fuerzas de paz de Naciones Unidas.
- **FUERZAS.** Las llamadas Fuerzas de Respuesta Rápida, hasta el momento solo recibieron el apoyo de Gran Bretaña y Holanda.
- **EEUU.** El presidente Clinton está dispuesto a enviar entre 20.000 y 25.000 efectivos de tierra pero solo para una eventual retirada o reagrupación de las tropas de Unprofor.
- **ALEMANIA.** La posición alemana es similar a la de EEUU y no está dispuesta a arriesgar a sus tropas.

Rusia no quiere una Reacción Rápida

Se opone a la conformación de una Fuerza de Reacción Rápida. Moscú se reserva el derecho de veto en el Consejo.

Rusia rechazó ayer la formación de una Fuerza de Reacción Rápida de la OTAN para ayudar a las tropas de la ONU en Bosnia, y un diplomático no identificado advirtió que Moscú se reservaba el derecho de vetarla en el Consejo de Seguridad. Radovan Karadzic, líder de los serbios de Bosnia, anunció también ayer una reacción "drástica" de sus tropas en contra de dicha fuerza, y dijo que se impediría la apertura de un corredor de ONU para llevar ayuda humanitaria a la asediada Sarajevo. La creación de la FRR fue decidida por los ministros de Defensa de la OTAN y de la Unión Europea el sábado, después de que los serbios bosnios tomaran como rehenes a más de 300 cascos azules, pero las características de su misión siguen siendo inciertas, ya que sus acciones podrían convertirla en parte beligerante dentro de la guerra entre serbios y musulmanes de Bosnia.

La FRR consistirá en dos brigadas: una británica de 5000 a 6000 efectivos, con capacidad de movilización aérea, y otra internacional, integrada por 1500 británicos, 1500 franceses y 300 holandeses, además de soldados de otros países. Varias naciones, entre ellas Estados Unidos, acordaron proporcionar equipos y apoyo, aunque no tropas terrestres. La oposición rusa al plan fue comunicada ayer por el canciller Andrei Kozyrev, quien dijo que la FRR "sería un adiós definitivo" al plan de paz propuesto por el Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Francia, Gran Bretaña y Alemania). Kozyrev juzgó "irrealista" el envío de una "fuerza con funciones ofensivas que tenga por objetivo garantizar la seguridad de las fuerzas de paz de la ONU. Rusia no puede apoyar una decisión que refuerce las capacidades de la ONU y al tiempo se contradiga con el mandato existente" de las tropas de la ONU en la ex Yugoslavia.

Karadzic, por su parte, advirtió que "hasta ahora (a las tropas de la ONU), las hemos tratado de forma muy suave. La próxima vez el trato será drástico. No existe ningún general Smith (comandante de las fuerzas de la ONU en Bosnia) que pueda sentirse soberano en territorio de la República Serbia (de Bosnia, sin reconocimiento internacional)". Karadzic también habló de las informaciones de que las fuerzas del general Rupert Smith podrían abrir un corredor humanitario penetrando el bloqueo serbio de Sarajevo: "Sólo los serbios, y no el general Smith, pueden abrir un corredor a través del territorio bajo su control", sostuvo. Sobre la creación de la FRR, Karadzic consideró que los serbios de Bosnia sólo sirvieron de justificación para formar "el núcleo de unas fuerzas europeas que desplazarán a un segundo plano a la Alianza Atlántica y la dominación estadounidense".

Mientras tanto, 256 cascos azules siguen como rehenes de los serbios bosnios, aunque Karadzic prefiere llamarlos "prisioneros de guerra". Slobodan Milosevic, presidente de Serbia, indicó ayer que trabaja para "acelerar" una solución, y que un emisario suyo celebró ayer "entrevistas prolongadas" con los líderes serbios de Bosnia. Un comunicado presidencial informó que "la dirección de la República Serbia reaccionó positivamente a sus propuestas", pero no indicó el carácter de estas últimas. El texto también asevera que el emisario "se esfuerza por intensificar las medidas y acelerar el reagrupamiento de la ONU, para reducir al máximo, en el límite de las posibilidades objetivas, la duración de su actual Estado". Milosevic había anunciado la "próxima" liberación de los rehenes el sábado, después de haber gestionado la puesta en libertad de 121 de ellos.

En todo caso, el anuncio de la creación de la FRR no paró en absoluto la ofensiva de los serbios bosnios contra los enclaves de seguridad protegidos por la ONU. Según un portavoz de la organización internacional, la artillería serbio-bosnia disparó el domingo por la noche 330 cañonazos o tiros de mortero contra Srebrenica, situada en el este del país. En el resto de Bosnia, la noche fue relativamente tranquila, pero unas horas antes, por la tarde, los serbios de Bosnia habían bombardeado Sarajevo, Bihac (noroeste), Maglaj (norte) y Gorazde (este), causando en total 14 muertos y decenas de heridos.

AFP



Cascos azules franceses descargan sus equipos en el monte Igman.
Los soldados fueron usados como escudos humanos por los serbios.

FUERZAS TERRESTRES A BOSNIA

Clinton trata de dar marcha atrás

(Por Antonio Caño, desde Washington/El País) **La administración norteamericana trata precipitadamente de dar marcha atrás en su promesa de enviar fuerzas terrestres a Bosnia. Funcionarios del gobierno han insistido en sus últimas declaraciones en que el apoyo de Estados Unidos a los cascos azules "será exclusivamente logístico", y han establecido tantas condiciones para el despliegue de tropas que éste se hace por el momento extremadamente improbable.**

El Pentágono ha dejado claro que su única contribución a la fuerza de despliegue rápido creada por la OTAN será de material y equipo. Eso puede incluir, según informó el secretario de Defensa, William Perry, aviones espías que controlen los movimientos de las fuerzas serbias. Pero en ningún caso Estados Unidos aportará tropas. Los soldados norteamericanos únicamente intervendrán en Bosnia, según las últimas precisiones hechas en Washington, en el caso de una evacuación de emergencia de los cascos azules.

De esta manera se intenta rectificar lo que Clinton anunció el miércoles pasado. Ese anuncio, en el que el presidente abrió un amplio abanico de situaciones en las que la intervención norteamericana sería necesaria, es ahora considerado un error por la administración. Estos son los giros que la política norteamericana ha dado desde esa fecha:

—Miércoles 31 de mayo. Clinton anuncia que "será cuidadosamente revisada cualquier solicitud para una operación que implique el uso temporal de nuestras fuerzas terrestres". En ese discurso, el presidente asegura que las tropas norteamericanas podrían ayudar tanto a "la retirada" como "a la reorganización y el fortalecimiento" de las fuerzas de la ONU. Ese anuncio, según informaba ayer el diario *The New York Times*, se hizo por indicación del Consejo Nacional de Seguridad para demostrar la vocación internacionalista de Clinton, su solidaridad con Europa y su liderazgo en política exterior. El Departamento de Estado se opuso porque temía, como ocurrió, que el mensaje fuera incorrectamente interpretado.

—Jueves 1° de junio. Los principales dirigentes republicanos del Congreso manifiestan su firme oposición a la intervención de tropas en Bosnia.

—Viernes 2 de junio. Un avión norteamericano es derribado por los serbios y el piloto es dado por desaparecido. Clinton asegura que su política se mantiene "firme".

—Sábado 3 de junio. El presidente Clinton afirma en un mensaje radial que la posibilidad de una intervención de tropas en Bosnia es "remota, altamente improbable". Un editorial del diario *The New York Times* advierte que "Bosnia no es la guerra de Estados Unidos".

—Domingo 4 de junio. La embajadora norteamericana en las Naciones Unidas define nuevas condiciones para la participación de tropas: proteger un acuerdo de paz firmado por las tres partes, ayudar a "la retirada" de los cascos azules y en el caso de una "situación de emergencia".

En ese período, la administración norteamericana descubrió elementos con los que no contaba Clinton cuando hizo su promesa:

—Una reacción contraria —no sólo republicana— mucho más fuerte de lo esperada.

—Una demostración de los serbios de que podían derribar aviones, lo que hizo recordar los riesgos que asumirían las tropas norteamericanas.

—Una fuerte desconexión con la política europea. Mientras Washington hizo su oferta, según funcionarios citados gpor la prensa norteamericana, fundamentalmente para animar a los europeos a permanecer en Bosnia, éstos la entendieron como una muestra sincera de un deseo de mayor participación militar de Estados Unidos.

Choque

Un portaaviones nuclear y una nave de apoyo de la armada estadounidense chocaron en aguas del Golfo Pérsico, aunque sólo resultó herido un marinero, dijo el comando militar norteamericano del área. La nave de apoyo "Sacramento" fue enviada a un puerto del Golfo para verificar las consecuencias de la colisión con el portaaviones "Abraham Lincoln", durante una maniobra de entrega de carburante y alimentos. El "Lincoln", movido por propulsión nuclear, había ingresado el sábado pasado en aguas del Golfo y continuará su misión, dijo la armada, que inició igualmente una investigación del episodio.

Alemania a la expectativa de Sarajevo

Pese a los esfuerzos de Francia y Gran Bretaña para que Alemania intervenga en la crisis bosnia, la cautela de Kohl se impone en materia de política exterior

5-6-95 C SV

POR VIRGINIA SUPERVIELLE
enviada a Bonn



Kohl tiene ideas muy claras con respecto a su política interna pero en lo que respecta a la política exterior el canciller federal se muestra cauteloso y es muy difícil que sea el primero en tomar iniciativas en temas como por ejemplo la guerra de Bosnia.

Kohl ya aprendió su lección cuando reconoció al gobierno de Croacia sin consultar a los demás miembros de la UE, recibiendo un tirón de orejas de los demás países, que no olvidará mientras gobierne. Por el momento Kohl se mantiene a la expectativa frente a la Guerra de Bosnia y todavía no decidió si mandará o no efectivos militares a la zona de conflicto. La tendencia alemana de esperar y observar qué hace la mayoría pero retomar la iniciativa en estas materias como puede ser intervenir en una guerra, puede ser interpretado como secuelas dejadas por la Segunda Guerra Mundial.

Actualmente el tema de la guerra en Bosnia preocupa a los alemanes pero no les desespera, no es el tema del día ya que no les toca tan de cerca aún, pero tampoco descartan que esta situación pueda cambiar de un momento a otro. Los alemanes no olvidan cuando Kohl decidió mandar militares a Somalia y consideran que no valió la pena ya que nada se solucionó. Muchos afirman que el hecho de que Alemania mande o no soldados a Bosnia, como en Somalia, nada habrá de solucionar.

Tras la reelección del canciller Helmut Kohl en octubre pasado por cuatro años más a pesar de que ya hace doce años que desempeña esta función y es uno de los jefes de gobierno más antiguos de Europa, el canciller centrista demostró que tiene la confianza de los alemanes.

Muchos afirman que el hecho de que Alemania mande o no soldados a Bosnia nada solucionará

Al parecer gran porcentaje de electores que no estaban tan conformes con su reelección (su coalición CDU Unión Cristiano Demócrata y CSU Unión Cristiano Social ganó con el 41,5% de votos en octubre 1994) ahora lo están debido a la situación económica favorable del país. Pero lo que sí demuestran los alemanes es que Kohl si bien no es un gran líder, es hábil para cumplir las metas que se propone.

Después de algunos días los dirigentes alemanes no excluyen la idea de reforzar acciones en Bosnia, deseo ferviente de París y de Londres, enviando soldados para ayudar y reforzar a las fuerzas de la ONU.

"Debemos estar prontos para enviar nuestra cuota de participación", declaró el ministro de Defensa alemán, Voker Rühe, en Bonn. Volker Rühe presentará un plan de participación alemán en la guerra que contará básicamente con un soporte aéreo, aunque no irán tropas terrestres, según se estableció luego de la reunión en París.

Los alemanes estarían dispuestos a mandar 3 unidades de 600 hombres, un contingente sanitario como para instalar un hospital en Croacia. una unidad de lanchas rápidas para el desplazamiento por el mar Adriático y una unidad aérea compuesta de equipos de radares para descifrar el potencial antiaéreo serbio.

Pero esta resolución debe ser aprobada por el Bundestag (Cámara baja) que según la Constitución regula la participación de Alemania en las operaciones internacionales en el marco de la OTAN.

C4

■ POR PRIMERA VEZ EN 50 AÑOS INTERVENDRÁ EN COMBATES

Histórica decisión del gobierno alemán

El destacamento de fuerzas militares germanas en los Balcanes es la primera acción activa que decide el país tras la Segunda Guerra Mundial

El gobierno alemán quiere enviar tropas a Bosnia, en la primera intervención activa en combates que decide el país después de la Segunda Guerra Mundial, destinada, además, a unos territorios con "carga histórica" como son los Balcanes.

El gabinete, reunido bajo la presidencia del canciller Helmut Kohl, acordó ayer el envío a Bosnia de unos 1.500 soldados y aviones de combate, de exploración y de transporte, así como mantener, junto con los franceses, un hospital de campaña para la fuerza de intervención rápida.

Alemania enviará 1.500 soldados, aviones de combate, de exploración y de transporte

El punto más controvertido del acuerdo gubernamental lo constituye la inclusión en el contingente aéreo germano, aparte de aparatos de transporte y de exploración, de aviones del tipo ECR-Tornado, capaces de eliminar las defensas antiaéreas serbias.

El gobierno explicó que el destacamento de las fuerzas militares germanas tiene como objetivo principal asegurar a corto plazo la permanencia de las tropas de la ONU en Bosnia y anunció -al mismo tiempo- que en caso de resultar necesaria una retirada de esas tropas, se incrementaría la aportación militar de Alemania.

Tanto el ministro de Asuntos Exteriores, el liberal Klaus Kinkel, como su colega de Defensa, el democristiano Volker Rühe, puntualizaron al término del breve consejo de ministros que las unidades de la Bundeswehr (ejército federal) no formarán parte de la actual misión de Unprofor.

En el proyecto de resolución que fue remitido al Parlamento se precisa que se trata del apoyo a la fuerza de intervención rápida que habrá de posibilitar a las tropas de paz de la ONU el cumplimiento de su mandato, y que, complementada por fuerzas navales y personal para los cuarteles generales internacionales estará disponible también para operaciones de la OTAN de apoyo para una posible retirada.

Los dos ministros apelaron insistentemente a los diputados del Bundestag (Parlamento federal) a que en la votación parlamentaria del próximo viernes respalden la decisión tomada ayer por el gabinete, para dar así una señal de confianza a los soldados que participarán en la operación y también a los aliados europeos de Alemania. El ministro de Defensa señaló, mientras tanto, que los aviones de combate Tornado podrían salir en la segunda quincena de julio ya hacia su base de intervención en Italia y que las restantes unidades podrían estar listas para principios de agosto.

INICIATIVA DE LA UE

Entretanto en Francia, donde están reunidos los dirigentes de la Unión Europea, ayer se resolvió encomendar una serie de misiones al mediador Carl Bildt, que incluyen: Levantar el asedio a Sarajevo con el establecimiento de un corredor humanitario y apertura del aeropuerto. Reanudación del diálogo entre todas las partes y la reanudación de las negociaciones entre serbios y bosnios para lograr el mutuo reconocimiento. También se pide una moratoria de cuatro meses de todas las operaciones militares. (En base a EFE)

CLAVES

■ **HITO.** El canciller Kohl rompió un tabú de 50 años al decidir que enviará fuerzas militares alemanas incluyendo cazas Tornado para apoyar la misión de ONU en Bosnia.

■ **CONTINGENTE.** Alemania enviará 1.500 soldados destacados mayormente en Italia y Croacia

■ **APOYO AÉREO.** Bonn contribuirá con 6 a 8 cazas ECR Tornado y 6 cazas Tornado de reconocimiento. Además, aportará 12 aviones de transporte Transall y 2 Brequet Atlantique de reconocimiento electrónicos.

■ **AYUDA HUMANITARIA.** El gobierno de Kohl operará un hospital de campaña junto con Francia y dos centros de rescate médico.

Bosnios procuran romper el cerco

Las fuerzas bosnias han reemprendido su ofensiva de ruptura del cerco de Sarajevo, mientras el jefe militar de los serbio-bosnios, el general Ratko Mládic, asegura que esta guerra será larga.

Un portavoz de las fuerzas de paz de la ONU confirmó ayer que el Ejército de Bosnia ha conquistado Golo Brdo, cota desde la que la artillería serbio-bosnia tenía a su alcance la única carretera que llevaba a Sarajevo, por el monte Igman.

Los bosnios aseguran que no han detenido su ofensiva de ruptura del cerco de Sarajevo, que comenzó el pasado día 16.

El general musulmán Rasim Delic, jefe de las fuerzas de la República de Bosnia-Herzegovina, asegura que sus tropas han avanzado en todos los frentes y que hasta el momento han conquistado de 200 a 300 kilómetros cuadrados a los asediantes.

Los bosnios aseguran que no han detenido su ofensiva de ruptura del cerco de Sarajevo

Todas las fuentes coinciden en que a los serbios les sobran armas pero les falta infantería, pues se supone que tienen 90.000 combatientes frente a unos 150.000 bosnios. Las fuerzas bosnias, apoyadas por la artillería croata-bosnia, intentan, según los especialistas, tomar los suburbios suroccidentales de Sarajevo para unirlos a los noroccidentales de Visoko e Ilijas. Las tropas bosnias tratarían de aislar a los asediantes serbio-bosnios al colocar sobre ellos una "herradura" con dos arcos, hacia el sureste y el suroeste desde el norte de Sarajevo. *(En base a EFE)*

9508512
El retiro de los "cascos azules" sería un desastre humanitario
La Nación
8-06-95
11876
- 507685 501889
- 507697 11164
- 65658
- 65890

Causaría un desastre humanitario retirar a los cascos azules de Bosnia

Misión: William Perry afirmó que los soldados de paz de la UN cumplen la función de salvar miles de vidas; recrudece la lucha en los alrededores de Sarajevo.

8-6-95 LaNa

WASHINGTON, 7 (AP).- Sacar de Bosnia a los custodios de paz de las Naciones Unidas conduciría a "un desastre humanitario", dijo hoy el secretario de Defensa, William Perry, al tiempo que legisladores decían que la misión de la UN estaba condenada al fracaso.

Mientras 1500 soldados norteamericanos se dirigían hacia Italia para prepararse para una posible misión de evacuación en Bosnia, Perry y el general John Shalikashvili, jefe del Estado Mayor Conjunto, encararon una batería de preguntas de parte de escépticos senadores ansiosos de evitar que los Estados Unidos se vea enmarañando en la guerra bosnia.

"Espero que usted podrá garantizarle al comité y al pueblo norteamericano que no nos están arrastrando hacia Bosnia de la manera equivocada, y por las razones equivocadas", dijo el senador republicano Strom Thurmond, presidente del Comité de Servicios Armados del Senado.

La comunidad internacional, apuntó Perry, se ha negado hasta la fecha a retirar a los custodios de paz de la UN o a hacerle la guerra a los serbios bosnios.

"Cualquiera de estas alternativas habría conducido a un desastre humanitario", dijo Perry.

Pesimismo

Si bien Perry atribuyó a las fuerzas de mantenimiento de paz de la UN haber salvado miles de vidas, el pesimismo dominaba los comentarios de tanto demócratas como republicanos en el comité.

"Tarde o temprano probablemente vamos a tener que comprender, junto con nuestros aliados, que podríamos estar en una senda hacia el fracaso", dijo el senador demócrata James Exon.

"La tragedia de Bosnia ya casi no tiene esperanza", dijo el senador republicano John McCain. "Podemos haber llegado al punto donde podría ser demasiado tarde para que incluso un resuelto liderazgo de parte de los Estados Unidos y sus aliados, que tanta falta ha hecho en nuestros intentos de ayudar a resolver el conflicto, pueda afectar la situación beneficamente".

El líder de la mayoría republicana en el Senado, Bob Dole, dijo que planeaba ofrecer una resolución obligatoria que limitaría el papel de toda fuerza militar terrestre de los Estados Unidos que fuera destacada en Bosnia para ayudar a terminar una evacuación de los custodios de paz de la UN, y que impondría ciertas condiciones para tal misión.

En una rueda de prensa en la Casa Blanca hoy, el vocero presidencial Mike McCurry atacó el plan de Dole de levantar el embargo de armas contra Bosnia haciendo caso omiso de las objeciones de los aliados europeos de Washington.

McCurry afirmó que los expertos militares dicen que tomaría miles de soldados norteamericanos para equipar y adiestrar a las fuerzas gubernamentales bosnias.

"Ello, en efecto, probablemente involucra a los Estados Unidos sobre el terreno en Bosnia de un modo mucho más dramático y mucho más peligroso", aseguró.

Recrudece la lucha

SARAJEVO, 7 (Reuter).- Duros combates estallaron cerca de Sarajevo después de que los dirigentes serbios bosnios, presionados por Serbia, liberaron a 108 cascos azules.

Sin embargo, diplomáticos occidentales creen que la acción de tomar como rehenes a unos 400 soldados del cuerpo de paz de la UN ha dejado a los serbios bosnios más aislados que nunca en los tres años de guerra en Bosnia.

Inclusive Rusia, que hasta ahora estaba más dispuesta a defender a los serbios, dijo hoy que no vetará en el Consejo de Segurdad de la UN los planes para la creación de una fuerza de reaccion rápida.

En Bulgaria, el monitor de la misión de la Unión Europea, Albert Turot, dijo ayer que es posible que las sanciones internacionales contra la desmembrada Yugoslavia sean levantadas pronto.

Por su parte, mediadores internacionales están tratando de negociar una fórmula que persuada al presidente serbio Slobodan Milosevic de reconocer a Bosnia, a cambio de un levantamiento parcial de las sanciones.

Milosevic jugó un papel crucial en la liberación de los rehenes, al desvincularse totalmente de los intentos separatistas de los serbios bosnios.

Entre tanto, funcionarios de las Naciones Unidas (UN) dijeron en Sarajevo que insisten en las negociaciones con los dirigentes serbios bosnios para que acaben el virtual bloqueo a alimentos y medicinas.

Una delegación de alto nivel de la UN tenía previsto viajar hoy hacia la sede bosnia serbia en Pale, en las afueras de Sarajevo.

Funcionarios de los cuerpos de ayuda de la UN indicaron que Sarajevo y la mayoría de los enclaves musulmanes están sufriendo graves carencias de comida y medicinas.

Ahora, con la cercanía de la liberación de todos los rehenes, las naciones occidentales y Rusia enfrentan la decisión más peligrosa y difícil desde que los cuerpos de paz fueron desplegados en Bosnia hace tres años.

La cuestión es que las tropas de la UN, apoyadas por una fuerza occidental de reacción rápida, podrían cruzar la línea de su misión original y usar la fuerza si continúan siendo humillados y se les evita entregar la muy necesaria ayuda a Sarajevo y los enclaves.

Los países occidentales, encabezados por Francia y Gran Bretaña como los que mayor aporte de soldados han hecho en Bosnia, han dicho que no quieren retirarse y, por el contrario, están enviando más tropas respaldadas con artillería y helicópteros.

Mientras, en Washington, el secretario de Defensa norteamericano, William Perry, intentó acabar con la confusa política sobre Bosnia al dar un testimonio ante el Senado de su país e informarles que el gobierno enviaría tropas al convulsionado territorio si fuera necesario garantizar la seguridad de los cuerpos de paz.

Perry dijo que los Estados Unidos sólo permitirían el traslado de sus soldados, una vez que tuviera la aprobación del Congreso.

"Debemos estar preparados para ayudar a la NATO en una extracción de emergencia de unidades cuya posición se ha convertido en extremadamente peligrosa", indicó Perry.

Alemania, por su parte, parece acercarse a su primera misión de combate de la posguerra con la visita de oficiales de su fuerza aérea a las bases italianas desde donde podrían despegar aviones germanos que ayudarían a las tropas de la UN en Bosnia.

9508512

9508512

El retiro de los "cascos azules" sería un desastre humanitario

LA NACION

8-06-95

11876 – 507685 – 501889 – 507697 – 11164 – 65658 – 65890

Causaría un desastre humanitario retirar a los cascos azules de Bosnia

Misión: William Perry afirmó que los soldados de paz de la UN cumplen la función de salvar miles de vidas; recrudece la lucha en los alrededores de Sarajevo.

8-6-95 LaNa

WASHINGTON, 7 (AP).- Sacar de Bosnia a los custodios de paz de las Naciones Unidas conduciría a "un desastre humanitario", dijo hoy el secretario de Defensa, William Perry, al tiempo que legisladores decían que la misión de la UN estaba condenada al fracaso.

Mientras 1500 soldados norteamericanos se dirigían hacia Italia para prepararse para una posible misión de evacuación en Bosnia, Perry y el general John Shalikashvili, jefe del Estado Mayor Conjunto, encararon una batería de preguntas de parte de escépticos senadores ansiosos de evitar que los Estados Unidos se vea enmarañando en la guerra bosnia.

"Espero que usted podrá garantizarle al comité y al pueblo norteamericano que no nos están arrastrando hacia Bosnia de la manera equivocada, y por las razones equivocadas", dijo el senador republicano Strom Thurmond, presidente del Comité de Servicios Armados del Senado.

La comunidad internacional, apuntó Perry, se ha negado hasta la fecha a retirar a los custodios de paz de la UN o a hacerle la guerra a los serbios bosnios.

"Cualquiera de estas alternativas habría conducido a un desastre humanitario", dijo Perry.

Pesimismo

Si bien Perry atribuyó a las fuerzas de mantenimiento de paz de la UN haber salvado miles de vidas, el pesimismo dominaba los comentarios de tanto demócratas como republicanos en el comité.

"Tarde o temprano probablemente vamos a tener que comprender, junto con nuestros aliados, que podríamos estar en una senda hacia el fracaso", dijo el senador demócrata James Exon.

"La tragedia de Bosnia ya casi no tiene esperanza", dijo el senador republicano John McCain. "Podemos haber llegado al punto donde podría ser demasiado tarde para que incluso un resuelto liderazgo de parte de los Estados Unidos y sus aliados, que tanta falta ha hecho en nuestros intentos de ayudar a resolver el conflicto, pueda afectar la situación benéficamente".

El líder de la mayoría republicana en el Senado, Bob Dole, dijo que planeaba ofrecer una resolución obligatoria que limitaría el papel de toda fuerza militar terrestre de los Estados Unidos que fuera destacada en Bosnia para ayudar a terminar una evacuación de los custodios de paz de la UN, y que impondría ciertas condiciones para tal misión.

En una rueda de prensa en la Casa Blanca hoy, el vocero presidencial Mike McCurry atacó el plan de Dole de levantar el embargo de armas contra Bosnia haciendo caso omiso de las objeciones de los aliados europeos de Washington.

McCurry afirmó que los expertos militares dicen que tomaría miles de soldados norteamericanos para equipar y adiestrar a las fuerzas gubernamentales bosnias.

"Ello, en efecto, probablemente involucra a los Estados Unidos sobre el terreno en Bosnia de un modo mucho más dramático y mucho más peligroso", aseguró.

Recrudece la lucha

SARAJEVO, 7 (Reuter).- Duros combates estallaron cerca de Sarajevo después de que los dirigentes serbios bosnios, presionados por Serbia, liberaron a *108* cascos azules.

Sin embargo, diplomáticos occidentales creen que la acción de tomar como rehenes a unos 400 soldados del cuerpo de paz de la UN ha dejado a los serbios bosnios más aislados que nunca en los tres años de guerra en Bosnia.

Inclusive Rusia, que hasta ahora estaba más dispuesta a defender a los serbios, dijo hoy que no vetará en el Consejo de Segurdad de la UN los planes para la creación de una fuerza de reaccion rápida.

En Bulgaria, el monitor de la misión de la Unión Europea, Albert Turot, dijo ayer que es posible que las sanciones internacionales contra la desmembrada Yugoslavia sean levantadas pronto.

Por su parte, mediadores internacionales están tratando de negociar una fórmula que persuada al presidente serbio Slobodan Milosevic de reconocer a Bosnia, a cambio de un levantamiento parcial de las sanciones.

Milosevic jugó un papel crucial en la liberación de los rehenes, al desvincularse totalmente de los intentos separatistas de los serbios bosnios.

Entre tanto, funcionarios de las Naciones Unidas (UN) dijeron en Sarajevo que insisten en las negociaciones con los dirigentes serbios bosnios para que acaben el virtual bloqueo a alimentos y medicinas.

Una delegación de alto nivel de la UN tenía previsto viajar hoy hacia la sede bosnia serbia en Pale, en las afueras de Sarajevo.

Funcionarios de los cuerpos de ayuda de la UN indicaron que Sarajevo y la mayoría de los enclaves musulmanes están sufriendo graves carencias de comida y medicinas.

Ahora, con la cercanía de la liberación de todos los rehenes, las naciones occidentales y Rusia enfrentan la decisión más peligrosa y difícil desde que los cuerpos de paz fueron desplegados en Bosnia hace tres años.

La cuestión es que las tropas de la UN, apoyadas por una fuerza occidental de reacción rápida, podrían cruzar la línea de su misión original y usar la fuerza si continúan siendo humillados y se les evita entregar la muy necesaria ayuda a Sarajevo y los enclaves.

Los países occidentales, encabezados por Francia y Gran Bretaña como los que mayor aporte de soldados han hecho en Bosnia, han dicho que no quieren retirarse y, por el contrario, están enviando más tropas respaldadas con artillería y helicópteros.

Mientras, en Washington, el secretario de Defensa norteamericano, William Perry, intentó acabar con la confusa política sobre Bosnia al dar un testimonio ante el Senado de su país e informarles que el gobierno enviaría tropas al convulsionado territorio si fuera necesario garantizar la seguridad de los cuerpos de paz.

Perry dijo que los Estados Unidos sólo permitirían el traslado de sus soldados, una vez que tuviera la aprobación del Congreso.

"Debemos estar preparados para ayudar a la NATO en una extracción de emergencia de unidades cuya posición se ha convertido en extremadamente peligrosa", indicó Perry.

Alemania, por su parte, parece acercarse a su primera misión de combate de la posguerra con la visita de oficiales de su fuerza aérea a las bases italianas desde donde podrían despegar aviones germanos que ayudarían a las tropas de la UN en Bosnia.

LA-C1

9508512

Occidente perdió su rumbo político

Por Henry Kissinger

LOS ANGELES, 8 (Por **Henry Kissinger**, de "Los Angeles Times Syndicate", especial para **Clarín**). – La crisis provocada por la captura de rehenes en Bosnia podría resultar de utilidad si, en definitiva, permite comprender en qué medida **la política de Occidente carece de rumbo**: proclama objetivos cuyo costo no ha podido soportar y define estrategias para las cuales no tiene un fin plausible. Los errores de dos administraciones norteamericanas y las evasivas de Europa han llevado a las democracias a una situación que les deja solo opciones entre distintos males. El principio de la sensatez es definir estas opciones.

• El problema de los rehenes

El apoyo directo de los Estados Unidos para sus aliados en esta cuestión es moral y prácticamente la opción menos compleja. Washington tiene un importante interés en lograr la liberación incondicional de los rehenes, incluyendo la asistencia directa a nuestros aliados en cualquier intento de rescate. Pero si los serbios de Bosnia logran obtener algo a cambio de estas personas, la utilización de rehenes como moneda de cambio nuevamente se pondrá de moda.

• Asistencia a la OTAN

Pasó ya la hora de que un país, que excluye el uso de sus fuerzas de tierra, deba dejar de culpar a los aliados que han enviado más de 10.000 hombres y sufrido más de cien bajas. Para Europa, la amenaza que representa la guerra en Bosnia no es mayor que para los Estados Unidos. Ningún país estará en peligro a menos que la guerra escale; todos estarán en peligro en el improbable caso de que el conflicto se generalice.

• Resistir la agresión

Los Estados Unidos están interesados en un orden mundial que opere dentro del marco de la ley. Y, en principio, debe oponerse al uso de la fuerza. En el caso de la guerra en Bosnia, las potencias europeas deben reconocer que se está ante un conflicto étnico y que los conflictos étnicos no se resuelven por consenso.

• La cuestión moral

Este punto normalmente se expresa como la necesidad de castigar a los serbios de Bosnia por sus intentos de limpieza étnica. Pero todas las partes en el conflicto han cometido atrocidades y continúan cometiéndolas. Resistir la inhumanidad bien podría convertirse en un plausible compromiso militar.

En suma, el actual dilema de la política norteamericana no puede resolverse antes que la administración Clinton establezca un cálculo entre sus metas y los costos que está dispuesta a pagar. Clinton llegó al poder habiendo acusado a su predecesor de debilidad frente a la agresión serbia. Sin embargo, su reticencia a correr riesgos lo llevó a actitudes indefinidas que, en definitiva, hicieron la crisis inevitable. Las fuerzas de la OTAN bajo comando de las Naciones Unidas quedaron convertidas en rehenes en vez de ser pacificadoras.

Un aceptable curso de acción sería que, una vez liberados todos los rehenes, los Estados Unidos y sus aliados exijan un alto el fuego durante el cual se debería hacer un gran esfuerzo por negociar un acuerdo. De lo contrario, el único recurso sería levantar el embargo de armas y neutralizar la ofensiva serbia con un masivo ataque aéreo.

Henry Kissinger fue secretario de Estado durante el gobierno de Richard Nixon.

9508514
Rescate de piloto de EE.UU. en BOSNIA
Observador.
9-06-95
11876
-507685
-5076974 11164
-65658
-65890

Dramático rescate de piloto en Bosnia

Comandos de EEUU burlaron el asedio serbio-bosnio y lograron salvarlo pese a la artillería serbia que disparó sobre los helicópteros de rescate que cumplieron exitosamente la misión

En medio del fuego serbio-bosnio, comandos del Cuerpo de Infantes de Marina de Estados Unidos rescataron ayer a un piloto norteamericano en territorio bosnio controlado por los serbios.

Los comandos utilizaron un helicóptero y lograron ponerse a salvo de un misil y disparos de ametralladoras seis días después

Clinton: "La valentía y la destreza del piloto son fuente de inspiración"

del derribamiento del avión de combate F-16C del capitán Scott F.O'Grady, de 29 años.

Recurriendo a su entrenamiento de supervivencia, el piloto sobrevivió en Bosnia durante casi una semana, manteniéndose oculto para evitar ser capturado tras establecer contacto por radio con los equipos de búsqueda y salvamento.

El piloto sobrevivió alimentándose de insectos y agua de lluvia y "está agradecido de estar vivo", dijo un médico de los infantes de marina en el buque estadounidense Kearsarge, en el mar Adriático.

"Está muy feliz de estar vivo, muy feliz de estar a bordo de una nave estadounidense y creo que se está recuperando muy bien", dijo el doctor del buque.

Padecía de hipotermia y se sentía exhausto, pero sólo sufrió una pequeña quemadura en la nuca, al parecer cuando se eyectó de su aparato. 9-6-95 OBS

"Estoy listo para escapar de este infierno", gritó O'Grady a los infantes que lo rescataron.

O'Grady, oriundo de la ciudad de Spokane en el estado de Washington, fue rescatado en una zona serbio-bosnia al sudoeste del baluarte de Banja Luka, relativamente cerca de donde fue derribado su avión el viernes por un misil tierra-aire SAM-6.

El comandante Smith dijo que dos helicópteros CH-53 enviados para recoger al piloto fueron atacados con disparos y un misil de fuerzas terrestres mientras despegaban con O'Grady a bordo.

Los helicópteros fueron alcanzados levemente e igual pudieron ponerse a salvo.

El rescate del piloto provocó expresiones de regocijo en Estados Unidos, donde el presidente Bill Clinton se refirió a O'Grady y los infantes de marina como "héroes estadounidenses".

También representó un golpe para los militares de la OTAN y la ONU luego de la humillación que vivieron cuando los serbio-bosnios tomaron como rehenes a efectivos de paz para protestar por los ataques aéreos aliados. *(En base a Reuter, EFE y DPA)*



CLAVES

- **CONTACTO.** O'Grady indicó su posición por radio
- **DURACIÓN.** Su rescate llevó casi dos horas entre su ubicación y las maniobras para evitar los ataques
- **UBICACIÓN.** El piloto estaba en una colina a 32 kilómetros de Bihac, cerca de su derribado avión F-16
- **COMUNICACIÓN.** Un radiotrasmisor -del tamaño de un paquete de cigarrillos- le permitió dar su ubicación
- **ALIMENTACIÓN.** Pudo sobrevivir alimentándose de insectos y bebiendo agua de lluvia.

01-01

9508514

Aliados definen intervención en Bosnia

Con efectivos militares de Francia, Gran Bretaña, Holanda y España, la fuerza multinacional de 10.000 hombres estará lista a fin de mes y no usará los tradicionales cascos azules

Los ministros de Defensa de la OTAN, salvo el de Francia que no está integrada en la estructura militar, en su reunión de ayer en Bruselas, aseguraron que las fuerzas de intervención rápida no serán ofensivas y consideraron a éstas una de las pocas opciones que quedan para evitar la retirada de los "cascos azules" de Bosnia.

Los ministros discutieron la contribución aliada en el apoyo aéreo a estas fuerzas, que estarán a punto a finales de mes, pero no tomaron decisiones concretas a la espera de que reciban luz verde de la ONU la próxima semana.

El titular británico de Defensa, Malcolm Rifkind, subrayó que estos efectivos estarán "bajo mandato de la ONU, no lucharán ninguna guerra ni van a imponer la paz. Sólo protegerán a las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor)".

El principal objetivo de la misión internacional es mantener la paz y no imponerla

Según los ministros aliados, estas fuerzas no van a cambiar ni el papel ni el mandato que ahora tiene Unprofor y su objetivo será el mismo, "mantener la paz y no imponerla", pero, al no efectuar cometidos territoriales ni humanitarios, para distinguirlas del resto de tropas no llevarán el casco azul, sino el nacional e insignias y la bandera de la ONU.

Estas fuerzas estarán formadas por dos unidades: una integrada por una brigada aerotransportada exclusivamente británica, que se espera esté sobre el terreno como máximo dentro de un mes, y la segunda, que tardará algo más en constituirse, será multinacional, con contribuciones británicas, francesas y holandesas. En esta segunda unidad podrían tomar parte tropas de España, aunque la participación "sería siempre muy pequeña", anunció el ministro español de Defensa, Julián García Vargas.

En su reunión de ayer, los ministros de Defensa de la OTAN reiteraron el compromiso de la Alianza en la protección aérea de los cascos azules y de las áreas seguras (Sarajevo, Srebrenica, Zepa, Tuzla, Bihac y Gorazde) y para hacer cumplir la zona de exclusión aérea sobre Bosnia.

DUDAS DE RUSIA

Mientras, Rusia reiteró sus temores de que esta fuerza altere el mandato de ONU y advirtió que sólo la aceptará si se integra en los actuales contigentes de paz.

El pasado día 4, Rusia indicó que recurrirá al veto en el Consejo de Seguridad de la ONU, si la Alianza Atlántica pretende ejecutar una operación coercitiva en Bosnia, y el Parlamento ruso preparó ayer un proyecto de resolución en el que insta al gobierno a ejercer este derecho. *(En base a AP, EFE y DPA)*



Mantener la paz, no imponerla, es el lema

CLAVES

- **CRISIS.** Continúa la crisis de los rehenes ya que 145 "cascos azules" y observadores de la ONU siguen en poder de los serbio-bosnios.
- **ANUNCIO.** La agencia independiente serbia "Beta" anunció que los rebeldes podían liberar "pronto" a un nuevo grupo de rehenes, tras la puesta en libertad el viernes de 120 y el miércoles, de otros 111.
- **REHENES.** Los serbios bosnios detuvieron el 25 y el 26 de mayo a unos 380 miembros de las Tropas de Paz para utilizarlos como "escudos humanos", ante la posibilidad de ataques aliados, después de que la OTAN bombardeara sus posiciones en su sede de Pale.

La Cámara Baja de EEUU pide levantar el embargo a Bosnia

La Cámara de Representantes de EEUU aprobó ayer, por amplia mayoría, una propuesta para levantar unilateralmente el embargo de armas que pesaba contra Bosnia.

La propuesta, aprobada por 318 votos a favor y 99 en contra, solicita al gobierno de EEUU que levante el embargo de armas a Bosnia, incluso sin el visto bueno de la ONU.

El presidente estadounidense, Bill Clinton, ha defendido su posición contraria al levantamiento del embargo y la Casa Blanca señaló que no hay posibilidades de un cambio de política.

El subsecretario de Estado para Asuntos Políticos, Peter Tarnoff, destacó que la posición norteamericana seguirá siendo a favor del control del conflicto para evitar una mayor escalada, mantener a EEUU al margen y hacer lo posible por acabar cuanto antes con la guerra.

Las dos cámaras del Poder Legislativo ya han aprobado con anterioridad diversas propuestas para levantar el embargo de armas a Bosnia, pero la Casa Blanca se ha negado.

La propuesta en cuestión fue incluida en una enmienda al proyecto de ley de reducción de la ayuda exterior.

Durante el debate se destacó la operación de rescate del piloto Scott O'Grady, cuyo avión F-16 fue derribado el pasado viernes. Su liberación causó júbilo en los Estados Unidos. *(En base a AP y EFE)*

Crean fuerza multinacional con mucha más capacidad de combate

Servirán como respaldo a los "cascos azules" de Bosnia

Los "cascos azules" que operan en Bosnia tendrán el respaldo de una brigada multinacional de reacción rápida y de fuerzas nacionales que los protegerán de los ataques y los ayudarán a cumplir su misión humanitaria, según acordaron ayer, los Ministros de Defensa de 15 países, reunidos en París.

PARIS (Agencias) – La fuerza multinacional, compuesta por entre 4.000 y 5.000 hombres, estará fuertemente armada para afrontar cualquier eventualidad y comenzará a operar "a finales de este mes", según anunció el Ministro francés de Defensa, Charles Millón.

Los soldados de esta brigada no serán "cascos azules" pero estarán bajo el control operativo de la ONU y se asentarán en Bosnia (cerca de Sarajevo) y en Croacia, precisó el responsable francés.

Hasta ahora, sólo el Reino Unido (1.500 hombres), Francia (1.500) y Holanda (unos 200) han anunciado su participación en la brigada multinacional, mientras que España, Noruega, Italia, Turquía y Canadá aportarán apoyo logístico y de transporte.

Estados Unidos no contribuirá con fuerzas de tierra, pero continuará con la colaboración de sus aviones de combate, como sucede en estos momentos dentro de la misión de la OTAN de apoyo a las Fuerzas de Protección de Naciones Unidas (UNPROFOR) y protección de las "zonas seguras" en Bosnia, señaló el Secretario estadounidense de Defensa William Perry.

Washington también contribuirá con helicópteros de combate, sistemas de transporte, comunicaciones y navegación, así como también coordinará los trabajos de inteligencia, afirmó Perry.

Elevada capacidad de combate

La brigada multinacional tendrá una elevada capacidad de combate y "permitirá responder con energía a los ataques y tendrá un fuerte carácter disuasivo", señaló el comandante de los "cascos azules" en la antigua Yugoslavia, General Gerard Janvier.

Los países que encabezan esta fuerza enviarán una delegación a Nueva York para proponer que el Consejo de Seguridad de la ONU apruebe cuanto antes su misión, ya que aunque no será una fuerza de las Naciones Unidas, sí estará bajo su control operativo.

La creación de esta fuerza se añade a la decisión independiente británica de enviar a Bosnia a la 21ª brigada aerotransportada (unos 4.000 hombres adicionales) de fuerzas de la ONU, explicó el Ministro británico, Malcom Rifkind.

Sumando ambas fuerzas, las unidades encargadas de proteger a UNPROFOR, serían casi 10.000 soldados.

A ellos podría unirse, en caso de que fuera necesario, un contingente adicional de 4.000 hombres que ha movilizado Francia, señaló el Ministro francés. En la reunión a la que asistieron, los Ministros de Defensa y los Jefes de Estado Mayor de EE.UU, Francia, Gran Bretaña, Alemania, España, Holanda, Italia, Turquía, Dinamarca, Bélgica, Canadá, Finlandia, Grecia, Noruega y Suecia, declararon que tienen como objetivo "no crear una fuerza que tome parte en el conflicto (contra los serbios), sino una unidad de reacción rápida que pueda combatir para asegurar la integridad de UNPROFOR".

■ ENTRE 9 Y 10 MIL EFECTIVOS

Todo dispuesto para una fuerza de acción rápida

POR VIRGINIA SUPERVIELLE
enviada a París

Para demostrar su determinación y su vigilancia frente a la conducta inaceptable de los serbios de Bosnia, los 15 ministros de Defensa de la OTAN y de la UE que se reunieron el fin de semana en París y decidieron que están dispuestos a desplegar dispositivos y reaccionar rápidamente antes de fin de mes.

La fuerza de reacción inmediata comprende de 9 a 10.000 hombres y será dividida en dos, de una parte una brigada multinacional de alrededor de 4.000 soldados daneses, británicos y holandeses y por otra parte la brigada aérea 24 formada por 5.000 británicos.

Se instalará en Croacia y Bosnia (cerca de Sarajevo) y tendrá el control sobre las fuerzas de Unprotor para la ex Yugoslavia bajo las órdenes del general francés Bernard Janvier, con poder de mando sobre los cascos azules en Bosnia y por el general británico Rupert Smith.

Por otra parte el secretario americano de defensa William Perry afirmó que su país no reforzará las tropas terrestres pero sí dará un apoyo aéreo.

Además España, Noruega, Italia y Turquía darán una ayuda logística.

Es la primera vez después de 40 años que una acción rápida es confiada a las Naciones Unidas. Pero a pesar de que las fuerzas llevarán la bandera de la ONU los uniformes serán de cada país, afirmó el ministro Charles Hillon.

Esta fuerza multinacional es una suerte de creación sui generis, en momentos en que la OTAN trata de formar una unidad similar.

Pero los ministros de Defensa que se reunieron en París no dijeron si estas fuerzas serán utilizadas para liberar a los rehenes detenidos por los serbio-bosnios.

Luego de la reunión en París Hillon afirmó: "No tomamos ninguna decisión, lo que hicimos junto a los demás ministros fue analizar la situación".

CLAVES

- **REACCIÓN.** La creación de una nueva fuerza para Bosnia nació como una necesidad de poner freno a la conducta serbia.
- **RESPUESTA.** Los paises de la OTAN y la UE acordaron una respuesta de acción rápida antes de fin de junio.
- **INTEGRANTES.** Los paises que formarán parte de esa fuerzas terrestre son Dinamarca, Holanda y Gran Bretaña.
- **BASES.** La fuerza se instalará cerca de Sarajevo y tendrá el control sobre las fuerzas de la ONU para la ex Yugoslavia.
- **EFECTIVOS.** El grupo de acción rápida estará compuesto por alrededor de 10.000 soldados.

03-03

9508515

Bosnia: EE. UU. prepara un rescate

Alistamiento: 3500 soldados norteamericanos y 100 helicópteros serán trasladados a Italia y a Alemania para una eventual misión.



Un soldado bosnio herido es llevado al hospital (AP)

WASHINGTON, 5 (AP).- Unos 3500 soldados norteamericanos y más de 100 helicópteros serán trasladados de sus bases en Alemania a Italia, en preparación para una potencial misión de rescate en Bosnia, dijeron funcionarios del Pentágono.

La fuerza incluye helicópteros Apache de ataque y Black Hawck de asalto aéreo, además de helicópteros de transporte, señalaron las fuentes, que agregaron que el movimiento de efectivos hacia Italia podría comenzar mañana.

"Esto no es un ejercicio, es un alistamiento" en caso de que las fuerzas de paz de la UN necesiten ser retiradas.

Despliegue

Se espera que la brigada aérea sea conformada con efectivos del Onceno Regimiento de Aviación, actualmente en entrenamiento en suelo alemán. Las unidades se trasladarán en aviones, ferrocarril y autobuses, señalaron los funcionarios del Pentágono, que pidieron conservar el anonimato.

Explicaron que el despliegue incluye apenas una parte de una potencial participación norteamericana en la fuerza de la NATO diseñada para ayudar a la evacuación de los cascos azules de la ex Yugoslavia.

Hasta 25.000 efectivos podrían estar involucrados en ese esfuerzo.

Sin embargo, la brigada de aviación necesita estar lista en caso de que algunos grupos de cascos azules tengan que ser evacuados rápidamente por aire al inicio de la evacuación general.

Los funcionarios no dijeron exactamente dónde estarán estacionadas las fuerzas norteamericanas, pero uno de ellos precisó que el cuartel general será ubicado en Vincenza, Italia, donde están los paracaidistas de la División 82 Aerotransportada.

Peligro

Las misiones aéreas sobre Bosnia podrían exponer a los efectivos norteamericanos a un peligro "no insignificante", dijo el almirante William Owens, segundo al mando en el Pentágono, pero agregó que se tomarán todas las precauciones posibles.

Punto final a cuatro décadas de resquemores

La unión hace la fuerza

Por Graciela Iglesias

(Corresponsal de LA NACION)

Impacto: la creación de la Brigada de Reacción Rápida empujó a Londres a asociarse con París en un terreno que venía evitando desde la crisis del canal de Suez.

PARIS.- Aun antes de hacer mover a sus efectivos, la creación de la Fuerza de Reacción Rápida para actuar en Bosnia ya ha logrado un objetivo: asociar militarmente a dos viejos rivales europeos.

La operación, al ser exclusivamente anglo-francesa, pone punto final a cuatro décadas de mutuos resquemores, una suerte de guerra fría entre aliados nacida tras la crisis del canal de Suez. Y saca la principal piedra en el camino para consolidar la seguridad común del continente.

Los ministros de Defensa y Relaciones Exteriores presentes en París el último fin de semana para descifrar el jeroglífico yugoslavo no echaron mano a la recién nacida fuerza europea terrestre Euroforce (con Estado Mayor en Italia, capaz de convocar a tropas de intervención rápida de unos 10.000 a 15.000 hombres, el equivalente a una división) ni a la binacional franco-germana Euro-corps, con 50.000 hombres en pleno entrenamiento desde 1991 en el cuartel general de Estrasburgo.

Las razones son técnicas en el primero de los casos (aún no se llegó a formar el Estado Mayor de la Euroforce) y políticas en el segundo.

Alemania, principal socio de Francia en la Unión Europea, tiene todavía a su opinión pública en contra de la participación de tropas germanas en tierra extranjera y mucho más en la ex Yugoslavia. No son pocos los que culpan a Bonn de haber encendido la mecha del conflicto al reconocer la independencia de Croacia sin consultar primero a sus vecinos de la UE.

Al mismo tiempo, el principal aliado militar de Gran Bretaña, los Estados Unidos, si bien trata de mantener su influencia sobre la NATO, está empecinado en no ensuciarse las botas. Una semana después de ofrecer el envío de tropas a los Balcanes, Bill Clinton cedió una vez más a los pedidos de no intervención de los republicanos en el Congreso.

Otro eje

Durante años, la NATO procuró dar a Europa un sistema de defensa sin quebrar por ello la columna vertebral de la alianza atlántica.

Una de las soluciones puestas en práctica fue la constitución de una Fuerza de Tareas Conjuntas (Combined Joint Task Force) con la idea de permitir la aparición de unidades multinacionales en la que participan países miembros de la Unión Europea Occidental, pero no necesariamente de la NATO, como es el caso de Francia.

El problema por dilucidar entonces fue quién se haría cargo de su dirección, Washington (NATO) o París (UEO). La lucha por el timón salió a la superficie en numerosas ocasiones, siendo la más reciente la Guerra del Golfo.

La realidad hace que ahora este predicamento no surja. Bosnia es una tema netamente europeo.

Y la experiencia dicta que, si bien en el terreno económico el motor de la UE depende de la dupla franco-germana, en materia militar el eje pasa por París y Londres.

Las dos capitales habían dejado de hablar de la cuestión desde que su último esfuerzo conjunto, en 1956, terminó en desastre.

Puede ser que en el futuro la aventura anglo-francesa en Bosnia se vea como el momento en el que las heridas de la crisis de Suez cicatrizaron definitivamente para dar vida a una verdadera estructura militar europea. De fracasar, en cambio, será otra prueba de que las viejas potencias coloniales no saben más que cometer los mismos errores una y otra vez.

últimos intentos de las potencias por resolver ... de Bosnia
CLARIN
11-06-95
11876
- 507685 / 65890
- 507697 / 11164
- 65658
- 508062

EL MUNDO

¿Quién detendrá

Los últimos intentos de las potencias por resolver la hoguera que consume a la ex Yugoslavia no hacen más que ahondar la imagen de ineficacia y falta de decisión de los organismos internacionales. El pantano de Bosnia se insinúa eterno. Lo que es peor, parece anunciar escenarios futuros igual de inciertos. Un nuevo orden cargado de preguntas, con la guerra como única respuesta.

TRAS dos semanas de cabildeos en torno a "qué hacer con los serbios" y cómo rescatar a los cascos azules en cautiverio, un impasse deprimente para la Alianza del Atlántico Norte (OTAN), para las Naciones Unidas y en especial para los Estados Unidos, la balanza parece comenzar a inclinarse en favor de que los bosnios se defiendan a sí mismos. Como ejemplo del estancamiento de las Naciones Unidas basta recordar que la última esperanza ha sido también de índole retórica: el último esfuerzo diplomático se contentaba con que el presidente de Serbia, el nacionalista Slobodan Milosevic, reconociera al gobierno de la república de Bosnia, lo que indirectamente aislaría a los serbiobosnios y limitaría su codicia territorial. Pero ni siquiera eso se pudo conseguir. Los cascos azules, originalmente destinados a custodiar a los musulmanes en una serie de "*zonas seguras*", acabaron como rehenes, liberados a cuentagotas por los serbiobosnios, en quienes este gesto hace sospechar algún rasgo humano.

Captura de rehenes: táctica de soldados débiles, pero al mismo tiempo lo suficientemente asertiva para poner en ridículo a los vigías del Nuevo Orden Mundial. Desde febrero de 1994, las intervenciones de la OTAN en la ex Yugoslavia parecen haber llegado a su punto de máxima ineficacia. Frente a las dos opciones –seguir con la misión a pesar de sus riesgos o sacar un ticket a casa–, los países que integran la OTAN han decidido reagrupar sus fuerzas e incluir por primera vez armamento pesado. Los aliados de la OTAN parecen decididos a tomar el toro serbio por las astas: los británicos encabezan la arremetida con su artillería, y los barcos franceses están a la vista en el mar Adriático. Con todo, nadie se atreve a impartir la orden, confiando en que la simple amenaza surta el demorado efecto. Pero la pregunta sigue siendo: ¿para qué? En el corazón de todas estas vacilaciones se debe leer un hecho irrecusable: ningún país europeo parece dispuesto a donar a sus muchachos en favor de una república musulmana, aunque todos coincidan en que esta sea la principal víctima del conflicto. El "factor" humano, el genocidio, no basta para mover a la acción. La guerra en la ex Yugoslavia ya lleva, en tres años, más de 300.000 muertos.

Armas para las víctimas

Mientras la Casa Blanca todavía se pregunta hasta dónde debe arriesgarse en una región que conserva para el país un interés limitado, más bien de prenda de amistad con sus socios de la OTAN, los representantes republicanos del Congreso norteamericano acaban de darle una lección conservadora, una solución que ha sido reiteradamente invocada por las mentes más progresistas, entre ellos, el escritor indo-británico Salman Rushdie. Si el resto de Europa no está lista para definir militarmente este enchastre de recelos étnicos y religiosos, de ansias territoriales y fascismo bestial, es mejor que esta guerra solo les pertenezca a sus contendientes.

Tras casi una semana de incertidumbre sobre la suerte del piloto Scott O'Grady, cuyo avión F-16 fue derribado por misiles serbiobosnios, el espectacular rescate inclinó el jueves al Congreso en favor de Bosnia, al levantar el embargo de armas que pesaba sobre la relegada república. La opinión pública norteamericana, entretanto, se sigue preguntando por qué la guerra en la ex-Yugos[illegible]

01-02

este infierno?

la. En una encuesta conducida la semana pasada por la revista "Newsweek", el 55 por ciento de los norteamericanos opinó que "Bosnia no era su problema" y que los Estados Unidos no deberían involucrarse. La decisión de los representantes, que aún debe ser votada por el Senado y que podría merecer el veto presidencial, es una patada enérgica contra Bill Clinton y su errática política exterior, cuya retórica antiserbia no se ha visto acompañada de un despliegue significativo de soldados. La medida figura entre las grandes temores de la OTAN, que por sobre todas las cosas teme que los bosnios lleven sus tiros más allá de los Balcanes.

El levantamiento, que todavía debe pasar por el Senado, se fundamenta en que continuar el embargo implicaría "ser cómplices de un genocidio masivo". Los musulmanes de Bosnia llevan meses reclamando el fin del embargo de armas, que les permitirá enfrentar en condiciones de igualdad a los soldados de Milosevic y los serbios de su propio territorio. Al trascender la noticia, el primer ministro bosnio, Haris Silajdzic, dijo ante la comisión de Derechos Humanos del Congreso norteamericano en Europa que su gobierno estaba agradecido. Y reinstaló toda la guerra en su marco auténtico: "los bosnios –dijo Siladjdzic–, "sabemos cómo morir por nuestro país. No queremos que mueran por nosotros los soldados norteamericanos, franceses e ingleses". "Ahora vamos a asumir nuestra propia defensa", concluyó. En buen romance, esta declaración es la confirmación explícita de que la presencia de la OTAN y los cascos azules solo ha contribuido a dilatar la guerra y diluir la resistencia de los más débiles.

Tácticas menores de gran impacto

Pale, en las montañas del viejo territorio de Bosnia, apenas puede ser llamada una ciudad. Tiene una sola calle principal, con unos cuantos cafés y tres clubes de video. Para los 20.000 habitantes de Pale, capital de la Bosnia serbia, ni los bombardeos de la OTAN, el 25 y 26 de mayo pasado, ni los esfuerzos diplomáticos de las Naciones Unidas resultaron centrales. Tampoco importaba mucho la suerte de los casi 400 cascos azules, que en represalia por aquel ataque fueron tomados como rehenes por la milicia serbiobosnia. Inmediatamente después de la guerra contra la Bosnia musulmana, a ellos les importa[illegible]gar a fin de mes. El sueldo mensual promedio en las montañas es de 13 dólares, pero de todos modos muchos lo cobran en paquetes de cigarrillos. Pero la insignificante Pale, como ningún otro pueblo en los últimos años, un poco reminiscente de Irak e incluso de Vietnam, ha puesto en ridículo la credibilidad de la OTAN y la ONU. Paralizados por la proximidad del conflicto respecto de sus hogares, los países de la OTAN todavía se debaten por determinar cuál, entre las opciones, desalentaría mejor la extensión del conflicto más allá de sus fronteras. ¿Cuál es la manera más segura de constreñir esta guerra: armar a los bosnios, o jugarse a fondo contra los serbios de las montañas, el rival más intransigente en este ring?

Las grandes potencias amigas encuentran una ocasión de aprender de este escenario: todo indica que estas disyuntivas serán cada vez más frecuentes. En un mundo globalizado, las potencias se verán confrontadas con guerras tan remotas en términos de sensibilidad, que apenas puedan lamentar en todo el asunto el mencionado "factor" humano. Como se sabe, este no suele bastar para promover los grandes sacrificios.

Matilde Sánchez

02-02

9508518
Alianza de occidente en la ONU para BOSNIA
LA MAÑANA
11-06-95
11876
- 507685 - 65563
- 507697 - 11164
- 65358
- 501889

Sería una alianza en la ONU entre Francia, Holanda e Inglaterra

El secretario general de la ONU, Boutros-Boutros Ghali, considera que los comandos militares de los cascos azules en Bosnia deben gozar de un mayor grado de flexibilidad operativa para evitar las causas que limitan actualmente su actuación.



La propuesta surgió de Boutros Ghali, secretario general de la ONU.

Washington\ANSA

Hasta ahora, esos comandos se limitaban a dos opciones: protestar sin ser escuchados por los ataques serbios a los Cascos Azules, y ordenar raid aéreos punitivos de la OTAN.

La propuesta de Boutros-Ghali busca integrar al contingente de Bosnia una fuerza de reacción rápida franco-británica-holandesa de 15.000 hombres.

El "plan" del secretario general, que debe ser aprobado la semana próxima con una resolución del Consejo, acepta la oferta de grupos bien armados y equipados, y dotados de movilidad, que hicieron tres países europeos.

Si la propuesta se aprueba sin modificaciones, el numero máximo de soldados empeñados en la ex Yugoslavia pasará de 44.870 (aunque ahora hay efectivamente en el lugar casi 40.000) a 57.370 hombres.

El comando de la ONU

La fuerza de reacción rápida estará bajo el comando de la ONU y prácticamente duplicará las tropas que hay actualmente en Bosnia y en el cuartel general de la ONU en Zagreb, de 23.000 Cascos Azules.

Las 15.000 unidades de la FRR -de las que 2.500 ya están en la zona y 12.500 estarán a disposición "ex-novo"- tendrán el rol básico de proteger a los "peacekeeper" de la ONU.

Después de consultar con Boutros-Ghali, franceses, ingleses y holandeses abandonaron la idea inicial de crear una fuerza de reacción rápida autónoma de los comandantes de la ONU.

Con uniformes nacionales y sin usar vehículos pintados de blanco, los hombres de las FRR integrarán las operaciones del contingente UNPROFOR.

El 31 de mayo pasado, en un informe al Consejo de Seguridad, Boutros-Ghali marcó cuatro opciones para enfrentar el rápido deterioro de la situación en Bosnia. Rechazando por ahora las hipótesis de retirar la UNPROFOR, redimensionarla o mantener el "statu quo", el secretario general eligió apoyar el aumento significativo de las fuerzas.

Mejorar, con menos riesgos

La diferencia con el documento de mayo -que proponía una fuerza multinacional bajo control directo de los países que aportaban las tropas- Boutros-Ghali es favorable ahora a integrar las FRR en la cadena de comando de Naciones Unidas, con un mandato no ofensivo.

"Después de una reflexión atenta -dijo el secretario general- estoy convencido de que reforzar la UNPROFOR mejorará las capacidades del contingente para proseguir su obra humanitaria con menores riesgos para sus hombres".

"En síntesis -agregó- creo que esta iniciativa reducirá los riesgos de que el aumento de las pérdidas de vidas humanas y de las acciones contra los Cascos Azules pueda inducir a los países contribuyentes a retirar sus tropas".

En la carta que envió al Consejo de Seguridad, Boutros-Ghali pidió relanzar las iniciativas diplomáticas, "acaso con una nueva fórmula".

El Consejo de Seguridad efectuará consultas el lunes para poner a punto la resolución que autorizará el empleo de las FRR. Un borrador que hizo circular la delegación francesa especifica las tareas de la FRR e invoca la inmediata liberación de los 145 hombres de la ONU que siguen como rehenes de los serbios.

"Cese el fuego"

El respeto de las "áreas protegidas" en distintas zonas de Bosnia y el enésimo pedido de un cese del fuego entre las partes son los otros elementos de fondo de la resolución, que se debería votar a fines de la semana próxima.

En tanto, en Washington, el secretario de Defensa estadounidense, William Perry, dijo hoy que el Pentágono puede reforzar pronto la escuadrilla de seis aviones anti-radar EF-111 que está en la base de Aviano.

El pedido de enviar otros EF-111 para usarlos como protección de las misiones de patrullaje en los cielos de Bosnia llegará en los próximos días a Perry, elevada por el almirante Leighton Smith, comandante de la OTAN en el sur de Europa.

01-01

9508518

Sería una alianza en la ONU entre Francia, Holanda e Inglaterra

El secretario general de la ONU, Boutros-Boutros Ghali, considera que los comandos militares de los cascos azules en Bosnia deben gozar de un mayor grado de flexibilidad operativa para evitar las causas que limitan actualmente su actuación.



La propuesta surgió de Boutros Ghali, secretario general de la ONU.

Washington\ANSA

Hasta ahora, esos comandos se limitaban a dos opciones: protestar sin ser escuchados por los ataques serbios a los Cascos Azules, y ordenar raid aéreos punitivos de la OTAN.

La propuesta de Boutros-Ghali busca integrar al contingente de Bosnia una fuerza de reacción rápida franco-británica-holandesa de 15.000 hombres.

El "plan" del secretario general, que debe ser aprobado la semana próxima con una resolución del Consejo, acepta la oferta de grupos bien armados y equipados, y dotados de movilidad, que hicieron tres países europeos.

Si la propuesta se aprueba sin modificaciones, el numero máximo de soldados empeñados en la ex Yugoslavia pasará de 44.870 (aunque ahora hay efectivamente en el lugar casi 40.000) a 57.370 hombres.

El comando de la ONU

La fuerza de reacción rápida estará bajo el comando de la ONU y prácticamente duplicará las tropas que hay actualmente en Bosnia y en el cuartel general de la ONU en Zagreb, de 23.000 Cascos Azules.

Las 15.000 unidades de la FRR -de las que 2.500 ya están en la zona y 12.500 estarán a disposición "ex-novo"- tendrán el rol básico de proteger a los "peacekeeper" de la ONU.

Después de consultar con Boutros-Ghali, franceses, ingleses y holandeses abandonaron la idea inicial de crear una fuerza de reacción rápida autónoma de los comandantes de la ONU.

Con uniformes nacionales y sin usar vehículos pintados de blanco, los hombres de las FRR integrarán las operaciones del contingente UNPROFOR.

El 31 de mayo pasado, en un informe al Consejo de Seguridad, Boutros-Ghali marcó cuatro opciones para enfrentar el rápido deterioro de la situación en Bosnia. Rechazando por ahora las hipótesis de retirar la UNPROFOR, redimensionarla o mantener el "statu quo", el secretario general eligió apoyar el aumento significativo de las fuerzas.

Mejorar, con menos riesgos

La diferencia con el documento de mayo -que proponía una fuerza multinacional bajo control directo de los países que aportaban las tropas- Boutros-Ghali es favorable ahora a integrar las FRR en la cadena de comando de Naciones Unidas, con un mandato no ofensivo.

"Después de una reflexión atenta -dijo el secretario general- estoy convencido de que reforzada la UNPROFOR mejorará las capacidades del contingente para proseguir su obra humanitaria con menores riesgos para sus hombres".

"En síntesis -agregó- creo que esta iniciativa reducirá los riesgos de que el aumento de las pérdidas de vidas humanas y de las acciones contra los Cascos Azules pueda inducir a los países contribuyentes a retirar sus tropas".

En la carta que envió al Consejo de Seguridad, Boutros-Ghali pidió relanzar las iniciativas diplomáticas, "acaso con una nueva fórmula".

El Consejo de Seguridad efectuará consultas el lunes para poner a punto la resolución que autorizará el empleo de las FRR. Un borrador que hizo circular la delegación francesa especifica las tareas de la FRR e invoca la inmediata liberación de los 145 hombres de la ONU que siguen como rehenes de los serbios.

"Cese el fuego"

El respeto de las "áreas protegidas" en distintas zonas de Bosnia y el enésimo pedido de un cese del fuego entre las partes son los otros elementos de fondo de la resolución, que se debería votar a fines de la semana próxima.

En tanto, en Washington, el secretario de Defensa estadounidense, William Perry, dijo hoy que el Pentágono puede reforzar pronto la escuadrilla de seis aviones anti-radar EF-111 que está en la base de Aviano.

El pedido de enviar otros EF-111 para usarlos como protección de las misiones de patrullaje en los cielos de Bosnia llegará en los próximos días a Perry, elevada por el almirante Leighton Smith, comandante de la OTAN en el sur de Europa.

Apoyo Bélico Secreto del Ejército Yugoslavo

SERBIA IMPULSA A SUS REBELDES

The New York Times

WASHINGTON D.C. (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS). — El presidente de Serbia, Slobodan Milosevich y la estructura militar de su país continúan brindando amplia asistencia, en secreto, a las fuerzas serbias de Bosnia Herzegovina, denunciaron autoridades de Estados Unidos y de naciones europeas.

Milosevich se había comprometido el año pasado a cerrar la frontera entre Serbia y Bosnia Herzegovina y obtuvo, como consecuencia de ello, que se aliviaran las sanciones impuestas por Naciones Unidas. Sostiene que sólo ha enviado asistencia humanitaria a los serbios bosnios. Esta afirmación del Presidente serbio ha sido aceptada por el equipo de funcionarios de Naciones Unidas encargado de supervisar el cumplimiento de las sanciones contra Serbia.

Sin embargo, autoridades de Estados Unidos y de países europeos que tienen acceso a informes de inteligencia, expresaron que la nueva Yugoslavia —formada por Serbia y Montenegro— paga los salarios de numerosos Oficiales de las fuerzas serbio bosnias y también les suministra combustible, repuestos y municiones, así como les brinda entrenamiento.

TODA LA RED LIGADA A YUGOSLAVIA

Analistas norteamericanos expresaron que el Ejército de Yugoslavia asegura repuestos y técnicos para el mantenimiento de las defensas aéreas de los serbios bosnios, que la semana pasada abatieron un F-16 de las Fuerza Aérea de Estados Unidos, en misión de OTAN. Todo el sistema de defensa está vinculado por medios electrónicos con el centro de computación y radar del Ejército de Yugoslavia, aunque no hay pruebas de que éste haya estado involucrado en el abatimiento del F-16 norteamericano, dijeron los voceros de Estados Unidos.

Si bien hay diferencias entre los analistas sobre el monto del material bélico que Yugoslavia proporciona a los serbios de Bosnia, expertos de Estados Unidos indican que esa ayuda le ha permitido a los serbios de Bosnia mantenerse como eficaz fuerza de combate. Hasta los más escépticos admiten que los canales de abastecimiento han sido reducidos, pero se mantienen abiertos.

Un jerarca del gobierno de Estados Unidos dijo que "los vínculos con los serbios de Bosnia se mantienen, pese a que Milosevich quiere que todo el mundo piense lo contrario".

FRECUENTES CONVERSACIONES

Fuentes norteamericanas y europeas coincidieron en manifestar que los últimos informes indican que los serbios de Bosnia mantienen en funcionamiento camiones, tanques, y otros equipos bélicos pesados, gracias a los suministros del Ejército de Yugoslavia.

Asimismo, las fuentes señalaron que cuentan con pruebas de frecuentes conversaciones y consultas entre el Estado Mayor del Ejército de Yugoslavia, con cuartel general en Belgrado, y los Oficiales que dirigen las operaciones en Bosnia Herzegovina. Asimismo, expresaron que los serbios heridos en combate son trasladados por helicóptero a hospitales militares en Yugoslavia.

Los informes de los servicios de inteligencia plantean una pregunta inquietante a los gobernantes de Estados Unidos y países europeos: ¿Occidente debe levantar las sanciones contra un gobierno que parece estar respaldando y sosteniendo el esfuerzo bélico de los serbios de Bosnia, aunque jure hacer lo contrario?

Varios jerarcas gubernamentales norteamericanos y europeos consideraron que al haberse optado por no tener un enfrentamiento directo con los serbios de Bosnia, Occidente carece de [illegible] debe negociar con Milosevich.

9508520
La guerra en la ex-Yugoslavia
LA JUVENTUD.
13-06-95.
11826
- 507685
- 507697
- 61688
- 11164

LA GUERRA en la ex Yugoslavia ha provocado ya 250 mil muertos



La mayor parte de los por lo menos 150.000 muertos de las guerras de Croacia y Bosnia son musulmanes, serbios y croatas, en este orden decreciente, según el sociólogo croata Stipe Suvar, profesor de la universidad de Zagreb. 13-6-95 LoJu

Suvar declaró que, según las evaluaciones a las que ha llegado ponderando fuentes locales y análisis del extranjero, las guerras de Croacia (1991) y Bosnia han producido entre 150.000 y 250.000 muertos.

Datos más verosímiles de funcionarios de la Cruz Roja Internacional, recogidos últimamente por analistas estadounidenses, sitúan el número de muertos en esas contiendas en torno a los 50.000.

El número de desplazados bajo presiones políticas o económicas ascendería a dos millones y medio de personas, la mayoría procedentes de Bosnia y de Croacia.

Esa cifra es enorme si se tiene en cuenta que ambas repúblicas tenían unos 10 millones de habitantes cuando formaban parte de la hoy descompuesta Yugoslavia Socialista Federal, de 23 millones de habitantes.

Curiosamente, según el croata Suvar, quienes más han decrecido han sido los principales autores de las campañas de "limpieza étnica", los serbios, que eran en Bosnia 1.300.000 y han pasado a ser 700.000.

Muchos serbobosnios han emigrado de Bosnia hacia Serbia, donde han conseguido la ciudadanía, o se han ido al extranjero y el ejército de la autoproclamada república serbia de Bosnia les amenaza en vano con confiscar sus propiedades si no regresan.

Los serbios eran antes de la guerra de Croacia el 12 por ciento de la población de esta república, pero ahora no pasan del 4 por ciento porque la mayoría se fue, según Suvar y fuentes serbias de Croacia.

Menos de la tercera parte de los serbios de Croacia se fueron con los rebeldes de Krajina, que conquistaron el 28 por ciento de Croacia, pero perdieron dos tercios de su población.

Abundan los casos de serbios leales a Croacia que tuvieron que huir bajo presiones más o menos encubiertas de los croatas, que vieron en sus serbios "buenos" chivos expiatorios de los rebeldes.

Los croatas eran en Bosnia 750.000 y no pasan ahora de 400.000, mientras que la cifra total de prófugos y desertores de las guerras de Yugoslavia asciende a unos 700.000, la mayoría de ellos establecidos en el extranjero.

No fue siempre fácil convencer a un serbio, a un croata o a un musulmán de que tenía que empezar a disparar contra sus antiguos compañeros de colegio o familiares, con los que comparte el idioma común croato-serbio en el que todos cantaban el himno federal "¡Oh¡, eslavos".

Un famoso cantante bosnio de música ligera que emigró a Estocolmo al principio de la guerra (1992) solía decir "mi padre es croata, mi madre serbia y mi esposa musulmana; díganme que soy yo".

Fueron los serbios los que atacaron a los nacionalistas croatas y bosnios en un intento de hacerse con el máximo posible de sus territorios para crear una "gran Serbia" bajo el lema de "todos los serbios en un Estado común a falta de Yugoslavia".

De Serbia, república que no fue atacada por nadie, habrían huido 300.000 prófugos o desertores, cifra superior a la de hombres que tiene hoy en armas esa república, mientras que de la agredida Croacia habrían huido unos 100.000, según el estudio de Suvar.

La Yugoslavia Socialista Federal de 23 millones de habitantes tenía 6.700.000 trabajadores, que se han reducido en los cinco Estados resultantes de su desintegración a 3.900.000, el 30 por ciento de ellos empleados en el ejército y la policía.

Se calcula que el 50 por ciento de la población de Serbia está desempleada realmente, aunque muchos siguen registrados "terapeúticamente" en empresas, en las que cobran salarios simbólicos por no hacer nada.

Legiones de trabajadores se encuentran en "vacaciones forzosas", eufemismo del paro, cobrando sueldos que más parecen malas propinas, y dedicando el tiempo libre al contrabando.

La causa principal de que Serbia tenga, oficialmente, cuatro veces más desempleados que Croacia y sólo el doble de habitantes es el bloqueo petrolero y comercial que la ONU le impuso por la guerra de Bosnia en 1992.

"Los eslovenos, los croatas, los serbios, los macedonios y los musulmanes ya no emigrarán a territorios de la antigua Yugoslavia sino que se irán al extranjero", declara Suvar acerca de un "ex país" (la Yugoslavia Socialista Federal) en la que todas las nacionalidades sudeslavas decrecen, mientras que la de los albaneses del Kosovo serbio es la más alta de Europa.

9508520

01-01

Bosnios y croatas se unen contra los serbios

TOMISLAVGRADO,15 (AP).- Los rebeldes serbios, que ya tienen dificultades en varios campos de batalla claves, podrían toparse próximamente con su mayor desafío militar: la primera gran ofensiva combinada de fuerzas croatas y musulmanas.

Funcionarios croatas de Bosnia-Herzegovina indicaron que sus soldados han abierto un frente sureño contra los serbios y que las fuerzas del gobierno musulmán se les unirán por el oeste y el este.

Analistas militares independientes afirmaron que miles de croatas bosnios y soldados del ejército regular de Croacia se han congregado en Livno, a 100 kilómetros al oeste de Sarajevo, y sostuvieron que muy pronto habrá una ofensiva combinada croata-musulmana.

Semejante acontecimiento sería un hito en la cooperación croata-musulmana, que ha existido mayormente en el papel pese al acuerdo de hace más de un año para formar una federación bosnia.

"Nuestra meta inmediata es forzar a los serbios a dispersarse -dijo Ignac Kostroman, vocero militar croata bosnio-. Nuestra meta definitiva es Bosnia y la lograremos mediante la mejor coordinación posible con el ejército bosnio."

Luego de aliarse contra los rebeldes serbios, musulmanes y croatas se pelearon en 1993 por territorios disputados en Bosnia central.

Ayer se produjeron intensos combates en el norte de Sarajevo, con nutrido fuego de morteros. En Vogosca, en poder serbio, los proyectiles de artillería cayeron a un ritmo de seis por minuto.

Serbios de Bosnia y Croacia aprobaron unificación

El Parlamento serbio-bosnio tomó la decisión ayer –por unanimidad– de unir su autoproclamada "república serbia de Bosnia" a la hasta ahora tampoco reconocida por las Naciones Unidas "república serbia de Krajina" (en Croacia).

Según el acuerdo adoptado ayer, en momentos de crecientes presiones militares y diplomáticas, los enclaves rebeldes serbios de Croacia y Bosnia pasarán a estar unidos en un marco que todavía no se ha determinado y que podría ser confederal.

El presidente de la Asamblea serbio-bosnia, Momcilo Krajisnik, ha declarado en los últimos días que "es necesario realizar cuanto antes el proceso de unificación, y al mismo tiempo una comisión conjunta que preparará pronto las actas de establecimiento del futuro Estado".

A mediados del pasado mes de mayo, los rebeldes serbios de Krajina (Croacia) propusieron un proyecto que apuntaba a la unificación territorial y política con la "república" serbio-bosnia.

Tal Estado implicaría unir el 70 por ciento de los 51.000 kilómetros cuadrados de Bosnia que está actualmente bajo control de los militares serbios, y el 17 por ciento de Croacia que está ocupado y dominado por los serbios krajineses. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

9508522

9508523
Tropas argentinas a Bosnia.
CLARIN
18-06-95
11876
- 507685 11164
- 507697
- 65658
66960

Las tropas argentinas, entre la zona caliente o la vuelta a casa

18/6/95 CLARIN

El recrudecimiento de la guerra en la ex Yugoslavia pone en cuestión el destino de los cascos azules argentinos: podrían ser trasladados al principal escenario del conflicto, destinados a otra zona protegida por la ONU o volver a la Argentina.

Clarín EN CROACIA

DARUVAR, Croacia (Enviado especial). – **"Hay diferencias de criterios en las Naciones Unidas sobre el futuro de los cascos azules argentinos en la ex Yugoslavia"**. Lo dijo ayer en un diálogo con **Clarín** el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**.

Camilión y el jefe del Ejército, teniente general **Martín Balza**, concluyeron ayer en Camp Polom, Eslavonia occidental, su visita de tres y cuatro días al Batallón Ejército Argentino que participa desde 1992 de la misión de paz de la ONU en los Balcanes. **Llegaron aquí en busca de definiciones sobre el destino de los soldados argentinos**, finalizado ya el mandato de la Unprofor en el llamado Sector Oeste de Croacia. **No las obtuvieron.**

El ministro y el jefe del Ejército se reunieron ayer en Zagreb, la capital croata, con sus pares **Gojko Susak**, titular de Defensa, y **Janko Bobetko**, comandante del Ejército croata. Posteriormente Camilión se encontró con **Yasushi Akashi**, representante especial del secretario general de las Naciones Unidas y máxima autoridad de la organización en la ex Yugoslavia.

Del resultado de las reuniones puede decirse que:

- El gobierno croata pedirá a la ONU que los argentinos permanezcan en algún sector de su territorio después del 11 de julio, cuando vence el mandato del batallón número siete del Ejército.
- Las Naciones Unidas no han resuelto cuál será el destino de las tropas argentinas, sobre el que se abren tres posibilidades: **su vuelta a casa; su redespliegue en algún otro sector de las UNPA** (Areas de Protección de las Naciones Unidas, en sus siglas en inglés) **o su eventual traslado a Bosnia y Herzegovina, escenario del principal conflicto bélico en el planeta**, que atraviesa en estos días por otra etapa de recalentamiento.



01-02 9508523

Después de la guerra

Todo ha cambiado aquí para los militares argentinos después del enfrentamiento entre croatas y serbios de comienzos de mayo, el primero en escala en los últimos cuatro años.

Una ofensiva de las fuerzas regulares croatas contra posiciones serbias de la Eslavonia occidental –donde opera el batallón argentino– alteró el equilibrio militar en favor de Croacia y desnaturalizó la presencia de las fuerzas de paz. En buen romance, aquí no hay qué cuidar ni a quién cuidar.

Doscientos militares argentinos debieron soportar entonces el fuego cruzado de obuses y artillería entre croatas y serbios sin poder intervenir. Otros sesenta y dos permanecieron virtualmente en condición de rehenes en los poblados de Pakrac, Dragovic y Novo Selo.

Al enfrentamiento, siguió una denuncia de las autoridades de las llamadas krajinas (provincias o enclaves) serbias en Croacia por el supuesto "comportamiento deshonroso" de las fuerzas de paz argentinas, que no habrían impedido la ofensiva croata sobre un sector bajo cese de fuego desde 1991.

Los mismos serbios se oponen ahora al traslado de los argentinos al Sector Sur (donde existe otra de las krajinas serbias). Como alternativa de redespliegue queda Eslavonia oriental (allí también se opondrían los serbios), Macedonia (una república que limita con Grecia) o, como se dijo, Bosnia y Herzegovina.

Ayer, en la zona de Bosnia-Herzegovina continuaron los ataques en los alrededores de Sarajevo por parte del gobierno bosnio contra las milicias serbias. El bombardeo a la ciudad de Pale, autoproclamada capital de los serbios en Bosnia, entregó la muestra de la gravedad de la situación (véase página 32).

La posibilidad de un regreso a la Argentina sería una frustración para el gobierno argentino. Contradice abiertamente su decisión de aumentar el compromiso en las misiones de paz de la ONU, algo estrictamente ligado tanto a la política exterior como a la política que el menemismo se viene dando con las Fuerzas Armadas.

Walter Curia

950523

9508524
La crisis de los rehenes
Recopilación de prensa
19-06-95
11876
5076854/1164
5076897
65658
5018891

La crisis de los rehenes llegó a su fin

Los 26 cascos azules que permanecían cautivos traspusieron ayer la frontera. Tras la noticia de la liberación, morteros acabaron con la vida de siete civiles en plena capital bosnia

A pesar de la medida alentadora de la liberación de los cascos azules que permanecían rehenes de los serbio-bosnios, la explosión de una granada causó ayer la muerte de al menos siete personas y heridas a otras quince, cuando hacían cola en una fuente pública del barrio de Dobrinja, en Sarajevo.

En Pale, sede administrativa de los rebeldes serbios, el vicepresidente de la autoproclamada "república serbia de Bosnia", Nikola Koljevic, informó de la liberación de los últimos 26 miembros de la ONU que permanecían retenidos, quienes llegaron en perfectas condiciones a la república de Serbia.

Los rebeldes serbio-bosnios decretaron el "estado de guerra" en torno a Sarajevo

Los serbio-bosnios tomaron como rehenes a unos 400 miembros de la ONU, tras los ataques que la Alianza Atlántica lanzó contra sus posiciones en Pale el 25 y el 26 de mayo pasado, y fueron liberados en tandas, gracias a la mediación del presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, y su jefe de Seguridad, Jovica Stanisic.

Según Koljevic, los liberados –15 observadores militares de la ONU y 11 cascos azules canadienses– partieron desde los territorios bajo control serbio-bosnio hacia Serbia, bajo la responsabilidad de un alto cargo de la república.

Además, los cuatro soldados serbio-bosnios retenidos a finales de mayo por las tropas de paz de la ONU tras un enfrentamiento en un puente de Sarajevo fueron entregados en la noche del sábado a las autoridades de Pale.

CONTINÚAN COMBATES

Mientras, se continúan registrando combates a 120 kilómetros al norte de Sarajevo, cerca de Tuzla.



Las armas también las cargan los bosnios

Tras la declaración del presidente de Bosnia, el musulmán Alija Izetbegovic, de que el Ejército gubernamental romperá el asedio de Sarajevo por los serbio-bosnios, éstos han decretado el "estado de guerra" en torno a la capital.

La ofensiva bosnia, iniciada el viernes pasado, no cogió por sorpresa a los rebeldes serbios, muy fortificados en los montes que rodean Sarajevo, pero, según portavoces de la ONU, está haciendo mella en algunos de sus puntos flacos del monte Igman.

El cuartel de los rebeldes serbios en los alrededores de Sarajevo en Lukavica habría quedado aislado si las fuerzas gubernamentales se hubieran consolidado en la carretera que lleva de Sarajevo a Pale, pero acabaron retirándose ayer, indicaron los observadores de la ONU.

Dos granadas de mortero estallaron el sábado en Pale, por primera vez en 38 meses de guerra, mientras se celebraba la boda de Sonia, la hija del líder serbio-bosnio, Radovan Karadzic, lo que prueba que los soldados gubernamentales habían logrado acercarse a la capital administrativa de los rebeldes serbios.

Las fortificaciones serbio-bosnias de los alrededores de Sarajevo son difícilmente asaltables por las tropas gubernamentales musulmanas y croata bosnias, más numerosas y motivadas, pero mal dotadas de artillería.

Si los soldados gubernamentales siguen avanzando sobre el monte Igman, el tiempo seguirá trabajando en contra de los serbio-bosnios. *(En base a AP, EFE y Reuter)* 01 - 02

Análisis MARTÍN SARTHOU

El difícil rol de la Fuerza de Reacción "no tan Rápida"

El exitoso rescate del piloto norteamericano Scott O'Grady fue el resultado de muchas horas de planificación meticulosa, coordinación y precisión. Pero el próximo rescate que se planea en Bosnia puede que sea tan grande y monumental que difícilmente tenga el mismo final que el cinematográfico rescate de O'Grady.

Basta con multiplicar al piloto por los 50.000 cascos azules diseminados por el territorio de la ex Yugoslavia como para imaginar la magnitud del rescate que planean en Bruselas los responsables de la recién aprobada Fuerza de Reacción Rápida (FRR). La solución al enigma, que a simple vista sólo la resolvería algún émulo de David Copperfield, al parecer está contenida en el documento llamado 40401; un compendio teórico-militar que en 2.000 páginas de 24 capítulos parece haber llegado a una conclusión de cómo sacar a los cascos azules del caldero de los Balcanes.

La FRR no sólo deberá levantar puentes y caminos, puertos y aeropuertos, sino que tendrá la triple tarea de protegerlos, también a los cascos azules y protegerse ellos mismos, algo que hasta ahora y por lo visto, parece difícil de imaginar

9508524

Condiciones para liberar a cascos azules

La televisión francesa difundió ayer en exclusiva, una carta de los serbio-bosnios en la que exigen tres condiciones para liberar a los "cascos azules".

Desmilitarizar todas las zonas de seguridad en Bosnia, garantizar que no habrá más ataques aéreos y respetar mejor el embargo de armas contra Bosnia, son las tres condiciones citadas en el documento firmado por Radován Karadzic.

Según esta carta, la exigencia de un mejor respeto al embargo se debe a presuntos abastecimientos de armamento procedente de Irán al gobierno de Sarajevo.

1-06-95 ORSV.

Por otra parte, un ultimátum de la OTAN autoriza la realización de ataques aéreos, siempre en el caso de que existan hostilidades comprobadas entre las partes beligerantes, con el propósito de garantizar la protección de las zonas de seguridad del conflicto como Sarajevo, Srebrenica, Zepa, Goradze y Bihac.

Estas zonas a pesar de ser llamadas "de seguridad" son permanentemente asediadas por el fuego serbiobosnio.

En cuanto a la segunda de las condiciones propuestas, ésta no es la primera vez que los serbios de Bosnia piden públicamente una garantía de suspensión de los temidos ataques aéreos de la Alianza Atlántica.*(En base a EFE)*

02

PROTAGONISTAS

JACQUES CHIRAC
Presidente de Francia



El Gobierno francés está satisfecho del resultado de las recientes reuniones de la Unión Europea (UE), la Alianza Atlántica y el Grupo de Contacto sobre el recrudecimiento del conflicto en Bosnia, afirmó ayer Jacques Chirac.

"Estas reuniones nos satisfacen porque los tres objetivos que buscábamos han sido respaldados por nuestros socios" en esos organismos internacionales.

HELMUTH KOHL
Canciller alemán



El Ejército alemán no participará en una liberación de los cascos azules tomados como rehenes por las fuerzas serbio-bosnias en la antigua Yugoslavia, dijo el canciller alemán Helmuth Kohl.

Kohl dejó claro que en una posible acción de este tipo, "ni se plantea" la contribución de soldados alemanes.

BORIS YELTSIN
Presidente ruso



El presidente ruso Boris Yeltsin advirtió ayer que no se haga uso de la fuerza para poner fin a la guerra en Bosnia-Herzegovina, y exhortó a levantar las sanciones contra los serbios.

"Rusia objeta zanjar el conflicto en la ex Yugoslavia por medio de la fuerza", dijo Yeltsin durante una visita a una región agrícola moscovita.

Rusia ha objetado consistentemente el uso de ataques aéreos de la OTAN para tratar de contener la agresión serbia, y ha presionado en favor de levantar las sanciones internacionales contra los serbios.

BILL CLINTON
Presidente de EEUU



Estados Unidos consideraba ayer enviar tropas de infantería a Bosnia para redesplegar –o incluso rescatar – a los desmoralizados soldados de la ONU.

"Hemos dicho que vamos a estar ahí, vamos a tener que responder", dijo el presidente Bill Clinton.

"Sabemos cuáles son nuestras obligaciones como dirigentes de la alianza y debemos estar preparados para actuar ante ese tipo de solicitud".

Atacada Gorazde

LOS ALIADOS REFUERZAN LA MISION DE ONU: NO DIALOGARAN CON SERBIOS

***SARAJEVO, 1 (Reuter y AP).** — Las potencias occidentales reforzaron hoy la misión de la ONU en Bosnia y se negaron a negociar con los serbios bosnios sobre la liberación de los más de 300 cascos azules que tienen como rehenes.*

Gran Bretaña reagrupó sus fuerzas en el centro de Bosnia para formar el núcleo de un grupo táctico de batalla, capaz de sostener combates con las principales facciones en conflicto.

Por su parte, Francia pidió una reunión urgente de los ministros de Defensa occidentales para trazar los planes de creación de una fuerza de reacción rápida.

Las autoridades francesas aspiran a que este cuerpo, cuyas tareas, estructura de comando y formación deben ser clarificadas en la reunión del domingo en París, evite una futura crisis de rehenes como la actual.

La captura por parte de los serbios bosnios de 370 miembros de la ONU ha paralizado completamente la misión de paz en Bosnia.

"Francia no seguirá tolerando que sus soldados sean humillados, heridos o asesinados impunemente por aquellos que han decidido oponerse a su misión", expresó el presidente Jacques Chirac en el funeral de dos infantes de Marina muertos por los serbios en Sarajevo.

Francia, conmovida por la humillación televisada de sus soldados en manos de los serbios, ha demandado la reagrupación y reforzamiento de las fuerzas de la ONU.

Además, propuso la formación de una brigada multinacional de 4.000 a 5.000 soldados, respaldados por poder blindado y aéreo.

Gran Bretaña ya ha ordenado el traslado a Bosnia de 1.200 hombres más —con el pesado poder de fuego del que carece la misión de la ONU— como parte de un posible refuerzo de 6.000 efectivos.

El ministro de Defensa, Malcolm Rifkind, indicó que no tienen como misión resguardar el retiro de los cuerpos de paz.

Incluso Alemania decidió hacer caso omiso de sus limitaciones históricas que le han impedido enviar tropas al exterior, y anunció que podría contribuir con tropas que respalden un reagrupamiento estratégico de los cuerpos de la ONU.

Funcionarios de la ONU en Sarajevo se manifestaron complacidos por la ayuda y dijeron que una rápida fuerza de reacción podría haber ayudado a proteger al enclave oriental de Gorazde, ahora bajo intenso fuego de artillería.

En Estados Unidos, mientras el presidente Bill Clinton estudia una mayor participación de sus tropas terrestres en Bosnia, la cámara de Representantes se prepara para debatir por primera vez una ley que permitiría al Congreso ordenar el regreso de sus soldados.

Esta posibilidad está contenida en la Resolución de Poderes de Guerra de 1973, aprobada por un Congreso demócrata pese al veto del debilitado presidente Richard Nixon, en reacción a la guerra de Vietnam.

Por otra parte los bosnios-serbios arreciaron sus desafíos a Occidente y presuntamente se apoderaron de un funcionario civil de la Organización de las Naciones Unidas, además de atacar a los defensores de una "zona protegida" de la ONU, dijeron hoy fuentes allegadas.

Un funcionario civil de la ONU de nacionalidad sueca ha desaparecido y se presume haya sido tomado como rehén en el reducto septentrional bosnio-serbio de Banja Luka. No hay otra información al respecto, pero de confirmarse se trataría del primer funcionario civil de la ONU de quien se apoderan los serbios desde la semana pasada, cuando iniciaron la toma de rehenes.

Unos 370 militares del contingente de la ONU han sido tomados rehenes o detenidos por los serbios desde que aviones de la Organización del Tratado del Atlántico Norte destruyeran polvorines al este de Sarajevo, la capital de Bosnia.

Hubo ayer cruentos combates anoche en Gorazde, la zona "protegida" por la OTAN al sudeste de Sarajevo. Funcionarios de la ONU dijeron que fuerzas serbias y del gobierno de Bosnia se disputaban el control de todas —excepto una— de las nueve posiciones de observación de la ONU desiertas por haber sido evacuadas o porque su personal fue tomado prisionero. Unas 350 granadas de artillería cayeron sobre la zona, resultando heridos por lo menos 13 civiles. El edificio ocupado por observadores de artillería de la ONU en Gorazde fue blanco de siete cañonazos en la tarde del miércoles, pero no hubo bajas, dijo una vocera de la ONU.

La intensidad de la lucha en torno a Gorazde amainó algo hoy, [illegible] nia central norte, cerca de la aldea de Doboj.

03

950852 4

■ MANTIENEN A OTROS 260 EFECTIVOS DE ONU

Serbio-bosnios liberaron a 120 rehenes

La televisión serbio-bosnia difundió anoche en los programas de noticias imágenes de varias decenas de cascos azules de la ONU que fueron liberados a lo largo de la jornada

El gabinete del presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, confirmó ayer que 120 de los 380 rehenes de las fuerzas de la ONU detenidos por los serbio-bosnios fueron liberados "gracias a la intervención del presidente ante el líder serbio-bosnio, Radovan Karadzic".

Anteriormente, la cadena de televisión independiente, "Estudio B", había adelantado que el capitán José Antonio Romero, uno de los dos rehenes españoles, figuraba "entre los siete que primero conocieron la noticia", poco después del mediodía de ayer.

Fuentes oficiales en Pale, sede de la autoproclamada República Serbia de Bosnia, no pudieron confirmar la composición, por nacionalidades, de los 120 liberados.

El comunicado del gabinete de Milosevic precisó que los rehenes serán puestos a disposición del jefe de la seguridad del Estado de Serbia, Jovica Stanisic, en el puesto fronterizo de Zvornik, sobre uno de los puentes del río Drina que une a Serbia con la zona controlada en Bosnia por los rebeldes serbio-bosnios.

Para liberar al resto de los rehenes los serbio-bosnios exigen garantías de la OTAN

La jornada de ayer fue muy contradictoria en cuanto a noticias sobre la liberación de los rehenes, primero anunciada por el vicepresidente de la República Serbia de Bosnia, el moderado Nikola Kolejvic, y más tarde desmentida en parte.

El desmentido afectó en parte las declaraciones previas de Kolejvic, considerado un hombre de Milosevic, quien afirmaba que los rehenes serían puestos en libertad en cualquier momento y "sin condiciones".

REHENES Y CONDICIONES

A pesar de haberse liberado al grupo de 120 cautivos, siguen detenidos otros 260, la mayoría franceses, para cuya liberación los serbio-bosnios exigen que la ONU garantice que las fuerzas de la OTAN no volverán a efectuar bombardeos aéreos, como los realizó hace una semana, a pedido de la ONU.

La ONU, la Unión Europea y la OTAN aseguran que su puesta en libertad tiene que ser incondicional e inmediata, ya que su cautiverio significa una clara violación de las Convenciones de Ginebra.

Los serbio-bosnios pusieron en libertad a 120 efectivos de las Naciones Unidas, pero al mismo tiempo apresaron a 16 franceses, ante lo que París hizo llegar inmediatamente su condena contra lo que consideró "este nuevo acto de terrorismo", como los representantes militares franceses califican la toma de rehenes.

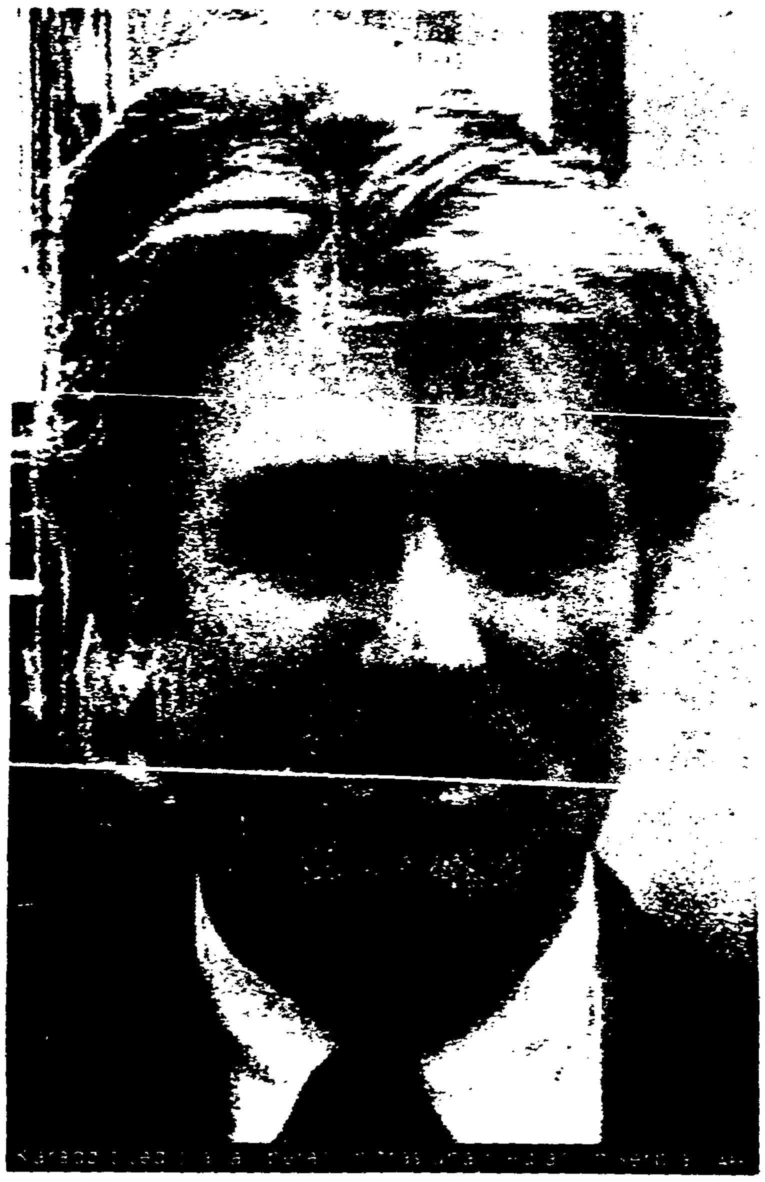
Debido a esa tensa situación y para buscar una salida, hoy se reúnen en París los ministros de Defensa y de altos mandos militares de la OTAN.

FUERZAS ESPECIALES

Francia y Gran Bretaña enviarán a Bosnia fuerzas especiales que contribuirán a que los "cascos azules" estén mejor defendidos en el futuro contra eventuales acosos serbio-bosnios.

Esas fuerzas podrían intervenir en caso de que se vean amenazados los soldados de la ONU.

Todavía no está claro si serán fuerzas de la ONU o contingentes militares de algunos de los países miembros de la OTAN. *(En base a EFE y Reuter)*



REFUERZOS PARA LA ONU EN BOSNIA

Varios miles de soldados adicionales, cientos de vehículos de transporte de personal blindados y más de 30 helicópteros han sido ofrecidos a la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas en la antigua Yugoslavia

Once países han ofrecido contribuir tropas y equipos para reforzar la presencia de la ONU en Bosnia-Herzegovina donde se necesitan 6.500 soldados más y grandes cantidades de equipo para vigilar la precaria tregua firmada el 31 de diciembre de 1994

FUERZA DE PROTECCION DE LA ONU (UNPROFOR) EN LA ANTIGUA YUGOSLAVIA

Soldados	**37,685**
Observadores militares no armados	692
Policía civil y demás personal	**5,280**
TOTAL	**43,657**



AYUDA OFRECIDA

País	Contribución propuesta	Personal presente en la fuerza actual
Bangladesh	Batallón mecanizado, observadores militares	1,314
Gran Bretaña	15 helicópteros tripulados, 20 observadores militares	3,407
Alemania	100 transportes (APC) sin tripular	
Italia	50 APCs, un hospital de campaña y observadores militares	
Malasia	Batallón mecanizado de 899 soldados, dos compañías mecanizadas con un total de 487 soldados más de 100 APCs	1,596
Noruega	APCs* y cinco observadores militares	910
Pakistán	Batallón mecanizado con 1.315 soldados, 20 observadores militares	3,052
España	136 tropas especiales	1.302
Suecia	58 vehículos para nieve*	1,271
Turquía	Ocho observadores militares, equipo de controladores aéreos y unidad de radar	1,462
Estados Unidos	18 helicópteros no tripulados, 50 APCs no tripulados, equipos de visión nocturna, radios, radares terrestres y equipos de ingeniería	890

Fuente: UNPROFOR Fact sheet 5 de enero de 1995

**Pendiente de aprobación*

REUTER

Exigen libertad incondicional y total

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas anunció que espera que la liberación de 120 efectivos de Unprofor, en poder de los serbio-bosbios desde hacía varios días y puestos en libertad ayer, sea solamente el comienzo de la liberación de todos los rehenes en poder de los rebeldes.

Al mismo tiempo, el Consejo reafirmó su exigencia de que todos los rehenes sean liberados incondicionalmente, sanos y salvos y sin demora.

Por su parte el gobierno de Estados Unidos se declaró satisfecho por la liberación parcial de los cascos azules, aunque también insistió en que absolutamente todos deben ser liberados.

El portavoz de la Casa Blanca, Mike Mc Curry, señaló anoche que la administración estadounidense sólo tenía información de la prensa sobre las liberaciones y aclaró que "oficialmente" hasta anoche, no se había comunicado la información a nivel oficial.

"Esto *(la liberación parcial de rehenes)* sería un primer paso satisfactorio.

"Pensamos que todos los que se encuentran detenidos deben ser liberados inmediatamente sin sufrir daños". *(Washington, EFE)*

850852

■ LO ANUNCIÓ EL PRESIDENTE SERBIO

Rebeldes serbios liberarán a los rehenes

Mientras Milosevic daba la información los rebeldes bombardearon Sarajevo y aumentaron la presión sobre enclaves del gobierno y posiciones de Naciones Unidas

El presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, anunció ayer que había logrado convencer a los serbios de Bosnia para que sean liberados los más de 250 efectivos de la ONU que mantienen cautivos esas fuerzas desde que Occidente anunció que atacaría posiciones rebeldes.

Pero en el terreno militar, fuerzas serbio-bosnias bombardearon Sarajevo y aumentaron su cerco sobre otros enclaves del gobierno, con lo que también han aumentado la presión sobre las fuerzas de la ONU.

Entretanto, Rusia se aprestaba ayer a preparar una iniciativa política tendiente a resolver la crisis de forma pacífica y anunció que no considera vetar el despliegue de una fuerza de la OTAN en la ex Yugoslavia.

Mientras se libraban combates en Sarajevo, el presidente Milosevic hizo el anuncio de la liberación de los rehenes aunque no precisó el momento en que se efectuaría.



La OTAN continúa sus ejercicios ante una eventual operación en la ex Yugoslavia REUTER

En el terreno militar, los ataques serbios del domingo dejaron ocho muertos y 31 heridos.

Milosevic logró el viernes la liberación de 121 soldados de la ONU capturados por fuerzas serbio-bosnias, pero desde entonces los serbios han capturado más rehenes y exigen garantías de que no se realizarán nuevos ataques aéreos de la OTAN.

Milosevic quiere también que se retiren sanciones impuestas contra Belgrado como reconocimiento a su participación en la liberación de los soldados, lo que complicaría el panorama diplomático.

Pese a que Moscú ha manifestado abiertamente su rechazo a la propuesta de la OTAN para el envío de fuerzas británicas, francesas y holandesas con respaldo aéreo de EEUU a la región, ayer anunció que "no necesariamente" vetaría la decisión del Consejo de Seguridad de la ONU.

El Kremlin prácticamente ha descartado utilizar su poder de veto en el Consejo y ayer un funcionario del gobierno aclaró que solo se rechazaría una decisión que fuera "inaceptable" para Rusia. *(En base a AP y Reuter)*

05 9508524

Toma de cascos azules como rehenes evidencia que los serbios bosnios se sienten acorralados

La imagen de fuerza que ostentan los serbios bosnios en la última escalada de la guerra de Bosnia no es más que eso, una imagen, ya que sus actitudes obedecen más a una posición de debilidad al sentirse acorralados por las presiones internacionales, por la resistencia de los bosnios musulmanes y por la perspectiva de que la República Federal de Yugoslavia (RFY) termine por aceptar las fronteras de Bosnia-Herzegovina y de Croacia a cambio de un levantamiento de las sanciones que pesan sobre el país.

La recuperación de las armas pesadas que estaban en manos de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Fupronu) y la toma de casi 400 cascos azules y observadores militares como rehenes junto con los ataques artilleros a las zonas de protección de la ONU, como respuesta a los bombardeos aéreos —a pedido de la ONU— de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), revelan la desesperación de los serbios bosnios, que se sienten cada vez más acorralados.

Lo que más asusta a los serbios de Bosnia, sin embargo, son las negociaciones del Grupo de Contacto y el presidente de Serbia, Slodoban Milosevic, para lograr un reconocimiento de las fronteras internacionales de Bosnia-Herzegovina a cambio del levantamiento de sanciones. Radovan Karadzic, líder de los serbios bosnios, estimó que tal reconocimiento implica adjudicar al pueblo serbio la responsabilidad de la guerra y renunciar a la "Gran Serbia", el leit motiv de su lucha.

La ONU había lanzado el miércoles 25 un ultimátum contra los beligerantes de Bosnia para que cesaran los cañoneos en Sarajevo y para que se devolvieran armas pesadas. Al expirar el ultimátum —cumplido por los musulmanes— sobrevino el primer ataque aéreo de la OTAN contra arsenales serbios cerca de Pale. El viernes, cuando expiraba el plazo para retirar las armas pesadas, la OTAN desató el segundo ataque.

Karadzic había advertido que si la OTAN bombardeaba posiciones serbias, consideraría a las fuerzas de la ONU como "enemigos". Tras el ataque, los serbios bosnios arremetieron con artillería pesada en Tuzla, Sarajevo, Bihac, Gorazde y Srebrenica, además de tomar como rehenes a casi 400 cascos azules y observadores, utilizando a algunos como escudos humanos para evitar nuevos bombardeos de la OTAN.



Radovan Karadzic

Es la primera vez que los serbios de Bosnia reaccionan de manera semejante a un ataque de la OTAN. Tras operaciones similares precedentes se habían limitado a acosar a los cascos azules limitando sus movimientos con el bloqueo de rutas y del aeropuerto de Sarajevo, impidiendo los puentes aéreos humanitarios.

La actitud de los serbios bosnios, humillante para occidente, logró evitar nuevos ataques aéreos y generó una serie de encuentros diplomáticos que en todos los casos deploran la toma de rehenes y solicitan un cambio en el mandato de la Fupronu.

Para asegurar la protección de sus 3.400 cascos azules en Bosnia, Gran Bretaña envió 1.200 efectivos y dos baterías de artillería pesada, y se dispone a enviar a unos 4.000 hombres mejor armados.

Estados Unidos envió al portaviones "Theodore Roosevelt" y dos cruceros al Adriático. El contingente se unió a tres buques con 2.000 infantes de marina a bordo. Washington no excluyó la participación de tropas norteamericanas en una operación comando para liberar a los rehenes.

Francia, que mantiene a 4.500 cascos azules en los Balcanes, envió un portaviones.

Rusia, tradicional aliado de Serbia, sabe que occidente apuesta al reconocimiento de Bosnia-Herzegovina por la RFY para detener la guerra. Ambos saben que un levantamiento de las sanciones internacionales contra la RFY está cerca, lo que ponen como condición para las gestiones del reconocimiento.

El representante estadounidense en el Grupo de Contacto, Robert Frasure, ofreció a Milosevic el levantamiento cada 200 días renovables de todas las sanciones, salvo el embargo contra armas y petróleo, si los serbios se comprometen a fondo en un proceso de paz.

La ONU, cuestionada casi a diario por su inefectividad en Bosnia, endureció su posición al volver a recurrir —después de seis meses— a los bombardeos de la OTAN, presionada por Estados Unidos, que considera a esa conducta indispensable para preservar la credibilidad internacional.

Paralelamente, ante el reconocimiento general de la incapacidad de la Fupronu, se maneja la posibilidad de un retiro de los cascos azules de Bosnia, algo que la comunidad internacional no desea. (En base a información de AFP y DPA.)

06 9508524

BUSQUEDA. 7/6/95

14 DE JUNIO DE 1995

■ AÚN QUEDAN 14 CAUTIVOS

Liberan a 130 rehenes de ONU

El líder serbio-bosnio Radovan Karadzic dijo que tras la decisión la crisis de los rehenes llegó a su fin

Un grupo de 26 de los 130 miembros de la ONU liberados ayer por los serbio-bosnios cruzó la frontera entre Bosnia y Serbia y en dirección a la ciudad de Novi Sad, a 100 kilómetros de Belgrado.

Los serbio-bosnios confirmaron la liberación de 130 rehenes que hicieron entre las fuerzas de paz de la ONU, tras los ataques aéreos de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) del 25 y el 26 de mayo pasado contra sus posiciones en Pale, pero mantienen en cautiverio a otros 14 por "razones técnicas".

Según los rebeldes serbios, estos 14 retenidos, franceses en su totalidad, se hallan dispersos en zonas de difícil acceso y no serán concentrados en un punto hasta finales de esta semana.

Medios occidentales en Belgrado esperan que sean falsos los persistentes rumores de que los miembros de la ONU que siguen en cautiverio se encuentran en manos de caudillos serbio-bosnios insumisos a la autoridad de su líder, Radovan Karadzic, que ha decidido ponerlos en libertad.

Karadzic aseguró que 92 de los cautivos, que estaban cercados por los serbio-bosnios, pero no convertidos en "escudos humanos" ante eventuales ataques de la OTAN, recuperaron desde las 09:00 GMT de ayer su libertad de movimientos.

El pasado día 2 liberaron a un grupo de 120 cascos azules y hace una semana a otros 111.

Radovan Karadzic dio ayer por terminada la crisis de los rehenes y afirmó que su autoproclamada República Serbia de Bosnia no quiere entrar en conflicto con las fuerzas de las Naciones Unidas.

Karadzic: Queremos un nuevo clima y llegar a la paz lo antes posible

"No queremos luchar contra la comunidad internacional y contra las tropas de la ONU como si fueran enemigos. Deseamos que se cree un clima nuevo, que la comunidad internacional actúe de forma imparcial. Queremos llegar a una paz lo antes posible", subrayó Karadzic en rueda de prensa. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

07-07

9508524

BOSNIA

Gobierno condiciona fin de la batalla

Sarajevo. El presidente de Bosnia, el musulmán Alia Izetbegovic, expuso a los serbobosnios las condiciones para el fin de la batalla por la ruptura del cerco de Sarajevo, cuyos términos fueron reiterados ayer lunes, por la televisión bosnia. La primera condición es que toda la artillería pesada vuelva a alejarse a veinte kilómetros del centro de la capital, como dispuso la ONU el 9 de febrero de 1994. Además, los serbobosnios tendrán que permitir la reapertura del aeropuerto de Sarajevo, las vías de abastecimiento de la ciudad por carretera y los suministros de agua, gas y electricidad, que los rebeldes han cortado. Las condiciones fueron comunicadas el domingo a la Unión Europea (UE) por medio de los embajadores francés y alemán, que, como representantes de la "troika" comunitaria, visitaron a Izetbegovic. "Si es posible lograrlo por medios políticos, nos abstendremos de los militares", aseguró el presidente bosnio.

9508526
Ministros de la UE y OTAN discutieron creación de una fuerza de reacción rápida
EL PAIS.
21-06-96
11876
- 507685 - 501889
- 507697 - 11164
- 65658
- 508062

Sin solución para Bosnia

LEJOS de aproximarse a una solución, el conflicto en Bosnia parece agravarse cada día en una nueva crisis, y los acontecimientos de las últimas semanas indican que puede seguir empeorando. Después de que los serbios bosnios tomaron como rehenes a 377 soldados y observadores militares de las Naciones Unidas, la posición de las fuerzas de paz de la UN, difícil desde un principio, ha llegado a ser insostenible.

El País 5-6-95

El viernes último, en cumplimiento de amenazas formuladas tiempo atrás por su líder, Radovan Karadzic, las fuerzas serbio bosnias derribaron un avión norteamericano que participaba en la misión de la Alianza del Atlántico Norte que vigila el cumplimiento de la prohibición de sobrevolar territorio de Bosnia. El mismo día, poco despues del anuncio hecho por radio Belgrado de que Karadzic había dispuesto la liberación de 126 de los rehenes, llegó la noticia de que los serbios bosnios habían capturado otros 19 cascos azules.

Desde el comienzo, la misión de las fuerzas de las Naciones Unidas pareció comprometida por la imprecisión de sus objetivos y las diferencias de criterio entre las principales naciones que trataban de mediar en el conflicto. Con el correr del tiempo, la impunidad de los ataques perpetrados contra esas fuerzas terminó por reducir al mínimo la credibilidad en el poder de control de la UN.

Ante la comprobación de este hecho, las opiniones se dividen en favor de una de tres posibilidades: la reubicación de los cascos azules, el retiro completo de las fuerzas de las Naciones Unidas o una intervención directa de la NATO para contrarrestar las acciones de las huestes de Karadzic. Las dos primeras iniciativas suponen, además de costos elevados, riesgos muy grandes y, a esta altura de los hechos, sólo parece viable una acción de fuerza de los miembros de la Alianza Atlántica.

Los ministros de defensa de la Unión Europea y de la NATO, reunidos en París, discutieron la creación de una fuerza de reacción rápida, especialmente preparada para combatir, de alrededor de cinco mil hombres. Esta parece la única alternativa a lo que sería una ratificación del fracaso de la comunidad internacional en sus esfuerzos de pacificación.

En declaraciones publicadas una semana atrás por la revista de The New York Times, el jefe del Estado Mayor Conjunto de los Estados Unidos, general John Shalikashvili, señaló que siempre que la NATO había actuado con resolución en Bosnia había logrado sus objetivos, y los serbios habían dado muestras de entender el mensaje; y agregó: "Me siento frustrado de que a menudo nos veamos impedidos de hacerlo, en especial últimamente". Estas afirmaciones parecen dar mayor peso a la confirmación hecha días atrás por el presidente Clinton acerca de que los Estados Unidos contribuirían con tropas para redistribuir los efectivos de la UN.

Después de largos años de una lucha que en algunos momentos tomó el carácter de verdadero genocidio, y a pesar de costosos esfuerzos que involucraron la participación de muchas naciones, entre otras la Argentina, las potencias que lideran la comunidad internacional no han encontrado salida para un conflicto que, en el corazón mismo de Europa, parece retrotraer a sus participantes a una etapa arcaica de luchas tribales, cuya ferocidad se ve multiplicada por el uso de armas modernas.

Una vez más, la NATO y las Naciones Unidas, como representantes de la comunidad internacional, enfrentan la disyuntiva entre emprender una acción firme y sostenerla durante el tiempo que resulte necesario, con los inevitables peligros que implica para los participantes directos y para los futuros acuerdos de paz, y la resignación como testigos impotentes de una lucha insensata que no da indicios de querer amenguar su furia destructiva.

01-05 9508526

Rescate en Bosnia

8-6-95 CLARÍN

EL cautiverio sufrido por casi 400 soldados de las Naciones Unidas y su utilización como rehenes y escudos humanos por parte de las tropas serbiobosnias han sido un hecho sin antecedentes cercanos en la historia e introdujo un ingrediente más de vesania así como otro desafío, tal vez definitorio, a la capacidad de respuesta por parte de las potencias ya directamente involucradas en el conflicto.

Al cabo de tres años de agresión y enfrentamiento bélico entre serbios, bosnios y croatas, 250.000 muertos, en su mayoría civiles, más de dos millones de desplazados, la reducción a tierra arrasada de poblaciones enteras y la comisión de crímenes de lesa humanidad ante la inoperancia de todas las instancias internacionales de contención o resolución de conflictos, la guerra de los Balcanes aún no había terminado de ofrecer nuevos y más bestiales ejemplos de destrucción y barbarie.

Las tropas multinacionales de paz, 40.000 cascos azules desplegados en los territorios bosnio y croata, tuvieron como misión, hasta ahora, la protección de las denominadas "zonas de seguridad" y la separación de las partes; en ningún momento debían entrar en combate.

Esto cambió en las últimas semanas debido a los ataques serbiobosnios contra dichas áreas y a la reacción de la OTAN, que se ve envuelta con bombardeos aéreos contra los agresores. El último recurso ahora pergeñado, una Fuerza de Reacción Rápida formada por diez mil soldados con participación estadounidense, tendría como objetivo el redespliegue de las tropas de la ONU.

Los analistas coinciden en advertir, frente a la hipótesis de una intervención directa de los Estados Unidos y las potencias europeas, cuánto dista este escenario del ya vivido en Vietnam o en Somalia. Tampoco es comparable, como se recordó en el panorama internacional de este diario el sábado, con la resolución contundente y unificada que tuvo la guerra en el Golfo Pérsico. Lo que aquí parece estar en juego es el futuro mismo de la OTAN como sostén estratégico-militar de los grandes equilibrios mundiales.

Conviene no olvidar, entretanto, que lo que este mundo ha visto enterrado bajo cenizas no es solamente una inviable convivencia interétnica en la antigua Yugoslavia, forzada, mantenida por el férreo Estado organizado por el mariscal Tito y luego desplomada con el derrumbe del comunismo soviético y el estallido de las nacionalidades.

La prenda sacrificial de esta guerra interminable es la abortada República de Bosnia-Herzegovina, un territorio en el que se había fraguado la integración entre hombres, mujeres y familias de distintos orígenes religiosos y étnicos y cuya capital ha sido, como Jerusalén, símbolo de la confluencia entre culturas. Ahora asediada y convertida en escombros, mal protegida por tropas multinacionales y albergando a ciudadanos bosnios que resisten el genocidio, Sarajevo, al igual que Banja Luka, Srebrenica o Gorazde, asistirá de aquí en más a dos desenlaces posibles: la partición en tres estados étnicos o la prolongación de la última gran guerra de este siglo, bajo la cual yacen agazapados los vestigios de viejas ambiciones imperiales o nacionalistas.

De uno u otro modo, la incumbencia del Consejo de Seguridad de la ONU, del llamado Grupo de Contacto y de todos aquellos países que tienen destinados allí contingentes militares, entre ellos el nuestro, parece a esta altura inevitable e irreversible. Tanto como la absoluta impotencia demostrada hasta el presente.

INTERNACIONAL

Bosnia: los rehenes de la desesperación

Pablo Aragón

Un año atrás los escandalosos sueños de reconstruir una "Gran Serbia" con los restos de la ex Yugoslavia parecían indetenibles: Serbia y Montenegro parecían reírse del bloqueo internacional de que eran objeto, los serbios de Croacia controlaban los enclaves de Krajina, Eslavonia Oriental y Occidental, en tanto los serbios bosnios ocupaban el 70% del territorio nominalmente reclamado por el gobierno bosnio musulmán de Sarajevo.

Ilusiones balcánicas. Hoy Eslavonia occidental ha caído nuevamente en manos croatas, los desahuciados musulmanes bosnios de Sarajevo han lanzado dos ofensivas militares contra sus sitiadores desde mediados de marzo de este año y, aparentemente, Belgrado está dando señales de ceder ante el aislamiento internacional.

Como todo lo que ocurre en la ex Yugoslavia, esta situación no entraña simplemente buenas noticias para el resto del mundo, desde que la desesperación claramente comienza a ganar a los serbios de Bosnia y Croacia y, con ella, el desborde violento.

El asedio croata sobre Krajina ha dejado en evidencia que Slodoban Milosevic, el patán que gobierna Belgrado con la anuencia entusiasta de su pueblo, está dispuesto a abandonar a sus hermanos de sangre si con ello logra suspender el bloqueo a las importaciones de crudo que han hecho del contrabando, la inflación y la miseria jinetes del Apocalipsis con los que corcovean los serbios.

Los serbios de Bosnia han entendido, naturalmente, el mensaje y es por ello que su líder, Radovan Karadzic, ha enfriado sus relaciones con Belgrado desde que, en agosto de 1994, rechazara uno de los tantos planes de paz, esta vez urdidos por el Grupo de Contacto, integrado por los EEUU, Rusia, el Reino Unido, Francia y Alemania. Seguramente confiadas en la debilidad de los serbios bosnios, las cancillerías de las potencias dispusieron, el pasado 25 de mayo, el bombardeo de posiciones serbio bosnias tras haberse constatado que, desde éstas, se habían robado cañones del arsenal de las fuerzas de la ONU apostadas en la región, así como se organizara la violación de zonas de exclusión en torno a Sarajevo demarcadas en febrero de 1994.

3-6-95 OBSV.



En circunstancias normales esto habría sido apenas anotado por los serbios bosnios en su extensa foja de maldades descubiertas, sólo que el temor al aislamiento de la misma Serbia los ha tornado más irascibles e imprudentes: tras acusar a la ONU de actuar como "beligerante", tomaron los arsenales custodiados por fuerzas de la organización internacional, deteniendo a cerca de 400 "cascos azules" en calidad de rehenes.

En una desdichadamente habitual muestra de barbarie, han atado a algunos de los rehenes a posiciones que la OTAN podría contribuir a bombardear en represalia.

El episodio lanzó, como era de presumirse, a diplomáticos y militares europeos y estadounidenses en un frenesí de caóticas ideas, poco diestras, por cierto, a la hora de enfrentar a violentas organizaciones de bandidos como las que representa el "gobierno" serbio bosnio de Pale.

La primera reacción ha sido la de establecer un refuerzo militar por parte de los integrantes de la OTAN a las acciones pacificadoras de Unprofor, un gesto de energía destinado a quedarse en lo cosmético, desde que pocos anticipan que las potencias vayan a intervenir militarmente en el avispero balcánico (salvo, según aclaró el presidente Bill Clinton, en un contexto de "redespliegue" o "rescate" de los efectivos de Unprofor). La segunda ha sido la de exponer cuán al desnudo se encuentra toda la operación de las Naciones Unidas en Bosnia, condenada a presentarse como un esfuerzo pacificador de corto vuelo: en caso de contar con el refuerzo militar de la OTAN perdería su carácter de "fuerza pacificadora" y, en caso de no hacerlo, debería pensar en volver a sus cuarteles de invierno, sin pena ni gloria.

Se trata, sin duda, de otro mazazo a la ONU y su secretario general, para quienes la presencia de 22.500 efectivos en Bosnia había sido hasta la fecha la única garantía de una paz posible en los Balcanes.

La realidad, con sus rehenes atados a baterías y torres de las inmediaciones de Sarajevo, es bien distinta: la suerte del conflicto sigue estando en Belgrado, donde los rumores de un acuerdo posible se presentan cada día con mayor insistencia.

Hasta allí ha llegado el mediador estadounidense Robert Frasure con la idea de que los serbios finalmente reconozcan la independencia de Bosnia (hasta hoy vista como el producto de una "secesión unilateral") a cambio de una suspensión del bloqueo internacional.

¿Difícil? El ministro yugoslavo de asuntos externos ha afirmado: "nunca estuvimos lejos de la idea del reconocimiento, sólo que siempre lo relacionamos con el cumplimiento de ciertas condiciones".

La misión Frasure bien puede torcer el curso de esta guerra: el jefe de las milicias serbio bosnias, general Ratko Mladic, está férreamente ligado a sus colegas de Belgrado, por lo que un cambio en su ánimo dejaría a Karadzic y su "gobierno" planeando sobre el vacío.

Frasure, por lo demás, cuenta con claras ventajas sobre sus antecesores en la difícil mediación: es experto en luchas tribales africanas.

Bosnia Herzegovina

POR JUAN BAUTISTA SCHROEDER OTERO

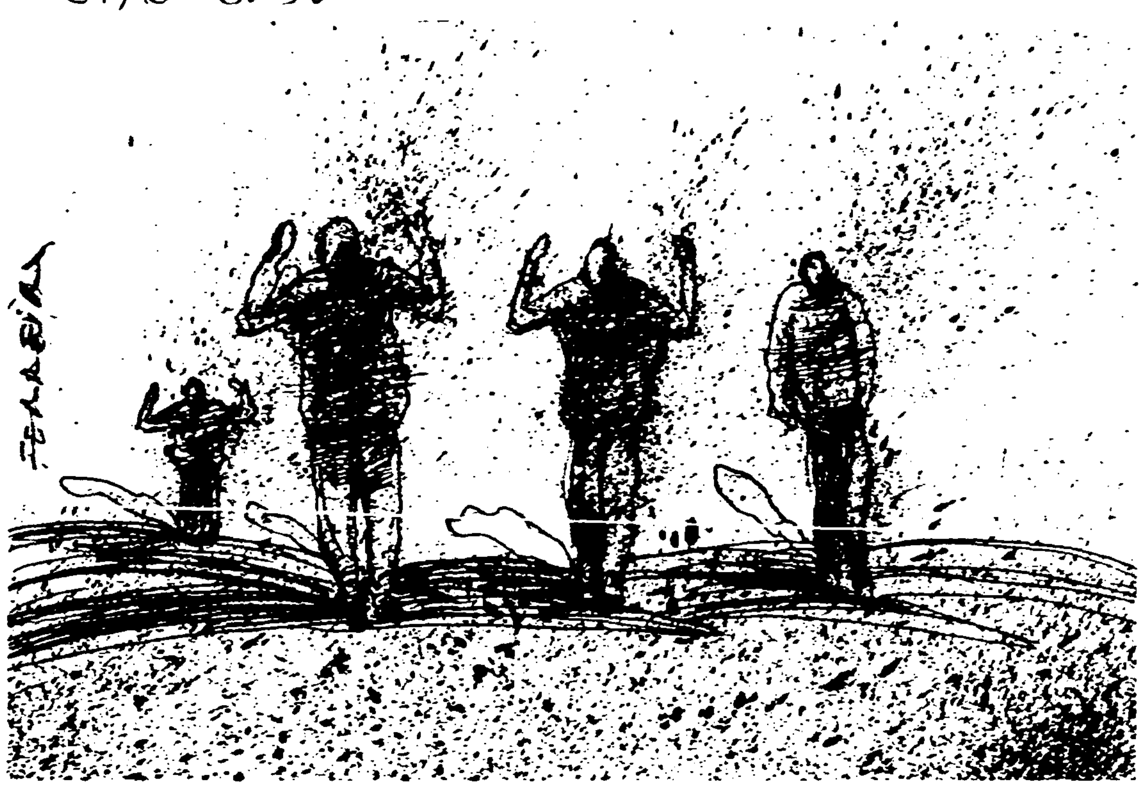
21/6 0851

especial para El Observador

Cuando los helicópteros de combate de los Estados Unidos rescataron hace pocos días, en una acción heroica y arriesgada, a un piloto compatriota cuyo avión había sido derribado en Bosnia, el presidente Clinton quiso encender un gran puro en señal de victoria, pero su dinámica e inteligente esposa se lo hizo apagar enseguida. No sólo porque se acababa de celebrar el día mundial de lucha contra el tabaquismo, sino también y fundamentalmente porque todavía no había nada que festejar.

Analizando las cosas serenamente creo que tiene toda la razón la señora Clinton.

La situación no sólo no se ha atenuado, sino que se agravó



Puesto aparte ese admirable acto de rescate -por el que hay que dar crédito exclusivamente a los soldados que lo ejecutaron (el sobreviviente y los rescatadores)- la actuación de los Estados Unidos, de Europa, de las Naciones Unidas y de la OTAN en los Balcanes ha resultado, hasta ahora, sencillamente lamentable.

No han detenido la agresión de los agresores sobre los agredidos, ni han evitado uno solo de los horrores de la guerra.

Han quedado, además, lo que es mucho más grave, soberanamente en ridículo, intentando infinidad de acciones diplomáticas, políticas y militares totalmente inútiles y hasta contraproducentes. Después de tres años de trabajosísimas gestiones, la trágica situación en Bosnia-Herzegovina no sólo no se ha atenuado sino que se ha agravado. Una especie de Somalia en el centro de Europa.

El problema, de por sí extremadamente serio, pone sobre el tapete nada menos que la utilidad de la OTAN, uno de los grandes tratados defensivo-ofensivos que armaron el esquema jurídico del mundo después de la Segunda Guerra Mundial.

A la fecha de hoy y con respecto a la crisis de los Balcanes, la casa se presenta bastante complicada.

Los Estados Unidos, con sus graves problemas internos y sus grandes compromisos mundiales han tendido a orientarse mucho más hacia el Oriente y el Pacífico que hacia Europa y el Atlántico.

Dentro de Europa, mientras los ingleses decidirán algún día si son europeos continentales o unos europeos "insulares" sui generis, Francia y Alemania parecen querer adquirir compromisos crecientes. Francia, rompiendo los prejuicios "degaullistas" con respecto a operaciones militares en Europa; Alemania, rompiendo las limitaciones impuestas en la postguerra, en el sentido de no meter las narices más allá de sus fronteras geográficas.

Cabe preguntarse si con el actual alineamiento de fuerzas la OTAN puede mantenerse tal como fue concebida.

Para ser sincero con lo que pienso diría que no. La "affectio societates" ha sido sustancialmente cambiada.

Del lado de los países "ex comunistas" los cambios son todavía mucho más graves.

Las "ex comunistas" del centro y el este de Europa tienen que reencontrarse -como si eso fuera fácil- consigo mismos y con su identidad nacional, luego de la imposición por la fuerza de una ideología totalitaria y, además, reubicarse en pactos "defensivos" "a favor o en contra" que le fueron impuestos.

La actual Rusia, ese inmenso conglomerado de pueblo y naciones y su sector dirigente al que se le han adjudicado enormes responsabilidades, deben tratar de situarse entre Europa y Asia, entre Occidente y Oriente y asimilar sus culturas, sus ideologías y, sobre todo, sus esquemas políticos.

No se trata de ninguna tarea fácil. Por el contrario, de una tarea dificilísima, un verdadero desafío para los mejores estadistas del mundo. Volviendo al caso de los Balcanes, parecen querer vislumbrarse dos líneas de acción positivas.

Por un lado, y en el plano estrictamente militar, la constitución de un numeroso contingente terrestre, de despliegue rápido -anglo-francés- con un comando unificado que evite las complicaciones de la burocracia internacional y los errores del señor Butros Ghali, autonombrado comandante en jefe de los ejércitos de todo el mundo, un cargo muy lindo pero que no existe.

Por otro lado, y en el plano estrictamente diplomático, la incorporación de Rusia al esquema jurídico-político de paz para Europa, mediante la asociación de ese país clave para la paz mundial a alguna de las modalidades de acusación de las alianzas occidentales. Personalmente creo que este paso posee una inmensa importancia.

Si se analizan los acontecimientos a través de las noticias puede percibirse que los únicos logros concretos en favor de la paz en Balcanes se han conseguido (aparte de los beatíficos y misioneros esfuerzos de Carter) en base a la presión que Serbia (presionada por Rusia) ha hecho sobre Radovan Karadzic, el líder de los "serbio bosnios", seguramente debido a los esfuerzos "entre bambalinas de dos grandes diplomáticos, Warren Cristopher de los Estados Unidos y el inteligente canciller Kozyrev de Rusia.

En el caso de los Balcanes ya carece de sentido preguntarse quién es el bruto o el malo, o el más bruto o el más malo. Se trata de encontrar un dispositivo en virtud del cual a nadie le convenga seguir siendo bruto o malo y a todos les [illegible] la paz.

Los sepultureros de la paz en Bosnia

18-06-95

Por Alberto C. Márquez

A ambos lados del simbólico e histórico río Drina los serbios de todo pelaje están perdiendo su batalla con la historia. Poco importa que se acumulen victorias pírricas por esta o aquella aldea o que desplieguen sus instintos raciales y "depuren étnicamente" aquella o esta zona. La insolencia y la soberbia enloquecidas siempre han pautado la corta y sangrienta historia del reinado de los serbios y de sus pretensiones pan eslávicas sobre los martirizados balcanes. Pero esta vez, con la disgregación del experimento Yugoeslavo como prólogo, sus odios vesánicos están colocando a su comunidad y al buen nombre de todos los serbios, culpables o no, en el index negro de la humanidad. Pero los crímenes de guerra que están acumulando las milicia serbio bosnias y sus aliados fácticos de Belgrado están, además, colmando la paciencia de las naciones civilizadas del mundo individualmente y de la colectividad internacional, léase Naciones Unidas y OTAN, genéricamente.

El vía crucis que los guerrilleros serbios en Bosnia están imponiendo a la muy probada población civil local revertirá tarde o temprano como boomerang contra los propios verdugos. La historia contemporánea abunda en ejemplos aleccionadores en este sentido. Pero la ceguera de los dirigentes de las bandas de irregulares y de los profetas del odio de la utópica "Gran Serbia" va más allá aún. Luego de más de tres años de inmisericorde guerra intestina y un estimado groseramente de *más de 100.000 víctimas mortales* únicamente en el territorio de Bosnia-Herzegovina e incontable destrucción de bienes y haciendas, los fanatizados irredentistas serbios han conseguido básicamente un solo objetivo seguro: destrozar a un país y en muchos aspectos hacerlo retroceder a *1945 e inclusive antes.*

No es muy recordado que luego de las elecciones de 1990, en vida todavía del esperpéntico experimento yugoeslavo, los partidos serbios, por la vía de las urnas y de su larga preponderancia política controlaban el 65% del irregular territorio de Bosnia-Herzegovina. Sarajevo, una ciudad mártir camino a hermanarse en la triste nomenclatura de nombres como Grozny, y por qué no, de Lídice o Stalingrado, era la mayor ciudad serbia después de Belgrado. La prosperidad, representada por un turismo europeo y de más allá del Atlántico que colmaba las playas adriáticas y se solazaba en los hermosos valles bosníacos reviviendo sus antiguas costumbres y culturas, parecía asegurada antes de que se soltaran las demonios seculares serbios: la intolerancia y un complejo de grandeza tan excluyente como mal fundamentado.

Hoy en día la población serbia en Bosnia- Herzegovina se ha visto reducida en más de un 40%. La inmensa mayoría de los fugitivos y exilados son jóvenes bien preparados, mano de obra calificada con una base económica que han decidido no arriesgarse a creer en las promesas de gloria y preponderancia de los jefecillos de la soldadesca serbia. De poco servirán las ilusiones, una y otra vez declamadas por los responsables de tanto sufrimiento, de que "luego de la guerra", la flamante "República Serbio-*Bosnia*" se *unirá* a su hermana mayor del Norte y le garantizará el deseado corredor hacia el mar. La paz de los cementerios, basada en la opresión y en el asesinato nunca será garantía más que de una tregua armada y si no que se lo pregunten a los separatistas serbios de la región croata de Krajina (al Norte de Dalmacia) que pasado su cuarto de hora de empacho ultranacionalista *deben de soportar* la venganza de los ejércitos de Zagreb.

El sensato escritor serbio Vuk Draskovic el año pasado acerca de la insensibilidad de los dirigentes bosnio-serbios y sus mentores de Belgrado (últimos defensores además del comunismo a ultranza en todo el continente europeo incluyendo a Albania) y *hablaba* con elocuencia a sus hermanos de *raza* sobre el "apocalipsis" que han desatado en la otrora pacífica y progresista Bosnia-Herzegovina. Pero está visto que sus exhortaciones, al igual que las de muchos otros intelectuales y personalidades de la comunidad serbia en el extranjero han *caído* en oídos sordos.

Será que este nuevo Gólgota de los sufridos pueblos balcánicos deberá de consumarse hasta el fin y luego de restablecida la justicia y el sentido común, comenzar de nuevo, una vez más, a reconstruir desde las ruinas materiales y espirituales. Pero quizás entonces sea demasiado tarde para una duradera reconciliación entre los pueblos forzados a enfrentarse. Una responsabilidad que también cabrá a la impasible comunidad internacional y muy especialmente a las autoridades responsables de la Unión Europea que están permitiendo que semejante carnicería pase ante los propios ojos de un continente viejo anestesia de propio hedonismo y las recurrentes pesadillas de su pasado de guerras civiles.

9508527
Bosnios piden fin de la guerra
26-06-95
Recopilación prensa
11876
507685
507697
65658
11164

17 DE JUNIO DE 1995

■ LOS DOS BANDOS VIOLAN TODAS LAS REGLAS

Bosnios piden fin del cerco a Sarajevo

Ayer en el Consejo de Seguridad de ONU se aprobó la creación de la Fuerza de Intervención Rápida. El canciller bosnio ofreció terminar las operaciones si se levanta el cerco a la capital

El presidente de Bosnia, Alija Izetbegovic, está dispuesto a ordenar el cese de la acción del Ejército si la comunidad internacional levanta el cerco de Sarajevo y obliga a los serbios a devolver las armas pesadas que sustrajeron a la ONU y a respetar las zonas de exclusión.

La declaración fue formulada en la ONU por el ministro de Asuntos Exteriores bosnio, Mohammed Sacirbey, después de que se distribuyera un llamamiento "urgente y solemne" del representante especial de la ONU Yasuhi Akashi, a las partes para un alto el fuego en Sarajevo y su entorno para "terminar con la carnicería y aliviar la dramática situación de los civiles".

Tras mencionar el cese de hostilidades del 31 de diciembre de 1994 como un rayo de esperanza, Akashi recuerda que su expiración el 1 de mayo pasado dio inicio a un nuevo ciclo de violencia en toda Bosnia.

Agrega que, tras un año de relativa estabilidad, "presencio ahora, con gran angustia personal, el retorno de la guerra a Sarajevo, con sus trágicas e incalculables repercusiones".

En su declaración, Akashi indica que los serbio-bosnios han rehusado permitir la reapertura del aeropuerto, disparan contra la carretera del monte Ingman e impiden el acceso a la ciudad de los camiones que transportan la ayuda humanitaria.

> *Los ataques del gobierno bosnio intensifican aún más la lucha*

Agrega que ambos bandos han violado los acuerdos de concentración de armas pesadas y la prohibición de francotiradores, han interferido los servicios públicos y se han enzarzado en intensos combates en busca de ventajas tácticas sobre el terreno.

"Los ataques lanzados ayer por el gobierno de Bosnia intensifican aún más la lucha", dice Akashi, y advierte que los civiles están en situación desesperada, y exige que terminen las restricciones a los suministros de ayuda.

También pide que respondan al llamamiento de la resolución 998 -aprobada por el Consejo ayer y en la que se crea la Fuerza de Intervención Rápida- de alto el fuego y cese completo de hostilidades en toda Bosnia sin más demora. *(En base a EFE)*

9508527

Yeltsin no Permitirá Ataques de la OTAN

LA BATALLA DE SARAJEVO: BOSNIOS Y SERBIOS DICEN QUE VAN GANANDO

SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 19 (AP).— *Los rebeldes serbios y el gobierno de Bosnia-Herzegovina se atribuyeron hoy éxitos en las batallas en torno de Sarajevo. Mientras tanto el presidente ruso Boris Yeltsin dijo que su país no permitirá más ataques aéreos de la alianza occidental a los serbios bosnios, que tomaron como rehenes a más de 370 efectivos de pacificación de las Naciones Unidas después que sus polvorines fueron bombardeados por la OTAN el mes pasado.*

Los serbios liberaron ayer a los últimos 26 rehenes, y dijeron haber recibido promesas de que no habrá más bombardeos. Funcionarios de la ONU dijeron que seguían teniendo esa opción.

La semana pasada, el ejército lanzó su mayor ofensiva de la guerra de tres años contra las fuerzas serbias que rodean Sarajevo, apuntando contra las rutas serbias de suministro como un paso para levantar el sitio.

Las fuerzas del gobierno lograron sustanciales ganancias, según funcionarios de la ONU, y al menos temporalmente cortaron dos rutas serbias de suministro.

Los serbios replicaron con artillería. Siete personas murieron y 12 resultaron heridas cuando un impacto cayó sobre gente que hacía fila para recoger agua. Hoy, una mujer murió y su bebé resultó gravemente herido por un impacto serbio en el suburbio de Hrasnica, dijeron autoridades hospitalarias.

El comando militar serbio dijo hoy que sus tropas cortaron líneas del gobierno en la meseta de Nisici al nordeste de Sarajevo. Agregó que los soldados del gobierno huían "presas de pánico, dejando detrás sus muertos, heridos y armas".

Pero el ejército bosnio dijo que todas las posiciones estaban inalteradas y estables. Una fuente del ejército dijo que las tropas del gobierno mantenían sus posiciones en Nisici.

La radio del gobierno bosnio dijo haber capturado un gran número de soldados serbios en torno de Sarajevo. La televisión estatal difundió la supuesta captura de una ruta serbia de suministro al noroeste de la ciudad.

La ONU, cada vez más restringida en sus movimientos, no confirmó ninguna de las versiones.

Se luchó durante todo el día al norte y noroeste de la ciudad, dijo el funcionario de prensa Jim Landale. Un tanque serbio hizo 15 disparos desde Ilijas contra Visoko, precisó.

Un alto oficial del ejército bosnio, que insistió en el anonimato, admitió que las tropas del gobierno habían perdido algún terreno en el Monte Treskavica, al sur de Sarajevo.

Pero agregó que las tropas del gobierno avanzaron en otro frente en los suburbios sudoccidentales. El ejército bosnio parecía desplazar tropas en torno de Sarajevo para mantener su ofensiva.

Sarajevo Quedó a Merced de Cañones Serbios Como Precio por los Rehenes

NUEVA YORK, 19 (ANSA). — El New York Times afirma en primera plana que para obtener la liberación de los últimos 26 rehenes todavía en manos de los serbios bosnios la ONU "abandonó" Sarajevo a merced de los cañones del general Ratko Mladic. 20/6/95 El País

En un informe desde Sarajevo, el más influyente diario *norteamericano* es durísimo con Naciones Unidas. Reconstruyendo la dramática jornada de ayer, el New York Times constata que la liberación de los hombres de la ONU coincidió con el retiro de los cascos àzules de *los centros* de recolección de artillería que los serbios bosnios usaron ampliamente para bombardear la asediada capital de Bosnia.

"Los serbios bosnios consiguieron obtener todo lo que querían con el terror", *denuncia* el diario. Y observa que el bombardeo de la artillería de Mladic sobre el barrio de Dobrinja, la llamada "masacre del agua" que costó la vida a por lo menos nueve personas, recuerda al bombardeo de febrero de 1994 sobre el mercado de Sarajevo, que provocó 68 muertos e indujo a la ONU a crear los centros de recolección de armas pesadas abandonados precisamente ayer: "De este modo se cerró el círculo", comenta el diario.

Según el New York Times, el retiro de los 91 cascos azules que montaban guardia en los depósitos de armas tiene *un* significado que va más allá de la decisión particular: "Simboliza el derrumbe formal del esfuerzo conjunto ONU-OTAN para remover la artillería pesada de la zona de Sarajevo".

En diario observa, *en efecto*, que la creación de los centros de recolección, relacionada con el ultimátum de la OTAN de febrero de 1994, había representado "uno de los pocos momentos" en los 38 meses de guerra en Bosnia en los que los gobiernos occidentales "habían conseguido aliviar el sufrimiento de la ciudad". Su abandono, en consecuencia, "subraya el fracaso de los esfuerzos internacionales para frenar la devastación en Bosnia".

Siempre sobre el frente de la ex Yugoslavia, fuentes militares occidentales en Bosnia revelaron al Washington Times que la nueva ofensiva del ejército bosnio contra los serbios de Pale lleva el sello "made in USA". "Sus nuevas tácticas están influidas por el consejo de expertos norteamericanos", escribe el diario, según cuyas informaciones parte del adiestramiento se habría producido en los meses pasados, en coordinación con oficiales de las fuerzas croatas en el territorio de Estados Unidos.

Por otra parte el vocero de las Naciones Unidas, Fred Ekhardt, *desmintió que* la ONU haya abandonado Sarajevo a cambio de la liberación de los 26 cascos azules que quedaban en poder de los serbios bosnios, como había afirmado hoy en primera plana el New York Times.

"No es cierto que la *ONU* haya abandonado Sarajevo. Lo que sucede es que el gobierno bosnio y los serbios eligieron el camino de la guerra, por lo que el régimen de la zona de exclusión fue abandonado, al igual que otros compromisos, cuando se quebró el acuerdo general del cese del fuego", dijo Ekhardt.

El New York Times afirmó hoy en primera plana que *para obtener* la liberación de los últimos 26 rehenes todavía en manos de los serbios bosnios la ONU "abandonó" Sarajevo a merced de los cañones del general Ratko Mladic.

En un *informe desde* Sarajevo, el más influyente diario norteamericano es durísimo con Naciones Unidas. Reconstruyendo la dramática jornada de ayer, el New York Times constata que la liberación de los hombres de la ONU *coincidió* con el retiro de los cascos azules de los centros de recolección de artillería que los serbios bosnios usaron ampliamente para bombardear la asediada capital de Bosnia.

Según el New York Times, el *retiro* de los 91 cascos azules que montaban guardia en los depósitos de armas tiene un significado que va más allá de la decisión particular: "Simboliza el derrumbe formal del esfuerzo conjunto ONU-OTAN para remover la artillería pesada de la zona de Sarajevo".

En diario observa, en efecto, que la creación de los centros de recolección, relacionada con el ultimátum de la OTAN de febrero de 1994, había representado "uno de los pocos momentos" en los 38 meses de guerra en Bosnia en los que los gobiernos occidentales "habían conseguido aliviar el sufrimiento de la ciudad".

Su abandono, en consecuencia, "subraya el fracaso de los esfuerzos internacionales para frenar la devastación en Bosnia", agregó.

Siempre sobre el frente de la ex Yugoslavia, fuentes militares occidentales en Bosnia revelaron al Washington Times que la nueva ofensiva del ejército bosnio contra los serbios de Pale lleva el sello "made in USA".

"Sus nuevas tácticas están influidas por el consejo de expertos norteamericanos", escribe el diario, según cuyas informaciones parte del adiestramiento se habría producido en los meses pasados, en coordinación con oficiales de las fuerzas croatas en el territorio de Estados Unidos.

Los Bosnios Decretan Estado de Guerra en Sarajevo y Alrededores

PALE, Bosnia, 20 (EFE). — Toda la población serbobosnia de la zona que rodea Sarajevo fue movilizada hoy, martes, y distribuida en sus respectivas unidades.

Estas medidas se han adoptado a la espera de que los mandos militares den la orden de iniciar una contraofensiva, que los negociadores internacionales tratan de evitar.

La primera medida del proclamado "estado de guerra" ha sido el cierre de todos los bares, mientras que las tiendas y mercados reducirán su horario de trabajo en cinco horas diarias.

21/6/95 El País

Por el contrario, los ministerios y organismos estatales prolongarán su horario de trabajo varias horas.

También se han suspendido las líneas de autobuses con otras ciudades bosnias y con Serbia, hasta nueva orden, y la población no podrá abandonar la zona sin un salvoconducto especial de las autoridades.

Según fuentes militares serbobosnias, la ofensiva iniciada el viernes pasado por las fuerzas gubernamentales de Bosnia-Herzegovina está calmándose.

Las fuentes aseguran que en el frente de Ilijas, a 20 kilómetros al noroeste de Sarajevo, los soldados gubernamentales, en su mayoría musulmanes apoyados por artillería croata bosnia, han sufrido "cientos de muertos".

Agregan que los serbobosnios han estabilizado las líneas en el frente de Treskavica, a unos 50 kilómetros al sur de Sarajevo, y han derrotado a las tropas gubernamentales en la planicie de Nisic, a unos 30 kilómetros al noroeste de la capital.

Dos civiles serbios resultaron heridos por balas de francotiradores de las filas gubernamentales bosnias, uno de ellos, Risto Milicevic, por sexta vez en esta guerra, informó la agencia serbobosnia de noticias "Srna".

También los serbios rebeldes sufren la penuria de alimentos que padece la parte gubernamental, debido a la falta de convoyes alimentarios de la ONU, y en la zona serbia de Sarajevo se ha abierto una cocina de campaña que repartirá 3.500 raciones diarias a ancianos y enfermos.

En la parte gubernamental se ha anunciado que, a partir de mañana, miércoles, funcionará una cocina de ese tipo, con capacidad para alimentar a 2.000 personas.

Por otra parte prosiguen hoy martes los combates de infantería y artillería en los barrios de Dobrinja y Mojmilo de Sarajevo, y en el cerro de Debelo Brdo.

La noche pasada resultaron muertos dos mujeres y un niño de corta edad en el barrio de Hrasnici, al estallar una granada serbosbonia, según la emisora gubernamental "Radio Bosnia".

Ayer fueron heridos en Sarajevo 20 civiles, indicó hoy el Ministerio de Sanidad de Bosnia-Herzegovina.

La televisión bosnia mostró ayer zonas del norte y el sudoeste de la capital tomadas por el ejército gubernamental, a pesar de que los serbobosnios reiteran que la ofensiva de ruptura del cerco ha sido un fracaso.

La televisión emite hoy imágenes del armamento capturado a los serbobosnios en la ofensiva del viernes pasado y la radio gubernamental asegura que han sido liberados del asedio 15 kilómetros cuadrados de territorio cerca de Celic, al suroeste de Bosnia.

Insiste la emisora en que el ejército gubernamental, esencialmente musulmán, ha pasado a controlar las carreteras que llevan a las ciudades de Bijelina, Lopara y Ugljevik, baluartes serbobosnios situados al suroeste de Bosnia, cerca de la frontera con Serbia.

04

9508527

Victoria Clave Para Quebrar el Sitio de Sarajevo

LOS BOSNIOS OCUPARON UN PUESTO ESTRATEGICO CONTRA LOS SERBIOS

SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 25 (AP) —Las Naciones Unidas dijeron que los soldados del gobierno que luchan contra los serbios en las afueras de Sarajevo capturaron hoy una estratégica colina, en su ofensiva por quebrar el sitio de la capital.

26/6/95 El País

La lucha se centraba en el extremo occidental de la ciudad, que está dividida por el frente de batalla. Simultáneamente, por lo menos cinco civiles murieron por francotiradores y granadas en partes de la ciudad en control del gobierno, y 16 resultaron heridos, dijeron funcionarios hospitalarios y del gobierno.

El vocero de la ONU, teniente coronel Gerard Dubois, dijo que las fuerzas del gobierno habían ocupado Golo Grdo, una elevación de 1245 metros. "Creemos ahora que la han tomado", dijo Dubois, refiriéndose a la colina que permite una vista irrestricta de Sarajevo, a seis kilómetros.

El gobierno bosnio inició una ofensiva el 15 de junio para quebrar el sitio serbio de Sarajevo, que ha estado rodeada durante todos los 38 meses de guerra. Los comandantes del ejército bosnio dicen que romper el sitio podría tomar meses de ardua lucha, pero el gobierno está decidido a lograrlo antes del invierno.

Milos Vasic, un experto militar que publica comentarios en el semanario Vreme, de Belgrado, dijo que el ejército bosnio tomó la iniciativa. "Todo es parte de la estrategia por hacer dispersar las fuerzas serbias a lo largo del frente de batalla de 1500 kilómetros".

El cuartel general de los bosnios serbios emitió hoy una declaración que insinúa que la situación no es muy favorable para ellos. Dice que el ejército serbio bosnio ofrecía "heroica resistencia a los ataques musulmanes en el frente de Sarajevo, que se intensificó desde anoche desde la parte interior del círculo". Sostuvo empero que los serbios mantuvieron sus posiciones.

El mayor Guy Vinet, un vocero de la ONU, dijo que los observadores registraron más de 100 explosiones de morteros, artillería y cohetes en la lucha que comenzó a las 5 am (03.00 GMT). Más de 30 se registraron en Ilidza, en poder de los rebeldes serbios, al parecer disparados por el gobierno.

La radio de los serbios bosnios dijo que los soldados del gobierno lanzaron un ataque anoche sobre Ilidza. La ONU también informó sobre un intenso tiroteo en torno de Hadzici, una aldea en poder de los serbios cerca de Ilidza. Otra batalla se libraba a 20 Km .de Sarajevo.

UE. exige cese del sitio a Sarajevo
CLARIN.
28-06-95
11876
507685
507697 41164
65658
5018889

La Unión Europea exige a los serbios bosnios que cese el sitio a Sarajevo

Clarín EN BOSNIA

MOSTAR, Bosnia Herzegovina (Enviado especial). – En abierto desafío a la cumbre de líderes de la Unión Europea que hoy exigió levantar de inmediato el sitio a la ciudad de Sarajevo, los serbios lanzaron un nuevo ataque con morteros contra la capital bosnia, que dio muerte a tres civiles, entre ellos un niño.

Sarajevo mantuvo ayer su condición habitual: siguió siendo, como los infiernos, un lugar sin límites.

"Todo lo que pasa en Sarajevo rebota en Mostar. No olvide que solo estamos a cien kilómetros de distancia", dice a Clarín el asesor militar de la Unión Europea en esta ciudad, el general español Juan Eleta. Aprieta el ceño cuando se le recuerda que el domingo han muerto otras nueve personas, algunas de ellas chicos, en las afueras de Sarajevo. "Vamos, que eso es cosa de todos los días", contesta tristemente.

Ofensiva serbia

La tensión ha regresado a Mostar en estas últimas horas. Con ello tiene que ver la decisión de los cascos azules franceses de abrir fuego –ayer martes– contra un vehículo de combate serbio en Sarajevo.

La Unprofor (las fuerzas de protección de las Naciones Unidas) informó hoy sobre una ofensiva del ejército regular bosnio en varios sectores de la ciudad y denunció los continuos ataques contra objetivos civiles y contra los vehículos de la ONU.

El presidente de Francia, Jacques Chirac, dijo hoy en Cannes, que los 15 líderes de la UE pidieron a su nuevo mediador, el ex primer ministro sueco Carl Bildt, que exija el levantamiento del sitio a Sarajevo y negocie la apertura de un corredor hacia la costa del Adriático.

La ruta M17

Aquí, los serbios bosnios controlan Mostar a su antojo desde las alturas del monte Velez, por donde pasa la línea de confrontación.

Desde mediados de 1992, la ciudad de Mostar es el paso más frecuente de abastecimiento a Sarajevo. Los convoyes de ayuda humanitaria de las Naciones Unidas viajan hacia la capital por la ruta M17, que comienza en Metkovic, en la frontera sur con Croacia. La han bautizado "La ruta de la muerte".

El batallón español de Unprofor fue el encargado de reestablecer ese camino, hasta hace algo más de dos años controlado por los serbios bosnios. Desde entonces, el trabajo les ha costado caro a los españoles: 15 bajas.

Con todo, la ayuda difícilmente llega a Sarajevo, donde la situación de la población ya alcanzó niveles de drama.

La semana pasada, por primera vez en meses, un convoy consiguió el permiso de paso de los dirigentes serbios bosnios, que mantienen sitiada a la ciudad a la espera de su muerte lenta. Llegó, sin embargo, no sin antes soportar el fuego de los fusiles serbios.

Walter Curia

9508528
Combates en SARAJEVO
150483
29-06-95
11876
- 507685
- 507697 - 11164
- 65658
- 501889

UN MUERTO Y CASI CUARENTA HERIDOS

Proyectil destruyó centro TV en Bosnia

El edificio utilizado por numerosos corresponsales y sede de la Unión Europea de Radiodifusión quedó en escombros al ser alcanzado por un cohete y un obús

Un muerto y casi cuarenta heridos, dos de ellos muy graves, es el balance del bombardeo del edificio central de la televisión bosnia en el centro de Sarajevo, utilizada por numerosos corresponsales y sede de la Unión Europea de Radiodifusión (UER).

El edificio resultó alcanzado ayer de mañana por un cohete y un obús de mortero que arrasaron prácticamente las instalaciones, donde se encuentran las oficinas de equipos de televisión, agencias y diarios de todo el mundo.

La única víctima mortal es un guardián del edificio y la mayoría de los heridos son empleados de la UER, periodistas bosnios y corresponsales extranjeros.

El cohete, inicialmente considerado un disparo de lanzagranadas (bazooka) era, en realidad, una bomba de aviación a la que se le aplicó un cuerpo propulsor, indicaron los especialistas.

Un cohete y un obús arrasaron el edificio que alberga las oficinas de la prensa internacional



Así quedó el centro TV de Sarajevo tras el ataque

Simultáneamente, el obús de mortero penetró en el patio interior del edificio, por lo que su efecto fue de particular intensidad.

Según testigos, empleados extranjeros y locales de las emisoras Cable Network News (CNN), AP Television (APTV) y Worldwide Television News (WTN) se encontraban entre los heridos, con cortaduras por cristales rotos.

"Las paredes se estremecieron cuando el cohete nos golpeó", dijo un productor de WTN que sangraba mientras ayudaba a sus colegas a salir del edificio.

El centro de televisión ha sido blanco regular de los ataques artilleros de los serbio-bosnios que desde hace 39 meses sitian Sarajevo, pero sus gruesos muros habían resistido la mayoría de los ataques previos.

CLAVES

- **REFUERZO.** El Consejo ONU aprobó hace dos semanas la propuesta francobritánica de reforzar la misión de Unprofor en Bosnia con una Fuerza de Reacción Rápida (FRR) integrada por 10.000 soldados
- **INTERVENCIÓN.** La misión podrá actuar en Bosnia a partir del 15 de julio.
- **CONTINGENTES.** El contingente británico Alfa de la FRR ya casi ha terminado su asentamiento en Bosnia, mientras se espera la llegada de los soldados holandeses. Se prevé que el contingente francés Bravo se desplace a Bosnia.
- **INCORPORACIÓN.** Las tropas alemanas formarán parte de la FRR y aportarán ayuda médica y logística.

Imágenes de televisión mostraron a personas conmocionadas arremolinadas en los corredores del edificio.

Un fotógrafo, Oleg Popov, dijo inmediatamente después de la explosión: "Todo está destruido, hay vidrios por todos lados y la gente está corriendo aterrada".

"Todo está destruido, hay vidrios por todos lados y la gente corre aterrada"

El ataque sucedió una hora después de un brote de fuertes combates en los suburbios occidentales de la ciudad, librados entre fuerzas serbias y soldados del gobierno bosnio. *(En base a Reuter)*

01-01

Líder serbio-bosnio no acepta la tregua propuesta por la UE

Tras la exigencia de la Unión Europea de que las partes en conflicto en Bosnia firmen una tregua de cuatro meses, el líder serbio-bosnio, Radovan Karadzic, dijo que no quiere treguas, sino el fin de la guerra.

En sus declaraciones, Karadzic reitera su antigua tesis de que las treguas sirven a las fuerzas bosnias para reorganizarse y rearmarse, a pesar del embargo armamentista.

Los bosnios rechazaron la renovación de la última tregua de cuatro meses, que expiró el pasado 1o. de mayo, por considerar que sólo sirven para que el mundo se acostumbre a un statu quo en el que los serbio-bosnios dominan el 70 % del territorio de la República de Bosnia-Herzegovina.

La Unión Europea exigió el martes a los serbio-bosnios que desbloqueen vías de acceso a la asediada Sarajevo y abran el aeropuerto y, tanto a ellos como a los bosnios, que interrumpan los combates y dediquen cuatro meses a negociar.

En contra de los consejos de la Unión Europea y de los negociadores internacionales, las fuerzas bosnias lanzaron hace dos semanas una ofensiva para romper el cerco de Sarajevo.

El general serbio-bosnio de la zona de Sarajevo, Dragomir Milosevic, asegura en la edición del martes del Glas Srpskog, día del san Vito ortodoxo, fiesta militar serbia, que sus fuerzas se preparan [illegible] *(En base a EFE)*

0508529

IMPO[RTAÇÃO]

Cotas são inspiradas na Argentina, diz Dorothéa

ABRE E FECHA

Governo facilitou e agora dificulta importações

Maio/90
Portaria libera importação de 2.500 produtos.

Junho/90
Cai a zero alíquota de importação de mais de 300 produtos. Outros 1.400 produtos têxteis tiveram alíquota reduzida. Cai a 20% o IPI de carros.

Setembro/90
Redução de 50% da alíquota de importação de produtos que no Brasil são fabricados por monopólios. Acaba o financiamento obrigatório para importações acima de US$ 200.

Outubro/90
Mais 186 produtos tiveram alíquota de importação reduzida.

Novembro/90
Mais 196 itens tiveram alíquota de importação reduzida a zero. Cai a exigência de autorização prévia para importação acima de US$ 1.500.

Fevereiro/90
Liberada importação de cinco itens de informática.

Julho/92
Acabam as restrições às compras com cartão de crédito nas viagens ao Exterior. Também são liberadas importações com cartão de crédito, antes limitadas a jornais, revistas e software para computador.

Agosto/92
Acaba a exigência de guia de importação para produtos de até US$ 500 e as remessas internacionais de até US$ 50 ficam isentas do Imposto de Importação. Valores entre US$ 51 e US$ 500 têm imposto de 20% a 150%.

Fevereiro/93
Caem as alíquotas de 51 produtos dos setores alimentício e higiene e limpeza.

Julho/93
Quarta etapa de redução progressiva das tarifas de importação com redução da alíquota média de 17% para 14%. A alíquota máxima passa a ser 35%.

Abril/94
Redução de 20% para 2% em média das alíquotas de 19 produtos.

Setembro/94
Redução de 35% para 20% da alíquota de importação de outros 445 produtos.

Novembro/94
Liberadas importações de máquinas e produtos agropecuários e término do limite de idade para entrada de bens de capital usados. Redução de alíquota para importação via Correio. Produtos de até US$ 100 são isentos de Impostos de Importação. De US$ 101 a US$ 500 pagam 10% e de US$ 501 a US$ 1.000 pagam 20%. Para valores maiores o imposto é de 50%

Fevereiro/95
Alíquota de importação de veículos sobe de 20% para 32%

Março/95
Aumenta para 70% a alíquota de importação de 109 produtos, inclusive veículos e aparelhos elétricos e eletrônicos.

Abril/95
Caem novamente para índices que variam entre 40% a 63% as alíquotas de produtos como amplificadores, fones de ouvido, máquina de lavar, walkman, videolaser, antenas parabólicas e outros. São 23 produtos que estavam na lista dos 109 que foram taxados um mês antes. Sai outra lista de 100 produtos na área de alimentos e insumos industriais que tiveram o imposto de importação zerado. Banco Central reduz de 100% para 20% o limite de pagamento antecipado de importações, para conter a sangria das reservas cambiais

Junho/95
Ministra Dorothéa Werneck admite que o governo quer estabelecer cotas para limitar a importação de [illegible] veículos

01-01 9508531

8 6 95

MILES DE CASCOS AZULES A BOSNIA

Tras la adopción de la nueva resolución del Consejo de Seguridad de la ONU sobre la prórroga del mandato de las tropas de paz de las Naciones Unidas en Croacia, miles de esos soldados pasarán a Bosnia-Herzegovina.

Un portavoz de la ONU declaró en Sarajevo que unos 8.000 soldados de la ONU destacados actualmente en Croacia pasarán a engrosar las filas de los que actúan en Bosnia, dentro de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR), para el 30 de junio.

Actualmente hay en Croacia unos 15.000 soldados de UNPROFOR y las autoridades croatas exigieron que no quedaran en el país más de 5.000 "cascos azules" que se desplegarían en la frontera croata con Bosnia-Herzegovina y Yugoslavia (Serbia y Montenegro) y otros lugares.

"El envío de esas tropas a Bosnia-Herzegovina dependerá ante todo de las decisiones de los países que tienen contingentes en Croacia", manifestó hoy Alexandar Ivanko, portavoz de la ONU en Sarajevo.

Ivanko precisó que el secretario general de la ONU, Butros Gali, ha exigido otros 30.000 soldados para la protección de las ciudades bosnias de Srebrenica, Zepa, Gorazde, Sarajevo, Tuzla y Bihac, declaradas zonas amparadas por la ONU.

"Hasta la fecha, los países miembros de las Naciones Unidas han decidido enviar 7.600 soldados adicionales a Bosnia", ha declarado el representante de la ONU.

Están emplazados en Bosnia, dentro de una de las misiones más difíciles y peligrosas de las tropas de paz de la ONU, 23.600 "cascos azules".

España tiene unos 1.400 soldados en el sur de Bosnia-Herzegovina.

Los "cascos azules" terminaron el viernes la operación de rescate del jefe del Estado Mayor de Croacia, general Janko Bobetko, que había quedado atrapado por la nieve en una carretera cerca de Tomislavgrad, al suroeste de Bosnia.

"Fueron sacados de la nieve 70 soldados de los ejércitos de Croacia y de Bosnia, y del Consejo de Defensa Croata, y los cadáveres de cinco soldados", ha confirmado hoy el comandante Hervé Gourmelon, portavoz de UNPROFOR en Sarajevo.

Gourmelón precisó que "uno de los muertos era soldado del Consejo de Defensa Croata, brazo armado de los croatobosnios, y otros cuatro eran oficiales del Ejército de Croacia".

La ONU permanece en la ex Yugoslavia, pero los riesgos continúan en aumento

• Todavía queda por resolver hacia dónde serán desplegados los cascos azules

BELGRADO (ANSA).- El mandato de ONU en la ex Yugoslavia fue renovado por otros ocho meses, aunque queda todavía por resolver el problema planteado sobre cuántos y dónde serán desplegados los cascos azules, mientras una solución definitiva a la tragedia balcánica parece todavía lejana.

Para el 21 de este mes, el Secretario General de la ONU deberá resolver el complejo problema planteado por los contendientes sobre el número de cascos azules y dónde apostarlos.

Otra cosa que complica las negociaciones es la noticia de que un general de reserva estadounidense, John Sewell, coordinará la integración militar entre croatas y musulmanes de Bosnia, prevista por la Federación creada hace un año y que hasta ahora no se puso en marcha.

La Casa Blanca, por lo tanto, interviene directamente mandando un hombre para que dirija, de hecho, uno de los ejércitos en guerra, un paso que difícilmente facilitará el diálogo entre Washington y los adversarios de ese ejército, según los observadores.

Todo esto, mientras el mal tiempo atenúa desde hace un par de días los sangrientos combates en el Norte y en el centro Oeste de Bosnia, desencadenados por la ofensiva lanzada el 20 de marzo por las tropas bosniomusulmanas.

Respecto al mandato de ONU, una vez establecido el principio de que la misión, de única pasaba a ser triple -si bien dejando un coordinador militar y uno político central- no surgieron problemas particulares para Bosnia y Macedonia.

De este modo, nada cambia en Bosnia, ni siquiera el nombre de la misión que sigue siendo Forpronu (Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas).

En Macedonia, en cambio, la operación fue rebautizada Unpredep (Formación preventiva de la ONU), pero las tareas no cambian.

El problema era Croacia, a partir de la renovación misma del mandato. Hasta hace un par de semanas, Zagreb había anunciado que no lo habría aceptado.

Se trataba de un movimiento político para acelerar la solución del problema de la secesión de Krajina (donde la mayoría serbia proclamó unilateralmente la independencia a fines del '91) que, en virtud de automáticas y continuas renovaciones del mandato ONU, habría podido fosilizarse y sancionar una situación de hecho, como sucedió en Chipre. Pero Washington convenció a los croatas de aceptar la renovación.

Quedó sin resolver, sin embargo, el problema de las nuevas condiciones, que tocará a Boutros Boutros Ghali solucionar.

Ya el nombre mismo de la misión creó problemas. Pero a pesar del "no" de Krajina, Zagreb obtuvo que se hiciera referencia al término Croacia. Se llamará "Uncro", que en primer momento se refería sólo a "Operación Retomar Confianza ONU", si bien el "Cro" final tenía doble valor. Pero luego, tras un difícil "sí" a última hora de Moscú, se transformó formalmente en la misma cosa más "en Croacia".

Existe, además, el problema del contingente y de sus misiones. Actualmente, los hombres son unos 13.000. Zagreb pide una reducción muy seca, unos 5.000, aunque parece que quedarán 7.000.

Croacia, luego, exige que tales tropas sean apostadas a lo largo de las fronteras del país, con el deber de impedir el tránsito de soldados y de armas, y no más como cojín entre sus líneas y las de los secesionistas.

Krajina, por otra parte, amenaza con rechazar cualquier cambio de los actuales términos del mandato, cuyo elemento principal es, justamente, la interposición entre las líneas.

Por ahora es cierto sólo que parte del contingente será apostado en los límites para controlar los movimientos militares, pero sin el derecho de bloquearlos, pudiendo tan solo señalar eventuales violaciones de los acuerdos.

Y si bien el área de interposición aún se debe definir, la ONU piensa reforzaria, ya que demasiadas señales recientes dejar entender que sin los cascos azules en interposición, la guerra volvería a estallar en seguida, con grandes posibilidades de superar los confines croatas y extenderse a toda la zona balcánica.

Sanciones de ONU no se Levantarían

TEMEN QUE IRAK PREPARE GUERRA BACTERIOLOGICA

NACIONES UNIDAS, 11 (EFE).— *Irak juega con las cartas marcadas y puede ocultar gran cantidad de cultivo bacteriológico que podría ser utilizado para fabricar armas biológicas, según el informe de la Comisión Especial que aleja la posibilidad de un levantamiento de las sanciones a corto plazo, se informó hoy.*

En vísperas de la revisión semestral por el Consejo de Seguridad del régimen de sanciones impuesto a Irak por su invasión en 1990 de Kuwait, Rolf Ekeus, que preside la Comisión Especial, informó de que "Irak no ha dado plenamente cuenta del pasado de su programa de armas biológicas".

Agrega que "una declaración plena, final y completa, recientemente recibida de Irak no resuelve el problema" porque no revela definitivamente cuál ha sido la utilización de las enormes cantidades de cultivo bacteriológico que importó Irak en los tres años anteriores a la guerra del Golfo.

La Comisión concluye que Irak obtuvo o procuró adquirir todos los materiales y equipos requeridos para producir "agentes de guerra biológica", y al no poder justificar que esas importaciones fueron utilizadas con fines legítimos, "la conclusión es que hay un alto riesgo de que fueran adquiridos y utilizados en parte con propósitos prohibidos".

"En estas circunstancias, la Comisión no puede afirmar que la supervisión biológica sea eficaz, y tampoco que esté adecuadamente enfocada, o sea que supervisa todas las instalaciones, actividades, materiales y artículos biológicos que deben ser controlados", dice el informe.

En lo que puede considerarse la parte más positiva del informe, ya que revela progreso respecto a informes anteriores, Ekeus señala que han sido instalados los equipos electrónicos para la supervisión y verificación destinados a impedir que Irak readquiera y pruebe las armas de destrucción en gran escala que le fueron prohibidas por las resolución 687 (1991).

"El sistema es operacional", afirma Ekeus, y añade que en el futuro será ampliado o modificado según lo aconsejen las circunstancias y de acuerdo con el desarrollo industrial de Irak "para asegurar que no readquiera las capacidades prohibidas".



En Bagdad, partidarios de Saddam Hussein fanatizados al máximo apoyan las pretenciones iraquíes de hostigamientos y guerra a "los infieles". (Laserfoto de Archivo de AP)

Nº. DOCUMENTO ____
TITULO Sección ... IRAK estaría haciendo acopio de material de alto riesgo químico
PROCEDENCIA 15005
FECHA DE PROCEDENCIA 12/4/95
VINCULACIONES 501889
507596

Irak estaría haciendo acopio de material de alto riesgo químico

Una comisión de la ONU elevó un minucioso informe sobre la materia

Existe "alto riesgo de que Irak haya adquirido gran cantidad de medios de cultivo" para producir armas biológicas, pero no lo reveló a los monitores internacionales.

NACIONES UNIDAS / ANSA

Lo expresó al Comité de Sanciones del Consejo de Seguridad el diplomático sueco Rolf Ekeus, presidente de la Comisión Especial de la ONU encargada de la eliminación de las armas de destrucción masiva en Irak.

El informe de Ekeus al Comité sería un nuevo motivo para prolongar las sanciones contra Irak, reforzando las sospechas que algunos de los 15 miembros del cuerpo tenían sobre la capacidad de ese país para fabricar armas biológicas.

En su periódico informe semestral al Consejo de Seguridad, Ekeus dijo que "la única conclusión que podemos extraer es que hay un alto riesgo de que (los materiales) hayan sido adquiridos y utilizados para propósitos proscriptor, como la producción de agentes biológicos de uso bélico".

Toneladas de agentes químicos

El inspector-jefe de la ONU dijo que el Gobierno de Bagdad se equivocó al no contabilizar varias de las docenas de toneladas de agentes químicos que habían comprado, y que según ellos afirmaron era para uso legítimo.

Ekeus informó al Consejo sobre la desaparición de estos materiales a mediados de enero, cuando el cuerpo de 15 naciones revisó las sanciones contra Irak, impuestas en 1991, al concluir la Guerra del Golfo.

En enero pasado, el Consejo de Seguridad decidió mantener las sanciones y las renovó a mediados de marzo. El Consejo está obligado a revisar las sanciones cada dos meses y levantarlas una vez que Irak se ciña a las condiciones impuestas por la ONU.

El informe del diplomático sueco fue solicitado a fin de que el Consejo permanezca informado sobre la labor que desempeña la Comisión Especial de la ONU que el preside y que tiene la responsabilidad de destruir las armas iraquíes de destrucción masiva y monitorear los futuros programas armamentistas de la nación del Golfo.



LA ONU desconfía seriamente del acopio de material biológico que encontró en Irak.

"Plena colaboración" de Hussein

Ekeus prevé evaluar hoy su reporte ante el Consejo de Seguridad.

El titular de la comisión dijo que el régimen del Presidente iraquí Saddam Hussein les prestó "plena cooperación" en la instalación de un equipo de las Naciones Unidas para el monitoreo de las armas, y que el equipo está funcionando actualmente en las instalaciones iraquíes más importantes.

Pero Ekeus dijo que Irak todavía tiene cuentas pendientes en varias áreas de sus programas armamentistas, y el mayor obstáculo hallado por los inspectores fue en el área de las armas biológicas.

El régimen de Saddam Hussein aguarda un informe favorable de Ekeus que le permita convencer al Consejo y suavice las sanciones.

El Viceprimer Ministro iraquí Tarek Aziz estuvo en Nueva York hasta el viernes pasado y durante más de una semana para negociar con los miembros del Consejo el levantamiento del embargo petrolero.

Pero durante su última reunión se manifestó al Consejo distante de las exigencias expresadas a través de un borrador de resolución presentado por la Argentina.

Fuerte régimen de sanciones

Irak está sometido a un régimen de sanciones desde su invasión a Kuwait, el 2 de agosto de 1990. No puede exportar petróleo ni sus derivados hasta que cumpla a satisfacción del Consejo de Seguridad con las resoluciones sobre la revelación y la destrucción de las armas y equipos.

En 1988, Irak sólo importó unas 39 toneladas de un "complejo de medios de cultivo" en el cual se desarrollaban bacterias o virus mientras el consumo global de todos los hospitales del país de ese tipo de material era de casi 200 kilogramos por año.

Según la comisión, también se posee información de que Irak adquirió medios de cultivos adicionales en 1989 y 1990.

De las 39 toneladas compradas en 1988, sólo se contabilizaron 22 y 17 toneladas todavía están perdidas. Diez toneladas de medios de cultivo son suficientes para hacer una tonelada de agentes biológicos de uso bélico.

Volúmenes sospechosos

El informe de la Comisión afirma que "estas importaciones de medios por tipos, cantidades y volúmenes es tan enorme que su proporción escapa a los requerimientos de uso de los hospitales iraquíes", reza el informe.

La Comisión tampoco pudo trazar íntegramente una definición precisa sobre los proscriptor misiles balísticos de largo alcance o armamentos químicos, pero se manifestó bastante satisfecha porque descubrió la mayoría de los armamentos y materiales.

La Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), con sede en Viena y a cargo de la destrucción de las armas nucleares, dará a la brevedad un informe por separado.

01-01 9508536

74

URGENTE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

MONTEVIDEO, 05 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud presentada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Juan M. Herrera

Montevideo, 06 de setiembre de 1995.-

Pase al Señor Jefe del Departamento I(Interior) a los efectos de remitir la información solicitada en forma concreta y concisa antes del día 13 de los corrientes.-

El Sub-Director de Interior de la DGID

Coronel (Av.)

B A R R A L

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 06 SET. 1995
Nº 9508537

001/2

9508537

URGENTE 9508537

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 05 DE SETIEMBRE DE 1995.-

T.I. N°206/B/95.-SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Elevo a usted la siguiente solicitud de colaboración recibida de una agencia amiga, a efectos de requerir información en la Sub-Dirección Interior, la cual nos debería ser proporcionada antes del día 14 de los corrientes, de acuerdo al pedido del Solicitante.

ASUNTO: ORGANIZACIONES TERRORISTAS

INDICIOS: SITUACION DE LAS ORGANIZACIONES SUBVERSIVAS Y/O TERRORISTAS DE IZQUIERDA Y DE DERECHA EN NUESTRO PAIS, CON LA FINALIDAD DE DETERMINAR POSIBLES VINCULACIONES CON ORGANIZACIONES ARGENTINAS.

SE REQUIERE:

1) SITUACION ACTUAL DE TODAS LAS ORGANIZACIONES SUBVERSIVAS O TERRORISTAS DE IZQUIERDA Y /O DERECHAS QUE EN MAYOR O MENOR MEDIDAS ACCIONAN EN NUESTRO PAIS.
2) PRINCIPALES DIRIGENTES.SITUACION DE LOS MISMOS.
3) POSIBILIDAD DE DETERMINAR CAPACIDADES QUE LAS ORGANIZACIONES POSEAN EN LA ACTUALIDAD.HECHOS PERPETRADOS POR LAS MISMAS.-
4) DETERMINAR CONTACTOS Y/O VINCULACIONES QUE LOS MIEMBROS DE DICHAS ORGANIZACIONES QUE PUEDAN TENER CON INTEGRANTES ARGENTINOS.

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Enzo Baudo

000/a C/C(CG.)

950853

La UN levantó en forma parcial el embargo a Irak

Petróleo: se autorizó a Bagdad a vender crudo durante seis meses por 2000 millones de dólares, para comprar alimentos y medicinas.

NACIONES UNIDAS, 14 (Reuter). – El Consejo de Seguridad de la UN autorizó hoy a Irak la venta de petróleo por 2000 millones de dólares en un período de seis meses para adquirir alimentos y suministros humanitarios.

La votación sobre la resolución fue unánime, de 15-0.

Si Bagdad acepta el plan, que puede ser renovado, podría representar el primer quebrantamiento en el muro de paralizantes sanciones que el Consejo de Seguridad le impuso luego de que tropas iraquíes invadieron a Kuwait en agosto de 1990.

La resolución fue redactada por los Estados Unidos y Gran Bretaña, y también fue auspiciada por la Argentina, Omán y Ruanda.

Una excepción

La embajadora norteamericana ante las Naciones Unidas, Madeleine Albright, subrayó que la resolución "no es un levantamiento de las sanciones contra el régimen iraquí, sino una excepción humanitaria para el beneficio del pueblo iraquí", con quien, dijo, el consejo no tiene una disputa.



La embajadora de los EE. UU. vota por el sí (Reuter)

El petróleo, que debe ser vendido a precios del mercado, comenzará a fluir luego de que el secretario general de la UN, Boutros Ghali, informe que se han completado las negociaciones con Irak, que se esperan tomen al menos un mes.

Estas negociaciones incluirían arreglos para que la UN supervise las transacciones petroleras y se asegure que los alimentos, las medicinas y otros artículos esenciales adquiridos con los ingresos de la venta lleguen a todos los sectores de la población iraquí.

Desglose del dinero

De cada 1000 millones de dólares de petróleo vendidos, entre 650 y 600 estarían disponibles para la compra de suministros humanitarios.

Esto incluye entre 130 y 150 millones directamente destinados para un programa de la UN de asistencia a los kurdos del norte de Irak, quienes están sujetos a un bloqueo del gobierno.

Cerca de 300 millones de cada 1000 millones de dólares, serían destinados a un fondo de compensaciones por la Guerra del Golfo y otros 50 millones para otros gastos de la UN, como la eliminación de las armas de destrucción masiva de Irak y una supervisión para que no sean reconstruidas.

Como antes

Si el esquema se renueva por otros seis meses, las ventas potenciales de petróleo anuales serían de 4000 millones de dólares. Esto se compara con los ingresos de Irak previos a la Guerra del Golfo hasta 18.000 millones de dólares.

Las exportaciones de ese período totalizaron más de tres millones de barriles diarios, frente a 600.000 barriles según el plan de las Naciones Unidas.

Nº DOCUMENTO

TITULO Irak rechaza resolución 986 de la ONU

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 17/4/95

VINCULACIONES 501889
507596

Irak-ONU, Resistencia

EL CAIRO, 16 (EFE).— Irak rechazó la nueva resolución de la ONU que le permite vender hasta mil millones de dólares de crudo cada trimestre, mientras varios países árabes consideran la decisión internacional como "un paso hacia el levantamiento total de las sanciones internacionales" contra Bagdad. 17-4-95

El Consejo de Ministros iraquí expresó su rechazo de la resolución 986 de la ONU tras la reunión que mantuvo anoche durante cinco horas en Bagdad bajo la presidencia de Saddam Hussein, que la calificó como una "violación peligrosa de la soberanía y la integridad territorial de Irak". EL PAÍS

"Esta decisión -agregó- es una maniobra de Estados Unidos para evitar la aplicación del párrafo 22 de la resolución 687 de la ONU", que permite a Irak reanudar sus exportaciones de crudo después de cumplir todas las resoluciones de la ONU relacionadas con la guerra del Golfo Pérsico de 1990.

Esta postura fue anunciada después de que el presidente del Parlamento iraquí, Sadi Mahdi Saleh, afirmara que "las voces de las masas expresan el rechazo de esta resolución injusta".

Los diarios iraquíes, todos controlados por el Gobierno, critican hoy, domingo, la nueva resolución de la ONU, y la califican como "peor a las 706 y 712 de la ONU (que permitían a Bagdad vender hasta 1.600 millones de dólares de crudo).

Estas dos resoluciones habían sido rechazadas por Irak como un atentado contra su soberanía.

Rechazan propuesta por «injerencia en los asuntos internos»

Parlamento iraquí rechazó Resolución 986 de la ONU

J 26/4



El Parlamento iraquí rechazó ayer, martes, por unanimidad y «categóricamente» la resolución 986 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que autorizaba a Irak a vender ciertas cantidades de petróleo para financiar sus necesidades alimentarias y médicas.

Como se esperaba desde que la semana pasada el Gobierno hiciera lo mismo, el Parlamento ha rechazado la resolución de la ONU por considerar que supone una injerencia «en los asuntos internos de Irak».

«La Asamblea Nacional rechaza unánime y categóricamente la resolución 986 porque es una flagrante violación de las normas legales de la Carta de las Naciones Unidas y de la soberanía de Irak», afirma el texto de la decisión del Parlamento, difundido por los medios de comunicación iraquíes.

Agrega además que tal resolución «interviene en los asuntos internos de Irak y restringe los derechos iraquíes para utilizar libremente sus recursos naturales». El presidente del Parlamento iraquí, Sadi Mahdi Saleh, así como numerosos diputados, ya había avanzado sus opiniones contrarias a aceptar la resolución antes de que el Legislativo comenzase ayer su sesión que quedó suspendida en la noche anterior.

El Gobierno, encabezado por el presidente Sadam Husein, había calificado la resolución como «una maniobra estadounidense para evitar el levantamiento total del embargo» económico impuesto por la ONU a Irak tras su invasión de *Kuwait en agosto de 1990.*

La resolución 986 establece que Irak puede vender petróleo por valor de dos mil millones de dólares durante seis meses, de los cuales un 30 por ciento se dedicaría al Fondo de Compesaciones de la ONU para las víctimas de la invasión.

Otro 13 por ciento, al menos, también se destinaría a los kurdos del norte del país, otra parte para cubrir los gastos de los inspectores de la ONU en Irak, mientras que con el resto Bagdad podría comprar los productos básicos necesarios para cubrir las necesidades de su población, fundamentalmente alimentos y medicinas.

Desde que el Consejo de Seguridad de la ONU impuso a Irak estas sanciones, y sobre todo impidió la venta de su petróleo, la economía del país se ha depauperado y son agudas las carencias alimentarias y médicas de la población.

Estados Unidos y el Reino Unido se oponen con firmeza a que se levanten las sanciones a Irak al considerar que el régimen que preside Sadam Husein no ha cumplido todas las resoluciones de la ONU.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9508539

LA INICIATIVA ES APOYADA POR EE.UU.; RUSIA Y FRANCIA QUIEREN UN LEVANTAMIENTO TOTAL

Argentina propone en la ONU aliviar el embargo contra Irak

Con el objetivo formal de aliviar la situación de la población iraquí, la Argentina presentó ayer ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas un proyecto que flexibiliza el embargo contra Irak y le permite vender petróleo por 4 mil millones de dólares. La propuesta, en colaboración con los EE.UU., busca frenar las presiones de Francia y Rusia, que pugnan por el levantamiento total de las sanciones económicas impuestas a Bagdad en 1990.

NACIONES UNIDAS, 31 (Especial para **Clarín**). – La Argentina presentó hoy ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas un proyecto de resolución que permite a Irak **vender petróleo por 4 mil millones de dólares anuales**. La propuesta, presentada en colaboración con los Estados Unidos, tiene por objetivo "aliviar la situación de la población iraquí", que vive bajo un durísimo régimen de sanciones desde que Saddam Hussein invadió Kuwait en 1990.

Sin embargo, **la medida no satisface las demandas de Irak**, que entiende que esta es una solución diplomática para extender por tiempo indefinido la prohibición de vender libremente su petróleo en el mercado internacional. La iniciativa argentina, en cambio, propone que Bagdad pueda adquirir bienes humanitarios (alimentos y medicinas) con la recaudación de la exportación de crudo. Según la propuesta, el dinero de las ventas se depositará en una cuenta fiscalizada por la ONU para comprar elementos de ayuda humanitaria.

Según la resolución 687 de la ONU, Irak tiene condicionado el levantamiento del embargo petrolero a la destrucción total de las armas de eliminación masiva, así como a la verificación de sus programas militares por tiempo indefinido.

Bagdad no siempre ha cooperado con los inspectores internacionales, pero en los últimos tiempos ha ofrecido grandes gestos, sobre todo en el terreno de la destrucción de armas químicas y balísticas.

Sin embargo, el titular de la comisión especial, **Rolf Ekeus**, señaló esta semana que aún quedan muchas dudas sobre los programas de armas biológicas llevados a cabo por Irak en los últimos años. El funcionario deberá informar el 10 de abril al Consejo de Seguridad sobre este tema, que amenaza con convertirse en un nuevo punto de fricción entre las potencias.

Francia y Rusia

Precisamente **Francia** y **Rusia**, que son los principales interesados en restablecer negocios petroleros con Irak, han venido presionando desde hace tiempo para que se levanten totalmente las sanciones, porque consideran que Bagdad está cumpliendo con los requisitos de la resolución 687.

Estos dos países han presentado una contrapropuesta al proyecto argentino, que establece el levantamiento definitivo del embargo petrolero a Irak una vez que Ekeus certifique que el mecanismo de verificación militar a Irak está en pleno funcionamiento.

Pero, para los Estados Unidos el tema Irak es un asunto de política interna, y cada vez que hay un intento de flexibilización en el Consejo de Seguridad ejerce una gran presión para impedir cualquier gesto hacia Bagdad.

La propuesta argentina será discutida en sesiones informales en el Consejo la próxima semana. Según fuentes diplomáticas, la intención de la Argentina es aliviar el sufrimiento de la población civil.

"Creemos que las sanciones económicas son un instrumento muy útil, porque son medidas alternativas al uso de la fuerza. Sin embargo, hay que tratar de minimizar las consecuencias sobre la población, y esta es la intención del proyecto", señaló un diplomático que reclamó el anonimato.

Marina Aizen

EE.UU. organizará cuerpos de Cascos Blancos para integrar dispositivo de ayuda humanitaria.
150518
2/4/95
501889
66960
65890

Cascos Blancos vienen marchando

714 2/4

Estados Unidos organizará próximamente cuerpos de Cascos Blancos para integrar un dispositivo de asistencia humanitaria de las Naciones Unidas, informó hoy el titular de la Comisión Cascos Blancos del gobierno argentino, Octavio Frigerio. La iniciativa de los Cascos Blancos –destinados a la lucha contra distintos flagelos sociales– fue propuesta por el presidente Carlos Menem y avalada por la asamblea general de las Naciones Unidas en diciembre pasado. Actualmente se encuentra en fase de implementación.

01-C1

9508541

Nº. DOCUMENTO

TITULO Cancillería envía informe a comité de sanciones del embargo a Croacia s/ arm.

PROCEDENCIA 150824

FECHA DE PROCEDEN. 11/4/95

VINCULACIONES 501009
501685
66960
507685
65658

Marcha un informe para la ONU

Clarín 11/4

En los próximos dos días la Cancillería enviará al comité de sanciones del embargo contra Croacia de las Naciones Unidas un informe con todos los datos reunidos sobre la "triangulación" de armas argentinas a esa país en guerra con Serbia. Si bien el Gobierno tiene 30 días para responder, se buscará hacerlo lo más pronto posible para evitar que continúe el escándalo que día a día desgasta la imagen argentina en el exterior.

El canciller **Guido Di Tella** confirmó la información adelantada el domingo en exclusiva por **Clarín** en el sentido de que la ONU había pedido que se detuviera al buque "Rijeka Express", que había salido del puerto de Buenos Aires con 36 cañones pesados argentinos que habrían terminado en Croacia. La otra entrega de armas argentinas, de abril del año pasado según la documentación interna de Fabricaciones Militares publicada por este diario, también habría violado el embargo, pero Di Tella no habló de este segundo cargamento.

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

01-01

9508542

Plazo de la UN para enviar pruebas sobre las armas

Reclamo: la Argentina debe aportar los elementos que posee para investigar la denuncia que hizo en la Comisión de Sanciones.

La Comisión de Sanciones de las Naciones Unidas dio plazo a la Argentina hasta el 5 de mayo para que aporte todos los elementos que posee sobre las ventas de armas nacionales al Ecuador y a Croacia.

El Gobierno había denunciado esas operaciones al máximo organismo internacional con el propósito, según se dijo, de conservar la confiabilidad de la comunidad internacional.

Se trata de las armas provenientes de Fabricaciones Militares, que fueron vendidas por su representante oficial, la empresa Hayton Trade, a Venezuela, donde nunca llegaron, porque fue un destino falso, y en cambio habrían ido al Ecuador y a Croacia.

El plazo se refiere, asimismo, a los documentos que pudieran existir respecto de la operación que habría efectuado una empresa belga que tenía como destino final -también falso- a nuestro país.

Los otros países a los que intimó la Comisión de Sanciones de la UN, son Malta y Panamá.

Este último, en 1992, fue adquirente de fusiles FAL a Fabricaciones Militares, y al parecer algunos de éstos en Croacia, según informó ese año a la Cancillería el embajador en Yugoslavia Federico Barttfeld, se estimó que podrían pertener a los vendidos dentro de los carriles normales a Panamá.

Gestiones ecuatorianas

El embajador del Ecuador, Julio Correa, solicitó ayer una audiencia para exponer -según dijo el vicecanciller Fernando Petrella a LA NACION- la opinión de su gobierno sobre el retiro de las fuerzas militares de la zona en conflicto con el Perú.

Trascendió que por la tarde Petrella había hablado por ese mismo tema con su colega peruano.

La consideración del tema se debe a que la Argentina, con los Estados Unidos, Chile y el Brasil, son garantes del tratado de límites.

Cañones en reparación

El jefe del Ejército, general Martín Balza, dijo que hay una partida de cañones de 105 milímetros reparándose en Fabricaciones Militares, pero dijo que "es totalmente falso" que las piezas han sido vendidas al Ecuador y a Croacia.

"El Ejército tiene unos pocos cañones reparándose en Fabricaciones Militares, como con frecuencia los tiene, pero no están en Fabricaciones Militares para ser vendidos", manifestó Balza a Radio Del Plata.

Agregó que "algunos (de los cañones) ya están completos, dos están entregándose (de regreso al Ejército) y otros, creo que cuatro o seis, están en reparación avanzada".

El militar dijo estar perplejo por la información sobre el tema y reiteró que no puede descartar que haya armas argentinas en el Ecuador y en Croacia, además de recalcar que el Ejército "no puede y no vende armas, y de hecho nunca lo hizo".

Pedido de Polino

El diputado de la Unidad Socialista, Héctor Polino, presentó un pedido de informe para que el Poder Ejecutivo aclare si la Dirección de Fabricaciones Militares suscribió dos convenios con el Ejército para proveerle material bélico nuevo o en buen estado a cambio de cañones, fusiles, ametralladores y municiones viejas.

El legislador desea también que el Poder Ejecutivo responda si en algún momento Monzer Al Kazar actuó como intermediario o en representación de Fabricaciones Militares.

01-01

9508543

CON PRO-HUERTA Y LOS CASCOS BLANCOS...

Clarín 29/4

Las Naciones Unidas llegan al surco salteño

El programa **Pro-huerta del INTA** se suma a las tareas de asistencia alimentaria que llevan adelante en el país de los **Cascos Blancos de Naciones Unidas**. El trabajo conjunto lo harán en el departamento **Rivadavia**, Banda Norte en Salta, y permitirá auxiliar a poblaciones donde se verifica un **alto índice de pobreza** además de un notorio déficit nutricional y graves deficiencias en la propia generación de alimentos básicos para el sustento de los grupos familiares.

Los técnicos del INTA (cerca de 20) darán apoyo a los 40 voluntarios de los Cascos Blancos en la recuperación de los sistemas productivos de hortalizas, frutas y aves de corral. También en la conservación de alimentos frescos y construcción de herramientas. Para Daniel Díaz, coordinador nacional del programa Pro-Huerta, se trata de poblaciones muy castigadas y marginales con índices de pobreza que superan largamente el 80 por ciento y, que no por casualidad han sido la vía de ingreso del virus del cólera en la última gran epidemia que padeció la Argentina.

Esta experiencia, que es comandada por la Comisión de Lucha contra el Hambre y la Pobreza de la Presidencia de la Nación, hará hincapié en poblados que se encuentran en las cercanías de la frontera con Bolivia y Paraguay que tiene fuerte composición aborigen. En este caso de la etnia Wichi.

Honduras: Boutros Ghali llama a fortalecer el sistema judicial

LH 2/4



Secretario General de las Naciones Unidas, Boutros Ghali llamó al Parlamento hondureño a fortalecer la integridad de las instituciones estatales.

El Secretario General de las Naciones Unidas (ONU), Boutros Ghali, instó al Parlamento hondureño a buscar un sistema judicial independiente y a fortalecer la integridad de instituciones en esta nación centroamericana.

TEGUCIGALPA/DPA

Ghali se encuentra en Honduras donde se realiza una visita oficial de dos días.

Durante su mensaje pronunciado ante el pleno de la Cámara Legislativa, el más alto funcionario de la ONU llamó a las autoridades hondureñas a preservar la paz mediante un apoyo a la democracia en sus distintas etapas.

Asimismo, dijo que la ONU "ofrece una ayuda invalorable en la construcción de la democracia entre los Estados", mediante el fortalecimiento de la sociedad civil y la cooperación a los procesos electorales en sus distintas facetas.

Señaló que en los procesos de desarrollo, paz y consolidación democrática, las naciones deben apoyar a las organizaciones no gubernamentales de desarrollo y deben alentar la participación de las mismas en el diálogo internacional.

A su vez, Ghali destacó la importancia de reconocer y proteger los medios de prensa líderes ya que según dijo, a través de ellos "la corrupción y la injusticia tienen menos probabilidades de subsistir".

EL Secretario General de la ONU reconoció la participación de Honduras dentro de las Naciones Unidas desde su fundación, hace 50 años. Destacó la importancia de la presencia de países como Honduras en el contexto del Consejo de Seguridad de la ONU, organismo del que este país forma parte desde inicios de este año.

Honduras participa actualmente con un contingente de 120 soldados que vigilan el proceso de pacificación en Haití.

El funcionario inició el viernes una visita a Tegucigalpa de donde partió en la tarde del viernes, luego de brindar una conferencia de prensa.

Ghali es el primer Secretario General de la ONU que visita Honduras y su presencia ha despertado el interés de sectores políticos y gubernamentales de esta nación.

Francia llama a reunión urgente de Naciones Unidas

• *Lo hace a consecuencia de la crisis en Bosnia*

El gobierno francés pidió una reunión urgente del Consejo de Seguridad de la ONU "para definir las medidas indispensables para el respeto del mandato que la ONU otorgó a los cascos azules".

PARIS / ANSA

La decisión se tomó durante una reunión del gabinete francés que se dedicó a la delicada cuestión de los asesinatos de dos soldados del contingente francés en Bosnia, ocurridos la semana pasada.

Además de la reunión del Consejo de Seguridad, París pide una reunión "rápida del grupo de contacto a nivel ministerial", precisó la presidencia del gobierno francés.

París auspicia que también los serbios, croatas y musulmanes bosnios puedan reunirse "bajo los auspicios de la conferencia de Londres" para reanudar la negociación.

El premier francés, Edouard Balladur, confirmó también que se decidieron, de acuerdo con el comando de la Unprofor en Sarajevo, "medidas para reforzar la seguridad de los cascos azules".

En cuanto al mantenimiento de los 4.500 cascos azules franceses que se encuentran en la ex Yugoslavia, el premier francés afirmó que el problema de la retirada de las tropas de su país de Bosnia "está sobre la mesa".

Francia decidida

Balladur añadió que él mismo lo había planteado anoche después de haber reiterado que "Francia está decidida a poner en práctica todo lo necesario para que la acción de sus soldados al servicio de la ONU pueda desarrollarse en el respeto de las reglas de seguridad".

En ese sentido, el gobierno francés "exige el respeto y la prórroga del alto el fuego por parte de los contendientes, así como la reanudación de la negociación, la libertad de acción y de circulación y el reforzamiento de la seguridad de la Unprofor", precisó Balladur.

El canciller Alain Juppe' se prepara, en tanto, a viajar a Nueva York donde se reunirá con el secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, y participará en una conferencia de la ONU sobre la limitación de las armas nucleares a la que asistirán varios países.

El ministro de exteriores alemán, Klaus Kinkel, pidió ayer a Francia desde Bonn que no se retirara de Bosnia a pesar de la muerte de los dos soldados.

Opción de retirada

"Espero que el gobierno francés no opte por la retirada", dijo Kinkel, y propuso además una reunión del Grupo de contacto sobre Bosnia al que pertenecen Francia, Alemania, Gran Bretaña, Estados Unidos y Rusia.



Bouthros Ghali

En la ex Yugoslavia, en tanto, cerca de 20 vehículos están bloqueados en Lipovac, en la frontera entre Serbia y Eslavonia oriental, la región croata que está bajo el control de los serbios de Krajina, anunció el vocero de la Unprofor, Christopher Gunnes.

El portavoz precisó que en el convoy hay tres observadores internacionales desarmados que vigilan que no se produzcan violaciones del embargo.

Según el vocero, son los serbios que crean dificultades para que los observadores no vean pasar a los camiones cargados de combustible.

Tiempos violentos: Boutros Ghali llega a una Guatemala tensionada por las actividades de la CIA

■ El líder de Naciones Unidas supervisará las tratativas de pacificación entre Gobierno y guerrilla, luego de 34 años de guerra civil ■ Organizaciones de derechos humanos registran casi 150 000 muertos a manos de los escuadrones especiales como «los kaibiles»

El secretario general de Naciones Unidas, el egipcio Boutros Boutros Ghali, visita Guatemala, un país centroamericano que se encamina hacia la pacificación tras 34 años de una guerra civil que ha causado más de150.000 muertos, según datos extraoficiales brindados por organizaciones defensoras de los derechos humanos. La mayoría de las denuncias sobre el genocidio recae en los escuadrones especiales del Ejército - tal es el aso de «los kaibiles»- los que habrían masacrado poblaciones civiles completas.

Ghali llegó el domingo, a la capital guatemalteca procedente de El Salvador, después de visitar Haití y Honduras, donde la ONU tiene misiones de paz para fortalecer las democracias de esos países.

«Mi visita (a Guatemala) tiene el propósito de promover y discutir asuntos relacionados con la reconciliación y la paz», dijo el Secretario General en una nota que leyó a los periodistas en el aeropuerto de la Fuerza Aérea.

El representante de la ONU en Guatemala, Bruno Guandalini, explicó que la visita de Ghali representa un respaldo de ese organismo al proceso de paz de este país, el único de Centroamérica donde persiste un conflicto armado. De todas formas, diversos observadores entienden que la realidad guatemalteca comporta una complejidad que incluso superaría los intentos de Ghali.

«Ghali -dijo- está muy interesado en el proceso, y espera que se respete el calendario».

Agregó que el Secretario General también viene a comprobar cómo funciona la Misión de Observadores de Naciones Unidas para Guatemala (MINUGUA).

Ghali se entrevistó el domingo en privado con el presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, quien le ofreció una cena, y también se reunió con los embajadores de España, Estados Unidos, Colombia, Venezuela, México y Noruega, miembros del «Grupo de Amigos» del proceso de paz guatemalteco.

El Secretario General de la ONU se reunió ayer lunes, con Rigoberta Menchú, activista indígena guatemalteca Premio Nobel de la Paz, así como con miembros de la MINUGUA y de la Asamblea de la Sociedad Civil (ASC).

La MINUGUA, que preside el argentino Leonardo Franco, verifica desde setiembre pasado con unos 300 funcionarios, entre civiles y militares, el cumplimiento del acuerdo sobre derechos humanos que firmaron el Gobierno y la guerrilla en marzo de 1994 en México.

De León Carpio dijo que la visita de Ghali representa un respaldo al proceso de paz que celebra su Gobierno con la guerrilla izquierdista de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG).

Naciones Unidas modera este diálogo con el francés Jean Arnault, y hasta ahora ha logrado avances muy significativos en la búsqueda de una solución política al conflicto bélico en este país.

La visita de Ghali a Guatemala se efectúa dos días después de que la URNG y la gubernamental Comisión de Paz (COPAZ) alcanzarán en México un acuerdo histórico sobre la identidad y derechos de los pueblos indígenas, que suponen el 60 por ciento de los 10,5 millones de habitantes de este país.

Este acuerdo ha sido elogiado por De León, la Iglesia Católica y los embajadores del «Grupo de Amigos» del proceso de paz.

Pero los representantes de los mayas tienen sus reservas respecto a este tratado, que reconoce sus derechos y menciona los niveles de explotación e injusticia a los que han sido sometidos los indígenas.

A pesar del fortalecimiento de la institucionalidad tras el intento de golpe de Estado del 25 de mayo de 1993 por parte de Jorge Serrano, asilado en Panamá, Ghali encuentra un país con diversos problemas políticos, entre ellos un clima de violencia que ha causado la muerte de unas 300 personas durante este año.



Boutros Boutros Ghali, Secretario General de las Naciones Unidas

Además, está el escándalo de la implicación de militares guatemaltecos con la Agencia Central de Información (CIA), de Estados Unidos, a los que se acusa del asesinato de un norteamericano y un jefe guerrillero. Se trata del ciudadano estadounidense DeVine y del «camarada Everardo», líder de la guerrilla del país quien estaba casado con una norteamericana. El militar implicado es el coronel Alpírez, quien intenta negar su participación en los crímenes.

A ello se suman movimientos desestabilizadores desde el interior de filas castrenses y rumores sobre un intento de golpe de Estado para derrocar a Ramiro de León, que el presidente ha negado rotundamente, a pesar de que incluso han sido registrados por sectores importantes de la prensa guatemalteca.

ENTREVISTA AL ARGENTINO LEONARDO FRANCO, OBSERVADOR DE LA ONU

Clarín 13/4

Guatemala: crítica situación

Guatemala regresó últimamente y de la peor manera al interés periodístico internacional. El pequeño país centroamericano se encuentra al borde de **"un estallido social"** y configura una amenaza potencial para la seguridad de toda la región, advirtió **Leonardo Franco**, un argentino que encabeza la Misión de las Naciones Unidas para la verificación de los Derechos Humanos en Guatemala.

Franco, un abogado de 58 años, recibió ayer a **Clarín** en las oficinas de las Naciones Unidas en esta capital, en momentos en que el espinoso tema de las violaciones a los derechos humanos en Guatemala logró revolver el avispero en el Congreso norteamericano.

–¿Cuál es la realidad de Guatemala?

–Es una nación con contrastes sociales terribles, un ejército muy poderoso y un Estado muy débil. Es un país que puede prestarse a un estallido social como hemos visto en las naciones africanas o en las repúblicas de la ex Unión Soviética. La situación de Guatemala es extremadamente delicada.

–¿Por qué han tenido tanta trascendencia los asesinatos de Michael De Vine y Efraín Bamaca?

–En Guatemala han habido decenas de miles de muertos, aproximadamente unas 150.000 personas perdieron la vida. Pero, a diferencia del resto, estas dos muertes involucran a norteamericanos. De Vine era ciudadano estadounidense, y Bamaca estaba casado con la abogada norteamericana, Jennifer Harbury, quien siendo activista de los derechos humanos ha montado una campaña muy activa que terminó por llamar la atención de los Estados Unidos.

–¿La supuesta participación de la CIA demuestra que la guerra fría en Guatemala aún está vigente?

–La guerra en Guatemala tomó aspectos bastante particulares que la alejaron de la tradicional guerra fría. El ejército no operó, como sucedió con el de El Salvador, en alianza con el Pentágono. En Nicaragua, el ejército sandinista estuvo ligado, en parte, a la guerra fría. Pero en Guatemala, las fuerzas armadas se mantuvieron fuera de este cuadro por la suspensión de la ayuda norteamericana. Ahora, con los casos De Vine y Bamaca, en cuyas muertes está relacionada la CIA, la teoría de neutralidad por parte del ejército guatemalteco podría perder validez.

–Guatemala con el récord de violaciones a los derechos humanos en el hemisferio, parece vivir en anarquía...

–El país experimenta un clima de violencia como nunca he visto en otra parte de Latinoamérica. La vida no solo es eliminada sino amenazada. Existe una cultura de la amenaza. Lo que es más terrible es que estos crímenes permanecen sin ser resueltos. En los primeros tres meses de iniciada la misión, el 21 de noviembre, hemos recibido 1.000 denuncias sobre violaciones a los derechos humanos.

–Existe vinculación entre los autores de esos crímenes y los organismos del Estado?

–No se puede tener un índice tan alto de delitos sin que exista algún tipo de vinculación. Otro hecho preocupante es la proliferación de armas. En un país de 10 millones de habitantes, existen 500 mil armas, que se pueden comprar como quien adquiere un compact disk.

–¿Qué sucede con la guerrilla?

–Los grupos subversivos han multiplicado su accionar contra bases militares y, en determinadas oportunidades, contra civiles entre ellos los sabotajes a las torres de electricidad o el incendio de fincas con desarrollo agro-industrial. Afortunadamente, en el transcurso de las conversaciones que mantuvimos con la guerrilla, sus líderes suspendieron los ataques contra el suministro eléctrico.

Alejandra Pataro

GUSTAVO GARELLO



El funcionario argentino de la ONU, Leonardo Franco, advirtió que Guatemala está al borde del estallido social.

Indígenas mayas conocen tratado signado el 31 de marzo

Naciones Unidas explica acuerdos de pacificación alcanzados entre guerrilla y Gobierno guatemalteco

El moderador de la ONU en las conversaciones de paz de Guatemala, el francés Jean Arnault, y el jefe de Asuntos Políticos de las Naciones Unidas, Gilberto Schlittler, llegaron al país para explicar el acuerdo sobre los pueblos indígenas suscrito por el Gobierno y la guerrilla.

Así lo informó la Misión de Observadores de Naciones Unidas para Guatemala (MINUGUA), que coordina las reuniones de los funcionarios con los representantes de las diversas organizaciones.

Arnault, que llegó discretamente el viernes a Guatemala, se reunió con representantes de los pueblos mayas para explicarles el alcance de un acuerdo sobre sus derechos firmado el 31 de marzo último entre el Gobierno y la guerrilla.

La reunión con la Coordinadora de Organizaciones del Pueblo Maya de Guatemala (COPMAGUA) se celebró en la sede de la MINUGUA, que verifica desde noviembre el cumplimiento de los derechos humanos en el país centroamericano.

La visita de Arnault y Schlittler da seguimiento al Acuerdo Marco firmado el 10 de enero de 1994 entre el Gobierno y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG).

El moderador del proceso de paz presentó ayer sábado a la Asamblea de la Sociedad Civil (ASC), integrada por diversos sectores, con excepción de los empresarios, el acuerdo sobre la identidad y derechos de los pueblos indígenas, añadió la MINUGUA.

La Misión explicó que la ONU se ha comprometido a realizar esfuerzos para que los acuerdos que alcancen las partes en la mesa de negociaciones de paz sean conocidos por todos los guatemaltecos.

Schlittler, por su parte, ha evaluado el trabajo que realiza en Guatemala la MINUGUA, que preside el argentino Leonardo Franco, con quien trató acerca de los recursos que podría necesitar la misión para la verificación de los derechos humanos.

Arnault dijo que la ONU espera que los acuerdos que firmen el Gobierno y la URNG puedan contribuir a la pacificación de Guatemala, el único país de Centroamérica en donde persiste la guerra civil, que ha dejado más de 150.000 muertos desde hace 34 años.

Nueva era de la intervención en Haití

Clinton cedió ayer a 7 mil efectivos de las Naciones Unidas el control de las fuerzas de intervención en Haití, hasta ahora a cargo de militares de los Estados Unidos

El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, traspasó ayer a las Naciones Unidas el control de las fuerzas de intervención militar en Haití, que suman ahora unas 7.000 personas.

Clinton sostuvo que la ceremonia de la tarde de ayer en Puerto Príncipe significó "el triunfo de la libertad sobre el miedo".

El presidente estadounidense recordó que la Misión de Naciones Unidas para Haití (Minuha) permanecerá en el país caribeño, el más pobre de América, hasta febrero de 1996, cuando debe asumir su puesto el próximo presidente de esta nación.

Clinton, en la ceremonia de traspaso de mando, estuvo acompañado por el secretario general de la ONU, Boutros Ghali, y el presidente de Haití, Jean Bertrand Aristide.

"Estados Unidos y las Naciones Unidas garantizarán que las elecciones legislativas de junio y las presidenciales de diciembre en Haití sean libres y seguras", dijo el presidente Clinton.

El presidente haitiano, Aristide, convocó elecciones legislativas, municipales y locales para el 4 de junio.

Clinton aseguró que Estados Unidos apoyará la reconstrucción de Haití

Aunque esos comicios debieron celebrarse en diciembre, Aristide no pudo regresar al país (exiliado desde 1991) hasta el 15 de junio de 1994, y no hubo tiempo para organizar el proceso en la fecha prevista.

"Cuando las elecciones son libres y seguras sabemos que ustedes participan", afirmó Clinton en un mensaje ante el Palacio Nacional durante la ceremonia de traspaso de mando.

Ante cientos de haitianos que escucharon su mensaje, con relativa pasividad, Clinton pidió paciencia ante el proceso de reconstrucción política y económica que encabeza el presidente Aristide. "El progreso económico requiere paciencia", indicó Clinton, quien tenía a su lado derecho a Aristide, ambos protegidos por un escudo de cristal blindado.

Posteriormente, Clinton estrechó manos y se confundió en saludos con el pueblo haitiano, reunido frente al Palacio Nacional.

Clinton aseguró que su país apoyará la reconstrucción de Haití, proceso que se iniciará con la reparación de 1.100 kilómetros de carreteras y la plantación de miles de árboles, en una de las naciones más deforestadas del mundo. *(En base a EFE y Reuter)*



- **INTERVENCIÓN.** El Ejército de Estados Unidos intervino en Haití negociando la salida del dictador Raoul Cedras y el retorno del exiliado presidente Jean Bertrand Aristide.
- **MILITARES.** La presencia de los Marines sirvió para velar por la seguridad haitiana mientras se desmantelaba el aparato represor militar y policial haitiano.
- **TRASPASO.** Siete mil efectivos de un batallón multinacional de Naciones Unidas componen a partir de ayer la fuerzas de intervención.
- **ELECCIONES.** Las próximas elecciones generales en Haití se llevarán a cabo el 4 de junio de 1995. Se realizarán bajo una fuerte supervisión de observadores internacionales.
- **APOYO.** Estados Unidos se compromete a llevar adelante en Haití un plan de reconstrucción económica con fuerte carga para el desarrollo social.
- **PRIVATIZACIONES.** El gobierno de Aristide se abocará a un proceso de privatizaciones y además tiene como uno de sus objetivos fundamentales la reducción del tamaño del Estado.
- **GARANTÍA.** Estados Unidos y la ONU garantizarán que las elecciones legislativas de junio y las presidenciales de diciembre sean libres y seguras, según afirmó Bill Clinton.

Preocupa a la UN la pobreza en Haití

Boutros Ghali: el secretario general del organismo internacional afirmó que el sector privado no hará inversiones mientras no se restaure el orden en el país caribeño.

PUERTO PRINCIPE, 1º (Reuter).– El secretario general de la UN, Boutros Ghali, preocupado por la pobreza de Haití, aseguró que el sector privado retendrá las inversiones que el país necesita hasta que se restaure el orden y se celebren elecciones legislativas.

En declaraciones realizadas a los periodistas que lo acompañaban en el avión en el que salió del país, el secretario general expresó que comunicó al presidente Jean Bertrand Aristide que los observadores de paz de la UN no pueden ser responsables de la seguridad.

La inseguridad ciudadana se ha incrementado junto con los asesinatos políticos y Aristide desea que los soldados extranjeros desarmen a las bandas armadas mientras se entrena a la nueva fuerza policial.

"Fui muy claro para evitar cualquier malentendido y dije que la UN no puede y no tiene el mandato para hacer la operación de nadie", declaró Boutros Ghali. "Estamos dispuestos a ayudar pero ésta será su propia responsabilidad", agregó.

Vigilar la paz

La UN asumió la responsabilidad de vigilar la paz de manos de los Estados Unidos en una ceremonia de gala ayer y cuenta con una fuerza de tan sólo 6000 soldados y 900 policías civiles.

Están previstas elecciones locales y nacionales para mediados de junio y Boutros Ghali afirmó que deben celebrarse sin demora. El mandato presidencial de Aristide finaliza este año.

De no ser así, Aristide "no recibirá el apoyo del sector privado, que no está dispuesto a invertir en Haití antes de conocer los resultados de las elecciones".

Haití obtendrá probablemente ayuda bilateral gubernamental y de algunas organizaciones como el Programa de Desarrollo y de Alimentos de la UN.

"Pero no obtendrán la ayuda del sector privado, que es muy importante", expresó Boutros Ghali, quien se reunió también con Bill Clinton.

"Pese a lo que dice la prensa, la cooperación entre la UN y los Estados Unidos es excelente", agregó.

01-01

9508551

■ CERCA DE 8 MIL PERSONAS MURIERON EL SABADO

Ghali pide fin de la masacre en Ruanda

Disparos sobre los refugiados hutus y golpes de machete marcaron el sábado el incidente más grave entre tutsis y hutus en el último año

El secretario general de la ONU, Butros Ghali, condenó ayer "en los más fuertes términos la matanza de miles de civiles en Ruanda" y pidió "el cese inmediato de estas atrocidades".

Cerca de 8.000 personas murieron y otras 650 resultaron heridas el sábado en Kibeho, en el sureste de Ruanda, cuando el Ejército disparó indiscriminadamente contra los desplazados de la tribu mayoritaria hutu que intentaron escapar, informaron fuentes de la ONU.

Al parecer, las milicias gubernamentales (mayoritariamente tutsis) provocaron a los refugiados formando un círculo sobre el campo de Kibeho buscando de esa manera sembrar el pánico entre éstos.

En la tarde del sábado comenzaron los disparos sobre la multitud, la carga de bayonetas contra refugiados arrinconados en el campo y la muerte de numerosas mujeres y niños a causa de la estampida humana de quienes intentaban refugiarse en las colinas esquivando los disparos.



Ruanda: soluciones cada vez más lejanas AFP

Según Mark McKay, del Centro de Operaciones Integradas (COI) que coordina la ayuda de la ONU, se enviaron excavadoras a la zona para hacer fosas comunes, y dijo que el Frente Patriótico Ruandés (FPR) integrado por tutsis y actualmente en el gobierno, ya autorizó la presencia de organizaciones humanitarias en Kibeho.

La matanza de Kibeho supone el incidente más grave ocurrido desde la llegada del FPR al poder en julio pasado, después de derrotar al ex Ejército y a los milicianos extremistas hutus.

Unos 30.000 ex militares y centenares de milicianos extremistas hutus, a quienes se responsabiliza de la muerte de un millón de personas en el genocidio, en el que las víctimas fueron principalmente tutsis, se refugiaron en Burundi, Tanzania y Zaire, y otros en Africa Central y Occidental.

Sin embargo, el FPR cree que algunos de los extremistas, a los que se responsabiliza de la mayor parte de los asesinatos de los tutsis, se esconden en el sureste del país y se benefician de la complicidad de los habitantes.

(En base a Reuter y The Washington Post)

Otra vez el horror: Consejo de Seguridad de la ONU debate nueva masacre en Ruanda

A diferencia de las anteriores matanzas, esta vez fueron soldados tutsi del Ejército Patriótico Ruandés (EPR) los que sembraron el terror y dieron muerte a más de 5.000 hutu

Bajo la sombra de la matanza de miles de civiles en Ruanda durante el pasado fin de semana, el Consejo de Seguridad de la ONU discutió ayer lunes, la situación en los campamentos de desplazados en ese país africano.

Pero no está claro qué puede hacer el Consejo, dado que la presencia de más de 5.000 cascos azules de la ONU (UNAMIR) en Ruanda no pudo impedir la masacre.

Además, cuando hace unos meses la ONU pidió efectivos para instaurar y mantener la seguridad en los campamentos de refugiados ruandeses en Zaire, tan sólo uno de los 60 Gobiernos consultados respondió positivamente, con lo cual el plan se fue al traste.

Las consultas del Consejo, a puerta cerrada, estaban ya convocadas antes de la masacre en Kibeho, al parecer la peor matanza ocurrida en Ruanda desde la muerte de más de medio millón de personas, casi todas pertenecientes a la minoría tutsi, a manos de la mayoría hutu el año pasado durante la guerra civil.

Esta vez las víctimas han sido hutus, que murieron bajo las balas, morteros o bayonetas de los soldados del Ejército Patriótico Ruandés (EPR), controlado por los tutsi, o aplastados en la estampida de la muchedumbre por huir del ataque.

No hay cifras definitivas sobre la matanza ocurrida el sábado en el campamento de Kibeho, donde había unos 80.000 desplazados hutu hacinados en condiciones muy precarias.

El ejército ruandés tenía acordonado el campamento para cerrarlo y expulsar a la gente, alegando que entre los desplazados se escondían soldados del antiguo régimen.

Los primeros informes del personal de la ONU y organismos humanitarios en Ruanda hablaban de más de 6.000 muertos.



Pero el domingo a última hora, la misión de la ONU en Kigali revisó el total de muertos en «aproximadamente» 2.000, tras hacer un recuento «científico».

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, quien está en Indonesia para participar en la conferencia de los No Alineados, expresó en un comunicado su «horror» por la matanza «indiscriminada de miles de civiles desarmados, incluidos mujeres y niños».

Tras condenarla «en los más fuertes términos» y pedir el cese inmediato de las «atrocidades», anunció el envío de un representante suyo a Kigali esta semana con un «mensaje personal» para el Gobierno ruandés.

El Gobierno de Kigali está controlado por la minoría tutsi desde que en julio pasado el Frente Patriótico Ruandés, de esta etnia, derrotó al ejército del antiguo Gobierno hutu.

El presidente de Ruanda, Pasteur Bizimungu, sostuvo ayer que sólo murieron 300 personas en Kibeho, y que «la gente en el campamento tenía armas y era violenta».

El primer ministro ruandés, Faustin Twagiramungu, defendió la actuación del ejército como una «respuesta legítima», porque unos pistoleros hutu fueron los que abrieron fuego.

Según funcionarios de la ONU, los soldados dispararon directamente contra la muchedumbre -con fusiles automáticos y hasta morteros-, y mucha gente murió aplastada en la huída masiva para escapar del ataque.

A principios de la semana pasada, el ejército avanzó contra nueve campamentos de desplazados en el suroeste del país para cerrarlos y forzar a los 250.000 hutus que viven allí a volver a sus casas.

Kigali sostiene que extremistas hutu usan los campamentos como bases de acciones contra el Gobierno.

01-01

9508553

Nº. DOCUMENTO

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCESEN. [illegible] 4/95

VINCULACIONES 501889

507511

■ Visita



SAN SALVADOR, (AP) — El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, llegará hoy en visita de dos días para entrevistarse con el gobierno y ex guerrilleros.

La oficina de prensa de la Misión de Observadores de las Naciones Unidas confirmó que durante su estancia se reunirá con el presidente Armando Calderón Sol y con la dirigencia del Frente Farabundo Martí, firmantes de un acuerdo de paz que en enero de 1992 puso fin a 12 años de guerra civil.

ENTRADO ✓

CRUZ [illegible] ✓

01-01

9508554

Van a Angola, 49 Oficiales y [illegible]51 Soldados; Hay 20 millones de Minas Enterradas

MILITARES URUGUAYOS EN RIESGOSA MISION EN PAIS AFRICANO CASTIGADO POR GUERRAS

Por Albertina Vilar del Valle

Está todo dispuesto para que el grupo avanzado del Batallón Uruguay III parta a mediados de abril para Angola en misión de paz, requerido por Naciones Unidas. EL PAIS conversó con el Tte. Cnel. Arquímedes Cabrera, de gran trayectoria y con experiencia en misiones anteriores, comandante de URUBATT III, quien nos encaminó en el conocimiento de la misión que se desarrollará en Angola, su importancia y dificultades, el apresto del personal así como el material con el que se contará para el cumplimiento de la misma.

—¿Por qué Naciones Unidas recurre a las misiones de paz?

—Las operaciones de mantenimiento de la paz se vienen desarrollando con una dinámica producto de un nuevo reordenamiento mundial. Después que cayó el muro de Berlín, se disolvió la Unión Soviética; surgieron un sinnúmero de conflictos, reprimidos por el control de los bloques capitalista y comunista. Es así que en el mundo hay cientos de áreas de conflicto y de tensión por problemas raciales, económicos, religiosos y étnicos, que de alguna manera la comunidad internacional tiene que tratar de bajarles su perfil para que no escalen. Naciones Unidas, cuyo rol fundamental según la Carta, es preservar la paz y la seguridad internacional, dispone de este medio. Estas operaciones durante el período de la Guerra Fría [illegible] importancia por el problema de la puja de intereses estratégicos. Las resoluciones del Consejo de Seguridad sobre participación de fuerzas de paz, en cualquier parte del mundo, eran normalmente vetadas, por algún miembro del Consejo Permanente, especialmente por Unión Soviética. Con su desaparición, Estados Unidos no quiere ser la policía del mundo porque no está dentro de sus intereses ni tampoco en capacidad de desempeñar ese rol.

A partir de 1992 las Naciones Unidas son llamadas a cumplir efectivamente con su misión fundamental, produciéndose una significativa expansión de las operaciones de paz por todo el mundo.

—¿Cuál es la composición de una Fuerza de paz?

—Las operaciones de paz tienen un componente importante de funcionarios civiles, asesores legales, administrativos, administradores, funcionarios electorales, de protocolo, de relaciones públicas, de policía civil, etc. Uruguay siempre fue invitado a participar con componente civil, no es patrimonio exclusivo de las Fuerzas Armadas. Ya se ha hecho, en Camboya, fueron cuatro funcionarios de la cancillería, como observadores electorales. Se consulta a los países con qué están dispuestos a cooperar ejemplificando con 140 tipos de organizaciones civiles y militares, aduana, operadores de correos, relaciones públicas y también policial, militar, aérea, naval. El Ministerio de Relaciones Exteriores, coordinador de operaciones de paz, no ha recibido respuesta más que del Ejército. Voluntad y entusiasmo por ir existe, pero no hay una difusión adecuada.

■ ROL DE URUGUAY

—¿En qué operaciones de paz participó y qué rol ha cumplido?

—Cuando se presentó el libro "El Ejército Uruguayo en Misiones de Paz", el Dr. Lacalle, siendo presidente de la República dijo "los ejércitos en el pasado tuvieron que enfrentar los desafíos de la guerra convencional como las dos grandes guerras mundiales; después han evolucionado y las amenazas han sido las guerras de baja intensidad o los conflictos de guerras de guerrillas, entonces hubo que readaptar la organización y el entrenamiento de los ejércitos para ese tipo de conflictos y por último el nuevo desafío de los ejércitos en el mundo es participar en operaciones internacionales para salvaguardar la paz mundial". Este nuevo rol ha adquirido desde hace cuatro o cinco años, una dinámica propia en la cual Uruguay asumió un protagonismo importante. Si bien, desde el año 48, en la operación en Cachemira, en la frontera entre India y Pakistán, estamos participando como observadores militares, el 92 fue el momento de mayor expansión constituyéndonos en el país de Sudamérica que aportó más contingentes y el cuarto en el mundo.

Actualmente, en proporción a su población es uno de los países que tiene mayor cantidad. La primera gran operación de paz en la que participó Uruguay fue con el Batallón Uruguay I en Camboya. Esta unidad desplegó en junio de 1992, con apenas 40 días de apresto, con 800 toneladas de equipos, más de 80 vehículos y 850 hombres. Fue la operación de transporte aéreo más grande de Sudamérica hasta la fecha. Permaneció en el área hasta el 1993 y su actuación despertó la admiración de otros países. Naciones Unidas vio en Uruguay una fuente de apoyo y aporte sumamente importante, porque Uruguay tiene la gran ventaja de ser un país que está generalmente alejado de las zonas de conflicto, y presenta una neutralidad muy creíble para las facciones o los países en disputa. Ademáa el origen de nuestro personal, europeo, en el trato y relacionamiento, tiene un mejor acceso que aquéllos de origen africano o asiático. Pero además su idiosincrasia criolla lo individualiza y eso con el aditamento del entrenamiento y la preparación técnica.

El uruguayo es aceptado por el diálogo, la capacidad de comprensión hacia la gente que no es de su misma forma de vida. Va a cumplir una misión y lo logra, demostrando con aprecio, diálogo, compasión y firmeza su voluntad de alcanzar los objetivos de pacificación marcadas en el mandato de Naciones Unidas y aceptados por los beligerantes. Han pretendido intimidarlo pero ha permanecido firme.

Después de esta misión, que fue la más grande que ha montado Naciones Unidas, en la que participaron 16.000 hombres. Uruguay es invitado a participar en la República de Mozambique, con una misión militar más concreta: asegurar el libre uso de una de las principales rutas nacionales. El Batallón Uruguay II que culminó hace unos tres meses, se hicieron elecciones en Mozambique igual que en Camboya y el desempeño de nuestra representación siguió su tradición.

—¿En qué consiste la problemática de Angola y porqué ONU consideró necesario enviar operaciones de paz con contingentes armados?

—Angola, sumido en la guerra desde hace más de 20 años, primero fue colonia portuguesa, luego estuvieron los soviéticos, Sudáfrica a través de Namibia invade, Fidel Castro apoya al gobierno de Angola y le manda 10.000 hombres, una brigada internacional (entrega un soldado por U$S 600 por mes y un asesor militar por 1.100), retrocede Sudáfrica y una guerrilla, UNITA, apoyada por Sudáfrica y EE.UU. continúa con una guerra civil que va desgastando al país y lo va dejando sin infraestructura, sin capacidad sanitaria, sin comunicaciones, sin posibilidades económicas. Por el tratado de Lusaka, los países observadores que median en el conflicto deciden la participación de una fuerza de paz que en principio fue de observadores, militares profesionales de rango capitán o mayor que van a cumplir un rol diferente al de la fuerza, van desarmados, tienen inmunidad diplomática, con la función de observar e informar al Secretario General de ONU, el cumplimiento de los tratados, de los actos del cese el fuego, de la repatriación, o de los Derechos Humanos. Se integra UNAVEM I, Misión de Verificación de Naciones Unidas en Angola. En el 92 con UNAVEM II, se llega a elecciones pero la facción UNITA, declara que las elecciones no fueron limpias prosiguiendo la guerra. Fracasan todos los esfuerzos de pacificación. El 8 de febrero de 1995 se firma finalmente el protocolo de ONU para integrar UNAVEM III compuesta esta vez por batallones, es decir, con contingentes orgánicos, armados con equipo individual y con capacidad de defensa y protección importante.

MULTIPLES ACTIVIDADES

—¿Cuál es el contenido de la misión?

—Consiste en la verificación del cese del fuego, patrullaje, protección de las instalaciones, a organizaciones no gubernamentales y al personal civil de Naciones Unidas (policía civil, electoral y administrativa) y acantonamiento de tropas, es decir, reunirlas, desarmarlas, conducirlas a un área predeterminada y mantenerlas bajo protección hasta que, una vez reunidas todas en diferentes áreas, el Comandante de la Fuerza decida la desmovilización del contingente. Retiradas las armas bajo custodia de las Fuerzas y desmovilizado el personal, están dadas las condicionantes para concluir en un proceso electoral. En este caso parte de los guerrilleros desmovilizados pasarán a integrar las nuevas Fuerzas Armadas de Angola.

—¿Qué lapso se estima necesario para el cumplimiento de la misión?

—De 12 a 15 meses. Los batallones por el desgaste, sobre todo para el primer contingente, relevan cada 6 meses. El sucesivo comienza su preparación no bien parte éste.

—¿Qué países aportarán contingentes?

—Esta misión va a tener un componente de unos 6.700 hombres pertenecientes a 6 batallones. De Africa, Zimbabwe; de Asia, India y Pakistán; de Europa, Rumania; de Sudamérica, Brasil y Uruguay. Uruguay y Pakistán son los países que Naciones Unidas tiene interés desplieguen primero. Sin embargo, nuestro Batallón tendrá el mayor peso inicial de toda la misión ya que a favor de la consolidación de la región central asignada a nuestro país, se procederá al despliegue de los otros en el resto del territorio.

—¿Cómo está organizada la Fuerza de Naciones Unidas?

—La Fuerza está a cargo de un Comandante General y un Estado Mayor, y dirigen la misión comandando desde Luanda, capital de Angola, a los batallones de los distintos países, que tendrán a su cargo el sector que les corresponda de los seis en que está dividido el país.

Naciones Unidas apoyará a todo el componente militar que va a desplegar en el área de operaciones con: 1) Batallón de Ingenieros, que tiene la misión de reconstruir las vías de comunicación terrestre que por efecto de la guerra están destruidas y, eventualmente, hacer levantamiento de campos minados. 2) Batallón Logístico que va a operar, con dos bases, una en Luanda, y otra en Lobito, dos puertos sobre el Atlántico y el tercer componente logístico estará ubicado en Saurimo una vez que esté culminada la carretera que une Luanda-Saurimo de 1200 Km. para poder realizar abastecimientos terrestres. 3) Un hospital central, en Luanda, y 6 hospitales de campaña regionales. 4) Compañía de Comunicaciones que tiene la misión del apoyo triangular: el Comando de la Fuerza, las fuerzas en pugna y los batallones. 5) Grupo de Aviación se ocupará de: a) los abastecimientos de los distintos batallones y su despliegue inicial y b) las evacuaciones médicas aéreas. 6) Unidad Naval 40 hombres y efectivos de prefectura, en Luanda.

Naciones Unidas provee la clase de abastecimientos clase I, alimentos pero exige una autonomía de 30 días de alimentos y 14 de agua. Esta reserva es para que la tropa no quede desabastecida para el caso de alguna eventualidad.

—¿Cómo está constituido el Batallón Uruguay III?

—Por 49 oficiales y 751 integrantes de personal subalterno. Está organizado con un Comando de Batallón, donde funciona el Estado Mayor, bajo la dirección del segundo Jefe, mayor Francisco Benedito, del arma de Infantería, cuya función principal es asistir al Comandante en su gestión. Está integrado por el mayor Fernández, Oficial de Operaciones; el Cap. Lewis, Oficial de Información; el mayor Ifrán, Oficial de Personal, conjuntamente con los capitanes Maciel y Rivero; el mayor Cardozo, Oficial de Logística; Cap. Pintos, Oficial de Enlace con la Fuerza, y el Tte. Beriau, oficial S-3 Operaciones Aéreas. Además suboficiales y clases seleccionadas por su experiencia y capacidad. Una compañía de Fusileros Mecanizadab con blindados livianos, 3 Compañías de Fusileros Motorizadas, una Compañía de Apoyo al Combate que comprende la parte de Comunicaciones. Ingenieros, los apoyos de fuego (morteros y armamento antitanque) y una Compañía Logística, (abastecimiento, mantenimiento, talleres, sanidad) conforman el Batallón.

—¿Cuándo se traslada todo a Angola?

—En la primera quincena de marzo nos trasladamos a Angola a hacer enlace con el Comando de la Fuerza; luego reconocimiento de áreas, para determinar las más apropiadas para desplegar. Se ajustaron los detalles técnicos y logísticos para la operación. A mediados o fines de abril, llegaría el destacaménto avanzado y a mediados de mayo, los gruesos. Tal vez el cumplimiento de los cronogramas se vea retrasado pero ésos son los plazos que se están manejando. No olvidemos que el proceso tuvo un retroceso al no darse las condiciones establecidas en el Protocolo de Lusaka en los plazos previstos. Pero de todos modos nuestro Batallón está pronto y dispuesto a partir.

—¿Cuáles serían las características más resaltables de URUBAT III?

—Se trató de capitalizar la experiencia de los 2 contingentes anteriores. No se incrementaron las ventajas de organización en cuanto a número o volumen, sino en cuanto la capacidad organizativa y en calidad.

Se desarrolló mejor el sistema de comando y control, se tecnificaron más los medios de comunicaciones, no sólo la calidad

✱

02 9508555

El Error es Creer que se Encontrará Sólo Situación de Paz

NEGOCIAR, DISUADIR Y LA FUERZA, RECURSO FINAL

—¿Esta misión implica riesgo?

—Naturalmente estas misiones, como toda operación militar trae implícito el riesgo. Si bien hay un tratado firmado por las Fuerzas Armadas de Angola y UNITA, con la aprobación de la participación de este contingente, es muy común, que en diferentes niveles del mando se interprete de distinta manera el proceso de paz y no todos cooperen. Es más, cuando empieza la desmovilización de las fuerzas, hay grupos que se escinden, que desertan e incluso, como no saben otra cosa que hacer la guerra, a veces se transforman en bandidos.

Podemos encontrar grupos hostiles, gente que quiere sacar partido, más allá de los problemas étnicos o raciales. Existe un riesgo importante sobre todo en áreas donde la proliferación de campos minados hacen difíciles los desplazamientos los que deberán ser acompañados de personal especializado en detección de minas pues es el arma que más se usa.

PREPARADOS PARA LA PAZ Y LA GUERRA

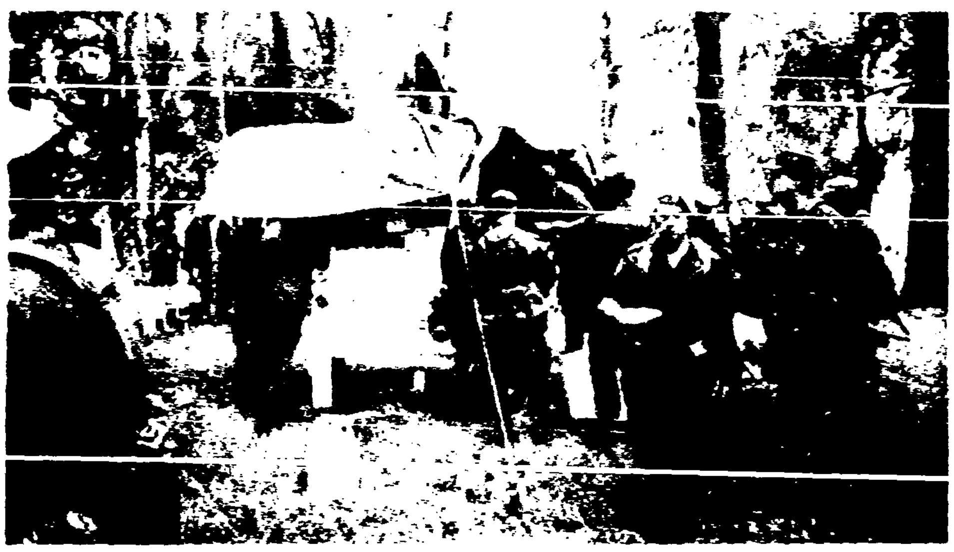
No esperamos encontrar una situación de guerra ni de resistencia contra la Fuerza, pero sí hay que estar preparados para enfrentar eventuales contingencias.

Una de las primeras lecciones aprendidas por los ejércitos es que el peor error de un Comandante en una operación de paz es mandar a sus hombres con expectativas de encontrar sólo situaciones de paz, la capacidad para el combate es fundamental. No llevamos unidades de élite específicamente entrenadas para combatir (comandos especiales, paracaidistas, etc.), sería un error, sino unidades regulares del Ejército que tienen un entrenamiento especial y lo más importante es que el soldado comprenda la misión. Está entrenado para hacer cumplir su consigna mediante el uso de la fuerza pero como último recurso; lo primero es la **negociación, la disuasión, la persuasión** y el uso de las armas restringido exclusivamente a la defensa o protección de otro componente de la Fuerza, a civiles o a las propias instalaciones.

UBICARSE Y COMPRENDER EL MEDIO

La comunicación es fundamental, una de las primeras tareas que se debe realizar es establecer enlace con los líderes locales, es decir, ser reconocidos, aceptados y no es fácil, porque son modalidades diferentes, hay odios y resentimientos de años y cuesta comprender el porqué de tanta problemática. Para llegar a un acuerdo hay que buscar los puntos en común, se debe comprender cuáles son los intereses e interpretarlos.

Una de nuestras mejores virtudes ha sido ésta, no se trata de ir por la fuerza sino de comprender, persuadir, crear confianza y un ambiente de seguridad para las partes.



El famoso y habitualmente poco ponderado "rancho" es distruibído entre los soldados en la carpa de campaña, durante el descanso al llegar el mediodía

Ganan en Capacidad y en Entrenamiento

(Viene de página 18)

del material sino la capacitación del personal. En cuanto a esto nos encontramos con dos variantes de importancia: el material que llegó recién de Alemania (camiones Urales y Tatras, con capacidad de desplazamiento a todo terreno, y vadeo de cursos de agua, Condor RP2 4x4, blindados, anfibios) y dentro de la parte de organización, equipos de comunicaciones con inclusión de personal femenino, que trabajarán en el puesto de comando y tienen la función de operar un centro de comunicaciones con la Fuerza, procesar y distribuir la documentación oficial y además la de intérprete. Se innovó en cuanto a comunicaciones triangulares, es decir que el enlace de radio será con el Comando de la Fuerza y con los comandantes de las dos facciones en pugna en Angola.

El Ejército ha ganado en su capacidad de organizar este tipo de misiones, se ha adelantado en planes, en entrenamiento, en capacitación en cada una de las unidades, cada una supo qué entrenar y los niveles de capacitación a lograr.

—¿Cuáles son los diferentes sectores en qué se ha dividido el territorio de Angola, y cuál se le asignó a Uruguay?

—En UNAVEM III se previó dividir el territorio angolano, de 1.246.700 km², en 6 sectores o regiones: 1) La zona norte, Uige, selvática y de sabana forestada. Incluye Luanda la capital. La zona central con dos regiones: 2) Huambo que es una de las zonas más conflictivas, donde está el actual contacto entre las facciones en pugna y el cuartel general de la oposición, UNITA y 3) Moxico la zona del alto Zambeze, 4) la de Lubango 5) la de Menongue. Las zonas del Sureste son las más peligrosas por sus campos minados. Uruguay actuará en Huambo.

Contacto Humano es Arma Principal de Esta Misión

—¿Nuestro Ejército está realmente preparado para enfrentar este tipo de operaciones?

—Se lo prepara de conformidad con los planes específicos del Ejército pero partimos de la base de que nuestro Ejército es verdaderamente profesional.

En oportunidad de la operación de Camboya, estábamos en una situación un poco comprometida pero no exenta de normalidad. Llegó a Uruguay un cable que creó cierta alarma y en algún programa en que se consultaba al público, este manifestaba desacuerdo porque nuestros soldados no estaban entrenados, eran ajenos al asunto y no tenían por qué ser metidos en situaciones donde hay otros ejércitos que sí eran profesionales y estaban entrenados.

Es menester que el público tome contacto y esté informado de las actividades del Ejército. No es posible que nuestro pueblo desconociera el desempeño del Batallón en Camboya, donde se trabajó con éxito y por lo que fue internacionalmente reconocido, logrando nuestro país destaque y prestigio. Esto no es una crítica a la gente sino el resultado de la falta de comunicación y comprensión. Es importante que se vea que somos uruguayos, con los mismos defectos y virtudes, que no hay ninguna cosa extraña, y estamos profesionalmente preparados para enfrentar cualquier contingencia. Esta situación se ha revertido y actualmente está interiorizado de las actividades en que participa el Ejército. No interesa ni sirve material sofisticado, la principal arma es el contacto humano, la comprensión, la compasión, la paciencia y la humildad para poder llegar a la gente.

—¿Qué diría a la ciudadanía y a los familiares de quienes integran URUBAT III?

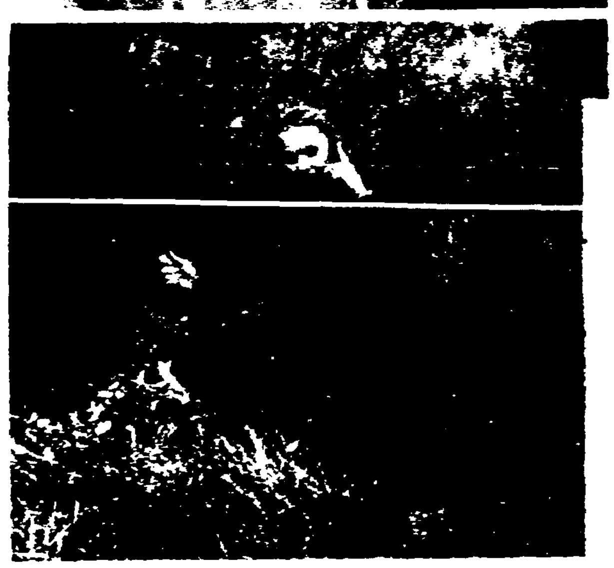
—Cientos de hombres del Ejército, desde los diferentes servicios y apoyos, están haciendo lo mejor de su esfuerzo para poner a disposición del Batallón Uruguay III, los mejores medios para poder cumplir con la misión. Y particularmente, a los familiares de los soldados del Batallón Uruguay III quiero transmitirles la tranquilidad y la seguridad de que el Ejército ha puesto, en esta ocasión como en otros desafíos tan importantes como éste, sus mejores capacidades para asegurarles un feliz retorno.

03 9508555

Presencia Femenina Como en Medicina, Traducción y Sector Comunicaciones



Cristina operando las comunicaciones desde un RP2 Condor, en el campo de maniobras Vidiella



Otra mujer-soldado recibe en el "teatro de operaciones" el mensaje emitidopor su colega desde la unidad motorizada

Siete mujeres integran el batallón que Uruguay desplegará en territorio angoleño y tienen asignadas misiones de fundamental importancia, de acuerdo con lo que indicó el Tte. Cnel. Arquímedes Cabrera.

—¿Cuántas voluntarias de personal femenino lo conforman?

—Una doctora y seis mujeres con grado de soldado, que van a trabajar en el puesto de Comando, van a operar los centros de mensaje, un centro de comunicaciones y cumplen funciones de traductor e intérprete. Esto requiere dominio del inglés, idioma oficial de Naciones Unidas. En Angola el idioma oficial es el portugués, aunque hay muchos dialectos.

Se les asignó un rol importantísimo, actuarán como radiooperadoras, deberán procesar y distribuir un enorme flujo de documentación que entra y sale (planes, órdenes, reportes con la Fuerza, y con Uruguay) y que requieren conocimientos de computación.

—Todas las organizaciones integradas por hombres tienen resistencia a la participación de mujeres, ¿qué ocurre en URUBAT III?

—La integración es totalmente natural, esperemos que prosiga de igual forma en el campo.

■ ADAPTACICN

Por su parte, Yamile, representativa del personal femenino del Batallón Uruguay III, expresó "trabajar en el centro de comunicaciones constituye una función muy importante que vamos a desempeñar, y es una valiosa experiencia para cada una de nosotras. Es la primera vez que personal femenino cumple este tipo de tareas de comunicación y traducción, dominamos el inglés, algo de alemán y por supuesto portugués. Tuvimos que hacer un proceso de adaptación que se está llevando a cabo en forma óptima, nosotros al personal masculino y ellos a nosotros. Lo último es más difícil, porque no están acostumbrados a trabajar con mujeres. El trato ha sido muy correcto, han tratado de ayudarnos en todo.

La instrucción se inicia 6:30 y culmina 18:30, con un descanso de 12 a 14 horas para el almuerzo. Son doce horas de trabajo de campo en esta última fase".

04 9508555

Todo lo que se Necesita en una Operación Por la Paz

■ Por un lado, cuatro compañías: Cap. César Fernández, Compañía de Fusileros Motorizada Alfa; Cap. Corbo Compañía de Fusileros Motorizada Bravo; Cap. Rodríguez Compañía de Fusileros Motorizada Charlie y Cap. Acuña comandante de la Compañía Blindada Delta, y la Sección de Apoyo de Fuego. Cada una está integrada por 5 oficiales y 111 de personal subalterno. El personal estuvo distribuido en distintas zonas para preparar la parte técnica, táctica y administrativa.

La Sección de Apoyo del fuego está integrada por 6 piezas de mortero y por dos caños*nes antitanque*, el *máximo* calibre que se lleva. El mortero es una de las armas de infantería con mayor efecto disuasivo porque tiene la capacidad no sólo *de batir blancos* desenfilados por su tiro curvo, sino que lanza granadas iluminantes con bengala, con gran efecto sicológico.

■ **La Compañía de Ingenieros que está entrenando en la Brigada de Ingenieros I, integrada por 60 personas. El gran problema que se enfrentará es el de las minas; se estiman unos veinte millones diseminadas en todo el territorio. Han pasado integrantes del ejército soviético, cubano, sudafricano, sin que exista plano. El Batallón debe llevar gente capacitada en detección y levantamiento de minas. Es muy delicado y desgasta. Tienen otras capacidades por ejemplo lo relativo a las baterías de generación eléctrica, para la purificación de aguas, la construcción de campamentos, la demarcación de campos minados y protección de instalaciones.**

■ La Compañía Logística está en el Servicio de Materiales y Armamento del Ejército, acondiciona todo el material, rodante y de intendencia (campamentos carpas, cocinas). El mayor Vidal, señala que las actividades básicas que se están realizando son el empaque del material que va en reemplazo, acondicionamiento general de la flota y del material de uso individual y colectivo, por ej. freezer, lavarropas, calentadores eléctricos, planchas y útiles menores individuales como ser linternas, carpas, etc. El personal se encuentra trabajando desde mediados de enero en jornadas completas de 7 a 19 horas, incluso sábados y domingos. Está concentrado en tareas de mantenimiento técnico, más específicas y que en su conjunto son las áreas más sensibles para el funcionamiento de la Unidad.

Tiene un componente de 8 oficiales y 93 de personal subalterno.

—Una sección sanitaria, en la parte odontológica asistida por un odontólogo, Tte. Dr. Vicente, el *móvil* odontológico y su asistente dental; y la parte médica que tiene 2 médicos integrantes del contingente, con un grupo de ambulancias y enfermeros militares.

En cuanto a vacunas hemos recibido las dosis correspondientes a 5 vacunas contra las distintas enfermedades. La malaria es un problema endémico en toda Africa, y para su protección hay que evitar la picadura del mosquito, intrincado, sobre todo en épocas monzónicas de muchas lluvias, no obstante se nos ha medicado con la pastilla correspondiente.

—La sección transporte tiene como misión el acarreo de todos los bagages y equipos de la Unidad y del personal. Y en el área de operaciones cumple la función de almacenamiento y transporte de los abastecimientos clase *I*.

—Mantenimiento refiere a la *recuperación mecánica* del equipo automotriz. A cargo del Cap. Márquez especialista en esta área, ha organizado mecánicos para vehículos pesados y livianos, y recuperadores que en la zona tendrán un rol protagónico. Esta sección cuenta con equipo de 4 móviles de talleres mecánicos muy bien equipados dos sobre vehículo y dos sobre remolque.

—La sección abastecimiento va a proveer de todos aquellos ítems que sean indispensables para la misión.

■ **En la Escuela de Comunicaciones y en el Batallón de Comunicaciones II, está la Sección de Comunicaciones un contingente de 40 hombres que tendrán que operar todas las comunicaciones internas del Batallón y además con el centro de comunicaciones, reforzado por el personal femenino. Se ha recibido la instrucción respectiva, y nociones básicas de inglés y portugués.**

Participación Voluntaria Para Ir a Areas de Tensión

—¿La participación en el Batallón es voluntaria?

—Uno de los principios de Naciones Unidas para operaciones de paz es que la participación de los contingentes se hace con el consentimiento de las partes. Uruguay tiene el principio de que el personal es voluntario. El hecho de ir a participar en un área de tensión, de alta *conflictividad*, fuera de lo que es la misión específica que le corresponde al Ejército como integrante de las Fuerzas Armadas en cuanto a la defensa nacional, *implica* que haya que hacer una consulta, debe irse voluntariamente, nadie va obligado ni engañado. La base, tanto en la oficialidad como en el personal subalterno es el voluntarismo.

Se hace una consulta a todo el *Ejército* para saber quiénes están interesados. Los comandos de las reparticiones tuvieron pautas precisas para la preselección. Se remitió la información al Comando, quien seleccionó tomando en cuenta especialidades y diferentes capacidades. Se comunicó a las unidades y éstas en un período de 3 a 4 semanas cumplieron con un programa de adiestramiento intensivo. Luego se los concentró en el Batallón Uruguay, se los evaluó: test de aptitud física, exámenes médicos, psicológicos y profesionales en instrucción de combate y capacitación. El Ejército tiene establecido planes para que con 16 semanas de alerta se pueda concentrar una fuerza y dejarla en condiciones de apresto. Hay elementos que son componentes básicos que en operaciones hay que potenciarlos al máximo que son la moral, la disciplina, el entrenamiento físico e individual de combate. Todo esto es el soldado.

—¿Cómo se activa y desactiva un batallón?

—Se puede dividir en tres fases: la primera, selección, apresto y despliegue; la segunda, conducción en el área de operaciones, y la tercera, repliegue y desactivación del Batallón. Una vez que finaliza la misión hay que traer el personal y el material, reequiparlo, reasignarlo a sus unidades de origen, lo que requiere trámites administrativos, logísticos, (*devolución del material*, del equipo, chequeo de inventarios), y el período de adaptación del personal sicológico, sanitario y chequeo médico.

Entregan Cartas a Tres Embajadores; Pérez Otermin a ONU



Juan Raúl Ferreira

El presidente de la República, Julio María Sanguinetti, entregará este viernes sus Cartas Credenciales a los Embajadores Mario Fernández, Alfredo Giró, Adolfo Castells y Juan Raúl Ferreira. Fernández y Giró asumirán en los próximos días la representación del país ante los gobiernos de Brasil y España, respectivamente, Castells encabezará la delegación uruguaya en la Asociación Latinoamericana de Integración —ALADI— y Ferreira es Embajador en Argentina.

La ceremonia se desarrollará a la hora 11.00 en la Casa de Gobierno, edificio Plaza Independencia.

El Dr. Sanguinetti también designó embajador ante Naciones Unidas a Jorge Pérez Otermin.

FELICITACION A FUJIMORI

El presidente Sanguinetti, remitió un telegrama de felicitación al presidente de Perú, Alberto Fujimori, con motivo de su triunfo en las elecciones nacionales de ese país.

"En ocasión del resultado de los últimos comicios celebrados en su país y que consagran la reelección del señor Presidente como primer mandatario del Perú, es mi deseo hacerle llegar mis más sinceras felicitaciones.

Tengo el anhelo —y estoy seguro de que ello ocurrirá— que el desarrollo de [illegible] periodo de gobierno servirá, tanto como para encontrar soluciones perman[illegible]es en el mantenimiento [illegible] la paz del continente, co[illegible] para consolidar la excelente relación entre nuestros dos países y nuestros dos pueblos.

Reitero al señor Presidente, las seguridades de mi más alta consideración".

■ MISION DE PAZ

Angola aún es territorio desconocido

La avanzada del Batallón Uruguay III postergó su partida hacia Angola hasta el 10 de mayo y el resto del contingente viajará veinte días después

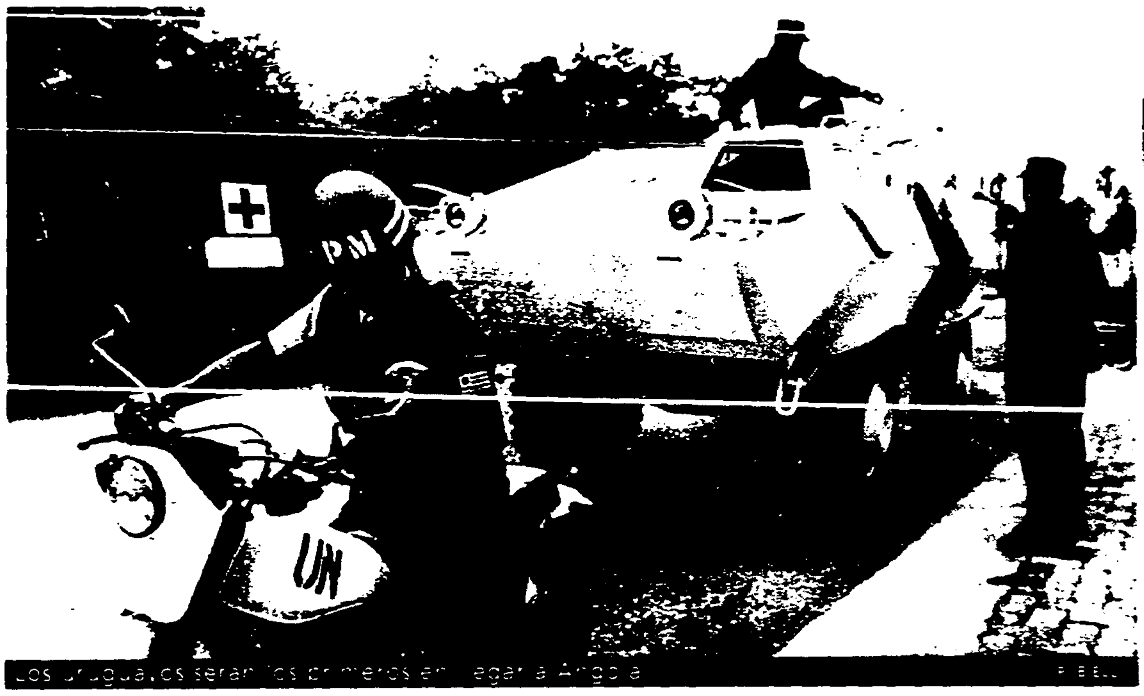
El primer grupo en llegar a territorio angoleño estará compuesto por 80 hombres cuya tarea será facilitar una instalación rápida del batallón, dijeron a *El Observador* fuentes castrenses.

Esta avanzada, que será la primera de toda la fuerza de paz de la ONU, deberá también verificar la llegada del equipo y proceder a su tasación, ya que una vez finalizada la misión se realizará un pago por su depreciación.

Unos veinte días después el Batallón Uruguay III se constituirá en la cabecera de la fuerza internacional. Su primera tarea será hacerse cargo del puerto de Lobito, adonde arribarán los demás contingentes.

Una vez que se complete el ingreso de los efectivos de India, Pakistán, Brasil, Rumania y Zimbabwe, los uruguayos dejarán el puerto y se desplegarán en la zona de Guambo, en la región central del territorio.

Las fuentes consultadas precisaron que aproximadamente en la misma fecha de salida de la avanzada, que lo hará por avión, partirá por barco el equipamiento.



Los uruguayos serán los primeros en llegar a Angola

800 EFECTIVOS EN ACCION

El teniente coronel Arquímedes Cabrera es el jefe del Batallón Uruguay III. Tiene 43 años, pertenece al arma de infantería y fue veterano de Camboya.

El segundo jefe del contingente es el mayor Francisco Beneditto, también de infantería, quien participó de la misión en Camboya en carácter de observador.

El grupo uruguayo estará conformado por compañías de infantería motorizadas y blindadas y una compañía logística fuerte en las áreas de ingenieros y comunicaciones. Por primera vez se contratará a personal civil y a mujeres para tareas sanitarias y de traducción bajo la bandera del batallón.

Angola tiene una población de 10 millones de habitantes, ocupa un área de 1.246.700 kilómetros cuadrados y su principal producto de exportación es el petróleo.

Este es el país con más cursos de agua de Africa pero casi todos ellos están contaminados. La fuerza que se encuentra en el gobierno contó con el apoyo de la ex Unión Soviética y de Cuba, en tanto las fuerzas guerrilleras tuvieron el respaldo de las potencias internacionales.

ONU suspendió hasta "nuevo aviso" el viaje de tropas uruguayas a Angola



Iturria: no irán tropas uruguayas a Angola.

El Ministro de Defensa Nacional, Raúl Iturria anunció ayer que Naciones Unidas había comunicado a Uruguay que la avanzada del contingente de paz Uruguay III, que debía ayudar en el proceso de pacificación en Angola, "no fuera hasta nuevo aviso".

El Ejército uruguayo tiene listo para partir a ese país africano un Batallón de 850 efectivos de los cuales una avanzada debía partir en los próximos días, donde debía instalarse en forma paulatina en una zona del centro de Angola, país que continúa viviendo los estragos de una guerra civil de 25 años de duración y que ahora las facciones rivales se encuentran en un proceso de negociación.

Iturria señaló que es Naciones Unidas quien determina "el momento y la oportunidad" en que las tropas de los países comprometidos deben instalar en las zonas asignadas en ese país.

"Naciones Unidas nos comunicó que "por ahora no debe ir la avanzada" y así se ha procedido", informó. "No conocemos los motivos", dijo el Ministro, aunque supuso que sea por razones de índole de política de la situación angoleña.

"De todas maneras, agregó, dependemos de lo que NN.UU. decida, porque las nuestras son fuerzas de paz, bajo sus órdenes".

Puntualizó que "el Batallón Uruguay III, no se iba a disolver y que suponía que la misión en Angola se iba a cumplir "en el momento que NN.UU. lo indique".

Todo esto es un plan de paz de Naciones Unidas, que tiene componentes políticos y estratégicos y es ese organismo que analiza la oportunidad de realizar el despliegue de las misiones y nosotros cumplimos la misión.

En cuanto al envío por mar del equipamiento y la logística del Batallón que debe dirigirse al puerto angoleño de Lobito, sobre el Océano Atlántico, Iturria dijo que sobre su suspensión "no había recibido ninguna orden, por lo tanto continúan sus preparativos. NN.UU. suspendió el envío de la "avanzada" que es el grupo que debe hacer los preparativos para recibir al resto de las tropas", concluyó el Ministro.

Oficiales uruguayos en el Sahara Occidental

Pág. 27/4

En el marco de la denominada "Operación Minurso" se encuentran en la región del Sahara Occidental, cinco oficiales de la Policía uruguaya cumpliendo una Misión de Paz, al mando de Naciones Unidas. Los efectivos partieron en marzo del pasado año y permanecerán oficialmente hasta el próximo 3 de junio, fecha en la cual serán relevados por otros cinco oficiales policiales. En estos momentos los representantes uruguayos en la región desértica son: dos inspectores principales Enrique Mariño y Washigton Rodríguez, dos oficiales ayudantes Juan Pírez y Jorge González y el teniente segundo Walter Latur.

El objetivo del viaje es colaborar en los trabajos que se llevan a cabo a través de Naciones Unidas para el mantenimiento de la paz en territorios donde hace poco tiempo se salió de situaciones conflictivas, y que actualmente están en procesos de reconstrucción.

La principal característica que tienen estas operaciones es que a ella concurre personal desarmado y la elección de oficiales no tuvo carácter de obligatoria ya que la presentación por un lugar en la misma fue opcional.

Los oficiales compatriotas actúan como observadores y dependen en nuestro país de una Junta Nacional de Apoyo integrada por un general del Ejército, uno de la Fuerza Aérea, la participación del Ministerio de Economía y Finanzas y el Ministerio de Relaciones Exteriores.

Los requisitos exigidos para las tareas a realizar son el buen manejo del idioma inglés, portugués y un amplio conocimiento sobre conducción de vehículos. Asimismo, los voluntarios tienen que demostrar óptimas condiciones físicas, ya que generalmente las misiones se desarrollan el países con climas y condiciones adversas. Para el caso específico del Sahara Occidental, nuestros guardiaciviles se tuvieron que acostumbrar en poco tiempo al clima desértico, y a la idiosincrasia de las numerosas tribus que habitan el país. Cabe agregar que los voluntarios reciben un salario extra de parte de Naciones Unidas durante el lapso que estos permanecen fuera de su país. Para ejecutarla no es necesaria la venia del Senado de la República, y la correspondiente autorización corre por cuenta del Poder Ejecutivo.

LAS TAREAS QUE REALIZAN

Los objetivos perseguidos en estas operaciones son la colaboración en el respeto a los Derechos Humanos, y la reorganización de países en donde su población ha atravesado situaciones de confrontación y destrucción durante un lapso prolongado. Aunque no es el objetivo ni forma parte de las tareas centrales, los oficiales en algunos oportunidades trabajan junto con personal del ejército en el desarme de la población civil, a raíz de que en innumerables ocasiones se tiene que hacer frente a las diversas mentalidades de los grupos tribales.

Como consecuencia de esto, los trabajos efectuadas son: colaborar en las tareas de formación de la nueva Policía, asistir a la División de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, y a la Comisión de Reparto de Tierras. Asimismo, los equipos policiales prestan ayuda en la organizacion de los grupos de reinserción, asisten en la planificación a las noveles direcciones electorales y a la plena identificación de los pobladores civiles que hacen uso del voto en caso que haya elecciones o plebiscitos.

Además, verifican y supervisan la neutralidad de la Policía Nacional, educándola para que cumpla su función de celosos vigilantes en la transparencia de los respectivos actos electorales, de la mejor forma posible.

Nº. DOCUMENTO

TITULO 38 30/4 se embarcaría el material y vehículos del Batallón III para Angola.

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE P 29/4/95

VINCULACIONES 501869
507466
507470

■ MISION DE PAZ HACIA ANGOLA

El Batallón Uruguay III partirá en junio próximo

Se omenzará a embarcar mañana el material y los vehiculos del Batallón Uruguay III en el buque "Saint Martin" con destino a Angola, mientras que el personal de la misión de paz de la ONU viajará en los primeros días de junio, informó ayer el Ejército.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9508560

Ministerio del Interior

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Montevideo - Uruguay
Phone: 598-2-98 06 85
Fax: 598-2-91 03 19

FECHA/DATE: 04/SETIEMBRE/1995

DE/FROM: DEPARTAMENTO No.3 D.N.I.I.

PARA/TO:

FAX: 525

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha entrada 06 SET. 1995
Pasa a Antecedentes.
No. de Hoja 9508561

ASUNTO/SUBJECT: PEDIDO DE ANTECEDENTES

PAGINAS 02

TEXTO: ACOMPAÑA NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO AL INSTITUTO POLICIAL./ ANTECEDENTES SE SOLICITAN.

CANTIDAD : 30 PERSONAS

FOJAS : 02.

Saluda a Usted atentamente.

OFICIAL SUB AYTE: OSCAR GRAN FIGUEREDO

DISTRIBUCION:

1)- D.G.I.D.

2)- D.G.P.E.I.D.

Nota: Ante dificultades en la recepción del presente, efectuar comunicación a los Teléfonos 598-2-90 11 65 - 98 06 85.-

Montevideo, Uruguay — Maldonado 1121

7/9/95
363
1/3

00 1/3

9508561

[illegible]STADO DE ASPIRANTES A INGRESO AL INSTITUTO POLICIAL

[illegible] FAX 1034,1035,[illegible]

[illegible] del MIN. DEL INTERIOR Y [illegible] DE [illegible]

Nº	APELLIDOS Y NOMBRES	CED. IDENT.	CRED. CIV.	F/NAC.
01	BAICE [illegible] : [illegible] Ma[illegible]	2.747.996-6		16/03/69
02	FAGUNDE[illegible] FERNAND[illegible] : [illegible] Carme[illegible]	1.908.414-8	RCD 42	12/02/65
03	[illegible] : [illegible] Susana	1.760.278-2	CMA 29070	19/0[illegible]/56
04	[illegible] : [illegible] Ant[illegible]	[illegible].277.498-8	BMA 272[illegible]	01/1[illegible]/64
*****	*************************	************	*********	********
05	[illegible] : Leonard[illegible]	[illegible].23[illegible].505-1		19 años.
[illegible]	ARISMENDIA [illegible]	[illegible].717.255-5		26 años.
[illegible]	[illegible]RAS RODRIGUEZ : Pedro Roberto	2.72[illegible].509-4		33 años.
[illegible]	BAUTISTA DE LOS SANTOS : M[illegible]	3.112.181-9		21 años.
[illegible]	[illegible]CEIRA FERREIRA : [illegible]	[illegible].787.310-3		[illegible] años.
1[illegible]	[illegible]CCONI [illegible] : Juan Antonio	2.793.653-7		28 años.
11	[illegible] FERRON : Luis Alberto	3.589.990-1		28 años.
12	[illegible] SANTOS [illegible] : Esteban	3.654.[illegible]		27 años.
13	[illegible] APEIRA : [illegible] Marcelo	3.74[illegible].5A1-6		22 años.
14	[illegible] : [illegible] Omar	[illegible].215.4[illegible]		21 años.
15	[illegible]OPEZ [illegible]	[illegible].695.465-1		26 años.
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible] años.
[illegible]	[illegible] RIVER[illegible] : [illegible] Eduardo	[illegible].711.371-5		23 años.
1[illegible]	[illegible] AIRALA : [illegible]	[illegible].05[illegible].201-7		18 años.
[illegible]	[illegible] : César Eduardo	3.118.297-6		22 años.
20	[illegible] CORREA : Elio	4.156.771-4		32 años.
21	CORRALES DE CUADRA : Johnny Edwar	3.[illegible].733-0	[illegible] 11969	19 años.
*****	*************************	************	*********	********
22	GOMEZ DA COSTA : Juan Antonio	[illegible].5[illegible]	[illegible] 44[illegible]	
23	RIVERA DUARTE : Washington Alb[illegible]	3.701.887-8	[illegible] 7756	
[illegible]	[illegible] VAZQUEZ : Sandra [illegible]	1.777.588-5	[illegible] 22684	
[illegible]	[illegible] : Eduardo Mar[illegible]	[illegible].482.254-7	[illegible] 19035	30 años.
[illegible]	[illegible] : [illegible] Anton[illegible]	2.146.756-8		43 años.

POCO LEGIBLE

002

9508561

[illegible]	APELLIDOS Y NOMBRES	CED.IDENT.	CRED.C.I.	F/NAC.
27	[illegible] FERNANDEZ : Carlos Fernando	2.011.778-6	[illegible] 12/[illegible]	05/[illegible]/7[illegible]
28	CUELLO FERREIRA : [illegible] Isabel	2.785.795-[illegible]	[illegible] 11466	16/05/73
29	DE LOS SANTOS CHULLET : Denisse	2.795.[illegible]-4	[illegible] 45990	21/02/76
30	[illegible] : [illegible] Carmen	[illegible].787.432-6	8[illegible] 33046	04/09/[illegible]

9508561

003/3

Poco Legible

05-SET-1995 12:42 DNII. AYUDANTIA PRIVADA.- 005982910319 P.01

1/2

7/9/95
364

Ministerio del Interior

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
Montevideo - Uruguay
Phone: 598-2-98 06 83
Fax: 598-2-91 03 19

FECHA/DATE: 05/ SETIEMBRE/1995

DE/FROM: DEPARTAMENTO Nro. 3.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... Defensa
Fecha ... 06 SET. 1995
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 9508562

PARA/TO:

FAX: 530

ASUNTO/SUBJECT: PEDIDO DE ANTECEDENTES

PAGINAS/PAGES: 02

TEXTO: SE ACOMPAÑA NOMINA ... SPIRANTES A INGRESO AL INSTITUTO POLICIAL./ ANTECEDENTES SE SOLICITAN.

CANTIDAD : 30 PERSONAS

Saluda a Usted atentamente.

OFICIAL SUB AYTE.: OSCAR GHAN FIGUEREDO

DISTRIBUCION: 1)- D.G.I.D.
2)- D.G.R.T.I.D.

Nota: Ante dificultades en la recepción del presente, efectuar comunicación a los Teléfonos 598-2-90 ·1 55 - 98 06 83.-

Montevideo, Uruguay Maldonado 1121

001/2 9508562

[illegible]O DE ASPIRANTES A INGRESO AL INST[illegible] POLICIAL
[illegible] 500/95 DE D.N.SANIDAD POLICIAL [illegible] No.224 Y 323/95
DE [illegible]

NRO:	APELLIDOS Y NOMBRES	CED.IDENT:	CRED.CIV.	F. NAC.:
01	de ACEVEDO OLIVERA : Olga Susana	3.003.538-2	AZA 31267	11/08/60
02	GRAUERT CALLORDA: Ma.del Rosario	1.310.771-6	AGB 7165	16/11/[illegible]
03	GAMBETTA ALMADA : Mónica Margot	3.680.364-4	KAA 31384	27/01/70
****	******************************	***********	**********	*********
04	[illegible]RREA DIAZ : Jorge Eduardo	1.851.928-7	BBB 37584	04/06/66
05	DAVILA BORGES : Roberto	1.592.616-4	AXA 20302	24/05/60
06	FERREIRA LEMOS : Otilio	2.917.770-5	BDA 84473	25/11/67
07	FERRER REBOLLO :Katherine Jessica	3.051.463-3	RAB 22589	12/10/76
08	GOMEZ LOPEZ : Andrés	3.663.209-3	BBB 43399	23/09/72
09	ORTEGA FERNANDEZ : Adriana Paola	3.496.203-0	BDA 96124	29/09/72
10	[illegible]EREZ FUNTES : Nancy Karina	2.508.821-7	EFC 1989	[illegible]
11	[illegible]RNA SILVA : Alfredo Baldomir	2.005.493-8	ANB [illegible]17	13/04/68
12	[illegible] VIDAL : Miguel Angel	1.663.987-9	BCA 67655	25/08/59
13	SIL[illegible] DA ROZA : Carlos Ariel	3.555.938-9	BXB 13816	16/08/73
14	VILLAFAN PEREIRA :Leticia Netty	3.163.261-2	BTA 22492	13/11/75
15	[illegible] OLMAN : Gustavo Andrés	2.809.165-7	BCN 54223	09/04/73
16	[illegible]A MIGLIACI : Andrea Isabel	3.364.302-5	BMA 31345	23/02/73
****	******************************	***********	**********	*********
17	ABELLA UTURMIN : Marcelo Andrés	3.[illegible]-1	BDB 62209	24/01/76
18	ALBANO DUARTE : Fredy Daniel	4.069.243-5	BRB 16023	01/08/75
19	BENTANCOR PEREYRA:Rossana Magdalena	3.285.424-1	BDB 33344	27/01/71
20	BINTOR CANTERO : Yasmin Renee	2.675.781-1	BDA 102304	02/02/77
21	CARRETERO MICHELSHON: Pablo	1.828.477-1	AHA 11152	26/10/69
22	COYFO : Blanca Orfilia	2.842.449-4	BRB 15788	12/03/76
23	DIEGO JARA : Gladys Renee	2.549.610-7	ATB 10825	21/02/57
24	ESPINDOLA VAZ : Valdir	3.305.554-1	BTB 26098	25/09/57
25	FERNANDEZ PONCE : Alfonso	1.655.732-0	APA 10014	20/07/59
26	NAVAZ VELAZQUEZ:Alexandra Cecilia	1.923.028-4	APA 11944	04/09/[illegible]
****	******************************	***********	**********	*********
27	ROBAINA CARRERA : Marinela	3.844.953-1	BBA 40702	31/12/65
[illegible]	RODRIGUEZ CHAGAS Mahir Jacqueline	2.504.412-8	BKA 36232	21/01/68
29	RODRIGUEZ DE MELLO:Sandra Beatriz	3.324.643-3	BRA 37350	02/11/71
30	[illegible] BRAZIL : Miliam	3.546.959-6	CEA 28199	21/01/61
****	******************************	***********	**********	*********

M.D.N. - D.G.F.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 5 de 09 de 95
Nº Comp. 9508562 Fecha salida
Pase a: SDI
Acción a tomar: A sus efectos
Prioridad:
Observaciones:

002/2

9508562

Distri. - Gremial / Granja

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
Fecha 06 SET. 1995
Pase a Sicosocial
N°. de ... E9508563

P.

Montevideo, ~~Martes 5 Setiembre~~ de 1995

##

II- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52)
8-SETIEMBRE: hora 14.30' reunión en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, para tratar la situación del calzado. Hora 16.00' reunión en local sindical.

El mismo día hora 16.00' el Centro Obrero de Alpargatas realiza Asamblea en su local sindical, mientras que para el 12-SETIEMBRE se reune con el PIT-CNT.

B) SINDICATO DE TRABAJORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA -SIN.T.E.P.- (Maldonado 1170) 6-SETIEMBRE: PARO al no haber acuerdo en torno a la firma del Convenio Salarial.

C) PIT-CNT (18 de Julio 2190) HOY*se reune la Mesa Representativa por movilización del día 12-SETIEMBRE donde se piensa rodear el Edificio Libertad. -*18.30' Hs.-

D) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Situación incambiada continuando OCUPADA la Planta Industrial.
(Inicio del conflicto 14-JUN-94)

Doc. poco legible

E) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A. (Yí 1538) HOY, PARO de 09 a 13 Hs. en Montevideo con CONCENTRACION hora 10.00' frente a las Oficinas de PINTOS RISSO (Pza.Independencia 822)

Por su parte, las obras de la mencionada Empresa ... Rbla.Rep. del Perú 1519 y 15... continúan ocupadas desde el pasado ..-JUL-95 po... 45 obreros en deman... irregularidades en pagos de haberes.

F) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 962 esc.201) 12-SETIEMBRE marcha nacional denominada "LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO".

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Se mantienen en pre-conflicto al no haber entendimiento con el Directorio de CORREOS.

H) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE- (D.F.Crespo 2256) HOY, hora 10.00' realizan Asamblea en local de A.S.U. (Acción Sindical del Uruguay - José E. Rodó 1836). 11-SETIEMBRE Congreso Nacional de Delegados.

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO DE ESTADO CIVIL -A.FU.R.E.CI. (Sarandí 428) HOY hora 12.30' se levanta el 4to. intermedio y continúa Asamblea en local de Sarandí 428.

001/3

E9508563

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE SALTO - MOVILIZACION DE COMERCIANTES

Ampliando lo Informado en Parte 215 del pasado Sábado 2-Setiembre "Información del Interior", se pudo establecer, que en el día de ayer (4) y ante el arribo al citado Departamento de funcionarios de la Dirección General Impositiva en horas del mediodía, los que pasaron a alojarse en el Hotel Salto; posteriormente y próximo a las 14 Hs. frente a las Oficinas Departamentales de la referida Dirección se congregaron unas 80 personas (comerciantes) los que permanecían en el Hall del Edificio a la espera de una entrevista con los funcionarios Inspectores. Al retrasarse la reunión por dos veces consecutivas, los allí presentes iniciaron golpeteo de palmas como forma de expresar su inquietud. Siendo las 15.20 Hs. fueron recibidos los Delegados del Centro Comercial e Industrial de Salto a quienes se les puso en conocimiento que las Inspecciones se realizarían en forma primaria a los comerciantes informales lo cual fue bien recibido por los Comerciantes, optando por retirarse los concurrentes en distintas direcciones. Se ampliará.

[illegible]PARTAMENTO DE ARTIGAS - C.O.F.E.

Integrantes de este gremio -Confederación de Organizaciones [illegible] Funcionarios del Estado- realizarán una marcha nacional el [illegible]ximo 12-Setiembre, la que consiste en el traslado a Montevi[illegible] de Delegaciones de todo el País con concentración en el [illegible]elisco hora 12.00', marchando posteriormente hacia el Ministerio de Econo[illegible]ía y Finanzas y luego al Palacio Legislativo.

CORREGIDO F 14/9/95 Inic.: [illegible]

DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES - ENCUENTRO DE "BECCARIA 33"

El pasado 2-Setiembre se realizó en el citado Departamento el "T[illegible] ENCUENTRO REGIONAL DE [illegible] BECCARIA 33", en los Salones del Club Centro Democrático de Treinta y Tres, el que dió comienzo a las 14.30' y finalizó a las 20.30' contando con una asistencias de unas 450 personas; entre éstos Delegados de [illegible]rios Departamentos. En la oportunidad, realizar[illegible] [illegible] a la prensa los S[illegible]. Adolfo BECCARIA [illegible]CE (de [illegible] y Tres) y [illegible] SILVA ([illegible]sidente de la Sociedad Agraria de Jos[illegible]). La lista de Asambleístas propuso para la elección un [illegible] de personas para ocupar cargos en la Directiva y luego de la votación, la Mesa Directiva quedó integrada por: [illegible] (Presidente), Fco. [illegible] DENIS (Vice Presidente) y los Sres. Juan ROSAS, Alejan[illegible] [illegible]IGENA, Ma[illegible] [illegible]ÑEZ, Rafael [illegible], [illegible], Carlos [illegible], Dario [illegible] y Gerardo [illegible] como Integrantes con sus respectivos [illegible]plentes. Res[illegible]

[illegible]ecto al act[illegible] fundaciona[illegible] [illegible] BECCARIA 33, a grandes ras[illegible]gos se [illegible]ntifica con [illegible] la Gente del Interior [illegible] en su amor propio, decide salir de[illegible] del País, [illegible] de su propio destino...". [illegible]nidad, [illegible] Encuentro a desarrollarse en el In[illegible] Queda a estudio [illegible] (Litoral) [illegible] País. Se ampliará.

Procesado a Sistema DPX

FECHA 13/9/95 INICIAL [illegible]

OBSERVACIONES ....

E9508563

J) COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY -C.S.E.U.- (Maldonado 1170) 6-SETIEMBRE, PARO GENERAL.

K) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS EVENTUALES DEL MTOP. 6-SETIEMBRE hora 13.30' PARO con CONCENTRACION hora 14.00' en puertas del MTOP y porterior marcha al Parlamento.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MUTALISTA ISRAELITA -A.F.M.I. (Garibaldi 2594) Desde la hora 00.00' del pasado 1ro.Setiembre continúa OCUPADA.

M) DIARIO "LA REPUBLICA" Continúa instalada Carpa frente al mencionado diario.

N) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 6-SETIEMBRE PARO de 24 horas con CONCENTRACION en CODICEN hora 13.00' y posterior MARCHA al Parlamento Posteriormente -14.45' Asamblea en Palacio Sud América.

Ñ) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) 6-SETIEMBRE PARAN Juzgados de Paz y Trabajo y de los Dptos. de San José, Colonia, Río Negro, Soriano y Florida. Las movilizaciones tanto en Montevideo como en el Interior se efectúan en el período comprendido desde el 4 al 14-SETIEMBRE inclusive.

O) PEPSI-COLA: HOY entre 11 a 12.00 Hs. reparto de bebidas gratis frente a la Planta de Av.Millan e Instrucciones.

###########################. "####################################

II)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

CONGRESO OBRERO TEXTIL (Freire 52) De acuerdo a lo previsto, en el día de ayer próximo a las 14.30' en la explanada del Banco de Previsión Social, se concentraron unas 30 (digo: 40) personas en actitud pacífica portando pancarta en reclamo a la reapertura de ALPARGATAS y efectuando volanteada. Próximo a las 16.10' se dispersan en forma pacífica.-

003/3

RESERVADO

Fuerza Aérea
COMANDO GENERAL
Servicio de Información

Sección: S.I.F.A.
Evaluación:
Hoja: 1/1
Fecha: 24/03/95

DOCUMENTO: INFORME N° 023/95.-

ASUNTO: Contesta Solicitud Nros. 027, 028, 029, 030, 031 y 032/95.-

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

Para: SEÑOR JEFE DE DPTO. I DE LA D.G.I.D..-

TEXTO:

Referente a las personas mencionadas se registra:

REFERENTE A: ACOSTA AIRALA, JOSE MARIA — Sol. 029/95

REGISTRADOS: ACOSTA, JOSE MARIA
CC. [illegible] 6793
1989 Figura en una lista de Pro a les firmantes del Referendum Ley 15848

REFERENTE A: BOVEDA, SANDRA — Sol. 032/95

REGISTRADOS: BOVEDA, SANDRA
1989. Dirigente Sindical del S.U.A. Lugar de trabajo "HALSON"
1991. La titular se declara adherente a las Listas de Democracia Avanzada 1001 para elecciones de 1989.

NOTA: Se deja constancia que puede no tratarse de las mismas personas. De las demas personas no se registran anotaciones.

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.
CORONEL (AV)
RODOLFO P. LEGUISAMO.-

FUERZA AEREA DIRECTOR REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO [illegible] NACIONAL
Dirección [illegible] Defensa
Fecha: 07 SET 1995
Pase a: Antecedentes
N°: 9508564

M.D.N. - D.G.S.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 05 09 de 1995
N° 9508564 salida
Pase a: DI
Atención a tomar: A sus efectos
Prioridad:
Observaciones:

RESERVADO

001/001

9508564

Fuerza Aérea

COMANDO GENERAL

Servicio de Información

Sección

S.I.F.A.

Evaluación

Hora:

Fecha: 29/ 08/

DOCUMENTO: I N F O R M E Nº 025/95.-

ASUNTO: Contesta Solicitud Nros 022, 023, y 024/A/95 (D.G.I.D.)

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.-

Para: SEÑOR JEFE DE DPTO. I DE LA D.G.I.D.

TEXTO:

Referente a las personas mencionadas no se registran anotaciones.

FUERZA AEREA DIRECTOR ... REPUB... URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CORONEL (AV)

RODOLFO P. LEGUIZAMO.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
Fecha 07 SET. 1995
Pasa a Antecedentes
Nº 9508565

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montev. 05 09
9508565
SDI
A sus efectos
Prioridad:
Observaciones:
D.G.I.D. - SEC. GRAL.

RESERVADO

001/1

9508565

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DIVISION INFORMACIONES 310895	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 72/95	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 060995

II.-INFORMACION CONOCIDA: A.-EVALUACION:

B.-T E X T O

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

7/6/95
362

MINISTERIO ... NACIONAL
Dirección ...
Fecha ... 06 SET. 1995
Antecedentes
9508566

III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.
CORONEL
TOMAS ~~V. CASSELLA~~

Montev... 5 09 de 1995
9508566 ... salida
SDI
A sus efectos

101/6

9508566

Montevideo, 31 de agosto de 1995.

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- COIMBRA CHILOSI,OSCAR DARIO.- Chofer,

Fecha y lugar de nacimiento: 06.06.1964 Montevideo.
C.I.: 1.803.047.5
C.C.: BCB 36.667
Domicilio actual: Lindoro Forteza 2369.-
Domicilio anterior: Dr. Morelli 3918
Nombre del padre: Oscar Darío Coimbra Lopez.
C.I.:1.416.071.1 C.C.: OAC 3681.-
Nombre de la madre: Mary Wilma Chilosi Souza.
C.I.:2.570.759.2 C.C.: IAC 20.184. trasl. ALB 6942.
Nombre del cónyuge: Mariela Lylian Calvete Torres
C.I.:1.964.758.2 C.C.: BCB 49.079.-
Presentado por: Sgto. 1°(Reinc.) Chineppe.-

2.- COLOMBO FERNANDES, CARLOS ADRIAN.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 27.4.1974 Montevideo.-
C.I.: 2.610.944.2.
C.C.: BCC 7084.
Domicilio actual: Asamblea 4660 Ap. 001.
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Rodolfo Osvaldo Colombo.
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: María Isabel Fernándes Amendola. (E/R)
C.I.:939.895.7 C.C.: BCA 44.824
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

3.-COLLAZO BACIGALUPI, MARIA CECILIA.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 1-4-1969 Montevideo.-
C.I.: 1.732.547.7
C.C.: ANB 11.989.-
Domicilio actual: Colonia 1395 piso 2.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Juan Antonio Collazo Rodriguez.
C.I.: 584.807.7 C.C.: AHB 3215.
Nombre de la madre: Susana María Bacigalupi Aguerre.-
C.I.: 663262-9 C.C.: BIA 3956.-
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Cnel. Cedrés.

4.- CUESTA BOZZOLO, MONICA RITA.- Aux. de Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 16-12-1965 Montevideo.-

C.I.: 1.491.356.6

C.C.: BCD 134.

Domicilio actual: 78 y Copacabana Manz. 200 S. 10 Km. 23.500 Solymar.

Domicilio anterior: Mariano Uriarte 6348/003

Nombre del padre: Román Cuesta Ponti.

C.I.: 815.621.9 C.C.: BFA 4186.

Nombre de la madre: Rita Bozzolo Aramburú.

C.I.: C.C.:

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: Cnel. (Av.) CROSA.

5.- DE LA CRUZ PORTAL, LILYAN VERONICA.- Aux. de Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 12.7.1976 Montevideo.-

C.I.: 2.943.310.1.

C.C.: BBA 43.231.-

Domicilio actual: Justo Maeso 3791 G. Block "S" Apto. 201.

Domicilio anterior: Romulo Muñoz Zeballos 4829.-

Nombre del padre: José Luis De La Cruz de Olivera.

C.I.: 1.260.408.6 C.C.: BTA 11.808 trasl. BCB 49.612.-

Nombre de la madre: Marta Lilyan Portal Sarmillán.

C.I.: 2.944.147.9 C.C.: BTA 20.649. trasl. BCA 98.680.-

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por:

6. DODERA BUCHELI, MARIA VALERIA. Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 19.11.1970 Florida.

C.I.: 3.141.267.8

C.C.: HAB 43141 trasl. AUB 12.558.

Domicilio actual: Joaquín de Salterain 1435/2.

Domicilio anterior: Coronel Peyrán 1485 (Sauce)

Nombre del padre: Rodolfo Dodera Rondeau

C.I.: 3.384.778.0 C.C.: QAA 18.327 trasl. BCD 7962

Nombre de la madre: Elizabet Eugenia Bucheli Fuentes

C.I.: 2.974.804.7 C.C.: MCA 12.864 trasl. BCD 7946

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por:

Fecha y lugar de nacimiento: 19.12.1975 Montevideo.
C.I.: 3.867.765.5
C.C.: BRA 41.376.
Domicilio actual: Veraguas 1742 Apto. 002 Block F. Lezica.
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Eduardo Fabró
C.I.: 1.992187.3 C.C.: RAA 5101 trasl. BOB 18.971
Nombre de la madre: Teresa Paula Landoni Martínez.
C.I.: 984.320.3 C.C.: BRA 32.812.
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Tte. Cnel. Britos

8.- FLEITAS ARBALLO, OSCAR OMAR.- Aux. de enf
Fecha y lugar de nacimiento: 3.8.1954 Paysandú.
C.I.: 1.542.028/9.-
C.C.: BNA 32.679.-
Domicilio actual: María Stagnero de Munar 2381/bis Ap. 8.-
Domicilio anterior: Felipe Sanguinetti 2381/Ap. 3.-
Nombre del padre: Antonio Enri Fleitas
C.I.: 2516.923/9 C.C.: KBA 6599 trasl. BNA 36.418.-
Nombre de la madre: Honoria Arballo Díaz. FIR
C.I.: 1639458/6 C.C.: RCD 2123 trasl. BNA 38.834.
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

9.- GEREZ GARCIA, JORGE LUIS.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 2.12.1971 Montevideo.
C.I.: 3.288.714.5
C.C.: BCA 37.452 trasl. CMF 8852.
Domicilio actual: Ruta 8 Km. 22500. Calle Picardía N°39.
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Carlos Héctor Gerez Pérez. cst FIR
C.I.: 1.389.718.7 C.C.: CME 7442.
Nombre de la madre: Oriza Chispa García Cabobianco. sist
C.I.: 693.061.1 C.C.: BBA 11.625.
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

Fecha y lugar de nacimiento: 18-10-961
C.I.: 1.750.378.4
C.C.: BCA 82.917.-
Domicilio actual: Emilio Reus 2358 I
Domicilio anterior: Emilio Reus 2360
Nombre del padre: Juan Carlos González Coelho
C.I.: 1.317.037.7 C.C.: BDA 25.275.
Nombre de la madre: EDDA SERRON RAMIREZ
C.I.: 1.800.017.5 C.C.: BDA 27.344.-
Nombre del cónyuge: Pedro Arbelio Rodriguez Echartíe.-
C.I.: 1.792.825.5 C.C.: BCB 37.803.-
Presentado por:

11.- GUTIERREZ SILVEIRA, GRACIELA YOLANDA. Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 3.1.1964 Montevideo.
C.I.: 4.153.177.7
C.C.: LBC 7250
Domicilio actual: Gral. Pallejas 2679.
Domicilio anterior: Cerro Largo 916/6
Nombre del padre: Marcos Miguel Gutierrez Esquivel.(fallecido)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Esther Yolanda Silveira Coria
C.I.:1.651.405.3 C.C.: LBC 2485
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

12.- MACEDO MARIÑO, OSCAR DIEGO.- Aux. de Enf

Fecha y lugar de nacimiento: 08.04.70 Treinta y Tres.
C.I.: 1.877.757.6
C.C.: GDA 12.966.-
Domicilio actual: Cayambé Block "G" Apto. 050
Domicilio anterior: Celedonio Rojas 2345 Esq. José E. Rodó (Treinta y Tres)
Nombre del padre: Cirilo Delfín Macedo (fallecido)
C.I.: 1.897.826 C.C.: GDA 11.896.
Nombre de la madre: Evidelia Francisca Mariño.
C.I.: 1.897.812.6 C.C.: FCB 1096 trasl.F.E.F. 7401
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

9508566

RESERVADO

13.- MALAN DEVITA, IVANNA JUDITH.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 19.7.1973

C.I.: 3.442.919.9

C.C.: BDB 61946.

Domicilio actual: Carlo Magno 3316.

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Néstor Joe Malán Lucaes.- 1758375 F/R

C.I.: C.C.:

Nombre de la madre: María Reina Devita

C.I.: 1.067.721.9 C.C.: BDB 22.365

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por:

14.- MONTERO MERLO, SUSANA BEATRIZ.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 1.8.1954 Durazno.-

C.I.: 1.761.556.1

C.C.: BDB 41.936.

Domicilio actual: Pedro Cosio 2348.-

Domicilio anterior: Alejandro Gallinal 2384/3.- F/R

Nombre del padre: Rogelio Montero(fallecido)

C.I.: C.C.:

Nombre de la madre: María Julia Merlo(fallecida) F/R

C.I.: C.C.:

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por:

15.-NUÑEZ JORGE, ANA MARIA.- Aux. de Enf.- F/R

Fecha y lugar de nacimiento: 26-6-1969 Montevideo.-

C.I.: 2.705.150.7.

C.C.: BBB 39.971.

Domicilio actual: José Serrato 3561 Apto. 7.-

Domicilio anterior: Cerro Largo 1676.

Nombre del padre: José María Nuñez Díaz (fallecido) F/R Paraje 12 mts Nro 4490 Camposanto y Ruta 28 (illegible) AEG

C.I.: C.C.: 44209 31/12/69

Nombre de la madre: María Alicia Jorge De Souza F/R

C.I.: 1.527.637.5 C.C.: AMB 5815.-

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

106/6

9508566

RESERVADO

SECRETO

1/2

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
041230SET/1995

PEDIDO DE INFORMACION Nro.033/A/95

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... Defensa
DEPTO. I
Fecha: 06 SET. 1995
Pase a: ARCHIVO
Nº. de Orden: 950857 D

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - DPTO. I INTERIOR

PABLO RANGALLO

001/2

SECRETO

RECOBA MARTINEZ , LUIS ERNESTO

1 002/2 19508570

9508571

SECRETO ORIGINAL

MEMORANDUM Nro..950206..../-----/FECHA.05/SET/95..

I.- ASUNTO: REUNION DE LA ASAMBLEA PERMANENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS.

II.- REFERENCIA:

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O:

El dia 30 a las 20.00' hs. se reunió en el local del S.E.S. la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos. concurriendo unas 30 personas entre las que se reconoció a **Norma MORRONI**. **"GALLEGO"**. **"CHARO"**. **"DIEGO"**. **Juan Pablo de la Huerta Artiguista**. un N.N.M. del **I.NA.ME.**. una N.N.F. del **SUNCA** y un N.N.M. de la **Coordinadora de los Estudiantes**. La reunión se realizó en un muy tenso clima en el que hubo algunas discusiones de tono subido.

El tema central fue la **autocrítica de la marcha** del 24 de agosto que llevó a cabo **"GALLEGO"**. indicando que lo positivo de la marcha fue la **cantidad de gente** que concurrió lo que estiman en unas **5.000** personas: el trayecto de la marcha que se llevó a cabo **en total tranquilidad**: el **acatamiento de la Coordinadora de Estudiantes** en cuento a no realizar disturbios: el **desacatamiento de las Coordinadoras del F.A.** a la decisión de la dirigencia frenteamplista: y la **buena imagen** en que quedó la marcha ante la población contradiciendo los dichos de la derecha en cuanto a la peligrosidad de la misma. En cambio señaló que lo negativo de la marcha fue el **fracaso por no haber conseguido la confrontación con fuerzas policiales** lo que atribuyen a la **exelente estrategia del Ministro del Interior**. que no permitió la presencia de personal uniformado en el trayecto.

Luego de la autocrítica se produjeron entredichos. destacándose el producido entre **Norma MORRONI y Juan Pablo MIRZA BASERGHI** a quién la primera le recriminó duramente su actitud pasiva en la marcha. insultándolo por sus promesas (recordemos que en el cumpleaños de Norma. fue el que lloró arrodillado y le dijo que "el 24 iban a pagar con sangre lo que le habían hecho a ella). diciéndole además que había que dejar a los jóvenes ya que los viejos no cumplían y que los jóvenes cada vez que querían hacer algo no los dejaban. Ante ésta dura recriminación el aludido se retiró del lugar en el acto.

También habló **"DIEGO"** quién empezó a hablar de su participación en la reunión de la Coordinadora de Estudiantes. no percatándose de que se encontraba presente el N.N.M. que lo había [illegible] en su reunión. [illegible] le hizo acuerdo del hecho y desmintió sus dichos.

FECHA 11/9/95 INICIAL (illegible)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... Defensa
Fecha ... 06 SET. 1995
Pase a ...
Nº. de Orden 950857

CORREGIDO 12 9 95

001/2

SECRETO

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(m.a.)

SECRETO ORIGINAL

MEMORANDUM No. 950208 /---- / Fecha : 05/SET/95

COPIA N°. 2

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

1- BARRIO LA TEJA:

En el ultimo periodo la actividad estuvo centrada en la manifestacion del aniversario de los hechos del Filtro. Ruben SASSANO y otros historicos se veian preocupados por la actitud que pudieron tomar los grupos jovenes mas radicalizados; ademas de los que no responden a una linea politica determinada.
A mediados del mes de agosto se logro escuchar una conversacion entre Ruben SASSANO y Luis VIEGA CACERES quien este ultimo le acotaba a R.S. que "cualquier problema que tengamos lo podemos hacer publico a traves de la gorda MARIBE que es de la planta y siempre esta dispuesta a darnos para adelante". Posteriormente se ha logrado establecer con total seguridad que la gorda MARIBE es la periodista de Canal 10 Maria Ines OBALDIA (conductora del programa CALEIDOSCOPIO- lunes a viernes de 12 a 13 horas).

2- MOVIMIENTO JUVENIL:

Se tomo conocimiento que desde hace aproximadamente 2 años viene funcionando un grupo juvenil perteneciente al M.L.N. (T) integrado por jovenes de entre 25 y 30 años.
Los mismos serian reclutados en Centros de estudios, pensiones Universitarias, Casas de Residentes, etc.
Funcionan en celulas, contando cada una con un lider que seria un "Historico" del M.L.N. (T) al que llaman "MAESTRO".
Entre los integrantes de dicho grupo se pudo detectar a un matrimonio (MARISA y DANIEL) los cuales utilizan su propio domicilio en el cual funcionaria una Escuela de Informatica (segun la fuente seria fachada). Ubicacion: Jose Enrique Rodo Nro. 2333.Tel. 49.93.02
Segun guia inversa figura: REYES BARREIRO Tabare - Escribanos.
DOM: Eduardo Acevedo 1476 Apto.207

El referido matrimonio habria sido reclutado por Maria del Carmen SILVEIRA LURRAMENDI oriunda de Artigas e hija de un medico del Instituto Policial del referido departamento.

FECHA 13/09/95 INICIAL SH

OBSERVACIONES

001/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada: 06 SET. 1995
Pasa a:
Nº. de ...: 9508579

SECRETO

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(m.a.)

002/2

9508579

SECRETO ORIGINAL

95085-

MEMORANDUM No. 9502077---/ Fecha : 05/SET/95

I: ASUNTO: ALA RADICAL DEL PARTIDO SOCIALISTA.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

Se tomó conocimiento a traves de una Fuente Amiga que el Diputado de dicho partido Guillermo CHIFFLET comento que estan siguiendo con sumo interes y muy de cerca la "Explosiva situacion social" que se vive en la Republica Argentina y asi tratar de llevar una guerra politica en nuestro pais acorde a la que se esta viviendo en el pais vecino.

Se supo ademas que un Periodista de un medio grafico Uruguayo (desconociendose por el momento el nombre y medio en el cual trabaja) visito la ciudad de Buenos Aires donde mantuvo una reunion con el periodista del periódico Bonaerense "PAGINA 12" Horacio VERBITSKY, quien realizará en su momento un reportaje al confesor ex- Capitan Adolfo SCILINGO ~~en el~~ cual este denuncio supuestos crimenes cometidos en la ESMA.

Asimismo el periodista Uruguayo se habria encontrado con un Fiscal Argentino llamado de apellido MORENO que tambien habria estado vinculado a otros militares de las Fuerzas Armadas Argentinas.

000002

001/2

SECRETO

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.
Copia 1: Señor Jefe del Departamento II.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(m.a.)

002/2

9508581

9508581

SECRETO **COPIA No. 1**

MEMORANDUM No. 950207/----/ Fecha : 05/SET/95

I: ASUNTO: ALA RADICAL DEL PARTIDO SOCIALISTA.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

Se tomo conocimiento a traves de una Fuente Amiga que el Diputado de dicho partido Guillermo CHIFFLET comento que estan siguiendo con sumo interes y muy de cerca la "Explosiva situacion social" que se vive en la República Argentina y asi tratar de llevar una guerra politica en nuestro pais acorde a la que se esta viviendo en el pais vecino.

Se supo ademas que un Periodista de un medio grafico Uruguayo (desconociendose por el momento el nombre y medio en el cual trabaja) visito la ciudad de Buenos Aires donde mantuvo una reunion con el periodista del periódico Bonaerense "PAGINA 12" Horacio VERBITSKY, quien realizara en su momento un reportaje al confesor ex- Capitan Adolfo SCILINGO en el cual este denuncio supuestos crimenes cometidos en la ESMA.

Asimismo el periodista Uruguayo se habria encontrado con un Fiscal Argentino llamado de apellido MORENO que tambien habria estado vinculado a otros militares de las Fuerzas Armadas Argentinas

000003

No. DOCUMENTO 9508581

VINCULACIONES PARTIDO SOCIALISTA
URUGUAY 507466
ARGENTINA 66960
FACTOR SICOSOCIAL 11165
CONFLICTO SOCIAL 11414

CRUZADO X

SECRETO 9508581

2/10

Encapuzados matam 3 em Francisco Morato

Chacina ocorreu na madrugada de ontem e polícia investiga hipótese de que o crime tenha sido cometido por vingança; duas das vítimas estavam foragidas da Justiça e viviam do tráfico de crack e cocaína

RENATO LOMBARDI

Dois homens armados com revólveres e usando capuzes mataram a tiros três pessoas na casa da Rua Antônio Carlos Gomes, 120, Jardim Santo Antônio, em Francisco Morato, na Grande São Paulo. Uma quarta vítima, uma mulher, conseguiu escapar da morte. Baleada no braço, ela correu para o quarto e se jogou na cama sobre os cinco filhos e um outro garoto que dormiam. Os assassinos disseram que iriam poupá-la para não atingir as crianças e fugiram.

A chacina aconteceu no começo da madrugada de ontem. Os policiais investigam a hipótese de vingança. Duas das vítimas, Sebastião Braz Fernandes Brito, de 32 anos, e Valdir José Carvalho, de 33, estavam condenados por assaltos e furtos, e eram fugitivos da Justiça. A terceira pessoa assassinada foi Sandra Aparecida dos Reis, de 32 anos, mulher de Carvalho. Ela, o marido e um filho estavam visitando os amigos e conversavam na cozinha quando foram atacados.

Segundo a polícia, nos últimos seis meses, 25 pessoas foram assassinadas nos municípios de Franco da Rocha e Francisco Morato. Os crimes não foram solucionados até agora.

Sueli Aparecida Rocha, de 31 anos, mulher de Brito, recebeu um tiro no braço esquerdo e disse não ter condições de reconhecer os autores da chacina. "Eles entraram, apontaram as armas para a gente e começaram a atirar", afirmou. "Eu corri para o quarto, mas meu marido e nossos amigos não conseguiram escapar." Os vizinhos ouviram os tiros e chamaram a polícia. Um sargento e um soldado da Polícia Militar levaram Sueli para a Santa Casa de Francisco Morato, onde ela foi medicada e ficou em observação até o final da tarde de ontem. Carvalho, Brito e Sandra estavam mortos na cozinha quando os militares chegaram. Os peritos informaram que os tiros foram à queima-roupa, acertando principalmente a cabeça e o peito das vítimas.

MATADORES DE ALUGUEL PODEM ESTAR ENVOLVIDOS

As investigações estão sendo realizadas pela delegacia de Francisco Morato e pela divisão de homicídios da seccional de Guarulhos. A polícia promete fazer um levantamento para identificar os traficantes da região com os quais Carvalho e Brito tinham negócios. As apurações atingem ainda os matadores de aluguel apontados como responsáveis por muitos assassinatos na Grande São Paulo.



Sueli, na cozinha onde ocorreu a chacina: grávida de cinco meses e mãe de cinco filhos menores

Chacina é a terceira em 5 meses

Nesse período, 25 homens foram mortos em Francisco Morato e Franco da Rocha

Com o caso de ontem, 25 pessoas morreram em chacinas em Francisco Morato e no município vizinho, Franco da Rocha, na Grande São Paulo. A chacina de ontem é a terceira ocorrida desde outubro em Francisco Morato. No dia 19 desse mês, dois homens encapuzados invadiram uma padaria na Rua Gerônimo Caetano e executaram 5 rapazes.

Quatro dias depois, cinco outras pessoas foram mortas, entre elas o vereador Cláudio José dos Reis e o assaltante Ademilson Germano, que havia acabado de cumprir pena de seis anos de prisão. Eles estavam num bar na Rua Olavo Bilac, cujo dono, Amauri Franco, também foi morto. No forro do bar, policiais [illegible] um cachimbo para [illegible] e uma colher com [illegible].

Na noite de 7 de [illegible], a população de [illegible] ficou estarrecida com a [illegible] dos corpos de 12 homens, mortos com tiros na cabeça. Seis deles foram assassinados num bar no Parque Vitória, um bairro pobre. Horas depois, mais seis corpos foram encontrados: quatro num matagal e dois num desmanche de carros.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Vítimas haviam escapado da prisão no ano passado

Condenado a 7 anos de prisão por tráfico de drogas, assaltos e furtos, Sebastião Braz Fernandes Brito, fugitivo da Penitenciária de Franco da Rocha, morava com a mulher e cinco filhos menores na casa do Jardim Santo Antônio. Ele conhecera Valdir José Carvalho, co[illegible] a 15 anos, também por assalto e tráfico, quando estava na Casa de Detenção. Os dois [illegible] no ano passado e passaram a vender crack e [illegible]. No final da [illegible] de anteontem, Carvalho, a mulher e o filho foram visitar os amigos. Segundo Sueli Aparecida Rocha, mulher de Brito, depois do jantar as crianças foram dormir e eles continuaram bebendo e conversando. "A gente falava da dificuldade da vida, de como criar os meninos [illegible] de cozinha se abriu de repente", contou Sueli. Ela tinha o hábito de deixar a porta encostada e os quatro não tiveram como reagir quando os assasinos entraram. "A gente foi pega de surpresa, eles passaram a atirar e só escapei por causa dos meninos."

MULHER DIZ QUE MARIDO FUMAVA CRACK

Sueli explicou aos policiais que seu marido começou usando maconha e nos últimos meses passou a fumar crack. Alegou desconhecer qualquer envolvimento de Brito com a venda de tóxicos. Para os policiais, Sueli está com medo e por isso mente. Eles acreditam que os criminosos são conhecidos dela e antes de fugir a teriam ameçado de morte caso os denunciasse.

Grávida de 5 meses, Sueli diz não saber como vai criar os filhos a partir de agora. (R.L.)

02

DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA O ESTADO DE ...

FECHA DE PROCEDENCIA 23/3/85

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Dois traficantes são suspeitos de chacina

Dois traficantes de Francisco Morato, apontados como distribuidores de crack e cocaína, estão sendo procurados pela polícia como suspeitos da autoria do assassinato dos ladrões Sebastião Brás Fernandes Brito, Waldir José de Carvalho e da mulher deste, Sandra Aparecida dos Reis. A chacina aconteceu na madrugada de anteontem, na casa de Brito

03-03

9508582

9508583
ROU Asalto farmacia y robo psicofármacos -
LA MAÑANA
23/3/95

11176 11666
65092
5014166
11351
11342

ENTRADO
CRUZADO

Saquean farmacia

Una farmacia fue saqueda por delincuentes que se llevaron numerosos artículos entre ellos distintos tipos de sicofármacos. El caso es investigado por personal de la Dirección de Seguridad y de Narcóticos.

El comercio en cuestión, se encuentra emplazado en Luis Alberto de Herrera y los maleantes penetraron al mismo tras forzar una puerta. Una vez en el interior registraron minuciosamente el lugar, apoderándose de sicofármacos, otros medicamentos y distintos artículos.

El damnificado valoró el monto del ilícito en la suma de cincuenta mil dólares y carece de seguros.

01/01

9508583

COLÔMBIA

Traficantes pagam por prêmios de loteria

"Lavagem" do dinheiro obtido com o narcotráfico através do jogo é prática comum no país

Bogotá

Aparentemente, até a sorte se rende ao poder de compra dos grandes chefes dos cartéis de droga colombianos, a julgar pelo grande número de familiares de narcotraficantes ganhadores de vários prêmios lotéricos. Uma investigação da polícia federal colombiana descobriu que os traficantes compram bilhetes premiados para "lavar" (legalizar) o dinheiro obtido através da venda de drogas.

Com informantes infiltrados nas instituições lotéricas, os traficantes ficam sabendo os nomes e endereços dos ganhadores. Depois, se oferecem para pagar o prêmio do bilhete sorteado à vista e sem desconto do imposto de renda, oferta considerada irrecusável pela grande maioria dos sorteados.

Na última semana o premiado da loteria de Bogotá foi um dos filhos de Iván Urdinola Grajales, líder do cartel do Norte do Vale, que apesar do nome domina o tráfico no sudoeste do país. A mãe do premiado, Lorena Henao Montoya, tirou a sorte grande no último dia 15 de junho. Alguns dias antes, no dia 26 de maio do ano passado, Lorena já havia ganho na mesma loteria.

De acordo com a polícia, o expediente de legalizar dinheiro através do jogo começou a ser utilizado em 1983, época em que as autoridades investigavam a fortuna de Evaristo Porras Ardila, um suposto comerciante que teria doado US$ 2,4 mil para o falecido ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla.

Porras Ardila, procurado pela polícia da Colômbia, Equador e Peru, alegava ter ganho todo o dinheiro que possuía em sucessivos prêmios de loteria. O ministro Lara Bonilla foi assassinado pela máfia da droga em 30 de abril de 1984, meses depois de ter recebido a "doação".



Tercer doping

El tercer caso de doping de los Juegos Panamericanos se comprobó ayer, pero hasta anoche no fue confirmado oficialmente por las autoridades de la competencia. Se trata de una de las integrantes del bote canadiense que el domingo ganó la medalla de oro en la carrera de cuatro remos cortos. El bote estaba tripulado por Diane O'Grady, Marnie McBean, Silke Laumann y Wendy Wiebe. Las autoridades de COPAN y de la ODEPA precisaron que difundirían el nombre de la remera en infracción anoche, pero al cierre de esta edición aún no se habían pronunciado. De todos modos, la descalificación del equipo canadiense en la prueba es automática y con ello Argentina logra la medalla de bronce, ya que entraron cuartas en aquella competencia.

Nº DOCUMENTO 9508586

TITULO ARGENTINA: CONFIRMAN CONDENA DE MA. JOSE CANTILO.

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA [illegible]

VINCULACIONES 11176 11422 11680 65092 11351 66960 11352 11214 11341 11229 11354

ENTRADO

CRUZADO

Confirman una condena contra María José Cantilo

La justicia federal confirmó la condena de cuatro años de prisión contra la cantante de rock **María José Cantilo**, por encontrarla culpable del delito de tenencia de estupefacientes para su comercialización, informaron ayer fuentes judiciales.

De todos modos, Cantilo, de 41 años, continuará en libertad condicional, beneficio que le fue concedido el 18 de octubre de 1994, cuando cumplió los dos tercios de la condena.

La Cámara ratificó además la pena de cuatro años y seis meses de prisión al comerciante **Alejandro Lafleur**, procesado por el mismo delito que Cantilo.

En el mismo escrito, los camaristas revocaron la sentencia de primera instancia y absolvieron de culpa y cargo a **María Benegas**, hija de Cantilo, a quien se le había aplicado un año de prisión en suspenso.

La causa se inició el 7 de febrero de 1992 cuando en el domicilio de la cantante, en Malabia 1644 de esta capital, la Policía encontró 28 dosis de ácido lisérgico, cocaína y marihuana.

Los tres jueces de la Cámara coincidieron en la responsabilidad de Cantilo por la tenencia de estupefacientes y la de Lafleur por este delito y el de almacenamiento de droga. [illegible]

01 - 01

9508586

Nº DOCUMENTO 950857

TITULO URUGUAY: Incautan dosis de cocaína suficiente para mil dosis -

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 24/3/95

VINCULACIONES 11176 11352

65092 113554

307466

10004

11351

ENTRADO //

CRUZADO /

COCAINA

Una cantidad de clorhidrato de cocaína suficiente para hacer mil dosis de la droga fue requisado en una vivienda de la Rambla 25 de Agosto que fue allanada por personal de la Dirección nacional de Represión del Tráfico Ilícito de Estupefacientes. En el procedimiento se logró la detención de cinco personas de las cuales dos fueron procesadas, las tres restantes quedaron a disposición de la Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías.

También se encontraron en el inmueble, al cual se llegó luego de obtener informaciones en el sentido que allí se estaría comercializando droga.

Además de requisar la importante cantidad de cocaína antes mencionada y de lograr la detención de las cinco personas (tres hombres y dos mujeres) se encontraron otros elementos utilizados para la distribución y consumo de la droga.

Puestos a disposición de la Juez en lo Penal de 20º Turno, un joven de 19 años fue procesado por violar el Artículo 31 de la Ley 14.294 y otra persona de 22 por el Artículo 34 de la misma.

Mientras tanto, los tres restantes fueron puestos a disposición de la Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías para su rehabilitación.

9508587=

01-01

En Otro Procedimiento Requisaron Mil Dosis de Cocaína

A PRISION DOS VENDEDORES DE MARIHUANA EN LICEOS

La constante labor que cumple la policía en procura de evitar la proliferación de traficantes de droga, especialmente en cercanías de los centros de estudio, tuvo en las últimas horas una exitosa instancia, cuando tras una denuncia, se logró detener a dos sujetos que comercializaban marihuana en un Liceo de la Unión.

Marcharon a prisión en las últimas horas tres sujetos que fueron sorprendidos cuando consumían y vendían marihuana a los jóvenes estudiantes en la puerta del Liceo Nº 19 de la Unión.

El eficaz procedimiento que puso entre rejas a los inescrupulosos sujetos fue llevado adelante por personal de la Primera Zona de Hurtos y Rapiñas, perteneciente a la Dirección de Investigaciones.

Al ser alertados de la presencia de los traficantes en el lugar, los efectivos policiales comenzaron una discreta vigilancia de los alrededores del centro educativo ubicado en Camino Corrales y 20 de Febrero.

Luego de algunos minutos, se percataron de la presencia de tres jóvenes individuos, quienes estaban consumiendo frente a todos lo que parecían ser cigarrillos de marihuana y además entablaban conversación con varios estudiantes del Liceo mencionado, a quienes intentaban venderles la droga.

De inmediato se procedió a la detención de los tres, quienes fueron sorprendidos y antes que atinaran siquiera a escapar, ya estaban siendo introducidos al móvil policial.

Al procederse a registrarlos, se encontraron varios cigarrillos de marihuana en poder de cada uno, por lo cual poco pudieron hacer por evitar su responsabilidad, pese a que en todo momento negaron terminantemente que estuvieran consumiendo y vendiendo marihuana a los jóvenes estudiantes.

En las últimas horas, los tres detenidos, uno de 18 años y dos de 22, fueron puestos a disposición del Juez en lo Penal de Turno, quien dispuso su procesamiento con prisión por infringir el Artículo 35 de la Ley 14.294 sobre estupefacientes.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La República

FECHA 24/3/85

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Caen tres vendedores de marihuana en liceos

■ Con el inicio de las clases en todos los liceos del país, empezó una actividad ya denunciada hace meses por **LA REPUBLICA**, a instancia de denuncia de numerosos padres. Se trata de grupos de personas que pululan en los alrededores de los liceos con el fin de vender marihuana a los menores.

El objetivo de los «narcos» es iniciar a los adolescentes en el consumo de «porros», cigarrillos de marihuana, por lo que generalmente, el primer «pucho» es de regalo, pero los siguientes se cobran a razón de 5 pesos cada uno. Los vendedores se vienen apostando en locales de videos o juegos electrónicos que están en las cercanías de los liceos y allí traban amistad con los estudiantes.

Ayer trascendió que la Brigada de Narcóticos logró capturar a tres individuos que trataban de vender droga a estudiantes del liceo de La Unión. En el procedimiento se les incautaron varios cigarrillos del alucinógeno, estimándose que estaban tratando de «captar» a nuevos clientes, ante lo cual, las autoridades de Narcóticos alertan a los padres, profesores y estudiantes, especialmente a los de 1er. y 2do. grado, ya que los de mayor edad, seguramente conocen la situación y sabrán la actitud a asumir.

Precisamente, los narcotraficantes tratan de capturar siempre a los más jóvenes, que son inexperientes y también porque cuanto más jóvenes sean captados, mayor tiempo lo tendrán como «cliente». Los tres individuos fueron llevados a dependencias policiales con la marihuana incautada y en esta jornada son llevados ante el juez.

02

DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La República
FECHA 29/3/85
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Otros dos narcotraficantes fueron procesados ayer

Dos narcotraficantes que venían colocando cocaína entre los estudiantes de la Universidad y del Instituto Alfredo Vázquez Acevedo, fueron procesados en la víspera por disposición del juez en lo Penal de sexto turno, doctor Enrique Moller.

Se trata de la culminación de una larga pesquisa iniciada hace 15 días por la Brigada Antinarcóticos, luego de capturar a un joven de 23 años en la zona del Parque Rodó con un pequeño envoltorio de cocaína.

El adicto fue conducido a la base de Narcóticos en el Prado y allí confesó qure su porveedor era un armenio de 30 años de edad, quien fue rápidamente detenido, indicando que no solamente vendía la droga, sino que también la consumía. El detenido apuntó al hombre que le entregaba la droga, resultando ser un barista instalado con comercio en las inmediaciones de la Universidad.

Tanto el armenio, iniciales C.E.D.A., que tiene 30 años de edad, como el barista, iniciales O.W.S.L., oriental de 29 años, ambos carentes de antecedentes penales, fueron llevados ante el juez en lo Penal de sexto turno, quien decretó ayer sus procesamientos con prisión.

Una vez procesados los individuos, se conocieron los detalles del sistema que utilizaban para distribuir las drogas sin dejar pistas. Ambos venían trabajando desde hace dos años distribuyendo drogas entre los estudiantes. El barista recibía los pedidos con un radioaviso que había contratado a tales efectos, creyendo que así no tenía contacto con los adictos, pero el sistema utilizado fue el elemento fundamental para incriminarlo, porque sus llamadas quedaron registradas en la central de radio llamada. El sujeto utilizaba para llevar la droga un auto «BMW» de su propiedad, pero para otras tareas, utilizaba otro auto, marca «Opel Kadett». De esta forma, los narcotraficantes no tuvieron otra alternativa que confesar sus delitos, siendo derivados ante el juez competente.

C3-03

9508588

COMBATE AO CRIME

Mercosul prepara política antidrogas

O ministro da Justiça, Nélson Jobim, reúne-se com seu colega argentino na próxima semana, em Buenos Aires. Na pauta do encontro, está um debate sobre política penitenciária latino-americana e a tentativa de formulação de uma estratégia comum para a região sobre narcotráfico. Jobim está pessoalmente empenhado na defesa da unificação das ações dos países latino-americanos contra o crime organizado. "Temos de evitar que um crime transnacional seja tratado como crime doméstico", defendeu Jobim ontem, em Porto Alegre.

O ministro considera necessária uma mudança na legislação para uma definição comum do que consiste o narcotráfico no sentido jurídico e penal. "Precisamos também de instrumentos investigatórios adequados ao combate do narcotráfico", acrescentou Jobim. O ministro esclareceu que o tratamento recomendado pelo Itamaraty prevê antes conversas bilaterais com a Argentina, para depois chegar aos demais países do Mercosul — Paraguai e Uruguai. Em agosto, está marcada uma rodada de conversações sobre o tema com a Venezuela, a Bolívia e a Colômbia.

Nº DOCUMENTO 9508590

TITULO BRASIL. Lavrador de Campo Grande traficava cocaína ocultando

PROCEDENCIA O. ESTADO DE SÃO PAULO

FECHA DE PROCEDENCIA 24/3/95

VINCULACIONES 11176 11354
65092 11075
507483 11214
11331 11229
11352 11422

ENTRADO

CRUZADO

Lavrador carregava cocaína no estômago

ARAÇATUBA — O lavrador Valdir Cassemiro foi autuado em flagrante ontem pela polícia de Araçatuba por tráfico de drogas. Os policiais encontraram 909 gramas de cocaína enterrados no quintal de sua casa. A droga foi transportada de Campo Grande (MS) no estômago de Cassemiro, que engoliu 31 cápsulas de plástico contendo o pó. Ao chegar a Araçatuba, depois de viajar 500 quilômetros, ele expeliu a droga com a ajuda da namorada, uma garota de 14 anos, que lhe serviu um laxante.

C1-C1

9508590

Nº DOCUMENTO 950859 1
TITULO Brasil: Policia de Floresta descobre Serviço de Teleentrega por celular de drogas.
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES 11176 11354
65092 11341
507482 11214
11351 11229
11352 11422

ENTRADO
CRUZADO

ENTORPECENTES

Traficante vendia drogas por telefone

Agentes da 3ª Delegacia de Polícia (Floresta) estouraram na noite de quinta-feira um ponto de distribuição de drogas situado na Avenida Pará, esquina com Rua Viena, em Porto Alegre. Os policiais apreenderam 75 gramas de pasta de cocaína, diversos papelotes de cocaína, trouxinhas de maconha, uísques importados e toca-fitas roubados.

Os policiais garantem que funcionava no local um serviço de teleentrega de droga por telefone celular. Foi preso o traficante Jefferson Soldatelli Camargo, 25 anos, estudante de Administração e com antecedentes por tráfico. Foram detidos ainda Leandro Dutra, 20 anos, Alexandre Mello da Silva, 22 anos, e Catia Queirós, 18 anos, que tinham ido ao apartamento para adquirir cocaína.

O delegado Ben-Hur Marchiori, da 3ª DP, apurou que o líder do grupo é o presidiário (em liberdade condicional) Edeni Magalhães, que não foi capturado. Os traficantes também recebiam clientes no apartamento.

01-01

9508591

Nº DOCUMENTO 9508592

TITULO COLOMBIA: Destituyen policías corruptos por vínculos con el NT.-

PROCEDENCIA EL PAIS, REC.

FECHA DE [illegible] 25/3/95

VINCULACIONES 11176 11349

65092 11224

65592

11514

11113

ENTRADO //

CRUZADO

Destituyen Policías Corruptos en Bogotá

BOGOTA, 24 (Reuter). — La policía de Colombia, en un esfuerzo por combatir la corrupción en la institución armada, destituyó a 67 oficiales e investiga a 82 más.

El director de la institución armada, general Rosso José Serrano, dijo hoy en una entrevista con el diario El Tiempo, que la corrupción es el principal enemigo de la policía colombiana y que luchará para combatirla.

"Hoy por hoy, la corrupción está identificada como un enemigo de igual rango a cualquiera de los otros que, como el narcotráfico o la subversión desestabilizan el orden y la seguridad y frenan el desarrollo del país y de sus instituciones legítimamente constituidas", afirmó Serrano.

El oficial, quien asumió el mando de la policía colombiana en diciembre, admitió un alto grado de corrupción en la institución originado principalmente por el narcotráfico y los cárteles de las drogas.

El oficial dijo que su meta es mantener una lucha constante contra la corrupción para tener una policía eficiente para combatir todas las manifestaciones delictivas.

"Aspiramos a que cuando haya terminado el proceso que se está realizando en este momento se deje de hablar de la corrupción en la policía, y se comience a hablar de la honestidad de la policía", comentó el oficial.

01-02

9508592

Arrestos masivos en la policía colombiana

BOGOTA, 24 (Reuter).– La policía de Colombia, en un esfuerzo por combatir la corrupción en la institución armada, destituyó a 67 oficiales e investiga a 82 más.

El director de la institución armada, general Rosso José Serrano, dijo hoy en una entrevista con el diario El Tiempo, que la corrupción es el principal enemigo de la policía colombiana y que luchará para combatirla.

"Hoy por hoy, la corrupción está identificada como un enemigo de igual rango a cualquiera de los otros que, como el narcotráfico o la subversión, desestabilizan el orden y la seguridad y frenan el desarrollo del país y de sus instituciones legítimamente constituidas", afirmó Serrano.

El oficial, quien asumió el mando de la policía colombiana en diciembre, admitió un alto grado de corrupción en la institución, originado principalmente por el narcotráfico y los carteles de las drogas.

El oficial dijo que su meta es mantener una lucha constante contra la corrupción para tener una policía eficiente para combatir todas las manifestaciones delictivas.

"Aspiramos a que cuando haya terminado el proceso que se está realizando en este momento se deje de hablar de la corrupción en la policía y se comience a hablar de su honestidad", comentó el oficial.

Serrano reveló que de los 67 oficiales destituidos, algunos fueron retirados por vínculos con el narcotráfico y otros por fallas en la prestación del servicio.

Sanciones disciplinarias

Los casos de corrupción más graves en la policía de Colombia se descubrieron en octubre último, lo que obligó al gobierno a decretar una emergencia disciplinaria y penal en la institución.

En esa oportunidad se descubrió una red de narcotraficantes que operaba en el aeropuerto internacional de Bogotá y de la que presuntamente formaban parte varios miembros de la policía.

Con la emergencia disciplinaria de 1994 la policía destituyó a 174 miembros de ese cuerpo armado y realizó 2685 investigaciones internas para prevenir y combatir la corrupción instalada en ella.

Nº DOCUMENTO 9508593

TITULO Colombia: Operación Dignidad incautan importante material técnico al C. de Cali.

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 25/3/95

VINCULACIONES 11176 11351

05092

65592

11670

11349

ENTRADO

CRUZADO

Duro golpe a la droga

BOGOTA, 24 (ANSA).– La estructura financiera del cartel de narcotraficantes de Cali está recibiendo uno de los "más duros golpes" que se le haya dado en sus dos décadas de existencia, según la opinión de la policía colombiana, que en las últimas 24 horas allanó siete de las empresas en las que presumiblemente tiene intereses económicos la organización.

La llamada "Operación Dignidad", que comenzó ayer en Bogotá y continuó hoy en Cali, permitió incautar quince computadoras, diez discos duros, cinco computadoras portátiles, 350 disquetes y una serie de documentos que se consideran "importantes", según informó la policía.

9508593

01-01

Nº DOCUMENTO 9508594

TITULO Argentina. Diputados formulan proyecto de alcance nacional contra narcotráfico

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 25/3/95

VINCULACIONES 11176 11349
63092 11374
66960 11233
11214
11076

ENTRADO
CRUZADO

Abajo los carteles

Los diputados nacionales **Eduardo Varela Cid** y **Miguel Angel Pichetto** son los autores de un proyecto que impulsa la creación de una **cámara especial contra el narcotráfico** con alcance nacional. El proyecto surge frente "a esta invasión de carteles internacionales de la droga", puntualizó Varela Cid. Clarín 25

01-01

9508594

Piden mayor rigor contra las drogas

El 39 % de los porteños y bonaerenses reclaman una legislación más rígida para combatir el consumo y tráfico de drogas, en tanto que un 34 % cree que hace falta más educación para combatirlas.

En una encuesta del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, fueron consultadas unas mil personas.

El estudio pone en evidencia que el 39 % de ellas apuestan a una legislación severa, mientras que otras otorgan más poder a la educación que a los valores familiares para enfrentarla.

En cambio, sólo un 19 % resalta la importancia de preservar los valores familiares.

Discriminadas por sexo, las cifras muestran que el 44 % de los que reclaman una legislación más rígida son hombres y que el 36 % son mujeres. Por el contrario, entre quienes priorizan la educación, un 36 % son mujeres y un 30 % varones.

En tanto, el porcentaje de quienes creen que hace falta más educación aumenta entre los más jóvenes (40 % entre los 18 a 29 años).

Políticamente, la encuesta detalla que apoyan una legislación más rígida el 65 % de los votantes del Modín, el 57 % de la Ucedé, el 50 % de la Unidad Socialista, el 45 % del PJ, el 41 % de la UCR y el 28 % del Frepaso.

Inversamente, asegura que entre quienes opinan que hace falta más educación, los valores son mayores entre los votantes del Frepaso (47 %).

Le siguen –agrega– en orden descendente los radicales y socialistas, con 30 % en cada caso; la Ucedé, con 29 %; el PJ, con 28 %; y el Modín, con apenas 10 %.

Según el estudio, los votantes radicales son quienes confieren mayor importancia a los valores familiares.

Nº DOCUMENTO 950856
TITULO ITALIA: Personalidades [illegible] piden un llamado a favor de la legalización de marih/hachís.-
PROCEDENCIA LA República
FECHA 26/3/95
VINCULACIONES 11176 11341 11833
11340
10184 11214
507604 11229
11375 11432

ENTRADO
CRUZADO

El llamado lo firma al senador Taviana y el ministro de Hácienda, entre otros

Personalidades italianas de todos los partidos piden legalizar drogas blandas

Roma (ANSA)

● Doce personalidades italianas, de las familias políticas y culturales más diversas, publicarán hoy un llamado a favor de la legalización de las "drogas livianas" (marihuana y hachís).

El llamado será difundido al mismo tiempo por el diario comunista **Il Manifesto** y por el principal cotidiana económico del país, **Il Sole 24 Ore**.

Entre los nombres que figuran al pie del llamado se encuentran el senador vitalicio Paolo Emilio Taviani, el escritor Antonio Tabucchi, el oncólogo Umberto Veronesi y el ex ministro de Hacienda Giancarlo Pagliarini.

El documento afirma que fumar los derivados de la cannabis indica "es una conducta muy difundida en la vida de los italianos", dado que "los fumadores de estas sustancias superan por su número a los espectadores de los partidos de fútbol".

"El mero hecho de participar en una actividad recreativa, acerca de la cual nunca se ha demostrado que cause daños importantes" transforma a estas personas e "criminales", se queja.

"La opinión según la cual el consumo de cannabis lleva ineludiblemente a la dependencia de las drogas pesadas no tiene el menor fundamento", prosigue el llamado, y por lo tanto la prohibición de marihuana y hachís representa "una violación de la libertad individual y una amenaza para el bienestar de sectores importantes de la sociedad".

Según los firmantes del documento, "una ley que legalizara el uso de los derivados del cannabis indica conllevaría la creación de un contexto jurídico eficaz, que permitiría controles y autorizaciones" de un mercado actualmente ilegal y por lo tanto clandestino.

"A la luz de las pruebas irrefutables que demuestran que la actual legislación es injusta y del hecho que no ha permitido, contrastar eficazmente la difusión de las drogas pesadas y el poder económico de las multinacionales del narcotráfico, lanzamos un llamado al gobierno y a los ciudadanos para que se eliminen las prohibiciones vigentes sobre los derivados del cannabis y se legalice su consumo", concluye el documento.

01 - 01

9508596=

"La marihuana es menos dañina que el alcohol y el tabaco"

Londres (ANSA)

Janet Paraskeva, directora de la National Youth Agency, organismo que se ocupa de la salud de los jóvenes británicos, desató una virulenta polémica al afirmar que la marihuana es menos dañina que el alcohol o el tabaco, y por lo tanto debería ser legalizada.

La responsable británica dijo a la prensa que, en su opinión, "fumar un cigarrillo de cannabis produce las mismas consecuencias que un par de cervezas", y por lo tanto es absurdo penalizar su uso por parte de la población.

Por otra parte, Paraskeva subrayó que "es del todo inútil soltar a la Policía para intentar detener a muchachos con algo de 'hierba' en el bolsillo" antes de agregar que "la marihuana no mata a nadie, no es la antecámara hacia las drogas pesadas y, más aún, representa un nexo social entre los jóvenes".

Según las últimas estadísticas realizadas en Gran Bretaña, en efecto, un cuarto de los jóvenes de quince años admite que utiliza la marihuana o el hachís, productos derivados de la cannabis sativa.

El punto de vista de la señora Paraskeva no resultó agradable, sin embargo, para el presidente de la comisión antidroga del Parlamento, el conservador Tim Rathbone, quien dijo que sus "declaraciones inconscientes" demuestran que no puede seguir siendo responsable de la salud de los jóvenes de Gran Bretaña.

Estados Unidos y las drogas

Personas que consumen drogas en Estados Unidos:	11,7 millones
Personas que consumían drogas en 1985:	22,3 millones
Personas que consumen drogas pesadas:	2,7 millones
Personas que consumían drogas pesadas en 1988:	2,7 millones
Personas que consumen heroína:	0,6 millones
Aumento de los consumidores de heroína entre 1988 y 1994:	43%
Personas que admiten haber probado alguna droga en Estados Unidos:	77 millones
Población total de Estados Unidos:	250 millones
Porcentaje de los casos de SIDA relacionados al consumo de drogas en Estados Unidos:	35%

Avalan procedimientos policiales en una causa por narcotráfico

Controversia: un tribunal invalidó la detención de dos narcotraficantes y los liberó; el fiscal Romero Victorica pidió el juicio político de los jueces y la Cámara de Casación declaró nulo el fallo.

La Cámara de Casación Penal convalidó las facultades de la Policía Federal de realizar tareas de inteligencia y de detener personas, sin orden judicial, cuando se dan ciertas circunstancias.

El problema se planteó porque, en mayo de 1993, la policía detuvo a dos hombres en la localidad bonaerense de Villa Insuperable, en las proximidades de una casa en la que había realizado tareas de inteligencia.

Los agentes, sin exhibirles orden judicial de arresto -pues no la tenían- ni indicarles el motivo de la detención, les pidieron que les mostraran sus pertenencias y sólo entonces descubrieron que llevaban droga, tras lo cual los detuvieron. Más tarde, ya en la comisaría, los imputados confesaron que portaban esos estupefacientes.

El Tribunal Oral Federal número 1 de San Martín, integrado por Lucía Larrandart, María Cassaín y Héctor Heredia, dejó en libertad a los imputados y declaró inválido todo el proceso, por vicios en la actuación policial.

Ese cuerpo de Justicia entendió que los policías no adujeron las circunstancias objetivas que los llevaron a la detención de los imputados y concluyeron en que la policía no puede realizar actividades de inteligencia sin el conocimiento y control del magistrado de turno y del Ministerio Público.

Ayer, la Sala III de la Cámara de Casación, integrada por los doctores Eduardo Riggi, Jorge Casanova y Guillermo Tragant, sobre la base del dictamen del fiscal de esa instancia Juan Martín Romero Victorica, declaró la nulidad del fallo y ordenó realizar un nuevo juicio contra los imputados, que deberá sustanciarse ante otro tribunal oral.

Duro cuestionamiento

En lo que se entendió como un duro cuestionamiento a la actuación del tribunal, la Cámara de Casación calificó la decisión que había adoptado aquél como "una interpretación artificiosa e inadecuadamente formalista".

Además, el fiscal de la Cámara de Casación Martín Romero Victorica pidió que los jueces que absolvieron a los supuestos narcotraficantes sean sometidos a juicio político. Por ello, la Cámara de Casación ordenó formar un expediente, para estudiar ese planteo.

El tribunal federal cuestionado podría ser el que, en el futuro, tome intervención en la causa Café Blanco, investigación iniciada por el juez de ese fuero de San Martín, Alfredo Suárez Araujo, y en la que se desbarató la introducción a nuestro país de 1000 kilogramos de cocaína y se detuvieron a diez narcotraficantes, casi todos colombianos.

Por su parte, el diputado justicialista Carlos Varela Cid acusó a a la jueza Larrandart de haberse desempeñado como defensora de personas supuestamente vinculadas con el narcotráfico cuando ejercía la profesión de abogada, antes de ser nombrada magistrada.

La decisión

Para ese tribunal, la policía no puede realizar actos de instrucción sumarial, pero sí tareas de inteligencia, que constituyen "una metodología normal en la detección de los delitos y sus posibles autores. Es una actividad absolutamente esencial para las fuerzas policiales".

En cuanto a la inexistencia de orden de detención, hicieron hincapié en que los agentes obraron sobre la base de "sospechas ciertas de que se podría estar cometiendo alguna maniobra delictiva", fundamento suficiente, según los jueces, para obrar como lo hicieron, y que "el resultado de la actuación policial es coincidente con las sospechas que motivaron a los agentes a efectuar la detención y la incautación".

"No es función de la policía aprehender a los culpables, sino a los sospechosos", sostuvieron, y entendieron que la detención constituyó un caso de flagrancia, que autoriza a la policía a detener personas sin orden judicial.

Sólo Para Consumo Interno; 5 Pesos un "Porro" en Liceos

MAS DE 2.000 KILOS DE DROGAS INGRESAN POR AÑO A URUGUAY

Hace diez años un equipo de investigadores sociales elaboró el primer estudio en profundidad para hurgar en el comportamiento de los adolescentes ante el uso y consumo de distintos tipos de drogas, a modo de demostrar la vulnerabilidad de este grupo etario y con ello la necesidad de la implementación de medidas preventivas, por parte de toda la sociedad adulta.

Entre las preocupantes revelaciones de la investigación surgía que los adolescentes montevideanos consumían alcohol y psicofármacos en niveles que estaban, y lo siguen estando, entre los más altos del mundo.

El informe mereció el premio "Ministerio de Salud Pública", otorgado por la Academia Nacional de Medicina y, como no podía ser de otra manera, el mismo se archivó en un cajón. Hoy, en prácticamente todos los liceos de la capital los chicos pueden adquirir un "porro" de marihuana al módico precio de 5 pesos, aunque para acceder a un gramo de cocaína deben hacer economía durante una semana para acumular los 80 pesos necesarios.

Solamente en dos liceos, 19 y 34, emplazados en las zonas de la Unión y Curva de Maroñas los hombres de la Brigada Antinarcóticos, aprehendieron en los últimos cinco días a 7 jóvenes proveedores del alucinógeno, cuyas edades oscilaban entre los 18 y 22 años, los cuales fueron remitidos a la cárcel imputados del delito de suministro.

Una fuente de la citada dependencia del Ministerio del Interior reconoció que el problema "está fuera de control, porque los traficantes grandes gozan de absoluta impunidad". El informante explicó que las batidas que se realizan en los alrededores de los centros de enseñanza media arrojan "resultados estériles", porque lo único que se hace es mandar a la cárcel a jóvenes "reclutados" y pasibles de un "fácil recambio" por parte de los encargados del ingreso y distribución de la droga.

Otro investigador observó con preocupación que día a día se verifica una disminución en el precio de la droga. "Se podría establecer un paralelismo de consumo con el caso de los electrodomésticos. A medida que pasa el tiempo y crece la demanda, radiograbadores, videos y televisores se obtienen más baratos, exactamente lo mismo pasa actualmente con la marihuana".

"Fíjese usted —anotó la fuente— que cualquier liceal tiene en su bolsillo cinco pesos y eso equivale a un "porro" de marihuana. Por supuesto que eso lo saben los traficantes que reclutan a jovencitos y los largan a la calle a ofrecer una "mercadería" a tan buen precio".

LA SUPUESTA ATENCION A LOS JOVENES ADICTOS

"Cuando hacemos una redada y capturamos a cinco o seis "pasadores", también procedemos a la detención de muchachos adictos a las drogas. Para estos últimos obviamente no existe posibilidad de procesamientos porque, como se sabe, el consumo no está penado en nuestro país. Sin embargo, nada se hace con ellos a nivel institucional para recuperarlos", afirma el vocero.

Cuando se le recuerda que para ello existe la Comisión de la Lucha contra las Toxicomanías, el informante se pone molesto y dice: "son citados al hospital Vilardebó, allí les toman los datos y los mandan para la casa.".

Para el investigador "el consumo de drogas en los alrededores de los liceos se ha convertido en un problema sin solución. Cuarenta y cincuenta hombres no pueden luchar contra cientos de jóvenes distribuidores y miles de chicos que compran drogas. El que más o el que menos ya ha probado o a visto hacerlo, y ni que hablar del consumo del alcohol".

El oficial dijo que hasta el momento el único trabajo responsable sobre el comportamiento de los adolescentes frente a la problemática de la droga fue confeccionado hace 10 años. "Se trata de un estudio titulado "Problemas del Comportamiento relacionados con la Salud. Estudio Epidemiológico sobre el Consumo de Drogas en Adolescentes" y fue realizado por la sicológa **María Cristina de Albistur**, la Profesora **Cristina Rovira**, la doctora **Mónica Wagner**, la doctora **María de los Milagros Sugo** y el Profesor **Orual Andina**", remomora el investigador con el documento en la mano.

"Este trabajo de investigación se realizó en 36 institutos de Enseñanza Secundaria y de UTU, diurnos y nocturnos, públicos y privados de la ciudad de Montevideo" anota.

"Ya en aquel entonces, de las preguntas realizadas a 2.536 alumnos de 12 a 18 años quedó en claro que el 17,4% consumía tabaco, ubicándose dicho porcentaje dentro de los rangos de prevalencia de consumo a nivel mundial. La misma investigación también reveló que el 62,4% de los adolescentes consumían alcohol, situándose la prevalencia internacional entre el 54,2% y el 67,6%".

Dijo el vocero que si ello demostraba la gravedad del problema a nivel del consumo de tabaco y alcohol, resultaba mucho más preocupante la información sobre el porcentaje de estudiantes que "sabía donde se podía adquirir drogas o psicofármacos, que se elevaba por encima del 25 por ciento".

El problema se ha agravado a extremos inconcebibles para el investigador quien aseguró que al territorio uruguayo "ingresan más de 2.000 kilos de drogas al año, independientemente de la que sigue camino para Europa". De dicha cantidad "apenas se requisa entre el 5 y 10 por ciento", informó.

"El problema está en los bordes" (se refinó así a las fronteras de nuestro país) porque aquí no se produce ninguna droga, quiere decir que toda la que circula en nuestro suelo proviene del exterior y, necesariamente, tiene que pasar por los puestos de controles fronterizos", subrayó.

Para el vocero la única solución es "abocarse de lleno a reducir la demanda, con educación y prevención a nivel de la enseñanza. El problema está adentro y tenemos que resolverlo entre todos", concluyó.



El "Needle Park" en Suiza. Que la Plaza Lafone de La Teja, por ejemplo, no se convierta en lo mismo.

01-02

Informe Reservado Reveló que Ingresan a Uruguay más de 2.000 Kilos por año

INVESTIGAN LA VENTA DE DROGAS EN ZONAS EN DONDE HAY LICEOS

La distribución y venta de droga en zonas cercana a liceos públicos de Montevideo preocupa a las autoridades. En la última semana detuvieron a siete vendedores. Un informe reservado revela que hay creciente ingreso de droga a Uruguay.

Más de 2.000 kilos de drogas ingresan por año a territorio uruguayo para consumo interno, independientemente de aquella que circula sólo de paso en nuestro país y que tiene como destino Europa y los Estados Unidos. La revelación surge de un estudio que se está elaborando en la actualidad y que podría tomar estado público en los próximos días.

A nivel de investigadores del Ministerio del Interior existe suma preocupación por los niveles de consumo en los liceos de Montevideo, en cuyos alrededores se comercializan "porros" de marihuana al módico precio de 5 pesos la unidad, el equivalente a una bebida cola o a una cerveza chica.

En la última semana sólo en los alrededores de los liceos 19 y 34 de la Curva de Maroñas y la Unión funcionarios de la Brigada Antinarcóticos detuvieron a siete vendedores de drogas, cuyas edades oscilan entre los 18 y 22 años, que abastecían, se estima, a un número de jovencitos adictos no menor al centenar.

Fuentes vinculadas a la lucha contra el flagelo aseguraron a EL PAIS que uno de los problemas de mayor entidad lo representa la falta de vigilancia "en los bordes", es decir en las zonas fronterizas del país. "En Uruguay no se produce ningún tipo de drogas, así que toda la que circula tiene que ingresar, inevitablemente, por los los pasos de frontera donde no se ejercen los controles adecuados", dijo uno de los voceros consultados.

El mismo informante hizo mención a un estudio realizado hace 10 años por un equipo de investigadores sociales (premiado por la Academia Nacional de Medicina) "que no se tomó en cuenta, pero que ya advertía los riesgos de consumo entre adolescentes".

Reconoció, asimismo, que el problema de la drogadicción en la juventud montevideana "está fuera de control", porque los traficante grandes gozan de impunidad. Calificó las batidas que se realizan en los alrededores de centros de enseñanza arrojan "resultados estériles", porque lo único que se hace es mandar a la cárcel jóvenes "reclutados" y pasibles de un "fácil recambio".

(Más información en la Segunda Sección, página 5).

Nº DOCUMENTO 356864

TITULO Inglaterra: 'éxtasis' en colegios privados. —

PROCEDENCIA Clarín

FECHA 26/3/95

VINCULACIONES 11146 11342 11076 10184 11341 11374 504529 11214 11665 11229 11421 11422

ENTRADO

CRUZADO

TRES ALUMNOS DE EATON FUERON DETENIDOS. ALLI SE EDUCAN LOS ARISTOCR

Droga en el colegio inglés más chic

Por 20.000 dólares al año los ricos de Inglaterra mandan a sus hijos al exclusivísimo y centenario Eaton, rebosante de tradiciones. Ahora, sin embargo, el escándalo llegó al más tradicional de los colegios ingleses al detenerse a tres jóvenes pupilos de rancia alcurnia por consumir "éxtasis", una droga de moda entre los internados.

LONDRES (Por **María Laura Avignolo,** especial para **Clarín**). – Eaton, el colegio más aristocrático de Inglaterra y donde el hijo del **príncipe Carlos** cursa sus estudios desde el mes de setiembre, está en medio de un escándalo porque **tres de sus alumnos han sido detenidos por consumo de éxtasis.**

Charles Serocold, Jamie Boyd-Rochfort y Charlie Lane Fox, tres pupilos de 18 años y en el último año, fueron detenidos por la policía en un club del sudoeste de Londres consumiendo éxtasis y marihuana cuando disfrutaban de sus vacaciones escolares.

Los tres han sido suspendidos por el director del centenario establecimiento, donde los príncipes y reyes de medio mundo se han educado tras **pagar 20.000 dólares al año.**

Las autoridades de Eaton están furiosas por la publicidad dada al caso. El director neocelandés **John Lewis** dijo en un comunicado: "Tres alumnos han sido castigados por un episodio que involucra el consumo de drogas que ha sucedido fuera del colegio durante estas vacaciones". Los pupilos no podrán regresar al colegio hasta el fin del próximo verano.

Los tres chicos pertenecen a aristocráticas familias, vinculadas a la realeza o empresas de gran prestigio, que han elegido un bajo perfil en el escándalo.

Serocold, uno de los chicos detenidos, tiene vinculaciones con Eaton desde los tiempos de su bisabuelo y abuelo, ambos héroes de la Primera y Segunda Guerra Mundial.

Boyd-Rochfort es el nieto del entrenador de los caballos de carrera de la **reina Isabel** y Lane Fox tiene como padres a los dueños de una de las inmobiliarias más centenarias del país.

Serocold, cuyo padre trabaja en la compañía de champán Heidsieck, se mostró furioso por la forma en que su detención se produjo.

"Nos esposaron y nos ordenaron sacarnos toda la ropa. Después nos metieron por tres horas en una celda", explicó el alumno, liberado hasta que tenga que presentarse ante un tribunal el 11 de junio para ser juzgado.

Pupilos adictos

Las drogas se han convertido en un serio problema en los colegios de pupilaje británico, donde los chicos permanecen 36 semanas al año alejados de su familia y con serios problemas afectivos y de alcoholismo. Un grupo de alumnos de Eaton fueron detenidos recientemente cuando trataban de ingresar al castillo de Windsor completamente borrachos.

"Hay muchos 'eatonians' que vienen a este club. Todos buscan drogas pero no hay nada que uno pueda impedir. La compran en el estacionamiento o antes de entrar", explicó Sean McLusky, fundador del club **UK**, donde los alumnos fueron detenidos.

Una frecuente clienta de UK es una joven de 17 años que tiene amigos entre los alumnos de Eaton.

"Mi novio suele ir con los chicos de Eaton a este club y compran éxtasis antes de llegar. Por lo menos toman tres o cuatro, especialmente cuando se acerca el verano", explicó la adolescente.

Ella admitió que los "eatonians" –como llaman a los alumnos de Eaton– tienen "serios problemas con drogas".

Si bien los colegios de pupilos británicos –a un promedio anual de 11.000 dólares, como mínimo, por cada alumno– han tenido problemas con drogas en el pasado, el éxtasis que sus alumnos consumen está dando a esta adicción una dimensión más peligrosa.

Phil Cooper, un ex adicto ahora convertido en líder de una campaña antidroga, lleva adelante programas en Eaton, Gordonstown –el colegio adonde fue el príncipe Carlos– Ascot, Sevenaks y Wellington College.

El sostiene que el programa es dramático ahora. "La mayoría de estos alumnos son pupilos, y ellos solo pueden tomar éxtasis cuando salen de vacaciones. Por eso están convencidos de que no son adictos".

Un millón de tabletas de éxtasis se consumen semanalmente en Gran Bretaña y 40 personas mueren por su causa.

Dureza y mucho rigor

Absolutamente británicos, cerrados y sin creer en ninguna teoría innovadora sobre la educación y sus nuevas corrientes, los colegios británicos de pupilaje son la institución elegida para formar a una clase privilegiada.

Eaton, Harrow y Gordonstown son tan respetados por el "establishment" británico como la misma reina. Hasta ahora simbolizaron poder, rigor, educación imperial y buen futuro. Treinta y seis semanas al año como internos en el colegio, sin contacto estrecho con la familia **ni demostraciones expansivas de afecto para endurecer la personalidad** de los futuros servidores de la corona, es la receta en la que aún creen sus directivos.

"Después de ocho años de interno en Harrow, entrar al ejército británico me pareció como un paseo a Disneyworld", dijo el **príncipe Thalal de Jordania.**

Los castigos corporales fueron comunes a la educación británica y aún siguen siendo respetados por los padres que envían a sus hijos a los internados.

9508601

01-01

Nº DOCUMENTO 950860?

TITULO Uruguay será sede de Banco de Datos antidrogas de la OEA. —

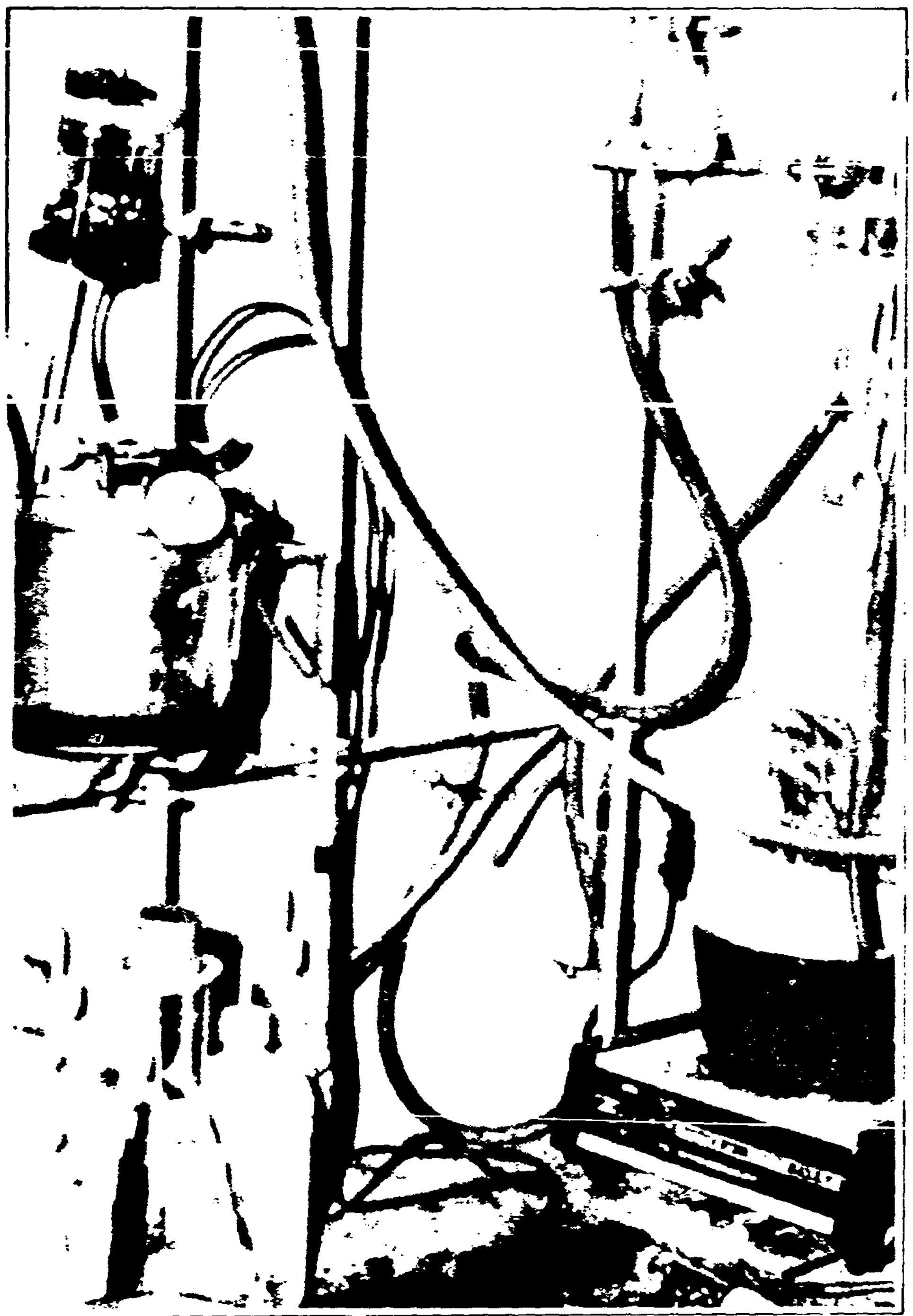
PROCEDENCIA La República

27/3/95

[illegible]CIONES 11176 11349 11005 650?12 500889 501889 50?466 11683 1122? 11233 10001 11608 11225 13508 11421

Se llevará un registro sobre el tráfico de estupefacientes y el lavado de dólares

Uruguay será sede de un banco de datos sobre consumo de drogas en Latinoamérica



Los laboratorios clandestinos, donde se produce droga, en la mira de la OEA.

■ Uruguay será la sede latinoamericana de un organismo de la Organización de Estados Americanos (OEA) especializado en la lucha contra la droga, según afirmó el prosecretario de la Presidencia, Alberto Scavarelli, quien participó en encuentros sobre este tema en Panamá y Austria.

De esta forma, en nuestro país se instalará un banco de datos que llevará un registro estadístico del tráfico y consumo de estupefacientes en la región; los tipos de sustancias usadas y el lavado de dólares.

«Uno de los puntos tratados fue la responsabilidad por la ejecución de medidas (contra el tráfico de drogas) solicitadas por un país a otro en el marco de convenios bi o multilaterales, referidas a los perjuicios que pueden causar a terceros», aseguró el jerarca.

Uruguay obtuvo la designación luego de que apoyó esta postura en el encuentro de la organización internacional y aportó iniciativas en el análisis de la situación internacional del consumo de la droga.

Además el gobierno uruguayo y el mexicano firmaron un convenio regional, con el auspicio de la OEA, que permite que nuestro país se transforme en sede para América del Sur del banco de datos informatizado.

Según Scavarelli, a través de este banco de datos se espera tener un mayor control del tráfico de drogas en América del Sur. Agregó que se pretende tener una mayor concentración de información estadística sobre el tema, que oriente a los gobiernos sobre las medidas a tomar para combatir el tráfico de estupefacientes.

«Es un alto honor para el país que la OEA lo considere como sede para toda esta región y en el banco de datos se va a ir centralizando informaciones sobre la evolución de drogas, el tipo de sustancias que se está consumiendo en la zona y elementos sobre el narcotráfico. No se trata de información sobre casos puntuales, como si fuera un registro policial, sino que se busca elaborar líneas estadísticas del tratamiento del tema», expresó.

Preguntado sobre si el levantamiento del secreto bancario en investigaciones al lavado de narco-dólares en el encuentro de la OEA, Scavarelli expresó que ese punto fue analizado. Agregó que Uruguay ratificó la Convención de Viena de 1988, lo que significa que se está analizando en forma universal el consumo, tráfico de estupefacientes hasta el lavado de dinero.

«Nuestro país explicó que tiene un marco legal que le permite tener un control adecuado sobre este tema. Sin perjuicio, de que se está analizando en el Parlamento tipificar como delito este tipo de conducta (lavado de fondos provenientes del tráfico de drogas)», aseguró.

Luego de la reunión en Panamá, Scavarelli participó en un encuentro del órgano especializado de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) para la lucha contra la droga realizado en Viena, Austria.

La delegación uruguaya fue nominado para presidir a ocho sesiones de trabajo y Scavarelli fue nombrado vicepresidente de ese organismo de la ONU.

«En esa reunión cada país pasó revista a su situación sobre el consumo de drogas y se definieron líneas importantes como la reducción de la demanda. También se analizó sobre la producción de sustancias y las formas de sustitución (para los plantadores) de otras vías de desarrollo económico y social, que les permita ir sustituyendo la plantación», sostuvo.

9508602

01-01

Droga fuerte, Justicia débil

Asunción (ANSA)

■ El juez del crimen Carlos Monges reconoció ayer que la justicia paraguaya lucha muy tibiamente contra el narcotráfico, debido a la falta de medios.

En una extensa entrevista que publica el matutino Hoy, Monges señaló que mientras los narcotraficantes "se mueven en aparatos muy modernos, nosotros nos movilizamos en carreta".

El presidente norteamericano Bill Clinton, en un reciente informe al Congreso de su país, incluyó a Paraguay entre los países que obtienen pobres resultados en la lucha contra el narcotráfico.

La posibilidad de que Paraguay fuera incluido en la "lista negra" norteamericana en ese sentido, motivó reacciones de protesta tanto del presidente Juan Carlos Wasmosy como de otros altos funcionarios del gobierno.

El embajador norteamericano Robert Service manifestó en reiteradas ocasiones en los últimos días que Paraguay debe intensificar su lucha contra el narcotráfico.

El juez Monges justificó la falta de resultados "contra los capomafiosos" por la falta de infraestructura, de ordenamiento y por la debilidad de las personas encargadas de aplicar la ley.

Dijo que si no se solucionan estos problemas, el flagelo de la droga va a ir introduciéndose cada vez más en la sociedad paraguaya.

Al respecto informó que dispone de informaciones que indican que se está introduciendo la droga entre los alumnos de los colegios secundarios, en forma indiscriminada en cuanto al nivel económico de los jóvenes.

"La droga ya está en los colegios y en nuestra juventud y eso implica un doble peligro de convertirnos en un país que está recurriendo al narcotráfico para sus ingresos", expresó Monges.

Chile: Parlamentarios Acusados por Drogas

SANTIAGO DE CHILE, 26 (AP). — Múltiples y nuevas acusaciones, hasta ahora sin pruebas, de consumo de drogas por algunos diputados no individualizados, parecen empantanar la labor de la Cámara de Diputados y afectan la imagen de los parlamentarios.

Algunos legisladores, como ser el presidente del partido opositor Renovación Nacional, Andrés Allamand, dicen que las acusaciones buscan debilitar las instituciones democráticas.

Allamand, en entrevista difundida hoy por el matutino El Mercurio, dijo que a totalitarios y narcotraficantes les interesa la existencia de una sociedad con instituciones desprestigiadas, porque "se queda sin defensas".

Agregó que existe una campaña que busca desprestigiar a la Cámara, y que otro objetivo sería enlodar a personas o a determinados partidos políticos.

En la Cámara circulan listas con nombres de algunos parlamentarios que estarían implicados en el supuesto consumo de drogas; el de Allamand es uno de muchos.

La polemica se arrastra y se ha incrementado desde mediados de enero, cuando el ex ministro y vocero del régimen militar Francisco Javier Cuadra dijo que algunos personeros públicos y parlamentarios usan drogas, principalmente cocaína.

A comienzos de mes, dos diputados derechistas se sumaron a las denuncias de Cuadra pero sin entregar antecedentes concretos.

Parlamentarios y políticos, principalmente oficialistas, coinciden en que está en curso una campaña política para desprestigiar a la Cámara, la que incluso afectaría la estabilidad democrática. En medio de la controversia, el ministro del Interior, Carlos Figueroa, expresó ayer su preocupación por el tratamiento que la prensa hace del tema.

Sin embargo son los propios parlamentarios quienes casi diariamente, se refieren al supuesto consumo de drogas en el Congreso.

"Lo que pido en esta materia es que no hagamos el juego a los narcotraficantes, para que se llegue a pensar que la drogadicción es generalizada", agregó Figueroa.

Añadió que "parecería importante" que se realizara un examen antidrogas a los aspirantes a cargos en la administración pública, el que se podría extender a los favorecidos en elecciones populares.

El Senado y la Cámara se querellaron contra Cuadra, pero no consiguieron que divulgara nombres o aportara pruebas.

Los diputados debatieron el miércoles último por cuatro horas el asunto en una sesión pública transmitida en directo por un canal de televisión, en la que nuevamente se exigieron denuncias concretas, sin resultados.

01-01

Entrevista: *Vicente Chelotti*

Fiscalização no Sul do país será reforçada

EDSON LUIZ
Sucursal/Brasília

Vicente Chelotti, policial há 23 anos, gosta de enfrentar desafios. Desempenhou várias missões, foi segurança de presidentes e embaixadores e presidiu os sindicatos dos funcionários do Departamento da Polícia Federal e dos delegados. Agora, vai encarar a tarefa mais difícil de sua vida profissional: o comando da Polícia Federal. Nada disso, porém, abala o gaúcho de Faxinal do Soturno. Na direção-geral da Polícia Federal, Chelotti quer manter o apoio da categoria. Para isso, conta com o amigo de infância, o ministro da Justiça Nélson Jobim. O novo diretor espera melhorar os defasados salários dos policiais e quer também policiar o Sul do país, montando postos de fiscalização de fronteiras. Este projeto faz parte do acordo do Brasil com os países que formam o Mercosul. Em pouco mais de um mês à frente da Polícia Federal, Chelotti atingiu um recorde: apreendeu mais de uma tonelada de cocaína. "A polícia está trabalhando de novo", afirma. Fica triste ao falar dos agentes mortos em missão, como os dois assassinados cruelmente no Rio de Janeiro, quando foram entregar intimações numa favela. Homem simples, gosta de passar as horas de folga com a família e de jogar futebol. Chelotti falou à ***Zero Hora*** *pouco antes de viajar para a Argentina, onde assinará acordos de cooperação para o combate do narcotráfico.*



Carinho: Chelotti, com o filho no colo, passa as horas livres com a família

Zero Hora — Ao assumir, o senhor disse que encontrou na Polícia Federal um rombo de R$ 6 milhões. Qual é, afinal, a situação da instituição ?

Vicente Chelotti — Na verdade, falei que havia duas dificuldades, uma de ordem interna e outra externa. A primeira, só a vontade política do governo poderá resolver, que é a falta de recursos, pessoal, estruturação na parte organizacional e salários. A questão salarial é a mais importante, pois antigamente havia uma equiparação salarial. O que mais me preocupa agora é que os futuros delegados vão receber, pela tabela do Ministério da Administração, R$ 660,00, e os novos agentes, R$ 417,00. Temos que fazer um plano de carreira para resolver esta situação.

ZH — Essa será sua principal prioridade ?

Chelotti — Sem dúvida. Posso até afiançar que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, também está preocupado com isso.

ZH — E o rombo de R$ 6 milhões ?

Chelotti — Eu peguei a Polícia Federal com restos a pagar do exercício de 1994, de quase R$ 6 milhões. Mas em nenhum momento falei que o coronel Romão teria feito algo errado. Deram uma conotação errada. Eram recursos de diárias para o pessoal que viajava e deixava para receber depois. Houve compra de equipamentos que eram para ser pagos posteriormente. A direção anterior achava que os recursos iriam entrar, mas não entraram. Um outro problema é que em janeiro e fevereiro foram consumidos 44% do total de recursos que teríamos para gastar em diárias todo o ano.



Salários: greves na PF são rotina



Cartaz: sobre a cocaína, o protesto

ZH — E qual a solução para não interromper o trabalho da Polícia Federal ?

Chelotti — Eu expliquei em reunião com os agentes que teria que reduzir o número de pessoas que vão participar das operações de reforço nas fronteiras, portos e aeroportos. E isso pode ocasionar até um certo desconforto entre nosso pessoal, mas infelizmente terei que fazer isso, senão não teremos, já no meio do ano, dinheiro para diárias.

ZH — O senhor acha que isso influenciará negativamente nas operações da Polícia Federal?

Chelotti — Infelizmente sim, mas vou ter que fazer isso para que estas operações não parem. Eu prefiro reduzir o número de pessoas que participam, priorizar locais para serem realizadas e fazer isso durante todo o ano do que manter o ritmo anterior e chegar no meio do ano sem um tostão para qualquer tipo de operação fora das áreas de atuação de cada superintendência.

ZH — Como os delegados sobreviverão com um salário tão baixo?

Chelotti — Esta é uma das minhas grandes preocupações. O ministro pediu para fazermos uma proposta para tentar resolver esta situação e já temos alguma coisa adiantada. Quando cheguei aqui, recebi total apoio, vindo de todo o Brasil. Também estou vendo uma grande motivação para o trabalho. Para se ter uma idéia, em um mês de trabalho, já apreendemos mais de uma tonelada de cocaína. O pessoal está voltando a trabalhar. Minha preocupação é que a esperança que estão depositando em mim, de repente, possa transformar-se em decepção de novo. Meu temor é que o tempo passe e não aconteça nada e eles voltem à desmotivação que tomava conta do orgão. Mas minha esperança é que o ministro também está preocupado com isso.

"Estamos indo à Argentina para decidir onde vamos instalar os demais postos de fiscalização na fronteira entre os dois países"

ZH — A Polícia Federal tem projetos na área do Mercosul ?

Chelotti — Dentro do acordo do Mercosul, a Polícia Federal já atua integrada com os demais países limítrofes no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, além da migração e fiscalização. Agora vamos montar postos em toda fronteira da região do Mercosul. Não definimos ainda onde serão, mas já existe um posto piloto em Foz do Iguaçu, onde há um trabalho integrado entre Brasil e Argentina. Vamos à Argentina para decidir onde instalaremos os demais postos. Tudo vai depender deste projeto piloto, que está sendo desenvolvido em Foz.

ZH — Mas para isso também é preciso recursos.

Chelotti — Também. Eu sempre digo que a redenção da Polícia Federal hoje está nas mãos do Congresso. O governo Itamar Franco encaminhou ao Legislativo um projeto de lei criando o Fundo de Reaparelhamento da Polícia (Funrepol), que está tramitando em algumas comissões e, provavelmente, na próxima semana seja votada na Comissão de Finanças. Este Funrepol possibilitará que passemos a cobrar por alguns serviços que [illegible]

[illegible]gas: 2 narcos [illegible]sados

[illegible] individuos que comercializaban [illegible] balnearios de Atlántida y Pa[illegible] [illegible] fueron procesados en la pasa[illegible] [illegible] por disposición de la Justicia de [illegible] luego de un exitoso procedi[illegible] [illegible] a cabo por la Dirección de [illegible] de la Jefatura de Canelo[illegible]

[illegible] de la Oficina de Pren[illegible] [illegible] la Dirección de Investi[illegible] [illegible] a la cárcel departa[illegible] [illegible]ardo Espinosa, orien[illegible] [illegible] y César Alejandro [illegible], de 26 años, impu[illegible] [illegible] previsto en el artículo 35 de [illegible] que se refiere al suministro [illegible] de estupefacientes.

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9508607

TITULO ITALIA Record de cocaína hallado e. estómago de colombiano.

PROCEDENCIA La República

FECHA DE PROCEDENCIA 28/3/95

VINCULACIONES 11176 507004 11229 65092 11354 11422 65592 11675 11226 11232 10184 11214

ENTRADO / CRUZADO /

CARGAMENTO DE COCA EN EL ESTOMAGO

ITALIA

Por otra parte, otro cable despachado en Roma por la misma agencia, indicaba que un colombiano que había ingerido nada menos que un quilo 400 gramos de cocaína contenida en pequeños óvulos de goma, fue detenido por la Policía italiana al llegar al aeropuerto romano de Fiumicino, proveniente de Bogotá.

El detenido es Alberto Gonzalo Tores Guerrero, de 48 años, oriundo de Bogotá.

Al llegar al aeropuerto, la Policía notó cierta actitud sospechosa en el hombre y lo detuvo. Después de haber obtenido la correspondiente autorización, lo sometieron a una serie de radiografías en un hospital cercano, comprobando que había ingerido 151 óvulos, lo que constituye un récord en cantidad de droga hallada dentro de un ser humano.

01 - 01

9508607

Nº DOCUMENTO 9508608

TITULO Venezuela. Destruyen 1000 has de plantaciones de coca, marih. y amapola

PROCEDENCIA La República

28/3/95

11176 11225

65092 11341

67390 11354

11351 11662

11349

ENTRADO	/
CRUZADO	/

ARRASAN MIL HECTAREAS

Las Fuerzas Armadas Nacionales de Venezuela erradicaron cultivos de amapola, coca y marihuana en una extensión de 1.000 hectáreas localizadas en una sierra al noroeste venezolano, que cultivaban colombianos asentados ilegalmente en el lugar, se informó este lunes en Caracas. La operación fue iniciada en julio pasado por equipos combinados, luego que inteligencia militar detectara deforestación indiscriminada de grandes extensiones y la presencia de supuestos colonos vinculados a grupos de insurgentes colombianos. La fumigación de esas plantaciones clandestinas constituye [illegible] golpe al narcotráfico.

01-01

9508608

Nº DOCUMENTO 950808
TITULO ROU: Se realizan importantes operativos en Rivera. –
PROCEDENCIA El País
FECHA [illegible] 28/3/95
VINCULACIONES 11176 11351 507482.
65092 11352
507466 11341
74200 11354
11349 11226

ENTRADO
CRUZADO

Rivera: Dura Lucha Contra Narcotráfico

RIVERA (Por Freddy Fernández Carranza, corresponsal). — Desde el pasado 24 de febrero a la fecha han sido diversos los procedimientos realizados por la Brigada de Narcóticos, los que permitieron la detención de distintas personas, al tiempo que fueron requisados envoltorios conteniendo cigarrillos de marihuana y distintas dosis de cocaína, además de una pipa y una pipeta. La mayoría de los detenidos fueron luego liberados por resolución judicial.

El informe oficial establece que "cumpliendo directivas de este Comando, con el fin de prevenir el uso de drogas en la frontera durante las fiestas de carnaval" se procedió a la detención de un joven de 24 años el que tenía consigo aproximadamente cuatro gramos de marihuana, una pipa y una pipeta. Idéntico procedimiento fue realizado con cuatro jóvenes que se encontraban fumando cigarrillos de marihuana.

El procedimiento de mayor trascendencia cumplido durante el carnaval fue realizado en colaboración con la Policía Federal Brasileña, oportunidad en que fue detenida una mujer que había transportado desde Santa María un paquete conteniendo 300 gramos de cocaína en estado de máxima pureza. En virtud de que el procedimiento se desarrolló en territorio brasileño y que la dama fue detenida "in fraganti", ésta fue derivada a la cárcel de la vecina ciudad donde aguarda la resolución judicial de rigor, en función de la normativa vigente en Brasil.

Nº DOCUMENTO

TITULO Rou. Descubren empresario narco distribuidor de cocaína a universitarios y políticos -

PROCED... EL PAIS

FE... 28/3/85

11176 _ 11351
65093 _ 11359
507466 _ 11226
10001 507480
11352 11224

ENTRADO
CRUZADO

Cayó Empresario por Tráfico de Cocaína

Un próspero empresario, vinculado a la noche montevideana, que suministraba cocaína a dirigentes políticos y a estudiantes universitarios cayó en manos de la policía y resultó procesado con prisión por la justicia. El individuo de 34 años, carente de antecedentes penales, tenía montada una "cocina" en el balneario Solymar donde procesaba la coca en pasta que traía de Bolivia.

El detenido involucró a mandos medios policiales, los que serán indagados, según trascendió en las últimas horas.

El fulminante operativo realizado por funcionarios de la Brigada Antinarcóticos tuvo su inicio casi de casualidad cuando personal de la seccional 5a. del Parque Rodó detuvo a un joven de 23 años que tenía en su poder tres "gotas", o dosis, de la droga blanca.

En pocos minutos el muchacho "entregó" a la policía al proveedor, un armenio de 40 años que no sólo confesó su vinculación en la comercialización de la droga, sino que también aportó el nombre completo del empresario de 34, dueño de un conocido comercio, quien fue detenido de inmediato.

La detención de este último individuo levantó polvareda, ya que los teléfonos de la base de El Prado no dejaron de sonar durante 24 horas. Fueron muchos los que se "interesaron" en la situación procesal del hombre que finalmente fue remitido a la cárcel por orden del juez de sexto turno, doctor Moller, bajo el cargo previsto en el artículo 34 de la ley 14.294, junto al armenio, al que le tipificó igual delito.

En el allanamiento realizado en uno de los inmuebles del procesado, concretamente en el referido balneario, los investigadores hallaron unas 300 dosis de cocaína. La policía se incautó, además, de dos modernos vehículos y de una pistola automática.

De la investigación surgió que el propio empresario obtenía la coca en pasta en Bolivia, la cual procesaba para su posterior venta y distribución en su casa balnearia.

Un bar instalado en las inmediaciones de la Universidad de la República era el lugar donde se vendía mayor cantidad de cocaína proveniente de la organización montada por el empresario. Una fuente policial aseguró que el individuo poseía una extensa lista de clientes que incluía personas allegadas al quehacer político y a decenas de estudiantes del ámbito universitario y de enseñanza media".

Para el vocero, el informe publicado el pasado domingo por EL PAIS, sobre la venta de drogas en los liceos en Montevideo, lo único que hizo fue "poner las cosas en su lugar".

9508610

01-01

TRAFICO DE DROGAS

Militarizan la isla de San Andrés

ISLA DE SAN ANDRES, Colombia, 27 (AFP y EFE). – El gobierno colombiano **militarizó** el archipiélago caribeño de San Andrés, señalado por los EE.UU. como uno de los principales **puentes** para el transporte de drogas y blanqueo de dinero.

El propio ministro de Defensa de Colombia, **Fernando Botero**, dirigió durante el fin de semana el operativo, en el que participaron efectivos de la fuerza aérea, el ejército y la armada.

La militarización de la turística San Andrés incluyó la remoción de las jerarquías policiales locales, el cierre parcial del puerto naval y aéreo y la puesta en marcha, a partir de hoy, lunes, de controles financieros, en una guerra abierta contra la mafia local.

Las nuevas unidades de policía, que trabajan junto con el ejército y la marina, disponen de una dotación de barcos y aviones. Al mismo tiempo, las autoridades han prohibido la portación de armas a los civiles.

Por primera vez en la historia de la isla, los pescadores iniciaron sus labores en medio del rígido patrullaje de naves guardacostas y aviones.

Botero señaló que se quiere volver a la normalidad en la isla, que antes era un lugar de compras y descanso y ahora, al parecer, es un punto estratégico del tráfico de drogas. En breve se adoptarán otras medidas para contrarrestar la acción de los traficantes, no sólo de drogas, sino de armas, dijo el ministro de Defensa colombiano.

A la isla, ubicada 1.700 kilómetros al noroeste de Bogotá, arribó hoy en forma sorpresiva el embajador norteamericano en Colombia, **Myles Frechette,** quien se reunió con el ministro Botero para interiorizarse del operativo.

Las autoridades de EE.UU. denunciaron el mes pasado el incremento del narcotráfico por vía marítima y aérea en la isla turística de San Andrés.

En el archipiélago opera, desde hace ocho años, un radar antidrogas estadounidense y, según la prensa colombiana, las instalaciones son controladas por personal extranjero, que prohíbe a los habitantes y los periodistas acercarse a la base.

TITULO Vargas Llosa a favor de la legalización de las drogas blandas

PROCEDENCIA PAGINA 12

FECHA DE PROCEDENCIA 28/3/95

VINCULACIONES 11176 11349
65092 11269
66017
11214
11375

Vargas Llosa y la droga

"Yo creo que, al final, la legalización de las drogas llamadas blandas va a tener que ser aceptada como un mal menor; es inevitable", dijo ayer, en diálogo con la agencia Télam, Mario Vargas Llosa. El escritor peruano, que negó estar escribiendo un libro sobre Maradona, agregó sobre el tema de la legalización de las drogas que "la estrategia política de la represión no produjo una reducción del problema de las drogas. Por el contrario, el gasto de cifras siderales en esta cuestión no dio ningún resultado, y tuvo un efecto más bien contraproducente". Vargas Llosa afirmó que "la comunidad internacional va a tener que llegar a algún tipo de acuerdo y legalizar esas drogas (blandas), y además encontrar una manera de canalizar esos recursos en educación, rehabilitación y prevención".

01-01

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Cae con un quilo y medio de coca en el estómago

La lucha de la Policía antinarcóticos de Colombia por destruir el cartel de la cocaína de Cali, prosiguió ayer con el allanamiento a un bunker, propiedad de Francisco Herrera, quien según la institución armada es uno de los principales cabecillas de la organización.

Según un cable de la agencia noticiosa internacional **AFP**, recibido en nuestra redacción, procedente de Cali, la operación que demoró varias horas este domingo, no produjo detenciones, pero sí permitió la incautación de importantes documentos que son analizados por la Policía, así como la incautación de lujosos vehículos equipados con vidrios antibalas y blindajes especiales. La acción policial fue adelantada en el centro de Cali, capital de la provincia del valle, suroeste, por el bloque de búsqueda, que integran el Ejército y la Policía, con hombres especializados para hacer frente al narcotráfico, el mismo que mató al capo del cartel de Medellín, Pablo Escobar, el 2 de diciembre de 1993.

9508613

SECUESTRAN IMPORTANTE DOCUMENTACION A UN JEFE DEL CARTEL DE CALI

El gobierno de Colombia aumenta su ofensiva contra el narcotráfico

Tras numerosas denuncias norteamericanas, las autoridades colombianas militarizaron la isla caribeña de San Andrés, considerada como uno de los principales puentes para el transporte de droga. También a instancias de Washington, el gobierno de Ernesto Samper hace tres semanas que le declaró la "guerra" al Cartel de Cali, el principal grupo narco.

CALI, 27 (AFP y EFE). - En el marco de la feroz ofensiva desatada desde hace tres semanas por el gobierno colombiano contra los narcotraficantes del **Cartel de Cali**, la policía antinarcóticos allanó hoy el búnker de uno de los principales líderes del grupo y secuestró documentación clave sobre su accionar.

La operación se realizó en la madrugada de hoy en el escondite de **Francisco Herrera**, el presunto **"número cuatro"** en la jerarquía de la organización encabezada por los hermanos **Gilberto** y **Miguel Rodríguez Orejuela**.

El operativo policial forma parte de la "**guerra**" iniciada por el gobierno de **Ernesto Samper** contra el cartel, luego que los EE.UU. condicionaron su ayuda económica a Colombia a una mayor lucha contra el narcotráfico.

El operativo no produjo detenciones, pero sí permitió la incautación de importantes documentos que son analizados por la policía, así como la incautación de lujosos vehículos equipados con vidrios antibalas y blindajes especiales. El lugar estuvo habitado hasta minutos antes de la llegada policial, según dijeron varias fuentes.

El inicio de la redada fue protagonizado en pleno centro de Cali por el llamado **Bloque de Búsqueda**, un grupo de 150 efectivos del ejército y la policía especializado para hacer frente al narcotráfico y que tiene como antecedente principal haber matado al capo del Cartel de Medellín, **Pablo Escobar**, el 2 de diciembre de 1993.

La muerte del "jefe de todos los jefes" del narcotráfico hizo disminuir la influencia del Cartel de Medellín y acrecentó la del de Cali, con sede en la ciudad de la que parte el 80 por ciento de la cocaína consumida en los EE.UU., según los datos de Washington.

El 1° de marzo, el presidente norteamericano, **Bill Clinton**, otorgó la **"certificación"** a Colombia por la lucha antidrogas, lo que le permite seguir recibiendo créditos estadounidenses. Pero la decisión de Clinton solo fue "por razones de seguridad nacional" y no porque la lucha contra el narcotráfico fuera exitosa.

Samper tomó nota de esa recomendación y de inmediato inició la "guerra" contra el Cartel de Cali, especialmente. Pocas horas después de obtener la "certificación", el gobierno colombiano anunció la detención de **Jorge Rodríguez Orejuela**, el menor de los hermanos que manejan el Cartel de Cali.

A ese golpe de efecto siguió una gran ofensiva que hizo a Cali, a varias localidades vecinas y a una buena región del sudoeste colombiano, escenario de las más grandes operaciones militares y policiales que se han conocido desde que Escobar declaró, y perdió, su cruenta "narcoguerra".

La batalla contra el Cartel de Cali llegó esta semana a Bogotá y empezó a golpear la infraestructura financiera del grupo.

En las últimas 72 horas fueron intervenidas en la capital colombiana al menos ocho empresas, propiedad de los "capos" de Cali o de sus testaferros.

Nº DOCUMENTO 9508614

TITULO Brasil Negro organizacao era pegada por venda drogas en Erechim

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PROCEDENCIA 28/3/95

VINCULACIONES 11176 11422 11675 65092 11351 507482 11352 11214 11354 11229 11341

ENTRADO /

CRUZADO

ERECHIM

Prisão por tráfico

☐ Depois de investigar durante um mês, a polícia de Erechim prendeu em flagrante Sadi Dala Vale, 34 anos, e Luiz Antônio Maieski, 22 anos, o *Peludo*, acusados de usar uma oficina de chapeação no Bairro Bela Vista como fachada para a venda de cocaína e maconha. Dono da oficina em sociedade com *Peludo*, Vale vendia mais de um quilo de cocaína por semana. Na apreensão, a polícia encontrou uma balança de precisão usada para pesar o produto, um pequeno tijolo de maconha e sete pacotinhos de cocaína pesando sete gramas cada.

01-01 9508614

Suspeitos de crime em Atibaia são traficantes

Delegado acredita que a chacina de três pessoas de uma mesma família seja um ajuste de contas

CLAYTON LEVY

CAMPINAS — A Polícia Civil acredita que o assassinato de três pessoas de uma mesma família, ocorrido na madrugada de anteontem, em Atibaia, tenha sido uma vingança de traficantes de drogas. Segundo o delegado da cidade, Hamilton de Souza, os assassinos pretendiam matar apenas um deles, mas executaram os outros para não deixar testemunhas.

A dona de casa Edna Aguiar de Souza, de 39 anos, e seus filhos Carlos Eimar de Souza, de 20, e Sandro Robson de Souza, de 16, foram encontrados mortos em diferentes locais. De acordo com o delegado, Carlos era viciado em cocaína. "As investigações até agora apontam para um acerto de contas entre ele e os traficantes", disse o delegado.

O corpo de Carlos foi o primeiro a ser encontrado pela polícia, sob um viaduto na altura do km 76 da Rodovia D. Pedro I. Ele foi morto com um tiro nas costas. Seu irmão, Sandro, foi encontrado embaixo da cama dos pais, com sinais de enforcamento. A mãe foi deixada na Estrada Laranja Azeda e também deve ter sido vítima de enforcamento.

A polícia descartou a participação do marido de Edna e pai dos rapazes, Carlos de Souza, no assassinato. Souza, que é construtor, contou que na noite do crime estava em São Paulo. Ele disse à polícia que chegou durante a madrugada em sua casa e, como estava sem a chave, preferiu dormir no carro para não incomodar a família.

> UMA DAS VÍTIMAS ERA VICIADA EM COCAÍNA

Souza só descobriu que alguma coisa estava errada quando bateu na porta, pela manhã, e notou que não havia ninguém. Preocupado, foi à polícia. Os investigadores entraram na casa e constataram que nenhum objeto havia sido roubado. Logo em seguida, os corpos foram encontrados. A polícia tem um suspeito, mas prefere manter o seu nome em segredo para não atrapalhar as investigações.

DISPARO UNA MUJER

La droga era "mala", se quejó y lo mataron

"Se vino a quejar de la calidad de la merca que le entregamos y terminé pegándole un balazo", confesó ayer ante la Justicia la mujer que mató de **un tiro en el corazón** a un hombre al que le había vendido alrededor de 30 gramos de cocaína. Según revelaron fuentes judiciales, la mujer y su pareja le vendían droga a revendedores, quienes la comercializaban en los alrededores del complejo habitacional **Carlos Gardel**, en la localidad bonaerense de Caseros.

En la noche del viernes, **Rubén Rosas**, de 32 años, le había comprado a la pareja los 30 gramos de cocaína. La intención de Rosas, afirmaron, era revender la droga en el complejo Carlos Gardel. Pero la droga era de mala calidad: **"Estaba muy 'cortada' y era imposible seguir estirándola"**, reveló a **Clarín** uno de los policías.

Poco despúes de las 21.30 del sábado, Rosas golpeó la puerta de la casa de la pareja, ubicada en la calle Scalabrini Ortiz 3256, a 15 cuadras del complejo Carlos Gardel. Apenas lo atendieron, Rubén Rosas les comenzó a gritar a **Alberto "Oveja" Del Frate**, de 42, y a **Mónica "La Gorda" Martínez**, de 37, que **"todo lo que me dieron es basura pura"**, contaron los testigos.

Toda la pelea fue en el jardincito del frente de la casa. Adentro, los cuatro hijos de la pareja –tres nenas y un varón– miraban televisión. Dicen que, de repente, Rosas sacó una pistola 9 milímetros. En vez de **achicarse,** Martínez sacó del bolsillo de su bermudas un revólver calibre 22.

Los vecinos dicen que escucharon **cinco balazos**. Durante el tiroteo, Rubén Rosas comenzó a retroceder por el jardín en busca de algún lugar que le sirviera para cubrirse. Pero no lo logró. Uno de los balazos de Mónica Martínez **le pegó en el pecho,** a la altura del corazón.

Apenas le pegaron el tiro, Rosas se quedó solo. El compañero que lo estaba esperando en un coche se escapó al verlo caer. Mientras la pareja cerraba la puerta de la casa, **Rosas consiguió levantarse y completamente ensangrentado caminó unos 70 metros, hasta la esquina de Scalabrini Ortiz y Caferatta, donde murió.**

Cuando llegó la Policía, Alberto Del Frate se hizo el desentendido. "Sí, escuché unos tiros, pero no sé qué pasó. Me acuerdo que metí a los chicos adentro", dijo.

Pero los policías de la comisaría 1ª de Caseros sospecharon y allanaron la casa. Adentro encontraron el revólver con el que Mónica Martínez mató a Rosas. Además, la Policía encontró una pistola calibre 6.35 milímetros. Debajo de una de las maderas del piso, había **30 gramos de cocaína, una jeringa y algunas cajas con aspirinas**. Habitualmente, dicen, ese medicamento se usa para **"cortar"** la cocaína.

Al parecer, la pareja ya había tenido otro reclamo por la calidad de la cocaína que vendían. En el tacho de basura, los policías encontraron **un papel** en el que se leía **"mandame una piedra buena porque la que me diste es basura"**. El mensaje, escrito a mano, lo firmaba **"Norma"**.

Ni el hombre ni la mujer tienen antecedentes policiales. En el prontuario de Rubén Rosas figuraban dos robos, por los que había cumplido una condena en la cárcel de Villa Devoto.

Carlos Galván

ASESINARON A UN NARCOTRAFICANTE

Las cuentas de Fuerte Apache

Rubén Sergio Rofras, un narcotraficante que pasó varios años en prisión, murió ayer al recibir un balazo en la boca, después de haber discutido con un matrimonio, presuntamente por la comercialización de cocaína, en el complejo habitacional conocido como Fuerte Apache. Después de asesinar a Rofras, Carlos Gratka y Mónica Marjidek se escaparon del barrio, pero a las pocas cuadras fueron detenidos por un patrullero. Los investigadores aseguraron que la pareja arrestada vendía todo tipo de drogas en la zona oeste del conurbano bonaerense.

Rofras, de 32 años, vivía en el edificio 12 y era una especie de zar de la droga en Fuerte Apache, según la versión oficial. El lunes, el hombre salió por la calle Cafferata y se encontró con el matrimonio Gratka, que en un Fiat esperaba frente al complejo habitacional. Desde hacía un tiempo, la pareja pretendía controlar la venta de cocaína dentro del barrio, pero Rofras tenía el comercio monopolizado. Al quedar frente a frente, los narcotraficantes comenzaron a dialogar.

La discusión fue subiendo de tono hasta que Rofras sacó un revólver nueve milímetros de entre sus ropas y efectuó varios disparos, a quemarropa, contra sus competidores. El matrimonio logró refugiarse en el Fiat sin heridas y no tardó en contestar los disparos. Mientras los vecinos llamaban a la policía, Marjidek desenfundó una pistola y desde el mismo auto comenzó a disparar. El tiroteo no duró mucho tiempo y culminó cuando Rofras recibió un balazo en la boca, que le provocó la muerte en forma instantánea.

Rapidamente, de acuerdo con lo relatado por los testigos, los Gratka pusieron en marcha su automóvil e intentaron escapar del lugar. Pero a las pocas cuadras fueron interceptados por un patrullero de la Brigada de Investigaciones de San Martín. Cuando la manzana quedó rodeada de policías, los narcotraficantes se entregaron con las manos en alto. Luego fueron trasladados a una comisaría de Caseros, imputados de "homicidio simple". En las próximas horas, los detenidos serán indagados por la jueza de San Martín Adela Formichelli.

Coiombia: Guerriiia Ataca a los Aviones

SANTAFE DE BOGOTA, 28 (EFE).—La guerrilla colombiana disparó el pasado domingo contra dos avionetas que fumigaban con glifosato plantaciones de cultivos ilícitos en el municipio de Vegalarga en Neiva, sur del país, informaron hoy martes las autoridades.

Las dos aeronaves fueron alcanzadas por disparos de fusil lanzados por guerrilleros del frente 17 de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), desde campamentos camuflados situados en la región.

[illegible] un disparo en el costado de su ala derecha, lo que obligó a su regreso al aeropuerto "Benito Salas" de Neiva.

Además, un helicóptero UH 1H PNC 150 también fue alcanzado por los disparos de los guerrilleros de las FARC.

Este mismo aparato el mes anterior había sido blanco de seis impactos de fusil disparados por la guerrilla en el Valle de San Miguel en los límites del Huila y Tolima.

En el departamento del Huila las fumigaciones habían estado suspendidas en los últimos [illegible] en la zona.

LOS REBELDES COLOCABAN EXPLOSIVOS PARA PROTEGER LOS CULTIVOS DE COCA

Hallan en Colombia una extensa zona minada por los guerrilleros

El ejército colombiano afirmó que en una nueva prueba de los vínculos entre la guerrilla y el narcotráfico, descubrió ayer una extensa zona sembrada con más de 1.000 minas que los guerrilleros del Ejército de Liberación Nacional (ELN) utilizaban para proteger cultivos de coca a unos 350 kilómetros al norte de Bogotá.

BOGOTA, 28 (Reuter, AP y EFE). – El ejército colombiano descubrió hoy **una amplia zona sembrada con minas y explosivos**, instalados por la guerrilla para proteger cultivos de coca en el norte del país, informaron voceros militares.

El campo minado, donde se detectaron unas 1.000 minas, fue ubicado en una geografía montañosa y selvática de la serranía de **Mico Ahumando**, zona rural del municipio de **Morales**, departamento de **Bolívar**, a unos 350 kilómetros al norte de Bogotá.

"Es una amenaza no sólo para el ejército, sino para los habitantes de la zona. Es una siembra indiscriminada de minas; es una cosa escandalosa, ya que nunca el ejército había encontrado algo así; esto parece **El Salvador** o **Nicaragua**", dijo el comandante de la brigada *móvil número dos*, general **Rodolfo Herrera Luna**. El oficial afirmó que la zona será "dinamitada" para desactivar las minas y evitar que los campesinos de la zona sufran heridas. Herrera reveló que las minas protegían un cultivo de 15 hectáreas de hoja de coca que custodiaba un grupo rebelde.

La guerrilla de Colombia, en particular el **Ejército de Liberación Nacional** (ELN), comenzó en 1990 la instalación de minas en zonas rurales de Colombia.

La estrategia de la guerrilla ha causado la muerte en los últimos años a decenas de campesinos, mientras que otros, incluyendo niños y mujeres, han quedado mutilados al pisar los campos minados.

Desde el 26 de febrero pasado, luego que miembros del ELN incursionaron al otro lado de la frontera y asesinaron a ocho marinos venezolanos, los ejércitos de Colombia y de **Venezuela** intensificaron el control fronterizo en busca de desbaratar los grupos guerrilleros y narcotraficantes que controlan la región.

En el marco de la misma ofensiva, ayer la policía antinarcóticos colombiana allanó el búnker de uno de los principales líderes del **Cartel de Cali**, que maneja más del 80 por ciento del negocio de la droga.

En el departamento de **Santander**, el ejército detectó en 1993 zonas minadas en medios de cultivos de café y cacao, por lo que las autoridades militares hicieron denuncias ante organismos internacionales de derechos humanos.

El oficial dijo que con el descubrimiento del campo minado y del cultivo de hoja de coca, se detecta una vez más los vínculos de la guerrilla con el narcotráfico y las intenciones de guerra de los rebeldes.

En **La Plata** (en el departamento de Huila), otra compañía militar descubrió cuatro toneladas de provisiones en otro campamento del ELN.

Tienen en sus manos 4.5 millones de hectáreas

Narcotraficantes se apoderan del campo colombiano

Los narcotraficantes se están apoderando del campo, y ya poseen cerca de 4.5 millones de hectáreas de tierra, cifra similar a la dedicada a la agricultura y ganadería honesta, denunció ayer el presidente de la Sociedad de Agricultores de Colombia (SAC), César Dejar

Bogotá (AFP)

"De continuar a este ritmo —la adquisición de tierras por parte de los narcotraficantes—, pronto el número de dueños honestos de tierras será muy reducido", dijo Dejar.

El presidente de la SAC señaló que los agricultores y ganaderos se ven obligados a vender su tierras por la falta de estímulos gubernamentales para el campo.

Recordó además que el agro está siendo asolado por la guerrilla y la violencia común, y desestimulado por los altos costos de producción.

Pidió al gobierno del presidente Ernesto Samper un plan de choque para sacar al sector de la crisis que enfrenta.

De acuerdo con cifras de la Policía Antinarcóticos, se han detectado 39.800 hectáreas cultivadas con coca y 20.274 con amapola (materia prima para obtener heroína).

Los mayores cultivos de coca se han localizado en el sureste departamento del Guaviare, en tanto que las mayores extensiones sembradas con amapola se encuentran en los departamentos del Huila y Cauca, en zonas muy apartadas y de difícil acceso por las condiciones topográficas.

Pero no sólo los narcotraficantes compran tierras para dedicarlas a cultivos ilícitos, sino también para lavar sus dineros provenientes del ilícito negocio, según han detectado los organismos de inteligencia del Estado.

Los mafiosos generalmente ofrecen cifras superiores al valor real de la tierra, lo que hace muy atractivo para los campesinos vender y además ha provocado que en algunas regiones del país el valor de la tierra se dispare a precios ficticios.

NARCOCULTIVOS CON MINAS EXPLOSIVAS

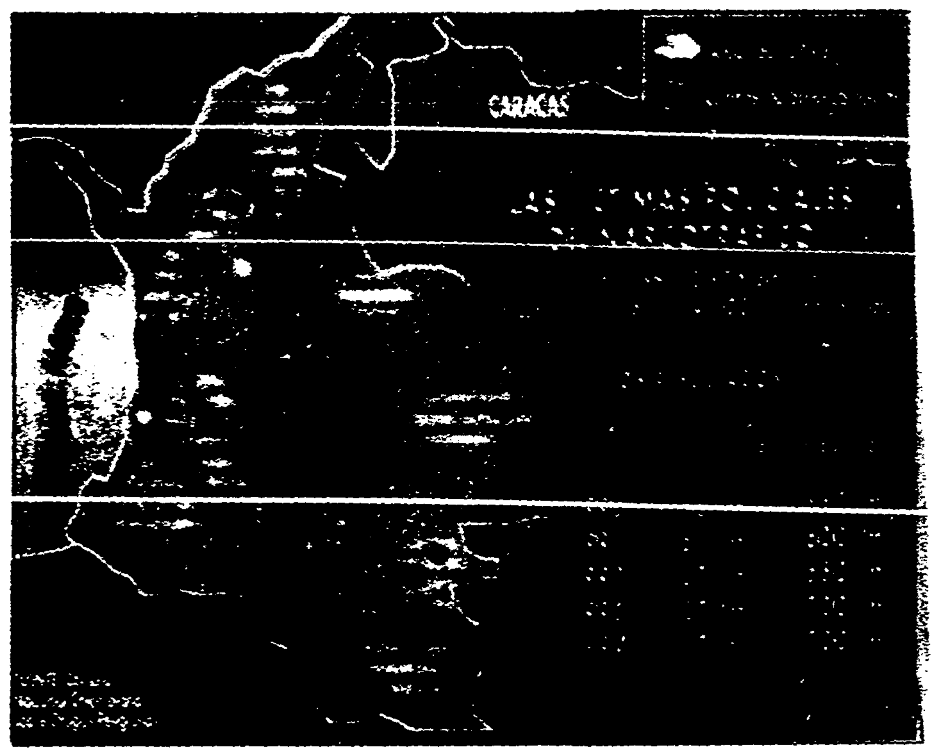
Una nueva conexión entre la guerrilla izquierdista y los narcotraficantes colombianos quedó al descubierto, al descubrir el ejército un extenso cultivo de coca rodeado por minas explosivas sembradas alrededor de éste, informó ayer el ejército.

El narcocultivo, de 21 hectáreas de extensión, protegido por los explosivos (minas "quiebrapatas"), fue descubierto en jurisdicción del municipio de Morales, al sur del caribeño departamento de Bolívar, precisó el informe castrense.

Cuatro infantes de marina resultaron heridos por la explosión de las minas durante la operación que permitió descubrir el cultivo de coca, que según el ejército está protegido por cerca de 1.500 minas, colocadas por la guerrilla del Ejército de Liberación Nacional (ELN). En cercanías del narcocultivo también fueron hallados abandonados dos campamentos guerrilleros, con capacidad para albergar unos 200 subversivos.

El comandante de la Brigada Móvil número dos, general Rodolfo Herrera, a cargo de la operación, al describir el campo minado dijo que "lo que encontramos sólo tiene comparación con El Salvador o Nicaragua".

El oficial aseguró además que la guerrilla está obligando a los campesinos de la región a cultivar la coca. Las autoridades analizaban la forma de desactivar las minas, cada vez más usadas por la guerrilla para proteger sus campamentos, y que han dejado no sólo numerosos militares heridos, sino también campesinos, quienes han perdido una o sus dos piernas, como le ocurrió hace algunos meses a un niño.



Los narcotraficantes se extienden a lo largo y ancho del país, pese al combate de las autoridades.

OEA Organiza Concurso Liceal Contra la Droga

La Oficina de la Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos en Uruguay, la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) de la OEA, el Ministerio de Educación y Cultura y el Consejo de Educación Secundaria, están convocando a un Concurso para liceales de 5o. y 6o. año de Bachillerato sobre la "Importancia y prevención en el Abuso de Drogas", con el propósito de promover una actitud reflexiva frente al tema y la adopción de conductas que permitan combatir este flagelo que acecha a la juventud.

Los dos mejores trabajos serán premiados con un pasaje a los Estados Unidos para cada uno, cedidos por United Airlines, con alojamiento en una casa de familia por un período de 10 días. Durante su estada, los ganadores visitarán la sede de la OEA en Washington DC, para apreciar su estructura y funcionamiento y presenciar reuniones de los cuerpos gobernantes de la Organización que puedan tener lugar en esas fechas.

El Concurso cuenta con el auspicio y patrocinio de la Junta Nacional de Prevención y represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas de la Presidencia de la República, el Departamento Internacional del United States Custom Service, la compañía aérea United Airlines, J. Camponmar & Alvariza Business Travel, el Rotary Club, Distrito Aguada de Montevideo y el Rotary Club de Alexandria, Virginia, EE.UU.

Nº DOCUMENTO 950862O
TÍTULO Brasil P. Civil realiza operação de busca na Vila Safira em Zona Norte de P. Alegre. -
PROCEDÊNCIA Zero Hora
DATA 30/3/95
11176 11422
65092 11344
507482 11229
11214 11422
11229 11351

ENTRADO ______
CRUZADO ______

Polícia faz operação em vila

A batida, com 80 policiais, tinha como objetivo prender traficantes

Uma fila de Tempra da Polícia Civil, com sirenes ligadas, abriu caminho na Avenida Ipiranga, em Porto Alegre, às 15h de ontem. Em alta velocidade, com armamento pesado, mais de 80 policiais dirigiram-se à Vila Safira, na Zona Norte da Capital, com uma missão: prender José Antônio Barcellos, o *Zé Tonho*, e Getúlio Nunes, o *Pança*. Os dois lideram quadrilhas rivais que vêm protagonizando batalhas sangrentas na disputa por pontos de venda de drogas na região.

A operação mobilizou policiais das Delegacias de Tóxicos, Furtos e Roubos e Roubos de Veículos que levavam oito mandados de busca e apreensão. No trajeto até a Vila Valneri Antunes, no interior da Vila Safira, o comboio policial chamou a atenção de motoristas e pedestres que abriam passagem aos veículos policiais.

Na vila, os carros da polícia se dividiram em grupos. As casas de *Pança* e *Zé Tonho* e residências vizinhas foram minuciosamente revistadas, mas o resultado foi frustrante: nenhum deles foi encontrado, assim como não foi localizada qualquer quantidade de droga. "Isso acontece", resignou-se o delegado de Tóxicos, Herbert Ferreira. Cinco suspeitos foram detidos para averiguações, todos liberados em seguida. Um carro e uma moto foram recolhidos por estarem sem documentação.



Busca: casas foram revistadas pela polícia

9508620

01 - 01

Nº DOCUMENTO 56869

TITULO Colombia Gob de Samper confía que pronto liquidará el C de Cali

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA DE PROCEDENCIA 30/3/95

VINCULACIONES 11176 11351 11358 65092 11214 11674 65592 11229 11350 11349 11422 11360 11670 11686

ENTRADO
CRUZADO

"Se liquidará el cártel de Cali"

• Samper confiado en ganarle a la droga

El Gobierno del presidente Ernesto Samper "va a acabar" con el cártel de Cali, prometió el Canciller Rodrigo Pardo, "pero aparecerá otro, ojalá que no sea colombiano", advirtió.

BOGOTA/ANSA

Pardo recordó el concepto oficial de que para los "problemas internacionales se necesitan soluciones internacionales", como en el caso de las organizaciones delictivas multinacionales que trafican con drogas.

La promesa de eliminar el cártel de Cali se hace cuando más de 2.000 hombres, que conforman una fuerza de elite, lanzaron una ofensiva sin precedentes contra los siete miembros que conforman la cúpula de la organización.

El bloque de búsqueda encontró recientemente documentos que vincula económicamente a algunas conocidas personas de la política y otras actividades con los hermanos Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, acusados de ser los dos máximos jefes del cártel de Cali.

El Gobierno de Estados Unidos mantiene una presión permanente para la destrucción de las organizaciones de narcotraficantes en Cali, pero al mismo tiempo al solicitar recientemente un aumento del presupuesto de la DEA pronosticó que antes de cinco años no lograría ese objetivo.

El Gobierno colombiano mantiene la tesis de que mientras subsista la demanda de los estupefacientes se mantendrán los abastecedores.

"La eliminación del cártel de Medellín, junto con la muerte de Pablo Escobar Gaviria, considerado por las policías de varios países como uno de los jefes más poderosos y sanguinarios en la historia mundial del narcotráfico, no ha repercutido en la disminución de los niveles del comercio de la cocaína", manifestó Pardo.

En la reunión de los presidentes y jefes de Estado de los países no alineados, que se efectuará en Cartagena de Indias entre el 18 y 20 de octubre, Colombia planteará la necesidad de recibir apoyo internacional efectivo en la lucha contra el narcotráfico.

El Gobierno dijo que al cártel de Cali se lo combate ahora en una forma diferente a como se hizo con el de Medellín, que representó miles de muertes, incluyendo la de cuatro candidatos presidenciales, dos ministros de Justicia, una decena de periodistas y 12 magistrados de la Corte Suprema y Consejo de Estado.

01 - 01

Presidente de Panamá negó existencia de "narcofuncionarios"

Panamá (ANSA y AFP)

■ El presidente Ernesto Pérez Balladares aseguró que es "falso" que exista una lista en donde las autoridades estadounidenses señalan a 50 panameños vinculados al narcotráfico, incluyendo a funcionarios de su gobierno.

Balladares informó que su canciller, Gabriel Lewis Galindo, se comunicó ayer con el encargado de negocios de Estados Unidos, Oliver Garza, y que el funcionario extranjero negó la existencia de la lista.

El mandatario panameño hizo declaraciones minutos antes de partir a El Salvador, donde participará en la cumbre de mandatarios centroamericanos.

Dijo que para la elaboración de la "lista falsa" se utilizaron membretes y sellos falsificados de la Embajada de Estados Unidos.

La supuesta lista, que ha circulado en las redacciones de los medios de comunicación y en altas esferas políticas y de gobierno, "salió de alguien ligado al Parlamento", y su objetivo "es hacer daño a la imagen del país y a las personas que en ella aparecen", dijo Balladares.

En la lista falsa aparecen incluidos empresarios panameños y funcionarios del gobierno.

El presidente partió ayer hacia El Salvador para participar en la XVII Cumbre de Mandatarios Centroamericanos.

EMBAJADA DE EEUU NIEGA LISTA

La embajada estadounidense rechazó ayer por "falsa y fraudulenta" una lista que circula en la capital panameña con los nombres de empresarios y políticos panameños presuntamente investigados por la DEA, agencia antidrogas norteamericana, por presunto lavado de dinero del narcotráfico. La lista, con membrete de la Embajada estadounidense, se ha distribuido en las calles, oficinas públicas y bares de la capital, donde se teje toda una serie de especulaciones al respecto.

Sin embargo, la legación estadounidense, a través de un comunicado oficial, aseguró que el documento "ni fue emitido por esta sede, ni proviene de ninguna entidad estadounidense y es una falsificación total, por lo que censuramos a quienes promueven este fraude". Fuentes de la Embajada norteamericana dijeron desconocer que en alguna agencia de la administración estadounidense se está realizando alguna investigación por narcolavado en contra de panameños.

Los diputados de la oposición, Joaquín Franco y Lenin Sucre, informaron hace 15 días de la existencia de la supuesta lista, y solicitaron una profunda investigación al gobierno panameño.

Nº DOCUMENTO 9508623

TITULO Capturan alemán presuntamente vinculado al cartel de Cali.-

PROCEDENCIA La República 30/3/95

11176 11422

65092 11640

65092 500145

00214 515087.

11229

ENTRADO / /

CRUZADO / /

CAPTURAN ENLACE DEL CARTEL DE CALI

Las autoridades colombianas capturaron al ciudadano alemán Hans Joachim Marx, presunto enlace del cártel cocainero de Cali, y cuya captura era solicitada por la policía internacional Interpol, informó ayer la Fiscalía General. El ente acusador del Estado precisó que el ciudadano alemán, de 38 años, fue detenido en un lujoso apartamento de un exclusivo edificio de la ciudad del Cali, 490 quilómetros al suroeste de Bogotá. Contra Joachim Marx existe una orden de captura expedida por las autoridades judiciales de Hamburgo (Alemania), además de otra lanzada por las autoridades colombianas, indicó la Fiscalía. El alemán fue traído a Bogotá, donde fue recluido en una celda de alta seguridad del cuartel general de la policía secreta de seguridad (OAS) y en la que permanecerá mientras las autoridades alemanas solicitan su extradición.

01-01 9508623

Nº DOCUMENTO [illegible]

TITULO EEUU Congresista propone utilizar portaaviones para [illegible] plantaciones de coca

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

F 30/3/95

VINCULACIONES 11176 11225 [illegible]

ENTRADO

CRUZADO

¿Un portaaviones a costas bolivianas para erradicar la coca?

Washington (AFP)

Después de reconocer que Estados Unidos está perdiendo la "guerra" contra el narcotráfico, un congresista instó ayer al gobierno a tomar medidas extremas y sugirió, entre otras cosas, estacionar un portaaviones "frente a las costas de Bolivia" y usarlo como base para bombardear con productos químicos las plantaciones de coca del altiplano andino.

El republicano Dan Murton (Indiana), presidente del Subcomité de Asuntos Hemisféricos de la Cámara de Representantes, manifestó con toda seriedad que Estados Unidos debería erradicar las plantaciones de coca de Perú y Bolivia, independientemente de que los gobiernos de esos países quieran o no autorizar la operación. Estimó también que agentes estadounidenses podrían capturar a los cabecillas del narcotráfico en Colombia y México y traerlos aquí para enjuiciarlos.

El secretario de Estado Asistente para Asuntos Internacionales de Narcóticos, Robert Gelbard, y el administrador de la Agencia de Control de Drogas (DEA), Thomas Constantine, quienes testificaban ante el subcomité, mantuvieron sus caras muy serias durante las intervenciones de Burton y se salieron del brete evitando responder directamente a las sugerencias del congresista.

En el banco de la prensa, una periodista boliviana comentó a sus colegas que, si le devuelven su costa, su país seguramente autorizaría de buena gana estacionar todos los portaaviones que quiera Estados Unidos y erradicar hasta el último arbusto de coca.

9508624

Nº DOCUMENTO 9508625

TITULO ROU Brigada de Narcóticos [illegible]

PROCEDENCIA La República.

FECHA DE PROCEDENCIA 30/3/95

VINCULACIONES 11150 11676

65092 11349

504466

13509

11214

ENTRADO	/
CRUZADO	/

Brigada de Narcóticos refuerza sus cuadros

■ La Brigada Nacional Antidroga se apresta a reforzar sus cuadros para seguir su lucha contra la drogadicción, la comercialización y suministro de estupefacientes.

En este intento de seguir incorporando efectivos especializados en la lucha contra la droga se ha solicitado la incorporación de funcionarios que revisten en la Dirección de Investigaciones de la Jefatura de Canelones, a saber: Mario Mónaco Cartagena, Javier González Lemos, Héctor Zipitría y Jorge Molina.

Con la incorporación de estos efectivos y otros a los cuadros de la Brigada se podrá contar con más hombres para desarrollar un trabajo, ya de por sí complejo y arduo, pero, últimamente está dando resultados sumamente positivos.

9508625

01-01

IMPLICAN AL TESORERO DE CAMPAÑA DE SAMPER

Investigan en Colombia coimas del narcotráfico

BOGOTA, 29 (Reuter, AP y EFE). – Dirigentes políticos, funcionarios policiales y personas cuya identidad no fue dada a conocer habrían recibido pagos multimillonarios del narcotráfico, según informó hoy el fiscal general de **Colombia, Alfonso Valdivieso.**

El fiscal precisó que el organismo a su cargo está tratando de determinar si transferencias de dinero efectuadas por el **Cartel de Cali** –la más poderosa de las organizaciones del contrabando de cocaína– estuvieron destinadas a solventar los gastos de campañas políticas entre la primera y la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de junio de 1994.

Las investigaciones apuntan, además, al tesorero de la campaña de **Ernesto Samper,** triunfante en esos comicios.

Valdivieso precisó que esta investigación es independiente de otra cerrada por falta de pruebas y que efectuó previamente la fiscalía general en relación con el supuesto propósito de **Gilberto, Miguel y Jorge Rodríguez Orejuela,** jefes del Cartel de Cali, de dar fondos para las campañas presidenciales.

La primera investigación, conocida como "caso de los narcocasetes", se basó sobre cintas grabadas en las que los Rodríguez Orejuela discutían la posibilidad de entregar dinero para apoyar a los postulantes a la presidencia.

Una funcionaria de la fiscalía general informó a la agencia **Reuter** que, según, las investigaciones preliminares, los pagos presuntamente efectuados por los narcos habrían ascendido a unos 2.000 millones de pesos, equivalentes a 2,2 millones de dólares.

"Estamos estudiando si existen nexos entre los millonarios pagos y las campañas e intentando determinar por qué se giró tanto dinero en tan poco tiempo", comentó la funcionaria de la fiscalía.

Las investigaciones se iniciaron en julio de 1994, cuando las fuerzas armadas allanaron una propiedad de integrantes del Cartel de Cali, donde hallaron disquetes, libros de contabilidad y comprobantes de egreso de cuentas bancarias.

Los documentos permitieron descubrir que personas vinculadas con la organización de la droga giraron los fondos en menos de dos días a diferentes personas, algunas de ellas presuntamente vinculadas con la actividad política.

La fiscalía informó que las investigaciones se realizan con lentitud porque las cuentas desde las que se giraron los fondos se encuentran en bancos de diferentes ciudades. Además, tanto los aportantes como los beneficiarios del dinero varían.

El actual presidente **Ernesto Samper** vio ensombrecida su victoria por acusaciones de que el Cartel de Cali había dado apoyo económico a su campaña.

Samper negó las acusaciones y solicitó a la fiscalía general una investigación. El entonces fiscal general, **Gustavo de Greiff,** no encontró pruebas de los cargos y archivó la causa.

SECUESTRO RECORD EN SANTIAGO DEL ESTERO

Hallan 26 kilos de cocaína

SANTIAGO DEL ESTERO (De nuestra agencia). – Un cargamento de **26 kilos de cocaína en "estado puro"**, que estaba oculto en las bodegas de un micro de larga distancia y que se pensaba distribuir en todo el litoral argentino, fue secuestrado ayer por la Policía **en el operativo antidrogas más importante en la historia de la provincia.**

El procedimiento se realizó a las 2.40 de ayer en uno de los accesos a la localidad de **Pampa de los Guanacos, a 400** kilómetros al este de la capital de Santiago del Estero.

El micro –de la empresa **Sáenz Peña de Jujuy**– provenía de San Salvador de Jujuy con destino a **Resistencia**, en el Chaco. Al parecer, ninguno de los pasajeros custodiaba la droga y por eso no hubo detenidos. Además, los empleados de la empresa dijeron que no tenían constancia de quién la había enviado.

Los 26 kilos de droga, distribuidos en 26 paquetes de un kilo cada uno, estaban disimulados en varias cajas de encomiendas que tenían como destinatarios a residentes del Chaco, que no pudieron ser identificados.

Pericias

Los primeros peritajes demostraron que la cocaína era pura en su totalidad. Por eso, los investigadores creen que los traficantes pensaban fraccionarla en el Chaco antes de venderla.

El personal que participó en el procedimiento –de la **División Drogas Peligrosas**– señaló a **Clarín** que "aunque el cargamento salió con destino al Chaco, se supone que la mercadería **iba a ser distribuida en todo el litoral argentino**".

Por otra parte, la Policía informó que es la primera vez que se utiliza la **ruta nacional 16** –que atraviesa la región norte de Santiago del Estero– para traficar droga.

Según denunció varias veces el gobierno provincial, esa zona suele ser utilizada para tráfico de estupefacientes, pero siempre por vía aérea.

PORTO ALEGRE

Luta pelo tráfico leva pânico a moradores de vila

Briga na Valneri Antunes causou duas mortes

Uma disputa por pontos de venda de drogas aterroriza os moradores da Vila Valneri Antunes, na Zona Norte de Porto Alegre. Dois grupos estão em confronto e duas pessoas já foram assassinadas. A polícia aponta o traficante foragido do Presídio Central Getúlio Nunes, 46 anos, o *Pança*, como o líder de uma das quadrilhas. O rival é conhecido apenas por *Zé Tonho*, um ex-presidiário. O conflito teria começado no final de dezembro passado, quando *Pança* foi beneficiado pelo indulto de Natal. Ele nunca mais voltou à penitenciária. Desde que saiu da cadeia, *Pança* tenta retomar o posto de chefe do comércio de drogas, supostamente ocupado por *Zé Tonho*.

Na guerra pelo poder, Maria Vianna Nunes, de 22 anos, foi assassinada em casa na madrugada de 4 de março passado. Eram 3h quando um carro estacionou em frente ao número 160 da estreita Rua 5. Quatro homens encapuzados desceram armados e começaram a atirar na direção da casa. Maria foi atingida por diversos disparos. Conforme os agentes da 18ª Delegacia de Polícia, o companheiro de Maria foi a primeiro vítima. Luiz Carlos Machado Mello, de 36 anos, morreu numa emboscada, em janeiro passado. Para a polícia, o assassinato de Mello também está ligado ao tráfico de drogas. *Zé Tonho* teme ser executado por *Pança*.

Os moradores da vila estão com medo. Eles procuram chegar do trabalho antes do final da tarde e são poucos os que circulam à noite. Alguns proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais optam por fechar cedo, ainda de dia. Assustada com a violência imposta pelos traficantes, a comunidade evita qualquer contato com estranhos. Ninguém fala abertamente sobre os assassinatos nem sobre os possíveis autores. "Não sei de nada sobre isso, não vi nada", despistou um rapaz. Quase todas as noites há tiroteio, disse uma mulher. "Não posso falar mais, a gente pode morrer", sussurrou.

O titular da 18ª Delegacia de Polícia, delegado Sérgio Abibi de Castro, admite a violência na Vila Valneri Antunes. Outras localidades da redondeza, conforme o policial, são igualmente perigosas, como o Beco da Borracha, Beco da Fumaça, as três divisões da Vila Santa Rosa (1, 2 e 3) e Safira, todas na Zona Norte da Capital. "Talvez a Valneri Antunes não seja a pior entre os 70 quilômetros quadrados de abrangência do nosso distrito policial", afirmou Castro.

RONALDO BERNARDI, BANCO DE DADOS ZH — 8 94



"Metade dos crimes previstos no Código Penal ocorre diariamente aqui"

SÉRGIO ABIBI DE CASTRO,
Titular da 18ª Delegacia

A investigação do assassinato ocorrido na madrugada de 4 de março ainda está em andamento. A polícia tem dois suspeitos, mas prefere não divulgar seus nomes para evitar que as investigações sejam prejudicadas. A busca aos traficantes e o combate à criminalidade na região da Vila Valneri Antunes estão prejudicados, segundo o delegado. "Não temos policiais suficientes, as armas são inadequadas e os carros estão em precárias condições", lamentou o policial. Os agentes dizem que enfrentar os criminosos é uma missão impossível. "Encarar os bandos sempre muito bem armados significa a morte de policiais". O delegado definiu em uma frase o índice de criminalidade na Vila Valneri Antunes e arredores, num total de 250 mil moradores. "Metade dos crimes previstos no Código Penal ocorre diariamente por aqui".



Medo: os moradores da Vila Valneri Antunes evitam sair à noite por causa da violência

PAULO FRANKEN, BANCO DE DADOS ZH — 13 03 95



Crime: vítimas foram mortas no Bar Humaitá

Identificados autores da chacina em bar

Os autores da chacina na Vila A.J. Renner, em Porto Alegre, no domingo à noite, foram identificados pela polícia. André Bandeira Flores, o *Andrezinho*, 24 anos, Márcio de Oliveira Santos, o *Marcinho Bidu*, 20 anos, e o menor P.R.K., 17 anos, estão sendo procurados pelos policiais da 4ª Delegacia de Polícia. Segundo o delegado Alexandre Vieira, os dois maiores de idade estão com prisão preventiva decretada. O menor deverá ser enviado à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem).

No domingo, foram executadas por volta das 23h o dono do Bar Humaitá, Jair Borchat, sua mulher Patrícia Simone Freitas e um amigo deles, Alex Terra Lourenci. Os criminosos, armados com dois revólveres, duas pistolas e uma espingarda calibre 12, também feriram o paraplégico Valdecir de Mello Rodrigues que se encontrava próximo ao bar. A polícia acredita que o crime [illegible] por vingança.

P. 215

Montevideo, Sábado 2 Setiembre de 1995

##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 962 esc.201) El 12-SETIEMBRE Marcha Nacional denominada "LUCHA CONTRA EL --PARLAMENTO".

B) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE- (D.F.Crespo 2256)
4-SETIEMBRE: Reunión en el MTSS hora 14.00'.
5-SETIEMBRE: Asamblea General.
11-SETIEMBRE: Congreso Nacional de Delegados.

C) SINDICATO DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA -SIN.T.E.P.- (Maldonado 1170) Previsto para el 6-SETIEMBRE PARO de 24 horas. 4-SETIEMBRE, Asamblea General.

D) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Continúa OCUPADA por los operarios.
(Inicio del conflicto 15-JUN-994)

Doc. poco legible

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- (D.F.Crespo 2163) Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio, previéndose movilizaciones a confirmar.

F) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52)
4-SETIEMBRE: Movilización con volanteadas frente al -Banco de Previsión Social
8-SETIEMBRE: 14.30 Hs. reunión de la Tripartita para -tratar situación y posible solución al Sector Calzado.
Por su parte el CENTRO DE OBREROS DE ALPARGATAS realizará Asamblea hora 16.00' el día 8-SETIEMBRE.
Cabe agregar, que en el día de ayer entre las 14.30 y 15 Hs. se efectuó una volanteada en las inmediaciones del B.P.S. por parte de un grupo de 5 a 6 personas.

G) PIT-CNT (18 de Julio 2190)
2-SETIEMBRE: se reune la Mesa Directiva.
5-SETIEMBRE: reunión de la Mesa Representativa para -concretar las características de la movilización del día 12-SETIEMBRE donde se piensa rodear el Edificio Libertad.

H) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúan ocupadas por 45 obreros las obras de Rbla.República del Perú 1519 y 1523, desde el 16-JUN-95.

Por otra parte, se facultó a los Delegados a organizar Paros Compresivos en la [illegible] del 31-Agosto.
Para el 5-[illegible] de 09.00 a 12.00' en Montevideo con CONCENTRACION a la hora 10.00' frente a las Oficinas de [illegible].

I) ASOCIACION DE [illegible] -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 6-SETIEMBRE PARO con MARCHA y CONCENTRACION hacia el Palacio Legislativo donde se dará lectura a una proclama. Se analiza la adhesión al Paro Nacional para el 12-Setiembre.

J) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE [illegible] -A.F.MUEU- (Av.Garibaldi 2594) Desde la hora 00.00' del día de ayer (1) dicho Centro Asistencial se encuentra OCUPADO por los funcionarios del gremio.

K) DIARIO LA REPUBLICA: Continúa instalada la Carpa frente al mencionado diario siendo ocupada por 5 personas.

L) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS EVENTUALES - M.T.O.P. Los mismos no estan legalmente agremiados, pero si adheridos a C.O.F.E. En otro órden se pudo establecer que:
6-SETIEMBRE, hora 13.30' PARO de Actividades con concentración hora 14.00' en la puerta del MTOP para luego marchar hasta el Parlamento por llamado a Sala del Sr. Ministro.
12-SETIEMBRE: Participación total en marcha convocada por COFE.
4-SETIEMBRE: hora 11.00' Conferencia de Prensa

##

II)- **INFORMACION GREMIAL**

ORGANIZACION DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA MUTUALISTA ISRAELITA -Av.Garibaldi 2594- De acuerdo a lo informado, en el día de ayer próximo a las 10.15' comenzaron a concentrarse funcionarios de MIDU y del CASMU III frente a la Mutualista Israelita un total aproximado a las 50 personas, haciendo uso de la palabra tres oradores dando a conocer los problemas que vienen afrontando los funcionarios de dicho Centro Asistencial. Ya, próximo a las 11.50' se dispersan en forma pacífica.

E 9508631

##############

III)- INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) Realizan PAROS de 3 horas por turnos. (Inicio del conflicto 14-Agosto-995)

FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS EVENTUALES DEL M.T.O.P. Cabe señalar que los funcionarios de este sector no están legalmente - agremiados, estando si adheridos a C.O.F.E. Por su parte, el personal de Oficina realiza media hora de Paro por turno por el no envío al Seguro de Paro. En tanto, en el día de ayer próximo a las 13.00' Hs. se concentraron en el Hall del Ministerio unas 60 personas por espacio de unos 25 minútos donde uno de - los reunidos hizo uso de la palabra dando cuenta sobre la problemática del Sector. En el exterior de dicha Secretaria de - Estado un total aproximado a las 60 personas entorpecían el - tránsito en virtud de los 334 funcionarios que pasarán al Seguro de Paro como otros 200 que serán despedidos.

FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE.- (D.F.Crespo 2236) Se pudo establecer, que en la reunión realizada en el día de - ayer con el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, NO fue satisfactoria, ya que no hay posibilidades de modificación al Proyecto de presupuesto que presentó OSE.-

9508631

003

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTOS DEL INTERIOR - MOVILIZACIONES EN ANTEL

Como ya se informara y de acuerdo a la realización en el día de ayer en la ciudad de Montevideo, la Asamblea Nacional - de Delegados de SUTEL y dentro del marco de las medidas de - fuerza adoptada por dicho gremio, desde el interior se informa:

Paysandú: Se cumplen servicios con Guardia Gremial, con adhesión al Paro PARCIAL (80%).

Salto: Se cumplieron todos los servicios menos de la Sección administrativa, siendo la adhesión PARCIAL.

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU - MOVILIZACION DE JUDICIALES

Desde el día de ayer y a partir de la hora 15.00' los funcionarios Judiciales resolvieron comenzar Paros Parciales y Rotativos, continuándose así el conflicto en virtud de no ser - atendidos sus reclamos salariales.

CONFLICTO EN ANCAP -Portland-

La gremial de la Federación de ANCAP Departamental, se encuentra en estado de alerta ante el posible cierre de la Planta de Portland, ya que la misma fue intervenida y su Gerente - Ing.Lorenzo MARCTTA fue pasado a disponibilidad. Por tal motivo, la gremial departamental publica un artículo en el órgano local "El Telégrafo", donde se hace referencia a la trayectoria del mencionado Universitario, expresando que el mismo - nunca fue motivo de observaciones ni sanciones administrativas que hicieran sospechar como causa de su disponibilidad. Se - agrega además que la Planta se encuentra intervenida siendo - sus responsables el Sr. Juan DELLA RATTA y el Ing.GARCIA y que éstos tiene un plazo de seis meses para lograr los niveles de [illegible]tividad, de lo contrario directamente se cerraría la - [illegible]nta, lo cual según el artículo, es de gran preocupación a nivel laboral ya que además han tomado conocimiento de rumores - en cuanto a que se piensa privatizar la Planta. Se ampliará.

DEPARTAMENTO DE SALTO - MOVILIZACION DE COMERCIANTES

Ante el arribo el pasado 31-Agosto de Inspectores de la Dirección General Impositiva a dicha ciudad, integrantes del Centro Comercial e Industrial realizaron una Asamblea, criticándose a los comerciantes informales y funcionarios de Aduana, resolviéndose efectuar una manifestación pacífica para el próximo Lunes 4-Setiembre frente al Hotel Salto donde se encuentran alojados los Inspectores.

JUDICIALES

El Delegado del gremio Departamental de los funcionarios Judiciales y que participara en la Asamblea Nacional, luego de la Asamblea efectuada a nivel Departamental se resolvió reiniciar las tareas, realizando a partir de las 15.00 Hs. un Paro hasta la hora de cierre.

DEPARTAMENTO DE MALDONADO - MOVILIZACIONES DE ADEOM (Municipales)

En el día de ayer, próximo a las 21.00 Hs. previa sesión en la Sede de ADEOM Departamental se efectuó una marcha por distintas calles de la ciudad hasta arribar frente a la Junta Departamental. La misma contó con una presencia de 70 personas aproximadamente siendo el motivo de la movilización, la supuesta no - renovación de los contratos a unos 800 trabajadores debido a la desfinanciación que sufre la Comuna Departamental y en virtud a una reducción en el Presupuesto para el próximo quinquenio. Al finalizar la marcha, le fue entregada una carta a los Legisladores Departamentales de las cuatro bancadas políticas con los reclamos y perjuicios que traería la medida a adoptarse por parte de la Intendencia. Posteriormente, y siendo las 21.50' los manifestantes comienzan a dispersarse, quedando planteada una Sesión para el día lunes hora 19.00' en el local de ADEOM.

##

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZAS Y DAÑOS A INTEGRANTE DE LA COLECTIVIDAD JUDIA
Constancia

Através de Seccional 23ra. de Policía se toma conocimiento que ... denuncia de la persona Benjamin SZCAK GORLIANSKI, oriental, casado de 60 años, da cuenta que es poseedor de una casilla ubicada en Av.17 Metros Solar 18 y que el pasado 30 de Agosto constató que desconocido/s in...ron a la misma provocando gran desórden y que en horas de ... noche le gritan amezazándolo de muerte por ser Judío. Entrevistado por personal - de la mencionada Seccional, SZCAK se mantiene en sus dichos de acuerdo a la denuncia formulada, agregando que los fines de semana se queda a pecnotar en la referida casilla y que el pasado domingo escucho que gritaban "...Judíos, todos los Judíos - ... tienen que ir para Israel..." no pudiendo ver a ninguno de los que gritaban. Se ampliará

LA U.J.C. -Constancia-

...mplirse los 40 años de la fundación de la Unión de Jóvenes Comunistas, en la noche de ayer se realizó una actividad en la Plaza De Cagancha donde se instaló una carpa en la - cual se vendían cuadros, algunos de ellos del "Che" Guevara - como también se vendía el suplemento "Liberarse".

ACTO SOBRE LOS DERECHOS HUMANOS -Constancia-

Como todos los primeros viernes de cada mes, en el día de - ayer en Plaza Independencia se cumplió un nuevo acto sobre - los Derechos Humanos, el que se inició a las 20.00' aproximadamente y finalizó a las 20.45'. Cabe agregar, que durante el - desarrollo de este evento, se instigó a la participación del - próximo 12 de Setiembre en la Marcha convocada por el PIT-CNT.

006/6 9508631

FECHA 12/09/95 ... SH
Procesado ...
OBSERVACIONES ...

P. 218

Montevideo, Miércoles 6 Setiembre de 1995

##

I)- ASUNTOS PENDIENTES

A) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52)
8-SETIEMBRE: 14.30' se reune la Tripartita en el M.T.S.S. Hora 16.00' Asamblea en local sindical.
12-SETIEMBRE: se reunen con la Mesa Representativa - del PIT/CNT.
El día 8-Setiembre a las 16.00' el Centro Obreros de Alpargatas realiza Asamblea.

B) SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA - PRIVADA -SIN.T.E.P.- (Maldonado 1170) HOY, realizan - PARO de 24 horas.

C) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) HOY, realizan PARO de 24 horas con CONCENTRACION en CODICEN hora 13.00' y posterior MARCHA al Parlamento. A la hora 14.45' Asamblea en Palacio Sud América.

D) PIT-CNT (18 de Julio 2190) 12-SETIEMBRE, PARO GENERAL PARCIAL entre las 13 y 17 Hs. con CONCENTRACION en el Obelisco y lectura de proclama. Posteriormente marcharan hasta Plaza Fabini por Av. 18 de Julio continuando luego por Av. Del Libertador hasta el Palacio Legislativo donde se realizará Acto Central sobre las 16.00 Hs.-

E) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Contimía el conflicto, encontrándose los empleados produciendo gelatina industrial y bloques para la construcción como manera de obtener ingresos.
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

F) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL - ESTADO -C.O.F.E. (18 de Julio 962 esc.201) 12-SETIEMBRE marcha Nacional denominada "MARCHA CONTRA EL PARLAMENTO". Se unirá a la movilización convocada por la Central Obrera en el Obelisco.

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Se mantiene el pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS.

H) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS IMPOSITIVA La Comisión Directiva citará a Asamblea General a la brevedad a fin de instrumentar nuevas medidas de lucha.

I) COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY -C.S.E.U.- (Maldonado 1170) HOY, PARO GENERAL por reivindicaciones presupuestales.

J) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS EVENTUALES DEL M.T.O.P. HOY, hora 13.30' PARO con CONCENTRACION hora 14.00' en puertas del M.T.O.P. y posterior MARCHA al Parlamento. Continúan con Paros Parciales de una hora por turno, adhiriéndose a la MARCHA del 12-SETIEMBRE.

K) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.-(W.F.Aldunate 1280) HOY, CONCENTRACION y posterior MARCHA en la Ciudad Vieja, la que comienza con - concentración en Plaza Matríz hora 14.30'. 7-SETIEMBRE PARAN Juzgados de Menores, Familia, Instituto Técnico Forense en Cerro Largo, Maldonado, Flores, Lavalleja, Rocha y Treinta y Tres.

L) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A. (Yí 1538) Continúan ocupadas por parte de 45 obreros y desde el 16-Jul-95 las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla. Rep. del Perú 1519 y 1523.

M) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Desde el 1ro.SETIEMBRE se encuentra OCUPADA.
Por su parte, la Federación Uruguaya de la Salud FUS, convocó para el día de HOY de 10 a 12.00' a una CONCENTRACION frente a la Mutualista ocupada.

N) ASOCIACION DE PROFESORES DE EDUCACION FISICA -A.P.E.F- HOY realizan PARO de 24 horas adhiriéndose al Paro de la Enseñanza, concentrándose a la hora 15.00' en el - Parlamento. 11-SETIEMBRE hora 20.00' Asamblea General en el local de Minas 1411 Bis Oficina 104.

Ñ) DIARIO "LA REPUBLICA" (Av.Garibaldi 2579) Continúa Carpa frente al mencionado diario desde el 28-Agosto-95.

O) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE PRIMARIA -A.FU.PRIM- HOY, PARO de 24 horas con CONCENTRACION hora 12.30' - frente al Consejo de Educación Primaria (Bs.Aires 538)

002 9508632

##

II)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FABRICAS NACIONALES DE CERVEZA -PILSEN -Paraguay y Santa Fé- Próximo a las 10.00' Hs. del día de ayer, un grupo de obreros de esta en la intersección de Av.Agraciada y Entre Rios realizaron una quema de cubiertas, durante la media hora de descanso del personal. Posteriormente se reintegraron a sus tareas. Cabe significar que la plataforma del conflicto es: Ajuste Salarial.

PEPSI-COLA -Av.Millán 4284- Próximo a la hora 11.00' en las inmediaciones de dicha Planta se concentraron un total aproximado a las 50 personas -empleados de Pepsi-Cola- los que ofrecían un refresco a los transeuntes que pasaban por el lugar. Momentos más tarde se dió comienzo a parte oratoria por espacio de unos 15', para luego retirarse en forma pacífica.

CONSTRUCCION

SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -Yí 1538- Próximo a la hora 10.00' frente a las Oficinas de PINTOS RISSO de Plaza Independencia 822 de concentraron unas 200 personas en actitud pacífica cortando el tránsito vehicular. Los manifestantes portaban banderas del gremio como así una pancarta en la que rezaba "NO A LA REBAJA SALARIAL, EXIGIMOS SALARIOS DIGNOS, SUNCA PIT/CNT"; todo esto acompañado de cánticos y mucha percusión sobre tanques metálicos. A la hora 10.40' se realizó una parte oratoria por parte de dos personas, culminando dicha movilización a las 11.00' hs. dispersándose en forma pacífica. Cabe señalar, que la concentración fue en apoyo de los obreros de las obras de Rbla. República del Perú 1519 y 1523, las que actualmente se encuentran ocupadas.

9508632

##

III)- INFORMACION ESTATAL

FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -D.F.Crespo 2256- Tal como se informará en el día de ayer, se concretó la Asamblea del gremio en el local de A.S.U. -Acción Sindical del Uruguay- de José Enrique Rodó 1836, en la que se resolvió (entre otros puntos): -Mantener en todos sus términos el conflicto; -Considerar no satisfactorias las respuestas dadas por el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, así como las sugerencias formuladas por este; -Crear un Comité de Conflicto con Delegados de todos los Sectores...; -Participar activamente en la Jornada y Marcha del 12-SETIEMBRE; -Encomendar al 19° Congreso de la Federación de Funcionarios de OSE del 13 y 14-SETIEMBRE la adopción de medidas de lucha coordinadas en todo el País; -Continuar las gestiones frente a la Comisión de Legislación y Trabajo y frente a las Autoridades de los Partidos, en especial del Foro Batllista, sabiendo que es[illegible]n ante un problema esencialmente Político; -Rechazar la actitud del Directorio de intentar repri-[illegible] gremiales con la presencia de Fuerzas Policiales y [illegible]olitana en el Edificio Cordón y realizar la denun[illegible] organismos correspondientes....y encomendar al sis[illegible] instrumentación de medidas propagandísticas [illegible]BRE hasta el inicio del Congreso (13)

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE CANELONES -Movilizaciones-

Próx[illegible] a la hora 10.00' del día de ayer (5) se toma conocimiento que en el Pueblo Montes se habían concentrados un total aproximado a las 200 personas los que marcharon para unirse a un grupo similar de la ciudad de Migues en el cruce de las Rutas Nacionales 8 y 9, totalizando a esta altura unas 450 personas y 50 vehículos (Camiones, Camionetas, Autos y Motos). En dicho lugar, los manifestantes portaban pancartas con la firma de los gremios de los lugares afectados: RAUSA, CARISNOR S.A. (Industrializadora de Tomate), ALER S.A. (Textil), EXPORT CAR S.A. (Frig[illegible]) como también distribuían volantes, siendo entrevista[illegible] por Canales 4, 10 y 12 y prensa escrita como El País. Es de significar, que en ningún momento los con[illegible]rados entorpecieron el tránsito, volviéndose la situación normal a partir de la hora 13.00'.

004/4 9508632

216.-

Montevideo, Lunes 4 Setiembre de 1995

###

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) La gremial resolvió en la última Asamblea continuar con las movilizaciones en virtud al rechazo por el mensaje presupuestal elevado por la Suprema Corte de Justicia; medidas estas que se iniciaron el pasado 1ro. y se extenderán hasta el día 14-Setiembre. Respecto a las movilizaciones futuras, éstas son:
4-SETIEMBRE: Paran funcionarios de Juzgados Civiles y del Contencioso Administrativos y el Dpto.Canelones.
5-SETIEMBRE: Paran Juzgados de Paz y Trabajo en San José, Colonia, Río Negro, Soriano y Florida.
6-SETIEMBRE: Concentración en Plaza Matríz hora 14.30. y Marcha a partir de las 16.30'.
7-SETIEMBRE: Paran Juzgados de Menores, Familia e Instituto Técnico Forense de Cerro Largo, Maldonado, Flores, Lavalleja, Rocha y Treinta y Tres.
8-SETIEMBRE: IDEM movilización del 4-Setiembre.
11-SETIEMBRE: IDEM movilización del 5-Setiembre.
12-SETIEMBRE: Se adhieren a marcha convocada por COFE.
13-SETIEMBRE: IDEM movilización del 7-Setiembre.
14-SETIEMBRE: Finalizan las movilizaciones realizándose Asamblea General a partir de las 14 Hs.
Se resolvió además mantener entrevistas con Parlamentarios de todas las Bancadas, como también Asambleas en el Interior del País y entrevistas con autoridades de las Juntas Departamentales.

B) CENTRO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52) 4-SETIEMBRE: movilización con volanteada frente al B.P.Social.
8-SETIEMBRE: Reunión en el Ministerio de Trabajo, tratándose la situación del sector calzado.(14.30 Hs.).
El mismo día (8), el Centro Obrero de Alpargatas realizará Asamblea a partir de la hora 16.00'.

C) SINDICATO DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA -SIN.T.E.P.- (Maldonado 1170). En virtud de no haber acuerdo por la firma del Convenio Salarial, HOY realizan Asamblea General para considerar el PARO previsto para el día 6-SETIEMBRE.

D) PIT-CNT (18 de Julio 2190) 12-SETIEMBRE: movilización consistente en rodear el Edificio Libertad.
5-SETIEMBRE reunión de la Mesa Representativa para concretar la movilización del día 12 y evaluar situación.

E) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Continúa en conflicto, encontrándose sus empleados produciendo gelatina industrial con algo de materia prima que les quedó, como también bloques para la construcción, los que son puestos a la venta como manera de obtener ingresos.

F) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 962 esc.201) 12-SETIEMBRE: Marcha Nacional denominada LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO.

G) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 6-SETIEMBRE Paro con Marcha y Concentración hacia el Palacio Legislativo dándose lectura a una proclama. Se analiza posible adhesión al Paro Nacional del 12-Setiembre convocada por COFE.

H) COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY -C.S.E.U. (Maldonado 1170) En todas sus ramas realizan Paro General de 24 hs. para el día 6-Setiembre por reivindicaciones presupuestales.

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Se mantienen en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS, previéndose movilizaciones a confirmar.

J) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE.- (D.P. Crespo 2256) 4-SETIEMBRE: reunión en el M.T.S.S. hora 14.00'. 5-SETIEMBRE: Asamblea General y 11-SETIEMBRE Congreso Nacional de Delegados.

K) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúan ocupadas desde el 16-JUL-95 las obras de PINTOS RISSO de Rbla.República del Perú 1519 y 1523, por parte de 45 obreros.
Por otra parte, en la última Asamblea, se facultó a los Delegados a organizar Paros Sorpresivos.
Para el 5-SETIEMBRE Paro de 09.00 a 13.00 en Montevideo con Concentración hora 10.00' frente a Oficinas de PINTOS RISSO (Pza.Independencia 822).

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.M.I.- (Garibaldi 2594) Desde la hora 00.00' del pasado 1ro. de Setiembre, la Mutualista Israelita se encuentra ocupada por funcionarios.

M) DIARIO "LA REPUBLICA": Continúa instalada Carpa con 5 ocupantes frente a dicho diario.

9508633

N) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO DE ESTADO CIVIL -A.FU.R.E.CI.- (Sarandí 428) 5-SETIEMBRE hora 12.30' Asamblea.

Ñ) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS EVENTUALES DEL M.T.O.P. Dichos funcionarios no están legalmente agremiados, pero si adheridos a C.O.F.E. Por su parte para el 6-SETIEMBRE hora 13.30' Paro de Actividades con Concentración hora 14.00' en la puerta del MTOP para luego marchar al Parlamento por llamado a Sala del Sr. Ministro de la citada Secretaría de Estado. Participarán en la marcha del día 12-SETIEMBRE. Cabe agregar, que en el Interior la situación es normal, en tanto en el día de la fecha hora 11.00' se realizará Conferencia de Prensa.

##

V)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE MUERTE -Constancia-

Através de Seccional 21ra. de Policía se toma conocimiento que en el día de ayer próximo a las 19.30' el ex-Representante Nacional del Frente Amplio Sector Democracia Avanzada, Lucas PIRIAGUA ARELLANO da cuenta que fue amenazado de muerte por parte de su vecino quien le expreso que le iba a pegar un tiro sin exhibirle ningún tipo de arma de fuego, agregando que ha tenido incidentes de lo cual a presentado queja.
Averiguaciones practicadas con vecinos sobre el imputado, cuyo nombre es Tomás HUELMO, o., c., 66 años, expresan desconocer las amenazas, diciendo que éste es buen vecino. Asimísmo, es entrevistado HUELMO, quien niega las imputaciones.

003/3 — 950863 3

FECHA 12/09/95 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Iliana da Silva

LA CHICA de OMAR GUTIÉRREZ

Hace un tiempo les presentamos a Marcelo Miranda, uno de los co-conductores de "De igual a igual". Ahora quien estuvo con nosotros fue Iliana da Silva que a partir del 1° de julio estará en "Telenoche 4".



Está junto a Omar Gutiérrez en el programa **"De igual a igual"**, desde el año pasado. Es la única cara femenina, junto a *Carolina García, que sale al aire desde el estudio*, tal vez por eso, y porque su nombre es un poco difícil de recordar, es que muchos le dicen "la chica de Omar". Su primer trabajo en televisión fue en Canal 5 donde hacía un micro para jóvenes en el informativo **"Reporte SNS"** y posteriormente en el [illegible] **"Vida sana"** (el programa deportivo de Educación Física) y en **"Detrás de la pantalla"** durante dos meses.

A partir del 1° de julio y según sus ambiciones estará en el informativo de canal 4, dejando " De igual a igual! "

- ¿Cómo entraste a "De igual a igual"?

-Yo estaba haciendo un trabajo para la facultad y conocí a Jorge Gandini a quien lo fui a entrevistar; en esa época no sabía ni quien era Gandini. Le gustó como lo entrevisté y me dijo que había un casting en Canal 5 para sustituir a Leticia Gambetta, que hacía un micro para jóvenes; así empecé en Canal 5. Con Omar sucedió algo parecido, yo estaba trabajando para el INJU en Piriápolis y Omar se presentó para hacer algunas notas para el programa y se enteró que yo recién empezaba y, como es de dar mucha oportunidad a los jóvenes, me dijo si me animaba a hacer una nota con los jóvenes para el programa

-¿Te pasó alguna vez que el producto final de tu trabajo te hay dejado desconforme?

- No. De repente una nota te sale bárbara y podía haber dado para mas, pero depende mucho del entrevistado y del lugar también. Siempre te pasa que una nota te gusta mas que otra, pero me he quedado en blanco varias veces. Por ejemplo, cuando trabajaba con Rodríguez Stratta tuve la oportunidad de hacerle una nota a Emily Schindler. Ese día tenía unos nervios que no te puedo explicar, cuando te tiembla la boca, estaba asustada, para mí era una prueba de fuego porque era una de mis primeras notas y me quedé muy cortita, hubiera dado para mucho más, si de repente la llego a agarrar ahora puede que esté horas hablando con ella, pero en ese momento como que yo iba muy esquematizada.

- ¿En estudios les libretan todo?

- ¡No! Hay un pequeño guión, hay un libreto, te lo cuento: Omar presenta a Iliana Iliana presenta nota de apicultura. Son tipo índio porque tenés que estar medio esquematizada. Es muy improvisado, yo nunca sé con qué me va a salir Omar porque juega mucho con la espontaneidad de él, es muy natural. Tenés que estar prestando atención a la dirección, al teléfono y de repente Omar te sale con cualquier otra cosa. Yo creo que eso a la gente sorprende.

A diferencia de otros programas que se emiten en directo, el ambiente en los estudios de "De igual a igual" a la hora de salir al aire es muy tranquilo y ameno. No existe el nerviosismo que desemboca en discusiones y peleas, al contrario, hay un clima totalmente agradable que ayuda a que las cosas salgan bien. La relación de Iliana con el resto de sus compañeros es muy cordial, además está permanentemente prestando atención a lo que tiene que hacer para así evitar cometer errores.

-¿Qué te dicen por la calle?

- ¡Si yo te cuento todo lo que me dijeron desde el Anglo cuando vine para acá te morís! Sí, la gente te conoce. A mí lo [illegible] me subo a un taxi y el tachero en seguida me dice **"usted es la que trabaja con Omar Gutiérrez"** y se te pone a hablar.

Lo que a mí me pasa con el tema de que la gente te reconozca es que cuando entro a un lugar siento las miradas y como que te sentís en la obligación de saludar a todo el mundo porque vos sentís que entrás en la casa de ellos, no es por hacerte la simpática porque uno no tiene por qué hacer eso.

- Fuera del trabajo ¿cómo te llevás con tus compañeros?

- Bien, nos llevamos bárbaro. Podés tener discrepancias como en cualquier otro trabajo, aparte es muy estresante este trabajo ¿no? Te agota mucho, tenés que estar pendiente de muchos detalles, que el pelo, la ropa, el maquillaje, jugás mucho con la imagen. Por suerte hemos llegado a ser grandes amigos.

- ¿Actualmente te dedicás a otra cosa además del programa?

- Lo que pasa es que a mí me encantaría muchísimo hacer otras cosas, pero el programa te absorve mucho tiempo porque empezás de mañana y terminás casi de noche. Lo único que estoy haciendo en este momento es estudiar inglés porque es algo necesario, yo siempre me negué, de chiquita me hacía la rata, no quería estudiar inglés porque a mí me gustaba el francés. Además estoy yendo a la Facultad de Ciencias de la Comunicación y entre el inglés y la facultad ¡ya está! Con el inglés empecé a tomar conciencia cuando empecé a trabajar con *Rodríguez Stratta* que había nombres de actores, de actrices, películas.

- ¿Qué planes para el futuro tenés?

Espero terminar mi carrera que es un poco difícil porque recién empieza, no está muy bien estructurada dentro de la Universidad, pero pienso terminar. Quiero hacer un curso de locución, no porque me guste sino porque quiero trabajar la voz porque es necesario. Y seguir con Omar, como que cada uno cumple un ciclo y no es que yo sienta que ya cumplí un ciclo dentro del programa, pero los programas van cumpliendo ciclos y vos vas cumpliendo ciclos dentro de los programas y yo quiero hacer parte de prensa. El noticiero me gusta mucho, pero estamos recién empezando el año, después veré que posibilidades hay de hacer cosas nuevas, si se me presentan otras propuestas.

María de Azrrecoechea
Foto: Darwin Borrelli

ILIANA *como compañera de trabajo*

Para saber un poco más sobre Iliana decidimos preguntarle a sus compañeros de trabajo cómo es estar con ella en "De igual a igual" y cómo la ven como profesional.

Omar Gutiérrez- La veo con un gran futuro, creo que con el tiempo va a tener su propio programa, que así debe ser. Sin dudas, para mí es una de las figuras jóvenes de la televisión uruguaya que más promete. Trabajar con ella es muy bueno, pero insisto: yo creo que Iliana tiene un gran futuro, ya tiene un buen presente.

Carolina García- Como compañera de trabajo es bárbara, además es difícil trabajar en un medio de comunicación con mujeres, pero con ella no hay problema. Compartimos el trabajo sin inconvenientes y nos damos línea, nos comunicamos sobre lo que estamos haciendo. Como periodista es metedora, trabajadora y tiene inquietudes por superarse y mejorar su presencia e imagen.

Marcelo Miranda- Iliana es bárbara. Es tal cual sale al aire, o mejor, es transparente. Te la podría definir como un diamante, tal cual ella es te lo demuestra siempre. Es una excelente profesional, es muy trabajadora, muy luchadora y esperemos que tenga el éxito y el futuro por el que ella misma está peleando y trabajando.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 07 DE SETIEMBRE DE 1995.-

T.I. N°210/B/95.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Elevo a usted la solicitud recibida de una agencia amiga, a efectos de requerir información a la Sub-Dirección Interior.-

ASUNTO: "V" CUMBRE IBEROAMERICANA.

INDICIO: DISTINTAS PERSONALIDADES NACIONALES CONCURRIRAN A LA "V" CUMBRE IBEROAMERICANA QUE SE REALIZARA EN SAN CARLOS DE BARILOCHE (ARGENTINA)

FECHA 11/9/95 INICIAL
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES Asunto

SE REQUIERE:

1) REMISION DE LA LISTA CONTENIENDO LOS INTEGRANTES DE LA DELEGACION OFICIAL,QUE SERA ENCABEZADA POR EL PRESIDENTE JULIO MARIA SANGUINETTI.
2) DETERMINAR SI ELEMENTOS AJENOS A LA MISMA VIAJAN CON DESTINO A ARGENTINA Y QUE PUEDAN CONVERTIRSE EN PUNTOS DE ATENCION LOCAL, ESPECIALMENTE PROVENIENTE DE : ESPAÑA, CUBA, NICARAGUA, ECUADOR, COLOMBIA, PERU, MEXICO y BRASIL.-
3) TODO DATO QUE SEA DE INTERES.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

C/C (CG.)

[signature]

Ezzo Baudo

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... Defensa
Fecha 07 SET. 1995
Pase a Jnq. On. Cl.
Nº. de ... 9508636

001/2

9508636

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

URGENTE

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

MONTEVIDEO, 07 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud presentada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

C/N.(CG.)

Juan M. Herrera

002/2

J508636

Recibía U$S 4.000 por pasarlo a Brasil

Tráfico de autos robados: cae uruguayo en Pelotas

La punta de la madeja para desbaratar una organización internacional de tráfico de automotores robados, podría haber sido tomada en Pelotas, por la policía brasileña al capturar a tres de sus integrantes en plena acción, cuando transportaban un coche robado en Uruguay hacia Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Entre los tres detenidos hay un uruguayo de nombre Alberto Carballo Sena, cuyos antecedentes y vinculaciones en Montevideo, son investigados en estos momentos.

LAS CAPTURAS

Un boliviano, un uruguayo y un brasileño, cayeron presos en Pelotas, cuando intentaban retirar de un garaje del centro de *la ciudad, un auto robado en Uruguay.*

Fueron transferidos al presidio municipal de Pelotas. El automóvil, un Toyota modelo 1991, evaluado en U$S 30.000 aproximadamente, iba a ser llevado a Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. El uruguayo Alberto Carballo Sena, el boliviano Edgar Francisco Bruno Ardaya y el brasileño Venicio Antunes de Camous, detenidos, están con prisión preventiva, decretada por la Justicia. El municipio de Pelotas era el punto de encuentro del grupo en la ruta de robos de autos.

El martes los policías de la dependencia de Hurtos y Rapiñas, recibieron la información de que había un auto Toyota en un garaje en la calle Andrade Neves, en el centro.

Cuando llegaron al local los policías fueron informados de que el auto sería retirado en la mañana del miércoles.

Después de una verificación, la policía descubrió que dos extranjeros estaban hospedados en un hotel próximo al garaje. Dos equipos fueron encomendados para esperar la acción del grupo.

A las 7 horas del miércoles, los tres hombres salían del hotel en un auto Honda, matrícula B 510 320, de Punta del Este, Uruguay, también robado, y se dirigían al garaje, donde fueron capturados. El Toyota estaba con la matrícula falsa PPW 597, de Punta del Este. Conforme el delegado Othelo Saldanha Calaffo, Juan Alberto Carbalo Sena, robaba los autos en Montevideo y los llevaba hasta Pelotas. En el Municipio gaúcho, el automóvil era entregado a Vinicio Antunes de Camous, encargado de llevarlo para Cárceres, en Mato Grosso, donde el auto era recibido por Edgar Francisco Bruno Ardaya. El boliviano era el responsable de entregar el vehículo en Santa Cruz de la Sierra en Bolivia. El boliviano, dice que estaba en Pelotas, porque uno de los autos quedaría con él, para ser utilizado como taxi en San Ignacio, Bolivia.

El delegado dice que el boliviano tenía un salvoconducto expedido por el cónsul boliviano en Cárceres, en el mismo constaba que el auto pertenecía a Edgar Francisco Bruno Ardaya. En las declaraciones posteriores, manifestaron que los autos eran entregados en Bolivia a Mauro Giménez, boliviano y que éste pasaba los vehículos a un hombre identificado como Víctor, también boliviano, posiblemente el líder de la cuadrilla. El uruguayo recibía por la transacción U$S 4.000, y el brasileño 600, por llevar los autos hasta Mato Grosso. El trío ya habría robado 10 autos en Uruguay.

La policía dice que el grupo no enfrentaba ninguna dificultad para pasar los autos por la frontera entre Uruguay y Brasil.

La investigación de las distintas connotaciones del trío recién comienza, pero se da por sentado que forman parte de una organizacion mayor, con conexiones en Montevideo, Río Grande y Bolivia, por lo menos, y a un nivel de más importancia que el de estos "peones" que realizan el trabajo de trasladar los vehículos robados.



El Honda, matrícula B 510 320 de Punta del Este, que usaba la banda para moverse en Pelotas, para luego ser llevado a Bolivia.

El Diario

Lunes 7 de agosto de 1995

"El Diario" le hace la boleta

Palpitando el "5 de Oro" Junior

Resultados del Cinco de Oro junior del último sorteo del 2/8/95
01-05-26-33-38 - 29
Pozo de Oro: $ 1.260.739, cero acierto
Pozo de plata: $ 93.135; 0 acierto

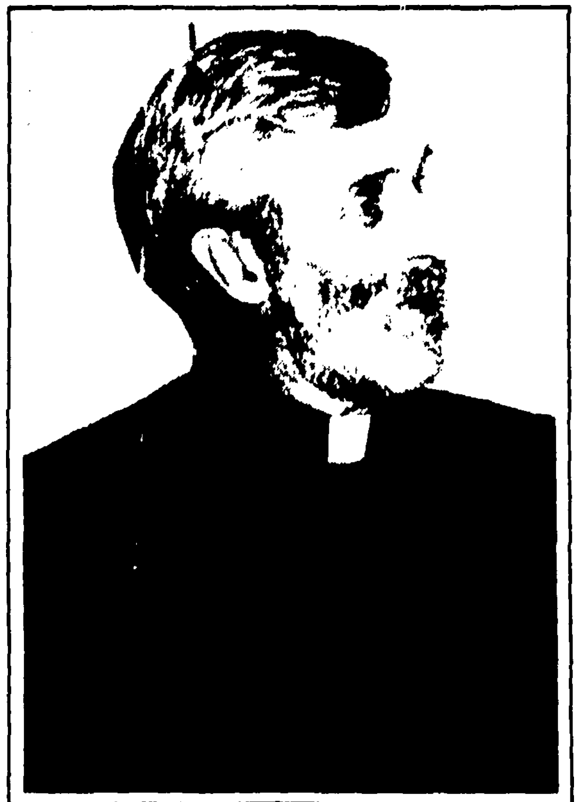
El cinco de oro "Junior" ya está dando revancha y hay que afilar la puntería. Por eso le traemos hoy datos que pueden servir para orientarse. Los más salidores, los más atrasados. los indi...

Refoma de la Seguridad Social

Avanzan a buen ritmo las

CAMPO BIOSOCIAL 1/1
RELIGION

Ordenan en Uruguay primera diácona del Cono Sur



Obispo Monseñor William Godfrey de la Iglesia Anglicana en el Uruguay.

La primera mujer diácona en el Cono Sur será ordenada hoy por el Obispo Diocesano de la Iglesia Anglicana en el Uruguay, Mons. William Godfrey. Esto constituye un acontecimiento para los fieles de la Iglesia Anglicana en nuestro país, ya que hace solo dos años que se admite la ordenación de mujeres. Audrey Taylor de González, que así se llama la diácona, tiene 56 años, está casada con un uruguayo y tiene tres hijos y tres nietos. "Al fin la Iglesia da importancia al rol de la mujer", subraya el Obispo Diocesano.

Audrey Taylor de González nació en Memphis, Tennessee, Estados Unidos. Desde los 17 años trabaja como periodista, profesión que abandonó hace so o 15, y por la que dice haberse sentido muy atraída. Audrey fue periodista gráfica y también trabajó en la televisión. "Me gustaba mucho ser periodista porque en esa profesión ningún día es igual a otro".

Ella asegura además que el contacto con la gente a través de su oficio la ayudó mucho para su tarea religiosa, donde lo que más le preocupa es "ayudar a los pobres".

Hace ocho años que vive permanentemente en el Uruguay, ya que está casada con un uruguayo "bien uruguayo", el ex boxeador Sergio "Oreja" González. Sus hijos que viven en Estados Unidos han venido especialmente a compartir con ella la alegría de su ordenación como diácona.

Audrey nos cuenta así el proceso de su vocación: "Hace 12 años sentí un llamado para dedicar mi vida a servicio de la Iglesia. Trabajo en la 'Pastoral del consuelo', donde hablar y escuchar a la gente es lo fundamental". Trabaja en el comedor y también visitando enfermos, además de estudiar mucho, afirma.

"LA IGLESIA ANGLICANA ABRE ORDENES SAGRADAS A LA CONTRIBUCION FEMENINA"

El Obispo diocesano Monseñor William Godfrey explica: "Diácono es una palabra que viene del griego y que significa siervo. Ser siervo en la Iglesia, ayudando al Obispo y prestando servicios a los enfermos, a los pobres. El rol del diácono debe ser ejemplar. A Audrey se la admitió además por su testimonio de vida, su servicio, su deseo de entregar su vida al servicio de Dios y de su pueblo".

Agregó además el Obispo que "la Iglesia Anglicana está abriendo sus órdenes sagradas a la contribución femenina. Al fin la Iglesia da importancia al rol de la mujer".

En la entrevista mantenida con **El Diario** también estuvo presente la diácona cubana Marta López, quien está en nuestro país desde febrero. Su esposo es sacerdote del Templo Inglés.

La diácona Marta López destaca en el curso de la entrevista la importancia del trabajo en la zona de la Ciudad Vieja.

El Centro Anglicano de Solidaridad y Ayuda (CASA) funciona con apoyo de técnicos como asistentes sociales, psicólogos, educadores, etc. "Es importante, resalta Marta López, hacerle ver a gente muy carenciada que tiene un lugar en la vida y que Dios los ama".

También tienen programas para jóvenes, así como albergues nocturnos, guarderías y comedor.

La Iglesia Anglicana trabaja en la Ciudad Vieja en coordinación con otras instituciones como IELSUR, la Intendencia Municipal de Montevideo y el INAME.



Andrey Taylor de Gonzalez nacio en Estados Unidos. Hoy, sera ordenada diácona en nuestro país.

EL DIARIO 29/JUN/95

1/2

R.E.Nº ......9508639..........

ASUNTO: "Dialogo sobre Mercosur" del 27/Agosto/95

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: A-2

DISTRIBUCION: Biografico

OBSERVACIONES: La misma fue organizada por la Comunidad "Santa Elena" - S.O.C.U.-

FECHA: 31 AGO/ 1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

001/2

9508639

CAMPO SICOSOCIAL
RELIGION

MERCOSUR:

¿FUENTE DE EMPLEO O DE DESOCUPACION?

INFORMESE BIEN PARA CONOCER LA VERDAD

Domingo 27 - Hora 16:00

GAUNA 3835 c/Santander
(S.O.C.U. - Sindicato de Cristalería)

DIALOGAN:

- Pbro. Javier Galdona
- Sr. José D'Elía
- Dr. Jorge Bruni
- Sr. Daniel Placeres

ORGANIZAN:

COMUNIDAD SANTA ELENA
S.O.C.U. (Sindicato Cristalería)
VECINOS DEL BUCEO

002/2

9508639

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DIVISION INFORMACIONES 06SET95	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 73/95	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 12SET95

II.-INFORMACION CONOCIDA: A.-EVALUACION:

B.-T E X T O

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
11/9/95
365/95

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
08 SET 1995
Antecedentes.
9508641

III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.
CORONEL
TOMAS V. CASSELLA

RESERVADO

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 7 de 09 de 1995
Nº 9508641 Fecha salida
SDI
A sus efectos
Prioridad:
Observaciones:

001/6

9508641

Montevideo, 5 de setiembre de 1995.

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- AGUIRRE ORONA Eduardo.- AUX.ADM.

Fecha y lugar de nacimiento: 18/2/67 Montevideo.

C.I.: 1.616.490-3

C.C.: A.E.A. 7454

Domicilio actual: Rio Branco S.2 M.20 (San José de Carrasco)

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Eduardo AGUIRRE PACHECO - Militar

C.I.: 861.954-8 C.C.: A.Z.B. 5479

Nombre de la madre: Griselda Nele ORONA PIPPOLO

C.I.: 1.602.322-8 C.C.: A.F.A. 3010

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: Cnel.(Av.)Crosa

2.- BENGOCHEA BUENO Beatriz.- AUX.SERV.

Fecha y lugar de nacimiento: 16/2/71 Montevideo

C.I.: 3.055.755-2

C.C.: C.M.D. 11.325

Domicilio actual: Curupú 4284

Domicilio anterior: Rafael 4269

Nombre del padre: Juan Osvaldo BENGOCHEA PADILLA

C.I.: 981.311-3 C.C.: B.A.B. 15.534

Nombre de la madre: Hilda BUENO DUFRECHOU

C.I.: 1.758.731-4 C.C.: H.F.A. 934 Traslado A.X.B. 13.074

Nombre del cónyuge: Daniel FERNANDEZ NUÑEZ - Militar

C.I.: 2.942.152-0 C.C.: G.F.E. 3002 Traslado B.D.A. 89.788

Presentado por: Mayor Varela

F2-

3.- BETTONI KRAUSOV Graciela Margarita . PARTERA

Fecha y lugar de nacimiento: 14/9/57 Montevideo

C.I.: 1.470.533-5

C.C.: A.L.A. 7977

Domicilio actual: Villa de Masnou 5890

Domicilio anterior: Dr.Monestier Block F Apto.004-Paso de los Toros

Nombre del padre: Arturo Quirino BETTONI FOLCHI - Fallecido

C.I.: C.C.:

Nombre de la madre: María KRAUSOV NIKITIN

C.I.: 1.529.003-2 C.C.: L.B.D. 1472 Traslado B.C.A. 41.948

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: Dr. Rodríguez de Armas

. CEDREZ CASSELLA Adriana Patricia. Practicante Medicina.

Fecha y lugar de nacimiento: 10/10/71 Montevideo
C.I.: 2.741.072-5
C.C.: B.R.A. 37.037
Domicilio actual: Montalvo 6373 bis
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Guillermo Ariel CEDREZ BURLANDO - Militar
C.I.:1.031.566-5 C.C.: B.L.B. 21.887 Traslado 8113
Nombre de la madre: Nahir Herminia CASSELLA FAJARDO
C.I.: 1.110.043-7 C.C.: B.R.A. 17.729
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Cnel.Tomás Cassella

.-GONZALEZ ESTEVEZ Alicia Cristina.- AUX.SER.

Fecha y lugar de nacimiento: 10/8/62 Montevideo.
C.I.: 1.798.697-6
C.C.: A.X.B. 26.810
Domicilio actual: Cno.Andaluz Km.2 1/2 M.I-S.27
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Julio César GONZALEZ MONTES DE OCA
C.I.: 761.591-6 C.C.: B.B.B.14.198
Nombre de la madre: Mabel Neris ESTEVEZ PERDOMO- Fallecido
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge: Carlos Ramón NOGUEIRA ROSADO - Militar
C.I.: 1.711.952-3 C.C.: B.P.A. 13.050 Traslado C.Q.A. 13.639
Presentado por: Tte.Cnel. S. Rodríguez.

C.- JURI BACCINO María Daniela.- AUX. ADM.

Fecha y lugar de nacimiento: 10/12/71 Montevideo.
C.I.: 3.068.670-3
C.C.: B.Z.C. 5330
Domicilio actual: Millán 4566
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Eduardo JURI LATUF
C.I.: 846.199-5 C.C.: B.Z.A. 14.825
Nombre de la madre: Susana María BACCINO SESSER
C.I.: 1.006.053-9 C.C.: A.X.B. 14.260
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Mayor Varela.

LOPEZ RODRIGUEZ María Ines.- AUX.ADM.

cha y lugar de nacimiento: 6/3/73 Montevideo.
.I.: 3.155.787-6
.C.: C.I.A. 15.273
micilio actual: 18 de julio 2172 apto.508
micilio anterior: San Ramón - J.Batlle y Ordoñez s/n
mbre del padre: Daniel Candido LOPEZ PIROTTO
.I.: C.C.: C.I.A. 7202
mbre de la madre: Matilde Reina RODRIGUEZ UMPIERREZ
.I.: 1.094.025-2 C.C.: C.I.A. 8940
mbre del cónyuge:
.I.: C.C.:
resentado por: Mayor Héctor Varela.

SARAGUETA SCHUTZE Roberto Hugo.- CHOFER

cha y lugar de nacimiento: 7/8/70 Montevideo.
.I.: 1.907.468
.C.: B.O.B. 32.287
micilio actual: Aurelia Ramos de Segarra 4598 /A
micilio anterior: Teniente Rinaldi 3866
mbre del padre: Roberto SARAGUETA MEDERO
.I.: 860.496-5 C.C.: B.I.B. 4700
mbre de la madre: Elizabeth SCHUTZE OLIVERA
.I.: 1.270.462-4 C.C.: B.N.B. 28.097
mbre del cónyuge: Miriam Marcela EGUREN SILVA
.I.: 2.636.036 9 C.C.: B.C.B. 43.594
resentado por: Tte.Cnel.S. Rodríguez

SATUT MAITIA Abraham Eduardo.- Téc.en Encefalografía.

cha y lugar de nacimiento: 2/4/68 Treinta y tres
.I.: 2.538.288-3
.C.: F.A.A. 40.328
micilio actual: República 1749 apto.11
micilio anterior: Lima 1337
mbre del padre: Abraham Erica SATUT ALCARRAZ
.I.: 2.614.961-0 C.C.: F.A.A. 25.197
mbre de la madre: Hortencia Rosa MAITIA LOPEZ
.I.: 2.804.003-4 C.C.: F.A.A. 19.411
mbre del cónyuge: Rosa Carolina HORNOS VERA
.I.: 3.522.979-8 C.C.: L.B.C. 8232
resentado por: Sgto.1°Chineppe

TECHERA MUNIZ Sonia Elizabeth. AUX.ADM.
cha y lugar de nacimiento: 26/10/62 Rocha
I.: 3.473.086-3
C.: O.D.C. 6796 Traslado B.P.A 20.252
micilio actual: Robinson 3694 apto.2
micilio anterior: Uruguayana 3080 apto.304
mbre del padre: Juan Angel TECHERA SOSA - Fallecido
.I.: C.C.:
mbre de la madre: Blanca Rosa MUNIZ MARTINEZ
.I.:799.298-1 C.C.: E.A.A. 20.309
mbre del cónyuge: Evaristo PONCE GONZALEZ
.I.:3.211.704-3 C.C.:
esentado por: Tte.Cnel. S. Rodríguez

TRINIDAD ACUÑA José Ignacio.- AUX.SERV.
cha y lugar de nacimiento: 30/7/77 Montevideo.
.I.: 2.597.124-2
.C.: B.D.A. 102.352
omicilio actual: Ruta 8 Km.23 Canelones
omicilio anterior:
ombre del padre: Juan Alberto TRINIDAD
.I.: 1.740.769-7 C.C.: B.D.A.53.495
ombre de la madre: Iracema ACUÑA PELAYE
.I.: 1.471.044-1 C.C.: B.D.A. 54.499
ombre del cónyuge:
.I.: C.C.:
resentado por: Cnel.Crosa

VEGA ALDROVANDI Natalia María .- AUX.SERV.
echa y lugar de nacimiento: 25/12/77 Minas
.I.: 4.090.571-5
.C.: S.B.A. 27.690
omicilio actual: José Belloni c/España Minas - Lavalleja
omicilio anterior:
ombre del padre: Orlando Patricio VEGA VILCHES - Fallecido
.I.: C.C.:
ombre de la madre: María Elizabeth ALDROVANDI BORGES
.I.:3.402.202-4 C.C.: S.B.A. 18.011
ombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Mayor Varela

9508641

13.- VIÑAS SANCHEZ Verónica Viviana.- AUX.ADM.

Fecha y lugar de nacimiento. 5/3/74 Montevideo
C.I. 3.615.911-6
C.C. B.C.A. 99.246
Domicilio actual - Ramos 4417 c/Resistencia
Domicilio anterior - Comercio 1352 apto.06
Nombre del padre - Alberto Heraclio VIÑAS DIAZ - Militar (R)
C.I. 863.065-1 C.C. A.Z.A. 16.161
Nombre de la madre - Sylvia Cadthia SANCHEZ BACELO
C.I. 1.318.042-7 C.C. B.A.B. 20.845

Presentado por: Mayor Héctor Varela

14.- CURCIO GARCIA Paolo.- Doctor

006/6

9508641

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: SIFA

Hoja: 1/1

Evaluación: -----------

Fecha: 01/09/

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nº 062/95

ASUNTO. Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos.

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA F.AEREA.

Para: SEÑOR JEFE DE DPTO. I. DE LA D.G.I.D..-

TEXTO:

1) MACHADO ROMANO JAVIER ANTONIO (POSTULANTE)
F.N. 04/08/1973 LUGAR: DURAZNO
C.I. 2.784.800-3 C.C. AQA N° 16056
DOMICILIO: CANELONES 1990 APT. 103

2) MACHADO MONTERO OSCAR MILTON (PADRE DEL POSTULANTE)
F.N. 06/01/1941 LUGAR: DURAZNO
C.I. 2.784.802-5 C.C. BCA N° 91440
DOMICILIO: CANELONES 1990 APT. 103

3) ROMANO ELENA ROSA LYLIAM (MADRE DEL POSTULANTE)
F.N. 22/06/1943 LUGAR: TACUAREMBO
C.I. 2.611.164-7 C.C. BCA N° 91439
DOMICILIO: CANELONES 1990 APT. 103

4) MACHADO ROMANO OSCAR PABLO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.N. 22/09/1970 LUGAR: DURAZNO
C.I. 2.784.801-9 C.C. AQA N° 14907
DOMICILIO: CANELONES 1990 APT. 103

FECHA 11/6/96 ... (01)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO I
Fecha 08 SET. 1995
Pase a Antecedentes
Nº 9508645

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 11/8/95
Nº 366/95

COPIA Nº 1

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.
CORONEL (AV)

RODOLFO P. LEGUISAMO.-

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

RESERVADO

Imp. S.A.C.G

001/1

9508645

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: S.I.F. Evaluacion: -------------	Hoja: 1 / 3 Fecha: 23 / 08 / 95

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nº 063/95.-

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos.-

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INF. DE LA FUERZA AEREA.-	PARA: SEÑOR JEFE DE DPTO. I. DE LA D.G.I.D.

TEXTO:

(1) MOLINA MIRABALLE MARCO ALBERTO (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 26-09-73 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: [illegible] 8012 C.I.: 3.210.588-2
DOMICILIO: Ruta 8 Km.25 Calle 1 y 6 Solar 79
TRABAJO ANTERIOR: HOGAR MUEBLES Ruta 8 Km.24.300.

MOLINA PAGES PEDRO ALBERTO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 03-10-49 LUGAR: DOLORES
C.C.: CME 1191 C.I.: 1.761.935
DOMICILIO: Se desconoce.-

MIRABALLE LAGUNA ELIZABETH CRISTINA (MADRE DEL POSTUL.)
F.NAC.: 06-11-55 LUGAR: DOLORES
C.C.: CME 1190 C.I.: 1.455.403-1
DOMICILIO: Ruta 8 Km.25 (25 de Agosto y J.P.Varela)

---

(2) ZABALA BORDON LUIS ALBERTO (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 26-08-66 LUGAR: CARDONA
C.C.: CME 8145 C.I.: 2.618.727-2
DOMICILIO: Ruta 8 Km.25.500 Calle 1 Solar 15.-
TRABAJO ANTERIOR: TECHINT Cuareim 1500.

ZABALA DENIS LUIS ALBERTO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 13-06-49 LUGAR: CARDONA
C.C.: DEA 2436 C.I.: 1.678.453-0
DOMICILIO: Cardona.

BORDON CUELLO AGUSTINA RITA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 28-04-51 LUGAR: CARDONA
C.C.: DOA 25.671 C.I. 1.258.110-4
DOMICILIO: Cardona.

001/6

9508646

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 1 / 3 Fecha: 23 / 08 / 95

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:

PARA:

TEXTO:

ZABALA BORDON JOSE LUIS (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 14-01-69 LUGAR: Cardona
C.C.: D.. 58.185 C.I.: 2.762.124-3
DOMICILIO: Zanabria y Rojas (Maldonado)

VILA MEDEROS SILVANA ELENA (ESPOSA DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 30-11-66 LUGAR: Montevideo
C.C.: C.E 439 C.I.: 1.810.302-2
DOMICILIO: Idem postulante.

---

(3) SARAVI RODRIGUEZ CARLOS ADRIAN (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 27-05-77 LUGAR: Lavalleja
C.C.: CME 11.844 C.I.: 4.112.525-5
DOMICILIO: José Batlle y Ordóñez (Lavalleja)
TRABAJO ANTERIOR: Trabajos de campo en Lavalleja

SARAVI BUSTAMANTE CARLOS ROGELIO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 17-06-61 LUGAR: Lavalleja
C.C.: CQA. 12387 C.I.: 3.452.043-0
DOMICILIO: J.B.y Ordóñez (Lavalleja)

RODRIGUEZ LILIAN MARGARET (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 04-09-57 LUGAR: Durazno
C.C.: CQA 25.860 C.I.: 1.773.944-6
DOMICILIO: J.B.y Ordoñez (Lavalleja)

---

(4) GAITAN FARO DANNY JAVIER (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 27-11-75 LUGAR: Montevideo
C.C.: C.. 47.882 C.I.: 4.017.037-8
DOMICILIO: Ruta 8 Km.29.700 Cno.Sastre Solar 26 (Pando)
TRABAJO ANTERIOR: Jornalero.-

RESERVADO

9508646

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

FORM. FA No 57

Seccion:

Evaluacion:

Hoja: 2 / 3

Fecha: 23 / 08 / 95

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:

PARA:

TEXTO:

GAITAN ULLUA NORBERTO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 14-04-53 LUGAR: DURAZNO
C.C.: CME 2610 C.I.: 3.302.090-6
DOMICILIO: Idem Postulante.-

PAIRO ZAPATA MARIA ESPERANZA(MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 28-09-48 LUGAR:MONTEVIDEO
C.C.: CME 19.735 C.I.:1.137.697-5
DOMICILIO: Idem Postulante.-

GAITAN PAIRO FRANK FABIAN (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 24-11-74 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CME 11.565 C.I.: 4.016.931-5
DOMICILIO: Idem Postulante.-

GAITAN PAIRO WALTER CRISTIAN (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 04-12-76 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CME 11.820 C.I.: 4.016.929-6
DOMICILIO: Idem Postulante.-

---

(5) CHAVEZ FERNANDEZ PATRICIA DANIELA(POST. A INGRESO)
F.NAC.: 06-04-73 LUGAR: DURAZNO
C.C.: BCB 53.722 C.I.: 4.128.429-5
DOMICILIO: Rta.8 Km.28 Manz.F Sol.5
TRABAJO ANTERIOR: Labores.-

CHAVEZ SANCHEZ WALTER DANIEL (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 03-10-51 LUGAR: DURAZNO
C.C.: BCC 24.889 C.I. 2.737.915-3
DOMICILIO: Luis Azarola Gil N° 4926 Ap.3 Mdeo.

FERNANDEZ CAZENEUVE MARGARITA JULIA (MADRE DEL POST.)
F.NAC.:20-11-40 LUGAR: DURAZNO
C.C.: BCC 3769 C.I.: 1.568.947-5
DOMICILIO: Luis Azarola Gil N° 4926 Ap.3 Mdeo.

RESERVADO

9508646

·UERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

FORM. FA No 57

Seccion:

Evaluacion:

Hoja: 2/3

Fecha: 23/08/95

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:

PARA:

TEXTO:

FERNANDEZ LILIAN TERESITA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 29-10-59 LUGAR: DURAZNO
C.C.: BCD 24.579 C.I.: 2.976.064-3
DOMICILIO: Dpto.DURAZNO.

MONZON RODRIGUEZ LUIS IGNACIO(ESPOSO POSTULANTE)
F.NAC.: 21-09-70 LUGAR: DURAZNO
C.C.: CME 6524 C.I.: 3.072.523-6
DOMICILIO: Idem Postulante.

---

(6) GIORDANO PEREZ MARIANGELA (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 22-05-75 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CMP 10.062 C.I.: 3.772.357-0
DOMICILIO: Av.Los Eucaliptus M.29. S.15 Lagomar
TRABAJO ANTERIOR: Estudiante.

GIORDANO PEREZ HUGO ALFREDO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 13-02-40 LUGAR:MONTEVIDEO
C.C.: BOA 12.780 C.I.: 827.582
DOMICILIO: Idem Postulante.-

PEREZ RODRIGUEZ MARIA DEL HUERTO(MADRE DEL POSTUL.)
F.NAC.: 05-01-47 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: ACA 5701 C.I.: 1.928.662-3
DOMICILIO: Idem Postulante.-

---

(7) RODRIGUEZ PADRON ROSAMAR (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 31-07-73 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CME 8238 C.I.: 3.646.693-1
DOMICILIO: Rta.8 Km.28.800 Villa Castell.Pb.Cap.Art.
TRABAJOS ANTERIORES: Ruta 8 Km.29 Emp.Doméstica.-

RODRIGUEZ AGUIAR JOSE (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 10-01-51 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CMA 28.379 C.I.: 1.451.666-7
DOMICILIO: Idem Postulante.-

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

FTRM.
FA No 57

Seccion:

Evaluacion:

Hoja: 3 / 3

Fecha: 23 / 08 / 95

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:

PARA:

TEXTO:

PADRON MARIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.:17-08-37 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CMA 28.437 C.I.: 1.732.038-6
DOMICILIO: Idem Postulante.-

---

(8)

FERREIRA VEIGA ANDREA KARINA (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 13-01-76 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CMA 47.733 C.I.: 4.187.519-3
DOMICILIO: Manuel Quintela S/N Barrio Estadio Pando.-
TRABAJO ANTERIOR: Calle Danubio S/N Pando(Emp.Domést.)

PADRE: FALLECIDO

VEIGA DA COSTA NORMA IRIS (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 17-09-52 LUGAR: Castillos
C.C.: CMA 40.673, C.I.: 1.654.038-5
DOMICILIO: Idem Postulante.-

VEIGA DA COSTA HECTOR ANDRES (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 25-12-73 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: CME 37002 C.I.: 3.844.982-8
DOMICILIO: Las Flores y Recopo Barrio Estadio Pando

---

(9)

NOGUERA PEREIRA EDUARDO ANTONIO (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 07-08-76 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: BOC 8186 C.I.: 4.313.322-4
DOMICILIO: Ruta 74 Km.25 2119 Solar 9 La Colina
TRABAJO ANTERIOR: VIPLAST SRL Rta.8 Km.14.500 Nº 7314

NOGUERA HIDALGO ARTEMIO BIEDGAR (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 31-12-47 LUGAR: PAYSANDU
C.C.: BOC 4890 C.I.: 1.501.188-4
DOMICILIO: Corona Boreal 6943 Mdeo.

PEREIRA RECAREY IRIS BRENDA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 19-07-42 LUGAR: TREINTA Y TRES
C.C.: BOC 6975 C.I.: 1.406.212-9
DOMICILIO: Idem Postulante.-

RESERVADO

95.08646

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

FORM. FA No 57

Seccion:
Evaluacion:
Hoja: 3 / 3
Fecha: 23 / 08 / 95

DOCUMENTO:
ASUNTO:
DE:
PARA:

TEXTO:

NOGUERA PEREIRA CELESTE PATRICIA (HERMANA DEL POSTUL.)
F.NAC.: 14-03-73 LUGAR: montevideo
C.C.: BDC 8185 C.I.: 3.614.927-6
DOMICILIO: Idem Postulante.-

(10) GALARZA PEREZ DARWIN ALEXANDER (POSTULANTE A INGRESO)
F.NAC.: 11-03-75 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: BNB 22.810 C.I.: 1.921.848-2
DOMICILIO: Santa Ana 3593 montevideo
TRABAJO ANTERIOR: Estudiante

GALARZA VIERA DARWIN (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 01-05-39 LUGAR: montevideo
C.C.: BKA 11.460 C.I.: 1.221.709-9
DOMICILIO: Idem Postulante.-

PEREZ FARCILDI BLANCA SUSANA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 24-12-44 LUGAR: montevideo
C.C.: BNB 24.641 C.I.: 1.013.652-0
DOMICILIO: Idem Postulante.-

GALARZA PEREZ JULIO CESAR (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 15-05-63 LUGAR: MONTEVIDEO
C.C.: BNB 41.524 C.I.: 1.892.600-2
DOMICILIO: Km.37 Calle 68 M.48 S.36 PINAMAR

GALARZA PEREZ MARIA ELIZABETH (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.: 20-06-64 LUGAR: montevideo
C.C.: BDA 79.727 C.I.: 1.782.158-4
DOMICILIO: Santa Ana 3636 Ap.2

M.D.N. Mont. salida ORAL 4 SET de 1995 9508646 582 A sus efectos
Prioridad: Observaciones:

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.-
CORONEL (AV)

RODOLFO P. LEGUISAMO.-

FUERZA AEREA DIRECTOR SERVICIO DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

RESERVADO

9508646

006/6

1/17

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

Nro. 36/95

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

PERIODO DEL 29 DE AGOSTO AL 05 DE SETIEMBRE DE 1995.-

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISIÓN
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN ÁREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERÉS DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 36/95 050800P SET 95

SITUACIÓN INTERIOR

1.- COMPONENTE POLITICO

a.- Cumbre presidencial del Grupo de Río.-

Los Ministros de Relaciones Exteriores de Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Trinidad y Tobago, Venezuela y Uruguay iniciaron la discusión de los temas de la agenda que sus presidentes y representantes rubricarán en la Declaración de Quito.
El Canciller anfitrión dijo que "a sólo nueve años de su creación es grato comprobar que el grupo se ha convertido en el interlocutor privilegiado de la región frente a otros Estados o grupos de Estados". Mencionó al respecto los diálogos con la Unión Europea y Japón así como "la acción concertada" de los países miembros del Grupo en el seguimiento de las resoluciones de la Cumbre de Miami. Asimismo abogó por una coordinación de los miembros del Grupo en las negociaciones y acuerdos que se den en el seno de la Organización Mundial de Comercio. Previa reunión de los cancilleres, los coordinadores nacionales de cada país analizaron durante tres días los temas de la agenda. Entre los temas se destacan la lucha contra la corrupción y el narcotráfico y el afinamiento de los mecanismos de integración regional. Doce presidentes llegaron el 3 de setiembre a Quito y se hospedaron en el Hotel Colón, en cuyos salones se realizan las sesiones de trabajo del Grupo de Río.- (LA REPUBLICA - 04/IX/95).-

2.- COMPONENTE MILITAR

a.- Policía.-

El Ministro de Defensa Nacional, Raúl ITURRIA, desmintió que un grupo de Coroneles estuviera preocupado por encargarse de algunas Jefaturas de Policía del Interior del país, señalando que "no tenemos ninguna noticia de ese tema y no existe ninguna preocupación de los mandos superiores ni de otros escalafones de la pirámide jerárquica, en asumir responsabilidades que no sean propias, será un rumor, no creo que exista eso, no existe propuesta ni planteamiento de esa naturaleza".
En cuanto a la posibilidad de que Uruguay pudiera convertirse en un Centro de Formación de Oficiales de la región para las Naciones Unidas, el Ministro ITURRIA explicó "Argentina está iniciando un lugar de preparación creo que en Campo de Mayo, donde procura formar gente para las Misiones de Paz de la ONU, en Uruguay se hace aquí mismo y eso se va a seguir haciendo, sin perjuicio que en el futuro algún oficial uruguayo pudiera cruzar al vecino país para prepararse, aquí se preparan muy bien desde hace años".(EL PAIS - 30/VIII/95).-

b.- Ejército.-

El total de haberes mensuales de un Capitán del Ejército uruguayo con cinco años de antigüedad en el cargo asciende a $ 6.072,26 que descontados los diversos aportes legales queda en $ 4.753,76. Estos valores traducidos a dólares americanos equivalen a 913,12 y 687,78 dólares respectivamente.
(EL PAIS - 30/VIII/95).-

c.- El Jefe del Ejército partirá hacia Angola.-

El Comandante en Jefe del Ejército, Teniente General Juan CURUTCHET, partirá el próximo 06 de setiembre rumbo a Angola para visitar al Batallón Uruguay III que está participando de la misión de paz de Naciones Unidas. CURUTCHET pasará revista a la tropa y tomará contacto directo con las distintas unidades que ya están desplegadas en una zona de Angola que es más grande que todo el territorio uruguayo.
La situación del contingente compatriota es buena, tanto desde el punto de vista moral como sanitario. Se han registrado hasta el momento pocos casos de malaria que no han sido de gravedad.
La tensión política que imperaba en territorio angoleño ha disminuido sensiblemente en el último mes y ha determinado condiciones favorables para la presencia de la fuerza pacificadora de la Organización de las Naciones Unidas, que integra Uruguay. (EL OBSERVADOR - 31/VIII/95).-

Las Fuerzas Armadas del Uruguay son una de las más ponderadas por las Naciones Unidas debido al nivel que demuestran en las misiones de paz, según dijo el Tte. Gral. Manfred EISELE, principal asesor militar del Secretario General de la ONU, Boutros BOUTROS GHALI. El militar alemán no descartó que se pueda pedir a Uruguay el envío de más tropas a nuevas misiones. (EL OBSERVADOR - 02/IX/95).-

d.- Militares y carreteras.-

El Senador Pablo MILLOR se declaró partidario de que las FF.AA. realicen tareas de construcción de carreteras como forma de "generar recursos" propios que les permitan "estar activas y mejor remuneradas". "Basadas en sus conceptos de profesionalismo, verticalidad y eficiencia las FF.AA. podrían desarrolllar actividades muy productivas, que no irían en desmedro de su orgullo, sino que les permitirían ser visualizadas como más integras a la sociedad civil".
Para realizar la doble vía entre Montevideo y Punta del Este, se llamó a licitación , "hace un año que están cobrando el peaje y hasta ahora lo único que hicieron fue pintar cuatro columnas . ¿No hubiese sido más conveniente encomendarle la tarea a las FF.AA.?. (BUSQUEDA - 31/VIII/95).-

e.- Aumentos salariales.-

El gobierno decidió incluir en el presupuesto quinquenal aumentos salariales del 12% para la Policía, 10% para la Educación y 10% para las Fuerzas Armadas, al tiempo de fijar un incremento adicional del 40% en cuatro años para la Policía, que se aplicará en razón de 10% anual a partir del 1º de enero de 1997. (EL PAIS - 31/VIII/95).-

El Diputado Jorge PACHECO KLEIN considera que el 12% promedial de aumento para la Policía y el 10% para las Fuerzas Armadas "son insuficientes para paliar la crítica situación social que atraviesan sus integrantes". En ese sentido manifestó que "hubieramos preferido una mayor recuperación salarial para los mismos, lo que esperamos se concrete a través de mensajes complementarios, conforme al artículo 219 de la Constitución". (LA REPUBLICA - 05/IX/95).-

f.- <u>Jefe de Policía ordenó control a Maestros y Judiciales</u>.-

El Ministro del Interior, Didier OPERTTI, ordenó una investigación administrativa en la Jefatura de Policía de Canelones con el objetivo de determinar si efectivos policiales requirieron información en una escuela de Las Piedras acerca de los maestros que adhirieron al paro del pasado 29 de agosto.
Según el Ministro podría existir el "recabamiento de información" de forma "estadística", por la "capacidad residual" de la Policía, pero "de ninguna manera una tarea tendiente a la identificación de adherentes" a paros o huelgas.
El Diputado de Asamblea Uruguay, Carlos GAMOU, remitió al Ministerio del Interior un pedido de informes solicitando formalmente saber si "existe seguimiento de adhesiones a paros y/o huelgas por parte de dependencias de ese ministerio". En caso de haberlos, interroga si "se refieren a dependencias públicas, privadas, o a ambas"; "en que consisten dichos seguimientos"; "qué información se recaba y qué destino tiene"; "desde cuando se viene realizando" y si "existe un tratamiento diferencial entre Montevideo y el interior del país".
Asimismo, se pregunta si "existe autorización para recabar información que identifique adherentes a paros y/o huelgas" y "bajo el amparo de qué acto administrativo se llevó a cabo el seguimiento durante el paro de maestros".
(EL OBSERVADOR - 01/IX/95).-

La Federación Uruguaya de Magisterio (FUM) resolvió que sus adherentes no brinden informaciones al Ministerio del Interior cuando éstos requieran datos sobre las adhesiones a los paros porque afirman que esa es una tarea que le corresponde al Consejo de Educación Primaria.- (EL OBSERVADOR - 05/IX/95).-

g.- <u>Bomberos, Policía, FFAA y Organismos Estatales Coordinados</u>.-

La preocupación latente de que algún punto del territorio uruguayo pueda ser tomado como objetivo para consumar un atentado como los ocurridos en Buenos Aires, con consecuencias devastadoras, ha movilizado a las autoridades de diversos organismos del Estado que ya tienen virtualmente preparado un procedimiento de "respuesta rápida", denominado "Plan Alfred", de cuya perfecta coordinación depende en gran medida la neutralización de los efectos de una catástrofe de semejante envergadura.
El "Plan Alfred" ya está en condiciones de movilizar en pocos minutos un gigantesco aparato de asistencia, que incluye a todos los centros asistenciales privados y hospitales públicos, y cuenta con la maquinaria pesada que sea necesaria y,

fundamentalmente, equipos livianos y herramientas aptas para la remoción de escombros que debe hacerse prácticamente "a mano" cuando se trata de rescatar víctimas.
El Staff del Comando Superior Operativo está asistido, en eventuales emergencias de esa naturaleza, por una suerte de comando sanitario que incluye psicólogos, con la específica misión de apoyar a los efectivos que puedan verse afectados durante la tarea de socorro y rescate, y hasta odontólogos para la identificación de víctimas mortales, cuando no pueda hacerse de otra manera, que no sea la inspección de piezas dentales, debido a las mutilaciones sufridas. (EL PAIS - 01/IX/95).-

h.- Demostración de la Fuerza Aérea.-

Efectivos de la Fuerza Aérea realizaron el 1º de setiembre una serie de demostraciones para el Presidente Julio SANGUINETTI y el vicepresidente Hugo BATALLA y otras autoridades de gobierno, en el marco de la conmemoración del 65º aniversario de la denominación del Aeródromo con el nombre "Capitán Boiso Lanza". (LA REPUBLICA - 02/IX/95).-

i.- Conferencia de Ministros de Defensa.-

Las conclusiones de la Conferencia mantenida en Estados Unidos por los Ministros de Defensa de todo el continente americano fueron presentadas por el Ministro de Defensa Raúl ITURRIA en el Parlamento.
Los integrantes de la Comisión de Defensa Nacional de la Cámara de Diputados trataron con el Ministro los problemas económico-financieros que han surgido en el Servicio de Sanidad de las Fuerzas Armadas en los últimos tiempos. (LA REPUBLICA - 04/IX/95).-

j.- Naufragio frente al puerto de Colonia.-

La Prefectura del Puerto de Colonia recibió un dramático pedido de auxilio del yate "PICAFLOR", de bandera argentina informando que se había desatado un incendio a bordo y la embarcación se estaba hundiendo en una posición estimada a tres millas de la costa al oeste del puerto mencionado, y que los cuatro tripulantes -dos hombres y dos mujeres- abandonaban en ese momento la embarcación.
Ante el alerta detectado, se declaró el incidente BYR Nº 412 (Búsqueda y Rescate) en su fase de Peligro, iniciándose la búsqueda por la zona del Río de la Plata cercana a la costa del Puerto de Colonia. Participaron de los operativos las siguientes unidades de la Armada Nacional: ROU 11 "Río Negro", ROU 71, SERBA II, y la aeronave A.781, participando también la lancha ADES II.
Mientras tanto, del puerto de Montevideo partió el Barreminas ROU 33 "FORTUNA", en apoyo de las operaciones de búsqueda.
Fueron rescatados sin vida los cuerpos de las dos mujeres y el Capitán de Navío Luis FRANCINI, Jefe del Departamento de Relaciones Públicas de la Armada informó que las operaciones de búsqueda y rescate seguirán hasta recuperar de las aguas los cuerpos de los dos restantes tripulantes desaparecidos.
(LA REPUBLICA - 04/IX/95).-

k.- UTU y Fuerza Aérea intercambiarán técnicos.-

Se firmó un Convenio de Cooperación entre la UTU y la Fuerza Aérea que tiene como finalidad la colaboración entre las partes, en lo referente a la elaboración y ejecución de acciones de cooperación técnica. Estas serán objeto de acuerdos complementarios que especificarán metas, modalidades, metodología de trabajo y las obligaciones financieras de cada una de las instituciones firmantes.
La cooperación comprenderá el intercambio de información cultural y técnica, realización conjunta de programas de investigación y desarrollo de las áreas específicas y la participación de cursos sobre talleres específicos. (LA REPUBLICA - 04/IX/95).-

3.- **COMPONENTE MARÍTIMO**

a.- Puente Colonia-Buenos Aires.-

Luego de ser descartada la zona de Delta del Tigre se manejan las localidades de Quilmes y Punta Lara como cabecera del puente Colonia-Buenos Aires en la margen argentina.
El Presidente MENEM manifestó a la delegación uruguaya que algunos estudios que se realizaron sobre el proyecto lo terminaron de convencer que no era conveniente localizar la cabecera del puente en la aeroísla que se proyecta en el Río de la Plata.
SANGUINETTI dijo que dentro de los próximos seis meses se realizará el estudio sobre impacto ambiental y se llamará a licitación para la construcción de la obra, que comenzará en el tercer trimestre de 1996.(EL OBSERVADOR - 30/VIII/95).-

b.- **Software para estudiar situación del Río Uruguay**.-

La Comisión Administradora del Río Uruguay (CARU) adquirió al Instituto Danés de Hidráulica (IDH) un programa de computación que permitirá incorporar un gran volumen de información y realizar un seguimiento científico de las diferentes variables naturales que presenta el río durante el año.
El modelo computarizado se pondrá en practica en setiembre, luego de implementada toda la estructura informativa y su costo ascendió a U$S 12.000.-
La compra del software se inscribe dentro de las estrategias planificadas por el organismo para posibilitar la navegación en gran escala por el río Uruguay.- (BUSQUEDA - 31/VIII/95).-

c.- **Acusan de no respetar los acuerdos de Las Leñas**.-

Presidente de la Cámara Naviera Argentina acusó a Paraguay, Brasil y Uruguay de no respetar los acuerdos de Las Leñas.- (Ver Anexo "ALFA")

d.- **Pesca en la zona de alta mar adyacente a la zona económica exclusiva**.-

Ver Anexo "BRAVO".-

EXTERIOR

1.- ARGENTINA.-

a.- Petróleo en Malvinas.-

El Vicecanciller PETRELLA relativizó, el 28/VIII, las expectativas respecto de que Gran Bretaña acceda a explotación bilateral conjunta con la Argentina en la plataforma petrolera de las Islas Malvinas. "No hay expectativas demasiado promisorias". Reconoció, sin embargo, que hay un dialogo permanente con Londres en esa dirección. (CLARÍN 29/VIII/95).-

A fines de la semana próxima en una ciudad norteamericana, probablemente Miami, se reunirán diplomáticos de la Argentina y Gran Bretaña en el último intento por encontrar una fórmula que evite el fracaso de las negociaciones por la cooperación petrolera en las aguas de las Malvinas.
El empantamiento se debe a la negativa de Gran Bretaña a permitir que la Argentina "juegue algún rol" en las aguas orientales de las islas. En cuanto a las occidentales, existe un preacuerdo. (CLARÍN 02/IX/95).-

b.- Venta de Armas.-

El Ministro de Defensa, Oscar CAMILION, negó el 28/VIII que su cartera hubiese tenido conocimiento previo de que los embarques de armas con destino a Venezuela iban a ser desviados a Ecuador, en momentos en que ese país se hallaba en guerra con Perú. (CLARÍN 29/VIII/95).-

Dos fuentes diferentes confirmaron el 28/VIII el anticipo de Clarín, acerca de que el Gobierno sabía que "iban a Guayaquil" los aviones que, a mediados de febrero, cargaron armas argentinas que terminaron en Ecuador, cuando ese país estaba en plena guerra con Perú. Por otro lado, una fuente oficial también confirmó el 29/VIII que, desde el 1ª de ese mes el agregado aeronáutico en Lima también sabía que los 8.000 fusiles FAL y varias toneladas de municiones estaban en Ecuador. El comentario del alto oficial está incluido en un informe que circulaba en el Gobierno. (CLARÍN 30/VIII/95).-

La Cámara de Diputados convocó para el 06/IX a una sesión especial para interpelar en el recinto al Ministro de Defensa, Oscar CAMILION, por el escándalo de la venta de armas argentinas a Ecuador y Croacia, a raíz de las últimas informaciones publicadas por Clarín. (CLARÍN 02/IX/95).-

c.- Venta de Yacyretá.-

La venta de Yacyretá mantiene bandos en pugna. Los Diputados (oficialistas y opositores) y los funcionarios del Ministerio de Economía tienen diferencias sobre la conveniencia y legalidad de pasar a manos privadas el complejo eléctrico financiado íntegramente por la Argentina. (CLARÍN 30/VIII/95).-

Los tiempos para la venta de Yacyretá se demoran. Recién estará en manos privadas en febrero, tres meses después de lo previsto en el cronograma de Economía que esperaba asignar los 750 millones de dólares que se cobrarán de mínima en efectivo, en las cuentas de este año. La tardanza es por razones políticas y prácticas. (CLARÍN 01/IX/95).-

d.- Puente Buenos Aires - Colonia.-

Tras acordar la creación de un mercado eléctrico único e integrado entre ambos países, los Presidentes de Argentina, Carlos MENEM, y de Uruguay, Julio María SANGUINETTI, el 29/VIII confirmaron la decisión de construir el puente Buenos Aires-Colonia. Los mandatarios también coincidieron en impulsar la cooperación binacional en el ámbito del transporte terrestre y ratificaron el compromiso de llevar adelante el dragado y balizamiento de los canales navegables del área de Martín GARCÍA. (CLARÍN 30/VIII/95).-

e.- Ley de Ministerios.-

El Ministro de Defensa CAMILION adelantó el 31/VIII su oposición al proyecto, que impulsan colaboradores del Jefe de Gabinete, Eduardo BAUZA, para pasar a la Gendarmería y a la Prefectura dentro de la órbita exclusiva del Ministerio del Interior.
Paralelamente, BAUZA intentó minimizar la situación al decir que "todavía hay solo borradores, son solo rumores, no hay absolutamente nada decidido", pero sin desmentir que el proyecto está a consideración y que en el Ministerio de Economía no lo objetaron.
El proyecto que se elaboró en el equipo de asesores de BAUZA y al que se opone CAMILION, también propone que la actual Secretaría de Seguridad, que dirige el Brigadier Andrés ANTONIETTI, deje de depender directamente del Presidente MENEM y pase a la órbita de Interior con categoría de Subsecretaría. De esta, precisamente, es que se quiere hacer depender a la Gendarmería y a la Prefectura. (CLARÍN 01/IX/95).-

f.- Recorte presupuestario en Defensa.-

La cuestión presupuestaria sigue siendo tema de

preocupación de las Fuerzas Armadas, especialmente ahora que el Gobierno está diseñando los trazos gruesos del presupuesto para el año próximo.
Para llamar la atención sobre el caso, el Ministro de Defensa CAMILION dijo que no se reducirá en 1996 el número de soldados voluntarios, pero advirtió que se trabaja con techos muy bajos y "hemos alcanzado la cobertura del presupuesto con el piso operativo". (CLARÍN 02/IX/95).-

g.- <u>Preservación de recursos pesqueros</u>.-

La Argentina negocia con la Unión Europea (UE) un acuerdo de enorme importancia para la preservación de los recursos pesqueros, amenazados por la depredación. (Ver Anexo "CHARLIE").-

h.- <u>Incendio en un velero</u>.-

Dos mujeres murieron al incendiarse un velero frente a Colonia. Hay dos desaparecidos. Habían salido el 02/IX de San Isidro. Se arrojaron al río por el incendio. Las mujeres murieron de frío, confirmó la Armada uruguaya. Sigue la búsqueda.
A las tres de la tarde del 03/IX, uno de los cuatro tripulantes del velero motor "Picaflor", que había salido del puerto de San Isidro, avisó por radio a la Prefectura uruguaya que "por incendio a bordo abandonamos la embarcación". Si bien no pudo dar precisiones sobre la ubicación de la embarcación, alcanzó a decir que se encontraban frente a la costa de Colonia, y que veían algunas luces y antenas. La Prefectura uruguaya mandó inmediatamente un guardacostas a buscar a los náufragos, pero no los pudo encontrar "por la imprecisión del mensaje de auxilio". (CLARÍN 04/IX/95).-

i.- <u>Agresión al C/F ASTIZ</u>.-

Mientras esperaba el micro que lo iba a llevar a esquiar al Cerro Catedral en Bariloche, el 01/IX a la mañana, el Capitán de Fragata Alfredo ASTIZ fue golpeado por un hombre que aseguraba haber estado detenido durante ocho meses en 1978 en el centro clandestino Vesubio.
Sobre el incidente del 01/IX en Bariloche, las fuentes militares consultadas no se ponían de acuerdo sobre lo que había pasado en aquella ciudad. Una fuente de la Armada reconoció que "algo pasó" porque el Capitán de Fragata fue convocado de inmediato para presentarse en Buenos Aires.
Sin embargo, otras fuentes dijeron que "no hubo pelea" y que todo se trató de "una campaña de acción psicología". (CLARÍN 03/IX/95).-

j.- <u>La guerra del futuro</u>.-

Durante cuatro días de la semana pasada, en Buenos Aires, casi 250 oficiales de los Ejércitos de los países del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) gozaron del siempre inusual privilegio de desplegar sus capacidades profesionales a través de computadoras.
El ejercicio Fuerzas de Paz 95 (realizado en la Escuela Superior de Guerra y en Campo de Mayo) requirió el uso de equipos de computación y los sofisticados programas que demandaron el empleo de dos transportes aéreos C-141 norteamericanos, en cuyas bodegas también se cargaron los sistemas de comunicación, vehículos y hasta equipos de generación electrógena que aquí abastecieron la sobrecarga de demanda energética.
Los "juegos de guerra" en los que los Estados Mayores prueban, en situaciones imaginarias de conflicto, sus dos atributos centrales (acumulación de conocimiento y concentración de poder) tienen una tradición casi tan antigua como la espada misma. (CLARÍN 03/IX/95).-

k.- <u>Incentivos a la industria naval y a los puertos bonaerenses</u>.-

El convenio que suscribieron a mitad de semana el Ministro de Economía CAVALLO, y el Gobernador de Buenos Aires, DUHALDE, tiene la mira puesta en dos blancos específicos: la reactivación de la industria naval y la modernización del sector portuario provincial. (Ver Anexo "DELTA").-

2.- BRASIL.-

a.- <u>Política de apertura</u>.-

Brasil abrirá las puertas de su mercado de telecomunicaciones a partir de 1996, con la concesión de licencias a empresas privadas nacionales y extranjeras para la prestación de servicios de telefonía celular y transmisión de datos por satélite. (CLARÍN 02/IX/95).-

3.- INTERNACIONALES.-

a.- <u>Paraguay: procesan a OVIEDO</u>.-

Un Juez paraguayo dispuso el 29/VIII el procesamiento del Jefe del ejército, Gral. Lino OVIEDO, por su presunta participación en actividades políticas. (CLARÍN 30/VIII/95).-

En menos de 24 horas, un Juez afiliado al gobernante Partido Colorado anuló un proceso contra el General Lino OVIEDO, que había sido acusado de actividades políticas que le prohíbe la Constitución paraguaya.

Durante cuatro días de la semana pasada, en Buenos Aires, casi 250 oficiales de los Ejércitos de los países del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) gozaron del siempre inusual privilegio de desplegar sus capacidades profesionales a través de computadoras.
El ejercicio Fuerzas de Paz 95 (realizado en la Escuela Superior de Guerra y en Campo de Mayo) requirió el uso de equipos de computación y los sofisticados programas que demandaron el empleo de dos transportes aéreos C-141 norteamericanos, en cuyas bodegas también se cargaron los sistemas de comunicación, vehículos y hasta equipos de generación electrógena que aquí abastecieron la sobrecarga de demanda energética.
Los "juegos de guerra" en los que los Estados Mayores prueban, en situaciones imaginarias de conflicto, sus dos atributos centrales (acumulación de conocimiento y concentración de poder) tienen una tradición casi tan antigua como la espada misma. (CLARÍN 03/IX/95).-

k.- Incentivos a la industria naval y a los puertos bonaerenses.-

El convenio que suscribieron a mitad de semana el Ministro de Economía CAVALLO, y el Gobernador de Buenos Aires, DUHALDE, tiene la mira puesta en dos blancos específicos: la reactivación de la industria naval y la modernización del sector portuario provincial. (Ver Anexo "DELTA").-

2.- BRASIL.-

a.- Política de apertura.-

Brasil abrirá las puertas de su mercado de telecomunicaciones a partir de 1996, con la concesión de licencias a empresas privadas nacionales y extranjeras para la prestación de servicios de telefonía celular y transmisión de datos por satélite. (CLARÍN 02/IX/95).-

3.- INTERNACIONALES.-

a.- Paraguay: procesan a OVIEDO.-

Un Juez paraguayo dispuso el 29/VIII el procesamiento del Jefe del ejército, Gral. Lino OVIEDO, por su presunta participación en actividades políticas. (CLARÍN 30/VIII/95).-

En menos de 24 horas, un Juez afiliado al gobernante Partido Colorado anuló un proceso contra el General Lino OVIEDO, que había sido acusado de actividades políticas que le prohíbe la Constitución paraguaya.

(CLARÍN 01/IX/95).-

b.- El poder militar es necesario.-

El titular del Comando Sur de los Estados Unidos, Gral. Barry R. Mc CAFREY, admite que el desafío mayor de seguridad que enfrentan los ejércitos del hemisferio es "descubrir nuestro propósito sabiendo que ya no vamos a combatir a la Unión Soviética".
En el Comando Sur identificamos como tareas futuras: la defensa convencional de los intereses soberanos; el mantenimiento de la paz; las operaciones antiterroristas, antinarcotráfico y humanitarias y de apoyo de doméstico; la protección del medio ambiente y la administración cooperativa de fronteras. No es verdad que si hay ausencia de poder militar reina la paz; el poder militar es necesario, porque sin un poder militar subordinado al poder civil y a la ley solo hay amenaza de caos. (CLARÍN 01/IX/95).-

c.- Crisis cívico-militar en Chile.-

En una actitud que sugiere el alcance de la crisis que sacude a Chile, el Pte. Eduardo FREI salió el 31/VIII a desmentir los rumores de un golpe de estado pero reconociendo sin vueltas que existe tensión con los militares. (CLARÍN 01/IX/95).-

La ex Ministra de Justicia y Educación de la dictadura militar chilena, Mónica MADARIAGA, pronosticó el 03/IX nuevos pronunciamientos castrenses contra la propuesta gubernamental para reformar la relación entre la sociedad civil y las Fuerzas Armadas. MADARIAGA, quien redactó la Constitución de 1980 aún vigente, aclaró que ese pronunciamiento no sería un golpe de Estado como el del 11 de setiembre de 1973, en el que fue derrocado el Presidente ALLENDE y con el cual el Gral. Augusto PINOCHET inició el período de 17 años al frente de una dictadura militar.
La ex funcionaria vaticinó "un pronunciamiento cuya base esté claramente establecida en la institucionalidad que gestaron las Fuerzas Armadas y que algunos quieren modificar". (CLARÍN 04/IX/95).-

d.- Satélite.-

"Hemos ingresado a la era espacial", se ufanó el Jefe de la Fuerza Aérea chilena, Gral. Fernando ROJAS, tras el lanzamiento del satélite Fasat-Alfa, puesto en órbita la madrugada del 31/VIII desde un cosmódromo del norte de Rusia, cerca del Mar Ártico. Desde una altura de 600 kilómetros, cumplirá misiones de control de la capa de ozono y tomará fotografías de la Tierra. (CLARÍN 01/IX/95).-

e.- Ofensiva ecologista en Mururoa.-

La posibilidad de que Francia realizara el 01/IX su primera prueba nuclear en el atolón de Mururoa provocó una guerra de nervios en el Pacífico Sur y en París: mientras las manifestaciones antiatómicas eran reprimidas en la capital del país, comandos navales abordaron dos naves de la organización ecologista Greenpeace, entre ellas el "Rainbow Warrior II", y detuvieron luego a dos buzos que habían logrado entrar en las plataformas de ensayo del atolón.
Los ecologistas desestimaron las advertencias francesas de que no entraran en la "zona militar protegida". Tras algunos instantes de tensión, los comandos franceses asaltaron la nave y lograron controlarla en menos de 20 minutos. Nueve lanchas Greenpeace salieron del barco con varios buzos a bordo y dos de ellas burlaron el cerco francés, pero todas fueron capturadas rápidamente. (CLARÍN 02/IX/95).-

f.- Ecuador: Cumbre del Grupo de Río.-

El Pte. Carlos MENEM llego a Ecuador para participar, a partir del 04/IX, de una cumbre de Jefes de Estado de América Latina y el Caribe. Aunque el encuentro es a agenda abierta, MENEM ya avisó a sus colegas que hay un tema que no quiere que se agite demasiado: la pelea fronteriza entre Perú y Ecuador, el país anfitrión. Pero, tanta prudencia tiene otra razón de ser. Es que el Pte. MENEM no desea que, junto al conflicto fronterizo, aparezca el asunto de las armas argentinas que fueron vendidas a Ecuador en febrero, cuando ese país estaba en plena guerra con Perú.
Entre los temas que serán tratados en la cumbre ocupará un lugar central la situación de las economías latinoamericanas luego del "efecto tequila": Brasil y México, y también la Argentina, ya se curaron de espanto.
Ahora, la idea es hallar algún tipo de mecanismo conjunto para prevenir los bajones financieros que provocan las bruscas movidas de capitales especulativos. (CLARÍN 03/IX/95).-

g.- Propuestas del Grupo de Río.-

Uruguay logró ayer la aprobación por unanimidad del Grupo de Río de una propuesta para redefinir la articulación, fines, metas y tareas de los organismos de integración, para evitar superposiciones de tareas y obtener el fortalecimiento de la institucionalidad hemisférica.
El presidente Julio María SANGUINETTI intervino en la segunda sesión de trabajo de esta IX Cumbre

presidencial para efectuar la propuesta y la misma fue adoptada, designando a los Cancilleres de Uruguay, Brasil, Chile y Ecuador, para que en 60 días elaboren un texto que deberá ser elevado a los mandatarios.
En el esquema propuesto, "ALADI podría convertirse progresivamente en el organismo central de la integración y la cooperación regionales. De este modo, abarcaría la consolidación del proceso de integración, a través de la articulación y convergencia de los procesos regionales y bilaterales existentes, así como la instrumentación de todas las acciones de cooperación regional en una gama muy amplia de temas. La tarea del SELA, por su parte, debería concentrarse en la preparación técnica y en técnica y en la concertación de las posiciones latinoamericanas, en todos los ámbitos económicos y sociales.
Del mismo modo "el Grupo de Río, a su vez mantendrá su rol actual de interlocutor de la región frente a otros países. Y también como mecanismo de expresión política y de negociación de las posiciones que se han concertado a nivel regional.
En una segunda intervención, también registrada en la sesión de trabajo de la tarde y en momentos que se discutían las acciones comunes frente a la corrupción y el narcotráfico, el presidente uruguayo fue muy firme en reclamar que América Latina actúe en el combate a esos males con un proyecto político propio, y no esté a la defensiva frente a las presiones de los países desarrollados, especialmente Estados Unidos.
Todo eso se suma a que tenemos problemas sociales, y las expresiones de protesta social es natural que luego se conecten con lo que son denuncias de corrupción que desgraciadamente ha habido en todo el mundo y sobre lo cual América Latina no tiene el monopolio". (EL PAÍS 05/IX/95).-

Capitán de Navío (CG)....................
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

Presidente de la Cámara Naviera Argentina acusó a Paraguay, Brasil y Uruguay de no respetar los acuerdos de Las Leñas

El conjunto de reglamentos aprobados por el Comité Intergubernamental de la Hidrovía (CIH), "encarecen, dificultan y traban artificialmente el transporte fluvial" por la Hidrovía Paraguay-Paraná, afirmó el presidente de la Cámara Naviera Argentina, Jorge Alvarez en una nota enviada al jefe de la delegación de su país ante la entidad multinacional, Alfredo Rescio.

Alvarez sostiene en la misiva que la política del CIH se contrapone con las medidas adoptadas por las autoridades de su país en materia de flexibilización administrativa del transporte fluvial y con el artículo primero del Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovía Paraguay-Paraná firmado en la cumbre de presidentes efectuada en Las Leñas en julio de 1992.

El titular de la entidad naviera sostiene que "se ponen limitaciones sin sentido útil a las dimensiones de los convoyes; se exigen certificados para barcazas de carga seca que por innecesarios habían sido eliminados a nivel nacional y se crean artificialmente restricciones al franco bordo de las embarcaciones que implican reducir en 20% su capacidad de carga".

Agregó "que correspondería también propiciar la revisión de lo que se haya acordado y que colisione con los principios sustentados por nuestro gobierno".

En relación a las presuntas violaciones de lo acordado en Las Leñas por los cinco gobiernos integrantes de la Cuenca del Plata, el empresario denuncia que "a pesar de las reiteradas quejas de armadores argentinos, aún hoy la República de Paraguay sigue exigiendo el pago de derechos consulares, el uso de serenos y de prácticos de puerto".

Asimismo, aseveró que en Brasil "se presentan dificultades para despachar en forma inmediata embarcaciones las 24 horas diarias, incluidos sábados y domingos y en (...) Uruguay no se reconoce la vigencia del Decreto 1.772".

El Decreto 1.772 estableció la posibilidad para los armadores argentinos de registrar sus buques en matrículas de conveniencia sin perder los beneficios de la bandera nacional. Esta medida fue resistida por las autoridades uruguayas ya que su instrumentación dificulta la identificación de los buques argentinos en el marco de los acuerdos binacionales de beneficios de bandera.

Para finalizar, la nota de la Cámara Naviera Argentina considera que "el CIH debería cambiar radicalmente el enfoque reglamentarista y burocrático seguido en los últimos tiempos. En efecto, el mismo debería centrar todos los esfuerzos de su accionar en la definición y concreción de las obras de dragado y balizamiento que, sin afectar el medio ambiente, requiere imperiosamente la vía navegable y cuya falta ocasiona consecuencias gravosas para la economía de la región, llegando en algunos casos a constituir un serio riesgo para la seguridad náutica".

Anexo "BRAVO"

LA MILLA 201



La Conferencia de las Naciones Unidas sobre las poblaciones de peces transzonales y altamente migratorias ha culminado con la aprobación de una Convención que marca una etapa importante en el desarrollo del Derecho del Mar. La misma complementa y desarrolla determinados aspectos que la Convención firmada en 1982 y actualmente en vigencia solamente había llegado a tratar en forma general y difusa.

Por una variedad de motivos no ha sido una tarea sencilla lograr un acuerdo internacional para la conservación de los recursos pesqueros que habitan las aguas de alta mar, afuera de la zona económica exclusiva de los Estados ribereños.

El sistema de la Convención sobre el Derecho del Mar se funda en la existencia de cuatro franjas o áreas marítimas principales, cada una de ellas con su propio régimen jurídico, que se extienden a partir de la orilla: las aguas interiores, el mar territorial, la zona económica exclusiva y la alta mar. Esta última es el área de mayor importancia desde el punto de vista de la conservación, administración y explotación de los recursos pesqueros.

Abarca la franja de aguas que se extiende entre el límite exterior del mar territorial y la milla 200 medida a partir de las líneas de base. La alta mar se inicia a partir de la milla 201.

En la zona económica exclusiva el país ribereño ejerce derechos de soberanía, valga la redundancia, que son exclusivos, "para los fines de exploración y explotación, conservación y administración" de los recursos naturales, incluyendo las pesquerías. La alta mar, en cambio, se encuenta "abierta a todos los Estados, sean ribereños o sin litoral". La libertad de la alta mar incluye la libertad de pesca, aunque sujeta a determinadas condiciones establecidas en la Convención.

Lamentablemente para los administradores pesqueros, no todas las pesquerías encajan prolijamente dentro de las zonas económicas exclusivas de los Estados ribereños. Los ecosistemas son unidades complejas que en muchos casos se extienden mar afuera de las 200 millas. Todo lo cual plantea tres problemas principales.

El primero es el de las especies cuya área de distribución incluye tanto sectores de la zona económica exclusiva del Estado ribereño como a la alta mar adyacente a la misma. El segundo es el de las especies altamente migratorias que en transcurso de su ciclo vital atraviesan las zonas económicas exclusivas de varios Estados y sectores de la alta mar. Así sucede con el atún y el pez espada. Finalmente, tenemos la situación de determinadas especies que si bien no son directamente objeto de la pesca (en este sentido no serían "recursos pesqueros"), se encuentran vinculadas a la suerte de especies de interés comercial para el Estado ribereño (por ejemplo porque les sirven de alimento).

En todos esos casos la unidad esencial del ecosistema determina que las acciones que se ejecuten en un determinado sector de la pesquería tengan efectos negativos, o positivos, para el resto de la misma.

De la misma manera, las actividades desarrolladas por las flotas de terceros países en la zona de alta mar adyacente —lo que se ha dado en llamar la "milla 201"— pueden tener impactos negativos sobre el sector de esas mismas pesquerías que se encuentra dentro de la zona económica exclusiva del Estado ribereño. Esta última hipótesis parece ser la más frecuente.

La tarea de encontrar un acuerdo en este tema no se vio facilitada por la actitud de algunas de las naciones marítimas tradicionales, cuyos buques operan en las aguas de alta mar a partir de la milla 201 y que generalmente se han mostrado muy poco dispuestas a aceptar acuerdos de conservación estrictos y obligatorios. También es natural que la comunidad internacional contemple con recelo cualquier intento de restringir aún más la libertad de la alta mar, la cual, en realidad, beneficia a todos los países.

Por esos motivos es alentador que, finalmente, la centena de Estados que participaran en la reciente Conferencia de las Naciones Unidas haya logrado arribar a una Convención.

Es posible pensar que un resultado tan alentador constituye todo un triunfo del sentido común y de la voluntad altruista de proteger una de las principales fuentes de alimento para la Humanidad.

Aunque sospechamos que una de las circunstancias que en muy buena medida contribuyó al logro de un consenso fue la decidida acción adoptada hace pocos meses por el Canadá, para proteger la pesquería del fletán negro. Esa medida fue una advertencia de que se estaba agotando la paciencia de los Estados ribereños afectados por las actividades de buques extranjeros en la zona de alta mar adyacente y que algunos estarían comenzando a examinar la adopción de acciones unilaterales.

Juan Oribe Stemmer

"EL PAIS" - 03/IX/95.-

B - 1

E D I T O R I A L E S

Para preservar recursos pesqueros

LA Argentina negocia con la Unión Europea (UE) un acuerdo de enorme importancia para la preservación de los recursos pesqueros, amenazados por la depredación.

La pesca se ha convertido en una importante fuente de importaciones basada, en buena medida, en la abundancia de las cuencas de calamares, merluzas y otros peces ubicadas frente a las costas del Sur. El problema es que la prodigalidad de esas cuencas atrae también a barcos de terceros países, especialmente España, Corea del Sur y Taiwán, que se "pegan" al límite de las 200 millas, pescan cardúmenes provenientes de aguas territoriales argentinas y trabajan sin respetar criterios de conservación. Debe apuntarse, no obstante, que, según muchos indicios, también pescadores argentinos, solos o asociados con extranjeros, participan en la pesca irracional.

En consecuencia, el Atlántico sur corre el peligro de depredación y agotamiento de recursos que ya afectan a otras zonas marítimas. Precisamente, a principios de año, Canadá decidió extender unilateralmente su jurisdicción para proteger las cuencas de sus costas enfrentándose a pesqueros españoles. En 1982, un acuerdo internacional estableció la jurisdicción costera de las 200 millas para la pesca y la explotación de minerales en el fondo del mar, pero todavía no se ha logrado una normativa que garantice una explotación racional de las cuencas.

Para avanzar en este sentido, la Argentina inició conversaciones con la UE para forjar un acuerdo de preservación del Atlántico sur que, para ser efectivo, debe ser reconocido por otros países que pescan en la zona. La aceptación de la UE para un acuerdo es un paso adelante. Si los demás países involucrados aceptan suscribirlo, la pesca será más racional. Si esto no sucede, habrá que buscar nuevos caminos para defender los recursos pesqueros.

"CLARIN 02/IX/95".-

Anexo "DELTA"

CAVALLO PROMETIO FINANCIAMIENTO A DUHALDE

Incentivos a la industria naval y a los puertos bonaerenses

El convenio que suscribieron a mitad de semana el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y el gobernador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, tiene la mira puesta en dos blancos específicos: la reactivación de la **industria naval** y la modernización del **sector portuario** provincial.

Para los astilleros y las empresas dedicadas a las reparaciones de barcos, el acuerdo Cavallo-Duhalde plantea dos compromisos significativos:

- Economía prometió acelerar el programa de reparaciones de la flota de barcos y dragas que tiene actualmente la Dirección de Construcciones Portuarias y Vías Navegables en **astilleros de la provincia**. En los próximos meses, el gobierno nacional licitará arreglos y reparaciones navales por un total de **18 millones de pesos**. Serán para poner en condiciones los equipos que el Estado debe entregarle al consorcio Hidrovía S.A., que se hizo cargo del dragado y balizamiento del corredor Santa Fe-Océano Atlántico.
- En materia de financiamiento, se estableció que los bancos Nación, Provincia y BICE deberán instrumentar líneas de **préstamos especiales** para reactivar la industria naval.

En el terreno portuario, el acuerdo entre Economía y Buenos Aires sienta las bases para la realización de una serie de obras e intenta encarrilar las políticas sectoriales de la Nación y la provincia.

- Cavallo se comprometió a obtener un crédito especial del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) para encarar obras de **infraestructura portuaria** en Bahía Blanca (muelle nuevo) y Quequén (ampliación de la escollera y muelle nuevo). El préstamo estaría listo para principios de 1996 y ascendería a **40 millones** de dólares.

Mucho trabajo

Para "armonizar" las políticas portuarias de ambas jurisdicciones, el titular de Hacienda y el gobernador bonaerense decidieron crear una comisión que llevará adelante tres tareas esenciales:

- **Privatizar el dragado del puerto de Bahía Blanca**. Los costos de las obras serán afrontados en partes iguales por la Nación, la provincia y el consorcio administrador de la terminal portuaria.
- **Acordar la transferencia** a la provincia de los equipos y el personal de Construcciones Portuarias y Vías Navegables que se encuentran asentados en los puertos bonaerenses.
- **Unificar las bases y condiciones** de las futuras concesiones portuarias que se concreten en el ámbito provincial.

Tras conocerse los compromisos firmados, especialistas del sector portuario plantearon un par de dudas sobre los recursos en juego. Por un lado, ya no quedarían fondos disponibles para cubrir las grandes reparaciones en lo que resta del año. Y, por otro lado, el borrador del presupuesto de 1996 apenas prevé una partida de **7 millones de pesos** para los arreglos de todos los equipos en el año.

Antonio Rossi

"CLARIN 03/IX/95".-

017/17

DIST. ... Gremial

1/4

219

Montevideo, Jueves 7 Setiembre de 1995

##

1)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52)
6-SETIEMBRE: 14.30 se reune la Tripartita en el M.T.S.S. para tratar situación del calzado. Hora 16.00' Asamblea en local sindical.
12-SETIEMBRE se reunen con la Mesa Representativa de la Central Obrera.
El día 8-SETIEMBRE hora 16.00' Asamblea en el Centro de Obreros de Alpargatas.

B) PIT-CNT (18 de Julio 2190) 12-SETIEMBRE movilización consistente en rodear el Edificio Libertad.

C) COLAGEL S.A. (Cno.Ma.Ramirez 1470) Continúa en conflicto, estando la Planta Industrial OCUPADA.
(Inicio de conflicto 14-JUN-994)

D) UNION AUTONOMA DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL GAS -U.A.O.E GAS- (25 de Mayo 706) El Gremio se encuentra en "Estado de Alerta" aguardando la ejecución de la reestructura prometida por la Empresa con la que se encuentra en desacuerdo.

* E) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) HOY, PARO a la hora 12.00'; posteriormente hora 14.00' Asamblea en el Palacio Sud America para tratar tema de Convenio Salarial.

F) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 982 esc.201) 12-SETIEMBRE marcha Nacional denominada "LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO"

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.
... Prosiguen en pre-conflicto por falta de entendi--- con el Directorio de CORREOS. Se prevéen movili- ... a confi[illegible]

Doc. poco legible

H) [illegible] ARIOS A[illegible] [illegible]RATIVOS EVENT[illegible] [illegible] M.T.O.P.
[illegible]en con[illegible] [illegible]arciales de m[illegible] [illegible]a por turno,
[illegible]ándose a[illegible] [illegible]CHA del 12-SE[illegible] [illegible] convoca[illegible] por
[illegible].

I) [illegible]CION DE F[illegible]ONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -[illegible]
(W.F.Aldunate 1280) HOY, paran Juzgados de [illegible] Familia e Instituto Técnico Forense de Cerro Largo [illegible]aldonado, Flores, Lavalleja, Rocha y Treinta y Tres.
8-SETIEMBRE: Paran funcionarios de Juzgados Civiles y del Contencioso Administra[illegible] de Canelones.

I) PROFESORES DE EDUCACION FISICA: 11-SETIEMBRE hora 20.00 Asamblea General en Minas 1411 Bis Oficina 104.

J) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Desde el pasado 1-SETIEMBRE se encuentra - OCUPADA en reclamo a despidos, adeuda de 50% de Salario Salario Vacacional, Incumplimiento de Licencias, etc. Por su parte, la FUS, entre la hora 10.00 y 12.00' realizó una concentración, contándose con la participación de 50 personas aprox. frente al citado Centro Asistencial, distribuyendo volantes. Posteriormente, los manifestantes se dispersaron.

K) DIARIO "LA REPUBLICA" (Av.Garibaldi 2579) SE LEVANTO la Carpa frente al mencionado matutino la que se encontraba instalada desde el pasado 28-Agosto.

L) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE- (D.F.Crespo 2256) 13 y 14-SETIEMBRE, 19° Congreso de la F.F.OSE. 12-SETIEMBRE participan en la jornada y marcha convocada por C.O.F.E. y la Central Obrera.

M) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- De la Asamblea realizada, se resolvió comenzar un Paro Activo a partir del 6-SETIEMBRE - hasta tanto no sea aprobado por el Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro, - la que expresaba: 25 millones de pesos anuales.

* Ampliación: SUNCA: Continúan ocupadas por 45 obreros las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rambla República del Perú 1519 y 1523.- (Desde el 16-JUL-995)

N) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) En el día de ayer se llevó a cabo el PARO previsto en la Enseñanza Pública, constatándose una adhesión del 90%. Por su parte en Asamblea realizada en el día de ayer, se resolvió: -Adherirse al PARO del día - 12-SETIEMBRE, -Concurrir el día 12 hora 13.00' al Obelisco con túnicas y a la marcha al Parlamento, -Realizar Asamblea hora 18.00' en Palacio Sud América: tratándose: paros por tiempo indeterminado, paros rotativos, reclamos a la Ley Presupuestal y pedir al Poder Ejecutivo un mensaje complementario sobre la Escuela Pública.-

Ñ) UNION NACIONAL TRABAJADORES METALURGICOS, Y RAMOS AFINES -U.N.T.M.R.A.- (L.A.Herrera 3972) HOY -hora a confirmar- Asamblea para tratar participación de movilización del día 12-SETIEMBRE.

9508649

########### ###

IV)- **INFORMACION DEL INTERIOR**

DEPARTAMENTO DE ROCHA -CONFLICTO DE CARNICEROS-

Se ha tomado conocimiento, que la Jefatura de Policía de Rocha, el pasado 21-Agosto-995 solicitó en forma primaria a la Junta Local la lista de los propietarios de expendios cárnicos que no concurrían a faenas al matadero de la Intendencia Municipal Departamental. Posteriormente, y mediante autorización Judicial se labraron actas a siete propietarios de dicho ramo, los que vendían carne en una situación irregular, ya que no se hacían presente periodicamente en el Abasto Municipal. La intervención policial, obedece a que existe denuncias de faena clandestina, por lo cual se llevó a cabo Inspecciones, todo lo que fue informado a la Justicia Competente, disponiendo esta la libertad de los indagados. En virtud de ello, existiría gran descontento por la posición reguladora y de control de la Comuna Departamental, como también por la acción policial, por lo cual en el día de ayer, solamente abrió sus puertas una Carnicería, mientras que las restantes, permanecieron cerradas y con un cartel visible que decía: "CERRADA POR CONFLICTO CON EL GREMIO".- Se ampliará.

DEPARTAMENTO DE CANELONES - AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO-

En la tarde de ayer, se tomó conocimiento que en el vuelo AR1244/45 de Aerolíneas Argentinas con Ruta Ezeiza-Montevideo-Ezeiza, al despegar , se recibió una llamada en la mencionada terminal aérea de que en dicho vuelo se había colocado un artefacto explosivo. A tales efectos, se efectuaron las coordinaciones correspondientes, como también se mantuvo comunicación con el Comandante de la Aeronave, el cual informó que los equipajes habían pasado por máquinas de control. Al arribo a nuestra principal terminal aérea -próximo 17.50'- la aeronave fue inspeccionada por equipo de la Dirección Nacional de Bomberos y de la Brigada de Explosivos, sin detectárse ningún objeto extraño.-

-MOVILIZACIONES EN FRIMACAR-

Se prevée para el próximo 9-SETIEMBRE Asamblea del Sindicato que agrupa a los empleados del mencionado Frigorífico, Cabe agregar, que la misma se realizará en el Gimnasio Monte Rey de Paso Carrasco. Se ampliará

##

II)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FEDERACION OBRERA DE EMPLEADOS DE LA BEBIDA (Abayubá 2832) En el día de ayer, funcionarios de la Empresa PILSEN próximo a la hora 18.00' realiz[illegible] con concentración y peaje en la intersección de Av. Agraciada y [illegible]tre Ríos, contanto la misma con un total aproximado a las 25 personas. Ya siendo las 20.00' se retiran del lugar reintegrándose a sus tareas.-

ENSEÑANZA PRIVADA

SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA -SIN. T.E.P.- (Maldonado 1170) PARO de 24 horas realizado en el día de ayer, el que contó con una adhesión del 40%.

##

III)- INFORMACION ESTATAL

MOVILIZACION REALIZADA EN CONJUNTO POR FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS EVENTUALES DEL MTOP, ADEMU.

Próximo a las 14.00' de ayer los agremiados a ADEMU (Maestros) se concentraron frente al CODICEN, totalizando unas 500 personas. Posteriormente -14.30'- marcharon por las calles Río Negro, Colonia hasta arribar al Ministerio de Economía y Finanzas realizando volanteadas, para luego proseguir la marcha hasta llegar al Palacio Legislativo. Cabe señalar, que en la intersección de Av.Libertador y Av.Uruguay se sumaron otras 200 personas aprox. pertenecientes a funcionarios del M.T.O.P.; totalizando en el punto de concentración y frente a las puertas del Parlamento que dan sobre la Av.Gral.Flores unas 1.000 personas. Se pudo establecer que dirigentes de ADEMU entregaron una carta con reivindicaciones al Diputado Felipe MICHELINI, mientras que los del M.T.O.P. hicieron lo mismo con el Diputado BALBI del Frente Amplio, entrevistándose también con el Senador SARTHOU del M.P.P. Siendo las 16.30' los concentrados comienzan a dispersarse en forma pacífica

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY

En el día de ayer, próximo a las 14.00' horas, un total aproximado a las 60 personas pertenecientes a dicho gremio, se concentraron en Plaza Matriz repartiendo volantes.

COPIA N°. 1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
291530AGO995

M E M O R A N D U M Nro. 130 /95

EVALUACION: Se omite.

REFERENTE A: Marcha por los Hechos del Filtro (T.I. Nº192/B/95)

TEXTO:

La movilización contó con una asistencia aproximada de 3 mil personas con un numeroso dispositivo de seguridad por parte de los organizadores.
La conducción del acto estuvo a cargo de la representante de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos **Beatríz LIMA** que dió lectura de las adhesiones, luego hizo uso de la palabra **Luisa CUESTAS** en representación de las Madres de Detenidos Desaparecidos Uruguayos y **Mercedes MERONIO** como delegada de las Madres de Plaza de Mayo, culminando con la proclama de la APDH reclamando el esclarecimiento de la muerte de Fernando MORRONI.
Se desarrolló en forma pacífica destacándose cánticos soeces dirigidos al gobierno, dirigentes políticos incluído el Presidente del F.A. Líber SEREGNI y a la policía, ingestión de bebidas alcohólicas, quema de un muñeco que simbolizaba un policía, como así también de una camioneta de cartón que representaba un vehículo de la Seccional 13. Periodistas del diario "La República" resultaron agredidos al pretender fotografiar la mencionada quema.
El evento comenzó a las 18:30 hs caminando desde el Obelisco de los Constituyentes, por Bulevar Artigas hasta la intersección con la calle Campistegüi donde se encontraba el estrado (aproximadamente a 200 m del Hospital Filtro).
Se identificaron banderas de la Escuela de Bellas Artes, UJC, PC, MLN, MPP y Anarquistas.
Estuvieron presentes Helios SARTHOU (MPP), José MUJICA (MLN), Marcos ABELENDA (MPP), Pedro BALBI (PCU), Eduardo RUBIO (M26M), Jorge VAZQUEZ (M26M), Lucas PITALUGA (20M) y Carlos TUTZO (PCU).
La marcha contó con las siguientes adhesiones: Movimiento Socialista de los Trabajadores de Argentina, Amnesty Internacional, Cruz Roja Sueca y Coordinadora contra la Represión Policial de Bs. As..
La seguridad estuvo dada por militantes pertenencientes al MLN y al M26M en su mayoría.

DISTRIBUCION Dpto II - Archivo

01/01

9508650

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
Fecha de entrada: 07 SET. 1995
Pos.: Biográfico
Nº de Orden: 9508650

[illegible] DEPARTAMENTO [illegible] MONTEVIDEO [illegible]

M E M O R A N D U M [illegible]

EVALUACION: Se omite.

REFERENTE A: Marcha por los Hechos del Filtro
(T.I. [illegible])

TEXTO:

La movilización contó con una asistencia aproximada de 2 mil personas con un numeroso dispositivo de seguridad por parte de los organizadores.
La conducción del acto estuvo a cargo de la representante de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos **Beatríz LIMA** que dió lectura de las adhesiones. Luego hizo uso de la palabra **Luisa CUESTAS** en representación de las Madres de Detenidos Desaparecidos Uruguayos y **Mercedes MERONIO** como delegada de las Madres de Plaza de Mayo, culminando con la proclama de la AIIP reclamando el esclarecimiento de la muerte de Fernando MORRONI.
Se desarrolló en forma pacífica destacándose cánticos [illegible] dirigidos al gobierno, dirigentes políticos incluido el Presidente del F.A. Líber SEREGNI y a la policía. [illegible] quema de un muñeco que simbolizaba un policía, como así también de una [illegible] que representaba un vehículo de la Policía [illegible] del Diario "La República" [illegible] al pretender fotografiar la [illegible].
El evento comenzó a las [illegible] hs. caminando desde el Palacio de los Constituyentes por Bulevar Artigas hasta la intersección con la calle Tomkinson donde [illegible] frente al Hospital Filtro.
[illegible] Escuela de Bellas Artes [illegible].
Estuvieron presentes Helios SARTHOU (MPP), José MUJICA (MPP), [illegible] (MPP), [illegible] BAIBI [illegible], Eduardo [illegible], [illegible] y Carlos [illegible].
La marcha [illegible].
[illegible]
[illegible]

DISTRIBUCION [illegible]

201/1

9508650

CORREGIDO 24/9/95 Inic.: [illegible]

FECHA 13/9/95 INICIAL [illegible]
Procesado a Sistema [illegible]
OBSERVACIONES ....

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
071300SET95

M E M O R A N D U M Nro. 129 / 95

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : INTEGRANTES DE LA COMISION DE PADRES ESCUELA 80 MONTE CASEROS N° 3198

T E X T O : FERNANDEZ RODRIGUEZ Errol Silvio (Fr.)

C.C.: SERIE BCA N°53541

SALITURO CAPO Juan Carlos (Fr.)

C.C.: SERIE BBB N°21146

* SE ADJUNTA UNA HOJA CON FOTOCOPIA DE C.I. DE LOS CAUSANTES.-

CORREGIDO
F 11 / 9 / 95
Inic.: 51

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincensi

FECHA 11 / 9 / 95 INICIAL

Procesado a Sistema

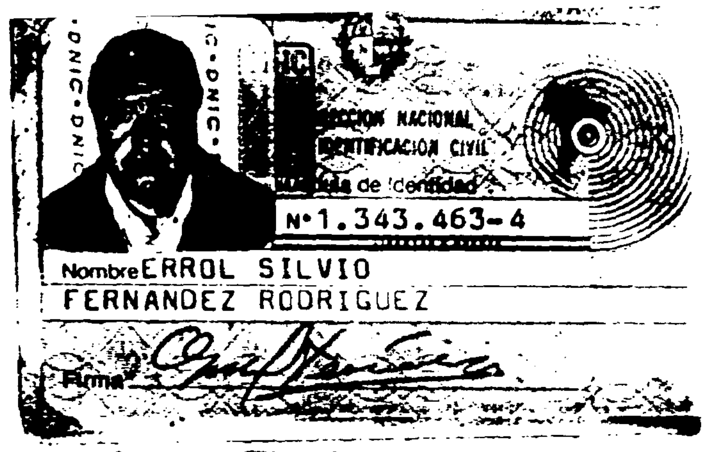
OBSERVACIONES

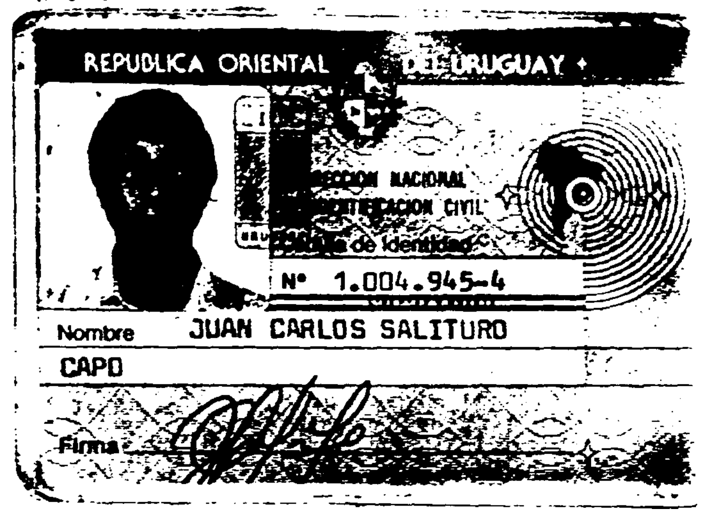
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... Defensa
Fecha 08 SET. 1995
Pase a Biográfico
N°. de Orden 9508651

001/3

9508651

Comisión de Padres de la Escuela 80





002 9508651

FECHA 11/9/95 INICIAL

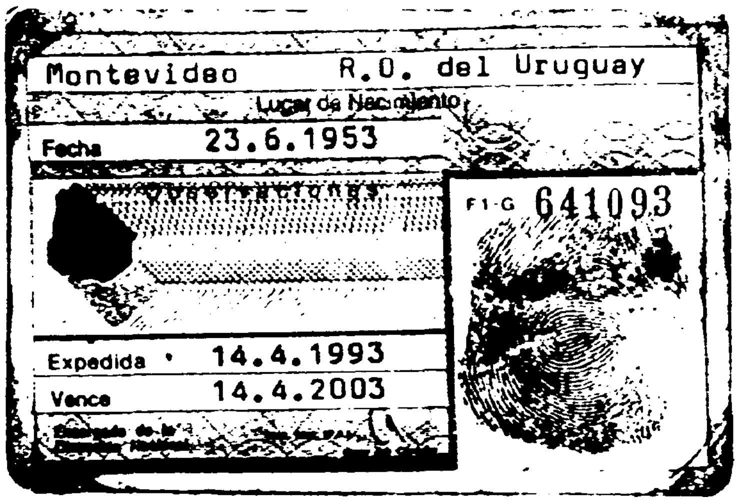
Procesado a Sistema

OBSERVACIONES

Montevideo R.O. del Uruguay
Lugar de Nacimiento
Fecha 23.6.1953
Observaciones
F1-G 641093
Expedida 14.4.1993
Vence 14.4.2003

Montevideo R.O. del Uruguay
Lugar de Nacimiento
Fecha 4.5.1944
Observaciones
F1-E 847157
Expedida 7.2.1990
Vence 7.2.2000

003/3



Montevideo R.O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

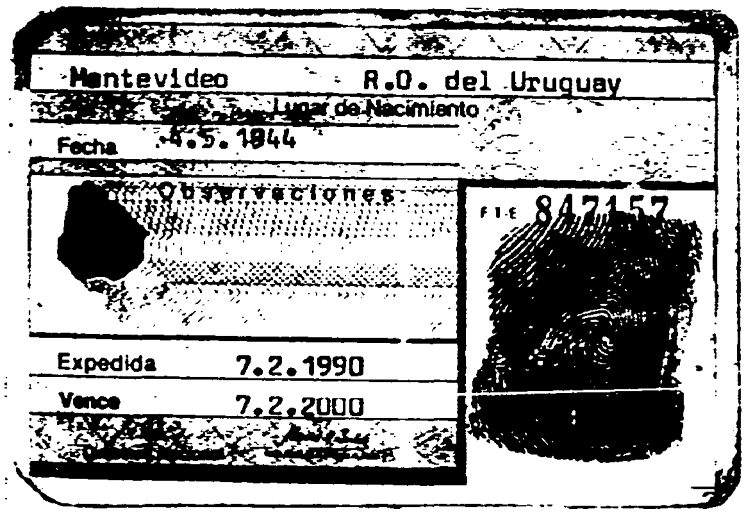
Fecha 23.6.1953

Observaciones

F1-G 641093

Expedida 14.4.1993

Vence 14.4.2003



Montevideo R.O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

Fecha 4.5.1944

Observaciones

F1-E 847157

Expedida 7.2.1990

Vence 7.2.2000

9508651

003/3

1/3

9508659-

SECRETO ORIGINAL

I: ASUNTO: REUNIONES DE COORDINADORA SISIFO Y OTROS.

II: EVALUACION:......

III: TEXTO: El dia 02 de los corrientes se llevo a cabo una reunion de la Comision de RR.EE. de la Coordinadora SISIFO. La misma dió comienzo a las 17[illegible] horas finalizando a las 1900 y contó con la participación de "BETO", "GATTO", Jose Ignacio CHAUVIN ALVEAR (a) "ECU", Natalia MALEK y Diego Ignacio DUBREIL (a) "PATO".
En el transcurso de la reunion "BETO" fue objeto de duras criticas por haber fallado en sus coordinaciones con la gente de la CORREPI debido a que se suscitaron inconvenientes en torno a la fecha de arribo de los mismos.-
Se manejó la idea por parte de integrantes de la Brigada General Molotov sobre la posibilidad de pasar los contactos de "BETO" en el exterior a un integrante de ~~esa~~ Brigada en razon de que los mismos podrian ser de utilidad a esa organización.-
El dia 03 de los corrientes se realizo una reunión de la Brigada General Molotov. La misma se llevó a cabo en el callejon de la Universidad entre las 1400 y las 1645 horas contando con la asistencia de "NAM" "CRISTIIAN", "GATO", "CRITO" "FERNANDA", "CUFO" Y LAS N.N.F pertenecientes al I.A.V.A.
Según manifestaciones de "CRITO", se estaria planificando una gran movilizacion en la Facultad de Medicina (de donde la misma es estudiante)
De lo expresado por "CRITO" se desprende que la mencionada movilización seria de las mas grandes que se conocen dentro de la facultad ya que contaria con el apoyo de una gran mayoria del estudiantado.-
"CRITO" solicito apoyo de la Brigada para que integrantes de esta concurrieran a las reuniones de planificacion de la movilizacion para neutrallizar a los estudiantes que pudieran estar en contra (los mismos ya estarian identificados): el encargado de esta neutralizacion seria "ECU".-
"ECU" realizó comentarios sobre la marcha del dia 31 de agosto expresando que la misma fue positiva en lo que respecta a concentracion de personas y que sirvió para sacarle de la cabeza a la gente el concepto de que son unos "guerrilleros" formando esto parte del plan de lucha.
Se resolvio apoyar en la campaña de movilizacion que lleve adelante la facultad de Medicina concurriendo a todas las reuniones tanto a nivel de facultades como de estudiantes para desbaratar cualquier intento de sabotaje

000002

000002

FECHA 12/9/95 (64)

Procesado a Sistema DTK

OBSERVACIONES ORGANIZACIONES

001/3

FECHA 7/3/96 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DTK

OBSERVACIONES

6.3.96 SM

SECRETO

[illegible]

... buena labor ... en todos sus ... las resoluciones de la [illegible].-

La Coordinadora [illegible] en estado de alerta en [illegible] de las Facultades de Medicina, Humanidades, [illegible] Arquitectura ya que las mismas estarían [illegible] de las movilizaciones mas largas que se han registrado.

Se supo además que los estudiantes de la Facultad de Medicina se estarían reuniendo desde tiempo atrás en la propia Facultad también en el Hospital de Clínicas para establecer los puntos reivindicativos de la movilización siendo algunos de ellos el reclamo por la falta de material de estudio trabajo y el apoyo a los profesores en sus reclamos por mejoras salariales.-

Se estableció esperar las resoluciones de las otras Facultades para que la Coordinadora se expida definitivamente y lleve adelante la confección de un plan de lucha.-

El día 14 de los corrientes se llevó a cabo una reunión de la Coordinadora SISIFO. La misma tuvo lugar en en el local del S.E.S. dando comienzo a la hora 2000 y contando con la participación de unas 15 personas entre las que se encontraban "BETO" "GATO", José Ignacio CHAUVIN ALVEAR (a) "ECU", Natalia MALEK, Diego Ignacio DUBREHIL (a) "PATO", un integrante de la "RADIO MOLOTOV" y un integrante de G.L.S. ESPARTACO en carácter de observador ya que el mismo se deslindó de la Coordinadora.-

Se apreció la falta de la mayoría de los integrantes de los grupos pertenecientes a la Coordinadora SISIFO presumiblemente por la falta de [illegible] y por lo largo de las conversaciones en [illegible] terminan las reuniones de la Coordinadora [illegible] esto que se llevara adelante [illegible].-

Con respecto a la marcha del día 14, esta fue calificada de positiva habiendo [illegible] con la convocatoria de la misma. Así mismo se hicieron duras críticas al PIT-CNT y al FRENTE AMPLIO, calificando a sus dirigentes de faltos de carácter por no haber apoyado la marcha [illegible] para una dictadura de [illegible].

FECHA 12/9/95 INICIAL (GH)
Procesado [illegible]
OBSERVACIONES ORGANIZACIONES

FECHA 1/3/96 Procesado por [illegible]

000002

9508659

SECRETO

SECRETO

000002

303/3

#9508?59

FECHA 12/9/95 INICIAL (64)

Procesado a Sistema DPK

OBSERVACIONES ORGANIZACIONES

SECRETO

OMC

Renato Ruggiero asumió como nuevo director

El ex ministro italiano de Comercio Renato Ruggiero asumió ayer lunes su cargo como director general de la Organización Mundial del Comercio (OMC), en sustitución del irlandés Peter Sutherland.

Ruggiero, de 65 años, permanecerá al frente de la OMC por un periodo de cuatro años no prorrogable, según el «entendimiento» alcanzado entre Washington y Bruselas tras un largo y complicado proceso de consultas para la elección del director general.

Ese acuerdo no escrito rompe con el tradicional reparto geográfico de organizaciones internacionales entre EEUU y la Unión Europea (UE), pues el mismo impide que el sucesor de Ruggiero sea, en principio, un europeo.

Ruggiero compitió para el cargo con el ex ministro coreano de Comercio, Kim Chul-Su, que según el acuerdo asumirá una de las vicepresidencias de la OMC, y con el ex presidente de México, Carlos Salinas de Gortari.

Salinas, que contaba con el apoyo de EEUU y del bloque latinoamericano, se vio obligado a retirar su candidatura a causa de los problemas políticos y económicos surgidos en su país.

En declaraciones previas a la toma de posesión del cargo, Ruggiero afirmó que su prioridad para estos cuatro años es crear un clima de confianza entre los países miembros de la OMC, tanto entre las grandes potencias comerciales, como en las más débiles.

Ruggiero deberá además velar por el cumplimiento de los acuerdos de la Ronda Uruguay para la liberación del comercio mundial y hacer frente a las cuestiones que quedan por solventar, entre ellas la conclusión de algunos acuerdos relacionados con el sector de los servicios y la adhesión de China a la organización. Sutherland declaró que deja la dirección de la OMC absolutamente satisfecho con el trabajo realizado y con la intención de mantenerse alejado de la vida pública.

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I
(Uso interno de la D.G.I.D)

E.E.I. Nº 049

FECHA: [illegible]

REFERENCIA: [illegible]

ORIGEN: [illegible]

DIFUSION: Dpto III

ANEXOS: Se adjunta T.I. [illegible]

INFORMACION CONOCIDA:

El Sr. Presidente de la República encabezará la delegación que concurrirá a la V Cumbre Iberoamericana que se realizará en San Carlos de Bariloche Argentina .

E.E.I.: Se requiere:

1. Lista de integrantes de la delegación oficial.

2. Individuos ajenos a la delegación que viajen a Argentina y que pueden convertirse en puntos de atención local, especialmente provenientes de: España, Cuba, Nicaragua, Ecuador, Colombia, Perú, Méjico y Brasil.

3.- Todo otro que resulte de interés.

PLAZO: Urgente.

M/C

001/3

URGENTE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 07 DE SETIEMBRE DE 1995.-

T.I. N°210/B/95.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Elevo a usted la solicitud recibida de una agencia amiga, a efectos de requerir información a la Sub-Dirección Interior.-

ASUNTO: "V" CUMBRE IBEROAMERICANA.

INDICIO: DISTINTAS PERSONALIDADES NACIONALES CONCURRIRAN A LA "V" CUMBRE IBEROAMERICANA QUE SE REALIZARA EN SAN CARLOS DE BARILOCHE (ARGENTINA)

SE REQUIERE:

1) REMISION DE LA LISTA CONTENIENDO LOS INTEGRANTES DE LA DELEGACION OFICIAL,QUE SERA ENCABEZADA POR EL PRESIDENTE JULIO MARIA SANGUINETTI.
2) DETERMINAR SI ELEMENTOS AJENOS A LA MISMA VIAJAN CON DESTINO A ARGENTINA Y QUE PUEDAN CONVERTIRSE EN PUNTOS DE ATENCION LOCAL, ESPECIALMENTE PROVENIENTE DE : ESPAÑA, CUBA, NICARAGUA, ECUADOR, COLOMBIA, PERU, MEXICO y BRASIL.-
3) TODO DATO QUE SEA DE INTERES.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

C/C (CG.)

02

9508662

9508636

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL **URGENTE**

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

MONTEVIDEO, 07 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud presentada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

C/N. (CG.)

Juan M. Herrera

03/3

9508662

9508626

9508663
Dtor. de División Com. de OMC dice que "se necesita mayor crecimiento ec. en el mundo."
150004
4/5/95
510821

"Necesitamos mayor crecimiento económico en todo el mundo", dijo Eglin

Director de la Organización Mundial del Comercio cree que el libre comercio es esencial para una mejor protección ambiental

Para Richard Eglin, director de la División de Comercio y Medio Ambiente de la Organización Mundial del Comercio (OMC), ex GATT, "ni el comercio, ni el ambiente son fines en sí mismos, sino los medios para que la sociedad crezca y se desarrolle en forma armónica". Según el experto, debe haber un equilibrio entre el fomento del comercio y la protección ambiental.

Economista de 44 años, este inglés residente en Suiza visitó Uruguay en el marco de un seminario sobre "Comercio y Medio Ambiente", organizado hace poco por la Cancillería y el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. El siguiente es un resumen de su charla con **Búsqueda**.

—¿Cómo afecta el comercio al ambiente?

—El comercio incrementa la producción y el consumo, pero estos dos fenómenos económicos suelen también desencadenar la contaminación y la polución, dos consecuencias negativas que pueden llevar a contraponer los conceptos de comercio y defensa del ambiente.

El mayor problema en este momento es que los recursos ambientales están subvaluados o no tienen ningún valor en la economía de mercado en que vivimos. El aire que respiramos es gratis; el agua que tomamos es muy barata; no pagamos nada por la biodiversidad que encontramos en la naturaleza. La protección del ambiente será posible si somos capaces de comerciar productos y servicios con el valor ambiental correcto.

—¿Cuál sería el valor ambiental correcto?

—Es difícil de decir. En Suiza la nafta cuesta aproximadamente un dólar por litro; en Estados Unidos vale casi cuatro veces menos. Teniendo en cuenta la falta de energía en todo el mundo y la polución de la nafta, uno podría pensar que en Suiza se está más cerca del precio ambiental correcto que en Estados Unidos. Pero no es fácil definirlo exactamente. Tenemos que intentarlo por ensayo y error. Por ejemplo, aumentando los impuestos en el uso de energía hasta que el consumo alcance un promedio sostenible sin dañar la economía.

—¿Esta es la idea de un desarrollo sostenible?

—Este es uno de los elementos del desarrollo sostenible. Hacer que el desarrollo sea sostenible significa asegurar que el crecimiento económico vaya unido a una mejor protección ambiental. Este es un punto de partida fundamental en el debate de los vínculos entre el comercio y el medio ambiente.

Necesitamos mayor crecimiento económico en todo el mundo y particularmente en los países en desarrollo, donde la pobreza causa gran degradación ambiental. Con mayores ingresos estos países pueden dedicar más recursos a la protección ambiental.

—Sin embargo, los países en desarrollo critican a los países industrializados porque les exigen protección ambiental en perjuicio de sus posibilidades de crecimiento.

—Muchas veces los países industrializados son egoístas frente a los problemas ambientales —varios causados por su propio desarrollo a lo largo de los últimos cien años—. Ahora no pueden exigir que los demás países no se desarrollen porque dañan el ambiente mundial. Deben aceptar que los países en desarrollo necesitan un crecimiento económico para tener recursos para proteger el ambiente. Para eso, se debe mantener el libre comercio, elemento esencial de las políticas encaminadas a conseguir una mejor protección ambiental y un desarrollo sostenible.

Una mayor liberalización del comercio internacional, tanto de bienes como de servicios, tiene un papel clave en la generación de ingresos para la limpieza del ambiente, en la asignación eficiente de recursos (que permita obtener el mismo nivel de producción con un costo menor), y en la eliminación de políticas comerciales restrictivas con repercusiones perjudiciales en el medio ambiente.

—¿No hay conflicto entre la liberalización del comercio y la reglamentación para la protección ambiental?

—Para nada. En Suiza los autos deben tener un dispositivo para reducir las emisiones de gases nocivos. Sin embargo esta reglamentación no interfiere con el regimen de libre comercio. Por el contrario, la OMC permite que los gobiernos de los países miembros introduzcan restricciones o reglamentaciones en sus propios países para alcanzar objetivos nacionales.

—¿Cómo afectan al comercio internacional las diferencias entre las reglamentaciones de cada país?

—Aunque no es un fenómeno generalizado, actualmente hay áreas de conflicto. Por ejemplo, las nuevas leyes ambientales en Estados Unidos y Europa afectan el comercio con países que no cumplan los requisitos estipulados para proteger el ambiente (a nivel de envasado, etiquetado, etc.).

La OMC trata de que esas reglas se apliquen sin restringir el comercio innecesariamente, pero estas normas ambientales son necesarias y en algunos casos afectan inevitablemente el comercio.

—¿Qué sucede con el comercio de productos prohibidos en el país de origen?

—Uno podría opinar sobre la ética de ese comercio, no obstante, cada país es responsable de lo que quiere importar. Según las normas de la OMC, los países pueden prohibir la importación de productos que dañen la salud o el ambiente del país. A veces muchos países no tienen información sobre lo que importan; es necesaria una mayor transparencia para tomar mejores decisiones.

—Para muchos no es posible fomentar el comercio y al mismo tiempo proteger el ambiente.

—Tenemos que desarrollar una política comercial cooperativa. Si cierto comercio daña el ambiente, entonces lo limitamos, lo modificamos. En esas circunstancias, los ministros de Comercio se deben sentar con sus colegas de Ambiente y definir las prioridades: hasta qué punto estamos dispuestos a proteger el ambiente y comerciar menos, o hasta qué punto decidimos incrementar el comercio en perjuicio de los recursos naturales. Debe haber un equilibrio.

Ni el comercio, ni el ambiente son fines en sí mismos, sino los medios para que la sociedad crezca y se desarrolle en forma armónica. No se puede ignorar ninguna de estas áreas; hay que aprender a unirlas.

01-01 9508663

8

LOS BLOQUES EN LA ORGANIZACION MUNDIAL DE COMERCIO

Denuncias y conflictos en el inicio de la OMC

Clarín 7/5

El italiano **Renato Ruggiero** tuvo su primera semana a cargo de la flamante **Organización Mundial de Comercio** con una agenda sobrecargada: los Estados Unidos **denunciaron ayer a Japón** por sus trabadas negociaciones en el rubro automotor, y colocó a varios países en distintos **grados de apercibimiento** por un tema que debuta en el marco internacional de regulación comercial: **la propiedad intelectual**. Pero la gestión de Ruggiero nace, además, sobre **un debate creciente: regionalismo versus multilateralidad**.

En los '80 hubo un profundo replanteo del **Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT)** que derivó en la OMC y en un marco comercial más libre: **reducción promedio de aranceles del 38% y una cobertura extendida al sector servicios y patentamientos**.

En el año 2005, cuando rijan a pleno los acuerdos, el comercio mundial podría pasar **de una renta anual de 109 mil millones de dólares a otra de 500 mil millones**.

Sin embargo, junto al largo proceso de transición del GATT a la OMC se da otro que muchos refieren contradictorio.

Porque mientras se "cocinó" la OMC nacieron el **Tratado de Libre Comercio norteamericano**, el **Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico** y la **Unión Europea**. En escala notoriamente menor, habría que incluir al **Mercosur** en este proceso.

Esta contradicción entre multilateralidad y regionalismo la abordó la OMC en un informe titulado **Regionalismo y sistema del comercio mundial**. Dice: 1) no hay señales de que ninguna de las **180 uniones aduaneras** y áreas de libre comercio creadas desde la **II Guerra Mundial** represente peligro para el sistema multilateral de comercio; 2) no existen acuerdos regionales muy rígidos entre los 125 miembros que heredará del GATT la OMC; 3) las profundas reducciones arancelarias convenidas dejan **poco margen** para mayores rebajas; 4) regionalismo y multilateralismo son **"complementarios en vez de alternativos"**, y 5) **el comercio dentro de los bloques regionales solo creció del 41% en 1958 al 50% en 1993**.

El informe intenta responder a las dudas que analistas y gobiernos plantearon sobre los **bloques regionales en formación, que podrían vulnerar el concepto eje de la OMC, la multilateralidad, al alentar ventajas exclusivas para una región**.

Algunos países del Tercer Mundo mantienen reservas. Por ejemplo, temen que se concrete la idea de un tratado Europa-América del Norte que discriminaría sus bienes exportación.

El informe de la OMC fija la posición oficial en torno a este debate, tratando de desvanecer temores.

Tal vez habría que ser más cauto al pensar cómo será el escenario comercial de cara al siglo XXI. **Por ahora** –y en ese escenario asumió Ruggiero– **coexisten las dos tendencias**: el impulso de un marco tendiente al multilateralismo y, a la vez, a una disputa de los países más fuertes.

Néstor Restivo

01-01

9508664

Nueva etapa en el comercio mundial

LA puesta en marcha de la Organización Mundial de Comercio (OMC), sucesora del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT, según su sigla en inglés), abre una nueva etapa en las negociaciones comerciales internacionales, en las cuales aparecerán, con mas fuerza que hasta el momento, exigencias considerables para los países subdesarrollados.

El GATT, parte del ordenamiento económico de la segunda posguerra, promovió la reducción de barreras arancelarias, contribuyendo a la expansión del comercio internacional durante décadas. El último acto del GATT lo constituyó la Ronda Uruguay, que contó, entre sus principales logros, con un programa de reducción de subsidios agrícolas en países industriales que, de llevarse a cabo, beneficiará a los que, como la Argentina, no aplican ese tipo de medidas. Durante el imperio del GATT se expandió el multilateralismo pero, también, se formaron bloques comerciales dentro de los cuales el crecimiento del comercio y las inversiones fue mayor que el promedio mundial. Sin embargo, la creación de zonas comerciales privilegiadas no ha contrariado la tendencia al multilateralismo, porque se basaron en concesiones mutuas de los miembros sin crear discriminaciones positivas para terceros.

La nueva organización se enfrenta ahora a un escenario en el que, a pesar de la liberalización comercial y de inversiones que ha producido el entramado de la globalización, subsisten tensiones proteccionistas derivadas, en buena medida, de los desacuerdos comerciales entre las grandes potencias. Estas diferencias no han llegado, hasta el momento, a alterar el curso del comercio pero no dejaron de sembrar incertidumbre sobre el futuro.

De hecho, en las últimas semanas se agudizó el ya antiguo enfrentamiento entre los Estados Unidos y el Japón debido a la renuencia de este último a llevar adelante la apertura de sus fronteras comerciales en la medida exigida por el país americano y las demás potencias occidentales. Los EE.UU. se proponen, precisamente, denunciar al Japón ante la OMC por sus prácticas proteccionistas.

Otro de los elementos distintivos de la nueva etapa es la puesta en discusión, con carácter prioritario, del comercio de servicios, en particular en lo que se refiere al reconocimiento de derechos intelectuales impulsado por las grandes compañías.

Esta discusión ya está imponiendo grandes exigencias para muchos países que, hasta el momento, reconocían solo parcialmente esos derechos y utilizaban los conocimientos disponibles para fomentar sus propias industrias y su propio desarrollo tecnológico.

Para los países menores el nuevo escenario plantea, en suma, algunas oportunidades debido a la reducción de ciertas barreras que afectan sus exportaciones, pero también nuevos problemas que es necesario considerar con atención para cumplir con los compromisos asumidos en materia de política comercial, evitando sanciones pero también sin descuidar sus intereses productivos o las necesidades de su desarrollo tecnológico.

9508666
EEUU. denuncia a JAPON ante OMC.
11/5/95

■ ENFRENTAMIENTO COMERCIAL

EEUU denunciará a Japón ante OMC

La queja formal es una medida del gobierno de Clinton para mantener las presiones sobre Tokio a fin de reducir su enorme superávit comercial


Kantor afina la puntería

CLAVES

- **DESACUERDO.** Tras largas tratativas EEUU y Japón interrumpieron sus negociaciones comerciales al no haber alcanzado una salida transaccional al manido tema de la apertura del mercado nipón.
- **REACCIÓN.** Poco después de la suspensión de las conversaciones el gobierno estadounidense anunció la adopción de represalias contra los productos japoneses.
- **ARBITRO.** Ahora será la Organización mundial de Comercio quien inclinará la balanza a favor de uno de los dos países en conflicto.

El presidente estadounidense Bill Clinton autorizó ayer que se presente una denuncia formal en perjuicio de Japón ante la Organización Mundial de Comercio (OMC), en represalia por la negativa nipona a abrir su mercado de automotores a Estados Unidos.

La denuncia, que acusa a Japón de cerrar su mercado a los automóviles estadounidenses, será presentada en la sede de la OMC en Ginebra dentro de 45 días, adelantaron funcionarios.

El representante comercial de Estados Unidos, Mickey Kantor, dijo que el gobierno anunciará "en los próximos días" una lista de productos japoneses que podrían ser objeto de gravámenes comerciales punitivos.

"Japón sigue negándose a dar los pasos necesarios para que haya una apertura genuina de su mercado y resultados específicos en un sector en que Japón tiene un superávit de US$ 37.000 millones con Estados Unidos", dijo Kantor.

"Con estas medidas estamos defendiendo a las compañías y trabajadores de Estados Unidos",

La denuncia será presentada en la sede de la OMC, en Ginebra, dentro de 45 días

dijo Kantor en la Casa Blanca. "Pero considero que también buscamos resultados que beneficiarán a Japón y sus consumidores, que se beneficiarían de una mayor selección y reducción de precios".

Kantor no dijo qué tipo de sanciones se intentará imponer en caso de que no se llegue a un acuerdo. Pero fuentes del Congreso y de la industria automotriz han dicho que el gobierno probablemente propondrá que se impongan gravámenes comerciales punitivos por US$ 7.000 millones.

ANUNCIO EN 30 DIAS

Esa lista de sanciones sería reducida luego de unos 30 días de debate público y la cifra quedaría en US$ 1.000 millones o US$ 1.500 millones.

Aun así sería el caso de sanciones más grande en la historia de Estados Unidos.

Los automóviles de lujo, las furgonetas y los repuestos automotores japoneses han sido mencionados como posibles blancos de las medidas.

Pero los japoneses han dicho reiteradamente que si son amenazados con gravámenes punitivos plantearán ante la OMC una queja por prácticas comerciales injustas contra Estados Unidos. La OMC fue creada recientemente para zanjar disputas comerciales entre naciones.

Los expertos estiman que Japón tendría buenas posibilidades de salir airoso sobre la base de que Estados Unidos no tiene derecho a imponer sanciones comerciales unilateralmente sin buscar antes una solución ante la OMC. *(En base a información de AP y Reuter)*

"Estamos defendiendo a las compañías y trabajadores de Estados Unidos", dijo Kantor

01-01 9508666

Jerarca de la OMC expone hoy sobre perspectivas de países en desarrollo

■ El doctor Jesús Seade, director general adjunto de la institución reemplazante del viejo Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), la Organización Mundial del Comercio (OMC), será el expositor hoy en la conferencia sobre "La OMC y los países en desarrollo: perspectivas de futuro", organizado por la Escuela de Gerencia y Estudios Internacionales de ORT Uruguay.

Entre las actividades profesionles más recientes de Seade se cuenta su desempeño como embajador de México y representante permanente en el GATT, hasta julio de 1993, cuando asumió el segundo máximo cargo en la OMC. En este organismo multilateral Seade ha sido vicepresidente de Contracting Parties y presidente del Comité de Comercio y Desarrollo, además de ser principal negociador de la Ronda Uruguay del GATT, a través del mencionado Comité.

La conferencia está prevista para la hora 19, en Bulevar España 2633.

OMC reconocerá al Mercosur en junio

El reconocimiento formal del Mercosur por parte de la Organización Mundial de Comercio se concretará el mes próximo, según las previsiones que maneja la Cancillería uruguaya, dijeron funcionarios consultados por *El Observador*.

Este hecho determinará la aceptación, por parte de todos los países que integran esta organización, del arancel externo común que define la unión aduanera.

En el ámbito diplomático del Mercosur existía la preocupación de que la nueva estructura arancelaria del bloque fuera cuestionada a nivel internacional. Por ello, los cancilleres del Mercosur solicitaron en su última reunión con sus colegas de la Unión Europea su "solidaridad" para usar su peso político internacinal y facilitar la aprobación.

El trámite en cuestión supone que el Mercosur comunica oficialmente su unión aduanera, con la correspondiente adopción de un arancel externo común, ante el resto de los países miembros del la OMC. Los cuatro países, que actualmente tienen sus respectivas nóminas arancelarias consolidadas ante el organismo internacional, deberán ahora dejar sin efecto sus listados para sustituirlo por uno común del bloque.

El temor de los funcionarios del Mercosur radicaba en que, lejos de tratarse de un trámite automático, la consolidación pudiera originar una complicada negociación, ya que otros miembros de la OMC podrían objetar el aumento en los niveles de protección que supone el nuevo arancel respecto a los anteriores.

En el caso de Uruguay, esa situación se da con más notoriedad ya que antes de la entrada en vigencia de la unión aduanera, muchos productos, como insumos y bienes de capital, estaban en cero o tenían niveles de protección bajos, y comenzaron un proceso gradual de suba hasta el año 2006. Sin embargo, funcionarios consultados al respecto vaticinaron que no "habrá dificultades" para que finalmente el bloque fuera aceptado en la OMC.

Desempleo y pobreza preocupan en europa y latinoamérica

San Pablo, 26 may. - El aumento de la pobreza en Latinoamérica y del desempleo en Europa están oscureciendo la recuperación y el crecimiento económico en ambos continentes, según las conclusiones presentadas hoy por dos eurodiputados en el plenario del Parlamento Latinoamericano (Parlatino).

La visión europea de las relaciones económicas, comerciales y sociales entre América Latina y Europa están consignadas en dos ponencias que legisladores de los 22 países agrupados en el Parlatino y una comisión del Parlamento Europeo (PE) analizan hoy, viernes, con vistas a la XII Conferencia de legisladores bicontinentales programada en Bruselas del 20 al 22 de junio próximos.

Estas ponencias, a las que tuvo acceso EFE, se añadirán a las de dos legisladores latinoamericanos para constituir la base de las deliberaciones de la Conferencia Interparlamentaria.

CRECIMIENTO

El crecimiento económico de América Latina entre 1992 y 1995 es tan notorio como el alto índice de pobreza, desempleo, ausencia de ahorro interno y latentes riesgos financieros como el vivido por México a partir de diciembre, afirma el documento económico.

El eurodiputado español José García Margallo, del Partido Popular, asegura que, aunque lenta, la recuperación económica de Europa ha sido un hecho en los dos últimos años.

Advierte que existen "nubes negras en el horizonte" causadas por las corrientes migratorias, que han elevado las tasas de paro a insospechados niveles.

El autor reafirma el enfoque comunitario, más económico y menos asistencial, que caracteriza las relaciones regionales del futuro y resalta que los diálogos entre la UE y Latinoamérica están a un nivel de asociación de libre comercio continental.

ASPECTOS SOCIALES

El informe sobre la cuestión social, del eurodiputado laborista inglés Richard Howitt, destaca que la pobreza en Latinoamérica se ha duplicado como resultado de la deuda externa.

Señala las precarias condiciones de la mujer, que representa un 70% de los 280 millones de pobres en el continente; y de los niños, que en un 84,8% crecen en idénticas condiciones, y en un 50% en completa miseria. Subraya que el desempleo afecta a más del 10 por ciento de la población y sugiere que se destinen recursos, por parte de los estados, a la creación de medidas de protección y subvenciones a ciudadanos inactivos por falta de mercado.

La primera reunión preparatoria de la XII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina tuvo lugar el 27 de enero de 1994 en Bruselas; la segunda se celebró en Madrid, el 30 de marzo, y la tercera se cumple hoy en la sede del Parlatino, en la ciudad brasileña de Sao Paulo (EFE)

9508670
el 16/5/95 parte hacia ANGOLA un contingente policial uruguayo.
150015
16/5/95
501889 ✓
507466 ✓
Angola. 507470 ✓

Parte contingente uruguayo para misión en Angola

LM 16/5

Hoy a las 17 horas parte un contingente policial uruguayo en vuelo especial de VARIG, con destino a Angola, para participar durante un año en tareas de reorganización de la policía de ese país africano. Ayer, el grupo dependiente del Ministerio del Interior, recibió de manos del Presidente Julio María Sanguinetti el pabellón patrio, "para izar en tierras angoleñas", dijo el Comisario Alberto Tulón a **La Mañana**.

El Comisario Tulón, que desempeñó el cargo en el departamento de Colonia, señaló que la primera tarea en Angola es, "reintegrar a miembros de la guerrilla de la UNITAS a la Policía Nacional angoleña y la creación y formación de dos grupos especiales de la misma". También realizarán cursos de profesionalización en la tarea policial.

"Ayer tuvimos una reunión con el señor Presidente -comentó Tulón- en la que Julio María Sanguinetti nos hizo entrega del pabellón patrio para izar en tierras angoleñas".

Dijo que el decreto ministerial establece una permanencia de los oficiales de policía en Angola por un año, integrando las Fuerzas de Paz de la Organización de Naciones Unidas en el contingente de la policía civil (CIPOL).

01-01 9508670

Parte el Viernes Hacia Angola

DESCARTAN QUE EL "EBOLA" AFECTE A BATALLON URUGUAY

Recién el próximo viernes partirán los efectivos que componen la vanguardia del Batallón "Uruguay III" con destino a Angola. Al mismo tiempo, el barco fletado por la ONU que lleva los transportes, pertrechos y otros equipamientos, zarpará desde el puerto de Montevideo el mismo día, con el fin de permitir el normal desenvolvimiento del resto de la fuerza de paz uruguaya, compuesta en total por 800 hombres que llegarán antes de la primera quincena del mes que viene.

Por otra parte se indicó que la circunstancia de que Angola sea un país limítrofe con el Zaire, nación azotada en estos momentos por la temible enfermedad causada por el virus "Ebola", no causa ningún tipo de cambio en los planes operativos, pues "todo el personal es instruido en la prevención de las enfermedades infecciosas que se pueden encontrar en la zona, además de que el área donde se instalarán los efectivos uruguayos está ubicada a más de 500 kilómetros de la línea divisoria".

Altas fuentes del Comando del Ejército señalaron que el Batallón Uruguay III actuará en la zona central de Angola y entre los uruguayos y el Zaire, se extiende una amplia región ocupada por las fuerzas de paz de la India y Pakistán.

Además se subrayó que los instructivos para evitar las enfermedades endémicas o circunstanciales en el área operativa, son muy precisos y en el caso del Ebola, si se produjera la muy improbable circunstancia de la extensión del mal que desde el principio se encuentra focalizado en una zona muy precisa del Zaire, "las instrucciones que se han brindado sobre el SIDA se adaptan exactamente a las previsiones contra el Ebola."

Las fuentes consultadas dieron cuenta que en materia sanitaria la mayor preocupación de las fuerzas que van a Angola es un microscópico parasito que reside en un molusco marino que logra ingresar por la piel del ser humano, produciendo hemorragias.

La enfermedad conocida como **Esquistosomiasis** es curable, se conoce perfectamente y se cuenta con la medicación correspondiente, no revistiendo ni remotamente la gravedad del mal que afecta al Zaire.

LA PARTIDA

Luego de algunas suspensiones que ya se han transformado en algo común durante las operaciones planificadas por las naciones Unidas, este viernes 19 parece ser la fecha indicada para que partan los efectivos que compondrán el grupo de avanzada.

Este estará constituido por por 80 hombres entre oficiales y personal subalterno, a los que se han agregado 26 integrantes del Estado Mayor, por lo que en total serán 106 los hombres que viajarán el viernes.

Los 720 efectivos restantes lo harán en varias tandas, también por vía área a partir de la primera semana de junio, por lo que el Batallón Uruguay III estará completamente instalado antes del 15 del mes que viene.

Los equipos llegarán a más tardar en los primeros días de junio pues el barco fletado por la ONU, partirá el viernes y tardará de 10 a 12 días en llegar a las costas africanas.

La nave —el Saint Martin— es de menor capacidad que la prevista por lo que algunos transportes y contenedores quedaran en el puerto a la espera de un próximo viaje, pero ese detalle no cambiará en nada la operación planificada, según se afirmó en fuentes enteradas.



Este es el esquema básico del despliegue que efectuarán las fuerzas de paz de la ONU en Angola.
Como se percibe, Uruguay ocupa la zona costera central de la nación africana, a unos 600 kms. de la frontera con Zaire.

150007
9/5/95
501889
507466
Angola.

Batallón Uruguayo Iniciará Despliegue

EP 9/5

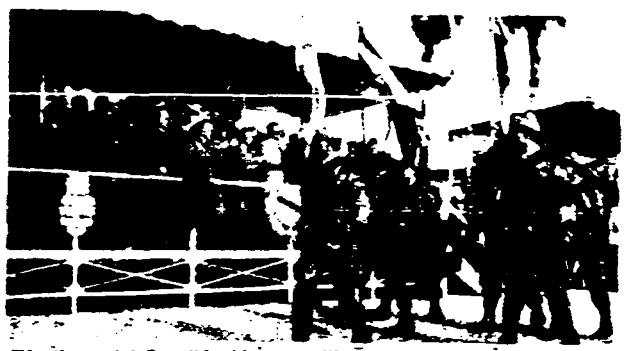
NACIONES UNIDAS, 8 (EFE).— La reunión entre el presidente de Angola, José Edoardo dos Santos, y Jonas Savimbi, jefe de la organización rebelde "UNITA", fue recibida con gran satisfacción por la ONU, que iniciará el despliegue de la misión de Verificación (UNAVEN III) con el batallón uruguayo a mediados de mes mayo.

El portavoz de la Organización, Joe Sills, recordó que el secretario general, Butros Gali, destacó en un informe al Consejo de Seguridad el pasado 3 de mayo la situación en Angola y la notable mejora en el ambiente político. El secretario general de Naciones Unidas señaló en ese informe que el componente de avanzada del batallón británico había llegado a Angola y efectuaba los preparativos necesarios para establecer la base logística y despliegue que de acuerdo con lo anunciado hoy comenzará con el batallón uruguayo.

02

9508673

Partió el Batallón Uruguay III



Efectivos del Batallón Uruguay III que ayer partió con destino a Angola

Un grupo de ochenta militares uruguayos, integrantes del "Batallón Uruguay" que pasará a formar parte de la Fuerza de Paz de las Naciones Unidas, viajó ayer hacia Angola. El contingente es la avanzada de un batallón de 850 hombres que se trasladará próximamente.

Los militares uruguayos, que pasarán a formar parte de la Misión de Verificación de Naciones Unidas (UNAVEN III), viajan hacia la ciudad de Lobito, desde donde se trasladarán a la zona de Huambo en el centro-oeste de Angola. El "Batallón Uruguay" estará al mando del coronel Roque Gallego, y, en principio, está previsto que permanezca un año en tierras africanas.

Las Fuerzas de Paz de la ONU que operarán en Angola fueron divididas en tres zonas: una franja norte que al occidente estará custodiada por tropas de India y al oriente por militares de Pakistán; en el centro al occidente se ubicarán los uruguayos y al oriente tropas de Brasil; mientras que en la zona austral operarán tropas de Rumania.

Cabe consignar asimismo que en la víspera partió el buque "Saint Martin", transportando el material y el equipo correspondiente al Batallón, al mencionado país africano.

03-03

9508673

9508674
Batallón Uruguay III llegó a ANGOLA y se desplegó en puerto Lobito.—
150488
23/5/95
501889 ✓
507466 ✓
Angola 507470 ✓

■ AVANZADA

Batallón Uruguay arribó a Angola

Obs. 23/5

La avanzada del Batallón Uruguay III llegó a Angola sin inconvenientes y ya se desplegó en la zona del puerto de Lobito, al cual mantendrá operativo para recibir al resto de los efectivos compatriotas y a los demás contingentes que participarán de la misión de paz de Naciones Unidas, dijeron a *El Observador* fuentes castrenses.

Señalaron que los 80 soldados y 26 integrantes del Estado Mayor del batallón que realizaron la instalación ultiman detalles para recibir a principios del próximo mes de junio a los 800 efectivos uruguayos que completarán el cuerpo.

Una vez que se complete el ingreso de los efectivos de India, Pakistán, Brasil, Rumania y Zimbabwe, los uruguayos dejarán el puerto y se desplegarán luego en la zona de Huambo, en el centro-oeste de Angola, donde permanecerán hasta que finalice la misión.

La casi totalidad del equipamiento que utilizará el Batallón Uruguay está en viaje por barco rumbo al país africano, restando aún el envío de once camiones y cinco contenedores.

01-01

9508674

El Batallón Uruguay III partió ayer hacia Angola

Emprendió viaje ayer el Batallón Uruguay III hacia Angola (África) para participar de la misión de paz de Naciones Unidas. Este país africano está en guerra civil hace más de 20 años.

El batallón, integrado por casi 800 soldados y oficiales, tiene como misión dar cobertura al ingreso marítimo de las fuerzas de Brasil, Zimbabwe, Rumania, India y Pakistán, que son los otros contingentes de paz enviados por el organismo internacional.

El 19 de mayo pasado partió una avanzada formada por 80 soldados y oficiales y otros 10 oficiales en calidad de observadores. Cada seis meses será renovada la mitad del contingente.

9508676

Jefe de Centro Coord. de Operac. de Mantenimiento de la Paz. [illegible] viajó a Bs. As. a Seminario.

150007

3-4-95

501889

66960

30087

Curutchet Visitó la Guarnición de Rivera

a los 3/4/95

El Comandante en Jefe del Ejército, Tte. Gral. Juan Carlos Curutchet, visitó la guarnición de Rivera, donde tiene asiento el Comando de la Brigada de Caballería N, 1 y el Regimiento "General Rivera" de Caballería N, 3. La visita tuvo carácter inspectivo.

Además el Tte. Gral. Curutchet se reunió con distintas autoridades departamentales.

Por otra parte, se informó que el jefe del Centro Coordinador de Operaciones de Mantenimiento de la Paz, Coronel Juan Troche, viajó a Buenos Aires para participar en un seminario a llevarse a cabo durante esta semana, sobre "Operaciones de mantenimiento de la paz", organizado por la ONU.

El director del Servicio de Intendencia del Ejército, Cnel. Walter Silva, y el director del Servicio Sanitario del Ejército, Cnel. Pedro Gómez, asisten a la V Conferencia de "Ciencia, Tecnología y Sanidad de Ejércitos Americanos" que se desarrolla en la capital argentina en estos días.

01-01

9508676

9508677
Seminario de entrenamiento. de Cascos Azules en ARG.
150090
10-4-95
501889
66960
30087

Encuentro de cascos azules

Se inaugurará hoy en Buenos Aires el **Segundo Seminario Regional de Entrenamiento de Fuerzas de Paz de las Naciones Unidas**, conocidas como cascos azules.

El encuentro, que se desarrollará hasta el viernes, será inaugurado por el jefe del Estado Mayor Conjunto, teniente general **Mario Cándido Díaz** y el teniente general **Manfred Eisele**, del Departamento de Operaciones de Paz de la ONU.

Participarán del seminario militares del Brasil, el Canadá y los Estados Unidos, entre otros países.

Clarín 3/4/95

Seminario de cascos azules

Clarín 4/4

El jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, teniente general **Mario Cándido Díaz**, inauguró ayer el II Seminario Regional de Entrenamiento de Fuerzas de Paz de las Naciones Unidas, conocidas como **cascos azules**.

En su discurso de apertura, Díaz ratificó la **"firme decisión argentina de integrar sus esfuezos con la comunidad internacional en el seno de las Naciones Unidas"**.

"Creo que es por todos conocido el impulso que el Gobierno ha otorgado a la participación argentina en estas misiones, aun dentro de las limitaciones presupuestarias que existen", dijo Díaz. "Con la creación del centro de entrenamiento conjunto hemos dado otro paso en apoyo del compromiso asumido por el Estado argentino con las Naciones Unidas", agregó. En el seminario, que se desarrollará hasta el viernes en la sede del Círculo de Aeronáutica, en Vicente López, participan delegados de las fuerzas armadas de los Estados Unidos, Canadá, Brasil, Cuba, México y Chile, entre otros países.

01-02

9508677

Serán adiestrados cascos azules en la Argentina

La Nación 10/4/95

Análisis: el tema fue considerado durante una reunión de expertos internacionales que acaba de finalizar en nuestro país.

Las Naciones Unidas no quieren que exista un ejército internacional permanente, sino que cada país tenga efectivos bien adiestrados para actuar convenientemente en las operaciones de paz alrededor del mundo cuando la situación lo requiera.

Con esa intención la UN acaba de realizar en nuestro país una reunión de expertos internacionales en operaciones de paz.

El objetivo principal del encuentro fue diseñar un manual que contenga directivas básicas y normas de actuación profesional, intercambiar y compartir experiencias, además de identificar las necesidades de capacitación.

Otra cuestión bajo análisis fue establecer qué es lo que puede hacer la UN para ayudar a la puesta en marcha del centro de capacitación regional que se instalará en nuestro país, posiblemente en Campo de Mayo.

Se han previsto para este año cuatro reuniones regionales. La reunión europea se realizó en Dinamarca, y restan las de Africa y Asia.

Para conocer detalles de las deliberaciones, LA NACION entrevistó al teniente coronel retirado Cristian Harleman, de Suecia, jefe de la División Adiestramiento del Departamento Operaciones de Paz, de Naciones Unidas.

Responsabilidades

Explicó que los países son responsables de la capacitación de sus propias tropas, en tanto que las Naciones Unidas asisten y cooperan cuando se les pide.

Una de la conclusiones que podría surgir de estas reuniones estará referida a qué es lo que puede hacer la UN para ayudar a la puesta en marcha del centro de capacitación regional.

Según Harleman, Suecia se especializa en cursos para oficiales de Estado Mayor, Finlandia en observadores militares, Noruega en oficiales de distrito, y Dinamarca en oficiales de policía militar, encargados de mantener el orden.

Esos cuatro países conforman un batallón nórdico que ha sido enviado a distintas misiones con mucho éxito.

"Lo básico -agregó- para los países que participan en operaciones de paz, es que comprendan cabalmente el escenario donde se está desarrollando el conflicto; que conozcan la operatoria de la UN para el mantenimiento de la paz (la limitación en el uso de la fuerza y técnicas de negociación), la imparcialidad de sus actos y los cambios culturales de los que van a trabajar en otros lugares".

Señaló que no se trata de tropas enviadas a combatir porque ése no es nunca el objetivo de las Naciones Unidas.

Cada misión de UN para la paz tiene su mandato específico que contiene la intencionalidad para cada conflicto.

El visitante expresó también que las operaciones de paz son muy caras, porque hay que atender no sólo a los los recursos humanos, sino también al transporte y a los materiales.

El presupuesto de 500 millones de dólares anuales de hace cinco años, ahora ha subido a 3500 millones de dólares. Como ejemplo, dijo que la Guerra del Golfo costó 60 millones de dólares por hora, aproximadamente.

En este sentido Harleman efectuó una exhortación para que todos los países miembros aporten, a la UN, lo que les corresponde y no que esa cuestión la dejen en manos de unos pocos países.

Alfredo Vega

Encuentro de cascos azules

Se inaugurará hoy en Buenos Aires el **Segundo Seminario Regional de Entrenamiento de Fuerzas de Paz de las Naciones Unidas**, conocidas como cascos azules.

El encuentro, que se desarrollará hasta el viernes, será inaugurado por el jefe del Estado Mayor Conjunto, teniente general **Mario Cándido Díaz** y el teniente general **Manfred Eisele**, del Departamento de Operaciones de Paz de la ONU.

Participarán del seminario militares del Brasil, el Canadá y los Estados Unidos, entre otros países.

Clarín 3/4/95

Seminario de cascos azules

Clarín 4/4

El jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, teniente general **Mario Cándido Díaz**, inauguró ayer el II Seminario Regional de Entrenamiento de Fuerzas de Paz de las Naciones Unidas, conocidas como **cascos azules**.

En su discurso de apertura, Díaz ratificó la **"firme decisión argentina de integrar sus esfuezos con la comunidad internacional en el seno de las Naciones Unidas"**.

"Creo que es por todos conocido el impulso que el Gobierno ha otorgado a la participación argentina en estas misiones, aun dentro de las limitaciones presupuestarias que existen", dijo Díaz. "Con la creación del centro de entrenamiento conjunto hemos dado otro paso en apoyo del compromiso asumido por el Estado argentino con las Naciones Unidas", agregó. En el seminario, que se desarrollará hasta el viernes en la sede del Círculo de Aeronáutica, en Vicente López, participan delegados de las fuerzas armadas de los Estados Unidos, Canadá, Brasil, Cuba, México y Chile, entre otros países.

Serán adiestrados cascos azules en la Argentina

La Nac 10/4/95

Análisis: el tema fue considerado durante una reunión de expertos internacionales que acaba de finalizar en nuestro país.

Las Naciones Unidas no quieren que exista un ejército internacional permanente, sino que cada país tenga efectivos bien adiestrados para actuar convenientemente en las operaciones de paz alrededor del mundo cuando la situación lo requiera.

Con esa intención la UN acaba de realizar en nuestro país una reunión de expertos internacionales en operaciones de paz.

El objetivo principal del encuentro fue diseñar un manual que contenga directivas básicas y normas de actuación profesional, intercambiar y compartir experiencias, además de identificar las necesidades de capacitación.

Otra cuestión bajo análisis fue establecer qué es lo que puede hacer la UN para ayudar a la puesta en marcha del centro de capacitación regional que se instalará en nuestro país, posiblemente en Campo de Mayo.

Se han previsto para este año cuatro reuniones regionales. La reunión europea se realizó en Dinamarca, y restan las de Africa y Asia.

Para conocer detalles de las deliberaciones, LA NACION entrevistó al teniente coronel retirado Cristian Harleman, de Suecia, jefe de la División Adiestramiento del Departamento Operaciones de Paz, de Naciones Unidas.

Responsabilidades

Explicó que los países son responsables de la capacitación de sus propias tropas, en tanto que las Naciones Unidas asisten y cooperan cuando se les pide.

Una de la conclusiones que podría surgir de estas reuniones estará referida a qué es lo que puede hacer la UN para ayudar a la puesta en marcha del centro de capacitación regional.

Según Harleman, Suecia se especializa en cursos para oficiales de Estado Mayor, Finlandia en observadores militares, Noruega en oficiales de distrito, y Dinamarca en oficiales de policía militar, encargados de mantener el orden.

Esos cuatro países conforman un batallón nórdico que ha sido enviado a distintas misiones con mucho éxito.

"Lo básico -agregó- para los países que participan en operaciones de paz, es que comprendan cabalmente el escenario donde se está desarrollando el conflicto; que conozcan la operatoria de la UN para el mantenimiento de la paz (la limitación en el uso de la fuerza y técnicas de negociación), la imparcialidad de sus actos y los cambios culturales de los que van a trabajar en otros lugares".

Señaló que no se trata de tropas enviadas a combatir porque ése no es nunca el objetivo de las Naciones Unidas.

Cada misión de UN para la paz tiene su mandato específico que contiene la intencionalidad para cada conflicto.

El visitante expresó también que las operaciones de paz son muy caras, porque hay que atender no sólo a los los recursos humanos, sino también al transporte y a los materiales.

El presupuesto de 500 millones de dólares anuales de hace cinco años, ahora ha subido a 3500 millones de dólares. Como ejemplo, dijo que la Guerra del Golfo costó 60 millones de dólares por hora, aproximadamente.

En este sentido Harleman efectuó una exhortación para que todos los países miembros aporten, a la UN, lo que les corresponde y no que esa cuestión la dejen en manos de unos pocos países.

Alfredo Vega

02-02

PODEROSA OFENSIVA CROATA CONTRA LOS SERBIOS EN UNA

62 cascos azules de la atrapados por la guerra

Un total de 62 cascos azules argentinos se encuentran aislados en medio de los terribles combates que libran fuerzas croatas contra milicianos serbios. El jefe de los efectivos de la ONU en esa región, el general argentino Carlos Matalón, dijo a "Clarín" que los militares no pueden regresar a sus bases por el fragor de la lucha, pero que la situación es temporaria.

ZAGREB y BELGRADO, 1° (AFP, EFE, Reuter, AP y Clarín). – Croacia lanzó esta madrugada una impresionante ofensiva con artillería y aviación contra las milicias de la autoproclamada **República Serbia de la Krajina**, que ocupan un 25% del territorio croata, donde 62 cascos azules argentinos quedaron aislados en el medio de los combates.

La agencia AFP informó esta tarde que los serbios capturaron en varios lugares de Krajina a 115 efectivos argentinos y nepaleses, a quienes habían confiscado sus cascos, chalecos antibalas y radios.

Pero, en diálogo con **Clarín** desde Croacia, el general argentino **Carlos Roberto Matalón**, que comanda a los efectivos de la ONU acantonados en esa región, dijo que los 62 soldados de nuestro país están aislados temporariamente, porque debido a los duros combates no pueden regresar a sus bases desde los lugares en que se encuentran (ver aparte).

Tres militares jordanos, que junto a **los argentinos y nepaleses** conforman la dotación de la ONU en la zona, fueron heridos de gravedad cuando una bomba de gran poder cayó dentro de su cuartel.

Los ataques que lanzó esta madrugada la artillería croata tenían como objetivo las milicias serbias que ocupan un tramo de la estratégica autopista que une **Zagreb**, la capital de Croacia, con el este del país, y que atraviesa parte de la Krajina.

Argentina tiene en Croacia más de 800 efectivos, que conforman el **Batallón Ejército Argentino (BEA)**, acantonado desde 1992 en el "Sector Oeste", una de las "Areas de Protección de la ONU" que existen en ese país.

Tras la sangrienta guerra por la independencia de Croacia, una república de la ex **Yugoslavia** (ahora solo conformada por **Serbia** y **Montenegro**), que en 1991 enfrentó a los croatas con los serbios, la población mayoritariamente serbia de Krajina declaró su independencia. Krajina tiene 13.000 kilómetros cuadrados.

Desde 1992 los cascos azules controlan una frágil tregua firmada por las partes, violada en reiteradas oportunidades.

Operación "policíaca"

El Ministerio de Interior croata calificó el ataque de hoy como simple "operación de policía". La autopista había sido reabierta el 22 de diciembre pasado, pero hace pocos días la tensión estalló cuando un serbio fue apuñalado y, como respuesta, cuatro croatas fueron acribillados a balazos en sus vehículos.

Los combates con artillería e infantería duraron toda la jornada de hoy, cerca de la autopista. Esta noche un portavoz de la ONU declaró que los croatas lograron trasladar el frente unos 18 kilómetros dentro del territorio serbio.

Cerca de las 17 (las 12 en la **Argentina**), dos aviones MiG croatas atacaron un estratégico puente obre el río **Sava**, que une Croacia y Bosnia. Aunque en esa zona los dos lados de la frontera están controlados por los serbios, el puente es la única vía por la cual los habitantes de Krajina pueden conectarse.

Poco antes de ese ataque, el líder de los rebeldes serbios de Bosnia, **Radovan Karadzic**, advirtió que "nos defendere-

REGION SUPERVISADA POR LA ONU

Argentina, en Croacia

mos juntos, porque la Krajina es nuestra y somos un solo pueblo".

Pero la respuesta serbia no se limitó al plano de las palabras. Los milicianos bombardearon las ciudades industriales croatas de **Karlovac** y **Sisak**, ubicadas apenas unos 60 kilómetros al sur de Zagreb. A última hora, los serbios de Bosnia atacaron con artillería el aeropuerto de **Dubrovnik**, una ciudad turística croata ubicada en el sur del país, sobre el mar **Adriático**.

El líder de los serbios de la Krajina, **Milan Martic**, acusó a las tropas de paz de la ONU de complicidad con Croacia.

Desmienten que estén detenidos o como rehenes

Los 62 cascos azules argentinos que se encuentran aislados en sus posiciones en Croacia "**no están detenidos ni son utilizados como rehenes**" sino que "**mantienen contacto con sus mandos y permanecerán en sus refugios por razones de seguridad**", declaró ayer a Clarín el general **Carlos Roberto Matalón**, comandante del Sector Oeste de las Areas de Protección de la UN (UNPA) en Croacia.

El general Matalón en una comunicación telefónica mantenida a las 17 de ayer (22 hora local) informó que los combates entre fuerzas militares croatas y los serbios de la llamada **República Serbia de la Krajina** continúan "**con toda intensidad, con el empleo de blindados, aviación y artillería**".

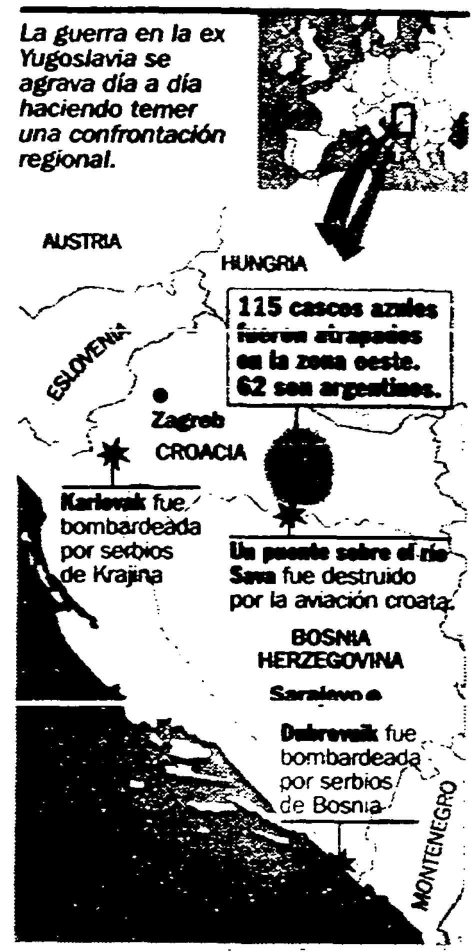
El jefe militar explicó que el viernes pasado, tras la muerte de un serbio a manos de un croata en una estación de servicio sobre la autopista que atraviesa el sector, un hermano de la víctima disparó al azar sobre los autos que transitaban, con un saldo de cuatro muertos.

La intervención de las fuerzas de la ONU permitió que se procediera a un intercambio de prisioneros que se produjo en los primeros momentos de los incidentes y la devolución de los cuerpos de las víctimas, pero los serbios de la Krajina se negaron a reabrir el tránsito en la autopista,una vía de comunicación vital entre la capital de Croacia, Zagreb y el resto del país. Los croatas **decidieron** entonces **emplear la fuerza**.

Los cascos azules argentinos, jordanos y nepaleses que están desplegados en el sector quedaron así aislados en sus posiciones sin poder regresar a las bases, pero el general **Matalón desmintió expresamente** que hubiesen sido despojados de sus chalecos antibalas, cascos y equipos de comunicaciones, como aseguraban algunos cables de agencias internacionales.

La zona de los enfrentamientos

La guerra en la ex Yugoslavia se agrava día a día haciendo temer una confrontación regional.



02-02

9508678

ERA INTEGRANTE DE UNA MISION DE PAZ DE LA ONU

Asesinan de dos balazos a un gendarme argentino en Angola

Rubén Raúl Aguirre, comandante de la Gendarmería, fue asesinado ayer en Angola. Recibió dos balazos en una emboscada. Era integrante de una misión de paz de la ONU. Hoy llegan sus restos a la Argentina.

Un comandante de la Gendarmería argentina fue asesinado ayer de dos balazos en Angola, país al que estaba destinado como observador militar de las Naciones Unidas.

Rubén Raúl Aguirre, un oficial de rango medio de esa fuerza de seguridad, fue atacado mientras cumplía una misión de patrullaje, según informaron a **Clarín** fuentes militares.

De acuerdo con los primeros datos que llegaron a la Argentina desde ese país africano, la muerte del comandante Aguirre se produjo ayer a las 17.30 (hora angoleña) cuando fue víctima de una emboscada.

El comandante (este grado equivale al de mayor en Ejército) **recibió dos balazos en un costado del cuerpo y murió en forma instantánea.** La familia del gendarme reside en la localidad misionera de Concepción de la Sierra.

El cadáver de Aguirre llegará esta noche a nuestro país, vía Brasil.

Los gendarmes argentinos que se encuentran en Angola forman parte de un grupo de observadores de las Naciones Unidas (conocidos universalmente como **cascos azules**) que están verificando lo que debía ser el proceso de transición del gobierno comunista que dirigía al país hacia un régimen democrático.

Ese proceso fue torpedeado por la reactivación de las luchas armadas entre los integrantes del Movimiento Popular de Liberación de Angola y el grupo Unita (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola), que mantienen enfrentamientos desde hace casi veinte años.

En enero de 1993, otro gendarme resultó **gravemente herido en** Angola.

La Gendarmería participa en misiones de paz en Croacia, junto al Ejército, y en Haití, país al que llegaron luego de la invasión que encabezaron los Estados Unidos, en setiembre de 1994.

En Haití, en febrero de este año, también fue herido un gendarme.

ARCHIVO CLARIN



Tropas argentinas desfilan antes de partir a una misión de paz al exterior. Gendarmería tiene hombres en Angola y Haití.

Rechazan críticas de los serbios a los cascos azules argentinos en Croacia

Camilión: el ministro, al descalificar la acusación de que el BEA no defendió a civiles ante un ataque croata, consideró que las tropas de la UN no pueden tomar partido por nadie.

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, rechazó críticas del canciller de la república servia de Krajina, Milan Babic, quien ayer descalificó a los cascos azules argentinos apostados en Croacia por tener un "comportamiento deshonroso", al no haber defendido a los civiles serbios ante la ofensiva croata del 1º de mayo último, donde habrían muerto alrededor de 10 personas, entre militares y pobladores, según fuentes de las Naciones Unidas (UN) en la ex Yugoslavia.

Voceros autorizados del Batallón Ejército Argentino (BEA-VII) evaluaron esa actitud serbia como una medida política preventiva, ya que la descalificación se hace ante la inminencia del despliegue en la zona sur de las tropas argentinas, donde está la principal fuerza militar de los serbios.

En el terreno adonde irán los argentinos actualmente está el batallón de Kenia. Cuando los serbios se rindieron ante los croatas en las escaramuzas últimas, el jefe serbio pidió que fuera el general argentino Carlos Matalón quien presidiera la ceremonia.

De manera que, a poco menos de 24 días de aquella ceremonia en la que se reconoció la "imparcialidad" con la que actúan los soldados argentinos en la zona, no deja de llamar la atención "este cambio" en los dirigentes serbios, si no es por una cuestión política.

Camilión rechaza

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, rechazó el cuestionamiento efectuado por los dirigentes serbios, que presiden un gobierno que no goza aún del reconocimiento internacional ni de la UN. "Las tropas argentinas, al igual que el resto de los cascos azules, no pueden obstaculizar una acción de carácter militar", dijo el miembro del gobierno argentino.

El mandato de los cascos azules impide que puedan oponerse a la acción militar de los bandos en pugna, aunque cualquiera de ellos emprenda una acción contra los civiles desarmados. Si se atravesaran en el camino, aun cuando fuera con carácter humanitario, estarían tomando partido por alguno de los sectores, acto que inhabilitaría su papel en la crisis.

Los serbios de Krajina no están de acuerdo con el nuevo redespliegue de los argentinos en el sector sur, porque el nuevo mandato del organismo internacional contempla el reconocimiento de la frontera de Croacia, uno de los motivos del conflicto.

Contra este sector sur, en donde están asentados cerca de 5000 soldados serbios, se procedió a reprimir con aviones y fuerzas de la NATO. En este territorio hay tanques, artillería pesada y bases de aviación de las tropas serbias. A este sector llegarán en los próximos días los soldados argentinos.

Eduardo Barcelona

TEMEN MAS FRICCIONES CON LOS SERBIOS

La ONU redespliega las tropas argentinas que están en Croacia

Naciones Unidas ordenó el redespliegue de las tropas argentinas destinadas en Croacia. Deberán instalarse en la autoproclamada República Serbia de la Krajina. Dirigentes de ese país fueron los que acusaron a los cascos azules argentinos de comportamiento "deshonroso".

Por una decisión de las Naciones Unidas, los cascos azules argentinos destinados en la ex Yugoslavia comenzarán **"en los próximos días"** a ser **redesplegados** de su actual posición, a pesar de la posibilidad **de que se produzcan fricciones** por la oposición de la autoproclamada República Serbia de la Krajina (RSK).

La información, adelantada por **Clarín**, fue confirmada ayer por el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, después de la despedida de un avión hospital de la Fuerza Aérea que realizará tareas humanitarias en Haití (véase aparte). "Estuve consultando sobre **la posible oposición** de las fuerzas serbio-croatas ante el desplazamiento de las fuerzas argentinas, pero desde Nueva York se **me ratificó ayer que la orden se va a cumplir y que la ONU no puede aceptar que se realicen objeciones** a sus **contingentes de paz**", dijo Camilión.

El redespliegue de la zona de Pakrak, ubicada en el oeste de la Krajina, donde se encuentra asentado desde 1992 controlando una tregua entre serbios y croatas, se producirá luego de conocerse una carta del canciller de la RSK, Milan Babic, afirmando que las tropas argentinas tuvieron un "comportamiento **deshonroso**" durante la ofensiva croata del 1º y 2 de este mes, que terminó poniendo bajo su control esa región. Los serbios de la Krajina se quejaron al secretario **general** de la ONU, el indio Boutros Boutros Ghali, **porque** los argentinos "no hicieron nada **para evitar la masacre de civiles**" en Pakrak y pidieron que sean retirados del territorio de la Krajina, un enclave serbio metido en Croacia que tiene la mitad de la superficie de Misiones. Camilión volvió a aclarar ayer que las tropas argentinas no tienen **órdenes, ni armas**, como para intervenir en enfrentamientos y que su misión es mantener la paz.



Oscar Camilión saluda ayer a los integrantes de la Fuerza Aérea que partieron hacia Haití llevando un avión hospital.

ISMAEL GOMEZ

La decisión de la ONU –tomada antes de la carta de Babic– es movilizarlos del oeste de la Krajina hacia Knin, la capital de esta pequeña república, ya que su actual posición está bajo control croata y por lo tanto su presencia no tiene sentido. Actualmente, esa ciudad está custodiada por cascos azules de Kenya. Las tropas argentinas podrían sumarse a las kenianas o remplazarlas.

El problema radica en que los serbios de la Krajina **solo quieren la presencia de cascos azules de Rusia o Bielorrusia**, dos países que apoyan sus reclamos y a la actual Yugoslavia, formada por Serbia y Montenegro. En cambio, la Argentina fue uno de los primeros países en reconocer la independencia croata de Yugoslavia luego que, en 1991, estallara la guerra de los Balcanes. **Además, armas argentinas, como 36 cañones pesados, llegaron a Croacia en medio de un escándalo que aún está sin resolver.**

Despedida a aviadores

Un avión hospital de la Fuerza Aérea partió ayer a Haití donde realizará **tareas sanitarias** y de traslado **de personal** a pedido de las Naciones Unidas (ONU), lo que **confirma el compromiso argentino** con la consolidación de la democracia en ese país caribeño.

En momentos en que el Gobierno discute cómo **reducir** los costos del mantenimiento de 1200 cascos azules en el exterior, el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, encabezó la ceremonia de despedida.

La dotación del avión, compuesta por seis oficiales y nueve suboficiales, se suma a la compañía de gendarmes que se encuentra en la isla desde la intervención multilateral del año pasado.

TROPAS DE ONU CON ORDEN DE TIRAR A MATAR

EP. 13/5

SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 12 (AP). — Las Naciones Unidas, bajo creciente asedio en Bosnia, alentaron hoy a su contingente militar de paz a "disparar a matar" en actos de defensa propia.

Al recordar a sus soldados que tienen autorización de hacerlo, la ONU parece estar indicando que se propone permanecer en los Balcanes y no eludir el creciente número de ataques de los que son objeto sus hombres, mayormente por rebeldes serbios.

El retiro de los 24.000 soldados de la ONU de Bosnia sería tarea azarosa y compleja, amenazada por todos lados —serbios, gobierno bosnio encabezado por musulmanes, croatas— quienes procurarían echar mano a las armas de las tropas evacuadas.

La organización del Tratado del Atlántico Norte, OTAN, seguramente tendría que asistir en esta retirada, arriesgándose a ser precipitada a un conflicto que ha estado tratando de eludir y sofocar desde hace más de tres años.

La reiteración de la política de disparar a matar se produjo luego del ataque ayer en el que un custodio de la paz francés fue herido de bala en la cabeza, aparentemente por elementos serbios, cuando transitaba la llamada "callejuela de los francotiradores" en Sarajevo.

Anoche, el comandante de la ONU en Bosnia, el general británico Rupert Smith, recordó a las tropas que "no deben vacilar en usar de la fuerza si resultan blanco de cualquiera de los bandos guerreros". Los custodios de la paz tienen derecho a "responder vigorosamente a los ataques contra seres humanos", dijo.

La determinación del punto de origen de los disparos es a veces difícil, pero los blancos identificables recibirán respuesta proporcional a la agresión percibida. El coronel Gary Coward, vocero del general Smith, dijo que "los soldados tienen derecho a disparar a matar... creo que estamos haciendo lo apropiado en el momento oportuno".

Las reglas exactas que gobiernan las conducta de los custodios de paz de la ONU no están bien definidas porque resultan de resoluciones ambiguamente redactadas del Consejo de Seguridad, y aprobadas en distintos momentos de la guerra de los Balcanes.

Francia tiene el contingente más numeroso de soldados de la ONU en Bosnia, y ha sufrido 36 bajas fatales. Luego que dos soldados franceses fueron muertos por francotiradores el mes pasado, Francia advirtió que posiblemente retirará sus más de 4.500 hombres del área del conflicto.

Boutros Boutros-Ghali, Secretario General de la ONU, entrevistó ayer a Alain Juppe, ministro de Relaciones Exteriores de Francia, y éste dijo que discutieron el empleo de fuerza mayor por parte de los custodios.

Una retirada de los franceses seguramente sería la primera, siendo seguida e imitada por otros países que han aportado custodios al contingente de la ONU. Boutros-Ghali se entrevistó con sus allegados más jerarquizados en París hoy para discutir las misiones cada vez más azarosas que están cumpliendo las misiones de la ONU en Bosnia y la vecina Croacia.

Previamente, un funcionario de la ONU dijo que el personal allegado al Secretario General se proponía pedir a éste instrucciones más claras acerca de cómo responder a los ataques.

Mediadores de Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Francia y Alemania se reunieron hoy en Francfort y declararon mediante un breve comunicado que respaldaban "la vigorosa implementación del mandato de las Naciones Unidas".

ONU Ordena Evitar a sus Tropas el Fuego

SARAJEVO, 15 (Reuter). — La ONU ordenó a sus tropas evitar choques con las facciones beligerantes en Bosnia mientras los jerarcas del organismo mundial evalúan el futuro de la misión, informaron hoy fuentes de las fuerzas de paz.

Las fuentes indicaron que el general Herve Gobilliard, comandante francés de las fuerzas de las Naciones Unidas (ONU) en Bosnia dijo a sus subalternos que "no quiero aceptar más bajas".

"Bajo ninguna circunstancia vamos a intervenir (en actividades) que pongan en riesgo la vida de uno de nuestros soldados", dijo el general, según las fuentes.

Un soldado ucraniano y dos franceses de las fuerzas de paz murieron en abril en ataques no provocados en Sarajevo. Otro soldado francés fue herido gravemente por un francotirador hace una semana.

Un vocero de la ONU dijo que al menos dos personas, incluido un niño de 7 años, quedaron heridos el lunes por el cañoneo y ataques de francotiradores en Sarajevo.

Los enfrentamientos continuaron en el norte de Bosnia cuando los serbios intentaron capturar un enclave croata, lo que amenazaría un importante corredor de abastecimiento.

Entre tanto, el general Milan Celektic renunció en Croacia como comandante de las fuerzas rebeldes serbias, tras perder el sector de Eslavonia Occidental ante el ejército croata.

Los comandantes militares de la ONU exigieron una revisión de sus operaciones tras los tiroteos en Sarajevo, las crecientes restricciones serbias para acciones de la ONU en la ciudad, y la negativa del jefe de la misión internacional, Yasushi Akashi, de buscar ayuda militar de la OTAN.

Fuentes de la ONU dijeron que las recomendaciones de cambio seguían siendo consideradas y serían enviadas esta semana al Consejo de Seguridad.

Hasta que se anuncie un nuevo mandato, la fuerza de la ONU en la capital de Bosnia, mayoritariamente francesa, al parecer no hará nada para confrontar a alguno de los bandos.

Los franceses, que han perdido 34 soldados en la ex Yugoslavia, desistieron de sus intentos de evitar que los serbios recuperen armas confiscadas en depósitos de la ONU.

La violencia contra las Naciones Unidas llevó a Gran Bretaña y Francia a amenazar con retirar sus contingentes de paz en Bosnia.

Pero los ministros de asuntos exteriores de ambos países dijeron tras un encuentro en París que veían un "destello de esperanza" en los esfuerzos de destrabar las negociaciones internacionales de paz.

Nº DOCUMENTO 9508684

TITULO ultimatun de ONU a los bosnios y serbios - deben entregar las armas.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PUBLICACION 25/5/95

VINCULACIONES 501889 ✓

506985 ✓

507687 ✓

Deben Entregar las Armas

ULTIMATUN DE LA ONU A LOS BOSNIOS Y SERBIOS REBELDES

***SARAJEVO, 24 (Reuter).**— El comandante de las fuerzas de la ONU en Bosnia conminó hoy tanto al gobierno bosnio como a los separatistas serbios a que no utilicen más sus armas pesadas proscritas y las entreguen, o enfrentarían ataques aéreos de la OTAN.*

El general Rupert Smith emitió su ultimátum apenas un día después de que intensos combates en torno a Sarajevo dejaron al menos seis muertos y 31 heridos, entre ellos dos soldados franceses de las fuerzas de paz con lesiones leves.

Smith dijo que todos los cañones deben de cesar sus acciones y que cuatro armas que los serbios tomaron de un depósito de las Naciones Unidas deberán de ser devueltas a más tardar al mediodía del jueves (1000 GMT).

Cualquiera de los dos bandos que no cumpla con su demanda, se enfrentará a una incursión aérea de la Organización del Tratado del Atlántico Norte, agregó.

Smith añadió que todas las armas pesadas en un radio de 20 kilómetros del centro de Saravejo deberán ser trasladadas o situadas bajo control de la ONU a más tardar el mediodía del viernes o el mismo castigo será aplicado.

En Washington, el gobierno del presidente Bill Clinton criticó a la ONU por no pedir los ataques aéreos de la OTAN en Bosnia y dijo que se ha permitido a los serbios bosnios "actuar con impunidad".

El portavoz del Departamento de Estado, Nicholas Burns, dijo que Estados Unidos rechaza el argumento de la ONU de que los "intercambios de artillería (en torno a Sarajevo) son entre fuerzas igualmente equipadas y no estaban dirigidos en contra de civiles".

Burns hizo notar que los combates en Sarajevo y sus alrededores han resultado en más víctimas y que, por primera vez, los tanques serbios "han bajado de las colinas en torno a Sarajevo hacia la ciudad".

"Creemos firmemente que los ataques aéreos se justifican en respuesta a flagrantes violaciones de las resoluciones pertinentes de la ONU y estamos listos para participar de cualquier manera que podamos para contribuir a la aplicación de esas resoluciones si, en el futuro, se dan episodios similares", dijo Burns. "Es altamente perturbador que los serbios de Bosnia pueden actuar con impunidad y seguir operando... en violación directa de las resoluciones de la ONU", agregó.

La vigorosa amenaza de la ONU se conoció mientras los proyectiles seguían cayendo sobre la capital. El enviado especial de Naciones Unidas, Yasushi Akashi, dijo que la situación estaba intensificándose fuera de control.

Akashi demandó un inmediato cese del fuego y pidió a ambos bandos que respeten la zona de exclusión para armas pesadas en torno a Sarajevo, concebida para proteger la capital.

"Recuerdo a la parte serbo bosnia, así como al gobierno bosnio, de las potencialmente severas consecuencias si no cumplen: no debería de subestimarse la gravedad de la actual situación", agregó.

El uso de armamentos pesados ha estado, en teoría, proscrito en las inmediaciones de la ciudad desde un ultimátum emitido en febrero de 1994 para que los serbios cesasen su bombardeo de la asediada capital.

Pero la autoridad de la ONU en torno a Sarajevo se ha deteriorado desde que Akashi desestimó hace dos semanas el pedido del general Smith para la utilización de incursiones aéreas a fin de castigar un mortífero ataque con morteros.



Jóvenes residentes de Sarajevo se refugian detrás de un tanque de las Naciones Unidas en medio de la caída de morteros disparados por los serbios. Un soldado ruso de la ONU protege a una pequeña. (AP)

01-01 9508684

Nº. DOCUMENTO 9508685

TITULO Cons. de Seg. de ONU se reunió para recibir informe detallado de S.G. en Bosnia.

PROCEDENCIA 15008F

FECHA 28/5/95

VINCULACION 501809 / 507685 / 507697 / 12574.

Consejo de Seguridad de la ONU se Reunió de Urgencia

NUEVA YORK, 27 (ANSA) — El Consejo de Seguridad de Naciones Unidas se reunió de urgencia para recibir un informe detallado de la situación en Bosnia, pero postergó cualquier decisión al menos hasta el martes.

El presidente de turno del Consejo de Seguridad, el francés Jean-Bernard Merimée, dijo al término de la reunión a puertas cerradas que el organismo fue convocado hoy "para escuchar el informe del subsecretario general, Kofi Annan, no para tomar decisiones sobre la crisis de Bosnia".

"Fuimos informados sobre el desarrollo de la situación en Bosnia y recibimos un detalle sobre los cascos azules detenidos como rehenes, pero no tomamos ninguna decisión. No nos habíamos reunido para tomar una decisión, sino para escuchar el informe del subsecretario general, Kofi Annan", informó Merimée.

El embajador italiano, Francesco Paolo Fulci, recordó que la semana próxima, cuando el secretario general, Boutros Boutros-Ghali, presente un informe escrito, se debatirá el futuro de Bosnia y del "peacekeeping" (operación de paz).

Merimée declaró que no corresponde al Consejo de Seguridad decidir sobre las próximas acciones en Bosnia, donde 145 Cascos Azules fueron tomados como rehenes, "11 rusos, 32 ucranianos y 102 franceses", se informó.

El Consejo de Seguridad no será quien ordene una nueva incursión aérea sobre posiciones serbias.

Los responsables de las fuerzas de paz en Bosnia y el secretario general podrán actuar basándose en resoluciones existentes.

Al preguntársele si se podía afirmar que los ataques de la OTAN se podían considerar congelados mientras no se resuelva la cuestión de los rehenes, Merimée dijo que no era exactamente así. "No, no puedo decirlo", afirmó.

Sostuvo, en cambio, que más allá de los ataques de la OTAN, hay otras posibilidades, como "las presiones internacionales sobre los serbios", sobre las que se está insistiendo en las últimas horas.

Desde Moscú llegó la noticia de que el ministro de exteriores, Andrei Kozyrev, y el ministro de Defensa, Pavel Grachov, partieron hacia Yugoslavia.

01-01 9508685

Moviliza a la diplomacia mundial la crisis de los cascos azules en Bosnia

Escalada: se teme que la decisión de los rebeldes serbios de mantener como rehenes a los soldados de la UN conduzca a una escalada sin precedentes del conflicto balcánico.

BELGRADO, 27 (AFP).- La crisis de los cascos azules de la UN, capturados como rehenes por los serbio bosnios y utilizados como escudos humanos, movilizó hoy a toda la diplomacia internacional, mientras persiste la amenaza de una escalada sin precedentes de la guerra en los Balcanes.

"Las Naciones Unidas no cederán a la extorsión", dijo hoy el presidente del Consejo de Seguridad, el francés Jean Bernard Merimée, tras una reunión de emergencia del organismo en Nueva York.

El Consejo aguarda un informe del secretario general de la UN, Boutros Ghali, para decidir cuáles serán las medidas a tomar.

En Bosnia, infantes de marina de Francia combatieron hoy con blindados serbios, en la primera acción militar, desde el inicio de la guerra balcánica, en que se vieron involucrados efectivos de las fuerzas de paz, lo que indica la gravedad que ha cobrado la guerra en la región.

El enfrentamiento dejó un saldo de tres muertos, varios heridos y una situación de extrema tensión, con ambos bandos controlando sendos sectores de un puesto de observación y manteniendo prisioneros.

Endurecer la posición

Los dirigentes mundiales encaran la alternativa de endurecer su posición o ceder completamente a las amenazas serbias, hasta el punto de considerar una posible retirada de la zona.

El ministro norteamericano de Defensa, William Perry, afirmó hoy que la NATO proseguirá con sus operativos contra las fuerzas serbio bosnias.

Perry, que se reunió de urgencia con sus pares de Gran Bretaña y Alemania para evaluar la situación, dijo que teniendo en cuenta la reanudación de los bombardeos y de la actividad de los francotiradores, sólo quedaba la posibilidad de "retirarse o hacerse respetar con acciones más firmes en el territorio".

"Después de mucha reluctancia, las Naciones Unidas demuestran haber elegido la firmeza. Yo espero que sigan así", dijo.

El drama de los rehenes

En tanto, mientras los serbios reafirmaban su amenaza de eliminar un rehén por cada nueva eventual bomba de la NATO, fue celebrado en Bruselas un encuentro de urgencia del Consejo de la Alianza.

En su reunión en la capital belga, la NATO lanzó una dura condena por la toma de rehenes UN de parte de los serbios bosnios y por el bombardeo de las "zonas de seguridad".

La NATO "exige que los serbios bosnios liberen inmediatamente a los miembros de las fuerzas de paz y apoya los esfuerzos de las Naciones Unidas destinados a garantizar su seguridad y obtener su liberación", dijo el comunicado.

El drama de los rehenes -220 hombres entre cascos azules y observadores de la ONU, 93 de los cuales considerados "escudos humanos"- era "previsible e inevitable", dijo un funcionario de la UN en Sarajevo.

Gestiones de Chirac

El presidente francés, Jacques Chirac, quien decidió el urgente envío de un portaviones a la zona y volvió a exigir mayores poderes para los cascos azules, expresó telefónicamente a su colega ruso, Boris Yeltsin, la inquietud de su país por la crisis en Bosnia y le solicitó que intervenga ante los responsables serbios para que pongan fin lo antes posible a "esta inaceptable situación".

Chirac tambien conversó telefónicamente con Bill Clinton para expresarle la "viva inquietud" de su gobierno por la toma de rehenes.

Armas pesadas

SARAJEVO, 27 (AFP).- Las fuerzas serbias de Bosnia comenzaron a utilizar las armas pesadas que se llevaron hoy de los depósitos custodiados por los cascos azules, anunció hoy al vocero de la Unprofor, capitán de corbeta Myrian Sochacki.

En Ilidza, al oeste de Sarajevo, donde la Unprofor creía que los serbios sólo se proponían trasladar a otro lugar las armas sustraídas, tres piezas de artillería (dos antiaéreas y otra móvil) fueron emplazadas inmediatamente apuntando al aeropuerto de la capital bosnia.

Fue la no restitución serbia de cuatro armas pesadas arrebatadas a los centros de almacenamiento lo que originó el primer ultimátum de la UN y los bombardeos aéreos de la NATO del jueves y de ayer.

N°. DOCUMENTO 9508687

TITULO Repres. de ONU en SARAJEVO admiten que s/t en BOSNIA es muy problemática.

150483

30/5/95

501889 ✓

507685 ✓

507697 ✓

■ URGENTES CONTACTOS DIPLOMATICOS

Crece el despliegue militar en Bosnia

Cerca de 10.000 efectivos y una veintena de acorazados y portaaviones ponen en alerta máxima la situación en Bosnia y en el mar Adriático

Representantes de la ONU en Sarajevo admitieron ayer que la misión en Bosnia "atraviesa una situación muy problemática", mientras los serbio-bosnios continúan haciendo rehenes y prisioneros entre los "cascos azules" desplegados en esta antigua república yugoslava.

"No podemos seguir por mucho tiempo en esta situación", precisó ayer Alexander Ivanko, representante de la ONU en la capital bosnia, y agregó: "Esperamos que se tome lo antes posible una decisión sobre nuestro estatus en Bosnia".

Los serbio-bosnios han tomado hasta el momento, como rehenes o prisioneros, a un total de 372 "cascos azules", informó el coronel Gary Coward, portavoz de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor) en Sarajevo.

La dificultad en que se encuentran las Tropas de Paz de la ONU en Bosnia queda reflejada en el hecho de que, al mismo tiempo, unos 100 "cascos azules" ucranianos emplazados en Gorazde no pueden desplazarse por habérselo prohibido el Ejército bosnio, en su mayoría musulmán, sitiado en el enclave.

El representante de Unprofor explicó que, según los datos de que dispone la comandancia de las Naciones Unidas, los serbio-

FUENTE ✓

01-02 9508687

Debido a la situación, 20 acorazados de la OTAN se agruparon en el mar Adriático

bosnios se "comportan razonablemente" con los "cascos azules" retenidos.

"Durante el día actúan como 'escudo humano' junto a las instalaciones de radar, almacenes de munición y otros posibles blancos de los ataques de la OTAN, mientras que por la noche están en los refugios", señaló el coronel Coward.

CONTACTOS

Los ministros de Asuntos Exteriores de la Unión Europea (UE), reunidos en Bruselas, pusieron ayer en el presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, todas las esperanzas en que se reactive la vía diplomática, exigieron la inmediata liberación de los rehenes y apoyaron un reforzamiento del mandato de las Tropas de Paz para superar su vulnerabilidad actual. Además, apoyaron todas las acciones diplomáticas en "curso para provocar" el reconocimiento de Bosnia por el régimen de Belgrado, a cambio de una suspensión de las sanciones de la ONU, y aseguraron que se está muy cerca de un acuerdo al respecto.

Anoche en La Haya, los ministros de Asuntos Exteriores del Grupo de Contacto (Francia, Alemania, EEUU, Rusia y Gran Bretaña) celebraron una reunión, a la que asistió el español Javier Solana y que se centró en la oferta a Milosevic para que acepte el reconocimiento de Bosnia y el problema de los rehenes.

También el Consejo Atlántico convocado para hoy en Noordwijk (Holanda) mantuvo "una sesion especial" sobre la crisis, en la que se intentará coordinar las posiciones con los países con tropas sobre el terreno, pero que no participan en el frente diplomático: Dinamarca, Holanda, Canadá y Noruega.

REFUERZOS

Debido al empeoramiento de la situación, una veintena de barcos de guerra de la OTAN se está agrupando en el mar Adriático para participar en una eventual operación destinada a evacuar a los "cascos azules" en la antigua Yugoslavia.

El Reino Unido ha decidido enviar 6.000 efectivos a Bosnia y dos baterías de artillería, la primera de las cuales partirá hoy mismo hacia la región.

También EEUU ha reforzado su presencia militar en el mar Adriático con el envío de un grupo anfibio de tres buques y 2.000 infantes de marina, que se han unido al portaaviones "Theodore Roosevelt". El presidente de la Asamblea Parlamentaria de la Unión Europea Occidental (UEO), Dudley Smith, lanzó un llamamiento "acuciante" a los países miembros de la organización para que envíen tropas a Bosnia, en número similar al de Francia y el Reino Unido.

El emisario ruso para la crisis yugoslava, Alexander Zotov, afirmó que su visita a Belgrado se debe a los temores de Rusia de que el actual conflicto derive en otro de alcance internacional y manifestó que la toma de rehenes pone "furioso" a su país. *(En base a AP, EFE y Reuter)*

CLAVES

- **REHENES.** Los rebeldes serbios de Bosnia mantienen en cautiverio a unos 372 efectivos del cuerpo de paz de las Naciones Unidas (Unprofor), usándolos como escudos humanos contra posibles ataques de la OTAN.
- **ESFUERZOS.** Los esfuerzos diplomáticos se intensificaron ayer. La ONU prometió nuevas acciones en el lapso de las próximas cuarenta y ocho horas, mientras que los ministros de la UE se reunieron en Bruselas y el llamado Grupo de Contacto hizo lo propio en Holanda.
- **ENDURECIMIENTO.** Gran Bretaña endureció su posición a causa de la toma de rehenes, 33 de ellos británicos y envió al área 6.000 soldados que entrarán en acción de inmediato. Hasta el momento solo tenía 2.800 efectivos en el teatro de operaciones en Bosnia.

Análisis

MARTIN SARTHOU

Una vez más: Sarajevo

A los ojos de la historia Sarajevo no parece traerle gratos recuerdos. El asesinato del archiduque Francisco Fernando y su esposa, en esa ciudad, en 1914, por un estudiante serbiobosnio, desencadenó la Primera Guerra Mundial.

Esta vez no es un estudiante el serbio-bosnio que pone al mundo a las puertas de una nueva escalada bélica, sino Radovan Karadzic, el experimentado líder serbio.

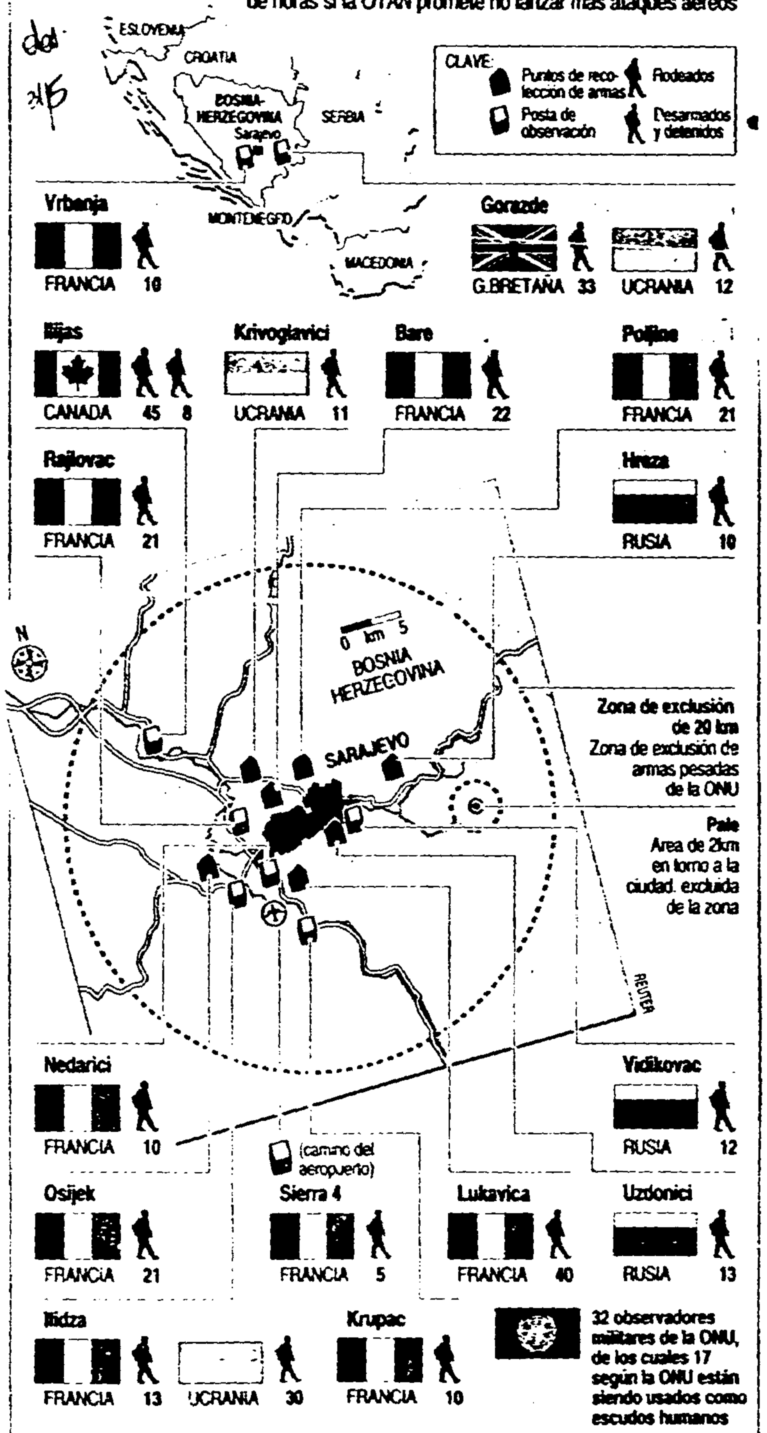
Karadzic, a punto de ser juzgado por crímenes y atrocidades contra la humanidad, ocupa el 70% del territorio de Bosnia Herzegovina y el 25% de Croacia, gracias a una "limpieza étnica" que nada tiene que envidiarle a las realizadas por el propio Hitler y de la que poco sabemos todavía, poniendo otra vez los ojos del mundo a las puertas de Sarajevo.

Nº. DOCUMENTO 9508688
TITULO Serbios bosnios han detenido a 379 cascos azules tras bombardeos de OTAN
PROCEDENCIA 150483
FECHA 31/5/95
VINCULACIONES 501898 ✓
507685 ✓
507697 ✓
508062 ✓

CASCOS AZULES ATRAPADOS EN BOSNIA

Los serbios bosnios han detenido o rodeado a 379 cascos azules tras los bombardeos de la OTAN a arsenales serbios la semana pasada

Un dirigente serbio bosnio dijo que pondrían estar en libertad en cuestión de horas si la OTAN promete no lanzar más ataques aéreos



ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9508688

9508681

Resumen de Misión de NNUU. en BOSNIA - Efectivos.

150483

31/5/95

501899 ✓
507685 ✓
507697 ✓

- **SOLDADOS.** La misión de las Naciones Unidas a Bosnia cuenta con 20.887 soldados: Francia, 3.493; Gran Bretaña, 3.283; Paquistán, 2.973; Malasia, 1.539; Holanda, 1.485; Turquía, 1.468; España, 1.402; Bangladesh, 1.239; Suecia, 995 y Canadá, 801.
- **MUERTOS.** De los 166 custodios de paz que han sido ultimados en la antigua Yugoslavia desde 1992, 87 han muerto en Bosnia. Francia ha sufrido el mayor número de bajas, 39 muertos.
- **REHENES.** Tras los ataques aéreos de la OTAN contra algunos de sus depósitos de municiones, los serbios bosnios han detenido o cercado a más de 380 observadores desarmados de la ONU. Son soldados de Finlandia, Suecia, Brasil, la República Checa, Polonia, España, Ghana, Nigeria, Nepal y Paquistán.

01-01

La confiscación de tierras en Jerusalem Oriental analizada por las naciones del mundo

Estados Unidos veta resolución condenatoria de Israel en Consejo de Seguridad de la ONU

JUV. 19/5

Naciones Unidas, Nueva York. Sin placer pero «sin titubeos por ser una cuestión de principios», Estados Unidos desempolvó el arma diplomática de la guerra fría al vetar en la noche del miércoles en la ONU un proyecto de resolución que pedía a Israel revocar su orden de confiscación de tierras árabes en Jerusalem Este.

Era la primera vez en más de cinco años que EEUU vetaba un proyecto en el Consejo de Seguridad.

Los otros catorce miembros del Consejo votaron a favor del proyecto en la sesión que era la culminación de un debate, iniciado el pasado viernes, en el que unos 40 países, incluído EEUU, habían criticado la decisión israelí de expropiar 53 hectáreas en la parte oriental de Jerusalem.

Muchos de los que tomaron la palabra en la noche del miércoles instaron a Israel a reconsiderar la orden que, dijeron, va en contra del proceso de paz y del acuerdo israelí-palestino de 1993.

El proyecto vetado, copatrocinado por los no alineados del Consejo (Botswana, Honduras, Indonesia, Nigeria, Omán y Ruanda) y que era una versión muy suavizada del borrador inicial palestino-arabe, pedía a Israel rescindir su orden y abstenerse de medidas similares en el futuro.

También decía que la expropriación de tierras por Israel, «potencia de ocupación» en Jerusalen oriental, «carece de validez y viola las resoluciones» del Consejo y convenios internacionales, y expresaba pleno apoyo al proceso de paz.

Estados Unidos e Israel sostuvieron que el Consejo no debía inmiscuirse en un tema tan delicado como Jerusalem que israelíes y palestinos deben negociar directamente.

Es «una cuestión de principios, y el principio es éste: el único camino para lograr una paz justa, duradera y amplia en el Oriente Medio son las conversaciones directas entre las partes», dijo la embajadora de EEUU ante la ONU, Madeleine Albright.

Si bien EEUU ya había indicado que la orden israeli de expropriación de tierras «no hace avanzar el proceso de paz en la dirección correcta», una resolución hubiera complicado el problema al «inyectar al Consejo» en este tema, agregó.

Pero, según replicó Francia, que preside el organismo este mes, hasta que israelíes y palestinos lleguen a un acuerdo sobre el estatuto final de la Ciudad Santa seguirá siendo un «territorio ocupado» sobre el que rige el derecho internacional.

«El conjunto de los convenios internacionales y de las resoluciones de la ONU se aplican a la Ciudad Santa» hasta ese día, «que esperamos lo más próximo posible», en que israelíes y palestinos acuerden su estatuto definitivo, dijo el embajador francés, Jean Bernard Mérimée.

Todos los oradores lamentaron el veto norteamericano, criticado en duros términos por Naser Al-Kidwa, representante de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Al-Kidwa, quien insinuó ante la prensa que hubo consideraciones de política interna en la decisión de Washington, -como ha ocurrido otras veces en el tema israelí-, advirtió que el veto daña al Consejo, a EEUU como copatrocinador del proceso de paz en el Oriente Próximo, y sobre todo, al proceso de paz mismo.

«Creemos que EEUU tiene el deber de reafirmar a los palestinos su compromiso» con su carta de garantías, dijo, y advirtió que una actitud «más neutral y más equilibrada» por parte de Washington hacia las partes del conflicto beneficiaria al proceso de paz.

Al-Kidwa rechazó las explicaciones de Albright: «las acciones hablan más fuerte que las palabras», dijo, y «muchos» interpretan la decisión de EEUU como «un claro respaldo a la postura israelí y un intento para legalizarla».

«Más que decepcionado» por el veto, pero alentado por el rechazo de la comunidad internacional a la acción del Gobierno israelí, dijo que «no es el fin del camino» y que seguirá luchando para el Consejo pida formalmente a Israel que desista.

Pero el embajador israelí, Gad Yaacobi, afirmó que la orden israelí ya dada se mantiene, aunque reiteró que no habrá expropriaciones adicionales en el futuro.

1/1 [illegible]

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
071630SET95

M E M O R A N D U M Nro. 131 / 95

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : HIGGIE ARELLA Maria Isabel (Fr.)

T E X T O : C.C.: SERIE BLB N°27728
C.I.: 1.552.976-0
F/N: 03/11/1958
E/C: SOLTERA
PROFESION: PROCURADORA.
01-09-95 A la fecha se presentó como postulante en la D.E.I. a los efectos de ingresar a prestar servicios en tareas inherentes a su Profesión.-

FECHA 11/9/95 INICIAL [illegible]
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Devincensi

CORREGIDO
11.9.95

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección [illegible] Defensa
Fecha 08 SET. 1995
Pase a Biográfico
N°. de Orden 9508692

001/1

9508692

SECRETO

COPIA No. 01/01

SECRETO

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

m.s.

9508693

Montevideo, 08 de setiembre de 1995.-

MEMORANDUM No..950213...../BUS.-

I.- ASUNTO: **EJEMPLAR PUBLICACION "LA PULGA"**

II.- REFERENCIA:

III.- TEXTO:

- Se adjunta al presente Memorandum, ejemplar Nro. 51 correspondiente a la publicación **"La Pulga"** e invitación del MPP para la inauguración de su taller en **Magallanes 1740.**

000002

IV.- DISTRIBUCION : Original - Sr. Sub-Director (Int.)

~~Sr. Jefe del Departamento III (Archivo)~~

Copia 1 - Sr. Jefe del Departamento I

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
08 SET. 1995
Biog. Militar
9508693

001/6

FECHA 23/4/96 INICIAL (SK)

SECRETO

SECRETO

COPIA No. 01/01

SECRETO

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01
m.s.

950.8693

Montevideo, 08 de setiembre de 1995.-

MEMORANDUM Nro. . 950213. . . . /BUS.-

I. ASUNTO: **EJEMPLAR PUBLICACION "LA PULGA"**

II. REFERENCIA:

III.- TEXTO:

- Se adjunta al presente Memorandum, ejemplar Nro. 51 correspondiente a la publicación "La Pulga" e invitación del MPP para la inauguración de su taller en Magallanes 1740.

000002

IV.- **DISTRIBUCION** : Original - Sr. Sub-Director (Int.)
Sr. Jefe del Departamento III (Archivo)
Copia 1 - Sr. Jefe del Departamento I

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
08 SET. 1995
Biog. Militar
9508693

001/6

FECHA 23/4/96 INICIAL (SK)

SECRETO

MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR

MPP
por la liberación y el socialismo
FRENTE AMPLIO

AV.URUGUAY 1055
TEL. (598 2) 98 69 48
FAX. (598 2) 90 04 17
11100 MONTEVIDEO
URUGUAY

COMUNICADO DE PRENSA - INVITACION

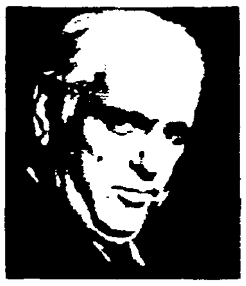
Montevideo, 5 de setiembre de 1995

El MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR, invita a todos los amigos, organizaciones políticas, sindicales, sociales y barriales a la inauguración de su **NUEVO TALLER DE PROPAGANDA "Carlos María Gutiérrez".**

Intentamos con esto realizar un homenaje activo al compañero fundador del MPP y de larga trayectoria en el periodismo político del país.

Los esperamos este **VIERNES 8 en MAGALLANES 1740, esquina La Paz, a partir de las 20:00 horas** en una jornada que, entre papeles, pasacalles y mimeógrafos, incluye una muestra inédita de fotos del Kurdistan actual, y de una Suiza que ud. tal vez no conozca. Con colecciones completas como la de La Pulga (Boletín informativo del MPP) y la de TAE para esos locos bajitos. También se podrá encontrar con caricaturas, fotos y viejos-actuales artículos del "Negro" Gutiérrez.

No faltará música ni el brindis imprescindible para festejar este delirio que a partir del viernes abrirá sus puertas para todos, organizaciones barriales, sociales, sindicales y políticas, porque nosotros creemos que la unidad se forja en la práctica.



QUIEN MATO A FERNANDO MORRONI

La Pulga

5 DE SETIEMBRE DE 1995 Nº 51

Estrategia



Escándalo en la MIDU

Néstor Louise al gobierno

Bronca en el Interior

Documento del MPP sobre Estrategia

Estrategia

Programa de Emergencia

El Frente Amplio inicia la discusión de la estrategia que orientará su práctica hasta el fin de siglo. Independientemente de las conclusiones a las que se arribe, cualquier consideración sobre el tema tiene que ser presidida por la angustiosa situación creada en la sociedad por la criminal política neoliberal llevada adelante por el bloque de poder.

Desindustrialización acelerada e incremento del desempleo, reforma de la seguridad social que liquida sus fundamentos solidarios, puesta a punto del aparato represivo a través de la ley de seguridad pública, estímulo al capital financiero y desestímulo al productivo, crecimiento vertiginoso de un proletariado agroindustrial superexplotado, marginamiento y pauperización creciente de amplios sectores sociales, legislación garantista para el capital trasnacional, desvalidez para la inversión nacional...

Situación de catástrofe nacional que parece no ser comprendida por el sistema político que, o instrumenta la liquidación del país o se divorcia de modo paulatino del hoy por hoy del cuerpo social.

El Frente Amplio tiene una oportunidad y al mismo tiempo un compromiso histórico para estar a la altura de las exigencias dramáticas que los tiempos plantean. Pero sin la consideración urgente, primaria, fundamental, de la situación desesperada de nuestro pueblo, sin ponerse al frente de la lucha que hoy más que nunca es por la mera sobrevivencia, toda consideración estratégica no dejará de ser un juego frívolo y politiquero que dejará en soledad a quienes hoy reclaman una representación comprometida, jugada y sensible frente a la soledad en que hoy estan los humildes.

Ante la situación de emergencia nacional un verdadero programa de emergencia que no solo sea palabra escrita sino que se exprese en un compromiso concreto de respaldo concreto a quienes el FA representa por su programa, por su trayectoria y por su propia vocación histórica.

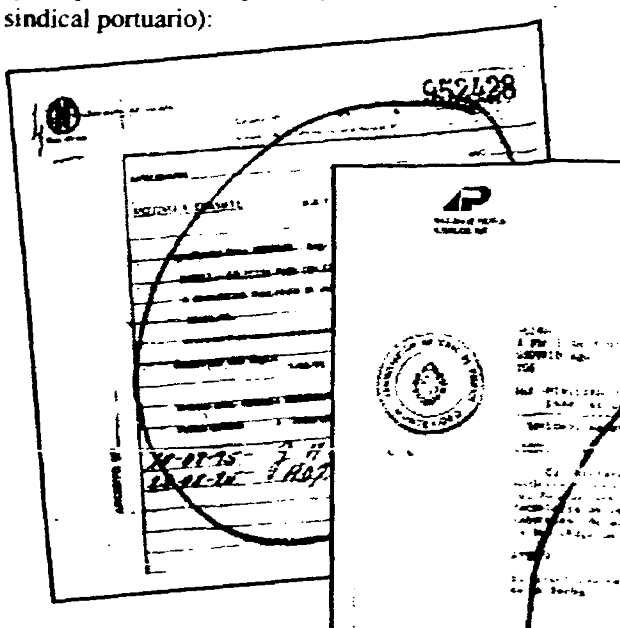
SIGUE CLAUSURADA CX 44

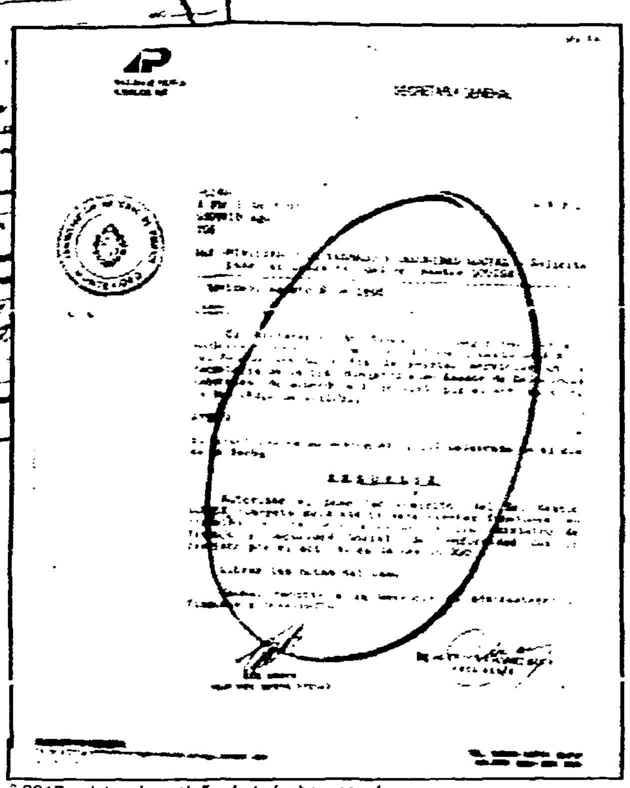
Estrategia (1)

Pase en comisión

Sí: es verdad. Tanto en el Frente Amplio como en el movimiento popular se hace necesaria e imprescindible una discusión a fondo de la estrategia.

Aunque, la verdad sea dicha, ya hay quienes, en todos esos ámbitos, están llevando adelante, sin discutir con nadie, una «novedosa» estrategia. Son opciones. La siguiente documentación (en facsímil, para que no quepan dudas) es un ejemplo que se comenta sólo (para quienes no lo sepan: la persona involucrada era, hasta ayer, un conocido dirigente sindical portuario):





«Ref: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social solicita pase en comisión del sr. Néstor Louise.

Montevideo, agosto 9 de 1995

Visto: el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, solicita el pase 'en comisión' del funcionario de la ANP, sr. Néstor Louise a fin de prestar servicios e la Secretaria de la Sra. Ministro como Asesor de Relaciones Laborales, de acuerdo a lo previsto por el art. nº 40 de la ley 16320 de 1.11.92.

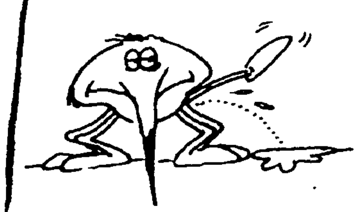
Atento, el directorio en su sesión nº 2917 celebrada e el día de la fecha, resuelve:

Autorizar el pase e comisión del sr. Néstor Louise (carpeta nº 134445) para prestar funciones 'en comisión' e la secretaria de la Sra, Ministro de Trabajo y Segundad Social, de conformidad con lo previsto por el art. nº 40 de la ley 16320.- (...)

Raúl Repetto
Secretario General interino

Ing. Ind. Eduardo Alvarez Mazza
Presidente.»

1547725-8



Estrategia (2)

Escándalo en M.I.D.U.

Por si el Documento mostrado anteriormente no alcanzara, agregamos el que sigue (tenemos otros similares), como demostración de que sí: el FA debe discutir Estrategia y muy a fondo. Pero en ella y de ella deben participar y enterarse muy bien las bases frenteamplistas y el pueblo en general.

Montevideo, agosto 28 de 1995

Cros. de la Mesa Política del FA
Presente
De nuestra consideración:
A todos los compañeros.

Por la presente, la Asociación de Funcionarios de la Mutualista Israelita del Uruguay (AFMIDU) se presenta a ustedes a los efectos de solicitarles una entrevista con carácter grave y urgente, para plantearles la grave situación de crisis económico-financiera que atraviesa dicha Institución, que pone en riesgo la asistencia de sus afiliados, nuestra fuente y puestos de trabajo, con continuos y sistemáticos incumplimientos del contrato laboral en forma unilateral por parte de la Dirección de esta mutualista, es decir:

- atrasos en el pago de aumentos salariales que son a su vez, como uds. saben, trasladados porcentualmente al aumento de la cuota para ese fin.
- no pago de la totalidad del salario del último mes, lo que consideramos configura una desviación de fondos, atentando por partida doble contra nuestras economías y la de los socios también trabajadores.
- el no pago de salarios vacacionales ni cumplimiento del plan de licencias por ella elaborado, y oportunamente presentado al MTSS, así como la reducción del personal afectado directamente a la asistencia, fin esencial del mutualismo.
- reiteramos a los cros. la por demás reiterada voluntad de diálogo de nuestra AFMIDU, y de la FUS, en instancias bipartitas y en el propio MTSS.

Asimismo hemos contratado un asesoramiento económico-contable, realizado a la luz de la actual situación donde se diagnostica y se proponen salidas a la crisis. A esto, la Institución ha negado la colaboración necesaria para concretar estas salidas que los trabajadores proponemos, no aportando los datos que permitirían una visión más detallada y completa de la situación. Por el contrario, la Dirección ha apostado a la confrontación, por ejemplo, atentando contra el trabajador y su familia, no pagando los salarios, como antes decimos, y amenazando con despidos y envíos al Seguro de Paro.



En suma compañeros, apelamos a ustedes como autoridades del FA, para que nos concedan una entrevista, ya que los integrantes de la Dirección Técnico-administrativa y Secretariado del Directorio, como así también Asesores y Mandos Medios y superiores de MIDU, son en su mayoría integrantes del Sub Lema Confluencia Frenteamplista (CONFA), que el FA autorizó a participar en las últimas elecciones nacionales, sin integrar aún la Orgánica del FA. Nosotros como trabajadores, no podemos aceptar, que quienes hacen ostentación y uso del nombre de ese Organismo, atenten, como decimos anteriormente, contra los más elementales derechos de la vida misma, de todos y cada uno de nosotros. Además estas actitudes no son compatibles, a nuestro entender, con los principios de defensa de los intereses populares que el FA postula en sus Bases Programáticas.

Es por lo expuesto, que solicitamos a esta Mesa Política, intervenga en esta grave situación. Demás está explicitar que aportaremos todos los datos que crean ustedes, compañeros, convenientes.

Sin otro particular, saludan a uds., fraternalmente, por AFMIDU.

(Siguen firmas por AFMIDU y por FUS)

Estrategia (3)

«No va más»

El documento que sigue es uno de los tantos, similares, que viene circulando, y organizando movilizaciones cada vez más radicales y cada día más numerosas en el caldeado interior de la patria.

Aquí se muestra palmariamente, cuáles son los nuevos sectores que, duramente golpeados por la estrategia neoliberal y mercosuriana,. se van incorporando a la lucha. Los sectores con quienes, con sumo respeto, el F.A. debe establecer alianzas elaborando, con carácter de emergencia nacional, alternativas para mañana y para pasado mañana. El camino está, a nuestro juicio, claramente señalado. Sin embargo hay quienes proponen el ilusorio y entrampado camino de conciliar con los politicastros blanqui-colorados.

Si defraudamos esta dignidad y este esperanzado (a pesar de todo estos compatriotas siguen creyendo...) clamor, abriremos las puertas para cualquier disparate. Si junto a ellos y con ellos, contribuimos a dar respuesta, salvaremos la esperanza.

Treinta y Tres

1) Somos un movimiento de gente del Interior del País, que heridos en su amor propio, decide salir de la pasividad, para ser protagonistas de nuestro propio destino.

2) Que tratará de defender y rescatar, los valores éticos y morales de la Sociedad, con la idea de que algo hay que hacer, para cambiar el actual estado de cosas, que *«nos perpetua en el arbitrarismo político; en la displicente e irresponsable acción de la Empresa Pública»*, situación que nos condena a una vida indigna e inhumana.

3) Que reconoce y cree en el Sistema Democrático de Gobierno, como el mejor de todos, y que jamás ha puesto en tela de juicio la legitimidad de los Representantes Políticos.

4) Que es de convocatoria espontánea, que tiene luz propia; que es del cerno del propio Movimiento, donde está la gente, que permite en conjunto levantar la voz y decir, **NO VA MAS**. Juntarnos todos los que sentimos, que más allá de convicciones políticas, de las que nadie debe abdicar, es un imperativo cívico forjar una Sociedad que premie el trabajo duro y honesto, en la que se pueda educar a los hijos para que sean hombres de bien, erradicando el cáncer del vivo arrimado al poder, del gremialismo trampolín de cargos públicos suculentamente rentados, de las prebendas; de los corruptos encaramados en todas sus acepciones y formas.



5) A partir de hoy abandonamos el callado papel de meros electores y contribuyentes para transformarnos en voz serena y firme, que diariamente exija honestidad y eficacia en el manejo de la cosa pública, en tal sentido exijimos: **comprensión, atención y acción inmediata** tendientes a resolver los acuciantes problemas del agro y del Interior en general.

6) Sólo advertimos a los gobernantes de todos los partidos, que están haciendo mal la tarea, y que se les paga, y mucho, para que la hagan bien.

En la difusión de éstas ideas, está nuestra fortaleza; en vuestra presencia la garantía del justo camino.

«GRUPO TREINTA Y TRES»
(Casilla de Correo Nº 50, Treinta y Tres)

Estrategia (4): Documento del MPP

Para el debate sobre estrategia en el FA

1.- El MPP rechaza la ley de Seguridad Social recientemente aprobada por la coalición de gobierno en el Parlamento. Es un nuevo golpe neoliberal, esta vez infligido al campo de la previsión del riesgo de vejez e invalidez.

Condenamos esta ley neoliberal impuesta por el FMI y el BID por lo que, además, lesiona nuestra soberanía.

Esta ley desnaturaliza en forma esencial las bases de la seguridad social de nuestro país, que ha sido siempre solidaria, estatal y de cobertura social del riesgo, operando como mecanismo de redistribución de la riqueza.

Alertamos a todos los trabajadores y pasivos contra esta reforma privatizadora e individualista que persigue apoderarse de los aportes jubilatorios, para usarlos en la especulación financiera. Con esta normativa se rebajan las jubilaciones de arranque al 50%, aumenta la edad para la mujer a los 60 años, los servicios para todos a 35 años y alarga a 10 el período de 3 vigente, para el promedio jubilatorio. En definitiva, habrá que trabajar más años y se cobrará menos.

Este rechazo de la reforma no ha implicado negarse a las correcciones necesarias del actual sistema pero manteniendo siempre las características de seguro social, estatal y solidario. En tal sentido el MPP presentó en el mes de marzo de 1995 a la Comisión de Programa del FA un proyecto modificativo del sistema actual y totalmente contrario al proyecto del gobierno. Como no se logró acuerdo en el seno de la Comisión de Programa, ni en ninguna de las otras instancias frenteamplistas donde lo discutimos, cuatro meses después, presentamos el proyecto en la Cámara de Senadores.

2.- Agotado el trámite parlamentario la ley ha sido sancionada. Ha llegado entonces el momento de usar todos los medios de lucha para su eliminación. No podemos cruzarnos de brazos hasta 1999. La información, la movilización, el referéndum, la acción de inconstitucionalidad y la iniciativa popular de reforma de la Constitución a plebiscitar en 1999 son medios de lucha que podemos y debemos usar simultáneamente.

El MPP realizará todos sus esfuerzos para promover la acción común tanto del FA como de las fuerzas sociales, único camino que hará posible los objetivos de anulación de la ley.

3.- Saludamos a todos los manifestantes que el día 24 marcharon recordando a Fernando Morroni y a todos los que sufrieron la dura represión de agosto de 1994, demostrando una actitud política de rechazo al autoritarismo, de búsqueda seria y comprometida de un país mejor y del pleno respeto al derecho a la vida y a la libertad de reunión.

Por un Uruguay con historia y memoria y por nunca más represión.

La marcha constituyó una expresión popular contundente y pacífica en la que los jóvenes cumplieron relevante papel desmintiendo la prédica maliciosa, las amenazas y la siembra de temor desde diversos órganos y protagonistas de la vida nacional.

Al mismo tiempo hacemos llegar nuestra solidaridad a los gremios y organizaciones sociales que también manifestaron el día 23 en el Paso Carrasco *«Por la dignidad y la esperanza»* en el marco del desempleo creciente de una zona devastada por la desocupación que antes supo ser intenso centro industrial.

4.- No acompañamos el proyecto de reforma constitucional que impulsa la coalición del gobierno, porque en el fondo no es más que un cambio de las reglas del juego electoral. No se contempla en el mismo la protección de los derechos fundamentales de los ciudadanos en cuanto al derecho de defensa, a la acción de amparo, al derecho al trabajo, entre otros, teniendo en cuenta el desamparo que la política económica del gobierno ha provocado en los sectores populares del país. Este sería un aspecto fundamental para otorgarle carácter popular a una reforma de la Constitución.

El proyecto tampoco incluye normas dirigidas a consagrar una verdadera independencia del Poder Judicial, en el marco de la corrupción que hoy debe dilucidarse Poder. Se disminuyen las posibilidades de la democracia directa sustituyendo el plazo de un año por 4 meses para recolectar las firmas del referendum.

5.- Consideramos que ha asumido caracteres graves y alarmantes el cierre de las fuentes de trabajo de la industria y el comercio así como los graves ataques que plantea el Decreto 255/95 (*«Bases para la Reforma del Estado»*) y los anuncios de un futuro estatuto, que amenazan destruir las garantías de trabajo de los funcionarios públicos.

Por ello, plantearemos en el Frente Amplio la constitución de una comisión de emergencia, que encare en forma prioritaria las medidas de relacionamiento político y de apoyo a los trabajadores en la lucha por la defensa de sus fuentes de trabajo.

6.- Declaramos nuestra preocupación por el derrotero que están tomando algunas posiciones políticas en el interior del FA.

Por un lado se desarrollan estrategias que debilitan la propuesta frenteamplista acompañando las posiciones del gobierno o cuestionando la propia alternativa frentista y por otro confunden a la población, centrando la discusión política en los problemas internos del FA y no en la política liquidadora de la coalición blanqui-colorada que nos gobierna.

Por ello entendemos que la discusión estratégica que se realizará en el FA, debe delimitar políticamente los objetivos e identificar a los enemigos de nuestra alternativa y a los posibles aliados.

Ello deberá hacerse desde abajo, involucrando a los comités de Base y a toda la orgánica del Frente y no exclusivamente en el plano de dirección.

(Documento aprobado por el Plenario Nacional del MPP reunido el 27 de agosto)

Estrategia (5)

ANtel y los «farmers»

Muchos frívolos/as, con la lectura del último folletín en la mollera, llegan a posiciones de gobierno e irresponsablemente, sin conocer el país, proponen y , lo que es peor, deciden «modernizar» (esa palabra para ellos es mágica y, como veremos, muchas veces estúpida).

La siguiente carta, además de pintar la calamitosa situación en el Interior del país, es todo un documento sobre estrategia. Para quien quiera oir:

«Productores de La Cadena (Canelones), preocupados por las tarifas de ANTel

Los productores de La Cadena, del Departamento de Canelones (agricultores y pequeños tamberos) están preocupados por el alto costo del servicio del teléfono celular fijo.

La zona contaba con teléfono a magneto de muy mala calidad en comunicación. En enero del corriente año, ANTel realizó la instalación del nuevo servicio, desmantelando lo anterior, que, en algunos casos, no se había terminado de pagar, y sin informar a los antiguos y nuevos abonados, del costo correspondiente.

En el mes de julio, recién aparecieron en las facturas, el costo real según el Ente, pero durante todos esos meses solo figuraba en aquéllas, la cuota fija más el IVA.

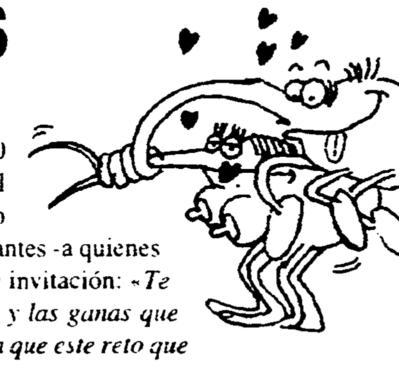
Al hacer los reclamos correspondientes, hace un mes atrás, se pudo constatar que cada abonado había generado una deuda -en algunos casos impagable por los pequeños productores-, que suma hasta $8.000, con tiempo en el aire, que nadie ha sabido explicar qué son.

Esto no está acorde con la política de ANTel, que pregona una buena comunicación, hacia y desde las zonas rurales, para que no se produzca la emigración del campo a la ciudad.

Luego de variadas e intensas tratativas no se ha recibido respuesta ni solución alguna a esta grave situación.»

La Pulga, tentada, pensaba preguntar ¿En qué país viven los dirigentes de ANTel? Pero resistió a tiempo la tentación: Todos sabemos en qué país viven. Viven en «el otro mundo», situado más o menos por Carrasco en el mejor de los casos y en las universidades privadas norteamericanas en el más común de los casos. Por eso no se han podido enterar que en los pueblitos perdidos, aquí cerquita nomás, en Canelones, no existen *«farmers»*.

Actividades



Nuevo delirio: El próximo viernes 8 a las 20 se inaugura el nuevo taller de propaganda del MPP denominado Carlos María Gutiérrez sito en Magallanes 1740 esquina La Paz. Los delirantes -a quienes felicitamos- envían a los pulgosos la siguiente invitación: *«Te invitamos a compartir con nosotros la fuerza y las ganas que tenemos. Te invitamos a brindar, además para que este reto que tenemos por delante ayude a llenar de colores y formas la lucha en la que estamos empecinados.»*

***

10 de setiembre, a las 15:30 horas en Iglesia Santa Elena (Rivera casi Comercio): charla-debate sobre neoliberalismo y educación.

***

Viernes 15 de setiembre en lugar a confirmar: gran acto organizado por UNIR, MPP y 20 De Mayo.

***

Domingo 17 de setiembre en el local central del MPP, Uruguay 1055: plenario del Interior del MPP.

***

Sábado 23 de setiembre: elección del nuevo Comité Central del M.L.N..

***

Domingo 24 de setiembre, a las 15:30 horas en la Iglesia Santa Elena, charla sobre el rol del laico en una Iglesia servidora.

Estrategia (6)

El «Grupo Treinta y Tres»

El pasado sábado, en el Club Democrático de la ciudad de Treinta y Tres, en el curso de una Asamblea que contó con la presencia de más de 600 productores rurales, se lanzó el primer manifiesto a escala nacional del llamado **«Grupo Treinta y Tres»**. La iniciativa, producto de la desesperación que reina en filas de pequeños y medianos productores rurales fue promovida por un productor sanducero y un periodista de Cerro Largo y encontró inmediato eco entre los productores canarios reunidos en Joanicó y en el Movimiento **«Buscando Compañeros»** de los sojeros de José Pedro Varela (localidad del departamento de Lavalleja ubicada a 20 quilómetros de la ciudad de Treinta y Tres), los que desde hace cuatro meses se vienen movilizando contra el remate de sus maquinarias e incluso de sus viviendas al no poder amortizar su endeudamiento. El manifiesto que publicamos en páginas interiores (de productores del departamento de Treinta y Tres) también precedió la reunión nacional de productores rurales realizada el día sábado.

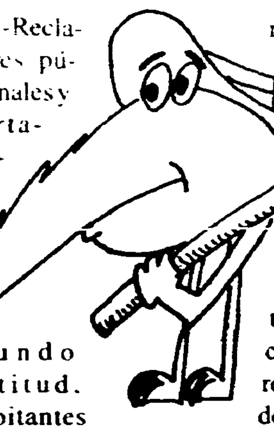
Unico en su género, el manifiesto del **«Grupo Treinta y Tres»**, marca el inicio de la movilización del Uruguay profundo, el que reside en el espacio original de acumulación de la riqueza social, el que abandonado a su destino sale a buscar a interlocutores y a denunciar la soledad y orfandad en que se encuentra el agro. Al mismo tiempo, esta conjunción de fuerzas expresa la hondura y radicalidad de la crisis de esta patria cada vez más ancha y trágicamente cada vez más ajena.

Declaración

Hoy 2 de setiembre de 1995, reunido el **«Grupo Treinta y Tres»**, con representación de distintas localidades y parajes de la región; constituidos en Asamblea resuelven:

-Comprometer nuestro esfuerzo para que en todos los ámbitos de la sociedad resplandezcan valores éticos y morales, que otrora fueron cimiento de una sana convivencia, hoy comprometidos y en franca decadencia.

Basta de corruptos, indiferentes y maniobreros, que enferman el alma colectiva y desalientan el porvenir de una Patria justa y próspera.



-Reclamar de los poderes públicos nacionales y departamentales un profundo cambio en la actitud, respeto de los habitantes del interior e igualación de oportunidades, es el reclamo más sentido de esta comunidad, que no renuncia a un futuro mejor y merecido.

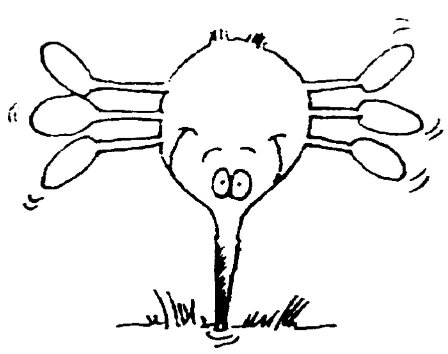
-Debe el país analizar y asumir su camino productivo: enfrentar sus problemas con decisión y coraje, sin temor a los cambios que la hora reclama. Como último y definitivo intento, para mejorar la calidad de vida, enfrentar la problemática del éxodo rural, formar mejores mujeres y hombres, respetando el ejemplo de los mayores.

El esfuerzo social debe llegar rápidamente a la campaña, desde el total apoyo a la maestra rural, hasta una vida digna para quien día a día, en un sostenido esfuerzo genera desde siempre la riqueza nacional.

-La situación actual nos lleva a movilizarnos para levantar nuestra voz ante un modelo de país que no ha sabido o querido dar respuesta a los problemas del interior.

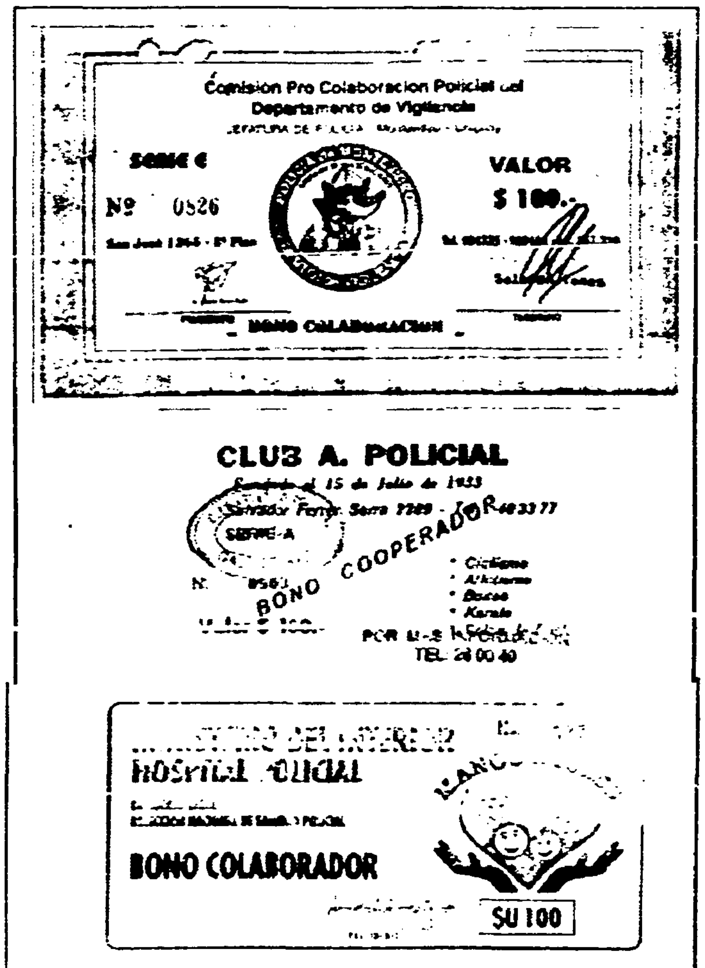
En consecuencia afirmamos estar dispuestos a concretar todas las acciones que la fortaleza de la unión nos otorgue, para sensibilizar y enfrentar a aquellos que históricamente nos han dado la espalda.

Se faculta a la Mesa electa para que desarrolle un documento y lo trabaje, con el respaldo de la Asamblea, en todo lo que se estime de interés así como establecer una estrategia con las demás organizaciones de todo el país para llevar adelante postulados comunes.



Policiales

Estos tres fascímiles de bonos colaboradores para instituciones policiales fueron profusamente ofrecidos en un infatigable puerta a puerta de integrantes de la familia policial. Más allá del abuso que significa esta política de pechazo a una ciudadanía exhausta por el desempleo, el deterioro salarial y los fiscalazos (por parte de instituciones que son subvencionadas por el Estado, es decir, por los ciudadanos todos) nos queda una interrogante: ¿El Club Atlético Policial es una institución oficial?.



CRECIENTE TIRANTEZ ENTRE LA ONU Y EL GOBIERNO DE RUANDA

KIGALI, (NYT).- A menos de un mes de que concluya la misión de pacificación de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en Ruanda, la relación entre el organismo internacional y el gobierno ruandés se ha deteriorado, y en ocasiones es sumamente hostil, dijeron funcionarios de la ONU y ruandeses.

Las conversaciones para una renovación de la misión, que expira el 9 de junio, han sido "pesadas y tensas", de acuerdo con altos funcionarios de la ONU, que explicaron que los funcionarios gubernamentales de línea dura y el Ejército ruandés emprendieron una campaña de hostigamiento, que va desde manifestaciones contra la ONU hasta el robo de sus vehículos y asaltos cometidos por uniformados.

El Ejército, sin embargo, ha negado cualquier involucramiento en dichos robos.

Los funcionarios de la ONU consideran que el objetivo de la campaña es mantener una presencia militar internacional únicamente simbólica en Ruanda, que no tenga ninguna interferencia política en el gobierno.

Algunos oficiales militares ruandeses afirman que la ONU viola la soberanía nacional sin proporcionar una asistencia tangible, al tiempo que se quejan de la contínua falta de apoyo financiero internacional para la reconstrucción del gobierno de su país.

Sin embargo, otros ruandeses e importantes funcionarios de la ONU dicen que la reducción de la operación de la ONU podría desalentar aún más a las naciones occidentales para que proporcionen ayuda y obstaculizar los progresos para la reconstrucción de un sistema judicial, la supervisión de los derechos humanos y los juicios por genocidio.

Las naciones occidentales prometieron contribuir con más de 600 millones de dólares este año para ayudar a la empobrecida Ruanda, que necesita desesperadamente dinero en efectivo. Sólo una pequeña suma ha sido entregada hasta ahora. Después de que el Ejército dio muerte a unos 2,000 refugiados hutus el mes pasado en un campamento en el suroeste de Ruanda, las naciones donantes cancelaron un paquete de 30 millones de dólares en ayuda.

Los diplomáticos dicen que una disminución de la presencia de la ONU podría establecer el escenario para otro episodio de violencia. Temen que si los miles de prisioneros que se encuentran en las atestadas cárceles del país -acusados de haber participado en las masacres perpetradas el año pasado-intentan un amotinamiento, los soldados podrían disparar contra ellos.

"La atmósfera ha cambiado totalmente", señaló un alto funcionario de la ONU en referencia a las relaciones con el gobierno. "Los línea dura sienten que nosotros les impedimos cumplir con su tarea. Sienten que lo que desean hacer es justo".

El funcionario exteriorizó su pesimismo acerca de la reconciliación entre los hutus, a quienes se considera responsables de las masacres cometidas el año pasado contra los tutsis y los hutus moderados, y los tutsi, quienes posteriormente ganaron la guerra civil y asumieron el gobierno.

"Creo que la reconciliación es sumamente difícil. Lo mejor que puedo esperar es una especie de tolerancia, de predominio", añadió.

La misión de la ONU, iniciada en octubre de 1993, era supervisar las negociaciones de paz entre los rebeldes y el anterior gobierno. Después de las masacres y la victoria de los rebeldes, la ONU acordó proporcionar seguridad a los civiles desplazados y para la distribución de los suministros de ayuda, además de ayudar a negociar la reconciliación.

Las Naciones Unidas tienen actualmente 6,000 soldados en Ruanda, la mayoría de ellos provenientes de naciones africanas y asiáticas, aunque algunos funcionarios gubernamentales dicen que les gustaría que el número de tropas sea reducido a 500. De acuerdo con los procedimientos de la ONU, el gobierno ruandés debe solicitar su asistencia, y el Consejo de Seguridad vota posteriormente sobre la petición.

Varios miembros del Ejército ruandés consideran a las tropas de paz de la ONU como una fuerza de seguridad rival y predispuesta, que socava su soberanía al crear la impresión de que las autoridades son incapaces de gobernar por sí mismas.

Las semillas del resentimiento se perciben en la capital del país, Kigali, que es recorrida por las tropas de pacificación en vehículos de la ONU, mientras que los soldados ruandeses las patrullan generalmente a pie.

Las emisoras de radio controladas por el gobierno difunden mordaces declaraciones contra la ONU, en muchas de las cuales han acusado a las fuerzas de paz de estar involucradas en la prostitución juvenil y de propagar rumores con el propósito de incitar los disturbios en las zonas rurales.

Algunas de esas versiones tienen algo de verdad.

Importantes oficiales militares de la ONU admiten que la prostitución ha aumentado en ciudades donde las tropas se encuentran estacionadas.

Parte del problema con la misión de la ONU radica en la relación general de Ruanda con Occidente, que está llena de contradicciones y dilemas. Los diplomáticos dicen que pese al embargo internacional de armas a este país, las naciones occidentales no han hecho nada por detener los muchos envíos de armamento a las milicias hutus que se encuentran entre los refugiados en la vecina Zaire.

Las naciones extranjeras y los organismos internacionales reconocen el derecho del gobierno a arrestar a aquellos involucrados en las masacres del año pasado, pese a que se quejan de la sobrepoblación y los abusos a los derechos que imperan en las prisiones.

"Nosotros, la comunidad internacional, somos incongruentes todo el tiempo", indicó un diplomático occidental en Kigali que simpatiza con la posición del gobierno. ¿Qué vamos a decir cuando estalle un motín carcelario? Diremos que el Ejército es incontrolable y brutal. Este gobierno está en el poder. Dejemos que haga frente a la situación. ¿Queremos colaborar con ellos o no? No son precisamente unos ángeles, pero tampoco son unos demonios. De hecho esto es como si quisiéramos otra guerra".

FIN DE LA GUERRA CIVIL EN ANGOLA

El presidente de Angola y el líder de la guerrilla UNITA pusieron fin con un "memorable e histórico" abrazo a 20 años de conflicto armado. La ONU supervisará el proceso de desarme de la guerrilla y luego se creará un nuevo ejército con oficiales de los dos bandos.

"Mi misión se terminó esta noche", declaró Aliune Blondin Beye, sin poder ocultar su satisfacción. Beye, representante especial de la ONU para solucionar el conflicto de Angola, había calificado poco antes como "memorable e histórico" el encuentro que mantuvieron ayer en Lusaka, capital de la vecina república de Zambia, el presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, y el líder de la guerrilla UNITA, Jonas Savimbi, y que puso fin a veinte años de guerra civil, uno de los enfrentamientos más largos de la historia de Africa.

La reunión –que se extendió por tres horas y culminó en un histórico abrazo entre los dos hombres que combaten entre sí desde que Angola consiguió su independencia en 1975– se concretó cinco meses después de que se firmara en Lusaka el protocolo de paz auspiciado por Naciones Unidas.

Pese a esos acuerdos, las escaramuzas y enfrentamientos no cesaron, y la ONU denunció numerosas violaciones al alto el fuego. Los países garantes del tratado –Estados Unidos, Portugal y Rusia– y los analistas del proceso angoleño coincidían en que únicamente sobre la base de un entendimiento directo entre ambos líderes podría construirse una paz efectiva en esta ex colonia portuguesa.

Al salir del encuentro de ayer, el líder de la UNITA reconoció a Dos Santos como "el presidente de Angola y, por lo tanto, mi presidente", mientras que el mandatario afirmó que "hemos conseguido vencer nuestras divergencias". El gesto de reconciliación de ayer facilitará, según los observadores, la tarea más difícil del personal de la ONU encargado del proceso de paz: el desarme y la desmovilización de las tropas, previo a la creación de un nuevo ejército integrado por soldados y oficiales que combatieron en ambos bandos.

FIN DE LA GUERRA CIVIL EN ANGOLA

El presidente de Angola y el líder de la guerrilla UNITA pusieron fin con un "memorable e histórico" abrazo a 20 años de conflicto armado. La ONU supervisará el proceso de desarme de la guerrilla y luego se creará un nuevo ejército con oficiales de los dos bandos.

"Mi misión se terminó esta noche", declaró Aliune Blondin Beye, sin poder ocultar su satisfacción. Beye, representante especial de la ONU para solucionar el conflicto de Angola, había calificado poco antes como "memorable e histórico" el encuentro que mantuvieron ayer en Lusaka, capital de la vecina república de Zambia, el presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, y el líder de la guerrilla UNITA, Jonas Savimbi, y que puso fin a veinte años de guerra civil, uno de los enfrentamientos más largos de la historia de Africa.

La reunión –que se extendió por tres horas y culminó en un histórico abrazo entre los dos hombres que combaten entre sí desde que Angola consiguió su independencia en 1975– se concretó cinco meses después de que se firmara en Lusaka el protocolo de paz auspiciado por Naciones Unidas.

Pese a esos acuerdos, las escaramuzas y enfrentamientos no cesaron, y la ONU denunció numerosas violaciones al alto el fuego. Los países garantes del tratado –Estados Unidos, Portugal y Rusia– y los analistas del proceso angoleño coincidían en que únicamente sobre la base de un entendimiento directo entre ambos líderes podría construirse una paz efectiva en esta ex colonia portuguesa.

Al salir del encuentro de ayer, el líder de la UNITA reconoció a Dos Santos como "el presidente de Angola y, por lo tanto, mi presidente", mientras que el mandatario afirmó que "hemos conseguido vencer nuestras divergencias". El gesto de reconciliación de ayer facilitará, según los observadores, la tarea más difícil del personal de la ONU encargado del proceso de paz: el desarme y la desmovilización de las tropas, previo a la creación de un nuevo ejército integrado por soldados y oficiales que combatieron en ambos bandos.

Ofrecen seis millones de dólares como jugosa comisión para apropiarse de 30 millones

La "mafia nigeriana" hace el ridículo con el mismo cuento de hace 2 años

■ La tristemente célebre y recordada mafia nigeriana "419" ha vuelto a sus andanzas, aunque el caso, por conocido, ya adquiere ribetes de ridículo.

En efecto, en las últimas horas,un ex alto jerarca de gobierno, recibió una misiva procedente de Lagos, Nigeria, en donde se le invita a participar de suculentos negocios, todos ellos frandulentos, los que le reportarían –a quien se integre al círculo de socios– multimillonarias ganancias.

Como se recordará, y a partir de varias publicaciones realizadas en LA REPUBLICA, la organización "419",quedó al descubierto pública e internacionalmente,avalado esto por distintos mensajes que se transmitieron de países y de gobiernos de esas naciones a fin de alertar sobre aquella organización.

SECUESTRO. EXTORSION Y TORTURA

La aparición en el escenario internacional de la "419" tuvo como base un artículo publicado por LA REPUBLICA, hace dos años, cuando se informó sobre la extorsión y tortura que dicha organización mafiosa efectuó a empresarios uruguayos.

A partir de ahí se comenzó a develar el misterio. Fue cuando se supo que varios industriales y hombres de negocios de nuestro país habían recibido cartas,enviadas desde Lagos, invitándolos a participar de las ganancias de suculentos contratos firmados por quienes se identifican como "oficiales" de la Corporación Nacional de Petróleo de Nigeria.

Luego de viajar a aquel país eran secuestrados, extorsionados y torturados a fin de sacarle el dinero que llevaban encima, o pedir rescate por los secuestrados.

Incluso uno de los empresarios uruguayos murió en extrañas circunstancias de un paro cardíaco, aunque se presume que el mismo fue torturado hasta la muerte en un local de la organizacion "419".

Todo estos hechos, y otros,que se fueron sumando, motivaron la consulta a la cancillería uruguaya, la que –según informó– no había recibido denuncia de tipo alguno sobre estas situaciones.

Cabe recordar que nuestro país no tiene embajada en Nigeria desde hace más de una década.

DIRECTOR DE "LA REPUBLICA" SOLICITO VISA Y LE FUE NEGADA

Ante el cúmulo de denuncias que habían llegado a nuestra redacción sobre los fraudulentos negocios, el director de LA REPUBLICA, doctor Federico Fasano, decidió –acompañado de un periodista y un fotógrafo– viajar a aquel país, para lo cual se solicitó el visado y las garantías correspondientes para trasladarse a Lagos e investigar en el propio escenario de los acontecimientos las denuncias recibidas.

Dicha solicitud le fue negada por el gobierno nigeriano, por lo que el viaje no se realizó.

NUEVAMENTE AL ATAQUE

Como se ha informado líneas arriba, en las últimas horas nuevamente la organización "419" ha vuelto a sus andanzas.

Un ex alto jerarca de gobierno recibió una carta dirigida desde Lagos, Nigeria, firmada por el ingeniero Chris Egbu Aku, donde se le invita a participar del "negocio"

La carta en cuestión expresa:

"Muy urgente y confidencial.

Esto responde a la estricta confidencia subsecuente a la seguridad que me fue dada por la Cámara e Industria de Nigeria en el Exterior y la versatilidad en negocios que motivó mi interés en buscar su cooperación en una transacción que concierne a algunos oficiales máximos en la Corporación Nacional de Petróleo de Nigeria (NNPC).

Yo soy un Oficial Senior Administrativo del Departamento Procurador-Contrato, Corporación Nacional de Petróleo de Nigeria.

En 1992 un contrato fue premiado a una firma extranjera por la NNPC a través de mi departamento -yo mismo y otros oficiales sobrevaluamos el contrato a la exorbitancia de U$S 30.000.000.oo (treinta millones de dólares solamente). El contrato ya ha sido completado y comisionado, y al contratante le ha sido totalmente pago el valor original, por lo que no supieron de la suma sobrevaluada.

Desde entonces hemos salvaguardado este capital esperando el momento apropiado para ser transferido fuera de la frontera de Nigeria para permitirnos hacer uso director del dinero por nosotros mismos.

Por lo que nos contactamos con Ud. en este asunto, es que somos sirvientes civiles aquí en Nigeria y no podemos presentarnos como beneficiarios de esta enorme suma.

Si lo hacemos, el gobierno estallará en alarma; por lo que buscamos su asistencia y permiso para transferir esta suma en la cuenta de su compañia o en la suya privada.

Para ejecutar esta transacción exitosamente necesitaremos los papeles de su compañia para preparar demandas, cartas y facturas para el proceso de pago.

Estamos confiando este fondo en sus manos esperando que no nos defraude.

Es importante informarle cómo se compartirá este dinero: 20% es para Ud., propietario de la cuenta utilizada, 10% es para gastos locales y-o internacionales que puedan producirse, mientras que el 70% es para los oficiales increpados.

Creo que protegerá nuestro interés manteniendo esta transacción sumamente secreta y confidencial.

Su interés será igualmente protegido.

Por favor, comunique su decisión inmediatamente a los números de fax o teléfono que figuran arriba, para poder concluir este arreglo.

Necesitamos su respuesta urgente.

Saludos.

Ing. Chris Egbu Aku"

Los fax y teléfonos que se mencionan en la carta son: 234-1-883716.

234-1-5890150

Lagos- Nigeria .

(N. de R.) Indudablemente se trata de una trampa, en la que no existe el fraude de los 30 millones de dólares. Si en este caso. el empresario se comunica con la oficina del remitente en Lagos, se le informará que es necesaria su presencia en la capital de Nigeria. Una vez allí, el procedimiento puede ser la detención del empresario extranjero acusándolo de participar de la maniobra o de su simple secuestro para que ordene un giro como única forma de ser liberado. El caso ya adquiere características de ridículo y podría ser considerado una broma si no fuera por los antecedentes en esta materia. Habría que hacerles saber a los morenos de Nigeria que apunten para otro lado, porque los uruguayos no somos tan estúpidos.

Confirman denuncia de LA REPUBLICA sobre mafia nigeriana

Dime con quién andas...

L R 23-6-95

Cuando en octubre de 1993 LA REPUBLICA asombraba al mundo informando sobre las actividades de la mafia nigeriana, pocos podían suponer que dos años más tarde las autoridades de la República Federal de Nigeria aceptarían oficialmente la existencia de la "Organización 419", descartando la implicancia de funcionarios del gobierno, a pesar de reconocer la utilización por parte de los extorsionadores de oficinas y membretes oficiales.

■ "Una vasta organización paraestatal viene operando desde Nigeria hacia América Latina, con el objetivo de extorsionar a empresarios y figuras públicas de primer nivel. La organización, que tiene rango casi legal en aquel país africano, recibe el nombre de "419", por ser este artículo de la Constitución nigeriana el que ampara "las acciones que el pueblo de Nigeria y sus autoridades lleven a efecto para combatir las ilegalidades perpetradas por ciudadanos extranjeros en cualquier punto del territorio nacional" (sic). En términos sencillos, esto quiere decir que cualquier nigeriano puede coaccionar a cualquier extranjero, siempre y cuando ese extranjero haya cometido o esté cometiendo alguna irregularidad".

Esto escribía **LA REPUBLICA** el miércoles 27 de octubre de 1993 informando y denunciando sobre las actividades de la mafia nigeriana en perjuicio de empresarios uruguayos.

El procedimiento utilizado por la "Organización 419" era tan tentador como tenebroso. Se ofrecía a ejecutivos y empresarios ganancias suculentas en dólares, como resultado de supuestas inversiones, mediante "coimas" a funcionarios del Banco Central de Nigeria, transfiriendo importantes sumas de dinero hacia Europa, a cuenta de operaciones comerciales inexistentes, para luego, repartir las ganancias con supuestos "altos funcionarios" corruptos del Estado nigeriano.

A pesar del rechazo mayoritario por parte de los empresarios de la región, a esta "plata dulce" nigeriana, algunos (26 según las autoridades del país africano) no resistieron la tentación de participar en estas transacciones.

Una vez que el o los "inversionistas" arribaban a Nigeria para cerrar el trato, eran robados, secuestrados, y sometidos a torturas. Un uruguayo falleció a causa de las torturas recibidas por la 419, aunque el cadáver fue traído a Montevideo desde Lagos como "fallecido por paro cardíaco".

Destacadas figuras del mundo empresarial y político argentino fueron víctimas de la organización, pero hasta el presente guardan silencio por temor.

Un empresario uruguayo debió dejar a su esposa como rehén en Lagos, capital nigeriana, mientras conseguía los U$S 200 mil que le exigieron como rescate.


La República

Empresarios uruguayos raptados y torturados por una mafia nigeriana

EL VIAJE QUE NO PUDO SER

La repercusión internacional que adquirieron las denuncias, decidió al director de **LA REPUBLICA** a trasladarse personalmente hasta el país africano, a los efectos de indagar a fondo los procedimientos de esta red internacional de estafadores. El gobierno nigeriano negó en esa oportunidad, el visado correspondiente al doctor Fasano Mertens (y a los dos periodistas acompañantes) argumentando que las informaciones contenidas en la correspondencia mantenida entre **LA REPUBLICA** y un miembro de la Organización 419, eran falsas. Quien transmitió la negativa en esa oportunidad fue el diplomático E. O. Omoniyi.

Ayer, las autoridades nigerianas realizaron una conferencia de prensa en Montevideo (ver página 11) para reconocer la existencia de la mafia 419. La invitación que llegó a **LA REPUBLICA** estaba firmada, en esta oportunidad, por E. O. Omoniyi.

¿PUNTO FINAL?

Días pasados se informó de nuevas cartas provenientes de Nigeria, invitando a empresarios uruguayos a ganar dinero fácil. Es de suponer que los ejecutivos compatriotas ya no aceptarán los tentadores ofrecimientos de la 419, a raíz de la experiencia anterior. Aunque bussines are bussines.

02-02 9508701

ESTABA PROFUGO DESDE 1990 POR ASESINAR A UN MATRIMONIO Y MUTILAR A UN CHICO

Mafia china: cayó uno de los acusados de una masacre

La Justicia lo buscaba desde mayo de 1990, cuando un matrimonio fue masacrado en su departamento de Villa Crespo. La Policía lo encontró cerca de la estación Belgrano del Ferrocarril Mitre. Por el crimen ya fueron condenados otros dos integrantes de la mafia china que opera en el país.

Policías de la División del Ferrocarril Mitre detuvieron al chino **Lin Chan Chyun**, sobre quien pesaba una orden de captura, tras estar acusado de haber participado en la masacre de un matrimonio de esa misma nacionalidad en el barrio de Villa Crespo, en mayo de 1990.

Según confirmó a **Clarín** el subcomisario de esa división, **Daniel Cimato**, Lin Chan Chyun era visto con frecuencia en proximidades de la estación **Belgrano**, en donde fue detenido anteanoche. "Nuestros hombres ya tenían alguna sospecha sobre él, especialmente porque siempre aparecía en una actitud típica de vagancia. Sin embargo, como resultado de distintos seguimientos pudo establecerse que cumplía alguna tarea en un restaurante chino de la zona", reveló Cimato.

Lin Chan Chyun tenía un pedido de captura por "homicidio" librado por el juzgado nacional de Ejecución Penal número 3.

No bien fue llevado a la sede de la Superintendencia de Seguridad Ferroviaria, Chyun admitió espontáneamente haber tenido "un problema importante algunos años atrás", tras lo que inmediatamente aclaró que él no había tenido participación en el crimen de **Gu Lan Quing** y **Zhu Xiao Linn**, oportunidad en la que también le fue cortada la mano derecha a **Marcos Chang**, un chico de 9 años.

Chyun, quien no opuso resistencia ante los policías, vestía muy humildemente, y se mostró resignado. "Yo me quedé abajo, yo no subí a matar, no sé nada", habría dicho a los policías para caer después en un hermético silencio.

El 6 de mayo de 1990, la noticia del asesinato del matrimonio y la mutilación del chico conmovió a la opinión pública. Ese mismo día, la Policía detuvo en el lugar –Acevedo 583– a dos de los homicidas, **Chiao Chiung Linn** (40) y **Mei Xing** (21). Durante la matanza, los agresores habían utilizado armas de fuego, cuchillos y golpes de karate.

Pero una de las cosas que más impactó fue la mutilación de la mano derecha del menor Chang, a quien se le debió realizar una operación de cinco horas para lograr reimplantársela.

Los cadáveres del matrimonio habían sido encontrados en el piso, con múltiples tajos de armas blancas y varios disparos. En junio de 1993, un tribunal oral en lo criminal dictó condena a 20 años de cárcel a Mei Xing, acusado de la autoría material del crimen, y a seis años a su compañero, Chiao Chiung Linn.

El juez de Instrucción **Rubén Castillo**, consideró durante el procesamiento de los homicidas que el crimen obedecía a "una venganza" por deudas, aunque no se descartó alguna vinculación con negocios de la "mafia china".

La falsificación de documentos de identidad para el ingreso de chinos provenientes del exterior, o para la salida de los que pretendían dejar la Argentina y radicarse en el Canadá, el Japón o los Estados Unidos, aparece como una de las principales causas de venganzas y "ajustes de cuentas" protagonizados por presuntos miembros de esta organización en nuestro país.



Peng Yu, uno de los autores del múltiple crimen de Merlo, otro más de la mafia china.

La clave es el negocio de los pasaportes

La mafia china tiene sus sedes mundiales en Hong Kong y Taiwán, desde donde se tejen ramificaciones que alcanzan ciudades ubicadas en puntos tan distantes del mapamundi como Tokio, Nueva York, Miami, La Paz y Buenos Aires, entre otras.

En la Argentina está estrechamente conectada con la que actúa en Bolivia, al punto que entre las agencias de investigaciones internacionales se habla del eje argentino-boliviano de la mafia china (véase aparte).

El negocio local es, para los mafiosos orientales, el tránsito de ilegales hacia los Estados Unidos. A diferencia de los coreanos, los chinos por lo general no vienen a la Argentina para quedarse. Utilizan el país como trampolín para ingresar a los Estados Unidos una vez que consiguen pasaportes falsos o de manera irregular.

Visa para un sueño

Hasta hace cuatro años también ingresaban a Canadá, hasta que en ese país descubrieron un aluvión de chinos que llegaban con pasaportes argentinos, algunos de los cuales ni siquiera habían pisado Buenos Aires.

Desde entonces, Canadá reimplantó la obligatoriedad de la visa para los ciudadanos argentinos y exigió a los chinos con pasaporte argentino que tuvieran un sello de autoridades de la Embajada canadiense en la Argentina.

Mientras tanto, el nuevo embajador argentino en China, Raúl Estrada Oyuela, inició una investigación a partir de pruebas concretas para determinar la cantidad de pasaportes otorgados de manera irregular.

Negocios pantalla

Actualmente, el negocio pantalla de la mafia, por medio del cual los chinos obtienen su residencia argentina, son los restaurantes (la mayoría de tenedor libre), baratos de mantener a pérdida en relación al rédito que se obtiene de los pasaportes ilegales.

Los operadores son denominados "llamadores", ya que "llaman" a trabajar a chinos que, una vez aquí, compran su entrada a los Estados Unidos y permanecen solo el tiempo indispensable. Unos 10 mil chinos ingresaron en los últimos 5 años al país, provenientes de la República Popular de China, de Hong Kong y de Taiwán.

Un pasaporte falso en China, Taiwán o Hong Kong tiene un precio que oscila entre los 2 y 20 mil dólares. Una vez en la Argentina, este precio se reduce notablemente. De allí la afluencia segura de "clientes" para la mafia china local.

Los ajustes de cuenta sangrientos a causa del mal final de un trato de papeles son algo recurrente en la Argentina (véase aparte). Entre estos estuvo el asesinato de la pareja china, en el que participó el hombre apresado anteayer en Belgrano.

02 9508702

Más de veinte años de terror

Los crímenes en los que presumiblemente intervino la mafia china en la Argentina, además del doble asesinato de la calle Acevedo, en Villa Crespo, se remontan a principios de los '70:

- **Enero de 1971:** Tres chinos, **Cheng Tung Wabgs, Ru Song Ieh** y **Seng Cheng**, son asesinados a tiros por un compatriota, **Pao I Wen**.
- **Octubre de 1990:** **Lyn Sui Chy**, una taiwanesa de 20 años, es asesinada a puñaladas en una casa del barrio de Caballito.
- **Junio de 1992:** Cinco personas de origen taiwanés son asesinadas en la localidad de **Merlo**. Se trata del matrimonio integrado por **Yen Yu Ling** (41) y **Mei Ying** (32), sus hijos de 9 y 7 años y una abuela de los chicos. Los mataron dos sicarios prófugos de China luego de cometer estafas por 200 mil dólares.
- **Febrero de 1994:** El argentino **Raúl Anzoátegui**, que se ocupaba de tramitar residencias para chinos, es asesinado. La revisión de sus "listas" de inmigrantes permitió numerosos arrestos de ilegales.

Se salvó de morir pero le cortaron una mano

El único testigo del sangriento asesinato de la pareja china de la calle Acevedo, en 1990, fue un chico, también de origen chino, que vivía con el matrimonio. Su nombre es **Marcos Chang** y, en aquella época, tenía 12 años.

El chico fue encontrado en estado de shock y empapado de sangre en el baño del departamento, con la mano derecha semiamputada. Además, tenía varias heridas de arma blanca en el tórax, los brazos y un tajo en la cabeza.

Según trascendió en su momento por parte de uno de los investigadores del crimen, "el cercenamiento de una mano era el castigo que recibían los ladrones y sus hijos en algunos grupos orientales y que utiliza la mafia china".

La mano le fue reeimplantada gracias a una operación de más de cinco horas en el hospital Durand.

Los contactos con Bolivia

La mafia china local tiene un contacto muy fluido con la que se asentó en Bolivia, creando así un eje latinoamericano.

Esta relación tiene una sola razón: la permeabilidad de ambas fronteras, que permite el paso relativamente fluido de los inmigrantes ilegales que llegan a uno de los dos países y van a obtener sus pasaportes falsos en el otro.

El objetivo de los chinos ilegales (traficados por la mafia) en general no es permanecer en Sudamerica, sino emigrar hacia los Estados Unidos una vez que obtienen sus documentaciones falsas (véase aparte).

En febrero de 1993 cayó en Miami el jefe de la mafia china de Bolivia, Yung Pen Lao. Había viajado para comprar 100 pasaportes falsos junto con 3 bolivianos, que también resultaron presos.

03-03   9508702

Las Operaciones de Mantenimiento de La Paz Deben Emprenderse con Cuidado

EP 28/5

Fue apropiado que al mismo tiempo que los norteamericanos estaban celebrando el Día de los Veteranos de Guerra y recordando la caída de Saigón, un subcomité del Senado estadounidense estuviera realizando audiencias sobre las lecciones 'que aprendimos de la participación de nuestras fuerzas militares en las recientes "operaciones de paz" de la ONU en Somalía, en lo que fue Yugoslavia, Haití y Ruanda.

Entre las preguntas, se consideró cuáles habían tenido éxito y cuáles no. ¿Qué aprendimos de la prudencia y eficacia de colocar a las fuerzas estadunidenses bajo el comando y control de la ONU? ¿Qué aprendimos sobre la capacidad de la ONU en el terreno militar? Antes de emprender nuevas tareas militares, es importante ver cómo nos ha ido en las ya intentadas.

Somalía. Las "operaciones de paz" en Somalía, en donde estuvieron desplegados unos 26.000 soldados norteamericanos, son quizá las más fáciles de evaluar.

La primera fase fue una operación multinacional emprendida por el presidente George Bush para llevar alimentos a cientos de miles de somalíes que literalmente se estaban muriendo de hambre durante una guerra civil. La resistencia de los líderes de las facciones locales a esta empresa desapareció frente a una sustancial fuerza estadounidense internacional. Se evitó la hambruna. Se retiraron las fuerzas norteamericanas, habiendo logrado su objetivo. La primera fase de la operación Somalía fue un claro éxito, concluida antes de que Bush saliera de la presidencia.

La segunda fase fue un claro fracaso. En esta fase el principal pacificador de la ONU, el General Kofi Annan, dijo, "esta será la primera vez que la ONU ha tenido el comando y el control de una operación según el Capítulo VII", capítulo de la carta de la ONU que autoriza el uso de la fuerza. Comenzó cuando el recién electo Bill Clinton aceptó un nuevo mandato que pedía el desarme de las facciones en guerra, lograr la reconciliación política y reconstruir la economía somalí, así como su sistema judicial y político.

La segunda fase hundió a EE.UU. y a la ONU a las profundidades de la política de Somalía, definió el Gral. Mohammed Farah Aidid como el enemigo y produjo la masacre de 30 y muchos rangers norteamericanos heridos en Mogadisco. Las tropas de EE.UU. y de la ONU se retiraron sin haber logrado sus metas militares y sin haber podido construir una nación. La operación exhibió la inadecuada integración, coordinación e inteligencia que ha caracterizado a las operaciones militares de la ONU.

Yugoslavia. Las operaciones de paz de la ONU en Croacia y Bosnia-Herzegovina tampoco han podido ni preservar ni restaurar la paz. No han asegurado el cumplimiento de las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU. No han mantenido seguras las "zonas de seguridad", no han protegido a las poblaciones civiles, no hay eliminado las armas pesadas de las zonas en que fueron prohibidas, no han asegurado las zonas de vuelo proscrito. Con frecuencia, no han podido hacer entregas de alimentos ni medicinas.

Las fuerzas de la ONU, cuyos miembros individuales con frecuencia exhiben un gran valor, han sido atacadas y humilladas. El sistema de comando y control de la ONU para lo que fue Yugoslavia a menudo ha menoscabado en vez de facilitar la protección de las fuerzas de la ONU y de los civiles. La operación en Bosnia ha sido un fiasco.

Haití. Como en Somalía, la misión en Haití consistía en dos fases distintas. La primera, realizada por fuerzas estadounidenses con unos cuantos soldados de las cercanas islas del Caribe buscó retirar al General Raoul Cédras y a su administración, reemplazándolo con el presidente electo Jean-Bertrand Aristide. La misión fue realizada con éxito y virtualmente sin derramar sangre, gracias en buena parte a las negociaciones del ex presidente Jimmy Carter, el senador Sam Nunn y el general Colin Powell.

La segunda fase, "restaurar la democracia", fue una misión de la ONU emprendida por una fuerza multinacional ensamblada por el Secretario General de la ONU. Este proyecto, obviamente complejo y a largo plazo, requiere el levantamiento de nuevas instituciones políticas, elegir un nuevo parlamento y crear el gobierno de la ley.

Pero las elecciones se han pospuesto repetidamente. No podemos saber, ni sabemos, si esta operación de la ONU, emprendida a petición del gobierno de los EE.UU., tendrá éxito o fracasará. Si las instituciones democráticas arraigan en esta sociedad miserablemente pobre, en gran parte analfabeta, invadida por la violencia, habría bases para un gran optimismo acerca de los esfuerzos por establecer la democracia en otros países.

Ruanda. Como en Somalía, el esfuerzo por evitar la hambruna y el genocidio en Ruanda comenzaron demasiado tarde para ayudar a muchos, pero no a la mayoría, de los ciudadanos. Sin embargo, a pesar de este tardío inicio del esfuerzo multinacional de la ONU, éste tuvo un significativo éxito en sus intentos por acabar con el hambre y con el asesinato masivo en Ruanda. Como en Somalía, el pueblo padece todavía terribles problemas, pero tiene alimentos.

Ha quedado claro que la práctica del secretariado de la ONU de improvisar fuerzas entre 20 o 30 países no producirá una fuerza militar exitosa y que el sistema de comando dual de la ONU que existe en Bosnia no puede funcionar. Las Naciones Unidas no están bien preparadas para realizar operaciones militares, debido a que su efectividad requiere de un alto grado de unidad y sofisticación tecnológica. Las Naciones Unidas resultan mucho más adecuadas para la conducción de operaciones que requieren discusión y consenso entre diversos pueblos.

La experiencia hasta ahora no nos dice cuándo —si acaso— debe el gobierno de los EE.UU. asignar tropas norteamericanas a las operaciones militares de la ONU, pero la historia nos recuerda que el uso de la fuerza —bajo cualquier nombre— es peligroso, incierto, costoso y no ofrece garantías de éxito. Nunca debe hacerse, excepto por las razones más serias.

La ONU celebra hoy el Día de la Familia

En septiembre de 1993 la Asamblea General de las Naciones Unidas decidió que, a partir de 1994, el 15 de mayo de cada año se celebre el Día Internacional de la Familia.

"La familia es la clave para prevenir conflictos étnicos y promover la tolerancia", expresó el Secretario General de la ONU, Boutros Ghali.

Este año es el "Año de las Naciones Unidas para la tolerancia", de ahí que la ONU dedique esta celebración del Día Internacional de la Familia al tema: "La tolerancia comienza en la familia".

Convocado por ese lema, el Centro de Información de Naciones Unidas para la Argentina y Uruguay, y el Grupo de Educación para la participación, realizarán hoy un taller en el que se escenificarán situaciones típicas de la vida familiar, a cargo de alumnos de la escuela de teatro de Luisina Brando y Berta Goldemberg.

Los participantes podrán formularles preguntas a los actores sobre las escenas y las actitudes que reflejan. El objetivo es promover la reflexión y generar una nueva conciencia sobre el tema.

También se presentarán los resultados de trabajos realizados sobre "Tolerancia en la familia" en 7 establecimientos educativos primarios y secundarios, privados y públicos, de la Capital y el conurbano.

"Las familias que saben transmitir valores como la aceptación, la comprensión, la comunicación, están sentando las bases para un mundo mejor; si se estimula la tolerancia en el seno de la familia es posible que esta actitud se generalice en la sociedad" expresó Boutros Ghali en su mensaje por el Día Internacional de la Familia.

DOCUMENTO 9508705
TITULO B. GHALI, decretó fuerte de la ONU, sugiere una redistribución de los hombres que operan en los Balcanes.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 18-05-95
VINCULACIONES 501881
11163
507685
507687

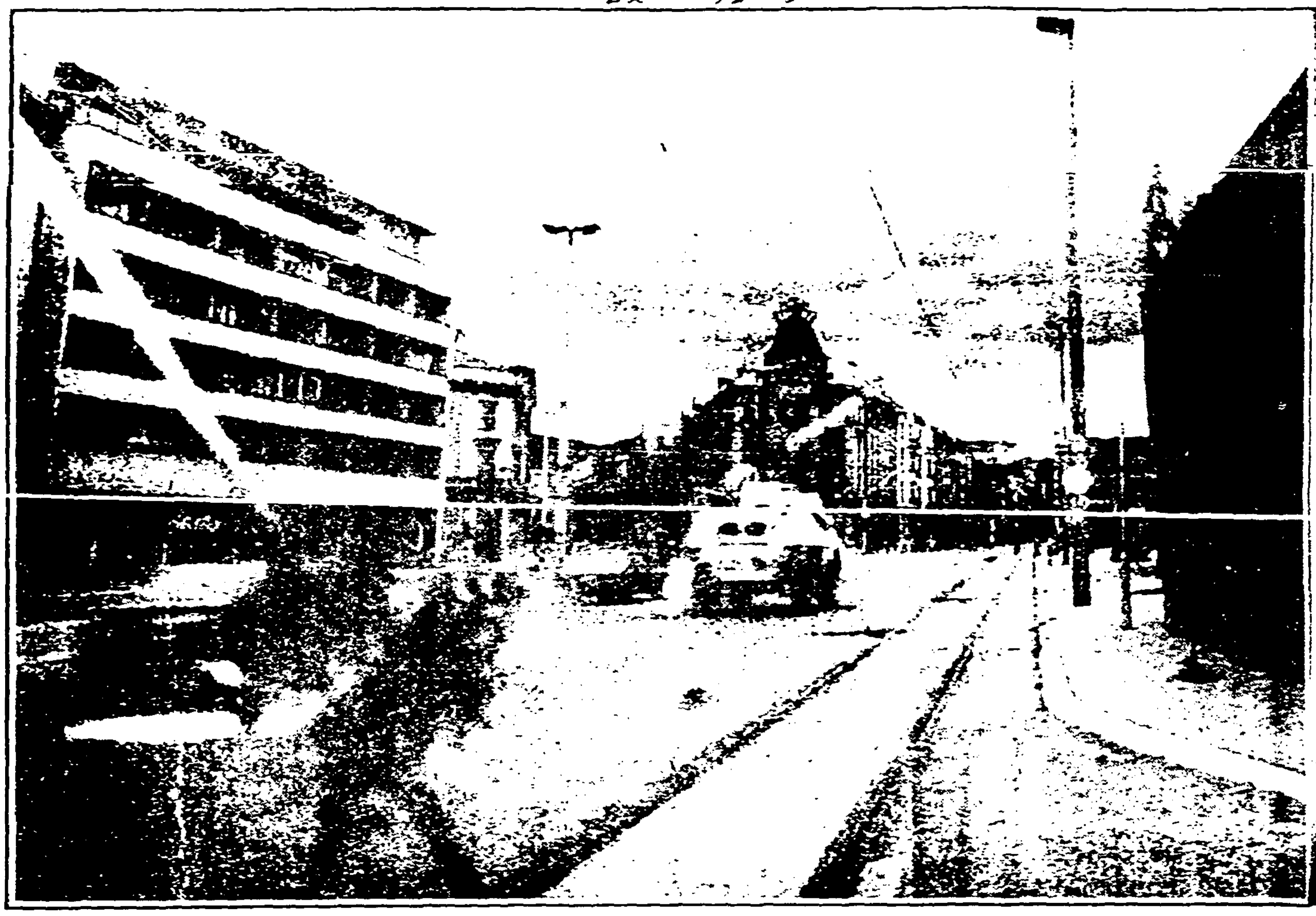
ENTRADO ✓
CRUZ-DO ✓

Boutros Ghali sugirió que pueden desmembrarse los cascos azules en Bosnia

"Es preciso evitar el síndrome Somalia"

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, sugirió ayer un desmembramiento parcial de los cascos azules y una redistribución de los 22.000 hombres que operan bajo bandera de Naciones Unidas en los Balcanes.

Nueva York (ANSA)
por Alessandra Baldini



Un vehículo de las Naciones Unidas patrulla una calle en un barrio bajo de Sarajevo. Esa imagen podría desaparecer si prospera la idea de Boutros Ghali.

■ "Hubo en todas partes una escalada de las hostilidades. Es preciso permanecer, pero hace falta también un cambio sobre el terreno", dijo a los periodistas Boutros Ghali después de presentar un informe al Consejo de Seguridad.

Teniendo en cuenta que la opinión pública en Gran Bretaña y Francia pide desde hace días que la misión de los cascos azules sea más segura, el jefe de la ONU propuso una reducción de las tropas en las seis ciudades musulmanas designadas por el Consejo como "zonas protegidas".

"Es allí donde la Unprofor sufrió el mayor número de víctimas", dijo, mientras el fuego de la artillería serbia volvía a abatirse con renovada violencia sobre la castigada Sarajevo.

Las declaraciones del secretario general coincidieron con el recrudecimiento de los combates. "Pero es preciso evitar el síndrome Somalia", exhortó el jefe de la ONU, recordando la experiencia en el Cuerno de Africa cuando, con Estados Unidos a la cabeza, los gobiernos de la fuerza de paz retiraron sus tropas después de constatar el fracaso de la misión.

En la reunión a puertas cerradas, Boutros Ghali se dirigió sobre todo a Francia. "En toda la operación Unprofor, 162 casos azules fueron asesinados y Francia, como mayor país contribuyente, sufrió más que todos, con 37 muertos", dijo.

Fuentes norteamericanas en el Palacio de Vidrio observaron que, según los primeros indicios, el gobierno de Jacques Chirac no parece tender a un retiro.

"Pero no hay dudas: las llaves están ahora en manos francesas", declaró al New York Times un funcionario de la administración norteamericana en Washington, donde hoy la cuestión bosnia estuvo a la cabeza de la agenda de un encuentro entre el secretario de Estado, Warren Christopher, y su colega británico Douglas Hurd.

También Francesco Paolo Fulci, representante italiano en la ONU, expresó preocupación por el desarrollo de la crisis. El embajador, que participa en Nueva York de los trabajos del Grupo de Contacto, observó que "no se ven indicios de voluntad política de llegar a un acuerdo: los contendientes hablan sólo de batallas, conquistas y reconquistas. Nadie habla de tratativas y negociaciones".

Refiriéndose explícitamente a Francia ("sus 37 muertos valen más que cualquier consideración"), Fulci se preguntó: "¿Hasta cuándo los cascos azules podrán seguir siendo el blanco de odios recíprocos?".

También para Estados Unidos el mantenimiento del status quo es impracticable. "La operación en Bosnia está en una encrucijada", comentó la embajadora norteamericana, Madaleine Albright, después de haber escuchado las "deprimentes" comunicaciones de Boutros Ghali.

El departamento de Estado se había pronunciado ayer en favor de una revisión de las órdenes de los cascos azules: "Deben permanecer pero también ser puestos en condiciones de defenderse", había declarado el portavoz Nicholas Burns.

Mientras tanto, un sondeo llevado a cabo por la Universidad de Maryland revelaba que la mayoría de los norteamericanos quiere de la ONU una "línea dura" y auspicia una intervención militar en regla para prevenir la repetición de episodios de limpieza étnica.

La decisión final concierne ahora al Consejo de Seguridad. En su informe que —según se esmeró en precisar— sólo es "preliminar en espera de las evaluaciones de las autoridades militares", Boutros Ghali mencionó cuatro hipótesis: el retiro total de la Unprofor; el mantenimiento del "status quo"; la reducción y el desmembramiento de las tropas; o su refuerzo con mayor uso de la fuerza y un uso más amplio de la cobertura aérea de la OTAN.

El secretario general pareció apuntar a la tercera opción: "Serviría, por un lado, para mantener la presencia de la ONU, y por la otra para tener en cuenta los peligros provocados por la escalada de las hostilidades".

01 - 01 9508705

Uruguay se prepara para conferencia sobre clima

Un grupo de nivel ministerial organizará el evento de ONU en 1996

El Poder Ejecutivo resolvió crear una comisión de alto nivel que estará presidida por el titular del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (Mvotma), Juan Chiruchi, para organizar la Segunda Conferencia de la ONU sobre Cambio Climático, que tendrá lugar en Uruguay en octubre de 1996.

El grupo será impuesto en funciones por el presidente Julio María Sanguinetti el lunes a la hora 18 en el Edificio Libertad.

La comisión estará integrada por los subsecretarios de los ministerios del Interior, Relaciones Exteriores, Economía y Finanzas, Defensa Nacional, Turismo e Industria, Energía y Minería. También habrá representantes de la Presidencia de la República, de las intendencias de Maldonado y Montevideo y de la Dirección Nacional de Medio Ambiente.

Gestiones realizadas semanas atrás por Chiruchi en Berlín, en ocasión de la Primera Conferencia de las Partes, posibilitaron que Uruguay fuera electo por unanimidad para oficiar de sede de la segunda reunión de esa naturaleza.

Se estima, en medios oficiales, que la realización de ese encuentro mundial representa un destacable logro en el desarrollo de la imagen y el prestigio internacional de Uruguay.

Gestiones del titular del Mvotma en Berlín lograron que Uruguay fuese designado sede

La Segunda Conferencia de las Partes sería una instancia clave en las negociaciones ya que podría adoptarse un protocolo que amplíe los compromisos y que es de gran preocupación de los pequeños estados insulares, ya que un cambio en el clima de la Tierra provocaría un incremento en el nivel del mar y por ende pondría en peligro la propia existencia de esas naciones.

Nº. DOCUMENTO 9508707.
TITULO Argentina en el Comité Ejecutivo de la OMS, se decide en Asamblea Anual.
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 10-05-95
VINCULACIONES 72572
66760
67228

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

La Argentina, en el comité de la OMS

LN 95

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal de LA NACION)

Iniciativa: el país, que también integra el directorio de la Organización Panamericana de la Salud, propuso realizar una cumbre científica mundial sobre el SIDA.

ESTRASBURGO (De nuestra corresponsal). - Durante su asamblea anual en Ginebra, la Organización Mundial de la Salud aceptó el ingreso, por tres años, de la Argentina en su comité ejecutivo.

"Para el país es mucho más que una agradable distinción. Es la posibilidad de participar en el gobierno del organismo y de ahondar su reestructuración", señaló a LA NACION el ministro de Salud Alberto Mazza.

"La OMS está pasando por un momento crítico en su historia, de profundos cambios destinados a garantizar más equidad y solidaridad en sus programas -subrayó-. Este ha sido el tema central de esta reunión, donde los países presentan sus inquietudes y propuestas de solución."

La gestión del director general de la máxima institución en materia de salud a nivel mundial, el especialista japonés Hiroshi Nakajima, ha sido blanco de críticas. Se lo acusa, entre otras cosas, de haber incrementado la estructura burocrática de la organización desde que asumió la dirección en 1988.

Mazza sostuvo, en cambio, que su intención no es "poner el acento en los errores de actuación de algunas personas sino en las fallas que puedan tener los diferentes planes de salud. Propugnamos, por ejemplo, la reducción de los gastos de administración para que esos ahorros vayan a parar al campo asistencial."

Sólo para expertos

El comité ejecutivo, integrado por 32 de los 189 países miembros, tiene por misión diseñar los programas, ponerlos en acción y sugerir iniciativas.

Cuenta además con el poder de tomar decisiones en situaciones de emergencia tanto naturales (terremotos, epidemias, etc.) como humanas (masacres como la de Ruanda o atentados terroristas de gran magnitud, entre otros.)

En cuanto a iniciativas, Mazza propuso la realización de una cumbre mundial sobre el SIDA, de la cual participan, a diferencia de la realizada el año último en París, sólo especialistas, con el objetivo concreto de encontrar un mensaje "único y común" en materia preventiva.

El ministro también solicitó a la OMS "su participación activa en el proyecto argentino de cascos blancos aprobado en diciembre último en el seno de las Naciones Unidas."

Mazza destacó por último la "oportunidad para hacer cosas en el terreno sanitario" que constituye el hecho de que la Argentina, por primera vez, preside al mismo tiempo la Organización Panamericana de la Salud y forma parte del cuerpo gubernativo de la OMS.

01-01 9508707

Nº. DOCUMENTO 9508708

TITULO Países africanos piden la renuncia del director de la OMS.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCEDENCIA 11-05-95

VINCULACIONES 12582

10022

507626

507678

66224

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Países africanos piden la dimisión de Nakajima

GINEBRA, (ANSA)- Los 190 países miembros de la Organización Mundial de la Salud (OMS) deberán pronunciarse sobre una resolución presentada por Zambia y Namibia en la que se pide la renuncia del director, el japonés Hiroshi Nakajima, acusado de racismo contra los africanos.

En la resolución se pide a Nakajima que "renuncie a sus responsabi-lidades el próximo 26 de julio de 1996", con dos años de anticipación de la conclusión natural de su mandato en la OMS.

La resolución será discutida hoy por la asamblea mundial de la sanidad, órgano supremo de la OMS, actualmente reunida en Ginebra para su sesión anual.

El "caso Nakajima" nace de una declaración hecha por el director de la OMS en enero último, en la que habría puesto en duda la capacidad de los africanos de adaptarse a la cultura occidental.

Nakajima lamentó varias veces el "malentendido" y como prueba de sus buenas intenciones prometió aumentar considerablemente el personal africano de la organización.

Pero sus excusas y sus promesas no habrían bastado para aplacar el rencor de los países africanos que, encabezados por Namibia y Zambia, debatieron el tema y llegaron a la resolución que será votada hoy.

01- 01

9508708

OMS advierte que por año mueren de personas por enfermedades que

"En el mundo hay en todo momento más de 2.000 millones de personas enfermas, muchas de las cuales mueren de enfermedades que muy bien se podrían evitar", dice la Organización Mundial de la Salud (OMS) en su primer estudio anual denominado: "Reducir las desigualdades".

"A millones y millones de personas para quienes sobrevivir es casi un combate diario, la perspectiva de vivir más tiempo puede parecerles un castigo más que una recompensa", ha dicho el Dr. Hiroshi Nakajima, Director General de la OMS. "El reto está en evitar que el mundo siga caminando hacia una catástrofe sanitaria que echaría por tierra lo mucho que se ha ganado en salud en los últimos decenios".

La cardiopatía isquémica, entendida como la obstrucción del grupo sanguíneo, es la enfermedad más mortífera del mundo. El informe de la OMS establece que mató a 4,3 millones de personas durante el año 1993.

A continuación se encuentran las infecciones agudas en las vías respiratorias. Los índices son mayores en neumonía de niños menores de cinco años. Siguen a éstas la enfermedades cerebrovasculares, la diarrea, las enfermedades pulmonares, la tuberculosis, el sarampión.

Sin embargo, los seres humanos no se mueren únicamente por enfermedades. A veces los accidentes son la causa principal. En este sentido, el informe de la OMS señala que por caídas, incendios, ahogamientos y otros percances murieron 1,8 millones de personas en todo el mundo.

"A esas enfermedades se debió el 50% de los 51 millones de personas que murieron durante 1993, muchas de las cuales se hubieran podido salvar", expresa el documento de la OMS. Dice que en los países en desarrollo murieron 12,2 millones de niños menores de cinco años, "tributo de muerte que hubiera podido quedar en 350.000 si todos esos niños hubieran disfrutado de las mismas condiciones asistenciales y de nutrición que en los países industrializados".

Y precisamente, los más expuestos a las enfermedades son los niños, dice el informe. Se estima que en 1993 hubo, entre los menores de cinco años, 1.800 millones de nuevos episodios de diarrea, 248 millones de nuevos casos de enfermedades respiratorias, 350 millones de casos de enfermedades de transmisión sexual, muchos de ellos adolescentes, y 45 millones de nuevos casos de sarampión.

Según el estudio, la salud humana ha registrado una serie de avances en los últimos 25 años. Entre ellos, menciona que se ha vacunado al 80% de los niños contra las cinco enfermedades más mortíferas de la infancia; que la mortalidad en los lactantes descendió un 25% entre 1980 y 1993, y que la esperanza de vida al nacer ha subido de 61 a 65 años de edad.

"Estos avances demuestran que la cooperación mundial puede salvar millones de vidas y mejorar la calidad de vida de más de 4.000 millones de personas en el mundo en desarrollo", dice el informe.

Proyecciones para el futuro

Para el año 2000, este organismo internacional se propone erradicar la poliomielitis, eliminar el sarampión y el tétanos neonatal y conseguir que no haya nuevos casos de lepra y dracunculosis.

Se proyecta además que se reduzca la mortalidad materna a la mitad, teniendo en cuenta que durante 1993 se registraron 500.000 muertes en todo el mundo. Asimismo, intentará descender la mortalidad entre lactantes a un máximo de 50 por 1000 nacidos vivos, frente a una tasa que hoy es superior a esa cifra en más de 70 países.

Entre otras metas a alcanzar para el fin del decenio, se encuentran reducir a un 50% la malnutrición entre los menores de cinco años, reducir en un quinto las muertes por paludismo en al menos el 75% de los países afectados, disminuir en un 80%, mediante vacunación, el número de nuevos portadores de la hepatitis B, reducir en un 15% como mínimo las defunciones por cardiopatía entre los menores de 65 años, y "que todas las embarazadas estén debidamente asistidas".

Vida rápida en países pobres

Es un hecho que, a pesar de algunas tendencias positivas, las personas más pobres se enferman más y gozan de peor salud, "aun cuando para el conjunto la vida se haya alargado", dice la OMS. Expresa además que la esperanza de vida en los países menos adelantados es de 43 años, mientras que en los más desarrollados, se calcula en 78 años, lo que equivale a una diferencia de más de un tercio de siglo.

Ante esta realidad, el informe advierte que "en general, una persona rica y de buena salud vivirá el doble que otra pobre y con tendencias a la enfermedad".

El documento establece que la esperanza de vida está aumentando casi por doquier. Sin embargo, "es de temer que disminuya

más de 30 millones podrían evitarse

de aquí al año 2000 en cinco países: Cote d'Ivoire, República Centroafricana, Congo, Uganda y Zambia".

Para los países más ricos, la esperanza subirá a los 79 años, pero para los más pobres descenderá a los 42, "con lo que se habrá agrandado de 35 a 37 el desnivel entre ricos y pobres".

Jóvenes: los más vulnerables al sida

La salud de los jóvenes son es un capítulo aparte en el estudio de la OMS. Unos 2.300 millones de personas, aproximadamente el 40% de la población mundial, tienen menos de 20 años. Al respecto, se establece que si bien los adolescentes y los adultos jóvenes tienen en general buena salud, "están entre los más vulnerables en cuanto a la pobreza, explotación, ignorancia y riesgos comportamentales".

Las enfermedades de transmisión sexual registran sus tasas más elevadas entre los de 20 a 24 años, seguidos por los de 15 a 10 y los de 25 a 29 años. Paralelamente, el VIH y el sida están desarrollando una acción devastadora contra los jóvenes.

Señala que en muchos países, más del 60% de todas las nuevas infecciones por el VIH se producen entre jóvenes de 15 a 24 años, mientras que el 60% de las mujeres que se infectan no tienen más de 20 años.

Sin embargo, se advierte que no es el sida el único peligro que corren los jóvenes de hoy. Los adolescentes están expuestos al alcohol, al tabaco, a las drogas y a la explotación como mano de obra barata y a menudo ilegal. Así lo denuncia la OMS.

Otro hecho que inquieta al organismo internacional es el aumento del número de niños callejeros, que se calcula en unos mil millones en todo el mundo. Los riesgos de esta forma de vida "son la malnutrición, las enfermedades infecciosas y la explotación criminal o sexual".

La tercera edad: factor de riesgo

Las personas que viven en la tercera edad constituyen otro de los grupos de mayor riesgo en lo que tiene que ver con la salud. A este respecto, la OMS prevé que "el incremento en el número de las personas de edad será uno de los factores que repercutirá más profundamente en la salud y los servicios durante el próximo siglo".

La población de más de 65 años crece un 27% anual, frente al 1,7% que ha aumentado la población en general entre los años 1990 y 1995.

En 1993, vivían unos 355 millones de personas de más de 65 años. De ellas, 200 millones vivían en países en desarrollo, donde constituían el 4,6% de la población. A todo esto, el informe de la OMS advierte que el crecimiento más rápido en el número de personas de edad, "tendrá lugar en el mundo en desarrollo, con aumentos previsibles en algunos países de hasta el 400% de personas de más de 65 años en los tres próximos decenios".

Se prevé además un aumento en el número de los "muy ancianos", es decir, de personas de más de 80 años. Pasará del 22 al 30%. "En otras palabras, mientras que el crecimiento demográfico entre 1990 y 2000 se estima en el 17%, el número de personas de edad aumentará un 30%", dice el organismo.

VIH: seis mil casos diarios

Según estimaciones de la Organización Mundial de la Salud, en 1994 la prevalencia de la infección por el VIH entre la población adulta de todo el mundo superaba los 13 millones de personas. Para el año 2000. "la cifra total acumulativa de infecciones podría alcanzar los 40 millones, de los cuales 10 millones sufrirán el sida".

En algunas zonas del norte de Tailandia, el 20% de los reclutas de 21 años y el 8% de las mujeres atendidas en ambulatorios de asistencia prenatal están infectados, dice la OMS. El VIH era prácticamente desconocido en este país en 1987.

En la India, las tasas de infección se han triplicado desde 1992. En Africa subsahariana, la región más azotada por la enfermedad según la OMS, el número de infecciones por VIH supera ya los 10 millones, y el número de mujeres afectadas es ligeramente superior al de hombres.

En América del Norte, Europa Occidental y Australia hay aproxima-damente 1,5 millones de personas infectadas. Finalmente, se calcula que en América Latina y el Caribe los infectados ascienden a dos millones. La conclusión que se desprende es demoledora: cada día, unas 6000 personas contraen la infección.

Causas de mortandad por orden de importancia

Enfermedad	Número (en millones)
Cardiopatía isquémica	4.3
Infecciones respiratorias en menores de cinco años	4.1
Enfermedades cerebrovasculares	3.9
Diarrea en menores de cinco años	3
Enfermedades pulmonares crónicas	2.9
Tuberculosis	2.7
Paludismo	2
Sarampión	1.2
Otras cardiopatías	1.1

Fuente: Organización Mundial de la Salud

02 - 02 9506709

DOCUMENTO 9508710.

TITULO La OPS organiza seminario sobre Salud y Periodismo en Pta. del Este. del 17 al 20/5/95.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 18-05-95

VINCULACIONES 12582.
30087.
507466.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Salud y Periodismo: Inician Seminario

18/5 EP

Hoy comenzará en Punta del Este el tercer Seminario sobre Salud y Comunicación Social organizado por la Organización Panamericana de la Salud (OPS) y con la presencia de periodistas de todo el país.

Las reuniones entre técnicos y autoridades de la salud con los representantes de los medios de comunicación se desarrollarán desde hoy y hasta el sábado, en procura de un intercambio de información y opiniones que tenga como consecuencia una mejor información al público sobre una temática, especialmente sensible.

Se repasarán los temas prioritarios en materia sanitaria de nuestro medio, con la intervención de los responsables de cada área en el MSP. Precisamente el propio titular de la Cartera, Dr. Alfredo Solari y la Sub Secretaria Dra. Laura Albertini, serán los encargados de clausurar el sábado las deliberaciones.

En esta experiencia de intercomunicación entre especialistas y periodistas, intervendrán además el Representante de la OMS/OPS en el Uruguay, Dr. Juan Carlos Veronelli y sus Consultores, Dres. Aron Nowinski, Roberto Salvatella y Licenciado Gustavo Delgado.

Las reuniones se llevarán a cabo en el Hotel IMET de Punta del Este en jornadas de trabajo matutinas y vespertinas.

01-01

9508710

Nº. DOCUMENTO 9508711
TITULO Seminarios y conferencias de la UNESCO sobre comunicación social durante JUN y JUL en URUG.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 30-05-95
VINCULACIONES UNESCO 500890
LATINOAMERICA 11677
INTEGRACION 12795
URUGUAY 507466
Conf 11046
SeoRam 30087

ENTRADO ✓
CRUZ. ✓

Cátedra UNESCO en Comunicación Social

LM 30/5

Durante los meses de junio y julio, en la Universidad Católica del Uruguay, se llevará a cabo por primera vez en el país y por segunda en Latinoamérica, una cátedra UNESCO en Comunicación Social. En este marco está prevista la realización de conferencias, seminarios y mesas de trabajo en torno al tema "Comunicación para la integración".

Esencialmente dos objetivos marcan el nacimiento de las cátedras UNESCO en el mundo. Primero, el de propiciar un mayor perfeccionamiento de las Universidades en la búsqueda del conocimiento, y segundo, el de contribuir a la dinamización del intercambio entre la UNESCO y las Universidades, y entre éstas y la sociedad.

Luego de algunos antecedentes europeos, en América Latina la primera cátedra UNESCO de Comunicación Social se instauró en 1944 en la Universidad Javeriana de Santa Fe de Bogotá. La UCUDAL se constituye en la segunda sede en el continente, con el apoyo de la Universidad Computense de Madrid.

"Por la vigencia e importancia que revisten hoy los procesos de integración en América Latina, resulta indispensable que los profesionales de la comunicación, como promotores de conocimientos e información, estén atentos al proceso integrador, a sus esquemas, propuestas y perspectivas", indica un documento de la UCUDAL dando cuenta de la puesta en práctica de la nueva cátedra. En este sentido, el tema central de la cátedra será Comunicación para integración.

La apertura de la cátedra tendrá lugar el próximo 2 de junio, a la hora 19:30, en la sala de juntas de la UCUDAL (Avda. 8 de Octubre 2738) con una conferencia inaugural a cargo del consejero regional de la UNESCO, Dr. Alejandro Alfonso, sobre integración regional y comunicación: aproximación a un marco teórico.

El Esc. José Manuel Quijano dará una conferencia sobre Panorama actual de la Integración, el 5 de junio, a la hora 18 en la sala de Juntas (UCUDAL). Los días 6 y 7 del mismo mes en la sala Artigas del Ministerio de Relaciones Exteriores se brindará un seminario sobre Mercosur, ética y comunicación, organizado junto a OBSUR.

La red ORBICOM de Cátedras UNESCO: comunicación y desarrollo internacional, será el tema a tratar por la Dra. Thérese Paquet-Sévigny, Universidad de Quebec, Directora de la Red ORBICOM, el 16 de junio a las 9 horas. Por último, La importancia de la identidad cultural en el proceso de integración europea abordará el embajador de Francia en el Uruguay, Dr. Pierre Charasse.

01 - 01

9508711

9508712.

Seguridad y estabilidad son necesarias en Latinoamérica para atraer inversiones según PNUD.

27-05-95

LATINOAMERICA

EP 27/5/95

Seguridad es fundamental para atraer inversiones

Santiago de Chile, 26 may. - La seguridad y la creación de un clima propicio son fundamentales para el flujo de inversión extranjera a los países de Latinoamérica, dijo el director regional para América Latina y el Caribe del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), Fernando Zumbado.

El alto funcionario de las Naciones Unidas llegó a Chile para participar en un seminario sobre inversión en América Latina organizado por el PNUD y la Comisión Económica de la ONU para la región (CEPAL). Según datos de la CEPAL, en 1994 América Latina recibió 57.000 millones de dólares por concepto de inversión extranjera, y de este monto Argentina, Brasil, Colombia, Chile y México recibieron el 84 por ciento.

Zumbado explicó que este nuevo flujo de capital a Latinoamérica, después de años de ausencia producto de la crisis de la deuda, debe ser facilitado a través del Estado. "Si los países quieren inversiones sanas, a largo plazo, que no sean especulativas, obviamente el tema de seguridad es muy importante", dijo el funcionario colombiano.

Agregó que la inversión extranjera es importante en el proceso de desarrollo, porque la cooperación externa tradicional "ha cambiado para servir más a situaciones de emergencia humanitaria política y menos hacia temas de desarrollo". En este contexto, la inversión privada es fundamental para la región, que ya no accede a estos recursos, pues van mayoritariamente a Africa y a países de Asia, dijo Zumbado, quien advirtió, sin embargo, de que estas inversiones "también pueden ser peligrosas" y citó a México como ejemplo.

"Hay que aprovechar los flujos de inversión sin que causen consecuencias que luego sean muy difíciles de rectificar. La inversión viene muy rápido pero también se puede ir rápido", señaló al aludir a la crisis que generó la masiva afluencia de capital de corto plazo en México. Según los datos de la CEPAL, entre 1988 y 1993 el mercado mexicano fue el principal destino de la inversión extranjera. (EFE)

01 - 01

9508712

950871?3

En medio del caos y la confusión de los conflictos armados, muchos niños se quedan solos tras ser arrancados a la protección de padres y familiares. Oficialmente se los designa "niños perdidos", y constituyen una proporción aún pequeña pero en constante aumento del total de afectados por las crisis de los últimos tiempos. A igual que en otras situaciones, el movimiento internacional de la Cruz Roja y de la Media Luna Roja cumple una función primordial prestando asistencia a estos niños y, cada vez que resulta factible, los reintegra al seno familiar.

La tragedia diaria de los "niños perdidos" de la guerra

MOHAMMED tiene nueve años y no sabe si su madre está viva o muerta. Fueron separados cuando huían de Kabul junto con millares de civiles, tratando desesperadamente de escapar a los combates de la cruenta guerra civil que desgarra a Afganistán. Pocos meses antes, su padre y otros familiares habían perdido la vida cuando un cohete hizo impacto en su casa, en la parte occidental de la capital. Mohammed resultó herido por esa explosión. Hoy vive con la familia que lo acogió en un campamento de refugiados de las afueras de Jalalabad, Afganistán oriental, donde espera y confía en reunirse con su madre algún día.

Mohammed es uno de tantos niños que ha perdido a su padre y otros familiares, o que fueron abandonados o secuestrados en medio de la guerra o los disturbios políticos en uno u otro punto del planeta. Tan solo en el conflicto de Ruanda se han registrado unos 70.000 "niños solos"; los organismos humanitarios calculan que hay 20.000 en la misma situación en Sudán meridional y las regiones fronterizas de los países vecinos, y en Liberia alrededor de 10.000. En otras zonas donde hubo o hay conflictos armados -Bosnia y Herzegovina, Camboya, Kurdistán, Mozambique, Sri Lanka y América latina- las cifras oscilan entre centenares y millares.

100.000 niños en soledad

Según estimaciones de UNICEF, más de 100.000 niños han quedado solos, han sido abandonados o han quedado huérfanos a causa de la prolongada guerra civil de Angola. Muchos se han convertido en "niños de la calle", y se esfuerzan por sobrevivir de alguna manera en Luanda y otras aglomeraciones. Según Joseph Christ, Director de la oficina de la UNICEF en ese país, una generación entera de angoleños ha crecido en medio de la guerra y no conoce otra situación. "Nadie ha prestado bastante atención a los traumas sufridos por la infancia, y abrigo profundos temores por el futuro de Angola", explica.

Búsqueda de las familias

Contrariamente a lo que suele pensarse, los niños que andan solos por el mundo no son forzosamente huérfanos. De ahí que las organizaciones humanitarias prefieren emplear la expresión "niños perdidos", concepto que abarca a los menores separados tanto del padre como de la madre y que no están a cargo de ningún adulto a quien por ley o con arreglo a la costumbre incumbe esa responsabilidad. El niño se considera "huérfano" cuando se ha establecido fehacientemente la muerte de ambos progenitores.

En medio de la confusión generada por los conflictos armados y otras crisis, y especialmente en el corto plazo, suele revelarse imposible determinar la suerte corrida por los padres de los niños no acompañados. También suele suceder que muchos niños estén convencidos de la muerte de sus padres, cuando en realidad no es así.

Sin embargo, la opinión pública internacional ejerce a veces presiones considerables para evacuar de las zonas de conflicto a los niños no acompañados, o de declararlos aptos a la adopción. "Considerar huérfanos a todos los menores no acompañados que abundan en los campos de refugiados o en algún supuesto orfanato equivale a sellar su destino por adelantado", afirma Nina Winquist, Encargada de Prensa del CICR en Nairobi. "Antes de vislumbrar siquiera la posibilidad de la adopción, debemos hacer todo lo que esté a nuestro alcance para encontrar a los padres de los niños perdidos, o al menos a familiares que estén dispuestos a hacerse cargo de ellos".

Conflicto armado

El servicio de búsqueda del CICR entra en acción prácticamente desde el comienzo de un conflicto armado o disturbio político. Apoyándose en más de un siglo de experiencia, este dispositivo único en su género se ocupa de registrar y comprobar la identidad de los miembros de las familias separadas, incluidos los prisioneros, los desplazados y los "niños perdidos", procurando ponerlos en contacto con los familiares.

Hacia fines de octubre del presente año el CICR había compilado ya en su base de datos informatizada y centralizada más de 25.000 registros correspondientes a niños no acompañados en el marco del conflicto de Ruanda. Habida cuenta de que las estimaciones actuales cifran en unos 50.000 el número de niños en tal situación, la cantidad real podría ser mucho mayor. "Resulta muy difícil precisar cifras en esta fase", dice Alfredo Mallet, Jefe de Operaciones en Africa de la Agencia Central de Búsquedas del CICR en Ginebra. "Ello será posible cuando se hayan completado cabalmente los registros correspondientes".

La triste realidad de quienes no pueden apelar a su fuerza

Salven a los niños

Los movimientos e instituciones como el ACNUR, "Save the Children" y "Defense for Children International" se oponen a la evacuación de niños que no se ajusten a las normas más estrictas en materia de seguridad e idoneidad profesional de los organismos que las lleven a cabo. Además, consideran que hay que proporcionar a los niños la mayor cantidad de datos disponibles sobre sus antecedentes personales. Por otra parte, se ha de hacer todo lo posible por localizar a los padres, antes de que los niños sean enviados a otros países en calidad de menores no acompañados. Ahora bien, una vez instalados los niños en el extranjero, los organismos responsables deberían tomar una decisión en cuanto a proseguir la búsqueda de las familias y dedicarse a ayudar a los menores a iniciar una nueva vida.

"Antes de decidir qué sería lo mejor para todos estos niños, es sumamente importante considerar los motivos por los que se encuentran solos", indica Ulrike von Buchwald, jefa del Departamento de Refugiados de la sede de la Federación en Ginebra. "¿Fueron separados por la fuerza de sus familias o se perdieron al huir de un ataque? ¿Fueron abandonados? ¿Fueron los padres torturados o asesinados en presencia de sus hijos? ¿Cuál fue la suerte del resto de la familia? En general, es mejor que los niños queden a cargo de un familiar en vez de ser trasladados a un medio social o cultural diferente. También es primordial que se respeten los derechos del niño, así como el de los padres, en caso de que éstos sigan con vida".

Condiciones adecuadas

Paulo David, redactor del International Children's Rights Monitor, ha puesto de manifiesto que algunas evacuaciones de niños gravemente heridos se han realizado, al parecer, en condiciones adecuadas. Pero algunas ONG dan la impresión de no estar al corriente de los procedimientos establecidos por las organizaciones humanitarias, o de hacer caso omiso de ellos. "Cuando se carece de profesionalismo y se actúa descuidadamente, las mejores intenciones pueden generar comportamientos asimilables a la negligencia de carácter penal", afirma el Sr. David.

El 1º de agosto de 1992, el parlamento regional de Sajonia-Anhalt, Alemania, organizó la evacuación de 47 niños, supuestamente huérfanos, de la capital bosnia de Sarajevo, sin escolta de las fuerzas de la ONU. En la operación perecieron dos niños bajo el fuego de metralla. Al día siguiente, un autocar fue detenido en un puesto de control serbio, y nueve niños aparentemente de origen serbio, fueron secuestrados. Luego se supo que, contrariamente a lo afirmado los organizadores de esta evacuación, no todos los niños eran huérfanos.

Las organizaciones humanitarias más importantes no tardaron en manifestar su aprensión por este género de operaciones en la ex Yugoslavia. En su opinión, el apresuramiento y la improvisación darían origen inevitablemente a graves errores, además de provocar confusión y angustia, acrecentando las dificultades para ubicar a los niños perdidos. "Muchísimas veces se ha constatado que una vez que los niños son llevados al extranjero existe el riesgo de perder la pista de los padres biológicos, y aumentan las presiones con miras a la adopción, independientemente de la verdadera situación familiar", opina David. Tales preocupaciones no impidieron que en fecha reciente varias organizaciones no gubernamentales evacuasen a más de 150 niños de Ruanda, enviándolos a Francia e Italia.

Presionen en favor de la adopción

Los representantes de los organismos de socorro temen que el desplazamiento incontrolado de niños genere otros problemas, en especial el tráfico de niños destinados a la adopción. Se ha observado que, al abrigo de los disturbios políticos en Albania, Rumania, Sri Lanka, y la ex Unión Soviética, ha proliferado esta clase de "comercio".

La adopción suele ser una solución fundamentalmente emotiva y egoísta. "A menudo, la gente no está dispuesta a aceptar en su totalidad el procedimiento que debería respetarse para adoptar a un niño ruandés o somalí. Les gustaría tener un niño propio, y creen que será más fácil conseguirlo en un país en desarrollo víctima de la guerra. Pero no se puede evacuar niños de una zona de guerra como Sarajevo y ofrecerlos en adopción. No es lo mismo que ir a una tienda y comprar un perrito", comenta Nigel Cantwell, director de "Defence for Children International" en Ginebra.

Cuando algún medio de comunicación se hace eco de situaciones críticas como la de los niños de Camboya o, más recientemente, de la ex Yugoslavia, las Sociedades Nacionales de Europa occidental, EE.UU. y Canadá reciben innumerables llamadas telefónicas de personas que desean aportar asistencia o adoptar a un niño. "Algunos sólo quieren alejarlos de una situación peligrosa o de miseria, y otros, al no haber conseguido adoptar un niño en su propio país, piensan que tal vez sea más fácil conseguirlo en el extranjero", estima Sandra Sliger, directora de los servicios de búsqueda internacional y bienestar de la Cruz Roja Británica.

Según Ann Stingle, portavoz internacional de la Cruz Roja Americana, el aumento de solicitudes de adopción en los EE.UU. tal vez sea aún mayor. "Al parecer, ello responde a una reacción puramente emocional. El espectáculo de la infancia desvalida suscita una respuesta intensa y muchos quieren participar y ayudar. Pero, por lo general, la gente no comprende que es necesario actuar teniendo en cuenta los intereses primordiales de seres vulnerables como los niños. Por nuestra parte, siempre hacemos hincapié en que aún cuando un niño haya perdido a sus padres, tiene otros familiares".

Por lo general se recomienda observar un período de espera de dos años antes de permitir la adopción de los niños no acompañados, considerados huérfanos. Pero incluso esta medida resulta insuficiente. "He conocido casos de niños camboyanos cuyos padres biológicos han recurrido a los servicios de búsqueda del CICR con la esperanza de dar con ellos, 15 años después que otros organismos los hubieran entregado en adopción. Al transcurrir tanto tiempo, esos niños, ya adultos, habían hecho su vida en diversos países, y resultaba imposible ubicarlos", cuenta A. Mallet, del CICR.

Una preocupación cada vez mayor

Con el objeto de aclarar su posición ante las múltiples presiones en favor de una evacuación indiscriminada y de procedimientos de adopción acelerada de los "niños perdidos" en el conflicto de Ruanda, el CICR, la Federación, el UNICEF y el ACNUR emitieron un comunicado conjunto en junio de 1994. Si bien reconocían que a fin de salvar la vida de los niños había sido necesario proceder a operaciones de evacuación hacia diversos países, estas organizaciones insistían en que era importante aplicar rigurosamente las normas relativas a los niños no acompañados.

Ello implica, en la medida de lo posible, preservar la unidad familiar y mantener registros exhaustivos. A medida que aumenta el número de niños no acompañados, debido a la proliferación de los conflictos armados, las organizaciones humanitarias seguirán encontrándose ante opciones dolorosas cada vez que sea necesario establecer una vía de acción que respete como corresponde los intereses de los niños no acompañados. Sea como fuere, hay que esforzarse por impedir que los niños se conviertan en peones del ajedrez político o en víctimas de un sentimentalismo compulsivo o de mercaderes de la adopción, que no tienen ninguna consideración genuina por su bienestar presente y futuro.

02

Algunos no tienen siquiera un lugar

SEA como fuere, lo cierto es que tras las masacres se ha observado un número extraordinariamente elevado de niños no acompañados. Es posible que muchos hayan quedado efectivamente huérfanos, pero tal vez lleve meses o incluso años, concluir la búsqueda y constatar la situación real de cada menor. Como indica Hans-Peter Lenz, delegado del CICR, uno de los problemas que se plantea es convencer a los niños de que cuenten lo que les ocurrió verdaderamente. "Siguiendo las instrucciones de sus mayores, muchos dan nombres falsos por temor a las represalias de que pudieran ser objeto por las atrocidades perpetradas en Ruanda, independientemente de que hayan tomado parte en ellas o no".

En el campamento de Benaco, Tanzania, la Federación mantiene un centro de acogida donde docenas de niños ruandeses no acompañados disponen de un lugar donde dormir, comen a sus horas, reciben instrucción y participan en actividades dirigidas, tales como deportes y artes y oficios. Dentro del propio campo, la Federación también se ocupa de ayudar a los niños a localizar a sus padres u otros parientes y cuando esos esfuerzos resultan infructuosos, se toma contacto con familias de la comunidad de origen del menor que estén dispuestas a adoptarlos.

Con ese fin, la Federación se sirve de un instrumento simple pero eficaz: el megáfono. Jean de Dieu Ngamije, miembro del personal de la Cruz Roja, refugiado y ex empleado de un orfanato de Kigali, recorre el campamento acompañado por el niño cuyos familiares se buscan y anuncia su presencia con el megáfono. El método es arduo pero inusitadamente eficiente, y cada día se logra encontrar a los familiares de uno o dos chicos; en total, desde que se inició el programa, en junio de este año, 1.500 niños se han reunido con sus familias. El ACNUR ha previsto utilizar el programa de la Federación como modelos en intervenciones análogas de asistencia a los refugiados que lleve a cabo en el futuro.

Lecciones del pasado

El debate acerca de cuál es el enfoque más idóneo para tratar la cuestión de los niños no acompañados durante las situaciones de conflicto armado o disturbio político se ha planteado una y otra vez, dando lugar a posiciones contradictorias. En el curso del presente siglo, millones de niños perdieron sus hogares a raíz de la revolución rusa y las hambrunas ulteriores, la guerra civil española y la Segunda Guerra Mundial. En 1945, por ejemplo, uno de cada cuatro alemanes trataba de dar con el paradero de algún pariente o era buscado por un familiar.

Más de un cuarto de millón de niños se encontraban sin identificación o sin padres.

La Cruz Roja Alemana estableció un servicio de búsqueda dotado de técnicas especiales para determinar la identidad de los bebitos y los menores de cinco años cuyo nombre se desconocía. Se constituyó un registro de tarjetas de información en las que se hacía constar la edad aproximada, el color del cabello y de los ojos, y cualquier otra seña particular. Buena parte de las actividades de búsqueda se llevaron a cabo a través de los medios de difusión, pero también se expusieron fotografías en las oficinas públicas.

Expedientes de búsqueda

Al clausurarse el programa, hace ya varios años, de los 294.354 expedientes de búsqueda, sólo quedaban sin resolver 3.721. Las valiosas lecciones de la experiencia alemana se han aplicado en todo el mundo, como por ejemplo, en el caso de la búsqueda de familiares de los refugiados del mar, vietnamitas acogidos en los países del sudeste asiático en 1979, programa en el que participaron varias Sociedades Nacionales y que contó con la ayuda y el respaldo del CICR.

A fines de la Segunda Guerra Mundial se abordaron problemas de índole similar en relación con un gran número de niños húngaros que, debido al trazado de las nuevas fronteras o por haber sido enviados a zonas distantes de los combates, se encontraban en territorio rumano, checoslovaco o yugoslavo. Más tarde, millares de niños fueron separados de sus padres, tras la rebelión húngara de 1956 contra el régimen comunista. La repatriación de esos niños constituyó una tarea de primer orden para las Sociedades Nacionales de la región en la segunda mitad del decenio de 1940 y los primeros años del decenio de 1950.

"Pasaron muchos años antes de que se pudiera completar es labor, no tanto por cuestiones administrativas como por motivos sentimentales" observa un empleado de la Cruz Roja Húngara. "Después de haber vivido largo tiempo separados de sus padres, algunos niños preferían permanecer allí donde habían encontrado un nuevo hogar, y se mostraban reacios a la repatriación".

JOHN DEUTCH, Nº 2 DEL PENTAGONO Y NACIDO EN BELGICA

El Senado confirmó al nuevo director de la CIA

La misión del nuevo director de la CIA, John Deutch, será reflexionar sobre el espionaje de posguerra fría.



John Deutch: uno de sus objetivos es restaurar la alicaída moral de la CIA, sacudida por varios escándalos.

WASHINGTON, 9 (Reuter, AFP y EFE).– El Senado norteamericano confirmó hoy de manera unánime a **John Deutch** como director de la Agencia Central de Inteligencia (CIA), y le asignó la tarea de **restaurar la moral del organismo**, sacudida por varios escándalos, y ayudar a reflexionar sobre el espionaje estadounidense de la posguerra fría.

La votación fue de 98-0, con dos senadores ausentes.

Deutch, que era subsecretario de Defensa **desde marzo de** 1994, sustituye a **James Woolsey**, que abandonó el cargo en diciembre debido a presiones por su manejo de las consecuencias del caso de **Aldrich Ames**, alto funcionario de la CIA que durante casi nueve años espió para Moscú.

En una audiencia de confirmación de la semana pasada, Deutch, que es de origen belga, prometió purgar a la CIA y traer "**una nueva generación de dirigentes**" que no esté asustada por los grandes errores que afectaron el año pasado a la rama de operaciones encubiertas.

Sin embargo, poco después de su confirmación por el Senado, Deutch dijo que "**no va a haber una sangría**" en el organismo de espionaje.

"**Pienso ir allí y hacerme cargo de lo que es un tesoro nacional**", declaró Deutch a los reporteros.

"Deutch tiene la capacidad necesaria para asumir como director", dijo durante los debates del lunes el presidente de la Comisión de Inteligencia del Senado, **Arlen Specter**, republicano por Pennsylvania. "Llega a esta posición en un momento de dificultades sustanciales", agregó.

Además del caso Ames, el organismo de espionaje se ha visto en problemas por la revelación de sus relaciones con un coronel guatemalteco acusado de participar en el asesinato de un ciudadano estadounidense, por acusaciones de discriminación por parte de varias empleadas y recortes de personal de un 25% en la década del '90.

"Limpieza" en la CIA: se fue el jefe de operaciones clandestinas

Washington (ANSA) LR 10-5

■ Comenzó en la CIA la era de renovación prometida por el nuevo director, John Deutch, con el alejamiento de Hugh Price, jefe de la división clandestina y él mismo, uno de los más notorios espías, según informaron sus colaboradores.

La partida de Price estaba prevista desde hacía tiempo, pero el nombramiento de Deutch (que prometió una "limpieza" tras varias acciones fallidas del organismo estadounidense de espionaje) parece haber acelerado su decisión.

En setiembre de 1994, Price había sido oficialmente reprendido por el entonces director James Woolsey por no haber reaccionado con suficiente eficacia en 1989 y 1990 (cuando dirigía el contraespionaje) para individualizar al "topo" de los rusos Aldrich Ames.

Pero al mismo tiempo, Woolsey, que renunció en diciembre pasado, reafirmó su confianza en la capacidad de Price, permitiéndole permanecer en el cargo. Sin embargo, la ausencia de responsables por el caso Ames no agradó al Congreso y dio un nuevo impulso al alejamiento de Woolsey.

William Studeman, el ex director interino de la CIA, elogió a Price como un "profesional de extraordinario talento y compromiso que dio una contribución significativa a la seguridad del país".

Después de Price se espera para el verano (boreal) las dimisiones de otros dos "pesos pesados": los directores de las divisiones Inteligencia y Ciencia y Tecnología, Douglas MacEachin y James Hirsch.

AFP



John Deutch, el nuevo jefe de la CIA.

02 - 02

9508714

La CIA revela trucos de su programa de satélites espías

Washington (ANSA) LRep. 95/5

■ Los trucos utilizados por la CIA para mantener en secreto el lanzamiento de 38 satélites espía en los años 60 son revelados en una serie de documentos "top secret" divulgados en la actualidad.

El programa "Corona" permitió a Estados Unidos obtener la primera prueba concreta de los progresos de Moscú en el desarrollo de armas nucleares.

"A diferencia de los vuelos de los U-2, los lanzamientos de satélites de territorio norteamericano no pueden escapar a la atención del público", sostiene un documento de la CIA.

Los lanzamientos de los satélites fueron enmascarados como lanzamientos de un "programa Discover para la exploración de las condiciones ambientales en el espacio" con el envío de animales en órbita.

El proyecto Corona era considerado tan secreto que hasta la autorización del presidente Dwight Eisenhower para llevarlo adelante desapareció del archivo de los documentos, sustituida por un apunte a mano de un funcionario de la CIA, que alude al OK del presidente.

Senado de Estados Unidos investiga escándalo de la CIA en Guatemala

Guatemala (AFP)
por Gonzalo Marroquín

■ En medio de nuevas denuncias contra militares guatemaltecos, el presidente del Comité de Inteligencia del Senado estadounidense, Arlen Spector, investigaba ayer en esta ciudad un escándalo provocado por el trabajo encubierto de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) con el ejército de este país.

Spector, quien llegó en la noche del viernes acompañado del senador Mike Dewine, se entrevistó inmediatamente con el presidente Ramiro de León Carpio, y ayer lo hizo con el ministro de la Defensa, general Mario Enríquez, a quienes manifestó su "preocupación" por dos casos particulares.

Estos casos, según el mismo senador reconoció en breves declaraciones a la prensa, son los asesinatos del guerrillero Efraín Bámaca y del estadounidense Michel DeVine, hechos ocurridos en 1992 y 1990 respectivamente, y cuya autoría intelectual es atribuida al coronel Julio Roberto Alpírez.

Esta semana, el miembro de inteligencia del ejército guatemalteco, Nery Urízar García, denunció que había sufrido un atentado en la región suroccidental del país, luego de acudir a una dependencia de Derechos Humanos para dar información relacionada con el caso Bámaca.

Urízar recibió protección de la Misión de Verificación de Naciones Unidas en materia de Derechos Humanos (Minugua), y en declaraciones a la prensa aseguró que Bámaca fue capturado vivo en 1992 y torturado por oficiales del ejército.

El miembro de inteligencia militar, que actualmente está bajo protección del Ministerio Público (Fiscalía) y que podría salir del país para que su seguridad sea garantizada, dijo que el mayor Mario Ernesto Sosa ordenó que se asesinara a un ex guerrillero que se había integrado al ejército, Cristóbal Che Pérez (Valentín), para hacerlo pasar como el cadáver de Bámaca.

Espías alemanes tras un escandaloso contrabando de plutonio desde Rusia

Plan: la operación habría sido montada para desacreditar al gobierno de Moscú y, al mismo tiempo, mejorar las perspectivas eleccionarias del oficialismo en los comicios regionales de Baviera.

HAMBURGO, 13 (DPA).- Según afirmó hoy Bild Zeitung, el diario de mayor tirada de Alemania, fue el propio servicio de espionaje alemán (BND) el que organizó el escandaloso contrabando de plutonio de Rusia a Alemania, descubierto en agosto de 1994 en el aeropuerto de Munich.

El diario asegura que esta información la tiene de documentos secretos del BND a los que tuvo acceso.

En uno de los documentos secretos de 1994, el servicio de espionaje alemán afirma que en aquellos momentos estaba paralizado el "mercado negro internacional de plutonio, por falta de demanda".

Bild Zeitung interpreta que, puesto que no había demanda de plutonio, el BND montó todo aquel espectáculo valiéndose de dos españoles y un colombiano, quienes no sabían que detrás de aquel negocio millonario se hallaba el servicio secreto alemán.

Por otra parte, el semanario Der Spiegel afirma que el primer ministro alemán, Helmut Kohl, estuvo siempre informado de la trama y escenificación, así como del tansporte del plutonio en un avión de línea de Lufthansa de Moscú a Munich, lo que representó un gran peligro para los países sobre los que voló el avión y también para Alemania.

Posibles motivos

Según algunos analistas, el gobierno alemán actuó así para desacreditar internacionalmente a Rusia y también porque en aquellas fechas había elecciones regionales en Baviera y, descubriéndose el plutonio en Munich, se apuntaban un gran tanto el ministerio del Interior, el gobierno bávaro y el partido gubernamental cristianosocial CSU.

El proceso contra el colombiano y los dos españoles, que comenzó esta semana, se aplazó hasta el 22 de mayo para que los jueces escuchen el testimonio de un experto en energía atómica que informará si el plutonio confiscado podría ser empleado en la fabricación de armas atómicas.

Investigación

El Parlamento federal alemán constituirá el próximo miércoles en Bonn la comisión investigadora designada ayer para esclarecer este delicado caso en el que están comprometido el BND y la policía federal alemana (BKA).

El coordinador de los servicios secretos, Bernd Schmidbauer, adjunto a la oficina del primer ministro Helmut Kohl, admitió ayer por primera vez que un tal "Roberto", de nacionalidad alemana, es un confidente de la BKA en Madrid y que participó en un encuentro preparatorio de la operación el 9 de junio de 1994.

El tribunal acusa al colombiano y dos españoles de violar la ley de control de armas de guerra de Alemania por haber traído los 363 gramos de plutonio en vuelo de Lufthansa.

La Justicia alemana cierra procesos judiciales contra ex espías del este

Bonn (ANSA) Rep. 24/5

■ A cinco años de la reunificación de Alemania, la Justicia escribió ayer la palabra "fin" en el controvertido capítulo de los procesos a los agentes de los servicios secretos de la disuelta República Democrática Alemana (RDA), que durante los 40 años de división del país realizaron actividades de espionaje contra Alemania Federal (RFA).

La Corte Constitucional de Karlsruhe afirmó hoy el principio de la no imputabilidad penal de los espías de Alemania oriental. La sentencia, fundamental en el derecho de la Alemania reunificada y que en la práctica equivale a una amnistía, llevará al archivo de 700 procedimientos penales contra ex agentes de Stasi, el tristemente célebre servicio secreto de la ex RDA.

La "amnistía" vale solamente para las actividades de espionaje contra la RFA realizadas desde el territorio de la ex Alemania comunista.

En cambio, los agentes del este que eran enviados a la República Federal pueden contar sólo con el reconocimiento de un fuerte atenuante, que en algunos casos podrá permitir el archivo del expediente. Por su parte, deberán rendir cuentas a la justicia los alemanes occidentales que espiaron por cuenta de la RDA.

En casi todos los estados del mundo, incluidos por lo tanto Alemania Federal y la RDA —dice la motivación de la sentencia— el espionaje es punible sólo cuando se dirige contra el Estado mismo, mientras esta considerado como un medio legítimo si se realiza en favor de los intereses del país.

Con esta sentencia, la Corte implícitamente rechazó la distinción entre "espionaje bueno", es decir el occidental, y "espionaje malo", es decir el del este.

Esta distinción había permitido que Klaus Kinkel, ex jefe de los servicios secretos de Alemania Occidental, se convirtiera en ministro de Relaciones Exteriores, mientras sus colegas de Alemania Oriental debían sentarse en el banco de los imputados.

Entre los beneficiarios de la sentencia se contara casi seguramente Markus Wolff, legendario "superespía" de Berlín oriental, que en 1993 fue condenado a seis años de cárcel por traición y corrupción (la pena fue suspendida a la espera de la opinión constitucional).

"No leí la sentencia —comentó Wolff— pero espero poder encontrar una señal en ella que indique que las consecuencias de la guerra fría han sido superadas".

El partido de los ex comunistas del este (PDS) expresó satisfacción por la sentencia mientras los cristiano sociales bavareses la criticaron porque "equipara de hecho Alemania Federal al Estado fantoche de la ex RDA".

La KGB y la CIA crearon autómatas para la guerra

Sin frenos: el método bloquea centros cerebrales y hace que las personas sometidas sean incapaces de sentir piedad.

BERLIN, 25 (AP). - Un proyecto iniciado por la KGB en la década de 1970 transformó a soldados y agentes de seguridad en "armas humanas" programables y es utilizado ahora por hampones y firmas privadas, dijo hoy la televisión alemana.

El proyecto secreto utilizó la hipnosis y ondas radiales de alta frecuencia para transformar a los miembros de los servicios de seguridad y fuerzas armadas soviéticas en autómatas bélicos sin temor ni conciencia, dijo la cadena de televisión ARD.

La existencia del proyecto fue anunciada a principios de año en una conferencia patrocinada por la Fundación Glasnost que preside el ex dirigente soviético Mikhail Gorbachov.

"Esto es la destrucción del intelecto humano", dijo uno de sus creadores, Valery Kaniuka, según Panorama. Kaniuka lamenta ahora haber trabajado en el proyecto.

Activados como robots

El plan, llamado "Sistema de influencia psicotrónica", usaba palabras claves y códigos numéricos para activar a los agentes programados, algunos de ellos soldados en la guerra de Afganistán, que concluyó Gorbachov en 1988.

Según Alexander Kutchurov, director del Instituto Ruso de Investigación Parasicológica, el método, que bloquea los centros cerebrales, hace que las personas que son sometidas resulten incapaces de sentir piedad.



Schwarzenegger como Terminator, una ficción parecida a la realidad

El proyecto fue iniciado en respuesta a uno similar comenzado en los Estados Unidos cuando gobernaba Jimmy Carter.

Centenares de ex soldados soviéticos, policías y miembros de la KGB exigieron compensaciones por problemas de salud, tanto físicos como mentales.

Sin embargo, algunas unidades especiales de la policía rusa siguen empleando el método, que reapareció en el mercado libre para beneficio de hampones y firmas de seguridad privadas, dijo Panorama.

ESPIONAGEM À BRASILEIRA

Agência de informações só existe no papel

Principal missão cumprida pelo serviço hoje é fazer resumo diário de notícias

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso mantém um militar acusado de ser torturador num cargo na embaixada brasileira em Londres, sede da Anistia Internacional. Lançou o Programa Nacional de Reforma Agrária desapropriando terras de parentes do presidente do Banco do Nordeste. E recebeu em viagens ao interior adversários de seus mais fortes aliados no Congresso.

Os três fatos tiveram a mesma origem: a falta de um eficaz serviço de inteligência, capaz de municiar o presidente da República antecipadamente com informações que respaldem suas decisões. A conseqüência destes recentes episódios também foi a mesma: prejuízos à imagem de Fernando Henrique, com maior ou menor grau de repercussão.

Apesar de ter anunciado, no primeiro dia de governo, a criação da Agência Brasileira de Informações, o presidente não conta até hoje com esta estrutura. Rejeitados pelo secretário de Assuntos Estratégicos (SAE), embaixador Ronaldo Sardenberg, os arapongas que restaram do proscrito Serviço Nacional de Informações (SNI) estão hoje vinculados à Secretaria-Geral da Presidência. Enquanto aguardam que a ABI saia do papel e comece a funcionar, o Departamento de Inteligência produz papers diários entregues ao secretário geral, Eduardo Jorge Caldas.

FALTA DE DADOS TEM CAUSADO PREJUÍZO A FH

Na maioria das vezes, as informações não têm nada de estratégicas. Muitas vezes, o informe é um mero resumo das notícias do dia. Ou se limita a enfocar a ação de setores considerados nefastos pela antiga doutrina de segurança nacional — como partidos de oposição, sindicatos e grevistas. Não há também um fluxo sistemático de informações entre o departamento e o Planalto. Raramente os assessores do presidente encomendam algum tipo de pesquisa prévia. Quando pedem alguma coisa, geralmente as denúncias já ganharam as páginas dos jornais, cabendo aos arapongas apenas checá-las.

Isso ocorreu em março, quando Fernando Henrique foi ao interior do Ceará lançar, em terras secas, o programa de desapropriação de um milhão de hectares para reforma agrária. A primeira fazenda escolhida para ser desapropriada chamada Barra do Feijão, pertencia a parentes do presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz, presente à solenidade. Fernando Henrique, que visitou a região acabou dando seu aval para uma transação que, posteriormente, foi alvo de questionamentos. "Não sabíamos de nada, mas avaliamos que o fato não trouxe prejuízos para o presidente porque não se constatou maracutaia", diz um assessor palaciano.

Nos meios militares, o serviço de informações é considerado hoje "inexistente", apesar de o Departamento de Inteligência contar com cerca de mil funcionários — grande parte deles com funções administrativas.

José Paulo Lacerda/AE — 1/3/95



Eduardo Jorge: quase mil funcionários no setor

Sem condições de conhecer os fatos em primeira mão ou de avaliar a extensão de decisões polêmicas, o presidente vem reclamando das sucessivas situações constrangedoras a que é exposto. Algumas delas não dependeriam de "serviços de inteligência" para serem evitadas: bastaria a agilidade da assessoria política.

Há duas semanas, por exemplo, durante a viagem ao Nordeste, Fernando Henrique deu tratamento vip a rivais do PFL. O deputado José Carlos Aleluia (BA), relator da medida provisória das concessões — matéria considerada fundamental pelo Planalto —, foi um dos que se enfureceram. "É um desaforo", reclamava Aleluia na semana passada, no gabinete da liderança do PFL na Câmara, ameaçando se rebelar contra o governo. Foi preciso um telefonema de Fernando Henrique para acalmar o deputado. "Não temos como controlar todos os convidados no palanque do presidente nas viagens", diz a assessoria do Planalto.

Outras mancadas têm repercussão bem maior e não podem ser resolvidas com um prosaico telefonema. O Planalto começará a semana tentando conter o escândalo diplomático provocado pela nomeação do coronel Armando Avólio Filho para o cargo de adido militar da Embaixada do Brasil em Londres. Na semana passada, a Anistia Internacional já havia cobrado informações do governo brasileiro sobre o militar. Na sexta-feira, a denúncia ganhou contornos ainda mais sérios: o jornal *O Globo* publicou um estarrecedor depoimento do jornalista e ex-preso político Cid Benjamin com a descrição da implacável sessão de torturas que enfrentou em abril de 1970. Segundo Benjamin, Avólio estava no comando.

Preocupação com segurança pessoal é maior

"Não é um Estado policial", diz assessor, para justificar amadorismo na área de informações

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto reconhece que o fluxo de informações colocado à disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso é falho e amadorístico, e precisa ser reestruturado. Mas justifica a situação. "Não estamos em um Estado policial para checar a vida de todos que, por alguma razão, venham a se relacionar com o poder", sustenta um dos assessores diretos de Fernando Henrique. "O governo não é uma equipe olímpica de voleibol, mas um gigante desorganizado que tem de funcionar na base da relação de confiança, porque não há como checar tudo o que o presidente assina."

A imobilidade demonstrada até o momento pelo governo para reestruturar os serviços de inteligência está sendo quebrada em relação à segurança pessoal do presidente. Pressionado pelas sucessivas manifestações hostis ocorridas durante as viagens de Fernando Henrique pelo País, o Gabinete Militar passou a dar maior importância à coleta de informações. Esta tarefa está sendo feita sobretudo pelo Exército, por meio de missões precursoras enviadas aos Estados. Foi o Serviço de Informação do Exército que monitorou o movimento grevista dos petroleiros e forneceu informações para ocupação das refinarias.

> GENERAL PASSOU A FAZER VISTORIAS PESSOALMENTE

Depois das pedras atiradas contra a comitiva presidencial em Campina Grande (PB) há duas semanas, o chefe do Gabinete Militar, general Alberto Cardoso, além de acionar o Exército, passou a vistoriar pessoalmente e com antecedência o roteiro da comitiva presidencial. Decidiu também manter maior entrosamento com as polícias estaduais para reforçar os esquemas locais de segurança, com tropas e armamento especializados. A primeira demonstração deste sistema mais rígido de segurança foi dada sexta-feira em Apucarana, no Paraná.

O Gabinete Militar decidiu que este controle maior sobre a população será mantido até que "os ânimos se acalmem" nas ruas. Fernando Henrique foi aconselhado a se manter afastado de "aglomerações" nas viagens e tem seguido a recomendação. As novas regras já estão em vigor na Praça dos Três Poderes: o território popular, que se estendia até a pista que dá acesso ao Palácio do Planalto, foi recuado para o meio da praça, até a escultura *Os Dois Candangos*. (M.B.)

■ *Colaborou Tânia Monteiro*

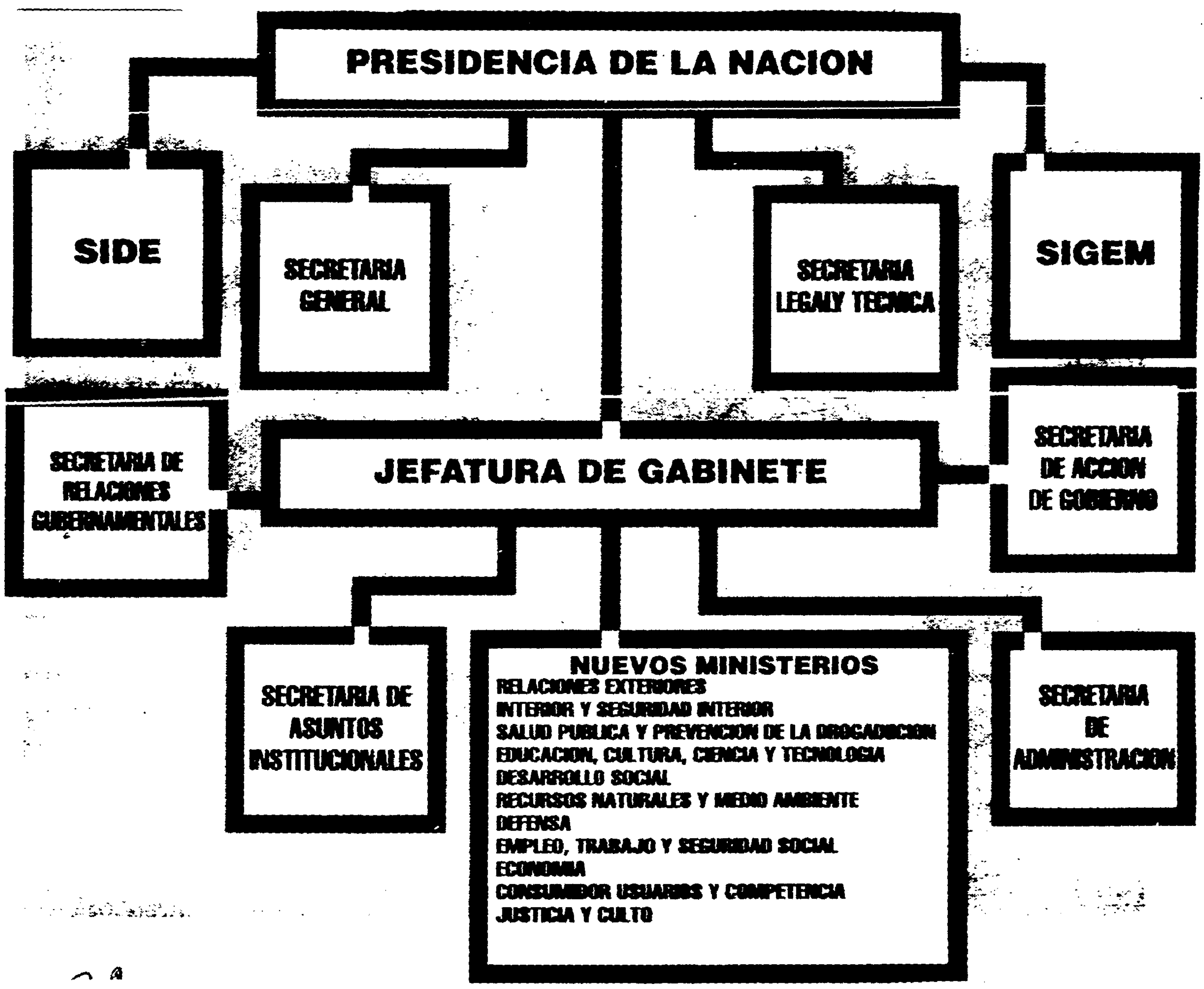
02-02

950820

9508721

Proponen en la Argentina que la S.I.D.E. dependa directamente del Pdte.

150518
25/5/95
515075
11337
66960



01-02

9508721

LEY DE MINISTERIOS

LA PRIMERA AVANZADA

Los legisladores peronistas presentaron a Bauzá un organigrama casi a gusto del futuro jefe de Gabinete.

(*Por Román Lejtman*) La nueva Ley de Ministerios bosquejada por los diputados y senadores justicialistas, que Eduardo Bauzá comparte en un ochenta por ciento, serrucha una cuota de poder a Domingo Cavallo y deja a la intemperie a secretarios como Alberto Lestelle, Guillermo Seita y Andrés Antonietti. El organigrama de los legisladores establece *la creación* de once ministerios y prevé que sólo las secretarías de Inteligencia del Estado (SIDE), Legal y Técnica, General y la Sindicatura General de Empresas (SIGEM) dependerán del presidente Carlos Menem.

Hasta la semana pasada, los diputados y senadores peronistas habían decidido fracturar la cartera de Economía en tres partes que dejarían a Cavallo sin peso político. Pero ahora, aunque siguen pintados para la guerra, los legisladores comprendieron que un proyecto de esas características no sería respaldado por Bauzá. En este contexto, las bancadas mayoritarias sólo pretenderían que el ministro ceda su facultad de controlar a las empresas privadas que prestan servicios públicos.

Para Eduardo Vaca y Miguel Toma, que tuvieron a su cargo la redacción del organigrama (ver cuadro aparte), con la cesión de Cavallo debería crearse el Ministerio del Consumidor, los Usuarios y la Competencia. En cuanto a las facultades de percibir las rentas y elaborar el presupuesto nacional, que la Constitución nacional asigna al futuro jefe de Gabinete, los legisladores decidieron dar un paso al costado y permitir que Bauzá asuma su propia estrategia (ver nota aparte).

La estructura diseñada por los senadores y diputados deja sin poder a Lestelle. Antonietti y Seita, quienes perderían su capacidad de maniobra y tendrían que aceptar órdenes de sus respectivos ministros. Lestelle dependería de la cartera de Salud Pública. Antonietti pasaría a engrosar la estructura que maneja Corach y Seita sería incorporado a la maquinaria de Bauzá.

El secretario de Medios de Comunicación ya se entrevistó con Bauzá para expresar su malestar e intenta frenar su muerte súbita apelando a su amistad política y personal con Cavallo. El ministro de Economía decidió defenderlo y piensa ofrecerlo como titular de la cartera laboral si Armando Caro Figueroa renuncia y Bauzá decide finalmente avanzar sobre la secretaría de Medios.

Eduardo Amadeo y María Julia Alsogaray son los funcionarios que más se benefician con la Ley de Ministerios que redactaron los legisladores. Las secretarías de Desarrollo Social y de Recursos Naturales serán elevadas al rango de ministerios y sus actuales titulares aparecen como lógicos candidatos a transformarse en ministros.

La posición de Amadeo y Alsogaray contrasta con el probable destino de Lestelle y Antonietti. El bioquímico acusado de enriquecimiento ilícito conduce un organismo que debería tener un rol importantísimo frente al narcotráfico y el lavado de dinero sucio. Pero Lestelle no supo establecer una relación de trabajo con los servicios de inteligencia nacionales e internacionales y convirtió a la *secretaría de la droga* en una estructura cuasi burocrática.

Antonietti reapareció en la Casa Rosada manejando un ente que debía encontrar a los responsables de los atentados a la embajada de Israel y la AMIA, una tarea que superó con creces su capacidad para entender las claves del terrorismo internacional. La información básica que se maneja en Tribunales proviene de la SIDE y las agencias extranjeras, mientras Antonietti sólo se dedica a escribir memos reservados a los que Menem jamás presta atención.

En la ley de los legisladores, Rodolfo Barra suma a la cartera de Justicia el área de Culto, que Guido Di Tella tendría que ceder desde la Cancillería. Este cambio provocará tironeos internos: Barra es adherente del Opus Dei y algunos miembros del gabinete temen que la política religiosa se vuelque más aún hacia la derecha.

Bauzá ayer protagonizó junto con varios legisladores una reunión que había sido convocada para iniciar el tratamiento de la Ley de Ministerios. Pero Menem se plegó al desayuno y "el encuentro desembocó en una tertulia sobre bueyes perdidos y el sexo de los ángeles", según señaló uno de los participantes. Para la semana próxima está previsto que se inicien las negociaciones y Bauzá cree que un proyecto consensuado con Cavallo arribará al Parlamento en la tercera semana de junio.

Nº DOCUMENTO 9508722
TITULO La OCDE celebra reunión anual a nivel ministerial, en el mes de mayo en París.
PROCEDENCIA 15000
FECHA DE ... 23-05-95
VINCULACIONES 12378 ... 65963. 10184. 65810 60224

ENTRADO
CRUZ

■ PERSPECTIVAS

OCDE redujo previsión de crecimiento

La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) ha revisado a la baja sus previsiones de crecimiento del Producto Bruto Interno (PBI) para 1995 del 3,0% al 2,7% para 1995 y del 2,9% al 2,7% para 1996.

El secretario general de la institución, Jean Paye, afirmó en una rueda de prensa que la situación económica general es buena, pero no de "plena satisfacción" por culpa del desempleo.

"Vivimos un período de crecimiento sin inflación, lo que no tiene precedentes desde hace 30 años", señaló Paye en París.

La tasa de desempleo de la OCDE ha sido revisada al alza, del 7,8 al 7,9% para 1995 y del 7,6 al 7,7% el año próximo.

La previsión de inflación ha sido corregida sensiblemente, al pasar del 3,1 al 4,1% en 1995 y del 3,0 al 3,7% para el año siguiente.

El crecimiento, el empleo y el progreso social, "problemas relacionados entre sí", según Paye, centrarán las discusiones de la reunión que realizarán hoy y mañana bajo presidencia española.

"Para hacer una buena economía, hay que hacer una buena sociedad", enfatizó el secretario general. *(EFE)*

01-05 9508722

EE.UU. VS. JAPON

La pelea llegó a las fábricas

Ayer en Tokio la automotriz Nissan anunció una reducción de la producción de automóviles de lujo. Lo atribuyó a las sanciones comerciales anunciadas la semana pasada por el presidente norteamericano, Bill Clinton. La Nissan es el segundo fabricante de autos del Japón, y ahora planea nuevos recortes que podrían llevar el volumen a un nivel de 2.000 unidades mensuales, en vez de las 4.000 actuales.

En París, donde se realiza la reunión de la OCDE, la organización que agrupa a los países más ricos, los Estados Unidos y el Japón rehusaron obstinadamente ayer reanudar negociaciones para evitar su inminente guerra comercial mutua. Ayer los ministros de otros países industrializados salieron a criticar el curso hostil emprendido por Washington y Tokio.

El secretario norteamericano de Comercio, Ron Brown, dijo que no habría gestiones de arreglo en el marco de la reunión ministerial anual, que comenzó ayer, de la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo (OCDE).

"Los que vaticinaron un progreso rápido en la reunión de la OCDE se equivocaron", dijo Brown en rueda de prensa.

Los efectos de la pelea empiezan a sentirse hacia el interior de las empresas.

A pesar de la negativa de Brown, el representante norteamericano para el Comercio, Mickey Kantor, confirmó en París que los Estados Unidos acatarán el veredicto de la Organización Mundial de Comercio, según indicó el director general de la OMC, Renato Ruggiero.

"Kantor repitió que aunque el juicio de la OMC fuera contrario a lo que desean los norteamericanos, los Estados Unidos lo aceptarían", dijo Ruggiero a la agencia AFP.

OCDE centra su atención en problemas sociales

París, mayo 23. - Los ministros de las naciones más ricas del mundo se reunieron para tratar los problemas sociales que acechan a sus países dejando de lado la disputa comercial entre Estados Unidos y Japón. En la reunión anual de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE) que se celebra en París los ministros dejaron claro que pese a que se han superado las recesiones económicas, no se ha recuperado aún una sensación de bienestar.

"La recuperación cíclica parece estar firmemente asentada de acuerdo con las estadísticas de la OCDE, pero ésto no es tan obvio para nuestros ciudadanos. ¿Por qué existe esa dicotomía entre las estadísticas económicas y la confianza doméstica?" se preguntó el ministro de Industria canadiense John Manley.

La OCDE revisó sus previsiones económicas para el bloque de 25 miembros y lo situó en el 2,7 por ciento para 1995 desde el 3 por ciento calculado anteriormente y en el 2,7 por ciento para el año próximo desde el 2,9 calculado en diciembre. La revisión es resultado de la caída del dólar frente al marco y al yen, que afectó a las economías japonesa y alemana. Los ministros reunidos en París evitaron tratar las turbulencias de los mercados de divisas, una fuente de fricción entre Estados Unidos y Japón.

En lugar de ello se centraron en la lucha contra el desempleo. La recuperación económica ha permitido que el número de desempleados se haya reducido desde la cifra récord de 35 millones de personas pero los países miembros siguen luchando contra el alto desempleo debido a la rigidez de los mercados laborales. En Europa, la tasa de desempleo permanecerá por encima del 10 por ciento en 1996 pese a los tres años de sólido crecimiento económico.

"Parece poco probable que la recuperación cíclica que estamos experimentando sea suficiente para resolver el reto fundamental de poner a la gente de vuelta en sus puestos de trabajo", dijo el ministro de Finanzas noruego Sigbjorn Johnsen. **(Reuter)**

DISPUTA COMERCIAL ENTRE JAPON Y EE.UU.

Ministros de la OCDE reafirman apoyo al libre comercio

París, mayo 24 - Las naciones más ricas del mundo emitieron hoy una declaración de apoyo a los esfuerzos internacionales para promover el libre comercio. En su comunicado, emitido al fin de una reunión de dos días de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OECD), los ministros pretendían satisfacer tanto a Washington como a Tokio, que están enfrentados en una disputa comercial sobre autos.

Estados Unidos amenazó con imponer sanciones a las importaciones de autos de lujo japoneses si Tokio no abre sus mercados a los vehículos y partes de estos de fabricación extranjera. La mayor parte de los miembros de la OCDE, pese a que desean que Japón abra más su mercado a los bienes extranjeros, criticaron la acción unilateral estadounidense y dijeron que este tipo de medida debe contar con el acuerdo de organismos internacionales.

La disputa ensombreció los dos días de reuniones en las que se trató la lucha contra el desempleo, la promoción del crecimiento económico y la adaptación de las economías emergentes del mundo en desarrollo.

El enfrentamiento se agudizó cuando el comisario europeo de Comercio, Leon Brittan, anunció que la Unión Europea consideraría retar cualquier acuerdo bilateral entre Estados Unidos y Japón en la Organización Mundial del Comercio (OMC). Los ministros discutieron durante horas la solicitud japonesa de incluir en el comunicado final una condena contra las acciones comerciales unilaterales. Finalmente esta condena fue excluida por la presión estadounidense.

El comunicado final expresó su apoyo a "una fuerte eficiente Organización Mundial del Comercio que cuente con un mecanismo respetado y de perfecto funcionamiento para resolver las disputas". Los ministros reafirmaron su compromiso con la reducción del proteccionismo, el "levantamiento de los obstáculos a la apertura de mercados nacionales y la competencia global".

(Reuter)

02

9508722

OCDE busca formas de crear empleo

Los ministros de la organización procuran aprovechar la actual recuperación económica para incrementar los puestos de trabajo



Brown transmitió la visión de su presidente AFP

CLAVES

- **INTRANSIGENCIA.** EEUU y Japón se rehúsan a negociar, lo que provoca la molestia de los ministros de los restantes ministros de Economía de la OCDE que rechazan el camino de las sanciones unilaterales que el gobierno de Bill Clinton parece dispuesto a emprender.
- **APERTURA.** Los ministros comenzaron a redactar un acuerdo que eliminará las barreras a las inversiones extranjeras en los países que integran la organización.
- **DESOCUPACIÓN.** El desempleo es reconocido como uno de los problemas centrales de los países industrializados.

Los Estados Unidos y Japón rehusaron obstinadamente reanudar negociaciones para evitar su inminente guerra comercial mutua, al tiempo que ministros de otros países industrializados criticaban el curso hostil emprendido por Washington y Tokio.

El secretario estadounidense de Comercio, Ron Brown, dijo que no habrá gestiones para llegar a un acuerdo en el marco de la reunión ministerial anual, que durará dos días, de la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo (OCDE).

"Los que vaticinaron un progreso rápido en la reunión de la OCDE se equivocaron", dijo Brown.

"Algunas veces, enfrentados a situaciones difíciles, los humanos recurren a conductas prehistóricas", comentó por su parte el ministro alemán de Economía, Gunter Rexrodt, en referencia a la posición intransigente de los gobiernos de Japón y Estados Unidos.

Alemania respalda posición de EEUU en enfrentamiento con Japón

PREOCUPA DESEMPLEO

Los ministros de la OCDE examinaban cómo aprovechar la actual recuperación económica para incrementar los puestos de trabajo.

El crecimiento económico de los miembros de la organización se calcula en un 2,7% este año. El desempleo, de acuerdo a estimaciones del grupo, se ubicará en un 7,8% promedio, en baja respecto al 8% de 1994.

"El crecimiento económico no es suficiente para encarar la cuestión del desempleo, que es una de las preocupaciones clave que enfrenta el mundo hoy en día", dijo el ministro español de Finanzas, Pedro Solbes, quien actuó como presidente de la reunión.

Los ministros también decidieron comenzar la redacción de un nuevo acuerdo que eliminaría las barreras a las inversiones extranjeras dentro de la OCDE.

ENFRENTAMIENTO

Si bien no se mencionó en el temario oficial, la amenaza de sanciones por parte de Estados Unidos a la importación de automóviles de lujo de Japón estuvo presente en la reunión.

El representante comercial e[stadounidense], Mickey Kantor, i[n]tercambió saludos con su cole[ga] Ryutaro Hashimoto, dijo u[n] portavoz de EEUU. Pero los fu[n]cionarios recalcaron que no hab[ía] planes para una reunión form[al] de ambas delegaciones en París.

Los Estados Unidos han dic[ho] que presentarán una contrad[e]manda contra Japón por la polí[ti]ca de este país que restringe [el] acceso a sus mercados.

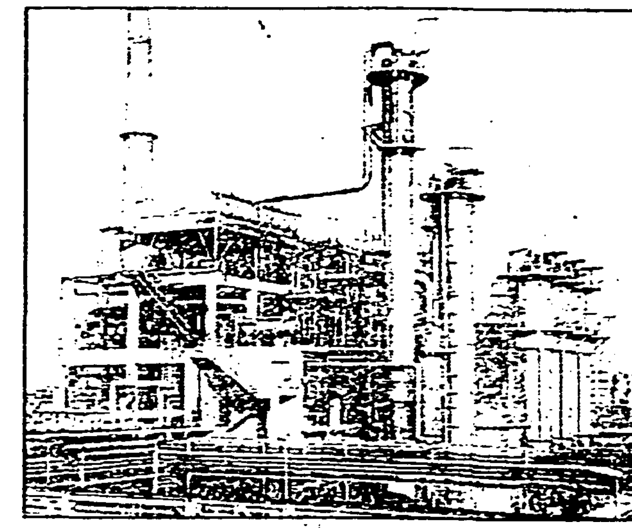
"En principio respaldamos [la] posición de Estados Unidos po[r]que pensamos que Japón de[be] comportarse como cualquier pa[r]ticipante normal en la econom[ía] mundial", dijo Rexrodt.

No obstante, Rexrodt y otr[os] consideraron que la imposici[ón] de sanciones unilaterales no es [el] mejor sistema para conseguir e[se] objetivo. *(AP)*

03 9508722

La OCDE advierte que se debe reorganizar la economía mundial

El mundo occidental deberá reordenar su economía para afrontar los cambios que se vislumbran a principios del siglo XXI, sobre todo en quince países de rápido desarrollo, entre ellos China, India e Indonesia, los "tres grandes" de Asia, afirma un informe de la OCDE.



Para el año 2010, los países de rápido desarrollo habrán progresado de tal manera que pondrán en el tapete la actual organización económica mundial y traerán importantes consecuencias para los problemas ambientales y migratorios.

El tema fue debatido en la reunion ministerial de la OCDE que se celebra en la capital francesa.

El mundo occidental debe prepararse para ese gran cambio de papeles y profundizar las relaciones con el nuevo mundo a nivel de intercambios comerciales y tecnológicos, de inversiones y de flujos financieros, se lee en un informe difundido por la OCDE (Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico).

Inaugurando el simposio parisino, el Primer Ministro francés, Alain Juppé, afirmó que la OMC (Organización Mundial de Comercio) tiene que "contribuir a la reorganización del sistema monetario internacional".

"Antes de comprometernos en una nueva ronda de negociaciones -añadió Juppé- o de pensar en una zona de libre intercambio euro-americana, tenemos que asegurar el buen funcionamiento de la OMC".

En el mismo contexto, el Ministro mexicano de Industria y Comercio, Herminio Blanco, declaró ante sus colegas de la OCDE que "México apuesta por una recuperación del crecimiento económico el próximo año y por una caída sensible de la inflación, gracias a la gestión macroeconómica y a la continuación de reformas estructurales".

"La experiencia mexicana -continuó Blanco- nos enseñó que el crecimiento es la prioridad principal para promover el empleo y el bienestar y hay que continuar la vía de las reformas estructurales y la estabilidad para conseguir un crecimiento duradero".

México es el último miembro que se adhirió a la OCDE en junio de 1994, pocos meses antes de entrar en la crisis financiera.

Blanco recordó que el programa económico mexicano anunciado el pasado enero "comienza a producir buenos resultados". Dentro de 30 años, los "tres grandes" países en rápido desarrollo podrían tener una población de 1.500 millones de personas cada uno: 4.500 millones de personas que se propondrían alcanzar los niveles de desarrollo de Hong Kong, Singapur, Corea del Sur y Taiwan.

La economía china, que la pasada década creció a un ritmo del 9 por ciento anual, hoy representa casi las dos terceras partes de la estadounidense.

El informe hace hincapié en los peligros que traería consigo una explosión de estas economías y añade que los países occidentales tienen que desarrollar un papel de copiloto y de cooperación, sin temer pérdidas de competencia o de niveles de ocupación y retributivos.

"El rápido desarrollo -afirma el informe- de las nuevas economías no representará necesariamente una amenaza para el mundo industrializado, que podrá aprovecharse de nuevas salidas de mercado para la exportación de bienes, servicios, capitales y know-how tecnológico".

Del encuentro de la OCDE también participa el director general de la OMC, el italiano Renato Ruggiero.

Durante el desarrollo del encuentro se debatirán también los temas esenciales del crecimiento económico y el fortalecimiento del sistema multilateral, en momentos que surge la "guerra comercial" entre Estados Unidos y Japón.

EE.UU. VS. JAPON

245

La pelea llegó a las fábricas

Ayer en Tokio la automotriz Nissan anunció una reducción de la producción de automóviles de lujo. Lo atribuyó a las sanciones comerciales anunciadas la semana pasada por el presidente norteamericano, Bill Clinton. La Nissan es el segundo fabricante de autos del Japón, y ahora planea nuevos recortes que podrían llevar el volumen a un nivel de 2.000 unidades mensuales, en vez de las 4.000 actuales.

En París, donde se realiza la reunión de la OCDE, la organización que agrupa a los países más ricos, los Estados Unidos y el Japón rehusaron obstinadamente ayer reanudar negociaciones para evitar su inminente guerra comercial mutua. Ayer los ministros de otros países industrializados salieron a criticar el curso hostil emprendido por Washington y Tokio.

El secretario norteamericano de Comercio, Ron Brown, dijo que no habría gestiones de arreglo en el marco de la reunión ministerial anual, que comenzó ayer, de la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo (OCDE).

"Los que vaticinaron un progreso rápido en la reunión de la OCDE se equivocaron", dijo Brown en rueda de prensa.

Los efectos de la pelea empiezan a sentirse hacia el interior de las empresas.

A pesar de la negativa de Brown, el representante norteamericano para el Comercio, Mickey Kantor, confirmó en París que los Estados Unidos acatarán el veredicto de la Organización Mundial de Comercio, según indicó el director general de la OMC, Renato Ruggiero.

"Kantor repitió que aunque el juicio de la OMC fuera contrario a lo que desean los norteamericanos, los Estados Unidos lo aceptarían", dijo Ruggiero a la agencia AFP.

04

POR EL CONFLICTO AUTOMOTOR

Japón se endurece frente a los EE.UU.

PARIS, (AFP, EFE y Reuter). – Fortalecido por una **alianza táctica** con los europeos, el **Japón** endureció ayer su posición en el conflicto que mantiene con los norteamericanos por el comercio de los automóviles. En esta ciudad, la OCDE (Organización de Cooperación y Desarrollo Económico) terminó su reunión llamando al **diálogo** y a respetar el **libre comercio** (una declaración de meros principios para ser equidistante de los EE.UU. y el Japón), pero la **Unión Europea** amenazó con aplicar **acciones contra cualquier arreglo bilateral que los deje afuera.**

El comisario de Comercio de ese bloque, sir **Leon Brittan**, teme que los esfuerzos de Washington para *abrir el mercado japonés de vehículos y partes*, si tienen éxito, beneficien solamente a **los grandes fabricantes de autos norteamericanos a costa de la producción europea.** "En la práctica, los estadounidenses se beneficiarán a expensas de los fabricantes de autos y repuestos de Europa", dijo.

Funcionarios del Japón dijeron ayer que **seguirán negociando solo si los EE.UU. retiran su amenaza** de tomar medidas y sus exigencias de objetivos cifrados para las importaciones japonesas de autos y repuestos norteamericanos.

También recurriría a la OMC la Unión Europea si los EE.UU. y el Japón arreglan la disputa entre ellos **sin extender los beneficios** a otros países.

Brittan fustigó a los estadounidenses por decir que impondrán **aranceles del 100%** contra las importaciones de autos de lujo japoneses **si no llegan a un acuerdo para el 28 de junio**, y los acusó de tratar de **manipular el comercio** al insistir en que los japoneses comprasen más repuestos y partes norteamericanos.

Pero Washington, frustrado por la falta de resultados en sus esfuerzos por reducir un **gigantesco déficit con el Japón**, que alcanzó a 66.000 millones de dólares en 1994, defendió su estrategia y restó importancia a las críticas.

"Creemos que la respuesta de la *Unión Europea* ha sido relativamente moderada. Hemos oído gritos más fuertes de condena pública", dijo, relativizando la postura europea, el secretario de Comercio estadounidense, **Ron Brown**. El funcionario afirmó que, en privado, los europeos no están totalmente en contra de la acción estadounidense y aseguró que estos esfuerzos también **permitirán abrir el mercado japonés a los productos de la UE.**

05 - 05

9508722

Europa Busca Reforzar Defensa: Nueva Fuerza

LISBOA, 14 (AP).— Los cancilleres y ministros de defensa de 27 naciones se reunieron hoy para estudiar los medios con que Europa pueda enfrentar futuras amenazas a la paz y estabilidad del continente. 15-5-95

Los ministros tienen previsto debatir los medios de aumentar la cooperación de la defensa por medio de la Unión Europea Occidental, a fin de permitir que esa alianza asuma nuevas tareas, incluyendo el mantenimiento de la paz, la distribución de ayuda humanitaria y la lucha contra el terrorismo.

Al margen de la reunión de un día, España, Italia, Portugal y Francia se disponían a aprobar la formación de un ejército y una marina conjuntas para colocar a disposición de la UEO para operaciones de rápida reacción.

Las unidades multinacionales seguirían el modelo del Cuerpo Europeo de 50.000 efectivos, mayormente franco-alemán, que algunos consideran el núcleo de un futuro ejército europeo.

La reunión lisboeta es parte de un proceso mayor para desarrollar la capacidad de la UEO de actuar como el brazo defensivo de la Unión Europea y el pilar continental de la OTAN.

Formada en 1954 como una alianza defensiva contra el bloque soviético, la UEO quedó a la sombra de la OTAN durante la guerra fría.

Las naciones europeas todavía buscan mantener el vínculo de la OTAN con Estados Unidos como la principal línea de defensa contra cualquier amenaza importante.

Pero en la incertidumbre característica de este período posterior a la guerra fría desean promover la UEO para que pueda hacer frente a peligros menores sin tener que depender de la asistencia de Estados Unidos.

"Europa debería asumir una mayor parte de la responsabilidad por su propia seguridad", escribió recientemente el canciller holandés, Hans van Mierlo, en un artículo que resume las ideas prevalecientes en varias capitales europeas.

"La UEO debería convertirse en una organización operativa más firme, suficientemente equipada para actuar inmediatamente en momentos de crisis", comenta van Mierlo en la más reciente edición de NATO Review, la publicación interna de la organización.

Las conversaciones de Lisboa contarán con la participación de ministros de los diez miembros plenos de la UEO además de 17 naciones allegadas, entre éstas nueve que pertenecieron al bloque comunista y que fueron admitidas el año pasado.

■ EUROFORCE SE ASENTARA EN FLORENCIA

Países latinos de Europa crean fuerzas unificadas

dds. 16/5

La creación de fuerzas terrestres y navales puesta en marcha originalmente por España, Francia e Italia fue anunciada ayer, con la adhesión de Portugal, poco antes de comenzar el consejo de ministros de Defensa y Asuntos Exteriores de la Unión Europea Occidental (UEO).

La Euroforce, destinadas a intervenir rápidamente en especial en la región sur europea, estará integrada por 20.000 hombres y su comando, como se preveía, estará en la ciudad italiana de Florencia.

La Euromarfor, por otra parte, no tendrá asignadas unidades de las armadas de los cuatro países en forma permanente y su comando se situará en una aeronave cuando esté en operaciones.

Francia y España ya participan en los Eurocorps, un ejército de unos 50.000 soldados que incluye tropas de Alemania, Bélgica y Luxemburgo.

La UEO es una alianza existente desde 1954, pero desplazada por la OTAN, durante los años que duró la guerra fría.

Sin la amenaza soviética, las naciones europeas están ansiosas por revitalizar la UEO para afrontar nuevos peligros sin tener que depender de la ayuda de EEUU a través de la OTAN. (*En base a EFE y AP*).

Integrantes de una ONG francesa en nuestro país

¿Usted conoce la labor de Farmacéuticos sin Fronteras en Uruguay?

De más reciente creación que la mundialmente conocida Médicos sin Fronteras, la organización francesa Farmacéuticos sin Fronteras realiza una muy importante labor en apoyo a los esfuerzos de salud protagonizados por organizaciones sociales populares en varios países del Tercer Mundo, y también en países con graves conflictos bélicos. Farmacéuticos sin Fronteras colabora en Uruguay con el proyecto de salud integral que desde hace años lleva adelante la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos y con Caritas, siendo éstos sus primeros proyectos en el continente.

Una delegación de esa ONG visitó Montevideo. La Juventud conversó con Hubert Lequartier, André Butel y Christian Guyonet durante su estadía entre nosotros.

-»Farmacéuticos sin Fronteras -nos informan- fue creada en Francia hace diez años, y ha desarrollado varias secciones en territorio francés; yo pertenezco a la sección de Normandía. Más joven que Médicos sin Fronteras, la organización de Farmacéuticos, puesto que somos profesionales en materia de medicamentos, se especializa en ese dominio, a nivel de trabajo y solidaridad humanitaria. Nuestras acciones de ayuda se desarrolan en distintas partes del mundo, en diferentes formas. Una de ellas es la de acciones de urgencia, como es el caso de nuestra colaboración en Bosnia y Ruanda, donde tenemos proyectos muy importantes en marcha. Farmacéuticos de Normandía trabajan desde hace ya seis años en una ayuda permanente a Uruguay, o sea que los uruguayos nos irán conociendo cada vez más. En este país intentamos actualmente ir un poco más lejos en la ayuda, y estudiamos un proyecto para facilitar el acceso a materia prima que será procesada para la fabricación nacional de medicamentos; en este proyecto está involucrado el Hospital de Clínicas».

-El medicamento es un rubro que exige una vigilancia permanente, dada la práctica común a grandes laboratorios, de agotar sus desechos prohibidos en muchos países por sus efectos tóxicos comprobados, cosa que hacen a través de «planes de ayuda».

Planteamos la inquietud a Lequartier, quien responde: -

-Los agentes de nuestra asociación trabajamos benévolamente, sin remuneración ni ganancia alguna. Y vigilamos de muy cerca la importación y exportación de los medicamentos. Concretamente, nos manejamos con una lista base de 300 medicamentos esenciales, elaborada por la OMS. Por otra parte recibimos de donantes en Francia 'medicamentos no utilizados', éstos son distribuidos gratuitamente. Hay cierto número de medicamentos muy específicos que hacemos llegar a donde se necesiten, cobrándolos pero sin ganar ningún beneficio sobre ellos».

En estos últimos tiempos, Farmacéuticos sin Fronteras desarrolla una nueva experiencia de cooperación en el Perú, en territorio jíbaro, en la selva amazónica.

Aquí, además de aportar una serie de medicamentos esenciales a las enfermedades particulares a esta región, Farmacéuticos tiene en marcha un proyecto encabezado por dos farmacéuticos residentes en la zona, de investigación y repertorio del uso de las plantas medicinales tradicionales.

Ambientalistas rechazan la posición uruguaya sobre proliferación de armas

■ La red uruguaya de ONG's Ambientalistas cuestionó duramente la posición del gobierno uruguayo que ratificó el pasado 25 de abril, en la conferencia del Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares, su apoyo a la extensión indefinida del mismo, y exige que adquiera un compromiso firme en la urgente necesidad de avanzar hacia el desarme nuclear.

A juicio de los ambientalistas, los países poseedores de armas nucleares quieren que el TNP sea prorrogado de manera indefinida, mediante la fuerte presión de esas potencias especialmente de Estados Unidos, y esta postura habría logrado el apoyo de una creciente cantidad de países. El objetivo de la conferencia, que se viene llevando a cabo en Nueva York, es evitar la no proliferación de armamentos nucleares y lograr el desarme nuclear.

A juicio de los ambientalistas, los países poseedores de armas nucleares quieren que el TNP sea prorrogado de manera indefinida, mediante la fuerte presión de esas potencias especialmente de Estados Unidos, postura "que ha logrado el apoyo de una creciente cantidad de países".

La red uruguaya de Organizaciones no Gubernamentales Ambientalistas opina que la extensión indefinida del TNP legitimará las armas nucleares y que, por otro lado, imposibilitará al mundo para alcanzar un verdadero desarme nuclear.

Uruguay expresó públicamente su apoyo a la extensión indefinida del TNP en la sesión del 25 de abril.

"La red uruguaya de ONG's Ambientalistas no entiende por qué el gobierno uruguayo firma un tratado apoyando la invención y uso de armas nucleares y un debilitamiento del régimen de no proliferación de las mismas", afirman en un comunicado emitido en la víspera.

Nuevas reglas de la mafia

Con el ascenso al poder en los años 80 de Salvatore Riina y de los "corleoneses", la Cosa Nostra consolidó ulteriormente su propia condición de dictadura férrea que, para funcionar bien, tiene necesidad de certezas perentorias y de reglas duras. Según las revelaciones de los más recientes arrepentidos, el órgano de gobierno de los clanes mafiosos es la "Comisión", que tiene la irrenunciable competencia de decretar los asesinatos.

Esta "Comisión" está compuesta por miembros efectivos (los que se encuentran en libertad o prófugos de la justicia) y por suplentes (los que se encuentran momentáneamente en la cárcel) y tiene un poder absoluto sobre todas las actividades, decide la estrategia y calcula y prevé riesgos y consecuencias de cada acción. Gaspare Mutolo, un arrepentido de última generación, reveló que el mecanismo de decisión fue modificado luego del asesinato, en los años 70, de Angelo Graziano.

Este delito fue cumplido siguiendo las viejas normas mafiosas, según las cuales el jefe principal tenía la máxima autonomía y discrecionalidad para poder decretar muertes, sin consultar a los demás jefes.

Fue el propio Riina quien hizo cambiar esa regla, puesto que ella había permitido que, a sus espaldas, se decretara la muerte de Graziano, un amigo suyo. Según Mutolo, la ejecución de un ladrón puede ser decidida autónomamente por un "capo-familia", mientras que la muerte de una serie de ladrones debe ser determinada por la "Comisión".

Cuando es necesario "desembarazarse" de un interlocutor cuya muerte de algún modo puede determinar reacciones del Estado o del grupo al que pertenece la víctima, corresponde también a la "Comisión" avalar o desechar la acción.

Un mecanismo análogo se pone en marcha cuando se decreta la muerte de un empresario. Si el asesinato de este último, por el papel que cubre, presupone una fuerte reacción externa debe ser el gobierno de los clanes, es decir la "Comisión", quien decida su suerte. Todas estas innovaciones de la cúpula mafiosa hacen, por lo tanto, evidente la nueva ideología de la Mafia y allanan el camino para una generación de jóvenes jefes, al promover en el misma acción a los "cuadros" hasta ahora en segundo plano.

Cambian los escenarios y los personajes, pero al fin de cuentas no cambian los hechos. La prueba de ello es que después de 16 años de "pax mafiosa" en Corleone se ha recomenzado a disparar.

El "jefe de los jefes" de la Cosa Nostra, Totó Riina, es uno de los 41 imputados

Comenzó el proceso contra la mafia italiana

Comenzó en Caltanissetta, Sicilia, el proceso contra los presuntos ejecutores y organizadores del atentado en el cual perdieron la vida el juez Giovanni Falcone, su esposa Francesca Morvillo y tres agentes de su escolta.

Caltanissetta, Sicilia (ANSA)

■ Entre los 41 imputados figuran los máximos exponentes de la organización mafiosa siciliana Cosa Nostra, como el "jefe de los jefes" Totó Riina, Nitto Santapaola y los prófugos Bernardo Provenzano e Leoluca Bagarella, considerados por la Fiscalía como los organizadores del atentado del 23 de mayo de 1993.

En ese ataque se hizo saltar por el aire con 350 quilos de trítolo unos cien metros de la autopista que une Palermo con el aeropuerto de Punta Raisi, borrando de la escena al valiente magistrado cuya inflexible y agudísima investigación estaba poniendo en dificultades a la mafia siciliana.

Presentando sus conclusiones, los fiscales de Caltanissetta explicaron que las investigaciones recién dieron "el primer paso", haciendo entender que en el plan llevado a cabo por la "Honorable Sociedad" para eliminar al juez Falcone pueden haber confluido intereses de otros ambientes, tal vez políticos.

Los fiscales Paolo Giordano y Luca Tescaroli pidieron la citación de 700 testigos, entre ellos 49 "colaboradores de justicia", o sea mafiosos arrepentidos que, con sus declaraciones, permitieron construir las bases de las acusaciones.

Las excepcionales medidas de seguridad predispuestas en torno del aula bunker al lado de la cárcel de Caltanissetta y el retraso de dos horas con el cual se presentó Totó Riina, caracterizaron la audiencia de hoy, que fue completamente reservada a cuestiones puramente "técnicas", como el pedido del fiscal de renovar algunas actas preliminares.

Los magistrados motivaron este pedido con el temor de que el Tribunal Supremo pueda anular el proceso por vicio de forma porque, mientras tanto, la composición de la Corte cambió.

Los jueces rechazaron las excepciones de la acusación porque para ellos no subsisten peligros de anulación. Además, mañana la Corte decidirá sobre el pedido de la defensa que se opuso a la constitución de parte civil del Sindicato de policía y de la Coordinación antimafia.

El proceso entrará en su momento importante el jueves próximo, con el informe de 700 páginas con el cual el fiscal enumerará los hechos que condujeron a la matanza de Capaci.



AFP

Salvatore Totó Riina, entre los presuntos ejecutores de la muerte del juez Giovanni Falcone.

Anticipando los temas de la discusión en la sala, los magistrados afirmaron que "está claro lo que respecta a la responsabilidad de Cosa Nostra en el atentado" y agregaron ser conscientes de la complejidad del debate, esperando que del proceso "surjan indicaciones para ulteriores investigaciones que puedan aclarar todo lo que queda por aclarar".

La Fiscalía, agregaron, considera que es la heredera de los métodos de Giovanni Falcone que nunca sostuvo una acusación no apoyada por los hechos, por pruebas. "Nosotros —dijeron— nos atenemos a este parámetro y creemos que éste sea el mejor modo para honrar la memoria de un gran magistrado".

El único que animó esta primera jornada fue Totó Riina, que llegó con retardo porque estaba "ocupado" en otro proceso en Reggio Calabria.

Riina se quejó ante el presidente de la Corte por una presunta "lesión" de sus derechos a la defensa porque está sentado en una celda-jaula distante de los bancos donde se sientan sus abogados defensores.

El FMI y la integración de mundiales ante la crisis

La reciente crisis cambiaria de México ha planteado una serie de interrogantes graves sobre cómo evitar dichas crisis en el futuro y el papel que pueden o deben desempeñar las instituciones financieras internacionales en la supervisión y reglamentación de los mercados financieros privados. Las lecciones de la experiencia mexicana y la función del FMI fueron analizadas en una conferencia reciente sobre las instituciones financieras internacionales y el desarrollo del sector privado, patrocinada por el Consejo de Desarrollo de Ultramar (CDU) con sede en Washington. Actuó como moderadora Catherine Gwin, Vicepresidenta de Estudios del CDU.

Manifestando cierta sorpresa por la "violencia de la pérdida de confianza (en el mercado)" que se ha observado en México, Sterie T. Beza, ex Director del Departamento de Hemisferio Occidental del FMI señaló que el problema no debe contemplarse sólo desde una perspectiva de corto plazo. Hay que adoptar una visión de largo plazo de los movimientos de capital, es decir, ¿qué medidas de política deben aplicarse para hacer frente a una sana afluencia de capital y a los cambios de tendencia cuando dicha afluencia alcanza niveles excesivamente altos o comienza a reducirse?

Beza afirmó que la auténtica lección que debe extraerse de la crisis mexicana es cómo adaptarse a la realidad de la integración de los mercados de capital. La precipitación de la crisis mexicana ha puesto de manifiesto algunos de los peligros que deben evitar los países en desarrollo para aprovechar las oportunidades ofrecidas por los mercados financieros.

* Un abultado déficit en cuenta corriente siempre es peligroso aunque la situación fiscal es cómoda. A juicio de Beza, la reacción del mercado ha sido excesiva ante la magnitud del déficit mexicano, para los países que esperan infundir confianza al mercado la situación de la balanza en cuenta corriente seguirá siendo importante.

Los países que deseen mantener un tipo de cambio fijo (o estrechamente controlado) necesitan aplicar una política fiscal de gran calidad para resistir las presiones del mercado. Incluso los países con un buen historial pueden tener que aplicar una política fiscal más firme para superar la tormenta causada por las crisis financieras de países vecinos.

* La pérdida de confianza en los mercados hace que a los países les resulte difícil obtener préstamos y ampliar los vencimientos de su deuda si no tienen un superávit fiscal.

* Cuando la balanza de pagos está sometida a presiones, la tensión afecta a todo el sistema financiero. Los efectos de las medidas correctivas a corto plazo para reforzar el sistema financiero, como aumentar el encaje legal, o aplicar una supervisión más estricta, pueden quedar anulados muy fácilmente.

El FMI, la información y los mercados

En los últimos 50 años, el sistema internacional de comercio y pagos se ha transformado de un régimen de tipos de cambio fijos, de dirección centralizada, que funcionaba en un entorno de escasa movilidad del capital, en una serie de regímenes que operan en un entorno en el que la movilidad del capital es prácticamente ilimitada. Según Arminio Fraga, Director Gerente de Soros Fund Management de Nueva York y Profesor Adjunto de la Escuela de Asuntos Internacionales y Públicos de la Universidad de Columbia, en este entorno cambiante siempre ha habido una constante: la función del FMI como proveedor de orientación técnica y respaldo financiero a los países que sufren dificultades económicas o que han emprendido programas de reforma macroeconómica. Sin embargo, como lo demuestra la experiencia de México, el FMI tiene poca influencia activa en los países no prestatarios de sus recursos.

En el caso de México, señaló Fraga, hubo varias señales de aviso perceptibles: el fuerte cambio de tendencia de la afluencia de capital, el aumento del déficit en cuenta corriente por encima de los límites "establecidos en los libros de texto", y la acumulación de deuda a corto plazo, pero también hubo otras señales menos claras que el mercado pasó por alto (o malinterpretó), y que la limitada función de supervisión que ejerce el FMI no pudo detectar.

* Wall Street mantuvo una posición uniformemente alcista con respecto a México, pese a ciertas "advertencias sutiles", entre otras, irónicamente, un documento de trabajo del FMI sobre la afluencia de capital a los países de América latina, preparado por Guillermo A. Calvo, Leonardo Leiderman y Carmen M. Reinhart (publicado por primera vez en 1992 y posteriormente en la edición de Staff Papers de marzo de 1993).

* Las autoridades mexicanas tardaron mucho en difundir los datos, dejando sin información a los mercados durante varios meses.

* México no elevó las tasas de interés por las presiones del mercado; en vez de eso, el banco de México inyectó liquidez a los bancos más débiles.

* México facilitó al Gobierno y al sector privado la obtención de préstamos a corto plazo, pero les dificultó la cobertura, desdibujando así los indicios de futuros problemas.

Fraga señaló que habrá que mejorar la información que recibe el mercado. El FMI debe actuar como un auditor mundial de la macroeconomía. Los países podrían enviar voluntariamente todos los datos macroeconómicos al FMI de forma habitual y conforme a unas normas mutuamente acordadas para lograr una presentación coherente. Después, se haría llegar esta información a los mercados.

- ¿Qué puede hacer el FMI?

- El FMI desempeñó un papel destacado en la operación de rescate de México, impelido por la percepción del grave riesgo sistémico que planteaba la crisis. El efecto de contagio, señaló Karin Lissakers, Directora Ejecutiva del FMI por Estados Unidos, no es algo ficticio. Los peligros de contagio ya eran evidentes en 1982, cuando los acontecimientos que se estaban produciendo en México precipitaron la crisis de la deuda de principios de la década de los años ochenta. A finales de los años noventa, el problema es más complejo, afirmó Lissakers, porque las corrientes de capital son mucho más inestables y la titularización ha enmascarado a los inversionistas, cuya identidad puede fusionarse, desdibujarse y variar de un momento a otro. Negociaciones como las que se llevaron a cabo en los años ochenta son imposibles para acreedores anónimos y amorfos. Así pues, el anonimato de los inversionistas impone una carga más pesada al país que tiene dificultades, así como a las instituciones que intentan ayudarle a resolverlas.

El FMI, indicó Lissakers, cumple dos funciones: la supervisión -seguimiento de la política externa de los países miembro- y ser prestamista de última instancia para los países con dificultades "infundiendo confianza a los países miembro", para que no se vean obligados a adoptar medidas perniciosas no sólo para su economía, sino también para la economía mundial. La supervisión -sugirió Lissakers- no funcionó como debía haberlo hecho en la crisis de México. Los estudios semestrales sobre las perspectivas de la economía mundial que realiza el FMI sirven para someter a un intenso y periódico escrutinio las economías de los países industriales; por otra parte, se espera que los países en desarrollo que aplican programas de ajuste respaldados por el FMI cumplan los objetivos económicos acordados. Ahora bien, los países en desarrollo que no están aplicando programas de esta naturaleza, y que sólo están sujetos a un examen anual, pueden quedar al margen de

Nuevas reglas de juego y las imperfecciones

El consenso que surgió de las declaraciones de los panelistas y el debate informal que se produjo después se centraron en que los países y las instituciones financieras internacionales tendrán que aprender a vivir con la realidad de los mercados de capital privado. Los mercados internacionales de capitales siempre serán imperfectos. La afluencia de capital puede beneficiar significativamente a un país en desarrollo, pero la experiencia de México ha demostrado que el mercado también puede tornarse caprichoso y destructivo. la mejor defensa de un país es aplicar medidas de política sólidas que permitan utilizar el capital de forma productiva cuando afluya y proteger la economía de las crisis o los efectos de contagio cuando se produzca una salida.

Según Lissakers, el FMI está actuando conforme al supuesto de que la crisis de México no es la última de su clase. Además de lo que algunos observadores consideran una intensificación de la función del FMI como prestamista de última instancia, la institución también puede ayudar a los países miembro a aprovechar sus relaciones con los mercados de capital y protegerse de sus peligros fomentando la oportuna comunicación de información cabal y exacta a los mercados, prestando asistencia financiera y técnica para respaldar la aplicación de medidas de política interna sólidas.

los mercados mexicana

la supervisión. Por eso, es posible que la frecuencia de las consultas, una vez al año, no sea la más adecuada para seguir el ritmo de la evolución de los mercados financieros, que pueden transformar el entorno internacional prácticamente de la noche a la mañana.

La última consulta con México tuvo lugar en febrero de 1994. En ese momento, señaló Lissakers, México haía emprendido un firme programa de estabilización y sus exportaciones eran sólidas. No era impensable para las autoridades mexicanas suponer que, una vez aprobado el TLC y superadas las elecciones, 1995 sería un buen año y no habría ya que depender de los títulos a corto plazo. Desgraciadamente, en los cuatro meses siguientes sucedieron muchas cosas que escaparon a la supervisión formal del FMI.

Es evidente, señaló Lissakers, que hace falta un seguimiento continuo, pero advirtió que muchos países miembro del FMI no cumplen siquiera con la obligación de declarar datos actuales, sobre todo, cuando tienen dificultades. Aunque, en el pasado, el FMI ha tendido a ser tolerante con los países miembro que no cumplían con diligencia sus obligaciones, Lissakers indicó que el Directorio Ejecutivo ha acordado que hay que mejorar la declaración de los datos.

Cabe preguntarse si las economías y los sistemas financieros de los países en desarrollo son suficientemente fuertes para resistir los cambios de tendencia -con frecuencia súbitos y violentos- de las corrientes de capital privado. El FMI puede ayudar brindando a los países en desarrollo asistencia técnica para instaurar sistemas financieros sólidos y mercados financieros reglamentados.

Lissakers coincidió con Fraga en que una forma de evitar las crisis de los mercados financieros es asegurarse de que el mercado tenga acceso a información fiable sobre la solvencia de un país, pero señaló que el FMI no es un organismo de clasificación de valores y no debe ocuparse de distribuir información a los mercados. Si el FMI publicara información sobre la solvencia de un país, violaría la garantía de confidencialidad y podría desencadenar una crisis internacional. Ciertamente, el FMI podría ayudar a los países en desarrollo a recopilar datos y alentarlos a dar información a los mercados, señaló Lissakers, pero corresponde a los inversionistas exigir que los países en desarrollo, al igual que los bancos centrales de los países industriales, proporcionen directamente información a los mercados.

Se establecen normas para políticas sociales por parte del FMI

REPRESENTANTES de más de 180 países se reunieron en la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Social, en Copenhague, del 6 al 12 de marzo, a fin de debatir sobre un amplio programa de acción para hacer frente a la pobreza, el desempleo y la desintegración social.

El temario se tradujo en varios documentos de consenso -la Declaración y el Programa de Acción- por lo que los signatarios se comprometen a dar una mayor importancia a las cuestiones sociales en la política pública. En la reunión cumbre se pusieron de manifiesto las relaciones entre los temas sociales y los económicos, y la necesidad de generar un crecimiento económico sostenido -en un contexto de estabilidad macroeconómica y cambio estructural- para hacer frente a los problemas sociales eficazmente.

Dada la necesidad de llevar a cabo el ajuste estructural y de aplicar políticas firmes que estimulen el crecimiento económico, en la Declaración se trató de asegurar que cuando se acuerden los programas de ajuste estructural, se incluyan objetivos de desarrollo social, así como la erradicación de la pobreza y la promoción del pleno empleo y de la integración social.

Para financiar estas medidas, en la Declaración se afirma que es urgente que los países industriales dediquen el 0,7% de su PNB a la asistencia oficial para el desarrollo. Los signatarios se comprometieron de nuevo con el objetivo del desarrollo de Africa, y a encontrar soluciones para la carga de la deuda de los países más pobres. En este sentido, los delegados pidieron que se apliquen inmediatamente las condiciones de condonación de la deuda acordadas por el Club de París en diciembre de 1994, según las cuales se contempla una reducción de hasta dos tercios del volumen total, mediante cancelaciones y otras medidas de alivio. La Declaración hace un llamado a las instituciones financieras internacionales a desarrollar enfoques innovadores para ayudar a los países de bajo ingreso a reducir la carga de su deuda multilateral. Con respecto a la "propuesta 20/20", los delegados manifestaron que, siempre y cuando así lo convengan los donantes y los países beneficiarios, deberán asignar el 20% del presupuesto nacional, respectivamente, a programas básicos de desarrollo social.

Los delegados y los participantes manifestaron otras inquietudes importantes, entre ellas, los efectos derivados de la creciente interdependencia económica internacional y de la mundialización sobre las estructuras políticas y sociales; la impresión de que están aumentando las diferencias entre ricos y pobres; el papel crucial del crecimiento económico que debe conplementarse con una política social eficaz y eficiente; los efectos de debilitamiento que produce el elevado y creciente desempleo estructural; la necesidad de normas laborales mínimas más estrictas a escala internacional, y la necesidad de "una buena administración" para tratar de resolver los problemas sociales de forma transparente, eficiente y participativa. Las organizaciones no gubernamentales (ONG) participantes en un foro paralelo (Foro ONG 95), emitieron su propia "declaración alternativa", en la que critican la Declaración y el Programa de Acción de la reunión cumbre por su excesiva dependencia de las fuerzas del mercado. No obstante, muchos dirigentes mundiales pidieron que se dejaran a un lado la retórica de la economía estatal frente a la de mercado, y otros enfoques ideológicos que han dejado de tener sentido tras el final de la guerra fría.

Observaciones del Director Gerente

Michel Camdessus, Director Gerente del FMI, se dirigió a los participantes en la Cumbre el 7 de marzo de 1995 (véase Boletín del FMI, 27 de marzo, pág. 85), posteriormente en su conferencia de prensa subrayó tres cuestiones:

* La creciente interdependencia mundial encierra un gran potencial para impulsar el avance en las cuestiones económicas y sociales.

* Un "crecimiento de alta calidad", entendiendo como tal un crecimiento económico que vea viable, que permita lograr con carácter duradero el pleno empleo y el alivio de la pobreza, que fomente una mayor equidad a través de una mayor igualdad de oportunidades, que combata la marginación, y que respete la libertad humana, la diversidad de culturas y el medio ambiente, es el objetivo de la política económica y social.

* Comentando las medidas adoptadas por el FMI para frenar la crisis financiera de México, Camdessus hizo hincapié en la contribución que la supervisión reforzada del FMI podría suponer para evitar otras crisis semejantes, al servir como sistema de alerta anticipada al poner de manifiesto los desequilibrios económicos y fomentar políticas macroeconómicas y estructurales más sólidas.

Camdessus advirtió también del peligro de recurrir a la imposición de controles cambiarios y comerciales. Subrayó además, la necesidad de reforzar la capacidad del FMI para resolver las crisis cuando se produzcan, y pidió que se mejore el servicio reforzado de ajuste estructural del FMI.

Camdessus señaló también la necesidad de robustecer el sistema internacional reforzando el "pilar social"; a tal efecto, habrá que mejorar la labor de los organismos de las Naciones Unidas y lograr una colaboración más eficaz entre ellos y las instituciones financieras internacionales, sobre todo, el FMI y el Banco Mundial. Tal esfuerzo contaría con un mayor reconocimiento de la comunidad internacional, y a medida que adquiriera credibilidad podría recibir un volumen de financiamiento mayor y en mejores condiciones.

Mosca y Pascale con BID, Banco Mundial y FMI

LR 27/5

■ Los titulares del Ministerio de Economía y Finanzas y del Banco Central, Luis Mosca y Ricardo Pascale, respectivamente, viajaron ayer a Washington para entrevistarse con directivos de los distintos organismos financieros internacionales. Esta primera visita oficial de Mosca y Pascale a las autoridades del Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) tendrá carácter protocolar en algunos casos, aunque los miembros del equipo económico del gobierno de Julio María Sanguinetti esperan avances en las conversaciones con los técnicos y el presidente del BID, el uruguayo Enrique Iglesias. La administración Sanguinetti espera en la ocasión ajustar detalles sobre la asistencia crediticia del BID a la reforma del sistema previsional, confiaron a **LA REPUBLICA** fuentes ministeriales. El propio Iglesias había anunciado la intención del organismo a su cargo de respaldar financieramente la transición del régimen jubilatorio actual hacia el sistema de cuentas personales de capitalización, un modelo recomendado por los estudios técnicos del BID elaborados tiempo atrás y resistido desde algunos sectores políticos y sociales.

Mosca y Pascale Parten a Reunión con FMI en EEUU

EP 25/5

Uruguay no planteará el tipo de acuerdo que desea con el Fondo Monetario Internacional hasta dentro de algunas semanas, aunque mañana parten rumbo a Washington el Ministro de Economía y Finanzas y el Presidente del Banco Central en lo que será su primera visita oficial a los organismos internacionales.

De acuerdo con informaciones recabadas por EL PAIS, el Ec. Luis Mosca y el Cr. Ricardo Pascale se entrevistarán con el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Cr. Enrique Iglesias, y autoridades de esa institución para conversar sobre los programas y prioridades crediticias, especialmente el financiamiento de la reforma jubilatoria.

Los jerarcas uruguayos se reunirán, asimismo, con altos funcionarios del FMI y del Banco Mundial a efectos de establecer los primeros contactos formales tras la visita de la misión que visitó nuestro país en abril.

Según se informó, Mosca y Pascale iniciarán su viaje mañana y retomarán en el correr de la semana próxima.



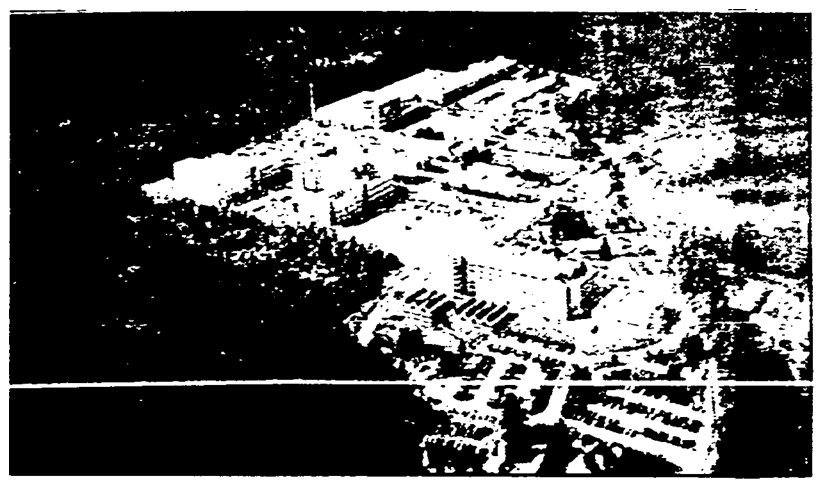
Luis Mosca

01-01

9508729

Banco Mundial: las economías de latinoamérica crecerán un 4 %

Las economías de América Latina emergerán fortalecidas de la crisis de México y se expandirán en forma más homogénea que en el pasado, la mayoría de ellas a un ritmo del 3 al 4 por ciento, predijo el Vicepresidente del Banco Mundial, para América Latina y el Caribe, Shahid Javed Burki.



Según el informe del Banco Mundial, las economías latinoamericanas están fortalecidas luego de la crisis en MÉXICO.

"Tengo mucha confianza en América Latina", dijo Burki durante una reunión con periodistas en la que se anunció que el Directorio Ejecutivo del Banco considerará dos préstamos a Argentina por un total de 780 millones de dólares para privatizar bancos provinciales y expandir las reformas de sectores públicos provinciales.

Burki informó además que el Banco Mundial está preparando otros tres préstamos para Argentina, uno de U$S 500 millones para contribuir a un fondo fiduciario para la banca privada y dos, de aproximadamente 200 y 150 millones, para desarrollo de sectores sociales.

Hablando del hemisferio en general, Burki vaticinó que no habrá un impacto significativo duradero en América Latina a causa de lo ocurrido en México y que en una o dos décadas la región recuperará el robusto crecimiento que experimentó.

Crecimiento económico del 3 al 4 %

Asimismo Burki predijo menos disparidad en el crecimiento del hemisferio, y dijo que pese a casos de expansión económica muy veloz, como en Argentina y Perú, o de estancamiento, como en Venezuela, la tasa de crecimiento de la mayoría de los países es similar y estará situada entre 3 y 4 por ciento, con una tendencia al alza.

Sobre la situación de Argentina tras la crisis en México, Burki dijo "estar convencido de que lo peor ya ha pasado" y señaló que las tasas de interés han bajado mucho de los niveles de pánico que alcanzaron durante los primeros días de turbulencia internacional y la hemorragia de depósitos bancarios "virtualmente ha terminado".

Burki y Gobind Nankani, director del departamento del Banco que incluye a Argentina, elogiaron al gobierno de ese país por "su muy rápida y muy valiente respuesta" a los acontecimientos desatados por la crisis en México, particularmente en el área financiera donde la reacción de las autoridades fue "extremadamente veloz".

Los dos funcionarios encomiaron también la pronta cooperación que recibieron las autoridades argentinas en el procesamiento de los dos préstamos que fueron presentados durante el día de ayer para la aprobación del Directorio Ejecutivo de la Institución.

Perspectivas optimistas para las economías de América Latina

el PAIS 5-5-95

Washington, 4 may. - El Banco Mundial se encuentra "muy optimista" sobre las perspectivas económicas de Latinoamérica y espera que la media de crecimiento aumente en la próxima década, afirmó hoy su vicepresidente para la región, Javed Burki.

"Creemos que en los próximos diez años va a haber un aumento de la media de crecimiento económico regional a pesar de la crisis de México, y que los países van a salir fortalecidos de esta crisis", afirmó Burki en declaraciones a la prensa.

DIFERENCIAS

El vicepresidente del BM para Latinoamérica y el Caribe afirmó que hay "amplias diferencias" en el crecimiento económico de un país a otro, pero indicó que dichas diferencias tienden a ir reduciéndose a medida que los programas de ajuste dan resultado.

Burki afirmó que en los últimos años la economía de Latinoamérica ha crecido una media del 3.4%, pero indicó que espera que esta tendencia de crecimiento se va a mantener.

AHORRO

El directivo regional del BM dijo que uno de los datos positivos que se está registrando en Latinoamérica es que los índices de ahorro interno están aumentando, aunque destacó que aún no se aproximan a los niveles de los países del Este de Asia, a los cuales puso como ejemplo a seguir.

"No va a haber un impacto significativo en Latinoamérica con lo que ha pasado en México", dijo Burki, quien destacó la firme respuesta que han dado algunos países para contrarrestar los efectos de la crisis mexicana.

"Esperamos que los sectores financieros mejoren y se hagan más competitivos, y una vez que la crisis haya pasado el sistema salga fortalecido", agregó Burki, al tiempo que indicó que hay que estudiar qué medidas se han de adoptar para que no vuelva a ocurrir un caso como el de México.

MEXICO

La crisis mexicana de diciembre pasado, que puso al país al borde de la insolvencia a no ser por la multimillonaria ayuda financiera internacional, ocasionó una pérdida de confianza de los mercados financieros en otras las economías latinoamericanas, que vieron estrecharse su acceso a los mercados de capital. Principalmente a causa de los efectos de esa crisis, el Fondo Monetario Internacional calcula que el crecimiento económico de Latinoamérica se reducirá este año a la mitad. **(EFE)**

9508731
Energía y desarrollo son las ideas promovidas por CEPAL pero. A. Bolivia
150015
16/5/95
510827
30044
12687

Proyecto "Energía y desarrollo en América Latina y el Caribe"

En varios documentos de los últimos años, la OLADE, la CEPAL y la GTZ han presentado ideas para tender hacia una coherencia de la política energética, macroeconómica, social y ambiental. Estas ideas tienen como característica común el dejar abierta las posibilidades de adaptación a la situación de cada país. No obstante ello, los problemas que se enfrentan en la mayoría de los países requieren soluciones de fondo que en el momento actual son impostergables.

Sin embargo, las medidas que se tomen para ajustar la gestión del sector energético, así como aquellas que se implementen para atender los problemas coyunturales y estructurales de la actualidad, no deberían comprometer el desarrollo en el largo plazo.

El objetivo central del proyecto "Energía y Desarrollo en América latina y el Caribe" define que "el sector energético está estructurado de manera que permite cumplir un rol importante en un proceso de desarrollo con crecimiento económico, equidad y sustentabilidad ambiental".

El documento "bases conceptuales" contiene una serie de propuestas para la conciliación del desenvolvimiento del sector energético con el desarrollo económico social y del medio ambiente. De esta forma, los enunciados sobre políticas para alcanzar adecuadamente los objetivos en cuatro planos -económico, social, ambiental y energético- asumen un enfoque integral y visualizan la contribución del sector energético al desarrollo sustentable.

Si bien el punto de partida del Proyecto considera que no hay esquemas o recetas de aplicación universal, asume, sin embargo, cuatro premisas y globales:

- El desarrollo económico es facilitado a partir de una mejor utilización de los recursos energéticos y es compatible con una mejor equidad social y un mejor estado del medio ambiente.
- La sustentabilidad del desarrollo requiere acelerar el crecimiento de la economía con mayor equidad y mejor estado del ambiente en forma simultánea.
- En el corto plazo, los requerimientos para lograr la sustentabilidad del desarrollo pueden necesitar de soluciones sistemáticas que permitan una mayor estabilidad en el largo plazo.
- El óptimo deseable en cada una de las dimensiones de las políticas de desarrollo no podrá ignorar las restricciones macroeconómicas y estructurales que la realidad impone. Pretenden, en consecuencia, identificar el rumbo del conjunto de políticas.

La incorporación y difusión del progreso técnico estimula el funcionamiento racional de los mercados energéticos y facilita la simultaneidad para alcanzar los objetivos en los cuatro planos antes señalados. Por ello, la viabilidad de un esquema de desarrollo sustentable en el largo plazo requiere, por una parte, de la concertación y consenso de los actores para alcanzar de manera simultánea los objetivos y, por otra parte, de un enfoque sistémico que garantice que el comportamiento de los mencionados actores presente una misma direccionalidad.

Energía y Desarrollo sustentable

El desarrollo humano es un concepto dinámico, relativo e integral que podría definirse como "el proceso de ampliar la gama de opciones de las personas, brindándoles mayores oportunidades de educación, atención médica, ingreso y empleo; que abarque el espectro total de opciones humanas, desde un entorno físico en buenas condiciones hasta libertades económicas y políticas". Una visión sistémica del desarrollo admitiría a la autodeterminación, la calidad de vida, la equidad, la participación y la sustentabilidad como dimensiones necesarias, entre otras, para la satisfacción de las necesidades humanas.

Aun cuando existan restricciones para alcanzar simultáneamente los objetivos de crecimiento económico, equidad social y sustentabilidad

01-04

9508731

ambiental. éstos deberían perseguirse al mismo tiempo y no en forma secuencial, para lo cual debería ponerse énfasis en los cinco ejes centrales de las estrategias de transformación productiva: en el capital humano, en el patrimonio natural, en el progreso técnico, en los procesos naturales y los procesos de explotación y en la mayor disponibilidad de bienes.

Esta simultaneidad requiere, por tanto, de un enfoque sistemático y de esquemas de concertación y consenso de los actores para desarrollar una capacidad endógena que lidere las estrategias de transformación productiva.

La problemática energética de América latina y el Caribe está relacionada con la identificación y manipulación de los procesos naturales y con la aplicación de procesos de explotación, que supongan la optimización de la producción de fuentes primarias de energía y, además, un mayor consumo -pero también más eficiente- del sistema socioeconómico. Desde esta perspectiva, la transformación productiva debería arrojar como resultado no solamente una mayor disponibilidad de procesos tecnológicos, de bienes y servicios con grados crecientes de elaboración e incorporación de conocimientos para conservar y manejar las potencialidades del patrimonio y los recursos naturales, sino también y básicamente para satisfacer las necesidades humanas.

Competencia auténtica

Los objetivos de crecimiento, de sustentabilidad ambiental y de equidad social son conciliados en el concepto de competencia auténtica, que implica utilizar los recursos sin perjudicar el patrimonio natural, ni subvalorar la real contribución de la mano de obra a efectos de recompensar su esfuerzo productivo, ni ser, en definitiva, objeto de transferencia de rentas del Estado o de otros agentes productivos.

Una competitividad basada en el deterioro del patrimonio natural, o en la fijación de salarios por debajo de la productividad de la mano de obra, o en la aplicación no selectiva de subsidios, o basada en reglas del juego diferenciales para las empresas públicas y privadas, sería considerada como una competitividad de carácter espúreo, dependiente de factores circunstanciales y sin capacidad de ser mantenida en el largo plazo.

La sustentibilidad y la equidad deberían ser entendidas como objetivos integrales de la competencia auténtica. El eje común para lograr los objetivos al mismo tiempo lo constituye el empleo productivo de los recursos humanos y de los recursos naturales, siendo el progreso técnico el motor incitativo.

La sustentabilidad fue definida "como la capacidad de satisfacer las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras". De este modo, debe ser comprendida dentro de un contexto que exceda las preocupaciones relativas solamente a la conservación del patrimonio natural e involucrar el equilibrio dinámico entre todas las formas de capital: natural, humano, cultural, financiero e institucional.

No se debería enfocar la sustentabilidad bajo un concepto parcializado, conservacionista o proteccionista, que podría entrar en confrontación con los requerimientos energéticos para satisfacer las necesidades humanas y del sistema económico derivadas de la transformación productiva. En su lugar, se requiere de un enfoque sistémico, que se aplicaría considerando las particularidades de cada país, la gestión integral, la valorización endógena y el uso racional de los recursos naturales.

Progreso técnico, creación de empleo productivo e inversión en recursos humanos son los aspectos considerados de importancia central en el enfoque integral para propender hacia un desarrollo sustentable. El sector energético por su presencia en los procesos de transformación y sus estrechas interrelaciones con los sectores económicos, sus impactos sociales y sus implicaciones ambientales, es el sector por excelencia para la aplicación del enfoque integral y la adquisición y la difusión del progreso técnico.

Se enfrenta un doble desafío

La política energética enfrenta un doble desafío: ajustar el sector para que se puedan resolver o reducirlos problemas acumulados de décadas anteriores y al mismo tiempo asegurar que el desempeño del sector contribuya al desarrollo sustentable. Para ello, como se expresó anteriormente, no hay esquemas o recetas de aplicación universal, sino que las soluciones de fondo implican reformas profundas en el funcionamiento, en la estructura institucional y económica del sector y requieren ser formuladas caso por caso, en el marco de los cambios globales que se están produciendo en la economía.

Las reformas en el sector energético están actualmente centralizando la discusión de la política sectorial. No obstante, su importancia y profundidad, dichas reformas deben ser implementadas en un proceso que en su evolución, pueden requerir de ciertos ajustes a fin de ubicar al sector en una mejor posición para cumplir sus funciones y lograr los objetivos asignados. En este sentido, la reestructuración es el objetivo central, sino una condición necesaria pero no suficiente.

Si bien una política sectorial como la política energética no puede y no está en condiciones de resolver problemas generales de la sociedad, tampoco se la puede concebir sin considerar los problemas y objetivos de otros sectores, como tampoco se la puede concebir sin considerar los problemas se puede aplicar una política sectorial teóricamente concebida para cumplir con objetivos precisos del desarrollo sustentable, si a nivel más general las condiciones y políticas no favorecen este concepto.

En muchos países de la región, la reforma del sector forma parte de los cambios estructurales de la economía y de la reformulación del rol del Estado. El sector juega un papel central, debido a sus características económicas específicas, al peso que tiene las economías, a la multitud de asociaciones con el Estado, y a los problemas institucionales, económicos y financieros que presenta actualmente.

Estas reformas pueden implicar una reestructuración general del sector, la desregulación de algunas áreas, la regulación de otras, un mayor espacio para la iniciativa privada y el hacer eficientes a las empresas públicas por medio de una gestión autónoma y responsable. En este contexto, deba darse especial atención al papel de los consumidores, considerándolos debidamente en los marcos regulatorios y estableciendo mecanismos institucionales apropiados para que puedan accionar adecuadamente.

En general, se requiere de una reestructuración profunda del sector, buscando en cada caso la estructura económica más eficiente, desmonopolizando la propiedad y administración de la infraestructura e introduciendo las fuerzas del mercado donde sea conveniente desde el punto de vista económico. El Estado tendrá que cumplir en este nuevo contexto una serie de funciones que le son propias en cualquier esquema político-económico, tales como la regulación de los monopolios naturales, la supervisión del funcionamiento de los mercados competitivos y la planificación indicativa.

Además, en muchos casos tendrá también que continuar desempeñando un rol de propietario de empresas, dependiendo de los planteamientos políticos y de las características institucionales, técnicas, económicas y financieras vigentes en cada caso; este papel empresario del Estado deberá estar claramente separado de sus otras funciones y deberá ser realizado en condiciones de eficiencia. En caso que el Estado deje de ser propietario, esto no lo eximiría de fijar reglas claras y transparentes para captar parte de la renta generada por la explotación de los recursos naturales que son de su propiedad.

La regulación es el papel central del Estado en las áreas donde existen monopolios naturales o de protección legal, actuando como sustituto del mercado en estos casos y reproduciendo las condiciones apropiadas para el funcionamiento eficiente de estos.

América latina y el Caribe debe efectuar un esfuerzo particular en este campo, introduciendo cambios importantes en los marcos regulatorios y formando las estructuras institucionales necesarias con personal competente para aplicarlos y supervisar su aplicación correcta. La experiencia de la región en esta materia es muy limitada, ya que en el pasado hubo una alta interferencia estatal en el sector energético pero escasa regulación.

El Estado continuará desempeñando un papel importante en la región, ya sea como único propietario de empresas energéticas, o en coparticipación con el capital privado, a través de empresas mixtas. Más allá de los planteamientos de distintas corrientes de pensamiento, el tamaño de los mercados energéticos y de capitales, así como la posibilidad limitada de establecer un poder regulatorio real en sistemas pequeños, hacen que difícilmente exista un retiro total del Estado en las actividades empresariales del sector en toda la región.

03

9508731

Auge de los programas de planificación de energía

EN los 70, se destacaban el auge de los programas de planificación, diversificación del suministro y uso eficiente de energía, que incluían importantes flujos de cooperación técnica y financiera hacia los países en desarrollo; *la presencia constante* del tema energético en la agenda política internacional y regional; y el creciente interés de los gobiernos de América latina y el Caribe sobre el tema, reflejado en la mayor jerarquización institucional de los organismos encargados del mismo.

Recientemente, la energía perdió relevancia en la agenda internacional. Los cambios ocurridos durante las dos últimas décadas en el mercado petrolero y en las relaciones internacionales han llevado a la actual situación en la cual la energía ya no es un elemento central de dicha agenda. Este cambio de posicionamiento en la agenda internacional no se ha dado porque la energía haya dejado de ser un elemento estratégico -aún cuando haya perdido peso específico- sino porque las relaciones de poder entre consumidores y productores en el mercado mundial condujeron a una situación de estabilidad en el mercado y a la capacidad de controlar cualquier intento de desestabilización por parte de alguno de los actores.

La economía mundial ha presentado también cambios estructurales importantes en los esquemas de producción, mostrando una clara y marcada tendencia a una menor utilización de materias primas y energía por cada unidad de producto. A partir de mediados de los setenta, luego del primer "shock" petrolero, el cambio tecnológico se orientó acentuadamente hacia nuevos procesos más eficientes en el uso de materiales y energía, presentando el mundo de la intensidad energética.

En el mediano y largo plazo, la energía puede volver a ser un tema importante en la agenda internacional ya que los cambios ocurridos no han eliminado su carácter estratégico, solamente lo han atenuado, y porque en el largo plazo puede volver a cambiar la relación de fuerzas del mercado debido a la persistencia de algunas causas de inestabilidad en el mismo, las que difícilmente podrán desaparecer completamente. En este sentido, se pueden citar dos elementos básicos: la alta concentración geográfica de las reservas mundiales de petróleo y el lento avance hacia la estabilidad política y social en el Medio Oriente.

Por otra parte, la energía será un factor importante en la conformación de los mercados regionales. Su carácter estratégico y su importancia económica en las inversiones, el comercio, la industria y los servicios hacen que la misma sea siempre uno de los ejes a lo largo de los cuales se integran los mercados subregionales y regionales. Alrededor de objetivos de seguridad energética, eficiencia de los mercados y preservación del *medio ambiente* puede configurarse un espacio económico orientado al comercio, las inversiones, la transferencia de tecnología y el desarrollo industrial en el sector energético, que constituiría una parte sustancial del futuro proceso de integración económica regional.

La globalización e internacionalización de las cuestiones ambientales ha evolucionado *hacia un esquema* que supera las fronteras de las naciones para convertirse en uno de los puntos básicos de la agenda internacional en la que la temática energética tiene especial relevancia, en función de la posibilidad que se fijen precios para algunos productos (petróleo y carbón) que consideren los costos ambientales de su produccion y consumo.

En este contexto, han venido cobrando cada vez mayor significación las posiciones en favor de una normatividad internacional que podría tener repercusiones muy significativas en la explotación de los recursos energéticos. Se insiste por ello, en la necesidad de crear instancias por negociación internacional considerando que la causa fundamental del deterioro del medio ambiente no es la transformación productiva y que la misma es una aspiración de los países en desarrollo, que obliga a diseñar caminos que no pongan en peligro la sustentabilidad ambiental.

El proceso de globalización y la internacionalización de las cuestiones ambientales podría dar origen a un nuevo proteccionismo que resultaría en exigir a los exportadores normas ambientales más estrictas que las que existen en los países importadores, lo que reduciría la competitividad de los primeros al generar costos inclusive mayores que los que serían recomendables para proteger el medio ambiente. Estos aspectos vienen repercutiendo en la exploración y explotación petrolera dado que muchas zonas con potencial se encuentran en áreas de reservas naturales. Adicionalmente, han dado origen también al cuestionamiento de algunos programas hidroeléctricos, que de no realizarse pueden derivar en impactos ambientales mayores, en particular, el aumento de emisiones aéreas de gases y partículas.

Atendiendo a los objetivos perseguidos por la regulación ambiental, los fondos ambientales deberían ser aplicados al desarrollo y difusión de tecnologías limpias. Un planteo de este tipo contribuiría al mismo tiempo a los objetivos de desarrollo y protección ambiental, y con un manejo cuidadoso a través de una mayor equidad regional, a la equidad social.

El planteo de los países de América latina y el Caribe debería reforzar el multilateralismo y no los enfoques nacionales, ya que podrían generar, probablemente, intercambios desiguales al condicionarse la utilización del patrimonio natural sin considerar medidas de carácter compensatorio. Estas desviaciones también supondrían que algunos países pudieran reivindicar supuestos *derechos a pronunciarse sobre* la utilización del patrimonio natural de otros países y/o a condicionar sus procesos productivos, lo que se concretaría en presiones sobre sus prioridades ambientales.

Aconsejan reinvertir en América latina

El flujo de capitales hacia América latina cayó 24,4% en 1994, según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe. El organismo señaló que la llegada de capitales a la región creció año a año entre 1987 (cuando arribaron 13.894 millones de dólares) y 1993 (63.499 millones), pero en 1994 la tendencia cambió y el flujo cayó a 48.000 millones.

Pese al cambio de tendencia, la banca de inversiones Baring Securities afirmó ayer que las acciones de los mercados emergentes se recuperarán, por lo que consideró que este es un buen momento para ingresar capitales especulativos en los mercados latinoamericanos.

Según la CEPAL, en los '90 se observó una mayor participación de inversores privados en radicaciones directas: este renglón sumó 19.000 millones entre 1987 y 1994. Pero la inversión por cartera de acciones fue mayor: 25.149 millones en 1993.

El organismo advierte, como rasgo negativo, que en América latina las inversiones tienen una marcada concentración geográfica: la Argentina, Brasil y México se llevaron entre 1986 y 1993 el 72% del flujo total.

Misión de DDHH se reunió con disidentes cubanos

La Habana (ANSA)

■ Una delegación de organismos de Derechos Humanos, encabezada por France Liberté, se reunió ayer con siete organizaciones de la disidencia cubana, en el marco de su visita oficial a Cuba. 5-5-95 LoRo

"Es algo positivo, aunque soy escéptico del resultado final", dijo el titular de la ilegal Comisión Cubana por los Derechos Humanos y la Reconciliación Nacional, Elizardo Sánchez Santacruz.

En la reunión, celebrada en la Embajada de Suecia en La Habana, participaron además representantes de la Coalición Democrática, Solidaridad Democrática, Corriente Socialista y Corriente Cívica Cubana, entre otros grupos.

La delegación internacional está integrada por el vicepresidente de France Liberté, Rafael Douev, el titular de la Federación de Ligas de Derechos Humanos, Daniel Jacobi, el director de Human Right Watch América, José Miguel Vivanco y el representante de Médicos del Mundo, Pierre Micheletti.

"Ellos esperan liberaciones de presos políticos", como consecuencia de la vista, dijo Elizardo San Pedro, de Solidaridad Democrática.

Duro reclamo de entidades de derechos humanos

Documento: ocho organizaciones exigieron la nulidad de las leyes de obediencia debida y de punto final.



Zamorano (Liga Argentina de Derechos Humanos) y Lidia Almeida (Madres de Plaza de Mayo) (J. Quiroga)

Representantes de ocho organizaciones de derechos humanos emitieron ayer un documento exigiendo que se promueva la nulidad de las leyes de obediencia debida y punto final, "que han dado origen a la presente situación de impunidad en que vivimos", durante una conferencia de prensa realizada en el Centro de Estudios Legales y Sociales.

Entre los puntos del documento, las organizaciones firmantes declararon como fundamental "la asunción plena por los tres poderes del Estado, de la obligación emanada de la Constitución nacional y de todas las leyes incorporadas a ella, de informar detalladamente acerca de la suerte corrida por cada uno de los millares de detenidos-desaparecidos y los nombres de quienes ordenaron y ejecutaron esos hechos".

Asimismo se declaró que "se informe sobre los desaparecidos que están vivos, porque fueron secuestrados siendo niños o nacieron durante el cautiverio de sus madres, para devolverles su identidad y restituirlos a sus familias legítimas".

Con respecto al carácter legal que podrían tomar estas medidas, el titular de la Liga Argentina por los Derechos Humanos, Carlos Zamorano, afirmó que "hay leyes de facto que son consideradas legales y además, cuando formularon esas leyes, los legisladores estaban bajo el peso del sable y la ametralladora".

Emilio Mignone, titular del Centro de Estudios Legales y Sociales, aseguró que "hay precedentes legales con respecto a la posible anulación de estas leyes".

También en la reunión se encontraba la titular de la organización de la Abuelas de Plaza de Mayo, Estela Carlotto, quien dijo que "es importante que se disponga la separación de las fuerzas armadas y de seguridad de las personas que, como resultado de acusaciones fundadas existentes en causas judiciales, aparezcan como responsables, ejecutores o encubridores de tales crímenes".

Además, el informe propone que "se proporcione al pueblo una información completa y veraz sobre las atroces violaciones".

Nº DOCUMENTO 9508735

[illegible] El secretario gral. de la OEA aseguró que los ajustes económicos para A. Latina no han fracasado.

[illegible] 1500CF

FECHA DE [illegible] 21/5/95

VINCULACIONES 500889

11677

11161

César Gaviria

EP



TEGUCIGALPA, 21 (Reuter). —El secretario general de la Organización de los Estados Americanos, César Gaviria, aseguró hoy que los ajustes económicos aplicados en América Latina no han fracasado.

Gaviria admitió que los ajustes económicos han sido "dolorosos", pero reiteró su criterio de que son "indispensables para tener crecimiento, tener acceso a crédito internacional e inversión extranjera".

[illegible]

CRUZA[illegible]

01-01

9508735

Ajuste en la OEA

Cuando los miembros de la OEA se reúnan a mediados de junio en Haití tendrán desmasiadas cosas para discutir, empezando por su propio papel. En los '70 el presupuesto de la organización rozaba los 200 millones. Eran los tiempos de la guerra fría y del peligro –a ojos de Washington– de la revolución cubana. Ahora que las condiciones políticas cambiaron la plata se les redujo a 80 millones por año. El colombiano **César Gaviria**, con las riendas desde el último setiembre y algunos asesores argentinos (la ex subsecretaria de Trabajo **Noemí Cohen** y según se rumorea se sumaría **Eugenio Díaz Bonilla**, que estuvo en los equipos de **Bordón**) piensa concentrar oficinas. La idea es que las sedes se ubiquen en los paises cabeceras de los mercados regionales y que la OEA se dedique de lleno a implementar programas para ayudar a los procesos de integración.

Imprevisto trámite británico en la OEA

Por Fernán Saguier

(Corresponsal de LA NACION en los EE.UU.)

WASHINGTON.- Veinte años después de haber fracasado en su intento de incorporarse a la Organización de Estados Americanos (OEA) como observador permanente, Gran Bretaña se halla en las puertas de ingresar finalmente en la institución política más alta de América latina.

De manera imprevista y obviando formalidades habituales, el secretario general de la OEA, César Gaviria, agilizó un pedido de incorporación del país sajón el 17 del actual en una reunión del Concejo Permanente en esta capital, la cual fue aprobada unánimemente por las naciones del hemisferio.

En momentos en que esta votación se ratificaba, en Seúl se reunía el Tratado Antártico, organismo que reúne a los países que tienen derechos sobre la zona sur -Argentina y Gran Bretaña, entre otros-, donde entre otros temas se iba a considerar el ofrecimiento argentino de ser sede del organismo.

Como en tres ocasiones anteriores, allí no hubo consenso por la renuencia británica y el tema pasó para la reunión del año próximo por realizarse en La Haya.

Si bien Gran Bretaña ha participado en varias asambleas de la OEA como observador -esto es, como asistente pasivo sin poder de voto-, sólo en 1975, en la reunión de Atlanta, Estados Unidos, pidió acceder como observador permanente.

En aquella oportunidad, una moción de Paraguay, a la que se sumó la Argentina, postergó la aceptación. Diplomáticos argentinos en esta sede recuerdan que tras la postergación, el Reino Unido decidió retirar la nota.

Esta vez, todos los países de la OEA aceptaron la solicitud. Debido a que el embajador argentino ante la OEA, Hernán Patiño Mayer, no se encontraba en el encuentro al momento del pedido -estaba en Buenos Aires-; fue otro funcionario el encargado de dar el sí. La Cancillería, según dijo ayer Patiño a LA NACION, ratificó lo actuado.

Si bien la solicitud tomó por sorpresa a la comunidad diplomática latinoamericana, en la misión argentina se tomó la medida con calma. Los funcionarios descuentan que detrás del pedido se esconda algún intento de lobby por el diferendo de la Islas Malvinas que mantienen ambos países, sobre el cual todos los años la OEA convoca, por consenso de sus integrantes, al diálogo a las partes.

"Primero hay que decir que en la agenda de la OEA no figura el tema Malvinas. Y después hay que aclarar que, en la actualidad, hay 14 Estados miembros que tienen como jefe del Estado a la reina de Inglaterra, entre ellos Canadá. "Creemos que ellos quieren seguir de cerca a las naciones con las que están tan ligadas", dijo un funcionario ayer relativizando la importancia del ingreso.

Gran Bretaña es el único país industrializado que resta sumarse como observador permanente a la OEA, que ya integran 34 naciones, entre ellas, Rusia, Japón, Italia, Francia y España.

Se entiende que la participación británica interesa a la Secretaría General, pues frecuentemente todas las naciones desarrolladas colaboran económicamente en los programas del organismo.

De todos modos, por una cuestión de procedimientos formales -aún falta emitirse la resolución de rigor-, el país sajón no podrá participar como observador permanente en la próxima asamblea, por realizarse dentro de 15 días en Puerto Príncipe, Haití. De llegar el pedido a un final feliz, su debut como observador permanente se concretaría a partir de 1996.

9508738
Situación de la niñez y su familia será tratado en junio en Montevideo a instancias de la OEA.
150007
30/5/95
500889
507406
11165

Situación de la Niñez y su Familia Tratarán en Junio

Representantes gubernamentales de los Estados Miembros de la OEA se reunirán en Montevideo en junio para considerar los temas relacionados con la situación continental de la niñez y la familia, a cargo del organismo especializado de la organización regional, el Instituto Interamericano del Niño (IIN).

Durante la última semana de junio tendrá lugar, en la sede del Instituto Interamericano del Niño, la 72a. Reunión de su Consejo Directivo, integrado por representantes de los 34 países miembros activos de la OEA.

Los delegados asistentes tendrán por delante una nutrida agenda que incluye el informe de la Dirección General sobre la gestión del Plan de Acción Interamericana para la Niñez Carenciada, que tiene a su cargo el IIN, por mandato de la Asamblea General de la OEA. Asimismo el temario contempla una revisión de los Estatutos de la institución y la renovación de autoridades del Consejo Directivo y Dirección General.

Cómo tema especial, se debatirá sobre "La información al servicio de la niñez", en un primer abordaje de este tema que será el motivo de la convocatoria del próximo Congreso Panamericano del Niño, cuyos detalles debe fijar el Consejo Directivo en esta Reunión. En esta oportunidad los delegados tendrán como punto de partida un documento, preparado por los técnicos responsables del Programa de Información sobre Niñez y Familia que desarrolla el IIN en el marco del mencionado Plan de Acción Interamericana.

Asimismo con motivo de la Reunión del Consejo Directivo se procederá a la entrega del Premio Interamericano Eloisa Lorenzo, en su tercera edición, que fuera instituido para estimular a quienes trabajan en favor de las personas con discapacidad y sus familias en las Américas y reconocer la destacada labor desarrollada durante medio siglo en todo el continente por la educadora uruguaya Eloisa García Etchegoyhen de Lorenzo. La ceremonia tendrá lugar en el salón de actos del Edificio Libertad con la presencia del Presidente de la República doctor Julio María Sanguinetti.

La agenda del encuentro fue recientemente motivo de especial atención por parte de la Comisión de Organismos del Consejo Permanente de la OEA en el marco de las tareas preparatorias del XXV Período de Sesiones de la Asamblea General de la OEA, que tendrá lugar en Haití. El Informe de dicho grupo de trabajo resaltó la importancia de la 72a. Reunión del Consejo Directivo del IIN, tanto a la luz de las transformaciones que se están efectuando dentro de la OEA, como en virtud de su temario específico.

01-01

9508738

Argentina aceptará a Inglaterra en la OEA

El levantamiento del veto argentino abrirá el camino a Gran Bretaña, que desde hace más de 20 años solicita su admisión al organismo interamericano como país observador.



El presidente Carlos Menem con el canciller inglés Douglas Hurd.
Inglaterra presentó su solicitud dos días después de la reelección.

De la mano de la Argentina, el Reino Unido está por ingresar a la Organización de Estados Americanos (OEA) como miembro observador, la categoría reservada para los países que no forman parte de la región. Hace más de 20 años que los británicos intentan poner un pie en la OEA y hace más de veinte años que se topan con la resistencia que la Argentina ahora resolvió deponer.

Una reunión plenaria de los miembros permanentes de la OEA tratará hoy la solicitud británica de incorporarse al organismo, pero el vicecanciller Fernando Petrella estimó ayer que no tomará ninguna decisión hasta setiembre. De todos modos, Petrella admitió que, cuando llegue el momento de definirse, la Argentina romperá con su línea histórica.

"No deberíamos tener hoy la misma posición que asumimos en la década del '70, cuando las relaciones bilaterales eran tirantes, ni la que adoptamos en los '80, cuando las relaciones estaban interrumpidas", afirmó el vicecanciller ante este diario. Durante ese período, el Reino Unido intentó varias veces acceder a la categoría que la OEA le otorgó a España, Italia, Francia y –muy recientemente– a Rusia, entre otros.

El secretario general de la OEA, César Gaviria, recibió una carta de Douglas Hurd en la que el canciller británico sostiene que "es sumamente conveniente que el Reino Unido establezca ahora un vínculo formal con el órgano más representativo de la región, del mismo modo que lo han hecho muchos de nuestros vecinos europeos", según informó ayer la agencia EFE.

Los países europeos a los que alude Hurd no son tantos y está claro que los británicos hacen un nuevo intento de ingresar a la OEA porque saben de antemano que la Argentina no pondrá reparos, aunque ayer Petrella evitó decir que la Cancillería tiene una decisión tomada al respecto y tampoco quiso hablar de negociaciones previas entre los países que en 1982 se enfrentaron en la guerra de las Malvinas.

El cable de EFE señala, sin embargo, que el trámite de la presentación británica generó sospechas entre los diplomáticos destacados en Washington ante la OEA. La carta de Hurd cayó en manos de Gaviria dos días después de que el presidente Carlos Menem lograra su reelección. Al día siguiente, el Consejo Permanente de la OEA, que se había reunido para tratar temas ajenos a la solicitud del Reino Unido, se encontró con que ese pedido formaba parte de su agenda bajo el rubro "otros asuntos", cuando debería haber figurado, como es lógico, bajo el rótulo de "ingreso de nuevos miembros". En ese encuentro –siempre según EFE– el Reino Unido quedó incorporado al organismo sin que la Argentina planteara objeción alguna.

La carta de Hurd no pasó siquiera por la Comisión de Asuntos Jurídicos, el trámite normal que debería haber tenido en la OEA. En ese momento, el embajador argentino ante el organismo, Hernán Patiño Mayer, se encontraba en Buenos Aires. Según fuentes consultadas en la Cancillería argentina, el ingreso del Reino Unido todavía no fue aprobado y todo lo que existió fue cierta "desprolijidad" en el trámite, que recién debería ser considerado en setiembre, tal como dijo Petrella.

En la reunión de hoy se sabrá si el Consejo Permanente resuelve que la incorporación del Reino Unido es un hecho o si dilata el tema por algunos meses, como pretende la Argentina por problemas de forma que hoy esgrimirá Patiño Mayer. Lo que está claro es que el fondo de la cuestión –la resistencia argentina– ya está resuelto. Los británicos tienen las puertas abiertas para ingresar a la OEA.

PREOCUPACION POR LOS ATAQUES

La libertad de prensa celebra su día mundial

PARIS (EFE, AFP y AP).– Impulsadas por el hecho de que en 1994 **murieron 103 periodistas y otros tantos están en prisión** por problemas vinculados con la profesión, las autoridades de las Naciones Unidas **proclamaron 1995 como el "Año para la tolerancia"**. La noticia fue lanzada ayer por el **"Día Mundial de la Libertad de Prensa"**, que **se festeja hoy**.

"Los que tienen por misión hacer conocer la verdad son demasiado frecuentemente **blancos o víctimas de la intolerancia política, étnica o religiosa, tanto como del crimen organizado"**, reconoció ayer el director general de la UNESCO, **Federico Mayor Zaragoza**.

Para él, **"libertad de prensa y tolerancia son las marcas de sociedades democráticas.** Pero en tanto la libertad de prensa es un derecho fundamental que debe estar consustanciado plenamente con la legislación de un gobierno democrático, la tolerancia no es legislable en absoluto y **solo se puede apoyar en una sociedad sana y comprometida con la defensa de sus integrantes**, que no ocurre en la mayoría de los casos".

"La mayor masacre"

Comunicado mediante, la asociación –con sede en Francia– **Reporteros sin fronteras** aseguró ayer que **"el año pasado ha sido especialmente negro para la labor profesional de los periodistas"**.

Según el detalle de un informe elaborado por la agrupación, del total de 103 periodistas muertos en 1994, **48 perdieron la vida en Ruanda, "la mayor masacre en la historia del periodismo"**, señaló el presidente de Reporteros sin fronteras, el danés **Jens Linde**.

En Argelia, "la caza de periodistas adquirió contornos dramáticos", según el informe de esa entidad, cuya labor es similar a la que realiza la organización independiente de derechos humanos, Amnesty International. Mientras que en 1993 fueron asesinados ocho reporteros, en 1994 esa cifra se elevó a 18. Desde enero de 1995 han sido asesinados otros ocho periodistas.

De acuerdo con el informe de esa asociación, entre los países donde la situación de la libertad de prensa ha empeorado en los últimos tiempos figuran, además de Argelia, **Burundi y Ruanda**, *Egipto, Indonesia y Serbia-Montenegro, y, en menor* medida, **Gambia, México y Eslovenia**.

Los responsables de Reporteros sin fronteras afirmaron también que se han producido "ciertos progresos en el respeto al derecho a la libertad de prensa" en **la Argentina, Haití, Jordania, Malawi, Marruecos, Mozambique, Nepal y Sudáfrica**.

En ese informe –que además será leído esta tarde en la ciudad española de Santander, donde se celebra la 22ª Asamblea anual de la Unión Mundial de Periodistas– queda claro que **"sólo 50 de los 185 estados miembros de las Naciones Unidas respetan escrupulosamente la libertad de prensa.** Los otros **gobiernos acallan a los periodistas que los critican"**.

01-02

9508740

1500925
3/5/95
12688 -501889

Día Mundial de la Libertad de Prensa

Enérgica defensa de principios para garantizar la información

Bases: en una carta elaborada por la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) se resumen diez propuestas que aseguran la existencia de medios independientes.

Es celebrado hoy el Día Mundial de la Libertad de Prensa, instituido por iniciativa de las Naciones Unidas.

Con tal motivo, diversas organizaciones se refirieron al significado de la fecha en distintos tonos, pero siempre con expresiones que reflejan un amplio consenso sobre los principios que garantizan la existencia de los medios de información independientes.

Carta de la SIP

Como integrante del Comité Coordinador de Organizaciones de Prensa, la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) dio a conocer la denominada "Carta de una prensa libre", surgida de la conferencia mundial de periodistas realizada en 1987. Su texto expresa lo siguiente:

"Una prensa libre supone un pueblo libre. Es por ello que los siguientes principios, indispensables para garantizar una circulación sin trabas de la información tanto en el interior de las fronteras de los países como a través de ellas, merecen el apoyo de todos aquellos que se han comprometido a proteger y fomentar las instituciones democráticas.

"1. La censura, directa o indirecta, es inaceptable. Por lo tanto, debe abolirse toda ley o práctica que restrinja el derecho de los medios de prensa a obtener y difundir informaciones. Las autoridades gubernamentales, nacionales o locales, no deben interferir en el contenido de los periódicos o noticiarios de radio o televisión, ni limitar el acceso a las fuentes de información.

"2. Debe permitirse en todos los países la creación de órganos de prensa escrita y audiovisual independientes, así como su libre funcionamiento.

"3. Los gobiernos deben abstenerse de ejercer toda discriminación, económica o de otra índole, entre los órganos de prensa de un país. En los países donde también existen medios de información gubernamentales, los órganos de prensa independientes han de tener la misma libertad de acceso que los medios de información oficiales a todos los materiales y las instalaciones necesarias para sus operaciones de publicación o transmisión.

"4. Los Estados no deben limitar el acceso al papel prensa, a las imprentas, a los sistemas de distribución, ni las actividades de las agencias de prensa, ni la disponibilidad de frecuencias y de todo tipo de instalaciones necesarias para la difusión audiovisual.

"5. Se condenan todas aquellas prácticas de índole jurídica, técnica o arancelaria por parte de las autoridades responsables de la telecomunicación que inhiban la difusión de la información y restrinjan su libre circulación.

"6. Los medios de prensa oficiales deben gozar de independencia editorial y estar abiertos a opiniones diversas. Este principio ha de estar garantizado por la ley y sostenido en la práctica.

"7. El acceso de los medios de prensa escrita y audiovisual a las informaciones procedentes de otros países debe ser irrestricto, y el público debe gozar de la misma libertad de recibir publicaciones y emisiones extranjeras.

Periodistas extranjeros

"8. Las fronteras nacionales deben estar abiertas a los periodistas extranjeros. No deben aplicarse a estos cupos, y sus pedidos de visados, de acreditación y de otros documentos necesarios para el ejercicio de su profesión deben ser aprobados con rapidez. Debe permitirse a los periodistas extranjeros viajar libremente dentro del país y tener acceso a todas las fuentes de información, sean éstas oficiales o no oficiales, así como importar y exportar libremente todo el material y equipo profesional necesarios.

"9. Debe eliminarse toda restricción al ingreso al periodismo o al ejercicio de éste, impuesta por medio de licencias u otros procedimientos de autorización.

"10. La ley debe garantizar y proteger plenamente la seguridad personal de los periodistas, al igual que la de los otros ciudadanos. Se reconoce a los periodistas que trabajan en zonas de guerra como civiles que gozan de todos los derechos e inmunidades reconocidos a los otros civiles.

En 50 países respetan la libre expresión

Sólo unos 50 países respetan la libertad de prensa y apenas un 10 % de la población mundial vive en sociedades libres, respetuosas del derecho de informar, señala en su informe anual la institución Reporteros sin Fronteras, con sede en París.

En un comunicado firmado por el secretariado internacional, la organización señala que "variadas formas de censura, encarcelamientos, tortura y hasta asesinatos de periodistas son moneda corriente" en una inmensa mayoría de países, al recordar que son 185 los Estados representados en las Naciones Unidas.

Analizados los avances y retrocesos en la libertad de prensa en el mundo durante 1994, Reporteros sin Fronteras enumera algunos países donde la situación ha mejorado, como los casos de Eslovenia, Haití, Jordania, Malawi, Marruecos, Mozambique, Nepal y Sudáfrica.

Pero también señala que en muchos otros el panorama empeoró dramáticamente, al referirse a Argelia, Burundi, Egipto, Indonesia, Serbia, Túnez y Yemen. En menor medida, se citan Gambia, Eslovequia y México.

La libertad de expresión e información sigue sin ser respetada y nada ha cambiado en Birmania, Cuba, China, Irak, Irán, Libia y Siria, entre otros países.

Agrega que al menos 103 periodistas fueron asesinados en 1994 -cifra que no reconoce precedentes- y otros 130 se encontraban encarcelados al 31 de diciembre último.

Sostiene la institución que 1994 fue un año negro para el periodismo y explica que es en Ruanda donde murieron más periodistas: 48 perdieron la vida durante la guerra civil y el genocidio, que azotaron a ese país africano entre abril y julio del año pasado. Argelia ocupa el segundo lugar con 18 profesionales asesinados (10 más que en 1993), víctimas de atentados perpetrados por integristas.

Según el balance, el país que mantiene más periodistas detenidos es China, con 19 al 10 de abril último, luego de algunas liberaciones. Birmania y Vietnam en Asia del Sur, Irak, Kuwait, Siria y Turquía en Medio Oriente, Etiopía en Africa y Perú y Cuba en el continente americano completan la lista de países con mayor número de periodistas encarcelados, según el informe.

A modo de conclusión, el informe precisa que en un contexto mundial poco alentador el continente americano se encuentra, desde hace unos años, en una etapa de avances, dado que en la mayoría de los países de la región se ha consolidado la vigencia de la libertad de prensa, su reconocimiento institucional y su vivencia cotidiana.

Cuba sigue siendo una excepción, pero la situación mejoró notablemente en Haití, Colombia, México y Perú, los países donde los periodistas deben afrontar las dificultades más grandes.



Mayor Zaragoza

La Unesco y un derecho esencial de la democracia

El director general de la Unesco, Federico Mayor Zaragoza, expresó su adhesión por la celebración del Día Mundial de la Libertad de Prensa, con un mensaje en el que expresa su deseo de que "todos los organismos internacionales, junto con los gobiernos y sociedades democráticas, compartamos los esfuerzos para que la libertad de prensa no se vea amenazada".

Al recordar que las Naciones Unidas proclamaron 1995 como el Año para la Tolerancia, Mayor Zaragoza recuerda que el año último "más de 100 profesionales de los medios han perecido de muerte violenta en el ejercicio de su profesión y más de 130 periodistas están actualmente en prisión".

Afirma que "hoy, Día Mundial de la Libertad de Prensa, es más urgente que nunca hablar de la libertad de prensa y de tolerancia".

Una tarea ingrata

Mayor Zaragoza sostiene que "los que tienen por misión hacer conocer la verdad son demasiado frecuentemente blanco o víctima de la intolerancia política, étnica o religiosa, tanto como del crimen organizado".

"Hoy las nuevas tecnologías han ampliado de manera inconmensurable las posibilidades de comunicar la información. Pero difundir la verdad puede todavía ser una tarea ingrata", añade la declaración.

Asimismo, el director del Centro de Información de Naciones Unidas para la Argentina y Uruguay, Angel Escudero de Paz, recordó la institución del Día Mundial de la Libertad de Prensa, dispuesta en diciembre de 1993 por las Naciones Unidas.

0202

958740

MINISTERIO ... NACIONAL
11 SET. 1995
Pase: Sr. Jefe Dpto. III
Nº 9508742

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

E.E.I. Nº 50.-

FECHA: 11/SET/995.-

REFERENCIA:

ORIGEN: Dpto. I (Int.) Sector Gremial

DIFUSION: Dpto. III

ANEXOS: Artículo de prensa "La República".

INFORMACION CONOCIDA: En virtud de la realización el 12/SET/995 de una movilización convocada por la Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado (COFE),se realizará en el marco de un paro de actividades, con concentración en el Obelisco a la hora 13 y posterior marcha hacia el Parlamento. previamente se realizará un mitin en la Plaza Fabini. En la parte oratoria harán uso de la palabra un dirigente de COFE y un invitado internacional.

E.E.I.:

Se solicita:

* Cantidad de asistentes
* Sindicatos y dirigentes participantes
* Actitud de los asistentes
* Otros datos de interés

PLAZO:

001/2

9508742

SECTOR GREMIAL

Varios gremios definen hoy su forma de participación en la movilización resuelta por COFE

El paro general parcial de mañana convocado por el PIT-CNT contará con la adhesión total de sus filiales

La totalidad de los gremios afiliados al PIT-CNT decidieron adherir al paro general parcial convocado por la central sindical, en apoyo a la movilización resuelta por COFE, en rechazo al proyecto de reforma del Estado. Algunos gremios ya han resuelto su forma de participación, mientras otros recién hoy se definirán al respecto.

■ Total adhesión de los gremios afiliados al PIT-CNT tendrá la movilización convocada por la Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado (COFE) para mañana martes 12 de setiembre, que propuso una marcha hacia el Parlamento en rechazo al proyecto de reforma del Estado que impulsa el gobierno de coalición.

La última Mesa Representativa resolvió por unanimidad convocar a un paro general parcial a nivel nacional entre las 13 y las 17 horas de esa jornada, en apoyo a la movilización resuelta por la COFE, definiendo en esa oportunidad los detalles de la paralización.

La plataforma de la medida resuelta será:

- Por presupuesto justo
- Por empleo para todos
- Contra la desocupación
- Por la derogación del impuesto a los sueldos
- Contra la Ley de Seguridad Social

Asimismo, se definieron los detalles de la movilización, que serán: entre las 11 y la 13 horas arribarán las delegaciones del interior del país, que se concentrarán con los gremios de Montevideo en el Obelisco, para realizar un mitin a las 14 horas. Posteriormente, se iniciará una marcha hacia el Parlamento, a partir de las 14 y 30 horas, estando prevista la finalización de la jornada a las 17 horas.

COMO PARAN LOS GREMIOS

La totalidad de los gremios agrupados en COFE han ratificado su participación en la marcha nacional "Por un Estado eficiente, honesto y solidario", pero varios de ellos recién hoy definirán su forma de participación.

La Asociación de Funcionarios Aduaneros (AFA) resolvió parar por 24 horas, convocando a sus afiliados a concentrarse a las 12 horas frente al Edificio Central de Aduanas.

Los sindicatos de los entes estatales convocaron para hoy a sus asambleas, a fin de resolver el horario de paralización y la forma de adhesión a la movilización.

Por su parte, la Coordinadora de Sindicatos de la Enseñanza del Uruguay (CSEU) convocó a un paro general de 24 horas para mañana martes, medida que ya fue aprobada por la Federación Uruguaya del Magisterio y los Trabajadores de la Enseñanza Primaria (Fum-Tep), la Asociación de Docentes de Enseñanza Secundaria (ADES), y la Asociación de Funcionarios de la Universidad del Trabajo (Afutu).

La Federación de Funcionarios de Salud Pública determinó una paralización entre las 6 y las 18 horas, y convocó a concentrarse en el Obelisco a la hora 11.

El Sindicato Unico Nacional de la Construcción y Anexos (Sunca) realizará un paro de actividades a partir de la hora 12, para participar del mitin en el Obelisco y de la posterior marcha hacia el Palacio Legislativo.

Directorio.
La FROSE realiza los di...

LA RCA 11/9/95

0 02/2

9508742

72

0610

Hoja 1 de 1
Copia No. 101
D-II/EM/DEI
Montevideo,
[illegible]SET95
DI - 149

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION NRO.149/D-2/995.

I. EVALUACION: -.-

II. RESPONDE A: Contesta PP.II. Nros. 029, 030, 031 y 032/A/95

III. T E X T O: Se adjunta.-

IV. SINTESIS: Se omite.-

V. ACCION TOMADA: Confección del presente PARTE.

VI. DISTRIBUCION:

ORIGINAL.......D. G. I. D.

COPIA..........ARCHIVO

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 11 de 09 de 1995
Nº Comp. 3008748 Fecha salida
Pase a: SDI
Acción a tomar: A sus efectos
Prioridad:
Observaciones:

El Jefe del Estado Mayor D.E.I.
Coronel,
LEONEL MILONE

ER/ac

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de [illegible]
15 SET 1995
Antecedentes
9508748

0748.

001/2

[illegible] de Setiembre de 1995.

[illegible] Información no se registran [illegible].

9508748

COPIA No. 01/01

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

9508749.

Montevideo, 11 de Setiembre de 1995.-

M E M O R A N D U M Nro. 950215...../BUS.-

I.- ASUNTO: Publicación "LA PULGA"

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O:

Se adjunta al presente Memorandum los ejemplares Nros.47 y 50 de "LA PULGA".

000002

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sub Director de Interior

Archivo Departamento III

Copia 1 - Jefe del Departamento I



QUIEN MATO
A
FERNANDO
MORRONI

La Pulga

10 DE AGOSTO DE 1995 Nº 47

24 de agosto:

Masacre en Jacinto Vera

La joda vino de España



Empresa uruguaya vende:

fusiles a Croacia

Draga 9:

Dragan bolsillos

canal Martín García

Nombre de los

Militares arrestrados

Primicia de La Pulga

Desplante

Agosto es mes rico en conmemoraciones. La gente joven nos está convocando a todos para el lunes 14 «a 27 años del asesinato de Líber Arce». Jóvenes que peinan canas, como las peinaría Líber, están también, como siempre, convocados.

El jueves 24 de agosto se cumple un año de la Masacre de Jacinto Vera que vuelve hoy, a la memoria, con las pruebas escandalosas de la corrupción, como agregado vergonzoso. La corrupción del gobierno de Lacalle, conjunto de delitos que rompe las costuras, y estuvo también, para vergüenza nacional detrás de la entrega de los vascos.

Hoy sabemos que no solo defendíamos como defendimos la soberanía nacional hace un año. También defendíamos la dignidad contra la corruptela.

El Ministro del Interior Didier Opertiformuló la otra tarde en el cuartel de la vieja Guardia Metropolitana declaraciones amenazantes de una ralea que creíamos exclusiva de la dictadura.

Solo retrocediendo a las vísperas del 27 de julio de 1973 o a los primeros días de noviembre de 1983 podemos encontrar en nuestra historia verguenzas semejantes: amenazar a la gente para que no manifieste su opinión

La gente ya dió y seguirá dando a estos desplantes autoritarios la respuesta que se merecen.

SIGUE CLAUSURADA CX 44

Seguridad Social

El Proyecto gubernamental

Pensiones

• La viuda deberá probar dependencia económica del marido: si no la prueba no tiene derecho a la pensión

• Si queda viuda antes de los 30 años y no tiene hijos menores, cobra por dos años y luego pierde la pensión.

• Si tiene hijos menores, cobra hasta la mayoría de edad y luego pierde la pensión

Jubilaciones

• Se aumenta la edad mínima de retiro de la mujer a 60 años.

• Se aumenta el mínimo de años de trabajo a 35 y se exige prueba documental (imposible para trabajadoras domésticas, trabajadores rurales y decenas de miles de la industria).

Para quienes ganen menos de $ 5.000

• Primer rebaja: se alarga el período de cálculo del promedio jubilatorio a los últimos 10 años.

• Segunda rebaja: Se rebajan los porcentajes de jubilación según estos cuadros.

Mujeres

Edad	Trabajo	Actual	Proyecto
55	30	65%	NO
60	35	75%	50%
65	35	80%	60%
65	40	80%	67.5%
70	40	80%	82.5%

Hombres

Edad	Trabajo	Actual	Proyecto
60	30	60%	NO
60	35	65%	50%
60	40	70%	52,5%
65	40	75%	67,5%
70	40	80%	82,5%

Régimen opcional (sueldos hasta $5.000)

Se puede optar por aportar la mitad del sueldo al BPS (se cobrarían tres cuartas partes de los porcentajes).

Y por la otra mitad aportará al «ahorro individual».

Entre $ 5.000 y $15.000

Hasta los $ 5.000 aporta al BPS y cobra los porcentajes vistos.

Por encima de $ 5.000 aporta al ahorro individual (y al cabo de 40 años podrá cobrar su porcentaje si los fondos no han volado)

Más de $ 15.000

Aportan al BPS por los primeros $ 5.000, de los $ 5.000 hasta los $15.000 al «ahorro individual» y por encima de los $ 15.000 no aportan.

Otras reformas

Pensiones a la vejez: Se aumenta la edad para recibirlas a 70 años.

Jubilación por imposibilidad física: aumentan exigencias y disminuyen montos.

Subsidio por imposibilidad parcial: Aumentan requisitos, menos tiempo de cobro y menos montos.

Jubilación por edad avanzada: Aumenta la edad de la mujer a 70 años. Se precisan 15 años de servicios y es incompatible con otra pasividad.

Aporte obrrero: Se aumenta al 15%.

Aporte patronal: Se rebaja en 2 puntos (y el Poder Ejecutivo puede rebajarlo cuanto quiera).

Se aumenta la jubilación mínima: A $ 550

Se aumenta la jubilación máxima: A $ 4.300 a partir del 1/1/97 y a $ 6.100 a partir del año 2003.

BPS

Se quitan potestades a los directores representantes de jubilados y pensionistas, trabajadores y empresarios.

Se desfinancia aún más al BPS perdiéndose más de 150 millones de dólares al año.

Se ratifican los decretos del 24 y 25/1/95.

Se habilita la privatización de los aportes de trabajadores entregándolos a «Administradoras de fondos de ahorro previsional».

(Datos de la Asociación de trabajadores de la Seguridad Social-ATSS)

Brigada La Pulga en la calle



Croacia y Uruguay

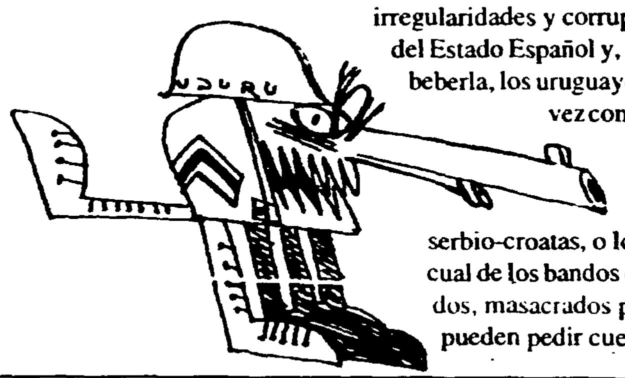
En las últimas horas los uruguayos, como todo el mundo, asistimos consternados a un nuevo episodio, bárbaro, de la guerra interminable en la ex-Yugoslavia: el ejército croata con armas de la ex-URSS y entrenamiento estadounidense (las cosas que hay que ver y oir) invadió, conquistó y saqueó Krajina en el marco de una ofensiva relámpago que tiene asombrados a los especialistas militares del mundo.

Lo que nunca imaginamos, mientras «vichábamos» la televisión desde nuestras casas, es que nosotros, los uruguayos, el Uruguay, estuvo y está directamente vinculado a ese episodio de la cruel guerra.

Para esos Servicios de Inteligencia cuyos archivos muertos o activos fueron recientemente descubiertos en Canelones este, suponemos, habrá sido o habrá de ser un asunto de primerísima importancia porque o bien lo sabían (y en ese caso esperamos que el Ministro de Defensa estuviera al tanto) o bien no lo sabían y en ese caso muestran, para los temas que realmente importan, una crasa inutilidad: mientras vigilan centenares de chacras de la izquierda les pasan (nos pasan) por entre las piernas, un formidable contrabando de armas con destino a una guerra en la que no tenemos nada que ver pero que a lo mejor ahora, por omisión, **pasamos a tener algo que ver** (sin comerla ni beberla)

Según informó el martes el diario **El Mundo** del Estado Español, Fabricaciones Militares Argentinas, con la aprobación del inefable presidente Menem, exportó (contrabandeó en el más bajo estilo bagayero) unos 25.000 fusiles modernos con destino a Croacia violando el embargo mundial de armas y usando para ello los servicios de una empresa uruguaya (la Devor Trading International) manejada por militares argentinos.

Dicha suma impresionante de fusiles habría salido de Argentina, vía Uruguay, con destino a Panamá desde donde fueron oportunamente desviados hacia Croacia (mediante la cometa de un 10% del valor, altamente suculento, de dichos 25.000 fusiles). Parecen mentira dos cosas: que hoy por hoy las principales denuncias de irregularidades y corrupción en Uruguay provienen del Estado Español y, segundo, que, sin comerla ni beberla, los uruguayos nos vemos envueltos, otra vez como en el caso de los vascos, en una guerra en la que no tenemos nada que ver.



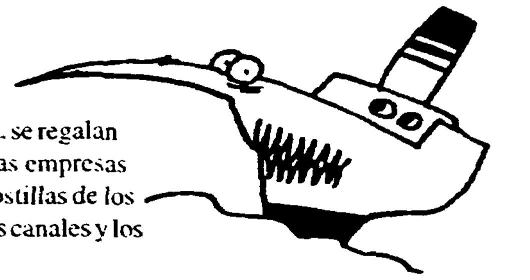
Porque es obvio: los serbio-croatas, o los serbio-bosnios (ni se sabe cual de los bandos es, pero alguno hay) derrotados, masacrados por esos fusiles, mañana nos pueden pedir cuentas.

Draga 9 (ANP)

En estos últimos días fueron del conocimiento público, por denuncias de prensa, las escandalosas manipulaciones con la licitación para el dragado del canal Martín García. Según dichas denuncias Uruguay habría perdido unos 48 millones dólares por obra y gracia de las maniobras llevadas adelante por personajes como Payseé que, además de haber sido personeros de la dictadura en diferentes cargos, tuvieron en sus manos la decisión de resolver en torno a las distintas ofertas presentadas en la licitación.

Por si esta denuncia, ya publicada, fuera poco, **La Pulga** maneja documentación como para ponerse a llorar.

Tenemos a la vista una factura de fecha 14 de junio de 1995 por la que la Administración Nacional de Puertos le abona a la Armada Nacional 190.370 pesos (unos 30.000 dólares) por la reparación de la moderna **Draga 9** que a pesar de dicho gasto sigue parada. Al mismo tiempo que se realiza ese gasto, al mismo tiempo que se mantiene ociosa una moderna draga, se regalan 48 millones de dólares para que ciertas empresas privadas, con precios de fantasía y a costillas de los fondos públicos vengan a dragarnos los canales y los bolsillos.



Caldera del diablo

La situación en Argentina está **que arde. A la fecha no hay una sola** Provincia en la que **no se estén desarrollando** movilizaciones de protesta ante las consecuencias de la política neoliberal. Anticipa lo que se nos viene si este gobierno blanquicolorado logra imponer en nuestro país la misma receta que Menem aplicó del otro lado del charco. La CGT , en medio de una agitada reunión cuyo clima no se vivía desde hace años, resolvió el día martes, realizar un gran paro nacional de protesta, con movilizaciones, para el próximo 6 de setiembre.

Desde ahora entonces, los trabajadoes y los desocupados argentinos tensan fuerzas para esa gran jornada de lucha. Los gigantescas manifestaciones populares hacia los santuarios de San Cayetano fueron, en estos días, algo nunca visto en el vecino país.

Verdades como puños

El último domingo, como La Pulga ya ha informado en su ejemplar N° 46, el Plenario Nacional del Frente Amplio aprobó las bases de un proyecto alternativo al del Poder Ejecutivo en lo referido a la reforma de la seguridad social.

El trámite de la discusión y las sucesivas votaciones reafirmaron una concepción de la seguridad social coherente con los principios universalistas, intergeneracionales y solidarios que historicamente la han caracterizado.

No obstante, merece destacarse una breve intervención de un delegado de base que al aprobarse el punto 1, referido a la universalidad del sistema, llamó la atención sobre el abandono en que estan hoy vastos sectores del pueblo, de los más pobres, de los más sumergidos. Una intervención que trajo el eco del rigor que viven hoy los humildes y que seguramente recrudecerá en la medida que se instrumente el proyecto liquidador de la seguridad social que la coalición de gobierno viene aprobando a nivel parlamentario a marchas forzadas.



«La universalidad, en el sistema de seguridad social del Uruguay es una bonita palabra y una gran idea, pero socialmente es falsa. Socialmente hay 260 mil niños que no perciben la asignación familiar. Son los más pobres del Uruguay, los que más la necesitan. A mi me hubiera gustado que la izquierda, que los sectores progresistas del Uruguay, cuando hablen de una alternativa al proyecto conservador de la seguridad social plantearan esto, y no meramente un remiendo, una modificación, al pésimo proyecto del Poder Ejecutivo. Estas cosas me hubiera gustado discutirlas.

Las personas que más trabajan en el Uruguay, las mujeres trabajadoras del hogar, que no tienen licencia ni salario vacacional ni ningún beneficio social, cuando llegan a la edad de la vejez tampoco tienen derecho a jubilarse. Y los informales, que cada vez son más en el Uruguay, dentro de cinco años, cuando la izquierda, cuando los sectores progresistas sean gobierno en este país, va a tener a cientos de miles de trabajadores informales golpeando las puertas del sistema de seguridad social del Uruguay porque no tienen derechos. Estas cosas me hubiera gustado discutirlas cuando se está hablando de un proyecto alternativo.

El voto que hago a esto es una transacción pero mi declaración de conciencia es que esto, a mi modo de ver, es insuficiente».

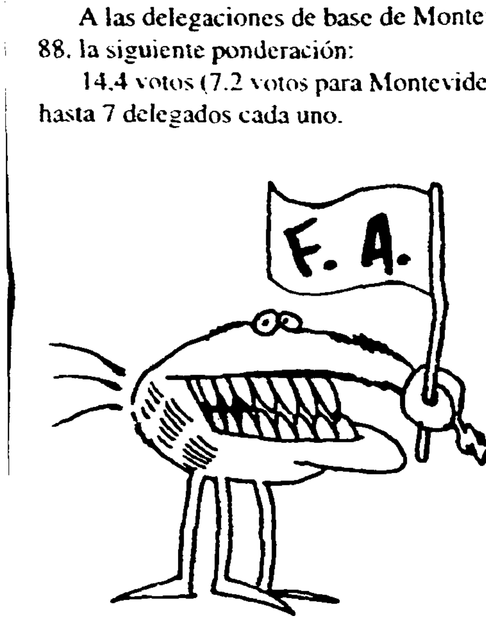
• Mesa Política del FA

De acuerdo a la disposición especial y transitoria de la sección VIII del Estatuto, y de acuerdo a lo laudado por la Comisión Política (y comunicado al Plenario Nacional) del FA, la Mesa Política de la coalición quedaría integrada por los siguientes grupos políticos y con la ponderación que se detalla:

Listas	Agrup. política	% P. Nacional	Votos (18)
2121	Asamblea Uruguay	40.27777	7.25
90	Partido Socialista Movimiento Socialista Corriente Popular	18.05555	3.25
77	IDI Artiguismo y Unidad	8.33333	1.50
1001	Partido Comunista Fidel POR	8.33333	1.50
609	MLN PST	5.55555	1.00
3000	CUF PREGON 26 de Marzo UP	11.11111	2.00
343	PVP	2.77777	0.50
205	20 de Mayo	2.77777	0.50
	MPF	2.77777	0.50

A las delegaciones de base de Montevideo e Interior les corresponden según el Art. 88, la siguiente ponderación:

14.4 votos (7.2 votos para Montevideo y 7.2 votos para Interior), pudiendo nominar hasta 7 delegados cada uno.



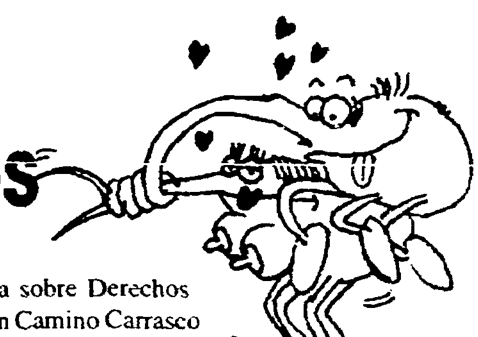
Para hacer uso de la ponderación debe tenerse en cuenta el Cap. VI del Estatuto («Organo de Referencia» - art. 100 al 105).

Se transcribe parte del Art. 88:

«La participación de los delegados será ponderda a partir de una presencia efectiva de 2 delegados por Montevideo y 2 por el Interior.

La ponderación será igual al 80% del total de delegados de las organizaciones políticas».

Actividades



Viernes 11 de agosto. Hora 20. Charla sobre Derechos Humanos en el Comité del Frente Amplio en Camino Carrasco y estado de Israel. Hablarán Norma Morroni, Lucas Pitaluga, Marcos Abelenda, Jorge Zabalza e integrantes de la Asamblea Permenente por los Derechos Humanos.

***

Viernes 11 de agosto: Acto en defensa de la Seguridad Social. Hora 20. Terminal Goes. **Hablarán Helios Sarthou, Guillermo Chifflet y Marina Arismendi. Convoca:** Coordinadora C.

***

Viernes 11 de agosto. Baile por la vida. En el local de AFCASMU, Garibaldi 2819. Convoca: Asamblea Permanente por los Derechos Humanos.

***

Sábado 12 de agosto. 15 horas, en Uruguay 1055: Plenario Sindical del MPP. Temas: plan de trabajo, apoyo a conflictos. Movilización del 24 de agosto.

***

Lunes 14 de agosto: a 27 años del asesinato de Líber Arce: «Día de los mártires estudiantiles», gran movilización por presupuesto digno para la enseñanza, contra la represión, contra el proyecto de reforma de la seguridad social y en homenaje a los mártires estudiantiles. **La Pulga** ampliará detalles.

***

Domingo 13 de agosto en la Iglesia Santa Elena, charla sobre Seguridad Social.

***

Domingo 13 de agosto: Solymar Norte festeja el Día del Niño. Baby futbol y chocolate para nuestros locos bajitos. Viejo Escobar frente al barrio «Lecho».

***

1° de setiembre en la Iglesia Santa Elena: charla-debate sobre neoliberalismo y educación.

***

24 de agosto: concentración en el obelisco a las 18:30 hora para marchar juntos con antorchas y flores hacia el Filtro. A un año de la masacre de Jacinto Vera, no existe justicia, sólo impunidad. Convoca: asamblea permanente por los derechos humanos.

***

9 Y 10 de agosto: Paro de 36 horas en la Construcción. El 9 a las 14 horas concentración frente al Ministerio de Economía y Finanzas. Desde allí marcha hacia el Parlamento donde se instalarán tres fogones hasta la hora 24 del día 10. Por Consejo de salarios, fuentes de trabajo y contra el proyecto de reforma de la seguridad social del gobierno.

***

Se necesitan un par de muletas para Elbio Píriz, internado en traumatología piso 1. Se puede avisar o dejarlas en Tristán Narvaja 1578 (teléfono 49 22 98).

***

Todos los sabados a las 16 horas se reúne la Intersocial de Peñarol, Sayago y adyacencias. La Coordinadora «P» llama a jubilados, trabajadores, cooperativistas y vecinos a integrarse para luchar contra la reforma de la seguridad social. Mesa 3, salón de fomento, Garzón y Propios.

***

Convención Nacional del M.L.N.: domingo 13, desde las 9 horas. **Talleres** Sábado 19 desde las 14 y domingo 20 desde las 9, reunión Plenaria.

COPIA No. 01/01

1/9

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

9508749.

Montevideo, 11 de Setiembre de 1995.-

M E M O R A N D U M Nro. 950215 ...../BUS.-

I.- ASUNTO: Publicación "LA PULGA"

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O:

Se adjunta al presente Memorandum los ejemplares Nros.47 y 50 de "LA PULGA".

000002

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sub Director de Interior

Archivo Departamento III

Copia 1 - Jefe del Departamento I

D.N. Ríos

9508749

101/9



QUIEN MATO
A
FERNANDO
MORRONI

La Pulga

10 DE AGOSTO DE 1995 Nº 47

24 de agosto:

Masacre en Jacinto Vera

La joda vino de España



Empresa uruguaya vende:

fusiles a Croacia

Draga 9:

Dragan bolsillos

canal Martín García

Nombre de los

Militares arrestrados

Primicia de La Pulga

Desplante

Agosto es mes rico en conmemoraciones. La gente joven nos está convocando a todos para el lunes 14 «a 27 años del asesinato de Líber Arce». Jóvenes que peinan canas, como las peinaría Líber, están también, como siempre, convocados.

El jueves 24 de agosto se cumple un año de la Masacre de Jacinto Vera que vuelve hoy, a la memoria, con las pruebas escandalosas de la corrupción, como agregado vergonzoso. La corrupción del gobierno de Lacalle, conjunto de delitos que rompe las costuras, y estuvo también, para vergüenza nacional detrás de la entrega de los vascos.

Hoy sabemos que no solo defendíamos como defendimos la soberanía nacional hace un año. También defendíamos la dignidad contra la corruptela.

El Ministro del Interior Didier Opertiformuló la otra tarde en el cuartel de la vieja Guardia Metropolitana declaraciones amenazantes de una ralea que creíamos exclusiva de la dictadura.

Solo retrocediendo a las vísperas del [illegible] de julio de 1973 o a los primeros días de noviembre de 1983 podemos encontrar en nuestra historia verguenzas semejantes: amenazar a la gente para que no manifieste su opinión

La gente ya dió y seguirá dando a estos desplantes autoritarios la respuesta que se merecen.

SIGUE CLAUSURADA CX 44

Seguridad Social

El Proyecto gubernamental

Pensiones

• La viuda deberá probar dependencia económica del marido: si no la prueba no tiene derecho a la pensión

• Si queda viuda antes de los 30 años y no tiene hijos menores, cobra por dos años y luego pierde la pensión.

• Si tiene hijos menores, cobra hasta la mayoría de edad y luego pierde la pensión

Jubilaciones

• Se aumenta la edad mínima de retiro de la mujer a 60 años.

• Se aumenta el mínimo de años de trabajo a 35 y se exige prueba documental (imposible para trabajadoras domésticas, trabajadores rurales y decenas de miles de la industria).

Para quienes ganen menos de $ 5.000

• Primer rebaja: se alarga el período de cálculo del promedio jubilatorio a los últimos 10 años.

• Segunda rebaja: Se rebajan los porcentajes de jubilación según estos cuadros.

Mujeres

Edad	Trabajo	Actual	Proyecto
55	30	65%	NO
60	35	75%	50%
65	35	80%	60%
65	40	80%	67,5%
70	40	80%	82,5%

Hombres

Edad	Trabajo	Actual	Proyecto
60	30	60%	NO
60	35	65%	50%
60	40	70%	52,5%
65	40	75%	67,5%
70	40	80%	82,5%

Régimen opcional (sueldos hasta $5.000)

Se puede optar por aportar la mitad del sueldo al BPS (se cobrarían tres cuartas partes de los porcentajes).

Y por la otra mitad aportar al «ahorro individual».

Entre $ 5.000 y $15.000

Hasta los $ 5.000 aporta al BPS y cobra los porcentajes vistos.

Por encima de $ 5.000 aporta al ahorro individual (y al cabo de 40 años podrá cobrar su porcentaje si los fondos no han volado)

Más de $ 15.000

Aportan al BPS por los primeros $ 5.000, de los $ 5.000 hasta los $15.000 al «ahorro individual» y por encima de los $ 15.000 no aportan.

Otras reformas

Pensiones a la vejez: Se aumenta la edad para recibirlas a 70 años.

Jubilación por imposibilidad física: aumentan exigencias y disminuyen montos.

Subsidio por imposibilidad parcial: Aumentan requisitos, menos tiempo de cobro y menos montos.

Jubilación por edad avanzada: Aumenta la edad de la mujer a 70 años. Se precisan 15 años de servicios y es incompatible con otra pasividad.

Aporte obrrero: Se aumenta al 15%.

Aporte patronal: Se rebaja en 2 puntos (y el Poder Ejecutivo puede rebajarlo cuanto quiera).

Se aumenta la jubilación mínima: A $ 550

Se aumenta la jubilación máxima: A $ 4.300 a partir del 1/1/97 y a $ 6.100 a partir del año 2003.

BPS

Se quitan potestades a los directores representantes de jubilados y pensionistas, trabajadores y empresarios.

Se desfinancia aún más al BPS perdiéndose más de 150 millones de dólares al año.

Se ratifican los decretos del 24 y 25/1/95.

Se habilita la privatización de los aportes de trabajadores entregándolos a «Administradoras de fondos de ahorro previsional».

(Datos de la Asociación de trabajadores de la Seguridad Social-ATSS)

Brigada La Pulga en la calle



95000 uruguayos menos se jubilarán en 5 años

Croacia y Uruguay

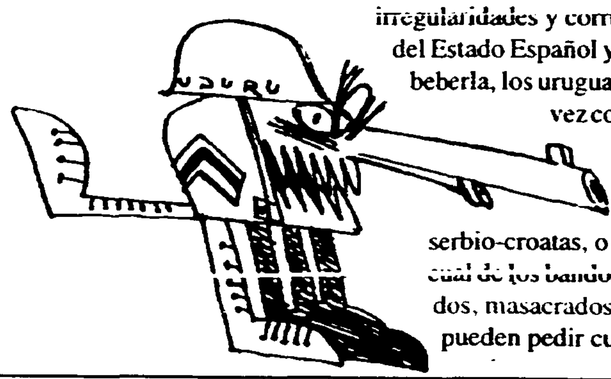
En las últimas horas los uruguayos, como todo el mundo, asistimos consternados a un nuevo episodio, bárbaro, de la guerra interminable en la ex-Yugoslavia: el ejército croata con armas de la ex-URSS y entrenamiento estadounidense (las cosas que hay que ver y oir) invadió, conquistó y saqueó Krajina en el marco de una ofensiva relámpago que tiene asombrados a los especialistas militares del mundo.

Lo que nunca imaginamos, mientras «vichábamos» la televisión desde nuestras casas, es que nosotros, los uruguayos, el Uruguay, estuvo y está directamente vinculado a ese episodio de la cruel guerra.

Para esos Servicios de Inteligencia cuyos archivos muertos o activos fueron recientemente descubiertos en Canelones este, suponemos, habrá sido o habrá de ser un asunto de primerísima importancia porque o bien lo sabían (y en ese caso esperamos que el Ministro de Defensa estuviera al tanto) o bien no lo sabían y en ese caso muestran, para los temas que realmente importan, una crasa inutilidad: mientras vigilan centenares de chacras de la izquierda les pasan (nos pasan) por entre las piernas, un formidable contrabando de armas con destino a una guerra en la que no tenemos nada que ver pero que a lo mejor ahora, por omisión, **pasamos a tener algo que ver** (sin comerla ni beberla)

Según informó el martes el diario **El Mundo** del Estado Español, Fabricaciones Militares Argentinas, con la aprobación del inefable presidente Menem, exportó (contrabandeó en el más bajo estilo bagayero) unos 25.000 fusiles modernos con destino a Croacia violando el embargo mundial de armas y usando para ello los servicios de una empresa uruguaya (la Devor Trading International) manejada por militares argentinos.

Dicha suma impresionante de fusiles habría salido de Argentina, vía Uruguay, con destino a Panamá desde donde fueron oportunamente desviados hacia Croacia (mediante la cometa de un 10% del valor, altamente suculento, de dichos 25.000 fusiles). Parecen mentira dos cosas: que hoy por hoy las principales denuncias de irregularidades y corrupción en Uruguay provienen del Estado Español y, segundo, que, sin comerla ni beberla, los uruguayos nos vemos envueltos, otra vez como en el caso de los vascos, en una guerra en la que no tenemos nada que ver.



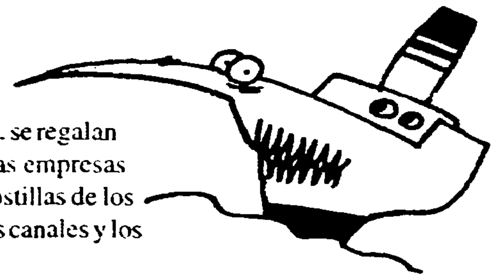
Porque es obvio: los serbio-croatas, o los serbio-bosnios (ni se sabe cuál de los bandos es, pero alguno hay) derrotados, masacrados por esos fusiles, mañana nos pueden pedir cuentas.

Draga 9 (ANP)

En estos últimos días fueron del conocimiento público, por denuncias de prensa, las escandalosas manipulaciones con la licitación para el dragado del canal Martín García. Según dichas denuncias Uruguay habría perdido unos 48 millones dólares por obra y gracia de las maniobras llevadas adelante por personajes como Payseé que, además de haber sido personeros de la dictadura en diferentes cargos, tuvieron en sus manos la decisión de resolver en torno a las distintas ofertas presentadas en la licitación.

Por si esta denuncia, ya publicada, fuera poco, **La Pulga** maneja documentación como para ponerse a llorar.

Tenemos a la vista una factura de fecha 14 de junio de 1995 por la que la Administración Nacional de Puertos le abona a la Armada Nacional 190.370 pesos (unos 30.000 dólares) por la reparación de la moderna **Draga 9** que a pesar de dicho gasto sigue parada. Al mismo tiempo que se realiza ese gasto, al mismo tiempo que se mantiene ociosa una moderna draga, se regalan 48 millones de dólares para que ciertas empresas privadas, con precios de fantasía y a costillas de los fondos públicos vengan a dragarnos los canales y los bolsillos.



Caldera del diablo

La situación en Argentina está que arde. A la fecha no hay una sola Provincia en la que no se estén desarrollando movilizaciones de protesta ante las consecuencias de la política neoliberal. Anticipa lo que se nos viene si este gobierno blanquicolorado logra imponer en nuestro país la misma receta que Menem aplicó del otro lado del charco. La CGT, en medio de una agitada reunión cuyo clima no se vivía desde hace años, resolvió el día martes, realizar un gran paro nacional de protesta, con movilizaciones, para el próximo 6 de setiembre.

Desde ahora entonces, los trabajadores y los desocupados argentinos tensan fuerzas para esa gran jornada de lucha. Los gigantescas manifestaciones populares hacia los santuarios de San Cayetano fueron, en estos días, algo nunca visto en el vecino país.

Verdades como puños

El último domingo, como La Pulga ya ha informado en su ejemplar N° 46, el Plenario Nacional del Frente Amplio aprobó las bases de un proyecto alternativo al del Poder Ejecutivo en lo referido a la reforma de la seguridad social.

El trámite de la discusión y las sucesivas votaciones reafirmaron una concepción de la seguridad social coherente con los principios universalistas, intergeneracionales y solidarios que históricamente la han caracterizado.

No obstante, merece destacarse una breve intervención de un delegado de base que al aprobarse el punto 1, referido a la universalidad del sistema, llamó la atención sobre el abandono en que estan hoy vastos sectores del pueblo, de los más pobres, de los más sumergidos. Una intervención que trajo el eco del rigor que viven hoy los humildes y que seguramente recrudecerá en la medida que se instrumente el proyecto liquidador de la seguridad social que la coalición de gobierno viene aprobando a nivel parlamentario a marchas forzadas.



«La universalidad, en el sistema de seguridad social del Uruguay es una bonita palabra y una gran idea, pero socialmente es falsa. Socialmente hay 260 mil niños que no perciben la asignación familiar. Son los más pobres del Uruguay, los que más la necesitan. A mí me hubiera gustado que la izquierda, que los sectores progresistas del Uruguay, cuando hablen de una alternativa al proyecto conservador de la seguridad social plantearan esto, y no meramente un remiendo, una modificación, al pésimo proyecto del Poder Ejecutivo. Estas cosas me hubiera gustado discutirlas.

Las personas que más trabajan en el Uruguay, las mujeres trabajadoras del hogar, que no tienen licencia ni salario vacacional ni ningún beneficio social, cuando llegan a la edad de la vejez tampoco tienen derecho a jubilarse. Y los informales, que cada vez son más en el Uruguay, dentro de cinco años, cuando la izquierda, cuando los sectores progresistas sean gobierno en este país, va a tener a cientos de miles de trabajadores informales golpeando las puertas del sistema de seguridad social del Uruguay porque no tienen derechos. Estas cosas me hubiera gustado discutirlas cuando se está hablando de un proyecto alternativo.

El voto que hago a esto es una transacción pero mi declaración de conciencia es que esto, a mi modo de ver, es insuficiente».

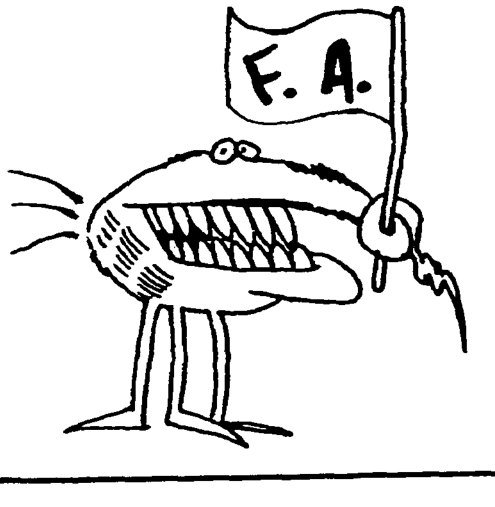
• Mesa Política del FA

De acuerdo a la disposicion especial y transitoria de la sección VIII del Estatuto, y de acuerdo a lo laudado por la Comisión Política (y comunicado al Plenario Nacional) del FA, la Mesa Política de la coalición quedaría integrada por los siguientes grupos políticos y con la ponderación que se detalla:

Listas	Agrup. política	% P. Nacional	Votos (18)
2121	Asamblea Uruguay	40.27777	7.25
90	Partido Socialista Movimiento Socialista Corriente Popular	18.05555	3.25
77	IDI Artiguismo y Unidad	8.33333	1.50
1001	Partido Comunista Fidel POR	8.33333	1.50
609	MLN PST	5.55555	1.00
3000	CUF PREGON 26 de Marzo UP	11.11111	2.00
343	PVP	2.77777	0.50
205	20 de Mayo	2.77777	0.50
	MPF	2.77777	0.50

A las delegaciones de base de Montevideo e Interior les corresponden según el Art. 88, la siguiente ponderación:

14,4 votos (7.2 votos para Montevideo y 7.2 votos para Interior), pudiendo nominar hasta 7 delegados cada uno.



Para hacer uso de la ponderación debe tenerse en cuenta el Cap. VI del Estatuto («Organo de Referencia» - art. 100 al 105).

Se transcribe parte del Art. 88:

«La participación de los delegados será ponderda a partir de una presencia efectiva de 2 delegados por Montevideo y 2 por el Interior.

La ponderación será igual al 80% del total de delegados de las organizaciones políticas».

Actividades



Viernes 11 de agosto. Hora 20. Charla sobre Derechos Humanos en el Comité del Frente Amplio en Camino Carrasco y estado de Israel. Hablarán Norma Morroni, Lucas Pitaluga. Marcos Abelenda, Jorge Zabalza e integrantes de la Asamblea Permenente por los Derechos Humanos.

***

Viernes 11 de agosto: Acto en defensa de la Seguridad S[illegible]ial. Hora 20. Terminal Goes. Hablarán Helios Sarthou, Guillermo Chifflet y Mari[illegible] Arismendi. Convoca: Coordinadora C.

***

Viernes 11 de agosto. Baile por la vida. En el local de AFCASMU, Garibaldi 2819. Convoca: Asamblea Permanente por los Derechos Humanos.

***

Sábado 12 de agosto, 15 horas, en Uruguay 1055: Plenario S[illegible]ndical del MPP. Temas: plan de trabajo, apoyo a conflictos, Movilización del 24 de ag[illegible]to.

***

Lunes 14 de agosto: a 27 años del asesinato de Líber A[illegible]: «Día de los mártires estudiantiles», gran movilización por presupuesto digno par[illegible] enseñanza, contra la represión, contra el proyecto de reforma de la seguridad so[illegible] y en homenaje a los mártires estudiantiles. **La Pulga** ampliará detalles.

***

Domingo 13 de agosto en la Iglesia Santa Elena, charla so[illegible] Seguridad Social.

***

Domingo 13 de agosto: Solymar Norte festeja el Día del Niñ[illegible] Baby futbol y chocolate para nuestros locos bajitos. Viejo Escobar frente al barrio «L[illegible]cho».

***

1° de setiembre en la Iglesia Santa Elena: charla-debat[illegible] obre neoliberalismo y educación.

***

24 de agosto: concentración en el obelisco a las 18:30 hora[illegible] para marchar juntos con antorchas y flores hacia el Filtro. A un año de la masacre de Jaci[illegible] Vera, no existe justicia, sólo impunidad. Convoca: asamblea permanente por los dere[illegible]os humanos.

***

9 Y 10 de agosto: Paro de 36 horas en la Construcción. El 9 a[illegible]s 14 horas concentración frente al Ministerio de Economía y Finanzas. Desde allí marcha[illegible]acia el Parlamento donde se instalarán tres fogones hasta la hora 24 del día 10. Por Con[illegible]jo de salarios; fuentes de trabajo y contra el proyecto de reforma de la seguridad social del gobierno.

***

Se necesitan un par de muletas para Elbio Píriz, internado en traumatología piso 1. Se puede avisar o dejarlas en Tristán Narvaja 1578 (teléfono 49 22 98).

***

Todos los sabados a las 16 horas se reúne la Intersocial de Peñarol. Sayago y adyacencias. La Coordinadora «P» llama a jubilados, trabajadores, cooperativistas y vecinos a integrarse para luchar contra la reforma de la seguridad social. Mesa 3, salón de fomento, Garzón y Propios.

***

Convención Nacional del M.L.N.: domingo 13, desde las 9 horas. Talleres Sábado 19 desde las 14 y domingo 20 desde las 9, reunión Plenaria.

La Pulga

El 24 de agosto

Como era dable imaginar diversas organizaciones políticas y sociales emprendieron la tarea de organizar y convocar un gran acto para el 24 de agosto, conmemorativo de la Masacre de Jacinto Vera.

No podía, en este país, ser sorpresa para nadie que, llegada esa fecha, se realizara una movilización.

Ese día se violó gravemente la soberanía nacional, se apaleó y baleó a mansalva a una multitud de pacíficos manifestante, hubo heridos graves y muertos, clausuras de radios, interpelaciones parlamentarias, grandes debates, denuncias gravísimas por medio de grabaciones comprometedoras, etc.

Sin embargo el Ministro del Interior salió el lunes pasado por los grandes canales de televisión a anunciarnos, casi con veinte días de anticipación, que se prepara un gran dispositivo represivo porque, según afirma, se van a producir incidentes en dicha movilización.

Esta afirmación es muy grave y no puede quedar impune.

En primer lugar porque ella se hace en el mismo lugar y momento en el que los grupos GEO (tropas policiales de choque) realizan una demostración pública. Dicho lugar para realizar afirmaciones de tamaña envergadura por parte del Ministro es no solo el menos adecuado sino que constituye una verdadera provocación. Además de una desembozada amenaza.

Es algo así como darle carta blanca, desde ya, a los aparatos policiales más duramente represivos para que en oportunidad de dicha movilización hagan lo que se les antoje.

Esto no lo hizo ni tan siquiera Gianola lo cual es decir. Porque Gianola hace un año no avisó que iba a hacer lo que hizo: lo hizo alevosamente. Sin previo aviso. Por el contrario, y tal como quedó demostrado en la interpelación, ejecutó los movimientos necesarios para montar contra la gente una horrenda trampa caraterizada por la alevosía y la sorpresa.

Didier Operti...a quien no condiderábamos hasta ahora, cercano a la pésima catadura moral de Gianola, no se anda con chiquitas: comunica a 20 días de distancia y cuando apenas están comenzando las convocatorias para un acto de recordación que lo va a reprimir.

En segundo lugar este tipo de anuncios, por parte de un Ministro del Interior, reconoce pocos antecedentes en la historia, tan agitada, del país.

Haciendo un esfuerzo solo alcanzamos a recordar el caso de la movilización nacional del 9 de julio de 1973 y la de principios de noviembre de 1983. En ambos casos la dictadura - ya era dictadura- **comunicó por todos los medios de prensa que iba a reprimier. Intentó con ello impedir una movilización de masas que, en ambos casos, se realizó de todos modos a pesar de la represión.**

Solo retornando hasta 1968 encontramos situaciones similares: los casos aquellos en que sendos comunicados «oficiales» alertaban a estudiantes y padres que se iba a reprimir tal o cual movilización de aquella época.

De modo que la actitud el Ministro del Interior reconoce pocos y desgraciadísimos antecedentes. Todos ellos vergonzosos.

Por tanto nos preocupa, en tercer lugar, que quede firmemente asentado un precedente liberticida: bastaría de ahora en adelante un aviso del Ministerio del Interior ante cualquier movilización programada sea ella política o social para que el terror diseminado desde las alturas atente contra la libertad de reunión.

En cuarto lugar: ¿de dónde sacó el Ministro del Interior la información de que habrá incidentes? Si la tiene, a veinte días de distancia, eso es grave y tendría que darlo a conocer o formular las denuncias correspondientes.

¿Estaremos otra vez ante algunos archivos muertos o estáticos o dinámicos de los consabidos, malhabidos y manidos servicios de información e inteligencia? Si estamos antes eso en buenahora. Por fin los orientales, a pesar del lo que el Ministro le dijo al Parlamento cuando el escándalo de los archivos de Canelones, nos enteraremos de los resultados de las investigaciones de los sabuesos. Parecería ser, a ojo de buen cubero, que, efectivamente, los sabuesos sabuesan. Estaríamos por fin, nada más ni nada menos que ante un archivo vivo entre tantos archivos muertos. Entonces una de dos: o le pedimos a los muchachos que le hagan llegar a **Brecha** la información (gravísima) o, para cortar camino se la pedimos a Operti.

De otro modo dejaremos en manos del capricho del Ministro Sanguinettista, como si fuera un nuevo Jehová, la manija de los rayos y las tormentas para descerrajarnos a todos sus peculiares tablas de la ley dictaminantes de a cuál acto se puede ir en paz o a cuál hay que ir bajo amenaza.

LLamamos la atención del Frente Amplio, el PIT-CNT, la Organización Nacional de Jubilados, etc., en torno a este peligro. Cualquiera de dichas organizaciones puede verse obligada hoy o mañana a convocar una movilización y por lo tanto podrá verse ante el *úkase* casi inapelable de Operti.

El constitucional derecho de reunión quedará por vía administrativa hecho polvo si permitimos estos exabruptos ministeriales.

Solo cabe ante las burdas amenazas, redoblar los esfuerzos de convocatoria para el 24 de agosto, ampliarla aún más y desde ya solicitar a la prensa nacional e internacional, a los organisms de Derechos Humanos, y a la población en general que concurrran a la movilización del 14 de agosto munidos todos y cada uno de cámaras de video, fotográficas, etc. etc, para registrar y ser testigos de cualquier disparate que a estos aprendices de brujo se les ocurra montar.

ANTel y los caraduras

Tenemos a la vista la lujosa revista **Contacto** editada por ANTel (debe ser esta revista la que dió lugar al formidable acomodo del aspirante a diputado Pascale denunciado por esto y otras cosas más, oportunamente por **La Pulga**).

En el número correspondiente a junio de 1995 de esta revista las autoridades de ANTel nos informan orgullosa y alegremente, con generosa proliferación de gráficas a todo color, la excelente «performance» de la empresa y su creciente nivel de ganancias.

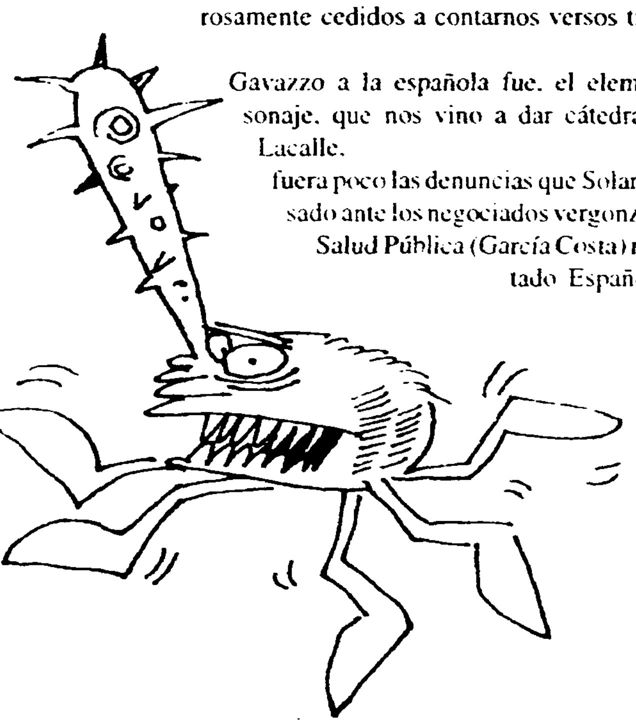
Parece mentira que la misma gente que propuso privatizar la empresa. La misma que hizo lo posible y lo imposible para no perder en el plebiscito de 1992. La misma que, gracias a la movilización popular «sonó como arpa vieja» en 1992, tenga la cara tan dura como para venir ahora, a decirnos a todos, la gran ventaja que significa para el país que ANTel siga siendo una empresa pública.

No dicen para nada que esas ganancias siguen siendo del pueblo uruguayo, siguen siendo de la patria, gracias a la movilización popular, y a pesar de todo lo que ellos intentaron hacer para regalársela a los pulpos extranjeros multinacionales. Hay que ver y oir para creer en tanta capacidad de cinismo e hipocresía.

Los fantasmas del Filtro

Parece mentira pero, como si fuera una novela, desde el Estado Español vuelven y revuelven las denuncias contra el gobierno de Lacalle y, todas ellas, nos llevan de cabeza a pensar en la Masacre de Jacinto Vera.

Todo lo referido a los Escuadrones de la Muerte (GAL) por cuyas actividades está preso nada menos que Vera, el tipo que vino al Uruguay y salió por televisión en espacios gene- rosamente cedidos a contarnos versos truculentos.



Un Gavazzo a la española fue, el elemento, el sujeto, el per- sonaje, que nos vino a dar cátedra con el benéplacito de Lacalle.

Por si ello fuera poco las denuncias que Solari formulara el año pa- sado ante los negociados vergonzosos del Ministerio de Salud Pública (García Costa) recobran hoy en el Es- tado Español especial relevancia y desde aquellos con- fines llegan rebo- tando hasta aquí re- fres- cando el malí- simo olor a corrup- tela las denuncias de coimas y robo que guste o no, se diga o no se diga, estuvie- ron detrás y debajo de la Masacre de **Jacinto** Vera.

Alla, en el Estado Español, destaparon el tarro de la mierda, prendieron el ventilador y los chijetazos llegan hasta acá desparramando el asunto además por el SODRE Y EL CODICEN (la prensa nos informa por estos días que ambas entidades compraron material sobrefacturado en estafas que hoy son la comidilla de España).

Los entretelones sórdidos de los sucesos del Hospital Filtro van adquiriendo, a medida que el tiempo pasa, tintes cada vez mas siniestros.

Primicia

La Pulga posee la identidad de los oficiales que fueron arrestados tiempo atrás por haber osado reunirse en un bar capitalino con diputados de «Manos a la Obra».

Se trata de los mayores Drago, Manini, Martínez, Molina, Morales y Rico y de los capitanes Bachini, Decuadro, Manini, Pereira y Vila.

Tres de ellos fueron posteriormente trasladados. Buen ejemplo de los alcances de la democracia y de las precauciones que el poder adopta para que los militares no se contaminen con el aire de la vida civil.





QUIEN MATO A FERNANDO MORRONI

La Pulga

28 DE AGOSTO DE 1995 Nº 50

Demolieron la Seguridad Social

Ley inconstitucional

Marcha del 24

A pesar de todos

Una multitud

Veredicto popular

A un año del Filtro

El tiro por la culata

El 24 de agosto, a un año del Filtro, los uruguayos volvieron a vencer al miedo y la manipulación.

De nada valieron los siniestros ejercicios represivos que enmarcaban como al descuido las visitas presidenciales a los cuarteles, reproducidos por la prensa lambeta como un anticipo del terror por venir.

De nada valió el terrorismo verbal de Gianola ni la lastimosa campaña que desde la izquierda emparentó el miedo y el autoritarismo en un discurso indigno.

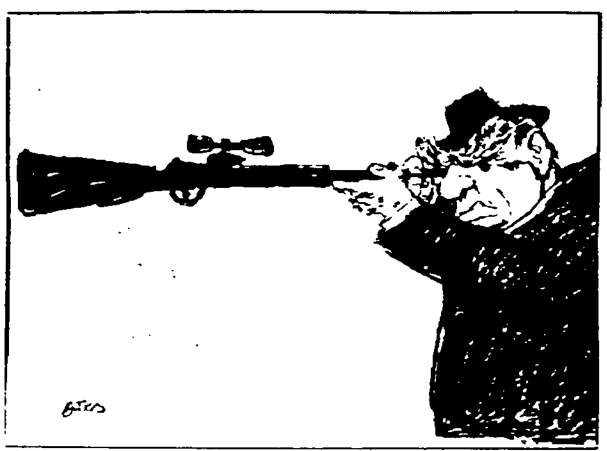
De nuevo volvió a fracasar la proto-coalición que vio hundir su soberbia con el rotundo NO a la «minirreforma» pronunciado en un día como hoy, hace exactamente un año.

Nuevamente fracasaron los coaligados: los de la derecha, los del centro y los de la «izquierda». Los que ocupan ministerios y pronto no los ocuparán, los dueños de los ministerios y los que aspiran a ocuparlos.

Lástima para ellos que este pueblo siga manteniendo altivez y grandeza de miras, suerte para la patria que todavía sigan siendo los orientales «tan ilustrados como valientes», tan grandes como para echarse sobre las espaldas la vergüenza ajena, contener la emoción y marchar con la serenidad de los que tienen la conciencia tranquila.

Gracias, hermanos queridos.

La Pulga lo anticipó



SIGUE CLAUSURADA CX 44

Naranjas

Resulta obvio que el país tiene condiciones naturales para los citrus y por ende para el desarrollo agroindustrial exportador, ya que hace varios años se colmó el techo posible del mercado interno.

El Plan Citrícola, en su momento en alguna medida, hizo que toda la sociedad subsidiara la puesta a punto de este rubro que hoy crece constantemente.

Hay muchos cabos por atar. Hoy, lo que nos preocupa es que el sector, particularmente en el norte, está en deuda social en cuanto a acompañar ese crecimiento empresarial con una equitativa distribución del ingreso con los asalariados en primer término, y con los pequeños citricultores después.

Tal vez sean unos 6 o 7 mil los trabajadores de la naranja. A los recolectores, por ejemplo, se los divide en cuadrillas, de unos 30 a 35 jornaleros La ropa y botas adecuadas a su trabajo las deben pagar (camisa de recolección $200; botas $200; guantes $35). Antes los buscaban con camiones por los barrios; hoy la mayoría debe ir al galpón de salida, a veces caminando una o dos horas.

Suelen ubicarse en camiones con capacidad para 60 personas que acostumbran llevar hasta 100. Hay ciertos tipos de ómnibus reacondicionados, que se cierran por fuera y en esas peligrosas condiciones pasan en una balsa para hacer un cruce. Hay muestras de accidentes graves por todo lo reseñado.

El trato de los capataces es de prepotencia, provocativos, buscando reacciones para echar sin retribución: « si te gusta así, bien y, si no, hay 20 personas detrás tuyo esperando para entrar a trabajar».

Hay, de hecho, listas negras para no dar trabajo a los que protestan o tienen inquietudes sindicales. Hay reglamentos que los capataces aplican, ejemplo: a quien falta sin aviso lo suspenden de 3 a 5 días y, a veces, avisando también.

Hay casos en que , para cada jornal de $48 por jornada hay $10 de incentivo por hacer jornadas completas de seis jornales. Con una falta, el trabajador queda cobrando $38.

Los feriados no laborales, que son pagos, se cobran simple y no como indica la ley.

Hay irregularidades en el cobro, por las fechas y las liquidaciones. Existen empresas que ocasionalmente pagan con algún bono de almacén., que vende bastante caro.

Si no se cobra el fin de semana, hay que perder de trabajar para poder cobrar después.

No hay adelantos, esto lleva a extremos que hay trabajadores que por urgencias piden la liquidación y con ello pierden los derechos adquiridos por antigüedad.

La comida en la chacra se descuenta, unos $6 por día. Si se llevan la comida, se descuenta igual.

Hay cuadrillas tercerizadas por un contratista; el año pasado pagaban $2 por cajón, este año 1,70 (la mandarina).

Hay casos en los que por hacer 230 km por día de viaje para ir a los naranjales, reciben $14 más.

Otros, que hacen 70 u 80 km, no reciben nada.

Con frecuencia, en chacras cercanas, se está a de 8 a 18 horas a disposición de la empresa; si son más lejanas, el horario a disposición de la empresa llega de 7 a 19 y 30; esto establece un pago de $10 y $12 «a disposición». En las dos formas solo pagan 8 horas de trabajo.

Semanalmente, con suerte, estos trabajadores cobran $300 , y eso, si no llueve en cuyo caso no trabajan ni cobran nada.

Como además la persecución hace perder antigüedad, los trabajadores no pueden reclamar seguro de paro.

Se maniobra para eludir las licencias laborales; con frecuencia las avionetas fumigan encima de los recolectores con pesticidas insalubres.

Hace años se cobraba sábado inglés; si se iba en los camiones y llovía se cobraba el día; si las plantas estaban mojadas se cobraba tiempo y medio; si garúaba se pagaba doble. Existía incentivo por producción y constancia en el trabajo, había un viático, se daba comida gratis, había adelantos a media semana. Todo se perdió y hay más para reseñar.

Lo cierto es que la concentración del ingreso en tan pocas manos puede parecer que capitaliza a la empresa y por esa vía aumenta la exportación.

Pero es indudable que la sociedad salteña en su conjunto no participa casi en nada de ese crecimiento.

Los sindicatos no existen por la persecución y por ello falta el elemento regulador por antonomasia del ingreso global de la actividad.

El Estado no puede seguir haciendo la vista gorda ante tanta sobreexplotación, pues está deteniendo el desarrollo de la sociedad entera en un sentido integrador a mediano plazo.

Continuaremos.

José Mujica
Representante Nacional

Textiles

Damos publicación a sendas cartas en las que dirigentes del Congreso Obrero Textil (COT) nos ponen de cara con el catastrófico desmantelamiento de la industria textil ejemplificado en este caso por el cierre de Alpargatas y el envío de 60 trabajadores a seguro de paro en Reis y Shcolnik.

El cierre de Alpargatas

El neoliberalismo sigue golpeando fuerte a los trabajadores.

La clausura de Alpargatas se une a otras tantas más, son 13 mil puestos de trabajo que se han perdido en la industria textil solamente en los últimos 4 años. En el caso de Alpargatas se dan circunstancias muy extrañas ya que se trata de una empresa que invirtió 19 millones de dólares en maquinaria y tres millones en retiros voluntarios, eliminó líneas de producción, trasladó otras al interior y todo esto como forma de adaptarse a las condiciones creadas por el MerCoSur.

Los trabajadores en todo momento vieron que estas no eran las medidas más acertadas, ya que apostar a un monoproyecto en el marco de políticas antipopulares aplicadas en toda la región hacían inestable la fuente de trabajo.

El 31 de julio se dio lo que se veía previendo por parte de los trabajadores, ya que el cierre no toma por sorpresa a nadie, salvo a las autoridades del país. Efectivamente, nada menos que el vicepresidente de la República, doctor Hugo Batalla, se manifestó sorprendido por lo que le comunicaban los trabajadores al tiempo que expresó que el Uruguay no puede ser un país de servicios financieros, que se debe fomentar la agroindustria, que debe proteger a la industria de políticas desleales de comercio, etc., tras lo cual, terminada que fue la reunión, se marchó a presidir en el Senado una sesión en la que se votaba una de las leyes que reafirman la intención de que el país sea una plaza financiera, nos referimos a la reforma del BPS.

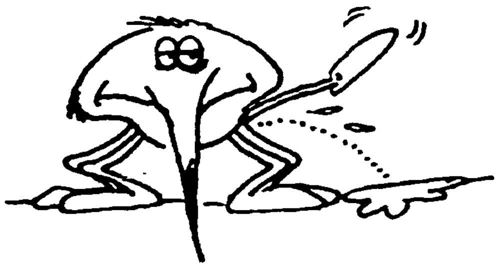
Una empresa con 103 años en el país, con un bien ganado prestigio internacional, premiada por la calidad de sus telas en Europa, con clientes en todo el mundo a partir de 1992 apuesta solo al MerCoSur perdiendo clientes en el viejo continente. Es que a partir de entonces de modo paulatino Alpargatas pierde independencia comercial pasando la concreción de los negocios que harían viable la empresa a manos del Directorio argentino. Por añadidura queda en sus manos la estabilidad de la fuente de trabajo ya que Alpargatas Uruguay no podía vender en el exterior si no era a través de Alpargatas Argentina. Consecuentemente, la administración pasó a hacerse desde la Argentina y el cierre se resolvió también en la vecina orilla.

El sindicato vino denunciando esto desde el año 1993 en documentos que entregaba a las diferentes autoridades sin que ellas se dieran por enteradas.

El envío masivo de 500 trabajadores al seguro de paro, resuelto desde Buenos Aires y sin que el gobierno haga nada, es una vergüenza nacional y una demostración mas de como inciden los capitales extranjeros en la vida económica del país.

Los trabajadores de Alpargatas sienten en carne propia estos hechos ya que el actual Ministro de Economía fue director de Alpargatas hasta setiembre del 94.

Jorge Ayestarán
Dirigente textil



Reis & Scholnik: Ajuste, desempleo y represión

En la fábrica textil Reis & Shcolnik, ubicada en General Flores y Luis Alberto de Herrera mandaron 60 trabajadores a lo que se suma el seguro de desempleo y la incertidumbre de los 20 compañeros que quedaron trabajando.

A esto se le agrega el no cumplimiento del convenio colectivo salarial entre AITU, PIU y COT, que debieron abonar el primero de abril generándose una situación conflictiva.

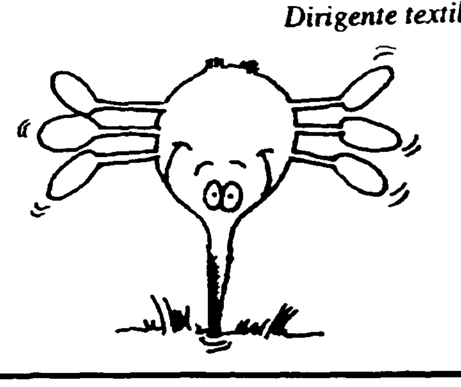
Como primera medida, los trabajadores reunidos en Asamblea, se decide el corte de horas extra en el mes de mayo. Al mismo tiempo se resuelve llevar adelante paralizaciones junto con las demás fábricas textiles que no habían cumplido con el Convenio.

Paralelamente, cuando se comienza a discutir entre el COT y el PIU el tema del atraso en el pago del ajuste convenido, la textil Reis & Scholnik, como represalia, envía el 7 de julio a 60 trabajadores al seguro de paro, entre los cuales se encuentra todos los integrantes de la comisión interna y demás afiliados al sindicato.

El principal argumento esgrimido por la empresa es que el trabajo es por temporada. Pero a esto hay que agregarle que la empresa trae mercadería de los países asiáticos y de Panamá sustituyendo de esta manera líneas de producción. Como se ve, esta orientación de la empresa obedece a una estrategia de reducción de costos, buscando la competitividad a costa del empobrecimiento de los trabajadores (pagando salarios disminuidos e incrementando la reducción de puestos de trabajo).

Mientras el gobierno protege y alienta la actividad financiera menospreciando la producción y el trabajo nacional. Es por eso que se exige la reactivación de la industria nacional a través de un cambio profundo en la política económica.

Juan López
Dirigente textil



Marcha sobre el Filtro: A una año de la infamia

La dignidad marcó el camino

A un año del asesinato (aun impune) de Fernando Morroni, el 24 de agosto se realizó una marcha convocada por la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos. Pese al fuego cruzado que a derecha y a izquierda amenazó con el renacimiento del terror o con el amedrentamiento disciplinario, entre 10 y 15 mil uruguayos se dieron cita en el Obelisco para marchar hasta las inmediaciones del Hospital Filtro para evocar allí la memoria de la sangrienta represión del miércoles negro.

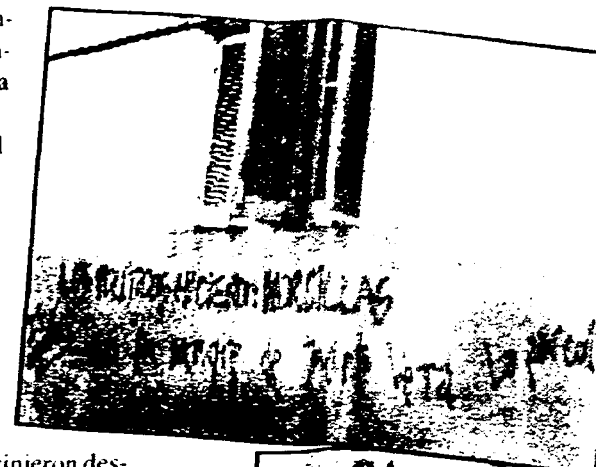
El jueves 24, se demostró que el imaginario colectivo, la conciencia ética y la discriminación de las causas justas son percibidas por la gente por encima del autoritarismo del poder y de los burócratas.

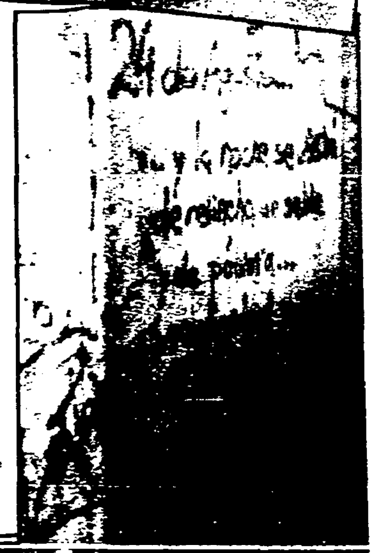
Como había acontecido con la minirreforma, hace exactamente un año (28 de agosto de 1994) nuevamente la «desobediencia civil» ganó la calle.

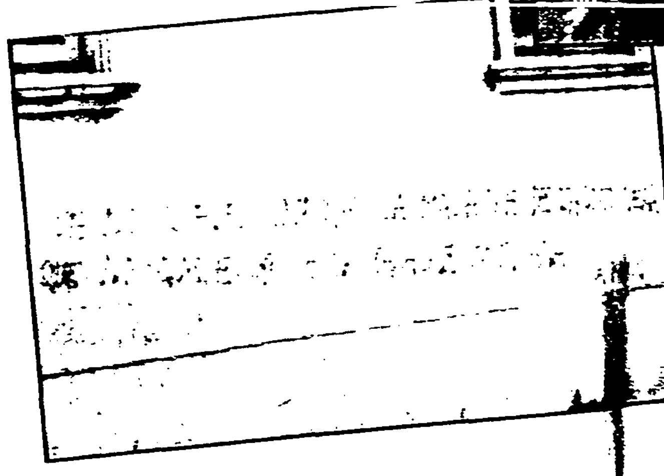
Afortunadamente, valores como la justicia, la vida y los derechos del hombre siguen siendo constitutivos de la conciencia de nuestro pueblo y fue reconfortante ver en la marcha tantas y tantas banderas del Frente Amplio, desacatando en nombre de la vida a quienes no solo no apoyaron la demostración sino que implícitamente la repudiaron intimando a los concurrentes a no asistir.

Es de hacer notar que el gobierno fue extraordinariamente circunspecto en relación al tema y solo algunos medios de prensa como El País, o voces despreciables como la del ex-ministro Gianola recrearon la amenaza del terror. Lamentablemente las voces que hicieron eco a esa campaña vinieron desde la izquierda, de los que una vez más se negaron a comprender el sentir colectivo y quedaron en una triste, pequeña y desairada soledad.

A un año del asesinato de Fernando, a un año del día en el que miles de orientales fueran baleados a mansalva por efectivos armados para matar, el repudio de esa masa silenciosa que abigarró la calzada de la Avenida Bulevar por espacio de cuadras nos dio esperanza sobre el futuro de las buenas causas, aquellas que se resisten a morir y poseen la dignidad de que carecen los criminales, los cobardes y los oportunistas.







Graffitis por la vida

Agradecemos al lector de La Pulga que no hizo llegar material gráfico de algunos de los graffitis que a lo largo de un año contribuyeron a mantener viva en la memoria colectiva la sensibilidad sobre la masacre de Jacinto Vera. La mención de algunos de esos textos es también un homenaje a esos comunicadores del pueblo que llevan en su grafo la voz silenciada de su pueblo. A ellos gracias, de corazón.

«Dios puede castigar muchísimo pero la policía pega más fuerte» (AID)

«24 de agosto: Los políticos hicieron morcillas con la sangre de Jacinto Vera» (La Pared)

«Que no quede impune la masacre de Jacinto Vera. Que no quede impune la masacre cotidiana» (La Pared)

«24/8: Mi mamá me mima, los granaderos no» (La Pared)»

«Extraditar a Gianola»

«Morroni vive con tu lucha»

«Grita libertad y cúbrete»

«Muera Gianola. ¡Ya!»

«24 de agosto...y la noche se vistió de relincho, de sable y de pólvora... sacudiendo el sueño de una país dormido...» (La Pared)

Carta abierta

Sr. Vicepresidente de la República,
Dr. Hugo Batalla,
vecino de Pueblo Victoria:

Muchas veces le hemos oído decir que está orgulloso de vivir en La Teja. Nosotros somos vecinos suyos, vivimos en Pueblo Victoria. Porque el barrio en que Ud. vive se llama en realidad así; aunque éste sea un simple detalle, porque La Teja y Pueblo Victoria son barrios vecinos y muy parecidos entre sí.

Nosotros estamos realmente orgullosos de vivir aquí. Al ser un barrio más bien pequeño, con algunos integrantes que nacieron y siguen viviendo en él, tiene eso muy lindo de que casi todos nos conocemos; las vecinas conversan en la vereda, o en el almacén, los niños juegan a la pelota en la calle, los jóvenes estudian o trabajan, y los fines de semana se divierten como en todos los barrios.

A nadie se le ocurre tener miedo de sus propios vecinos. Todos saben que es un barrio solidario, sería interminable la lista de ejemplos. Con gran desconcierto vemos de un día para otro su casa custodiada permanentemente. No tenemos conocimiento de ningún antecedente que lo justifique.

¿Qué ha cambiado en el barrio Sr. Batalla?

¿Ante qué situación imaginaria debería actuar su custodia?

¿A quién deben defender: a Ud. , su casa, toda la manzana?

¿De quiénes deben defenderlo, acaso de sus propios vecinos?

¿Por qué el domingo 30 de julio de madrugada, Pablo Freitas, un joven de Pueblo Victoria, fue atacado por su custodia con las consecuencias de gravedad que todos conocemos?

No fue frente a su casa, no estaba haciendo nada contra ésta, ni contra Ud., y el joven no era extraño, sino hijo de este barrio.

¿Qué está ocurriendo que se nos trata de esta manera?

Pasado este hecho lamentable, seguimos asombrándonos: ahora no sólo se mantiene la custodia como antes, sino que además se patrulla constantemente la zona.

¿Cuidan que los custodias no incurran en nuevos errores?

¿Se nos vigila a los pobladores?

Sr. Batalla: Es cierto, el barrio ha cambiado en algo pues cada día que pasa el cinturón se ajusta más (las medidas económicas de este gobierno que Ud. vicepreside nos están golpeando duro), pero no han cambiado nuestros hábitos, nuestros sentimientos, nuestras formas de relación.

Queremos seguir viviendo así, porque de eso se trata cuando decimos que estamos orgullosos de vivir en Pueblo Victoria.

Comités de Pueblo Victoria,
Frente Amplio, Coordinadora «E»,
agosto de 1995

Actividades



10 de setiembre, a las 15:30 horas en la Iglesia Santa Elena (Rivera casi Comercio): charla-debate sobre neoliberalismo y educación.

•

24 de setiembre, a las 15:30 horas en la Iglesia Santa Elena: charla sobre «El rol del laico en una Iglesia servidora»

Domingo 3 de setiembre a las 15 horas en el local central del MPP, Uruguay 1055: Plenario Sindical

•

Viernes 15 de setiembre en lugar a confirmar: gran acto organizado por UNIR, MPP y 20 de Mayo.

•

Domingo 17 de setiembre en el local central del MPP, Uruguay 1055: Plenario del Interior.

•

VII Convención Nacional del MLN: elección del nuevo Comité Central:
Presentación de candidaturas hasta el 2 de setiembre.
La elección se realizará el 23 de setiembre.

Ley de reforma de la Seguridad Social

Las tres inconstitucionalidades

El Parlamento acaba de aprobar la ley de reforma de la Seguridad Social con la que de un golpe se anula más de medio siglo de conquistas sociales. El contenido regresivo del proyecto es conocido. No así el cúmulo de inconstitucionalidades que hacen necesaria su impugnación. El texto que sigue da cuenta de las tres inconstitucionalidades más flagrantes impuestas por esta ley que introduce en la Constitución elementos tan originales como la aportación obligatoria a sociedades anónimas, abriendo el camino a una suerte de capitalismo absolutista al servicio del gran capital.

De acuerdo al artículo 86 de la Constitución, el Poder Ejecutivo tiene iniciativa en materia de **cómputos, causales y beneficios jubilatorios.** Y en esos puntos en los que el Ejecutivo tiene iniciativa privativa (por una caracterización del Plebiscito en la Constitución del '67 hecha con el propósito de darle poderes al Ejecutivo) se prohibió el Plebiscito.

Este proyecto tiene una parte referida a la solidaridad intergeneracional que sí es materia de beneficios jubilatorios y sobre eso no podría aplicarse el plebiscito y una segunda parte que es posible plebiscitar ya que en ella se privatizan los aportes.

En esa segunda parte se sacan los aportes del BPS y se trasladan a sociedades anónimas que son administradoras de esos fondos y que después los entregan a una aseguradora. Los aportes que se privatizan quedan en una cuenta personal.

Esto tiene carácter compulsivo para quienes perciban entre 5 mil y 15 mil pesos y optativo entre 2 mil quinientos y 5 mil pesos.

Por el artículo 67 de la Constitución los ciudadanos están obligados a realizar las aportaciones. Pero lo que no se puede hacer por ley es sacar esos fondos, ponerlos al servicio de una empresa privada, restringir derechos, ya que se los privatizan los aportes y se impide sacarlos y tampoco se los puede transferir, salvo que sea a otra administradora.

De acuerdo a esta ley se obliga a firmar un contrato inicial de renta vitalicia, pero la renta no la entrega la misma empresa sino que esos fondos se pasan a una aseguradora y la aseguradora es la que debe entregarlos. Allí hay un contrato de renta vitalicia y dos de seguros: uno por accidente y otro (con otra aseguradora para la vejez).



Son todos contratos privados, en ellos no hay nada público y no es seguro social, no es beneficio jubilatorio. Es una combinación de contratos privados para obtener una renta que no tiene nada que ver con el derecho jubilatorio.

Toda esta parte final de la ley no es referida a beneficios jubilatorios y al no serlo puede ser objeto de plebiscito. Es una mera privatización de aportes que dejan de ser tales y se transforman en un capital cualquiera.

Esto es como se obligara por ley a asociarse a una sociedad anónima, a una mutualista o a una tarjeta de crédito. Eso no es seguridad social.

El artículo 67 de la Constitución dice claramente lo que es el seguro social. Seguro social y jubilación son institutos que significan aportes a un fondo común que atiende el riesgo en forma solidaria.

Y esto que se aprueba nada tiene que ver con lo expresado en la Constitución. Esto es un ahorro personal depositado en una sociedad anónima y después pasado a otras sociedades anónimas.

La trampa hecha para legitimar esto es ponerle el nombre de «*jubilación por ahorro privado*»

Por lo que no siendo beneficios jubilatorios sino un régimen de ahorros privados, no puede haber impedimento para el referéndum.

Las tres inconstitucionalidades

—**Una primera inconstitucionalidad** surge del hecho de que integrar una sociedad anónima o hacer un contrato con una compañía de seguros son actos privados, libres.

Nadie puede obligar a nadie a hacerlo porque se viola el derecho de asociación del artículo 39 de la Constitución y el artículo 36 referente a la libertad. Y por esta ley se obliga a negociar en una sociedad anónima con derechos disminuidos, porque no se puede ni retirar los fondos ni cambiarlos.

Por ley se expropia a quién aporte y al mismo tiempo se le quita la posesión y la disponibilidad. Y no se puede expropiar un bien sin violar el artículo 32 referido a la propiedad.

Hay cuatro violaciones a la Constitución en esa medida:

1- Se viola el artículo 32 de propiedad porque una vez que se privatizan esos fondos su titular no los puede manejar como quiera.

2- Se obliga a negociar con una sociedad anónima que debe estar entre las aprobadas por el Banco Central.

3- Se obliga a estar a lo que se le ocurra hacer durante treinta años a esa sociedad anónima.

4- Se obliga a hacer un contrato de seguro por incapacidad, también con las aseguradoras aprobadas.

Una segunda inconstitucionalidad es que el artículo 67 de la Constitución establece que el riesgo de vejez tiene que precaverse con un régimen de jubilación y de seguro social. Esto se logra mediante contribuciones que van a un fondo general, de propiedad común, con el cual se atiende el riesgo que se considera social, soportado por todos.

Al sistema que quieren establecer le denominan «*mixto*», o sea de seguro social y ahorro privado. Si es «*mixto*» no respeta la Constitución, es inconstitucional porque viola el artículo 67.

Tercera inconstitucionalidad: el artículo 195 de la Constitución establece en su literal *m* que el BPS «*organiza y rige*» todo el ámbito de las Cajas (literal que querían derogar en la «*minirreforma*»). Pero en esa parte de la ley, al BPS se le quita todo tipo de control y se le entrega al Banco Central. Obviamente con la intención de sacar todo tipo de decisión a los directores sociales. ¿Y cómo va a organizar y *regir* el BPS el ámbito de las Cajas si todo se traslada a la órbita del Banco Central?.

Por último, más allá de la inconstitucionalidad de la parte de la ley referida a la privatización, queda como expediente de lucha la iniciativa popular de reforma de la Constitución -pero eso en 1999- modificando este régimen por una disposición constitucional que elimine la privatización.

Ahora, en nuestro país, por vía de reglamentar el artículo 67 se sacan del eje de la seguridad social los aportes y se pasan a lo privado. Esto implica desconstitucionalizar un derecho por vía de una norma reglamentaria. Hay una intencionalidad de afectar un derecho que a la clase trabajadora le costó sangre, sudor y lágrimas obtener, a través de una ley que pretende realizar ese derecho disminuyéndolo. Y por supuesto, el mensaje es claro: esto que hoy hacen con la seguridad social lo pueden hacer mañana con cualquier derecho. Esto es una ruptura de reglas de juego que deja abierto el campo al combate social.



Aclaración

En **La Pulga** anterior cometimos un error de información que ahora intentamos reparar.

El M.L.N. nos informa que el proceso de elección de su nuevo C.C. (y de la C.A.I.), por mandato de su VII C.N. será el siguiente:

2 de setiembre: fecha tope para la presentación de candidaturas.

4 de setiembre: publicación interna de dichas propuestas.

9 de setiembre: fecha tope para la presentación de cuestionamientos o impugnaciones.

16 de setiembre: fecha tope para la presentación de renuncias.

18 de setiembre: publicación interna de la lista de candidatos definitiva.

23 de setiembre: elección (para ella será necesaria la Cédula de Identidad).

Por el voto consular

El Movimiento de Participación Popular entiende que es de suma importancia promulgar la ley sobre voto consular, para que todos los ciudadanos uruguayos puedan ejercer un derecho inalienable como lo es el del voto.

Teniendo en cuenta que no es otra cosa que recuperar un derecho conculcado a vastos sectores de nuestro pueblo por la dictadura y por los respectivos gobiernos que nos han empujado a un exilio político y económico.

Ya tenemos un proyecto de Ley, presionar para que sea promulgado depende de todos. Ninguno de nuestros compatriotas deberá sentirse privado del derecho de votar por el condicionante de no contar con dinero para viajar a nuestro país.

MPP

(Frente Amplio de Uruguay en Argentina).

9508750

ORIGINAL

SECRETO

MEMORANDUM No. 950716 / Fecha : 11/SET/95

I: ASUNTO: SITUACION DE LA ENSEÑANZA.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

A través de una Fuente Amiga se tomó conocimiento de la siguiente información con respecto a la situación en la enseñanza.

05/SET/95:

En la fecha un profesor de Biología del Liceo Nro. 19 se dirigió al estudiantado para poner al mismo en conocimiento de la situación de profesores y estudiantes. Manifestó que según informara el Director del CODICEN, a partir del próximo año serían eliminadas gran parte de las clases de enseñanza secundaria con el consiguiente desempleo de profesores de esta área. Sus dichos se basan en la presunta eliminación para el año venidero de los cursos de 1ero., 2do. y 3er. año liceal, pasando los mismos a ser dictados en enseñanza primaria a continuación del 6to. grado.

El mencionado profesor destacó que los maestros que hoy imparten clases en primaria estarían habilitados para hacerlo hasta el 9o. grado mediante un curso que se les brindará en el interior del país (Maldonado, Salto y Rivera). El referido curso tendría 9 meses de duración y daría preferencia en el mercado laboral a quienes lo hubieran recibido.

A éste respecto, los gremialistas de secundaria entienden que es una forma de "aplastar" al profesorado, ya que mientras que un profesor debe cursar 4 años en el I.P.A. para poder dictar clases en secundaria,un maestro accede al mismo nivel de enseñanza con solo 9 meses de perfeccionamiento.

Comentó también que las movilizaciones tendrían que ser hechas en conjunto, entre estudiantes y profesores de todos lados e hizo incapié además en los reclamos por la situación salarial del profesorado.

Destacó también que para la semana que comienza están previstas movilizaciones informando además que el día Miércoles 13 habrá paro de actividades en el Liceo 19 para la realización de una reunión de profesores.

El profesor que reconoció estar agremiado a A.D.E.S. dijo que la próxima será una de las huelgas más duras y largas de los últimos tiempos; comentando además que el profesor SPADONI concurrirá el próximo sábado a la reunión de la Coordinadora de Estudiantes para escuchar las decisiones que tomen y coordinar las movilizaciones en conjunto, ya que se estaria tratando lo mismo con los estudiantes de las Facultades que están por entrar en conflicto.

/2

- Cabe destacar que el día 06/SET/95 un profesor de dibujo del mimo Liceo ratificó los dichos del antes mencionado en cuanto al paro de actividades y agregó que existiria la posibilidad de una suspención indefinida de los cursos a partir de ese dia. El referido docente se mostró en desacuerdo con esta medida y expresó su voluntad de no acatar la misma.

07/SET/95:

Según manifestaciones de Natalia BLANCO, la misma dijo que el problema del profesorado en los Liceos se trata de sumar a la huelga que se viene en las Facultades; con apoyo de la Coordinadora de Estudiantes la cual tendrá resolución sobre el tema éste sábado, teniendo ella entendido que el profesor SPADONI concurrirá a esa reunión de la Coordinadora para ratificar el apoyo.

002/2 9508/50

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(m.a.)

11/09/95
Dpto I
950510

½

ORIGINAL

9508751

MEMORANDUM No. 950217 / Fecha : 11/SET/95

I: ASUNTO: REUNION DE LA ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

Se tomó conocimiento que el día miércoles 6 a las 20.00 horas en el local del S.E.S. se realizó la reunión de la Asamblea Permanente de los DD.HH. con la concurrencia de unas 40 personas entre las que se encontraban José Manuel MANEIRO LARANGA ("GALLEGO"), Maria Beatriz LIMA ("CHARO"), Juan Pablo MIRZA BASERGIA ("JUAN PABLO"), Diego Ignacio DUBREHIL ("PATO"), Norma MORRONI, una N.N.F. del INAME y un integrante de "PARALELO 38".

Comienza la reunión hablando "GALLEGO" indicando que la situación del País se está tornando mas critica que nunca y que la población está totalmente descreida con éste gobierno "corrupto" , que intentan tapar sus macanas con aumentos que no son reales sino que son aumentos políticos para tratar de contentar a la población.

Destacó el aumento dado a los Militares y a la Policía, diciendo que "los milicos son unos muertos de hambre pero que no son bobos, la prueba está con los paros que ellos han realizado" y según sus dichos "la Policia en cualquier momento se da vuelta y les encaja otro paro de mayores caracteristicas, ya que muchos de los que pararon eran milicos grandes y daban la manija mas grande". Con respecto a los Militares dijo que la situación era la misma pero que éstos "eran mas zorros y más tapados, porque nunca vas a ver a un milico de cuartel metiendo en cana a un milico azul porque los intereses son los mismos".

Luego tomó la palabra "PATO" aduciendo que gran parte de los presupuestos serían dados a los Militares y la Policía, evidentemente para tenerlos contentos; que esa situación tenia que ser explotada de alguna manera por los integrantes de la izquierda, para que la población se dé cuenta de que éste gobierno no está dispuesto a transar con la clase necesitada y que tendrian que tener en cuenta que a SANGUINETTI nunca se le ganó una huelga, pero sin embargo está dispuesto a favorecer a los "milicos" . Entonces hay que decirle a la población el gobierno que tienen "un gobierno autoritario y fascista" ; ésto se podría conseguir con propaganda en periódicos, boletines, pintadas y si fuera posible en radio y televisión.

Posteriormente siguió hablando "CHARO" quien dijo que la realidad política del País en los últimos tiempos ha cambiado y es sabido que "en las elecciones pasadas les dimos un gran susto" y que por suerte los politicos Blancos y Colorados no han reaccionado, por lo que es un hecho que para las proximas elecciones la izquierda será gobierno; coincidiendo también en que la izquierda en éste momento está mal parada y no comparte sus nuevas ideas pero que a su vez es la única opción, por lo que solo les resta trabajar y esperar que las cosas se den, tratando de llegarle a la gente del interior que es la que no está totalmente convencida.

"Este es un gran error de la izquierda que no supo aprovechar en ocasiones pasadas, pero que supieron reaccionar a tiempo pudiendo arrojar resultados positivos para las próximas elecciones con la real toma del poder."

Mas tarde comentó "JUAN PABLO" que también crée en la realidad de las próximas elecciones y que piensa si realmente les entregarán el poder en caso de ganar y si la izquierda tomó en cuenta esa opción. Es fundamental por lo menos tenerlo en cuenta para cuando llegue el momento tener una salida alternativa.

También tomó la palabra Norma MORRONI para decirle que "por favor no haga comentarios baratos, que las Revoluciones con gente como él no se pueden ni pensar y que antes de hablar de la izquierda se tendría que lavar la boca".

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(M.A.)

002/2 9508751

11/09/95
Dpto I
950811

R.E.Nº......9508752..........

ASUNTO:...."CARRASCO HOY" Agosto/95.........

PROCEDENCIA:...D.G.I.D..........

EVALUACION:.........

DISTRIBUCION:....BIOGRAFICO.....

OBSERVACIONES:...........

CORREGIDO

FECHA: 31 AGO. 1995

FIRMA:.... CAP. NORBERTO DEVINCENSI

11/25

9508752



9508752

Malvín HOY - Buceo HOY - Pocitos HOY
Colón HOY - Unión HOY - Solymar HOY
Carrasco HOY - Villa Colón-Melilla HOY
HOY ®
Las Piedras HOY - La Paz HOY
Pando HOY - Paso Molino HOY
La Blanqueada HOY - Cerro HOY

SUMARIO

CARRASCO HOY ®

Agosto 1995 Nº 34

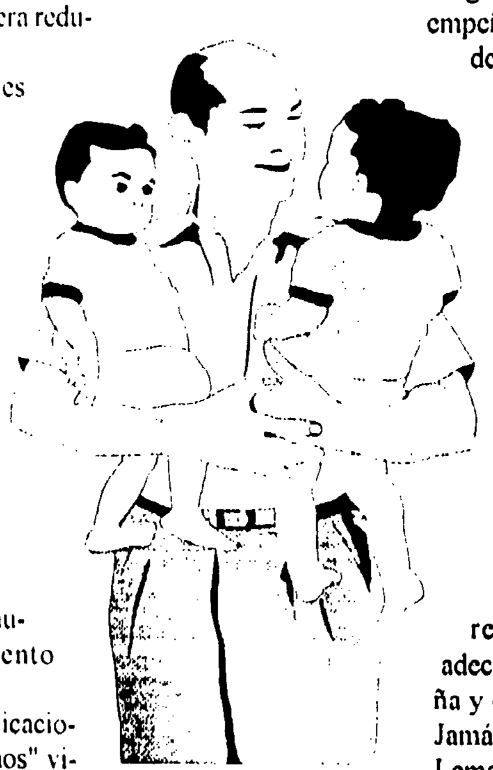
EDITORA: IMPRESOS HOY
Director Responsable: Gabriel Carballo
Ramos 4234. Apto. 203
Dirección de Redacción: Mónica Alvarez
Promoción y ventas: Verónica Torres
Colaboradores: Dr. E. El Ters
Prof. Rodolfo Talice
Fotografía: Vilma Bizzarri
Cronista: Daniel Arrúa
Composición Dibujos y Armado:
Dpto. de Arte de Revistas HOY
Diagramación e Impresión: Impresos Hoy
Asesor Jurídico: José Luis Camacho
DISTRIBUCION GRATUITA
MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA.
Inscripta en el tomo VIII folio 302 del Registro de Ley de imprenta , expediente Nº 9110829 D.L. 256075
TIRAJE: 6000 EJEMPLARES
La redacción no se responsabiliza por las opiniones en notas firmadas.

EL ABUELATO Y LOS NIETOS



Prof. Rodolfo Tálice

El "abuelito" en la loteria familiar de cartones era la bolilla 90. ¡Qué pocos se acuerdan de ella!.
¿En que consiste ser abuelo?.
Antes y ahora no puede ser lo mismo. Hay diferencias notables, porque los tiempos son cambiantes.
Muy antes había menos abuelos, porque el promedio de vida era reducido
Los pocos eran personajes venerables
En cuadros de pintores célebres se representaban superbarbudos o decrepitos, encorvados y tristes
Ahora hay muchos más abuelos y bastantes son jóvenes. Porque el promedio de vida es muy alto
La masificacion creciente (en ciudades) aumenta el comportamiento agresivo y disminuye el comportamiento vinculatorio.
La rapidez de las comunicaciones. El aumento de "ismos" vicios que deshacen vínculos familiares. La profusión de tentaciones extradomiciliarias. Esa tecnologia que asombra e inquieta a la vez. ¿Somos más felices con los adelantos sin pausa y el consumismo acelerado?.
Progreso no es sinónimo de civilización. Bienestar exterior si, pero ¿también interior?.
¿Qué opinar sobre el rol de los abuelos en las horas que corren?.
El apartamentismo y el torreismo dificultan la convivencia de menores y mayores. Reuniones familiares amplias son dificultosas. Se comparten menos horas de compañía.
Se aprende más fuera de casa que dentro.



El rol aglutinante que los abuelos desempeñan dentro del núcleo familiar depende en gran medida de lo inculcado por los padres en períodos críticos de la primera infancia.
Sepan, los abuelos no interferir con los padres en una excesiva tolerancia para los comportamientos irregulares de los niños.
Consuelos no son siempre buenos remedios.
La experiencia ha de servir eficazmente. La ternura puede más que la razón. Sepan dosificar los regalitos a los nietos y adecuarlos a su conducta hogareña y escolar.
Jamás juguetes bélicos.
Lemas imperativos para los abuelos:
a) Defender sus derechos en los hogares (a menudo reconquistarlos) y en la sociedad.
b) Cumplir debidamente sus deberes.
Han de ser los abuelos confidentes no rivales. Comprensivo, no egoistas. Modernizados, no anquilosados. Colaboradores no exigentes. Optimistas, no pesimistas. Expansivos, no reconcentrados.
¡Abuelos y bisabuelos! La vitamina de los nietos (tan provechosa) no se expende en los supermercados, se encuentra en los hogares.

9508752

9508752



Envia tus Graffitis a Impresos Hoy. Av. Italia 3948
o llama al 63 06 93 o por fax al 63 68 14. Publicaremos los mejores.

9508752

9508752

CARRASCO AYER

Buen gusto hecho piedra

Carrasco nos ofrece para el deleite de la vista, fabulosas esculturas en mármol de Carrara. ¿Ud. las ha visto?

Mas allá del interés económico que motivó el realce del balneario de Carrasco, es de gran importancia el legado que el Dr. Arocena dejó al hoy barrio y a la ciudad toda, con su exquisito gusto estético.



"El Acecho" de Victoriano Tournier

Detenerse frente a una estatua, de las que posee nuestro barrio, es un enriquecedor acto donde observar el detalle, nos abre la mente y nos maravilla. El pensar en el trabajo de los artistas, que aún después de muertos nos hablan a través de sus esfuerzos inmortalizados en el mármol de Carrara nos llena de admiración.

No en vano Arocena viajó a Europa para traer consigo siete obras maestras.

Calcos directos de sus originales ("¿y quién pudiera tenerlos en su casa?").

Los mismos fueron inaugurados en 1916 y pertenecen a los autores Fiaschi de origen Italiano y Victoriano Tournier de Francia.

Algunas de otras obras fueron retiradas por su estado de degradación (como el "El Descanso" antiguamente ubicada en la rambla República de México entre Costa Rica y Potosí). Pero en excelente estado y reunidas en derredor del Hotel Carrasco, podemos agasajarnos en una sola y breve recorrida. Allí encontraremos en el jardín del Hotel "Una Espina" de Fiaschi, y frente a la entrada del salón de Bailes "La Vendimia" del mismo autor, así como la imponente expresión de "El Acecho" de Victoriano Tournier, sobre la explanada principal y más lejos en la rambla Rep. de México entre Arocena y Divina Comedia "El Sueño" también de Fiaschi.

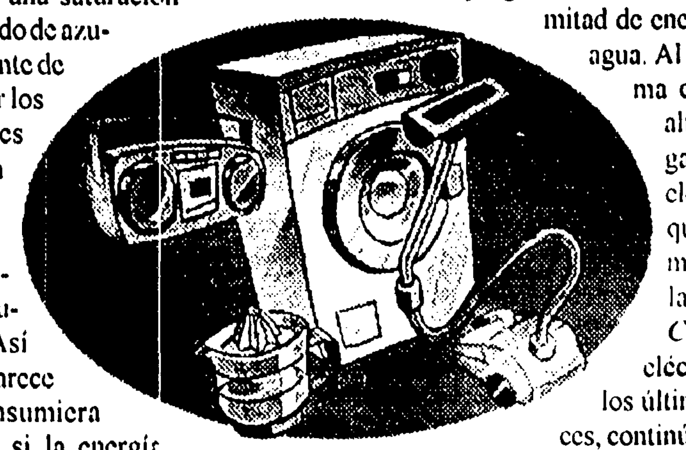
Queridos lectores, vayan a ver estas hermosas esculturas. ¡Yo invito! Siempre y cuando siga siendo gratis, ¡claro, por supuesto!

Por Daniel Arria

El hogar ahorrador

Hoy, la mayor parte de la energía consumida procede de unas fuentes muy limitadas. Aunque se nos hayan asegurado reservas de carbón, petróleo y gas para otro siglo y medio, el consumo irracional de estos recursos tiene consecuencias tan nefastas para el bolsillo del consumidor como para la salud del medio.

Hay una serie de amenazas que planean sobre nuestras cabezas. El efecto invernadero, o calentamiento paulatino de la atmósfera por la superproducción de dióxidos de carbono; la lluvia ácida, que abrasa con un fuego sin llamas los bosques debido a una saturación ambiental de dióxido de azufre; o el riesgo latente de contaminación por los residuos nucleares tienen, en buena parte, su razón de ser en los sistemas de obtención, transformación y consumo de energía. Así pues, una cosa parece lógica: si se consumiera menos energía, o si la energía consumida se utilizara de manera más eficaz, estas amenazas perderían parte de su maligna agresividad y permitirían entrever un futuro más optimista y liviano para el planeta y sus habitantes.



Aunque se diga -y con razón- que "la energía que menos contamina es la que no se consume", el uso y disfrute inteligente de energía no está reñido con el bienestar personal y familiar. Las ventajas que reporta el ahorro de energía son prácticamente inmediatas: además de hacer más llevadero el recibo mensual del gas o de la electricidad, alivia al instante el desaforado impacto ecológico que causa la producción energética, disminuye la contaminación ciudadana y evita volatilizar al tuntún recursos importantes.

Energía en su justa medida

Calefacción: Evite las pérdidas de calor aislando paredes, suelos, techos, puertas y ventanas.

Frigorífico: El frigorífico representa el 15 por ciento del total de la energía consumida en el hogar, ya que suele estar siempre conectado.

Lavadora: El 90 por ciento del gasto energético de la lavadora, al igual que el del lavavajillas, se va en calentar el agua. En general, no se requieren programas demasiado largos ni temperaturas superiores a los 60 °C.

Use el programa económico, el que gasta la mitad de energía y la mitad de agua. Al utilizar un programa con prelavado y a alta temperatura, se gasta diez veces más electricidad y agua que con un programa de ciclo normal y lavado en frío.

Cocina: La cocina eléctrica, a pesar de los últimos grandes avances, continúa siendo muy cara y derrochadora: gasta el triple que la heladera y cuatro veces más que la iluminación del hogar. Recuerde que cada vez que abre la puerta del horno, esparce por la cocina el 20 por ciento del calor acumulado.

Iluminación: Aproveche siempre que pueda la luz natural y pinte las paredes y los techos de la casa con colores claros.

Sea consciente, por ejemplo, de que seis bombillas de 25 vatios dan la misma luz que una de 100 vatios, pero consumen un 50 por ciento más. Apague la luz al salir de la habitación y desconecte los aparatos que no vaya a utilizar.

EL ULTIMO DE LOS CHARRÚAS

Es común que los uruguayos hablemos de la "Garra Charrúa", algo así como una fuerza o energía, tal vez ímpetu o coraje, que proviene de un carácter genético heredado de ancestros indígenas. El mismo parece actuar en los minutos finales de algún juego deportivo y nos otorga la victoria.
Si este tipo de influencia genética existiera los uruguayos también tendríamos "Ga[illegible]. Vikinga, Romana, Turca, Vasca, etc".

Popularmente se habla de "Garra Charrúa" o "Sangre Charrúa" con la finalidad de rescatar una identidad nacional basada en la confirmación de una raza propia, al igual que en otros países se da este fenómeno con otros sinónimos. Lo cierto es que aquí también forma parte de un gesto reivindicatorio, que trata de sanear la desaparición de el pueblo Charrúa, que como una maldición sin perdón viaja en la mente de los uruguayos.

Una vergüenza popular que nos martiriza con la cruda afirmación: "En el Uruguay no tenemos indios, los 'hemos' matado a todos".

Durante muchos siglos esta tierra hoy conocida como Uruguay, perteneció a una nación indígena con tronco lingüístico del Guaraní. No sería justo mencionar sólo a los Charrúas (hombre agresivo) por que víctimas del mismo mal lo fueron todos.



Cerca del Delta del Tigre habitó el pueblo Chaná, gente sumisa que aceptó la vida en las misiones jesuitas. Entre el Río Negro y el San Salvador habitaban los Yaros, al norte del Río Negro lo hicieron los Bohanes y al norte del país los Genoas (andariegos), pueblo que tal vez escapando del hombre blanco se trasladó a la cuenca de la Laguna Merín por el año 1730.

En Rocha habitaron los Arachanes; su nombre significa algo así como "hombre que ve primero el amanecer".

La falta de interés de parte de los colonizadores por conocer el lenguaje y cultura del indio no nos permite contar hoy día con un conocimiento claro de su forma de vida. Aunque muchas creencias han sido revocadas por hallazgos que demostraron un grado de organización que los antiguos libros de historia siempre negaron.

La condición netamente cazadora de estos pueblos, los condenaba a trasladarse tras las presas. No existía una superpoblación de la zona, estimándose que entre todas las tribus el número de indígenas no alcanzaría a elevar la cifra de 10.000. Posteriormente con la introducción del ganado por parte de Hernandarias permitiría el aumento de individuos en los clanes así como el uso del caballo reduciría el esfuerzo y la agilidad necesaria para la caza, el traslado y la guerra.

PARADOJA ¿O QUE? EL Estadio Charrúa se encuentra ubicado en el Parque Rivera

La llegada de vaqueadores y la construcción de Colonia del Sacramento anexaría los primeros condimentos para la pósima letal que acabaría con los pueblos indígenas.

En busca de la explotación de los recursos ganaderos, los llegados blancos intercambiaban males como el tabaco, el alcohol y puntas de hierro por cueros.

Mientras tanto los misioneros cambiaban sus costumbres y su fe por una vida comunitaria, en la paz de fructíferos sembradíos y el culto del cristianismo.

Esta última opción, fue muy importante para la nación indígena, tanto así que a principios del siglo XIX, un cacique con su pueblo se presentó a las puertas de Montevideo para pedir ser reducidos en las misiones, cosa que le fue denegada.

Durante toda la época colonial los indígenas a pesar de haber visto reducido su número, nunca sufrieron ninguna persecución intensiva y fulminante como la que ocurriría poco después de la constitución democrática.

HOLOCAUSTO DEL PUEBLO CHARRÚA

El siglo pasado trajo consigo dos factores determinantes: uno de ellos fue la revolución industrial, que modificó todos los esquemas de vida hasta el momento aplicados.

Los vertiginosos cambios giraban alrededor de quienes se negaban a cambiar como el gaucho y el indio los cuales pasaron a ser enemigos públicos número uno.

Vistos como vagos, sucios e ignorantes que habitaban tierras que ahora eran estancias y se alimentaban con el ganado (de siempre) que ahora estaba marcado.

El otro factor fue la emancipación libertadora, con sus idas y venidas, de guerras en guerras, que terminaron desolando la campaña e involucrando a los indios que peleaban por libertades e intereses ajenos a los suyos.

Apenas terminados los festejos de la primera asunción presidencial la culpa del caos económico fue adjudicada al indio. Los terratenientes presionaban al gobierno a solucionar el problema.

Sin perder mucho tiempo, el presidente Fructuoso Rivera, marchó con mil hombres en busca de los últimos Charrúas que serían unos 600 individuos.

Cuidando el éxito de la campaña, se invitó a los caciques a una reunión "para organizar una nueva guerra contra el Brasil" para tal ocasión se pedía a los caciques que llegaran a Tacuarembó acompañados de sus mujeres ancianos y niños.

Esto último causó la desconfianza de un par de caciques que no con concurrieron.

Por lo demás teniéndolos reunidos la emboscada de "sal si puedes" fue un acto militarmente sencillo, con un solo herido blanco, mientras decenas de indígenas vieron la humillación el engaño mientras caían al intentar huir lográndolo algunos pocos.

Tras una larga caminata llegaban a Montevideo en mayo de 1831 el victorioso ejército con un casi 500 individuos (mujeres y niños), bajo la mirada curiosa de los ciudadanos.

Días después el gobierno decidió entregarlos a la esclavitud de las familias que así lo quisiesen. Pero al poco tiempo viendo la ineptitud del indio para las tareas domésticas fueron devueltos en cantidades, obligando al gobierno a prohibir las devoluciones.

Algunos Charrúas fueron cedidos al francés Curel, quien los condujo a París para ser exhibidos como restos de una raza moribunda.

Continúa adelante...



¿Cuánto tiempo se puede resistir sin comer ni beber?

La inanición o ausencia absoluta de alimentos ingeridos supone que el organismo tiene que ir echando mano de los nutrientes fundamentales que los constituyen. Los carbohidratos, por ejemplo, que se encuentran almacenados en el hígado y los músculos en forma de glucógeno, se gastan prácticamente en su totalidad (aproximadamente trescientos gramos) durante las primeras veinticuatro horas del comienzo del ayuno por parte de la persona. Luego, el sujeto vive de sus grasas, las cuales proveen al organismo en los dos primeros días de casi toda la energía utilizada. Una vez éstas se agotan, se acude a las proteínas, de manera que muchos tejidos pueden perder hasta la mitad de ellas antes de que mueran sus células. El proceso letal es irreversible en caso de ayuno total y sobreviene entre las cuatro y las siete semanas desde la fecha en que se inició este.

Más fulminante es aún el hecho de no beber líquido. A partir de las 36 horas, el estado de la persona es grave, aunque se puede resistir hasta una semana completa Hay que tener en cuenta, sin embargo, que, en caso de ingerirse algún alimento, el período de supervivencia se amplía, ya que todos contienen agua en mayor o menor proporción.



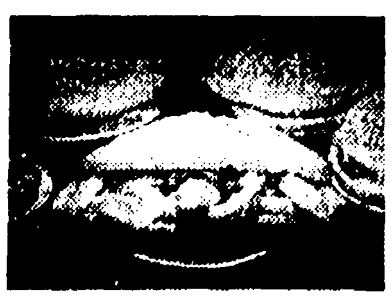


Hipertensión

El consumo excesivo de sal favorece la subida anormal de la tensión arterial. Pero la sal no debe excluirse del todo de la dieta, ya que el organismo también acusa negativamente su falta. Lo más saludable parece ser, pues, un uso moderado de la sal o sustituirse por sal de elaboración farmacéutica que tiene menos sodio.

Los estudios epidemiológicos, tanto experimentales como clínicos, han puesto de manifiesto la relación existente entre el excesivo consumo de sal en la dieta y el desarrollo o mantenimiento de la hipertensión arterial. Sin embargo, este condimento ocupa un destacado lugar en nuestros hábitos alimenticios, y a nadie le resulta grato renunciar a "la sal de la vida". Pero lo cierto es que tendemos a sazonar en exceso los alimentos, olvidando que, en proporciones distintas, éstos ya contienen dicha sustancia.

La sal es, fundamentalmente, cloruro sódico y, tomada con moderación, resulta beneficiosa para el organismo; pero cuando éste recibe más de la que precisa, acumula un exceso de agua que obliga al corazón a realizar un esfuerzo adicional para bombear ese volumen de líquido superior al normal. Es aconsejable, por consiguiente, renunciar a aquellos alimentos que contengan por sí una importante cantidad de sodio, así como controlar el uso de la sal como condimento.



Abusar de los fritos es uno de los muchos hábitos que contribuyen a elevar las cifras tensionales



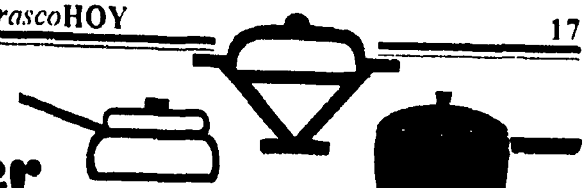
Es aconsejable limitar la ingesta de grasa animal sobre todo en las salsas y los platos cocidos

La Organización Mundial de la Salud recomienda que el consumo diario de sal por persona no exceda de cinco gramos.

Esto no debe llevarnos a proscribir los sal[illegible]s. De hecho, su déficit puede ocasionar distintas alteraciones, como vómitos, diarreas o insuficiencia renal, además de reducciones bruscas de la tensión. Por otra parte, la supresión drástica de la sal llega incluso a provocar estados depresivos en muchas personas que no logran adaptarse a una dieta insípida.

Afortunadamente, la reciente aparición en el mercado farmacéutico de un tipo de sal especial que contiene la mitad de sodio que la sal común y que posee un contenido adicional de potasio y magnesio puede aliviar algunos de los problemas que tienen que soportar los hipertensos a causa de una dieta insípida.

La Página del Buen Comer



LAS RECETAS DE ROXANA

Roxana Bayarres,
Cno. Casavalle 5662,
Tel: 302832

ENTRAÑA A LA CALABRESA

INGREDIENTES

- . kg. de entraña
- . sal y pimienta
- . jugo de limón
- . /2 taza de aceite
- . 00 grs. de manteca o margarina
- . 4 cebollas medianas
- . 2 hojas de laurel
- . 3 ajíes, perejil
- . Ajo, orégano y ají molido
- . 1 lata de tomates al natural
- . 1 pocillo de vino blanco

PREPARACION

Cortar la entraña en trozos grandecitos en forma de cuadrados o r[illegible]gulos. Sazonar los pedazos con sal y pimienta. En una cacerola, c[illegible]ar mitad de aceite y mitad de manteca o margarina, calentar a fuego vivo y dorar los trozos de entraña. Retirar del fuego, colocar la carne sobre plato o fuente. En la misma cacerola rehogar hasta que tomen un lindo aspecto las cebollas cortadas en rodajas finas; agregar más aceite o manteca, si hiciera falta. Sobre las cebollas colocar el laurel, los ajíes cortados en tiras anchas, ajo y perejil picados, ají molido, orégano, el contenido del tarro de tomates, previamente aplastados un poco. Mezclar con cuchara de madera, incorporar la carne, volver a mezclar, tapar la cacerola, colocar a fuego lento. A los 10 minutos de cocción incorporar el vino blanco, seguir la cocción hasta que se note la carne bien tierna, siempre con la cacerola tapada. Si durante la cocción hiciera falta más líquido agregarle un poco de agua caliente o vino blanco; debe resultar una salsita abundante.

ARROLLADO DE CHOCOLATE

INGREDIENTES

- . 7 huevos
- . 1 1/2 taza de azúcar impalpable
- . 6 cdas. de harina
- . 3/4 ctas. de sal
- . 4 1/2 cdas. de vainilla
- . Manteca c/n

RELLENO Y BAÑO

- . 1/2 litro de crema doble
- . 6 cdas. de azúcar impalpable
- . 2 cdas de cacao
- . 1 cta. de vainilla



PREPARACION

Batir hasta que espesen 7 yemas. Agregar azúcar impalpable, harina, sal, cacao en polvo y la vainilla. Batir aparte 7 claras a nieve e incorporarlas con movimiento suave a la preparación anterior. Enmantecar una asadera con bastante manteca, extender la pasta y llevarla a horno moderado durante 20 minutos aproximadamente. Poner sobre la mesa un papel y espolvorearlo con azúcar impalpable. Desmoldar el bizcochuelo sobre el papel, arrollarlo y dejarlo enfriar unos minutos, luego rellenar.

RELLENO Y BAÑO: Batir la crema doble. Luego agregar el azúcar impalpable, el cacao y la vainilla. Una vez relleno el bizcochuelo bañarlo y llevarlo a la heladera.

Viene de Páginas Centrales: "El Ultimo de los Charrúas"

Bernabé Bernabé

Al año siguiente (1832) los indios misioneros de la colonia de Bella Unión (Artigas), se levantaron en armas acusando a Rivera de traidor al no cumplir promesas contraidas durante la campaña del Brasil.

A todo esto, Rivera encomienda al Coronel Bernabé un sobrino suyo a aplacar la sublevación. Bernabé toma prisionero a el cacique cristiano Sequeira. Dos días después se hace con 150 prisioneros en Belén, entre los cuales se hallaba el comandante de Bella Unión el cacique Caire.

Como quien no quiere la cosa Bernabé se enteró que en los montes del Cuareim se encontraban algunos Charrúas pertenecientes a los caciques rezagados que ahora pretendian huir ante la prosecución que sufrían en su tierra natal.

Bernabé marchó contra ellos y tras buscarlos durante días sorprende a un pequeño grupo que se encontraba acampando. Los pocos guerreros que allí se encontraban huyeron despavoridamente y fueron perseguidos de serca por Bernabé.

Llegando a la quebrada del Yacaré Cururú, los indígenas al notar que otros guerreros que se hallaban de casería venían en su ayuda se volvieron y dieron muerte a Bernabé, al comandante Bazan y a otros diez hombres.

Esta fue la última lucha de los Charrúas por su libertad, una suerte de venganza que continuó con su partida al Brasil, lugar del que nunca regresaron y valla a saber que suerte de desdichas también los guió.

Hasta casi finales del siglo pasado todavía podría encontrarse algún indígena en alguna suerte de estancia, pero igual nadie se preocupó en rescatar algo más rico de aquella cultura que historias de muerte y espanto.

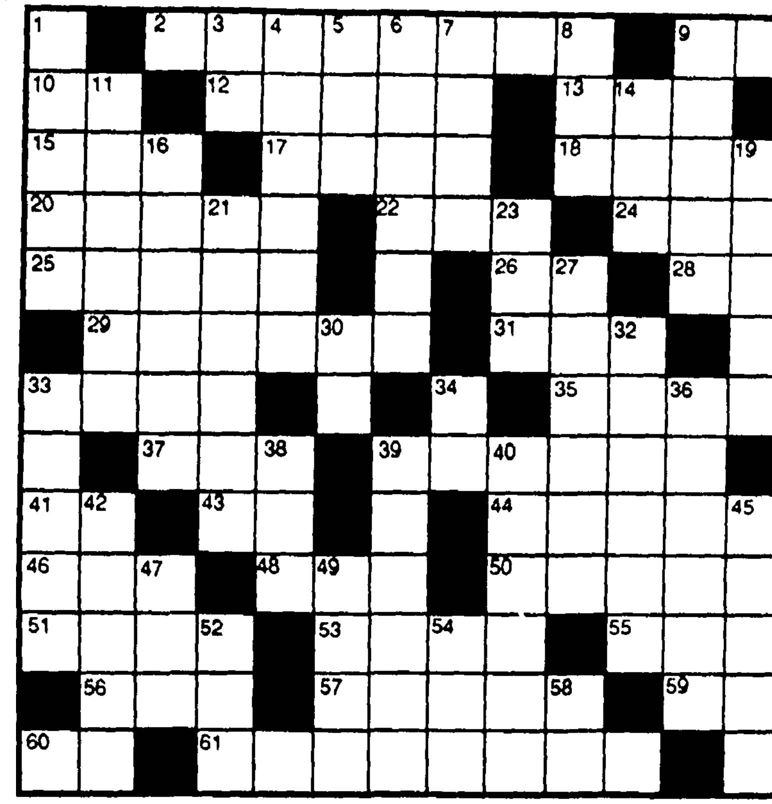
Por: Daniel Arrúa

—— // ——

ENTRETENIMIENTOS

HORIZONTALES

CRUCIGRAMA

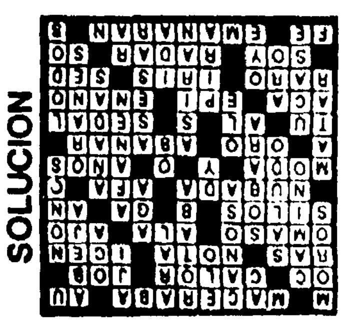


2 - Ablandaba una cosa estrujándola. 9 - Símbolo del oro. 10 - Antigua lengua provenzal. 12 - Fuerza que eleva la temperatura. 13 - Personaje bíblico, célebre por su piedad y resignación. 15 - Igualdad en la altura o nivel de las cosas. 17 - Marca. 18 - Eleven por medio de cuadras. 20 - Libre. 22 - Dios entre los mahometanos. 24 - Planta liliácea de bulbos usados como condimento. 25 - Lugar donde se guardan los granos, generalmente subterráneo (pl.). 26 - Símbolo del galio. 28 - Partícula inseparable privativa. 29 - Aguacero fuerte que deja caer una nube en un paraje determinado. 31 - Siglas de la "Asociación de Fútbol Argentino". 33 - Uso, costumbre. 35 - Periodos de doce meses. 37 - Metal precioso. 39 - Abanicar. 41 - Pronombre personal. 43 - Contracción. 44 - Hilo a que se ata el anzuelo de la caña de pescar. 46 - Aquí. 48 - Prefijo que significa "sobre". 50 - De muy baja estatura. 51 - Extraño. 53 - Arco que ostenta los siete colores del prisma. 55 - Ansia de beber. 56 - Éxito. 57 - Aparato de detección, por medio de ondas hertzianas. 59 - Preposición "bajo, de bajo de". 60 - Virtud teologal. 61 - Procederán.

VERTICALES

1 - Naturales de Mauritania. 3 - Antes de Cristo. 4 - Que tiene muchas canas (fem.). 5 - Forma de puntuación para categorizar a los grandes maestros internacionales del ajedrez. 6 - Giraba sobre su eje. 7 - Mar interior del Turquestán. 8 - Pimiento (la planta y su fruto). 9 - Insecto himenóptero que produce la cera y la miel. 11 - Senda. 14 - Ansar, ganso. 16 - Acción de saludar. 19 - Novenos. 21 - Manoseará algo para ablandarlo. 23 - Oficial turco. 27 - Hagan diligencias con vehemente anhelo. 30 - Símbolo del disprosio. 32 - Hoja de una dehesa o tierra de labor (pl.). 33 - Quitar la vida. 34 - Preposición inseparable "en virtud de". 36 - Natural de Orán, ciudad de Argelia. 38 - Interjección para animar. 39 - Cogerán, agarrarán. 40 - Adquirir seso o cordura. 42 - Decreto del zar. 45 - Barro (pl.). 47 - Arete, pendiente. 49 - Hoguera en la que se celebran sacrificios. 52 - Percibe el sonido. 54 - Muy distraída. 58 - Dios egipcio del Sol.

SOLUCION



Farmacias y sus Turnos

5º TURNO
del 2 al 8 de setiembre

Carrasco - A. Schroeder 6445. Tel. 600344
Cooper - Fedra 6496 y Cooper. Tel. 606411
Gloria - Grito de Gloria 1399. Tel. 603572
Canada - Av. Bolivia 1450. Tel. 602478
Portones de Carrasco - A. Bolivia 2128. Tel: 606812
Achiles - Achiles 6300. Tel. 604409
Fedra - Calle 2 esq. Fedra. Tel. 606177

6º TURNO
del 9 al 15 de setiembre

Virtus - Av. Arocena 1554 y Sáez. Tel. 601249
Arocena - Arocena 1978 y Mones roses. T. 600808
Aeropuerto - Cno. Carrasco Km 15.200 s/Tel.
Rubira - Gral. Líbano 1491 esq. Bolivia. T. 604213
Tajes - Máxima Tajes 7228. Tel. 604378

1º TURNO
del 16 al 22 de setiembre

2ª Arocena - Arocena 1657. Tel. 606560
La Cruz de Carrasco - Bolivia 2835. Tel. 688151
Troncoso - Manuel Pérez 6548. Tel. 603244
Gloria - Grito de Gloria 1399 - Tel. 603522
Canadá - Bolivia 1450. Tel. 602478
Potosí - Roberto Berro 2469. Tel. 600233

2º TURNO
del 23 al 29 de setiembre

Virtus - Arocena 1554 y Sáez. Tel. 601249
Punta Gorda - Gral. Paz 1447. Tel. 603400
Portones de Carrasco - Av. Bolivia 2128. Tel. 602478
Rubira - Gral. Líbano 1491 esq. Bolivia
Cooper - Fedra 6496 esq. Cooper. Tel. 606411
Achiles - Achiles 6300 esq. Córcega. Tel. 604405
Mariel - Cno. Carrasco 131 Bis.

3º TURNO
del 30 de setiembre al 6 de octubre

Arocena - Arocena 1978 y M. Roses. Tel. 600808
Canadá - Av. Bolivia 1450. Tel. 602478
Carrasco - Av. Schroeder 6155 y Arocena. Tel: 600344
Otelo - Av. Rivera 5541. Tel. 604906
Tajes - Máximo Tajes 7228. Tel. 604378

4º TURNO
del 7 al 13 de octubre

2ª Arocena - Arocena 1657. Tel. 606560
Troncoso - Manuel Pérez 6548. Tel. 603244
Punta Gorda - Gral. Paz 1447. Tel. 603400
Mississipi - Mississipi 1469. Tel. 695110
Aeropuerto - Cno. Carrasco Km. 15.200 s/Tel.

25/25 9508752

DISI - General / J. Estar

P. 220

Montevideo, Viernes 8 Setiembre de 1995

###

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) PIT/CNT: (Av.18 de Julio 2190) 12-SETIEMBRE Marcha y Concentración en Obelisco. Acto 16 Hs. frente al Parlamento.

B) COLAGAL S.A. (Cno.Ma.Ramirez 1470) Prosigue la fábrica OCUPADA en virtur al cierre de la misma. Cabe recordar que sus empleados producen Gelatina Industrial con alguna materia prima que les quedó como también bloques para la construcción los que son puestos a la venta como manera de obtener ingresos. (Inicio del conflicto 14-JUN-994)

C) UNION AUTONOMA DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS -U.A.O.E. GAS - (25 de Mayo 706) Este gremio se encuentra en "Estado de alerta" esperando la ejecución de la reestructura prometida por la Empresa, con la que se encuentra en desacuerdo.

D) CONGRESO OBRERO TEXTIL -C.O.T.- (Freire 52) HOY, hora 14.30 se reune la Tripartita en el MTSS para tratar situación del calzado. Hora 16.00' se reunen en local sindical.
Asimismo, el Centro de Obreros de Alpargatas efectúa a la hora 16.00' Asamblea.
El 12-SETIEMBRE, dicho Congreso se reune con la [illegible] Representativa de la Central Obrera.

E) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO (Av.18 de Julio 962 esc.201) -C.O.F.E.- 12-SETIEMBRE: Marcha denominada "LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO".

F) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con [illegible] Directorio de CORREOS.

G) [illegible] ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL [illegible] Continúan con Paros parciales de media hora por turno, adhiriéndose a [illegible] marcha del 12-SETIEMBRE convocada por COFE y la Central Obrera.

H) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL [illegible] -A.F.J.U.- ([illegible] 1230) HOY, Paran funcionarios de Juzgados Civiles [illegible] lo Contencioso Administrativo de [illegible].

Poco legible

001/4

I) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 12-SETIEMBRE: se adhieren al PARO convocado por COFE y PIT/CNT. El mismo día hora 13.00' concurren al Obelisco con Túnicas y posterior marcha al Parlamento. Igualmente, PARAN LAS 24 HORAS. 14-SETIEMBRE hora 18.00 Asamblea en el Palacio Sud América.

J) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- A partir del 6-SETIEMBRE Paro Activo, continuando hasta tanto no sea aprobado por el Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr Ministro.

K) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) De la Asamblea realizada en el día de ayer se resolvió: -aprobar el Convenio Salarial y levantar las medidas, participar en movilizaciones del 12-Setiembre y el 14-SETIEMBRE Paros Parciales en solidaridad con los obreros de PINTOS RISSO.

Por su parte, contimían OCUPADAS las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla. República del Perú 1519 y 1523, desde el 16-JUL-995.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- A(Av.Garibaldi 2594) Contimía OCUPADO dicho Sanatorio desde la hora 00.00' del 1ro.Setiembre en demanda a despidos y salarios no abonados, como también incumplimiento de Licencias.

M) ESTUDIANTES DE BELLAS ARTES HOY (hora a confirmar) CONCENTRACION EN EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD por las pruebas nucleares de la República Francesa.-

###

II)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIAS METALURGICAS

UNION NACIONAL DE TRABAJADORES METALURGICOS y RAMAS AFINES -U.N.T.M.R.A.- (L.A. de Herrera 3972) Se pudo establecer que en la noche de ayer, en Asamblea efectuada, se tratarían los temas: -Aplicar una serie de Paros de media hora por Turno en distintas fábricas y los fines de semana, dos Paros de 15'; -Ajustar los detalles de una Mesa Redonda para el Sector Automotríz a llevarse a cabo a mediados de Setiembre. Se ampliará.

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU -SITUACION EN FABRICA-

Se ha tomado conocimiento, que el pasado 6-Setiembre fueron despedidos de la Fábrica "AZICITRUS" un total de 40 obreros, - quedando en los próximos días sin trabajo 130 obreros más. Dicha situación se generó a raíz de que la naranja que poseía la fábrica, quedó en mal estado, causando así una mala producción. La Gremial convocó a un PARO de 24 horas en el día de ayer (7) siendo muy baja su adhesión. Es de significar, que la Planta de referencia posee un total de 450 obreros. Se ampliará

DEPARTAMENTO DE ROCHA -CONFLICTO DE CARNICEROS-

Ampliando lo informado en Parte del día de ayer "Información del Interior", respecto al conflicto de los propietarios de expendios cárnicos de la ciudad de Lascano, se pudo establecer que la única carnicería que abrió sus puertas -como se informara- fue la de propiedad de la Sra. Nelda CABRERA MENDEZ; persona esta que en Febrero/991 fue Procesada sin Prisión por "Faena Clandestina". Respecto a las medidas de lucha de los carniceros, las mismas ahora estan dirigidas a la Comuna Departamental, desde el día de ayer y hasta el 16-Setiembre, período este en que dichos propietarios NO faenarán en el Abasto Municipal. Se ampliará.

DEPARTAMENTO DE SALTO -MOVILIZACION DE COMERCIANTES-

Ampliando lo informado en Partes 215 y 217 del pasado 2 y 5 Setiembre, respecto a la presencia de Inspectores de la Dirección General de Impositiva en dicha ciudad; se pudo establecer que en la noche de ayer -20.00' se efectuó una Asamblea Extraordinaria por parte del Centro Comercial e Industrial de Salto en la Sede Central, contando con un total aproximado a las - 80 personas, resolviéndose: -Concurrir a la Junta Departamental en la fecha, -Realizar un cierre de Comercios para el día de la fecha a partir de la hora 16.00' a 20.00' Hs., para posteriormente llevar a cabo una marcha por la calle Uruguay - hasta el Hotel Salto -lugar donde se encuentran alojados los - citados Inspectores, -Por la noche, se apagarán todos los luminosos y vidrieras de Comercios. Cabe agregar, que dicha medida obedece por considerar injustos los procedimientos y actitudes de los Inspectores de la D.G.I.- Se ampliará.

##

V)- INFORMACIONES VARIAS

RECORRIDAS POR REPRESENTACION DIPLOMATICA -Constancia-

Personal de esta Dirección Nacional, viene efectuando recorridas por las inmediaciones de la Embajada de la República - Francesa en nuestro País -Av.Uruguay 844 esquina Andes- en prevención a posibles atentados en virtud a las pruebas nucleares que se encuentra practicando dicha República. A la fecha, - no se han registrado novedades.

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO -Constancia-

Próximo a la hora 15.30' de ayer se recibió en nuestra principal terminal aérea una llamada telefónica efectuada por una voz femenina muy ronca, quien expresó en dos oportunidades que "EN EL VUELO 157 -de PLUNA- A EZEIZA VA UNA BOMBA Y VAN A MORIR TODOS" En virtud de dicha situación personal de la Dirección Nacional de Bomberos y Brigada de Explosivos inspeccionaron la aeronave con resultados negativos, motivo por el cual la misma fue liberada. Es de significar, que en dicho vuelo viajaron un total de 59 pasajeros entre los que se encontraba el Secretario de la Presidencia de la República Sr. Elías BLUTH.-

COPIA Nº. 1

1/27

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
2212:30JUN95

M E M O R A N D U M Nro. 68 / 95

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : V Foro de San Pablo

T E X T O :

Se adjunta informacion sobre personas uruguayas que participaron en el V Foro de San Pablo.

CORREGIDO
24.10.95.
Inic.: SA

D I S T R I B U C I O N : - BIOGRAFICO
- CAMPO MILITAR

El Jefe del Campo Militar Dpto. I / D.G.I.D.
C/C [illegible]
Jorge [illegible]

FECHA [illegible] INICIAL [illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
11 SET. 1995
Biografico - BXX
9508755

001/27

PERSONAS URUGUAYAS QUE PARTICIPARON EN EL FORO DE SAN PABLO EN CALIDAD DE PERIODISTAS, DELEGADOS U OBSERVADORES

LIBER SEREGNI - Delegado

Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO - Delegado

Carlos ALEJANDRO - Delegado

Jorge QUARTINO - Delegado

Reinaldo GARANO - Delegado

Eduardo MENDEZ - Delegado

José MUJICA - Delegado

Julio MARENALES - Delegado

Gustavo VAZQUEZ - Delegado

Rosario ALALUFF - Delegado

Ernesto HERRERA - Delegado

Aldo GILLI - Delegado

Marita Brenda SILVERA - Delegado

Adalberto CROCE - Delegado

Jorge CROCE - Delegado

Juan Pedro BORIOLO - Delegado

Eduardo Alfonso PEREZ - Delegado

Antonio ELIAS - Delegado

Jerónimo DE SIERRA - Delegado

Freddy LURIA - Delegado

Rosario ARREGUI - Delegado

Hugo PODESTA - Delegado

Juan ORIGONI - Delegado

José KORZENIAK - Delegado

José PEREIRA - Delegado

Marina ARISMENDI - Delegado

José BAYARDI - Delegado

Pedro BALBI - Delegado

Carlos BARAIBAR - Delegado

Hugo CORES - Delegado

Eduardo RIVERO RODRIGUEZ - Delegado

Leon LEV - Delegado

Raúl CAMPANELLA - Delegado

Doreen Javier IBARRA - Delegado

Gabriel SAMAN - Delegado

Américo ROCCO - Delegado

Graciela POSSAMAY - Delegado

Carlos FLANAGAN - Delegado

Carlos TUTZO - Delegado

Raúl FRANCOLINO - Observador

Carlos HERNANDEZ - Observador

Ana Julio ROQUE - Observador

Aníbal SUAREZ - Observador

José Suárez - Observador

José PEREZ - Observador

Julio GARCIA - Observador

Ricardo COHEN - Observador

Beatriz SILVA - Observador

Víctor LICANDRO - Observador

Carlos BOUZAS - Delegado

Julio HALTY

Juan José CROTTOGINI - Observador

José FRANCIA - Observador

Walter TABEIRA - Observador

José MARTINEZ - Observador

Roberto PEREIRA - Prensa

Raúl ZIBECHI - Prensa

Gerardo CORREA - Prensa

Gustavo NIEDERES - Prensa

Ricardo DAHER - Prensa

Sergio MARQUEZ - Prensa

Camilo WUHL SCHAPIRA - Prensa

Fernando CERRUTTI - Prensa

Nelson IRRAZABAL - Prensa

Verónica PRETINSKI - Prensa

FECHA 18/4/95 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES ....



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL
Cédula de Identidad
N° 4.159.993-1

LUIS MIGUEL GARRIDO
MENDEZ

Firma

508 55

004

FECHA 11/9/95 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL
Cédula de Identidad
Nº 4.159.994-3

Nombre LEANDRO GERVASIO
GARRIDO MENDEZ

Firma

005

9508755

FECHA 11/9/97 ...AL [illegible]

... n Sistema DP...

C.I. 4179993-2

Luis Miguel Garrido Mendez

Nac. [illegible] Cordoba Rep. Argentina.

Hijo de José y Marta.

Hijo de Madre Uruguaya.

Soltero

Estudiante [illegible]

Dom. 18 de Julio [illegible] 1803 [illegible] Piso 3º.

Datos del 31/5/93.

Se adjunta foto.

C.I. 4159994-3.

Leandro Gervasio Garrido Mendez

Nac. 22/8/[illegible] Cordoba - Argentina

Hijo de José y Marta.

Hijo de Madre Uruguaya

Soltero

Estudiante

Dom. [illegible] 1424 ap/802 [illegible] 3º

Datos del [illegible]

Se adjunta foto

006

950875!

C.I. [illegible]9-1

[illegible] - [illegible] Weinberger

nac. 15/5/[illegible] [illegible]

Hijo de León e Isabel

[illegible] -

Dom. [illegible] 3287/801

Sec. Pol. 12a

Expedida C.I. 781661

del 2/6/87 -

C.I. 1.301.132-7.

Alfredo Washington [illegible] Galeano

Nac. 10/4/953 Colonia

Hijo de Alfredo y Lenza.

Casado con Escudero.

Dom. Camino de [illegible] 5800/2

Sec. Pol. 19a.

Expedida 66578 serie "E"

del 16/11/980

---

007 9508755

Poco legible

FECHA 19/4/91 [illegible]

Procesado a Sist[illegible]

[illegible]IONES

FECHA

Procesa

OBSERVACIONES

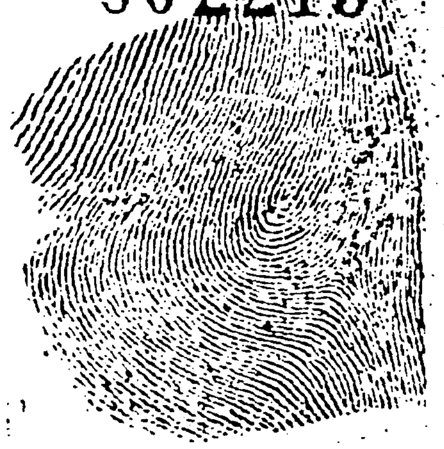
Montevideo R. O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

echa 20.4.1973

Observaciones:

F1-H 602215



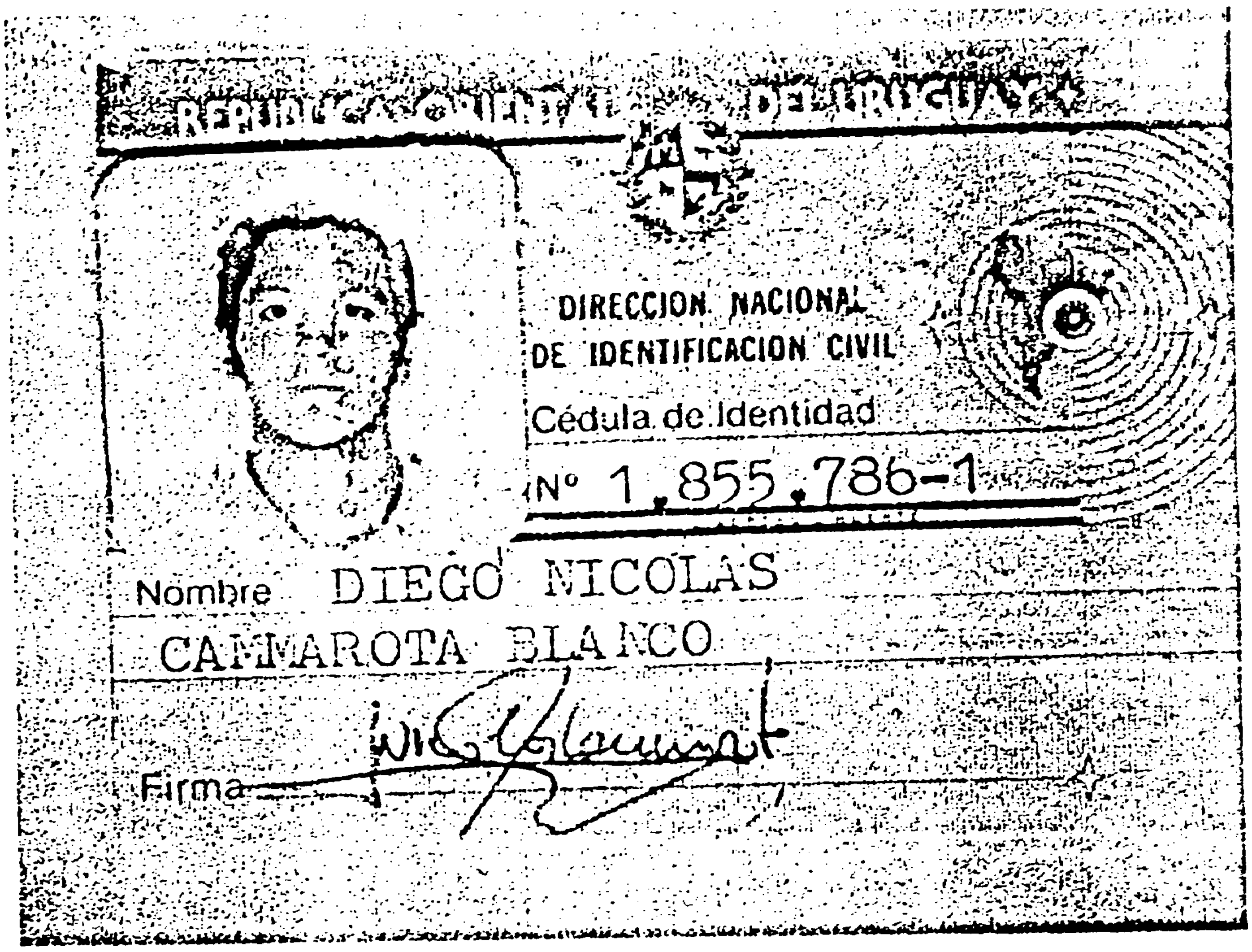
pedida 6.2.1995

once 6.2.2005

Encargado de la Dirección Nacional

008

Z9508755



REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cédula de Identidad

Nº 1.855.786-1

Nombre DIEGO NICOLAS
CAMMAROTA BLANCO

Firma

009

9508755

FECHA 11 / 1 / 91 INICIAL MC

Obs.

C.I. 1.0?.???-?

Pertenecía a - Roma yarla VEGLIO Russiello y mas flojo Borrelli.

C.I. 1.012.736-2

José MENOTTI MICHELINI

nac. 13/11/948 Mdeo.

Hijo de Ludovico y ELBA.

Soltero

Empleado

Dom. José P. Varela 587.

Apto. 701 4º

Hay foto "E" 408628 del 6/2/90.

C.I. 1.357.196-1

Diego Nicolás ESMANHOTTO BLANCO

nac. 20/11/58 Mdeo.

Hijo de Mario Alfonso y MARIA.

Soltero

Estudiante Lic. Sociología?

Dom. Jujuy Nº 2931 (Bolivia) Mdeo.

Se adjunta foto - datos 6/2/90

010

9508755

FECHA 14/1/15 INICIAL (HE)

Procesado

OBSERVACIONES

Poco legible



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cédula de Identidad

Nº 1.387.257-3

Nombre GLADYS SHIRLEY MALLARINI
MALEVICH

Firma [signature]

508755

011

FECHA 20 / 01 / 15 INICIAL [illegible]

Obs. [illegible]

Montevideo R.O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

Fecha 16.12.1957

Observaciones:

843832

Expedida 29.11.1991

Vence 29.11.2001

Directora Nacional

012

950875

INICIAL

Montevideo R.O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

Fecha 16.12.1957

Observaciones

F I F 843832

Expedida 29.11.1991

Vence 29.11.2001

Directora Nacional

013 9508755

25/4/95

...sado a Sistema DPX

...ACIONES

DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL



Cédula de Identidad

Nº 1.780.866-1

Nombre RITA CELINA BAJAC
SEGARRA

Firma [signature]

014 9508755

Fecha 2/9/15 [illegible]
Procesado
OBSERVACIONES

OBSERVACIONES

Procesado a Sistema DPX

FECHA 20/4/98 INICIAL

9508755 015

Treinta y Tres R.O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

Fecha 21.1.1956

Observaciones

FIG 17479

Expedida 25.6.1992

Vence 25.6.2002

pvs

Directora Nacional

015

9508755

C.I. [illegible]

[illegible] MALEVICH
Nac. 15/12/57 Mdeo.
[illegible] y Esperanza.
Soltera -
[illegible]
Dom. Mercedes 1488 ap. 1303
Sec. 3a.
[illegible] del 24/11/81

C.I. 1141820-6.
Carlos Alberto Pazos Gumina
Nac. 16/3/949 - Mdeo.
Hijo de José Ramón y Celia
Soltero
Bancario
Dom. L. Herrera y Obes 977/103
Sec. 2a
No se posee foto
Datos del 23/11/81

C.I. 1780666-1
Rita Celina Bajac Segarra
Nac. 21/11/956 T. y Tres-
Hija de Dario y María Celina
Soltera - Guía de Turismo Indep.
Dom. Luis A. de Herrera 3285/11
Sec. [illegible] 13a [illegible]

016

9508755

FECHA 20 [illegible] (MG)

Poco legible



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cédula de Identidad

Nº 2.994.380-3

Nombre MONICA YOANA
GRUZDAS ENRIQUEZ

Firma Monica Gruzdas

9508755

017

FECHA 3 / 4 / 95 INICIAL (ME)

Pr...

OBSER...

Montevideo R.O. del Urug

Lugar de Nacimiento

Fecha 11.11.1974

Observaciones:

F1-G 4745



Expedida 21.12.1992

Vence 21.12.1997

Encargado de la Dirección Nacional

Insp. May (F.A.)

Gral. Ad. Córdoba

inl.

9508755

018

FECHA 12/10/95 INICIAL (UE)

¿Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cédula de identidad

Nº 1.341.152-3



Nombre MONICA RUTH GONELLA
PERASSE

Firma [signature]

019

9508755

FECHA [illegible] INICIAL [illegible]

[illegible]

OBSERVACIONES

FECHA 12.10.95 INICIAL [illegible]
Procesado a Sistema [illegible]
OBSERVACIONES

020

9508755

Montevideo R. O. del Urugu

Lugar de Nacimiento

Fecha 20.2.1955

Observaciones:



F1-H 3159



Expedida 15.7.1994

Vence 15.7.2004

Encargado de la
Dirección Nacional

020

9508755

C.I. - 774.850 - 3

MONICA SONIA [illegible] ENRIQUEZ
Nac. [illegible] Mdeo.
Hija de [illegible] y Silvia
Soltera -
Estudiante
Dom. [illegible] 487
Secc. Pol. 1ª
Se adjunta foto del 21/12/82

o ——————

C.I. 1.341.152 - 3

MONICA RUTH GONELLA PERASSO
Nac. 20/12/955 Mdeo.
Hija de Lorenzo y Ruth -
Soltera
Guia de Turismo
Dom. José Figueroa 2320/2
Secc. Pol. 5ª
Se adjunta foto del 15/3/84

o ——————

021

9508 - 55

Poco legible

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cédula de Identidad

Nº 1.045.290-2

Nombre JUANA ATELLA MONROY

Firma Juanita Atella

022

9508755

FECHA 20/1/91	INICIAL [illegible]
Pr...	
OBSERVACIO...	

Montevideo R.O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento

Fecha 23.2.1946

Observaciones:

F I G 822812

SSM.

Expedida 24.8.1993

Vence 24.8.2003

Encargado de la Dirección Nacional

023 9508755



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL
Cedula de Identidad
N° 2.815.539-6

Nombre NATALIA LUJAN BIANCO
MARTINEZ

Firma Natalia Bianco

8506755

024

FECHA 20/7/95 INICIAL [illegible]
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

9508755 025

Montevideo R. O. del Uruguay
Lugar de Nacimiento

Fecha 23.10.1978

Observaciones

F1-H 557038

Expedida 11.1.1995

Vence 11.1.2000

sn

025 9508755

C.I. 1.0.4.3.2.9.0-2

Sylvia Stella Monroy
Nac. 23/6/1946 Mdeo
Hija de [illegible] y Secundina -
Soltera -
Arquitecta Primaria
Dom. [illegible] N 30/803
Sec Pol 3a

Se adj. foto del 24/8/85

C.I. 2766238-0

Luis Alberto Gervasini Gomez
Nac 5/2/961 Canelones
Hijo de Valdemaro y Marta -
Casado
Empleado
Dom. Paso del Bote S/N
Sec Pol 3a Los Cerrillos - Canelones
Reg. foto 10773 de Canelones
del 17/1/986 -

C.I. 2815539-6

Natalia Lujan Blanco Martinez
Nac 23/10/978 Mdeo
Hija de Vicente e Iris -
Soltera - Estudiante
Dom. [illegible] Arambure 2018 bis/92
Sec. Pol 4a
[illegible] foto del 11/1/85

026

9508755

Fecha 22/9/95 Inicial (MC)
Pr.
Observaciones

Poco legible

(J 1395091 -3

Santiago [illegible] Martínez [illegible]
nac 12/5/[illegible] San José
Hijo de [illegible] y María
EMPLEADO.
Dom. [illegible] 1 km 25.5 (Playa Pascual)
[illegible] 10ª de S. José.
[illegible] 130136 de San José
del 29/12/987 —

Poco legible

027/27

9508755

FECHA 22.9.95 INICIAL [illegible]

P. 221./

Montevideo, setiembre 9 de 1995

##

I)- ASUNTOS PENDIENTES

A) PIT.CNT.: Avda. 18 de Julio Nro.2190; El 12/IX/ Concentracion y marcha, partiendo desde el Obelisco para posteriormente a la hora 16.00' realizar un acto frente al Palacio Legislativo.-

B) CONFED. DE ORGANIZACIONES DE FUNC. DEL ESTADO: Avda. 18 de Julio Nro.962 Esc.201; El 12/IX/ se efectuará la denominada Marcha "LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO".-

C) FUNC. ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL M.T.O.P. Prosiguen los paros parciales de media hora por turno. Se adhieren a la marcha del 12/IX/ convocada por COFE y el PIT.CNT.-

D) ASOC. DE MAESTROS DEL URUGUAY: Maldonado Nro.1177; El 12/IX/ se adhieren a la convocatoria de COFE y el PIT.CNT, concurriendo a partir de la hora / 13.00' al Obelisco con túnicas. Se destaca que el 14/IX/ a partir de la hora 18.00' Asamblea en el Palacio Sudamérica.-

E) SIND. NAL. DE LA CONSTRUCCION Y AFINES: Yí Nro. 1538: El 12/IX/ participan de las movilizaciones convocadas por el PIT.CNT. y COFE. En tanto que el 14/IX/ realizan paros parciales en solidaridad con los obreros de la Empresa PINTOS RISSO.- Cabe señalar que se mantienen ocupadas las obras ubicadas en la Rambla República del Perú Nros. / 1519 y 1523 desde el 16/JUL/995.-

F) CONGRESO OBRERO TEXTIL: Gral.Freire Nro.52; El // próximo 12/IX/ reunión con la Mesa Representativa de la Central Obrera.-

G) ASOC. DE FUNC. POSTALES DEL URUGUAY: Ante la falta de entendimiento con el Directorio, se mantienen en pre-conflicto.-

H) UNION AUTONOMA DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: 25 de Mayo Nro.706; Se encuentran en estado de alerta, aguardando la ejecución de la reestructura por parte de la Empresa.-

I) ASOC. DE FUNC. DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA Desde el 6/IX/ paro activo, medida que continuará hasta tanto no sea aprobado por el Ejecutivo y enviado al Parlamento, la propuesta original del señor Ministro.-

J) ASOC. DE FUNC. DE LA MUTUALISTA M.I.D.U.:Avda. Garibaldi Nro.2594:Prosigue la ocupación desde las 00.00' hs. del 1/IX/ por el despido de 48 funcionarios, adeudos / del mes de Julio; No pago de salarios vacacionales, no respecto del laudo, incumplimiento de licencias.-

K) FED. OBRERA DE EMPLEADOS DE LA BEBIDA:Abayubá Nro.2832; Las Empresas PILSEN - SALUS - NORTEÑA - PEPSI COLA y COCA COLA, mantienen las medidas de lucha, en defensa de la fuente la-boral y la industria nacional.-

L) UNION NAL. DE TRABAJ. DEL METAL Y RAMOS AFINES:Avda. Dr. Luis A. de Herrera Nro.3972;CONSTANCIA; De acuerdo a manifestaciones de la dirigencia gremial, en la última Asamblea se habría aprobado efectuar paros de media hora por turno y los fines de semana de quince minutos, dos veces por turno. Las fábricas afectadas a estas medidas son;Metalúrgico, Electrónicos, Automotrices y Plásticos. Por otra parte a mediados del // corriente mes se realizará una Mesa Redonda en el Sector Automotriz.-

M) ASOC. DE FUNC. JUDICIALES DEL URUGUAY;W.F.Aldunate / Nro.1280;El 11/IX/ realizan paro los Juzgados de Paz, Trabajo y de los Deptos. de Florida, Soriano, Rio Negro, Colonia y San José. Por otra parte el 12/IX/ se adhieren a la marcha convocado por COFE.-

N) FED. DE FUNC. DE C.S.E.:El 12/IX/ participan de la // convocatoria realizada por COFE.-

Ñ) ASOC. DE PROFESORES DE EDUCACION FISICA:El 11/IX/ a / partir de la hora 20.00' Asamblea en el local ubicado en Minas Nro.1411 Bis. Oficina 104.-

002 9508756

##

IV)- **INFORMACION DEL INTERIOR**

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY

En el día de ayer en los Departamentos de RIVERA- SALTO y PAYSANDU, los funcionarios judiciales realizaron paro de actividades a partir de la hora 15.00', hasta el cierre de la jornada, en reclamo de mejoras salariales.-

DEPARTAMENTO DE CANELONES; 8/IX/995

En la zona de Barros Blancos, por Ruta 8 Km.22, entre las 17.30' y las 21.45', unas 50 personas, vecinos del lugar, realizaron entrega de volantes a los conductores de los coches que pasaban, en el cual hacían saber sus inquietudes relacionadas con la "iluminación en la ruta hasta el kilometro 30, mejoras en los baños de las Escuelas Públicas de la zona; atención las 24 horas en la Policlínica y fundamentalmente mas seguridad en el tránsito". Cabe señalar que la primera intención era la de cortar el tránsito por la ruta, pero ante las tratativas efectuadas por el Titular de la Seccional 25ta., desistieron de dicha medida, no registrándose alteraciones del órden público.-

DEPARTAMENTO DE SALTO
MOVILIZACION DE COMERCIANTES

Los comerciantes nucleados en el Centro Comercial e Industrial del Departamento, y en el marco de las medidas de protesta que vienen realizando, ante la presencia de los Inspectores de la D.G.I., el 8/IX/ desde las 16.00' horas cerraron los comercios hasta las 20.00', y en horas de la noche apagaron las luces de las marquesinas y vidrieras con una adhesión del 90%.- Por otra parte a partir de la hora 16.00' se congreron unas / 250 personas (comerciantes), frente a la sede del gremio, con palmoteo de palmas y portando pancartas, dirigiéndose hasta el Hotel "Salto" donde estan alojados los Inspectores, sumándose a la marcha nuevos participantes, totaliznado unas 400 personas entre empresarios y empleados, los que entoraon cánticos en rechazo a la presencia de funcionarios de la D.G.I. A continuación se dirigieron hasta la Oficina de la D.G.I., donde se detuvieron entonando nuevamente los cánticos y exhigieron el retiro de los Inspectores, retornando a la Sede Gremial, donde se dió lectura a una proclama de repudio a las inspecciones de la Dirección General Impositiva en la ciudad. A la hora 17.15' se retiran en forma pacífica en distintas direcciones.-

003 9508756

##

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO
FECHA: 7/IX/995
LUGAR: PALACIO DE LA LUZ
UBICACION: Paraguay Nro.2431
HECHO: A la hora 02.15' se recepcionó una comunicación telefónica donde una voz masculina hacía saber que..."se había colocado una bomba". Se hicieron presentes efectivos de la Seccional 5ta. y de la Dirección Nacional de Bomberos, los que realizaron una inspección con resultado negativo.-

[illegible]CION

En el día de ayer entre las 19.30' y las 20.00' horas [illegible]damente se congregaron frente a la Embajada de Francia, [illegible] Uruguay Nro.853, unas 450 personas, en su mayoría jóvenes que portaban una pancarta con la leyenda."BELLAS ARTES POR UNA VIDA SANA Y UN PLANETA SANO", llevando algunos de los participantes sobre el rostro, una imitación de una máscara antigas de color verde, otros por su parte transportaban una estructura de [illegible] verde y [illegible] de madera de cinco metros por tres metros, de forma ovoidal, la cual fue depositada en la calzada, sentándose [illegible] los manifestantes en torno a la misma, para realizar [illegible] una similitud de cuenta regresiva a traves de megáfono, para luego comenzar a destrozar la estructura, que denominaban "[illegible]", simulando el sonido de una sirena y profiriendo gritos. Se destaca que los participantes portaban una bandera negra y que el 14/IX/ realizarán otra demostración a partir de la hora 17.00'.-

Cabe señalar que los estudiantes de Bellas Artes se habían concentrado próximo a la hora 18.30', en la explanada de la [illegible] de la República, realizando una marcha por la Avda. [illegible], ocupando media calzada y realizando volanteada hasta [illegible] y la Avda. Uruguay.-

Poco legible

004/4

9508756

NOMBRES: MABEL DINORAH R/R.

APELLIDOS: RODRIGUEZ AMADO

C.I.: 1609.151-6

CRED. CIV.: SERIE A.P.A. Nº 10.379

FECHA DE NACIMIENTO: 16.NOV.62

NOMBRE DEL PADRE: MILTON RODRIGUEZ (fallecido) RW

NOMBRE DE LA MADRE: MARIA GLADYS AMADO ZARAGUETA

DOMICILIO ANTERIOR: MONTES DE SOLYMAR KM. 25.500 MANZANA 123

DOMICILIO ACTUAL: ROBERTO BERRO 2481 APTO. 101

SERVICIOS PRESTÁDOS: NO POSEE

ESTUDIOS CURSADOS: PRIMARIA COMPLETA, SECUNDARIA (5º AÑO)

14/9/95
381

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 13 SET. 1995
Pase a Antecedentes
Nº 9508768

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 18 de SET de 95
Nº 9508768 de 12-9-95
SDI
A sus efectos

9508768

PASO MOLINO - BELVEDERE - Y - CAPURRO

Se viene la poda en Carlos Ma. Ramírez y en Agraciada

Recientemente dialogamos con el Jefe Técnico de Espacios Verdes de la Intendencia (CCZ 14), Sr. Marcelino Fernández que nos adelantó que ya se comenzó desde La Teja la poda de árboles en la Avenida Carlos M. Ramírez hacia Belvedere y finalizada esta tarea, se seguirá por Agraciada.

Campo Sicosocial
Medios de Comunicación

1/1

Periodistas especializados en turismo reunidos en San Pablo

El XII Congreso de ABRAJET (Asociación Brasileira de Jornalistas y Escritores de Turismo y 1er. Seminario Internacional de Prensa Turística), se llevó a cabo en las dependencias del Parque ANHEMBI en Sao Paulo. Uruguay estuvo representado a través de la Presidenta de CI.P.E.T.UR. (Círculo de Periodistas Especializados en Turismo del Uruguay), Liliana Díaz, la cual participó activamente en los diversos temas que integraban el programa de trabajo.

Algunos de los puntos de debate fueron: **Prensa de Turismo**, el papel y el desempeño del Periodista especializado; **Etica**, trabajo profesional y voluntario; prensa turística en el MERCOSUR y demás bloques económicos mundiales.

El panel de exposiciones del I Seminario Internacional estuvo integrado por los periodistas de la República Argentina Juan Bedoyan (Clarín); Horacio de Dios (La Nación); Emilio Lacave (Presidente de la Asociación de Corresponsales Extranjeros en Brasil); Antonio Figueredo (Shopping News); Liliana Díaz (Presidenta CI.P.E.T.UR., Uruguay); Dirceu Azequiel (Presidente de ABRAJET); Vininha de Moraes (Presidenta de ABRAJET Sao Paulo y coordinadora Ejecutiva de la Comisión Organizadora). La ponencia de Uruguay en dicho Seminario fue aclamada con aplausos y se pautaron las primeras bases para conformar la Federación de Periodistas de Turismo del MERCOSUR.

En la reunión se resolvió que el país será sede del próximo encuentro regional de periodistas especializados, el cual se realizará el 27 de setiembre, fijado a propósito por ser el "Día Mundial del Turismo"

El Diario 01 JUN 95

URUGUAY (ST) OSCAR BALADAN

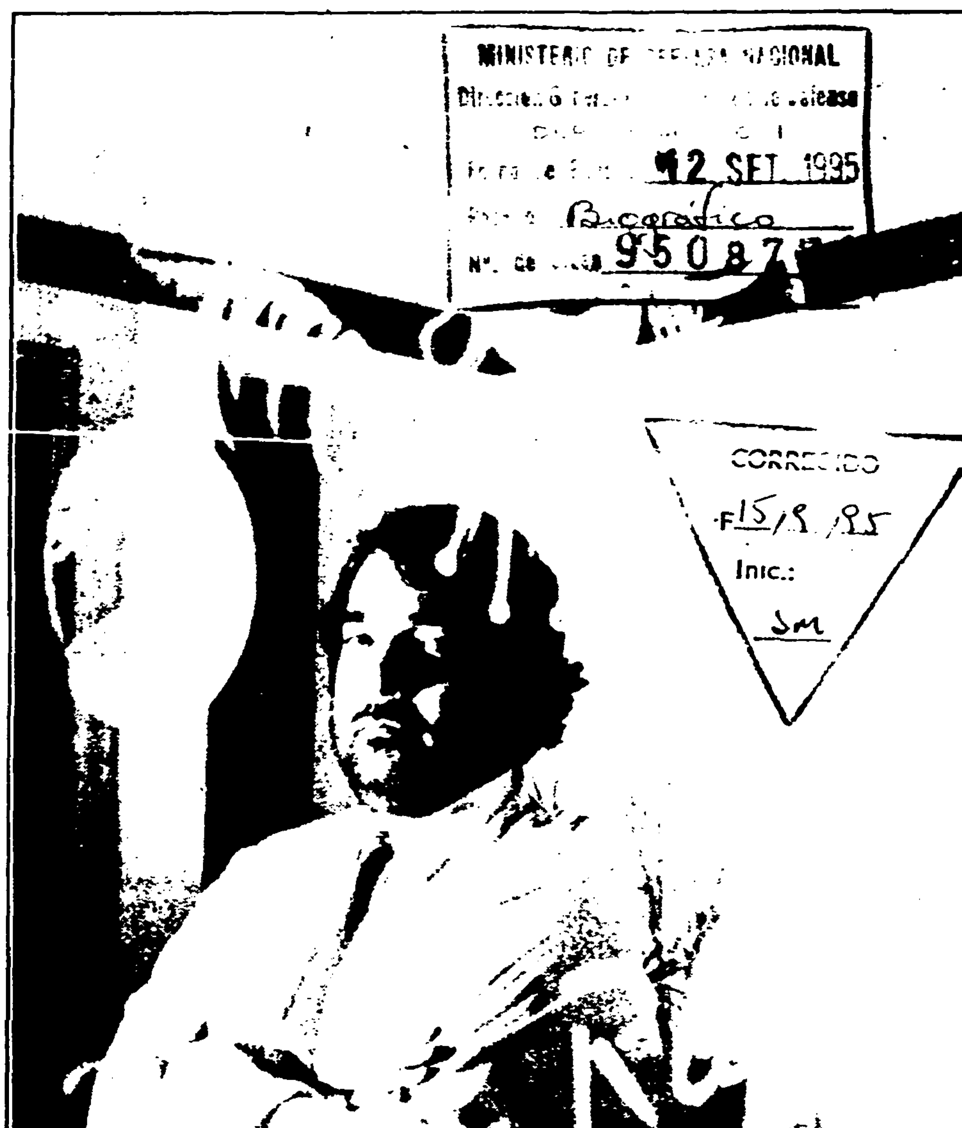
A seis meses de su nacimiento, Man Ray Publicitarios se posesiona como una agencia nueva, con especial interés en desarrollar un trabajo permanente con el cliente en un ámbito de "mesa redonda" en donde todas las opiniones pesen.

Man Ray: cuando lo importante es definir estrategias

Instalada desde hace poco tiempo en su nuevo local de la calle 26 de Marzo, Man Ray Publicitarios es una nueva agencia de publicidad que en sus pocos meses de vida ha logrado destacarse, tanto en el ámbito creativo —en donde cabe destacar la campaña de la rifa del grupo de viaje de Ciencias Económicas— como en lo que hace al logro de nuevas e importantes cuentas de nuestro medio. **ESTRATEGIA**, en diálogo con Pablo Ramírez, socio director de Man Ray Publicitarios, logra interiorizarse de las principales acciones de la agencia en sus primeros meses de trabajo.

—¿Cómo surge la idea de esta nueva agencia?

—Con un criterio más profesional que comercial, la idea surge a partir de mi primer contacto con quien hoy es la mentora junto conmigo de todo esto, la publicista alemana Susan Operman, que en este momento se encuentra radicada en Uruguay. Allí surge la posibilidad de unir mis años de experiencia en Corporación Thompson con su experiencia europea, y la posibilidad de abrir por nuestra cuenta un negocio publicitario al que manejaríamos con un criterio más personal. Un negocio que respondiera a una filosofía personal, a un modo personal de ver el tema. De esta forma, el martes 13 de diciembre de 1994



Pablo Ramírez, director de Man Ray Publicitarios.

hacemos el lanzamiento oficial de nuestra agencia, eligiendo esa fecha casi como un desafío extra al asumir este tipo de responsabilidad.

—¿Cuáles fueron los primeros trabajos?

—Nuestro crecimiento comienza con trabajos de desarrollo estratégico publicitario muy interesantes. El primer trabajo importante que hacemos es una estrategia para el posicionamiento de la piscina del club de tenis La Caleta. Su propietario nos confió ese desafío porque el club hasta ahora y por tradición siempre fue visto como un club de tenis, sin contar con el servicio adicional de la piscina. En un trabajo creativo muy interesante, el cual creo que es uno de los factores más destacables de nuestra agencia, en un trabajo de mesa redonda, lo que hicimos fue establecer una estrategia creativa que se plasmó en un aviso de prensa con un concepto totalmente novedoso. Mostramos a un hombre jugando al tenis pero sumergido en la piscina. De esta forma posicionamos al tenis como valor fundamental del club, pero con el adicional muy importante de la piscina. Esto nos valió muy buenos comentarios, lo cual incluso nos permitió empezar a trabajar ya en otros proyectos.

—¿Cómo es eso del trabajo en mesa redonda?

—Lo que hacemos es trabajar en forma totalmente participativa. Nuestra filosofía consiste en trabajar en grupo de modo de aportar ideas en conjunto. Acá no hay escritorios ni sillas grandes para los directores. Desde ese punto de vista, creo que uno de los valores fundamentales que tiene nuestra agencia es todo el conocimiento técnico que puede aportar una persona como Susan Operman, conocimiento desarrollado en Europa y que pasa específicamente por el terreno del marketing estratégico. Esto nos da un adicional con respecto a lo que es la publicidad encarada en torno a un trabajo permanente con el cliente, que de alguna forma nos compromete no sólo con el trabajo publicitario, sino también en el trabajo día a día que pueda surgir; ya sea con respecto al producto, al packaging, a los puestos de venta, a los vendedores, al producto en el mercado, a la competencia, etc. Nosotros como agencia chica podemos decir que hacemos esto y lo tomamos como base de nuestro trabajo. No realizamos ninguna campaña de publicidad que no esté de alguna forma basada en el estudio específico del producto, del servicio o de lo que haya que posicionar.

No digo que esto otras agencias no lo hagan. Sí lo hacen, y muy bien, incluso con estructuras mejores que las nuestras, pero nosotros como estructura chica de agencia, creo que vemos a éste como un valor incorporado muy importante.

LA PLANIFICACION COMO GRAN CONCEPTO

—En momento de total fusión de empresas nacionales con agencias multinacionales ¿qué papel le to-



ca a una nueva agencia independiente?

—Creo que ésta es una forma diferente de ver las cosas. La tendencia en Sudamérica y Centroamérica es a ver como un valor muy importante el hecho de asociarse con una multinacional, porque de alguna forma esto aporta un know how y un management muy interesante.

Pero mi socia, por ejemplo, que viene de Alemania, es bastante reacia a la idea de asociarnos a una multinacional. La tendencia en Europa es que las agencias multinacionales ya están fusionadas, y quizás las que tienden a destacarse un poco por su estructura más simple y mayor facilidad a la hora de brindar un buen servicio, son las agencias más pequeñas. Reconozco que éste no es para nada el caso de Uruguay, en donde las multinacionales están muy bien instaladas y a las que de alguna forma responden sus clientes, en el sentido de que son totalmente fieles a sus agencias internacionales, respetando la afiliación de la agencia madre.

Pero no debemos dejar de lado el hecho de que fuera del mercado de las empresas que tienen contactos internacionales, el nuestro es un mercado en el que hay una gran cantidad de empresas de dimensiones medianas, que creo que son mayoría, y a las que indudablemente nosotros apuntamos. Con respecto a lo que puede ser el contacto internacional, nosotros tenemos una vinculación directa con toda Europa a través de



los contactos establecidos por intermedio de Susan y por algunos que yo tengo por el manejo anterior de cuentas internacionales.

—¿Cuáles han sido las incorporaciones más importantes en cuanto a cuentas?

—Por el momento una de las cosas más importantes ha sido el asumir la responsabilidad de manejar la campaña del primer aniversario de Portones de Carrasco Shopping, con todo lo que eso significa; es decir, un cliente grande que exige, que pide servicios constantes.

—¿Se trata de una campaña puntual para el primer aniversario?

—Siendo objetivos, la licitación en la cual participamos conjuntamente con tres prestigiosas agencias del medio, consistía, en primer lugar, en una presentación de credenciales como agencias y luego una campaña publicitaria o una estrategia vinculada como punto de inicio a lo que era el aniversario del primer año del Shopping. Después, desde allí establecer una acción publicitaria que de alguna forma asociara la marca a un concepto estratégico que cada una de las agencias presentó.

Nuestro contacto primario es pura y exclusivamente con la campaña del primer aniversario. Lo que pueda pasar en el futuro dependerá un poco del buen desempeño nuestro como agencia y de la buena voluntad del cliente. Creo que el gran convencimiento que pudo haber por nuestro trabajo, que ayudó incluso a superar la barrera de tratarse de una agencia nueva, fue la planificación presentada. Nosotros no presentamos una campaña para el primer aniversario de Portones, presentamos un plan estratégico que incluía una serie de acciones tendientes a crear una nueva imagen para el Shopping, a cambiar una imagen que es necesario cambiar. Hoy posiblemene la imagen de Portones sea la de un negocio bien instalado, bien decorado, llamativo, pero que tiene ciertas irregularidades. De allí que toda nuestra estrategia está basada en una nueva imagen, lo cual no implica sólo una campaña de televisión que dure veinte días, sino una serie de acciones que se desarrollaría en casi todo el '95, para después evaluar qué fue lo que pasó con toda esta campaña y así poder diseñar un segundo paso.

—¿Esto ya es un hecho?

—Relativamente, por-

que Portones no firmó un convenio de exclusividad con nosotros, no sería lógico que un cliente de este tipo hiciera algo así. Se trata de un tipo de cliente con muchas variantes en el mercado, por eso no se puede hablar de un contrato vitalicio con una agencia.

El cliente trabaja con una agencia mientras ésta le responda. En este caso debemos convencernos de que estamos manejando un aquí y ahora del cliente que es fundamental. Hay un concepto que nos ayuda mucho a definir estrategias de este tipo. Se trata de una frase de Goethe que dice: "No me pregunten lo que hago hoy sino lo que voy a hacer mañana". Creo que desde este punto de vista, esto define muy bien la idea de lo que es una estrategia.

—Por último ¿considerás que las cuentas pertenecen a la agencia o al director de cuentas?

—Ese es un viejo problema. Yo creo que hoy las cuentas las atiende un equipo de agente de las agencias. Esto entendido en forma simple y quizá bastante clásica, implica que estaría el ejecutivo de cuentas, después el asistente y de ahí se derivaría para los creativos. Pero creo que hoy en día esto es diferente.

Hoy tomando como arma fundamental lo que es una estrategia, el director de planificación estratégica no tiene por qué ser el director de la cuenta; y el director de medios no tiene por qué ser el director ejecutivo de cuentas; e incluso el director de arte hoy es un tipo que también está metido en planficación estratégica.

Yo diría que hoy es cuando mejor se puede aplicar este tipo de concepto que manejamos nosotros de mesa redonda.

Es decir, la cuenta en el centro de discusión de todos, y algo fundamental: en nuestro esquema, una persona que tiene que participar siempre de esta discusión es el cliente. O

Tras el éxito que tuvo el año pasado la Guía del Uruguay Satius, la propuesta de 1995 es la Guía de Montevideo del mismo grupo editorial. Se trata de una excelente versión español-inglés, con alta calidad en información, diagramado y servicios.

Guía de Montevideo Satius, una vidriera al mundo

Qué se precisa saber para recorrer Montevideo y conocerlo? ¿Cuáles son los puntos geográficos que realmente hacen a la ciudad? Para conocer la dinámica de nuestra capital, Satius ha editado la Guía de Montevideo. No se trata de un emprendimiento aislado, ya que el año pasado la misma empresa editó su Guía de atractivos y servicios turísticos del Uruguay. Esta publicación ganó por méritos propios el respeto y el reconocimiento del público y los operadores turísticos, convirtiéndose rápidamente en el trabajo más importante en su género de cuantos se intentaron hasta ahora. **ESTRATEGIA** dialogó con su redactor responsable, Dr. Jorge Irisity, y con Aura Bertone, autora de la excelente diagramación de la Guía. En este trabajo —con textos en español e inglés— se hace una referencia completa sobre la historia, el desarrollo, los encantos y los servicios que ofrece Montevideo. A diferencia de la Guía del Uruguay editada el pasado año, ésta presenta textos en ambos idiomas capítulo a capítulo, la otra novedad es la incorporación de planos por secciones, con los indicadores de dónde están los lugares de atracción turística, más la nueva nomenclatura de calles montevideanas.



Dr. Jorge Irisity y Aura Bertone.

Su índice general se encabeza con las rutas de ingreso a la capital. Sigue con la historia de la ciudad, las raíces migratorias, la descripción de la Ciudad-puerto. Dentro de los Rasgos Culturales, se habla de las artes, teatros, cines, la comida típica, restaurantes, canchas de padel, complejos deportivos.

El capítulo Ciudad Viva, Irisity lo describe "como todo aquello que se mueve: tradiciones, el carnaval, la semana criolla, la feria de Tristán Narvaja, además de un calendario de actividades donde se describen las ferias más importantes de nuestra ciudad, como la Rural del Prado, la Feria del Libro, etcétera, para seguir con una lista de sedes de convenciones, y museos".

Este último punto resultante imperdible, ya que Montevideo fue declarada este año la capital cultural de América Latina, actividades que también están agendadas.

No faltan los parques y barrios como verdadera descripción de la ciudad entera y en donde se intercalan los planos. En este capítulo no sólo se agrupan los servicios por zonas (hoteles, confiterías, centros nocturnos, shopping centers, galerías, ferias y supermercados), sino que se relata la historia y el origen del nombre de cada barriada montevideana. En el penúltimo capítulo, la Guía sugiere una serie de circuitos turísticos en nuestra ciudad, como el Montevideo histórico, los Poderes institucionales y su entorno, el paseo por la Rambla, una recorrida arquitectónica y religiosa, sin faltar los paseos cortos desde Montevideo a los departamentos limítrofes, con alternativas en la zona cercana al río Santa Lucía, o visitas a los tambos y estancias ecológicas, en un entorno de 150 quilómetros de la capital. La parte final de la Guía se refiere a informes de servicios generales tales como Embajadas y Consulados, teléfonos de utilidad, Organismos Públicos, agencias de viajes y Tours, termi-

nales aéreas, marítimas y terrestres, alquiler de autos, inmobiliarias, oficinas de Correos, Bancos, Templos, Hospitales, etcétera. La Guía de Montevideo es también una propuesta que ha sido muy bien recibida por los uruguayos que viven en el exterior, como la primera referencia totalmente completa de lo que es su ciudad. En ese marco, las embajadas uruguayas en el extranjero se han mostrado realmente interesadas en poseer ambas Guías Satius por su valor informativo para los turistas que desean visitar nuestro país, la calidad de impresión, la prolijidad de la diagramación, así como la calidad de la información, ha hecho que la Guía Satius sea reconocida y apoyada por las autoridades nacionales en el área de Turismo, como el aporte más completo que se ha diseñado hasta ahora para hacer conocer la imagen de Uruguay en el exterior.

La intención de este producto es apuntar al turismo organizado pues Irisity opina que "Uruguay no puede considerarse una plaza turística exclusiva porque está en un entorno regional donde también se destaca el turismo en Brasil, o la presencia de Buenos Aires como capital latinoamericana atractiva. Por eso nuestro país tiene que empezar a pretender entrar en los paquetes turísticos organizados en Estados Unidos o Europa, aunque sea reteniendo dos o tres días en el país a los visitantes que se mueven en un circuito mayor (Chile, Argentina, Brasil, etcétera)". La Guía Satius es un trabajo de equipo, el producto resultante de un grupo de personas con visión empresarial que apostaron a una necesidad de mercado y que culmina con Satius S.R.L. en Uruguay, y Satius S.A. en Argentina, con el mismo objetivo. Esta empresa en pleno crecimiento está preparando nuevas propuestas para un futuro inmediato, entre las que se destaca una Guía del Este, una Guía de los Vinos, y una Guía de la zona mesopotámica argentina y litoral uruguayo. Seguramente van a ser todas muy bienvenidas. O

ETCHELEAS

/2

9508772

CAMPO Social
Sector Gremial

UTHC

"En el Hospital de Clínicas existe un déficit cercano a los mil funcionarios"

El déficit de recursos en el Hospital de Clínicas es del orden de los mil funcionarios, "ya que actualmente somos 2.282 y son necesarios 3.205 trabajadores" señalaron a ULTIMAS NOTICIAS, Gabriela Seoane (Técnica Enfermera) y Horacio Pérez (Auxiliar de Servicio), en representación de la UTHC, la gremial que agrupa a los trabajadores del centro asistencial universitario.

Ambos se refirieron a la situación conflictiva, consignando que "se proseguirán con las movilizaciones, que incluyen paralizaciones para salir a la calle a informar sobre la problemática del mayor centro asistencial de país".

Al hacer referencia al presupuesto, nuestros entrevistados recordaron que "el informe de la comisión del hospital sobre el tema, consideró que se necesitan 211 millones de dólares para el próximo quinquenio, que representan aproximadamente 42 millones anuales".

Por eso hicieron hincapié en uno de los objetivos que se ha planteado el gremio, "como es el estrechamiento de vínculos con todos los actores de la salud, tanto a nivel público como privado, para impulsar una ley que garantice no sólo que la salud sea igual para toda la población, sino que efectivice definitivamente que a igual función debe existir una igual remuneración".



Gabriela Seoane y Horacio Pérez (UTHC): "estrechar vínculos con todos los sectores de la salud, tendientes a impulsar una ley que garantice a igual función, un salario similar".

U. Noticias 14/8/95

Clínicas
Al cierre de esta edición, continuaban reunidos los integrantes del Claustro con representantes

CORREGIDO
F 15/9/95
Inic.: SM

FECHA 15/08/95 INICIAL (GS)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

001/1

ULTIMAS NOTICIAS - 25/7/95

Deplora colectividad judía, el atentado de la víspera en Tel Aviv

La colectividad judía del Uruguay, ante el nuevo atentado perpetrado ayer en Tel Aviv, que ocasionara la muerte de siete personas e hiriera a más de 25, todos ellos civiles, declaró "su más enérgico repudio a los fanáticos e irracionales actos cometidos por parte de grupos terroristas que han reivindicado su autoría".

En nota firmada por el Cr. Israel Buszkaniec, Presidente del Comité Central Israelita del Uruguay, y Elías Saps, Presidente de la Organización Sionista del Uruguay, se expresa "nuestra solidaridad con las inocentes víctimas de este acto criminal que, una vez más, fueron el objetivo de aquellos que pregonando la muerte y la destrucción, intentan bloquear el tan ansiado camino de la paz que vienen transitando los pueblos de Medio Oriente".

1/1

Ministro Opertti fue reelecto en su cargo docente universitario



El Ministro del Interior Dr. Didier Opertti, reelecto en su condición de docente, grado 5 del Instituto de Derecho Internacional Privado.

El Ministro del Interior, Doctor Didier Opertti, fue reelecto por unanimidad como docente efectivo Grado 5 del Instituto de Derecho Internacional Privado.

La decisión fue adoptada por unanimidad por el Consejo Asesor del Instituto, que lo designó como docente de la materia por un período de cinco años. En la sesión correspondiente, se coincidió en la idoneidad y solvencia de Opertti.

El Doctor Landoni señaló "la notoria especialización" del postulante, el Escribano Gnazzo destacó la trayectoria y la labor permanente en la especialidad y el Doctor Cajarville expresó la destacada actuación científica y académica.

También coincidieron en la votación los Doctores Rippe y Ríos, el Bachiller Montesdeoca y el Escribano Cleffi.

Ultimas Noticias 25/7/95

Biográfico (Cama Militar)

Dir. Biog

1/1

1/1

Recordaron ayer con diversas actividades muerte de Líber Arce



La Juventud Comunista, recordó ayer en la explanada de la Universidad a Líber Arce, el joven estudiante muerto en 1968 tras un choque con la policía. Para mañana está previsto otro acto organizado por la Federación de Estudiantes Universitarios.

Unas cien personas participaron anoche, en la explanada de la Universidad de la República, del acto recordatorio de Líber Arce, el estudiante que falleció el 14 de agosto de 1968, como consecuencia de un balazo que recibió dos días antes durante una manifestación frente a la Facultad de Veterinaria.

El acto fue convocado por la Unión de Juventudes Comunistas, a la que estaba afiliado Arce, quien también militaba en la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay. El acto se realizó sin incidentes y el único orador fue Marcelo Sánchez, dirigente de la organización juvenil comunista.

"A nosotros nos sirve la paz, que el uruguayo reflexione, y nos preguntamos, ¿quién es el que provoca?", dijo. Agregó que: "Los mártires no buscaron la muerte, lucharon por lo que creían correcto".

Sánchez criticó duramente la reforma educativa que está proyectando el gobierno, a la que calificó de "elitista". "A los hijos de los trabajadores nos corta la posibilidad de estudiar", señaló.

"Contra este proyecto de país hay que pararse y luchar, hay que reflexionar y tomar partido", dijo el dirigente comunista.

Estudiantes de varios centros de estudio recordaron el aniversario con diversas actividades, que incluyeron faltas a clase, corte de tránsito, cobro de peaje y discusiones sobre la reforma educativa.

MAÑANA, MARCHA

Mañana se realizará una marcha en memoria de los "Mártires estudiantiles", organizada por la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay y la Coordinadora de Estudiantes de Secundaria.

A la hora 18 los manifestantes saldrán del Palacio Legislativo para recorrer avenida del Libertador y 18 de Julio hasta la explanada de la Universidad, donde habrá un acto.

Gerardo Alegressa fue designado presidente alterno en el INAVI

El empresario bodeguero Gerardo Alegressa asumió como nuevo Presidente alterno del Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI), mientras se indicó que el anterior titular del organismo, Pedro Passadore, presentará su renuncia en las próximas horas, en respuesta a una solicitud expresa del Poder Ejecutivo.

Fuentes vinculadas a Passadore indicaron que el motivo de la dimisión se fundamenta en argumentos de orden político, ya que en esta oportunidad «no hay terminación de los períodos establecidos».

Durante algunas horas, la designación de Alegressa generó una situación particular en la titularidad del organismo por la permanencia en el cargo de su antecesor, lo que quedará resuelto en el correr de esta jornada.

El nuevo Presidente de INAVI comenzó la preparación de las próximas actividades que tendrán como sede a Uruguay, con motivo de la reunión de organismos internacionales vinculados con la vitivinicultura.

EX NACIONALISTA FIGUEROA SERIA SECRETARIA DEL CCZ 18

La ex edila nacionalista y actual suplente de edil por el Encuentro Progresista (EP) Dorys Figueroa se convertiría en la secretaria ejecutiva del Centro Comunal Zonal 18, que cubre toda la zona oeste del Departamento.

INTEGRANTE DE LA LISTA 78

Figueroa fue electa en 1989 en representación del Movimiento Nacional de Rocha, al que abandonó en 1994, para convertirse en integrante del EP y formar parte de la lista 78, que presidía al senado el Vicepresidente de la coalición, el ex Intendente de Cerro Largo, Dr. Rodolfo Nin Novoa.

En la actualidad es suplente del edil Mortimer Valdez, que abandonó el PGP para unirse a la 78.

Ultimas Noticias 24/7/95 9508778

RESUMEN QUINCENAL DEL 26/AGO AL 12/SET

I.- CAMPO POLITICO

A.- GUBERNAMENTALES

- El 27/AGO, el Dr. Julio Ma. SANGUINETTI, acompañado por los líderes de los partidos políticos, menos el Frente Amplio que no aceptó la invitación cursada, inició una visita oficial a la República Argentina. En la oportunidad, se entrevistó con el Presidente argentino Carlos MENEM, así como con altas autoridades del vecino país para considerar temas de interés común entre los que se destacó la construcción del puente Colonia-Buenos Aires.

- Los delegados de los partidos representados en el Parlamento pusieron a consideración de sus respectivos órganos ejecutivos las bases para una reforma del sistema político. El documento firmado por el Dr. Américo RICALDONI (PC), Dr. Gonzalo AGUIRRE (PN), Dr. José KORZENIAK (EP/FA) y Dr. Héctor PEREZ PIERA (NE), contiene una reseña de temas que estuvieron en la consideración de los delegados, entre los que se destacan la derogación de la Ley de Lemas y el ballotage.-

- Las presidencias de los Entes serán ocupadas según se detalla: Wilson ELSO GOÑI (MNR) en OSE, Mario CARMINATTI (FB) en UTE, Ricardo LOMBARDO (FB) en ANTEL, Ruben DIAZ (C94) en ANP, Víctor VAILLANT (MRB) en AFE, Salomón NOACHAS (FB) en BHU y Eduardo ACHE (UCB) en ANCAP.-

B.- PARTIDO COLORADO

- El diputado del Foro Batllista, Félix DE CARLOS, actualmente ocupando la banca parlamentaria como primer suplente del diputado Ramón PEREIRA PABEN, fue denunciado de violar la Constitución de la República al ocupar ese cargo sin solicitar licencia como edil en el Departamento de FLORES. Esta denuncia fue realizada por el edil herrerista Hilario GARCIA y medios periodísticos han especulado con la posibilidad de que las leyes aprobadas durante el período por DE CARLOS puedan ser anuladas (Ley Cristal, Ley de Reforma de la Seguridad Social, etc...).

- El Comité Ejecutivo Departamental del Partido Colorado resolvió encomendar a una Comisión Especial que instrumente un proyecto que contemple reuniones en los barrios con el fin de dinamizar la relación entre la colectividad y los ciudadanos.

- El Senador Luis BREZZO (FB) realizó declaraciones rechazando las manifestaciones del Dr.VAZQUEZ (EP) quien desde

el departamento de Rivera aludió al gobierno como "corrupto" al cual considera como su "enemigo". El senador forista atribuyó dichos ataques a fines políticos no habiendo asimilado la derrota electoral agregando que carecía de autoridad moral para juzgar ya que durante la administración del ex-intendente capitalino impidió las investigaciones de "corrupción" que fueron denunciadas.

C.- PARTIDO NACIONAL

- El Instituto Manuel Oribe (IMO), organismo dependiente del Herrerismo, se instalará en todos los departamentos del país, y trabajará en la estructuración de propuestas alternativas a los problemas de cada uno de ellos.

- El Herrerismo lanzó el 27/AGO una contraofensiva y acusó al Partido Colorado y al Frente Amplio de pretender "sacar patentes de honestos" imputándolo de mal manejo de la función pública, cuando en sus administraciones se dieron "actos de corrupción (...) que todos sabemos".

- "Manos a la Obra" hará un cuestionamiento "ético y moral" respecto a la actuación de la delegación uruguaya en la CTM de Salto Grande y en particular del actual diputado Herrerista León MORELLI, aunque ese sector no acompañará el pase de los antecedentes a la Justicia por considerar que no hubo delito en las denuncias investigadas.

- El Herrerismo reclamará al gobierno que en el marco de la discusión parlamentaria del Presupuesto Nacional, se establezca el compromiso político de rebajar los actuales niveles del Impuesto en las Retribuciones Personales (IRP).

- Los dirigentes Ivan CORONEL (ex vicepresidente de AFE), Juan LORETO DA SILVA (ex suplente del ex-Intendente de Canelones José ANDUJAR) y Juan José PEREZ MEDINA, resolvieron el 30/AGO su alejamiento del sector "Manos a la Obra".

- El ex-candidato presidencial del Herrerismo, Dr. Juan Andrés RAMIREZ, no concurrió al Directorio del Partido Nacional y presentó el 11/SET su renuncia al cargo que ocupaba en el órgano nacionalista.

D.- NUEVO ESPACIO

- El 28/AGO un grupo de dirigentes del Nuevo Espacio, integrada por los Dres. Edgardo CARVALHO, Cecilia GONZALEZ y los diputados Felipe MICHELINI y Ricardo FALERO, realizaron una visita formal a la Corte Electoral para ajustar detalles y consultar reglamentos, en relación a la posibilidad de impulsar una recolección de firmas para plebiscitar la Reforma Constitucional.

- En cuanto a la recolección de firmas, el diputado Felipe MICHELINI manifestó que el Nuevo Espacio impulsará dicho referéndum en caso de no lograrse los acuerdos necesarios en un plazo de "mes o mes y medio", sin que éstos estuvieran definidos aún.

E.- ENCUENTRO PROGRESISTA

- El Presidente del Encuentro Progresista, Dr. Tabaré VAZQUEZ, restó trascendencia al debate sobre la interna del Frente Amplio, subrayando que "me preocupa mucho más en este momento que tiene la población uruguaya para pagar la olla".

- El Dr. Tabaré VAZQUEZ anunció que viajará el 17/SET, por invitación del gobierno italiano, a participar en los festejos de conmemoración de los 50 años de las Naciones Unidas. Allí participará en un Foro sobre "Moderanización y democratización de las Naciones Unidas", y en la "Marcha Mundial por la Paz" prevista para el 26 del corriente.-

- El líder encuentrista, Dr. Tabaré VAZQUEZ dijo que seguirá participando en los actos centrales del EP y del FA, no así en actos sectoriales, citando como ejemplo el reciente Congreso de la Lista 78 que lidera Rodolfo NIN NOVOA, donde no participó.-

- El 09/SET en la ciudad de RIVERA, el Presidente del EP. Dr. Tabaré VAZQUEZ valoró que el balance de lo que va de la administración de gobierno encabezada por el Dr. Julio Ma. SANGUINETTI "es fracamente muy malo". Criticó duramente al gobierno "blanqui-colorado" por su política económica y salarial y al "partido neoliberal y los serviles que están trabajando para llevar adelante esta concepción que destruye a la familia", usando como ejemplo la Ley de Reforma de la Seguridad Social. Luego de referirse al proyecto de Reforma Constitucional afirmó que el "ballotage" no será necesario en 1999, dado que el EP obtendrá más del 51% de los votos.

1.- <u>Frente Amplio</u>

- En una carta dirigida a la Mesa Política del Frente Amplio, Líber SEREGNI cuestionó severamente la estrategia y conducción de la coalición de izquierdas, dijo que perdió presencia e iniciativa, y remarcó su profundo descontento con las votaciones divididas de los legisladores frentistas en oportunidad de la aprobación de las principales leyes en el Parlamento. La "desobediencia" de las agrupaciones que convocaron a la marcha del Filtro, fue el detonante de la carta de SEREGNI, que se encuentra bajo licencia médica.

a.- **Partido Socialista**

- Con motivo de la realización de la reunión del Comité Nacional del Partido Socialista, se han presentado diversos documentos para el análisis de las bases socialistas, con distintas posiciones sobre la interna de esa organización política. Uno de estos documentos, que fue firmado por el Ing. Daniel MARTINEZ, está concebido con un fuerte tono crítico, cuestionando el método utilizado por el Partido Socialista para confeccionar las listas electorales, "donde los primeros puestos se van repitiendo elección tras elección".

- El diputado Guillermo ALVAREZ reveló que el Frente Amplio planteará la derogación del impuesto a las retribuciones personales y promoverá que se grave la renta personal.

- El Estado deberá pagar al Partido Socialista la suma U$ 121.300, como indemnización por no haber podido disponer de la Sede partidaria durante el período 27/JUN/73 hasta el 21/AGO/84. La sentencia, dictada por la Jueza de lo Contencioso de 2º Turno, Alicia CASTRO, incluyó también una suma de dinero a liquidarse por la pérdida de libros de una biblioteca de 7.000 volúmenes.

b.- **Asamblea Uruguay**

- El Consejo Político Nacional de Asamblea Uruguay hizo público un voto de confianza a SEREGNI y su apoyo a la propuesta de una discusión interna dentro del Frente Amplio de los problemas existentes así como el apoyo a los acuerdos y el respeto de los mismos.

- El diputado Leonardo NICOLINI, indicó que aquellos sectores que no acatan las resoluciones de la coalición tienen que considerarse fuera del Frente Amplio en referencia a la comparecencia del PCU, el MPP y UNIR, en el acto del pasado 24/AGO frente al Hospital Filtro.

c.- **Corriente Popular**

- Un documento emitido por su Secretariado Ejecutivo, la CP hace un llamado a la coalición a realizar una oposición al gobierno manteniéndose dentro del diálogo democrático y rechazando los intentos de canalizar el justo descontento popular hacia una cruzada antisistema, gobernada por la lógica de la confrontación.

2.- **Grupos no frentistas**

- El 02/AGO sesionó el Congreso de Montevideo de

la Lista 78, liderada por Rodolfo NIN NOVOA. El sector analizó los estatutos, el programa de principios y eligió a su Mesa Directiva Departamental. En la oportunidad se hizo presente el Arq. Mariano ARANA.

E.- INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO

- El Contador Enrique IGLESIAS, Presidente del BID, en declaraciones efectuadas en la Ciudad de Quito (Ecuador), afirmó que la IMM, recibirá un préstamo de U$S 140: para poder concretar la obra del Plan Saneamiento III, mientras que en nuestro país continúa la discusión entre el gobierno capitalino y el central respecto al aporte de este último a dicha obra.

- El Intendente de Montevideo, Arq. Mariano ARANA, y el Presidente de UTE Ruperto LONG, firmaron un convenio por el cual la IMM con su personal podrá renovar la redes de alumbrado público, fijándose también las bases sobre las que se coordinará el pasaje de las redes de alumbrado público a propiedad y mantenimiento de la IMM. La UTE en contraprestación a los trabajos realizados por la IMM, descontará de la suma total que mensualmente percibe por concepto de electricidad del alumbrado público.

- El directorio del Partido Nacional cuestionó el incremento de los tributos en el presupuesto quinquenal de la Comuna. Por su parte, el senador GANDINI, el diputado LARA, el edil Esteban JORDIN y Angel Ma. GIANOLA, también se hicieron eco de dicho cuestionamiento realizado por el directorio nacionalista.

F.- INTENDENCIAS DEL INTERIOR

- El 28/AGO el Secretario General de la Intendencia de Rivera, Carlos MIGORENA, afirmó que "no aparecen salidas" para la situación de los impuestos que permiten las mayores recaudaciones para las comunas del interior del país, al no encontrarse los sustitutos para la rebaja del impuesto a los semovientes y al impuesto a los vehículos gasoleros. Cabe consignar, que en base a esya situación acotó que "el Congreso de Intendentes poco a poco va perdiendo su razón de ser" ya que difícilmente llega a un consenso con respecto a un tema".

- El Intendente de Cerro largo, Villanueva SARAVIA, afirmó que está desconforme con el peso político que el PN le está otorgando a las intendencias del interior, cuestionando la actitud del Dr. Alberto VOLONTE, a quien censura por brindar su apoyo al gobierno gobierno de coalición, sin exigir como contrapartida un más apoyo a las comunas nacionalistas .

II.- CAMPO SICOSOCIAL

A.- SECTOR GREMIAL

1.- Central Obrera - PIT-CNT

- El empleo, la pérdida de fuentes de trabajo, el presupuesto y la Reforma del Estado, son los principales temas que preocupan en la actualidad al movimiento sindical.
En este sentido es que la Comisión de Empleo de la central sindical, convocó a la formación de un Movimiento en Defensa del Trabajo Pleno, que reúna trabajadores asalariados e independientes, pequeños y medianos empresarios, gobiernos departamentales y organizaciones no gubernamentales, lo que solicitará al gobierno la ampliación del seguro de paro a 8 meses (actualmente es de 6 meses).

- La Mesa Representativa convocó a todos los gremios a plegarse a un paro general parcial el 12/SET día en que se realizará la marcha de COFE. Esta jornada será a favor de un presupuesto justo, contra el desempleo, el impuesto a los sueldos, la ley de Seguridad Social y por el respeto a los derechos sindicales.

- Alicia PINTOS (ADEMU) concurrió en representación de la Central (como observadora), al Encuentro de Secretarios Sindicales del Cono Sur, organizada por la ORIT.

-Con la creación de una mesa provisoria conformada por el PIT-CNT y el Consejo Superior Empresarial(CSE), quedó instalada la sección uruguaya del Foro Consultivo Económico y Social del Mercosur (FCES). En representación de la central concurrió Alvaro PADRON.

2.- Sector Público

- Dentro de este sector encontramos varios gremios en conflicto motivados principalmente por reivindicaciones salariales a ser incluidos en la Ley de Presupuesto a estudio en el Parlamento.
Asimismo existen gremios movilizados por la posible pérdida de fuentes de trabajo como consecuencia de la Reforma del Estado proyectada.

3.- Sector Privado

- En este sector continúan las movilizaciones de diversos gremios primordialmente por la reducción de puestos de trabajo en diversos sectores, así como también por la firma de nuevos convenios salariales, atraso en el pago de salarios, falta de seguridad laboral, etc. (por ejemplo: FUS, FOEB, SUNCA, MIDU, LA REPUBLICA, etc..)

- La asamblea del SUNCA, aprobó un convenio salarial con vigencia por 20 meses, el cual establece aumentos por el 90% del IPC más dos correctivos. A su vez se firmará un acuerdo para aumentar la productividad.

B.- SECTOR EDUCACION

- El CODICEN solicitará en su presupuesto un incremento anual de 75 millones de dólares totalizando 415 millones de dólares para 1996. Según el presidente del CODICEN, Germán RAMA, se pretende llevar el presupuesto de la educación de un 1,9% del Producto Bruto Interno (PBI) al 2,4%, para elevar sueldos e invertir en formación docente, liceos, preescolares y aumentar las horas de clase.

- La Universidad de la República interpuso ante el Ministerio de Educación y Cultura el recurso administrativo impugnando el Decreto que regula la habilitación de universidades privadas. Este recurso no tiene efecto suspensivo y el gobierno dispone de 150 días para aceptarlo o rechazarlo. De mantenerse el decreto de referencia la Universidad estatal deberá apelar ante el Tribunal de lo Contencioso Administrativo, buscando su nulidad.

D.- DERECHOS HUMANOS

- Sobre el caso Simón RIQUELO, la Jueza de Familia Diver RIAL, no dió lugar a la demanda en la cual se solicitaba la nulidad de legitimación adoptiva. El abogado defensor de Sara MENDEZ, Dr. Gustavo PUIG no descartó la apelación del fallo.

E.- RURAL

- El 02/SET se realizó en el departamento de Treinta y Tres el "Primer Encuentro Regional del Grupo Beccaria 33" con la participación de aproximadamente 450 personas. En la oportunidad estuvo presente Rodolfo BECCARIA PESCE (Treinta y Tres) y Aramir SILVA (Pte. de la Sociedad Agraria de Joanicó) La lista de Asambleístas propusieron la elección de la Comisión un grupo de personas para ocupar cargos en la Directiva. Quedando la Mesa Directiva integrada por:
- Ricardo VIDIELLA (Presidente),
- Francisco.A.DENIS (Vicepresidente).

Este Grupo BECCARIA 33 se puede identificar como un Movimiento de Gente del Interior del País constituído por pequeños y medianos productores rurales que reclaman una política que atienda la problemática del sector.

F.- ABORTO

- El Presidente del Directorio del Partido Nacional,

Dr. Alberto VOLONTE marcó su oposición a la legalización del aborto, señalando que lo considera un tema absolutamente "inflexible", definiéndolo como de " principios". Si en un futuro el Partido de Gobierno le sugiriera opinión al respecto expresaría "nosotros separaríamos las aguas y para eso no hay coalición".

G.- IV CONFERENCIA INTERNACIONAL DE LA MUJER (CHINA)

-Concluyó el foro de las ONGs. sobre la mujer realizado en forma paralela al de la ONU (China). En el mismo participaron casi 30 mil representantes de todo el mundo. Entre las resoluciones del foro se encuentra la formación de un grupo coordinador de ONGs, denominado "Equipo", que definirá la estrategia a seguir y a difundir los logros alcanzados.

III.- <u>CAMPO ECONOMICO</u>

- El poder ejecutivo elevó al Parlamento el 31/AGO el proyecto de Ley de Presupuesto para el quinquenio 1995-1999, propuesto por el Ministro de Economía y Finanzas. El presupuesto prevee una meta de déficit para 1996 ligeramente inferior al 1,9 % del P.B.I., destacándose las inversiones en formación docente, apoyo al desarrollo forestal el impulso a la producción láctea y los planes de infraestructura municipal. En materia de salarios, contiene aumentos para los funcionarios de la Enseñanza Pública y el Ministerio de Defensa (10 %) y de la Policía (12 %).

- El Ajuste Fiscal comenzó a mostrar sus efectos en las finanzas del gobierno y las cuentas fiscales mejoraron sustancialmente en Julio, a pesar de que los gastos superan a los ingresos en U$S 5 millones en ese mes. El resultado negativo de Julio es U$S 48 millones más bajo que el registro en el mismo mes del año anterior. El déficit en 7 meses de 1995 llegó a U$S 164 millones.Eso se debió al fuerte desequilibrio del primer cuatrimestre.

- La inflación en agosto fue de 3.4 %, el guarismo más alto desde Abril último, acumulando un incrementó del 25,7 % en los primeros 8 meses y un 44,35 % en los últimos 8 meses.

- El desempleo en Montevideo aumentó en el trimestre Mayo - Julio el 10,9 % y alcanzó el mayor nivel desde el primer trimestre de 1992.

- Los salarios continuaron deteriorándose durante el mes de julio al caer 1,3 % respecto al mes anterior. Esta cifra determina una acumulación en los siete primeros meses del año en 3,6 % y en los últimos doce meses de 5,8 %.

- El valor de la Unidad Reajustable para el mes de Setiembre fue establecido en $ 101.07.

IV.- CAMPO MILITAR

A.- PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY (PCU).

- La Senadora Marina ARISMENDI manifestó que el General Liber SEREGNI se equivocó al considerar una falta de disciplina la concurrencia de sectores frenteamplistas a la marcha del 24/AGO. Al mismo tiempo minimizó las diferencias existentes en el F.A. diciendo que no hay enfrentamientos sino matices entre los grupos y que esto no impide que se logren encontrar caminos comunes.

B.- MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR.

- El legislador José MUJICA solicitó informes al Ministerio de Salud Pública sobre el destino de pacientes del Hospital St. Bois ante el anuncio de cierre del establecimiento que efectuó dicho ministerio.

- El Diputado José MUJICA manifestó que el F.A. estaba remiso en cuanto a iniciativas. Señaló que el F.A. tiene que gestar un programa de salida hacia afuera donde las "diferencias sectoriales que existen y seguirán existiendo, nos conformen como un cuerpo trabajando hacia los cometidos políticos". Criticó también la posición de Liber SEREGNI al apoyar la moción sustentada por el sector moderado del F.A. de no convocar a la marcha por los hechos del filtro de 24/AGO. Entiende que dada la figura de SEREGNI debería haberse abstenido de fijar posiciones, "a veces parece que SEREGNI flecha la cancha".

- El MPP emitió un comunicado expresando su rechazo a la Reforma Constitucional aprobada sobre Seguridad Social calificándolo como un nuevo "golpe neoliberal".

C.- UNIR.

1.- Movimiento 26 de Marzo.

- El dirigente Eduardo RUBIO afirmó que el F.A. debía estar en la calle junto a los gremios y a los estudiantes y no ser co-responsable de una política neoliberal.

D.- FUERZAS ARMADAS.

- El Departamento de Relaciones Públicas del Ejército negó la información publicada en prensa referente a que el sueldo de un Capitán era de U$1.000, aclarando que el mismo no

llega a U$700.

E.- HECHOS POLICIALES.

- La Dirección Nacional de Bomberos publicó la existencia de un plan llamado "Alfred" como respuesta rápida en caso de atentados como el de la A.M.I.A. por ejemplo. El plan comprende coordinaciones con otros Organismos del Estado. El mismo es coordinado y dirigido por el Inspector Gral. Walter YORDA.

- El Diputado de Asamblea Uruguay Carlos GAMOU solicitó al Ministro del Interior informes sobre las indagaciones practicadas por efectivos de la Policía de Canelones sobre los maestros habían adherido al paro del 29/AGO. El Ministro ordenó una investigación administrativa al respecto y manifestó que podría existir el "recabamiento de información de forma estadística".

- El Ministro del Interior Didier OPERTI manifestó que en el quinquenio se triplicará el presupuesto de su Ministerio.

010/10

SECRETO ORIGINAL

9508780

MEMORANDUM No. 950218 / Fecha : 12/SET/95

I: ASUNTO: CIUDADANO IRAQUI.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

Ampliando MEMORANDUM Nro.950214 se informa que el ciudadano de referencia se domicilia en la calle San Nicolas Nro.674 (Capital Federal - Republica Argentina) es soltero, de 41 años, y de profesión ingeniero.

El día [illegible] del corriente esta persona habría realizado una denuncia en la seccional 21 por el hurto de TRAVELLERS pero el día 07 a la 03.00 (hora en que fuera detenido) se le encontraron U$S 1900 en TRAVELLERS y una cimitarra.

Cabe destacar a su vez que el reseñado fué conducido por un oficial de la D.N.I.I. hasta Buquebus en donde fue embarcado con destino a Buenos Aires.

000003

Nº. DOCUMENTO 9508780
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULADOS 11847
Jack 507596
[illegible] 507466

vinculado al 9508966

SECRETO 9508780

1-1

SECRETO ORIGINAL 1/2

9508781

MEMORANDUM No. 950219 / Fecha : 12/SET/95

I: ASUNTO: REUNION DE LA COORDINADORA SISIFO.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

El día 09 del corriente se llevó a cabo una reunión de la coordinadora SISIFO en el Local del S.E.S. . La misma dió comienzo a las 19.00 horas con la asistencia de: José Ignacio CHAUVIN ALVEAR ("ECU") , "BETO", "IVON", y "MARCELO" (Profesor de Historia).

Entre lo que se informó por parte de "BETO", se supo que la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos , habría pedido la hora y el espacio que usa la Coordinadora para una actividad propia.

Entre los presentes se resolvió no concurrir mas a las reuniones de la Coordinadora por la falta de asistencia, por lo que practicamente quedaría disuelta la Coordinadora "SISIFO".

001/2

9508781

SECRETO

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(M.A.)

12.9.95
DEPTO I
950516

103/2

550878 1

9508782

SECRETO ORIGINAL 1/2

MEMORANDUM No. 950220 / Fecha : 12/SET/95

I: ASUNTO: REUNION DE LA BRIGADA MOLOTOV.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

El dia 10 del corriente a las 01.00 horas se llevó a cabo una reunión de la Brigada MOLOTOV.

La misma se llevó a cabo en el callejón de la Universidad.

Entre los presentes se encontraban: José Ignacio CHAUVIN ALVEAR ("ECU"), "CHRISTIAN" ("NAM"), "FERNANDA" ("ORITO"), y un "MELLIZO" del I.A.V.A.

Luego de comentar la situación ocurrida en la Coordinadora, se dirigieron a la casa de "FERNANDA", pudiéndose notar que "CHRISTIAN" tiene llave del domicilio de ésta.

Se pudo saber que posiblemente "ECU" y "CHRISTIAN" concurrirán a Maldonado a ayudar en la organización de los liceales y que el I.A.V.A. solventará los gastos de los delegados de Maldonado cuando concurran al Encuentro Nacional organizado por la Coordinadora de Estudiantes.

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(M.A.)

12.09.95
DEPTO I.
950515

9508782

SECRET ORIGINAL 1/2

MEMORANDUM No. 950222 Fecha : 12/SET/95

I: ASUNTO: REUNION DE LA COORDINADORA DE ESTUDIANTES.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

El día 09 del corriente se realizó una reunión de la Coordinadora de Estudiantes. La misma se llevó a cabo en el Local de A.F.U.T.U. destacándose que desde las 20.30 horas ya habia unas 10 personas en la puerta del local,entre ellas: estaban: José Ignacio CHAUVIN ALVEAR ("ECU"), y Natalia MALEK esperando que llegara un tal "CHIROLA" que tenia la llave del local y llegó a las 21.30 horas.

Sobre las 22.00 horas serían unas 30 personas,"pasándose lista de los Liceos presentes, a saber: 17, 19, 26, 30, I.A.V.A. y el I.E.C. ; luego de lo cual cada liceo hace un informe de su situación destacándose que el día 30/SET se hará un "toque" en el Liceo 26 (muestra de Arte y Música) para juntar fondos, que también se hará luego en otros Liceos.

Se hizo un informe general de la situación del interior, resaltando que en Paysandú los menores de edad no pueden circular por la ciudad despues de las 12.00 horas de la noche,existiendo en Salto una situación parecida. En Maldonado no dejan hacer una organización por ser esa una ciudad turística. En Tacuarembó quieren organizarse y concurrirán a alguna asamblea.

Es por ese motivo que se habló de realizar un Encuentro Nacional poniendo como fecha tentativa el 14 de noviembre.

El día 7 de octubre posiblemente en el local de O.S.E. se dará una charla sobre la situación de la Enseñanza y de los profesores, a la que serán invitadas personalidades politicas y entre otros Andres OLIVETTI GRAGUER.

Sobre las 23.00 horas llegaron unos 5 N.N.M. de la U.J.C. suscitándose un problema con un integrante de la Coordinadora, en el que salieron a relucir armas blancas de ambas partes, no pudiendose establecer la gravedad de los hechos, ya que la mayoria de la gente se retiro presurosa del lugar.

SECRET

9508783

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(M.A.)

12-09-95
DPTO.I.
950516

9508783

00 /2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
Fecha 15 SET. 1995
Pase a ... Hélder Sices
Nº. de ... 9508785

P. 223

Montevideo, Martes 12 Setiembre 1995

##

II-

ASUNTOS PENDIENTES

A) PIT-CNT (18 de Julio 2190) HOY, PARO GENERAL PARC entre las 13 y 17 Hs. con CONCENTRACION en Obelisco posterior MARCHA hasta Plaza Fabini y de ahí hasta Parlamento realizándose acto a la hora 16.00'.

B) CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS ... TADO -C.O.F.E.- (18 de Julio 962 esc.201) HOY Marcha Nacional denominada "LUCHA CONTRA EL PARLAMENTO" concentrándose en el Obelisco.

C) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE- (D.F.Crespo 2256) HOY, participan de la Jornada y Marcha convocada por la Central Obrera y COFE.

D) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) HOY se adhieren al PARO convocado por COFE y el PIT/CNT concurriendo a la hora 13.00' al Obelisco con túnicas. Cabe agregar, que realizan además un PARO de 24 horas. 14-SETIEMBRE hora 18.00' Asamblea en el Palacio Sud América.

E) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL MTOP continúan con Paros Parciales de media hora por turno adhiriéndose a las movilizaciones del día de la fecha.

F) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B. -(Abayubá 2832) El gremio continúa con las medidas de lucha en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

Doc. poco legible

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) HOY se adhieren a la Jornada convocada por el PIT-CNT y COFE. Para mañana, paran Juzgados de Menores, de Familia e Instituto Técnico Forense y en los Departamentos de Cerro Largo, Maldonado, Flores, Lavalleja, Rocha y Treinta y Tres.

H) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) HOY, adhieren a las movilizaciones convocada por la Central Obrera realizando Paros Parciales en solidaridad con los obreros de la Empresa PINTOS RISSO. En otro órden, continúan OCUPADAS desde el pasado 16-Julio las obras de la mencionada Empresa ubicadas en Rbla. República del Perú 1519 y 152?.

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F. MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Se mantiene OCUPACION por despidos e incumplimiento en el pago de salarios.- HOY, Asamblea 10.30'.

001/3

9508785

J) DIARIO "LA REPUBLICA" (Afiliados al S.A.G. -Sindicato de Artes Gráficas). 14-SETIEMBRE hora 16.00' reunión en el MTSS esperando que alguien de la Empresa se presente y -defina la situación. Igualmente, representantes de los -trabajores, se reunirán con la Central Obrera, Asociación de la Prensa del Uruguay y el Sindicato de Artes -Gráficas.

K) UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE -U.N.O.T.T.- (Av.L.A. de Herrera 3972) HOY realizan PARO previéndose la última salida 11.55' reintegrándose a la hora 17.00', adhiriéndose a la marcha convocada por el -PIT-CNT y COFE.-

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el pasado 6-SETIEMBRE comenzaron un Paro Activo hasta tanto no sea aprobado por el Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro.

##

II)- INFORMACION GREMIAL

UNION AUTONOMA DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL GAS -U.A.O.E.GAS- (25 de Mayo 702) En el día de ayer, próximo a la hora 11.00' -se congregaron unas 50 personas de dicho gremio frente a la Representación Diplomática de la República Francesa en el Uruguay (Av.Uruguay 853) los que portaban un Pabellón Nacional, una bandera del PIT-CNT y otra bandera del Sindicato del GAS. En el -lugar permanecieron unos 20' en forma pacífica para posteriormente dispersarse.-

##

III)- INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA DIRECCION GENERAL IMPOSITIVA
Se pudo establecer, que dicha Asociación envió a distintos Legisladores un Memorandum Explicativo donde consta las principales reivindicaciones, así como la modificación de varios artículos del Proyecto de Ley de Presupuesto quinquenal. Dicha reivindicaciones expresan: -Aumento de la compensación máximo legal al grado -del 60% al 100 % de la actual Tabla de Sueldos, -Incorporación a los rubros del sueldo del 100% del Fondo de -participación, que se percibe actualmente en forma mensual como anticipo del mismo. -Fijar un nuevo Fondo de Participación que no excederá el 100% de la dotación presupuestal anual de la Oficina. -Incluir en el articulado de la Ley Presupuestal correcciones que enmienden errores u omisiones cometidos en la reestructura escalafonaria de 1984 y -Promover las gestiones necesarias para reinstaurar en la D.G.I. la Carrera Administrativa, -eliminando el actual régimen de encargaturas.

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE RIVERA -MOVILIZACIONES-

De acuerdo a manifestaciones de integrante del Sindicato de la Empresa de Transporte local BOREAL, se toma conocimiento - que el conflicto que llevan adelante es en demanda a mejoras - salariales, así como la poca voluntad de la patronal que no esta abierta al diálogo. Cabe significar, que se ha tomado como "persecusión sindical" el hecho de que en las listas habilitadas para trabajar el día 11-Setiembre p.pdo. no estuvieran los empleados que se adhirieron al Paro del pasado viernes, habilitando la Empresa a choferes ajenos a la misma. Al respecto se estudia futuras medidas de lucha. Se ampliará.

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU -MOVILIZACIONES EN LA SALUD-

La Asociación Médica Departamental se encuentra en pre-conflicto en virtud de que el actual Director del Hospital Escuela del Litoral Dr. FILITOV desde que asumió su cargo ha tomado una serie de medidas perjudicando distintos servicios, disponiendo además que la Asociación Médica abandone su local del - mencionado Centro Asistencial, como también la restitución de la Sra. CHAMELING -Dra. Especialista en Hemoterapia- quien - fuera dejada cesante en su cargo. En virtud de ello, el pasado 8-Setiembre, la Asamblea de Médicos resolvió entre otros - puntos: -Permanecer en el local gremial.... -Declarárse en sesión permanente -Solicitar una entrevista con el Ministro de - Salud Pública.... -Informar a la Federación del Interior de la situación planteada.- Se ampliará

BIOGRAFICO

##

V)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO -Constancia-

FECHA: 11-Setiembre-995, Hora 04.30'
LUGAR: DISCO-PUB -Juan J.Jackson e Isla de Flores.
TEXTO: Através de Seccional 5ta. de Policía, se ha tomado conocimiento, que en el mencionado lugar se recibió una llamada telefónica por parte de una voz indefinida - dando cuenta que allí se había colocado una bomba. Al lugar, concurre personal Policial y de la D.N.Bomberos inspeccionando el lugar con resultados negativos.

003/3

9508785

M.D.N. GRAL.
Monte 13 de Set. de 1995.
Nr. Comp. 9508785. Salida 13.9.95
Para. SDI
ACCION A TOMAR: Asus. EFECTOS.
Prioridad:
Observaciones:

PENCO, PROSECRETARIO DEL CONGRESO

El Dr. Wilfredo Penco, que fuera Director de Cultura, Prosecretario General y Secretario General de la Intendencia Municipal de Montevideo durante la gestión de los doctores Tabaré Vázquez (febrero de 1990 a julio de 1994) y Tabaré González (julio de 1994 a febrero último), se constituirá en el tercer Prosecretario del Congreso Nacional de Intendentes Municipales, representando al Encuentro Progresista (EP), tercer lema con representación en el cuerpo.

El nombramiento de un prosecretario frenteamplista fue reclamado por el ex Intendente Vázquez en repetidas ocasiones, pero el tema quedó para su dilucidación en el presente período.

En la reunión del Congreso realizada en Salto en el correr de junio se resolvió que la Comisión de Legislación entendiera en el tema, para lo cual el Intendente Arana pidió un plazo máximo de 15 días.

Últimas Noticias 19/7/95

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESMAPE - SECCION NARCOTRAFICO

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUBDIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto remito a usted el Sumario de Información Narcotráfico, período 01JUL95 al 31JUL95, a los efectos - que estime pertinentes.

Saluda a usted atentamente

El Jefe de la Sección Narcotráfico

C/N(CG) Juan Herrera

al DI

9508790

1/4

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACIÓN DE DEFENSA
ESMAPE - SECCION NARCOTRAFICO
MONTEVIDEO, 12 DE SETIEMBRE DE 1995.-

COPIA Nº 16

SUMARIO DE INFORMACIÓN

Período: Del 01JUL95 al 31JUL95

TEMARIO

I.- AMERICA DEL SUR
- A.- BRASIL
- B.- PERÚ

R E S E R V A D O

9508790

9508790

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

- Autoridades y especialistas han registrado que en los últimos tiempos ha aumentado considerablemente el consumo de crack en el Estado de SAN PABLO, considerando que el 40% de los asesinatos están relacionados con la droga, así como también el 56% de las matanzas ocurridas en el correr de este año.

Al respecto comenzó a funcionar en el Estado, la 4º Delegación de Combate al Crack, la que fue creada por el Gobernador MARIO COVAS.

Cabe destacar, que un estudio ordenado por el Departamento Estatal de Narcóticos(DENARC) con base en 5.000 puntos de venta ya identificados en la capital, señala que el número de consumidores de crack se encuentra entre las 120 y 150 mil personas, e indica que la zona más afectada es la región central.

Asimismo, el Gobernador COVAS firmará un decreto reglamentando en todo el estado la venta de productos utilizados en la composición del crack, como el bicarbonato de sodio, ácido sulfúrico y permanganato de potasio. El reglamento establece que en un plazo de 60 días los comercios deberán adoptar las nuevas reglas, sino de lo contrario corren el riesgo de ser cerrados. La medida abarcará a farmacias, panaderías y supermercados.

- El Gobierno de RIO GRANDE DEL SUR y el Ministerio de Justicia firmaron un convenio en PORTO ALEGRE que permitirá al Estado asumir la búsqueda y la guardia de bienes incautados a traficantes de drogas, los que serán destinados a remate. El Gobierno Estatal recibirá el 20% del total del líquido de los bienes rematados, lo que será aplicado a la prevención y represión del abuso de las drogas dentro del Estado.

B.- PERÚ

- La Policía peruana descubrió la estrecha relación

9509790

existente entre SENDERO LUMINOSO y el Cartel de Cali, tras producirse la captura de 19 narcoterroristas por parte de las fuerzas militares del Frente Huallaga, luego de un enfrentamiento ocurrido en el Dpto. de Huanuco.
Fuentes policiales señalaron que los detenidos operaban bajo el control del mencionado Cartel; entre los mismos figura el primo del narcotraficante DEMETRIO CHAVEZ PEÑAHERRERA, quien actualmente está condenado a 30 años de cárcel por la Justicia militar del PERÚ.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACIÓN DE DEFENSA
ESMAPE - SECCION NARCOTRAFICO
MONTEVIDEO. 12 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SUMARIO DE INFORMACIÓN
Período: Del 01JUL95 al 31JUL95

TEMARIO

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

- Autoridades y especialistas han registrado que en los últimos tiempos ha aumentado considerablemente el consumo de crack en el Estado de SAN PABLO, considerando que el 40% de los asesinatos están relacionados con la droga, así como también el 56% de las matanzas ocurridas en el correr de este año.
Al respecto comenzó a funcionar en el Estado, la 4º Delegación de Combate al Crack, la que fue creada por el Gobernador MARIO COVAS.
Cabe destacar, que un estudio ordenado por el Departamento Estatal de Narcóticos(DENARC) con base en 5.000 puntos de venta ya identificados en la capital, señala que el número de consumidores de crack se encuentra entre las 120 y 150 mil personas, e indica que la zona más afectada es la región central.
Asimismo, el Gobernador COVAS firmará un decreto reglamentando en todo el estado la venta de productos utilizados en la composición del crack, como el bicarbonato de sodio, ácido sulfúrico y permanganato de potasio. El reglamento establece que en un plazo de 60 días los comercios deberán adoptar las nuevas reglas, sino de lo contrario corren el riesgo de ser cerrados. La medida abarcará a farmacias, panaderías y supermercados.

- El Gobierno de RIO GRANDE DEL SUR y el Ministerio de Justicia firmaron un convenio en PORTO ALEGRE que permitirá al Estado asumir la búsqueda y la guardia de bienes incautados a traficantes de drogas, los que serán destinados a remate. El Gobierno Estatal recibirá el 20% del total del líquido de los bienes rematados, lo que será aplicado a la prevención y represión del abuso de las drogas dentro del Estado.

B.- PERÚ

- La Policía peruana descubrió la estrecha relación

existente entre SENDERO LUMINOSO y el Cartel de Cali. tras producirse la captura de 19 narcoterroristas por parte de las fuerzas militares del Frente Huallaga. luego de un enfrentamiento ocurrido en el Dpto. de Huanuco.
Fuentes policiales señalaron que los detenidos operaban bajo el control del mencionado Cartel: entre los mismos figura el primo del narcotraficante DEMETRIO CHAVEZ PEÑAHERRERA. quien actualmente está condenado a 30 años de cárcel por la Justicia militar del PERÚ.

COPIA No. 01/01

1/14

9508797

01 01
01 01

000002

000002

000002

Poco legible

SECRETO
001/14

9508797

ESTA ES LA "EFICIENCIA" EMPRESARIAL DE LUCIO CACERES EN EL M.T.O.P.

En los últimos 90 días 700 trabajadores perdieron sus puestos de trabajo
Pretende pasar a manos privadas los principales servicios de este ministerio (Obras Sociales, Mantenimiento de Rutas, Controles, Peajes, etc.)
Digita los "Pases en Comisión" para evitar que sus amigos o correligionarios corran la "suerte" del resto de los funcionarios, ej. el Sr. Justo Pozzolo (hermano del senador colorado) contratado como 1/2 ofial albañil, fue transferido a otra Dirección para salvarlo del Seguro de Paro.
Pretende rebajar nuestras compensaciones en un 18% para "equilibrar" el presupuesto.

002

CONTRA TODO ESTO LUCHAMOS
QUE LA CRISIS LA PAGUEN
QUIENES LA GENERARON

9508797

FOEMTOP - COFE - PIT - CNT

LUCIO CACERES
Ministro de los Empresarios
NO "CANTA LA JUSTA"
sobre la "crisis" en el M.T.O.P.

Trabajadores del M.T.O.P.
en lucha por estabilidad laboral
y en rechazo
a la anunciada rebaja salarial!

FOEMTOP - COFE - PIT - CNT

JUDICIALES EN LUCHA POR UN PRESUPUESTO JUSTO

- ✓ Que termine con la miseria de recursos que hacen del Poder Judicial un poder de segunda categoría.

- ✓ Que termine con los salarios de hambre de quienes hacen posible que funcione el servicio de justicia.

A.F.J.U.
C.O.F.E.
PIT- CNT

**LA SUPREMA CORTE DE JUSTICIA
Y EL PODER POLÍTICO
TIENEN LA RESPONSABILIDAD DE
DEFINIR QUÉ JUSTICIA TENDRÁ
DE AQUÍ EN MÁS EL PAÍS.**

- ✓ Por un Mensaje Complementario de la Suprema Corte de Justicia que contemple las verdaderas necesidades del Poder Judicial.

- ✓ Por la voluntad política del Parlamento Nacional que consagre un Poder Judicial digno e independiente.

AFJU - COFE - PIT - CNT

LUCIO CACERES
Ministro de los Empresarios
NO "CANTA LA JUSTA"
sobre la "crisis" en el M.T.O.P.

Trabajadores del M.T.O.P.
en lucha por estabilidad laboral
y en rechazo
a la anunciada rebaja salarial

FOEMTOP - COFE - PIT - CNT

LA REFORMA DE RAMA

NOS VA A DEJAR COLGADOS

Parece que no saben sumar. Nos dicen que un maestro ganará 3.000 pesos, pero la verdad es que para un docente que se inicia serán 1.906.

SE VA POR LAS RAMAS

Educar no es amontonar alumnos en un salón.
Sin docentes, sin salones, sin recursos...
¿qué reforma la reforma?

NACIO MAL DE RAIZ

Porque no se puede hacer una reforma en serio sin la participación de los docentes. Otro CODICEN que desarma, arma, y otra vez, ni nos consultaron.

...ue propone el ...
es todavía peo[illegible]


"Más preescolares, más horas de clases, mejores salarios, bla, bla, bla..."
Liceo y UTU
CSEU
PIT-CNT

ACTO

por la Seguridad Social

con la Gente

por el Frente

Palacio Sudamérica

VIERNES 15

20 HORAS

HELIOS SARTHOU - EDUARDO RUBIO

IFI - MPP - 20 DE MAYO - UNIR

FRENTE AMPLIO

009

Contra la ley liquidadora de nuestra Seguridad Social recientemente aprobada por el Parlamento, debemos recurrir a todos los medios.

Por ello, con la gente, por los jubilados de hoy y los de mañana es que impulsaremos todas las iniciativas que han sido planteadas para dejar sin efecto las normas dedicha ley. Y, en todos los planos seguiremos enfrentando el proyecto de país neoliberal que nos están imponiendo y que deja día a día a miles de trabajadores en la calle.

Para luchar por Trabajo y por una Seguridad Social solidaria invitamos a ustedes a participar en el **acto** que realizaremos **el viernes 15 de setiembre a las 20:00 en el Palacio Sudamérica.**

POR LA SEGURIDAD SOCIAL
CON LAGENTE
POR EL FRENTE

010

Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado

PIT - CNT

LOS TRABAJADORES DE LA ADMINISTRACION CENTRAL Y DEL ART. 220 DE LA CONSTITUCION, QUEREMOS HACER SABER A LA POBLACION, QUE ESTAMOS ABOCADOS A NIVEL PROGRAMATICO EN DEFENSA DE LAS FUNCIONES DEL ESTADO, SOBRE LOS LINEAMIENTOS DE QUE ESTE SEA EFICIENTE, HONESTO Y SOLIDARIO.-

ES UN GRAN DESAFIO, YA QUE EN UN CORTO LAPSO DE TIEMPO, ES DIFICIL REVERTIR LA POLITICA ANTIPOPULAR DEL GOBIERNO DE COALICION, BLANQUI - COLORADO.- SABEMOS QUE NO LE IMPORTAN LAS DECISIONES DE LA CIUDADANIA, UN EJEMPLO DE ESTO, LA RECIENTE APROBACION DE LA LEY CON RESPECTO A NUESTRA SEGURIDAD SOCIAL.- AHORA PRETENDE INSTITUCIONALIZAR EL DESMANTELAMIENTO DEL ESTADO EN ESTA PROXIMA LEY DEL PRESUPUESTO QUINQUENAL.-

HOY LOS TRABAJADORES SINDICALIZADOS EN C.O.F.E., QUEREMOS QUE LA POBLACION, CONJUNTAMENTE CON NOSOTROS, SE UNA EN UN GRAN MOVIMIENTO CIVICO EN DEFENSA DE UN ESTADO AL SERVICIO DEL PUEBLO.-

INVITAMOS A PARTICIPAR DE LA GRAN MARCHA NACIONAL, A REALIZARSE
EL 12 DE SETIEMBRE A LAS 13 Hs.
DESDE EL OBELISCO HASTA EL PALACIO, CON UN ACTO CENTRAL A LAS 16 Hs.-

¿SABIA USTED QUE:?

011

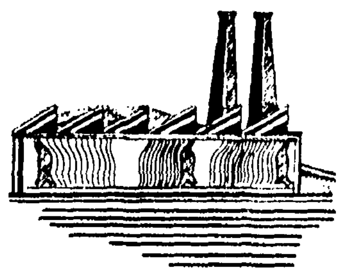
9508/97

* La Contaduría General de la Nación realiza control de inventario y garantía de alquileres para todos los funcionarios públicos.-



* El Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca es responsable:

De promover y controlar la salud animal y vegetal y la calidad higiénico sanitaria de los alimentos de origen animal y vegetal que Ud. consume.-

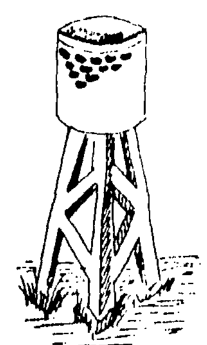


De promover el crecimiento de las exportaciones agropecuarias y la diversificación del sector velando por el uso sustentable de los recursos naturales .-

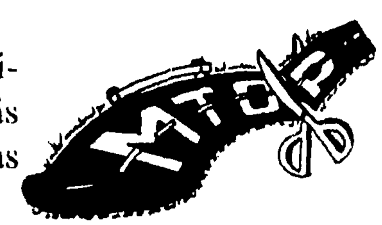
De difundir tecnología agropecuaria adecuada a la realidad del País.-

* El Ministerio de Industria y Energía realiza búsqueda y perforaciones de agua para escuelas rurales, hospitales, etc. en forma gratuita.-

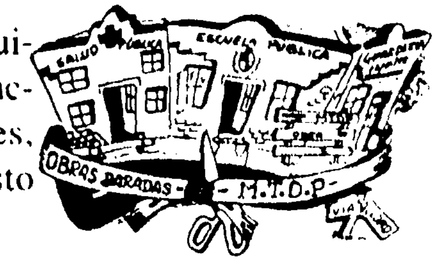
Realiza todos los controles de calderas, de hospitales, sanatorios, edificios públicos y fábricas, etc..-



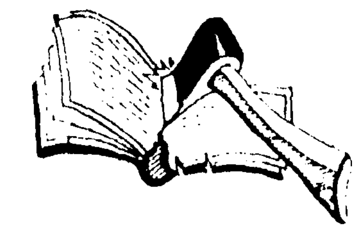
* El Ministerio de Transporte y Obras Públicas en su Dirección de Vialidad es la empresa más grande en construcción y mantenimiento de rutas nacionales y caminería rural.-



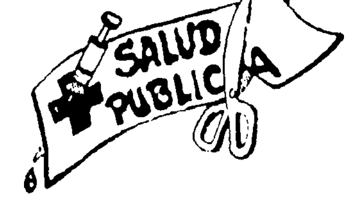
Además dentro de la Dirección de Arquitectura Obras se realiza mantenimiento y construcción de escuelas públicas, liceos, hospitales, policlínicas, locales del INAME,etc., todo esto como una función del estado sin fines de lucro.-



* La Biblioteca Nacional es la mayor sala de lectura y archivo del País a la que se puede acceder gratuitamente.-



* El Ministerio de Salud Pública elimina unidades ejecutoras (centros de atención como policlínicas, centro de vacunaciones y servicios especializados), además se cierra el Hospital Saint Bois (centro neumológico más importante del País).-



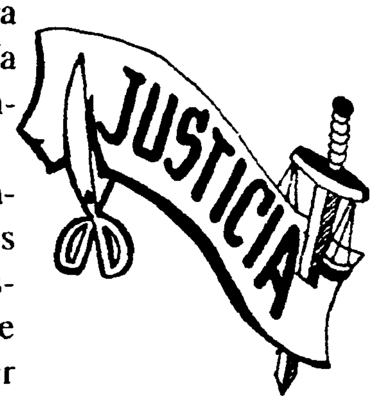
* La Dirección de Subsistencias y Defensa del Consumidor realiza venta de artículos de primera necesidad ayudando a la población de dos maneras: prestando un servicio de abastecimiento y regulando precios .-



* La Comisión para la Lucha Antituberculosa realiza diagnóstico, tratamiento y control de dicha enfermedad.- Vacunación de niños y adultos en todo el País.- Todo esto realizado en forma gratuita.-

* Para que la Justicia sea igual para todos y exista realmente, el Poder Judicial debería tener un presupuesto acorde a la función que cumple.-

Que algunos sectores políticos, preocupados por la falta de recursos humanos y materiales para atender los casos de corrupción, ofrecen prestar funcionarios del Poder Legislativo en vez de otorgarle las partidas presupuestales para atender todas sus funciones.-



SABIA UD. que de llevarse a cabo las pautas de achicamiento del Estado en el próximo Presupuesto, por el gobierno de coalición blanqui-colorado, los servicios que mencionamos serán suprimidos .

Esto significa un ataque a los servicios que brinda el Estado a la población, en especial a los sectores más carenciados del país.

POR ESO LOS TRABAJADORES AGREMIADOS EN C.O.F.E. LUCHAMOS POR UN ESTADO EFICIENTE, HONESTO Y SOLIDARIO.

SECRETO

COPIA No. 01/01

9508798

Hoja 01 de01

Copia01/de01

Montevideo, 13 de Setiembre de 1995.-

M E M O R A N D U M Nro.950224....../BUS.-

I.- ASUNTO: "Publicación LA PULGA".-

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O:

Se adjunta al presente Memorandum el ejemplar Nro. 52 de "LA PULGA".-

00002

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sub.Director Interior
Archivo Departamento III

Copia 1 - Jefe Departamento I

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha: 13 SET. 1995
Pase a: Criz. Cril.
No. de Orden 9508798

001/5

SECRETO



QUIEN MATO A FERNANDO MORRONI

La Pulga

12-13 DE SETIEMBRE DE 1995 Nº 52

¡¡No va más!!

Martes, 14 horas

Al Obelisco

PIT-CNT

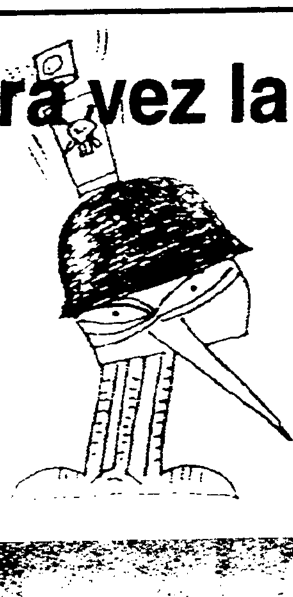
Viernes, 20 horas

Palacio Sudamérica

IFI, UNIR, 20 de mayo, MPP

Frente Amplio

Otra vez la Seccional 15



Denuncia de robo y apaleamiento

Marítimas

Carta abierta de obreros de Astra

Puerto: mano de obra barata del extranjero

SIGUE ... PAG 44

Movilizarse

Esta semana nos plantea dos desafíos: la gran manifestación convocada por el PIT-CNT para el martes en el Obelisco, con marcha posterior hacia el Parlamento por una plataforma que La Pulga vota con las dos manos:

Por empleo para todos, contra la Ley de Seguridad Social, por un presupuesto digno, por la derogación del Impuesto a los Salarios y por el pleno respeto a los derechos sindicales.

El viernes siguiente a las 20 en el Palacio Sudamérica el Sublema Por el Frente nos está convocando a un [illegible] que hablarán Helios Sarthou y Eduardo Rubio sobre varios temas, entre ellos, la lucha por la derogación de la Ley, recientemente aprobada en el Parlamento, sobre Seguridad Social.

En el caso de la primera, la del PIT-CNT, todos sabemos que viene preparada por la resistencia que, como es lógico, se aprestan a dar vastos sectores populares afectados por el pacto blanqui-colorado.

En el caso de la otra -la del Palacio Sudamérica-, coincidente con la primera, es muy bueno comprobar que los sublemas del Frente Amplio, demuestren con hechos que no fueron simples acuerdos electorales para la ingeniería de votos sino algo más profundo, con continuidad y movilización concretas en cada batalla que le interese al pueblo.

Ese conjunto de fuerzas frenteamplistas (IFI, UNIR, 20 de Mayo y MPP) que ayer concurrieron juntas a la contienda electoral, hoy nos están convocando a todos, para una pelea común que va más allá de lo meramente electoral.

Son dos citas de honor.

ASTRA: Entre la dignidad y la desesperación

Carta abierta a los políticos uruguayos

Al día de la fecha, hace exactamente 21 meses y 12 días que la empresa pesquera ASTRA cerró sus puertas dejando en la calle a casi un millar de trabajadores rochenses y liquidando la principal fuente de trabajo del departamento. 21 meses en los que (salvo las promesas preelectorales) ha reinado el silencio en torno de ese drama social que afecta a más familias que las empleadas en ASTRA, ya que torno suyo giraba buena parte del comercio, los servicios y la entera sociabilidad del departamento. Como única respuesta del sistema político se está estudiando la posibilidad de habilitar una prórroga de dos meses para un escuálido seguro de paro que en ningún momento abarcó con sus beneficios a todos los trabajadores.

La presente carta -suscrita por los trabajadores de **ASTRA** y por sus gremiales- es la prueba más fehaciente del estado de desesperación y de escepticismo hacia el sistema político, que ha ganado el ánimo de esos orientales abandonados a su suerte.

Rocha, 24 de agosto de 1995

Sres. de las fuerzas políticas, nacionales y departamentales
Presentes
De nuestra consideración:

Hoy, 24 de agosto de 1995, los trabajadores de la ex-empresa Astra, llevamos 20 meses y 24 días sin trabajo.

¿No les parece demasiado tiempo, para más de 800 familias que no contamos con otros medios para parar la olla?.

¿Qué pasa señores políticos, que hablan de hacer pero se quedan sentados?. El esfuerzo de unos pocos, que hablan de hacer y hacen, por ser un esfuerzo aislado, no ha dado los frutos que deberían haber dado. ¿Ustedes no se avergüenzan de estas situaciones?.

No, no nos vayan a decir que entienden nuestro problema. No señores gobernantes, no lo entienden porque ninguno está viviéndolo en carne propia y dudamos que alguna vez lo hayan vivido.

Nunca antes ni ahora tuvieron que cocinar invierno y verano en un fogón afuera, los alimentos escasos de la familia.

Nunca antes y ni ahora comieron carne si cazaron liebre.

Nunca antes ni ahora vivieron en una piecita de tres por cuatro o en una casa sin poderla terminar, con las aberturas tapadas con latas y cartones viejos.

Nunca antes ni ahora las mujeres tuvieron que salir a deschalar, barrer calles a la noche, blanquear casas o limpiar terrenos.

Si, señor político, estas situaciones las estamos viviendo los obreros de la ex **ASTRA** hoy. Si usted está viviendo una similar demuéstrelo públicamente y públicamente le pediremos disculpas.

Para colmo, como si se nos hubiera manoseado poco, se alardea dentro de la cortina de humo de los cursos de reconversión laboral. Muy útil todo eso si también se crearan los lugares de trabajo, pero que hoy es un atrevimiento, una falta de respeto hacia los desocupados de este país.

Los ciudadanos de este terruño, señores, por si lo han olvidado, comemos carne que de tan buena calidad se produce gracias a los obreros del campo (y tan mal que se les paga y atienden). Comemos carne... por papel de diplomas, porque hasta allí llega el beneficio del cursillo que imparten para tener un adorno más para las paredes (de quién las tiene) porque por lo demás ¿En dónde vamos a ejercer lo aprendido en sus famosos cursillos, señores gobernantes?.

A ustedes les deben extrañar los ásperos términos de esta carta, porque los obreros de la ex **ASTRA** siempre nos caracterizamos por ser pacíficos y flexibles, pero deberá entender señor que nuestras panzas y las de nuestros hijos están tensas de tanto estar vacías, por eso es tensa la carta, y por hambre señor peleamos o nos vamos. Y no tenemos donde ir.

¿Vio que paradoja?. Las miserias que estamos pasando, tanto dinero que le debemos al comercio rochense y tanto dinero que nos debe **ASTRA**. Haga algo señor político, no sea malo. ¿Es mucho pedirle que realice unos pocos actos de gobierno por el pueblo que los eligió. Para peor de males, muy recientemente y en silencio, se declaró de interés nacional y se exoneró en forma total, hasta en sus más mínimas obligaciones, a **FRIPUR**.

¿No es raro esto? Porque esta declaración de interés nacional la precisaba más **ASTRA**. ¿No habrá algún error? ¿Porque no lo averiguamos?.

Por todas estas cosas que les hemos dicho señores, es que a los que están haciendo ingentes esfuerzos, les pedimos uno más, el último quizás, y a los otros, a los que no han hecho más que colgarse de la cruz, les solicitamos tengan a bien molestarse y realizar aunque mas no sea un acto de gobierno digno de aplauso.

A ambos grupos les decimos lo mismo. No están solos.

Sea valiente señor, es la hora de tomar determinaciones asquerosas, drásticas y heroicas.. Pero hallarlas ya si es posible.

Apoyaremos su empuje con la huelga de hambre si es necesario. Y que sea para vergüenza de muchos el cotonete que destapa oídos a la hora de los sordos que no quieren oír.

No se asusten por este tipo de ayuda que les ofrecemos. Si de todas formas hace 20 meses que los trabajadores de la ex ASTRA venimos realizando huelga de hambre obligada.

Por último; señores de las fuerzas políticas nacionales y departamentales, esperando se pongan a reflexionar sobre estas realidades, nos despedimos reiterándoles nuestro afecto y estima, con una pregunta final:

¿No les parece mal que en nuestro departamento estemos soportando tantas miserias, habiendo tantas industrias cerradas y tantos campos sin trabajar o mal laborados?.

Sindicato de Obreros y Empleados de Planta de Astra (SOEPA).

Sindicato Unico Nacional de Trabajadores de la Industria Pesquera (SUNTIP)

Sindicato Unico Nacional de Trabajadores del Mar y Afines (SUNTMA)

Montevideo: Puerto abierto

SUNTMA: El derecho al trabajo

En el día de ayer, el Sindicato Unico Nacional de Trabajadores del Mar y Afines (**SUNTMA**) entregó a la Prefectura Nacional Naval, en su carácter de autoridad de los espacios portuarios, una carta en la que se refleja una problemática enteramente nueva para el Uruguay. Nos referimos a la avalancha de mano de obra que el hambre neoliberal arroja a nuestras costas.

Reproducimos la carta, no solo por dar un acabado testimonio de la problemática sino por el ejemplar abordaje que hacen los trabajadores uruguayos (del todo ajeno a cualquier modalidad de xenofobia) de un drama que se suma al cotidiano drama de una tierra de hombres sin trabajo y trabajo sin hombres.

Montevideo, setiembre de 1995

Sr. Prefecto Nacional Naval
Cap./ Nav. Braida
Presente
De nuestra mayor consideracion.

Recurrimos a usted con motivo de buscarle solución a un problema que nos agobia desde hace largos meses, y que afecta los dominios de vuestra administración.

Sabida es la difícil situación laboral de los trabajadores del mar.

Las plazas ocupacionales se han reducido alarmantemente en los últimos anos por diversas razones, pero hoy en día esta situación se ha visto agravada ante la cantidad de extranjeros que han acudido a nuestro país en busca de trabajo.

Como obreros, históricamente hemos recibido en buena relación a los trabajadores extranjeros, lo que nos preocupa son los métodos utilizados por estos para acceder a un trabajo. Si nuestra patria otorga a esta gente la posibilidad de establecerse aquí, lo menos que debenamos exigir es que se respeten las normas más elementales que rigen nuestras costumbres.

Para orgullo de nuestro país, tradicionalmente, gobiernos, empresarios y trabajadores ha suscrito y respetado legislaciones, convenios nacionales e internacionales en procura de hacer mas productivas las empresas y mejorar las condiciones de trabajo.

La industria de la pesca ha generado un entorno laboral importante en cuanto al número de trabajadores empleados, -tanto directa como indirectamente- así como una fuente de ingreso de divisas nada despreciable.

Si bien los trabajadores extranjeros tienen derecho al trabajo, creemos que las condiciones en que se las están procurando no son contestes con la lealtad con que han sido recibidos por los hijos de esta patria.

Nos preocupa profundamente que quienes fundamentaron con su esfuerzo esta importante industria, estén viviendo graves situaciones de miseria, mientras estos extranjeros abusan de la hospitalidad característica de los orientales subiendo a ocupar nuestros puestos en las condiciones más degradantes que nos sea dable imaginar.

Esta preocupación nos lleva a recurrir a usted, así como lo haremos ante otros organismos que les competa el tema.

Hay ya más de 150 familias uruguayas que están pagado esta crisis por una falta de regulación adecuada con respecto a esta **intromisión en nuestras fuentes** de trabajo donde se nos desplaza por extranjeros, a los que ya casi vemos como con más derechos que quienes hemos llevado la industria a sus puntos más altos de producción.

Desde ya agradecemos vuestro aporte en la solución de este acuciante problema.

SUNTMA

BOLETÍN INFORMATIVO DEL MPP

Sala de Abogados: Seguridad Social

Los caminos hacia el Referéndum

El pasado viernes, la Sala de Abogados contestó al PIT-CNT la pregunta técnico-jurídica acerca de la/las posibilidades de impugnar el proyecto de Seguridad Social recientemente aprobado con el expediente de mayorías parlamentarias. Reproducimos la misma en cuanto es un pronunciamiento calificado que de por sí marca un avance hacia la necesaria derogación de un proyecto antinacional y antipopular, expresamente elaborado de espaldas a explícitos y repetidos pronunciamientos de la voluntad ciudadana en defensa de los principios solidarios de nuestra Seguridad Social.

Reunida la Sala de Abogados a efectos de considerar la solicitud planteada por la Mesa Representativa en el sentido de analizar los posibles medios impugnatorios a la reciente ley sancionada de Reforma a la Previsión Social, presenta el siguiente informe que sólo se trata de una **síntesis** del análisis que se está realizando en Sala de Abogados.

De ninguna manera se expresan opiniones respecto de las soluciones a aconsejar, las que continúan en estudio.

Es en ese sentido que se sintetiza lo que a continuación se expres, referido a los posibles medios de impugnar la ley mencionada.

1. El referéndum

A- Esto es, que el 25% del total de inscriptos habilitados para votar, podrá interponer el recurso de referéndum contra las leyes y ejercer el derecho de iniciativa ante al Poder Legislativo. Estos institutos no son aplicables con respecto a las leyes cuya iniciativa sea privativa del Poder Ejecutivo (art. 79, inciso 2 de la Constitución).

B- Requiere iniciativa privativa del Poder Ejecutivo «*la creación de empleos, de dotaciones o retiros, o sus aumentos, asignación o aumento de pensiones o recompensas pecuniarias... establecimiento o modificación de causales, cómputos o beneficios jubilatorios*».

Surge entonces que hay que analizar lo precedentemente expuesto, fundamentalmente lo que refiere a **establecimiento o modificación de causales, cómputos o beneficios jubilatorios**, conceptos que habrá que precisar en profundidad.

Como se podrá apreciar son temas de una enorme complejidad.

C- Al igual que en el caso de Reforma Constitucional por iniciativa popular, el proceso finaliza en un **plebiscito**, el que podrá ser contra toda la ley o contra algunos artículos (Art. 25 de la ley 16017).

El pronunciamiento tiene efectos generales.

2. La reforma de la Constitución

A- Esto es, «*Por iniciativa del diez por ciento de los ciudadanos inscriptos en el Registro Cívico Nacional, presentando un proyecto articulado que se elevará al Presidente de la Asamblea General, debiendo ser sometido a la decisión popular en la elección más inmediata.*

La Asamblea general, en reunión de ambas Cámaras podrá formular proyectos sustitutivos que someterá a la decisión plebiscitaria, juntamente con la iniciativa popular.»

B- Es decir, se reforma la Constitución **agregando disposiciones** a la misma que pueden hacer caer totalmente o en parte la reciente ley sancionada.

A diferencia del referéndum **no está limitado** por la prohibición de leyes cuya iniciativa sea privativa del Poder Ejecutivo.

El único límite es la propia reforma que se está llevando a cabo.

Es el procedimiento usado en las **dos últimas reformas** adoptadas: en **1989** respecto del reajuste de pasividades y en **1994** anulando la ley 16320 de Rendición de Cuentas y estableciendo la prohibición de reformas a la Seguridad Social mediante el mecanismo de leyes presupuestales.

C- Al igual que en el caso de Referéndum, la última instancia decisoria es un plebiscito que produce efectos generales.

3.- Acción de Inconstitucionalidad

Esto es, la presentación ante la **Suprema Corte de Justicia** a efectos de lograr la declaración de inconstitucionalidad de alguno o algunos artículos contenidos en la ley.

Bastaría la presentación de algún ciudadano o grupo de ciudadanos que se sintieran afectados por algunos artículos y que se considerase que los mismos violenten la Constitución.

La eventual declaración de inconstitucionalidad sólo tiene efectos para el **caso concreto** que se plantee, a diferencia del recurso de referéndum y el proceso de reforma constitucional que tienen **efectos generales**.

Montevideo 8.9.95

Por Sala de Abogados

Dr. Jorge R. Bruni

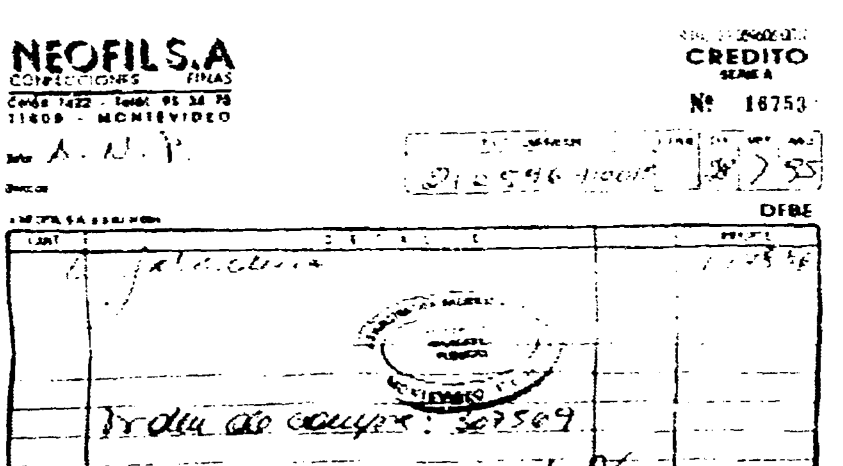
A.N.P: Seguimos pagando

La Gabardina

La **Asesoría de Relaciones Públicas de la ANP** sigue siendo socia vitalicia de **La Pulga**.

A las denuncias que reiteradamente hemos venido haciendo, y a las que estamos preparando, -porque el Puerto es una «mina de oro» en la materia- se agrega la que hoy aportamos a nuestros lectores.

Deben saber ellos y la población en general que, entre otros gastos de dificilísima explicación, le acabamos de comprar, entre todos, una bruta gabardina (nos costó más de 200 dólares) al Jefe de dicha repartición (los fríos de este invierno no fueron para menos). Con cargo al Erario Público y para una mejor administración del Puerto se ha realizado el gasto que a continuación podrá verse.


NEOFIL S.A
CREDITO
Nº 16753
A. N. P.
DFBE

Actividades



Próximo martes 12 a las14 horas: nos concentramos en el Obelisco para marchar hacia el Parlamento. ¡Juntos podemos! Por empleo para todos, contra la desocupación, por un presupuesto digno, contra la Ley de Seguridad Social, por la derogación del impuesto a los salarios, por el pleno respeto a los derechos sindicales. No va más, esto no puede seguir así. Todos juntos respondemos con el PIT-CNT.

•

Próximo viernes a las 20 horas, todos al Palacio Sudamérica:

Acto organizado por UNIR, IFI, 20 de MAYO y MPP (sublema *Por el Frente*), Frente Amplio: hablarán Helios Sarthou y Eduardo Rubio. Por la defensa de la Seguridad Social.

•

Sábado 16, 20 horas, sindicato del BAO, Carlos María Ramírez esquina Bauzá: canto popular y charla. Comité de Apoyo a UTAA *Félix Bentín*.

•

Domingo 17 en el local Central del MPP, Uruguay 1055: Reunión de la Dirección Nacional y Plenario del Interior.

•

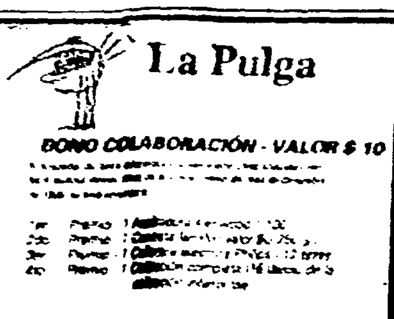
Sábado 23 de setiembre: elección del nuevo C.C. del M.L.N.

•

Domingo 24 de setiembre, en la Capilla Santa Elena, Rivera casi Comercio: charla sobre el rol del laico en una Iglesia servidora.

A partir del nº 50 de La Pulga se ha puesto a la venta una rifa (bono colaboración) valor $10,- a beneficio de nuestro medio de comunicación. A los interesados en colaborar con esta iniciativa, los esperamos en nuestra redacción de 12 a 18 horas, en Tristán Narvaja 1578, teléfono 49 22 98.




La Pulga
BONO COLABORACIÓN - VALOR $ 10

Otra vez la Seccional 15°

La inseguridad ciudadana

Lo que sigue es una crónica de prepotencia, delito y patoterismo a cargo de personal de la Seccional 15º (otra vez). Se trata de la transcripción textual del a denuncia presentada ante el Juez Letrado de Primera Instancia en lo Penal, por Wilques Baubeta Massaferro, un uruguayo de 63 años. La crónica habla por sí misma.

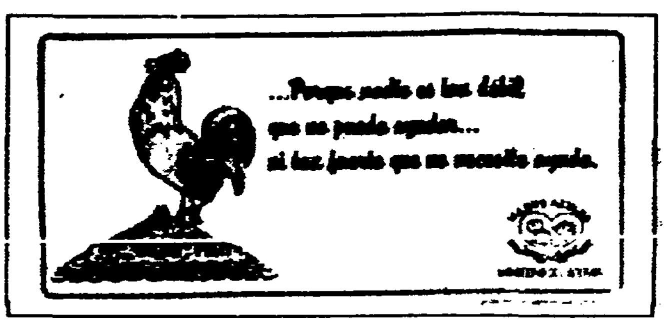
Señor Juez Letrado de Primera Instancia en lo Penal de Turno

Wilques Baubeta Massaferro, CI: 735.895-3, con domicilio real en Mataojo 125 (Malvín Norte), constituyendo domicilio ad litem en la Avda. del Libertador 1875 apto. 103, al Señor Juez digo:

Que vengo a denunciar hecho configurantes de responsabilidad delictiva que deberá ser determinada por el Juzgado luego de la debida indagación según la siguiente relación de circunstancias acaecida:

1.- El día 15 de agosto siendo aproximadamente las 18 horas tomé un taxi en el cruce de las calles Colón y 25 de mayo.

Habiendo comprado una prenda, después que subo al taxi me doy cuenta que no me alcanzaba el dinero para el pago y procedo a explicarle al taxista que me llevara a mi casa que allí tenía dinero para poder efectuarle el pago al llegar. Al parecer, molesto por la circunstancia, el taxista condujo el vehículo hacia la Seccional 15, sita en la calle Ocho de Octubre.



Desciende el taxista, habla con un agente que estaba en la puerta, mientras yo quedo en el taxímetro. Un policía se me acercó al vehículo y me dijo que bajara haciéndome entrar en la Comisaría. No se me registró en ninguna forma ni se me dio entrada formal y se me llevó hacia adentro. El mismo policía que me hizo entrar, dirigiéndose a otro policía expresó: *"Este está de vivo, le voy a dar tanto palo que lo voy a matar"*. Me agarró de la campera que tenía la cual rompió toda, me tiró al suelo y empezó a castigarme con el palo por todos lados, en el cuerpo, en la cabeza. Otros policías se encontraban alrededor y uno de ellos le gritó: *«Lo van a matar a ese hombre, déjenlo»*. Esto continuó durante 15 o 29 minutos.

Presentaba el impacto de los golpes en las manos, en los brazos, en la espalda, en las piernas, en el cuero cabelludo donde tengo un corte.

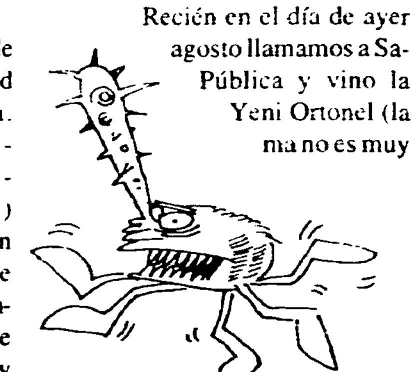
Tengo 63 años de edad, tengo dos prótesis de cadera, por lo que la agresión pudo haber tenido consecuencias de gravedad imprevisible.

Posteriormente me pasó a otra piecita diciéndome si tenía plata en mi case y me agregaba que yo iba a ir al Juez, contestándole que yo no había cometido ningún delito que porqué iba a ir al Juez, si no había hecho nada.

Aproximadamente 2 o 3 horas después de la golpiza el mismo policía me introduce junto con él en el taxi en el que había venido, se hace llevar hasta mi domicilio en la calle Mataojo, me deja a mí en el auto junto con el taxista y al llamar a la puerta y aparecer mi esposa María Agustina Silva, CI 917.610-3, el policía le pregunta a la misma si conocía a esta persona, mostrando la cédula mía y la billetera. Mi señora le contesta: *«¿Qué le pasó a mi marido?»*. El policía entonces le dice a mi señora: *«Me tiene que dar quinientos pesos»*, cuando el costo -por lo que había dicho el taxista- no superaba los veinte pesos. Mi señora le dice que no tiene los quinientos pesos. El policía le dijo a mi señora que yo le había expresado que tenía ese dinero y le dice: *«Le conviene darme el dinero, sino no sabe lo que le puede pasar a su marido»*. Mi señora cerró la puerta sin pasarle llave para buscar el dinero y el policía se metió en la finca. Mi señora cerró la puerta sin pasarle llave para buscar el dinero y el policía se metió en la finca. Mi señora le dice al policía que le va a llevar el dinero al taxista, llevaba el dinero en la mano y el mismo le es arrebatado por el policía. Mi señora corrió a ayudarme a salir del taxi porque sabe que tengo dificultad con motivo de las operaciones ya mencionadas. El policía agregó: *«Apurate a salir del taxi porque si no te mato a palos»*. El taxi estaba apagado y se retiraron el policía y el taxista.

A las doce de la noche mi señora fue a realizar la denuncia en la Seccional 15 de los sucedido. Alrededor de las 2 y 30 de la mañana, sin que en la Seccional nos enviaran al Forense, por nuestra propia voluntad fuimos al Hospital Pasteur donde fui mal atendido. En efecto, no fui internado ni curado.

Recién en el día de ayer 16 de agosto llamamos a Salud Pública y vino la Dra. Yeni Ortonel (la firma no es muy clara) quien me atiende muy correctamente ordenando los exámenes que debían realizarse de acuerdo con el estado que presentaba el compareciente.



Asimismo debemos señalar que bajé con una campera en una bolsita de nylon porque era la prenda que había comprado y no me fue devuelta por la policía.

Por lo expuesto, solicito:

Se tenga por efectuada la denuncia de acuerdo a los hechos mencionados.

Otrosí dice el compareciente y también su señora María Agustina Silva: Que el Comisario de la Seccional 15 fue en dos oportunidades posteriormente para que fuera retirada por el denunciante la denuncia hecha por mi esposa en la Seccional expresando que yo debía negar el haber estado en la Comisaría.

Otrosí dice la Señora María Agustina Silva: Que ratifica la presente denuncia en lo que a ella se refiere.

Sala Satelital de La Pulga

Novedades De Nico Pérez

La carta llegó hace varios días pero lo que denuncia no ha perdido validez.

Un lector de **La Pulga** de Nico Pérez (hoy Batlle y Ordoñez), Departamento de Lavalleja (hasta allí logra llegar La Pulga) denuncia lo siguiente:

« Acá está todo deteriorado: las calles, el Hospital, la gente. Pero mi inquietud principal hoy es la destitución de la Directora del Hospital Local para el nombramiento en su lugar de un médico que no ejerce su profesión por ser empleado bancario y vivir en Montevideo. Desde la fecha de su nombramiento no ha hecho acto de presencia en dicha Institución dejando a la población con un margen escaso de medicamentos, empleados sin percibir sueldos, etcétera.

La Sra. ex Directora del Hospital, Celia Pereira, en cambio, es médica de Salud Pública, habita en nuestra [illegible] y se pre[illegible] por cada enfermo de la población.

Al retornar de su licencia [illegible] presa de no ser la Directora del Hospital, sino una simple médica de él.

Toda esta maniobra es [illegible] lamentablemente nuestro Departamento todavía permite estos tejes y manejes.

El Hospital no tiene a la fecha una persona para tomar decisiones, no hay medicamentos, no hay sueldos porque no viene el Sr. Director a firmar.

Lo único que me queda es enviarles esta denuncia para ver si por ese medio se puede «arreglar» aunque sea en algo, esta increíble situación.»

Hasta aquí el texto de la carta, debidamente firmada, con fecha 9 de agosto de 1995. Le pedimos disculpas a nuestro amigo lector por la demora en publicarla.

Estimados amigos:

La Pulga, nuestro medio de comunicación, cuenta sólo con tu apoyo para continuar existiendo. Verdadero medio alternativo de comunicación (por su propuesta y su distribución militante), aspira a continuar el ejemplo de otros medios que el azar o el despotismo han silenciado. A un año de clausurada CX 44 la misma y cruda realidad de aquel momento nos reclama como ayer conjugar nuevos y renovados esfuerzos para levantar un poderoso movimiento de protesta que convoque a trabajadores, jóvenes, jubilados, amas de casa, productores (los realmente afectados por el proyecto económico del gobierno de coalición), allí donde se encuentren: en los centros de trabajo, en los barrios, en los liceos, en el campo.

Desde **La Pulga** nos comprometemos a aportar a ese esfuerzo colectivo. Pero nos faltan manos. Manos para arrimarla a quienes aspiramos sean los protagonistas de ese esfuerzo colectivo, manos para recoger el fruto de ese esfuerzo. Manos, e fin para llegar al pueblo. Es menester contar con innumerables distribuidores, profesionales de la tarea que [illegible] objetivo.

Por información y condiciones comunícate con nosotros: *Tristán Narvaja* 1578 de 12 a 18 horas, teléfono 49 22 98.

De interés de los amigos

[illegible] los amigos que deseen recibir La Pulga en las zonas de [illegible] Comercial, La Teja, Cerro y Costa de Oro [illegible] comunicarse con nosotros al 49 22 98 de 12 a 18.

R.E.Nº 9508803

ASUNTO: BRUNI MACHIN Violeta Esther

PROCEDENCIA: D.N.I.C.-

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

OBSERVACIONES:

MINISTERIO ... 13 SET. 1995 ... Biografico ... Nº. de ... 9508803

FECHA: 12 SET. 1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

001/4

9508803

09/11/1995 14:29 FROM D. N. I. C. TO P.01

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE IDENTIFICACION CIVIL

Mdeo, 11/8/95.

DIR.GRAL DE INF. DE DEFENSA.

AL SUYO Nro 031 INFORMO

C.I.Nro 1.633.552-0,se informará oportunamente.

C.I.Nro 1.583.408-2, corresponde a Violeta Esther BRUNI MACHIN.

Hija de Pedro y Ramona.Domicilio: 18 de Julio 1296 apto 103 Montevideo.Seccional 2da.

Datos del 29/11/91.

Se remite fotografia.

CORREGIDO 18/9/95 Inic.: Su

SALUDA D.N.I.C

EMITIO:

RECIBIO:

9508803

002

FECHA 14/9/95 INICIAL GC

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES


REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
Cédula de Identidad
Nº 1.583.408-2
VIOLETA ESTHER
MACHIN

003 9508803

Soriano R. O. del Uruguay

Lugar de Nacimiento [illegible]

Fecha 25.4.1924

Nº 853558

Expedida 3.12.1991

Vence VITALICIA

004/4

E9508803

Nº. DOCUMENTO 9508804
TITULO La OTAN lleva tres años en Bosnia sin una paz visible.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 07-05-95
VINCULACIONES 508062
507685
507692

OTAN: un Operativo de paz sin Pacificación a la Vista

Las operaciones de la OTAN en Bosnia cumplieron tres años sin lograr avances importantes hacia la paz. La experiencia resulta frustrante para los miembros de la fuerza militar multinacional.

AVIANO, Italia (Servicio de "USA Today" exclusivo para EL PAIS).— Al cumplirse tres años de la operación que realiza la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) para llevar a la práctica la decisión de Naciones Unidas de imponer una zona de exclusión aérea sobre Bosnia Herzegovina, no hay señales de que la guerra se acerque a su final. La falta de avances hacia la paz constituye una fuente de profunda frustración para los pilotos de Estados Unidos encargados de imponer la zona de exclusión. Muy pocos consideran que el poderío aéreo de la OTAN pueda por sí solo obligar a los bandos en guerra a aceptar vivir en un ámbito pacífico.

El Capitán Mike McCoy, piloto de aviones F-16, que realiza misiones sobre Bosnia Herzegovina desde setiembre de 1993, comenta: "Vemos todo lo que estaba ocurriendo, pero no estamos haciendo nada para ponerle fin. A veces se tiene una sensación de frustración".

El Coronel Jim Turner, comandante del escuadrón de F-16 que opera desde la Base de Aviano, en el noreste de Italia, coincide con ese sentimiento. "Creo que virtualmente ninguno de nosotros pensó que, a través de estas misiones, podíamos contribuir a poner fin a la lucha en tierra", señala. "Estimo que nuestro papel es de mantenimiento de un ámbito seguro para que los abastecimientos lleguen a los refugiados, y quizás también lograr que de alguna manera se reduzca la intensidad de la lucha y salvar vidas".

UNA BASE TRANSFORMADA

Turner no sólo comanda el 31er. Grupo de Operaciones, sino también supervisa otras unidades con asiento en Aviano. El conflicto de Bosnia Herzegovina ha transformado a Aviano en una de las bases militares mas activas de Europa, luego de muchos años de tranquilidad en una zona rodeada por los picos nevados de las montañas. El militar explica que al rápido crecimiento de la base provocó diversos problemas logísticos y de seguridad. "La base es operativa, aunque plantea una serie de desafíos", apunta.

Aviano está situada en una planicie agrícola a 75 kilómetros el norte de Venecia y allí puede oírse no sólo el zumbido de los aviones a reacción, sino tambien el golpeteo de obreros de la construcción y el rugido de maquinaria, debido a que se están ampliando las instalaciones, tanto de infraestructura aeronáutica como edificios, a efectos de responder a las crecientes necesidades de la base.

La base es una mezcla de elementos que recuerdan la Segunda Guerra Mundial, modernas construcciones y un campamento de enormes carpas que alberga a los Marines de Estados Unidos y los pilotos de la Fuerza Aérea de España. OTAN envió fuerzas de Gran Bretaña, España y Estados Unidos a Aviano, las que tienen a su cargo de manera conjunta las misiones a Bosnia Herzegovina.

Los pilotos de Estados Unidos comentan que la naturaleza multinacional no ha provocado grandes problemas y los canales de comando y comunicaciones se han afiatado en los dos últimos años. El Mayor Scott Lashier dice que ocasionalmente se han planteado dificultades por razones idiomáticas, hasta con los observadores británicos de la Fuerza de Protección de Naciones Unidas. "Dicen que lo que separa a los norteamericanos de los británicos es la manera en que pronuncian en inglés", expresa Lashier en tono jocoso.

El piloto McCoy destaca que, pese a las limitaciones de la misión, "estamos impidiendo que las partes en pugna lancen ataques aéreos. En realidad, ese es el objetivo fundamental que nos fijaron y lo estamos cumpliendo".

LADRANDO SIN MORDER

McCoy admite que el efectivo de disuasión de la presencia aérea de OTAN ha disminuido a lo largo del tiempo. En su concepto, las fuerzas serbias, musulmanas y croatas ven a OTAN como si fuera un perro que ladra mucho, pero nunca muerde. "Hay numerosas violaciones del espacio aéreo, especialmente mediante el uso de helicópteros, que han sido utilizados para transportar abastecimientos y retirar heridos", dice.

El Coronel Turner manifiesta que la Fuerza Aérea de Estados Unidos tuvo que adaptarse a la idea de que tiene un compromiso de largo plazo en Aviano. "Nosotros fuimos formados en una cultura militar que deja a cada uno en condiciones de abordar una operación de lucha intensa lucha en un tiempo breve. Se obtiene la victoria y se encara otro problema en otro lugar del mundo", expresa. "Esta misión de OTAN tiene un papel virtualmente diplomático y tenemos que adaptar nuestras coordenadas mentales a esta realidad".

En su enfoque, el esfuerzo aéreo de OTAN es sólo un pequeña parte de un esfuerzo internacional global tendiente a lograr que las partes enfrentadas abandonen la lucha y se sienten a negociar.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01 - 01

9508804

Escándalo OTAN: Jefe no Renuncia

BRUSELAS, 13 (REUTER). — El secretario general de la Organización del Tratado del Atlántico Norte, Willy Claes, proclamó hoy que era inocente de acusaciones por corrupción en Bélgica y prometió que seguirá al frente de la alianza atlántica.

Cuando un diario alemán le pregunto si dimitiría luego de ser interrogado durante 12 horas por la máxima corte de Bélgica, Claes señaló que la idea era una "tontería".

"¿Quién dice tal tontería? ¿Por qué debo hacer eso? Estoy apoyado por todos los ministros del Consejo de la OTAN. Ninguno de ellos está pidiendo mi renuncia", sostuvo Claes, según el diario Bild am Sonntag.

Claes indicó que nada nuevo surgió del interrogatorio y añadió: "No tengo nada que reprocharme".

El diario divulgó con anticipación copias de la entrevista, que será publicada el domingo.

El escándalo versa sobre sobornos presuntamente pagados por la firma de armas italiana Agusta al Partido Socialista Flamenco de Claes con el fin de garantizar un contrato con el ejército belga para la fabricación de helicópteros a fines de la década de 1980.

Claes, quien niega haber cometido cualquier transgresión a la ley, era entonces el ministro de asuntos económicos de Bélgica.

Un funcionario de la OTAN reiteró previamente el apoyo para Claes, quien la próxima semana viajará a Grecia y Turquía para intentar resolver una disputa entre ambos países que está bloqueando la aprobación del presupuesto de la OTAN.

Pero la alianza atlántica desea que el asunto se aclare tan pronto como sea posible.

"Nadie tiene interés en una investigación judicial que tarde mucho tiempo y que coloque una sombra de duda sobre gente inocente", señaló el funcionario, que pidió el anonimato.

Medios de prensa belgas dijeron que Claes podría ser interrogado el lunes

El "Asunto Agusta" ha sido el mayor escándalo de corrupción en Bélgica y ha causado la renuncia de cuatro ministros desde enero de 1994.

15004
16/5/95
5080062
Bélgica

Bélgica Jur 16/5

Claes declara nuevamente ante Tribunal Supremo

Bruselas- El secretario general de la OTAN, Willy Claes, declaró ayer lunes por segunda vez ante los investigadores del Tribunal Supremo belga sobre sus vinculaciones con el caso de corrupción «Agusta».

Claes comparece ante el fiscal del Tribunal Supremo, Francis Fischer, y el equipo de magistrados encargados de investigar las comisiones ilegales recibidas por los socialistas de Flandes y Valonia en 1988.

El viernes pasado, el secretario general de la OTAN testificó durante unas doce horas en el Palacio de Justicia de Bruselas, con una interrupción al mediodía para presidir una reunión de los embajadores de la Alianza Atlántica.

Los investigadores habían preparado un cuestionario de unas 50 preguntas sobre las comisiones ilegales pagadas por la empresa italiana «Agusta» a finales de la década pasada, cuando Claes, destacado líder de los socialistas de Flandes (SP) era ministro de Economía belga.

02

9508805

150483
17/5/95
508062

Secretario de la OTAN testificó por más de tres horas

El secretario general de la Alianza Atlántica, Willy Claes, testificó ayer por tercer día ante los investigadores del Tribunal supremo belga sobre sus posibles vinculaciones con el escándalo de las comisiones ilegales pagadas por la empresa italiana Agusta.

Claes compareció durante tres horas, antes de emprender un viaje oficial a Grecia y Turquía. (EFE).

03 - 03

9508805

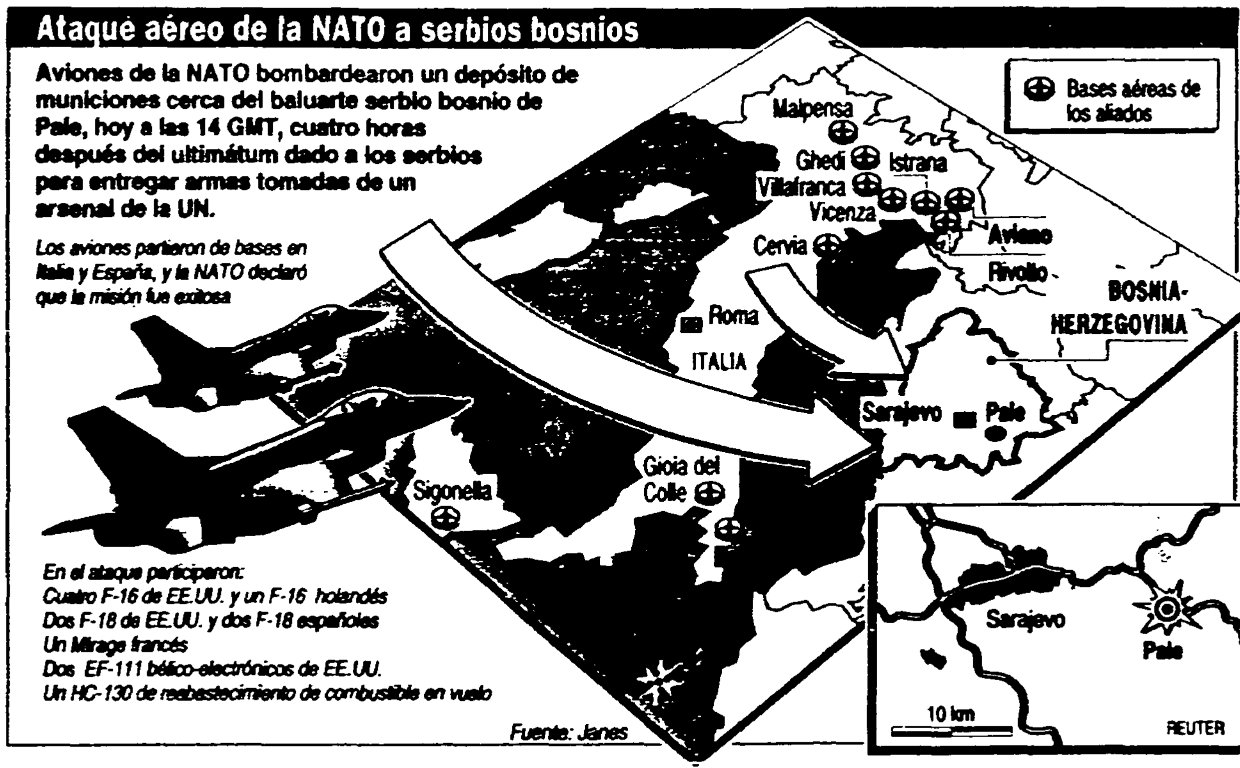
9508806.

Ataques de la OTAN contra posiciones serbobosnias el 26/5/95

150025
26/5/95

508062 - 507695 - 507687 - 507889 - 11163.

La NATO atacó con aviones a las fuerzas serbio bosnias



Escalada: los cazas de la alianza destrozaron un depósito de municiones al vencer el plazo para que fueran devueltas armas pesadas robadas a la UN; los rebeldes abrieron fuego contra Sarajevo.

SARAJEVO, 25 (Reuter).– Aviones de la NATO atacaron hoy un depósito de municiones cerca del cuartel general de los serbios bosnios en Pale, luego que éstos hicieron caso omiso de un ultimatum para que devolvieran las armas pesadas robadas de un depósito de la UN.

Seis aviones de combate atacaron cuatro horas después de que expirara el ultimatum de Naciones Unidas, en el que se ordenaba el alto a los combates de esta semana entre los soldados serbios y el ejército bosnio, liderado por los musulmanes, que dejaron seis muertos y 31 heridos.

Un vocero de la UN informó que durante este primer ataque de la NATO contra los serbios en los últimos seis meses dos bodegas de municiones quedaron destruidas.

Ataque a Sarajevo

Casi al mismo tiempo los serbios bosnios reanudaron sus disparos de artillería contra Sarajevo y bombardearon cuatro de las seis zonas declaradas de seguridad: Bihac, Gorazde, Srebrenica y Tuzla.

Al cabo de la jornada la comandancia de los cascos azules en Sarajevo "estudiaba todas las opciones" para hacer frente a la situación, en momentos en que los serbios disparaban contra el suburbio de Hrasnica con un cañon de 105 milimetros desde el punto de agrupacion de armas pesadas de Osijev.

Según fuentes de la UN, las fuerzas bosnias respetaron las condiciones del ultimatum y no respondieron a los ataques con armas pesadas.

Los nuevos bombardeos serbios, que causaron al menos 50 muertos, refuerzan todavía más la posibilidad de nuevos ataques aéreos de la NATO.

Aprobación de Clinton

El presidente norteamericano, Bill Clinton, aprobó la incursión aérea de la NATO, al decir que era una respuesta al desafío serbio bosnio de los esfuerzos de paz de laa Naciones Unidas.

"Apoyo la decisión de la UN y la NATO de lanzar hoy ataques aéreos contra una instalación serbio bosnia de municiones a consecuencia de la violencia de los últimos días en Sarajevo y sus alrededores", comentó Clinton en un comunicado divulgado en Washington por la Casa Blanca.

"Espero que los ataques aéreos de hoy convenzan al liderazgo serbio bosnio de poner fin a sus violaciones en la zona de exclusión y cumplir con sus otros acuerdos con la UN", agregó.

Mientras tanto, el comandante de la NATO encargado de la operación de hoy indicó que la alianza estaba dispuesta a llevar a efecto más incursiones si las facciones en la guerra de Bosnia no retiraban sus armas de los alrededores de Sarajevo.

El almirante de la NATO, Leighton Smith, señaló que creía que el comandante de la UN en Bosnia "podría solicitar nuestra ayuda nuevamente" en caso de que ambas partes no cumplan. "En caso de que nos llame, estamos preparados para responder", indicó Smith.

Ataque limitado

Smith, que habló para la CNN desde Napoles, Italia, describio el ataque del jueves como "muy limitado" en sus objetivos y expreso que, segun las primeras informaciones, la accion fue cumplida con todo exito.

La agencia noticiosa serbio bosnia SRNA dijo que durante la incursion de la NATO los aviones atacaron el suburbio de Johorinski en Pale y Ravna Planina. El plazo de la UN para la entrega de las armas se venció al mediodía, hora local.

Seis aviones participaron en el ataque y varios otros actuaron en misiones de reconocimiento y escolta, agregó la agencia.

La NATO se negó a identificar los países que participaron en la operación para proteger a los efectivos de paz de la UN de la misma nacionalidad.

Sin embargo, en Washington, un funcionario dijo que "el ataque incluyó aviones norteamericanos". Estos despegaron desde una base en España, agregó.

Funcionarios norteamericanos se han sentido frustrados por la timidez de los comandantes de la UN para solicitar ataques de represalia de la NATO frente a la agresión serbia.

Las amenazas incumplidas de represalias militares contra los serbios han venido socavando desde hace un año la credibilidad de la UN.

01-03

9508806

150023
27/5/95
508062

Los antecedentes del segundo ataque de la OTAN

■ Los aviones de la OTAN volvieron a atacar, por segunda vez en dos días, las bases serbio-bosnias en los alrededores de Pale. Así llegan a diez las incursiones de los aviones de la OTAN contra los serbios en Bosnia.

Los siguientes son los precedentes de esta operación:

28 de febrero 1994: dos aviones F-16 de Estados Unidos que habían salido de la base de la OTAN en Aviano derriban cuatro aviones serbios Jastreb J-1, en los alrededores de Banja Luka, Bosnia.

10 de abril 1994: nuevamente dos cazabombarderos F-16 norteamericanos intervienen desde Aviano para proteger el contingente de la Uunprofor en Gorazde, y bombardean algunos apostaderos serbios en la periferia de la ciudad.

11de abril 1994: dos cazabombarderos F-18 de Estados Unidos despegan de Aviano y bombardean posiciones serbias que asedian Gorazde. Destruyen tres tanques serbio- bosnios.

5 de agosto 1994: dos cazabombarderos A-10 de Estados Unidos, cuatro Jaguar británicos y cuatro Mirage francesesdespegan de Gioia del Colle y se unen a 4 F 16 holandeses provenientes de Villafranca. Atacan las posiciones serbio-bosnias al sur de Sarajevo y destruyen un "vehículo".

22 de setiembre 1994: siempre en Sarajevo, son atacados algunos vehículos blindados de la ONU y dos cascos azules franceses son heridos. Se desencadena la represalia. Un Mirage proveniente de Cervia, un A-10 de Aviano y dos Tornado británicos desde Gioia del Colle destruyen, cerca de Sarajevo, un tanque serbiobosnio.

21 de noviembre 1994: unos 50 aviones entre caza, de reconocimiento, aviones radar, reaprovisionadores y belicópteros de auxilio aéreos de Estado Unidos, Gran Bretaña, Francia y Holanda bombardean y dejan fuera de uso el campo de aviación Ubdina, en territorio croata bajo control serbio.

La incursión se produce después de días de ataque de los secesionistas serbios de Krajina, en la región de Bihac.

23 de noviembre de 1994: por la mañana 8 aviones de la OTAN (franceses, holandeses, británicos y estadounidenses desde las bases de Istrana, Villafranca, Gioia del Colle y Aviano), escoltados por otros aviones, "son iluminados" en el área de Otoka (Bosnia noroccidental) por los radares de apunte de baterías de misiles serbios. Los aviones de la OTAN, en respuesta, lanzan dos misiles contra los radares de Otoka y un tercer misil contra la ubicación de otro radar misilístico de Dvor (Krajina). Por la tarde, por pedido del Comando OTAN de la Unprofor, cuatro aviones F15 vuelven a Otaka y atacan otra posición misilística.

25 de mayo de 1995: el no cumplimiento de la entrega de cuatro piezas de artillería pesada sustraídas el día anterior de un depósito de Sarajevo controlado por los cascos azules desencadena la represalia de la OTAN contra los serbios-bosnios, cuatro horas después del vencimiento del ultimátum.

Cuatro F-16 norteamericanos y dos F-18 españoles bombardean y destruyen un depósito de municiones en Jahorinski Potok, menos de dos kilómetros al este de Pale.

El 16 de abril de 1994 el mal tiempo hizo fracasar el ataque aéreo de la OTAN contra los tanques serbios en la zona de Gorazde, en el este de Bosnia: un Sea Harrier británico fue abatido, mientras intentaba identificar los objetivos en tierra.

02

9508806

150014
31/5/95
508062

Occidente debate y realiza preparativos para golpear duramente contra los enclaves serbobosnios

Jew. 31/5

El Grupo de Contacto integrado por EEUU, Rusia, Alemania, Francia y el Reino Unido apoyan la decisión de dotar a la ONU de una capacidad de reacción rápida

Noordwijk Holanda. Los aliados de la OTAN lanzaron una nueva condena enérgica contra los serbios de Bosnia, al inicio de una reunión en la que prepararán medidas concretas para reforzar la misión de los «cascos azules» destacados en ese país.

La reunión aliada se celebra después de que el Grupo de Contacto (EEUU, Rusia, Alemania, Francia y el Reino Unido) apoyara el refuerzo de las tropas de la ONU y un nuevo impulso diplomático al conflicto bosnio.

Dentro de este esfuerzo, el Grupo seguirá intentando que Serbia reconozca las fronteras de Bosnia-Herzegovina a cambio de una suspensión de las sanciones internacionales que pesan sobre Belgrado, lo que supondría un gran paso hacia la solución del conflicto.

«No podemos permitir que continúe la actual situación», dijo el secretario general de la OTAN, Willy Claes, quien insistió en que los aliados no pueden aceptar las amenazas ni el chantaje de los serbios y sus «bárbaros bombardeos» sobre la población civil bosnia.

Claes consideró que «hay que perseverar en los esfuerzos de contener el conflicto» y que la OTAN apoya el refuerzo de la misión de UNPROFOR en Bosnia para que las tropas sean menos vulnerables y tengan más capacidad para cumplir su misión humanitaria.

El ministro holandés de Exteriores, Hans van Mierlo, que preside la reunión en Noordwijk, [illegible] de la decisión de las cinco potencias de apoyar medidas para [illegible] de las tropas en Bosnia [illegible] serbios.

[illegible] ONU de una capacidad de reacción rápida [illegible] reunión [illegible] de los ministros aliados de Exteriores se produce [illegible] y [illegible]

Los ministros exteriores de EEUU, Rusia, Francia, Alemania y Gran Bretaña, a los que se unió el español, en representación de la «troika» comunitaria, no decidieron esta madrugada cómo debe ser esa capacidad de [illegible] de la ONU [illegible] las medidas concretas.

Los [illegible] de la OTAN [illegible] sus primeras propuestas en concreto con el reagrupamiento de los «cascos azules» en mayores contingentes, la dotación con más medios y mayor apoyo aéreo de los aviones aliados y la redefinición de su mandato para darles más capacidad de respuesta.



Estas medidas deberán ser aprobadas finalmente por el Consejo de Seguridad de la ONU, que debe poner en marcha próximamente, el nuevo mandato para sus fuerzas en Bosnia y la actitud que mostrarán en el futuro ante las agresiones serbias.

Un ejemplo de esta actitud se apreció en el reciente combate entre «cascos azules» franceses y milicianos serbios por el control de un puente en Sarajevo, que constituyó el primer enfrentamiento directo entre fuerzas de la ONU y los serbobosnios, en el que murieron dos soldados galos y uno serbio.

El ministro holandés recordó a los soldados franceses «caídos por la causa de la paz y el coraje desplegado en Sarajevo en defensa de la dignidad de la misión de Naciones Unidas».

La reunión en Noordwijk comenzó con un llamamiento para que los serbios de Bosnia liberen a los más de 300 «cascos azules» y observadores militares retenidos desde hace varios días y respeten las resoluciones de la ONU y las zonas de exclusión de armas pesadas en torno a las ciudades bosnias.

El lunes los dirigentes de los serbios de Bosnia anunciaron que no cumplirán las resoluciones de la ONU ni respetarán las zonas de exclusión dictadas por la OTAN alrededor de Sarajevo y Gorazde.

Van Mierlo insistió en que «todos compartimos el terror por la conducta de los serbios de Bosnia».

Claes recordó que la Alianza tiene preparado un plan de contingencia para apoyar militarmente una posible retirada de los «cascos azules» de Bosnia si la situación se convierte en insostenible.

Pero el dirigente aliado señaló que «la retirada es la última posibilidad», porque la presencia de fuerzas de la ONU sigue siendo de «vital importancia» para la población civil.

03-03

9508806

9508807
Soldados de la ONU convertidos en escudos humanos por los serbios tras ataque de OTAN.
15000?
27/5/95
508002
501889
507685
507697
11163

Escudos Humanos

LOS SERBIOS ENCADENAN A TROPAS DE ONU

EP. 27/5

PALE, Bosnia-Herzegovina, 26 (AP).— Los serbios de Bosnia, en confrontación con el mundo, encadenaron hoy a unos efectivos de las Naciones Unidas a postes y puentes para que les sirvan como escudo contra las incursiones aéreas de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

Los aviones de OTAN efectuaron hoy varias pasadas sobre seis polvorines cerca de esta sede de comando serbio bosnio, ocasionando explosiones que sacudieron a la población y causaron densas nubes de humo y polvo de hasta un kilómetro de altitud.

Reaccionando prestamente los serbios se apoderaron de por lo menos ocho soldados de las Naciones Unidas en Pale, y los esposaron a columnas y puertas de un depósito de municiones, y a un estratégico puente caminero.

"Estos soldados no sufrirán heridas a menos que se repitan los ataques aéreos", dijo la televisión serbia.

Un dirigente serbio bosnio, Momcilo Krajisnik, dijo que los soldados esposados serían juzgados por haber guiado a los aviones de la OTAN hasta sus blancos. "Las Naciones Unidas deben estar preocupadas... no podemos mostrarnos bondadosos con los que se comportan como enemigos".

Ayer los serbios habían respondido a los ataques aéreos de OTAN contra los polvorines mediante el cañoneo del pueblo de Tuzla y otras áreas supuestamente "seguras" bajo la protección de la ONU. En Tuzla murieron 71 personas y hubo 151 heridos cuando una bomba de racimo explotó en un centro urbano. Esta ha sido la matanza de civiles más sangrienta en los tres años que lleva la guerra de Bosnia.

La televisión serbia bosnia exhibió a un soldado de Ghana, con birrete azul de la ONU, encadenado a un puente. El soldado dijo en inglés que las incursiones aéreas de OTAN "han matado a muchos civiles" y eran "un crimen contra la humanidad".

"Apelo a la OTAN para que cese de bombardear blancos serbios", dijo.

Los ocho soldados encadenados son un español, un canadiense, dos rusos, dos checos, un polaco y un ghanaiano, dijo una vocera de la ONU.

Las imágenes de video de los soldados encadenados ilustra la impotencia y vulnerabilidad de las fuerzas escasamente armadas de la ONU ante guerreros serbios dispuestos a todo por no tener nada que perder.

El líder serbio bosnio Radovan Karadzic, ya declarado sospechoso de crímenes de guerra, parece no tener otra opción que la de luchar hasta el fin contra un fortalecido ejército del gobierno bosnio y una comunidad internacional que insiste en imponerle términos de paz.

Pese a los riesgos planteados, la ONU parece decidida a seguir por el sendero duro que se ha trazado. "Esto es un riesgo calculado", dijo el vocero de la ONU Fred Eckhard. "Necesitamos silenciar esos cañones".

01-08

9508807

EP-245

La OTAN Está Lista Para Liberar Rehenes

BRUSELAS, 26 (ANSA).— Tropas de la OTAN están listas para intervenir inmediatamente para liberar a los observadores de las Naciones Unidas tomados como rehenes por los serbios de Bosnia, afirmaron hoy en Bruselas fuentes de la alianza atlántica.

Las tropas especiales, adiestradas desde hace tiempo en previsión de posibles "opciones de emergencia", se encuentran en las bases italianas de la OTAN, precisaron las fuentes.

Sin embargo, una intervención en las próximas horas parece todavía improbable, dijeron.

Las tropas de intervención rápida actuarían —como lo hicieron durante la Guerra del Golfo— en base al "concepto de la superioridad abrumadora", para reducir los riesgos. "Si son necesarios tres hombres, mandaremos 50", indicaron las fuentes.

Los planes de emergencia de la OTAN para Bosnia prevén la intervención en situaciones de riesgo de un máximo de 5.000 hombres helitransportados y con una "suficiente" cobertura aérea.

Antes de decidir una intervención de emergencia, los aliados atlánticos esperan —dijeron las fuentes— "saber qué cosa hará Moscú" después de la captura, hoy, de dos observadores rusos, también usados como escudos humanos.

1500025
28/5/95
5080062

Washington y París envían portaaviones al Adriático

28/5

ROMA, 27 (ANSA).- El portaaviones francés Foch se unirá en el mar Adriático al norteamericano Roosevelt para reforzar el dispositivo naval en la zona y como manifestación de la línea de firmeza que París y Washington adoptaron en la crisis entre serbio bosnios y la UN.

El comando de la NATO en el Adriático, además, cuenta con 20 unidades del grupo de la Organización Atlántica-Unión Europea Occidental (UE) destacadas en los puertos italianos de Trieste, Ancona, Bari, Brindisi, Taranto y Augusta.

Italia participa con seis unidades (fragatas y corbetas), de las cuales dos se encuentran realizando actividades de patrullaje a lo largo de las costas ex yugoslavas de Montenegro, junto a otras cinco naves de países comunitarios.

Si la situación se deteriora, las otras embarcaciones están prontas para intervenir en el plazo de dos horas. Los hombres de la marina italiana en estado de prealerta son unos 2000 y las fragatas cuentan con cañones, misiles y lanzacohetes.

El Foch partirá mañana del puerto de Tolón, anunció el jefe del Estado Mayor interarmas, Jacques Lanxade.

Por otra parte, en la base italiana de Aviano (nordeste del país) son un centenar los vehículos destacados para la operación de policía internacional "exclusión de vuelo" sobre Bosnia.

Las tareas principales de la base de Aviano, dijo el comandante Charles Wald, son tres: poner en acto la resolución 816 de la UN; es decir, sobrevolar a Bosnia para que no sean violadas las zonas de exclusión al vuelo; ofrecer protección aérea a las tropas de la Unprofor y realizar eventuales ataques armados en las zonas protegidas por las Naciones Unidas.

03

9508807

OTAN exige liberación de rehenes

La OTAN condenó ayer a los serbios de Bosnia, pidió la liberación de los observadores militares retenidos como escudos humanos y volvió a insistir en su disposición a realizar nuevos ataques aéreos si la ONU lo solicita.

El comunicado emitido tras la reunión de urgencia de Consejo Atlántico, leído por el Secretario General aliado, Willy Claes, condena "en los términos más enérgicos, el terrible comportamiento de las fuerzas serbias" y exige "la inmediata liberación" de los observadores retenidos.

Los aliados condenaron también "el bombardeo bárbaro contra Tuzla", que provocó decenas de muertos entre la población civil en un ataque serbio de represalia.

La OTAN continúa "dispuesta a responder a cualquier petición de las Naciones Unidas" para realizar misiones de ataque contra los serbios en caso de que el organismo lo pida.

1505196
30/5/95
508062

OCCIDENTE MANDA REFUERZOS POR LA CRISIS EN BOSNIA

Tropas para una operación rescate

P12 30/5

EE.UU. envió tres buques y 2000 marines y Gran Bretaña sumó 1200 hombres a su fuerza.

La imagen de los cascos azules capturados por los serbios bosnios, retenidos en instalaciones militares y, en algunos casos, utilizados como escudos humanos, ha dado lugar a una amplia movilización de fuerzas: unos veinte barcos de guerra de la Alianza Atlántica se están agrupando en el mar Adriático para participar en una eventual operación de rescate o traslado de cascos azules. Estados Unidos reforzó su presencia en la zona con el envío de tres buques anfibios y dos mil marines, que se han unido al portaaviones "Roosevelt". Altos funcionarios en Washington aseguraron sin embargo que se trata de una "medida de precaución" y que no ha sido tomada una decisión sobre la participación de tropas norteamericanas en misiones de combate. A su vez Londres anunció –tras la captura de 33 cascos azules británicos– el envío de 1200 efectivos más a Bosnia junto a dos baterías de artillería pesada y puso en estado de alerta a otros 4000 soldados, para poder trasladarlos a los Balcanes en pocas horas si fuera necesario. También Francia envió al portaaviones "Foch", que llegará hoy a la región. El Grupo de Contacto sobre Bosnia –Estados Unidos, Francia, Rusia, Gran Bretaña y Alemania– inició anoche una reunión de emergencia en La Haya para tratar la crisis. Los cascos azules capturados ya son 374.

El consejero nacional de Seguridad de la Casa Blanca, Anthony Lake, dijo que la presencia de soldados norteamericanos en esa zona es "un movimiento puramente de precaución". "No hay ninguna decisión de enviarlos a combatir", informó. Un portavoz del Pentágono añadió que esas fuerzas habían sido trasladadas allí "por si fueran necesarias".

Pero lo cierto es que los países de la OTAN están estudiando la forma de liberar a los casi 400 cascos azules y personal de la ONU tomados como rehenes en los últimos días por los combatientes serbios de Bosnia.

Al mismo tiempo, el secretario general de las Naciones Unidas, Butros Butros Gali, tiene previsto presentar mañana al Consejo de Seguridad un plan de redefinición de la misión de paz en Bosnia y de reubicación de los cascos azules.

En ese contexto, la intervención de fuerzas militares norteamericanas en tierra podría ser necesaria, bien en una operación específica de rescate o bien como protección para el traslado o retirada de las fuerzas de la ONU. El presidente Bill Clinton se ha negado hasta ahora a autorizar la participación de soldados norteamericanos en misiones sobre el terreno en Bosnia, pero ha admitido la posibilidad de contribuir en las labores de retirada de los cascos azules.

El jefe del ejército serbio, Rato Mladic, se comprometió ayer en conversación telefónica con el comandante de las fuerzas de la ONU, general Rubert Smith, a que los rehenes retenidos por los serbios bosnios dejarán inmediatamente de ser encadenados como escudos humanos, pero dijo que seguirían retenidos en "objetivos militares", lo cual actúa como disuasión eficaz ante eventuales bombardeos. Mladic exigió una disculpa oficial de la ONU y la OTAN a las familias de varios soldados serbios muertos el domingo. A su vez, el "ministro de Información" de los serbios bosnios, Miro Tohlj, dijo en la televisión serbia que los rehenes serán dejados en libertad cuando sus países pongan fin a la guerra y los serbios sean aceptados como negociadores en igualdad de condiciones.

El Grupo de Contacto reunido en La Haya estudia alternativas para resolver la crisis de los cascos azules, dentro de las que tienen especial importancia las gestiones que Moscú pueda hacer ante Belgrado. Las esperanzas están puestas en las tratativas con el presidente serbio, Slobodan Milosevic, al que la Unión Europea propuso una suspensión de las sanciones a cambio de un reconocimiento de Bosnia por parte de Belgrado. El año pasado, Milosevic tomó distancia de los serbios bosnios, pero se considera que su presión sobre el líder de éstos, Radovan Karadzic, podría lograr desactivar la crisis. Estados Unidos apoya una suspensión parcial de las sanciones, aunque Belgrado sólo aceptaría la revocación total.

05

950807

Formidable Despliegue Bélico de La OTAN en Bosnia

EP 30/5

NAVES DE GUERRA ALIADAS SE AGRUPAN EN EL ADRIATICO: EVACUARAN FUERZAS DE ONU

ROMA, 29 (EFE).— Una veintena de barcos de guerra de la Alianza Atlántica se están agrupando en el mar Adriático para participar en una eventual operación destinada a evacuar a los "cascos azules" que se hallan en la antigua Yugoslavia, informaron hoy, lunes, fuentes aliadas.

El portaaviones estadounidense "Roosevelt" entró en aguas del Adriático en las últimas horas, escoltado por los cruceros portamisiles "Bunker Hill" y "Hue City", y se encuentra ya en el estrecho de Otranto, que separa Italia de Albania.

A estas unidades se unirán en las próximas horas el portaaviones francés "Foch", así como otros dos barcos estadounidenses, la nave de asalto "Kearsarge", en la que han sido embarcados 2.000 infantes de Marina, y el crucero nuclear "Mississipi".

Ambas naves zarparon recientemente de la isla italiana de Cerdeña, donde participaron en unas maniobras de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

Fuentes de la base naval de Ancona (costa central adriática italiana) señalaron que los movimientos de los barcos de guerra consisten en un agrupamiento y que, por el momento, no existe un estado de alarma.

Las naves llegadas a las aguas del Adriático se añaden a otras veinte unidades de catorce países de la OTAN -todos menos Islandia y Luxemburgo-, informó el Comando Sur Aliado, con sede en Nápoles (sur de Italia).

Estos barcos participan en las operaciones de vigilancia del embargo marítimo decretado por las Naciones Unidas contra Serbia que efectúan la OTAN y la Unión Europea Occidental (UEO) desde el 22 de noviembre de 1992 en dos zonas principales, el canal de Otranto y, algo más al norte, frente a las costas de Montenegro.

Entre estas unidades figuran actualmente dos fragatas españolas, la "Santa María" y la "Cataluña".

Desde el comienzo de la vigilancia marítima hasta la fecha, las naves controlaron 51.854 buques, de los que 4.059 fueron inspeccionados en el mar y otros 1.129 fueron enviados a puerto para su inspección.

Además, más de 150 aviones de 12 países aliados participan desde abril de 1993 en la operación de vigilancia del espacio aéreo en la antigua Yugoslavia "Cielos Cerrados" y de apoyo a las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (UNPROFOR).

Los aparatos se encuentran desplegados en una decena de bases militares situadas en el norte y sur de Italia, la principal de ellas, la de Aviano, a unos 100 kilómetros de la antigua Yugoslavia.

Esta instalación militar alberga a un centenar de aviones de la OTAN, entre ellos 10 españoles, y desde ella despegaron la pasada semana los cazas que atacaron posiciones serbobosnias en Pale, sede de los rebeldes serbios.

Los aparatos aliados han efectuado más de 20.000 vuelos sobre el espacio aéreo de Bosnia-Herzegovina desde el comienzo de la operación "Cielos Cerrados".

Los serbios no reconocen la competencia de la UN

Beligerancia: anunciaron que no consideraban válidas las resoluciones del organismo internacional y se niegan a liberar a los rehenes; la NATO se comprometió a reforzar la fuerza de paz en la zona.



Un casco azul francés herido por los serbios participa de la despedida, en el aeropuerto de Sarajevo, de los cadáveres de dos compatriotas (AP)

SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 30 (AP).- Los serbios bosnios desafiaron hoy a las potencias occidentales, repudiaron toda autoridad exterior, amenazaron a un funcionario de las Naciones Unidas y mantuvieron como rehenes encadenados a numerosos cascos azules.

Una avanzada de soldados británicos, vanguardia de un total de 6200 efectivos de refuerzo, debía llegar hoy al puerto croata de Split.

Doce aviones Hércules de transporte se aprestaban a traer a la región la primera batería de artillería ligera británica, dijo el teniente coronel Gary Coward, vocero de la UN.

Posición beligerante

Los aislados serbios bosnios parecían determinados a mantener su actitud desafiante.

Fuentes allegadas al liderazgo serbio bosnio dijeron que, en una carta dirigida al secretario general de la UN, Boutros Ghali, Radovan Karadzic pidió garantías de la UN y la NATO "de que el uso de la fuerza no es más una opción".

Karadzic dijo que seis "zonas seguras" controladas por la UN, incluyendo Sarajevo, deben ser desmilitarizadas y que la UN debe poner fin a los envíos ilícitos de armas al gobierno bosnio.

La UN señaló que algunos pacificadores seguían encadenados a posibles blancos de ataques aéreos, a pesar de una promesa de poner fin a esa práctica formulada por el comandante general serbio, Ratko Mladic.

Los serbios amenazaron con disparar contra los aviones de la NATO y afirmaron que consideraban inválidas todas las resoluciones de la UN sobre Bosnia.

Refuerzos de la NATO

NOORDWIJK, Holanda, 30 (Reuter).- La NATO se comprometió hoy a reforzar la frágil fuerza de paz de la UN en Bosnia para prevenir nuevos incidentes como la toma de rehenes que han creado tensiones en la comunidad internacional.

El ministro de relaciones exteriores de Alemania, Klaus Kinkel, expresó a los periodistas que la alianza analizaba la forma de poner a disposición de las Naciones Unidas fuerzas de reacción rápida y la apertura de un corredor terrestre para el suministro de Sarajevo.

Estados Unidos, país que no tiene tropas en Bosnia, ofreció equipos pesados para asistir a la acosada fuerza de pacificación y los funcionarios de ese país plantearon la posibilidad de una acción de comandos norteamericanos para liberar a los rehenes.

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, afirmó en Washington que su gobierno proporcionaría una "respaldo apropiado" para reforzar la misión de la UN y anunció que Robert Frasure, negociador jefe de su país para los Balcanes, viajará mañana a Belgrado para tratar de que Serbia reconozca la independencia de Bosnia.

El ministro alemán señaló que si siguen las negociaciones para lograr la liberación de aproximadamente 400 efectivos de la UN tomados como rehenes por los serbios bosnios para defenderse de nuevos ataques aéreos de la NATO, similares a los que se realizaron la semana última.

Sin precedente

ZAGREB, 30 (EFE).- Por primera vez en la historia de las mediaciones de las Naciones Unidas en guerras en casi todo el mundo, una parte beligerante, los serbios bosnios, utilizan uniformes de los cascos azules y usa vehículos de la UN robados para atacar a las fuerzas de paz, reveló hoy, en Zagreb, Fred Eckhard, vocero de la organización internacional.

"En la historia de las misiones de paz de las Naciones Unidas se han dado casos de que una de las partes beligerantes pintara sus vehículos con insignias internacionales o de la UN para engañar al enemigo, pero no había ocurrido nunca que se disfrazaran para atacar a las fuerzas de paz", comentó.

OTAN APOYA LA FUERZA DE INTERVENCION

MADRID, 30 (Redacción Central de EFE). — La seguridad de los "cascos azules" en Bosnia acapara la atención de la comunidad internacional, hasta el punto de que la Alianza Atlántica apoyó hoy, martes, la creación de una fuerza de intervención rápida para proteger a los soldados de paz.

En la ciudad holandesa de Noordwijk, los ministros de Asuntos Exteriores de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) mostraron su respaldo a la propuesta del Grupo de Contacto alcanzada en su reunión de anoche, de reforzar a las Tropas de Paz con una capacidad de reacción, aunque esperan concreciones de las Naciones Unidas al respecto.

Fuentes aliadas indicaron que esta idea del Grupo de Contacto (EEUU, Rusia, Francia, Alemania y Reino Unido) "necesita un proceso de maduración", tanto en Nueva York como entre los mandos militares aliados y de los países posibles contribuyentes, y que "no se tratará de una fuerza para rescatar" a los más de 300 rehenes, pues no será efectiva hasta dentro de "cierto tiempo".

Los aliados condenaron enérgicamente a los serbios de Bosnia y la violencia que ejercen contra los "cascos azules", al tiempo que exigieron que "sean liberados incondicionalmente y sin daños los observadores de la ONU y los miembros de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (UNPROFOR)" retenidos.

La Alianza reiteró que continúa preparada para emplear su fuerza aérea para proteger a las Tropas de Paz y las "zonas seguras" (Sarajevo, Srebrenica, Zepa, Tuzla, Bihac y Gorazde).

El ministro español de Asuntos Exteriores, Javier Solana, reconoció que los países con "cascos azules" en Bosnia están preocupados por los riesgos adicionales que puede suponer un cambio de mandato de UNPROFOR hacia una misión más ofensiva.

Además, EE.UU. anunció hoy que no descarta una posible intervención en Bosnia para evacuar a los "cascos azules", pero insistió en que todavía no se ha tomado ninguna decisión al respecto.

Mientras tanto, los serbobosnios incrementan el número de rehenes de las Tropas de Paz con 7 ucranianos más, con lo que la cifra total de "escudos humanos" se eleva a 222 "cascos azules" prisioneros, dos de ellos españoles, y 92 cercados, que se encuentran encadenados en puntos estratégicos susceptibles de nuevos bombardeos de la Alianza Atlántica.

El portavoz de UNPROFOR en Sarajevo Gary Coward acusó hoy a los serbobosnios de utilización ilegal de vehículos y blindados de la ONU y de emplazarlos en las colinas que rodean Sarajevo para reforzar el asedio y anunció la llegada al aeropuerto de Split (Croacia) de los primeros soldados británicos del nuevo contingente que Londres ha decidido enviar a Bosnia.

Los serbobosnios comenzaron a tomar como rehenes a personal de la ONU, tras los ataques aliados contra sus posiciones en su sede de Pale.

El primer ministro británico, John Major, advirtió al líder serbobosnio, Radovan Karadzic, y a su jefe militar, general Ratko Mladic, que les considera "personalmente responsables" de la seguridad de los 33 rehenes de su país, capturados el domingo en el enclave musulmán de Gorazde.

Como reconoció el portavoz de la ONU Fred Echkard, por primera vez en la historia de las mediaciones de las Naciones Unidas en guerras de todo el mundo, una parte beligerante, los serbobosnios, utiliza uniformes de "cascos azules" y usa sus vehículos robados para atacar a las fuerzas de paz.

Aunque no pudo precisar el número de serbios que utilizaron uniformes de "cascos azules", aseguró que se trata de una "cifra considerable y creciente".

Tras suspenderse los ataques aéreos después de la toma de rehenes, el presidente bosnio, Alia Izetbegovic, ha preguntado a Claes, al secretario general de la ONU, Butros Gali, y los líderes del Grupo de Contacto si sigue en vigor la zona de exclusión de armas pesadas en Sarajevo y el ultimátum de la OTAN "para que nuestro Gobierno pueda encarar las consecuencias".

En el campo de batalla, se registran combates de gran intensidad entre el Ejército gubernamental, mayoritariamente musulmán, y los serbios rebeldes en torno al monte Ozron (Bosnia central) y en el estratégico corredor serbobosnio del norte.

Fuentes de UNPROFOR dijeron que "el Ejército de Bosnia tomó el lunes varias cotas estratégicas en el monte Ozren, entre ellas una carretera de importancia vital para el abastecimiento", mientras medios oficiales bosnios afirman que sus tropas avanzan en Vozuca, mayor aglomeración serbia situada al sur del macizo.

08-08

950807

Rusia confirmó el 31/5/95 que se integrará al Programa de "Asoc. para la Paz"

9508808

150483

31/5/95

508062
507293
507294

■ dom. 31/5

Finalmente Rusia se sumará al programa de seguridad de OTAN

La Haya- Rusia participará en el programa de aliados de la OTAN para las ex naciones del bloque soviético, anunció ayer el ministro de Relaciones Exteriores, Andrei Kozyrev, en un paso largamente esperado por las naciones occidentales.

El anuncio de Kozyrev revierte el congelamiento de las relaciones con la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) efectuadas en diciembre, en protesta por los planes de la OTAN de buscar nuevos miembros entre las naciones de Europa oriental.

"Nos estamos adhiriendo al programa", dijo Kozyrev en una conferencia de prensa.

Consultado sobre su adhesión a la Organización, Kozyrev dijo, la respuesta es, sí". (*AP*)

01-02

9508808

Integración rusa a la NATO

LN 31/5

NOORDWIJK, Holanda, 30 (AP).- El canciller ruso, Andrei Kozyrev, confirmó hoy que su país se integrará al programa Asociación para la Paz de la Alianza Atlántica en una iniciativa esperada desde hace tiempo por los países occidentales, deseosos de fortalecer la cooperación con su antiguo enemigo.

Previamente, Rusia había accedido a participar en el programa, pero objetaba los planes de la alianza para aceptar en calidad de miembros plenos a varios países europeos orientales, con el argumento de que ello afectaba su seguridad.

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, encomió la confirmación de la medida y la calificó de "comienzo de una nueva era" en las relaciones con Moscú.

9508809
El 26 de mayo se realizó en Filipinas la 2da Reunión Ministerial del G-14.
150090
24/5/95
1276/7/
11078
65941

Grupo Cairns presionará por reducción de subsidios agrícolas

Manila, mayo 26 - El Grupo Cairns de naciones agroexportadoras, que incluye a cinco países latinoamericanos, presionará a Estados Unidos, Japón y la Unión Europea para que que reduzcan subsidios a su producción agrícola.

El anuncio fue realizado hoy en Manila, durante una reunión del bloque integrado por Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Uruguay, Australia, Canadá, Fiji, Hungría, Indonesia, Malasia, Tailandia, Nueva Zelanda, y Filipinas.

"Debatimos formas de aumentar la presión a los países industrializados para que reduzcan el apoyo nacional a sus productos agrícolas", dijo el secretario de Agricultura filipino Roberto Sebastián a Reuters.

El ministro australiano de Comercio Bob McMullan, presidente de la conferencia, se hico eco de las declaraciones de Sebastián.

"Hemos logrado un comienzo paro el comercio mundial de agricultura sigue siendo altamente distorsionado y protegido", dijo McMullan durante un discurso.

Antes del comienzo de la reunión McMullan dijo que planteará las preocupaciones del grupo por las demoras en ejecutar los recortes a subsidios a la producción agrícola de naciones industrializadas, durante una conferencia con el director general de la OMC Renato Ruggiero prevista para el sábado.

McMullan afirmó que Estados Unidos y la UE, que se han comprometido a recortar los subsidios a productos agrícolas antes del 1 de julio, han emitido permisos que posibilitarán que subvenciones a ciertos productos continúen después de la fecha establecida.

El ministro australiano indicó que los delegados creían que este hecho representaba una violación de los acuerdos de la Ronda Uruguay. El grupo Cairns fue establecido en 1985 y agrupa a 14 naciones que en conjunto son responsables del 20 por ciento de las exportaciones mundiales de productos agrícolas. **(Reuter)**

01-02

9508809

Cairns: Solá fue al grano

Ayer se inició en Filipinas la segunda reunión ministerial del Grupo Cairns después de concluida la Ronda Uruguay del GATT. La posición argentina, al frente del conjunto de países que no subsidian sus producciones agropecuarias, quedó fijada por **Felipe Solá**. El titular de Agricultura se refirió a la nueva etapa que enfrenta el Grupo "que le exigirá confirmar su cohesión y su voluntad política para continuar impulsando la liberalización del comercio agrícola".

Depues de fijar el marco, Solá pasó a los objetivos y no anduvo con medias tintas. Señaló que deberá tenderse a una liberalización amplia que permita situar a la agricultura "en un plano de igualdad con el comercio de manufacturas". Posteriormente detalló las **metas** que deberían perseguirse:

- **Eliminación de los subsidios** a la exportación.
- **Reducción del 50% de los aranceles** de importación, respetando un techo que no exceda del máximo aplicado para los productos industriales y en casos de excepciones prever una adecuada compensación mediante el aumento del acceso mínimo.
- Establecer un **nivel de acceso mínimo** equivalente al 10% del consumo interno con arancel cero.
- **Expandir el acceso corriente** en un 50%, asignando ese aumento sobre la base del principio de la nación mas favorecida.
- **Reducir la medida global de ayuda** a nivel general y por productos específicos. En este punto la posición de Solá es que esa medida debería redefinirse para comprender a todas las políticas agrícolas y asegurarse que dentro de la reducción la mayor proporción corresponda a las políticas distorsionantes.
- Una definición más estricta de las políticas permitidas.
- La fijación de un programa de **negociación de estándares** internacionales fito y zoosanitarios.

Vetos

El martes se hizo la luz para dos de las preocupaciones del campo. La Cámara de Diputados finalmente rechazó los vetos presidenciales a las leyes sobre los **convenios de corresponsabilidad gremial** y la no exigibilidad de las deudas de autónomos anteriores a octubre del '93.

En el primer caso, que incluye a los trabajadores de actividades agropecuarias estacionales, la ley que ahora vuelve a tomar cuerpo ofrece un **plazo de 180 días**, que llega hasta el 1° de diciembre, para consensuar una nueva metodología de aportes.

El tema había despertado el mes pasado la ira del Secretario de Ingresos Públicos, Carlos Tacchi, que frente a las cámaras de televisión juró terminar con los evasores. En ese caso se refirió a este sistema previsional que rige desde el '70 para el fútbol y algunas actividades agropecaurias y forestales.

Ahora, el fútbol y el campo jugaran definitivamente en campos separados. A los clubes, el decreto 582 del Gobierno les dio una prórroga de cuatro meses.

Tasa

El **Banco de la Provincia de Buenos Aires** anunció el miércoles una reducción de la tasa de interés de los **créditos para la cosecha fina**. Ahora serán del **18,75%** anual en dólares y del **20,5%** en pesos, frente a los 19,50 y 23,50 previos.

La semana pasada, en el retiro de 3 días que nucleó en Tandil al gobernador bonaerense, Eduardo Duhalde, con su equipo de gobierno, el Ministro de la Producción, **Carlos Brown**, pidió la reformulación de la política crediticia de la banca provincial, con tasas y plazos de amortización que respondan a las características de las actividades productivas.

Pero el reclamo de Brown se extiende a todo el circuito financiero. "el efecto tequila ya pasó –dijo a Clarín Rural–, pero los bancos siguen derivando los fondos que reciben por devolución de préstamos a la financiación de descubiertos".

D.A.V.

El dólar se desvaloriza mientras América Latina se dolariza

Los resultados de la anunciada reunión del Grupo de los 7 (G- 7, los 7 «Grandes», para recordar, lo conforman los gobiernos de Japón, Estados Unidos., Alemania, Francia, Italia, Gran .Bretaña y Canadá) no hicieron más que ratificar uno de los mensajes centrales de la parte anterior de este artículo: las contradicciones continúan y seguirán siendo inevitables entre los países en los que se vive el principal desarrollo económico internacional; y por lo cual aparecen comúnmente denominados como los países más poderosos del mundo.

Reunión sin pena ni gloria

En definitiva, la reunión del martes 25 de abril en Washington se remitió a simples declaraciones de buena voluntad y de «preocupación», en ese lenguaje de absoluta irrelevancia, tan conocido en reuniones de estas características. Lo más importante consiste en la total confirmación de que las actuales condiciones del mundo capitalista son de gran complejidad, mucho mayor que en otras épocas, inclusive no muy lejanas, con todo un enorme conjunto de consecuencias contradictorias dentro del propio mundo desarrollado, a algunas de las cuales me refería la semana pasada.

Dicho de otra manera: las corrientes del gran capital transnacional, materializado por las mundialmente conocidas Empresas Transnacionales (ET), por un lado, y por otro, los poderosos intereses económicos, políticos y militares de los diferentes Estados de los países desarrollados (dentro de los cuales siguen destacándose por su finalidad hegemónica los correspondientes a los imperialistas norteamericanos) están determinando una complejísima red. Con esas muy contradictorias consecuencias como reflejo.

Por ejemplo, en esta última ocasión, no sólo los 7 grandes no se pudieron poner en nada importante de acuerdo, sino que la declaración forzada que tuvieron que realizar no logró más que una suba momentánea del dólar que no duró casi nada y que, de hecho, no ha revertido absolutamente la tendencia descendente del dólar en comparación con las otras monedas más fuertes del mundo. Lo que decíamos la semana pasada: la realidad económica e internacional propia del avance en crisis que el sistema capitalista ha venido desarrollando tiende a que esa caída no tenga demasiadas posibilidades de retraerse.

Los esfuerzos de algunos gobiernos e instituciones internacionales como el FMI, por ejemplo, han intentado interceder y tomar decisiones que, por lo menos, no incrementen los problemas y los conflictos. Pero es evidente que han sido por demás insuficientes. El dólar sigue cayendo; a lo sumo, manteniéndose en las cotizaciones más bajas de las últimas décadas en relación, sobre todo, al yen y al marco alemán.

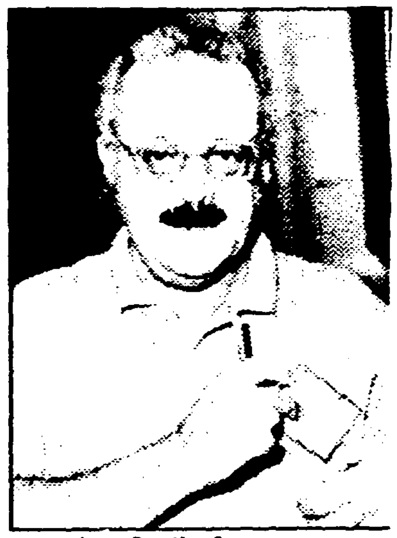
Hoy ha quedado una situación tal en la que, a lo sumo, dicha tendencia puede ser ajustada sólo marginalmente por decisiones de los gobiernos o bancos centrales (es más o menos lo mismo) de esos países más desarrollados. Pero la tendencia ahí sigue, contundentemente clara.

Incluso periódicos, semanarios y publicaciones muy diversas se han venido preocupando de demostrar últimamente, en nuestro propio país, esa caída tendencial del dólar. Algo que no es común como tema, dicho sea de paso. Lo que ilustra de lo extraordinariamente importante de tal fenómeno.

La «competitividad», pero ahora entre los bloques de los poderosos

Es indudable que detrás de esas contradicciones principales que hoy existen respecto a este tema se encuentra algo muy de moda: la denominada «competitividad». Pero ahora no sólo entre grandes ET y sus intereses, o entre países subdesarrollados, sino entre desarrollados, como forma de expresar e imponer su propia fuerza y dominio sobre los demás.

Dentro de la tendencia que hay en el mundo a la apertura de las economías, la misma se da fundamentalmente en países subdesarrollados y ha sido la política determinante de los Estados Unidos y, funcional a ella, de los gobiernos neoliberales en América Latina; región esta última que «corresponde» a dicho país en la mentalidad imperialista de «reparto del mundo» que, de hecho, se ha venido dando en la tripolaridad de bloques mundiales, pos soviética.



por Jorge Quartino Croce

Mientras tanto, la actitud de los otros dos restantes bloques - el europeo y el asiático, con Alemania y Japón, respectivamente, a la cabeza- ha sido tratar de contrarrestar la tradicional hegemonía imperialista norteamericana mundial, también en lo económico, como país, con respecto a los propios países de ambos bloques; para ello, es conocida su política proteccionista ante los productos provenientes de la Unión Americana; mientras los norteamericanos se proponen globalizar y extender mundialmente esa intención liberalizadora, de acuerdo a las tendencias de las propias ET.

Precisamente, estas diferencias y enfrentamientos llevaron a la larga y difícil Ronda Uruguay que, finalmente, se destrabó por lo menos parcialmente, configurando un nuevo organismo heredero del GATT, aunque con intenciones diferentes, denominado Organización Mundial del Comercio (OMC). De todas maneras, como expresión de esas dificultades y de las propias consecuencias de la crisis mexicana, a la fecha, la OMC todavía no ha podido regularizar e institucionalizar su funcionamiento; más allá de que su política y tendencia es a liberalizar la economía mundial.

La relevancia del dólar como moneda mundial

A esta altura de las contradicciones, es cuando aparece la importancia del dólar, como arma norteamericana para combatir, a su manera, a favor de sus propios intereses, como país, esa actitud proteccionista de europeos y japoneses; incluso, también del propio gobierno de China que, hace alrededor de un mes, tuvo un enfrentamiento con Estados Unidos., precisamente por problemas de aranceles, impuestos y barreras diversas al comercio entre sus productos.

Washington, entonces, aprovecha el papel de moneda-patrón mundial que el dólar tiene, desde Bretton Woods en adelante. Por lo tanto, al devaluarse el dólar con respecto a las monedas de Alemania y Japón, Estados Unidos retoma, gana cierta «competitividad» frente a los productos alemanes y japoneses, cuando éstos pretenden entrar en la economía norteamericana; se encarecen, ya que por cada dólar se obtienen menos marcos alemanes o yenes japoneses, al revaluarse dichas monedas.

Pero, además, al encarecerse en dólares los productos de ambos países, tienden a disminuir también sus exportaciones a Estados Unidos, con lo cual este país también busca rebajar su fuerte déficit comercial, al que tantas veces me referí en esta columna, en particular con Alemania y Japón, que son los países con los cuales dicho déficit es proporcionalmente de los mayores.

Un efecto similar a favor de EE.UU., también busca el gobierno norteamericano con respecto a sus exportaciones a dichos países, pues las abarata en precios unitarios, al descender la paridad del dólar con sus monedas respectivas. Es una manera, entonces, de romper esa actitud proteccionista de Europa y Japón con Washington.

La insólita ironía

Para nosotros los uruguayos, los latinoamericanos, estos hechos y estas consecuencias pueden parecer extrañas. Porque nos pasa exactamente al revés, ya que nuestras monedas son las que permanentemente se devalúan con respecto al dólar y los neoliberales están tratando de hacerlas desaparecer, dolarizando nuestras economías. Y además, porque comúnmente los saldos comerciales de la mayoría de los países con EE.UU. - un buen ejemplo es México - es normalmente negativo, no positivo como le sucede a Alemania y Japón.

De ahí la ironía para los propios países desarrollados europeos, Japón o inclusive China. Porque para no perder competitividad de sus productos, a estos países, como el dólar es la moneda rectora mundial, no les conviene ir revaluando tanto su moneda con respecto al dólar. Ironía porque, además, en principio - y a esta altura de los acontecimientos subrayo esto de «en principio» - también la fortaleza de una moneda parecería que es la fortaleza de un país. Pero los nuevos tiempos transnacionales liberalizantes traen estas contradicciones...

Claro; el indudable peso político-militar de los EE.UU. a nivel mundial hace que sucedan, mientras los procesos económicos en los distintos países desarrollados no tienen por qué ser lineales a los pesos políticos-militares de los países.

La complejidad no para

No todo termina aquí. La propia crisis interna y estructural del capitalismo lleva a impulsar más problemas y contradicciones. Por ejemplo, la crisis mexicana también fue incidida por los problemas norteamericanos; entre otras cosas porque a principios de 1994, EE.UU. elevó sus tasas de interés y muchos capitales especulativos que estaban en México se trasladaron para el norte; proceso que después se intensificó.

Pero después, al revés, cuando explotó la crisis mexicana, muchos capitales que se fueron de México hacia otros países se cambiaron y se colocaron (también especulativamente) en marcos o yenes; con lo cual también, siguen las ironías, facilitaron la caída del dólar y la revaluación de las otras dos monedas. Tengamos presente que alrededor del 60% de las reservas mundiales están hechas en dólares, por lo cual el traslado de ciertas inversiones en dólares a yenes o marcos pueden tener consecuencias notorias.

El director general del FMI trata de presionar al gobierno de Clinton para que este problema de las paridades del marco y el yen con el dólar lo enfrente con subas de las tasas de interés de EE.UU., que incentive entrada de capitales y lógica revaluación del dólar; los otros hacen lo contrario, con contrarios objetivos. Pero como al comienzo: nada indica que las tendencias cambien de fondo. La compleja situación internacional del capitalismo así lo viene indicando.



02-02

9508810

3/5

Ministros sociales del Grupo de Rio se reúnen en Buenos Aires

Los países integrantes del Grupo de Rio se reunirán mañana en Buenos Aires en procura de alcanzar acuerdos sobre coordinación del desarrollo, informó ayer el secretario de Desarrollo Social argentino, Eduardo Amadeo.

Las deliberaciones comenzarán con un discurso del canciller anfitrión, Guido di Tella, en lo que será el primer encuentro ministerial luego de la Cumbre de Desarrollo Social llevada a cabo en Copenhague en marzo último.

El Grupo de Rio fue creado en 1987 y está integrado por Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela, así como por un representante de Centroamérica y otro del Caribe.

Culminó Reunión de Cancilleres del Grupo de Rio

RECLAMAN REESTRUCTURAR EL FMI Y EL BANCO MUNDIAL

La unificación de América Latina, la necesidad de reestructurar el FMI y el Banco Mundial y el rechazo a la decisión de EE.UU. de sancionar a los países que negocien con Cuba, fueron los puntos más importantes considerados durante la XVI Reunión Ordinaria de Cancilleres del Grupo de Rio, que celebrará una nueva cumbre presidencial en setiembre próximo. Varias iniciativas del ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Alvaro Ramos, se transformaron en recomendaciones adoptadas por los cancilleres del grupo.



Los 7 ministros de Relaciones Exteriores que concurrieron a la Reunión de Cancilleres del Grupo de Río que se realizó en Quito (Laserfoto de REUTERS)

Los cancilleres del Grupo de Rio decidieron ayer, instruir a los coordinadores nacionales del citado grupo, para que se elabore una propuesta que contenga líneas de acción relativas a las perspectivas de integración regional y hemisférica, incluyendo puntos de vista sobre la estructura institucional del SELA y ALADI. También se coincidió en la necesidad de reestructurar el FMI y el Banco Mundial y rechazar la decisión de EE.UU. de sancionar a los países que negocien con Cuba.

Una de las propuesta presentadas por el canciller uruguayo Alvaro Ramos, se transformó a la postre, en el tema de mayor relevancia política en la referida reunión.

Lo expuesto por nuestro ministro tuvo los siguientes elementos centrales:

a) Preocupación generalizada en América Latina y el Caribe por la presencia de varios procesos de integración y cooperación regionales y subregionales que coexisten sin ninguna coordinación.

b) Necesidad de realizar en forma paralela a las políticas nacionales de ajuste y racionalización en el uso de los recursos, acciones regionales tendientes a evitar la duplicación de esfuerzos.

c) Constatación de que el Grupo de Rio es el mecanismo de concertación política idóneo para conducir los trabajos en consecución de tal objetivo.

d) Coincidencia en que el SELA (Sistema Económico Latinoamericano) en el ámbito de la coordinación política y la ALADI (Asociación Latino Americana de Integración) en el plano de la cooperación comercial, se transformen en los instrumentos técnicos de apoyo al Grupo de Rio para dar impulso político a las transformaciones acordadas por los cancilleres de América Latina y el Caribe.

REESTRUCTURAR FMI Y BM

Preocupados por las repercusiones del "efecto tequila", los cancilleres del Grupo de Rio expresaron dudas sobre la efectividad de los organismos multilaterales para frenar las futuras crisis de una economía mundial que tiende a globalizarse.

El canciller de Uruguay, Alvaro Ramos, dijo que el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial se han quedado obsoletos en función de las aperturas de las economías y del libre intercambio comercial a nivel mundial.

"La posición sería ir a fondo a una revisión como se hizo con el GATT, que dio origen a la creación de la OMC", dijo Ramos a periodistas.

Los cancilleres de los 14 países miembros del Grupo Rio han debatido con particular interés el tema del flujo irrestricto de capitales de corto plazo, cuya salida masiva de los mercados financieros en México contribuyó a la severa crisis económica.

Asimismo, los cancilleres enviarán a los miembros del Grupo de los Siete países más industrializados del mundo una resolución expresando las preocupaciones del área sobre el impacto negativo de los capitales "golondrinas".

SANCIONES A CUBA

El Grupo de Rio anunció hoy que enviará al gobierno y congreso de Estados Unidos una nota de protesta y rechazo a la decisión de sancionar a los países que establezcan negociaciones de tipo comercial con Cuba.

El anuncio fue hecho en nombre del grupo por el canciller mexicano José Angel Gurria, quien participa en Quito en la reunión del organismo que agrupa a 14 países latinoamericanos.

La iniciativa "nos parece muy grave porque implicaría la aplicación extraterritorial de las sanciones que el gobierno americano le aplicaría a aquellos que hacen negocios con Cuba", agregó Gurria.

CUMBRE EN SETIEMBRE

Los Jefes de Estado del Grupo de Rio analizarán la creación de la comunidad latinoamericana de naciones en su cumbre de setiembre en Ecuador, dijo ayer el canciller de Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas.

"Hemos aprobado, para que los presidentes lo evalúen, la creación de la comunidad latinoamericana de naciones que permitirá unificar a la región", dijo el canciller venezolano.

Los gobernantes de los países miembros del Grupo de Rio se reunirán el 5 y 6 de setiembre en Quito para evaluar temas referentes a la inversión y el comercio.

PEDIDO DE LOS CANCILLERES

Red "antitequila"

(*Por María O'Donnell*) **Los cancilleres de América latina se reunieron por primera vez después de la crisis mexicana y resolvieron enviarle una carta al poderoso Grupo de los Siete para que se encargue de crear mecanismos que, en el futuro, eviten que el terremoto económico de un país se expanda por toda la región.**

Hasta el año pasado, los temas excluyentes en las reuniones de cancilleres o de presidentes latinoamericanos eran Haití y Cuba. En ambos casos, la preocupación central pasaba por la democratización de la región. Aunque Cuba sigue vigente en las discusiones, la crisis mexicana y el efecto "tequila" de diciembre del año pasado provocaron grandes cambios en la agenda diplomática de los países agrupados en el Grupo Río.

En la carta que le enviaron al Grupo de los Siete –formado por Canadá, Estados Unidos, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia y Japón–, los cancilleres destacan su preocupación "por los efectos que el comportamiento de los flujos de capital de corto plazo puede tener en las economías latinoamericanas". Sostienen que, para preservar la estabilidad económica de la región, necesitan "contar con un sistema financiero internacional más estable y predecible".

En definitiva, lo que América latina le pide a los países más ricos del planeta es que pongan en marcha mecanismos que protejan a los más débiles ante "situaciones de emergencia" provocadas por la fuga repentina de capitales. Les pide además que traten el tema en la reunión que tienen marcada para el mes que viene en Halifax.

El Grupo de los Siete analizó la crisis mexicana en febrero pasado y resolvió que el Fondo Monetario Internacional –creado a mediados de siglo para supervisar el funcionamiento del sistema monetario y otorgar créditos de mediano plazo a países con dificultades en sus balanzas de pagos– debe "modernizarse". Es decir, crear una dependencia que atienda a las urgencias de las economías que sufran los efectos de la especulación.

La carta del Grupo Río para el Grupo de los Siete salió de una reunión de cancilleres realizada la semana pasada en Quito. Guido Di Tella no viajó y mandó en su lugar al vicecanciller Fernando Petrella. De todos modos, la crisis mexicana va a figurar en la agenda de la cumbre de presidentes de América latina que se hará en septiembre en Ecuador.

Los cancilleres también emitieron una declaración sobre Cuba. Los 14 países que integran al Grupo Río –la mayoría de América del Sur, México y otros tres en representación de Centroamérica y el Caribe– reclamaron el año pasado el fin del embargo norteamericano contra Cuba y la democratización de la isla. Esta vez, los cancilleres analizaron un proyecto del senador republicano Jesse Helms, quien impulsa sanciones para todas las empresas que comercian con Cuba, sin importar su país de origen. El proyecto, según el Grupo Río, "viola el derecho internacional, los principios más elementales de la convivencia regional y las prácticas sobre libertad de comercio reconocidas a nivel mundial".

A pesar del público apoyo del presidente Carlos Menem al embargo contra Cuba, la Argentina firmó todas las declaraciones del Grupo Río que son críticas de la política norteamericana. El debate entre Menem y Fidel Castro ya es un clásico de las cumbres iberoamericanas, que reúnen una vez al año a todos los jefes de gobierno de América latina, España y Portugal. El próximo encuentro es en octubre. Como la sede será Bariloche, le toca a Menem ser anfitrión de Castro.

Cancilleres comienzan hoy preparación Cumbre de Río

14 22/5

Los ministros de Relaciones Exteriores y delegados del Grupo de Río comenzarán hoy en Quito, una reunión de dos días para preparar la "cumbre" de presidentes y jefes de Estado de esa organización internacional, prevista para setiembre próximo en la capital ecuatoriana.

QUITO. (Agencias). En la cita de los ministros de Relaciones Exteriores, que será inaugurada por el canciller ecuatoriano, Galo Leoro, quien es además, secretario temporal del Grupo de Río, se realizará un seguimiento de la efectividad de los compromisos adquiridos por las naciones en la "cumbre" de Miami (EEUU), así como los asumidos en la reunión de Desarrollo Social y la de Desarrollo Sostenible.

Asimismo, se estudiará la propuesta de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) para la convocatoria a la "cumbre" mundial de la alimentación, prevista para el próximo año, y se estudiarán los asuntos de la "cumbre" de Desarrollo Sostenible de Bolivia de 1996.

Cita de cancilleres

Los coordinadores del Grupo de Río, integrado por Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela y Trinidad y Tobago -como representante de los países del Caribe-, programan en Quito, en una reunión privada, la cita de los cancilleres.

La reunión de ministros de Relaciones Exteriores de los países integrantes del Grupo de Río no contará con la partipación de los cancilleres de Argentina, Brasil, Panamá y Trinidad y Tobago.

Un portavoz de la Cancillería ecuatoriana reveló que en representación de los ministros de Relaciones Exteriores de esas cuatro naciones, asistirán a la reunión el vicecanciller de Argentina, Fernando Petrella y el secretario general de Relaciones Exteriores de Brasil, Sebastiao do Rego Barros.

Asimismo, asistirán también el vicecanciller de Panamá, Omar Jaen Suárez, y la coordinadora nacional alterna del Grupo de Río para Trinidad y Tobago, Corinne Mcknight.

Por otra parte una delegación del Parlamento latinoamericano entregará hoy a los cancilleres del Grupo de Río un proyecto para la creación de la Comunidad Latinoamericana de Naciones.

La creación de dicha Comunidad tiene como objetivo impulsar la integración en la región y buscar el desarrollo sostenible de los pueblos latinoamericanos, según el Parlamento Latinoamericano.

01-02

9608813

Grupo de Rio: en Setiembre Reunión de los Presidentes

Quito, (EFE).- La IX Cumbre Presidencial del Grupo de Rio se celebrará en Ecuador entre el 5 y 6 de setiembre próximo, confirmó el ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia, Antonio Aranibar Quiroga.

Las autoridades ecuatorianas, agregó el ministro boliviano, establecerán la ciudad sede que será anfitriona de la cita presidencial de las catorce naciones que integran el Grupo de Rio: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Trinidad y Tobago, Uruguay y Venezuela.

La realización de la IX Cumbre fue confirmada en la XIV Reunión Ordinaria de Cancilleres del Grupo de Rio, que comenzó hoy y concluirá mañana en Quito.

Desde que el *Grupo de Rio* sucedió en diciembre de 1986 al antiguo Grupo de Contadora, ha reunido a los gobernantes de la región en ocho oportunidades: Acapulco-México, 1987; Punta del Este-Uruguay, 1987; Ica-Perú, 1989; Caracas-Venezuela, 1990; Cartagena-Colombia, 1991; Buenos Aires-Argentina, 1992; Brasilia-Brasil, 1993, y Santiago-Chile, 1994.

Los cancilleres y representantes del Grupo de Rio comenzaron ayer, en Quito, la XIV reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de esa organización, en medio de diferentes expectativas sobre los resultados de la cita internacional.

"No se puede esperar resultados espectaculares de esta reunión", dijo el ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia, Antonio Aranibar Quiroga, al tiempo que aseguró que pese a ello, "todo tipo de reuniones en las que se pueda dialogar son positivas".

"El Grupo de Rio y otros organismos han demostrado que no están en capacidad para encargarse de los problemas bilaterales, pues no fueron creados para ello", dijo el canciller, que, hace más de una década, vivió en este país durante tres años.

Tras descartar que se aborden asuntos bilaterales en la cita, afirmó que las reuniones de esta naturaleza contribuyen a incrementar el intercambio de ideas entre las naciones con el fin de analizar los problemas entre los integrantes del Grupo de Rio.

...upo de Río rechaza sanciones económicas a Cuba

Quito (ANSA) 24/5 L Rep.

El Grupo de Río anunció ayer que enviará al gobierno y Congreso de Estados Unidos una nota de protesta y rechazo a la decisión de sancionar a los países que establezcan negociaciones de tipo comercial con Cuba.

El anuncio fue hecho en nombre del Grupo por el canciller mexicano José Angel Gurría, quien participa en Quito en la reunión del organismo que agrupa a 14 países latinoamericanos.

"Ayer mismo acordamos mandarle al gobierno americano y al Congreso una expresión de nuestra preocupación por la iniciativa (de los congresistas) Helms y Burton", dijo Gurría.

La iniciativa "nos parece muy grave porque implicaría la aplicación extraterritorial de las sanciones que el gobierno americano le aplicaría a aquellos que hacen negocios con Cuba", agregó Gurría.

"Eso es privilegio de la ley y sociedad norteamericana. No tien por qué hacer extensivas esas sanciones a ciudadanos o empresas de otros países que estamos llevando a cabo actos de comercio perfectamente legales y legítimos con Cuba", sostuvo.

El Grupo de Río acordó además enviar una carta al G-7, que agrupa a los países más industrializados para expresar la preocupación sobre la estabilidad del sistema financiero mundial.

02-02 9508813

DOCUMENTO 9508814
TITULO FF.AA. uruguayas participarán en encuentro sobre terrorismo promovido por Argentina y EE.UU.
PROCEDENCIA 1500/5
FECHA DE 18-05-95
VINCULACION 11078
66960
507466
65810
77763
11173

ENTRADO ✓
CRUZADO

Las FF.AA. uruguayas participarían en el encuentro antiterrorismo

El Ministro de Defensa Nacional, Raúl Iturria no descartó que participen integrantes de las Fuerzas Armadas uruguayas en el encuentro antiterrorismo que promueven Argentina y Estados Unidos, aunque aclaró que el tema se está manejando en el ámbito del Ministerio del Interior, que es el organismo estatal invitado.

En agosto se reúnen en Buenos Aires organismos especializados de toda América en la lucha contra el terrorismo internacional, iniciativa promovida particularmente por los gobiernos de Argentina y Estados Unidos. Dijo Iturria que la temática de esa reunión "no es extraña al Ministerio de Defensa", por ello entendemos que es muy probable que se inviten a especialistas de las Fuerzas Armadas".

Mañana parten 60 efectivos a Angola

La preocupación sobre la epidemia del terrible virus Ebola que se desarrolla en el Zaire, no escapa a los mandos de las Fuerzas Armadas uruguayas, ante el envío de más de 800 efectivos uruguayos a Angola, limítrofe con ese país, indicó a la prensa el Ministro de Defensa Nacional, Raúl Iturria.

El Ministro señaló que la zona donde se instalarán las fuerzas de paz uruguayas "están bastante alejadas de la zona donde ese flagelo ataca, las medidas a adoptar son la precaución".

Indicó que la Organización Mundial de la Salud (OMS) está tomando medidas que "permitirían evitar la propagación de la enfermedad, seguramente no se correrán riesgos", afirmó.

Con respecto a la partida del primer contingente de avanzada el Ministro dijo que se embarcarán mañana "60 hombres que serán encargados de recibir el equipo", que partió en buque al puerto de Lobito.

Y que luego que estos sean desembarcados "irá el resto del batallón" que tendrá una misión de seis meses de duración aunque puntualizó que "el plazo se puede alargar".

✓
✓

01 - 01 9508814

9508815
Con respaldo de OEA rediguió Rama ... en Madrid del 5 al 7 de junio 95
150090
31/5/95
11078
507513
507466
11316
500889

Rama Irá a Madrid a Seminario Sobre Educación

Del 5 al 7 de junio de 1995, se desarrollará, en Madrid el Seminario Taller de "La educación como factor de desarrollo económico y social", en el marco de "Ante la V Cumbre Iberoamericana".

Este evento de excelencia académica que cuenta con el respaldo de la organización de Estados Iberoamericanos ha sido diseñado para actualizar las Prioridades de la Cooperación Educativa, para impulsar su Crecimiento Económico y Social enfrentando las problemáticas que puedan ser trabas para el Desarrollo de la Educación.

El propósito de las referidas jornadas, será mejorar la comprensión del contexto y la toma de decisiones en los campos de la formulación y análisis de políticas, planificación y gestión educativas.

La metodología de trabajo del Seminario-taller se desarrollará sobre la base de videos y lecturas previas, estudios de casos, trabajos individuales y de grupo, todas actividades organizadas en forma modular e interdependiente, a la que se le agregan mesas redondas abiertas al público.

Cabe informar que nuestro país estará representado por el presidente del Consejo Directivo Central, prof. Germán Rama quien estará partiendo el próximo día sábado rumbo a España.

La máxima autoridad de la Administración Nacional de Educación Pública será expositor en la mesa redonda a realizarse el día 7 de junio en el tema Prioridades de la Cooperación Educativa. Dicha mesa será presidida por el secretario general de la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, Lic. José Torreblanca.

Rama viaja a Madrid y luego va al Parlamento

■ El presidente del Codicen concurrirá a la Comisión de Educación y Cultura de Diputados para explicar las orientaciones que dará a la reforma educativa. También se confirmó que viajará a España.

Según fuentes parlamentarias, Rama solicitará en el correr de esta semana que la asesora legislativa lo reciba y probablemente los diputados marcarán luego el primer miércoles, 7 de junio, como fecha de la reunión. Ese día está agendado para una nueva reunión de la Comisión, pero Rama no estará en Montevideo.

A MADRID

Con respaldo de la Organización de Estados Americanos (OEA), del 5 al 7 de junio se desarrollará en Madrid el Seminario Taller de "La educación como factor de desarrollo económico y social" en el marco de las preparaciones de la V Cumbre Iberoamericana.

Rama representará a nuestro país en las jornadas, para lo cual partirá el próximo sábado. Allí será expositor en una mesa presidida por el secretario general de la OEA, disertará sobre prioridades de la cooperación educativa.

El propósito de las jornadas es mejorar la comprensión del contexto y la toma de decisiones en los campos de la formulación.

01-01

9508815

LAS ESTRUCTURAS DEFENSIVAS DE LOS PAISES SON INSUFICIENTES, DICE EL EMBAJADOR

Construyamos una seguridad continental

"Hoy, los peligros que encaramos tienen dimensiones transnacionales que nos fuerzan a repensar la seguridad como la resultante de consensos colectivos en un mundo que se hace cada vez más pequeño", dice el autor de esta nota. Estos peligros son, según él, la reaparición de corrientes "nacionalistas", el contrabando de material nuclear, la fabricación de armas químicas y biológicas y el narcotráfico, entre otros. Por eso, dice que el rol de Naciones Unidas está variando y que se debe encarar la seguridad desde un ángulo de cooperación hemisférica.

Por Raúl Granillo Ocampo

NO hace 10 años aún, la seguridad global era un problema apremiante, pero definido con perfiles tan dramáticos como nítidos.

Un nivel donde la confrontación nuclear generalizada era posible y un nivel convencional, con escenarios en muy diversas partes del planeta, donde se dirimía la pugna entre los proyectos políticos de las dos superpotencias.

Todo este esquema se desmorona en forma tan sorpresiva como acelerada y comenzamos así a vivir un tiempo de incertidumbre ya que, si aún no desentrañamos por completo la multiplicidad de las causas del proceso que provocó el colapso del "sistema comunista" parecería prudente pensar que tampoco estamos en condiciones, ni tenemos la perspectiva necesaria, para medir la totalidad de sus efectos en el espacio y el tiempo.

Creo sin embargo que pueden verse algunas tendencias generales que me gustaría puntualizar.

Por una parte presenciamos la estructuración de una economía mundial que se globaliza generando un marco de interdependencias del que nadie quedará exento.

En segundo lugar, estamos asistiendo a un dramático crecimiento de la población mundial que se incrementa a un ritmo de 1.000 millones de seres humanos por década. De este crecimiento, un 90% tendrá lugar dentro de los países más pobres del planeta. A menos que los frutos de esta economía global se extiendan para alcanzar rápido a las capas más desposeídas, la propia coherencia interna de los sistemas políticos actuales será puesta a dura prueba en un contexto donde la "violencia social global" puede llegar a convertirse en una lamentable realidad.

Por otra parte, los gobiernos nacionales no tendrán una autonomía absoluta para asegurar el éxito económico, y la tecnología informática llevará a una paulatina descentralización donde los poderes del Estado se verán notoriamente recortados.

El fin de un conflicto

El fin de la confrontación Este-Oeste, tal y como la conocimos desde la Segunda Guerra Mundial, despertó en muchos una esperanza cuasi mítica en la desaparición de la violencia y la guerra.

Sin embargo los titulares en los medios informativos desmienten todos los días este optimismo desmedido al señalar la existencia de movimientos secesionistas violentos, la reaparición de corrientes de tipo "nacionalista" sumamente agresivas con ataques xenofóbicos contra refugiados; migraciones masivas como no se habían visto en décadas; contrabando de material nuclear, fabricación de armas químicas y biológicas; la proliferación del crimen organizado y el crecimiento de los sindicatos transnacionales dedicados al tráfico de drogas, esto sin olvidar la permanencia del terrorismo internacional como tema aún no resuelto.

Ante este panorama, la estructura defensiva del Estado nacional, nacida en el siglo pasado, se muestra insuficiente para garantizar la seguridad frente a estas amenazas que tienen un carácter esencialmente transnacional.

Es en este contexto donde hace su aparición la noción de replantear el concepto de seguridad, entendiéndola como "seguridad cooperativa". Esta idea se aparta de la concepción clásica de seguridad, que enfatizó siempre los aspectos estrictamente "nacionales" de la misma; ya no se concibe la seguridad de un actor, en detrimento de otro, sino que por el contrario, la idea de la "seguridad cooperativa" implica una percepción conjunta y regional.

Sucede que hoy, los peligros que encaramos tienen dimensiones transnacionales que nos fuerzan claramente a repensar la seguridad como la resultante directa de consensos colectivos en un mundo que se hace cada vez más pequeño...

El rol de Naciones Unidas

En búsqueda de soluciones para estos problemas, a partir de 1990 la mirada de las naciones comenzó a dirigirse hacia la ONU como ámbito para la posible solución de estos conflictos.

Así se fue generando una paulatina sobrecarga de la ONU en sus misiones de paz, que paradójicamente involucraban cada vez más a menudo el riesgo del uso de la fuerza y dejaba abierta la discusión respecto no solo de la ética de la intervención, sino de las dificultades de hacerlo sin tomar partido por alguno de los bandos en pugna.

Uno de los cambios más delicados que las operaciones de la ONU afrontan hoy es que en las acciones clásicas de mantenimiento de paz en la posguerra el rol de las fuerzas de la ONU era mantener un "alto el fuego" que todos los involucrados habían decidido aceptar. Por el contrario, en lo que hoy se denomina "peace enforcement operations", los contingentes de la ONU se ven a menudo entrampados entre dos fuegos transformándose en una especie de rehenes armados que no pueden usar las armas de que disponen y deben limitarse a procurar que uno de los bandos no derrote al otro, lo cual no implica que ambos dejarán de seguir tratando.

La eficiencia de las Naciones Unidas en estas tareas es un tema que sigue generando debate, sin embargo es visible que la complejidad y el número de operaciones que la ONU debe encarar superan en mucho los medios de que dispone.

Se hace, pues, necesario trabajar conjuntamente para la elaboración de una doctrina que encuadre este tipo de accio-

(Continúa en la PAGINA 66)

ARCHIVO CLARIN



"Es visible que la complejidad y el número de operaciones que la ONU debe encarar superan en mucho los medios de que dispone", según el embajador argentino en los Estados Unidos.

Construyamos una seguridad continental

(Viene de la PAGINA 13)

nes así como también en proveer a las Naciones Unidas de los medios adecuados para poder llevarlas adelante.

■ Una visión regional

La Cumbre Hemisférica dejó a la vista, entre otras cosas, que podemos sentarnos a una mesa de diálogo, y pensar entre todos nuestro futuro común. Se aguarda además con expectativas la próxima reunión de ministros de Defensa, la primera de este tipo que se lleva a cabo a nivel hemisférico.

Todo esto es posible porque se ha hecho realidad un cambio sustantivo en el "fondo" de la relación entre los Estados Unidos y América latina.

A partir del fin de la Segunda Guerra Mundial, y con la creciente vigencia de la confrontación Este-Oeste, los Estados Unidos vieron a nuestro hemisferio como un terreno donde el comunismo podía llegar a hacer pie y desarrolló un cuerpo de doctrina y una acción político-militar para impedirlo.

Esta postura tuvo también su correlato político con la consolidación de la idea de los "dictadores amistosos", postura que permitió la instauración de los regímenes militares que conocimos en casi todos nuestros países y que tanto daño causaron a la Nación en general y a sus propias Fuerzas Armadas.

La seguridad nacional se entendía entonces como un edificio sostenido por dos pilares: el primero y más importante era un anticomunismo militante, al que se agregaba, en menor medida, el recelo respecto de los vecinos.

A estos factores se le sumaban desconfianzas y recelos mutuos que hunden sus raíces en las respectivas historias nacionales y que contribuyeron a fomentar un aislamiento entre los propios países de la región, que estamos ahora superando.

Es este cambio de fondo, al que aludíamos, lo que hace posible intentar la construcción de una nueva relación continental conceptualizando nuestra seguridad desde un ángulo de cooperación hemisférica.

En este esquema es dable pensar además, que las organizaciones regionales como la OEA puedan tomar crecientes responsabilidades realizando un trabajo coordinado con la ONU en una especie de "partnership" para la seguridad continental.

Raúl Granillo Ocampo es el actual embajador argentino en los Estados Unidos.

02-02

9508816

Vínculos estrechos entre terrorismo y mafia

El Cairo (AFP), LPG 2/5
por Jean-Herve Deiller, enviado especial

Los delegados de unos 140 países que participan en la conferencia de Las Naciones Unidas, en El Cairo coinciden en subrayar los vínculos estrechos entre terrorismo y crimen organizado, pero divergen en torno a la asimilación total de estas dos amenazas para combatirlos mejor.

Los países presentes en el noveno Congreso de la ONU para la Prevención del Crimen, denunciaron unánimemente los vínculos entre los grupos terroristas y las "multinacionales del crimen" que, pese a objetivos diferentes, utilizan frecuentemente los mismos medios —tráfico, extorsión, corrupción— y que colaboran fácilmente.

Denunciada desde los años '70, esta convergencia se aceleró con el fin de la guerra fría y el agotamiento del apoyo del Estado al terrorismo, según el secretario general del Congreso, el italiano Giorgio Giacomelli.

Egipto, azotado desde hace tres años por una oleada de violencia islamista que causó más de 750 muertos, lidera al grupo de países que preconiza una asimilación del terrorismo al crimen organizado, blanco privilegiado de la ONU desde hace varios años.

El presidente egipcio Hosni Mubarak subrayó el sábado, en la apertura del cónclave, las amenazas planteada por el terrorismo, "la forma más peligrosa del crimen organizado, (que) transforma a las sociedades en junglas donde no tiene cabida el derecho".

Egipto presentó por eso una resolución que rechaza todo carácter político al terrorismo, y que podría fusionarse con un texto similar de Turquía.

"Ya no habrá derecho de asilo para los terroristas", afirmó el ministro de Interior egipcio, Hassan Alfi, invitando a los Estados "a colaborar en los campos jurídicos y judiciales, principalmente en lo que respecta la extradición de los delincuentes".

La extradición es el principal problema que divide a los Estados, de cara al problema del terrorismo. "Esta es una cuestión sumamente política", estimó un diplomático occidental.

"Si hay sangre en las manos, es un criminal, pero la noción de terrorismo o de complicidad de terrorismo puede ser extendida con demasiada facilidad por algunos países a algo que otros países consideran como un delito de opinión", estima Philipps Cuvillier, jefe de la delegación de Francia, presidente en ejercicio de la Unión Europea.

Por ejemplo, no todos los países "consideran a los kurdos como terroristas", dice, guardando el anonimato, otro delegado occidental, aludiendo al proyecto de resolución turco, que pide a los Estados que "adopten medidas respondiendo a las exigencias de los acuerdos internacionales, que les obligan a extraditar a los terroristas".

"Algunos países esperan aprovechar el contexto psicológico surgido tras los atentados de Oklahoma City y del Metro de Tokio, pero el terrorismo tiene demasiadas definiciones para ser admitido globalmente por todos", comenta en privado otro delegado europeo.

Un debate consagrado a la extradición se celebrará el miércoles en el marco de este Congreso.

Lazos del terrorismo y el crimen organizado

LN 9/5

EL CAIRO, 8 (AFP).- El noveno Congreso de la UN sobre la prevención del crimen, que terminó hoy tras once días de trabajos, adoptó diez resoluciones, una de las cuales liga la noción de terrorismo a la de crimen organizado y otra insiste en la prevención de la violencia contra las mujeres.

El secretario general del Congreso, el italiano Giorgio Giacomelli, se congratuló por el alto nivel de los trabajos, "muy técnicos y muy concretos", de los 1500 delegados de 140 países.

Uno de los avances del Congreso, declaró Giacomelli, es la "internacionalización" del concepto de lucha contra el terrorismo, que una resolución presentada por Egipto asocia al crimen internacional organizado.

Este texto reconoce "similitudes" entre terrorismo y crimen organizado, condena ambos "sin equívocos" e insta a los Estados a cooperar en la lucha contra los dos fenómenos, en particular en materia de extradición.

A último momento

Controvertido en razón de la falta de definición universal del concepto de terrorismo, el texto fue completado a último momento, con la iniciativa de Siria, con dos párrafos.

Uno de ellos afirma que "convendría establecer una distinción clara entre terrorismo y lucha de los pueblos para su liberación nacional", y el otro recalca "el derecho fundamental y legítimo a la autodeterminación de todos los pueblos sometidos a regímenes coloniales y a la ocupación extranjera".

El Congreso adoptó asimismo un texto sobre la violencia contra las mujeres, presentado por Canadá. Esta resolución insta a los Estados a adoptar leyes destinadas a "prevenir, prohibir y eliminar la violación o las violencias y abusos sexuales y todas las prácticas perjudiciales para las mujeres y las niñas, entre ellas la excisión y la infibulación".

"Lamentamos que la expresión «violación conyugal» no figure en el texto, pero demasiados países se opusieron a ello", declaró la delegada candiense Elaine Scott.

Una tonelada de cocaína llegó a San Petersburgo en 1994

El crimen deja dos billones de U$S de ganancia por año

El crimen organizado genera beneficios de más de un billón de dólares anuales a las organizaciones internacionales que han sabido -más rápidamente que la Policía- sacar las consecuencias de la mundialización y la liberalización de la economía de la década de 1990, según la ONU.

El Cairo (AFP)
por Jean Hervé Dellier

■ El crimen organizado genera beneficios de más de un billón de dólares anuales a las organizaciones internacionales que han sabido -más rápidamente que la policía- sacar las consecuencias de la mundialización y la liberalización de la economía de la década de 1990, según la ONU.

El narcotráfico produce la mitad de esa suma, según Dimitri Vlassis, abogado de Naciones Unidas que participará en el IX Congreso de la ONU para la prevención del crimen, a partir del sábado en El Cairo.

Para este Congreso quinquenal, el primero consagrado a la mundialización de la criminalidad, informes de la policía internacional revelan que en 1994, más de una tonelada de cocaína colombiana fue incautada en San Petersburgo, mientras que varios colombianos fueron inculpados por ayudar a los rusos a instalar laboratorios de producción de droga.

Para los cárteles sudamericanos, según los informes, un vasto campo se abrió con las nuevas posibilidades de exportación de las cosechas de millones de hectáreas de marihuana y de heroína.

Según Vlassis, el porcentaje de beneficios para las bandas criminales es de 70%, mucho más que las más florecientes empresas.

Las cifras corresponden a estimaciones brutas procedentes de los servicios policiales internacionales y demuestran el poderío creciente de las organizaciones criminales.

A los cárteles sudamericanos de la cocaína, mafias italianas, triadas de Hong Kong y yakusas japoneses, se agregaron recientemente los grupos criminales de Africa occidental y de la ex URSS, en rápida expansión según informes preparados por la ONU, que tratará en especial el tema de la "criminalidad transnacional".

La amenaza mayor reside "en la tendencia de la nueva delincuencia transnacional a pervertir las ventajas de la mundialización de la economía, arruinando así las esperanzas de crecimiento de los países en desarrollo", según un informe.

Además del ejemplo de la colaboración ruso-sudamericana, los informes revelan que la mafia italiana aconseja a los grupos criminales de la ex URSS para el blanqueo de dinero y que reuniones de las respectivas cúpulas se celebraron en Varsovia y Praga para facilitar la colaboración.

Bandas rusas y yakusas japoneses intercambian armas y mercancías robadas a través del puerto de Vladivostok en Siberia. La distribución hacia Europa y América de drogas químicas (anfetaminas) fabricadas en China es administrada por yakusas japoneses y triadas chinas.

La operación "Dinero" efectuada en 1994 por policías internacionales reveló que narcotraficantes italianos y colombianos habían ampliado su colaboración tradicional al tráfico de armas para la ex Yugoslavia.

Terrorífico y reciente, el tráfico de órganos, en especial de niños y de inmigrantes, figura en el programa del Congreso quinquenal de la ONU, al que asistirán 1.300 delegados de 140 países, agencias internacionales y organizaciones no gubernamentales.

Por último, la antigua "ruta de la seda" entre Oriente y Occidente, es hoy un "pasillo de la heroína" entre productores afganos y paquistaníes y consumidores europeos.

Recomiendan en la ONU cooperación antiterrorista

El Cairo (ANSA)

■ El IX Congreso de la ONU sobre Prevención de la Criminalidad y Tratamiento de los Delincuentes finalizado en El Cairo después de 10 días de sesiones recomendó especialmente la intensificación de la cooperación internacional contra el terrorismo.

En su declaración final, el Congreso de la ONU sobre Criminalidad y Delincuentes, en el que participaron representantes de 138 países, por primera vez subrayó la necesidad de la cooperación internacional en la lucha contra el terrorismo, hasta ahora tratada sólo a nivel de cada uno de los estados o a lo sumo bilateral, y destacó las "relaciones perversas" entre el terrorismo y las mafias.

En cambio, no tuvo éxito el intento de Egipto de hacer equiparar a los terroristas con los criminales comunes a fin de limitar el derecho de asilo y facilitar la extradición.

El Congreso, cuya consigna fue "Menos crímenes y más justicia, seguridad para todos", examinó por primera vez también nuevos tipos de crímenes, como los cometidos contra el ambiente o los referidos a la corrupción de funcionarios públicos. En la resolución final se señala en particular que es imprescindible estimular la inclusión en los códigos penales de los crímenes ambientales, unas de cuyas formas más graves son las del tráfico de fauna y flora en vías de extinción y la del almacenamiento y depósito en países subdesarrollados de residuos nucleares provenientes de naciones ricas industrializadas. Para expertos en temas ambientales, las resoluciones del Congreso de El Cairo, que incluyen la exhortación a crear organizaciones especializadas en la prevención y represión de los crímenes ambientales, son un buen principio. Asimismo, normas anti-trusts fueron sugeridas por la reunión de la ONU para frenar la corrupción de los funcionarios públicos.

Uno de los temas tratados con más atención fue el de la delincuencia infantil, junto con el de los niños víctimas de diversos crímenes.

Se resolvió exhortar a prestar mayor atención a la familia y a la enseñanza para frenar la criminalidad infantil y se aprobaron dos resoluciones sobre la necesidad de poner fin a la violencia contra mujeres y niños. Esa violencia, dice la declaración, tiene como principal escenario los muros domésticos y es a menudo la que genera futuros delincuentes.

Un delegado de Canadá manifestó su malestar por el hecho de que, al parecer a instancias de Egipto, se hubiera quitado del texto inicial de la resolución final una condena al estupro por parte del marido y la referencia al derecho de la mujer a controlar su propia fertilidad.

Asimismo, otro representante occidental expresó que vistas esas exclusiones, es lícito el escepticismo sobre la utilidad del congreso.

No obstante el aparente consenso, dijo ese delegado -que prefirió conservar el anonimato, son tantas las diferencias culturales y jurídicas entre el norte y el sur del mundo que resulta ilusorio esperar que exista una voluntad común de poner en práctica las recomendaciones del congreso de la ONU. Otros participantes se quejaron por el escaso espacio dado al tema fundamental de la criminalidad organizada y al reciclado de dinero sucio proveniente de actividades delictivas, en particular del narcotráfico.

En cambio, autoridades de las Naciones Unidas, como el secretario general del congreso, Giorgio Giacomelli, se mostraron satisfechos por los resultados. "Por cierto que puede resultar frustrante saber que hace falta tiempo para que las recomendaciones se traduzcan en realidades, pero aunque ellas parezcan ser sólo un grano de arena en realidad contribuyen a la construcción del futuro", declaró Giacomelli.

"Por otro lado, este IX Congreso fue mucho más concreto y menos académico que los anteriores", acotó.

02-02

9508817

Nº. DOCUMENTO 9508818 .

TITULO Jefes de F. Aéreas americanas analizan diversos temas en Conferencia en Bolivia.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE P 25-05-95

VINCULACION 11046

501480

65092

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Jerarcas Aéreos Evaluaron Pobreza y Narcotráfico

SANTA CRUZ, Bolivia, (Reuter) - Comandantes aeronáuticos de 18 naciones americanas evaluaron problemas comunes de pobreza, narcotráfico y violencia para diseñar acciones institucionales que los resuelvan.

El análisis de la situación hemisférica formó parte del segundo día de debates de la Trigésimo Quinta Conferencia de Jefes de las Fuerzas Aéreas Americanas inaugurada el lunes en esta capital departamental.

La reunión militar concluirá con la suscripción de un documento que realimará objetivos de cooperación técnico- profesional y el rol de esa fuerza en materia de democracia, paz, desarrollo e integración continentales.

"Las alas militares del continente renovarán su voluntad de cooperación mutua y apoyo técnico y profesional, a fin de proseguir el desarrollo del rol que cumplen nuestras instituciones en la preservación de la democracia, el afianzamiento de la paz, el desarrollo e integración de nuestros pueblos", dijo el comandante de la Fuerza Aérea Boliviana, general Luis Sánchez Requerin.

El alto oficial, quien conduce las deliberaciones en representación de Bolivia, agregó en un discurso que los militares del continente están llamados a coadyuvar en la solución de problemas comunes como "la generalizada depresión económica, el persistente avance del narcotráfico y la violencia localizada".

A la conferencia asisten comandantes y jefes de las fuerzas aéreas de Argentina, Brasil, Bolivia, Canadá, Colombia, Chile, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

Participan también representantes de la Junta Interamericana de Defensa y la Academia Interamericana de Fuerzas Aéreas.

01 - 01

9508818

¿Qué hay detrás de la Cumbre de Beijing?

Pablo Aragón

Al aproximarse el fin de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo de El Cairo, sus organizadores, verdaderos cruzados del control forzoso de la natalidad, comprobaron con tristeza que no habían sido capaces de atragantar al mundo con su beligerante agenda. Para su azoro, la decidida oposición del papa Juan Pablo II la presentación del aborto como un "derecho reproductivo" de la mujer acorraló a la claque organizadora, llevándola a admitir que la muerte del niño en el útero "no puede nunca ser promovido como un método de planificación familiar", según reza la primera frase del párrafo 8.25 del documento final de setiembre.

Este desenlace se encuentra lejos de haber jaqueado a los grupúsculos de homosexuales, psicólogos "á la carte", feministas desorbitadas y sus infaltables "cicerones", inexplicable burocracia de los organismos internacionales. Por el contrario, todos pusieron de inmediato sus miras en dos eventos ulteriores, desde los cuales empujar al mundo hacia sus singulares ideas: la Conferencia Internacional sobre Desarrollo Social (Copenhague, 1995) y la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer (Beijing, 1995). Esta última es, sin duda, la más interesante oportunidad de desquite de los núcleos batidos en retirada.

Por cierto que pocas fueron las mujeres enteradas de tan alta distinción, a la que acompañó la realización de una Segunda Conferencia en Copenhague y una Tercera en Nairobi, en teoría destinadas a impulsar políticas destinadas a "promover una mayor igualdad y más oportunidades para la mujer".

Una intrincada cantidad de organismos laterales de la ONU (ramas del fenomenal arbusto burocrático neoyorquino) puso en marcha en 199, la organización de la CuartaConferencia -que tendrá lugar en Beijing (China) entre el 4 y el 15 de setiembre de este año-, a cuyo efecto ya ha preparado una agenda temática y recomendaciones de su propia cosecha a ser incluidas en el orden del día. Adicionalmente, dispuso organizar conferencias preparatorias regionales, encomendadas a tres de sus sucursales (en el caso de América Latina, CEPAL).

La realización del encuentro preparatorio latinoamericano (Mar del Plata, setiembre 1994) es buen indicador de lo que aguarda al mundo en Beijing.Bajo el ambiguo titular de un encuentro de ONG's en torno a la "participación política y violencia contra la mujer", la conferencia fue coordinada por activistas peruanas y argentinas de la causa abortista, las que dieron al evento la tónica restrictiva y diletante de este congreso. Recurriendo al manido instrumento de los "talleres de trabajo", a los que se

EL PROBLEMA DE LA MADRE TRABAJADORA ES EL GRAN AUSENTE EN LOS DOCUMENTOS DE LA CONFERENCIA

les planteó temas tales como "mito y utopía sobre el sexo y la femineidad" (interrumpido por la hilaridad despertada por su conductora, a quien se oyó afirmar que ese grupo le "rompió la catarsis"), y donde no faltó el "role-playing" y la hipnosis (tan cercanas al corazón "new age" del pensamiento "posmoderno"), lo cierto es que la conferencia de Mar del Plata tuvo por saldo el más patético de los ridículos, en todo caso preparado por el contenido conceptual claramente homosexual y pro abortista esgrimido por sus organizadoras.

La banalidad del encuentro conoció también la mala fe, expuesta en el control mediante el cual se cerró las puertas a ONGs ajenas al espíritu del encuentro, así como en la misma organización de un taller sobre "cómo entrar en los medios de comunicación sin perderse", en el que se daban claves a partir de las cuales detectar la "infiltración" a los grupos de trabajo de los llamados "espías pro-vida".Hasta aquí la anécdota; el eje "intelectual" es aun más revelador.

La esencia conceptual de Mar del Plata y, en general, del credo homosexual y pro abortista que opera de hilo invisible de la Conferencia de Beijing, estriba en la definición del "género", concebido por las feministas como un conjunto de ideas recibidas sobre la diferenciación sexual, destinadas a dar forma a la "simbolización" cultural y a las conductas sociales que debe esperarse de cada sexo.

El llamado "enfoque de género" busca borrar las distinciones que puedan concebirse a este respecto, aun cuando se deba recurrir (como en Mar del Plata) a un manejo frívolo de términos científicos, sólo comparable a la "ciencia" nazi y sus raíces esotéricas. Usted, por ejemplo, puede pensar que hay apenas dos sexos posibles. Error: la sexualidad es un continuo entre dos polos (femenino/masculino) dentro del cual hay por lo menos tres "intersexos" ("herms" o personas hermafroditas de un ovario y un testículo, "merms" o masculinos hermafroditas y "ferms" o femeninos hermafroditas).Si distinguimos cinco áreas fisiológicas de la sexualidad (genes, hormonas, gónadas, órganos reproductivos internos y genitales), basta combinarlas con machos, hembras, herms, ferms y merms para que, "voilá"!, las posibilidades de la sexualidad se multipliquen. Ergo: los sexos no existen, y lo que hasta hoy creíamos era una distinción clara es apenas "una realidad simbólica o cultural", una "construcción social 'biologizada'". No sorprende que la documentación pontifique en el sentido de que "la heterosexualidad también es resultado de un proceso psíquico, o sea, no es 'natural'", de tal forma que si su hijo de 18 años aún no se maquilla, seguramente encontrará un/a psicólogo/a dispuesto/a a ayudarle/la/(¿nos?).

Lo que sigue es todo menos imprevisible: se exige el reconocimiento de la "libertad de elección" en materia de género (diseñada por la lesbiana Judith Butler como manifiesto inspirador de las "feminazis" estadounidenses) y,desde ella, la consagración de los llamados "derechos reproductivos", consistentes en el reconocimiento del aborto como extensión de la esfera de libre albedrío de cada quien.Y, por si lo anterior no bastara, se requiere la "potenciación" de las mujeres como género, a partir de su reconocimiento en calidad de una "ciudadanía colectiva", desde la cual ampliar y extender las fronteras de todos los objetivos precedentes. Los orígenes de este "potpourri" de ciencia y superchería están en los círculos cada vez más desorbitados del pensamiento "políticamente correcto" de los países más desarrollados en general y de EEUU en particular. Lo que operaba de moda entre catecúmenos desbordó sus naturales fronteras a comienzos de la década del 80 cuando, sin causas que defender, los radicales anticapitalistas pusieron armas y bagajes que antes sometieran a la construcción de un "hombre nuevo" a la no menos incierta tarea de promover la causa de las "minorías", entendidas como el compendio de todo aquel que tuviera algo de qué quejarse por razones de credo, color, sexo o ecología. En resumen: ya no boicotean estos eventos, ahora los organizan.Quizá por ello se eligió por sede Beijing; China se ha dado una política de control de la natalidad sin precedentes en el mundo contemporáneo.

La lectura de la papelería revela un gran ausente en elforo. El problema de la madre trabajadora, dividida entre el doble reclamo de realizar, en familia, la maternidad a la que fuera llamada por la naturaleza (mal que le pese a Butler y sus ambiguas amigas) y obtener satisfacción profesional. Si algo faltaba para exponer el desamparo intelectual en el que tendrá lugar el encuentro de Beijing, no se me ocurre un dato más elocuente.

Tal como ocurriera en El Cairo, corresponderá ahora al Papa emprender una nueva campaña en defensa de la vida y la familia ante esta feroz acometida de quienes quieren apresurar el derrumbe de nuestra civilización entre las miasmas del relativismo cultural. El pontífice romano no debería enfrentar a solas esta tarea: es en nuestras casas donde pretende irrumpir la cumbre de las lesbianas.

Las uruguayas en

Para el movimiento feminista de América Latina y el Caribe, las perspectivas de la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer, que convocada por Naciones Unidas se llevará a cabo en Pekín en setiembre próximo, se encuentran fundamentalmente en el proceso que la precede. Así lo entiende Carmen Tornaría de la Fundación Plenario de Mujeres del Uruguay, integrante del Grupo Iniciativa que coordina la preparación de la cumbre en el nivel no gubernamental local. En extenso diálogo, Tornaría informó sobre lo avanzado, intercambios, diferencias y expectativas de las uruguayas respecto de las conferencias internacionales.

por Diana Cariboni
(Red del Tercer Mundo)

—¿Cómo fue el proceso preparatorio de la Conferencia de Beijing en Uuguay?

—Este proceso lleva casi dos años. A mediados del año 1993 empezamos a recibir materiales sobre la Conferencia enviados por UNIFEM (Fondos para el Desarrollo de la Mujer de Naciones Unidas). Arrancamos con la presencia de una representante de UNIFEM, Branca Moreira. Ella nos aportó la visión del mundo de las conferencias o cumbres internacionales, que cuesta comprender cabalmente. La estructura de Naciones Unidas es compleja, burocrática, de enome peso político. Para conocer las reglas de juego se necesita tiempo. A partir de ese contacto, decidimos conformar el grupo iniciativa Beijing-Uruguay, que está compuesto por once instituciones de mujeres o programas de instituciones mixtas vinculados a la problemática de la mujer. Ellas son Cotidiano Mujer, Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya (GRECMU); Católicas por el Derecho a Decidir, Mujer Ahora, la Red Uruguay de CEAL - Educación de Adultos, la Red Mujer, FEMSUR, la Casa de la Mujer de la Unión, Fundación PLEMUU, Instituto Mujer y Sociedad, el Programa Mujer del CIEDUR y el Programa Mujer de CLAEH. Elaboramos un pequeño proyecto que presentamos a UNIFEM Nombramos a cuatro integrantes de estos grupos como encargadas de trabajar en una base de diagnóstico de la situación de la mujer en nuestro país. En abril de 1994 ya teníamos las bases de ese documento y allí hicimos una jornada de trabajo, el 10 de abril, en la Intendencia Municipal de Montevideo. En ese encuentro —al que concurrieron 50 organizaciones de mujeres de Montevideo y del interior— se compartió y se discutió el diagnóstico elaborado por las técnicas, en cuatro áreas: educación, salud, orden jurídico y trabajo. El encuentro fue bastante interesante. Durante la mañana se difundieron las pautas más generales del diagnóstico, y en la tarde se trabajó por talleres con diferentes temas y se elaboró un conjunto de propuestas. Como resultado de ese trabajo se sistematizaron las propuestas de los talleres y el borrador del documento quedó pronto en agosto del año pasado. Contiene un diagnóstico y un conjunto de propuestas, y fue publicado recién el 18 de abril de este año, demorado por la escasez de fondos. Este es el documento no gubernamental.

LAS ONG NO TIENEN TEMAS TABU

—¿Cómo se coordina la visión gubernamental y la del movimiento de mujeres en cuanto a evaluaciones y propuestas? ¿Qué pasa en nuestro país?

—En el caso de Uruguay, la conducción del proceso hacia Pekín por parte del gobierno fue llevada por el Instituto de la Mujer y de la Familia. Cuando el Instituto tuvo pronto un documento efectuó un llamado a las ONG para compartirlo, adoptando una metodología similar a la nuestra, trabajando primero a través de la socialización del documento y luego en talleres para efectuar sugerencias, sobre todo en las propuestas.

—¿Cómo fue ese intercambio? ¿Están muy distantes ambos documentos?

—Yo diría que en el caso de Uruguay no. En materia de diagnósticos el documento presentado por el gobierno no difiere demasiado del nuestro. Hay ciertos temas que en el diagnóstico elaborado po nosotras se tocan a cara descubierta, por ejemplo, el del aborto. En el mundo de las ONG no hay temas tabú. A nivel gubernamental, en cambio, los diagnósticos se ciñen estrictamente a la pauta específica de la ONU u organismos conexos como CEPAL. Esto hace que muchas veces haya elementos demasiado neutros o asépticos, hasta en la terminología empleada. Sobre todo en algunos temas urticantes, como derechos reproductivos, salud de las mujeres, interrupción de embarazo, etc. Además hay ciertas reglas que obligan a que los documentos gubernamentales sólo puedan considerar fuentes y datos oficiales. En el caso de Uruguay, donde la problemática de la mujer ha sido recientemente asumida por parte del Estado, sobre todo en materia de salud y de violencia, un documento se debilita si sólo se toman las cifras oficiales. En los últimos años —incluso por la presión de las organizaciones de mujeres— el Ministerio del Interior, la Comisión de Mujer y otros organismos comenzaron a especificar cifras, por ejemplo, de número de interrupción de embarazos, o de delitos de violencia contra las mujeres. Pero al hacer análisis comparativos se toma la última década, y al ir hacia atrás, esos datos no existen, por lo que las cifras no son representativas.

—¿Cuál fue el planteo de las ONG en este punto?

—Nosotras hicimos presión para que se recurriera también a fuentes genuinas no oficiales, y se efectuaron agregados en el documento oficial, sobre todo en salud y violencia. Hay buenos y serios trabajos con datos valiosos y respaldables efectuados por algunos centros académicos u

el camino de Pekín

ONG en cuanto a salud, aproximaciones en el terreno del aborto y violencia.

EL ABORTO NO ES CUANTIFICABLE PARA EL GOBIERNO URUGUAYO

—¿Cómo menciona el gobierno el tema del aborto?

—Lo menciona sin cuantificarlo. Hay dificultades para hacerlo en un país donde el aborto está permitido. Pero existen métodos indirectos para registrarlo y de hecho se hace. Tenemos cifras que incluso son manejadas por quienes trabajan en temas de demografía y población, con amplios márgenes de error, pero las cifras siempre son impresionantes. Pese a las diversas posturas en torno a la solución, todas las ONG coinciden en que la interrupción voluntaria del embarazo en el Uruguay es un problema de salud pública y por eso hay que atenderlo. La proyección menor efectuada a través de estos datos indirectos, —10.000 abortos anuales— es enorme; pero la mayor adquiere proyecciones de escándalo total porque se acerca a 100.000. Entonces no importa cuál de las dos se tome —la más pesimista o la más optimista desde el punto de vista cuantitativo— pero un documento de Uruguay no puede eludir las cifras, aunque sea poniendo las dos proyecciones.

—¿En qué se diferencian ambos documentos en el capítulo de propuestas?

—En cuanto a aborto y violencia el documento oficial es muy parco y no refleja con la misma riqueza las propuestas emanadas del movimiento de mujeres. Se menciona que hay grupos de mujeres que apoyan la despenalización del aborto, hay otros grupos de mujeres que apoyan la legislación del aborto y el proyecto presentado al Parlamento. Y por otra parte, desde el movimiento de mujeres existen propuestas que tienen que ver con la educación de los jóvenes, para una sexualidad responsable y digna y con la difusión de métodos anticonceptivos, más allá del aborto en sí, porque en el mundo no hay nadie que diga "viva el aborto".

—¿Ustedes conocen cuál será la postura de la delegación gubernamental ante estos temas?

—No existe una instancia concreta para que podamos conocer esa postura. No sabemos qué va a hacer la delegación oficial. Vamos a ver primero quiénes la integran.

COORDINACION ENTRE GOBIERNO Y ONG

—¿Pero el movimiento de mujeres tiene una idea aproximada de cuál será la postura del país?

—El año pasado, para la Conferencia de Población en El Cairo, hubo una buena integración y logramos un matiz en la posición del Uruguay. Antes de llegar a El Cairo el gobierno tenía una postura muy pro-Vaticano. En base a la discusión e incluso a un seminario que ofició la Cancillería con las ONG, se logró matizar favorablemente el documento que llevó el gobierno uruguayo a la Conferencia de Población. En Mar del Plata, no hubo ninguna dificultad en cuanto a derechos reproductivos, que era de lo que se trataba. En las instancias oficiales de Naciones Unidas se discute lo que está escrito. En el Plan de Acción no existía en ningún material impreso mención concreta a la despenalización o legalización del aborto.

—¿Hubo más contactos entre gobierno y ONG?

—A partir de agosto de 1994, se creó en el Uruguay la Comisión Nacional de la Mujer hacia Pekín, dando lugar a otra instancia de coordinación entre el gobierno y las ONG. Según un mandato de la ONU en cada país se debían conformar estas comisiones, con una recomendación especial para integrar las delegaciones oficiales con mujeres de las ONG.

La Comisión se conformó a través de un decreto gubernamental en la órbita del Instituto de la Mujer. La integraron, además de las directivas el Instituto, Alba Osores, del Parlamento, Margarita Percovich, por el ámbito municipal, Beatriz Macedo, consejera del CODICEN, Laura Albertini, del Ministerio de Salud Pública, Casilda Echevarría, delegada del Uruguay ante la CIMPU, organismo de la OEA, y quien habla, por el ámbito de las ONG. Excepto Beatriz Macedo, que no pudo concurrir, todas mantuvimos reuniones semanales en las que se discutió el documento oficial, se le hicieron agregados, y luego integramos la delegación oficial en la preconferencia regional de Mar del Plata.

—¿Cómo se desarrolló el trabajo en ese encuentro?

—Allí realmente se trabajó muy bien. Hubo buena articulación dentro de la delegación oficial y con el foro de ONG. También coordinamos muy bien con las chilenas, así como con Paraguay.

En otros casos las delegaciones estaban más trabadas, como Guatemala y la propia Argentina. A partir de Mar del Plata la Comisión Nacional no volvió a reunirse, pues vinieron las elecciones nacionales y los cargos dependían del cambio de administración. Lamentablemente para la preconferencia de Nueva York hubo un intento de articulación a último momento, a través del ministro de Cultura, Samuel Lichtensztejn, que me invitó a participar por Uruguay, pero no pude aceptar pues ya iba a Nueva York a la reunión no gubernamental y por razones personales debía regresar cuando empezaba la oficial. Finalmente la delegación gubernamental estuvo integrada por una mujer muy vinculada al tema: María Gloria Robaina.

NO MITIFICAR CONFERENCIAS MUNDIALES

—Más allá de lo nacional ¿cómo ve al movimiento de las ONG, en momentos en que el Vaticano da un gran impulso a su postura intentando excluir a las Católicas por el Derecho a Decidir, entre otras maniobras de última hora para desvirtuar el sentido de la Conferencia? ¿Se corre el riesgo de que el resultado de Pekín termine desbalanceándose?

—Yo hablo desde lo personal, pero también como inte-

grante del grupo Iniciativa Pekín, porque es un tema que hemos discutido mucho. Las uruguayas hemos solicitado un taller para la Conferencia de ONG cuyo tema específico son las relaciones entre el mundo de las ONG —en este caso el movimiento de mujeres— y las conferencias o cumbres mundiales: ventajas, desventajas, posibilidades de articulación, posibilidades, como dices tú, de peso político real, etcétera. Y anotamos ese taller porque nos interesa discutir esa perspectiva. Por otra parte, creemos que quizá sea más importante el proceso hacia la conferencia, que ésta misma y sus resultados en el papel. Esto no es muy uuguayo, yo lo he percibidio en las distintas reuniones en que he estado y también en otros países. Si para algo sirven estas conferencias mundiales es para fomentar, —a nivel nacional, de subregiones o de regiones— procesos de reflexión, de elaboración de planes de acción, de alboroto interno, más que apostar a los resultados de los documentos de estas conferencias.

—Eso puede entenderse como que las conferencias no suelen ser efectivas...



"Las conferencias son una condición necesaria pero no suficiente para arreglar los problemas", evalúa Carmen Tornaria.

—Esto no es ningún secreto. El análisis histórico de las conferencias muestra ventajas y desventajas de estos eventos. Cuando hay una conferencia que concita el interés de los gobiernos del mundo, sobre un tema o problema concreto, eso de por sí es un hecho político importante. Esto fomenta una visibilidad a nivel mundial acerca de una problemática. La cuestión es no mitificar el resultado de un evento internacional. Porque exista una conferencia internacional sobre la mujer, por la elaboración y aprobación de documentos a nivel mundial, no van a desaparecer mágicamente los problemas de las mujeres en Uruguay y en el mundo. Las conferencias son una condición necesaria pero no suficiente para arreglar los problemas. Pc. otra parte, a veces los documentos son realmente estupendos, pero sin presión política en cada país, no se cumplen. Por eso yo decía que es importante el proceso que se despierta al interior de los países; la organización de la gente y de las instituciones para llevar adelante políticas sociales concretas.

—¿Se ha dado este proceso con la suficiente fuerza en Uruguay?

—Las integrantes del grupo Iniciativa Pekín, por lo menos hemos intentado que eso suceda. con cosas concretas. Cabe agregar que en un segundo encuentro, el 18 de abril, en el que se entregó el documento Uguay ya editado y publicado. se hizo un relato lo más fiel posible de las distintas instancias que han sucedido en el proceso hacia Pekín, y se difundió la información que llega, a veces en forma muy fragmentaria.

El grupo no se considera coordinador de nada en especial; nos dedicamos a esto y lo hemos hecho, bien o mal, desde hace dos años. La propuesta para la segunda reunión en la Intendencia fue conformar grupos de trabajo en torno al Plan de Acción concreto para Uruguay. Más allá de Pekín, cuáles serán las prioridades de los próximos cuatro o cinco años para las mujeres uruguayas y cómo podemos organizarnos para ejercer presión sobre el Estado, sobre el Parlamento, entre nosotras mismas, para agitar determinados temas prioritarios.

ALGUNOS TEMAS DE LA AGENDA

—¿Considera que está creciendo el peso de posturas como la del Vaticano, más allá del despliegue en los medios de comunicación? ¿Hay una coincidencia de intereses que lleva a actuar en el mismo sentido a sectores como algunos países musulmanes y el Vaticano, por ejemplo?

—Creo que es posible que posturas no muy conciliables, sobre todo en el ámbito del fundamentalismo religioso, puedan coincidir aunque sean muy distantes sus propuestas ideológicas o religiosas. Pero el Vaticano hace mucho ruido y los efectos que produce no son tan importantes. Casi como un chiste se decía en la Conferencia de Población que el Vaticano "jerarquizó" la cuestión de los derechos reproductivos de las mujeres en medio del tema población. Vitalizó un tema que era apenas un punto más dentro del gran tema de población.

—Pero terminó siendo el punto más difundido y tal vez el más desvirtuado...

—Yo pienso que sí, pero son los riesgos que se corren al enfrentar estructuras tan fuertes como la del Vaticano. Hoy se está debatiendo a nivel mundial por qué el Estado Vaticano tiene el peso de otros estados, siendo un estado religioso. ¿Quién genera ese peso tan grande? Creo interesante que se debatan esos temas.

—Otro punto de la Conferencia será el de la incidencia del ajuste estructural en las condiciones de vida de las mujeres.

—Justamente tres uruguayas —Lilián Celiberti, Rosario Aguirre y quien habla— fuimos encargadas de sintetizar los documentos uruguayo, argentino, paraguayo y chileno. Ese material está editado y fue entregado en Mar del Plata. Uno de los ejes de ese trabajo regional es la cuestión del impacto estructural sobre la concepción de desarrollo y sobre la vida de las mujeres.

—Existen algunos intentos de vincular un necesario protagonismo de la mujer en los temas del medio ambiente y del desarrollo sustentable, partiendo del concepto de una mayor compenetración de la mujer con la naturaleza.

—Estos temas no fueron discutidos en el grupo Iniciativa Pekín, de modo que hablo a título personal. Las feministas uruguayas no hemos abordado ese aspecto específico, pero en general discrepamos con la visión de que por naturaleza, las mujeres defendamos más que los hombres a la naturaleza. Nos parece que es una postura bastante peligrosa dentro de la discusión de la cuestión del desarrollo. Sospechamos que cada vez que hay un problema en el mundo, por algún mecanismo extraño y perverso, la responsabilidad se vincula a la naturaleza femenina. Decimos medio en broma: otro deber más. No sólo los niños, la casa, los ancianos: ahora también tenemos el deber de cuidar la naturaleza. Si nos planteamos que las relaciones desiguales entre hombres y mujeres son relaciones de poder, lo que hay que intentar desde el feminismo es cambiar esas relaciones de poder. Lo del desarrollo y el medio ambiente es responsabilidad de hombres y mujeres, la responsabilidad de los hijos es de hombres y mujeres, la responsabilidad del trabajo doméstico también. No existe especial condición biológica que acerque más a las mujeres a proteger la naturaleza o la familia o lo que sea. Son conceptos culturales, y por tanto deben compartirse.

Diagnóstico y propuestas

El 18 de abril el Grupo Iniciativa Pekín presentó en Montevideo el documento "Las uruguayas", que contiene diagnóstico, prioridades y propuestas sobre la situación de la mujer en nuestro país y los avances conseguidos en el último decenio.

El Grupo Iniciativa, integrado por organizaciones no gubernamentales que trabajan sobre la condición de la mujer, se constituyó a convocatoria de UNIFEM con la finalidad de realizar actividades preparatorias para el Foro de Organizaciones no Gubernamentales que se realizará en la capital china en setiembre próximo, paralelamente a la Conferencia Mundial de la Mujer convocada por Naciones Unidas.

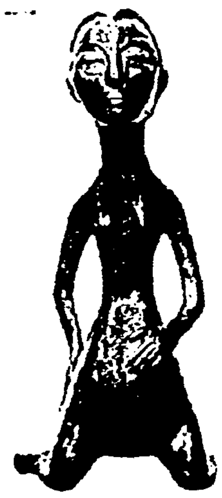
Forman el Grupo Iniciativa, Católicas por el Derecho a Decidir, Casa de la Mujer de la Unión, Ciedur, Cotidiano Mujer, Fesur, Grecmu, Instituto Mujer y Sociedad, Mujer Ahora, Plemuu y Repem.

El documento "Las uruguayas" recoge y sistematiza los resultados de un proceso comenzado hace más de un año, enriquecido con diversas propuestas emanadas de un conjunto de talleres y encuentros realizados en Montevideo, Melo, Paysandú y Florida. Su finalidad no es solamente el Foro de Pekín, sino contribuir a generar un debate nacional y acciones consecuentes.

Trabajo, educación, salud, violencia y participación política son las áreas sobre las que se extiende el análisis, que culmina con propuestas para un plan de acción dirigido a distintos sectores sociales: Estado, partidos políticos, sindicatos y organizaciones de la sociedad civil, empleadores, medios de comunicación y agentes culturales, Universidad.

28 de mayo, Día Internacional por la Salud de la Mujer

Llamado a la acción contra la feminización de la pobreza



Hoy , como cada 28 de mayo, se conmemora el Día Internacional de Acción por la Salud de la Mujer, caracterizado por el Llamado a la Acción que formula la Red Mundial de Mujeres por los Derechos Reproductivos centrado este año en la lucha contra la feminización de la pobreza. Aquí presentamos la fundamentación de la campaña.

La combinación de pobreza y sexismo ha dado resultados sin precedentes en la salud y vida de las mujeres. Mientras ellas sean las más pobres de los pobres, y mientras el control y la administración de los recursos para el bienestar de la vida esté en manos de unas pocas gentes que viven con el modelo de desarrollo consumista del norte basado en la desigualdad, la mayoría de las mujeres, sobre todo las que habitan los países del sur no podrán ejercer sus derechos reproductivos, a la sexualidad, y derechos humanos básicos para una vida mejor.

Las políticas macroeconómicas de ajuste tanto en los países del norte como del sur, junto a las normas de comercio internacional que mantienen la dominación del norte, han producido y acentuado la desigualdad y la pobreza, con mayor pauperización femenina; el desempleo y la marginación; la ruina del medio ambiente; la desestabilización de las economías nacionales.

EFECTOS DEL AJUSTE

Estas políticas son esencialmente antidemocráticas. La relación desfavorable de la mujer con respecto al hombre hace que el efecto negativo sea peor en ellas:

- De las horas de trabajo en el mundo, el 67, 2% correspnde a mujeres, y solo el 9.4% de los ingresos está en sus manos.
- La mujer es la primera en ser arrojada al desempleo, subempleo o trabajo informal precario sin derechos sociales.
- La lucha por la sobrevivencia diaria se carga sobre ellas. Al cortar el presupuesto de los servicios públicos, las mujeres reemplazan ese trabajo actuando como enfermeras, maestras, cuidadoras sin pago.
- Los cortes de los presupuestos en educación hacen que las niñas deserten primero de las escuelas.
- Millones de mujeres se han visto obligadas a emigrar para luchar por la sobrevivencia.
- La privatización de la tierra ha desplazado primero a las mujeres agricultoras.
- A través de la violencia sexual, física y reproductiva se mantiene la subordinación en las estructuras patriarcales.

Dos terceras partes de las mujeres asiáticas, la mitad de las africanas y una sexta parte de las latinoamericanas padecen un tipo de anemia por desnutrición.

Con la privatización y el recorte de los servicios de salud, las mujeres de baja renta han dejado de tener acceso a un derecho humano básico como es la atención de la salud.

Las enfermedades infecciosas han aumentado en el mundo. La epidemia del cólera en Latinoamérica y la expansión de la epidemia del Sida, especialmente entre las mujeres del sur, están directamente relacionadas con las políticas de ajuste estructural, que han tenido un impacto desproporcionado sobre el sector femenino de la población.

AMERICA LATINA

Muchos países latinoamericanos sufrieron la imposición de las políticas de ajuste estructural.

En Chiapas, México, las mujeres indígenas campesinas, uno de los sectores más oprimidos del continente, se han unido a la rebelión intentando liberarse del dominio patriarcal. Dentro del Ejército Zapatista de Liberación Nacional se aprobó la Ley Revolucionaria de Principios de Igualdad y Justicia, y en ese ámbito ellas y sus comunidades exigen: acceso al poder en la toma de decisiones, derecho a elegir libremente su pareja, a no ser golpeadas ni maltratadas, a decidir el número de hijos, a tener la nutrición básica para la salud.





ASIA

En la mayoría de los países de Asia las mujeres y los niños han visto agudizadas sus ya existentes desventajas sociales. El excesivo crecimiento de la industria sexual es un síntoma de la mayor pauperización. Esta industria con sus sistemas de esposas por correo entre otros, se ha aprovechado de tal manera de la pérdida de posición social de la mujer asiática, que en este momento las mujeres y las niñas son meros productor en el mercado internacional.

Las políticas de población están ligadas al modelo económico neoliberal y sus prejuicios de género. El Banco Mundial, por ejemplo, fomenta y financia políticas demográficas por considerar que la productividad de la mujer es muy baja, a pesar de que éstas se desgasten trabajando. El Banco piensa que si las mujeres no tienen hijos van a entrar sin más al mercado laboral oficial.

Recientemente en el poblado de Lingaredipalli, India, se prohibió cosechar a las personas que habían recibido tierras, a menos que se sometieran a la operación de "planificación familiar" (esterilización). En los campos de las personas que se negaban, colocaban banderas como señal para las autoridades.

AFRICA



Más del 70% de las mujeres africanas son analfabetas y viven debajo de la línea de pobreza. El promedio de la tasa de mortalidad materna es de 600 por 100.000, el doble que en otros países pobres del sur.

En Zinbawe, la atención en las clínicas rurales ha disminuido un 39% por motivo de las cuotas. La mortalidad materna se duplicó a los dos años del ajuste estructural: de 104 a 206 por 100.000.

Además la pobreza ha contribuido a la crisis del VIH-Sida, particularmente entre las mujeres jóvenes; el aumento de la violencia doméstica contra la mujer; los efectos de las guerras, que además de los terribles sufrimientos que ocasionan, han erogado 8 billones de dólares para gasto de armamentos; las políticas de control de población, que tienen como blanco la población negra pobre.

EL NORTE DESARROLLADO

Gran parte de las mujeres del norte denuncian que el ajuste liberal tiende a acabar con el estado de bienestar, y que a través del recorte presupuestario las primeras en verse afectadas en su derecho a la salud son ellas. También que la legalidad del aborto se ve amenazada en varios países, entre otros por fanáticos religiosos que recientemente han llegado a asesinar a trabajadoras de las clínicas a quemarropa. Asimismo, el seguro social y las propuestas de reforma del mismo, se muestran cada vez más punitivos con las mujeres, sobre todo con las de color. Por otra parte, se ha contribuido a la 'tercermundización' de Europa del este con serias consecuencias para la salud de la mujer. En lo que era Alemania del este, por ejemplo, las mujeres se esterilizan para tener mayores posibilidades en el mercado de trabajo.

La gran diferencia existente entre las mujeres blancas y de color se profundiza con relación al trabajo estable y al pago salarial. Particularmente las mujeres jóvenes, las de color y las trabajadoras manuales son las que cargan el mayor peso de las políticas de (re) estructuración.

PROPUESTAS Y DEMANDAS

Las mujeres creen que es necesario ayudar a construir una realidad diferente, que busque el bienestar de todas las mujeres y hombres.

En salud, el reto es buscar políticas y estructuras que partan de reconocer que las personas sólo pueden nacer y vivir sanas si cuentan con lo básico para la vida: paz, abrigo, educación, alimentación, ingresos, un ecosistema estable, recursos sostenibles, igualdad y justicia social. Por esto se manifiestan:

- Por la equidad, el respeto a la diversidad, a la autonomía de las personas y de las comunidades, para vivir con justicia y paz.
- Por poner fin a la ideología actual de economía de mercado, distribuir la riqueza y disminuir el nivel de consumo del norte y de los ricos del sur.
- porque termine la destrucción de la diversidad cultural.
- Por devolver a las comunidades la plena capacidad de decisión democrática sobre la utilización responsable de sus propios recursos materiales.
- Por el fin de las políticas coercitivas de control demográfico.
- Por la anulación de la deuda externa y por unas relaciones internacionales equitativas.

Especialmente demandan:

- compartir las responsabilidades familiares.
- igual acceso al poder y toma de decisiones en la sociedad.
- que la salud, la educación y la protección del medio ambiente sean recursos claves para el desarrollo, y que sean igualitarios para mujeres y hombres.
- servicios de salud integrales de buena calidad y accesibles para todas las personas, y para la mujer con énfasis en la atención de la salud reproductiva.
- el derecho al aborto con servicios seguros y accesibles para todas las mujeres.
- el derecho a determinar el número de hijos.
- el derecho de las mujeres a expresar la sexualidad sin condena u ostracismo social.
- promoción y protección de los derechos humanos de la mujer.

Historia de la campaña

En mayo de 1987 se tomó la decisión de lanzar esta Campaña en el marco del Quinto Encuentro Internacional de Salud de la Mujer en Costa Rica. En el Encuentro de las miembras de la Red Mundial de Mujeres por los Derechos Reproductivos, que tuvo lugar el 28 de mayo del mismo año, se eligió esa fecha como el Día Internacional de Acción para la Salud de la Mujer.

Desde entonces, el 28 de mayo se ha transformado en el día en que un número cada vez mayor de grupos de mujeres y redes nacionales y regionales de salud de la mujer organizan una gran variedad de actividades alrededor de los diferentes aspectos de la campaña.

En 1988 el tema central fue la mortalidad materna. En 1989 se agregó la morbilidad materna. En 1990 y 1991 se pidió especial atención para el rol de los servicios de salud y calidad de atención. En 1992 para el embarazo adolescente. En 1993 el lema fue "Basta de silencio" en relación al aborto y en 1994 "Aborto legal y sin riesgos para todas".

Las actividades del 95 se enmarcan además en la campaña denominada "180 días: 180 caminos" lanzada el 8 de marzo, Día Internacional de la Mujer para culminar el 6 de setiembre, que instituido como Día Internacional de Acción por la Igualdad de la Mujer, se celebrará el 6 de setiembre en Pekín, durante la IV conferencia Internacional de la Mujer convocada por Naciones Unidas.

Cumbre mundial de la Mujer

por Rajiv Chandra (IPS)

Gobierno chino al borde de un ataque de nervios

Las autoridades chinas comienzan a ponerse nerviosas cuando faltan cuatro meses para la apertura, en esta capital, de la Conferencia Internacional sobre la Mujer, con cuyo auspicio China espera beneficiar su prestigio internacional.

Las disputas y los conflictos amenazan convertir a la cumbre en una pesadilla, tanto para el gobierno anfitrión como para la Organización de las Naciones Unidas (ONU), que la patrocina. Se espera que más de 30.000 personas, entre funcionarios y delegados, militantes y periodistas de todo el mundo acudan a Pekín a finales de agosto para asistir a la conferencia, que durará tres semanas, y al foro de organizaciones no gubernamentales (ONG) que se desarrollará en forma paralela.

Ha crecido la tensión en las últimas semanas, ante los intentos chinos de filtrar la participación, cambiar la sede del evento no gubernamental y controlar el material que los delegados podrán introducir en el país.

Las críticas denuncian que el gobierno, preocupado por la incontrolable llegada al país de militantes en pro y en contra del aborto, y con opiniones indeseadas acerca de la independencia de Tibet, la homosexualidad, los derechos humanos y Taiwan, ha prohibido la asistencia de casi 500 ONG.

ONG: A LA MURALLA

Las autoridades han cambiado el lugar de reunión de la ONG, de un estadio construido hace 40 años en el centro de Pekín, aduciendo que corre peligro de desplomarse, al condado de Huairou, cerca de la Gran Muralla. Este sitio está a una hora de viaje del centro de la capital y de la sede de la conferencia.

Los gobernantes aún no han decidido si aflojarán los estrictos controles que se aplican a la entrada de publicaciones, y si permitirán que los participantes traigan consigo revistas y cintas de video para distribuir.

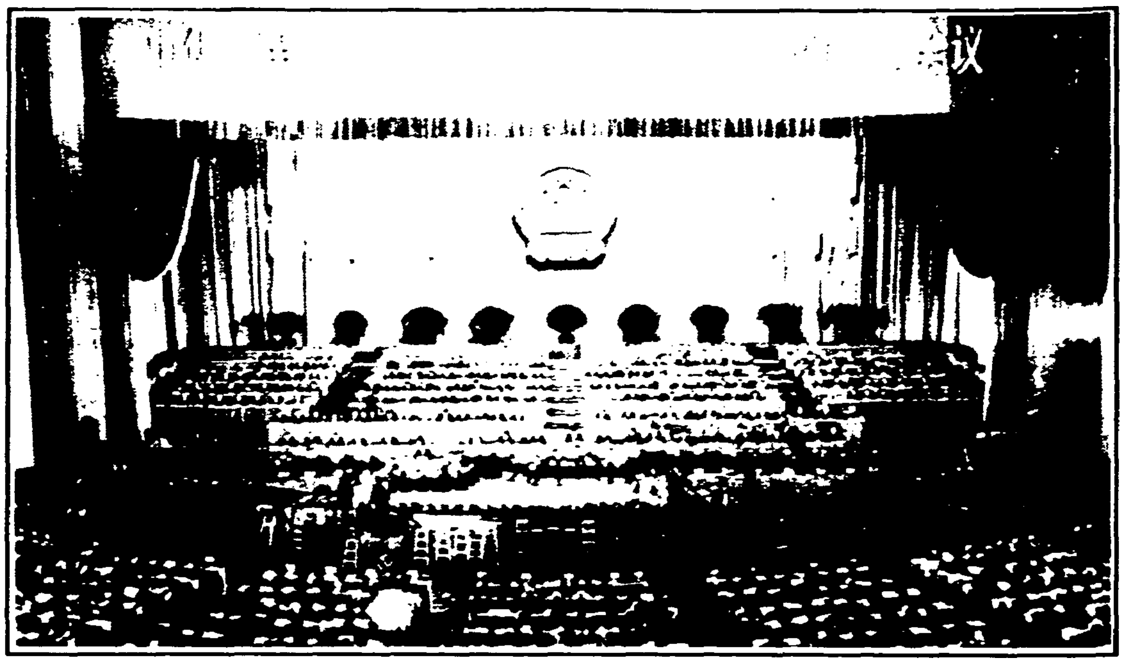
Un esfuerzo voluntario para recoger dinero en favor de mujeres chinas expatriadas que deseen asistir a la conferencia, fue frustrado rápidamente por la negativa del comité organizador chino a permitir la colecta entre residentes extranjeros.

Los diplomáticos occidentales opinan que China está dando marcha atrás en sus promesas en relación con la conferencia, a causa de la inquietud política que genera la sucesión del achacoso líder máximo, Deng Xiaoping.

Pekín teme que el ingreso de militantes feministas y periodistas pueda causar un dolor de cabeza en momentos en que el país está muy vulnerable en materia de derechos humanos y soporta una fuerte campaña de los tibetanos en el exilio.

"Cuando China ofreció ser sede de esta conferencia, sólo pensó en el prestigio que le reportaría la presencia de un grupo tan grande de líderes mundiales", comentó un diplomático extranjero en Pekín. *"No hizo conciencia de en qué lío se estaba metiendo"*.

Las fuentes informaron que la semana pasada, una visita de los organizadores del foro de la ONG fracasó en su intento de persuadir a las autoridades para que vuelvan a permitir el uso del estadio, después de reconocer el distante suburbio señalado.



Para setiembre se esperan más de 30.000 personas, entre activistas, funcionarios y periodistas. Y la tensión crece: los gobernantes chinos no se deciden a aflojar controles; los invitados multiplican las protestas. (Vista general del Octavo Congreso General del Pueblo que se realizó en marzo en Pekín. (Foto de AFP)

FEMINISTAS: LLUVIA DE PROTESTAS

Los grupos feministas internacionales han aumentado su presión sobre el gobierno mediante el envío de cartas al secretario general de la ONU Boutros Boutros-Ghali, redactadas en duros términos.

Los grupos feministas se movilizan en todo el mundo contra el propuesto cambio de sede, y bombardean las embajadas de China e incluso al propio Ministerio de Asuntos Exteriores en esta capital, con sus mensajes vía fax.

Los funcionarios chinos han desechado otras propuestas alternativas para sede del foro, como el lugar donde se realizaron los juegos olímpicos asiáticos en 1990, aduciendo que ya se encuentran comprometidos.

"El propósito de tener dos eventos paralelos es conseguir que uno fortalezca al otro y viceversa", dijo una funcionaria de la ONU en esta capital, que pidió no ser mencionada. El comité de acreditaciones para el foro de la ONG, con sede en Nueva York, también está reconsiderando las solicitudes de los grupos a los que se les ha denegado la credencial para asistir.

Al aceptar ser el país anfitrión de la cumbre, China acordó originalmente no denegar la visa a nadie que fuera portador de una acreditación para el foro de la ONG expedida antes del vencimiento del plazo, el 30 de abril.

Las prohibiciones son *"el resultado de presión directa del gobierno chino"*, dijo Rachel Lostumbo, de la Campaña Internacional por Tibet, con sede en Washington. Lostumbo informó que su organización es uno de los nueve grupos relacionados con los exiliados de Tibet o con el tratamiento a las mujeres tibetanas, a los que se les ha negado la acreditación.

El Vaticano se prepara

Ciudad del Vaticano (ANSA)

La Santa Sede *"está decidida a subrayar la igualdad de los derechos de la mujer para participar en la vida social y económica y terminar con la violencia contra ella"*, en la conferencia mundial de setiembre que sobre el tema se realizará en Pekín. La posición fue adelantada por el observador permanente del Vaticano en las Naciones Unidas, Monseñor Renato Martino, al intervenir en una conferencia sobre "Las Naciones Unidas al servicio de la humanidad", en la Universidad Pontificia de Letrán.

Otro objetivo para la conferencia de Pekín, explicó Martino, será remarcar *"la importancia de la responsabilidad de la mujer en los distintos contextos sociales y su vocación de promover la dignidad de todas las personas"*.

El observador permanente quiso recordar la relación entre estos temas con los discutidos en la pasada conferencia de El Cairo sobre población y desarrollo, en particular lo referente a *"la importancia de la familia como núcleo base de la sociedad"* y *"la lucha contra el aborto entendido como drecho o como método de planificación familiar"*. El presidente del Colegio Pontificio "Justicia y Paz", el cardenal Roger Etchegaray, subrayó el hecho de que *"el 70 por ciento de los pobres del mundo son mujeres"*.

02-03

950821

OMS SE ACENTUAN LAS DESIGUALDADES

Relación entre enfermedad y pobreza

En un informe presentado ayer, la Organización Mundial de la Salud afirma que 12 millones de niños mueren anualmente por causa de enfermedades fácilmente prevenibles

En el tiempo que usted necesita para leer esta frase, en alguna parte del mundo ha muerto un niño en los brazos de su madre": la pobreza extrema es la primera causa de mortalidad y sufrimiento en el mundo.

La Organización Mundial de la Salud (OMS) eligió este encabezamiento para describir el estado actual de la salud en el mundo, un escueto informe de 20 páginas presentado con motivo de la Asamblea Mundial de la Salud que se inauguró ayer en Ginebra.

La OMS sostiene que 12 millones de niños mueren anualmente en los países en desarrollo antes de alcanzar los cinco años de edad.

En un informe calificado como "un retrato devastador de nuestros tiempos", el informe expresa que la mayor parte de las muertes se deben a enfermedades como pulmonía, diarrea, sarampión y malaria, que pueden prevenirse si hubiera más recursos.

El documento relaciona íntimamente los temas sanitarios con los del desarrollo económico

Combatir la pobreza extrema que afecta a una de cada cinco personas en el mundo es la clave para mejorar la salud y prolongar las expectativas de vida en el Tercer Mundo, sostuvo la OMS en su informe anual.

La pobreza es para la OMS el denominador común de muchos de los males que aquejan a la población del planeta: niños que mueren por falta de vacunación, madres que no sobreviven al parto, suicidio, malnutrición y minusvalías.

El resultado es que la esperanza de vida al nacer en los países menos desarrollados del mundo es de 43 años, mientras que en los más desarrollados alcanza 78 años, lo que constituye una diferencia de un tercio de siglo.

"Eso significa que un hombre rico y sano puede vivir el doble que uno pobre y enfermo", afirma la OMS en su informe, en el cual deja constancia de que "las desigualdades entre ricos y pobres, grupos de población, edades y sexos se están acentuando" a pesar de los avances logrados en los últimos años.

Entre éstos la OMS destaca el que ocho de cada diez niños han sido vacunados contra las cinco enfermedades más mortíferas de la infancia (difteria, sarampión,

tétanos neonatal, tosferina y tuberculosis) o que la mortalidad infantil ha disminuido un 25% desde 1980.

Aun así, en 1993 murieron en el mundo más de 12.2 millones de niños de menos de cinco años, cifra que equivale a la población de Noruega y Suecia juntas.

Las diferencias entre ricos y pobres son igualmente evidentes en los indicadores sanitarios que ofrece la OMS para describir el estado de la salud de la población adulta.

En 1993 fallecieron en el mundo 51 millones de personas, de las que las tres cuartas partes eran adultos.

De ese total, unos 39 millones murieron en el mundo en desarrollo y 12 en los países industrializados, de lo que se traduce

En 1993 los países pobres triplicaron en número de muertes a los industrializados

que "los países pobres tuvieron el triple de muertes que los ricos".

Diez millones de esas defunciones se debieron a enfermedades no transmisibles, entre ellas las del sistema circulatorio, apoplejías y cardiopatías.

A pesar de que esas afecciones se consideraban, hasta hace poco, problemas de los países industrializados, el 44% del total de defunciones se produjo en los países en desarrollo.

Respecto al cáncer, enfermedad que mata cada año a seis millones de personas –el 12% de las defunciones que se produce en el planeta–, la OMS revela que el 58% corresponde a los países en desarrollo.

Aunque no las incluye en el capítulo del cáncer, la OMS se hace eco, en su informe, de los tres millones de personas que mueren cada año en el mundo por enfermedades relacionadas con el tabaco, que se ha convertido en la principal causa de mortalidad que puede prevenirse.

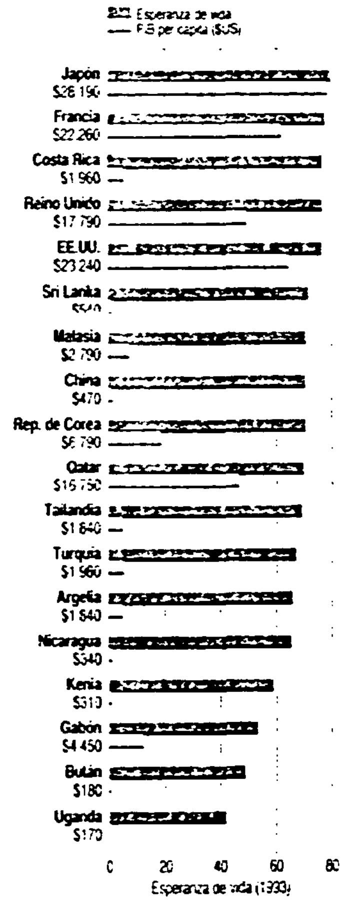
Ante la magnitud de las cifras de "enfermos" y los costos sociales y sanitarios que conllevan, el director general de la OMS, Hiroshi Nakajima, afirmó que "el reto para los próximos años está en evitar que el mundo siga caminando hacia una catástrofe sanitaria que echaría por tierra muchos de los grandes logros conseguidos en los últimos decenios en materia de salud". ***(De la redacción de*** **El Observador** ***en base a Reuter y EFE)***

EL BINOMIO SALUD/POBREZA

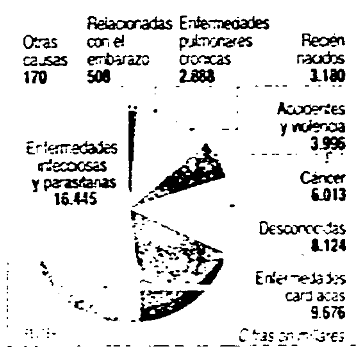
La Organización Mundial de la Salud planteó ante una asamblea anual de la ONU en Ginebra que la clave para mejorar la salud y prolongar la esperanza de vida en el Tercer Mundo es combatir la pobreza

ESCALA DE ESPERANZA DE VIDA

Países con PIB per capita (1992)



MUERTES POR CAUSA NATURAL (1993)



Fuente: Informe de la Organización Mundial de Salud (OMS)

Dramática estadística de la OMS: Más de 12 millones de niños menores de 5 años mueren de enfermedades evitables

La mayor parte de la población mundial atraviesa cada fase de la vida, desde la infancia hasta la vejez, bajo un doble signo de pobreza y enfermedad, según consta la Organización Mundial de la Salud (OMS) en su último informe.

NIÑOS

Más de 12 millones de niños de menos de 5 años mueren cada año en los paises en desarrollo: cuatro millones a causa de una infección respiratoria aguda, tres millones por enfermedades diarreicas, 1.2 millones de rubeola, un millón de paludismo y cerca de 500.000 por tétanos neonatal.

En algunos paises en desarrollo, más de 320 niños de cada 1.000 mueren antes de cumplir los 5 años. Esa proporción no supera los 6 por 1000 en algunos paises industrializados.

- Uno de cada tres niños está desnutrido.

- La lactancia natural evitaría cada año la muerte de un millón de recien nacidos.

- Se calcula que de aquí al año 2000 más de cinco millones de niños resultarán infectados por el virus origen del Sida y que entre 5 y 10 millones quedarán huérfanos a causa de la pandemia.

ADOLESCENTES

Los embarazos en la adolescencia conllevan un alto riesgo de defunción o de complicaciones a largo plazo. Los índices de mortalidad materna entre los 15 y 19 años duplican los relativos al grupo de edad comprendido entre los 20 y los 24 años.

- Las enfermedades de transmisión sexual son más frecuentes en los jóvenes de 15 a 24 años que en otro grupo de edad.

- Entre el 30 y el 60 por ciento de los matrimonios que se celebran en América latina y Caribe se contraen en la adolescencia.

- Uno de cada dos fumadores morirá a causa del hábito de fumar contraido en la adolescencia.

- Por cada suicidio consumado en el mundo en desarrollo hay unas 40 tentativas de suicidio entre los adolescentes.

ADULTOS

Las enfermedades transmisibles causaron el 40 por ciento de las 51 millones de muertes ocurridas el pasado año en el mundo.

- El cáncer se cobra seis millones de vidas cada año. La mayor parte de los enfermos viven en los paises en desarrollo, donde se registrarán las dos terceras partes de los casos de cáncer que se produzcan en el mundo en los 25 años próximos.

- El tabaquismo se cobra la vida de tres millones de personas al año. En el 2020 serán 10 millones.

- En Africa, una mujer embarazada tiene una posibilidad de morir en el parto 13,5 veces superior que en Europa.

- Cada año, unos 20 millones de mujeres sufren abortos peligrosos que causan la muerte de 70.000 de ellas.

- Más de la mitad de las mujeres del mundo utilizan algún tipo de anticonceptivo. En 1960 eran el 10 por ciento.

- Cada día fallecen de tuberculosis más de 7.000 adultos y cada hora se producen más de 1.000 nuevos casos.

- Unos 13 millones de adultos, en su mayoría heterosexuales, están infectados por el virus origen del Sida. En el año 2000 el número de infectados se situará entre los 30 y 40 millones.

- Más de 100 millones de personas padecerán diabetes al terminar este siglo. El 90 por ciento de los casos se deberá a causas vinculadas con la forma de vida, la mala alimentación o falta de ejercicio físico.

- Unos 500 millones de personas padecen trastornos neuróticos relacionados con el estrés. Otros 200 millones padecen alteraciones anímicas como depresión crónica y trastornos maniacodepresivos.

ANCIANOS

En los próximos 30 años, el número de personas mayores de 65 años aumentará en los paises en desarrollo entre un 200 y un 400 por ciento.

- La demencia, en particular la enfermedad de Alzheimer, afecta en el mundo a unos 22 millones de personas. Una de cada cinco personas mayores de 80 años sufren estos trastornos.

- Al menos 165 millones de personas, ancianos en su mayoría, padecen artritis reumatoide.

- Una de cada tres mujeres mayores de 50 años padece de osteoporosis o fragilidad en los huesos.

03 - 03

DENUNCIA DE LA ASAMBLEA DE LA OMS

La pobreza como causa de muerte

"En el tiempo que usted necesita para leer esta frase, en alguna parte del mundo ha muerto un niño en los brazos de su madre": La pobreza extrema es la primera causa de mortalidad y sufrimiento en el mundo. La Organización Mundial de la Salud (OMS) eligió este encabezamiento para describir el estado actual de la salud en el mundo en un escueto informe de 20 páginas presentado con motivo de la Asamblea Mundial de la Salud que se inauguró ayer en Ginebra.

La pobreza es para la OMS el denominador común de muchos de los males que aquejan a la población del planeta: niños que mueren por falta de vacunación, madres que no sobreviven al parto, suicidio, malnutrición y minusvalías.

El resultado es que la esperanza de vida al nacer en los países menos desarrollados del mundo es de 43 años, mientras que en los más desarrollados alcanza a 78 años, lo que constituye una diferencia de un tercio de siglo.

"Eso significa que un hombre rico y sano puede vivir el doble que uno pobre y enfermo", afirma la OMS en su informe, donde deja constancia de que "las desigualdades entre ricos y pobres, grupos de población, edades y sexos se están acentuando" a pesar de los avances logrados en los últimos años. Entre éstos la OMS destaca que ocho de cada diez niños han sido vacunados contra las cinco enfermedades más mortíferas de la infancia (difteria, sarampión, tétanos neonatal, tosferina y tuberculosis) o que la mortalidad infantil ha disminuido un 25 por ciento desde 1980.

Aun así, en 1993 murieron en el mundo más de 12,2 millones de niños de menos de cinco años, cifra que equivale a la población de Noruega y Suecia juntas. Las diferencias entre ricos y pobres son igualmente evidentes en los indicadores sanitarios que ofrece la OMS para describir el estado de salud de la población adulta.

En 1993 fallecieron en el mundo 51 millones de personas, de las cuales tres cuartas partes eran adultos. De ese total, unos 39 millones murieron en el mundo en desarrollo y 12 en los países industrializados, de lo que se traduce que "los países pobres tuvieron el triple de muertes que los ricos". Diez millones de esas defunciones se debieron a enfermedades no transmisibles, entre ellas las del sistema circulatorio, apoplejías y cardiopatías. A pesar de que esas afecciones se consideraban, hasta hace poco, problemas de los países industrializados, el 44 por ciento del total de defunciones se produjo en los países en desarrollo.

INFORME DE LA ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD

Clarín 2/5

Dicen que la pobreza es la enfermedad más mortífera

GINEBRA (EFE y AFP).– "En el tiempo que usted necesita para leer esta frase, en alguna parte del mundo ha muerto un niño en los brazos de su madre". Con esta frase, la **Organización Mundial de la Salud (OMS)** encabezó su informe anual, que hoy será presentado ante delegados de 190 países.

"**La pobreza es la enfermedad más mortífera del mundo**", aseguró el presidente del organismo, **Hiroshi Nakajima**. El resultado es que en los países menos desarrollados, la esperanza de vida al nacer es de 43 años, mientras que en los industrializados alcanza los 78, **una diferencia de un tercio de siglo**.

Si bien la mortalidad infantil ha disminuido un 25 por ciento desde 1980 –en buena medida gracias a que 8 de cada 10 niños han sido vacunados contra las cinco enfermedades más mortíferas–, **en 1993** murieron en el mundo **más de 12,2 millones de chicos menores de 5 años**, cifra que equivale a la población de Suecia y Noruega juntas. **Uno de cada tres niños está desnutrido**, y la lactancia evitaría cada año la muerte de un millón de recién nacidos.

En ese año murieron 51 millones de personas, de las que **39 millones fallecieron en los países pobres**. Diez millones de esas muertes se debieron a **enfermedades no transmisibles**, como las del sistema circulatorio, apoplejías y cardiopatías. **A pesar de que** se las consideraba **problemas de países industrializados**, el 44 por ciento de esas muertes se produjo en los países en desarrollo.

El cáncer mata cada año a 6 millones de personas, el 58 por ciento en los países más pobres. El tabaquismo se cobra anualmente 3 millones de vidas, y 800 de los 1.100 millones de fumadores viven en países menos desarrollados. Unos 500 millones de personas padecen trastornos neuróticos vinculados con el estrés. En cuanto a la tuberculosis, causa **más de 7.000 muertes por día**.

Respecto del sida, la OMS calcula que el número de adultos infectados supera los 13 millones (en su mayoría heterosexuales), lo que para el año 2000 podría elevar el total de infectados de 30 a 40 millones, entre ellos más de 5 millones de niños.

Nº. DOCUMENTO 9508824

TITULO Secretarios de estado argentinos reunidos desde el 4/5 para tratar la pobreza.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE 04-05-95

VINCULACION Pobreza - 11427 - 10027 - 11677

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Reunión sobre la pobreza en América

Ministros de Trabajo, de Bienestar, de Seguridad y de Desarrollo Social de Chile, México, Uruguay, Perú, Venezuela, Ecuador y Bolivia se reunirán desde hoy con sus pares de nuestro país en un encuentro organizado por la Secretaría de Desarrollo Social de la Nación.

Se trata de la Post Cumbre de Desarrollo Social del Grupo Río que tras el encuentro mundial realizado en marzo último, en Copenhague, abordará la problemática de la pobreza en América latina.

Acciones futuras

Las consecuencias de la cumbre de Copenhague para nuestra región y las acciones futuras será el principal tema para tratar por el grupo que encabezará el secretario de Desarrollo Social de la Argentina, Eduardo Amadeo.

"La idea -comentó Amadeo- es aprender unos de otros, ya que en el tema de la pobreza los países latinoamericanos tenemos problemáticas similares. Por eso mismo, hablaremos de la política social, de la ineficiencia y de la importancia de la capacitación".

Amadeo adelantó que entre los puntos más importantes por tratar figura la realización de un programa de financiamiento a largo plazo para la región.

01 - 01

9508824

500 mil uruguayos viven en marginación y pobreza

Los programas sociales se dirigen a la mujer y el niño
Psic. Ferrando: "Educación social se torna indispensable"

Unas 500 mil personas viven en Uruguay en condiciones de pobreza con necesidades básicas insatisfechas. La marginación es preocupación hoy de organizaciones no gubernamentales. Incluye, por distintos motivos, a niños y adolescentes, ancianos, homosexuales, la mujer, los discapacitados y las personas con deterioros mentales, los negros y los portadores de HIV.

PARA Jorge Ferrando (39), psicólogo social del Observatorio del Sur (OBSUR) y del Centro de Investigación y Promoción Franciscano y Ecológico (CIPFE), el trabajo con sectores sociales marginados no es solo una carrera contra el tiempo sino contra condicionantes económicas y educativas.

En el reciente seminario sobre marginación en el Uruguay reveló la extensión social de esta realidad y la multiplicidad de investigadores dedicados al tema. La síntesis de este estudio está recogida en el libro "Uruguay marginado, voces y reflexiones sobre una realidad oculta", coordinación de Jorge Ferrando, Antonio Carámbula, Alberto Hein, ediciones Tilce, 1995.

La marginación es entendida por los investigadores como consecuencia de la pobreza en primer lugar, también de otras situaciones de discriminación social derivadas del concepto básico de normalidad predominante en la sociedad. Así, existe marginación por motivos raciales, culturales, de identidad sexual -homosexuales-, problemas de salud -portadores de HIV, enfermos mentales-, generacionales -niños, adolescentes, jóvenes y ancianos.

Sólo en el aspecto socioeconómico, se estima en medio millón los uruguayos que habitan este país en condiciones de pobreza, es decir, obtienen recursos inferiores a los $ 2.000 mensuales en un núcleo familiar tipo de cuatro integrantes.

En estos casos se confirma la insatisfacción de necesidades básicas, sea vivienda, saneamiento, agua potable, nivel de instrucción o empleo estable.

Los subnúcleos sociales más importantes donde se verifican altos índices de pobreza son los menores de 14 años: el 40 % de ellos viven en condiciones de pobreza y las mujeres jefe de hogar, con un porcentaje similar al anterior.

Hacia estos dos grupos sociales están dirigidos hoy los más importantes programas de apoyo social, como planes municipales y nacionales, desarrollo de guarderías, programas alimenticios y de atención en salud materno infantil, apoyo a la madre embarazada y hasta al niño de cinco años de edad.

Pero claro, los programas no alcanzan y además, se entiende que razones estructurales están debajo o envolviendo los problemas particulares.

El centro y el afuera

"Los marginados son como una especie de caricatura de la sociedad, nos muestran las partes más feas y rechazadas, las cosas que no queremos ver ni aceptar. Hay que estar atento a estos grupos porque lo que ocurre en ellos tiene que ver con el resto de la sociedad", comentó a **LA MAÑANA** el psicólogo Jorge Ferrando.

El concepto de marginación sobreentiende la existencia de un centro y un afuera o de un alguien que margina -persona o institución- y un alguien que es marginado. Un cambio en esta relación humana precisa obviamente un cambio en ambos lados de la relación, sensibilización y reconocimiento.

Cada subgrupo marginado expresa y sufre problemas diferentes. Los niños viven la falta o no aplicación de derechos esenciales, son vistos en miles de hogares como un objeto sometido a la autoridad paterna más que como un ser humano. La violencia familiar los tiene como primeros candidatos a víctimas. Los adolescentes y jóvenes viven la relegación laboral y la ausencia de espacios sociales donde expresarse. Su vertiente contestataria es reprimida por un modelo institucional

adulto y formal infranqueable. Los ancianos también van perdiendo lugar social incluso en el ámbito familiar. En los tres casos se trata de personas en edades no productivas y de ahí la causa principal de su relegación.

En muchos casos algunos de estos grupos, u otros, generan mecanismos de defensa y alimentan una automarginación ante la imposibilidad de integrarse normalmente al ámbito social. Aspectos culturales, de educación, formación, se hacen aquí indispensables para sortear vallas y ayudar a superar las causas que producen cada desplazamiento.

Ferrando trabaja dentro de programas de educación popular, asesoramiento a grupos que buscan realizar una tarea de promoción social. En este aspecto señala criterios fundamentales a tomar en cuenta: mayor conocimiento de la realidad específica de los grupos marginados, valores, actitudes y conductas que forman parte de una estrategia de sobrevivencia ante la situación de excluidos por otros sectores sociales, creación de alternativas que tengan a estos grupos como protagonistas sociales.

"En Uruguay tenemos varias experiencias de fracaso relacionados con sectores que viven en la pobreza por aplicar programas que no atienden el protagonismo de los implicados", dice el especialista. "La actitud paternalista no produce cambios en los valores y todo el trabajo se derrumba".

De modo que a su juicio, los programas vinculados con la pobreza y marginación deben jerarquizar la participación comunitaria "tomando conciencia que no se pueden desarrollar políticas sociales sin que haya un interlocutor de los organismos gubernamentales que esté dado por la organización de la gente en torno a sus problemas específicos".

Otros elementos componen la base de los proyectos hacia grupos marginales: lo educativo a nivel del sector en cuestión, la formación para trabajar en grupo y en un nivel general poner énfasis en valores como tolerancia, respecto por la diversidad, etc. También es indispensable la existencia de recursos materiales y financieros para que los proyectos sean viables.

Según Ferrando hay al momento un "éxito relativo" de estos programas, ya que en su mayoría, deben incluir como componente básico políticas de empleo. Se destacan entonces experiencias que incluyen convenios que involucran grupos de adolescentes con Intendencias y con la Universidad de la República. En estos casos los jóvenes reciben una remuneración y al mismo tiempo se capacitan para un oficio.

Zona rural

Los sociólogos han puesto el alerta en un tipo de marginación social acelereada y poco atendida: la marginación social en las zonas rurales. Allí los índices de pobreza son altos y dada la dispersión de la población se verifica una deficitaria atención social.

Esta realidad ha sido acentuada en los últimos dos decenios con la creciente migración a las ciudades e incluye un proceso de deterioro de los pequeños productores. Muchos han vendido sus establecimientos mientras que varios miles sobreviven con niveles de ingreso por debajo de los valores básicos.

Uno de cada diez no gana para vivir

La Organización de las Naciones Unidas preparó la primera conferencia mundial sobre la pobreza y otros dramas sociales, amenazada por la declinación general de la ayuda internacionales, los cortes que impondrá la mayoría del Partido Republicano en el Congreso a las contribuciones de Estados Unidos y la frialdad de Washington hacia el internacionalismo, excepto que se trate de comercio.

Para la ONU, era la gran oportunidad para mostrar que la organización puede hacer algo más que un agente de mantenimiento de la paz. Sin lugar a dudas, fue el acontecimiento más riesgoso que haya planeado en su medio siglo de vida. Lo concretó en Copenhague y si bien es cierto que la convocatoria fue exitosa al asistir casi cien líderes mundiales, no es menos cierto que su resultado recién verá dentro de algunos años.

De todas maneras, fue una muestra acabada del fin de la guerra fría y la primera vez en la historia en que el mundo discutió los problemas de la gente común.

Los problemas de la gente común no son nada sencillos ya que incluyen a más de 800 millones de habitantes condenados a la pobreza. De diez a doce millones mueren cada año por causas relacionadas con la pobreza.

Una de cada diez personas no pueden encontrar trabajo con un salario que le permita vivir; el 40% de las mujeres, en el mundo, trabajan sin recibir salario. Las guerras civiles, la sobrepoblación y otras fuerzas impulsan a millones a emigrar dentro y entre países. El 20% más pobre de la población mundial recibe menos del 5% de los ingresos totales y en varios casos, como México o algunas provincias argentinas, las tensiones sociales comenzaron a afectar la confianza y la actividad económica.

En la actualidad hay menos inseguridad en la esfera militar mientras existe una creciente inseguridad en la vida personal y comunitaria. Se reemplazó la bomba atómica por una bomba social y la retórica escuchada en Copenhague no alentó muchas esperanzas para que la situación social se revierta en corto plazo.

En América Latina hay 230 millones de pobres

EN la actualidad existen más de 230 millones de latinoamericanos que viven por debajo de la línea de pobreza, mientras que en el mundo hay más de 800 millones de seres humanos que se encuentran en esas condiciones.

Los datos son alarmantes. Desde hace treinta años la pobreza está aumentando en América Latina. El desafío, por lo tanto, consiste en revertir los contenidos de desigualdad social de las reglas de política económica. Los documentos oficiales de los gobiernos y los organismos internacionales, el interés y la preocupación asumen en América Latina una connotación, fundamentalmente, estadística. Se discute cuántos son los pobres, con qué indicadores identificar sus diversos niveles, cuáles tendencias se manifiestan en la distribución de ingresos.

La pobreza aumenta en la región en términos relativos, porque la distribución de la riqueza se hace más desigual. En términos absolutos porque aumenta el número de pobres. Alcanza con recordar que 230 millones de latinoamericanos no alcanzan a satisfacer sus necesidades básicas.

El enfoque estadístico de la pobreza deja en la sombra, no sólo la realidad humana, sino también un conjunto de hechos, fenómenos y procesos que la caracterizan en la actualidad. Estos dieron lugar a una transformación de la pobreza. Hoy es una realidad cuantitativamente distinta a la de hace 20 años.

Pobre era la parte de la población que no había logrado integrarse a la vida moderna, debido a que las infraestructuras urbanas, productivas y de servicios, no crecían lo suficientemente rápido como para absorber la masa social urbana que aumentaba de manera acelerada por causas demográficas y migratorias.

Extremadamente pobres eran quienes no habían experimentado un desarrollo social y cultural como el requerido por el proceso social moderno. Constituían un cierto porcentaje de la sociedad que se aglomeraba en la periferia de las grandes ciudades.

Aquella pobreza y marginación residual siguen existiendo a fines del Siglo XX, pero el mundo de los pobres es mucho más numeroso. Fue engrosado por una masa de personas que, habiendo alcanzado antes algún grado de participación en el trabajo, el consumo y la vida moderna, después experimentó procesos de exclusión como cesantías, pérdida de beneficios sociales, subempleo. El proceso industrial y estatal moderno no sólo fue incapaz de absorber todas las fuerzas del trabajo y las necesidades sociales que crecían junto con la población. Además comenzó a expeler a una parte de quiénes había incorporado.

El fenómeno de la exclusión erosiona a la sociedad más allá de los sectores obreros y a las capas sociales medias empobrecidas por la pérdida del empleo y los beneficios sociales. Como nunca antes, la pobreza latinoamericana se concentra en zonas urbanas y suburbanas de alta densidad poblacional.

A la desocupación y el desempleo se agrega una exclusión multidimensional porque las necesidades insatisfechas son múltiples. La pobreza deja de ser una situación relativamente transitoria derivada de la falta de empleo, reversible cuando éste vuelve a encontrarse. Se convierte en una condición de vida global y permanente, incluida la ciudadanía política.

La pobreza, en cuanto fenómeno social, se manifiesta en la actualidad con su cruda condición de debilidad y carencia. Los pobres carecen de fuerza social y política. Por eso se quedaron solos. Quien se pone de su lado no obtiene ventajas, ni siquiera reconocimiento. Aunque se encuentre concentrada y segregada territorialmente, si bien perdió su potencial de acción, la pobreza continúa presentándose como un peligro para la ciudad. Constituye un ejército inorgánico que tiene bajo sitio a las grandes urbes y los bolsones de riqueza.

La pobreza crea inseguridad ciudadana porque genera delincuencia. La pobreza también contamina y amenaza el equilibrio ambiental. Pero ella, por sí, no resolverá una situación global. El mundo es el que tendrá que hacerlo.

EL DESAFIO DE LA CUESTION SOCIAL

EN editorial del 9 de abril ("Hacia un mundo mejor") se comentó la posición de la República Federal de Alemania en torno a la lucha contra la pobreza, expuesta oficialmente en la Conferencia Cumbre sobre Desarrollo Social que tuvo lugar en marzo en Copenhague. En esa postura influyeron las recomendaciones aportadas por la Fundación Konrad Adenauer con relación al tema, cuyo trabajo constante procura contribuir a organizar y consolidar estructuras sociales libres y democráticas en los países de Asia, África, América Latina y Europa central y oriental. La Fundación, en cooperación con CEDES, proyecta organizar próximamente un evento entre nosotros para analizar en concreto el caso uruguayo a la luz de las conclusiones a que se llegó en la Conferencia, por lo que se considera de interés adelantar la difusión de su pensamiento a través del trabajo elaborado por su presidente en ejercicio, Dr. Gerd Langguth sobre la cuestión social como desafío, expuesto en la recopilación de documentos publicada por la Fundación y CIEDLA.

PARTIENDO del supuesto de la necesidad de rediseñar el concepto de "seguridad global" —hoy se asume que la seguridad y la estrategia nacional ya no se definen como seguridad política, sino como una amplia garantía de las bases de subsistencia del hombre del presente y generaciones venideras— se focaliza a la pobreza extrema como causa principal de desestabilización. Combatirla es crear mayor seguridad, y esa seguridad se logra con el estímulo a la participación, que como se consignara en el editorial de referencia es un principio rector de la política de colaboración alemana. Esa participación, entendida como posesión de un lugar de trabajo, es en el plano económico no sólo el medio con que ganarse el sustento diario y crear las bases materiales de subsistencia, sino también el fundamento de la autoestima y el reconocimiento social. En el plano social y cultural conlleva y reafirma la noción de patria, en tanto el desarraigo y la marginación abren las puertas a ideologías extremistas y predicadoras de la violencia. A su vez la participación política no se agota en la concurrencia periódica a las urnas. Históricamente está comprobado que la democracia nace en las comunidades sociales pequeñas y se forja en la participación de todos en lo que a todos interesa.

TAMBIEN la historia ilustra sobre la estrecha vinculación entre democracia y desarrollo. La libertad política fomenta la creatividad a través de la libre decisión económica y social y de esa manera impulsa el éxito de la actividad del individuo en todos los órdenes. Se viven tiempos de cambio en que en muchos países desarrollan procesos de transformación hacia la democracia y la economía de mercado, pero a pesar de ello son muchos todavía los marginados: los sectores más pobres, gran parte de las mujeres, la población rural y minorías étnicas y religiosas. El fomento de la democracia en tanto que participación política es el objetivo básico en que se apoya el trabajo de la Fundación Konrad Adenauer, insistiendo en destacar la relación que existe entre el Estado de Derecho y una economía social y ecológica de mercado. La idea central de la economía social de mercado ya ha sido asimilada en el orden internacional, donde el informe del PDNU para 1993 reclama la creación de mercados adecuados y puestos al servicio del hombre, y no a la inversa.

EL debate sobre el desarrollo social mundial se centra en tres preocupaciones fundamentales. El problema del desempleo, advirtiéndose que en la actualidad y a escala general universal la ocupación tiende a crecer muy por debajo de la producción y del número de personas que buscan trabajo, por lo que además de generar un crecimiento suficiente y sustentable en términos de recursos naturales, debe pensarse en una nueva organización y distribución del trabajo en el marco de una mayor flexibilidad. Luego el problema de la eficiencia del Estado, que se plantea como exigencia de respuesta al reclamo de disponer de una adecuada red de seguridad social, lo cual no es patrimonio exclusivo de los países pobres cuyos Estados disponen de magros recursos para satisfacer esas necesidades, sino aún en los países industrializados como Alemania, donde se reconoce la sobre exigencia al Estado social y se piensa ya en el replanteo de sus estructuras. En este aspecto, aún admitiendo las diferencias entre los distintos países se considera importante el intercambio de modelos y experiencias, por ejemplo con respecto a la privatización o a las estructuras de la autoayuda en el campo de la seguridad social y sistemas previsionales. Finalmente es necesario asegurar coherencia entre los diferentes ámbitos políticos para la conformación de una política integral en función del desarrollo humano y seguridad general. Ruanda es el ejemplo más elocuente para ilustrar cómo los esfuerzos por el desarrollo se desvanecen por la falta de seguridad política y militar en lo interior del país.

EL tema da para una profunda reflexión desde que buena parte de estas consideraciones y conclusiones nos alcanzan e involucran. Lo general de esta exposición habrá de particularizarse en ocasión del encuentro proyectado por la Fundación Konrad Adenauer, que se espera con señalado interés.

TERCER MUNDO **EXPLOSION DEMOGRAFICA**

Pobreza limita expectativa de vida

Un estudio revela que la perspectiva vital de un africano es de 40 años, al tiempo que la de un japonés o un sueco es de 76

Un niño nacido hoy en la República Centroafricana probablemente muera en el año 2035, luego de vivir 40 años en la más absoluta pobreza, pero un niño japonés o sueco puede esperar vivir 76 satisfactorios años.

Suponiendo que persistan las condiciones actuales, la República Centroafricana tendrá dos veces más habitantes que alimentar que los 3,2 millones actuales en el año 2029, seis años antes que muera el niño nacido hoy.

Pero los 125 millones de habitantes de condición socioeconómica alta de Japón no duplicarán su número sino al cabo de 277 años, y los de Suecia en 990.

> *El Tercer Mundo congrega el 98% del aumento de la población mundial*



La mortalidad infantil es de 67 por mil en el Tercer Mundo

Disparidades análogas prevalecen en una publicación del Buró de Referencias Poblacionales de Washington, titulada "Foja 1995 de datos de la población mundial", que fue dada a conocer recientemente Estos son algunos de los resultados que arrojó la investigación:

* El Tercer Mundo es responsable del 98% del aumento de la población mundial, pero representa un promedio de producto nacional bruto per cápita inferior al 6% del mundo desarrollado.

* En las condiciones actuales, los 4.500 millones de habitantes del Tercer Mundo aumentarán a 7.000 millones para el año 2025, y se duplicarán a 9.000 millones para el año 2031.

* Los países desarrollados, en la actualidad con menos de 1.170 millones de habitantes, aumentarán su población a apenas 1.270 millones para el año 2025.

* En el Tercer Mundo, de cada 1.000 bebés que nacen con vida mueren 67. En los países desarrollados muere el 10 por 1.000 de las criaturas nacidas.

Pese a estas cifras, el Buró sugiere que los datos correspondientes a este año permiten alentar un cauteloso optimismo.

"Es evidente que la explosión irrestricta del crecimiento de la población mundial, justificadamente temida por espacio de décadas, podrá evitarse", afirma.

En los años 60, las mujeres en el Tercer Mundo alumbraban un promedio de seis hijos cada una. El promedio actual es de 3,5. No obstante, la población mundial se ha más que duplicado desde 1950, de 2.500 millones de habitantes a 5.700 millones. *(En base a AP)*

1/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
131900SET95

M E M O R A N D U M Nro. 133 / 95

E V A L U A C I O N : A-1.-

R E F E R E N T E AGUILARTE Jorge Damiao (C/A)

T E X T O : Las anotaciones registradas en las fichas N°76663-4 y 76641-0 pertenecen al causante.-

F/N: 16-02-56

PROFESION: MUSICO

DOC. ID.: 1081288823 (BRASIL)

C.I.: 1.934.464-4 (URUGUAY)

10-02-81 Fue detenido por la PREFECTURA de TROUVILLE en averiguación por agresión.-

CORREGIDO
F 18/9/95
Inic.: SM

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Devincensi

FECHA 14/9/95 INICIAL GC
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... ense
Fecha: 14 SET. 1995
... Biografico
N° ... 950883

Jefe de los obispos califica de "testarudos" a liberacionistas

México (ANSA) Jun. 9/5

■ El prefecto de la Congregación de los Obispos del Vaticano, cardenal Bernardin Gantin, calificó de "testarudos" a los exponentes de la Teología de la Liberación y vaticinó que "terminarán desapareciendo como el polvo".

El representante de la Santa Sede a la 25ª Asamblea General del Consejo del Episcopado Latinoamericano (Celam), que concluyó sus deliberaciones a las afueras de esta capital, calificó de "doloroso y especial" el caso del obispo de San Cristóbal de Las Casas, Samuel Ruiz, principal representante de la Iglesia de los Pobres en México.

Gantin, de 73 años, envió a Ruiz en octubre de 1993 una carta en la que lo acusó de "desviaciones doctrinales y pastorales" e "interpretación marxista del Evangelio". Hace poco circularon rumores sobre una supuesta segunda carta pidiendo la renuncia del obispo, pero estas versiones fueron desmentidas por sectores de la Iglesia Católica mexicana.

El purpurado consideró inoportuno tratar el tema del obispo Ruiz y dijo no haber venido a México a ocuparse del caso.

Hablando de la Teología de la Liberación, el obispo señaló que "desde hace 2000 años, la Iglesia ha visto siempre ideologías que surgen y desaparecen como pasa con los hongos".

Gantin señaló que la Iglesia de los pobres "estaba ligada de alguna manera al marxismo, al socialismo real, a estos sistemas que se han desplomado totalmente", y por tanto, se ha desmoronado también y se encuentra como en el ocaso".

"Pero siempre este río que es el núcleo fundamental de la doctrina de la Iglesia, el Evangelio, va adelante de todas estas cosas que van pasando", sostuvo.

Como enviado del papa Juan Pablo II a la reunión de los obispos del Celam, Gantin tuvo ocasión de presenciar la vigencia del enfrentamiento entre los teólogos de la Liberación y el sector ortodoxo de la Iglesia latinoamericana.

«Aparecen por doquier signos de muerte: desempleo creciente, extrema pobreza y violencia»

Levántate y anda: el CELAM condena al neoliberalismo al finalizar 25 reunión ordinaria del organismo

Jun 9/5

La Conferencia Episcopal Latinoamericana (CELAM) condenó el domingo en la capital mexicana el neoliberalismo que, en su opinión, en América Latina ha causado tanta desigualdad.

El cardenal cubano Jaime Lucas Ortega dijo también que la crítica al neoliberalismo no es condenar a un sistema ni a otro, sino que es la preocupacion ética y moral de la iglesia, de que no se abandonen a las mayorías.

Las palabras que pronunció Ortega en la Basílica de Guadalupe están contenidas en un mensaje de la 25 reunión ordinaria del CELAM a la iglesia y a los pueblos latinoamericanos y caribeños, titulado «América Latina, levántate y echa a andar».

«Lo que condenamos es el sistema economicista que sólo se preocupa por ver los indicadores que dicen que ha crecido la macroeconomía, pero no se fijan en que cada vez hay más pobres en América Latina», precisó el alto prelado cubano. Ortega dijo también que hasta Cuba trata de poner en marcha nuevos mecanismos económicos porque hay una globalización mundial que va más allá de los sistemas.

«No podemos permanecer indiferentes ante tantos signos de muerte que aparecen por doquier: la extrema pobreza, el desempleo creciente, la violencia incontenible y tantas formas de corrupción e impunidad que hunden en la angustia y el dolor a millones de familias», precisaron los obispos.

Asimismo expresaron su lamento porque ante la desesperación, muchos latinoamericanos optan por emigrar en busca de nuevos horizontes, «pero con frecuencia sólo encuentran rechazo y frustración».

Subrayaron que han escuchado el quehacer de sus iglesias, revisaron el proyecto y la estructura del CELAM, aprobaron reformas al organismo, elaboraron recomendaciones y renovaron su dirección.

También expresaron que la iglesia ha estado presente en los sufrimientos inmerecidos de los latinoamericanos que en su opinión luchan por sobrevivir en un mundo sin solidaridad.

La CELAM terminó el domingo su asamblea general, que comenzó el primero del corriente, con la asistencia de 70 obispos de los 22 países de América Latina y el Caribe. Durante su conferencia, la CELAM eligió como su nuevo presidente al arzobispo de Tegucigalpa (Honduras), Oscar Andrés Rodríguez Maradiaga; y como su primer vicepresidnete a Luciano Mendes de Almeida, arzobispo de Mariana, Brasil; y al cardenal Ortega, como su segundo vicepresidente.

Llamado a nuestra América Latina:"Levántate y anda!"

La XXV Asamblea Ordinaria del Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM), reunida en el Tepeyac, México, entre el 1º y el 7 de este mes emitió un mensaje, el que hoy transcribimos textualmente. Es de destacar que la Conferencia Episcopal Uruguaya (CEU) estuvo representada en ese encuentro por los Monseñores Orlando Romero Cabrera y Adolfo Wirz, Obispos de Canelones y Maldonado, respectivamente.

1.- Los Obispos de América Latina y del Caribe, reunidos en la Ciudad de México para celebrar la XXV Asamblea Ordinaria del Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM), saludamos con profundo afecto pastoral a nuestras iglesias y a nuestros pueblos: "La paz sea con ustedes" (Jn. 20,19).

Bajo la mirada maternal de la Virgen de Guadalupe

2.- Les dirigimos el presente Mensaje desde la Basílica de Nuestra Señora de Guadalupe, Patrona de América Latina. En su rostro moreno contemplamos maravillados la obra maestra del Evangelio, que iluminó las benditas tierras americanas hace más de quinientos años.

3.- Hemos venido a los pies de la "Madre del verdadero Dios por quien se vive", los Presidentes y Delegados de las Conferencias Episcopales de los países latinoamericanos y caribeños, así como los Directivos de este organismo de servicio a la comunión y a la obra evangelizadora en nuestras Iglesias. Nos hemos dado cita en el cuadragésimo aniversario de la fundación del Celam. Les invitamos a unirse a nuestra acción de gracias por el inmenso bien que el Señor ha suscitado entre nosotros por medio de este instrumento providencial.

4.- Como María, queremos proclamar las maravillas del Señor y abrir nuestro corazón a las angustias de millones de latinoamericanos y caribeños.

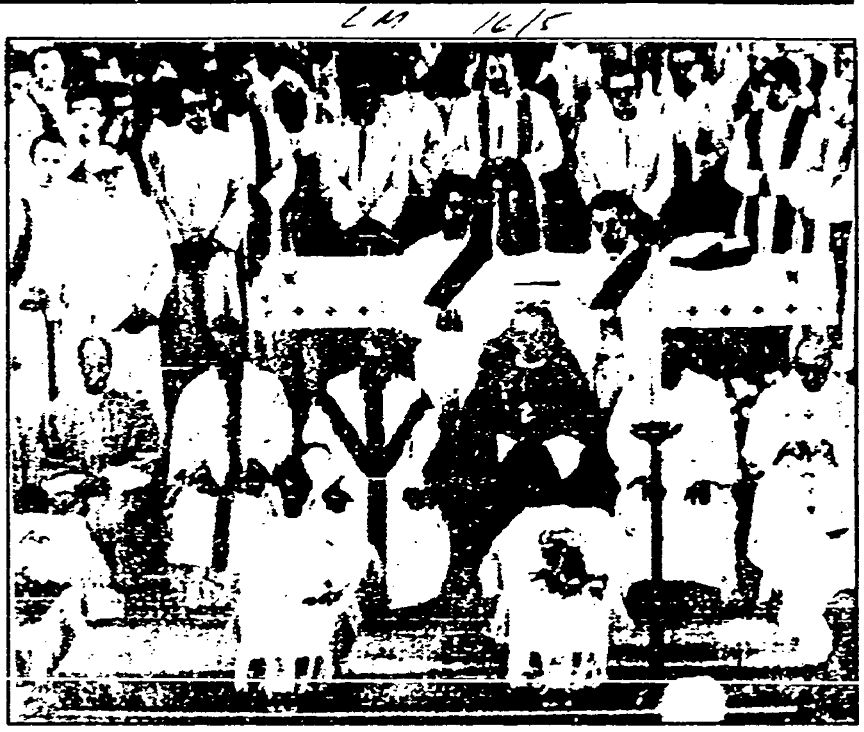
Ciertamente, el Señor ha hecho maravillas en las Iglesias del continente, tan empeñadas en la fascinante aventura de la Nueva Evangelización a la que nos convocó el Santo Padre en Santo Domingo.

Signos de muerte

5.- Pero también han estado muy presentes en nuestra reflexión y en nuestra plegaria los sufrimientos inmerecidos de la gran mayoría de hermanos y hermanas que luchan día a día por sobrevivir en este mundo insolidario.

6.- Queremos decirlo en alta voz; no podemos permanecer indiferentes ante tantos signos de muerte que aparecen por doquier; extrema pobreza, desempleo creciente, violencia incontenible y tantas formas de corrupción e impunidad, que hunden en la angustia y el dolor a millones de familias. En su desesperación, muchos optan por emigrar en busca de nuevos horizontes, pero, con frecuencia, solo encuentran rechazo y frustración.

7.- El origen de estos males está, sin duda, en el corazón del hombre y en los sistemas y estructuras injustas que brotan del pecado. Denunciamos, como una de las causas principales de tanta desigualdad, el "economicismo", es decir, la absolutización de las fuerzas del mercado y del poder del dinero, olvidando que la economía debe estar al servicio del hombre y no al revés.



Construir la Cultura de la Vida

8.- Si miramos la realidad desde una perspectiva meramente humana, todo parecería perdido. Sin embargo, como Pedro, queremos proclamar ante todos ustedes que no tenemos oro ni plata, pero somos mensajeros y testigos del poder incontenible del Resucitado: "en el nombre de Jesucristo de Nazareth, levántate y anda" (Hech 3,6).

9.- Sí, los cristianos somos testigos y creadores de esperanza. Lo proclamamos con plena convicción en este bello tiempo de Pascua, que canta la victoria de Cristo sobre las fuerzas de la muerte. Solo en El está la salvación. Solo El es "el camino, la verdad y la vida" (Jn 14,16). El camino de la paz y f[illegible] en el amor fraterno; la verdad de su mensaje que nos hace libres; la vida, don de Dios que debemos defender.

10.- Seguir a Cristo en América Latina y el Caribe significa construir la "cultura de la vida". Si creemos en el Dios de la Vida, debemos comprometernos a realizar hoy y aquí su gran proyecto: que todos tengamos vida y la tengamos en abundancia (cf. Jn. 10,10). Para llevar adelante esta tarea, contamos con un instrumento precioso: la Encíclica "Evangelium Vitae", en la que el Papa nos señala que el Evangelio del amor de Dios, el Evangelio de la dignidad de la persona y el Evangelio de la Vida, son un único e indivisible Evangelio".

Hacia el Tercer Milenio

11.- Durante estos días de profunda comunión en el trabajo y en la oración, hemos escuchado acerca del ser y el quehacer de todas nuestras iglesias, hemos revisado el proyecto y la estructura del Celam, aprobando reformas a sus Estatutos, hemos elaborado recomendaciones y programas para su próximo futuro; y hemos elegido a los Obispos que, con generoso espíritu de servicio dirigirán este organismo de comunión eclesial.

12.- En nuestra Asamblea, recibimos con profunda gratitud la palabra del Santo Padre. El nos invita a "todos los creyentes en Cristo del continente americano a un seguimiento más radical, íntimo y fiel del Señor".

13.- Otras dos iniciativas del Vicario de Cristo deben estimular nuestra pasión apostólica en los albores del Tercer Milenio; su convocatoria al Gran Jubileo del Año 2000 y el Sínodo de la América que reunirá en un futuro próximo, bajo la presidencia del Papa, a Obispos de Norte, Centro, Sur América y el Caribe.

14.- Les invitamos, pues, queridos hermanos y hermanas que el Señor ha confiado a nuestros cuidados pastorales, a fijar la mirada en Cristo, Salvador y Evangelizador, en las vísperas del Tercer Milenio.

En unión con María, la humilde sierva del Señor, damos gracias a Dios que se hizo hombre en Jesucristo y pedimos perdón por nuestras infidelidades.

15.- Que Ella, la tierna Madre de Guadalupe, "estrella de la Nueva Evangelización", camine delante de nosotros y nos indique el camino que lleva a Jesús, el único que tiene palabras de vida eterna (cf. Jn. 6,68).

En el nombre del Señor, les bendecimos de corazón.

DOCUMENTO 9508832
TITULO Detienen a líder e integrantes de Verdad Suprema.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 02-05-95
VINCULACIONES 12773
514305
66224

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

■ ES EL IDEOLOGO DE LOS ATAQUES CON SARIN

Detuvieron al líder de la secta nipona

La Policía de Japón detuvo ayer a Shoko Asahara, responsable de atentados con gas tóxico en el subterráneo de Tokio el pasado marzo

La Policía de Japón detuvo al líder de la secta Aum Shinri Kyo (La Verdad Suprema), Shoko Asahara, responsable de atentados con gas sarín en el subterráneo de Tokio el pasado marzo, informaron ayer las cadenas de televisión japonesas.

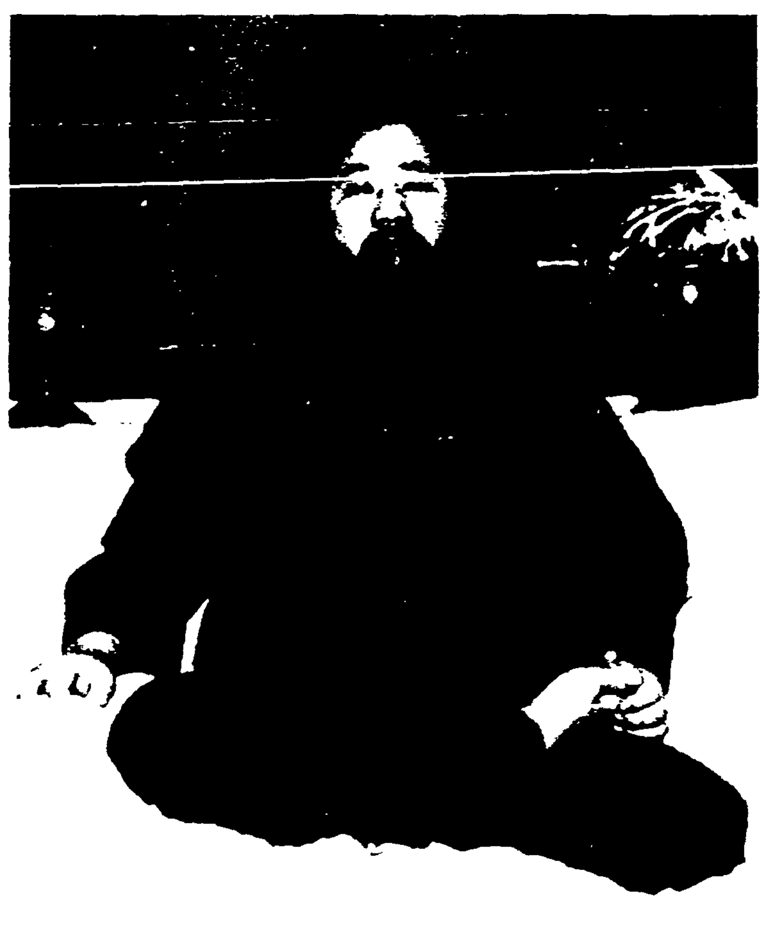
Los informes indicaron que Asahara fue arrestado durante un allanamiento policial en la sede principal de la secta en Kamiku Issiki, una pequeña aldea al pie del monte Fuji, unos 100 kilómetros al oeste de Tokio.

Cientos de policías, algunos de ellos acarreando canarios enjaulados ante el posible hallazgo del gas letal, participaron en el allanamiento de la secta.

OTRO DETENIDO

Anteriormente la policía había arrestado a otro presunto cabecilla de los ataques con gas neurotóxico en los trenes subterráneos de Japón, y tras su detención misteriosos vapores volvieron a intoxicar a por lo menos 20 personas en una estación de tren cercana a Tokio.

Según una emisora japonesa de televisión, un portavoz de la Policía dijo que por lo menos dos personas fueron llevadas de urgencia al hospital luego del incidente en Yokohama, una ciudad portuaria cercana a Tokio.



Shoko Asahara

Pero no se informó de inmediato si los vapores, liberados cerca de la entrada de la estación a las 9.10 hora local y calificados como malolientes por los transeúntes, estaban vinculados a anteriores ataques con gases neurotóxicos en Japón.

El hombre fue identificado como Yoshihiro Inoue, de 25 años, y "ministro de Inteligencia" de la apocalíptica secta de La Verdad Suprema.

Poco después de la detención, un tribunal de la capital japonesa emitió formalmente la orden de arresto contra Asahara, por ser sospechoso del ataque, que causó 12 muertos y 5.000 heridos.

La detención de Inoue se produjo tras una investigación de casi dos meses sobre el atentado con el gas neuroparalizante sarín, el peor caso de terrorismo en Japón desde la Segunda Guerra Mundial.

La Policía arrestó al joven, quien se cree era quien hacía cumplir los dictámenes del Asahara, durante una rutinaria revisión de vehículos en Tokio.

El hombre, un experto en karate, comandaba presuntamente las cinco unidades de dos hombres que liberaron el gas neurotóxico en los trenes subterráneos.

Inoue intentó huir cuando fue detenido su automóvil, en el que también viajaban otros tres seguidores de la secta.

Se había teñido el pelo de color castaño y rasurado un bigote característico. Inoue ya era buscado antes del ataque por seguir y secuestrar a miembros del culto que intentaban separarse de éste.

(En base a Reuter)

01 - 04

9508832

Policía nipona arrestó al "ministro de inteligencia"; hay 100 mil litros de gas escondidos para ataques

Nuevo atentado de la secta Verdad Suprema

La secta japonesa Aum Shinrikyo, principal sospechosa de los cruentos atentados en los subterráneos de Tokio, volvió a estar ayer en el centro de las miradas de los investigadores al descubrirse una misteriosa fuga de gas que causó la intoxicación de decenas de personas en una estación de Yokohama

Tokio (ANSA)

■ Pocas horas antes, las investigaciones sobre la secta Aum Shinrikyo (Verdad Suprema) dieron ayer un gran paso adelante con el arresto de Yoshihiro Inoue, principal ejecutor de la matanza del subterráneo de Tokio del pasado 20 de marzo.

El arresto de Inoue, llamado "ministro de inteligencia de la secta", hizo posible ayer a la magistratura de Tokio emitir un mandato de captura contra el gurú de la secta, Shoko Asahra, y otros 20 dirigentes por el caso más brutal de violencia de masas en Japón desde la Segunda Guerra Mundial.

Inoue, 25 años, experto en karate, fue arrestado al alba junto a otras tres personas en Akiwawa, un barrio de la periferia de Tokio, mientras estaba en un automóvil sospechoso en un estacionamiento.

La policía, que no lo había identificado — Inoue se había teñido de castaño y afeitado el bigote—, le pidió los documentos. El hombre intentó escapar, pero fue arrestado. La policía no reconoció su identidad hasta que las huellas dactilares fueron examinadas.

En el automóvil fueron secuestrados 800 documentos considerados muy comprometedores.

El arresto de Inoue era esencial para proceder contra Azahara porque los jueces instructores sostienen que aquél sería el único capaz de organizar atentados de venganza por el arresto del jefe.

De momento, ayer a las 21 (hora local) en la ciudad portuaria de Yokohama, decenas de personas resultaron intoxicadas como consecuencia de una misteriosa fuga de gas en la estación de Shin de la línea del tren rápido Shinkansen. Las circunstancias son análogas a los dos precedentes escapes de gas en otras estaciones ferroviarias de la misma ciudad. La policía sospecha que los autores de este nuevo acto terrorista, el tercero en menos de un mes de esta ciudad, son los miembros de los atentados de gas nervino suarín en el subterráneo de Tokio el pasado 20 de marzo.

Fue confirmado que el gas utilizado no era ni sarín ni cianuro (usados en los atentados de Tokio), sino que posiblemente se trate del mismo tipo de gas misterioso utilizado en los dos precedentes atentados en Yokohama los días 19 y 21 de abril.

Según la policía, las personas afectadas son al menos 25, de las que tres fueron ingresadas en el hospital y una está en condiciones graves.

De Inoue, que debajo del aspecto de duro escondería un carácter frágil —señalaron los investigadores—, la policía espera obtener información sobre el gas sarín que falta: parece que al menos 100 litros fueron escondidos en alguna parte para futuros atentados, con los cuales se podría provocar la muerte de 8 o 9 mil millones de personas, según los expertos.

Convertido en hombre de confianza del gurú en las misiones más peligrosas, Inoue fue nombrado jefe del servicio de seguridad de la secta.

Sobre él recaen también acusaciones de secuestro de persona, fabricacion ilícita de fusiles, atentados con gas y explosivos y robos en laboratorios láser. Tenía también contactos con políticos y con miembros del éjercito, según fuentes de la investigación.

Junto con el gas sarín desaparecido, la presencia de muchos militares entre las filas de la secta preocupa también a los jueces instructores. ¿Qué hacían entre los seguidores de Asahara 50 militares, ya estuvieran en servicio o jubilados?

En ninguna de las otras 184.000 sectas de Japón se encuentra esta cifra. ¿Eran simples infiltrados o colaboradores?

La averiguación que fue dada a conocer hoy de que los militares formaban dos grupos inquieta más todavía a la policía. Por una parte está un "equipo especial" de unos veinte miembros altamente entrenados y preparados para un eventual golpe de mano contra las instituciones. Por otra, la "unidad especial" de militares todavía en servicio, especializados en armas químicas y bacteriológicas. Hasta el momento la policía arrestó 220 miembros de la secta, algunos de ellos directamente involucrados en los atentados. Entre ellos está Masami Tsuchiya, jefe del laboratorio químico de la secta en Kamikuishiki, a los pies de Monte Fuji, donde fue fabricado el sarín usado en los atentados.

Cayó el gurú Asahara

■ En una información de última hora, confirmada por el jefe de la policía municipal de Tokio, Yukihiko Inoue, las fuerzas de seguridad detuvieron al gurú de la secta Aum (Verdad Suprema), Shoko Asahara (40 años), en una habitación secreta del local de la secta en Kamikuishiki, una aldea al pie del monte Fuji.

Al momento de la captura, éste estaba meditando, y se halla en buen estado de salud. La detención se efectúa por ser "sospechoso de asesinato y tentativa de asesinato" en el atentado del 20 de marzo pasado en el metro de Tokio, que arrojó un saldo de 12 muertos y 5.500 intoxicados.

Asimismo, no se encontraron reservas de gas sarín dentro del local.

02

9508832

Militares habrían ayudado a la secta con el gas

CM 11-5

TOKIO, (ANSA)- Los diarios japoneses sostienen que dos militares de servicio en el Instituto de Química del Ejército japonés son miembros de la secta Aum Shinrikyo, a la que le habrían pasado valiosa información sobre el gas sarín utilizado en los atentados del metro de Tokio, que provocaron 12 muertos.

El Ministerio de Defensa japonés calificó a la noticia como "completamente fabricada", y exigió una desmentida de los diarios.

"El personal citado en el artículo -dijo un vocero- no trabaja en el Instituto Químico, y no existen miembros de la secta empleados en él".

El diario *Mainichi*, que cita fuentes policiales, escribe que un manual reservado sobre cómo defenderse del sarín, preparado en octubre del año pasado por el Ejército, fue a parar a la secta.



Sostienen en Japón que la secta contaba con la ayuda de elementos del Ejército.

Ingestión de un antídoto

En base al manual, los líderes de la secta hicieron ingerir a sus seguidores sodio pentobalbitel, un anestésico usado como antídoto contra las armas químicas que no se comercializa y cuyos restos se hallaron en la sangre de los miembros de la Aum arrestados hasta el momento.

Mainichi agrega que un oficial médico de 32 años enseñó en una de las sedes de la secta cómo defenderse de los gases químicos

Lo que más impresiona a los investigadores, que hasta ahora han arrestado a cinco militares por pasar información a la Aum, son las coincidencias entre las investigaciones y los manuales sobre el sarín usados por la secta y por las fuerzas de defensa.

Otros semanarios profundizan las relaciones entre la secta y el Ejército reconocidas por el mismo Jefe de las fuerzas de tierra, General Hisaku Tomizawa, quien dijo que "varias decenas" de militares en actividad y en retiro formaban parte de la Aum.

El semanario *Shukan Hoseki* sostiene que la secta preparaba un golpe de estado para noviembre de 1995 "con la ayuda de elementos del Ejército" tal como se desprende de los apuntes secuestrados a uno de los líderes arrestados de la Aum Kiyohide Hayakawa, de 45 años.

Hayakawa era el jefe del llamado Ministerio de Construcciones de la secta, y el encargado de mantener relaciones con Rusia y comprar material químico.

Son responsables del ataque con gas sarín LH 15/5

Identificaron en Tokio a 20 terroristas de la secta

Confesiones: las obtenidas por la policía nipona permiten formarse una idea aproximada de cómo se perpetró el atentado contra el subterráneo de la capital del Japón.

TOKIO, 14 (Reuter).- La policía japonesa identificó a 20 seguidores de una secta religiosa como responsables del atentado con gas neurotóxico en el subterráneo de Tokio que provocó la muerte de 12 personas y dejó más de 5000 heridos.

Fuentes policiales dijeron que las confesiones de varios autores les ha permitido formarse una idea bastante clara de cómo se realizó el ataque del 20 de marzo.

En una señal de que la investigación se acerca a su fin, policías se reunieron con fiscales para presentar un informe de la evidencia obtenida hasta el momento y con el fin de preparar órdenes de arresto para los responsables.

Fuentes policiales dijeron que las confesiones y nuevas evidencias están relacionadas a Shoko Asahara, fundador del grupo Aum Shinri Kyo (Secta de la Verdad Suprema).

Medios de comunicación japoneses dijeron que la policía esperaba poder realizar durante los próximos días una redada en el cuartel general de la secta en el caserío de Kamiku Isshik, al pie del monte Fuji.

Se cree que Asahara, el líder de 40 años de la secta, se encuentra escondido en el complejo.

El día X

Una docena de periodistas mantiene un asedio constante a la zona, preparados para lo que se espera que sea el punto culminante de la investigación: "el día X".

Tanta es la expectativa por el día en que finalmente se logrará capturar a Asahara, que medios de comunicación dieron poca importancia a una explosión en el aeropuerto de Tokio y al misterioso aterrizaje de 29 globos con tubos de plástico en territorio japonés que ocurrieron este fin de semana.

La policía informó que ya cuenta con piezas claves de evidencia.

Entre las evidencias se encuentra un cuaderno que utilizaba el "ministro de Inteligencia" de la secta, que contenía los horarios y números de pasajeros que utilizaban las tres líneas de subterráneo donde se utilizó el gas sarín.

El ministro de Inteligencia de la secta, fue identificado como Yoshihiro Inoue, de 23 años, y se encuentra en la lista de personas más buscadas de todo Japón.

Tras el arresto y la confesión de unos 200 miembros de la secta, la policía cree que unas 10 personas soltaron el gas en el subterráneo y otras 10 lo fabricaron.

La policía piensa que equipos de dos personas, en los que una dejaba bolsas de plástico con gas mientras que otra vigilaba, fueron utilizados por la secta.

Constatan que secta budista fabricaba gas sarín

LH

Un cuaderno de notas que pertenecía a un ex seguidor de la secta Aum Shinrikyo y describe un proceso para producir gas nervioso es una de las evidencias que la Policía japonesa tiene para sustentar que la secta producía el gas sarín, utilizado en el ataque con gases tóxicos en el metro de Tokio.

TOKIO /ANSA

El cuaderno, que pertenecía al "Ministro de Construcción" de la secta, Kiyohide Hayakawa, de 45 años, describe el proceso de producción del gas sarín y enumera cinco pasos para producir el letal gas.

La Policía subrayó que existen decenas de métodos de producir gas sarín, utilizado por los terroristas que el 20 de marzo pasado mataron a 12 personas y provocaron intoxicación a más de 5.000 en el subterráneo de Tokio.

El cuaderno de notas, dijeron fuentes vinculadas a la investigación, contiene planes de la Aum Shinrikyo de importar tanques rusos y armas nucleares, y habla de una "guerra en noviembre de 1995".

03 95C8832

La próxima semana detendrán a Shoko Asahara

Hallaron el escondite del líder de la secta Aum

La policía halló el escondite donde se encontraba el gurú de la secta Verdad Suprema de Aum, dentro de un local de la secta en la región de Tokio y tiene la intención de detenerlo la próxima semana, afirmó ayer el periódico Sankei Shimbun.

Tokio (AFP)

■ Según el periódico, que no precisa ni el nombre ni el lugar de la localidad donde se refugió Shoko Asahara, de 40 años de edad, la policía reforzó los efectivos encargados de vigilar el lugar.

La policía va a detenerlo —al cabo del período de vacaciones que finaliza el fin de semana próximo— por homicidio con premeditación, por haber dado la orden de producir gas sarín, utilizado el 20 de marzo pasado en el atentado perpetrado en el metro de Tokio, que causó 12 muertos y 5.500 heridos, agregó el periódico.

Las fuerzas del orden piensan aprovechar este plazo para obtener resultados probatorios de la investigación en curso sobre la secta y su papel en el atentado, añadió el periódico.

Esta investigación tiene por objeto demostrar que la secta fabricó el gas sarín en sus locales del pueblo de Kamikuishiki, al pie del Monte Fuji.

Interrogado, un portavoz de la policía rehusó comentar esas informaciones.

Según el Sankei Shimbun, la policía ya terminó los preparativos para la emisión de una orden de detención de Shoko Asahara. Como su estado de salud es precario, fueron previstas instalaciones especiales para recibirlo una vez detenido.

La policía realizó ayer nuevos allanamientos en los locales de la secta en todo el territorio japonés al tiempo que entró en vigor este mismo día una ley prohibiendo la fabricación y la utilización de gases mortales como el sarín.

En virtud de esta ley, votada el 18 de abril por el Parlamento, el empleo de gases como el sarín, es pasible de una pena de cárcel que puede llegar a ser perpetua. La fabricación o la posesión de esos gases es pasible de una pena de 7 años.

El primer ministro Tomiichi Murayama renovó ayer su promesa de acelerar la investigación. "Tratamos de detener los sospechosos del atentado y aclarar las circunstancias lo antes posible", dijo con motivo de una concentración del 1° de mayo.

El gurú de la secta desapareció el 20 de marzo y su lugar de residencia se convirtió en una gran incógnita para las autoridades. Sus principales lugartenientes fueron detenidos por distintos motivos, pero sin relación directa con el atentado. La policía detuvo a unos 150 miembros de la secta.

VERDAD SUPREMA

X 7-12 12/5

Confiesa el químico de la secta

El jefe de la "sección química" de la secta Verdad Suprema confesó a la policía haber fabricado el gas neurotóxico sarín, el mismo que fue usado en el atentado contra el metro de Tokio el 20 de marzo último en que murieron 12 personas y 5.500 fueron heridas. La confesión de Masami Tsuchiya (30), divulgada por el diario *Yamiuri*, se unió ayer a la revelación por la policía de Australia de que la secta usó experimentalmente el gas matando 25 ovejas en una granja comprada en 1993 en la localidad occidental australiana de Lenora y posteriormente revendida al gobierno. Tsuchiya es el primero que admite haber fabricado el gas –desarrollado por los nazis– entre más de 200 miembros de la secta que fueron detenidos desde el ataque al subte, confirmando la sospecha policial de que la secta está involucrada en el tema.

Arrestado por la policía por motivos no directamente relacionados con la matanza del metro, Tsuchiya no reveló la identidad de los restantes miembros que intervinieron en la fabricación del gas, ni sobre las razones que motivaron esta producción; también rehusó informar si Shoko Asahara (40), líder de la secta y a quien la policía busca para interrogar, participó de la fabricación del tóxico. La secta, que predice el fin del mundo para 1997, se ha declarado repetidamente inocente del ataque, pero la policía encontró en sus locales un enorme stock de productos químicos tóxicos que pueden servir para fabricar sarín, un enorme laboratorio, y restos de medicamentos hallados en simpatizantes de la secta, del tipo de los usados para contrarrestar una intoxicación con el gas.

Además, Asahara se mostró obsesionado en el pasado con el tóxico, llegando a profetizar que "una de mis muertes ocurrirá por un gas, por ejemplo el sarín". El jefe de la secta aún no tiene tras de sí una orden de arresto, y se especula con que puede estar escondido en alguno de los subterráneos secretos de los edificios de Verdad Suprema en las proximidades de Tokio.

El indicio australiano fue revelado por Duncan Kerr, ministro de Justicia de ese país. La granja de Lenora –770 kilómetros al noroeste de Perth– fue comprada en 1993 por la secta por medio millón de dólares y, según Kerr, "creo que está claro que estuvieron allí probando algunos de los gases, ciertamente probando sarín y posiblemente otros". La policía volvió recientemente al lugar y encontró 25 cadáveres de ovejas en los que se detectaron residuos de ácido metilfosfónico, que es lo que deja el sarín cuando se descompone, y está trabajando actualmente para descontaminar el terreno y también para descubrir huellas que indiquen el resto de las experimentaciones químicas de los sectarios.

A esto hay que sumar que, poco después de la compra de la granja, Asahara y algunos seguidores hicieron una visita al lugar, y que en ese mismo período otros dos miembros de la secta fueron detenidos en el aeropuerto internacional de Perth por posesión de ácido hidroclórico, que viajaba en contenedores camuflados como jabón, y dos cargas de otros productos químicos, que les fueron confiscados. Asahara y su grupo trataron de volver a Australia a fines del mismo año, pero las autoridades de inmigración les negaron la entrada.

04 - 04

Nº. DOCUMENTO 9508833
TITULO Cronología e historia de "Verdad Suprema".
PROCEDENCIA 950090
FECHA DE PROCEDENCIA 17-05-95.
VINCULACIONES 2773
5/1305
06224

ENTRADO
CRUZADO

La historia, la "Verdad Suprema"

Febrero de 1984. Shoko Asahara, que afirma haber descubierto la verdad espiritual en el Himalaya, funda en Tokio una pequeña secta religiosa Aum Shinsen no Kai.

Julio de 1987. El gurú cambia el nombre de la secta por el de Verdad Suprema de Aum (Aoum Shinrikyo).

Agosto de 1989. La secta es oficialmente reconocida como organización religiosa.

Noviembre de 1989. Un abogado, su esposa y su hijo de un año desaparecen en Yokohama. El abogado defendía a particulares contra la secta. La familia no fue encontrada nunca.

Febrero de 1990. Shoko Asahara y otros 24 miembros de Aum se presentan sin éxito a las elecciones legislativas.

Octubre de 1990. La Policía allana instalaciones de la secta y detiene a su abogado por un caso de compra ilegal de terrenos.

Julio de 1993. Vecinos de los locales de la secta cerca de Tokio se quejan de la emanación de humos nocivos.

Junio de 1994. Siete personas son asesinadas mientras duermen con gas sarín en Matsumoto, centro de Japón. La secta niega toda implicación en este crimen.

Julio de 1994. Los habitantes de Kamikuishiki presentan quejas a raíz de emanacioens tóxicas procedentes de los edificios que ocupa Aum.

Enero de 1995. La secta demanda a una fábrica de fertilizantes de Kamikuishiki acusándola de querer envenenarla. La empresa presenta a su vez querella por difamación.

28 de febrero de 1995. Un empleado de un notario que trataba de impedir que su hermana regalara sus bienes a la secta es secuestrado en Tokio. Sigue estando desaparecido.

19 de marzo de 1995. La Policía de Osaka detiene a tres miembros de la secta por haber retenido a un joven adepto que quería abandonarla. Un cóctel molotov es lanzado contra la sede de Aum en Tokio: en realidad se trata de un falso atentado organizado por la propia secta.

20 de marzo de 1995. 11 bolsas con gas sarín son depositadas en cinco trenes del metro en el barrio de los ministerios de Tokio: 12 personas mueren envenenadas y otras 5.500 son intoxicadas.

22 de marzo de 1995. La Policía empieza a allanar los locales de Aum, que niega toda responsabilidad en el atentado.

30 de marzo de 1995. El jefe de la policía Takaji Kunimatsu, encargado de la investigacion sobre la secta, es gravemente herido a balazos en Tokio. El agresor aún no ha sido identificado.

19 de abril de 1995. 700 personas son atendidas tras haber respirado una sustancia no identificada en la estación ferroviaria de Yokohama.

23 de abril de 1995. Hideo Murai, "ministro de ciencias" de la secta, es asesinado en Tokio, ante las cámaras de la televisión, por un sudcoreano ligado al crimen organizado japonés.

26 de abril de 1995. Son detenidos Masami Tsuchiya, jefe de la unidad química de la secta (que confesará después haber producido sarín) y Seiichi Endo, "ministro de salud", encargado de las investigaciones químicas. Unos 200 adeptos de Aum, entre ellos dirigentes importantes, son detenidos sucesivamente.

3 de mayo de 1995. Es detenido el abogado y "ministro de justicia" de la secta, Yoshinobu Aoyama.

15 de mayo de 1995. El hombre más buscado de Japón, "ministro de los servicios de información" de Aum, Yoshihiro Inoue, es detenido en la periferia de Tokio. La policía considera que es el jefe del comando que cometió el atentado del metro.

16 de mayo de 1995. Shoko Asahara es detenido por asesinato y tentativa de asesinato.

11-06.

9508833

Apocalíptico, Acupuntor, Casi Ciego

EP. 1/4/95

TOKIO (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— Desde que era un adolescente, Shoko Asahara demostró tener gran confianza en sí mismo, en una actitud lindante con el egoísmo, según revela una biografía publicada por el diario "Asahi Shimbun".

Cuando la maestra le indicó a los escolares que escribieran una descripción y sus impresiones de un libro que habían leído en clase, Asahara se negó a hacerlo y, en cambio, transcribió el texto palabra por palabra.

En otro momento, la maestra le aconsejó que no debía recibir dinero de su hermano mayor por ayudarlo en su trabajo. Asahara respondió que para él, el dinero era lo más importante.

En sus años de liceal, Asahara gustaba del canto, pese a que en general sus compañeros opinaban que no era un buen intérprete. Asimismo, era muy astuto en discusiones, y según algunos compañeros de clase era imposible derrotar sus argumentos

Asahara, cuyo verdadero nombre es Chizuo Matsumoto, nació en marzo de 1955 en un lugar situado a 40 kilómetros de la ciudad de Kumamoto, en el interior de Japón. Era el segundo de siete hermanos.

■ ENCUENTRO Y DESTINO

Cuando tenía cinco años, fue inscripto en un colegio-internado especial para niños con problemas visuales, del que egresó a la edad de 20 años.

Luego, Asahara estudió preparatorios, pero fracasó en su intento de ingresar a una de las universidades de Tokio, ya que no pudo pasar el examen de admisión.

En 1977 conoció a una joven llamada Tomoko, quien luego se convertiría en su esposa. En ese tiempo, Asahara se dedicaba a la acupuntura, en la zona suburbana de Funabashi.

Se estima que, al conocer a Tomoko, Asahara le dijo que el destino les había unido. Los padres de Tomoko eran maestros y ella era una chica modesta.

Shoko y Tomoko contrajeron matrimonio en 1978. Tiene cuatro hijos.

La actividad de Asahara en la acupuntura y la técnica de "moxibustión" tuvo un buen comienzo, pero luego comenzó a incursionar por negocios poco claros, en los que también mezcló medicina herbal, yoga y dietas orgánicas.

En 1982, fue detenido bajo sospecha de comercializar —sin autorización del Ministerio de Salud Pública— lo que proclamaba era una especie de medicamento mágico. Pagó una multa y quedó en libertad.

Desde los años liceales, Asahara demostraba interés por los temas religiosos, especialmente por el Budismo, lo que fue incentivado cuando se trasladó a Tokio.

Según un documento de la secta Verdad Suprema, logró en 1986, en un esfuerzo de ocho años de vida ascética, lo que consideró era la "emancipación de los vínculos terrenales".

Estuvo vinculado a varias organizaciones religiosas menores, antes de fundar su propia secta, a la que dio el nombre de Verdad Suprema, en 1987.

Asahara aprendió técnicas propagandísticas en esas organizaciones religiosas, tales como el uso del audiovisual y de programas de orientación.

Estableció contacto con revistas especializadas para difundir "sus logros sobrehumanos". Una revista publicó una foto, en noviembre de 1985, en la que Asahara parecía que estaba flotando.

■ VISION DE CATASTROFE

Mediante el uso del "correo electrónico" y los videos, Asahara pudo atraer un creciente número de personas a su secta. Verdad Suprema afirma que cuenta con 10.000 adherentes en Japón y 30.000 en Rusia.

Quienes han tenido oportunidad de conocer personalmente a este barbado y pelilargo autoproclamado "jefe espiritual", afirman que se asemeja a un hombre de tiempos casi prehistóricos.

Asahara tendría varios problemas de salud. En los últimos años, aumentó de peso notoriamente. Según su hermano menor, estaría casi ciego.

En años recientes, Asahara hizo frecuentes referencias a que el mundo se aproxima a un final catastrófico.

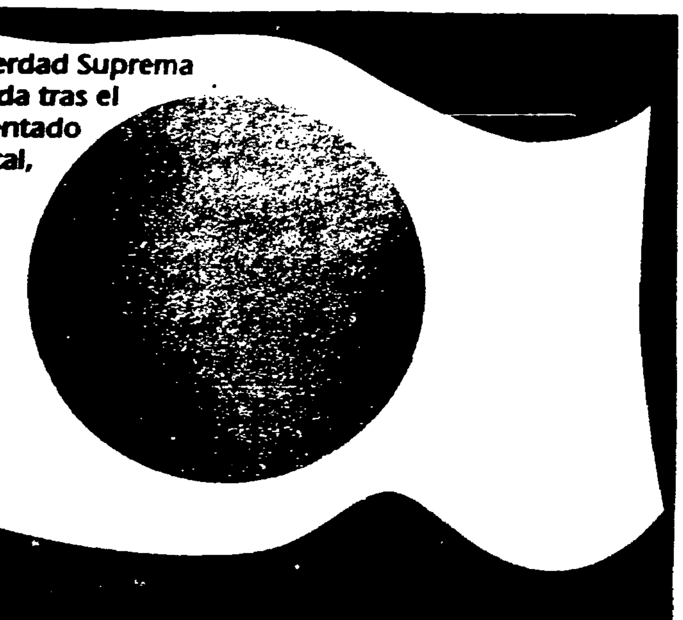
Su hermano dijo que está acostumbrado a vivir aislado y que debido a su fortaleza sicológica, a veces se hace duro cuando es objeto de presión.



El barbado líder de la secta "Verdad Suprema" con su esposa, Tomoko, con quien se casó en 1978

02

La secta Verdad Suprema fue conocida tras el terrible atentado con gas letal, pero su historia comenzó mucho antes.



FECHAS Y HECHOS SIGNIFICATIVOS

FEBRERO DE 1984
[illegible] Asahara forma el grupo religioso Verdad Suprema, que recién en [illegible] de 1987 adopta formalmente este nombre.

AGOSTO DE 1989
El Gobierno Municipal de Tokio registra oficialmente a la secta como una organización religiosa.

NOVIEMBRE DE 1989
Tsutsumi Sakamoto, un abogado de la ciudad de Yokohama, quien representó a familias que trataban de rescatar a sus hijos de la secta, desaparecido [illegible]

OCTUBRE DE 1990
La policía allana las instalaciones de Verdad Suprema bajo sospecha de violaciones a la ley nacional de utilización de tierras y detuvo a cuatro miembros, incluyendo al abogado Yoshinobu.

SETIEMBRE DE 199[illegible]
Verdad Suprema abre una sede en Moscú.

JULIO DE 1994
Un subproducto químico del gas sarín fue encontrado en muestras de tierra obtenidas en los [illegible]

MARZO DE 1995
Atentado con gas sarín contra el subterráneo de Tokio. Mueren 12 personas y 5.550 resultan con lesiones o intoxicación. Se sospecha que el atentado fue cometido por la secta Verdad Suprema.

EL PAIS

03

9508833

La Revelación Llama a Reflexión Sobre las Carencias del Sistema Educativo Japonés

SECTA "VERDAD SUPREMA" CAUTIVO A LOS UNIVERSITARIOS MAS BRILLANTES

Las revelaciones que han hecho las autoridades policiales sobre el funcionamiento de la secta Verdad Suprema —acusada de haber cometido el mortal atentado con gas nervioso en el subterráneo de Tokio (Japón)— han suscitado intenso debate entre los japoneses, surgiendo voces de crítica al sistema educativo nipón, al que adjudican gran responsabilidad en el caso. Las investigaciones indican que la estructura principal de la siniestra secta está integrada por jóvenes egresados con brillantes calificaciones y títulos mayoritariamente de la rama científica, de las más prestigiosas universidades de Japón. Los críticos dicen que el sistema educativo bombardea de conocimientos e informaciones a los jóvenes, pero no les enseña a pensar y reflexionar, ni a tomar en cuenta valores humanos fundamentales. En definitiva, no les forma para desempeñarse en la sociedad. Se señala que a ello se suma el mecanismo de atracción de la secta para incorporar adeptos.

TOKIO, Japón (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— Koichi Ishikawa era un estudiante brillante y dedicado en uno de los colegios principales de Japón, salvó con creces el exigente examen de ingreso a la Universidad de Tokio y estaba destinado a una destacada carrera profesional. Sin embargo, se incorporó a Aum Shinrikyo (Verdad Suprema), la secta encabezada por Shoko Asahara y acusada de haber perpetrado la criminal acción con gas letal en el subterráneo de la capital nipona, que provocó la muerte de doce personas y lesiones e intoxicación a 5.500. Ahora, Ishikawa, de 26 años, se encuentra en una celda, bajo sospecha de haber cometido varios delitos como miembro de la secta.

En celdas cercanas están sus compañeros de Verdad Suprema, quienes también egresaron de las más prestigiosas universidades japonesas con títulos en ramas científicas, que confirman la capacidad intelectual y las condiciones de cada uno para haber triunfado como profesionales.

Mientras Japón busca establecer los motivos por los cuales estos destacados jóvenes, de alto nivel académico siguieron el camino equivocado, muchas críticas se levantan contra el sistema educativo nipón. No hay duda, que Japón tiene uno de los esquemas de educación más admirados por el mundo, pero los críticos dicen que le enseña a los jóvenes a aprender de memoria, en lugar de pensar y reflexionar.

Las voces críticas agregan que los muchachos dedican demasiado tiempo al ámbito estudio y carecen de sentido social. Sostienen que muchos de ellos parecen el estereotipo de los que están alienados por la computación: brillantes, pero perdidos cuando están en compañía humana.

LES FALTO LEER A SHAKESPEARE

"Ello refleja la profunda crisis del sistema educativo" afirmó Alfons Deeken, un profesor de filosofía de la Universidad de Sophia, en Tokio. "Muchos estudiantes japoneses están absorbiendo crecientes cantidades de información, pero no se les crea la capacidad para hacer juicios sobre valores humanos esenciales, como son la responsabilidad por la vida humana, el respeto y la libertad del individuo".

Los estudiantes japoneses concurren a clase 240 días por año, es decir, 33% más que los jóvenes en Estados Unidos. Asimismo, muchos concurren a otros centros de enseñanza para ampliar sus conocimientos, luego que finaliza la jornada habitual de estudio en la escuela y el liceo.

Estudian matemática avanzada mientras los alumnos norteamericanos luchan con la geometría, e inglés, cuando muchos norteamericanos están aprendiendo las reglas gramaticales. Si bien han estudiado inglés durante varios años, muy pocos son capaces de hablarlo en la universidad.

Quizás ello sea indicativo del sistema: los estudiantes son capaces de absorber reglas y vocabulario, pero con frecuencia no pueden usar en el mundo real lo que aprendieron en el liceo y la facultad.

"Quienes estudian ciencias no tienen ni un minuto de descanso", señala Yoichi Masuzoe, quien fue profesor de ciencias políticas en la Universidad de Tokio y tuvo entre sus alumnos a varios integrantes de Verdad Suprema, aunque casi no los recuerda. "Deberían haber estudiado y analizado más literatura, por ejemplo, a Shakespeare. Así podrían haber aprendido lo que son los seres humanos. Carecen de la capacidad para comprender la naturaleza humana".

Takeshi Sasaki, otro profesor de ciencias políticas de la Universidad de Tokio, fue mucho más punzante: "En nuestra sociedad no existe ninguna organización capaz de entrenar a jóvenes con talento para convertirlos en personalidades maduras. La deficiencia en las relaciones sociales en Japón es un tema grave".

Los académicos no adjudican toda la culpa al sistema educativo por el surgimiento de Verdad Suprema y sus acciones terroristas, ya que por diversos motivos el sistema es un modelo a imitar. Numerosos norteamericanos quisieran tener colegio al estilo japonés, que realizan una admirable tarea para enseñar a leer, escribir y desempeñarse con solvencia en matemáticas Cuando se realizan comparaciones internacionales de exámenes, los estudiantes japoneses llegan a los más elevados resultados.

UNA PROMESA "LUMINOSA"

No existe ninguna duda de que las técnicas de reclutamiento y control de la mente aplicadas por los jefes de Verdad Suprema juegan un papel clave para incorporar miembros a la secta.

Pero, las voces de crítica apuntan que al formar estudiantes vulnerables e ingenuos en muchos aspectos, los colegios y universidad de Japón dejan a los jóvenes a merced de un individuo carismático como es el jefe de la secta, Shoko Asahara, de 40 años.

Los estudiantes universitarios nipones buscan explicaciones a aspectos de la vida que no pueden encontrar en los textos de estudio. Y, Asahara, con sus amplias capas rosadas, brazos abiertos y sentencias de que Verdad Suprema es la llave a un futuro luminoso, puede parecerles como un salvador paternal.

Fumihiro Joyu, de 32 años, y vocero de la secta, egresó de la Universidad de Waseda. Le dijo a un periodista que se había incorporado a la secta porque le daba sentido a su vida.

"Quería que mi vida tuviera significado", expresó. "No quería tener una vida vacía".

Asahara, quien fue detenido el pasado martes en la sede de la secta, aplicó como norma la absoluta obediencia de sus acólitos. Una vez que demostraban indeclinable lealtad, aparentemente les otorgaba libertades, trabajos importantes en la organización y títulos de prestigio.

LOS PROYECTOS DEMENCIALES

Por lo menos once de los principales discípulos de Asahara —en realidad eran los miembros del gabinete de la secta— eran egresados de universidades con títulos en ramas de la ciencia y la ingeniería, donde los presupuestos para los laboratorios son limitados y la competencia es feroz.

Algunos observadores consideran que la secta "compró" a estos científicos. Les otorgó cuantiosas sumas de dinero para llevar a cabo proyectos de investigación, en la medida en que esa tarea permitiera impulsar los intereses y objetivos de la secta.

"Creer en Asahara como gurú constituye un gran salto", afirma Akira Asada, profesor de economía en la Universidad de Kyoto. "Pero, una vez que dan el salto, simplemente les dan libertad y apoyo financiero, en el ámbito de la secta, para llevar a cabo proyectos demenciales".

Por supuesto, los motivos para incorporarse a Verdad Suprema son más fáciles de entender que los que llevan a cometer actos criminales masivos. Pero, un sentido muy acendrado de identidad con Asahara, así como de lealtad a la secta y no a la sociedad, hayan contribuido a cultivar esta ciega obediencia.

"Estuve vacilando porque me di cuenta que podían morir muchas personas", admitió Ikuo Hayashi a la Policía, en una confesión realizada en la

cárcel, según informó el diario Asahi.

Hayashi, quien es cirujano cardiólogo, habría confesado su participación en el ataque con gas sarin contra los pasajeros del subterráneo de Tokio.

"Una y otra vez intenté poner fin a lo que estaba haciendo, pero no tuve capacidad para desobedecer las órdenes de la secta", indicó Hayashi, citado por el diario Asahi.

MUERTE PARA EL QUE HABLA

Un caso estremecedor es el de Hideo Murai, egresado de la Universidad de Osaka, y especialista en física aeroespacial. Murai trabajó en la empresa metalúrgica principal de Kobe realizando investigaciones de su especialidad, antes de incorporarse a Verdad Suprema.

Rápidamente se ganó la confianza de Asahara y fue designado jefe del Departamento Científico y Tecnológico de la secta. Se cree que cumplió uno de los desafíos que encomendó su jefe: ayudar a organizar el atentado criminal con gas sarin en el subterráneo de Tokio, el 20 de marzo.

Sin embargo, Murai sabía mucho y habló demasiado. Reveló que Verdad Suprema tiene bienes por casi 1.200 millones de dólares. En abril, Murai fue asesinado por un integrante de una organización mafiosa.

La revelación efectuada por Murai es uno de los misterios de la secta. Si bien Verdad Suprema exigió a sus 10.000 miembros japoneses que donaran todos sus bienes a la secta, no resulta claro cómo o por qué acumuló activos tan cuantiosos.

Algunos estudiosos sospechan que Asahara tenía el firme propósito de construir una suerte de imperio. Los motivos no son claros, aunque se señala que Asahara tenía ambiciones políticas y materiales y estableció una estructura jerárquica como sostén de esas metas.

AL ESTILO ESTALINISTA

Hiroyoshi Ishikawa, profesor de sociología de la Universidad de Seijo, manifiesta que "la estructura es similar a la del movimiento nazi y al sistema estalinista, porque existe el mismo fenómeno de opresión e hipnonismo masivos. Los jóvenes del grupo tienen muchas frustraciones y están descontentos con la sociedad".

Ishikawa añade que "en esa situación, el grupo puede convertirse fácilmente en un enorme aparato sicológico, una máquina sicológica que sustituye la frustración por la revolución".

En parte ciego, Asahara demostró su deseo de ser un líder cuando estudió en un colegio especial para personas con deficiencias en la vista. Su visión era superior a la de los otros jóvenes y con frecuencia hacía acuerdos con sus compañeros: les guiaría hasta un restaurante a cambio de que le pagaran el almuerzo o la cena.

En sus años juveniles Asahara fue muy ambicioso u obsesionado con el poder. Le comentó en varias oportunidades a personas de su amistad que quería llegar al cargo de Primer Ministro de Japón.

En 1990, Asahara se postuló al Parlamento y perdió. Abandonó el sistema electoral y buscó el poder por otros medios, Su organización se estaba convirtiendo en un mini-país, un estado dentro de un estado, con "gabinete ministerial" que cubría todas las áreas desde salud y bienestar social hasta economía y autodefensa.

UNA GUERRA A SU ESTILO

Había comenzado a formar un gigantesco stock con toneladas de productos químicos, algunos de los cuales habrían sido usados para producir el gas sarin. Mientras, Asahara proclamaba ante sus acólitos que se acercaba la Tercera Guerra Mundial, una catástrofe que destrozaría el mundo, pero permitiría que Verdad Suprema sobreviviera.

"Asahara es un materialista", apunta Yoshiya Abe, profesor de religión en la Universidad de Kokugakuin. "Lo que le interesa es tener cada vez más bienes y dinero para predominar. Su mundo es poder y dinero".

Algunos estudiosos estiman que Asahara lanzó el ataque criminal contra el subterráneo de Tokio como forma de librar una guerra contra el gobierno de Japón. Sin embargo, no se ha establecido con claridad cómo el ataque con gas sarin se inscribe en sus "grandiosos" designios.

Una teoría indica que al haber vaticinado la catástrofe mundial, tenía que intentar provocarla.

Otra teoría dice que tiene la obsesión del poder, incluyendo el poder de utilizar químicos tóxicos y ver los efectos que provocan.

La tercera teoría tiene relación con la mala salud de Asahara, y la posibilidad de que su expectativa de vida sea limitada. Asahara, al tener conciencia de que es mortal, quiso se líder en la vida y en la muerte.

El único que puede clarificar el panorama es el propio Shoko Asahara, quien se encuentra recluido en una celda, respondiendo con reticencia a las preguntas de los investigadores e insistiendo en su inocencia.

EL GURU SHOKO ASAHARA SE NEGO A DECLARAR SOBRE EL ATENTADO CON GAS SARIN EN TOKIO

Japón: la secta budista vendía droga a la temible mafia yakuza

El líder de la secta Verdad Suprema, Shoko Asahara, se negó ayer a declarar sobre el atentado al subte de Tokio con gas sarín. Además de esa mortífera sustancia, el grupo fabrica metanfetaminas y las vende a la mafia japonesa. El principal químico de la organización admitió que Verdad Suprema efectuó el ataque que mató a siete personas en junio de 1994.

TOKIO, 17 (EFE, Reuter y por Teresa Watanabe, de "Los Angeles Times", especial para Clarín).– La secta Verdad Suprema, además de fabricar el mortífero **gas sarín**, había transformado su principal centro de operaciones en una planta de producción de metanfetaminas, un estimulante que luego vendía a la **yakuza**, la más importante de todas las organizaciones de la mafia japonesa.

La policía de Tokio, que brindó esa información, llevó a cabo varios operativos en las últimas semanas, secuestrando equipamiento y productos químicos –fundamentalmente ácido hidroclórico– que se usan para la fabricación de estimulantes. También encontraron huellas de la droga en muestras de suelo tomadas en las cercanías del complejo del **monte Fuji**, el principal que tenía la secta.

Shoko Asahara, el líder del grupo que fue arrestado ayer, se negó hoy a declarar cuando la policía lo interrogó sobre el ataque con gas sarín al subte de Tokio, efectuado el pasado 20 de marzo, que dejó un saldo de 12 muertos y más de 5.000 intoxicados. Asahara alegó una dolencia hepática (véase aparte).

Las autoridades confirmaron que acu**sarán a Asahara de homicidio e intento de homicidio**, y que pueden mantenerlo encarcelado durante 22 días antes de presentar los cargos.

La situación de Asahara se complicó hoy aún más cuando **Masami Tsuchiya**, jefe del laboratorio químico de la secta, admitió que, por orden de su líder, elaboró el gas sarín, que terminó con la vida de siete personas el 27 de junio de 1994 en la ciudad de **Matsumoto**. Las víctimas murieron mientras dormían. Además, otras 200 personas resultaron intoxicadas.

Uso de estimulantes

Asahara proporcionó los estimulantes que fabricaba la secta a por lo menos 700

ARCHIVO CLARIN

seguidores, que los utilizaron en rituales de iniciación. Pero la policía cree que miles de miembros de la organización se drogaban rutinariamente para tener lo que uno de ellos definió como "excitantes experiencias de meditación".

Las autoridades policiales creen también que en los últimos meses la organización se expandió hacia las ventas comerciales, por una razón exclusivamente económica.

Verdad Suprema también tenía asegurado el mercado comprador. A pesar de su imagen de una nación libre de drogas, Japón es conocido por los especialistas como "la capital mundial de la metanfetamina": tiene aproximadamente 500.000 consumidores, entre quienes figuran hombres de negocios abrumados por sus ocupaciones, estudiantes obsesionados por sus exámenes y aburridas amas de casa.

Negocio lucrativo

El tráfico es tan lucrativo que alcanza, estimativamente, a un 43% de los ingresos ilícitos de la yakuza, es decir, alrededor de 3.400 millones de dólares anuales, según la policía.

Las actividades ilegales de la secta también incluían secuestros. El diario "Mainichi", de Tokio, informó hoy que un escribano, Kiyoshi Kariya, que había sido secuestrado por el grupo porque se oponía al ingreso de su hermana a la organización, murió mientras permanecía en cautiverio. El cadáver de Kariya fue encontrado en las instalaciones de Verdad Suprema, en el monte Fuji.

ASAHARA, UN ENIGMATICO LIDER

Fanatismo y locura

TOKIO, 17 (ANSA, AFP y por **Nicholas D. Kristof**, de "The New York Times", especial para **Clarín**). – Cuando era joven quería ser primer ministro del Japón, según contaron quienes lo conocieron entonces. En busca de ese sueño adolescente, **Chizuo Matsumoto**, verdadero nombre del líder de la secta **Verdad Suprema Aum, Shoko Asahara**, se postuló en 1990 sin éxito para ocupar un cargo en el Parlamento.

Este gurú de 40 años, ex acupunturista y casi ciego, fue detenido el lunes por la noche en su residencia, al pie del monte Fuji, 120 km al oeste de Tokio.

Poco después de su arresto, Shoko Asahara desmintió toda responsabilidad en el atentado del 20 de marzo. **"¿Cómo un ciego como yo podría cometer semejante acto?"**, declaró a la policía.

Los agentes lo encontraron arrodillado con las piernas cruzadas sobre un "tatami" (alfombrita) de paja, envuelto en su capa violeta, con los ojos cerrados, en una piecita de un metro de alto, sin ventanas. Las esposas se cerraron sobre sus sueños de fanatismo y de locura. Pero también sobre su sed de poder.

Asahara nació hace 40 años en la casa pobre de un fabricante de "tatami" en Kyushu; el sexto de siete hijos. Casi ciego logró diplomarse en acupuntura, pero fracasó en los exámenes de ingreso a la Universidad de Tokio.

Sus compañeros recuerdan que Asahara tenía una obsesión: hacerse rico y humillar a los que lo habían humillado cuando era niño. Ya era cinturón negro de judo cuando se casó con **Tomoko**, con quien tuvo seis hijos.

Fue arrestado en 1982 por haber vendido agua con colorantes y jugo de naranja haciéndola pasar por una milagrosa medicina china. En 1984 fue al Tibet, donde practicó yoga y levitación física. Al volver al Japón, en 1989, fundó la secta Aum.

En la burda ideología de Asahara el fin del mundo hubiera debido coincidir con su consagración como líder mundial. Las armas químicas y biológicas debían servir para acelerar el fin del orden actual abriendo el camino al mundo de la secta.

Presentado en revistas y videos, su caballito de batalla era la previsión del **Armageddon**, el fin del mundo según el Apocalipsis, entre 1997 y 1999, favorecido por una tercera guerra mundial que tendría como protagonistas a los Estados Unidos y el Japón: Asahara sería, entonces, el líder de un nuevo orden mundial.

La secta japonesa tenía unidades en el ejército

El ministro de Defensa de Japón confirmó la infiltración de miembros de la secta Verdad Suprema en el ejército. Pensaban lanzar un ataque aéreo con la ayuda de helicópteros y globos.

Las autoridades japonesas dieron un nuevo paso este martes en su lucha contra la secta Verdad Suprema de Aum, al anunciar que esta organización buscaba tomar el control de unidades del ejército. El director (ministro) de la Agencia de Defensa, Tokuichiro Tamazawa, confirmó la presencia de miembros de la secta en las fuerzas armadas y los intentos de infiltración descubiertos por la policía. "No podemos descartar las sospechas de que la secta trató de colocar unidades de las Fuerzas de Autodefensa bajo su influencia para utilizarlas en acciones armadas y otras actividades."

La secta Aum se interesaba por toda clase de armas y había reclutado tanto a militares en actividad como a retirados de las fuerzas armadas. Las informaciones proporcionadas a la prensa por los investigadores mencionaban hasta ahora la presencia de medio centenar de militares en las listas de miembros.

Estaban constituidos en dos unidades secretas distintas: una de ellas integrada particularmente por paracaidistas, encargado de las acciones violentas de la secta y la otra formada por especialistas –pilotos de helicópteros y tripulantes de tanques– mantenida por el momento en la reserva hasta que la secta tomara el poder.

Dos casos descubiertos por los policías dieron una idea del grado de infiltración de las Fuerzas Armadas por parte de la secta. Un teniente de 38 años proporcionó en 1994 un manual sobre las armas químicas a Aum. Antes de que fuera descubierto, participó a la formación de policías sobre los medios de precaverse contra los gases tóxicos.

Se estableció también que un paracaidista había instalado micrófonos en el departamento del comandante de su unidad, con el objeto de colocarlo bajo el control de la secta.

Shinya Asano, 26 años, que fue dado de baja del ejército hace algunos meses, confesó después de su detención haber instalado este sistema de escucha.

Un ataque aéreo con sarín

La policía japonesa descubrió que la secta Verdad Suprema planeaba lanzar el ataque con gases venenosos desde el aire con ayuda de helicópteros o globos. La cadena de televisión NHK informó hoy que la organización religiosa tenía la intención de perpetrar el atentado con un helicóptero MIL-17 de fabricación rusa. El artefacto, agregó la cadena televisiva, estaba estacionado cerca del cuartel que la secta posee al pie del monte Fuji y fue adquirido en Austria. Además de las emanaciones de gas letal, Verdad Suprema estudiaba lanzar, desde el aire, virus y bacterias de enfermedades incurables. Las autoridades japonesas decidieron poner a la secta bajo la vigilancia especial de la Oficina de Investigación de Seguridad Pública. Este paso, según reveló el ministro de Justicia, Isao Maeda, puede traer aparejada su designación como organización subversiva y su posterior disolución, según la ley especial antisubversiva, que rige desde 1952.

Los servicios de espionaje creados como consecuencia de esta ley mantuvieron bajo estrecho control al Partido Comunista, elementos extremistas y asociaciones de norcoreanos residentes en Japón, pero nunca a una organización de estas características.

La caída del socialismo real dejó el camino libre al capitalismo salvaje acentuando la pobreza

Repercusiones del fin de la guerra fría: la Iglesia ya no le tiene miedo a la Teología de la Liberación

Mexico, (AFP)

■ Después de la caída del socialismo real, que supuso el fin de la antigua confrontación ideológica de la guerra fría, la Iglesia Católica parece haberle perdido el miedo a la Teología de la Liberación, según coinciden fuentes eclesiásticas.

Ese factor no sólo redujo dentro y fuera de la Iglesia el debate ideológico: también dejó al descubierto un "capitalismo salvaje", sobre todo en América Latina, que ha obligado a los obispos a tomar una posición más crítica frente a ese modelo socioeconómico y su actualización "neoliberal", comentó a **AFP** un religioso.

El tema de la Teología de la Liberación ha estado presente en la junta del Consejo Episcopal Latinoamericano (Celam), que reúne a casi 70 obispos de 22 países, para renovar cuadros y actualizar análisis de aquí al año 2000.

Hasta el momento y según adelantaron los obispos, el resultado de los informes por países presentados por cada Conferencia Episcopal, es poco menos que "lamentable". Su denominación común: el empobrecimiento de millones de latinoamericanos.

Según fuentes del Celam, "es tan evidente que con la caída del socialismo real sólo queda el capitalismo salvaje y brutal, sobre todo en América Latina, que eso hace que los obispos tomen una posición más crítica frente al capitalismo".

Días atrás, el obispo mexicano de Zacatecas, Javier Lozano, dijo en alusión a los informes sobre Centroamérica y México, que el común denominador del esquema sociopolítico del neoliberalismo es "el mejoramientoi a nivel de las cifras macroeconómicas, pero también de un empeoramiento microeconómico de la población".

"La gente está cada vez más pobre, más desempleada, más hambrienta", agregó Lozano y sorpresivamente destacó los valores de una "Teología de la Liberación más sana".

En círculos eclesiales, Lozano es visto como uno de los críticos "más furibundos" de la Teología de la Liberación "y que ahora hable de una sana teología indica que sus temores por la vinculación con un izquierdismo ideológico, ya no sea tan real", opinaron las fuentes.

También habría influido el distanciamiento de la jerarquía eclesiástica y de la Iglesia del teólogo brasileño Leonardo Boff, identificado con la corriente más crítica y "radical" de la liberación.

Frente a Boff, la línea "más moderada y pastoral del teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, ha favorecido el acercamiento de la Iglesia institucional con esa corriente", apuntaron fuentes del Celam.

Gutiérrez es considerado el padre de la teología liberacionista, expuesta por primera vez en 1966, un año después de concluido el Concilio Vaticano II (1962-1965) que con Juan XXIII, el "Papa Bueno", inauguró la Doctrina Social de la Iglesia y "abrio sus ventanas".

Según las fuentes, Gutiérrez es "más pastoral, tiene mucho prestigio y sigue asesorando a muchos obispos, eso ha facilitado un acercamiento con la línea liberacionista menos radical".

De ahí que "podemos hablar de un acercamiento a una línea más pastoral de la Teología de la Liberación, que se centra más en concepto de pobres que en el de clases sociales y eso tranquiliza a muchos obispos", agregaron.

Cuatro documentos oficiales del Vaticano, emitidos entre 1984 y 1987, *ayudaron* también a la cúpula católica latinoamericana a acercarse a la Teología de la Liberación, entre ellos la carta de Juan Pablo II al episcopado brasileño de abril de 1986, donde según *fuentes eclesiásticas* "están las mejores formulaciones positivas del Papa sobre el tema".

Ahí, el Papa califica dicha teología como "la reflexión de fe apta a inspirar una pra*xis a favor de la justicia*, de la igualdad, de la defensa de los Derechos Humanos y de la construcción de una sociedad más justa".

Según medios del Celam, "esos cuatro documentos, *unidos a la crítica situación* social en América Latina, hacen que se hable hoy de una sana teología liberacionista, acorde con la tradición de la Iglesia sobre problemas sociales".

LM 18/5

Comunidad Bahá'i advierte cambios en el mundo como consecuencia de atentados

El recrudecimiento de atentados terroristas en Japón Estados Unidos y otras partes del mundo, así como las luchas intestinas de algunas regiones, como los Balcanes, y el Magreb saharaui, entre otros, son signos que denotan el advenimiento de los grandes cambios mundiales, según lo señalan observadores de la Fe Bahá'i en las Naciones Unidas y miembros de la Comunidad Bahá'i en el Uruguay.

Los grandes acontecimientos contemporáneos, regionales, continentales o internacionales son resultados de las fuerzas unificadoras. Estos refuerzos causaron o crearon los Estados Unidos de América, el Reino Unido, las Naciones Unidas, la Unión de los países Europeos, el Mercosur, etc., y pautan el avance inexorable del mundo hacia la unidad global.

Estos nobles esfuerzos, realizados a lo largo de los dos últimos siglos, cambiaron la manera y el proceso de integración de las naciones, y nos mostraron un nuevo camino hacia un nivel de vida cada vez mas alto, y consecuentemente la aparición de más justicia social, dicen nuestros entrevistados.

Estos cambios globales son resultado de un **Nuevo Orden Mundial** establecido a mediados del siglo pasado, y forma el sentido global de la época. Los detalles y principios de este Orden se están publicitando cada día más, y a diferentes estratos de la sociedad humana por los Baha'is, en más de 156.000 localidades del mundo.

En Uruguay las comunidades Baha'is están funcionando desde 1942 en más de 150 localidades y también están dando a conocer este mensaje al pueblo uruguayo. Actualmente, ademas de "escuelas de enseñanza" donde se imparte el contenido del Mensaje de Bahá ú llah (La Gloria de Dios) al mundo, se trasmite el contenido de la Fe que confirma a Jesús, Buda, Mahoma, Moisés y a los demás Mensajeros de Dios, concretando definitivamente que hay **"un sólo Dios".**

Este "Orden" cuya meta es la **Unidad de la Humanidad** y cuyo propósito es de que la **Tierra sea un solo país y la Humanidad sus ciudadanos**, tiene una red de cuerpos administrativos a nivel mundial, nacional y local. Su Centro Mundial está en la ciudad Haifa, Israel; desde 1970 es miembro consultivo de las Naciones Unidas con oficina permanente en Nueva York y Ginebra; es miembro de organizaciones mundiales como **World Ecology**, tiene a su cargo el **Departamento de Investigaciones por la Paz en la Universidad Maryland E.E.U.U.**, etc, y realiza más de 1.500 proyectos internacionales y nacionales cada año y miles de proyectos locales en diferentes ciudades del mundo para bienestar de las sociedades.

La Comunidad Bahá'i del Uruguay que en el anterior gobierno se entrevistó con el doctor Julio María Sanguinetti, manifestó que proyecta entregar al Presidente de la República un nuevo Mensaje en pro de la paz y de la preservación del medio ambiente, así como algunas sugerencias trasmitidas por la Casa Universal de Justicia.

Destacó el Papa la misión actual de la Iglesia en América latina

Renovación: con un mensaje de Juan Pablo II inició sus deliberaciones en México el Consejo Episcopal Latinoamericano (Celam), que elegirá nuevas autoridades.

MEXICO (AP).- La Iglesia Católica en América latina está llamada a desarrollar un papel protagónico en la promoción del cristianismo en el inicio del nuevo milenio, expresó el Papa Juan Pablo II en un mensaje pronunciado en la inauguración del Consejo Episcopal Latinoamericana (Celam), reunido en esta ciudad.

El Celam inauguró oficialmente ayer su reunión, durante un encuentro en el cual los obispos participantes analizarán, entre otros temas, la crisis de credibilidad de los dirigentes y organizaciones políticas, el aumento de la pobreza extrema en la región y el proselitismo de las sectas evangélicas.

Nuevo presidente

El vocero del organismo episcopal, el obispo venezolano Roberto Luckert León, informó a la prensa que la asamblea tendrá como guía el documento "Experiencia de fe", aprobado en Santo Domingo, durante la conferencia general realizada en 1992.

Durante la reunión, en la que participan obispos de 22 países, el Celam elegirá un nuevo presidente, que reemplazará al arzobispo de Santo Domingo, cardenal Nicolás de Jesús López.

Entre los principales candidatos para suceder a monseñor López figuran el arzobispo de Tegucigalpa, monseñor Oscar Rodríguez Madariaga; el arzobispo de La Habana, cardenal Jaime Lucas Ortegas, y el arzobispo de Monterrey, cardenal Adolfo Suárez Rivera.

El Celam fue presidido entre 1963 y 1987 por el cardenal argentino Antonio Quarracino, actual arzobispo de Buenos Aires.

En el documento leído en la reunión preliminar de ayer por el nuncio apostólico Girolamo Prigione, el Papa dice a los obispos que el 40º aniversario del Celam debe verse como una oportunidad privilegiada para renovar el llamado de todos los fieles del continente americano a un "seguimiento más radical" del Evangelio.

Difícil misión

El Celam cumplirá 40 años el domingo en la clausura de la reunión, que tendrá lugar en la Basílica de Guadalupe, de esta capital.

Juan Pablo II agregó en su mensaje que el episcopado latinoamericano tiene un papel importante que realizar en esta "esperanzadora y a la vez difícil coyuntura" que vive el continente.

Agrega en la carta pontificia que las enseñanzas de las cuatro anteriores conferencias generales, vistas desde el magisterio de la iglesia, contienen orientaciones doctrinales y pastorales para que avance la nueva evangelización en América latina.

La primera reunión del Celam tuvo lugar en Río de Janeiro en 1955 y fue seguida por los encuentros realizados en Medellín, en 1968; en Puebla, en 1979, y en Santo Domingo, en 1992, en coincidencia con la celebración de los 500 años de la evangelización de la Iglesia en tierra americana.

Ojos atentos

Monseñor Luckert, al hablar a los periodistas antes de la inauguración, advirtió que la Iglesia Católica "no puede cerrar los ojos" ante la injusticia y permanecer al margen de los acontecimientos sociales y políticos de la región.

Agregó que ante la gravedad de los problemas sociales, los países de América latina "están sentados sobre un barril de pólvora que puede reventar en cualquier momento con resultados insospechados".

La jerarquía católica "Patriótica" comienza a dar señales de acercamiento al Vaticano

LR 16/5

Luego de años de distanciamiento varios sacerdotes de Iglesia disidente de China juran fidelidad a Roma

Por primera vez una delegación de sacerdotes de la Iglesia Patriótica de China hizo en Manila el "juramento" de fidelidad al obispo de Roma, condición que señaló el papa Juan Pablo II como necesaria para la concelebración eucarística durante la Jornada Mundial de la Juventud. Este hecho es significativo porque la iglesia cismática continental no reconoce el primado del sucesor de la cátedra de Pedro y también nombra sus obispos sin el permiso de Roma "como en tiempos de Mussolini y Franco" como atestiguó el rector del Seminario de la Iglesia Patriótica.



Juan Pablo II hace esfuerzos por el acercamiento de los sectores disidentes.

■ Las dos "condiciones" que la Iglesia Católica China, autodenominada Patriótica, ha puesto siempre para volver a establecer relaciones con la Santa Sede, al parecer han dejado de ser un obstáculo insuperable. La participación de la delegación china en Manila, abre, para cinco millones de católicos chinos, perspectivas de comunión plena con Roma y de reconciliación entre ellos. Incluso sacerdotes de la China continental besaron los anillos de los obispos de Taiwan, país que considera al gobierno de Pekín "ilegal y usurpador".

Sin embargo sigue en pie el obstáculo de las penas que padecen los católicos del área "clandestina" que no aceptan el control del gobierno y de los organismos del Partido Comunista.

La última oleada de arrestos de obispos, sacerdotes y simples fieles fue confirmada recientemente en el documento publicado por la Oficina de Asuntos Religiosos, titulado "Modalidad de declaración de los lugares de actividad religiosa". Pese a que el documento garantiza a las comunidades cristianas clandestinas que se declaren y salgan al descubierto, la libertad de no adherirse a las asociaciones religiosas patrióticas.

EVANGELIZACION: "ALTERACION DE LA SEGURIDAD PUBLICA"

Pero al mismo tiempo, la ley puede perseguir por "alteración de la seguridad pública" a quien no se registre. En muchas provincias los burócratas locales han aprovechado la ocasión que les brinda esta nueva ley para aumentar la represión sobre las comunidades que se han mostrado reacias a este nuevo control.

La agencia **Asia News** dio, hace poco, la noticia de por lo menos cinco nuevas detenciones de obispos y sacerdotes católicos "culpables" de haber desarrollado su labor fuera del control de los organismos patrióticos.

La cuestión de las relaciones diplomáticas con Taiwan, puesta de manifiesto una vez más después de la Jornada de Manila como motivo de la "indignación" China, parece un pretexto, ya que desde hace tiempo la Santa Sede, como señal de apertura, ha difuminado más sus relaciones diplomáticas con Taiwan (desde hace 10 años no nombra al nuncio, y el representante vaticano en Taipei es un simple "encargado de negocios").

También sobre los nombramientos de los obispos, verdadero punto candente de la "no interferencia en los asuntos chinos" que Pekín pretende de la sede apostólica, el realismo milenario de la Iglesia no tendría ninguna dificultad en aceptar soluciones dúctiles.

Existen en la historia reciente, casos en que se ha tolerado cierta "interferencia" de los poderes civiles en el episcopado nacional.

Otro inconveniente en las relaciones con la Santa Sede lo constituye el electorado episcopal sin el permiso de Roma. El jesuita, obispo no legítimo de Shangai, Jin Luxian, aseguró al respecto que esto no "es un inconveniente insuperable" ya que también "Mussolini y Franco elegían a los obispos durante sus regímenes.

Y lo mismo sucedía en América Latina, donde los dictadores nombraban a sus obispos".

Iglesia Católica Brasileña Decrece por Diversas Sectas

SAN PABLO, 15 (ANSA). — Brasil quizás no sea ya un país mayoritariamente católico, según estimaciones y encuestas no oficiales que indican el gran crecimiento de los adeptos de diversas sectas evangélicas, revelaron hoy fuentes de la Iglesia Católica.

El Consejo de los obispos brasileños está reunido en estos días para elegir un nuevo presidente, cuya misión será la de invertir la actual crisis pastoral de la Iglesia de su país, que ha permitido que los fieles de las sectas evangélicas están a punto, si ya no lo hicieron, de superar numéricamente a los católicos.

Los propios obispos afirmaron que en muchas zonas de Brasil y en particular en las grandes ciudades, los católicos practicantes oscilan entre el 10 y el 30 por ciento de la población, mientras que es mayor el porcentaje de quienes asisten a los más de 3.000 templos de las varias iglesias evangélicas y pentecostales.

Entre las medidas para hacer volver a los fieles, la Iglesia Católica brasileña ha recurrido inclusive a los medios masivos de comunicación, con la creación de los nuevos estudios televisivos de la Asociación del Señor Jesús, que producirán videos de catequesis y hasta telenovelas católicas, y con el canal experimental de TV Redeviva.

Entre las causas de la crisis de adhesiones, los obispos brasileños reunidos en asamblea en la ciudad de Itaici, en el Estado de San Pablo, indican "la tremenda inseguridad en las grandes ciudades", que empuja a la gente a buscar paliativos y esperanzas a las que aferrarse.

Asimismo, los obispos agregan que "la situación económica, que hace disminuir cada vez más las esperanzas, y el aumento del individualismo, que las sectas apoyan por interés propio", son otras de las causas de la disminución de adherentes a la Iglesia Católica.

En el mayor país católico del mundo, la tercera ciudad del planeta, San Pablo, podría tener una mayoría evangélica para el 2014, según una investigación efectuada por la propia arquidiócesis local.

Para responder al desafío, la Iglesia está pensando dar vuelta la página, después de 24 años de dominio del ala progresista y politizada. La solución más citada entre bambalinas en la asamblea de los obispos es la del "retorno a la evangelización".

Los dos candidatos a la presidencia del Consejo Episcopal, una institución respetada y escuchada en Brasil, son especialistas en la difusión de los ideales católicos.

Uno de ellos, Jayme Henrique Chemello, representa a la tendencia más avanzada y dentro del Consejo ha sido responsable en los últimos años en la cuestión de las vocaciones y de los seminarios.

Pero probablemente el próximo presidente será Lucas Moreira Neves, cardenal de Salvador y primado de Brasil.

Juan Pablo II responsabilizó a los cristianos por la construcción de la maquinaria bélica europea

El Papa condena la guerra y pide control de armas

El papa Juan Pablo II condenó ayer el recurso bélico, en el 50º aniversario del final de la Segunda Guerra Mundial, y llamó a los gobernantes a preocuparse por prevenir los conflictos, por ejemplo controlando la venta de armas, antes que intentar resolverlos por la fuerza

Ciudad del Vaticano (ANSA)

A 50 años del fin de la II Guerra Mundial

■ "La guerra es incapaz de dar justicia", sentenció el Papa, y recordó intervenciones de otros pontífices y su toma de posición contra la Guerra del Golfo en 1991.

Los cristianos europeos, proclamó entonces, "piden perdón, aún reconociendo que fueron diversas las responsabilidades en la construcción de la maquinaria bélica" que estalló durante la II Guerra Mundial.

Juan Pablo II sostuvo, en su mensaje a los jefes de Estado y de gobierno con motivo del medio siglo del fin de la II Guerra Mundial, que "con las armas no se resuelven los problemas, sino que se crean nuevas y mayores tensiones entre los pueblos".

"La cultura de la paz —insistió— se construye rechazando desde el comienzo toda forma de racismo y de intolerancia, no cediendo de ningún modo a la propaganda racista, controlando los aspectos económicos y políticos, rechazando con decisión toda forma de explotación".

El pontífice opinó que el mundo *conmemora hoy la guerra* que produjo las matanzas de judíos en Auschwitz y las de japoneses en Hiroshima, fruto de una "inaudita movilización del odio", pero que no entendió las "lecciones severas" de esa guerra.

"No se entendió que no se edifica una sociedad digna de la persona sobre su destrucción, sobre la represión y sobre la discriminación", enfatizó.

Hizo notar, entonces, que actualmente las imágenes de las guerras de hoy llegan a las casas a través de la televisión, y la gente termina por aceptar casi como inevitables los acontecimientos.

Se necesita una coherencia entre "la memoria del terrible conflicto mundial y las orientaciones de la política nacional e internacional", concluyó el pontífice.

Juan Pablo II consideró necesario "disponer de eficaces instrumentos de control del mercado internacional de las armas, y prever estructuras adecuadas de intervención en caso de crisis, para inducir a todas las partes a preferir la negociación al enfrentamiento violento".

Es necesario, dijo, entender de cuál "proceso degenerativo" fue "fruto" la guerra, por qué gérmenes de ese proceso se encuentran "en los momentos difíciles de posguerra, en nuestros inciertos y problemáticos días".

En su mensaje, presentado en el Vaticano por el cardenal Roger Etchegaray, Juan Pablo II invitó a preguntarse sobre la razón por la que "la humanidad llegó a tal grado de liquidacióndel hombre y de los pueblos" durante la Segunda Gerra Mundial.

En su opinión, "el mundo y en particular Europa" habían perdido la energía moral necesaria para "contrastar lo que los empujaba al torbellino de la guerra".

El "totalitarismo", afirmó el Papa, destruyó las libertades fundamentales y al manipular a "la opinión pública con el martilleo incesante de la propaganda, impulsó a acceder fácilmente al llamado de la violencia y de las armas y terminó por demoler el sentido de responsabilidad del ser humano".



El papa Juan Pablo II envió un mensaje a todos los jefes de Estado y de gobierno con motivo del aniversario del fin de la Segunda Guerra Mundial.

Agradeció entonces a "todos los modernos constructores de paz", y señaló que a pesar de los fracasos no faltan ejemplos de éxitos en negociaciones "honestas, pacientes y respetuosas de los derechos y de las aspiraciones de las partes".

Juan Pablo II se dirigió también a los jóvenes que no han conocido la guerra y los invitó a amar a los demás pueblos como al propio, además de estar atentos al surgimiento "de la cultura del odio y de la muerte", y a rechazar "las ideologías obtusas y violentas y toda forma de nacionalismo exasperado y de intolerancia".

El documento invita a no olvidar lo que significó la guerra en términos de "miedo, violencia, penuria extrema, muerte, experiencias dramáticas de separaciones dolorosas, vidas en la privación de toda seguridad y libertad, traumas incalculables debidos a exterminios sin fin".

El único obispo que no renuncia a los 75 años

Ciudad del Vaticano (AFP)

■ El papa Juan Pablo II, que cumplirá 75 años mañana y alcanzará la edad en la que los obispos deben presentar su renuncia, es el único prelado del mundo no obligado a respetar esa norma del Código de Derecho Canónico.

Cuando Paulo VI, al revisar el Código de Derecho Canónico, fijó en 75 años la edad en la cual los obispos debían presentar su renuncia al Papa —que puede rechazarla—, dio a entender que el pontífice no estaba comprendido en esta regla, aunque sea el obispo de Roma.

Juan Pablo II ha siempre demostrado no estar demasiado dispuesto a privarse de la colaboración de ciertos obispos, aunque éstos sean ancianos, salvo en casos de problemas de salud.

En cuanto a él, ha reiterado en distintas ocasiones que recibió un mandato para cumplir hasta el final de la misión que la providencia le ha confiado, especialmente preparar a los católicos y a la humanidad entera para el tercer milenio.

Dirigiéndose a los jóvenes durante una visita a Trento (norte de Italia) hace tres semanas, el Papa declaró que esperaba poder celebrar el Jubileo del año 2000. En todo caso, como él afirmó durante una conferencia de prensa en el avión que lo conducía a uno de esos viajes, no sabría "a quién presentar su eventual renuncia".

En realidad, esta eventualidad está prevista por un artículo del Código de Derecho Canónico: "En el caso en el que el pontífice romano renuncie a sus funciones, su decisión debe ser tomada libremente y debe ser expresada en las formas debidas, para que pueda ser considerada válida. No se pide que alguien la acepte".

En la historia de la Iglesia los casos de renuncia de papas han sido raros: uno de los más célebres fue Benedicto IX, elegido en el 1033 y que renunció en el 1045, reelegido por el cónclave en el 1047, y que renunció nuevamente en 1084.

Se cita a menudo el caso de Celestino V que renunció en 1294, cuatro meses después de su elección, disgustado por las intrigas del Vaticano.

El último papa renunciatario fue Gregorio XII que dimitió en 1415, dos años antes de morir.

02-02

9568841

4/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
131915SET95

M E M O R A N D U M Nro. 134 / 95

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A : DELGADO MENDEZ Angel (C/A).-

T E X T O : OCUPACION: Gerente del Banco SANTANDER
Pastor responsable de la Sede Central de la IGLESIA NUEVA APOSTOLICA (Mercedes 1241
tel: 920091-986168 (12-09-95)

CORREGIDO
F. 16/10/95
Inic. SM

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Devincenzi

FECHA 16/10/95 INICIAL (GS)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dir. Gral. [illegible]
14 SET. 1995
Biografico
Nº 950884

001/1

Juan Pablo II visitó su Polonia natal y la República Checa

El Papa criticó duramente al poscomunismo polaco

El papa Juan Pablo II concluyó ayer, al partir de la ciudad de Ostrava, su visita de tres días a la República Checa y Polonia, donde hoy criticó duramente al poscomunismo y lanzó un llamamiento para el reconocimiento de los derechos de la "conciencia cristiana". Ayer el Papa había llegado en helicóptero a su país natal para una visita relámpago de nueve horas, durante la que visitó tres ciudades del sur del país y en la que el acontecimiento culminante fue la misa celebrada en una colina de Skoczow, frente a 200 mil personas, en recuerdo del sacerdote mártir Jan Sarkander, patrono de la ciudad, asesinado por los protestantes en 1620 y canonizado por el Papa en la República Checa.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Ostrava (República Checa) (ANSA)

■ Allí fue fuerte y vibrante el llamamiento a los "derechos de la conciencia" en Polonia, que en su opinión deben ser defendidos aún hoy "a pesar de las apariencias" después de décadas de opresión nazi y comunista.

Durante la homilía de la misa –en la que estaban presentes tanto el presidente Lech Walesa como el premier Jozet Oleksy– el Papa criticó a los políticos de su país natal.

En su sexto viaje a Polonia desde que fue elegido para el trono de Pedro, el Papa dijo que el país vive "tiempos de gran prueba para las conciencias" y que los polacos no deben "ceder a la desmoralización ni a las corrientes de permisivismo moral".

"A pesar de las apariencias los derechos de la conciencia deben ser defendidos también hoy –afirmó Wojtyla– bajo la enseña de la tolerancia se difunde efectivamente en la vida pública y en los medios de comunicación de masa una intolerancia cada vez más fuerte".

"Los creyentes, añadió el Papa, resienten de esto en forma dolorosa ellos advierten crecientes tendencias a su marginación en la vida social" y se hacen burlas sobre lo que para ellos es "lo más sagrado", con formas de "discriminación que despiertan inquietud y hacen pensar mucho".

Juan Pablo II evocó el "memorable" encuentro con sus compatriotas en 1983, un año después del estado de sitio impuesto por el general Wojcek Jaruzelski y el llamamiento "siempre actual" a la vigencia del cristianismo en el país, que había lanzado en Cracovia en 1979 frente a un millón de personas.

"Hoy mientras Polonia echa las bases para su existencia libre y soberana después de tantos años de experiencias de totalitarismo", el Papa, "vuestro compatriota", renueva el pedido de "recibir otra vez con fe y amor esta herencia de la cruz de Cristo".

Antes de la misa, Woytyla fue en el Papamóvil a la iglesia protestante, donde lo recibió el obispo luterano de Skoczow, Pawel Anweiler, quien recordó las controversias entre católicos y luteranos pero señaló con satisfacción la "actual apertura ecuménica".

El pontífice –frente a 300 fieles luteranos– reafirmó la esperanza en la unidad de los cristianos, uno de sus soñados objetivos para el tercer milenio cristiano.

El Papa dio también una nueva cita a los polacos, para dentro de dos años, como lo hizo con los checos en Praga, porque en vista del "Jubileo del 2000" quiere volver a Europa central para conmemorar el milenario de San Adalberto, evangelizador de Polonia y de Prusia, y celebrar el Congreso Eucarístico Mundial en Breslavia, en 1997.

En su breve visita al sur de Polonia, el Papa apareció cargado con nueva energía. En Dielsko Biaia (donde nació su padre y murió su hermano) habló durante 24 minutos con Lech Walesa, devoto católico, y durante 9 minutos con el premier Jozef Oleksy, ex comunista.

Walesa abrazó una cruzada contra el gobierno de los ex comunistas de los que Oleksy es uno de los líderes más conocidos y repetidamente expresó su deseo de volver a presentarse en las elecciones presidenciales que tendrán lugar dentro de pocos meses, pero se ignora si pidió al Papa una señal de aliento.

Oleksy representa a la izquierda que domina el Parlamento y que bloqueó la ratificación del concordato entre Polonia y la Santa Sede firmado en 1993.

Después de permancer nueve horas en Polonia, al volver a la ciudad checa de Ostrava para partir desde allí hacia Roma, el Papa mantuvo un breve diálogo con el premier checo Vaclav Klaus y se despidió del pueblo que lo había recibido el sábado y el domingo en este 64° viaje internacional, agradeció a católicos y no católicos y manifestó su afecto especial por los trabajadores, las familias, los jóvenes y los enfermos.

EL PAPA: RESTAÑAR HERIDAS CON LOS GRUPOS PROTESTANTES



En Olomuc, nueva República Checa, Juan Pablo II entrega una hostia sagrada a una dama, en el norte de Moravian, durante una misa celebrada ayer. (AP)

OLOMOUC, República Checa, 21 (AP). — En una visita a territorios ensangrentados hace siglos por conflictos entre cristianos, el papa Juan Pablo II pidió hoy formalmente perdón por los males infligidos a los no católicos.

El pontífice formuló su declaración al canonizar a un sacerdote martirizado en 1620 durante la Contrarreforma, quien hasta el día de hoy simboliza la encarnizada rivalidad entre católicos y protestantes en Moravia.

"Hoy, yo, el papa de la Iglesia de Roma, en nombre de todos los católicos, pido perdón por los males infligidos a los no católicos durante la turbulenta historia de estos pueblos", dijo Juan Pablo en su homilía. "A la vez, otorgo el perdón de la Iglesia católica por cualquier daño que sus hijos e hijas hubiesen padecido".

La canonización de Jan Sarkander fue el acto central en la visita papal de dos días a la República Checa. Los organizadores calcularon que por lo menos 150.000 personas asistieron al servicio religioso, y tuvieron que permanecer en medio del lodo bajo una intensa lluvia en terrenos del aeropuerto.

El pontífice estuvo bajo un techado que cubría un altar elevado.

Sarkander, educado por los jesuitas, fue acusado por los gobernantes protestantes de la época de colaborar con los ejércitos invasores de los católicos polacos. Acusado de alta traición, fue torturado y murió en prisión en esta ciudad cerca de la actual frontera con Polonia.

Para muchos protestantes, Sarkander simboliza los esfuerzos de los monarcas católicos por reimponer el catolicismo por la fuerza tras la Reforma protestante.

Pavel Smetana, líder de la mayor denominación protestante en la República Checa, protestó por la canonización en una carta al Vaticano, y ayer por la tarde boicoteó una reunión con el papa. Otros quince representantes protestantes asistieron.

En su homilía, el papa rechazó toda insinuación de que la canonización tuviese el propósito de reabrir "dolorosas heridas".

Por el contrario, afirmó, se proponía contribuir a la unidad entre los cristianos.

Posteriormente, en una reunión con jóvenes en el santuario de Svaty Kopecek (Coina Sagrada) en las afueras de Olomouc, el pontífice dijo que el perdón de los agravios históricos era esencial tanto para las naciones como para los individuos. Citó la guerra en los Balcanes y recordó la reconciliación de Polonia y Alemania.

Juan Pablo señaló su reciente exhortación a que la Iglesia reconozca los pecados de los católicos a lo largo de los siglos, como parte de los preparativos para el tercer milenio de la cristiandad

Una nueva encíclica sobre las relaciones entre cristianos se aguarda para las próximas semanas, dijo hoy el vocero del Vaticano, Joaquín Navarro.

La declaración del pontífice en su homilía recordó sus afirmaciones en Senegal hace tres años, cuando se disculpó por la participación de los católicos en la trata de esclavos entre Africa y el Nuevo Mundo.

Pero la declaración de hoy parecía claramente destinada a otros cristianos.

Juan Pablo cruzará mañana la frontera para efectuar una visita de nueve horas a su Polonia natal, antes de regresar a Roma.

Jueces del mundo entero examinan el genocidio y la masacre de Ruanda

El Papa exhortó a los países ricos a "no dejar a la deriva al continente africano"

LRep. 30/5

■ Juan Pablo II pide, una vez más, solidaridad con Africa: "No se puede dejar a la deriva a este gran continente". 700 millones de africanos que gestionan sólo el 1,5 por ciento de comercio mundial y pueblan 30 de los 40 países más pobres del mundo, son merecedores de las riquezas que ostentan otros países del primer mundo.

Ruanda, bajo el actual gobierno del Frente Patriótico Ruandés recibió a 170 jueces venidos de todo el mundo para examinar el genocidio que se iniciara en el país a propósito de las etnias tutsi y hutus. Hoy el gobierno proclama a los cuatro vientos que desea el regreso de los dos millones y pico de refugiados hutus que han huido.

Abandonados por los poderosos, dos millones y medio de refugiados -más de un tercio de la población- están dispuestos a negociar su regreso: "Tenemos un ejército y, si no es por la negociación, con el apoyo de la comunidad internacional, volveremos por la fuerza". Es difícil medir la frontera entre la ilusión y la realidad en estas palabras que oímos en uno de los incontables campos en la orilla zaireña del lago Kivu.

MASACRE ENTRE HERMANOS

A propósito, la capital de Ruanda se está convirtiendo en una ciudad tutsi. Ya lo era en tiempos de Juvenal Habyarimana, el difunto presidente hutu, asesinado el pasado 6 de abril. Los tutsi tenían puestos en la administración en proporción a su número.

En la sede del Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados (Acnur) en la capital, se vio un anuncio de la operación "entierro de las víctimas de las masacres y el genocidio de abril a julio de 1994", firmado por Pius Mugabo, ministro de Trabajo y Asuntos Sociales: "El gobierno considera necesario organizar funerales nacionales para nuestros héroes nacionales, víctimas de la lucha por la democracia y los Derechos Humanos fundamentales, con el fin de promover los valores democráticos". El gobernador de Kigali evalúa en 250 mil, el número de los tutsis masacrados. Los que no se cuentan son las víctimas hutus del FPR, que algunos calculan en 200 mil. Terminada la guerra, los soldados del EPR habrían cercado colinas enteras, declarándolas zona militar y liquidando a todas las personas que vivían en ellas. Este ejército compuesto mayoritariamente por menores de edad ha seguido reclutando doceañeros tutsi.

El arzobispo zaireño de Bukavu, Cristóbal Munzihirwa, afirmó que entre 5 mil y 10 mil personas eran ejecutados cada mes por el EPR.

UNA IGLESIA MARTIR

La iglesia también cuenta sus muertos: entre ellos, miles de fieles que dieron su vida por evitar la muerte de tutsis o hutus de la oposición. El EPR acusa a la jerarquía de haber alentado el genocidio, pero los fieles tutsis que regresan de los campos desmienten el bulo asistiendo a las misas... celebradas muchas veces por sacerdotes hutus, ya que la mayoría de los 196 sacerdotes y religiosos asesinados eran tutsis. Hutus eran, en cambio, los tres obispos asesinados por el FPR el 5 de junio -mientras daban cobijo a 30 mil refugiados tutsis-, y que todavía no han podido tener un funeral digno. Tampoco lo ha tenido Joaquín Vallmajó, el padre blanco español asesinado por el FPR en Byumba, donde se ocupaba de los refugiados desde 1990. A pesar de las difamaciones (se ha llegado a decir que Vallmajó escondía armas), estas muertes son ejemplares: "No estoy triste -escribe la hermana del mártir- Dios les ha tomado consigo. Ahora hay que rezar para que perdonemos".

01 - 01

9508844

DOCUMENTO 9508845

TULO En su último encíclica el Papa propone la unión de las iglesias cristianas

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCESO: 31-05-95

VINCULACIONES 500771

507684

ENTRADO ✓

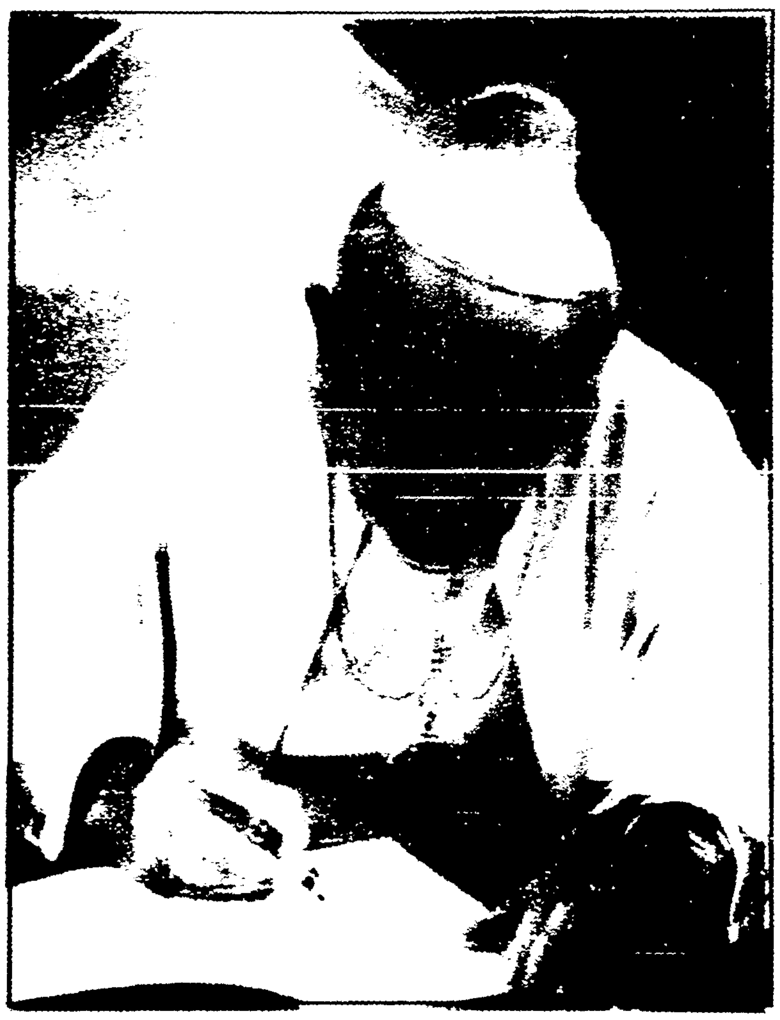
CRUZADO ✓

Propone la unión de las iglesias cristianas antes del 2000, pero bajo la égida de Roma

LR 31/5

A dos meses de la anterior, el Papa emitió ayer una nueva encíclica: "Ut unum sint"

En lo que voceros del Vaticano calificaron como "el comienzo de la discusión sobre el modo en el que puede ejercer su primado", el papa Juan Pablo II emitió su decimosegunda encíclica, apenas dos meses después de su polémica "Evangelium Vitae". Publicada un mes antes de la visita oficial de Bartolomé I, el patriarca ecuménico del Oriente cristiano, la carta papal se extiende sobre la necesidad de superar los conflictos entre cristianos, implorando el perdón por todos los "equívocos" y males cometidos por éstos.



Esta es la encíclica número 12 firmada por Juan Pablo II desde que asumió el pontificado en 1978.

■ La propuesta papal contenida en su más reciente encíclica, dada a conocer el pasado martes 30 de mayo, intenta cerrar el milenio con el perdón recíproco y con el acuerdo de un nuevo estilo de gobierno de la Iglesia.

Con "Ut unum sint" (Para que todos sean uno), su primera encíclica sobre el ecumenismo, Juan Pablo II se declara, treinta años después del Concilio Vaticano II, dispuesto a dialogar con todos los cristianos sobre la posibilidad de encontrar nuevas formas de ejercer el primado del obispo de Roma sobre todos los demás, consignó un cable de la agencia ANSA.

Al reseñar la larga historia de los intentos ecuménicos, marcada por "equívocos", "prejuicios" y "atávicas incomprensiones", Juan Pablo II "implora" el perdón por los males cometidos por los cristianos, e invita al diálogo.

"Cuando se comienza a dialogar, dice el Papa, cada una de las partes debe suponer una voluntad de reconciliación en su interlocutor", y sostiene que el camino ecuménico se basa en la oración, el diálogo y la colaboración práctica.

Cuando las comunidades cristianas toman posición común "sobre problemas importantes que tocan la vocación humana, la libertad, la justicia, la paz, el futuro del mundo... la voz común tiene más impacto que una voz aislada", afirma el Pontífice.

Juan Pablo II se dirige a todos los cristianos, y afirma que la nueva "caridad fraternal" que se instaló desde el Concilio Vaticano II debe preservarse pese a los contrastes derivados de "cambios políticos violentos", en los que la religión es "utilizada" con fines políticos.

La encíclica se enmarca en una serie de esfuerzos del Papa hacia el ecumenismo, al que considera el principal compromiso de los católicos ante el tercer milenio, como sostiene en su reciente carta apostólica "El Tercer Milenio que está por comenzar".

La semana pasada, por ejemplo, durante la visita a la República Checa, Juan Pablo pidió públicamente perdón a los protestantes por las atrocidades cometidas por los católicos durante las guerras de religión de siglos atrás.

La encíclica "Ut unum sint" identifica los puntos de discusión entre los cristianos: la relación entre las sagradas escrituras y la tradición, el sacerdocio como sacramento y jerarquía, la cuestión de la Virgen y, uno de los más difíciles: la primacía del Papa.

Las escrituras son la única fuente para los protestantes, mientras que la tradición es importante para católicos y ortodoxos. Del mismo modo hay grandes diferencias entre católicos y ortodoxos por un lado y protestantes por el otro sobre la figura del sacerdote y sobre la Virgen.

Al abordar el papel del Pontífice y de su poder, Juan Pablo II define al Papa como "Servus servorum Dei" (Siervo de los siervos de Dios), uno de sus apelativos "oficiales", pero que se usa muy poco.

La Iglesia Católica, dice el Papa, sabe que haber conservado el "ministerio" (es decir, el encargo y los poderes) del obispo de Roma, que es el Papa, "constituido por Dios como señal visible y garante de la unidad", constituye "una dificultad para la mayor parte de los demás cristianos".

La memoria de esos cristianos "está marcada por ciertos recuerdos dolorosos", dice Juan Pablo II que afirma que "en lo que somos responsables junto a mi predecesor Pablo VI pidió perdón".

Sin embargo, el Papa también recuerda que si los obispos son legítimos en cuanto a sucesores de los apóstoles, el obispo de Roma es el sucesor de Pedro, "a quien Jesús eligió como jefe de ellos".

Juan Pablo II reafirma el principio de que "la búsqueda de la unidad tiene sentido sólo en la verdad", y subraya que en los Evangelios Pedro "aparece como el jefe y el vocero del colegio apostólico" designado por Jesús.

También en base a los Evangelios, el papa recuerda las debilidades de Pedro, que llegó a negar a Jesús, y sostiene que así como Pedro fue perdonado, así también "su sucesor sabe que tiene que ser digno de misericordia", y sabe que su cargo "puede exigir que ofrezca su propia vida", como hizo Pedro.

"Con el poder y la autoridad sin las cuales esa función sería ilusoria, el obispo de Roma debe asegurar la comunión de todas las Iglesias", y es por eso el primero entre los servidores de la unidad, dice la encíclica.

Ejercer el primado significa supervisar la transmisión de la palabra, la celebración sacramental y litúrgica, la misión, la disciplina y la vida cristiana, afirma la encíclica.

El Papa, como "centinela" que es, "tiene el deber de advertir, alertar, declarar a veces que es inconciliable con la unidad de la fe una u otra opinión que se difunde", dice Juan Pablo II.

El Pontífice también puede hablar en nombre de todos los obispos y en circunstancias determinadas puede declarar que una doctrina es fe. Son los poderes del Papa tal como se fueron consolidando en dos mil años. Pero, dice la encíclica, "todo esto se debe realizar siempre en la comunión".

Juan Pablo II se declara consciente de su responsabilidad en campo ecuménico, y habla sobre la búsqueda de una "fórmula de ejercicio del primado que, aunque no renuncie de ninguna manera a lo esencial de su misión, se abra a una situación nueva".

Aquí el Papa recuerda que en los primeros siglos del cristianismo el obispo de Roma intervenía "por consenso común si surgían diferencias sobre la fe o la disciplina", "y esto en el respeto de Santiago, jefe de la Iglesia de Jerusalén".

01 - 04

9508845

Las 12 encíclicas de Juan Pablo II

En el curso de un pontificado que lleva ya diecisiete años, el papa Juan Pablo II publicó doce encíclicas, cubriendo temas como los derechos de los trabajadores, los derechos humanos, la corrupción, los derechos de la mujer y, en la que era hasta el momento su mas reciente carta, el "Evangelium Vitae", la condena de lo que llamó "la cultura de la muerte". Esta es la lista de las encíclicas, difundida ayer por la agencia AFP.

■ - 14 marzo 1979: "**Redemptor hominis**" (sobre el Cristo Redentor y la dignidad del hombre). La primera encíclica está consagrada a la defensa de los derechos del hombre.

- 2 diciembre 1980: "**Dives in misericordia**" (Dios rico en misericordia). En esta, el Papa recuerda el amor del padre revelado por Cristo.

- 15 setiembre 1981: "**Laborem Exercens**" (Es por el trabajo). El hombre en el amplio contexto de la realidad que es el trabajo. Recordó la dignidad y los derechos de los trabajadores en ocasión del 90 aniversario de la "Rerum Novarum", primera gran encíclica social de la Iglesia Católica publicada por León XIII.

- 2 julio 1985: "**Slavorum Apostoli**" (Los apóstoles eslavos). Consagrada a la herencia espiritual de los santos Cyrillo y Metodio, evangelizadores de los pueblos esclavos. El Papa hace un llamado en favor de la libertad religiosa de los pueblos eslavos.

-18 de mayo 1986: "**Dominum et vivificantem**" (Es es el Señor, él da la vida). Defensa de la fe contra el materialismo y el diablo son los temas de esta encíclica dedicada al espíritu santo.

- 25 marzo 1987: "**Redemptoris Mater**" (La madre del Redentor). Encíclica consagrada a la virgen María.

- 30 diciembre 1987: "**Sollicitudo rei socialis**" (La preocupación por las cuestiones sociales). En el XX aniversario de la encíclica social de Paulo VI "Populorum progressio" (el progreso de los pueblos), subrayó la necesidad de un desarrollo solidario de los pueblos.

- 7 diciembre 1990: "**Redemptoris missio**" (La misión del Redentor). Se refiere al testimonio evangélico que los miembros de la Iglesia deben dar, pidiendo un especial compromiso a todos ellos y a los laicos por la paz, la justicia, los derechos del hombre, y les pide adoptar una posición comprometida frente a la corrupción del poder político y económico.

- 1 mayo 1991: "**Centesimus annus**" (El centésimo año), en ocasión del centenario de la encíclica social "Rerum novarum" de León XIII.

- 6 agosto 1993: "**Veritatis splendor**" (El esplendor de la verdad). La Iglesia reafirma su posición sobre cuestiones éticas frente a quienes ya no quieren reconocer ningún valor moral.

- 25 marzo 1995: "**Evangelium vitae**" (El Evangelio de la vida). El Papa condena el aborto y la eutanasia y afirma que las leyes que los autorizan carecen de validez jurídica y deben ser combatidas.

- 30 mayo 1995: "**Ut unum sint**" (Para que todos sean uno). Juan Pablo II propone a las demás iglesias cristianas hacer todo lo posible para conseguir la unidad, ofreciéndose a tratar incluso algunos puntos de gran desacuerdo como el papel del Papa.

Universidad Católica organiza jornadas sobre la integración

■ **Durante** los meses de junio y julio, en la **Universidad** Católica del Uruguay se llevará **a cabo**, **por** primera vez en el país y la segunda en Latinoamérica, una Cátedra Unesco en **Comunicación** Social; en torno al tema "Comunicación para la Integración".

Dos objetivos marcan el nacimiento de las **cátedras** Unesco en el mundo. Primero, el perfeccionamiento de las Universidades en la búsqueda del conocimiento, y la contribución **a la** dinamización del intercambio entre la Unesco y **las Universidades** y **entre** éstas y la sociedad.

Están previstas las siguientes actividades, todas con entrada libre:

El 2 de junio, a la hora 19.30, en la Sala de Juntas de la Ucudal (8 de Octubre 2738, Montevideo), apertura con una conferencia inaugural a cargo del Consejero Regional de la Unesco, doctor Alejandro Alfonso.

Conferencia del economista José Manuel Quijano sobre Panorama actual de la Integración, el 5 de junio, a la hora 18 en la Ucudal.

Los días 6 y 7 en el Ministerio de Relaciones Exteriores, seminario sobre Mercosur, ética y comunicación; coorganizado con Obsur.

La red Orbicom de Cátedras Unesco: comunicación y desarrollo internacional, será el tema a tratar por Thérese Paquet-Sévigny, (Universidad de Quebec) directora de la Red Orbicom, el 16 de junio a las 9 hs.

El embajador de Francia en el Uruguay, doctor Pierre Charasse, **hablará sobre identidad cultural en la integración europea.**

02

9508845

EN LA ENCICLICA "QUE TODAS SEAN UNA" SE OFRECE COMO MODERADOR A TODAS LAS IGLESIAS CRISTIANAS

El Papa busca tener mayor liderazgo

El histórico debate sobre la supremacía del papado sobre las otras religiones cristianas fue abordado en una histórica encíclica de Juan Pablo II en la que propone buscar, en aras de la unidad, una nueva fórmula para ejercer el magisterio.

CIUDAD DEL VATICANO (Especial para Clarín). – Juan Pablo II en una histórica encíclica, llamó a la unidad de todos los cristianos y propuso buscar una nueva fórmula para **ejercitar el primado del Papa, es decir la supremacía sobre las otras religiones** que se reconocen en Cristo.

La duodécima Encíclica del pontificado del Papa Karol Wojtyla difundida ayer, se titula "Et Unun Sint" ("Para que sean una misma cosa"), consta de 111 páginas y proclama que el compromiso católico en favor de la unidad de los cristianos es **"irreversible"**.

En uno de sus párrafos principales sostiene que la unidad incluye "reconocer las aspiraciones ecuménicas de la mayoría de las comunidades cristianas y tomar en cuenta la petición que se me hace de hallar una forma de ejercer la primacía que, si bien no renuncie a lo que es esencial a su misión, **esté abierta a una nueva situación"**.

Documento de gran importancia

La Encíclica, firmada el jueves 25 por Juan Pablo II, fue difundida en una conferencia de prensa realizada en la sala de prensa vaticana, presidida por el cardenal australiano Edward Cassidy, uno de los "ministros" de la Curia Romana, que es presidente del Pontificio Consejo para la Promoción de la Unidad de los Cristianos.

Se trata del primer documento de tanta importancia **"sobre el empeño ecuménico"** (una palabra de origen griego que quiere decir 'culto universal'), que el pontífice produce treinta años después de la histórica declaración acerca del tema del Concilio Vaticano II.

La Encíclica apunta derecho al **Jubileo Extraordinario del Año 2000**. El comienzo del Tercer Milenio de la era cristiana estará marcado fuertemente por la búsqueda de la unidad de los cristianos, que eran "una misma cosa" hasta el año 1054, cuando se produjo la escisión entre Roma y Bizancio (hoy Estambul), con ráfagas de mutuas excomuniones.

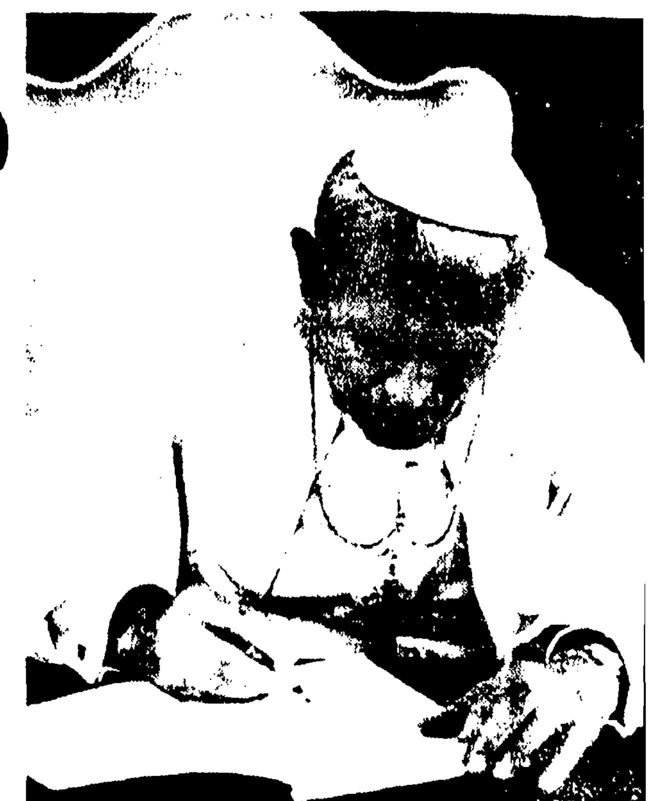
Perdón por las culpas

Buena parte del segundo milenio cristiano fue lacerado por las divisiones y los cismas, los enfrentamientos y las guerras entre los cristianos. En la Encíclica difundida ayer, **el Papa implora el perdón de ortodoxos y protestantes por las culpas católicas.**

El aspecto que más debates e interés suscitará es la apertura del diálogo acerca del primado (la supremacía) del sucesor de San Pedro que ortodoxos y protestantes no aceptan, para la búsqueda de "una nueva fórmula" en "una situación nueva". Pero el Papa destaca que el ministerio del obispo de Roma debe "asegurar la comunión de todas las Iglesias".

El pontífice recuerda también en otro párrafo la condición de **infalibilidad** del Papa, en los términos establecidos por el Concilio Vaticano I en 1870. Estas ratificaciones del primado y el magisterio pontificios demuestran que el objetivo de la unidad de los cristianos puede llevar al menos una buena parte del Tercer Milenio que está por comenzar.

La primera reacción a la Encíclica fue hoy del Consejo Mundial de Iglesias, que reúne a 324 iglesias protestantes, anglicanas y ortodoxas y en cuyas actividades participa la Iglesia Católica.



Lemopoulos señaló que era histórico el aliento que el Papa da al trabajo en favor del ecumenismo. "Juan Pablo II es el **primero que da el ejemplo en este sentido"**, agregó. Pero Lemopoulos dijo que la parte débil de la Encíclica es el terreno elegido por el pontífice para acentuar el diálogo entre las iglesias cristianas. "El Papa estimula el diálogo teológico y la oración, dejando de lado lo que está en medio: el diálogo cotidiano de vida entre los cristianos", concluyó el dirigente del Consejo Mundial de Iglesias.

Julio A. Aranas

9508845

Reacciones en la Argentina

La encíclica papal "Que todas sean una", en la que el Papa **Juan Pablo II** aboga por la unidad entre las iglesias cristianas, cayó bien ayer en los medios religiosos argentinos, que la consideraron un valioso aporte para limar las antiguas asperezas entre católicos, ortodoxos, anglicanos y protestantes.

Si bien los representantes de las diversas comunidades cristianas tuvieron solo como referencia informaciones periodísticas fragmentadas, por no contar aún con el texto completo, coincidieron en que "todo esfuerzo en favor de la unidad debe ser bien venido".

El presidente de la comisión de ecumenismo del Episcopado, monseñor **Juan José Iriarte**, opinó –ante una consulta de **Clarín**– que la encíclica es "una prueba del enorme interés" que tiene la Iglesia católica por la unidad de los cristianos.

Iriarte, que es arzobispo emérito de Resistencia, consideró que el texto pontificio revela el creciente deseo del Papa de que la llegada del tercer milenio esté acompañada por "hechos en favor de la unidad" de esas iglesias.

Para el obispo de la Iglesia evangélica metodista, **Aldo Etchegoyen**, "todo gesto" en pos de la unidad entre los cristianos, "como esta encíclica, es altamente positivo" y "refleja cuál es la voluntad de Dios".

Etchegoyen consideró que con la realización del Concilio Vaticano II, a comienzos de los '60, hubo "una aceleración" del proceso de unidad, que cayó luego en "cierta lentitud" que, con esta encíclica, recobraría velocidad.

Etchegoyen destaca "la relación fraterna" y el diálogo entre los dignatarios de las diversas iglesias cristianas en el país, así como su convergencia en organismos de defensa de la vida como el Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos.

El obispo de la Iglesia anglicana en la Argentina, **David Leake**, calificó de "excelente y alentador" el esfuerzo en favor de la unidad de los cristianos que pide y está dispuesto a hacer el papa Juan Pablo II.

Leake, que es el primer presidente no católico del Consejo Ecuménico de Iglesias Cristianas en el país (CEICA), opinó que va bien el diálogo a nivel local, pero que la encíclica constituirá un nuevo espaldarazo.

La semana que viene –y es una muestra del avance en el diálogo en la Argentina– se realizará un acto ecuménico en la catedral anglicana de Buenos Aires, que encabezarán dignatarios de credos cristianos, entre ellos el cardenal **Antonio Quarracino**.

Sergio Rubín

PILAR URBANO

Pilar Urbano es una de las analistas políticas más prestigiosas de España, pero ante todo se confiesa una fervorosa militante del Opus Dei. De visita en el país para la presentación de su último libro —la biografía del fundador de la institución—, Urbano ensayó una solución del problema militar en la Argentina y habló de la fuerza de su fe.



La autora de "El hombre de Villa Tevere", una biografía de Escrivá de Balaguer, el fundador del Opus Dei (Obra de Dios).

Pilar del Opus

A los 54 años, la periodista Pilar Urbano niega ser una "intelectual orgánica" del Opus Dei, según la definición de Antonio Gramsci. "Yo soy antiorgánica –replica–. Y en cuanto a los intelectuales, ¡puaj!, son unos cursis."

Si es preciso describirla, ella es definitivamente un petardo, aunque en cartucho diminuto. Es claro que acostumbra salvar las divergencias en la charla con altas dosis de simpatía y una coquetería discreta que, en rigor, es efecto de la calidad de su vestuario. Nacida en Valencia, Pilar creció en distintos sitios, acompañando los destinos de su padre, un militar de la aeronáutica. "Valencia, norte de Africa, Madrid... Pero siempre he tenido una controversia con él –cuenta–. Era un militar de derechas del generalísimo Franco y yo siempre he tenido una pasión por la libertad."

Quien es hoy una de las más respetadas analistas políticas de su país, desde sus habituales columnas en el Canal Tele 5 y en el diario "El Mundo", irrumpió en el periodismo a comienzos de los años 70. "Con el asesinato de Luis Carrero Blanco, el jefe de gobierno de Franco, yo me doy cuenta de que algo va a cambiar muy pronto y que un periodista debe estar allí para vigilar al poder –recuerda–. Corría 1973 y empecé en el análisis político con una gran lozanía, sin un pasado comprometido ni oficialista." Pronto, el trabajo de Pilar Urbano recogió la tradición de la investigación y la denuncia. Su libro sobre el intento golpista de Antonio Tejero Molina, el 23 de febrero de 1981, provocó una segunda investigación judicial y es objeto de estudio en las universidades. Superada la transición hacia la plena democracia en su país, Urbano insiste en que el papel actual de la prensa reside en esa vigilancia: "Nosotros somos los cancerberos del poder".

Amas de casa y "putiflistas"

A tres meses de su salida en España, "El hombre de Villa Tevere" lleva vendidos 70.000 ejemplares. Desde su primera línea, la biografía es un intento de humanizar la controvertida figura de Josemaría Escrivá de Balaguer, el fundador del Opus Dei. Constituye, por lo tanto, el mayor tributo que un autor puede prestar al mito: la puesta en escena de las ambigüedades humanas contribuye a cimentar la leyenda en el retrato de su construcción. La autora cuenta que, para escribir "El hombre de Villa Tevere", escuchó a 110 testigos, reunió agendas, libretas de apuntes y relatos orales y chequeó cada una de sus anécdotas. Tal vez toda su vida Urbano estuvo preparándose para este trabajo.

Urbano siempre ha reconocido su pertenencia a la orden de laicos, de modo que el panegírico procede de una fuente autorizada y neutraliza otro éxito de mercado, "Tras el umbral, una vida con el Opus Dei", escrito por una "numeraria" que finalmente renunció a la orden, María del Carmen Tapia.

"Yo no me casé porque me enamoré de Dios –dice Pilar, y la seguridad del tono hace pensar que lo ha contado muchas veces–. Soy una conversa. Pasé de no creer en nada a creer en un dios, por último en Cristo." Cuando habla de la fe, su lenguaje se llena de florilegios y metáforas bíblicas. Sus gestos se vuelven más enfáticos, enriquecidos por años de estudiarse en el espejo de la cámara de televisión.

La conversión se produjo en 1967, continúa, ella tenía un novio formal para casarse en pocos meses. Un día iba manejando en su coche nuevo rumbo a la costa, *cuando tuvo un accidente*. "Mientras el coche daba tumbos, yo pensé: '¡Mierda!, tan joven...'." Tenía apenas 26 años, cuenta. En ese mismo año ingresó en el Opus Dei, donde encontró "una religión luminosa donde no me hablaban de pecado, sino de gracia. Yo tengo un dios que sabe bailar".

En su libro, María del Carmen Tapia denunciaba haber sido moralmente acosada por Escrivá y sus colaboradores inmediatos al manifestar sus diferencias. Tapia define al Opus como un universo regido por el secreto: "Esta clase de discreción es muy similar a la seguida en los regímenes totalitarios: la ausencia de información del dirigido afirma el poder en los dirigentes". Le digo entonces a Urbano que en la Argentina los miembros del Opus Dei suelen ocultar esa pertenencia, más aún si participan de la clase dirigente. Pero ella desmiente la relación entre la orden y los sectores más conservadores del poder (que en nuestro caso han incluido a sectores inconstitucionales). "El error consiste en pensar que tal juez o cual sea del Opus Dei –sostiene–. Más bien hay gente del Opus Dei que trabaja en distintos ámbitos. Por un banquero tenemos centenares de amas de casa."

–¿El Opus Dei no es una secta, una "santa mafia"?

–¡Pero qué va! No se trata de un grupo hermético, sino de una sociedad sin castas, un taller de santos. Los hay ex carteristas del Opus Dei, las hay "putiflistas", si tú me entiendes... Las vendedoras del Corte Inglés son del Opus Dei. Es que Dios perdona, ¡coño!, y no hace falta ser obispo para llegar a la santidad.

Con un sistema de costumbres gobernado enteramente por los Diez Mandamientos, para Pilar algunos problemas contemporáneos adquieren una solución cristalina: "No quieres el problema del aborto, pues no folles. ¿Por qué no practicar la virtud en lugar del vicio? ".

La conquista de las almas

"Un periodista no debe tener listas negras: debe entrevistar a Satanás si lo consigue" –enumera Urbano a modo de decálogo del oficio–. Y hay que oír siempre las dos campanas, y de ser posible conocer al campanero." La última columna política de Pilar Urbano en su país, antes de comenzar la gira de presentación de su biografía, fue sobre el tema de los desaparecidos en la Argentina, en particular sobre las confesiones del capitán Adolfo Scilingo. "Creo que todas las filas que participaron del régimen deberían renunciar voluntariamente para devolverles la dignidad a las Fuerzas Armadas y acabar con el entredicho– comenta. Pero cuando uno imagina que va en una dirección, ella enseguida te desorienta. "A mí me gusta la justicia, pero ¿qué es la justicia sino venganza en frío?", se pregunta. "Es bueno que la justicia exista, pero no puede convertirse en el desideratum de la felicidad."

¿Y cuál será el desiderátum personal de Urbano? La conquista de almas para el Señor... Al menos ella se jacta de haber logrado la reciente conversión de un etarra, Carlos Catalán, tras un reportaje de siete días. "Comenzó a hablar como un terrorista de ETA pero acabó pasándose a mi bando, al otro lado de la línea de tiza –concluye–. Y aceptó confesar sus pecados ante un sacerdote."

Matilde Sánchez

1/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
131930SET95

M E M O R A N D U M Nro. 135 / 95

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : FAISTEIN BURSTEIN Mauricio (C/A) (M.L.N.-P.C.R.)

T E X T O : 07-09-95 El causante se desempeña como vendedor de la EMPRESA A.C.M.E. (la cual importa maquinaria pesada de ingenieros usada proveniente de los paises de la ex-U.R.S.S).- Habiéndose vinculado con las unidades del EJERCITO del arma de Ingenieros.-

FECHA 15/09/95 INICIAL (65)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

F 15.9.95
Inic.: SM

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Devincensi

FECHA 15/9/95 INICIAL (64)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES ORGANIZACIONES

001/1

MINISTERIO ... NAL
14 SET. 1995
Biografico
950884

Nº. DOCUMENTO 9508848

TITULO El reverendo Moon y su visita al Uruguay.

PROCEDENCIA 150023.

FECHA DE PROCEDENCIA 20-05-95

VINCULACIONES 12773

17130

507466

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Fue recibido por el ministro de Turismo, el intendente y el diputado Batlle Bertolini

LRep. 20/5

El reverendo Sun Moon visitó Salto para "conocer, descansar y pescar"

La República Entera
D. Fernández
(073) 27471
SALTO

■ El líder de la Iglesia Cristiana de la Unificación y titular del poderoso grupo económico del cual es propietario la secta, reverendo Sun Myung Moon, visitó la ciudad de Salto, donde fue recibido por el ministro de Turismo, Benito Stern, el intendente Eduardo Malaquina y por el diputado colorado Luis Batlle Bertolini.

El reverendo Moon arribó ayer al departamento litoraleño, en visita privada, para conocer las obras del grupo Moon en el Hotel Quiroga y el Parque del Lago y para dedicarse a su deporte favorito, que es la pesca. En la presente jornada se dirigirá a Montevideo, en horas de la tarde. El reverendo Moon llegó al aeropuerto de Nueva Hespérides en un avión particular acompañado de su esposa y reducida comitiva. Allí fue recibido por el titular del Ministerio de Turismo, Benito Stern —quien también está de visita en Salto—, el intendente Eduardo Malaquina y el diputado Luis Batlle Bertolini (FB-PC). Después de departir unos momentos con las autoridades, el reverendo Moon se dirigió al Hotel Horacio Quiroga, cuya concesión —junto con la explotación del Parque del Lago de Salto Grande— fue otorgada por espacio de 90 años, en licitación convocada por la Comisión Técnico Mixta de Salto Grande, a la empresa Rondilcor SA, subsidiaria del Grupo Moon.



Hoy llega a Montevideo el líder de la secta unificacionista

Según indicó a **LA REPUBLICA** el principal del Grupo Moon en el Uruguay, Julián Safi, el líder de la Iglesia de la Unificación "vino a Salto a conocer y dedicarse a su deporte favorito, que es la pesca. Vino a descansar, a conocer las obras que el grupo está realizando aquí y a pescar el dorado".

Según Safi, esta gira del reverendo Moon "se enmarca en un recorrido por los países del Mercosur para ver las eventuales inversiones que se pueden realizar. Ya se adquirió una granja en Brasil, se está viendo la posibilidad de adquirir tierras en Paraguay y otras inversiones que se puedan hacer en los países que componen el Mercosur".

Indagado si las actividades de Sun Myung Moon tenían alguna intencionalidad religiosa, Safi respondió que "no, para nada, son sólo actividades de índole económico. Va a dar una recepción en Montevideo, pero no está prevista ninguna actividad de orden religioso".

01 - 02

9508848

CR 22/5

Moon también visitó Punta del Este

■ Desplazándose en el avión privado de un importante hombre de negocios paraguayo, cuyo nombre no trascendió, el reverendo Sun Myung Moon llegó a las 18 horas del sábado al aeropuerto del El Jaguel para alojarse inmediatamente en el Hotel San Rafael.

Moon acompañado por su esposa y otras diez personas de su confianza, entre los que se encuentra su representante en Uruguay Julián Safi, realizaron ayer un recorrido por el balneario y mantuvieron una serie de reuniones con operadores y hombres de negocios.

De acuerdo a información obtenida por LA REPUBLICA en la tarde del sábado "existe una fuerte puja entre empresarios paraguayos y uruguayos por las inversiones que el reverendo podría realizar". CR 22-5

Una fuente cercana a la Presidencia de la República dijo a este corresponsal que "el presidente Sanguinetti fue de los primeros que se opuso a la presencia de este hombre en Uruguay desde las páginas de Correo de los Viernes. Sin embargo ahora se ha valorado que no resulta tan inquietante y que la magnitud de sus inversiones en Uruguay, estimadas en unos 500 millones de dólares, han resultado ampliamente beneficiosas". La versión de que Moon podría estar interesado en invertir en el Hotel 5 estrellas que se construye en la parada 3 de Playa Mansa circuló ampliamente por el balneario, pero ninguna fuente consultada la confirmó.

El reverendo Moon partió ayer al caer la tarde con rumbo a Asunción de Paraguay, en el mismo avión que lo trasladó a este balneario.

02-02

Nº DOCUMENTO 9508849
TITULO Moon en Argentina, y la expansión de su imperio económico.
PROCEDENCIA 150518
FECHA 25-05-95
VINCU 12273
13130
66760

El jefe de la secta Moon pesca surubíes y espera ver a Menem

Sun Myung Moon espera hablar de negocios con Menem, aunque todo hace pensar que la entrevista no se concretará.

El líder de la secta Moon llegó ayer de visita a la Argentina con dos finalidades precisas: explorar nuevas vías de inversión económica y entrevistarse con Carlos Menem. Como hasta ahora todos los intentos por llegar hasta el Presidente han sido infructuosos, el reverendo Sun Myung Moon resolvió pasar el fin de semana largo "pescando surubí y patí" en Corrientes –una de las zonas elegidas para hacer negocios–, mientras aguarda un golpe de suerte que le abra las puertas del despacho principal de la Casa Rosada.

Moon arribó a Buenos Aires –el destino final de su gira por los cuatro países del Mercosur– con los tantos empatados: consiguió entrevistarse con los presidentes de Paraguay, Juan Carlos Wasmosy, y de Uruguay, Julio María Sanguinetti; y fracasó ante el brasileño Fernando Henrique Cardozo, y ante los funcionarios de la Cancillería y del Ministerio de Economía argentinos que actuaron como receptores de su pretensión de ver a Menem.

Sin embargo, el reverendo surcoreano no ha perdido todavía sus esperanzas de modificar el handicap. "Tenemos una audiencia pedida, aún sin respuesta", dijo anoche Gustavo Giuliano, director de la filial argentina de la Iglesia de Unificación, tal el verdadero nombre de la secta Moon. Contra su palabra, el subsecretario de Prensa de la Presidencia, Adalberto Díaz García, aseguró desconocer que haya un pedido en ese sentido, al menos en Balcarce 50. **Página/12** confirmó, en cambio, que sí existieron pedidos formales ante la Cancillería y ante Economía, todos denegados.

El religioso multimillonario, que cumplió pena de prisión en Estados Unidos por evasión impositiva, arribó a Buenos Aires y apenas pasó unas horas en el hotel Hyatt antes de partir hacia la localidad correntina de Paso de la Patria. Corrientes sería uno de los lugares elegidos por Moon para concretar inversiones en la Argentina.

Autodenominado el "Nuevo Mesías", el reverendo profesa una ideología fuertemente anticomunista y conduce un poderoso grupo económico transnacional, con inversiones en fábricas de armas, hotelería, pesca y medios de prensa, entre otras actividades. Su primera visita a la Argentina fue en 1965, y en aquella oportunidad "hizo un lugar sagrado detrás de la Casa Rosada. Como para que usted entienda: cavó un pocito, puso unas piedritas y allí vamos nosotros a orar y meditar", explicó ayer Giulano.

Moon regresó a Buenos Aires durante los años del Proceso. Aunque entonces trabó cierta relación con los militares en el poder, no llegó a concretar en la Argentina las inversiones multimillonarias que tiene en países vecinos como Paraguay y Uruguay, donde mantiene negocios por casi 500 millones de dólares, incluyendo el hotel cinco estrellas Victoria Plaza, en Montevideo, y el diario *Ultima Hora*. De su primera visita, el reverendo coreano se ganó la amistad del recientemente fallecido ex presidente Arturo Frondizi, quien fue varias veces invitado a los mítines anticomunistas internacionales que organiza el misterioso sacerdote. La colecta de su segunda visita no fue un presidente. En este caso su nuevo simpatizante fue el general Genaro Ramón Díaz Bessone, por ese entonces secretario de Planeamiento de la dictadura. Díaz Bessone fue otro de los conspicuos asistentes a las reuniones que organizaba Moon en Corea.



Sun Myung Moon, misterioso jefe de una millonaria iglesia.
"Tenemos una audiencia pedida, aún sin respuesta."

Esta tercera visita de Moon será coronada el martes próximo con un banquete-conferencia en el hotel Alvear, a la que también fue invitado el presidente Menem. "Seguramente no podrá ir por problemas de agenda", reconoció ayer Giulano, casi resignado al fracaso.

01 - 03

9508849

Autoproclamado como mesías, el reverendo Moon busca expandir su imperio económico

Poderío: las empresas de este surcoreano que se considera sucesor de Cristo se extienden por Occidente; mañana se alojará con otro nombre en el Alvear.

Nada humilde para bautizarse, la Asociación del Espíritu Santo para la Unificación del Cristianismo Mundial, más conocida como secta Moon, es un buen ejemplo del maridaje entre lo presuntamente espiritual y la búsqueda del poder económico. En este caso, ese poderío se tradujo en un imperio transnacional al que pertenecen muchos medios de comunicación.

En principio, lo económico trajo por tercera vez a nuestro país a su fundador, el reverendo multimillonario Sun Myung Moon, quien tendría intenciones de incrementar sus inversiones en el país.

El reverendo se instalará el lunes con nombre falso en el Alvear Palace Hotel. Fuentes seguras expresaron a LA NACION que el líder surcoreano eligió la suite Royal, la más confortable y lujosa. Allí se reunirá con los directivos locales del grupo.

Cuenta la leyenda que el Domingo de Resurrección de 1936, el joven Moon, de sólo 16 años, oraba en la ladera de una colina coreana cuando tuvo un encuentro con Dios y recibió la orden de coronar la misión inconclusa de Jesús. En tan difícil emprendimiento lo ayudaron sus encuentros personales con Cristo, Buda y Moisés.

Satán

El reverendo entiende que Jesús vino a restaurar el mundo, pero fracasó al vincularse con los pobres y las prostitutas. Por eso Dios envió un nuevo mesías -Moon- a luchar contra Satanás -el comunismo-.

Dispuesto a evitar el mismo error de Jesús con los pobres, Moon optó por edificar un gigantesco poderío económico.

Un directivo de Ultimas Noticias, diario uruguayo de la secta, informó a Le Monde en 1985 que si bien las principales inversiones se concentraban en Corea del Sur, Japón y los Estados Unidos, "no hay país occidental donde Moon no tenga intereses".

Entre 1976 y 1984, la rama nipona transfirió 800 millones de dólares a su similar norteamericana.

Como el reverendo no parece observar el precepto evangélico de dar a Dios lo que es de Dios y al César lo que es del César, fue condenado a prisión en los Estados Unidos por evadir impuestos. Dato que Tacchi y su gente tendrán en cuenta si prosperan las inversiones argentinas de Moon. En nuestro país la secta tenía 300 misioneros y 15.000 fieles en 1989. Pero sus empresas -básicamente agropecuarios, en Brandsen- son modestas comparados con las del resto del mundo: industrias pesqueras, medicinales -diez variedades derivadas del ginseng-, alimentarias, astilleros e investigación en tecnología de avanzada, además de muchos diarios y revistas.

Entre las empresas uruguayas de los "moonies" se encuentran el Hotel Victoria Plaza, un banco y una imprenta. Jean FranÇois Boyer dedica a la trama uruguaya diez páginas de su libro "El imperio Moon".

En "Las sectas invaden la Argentina", Alfredo Silletta sostiene que la secta apoyó a los militares del Proceso, "pero su actividad política empezó a partir de 1979" al vincularse con algunos militares y periodistas, con el extinto arzobispo de La Plata Antonio Plaza y con la Universidad Católica de esa ciudad.

El derrumbe del comunismo, gran Satán de Moon, seguramente le permitirá al reverendo una más serena dedicación a los negocios.

Jorge Urien Berri

LN 28/5

02

9508849

Polémica por presencia del reverendo Moon

Buenos Aires (AFP) LRep 31/5

■ Una vez más, como sucede en cada uno de sus pasajes por el país, una sorda polémica se instaló en Argentina por la presencia, y por su presunta entrevista privada con el presidente Carlos Menem, del reverendo coreano Sun Myug Moon, líder de la Iglesia de la Unificación, o comúnmente denominada secta Moon.

Previo a su llegada a la Argentina, el pasado martes 23, el reverendo Moon se había reunido con los presidentes de Paraguay y de Uruguay, respectivamente Juan Carlos Wasmosy y Julio María Sanguinetti.

El gobierno argentino negó tal encuentro, pero voceros de esa Iglesia y de organismos que estudian las sectas, lo confirmaron. Incluso aseguran tener fotografías de los dos interlocutores.

El colombiano Antonio Betancourt, principal dirigente en Latinoamérica de la Iglesia de la Unificación, aseguró el matutino La Prensa que Menem recibió al reverendo el pasado martes 23.

Ambos "estuvieron de acuerdo que Argentina no podría ocupar el lugar que merece sin un regeneramiento de una ética familiar", agregó Betancourt, que también es secretario general de la Asociación Pro Unidad Latinoamericana (AULA) cuya sede está a pocos metros del Parlamento argentino.

"Funcionarios de una Secretaría de Estado, vinculados al tema y que pidieron reserva de su identidad, nos han confirmado que Menem recibió a Moon. Aunque no se trató de una audiencia oficial, igual de una muy mala imagen para el país", dijo a su vez Alfredo Silletta, presidente de la Fundación Argentina para el Estudio de las Sectas (Fapes).

En cambio, el secretario privado de Menem, Ramón Hernández, negó que el mandatario haya recibido en audiencia al líder de la secta Moon y dijo desconocer si, efectivamente, había una solicitud del reverendo para una entrevista.

Por otro lado, Alfredo Silletta solicitó al Parlamento que declare "persona no grata" a Moon porque "el reverendo y sus seguidores fueron denunciados por la mayoría de los gobiernos europeos como un grupo destructivo que, además, apoyó a la mayoría de las dictaduras latinoamericanas".

Asimismo expresó en algún momento sus simpatías por el líder de la derecha francesa, Jean Marie Le Pen.

Aclaró que Fapes "no cuestiona al reverendo Moon por considerarse el Mesías" sino por "vincularse con sectores ricos y convertir a su grupo en un verdadero imperio".

"En su delirio conquistador —denunció— se vinculó a las dictaduras más sangrientas de América Latina y apoyó, entre otros, al general chileno Augusto Pinochet".

Asimismo, estimó que "que un presidente reciba al líder de un grupo que posee fábricas de armamentos, que participó de golpes de Estado, que financió 'la contra' en Nicaragua y que maneja un imperio económico, da una muy mala imagen para el Primer Mundo al que se quiere llegar".

Silleta exhortó a los jóvenes a "tener cuidado en la calle, ya que la forma de captación de la secta Moon se lleva a cabo, generalmente, en plazas y universidades".

Entre los planes que la secta Moon pretende insertar en Argentina figura —según diversas versiones periodísticas— la creación de "focos" de desarrollo, más conocidos como "ciudades ideales", ubicadas en una porción de tierra que las comunique con los otros países del Mercado Común del Sur (Mercosur —Brasil, Paraguay y Uruguay—).

En ellos estarían ubicados novedosos centros de educación que dispondrían de adelantos tecnológicos "de punta" para el desarrollo intelectual de los jóvenes estudiantes que quieran acercarse a éstos.

Para ello, Moon estaría interesado en adquirir —de acuerdo con estudiosos argentinos de la problemática de las sectas— una gran extensión de tierra cercana a la represa de Salto Grande, sobre el Río Uruguay, en la frontera fluvial que comparten Argentina y Uruguay.

GREMIALES El Ejecutivo de la CLAT analizó los efectos de la economía global y la formación sindical

Del 18 al 25 de abril se reunió, en San Antonio de los Altos, el Comité Ejecutivo de la Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT) Participó en la reunión el dirigente sindical Alberto Melgarejo (ASU), quien es integrante del mismo desde el último Congreso (1993) realizado en San Pablo.

El dirigente textil dijo, en entrevista con La Juventud, que los ejes básicos de discusión fueron los cambios económicos en el mundo, la formación de «cuadros» y la CMT.

La Juventud: ¿Sobre qué temas debatió el Comité Ejecutivo de la CLAT?

Alberto Melgarejo: La temática fundamental fue definida en dos planos.

Uno, el análisis de los cambios que operan en la economía, y las consecuencia en el mundo del trabajo y en la clase trabajadora, tanto a nivel de América Latina como en el mundo. Ese mundo bastante globalizado hoy a todo nivel. Y a partir de eso se discutió la propia estrategia de la CLAT.

Otro tema es la formación de los trabajadores, que debe ser cada vez más profunda en el sentido del mayor volumen de conocimiento de la clase trabajadora, como también la necesidad de ir adquiriendo métodos de análisis de la realidad, que los saquen de la reivindicación de lo «sentido» por la necesidades «reales» que tiene la clase trabajadora y el pueblo en general.

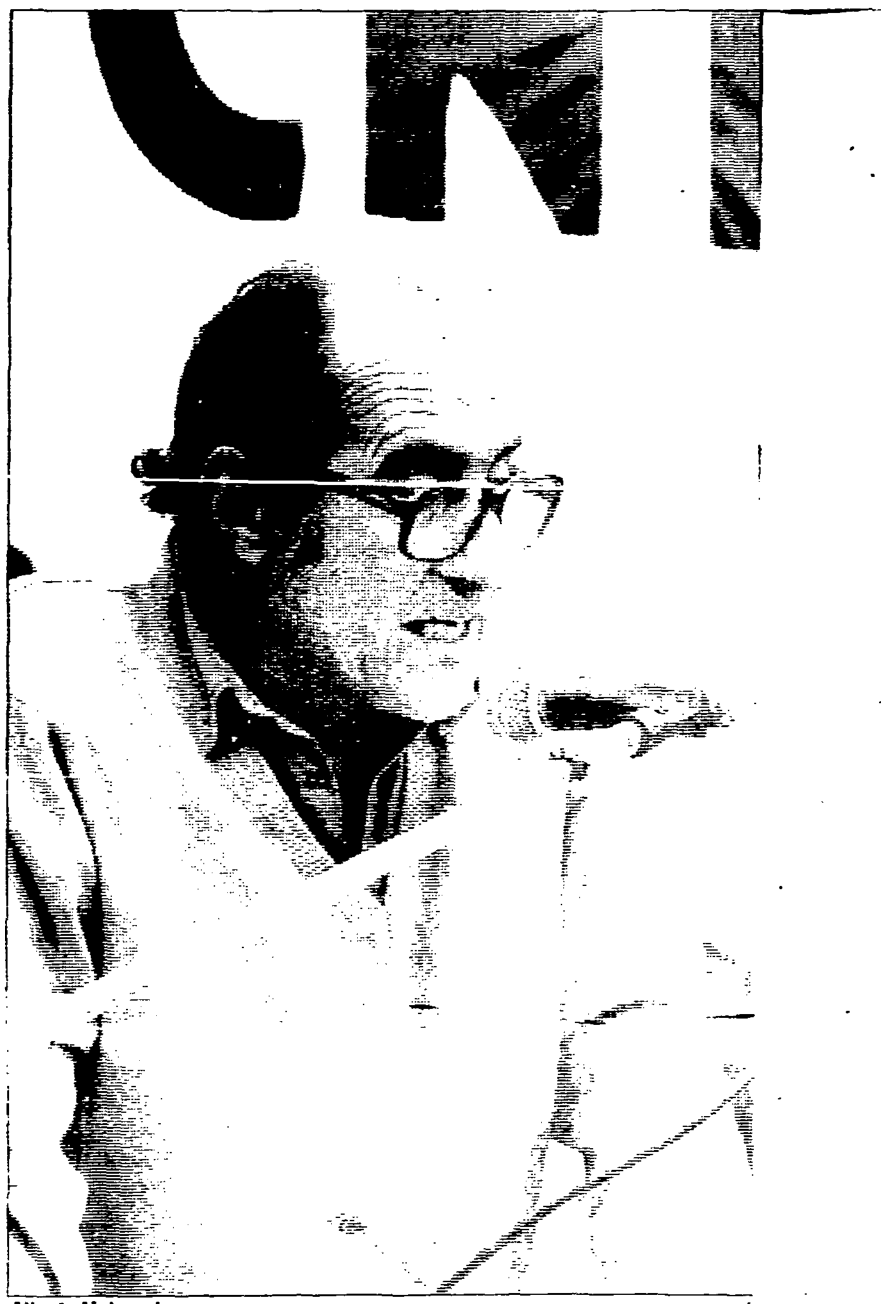
Decimos del pueblo en general porque ya en la década del '60 la CLAT y ASU venían planteando la necesidad de que así como el movimiento obrero fue trascendido por el concepto de movimiento sindical, hoy debe trascenderse el de movimiento sindical por el concepto -y práctica, por supuesto- de movimiento de los trabajadores.

Y con un eje central que es el movimiento sindical.

Lo vemos en la práctica, aquí mismo en Uruguay por ejemplo, donde el propio Pit-Cnt plantea que para enfrentar a los empresarios, al gobierno y al sistema, no basta solo con la clase trabajadora.

En ese marco seguimos sosteniendo y así lo reafirmamos en este Ejecutivo, la validez de movimiento de los trabajadores, coordinando con las otras organizaciones sociales.

También estuvimos festejando anticipadamente a nivel de América Latina, los 75 años de la Confederación Mundial del Trabajo (CMT), una de las tres centrales mundiales (FSM, CMT y CIOLS), y que siempre se definió tercermundista.



Alberto Melgarejo

LJ- ¿La caída del bloque del este le da mayores posibilidades de crecimiento a la CMT?

AM- Creemos que sí, a pesar del crecimiento de las orientaciones norteamericanas a través

01-02 9508850

de la FSL - CIOLS que está operando en Europa del este, también está creciendo la CMT en el este, así como en el Africa.

Y en algunas cosas que tienen que ver con America Latina, en los temas de representatividad en Uruguay; así como que hacia fin de año se van a crear nuevas centrales en Brasil y en Chil, las que van a responder a las orientaciones definidas por la CLAT y la CMT.

Estos dos casos -de Chile y Brasil- merecen una explicación. Personalmente me abstuve en esa votación, por nuestra historia de organización de acción unitaria que es ASU. Pero en el análisis crítico de la situación en esos dos países, se ve como una necesidad la creación de dichas centrales.

El tema de la CMT, en tanto, es un problema histórico. Es la primer central en el mundo, creada en 1920. Cuando la segunda guerra mundial no quedó atrapada en ninguno de los dos bloques, ni en el tercerismo, sino planteando -y lo sigue haciendo- que la acción sindical debe ser a partir de las necesidades de los pueblos.

La CMT pagó un alto tributo a esa independencia y autonomía, que planteó siempre respecto a lo que son los gobiernos, las iglesias, los estados, los partidos políticos.

Continuó pagando el mismo precio cuando la guerra fría.

Y es preciso tener claro esos temas, hoy históricos, porque cuando se produce el fin de la segunda guerra mundial, estaba solo la FSM que agrupaba los trabajadores tanto del este como del oeste. Se parte entonces la FSM y entra en una lucha por los espacios de lo que era el mundo socialista y lo que era el mundo occidental.

El mundo occidental -con la CIOLS- hace toda su campaña a caballo del anticomunismo, y eso fue así hasta la caída de los llamados países socialistas

Pero a pesar de esto, creemos que la CMT puede crecer y va a crecer.

Por ejemplo, la mayor central de Rumania -el Cartel Alfa- es afiliada a la CMT, y tiene en varios países de Europa oriental, centrales con una representatividad bastante buena.

LJ- ¿Cuáles son los ejes que separan a la CMT y la CIOLS?

AM- Bueno...El otro tema de confrontación internacional, sobre las centrales que aparecen con mayor posibilidad de desarrollo hoy, la CMT y la CIOLS, es tener claro las diferencias.

Y diferencias sustanciales, que le queremos dejar claro a la clase trabajadora.

A partir de la Ciols y de la Orit se está planteando un silogismo muy hábil. Ellos dicen, bueno..., ahora ya no existe el comunismo, entonces ahora somos todos democráticos, ya no hay más diferencias. Y la conclusión es que hay un solo espacio para una sola central y el planteo hacia la CMT es que se disgregue.

Ese silogismo no lo llevamos ni en la CMT, ni en la CLAT, ni en ASU. Porque siguen existiendo diferencias sustanciales tanto en lo económico, en lo político, en lo cultural y en lo social, y diría que hasta en lo ético.

LJ- ¿Cuál es el trabajo que tiene por delante ASU a partir de este Ejecutivo?

AM- Es el de siempre. El desarrollo de la organización nacional, el tema del autofinanciamiento que siempre está planteado y la formación sindical (cuadros).

El tema de la formación es ver cómo nosotros que estamos en el sur, operamos más profundamente sobre el tema de la integración y sus consecuencias.

Se trata de ver como transformamos el Instituto de Capacitación del Sur -una regional de formación- en un centro de investigación, información y de coordinación para las organizaciones de la CLAT en cono sur.

Esto es -sintetizando- el desarrollo nacional de la organización, profundización de la formación de cuadros, con la investigación y los planteos ideopolíticos que tengan los institutos de formación (Ines de Uruguay, Ipros de Brasil, etc.), y ver así como se desarrolla el análisis y la formación de cuadros en el cono sur y Uruguay.

Las soluciones al problema del empleo tropiezan con "la falta de una visión común de la acción necesaria" dijo el Director General de la OIT, Michel Hansenne, quien aseguró que "las políticas y los dispositivos institucionales, tanto nacionales como internacionales, pueden y deben mejorarse para invertir la marcha del deslizamiento hacia una crisis mundial del empleo". Señaló el experto que el pleno empleo tiene que volver a ocupar el lugar que de derecho le corresponde entre los primeros puntos del orden del día de la política económica.

Medidas de la OIT para reducir el desempleo

ES preciso atacar el amedrentador problema del empleo en tres frentes. El primero, a base de una mayor coordinación internacional de políticas macroeconómicas con el fin de estimular la recuperación y suprimir los obstáculos del crecimiento sostenido. El segundo, proceder con éxito a un microajuste y a un macroajuste, a nivel nacional, de los beneficios de la economía mundial derivados del mayor crecimiento. El tercero, una serie de esclarecidas políticas sociales que permitan mejorar el respeto de las normas laborales fundamentales, abordando al mismo tiempo problemas como el desempleo de larga duración, la pobreza, la escasez de calificaciones y las crecientes disparidades en la distribución de ingresos.



Michel Hansenne, doctor en Derecho y Licenciado en Economía, jerarca de la OIT.

El informe de la OIT *"El empleo en el mundo de 1995"* advierte que, a menos que se modifiquen las políticas actuales, las perspectivas de crecimiento del empleo siguen siendo sombrías en el mundo entero, con algunas excepciones.

Según la mayoría de las predicciones del empleo a largo plazo, para recuperar el pleno empleo se requieren tasas de crecimiento más altas que la tendencia seguida desde 1974. Esto significa que en la situación actual el crecimiento no bastará para curar las enfermedades del empleo endémico en Europa, invertir la disminución de los ingresos reales en los Estados Unidos, frenar la propagación de la pobreza y el subempleo en los países en desarrollo o impedir la marginación de todo un continente: Africa.

De acuerdo con la OIT, esto es moralmente inadmisible y económicamente irracional: "La actual situación del empleo representa un enorme despilfarro de recursos y un nivel de sufrimiento humano inaceptable". El organismo advierte que si no se abordan los problemas vinculados al paro y la pobreza se agravarán las perspectivas de un mundo más dividido, desigual y turbulento. La voluntad política de proceder a los ajustes estructurales necesarios puede debilitarse si los costos sociales resultan excesivos.

Sin soluciones sencillas para el empleo

En el informe se reconoce que el problema del empleo no tiene solución sencilla ni fácil. La ac-

01-02 9508851

ción nacional está condicionada por obstáculos internos a la reforma y fuerzas económicas externas. A nivel internacional, la cooperación se ha debilitado y parece sumamente difícil restablecerla. La interdependencia mundial limita el margen de maniobra de los gobiernos sobre las políticas presupuestaria, monetaria y de tipo de cambios.

A pesar de las dificultades, la OIT aduce que "hay posibilidades de una acción efectiva a nivel nacional e internacional" para impulsar una "recuperación coordinada". La inflación en países industrializados -señala el informe- está generalmente controlada.

El nivel de utilización de la capacidad es generalmente bajo. Los salarios reales han disminuido y las tasas de desempleo actuales en la mayoría de los países indican que es posible la expansión sin engendrar graves presiones inflacionarias.

Con respecto a la política fiscal, la OIT observa que el problema de que se pueda sostener la deuda pública está vinculado, en gran medida, al elevado nivel de los tipos reales de interés en un contexto de crecimiento lento.

Los más altos niveles de actividad económica deben repercutir favorablemente en los ingresos estatales. La recuperación del crecimiento en el mundo industrializado reportaría también beneficios para los países en desarrollo.

Mediante la coordinación internacional deben abordarse varios problemas: el crecimiento sostenido y la inversión en las economías industrializadas como la persistencia de tipos de interés históricamente altos, la inestabilidad en los mercados financieros, desequilibrios comerciales y la proliferación de inversiones de cartera especulativa (y sus derivados), por oposición a las inversiones directas extranjeras.

Posición de la OIT

Según la OIT, el objetivo debe consistir en "reducir los efectos desestabilizadores sobre los tipos de cambio y de interés, para canalizar una mayor proporción de los ahorros mundiales a inversiones reales productivas y reducir los tipos reales de interés a largo plazo".

A falta de un compromiso internacional con el pleno empleo, las políticas nacionales pueden "no conceder al objetivo del empleo la prioridad requerida".

Un análisis de las tendencias seguidas durante más de tres decenios muestra que la actual crisis del empleo contrasta fuertemente con un pasado no muy lejano. Todavía en los decenios de 1950 y 1960, las economías industrializadas gozaban de pleno empleo y un crecimiento sostenido de la productividad y los ingresos.

Los beneficios de ese crecimiento se extendían también a países en desarrollo y en América latina se registró prácticamente una revolución industrial. Las crisis del petróleo en el decenio de 1970 puso fin a esa era.

Si bien los salarios reales han vuelto desde entonces a los niveles anteriores a 1973, las tasas de crecimiento económico no se han recuperado jamás. Y el desempleo ha aumentado.

El secreto perdido del crecimiento no ha podido recuperarse, por haberse roto o debilitado sustancialmente piezas esenciales del sistema económico internacional: concretamente, las políticas de empleo activas, un consenso social sobre salarios y productividad y la estabilidad macroeconómica internacional.

700 mil uruguayos tienen problemas de desocupación

El 10% de los uruguayos están desocupados. El 60% de los desocupados son mujeres y el 25% son jóvenes. Se observan claras diferencias entre el interior y Montevideo. Los uruguayos sin empleo real son unos 120 mil y la desocupación como fenómeno intergal alcanza a las 700 mil personas.

Desde 1987 la tasa de desocupación no ha variado en el Uruguay.

La desocupación es un fenómeno que mide a la población que pertenece a la fuerza de trabajo activa del país y que no logra encontrar empleo. Los niveles de datos actuales indican que los uruguayos involucrados en el fenómeno de la desocupación alcanza a unas 120 mil personas.

Los subocupados, por su parte, son los que estando ocupados tienen un empleo precario. Este fenómeno abarca a casi el 50% de la fuerza de trabajo ocupada. Adicionados ambos índices se observa que el problema del empleo abarca a casi 700 mil uruguayos.

En la última década el Uruguay viene procesando cambios en su estructura productiva, ámbito donde se da el fenómeno de la creación de empleo contra la destrucción del empleo, por eso cuando se observa la tasa de desocupación vemos que ésta no es pareja por rama de actividad; la industria manufacturera, por ejemplo, viene perdiendo empleos y vienen siendo creados empleos en otras ramas como los servicios.

Estos empleos que se crean tienen características que comparadas con los empleos que se están perdiendo, arrojan datos particulares; en ese sentido, son diferentes, por ejemplo, en lo referido a cobertura legal, estabilidad laboral e ingresos y además no tienen un carácter tan permanente como si lo tenían aquellos empleos que se perdieron en la industria.

Cuando el uruguayo desocupado sale a buscar empleo a veces pone algunos requisitos por su capacidad; hoy éstos requerimientos vienen cayendo, hoy la mitad de los desocupados no ponen ninguna condición para conseguir trabajo y sin embargo no logran conseguirlo.

La tasa de desocupación del 10% no es pareja para todos; hoy, afecta más a los jóvenes que representan un total del 25% de los desocupados y el 60% del total de desocupados lo ocupan las mujeres, por lo tanto, si bien la tasa se mantiene estable en cuanto al 10% de desocupación, en los últimos 10 años vemos que en su interior hay una heterogeneidad en cuanto a sexo, edad, por rama productiva y en la comparación Montevideo-Interior.

La tendencia laboral latinoamericana está comprometida con el desarrollo regional

OIT: "Los cambios surgidos tienden a mejorar salarios y a generar empleos"

Lima (IPS)

■ Nuevos vientos soplan en el movimiento laboral latinoamericano, que tiende a abandonar la línea de confrontación radical con las patronales y a favorecer la concertación.

Siguiendo la tendencia predominante en los partidos de la región, en la mayor parte de América Latina las centrales sindicales se enfrentan hoy a la alternativa de replantear sus metas, discursos e instrumentos.

Manuel Sepúlveda, experto chileno de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), sostiene que la línea sindical tradicional, de confrontación radical, está siendo reemplazada por la concertación, concepto que años atrás hubiera sido denunciado como traición conciliadora con el enemigo de clase.

Según esta interpretación, al desaparecer la utopía socialista del horizonte inmediato, han perdido piso los dirigentes que planteaban la acción sindical como parte de la lucha por la reorganización de la sociedad hacia un modelo diferente.

Por el contrario, la nueva tendencia laboral se adecua al modelo de economía de mercado y está dispuesta a colaborar en el desarrollo de las empresas para compartir su crecimiento, mejorar los salarios e incrementar la velocidad de generación de nuevos empleos.

Como consecuencia de los cambios operados en el mundo, los partidos de izquierda, de cuya cantera de militantes surgió la mayoría de los dirigentes sindicales latinoamericanos, se debaten hoy en severa crisis ideológica e institucional.

"La crisis de los partidos se ha proyectado al movimiento sindical, promoviendo su recomposición y lo que al principio se tomó como una coyuntura muda de piel y un cambio táctico de dirección, podría ser una transformación fundamental", apunta el sociólogo Alberto Panessi.

"Uno de los índices más importantes para evaluar la situación laboral en un país es su grado de sindicalización, que expresa generalmente el nivel de influencia de los trabajadores para alcanzar sus metas sectoriales", dice Sepúlveda, de la oficina de la regional de la OIT, situada en Lima.

"Estos indicadores son negativos en Latinoamérica en este momento de virtual reacomodo: se acentuó la dispersión sindical y las centrales sindicales han perdido parte de su ascendiente sobre sus bases y su influencia en el resto del tejido social ha disminuido", comenta.

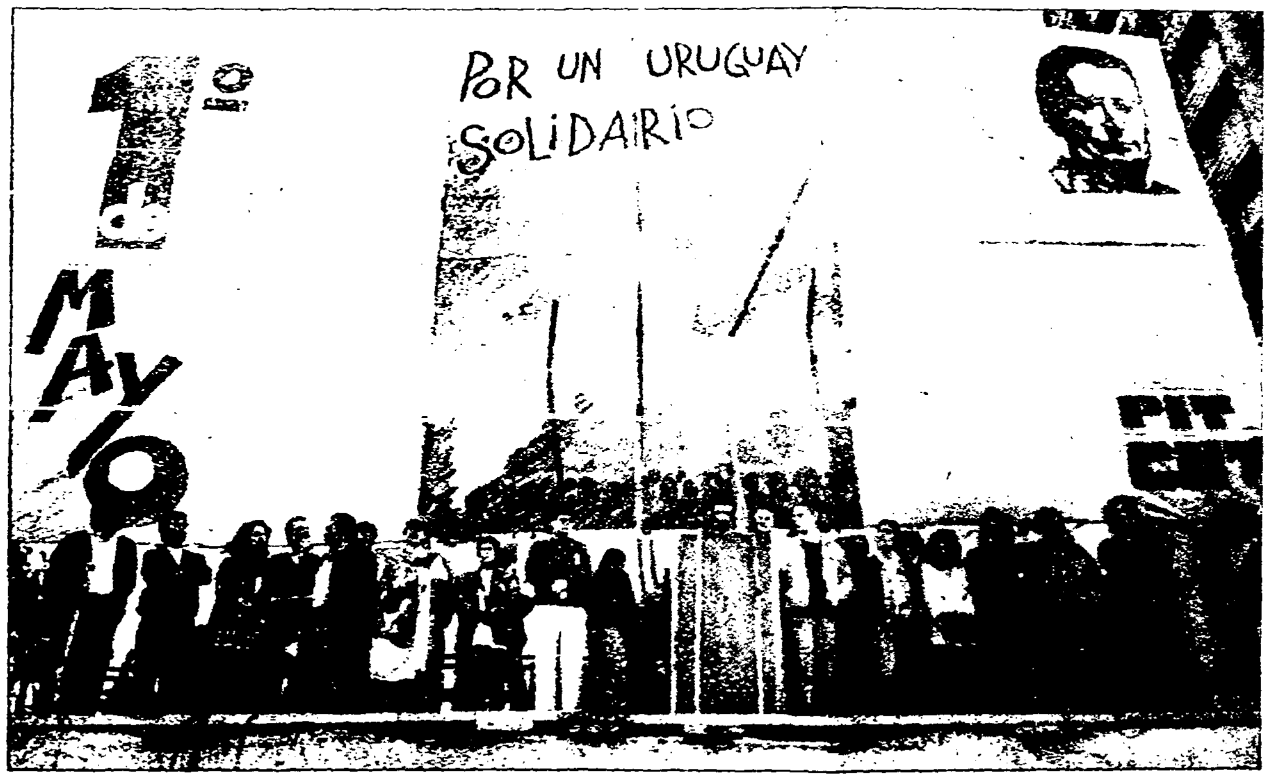
Sólo está organizado en sindicatos el 23 por ciento de la población económicamente activa, y el 55 por ciento de la "sindicalizable", es decir de la masa laboral con derecho a sindicalizarse de acuerdo al tamaño de la empresa y la condición del trabajador.

Los países que muestran mayor índice de sindicalización son Argentina, Bolivia, Brasil, Cuba, Chile, México y Venezuela, con tasas superiores al 50 por ciento de la población sindicalizable. En el escalón más bajo están Ecuador, Perú y Paraguay, con índices inferiores al 20 por ciento.

La evolución actual de la economía no favorece el desarrollo de la sindicalización, pues cuatro de cada cinco nuevos empleos generados entre 1990 y 1994 correspondieron al sector informal.

Por otro lado, el desempleo juvenil y femenino sigue siendo críticamente agudo.

Además, el presuntamente rápido despegue económico que debe promover la apertura liberal aún no se ha producido, salvo en Chile, y los beneficios del leve crecimiento registrado hasta ahora no han alcanzado plenamente al sector laboral.



Representantes del movimiento sindical del Cono Sur ratificaron en Montevideo, el 1º de Mayo, su compromiso con la integración regional.

El período más intenso del ajuste económico ya pasó en la mayor parte de los países latinoamericanos y hay una moderada recuperación del crecimiento (3,3 por ciento en promedio), que no es respaldado por un incremento similar de empleos y salarios.

Según destaca la OIT, ese índice de recuperación es inferior al seis por ciento alcanzado en las dos décadas previas a la crisis de la que está saliendo la región. En algunos países, como Argentina y Venezuela, la recuperación económica iniciada está acompañada por el deterioro del empleo.

En México, el modelo de ajuste y reactivación basado en la apertura del mercado interno provocó un recalentamiento económico y desató una crisis de graves repercusiones en el sector laboral.

Chile, cuya economía es considerada como una "vitrina" por los impulsores de la ortodoxia económica liberal, ha mejorado sus índices de empleo y salarios pero aún no se puede evaluar lo que ocurrirá con la privatización de su sistema de pensiones y de jubilación.

Colombia es, en cierto modo, el laboratorio de la tendencia sindical de concertación: en diciembre pasado, sus centrales sindicales, las entidades patronales y el gobierno suscribieron el pacto de "Productividad, precios y salarios", que liga las reivindicaciones sociales a los resultados productivos.

En Argentina, México y Venezuela, países en donde las grandes centrales sindicales estaban ligadas a formaciones políticas en el gobierno, el movimiento laboral refleja la crisis de los partidos que constituían su apoyo político.

En Brasil y Uruguay, la lucha contra las dictaduras preparó a los dirigentes sindicales para el diálogo con otros sectores sociales en la búsqueda de objetivos conjuntos y la transición de la confrontación a la concertación en una vía en exploración.

En Perú la disminución de las huelgas es exhibida por el gobierno central como una demostración de paz social, pero la recurrencia de sindicatos a la oficina local de la OIT, que no tiene ningún poder para actuar, refleja la falta de confianza en sus centrales sindicales y el Ministerio de Trabajo.

En Ecuador, la concertación tripartita (sindicatos, empresarios y gobiernos) se busca con cautela, y el primer punto en la agenda es la homogeneización del salario mínimo (hay hasta 10 niveles de salarios mínimos sectoriales).

En Bolivia predomina el tradicional viento de la confrontación, alentado por sindicatos, empresarios y gobierno en un tenso escenario social de choques callejeros, suspensión de derechos civiles y detenciones masivas.

En América Central, en donde el movimiento sindical no es de base industrial, sino rural y de empleados públicos, la situación institucional se caracteriza por la acentuada dispersión sindical (hay un promedio de seis centrales por país) y el predominio de la línea de confrontación.

La economía de mercado y las crisis del desempleo

●El informe mundial del trabajo '95, elaborado por la OIT

EN algunos países esto supone la adopción de un método más gradual de cambio y requiere, con carácter de urgencia, frenar el continuo deterioro de la inversión, los niveles de vida, el empleo y la protección social.

La productividad y la producción disminuyen o se estancan a niveles reducidos, y los analistas coinciden en que debe completarse cuando antes la transición a una economía de mercado. Sin embargo, según el informe de la OIT, es esencial mantener los costos sociales en límites admisibles, para que las tensiones y los desórdenes políticos no amenacen la sostenibilidad de todo el proceso.

Todos los países interesados han registrado fuertes descensos de producción en los años 1990-1993. Desde 1992 se han experimentado mejoras relativas en Europa central (sobre todo en la República Checa y Hungría), en tanto que la recesión se ha profundizado en Bulgaria, Rumania y los países de la ex URSS.

La consiguiente reducción del empleo ha sido considerable: desde el 11,5 por ciento en la República Checa hasta el 22 por ciento en Polonia y el 28 por ciento en Hungría, entre 1989 y 1994. Pero incluso con estos fuertes descensos, la disminución del empleo ha sido mucho más lenta que la caída de la producción, lo que indica que se está produciendo una acumulación de trabajo insostenible y que el nivel de paro real puede dispararse pronto.

Esta sombría perspectiva apenas se refleja en las cifras oficiales de desempleo y no augura nada bueno, tanto por lo que respecta a los niveles de vida como a los aumentos de productividad necesarios para mejorar los resultados de las exportaciones y lograr la recuperación económica.

Aumento de la pobreza

"El peor aspecto de la reestructuración económica es el enorme aumento de número de personas que viven en una situación de pobreza". En Bulgaria "a mediados de 1992 cerca del 73 por ciento de todas las familias tenían ingresos inferiores del mínimo social oficial".

En Polonia, en la misma fecha "las estimaciones oficiales indicaban que los ingresos de más del 50 por ciento eran inferiores al mínimo vital". Con resultado del creciente desempleo han surgido diversas disparidades en los países. El informe señala que "el desempleo de las minorías étnicas ha crecido más que la media" y que "las mujeres resultan particularmente afectadas".

El informe dice que en países de la ex URSS "unos cien millones de personas vivían por debajo del mínimo vital oficial" a finales de 1991. Los comentaristas de Moscú estimaban en 1992 que la familia media gastaba más del 75 por ciento de sus ingresos solamente en alimentos, las condiciones macroeconómicas han empeorado en general desde entonces.

Con independencia del ritmo relativo de la reforma, los gobiernos de Europa central y oriental habrán de abordar las consecuencias del desempleo en masa mediante políticas de mercado de trabajo activas. Las prestaciones de desempleo, cuando existen, son a menudo tan reducidas que muchos parados ni siquiera se registran.

El creciente número de trabajadores que "simplemente han abandonado la fuerza de trabajo para pasar muchas veces a la economía sumergida" confirma la existencia de un desempleo de larga duración. Y esto es particularmente cierto en el caso de Rusia.

Hay que establecer urgentemente en toda la región servicios básicos de empleo, prácticamente inexistentes en el pasado. "En la actualidad, es probable que en Europa occidental haya por término medio un funcionario del servicio del empleo por cada 1.000 trabajadores", señala el informe. "En Europa central y oriental hay poco más de uno por 10.000".

Un espectacular refuerzo de los servicios del empleo "permitiría adoptar medidas más eficaces de redistribución y readaptación, que son primordiales en vista de la magnitud de la reestructuración económica en curso".

"Sin embargo, muchas empresas industriales grandes de la región "han reducido la formación como medio relativamente fácil de reaccionar a las crecientes presiones económicas de que son objeto", y la capacitación disminuye fuertemente en todas partes. "En tales circunstancias" -señala el informe- "es fundamental que los gobiernos intervengan más directamente" mediante el establecimiento de un nuevo marco institucional para apoyar la formación en la empresa, en sustitución del viejo sistema en que las compañías asumían toda la responsabilidad.

Para resolver la crisis la clave será mediante la expansión de la producción

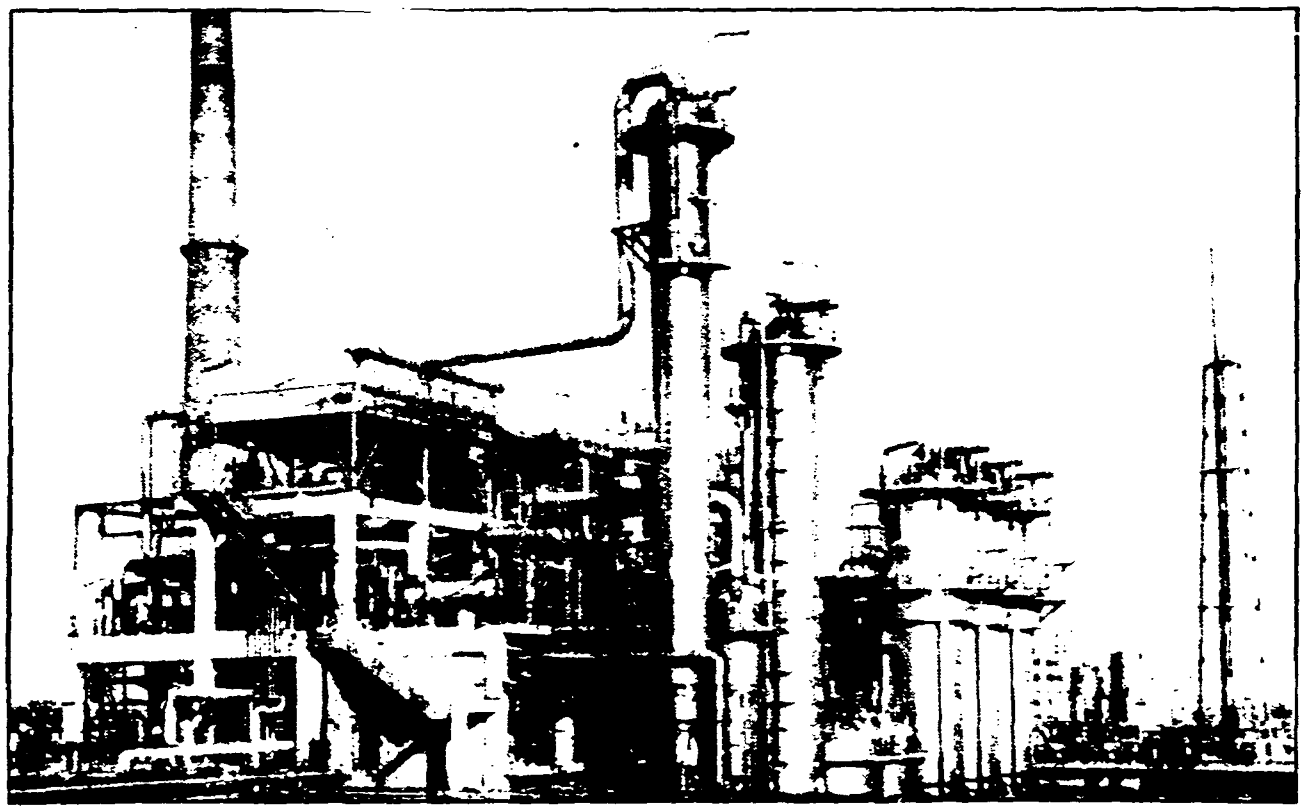
"La crisis del desempleo en masa sólo se resolverá, en última instancia, mediante la expansión de la producción", declara el informe. Pero "el optimismo inicial sobre la afluencia de inversiones directas extranjeras no estaba justificado".

Las inversiones totales, desde 1990, han totalizado menos de U$S 10.000 millones en nueve países, "correspondiendo la mayor parte (el 80 por ciento) a Hungría y a la República Checa. Las cantidades recibidas por las economías en transición de la ex Unión Soviética han sido insignificantes o nulas".

El informe de la OIT declara que "es imperativo mejorar esas tendencias de inversión, si se quiere resolver el problema del desempleo en masa".

Para lograrlo habrá que terminar las reformas, a fin de crear un sistema seguro de derechos de propiedad y mercados de capitales que funcionen debidamente. Además, será preciso mejorar la infraestructura física y realizar un importante esfuerzo para formar a los trabajadores en las calificaciones que requieren las nuevas industrias.

"Una cuestión política fundamental, con repercusiones directas para la situación del empleo -destaca el informe- es el ritmo que debe seguirse en la liberalización del comercio, la privatización y la reestructuración de empresas". Algunos creen que "hay que escoger entre una reestructuración inmediata y un progreso nulo en el camino que lleva a la economía de mercado".



Se hace imprescindible, en el marco de las organizaciones industriales y empresariales, encontrar el justo equilibrio entre la racionalización y el proceso económico

Privatizaciones y políticas económicas

"Pero -señala el informe de la OIT- existen firmes argumentos contra la adopción de este procedimiento". Entre ellos destacan los costos sociales inadmisibles que supone.

"Con unos niveles de desempleo que se sitúan ya entre el 10 y 15 por ciento en la mayoría de los países, un nuevo y fuerte aumento sería socialmente catastrófico". La nueva y masiva oleada de desempleo y la exacerbación de la pobreza "amenazarían sin duda la sostenibilidad social del proceso de transición y agravarían la inestabilidad política".

Además, "impulsar a la quiebra generalizada antes de establecer un sistema de mercado que funcione, y de aplicar incentivos correctos para orientar a los agentes económicos, no conduciría necesariamente a claras mejoras de eficiencia".

Alternativas para la OIT

La mejor alternativa -dice la OIT- es adoptar un proceder gradual, ya que "existen instrumentos políticos que permiten un cambio más gradual que vaya, sin embargo, en la buena dirección".

Pero incluso así hay riesgos. "Ese modo de proceder gradual" -advierte el informe **El empleo en el mundo**- "no debe limitarse a mantener una protección *indiscriminada* y sin condiciones mediante la concesión de créditos en condiciones favorables a empresas estatales o la imposición de cupos de importación (...). En lugar de eso, debería proporcionarse asistencia temporal, mediante medidas fiscales transparentes, a empresas que ofrezcan perspectivas de viabilidad futuras. La asistencia debería limitarse también en el tiempo, a que se progrese en la reestructuración, y estructurarla en torno a una reducción gradual de la ayuda".

Por último, el informe de la OIT resalta la importancia de las consultas tripartitas para facilitar el proceso de transición "movilizando el apoyo a los cambios políticos y económicos en curso y fomentando la aceptación de los costos sociales que supone. Si todas las partes se asociaran en la adopción de decisiones, los resultados del proceso ofrecerían sin duda una mayor posibilidad de que todos los interesados consideren que son equitativos y pueden aplicarse efectivamente".

02-02 . 958853

La liberalización del comercio figura entre los principales remedios contra la extrema lentitud del crecimiento, lentitud que contribuye al desempleo, según afirma la OIT en su informe "El empleo en el mundo de 1995".

Hay que mover el comercio

El informe señala que el aumento del proteccionismo no haría más que obstaculizar la mundialización, aplazar el desarrollo de los países menos industrializados y privar a los países de la OCDE de una de las soluciones más prometedoras contra el desempleo persistente y el insuficiente crecimiento: los enormes mercados en el Sur y el Este".

Lo que se necesita, en lugar de medidas defensivas y proteccionistas, son medidas de ajuste positivas en los países industrializados para los grupos más afectados: los trabajadores poco calificados y mal remunerados, y los desempleados de larga duración.

El informe sostiene que "la plena aplicación de la Ronda Uruguay es fundamental para seguir avanzando hacia una economía más abierta y productiva". La liberalización del comercio resultante -dice la OIT- será favorable para el empleo, pero la redistribución del comercio y de las inversiones.

El informe de la OIT advierte que si no se abordan las consecuencias sociales puede disminuir y hasta desaparecer la voluntad política de mantener abiertos los mercados e impulsar la productividad.

El fenómeno de la mundialización

El informe se centra, asimismo, en varios aspectos que giran en torno a la mundialización y sus consecuencias sobre el empleo en los países industrializados.

Entre ellos figura el temor de que la penetración de importaciones de países en desarrollo destruya empleos en las naciones industrializadas desplazando, al mismo tiempo, la inversión creadora de empleo a países en desarrollo mediante la "deslocalización".

En un estudio se sostiene que el aumento de las importaciones del Sur ha reducido la demanda de trabajadores calificados en el Norte al menos en 20 de los 30 años transcurridos hasta 1990. En otro se dice que las importaciones son la causa de la reducción del 6 por ciento de la demanda de trabajadores no calificados en la industria manufacturera estadounidense.

En otra estimación alarmista se afirma, por ejemplo, que "más de un millón de puestos de trabajo en Francia corren peligro a causa del traspaso de actividades a Asia y a Europa oriental", ocupando sectores como la electrónica, el vestido y el calzado, los primeros lugares en las pérdidas de empleo.

El informe reconoce que, si bien existen razones que fundamentan esos temores (sobre todo en los mencionados sectores), en general, los temores de pérdida de empleo a través de la penetración de las importaciones suelen ser exagerados y apenas contemplan las oportunidades que genera la mundialización en cuanto a nuevos mercados para las exportaciones de los países industriales.

A mediano plazo, siempre y cuando se elabore la respuesta política adecuada a la mundialización, los beneficios -tanto por lo que se refiere a nuevos empleos como a la inversión- compensan con creces los inconvenientes de las pérdidas en los empleos de fabricación.

Conclusiones de la OIT

La OIT llega a la conclusión de que, con los progresos en el comercio, la tecnología y las finanzas, seguirán desplazándose empleos de fabricación con gran densidad de mano de obra a economías de bajos salarios, donde abundan los trabajadores.

La estructura del empleo en los países industrializados continuará desplazándose de la agricultura (que representa ya tan solo el 4 por ciento de la producción mundial) y la fabricación (que representa aproximadamente el 20 por ciento de la producción en los países industriali-zados y en desarrollo) y se concentrará cada vez más en los servicios (que representan aproximadamente el 65 por ciento de la producción en las economías industrializadas).

Ahora bien, la magnitud actual del desplazamiento estructural de la producción no es tan dramática como pudiera parecer. Los estudios muestran que las importaciones de productos manufacturados de los países en desarrollo representan aún una parte relativamente pequeña (alrededor del 14 por ciento) de las importaciones de la OCDE y menos del 4 por ciento del PIB. A pesar de la competencia de los países de industrialización reciente de Asia y otros, sigue correspondiendo a los países industrializados el 69 por ciento de la producción mundial, más o menos lo mismo que en 1965.

Y a pesar de la "deslocalización" de las empresas multina-cionales sólo

para que haya más puestos de trabajo

el 16 por ciento de los 73 millones de personas, aproximadamente, empleadas por las empresas multinacionales (EMN) trabajan en países en desarrollo -el resto está empleado en el Norte- ocupando a menudo empleos bien remunerados.

El informe dice que "la mayoría de los países del Sur gastan todas las divisas de que disponen en importar bienes de equipo, servicios comerciales y productos de marca del Norte". Por tanto, si bien la mundialización ejerce presión sobre empleos de fabricación poco calificados, "el comercio Norte-Sur repercutirá poco en el empleo global en el Norte".

Trasiego del empleo

Si se adoptan medidas de ajuste positivas, con el traslado de trabajadores de industrias competidoras de importación de bajas calificaciones a industrias y servicios de altas calificaciones se debe "elevar la calidad media de los empleos y, por ende, los salarios medios" en los países industrializados.

Otro argumento erróneo es que la liberalización del comercio acelera las inversiones directas extranjeras (IDE), reduciendo así la inversión interna en los países del Norte y contribuyendo a la desindustrialización. La OIT sostiene que "esto no es necesariamente así" y que las "IDE pueden producirse sin ninguna disminución correspondiente de la inversión interna". Esto se debe a que las IDE suelen ser propias de cada industria, tienen su origen en empresas multinacionales y concurren factores "intangibles" como marcas, conocimientos técnicos y aptitudes de gestión.

En lugar de reducir la inversión interna, este tipo de comercio constituye la base de una expansión rentable de productos nacionales industriales cuando se satura el mercado interno.

Además, en tanto que las IDE de las multinacionales suelen desplazar, la producción de ciertos bienes a países en desarrollo (en razón de los bajos salarios y de la abundante mano de obra), cuando adquieren mayor fuerza es en la última fase del ciclo de vida del producto.

El resultado neto es el desarrollo de nuevos mercados, la expansión de los ciclos de vida del producto y un aumento de la productividad, lo que impulsa, a fin de cuenta, la inversión: mientras la innovación de productos continúe en los países industriales, ese desplazamiento de la producción es un proceso que genera beneficios para los países exportadores y receptores de capitales.

El Sur: un desafío

El Sur presenta realmente un desafío -dice la OIT- pero también "ofrece innumerables oportunidades comerciales al Norte". Si bien los países industrializados pueden "resultar actualmente perdedores en cuanto a salarios y empleo en la fabricación poco calificada, tal distribución de los beneficios no debe considerarse estática".

Cuando comiencen a repercutir los beneficios de las mayores IDE, "aumentarán el bienestar general y la eficiencia" y el resultado neto será "una división internacional del trabajo más eficiente" y la aparición de nuevos mercados prósperos capaces de absorber las exportaciones industriales. Esto significa que las "IDE probablemente sigan ambas direcciones".

En lo que respecta a la oferta, el Norte se beneficia de la competencia y de la mayor productividad, así como de las consecuencias desinflacionarias de importaciones más baratas. Por ejemplo, el precio de artículos como el calzado y el vestido ha disminuido para los consumidores estadounidenses en los últimos años nada menos que un 20 por ciento, aumentando con ello los ingresos reales y reduciendo la inflación.

En los últimos decenios, aunque la creación de empleos de fabricación se ha desplazado hacia países en desarrollo (en particular los de reciente industrialización), la distribución de la producción mundial se ha inclinado a favor de los países del Norte, en tanto que en algunas regiones, sobre todo en Europa oriental y Africa, se han registrado espectaculares disminuciones de la producción y la distribución.

El supuesto potencial destructor de empleo de la tecnología de la información y la comunicación (TIC) es otro sector en el que abundan los equívocos. En el informe se declara que "la ingenua opinión de que la TIC es simplemente un proceso de automatización y destrucción de empleo tiene como contrapartida el juicio, igualmente ingenuo, de que la TIC es meramente una fuente positiva de empleo".

"No se trata de agregar nuevos empleos"

Según la OIT, no se trata de agregar nuevos empleos conseguidos frente a antiguos empleos destruidos por la tecnología, sino de comprender cómo puede la tecnología servir de base para "un círculo virtuoso de crecimiento con elevada inversión y aumento de la productividad del trabajo, pero con un crecimiento de la producción todavía más rápido".

Lo que se necesita no son niveles de automatización cada vez superiores sino más bien "un buen equilibrio entre tecnologías, políticas e instituciones" en la economía, lo que debe conducir a elevar la productividad, la riqueza y el empleo.

Para los países industrializados, el desafío consiste en conciliar la necesidad de fomentar la producción de mercados en expansión en los sectores de alta tecnología y considerable valor añadido, reduciendo al mismo tiempo al mínimo las consecuencias sociales resultantes de la pérdida de empleos poco calificados mediante la readaptación y la promoción de los ingresos.

Para lograrlo, se necesitan fuertes instituciones del mercado del trabajo (incluidas reglamentaciones que rijan las condiciones de trabajo, los sueldos y las prestaciones sociales); la desreglamentación que debilita esas instituciones sería contraproducente.

Frente a las políticas de bajos salarios, despidos y políticas sociales de "laissez-faire", la OIT aboga por insistir más en la formación para mejorar las calificaciones, reformar las prestaciones de desempleo existentes, con el fin de que vuelvan a cumplir su verdadera función (que es salvar la diferencia de ingresos entre empleos) y reducciones de costos no salariales para estimular la contratación de trabajadores desempleados y poco calificados.

Entre las recomendaciones de políticas concretas, la OIT favorece "políticas macroeconómicas coordinadas para impulsar el crecimiento, reformas de los sistemas de financiación de las prestaciones sociales, trasferencias destinadas a redistribuir los beneficios del libre intercambio entre actividades o trabajadores directamente afectados, e inversión pública en capital físico y humano.

02-02 958854

9500855
Declaraciones del rep. de OIT, JEAN MANINAT, en clausura del XI Cong. de CTV.
150093
18/5/95
504913
65606

La OIT rechaza "competitividad que sacrifique a los trabajadores"

Caracas (ANSA) 1 Rep. 18/5

El representante de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), Jean Maninat, afirmó ayer en la clausura del XI Congreso de la Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV) que la mundialización de la economía es una realidad pero "una economía competitiva no puede construirse sacrificando a los trabajadores y las conquistas sociales".

En representación del director general de la OIT, Michel Hansenne, Maninat dijo que si el desempleo y la degradación de la realidad social son aceptados para lograr el ajuste y la transición económica, "se pone en peligro el objetivo mismo de dichas políticas: el bienestar de la sociedad".

Asimismo, advirtió que los informes sobre empleo en el mundo en 1996 que maneja la OIT son sombrías si no se modifican las actuales políticas económicas de mercado.

"Esto significa que en la situación actual, el crecimiento económico no bastará para curar el desempleo endémico en Europa, frenar la propagación de la pobreza y el subempleo en los países en desarrollo o impedir la marginación de todo un continente, como el africano, que para la OIT es moralmente inadmisible", subrayó.

El representante de la OIT dijo que los latinoamericanos enfrentan la década de los 90 siendo más pobres que hace 10 años atrás, la economía informal tiende a imponerse y con ella se diseminan diversas formas de trabajo precario y desprotegido.

¿Puede un trabajador de la llamada posmodernidad convivir durante el día con la más sofisticada de las nuevas tecnologías en su lugar de trabajo y luego regresar por la tarde a la penuria cotidiana y aún ser competitivo?, se preguntó Maninat.

El dirigente enfatizó que para la OIT no es suficiente tener economías competitivas: "es imprescindible que la sociedad en su conjunto sea también competitiva y, para lograrlo, no basta con políticas económicas de libre mercado".

Jean Maninat recordó que no hay democracia sin sindicatos y reiteró que la OIT defenderá la libertad sindical, la protección de la sindicalización y la contratación colectiva, como lo establecen los convenios internacionales suscritos por la inmensa mayoría de los países del mundo.

01-01

9508855

95 08356
3P 3/JUN parte delegación oficial de URUGUAY a OIT a 82 Conferencia.
150483
18/5/95
504915
66960
11046

■ CONFERENCIA

El 3 de junio parte la delegación oficial a OIT

La delegación oficial de Uruguay a la 82 Conferencia de la Organización Internacional de Trabajo (OIT) estará presidida por la ministra de Trabajo y Seguridad Social, Ana Lía Piñeyrúa, y la representación gubernamental se completa con el director nacional de Trabajo, Juan Mangado, y el inspector Elbio Méndez.

La representación de los trabajadores está constituida por Julio García, integrante del Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT, y por Raúl Varela, asesor jurídico de la central obrera, quien por otra parte concurre por décima vez a la OIT.

La delegación empresarial, por su parte, estará conformada por Jacobo Varela por la Cámara Nacional de Comercio (CNC), quien concurre por undécima vez a la OIT y Jorge Pivel representando a la Cámara de Industrias.

COMIENZA EL 7

La delegación partirá a Ginebra el próximo 3 de junio y la conferencia comenzará el primer miércoles de ese mes, el 7, pero el día previo, el martes 6 habrá una reunión de las delegaciones de empresarios y otra de los trabajadores. El tema de la conferencia será "Promover el empleo" y en esto se basó el informe del director general de la OIT, previéndose que sobre el tema se realicen más de 100 ponencias.

01-01

950885

Prolifera la idea de la no proliferación nuclear

Hoy podría prorrogarse por consenso el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP). Asuntos no resueltos enfrentan a las potencias nucleares y a los países No Alineados.

Las negociaciones sobre la prórroga del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) progresan hacia un consenso sobre su extensión permanente, acompañada del reforzamiento de sus revisiones periódicas y de "principios" sobre más medidas de desarme y otros puntos. "Hemos hecho grandes progresos y vamos por buen camino hacia un consenso", dijo un diplomático occidental al término de una sesión de un grupo de una veintena de países. Entre éstos se encontraban las cinco potencias nucleares declaradas (Estados Unidos, Rusia, Francia, Gran Bretaña y China) y No Alineados de peso en este asunto como Irán, Indonesia, Egipto y México. Los negociadores intentaron el martes resolver sus desacuerdos y finalizar los dos documentos, ya que sin ellos no habría posibilidad de que la prórroga permanente del TNP se concrete hoy por consenso.

Aunque Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña han conseguido ya, mediante una fuerte campaña, al menos 105 votos para la prórroga permanente –más de la mayoría mínima si se llegar a votar–, el deseo común es que los 178 países signatarios tomen esta decisión por consenso.

Eso evitaría un voto dividido (aún no se ha acordado si el voto sería abierto, como quiere Occidente, o secreto, como exigen los No Alineados) y fortalecería la autoridad moral y política del TNP que, desde su entrada en vigor en 1970, ha tenido un papel clave contra la proliferación de las armas nucleares.

Además de la prórroga permanente, hay otras dos propuestas en la mesa: la de Indonesia y otros diez No Alineados (incluidos Irán, Jordania y Corea del Norte) para una prórroga por períodos sucesivos de 25 años, y otra de México para la extensión indefinida, pero con condiciones de desarme.

Los asuntos no resueltos del documento de principios, que enfrentan entre sí a ciertas potencias nucleares y No Alineados, incluyen: el calendario para el logro de un tratado que prohíba todas las pruebas nucleares, un programa de acción para más reducciones de los arsenales de las cinco potencias nucleares declaradas con la meta de eliminarlos del todo, la transferencia de tecnología nuclear para fines pacíficos y los controles internacionales.

Con respecto al tratado contra las pruebas nucleares –que se negocia en la Conferencia de Desarme de Ginebra–, los No Alineados exigen la mención de que se completará lo más tarde en 1996, pero China y Francia no quieren fechas, señalaron las fuentes.



Opinión

*Por Juan Carlos Villalonga**

La hegemonía de las armas

Nadie puede decir con certeza qué es lo que ocurrirá durante el plenario que tendrá lugar durante la tarde de hoy en la ONU. Pero sí existe la certeza de que no se obtendrá ningún resultado que signifique una verdadera aproximación al desarme nuclear y a la mejora del régimen de no proliferación.

Los enormes esfuerzos puestos por las potencias nucleares para garantizar la "extensión indefinida" del TNP han dado sus resultados. Bajo una presión política extraordinaria, ya existe una mayoría de países que apoyan esa opción. Esto garantiza que un tratado discriminatorio, que claramente no ha servido para detener la proliferación y la carrera nuclear, se convertirá en un instrumento permanente. El statu quo nuclear está garantizado.

Finalizados los 25 años de su vigencia original, durante cuatro semanas los miembros del TNP realizaron una revisión del mismo y deben ahora adoptar una decisión acerca de su futuro.

Greenpeace ha venido proponiendo que la extensión del TNP debería darse por períodos fijos de 5 años, de manera que existan periódicas revisiones y reuniones vinculantes para adoptar nuevas decisiones y progresar en un programa de desarme.

Las falencias del TNP han quedado demostradas en la propia pobreza de resultados de los comités que han estado revisando su funcionamiento. El comité que evaluó su funcionamiento en términos de desarme nuclear no ha podido arribar a ninguna línea consensuada. Obviamente, es difícil hablar de logros en estos 25 años sin señalar las armas desplegadas en Europa, los nuevos países nucleares (Israel, India, Pakistán), la creciente proliferación de plutonio, los nuevos submarinos de Estados Unidos, Inglaterra y Francia, las pruebas nucleares, etc.

Por eso, los esfuerzos se concentran, ya no en la evaluación del Tratado, sino en una salida que garantice la extensión indefinida del mismo y una serie de compromisos que reflejen, en una pálida medida, las preocupaciones de los desarmados, aunque sin ninguna aplicabilidad ni seguridad.

El gran negocio para las potencias será obtener estos resultados por consenso, de esa manera todos quedarán de algún modo comprometidos con la hipocresía y la miserable conferencia que han llevado adelante. Esta conferencia podría haber permitido, como ninguna otra, comprometer a las potencias con el desarme nuclear. Las opciones que estarán en discusión esta tarde garantizan la hegemonía de las armas para el próximo siglo. Sólo un milagro podría ocurrir y en tres semanas y media, todavía no ha ocurrido.

** Coordinador Energía, Greenpeace Cono Sur.*

Del 11/4 al 11/5 se realizó Conf. del TNP xa prorrogar el mismo.

150518
11/5/95
12812
11046
65890

TNP para hoy

Las principales delegaciones a la conferencia sobre el Tratado de no Proliferación Nuclear (TNP) se pusieron de acuerdo el martes en Nueva York sobre los principales documentos que permiten una prórroga del Tratado por tiempo indeterminado. Las mismas todavía deben llegar a un acuerdo sobre una propuesta de resolución árabe, que pide que Israel adhiera al TNP y que coloque todas sus actividades nucleares bajo el control de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA). Los asistentes a la conferencia no se pronunciarán antes de hoy por la mañana sobre la prórroga del Tratado por tiempo indeterminado, y decidirán por consenso. Se someterán tres textos principales a la conferencia, según el esquema al que llegaron las principales delegaciones, que representan las diferentes propuestas de prórroga, ya sea por tiempo indeterminado o por períodos de 25 años renovables. El primero y único con valor jurídico que "debido a la existencia de una mayoría entre los Estados partes del tratado en favor de su prórroga indefinida, de acuerdo con el artículo X párrafo dos, el tratado será prorrogado por un período indefinido". Esta decisión, que para entrar en vigor debe recibir el aval de la conferencia, fue posible gracias a un acuerdo sobre los otros dos documentos, con un valor fundamentalmente político, según los diplomáticos. El primero de estos documentos es una Declaración de Principios que subraya los diversos componentes del Tratado, destacando algunos puntos en particular.

02

4508857

Aplazado Tratado Nuclear

EP 11/5

NACIONES UNIDAS, 10 (Reuter).— La ratificación del Tratado de no Proliferación Nuclear, prevista para hoy, fue aplazada a petición de países en desarrollo.

El presidente de la conferencia que termina el viernes, el embajador de Sri Lanka, Jayantha Dhanapala, informó que las delegaciones necesitaban más tiempo para confirmar el acuerdo con sus gobiernos.

En el encuentro de un mes, que se realiza en la sede de las Naciones Unidas en Nueva York, los 178 signatarios del Tratado (TNP), que ha sido marco fundamental para el control de la carrera armamentista durante los últimos 25 años, tienen previsto ratificarlo indefinidamente.

El TNP establece como potencias nucleares oficiales a Estados Unidos, Rusia, China, Francia y Gran Bretaña y determina las reglas para una cooperación nuclear pacífica.

Las naciones sin armas atómicas renuncian a ellas, mientras que las potencias nucleares se comprometen a desarmarse.

ASUNTO: LISTADO ALFABETICO DE LABORATORIOS QUE OPERAN EN EL PAIS

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: ....

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

FECHA 28/9/95 INICIAL (64)

OBSERVACIONES: Procesado a Sistema ...

OBSERVACIONES ORGANIZACIONES

FECHA: 14 SET. 1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

001/5

Página No. 1
14/09/95

** LISTADO DE LABORATORIOS ORDENADOS ALFABETICAMENTE **

NOMBRE	DOMICILIO	TELEFONO	RAMO
ABBOTT URUGUAY LTDA.	DAMASO A. LARRAÑAGA 4496	542728	
AGRO VET INTERNAC.	BVAR.GRAL.ARTIGAS 2087	498234	
ALCON LAB.URUGUAY SA	JOSE E. RODO 2123	405836	INST.OFTALMOLOG
ALFA	DR.J.CAMPISTEGUY 2783	281533	
ALVAREZ SANTIN CARME	18 DE JULIO 1904	421837	
AMYQ S.R.L.	G.PICCIOLI 2992	546677	MICROB. QUIMIC.
ANALISIS DE AGUA	ESCALADA 4162	355321	BACTERIOLOGICOS
ANAL. MICROBIOL.	PALMAR 2126	489554	
ANTIA MOLL Y CIA LTD	ESTERO BELLACO 2782	472450	
APIARIOS CABRAL LTDA	PLAZA CAGANCHA 1335	901129	ESP.FARMACEUT.
APITER LTDA.	AMEZAGA 2012	294936	ESP.FARMACEUT.
ARGENTIA S.A.	W.FERREIRA ALDUNATE 1181	913115	
ARMSTRONG S.A.	PARAGUAY 1547	920165	
ASTER SA	25 DE MAYO 224	952226	
ATHENA	YI 1624	906715	ESP.FARMACEUT.
BAETHGEN S.A.	JUNCAL 1305	950066	IND. QUIMICAS
BALIARDA S.A.	B. BASUALDO 3621	394626	
BASA S.A.	AV.LUIS A.DE HERRERA3168	474108	ART.QUIRURGICOS
BAYER URUGUAY LTDA.	AV. JOSE BELLONI 6775	222084	
BELIAN CORINA NEYIN	S. GADEA 3534	814341	
BELTRAN ZUNINO	PALMAR 2126	489554	ANAL.AGUA
BIOFARMA	DR. DUVIMIOSO TERRA 1675	497753	
BIOLAB	A. LEZAMA 2026	947111	
BIOLAB LTDA.	ALEZAMA 2026	948727	
BIOMEDICO	DUVIMIOSO TERRA 1673	482049	
BIOQUIMICA INU SRL.	JAIME CIBILS 2824	805332	
BIOS SA	ACEVEDO DIAZ 1513	417488	
BOEHRINGER INGELHEIM	BVAR. ARTIGAS 535	719834	ESP.FARMACEUT.
BOEHRINGER MANNHEIN	BVAR. ARTIGAS 1436	799770	
BOME S.A.	AV. URUGUAY 1768	400673	
BRANDT LAB.URUG.S.A.	B. BASUALDO 3621	392398	
BRENNER SRL.	F. ESCARDO 1578	281918	
CAILLON Y HAMONTET	AV. ITALIA 5630	613037	ESP.FARMACEUT.
CALISTER S.A.	JUAN RAMON GOMEZ 2633	807176	
CASTILLO BUSTAMANTE	AV. GARIBALDI 1994	231953	
CASTRO GHERARDI	SORIANO 1018	901161	ANALISIS MEDICO
CELCIUS	8 DE OCTUBRE 2793	470395	
CIBA GEIGY	AV. MILLAN 3907	364314	PROD.QUIMICOS
CIBELES S.A.	12 DE DICIEMBRE 769	291001	PROD.FARMACEUT.
CLINIC TEST	JOSE ENRIQUE RODO 1986	497895	
COOPERS URUGUAY S.A.	SAN RAMON 765	233092	
CORONEL JOSE	AV. 18 DE JULIO 1044	905775	
CRISTIAN LEIG FUTURA	18 DE JULIO 985	987519	
CRONAL 21 LTDA.	MIGUELETE 2424	417122	
CHERRY	J.VELAZCO 3231	475320	
DERMICO FARMAC.	MALDONADO 1408 AL 12	981104	INVESTIGACION Y
DI CARLO LTDA.	ESPINILLO 1355	236105	
DINKA S.A.	J. RODRIGUEZ 1464	231237	
DIOGO MILTON	MARIANO SOLER 3166	234651	
DISFARM S.A.	DR. PABLO DE MARIA 1283	405163	
DISLOR S.A.	C. ARENAL 1693	205236	

** LISTADO DE LABORATORIOS, ORDENADOS ALFABETICAMENTE **

NOMBRE	DOMICILIO	TELEFONO	RAMO
DISPERT	C. CANTERA 2711	801119	
DRIMANT S.A.	JUAN MANUEL BLANES 1009	421732	
DR. SELBY(TERRY S.A)	AV. RIVERA 3270	620153	
EBA S.R.L.	GRAL. HORNOS 4924	399770	MICROB.TOXICOS
ELVETIUM GRECO	AV. URUGUAY 1227 AL 33	922668	ESP.FARMACEUT.
EMAR	BVAR.GRAL.ARTIGAS 535	719834	
ENTILUX S.A.	BARTOLOME MITRE 1337	965020	
EQUITY LAB. S.A.	AZARA 3752	571817	
ESTOL	MARTIN GARCIA 1282	943808	EQUIPOS MEDICOS
EUBIOSIS S.R.L.	P. D. MURILLO 6368	616456	
FARKAS LASZLO	JUSTICIA 2127	206657	
FARMA CENTER S.A.	SANTIAGO DE CHILE 875	910265	
FARMACO URUGUAYO SA	F.ACUÑA DE FIGUEROA 2272	945945	
FARMACOLOGICOS URU.	ISLA DE FLORES 1580	410931	
FARMANATURAL SRL	GABOTO 1091	403571	
FEDAGRO S.R.L.	FRANCISCO MUÑOZ 3166	680662	PROD. VETERIN.
FEDERICO ROSSI S.R.L	DEFENSA 1861	410498	
GADOR S.A.	BVAR. GRAL. ARTIGAS 2188	810444	ESP.FARMACEUT.
GADOR S.A.	BVAR.GRAL. ARTIGAS 2188	810244	
GALIEN	ZELMAR MICHELINI 1230	929626	
GALIEN	ARROYO G. 2838	236790	
GANZABAL ANDRES	PAYSANDU 1883	483450	
GAROFALI	SAN JOSE 991	903239	
GAUTIER	DEMOCRACIA 2132	424362	
GERARDO RAMON Y CIA.	F.GARCIA D S Y M. 3359	204611	
GLAXO URUGUAY S.A.	SALTO 1105	498333	
GRAGLIA MARCO GRACIE	EDUARDO ACEVEDO 1476	407322	
GUILLERMO P.LOCKHART	CNEL. M. SOSA 3238	282617	
G. RAMON VENTAS	AV. JOAQUIN SUAREZ 3359	200142	
G.C.	J. BARRIOS AMORIN 1223	921275	ANALISIS LUBRI-
G.MARTINEZ PRADO	COLONIA 969 AL 71	904828	ANALISIS CLINIC
HAYMANN	GIANELLI 1489	946786	
HERIX S.A.	SIMON BOLIVAR 1472	782735	
HOECHST URUGUAY S.A.	BVAR. GRAL. ARTIGAS 3896	292811	
ICU VITA S.A.	CNO. CASTRO 489	394936	
INDUSTRIAL MONT.	AV. AGRACIADA 2818	200172	
INSTITUTO ANDROMACO	CARABELAS 3289	233637	
INTERFARMA LTDA.	CANELONES 1764	420014	
INTERIFA S.A.	JOSE MARIA PENCO 3427	297091	
ION LTDA.	PAYSANDU 1023	903973	
IRASA	DR. J. DE SALTERAIN 1264	405493	
ISOLA MARIO C. S.A.	AV. URUGUAY 1227	906278	
JOHNSON & JOHNSON	CNO. CARRASCO 5436	520093	
KONIG URUGUAY	P.VAZQUEZ Y VEGA 1122	786005	
KORO S.A.	GUANA 2121	480744	
KUPFER URUGUAYA S.A.	TREINTA Y TRES 1268	957709	
LAR SENS URUGUAY	HERVIDERO 2833	235981	
LAVIÑA JUAN	CARLOS MA. RAMIREZ 417	359887	
LAZAR S.A.	EDUARDO V.HAEDO 2368	486345	ESP.MEDICINALES
LEMAC LTDA.	FRANCISCO PLA 4153	263059	
LIBRA	AV.LUIS A.DE HERRERA2980	471477	ESP.FARMACEUT.

** LISTADO DE LABORATORIOS, ORDENADOS ALFABETICAMENTE **

NOMBRE	DOMICILIO	TELEFONO	RAMO
LIGUORI HUGO	AV.GRAL.GARIBALDI 1875	236830	
LOCKHART	GUTIERREZ RUIZ 1129	920663	PROD.FARMACEUT.
LYCIA	AV. AGRACIADA 2349	942994	
MAISON ROYALE LTDA.	GRAL.E. MARTINEZ 2229	235748	
MC2 LTDA	8 DE OCTUBRE 2874	800302	
MEDI MAT SRL	TALCAHUANO 3250	475155	
MEDICINA NUCLEAR	JOSE ENRIQUE RODO 1979	485021	
MEYCO SRL.	J.PAULIER 1500	416810	
MICROSULES S.A.	CHACABUCO 1712	470885	
MONTEV.	MONTERROSO LAVALLEJA2009	405124	
NEUTRON	PANDO 2923	281324	
NEWTON	J.L. OSORIO 1283	684058	
NICOLAS VAN HAAREN	ARECHAGA 3383	284878	
NIDA LTDA.	MALDONADO 1500	407533	
NOAS	RIO NEGRO 1541	930769	ESP.FARMACEUT.
PASTEUR	L. ARCE 3401	686361	
PEREYRA SIRI S.A.	REPUBLICA 2174	209647	
PFIZER CORPORATION	COLONIA 978	906615	
POLIGALEN LTDA.	PEREZ CASTELLANO 1488	951356	
POLIURUGUAY SRL.	AV.URUGUAY 1771	483740	
PRODUCTOS ETICOS	DR.L.P.LEGUAS 1569	948452	
PROMOFARMA SRL.	GRAL.ARQ.BALDOMIR 2399	793316	
PRONDIL S.A.	BARROS ARANA 5402	533252	
QUALITEST	MINAS 1833	949796	ANAL.ALIMENTOS
QUIMICA ARISTON	BRANDZEN 1961 OF. 1105	405989	ESP.FARMACEUT.
QUIMICA CENIT S.A.	JUSTICIA 2069	403013	
QUIMICA SILEX URUG	NUEVA PALMIRA 1819	297523	
REVAN	GUAYAQUI 3095	786695	PROD.VETERIN.
RHONE POULENC PHARMA	SUAREZ 3593	391412	
ROCHE INTERNATIONAL	CERRITO 461	960983	ESP.FARMACEUT.
RODOLFO CORREA LUNA	AV. GRAL. FLORES 4258	250558	
ROEMMERS S.A.	CNO. MALDONADO 5634	530557	
ROSENBUSCH S.A.	COLONIA 1121	902209	
ROUSSEL LABUR S.A.	AV. ITALIA 5630	613037	
SANDOZ QUIMICA	AV.LARRAÑAGA 4479	252251	
SANTA ELENA S.A.	AV. MILLAN 4175	375757	PROD.VETERINAR.
SCHERING PLOUGH S.A.	PANDO 2923	283606	
SCHERING URUGUAYA SA	LUIS A. DE HERRERA 2898	470169	
SCHERSCHENER CARLOS	LUIS A. DE HERRERA 2980	470175	
SERGIO DIAZ S.A.	8 DE OCTUBRE 2452 BIS	805960	
SERVI MEDIC	CUAREIM 1618	904344	FARMACEUTICA
SINTYAL URUGUAY	SALTO 1212	496948	ESP.FARMACEUT.
SPEFAR	ISLA DE FLORES 1473	403341	
SQUIBB	AVALOS 3214	811610	
STERLING	MERCEDES 1766	419393	
STERLING URUGUAY	MERCEDES 1766	419393	
SUR S.A.	PAYSANDU 1217	906246	
SYNTIAL S.A.	SALTO 1212	496948	
SZABO	F.J. MUÑOZ 3280	620718	
S&B QUIMICOS ASOCIA.	ACEVEDO DIAZ 2297	231948	PROD. QUIMICOS
TECNOLOGICO URUG	AV. ITALIA 6201	602290	

** LISTADO DE LABORATORIOS, ORDENADOS ALFABETICAMENTE **

NOMBRE	DOMICILIO	TELEFONO	RAMO
TECHNOPHARMA S.A.	CAPURRO 648	393697	FARMACEUTICA
TERPIN S.A	DUVIMIOSO TERRA 1675	489673	
TERRY S.A.	RIVERA 3272	620560	
TRESUL S.A	ZABALA 1542	964799	
TURBO STERN SRL	GRAL. SAN MARTIN 2252	293198	
UNIDOS	8 DE OCTUBRE 3443	586324	
UNIVERSAL LAB. LTDA	DR.L.A.SURRACO 2917	475551	
URUFARMA S.A.	AV. ITALIA 2599	470856	
URUGUAY	J.J. DESSALINES 1835	635424	
VAN HAAREN NICOLAS.	F.ARRIETA 3020	475881	
WALMAR	DR.J.M. MUÑOZ 1140	486504	
WALNER LAMBERT LTDA.	G.PICCIOLI 2992	540167	
WEST CHEMICAL LTDA.	DR.J.B.MORELLI 4030	583013	
WHITEHALL LAB.S.A.	GRAL. AGUILAR 1331	207176	
YORK S.A	COLONIA 815	917911	

«No seremos los primeros en utilizar armas atómicas», afirma Gobierno israelí

Israel condiciona firma del Tratado de No Proliferación Nuclear a conducta de Iraq, Irán y Libia

Jue 12/5

El ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimón Peres, afirmó categóricamente ayer jueves, que Israel no firmará el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP) cuya renovación sin fecha se espera en la ONU.

Al ser interrogado sobre si no satisface a su país una «solución de compromiso» propuesta para garantizar que la firmarán todos los estados árabes, Peres se limitó a decir que «tomaremos nota de esa solución de compromiso».

El jefe de la diplomacia hebrea ha puesto como condición para adherirse al TNP -que hoy se prorrogará indefinidamente, por consenso, en la conferencia de los 178 países signatarios- que todos los países árabes, entre ellos Iraq y Libia, y la República Islámica de Irán hagan las paces con Israel.

«Esa solución de compromiso en la ONU se dirige a los países que no firmaron el TNP para que lo hagan ahora; nosotros tomaremos nota de esta petición, y esto es suficiente», dijo algo airado Peres al preguntársele si no veía la posibilidad de «pensarlo».

Esto significa que Israel tampoco permitirá la inspección de su reactor nuclear de Dimona, en el sur del país, descrito como «una fábrica textil» al construirse en la década de los cincuenta.

Expertos en asuntos atómicos de Estados Unidos y Rusia calculan que el arsenal nuclear de Israel, con capacidad para producir de cuatro a seis de bombas por año, es de 100 a 200.

El supuesto poderío atómico de Israel, considerado la sexta potencia nuclear del mundo, constituye desde hace más de treinta años la base de su capacidad de disuasión militar frente a los árabes.

Sólo dos países vecinos, Egipto en 1979, y Jordania en 1994, han firmado tratados de paz con Israel desde su creación, el 14 de mayo de 1948.

Por la negativa de Israel a firmar el TNP en estos primeros veinticinco años del documento, la mayoría de los gobiernos árabes se negaron a suscribir hace dos años el acuerdo internacional contra las armas químicas.

La política tradicional de los gobiernos israelíes ha sido la de prometer que, en caso de una conflagración, «no seremos los primeros en utilizar armas atómicas en Oriente Medio».

La frustrada campaña para que el Gobierno de Yitzhak Rabin se adhiera ahora al TNP fue encabezada, en medio de una notable tensión entre ambos países, por Egipto, el primero en firmar la paz con Israel.

Extensión indefinida del TPN: un retroceso histórico conseguido bajo fuerte presión de las grandes potencias nucleares

Jue 14/5

En un marco de fuertes presiones de parte de las «potencias nucleares» y viabilizada por la «distensión» que ha creado el fin de la «Guerra Fría», la Asamblea que discutió el futuro del Tratado de No Proliferación de las Armas Nucleares (TPN) definió la extensión indefinida y sin condiciones de su vigencia.

LA JUVENTUD debe señalar en esta oportunidad su discrepancia ante la posición asumida por la Cancillería uruguaya, favorable a la decisión finalmente adoptada.

Nadie duda respecto a que la decisión representa un triunfo de las potencias nucleares que, visto la virtual unanimidad lograda y la ausencia de condicionamentos en la resolución acordada, alcanzaron un logro inesperado, tanto por su amplitud como por la relativa facilidad con que el mismo fue conquistado.

A despecho de que un análisis superficial de la decisión que nos ocupa podría conducir a suponer que estamos a un paso importante hacia la desnuclearización y la desaparición de la amenaza atómica en el mundo, la extensión indefinida del TPN representa la prolongación de un «status quo» caracterizado por el monopolio del armamento nuclear por parte de un pequeño número de Estados.

LA JUVENTUD cuestiona radicalmente el supuesto derecho a dicho privilegio, consagrado ahora en términos indefinidos por el Tratado que nos ocupa.

Creemos que la nueva realidad surgida de la «caída del Muro de Berlín» y la desaparición de la Unión Soviética, con la consiguiente obsolescencia de la lógica de la «disuasión nuclear» y del «equilibrio del terror» que caracterizó a los años de la «Guerra Fría», ha cambiado radicalmente el sentido del TPN.

En efecto, dicho Tratado, cuestionable política y éticamente, fue el fruto de una etapa definitivamente cerrada de la historia.

Constituyó en su momento un avance relativo al consagrar una serie de garantías y establecer limitaciones al desarrollo de las armas nucleares.

Hoy, la consagración del «status quo» nuclear vigente en los albores 1967 y por el cual se estableció el dudoso «derecho» -adquirido por la vía de los hechos-, por las cinco potencias militares que hubieran hecho explotar un arma nuclear» antes de dicha fecha, ya no posee sentido alguno.

Desde el punto de vista ético, el TPN nunca poseyó sustento. Sin embargo, su existencia encontraba justificación en una realidad terrible.

Podía ser considerado una especie de «mal menor» que refrendaba el privilegio de los «Cinco Grandes» y la «congelación» de su efectivo poder militar basado en el terror.

Hoy, la realidad, invalida las bases mismas de sustentación del Tratado.

Porque supone la consagración de una realidad éticamente rechazable y políticamente injusta y la permanencia sin plazos de un instrumento jurídico absolutamente innecesario en términos prácticos.

La lucha por un futuro libre de armas de exterminio masivo ya no pasa por establecer garantías y fijar limitaciones a quienes poseen el cuestionable «derecho» a su posesión, sin fijar como contrapartida plazos muy definidos para eliminarlas.

Hoy existen condiciones para que la humanidad se fije, con claridad y con plazos, la necesidad de eliminar la amenaza atómica de la faz de la Tierra.

De allí que la ratificación del TPN y la extensión indefinida de su vigencia representa un retroceso real.

La embajadora de EEUU ante la ONU analiza la renovación del Tratado de No Proliferación

"Clinton buscará nuevas prohibiciones nucleares"

Madeleine K. Albright, embajadora de los EEUU ante la ONU, encabezó recientemente la delegación norteamericana a la conferencia en que se renovó el Tratado de No Proliferación Nuclear.

Naciones Unidas

Los Angeles Times
EXCLUSIVO para La República

La semana pasada fue una buena semana para la seguridad del mundo. Luego de una larga campaña diplomática encabezada por el presidente Clinton y el vicepresidente Gore, las naciones del mundo aceptaron hacer permanente el Tratado de No Proliferación Nuclear —NPT—, que tiene ya un cuarto de siglo y estaba a punto de expirar. En un mundo que a veces parece cada día más peligroso e incierto, esta decisión es célebre.

Al hacer permanente el NPT, hemos ayudado a avanzar lo que quizá sea la más alta prioridad de la política exterior norteamericana: evitar que se extiendan las armas nucleares que pudieran llegar a manos de una potencia hostil o terrorista.

El NPT no ha tenido un récord perfecto, pero logró que el desarrollo de una bomba nuclear dejara de ser motivo de celebración y orgullo en el poder nacionalista, como amenazaba durante los '60, para convertirse en una violación a la ley internacional, sujeta a inspecciones y condena. El tratado ha propiciado que un número de países que planeaban desarrollar capacidades nucleares renunciaran a tal ambición. Ha hecho que otros hagan más lentos o congelen sus programas nucleares. Ha evitado que muchos otros comiencen a adentrarse por este camino. Sin el NPT, habríamos visto la emergencia de estados nucleares en las regiones más emproblemadas de todo el mundo.

Como resultado de la determinación política, el tratado se extendió infinitamente. Evitando un plazo de 10 ó 20 años, los países no necesitan el desarrollo de un programa nuclear para prepararse para el día en que expire la prohibición. Ahora, casi todos los países del mundo se han comprometido a nunca adquirir armas nucleares.

Mientras tanto, las cinco potencias nucleares "declaradas" (Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, China y Rusia) hemos prometido redoblar nuestros ya productivos esfuerzos por reducir los inventarios y las pruebas nucleares y por asegurar que la tecnología nuclear esté al alcance de quienes la utilizarán sólo con propósitos pacíficos, como la investigación médica y la producción de energía.

Para los norteamericanos, este logro diplomático muestra el valor de actuar conjuntamente con otras naciones a través del sistema de la ONU. Nos guste o no, para detener la proliferación nuclear se requiere del apoyo activo de otros países e instituciones internacionales. De hecho, utilizamos toda herramienta diplomática y todo foro internacional para convencer a diversos países individuales de los beneficios que les traería un tratado permanente. Norteamérica y otras naciones simplemente no pueden actuar solas en lo referente a objetivos claves, como la no proliferación.

Por supuesto, la extensión del tratado es sólo un primer paso. Corresponderá a la Agencia Internacional de Energía Atómica asegurar que los países que han firmado el NPT cumplan con su compromiso de no desarrollar armas nucleares. Cuando los países reciban tecnología nuclear, esta agencia especializada de las Naciones Unidas inspeccionará las instalaciones y monitoreará las operaciones para asegurar que el material se utilice sólo para los propósitos permitidos.

El sistema no es de ninguna manera a prueba de errores, ya que las naciones pueden impedir a los inspectores acceso a los sitios que expondrían su duplicidad. Por ello Estados Unidos continuará dependiendo de sus propios recursos de inteligencia para alertarnos de un peligro nuclear. Sin embargo, tener una agencia creíble para la vigilancia nos da una ventana que no tendríamos de otra forma hacia los programas nucleares. Sólo la IAEA tiene el mandato de supervisar los programas nucleares de países como Irak y Corea del Norte y reportar las violaciones que requieran acción internacional.

AFP



El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, intentará implementar nuevas medidas contra las armas nucleares, indicó la embajadora de ese país ante la ONU.

Considerados en conjunto, el NPT y la IAEA ayudarán a eliminar la incertidumbre y el temor que pudieran convertir las rivalidades regionales en carreras armamenticias nucleares regionales. Pero no descansaremos sobre nuestros laureles. El presidente Clinton intenta avanzar el programa más ambicioso para el control de armas desde la alborada de la era anuclear.

Los restos incluyen un tratado para acabar con todas las pruebas nucleares de una vez por todas, una prohibición a la producción de material fisible, el acuerdo para detener la proliferación de las armas químicas y biológicas y los misiles balísticos para transportarlas.

Siempre recordaré el momento en que se extendió el tratado.

Los delegados del mundo aplaudieron espontáneamente, pues sabían que habíamos hecho un regalo a la siguiente generación, reduciendo para siempre el riesgo de que otros países se conviertan en potencias nucleares.

■ EXTENSION DEFINITIVA DEL TNP

Esfuerzo en pos del desarme mundial

La diplomacia de EEUU logró una victoria ayer al conseguir aprobar por los 178 países signatarios la extensión permanente del Tratado de No Proliferación Nuclear

POR NORMAN KEMPSTER
de The Washington Post
especial para EL OBSERVADOR

El Tratado de No Proliferación Nuclear se convirtió ayer en un instrumento permanente de desarme, gracias a una extensión indefinida aprobada por los 178 países signatarios.

La votación final marcó una importantísima victoria de la diplomacia de Clinton, cuya moción de renovar el tratado en forma indefinida y sin condiciones fue respaldada por 107 delegaciones, margen más que suficiente para superar los 90 votos requeridos para renovar el pacto.

El tratado permite a las cinco potencias nucleares oficiales (EEUU, Rusia, Gran Bretaña, Francia y China) mantener su arsenal nuclear, pero prohíbe a los demás países intentar adquirirlas o desarrollarlas.

La votación final marcó una victoria de la diplomacia de Bill Clinton



Desarme nuclear: el voto que EEUU [illegible]

UNA TRABA

Un plan cuidadosamente balanceado para asegurar una votación mayoritaria para la renovación permanente del tratado que prohíbe la proliferación de armas nucleares tropezó con un pequeño obstáculo que, por momentos, amenazó con una votación negativa.

El obstáculo se presentó cuando un frente árabe demandó hacer hincapié en la posición negativa de Israel que se rehúsa a firmar el mencionado pacto. Junto con Israel, India y Pakistán también se niegan a suscribirlo.

Sin embargo, la medida de último minuto, sustentada por todas las naciones árabes -incluyendo a Irak y Kuwait, que mantuvieron una posición común por primera vez desde la guerra del Golfo- marca una situación embarazosa para Estados Unidos.

Esto se debe a que queda en evidencia la irregularidad del programa nuclear israelí, que da como ampliamente aceptada la posesión de un amplísimo arsenal de armas atómicas.

A pesar de que la administración Clinton argumenta que todas las naciones pueden adherirse al tratado, de todas maneras se respalda, al no ser condenada, la posición de Israel de no renunciar a sus armas nucleares hasta firmar un tratado de paz con cada uno de los países de Medio Oriente, incluyendo a enemigos implacables como Irak o Irán.

Otra tensión se presentó a último momento, cuando Corea del Norte dijo que se rehusaría a participar de la votación final, manifestando sus objeciones al impacto del tratado en su programa nuclear clandestino.

Semanas antes Corea del Norte amenazó con retirarse del tratado, lo que hubiera determinado una confrontación mayor con la posición de EEUU y sus aliados.

CLAVES

- **FUNCION.** El Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) es desde ayer un instrumento permanente de desarme, gracias a la extensión indefinida aprobada por los 178 países signatarios del tratado.
- **DURACION.** La Conferencia se desarrolló en la sede de las Naciones Unidas en Nueva York y duró un mes entero.
- **REVISION.** El debate se produjo debido a que el tratado, suscrito en 1970, establece que debería ser revisado 25 años después de su aprobación.
- **POTENCIAS.** El TNP reconoce como potencias nucleares a los miembros del "Club oficial nuclear": EEUU, Rusia, Francia, China y Gran Bretaña.
- **SIGNATARIOS.** El resto de los estados signatarios deberá renunciar a sus armas y a todo tipo de programas atómicos.
- **COOPERACION.** El TNP establece el marco para una cooperación nuclear pacífica bajo supervisión internacional.
- **NEGATIVA.** El ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, afirmó categóricamente que Israel no firmará el TNP.

Israel se niega a firmar TNP y no permite inspecciones

El ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, afirmó categóricamente ayer que Israel no firmará el Tratado de No Proliferación Nuclear.

El jefe de la diplomacia hebrea ha puesto como condición para adherirse al TNP, que todos los países signatarios, entre ellos Irak, Libia e Irán, firmen la paz con Israel.

"Esa solución de compromiso en la ONU se dirige a los países que no firmaron el TNP para que lo hagan ahora; nosotros tomaremos nota de esa petición, y esto es suficiente", dijo Peres algo airado, cuando se le preguntó si no cabía posibilidad de pensarlo.

Esto significa que Israel tampoco permitirá la inspección de su reactor nuclear de Dimona, en el sur del país, descrito como una "fábrica textil" al construirse en la década del 50.

Expertos en asuntos atómicos calculan que Israel tiene una capacidad para producir de cuatro a seis bombas por año. El supuesto poderío atómico de Israel, considerado como la sexta potencia nuclear del mundo, constituye la base de su capacidad de disuasión militar frente a los árabes.

Sólo dos países vecinos, Egipto en 1979 y Jordania en 1994, firmaron tratados de paz con Israel desde su creación, el 14 de mayo de 1948. Por la negativa de Israel a firmar el TNP en estos primeros 25 años del documento, la mayoría de los gobierno árabes se negaron a suscribir hace dos años el acuerdo internacional contra las armas químicas. *(En base a EFE)*

Sólo cinco países podrán tener armas atómicas

■ El Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), en vigor desde el 5 de marzo de 1970 y convertido desde ayer en tratado permanente, busca ante todo conjurar el peligro de una guerra nuclear e instaurar una cooperación internacional en materia de utilización civil de la energía nuclear.

Estas son las principales disposiciones de sus once artículos:

* **Artículo 1:** "Todo Estado dotado de armas nucleares (...) se compromete a no transferir a nadie (...) armas nucleares u otros dispositivos nucleares, explosivos, (...) y a no ayudar, alentar ni incitar de ningún modo a un Estado no dotado de armas nucleares (...) a fabricar o adquirir (...) armas nucleares (...)".

* **Artículo 2:** "Todo Estado no dotado de armas nucleares (..) se compromete a no aceptar de nadie (...) la transferencia de armas nucleares (...) a no fabricar ni adquirir (...) armas nucleares (...)".

* **Artículo 3:** "Todo Estado no dotado de armas nucleares (...) se compromete a aceptar las garantías estipuladas en un acuerdo (...) con la Agencia Internacional de la Energía Atómica (AEIA) con vistas a impedir que la energía nuclear sea desviada de sus utilizaciones pacíficas hacia armas nucleares (...)".

Artículo 4: "Ninguna disposición del presente tratado será interpretada como un atentado contra el derecho inalienable de todas las partes del Tratado de desarrollar la investigación, la producción y la utilización de la energía nuclear con fines pacíficos. Todas las partes del Tratado se comprometen a facilitar un intercambio lo más amplio posible de equipos, materiales e información científica y tecnológica con vistas a la utilización de la energía nuclear con fines pacíficos (...)".

* **Artículo 5:** "Cada parte del Tratado se compromete a adoptar las medidas apropiadas para asegurar que (...) las ventajas que las aplicaciones pacíficas de explosiones nucleares puedan aportar sean accesibles sobre una base no discriminatoria a los estados no dotados de armas nucleares (...)".

* **Artículo 6:** "Cada una de las partes del Tratado se compromete a proseguir de buena fe negociaciones sobre medidas eficaces relativas a la detención de la carrera hacia las armas nucleares (...) y al desarme nuclear así como sobre un tratado de desarme general y completo bajo un control internacional estricto y eficaz".

* **Los artículos 7 y 8** conciernen a la posibilidad de acuerdos regionales y a las modalidades de revisión del Tratado.

* **El artículo 9:** precisa que es considerado como Estado nuclear todo país "que ha hecho explotar un arma nuclear" antes del 1 de enero de 1967.

* **El artículo 10** establece el derecho de retirarse del Tratado.

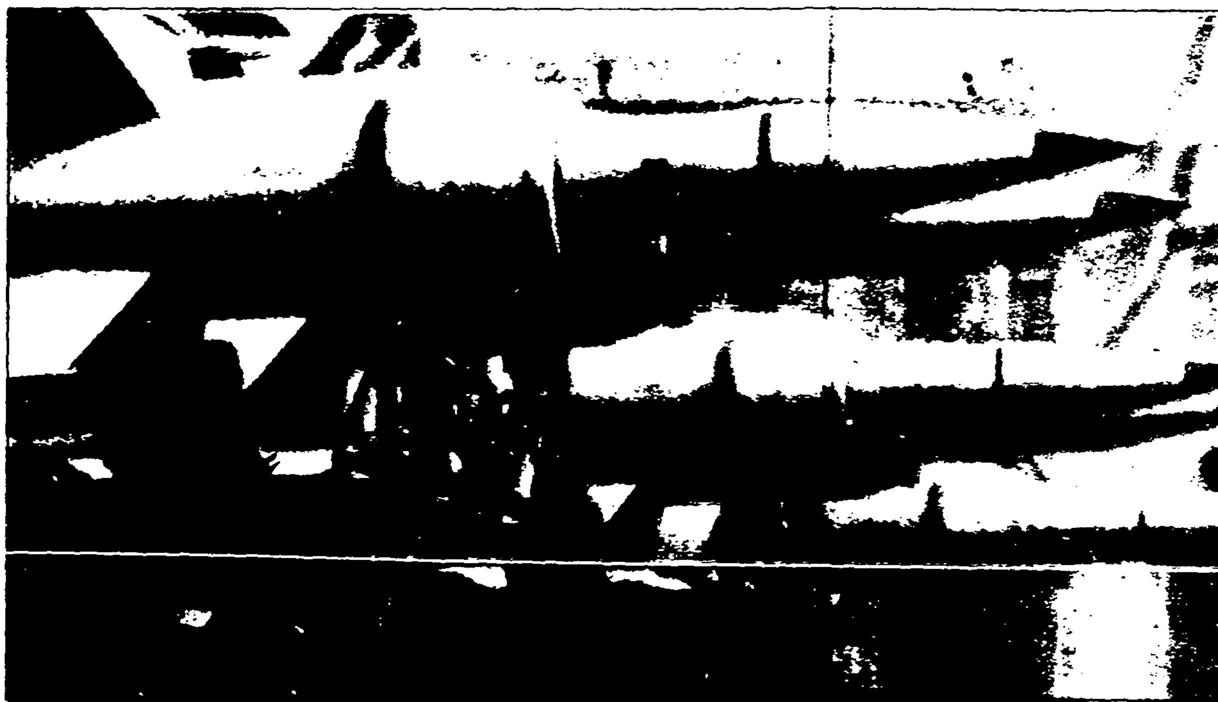
* **El artículo 11** precisa que las copias del TNP han sido entregadas a los gobiernos depositarios. Estados Unidos, Rusia (ex-URSS) y Gran Bretaña.

Por aclamación renovaron por tiempo indefinido el Tratado de No Proliferación Nuclear

En el siglo XXI no habrá armas nucleares

Los países adherentes al Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) echaron las bases para la supresión en el siglo XXI de las armas nucleares, al renovar ayer por tiempo indefinido e incondicionalmente el acuerdo de 1970, que había vencido en marzo pasado

Naciones Unidas (ANSA)
por Horacio Sofi



Un histórico acuerdo lograron ayer la mayoría de los países del mundo para frenar, finalmente, la carrera armamentista. Están dadas las bases para que en el siglo XXI se eliminen las armas nucleares.

■ Fueron 24 días de laboriosas conversaciones, compromiso tras compromiso y demandas entrecruzadas, los que permitieron que 178 estados adherentes al TNP perpetuaran el sistema internacional según el cual sólo cinco países pueden legítimamente poseer armamentos nucleares.

La escueta declaración leída por el presidente de la Conferencia, el embajador de Sri Lanka en Washington, Jayantha Dhanapala, un experto en armamentismo considerado artífice del éxito del acuerdo aprobado ayer, afirma: "La Conferencia de los Estados Partes en el Tratado sobre la No Proliferación de Armas Nucleares (...) decide que, como existe una mayoría entre los Estados Partes en el Tratado en favor de su prórroga indefinida (...) continuará en vigor indefinidamente".

La extensión indefinida e incondicional del TNP no se adoptó por votación: al no haber objeción alguna de los 178 países adherentes a la Conferencia, la decisión fue aclamada por todos los presentes.

Estados Unidos, Rusia, Francia y el Reino Unido habían obtenido el apoyo de 107 naciones para extender indefinidamente el tratado.

Cuando Dhanapala pronunció el "así se ha resuelto", el salón de la Asamblea General del Palacio de Cristal de la ONU estalló en un cerrado aplauso.

Según el líder de la coalición de grupos norteamericanos para el Control de los Armamentos, Joseph Cirincione, "la Conferencia es la mayor victoria de la No Proliferación", porque se alcanzó "un tratado permanente, fuerte y más confiable".

El TNP también fue acogido con beneplácito por la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), al sostener que el acuerdo ayudaría a la agencia a estrechar las salvaguardas.

El vocero de la OIEA, David Kyd, dijo que la extensión "concede un impulso a las nuevas medidas para que ejerzamos nuestra autoridad de inspección".

No todos los delegados, en particular árabes y musulmanes, se manifestaron convencidos de que el proceso de examen del Tratado y la decisión sobre principios y objetivos para la no proliferación de las armas nucleares y el desarme, haya salido realmente reforzado.

Corea del Norte, que participó desde la inauguración en la Conferencia y lleva a cabo una dura negociación con Estados Unidos sobre sus instalaciones nucleares, se retiró de la reunión, disconforme con el "trato recibido", pero el gobierno norcoreano afirmó ayer que seguirá participando del TNP.

Todos lograron ser oídos en la redacción final del amplio y, en parte, ambiguo documento, en el que se optimizaron controles y se estrecharon los compromisos a renunciar al recurso de las armas nucleares.

En víspera de la adopción del TNP la Conferencia para la revisión y Extensión del Tratado de No Proliferación Nuclear, Estados Unidos, junto a Rusia y el Reino Unido, se empeñaron en aceptar una declaración de estados árabes e islámicos. El compromiso reclama una zona libre de armas nucleares en el Mediano Oriente.

El día anterior, Estados Unidos había vetado un borrador de resolución en el que se llamaba especialmente a Israel a adherir al tratado.

En la nueva redacción incluida en el documento final de la Conferencia, se llama "a aquellos Estados que todavía no son partes del Tratado, a fin de que accedan a él".

El ministro israelí de Exteriores, Shimon Peres, dijo que Israel ignorará las presiones internacionales para firmar el TNP pese a la revisión de la resolución de las Naciones Unidas que elimina las críticas directas hacia el Estado judío. "No tenemos intención de firmar el TNP mientras persista la amenaza hacia nuestra existencia", dijo Peres.

India y Pakistán, otros dos países sospechados de tener capacidad para producir armas nucleares, también se negaron a firmar el tratado.

Omán, Djibuti, Emiratos Arabes Unidos e Israel son las únicas naciones del Medio Oriente que no han firmado el tratado.

03

9508862

SE APROBO LA PRORROGA DEL TNP

El mundo no proliferará

La prórroga indefinida del Tratado de No Proliferación Nuclear fue aprobada, pero siguen afuera Israel, Pakistán e India.

PRSEPLX810.PRSomiso alcanzado a última hora por Estados Unidos y 14 países árabes, encabezados por Egipto, abrió el camino para la aprobación ayer de la prórroga indefinida del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), que vienen discutiendo en la sede de la ONU desde el mes pasado los 178 países signatarios. Aunque la extensión indefinida del TNP se había dado por hecha desde el principio de las negociaciones, las exigencias de los países árabes sobre el no declarado programa nuclear de Israel retrasaron un día el fin de la conferencia. Egipto, a la cabeza de Argelia, Jordania, Kuwait e Irak, había solicitado como condición para la firma de la prórroga que Israel firmase el TNP y aceptara las inspecciones de la Agencia Internacional de la Energía Atómica.

Estados Unidos, que deseaba evitar la votación, logró al final asegurarla por consenso para contar así con una mayor legitimidad moral y acordó con los países árabes la introducción de un documento sin referencia específica a Israel pero exigiendo la aceptación del TNP y de la inspección internacional a todos los países de Oriente Medio "sin excepción".

Los delegados árabes declararon que aun en estas condiciones estaba claro a qué país se refería el documento. La política de Israel, que tiene armamento nuclear no declarado, es alcanzar pactos con los países de la zona antes de comprometerse a la desnuclearización. Otros países que no han firmado el TNP son India y Pakistán (supuestamente nucleares); y Omán, Djibouti y los Emiratos Arabes (no nucleares).

Mientras se desarrollaba la negociación con los países árabes, la delegación norcoreana anunció que no participaría en las reuniones de esta semana ya que consideraba que el lenguaje de la conferencia reflejaba "prejuicios de otra época."

Aparte del documento sobre Oriente Medio, otros tres se han incluido en el recién renovado acuerdo: uno que sustituye el término "consenso" por "mayoría"; y otros dos que prevén un refuerzo de las revisiones para asegurar el cumplimiento del tratado, especialmente en lo que respecta al desarme de las naciones nucleares. El acuerdo de prórroga indefinida entre los 178 países adheridos al TNP fue sancionado poco después del mediodía de ayer por el presidente de la conferencia, el embajador de Sri Lanka Jayantha Dhanapala.

El TNP, pilar de la desnuclearización en el mundo, entró en efecto en 1970 por un plazo de 25 años que ahora se ha hecho indefinido. Sus puntos fundamentales son:

- Los Estados nucleares -EE.UU., Rusia, Gran Bretaña, Francia y China- se comprometen a no transferir armamento nuclear a otros países.
- Los Estados no nucleares se comprometen a no adquirirlos ni fabricarlos.
- Los Estados no nucleares aceptan la inspección de la Agencia Internacional de la Energía Atómica.
- Se permite la investigación y uso de la energía nuclear para fines pacíficos.
- Los firmantes se comprometen a alcanzar la desnuclearización total.
- Se reconoce el derecho a firmar acuerdos regionales de desnuclearización.

Asimismo el texto de 1970 preveía los mecanismos de revisión del tratado en 1995, así como los de adhesión o retirada de países miembro.



Los firmantes se comprometen a alcanzar la desnuclearización.

Israel, Pakistán e India son los países nucleares que no adhieren.

04

95C8862

Los puntos pendientes

La prórroga indefinida del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), acordada ayer en Nueva York, supone una victoria de las cinco potencias nucleares reconocidas –EE.UU., Rusia, Reino Unido, Francia y China– y de sus aliados occidentales, pero el acuerdo alcanzado en la sede de Naciones Unidas deja de lado varios problemas pendientes.

Tres países que, a todas luces, poseen el arma atómica –Pakistán, India e Israel– siguen sin suscribir el TNP porque temen que hacerlo podría poner en peligro su supervivencia. La negativa del Estado judío a comprometerse, aunque sea vagamente, a dar ese paso deja un mal sabor en la boca a los Estados árabes.

Ni siquiera han logrado que prospere una resolución, presentada por Egipto y Argelia, instando a Israel a adherirse sin demora al TNP y a someter todas sus instalaciones nucleares al control de la Agencia Internacional de Energía Atómica. A cambio de sustituir al Estado hebreo por "Medio Oriente", EE.UU. y sus aliados aceptaron el texto.

La postura defendida por la diplomacia cairota gozaba de un amplio consenso en Egipto, que incluía hasta a los islamistas. Su derrota, junto con la reactivación del debate sobre Jerusalén, contribuirá a debilitar un poco más a los regímenes árabes moderados. Sólo uno de ellos, Jordania, ha sido consecuente apadrinando con varios países no alineados una proposición que pretendía limitar a 25 años la prórroga del TNP.

Entre los miembros del TNP figuran además países como Irak, Irán y Corea del Norte, de los que se sospecha que antes o después han intentado violar el tratado con la ayuda, en algún caso, de alguna de las cinco potencias oficialmente nucleares. Pyongyang se desvinculó el miércoles de las conclusiones de la conferencia de Nueva York.

C5

9508862

Varios países árabes, Malasia y Nigeria rechazaron el acuerdo alcanzado

La farsa ha terminado: ratifican el Tratado de No Proliferación de armas nucleares en la ONU

Jus 13/5

El histórico Tratado de No Proliferación de armas nucleares (TNP) ha sido prorrogado de forma permanente, pero sus promesas de desarme dependerán de la voluntad política de las potencias nucleares que han conseguido aquí sus fines a muy bajo precio.

La decisión que extiende indefinidamente el TNP se tomó el jueves, sin voto y con las objeciones de varios países árabes y un puñado de otros no alineados, en la conferencia de sus 178 países signatarios, que finalizó ayer viernes en la sede de la ONU.

Junto con la prórroga permanente, se adoptaron, igualmente sin voto, dos documentos, más una resolución aguada que aboga por la creación de una zona libre de toda arma de destrucción masiva en Oriente Próximo, y con una referencia indirecta al programa nuclear militar de Israel.

Uno de los documentos refuerza el proceso de revisión quinquenal del cumplimiento del TNP, de 1970, en el que las potencias nucleares declaradas prometieron ir reduciendo sus arsenales con la meta final de su abolición total, mientras los demás signatarios renunciaron a fabricar o adquirir armas atómicas.

El otro documento prevé el logro, a más tardar en 1996, de un tratado de prohibición de las pruebas nucleares, y el comienzo inmediato de negociaciones para un acuerdo que ponga fin a la producción de materiales fisibles para fines militares.

Recoge también la promesa de las cinco potencias nucleares oficiales -Estados Unidos, Rusia, China, Francia y Gran Bretaña-, de hacer esfuerzos «sistemáticos y progresivos» para reducir sus arsenales con vistas a la «meta final» de la eliminación total de las armas nucleares.

Para las tres potencias nucleares occidentales -EEUU, Francia y Gran Bretaña, que hicieron una tremenda campaña de presiones por la extensión indefinida del TNP-, la decisión lograda es una gran victoria, a bajo precio ya que los nuevos compromisos adquiridos son menos de lo que muchos hubieran esperado.

«Consideramos esto como una gran y significativa victoria para la política exterior de EEUU», dijo un portavoz en Washington.

El presidente Bill Clinton, de visita en Kiev (Ucrania), quiso darle más significado a la decisión que, dijo, «abre un nuevo y más esperanzador capítulo de la historia en el que todas las naciones estarán más seguras».

Una opinión que no comparten países como Malasia y Nigeria, que propugnaban la prórroga del TNP por periodos sucesivos de 25 años, ni los países árabes que se sienten amenazados por el arsenal atómico de Israel.

Preocupación por el apoyo del gobierno uruguayo a la extensión del Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares

REDES. Amigos de la Tierra, han manifestado públicamente su rechazo a la posición del gobierno nacional frente a la conferencia que en Nueva York se viene realizando en torno al tema del desarme nuclear en el mundo. Al respecto emitieron el siguiente comunicado

"El 17 de abril comenzó a sesionar en la ciudad de Nueva York la "Conferencia de Revisión del Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP)". Hasta el 12 de mayo los países miembros del TNP evalúan en la sede de la ONU ~~los países miembros del TNP~~ evalúan en la sede de las ONU los resultados obtenidos durante los 25 años de vigencia de ese Tratado cuyo objetivo es evitar la proliferación de armamentos nucleares y lograr el desarme nuclear.

Uno de los aspectos altamente polémicos que se está resolviendo en la reunión de Nueva York es la futura vigencia de ese Tratado. Los países poseedores de armas nucleares están procurando que el TNP se extienda de manera indefinida en el tiempo, en cambio la mayoría de los países reconoce que el tratado no ha conducido realmente al desarme y prefieren una extensión corta al mismo, vinculado a una mejora en el régimen de no proliferación y a compromisos concretos para alcanzar el desarme.

La Conferencia de Revisión y Extensión de TNP es considerada como la reunión más importante y decisiva en la historia de la era nuclear, iniciada en 1945 con el alzamiento de la primer bomba nuclear en Hiroshimam, del cual se cumplieron 50 años en estos días.

El futuro del TNP, las mejoras en el régimen de no proliferación y la meta de alcanzar la eliminación total de las armas nucleares están en la agenda de dicha reunión.

El Pacto de Acción Ecológica de América Latina, del cual REDES-AT es miembro, considera que "la extensión indefinida del actual tratado sería no solamente una enorme contradicción con el propio objetivo del TNP, esto es el desarme nuclear, sino también una oportunidad perdida para controlar y reducir los nuevos riesgos de proliferación". Hoy es evidente que si el Tratado no se adapta a las nuevas amenazas planteadas por la generación, el comercio ilegal y la piratería de plutonio-239, la tan temida proliferación en el campo del terrorismo y el crimen organizado serán una trágica realidad.

Además la extensión indefinida del TNP significa legitimar las armas nucleares y alejará de manera idefinida en el tiempo el objetivo de alcanzar el desarme nuclear.

Los países latinoamericanos han renunciado a las armas nucleares en virtud de la vigencia del Tratado de Tlatelolco. Esto coloca a América Latina en una posición inmejorable y meritoria para exigirles a los Estados con Armas Nucleares un mayor compromiso con el desarme, la no proliferación y el control internacional de materiales fisionables.

Sin embargo los países con armas nucleares han venido presionando para que el TNP se prorrogado de manerda indefinida, la fuerte presión de las potencias nucleares, especialmente Estados Unidos en nuestra región, ha logrado el apoyo de una cantidad creciente de países en las últimas semanas.

Ante nuestra sorpresa Uruguay expresó públicamente su apoyo a la extensión indefinida del TNP en la sesión del día 25 de abril.

La extensión indefinida e incondicional del Tratado imposibilitará la solución al conflicto nuclear, por eso le exigimos al gobierno uruguayo que revea su posición y adquiera un compromiso firme en la urgente necesidad de avanzar hacia el desarme, coincidiendo con el sentir del pueblo uruguayo".

En el día de ayer la Red Uruguaya de ONGs Ambientalistas hizo pública una nueva declaración en la que expresa:
- exige a nuestro gobierno que revea su posición y adquiera un compromiso firme en la urgente necesidad de avanzar hacia el desarme nuclear. -propone la extensión del TNP por períodos cortos vinculado a una mejora en el régimen de no proliferación y a compromisos concretos para alcanzar el desarme.

La renovación del tratado nuclear

Clarín 18/5

MEDIO siglo después de la demostración efectiva del terror atómico en Hiroshima y Nagasaki y un cuarto de siglo más tarde de la entrada en vigor del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), la renovación de este instrumento fundamental de regulación internacional se presenta como un hecho auspicioso, si bien modesto en su efectividad y parcial en sus alcances.

En un contexto de coexistencia entre las antiguas potencias antagonistas, las discusiones entre el Norte y el Sur sobre transferencia tecnológica, el peligro que entraña la actual difusión de armas químicas y biológicas y la desestatización del acceso a armamento nuclear relativizan la trascendencia de esta prórroga indefinida alcanzada en Nueva York, en la sede de la ONU, y aprobada por los 178 Estados firmantes.

La no proliferación nuclear fue un imperativo del orden mundial bipolar que sustentó los equilibrios internacionales después de la última gran guerra. En 1970, el TNP plasmó la estrategia de la contención-disuasión nuclear en el terreno jurídico del concierto de las naciones. Reconoció la posesión de armas nucleares a las cinco principales potencias y sujetó a los demás Estados a una terminante prohibición, más o menos efectiva y con evidentes limitaciones y desigualdades.

Los documentos firmados ahora refuerzan el proceso de revisión quinquenal del cumplimiento del TNP, de 1970, en el que las potencias nucleares declaradas prometieron ir reduciendo sus arsenales, con la meta final de su abolición definitiva, mientras los demás signatarios renunciaron a fabricar o adquirir armas atómicas.

Pero, al mismo tiempo, siguen sin avanzar en regímenes de inspección y penalización efectivos, como los que rigen, por ejemplo, en la Convención de Armas Químicas. Tres países que han desarrollado armas atómicas, Pakistán, India e Israel, siguen sin suscribir el TNP por más o menos explicables razones de supervivencia. Irak, Irán y Corea del Norte, aun dentro del tratado, han presentado los mayores conflictos en los últimos años y permanecen aún en los márgenes del cumplimiento de los acuerdos sobre desnuclearización. Se suma a ello la dispersión de sofisticada tecnología bélica al alcance de ejércitos irregulares, gobiernos jaqueados por guerras regionales, guerrillas y sectas fanáticas: elementos de un cuadro complejo que escapa a las convenciones utilizadas hasta hace pocos años.

La extensión por tiempo indefinido del Tratado Nuclear es, en síntesis, un expectable compromiso jurídico global dentro de un escenario internacional caracterizado por la ausencia de tales compromisos y la insuficiencia de los instrumentos y organismos multilaterales. Es dentro de ese marco, que proviene de la guerra fría y se prolonga ahora en el actual escenario de turbulencias, que deberá avanzarse en los compromisos de desarme y la prevención de viejas y nuevas formas de diseminación de armamentos de destrucción masiva.

R.E.Nº 9508865

ASUNTO: "EL TRANVIA 35"

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

FECHA 2/10/95 INICIAL (64)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES ORGANIZACIONES Y PERSONAS

14 SET. 1995

Biografico

9508865

OBSERVACIONES:

FECHA: 13 SET. 1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEFINCENSI

001/5

REVISTA

Ejemplar Gratuito

El TranvíA 35

PUBLICACION INDEPENDIENTE DE POCITOS Y PUNTA CARRETAS

AGOSTO 1995 - AÑO 3 - Nº40 6000 Ej.



FECHA 02/10/95 INICIAL (64)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES ORGANIZACIONES Y PERSONAS

002 9508865

18 y Río Negro, década del 40, y un "35" a Punta Carretas

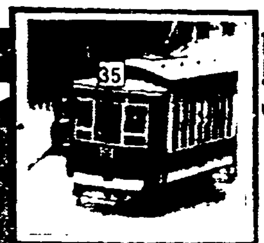
Carta del Editor

SIEMPRE AGRADECIDOS A..

Supermercado NUEVO ASTRO - Autoservicio LA PARVA - ANANIKIAN Propiedades - GOMERIA 21 - TIJUANA - ARCA DE NOE - Restaurante «EL ENTREVERO» - TECNIMODA - NANCY PERCIANTE - ENTRE NOS Comidas - PUBON Telas - Colegio LATINO - Imprenta PANAMERICANA - FREDDY'S - YOLANDA RODRIGUEZ Modista - CASMU - Papelería NOI - PALADAR - UNIVERSO - CACHAVACHA - Odontólogas: ROSARIO CABRAL, ELSA GODOY, MARIELA LAGROTTA - Farmacias: CALMETTE, VILLA MAGNA, PUNTA CARRETAS ANDROMEDA, PIGALLE, ELLAURI, HERMES, CRANWELL, BIGUA, CITY, LILEN, SALMAR, CACERES - Pintores CABRERA y SUAREZ - Barraca DEL MERCADO- Barraca LA ESPERANZA - Calzados DANIEL - Calzados CAVIA - SUBTE 21 - VENEZIA - BAZZANO Orfebres - Ferreterías NOICELA, PERRONI, DELTA - Reparto de diarios LIBER - PASCALE - Cambio BAFFA - LIBERTAD Libros - ORO DEL RHIN - Peluquerías FIORINNA, R y S, GRACIELA y ESTELA, DER FRISEUR, ANOUK - Institutos de Inglés NEW TIMES, QUEEN ANNE - Pañales CIGÜENA - SER. A. AN. - Hogar de ancianos AUXILIADORA - ENER-GER - VIOLETA GUADALUPE Alta Costura - Pañalerías CAMILA , LUTIN - Comidas ZAHORA - SANITARIA DEL SUR - SANITARIA 21 - Carnes EL OMBU - CLUB ALEMAN DE REMO - TELUR TELAS - Tienda YOSE DAN - MARTA Y GRACIELA Comida Dietética - SARITA JULI Estética - ANA PEREZ RUIZ Pedicuría - TCP Clínica Podológica - Pastas LA ADRIATICA - Pastas LA POMAROLA - Taller de Cerámica PICO - SALON LUMA - SALON IBIRAY - VETERINARIA IBIRAY - CONTROLGAS - RADIO TAXI PATRONAL - Dr. LEON GERNER Alergista - Empresa FIESTA'S - DICK Comidas - VIZCAINO Y VIZCAINO Alquiler de Vajilla - CANTEGRILL - MAGELA Magia - LAVADERO BURBUJAS - LA MERCERIA - CENTRO MAC - Taller de Música PUNTA CARRETAS - PASSARO - HOBBY'S Artesanías - Escuela de Danza ADRIANA RESTANO - BERGOLO BALLET - Panaderías BIARRITZ, CHANA, PUNTA CARRETAS, VIEJO MOLINO, MAJARK, 21 DE SETIEMBRE, DE LOS POCITOS - Carnes LA NUEVA IMPERIAL - Carnes EL FARO - ESCAPES SAN SALVADOR - 143 ANIMAL ST - Costuras SUSANA - Reparación de cortinas DANIEL - Empresa L y L - URUGUAY FLET - LA BOUTIQUE Frutería - AI ARMAS LASER - BONILLA NEUMATICOS - Electricidad de Autos BEDUCHAUD - SOLO AUTOS Mecánica - 5 ESTRELLAS Telefonía - Pizzería TROUVILLE - QUICK CLICK Fotocopiadora - ANGEL y CARLOS Quesos - WASHINGTON DOMINGUEZ Repuestos - MARIA ROSA Camisones - PANTALLAS Y PORTATILES - DIENTE DE LECHE Peluches - VERAS Y VERITAS Antigüedades - AMERICAN DENIM - DISTRIBUIDORA DE CALZADOS.

Y por supuesto a nuestros colaboradores y lectores.

el editor



" El tranvía 35 ", es una publicación de distribución gratuita, inscripta en el Tomo VII Folio 294 del MEC. Exp. 9/9262.

Dep. Legal 299-111

Directór y Redactór Responsable
Walter González
ITAPUA 2238
Tel. 70-93-59

Los artículos firmados, no reflejan necesariamente la opinión de la revista

Diagramación, Composición y Armado: " Via Libre "
Tel : 709 359

Fotografía : Jorge Sánchez
Impreso en
CIDESOL S.A.
Nueva York 1326
tel. 94 94 18

Muchas de las fotos antiguas que publicamos pertenecen a los archivos de la I.M.M. y al SODRE

Camilión: 250 millas de control pesquero

La Nac' 18-5-95

Vigilancia: el ministro de Defensa y el canciller coincidieron en que hay depredación en nuestras costas; aquél dijo que el control se hará con los recursos de la Armada; decisión política.

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, aseguró que existe "un conflicto entre quienes tienen intereses en preservar sus recursos pesqueros y los que los depredan" y reiteró la posición argentina de que las tareas de vigilancia deben extenderse hasta las 250 millas. De acuerdo con las normas vigentes la zona económica exclusiva de los países ribereños se extiende hasta las 200 millas.

Sin embargo, el canciller Guido Di Tella, en una reunión con los periodistas, había dicho hace dos semanas que por las características del mar argentino era suficiente el control hasta las 230 millas.

El ministro de Defensa, en declaraciones a la prensa, poco después del acto del Día de la Armada, que se consigna aparte, dijo que "hay que manejarse con mucha cautela, pero lo que importa es demostrar que en las aguas internacionales no se puede hacer cualquier cosa".

Camilión se mostró confiado en que el control de la pesca, más allá de las 200 millas "de una manera o de otra".

Estas palabras fueron interpretadas por algunos periodistas como que dicho control se hará a través de un acuerdo internacional -que el canciller espera que se logre entre julio y agosto- y si no, mediante la intervención de naves de la Armada.

El ministro también dijo que la Argentina "va a tener que disponer de los recursos necesarios para defender la pesca" para evitar conflictos similares a los que enfrentaron Canadá y España.

Preguntado Camilión con qué recursos se hará el control de la depredación respondió que "con los de la Armada", y destacó que las medidas que se adoptarán con ese fin son políticas y corresponden a los ministerios de Relaciones Exteriores y de Defensa, la Secretaría de Pesca y la Armada, la implementación.

También Di Tella

El canciller Guido Di Tella dijo que "la Argentina no aceptará que haya depredación pesquera" y que "los recursos marinos son un objetivo fundamental, no sólo para nuestro país, sino para la comunidad mundial".

En declaraciones a Telam, el canciller dijo que la Argentina, de acuerdo con las disposiciones que fijan la zona economica exclusiva de los países ribereños, "puede evitar esta depredación en las primeras 200 millas, pero no en las 210 millas" y explicó que las especies son extra zonales y altamente migratorias.

Electra

El avión "Electra", computadorizado, con múltiples rádares, sonares y cámaras de televisión es el pilar sobre el que se apoya la Armada Argentina en su lucha con los pesqueros ilegales. En segundos, los datos transmitidos por el avión aparecen en la pantallas de las computadoras del edificio Libertad, tras enlazarse con la base naval de Chubut, donde se deciden los pasos por seguir.

GESTION PARA COMPRARLAS EN EE.UU.

Lanchas para el control pesquero

Clarín 19-5-95

Gestionan la compra de lanchas rápidas en los EE.UU. para utilizarlas en el control de la pesca en el sur. Quieren mejorar la capacidad de la Armada.

El Gobierno realiza gestiones para comprar una escuadra de lanchas rápidas que los Estados Unidos tienen en desuso, a fin de utilizarlas en el "conflicto" desatado por la depredación pesquera en el Atlántico Sur, confirmaron a Clarín fuentes de la Cancillería. Este tipo de embarcaciones mejorarían la hoy menguada capacidad de la Armada para controlar la Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 200 millas y, eventualmente, si hay un acuerdo en las Naciones Unidas las aguas internacionales por donde circulan especies migratorias.

Las gestiones están vinculadas con el discurso que pronunció el miércoles el jefe de la Armada, almirante Enrique Molina Pico, en el cual sostuvo que la Argentina ya está "en conflicto" con los países cuyas flotas pescan en la llamada "milla 201" al noroeste de las Malvinas. En ese mensaje, Molina Pico también se quejó por las restricciones prespuestarias que impiden un efectivo control de la pesca. La pesca representó para el país en 1994 un ingreso de 750 millones de dólares.

El tema, tal como ayer lo adelantó Clarín, fue analizado ampliamente en la reunión del gabinete nacional luego de una exposición del canciller Guido Di Tella sobre las negociaciones por el acuerdo.

El Gobierno propicia lograr un acuerdo "extremadamente conservacionista" sobre esa cuestión en la reunión de julio próximo de la Comisión de Especies Transzonales y Migratorias de la ONU.

01- 01 9508867

En la Zona Clave de las 200 Millas

LAS PIRATERIAS NO HAN

Que los piratas son figuras pintorescas de "altri tempi" es una noción bastante generalizada entre los terrícolas contemporáneos. Las piraterías han quedado como parte de las fábulas infantiles o recuerdan a míticos personajes de otros tiempos como el famoso Francis Drake, hecho Sire por la Reina Isabel de Gran Bretaña gracias a sus servicios a la Corona.

Sin embargo, la realidad es otra y los piratas y las piraterías en el mar (ahora también las hay en el aire), continúan existiendo en distintas modalidades.

En las islas caribeñas, por ejemplo, siguen con la vieja práctica de abordar embarcaciones en manos de desprevenidos tripulantes turísticos, buscando algún tipo de botín. Pero las acciones que hoy nos ocupan y a la Argentina preocupan, son de otra índole. En este caso no se trata ni de abordajes, ni de despojos personales, sino que el botín es otro; la riqueza ictícola de los mares del sur.

La lucha por el reconocimiento de las 200 millas la comenzó el Perú hace ya más de treinta años y finalmente ese criterio, después de largos trabajos, comenzó a ser aceptado. Hoy forma parte de la legislación sobre los Derechos del Mar, pero a veces resulta insuficiente. No es un problema nuevo, sino que viene de tiempo atrás, pero tal como las reacciones en cadena, lo que prendió la chispa en la actualidad es lo ocurrido entre Canadá y España, y detrás de ella la Unión Europea, hace muy poco tiempo. La decidida acción de los canadienses, en resguardo de su fauna marina fue un toque de clarinete cuyos sones se dejaron oír a lo largo y ancho del continente.

CUESTION DE EJEMPLOS

Estimulados por el episodio promovido por el Canadá, quien consiguió luego parte de su objetivo, la Argentina, en vista de que se acerca la última sesión de conferencias de las Naciones Unidas referidas a especies trazonales y migratorias, ha presentado sus reclamos y haciendo cierto alarde ha dicho que **"si no se consigue una resolución a nivel internacional, que garantice la conservación de los recursos de alta mar, se reserva el derecho de aplicar medidas unilaterales para preservarlos"**.

Ocurre que justo a la altura de las 200 millas, mar adentro desde la costa, es donde termina su plataforma continental y es justo en la zona del talud, donde desova gran parte de las especies como el calamar. La población marítima no se rige tampoco estrictamente en una cuestión de fronteras y por lo tanto se la encuentra en un ámbito que rodea la línea de las 200 millas, tanto hacia adentro como hacia afuera de ella.

Los barcos piratas, españoles, japoneses, coreanos, chilenos, rusos, polacos y taiwaneses, —en un promedio calculado entre 150 y 200 anuales— merodean la zona navegando prestamente algo más allá de la línea demarcatoria en caso de ser avistados y mientras se dedican a pescar, en aguas dudosas, haciendo caso omiso del desove, con lo cual atentan directamente contra la renovación y la conservación de las especies.

La Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca le ha encargado a la Marina, a la que asiste finacieramente, que vigile la zona, pero si bien no es todo a lo largo donde se producen las piraterías, el litoral a patrullar es muy extenso y los medios de la Armada muy escasos. Un avión Electra y una nave resultan harto poco. Para sus reclamos, la Secretaría hace valer la ley 23.968 que define los espacios marítimos y le permite a Argentina la aplicación de medidas de conservación más allá de las 200 millas.

Frente a esto otros países aducen que es ya alta mar. La acción de Canadá contó con la fuerza convincente de su resolución y la del hecho consumado, pero para Argentina no es tan simple ya que no es una de las potencias mundiales, como bien lo saben sus autoridades por lo cual deberá seguir usando de la artillería di-

CAIDO EN DESUSO

plomática sin descanso a fin de terminar con la depredación ictícola.

CURIOSO CANDIDATO

No han pasado muchos días desde el 14 de mayo, ni siquiera ha finalizado el mes y ya otro tema eleccionario acapara las discusiones políticas, los conciliábuios y las estrategias de los distintos partidos. Lo que desvela a la clase política es la próxima elección del Intendente, nada menos que de la Capital, un hecho completamente novedoso, ya que hasta ahora quien ocupaba este importante cargo era elegido por el Presidente. Pero este es otro de los cambios producidos por el gobierno de Menem, al cual aspiraban hacía mucho los capitalinos, pero que bajo ningún gobierno se llevó a la práctica, como bien lo hizo notar el propio Presidente.

Pero no solo esto es novedoso, sino quien está sonando desde hace unos días como posible candidato del oficialismo. El mayor cobrador de impuestos de la historia reciente, Carlos Tacci, el mismo que encarna el gran ajuste fiscal vivido por los argentinos; la persona bajo cuya dirección la DGI se ha convertido en una Institución temible. Aquel que en un programa periodístico, llevado por el mandato al que se ha dedicado con mesiánica pasión, impresionó a la teleaudiencia con la crudeza de una de sus vehementes frases: "voy a hacer m... a los evasores"...

Si al Presidente, alguien que indudablemente tiene una agudísima sensibilidad política, se le ocurre apoyar a semejante personaje, que lo que menos tiene es de simpático, quiere decir que el Primer Mandatario está notando entre la gente el deseo de orden, austeridad y eficiencia para quien se haga cargo de la Comuna. Es un síntoma bastante revelador de los cambios que se han ido operando entre la sociedad, donde otros valores como el atractivo personal, el carisma, o la carrera política, han quedado en segundo plano. Pero no es ese el único candidato que suena, sino que hay otros como el actual Intendente, quien luce como efectivo, pero a quien no favorecen denuncias como las del ombudsman por un caso de coimas publicitado en el periódico "Página 12".

DESDE LA OTRA ORILLA

Por **JULIA RODRIGUEZ LARRETA**



Para satisfacer la demanda ciudadana de un candidato con fama de honrado, figura el joven Béliz, quien después de trabajar junto al Presidente (le hacía sus discursos), tuvo un breve e inoperante pasaje por el Ministerio del Interior Goza, sin embargo, de muy pocas simpatías dentro del oficialismo, máxime después de sus declaraciones respecto a la corrupción de los políticos y funcionarios.

Para esta contienda, el radicalismo ya tiene a su figura que reúne condiciones de hombre serio y honesto, aunque sin pruebas de efectividad, pues nunca ha estado en cargos operativos.

Ante sus buenas chances, el oficialismo está tratando de imponer el sistema de la ley de lemas, a la que se opone el radicalismo y en caso de aprobarse la ley, tal vez intentarán ir junto con el Frepaso, a los comicios.

Fue en la Capital el único lugar donde el nuevo partido ganó en las pasadas elecciones, desplazando al radicalismo, el que casi siempre se ubicaba en primer lugar, pues la capital le ha sido tradicionalmente reacia al Justicialismo.

02-02 950868

Momento de decisión para el petróleo de las Malvinas

Di Tella: en su visita oficial a Gran Bretaña tratará la pesca y el posible acuerdo por la explotación de hidrocarburos.

El canciller Guido Di Tella analizará la semana próxima, en Gran Bretaña, el establecimiento de un nuevo acuerdo de pesca en la zona aledaña a las Malvinas y la posibilidad de determinar la colaboración en la prospección y extracción de petróleo en la plataforma de las islas, lo que hasta ahora presenta escollos por las posiciones encontradas de las partes.

Di Tella y el titular el Foreign Office, Douglas Hurd, quienes mantendrán una reunión con sus colaboradores y otra en privado, buscarán definir los lineamientos políticos de la cuestión, pero, según las palabras del argentino, no existen señales que ofrezcan una perspectiva optimista.

De todos modos, de no surgir de estas conversaciones un dato altamente negativo el tema seguirá siendo tratado en sus aspectos técnicos el 7 y el 8 de junio en Nueva York por el subsecretario de Política Exterior, Eduardo González, y su contraparte británica, William Marsden.

Interpretan algunos sectores que la posición argentina estaría más respaldada por el apoyo político recibido por el gobierno en la última elección, por lo cual Gran Bretaña no avanzaría en la intención de convocar unilateralmente para julio la prospeción de petróleo como había anunciado.

Después de Londres, Di Tella viajará a Italia, donde, en Venecia, presidirá la delegación nacional que participará en la bienal de arte, y en Roma se reunirá con el cardenal Pío Laghi, prefecto para la Congregación de la Educación Católica, y con monseñor Jorge Mejía, secretario de la Congregación para los Obispos.

Medios próximos al canciller restaron significación oficial a estos encuentros y señalaron que se trata de reuniones de amigos. El cardenal y Di Tella coincidieron en cargos en Washington y con monseñor Mejía son amigos desde cuando el ministro militaba en la democracia cristiana.

Ovidio Bellando

ALADI como articuladora de los procesos de integración

24. 3/5

El nuevo representante uruguayo ante la ALADI, Adolfo Castells instó ayer al organismo a convertirse en el articulador de todos los procesos de integración del continente y señaló la responsabilidad histórica que tienen los gobiernos para que ALADI "reviva en la fortaleza, se revitalice en el empuje o que agonice en la apatía y perezca en la indiferencia".

El embajador Castells, que se desempeña también como asesor especial del Presidente Julio María Sanguinetti en asuntos internacionales, fue recibido ayer en sesión solemne por el Comité de Representantes de la Asociación Latino Americana de Integración (ALADI), en donde reseñó la importancia y el rol que el nuevo gobierno le adjudica al organismo regional. "Para rediseñar el paraguas de ALADI que dé cobertura más pragmática y realista a nuestros procesos integracionistas y que sea el marco institucional jurídico que ampare a todos los procesos subregionales y bilaterales frente al GATT o a la nueva Organización Mundial de Comercio", afirmó.

Castells propuso reanalizar "la idoneidad del Tratado de Montevideo" que constituyó el organismo "para compatibilizar y homogeneizar los acuerdos subregionales" y ver si no es necesario adecuarlos "a las nuevas características de la región y el mundo".

Dijo que al comenzar en el mundo la integración entre bloques "con el NAFTA, con la Unión Europea, etc", le hace perder a ALADI su papel de organismo integrador regional por excelencia, lo que abogó por recuperarlo, en la coyuntura de la consolidación del Mercosur.

Pidió que el organismo regional no se "confine en el plano comercial" y reconcilie "el comercio con los servicios, con el medio ambiente y la cultura. Hay que tomar a los mercados tan sólo como medida, dominados muchas veces por la ley del más fuerte y es necesario establecer mecanismos que hagan de contrapeso de la injusticia, la dependencia excesiva y la exclusión". Puntualizó que al lado las condicionantes de los mercados "hay lugar para las actividades económicas y sociales, basadas en la solidaridad, la asociación leal, el interés general de los socios y el bien público".

Recordó que estaba completamente superado el "dogma capelino" del modelo de sustitución de importaciones y que todas las naciones de América Latina apostaban claramente desde la década de los 80 a la integración, proceso que se facilitaba por la homogeneidad de regímenes democráticos en todo el continente. Según Castells eso determinó un "cambio de mentalidad en el concepto integracionista".

Parafraseando a François Mitterrand dijo que llegó la etapa "de encarnarnos en otra cosa que en los balances económicos y los tonelajes de flete" y señaló que "precisamos un alma que exprese la cultura, la estructura de nuestros cerebros y el fruto de siglos de civilización, del cual somos herederos", en la óptica integracionista.

Castells, Embajador Ante ALADI

EP 4/5

El Embajador Adolfo Castells es el nuevo representante de Uruguay ante ALADI. Al asumir el cargo, se dirigió a sus pares del Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración, destacando en la oportunidad que "ALADI es y debe seguir siendo el marco institucional-jurídico que ampara a todos los procesos subregionales y bilaterales frente al GATT o a la nueva Organización Mundial de Comercio".

El Embajador Castells expresó también que "a esta altura del siglo XX, nadie puede dudar de la voluntad política que tienen todos los gobiernos latinoamericanos de integrarse. Y el Uruguay siempre ha sido un gran impulsor de esta integración".

En dicha ocasión el Presidente del Comité, Embajador Efraín Darío Centurión, destacó la significativa actuación del nuevo Jefe de Misión de Uruguay, resaltando su perfil "como un latinoamericano particularmente sensible a los temas de la integración" y agregó "su presencia entre nosotros será un aporte muy valioso en la medida en que estamos convencidos que nos va a proporcionar una visión nueva".

El nuevo representante permanente del Uruguay ante ALADI, es diplomático de carrera desde 1962 y entre otras representaciones tuvo las misiones de ser Embajador de Uruguay en Nigeria, Argentina y Ecuador.

9508871
Jose Artur Denot Medeiros, es el nuevo representante brasileño ante la ALADI.
150090
25/5/95
513673
507482

Estrategia brasileña LRep. 25/5

Denot Medeiros se integró a la Aladi

■ El nuevo representante brasileño ante la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), José Artur Denot Medeiros, quien asumió ayer su cargo, expresó la opinión del gobierno de su país respecto a la validez y eficacia del Tratado de Montevideo como mecanismo de integración en la región. Refiriéndose a este Tratado, constitutivo de la Aladi en 1980, subrayó que Brasil "no considera que necesite ninguna revisión formal.

El es suficientemente flexible para propiciar que las políticas comunes de la Asociación puedan ser revisadas a nivel del Comité de Representantes y del Consejo de Ministros a la luz de las necesidades individuales y subregionales de los estados miembros", aseguró Denot Medeiros, quien se desempeñó como subsecretario general de Asuntos de Integración, Económicos y de Comercio Exterior de Brasil.

En ámbitos diplomáticos, tal cual lo adelantara **LA REPUBLICA**, la designación de Denot Medeiros a la delegación brasileña es interpretada como una señal de renovado interés en la integración latinoamericana, ratificando su intención de liderar futuros procesos de acercamiento comercial en el continente.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-02

9508871

Nuevo representante de Brasil en ALADI

LH 28/5

"ALADI ha podido sobrevivir a las nuevas realidades de la integración de los años 80 debido a la capacidad de adaptación del Tratado de Montevideo de 1980", afirmó el Embajador José Artur Denot Medeiros.

Los Representantes de los países miembro de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), recibieron hoy, en sesión extraordinaria, al nuevo Representante de Brasil, Embajador José Artur Denot Medeiros.

En el discurso que pronunció el nuevo Jefe de la Misión brasileña, se pudoeron confirmar los diferentes lineamientos que ha seguido el Gobierno de Brasil en lo que respecta a la integración regional. En sus palabras destacó, entre otros temas, que la importancia del patrimonio histórico regional ALALC/ALADI, "fermentado en una nueva dinámica de los procesos subregionales de integración, presenta, para nuestro Gobierno, un cuadro muy favorable para que los objetivos integracionistas de la ALADI puedan ser llevados adelante, lo cual demuestra la actualidad y eficacia del Tratado de Montevideo de 1980".

Refiriéndose a este Tratado subrayó que el Gobierno brasileño "no considera que el mismo necesite ninguna revisión formal. El es suficientemente flexible para propiciar que las políticas comunes de la Asociación puedan ser revisadas a nivel de este Comité y del Consejo de Ministros a la luz de las necesidades individuales y subregionales de los Estados miembro". Al dar su bienvenida, el Presidente del Comité, Embajador Efraín Darío Centurión, en nombre de sus pares, resaltó la vocación latinoamericanista y la extensa dedicación del nuevo Representante Permanente en promover los vínculos de su país con las otras naciones del continente, habiéndose destacado también como uno de los principales negociadores de su Gobierno en el Mercosur.

Hasta su reciente designación ante ALADI, el Embajador Denot Medeiros se desempeñó como Subsecretario General de Asuntos de Integración, Económicos y de Comercio Exterior.

02-02

9508871

9508872
El Srio. Gral. de la ALADI afirmó que el Comercio intrarregional creció en 1994.
150099
27/5/95
513673

Comercio intrarregional creció sensiblemente en 1994

EL COMERCIO intrarregional latinoamericano en 1994 creció sensiblemente en comparación a 1993, manteniendo la misma tendencia de los años anteriores.

El Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Ing. Antonio Antunes, recordó que "por noveno año consecutivo, las exportaciones entre los países miembros de la Aladi aumentaron" y se ubicaron casi en los 28 mil millones de dólares, un 18% más que en 1993.

Las exportaciones entre los once socios de la Aladi, en relación a las ventas de estas naciones a otros mercaos extrazona, también aumentaron levemente situándose en un promedio del 17% del total.

En Argentina, Bolivia, Paraguay y Uruguay las ventas a la región se situaron entre el 39 y el 53 por ciento de sus propias exportaciones, mientras que para Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Perú y Venezuela esos porcentajes variaron entre el 14 y el 22 por ciento. México vendió hacia sus socios de la Aladi un 3 por ciento de sus productos exportables.

Comercio Exterior Global por países según destino o procedencia Aladi-Resto del Mundo

País	Exportación FOB Aladi	Exportación FOB Resto del Mundo	Exportación FOB Global	Importación CIF Aladi	Importación CIF Resto del Mundo	Importación CIF Global	Saldo Aladi	Saldo Resto del Mundo	Saldo Global
Argentina	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	21541	-305	-2110	[illegible]
Bolivia	436	688	1124	515	681	1196	-79	7	-72
Brasil	9745	[illegible]	[illegible]	5770	20221	25997	[illegible]	4592	7561
Colombia	1466	6942	8408	2298	9596	11894	-832	-2654	-3486
Chile	2898	9031	[illegible]	[illegible]	8266	11149	-645	765	220
Ecuador	704	3013	3717	1014	2628	3642	-310	385	75
México	1818	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-769	-18023	-18792
Paraguay	431	385	816	941	1166	2107	-510	-781	-1291
Perú	757	3805	4562	1727	3712	5439	-970	-107	-1077
Uruguay	1025	893	1918	1468	1239	2707	-443	-346	-789
Venezuela	2390	14121	16511	1204	6896	8097	1189	7285	8474
Total:	27990	140086	168076	27985	155073	183058	(a)	-24987	(a)

Fuente: datos suministrados por los países miembros.
Elaboración: División de Información y Estadística de la Secretaría General de la Aladi. Sector Estadística.
(a): no corresponde información.

También las ventas intrasubregionales tuvieron un importante aumento en 1994 comparado a 1993.

Las exportaciones entre los países del Acuerdo de Cartagena superaron, el año pasado, los 3.400 millones de dólares. Este es el nivel histórico más alto obtenido por el Grupo Andino en sus 26 años de existencia.

Esta cifra superó en un 19 por ciento a las exportaciones internas de este Grupo en 1993.

En el ámbito del Mercado Común del Sur (Mercosur) las exportaciones entre los cuatro países crecieron por séptimo año consecutivo alcanzando una cifra superior a los 11.900 millones de dólares.

Esto significó un 19 por ciento de incremento con relación al año anterior.

Antunes destacó que estos resultados "son valores sin precedentes en lo que va del proceso de integración, tanto en lo que se refiere al comercio global como al comercio intrarregional y a los subregionales.

C1-02 9508872

Fuerte aumento del comercio regional

Las exportaciones entre los once miembros de la Aladi crecieron en relación a las ventas hacia otros destinos, situándose en el 17% del total

El comercio entre los países latinoamericanos alcanzó niveles sin precedentes en la historia al crecer en 1994 por noveno año consecutivo y alcanzar los 28 mil millones de dólares, un 18% más que en 1993.

Las exportaciones entre los once miembros de Aladi también crecieron en relación a las ventas hacia otros destinos, situándose en el 17% del total.

Según surge de la información proporcionada por la Aladi, en Argentina, Bolivia, Paraguay y Uruguay las ventas a la región se situaron entre el 39% y el 53% de sus exportaciones, mientras para Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Perú y Venezuela esos porcentajes variaron entre el 14% y el 22%. México, en cambio, vendió solamente un 3% de sus productos exportables a sus socios latinoamericanos.

Las ventas intrasubregionales (dentro de las diferentes asociaciones comerciales de Latinoamérica) también crecieron en el último año. Las exportaciones entre el Acuerdo de Cartagena, que incluye a Bolivia, Colombia, Ecuador, Venezuela y Perú, superaron los 3.400 millones de dólares, llegando al nivel histórico más alto del Grupo Andino en sus 26 años de historia.

El comercio intrarregional creció por noveno año consecutivo

Entre los países que hoy integran el Mercosur, las exportaciones crecieron por séptimo año consecutivo alcanzando una cifra superior a los US$ 11.900 millones, lo que significó un crecimiento de 19% respecto del año anterior.

LOS PAISES

Brasil fue el principal comprador de productos dentro de la región al adquirir mercadería por valor de US$ 6.776 millones, pero debido a que es también el principal proveedor, y sus exportaciones son mayores aun, mantiene un superávit comercial con la región de 2.969 millones. El 22% de los productos brasileros vendidos en el exterior fueron destinados a países de la Aladi en 1994, mientras el 18% de sus compras provinieron de la región.

Argentina es el segundo proveedor y comprador de productos latinoamericanos y también mantiene una balanza superavitaria con la región. El 43% de las ventas del vecino país tuvieron como destino los socios regionales, mientras el 30% de sus compras proviene de la región, con la que mantuvo un superávit comercial de US$ 305 millones.

Venezuela es el otro país que exporta más de lo que importa en la región, mientras el resto de los países tiene déficit comerciales con la zona.

Venezuela, Brasil y Ecuador son los únicos países de la región que tienen superávit en la cuenta comercial con todo el mundo.

El déficit comercial de los países pertenecientes a Aladi con el resto del mundo llegó a US$ 14.987 millones en 1994, lo que significa un crecimiento de 62% respecto al año anterior.

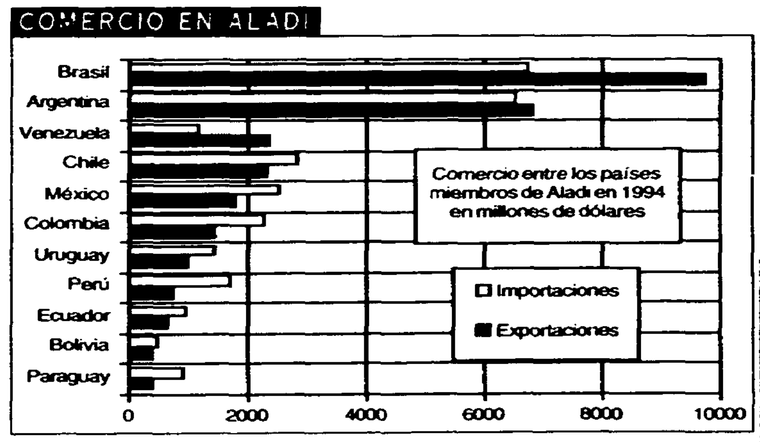
EXPORTACIONES ENTRE LOS PAISES DE LA ALADI EN 1994

En millones de dólares FOB

Exportador	Argentina	Bolivia	Brasil	Colombia	Chile	Ecuador	México	Paraguay	Perú	Uruguay	Venezuela	TOTAL
Argentina		189	3595	124	986	65	274	495	288	650	214	6880
Bolivia	160		35	64	19	15	13	1	123	5	1	436
Brasil	4136	470		401	999	273	1050	1053	349	732	282	9745
Colombia	68	23	58		117	318	108	1	233	3	537	1466
Chile	636	171	617	117		83	203	57	328	53	73	2338
Ecuador	68	2	7	220	165		76	2	155	1	8	704
México	277	11	404	319	261	140		9	134	34	229	1818
Paraguay	71	2	304	1	34	1	4		4	9	1	431
Perú	23	66	182	99	86	61	151	2		3	84	757
Uruguay	377	2	494	13	42	1	47	24	23		2	1025
Venezuela	35	2	568	1175	106	146	252	1	97	8		2390
Total	**5851**	**938**	**6264**	**2533**	**2815**	**1103**	**2178**	**1645**	**1734**	**1498**	**1431**	**27990**

Fuente: ALADI

COMERCIO EN ALADI



■ MINISTROS DE ECONOMIA Y PRESIDENTES DE SUPREMA CORTE DEL CONTINENTE

BID convoca a debatir sobre la Justicia

El tema central del encuentro, que se desarrollará en agosto próximo en Punta del Este, será el presupuesto para la Justicia en los países de la región americana

Una reunión de ministros de Economía y presidentes de la Suprema Corte de Justicia del continente fue convocada para agosto próximo en Punta del Este, por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), informó Raúl Alonso De Marco a *El Observador*. El presidente de la Suprema Corte agregó que durante el encuentro se considerará el tratamiento presupuestal de la Justicia en los países de la región. El jerarca señaló que la iniciativa partió del presidente del BID, Enrique Iglesias, quien ha sostenido reiteradamente que "no hay desarrollo para nuestros pueblos sin un servicio de justicia efectivo".

"No hay desarrollo para nuestros pueblos sin un servicio de justicia efectivo", dijo Iglesias

"Una Justicia con recursos, rápida e independiente, es la base para un adecuado desarrollo económico y social de los países de la región" sería la idea central a desarrollar en el cónclave, que se reunirá en el principal balneario uruguayo, aseveró Alonso.

Para lograr ese objetivo, de justicia efectiva y con recursos, es fundamental un acuerdo entre los responsables de los servicios de Justicia y los que administran las finanzas en cada país, reflexionó Alonso.

El presidente de la Corte, si bien mantiene su optimismo en cuanto a lograr los recursos que necesita el Poder Judicial para funcionar adecuadamente, valoró que la reunión de Punta del Este es una instancia que abre una esperanza para un posible entendimiento entre las partes, basado en las afirmaciones del presidente del BID y su poder de convocatoria. Días atrás, Alonso De Marco informó al presidente Julio Sanguinetti sobre la difícil situación económica por la que atraviesa el Poder Judicial y dijo que, de no conseguir recursos, "funcionará en forma muy precaria".

El BID prestará a Salud Pública más de 15 millones de dólares

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) concedió al gobierno uruguayo un préstamo por valor de U$S 15.600.000 para ser invertidos en el proyecto de desarrollo del sector salud. El mismo será utilizado en el fortalecimiento del Ministerio de Salud Pública (MSP) y en dependencias de la Administración de Servicios de Salud del Estado (ASSE).

Autoridades de esta cartera indicaron que la inversión permitirá avanzar en la profundización de la descentralización que el nuevo gobierno pretende llevar a cabo en los servicios de ASSE.

En cuanto a los Programas Prioritarios de Salud, serán fortalecidos y promovidos, procediéndose a reformar el modelo de atención.

Por otro lado, las Instituciones de Asistencia Médica Colectiva (IAMC) serán apoyadas con este préstamo del Banco Interamericano de Desarrollo.

El préstamo fue firmado en Washington por el ministro de Salud Pública, Alfredo Solari, quien participó en la capital norteamericana en la IX Reunión Internacional de Salud Animal a nivel ministerial

1/2

14

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro..051/A/95.....

FECHA:..14/9/95........

REFERENCIA: La República 13/9/95

ORIGEN: Campo Militar

DIFUSION: Dpto.III

ANEXOS: Se adjunta artículo de prensa.

INFORMACION CONOCIDA: El viernes 15/SET a partir de las 20 horas se realizará un acto en el Palacio Sud América, bajo la consigna "Por la Seguridad Social, Con la Gente", organizado por el sublema "Por el Frente" compuesto por el MPP, 20 de Mayo y Unir.

E.E.I.: Se solicita saber:

- Cantidad aproximada de asistentes.
- Identificación de dirigentes
- Pancartas.
- Temas de la oratoria
- Cualquier otro dato que resulte de interés.

PLAZO:

001/2

La República - 13/9/95

Acto del MPP por "Seguridad Social, con la gente"

■ Un acto "Por la Seguridad Social, Con la Gente, Por el Frente" será realizado este viernes, a las 20 horas, en el Palacio Sud América. El sublema Por el Frente, compuesto por el Movimiento de Participación Popular (MPP), 20 de Mayo y Unir, convoca a todos los frenteamplistas y miembros de organizaciooes políticas, sindicales, sociales y barriales para el acto de integración al tema. Los dirigentes Helios Sarthou y Enrique Rubio serán los únicos oradores de la mesa, aunque no se descarta la participación posterior del público. Los sectores que convocan al acto consideran que deben buscarse caminos do lucha contra la Ley de Seguridad Social.

COMIENZA UNA LUCHA

El acto del viernes será el primero de una larga serie proyectada por el MPP para "informar a la gente e instrumentar formas de enfrentamiento. Tenemos que plantear salidas", aseguró a **LA REPUBLICA** el senador Sarthou. Las transformaciones que la reforma de la seguridad social traerá sobre la situación de la gente y el mismo Banco de Previsión Social (BPS) que "se verá indudablemente desfinanciado", deberán ser "enfrentadas con la búsqueda de soluciones a través de todos los medios posibles", afirmó el legislador. Aunque este acto inicial estará a cargo de algunos sectores frenteamplistas, Sarthou aclaró que se inclina hacia la "lucha conjunta", ya que "esto no puedo quedar en manos de un solo grupo". "Hoy es imposible quedarse cruzados de brazos -enfatizó-. Clausurada toda posibilidad de rectificación, hay que tomar caminos de lucha que deben ser promovidos".

9508876
Jóvenes que participaron en Foro realizado en ISRAEL fueron recibidos x el organismo
150007
28/5/95
500184
507603
11078.

Participantes en Foro Juvenil

ET 28/5



Autoridades del Banco Interamericano de Desarrollo, PLUNA y el Instituto de la Juventud, recibieron días pasados a un grupo de jóvenes uruguayos que participaron en el Foro de la Juventud BID—Israel, en ocasión de la última Asamblea de Gobernadores del organismo, celebrada en ese país.

Los ocho jóvenes fueron seleccionados de un numerosísimo grupo que se inscribió en el concurso que, con ese fin, convocó el Banco Interamericano, proceso que insumió varias etapas. Como parte del mismo, los jóvenes fueron inicialmente propuestos por un comité nacional y luego elegidos por un Comité Internacional integrado por personalidades independientes que sesionó en Washington.

El mismo proceso tuvo lugar en todos los países miembros del organismo, tanto regionales como extrarregionales, y finalmente se conformó un grupo de 130 provenientes de más de 40 países, que participaron en el foro juvenil realizado en Israel.

El foro analizó la situación de la juventud en América Latina, los principales problemas que afronta y posibles soluciones que fueron recogidas en un documento entregado a la Asamblea de Gobernadores, bajo la forma de recomendaciones.

La Asamblea es el máximo órgano decisorio de la institución financiera y está formada por los representantes de los accionistas, esto es los 46 países propietarios. Precisamente, los representantes son los respectivos Ministros de Economía quienes se reúnen en este ámbito una vez al año para evaluar la marcha del BID y adoptar decisiones sobre su futuro.

Los jóvenes uruguayos cumplieron un destacado papel durante el foro y participaron activamente en todas las instancias de esa experiencia, la primera en su tipo organizada por un organismo multilateral en el mundo.

En los próximos meses habrá en Washington una reunión de seguimiento sobre los temas tratados en Israel y allí se analizará cómo marcha la instrumentación de los mismos.

La nota gráfica muestra al grupo de jóvenes uruguayos participantes en el Foro de la Juventud BID—Israel, junto a autoridades del organismo en nuestro país, jerarcas de PLUNA y el Instituto Nacional de la Juventud.

✓

Q-01

95x8876

PETROLEO EP 16/5

Londres, mayo 15 - El petróleo terminó hoy con alza luego de una apertura débil, apuntalado por la posibilidad de una huelga en el sector petrolero de Venezuela. El tipo referencial Brent saltó más de 30 centavos frente a su mínimo del día para cerrar en 18,63 dólares el barril, 11 centavos más que el viernes.

Aunque la amenaza de un paro entre los trabajadores petroleros del estado venezolano de Zulia no afectará demasiado la oferta mundial, operadores dijeron que podría abrir el camino para un conflicto más serio. Venezuela, una de los principales proveedores de petróleo del mundo, produce sostenidamente por encima de su cuota de la OPEP. **(Reuter)**

1/2

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro.052/A/95......

FECHA:....14/9/95......

REFERENCIA: Mate Amargo 14/SET/95

ORIGEN: Campo Militar

DIFUSION: Dpto.III

ANEXOS: Se adjunta artículo de prensa.

INFORMACION CONOCIDA: El 16/SET el Comité de Apoyo a UTAA Félix Bentín realizará una peña en el local del Sindicato del BAO en Carlos María Ramírez esquina Bauzá.

En la oportunidad se realizará canto popular y se hablará sobre la fundación de UTAA.

E.E.I.: Se solicita saber:

- Cantidad de asistentes.
- Identificación de dirigentes .
- Cualquier otro dato que resulte de interés.

PLAZO:

001/2

...entre di-
...brero de
...222 fun-
...tuales".
...steriales
...ministra-
...ndos del
...ento de
...privadas
...e al final
...tros en-
...mecanis-
...financiar
...rales. El
...mencio-
...oblemas
...ministra-
...nos que
...a de tra-
...ectura.",

...as inver-
...estaban
...e conve-
...otras que
...falta de
...s compe-
...admini-
...lta de l.
...manifes-
...idas, que
...ro a nivel
...anudar, y
...personal
...espedido
...uaciones
...oundante
...e tradujo
...hace po-
...inisterial,
...Ana Lía
...bajadores
...ctado por

...regó que
...es del Mi-
...er en los
...tenemos
...o —con la
...con el mi-
...una cor
...gestion...
...isterios y
...ión públi-

...s el único,
...lizaron el
...arlamento
...ar con los
...e Legisla-
.... La movi-
...no buena
...participa-
...misión se
...el ministro
...itas sobre
...a. Se pide
...ado de los
...ción esta-
...ente circu-
...o permiten

Comisión

El presupuesto elaborado por Cáceres y sus asesores que desde el 31 de agosto está a consideración del Parlamento, profundiza en grado sumo la política de reducción de personal

...rado, está contratado como medio oficial albañil, siendo trasladado de Arquitectura a otra Dirección para evitar su envío al seguro de paro, o que directamente fuera despedido.

Ramiro Priscal

...y que la parálisis es un problema de la empresa constructora. Aquí aparentemente hay una maniobra financiera, habría que ver de que tipo*", finaliza la carta.

RP

Del Comité de Apoyo a UTAA Félix Bentín

En Bella Unión, la zafra se termina y se termina el ánimo de los *peludos*, porque después quedan sin trabajo y sin rumbo: ¿moverse para dónde, si la situación del país es crítica a nivel general?

Los que vinieron de Bella Unión a trabajar en la construcción, más de la mitad están en el seguro de paro y después, carretera con ellos. Nos preguntamos: ¿estos trabajadores qué harán? Los de Bella Unión se quedaron allá trabajando en changas de veinte pesos por día y los que están quedarán en Montevideo juntando papel en los basureros y aumentando los cantegriles. Pero no estamos haciendo solamente referencia a los *peludos* de Bella Unión. ¿Y los demás de los dieciocho departamentos? ¿Y los de distintas ciudades que ya hace bastante tiempo que perdieron sus fuentes de trabajo? Como los del Espinillar, que con el cierre de esta fábrica mataron Belén, Constitución y parte de Salto; en Paysandú, Paylana, Paycueros, Azucarlito, etcétera.

Como si esto fuera poco, se sumaron a la lista los pequeños y medianos productores del departamento de Canelones, la salud, que está echa un desastre y para colmo ahora quieren cerrar el Saint Bois, ya queda poco para privatizar y para vender. El ex presidente Lacalle dijo que la reforma de la previsión social iba a beneficiar a los futuros presidentes y a la generación venidera. ¡Pobre de los que vengan! Creo que sería bueno que los que están planeando venir no vengan (nos referimos a las nuevas generaciones); nosotros que ya estamos tenemos que aguantar el chaparrón, pero les dejamos este mensaje: si quieren venir, vengan pero piensen dos veces. El MerCoSur apenas empieza y ya está haciendo estragos; como siempre, los que pagan los platos rotos son lo que no los rompieron, en este caso están pagando todos aquellos que dependen de un sueldo, de una jubilación o una pensión. Pero la Policía va a tener un aumento de un doce por ciento, la salud, un diez por ciento, la jubilación apenas un cuatro por ciento.

Pensamos que no vale la pena gastar tinta anotando tantos problemas, aquí hay que dejarse de joder con discutir problemas internos y pensar en soluciones a este caudal de atropellos de los que dicen gobernar: nos están haciendo «submarino» en un vaso de agua y no nos damos cuenta. Pensamos que se puede, siempre que se quiera, la marcha del 24 lo demostró; pero no podemos conformarnos con que la marcha salió bien. Toda esa gente no solo pedía justicia, también pedía solución a los problemas que nos golpean a todos los pobres.

En esta nota no queremos adelantar soluciones, no es que no las tengamos, pero todo a su momento. El sábado 16 del corriente, el Comité de Apoyo a UTAA Félix Bentín (Juancito), realizará una peña en el Sindicato del BAO, Carlos María Ramírez esquina Bauzá. Habrá canto popular, actuará el payador Arellano, el cañero Medina, los hermanos Luzardo, La Huerta Artiguista, entre otros.

Y hablará un compañero sobre la fundación de UTAA. Y en ese momento aportaremos nuestro planteo.

Contamos con la presencia de todos los que de una manera u otra apoyaron a UTAA.

Hay que acordarse de aquellas marchas que realizó UTAA y que hicieron temblar el Uruguay.

El 16 de setiembre, tenemos que hacer temblar el local del BAO con aquella vieja consigna *«Por la Tierra y con Sendic»*.

Comité de Apoyo a UTAA
Félix Bentín (Juancito)

9508879

En reunión en Viena el 19 de junio, Gabón decidirá si se retira de la OPEP.

150025
8/5/95
516371
507515
11078
65201

Gabón decide este mes si se retira de la OPEP

Por James Tanner
(Redactor de The Wall Street Journal)

HOUSTON — Gabón decidirá este mes si se retira o no de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). En caso que el país africano abandone la organización, será la segunda baja en apenas dos años y medio. A finales de 1992, Ecuador abandonó la OPEP.

Paul Toungui, ministro de Petróleo de Gabón, informó la semana pasada que su gobierno espera un informe de Ida Bagus Sudjana, ministro de Petróleo de Indonesia y presidente de la OPEP, y de Rilwanu Lukman, secretario general de la organización. Ambos estarán en Gabón este mes para las negociaciones finales en torno a la solicitud gabonesa de una rebaja en las tarifas que paga a la OPEP.

"El gobierno gabonés tomará una decisión (pronto)", dijo Toungui, quien acudió a Houston para una conferencia sobre la tecnología de extracción de petróleo en el mar. Cualquiera que sea la decisión, el asunto será resuelto cuando los 12 países miembros de la OPEP se reúnan en Viena el 19 de junio, agregó.

Aunque la producción de Gabón suele exceder su cuota de 300.000 millones de barriles diarios, es el productor más pequeño de la OPEP, por lo que su posible salida, pese a que tendría un pequeño impacto sobre el mercado internacional de crudo, tendría más que todo un alto valor simbólico.

Esta es la razón por la cual Sudjana ha acudido a otras naciones con el fin de generar apoyo para mantener a Gabón dentro de la organización. "Si la OPEP no llega a un acuerdo, es posible que los productores más pequeños opten por retirarse", expresó Sudjana.

El problema es que los costos operativos de la OPEP están divididos a partes iguales entre sus miembros. Gabón paga lo mismo —US$1,8 millones— que los demás miembros, incluida Arabia Saudi, que produce 8 millones de barriles diarios, e Irán que produce 3,6 millones al día. En la reunión de noviembre de la OPEP, Gabón pidió que sus tarifas se prorratearan sobre la base de los barriles de petróleo que produce.

01-01

9508879

Evalúan futuro de Pepsi en Zona Franca

Medidas arancelarias argentinas cambiaron rentabilidad de la planta de proforma

No existe ninguna posición oficial de desviar las inversiones de la planta de Pepsi en Zona Franca Colonia a Buenos Aires", señaló el gerente general de Embotelladora del Uruguay, Jorge Strika, quien señaló que "se está monitoreando la situación frente al cambio en el régimen arancelario de Argentina".

Strika, quien es también gerente de Uruguay Proforma SA en Colonia, destacó que "hubo medidas que cambiaron el marco que existía al momento de realizarse las inversiones en Uruguay". Argentina -detalló- aumentó el 13 de marzo pasado el Arancel Externo Común para las importaciones de proforma del 14% al 25%. A esta medida se sumó un aumento de la Tasa Estadística del orden de los tres puntos. A pesar de ello no hay decisión oficial de Pepsi de desviar las inversiones de la planta ubicada en Zona Franca Colonia hacia Buenos Aires, sino que se está estudiando la posibilidad de mejorar la competitividad de las exportaciones dentro del Cauce.

Hubo medidas que cambiaron el marco que existía al momento de realizarse las inversiones

POSICIONES ENCONTRADAS

Sin embargo, fuentes de Pepsi en Uruguay señalaron a *El Observador* que es intención de la multinacional frenar las inversiones en Zona Franca Colonia.

"Existe malestar -añadió la fuente- por el incumplimiento de las promesas realizadas por el gobierno del doctor Lacalle de desafectar jurídicamente a la planta de Pepsi del marco de Zona Franca, incorporándolo al régimen de promoción industrial. Esto aparejaría el beneficio de la exoneración del impuesto a la renta que afecta a las utilidades giradas por la empresa al exterior".

Según la fuente, la intención de la compañía es ir disminuyendo paulatinamente la operativa de Colonia y en un plazo no mayor a los dos años desactivar la planta ubicada en la zona franca.

Pepsi ya ha realizado inversiones por valor de US$ 20 millones en Colonia en *joint venture* con la embotelladora Baesa de Argentina. El plan de inversiones comprende nuevas erogaciones por valor de US$ 35 millones, que incluyen la instalación de tres máquinas inyectadoras de PET para la fabricación de proformas. La primera estaría llegando en los próximos días y otras dos en el mes de junio. El destino que Pepsi les dé a estas máquinas marcará el futuro de la planta en Colonia.

CLAVES

- **CAMBIO.** Los socios del Mercosur establecieron que los productos elaborados en las zonas francas del Mercosur, con excepción de Tierra del Fuego y Manaos, deben tributar el AEC variando las reglas de juego.
- **PROMESA.** El gobierno de Lacalle había prometido que la planta en ZFC sería incorporada al régimen de promoción industrial, que le otorgaba la exoneración del impuesto a la renta para utilidades giradas al exterior.
- **TARIFAS.** Argentina decretó el aumento de 14 al 25% del AEC para las exportaciones de proformas. La Tasa Estadística aumentó tres puntos.

COLONIA **VECINOS AFECTADOS POR EMANACIONES**

Denuncian quema de residuos tóxicos

Con la decisión de aclarar el hecho, la Dinama inspeccionará hoy la zona franca de Colonia del Sacramento y un vertedero de basura cerca de Colonia Valdense

Residuos tóxicos, aparentemente medicamentos vencidos provenientes de una zona franca, fueron quemados en un basurero cercano a Colonia Valdense provocando problemas respiratorios a vecinos del lugar. Una organización ambientalista denunció el hecho a nivel parlamentario y en la Dirección Nacional de Medio Ambiente (Dinama), la que hoy inspeccionará ese vertedero y la zona franca de Colonia del Sacramento con la firme intención de llegar al esclarecimiento total del problema, según afirmó Carlos María Serrentino, titular de ese organismo del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (Mvotma).

"Es un alerta sobre el tema zonas francas", señaló Serrentino a

> *Un camión llevaba medicamentos, que estarían vencidos, para quemarlos*

El Observador y afirmó que si la denuncia se confirma propondrán la modificación de la ley que las regula.



"Es un alerta sobre el tema zonas francas", dijo Carlos Serrentino

La situación comenzó a gestarse el pasado martes 9, cuando los vecinos de La Paz, pueblo cercano a Colonia Valdense, vieron que un pesado semirremolque arrojaba desechos en el vertedero (basurero) de la localidad y se procedía a quemar parte de esos residuos, provocando un humo denso y maloliente que afectó a muchas personas en sus vías respiratorias y en algunos casos también les irritó la vista.

De inmediato informaron del hecho a la organización Defensa del Medio Ambiente Valdense (Demaval), cuyo tesorero Omar Pita manifestó ayer a *El Observador* que el miércoles 10 se hizo presente en el lugar y encontró nuevamente el semirremolque descargando basura. "Pregunté qué estaban haciendo y me contestaron que transportaban medicamentos vencidos desde la zona franca de Colonia del Sacramento. Algunos los tiraban en el vertedero y los tapaban con tierra, otros los quemaban", reseñó Pita.

Agregó que "yo fui testigo, nadie me lo contó y también experimenté molestias en las vías respiratorias por el humo de la quema de esas sustancias".

Demaval denunció la situación ante la Intendencia de Colonia, que ordenó el cese de esas quemas. También se puso el caso en conocimiento de la Red Uruguaya de ONGs Ambientalistas, que llevó la voz de alerta al Parlamento y a la Dinama.

Pita expresó su esperanza en cuanto a que la inspección aclare la situación, sobre todo teniendo en cuenta que aparentemente "algunos de los medicamentos no estaban vencidos".

"Las zonas francas fueron creadas por una ley y otra ley puede modificar su funcionamiento, si es necesario", afirmó por su parte el licenciado Serrentino, asegurando que la Dinama actuará "con la mayor firmeza".

Dijo que esta mañana tres ingenieros químicos de la Unidad de Sustancias Peligrosas, encabezados Silvia Aguinaga, inspeccionarán el vertedero y la zona franca involucrada, con el apoyo de la comuna coloniense con la cual ya se han puesto en contacto.

Traerán muestras que serán analizadas para determinar qué fue lo que se quemó y su grado de peligrosidad, y a partir de allí se resolverán los caminos a seguir, explicó Serrentino.

CLAVES

- **AFECTADOS.** Vecinos de La Paz, en Colonia, sufrieron problemas respiratorios por la quema de desechos en el basurero de la zona.
- **MEDICAMENTOS.** Afirman que se trata, en su mayoría, de medicamentos vencidos provenientes de la zona franca de Colonia.
- **DENUNCIA.** La denuncia cobró estado público por medio de organizaciones ambientalistas alertadas por los vecinos.
- **DINAMA.** La Dirección Nacional de Medio Ambiente inspecciona hoy el vertedero y la zona franca, con la firme decisión de llegar al fondo del asunto.

FAO, Facultad de Agronomía y la Intendencia local

Impulsan desarrollo forestal urbano y rural en Lavalleja

La República Entera
M. Tejera
0442 5976
MINAS

La Intendencia Municipal de Lavalleja, junto a la Facultad de Agronomía y la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación), realizarán un convenio para trabajar en el desarrollo urbanístico de Minas y de nuestro departamento. Tendrá carácter piloto y se aspira a concretar una fórmula que atienda los requerimientos de ciudades como la nuestra, que sufren una agresión al medio ambiente, como consecuencia de las actividades de intercambio que se desarrollan en la integración regional existente en estos días.

Días pasados estuvieron en Minas el representante de la FAO en Uruguay, ingeniero Carlos Bastanchuri, y el decano de la Facultad de Agronomía, ingeniero agrónomo PhD Gonzálo González Fernández, quienes, ante una propuesta del intendente municipal de Lavalleja, escribano Héctor Leis, comprometieron esfuerzos para la formulación de un proyecto de desarrollo sobre agroforestería urbana y periurbana.

El intenso intercambio de mercaderías y bienes de capital generado a partir de la instrumentación del tratado de integración regional Mercosur, ha generado un tránsito vehicular muy intenso, estimándose que por el cruce de Las Palmas, Luis Alberto de Herrera y 18 de Julio (en pleno corazón de la ciudad), pasan unos 60 camiones de transporte pesado por hora.

Además, en los últimos tres años se han incrementado en tres mil los vehículos de cuatro ruedas que circulan en nuestra ciudad y se empadronan un promedio de mil motos por año, con el consiguiente impacto para el medioambiente, que sufre una sobrecarga de los gases provenientes de la combustión, que mueve a todos esos rodados.

Los proyectos que a nivel mundial impulsa la FAO están destinados a propender a una mejor calidad de vida de los habitantes de los centros poblados, que pasa por la mejora del entorno, en el entendido de que el individuo se siente mejor motivado para una relación social al poseer un entorno paisajístico equilibrado.

El representante de FAO llega a Minas con una postura muy especial, ya que, durante sucesivas misiones encargadas por la Organización de las Naciones Unidas, tuvo oportunidad de alternar con el embajador Luis Alberto Carrese Prieto, oriundo de nuestra ciudad y actualmente acreditado ante el gobierno de Colombia. El diplomático minuano fue trasmitiendo al funcionario de FAO una crónica de la ciudad y la necesidad de trabajar en temas de cuidado y preservación de medio ambiente.

Los visitantes recorrieron distintos puntos de nuestra ciudad, lo que les permitió resaltar el potencial existente para el éxito del proyecto, que tendrá carácter piloto y convocará a nuestra ciudad a un gran número de personas interesadas en solucionar los problemas de contaminación ambiental.

Hablando sobre las generalidades que fundamentan el proyecto, el representante de la FAO, ingeniero Carlos Bastanchuri, dijo a la prensa: "Ante el incremento de la densidad poblacional en los grandes centros urbanos, con la finalidad de preservar la calidad de vida de sus habitantes, se hace imprescindible la preservación y aumento de las áreas verdes, como espacios que oxigenen y ayuden a combatir la polución ambiental".

Por su parte, el intendente Héctor Leis indicó que, "desde el punto de vista del desarrollo urbanístico resulta fundamental la previsión y posibilidad de concretar proyectos de largo alcance".

"Sería una irresponsabilidad no dejar el camino preparado para el futuro de lo que va a ser el gran proceso de integración que ya estamos viviendo, pero que muchas veces la gente no lo visualiza en forma directa", agregó Leis.

Por su parte, el decano de Agronomía, ingeniero Gonzalo González Fernández, sostuvo que "cada una de las tres instituciones pone algo de sí para llevar adelante esta experiencia inédita".

"La idea, como institución política, es de la Intendencia Municipal de Lavalleja, FAO, como organismo de ayuda técnica provee el conocimiento y el soporte para instrumento; en tanto que la Facultad de Agronomía participa como entidad de enseñanza y formación", finalizó González.

Nuevo orden: Boris Yeltsin reclama creación de «nuevos modelos de seguridad mundial y europea»

El presidente ruso realizó un discurso en el Kremlin, ante la presencia de varios mandatarios dedicado al 50 aniversario de la victoria sobre la Alemania nazi ■ En el mismo enfatizó que «Rusia será liberada del todo y para siempre de la peste fascista»



El presidente ruso, Boris Yeltsin, proclamó ayer lunes la necesidad de crear «nuevos modelos de seguridad mundial y europea», al intervenir en el Kremlin con un discurso dedicado al 50 aniversario de la victoria sobre la Alemania nazi.

«Europa y todo el mundo necesitan nuevos modelos de seguridad, que deben basarse en la confianza y una cooperación equitativa, y no en la confrontación política y el enfrentamiento», declaró el líder ruso.

«Los líderes de la actualidad deben aprender la lección principal de la política mundial: la discriminación y el aislamiento de bloques tarde o temprano acababan en guerras, o ponían al mundo al borde de una guerra nuclear», indicó.

En una alusión directa a los planes de la expansión de la OTAN hacia Europa del Este, a los que Moscú se opone, el líder ruso enfatizó que «los mecanismos político-militares creados antiguamente con fines concretos no pueden resolver los problemas de la actualidad».

«Estoy seguro que lograremos crear una paz sólida en Europa y en el mundo», concluyó el «número uno» del Kremlin.

Rusia será liberada del todo y para siempre de la peste fascista», prometió ayer lunes, el presidente ruso, Boris Yeltsin, en un discurso que conmemoró la victoria aliada que puso fin la II Guerra Mundial.

«Medio siglo después la derrota del fascismo, en la sociedad rusa se ha debilitado la inmunidad contra las ideas racistas y fascistas», advirtió el dirigente ruso.

«Es más, hay quien trata de sembrar las semillas envenenadas en las mentes de la joven generación», dijo al tiempo que aseguró «el fascismo, esa horrible enfermedad del siglo XX, jamás deberá repetirse».

Yeltsin recordó que «los fascistas en todas partes empezaban por promesas de defender a los humillados y ofendidos, de levantar el pueblo de las rodillas».

«Pero, tras llegar al poder, lanzaban a su pueblo y a otros en la vorágine de las represiones y las guerras. El final siempre fue el mismo: la catástrofe nacional».

Yeltsin elogió el papel desempeñado por los líderes aliados al haber creado la coalición antihitleriana que logró derrotar a la Alemania nazi.

Destacó «el gran mérito» de José Stalin, Winston Churchill, Franklin D. Roosevelt y de Charles de Gaulle por haber unificado los esfuerzos de sus países en la guerra contra el fascismo.

Al mismo tiempo, recordó a las víctimas del estalinismo, y que «encrudeció las purgas» en la URSS después de la victoria común en la Segunda Guerra Mundial.

Yeltsin hizo un paralelismo entre el totalitarianismo en Alemania y en la URSS, al señalar que sólo una tercera parte de los prisioneros soviéticos sobrevivieron los campos de concentración nazi.

«Solo ahora, indicó, los sobrevivientes han sido rehabilitados plenamente y recuperaron todos sus derechos». «Necesitamos la verdad total sobre aquella guerra, la verdad heroica y amarga», destacó Yeltsin.

La encerrona de las Fuerzas de Paz de ONU en el laberinto mortal de la ex Yugoslavia y los dilemas del Nuevo Orden Mundial

La evolución última de los acontecimientos en la ex Yugoslavia ha conducido a una situación extremadamente comprometida a las Fuerzas de Paz de Naciones Unidas y elevado a niveles insostenibles las tensiones dentro del Consejo de Seguridad y entre los países cuyas fuerzas militares se hallan comprometidas en el operativo de "imposición de la paz" en la conflictiva región balcánica.

Como se sabe, la intervención de ONU en esa convulsionada zona se inscribe en el vidrioso marco del Capítulo VII de la Carta de Naciones Unidas cuya intrpretación ha permitido ir desarrollando una doctrina que los expertos han denominado de "imposición de la paz".

El fenómeno es novedoso y apareció una vez que terminada la Guerra Fría surgió la posibilidad de que el Consejo de Seguridad de ONU, actuando en representación de la "comunidad internacional", pudiera lograr los acuerdos necesarios para encarar intervenciones coactivas con el fin de imponer el cese de los combates a las fuerzas en pugna o intentar solucionar situaciones de grave violación de los derechos humanos acompañadas de violencia.

Tales experiencias no han demostrado, en general, ser demasiado eficaces ni se han concluido con resultados positivos. Baste recordar lo sucedido en Somalía u observar el caso que analizamos; los dos ejemplos más claros de "imposición de la paz".

Es obvio que la Fuerza de Paz de ONU ha perdido su autoridad en la ex Yugoslavia y además es percibida por las partes enfrentadas como un enemigo o como una virtual aliado del mismo.

Así, en este momento, la ONU se ve enfrentada a una disyuntiva de hierro mientras un cierto número de miembros de su contingente militar ha sido tomado de rehén por los serbo-bosnios.

Una posibilidad es encarar una intervención militar masiva para imponer una paz que no se ha logrado a través de la diplomacia ni de las operaciones punitivas "quirúrgicas" ni de las sanciones económicas y los bloqueos.

La otra alternativa es un retiro de las Fuerzas de Paz desplegadas en la región para dejar que los acontecimientos sigan su curso "normal".

Esto es que las masacres lleguen a su culminación y el conflicto se resuelva por la vía del agotamiento de las partes en conflicto o la aniquilación de una de ellas.

Obviamente, ni una ni la otra parecen salidas aceptables y cualquiera de las dos implica graves riesgos de un agravamiento de la guerra cuyas consecuencias y extensión resulta difíciles de preveer.

La OTAN y sus miembros han actuado con dosis de irresponsabilidad y aventurerismo señalables en muchos momentos de la ya larga historia de este conflicto.

El giro de la situación pone a Europa ante una dramática realidad mientras los conflictos entre los aliados de la OTAN y la amenaza de la inquietante y siempre impredecible situación en Rusia, agrega una dosis de dramatismo a la realidad planteada.

"Quien siembra vientos...": el viejo refrán adquiere en la ex Yugoslavia toda su validez.

9508886.

ORIGINAL

M E M O R A N D U M No. 950225/.../Fecha: 14/SET/95...

I: ASUNTO: COORDINADORA DE ESTUDIANTES.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: T E X T O:

Se tomó conocimiento de que en el dia de hoy a la hora 17.00 tendrá lugar una concentración en la Plaza Fabini con posterior Marcha a la Embajada de Francia.

En la misma participaran la Coordinadora de Estudiantes junto con un Movimiento Ecologista.

La referida Marcha se realizara en protesta por las pruebas nucleares realizadas por Francia y se usarian mascaras

Segun se pudo saber cabria la posibilidad de que la policia reprimiera dicha Marcha o que impidiera su llegada a la mencionada Embajada.

001/2

V: DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE
(m.a.)

14.9.95
DPTO I
950523

002/2

9508886

■ NAVEGABILIDAD

Comenzó dragado del canal Mitre

Argentina no estaría dispuesta a cofinanciar obras de Martín García

Comenzaron en Argentina las obras de dragado del río Paraná desde la ciudad de Santa Fe al océano Atlántico a cargo de la firma concesionaria Hidrovía SA (en la cual figura la empresa belga Jan de Nul que compitiera por la adjudicación de las obras del canal Martín García).

Como consecuencia de las obras, que implican serios riesgos para la seguridad de la navegación, la Prefectura Nacional Naval Argentina puso en ejecución un operativo tendente a evitar accidentes o inconvenientes, tanto a embarcaciones mercantes como deportivas, informó Ambito Financiero.

Agentes económicos rosarinos presionaron durante mucho tiempo para que se concretase el dragado del canal para facilitar la llegada a varios puertos del interior argentino de buques de gran porte exportadores de cereales.

PREOCUPACIÓN

Fuentes del gobierno argentino dijeron la semana pasada que la administración Menem no dispondrá de fondos para realizar las obras que le corresponde financiar conjuntamente con Uruguay para canalizar el canal Martín García.

La decisión podría entorpecer la ejecución de las obras, cuya realización es de vital importancia para el comercio nacional.

La decisión de Buenos Aires de entregar 500 millones de dólares para canalizar su propio acceso a Rosario por el canal Mitre habría convertido en no rentable el mejoramiento de Martín Gracía.

01-01

Joven Empresario Apuesta al Litoral

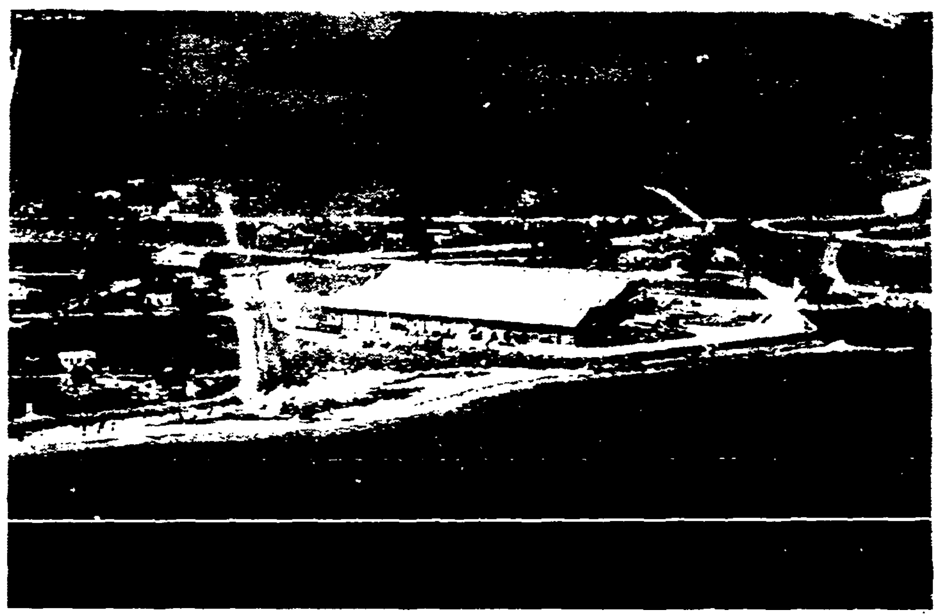
Formidable Futuro Para Litoral si Construyen el Martín García

Siempre tuvimos esperanzas en el destino mayor de nuestros puertos litoraleños, tanto como la tuvieron los pioneros orientales que abrieron los puertos de Paysandú, Fray Bentos y Nueva Palmira a la navegación de ultramar para sacar productos y especialmente el alemán Liebbys's que abrió la planta industrial para elaborar extracto de carne en Fray Bentos a fines del siglo pasado y luego la vendió al Frigorífico Anglo de Inglaterra. Ya hay mucha inversión en Nueva Palmira, seguramente más de 150 millones de dólares en puerto, muelles, infraestructura portuaria, equipos, industrias, zonas francas, etc. Y creemos que en algún momento se va a producir el efecto gatillo que al dispararse va a poner en movimiento el mayor foco desarrollista del país. Una de las importantes empresas inversionistas en Palmira es Frigofrut y para conocer detalles de lo que acontece allí nuestra página entrevistó al joven ingeniero Miguel Fraschini, Director Gerente quien nos habló de su empresa de Nueva Palmira, de Fray Bentos y de Paysandú. A continuación ofrecemos una síntesis de sus juicios.

"He puesto grandes esperanzas en los puertos del litoral primero porque soy del interior (Paysandú) y luego por visión de futuro y así fue que hace algunos años hice mi opción y decidí volcar mis esfuerzos y conocimientos a Nueva Palmira rompiendo incluso con mi estabilidad anterior. Lo hice para dirigir la construcción de la planta industrial de la empresa Frigofrut que luego de terminada la obra y pasadas tres temporadas de experiencia refirmó mi opción y quedé a vivir aquí.

Nosotros aspiramos a que Nueva Palmira un día despierte y ponga en movimiento una dinámica política desarrollista como nunca se ha visto, con la misma perspectiva y proyección con que la inició hace cuatro décadas Corporación Navios y luego Frigofrut, Digra, las zonas francas y los numerosos proyectos de inversión que se han hecho conocer en estos últimos años.

Estoy seguro —dijo el Ing. Fraschini— que Nueva Palmira se convertirá en un foco de desarrollo muy importante porque además no está sola, sino que tiene detrás al Uruguay y al riquísimo litoral argentino y sus provincias y al sistema de la Hidrovía. Ya sabemos de muchísimos proyectos de inversión pero muchos más serán realidad a partir del momento que contemos con el Canal Martín



Vista de la planta de frío de Frigifrut levantada casi al borde del Río Uruguay en el puerto de Nueva Palmira y se puede advertir la disposición del muelle que se proyecta que agregamos nosotros. Quedaría situada al costado de la Terminal Digra quedando entre ambos un espacio libre de 130 metros.

01-02

García a 32 pies de profundidad. Estamos seguros que desde ese día comenzará a gestarse el boom de éste puerto que sin duda, su actual infraestructura, no será suficiente y reclamará ampliaciones. Nosotros mismos estamos interesados en construir un puerto para facilitar las operaciones de carga de los barcos de citrus pero también para dar salida a grandes volúmenes de madera que aspiramos manejar.

ESPERANZAS EN EL PUEBLO PALMIRENSE

Como hombre joven, tengo fe y esperanzas en las nuevas generaciones palmirenses que ya son capaces de ver los nuevos tiempos, tiempos de cambios y transformaciones, con entusiasmo y dedicación. Pero yo le puedo decir que todo el pueblo palmirense es un ejemplo de laboriosidad y responsabilidad y estoy segurn que ve al puerto de Nueva Palmira con el mismo optimismo que los vemos los jóvenes.

Cierto que el palmirense pudiera catalogarse de ser un poco conservador y de respuesta lenta para la inversión, pero en los últimos tiempos —dice nuestro entrevistado—hay que decir que la oferta de servicios ha ido mejorando un poco y hay espíritu de empresa. Estoy seguro que cuando se vea con más claridad y firmeza el desarrollo de Nueva Palmira aparecerán los palmirenses inversionistas para acompañar ese movimiento progresista.

DE 8 BARCOS A MAS DE 90

Hace poco más de 6 años, los operadores portuarios y de cargas, y agentes marítimos, como despachantes se podían contar por uno o dos, ahora en cambio son varios los que aquí en Nueva Palmira abrieron oficinas y eso es consecuencia del movimiento portuario que de 8 a 10 barcos anuales pasó a por lo *menos 90 naves el año pasado* y el número continúa creciendo entre naves frigoríficas, carga general, minerales, granos y trasbordos y dentro de dos o tres años habrá que pensar en la madera. En este caso pienso que aparecerán las estructuras privadas prestadoras de servicio, los forwarding, las empresas de acopio, apoyos mecánicos, camiones y obviamente habrá que construir un muelle.

La idea es construir una terminal con el perfil que le dimos a Frigofrut, esfuerzo que comenzaron los productores para resolver un problema de contar con una terminal frutera que fuera capaz de manejar sus productos con eficiencia y costos reducidos y el proyecto se desarrollo hasta lo que es hoy. Y el tema de la madera lo planteamos con los mismos ideales, resolver un problema que van a tener los productores.

OTRO MUELLE EN NUEVA PALMIRA

*Nosotros tenemos a desarro*llar varios proyectos entre los cuales el de mayor inversión es la construcción de un muelle en Nueva Palmira destinado al manejo de carga general, de fruta, madera y contenedores. El proyecto que ya presentamos a las autoridades respectivas que implica una inversión de por lo menos 3 millones de dólares, consiste en la construcción de un muelle en zona franca en un régimen de explotación similar al de Corporación Navíos que sin duda muestra una experiencia de empresa portuaria exitosa y es un ejemplo de eficiencia en este puerto. Las condiciones topográficas de Palmira indican que esto es precisamente lo que hay que hacer, primero un muelle y luego rellenar ésa amplía área que no tiene más de medio metro de profundidad, para dar así, nacimiento a la explanada para contenedores y otros fines.

El muelle que proyectamos tendría en una primera etapa 200 metros de frente lo que permitiría atracar un barco frutero comodamente y el muelle tendría *20 metros de ancho para fa*cilitar el desplazamiento de vehículos con carga con lo cual mejoraríamos nuestra actual operativa que en el muelle de Digra solo podemos utilizar la parte vieja del muelle de 84 metros de extensión, donde apenas podemos dar vuelta los pequeños vehículos. Este nuevo muelle tendría forma de L cuya punta miraría hacia el norte del río Uruguay. De manera que de costado habría espacio para atracar otro barco de 150 metros o barcazas. La idea posterior es rellenar esta L y hacer una gran terminal rectangular. En la cabecera de ese muelle, los barcos tendrán una profundidad de 10 metros, similar a Martín García. Entre el muelle de Digra y el nuevo quedaría una boca de entrada de más de 130 metros que facilitaría la entrada de las barcazas sin problema alguno e incluso de barcos.

LA PLANTA FRIGOFRUT

La planta Frigofrut se inicio *hace un poco más de tres años* con una inversión inicial de 3 millones de dólares que incluyó la adquisición de un predio de 30 mil metros cuadrados y de los cuales se techaron casi 11 mil metros. Poco después de su apertura hicimos dos ampliaciones y con ellas ya se han superado con holgura los cinco millones de dólares de inversión. Hoy nuestra planta tiene capacidad para 5 mil toneladas. Eso nos ha dado una mayor fluidez operativa y tanto es así que el año pasado manejamos por nuestra terminal palmirense unas 90 mil toneladas de citrus para ultramar que representan el 61% de la exportación cítrica nacional. Pero también el año pasado descargamos varios barcos de papas para semilla y consumo, en tránsito, parte de lo cual entró a Uruguay y el resto con destino a países limítrofes. También manejamos exportaciones de manzanas, producidas por Mi Granja y que tie*ne un gran futuro porque ade*más se incluiría peras y nectarines. Nuestra planta está dotada de equipos que suministran al depósito una temperatura oscilante en más menos un grado pero ya estamos estudiando la



Ingeniero Miguel Fraschini.

incorporación de cámaras para congelar productos, como carne, pollo, productos lácteos, pescado, jugos cítricos rubros a los que aspiramos manejar por nuestra terminal. Hacia el puerto de Nueva Palmira llega la carretera 21 que viene del norte y va hacia el sur y la 12 hacia el centro del país.

TAMBIEN CARGAS CONGELADAS

Estas cargas estan destinadas obviamente a consolidarse en contenedores y entonces es aquí lo que consideramos como muy importante y es que si Nueva Palmira no dispone de un muelle para operar con contenedores va a ser muy difícil que podamos captar esas cargas, tanto las nacionales como las cargas en tránsito.

BARCAZAS OCIOSAS

Yo creo que la construcción de una terminal de contenedores sería muy valiosa para la Hidrovía porque todos sabemos que en Nueva Palmira hay una enorme disponibilidad de barcazas que después de dejar sus cargas masivas en el puerto, quedan ociosas y deben remontar la Hidrovía lamentablemente vacías, lo cual va en perjuicio de armadores y no contribuye a mejorar los fletes. Con una terminal de contenedores en Nueva Palmira consideramos que hay posibilidades de embarcar cargas contenerizadas hacia puertos del Paraguay, Bolivia y Mato Grosso y evitar que estas barcazas retomen vacías, que paradójicamente en su viaje hacia el norte, van pasando frente a numerosos puertos donde podrían dejar cargas provenientes de Europa, los Estados Unidos y Asia. Este es un tema que ahora estamos manejando con un operador local a los efectos de hallar soluciones a este proyecto de aprovechar las barcazas vacías. Pero básicamente Frigofrut tiene proyectos y también propósitos inequívocos y voluntad de acompañar absolutamente la demanda de servicios que los productores exijan y en esa medida invertirá y continuará ampliando sus instalaciones".

EMILIO CAZALA

02-02

Se realizó una reunión evaluatoria en la Jefatura de Policía de Soriano

El alcohol y las drogas: grave flagelo de los menores

■ En salones de la Jefatura de Policía de Soriano se realizó una mesa redonda entre instituciones sociales, culturales, Municipio y Policía, con el tema "Minoridad y la incidencia de la ingesta de bebidas alcohólicas y consumo de psicotrópicos". Estuvo presente también el tema de los reiterados accidentes de tránsito, donde se manejó la alarmante cifra del pasado año, donde se registró un promedio de un accidente diario en el departamento.

La República Entera
Aldo Roque Difilippo
0532 2900
SORIANO

Posteriormente, en conferencia de prensa, el jefe de Policía inspector principal Roberto Zunino Miranda dio detalles de las temáticas abordadas en dicha mesa redonda, y en las tareas a desarrollar en forma conjunta. Se puntualizó la necesidad de intensificar la labor preventiva en las diferentes áreas de la minoridad en relación al consumo de alcohol, drogadicción, y las frecuentes infracciones a las leyes de tránsito que desencadenan los accidentes.

El jefe de Policía, Roberto Zunino Miranda, expresó que los datos estadísticos de la Jefatura de Policía "arrojan cifras que nos ha preocupado". En coordinación con el intendente, Gustavo Lapaz, se pretenderá regular la problemática del tránsito, sobre todo en Mercedes y poder bajar los índices de accidentes.

Junto con los educadores, en virtud de que participaron todos los directores de todos los centros educativos, se realizará una evaluación dentro de 30 días en busca de "bajar la incidencia que tienen los delitos que vienen a consecuencia del alcoholismo en la sociedad de Soriano, en lo que se refiere a la juventud".

En relación a la problemática del tránsito, la próxima semana el intendente y el jefe de Policía se reunirán para coordinar acciones "a partir de una campaña educativa", expresó Zunino Miranda.

Consultado por **LA REPUBLICA** sobre la coordinación entre la preventiva órbita penal, hacia los infractores, Zunino Miranda dejó en claro la función preventiva que realiza la Policía, y "la aplicación de la ley la tiene la justicia", expresando que la coordinación entre ambas órbitas fue uno de los temas presentes en esta mesa redonda.

SOLUCIONES A TRAVES DEL DEPORTE

"El ser humano a veces, necesita de escapismos" —expresó Zunino Miranda— agregando que en algunos casos es difícil entrar en comunicación con el joven, y aunque no descartó la dificultad del problema instó a canalizar las soluciones a través del deporte como "una forma de bajar estos índices".

Las cifras aportadas por la Jefatura de Policía de Soriano indican que entre diciembre de 1993 y febrero de 1995 se realizaron 29 procedimientos por drogas, en donde no existieron personas remitidas a la cárcel por este delito.

En torno a retenciones de menores, en 1994, un total de 1.712 fueron contabilizados por la Justicia.

Nº DOCUMENTO 9508902
TITULO Por liceales y distribuidor de marihuana detenidos
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA 1/4/95
VINCULACIONES 11176 11350
65092 11341
507466 11343
10001
11351

ENTRADO /
CRUZADO /

Liceales y distribuidor de marihuana detenidos

• Sorprendidos a cien metros de centro de enseñanza

El consumo de drogas por parte de menores que asisten a Liceos de nuestra capital a generado gran preocupación en las más altas autoridades de la Enseñanza Pública Privada. Sumado a algunos hechos de tales características que informamos oportunamente, ahora debemos señalar que en la pasada jornada, funcionarios del Cuerpo de Radio Patrulla ubicaron y detuvieron a cuatro menores, todos estudiantes y entre ellos una jovencita, cuando fumaban cigarrillos de marihuana.

Los mismos les había sido proporcionados por dos sujetos mayores, ambos también apresados en dicho procedimiento, que tuvo lugar precisamente a escasos cien metros de un local de secundaria.

Uno de estos últimos individuos, de acuerdo a los datos que obran en nuestro poder, estaría sindicado como otro de los principales distribuidores de drogas en centros de enseñanza.

Todos los demorados fueron conducidos a dependencias de la Brigada Nacional Antidrogas, de donde podrían surgir, en base a los interrogatorios, elementos fundamentales para llegar a la ubicación de los importadores del referido alucinógeno, por consiguiente las actuaciones podrían tener importantes derivaciones.

Según LA MAÑANA pudo confirmar a través de fuentes oficiales, los hechos se registraron en horas de la tarde, en circunstancias que una dotación del Cuerpo de Radio Patrulla que estaba afectada a la vigilancia en jurisdicción de la Seccional 13ª, se desplazaba por la calle Joaquín Requena.

Al llegar al cruce con Gustavo Gallinal, sus tripulantes observaron que seis personas al notar la presencia del móvil se movilizaron sospechosamente, lo cual motivó la intervención de los dos agentes.

Al serles efectuado el cacheo de armas correspondiente, no se le ubicó ninguna, pero si se les pudo incautar varios cigarrillos de marihuana que estaban fumando.

Luego de concretarse las detenciones, se pudo determinar que cuatro de ellos eran menores de edad y estudiantes de secundaria. Resultaron ser una jovencita y cuatro muchachos de 17 años, en tanto que los otros, dos hombres de 18 y 26 años, estaban junto a ellos y según los testimonios de los estudiantes, el de mayor edad ofició como distribuidor.

Los seis presos, como se dijo, fueron conducidos a la Brigada de Narcóticos donde vienen siendo interrogados para poder determinar la identidad del importador del alucinógeno. Hoy comparecen ante la Justicia competente.

Más menores consumidores

Continuando en el mismo orden de hechos, debemos consignar también que funcionarios de la misma repartición que el caso anterior, sorprendieron y apresaron a otros cuatro menores de edad cuando se estaban drogando con gases de cemento de contacto en un predio baldío ubicado en la zona de las Canteras de los Presos, dominios de la Seccional 15ª.

Este grupo de jovencitos fue llevado, al igual que el procedimiento citado en líneas anteriores a la Brigada de Narcóticos y desde donde serán conducidos ante la Justicia competente.

El episodio se registró en horas de la tarde, cuando una dotación de Radio Patrulla se desplazaba por Felipe Cardozo. Cuando llegó a las proximidades con el camino Carrasco, los agentes observaron que en un predio baldío se encontraba 5 individuos en actitud sospechosa.

Con las medidas que el caso requería se les acercaron y los sorprendieron cuando se estaban drogando con gases de un cemento de contacto. Junto con los elementos adecuados fueron trasladados en carácter de detenidos a la referida Brigada.

01-04

9508902.

SECRETO

1/3

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
140800SET/1995

PEDIDO DE INFORMACION Nro.041/A/95

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1 : SR. JEFE DEL DPTO.II/ D.G.I.D.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

DPTO. (PG) INTERIOR

PABLO RANGALLO

14 SET. 1995
ARCHIVO
950890

SECRETO 001/3

9508903

REFERENTE A - GONZALEZ , JUAN
- CORRENTINO
- DIRIGENTE DE ATES EN ARGENTINA

SE SOLICITAN: - DATOS PATRONIMICOS
- RESEÑA DE PRINCIPALES ACTIVIDADES SINDICALES
- ENCUADRE POLITICO
- ANTECEDENTES PENALES E IDEOLOGICOS
- VINCULACIONES CON PP.PP. EN EL AMBITO GEOGRAFICO DEL MERCOSUR.
- CUALQUIER OTRO DATO QUE PUEDA SER DE INTERES
* SE ADJUNTA FOTOCOPIA DEL ARTICULO DEL DIARIO "LA JUVENTUD" DEL 13/09/95.-

9508903

002

La más importante movilización popular luego del 1o. de mayo

Gremios de Montevideo e Interior hicieron sentir su rechazo a la desocupación, el desmantelamiento del Estado y la Seguridad Social y exigieron un Presupuesto justo.

Con una participación notoriamente numerosa de gremios se llevó a cabo la jornada de movilización convocada por COFE y el Pit-Cnt.

La actividad de ayer constituyó la demostración de masas más importante a nivel sindical luego del 1o. de Mayo y tuvo la particularidad de congregar a trabajadores de la Capital y el Interior. Los gremios, tal cual estaba previsto, se concentraron mayoritariamente junto al Obelisco a partir de la hora 13 y próximo a las 14 y 30 iniciaron la marcha hacia el Palacio Legislativo. Allí se había montado un estrado, ubicado delante de la Plaza Mártires de Chicago, frente al sector del Palacio que da a la avenida General Flores. En el estrado se ubicó un muñeco que lucía en su pecho la leyenda "neoliberalismo".





Jose Paz y Juan Gonzalez (de Argentina), dos de los oradores

Alrededor de la hora 16 se inició la parte oratoria, la cual fue abierta por Juan González, dirigente de la Asociación de Trabajadores Estatales de Argentina, inte[...] del Congreso [...] Trabajadores [...] Argentina (CTA)

A continuación [...] Andreoli, integran[...] Secretariado del P[...] dio lectura a una p[...]ma elaborada p[...] Central de trabaja[...]

Posteriormente, una de las inte[...]ciones más ferv[...] de la jornada, hiz[...] de la palabra el di[...] de Artigas José [...] quien efectuó un d[...]so con duras y fro[...] acusaciones [...] Parlamen[...]

Finalmente, cerró e[...] el secretario [...] Relaciones de [...] Luis Bazzano, rea[...]do una reseña de la política econ[...] del Gobierno y sus consecue[...] específicas en el área estatal, texto íntegro brindamos en otra [...] de esta sección.

"Al enemigo se lo ve más grande si se lo mira de rodillas"

Nosotros conocemos en nuestro país bien de qué se trata. Con concepciones exclusivamente economicistas achican, desmantelan el Estado y esto significa reducción de salarios, convertir en mercancía el trabajo y terminan los trabajadores siendo materiales descartables (...).".

"Y ustedes preguntarán cómo es posible que hayamos aceptado tremenda barbaridad. Debo reconocer que este poder ha hecho muy bien las cosas. Nos costó entender lo que significó la destrucción de la dictadura militar de nuestras organizaciones sociales (...) pero quiero decirles que hoy, en cada rincón de mi patria hay trabajadores que resisten a todas las políticas de ajustes y estamos recomponiendo el camino de empezar a recuperar el país (...)". "El año pasado logramos unificar todas estas luchas. Con todos los compañeros del Interior marchamos hacia la Capital con una marcha Federal y fuimos capaces de demostrar

que hay un país que quiere seguir viviendo dignamente (...) y recuperar nuestra Plaza histórica de tantas luchas del movimiento obrero argentino (...)."

Somos conscientes del poder que tenemos enfrente y que ustedes también lo están viviendo, de los virreyes modernos, mandaderos del Capitalismo, que no son capaces, porque son traidores y cobardes, de ponerse enfrente del poder, a sacarle la plata y repartir en el pueblo con justicia social(...).

"Todas las luchas en mi patria y también en América Latina y esta jornada con ustedes dice que estamos en el camino de recomponer nuestra [...] popular para empezar a cambiar la historia [...] entrega de los países en América Latina (...)".

"Yo vengo de Corrientes, que recuerda y [...] encarnada la lucha federal de Artigas. Vengo [...] tierra del libertador general San Martín. Por eso [...] que recordar aquellas palabras de él que nos [...] 'Al enemigo se lo ve más grande si se lo mi[...] rodillas'. Por eso no tengo dudas que este pue[...] pie y unido va a cambiar la historia en toda Am[...] Latina".

(Fragmentos del discurso del dirigente [...] ATES de argentina, el correntino Juan Gon[...] en el acto de[...]

Presionado por EEUU, Pagarán a Campesinos que Erradiquen los Cultivos

BOLIVIA: GOBIERNO LANZA OFENSIVA CONTRA LA COCA

El gobierno de Bolivia se apresta a lanzar una ofensiva para erradicar los cultivos de coca, respondiendo a las advertencias de los Estados Unidos. Washington emplazó a ese país a reducir los cultivos amenazando con bloquear su ayuda financiera y la de organismos internacionales.

LA PAZ, 1 (AP). — El gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada iniciará una ofensiva para erradicar los cultivos excedentes de coca, informaron hoy las autoridades.

El ministro de Gobierno Carlos Sánchez Berzaín puntualizó que el plan consiste en eliminar cada mes 600 hectáreas de hojas de coca, para llegar al final de este año con un total de 5.400 hectáreas erradicadas.

Agregó que los campesinos que se acojan a este programa recibirán una compensación económica de 2.500 dólares por hectárea, lo que demandará un desembolso total de 13,5 millones de dólares.

La decisión gubernamental se produce en instancias en que el gobierno de Washington ha emplazado a Bolivia a erradicar hasta el próximo 30 de Junio por lo menos 1.750 hectáreas de coca excedente, si es que quiere mantener el apoyo económico a su balanza de pagos y la otorgación de créditos concesionales del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Además de exigir la erradicación de los cultivos de coca, Estados Unidos propuso al gobierno de La Paz la suscripción de un nuevo tratado de extradición país para procesar a varios bolivianos presuntamente dedicados a esa actividad ilícita, dijeron las autoridades.

Según fuentes gubernamentales el apoyo total que espera este año Bolivia podría alcanzar a unos 300 millones de dólares, que son vitales para impulsar los programas de desarrollo económico y social y mantener la estabilidad financiera y política.

Sánchez Berzaín sostuvo que las operaciones se realizarán desde hoy en la zona de El Chapare, ubicada a 580 kilómetros al sudeste de La Paz, donde se encuentran las mayores extensiones de coca de Bolivia.

El secretario nacional de Defensa Social, Mario Soliz, ha puntualizado que en Bolivia existen aproximadamente 48.000 hectáreas de hojas de coca, cuya producción es desviada en su mayoría a la fabricación de cocaína.

Según la ley de Sustancias Controladas promulgada en 1987, Bolivia debe erradicar cada año entre 5.000 y 8.000 hectáreas de hojas de coca, metas que no han sido cumplidas desde 1992 por la oposición de los campesinos productores de El Chapare.

A mediados del año pasado miles de cocaleros realizaron una caminata a La Paz para protestar contra los intentos gubernamentales de erradicar sus cultivos, sin antes proporcionarles fuentes alternativas de subsistencia.

De acuerdo con informes oficiales, unas 200.000 personas, de los aproximadamente 6,5 millones de habitantes, están dedicadas a la producción de coca en la región.

Los anuncios formulados hoy por el gobierno para erradicar "en forma voluntaria o forzosa" los cocales han provocado la inmediata reacción de los dirigentes agrarios, quienes subrayaron que "defenderán sus cultivos aunque les cueste la vida", según expresó su principal líder, Evo Morales.

El nuevo entredicho entre las autoridades y los cocaleros se produce en instancias en que los sindicatos ingresaron hoy a su sexta jornada de huelga general por tiempo indeterminado para exigirle al gobierno un conjunto de reivindicaciones económicas y sociales, entre ellas incrementos salariales sustanciales para afrontar el permanente alza del costo de vida.

Los sindicalistas en huelga protagonizaron toda esta semana violentas manifestaciones callejeras en La Paz, con un saldo de varios detenidos y heridos.

Por la quebrada del Yuro: el presidente Sánchez de Lozada decretó Estado de Sitio en Bolivia

20/4/95

■ Apresaron a un millar de dirigentes sindicales y de líderes «cocaleros» ■ La COB mantiene la huelga general por mejoras salariales y en apoyo al conflicto de la enseñanza ■ La medida de excepción durará tres meses mínimamente

El Gobierno de Bolivia decretó en la madrugada del miércoles el estado de sitio en todo el territorio nacional, en coincidencia con la detención de un millar de sindicalistas y de reconocidos cultivadores de coca.

Las medidas gubernamentales, según explicó un miembro del Ejecutivo, pretenden preservar «la integridad nacional» ante la aparición de distintos movimientos secesionistas y reponer la calma, tras la oleada de huelgas y manifestaciones que ha dominado la vida del país durante las últimas semanas.

La Central Obrera Boliviana (COB) mantiene una huelga general reivindicando mejoras salariales y en apoyo a la movilización de los gremios de la enseñanza los que se oponen a una reforma que consideran reaccionaria.

A primeras horas de la madrugada de ayer, el ministro de Gobierno, Carlos Sánchez Berzaín, leyó públicamente un Decreto Supremo firmado por el presidente de la República, Gonzalo Sánchez de Lozada, mediante el cual quedaba instaurado el estado de sitio en todo el país a partir de ese momento.

La medida de excepción, sin embargo, entró en vigor de hecho mucho antes, a última hora del martes, cuando la policía procedió inesperadamente a detener en La Paz a los principales dirigentes de la Central Obrera Boliviana (COB), organización matriz del sindicalismo en este país.

Mientras se preparaba la declaración del estado de sitio y la policía interrumpía violentamente en una reunión de dirigentes de la COB y arrestaba a todos los presentes, incluidos algunos periodistas, el presidente Sánchez de Lozada asistía a la presentación en La Paz de la película boliviana «Jonás y la Ballena Rosada».

La policía también interrumpió a esa hora una reunión internacional de productores de hoja de coca que se celebraba en la localidad de Copacabana, 155 kilómetros al este de La Paz, y arrestó a los presentes, entre ellos al líder de los cocaleros bolivianos, Evo Morales, y a doce representantes de Perú, dos de Colombia, un brasileño, un cubano y un «europeo».

Las autoridades no han facilitado la identidad de los extranjeros detenidos, ni la nacionalidad exacta del «europeo».

Según el decreto leído por el ministro de Gobierno, el estado de sitio fue declarado para resguardar «la integridad nacional», en referencia a la aparición de distintos movimientos secesionistas.

El departamento (provincia) sureño de Tarija, fronterizo con Paragauay y Argentina, tuvo que ser militarizado la semana pasada cuando una asamblea popular decidió crear un Gobierno regional independiente del de la República.

Otros departamentos del país amenazaron durante las últimas horas con tomar la misma medida secesionista, ante lo que consideran una falta de atención a sus necesidades más urgentes por parte del Gobierno central.

Asimismo, el decreto afirma que los dirigentes sindicales del país «han generado huelgas, marchas, bloqueos y violencia contra las personas y la propiedad, alterando el orden público y la paz del país».

Añade que «personas, en franco desconocimiento de la Constitución Política del Estado y las leyes de la República, se han atribuido la soberanía del pueblo pretendiendo crear organismos al margen de la Ley suprema de la Nación», en referencia al movimiento secesionista de Tarija.



El estado de sitio declarado, de acuerdo con la Constitución boliviana, deberá durar un máximo de tres meses, durante los cuales quedarán anuladas las principales libertades públicas.

A partir de ayer miércoles, quedan prohibidas las reuniones de más de tres individuos, la circulación de vehículos y personas desde las 00.00 a las 06.00 horas, y cualquier tipo de manifestación de protesta.

Todos los ciudadanos deben «tener cuidado y no exponerse» a los rigores del estado de sitio, advirtió el ministro de Gobierno.

Tras la declaración del estado de excepción, la detención de dirigentes sindicales en La Paz se extendió a otras ciudades del país y llegó a superar el millar de arrestos, según datos extraoficiales.

Los detenidos serán «confinados» durante la vigencia del estado de sitio, según informó el Gobierno, en un lugar del territorio nacional que aún no se ha especificado.

El secretario permanente de la COB, Alberto Vilar, que pudo escapar a las detenciones policiales, dijo a la prensa que se encontraba «en la clandestinidad».

Según Vilar, la declaración de estado de sitio «es una operación montada por el ministro de Gobierno para poder cumplir con los compromisos de erradicación de cocales adquiridos por el Gobierno de La Paz con Estados Unidos».

Vilar aseguró que «la COB tiene el convencimiento de que Sánchez Berzaín actuó sin que el presidente de la República tuviera conocimiento de los pasos que estaba dando su ministro de Gobierno».

Agregó que poco antes de comenzar las «inesperadas» detenciones, la COB recibió un mensaje del Gobierno en el que se «ensalzaba» el comportamiento de los dirigentes de esa organización sindical durante las negociaciones que mantenían ambas partes.

Desde hace más de un mes, las escuelas públicas de Bolivia están cerradas por una huelga de maestros que ha sido reprimida diariamente en forma violenta por la policía en las principales ciudades del país.

Al mismo tiempo, la COB convocó a finales de marzo pasado una huelga general indefinida en todo el país, que se cumple muy desigualmente, y también ha protagonizado manifestaciones y marchas de protesta que han acabado en batallas callejeras con las fuerzas del orden.

C2

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Juventud

FECHA DE 22/4/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Háblame de democracia: crece la resistencia de los trabajadores en Bolivia ante el Estado de Sitio

Prosigue el arresto masivo de dirigentes sindicales por parte del Ejército y la policía · Los partidos de oposición reclaman al Gobierno el levantamiento inmediato de la que consideran una «ilegal medida»



Todos los partidos de la oposición de Bolivia coincidieron ayer en solicitar al Gobierno el levantamiento del Estado de Sitio, la liberación de los dirigentes sindicales detenidos y confinados y la reanudación del diálogo con la Central Obrera Boliviana (COB).

Los partidos opositores expresaron su rechazo a las medidas excepcionales adoptadas por el Gobierno durante el debate [illegible] para ratificar el [illegible] Estado de Sitio [illegible] del país. [illegible] COB [illegible] de dirigentes [illegible].

[illegible] con mayoría absoluta en el Parlamento, por lo que la sesión sirvió únicamente para escuchar las opiniones de la oposición.

Los diputados y senadores de Conciencia de Patria (CONDEPA), Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y Frente Revolucionario de Izquierda (FRI) plantearon a sus colegas oficialistas la anulación del decreto que impuso la medida de excepción.

El diputado de CONDEPA, Gonzalo Ruiz Paz, acusó al Gobierno de que, además de infringir los preceptos constitucionales antes y después del decreto cuestionado, las autoridades han cometido el delito de «violencia moral» contra los familiares de los dirigentes sindicales detenidos y confinados.

El congresista propuso levantar el Estado de Sitio, liberar a los detenidos y «sentarse a dialogar nuevamente, porque de nada sirve esta victoria pírrica que en nada legitima el descontento de afuera».

El diputado del MIR, Luis Vásquez, por su parte, insistió en que la suspensión de los derechos constitucionales fue aplicada al margen de la Ley y, por tanto, es ilegal para el Parlamento.

El Gobierno de Bolivia detuvo el pasado martes a los principales dirigentes de la COB, entre ellos su secretario general, Oscar Salas, y al líder de los cocaleros, Evo Morales, pocas horas antes de decretar el Estado de Sitio.

Unos 300 líderes sindicales se encuentran actualmente confinados en diferentes [illegible] militares [illegible] del país [illegible] de las ciudades.

El Gobierno de La Paz decretó las medidas para acabar con las huelgas, manifestaciones violentas y revueltas regionalistas que perturbaron la vida del país durante las últimas semanas.

El Gobierno de Bolivia nada ha dicho de los diversos reclamos salariales de los trabajadores.

El llamamiento a la resistencia y a endurecer las medidas de protesta efectuado desde la clandestinidad por los pocos dirigentes de la COB que no han sido detenidos, ha tenido un eco importante en los trabajadores.

9508904.

Sindicalistas prometen lucha clandestina al huir de Bolivia

● Desde Arica, Chile, anuncian que reactivarán la movilización

Tres dirigentes sindicales de la Central Obrera Boliviana (COB) que lograron escapar de las detenciones masivas anunciaron que regresarán en forma clandestina a la Paz "para reactivar la movilización" contra el gobierno de Gonzalo Sáchez de Lozada.

Santiago de Chile\ANSA

En Arica, ciudad limítrofe con Bolivia, los Secretarios de Defensa, Transporte y Prensa, respectivamente, Carlos Gómez Valda, Armando Durán Collazos e Ismael Téllez, concedieron una entrevista al diario El Mercurio.

En ella expresaron que lograron evitar "providencialmente" la detención masiva porque abandonaron la Reunión Nacional de la entidad obrera (el martes de noche) dos horas antes de la llegada de la Policía, precisamente porque viajaron a Arica, donde se celebraba una reunión sindical organizada por la chilena Central Unica de Trabajadores (CUT).

En la Paz fueron arrestados los dirigentes sindicales de la COB que fueron posteriormente relegados a distintos puntos rurales de Bolivia.

Gómez, Durán y Téllez dijeron a El Mercurio: "Regresaremos a Bolivia en una fecha y por un paso que no definiremos para reorganizar, en la clandestinidad, la lucha frontal contra el gobierno, que tendrá por objetivo liberar a los sindicalistas detenidos".

El diario explica que el gobierno de Bolivia impuso el Estado de sitio, el martes pasado, luego de choques entre la Policía y sindicalistas que exigían la satisfacción de un conjunto de demandas políticas, económicas y sociales.

Añade que Bolivia "vivía su sexta semana de una huelga general de maestros y tres de una movilización similar realizada por la COB, lo que había derivado en enfrentamientos en el centro y barrios marginales de La Paz que dejaron varios heridos en ambos bandos".

Se retomará la lucha

Los dirigentes sindicales señalaron en Arica que ellos eran los únicos que están libres, aparte de los que se encuentran en la clandestinidad y que tomarían contacto con ellos "para reagrupar a los compañeros".

Indicaron asimismo que "no es cierto lo manifestado por el Ministro del Interior, Carlos Sánchez Berzain, en cuanto a que con el Estado de sitio retornó la calma a La Paz luego de semanas de choques".

Armando Durán precisó que "quizá por la sorpresa del Estado de sitio se vio tranquilidad, pero durante la próxima semana va a retomarse la lucha en Bolivia, y cuando venzan los 90 días de ese plazo los trabajadores pondrán en práctica medidas ya discutidas y las movilizaciones renacerán".

"Cuando regresemos a La Paz, continuó Durán, presionaremos al gobierno a fin de que entre en un diálogo franco y sincero. Estamos preparados física y sicológicamente para enfrentar la represión".

Por su parte Gómez aseveró que "el Estado de sitio significará, a la larga, al gobierno, una mayor inestabilidad social y daña la imagen del país en el exterior, lo que puede atemorizar a los inversionistas privados nacionales o extranjeros".



C4

Se desató en Bolivia la guerra de la coca

Por Carlos M. Reymundo Roberts

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

Choques: policías y campesinos se enfrentaron en Chapare a causa de la exigencia de EE. UU. de erradicar cocales.

CHAPARE, Bolivia. – Cuatro policías y cuatro campesinos heridos; más de 100 detenidos y dos desaparecidos; un par de vehículos destruidos. Para algunos ha comenzado ya, en pleno estado de sitio *la guerra de la coca*.

Los enfrentamientos del fin de semana entre policías y productores se originaron cuando peritos del Instituto Geográfico Militar llegaron a Chapare –el reino de la coca ilegal en Bolivia, una vasta región de selva tropical que se extiende por cientos de kilómetros cuadrados– para realizar un catastro de cocales.

Campesinos que se oponen a la erradicación de 1750 hectáreas de este cultivo exigida por los Estados Unidos para antes del 30 de junio desafiaron abiertamente la presencia militar con bloqueos de rutas y ataques a patrullas de la brigada antinarcóticos.

"Fue un choque duro. Cuando pretendíamos disuadirlos nos agredieron con proyectiles de dinamita, pedradas y arcos y flechas, y además muchos estaban bajo el efecto del alcohol que le dan los narcotraficantes para quitarles el miedo", informó el comandante policial de la región, teniente coronel Luis Caballero.

Los productores justificaron su actitud en una "legítima defensa" de sus plantaciones y acusaron a las fuerzas policiales de saqueos y allanamientos indiscriminados.

Erradicación voluntaria

En marcado contraste con estos incidentes, en otro punto de Chapare el ministro del Interior, Carlos Sánchez Berzain, entregaba compensaciones en dinero a un centenar de productores que se han acogido al plan voluntario de erradicación y sustitución de cocales.

En rigor, esos productores –campesinos humildísimos, dueños todos de pequeñas parcelas de no más de dos o tres hectáreas– no parecían muy convencidos del paso que estaban dando y muchos quedaban en silencio cuando se les preguntaba si volverían a plantar coca.

Sánchez Berzain, de remera importada y un lujoso reloj de oro en su muñeca, hizo cuatro o cinco entregas de dinero –unos 2000 dólares por hectárea– frente a una delegación de periodistas llevada por su ministerio, mientras palmeaba a los campesinos y les decía "felicitaciones, compañero".

Antes de esta ceremonia, algunos productores admitieron a la prensa que se habían acogido al plan por presión del gobierno o de sus sindicatos, y acusaron a las autoridades de no cumplir con sus promesas de construir puentes y caminos que faciliten la comercialización de los cultivos alternativos.

El ultimátum

Los duros choques registrados en Chapare estarían reflejando, por un lado, la determinación del gobierno a cumplir con la exigencia de los Estados Unidos.

Por otro, la decidida voluntad de los productores de hacer caso omiso de ese ultimátum, a cuyo cumplimiento está supeditada toda la asistencia financiera norteamericana y de organismos de crédito internacional para este año.

En la opinión pública más informada crece la convicción de que fue principalmente la necesidad de vencer la resistencia de los de cocaleros lo que llevó al gobierno, la semana pasada, a decretar el estado de sitio.

"No lo hicimos por eso, pero si ayuda, mucho mejor", dijo a LA NACION Sánchez de Berzain, un ex defensor de narcotraficantes. El ministro confía en que se podrá cumplir con la reducción de plantaciones exigida por Washington.

Para hoy, los productores alzados en armas prometieron nuevos bloqueos en Chapare. El gobierno, represión. El conflicto está abierto.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA clarín

FECHA 24/4/95

VINCULACIONES

CRUZADO

SE ENFRENTARON POLICIAS Y COCALEROS, EN UN CLIMA DE FUERTE DESAFIO SINDICAL AL ESTADO DE SITIO

11 heridos en protestas en Bolivia

El presidente Gonzalo Sánchez de Lozada negó que pudiera haber un golpe militar en Bolivia. La dirección de la Central Obrera Boliviana (COB) llamó desde la clandestinidad a realizar un bloqueo nacional de caminos a partir de hoy. El gobierno respondió que si es necesario movilizará a las fuerzas armadas para mantener el orden.

LA PAZ y SANTIAGO, Chile, 23 (Reuter, AP y DPA). – La Central Obrera Boliviana **(COB)** desafió hoy el estado de sitio dispuesto por el gobierno del presidente **Gonzalo Sánchez de Lozada** y, tras violentos enfrentamientos que dejaron un saldo de 11 heridos en una zona cocalera, convocó a un bloqueo nacional de caminos a partir de mañana, lunes.

El jefe de Estado boliviano rechazó categóricamente la posibilidad de que se produzca un golpe militar en su país como consecuencia del estado de convulsión social.

Sánchez de Lozada, en declaraciones al diario chileno **"El Mercurio"**, afirmó que las fuerzas armadas bolivianas, lejos de pensar en alzarse contra el gobierno, están contribuyendo de manera decisiva al proceso de consolidación democrática de **Bolivia**.

La convocatoria de la COB, lanzada desde la clandestinidad, fue respondida por el gobierno con la advertencia de que si es necesario movilizará las fuerzas armadas para mantener el orden, en el marco del estado de excepción.

"No permitiremos que mañana se produzca ningún acto de violencia en el **Chapare** –principal zona de cultivo de coca en Bolivia–", aseguró a la prensa el ministro de Gobierno, **Carlos Sánchez Berzaín**.

Efectivos del ejército ya actuaron juntamente con las fuerzas policiales del Chapare, en el centro del país, para frenar las protestas de los campesinos en la región.

Durante una serie de operativos realizados el fin de semana, se registraron violentos choques con los productores de coca. Sánchez Berzaín informó que cuatro uniformados resultaron heridos, uno de ellos de un machetazo que casi le amputa un brazo, en tanto que los sindicatos cocaleros denunciaron que siete cam-

9508904

C6

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

pesinos fueron alcanzados por las balas disparadas por las tropas y 150 fueron detenidos.

"A la gente que pretende bloquear los caminos se le aplicará la ley; no hay razón para bloqueos, a menos que deseen desafiar el estado de sitio", agregó Sánchez Berzaín, que desmintiendo a los sindicalistas sostuvo que los arrestados no fueron más de cien.

Polémico programa

Los bloqueos de caminos entre el viernes y el sábado en el Chapare se produjeron después que unos técnicos militares comenzaron un polémico programa de medición de los cocales que, según la ley antidrogas, deberían ser erradicados porque se consideran destinados exclusivamente a la fabricación de cocaína.

El jefe de la policía antinarcóticos, Luis Caballero, aseguró que los enfrentamientos del sábado comenzaron en la colonia Topater de Ivirgarzama cuando los productores de coca intentaron impedir a los uniformados la medición de sus cultivos, defendiéndose de los militares con flechas, lanzas, machetes, cartuchos de dinamita, escopetas y viejos fusiles máuser.

Un comunicado emitido desde la clandestinidad por el comité ejecutivo de la COB, firmado por cinco de los dirigentes que lograron escapar a la detención cuando se dictó el estado de sitio, hace un llamado el domingo a "la realización de bloqueos relámpago en todo el país y al acatamiento de una huelga general por tiempo indeterminado".

Casi 400 sindicalistas fueron detenidos y 303 de ellos, confinados en cinco remotas poblaciones rurales, según informes oficiales.



Protestas de cocaleros en La Paz: una situación que se repite a pesar del estado de sitio.

9508904.

OCHO HERIDOS Y TREINTA DESAPARECIDOS

Más campesinos detenidos en Bolivia

Los incidentes se iniciaron cuando cientos de campesinos armados intentaron bloquear las carreteras de acceso y salida de Cochabamba

Un centenar de campesinos bolivianos que cultivan hoja de coca fueron detenidos por la Policía de Bolivia durante las últimas horas de ayer, en medio de violentos enfrentamientos que dejaron ocho heridos y y al menos treinta desaparecidos, cuando continua vigente el estado de sitio en todo el país, informaron fuentes oficiales.

El Ministerio de Gobierno informó además que durante los enfrentamientos, los campesinos atacaron un vehículo de la ONU y resultaron gravemente heridos dos de sus ocupantes, un policía y un funcionario gubernamental bolivianos. El Ministerio de Gobierno confirmó la detención de 100 campesinos acusados de violar el estado de sitio vigente en Bolivia desde el pasado martes.

Los enfrentamientos ocurrieron en Chapare, donde está la mayoría de los cultivos de coca

Los enfrentamientos y las detenciones tuvieron lugar en la zona de Chapare, donde se encuentra la mayoría de los cultivos de hoja de coca, en el departamento central de Cochabamba.



Crece la tensión en Cochabamba

CAMINOS BLOQUEADOS

Los productores de coca anunciaron para hoy un bloqueo general de caminos en todo el país en protesta por la erradicación de sus plantaciones y el arresto de su máximo líder, Evo Morales.

Evo Morales, líder de la Federación de Productores de Coca, fue arrestado el martes, horas antes de que se dictase el estado de sitio, medida asumida tras los violentos enfrentamientos entre maestros y efectivos policiales.

El gobierno de EEUU le ha exigido a Bolivia la erradicación de 1.500 hectáreas de coca en un plazo que finaliza el 30 de junio próximo y ha amenazado con recortar la ayuda económica si no se cumplen estas cifras. *(En base a AP y EFE)*

Acusaciones del embajador de EE.UU.

LA PAZ, 24 (ANSA). – El embajador norteamericano en Bolivia, Curtis Kamman, calificó de "demagogo" al máximo dirigente de los productores de hojas de coca Evo Morales, y aseguró que "todos los campesinos cocaleros del Chapare (en el centro del país), están ligados al narcotráfico".

"No sé cómo el estado boliviano enfrentará este problema (el de la erradicación de cultivos), esa decisión la debe tomar el nivel más alto del gobierno de este país que es la presidencia", afirmó.

Kamman dijo a la Red Andina de Información que "tal vez se creará una situación conflictiva, pero ya pasaron muchos años sin ningún resultado en la erradicación voluntaria de cocales y los campesinos deben entender que ya no pueden continuar cultivando coca".

Paz armada en Bolivia

Por Carlos M. Reymundo Roberts
(Corresponsal de LA NACION en América latina)

Conquista: el gobierno consiguió con amenazas que los maestros volviesen a las aulas y sacó el ejército a las rutas para impedir bloqueos y marchas de protesta.

LA PAZ.– En la puja para ver quién tuerce el brazo a quién, el gobierno pareció sacar ventaja sobre los gremios docentes y de productores de coca que habían llamado a desobedecer por la fuerza el estado de sitio.

Ayer, al menos, no se concretaron los bloqueos de caminos y marchas de protestas anunciados por la resistencia sindical el fin de semana.

Salvo los titulares de los diarios, que siguen reflejando la tensión de un clima político por momentos explosivo, en las calles de La Paz no hay el menor síntoma de perturbación o intranquilidad.

En las escuelas estatales muchos maestros retornaron ayer a las aulas después de un paro de siete semanas, pero se encontraron con la sorpresa de que no había alumnos.

"Hemos vuelto...Ahora vuelvan ustedes", clamó por radio una maestra de una escuela primaria de La Paz.

El gobierno había advertido al personal docente, un combativo gremio que abreva en la doctrina trotkista y lleva como estandarte la figura del Che Guevara, que quedarían cesantes aquellos que no concurriesen a trabajar.

No se sabe si el alto presentismo debe ser atribuido a esa amenaza o a la decisión del gobierno de premiar a los obedientes con el pago de los salarios de marzo.



Sánchez de Lozada

Sin bloqueos

La de ayer fue una paz armada.

Ante las amenazas de bloqueos de rutas, efectivos del ejército y de la policía tomaron posición en las carreteras más transitadas, con la consigna de garantizar sí o sí el libre tránsito, cuyo entorpecimiento es una tradicional y efectiva forma de protesta en Bolivia, debido al estrangulamiento que provoca en la rudimentaria red vial del país.

Sin embargo, hasta media tarde sólo se tenía noticia –no confirmada por la policía) de un par de bloqueos relámpago en la región cocalera del Chapare, donde el fin de semana se registraron fuertes choques entre productores y patrullas antinarcóticos.

La virtualmente nula actividad sindical de ayer fue atribuida a dos causas. Por un lado, las fuertes medidas disuasorias de un gobierno que no dudó en sacar a los soldados a las rutas. Por otro, las dificultades de organización de gremios, que a partir del estado de sitio deben operar desde la clandestinidad y con la primera línea de su dirigencia confinada tras las rejas en lugares remotos.

Entre los más de 300 sindicalistas que siguen detenidos se encuentran Oscar Salas, secretario general de la Confederación Obrera Boliviana; Eva Morales, líder de los productores de coca, y Vilma Plata, la irreductible jefa de docentes.

"Eso es como jugar sin Maradona, Batistuta y Caniggia", explicó un diplomático a LA NACION.

Se estima, no obstante, que sólo después de muchas semanas de calma el gobierno podrá confiar en que está ganando la partida.

En la región del Chapare, donde se produce el 97% de la coca que se convierte en cocaína, los cultivadores están en pie de guerra contra la decisión del presidente Sánchez de Losada de cumplir con la reducción de plantaciones impuesta por los Estados Unidos.

"No se van a entregar así nomás. Los narcotraficantes los mandan al frente y en otras campañas de erradicación hemos visto que hasta les proporcionan armas y helicópteros para que defiendan sus plantaciones", comentó a este diario un asesor del Ministerio de Gobierno.

En el ámbito oficial se considera que tanto en el Chepare como en el conflicto docente no bastará con mostrar los dientes. Seguramente tendrá que utilizarlos.

DISPERSARON VIOLENTAMENTE UN BLOQUEO DE CAMINOS

Nuevos choques con los cocaleros en Bolivia

Nuevos enfrentamientos entre la policía y los campesinos cocaleros del Chapare que condicionan la reanudación de las negociaciones con el gobierno a la inmediata liberación de sus dirigentes. Duras declaraciones del embajador estadounidense en La Paz.

LA PAZ, 24 (Especial para **Clarín**).– La policía rural y las fuerzas antinarcóticos bolivianas chocaron hoy nuevamente con campesinos de la región del Chapare que se oponen a que el gobierno erradique las plantaciones de coca para cumplir con una serie de exigencias de los Estados Unidos.

Los campesinos bloquearon a primeras horas de hoy la carretera Cochabamba-Santa Cruz, región centrooriental del país, aunque no pudieron resistir ante la intervención de las fuerzas policiales y militares.

Los campesinos se organizaron en grupos de defensa para oponerse a la erradicación de los cultivos de coca y para negociar con el gobierno mientras sus dirigentes sigan detenidos o confinados como consecuencia del estado de sitio dictado la semana pasada.

Los enfrentamientos comenzaron el sábado pasado, cuando el ministro de gobierno, **Carlos Sánchez Berzain**, ordenó dispersar una asamblea de campesinos que estaba reunida en **Villa Tunari**, la mayor concentración urbana del Chapare. Ese día se registraron 16 heridos y una veintena de detenidos, según dijeron los informes periodísticos.

Evo Morales, el líder de los cocaleros, fue detenido el miércoles de la semana pasada horas antes que fuera decretado el estado de sitio, mientras asistía a una reunión internacional de productores andinos de coca, que se realizaba en la población de **Copacabana**, sobre el lago **Titicaca**.

Tregua

Esta tarde el gobierno propuso una **tregua** a los campesinos a fin de reiniciar las conversaciones, pero estos respondieron que la liberación de sus dirigentes era una condición ineludible.

Los campesinos exigen que el ministro y sus colaboradores así como los agentes uniformados del UMOPAP, la policía rural creada para controlar las zonas cocaleras, salgan de la zona y vuelvan solamente cuando se haya levantado el estado de sitio.

El gobierno del presidente Sánchez de Lozada reiteró hoy que el estado de sitio no fue decretado por el enfrentamiento con los campesinos sino por el desorden creado en La Paz por los sindicatos izquierdistas.

Sánchez Berzain, a cargo de cumplir la erradicación de 1.750 hectáreas antes del 30 de junio, como lo exigen los EE.UU., insiste en seguir adelante negociando con cada campesino individualmente. Su meta es erradicar 600 hectáreas por mes a partir del 1º de abril, con lo cual aseguraría que hasta el 30 de junio se eliminen 1.800 hectáreas.

Humberto Vacaflor



Gonzalo Sánchez de Lozada, presidente de Bolivia, entre dos fuegos: los cocaleros y EE.UU.

Acuerdo en Bolivia

LA PAZ, 29 (Reuter, AP y AFP). – Los sindicalistas y el gobierno de Bolivia firmaron esta madrugada un acuerdo que sentó las bases de solución del más grave conflicto social de la última década en el país: se levantó la huelga general y los 400 detenidos serán liberados.

El estado de sitio decretado el 18 de abril seguirá en vigencia, pero no se descartó su levantamiento antes de los 90 días de vigencia máxima que establece la Constitución, dijo el ministro de Gobierno, **Carlos Sánchez Berzaín**, principal negociador.

Tras once días de estado de sitio en los que no se puedo aplacar la ola de protestas sindicales, cuatro dirigentes de la Central Obrera Boliviana (COB), cinco ministros y un representante de la Iglesia se comprometieron además a reanudar las conversaciones sobre demandas laborales. La COB suspenderá las protestas y huelgas, en particular la que realizan los maestros desde hace siete semanas.

12

Acuerdo preliminar entre Gobierno boliviano y la COB sin levantamiento de estado de sitio

30/4/95

Dirigentes de los gremios de la enseñanza y los líderes cocaleros no están de acuerdo con la forma del cese del conflicto · Las autoridades se comprometieron a liberar a todos los detenidos «excepto los que tienen proceso legal»

El Gobierno de La Paz liberará a todos los sindicalistas detenidos y la Central Obrera Boliviana (COB) suspenderá sus acciones de protesta, pero seguirá vigente el estado de sitio en todo el país, según un polémico y no muy claro acuerdo firmado el viernes por ambas partes que deja aún muchos asuntos sin resolver.

El acuerdo fue firmado y hecho público a la 01:00 hora local (05:00 gmt) de ayer sábado, en La Paz tras una larga reunión celebrada en secreto por tres ministros del Gobierno, cuatro dirigentes de la COB, principal organización sindical del país, que se encontraban en la clandestinidad y un representante de la Iglesia católica como mediador.

Los cocaleros y los maestros, que constituyen dos de los principales focos de tensión en Bolivia, no comparten esa opinión y así lo manifiesten, ante el empeño del Gobierno por erradicar cultivos de hoja de coca y de llevar adelante, sin modificación alguna, la Ley de Reforma Educativa.

Por parte del Ejecutivo boliviano participaron en la reunión los ministros de Gobierno, Carlos Sánchez Berzaín; de Presidencia, Guillermo Justiniano, y de Trabajo, Reynaldo Peters.



Por la COB, el secretario general, Juan Chávez; el secretario de organización, Vladimir Terceros; el secretario permanente, Alberto Vilar; y el secretario de Asistencia Social, Israel Veizaga.

La Iglesia católica estuvo representada por el director de Caritas en Bolivia, Roberto Barja.

Sánchez Berzaín advirtió tras la firma del acuerdo que, no obstante, el estado de sitio seguirá vigente hasta que se normalicen completamente las actividades en todo el país.

El objetivo principal del acuerdo es que la COB y el Gobierno reanuden las negociaciones que se rompieron el pasado 18 de abril cuando el presidente de la República, Gonzalo Sánchez de Lozada, decretó el estado de sitio en todo el país y la policía arrestó a cientos de dirigentes sindicales que, posteriormente, fueron confinados en recintos militares.

Según el documento que plasma el acuerdo, «la COB instruye a todas sus organizaciones afiliadas, levantar de inmediato la huelga general indefinida y todas las medidas de presión, retomando de inmediato a la normalidad del trabajo, incluyendo la reiniciación de las labores escolares».

«El Gobierno, a su vez, compromete la libertad de los detenidos y el retorno de los confinados, una vez normalizadas todas las actividades laborales y educativas [illegible] próximo 2 de mayo», agrega el documento.

De esta manera, queda suspendida la huelga que la COB había convocado el pasado 13 de marzo y que se cumplía muy desigualmente, sin afectar a los principles servicios públicos.

Pero no es probable que todos los sectores del magisterio público vayan a aceptar la suspensión de su huelga, que la habían convocado mucho antes que la de la COB y la cumplían disciplinadamente hasta la declaración del estado de sitio, cuando comenzó a dar algunas muestras de debilidad.

En cuanto a los aproximadamente 300 sindicalistas detenidos, el ministro de Gobierno, Carlos Sánchez Berzaín, aseguró que serán liberados todos «excepto los que están sometidos a un proceso legal», y citó los casos de la dirigente trosquista del magisterio público Wilma Plata, acusada de conspiración, y del líder de los cultivadores de hoja de coca, Evo Morales, acusado de instigación al delito.

El secretario general de la COB, Juan Chávez, señaló que el acuerdo con el Gobierno fue aprobado por el Comité Ejecutivo de esa organización sindical, reunido en la clandestinidad, y que asumió la responsabilidad de tomar la decisión ante la ausencia de su secretario ejecutivo y máximo líder, Oscar Salas, detenido en una base militar.

13-13

De país de tránsito a centro de consumo y comercialización

Hasta 1983, la Argentina fue considerada un país de tránsito de drogas y *no* de consumo. Para los carteles del narcotráfico latinoamericano, los argentinos eran ideales para llevar drogas a Europa y los Estados Unidos. "Porque por la ascendencia europea, era muy fácil entrar a esos países simulando ser turistas", explica el diputado **Eduardo Varela Cid**.

Pero en los primeros meses de 1984, los carteles de Cali y Medellín tomaron una decisión crucial: **para no manejar dinero, se les pagaría a las "mulas" (los encargados de llevar la droga) directamente con mercadería.**

El arreglo fue que las mulas –que hacían viajes al exterior cada 15 días– recibirían **medio kilo** de marihuana o cocaína, según el caso, **por cada dos kilos que lograran entrar en Europa.** "Por eso el país se llenó de mulas que tenían que vender su parte", dice Varela Cid.

A partir de allí, la ola siguió creciendo y los carteles bolivianos y paraguayos –que actualmente son los que entran más droga al país– copiaron la modalidad de sus colegas colombianos.

Ahora, no todos continúan esa modalidad. "Los narcos bolivianos **están pagando 5.000 dólares por kilo, que después se vende a 20.000**", dijo una fuente de la Policía Bonaerense.

Aunque todas las fuentes consultadas por **Clarín** coincidieron en que los ingresos de droga al país se hacen casi todos de a diez kilos como *máximo*, se sabe que los carteles colombianos y bolivianos –principales proveedores de cocaína en el país– pretender ubicar en la Argentina un centro para comercializar localmente y también con varias partes del mundo, como quedó demostrado con el secuestro, hace tres semanas, de 1.030 kilos de cocaína en Catamarca provenientes de Colombia.

Sobre la marihuana, se sabe que el principal proveedor es Paraguay, aunque también Chile parece querer salir a competir, según dijeron los especialistas consultados.

ENTRE MARIHUANA Y COCAINA. LA POLICIA DICE QUE LA MAYORIA ES PARA CONSUMO INTERNO

Se calcula que en la Argentina circulan cerca de 100 kilos de droga por día

Investigación y textos: Gerardo Young

La estadística oficial señala que los secuestros aumentaron. Y se calcula que de los 100 kilos diarios de droga que circulan, solamente el 10 por ciento tiene otros destinos. El resto, se queda en nuestro país. Los datos son realmente alarmantes.

ARCHIVO CLARIN



Uno de los colombianos detenidos en el operativo Café Blanco. La droga tenía un 99 por ciento de pureza.

Las menos comunes

El aumento de secuestros de ácidos como el LSD –de 133 dosis incautadas en 1989 se pasó a 9.329, el año pasado–, alertó a la Policía sobre el posible ingreso de "drogas pesadas" en el mercado –provenientes de Europa–, hasta ahora poco consumidas.

"En este momento, una de las drogas que más nos preocupan es el **éxtasis**", admitió el secretario de Seguridad de la provincia de Buenos Aires, **Alberto Piotti**. La "droga del amor" –como se la conoce– viene de España y sólo se consigue en lugares "exclusivos" ya que cuesta cerca de **100 pesos** la dosis, en forma de pastilla.

CAT

Otras drogas amenazan con entrar al mercado local, pero según la Policía "son demasiado caras y puede que acá no tengan demanda". Una de ellas es el **CAT**, un compuesto sintético producido en laboratorios de Nueva York desde 1991. En la misma situación está la **heroína**, que desde 1990 se produce en Colombia.

En cambio, la Policía parece preocupada por una **"nueva marihuana"** que se estaría produciendo en el Paraguay.

Los informes policiales revelan que una planta similar estaría por salir al mercado con un poder diez veces mayor que el de la marihuana común. "Una pitada de esas, y es como fumarse diez cigarrillos de la misma droga", graficaron.

C3

TITULO
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE ...
VINCULACIONES

CRUZADO

Según calculos oficiales, **cada día circula en el país un promedio cercano a los 100 kilos de drogas**, entre cocaína y marihuana, y casi el **90 por ciento** es para consumo interno.

Una estadística de la **Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía**, a la que tuvo acceso **Clarín**, demuestra que solo la Policía Federal –que realiza entre el 30 y el 40 por ciento de los procedimientos– secuestró el año pasado 796 kilos de cocaína, 256 kilos de marihuana y más de 9.000 dosis de LSD, mientras que en 1989 se habían incautado 144 kilos de cocaína, 298 kilos de marihuana y 133 dosis de LSD.

Si a esos secuestros se le suman los de las policías provinciales, Aduana y Gendarmería, se calcula que en el último año se realizaron en todo el país **casi 8.000 procedimientos** donde se secuestraron cerca de **3.200 kilos de cocaína y marihuana**, más miles de dosis de ácidos y de fármacos ilegales. En 1989, se habían secuestrado en total menos de 900 kilos de drogas.

El secretario de Seguridad de la provincia de Buenos Aires, **Alberto Piotti**, dijo a **Clarín** que un análisis "optimista" de esas cifras "indicaría que la droga secuestrada es el **diez por ciento** de la que en realidad circula". Los números, entonces, señalan que circularon **más de 32.000** kilos en 1994, casi cien kilos por día.

Además del crecimiento de LSD secuestrado, a la Policía le preocupa la aparición en el mercado local de nuevas drogas "pesadas", como el éxtasis (se secuestraron algunas dosis, y la amenaza de que otras pisen el país).

Más consumo

En Europa y los Estados Unidos, según la estadística de la Policía Federal, apenas se secuestraron 283 kilos de cocaína y marihuana provenientes de la Argentina en 1992, 355 kilos en 1993 y menos de 300 en el último año.

"Está claro que este es un país de consumo, porque casi el 90 por ciento de lo que se secuestra es para venderse en el país", explicó **Francisco Abiuso**, jefe de la **Dirección Operacional de la Lucha contra el Narcotráfico** de la Policía.

Según Piotti, el aumento de los secuestros se explica porque "**se cuadruplicó el consumo**". De acuerdo con estadísticas del Parlamento Latinoamericano de Narcocriminalidad, en la Argentina existen **más de 300.000 adictos** "ocasionales y habituales".

Las causas

Según el diputado justicialista **Eduardo Varela Cid**, la Argentina comienza a ser un país de consumo, entre otras cosas, por decisiones de los carteles del narcotráfico latinoamericano primero (véase aparte), y por la estabilidad monetaria.

"Aunque para el mercado internacional la droga en nuestro país sigue siendo barata, es muy cara para Latinoamérica, y el peso argentino es moneda de cambio dentro de las mafias", dice el diputado.

Otra razón clave, según un alto funcionario de la Policía bonaerense, es que el consumidor local acepta droga de baja calidad, es decir "muy cortada".

Tal vez sea por eso que los grandes envíos de los carteles colombianos no se quedan en el país. En el reciente operativo **Café Blanco** se secuestraron 1.030 kilos de cocaína. Tenía 99 por ciento de pureza, iba toda al exterior, no estaba cortada y con un solo cargamento los narcos se aseguraban una ganancia millonaria.

"En Europa el kilo de cocaína se cotiza 4 veces más. Acá se la vende más barata, pero mucho más cortada ya que **nunca alcanza el 40% de pureza**. Por eso resulta rentable para el narcotraficante local", explicó el comisario Abiuso.

Los precios que se barajan en el "negocio"

El precio internacional del kilo de cocaína tiene una importancia vital para saber hacia dónde se dirigen los carteles internacionales del narcotráfico. La Argentina ocupa un lugar poco rentable para los traficantes.

Las fuentes consultadas aseguraron que mientras que en el país, el kilo puro se cotiza a **20.000 dólares**, en España está a **50.000**; en Francia, a **60.000**; en Alemania, a **80.000**; y en el Japón, el lugar más caro del mundo en este sentido, se cotiza a **140.000 dólares**. En la Argentina, a diferencia de esos países, la droga sufre un corte de hasta el 70 por ciento, lo que la hace más rentable que en el resto.

C4 - C4

9508905.

Nº DOCUMENTO 9508906

TITULO ARGENTINA, INCAUTACIÓN 26 KG COCAÍNA EN ÓMNIBUS EN SANTIAGO DEL ESTERO

PROCEDENCIA

VINCULACIONES 11176 11354 25092 66966 11351 11352

ENTRADO

CRUZADO

Cocaína

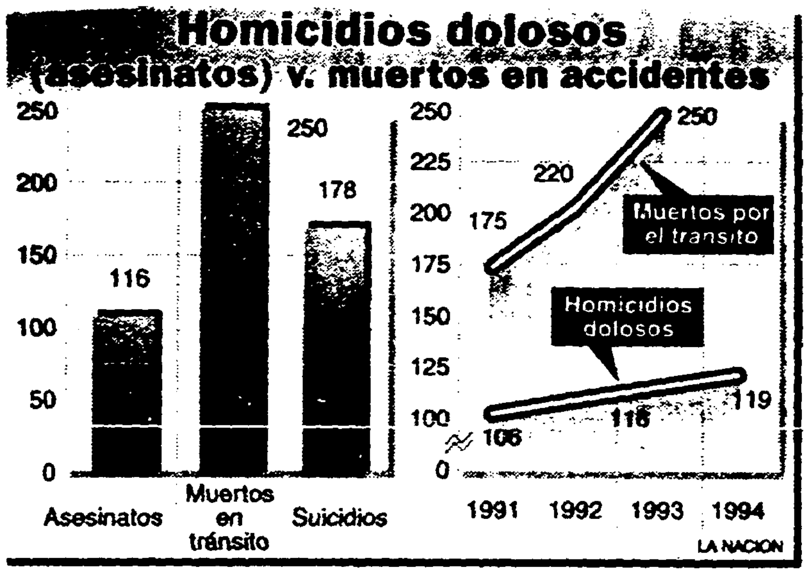
SANTIAGO DEL ESTERO.– En un procedimiento realizado en la localidad de Pampa de los Guanacos, la policía provincial secuestró 26 kilogramos de cocaína en el interior de un colectivo que se dirigía a Resistencia.

El transporte con 18 pasajeros perteneciente a la empresa Roque Sáenz Peña, procedente de Salta, fue interceptado en el puesto caminero de Pampa de los Guanacos, a 330 kilómetros al noroeste de esta capital, en un operativo dirigido por el jefe de la División Drogas Peligrosas, Segundo Corbalán.

9508906.

Los presidios están poblados de narcotraficantes

Estadísticas: el 85 por ciento de los presos están imputados de robo y tráfico de drogas; la avenida General Paz es donde más muertes se producen y los causantes son principalmente los colectivos.



"Más del 85 por ciento de los internos en las cárceles argentinas están detenidos por robo, delito que encabeza las estadísticas, y por tenencia y tráfico de estupefacientes."

Así lo aseguró Mariano Ciafardini, director de Política Criminal del Ministerio de Justicia, sobre la base de un estudio que dirigió en esa cartera.

–Sin embargo, la tasa de homicidios creció en los últimos años.

–No, en absoluto. El nivel de detenidos por homicidios sigue siendo bajo. Apenas el 9 por ciento de los detenidos están imputados de ese delito. La tasa de homicidios en la Capital Federal no aumentó sustancialmente durante los últimos cuatro años. En 1991 detectamos 101 homicidios y el año último, 119. Si bien el número subió ligeramente, comparado con el crecimiento de la población es insignificante.

–Insisto en que la gente tiene la sensación contraria.

–La tasa a la que me referí antes es la que corresponde a la Capital Federal. Es probable, sin embargo, que en el conurbano bonaerense hayan aumentado, peroo no tenemos los datos, que corresponden a otras jurisdicciones. El problema es que no se trabaja en forma coordinada y los datos de cada jurisdicción son insuficientes para conocer las causas que llevan a delinquir.

Accidentes de tránsito

–¿En cuanto a los homicidios culposos, los datos son similares?

No. Por ejemplo, en 1993, frente a 115 homicidios dolosos, hubo 250 muertos en accidentes de tránsito, en tanto que 178 fue el número de suicidios. Estas tasas se mantuvieron en 1994. Pero hay que tener en cuenta que los autores de homicidios culposos, por ejemplo el conductor que atropella a alguien en una esquina, no va a prisión, porque el máximo de la pena es de tres años.

–Cómo se castiga, entonces, el delito culposo?

–Aquellos que son condenados, que representan la menor parte de los autores (porque la mayoría son sobreseidos por falta de pruebas), son castigados a penas en suspenso e inhabilitación para conducir.

Aunque, hay que decir que en Europa se advierte una tendencia a castigar más severamente y con más extensión las conductas imprudentes.

–La tasa de homicidios en tránsito indudablemente creció.

–Sí. Además es interesante observar que la mayoría de los muertos en Capital son por atropellamiento, aunque hay una tendencia a que aumenten los muertos en choques de vehículos.

Por ejemplo, en 1968, el porcentaje de atropellados fue del 75, en tanto que el 18 por ciento fueron víctimas en choques. En 1993, el 62 por ciento de las víctimas fueron atropelladas, contra un creciente número en choques, que llega al 31 por ciento.

–Cuál es la calle más peligrosa?

Sin duda, la General Paz, que tiene tres veces más casos fatales que cualquiera de las demás avenidas. También creció la de los colectivos, que protagonizan el 40 por ciento de los casos, y de los motociclistas, pues de todas las víctimas, el 34 por ciento son conductores y acompañantes, contra el 18 por ciento de 1968.

Origen humilde

El origen humilde de los internos es una constante.

¿El sistema penal atrapa a los más pobres?

–Sin duda. En todo el mundo, el sistema es selectivo. En el país hay aproximadamente 25.000 presos. Un muestreo que hicimos sobre las cárceles de Caseros y Villa Devoto evidencia que la casi totalidad de ellos provienen de familias humildes y que tienen bajo nivel de instrucción, lo que obviamente no quiere decir que las personas más cultas no delincan. El 60 por ciento de los detenidos tienen padres jubilados, pequeños comerciantes y empleados. En tanto, el 33 por ciento de las madres son jubiladas y el 28, empleadas domésticas.

–¿Cuál es el índice de reincidencia?

–Es alto. El 75 por ciento de los detenidos ya estuvo con anterioridad en prisión. Este dato, extraído de la realidad argentina, tiene validez universal, porque en la mayoría de los países se dan cifras similares.

Esto muestra la ineficacia absoluta de la cárcel, en su versión actual, como elemento de resocialización del reo, que es el fin último de la pena.

El esfuerzo prinicpal frente al problema criminal hay que hacerlo hoy en relación a la prevención del delito, teniendo en claro que la represión como instrumento preventivo dio sobradas muestras de su poca eficacia.

Adrián Ventura

Alcohol y drogas en locales de la noche

Razzia: ciento veinte detenidos y la clausura de varios locales fue el resultado de un vasto operativo efectuado ayer por la madrugada; hallaron cuarenta dosis de cocaína en un pub de Monserrat.

Durante un operativo coordinado por el Juzgado 27 de Faltas, a cargo del doctor Jorge Rodríguez, y del que tomaron parte la policía municipal, la Policía Federal y efectivos de las divisiones Prevención del Delito y Drogas Peligrosas, fueron detenidas 120 personas en la madrugada de ayer por delitos relacionados con tenencia de drogas, ejercicio de la prostitución y diversas infracciones, al tiempo que varios locales nocturnos fueron clausurados o amonestados.

La acción se inició a las 23 del viernes en el barrio de Flores, más exactamente en las inmediaciones de la intersección de avenida Rivadavia y Nazca, donde se clausuraron varias casas de videojuegos por permitir la permanencia de menores fuera de los horarios estipulados y, en algún caso, por la existencia de máquinas tragamonedas.

En dos pizzerías de la zona se secuestraron cuatro ciclomotores, mesas y sillas que permanecían en infracción sobre la vereda, también se cerraron otros comercios por contravenciones a las normas de expendio de bebidas a menores, seguridad e higiene, como también por ausencia de permisos de habilitación.

Ese fue el caso de una pista de patinaje que fue parcialmente clausurada por no contar con el permiso para cada una de las actividades que desarrollaba (ver aparte).

El rastrillo continuó con su acción en el barrio de Congreso. Allí, en Alsina al 1600 fue clausurado *Die Schule*, un ya tradicional reducto rockero al que el director de la Policía Municipal, Héctor Torea, calificó como "un asco" por las condiciones de falta de higiene que le valieron las fajas de clausura.

Ya en Monserrat, en el local bailable *Recuerdos*, de Hipólito Yrigoyen al 700, fueron detenidas cinco mujeres en posesión de cuarenta dosis de cocaína, y otras cuarenta personas fueron conducidas a dependencias policiales por averiguación de antecedentes. Allí también se verificó la clausura y se elevaron actas por fallas de seguridad e higiene.

En tanto, en el local *Oba Oba*, de Rivadavia 2434, fueron detenidos dos menores y dos adultos por aparente ejercicio de la prostitución, mientras que el local fue cerrado por carecer de habilitación.

Según revelaron funcionarios, los objetivos de este tipo de razzias se centran en el control de prostitución encubierta en bares, el cumplimiento de normas para los menores de edad e impedir la invasión de los comercios en las áreas públicas.

Otras 27 personas fueron detenidas por la División Prevención del Delito por distintos delitos relacionados con la prostitución, el arrebatamiento y la vagancia.

El operativo concluyó a las seis de ayer.

Juan Santa Cruz

Nº DOCUMENTO 9508909

TITULO Acuerdo: Italia - Uruguay lucharan contra el NT y el terrorismo -

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 2/4/95

VINCULACIONES 11176 11214 11349 514142 10184 11676 507604 12481 65092 11005 507466 11433

ENTRADO

CRUZADO

Declaración Conjunta

ITALIA Y URUGUAY LUCHARAN CONTRA EL TERRORISMO, DROGA Y CORRUPCION

La Ministra de Relaciones Exteriores de Italia, Susana Agnelli, visitó por dos días Montevideo en el marco de una gira por Argentina, Chile, Uruguay, Paraguay y Brasil. El jueves, dia de su llegada, se entrevistó con el Presidente de la República.

La necesidad de unir esfuerzos y suscribir un tratado de asistencia para la lucha contra el narcotráfico, la trata de blancas y el terrorismo, fue destacada ayer por la Ministra de Relaciones Exteriores de Italia, Susana Agnelli, y su homónimo uruguayo Alvaro Ramos, en la declaración conjunta emitida al término de su encuentro en el Palacio Santos.

Agnelli y Ramos analizaron, durante una reunión de trabajo y posterior almuerzo, las relaciones bilaterales, la vinculación futura entre la Unión Europea y el MERCOSUR, y otros asuntos de interés recíproco.

Ambos Ministros coincidieron en la necesidad de renovar los acuerdos jurídicos para la prevención, sanción y recuperación de bienes ilícitamente obtenidos, y acordaron iniciar negociaciones para la suscripción de un tratado de asistencia jurídica y acelerar la redacción de un texto de convenio de extradición, actualmente a estudio.

El canciller uruguayo destacó la importancia de la próxima presidencia italiana del Consejo de la Unión Europea, coincidiendo con las negociaciones para la firma de un acuerdo marco entre la UE y el MERCOSUR. Asimismo, un Grupo Monitor será creado como mecanismo ágil y de consulta, para el incremento de las relaciones políticas, económicas, comerciales, jurídicas y sociales, entre Uruguay e Italia.

ANALIZARAN CONVENIO CULTURAL

Se informó que el próximo 14 de mayo llegará a Montevideo una delegación italiana que analizara con autoridades uruguayas el Programa de Ejecución del Convenio Cultural para los años 1995-97, que tiene como objetivo la difusión recíproca de literatura, lengua, artes plásticas y visuales, y la capacitación de técnicos.

La voluntad de ambos países para impulsar el relacionamiento de pequeñas y medianas empresas italianas y uruguayas fue destacada por Agnelli y Ramos, quienes se comprometieron a impulsar un acuerdo de promoción y protección de inversiones.

La jornada de la Ministra Agnelli se inició ayer con la colocación de una ofrenda floral al pie del monumento a Artigas. Posteriormente visitó la Scuola Italiana donde inauguró un laboratorio de informática, y concurrió a la Embajada de Italia para recibir el saludo de compatriotas que residen desde hace años en Montevideo.

Luego de la reunión y almuerzo con el canciller Alvaro Ramos, Agnelli se dirigió al aeropuerto de Carrasco para viajar a Paraguay, cuarta escala de su gira que anteriormente incluyó Argentina y Chile, y finalizará en Brasil.

EL PAIS no pudo recoger en el aeropuerto sus declaraciones antes de partir. Aunque el fax de la Cancillería recibido en la Redacción decía claramente que la Ministra mantendría un encuentro con la prensa a las 15 00 en el Salón VIP, a las 15 02 los automóviles que la habían conducido hasta el avion con su comitiva, retornaban por la pista, vacíos.

01 - 02

9508909.

El canciller uruguayo Alvaro Ramos recibió a la ministra Susana Agnelli en el Palacio Santos

Uruguay e Italia aúnan esfuerzos para combatir el narcotráfico y terrorismo, y crean grupo monitor

Italia y Uruguay acordaron aunar esfuerzos en el combate contra la delincuencia internacional, al tiempo que coincidieron en crear un "Grupo Monitor" que agilice las relaciones bilaterales, según un comunicado suscrito ayer por los cancilleres de ambos países.

■ La ministra de Relaciones Exteriores de Italia, Susanna Agnelli, y el canciller uruguayo, Alvaro Ramos, anunciaron las novedades luego de sostener en Montevideo una entrevista "con agenda abierta", en la cual analizaron varios temas de interés bilateral y regional.

La señora Agnelli inició el viernes una visita oficial de 21 horas a Uruguay, durante la cual se reunió con Ramos y con el presidente Julio María Sanguinetti, en el marco de una gira que incluye además a la Argentina, Brasil, Chile y Paraguay.

"Preocupados por los crecientes fenómenos de delincuencia internacional, tales como el narcotráfico, el terrorismo, la corrupción y la trata de blancas, convenimos en la necesidad de renovar el marco jurídico bilateral", señalaron los cancilleres en el comunicado conjunto.

En ese sentido, acordaron "iniciar negociaciones tendientes a la pronta suscripción de un trabajo de asistencia jurídica mutua en materia penal, así como culminar la redacción de un nuevo texto de convenio de extradición".

Advirtieron, además, la "conveniencia de crear un mecanismo ágil de consulta y evaluación permanente, que podría adoptar la forma de un 'Grupo Monitor'".

Este Grupo entendería en cuestiones de interés común en materia política, económica, comercial, social y jurídica, y su creación "será objeto de estudio a la brevedad", agregaron los cancilleres.

En las deliberaciones entre Agnelli y Ramos no estuvo ajeno el tema del acercamiento comercial que procuran la Unión Europea (UE) con el Mercado Común del Sur (Mercosur), proceso de integración sudamericano que reúne a Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

"Impulsaremos las acciones tendientes a la firma de un Acuerdo Marco entre la UE y el Mercosur" en un plazo que no sobrepase el final de este año, expresaron.

La funcionaria italiana dejó constancia además de "su agradecimiento al Uruguay por el apoyo recibido 'ab initio' en la elección de Renato Ruggiero" como director general de la Organización Mundial de Comercio (OMC), institución que sustituirá al Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT).

La ministra Agnelli y su comitiva se trasladaron al Aeropuerto Internacional de Carrasco, luego de la lectura de la Declaración Conjunta en la cancillería y viajó con destino a la capital paraguaya, penúltima escala de su gira sudamericana.

Antonio Scuro



Los ministros de Relaciones Exteriores de nuestro país e Italia mantuvieron en el mediodía de ayer una reunión con agenda abierta.

Amnesty visita las favelas de Río

Río de Janeiro (AFP)

■ El secretario general de la Amnesty International, el senegalés Pierre Sané, visitó ayer la favela de Vigario Geral, norte de esta ciudad, donde en agosto de 1994 fueron asesinadas 21 personas por agentes de la Policía Militarizada (PM), según comprobaron las propias autoridades policiales.

En una casucha donde ocho personas de la misma familia fueron muertas por los PM, transformada en Casa de la Paz, Sané manifestó su preocupación por la suerte de los habitantes de las favelas cariocas, que no reciben asistencia de las autoridades, tras oír el testimonio de los sobrevivientes de la masacre. "Si eso ocurre aquí, en un lugar que merece la atención de todo el mundo, es fácil imaginar lo que está aconteciendo en otros puntos del país", indicó Sané.

"Eso aquí se transformó en un triángulo de la muerte, donde impera la ley del más fuerte", dijo el sociólogo Caio Ferraz, uno de los impulsores de la Casa de la Paz, que entregó a Sané un minucioso informe sobre la masacre de 1993.

Sané no permitió la presencia de periodistas o fotógrafos cuando se entrevistó con los sobrevivientes y parientes de las víctimas, para que "no sintiesen miedo" y pudiesen hablar francamente", explicó después a sus interlocutores.

El senegalés recibió una casete de Wagner dos Santos, 18 años, sobreviviente y principal testigo de otra matanza promovida por policías.

Dos Santos está siendo amenazado de muerte para que no reconozca a los soldados de la Policía Militarizada y del Cuerpo de Bomberos que en la madrugada del 23 de julio de 1993 asesinaron a balazos a ocho chicos de la calle que dormían en las cercanías de la céntrica Iglesia de Candelaria.

Pese a una herida de bala en la cabeza, Dos Santos sobrevivió e identificó a los agentes asesinos, que fueron denunciados por un fiscal público al Tribunal Criminal de Río de Janeiro.

Hace dos meses, Dos Santos fue herido de bala en circunstancias no aclaradas y desde entonces está bajo custodia judicial en el Hospital del Cuerpo de Bomberos, donde viene recibiendo las amenazas de muerte.

LO CONDENARON A CUATRO AÑOS DE CARCEL

Llevaba marihuana para armar 55.000 cigarrillos

Lo sorprendieron en Pasco y Rivadavia. En el baúl de un Fiat 1500 tenía 27 kilos y medio de marihuana. El hombre argumentó que le habían pedido que llevara esos dos bolsos a Retiro y que no conocía su contenido. Igual lo condenaron. Además deberá pagar 1.000 pesos de multa.

Un hombre que llevaba en el baúl de su auto **27 kilos y medio de marihuana** –con los cuales, según los peritos, se hubieran podido armar casi **55.000 cigarrillos de esa droga**–, fue condenado a **cuatro años de cárcel de cumplimiento efectivo. Eduardo Esteban Tártara** –comerciante de Lomas de Zamora, de 51 años–, tendrá que pagar, además, una multa de 1.000 pesos.

La resolución fue dispuesta por el Tribunal Oral en lo Criminal Federal Nº 4 –integrado por los jueces **María Cristina San Martino, Luis Alberto Caimmi** y **Leopoldo Oscar Bruglia**–, quienes condenaron a Tártara por una figura jurídica pensada para castigar a los "correos" de los narcotraficantes, aunque de escasa utilización: **"transporte de estupefacientes"**.

Esperaba a alguien

Tártara fue detenido el 9 de abril del año pasado, cuando paró su viejo Fiat 1500 en la esquina de Pasco y Rivadavia de esta Capital. Con el motor en marcha, el hombre **"giraba su cabeza para un lado y para el otro, como si estuviera esperando a alguna persona"**, según declararon durante el juicio los policías que lo detuvieron, de la Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal.

Después de unos segundos, Tártara aceleró con su auto y dio una vuelta de manzana. Enseguida volvió a la misma esquina y se detuvo a repetir la escena: miraba insistentemente hacia los costados, como si esperara a alguien.

En ese momento, los policías –que estaban trabajando en procedimientos antidrogas por la zona y **habían visto el coche otras veces**– llamaron a dos personas que estaban esperando un colectivo para que actuasen como testigos, se acercaron al auto y le pidieron al hombre que abriera el baúl.

"Sustancia verdosa"

Tártara bajó sorprendido y desató el alambre que sostenía la tapa. En el baúl aparecieron dos bolsos celestes que tenían **11 paquetes** envueltos en una cinta con una **"sustancia verdosa"**. Los peritos determinaron que había **27 kilos y medio de marihuana, con los que se hubieran podido armar 54.896 cigarrillos.**

"¿Cómo me va a ocurrir esto a mí, si no tengo nada que ver?", dijo Tártara, pero **se negó a declarar** en primera instancia porque, según explicó después, "esperaba que todo se aclare".

Aunque durante el juicio oral –varios meses después del hecho– el acusado dijo que los bolsos se los había dado **"un hombre de apellido Quiñones"** (ver aparte), los jueces igual lo condenaron por entender que Tártara **"conocía efectivamente"** que aquello que llevaba en el baúl de su coche era marihuana.

Héctor Gambini

Un argumento que no convenció

En medio del juicio oral, **Eduardo Esteban Tártara** hizo una **revelación inesperada**: dijo que los bolsos con la marihuana se los había dado un hombre llamado **Mario Quiñones**, alias **"El paraguayo"**.

"Lo conozco desde hace 3 años y me pidió si no le podía llevar dos bolsos a Retiro", explicó, en medio de la **sorpresa general**.

Es que nunca antes –ni cuando lo detuvieron, ni cuando se negó a declarar en primera instancia– había nombrado a un tercero.

Aunque el Tribunal constató que "El paraguayo" realmente existía, consideró que Tártara era **igualmente culpable**: "Si bien el procesado tiene derecho a no declarar, la experiencia general revela que **tal actitud no se comprende** en quien habría sido utilizado como instrumento doloso de un tercero", argumentaron los jueces.

También resaltaron que "la pasividad demostrada por Tártara aparece como propia de quienes se resignan ante el hecho inocultable de un delito".

Colombia: complot para matar a miembros del gobierno

Desestabilización: narcotraficantes presos tramaban desde sus celdas, aliados con grupos paramilitares, el homicidio de funcionarios del Ministerio de Justicia, de la policía y de la fiscalía general.

BOGOTA, 2 (Reuter).- Agentes de inteligencia colombianos descubrieron un complot de narcotraficantes encarcelados para asesinar a importantes funcionarios del gobierno, incluido el fiscal general.

El subfiscal general Adolfo Salamanca dijo hoy en una entrevista con la cadena Radio Caracol que los narcotraficantes tramaban los asesinatos desde sus celdas.

Sus blancos serían funcionarios cruciales del Ministerio de Justicia, la policía nacional y la fiscalía general, incluido Alfonso Valdivieso, quien encabeza esta última.

"Tenemos algunos informes de inteligencia que muestran que existen alianzas entre grupos narcotraficantes y paramilitares para organizar cierto tipo de intento de desestabilizar las instituciones", indicó.

Salamanca dijo que las fuerzas de seguridad tomaron las precauciones necesarias para frustrar cualquier atentado contra las vidas de los funcionarios.

Nº DOCUMENTO 9508912

TITULO ESPAÑA - INCAUTAN 2.400 KG DE HACHÍS 31 KM DE ALICANTE. -

PROCEDENCIA LA REPUBLICA.

FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95

VINCULACIONES 11176 11340

10102

50513

11351

11352

ENTRADO /

CRUZADO

Continúa el combate a la droga en España

Valencia (AFP)

La policía se incautó en la madrugada del sábado al domingo de 2.400 quilos de resina de hachís en la localidad de Pilar de la Horadada (Alicante, sureste) y detuvo a dos ciudadanos marroquíes en la operación, informaron este domingo fuentes policiales.

Un tercer sospechoso, de nacionalidad británica, consiguió darse a la fuga.

La policía encontró la droga en una furgoneta y en otro vehículo similar, localizó dos lanchas con motor fuera de borda deshinchadas y mojadas que según fuentes de la investigación, fueron utilizadas para trasladar la droga.

9508912.

01-01

Nº DOCUMENTO 9508913

TITULO España: Detienen narcos latinos e incautan cocaína y hachís.

PROCEDENCIA LA República

FECHA DE PROCEDENCIA 3/4/95

VINCULACIONES 11176 11354

10184 11019

507513 11340

11351 11343

11352 11224

ENTRADO

CRUZADO

DESMANTELAN BANDA DE LATINOAMERICANOS

Dos ciudadanos cubanos y un argentino fueron detenidos en Madrid como integrantes de una banda dedicada al tráfico de drogas y armas y a la falsificación de billetes, informaron este domingo fuentes policiales.

Las investigaciones comenzaron cuando la policía detuvo, hace varias semanas, a un cubano y a un argentino y les intervino en sus domicilios 17 quilos de cocaína, 6 botellas de ácidos para elaborar este tipo de drogas, una bolsa de hachís, 1.200 dólares estadounidenses que resultaron ser falsos, y 8 armas de fuego de diversos calibres.

La policía comenzó la búsqueda del tercer integrante de la banda, de nacionalidad cubana, quien fue arrestado en una cafetería madrileña la semana pasada, con lo que las fuerzas de seguridad dan por desarticulada la banda.

Las identidades y las edades de los detenidos no fueron proporcionadas por la policía.

9508913.

01-01

Nº DOCUMENTO 55889

TITULO Argentina. Incautan drogas en Catamarca.-

PROCEDENCIA [illegible]

FECHA DE PROCEDENCIA 3/4/85

VINCULACIONES 11176 11354

65092 11214

66960 11229

11351 11422

11352

ENTRADO	/
CRUZADO	

Secuestran cocaína

SAN FERNANDO DEL VALLE DE CATAMARCA (Télam). – Dos personas fueron detenidas en las últimas horas en esta ciudad, acusadas de portar un kilogramo de cocaína, informaron fuentes policiales.

Las detenciones se produjeron cerca de la medianoche de ayer, cuando Luis Espinoza, de 29 años y Roque Yanchina, de 36, ambos oriundos de Mendoza, bajaron de un remise para ingresar a otro automóvil, un Fiat 125, chapa M-230.212.

Los voceros policiales consultados por Télam indicaron que los efectivos de la división Drogas Peligrosas inspeccionaron el interior del automóvil y hallaron un kilogramo de cocaína.

9508914.

85 - 04

Nº DOCUMENTO 9508915

TITULO

PROCEDENCIA

F

11116 66723 11019
65092 504466
66960 11349
504482 11005
65109 11356

CRUZADO

Contrabando y narcotráfico

La Argentina, el Brasil, Chile, el Paraguay y el Uruguay están negociando un **acuerdo para que sus policías federales coordinen el control de las fronteras internas y las operaciones de lucha contra el narcotráfico.**

La iniciativa fue revelada este fin de semana en Río de Janeiro por el ministro de Justicia brasileño, **Nelson Jobim.**

Según el ministro, **la Argentina será el primer país en formar con Brasil un acuerdo de cooperación en la lucha contra el contrabando de drogas y armas.**

Jobim estuvo la semana pasada en Buenos Aires conversando con autoridades argentinas sobre la necesidad de reforzar los controles en la frontera común.

9508915.

Edil encuentrista: "Con el casino se legaliza el lavado de dinero del narcotráfico"

Extendieron en un año el plazo para terminar hotel 5 estrellas

La República Entera
Carlos Peláez
042 21783
MALDONADO

■ Después de varios días de debate en Comisión y casi tres horas en el plenario, la Junta Departamental decidió autorizar una prórroga de un año para la entrega de las obras del Hotel 5 estrellas solicitada ante el Poder Ejecutivo y la Intendencia de Maldonado por la empresa Baluma S.A.

La decisión del legislativo implica además que "Baluma no podrá operar el casino privado hasta tanto se terminen todas las obras y la Intendencia extienda las habilitaciones correspondientes"

Ambas resoluciones fueron adoptadas por la unanimidad de los 31 ediles presentes. Por los nueve ediles del Partido Colorado no votaron un apartado donde se exige a los propietarios del hotel que "acredite en un plazo de 20 días, a partir de la notificación, su acuerdo empresarial con las empresas constructoras en lo que se refiere a extensión de plazos; en caso contrario la anuencia de prórroga se tendrá por no concedida".

Los colorados entienden que la relación contractual es entre el Estado y Baluma y por lo tanto "resulta inconveniente involucrar a las empresas constructoras, e incorporarlas a esta resolución podría tener derivaciones jurídicas no deseadas".

Por la resolución se autoriza a la empresa propietaria del establecimiento a finalizar las obras y ampliaciones el 7 de diciembre de 1996, un año después de lo establecido en el contrato inicial.

La decisión adoptada resultaba imprescindible ya que el hotel se construye en base a una serie de excepciones otorgadas por el Estado, la más importante de ella tal vez sea el permiso para operar un Casino Privado. El establecimiento se construye en un predio público, propiedad de la Comuna en sus 2/3 partes, a Afe pertenece el tercio restante, licitado en 1992 y por el que se pagó un total de nueve millones de dólares.

LA NECESARIA TRANSPARENCIA

"A veces empresarialmente se deben aceptar circunstancias que en la vida personal nunca lo haríamos" - dijo a este corresponsal Evaristo Chopitea, importante ejecutivo de Baluma S.A., en enero pasado durante un encuentro del que también participó Juan Carlos Pellegrini, presidente de la empresa.

Ambos se mostraron molestos por la publicación en **LA REPUBLICA**, un día antes, de un documento oficial que demostraba una operación hipotecaria realizada por Baluma S.A. quien con el aval de los Bancos República, Pan de Azúcar (cuando aún era estatal) y Caja Obrera, obtuvo un crédito "proex" del ING Bank por 30 millones de dólares, poniendo como garantía el terreno, valorado en 9 millones de la misma moneda y del que al momento de la operación todavía debían a la Comuna unos 6 millones.

La imperiosa necesidad que Punta del Este tiene de un hotel de estas características junto a un Centro de Convenciones llevó a la ciudadanía, operadores y autoridades a mantener sobradas expectativas en una obra que nunca cumplió con las promesas realizadas al momento de obtener la licitación del predio.

En ese momento se aseguró que "ocuparían 1.500 obreros" cuando en realidad trabajan hoy allí 290 y nunca pasó de los 400. Pero además surgen sobrados elementos para pensar que Baluma S.A. tiene problemas financieros y como lo dijo el edil Encuentrista Luis Martínez Cherro, fundado en lo que altas autoridades decían en los pasillos de la Junta, "esta empresa quiere abrir el Casino primero para con su recaudación terminar el hotel".

Martínez Cherro fue un poco más allá en las críticas a la autorización para operar un Casino privado y sostuvo que "a partir de ese momento se legalizará el lavado de dinero proveniente del narcotráfico". El edil explicó que "cualquier persona puede comprar por ejemplo 100.000 dólares en fichas, jugar 40 pesos y luego canjear el resto por un cheque del Casino. En ese momento se legalizó el dinero y mucho más si no existe un control del Estado".

En realidad dicho control poco asegura porque a juzgar por la información proporcionada por Evaristo Chopitea, ejecutivo de Baluma, personas vinculadas al Estado, más concretamente un edil y un diputdo, obtuvieron ganancias a partir de la construccion de este establecimiento.

La empresa excavadora Eduardo Martínez, a la que se encuentra vinculada el edil nacionalista Daniel Costa, obtuvo el contrato para realizar los movimientos de tierras a un costo de 37.500 dólares. En tanto que el actual diputado nacionalista José Hualde, integrante del sector Manos a la Obra e hijo del intendente Domingo Burgueño, como agente oficial del Banco de Seguros obtuvo el contrato respectivo de Baluma SA. Legalmente ambos contratos aparecen como inobjetables pero no dejan de ser llamativos. Los problemas de Baluma se iniciaron a partir de las denuncias realizadas por la revista brasileña Veja contra Norbert de Odebrecht, principal de la constructora CBPO de Brasil, asociada a Benito Roggio en las obras del 5 estrellas. Como integrante del esquema "Collor-PC Farías", de Odebrecht fue acusado por obtener en forma ilegal diferentes contratos de obra.

Esta circunstancia bloqueó los primeros 20 millones de dólares que el Banco Do Brasil otorgaría para iniciar los trabajos en Punta del Este.

De ahí entonces surge la necesidad del aval dado por tres bancos uruguayos a un crédito en condiciones que no se aplican a empresarios o comerciantes uruguayos.

Significativamente el terreno vale hoy según una tasación realizada por Baluma, más del doble de lo que hace menos de un mes se terminó de pagar por él. Diversas fuentes legislativas estimaron que "Baluma defiende su inversión inflando costos" ya que la autorización para operar el Casino no es exclusiva. Si apareciera alguien dispuesto a realizar una inversión superior a esta empresa también podría lograr la concesión de una sala de juegos. Ahí radicaría el aumento de inversión que de 60 millones de dólares pasó a 141 millones, claro está con la construcción de más cuartos de hotel y otras mejoras no previstas en el planteo inicial.

Reactivarían proyecto de construcción de esclusas de navegación en las represas de Salto Grande e Itaipú

Argentina y Brasil destacaron la necesidad de desarrollar hidrovías

La necesidad de desarrollar las hidrovías regionales como medio fundamental para el tránsito de la producción proveniente de los países integrantes del Mercosur fue considerado como uno de los temas centrales tratados en una reunión de gobernadores argentinos y brasileños llevada a cabo a fines de junio en la ciudad de Paso de los Libres.

Las autoridades de ambos países acordaron declarar de interés para los países de la zona la construcción de las esclusas en la represa de Itaipú y Salto Grande para integrar la hidrovía Paraná-Paraguay y la cuenca del río Uruguay. A tales efectos se implementó una comisión de integrantes del sistema fluvial de todas las cuencas a los países del Mercosur, asumiendo como prioritario el estudio para implementar corredores bioceánicos.

Se ratificó además el apoyo a las acciones para desarrollar las vinculaciones carreteras entre los países de la región, destacando la de los puentes de Alvear-Itaquí y Santo Tomé-Sao Borja.

Entre los asistentes a la reunión se contaron los gobernadores de Corrientes, Raúl Romero Feris; del Chaco, Rolando Tauguinas; de Entre Ríos, Mario Moine; del Estado de Rio Grande Do Sul, Antonio Britto; del Estado de Santa Catarina, Paulo Vieira; la gobernadora del Estado de Paraná, Emilia de Salles Belinatti; el ministro de Agricultura, Ganadería, Industria y Comercio de Santa Fe, Arturo Di Pietro; el director de Construcciones Portuarias y Vías Navegables, Jesús González y legisladores argentinos.

El gobernador Raúl Romero estimó que "tenemos la posibilidad de consolidar al Mercosur de abajo para arriba para que las posibles diferencias puedan ser salvadas en este marco de necesaria integración". Agregó que "está todo dado para que se consolide en el tiempo no sólo la integración comercial sino también todos los negocios convenientes. Se trata de darle vigor al turismo y a las pequeñas empresas, y que surjan caminos, puertos, hidrovías, puentes y corredores bioceánicos".

Por su parte, el gobernador de Rio Grande, Antonio Britto, afirmó que "el Mercosur es una realidad que no se discute" y advirtió sobre la necesidad de evitar que el acuerdo "se transforme en un simple ejercicio de números o estadísticas".

ABC
ASUNCIÓN DEL PARAGUAY

La inflación registrada en junio llegó a un 1,1% contra el 0,7% registrado en mayo, según un informe presentado por el Banco Central del Paraguay. La tasa acumulada en lo que va del año se sitúa en 7,2% frente a 10,3% en el mismo período de 1994, y la acumulada en los últimos doce meses fue de 14,9%.

Casa Militar: a Rearte lo sucederá Marrón

Regreso: la Armada vuelve al puesto al lado del comandante en jefe de las Fuerzas Armadas luego de seis años de ausencia, lugar que fue ocupado por la Aeronáutica y el Ejército.

El contralmirante Carlos Marrón sucederá en la Casa Militar al general Jorge Rearte, una vez que el presidente Carlos Menem reasuma el próximo sábado su segundo mandato, según fuentes de la Casa de Gobierno y del Ministerio de Defensa.

De esta manera, la Armada vuelve al cargo después de seis años, cuando lo ocupó el vicealmirante retirado, y actual segundo de la Secretaría de Seguridad, Fausto López. El marino fue el último jefe de la Casa Militar del ex presidente Raúl Alfonsín.

Luego llegó el brigadier Andrés Antonietti, titular de la Secretaría de Seguridad, y tras él vino el general Rearte, un riojano de buen talante, que en los últimos tiempos sufrió el desmejoramiento de su relación con Menem. Tampoco se lleva bien con el entorno presidencial, esto es, Ramón Hernández y Munir Menem, por ejemplo.

El lunes último, entre las 19.30 y las 20.45, el jefe de Estado y el general mantuvieron una larga reunión en uno de los despachos de Olivos.

De acuerdo con fuentes gubernamentales, la conversación entre ambos habría girado en torno del deterioro de la relación.

El destino de Rearte

Rearte volverá a la fuerza sin un destino prefijado por el jefe del Ejército, general Martín Balza. El oficial superior, amigo del Presidente, es un cuadro que debió haber ascendido, a fines del año último, a general de división, pero ello no ocurrió, lo cual lo deja en desventaja con respecto a otros cuadros. Los puestos a los que estaría en condiciones de acceder ya están ocupados, pues forman parte de lo que se conoce como los altos mandos. "Es difícil visualizar un lugar para él, salvo que Balza pueda encontrar alguno", confió a LA NACION un vocero militar.

Perfil del próximo jefe

El contralmirante Marrón es, por ahora, el director general de Personal Naval, y días atrás recibió la novedad de parte de su jefe, el almirante Enrique Molina Pico, de que iba a ser propuesto para ocupar la titularidad de la Casa Militar.

Durante el último trimestre de 1994 circuló la versión de que la Armada pedía la Casa Militar, porque, por entonces, se especulaba con la salida de Rearte del puesto. En ese momento surgió también el nombre de Marrón para el cargo.

Después de varias idas y vueltas, el presidente Menem le informó a Rearte que se quedaría hasta el 8 de julio y, entonces, las usinas periodísticas callaron hasta ayer, cuando volvieron a arrancar con la fuerza de los hechos.

El almirante Marrón, un militar de excelente trato con los periodistas, tiene buenas relaciones con la oficina de Eduardo Bauzá, que el año último habría contribuido a que su nombre fuera bien recibido por el Presidente.

5-7-95 LN

Eduardo Barcelona
Jorge Monti

Poco legible

01-01

9508919

Etapa de cambios dentro de las FF.AA.

Desde 1989: eliminación del carapintadismo, autocrítica por los métodos utilizados en la lucha antisubversiva y subordinación al poder político; reclamos por salarios y presupuesto.

La eliminación del carapintadismo y el reconocimiento de que se utilizaron métodos ilegítimos en la lucha contra la subversión, seguramente pueden considerarse dos aspectos centrales a la hora de puntualizar qué es lo que diferencia a estas Fuerzas Armadas de aquellas que el presidente Carlos Menem encontró en 1989.

En ambos terrenos la actitud precursora del teniente general Martín Balza ha tenido un peso que fue reconocido en todos los ámbitos de la sociedad. Otros jefes militares también ofrecieron oportunos ejemplos de apoyo al orden constitucional.

La denominada cuestión militar, que tantas dificultades había ocasionado al gobierno de Raúl Alfonsín, fue encontrando el cauce adecuado para orientarse en un sentido más positivo.

Con los indultos presidenciales que beneficiaron a Jorge Rafael Videla, Roberto Viola, Emilio Eduardo Massera y Mario Firmenich, entre otros, el gobierno justicialista había tendido un puente hacia la pacificación del país.

Entre los que se negaron a cruzarlo estaba Mohamed Alí Seineldín, hoy cumpliendo reclusión perpetua en el penal militar de Magdalena. Condenado primero por el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas y luego por la Cámara Federal como consecuencia de los muertos que produjo el motín que encabezó.

Aldo Rico, el otro gran referente del carapintadismo, se sumó a los mecanismos democráticos al frente de un partido político bautizado Modín, donde todavía permanece. Sus levantamientos no provocaron bajas personales.

Aquellas Fuerzas Armadas indisciplinadas de finales de los 80 arrastraban oculto entre sus pliegues el amargo sabor de una rendición militar en las islas Malvinas, las acusaciones derivadas por excesos en la lucha antisubversiva, y el desgaste político de haber pasado por la función de un gobierno de facto.

Hoy, la situación moral de los cuadros ha mejorado notoriamente. Están insertos en los esquemas institucionales, perciben una mejor recepción por parte de la civilidad, colaboran con la sociedad en la solución de emergencias naturales, han modificado sus planes de estudios y reafirman cotidianamente su subordinación al poder político.

El caso Carrasco

Un cachetazo les hizo comprender, sin embargo, que la auténtica reconciliación sólo se mantendrá sobre la base de una conducta intachable.

Aquel asesinato de un joven soldado conscripto en el cuartel militar de Zapala levantó una indignación generalizada. Los supuestos autores o instigadores, todos militares, aguardan ser juzgados por la justicia federal.



Balza y Díaz, conversan; detrás, Paulik y Molina Pico (Foto de David Sisso)

Como derivación política de aquellas jornadas difíciles, el presidente Menem dispuso reemplazar el servicio militar obligatorio por el sistema de voluntariado.

Este acontecimiento agregó un ingrediente novedoso respecto de aquellas Fuerzas Armadas de seis años atrás. Otro, fue la creciente presencia argentina en las fuerzas de las Naciones Unidas.

Reclamos

Pero, tal como en 1989, aún subsisten reclamos dentro del ámbito militar. "Con los actuales salarios no habrá calidad ni excelencia", dijo a LA NACION un coronel del Estado Mayor General. Sus expresiones podrían resumir un sentimiento castrense por lo que consideran un sacrificio que no se compadece con el de otros sectores del Estado nacional.

Con nostalgia, recuerdan cuando estaban «enganchados» con los sueldos del Poder Judicial. Un juez de la Corte Suprema percibe hoy 11.151 pesos y un teniente general, el grado máximo, 3037 pesos, más 600 pesos por gastos de representación.

La estrechez del presupuesto también los desvela. Aseguran que no existe en el mundo un correcto sistema de defensa que se sostenga por debajo del uno por ciento del Producto Bruto Interno. En la Argentina actual es del 0,90 %; 2,5 % en Brasil, y 3,2 % en Chile.

Bromean con el destino de los 350.000 dólares que se lograron por la venta del departamento que históricamente tuvo asignado el jefe del Ejército en Belgrano.

Finalmente, frente al nuevo contexto nacional e internacional reclaman políticas que definan claramente el papel de estas Fuerzas Armadas que han dejado de constituir alternativas de poder, según aseguran sus integrantes, sin distinción de jerarquías.

Alfredo Vega

01-01

MENSAJE DE CAMILION A LAS FUERZAS ARMADAS

Para reconciliarse hay que "aceptar errores"

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, afirmó ayer que la **reconciliación** del país "no será producto del escarmiento de las partes, sino de **la aceptación mutua de los errores**" cometidos durante la guerra contra la subversión, en la década del 70.

En un mensaje que fue leído en todas las formaciones de las Fuerzas Armadas y de seguridad, con motivo del 179 aniversario de la Independencia, el ministro revisó la historia reciente del país y reivindicó la participación de las Fuerzas Armadas argentinas en las misiones de paz en el exterior, como "ejecutores relevantes" –dijo– de la política exterior.

En otro pasaje, Camilión también admitió las dificultades presupuestarias en el área de Defensa. (Los recursos) "no son los ideales, pero confío en que podamos contar con un instrumento militar idóneo para transitar" el próximo siglo.

Heridas

"Soy consciente –sostuvo el ministro– de que un período de la historia reciente de nuestro país nos llega teñido por el apasionamiento del conflicto y el dolor latente de las heridas no restañadas." Y además –agregó– "porque algunos sectores aún **no comprendieron el mensaje de pacificación que las Fuerzas Armadas han dado a la sociedad**", en alusión a la reciente autocrítica sobre los métodos de lucha empleados contra la subversión.

Las Fuerzas Armadas emitieron autocríticas de diferente nivel, tras el auge de represores "arrepentidos" que dieron cuenta de métodos ilegales.

"Adaptación"

Camilión destacó el "profesionalismo y el deber militar" de los integrantes de las Fuerzas Armadas y de seguridad: "Los tres mil efectivos argentinos que actualmente participan en operaciones acordadas por el Consejo de Seguridad (de la ONU) cumplen también con la misión de ser ejecutores relevantes de la política exterior de la Nación. Y hoy apoyan las decisiones de una política exterior renovada, aun al precio de la vida de varios de sus integrantes".

Sobre el papel que ocupan hoy las Fuerzas Armadas, el ministro sostuvo que en el escenario internacional "llevó a que el concepto de la 'defensa' trascendiera los marcos tradicionales del Estado-Nación. Es por ello que la participación argentina en operaciones de paz refleja la adaptación del pensamiento argentino" al nuevo orden mundial.

ARCHIVO CLARIN



Ministro Camilión: "Algunos sectores no entendieron el mensaje de reconciliación de las Fuerzas Armadas".

01-01

Camilión, molesto con el embajador de Francia

Molina Pico: el ministro cuestionó la actitud de Vignal con el jefe de la Armada; atacan la Alianza Francesa en Resistencia.

BAHIA BLANCA.- El ministro de Defensa, Oscar Camilión, se siente "molesto" y "sorprendido" por la exclusión del almirante Enrique Molina Pico, de la conmemoración de fiesta nacional francesa.

"Esto está fuera de las prácticas diplomáticas normales", opinó el ministro por la decisión del embajador Renaud Vignal, a raíz del apoyo del jefe de la Armada al capitán Alfredo Astiz, condenado en Francia por la muerte de dos monjas de esa nacionalidad.

"Algo que se puede manejar de otra manera, lamentablemente se tiene que manejar a través de la prensa. No podemos más que manifestar nuestra sorpresa", expresó Camilión.

Además de lo dicho en Puerto Belgrano, en declaraciones a Radio Del Plata Camilión aseguró que "de ninguna manera" el episodio es un incidente diplomático y afirmó que la actitud de Vignal no está avalada por la Cancillería francesa.

Camilión viajó a Puerto Belgrano para asistir a la inauguración de un sistema de comunicaciones de avanzada de esa fuerza, con fibras ópticas.

Atacan la Alianza Francesa

RESISTENCIA.- El frente de la Alianza Francesa fue objeto de una pedreada por parte de desconocidos, aunque no se registraron daños.

Nadie se adjudicó el hecho. Algunos lo relacionaron con la actitud de la Embajada de Francia de no invitar a los festejos del 14 de julio al jefe de la Armada, pero otros no le dieron mayor trascendencia y culparon a jóvenes vándalos.

Reestructurarán las Fuerzas Armadas

Decisión: al iniciar el proceso de descentralización, las FF.AA. analizan un reacomodamiento que comprende la venta de inmuebles.

Las Fuerzas Armadas encaran una profunda reestructuración derivada del abandono de viejas hipótesis de conflictos internacionales, que incluyen desde la caída del muro de Berlín hasta la nueva relación con los países fronterizos, que integran el Mercosur y otros vecinos latinoamericanos.

Con ese criterio, los cuatro jefes de las Fuerzas Armadas, con el visto bueno del ministro Oscar Camilión, conformaron una comisión para realizar un diagnóstico de cada área.

La idea de máxima es de desprenderse de todos los inmuebles, especialmente del área metropolitana, que no sean necesarios para la actividad militar.

Aunque hoy se trate de una hipótesis, se considera que el edificio Libertad, sede de la Armada, podría venderse en 70 millones de pesos; el Cóndor, sede de la Fuerza Aérea, en 50 millones de pesos, y la cartera de Defensa, donde también funciona el Estado Mayor Conjunto, podría venderse en 20 millones de pesos.

Reunión

Participaron de la reunión de ayer, en la que se consideró la reestructuración, el ministro Camilión, el jefe del Estado Mayor Conjunto, general Mario Díaz; de la Armada, almirante Enrique Molina Pico; del Ejército, Martín Balza y de la Fuerza Aérea, Juan Paulik. Estuvo ausente, por enfermedad, el secretario de Asuntos Militares, Jorge Baeza.

Por su capacidad (tiene hasta un comedor por piso), se cree posible que el edificio Libertador, sede del Ejército, se termine convirtiendo en la cuna de las nuevas Fuerzas Armadas, una vez que concluya el proceso de descentralización.

Aunque no se han fijado plazos, a pesar de que fue el porpio Presidente quien instruyó a Camilión para acelerar los tiempos, se estima que sólo a fines de este año o mediados del próximo la comisión estaría en condiciones de llegar a presentar la propuesta final del desprendimiento de los inmuebles.

Aunque legalmente el producido de esas ventas debe destinarse para la construcción de viviendas para los efectivos, se estima que antes de ofrecerlas al mercado inmobiliario se buscará corregir la ley respectiva que autorice que parte de los fondos obtenidos sean destinados específicamente a la reestructuración y equipamiento militar.

La comisión encargada de realizar el diagnóstico castrense será encabezada por Camilión e integrada por: brigadier Rubén Zinny (Estado Mayor Conjunto); vicealmirante Horacio Reyser (Armada); brigadier Rubén Montenegro (Fuerza Aérea) y general Aníbal Laiño (Ejército).

Los militares compatibilizarán, comisión mediante, los borradores que se sabe ya tienen preparados.

Fuentes castrense seguras indicaron que el más prolífico redactor de proyectos es el jefe de Estado Mayor Conjunto, general Mario Díaz.

En el encuetro de Camilión con los jefes militares, se coincidió en que la reestructuracxión global se deberá cumplir en etapas.

La última parte será la venta de inmuebles sobrantes, entre los que se cuentan los mencionados anteriormente.

01-02

Proyectan poner en venta la ESMA y otras sedes militares

Si todo sucede como proyectan en Defensa, en poco tiempo más el cartelito de **"se vende"** podría colgarse en los edificios-sedes de la Armada, la Fuerza Aérea, en la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) y en el propio Ministerio.

Decididos a encarar **la reestructuración** de las Fuerzas Armadas –un tema que viene retrasado respecto de otras áreas del Estado– el ministro Oscar Camilión anunció a sus colaboradores que este trabajo marcará su gestión hasta fin de año.

La tarea no se presenta fácil. En primer lugar, Camilión deberá hacer uso de su cintura diplomática para **convencer** a los jefes militares de que deben **achicarse** y **convivir bajo un mismo techo**. Y, por otro lado, garantizar que el **esfuerzo** permitirá mejorar el **funcionamiento** de las Fuerzas Armadas.

La discusión quedará abierta **hoy**, cuando Camilión se reúna con los jefes del Estado Mayor Conjunto, del Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea, para entrar en la etapa decisiva de la elaboración del proyecto. En Defensa insisten en que **el acuerdo** en esa instancia **es fundamental** para avanzar en el proyecto de reestructuración.

Cambios audaces

La idea que está rebotando en la cabeza del ministro es, por lo menos, **audaz**:

- Camilión imagina a los funcionarios de Defensa y a los militares del Estado Mayor Conjunto, el Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea instalados, por **ejemplo**, en el Edificio Libertador (sede del Ejército).
- Quiere que se estudie a fondo la posibilidad de vender los edificios de Defensa, Armada, Fuerza Aérea y la ESMA. Y con ese dinero **financiar** la reestructuración militar. Esos edificios están ubicados en la Capital Federal y, según precio de mercado, su valor de venta se debe medir en **muchos millones de dólares**.
- La venta de la ESMA significaría, además, **sacar de escena un símbolo** de los años de la represión ilegal. La actividad de los **grupos de tareas** navales, reflotada últimamente por distintos testimonios y causas judiciales, sigue siendo motivo de inquietud militar.
- Bajo la premisa de concentrar, **se está analizando** la forma de reducir la estructura de servicios militares. Por ejemplo, en la actualidad funcionan **tres hospitales militares** y **tres sastrerías** y, según la óptica de Defensa, todo esto genera un **"gasto inútil"**.
- Hay que **adelantarse a la presión** de Domingo Cavallo. En Defensa suponen que, en breve, el ministro de Economía comenzará a mirar con atención los números del presupuesto militar. Como corren épocas de ajuste, los colaboradores de Camilión **pretenden ganarle de mano** a Cavallo y **liderar ellos** –codo a codo con las Fuerzas Armadas– la reestructuración militar.
- Hasta ahora, cada fuerza realizó **ajustes internos** pero, siempre de acuerdo con Defensa, **falta una reestructuración general**.
- Los cambios, en realidad, se iniciaron hace un tiempo. La base aérea de Morón y los regimientos de Villa Martelli, Monte Chingolo y La Tablada ya están en **camino de la privatización**.

Fortalecer el Estado Mayor Conjunto

Como frutilla de esta torta que se prepara en Defensa, los hombres de Camilión piensan que para llevar adelante esta especie de revolución es necesario **"refundar"** el Estado Mayor Conjunto, el organismo que debe encargarse de **coordinar** el trabajo de las Fuerzas Armadas.

Hasta ahora, el Estado Mayor Conjunto (que dirige el teniente general Mario Cándido Díaz) parece condenado a ocupar un **segundo plano** en la estructura de poder de los militares.

El Ministerio de Defensa, en un gesto que puede apuntar a producir un cambio de roles, ya le encargó a Díaz un **anteproyecto** de reestructuración militar. Esta señal, según **explican** en Defensa, debe interpretarse como el primer paso para **rejerarquizar** el Estado Mayor Conjunto.

Camilión, quien ya **apretó las tuercas** para que todo el mecanismo de Defensa se mueva en este sentido, ahora debe decidir cuál de sus colaboradores se hace cargo de **liderar** la reestructuración. Los que dicen saber aseguran que hay que prestar atención al tema, porque esto también definirá **cómo queda la interna** en Defensa y quiénes tendrán derecho a soñar con su permanencia en el Ministerio.

PROTOCOLAR ABRAZO DEL EMBAJADOR AL JEFE DE LA ARMADA

Asistencia perfecta en la fiesta de los franceses

Como corolario del enfrentamiento que mantuvieron por el caso Astiz durante esta semana, el embajador francés recibió ayer con un protocolar abrazo al jefe de la Armada. Esa fue la nota de la concurrida celebración del nuevo aniversario de la Revolución Francesa. El embajador le entregó una nota personal al almirante.

RICARDO CARCOVA



El embajador francés abre sus brazos para estrechar al almirante, quien en su mano ya tiene la esquela personal que le había entregado el diplomático.

El **protocolar abrazo** con que el embajador francés, Renaud Vignal, recibió ayer al jefe de la Armada, almirante Enrique Molina Pico, fue el corolario de la minicrisis diplomática que se produjo esta semana por el caso Astiz. El incidente ayudó a que la celebración del 206to. aniversario de Revolución Francesa reuniera a lo más granado de la dirigencia política y militar, **superando incluso** la que, el 4 de julio, organizó el embajador norteamericano James Cheek.

Vignal recibió a Molina Pico entregándole una carta (ver aparte) y dándole un abrazo que **contrastó** con **el efusivo recibimiento** que después dio al jefe del Ejército, teniente general Martín Balza.

El dato político

La forma en que Vignal saludó a **los casi 2000 mil invitados** se convirtió en un dato político. Hasta el jueves se había negado a invitar a Molina Pico por la reivindicación que el jefe militar había hecho del capitán de fragata Alfredo Astiz, quien fue condenado en Francia por la desaparición y muerte de dos monjas de esa nacionalidad. Pero tras una **negociación reservada** y un elogio del vicecanciller Fernando Petrella a la justicia francesa, el embajador dio marcha atrás.

El canciller Guido Di Tella se apuró a saludar a Molina Pico como una forma de solidaridad. En otro salón, su colega de Defensa, Oscar Camilión, saboreaba champán "Chandon" y explicaba su interés de que empresas francesas participen de la **futura licitación** del sistema nacional de radarización. A pocos metros de Luis Brandoni, China Zorrilla y Susana Rinaldi, el bonaerense Antonio Cafiero se quejaba por "el poco interés de los medios" por la autonomía porteña.

Mientras probaba un bocadito del lunch, el jefe de Inteligencia del Ejército, general Jorge Miná, comentaba con ironía al jefe de la Fuerza Aérea, brigadier Juan Paulik, que, de acuerdo con la primicia de **Clarín**, se iba a "rematar" el edificio Cóndor. "Pero que los carteles de remate sean iguales para las tres armas, porque somos muy quisquillosos", retrucó sonriente Paulik.

En otro rincón, el dirigente del Frepaso Carlos "Chacho" Alvarez –más gordo después de su viaje a Italia– **decía** estar preocupado por el **"quietismo"** político de su ex compañero de fórmula. Ajeno a los comentarios de "Chacho" y a los temas de jazz que interpretaba la banda de Gendarmería Nacional, José Octavio Bordón, saludaba –por separado– al titular de la SIDE, Hugo Anzorreguy, y al radical Federico Storani.

Nuevo cuartel en Santa Cruz

El Ejército tendrá una nueva guarnición en la ciudad santacruceña de Puerto San Julián que aumentará en un 20 por ciento la actual población de la localidad, de 5 mil habitantes, a partir de un acuerdo por el que la provincia se compromete a construir las instalaciones del cuartel y 100 viviendas para oficiales y suboficiales.

El acuerdo fue firmado ayer por el jefe de Estado Mayor de Ejército, general Martín Balza, y por el gobernador de Santa Cruz, Néstor Kirchner, y refrendado por el ministro de Defensa Oscar Camilión. Kirchner destacó el efecto dinamizador que tendrá, para la localidad del centro de la costa atlántica provincial, la presencia de la unidad militar.

El gobierno provincial debe convocar ahora a la licitación para la construcción de las obras que se acordaron.

DURA RESPUESTA INSTITUCIONAL CONTRA EL EX ALMIRANTE

"Massera agravia al Ejército"

El Ejército respondió a las declaraciones de Eduardo Massera, quien había atacado a Balza por su autocrítica de la lucha contra la subversión. Dice que el ex almirante no está habilitado "para dar consejos" y añade que "sabemos de quién se trata".

"Es un agravio contra el Ejército. Este señor no tiene que venir a dar consejos porque todos sabemos de quién se trata. No aceptamos su tutoría." El "señor" en cuestión es el ex almirante Eduardo Massera y el autor de la frase, pronunciada ayer ante **Clarín**, es el general de división Aníbal Laiño, actual director de Estado Mayor del Ejército.

Pese a que ocupa el noveno escalón de la cúpula de esa fuerza, Laiño es la **mano derecha** del jefe del Ejército, teniente general Martín Balza. Por eso su **carga frontal** contra el ex almirante puede considerarse como una **clara respuesta institucional** del Ejército a Massera.

El ex marino había censurado a Balza por la autocrítica que este realizó sobre la actuación del Ejército en la última dictadura militar. Massera había dicho que "el **mea culpa** de Balza no es honesto, veo que le falta aceptar que él tuvo responsabilidad. No era un **pobre chico** que no sabía lo que pasaba".

El ex almirante fue condenado, en 1985, a **prisión perpetua** por los crímenes cometidos durante su gestión como miembro de la Junta del llamado Proceso de Reorganización Nacional, en la década del 70. En 1989, por un indulto de Menem, recuperó su libertad.

El jueves pasado, en la revista **Gente**, Massera justificó los métodos utilizados en la lucha antisubversiva, opinión que sostuvo el viernes en un reportaje otorgado a Radio América. En ambas oportunidades, también, criticó con dureza el mensaje autocrítico que Balza pronunció el 25 de abril pasado, en el que reconoció que el Ejército había **asesinado y torturado** a detenidos.

Ese mensaje de Balza fue el primer reconocimiento oficial de crímenes cometidos durante la pasada dictadura y se produjo luego de una serie de declaraciones de ex militares que revelaron cómo se hacía **"desaparecer"** a los detenidos durante el Proceso. El ex capitán de la Armada Adolfo Scilingo, en marzo, inició esta serie al confesar que desde aviones de la Armada se arrojaban presos vivos al mar.

Contraataque del Ejército

El general Laiño, en diálogo exclusivo con **Clarín**, dijo ayer que el mensaje de Balza representa el **"pensamiento de toda la institución"** y que el Ejército, con esto, **"quiere contribuir con la reconciliación nacional"**.

Sin ocultar su **"fastidio"** con Massera, agregó que "nosotros buscamos el **cariño y el respeto** de nuestro pueblo; el marco ético en el que nos debemos mover es la ley. No volveremos a caer en la ajuricidad".

–Massera dijo que Balza, durante la dictadura, no era un "pobre chico" que desconocía lo que pasaba... -comentó **Clarín** al general Laiño.

–Es un típico razonamiento de café. El (por Massera) se tiene que acordar qué hacía con los oficiales que disentían con algunas de sus decisiones.

ARCHIVO CLARIN



General Balza: reacción del Ejército por las declaraciones de Massera.

01-01

9508926

Rápido camino hacia el esclarecimiento de varios casos de desapariciones durante dictadura militar

Los comandantes argentinos colaboran con la organización de Abuelas de Plaza de Mayo

Estrechos contactos entre la organización de Abuelas de Plaza de Mayo y los comandantes de las tres armas de la República Argentina están posibilitando el esclarecimiento de casos de niños desaparecidos que, en general, se encuentran en manos de padres "apropiadores". Esta relación está determinando el esclarecimiento de varios casos en que se encuentran involucrados ciudadanos uruguayos desaparecidos durante la dictadura militar.



El jefe del Ejército argentino, general Martín Balza, participa con las Abuelas de Plaza de Mayo en el esclarecimiento de desapariciones

Especial para ***LA REPUBLICA***
por Jorge D. Boimvaser,
corresponsal en Buenos Aires

■ En la Argentina, la organización Abuelas de Plaza de Mayo, desde su fundación en 1977, lleva en su registro un total de 220 niños desaparecidos. Recién en 1979 obtuvo su primer éxito: ubicó en Chile a los niños Victoria y Anatole Juillén Grisonas, uruguayos, cuyos padres engrosan el listado de detenidos -desaparecidos en la Argentina durante la época represiva. El caso De Luccía-Leiro ofrece otra particularidad: por primera vez, un oficial militar y su esposa resultaron detenidos por apropiarse ilegalmente de una criatura. Tal como se preveía, ninguna manifestación desafortunada o reaccionaria contra la disposición judicial brotó de la Armada.

Hay detrás de esta historia un trasfondo oculto, que pocos conocen en la Argentina. Se trata de encuentros reservados, que realizan desde hace poco tiempo las Abuelas de Plaza de Mayo con los jefes militares de las tres fuerzas. Son reuniones efectivizadas en sitios neutrales, a las que concurre habitualmente Estela Carlotto, presidenta de la organización. El tema único que se trata allí es la cooperación castrense con las "Abuelas" a fin de poder detectar el paradero de las criaturas secuestradas y permutadas de su identidad original durante la represión de los '70.

Oficia de mediador entre Carlotto y los comandantes de cada fuerza un ex secretario de Estado durante los tiempos iniciales del gobierno menemista. El hombre de marras (un civil con añejos vínculos en el campo del poder) suele reunir a ambas partes en su oficina privada, buscando hallar soluciones a las búsquedas de los niños cuyos paraderos son oficialmente desconocidos. La discreción imperante en tales encuentros es absolutamente lógica: tanto Carlotto como los altos oficiales que participan en tales reuniones recibirían fuertes críticas de sus pares si llegasen a tomar estado público esas tertulias.Puede presumir que el hijo legítimo del matrimonio uruguayo D'Elía Pallares-Casco Ghelpi, fue hallado gracias a los reservados oficios de cooperación entre los mandos castrenses argentinos y Estela Carlotto, representante de las "Abuelas de Plaza de Mayo". Es una inquietud que nadie se anima a responder.

01-01

CASI LA MITAD DE LA PLANTA

La Lockheed echó a 820 operarios en Córdoba

La empresa norteamericana que se hizo cargo del Area Material Córdoba —que se dedica a la reparación de aviones— anunció ayer el despido de 820 trabajadores. Mañana realizarán una asamblea frente a la planta y habrá marcha de otros gremios estatales en la capital cordobesa.

CORDOBA (De nuestra agencia).-La empresa norteamericana Lockheed Aircraft Argentina S.A. (LAASA), concesionaria del Area Material Córdoba (AMC), **despidió ayer a 820 operarios, algo menos de la mitad de la planta que fue transferida por el Estado Nacional.**

Estos despidos, implementados en medio de una dura crisis laboral nacional, con índices históricos de desempleo, se suman a la **conflictiva** situación en Córdoba, donde sectores estatales exigen el pago de sus salarios adeudados y miles de empleados del sector automotor sufren suspensiones.

"Extremadamente lamentable"

Según informó el presidente y director general de LAASA, Harry Radcliffe, la decisión, a la que consideró de "extremadamente lamentable", se debió a que "sencillamente no poseemos trabajo para el número de empleados que nos fue transferido".

La ex Fábrica Militar de Aviones fue transferida a la Lockheed hace menos de un mes con más de dos mil empleados a su cargo, y el propio presidente Carlos Menem había asegurado durante el acto de traspaso que **no se producirían cesantías.**

El despido de casi la mitad del personal del AMC había sido denunciado ya por la filial cordobesa de la Asociación Trabajadores del Estado (ATE), cuya representación gremial es **desconocida por los empresarios extranjeros.** Recién al mediodía, a través de un comunicado oficial, la empresa Lockheed reconoció que envió 820 telegramas de despido con el fin de que la fábrica de aviones y depósito de mantenimiento "permaneciera en funcionamiento y conservara los restantes 1.250 empleos".

"Es extremadamente lamentable que debamos reducir puestos de trabajo, pero al hacernos cargo de estas instalaciones, el 1 de julio de 1995, encontramos que la compañía estaba significativamente sobresaturada de personal, particularmente en las áreas de apoyo administrativo", afirmó Radcliffe.

"Hemos tomado esta actitud para conservar los puestos de trabajo de los restantes 1.250 empleados", destacó.

Enterados de la determinación empresarial, los trabajadores se reunirán mañana, a las 7.30, ante las puertas de la empresa para **realizar una asamblea en la que rechazarán los despidos** y pedirán que se cumpla lo dicho por el presidente Menem, quien había asegurado que con la privatización se mantendrían las fuentes de trabajo pese al traspaso.

P. 224

Montevideo, Miércoles 13 Setiembre de 1995

##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) COLAGEL S.A. (Industria Química) (Ca.Ma.Ramirez 1470) Prosigue la Planta Industrial OCUPADA, produciendo los empleados gelatina industrial con algo de materia prima que les quedó,-así como confeccionan bloques los que son puestos a la venta como manera de obtener ingresos.
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

B) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B. (Abayubá 2832) Mantienen las medidas de lucha en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

C) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS estudiándose la realización de futuras movilizaciones.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) 14-SETIEMBRE: Finaliza la serie de Paros Parciales, efectuándose Asamblea General hora 14.00'.

Poco legible

E) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Ga-nado 1170) 14-SETIEMBRE: hora 18.00' Asamblea en el Palacio Sud América para tratar Paros por tiempos indeterminados, Paros Rotativos, Reclamo a la Ley Presupuestal, etc.

F) DIARIO "LA REPUBLICA" 14-SETIEMBRE, hora 16.00' reunión en el MTSS, esperando que concurran Directivos de la Empresa para definir situación.

Por su parte, el mismo día se reunen en el PIT/CNT, la Asociación de la Prensa del Uruguay (APU) y el Sindicato de Artes Gráficas (SAG) para tratar el conflicto en conjunto.

* G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Continúa OCUPADA desde el 29-Agosto-95.

H) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúan OCUPADAS las obras de Rbla. República del Perú 1519 y 1523 desde el 16-JUL-[illegible]

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Continúan desde el 6-SETIEMBRE con Paro Activo.

* [illegible]: Desde la hora 00.00' de la fecha tres funcionarios de dicha mutualista inicieron "HUELGA DE -

##

II)- INFORMACION GREMIAL

MARCHA Y JORNADA NACIONAL DE C.O.F.E. y PIT/CNT

De acuerdo a la convocatoria por parte de estas dos organizaciones para la marcha y jornada a efectuarse en el día de ayer, se registraron las siguientes novedades:

Hora 13.30' comienzan a concentrarse en las inmediaciones del Obelisco a los Constituyentes de 1830, delegaciones de distintos gremios afiliados a la Central Obrera y a la Federación de los Funcionarios Estatales. Próximo a la hora 14.00' se da inicio a la marcha efectuando el recorrido anteriormente mencionado -18 de Julio- contando la misma con una concurrencia aproximada a las [illegible].200 personas las que portaban pancartas de todos los Gremios y dos Pabellones Nacionales. Seguidamente de éstos se observaba un muñeco con dos caras -de un lado, la del Sr. Presidente de la República, Dr. Sanguinetti y del otro la del ex-Presidente Dr. L.A. Lacalle- cerrando la marcha un total de 15 ómnibus de las empresas COETC, UCOT y RAINCOOP. Luego de recorrer nuestra principal Avenida, se desvían por Paraguay, Av. Del Libertador hasta llegar a las inmediaciones del Palacio Legislativo donde se encuentra una chata como estrado. Acto seguido hacen uso de la palabra Dirigentes de Frigorífico Carrasco, del PIT/CNT, del Departamento de Artigas, de la Biblioteca Nacional de COFE y por último el invitado -Dirigente Argentino Juan GONZALEZ. El texto de la parte oratoria se refirió principalmente a la Reforma del Estado, Contra la Ley de Presupuesto y otros temas expuestos en la Plataforma (sueldos decorosos, por un estado eficiente, obras públicas, etc.). Es de significar que el estrado se encontraba frente a la Puerta del Parlamento que da hacia la Av.Gral.Flores, y finalizando dicho acto próximo a la hora 17.00' dispersándose los concentrados en distintas direcciones.

EVALUACION DE ADHESION AL PARO

SECTOR PUBLICO: MINISTERIOS 85% - OFICINAS PUBLICAS 85% - SALUD 85% y ENSEÑANZA 100%.

SECTOR PRIVADO: COMERCIO No se adhirió. - TRANSPORTE 45% con Servicio de Emergencia en CUTCSA y COMESA; demás empresas PARO TOTAL. - ENSEÑANZA No adhirió.

##

IV)- **INFORMACION DEL INTERIOR**

DEPARTAMENTOS DEL INTERIOR -MOVILIZACIONES DE COFE y PIT/CNT-

En el día de ayer y de acuerdo a la Jornada y Marcha convocada por las mencionadas organizaciones, en el interior del País se registran las siguientes novedades:

Artigas: Salieron dos ómnibus y desde Bella Unión 20 personas con destino a Montevideo. A nivel Departamental se registró: CORREOS-INAME-DGI-CATASTRO, PARO TOTAL. En Bella Unión, la ENSEÑANZA y JUDICIALES, PARO TOTAL.

Canelones: A nivel Departamental, PARO PARCIAL.

Cerro Largo: Desde Melo partieron dos omnibus con unas 60 personas pasando por Treinta y Tres a recoger otras más. La adhesión al Paro en ENSEÑANZA-SALUD-BANCA-D.G.I.-JUDICIALES-BPS, fue PARCIAL.

Colonia: ENSEÑANZA-SALUD-JUZGADOS-BANCA, PARO PARCIAL. No se registra concurrencia a Montevideo.

Durazno: ENSEÑANZA-SALUD-BANCA, PARO PARCIAL. Sin novedad sobre concurrencia a Montevideo.

Flores: A la hora 15.00' realizaron concentración frente a UTE. Respecto a concurrencia a Montevideo, no se registran novedades.

Florida: Partieron dos ómnibus con destino a Montevideo. PRIMARIA, PARO TOTAL.

Lavalleja: Sin novedad sobre concurrencia a Montevideo. PRIMARIA, PARO TOTAL - ANTEL, PARO PARCIAL.

Maldonado: A la hora 02.00' de ayer partieron tres ómnibus a Montevideo, con gente de la Enseñanza. Se registra una adhesión PARCIAL al Paro.

Paysandú: Partieron dos ómnibus con destino a Montevideo. ENSEÑANZA SECUNDARIA - PRIMARIA - CATASTRO - INSTITUTO DE COLONIZACION - DIRECCION DE VIALIDAD - DIRECCION NAL. DE TRANSPORTE - JUZGADOS - DGSS - SALUD PUBLICA : PARO PARCIAL. CORREOS - IMPOSITIVA - JUNTA ELECTORAL,- M.G.A.P.: PARO TOTAL.

Río Negro: A nivel Departamental, PARO TOTAL. No parten Delegaciones para Montevideo. El SIMCA trabaja media jornada.

Rivera: A nivel Departamental, PARO PARCIAL en la Enseñanza. Partieron tres ómnibus para la Capital.

Rocha: ENSEÑANZA y JUZGADOS PARO PARCIAL. No se registra concurrencia a la Jornada de la Capital.

Salto: DOCENTES, NO DOCENTES, PRIMARIA, SECUNDARIA y UTU, PARO 24 Horas. ANTEL, B.P.S.: PARO PARCIAL. CORREOS, IMPOSITIVA, JUDICIALES: PARO TOTAL. Por su parte, partieron tres omnibus con destino a Montevideo.

San José: ENSEÑANZA, PARO TOTAL. Partieron dos ómnibus con destino a Montevideo.

Soriano: ENSEÑANZA PUBLICA, PARO TOTAL, con excepción de PRIMARIA que contó con una adhesión del 80%. Partió para Montevideo un ómnibus.

Tacuarembó: Sin novedad respecto a concurrencia a Montevideo. PRIMARIA, PARO TOTAL. RESTO DE ENSEÑANZA y SALUD: PARO PARCIAL.

T. y Tres: A nivel Departamental, PARO PARCIAL. Sale de la Capital un ómnibus con destino a Montevideo, mientras que otras personas fueron recogidas por otros ómnibus que partieron desde Melo.

DEPARTAMENTO DE CANELONES -Movilización-

En horas del mediodía del día de ayer, se registro en dicha ciudad una "marcha" en forma pacífica con distribución de volantes, participando un total aproximado a las 50 personas; todos pertenecientes al Sindicato de AIUR (Alambres del Uruguay) en reclamo de salarios y fuentes de trabajo.-

M.D.N. - D... - SEC. GRAL.
Montevideo 15 SET de 1995
Nº Corresp. 9508934 Fecha salida 15.9.95
Pase a: S.D.I.
... A SUS EFECTOS -

Prioridad:
Observaciones:

004/4

9508931

COPIA ... 1

P. 225 SECRETO

Montevideo, Jueves 14 Setiembre de 1995

###

II- ASUNTOS PENDIENTES

A) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Prosigue la OCUPACION y la "Huelga de Hambre" iniciada a la hora 00.00' desde 12/9.por parte de tres personas (un actual funcionario y dos ex-funcionarias.

B) COLAGEL S.A. (Industria Química) Prosigue OCUPADA la Planta Industrial, (Ca.Ma.Ramirez 1470).-

C) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B. (Abayubá 2832) El gremio se mantiene con las medidas de lucha en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS, estudiando la realización de movilizaciones.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280)14-SETIEMBRE finalizan los Paros Parciales con realización de Asamblea General a la hora 14.00'.

F) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 14-SETIEMBRE Asamblea hora 18.00' en el Palacio Sud América.

* G) ASOCIACION DE ESTUDIANTES DE BELLAS ARTES -A.E.B.A.- 14-SETIEMBRE hora 17.00' realizan movilización en Av. 18 de Julio y Andes con posterior Marcha a Embajada de Francia (Uruguay y Andes) continuando a Plaza Fabini previéndose a la hora 18.00' efectuar una actuación teatral. Cabe agregar, que en esta movilización participan Organizaciones Ecologistas, Sociales, Juveniles y Gremiales.

H) ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PLUNA -O.F.PLUNA- Por presupuesto, HOY hora 14.00' realizan Asamblea General en su local Sindical de Maldonado 1287 en el marco de un Paro que afectará los Servicios.

I) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Prosiguen ocupadas las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla.República del Perú 1519 y 1523 desde el 16-JUL-995.- HOY, PARO de 09 a 13 hs., con CONCENTRACION frente a las Oficinas de dicha Empresa -Pza.Independencia- hora 10.30.-

J) DIARIO "LA REPUBLICA" Representantes del gremio de dicho Diario, HOY hora 16.00' se reunen en el MTSS esperando que a la misma concurra representante de la Empresa. Igualmente se reunen en el PIT/CNT, representantes de la Asociación de la Prensa y del Sindicato de Artes Gráficas para tratar el conflicto.

K) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL M.T.O.P. En vertir a la pérdida de 700 puestos de trabajo, dichas personas se mantienen en conflicto instrumentando futuras movilizaciones.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-SETIEMBRE se viene realizando un Paro Activo hasta tanto no sea aprobado por el Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr.Ministro.-

* Ampliación de concentración y Marcha a Embajada de Francia

Se posee información, de que los manifestantes una vez que arriben a la Embajada de Francia, puedan tener una actitud de sorpresa, consistente en ingresar a la Biblioteca de dicha Representación Diplomática -ubicada en el mismo Edificio- y realicen una "sentada" como manera de llamar la atención y en protesta por las pruebas nucleares que desarrolla dicho País.-

##

II)- INFORMACION GREMIAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) En Asamblea realizada el pasado 12-Setiembre se resolvió: - Apoyar a los compañeros en Huelga de Hambre; -Para el 15-Setiembre no se atenderán a los asociados por convenio y -Mantener la Ocupación. Respecto a los "Huelguistas" se pudo establecer que éstos son: Graciela GONZALEZ (funcionaria de MIDU), Lilián NIETO (ex-funcionaria de MIDU, despedida) y Cristina DI PACHE (ex-funcionaria de MIDU, despedida). Cabe agregar, que la Huelga dió inicio el pasado 12-Setiembre a la hora 00.00' y se lleva a cabo en el local de dicha Mutualista ocupando una habitación acondicionada a tales efectos. Se ampliará

002 9508932

FECHA 22/09/95 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

CORREGIDO 25.9.95

14-SET-1995 11:25 DNII. AYUDANTIA PP/UDDA- 005952910319 P.03/03

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE SALTO -Movilizaciones en CATASTRO y JUDICIALES-

En el día de ayer desde la hora 13 a 14.00' los funcionarios de la Oficina Departamental de CATASTRO realizaron un Paro de -actividades en reclamo de mejoras salariales; igualmente y de acuerdo a las movilizaciones llevadas a cabo por la Asociación de Funcionarios Judiciales del Uruguay, en el día de ayer los funcionarios Judiciales de ese Departamento realizaron un Paro de actividades desde la hora 15.00' hasta la hora de cierre de las Oficinas. Es de significar, que en esta última movilización hubo guardia gremial.

DEPARTAMENTO DE ARTIGAS -Declaraciones en Audición Radial-

El pasado 9-Setiembre en Audición de Radio Cuareim se entrevisto a Dirigentes de A.S.U. -Asociación Sindical Uruguaya- Sr. Ricardo CARBALLO y Alberto MELGAREJO los que expresaron entre otros temas, que A.S.U. ha sido vinculado a un sector de la política de nuestro País, verdaderamente esto no es así, ya que lo avala el hecho que en dicho día a partir de la hora 14.00' se desarrollo una Jornada de Organizaciones Sociales en el local de la Iglesia Metodista de la Plaza Carlos Catalá, donde se trató temas como el desempleo, falta de fuentes de trabajo y todo respecto a la construcción de las Organizaciones Departamentales.-

##

V)- INFORMACIONES VARIAS

AVERIGUACION POR DIFAMACION -Constancia-

Se lleva a conocimiento, que el pasado 5-Setiembre en Dependencia de esta Dirección Nacional, se radica denuncia por "DIFAMACION", lo cual lleva a la práctica de diversas diligencias -tendientes a esclarecer el hecho, siendo citados varias personas a prestar declaraciones -entre ellas- el Oficial Sub Ayudante (PA) Sergio Luis RODRIGUEZ LIGUERA perteneciente a la Dirección Nacional de Policía Caminera. Posteriormente, enterado -Sr. Juez en lo Penal de 19no.Turno, dispuso que todos los indagados no fueran privados de su libertad.-

M.D.N. - D.G.S.G. GRAL.
Montevideo 15 SET de 1995
Nº Corr. 9508932 Fecha salida 15.09.
Pase a: S.D.I.
A sus efectos.
Prioridad:
Observaciones:

003/3

9508932

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
E.M.A.F.S. - SERVICIO NARCOTRAFICO
MONTEVIDEO, 5 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SUMARIO DE INFORMACION
Periodo: Del 01JUL95 al 31JUL95

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL NORTE
  A.- CANADA
  B.- ESTADOS UNIDOS
  C.- MEXICO
II.- AMERICA DEL SUR
  A.- ARGENTINA
  B.- BOLIVIA
  C.- BRASIL
  D.- COLOMBIA
  E.- PERU
  F.- URUGUAY
  G.- VENEZUELA
III.- EUROPA
  A.- ALEMANIA
  B.- ITALIA

I.- AMERICA DEL NORTE

A.- CANADA

- Indios de la tribu "MOHAWK", fueron acusados de [illegible] más de un millón de plantas de marihuana en tierras adquiridas por el Gobierno de CANADA en la localidad de OKA, a 60 kms. al noroeste de MONTREAL.

B.- ESTADOS UNIDOS

- En WILLIAMSBURG, VIRGINIA se llevó a cabo la Cumbre de Ministros de Defensa Americanos en la que representantes de 34 naciones americanas analizaron la nueva agenda tras la Guerra Fría, que incluye misiones muy diferentes para los nuevos ejércitos que se aprestan a ingresar al siglo XXI sometidos al poder civil emanado de las democracias.

Estas nuevas misiones son la participación en operaciones de paz de las NACIONES UNIDAS, la lucha contra el narcotráfico y la defensa del medio ambiente, así como la creación de medidas de confianza mutua, consistentes en revelar presupuestos militares o informar de maniobras conjuntas.

Tras el pedido de varios países de que se incluyera en la agenda la discusión sobre cómo se podría utilizar una cooperación militar internacional para respaldar la acción policial contra el narcotráfico, el Vice Presidente norteamericano [illegible] a las FF.AA. latinoamericanas a combatir al narcotráfico aunque no en la primera línea de fuego.

Por su parte, el Ministro de Defensa uruguayo RAUL ITURRIA, [illegible] la propuesta norteamericana de que las Fuerzas Armadas [illegible] en la lucha contra el narcotráfico, [illegible] problema grave [illegible] de esta [illegible] de estado [illegible].

9508933

El Administrador de la DEA THOMAS CONSTANTINE [illegible] ante un subcomité del Congreso estadounidense que la heroína colombiana y la efedrina, estimulante utilizado en el tratamiento del asma, ingresan al suroeste de EE.UU. a través de MEXICO, que se está convirtiendo rápidamente en el punto de tránsito para las sustancias químicas utilizadas para fabricar metanfetaminas.
Todas las metanfetaminas que ingresan a EE.UU., así como el 70% de la cocaína y un porcentaje cada vez mayor de la heroína fluye a través de la frontera sudoccidental. Esto ha llevado a la DEA y al FBI a unir sus fuerzas de las fronteras para investigar a los traficantes de EE.UU. y MEXICO.
Con respecto a la efedrina, el Consejo de Salud de TEXAS tomó medidas para restringir la venta y distribución de alimentos y medicamentos que contienen esa sustancia química, luego que se la relacionó con el fallecimiento de varias personas. Autoridades locales informaron que los narcotraficantes mexicanos incluyeron la efedrina en sus operaciones porque no necesitan comprársela a COLOMBIA, debido a que los márgenes de ganancia son mayores que los de la cocaína y porque MEXICO no tiene leyes que prohiban las drogas precursoras. La efedrina se introduce en el contrabando desde CHINA y EUROPA en barcos que desembarcan en Veracruz, y en puertos del Golfo como Tampico y Altamira, siguiendo por rutas terrestres a EE.UU.

- Tras una amenaza telefónica contra el Presidente BILL CLINTON agentes de los servicios secretos lograron [illegible] una casa en WASHINGTON donde se detuvo a dos individuos y se incautaron más de 200 plantas de marihuana, descubriéndose también instalaciones que permitían la producción de [illegible] [illegible] y equipamiento de secado y [illegible] de la droga.

MEXICO

- El Procurador General de MEXICO, ANTONIO LOZANO [illegible] [illegible] que el narcotráfico ha penetrado hasta los altos

03

9508933

mandos de la Policía Judicial Federal y aseguró que es en la actualidad la amenaza más grave para la seguridad del país.
LOZANO GARCIA compareció ante la Comisión Permanente del Congreso de la Unión y confirmó la existencia de una "doble nómina" entre los cuerpos policiales, una formal y otra pagada por el narcotráfico, pero advirtió que será implacable en la lucha contra la corrupción y la delincuencia organizada.
Asimismo reveló que las costas del sur del país y los Estados del sur y norte figuran entre las zonas de mayor operatividad de los jefes de la droga.
Por otra parte, el Procurador señaló que en esta lucha los operativos no están bajo la responsabilidad militar, pero indicó que éstos sí los apoyan en la persecución del delito.

- La Procuraduría General de la República descubrió una vía de escape y contrabando de armas, drogas e indocumentados desde MEXICO a ESTADOS UNIDOS, que habría sido utilizada durante los últimos 15 años.
Las tuberías de desagüe, un túnel de 3 kms. que une bajo tierra las ciudades de NOGALES (SONORA) y NOGALES (ARIZONA), fue construido para evitar las frecuentes inundaciones en la zona. El ducto de drenaje era de "doble vía" ya que desde los EE.UU. ingresaron en el mismo período cargamentos de armas y contrabando de otros artículos.

II.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

La Sala Segunda de la Cámara Federal de San Martín confirmó el procesamiento de [illegible] como partícipe necesario del delito de transporte y almacenamiento de drogas [illegible] detenido en el operativo [illegible] más de 1000 kgs. de cocaína.

La ex [illegible] de Audiencias de la Presidencia [illegible] situación procesal, tras

04

9508933

arribó a Ezeiza en un vuelo procedente de ESPAÑA. TOMA manifestó que tras presentarse al Juez BALTASAR GARZON, la justicia española levantó la orden de captura que pesaba en su contra por su presunta vinculación con una banda de "narcolavadores".

- El narcotraficante italiano LUIGI CELLIE, detenido el pasado mes de marzo en el Aeropuerto de Ezeiza cuando intentaba salir del país con 4,5 kgrs. de cocaína ocultos en su cuerpo podría inaugurar la nueva figura del "arrepentido", incluida en la nueva Ley de Narcotráfico.
CELLIE confesó una vez detenido y permitió así la detención por parte de Interpol de otras dos personas, uno capturado en ESPAÑA y otro en BOLIVIA.

- En un operativo denominado "Conexión Madrid", la Policía detuvo a una banda de once narcotraficantes integrada en su mayoría por mujeres, que llevaban cocaína desde BOLIVIA a ESPAÑA ocultándola en la plataforma falsa de sus zapatos; incautándose 50 kgrs. de la droga.
El operativo incluyó una docena de allanamientos que se iniciaron con la detención de dos de las integrantes en el Aeropuerto de Ezeiza cuando se disponían a viajar al mencionado país europeo. Dos de las mujeres detenidas llevaban ocho pares de zapatos con plataforma en los que ocultaban doce kgrs. de cocaína.
Según se informó, el grupo recibía mensualmente cerca de 160 kgrs. de droga desde SANTA CRUZ DE LA SIERRA, BOLIVIA, que lograban ingresar al país en engranajes de motores, y posteriormente utilizaban los calzados para transportarla hacia la costa española.

- Tras un allanamiento realizado por personal de la Brigada de Investigaciones de La Matanza en la localidad [illegible] se detuvo a dos narcotraficantes y se

05

[illegible]

incautaron 105 kgrs. de marihuana y 10 de cocaína. La droga entraba desde PARAGUAY hacia Posadas en el doble fondo de una camioneta, la que utilizaban posteriormente para trasladar la droga a BUENOS AIRES. Los operativos culminaron con la captura de cinco narcotraficantes prófugos.

- Efectivos de la División Narcotráfico de la Policía Bonaerense incautaron en dos allanamientos realizados en Ciudadela 10 kgrs. de cocaína y detuvieron a cinco personas, desmantelando así una organización de narcotraficantes, en el marco del operativo denominado "La Gallega".
En un primer allanamiento se decomisaron tres kgrs. de la droga embolsada y 50 sobres de cinco grs. cada uno, en una vivienda donde se detuvo al cabecilla de la organización y su mujer. El segundo procedimiento, ordenado por el Juez Federal MARTIN SUAREZ ARAUJO, tuvo lugar en una parrillada, donde se incautaron siete kilogramos de cocaína y se detuvo a cuatro personas.

- En un procedimiento denominado CORPEL BLANCO, realizado por la Policía en el barrio Flores, Capital se incautaron 40 kgrs. de cocaína de máxima pureza, y se detuvo a trece personas.
Se indicó que en la vivienda allanada funcionaba un taller de costura que aparentemente los traficantes usaban como fachada, el que era un lugar de tránsito para los estupefacientes, ya que la droga estaba lista para ser distribuida tanto en el país como para la exportación.

- En la localidad de Posadas efectivos del Grupo [illegible] del Escuadrón 8 de Concepción de la Sierra, detuvieron a una ciudadana paraguaya cuando viajaba a BUENOS AIRES en un ómnibus procedente de ASUNCION PARAGUAY, a quien se le incautaron 14 kgrs. de marihuana y [illegible] droga que estaba escondida en [illegible] del [illegible]

[illegible] Nacional detuvo en las cercanías de [illegible] a un oficial de la Policía Bonaerense en actividad a quien se le incautaron 100 grs. de cocaína de máxima pureza. Una balanza de precisión, gran cantidad de jeringas y utensilios que sirven para el estiramiento de la droga. El Policía detenido sería el cabecilla de la organización, que actúa durante todo el año en MAR DEL PLATA y se habían trasladado a BARILOCHE para vender la droga durante la temporada de esquí.

B.- BOLIVIA

- Unos cincuenta dirigentes cocaleros fueron detenidos en la región del CHAPARE cuando efectuaban una asamblea que buscaba ratificar el derecho de los campesinos a cultivar plantas de coca. Los cocaleros se oponen al plan de erradicación "voluntaria" de plantaciones de coca y anunciaron que "defenderán con sus vidas" sus sembradíos; acusando al gobierno boliviano del Presidente SANCHEZ DE LOZADA de "aceptar con humillación" todas las exigencias de EE.UU. en las políticas antidroga.

Luego de varios choques entre cultivadores y fuerzas combinadas de la Policía y el Ejército ocurridos en CHAPARE, COCHABAMBA y el Parque Nacional ISIBORO SECURE en los que se registraron muertos, heridos y centenas de detenidos, el gobierno boliviano prorrogó por tres meses más el Estado de Sitio, tras una reunión de emergencia mantenida por el Presidente con su Gabinete.

Por su parte, dirigentes de los productores de coca que evitaron ser detenidos y que se declararon en clandestinidad anunciaron el inicio de la resistencia a la medida si no se [illegible] continuados entre [illegible]

[illegible] que el estado de [illegible] la [illegible] de las

C7

9508933

[illegible]

[illegible] del Estado [illegible] la descentralización [illegible] consenso y la liquidación del [illegible]".

Mientras tanto [illegible] dirigentes [illegible] se declararon en huelga de hambre en el comienzo de las protestas por el estado de sitio; esta estaba secundada por bloqueo de caminos de la zona del [illegible] que se suspendieron con la liberación de los confinados. Los mismos fueron liberados con la condición de que [illegible] la erradicación sin compensación económica de las plantaciones de coca nueva en las regiones del Parque Nacional Isiboro Sécure. Cabe destacar que la ley boliviana prohíbe plantaciones de coca en todo el territorio nacional con excepción de la zona subtropical de YUNGAS, destinada al uso tradicional y ceremonial de la población.

Al ser erradicadas las plantaciones antiguas, el Estado entrega al agricultor una compensación de 2500 dólares por hectárea, pero la erradicación de las plantaciones nuevas es obligatoria y sin pago.

Los puntos más importantes del acuerdo entre el Gobierno y los cultivadores de coca destacan la "necesidad de respetar la ley erradicando las plantaciones nuevas de coca sin compensación y evitar nuevas medidas de presión y violencia por parte de los cocaleros", además de concretarse otras reuniones con los dirigentes con el objetivo de alcanzar un acuerdo definitivo y global con respecto a la erradicación de cocales y de la lucha contra el narcotráfico.

[illegible] Comandante General de la Policía WILLY ARRIAZA [illegible] SAINZ, quien [illegible] con 10 kgrs. de [illegible] puntualizando que [illegible] de lucha contra la [illegible] a personas [illegible] VALDIVIA actuaba [illegible] INTERPOL [illegible] en la [illegible] LIMA [illegible].

9508933

- El Secretario Adjunto de las NACIONES UNIDAS GIORGIO GIACOMELLI rechazó en LA PAZ las propuestas para despenalizar la hoja de coca en las convenciones internacionales, afirmando que resulta "antihistórica" porque de 300.000 hectáreas destinadas a la producción en la región americana, sólo unas 10.000 satisfacen el consumo tradicional. "Está claro que fuera de esas 10.000 hectáreas el resto de la coca va a la producción ilegal de cocaína", señaló GIACOMELLI poco antes de viajar a la región del CHAPARE, para inaugurar algunas plantas agroindustriales de desarrollo alternativo que busca transformar a esa región.

- La Policía Antidrogas de BOLIVIA interceptó un avión monomotor de procedencia brasileña con 55 kgrs. de cocaína cuando despegaba en un aeropuerto clandestino en CHARAGUA, en la frontera de BOLIVIA con PARAGUAY. El piloto y el acompañante fueron detenidos.

C.- BRASIL

- El Presidente FERNANDO HENRIQUE CARDOSO manifestó sus intenciones de realizar modificaciones en el Código Penal, con el fin de reducir la violencia. En este mejoramiento del Código se incluiría la protección de testigos y la disminución de pena para aquellos delincuentes que colaboren con las investigaciones.

A su vez, para el combate a las organizaciones dedicadas al tráfico de drogas, el Presidente definió como prioridad el fortalecimiento de la Policía Federal. En la región Sudeste, se ha dado a [illegible] armas livianas y equipamiento; en la región Norte, ruta de tráfico, se implementará el programa Pro-Amazonas, que cuenta con 400 millones de dólares para equipar a la Policía Federal [illegible] la región. Sur se está implementando [illegible] acuerdo con las Policías de los países vecinos: URUGUAY, ARGENTINA y PARAGUAY.

C9

9508933

Asimismo el Presidente [illegible] se refirió a la próxima instalación de [illegible] puestos fronterizos en la región sur del país, uno de los cuales ya está instalado en FOZ DE IGUAZU.

- INTERPOL comenzó a investigar una gigantesca conexión internacional de tráfico de drogas y de armas pesadas que pasarían por los puertos y Aeropuertos de BRASIL.
En lo que se refiere a las drogas, serían enviadas para EUROPA en aviones de una compañía del este europeo, y las armas desembarcarían en BRASIL en los aeropuertos de CUMBICA (SAN PABLO), GALEAO (RIO), GUARARAPES (RECIFE) y PINTO MARTINS (FORTALEZA). Las revelaciones fueron hechas por el senador ROMEU TUMA en condición de Vice Presidente de INTERPOL para América Latina.
La decisión de observar el movimiento de las organizaciones internacionales fue tomada en la penúltima reunión de INTERPOL realizada en PHOENIX, ESTADOS UNIDOS. Además de identificar las rutas del tráfico, el objetivo de la operación es controlar la fabricación y exportación de armas de los países con sólida industria bélica. En lo que se refiere a las drogas, el senador TUMA supone que el transporte de cocaína para EUROPA lo realiza la compañía AEROFLOT de RUSIA.

- Autoridades y especialistas han registrado que en los últimos tiempos ha aumentado considerablemente el consumo de crack en el Estado de SAN PABLO, considerando que el 40% de los asesinatos están relacionados con la droga, así como también el 5[illegible]% de [illegible] matanzas ocurridas en el correr de este año.
Al respecto comenzó a funcionar en el Estado, la 4ª Delegación de Combate al Crack [illegible] fue creada por el Gobernador MARIO COVAS.
[illegible] con base en [illegible] la capital [illegible] los

10

9508933

120 y 150 mil personas, e indica que la zona más afectada es la región central.
Asimismo el Gobernador COVAS firmará un decreto reglamentando en todo el estado la venta de productos utilizados en la composición del crack, como el bicarbonato de sodio, ácido sulfúrico y permanganato de potasio. El reglamento establece que en un plazo de 60 días los comercios deberán adoptar las nuevas reglas, sino de lo contrario los comercios serán cerrados. La medida abarcará a farmacias, panaderías y supermercados.

- La Policía Civil incautó un total de 2,5 toneladas de marihuana y 2 kgrs. de hashish en IBIUNA, a 65 kms. de SAN PABLO. En un primer procedimiento realizado en el Barrio Dos Tavares, se incautó el hashish y 814 kgrs. de marihuana, acondicionados en froma de ladrillos de 1,5 kgr. cada uno. Parte de la droga estaba en sacos de arroz con la marca de una empresa argentina. Posteriormente, se realizó un nuevo operativo en el lugar descubriendose así 1,5 tonelada de la droga, la que estaba enterrada y dentro de barriles de metal.
El propietario del lugar y su esposa fueron detenidos, sospechando la Policía que el lugar era utilizado como depósito internacional.

- En SAO JOAO CLIMACO zona del Gran SAN PABLO ocurrió la matanza número 19 del corriente año, resultando tres personas muertas y la misma cantidad heridas, todas de la misma familia, las que fueron atacadas en su domicilio por tres hombres encapuchados. La policía informó que las víctimas habían llegado hace dos meses de RIO DE JANEIRO y el motivo de la matanza [illegible] en el presente año.

- La [illegible] a su similar brasileña [illegible] el puerto de [illegible] estaría en la ruta internacional de [illegible] la Policía

9508933

[illegible]

Federal en SANTOS estaría ligado con esta organización que [illegible] con cocaína para la mafia italiana de la ciudad de [illegible].

- La Policía Federal y el Comando Militar del Este descubrieron dos toneladas de armas y municiones de guerra en uno de los depósitos de carga del aeropuerto internacional del GALEAO RIO DE JANEIRO destinadas probablemente a traficantes de armas. El arsenal estaría compuesto por 275 fusiles AK47, 500 pistolas austríacas Glock y 50 pistolas de calibre nueve mm. hechas en CHINA además de cajas de municiones, todo por un valor de mercado de 2.5 millones de dólares.
Su importación, que habría respetado todos los requisitos legales según los servicios aduaneros del aeropuerto, fue encargado por la Asociación Brasileña de Coleccionistas de Armas, con base en Río. Al respecto, un vocero militar aclaró que el Comando Militar del Este, encargado de avalar todas las operaciones comerciales de armas, nunca había autorizado la importación de este cargamento, que permanecerá bloqueado hasta que se establezca su destino final.
Por su parte, la policía sospecha que las armas pueden ser parte de los cargamentos de contrabando que terminan en manos de las organizaciones de narcotraficantes que dominan las principales favelas de RIO.

Unos 200 efectivos del 16° Batallón de la Policía Militar con [illegible] del Batallón de Choque y del Batallón de [illegible] ocuparon la favela Vila Cruzeiro, en [illegible] para instalar un Puesto de Policía Comunitaria [illegible] la criminalidad en [illegible] traficantes fueron [illegible] paquetes de cocaína. [illegible] unos dos [illegible] índice de [illegible].

9508933 -

- [illegible] personas acusadas de tráfico de drogas fueron detenidas por la Justicia Civil y Militar en diferentes procedimientos en las favelas y morros de Río, donde se incautaron [illegible] kgrs. de marihuana, millares de envoltorios de cocaína y diversas armas.

Entre los detenidos se encuentra ROBERTO JOSE MATEUS, alias "Amadeus", sindicado como el jefe del tráfico de la favela PARA-PEDRO, en COLEGIO, zona norte de la ciudad, a quien se le incautaron 600 envoltorios de cocaína.

En el marco de los procedimientos, agentes de la Delegación de Robos y Hurtos incautaron en la favela de CORONADO 15 kgrs. de marihuana, diez mil envoltorios de cocaína, municiones y teléfonos celulares pertenecientes al COMANDO VERMELHO. Paralelamente, en Itaperuna, interior del Estado, agentes del Servicio de Inteligencia de la Policía Civil detuvieron a varios traficantes responsables por la distribución de marihuana en Río, incautándoseles 20 kgrs. de la droga.

- La Policía Militar ocupó cuatro favelas debido a los enfrentamientos entre traficantes que se disputaban el control del comercio de drogas. En los enfrentamientos la Policía [illegible] a dos hombres, e incautaron 5 kgrs. de cocaína, 100 grs. de marihuana y detuvieron a 17 personas.

La primera favela ocupada fue la del morro de Pedreira, en el barrio de [illegible] (norte de Río) y las restantes fueron la favela dos Tabajares (en Copacabana, zona sur), la favela [illegible] (en [illegible]), el morro de [illegible] y la Ilha del [illegible] (todas en la zona norte).

En la favela de [illegible], soldados del Batallón de la Policía Militar detuvieron a 15 hombres acusados de ser integrantes de [illegible] alias [illegible].

[illegible]

9508933

de aproximar a las Policías Civil y Militar de los cuatro estados, en un trabajo conjunto contra la criminalidad, en miras a la integración de los países vecinos, a través del MERCOSUR.
La creación de un Centro de Informaciones del MERCOSUR y la realización de operaciones conjuntas de todos los organos de seguridad fueron las primeras providencias tomadas por el grupo.

- El gobierno de RIO GRANDE DEL SUR y el Ministerio de Justicia firmaron un convenio en PORTO ALEGRE que permitirá al Estado asumir la búsqueda y la guardia de bienes incautados a traficantes de drogas, los que serán destinados a remate. El Gobierno estatal recibirá el 20% del total del líquido de los bienes rematados, lo que será aplicado a la prevención y represión del abuso de las drogas dentro del Estado.

- Policías de la Delegación de Hurtos, Robos, Estupefacientes y Capturas (DeFrec) de NUEVO HAMBURGO, detuvieron a dos ladrones de vehículos de la ciudad y a tres traficantes de cocaína, que estarían vinculados a la recepción de los vehículos cambiados por drogas. Los tres traficantes fueron capturados con 4,5 kgrs. de cocaína, cinco litros de acetona destinados al refinamiento de la droga y armas, además de decomisar un automóvil hurtado y otro con un fondo falso donde estaba oculta la droga, la que provenía de BOLIVIA.

- Dos traficantes fueron detenidos en NUEVO HAMBURGO en momentos en que recibían un embarque de 44 kgrs. de marihuana. La Policía de la Delegación de Hurtos, Robos, Estupefacientes y Capturas habían recibido información de que un grupo [illegible] en un vehículo matriculado en [illegible].

La Policía Militar y agentes de la Delegación de PORTO ALEGRE, incautaron un cargamento de 221 lts. de thinner.

los que estaban acondicionados en 1a galones de 17 lts. cada uno. Las personas fueron detenidas, las que declararon que comercializaban la droga a menores de edad y consumidores de drogas, la que posteriormente transformaban en "fragancia de lolo" luego de mezclarlo con perfumes o desodorantes.

- En la ciudad de PORTO ALEGRE se realizó una reunión organizada por el Consejo Federal de Estupefacientes (CONFEN), que trató como tema principal el crack. El encuentro se realizó en el Palacio Piratini presidido por el abogado LUIS MATIAS FLACH y contó con la presencia del Secretario Estatal de Seguridad Pública JOSE FERNANDO EICHENBERG.
SOLANGE NAPO, consejera del CONFEN, presentó un informe con las características de los usuarios de la droga en SAN PABLO. Los datos servirán de base para debatir sobre la posibilidad de que la droga llegue también a otros estados.

- La Policía Federal descubrió un laboratorio de refinamiento y producción de cocaína en la zona rural de Londrina, Estado de PARANA, incautándose 170 kgrs. de la droga, de los cuales 40 eran de pasta base, varios automóviles, y se detuvo a seis personas, entre ellas el jefe de la organización, el ex Intendente de Piatina (SP), BENEDITO CARLOS FLAUSEN.

D.- COLOMBIA

- Tras la captura de GILBERTO RODRIGUEZ OREJUELA y varios de sus colaboradores, las Fuerzas de Seguridad de este país continúan sus esfuerzos para detener a los restantes miembros de la cúpula del Cartel y de esta manera desarticular a la organización.
[illegible] considerado el tercero en la jerarquía del Cartel fue capturado en BOGOTA quien tiene pendientes procesos de narcotráfico, enriquecimiento ilícito y terrorismo tanto en [illegible] como en EE.UU.. También se investigará si [illegible] gobernador de Antioquia. [illegible] asesinato del periodista

de origen cubano MANUEL DE DIOS UNANUE, para silenciar sus columnas contra la droga. Segun los investigadores, SANTACRUZ era el encargado exclusivamente del tráfico de cocaina del cartel, mientras los hermanos OREJUELA se dedicaban a los asuntos financieros y el resto cubria el aparato de logistica y seguridad.

Al mismo tiempo PHANOR ARIZABALETA sexto en el mando del cartel se entregó voluntariamente al jefe de los servicios secretos de COLOMBIA, RAMIRO BEJARANO, en el centro de BOGOTA, y JULIAN MURCILLO, considerado uno de los principales testaferros de los hermanos GILBERTO y MIGUEL RODRIGUEZ OREJUELA fue capturado tambien en BOGOTA. MURCILLO es considerado pieza clave en la investigación que realiza la Fiscalia por el presunto apoyo económico del Cartel a las campañas politicas del pasado año.

Por su parte, el Presidente de la Federación Colombiana de Futbol, JUAN JOSE BELLINI, renunció a su cargo luego de que se revelaran nuevos indicios que lo señalan como vinculado con la cupula de los jefes del Cartel, luego de la detención de SANTACRUZ LONDOÑO, donde se encontró un maletin conteniendo comprobantes de facturas de numerosas llamadas al teléfono privado de BELLINI.

Tras los operativos, el Presidente SAMPER indicó que es "prematuro cantar victoria en la lucha contra el flagelo de la droga" porque todavia es necesario destruir los mecanismos financieros que permiten el lavado de dinero y activos del negocio del narcotráfico y lograr la reducción de la demanda. Al mismo tiempo envió una misiva al Pte. norteamericano BILL CLINTON en la que asegura que la justicia colombiana castigará a los narcotraficantes capturados con las máximas penas [illegible] que solamente un claro [illegible] internacional nos permitirá avanzar de manera [illegible] en la eliminación del fenómeno de la droga". También [illegible] las relaciones entre [illegible] fuertes [illegible] la respuesta

que su país espera a cambio de la lucha digna y soberana que ha desarrollado y seguirá librando COLOMBIA.SAMPER pidió formas efectivas de cooperación judicial y un control efectivo de productos químicos utilizados para producir drogas.
Mientras tanto el Vicefiscal colombiano ADOLFO SALAMANCA, viajó a los EE.UU. para entrevistarse con funcionarios judiciales para tratar de lograr que este país aporte pruebas que permitan juzgar y condenar a los narcotraficantes del Cartel de Cali.

- SANTIAGO MEDINA, tesorero de la campaña electoral del Pte. SAMPER, fue detenido en BOGOTA por la Fiscalía General de la Nación, acusado de aceptar dinero del Cartel de Cali. MEDINA está acusado de haber recibido un talón bancario por 50.000 dolares girado durante la campaña política de junio del pasado año por la firma "Agropecuaria La Estrella", una empresa de fachada del Cartel. Tambien reconoció haber recibido 20.000 camisetas donadas por una empresa litográfica perteneciente a un conocido testaferro del mencionado Cartel. JULIAN MURCILLO, el que ya fue capturado.
El Fiscal General de COLOMBIA, ALFONSO VALDIVIESO señaló que en la causa conocida como "Proceso 8.000", podrían ser llamados a declarar el Pte. SAMPER y su Ministro de Defensa FERNANDO BOTERO, el entonces gerente de la campaña electoral. En esa causa comparecen decenas de personas, entre ellas varios congresistas, parlamentarios, un periodista y los hermanos RODRIGUEZ OREJUELA.
Mientras tanto la Comisión de Investigaciones y Acusaciones del Congreso iniciará los trámites para pedir a la Fiscalía General las pruebas que eventualmente puedan comprometer al Presidente [illegible] con la designación en la comisión de un [illegible] investigador que ejercerá funciones similares a las de un fiscal para que posteriormente rinda un informe [illegible] que se considere pertinente iniciar un proceso [illegible] esa solicitud ante la [illegible].

9508933

Al respecto el Pte. SAMPER no ha descartado la posibilidad de que los narcotraficantes hayan empleado como una "estrategia" su penetración en las campañas políticas "con el inocultable propósito de tener armas para ejercer posteriormente un chantaje". "los narcotraficantes están intentando extorsionar no sólo al Gobierno sino a la nación entera".
Por su parte, el Director de la Policía colombiana, Gral. ROSSO SERRANO CADENA confirmó que en los últimos tres meses fueron descubiertos dos planes de los mafiosos para intentar asesinar al Presidente y al Ministro de Defensa otras personalidades gubernamentales y contra él mismo.

- En este país se ha desatado el "Síndrome de Cali", que consiste en acompañar los esfuerzos del Presidente ERNESTO SAMPER por ahuyentar las sospechas de sus presuntos vínculos con el narcotráfico. El Ministro de Justicia NESTOR HUMBERTO MARTINEZ anunció las bases de reforma del Código Penal y un conjunto de medidas que el Ejecutivo enviará al Congreso. La lectura de las iniciativas parece indicar que están destinadas a combatir a los carteles de la droga mediante ataques directos a la solvencia económica. Una idea de esa solvencia la dió el Presidente del Colegio de Abogados de Bogotá, ANTONIO JOSE CANCINO, afirmando que "los narcotraficantes manejan aquí 500 mil millones de dólares anuales, lo que equivale a una amenaza concreta de destrucción de todo el sistema económico legal de América". Estas declaraciones las realizó en un foro de seis países continentales reunidos en BOGOTA para analizar la posibilidad de elaborar un "Código Penal Tipo Iberoamericano", como fórmula para la cooperación internacional contra la droga. El "Síndrome de Cali" sería consecuencia de la presión que el Gobierno de los EE.UU. ejerce sobre el Gobierno de SAMPER para que éste dé alguna señal clara de que está dispuesto a combatir el tráfico ilegal de droga hacia territorio norteamericano [illegible] Cartel de Cali con el de [illegible]

1E

9508933

[illegible] el puente de la droga que se envía de [illegible] a ESTADOS UNIDOS.

[illegible] es dueño de la empresa [illegible] DEL CENTRO NORTE [illegible] en MEXICO y la AIR [illegible] INC., en DALLAS, TEXAS. Ambos emprendimientos son [illegible] desde el punto de vista legal y brindan al narcotraficante una formidable flota de jets que le permiten dominar el tráfico aéreo de la droga. Cuando [illegible] firmó la paz con JUAN GARCIA ABREGO, líder del Cartel del Golfo, uno de sus acuerdos fue que su participación en el negocio dependiera de los suministros colombianos; sin los mismos, el Cartel de Juárez perderá gran parte de su poder. Este es uno de los principales motivos por lo que la DEA está tan interesada en golpear al Cartel de Cali.

- El Director del Programa de Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional Antidrogas (UNDCP), GIORGIO GIACOMELLI, elogió las acciones del Gobierno colombiano y dijo que el "secreto" del éxito de esa política es la lucha integral durante una visita que realizó a SANTAFE DE BOGOTA. GIACOMELLI visitó COLOMBIA en [illegible] para definir planes de ayuda a los campesinos que cultivan coca y amapola; en esta última visita viajó a la región del Guaviare, una de las áreas escogidas por el Gobierno para erradicar los cultivos ilegales, que en esa región superan las 40.000 hectáreas. A su vez, examinó con funcionarios de las NN.UU. el programa de Prevención y Tratamiento Integral de la Drogadicción en las cárceles colombianas apoyado por la UNDCP y primero en su tipo en [illegible] que se [illegible] en un penal de los [illegible].

[illegible] de una [illegible] denominada Cartel de [illegible] PABLO ESCOBAR. [illegible] de ANTIOQUIA [illegible] ALBERTO [illegible] en varios [illegible] MEDELLIN [illegible] al

19

9508933

mismo grupo de narcotraficantes, ya que las bolsas con la droga estaban identificadas con la F y la figura de un flamenco."La red está aprovechando los vacíos dejados por la organización de ESCOBAR y por el momento opera entre varios narcotraficantes asociados que sin lugar a dudas, en un futuro se combatirán para determinar quién será el capo", señaló el Gral.

E.- PERU

- Fuentes oficiales informaron que el principal hombre enlace entre el Cartel de Cali y la mafia peruana, el colombiano ADALMIO MORENO, fue detenido en un operativo realizado por la Policía Antidrogas en la ciudad nororiental de Iquitos. El traficante fue trasladado a LIMA por la DEA junto a otros tres presuntos narcotraficantes que lo acompañaban en el momento de su detención.

- La Policía peruana descubrió la estrecha relación existente entre SENDERO LUMINOSO y el Cartel de Cali, tras producirse la captura de 19 narcoterroristas por parte de las fuerzas militares del Frente Huallaga, luego de un enfrentamiento ocurrido en el Dpto. de Huanuco.
Fuentes policiales señalaron que los detenidos operaban bajo el control del mencionado Cartel; entre los mismos figura el primo del narcotraficante DEMETRIO CHAVEZ PEÑAHERRERA, quien actualmente está condenado a 30 años de cárcel por la justicia militar del PERU.

F.- URUGUAY

- El Ministro de Defensa RAUL ITURRIA manifestó respecto a la Cumbre de Ministros de Defensa Americanos desarrollada en WILLIAMSBURG, EE.UU. que en nuestro país el Ejército colabora con la Policía en el combate contra el narcotráfico y el terrorismo a través "del control de las fronteras y de la coordinación de los servicios de información e inteligencia". Por su parte la Armada Nacional tiene el [illegible] de Prefectura que actúa como policía marítima.

20

mientras que la Fuerza Aérea prestará ayuda en el "control del espacio aéreo y en la seguridad de los aeropuertos". Asimismo señaló que se "está buscando potenciar a la Fuerza Aérea mediante la adquisición de nuevas aeronaves y de un radar (que se ubicaría en el Dpto. de LIBERTAD) para controlar operaciones de avionetas destinadas al tráfico de drogas, que pueden bajar en cualquier campo".

- El Senado de la República aprobó la Ley de Seguridad Ciudadana, la que en el Art. 4 referido a la "Asociación para Delinquir", señala que el hecho será castigado con 18 meses de prisión a ocho años de penitenciaría si la asociación tiene por objeto la ejecución de cualquiera de los delitos previstos, entre otros, del Art. 30 al 35 del Decreto Ley 14.294, del 31 de octubre de 1974, Ley de Estupefacientes.

- Luego de un mes de investigaciones, la policía incautó en la zona de MALVIN mas de 6 kgrs. de marihuana en estado de pureza y se detuvo a cuatro personas.

- La Brigada de Narcóticos detuvo a 14 personas, entre ellas dos menores, a quienes se les incautó una importante cantidad de marihuana y cocaína, siendo su lugar de actuación el barrio Reducto y tenían como centro de operaciones un club de bochas, en el que tambien se incautaron efectos robados. Los detenidos fueron derivados al juez en lo Penal de 1er Turno, quien dispuso que cinco de los detenidos recuperaran su libertad, y que los restantes nueve, entre ellos los menores, permanecieran en calidad de detenidos y que volvieran a declarar.

- Funcionarios de la Dirección Nacional Antidrogas [illegible] cocaína y marihuana [illegible] residentes [illegible] Atahualpa, Prado, [illegible] en el marco de los

operativos realizados, se incautó un importante volumen de partidas de drogas. Además fueron detenidas otras nueve personas presumiblemente compradores de droga.
Según informó la Policía, los individuos viajaban dos veces por semana a BRASIL donde adquirían la cocaína, y en otras oportunidades, casi continuadas al PARAGUAY, donde compraban la marihuana.

- El Jefe de Policía del Dpto. de CANELONES, JUAN [illegible] RODRIGUEZ, anunció que en la zona comprendida entre SANGRILA y EL PINAR se están llevando a cabo los denominados "Operativos Sorpresa" de control de personas y vehículos, además de haberse puesto en funcionamiento en el Destacamento de Solymar un sector para la Brigada de Narcóticos.
Al mismo tiempo estimó que el problema de la drogadicción en el área de su competencia parece experimentar cierto descenso, pero que habría que esperar a la temporada estival para hacer una evaluación.

- La Policía de Parque del Plata detuvo a dos distribuidores de drogas en momentos en que saqueaban una vivienda, los que canjeaban los efectos robados por cocaína, cuyas dosis comercializaban en provecho propio.

- En un procedimiento efectuado por personal de la Seccional 10 de Toledo, se desarticuló a un grupo de narcotraficantes que operaban en forma intensa en distintas ciudades del Dpto. de CANELONES, deteniéndose a siete personas. Uno de los detenidos, quien comercializaba marihuana y cocaína a los [illegible] en esa zona y en las ciudades de Suárez y [illegible] fue procesado con prisión por el delito de suministro de [illegible], mientras que los restantes recuperaron su libertad.

[illegible] los operativos policiales dispuestos [illegible] Dpto.

950893

América", los que fueron reforzados por unidades de los servicios especializados de narcóticos se realizaron varias detenciones e incautaciones de diversas drogas.
En el Dpto. de PAYSANDU se detuvo a una pareja de nacionalidad argentina con 10 grs. de marihuana y 500 dólares falsos, asi como a un ciudadano chileno que portaba seis gramos de marihuana y seis cuchillos de 15 cms. de hoja de fabricación artesanal.

C.- VENEZUELA

- El narcotraficante venezolano LARRY TOVAR ACUÑA, quien se encuentra recluido en una cárcel de máxima seguridad desde el pasado 30 de junio en CARACAS, tras ser extraditado por el Gobierno de COLOMBIA, fue sentenciado a 14 años y dos meses de prisión por el delito de tráfico de drogas.

III.- EUROPA

A.- ALEMANIA

- Aproximadamente un centenar de organizaciones mafiosas italianas convirtieron en los últimos años a ALEMANIA en uno de sus principales centros de operaciones en el extranjero debido a la riqueza de ese país.
La Dirección de Investigaciones Antimafia italiana tiene registrados en ALEMANIA más de 500 miembros de clanes mafiosos italianos, de los que un centenar son considerados por la policía germana sospechosos de estar involucrados en actividades delictivas.
Según datos oficiales, el 60% de ellos trabaja para la mafia siciliana, un 26% para la Camorra Napolitana y alrededor del 14% para la 'Ndrangheta calabresa u otras bandas.
Sus principales negocios y los que se realizan en territorio alemán están relacionados con el tráfico de drogas, robo de autos y la falsificación de moneda y chantajes.
Para el lavado de dinero procedente de esos delitos utilizan diferentes negocios legales, que suelen ser tiendas de

9508933

artículos de cuero en el caso de la Camorra, y negocios de gastronomía propiedades de la mafia Siciliana.
Las principales cabezas de puente entre ITALIA y ALEMANIA para las actividades de los clanes mafiosos, se hallan en ciudades pertenecientes a los estados federados de Baden-Wuttemberg, Baviera, Hessen, Renania del Norte-Westfalia y Renania-Palatinado.

5.- ITALIA

- La Policía italiana arrestó a NATALE D'EMANUELE, uno de los "genios" financieros de la mafia que lograba elevadas ganancias mediante el tráfico de armas, el narcotráfico, la extorsión y los préstamos ilegales, encontrándose prófugo desde 19[illegible].
El individuo estaba considerado como la mano derecha del jefe del clan de Catania NITTO SANTAPAOLA que se encuentra detenido desde hace dos años.
Según declaraciones de mafiosos arrepentidos, D'EMANUELE se ocupaba personalmente de la administración del dinero que obtenía de las extorsiones, chantajes y préstamos usureros. Al parecer controlaba también el comercio de las pompas fúnebres y utilizaba los coches para el tráfico de armas y drogas.

- La Policía italiana realizó la mayor operación contra la mafia calabresa N'drangheta. Los magistrados de la ciudad meridional de REGGIO CALABRIA emitieron más de 300 órdenes de prisión preventiva y [illegible] diligencias a otras [illegible] personas, [illegible] dos parlamentarios de la ex neofascista [illegible] (AN) por su presunta relación con la N'drangheta.
La operación, denominada "[illegible]", se basó en las [illegible] de la Dirección Investigadora Antimafia (DIA), [illegible] criminal de esa [illegible] el mundo político, la masonería y [illegible]. Más de [illegible] [illegible] fueron [illegible] del país.

9508933

mientras que otras órdenes de prisión fueron notificadas a personas ya encarceladas, y 40 corresponden a fugitivos de la justicia.

Los investigadores han identificado a los autores materiales y a los que ordenaron un centenar de homicidios cometidos por la N'drangheta, y reconstruyeron sus actividades en el tráfico internacional de armas y de drogas.

R E S E R V A D O

CONFORME:

EL 2º JEFE DE LA SECCION NARCOTRAFICO
T/N(CT)
RAFAEL FARELLO

CONFORME:

EL JEFE DE LA SECCION NARCOTRAFICO
C/N(CG)
JUAN HERRERA

26-26

TFP Informa

A sus amigos, colaboradores y simpatizantes

Montevideo, agosto - setiembre de 1995

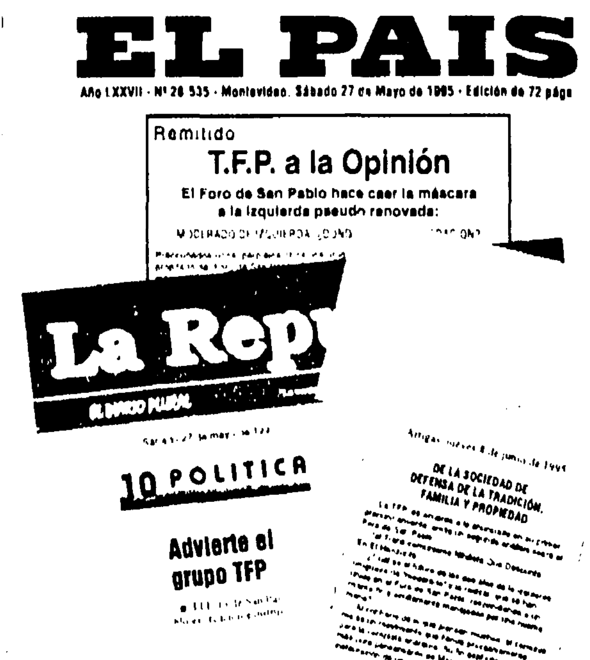
LA TFP NUEVAMENTE EN LAS CALLES





EN OPORTUNIDAD de realizarse en Montevideo la reunión del Foro de San Pablo, nuestra institución emitió dos pronunciamientos alertando a la población acerca del trasfondo ideológico revolucionario "trans-comunista" de dicho foro y sobre la vieja y gastada estratagema marxista de presentar dos facetas, la radical y la "moderada", como si realmente fuesen alternativas diferentes.

Ambos comunicados fueron ampliamente difundidos en la vía pública, a la vez que varios medios de prensa se hicieron eco de los mismos, publicándolos en la íntegra o parcialmente.


EL PAIS
Año LXXVII · Nº 26 535 · Montevideo, Sábado 27 de Mayo de 1995 · Edición de 72 págs
Remitido
T.F.P. a la Opinión
El Foro de San Pablo hace caer la máscara
a la izquierda pseudo renovada:
La Rep
10 POLITICA
Advierte el grupo TFP
DE LA SOCIEDAD DE DEFENSA DE LA TRADICIÓN, FAMILIA Y PROPIEDAD

Así mismo, en un nuevo esfuerzo por difundir "a los cuatro vientos" el mensaje de la Santísima Virgen en Fátima, nuestra entidad reeditó — conjuntamente con las TFPs cohermanas de Argentina y Chile — la ya mundialmente conocida obra del Dr. Augusto Borelli titulada: "Nuestra Señora de Fátima: Profecías para América y el mundo", en esta ocasión con un prefacio del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, en el cual el autor pone de relieve la vigencia y actualidad de aquellas augustas palabras de advertencia y amonestación, así como de esperanza y consuelo, proferidas por la propia Madre de Dios en el año 1917.


Caratula de la más reciente edición en castellano, con la que se totalizan 2.160.500 ejemplares en 9 idiomas, del mundialmente famoso libro escrito por el Prof. Antonio A. Borelli, ahora con prologo del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira

Con el fin, pues, de realizar la divulgación de esa nueva edición, jóvenes socios y cooperadores de la entidad salieron numerosas veces, a lo largo del mes de mayo, a las calles de nuestra capital distribuyendo un volante que contiene un cupón para ser llenado por los interesados en adquirir ya sea la obra o al menos una postal con la efigie de la Imagen Peregrina de Nuestra Señora de Fátima.

Los pedidos no se hicieron esperar, tanto de Montevideo como del Interior. Entre los más significativos destacamos el del Padre Bruno Baubeta, capuchino capellán de las cárceles, quien nos honró llegándose personalmente hasta nuestra Sede para adquirir varios ejemplares del libro, con el fin de destinarlos a su meritorio y sacrificado apostolado entre los presidiarios.

También en el marco de este plan de difusión de las Profecías de Fátima, nuestra institución ha comenzado una recorrida por el Interior, con el fin de proyectar en casas de familia, entidades sociales, etc., un audiovisual sobre el asunto, oportunidad que se presta a la vez para renovar el contacto directo con la opinión pública. Hasta el momento dicho audiovisual ya ha sido exhibido — además de en Montevideo, obviamente — en Las Piedras y en Rivera.

Y esta nueva iniciativa seguirá siendo llevada adelante con todo empeño, a la procura de llegar a todos los rincones del país con el Mensaje de la Santísima Virgen.


El tradicional estilo de la TFP: dando la cara y en contacto directo con el público

PROGRESISMO "CATOLICO" HACE PRESION A FAVOR DE LA HOMOSEXUALIDAD

LA PRÁCTICA de la homosexualidad, que, de acuerdo con el catecismo tradicional "Grita al Cielo y clama a Dios por venganza", es objeto actualmente de una verdadera campaña en su favor por parte de los sectores del "catolicismo" progresista.

Entre los casos más elocuentes está el del Obispo francés, Mons. Gaillot, que ha tenido diversas manifestaciones de complacencia para con esta práctica que agrede sobremanera a la moral cristiana. El Obispo fue destituido recientemente de sus funciones por Juan Pablo II.

Tal vez sea más escandaloso aún el apoyo del Cardenal Hume, de Londres, a las llamadas "comunidades homosexuales". El Cardenal lanzó un documento lleno de ambigüedades que favorecen la inversión sexual y defiende medidas totalmente contrarias a la práctica tradicional de la Iglesia.

El periodista Gerald Warner, director del "Escritorio Católico de Prensa" de Glasgow, Escocia, escribió un artículo titulado: "El Papa debería sacar a Hume" (cfr. "Catholic Times", 12/3/95).

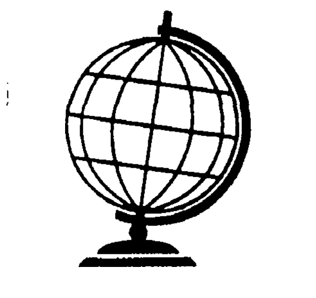
Es muy oportuno recordar que las Sagradas Escrituras relatan el castigo de Sodoma y Gomorra, destruidas por el fuego divino porque se había generalizado en ellas este pecado contra la naturaleza.

AMORALIDAD DE EX (?) -COMUNISTAS

SEGÚN EL diario milanés "Corriere della Sera", en las repúblicas de la ex-Unión Soviética localizadas en Asia Central, existe una "fábrica de abortos" destinada a obtener tejidos embrionarios utilizados en la industria farmacéutica y de cosméticos.

Semejante abominación ya tiene precedentes en Rusia. En efecto, el año pasado, imágenes perturbadoras de hospitales de Moscú revelaron al mundo atónito, la existencia de fetos humanos destinados a ser "reciclados" con fines medicinales.

Pero, he aquí lo más indignante: en Asia Central, se estaría induciendo a las mujeres a embarazarse, con el único fin de interrumpir la gestación en determinada fase, para obtener así el tejido embrionario.



Este es otro síntoma más del grado de brutalidad y amoralidad al que puede llegar una sociedad modelada por siete décadas de comunismo. Y esto ocurre más de seis años después de la caída del Muro de Berlín.

Para los que creen en la muerte del comunismo

ES ACEPTADO corrientemente en Rusia que la reestructuración de los órganos de inteligencia llevada adelante por Boris Yeltsin no es otra cosa que una tentativa de resucitar a la KGB.

Ahora se trata del "Servicio Federal de Seguridad", órgano de inteligencia y contraespionaje con nivel de ministerio, que será dirigido por un general del Ejército. Un diario ruso llegó inclusive a decir que este nuevo órgano, que cuenta con amplios poderes, puede perfectamente despertar de su sueño a la vieja KGB.


El emblema de la siniestra KGB resucitada

Este servicio de seguridad dispondrá de una fuerza policial propia, e inclusive contará con celdas especiales donde podrá encerrar e interrogar a sospechosos antes mismo de iniciar formalmente un proceso.

Es el viejo lobo rojo que reaparece en el palco, sin darse, esta vez, ni siquiera el trabajo de disfrazarse de oveja. Creer que un tal lobo es oveja, no le cae bien ni siquiera a la ingenuidad de la ovejita de la famosa fábula.

¡Drogas no, diputados!

VARIOS diputados brasileños lanzaron en la Asamblea Legislativa de Río de Janeiro una campaña de enmienda a la Constitución, intentando despenalizar el uso de drogas.

Mientras tanto, el gobierno de Suiza, país generalmente considerado como modelo de democracia, resolvió cerrar la "toxicolandia" de Letten, estación ferroviaria abandonada de Zurich. No era para menos: el "supermercado" de drogas de Letten, donde había libertad para comercialización y consumo de estupefacientes, se había transformado en centro de prostitución, delincuencia y violencia que se extendieron por todo el barrio.

El Uruguay auténtico

San Roque, abogado contra la peste



Capilla de San Roque en Colonia Estrella, a cinco Kmts. al norte de la ciudad de Carmelo

Corría el año de 1867, cuando en el mes de diciembre se abatió sobre la entonces villa de Carmelo una terrible epidemia de cólera que causó numerosísimas muertes considerando la escasa población de la época, que no pasaba de 2.500 habitantes.

Fallecieron unas 69 personas en solamente 40 días según el Libro II de Defunciones de la Parroquia de Carmelo, y la asistencia médica —por cierto muy precaria— estaba a cargo del único galeno de la Villa, Don Francisco Giunta, italiano venido de la Argentina.

Los días pasaban lentamente en aquel trágico verano, sin que los pobladores pudieran hacer otra cosa que presenciar impotentemente el devastador avance de la peste cobrando vida tras vida: hoy la de un amigo, mañana la de un familiar, pasado mañana quién sabe si la propia. Esta situación favoreció a que rápidamente el pánico se apoderase de los habitantes, que huían hacia las chacras vecinas llevando consigo al temible flagelo.

Fue así como los devotos colonos de los alrededores, especialmente Don Francisco Chá y Don Bernardino Cerrutti, cuyos antepasados habían vivido en Italia epidemias similares y que guardaban aún latente el recuerdo de los milagros hechos por San Roque en Acquapendente, Cesena, Placencia y Roma, acudieron presurosos a consultar al Cura Párroco, Don José Sancho, y le propusieron hacer una procesión de penitencia para pedir a Dios que, por intercesión del Santo abogado contra la pestilencia, los librase de tan terrible castigo.

La procesión partió del Templo Parroquial a fines de enero de 1868, llevando un cuadro de San Roque perteneciente a la Srta. Máxima Gutiérrez, finalizando a cinco quilómetros al norte, en el punto más elevado de la colonia, conocido como "Tapera de Calatayud", hoy denominado Colonia Estrella. Allí fue erigido un altar sobre el cual el Padre Sancho ofició el Santo Sacrificio de la Misa con las intenciones propuestas. A los pocos días constataron gratificados que "...cessó miracolosamente il flaggelo...", según consta textualmente en el Libro de la Capilla escrito en italiano por el capellán Don Doménico Manes en 1879.

Ante tan evidente milagro, los sobrevivientes propusieron realizar una función solemne en acción de gracias al Altísimo por haberles concedido en su infinita misericordia los favores implorados. El Padre Sancho escribió una carta, fechada el 5 de marzo de 1868, dirigida al Obispo de Montevideo (y del Uruguay) el Siervo de Dios Mons. Jacinto Vera, en la que le relató todo lo acontecido. Y, si bien el estado actual de la misma no permite su lectura completa, es muy posible que, dadas las reconocidas virtudes del Prelado, le pidiese consejo sobre cómo dirigir los actos de agradecimiento y cómo perpetuar en la memoria colectiva del pueblo carmelitano, aquella señal de predilección que la Divina Providencia les había dado.

El 5 de abril del mismo año se llevó a cabo la celebración de la Santa Misa solemne de agradecimiento en el mismo lugar donde se había oficiado la anterior, y fue en ese día que surgió la idea de levantar una Capilla dedicada a San Roque, "...para que supiese la posteridad que él fue el ángel consolador de sus antepasados", como escribe literalmente el propio capellán Don Doménico Manes en el documento ya citado.

El Cura Párroco designó una comisión compuesta de cinco miembros para impulsar la erección de dicha Capilla, de los cuales renunciaron tres quedando solamente los Srs. Francisco Chá y Francisco Manzini, que luego de vencer las dificultades inherentes a todo emprendimiento benemérito, concluyeron la construcción de la misma el 10 de diciembre de 1869. El 16 de agosto de 1870 se inauguró por fin la obra, aprovechando la celebración de la fiesta del Santo Patrono, pues San Roque murió en esa misma fecha pero del año 1327 a los 32 años de edad. El campanario, de estilo neoclásico, fue construido bajo la dirección de Don Juan Rataro entre los años de 1884 y 1886.

Hoy podemos decir que esta Capilla-Santuario de San Roque es un fiel testigo del fervoroso y fecundo espíritu católico que reinaba en aquellos tiempos a lo largo y ancho de todo el espectro social. Y esa ejemplar muestra de religiosidad ha dejado profunda huella hasta nuestros días, ya que dicha Capilla es visitada anualmente por miles de peregrinos, y los 16 de agosto de cada año, cuando se cierra la novena en honor del Santo Protector, se convierte en escenario de multitudinarias manifestaciones de Fe.

Nota: para la realización del presente artículo fueron consultadas las siguientes fuentes:

1) Serie de 5 artículos escritos por el Prof. carmelitano Silvio Giribone a quien agradecemos la gentileza de habernos proporcionado ese material.
2) Compilato dal Capellano D. Doménico Manes en 1879 (Libro de la Capilla), traducido por Luis Farina en 1886.
3) Santoral Católico, ed. 1987.





Aspectos del acto de lanzamiento del libro. A la derecha el Dr. Arcos Pérez, presidente de la TFP, y el editor del libro, Dr. Gastón Barreiro, y señora.

Libro contra los abusos en la TV

La Asociación "El Porvenir del Uruguay", institución que nuclea a padres y madres de familia preocupados y disconformes por la avalancha de violencia e inmoralidad con que los grandes medios de comunicación —en especial la TV— agreden y deforman sobre todo a la *niñez* y a la *juventud*, lanzó recientemente un libro en el que denuncia y previene acerca de ese problema.

El día 29 de junio pasado, festividad de San Pedro y San Pablo, tuvo lugar el citado lanzamiento en la Sala de Conferencias del Hotel Embajador, en Montevideo.

En la oportunidad hicieron uso de la palabra el presidente de la entidad, Ing. Miguel Curbelo, el Padre P. Richards, autor del prólogo, sacerdote preocupado desde hace mucho tiempo atrás con todo lo referente a la Familia, ex-asesor del CIEF (Centro de Investigaciones y Estudios Familiares) de Uruguay, recientemente trasladado a Argentina, y el propio autor de la obra, Sr. Luis Dufaur, argentino estudioso de la materia, conferencista de trayectoria internacinal.

Ya el propio título del libro, **"Una amenaza acecha a nuestros hijos: la Teleadicción"**, resulta de por sí muy elocuente. Y, a través de sus páginas, profusamente ilustradas e informadas por estadísticas o citas de pedagogos, médicos, psicólogos, sociólogos, etc., el lector podrá formarse una idea cabal de los perjuicios que para las mentes infantiles o juveniles acarrea la visión continuada e indiscriminada de la TV, no sólo en lo relativo a la imitación de escenas o conductas violentas y eróticas, *sino también* en el rendimiento escolar, en el recto desarrollo de su intelecto, etc.

Como no podría ser de otra manera, nuestra institución se hace eco de esa valiente denuncia y expresa de esta forma su caluroso apoyo a tan meritorio esfuerzo en pro de la Familia, "célula" básica de la sociedad.

In Memoriam



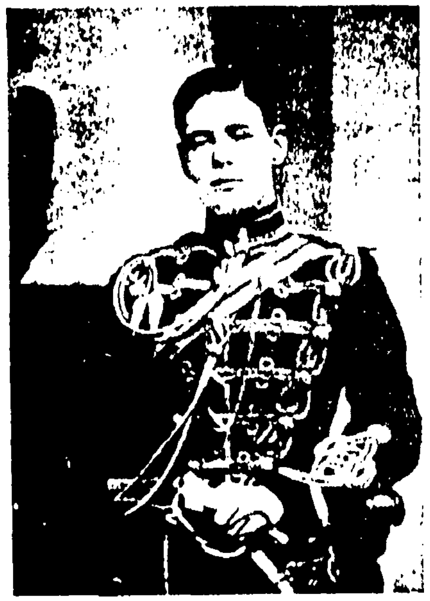
Como consecuencia de las heridas recibidas en un trágico accidente automovilístico ocurrido cuando viajaba por una carretera brasileña en compañía de otros miembros de la TFP, el día 24 de mayo pasado falleció el Sr. Horacio Black Bustillo.

Argentino proveniente de una tradicional familia porteña, miembro de la TFP de aquel país, colaboró, entretanto, larga y activamente, con nuestra institución, volcando en cada ocasión su valioso caudal de experiencia y talento, así como —lo que es más importante aún— sus notables virtudes de católico.

Muchos de nuestros lectores ciertamente lo conocieron personalmente, puesto que sus numerosas actividades en apoyo de nuestra entidad lo llevaron a recorrer varias veces el país hasta sus confines.

Con pesar, pues, pero a la vez con cristiana resignación, escribimos estas líneas expresando nuestro testimonio de agradecimiento y reconocimiento hacia quien fuera "caballero del buen combate", con la esperanza de que el juicio de Dios le haya sido favorable.

Líderes débiles, mal equilibrados sobre gobiernos inseguros, esclavos de problemas domésticos — tal es el cuadro pintado por especialistas del Instituto Internacional de Estudios Estratégicos de Londres, en su análisis referente a los quince meses recorridos desde el 1° de enero de 1994 al 31 de marzo de 1995



Churchill a los 21 años con el uniforme del 4° de Húsares
¡A sólo 30 años de su muerte, las nuevas generaciones inglesas no saben quién fue!

La falta de verdaderos líderes y la TV

Agudo e inteligente, el relatorio del Instituto londinense muestra que la humanidad navegó sin rumbo en ese período, y que el "consenso", actualmente en boga entre las naciones, es en realidad un tapujo para esconder la falta de acción concreta de los líderes.

En medida ponderable, la actual mediocridad de los liderazgos se debe a la propagación de mitos como la libertad completa y el igualitarismo, que llevan, en muchos casos, al desprecio y hasta a una verdadera persecución a la virtud y a las más diversas formas de superioridad. Como consecuencia, asistimos a la decadencia de las instituciones, de la cultura, de las artes, etc.

En este derrumbe, es innegable el papel —no exclusivo, pero sí decisivo— que vienen desempeñando los medios de comunicación social, especialmente la televisión, que continuamente está glorificando lo que es vicioso, prosaico e inferior, cavando de esta forma la tumba en la cual se va hundiendo el mundo contemporáneo.

La consecuencia necesaria de esa exaltación publicitaria de la infamia viene siendo un pesado silencio que se abate ensañadamente sobre todo lo grande que el mundo ha producido. A tal punto que las nuevas generaciones no conocen más aquello que para sus padres fue motivo de gran admiración.

Un ejemplo que llega a ser chocante, de tan característico, nos es revelado por una encuesta realizada por el diario "Sunday Times", de Londres. Gran parte de la juventud de Inglaterra no tiene ni idea de quien fue Winston Churchill (!), alma de la victoria de ese país sobre la Alemania nazista en la Segunda Guerra Mundial. En 1951, el diario inglés "The Observer" proclamaba: "De aquí a mil años su nombre (de Churchill) aún será conocido entre el pueblo, evocando una época de brillo y de gloria".

Churchill falleció en 1965. Pasaron apenas 30 años, y muchos jóvenes, coterráneos suyos, ya no conocen a tal héroe nacional, famoso en el mundo entero. Probablemente esas pobres mentes juveniles están pobladas por anti-héroes, como son los cantantes de rock y sus congéneres, y no les queda espacio para grandes figuras, como Churchill.

¿Cuánta responsabilidad sobre esto le cabe a la TV, que tanto se encarga de promocionar precisamente a los anti-héroes?

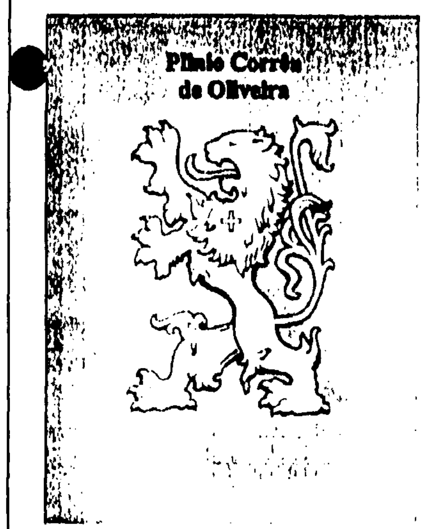
Estimado lector, Ud. coincidirá con nosotros en que la triste constatación del "Sunday Times" no es sólo válida para Inglaterra. Desgraciadamente es una realidad que se verifica en muchas naciones, por no decir en todo el mundo.

Suplemento de
LEPANTO
Organo Oficial de la Sociedad Uruguaya de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad

Redactor Responsable: Dr. Alberto Arcos Pérez.
Redacción: Javier de Viana 2384 Tel./FAX: 49 82 56 - CP 11.200 Montevideo.
Imprimió: La Imprenta. Dep. Legal 256.111/95.

LANZAMIENTO DE "REVOLUCION Y CONTRARREVOLUCION" EN RUMANIA

EN BUCAREST, Rumania, se acaba de realizar el lanzamiento de la más reciente edición de "Revolución y Contrarrevolución", la obra internacionalmente célebre del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, fundador y Presidente de la Sociedad Brasileña de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad - TFP. Este país comenzó a desvincularse de la órbita de la ex-Unión Soviética hace apenas cinco años.



Tapa de la edición rumana

La versión en idioma rumano, de 15.000 ejemplares, es autoría de la Sra. Eugenia Adams Muresanu, que reside actualmente en los Estados Unidos, y que, décadas atrás, estuvo tres años encarcelada por los comunistas y cuyo esposo, apresado y torturado, murió en las cárceles comunistas de Rumania.

En el prefacio de la edición rumana, el Prof. Plinio Corrêa de Oliveira escribe: *"A pesar de que, desde el punto de vista geográfico, Rumania se encuentra lejos, desde el punto de vista psicológico se encuentra cerca de mi patria, pues todos pertenecemos a la grande y gloriosa familia que desciende de los pueblos latinos"*.

En Bucarest, el lanzamiento de esta edición fue promovido por la Editora Traditie, recientemente fundada, habiéndose realizado el acto en la sede del PNTCD, partido político que congrega a los defensores de la libre iniciativa en la agricultura. Entre las personalidades presentes, se destacó el senador Corneliu Copopsu, que se refirió al presidente de la TFP brasileña como *"líder mariano que se consagró al apostolado de lucha en defensa de la civilización cristiana"*.

El escritor Pascal Virgil publicó varios artículos en el diario "Cotidianul", de Bucarest, en los que analizaba el denso contenido doctrinario de "Revolución y Contrarrevolución". En uno de ellos reproduce la apreciación del escritor norteamericano John Steinbacher, quien considera la obra *"el libro más importante, después de la Biblia"*.

La TFP colombiana denuncia una vez más: la narco-guerrilla está desangrando al país

RECIENTEMENTE la cohermana TFP de Colombia lanzó un nuevo y arriesgado pronunciamiento contra el nefasto connubio narcotráfico-guerrilla. Publicado en los diarios más importantes del país, el manifiesto contiene un vehemente apelo a las autoridades civiles, militares y religiosas para que, en un esfuerzo unido y concentrado, pongan término a una situación de pre-liquidación del estado de Derecho en aquella nación.

En el citado documento —del cual extractamos algunos tópicos esenciales— la TFP colombiana hace notar enfáticamente el desastroso resultado de la política de concesiones a los narcotraficantes impulsada por el Gobierno, la cual trajo aparejado el hecho de que éste prácticamente terminó sometido a aquéllos.

Se diría incluso —continúa el pronunciamiento— que las autoridades se olvidaron de que muchos narcotraficantes son aliados de la guerrilla, la cual es a su vez apoyada por Cuba.

Todo ese ablandamiento gubernamental en relación al crimen narcoterrorista acarreó —como no podía ser de otra manera— un aumento brutal de la delincuencia: ¡en Colombia hay más de 35 000 muertes violentas por año!

Por otro lado, el manifiesto interpela también a las autoridades religiosas por sus omisiones ante la trágica situación.

Finalmente, el documento concluye apelando a María Santísima para que proteja, ilumine y fortalezca las fibras católicas del país y derrote los agentes del desorden.

OTRO CARDENAL APOYA

PROSIGUE EL gran éxito que viene obteniendo en Estados Unidos y Europa la obra más reciente del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, "Nobleza y Elites Tradicionales Análogas en las Alocuciones de Pío XII al Patriciado y a la Nobleza Romana".

Sumándose a los grandes elogios que recibió el libro de parte de varios Cardenales de la Curia Romana, así como de teólogos e historiadores de renombre —conforme ya fue publicado— ahora también el cardenal Echeverría, de Ecuador, envió una expresiva carta de apoyo al libro.

Tonus aristocrático en los aspectos cotidianos de la intimidad doméstica

Plinio Corrêa de Oliveira

En una verdadera democracia, afirmó Pío XII (cfr. Alocución del 16/1/1946 a la Nobleza y al Patriciado Romano), deben haber instituciones de *tonus* aristocrático. Si no lo hubiese afirmado el inmortal Pontífice, los apodos, las difamaciones, las persecuciones del democratismo revolucionario habrían caído sobre quien hiciese tal afirmación. Como fue Pío XII quien lo dijo, entonces el democratismo revolucionario hace de todo para cubrir con su silencio esta frase, y sepultarla en el olvido. Y, si alguien la cita, mantiene un silencio desagradado y furioso, con la boca cerrada es verdad, pero como si mordiese con los ojos al insolente que desenterró el incómodo texto pontificio.

Acostumbrados a no darle la menor importancia a los furores del democratismo revolucionario, no sólo la desenterramos, sino que la comentamos. Y no sólo la comentamos sino que —lo que irrita aún más— la ilustramos.

Ese *tonus* aristocrático, al que se refería Pío XII, constituye desde cierto punto de vista la más alta afirmación de la dignidad humana, la manifestación de lo que hay de profundamente respetable en ella. En este sentido, las instituciones literarias, artísticas, sociales u otras (a su modo, también las corporaciones de trabajadores), imbuidas de una nota aristocrática, por el propio hecho de estimular la selección de las verdaderas élites en los distintos campos de la actividad humana, mejoran, elevan y dignifican todo el cuerpo social, y constituyen un elemento para la dignificación del hombre en cualquier escalón de la jerarquía social en que se encuentre.



Salero

Oeufriers

Saleros

El hombre se sienta a la mesa, no sólo para nutrirse, sino para descansar junto a los suyos en medio de un trato despreocupado, ameno, placentero.

Es por eso que los objetos con que se rodea en las comidas deben convidarlo al reposo, a la distensión, a la sonrisa que caracterizan una intimidad digna.

Nuestros *clichés* muestran una serie de pequeños objetos de mesa del siglo XVIII, a los que los lectores que tienen sensibilidad artística no dudaran en reconocer como pequeñas obrasprimas de arte, cuya finalidad es proporcionarle al hombre un placer de espíritu cuando ve los objetos de su mesa o hace uso de ellos. Levedad, elegancia, gracia, todo en ellos atestigua la presencia de un *tonus* verdaderamente aristocrático, que indica un elevado respeto por las conveniencias espirituales del hombre inclusive dentro del prosaísmo de su existencia diaria.

Ese elevado padrón se difundió en aquella época, como es natural, por todo el cuerpo social, con los matices correspondientes. No era monopolio de los grandes, pero representaba, por el contrario, un estímulo para que todos se inspirasen en él, guardadas las debidas proporciones. De donde nació la belleza de los objetos domésticos de entonces, mismo de los de camadas muy modestas de la población.

Las propias piezas aquí exhibidas son una prueba de como todo el cuerpo social estaba embebido de ese espíritu.

Realmente, si esos objetos eran para uso de los grandes, no sólo expresaban el *tonus* que éstos sabían comunicar a su existencia, sino también el maravilloso gusto de los artistas y artesanos —todos ellos habitualmente surgidos del pueblo— que concebían y realizaban estas pequeñas obras de arte.

R E S E R V A D O

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: DEL 01SET95 AL 15SET95

TEMARIO:

I.- AMERICA DEL SUR
   A.- BRASIL
   B.- COLOMBIA

R E S E R V A D O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

1.- FACTOR SICOSOCIAL

MOVIMIENTO DE TRABAJADORES SIN TIERRA

En los últimos meses se ha evidenciado un incremento de la actividad del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). El movimiento, que desde hace quince años lucha en favor de la posesion legal de áreas productivas, ha realizado, cerca de 40 ocupaciones ilegales de haciendas en los primeros seis meses del año, entre las que se destacan: invasión y desalojo a principios del mes de agosto de una hacienda en el Norte del Estado de RONDONIA que produjo la muerte de cerca de 40 campesinos y policias, ocupación de 3 haciendas en el Estado de SAN PABLO a fines de agosto, invasión de una hacienda en la ciudad de CRUZ ALTA (RIO GRANDE DEL SUR) a principios de este mes. Por otro lado se efectuaron diversas manifestaciones de protesta, la mayor de ellas en BRASILIA, donde cerca de 5.000 campesinos exigieron al Pte. FERNANDO CARDOSO que cumpla con su promesa de dar propiedades a 180.000 familias antes de finalizar su mandato.

No se descarta que el MST expanda su campo de acción a territorios próximos a nuestra frontera como ya ha sucedido anteriormente.

B.- COLOMBIA

1.- FACTOR POLITICO

CRISIS EN EL GOBIERNO DE ERNESTO SAMPER

La crisis política e institucional generada por la denuncia de presuntos aportes economicos del narcotrafico a la campana electoral del Presidente ERNESTO SAMPER, mantiene hoy en dia a COLOMBIA y a varios paises de la comunidad internacional, con una notoria inquietud e incertidumbre por conocer cual sera el desenlace de dicha acusación.

Actualmente, la Fiscalía General se encuentra investigando (en una causa conocida como "Proceso 8.000") la procedencia de giros por un millon de dolares a una cuenta del ex Ministro de Defensa, FERNANDO BOTERO en EE.UU., los que posiblemente fueron utilizados durante la campaña presidencial.

Entretanto, la Comision de Investigación y Acusación de la Cámara de Representantes, continúa recopilando testimonios para establecer la responsabilidad del gobernante como parte de la investigación preliminar que determinará si SAMPER debe ser sometido a juicio politico o exonerado de cargos.

En recientes declaraciones, el Presidente SAMPER rechazó las imputaciones del ex tesorero, SANTIAGO

MEDINA, aunque aceptó que dichos aportes pudieron infiltrarse "a sus espaldas". Asimismo, manifestó que "el gobierno seguirá su marcha y no va a renunciar al compromiso que adquirió un año atrás, cuando asumió la Presidencia de la República".

En la medida que se conocen nuevas evidencias, el respaldo popular al Presidente SAMPER va declinando, mientras que el apoyo del influyente gremio industrial quedó sujeto a que el Primer Mandatario demuestre su inocencia.

Al respecto, algunos países latinoamericanos y en forma expresa MEXICO y URUGUAY, han manifestado su apoyo a SAMPER, mencionando paralelamente, que las acusaciones que pesan sobre él son más producto de un operativo externo que de su posible vinculación con dinero del narcotráfico.

Las expresiones de respaldo a COLOMBIA por parte de Presidentes asistentes a la reciente cumbre del Grupo de Río, se constituye en un importante apoyo internacional para el Presidente SAMPER que podría influir decididamente en el desenlace de esta crisis.

3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 18 DE SETIEMBRE DE 1995

Pase al Señor Sub-Director Interior para su conocimiento y notificación, Sumario de Información NRO. 9508935 (Período del 01SET95 al 15SET95), y MEMO 30/B/95 NRO.9508965.

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la DGID

C/N (CG)

Juan Herrera

al DI

004/4

14

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(USO INTERNO DE LA D.G.I.D.)

E.E.I. Nº 053/A/95

FECHA: 15/SET/95

REFERENCIA:

ORIGEN: DPTO. I (Int.) Sector Gremial

DIFUSION: DPTO. III

INFORMACION CONOCIDA:

Se ha tomado conocimiento a través de la prensa que se han realizado elecciones en la Asociación de Funcionarios de UTU. Presentándose las siguientes listas:

Lista 1988: obtuvo 463 votos 6 cargos
Lista 1: obtuvo 269 votos 3 cargos
Lista9.27: obtuvo 112 votos 1 cargo
Lista 31: obtuvo 108 votos 1 cargo.

E.E.I.:

Se solicita:
* Como quedó integrado el Secretariado Ejecutivo Nacional.
* Las listas que se presentaron.

PLAZO:

4/C

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... Defensa
Fecha: 15 SET. 1995
Pase a Dpto. III
Nº. de ... 9508936

001/2

9508936

Afecto ffose

OSE: Anuncian Huelga General

La Federación de Funcionarios de OSE iniciarán el próximo miércoles 20 las acciones que conducirán a la huelga general por tiempo indeterminado, y a partir del 2 de octubre ocuparán los lugares de trabajo en todo el país, según anunciaron al concluir en la víspera el congreso nacional de delegados.

Esta medida fue aprobada a causa de "la rebaja salarial que se pretende aprobar con las normas del presupuesto, que significaría la eliminación de conquistas sindicales de larga data", expresaron los sindicalistas en un comunicado distribuido ayer.

Los funcionarios anuncian para el próximo miércoles la ocupación, por 24 horas, de los lugares de trabajo en Montevideo, y a la hora 10 de ese día realizarán una asamblea conjunta.

En el interior, los días 20 y 21 se llevarán a cabo asambleas en todas las filiales "para instrumentar las resoluciones del congreso".

El congreso, pese a estas medidas de confrontación, también resolvió "continuar con todas las gestiones ya emprendidas ante OSE, el Ministerio de Trabajo, la OPP y el Poder Legislativo, procurando encontrar soluciones antes del 30 de setiembre".

Por otra parte, la Asociación de Funcionarios de la UTU comunica que tras celebrarse recientemente la elección de autoridades, la lista 1988 (que obtuvo la mayoría con 463 votos) ocupará seis cargos en las Secretarías Ejecutivas Nacionales; la lista 1 (269 votos) ocupará tres cargos; la lista 9-27 (112 votos), un cargo, y la lista 31 (108 votos), un cargo.

El País 15/9/85

002/2

Aumenta consumo de crack entre viciados

Números do Denarc mostram que usuários da droga passaram de 43% em 93 para 61% em 94

STELLA GALVÃO

O total de viciados em crack no Estado de São Paulo aumentou de 43% em 93 para 61% no ano passado. O número reflete o grupo de consumidores de drogas (1.251 em 94) que procuram espontaneamente o Departamento de Investigação sobre Narcóticos (Denarc). "É espantoso", resumiu o diretor da Divisão de Prevenção e Educação do Denarc, Alberto Corazza. Em 2º lugar aparece o uso misto de drogas, entre elas o crack, e em terceiro o cloridrato (pó) de cocaína.

Ele atribui o crescimento acelerado do consumo de crack, a "pedra" fumada e feita a partir da cocaína em pó ou em pasta, ao poder viciante da droga e sua exposição nos últimos dois anos na mídia. "Atrai, desperta a curiosidade", acredita o delegado.

CUSTO BAIXO E DISPONIBILIDADE FAVORECEM USO DA 'PEDRA'

Os dados do Denarc confirmam o levantamento feito em São Paulo e Rio de Janeiro sobre o perfil do viciado de cocaína e derivados pela pesquisadora Solange Nappo e pelo psicofarmacologista Elisaldo Carlini, ambos do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. O trabalho foi encomendado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Instituto Interregional das Nações Unidas de Pesquisas sobre Crime e Justiça a pesquisadores de 22 cidades em 19 países.

"O custo baixo do crack e sua disponibilidade contribuem para seu uso extenso em São Paulo entre os grupos pobres dos centros urbanos", diz o capítulo paulista do documento impresso no dia 14 de março. "A situação é dramática e exige uma discussão em torno da verdadeira doença pública que resultou do uso cada vez mais intenso do crack em São Paulo", avaliou o psiquiatra Auro Lescher, assessor do Ministério da Saúde para a Prevenção de Drogas e Aids.

O crack é visto ainda como alternativa para se diminuir a transmissão da Aids por meio de drogas injetáveis. "Por gerar alta dependência, a droga leva as pessoas à violência e à prostituição para manter o vício", disse o psiquiatra.

A idade dos viciados varia de 13 a 45, mas a maioria está entre 16 e 25 anos. No levantamento do Denarc, o crack é consumido em faixa etária parecida, dos 19 aos 30 anos. No Rio, o consumo da droga em pó predomina entre a classe média alta, estudantes. Nas favelas, os pesquisadores identificaram o consumo de cocaína injetável.

O estudo da OMS revela que tanto o crack quanto o pó são comprados de "passadores" ou traficantes em pequenos papelotes de 0.5 a 1.0 grama vendidos em média a US$ 8.00 cada um. [illegible]mente, o crack é mais barato [illegible] quan[illegible] varia mais de preço e de qualidade.

O estudo revela que o uso [illegible] popular da cocaína no mund[illegible] forma em pó, enquanto a past[illegible] coca e o crack fumado e a coc[illegible] injetável são utilizados em m[illegible] proporção por setores marginados da sociedade. O aumento do [illegible] do crack foi registrado na Nigé[illegible] Brasil. A OMS sugere que os p[illegible] desenvolvam campanhas para c[illegible] cientização dos riscos da coca[illegible] principalmente quando o uso é [illegible] tensivo e combinado com ou[illegible] drogas. "Ninguém sabe o que é u[illegible] zado na mistura que resulta na [illegible] dra de crack: as consequências [illegible] a saúde são trágicas", alertou [illegible] cher.

Nº DOCUMENTO 950842

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACION

VINCULACIONES 11146 11341
65092 11354
72025 11224
11351 11352
10001 501460

ENTRADO

CRUZADO

La Policía descubrió una red de narcotraficantes en Lavalleja

Minas, por Manuel Tejera

■ Varias personas serán conducidas en las próximas horas ante la

Justicia departamental, a fin de aclarar su situación ante un posible delito de comercialización y consumo de estupefacientes.

Las autoridades policiales de Lavalleja culminaron el pasado domingo con una serie de procedimientos que permitió detener a un grupo de personas, a las que en un primer momento se las relaciona con el tráfico de drogas.

De acuerdo a lo informado a **LA REPUBLICA** por el propio jefe de Policía, Abayubá Martorell, las indagatorias policiales se iniciaron cuando fue detenido un automóvil que circulaba por la ruta 8, en el cual viajaba un grupo de personas, y tras exigírseles la documentación y la procedencia de las mismas, quedaron detenidas, por constatarse algunas sospechas sobre los viajeros.

Los primeros informes sobre la existencia de una red de distribución de drogas en esta parte del país y en nuestro departamento concretamente, se tuvo apenas haber asumido como jefe de Policía, Abayubá Martorell.

De inmediato se ordenaron las actuaciones correspondientes, las que estuvieron a cargo de la Seccional 1ª y del Departamento de Investigaciones, bajo el mando de los comisarios Colmán y De los Santos, los que cumplieron, en un principio, con una tarea de seguimiento, las que permitieron averiguar que el día domingo se produciría el arribo a Minas de "mercadería" en un vehículo procedente de Montevideo.

DETIENEN EL AUTOMOVIL

Siguiendo los datos disponibles, en horas de la tarde del domigo efectivos policiales procedieron a detener un automóvil que circulaba a la altura de quilómetro 105 de la ruta 8, a escasa distancia de nuestra ciudad, encontrándose en el interior del mismo una cantidad no determinada de droga, principalmente cocaína y marihuana en estado de relativa pureza, destinada a ser procesada.

Una vez que se interrogara a los ocupantes del automóvil requisado, se procedió a realizar un intenso y espectacular operativo en prácticamente toda la ciudad, registrándose algunas fincas particulares, como así también un conocido comercio de Minas, en que se podía apreciar desde hace un tiempo atrás una intensa actividad deportiva.

En este lugar se detuvieron varias personas y se habrían encontrado —de acuerdo a información extraoficial— material necesario para el procesamiento de la droga, siendo además el lugar que servía como punto de venta de los estupefacientes.

Se puso saber, asimismo, siempre de acuerdo a datos extraoficiales, que se encontró el papel que se utiliza para confeccionar los denominados "ravioles", como así también ingredientes que se aplican para "rebajar" la intensidad y pureza de los alucinógenos —tales como azúcar impalpable y leche en polvo—, todo lo que abre una amplia franja de presunción en torno a las características que tendría la ilegal tarea comercial.

HABRIA QUINCE DETENIDOS

En este momento serían quince las personas que se encuentran detenidas o demoradas en la Seccional 1ª con diferente grado de responsabilidad en la maniobra delictiva, las que fueron conducidas en la tarde de ayer ante la Justicia.

Abayubá Martorell, a quien se le ha mantenido informado permanentemente de los procedimientos realizados, dijo a **LA REPUBLICA** que ha ofrecido el máximo respaldo a los efectivos policiales intervinientes en este operativo.

Agregó que, desde su función, se debe atacar todos aquellos aspectos que afecten el natural desarrollo del quehacer de nuestra sociedad.

Estableció, igualmente, que todas las actuaciones se cumplieron dentro de los cometidos policiales y de las máximas garantías que imponen la Constitución y la ley, y que ahora, además de los elementos reunidos por los investigadores, ha de estarse a lo que resuelva la Justicia.

El hecho no ha pasado ajeno al comentario público, en la medida que entre los detenidos se encontrarían integrantes de conocidas familias de nuestra ciudad.

01 - 02

950842

Lavalleja: Detienen Auto Repartidor de Coca y Marihuana

MINAS, (por Edgar Martínez Lucero, corresponsal). — Al cierre de esta edición, se cumplen las actuaciones judiciales tendientes a esclarecer el alcance de una posible red de distribución de drogas en nuestra ciudad, luego de procedimientos policiales realizados en la noche del domingo por personal de la comisaría primera y la dirección de Investigaciones.

Atendiendo algunas pistas reunidas, se detuvo en el Km. 105 de la ruta 8 "Brig. Gral. Juan A. Lavalleja" —tres kms. al suroeste de la capital departamental— procedente de Montevideo, a un automóvil que transportaba cocaína y marihuana de extrema pureza. De la primera sustancia habría unos 7 gramos que rinden 70 dosis —cantidad estimable que implica una considerable inversión— y unos 15 grs. de marihuana. Se procedió, de inmediato a dirigir las actuaciones hacia comercios y fincas que periódicamente —dos veces por semana— eran visitadas por un automóvil que circulaba por la ruta 8 hacia Minas.

El derrotero del vehículo ya había sido detectado por los funcionarios de los servicios de Montevideo y fue puesto en conocimiento del jefe **Abayubá Martorell**, 48 horas después de asumir. El flamante jerarca ordenó, de inmediato, las actuaciones pertinentes por intermedio de la primera circunscripción policial.

Los comisarios **Colmán** y **De los Santos** realizaron el seguimiento del vehículo que, en las últimas horas del domingo, enfiló hacia Minas con la "mercadería" a bordo. En el Km. 105 fue intervenido un auto en el interior del cual se halló una cantidad no especificada de cocaína y marihuana en estado puro.

Conocidos los contactos que los ocupantes del coche realizarían en determinados sitios de la ciudad, se inició una rápida pesquisa en los puntos ejidales de Minas, donde fue intervenida más de una propiedad particular, entre las que se encuentra un conocido comercio. Aquí se encontró papel suficiente para hacer los llamados "ravioles" (ahora "papelas"), como los ingredientes para "rebajar" la intensidad y pureza de los alcaloides y alucinógenos.

En primera instancia fueron detenidas 15 personas de las cuales, al cierre de esta edición fueron liberadas 8, quedando 7 a disposición de la Justicia. El jefe **Martorell** dijo a EL PAIS que corresponde a su investidura ofrecer el máximo respaldo al personal policial que actúa en el tema. El funcionario afirmó que, desde su función, debe atacar todos los aspectos que afectan el natural desarrollo del quehacer social de Lavalleja.

02 - 02

DIPLOMACIA

Governo quer assinar contrato do Sivam antes de FHC ir aos EUA

LUCAS FIGUEIREDO
Da Sucursal de Brasília

O governo quer assinar o contrato do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) antes da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos, programada para 16 a 20 de abril.

A **Folha** apurou que a área diplomática do governo considera que a assinatura do contrato com a empresa norte-americana Raytheon pode facilitar as negociações sobre novos investimentos dos EUA no Brasil.

A Raytheon foi escolhida, sem licitação, pelo governo Itamar Franco, em julho do ano passado, para fornecer os equipamentos do Sivam. O valor total do projeto é de US$ 1,4 bilhão.

Na época da concorrência informal, o presidente dos EUA, Bill Clinton, chegou a mandar correspondência a Itamar demonstrando interesse de que a empresa norte-americana ganhasse o projeto.

FHC deverá se encontrar com Clinton nos EUA. Entre os objetivos da viagem estão negociações para novos investimentos no país, inclusive na Amazônia.

O Sivam vai monitorar o espaço aéreo e terrestre da região, além de colher informações, através de radares e satélites, sobre recursos minerais, reservas indígenas e biodiversidade.

Propriedade intelectual

O governo, a Raytheon e a empresa brasileira Esca, que irá desenvolver o programa de computador do Sivam e armazenar as informações colhidas pelos radares e satélites, chegaram um acordo sobre a propriedade intelectual do projeto, ou seja, os direitos sobre a tecnologia desenvolvida.

Segundo o coordenador da comissão de implantação do Sivam, brigadeiro Marcos Antônio de Oliveira, a tecnologia desenvolvida no Sivam será de propriedade do governo brasileiro.

Tanto a Esca quanto a Raytheon e empresas coligadas poderão requisitar ao governo a permissão para usar ou vender a tecnologia que foi desenvolvida com a participação delas.

Caso venha a dar a autorização, o governo poderá cobrar ou não pelo uso da tecnologia.

Com relação aos equipamentos que compõem o Sivam, a propriedade intelectual sobre as melhorias tecnológicas que venham a ser incorporadas irá pertencer simultaneamente ao governo, à Raytheon e à Esca.

A propriedade intelectual do projeto era um dos principais pontos de discórdia entre o governo e a Raytheon. A empresa norte-americana queria ter amplo acesso à tecnologia desenvolvida.

Contratos do Sivam estão correndo risco de suspensão

Gabeira considera um perigo informações nas mãos de estrangeiro

LUCIANE AQUINO
Sucursal/Brasília

O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) ameaçou ontem pedir a suspensão da assinatura do contrato do governo com as empresas Esca e Raytheon para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Numa reunião secreta da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, Gabeira alegou que a segurança das informações sobre o projeto está em perigo porque um dos proprietários da Esca não é brasileiro. Steve Ortiz, dono de um terço das ações da Esca e presidente da empresa, é equatoriano naturalizado norte-americano.

A Esca foi a empresa brasileira escolhida pelo governo para fazer o programa de computador que gerenciará o Sivam. A escolha da Esca foi feita sem licitação sob a alegação de que a instituição que fizer o trabalho terá conhecimento de informações que podem comprometer a segurança nacional. A Raytheon, que é norte-americana, fornecerá e instalará os equipamentos do sistema.

Ontem, depois da reunião secreta, o deputado Celso Russomano (PSDB-SP), integrante da comissão de Meio Ambiente, foi para o Palácio do Planalto conversar com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto. "Espero que o presidente decida cancelar a assinatura do contrato", disse Gabeira. "Se não, eu vou apresentar um requerimento de suspensão e tenho certeza de que venço, qualquer parlamento do mundo impugnaria um projeto desses." Gabeira chegou a tentar conversar com Fernando Henrique sobre o Sivam depois de ter conhecimento da denúncia sobre a nacionalidade de um dos proprietários da Esca, mas não conseguiu. O Planalto marcou uma audiência para ele com o secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg.

A conseqüência mais grave da ameaça da suspensão do contrato é sobre a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso para os Estados Unidos. O roteiro, que está sendo preparado desde dezembro, foi elaborado de maneira a evitar temas polêmicos. O presidente Bill Clinton, com quem Fernando Henrique tem um encontro no dia 22 de abril em Washington, empenhou-se pessoalmente para que o Brasil fechasse o contrato com a Raytheon. Clinton chegou a enviar uma carta ao então presidente Itamar Franco defendendo a contratação da Raytheon.

O QUE É SIVAM

O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) foi criado para acompanhar com precisão o tráfego aéreo sobre os Estados do Norte do país, além de auxiliar no controle do tráfico de drogas. O sistema é composto por 17 radares fixos e seis móveis, aviões com sensores e plataformas para coleta de dados. A área sob o controle será de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, a um custo de US$ 1,4 bilhão.

Deputado tenta adiar contrato do Sivam

Gabeira (PV-RJ) questiona o fato de estrangeiro ter acesso a informações que envolvem segurança nacional

LUCAS FIGUEIREDO
Da Sucursal de Brasília

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) pediu ao governo que suspenda por 60 dias a assinatura dos contratos com as empresas que participarão da montagem do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Gabeira diz que, se o pedido não for atendido, vai apresentar requerimento para que a Câmara dos Deputados determine a suspensão do contrato.

O porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, ao ser indagado sobre o pedido de Gabeira, limitou-se a responder: "O contrato será assinado quando estiver pronto".

Norte-americano

O deputado baseia seu pedido no fato de que a Esca, empresa que vai controlar a instalação do Sivam, é presidida pelo norte-americano Steve Ortiz.

A Esca foi contratada sem concorrência pública para desenvolver e armazenar a tecnologia operação do Sivam. Ela deve receber entre US$ 120 milhões e US$ 150 milhões pelo trabalho.

O governo justificou a contratação da Esca alegando que o Sivam é um projeto de segurança nacional e que sua tecnologia teria que ser controlada por uma empresa brasileira.

"Não se sustenta mais o argumento do governo de que as informações de caráter sigiloso ficariam sob a responsabilidade de uma empresa nacional", disse Gabeira.

Segundo o Ministério da Aeronáutica, a Esca se enquadra no conceito de empresa nacional.

Ortiz afirma que detém 33% das ações da Esca. O outro sócio, o coronel-aviador da reserva José Monteiro, é dono de outros 33%. A própria empresa ficou com os demais 33%.

A Esca diz que estas ações serão vendidas para outros diretores e funcionários da empresa. Com a atual composição acionária, Ortiz é, na prática, dono de metade da empresa.

Ortiz nasceu no Equador e se naturalizou norte-americano. Ele disse que mora no país desde 74 e é casado com uma brasileira.

"Eu sou mais brasileiro que muitos outros brasileiros". Ele afirma que viveu nos EUA por seis ou sete anos, antes de vir para o Brasil.

O Sivam é orçado em US$ 1,4 bilhão. A maior parte dos recursos será usada para pagar a empresa norte-americana Raytheon pelo fornecimento de equipamentos.

O sistema de radares e satélites do Sivam irá vigiar os espaços aéreo e terrestre da Amazônia e colher informações sobre recursos minerais, reservas indígenas e biodiversidade (todas as espécies animais e vegetais da área).

Colaborou a Reportagem Local

'Empresa é estratégica'

GUSTAVO KRIEGER
Da Reportagem Local

A Esca é considerada uma empresa estratégica pelo governo brasileiro. Em 1993, a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) vetou tentativa de compra da Esca pela empresa francesa Thomson.

A Thomson era uma das empresas interessadas em fornecer os equipamentos do Sivam. A tentativa de comprar a Esca fazia parte da estratégia francesa para ganhar o contrato.

Em 1993, o governo brasileiro já tinha definido que uma empresa brasileira seria contratada para desenvolver e armazenar a tecnologia do Sivam.

O governo definiu também que a empresa escolhida para desempenhar este papel teria que comprovar larga experiência em controle de tráfego aéreo.

A única empresa em condições de preencher os requisitos exigidos pelo governo era a Esca, que desenvolveu o Cindacta, sistema que controla o tráfego aéreo no Brasil.

Com isto, a escolha da Esca como "empresa integradora" do Sivam era antecipada pelo mercado meses antes da definição do contrato.

A Thomson avaliava que a compra da Esca seria uma vantagem decisiva na disputa pelo Sivam.

O governo brasileiro vetou a operação alegando que a Esca era uma empresa estratégica, por seus contratos com as Forças Armadas brasileiras.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Folha de São Paulo

FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95

VINCULACIONES

O PROJETO

O SIVAM VAI CUSTAR

US$ 1,4 bi

e pretende controlar o espaço aéreo dos 5,2 milhões de km2 da Amazônia

O PROJETO CONTA COM

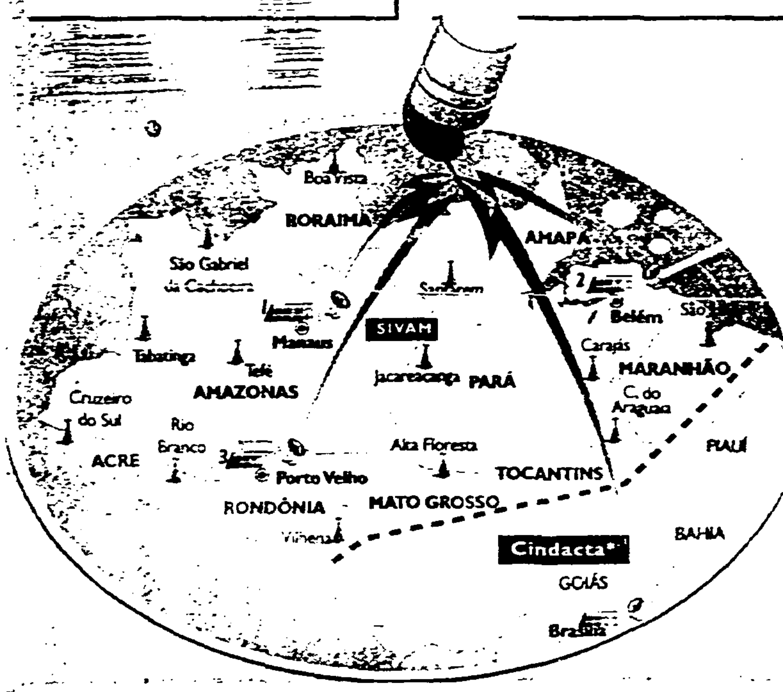
17

radares fixos, seis móveis e oito aviões equipados com sensores

OS DADOS SERÃO REUNIDOS EM

300

plataformas de coletas de dados e enviados a Manaus, Belém e Porto Velho



A QUESTÃO DA SEGURANÇA NACIONAL

- O governo brasileiro não seguiu a lei sobre concorrências públicas para contratar a Esca e a Raytheon, sob alegação de que o Sivam era um projeto sigiloso. O governo alegava que uma concorrência aberta poderia causar vazamentos de informações sigilosas.
- Apesar disto, o Brasil enviou dossiês com as principais informações do Sivam para 16 embaixadas estrangeiras, que os repassaram para empresas em seus países. Esses dossiês continham descrições detalhadas dos equipamentos e tecnologia do Sivam

AS EMPRESAS ENVOLVIDAS

Raytheon

- É a líder do consórcio de empresas escolhido para fornecer e instalar os equipamentos do Sivam. É uma das maiores empresas norte-americanas de armamentos. Desenvolveu o sistema de mísseis Patriot
- Teve apoio do governo dos EUA para ganhar o contrato, apesar de ter sido processada pelo governo norte-americano sob acusação de superfaturamento

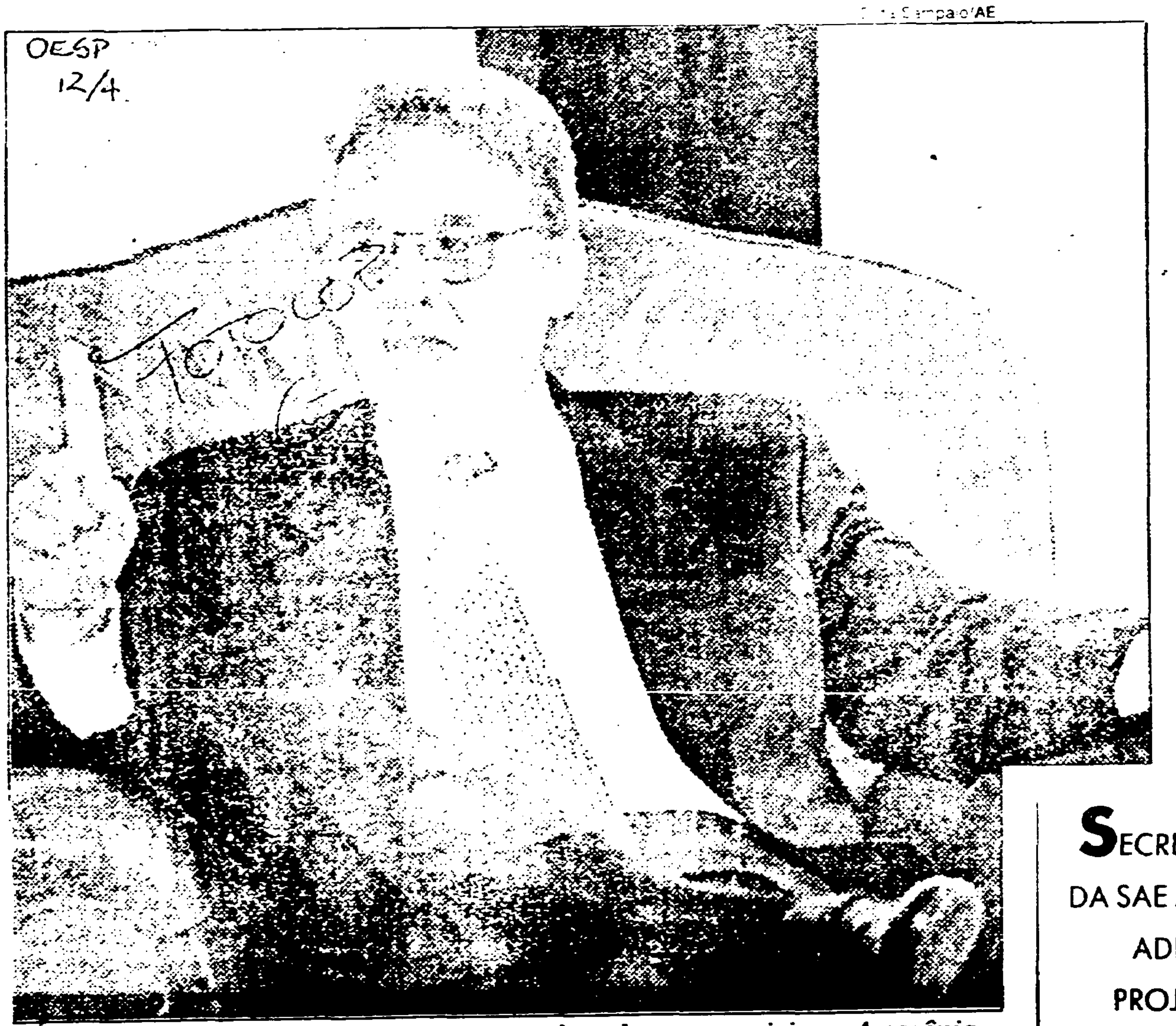
Esca

- Foi escolhida para ser a "empresa integradora brasileira" do Sivam (tem a função de garantir que o Brasil mantenha o domínio sobre a tecnologia do projeto)
- É uma das empresas que controlam maior número de contratos com as Forças Armadas brasileiras. Ela vai desenvolver a tecnologia de controle e operação do sistema
- O presidente da empresa é o equatoriano naturalizado norte-americano Steve Ortiz, que detém 33,3% das ações. O coronel-aviador da reserva José Ernesto Pereira Monteiro tem outros 33,3%. As ações restantes estão em nome da empresa para ser vendidas a diretores e funcionários

64 9508943.

CASO SIVAM

Empresa eleita é acusada de fraudar INSS



Garantia do início da montagem do sistema de radares para vigiar a Amazônia

Esca foi autuada sob acusação de falsificar guias de contribuição à Previdência Social

MARA BERGAMASCHI e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — A empresa Esca Engenharia de Sistema de Controle e Automação S.A., escolhida pelo governo para gerenciar o bilionário projeto de Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), está na lista dos fraudadores da Previdência. Segundo documentos em poder do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a Esca foi autuada pelo INSS de São Paulo em dezembro passado, quando fiscais descobriram que o valor registrado em mais de cem guias de contribuição não constava da conta corrente da Previdência. Em nota oficial divulgada no início da noite, o Ministério da Previdência confirmou a denúncia e disse que as guias falsas fazem parte de um processo que já está sendo encaminhado pelo INSS ao Ministério Público Federal.

"As guias foram apreendidas, o INSS confirmou que não houve recolhimenrto bancário e instaurou processo administrativo contra a Esca, sob o código 25, que significa fraude", revelou Chinaglia. A denúncia tumultuou a tarde no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios. O presidente Fernando Henrique Cardoso pretendia assinar o contrato do Sivam na próxima semana, antes de viajar para Washington. A empresa internacional selecionada para executar o Sivam, ao custo de US$ 1,4 bilhão, em parceria com a Esca, foi a norte-americana Raytheon. Esta empresa já foi acusada de ter pago propina a autoridades brasileiras para ganhar o bilionário projeto.

Ao ser informado sobre o mais novo escândalo em torno do Sivam, o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, telefonou imediatamente para a Esca. Ao secretário, a empresa confirmou ser devedora da Previdência, mas classificou sua situação como "problema normal" — ou seja, débitos em atraso —, mas negou a denúncia de fraude. Mais tarde, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, Sardenberg admitiu o adiamento do Sivam, "caso as [illegible] fundamento".

SECRETÁRIO DA SAE ADMITE ADIAR PROJETO

Denúncia é inconsistente, diz FH

Presidente diz a deputado Fernando Gabeira que governo vai assinar contratos

BRASÍLIA — Apesar de o Ministério da Previdência ter confirmado a existência de processo por fraude contra a Esca — empresa nacional escolhida pelo governo para gerenciar o Sivam — o presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu ontem ao deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), segundo relato do próprio deputado, que as denúncias são "inconsistentes". Segundo Gabeira, o presidente se mostrou disposto a assinar o contrato de US$ 1,4 bilhão, a fim de garantir o início das operações de montagem do sofisticado sistema de radares na Amazônia.

"O presidente classificou as denúncias, até essa da Previdência, como inconsistentes, e disse que esse denuncismo não é importante", relatou Gabeira. "Agora, só nos resta continuar provando as irregularidades e fazê-lo se arrepender."

De acordo com a legislação em vigor, somente empresas em dia com as obrigações trabalhistas e fiscais podem ser contratadas pelo poder público. "Há indícios de que a Esca se utilizou das guias falsas para obter a Certidão Negativa de Débito (CND), sem a qual não poderia ser escolhida pela SAE", sustentou o deputado Arlindo Chinaglia. Além de denunciar as irregularidades, o deputado encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal ação popular em que responsabiliza o governo Itamar Franco. Os atuais ministros da Aeronáutica, Previdência e o secretário de Assuntos Estratégicos também foram denunciados.

05

Militares explicam Sivam a deputados

MANAUS — Onze deputados da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara seguiram ontem à tarde para o 8º Batalhão de Infantaria de Selva, comando de fronteira do Solimões, em Tabatinga, a 1,2 mil quilômetros de Manaus. Eles foram buscar informações dos militares sobre o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a convite das Forças Armadas. Os militares vão defender a importância do projeto para a defesa e segurança nas fronteiras do País na região amazônica. Um dos objetivos do Sivam, um sistema de radares, é ampliar a fiscalização sobre o contrabando e o tráfico de drogas na fronteira.

CONGRESSO

Senado revê licença para Sivam

A autorização para a contratação de empréstimo no Exterior pode ser revogada

Brasília

O Senado pode revogar a autorização que concedeu em dezembro do ano passado ao governo para que contratasse no Exterior empréstimo no valor de US$ 1,4 bilhão destinado ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Com o apoio de 15 parlamentares, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresenta hoje um projeto de resolução para anular a decisão do Senado.

Para ser aprovado, o projeto de resolução, ainda sem data para ser apreciado, precisa receber o voto favorável da maioria simples do Senado — isto é, a maioria dos presentes à sessão. Se aprovada, a proposta de Suplicy tem o efeito de suspender por tempo indeterminado as negociações para implantação do sofisticado sistema de radares da Amazônia. É que, de acordo com a Constituição, o governo só pode realizar operações de financiamento externo depois de obter o aval do Senado.

Como o projeto de vigilância da Amazônia é integralmente financiado pelo Eximbank dos Estados Unidos, Eximbank sueco e pelos fornecedores externos — liderados pela norte-americana Raytheon —, o veto ao empréstimo deixa o Sivam totalmente sem cobertura financeira. "É necessário revogar a autorização para os empréstimos até que se esclareçam todas as suspeitas que pairam sobre o Sivam", argumentou ontem Suplicy, na tribuna.

Documentos em poder do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) revelaram que a Esca foi selecionada pelo Ministério da Aeronáutica antes mesmo que as demais empresas entregassem suas propostas ao governo. Além disso, a empresa responde processo sob acusação de fraudar a Previdência, o que a impede de ser contratada pelo governo.

GOVERNO FEDERAL

Planalto começa a definir o futuro do Sivam

A decisão sobre a empresa Esca, acusada de fraudar a Previdência Social, vai ser tomada na semana que vem

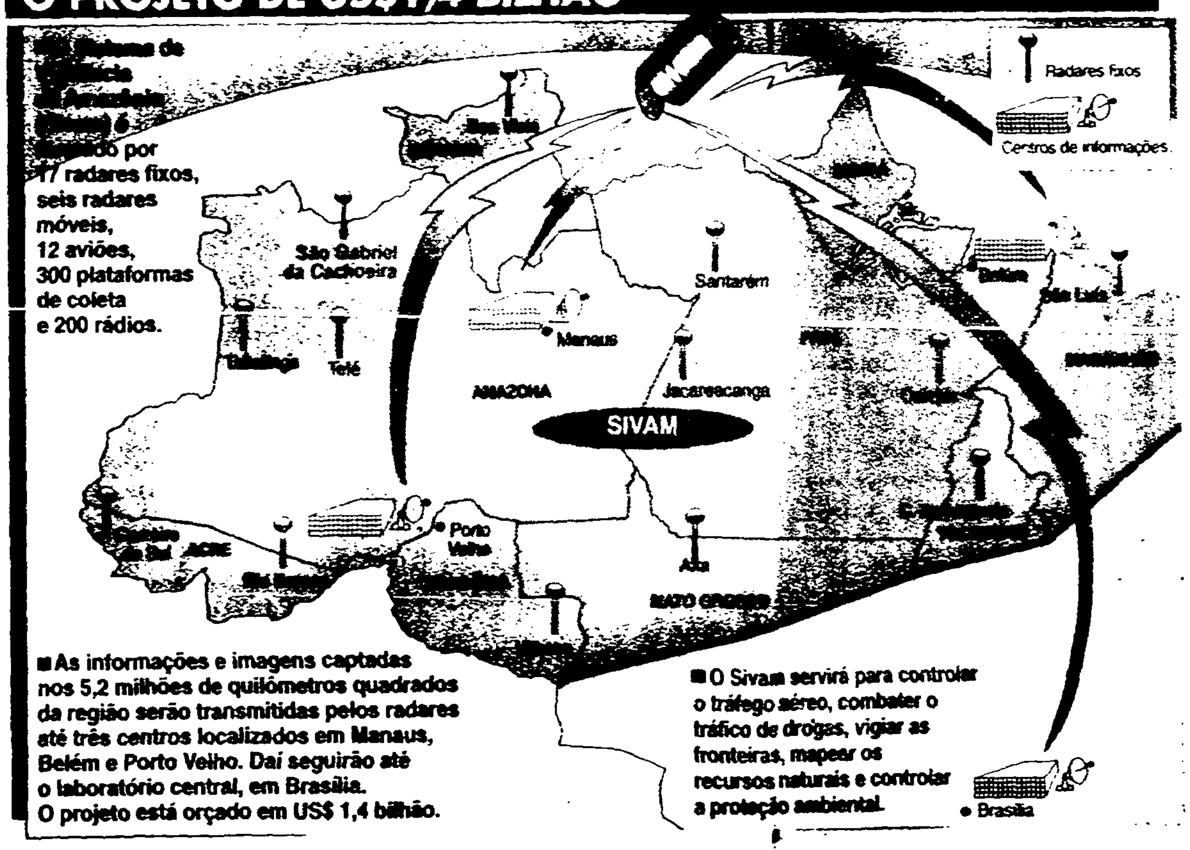
Brasília

O governo decidirá na próxima semana se a empresa Esca (Engenharia de Controle de Sistemas de Automação) será mantida como gerenciadora do Sivam, o Sistema de Vigilância da Amazônia. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg. Conforme o secretário, o governo está esperando que a Esca, acusada de ter fraudado o INSS, apresente o certificado negativo de débito e aguarda o resultado das investigações. "A empresa também entendeu a nossa mensagem de que pagar o INSS não era suficiente e já mudou a diretoria", explicou Sardenberg. O Sivam é um projeto orçado em US$ 1,4 bilhão que envolve a instalação de radares e outros equipamentos para o controle do tráfego aéreo, narcotráfico, meio ambiente e recursos naturais da região amazônica (*veja quadro*).

As providências tomadas pela Esca — entre elas o afastamento do seu presidente, o colombiano naturalizado americano Steve Anibal Ortiz — não garantem, conforme Sardenberg, a manutenção da empresa no Sivam. "Estamos estudando todas as alternativas para não parar o Sivam, um projeto que todos reconhecem como prioritário", acentuou o secretário.

Sardenberg não aceita as críticas feitas por integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara de que o processo de licitação do Sivam não foi transparente. Além da Esca, saiu vencedora — como encarregada da implantação do sistema e do fornecimento dos equipamentos — a empresa americana Raytheon. "Para este tipo de licitação, que envolve segurança nacional, até que foi bastante aberto o processo", sustentou.

O PROJETO DE US$1,4 BILHÃO



9508943.

Ação popular pede anulação de contrato

Uma empresa do projeto está sob suspeita

São Paulo

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) entrou ontem com ação popular na Justiça Federal de Brasília pedindo a anulação do contrato de gerenciamento do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia). A empresa escolhida pelo governo para administrar o projeto, a Esca (Engenharia de Sistemas de Controle e Automação), é acusada de ter débitos de quase R$ 7 milhões com a Previdência, além de haver fraudado certidões negativas de débito do INSS para continuar participando de licitações públicas. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse, durante reunião com os líderes governistas no Senado, que não assinará o contrato enquanto o assunto não for esclarecido.

Há cerca de um mês, Chinaglia já havia entrado com uma ação popular no Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou o assunto pertinente à Justiça comum. A novidade no texto enviado ontem é a anexação de cópia de uma das certidões negativas de débito fraudadas em nome da Esca, usada quando a empresa participou de uma licitação da Embratel, em 1994. O documento falso foi apreendido na semana passada pela Coordenação de Arrecadação e Fiscalização do INSS de São Paulo e é uma prova da situação irregular em que a Esca se encontra. "Não sei mais o que falta para o governo declarar a inidoneidade da Esca e cancelar o contrato", contesta.

A Esca admite ter uma dívida com a Previdência e que certidões falsas foram usadas em licitações públicas. Mas transfere a culpa para um escritório de contabilidade que atende a empresa. Na versão da Esca, as contribuições previdenciárias foram honradas, porém os contadores teriam desviado o dinheiro e os enganado usando guias falsos de contribuição do INSS, além das certidões fraudadas. A empresa de engenharia, no entanto, não revela o nome de sua empresa de contabilidade.

Nº

TITULO

PROCEDENCIA O. ESTADO DE São Paulo

FECHA DE PROCEDENCIA 15/5/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

SIVAM

Deputado sugere intervenção do governo na Esca

Segundo Gabeira, lucro da empresa com o projeto ficaria sob controle federal

FERNANDO GRANATO

A comissão da Câmara que investiga o contrato para instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) vai entregar amanhã um relatório propondo a intervenção federal na Esca, a empresa escolhida pelo governo para gerenciar o projeto. A Esca está sob suspeita de fraudar guias da Previdência Social e por isso o contrato do Sivam ainda não foi assinado.

"A solução da intervenção federal já foi acolhida informalmente tanto pela Aeronáutica como pela Esca", contou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), autor da proposta de fiscalização e controle no contrato do Sivam. "Minha idéia é a de acompanhamento do projeto por um conselho de ecologistas e técnicos."

Segundo Gabeira, com a intervenção federal o lucro que a empresa teria no projeto — cerca de US$ 150 milhões — ficaria sob controle do governo. "Tenho informações de que a Esca aceitaria essa proposta porque seria uma forma de mantê-la, pagando os funcionários, durante os oito anos de implantação do Sivam."

A assessoria de imprensa da Esca informou que, desde que começaram as denúncias de irregularidades, a empresa passsa por dificuldades financeiras, com bancos recusando empréstimos e contratos sendo cancelados. Diante disso, os funcionários estariam correndo o risco de não receber em dia seus salários.

Para Gabeira, só a intervenção permitirá continuar o Sivam, já que a autorização do Senado para o governo obter empréstimo externo só serve para o consórcio Esca/Raytheon (empresa americana que fornecerá os equipamentos). "No caso de a Esca ser excluída, a autorização do Senado perde sua validade", disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A proposta da intervenção já vem sendo estudada pelo governo. Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, o governo quer preservar o acervo tecnológico da Esca, seja qual for a solução para o caso.

20

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDÊNCIA O. ESTADO DE São Paulo

21/5/95

CRUZADO

SIVAM

Senador é sócio de empresa que pode ser beneficiada

Projeto tem R$ 150 milhões para obras civis e empreiteiras locais terão chances melhores

FERNANDO GRANATO
e KÁTIA BRASIL

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), relator do projeto que autorizou no Senado o governo federal a contrair empréstimo externo para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), é sócio de uma empreiteira com sede na Amazônia, a Ralc. O Sivam terá obras civis com custos estimados em cerca de R$ 150 milhões.

Segundo o sub-secretário executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), brigadeiro Arquimedes Faria, empreiteiras da Amazônia terão mais facilidade para vencer a licitação das obras civis do Sivam. "Isso porque elas têm maior conhecimento da área e podem apresentar as melhores propostas", afirmou Faria. O brigadeiro negou, entretanto, que o contrato do Sivam estabeleça uma reserva de mercado para empreiteiras da Amazônia.

A autorização que o Senado deu ao governo brasileiro para tomar empréstimo externo para o Sivam foi aprovada numa sessão "relâmpago", com Brasília quase deserta, na semana do Natal do ano passado. Segundo as notas taquigráficas da sessão, senadores denunciaram irregularidades no processo. O Senado teria atropelado seu regimento interno para apressar a votação, em regime de urgência. A classificação do projeto como assunto de segurança nacional, motivo da pressa na votação, não teria sido dada pelo Senado, como manda o regimento, mas sim de modo informal pelo governo.

Durante a sessão, o então senador José Paulo Bisol (PSB-RS) alertou para o fato. "A votação da urgência não poderia ter acontecido sem um parecer da Comissão de Relçções Exteriores e Defesa Nacional", disse. O presidente da sessão, senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), respondeu: "Realmente as considerações de Vossa Excelência são lógicas, mas nessa altura só nos compete dar prosseguimento [à sessão]."

Segundo Gilberto Miranda, o trabalho foi criterioso, foram analisados mais de 200 quilos de documentos e ainda foram necessárias duas prorrogações de prazo para concluir o trabalho. Com relação à sua empreiteira, o senador afirmou: "Onde se faz negócio não se faz política, portanto a empresa da qual sou sócio não se beneficiará do projeto do qual fui relator."

9508943.

SIVAM

Três empresas disputam vaga da Esca

Hidroservice, Promon e Inepar querem contrato para gerenciar instalação de sistema de radares

FERNANDO GRANATO

Três empresas disputam a vaga da Esca no projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): Hidroservice, Promon e Indústria Eletromecânica do Paraná (Inepar). No sábado, o Conselho de Defesa Nacional decidiu afastar a Esca do projeto em função de acusações de fraude contra a Previdência. Ela fora escolhida pelo governo para gerenciar a instalação do Sivam, um complexo sistema de radares.

O Ministério da Aeronáutica e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) escolherão em 120 dias a substituta da Esca. Terá mais chance, segundo fontes da SAE, a empresa que conseguir o "espólio" da Esca, porque os militares consideram que só ela detém a capacidade técnica para a "inteligência" do projeto.

A Esca foi a empresa brasileira escolhida para o Sivam por ter sido a responsável pelo desenvolvimento dos programas de computador usados pelo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta). A empresa é dirigida por um militar da reserva e detém o monopólio da área de controle de tráfego aéreo.

> AFASTADA DO PROJETO NEGOCIA COM INEPAR

A Promon e a Hidroservice participaram do processo seletivo no qual foi escolhida a Esca, no ano passado. Não houve licitação pública na forma da lei, porque os militares alegaram razões de segurança. Entre as três empresas que pretendem agora entrar no Sivam, a Inepar é a que mais avançou nas negociações para receber o acervo tecnológico da Esca.

A Inepar é ligada ao grupo político do deputado Luciano Pizzato (PFL-PR), relator da Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente, que na semana passada aprovou um relatório sobre o Sivam. No início das investigações, Pizzato incluiu entre os objetivos da comissão buscar "formas de fortalecimento financeiro e administrativo da Esca". A Inepar está negociando o pagamento das dívidas da Esca, em troca do controle acionário da empresa. Pizzato nega que tenha promovido a aproximação entre as duas empresas.

Governo resolve afastar Esca do projeto

Empresa escolhida para gerenciar sistema de radares deverá ser substituída em 120 dias

CARLOS FRANCO

BRASÍLIA — A Esca está fora do projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A decisão, antecipada pelo **Estado**, foi tomada ontem em reunião do Conselho de Defesa Nacional, coordenada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na Granja do Torto. A Esca fora escolhida pelo governo no ano passado para gerenciar a execução do projeto, mas o governo desistiu da empresa porque ela "não respondeu satisfatoriamente às denúncias em que se envolveu". A Esca é acusada de fraudar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O comunicado foi feito pelo porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral. O Ministério da Aeronáutica vai assumir a responsabilidade de conduzir o processo de desenvolvimento dos programas de computador do Sivam e da integração do sistema. O governo assinou ontem mesmo contrato comercial com o consórcio liderado pela norte-americana Raytheon, que vai fabricar os equipamentos. Para substituir a Esca, o governo vai escolher uma outra empresa brasileira em 120 dias, mas não será feita licitação pública. A seleção de todas as empresas que participam do Sivam foi feita sem concorrência pública. Os militares alegam razões de segurança.

A Esca tinha sido escolhida por ter sido responsável pelo desenvolvimento do software do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta). Os técnicos da Esca, no entanto, devem ser aproveitados pela nova empresa a ser contratada, pois o governo deixou claro que não quer perder o acervo tecnológico da empresa. A Esca enfrenta dificuldades financeiras e está com os salários atrasados.

CONTRATO COM RAYTHEON É ASSINADO

O Sivam — um complexo sistema de radares a ser instalado na Amazônia — representa um investimento de R$ 1,4 bilhão. Em novembro do ano passado, o Senado deu ao governo aval para a contratação de empréstimos externos que vão financiar o projeto.

Da reunião de ontem participaram, além do presidente Fernando Henrique, os ministros militares e das Relações Exteriores e o Secretário de Assuntos Estratégicos. Nota oficial distribuída pelo porta-voz diz que o governo baseou sua decisão no trabalho da imprensa e das comissões de Defesa Nacional, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, que na semana passada concluíram suas investigações sobre o projeto Sivam e a Esca. Para o governo, o relatório aprovado "espelha pormenorizada investigação efetivada sobre os mais variados aspectos do projeto".

Aval a empréstimo do Sivam será mantido

BRASÍLIA — A autorização do Senado para o governo obter empréstimos destinados à instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) não será revista. O senador João Rocha (PFL-TO) vai rejeitar na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que propõe a revogação de todos os atos do Senado relacionados ao Sivam. Rocha vai dizer em seu parecer que não há razão para cancelar "atos jurídicos perfeitos." O custo da obra está previsto em US$ 1,4 bilhão.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDÊNCIA O. ESTADO DE SÃO PAULO
5/7/95

Sivam

ENTRADO
CRUZADO

Sivam

País vizinho é convidado a integrar Sivam

Presidente acredita que há interesses comuns, já que Amazônia se estende ao território venezuelano

CARACAS — A Venezuela poderá participar do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), com o Brasil. O presidente Fernando Henrique Cardoso convidou ontem o governo venezuelano a integrar o projeto, que prevê a instalação de radares na região, com o objetivo de controlar o espaço aéreo, fazer um monitoramento ambiental e evitar atividades ilícitas, como contrabando.

Em Caracas, onde se encontra em viagem oficial, Fernando Henrique disse que não estava informado sobre a decisão da juíza da 9ª Vara da Justiça Federal, Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz, que na segunda-feira concedeu liminar suspendendo temporariamente os contratos do Sivam com a empresa norte-americana Raytheon, vencedora da licitação feita para instalação do projeto. "A liminar no Brasil virou uma coisa comum, mas acredito que quando o governo apresentar suas razões, a juíza vai retirá-la", opinou.

SUSPENSÃO DO CONTRATO NÃO FOI COMUNICADA

Fernando Henrique defendeu a participação da Venezuela no Sivam, argumentando que parte da Amazônia está no território venezuelano. "Temos interesses comuns e defendemos o desenvolvimento auto-sustentado da região", explicou.

O presidente acrescentou que não há problemas de fronteira entre os dois países, nem intenções hegemônicas do Brasil na região. Ele lembrou os problemas causados por garimpeiros brasileiros que há dois anos invadiram o lado venezuelano, mas disse que o Brasil combaterá sempre a ocupação de território da Venezuela feita de "mala leche" (com truculência, sem permissão). (A.R.S.)

55

9508343.

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDÊNCIA Zero Hora 6/7/95

ENTRADO

SAÍDA

SIVAM

Governo recorre contra suspensão

☐ **Brasília** — A Procuradoria-Geral da União, vinculada à Advocacia-Geral entrará na Justiça na próxima semana com um mandado de segurança para sustar a liminar concedida pela 9ª Vara Federal que suspendeu a instalação do sistema de radares na Amazônia, o Sivam, assinado pelo governo com a Raytheon Company. A Raytheon é ligada à Esca, que deve à Previdência.

9508943.

16-16

Nº DOCUMENTO 950844
TITULO ARGENTINA: Drogas y Armas en Mataderos. —
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA 4/4/85
VINCULACIONES 11176 11352
65092
66960
11351
11019

ENTRADO
CRUZADO

Drogas y armas en Mataderos

Efectivos de la Policía Federal secuestraron una importante cantidad de drogas y explosivos en una vivienda situada en el barrio porteño de Mataderos.

Durante el operativo fueron detenidos cuatro delincuentes que resistieron a balazos el itento por capturarlos.

El tiroteo, que al parecer no causó víctimas, se produjo anoche, minutos después de las 22, frente a la finca ubicada en Tapaiqué 5873, donde irrumpió una brigada de la división Robos y Hurtos.

El procedimiento policial estuvo al mando del jefe de dicha división, comisario Eduardo Curletto.

Luego, los efectivos pidieron la colaboración de la Brigada de Explosivos, ante el hallazgo de granadas de guerra.

Los mismos informantes consignaron que, además del armamento, se encontró "una cantidad importante" de drogas.

01-01

950844.

Ataque contra un jefe narco

BOGOTA, 3 (AP).- Otoniel de Jesús González, alias "Otto", miembro de la cúpula del cartel de Medellín, escapó hoy herido de un intento de asesinato en la propia Cárcel Modelo de Bogotá en donde se encuentra recluido, informó el Coronel Norberto Pelaez Restrepo, director del Instituto Nacional Penitenciario.

El presunto narcotraficante había concurrido a una cita odontológica cuando fue súbitamente atacado por dos pistoleros que le causaron una herida en el hombro que no reviste mayor gravedad, según el informe oficial.

Los dos pistoleros, igualmente reclusos de la Cárcel Modelo, fueron arrestados y se les decomisaron dos pistolas calibre 9 milímetros y 7,65. Portaban también una foto de González para identificarlo fácilmente.

"Otto" es uno de los 20 miembros del cartel de Medellín que se sometieron voluntariamente a la Justicia con el propósito de obtener sentencias reducidas.

Según el gobierno colombiano el cartel de la droga fue destruido con la entrega de sus principales cabecillas y la muerte de Pablo Escobar Gaviria su máximo líder en 1993.

Eran policías y narcotraficantes

Mafia: los detenidos proveían de la droga a una reducidora, a la que le brindaban protección y le acercaban clientes.

Dos suboficiales de la Policía Bonaerense fueron detenidos acusados de encabezar una red de venta de estupefacientes en diversos puntos del conurbano, trascendió en fuentes judiciales.

Los policías Hugo Agüero y Alejandro Kirikowicz fueron arrestados durante la noche del sábado último en una vivienda situada en Emilio Castro, entre Potosí y Osorio, en Villa Diamante, partido de Lanús, donde vivía Rosa Emilia Flores Suaso, chilena, de 34 años.

Los suboficiales habían concurrido al domicilio de la mujer a retirar el producto de la venta semanal de estupefacientes, dijeron los informantes. Las mismas fuentes explicaron que los dos policías le proveían la droga a la mujer, que debía encargarse de la venta y luego darles a los policías el dinero obtenido.

"No sólo le suministraban la droga, sino que también le acercaban clientes. Además, le daban protección contra operativos policiales", explicó una fuente de primer nivel vinculada con la investigación.

Los dos sujetos y la mujer fueron trasladados ayer al juzgado federal de Lomas de Zamora, para ser indagados por su titular, el doctor Alberto Santa Marina.

Según trascendió, Rosa Emilia Flores Suaso habría dicho que se vio obligada a vender los estupefacientes, ya que los dos policías la habían amenazado en reiteradas oportunidades.

"Me sorprendió gratamente la actuación de la policía, ya que realizó la investigación para detener a los dos malos funcionarios", dijo el juez Santa Marina a LA NACION.

La investigación

La pesquisa comenzó hace un par de meses por dos vías: por un lado actuó la División Investigaciones de la Policía Bonaerense y por el otro, la comisaría de Villa Diamante.

Luego del procedimiento en la casa de Flores Suaso, donde los dos policías se entregaron sin ofrecer resistencia, fueron allanados los domicilios de los suboficiales arrestados, situados en Lanús y en Villa Fiorito.

En una de las viviendas fueron encontrados varios ravioles de cocaína, un aparato de telefonía celular y credenciales apócrifas.

Agüero, de 38 años, prestaba servicios en la División Narcotráfico de San Nicolás, mientras que Kirikowicz, de 34, revistaba en la comisaría 2a. de Vicente López.

Se supo que ambos habrían estado en disponibilidad hasta hace poco tiempo, a raíz de estar supuestamente involucrados en una causa por extorsión radicada en un juzgado de Mercedes.

En el sumario a cargo del juez Santa Marina, con la intervención del secretario Pedro Cruz, los dos hombres fueron imputados de extorsión y participación necesaria en el comercio de estupefacientes, agravada por su condición de funcionarios policiales.

"Al parecer actuaban en forma autónoma, pero no puede descartarse que tuvieron a otras personas vendiendo drogas para ellos", resumió un investigador.

F.S.P. 4/4

Usuário acha que droga não faz mal

Organização Mundial da Saúde faz a mais ampla pesquisa entre usuários de drogas de 19 países

AURELIANO BIANCARELLI
Da Reportagem Local

Entre 50% e 75% dos usuários de cocaína entrevistados em 19 países acreditam que a droga aspirada não prejudica suas atividades nem faz mal à saúde. Muitos afirmam que a droga só traz benefícios.

Os dados constam da mais ampla pesquisa já realizada pela Organização Mundial da Saúde entre usuários de cocaína de 22 cidades de 19 países.

As entrevistas relatam danos físicos, sociais e psicológicos quando o uso é frequente ou as dosagens altas.

Perda de peso e do apetite, perfuração do septo nasal e casos de overdose —que podem ser fatais— foram citados por alguns entrevistados. Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a overdose de cocaína é a principal causa de enfarte entre jovens de até 30 anos.

Em relatos colhidos pela OMS no Rio de Janeiro, a cocaína aparece como analgésico. Mulheres usariam a droga injetada para reduzir a tensão e as dores pré-menstruais.

O objetivo do Projeto Cocaína —como foi batizado— não é quantitativo, mas quantitativo. Foram entrevistados usuários e pessoas que tinham contato com eles, como médicos, policiais e traficantes. A pesquisa —ainda não totalmente concluída— ouviu usuários de coca nas várias formas, cheirada, injetada, fumada e mascada.

"Os que cheiram acreditam que essa forma é a menos danosa", disse Solange Nappo, uma das pesquisadoras do Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), órgão que realizou a pesquisa em São Paulo.

O relatório —que pretende ser uma "história natural da cocaína"— mostra que a cocaína injetada e a cheirada como o crack ou a pasta são as formas mais prejudiciais para a saúde.

Nos dois casos, a dependência é rápida e os efeitos irreversíveis. "Em menos de um mês, os que 'pipam' crack ficam dependentes", diz Solange.

Acabam emagrecendo, abandonam o trabalho, os estudos, e cortam todo o relacionamento social.

Segundo o Cebrid, 46,3% dos meninos de rua de São Paulo usam ou usaram cocaína de alguma forma, principalmente fumada.

Entre os usuários da droga injetável ouvidos, a maioria é portadora do HIV, diz Solange. Campanhas alertando sobre o perigo da contaminação por seringas estão levando os usuários a trocar a forma injetável pelo crack.

"O crack deixou de ser uma droga de pobre", disse Solange. "E está sendo cada vez mais usada pelas mulheres."

O problema da cocaína cheirada —a forma mais comum no mundo todo— é a ilusão de que não seria prejudicial, lembram os pesquisadores.

"Muitos não fazem idéia dos riscos", diz a pesquisadora. "Acreditam, por exemplo, que maconha é um um calmante, um remédio, não uma droga."

Solange Nappo afirma que muitos dos usuários entrevistados já tinham utilizado diferentes tipos de drogas, muitas delas lícitas, como inalantes e medicamentos.

Para alguns, a cocaína cheirada foi um meio caminho para um uso mais frequente e pesado.

Nas suas conclusões, o relatório da OMS diz que a América do Sul é uma das regiões do mundo que merece mais atenção.

Reduzir os efeitos do crack e das drogas injetáveis seria o objetivo principal.

O relatório diz ainda que a maioria dos programas de prevenção perpetuam estereótipos e desinformam ao invés de prevenir.

Projeto teve início em 1992

Da Reportagem Local

O Projeto Cocaína da OMS foi desenvolvido entre 1992 e 1994. Suas primeiras conclusões estão sendo divulgadas agora.

Entre as 22 cidades escolhidas estão Rio e São Paulo, além de Barcelona, Ibadan (Nigéria), Nova York e Cairo (Egito), entre outras.

O projeto engloba três estudos. Uma história natural da cocaína, um perfil dos países pesquisados e o relato de usuários e informantes.

Editoria de Arte/Folha Imagem

CRESCE A ATRAÇÃO PELA COCAÍNA

As razões do interesse nos últimos 20 anos

- **Glamour**: atração exercida pelas drogas proibidas
- **"Intercâmbio"**: aumento das viagens internacionais
- **Espírito do tempo**: droga "encarna" as mudanças rápidas dos anos 80-90
- **Riqueza**: maior número de jovens podem pagar por ela
- **Pobreza e marginalidade**: preço do crack cai nas periferias

USOS MENOS FREQUENTES

- Dissolvida em água e pingada no nariz ou nos olhos
- Dissolvida em bebida alcoólica e tomada
- Sobre a mucosa dos órgãos genitais, para prolongar o prazer
- Injetada para diminuir dores menstruais

COCAÍNA NÃO PREJUDICA, DIZEM

50%

a 75% dos usuários entrevistados em 19 países

ENTRE ESTUDANTES DO BRASIL, CERCA DE

1%

já experimentou cocaína, segundo pesquisa do Cebrid

ENTRE MENINOS DE RUA DE SÃO PAULO

46,3%

usam ou usaram crack, de acordo com Cebrid

'Pensei que pudesse dominar o vício'

Da Reportagem Local

A.S. (nome fictício), 38, é um dos oito pacientes internados na Clínica Vitória, em Embu (28 km a oeste de São Paulo), especializada em tratamento de pessoas com dependência química.

A. cheirou cocaína por 13 anos. Nos últimos três anos, o consumo passou a ser diário. "No começo, achava que podia dominar o vício, mas com o passar do tempo, ela é que me dominou", afirma.

Ele passou uma semana fora da clínica, para tratar de uma pneumonia. Para ele, a doença foi consequência do uso da droga. "Comecei a perder a voz, porque minha garganta ficava muito irritada quando eu cheirava"

A. é executivo de uma grande empresa multinacional. Ele afirma que a empresa está pagando todo o tratamento. "Recebi todo o apoio da empresa, que manteve o sigilo e me deu licença médica por dois meses", afirma.

Segundo ele, os colegas de trabalho nunca desconfiaram de sua dependência. "Alguns achavam até que eu tinha bebido um pouco, mas até hoje ninguém sabe que eu cheirava cocaína."

A. diz que o emprego contribuiu para que o consumo da droga aumentasse. "Comecei a ter dinheiro sobrando, e passei a gastar com cocaína." De acordo com suas contas, A. afirma já ter gasto mais de US$ 25 mil com a cocaína. "Certamente, cheirei mais do que um bom carro", afirma.

Para A., o apoio da família foi fundamental para o tratamento. "Minha namorada, minha ex-mulher e minha mãe me ajudaram bastante", afirma.

Segundo Gisela Taffari, 33, assistente psiquiátrica da Clínica Vitória, este apoio é fundamental para o tratamento. "As clínicas que trabalham com essa filosofia atingem um índice de 60% a 70% de cura. Em hospitais psiquiátricos, este índice não chega a 1%", diz.

Taffari acrescenta que a maioria dos pacientes se internam por conta própria. "O portão da clínica fica aberto, quem quiser pode ir embora a qualquer hora", afirma.

(Rogerio Wassermann)

Fotos Evelson Freitas/Folha Imagem



O executivo A.S., na clínica Vitória, em Embu (SP)

Comprobaron casos de corrupción en una comisaría de Nueva York

Nueva York (AFP)

■ Dieciséis policías de una comisaría de barrio en el Bronx en Nueva York fueron inculpados este miércoles, acusados de corrupción, robo, abuso de la fuerza, perjurio o falso testimonio, según lo anunció oficialmente el jefe de Policía de la ciudad, el comisario William Bratton.

Los inculpados, que en algunos casos pueden ser condenados a penas de hasta quince años de cárcel, fueron dejados en libertad sin fianza, precisó el jefe policial en conferencia de prensa.

"Han provocado un enorme daño a la Policía y han manchado su placa", declaró Bratton. "Han violado su juramento y han violado la confianza de los ciudadanos de Nueva York", que siempre reconoció a sus policías como integrantes de una de las organizaciones de seguridad pública más confiable y recta del mundo", agregó.

La corrupción puesta en evidencia en el Precinto (comisaría) 48 del Bronx y se aseguró que la misma no está en relación con una amplia red organizada de tráfico de drogas, descubierta el año pasado en la comisaría 30 de Harlem. La investigación culminó con más de treinta detenciones de policías y varias condenas con penas de prisión.

Si Harlem es el mercado central para los vendedores de droga al por mayor, el Bronx es el lugar de cita de minoristas y vendedores de "crack", un derivado de la cocaína y heroína juntos, que suele ser fulminante.

Los policías de la 48 [illegible] limitaban a robar para revender las dosis confiscadas a los sospechosos o a apropiarse del dinero que estos podían tener luego de una venta.

Los hechos que se reprocha a los inculpados fueron descubiertos gracias a policías del servicio de contralor interno de la Policía que se infiltraron.

El expediente de inculpaciones da cuenta también de una larga lista de violencia policial. En un caso, un policía golpeó a un sospechoso con una linterna eléctrica con tanta violencia que se rompió un dedo.

DOCUMENTO 950894
TITULO ROU: Incautan cocaína y marihuana, detiene 15 personas en Lavalleja. –
PROCEDENCIA EL PAIS
FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95
VINCULACIONES 11176 11354
65092 11341
504466 11352
72025 11224
11351

ENTRADO
CRUZADO

Drogas en Lavalleja: 15 Detenidos a Juez

MINAS, (por Edgar Martínez Lucero, corresponsal). — Se espera para las próximas horas la resolución del magistrado en torno a los indagados por tráfico y consumo de drogas en nuestra ciudad. Como informáramos ayer, la policía —en una operación efectuada luego de recibir datos confidenciales— detuvo a unas 15 personas e intervino un vehículo, procurando descabezar una posible red de distribución de cocaína y marihuana.

El lunes y ayer —el procedimiento se registró en el km. 105 de la ruta 8, en el atardecer del domingo— se comprobó un gran movimiento en dependencias del juzgado letrado de 1er. turno, donde prestaron declaraciones 13 personas presuntamente vinculadas a los hechos.

Fuentes consultadas al cierre de esta edición, indicaron que se está a la espera de la decisión del juez actuante, aunque la policía continúa trabajando en procura de más implicados en el affaire que permitió incautar 7 gramos de cocaína —equivalente a 70 dosis— lo que es una cantidad importante y que supone una considerable inversión financiera. De marihuana se intervino 15 gramos.

DEMORADOS

Si bien el hermetismo es total en torno a las actuaciones de la Justicia, pudo saberse que solamente un hombre y una mujer —los ocupantes del automóvil intervenido— permanecen en el momento detenidos y deberán prestar nuevamente declaración, para continuar estableciendo su eventual participación en la red de distribución y comercialización de alucinógenos y alcaloides.

01-02

9508949

Drogas en Minas: un Narcovendedor Enviado a Prisión

MINAS, (por Edgar Martínez Lucero, corresponsal). — Tras las tareas de instrucción sumarial en la fase judicial, resultó procesada una persona por "reiterado suministro de estupefacientes". Se trata del conductor del automóvil que la policía interviniera 15 kms. al suroeste de Minas, en ruta 8. Como informó EL PAIS, en el procedimiento la policía logró incautarse de 7 grs. de cocaína y unos 15 gs. de marihuana.

Desde aquel momento, los funcionarios de la seccional 1a. y de Investigaciones, bajo el mando de los comisarios **Colmán** y **De los Santos** realizaron una minuciosa y rápida diligencia, que permitió la captura de 15 personas: 7 de ellas fueron conducidas por la fuerza pública hasta el juzgado de 1er. turno en calidad de demorados y los otros 8 como emplazados.

Luego de declarar ante el magistrado solamente los ocupantes del coche —un hombre y una mujer— permanecieron detenidos y volvieron a ser interrogados por el juez. Finalmente, la justicia procesó con prisión al conductor del auto, de 33 años, domiciliado en Minas. El resto de los involucrados en el caso recuperó la libertad en carácter de emplazados, ya que proseguirán las actuaciones judiciales.

Nº DOCUMENTO 9508950

TITULO COL.: Crisis en el oficialismo por vínculos con el NT y presión de EEUU.

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95

VINCULACIONES 11176 11229 65092 11422 65592 11670 11514 11676 11214 11349 11660 65890 11071 11686 13005 11358 11233 11225 11354 11341 11602

ENTRADO

CRUZADO

COLOMBIA: EL PRESIDENTE, ACOSADO POR LA PRENSA Y LA DERECHA REPUBLICANA

Samper, entre dos fuegos por "vínculos" con el Cartel de Cali

La comisión de ministros del gobierno del presidente colombiano Ernesto Samper repudió categóricamente las acusaciones de los medios de prensa que vinculan al mandatario con el Cartel de Cali. El cruce verbal entre la prensa y la administración sucede en momentos en que Washington debate la concesión de una ayuda a favor de Colombia para combatir el narcotráfico. El senador norteamericano, el republicano Jesse Helms, presentará esta semana un proyecto de ley para obligar a Bogotá a que ponga fin al tráfico de drogas.

ARCHIVO CLARIN



Operativo de la policía colombiana para destruir varios kilos de cocaína: la prensa de Bogotá acusó al presidente Samper de recibir respaldo económico de los carteles de la droga.

SANTA FE DE BOGOTA, 4 (EFE, AFP y Reuter y **Clarín**). – El mandatario colombiano **Ernesto Samper Pizano** está en medio de un escándalo. Ha sido duramente acosado la última semana por la prensa opositora por la supuesta financiación del **Cartel de Cali** a su campaña presidencial, en momentos en que los Estados Unidos debaten la suerte de un paquete de ayuda para combatir el narcotráfico en el país latinoamericano.

Desde el jueves pasado el diario opositor colombiano "La Prensa" se ha dedicado a publicar documentación contable –como cheques, recibos y nóminas– que prueba el supuesto apoyo económico que habría recibido la campaña política de Samper.

El monto total de los cheques procedentes del Cartel de Cali –una organización que controla el 80 por ciento del mercado mundial de cocaína– destinados a la campaña, ascienden –según pudo saber **Clarín**– a **2 millones de dólares**.

Asimismo, el matutino colombiano, propiedad de la familia del ex presidente **Misael Pastrana**, publicó una nómina con todos los nombres de los miembros de la policía nacional colombiana que recibieron fondos de los barones de la droga.

CA-18

9508950.



Ernesto Samper: el presidente de Colombia entre las presiones de los Estados Unidos y el acoso de la prensa de su país.

Sin embargo, la gota que rebasó el vaso de la paciencia del gobierno no fue la batería de evidencias, sino la publicación –el domingo pasado– de un fotomontaje de una página titulada **"El síndrome Noriega"**, en el que aparece el rostro de Samper sobre la silueta del ex hombre fuerte de Panamá, el ex general **Manuel Antonio Noriega,** sosteniendo su identificación de presidiario ante la justicia de los Estados Unidos.

Esta publicación provocó el lunes en la noche una enérgica declaración del gobierno rechazando las acusaciones de "La Prensa" contra el presidente.

En este sentido, el consejo de ministros colombiano, a iniciativa del titular de Desarrollo Económico, **Rodrigo Marín Bernal,** firmó una declaración conjunta en la que quedó en claro que ese cuerpo "rechaza la continua forma como algunos sectores políticos y el diario La Prensa vienen propagando en forma cobarde e irresponsable rumores malintencionados y sin fundamento en contra de los ministros, secretarios y consejeros presidenciales e incluso del mismo presidente de la República".

La declaración fue firmada por el vicepresidente de Colombia, **Humberto de la Calle** y por los 15 ministros del gabinete, entre ellos cuatro del opositor **Partido Conservador,** horas antes de que el senador republicano **Jesse Helms** realice un debate, en el que presentará testigos clave contra Colombia, en el Congreso de los Estados Unidos (véase aparte).

Funcionarios estatales –supuestamente policías secretos de los servicios de seguridad del Estado– intervinieron en la imprenta de la revista "Semana" para evitar la publicación de un entrevista en la cual una "testigo" de Helms, apodada **"María"**, vincula al presidente Ernesto Samper con altos miembros del Cartel de Cali.

En un principio, la presidencia de la República negó haber intervenido en la edición del semanario, pero finalmente hoy admitió la injerencia de funcionarios para preguntar sobre la edición actualmente en circulación.

En este marco, el ex presidente Pastrana exigió hoy en tono exasperado al actual mandatario que jure "públicamente" que no ha recibido dinero del narcotráfico. El gobierno no hizo declaraciones al respecto.

Historia de denuncias

- **2 de diciembre de 1993:** El candidato presidencial conservador Andrés Pastrana aparece mencionado en una investigación realizada en Argentina por lavado de narcodólares.
- **14 de junio de 1994:** La revista estadounidense "Time" revela que el gobierno norteamericano está preocupado por los presuntos aportes de fondos del Cartel de Cali a la campaña del liberal Ernesto Samper.
- **20 de junio:** Samper niega las acusaciones formuladas por su rival derrotado, el conservador Andrés Pastrana, según las cuales su campaña fue financiada por las bandas colombianas de la droga.
- **22 de junio** : La televisión y el diario "El Tiempo" divulgan un casete en el que los hermanos Rodríguez Orejuela, jefes del Cartel de Cali, conversan sobre la posibilidad de dar fondos a Samper y a su rival conservador.
- **28 de junio:** La televisión colombiana difunde un segundo casete en el que se reproduce una presunta conversación entre el jefe máximo del Cartel de Cali, Gilberto Rodríguez Orejuela, y un periodista, que posteriormente admitió haber actuado como intermediario entre esa banda de la droga y el equipo de campaña liberal.
- **11 de julio:** Se conoce una tercera grabación enviada a las agencias internacionales de noticias en la que uno de los hermanos Rodríguez Orejuela afirma haber dado fondos para la campaña del presidente liberal.
- **29 de marzo de 1995:** El Fiscal General de Colombia, Alfonso Valdivieso, sostiene que dirigentes políticos y funcionarios policiales, entre ellos el tesorero de Samper, habrían recibido fondos del narcotráfico entre la primera y la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de 1994.

Nº DOCUMENTO
TITULO EUA Senado ultraderechista anuncia proyecto de ultimatum a Colombia. –
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95
VINCULACIONES 11176 11349 65092 11670 65890 11214 11660 11676 65592

ENTRADO
CRUZADO

"LA NARCODEMOCRACIA FAVORITA DE EE.UU."

El senador Helms anunció un inminente ultimátum

WASHINGTON, 4 (AFP y Reuter). – El ultraderechista senador republicano Jesse Helms prometió convertir a Colombia en un "paria" internacional si no destruye el narcotráfico y los carteles de la droga.

El presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado anunció la pronta sanción de un proyecto de ley que daría a Colombia un "ultimátum": o acaba con el narcotráfico o pierde todo beneficio comercial y asistencia económica y militar de Estados Unidos.

En una nota de opinión publicada por el diario "The Wall Street Journal", Helms anunció que dicho proyecto de ley será enviado a la Cámara esta semana, y destacó que si el presidente Ernesto Samper no cumple la agenda antidroga "que el mismo prometió al Congreso de los Estados Unidos", Colombia, como Libia e Irán, quedará reducida a la condición de "paria" internacional.

Esa agenda, según Helms, incluye investigar el financiamiento de candidatos y partidos políticos por los narcotraficantes; dar el apoyo y los recursos necesarios a los organismos encargados de hacer cumplir las leyes para poner tras las rejas a los cabecillas del narcotráfico; poner fin a la política de rendición, que permite a los narcos declararse culpables de un delito menor y conservar todos sus bienes; y destruir 44.000 hectáreas de siembras de coca y amapola (opio) para el 1ro. de enero de 1996 y acabar con todos los plantíos para el 1ro. de enero de 1997.

Helms sostuvo que a los dirigentes colombianos **debe dárseles un ultimátum:** "Pueden continuar aliados con los carteles de la droga y convertirse en un Estado paria como Libia e Irán, o reincorporarse a la comunidad de naciones civilizadas, cumplir **las** promesas hechas por el presidente Samper y unirse a los Estados Unidos en un esfuerzo para aniquilar a los carteles. **La elección es de ellos**", concluyó.

El artículo, titulado "Colombia, la narcodemocracia favorita de Estados Unidos", fue escrito juntamente por Helms y William Bennet, antiguo jefe de la Oficina Nacional de Política de Control de Drogas durante el gobierno del presidente Ronald Reagan.

Los autores, influyentes dirigentes del conservador Partido Republicano, que controla el Congreso, sostienen que la marea de drogas contrabandeada por los colombianos "es una de las mayores amenazas a la seguridad nacional" de Estados Unidos, y Washington debería actuar en consecuencia.

En tal sentido criticaron al gobierno del presidente **Bill Clinton**, al que acusan de cometer **"un grave error moral y geopolítico"** al mantener una actitud blanda con Bogotá, a pesar de que "toda la evidencia disponible indica claramente que Colombia ha capitulado totalmente ante los barones de la droga".

Colombia, dice el artículo, "se ha transformado indiscutiblemente en una **narcodemocracia**, un país con fachada de gobierno democrático, controlado efectivamente por los barones de la droga, que manipulan la clase política con dinero de la cocaína".

Agrega que, según informes del propio gobierno de Clinton, en Colombia el Cartel de Cali tiene manos libres para usar a su antojo el sistema bancario y blanquear sus enormes beneficios ilícitos.

04

9508950.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCEDENCIA 6/4/95
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Elogio de los EE. UU a Colombia

BOGOTA, 5 (Reuter).– El embajador de los Estados Unidos reconoció hoy el esfuerzo de Colombia en la lucha contra el narcotráfico y la persecución al Cartel de Cali, banda que controla el 80 por ciento del mercado mundial de la cocaína.

"Todos estamos muy llenos de admiración por todo lo que están haciendo, porque están mostrando una voluntad de llevar a cabo la labor de la política del presidente (Ernesto) Samper, que es perseguir a estos narcotraficantes y estos criminales", dijo el embajador de los Estados Unidos en Colombia, Myles Frechette.

El diplomático se refirió a las operaciones que realiza una unidad especial de las fuerzas armadas en la ciudad de Cali, en donde en el último mes capturó a uno de los siete hombres más importantes de esa organización.

05

9508950.

Samper rechaza el ultimátum sobre la lucha antidrogas

Acosado por acusaciones de que su campaña electoral fue financiada por los narcos, el presidente colombiano rechazó el ultimátum impuesto por el senador estadounidense Jesse Helms.

El presidente de Colombia, Ernesto Samper, dijo el martes que su gobierno combate el narcotráfico "por convicción y no por coacción", con o sin certificado de EE.UU., y rechazó los ultimátum propuestos por políticos de ese país contra la lucha antidrogas colombiana. Samper, cuyo gabinete le expresó su respaldo el lunes tras las insistentes acusaciones de un diario bogotano de que ha llegado al poder con dinero del "Cartel de Cali", se refirió a las nuevas propuestas de republicano Jesse Helms, presidente del Comité de Asuntos Exteriores del Senado de EE.UU.

Helms señaló el martes en un artículo periodístico que el gobierno de Colombia "ha capitulado totalmente antes los señores de la droga" y reiteró el calificativo de "narcodemocracia" para la nación sudamericana por no detener a los jefes del "Cartel".

Ese término, pronunciado por primera vez en abril de año pasado por el congresista demócrata John Kerry, causó malestar, y fue repetido en septiembre, a manera de despedida, por el que fuera siete años enviado del Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA) en Colombia, Joseph Toft. Pero esta vez el gobierno ha atribuido el persistente interés de Helms en considerarle el peor enemigo de la seguridad interna de EE.UU., al hecho de que por primera vez en varias décadas una mayoría parlamentaria republicana se enfrenta a una Administración demócrata.

Tanto las denuncias de la prensa como las afirmaciones de Helms se producen cuando el Congreso de EE.UU. analiza la propuesta del Ejecutivo de renovar la certificación a la lucha antidrogas de Colombia "por razones de seguridad nacional", pese a que considera que este último país no ha luchado suficientemente. "Que nadie se equivoque sobre la voluntad clara e inequívoca de mi Gobierno de perseguir a los carteles, a los que estamos cercando", subrayó Samper en una rueda de prensa, convocada en su despacho para referirse a las acusaciones contra su campaña electoral.

"Yo no acepto ultimátum. Colombia definió una política soberana en materia de lucha contra las drogas", precisó Samper, y recordó que el pasado ocho de febrero anunció el plan de su Administración contra el tráfico de drogas, que pretende erradicar los cultivos de coca y amapola en dos años.

También dijo que su gobierno "está dispuesto a compartir las metas y los objetivos de esa política antidrogas que hemos trazado de una manera soberana, y la vamos a desarrollar con o sin certificaciones, con o sin ultimátum, porque no es un problema de coacción sino de convicción".

El economista liberal, que tomó posesión el siete de agosto de 1994, explicó que, en pocos meses la policía ha capturado casi mil personas vinculadas con el narcotráfico, y citó la detención, el pasado dos de marzo, de Jorge Eliécer Rodríguez Orejuela. Este es hermano de Miguel y Gilberto Rodríguez, que junto a José Santacruz y Helmer Herrera son considerados los cabecillas del "Cartel de Cali", a quienes en un mes les han allanado decenas de propiedades en esta ciudad industrial del suroeste colombiano.

El presidente de Colombia manifestó que las autoridades han llevado a cabo "casi un allanamiento diario", acciones que no son "resultado de ninguna presión" y expresó que "en este sentido tampoco nos hemos sentido solos. Hay organismos internacionales de inteligencia que están participando". Samper se refirió a las acusaciones contra su gobierno del matutino bogotano *La Prensa* perteneciente a la familia del ex presidente conservador Misael Pastrana Borrero (1970-74), que generaron el respaldo de los ministros.

Pastrana, ofendido por la declaración ministerial contra sus hijos, Juan Carlos, que dirige *La Prensa* y Andrés, el candidato presidencial derrotado en los comicios de junio por Samper, invitó a éste a que jure ante el país que no recibió dinero del narcotráfico, acto que no dura más de un minuto.

El presidente contestó que más que la declaración de un minuto que le pide el ex gobernante, ofrece su "vida entera", que es "un libro abierto", y se mostró dispuesto a que se le investigue, "siempre y cuando ese cuestionamiento se haga sobre la base de evidencias y de pruebas, y no sobre la base de calumnias o de rumores".

TITULO
PROCEDENCIA elarin
FECHA PROCEDENCIA 7/6/95
VINCULACIONES

C01

ENTRADO
CRUZADO

EL CONGRESO INVESTIGA SI EL EX FISCAL GENERAL PROTEGIO AL CARTEL DE CALI

Escándalo narco en Colombia

BOGOTA, 6 (Reuter y DPA).– El espinoso tema del narcotráfico provocó hoy un nuevo escándalo en la escena política colombiana, cuando la **Comisión de Acusaciones del Congreso** decidió llevar adelante cinco investigaciones contra el ex fiscal general de Colombia, **Gustavo de Greiff**, por presuntas irregularidades en el desempeño de su cargo.

Las acusaciones contra de Greiff, entre las que se destaca el archivo y abandono de una investigación por el presunto apoyo que el Cartel de Cali habría dado a la campaña del presidente Ernesto Samper, se producen en momentos en que el **gobierno de Bogotá se encuentra entre la espada de los Estados Unidos y la pared de la prensa opositora**, por los supuestos vínculos con los "zares" de la cocaína.

De Greiff, actual embajador en México, y un destacado y controvertido símbolo de la lucha contra la corrupción y el delito, enfrenta hoy una batería de acusaciones presentadas por el ex candidato presidencial, **Enrique Parejo**.

Parejo acusó a De Greiff de cinco posibles irregularidades cuando se desempeñó como fiscal general de la nación, cargo que ocupó desde abril de 1992 hasta julio de 1994. Entonces debió renunciar tras haber cumplido 65 años, edad de retiro forzoso para los funcionarios judiciales.

Según la demanda del ex candidato, otra de las faltas en que habría incurrido el ex fiscal radica en no haberse declarado impedido para realizar la investigación (contra Samper) cuando una de sus hijas formaba parte de las directivas de la campaña presidencial del actual mandatario.

El diplomático también es cuestionado por haber hablado sobre la inocencia de un miembro del Cartel de Medellín sindicado de dinamitar un avión y actualmente confinado en una cárcel de los Estados Unidos.

Enfrenta, asimismo, la acusación de haber ordenado irregularmente la devolución de unas propiedades al familiar de un confeso narcotraficante y -presuntamente- de haber facilitado la liberación de un jefe del narcotráfico del norte del país.

Sin embargo, fue De Greiff quien, frente a la Fiscalía colombiana, puso al descubierto las comodidades y los lujos de los que gozaba **Pablo Escobar** en la cárcel de Envigado (en Medellín).

"Fui yo quien puso al descubierto esa monstruosidad. Es increíble que los que tuvieron que ver no vieron, que los que debieron oír no oyeron", dijo en una oportunidad de Greiff.

En setiembre de 1992 rechazó un pedido de los jueces de portar armas para defenderse de los narcos, argumentando "que no hay nada más peligroso que las armas en poder de quienes no las saben usar".

Considerado por la DEA como débil con los narcotraficantes -quienes, por su parte, ofrecían **1,4 millones de dólares** por su cabeza- De Greiff provocó un agitado debate, tanto en Colombia como en el exterior, cuando propuso a fines de 1993 legalizar el consumo de drogas como medida eficaz para combatir el tráfico.

Hoy, en respuesta a las acusaciones de Parejo, el ex fiscal aseguró estar tranquilo puesto que "estoy seguro de que la Comisión encontrará que se actuó correctamente, pues no hay ninguna clase de delito, ni de conducta censurable en lo que hice, se investigó todo lo que había que investigar y no me declaré impedido porque no tenía por qué hacerlo".

En declaraciones formuladas a la cadena de radio "Caracol", el embajador aseguró que presentará una denuncia penal contra su acusador una vez finalizadas las averiguaciones en la Comisión de Acusaciones de la Cámara.

9508950.

C7

"Estamos cercando al cartel de Cali"

Bogotá (ANSA)

Los narcotraficantes del cartel de Cali están siendo cercados por las Fuerzas Armadas de Colombia, que en las últimas semanas destruyeron la "columna vertebral" de las comunicaciones y golpearon su sistema financiero y de seguridad, dijo el presidente Ernesto Sámper Pizano.

"Los estamos cercando", aseguró el presidente, al señalar que recientemente se desmanteló la red financiera del cartel de Cali en Bogotá, fue capturado Jorge Rodríguez Orejuela, hermano de los dos máximos jefes, se neutralizó la utilización que hacían de la isla de San Andrés, y se les decomisó un completo equipo de comunicaciones.

"Con la cooperación de algunas agencias internacionales las autoridades colombianas están golpeando contundentemente al cartel de Cali y seguiremos haciéndolo hasta lograr la captura de los capos y su desmantelamiento", declaró Sámper Pizano al diario bogotano El Espectador.

También aseguró que ningún gobierno en la historia de Colombia "puede mostrar en sus primeros ocho meses, los resultados que tiene la actual lucha contra el narcotráfico", que sin embargo es fuertemente objetada en Estados Unidos.

En una aparente nueva respuesta a esas críticas, Sámper Pizano manifestó que la lucha contra el narcotráfico será continuada "con decisión por convicción y no por coacción", pero que al mismo tiempo está "exigiendo" un "mayor compromiso internacional, que es indispensable para la erradicación de este flagelo universal".

En cuanto a las amenazas que están recibiendo los periodistas por parte del cartel de Cali, condenó esa situación, no sólo por considerarla como una violación a la libertad de prensa sino también porque considera que ninguno debe ser restringido en su derecho a informar oportunamente sobre las "acciones que desarrolla el gobierno en ese campo".

Manifestó que los organismos de seguridad del Estado realizan investigaciones y establecieron mecanismos especiales de protección para los periodistas amenazados en Cali y otras ciudades.

Nº DOCUMENTO

TITULO Colombia. Según Samper están cercando al Cartel de Cali

PROCEDENCIA La República

10/4/95

11176 11349
65592 65890
65592 11660
11610
13065

ENTRADO
CRUZADO

"Estamos cercando al cartel de Cali"

Bogotá (ANSA)

Los narcotraficantes del cartel de Cali están siendo cercados por las Fuerzas Armadas de Colombia, que en las últimas semanas destruyeron la "columna vertebral" de las comunicaciones y golpearon su sistema financiero y de seguridad, dijo el presidente Ernesto Sámper Pizano.

"Los estamos cercando", aseguró el presidente, al señalar que recientemente se desmanteló la red financiera del cartel de Cali en Bogotá, fue capturado Jorge Rodríguez Orejuela, hermano de los dos máximos jefes, se neutralizó la utilización que hacían de la isla de San Andrés, y se les decomisó un completo equipo de comunicaciones.

"Con la cooperación de algunas agencias internacionales las autoridades colombianas están golpeando contundentemente al cartel de Cali y seguiremos haciéndolo hasta lograr la captura de los capos y su desmantelamiento", declaró Sámper Pizano al diario bogotano El Espectador.

También aseguró que ningún gobierno en la historia de Colombia "puede mostrar en sus primeros ocho meses, los resultados que tiene la actual lucha contra el narcotráfico", que sin embargo es fuertemente objetada en Estados Unidos.

En una aparente nueva respuesta a esas críticas, Sámper Pizano manifestó que la lucha contra el narcotráfico será continuada "con decisión por convicción y no por coacción", pero que al mismo tiempo está "exigiendo" un "mayor compromiso internacional, que es indispensable para la erradicación de este flagelo universal".

En cuanto a las amenazas que están recibiendo los periodistas por parte del cartel de Cali, condenó esa situación, no sólo por considerarla como una violación a la libertad de prensa sino también porque considera que ninguno debe ser restringido en su derecho a informar oportunamente sobre las "acciones que desarrolla el gobierno en ese campo".

Manifestó que los organismos de seguridad del Estado realizan investigaciones y establecieron mecanismos especiales de protección para los periodistas amenazados en Cali y otras ciudades.

Nº DOCUMENTO

TITULO Colombia: Detenido ex-senador x vínculos con el C. de Cali. –

PROCEDENCIA LA Juventud

FECHA DE PROCES. 22/4/95

VINCULACIONES 11176 11422

65092 11514

65592 11610

11214

11229

ENTRADO

CRUZADO

Colombia

Detenido ex senador por corrupción

El ex senador colombiano Eduardo Mestre Sarmiento fue detenido ayer viernes por presunto enriquecimiento ilícito, [illegible] Alberto Giraldo, por el mismo delito [illegible]

[illegible] Eduardo Mestre Sarmiento y [illegible] Giraldo [illegible] realizados por [illegible] del cartel de Cali.

Mestre Sarmiento, senador en varios períodos por su departamento Santander y embajador de Colombia en Ginebra ante organismos internacionales hasta hace pocos meses, fue detenido e incomunicado por orden de la fiscalía general en su casa del norte de Santafé de Bogotá y trasladado a la cárcel «Modelo».

El político, del partido liberal, fue detenido por agentes de la policía y de la fiscalía cuando llegaba esta madrugada a su residencia.

Las órdenes de captura, que afectan también a un industrial, fueron impartidas dentro de una investigación de la fiscalía por enriquecimiento ilícito.

Según fuentes oficiales, a Mestre le encontraron las autoridades, en algunas de sus cuentas bancarias, consignaciones de personas vinculadas al cartel de Cali.

Se le ha acusado, igualmente, de que en años anteriores compartió escaño en la junta directiva de un banco con uno de los jefes del cartel de Cali.

Mestre había explicado hace pocas semanas cuando se encontraron copias de los cheques de Cali en sus cuentas, que los había recibido como pago por la venta de unas obras de arte y un apartamento que había vendido.

La fiscalía general recibió el año pasado unas cintas en las que fueron grabadas conversaciones telefónicas entre Giraldo y los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, en las que se habla de presuntos aportes de dinero a las campañas políticas.

CS

9508950.

El escándalo reavivó las imputaciones contra el presidente Samper acusado de recibir «dinero sucio»

Colombia: separan nueve legisladores oficialistas por vínculos con el narcotráfico

Nueve legisladores oficialistas fueron suspendidos ayer lunes como miembros del Partido Liberal, después de haber sido acusados de enriquecimiento ilícito y de tener vínculos con el narcotráfico, un escándalo que ha desatado una amenazante crisis en la fuerza gobernante en Colombia.

Aunque el gobierno del presidente Ernesto Samper emitió un comunicado donde expresa su apoyo a la resolución de la Fiscalía General que ordenó investigar judicialmente a los parlamentarios oficialistas, el escándalo reavivó las imputaciones contra el jefe de Estado, sobre quien ya recayeron acusaciones de haber recibido «dinero sucio» para su campaña proselitista del año pasado.

La decisión del juez, que causó conmoción en el país, se produjo horas después de que fuera detenido en su casa Eduardo Mestre, ex senador liberal y ex embajador ante la ONU en Ginebra, por enriquecimiento ilegal y vínculos con el «Cartel de Cali».

La Fiscalía, además de emitir nuevas órdenes de captura por enriquecimiento ilegal contra los presuntos jefes del «Cartel de Cali» Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, que ya tenían otras pendientes por narcotráfico, ordenó la detención del periodista Alberto Giraldo y de otros 23 particulares, no identificados.

Giraldo, que se encuentra huido, es uno de los interlocutores de los «narcocasettes», unas grabaciones anónimas difundidas el año pasado en las que el periodista ofrecía sus «buenos oficios» por teléfono a Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela para infiltrar dinero en las campañas presidenciales de junio.

Las cintas fueron entregadas a las autoridades por el candidato conservador, Andrés Pastrana, derrotado por Samper en los comicios del 19 de junio y aunque la Fiscalía General las investigó, cerró el caso tras señalar que la oficina del hoy Presidente había rechazado las ofertas y que las grabaciones habían sido editadas.

No obstante, la Fiscalía General de la Nación advirtió que las investigaciones no guardan relación con el caso de los llamados «narcocasettes».

Hace seis meses, en uno de los registros oficiales de propiedades de mafiosos de Cali, se hallaron listas de receptores de cheques y comprobantes del pago de «mensualidades» a Mestre, una de ellas por 6.000 dólares, aunque el político afirmó que ese dinero era el producto de la venta de «alfombras y obras de arte».

Fuentes oficiales indicaron que en el registro a las oficinas del contable del «Cartel de Cali», el chileno Guillermo Pallomari, alias «Reagan», se halló una lista en la que aparecen apellidos y la inicial de distintos nombres que concuerdan con los de los políticos investigados.

Junto a cada nombre, aparecen cifras que, al parecer, correspondían a «camisetas» entregadas a los políticos para entregar al público que debía animar la campaña electoral, según declaró hace dos meses el anticuario Santiago Medina, tesorero de la campaña presidencial de Samper.

En las empresas registradas al «Cartel de Cali» aparecieron comprobantes de cheques por más de 2,5 millones de dólares girados en tres días, en junio del año pasado, en plena época de elecciones presidenciales.

La investigación de la Fiscalía también incluye al contralor general de la República, David Turbay, a quien se acusa de haberse hospedado en un lujoso hotel de Cali, antes de ser elegido como fiscal de las finanzas públicas, con cargo a una empresa perteneciente al «Cartel de Cali».

Turbay rechazó los cargos, exhibió ante los periodistas una factura de su tarjeta de crédito en la que consta que pagó con fondos propios la cuenta del hotel, y aseguró que no sabe de dónde salieron las acusaciones.

Como el contralor general, la mayoría de los políticos acusados, algunos en medio de sollozos, manifestaron que nunca han recibido dinero de mafiosos y que, aunque la investigación así lo compruebe, la denuncia ya perjudicó irremediablemente a sus carreras públicas.

El nuevo escándalo se produjo cuando algunos sectores del Congreso de Estados Unidos instan al Gobierno del presidente Bill Clinton a aplicar un embargo económico a Colombia si este país no logra controlar el narcotráfico en 1996.

Según la prensa colombiana, el autor de la propuesta, el senador republicano Jeese Helms, tiene previsto presentar a una testigo de nombre «María», una supuesta delatora del «Cartel de Cali», protegida por Estados Unidos, que acusa a Samper de haber recibido dinero de ese grupo en 1990 a cambio de combatir la extradición.

«Puedo asegurarles que no [illegible] el senador Helms, ni la señora María», declaró Samper el pasado jueves a los periodistas, al anunciar la inversión de 2.000 millones de dólares en los próximos tres años para que las Fuerzas Armadas colombianas combatan a narcotraficantes y guerrilleros.

Nº DOCUMENTO

TITULO COLOMBIA Famosa actriz debe declarar por vínculos con el NT. -

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 24/4/95

VINCULACIONES 11176 11227

65092

65592

11214

11229

ENTRADO

CRUZADO

Margarita

BOGOTA, 23 (AP) — Margarita Rosa de Francisco, popular actriz colombiana, será llamada a declarar en el marco de la investigación que se adelanta por la infiltración de los dineros del narcotráfico en la política, informaron fuentes de la Fiscalía General de la Nación.

La actriz y cantante es protagonista de la telenovela "Café" de gran éxito en la televisión colombiana y en el exterior, especialmente entre la colonia latina de los Estados Unidos, en Ecuador y México.

Hoy 20

COLOMBIA

Divisiones en el oficialismo

El Partido Liberal del presidente colombiano, Ernesto Samper, se dividió profundamente tras revelarse que nueve de sus parlamentarios y otros dirigentes están acusados de enriquecimiento ilícito en relación con el «Cartel de Cali» de narcotraficantes.

El presidente de la Dirección Nacional Liberal y del Congreso colombiano, Jun Guillermo Angel, se opone abiertamente a la decisión del Comité de Etica del partido de retirar temporalmente de éste a los parlamentarios acusados el pasado fin de semana por la Fiscalía General de tener vínculos con el narcotráfico.

El contralor general de Colombia, David Turbay, también liberal e implicado en el escándalo, rechazó la sugerencia del secretario general del partido, Luis Prieto Ocampo, de separarse del cargo y de esa colectividad política mientras se resuelvan las acusaciones en su contra.

Según Angel, Turbay y los acusados, el Comité de Etica y Prieto Ocampo están actuando precipitadamente e imponiendo sanciones sin haberlos escuchado.

Prieto ha amenazado con renunciar a la secretaría, que ejerce apenas desde la semana pasada.

Varios de los congresistas acusados han anunciado que asistirán a las próximas reuniones del Partido Liberal, desconociendo la decisión del Comité de Etica.

El Partido Liberal tiene mayoría en el Parlamento y gobierna en Colombia desde hace nueve años, con los presidentes Virgilio Barco (1986-90), César Gaviria (90-94) y Samper (94-98)

Entre los parlamentarios sobre los que la Fiscalía General pidió una decisión de la Corte Suprema de Justicia, tras enviarle «pruebas» de que recibieron pagos de testaferros del «Cartel de Cali», está el presidente de la Cámara de Representantes, Alvaro Benedetti, también director del Partido Liberal.

Colombia: Drogas y la División Política

SANTAFE DE BOGOTA, 25 (EFE). — El Partido Liberal del presidente colombiano, Ernesto Samper, se dividió profundamente tras revelarse que nueve de sus parlamentarios y otros dirigentes están acusados de enriquecimiento ilícito en relación con el "Cártel de Cali" de narcotraficantes.

El presidente de la Dirección Nacional Liberal y del Congreso colombiano, Jun Guillermo Angel, se opone abiertamente hoy a la decisión del Comité de Etica del partido de retirar temporalmente de éste a los parlamentarios acusados el pasado fin de semana por la Fiscalía General de tener vínculos con el narcotráfico.

El contralor general de Colombia, David Turbay, también liberal e implicado en el escándalo, rechazó la sugerencia del secretario general del partido, Luis Prieto Ocampo, de separarse del cargo y de esa colectividad política mientras se resuelvan las acusaciones en su contra. Según Angel, Turbay y los acusados, el Comité de Etica y Prieto Ocampo están actuando precipitadamente e imponiendo sanciones sin haberlos escuchado.

EE.UU. SOSPECHA QUE SAMPER ESTA IMPLICADO

El presidente de Colombia y los carteles narcos

WASHINGTON y BOGOTA, 28 (EFE, AP y "The Washington Post", especial para Clarín). – Las órdenes de detención y las acusaciones hechas el fin de semana pasado por el procurador general colombiano, **Alfonso Valdivieso**, contra más de media docena de prominentes figuras políticas vinculadas con el narcotráfico, **podrían involucrar al mismo presidente Ernesto Samper**, e incrementar las presiones en Washington para un rompimiento formal de las relaciones con Bogotá.

Estas apreciaciones corresponden a un artículo publicado hoy por el diario "The Washington Post", que sostiene que de ser probada esa vinculación se reforzarían los puntos de vista del subsecretario de Estado norteamericano, **Robert Gerald**, y de diversos funcionarios de la administración de Clinton, que durante mucho tiempo sospecharon de Samper y exigieron su renuncia.

Presiones

Valdivieso –designado en su cargo por los tribunales y no por Samper– ordenó el viernes pasado el arresto del ex senador y ex embajador **Eduardo Mestre** y exigió que se enviaran a la Corte Suprema las conclusiones de una investigación que involucra con narcodólares al presidente de la Cámara de Diputados, **Armando Benedetti**, a seis senadores y a ex miembros del Congreso, todos miembros del oficialista **Partido Liberal** y próximos a Samper.

"Todo apunta al mandatario", señaló al "Washington Post" un funcionario norteamericano, que agregó que, "si bien no hay evidencias precisas, **la investigación puede generar la suficiente presión para que Samper renuncie**".

El secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, ha soportado en los últimos meses fuertes presiones en el Congreso para romper las relaciones con Samper. Christopher logró resistir a las demandas con el argumento de que Washington desea trabajar con el mandatario colombiano en la lucha contra las drogas.

Sin embargo, el artículo del "Washington Post" señala que las acusaciones de Valdivieso **podrían incrementar aún más las presiones en el Congreso para alcanzar una ruptura formal**.

El presidente colombiano no tardó en responder a las apreciaciones del "Washington Post" e indicó que "**Colombia no será invadida por los Estados Unidos ni los dos países romperán relaciones por el narcotráfico**".

En cuanto a las versiones publicadas por el diario, Samper señaló que "**están fundamentadas más en suposiciones que en evidencias**".

Desde Washington, la respuesta tampoco se hizo esperar: nadie en el Congreso de los Estados Unidos quiere romper las relaciones con Colombia sino más bien mejorarlas, pero para ello el presidente Samper debe probar su determinación de combatir el narcotráfico.

Mark Thiessen, vocero del presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado, **Jesse Helms**, subrayó que el objetivo de un proyecto de ley introducido por el legislador hace tres semanas "no es romper las relaciones con Colombia sino buscar que el presidente Samper cumpla su palabra de encarcelar a los cabecillas del narcotráfico y erradicar los cultivos de coca, amapola y marihuana".

INQUIETUD EN COLOMBIA

Ni un golpe ni una invasión

Colombia rechazó rumores que circularon en los mercados financieros de Nueva York y Londres de que se había producido un golpe de Estado en este país sudamericano. "Me sorprende mucho, no hay ningún golpe de Estado. Es absurdo pensar que esa posibilidad existe, hay completa normalidad en el país, hay una total lealtad de las fuerzas militares, de las fuerzas armadas y toda la sociedad colombiana con todas las instituciones democráticamente establecidas", dijo a Reuters el ministro de Defensa Fernando Botero. Por su parte, el presidente Ernesto Samper afirmó ayer que "Colombia no será invadida por Estados Unidos, ni tropas norteamericanas van a ocupar el archipiélago de San Andrés, en el Caribe, ni ambos países van a romper relaciones por causa del narcotráfico".

Consultado sobre un informe del diario *The Washington Post* que augura una ruptura de relaciones si se comprobase la implicación directa de Samper con el narcotráfico, el gobernante colombiano declaró que esas versiones "están fundamentadas más en suposiciones que en evidencias". Por otro lado, Samper aseguró que apoyará la reapertura de una investigación cerrada el año pasado por la Fiscalía General de Colombia sobre presuntos aportes de narcotraficantes del Cartel de Cali a su campaña electoral. Reiteró "el interés del gobierno en que, si es del caso, se reabran esas investigaciones a la luz de las nuevas circunstancias".

Samper pidió a los periodistas que le abordaron durante un acto oficial en la ciudad de Medellín que no tomen cada artículo de la prensa estadounidense sobre Colombia "como una bomba incendiaria" porque no reflejan la posición oficial de Washington. "No nos van a invadir, no van a tomar San Andrés ni vamos a romper las relaciones. Colombia está cumpliendo de forma soberana con su deber en la lucha contra las drogas. Lo demás son suposiciones", insistió el presidente.

Sobre una posible reapertura del caso de los "narcocasetes", grabaciones de llamadas telefónicas en las que jefes del Cartel de Cali hablan de aportes a las campañas presidenciales durante las elecciones de 1994, Samper recordó que al día siguiente de haber sido elegido presidente "pedí que se abriera una investigación sobre este caso". Añadió que, además, reiteró al fiscal general, Alfonso Valdivieso, "de manera privada, el interés del gobierno en que hubiera una total transparencia en estas investigaciones, y que se aceleraran".

El presidente colombiano reconoció que existen "nuevas circunstancias", en alusión a las acusaciones contra nueve parlamentarios de su Partido Liberal que, según la Fiscalía General, recibieron dinero de testaferros del Cartel de Cali el año pasado. En ese sentido destacó que la apertura o no de las investigaciones sobre el caso "corresponde autónomamente alfiscal general de la nación, y la decisión que tome nosotros la compartimos y la respaldamos".

Las declaraciones de Samper se produjeron a raíz de un informe del diario *The Washington Post* según el cual funcionarios estadounidenses opinan que las últimas acciones del fiscal general Valdivieso contra parlamentarios supuestamente vinculados con el narcotráfico podrían terminar implicando al presidente. "Si se llegara a establecer este vínculo se reforzaría la opinión del secretario de Estado Adjunto (de EE.UU.), Robert Gelbard, y de otros funcionarios de la administración (del presidente Bill) Clinton que desde hace tiempo vienen sospechando de Samper", agrega el diario.

15

Contactos políticos

La fiscalía informó hoy que durante los allanamientos en dos haciendas de recreo rural y un departamento en Bogotá de propiedad de Giraldo se encontraron documentos y fotografías que podrían ayudar a la investigación sobre la infiltración de dineros del narcotráfico en las campañas electorales de 1994.

La fiscalía ha acusado a ocho congresistas, a dos ex legisladores del Partido Liberal de gobierno; a los hermanos Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, presuntos jefes del cartel de Cali, y al periodista Giraldo, de delitos como enriquecimiento ilícito, ser testaferros y sobornos.

Decenas de personas son buscadas en conexión con la investigación, la mayor que se ha realizado contra la infiltración de dineros del narcotráfico en la política nacional.

El gobierno descartó un distanciamiento entre Colombia y los Estados Unidos, que según el diario Washington Post procuran algunos legisladores norteamericanos disgustados por las conexiones de legisladores colombianos con el narcotráfico y porque siguen prófugos jefes de la droga.

El Washington Post dice que la actual investigación podría alcanzar al propio presidente Samper.

Colombia

División en partido gobernante

El gobernante Partido Liberal de Colombia entró en una situación de aguda división tras la investigación judicial emprendida contra nueve de sus parlamentarios por sus presuntos nexos con narcotraficantes.

En este clima partidario, el presidente del Congreso y del grupo político liberal, Juan Guillermo Angel, amenazó con renunciar.

La división comenzó después de que la Fiscalía General de la Nación solicitara el mes pasado que se investigase a nueve parlamentarios liberales, entre ellos el codirector del Partido y presidente de la Cámara de Representantes, Alvaro Benedetti, por presunto enriquecimiento ilegal asociado al «cartel de Cali».

El escándalo de los políticos, acusados de haber recibido dinero del «cartel de Cali» en la campaña electoral de 1994, se agravó con la suspensión de éstos por parte del Consejo Etico del Partido, causando una fuerte división, ya que para los afectados, este grupo «no tiene autoridad» para suspenderles.

La cuenta la pagan los narcos

Una empresa del Cartel de Cali pagó gastos y cuentas a artistas y políticos, entre ellos el presidente de Diputados.

Las revelaciones sobre pagos de cuentas hoteleras y gastos sociales por parte del Cartel de Cali a altos cargos y artistas, entre otras personas, desató un escándalo en Colombia y puso en evidencia el poder de corrupción del narcotráfico. Solamente en el primer semestre de 1994, una empresa del Cartel de Cali, Inversiones Ara, pagó casi 100.000 dólares al hotel Intercontinental de esa ciudad del sudoeste del país por las atenciones a sus invitados, según una relación divulgada esta semana. La Fiscalía General de Colombia investiga igualmente a varias sucursales bancarias de Cali y a sus directivos por permitir sobregiros por valor de más de 18,5 millones de dólares.

Las cuentas en los bancos Colombia y Ganadero, de dos sucursales de Cali, corresponden a algunas firmas también vinculadas con esa organización del tráfico de drogas.

En la lista de los invitados por Inversiones Ara figuran el presidente de la Cámara de Representantes y dirigente del Partido Liberal (en el gobierno), Alvaro Benedetti, y ocho congresistas más, a quienes sus anfitriones pagaron "hasta las pizzas" que consumieron.

Inversiones Ara fue constituida por Amparo Arbalaez, ex esposa de Gilberto Rodríguez Orejuela, máximo líder del Cartel de Cali, y cuatro hijos de éste, según las autoridades.

Gilberto y su hermano Miguel Rodríguez Orejuela, así como José Santacruzz Londoño, Helmer Herrera Buitrago, Phanor Arizabaleta y Víctor Santiago Patiño Fomeque forman la dirección de ese grupo mafioso, el más importante del mundo en el tráfico de cocaína.

Las firmas titulares de las cuentas bancarias, por su parte, están involucradas, además, en el famoso "expediente 8000", de la Fiscalía, un proceso en el que también se investiga a nueve congresistas, un ex congresista y a decenas de personas por sus nexos con el Cartel de Cali. El fiscal general de Colombia, Alfonso Valdivieso, envió a la Corte Suprema de Justicia el mes pasado los expedientes de los nueve congresistas liberales, junto con pruebas de que recibieron dinero de los mafiosos para su campaña electoral de 1994.

La Fiscalía investiga, asimismo, los movimientos financieros sospechosos, como el de una sola cuenta en el Banco de Colombia, a la que se giraron 6,3 millones de dólares en tres meses (de abril a junio de 1994) y desde la que se realizaron giros por valor de 3,9 millones de dólares.

Los movimientos bancarios fueron hechos en una cuenta a nombre de Distribuidora de Productos Agrícolas El Diamante, que junto a Inversiones Ara, son investigadas.

En la lista del Hotel de Cali, en el que comieron y bebieron a nombre de esas "empresas de fachada", aparecen igualmente el ex senador y ex embajador en Ginebra Eduardo Mestre, encarcelado desde el mes pasado por enriquecimiento ilícito.

También figuran en la lista la actriz y cantante Margarita Rosa de Francisco, el actual Contralor General del país, ex candidato presidencial David Turbay Turbay y la que fue reina de belleza Eva Flye.

Mientras el escándalo crece, el Consejo de Control Etico del Partido Liberal ratificó la suspensión temporal del presidente de la Cámara y demás parlamentarios involucrados en el escándalo. Ese Consejo rechazó el recurso presentado por los congresistas, que se sintieron "condenados" por ese organismo antes de que la justicia se pronunciara sobre sus casos.

Simultáneamente a los escándalos, el bloque de búsqueda, compuesto por fuerzas especiales de la Policía y el Ejército, prosigue los registros en mansiones y propiedades de presuntos integrantes de la dirección de la banda y ha encontrado más documentos y listas que comprometen a más personalmente.

Esta semana, el gobierno, por su parte, aumentó las recompensas ofrecidas por lograr la captura de algunos de los cabecillas de la banda, y en el caso de los Rodríguez Orejuela, las duplicó. Más de cinco mil octavillas se repartieron en Cali y en otras regiones y se iniciaron campañas por prensa y televisión en las que se anuncia el aumento de las cifras, que sólo en el caso de los Rodríguez Orejuela alcanza los 2,7 millones de dólares.



Los identikits de los hermanos Rodríguez Orejuela, capos del Cartel de Cali.

La policía aumentó la recompensa para agarrarlos.

12 - 12

9508950.

Nº DOCUMENTO 9508951

TITULO Gran Bretaña. Ahijado del Ppe Carlos es detenido por consumo de drogas.

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95

VINCULACIONES 11176 11422 10184 11342 507529 11341 11214 11229

ENTRADO

CRUZADO

LA MADRE ES LA EX AMANTE DEL PRINCIPE

El ahijado de Carlos fue preso por drogas

El hijo de Camilla Parker Bowles fue liberado poco después que la policía británica lo encontró con éxtasis y marihuana. Tom, de 20 años, dijo que la droga era para "consumo personal". El chico dijo que sufre por el romance entre su madre y el príncipe. Al mismo tiempo, su padre presentó a su nueva novia.

AGENCIA SYGMA



LONDRES (Especial para **Clarín**). - **Tom**, el hijo de **Camilla Parker Bowles**, la amante del **príncipe Carlos**, fue detenido por consumo de éxtasis y marihuana en una discoteca de Greenwich, al sur de Londres.

El hecho, además, salpicó a la corona británica, ya que Tom es ahijado del príncipe Carlos. El chico de 20 años es estudiante de inglés en la Universidad de Oxford y cuando fue detenido junto a un amigo dijo que la droga era para su "consumo personal". La policía los liberó después de tomarles sus huellas digitales.

El '95 no se presentó muy favorable hasta ahora para Camilla. Primero, el príncipe Carlos admitió públicamente que había mantenido relaciones con ella mientras él estaba casado con **Lady Diana**. Después, se divorció de su esposo **Andrew**, brigadier y ex empleado de la corona británica.

Casi simultáneamente con la detención de su hijo, el ex esposo de Camilla se mostró por primera vez en público con su nueva novia, **Rosemary Pitman**, una madura aristócrata con quien trascendió que mantuvo un romance encubierto durante el mismo tiempo que Camilla lo engañó con el príncipe Carlos.

Acosado

Tom Parker Bowles admitió ante sus amigos y su tutor en Oxford que no puede resistir el sufrimiento por el acoso público que recibe ante el romance de su madre con el heredero de la corona británica. Peor aún: no entiende una relación entre su madre y su padrino.

Sus amigos agregaron que el chico prefiere firmar como "Tom Bowles" para no ser reconocido públicamente como "el hijo de Camilla".

El exclusivo "Worcester College" de Oxford, donde Tom cursa el primer año de inglés, no es ajeno a los problemas con sus alumnos. Ocurre que hasta ahora era conocido por la cultura alcohólica de sus estudiantes, pero no por consumo de drogas.

El hijo de Camilla no tiene novia y cuando la prensa británica comenzó a mencionar y a confirmar el romance entre su madre y el príncipe, decidió recluirse con sus amigos del Eaton, el colegio donde cursó el secundario. Antes de ingresar a la Universidad trabajó como vendedor en el almacén Harrods.

María Laura Avignolo

Camilla no puede escaparle a los problemas. Primero el escandaloso romance con el príncipe; después se divorció y, ahora, su hijo fue detenido por drogas.

C1-01

9508951.

Itália e Brasil discutem convênio

Da Sucursal do Rio

O governo italiano poderá firmar convênios para o treinamento de policiais brasileiros no combate ao crime organizado. A afirmação foi feita ontem no Rio pela ministra das Relações Exteriores da Itália, Susanna Agnelli.

Ela lembrou que há um contato constante entre os poderes Judiciários dos dois países. Alguns juízes da "Operação Mãos Limpas" —criada pelo governo italiano para combater a corrupção— já estiveram no Brasil e um novo grupo deve voltar em setembro para conversar com juízes brasileiros.

Susanna disse achar correta a decisão do governador do Rio, Marcello Alencar (PSDB), de convocar as Forças Armadas para ajudar no combate à criminalidade.

"O Exército já foi usado na Itália para combater o crime." A ministra terminou ontem a visita aos países do Mercosul.

Ela disse que a intenção era aumentar o intercâmbio comercial entre as pequenas e médias empresas destes países com empresas italianas similares.

Ontem ela esteve no Centro Cultural Light inaugurando exposição comemorativa do centenário da primeira experiência de transmissão à distância (telégrafo sem fio, usando ondas de rádio), feita pelo italiano Gugliemo Marconi(1874/1937). (Cristina Grillo)

Nº DOCUMENTO 9508953
TITULO Brasil : Denarc incautó 30kg de cocaína en Sao Paulo -
PROCEDENCIA Folha de Sao Paulo
FECHA DE PROCEDENCIA 5/4/95
VINCULACIONES 11176 11341
65092 11666
504482 11214
11351 11229
11352 11422

ENTRADO
CRUZADO

Polícia apreende 30 kg de coca no interior de SP

Da Folha Nordeste

Policiais do Denarc (Departamento Estadual de Investigação sobre Narcóticos) de SP apreenderam na madrugada de anteontem 30 kg de cocaína pura, avaliados em R$ 120 mil, em um canavial próximo a Jaboticabal (345 km a noroeste de São Paulo). É a maior apreensão da droga na região.

O fazendeiro Joamar Domingos da Silva, 34, de Ituiutaba (MG), é acusado pela polícia de ser o dono da droga. O comerciante Valtair de Melo Silva, 30, de Cuiabá (MS), é acusado de trabalhar com Silva. Segundo a polícia, os dois foram presos em flagrante e podem pegar de 3 a 15 anos de prisão.

De acordo com o delegado Paulo Henrique Navarro Barbosa, 30, da 2ª Delegacia do Denarc, policiais do departamento de narcóticos se infiltraram junto aos traficantes para fazer a apreensão.

A polícia investigava a ação do fazendeiro e do comerciante há dois meses. Os dois são acusados ainda de fornecer cocaína às cidades do Triângulo Mineiro e para São Paulo.

Segundo a polícia, policiais do Denarc combinaram a compra de 30 kg de cocaína do fazendeiro. Dois policiais se passaram por traficantes e se infiltraram na compra do entorpecente.

01-01

9508953.

Três são mortos na zona norte de SP

Chacina é 2ª em dois meses

Da Reportagem Local

O assassinato dos três rapazes ontem na Vila Brasilândia é a segunda chacina na região em menos de dois meses.

No dia 15 de fevereiro, cinco pessoas foram mortas em dois crimes, ocorridos num período de cinco minutos e em uma distância de menos de um 1 km entre si.

Um Monza branco sem placas e com quatro homens encapuzados foi visto nos dois locais.

A polícia acredita que os crimes tenham sido praticados pelas mesmas pessoas.

Segundo José Passani, 48, delegado titular do 45º Distrito Policial, responsável pela região da Vila Brasilândia, o bairro não é perigoso.

"A Brasilândia já teve fama, mas hoje é um local mais calmo que a média", afirma. Segundo Passani, ocorrem em média dois assassinatos por mês na região.

(RW)



Kátia Lombardi/Folha Imagem

Moradores da V. Brasilândia observam os corpos dos mortos

Da Reportagem Local

Três rapazes foram assassinados ontem de madrugada na Vila Brasilândia (zona norte de SP). A polícia suspeita de que o crime tenha ligação com o tráfico de cocaína.

Os três foram mortos na entrada da favela de Vila Penteado, conhecida na região como "Favela do Pó", por ser um ponto de venda de cocaína. Os assassinos fugiram.

Os vizinhos afirmam ter ouvido mais de 40 disparos, que duraram cerca de oito minutos. Eles disseram ainda ter visto um Gol cinza rondando o bairro durante a última semana. Dentro do carro estariam quatro homens encapuzados.

O delegado Ricardo Maluly, do DHPP (Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa), não confirma a hipótese. "Ainda é cedo para qualquer avaliação", afirmou.

Um dos mortos, Sérgio Silva Madalena, 20, já tinha três passagens pela polícia por roubo de carros. Respondia aos processos em liberdade condicional.

Segundo a família de outro dos mortos, Edson Alexandre Costa, 24, ele não tinha passagens pela polícia e não tinha envolvimento com drogas. O terceiro morto ainda não havia sido identificado até as 18h30 de ontem.

De acordo com o irmão de Sérgio, Emerson Madalena, 15, ele já tinha sido ameaçado por um traficante da região.

"Uma vez ele me disse que estava endividado e que estava sendo cobrado e ameaçado, mas eu achei que o problema já tinha sido resolvido, porque ultimamente ele não comentava mais nada", afirma.

Emerson confirmou que o irmão usava drogas. "Ele cheirava cocaína, mas dizia sempre que ia parar. Ontem (anteontem) ele saiu de casa dizendo para minha mãe não se preocupar, porque ele já tinha parado", afirmou.

Segundo Emerson, seu irmão não costumava sair muito à noite, por estar em liberdade condicional. "Ele não podia andar na rua após as 22h, sob pena de ser preso", afirmou.

Sérgio foi o mais atingido dos três. Ele levou cerca de dez tiros, distribuídos por todo o corpo.

A irmã de criação de Edson, Adriana Manoel, 25, disse que ele nunca reclamou de nenhuma ameaça. "Ele não falava muito sobre sua vida particular", afirmou. Edson trabalhava como auxiliar de escritório.

Segundo Adriana, Edson tinha dois filhos pequenos com uma namorada, com quem pretendia se casar. "Ele nunca bebeu ou fumou, acho que ele não ia se envolver com drogas, tendo uma família para criar", disse.

Segundo o delegado Maluly, as pistas devem aparecer somente nos próximos dias, após os depoimentos dos parentes das vítimas e das testemunhas do crime.

Deputado quer unificar projetos para descriminação das drogas

Genoíno propõe a criação de uma comissão para tratar do assunto

LUCIANE AQUINO
Brasília

O deputado federal José Genoíno (PT-SP) apresentou ontem um requerimento à mesa da Câmara dos Deputados pedindo a criação de uma comissão especial para unificar todos os projetos em tramitação sobre descriminação do uso de drogas.

Se a descriminação, que vem sido proposta por vários parlamentares, for aprovada, os usuários de drogas não serão mais penalizados por seu vício. A decisão sobre a criação da comissão, no entanto, deverá ser tomada pela Mesa Diretora da Câmara.

Há três projetos sobre o assunto tramitando no Congresso: o do deputado Elias Murad, o do deputado Eduardo Jorge e o resultante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico. O próprio ministro da Justiça, Nélson Jobim, já se manifestou a favor da abertura de uma discussão sobre o tema da descriminação das drogas.



Genoíno: comissão especial

Genoíno fez o requerimento baseado no regimento da Câmara, que determina a criação de uma comissão para tratar de qualquer assunto que tenha projetos tramitando em mais de três comissões.

As três propostas estão, respectivamente, nas comissões permanentes de Educação, Seguridade Social e Saúde e Defesa Nacional. Todas também passam pela Comissão de Constituição e Justiça.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que pretendia apresentar emendas aos projetos, decidiu ontem esperar a criação da comissão para fazer as suas propostas. Gabeira espera ter o apoio dos demais deputados para ser o relator da comissão. Ele defende a proposta de que o usuário de drogas deixe de ser penalizado por seu vício, como ocorre na legislação em vigor.

Destruyen Transporte de Cocaína

CAZAS DE LA FUERZA AEREA DE COLOMBIA ABATEN A LOS NARCOS

SANTAFE DE BOGOTA, 5 (EFE).— Los cazas de la Fuerza Aérea Colombiana (FAC) que interceptaron tres aviones al servicio de la mafia de las drogas recibieron ayuda de radares estadounidenses instalados en este país para combatir el narcotráfico, informaron hoy fuentes oficiales.

Inicialmente se anunció que los aviones derribados o interceptados por la FAC eran cuatro, pero hasta el momento sólo se han dado detalles de estos tres casos, dos ocurridos hoy y el otro a finales de marzo.

En un primer caso, los radares que operan en el sur de Colombia "detectaron" hace quince días un aparato que despegó desde Perú y se dirigía a un lugar conocido como Tunia, cerca de San José del Guaviare, en los llanos orientales.

En ese caso, según las fuentes, el avión del narcotráfico, tipo "Beechcraft", cuya nacionalidad no se ha precisado, fue seguido por una aeronave de la FAC que grabó en video su clandestino itinerario.

Los operadores del radar de Araracuara, manejado por técnicos estadounidenses y colombianos en las selvas del sur del país, alertaron a la FAC y siguieron la persecución.

La FAC destinó un avión tipo AC-47 para perseguir al intruso, que no tenía permiso para entrar a territorio colombiano ni plan de vuelo conocido.

El aparato militar, un bombardero, persiguió la aeronave que ingresó a Colombia desde Perú, y filmó su itinerario hasta el momento en que el avión de los narcotraficantes fue obligado a aterrizar y fueron capturados sus ocupantes en Tunia.

El segundo caso se registró hoy a las 00:30 hora local (05.30 GMT), cuando los radares detectaron otro avión que aterrizó en una pista clandestina, a diez kilómetros al este de la localidad de Granada, en los llanos orientales.

Hacia esa zona, a unos 140 kilómetros al este de Santafé de Bogotá, la FAC envió dos aviones tipo OB-10, dotados de ametralladoras.

Los tripulantes de los aviones militares colombianos conminaron a rendirse a los ocupantes de la aeronave intrusa, pero éstos respondieron con disparos.

Los dos aviones militares colombianos ametrallaron entonces a la aeronave en el lugar donde aterrizaba y la FAC dio aviso a la Policía, que llegó a la pista unas horas después y comprobó que los ocupantes intentaron ocultar el aparato con vegetación y que tenía varios disparos.

El último episodio se registró también hoy, cuando los radares antidrogas captaron la presencia de otro avión que volaba sin permiso, cerca de El Espinal, localidad situada a unos 160 kilómetros al sur de Santafé de Bogotá.

La aeronave fue obligada a aterrizar por los aviones de la FAC y aún no se ha precisado si llevaba droga, ni el número e identidad y nacionalidad de sus ocupantes.

El comandante de la FAC, general Héctor Hernando Gil, anunció una rueda de prensa para las próximas horas para dar detalles de estas operaciones.

COLOMBIA

Força aérea captura aviões de traficantes

Três aparelhos foram localizados e detidos

Bogotá

Aviões da força aérea colombiana (FAC) interceptaram três aviões a serviço de narcotraficantes, com a ajuda de radares norte-americanos instalados no país para ajudar no combate às drogas. Inicialmente o governo de Bogotá havia anunciado a derrubada de quatro aviões, alterando-se porém depois os detalhes sobre as ações da força aérea, duas delas ocorridas ontem e uma no fim de março. Foi apreendida cocaína em pelo menos dois dos aviões capturados.

No primeiro caso, os radares norte-americanos que operam na região florestal do sul da Colômbia detectaram há 15 dias um avião em rota do Peru para a cidade colombiana de Tunia. A aeronave dos narcotraficantes foi seguida por um caça da FAC que gravou em vídeo o trecho clandestino percorrido. Um avião tipo AC-47 foi enviado para perseguir o intruso, sem permissão para sobrevoar a Colômbia. O avião-bombardeiro caçou a aeronave clandestina e obrigou-a a realizar um pouso forçado na cidade de Tunia, quando os tripulantes foram capturados.

Ontem, à 0h30min (1h30min de Brasília), os radares detectaram o pouso de um avião em uma pista clandestina a 10 quilômetros da cidade de Granada. Imediatamente a FAC enviou ao local, uma zona localizada 140 quilômetros a leste de Bogotá, dois aparelhos tipo OB-10, armados com metralhadoras. Quando os aviões se aproximavam, a aeronave do narcotráfico abriu fogo. Como resposta, foi metralhada. A polícia chegou ao local e encontrou os traficantes cobrindo com galhos de árvores o avião atingido pelos disparos da força aérea.

Horas depois, os radares foram novamente acionados pela presença de um avião voando sem permissão perto de El Espinal, 160 quilômetros ao sul de Bogotá. Novamente aviões da FAC obrigaram o aparelho detectado a realizar um pouso forçado, desta vez sem disparar nenhum tiro. Até a tarde de ontem o governo colombiano não havia especificado se os tripulantes do último avião interceptado eram traficantes, nem dera dados sobre a descoberta de drogas nos compartimentos do aparelho.

ONDE FOI



Leandro/Arte ZH

NO ENCONTRARON CARGAMENTOS DE DROGAS

Interceptaron a tres aviones sospechosos

BOGOTA, 5 (EFE y AP). - Cazas de la fuerza aérea colombiana interceptaron tres aviones al servicio de narcotraficantes con la ayuda de radares norteamericanos, según informaron hoy fuentes oficiales.

En ninguna de las tres intercepciones se produjo decomiso de droga, aunque sí se registraron varias detenciones. La primera operación ocurrió hace dos semanas cuando un avión tipo "Beechcraft" (cuya nacionalidad no se precisó) llegó a la selva del Guaviare -en el sudeste de Colombia- procedente de Perú. Apenas detectado por los radares norteamericanos ubicados en territorio colombiano, el avión fue seguido y filmado en forma continua.

Las otras dos intercepciones se produjeron en las primeras horas de hoy. Otro aparato tipo "Beechcraft" fue obligado a aterrizar cerca del municipio de Granada, 110 kilómetros al sudeste de Bogotá, pero cuando la policía llegó ya no encontró ni tripulantes ni droga.

El tercer avión, que como en los casos anteriores volaba sin permiso, tuvo que bajar en Espinal, unos 160 kilómetros al sur de Bogotá.

En todas las intercepciones intervinieron aviones cazas colombianos, que contaron con el respaldo de los radares que los Estados Unidos instalaron en Colombia para colaborar con la lucha contra el narcotráfico.

La mayor parte de estos radares, operados conjuntamente por personal colombiano y norteamericano, están ubicados en sitios estratégicos del sudeste de Colombia, la zona del país donde según las autoridades locales se concentran las pistas clandestinas por donde se trafica droga. Algunas de esas pistas están perfectamente localizadas, pero casi ninguna de ellas ha sido destruida.

Nº DOCUMENTO 9 JC 8\55 2
TITULO México: Crece la delicuencia pero no se usará el Ejército. -
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCESO 6/14/95
VINCULACIONES 11176 11345
65092 11224
504623 016
11663
11553 ?

ENTRADO //
CRUZADO

Crece delincuencia en México pero gobierno no usará el Ejército

• *Se espera, en 1995, más de un millón de delitos*

La delincuencia crece con rapidez en todo México y se teme que los delitos aumenten casi un 50 por ciento este año en zonas urbanas por efecto de la crisis económica, pero las autoridades descartan, por ahora, el uso del Ejército para emprender una "guerra contra el crimen".

MEXICO/ANSA

Un alto funcionario provincial, el procurador de Justicia del céntrico estado de Hidalgo, Leoncio Lara, se atrevió incluso a ponerle cifras a la oleada criminal que se espera en 1995 y calculó que se cometerán más de un millón de delitos en todo el territorio nacional.

"La situación es terrible y obliga a la toma de responsabilidad de instituciones y ciudadanos", reconoció con realismo el Viceministro de Protección Civil, Humberto Lira Mora.

Se propuso la profesionalización de los policías

La crisis económica, el desempleo, la migración interna a las ciudades, la corrupción y el narcotráfico son el "cóctel" que podría hacer de 1995 un año altamente violento para los mexicanos, dicen autoridades y expertos.

De hecho, las propias autoridades reconocieron recientemente que la curva de criminalidad en la capital mexicana es ya la más alta de la última década.

Sin embargo, el Viceministro Lira Mora rechazó la fórmula de usar al Ejército —como en Brasil, Colombia o El Salvador— para combatir a las bandas criminales que, cada vez, usan los métodos y las armas más avanzadas.

En vez de sumar los militares a la Policía, el funcionario propuso "la profesionalización de la Policía", mejores mecanismos legales anticrimen y una más eficiente burocracia en materia de seguridad que coordinen mejor a las fuerzas del orden.

Para combatir a las poderosas mafias criminales, sobre todo a las especializadas en el narcotráfico, el asalto a bancos y el secuestro, que son las más organizadas, el gobierno mexicano cuenta con 48 policías por cada 10.000 habitantes.

La cifra parece adecuada si, como dice el Viceministro, representa el doble de los policías con que cuenta, por ejemplo, Inglaterra. Pero a diferencia del Reino Unido, la mayoría de los agentes mexicanos trabajan con "armamento y tecnología obsoleta", señaló Lara Sáenz.

México cuenta con 48 policías por 10.000 habitantes

En total, según este funcionario, hay 500.000 policías en México, integrantes de 2.000 cuerpos de seguridad. "Es obvio que no se requieren más, sino mejores policías", afirmó el Viceministro Lira Mora, quien propuso crear el "servicio policial de carrera" y anunció que, en breve, el poder ejecutivo enviará al Congreso un proyecto de Ley Federal de Seguridad Pública. Adicionalmente indicó que se creará, en breve, el Consejo Nacional de Seguridad Pública, un órgano superior de coordinación de las policías federales, estatales y municipales.

Sólo en la ciudad de México y sus alrededores, donde habita casi la cuarta parte de la población total del país (90 millones de habitantes) la ola delictiva aumentó 30 por ciento únicamente en marzo pasado, según admitió recién el procurador general de Justicia de la ciudad de México, José Antonio González Fernández.

El parlamentario izquierdista Pedro Peñaloza, Presidente de la Comisión de Seguridad Pública de la Asamblea Legislativa del Distrito Federal, señaló que, a los actos criminales denunciados ante la fiscalía debe agregarse "una gigantesca cifra negra" de delitos no denunciados.

Según las cifras oficiales proporcionadas por el propio funcionario, a diario se cometen, en la capital, 523 delitos, cinco de los cuales son homicidios.

Las sobrepobladas cárceles mexicanas alojan ya a 100.000 delincuentes y 170.000 más tienen cuentas pendientes con la justicia. A este ritmo, las prisiones serán insuficientes para albergar a los transgresores de la ley, estiman algunos analistas.

06-06

9508957

Nº DOCUMENTO 9508958
TITULO Peru. Campaña electoral ignora tema de la coca y el NT.
PROCEDENCIA La República
FECHA DE PROCEDENCIA 7/4/95
VINCULACIONES 11176 11663 11514 11422
65092 501889 11113 11345
66817 11511 18065 11660
11225 11510 11214
11354 11229

ENTRADO
CRUZADO

Campaña electoral ignora el tema de la coca y el narcotráfico

Centrada principalmente en las dificultades económicas y sociales, la campaña presidencial peruana ha ignorado el problema de la coca, pese a que este país es por lejos el primer productor mundial de la planta que sirve para fabricar la cocaína.

Las cifras disponibles son contradictorias, pero todas demuestran que el fenómeno de la coca —un arbusto cuyas hojas sirven para fabricar la pasta base de cocaína— influye considerablemente en la vida del Perú.

Según el Departamento de Estado norteamericano, en 1994 fueron cultivadas en Perú 108.600 hectáreas de coca, con una producción de 165.000 toneladas. Otras estimaciones, consideradas exageradas por Washington, afirman que fueron cultivadas unas 240.000 hectáreas con una cosecha de 400.000 toneladas.

El Fondo de las Naciones Unidas para el Control de las Drogas (Undcp) estima que la producción peruana permite la fabricación anual de un mínimo de 400 toneladas de cocaína, principalmente en laboratorios colombianos, con un ingreso de divisas para el Perú que oscila entre 300 y 600 millones de dólares.

En cambio, el instituto estima que los ingresos son de 1.470 millones de dólares, y según la Undcp, 300.000 familias de campesinos peruanos viven directamente de la producción de coca.

Más importante, aunque no existen cifras oficiales, es reconocido generalmente que el dinero del narcotráfico financia una parte significativa de la actividad económica peruana.

En base a los elementos anteriores, ciertos expertos califican la economía peruana de "narcoeconomía", al destacar que el total del Producto Interno Bruto (PIB) suma unos 30.000 millones de dólares.

Una situación que sin duda origina en el plano inmediato serios problemas al gobierno en el control de la economía, principalmente en la evolución de la tasa de cambio.

Por lo demás, el peso de la coca se siente en otros dominios, pues el dinero sucio ha corrompido, al menos parcialmente, las Fuerzas Armadas, la Policía y la Justicia. "La corrupción es un fenómeno individual y no institucional", afirman fuentes norteamericanas, pese a que la duda subsiste sobre su efectiva amplitud.

En los últimos meses fueron acusados varios militares de alto rango, e incluso Vladimir Montesinos, consejero personal del presidente Alberto Fujimori —candidato a la reelección— de estar vinculado a diferentes "firmas" peruanas que no son ajenas al narcotráfico.

Esos no son los únicos problemas peruanos vinculados al fenómeno de la coca, pues también son citados el presunto financiamiento de la guerrilla, la contaminación, la salud pública y otros.

No obstante, hasta ahora ninguno de los candidatos a la Presidencia se ha arriesgado a abordar el problema, fuera de las generalidades indispensables.

¿Se trata del temor a comprometerse en un terreno demasiado peligroso, una falta de imaginación para elaborar proposiciones serias, o un desconocimiento del problema? Sin embargo, hace una semana, el semanario Sí denunció, en las listas de candidatos al Parlamento, los nombres de varios políticos vinculados públicamente al narcotráfico.

CA - CA

9508958

Boletín del Ministerio de Defensa Nacional

TOMO CLXX AÑO LXIII	Montevideo, 5 de setiembre de 1995.-	Nº 9577

MULTA Y AUTORIZACION DE TRANSFERENCIA
Difusora CX 30 "La Radio", como cita.-
(95004326)

RESOLUCION 74.006

Ministerio de Defensa Nacional

Montevideo, 29 de agosto de 1995.-

Visto la solicitud efectuada por la empresa O.R.O.S.A., titular de la frecuencia de radiodifusión de 1130 Khz, AM, en que opera CX 30 en Montevideo, para transferir dicha titularidad a la Sociedad Anónima con acciones nominativas "Portan S.A.", cuyos únicos accionistas son los señores Carlos Ignacio Fasano Mertens y Pablo Fasano Márquez.- Resultando que en forma anterior y/o concomitante con dicha solicitud, se tuvo noticias extraoficiales en el sentido de que se había producido de hecho el cambio de titular, sin estar culminado el trámite.- Considerando: I) que ante esta situación, se realizan una serie de trámites y averiguaciones tendientes a comprobar dichas noticias, los cuales condujeron a confirmar que, efectivamente, se había producido esa transferencia y "Portan S.A" era, de hecho, la titular efectiva de la onda referida.II) que de autos, y especialmente del informe producido por la Inspección General de Hacienda surge que la autorización solicitada no se pudo obtener debido a que la empresa cedente O.R.O.S.A. no acreditó estar al día con el Banco de Previsión Social y la Dirección General Impositiva.- III) que se otorgó vista a la interesada para articular descargos, y la misma no fue evacuada por ella.- IV) que ha quedado comprobado en el caso, una grave irregularidad en el uso de la frecuencia, al no haberse esperado el otorgamiento de la previa autorización del Poder Ejecutivo, para efectivizar la transferencia de la titularidad solicitada.- Atento: a lo dispuesto por los artículos 3ro., 4to. y 5to. del Decreto-Ley 14.670 de 23 de junio de 1977, artículo 15 del Decreto 734/978 de 20 de diciembre de 1978, y a lo informado por la Dirección Nacional de Comunicaciones.- **El Presidente de la República, Resuelve:** 1ro.- Aplícase a la Difusora CX 30 "La Radio" de Montevideo, frecuencia 1130 Khz, una multa de 100 Unidades Reajustables, por la irregularidad constatada en cuanto a la transferencia ilegal de la titularidad de la misma.- 2do.- Autorízase la transferencia de la titularidad de dicha radiodifusora, de la empresa O.R.O.S.A. a "Portan S.A.", integrada por acciones nominativas, cuyos únicos accionistas son los señores Carlos Ignacio Fasano Mertens y Pablo Fasano Márquez, por partes iguales, debiendo dichas personas acreditar ante la Dirección Nacional de Comunicaciones el cumplimiento de lo dispuesto por los artículos 8vo. y 9no. del precitado Decreto 734/978 de 20 de diciembre de 1978.- 3ro.- Comuníquese, publíquese y vuelva a la Dirección Nacional de Comunicaciones a sus efectos. Cumplido, archívese.- **BATALLA.- Raúl Iturria.-**

184

COPIA N° 3

SECRETO

M. D. N.
E. M. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
[illegible]/1995

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.029/A/95

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR. JEFE DE LA 2da.DIVISION NAVAL.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO.II/E.M., DIVISION EJERCITO I.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.

DPTO. I INTERIOR

SECRETO

19 SET. 1995
Antecedentes
9500060

001/3

ACOSTA BAYURE , PABLO [illegible]
C.I. [illegible]
C.C. L-B 40.[illegible]
F.NAC. [illegible]/03/71 [illegible]
DOM.: PERU [illegible] (LAS PIEDRAS) TEL: 42994

ACOSTA AINALA , JOSE MARIA
C.I. [illegible].711.590-3
F.NAC. 13/07/35
DOM.: LAVALLEJA CASI RUTA 20 (NUEVO BERLIN-RIO NEGRO)

BAYURE DE ACOSTA , ELIDA INES
F.NAC. [illegible]/09/41 (R. BERO)
C.I. [illegible].953.760-4
DOM.: LAVALLEJA CASI RUTA 20 (Nvo.BERLIN- RIO NEGRO)

ACOSTA BAYURE , JOSE MARIA
F.NAC. 29/05/70
C.I. 3.678.682-0
C.C. VBA 38.943
DOM.: CONT.COREA 1232 (BARRIO CASABO)

ACOSTA DE VEIGA , MARIA DOLORES
F.NAC. 04/07/66
C.I. 3.773.080-5
C.C. AJA [illegible]
DOM.: TURIN MANZANA 189 (EL PINAR)

ACOSTA BAYURE , DAMIAN ALFREDO
F.NAC. 13/10/77
C.I. 3.218.877
C.C. NO TIENE POR SER MENOR

ACOSTA BAYURE , JORGE ENRIQUE
F.NAC. 27/12/62
C.I. 3.087.847-5
DOM. PREFECTURA DE FRAY BENTOS
OCUP. MARINERO - ENFERMERO

ACOSTA BAYURE , JULY INES
F.NAC. 28/12/61
C.I. 3.678.104-2
DOM.: LAVALLEJA CASI RUTA 20 (Nvo.BERLIN - RIO NEGRO)

ACOSTA DE MORALES , MIRIAM RAQUEL
C.I. 3.881.009-7
C.C. BFA 10.504
DOM. PERU [illegible] (LAS PIEDRAS)

MORALES , [illegible]
DOM. PERU [illegible] (LAS PIEDRAS)

[illegible] DE [illegible] , [illegible]
C.I. [illegible]
C.C. [illegible]
DOM. PERU [illegible] (LAS PIEDRAS) TEL: 4[illegible].873

[illegible] , [illegible]
C.I. [illegible]
C.C. [illegible]
DOM: PERU [illegible] (LAS PIEDRAS)

9508960

nf

3

2568
nf

ENTRADA
FECHA 3/10/95
N° DE ORDEN 1160/95
FIRMA

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO No.3. wis.

Montevideo, 08 de setiembre de 1995.

SEÑOR DIRECTOR :

Informe a Usted, que las personas Pablo Alison ACOSTA BAYRE y Otros (12) carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO III
COMISARIO

MINISTERIO DEL INTERIOR

Montevideo, 13 SET. 1995

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

MINISTERIO DEL INTERIOR — DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 15 09 de 95
9508960
SDI
A sus efectos

9508960

3

1/3

SECRETO

[illegible]
[illegible] DEPARTAMENTO I
[illegible] MONTEVIDEO
[illegible] AGO 1995

PEDIDO DE INFORMACION Nro.030/A/95

I - TEMA ANTE EL CUAL SE REFIERE A LA INFORMACION:

[illegible]

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III. - INFORMACION SOLICITADA:

- Informacion acorde a tramite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I [illegible] D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DE LA 2da.DIVISION NAVAL.-

COPIA 2: SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

COPIA 3: SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4: DPTO.II E.M./ DIVISION EJERCITO I.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO [illegible] D.G.I.D.-

DPTO. I INTERIOR

PABLO [illegible]

19 OCT. 1995

Antecedentes

Nº 350896 [illegible]

SECRETO

001/3

[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
DOM.: EMILIO [illegible]

[illegible] ROBERTO
[illegible]
[illegible]
F.NAC. 13/04/[illegible]
DOM: EMILIO [illegible]

SIGNIEGA [illegible], GUSTAVO ANDRES
F.NAC. [illegible]
C.I. 1.[illegible]
C.C. ALB 11.[illegible]
DOM: [illegible]

D.N. [illegible] SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 8 AGO. 1995
HORA
No. 2586
FIRMA MP

FECHA: - 8 AGO. 1995 MP

Pase a [illegible] - 3 -

LA ENCARGADA DE SECRETARIA GRAL.
OFICIAL S/AYTE. (PA.) [illegible] GA

D. N. I. I.
13/260/75
160/27
FIRMA:
18/8/95

[illegible] ANTECEDENTES [illegible]

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO No.3. Vis.

Montevideo, 8 de setiembre de 1955.

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted, que las personas Juan José ERRAMUQUIN MARTINEZ y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saludo a Usted atentamente.

[illegible]
COM. [illegible] [illegible]EZ

[illegible] [illegible]1

Montevideo, 13 SET. 1995

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

El Subdirector Nacional de Información e Inteligencia

Inspector Mayor

[illegible] BORGES

Dirección Nacional de Información e Inteligencia - Secretaría

M.D.N. - D [illegible] - [illegible] G. [illegible]

Montevideo 15 09 de 95

N° 9508961

SDI

A sus efectos

Prioridad:

Observaciones:

003/3 9508961

1/3

SECRETO

[illegible]
[illegible]
DEPARTAMENTO [illegible]
[illegible] MONTEVIDEO
13 [illegible] AGO/1995

P E D I D O   D E   I N F O R M A C I O N   Nro.031/A/95

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acerca a tramite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR. JEFE DE LA 2da.DIVISION NAVAL.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO.I [illegible] DIVISION EJERCITO [illegible]

[illegible] I - D.G.I.D.-

DPTO. I [illegible] INTERIOR

MINISTERIO [illegible] NAL
[illegible] 9 SET. 1995
Antecedentes
Nº [illegible] 9508962

[illegible]

VELA [illegible], MARIO [illegible]
C.I. [illegible]
C.C. [illegible]
F.NAC. [illegible]
DOM: CALLE VITRUVIO 3695

VIERA PEREZ, ALEJANDRO [illegible]
F.NAC. [illegible] 79
C.I. [illegible]
C.C. NO TIENE
DOM: CALLE VITRUVIO 3695

VIERA BEBRERA, NESTOR JAVIER
F.NAC. 30 05 74 MDEO.
C.I. 1.808.022-7
C.C. DCA 99,714
DOM. CALLE VITRUVIO 3695

PENA LILIANA
C.I. 1.4 4.854-5
C.C. DCA 79.134
DOM. CALLE DALMIRO COSTA 4101 TEL: 60.46.32

DE BARRIOS, AUSTELITZ
C.I. 1.972.771-4
C.C. MAA 15.257
DOM. JUAN DE DIOS PEZA 3399
TEL: 24.33.60 (TRABAJO, JUZGADO)

D.N.I. [illegible]
ENTRADA
FECHA 9 AGO. 1995
HORA
No. 2587
FIRMA NSM

D.N.I.I.
ENTRADA
[illegible]
FIRMA

FECHA: 9 AGO. 1995
Pase al Dpto. 3 a sus efectos.

POR EL DIRECTOR NACIONAL
Y POR SU ORDEN
SUB CRIO.MAYOR
(CRISTO PEREZ ORDOÑEZ)

9508062

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

DEPARTAMENTO No.3. [illegible]

Montevideo, 8 de Setiembre de 1995.

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted, que las personas Leticia Gabriela V[illegible]A PEREZ y Otros (6), carecen de antecedentes penales en 5 ta.

Saludo a Usted atentamente.

MINISTERIO DEL INTERIOR

SIN ANTECEDENTES PENALES

Montevideo, 13 SET. 1995

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

El Subdirector Nacional de Información e Inteligencia

Inspector Mayor

[illegible] LAGO [illegible]

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

SECRETARIA

M.D.N. - [illegible] GRAL.

Montevideo, 15 09 de 1995

N° 9508962

SDI

A sus efectos

9508962

003/3

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

Nro. 37/95

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

PERIODO DEL 05 DE SETIEMBRE AL 12 DE SETIEMBRE DE 1995.-

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISIÓN
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN ÁREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERÉS DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 37/95 **120800P SET 95**

SITUACIÓN INTERIOR

1.- **COMPONENTE SOCIAL**

a.- Ley de Seguridad Social.-

El Vicepresidente de la República en ejercicio de la Presidencia, Hugo BATALLA, promulgó la Ley de Reforma de la Seguridad Social aprobada por el Parlamento y el Consejo de Ministros.
(EL OBSERVADOR - 06/IX/95).-

b.- Mantienen impuesto a los sueldos.-

El gobierno plantea mantener el Impuesto a los Sueldos hasta marzo y allí realizar una evaluación del mismo con los socios de la coalición. No obstante, en ámbitos oficiales se adelantó que de acuerdo con la evolución de los ingresos, no será posible reducirlo durante 1996.(EL PAÍS - 07/IX/95).

"El impuesto a los sueldos ha sido una lamentable necesidad y debe durar solo lo imprescindible" aseguró el Vicepresidente de la República, Dr. Hugo BATALLA, al tiempo que reiteró, como un camino alternativo de sustitución, su idea de gravar los ingresos elevados, aunque no precisó montos ni franjas. Sabemos que es de difícil aplicación, pero debe discutirse a nivel técnico".
(EL PAÍS - 09/IX/95).-

c.- Se detectó radiactividad en Atlántida.-

En una franja de 600 metros de playa cercana a Atlántida se detectó un altísimo grado de radiactividad. El vicecoordinador de la Red de Organizaciones Ambientalistas de Uruguay, Omar MEDINA, se encontró días atrás con "arenas negras" en una zona ubicada a la altura del kilómetro 42 de la ruta interbalnearia.
La medición realizada por éste en dicho lugar indicó 645 microcibers donde sólo debería haber 16.
El contador Geiger utilizado es de última generación, similar al usado en la localidad de Chernobyl. (LA REPÚBLICA - 10/IX/95).-

d.- PIT-CNT.-

La totalidad de los gremios afiliados al PIT-CNT decidieron adherir al paro general parcial convocado por la Central Sindical, en apoyo a la movilización resuelta por COFE para el 12/IX del corriente.
(LA REPÚBLICA - 11/IX/95).-

2.- **COMPONENTE POLÍTICO**

a.- OPERTTI en celebración brasileña.-

El Ministro del Interior, Dr. Didier OPERTTI en compañia del Jefe de Policía departamental, asistió

al desfile cívico militar en la ciudad de Santana de Livramento en el marco de la celebración de la Independencia de Brasil.
Lo novedoso en esta circunstancia fue que efectivos del Ministerio del Interior, Policías y Bomberos tomaron parte del desfile, retribuyendo de esta forma la presencia de efectivos norteños que desfilaron el pasado 25 de agosto.
(EL PAÍS - 08/IX/95).-

3.- **COMPONENTE MILITAR**

a.- Aumento a las Fuerzas Armadas.-

En el mensaje complementario del Presupuesto, podría haber un aumento salarial extra -quizás del 2%- para los militares. El Ministro Raúl ITURRIA lo negocia con el equipo económico. La idea es equiparar el incremento que se le dará a la Policía con el de los integrantes de las Fuerzas Armadas.
Sin pretender adelantar porcentajes del aumento a estudio, el titular del MDN dijo que "siempre ha habido un equilibrio, una relación en los aumentos a ambos Ministerios. (EL PAÍS - 07/IX/95).-

b.- SANGUINETTI presenció Ejercicios Especiales de la Prefectura Naval.-

El Presidente Julio Mª SANGUINETTI presenció ejercicios especiales realizados por la Unidad de Apoyo de la Prefectura Nacional Naval en una zona costera ubicada detrás del Cerro de Montevideo.
Los ejercicios de instrucción operativa fueron efectuados, precisamente por la visita que el mandatario hizo a esa unidad acompañado por el Ministro de Defensa Nacional. Allí fue recibido por las autoridades de la Armada, la Prefectura y el Jefe de la Unidad de Apoyo. (EL PAÍS - 12/IX/95).-

c.- Archivos secretos de Canelones.-

Un violador y un rapiñero ayudaron en la mudanza de los archivos secretos descubiertos en Canelones. (Ver Anexo "ALFA").-

d.- Juegos Mundiales Militares.-

Una apología de la paz y del deber de los militares de mantenerla sin derramar sangre hizo el Papa JUAN PABLO II en su discurso a representantes de las Fuerzas Armadas de cien naciones del mundo reunidos en Roma para participar en los primeros Juegos Mundiales Militares.(EL PAÍS - 08/IX/95).-

e.- Caja Militar.-

El gobierno creó un organismo que tendrá por cometido fundamental determinar la adaptación de los regímenes previsionales vigentes en las Cajas Paraestatales, Caja Militar y Caja Policial al flamante sistema jubilatorio universal.
Paralelamente, dio vida a una Comisión Técnica Asesora para elaborar los proyectos de ley respectivos, que el Poder Ejecutivo deberá elevar al Parlamento antes del 1º de enero de 1997.
(EL PAÍS - 08/IX/95).-

9508963

f.- Prosigue búsqueda de náufragos argentinos.-

Pese a los esfuerzos, continúan sin aparecer Pedro Albino FIORE y Guillermo ROMANO, los dos argentinos que junto a dos mujeres naufragaron el domingo cuando navegaban en el crucero "PICAFLOR".
Fuerzas combinadas de la Armada uruguaya y argentina, intensificaron sus actividades, alcanzando puntos cercanos a la costa platense.
Al mando del Prefecto de Colonia, Capitán de Fragata Andrés DURAN, se continúa con la búsqueda en forma ininterrumpida. (EL PAÍS - 08/IX/95).-

g.- Ejército.-

Los cascos azules uruguayos en Angola son la esperanza para una población que vive entre el hambre, la miseria y el miedo. (Ver Anexo "BRAVO").-

CURUTCHET levanta la moral de la tropa. (Ver Anexo "CHARLIE").-

h.- Niegan colaboración militar.-

La negativa de que exista una presunta colaboración entre las Fuerzas Armadas del continente sobre temas que escapen al conocimiento del poder político, fue comunicada por el Ministro de Defensa Nacional, Raúl ITURRIA, a los miembros de la Comisión de su área en la Cámara de Representantes. Aclaró que apenas existe un intercambio tecnológico y profesional.
ITURRIA concurrió a la Comisión de Defensa de Diputados en compañía del Subsecretario Juan Luis STORACE, del Comandante en Jefe de la Armada, Raúl RISSO y de otros mandatarios de jerarquía, informándose también a los legisladores sobre la participación uruguaya en los ejercicios navales ATLASUR.
El titular del MDN presentó a los legisladores las conclusiones de una reunión de más de 30 Ministros de Defensa que se realizó en Williamsburgh (Virginia) Estados Unidos, lo que se calificó como importante por los resultados alcanzados.
Entre ellos está el respaldo de la preservación de la democracia en la región, la reafirmación de que las Fuerzas Armadas están subordinadas a la autoridad constituida democráticamente y la necesidad de que actúen en el marco del respeto a los derechos humanos.
También se alentó la continuación de la participación de nuestros militares en las misiones de paz de las Naciones Unidas, la transparencia en los gastos de Defensa y el mejoramiento del diálogo de los civiles con los integrantes de las Fuerzas Armadas. (EL PAÍS - 08/IX/95).-

4.- **COMPONENTE MARÍTIMO**

a.- ANP.-

La Administración Nacional de Puertos (ANP) concedió por cinco años a la empresa ENTRETIN S.A. el complejo frigorífico del Puerto de Montevideo.
La firma mencionada deberá realizar inversiones por U$S 650.000 en seis meses y se comprometió a realizar una explotación que utilice las más modernas técnicas de gestión tanto para las cámaras frigoríficas como para las tareas de apoyo a los

clientes.Las cámaras mencionadas se dividirán, se incorporarán racks metálicos para facilitar la estiba y proteger la mercadería, se realizarán controles de calidad, control de costos y se instalará un circuito cerrado de televisión para evitar robos y para la vigilancia de las operaciones. También se agregará una línea de packing y se instalarán balanzas electrónicas para cajas y pallets.
El canon mínimo que deberá pagar ENTRETIN será de U$S 204.000 anuales, equivalentes a un stock mínimo permanente depositado de 4.000 toneladas. A los clientes se le brindará apoyo de Secretaría y Despachante de Aduana y se le facilitará la realización de trámites administrativos.
(EL OBSERVADOR - 12/IX/95).-

b.- Puente Colonia-Buenos Aires.-

Un Convenio de Consultoría, orientado fundamentalmente a trabajos vinculados con el proyecto del puente Colonia-Buenos Aires firmaron el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente y la Universidad de la República.
(EL PAÍS - 07/IX/95).-

Nueva propuesta argentina para emplazamiento de las cabeceras del puente desataría una polémica entre políticos, técnicos y fuerzas vivas de las ciudades involucradas. El planteamiento prevé una extensión Carmelo-Delta del Tigre y fue presentado por parlamentarios argentinos, que con la intención estarían perjudicando a quienes invirtieron en instalaciones comerciales y tierras de Colonia del Sacramento.(LA REPÚBLICA - 11/IX/95).-.

c.- Canal Martín García.-

El Tribunal Arbitral Internacional (TAI), que entiende en la impugnación presentada por un consorcio internacional al fallo de la licitación para el dragado de los canales Martín García, solicitó a fines de julio la designación de tres expertos para informar sobre la viabilidad técnica de la propuesta efectuada por el grupo dragador holandés BOSKALIS BALLAST.
La Comisión Arbitral del Río de la Plata (CARP), integrado por delegados uruguayos y argentinos, adjudicó en febrero los trabajos al consorcio belga DREDGING INTERNACIONAL NV, generando en marzo el reclamo de la compañía holandesa.
La "sala de especialistas" se deberá expedir antes del 25 de setiembre y estará integrada por tres miembros nominados por cada una de las partes: Jiorgic BRIGUETTI de la Universidad de San Pablo por el TAI; Niko WIJNOLST por BOSKALIS y Horacio PETRALLI representará a la CARP y a la consultora CONSULPLATA que asesora al organismo binacional.
(BÚSQUEDA - 07/IX/95).-

d.- Puerto de Montevideo.-

Como puerto el tránsito es la opción más lucrativa que vemos.(Ver Anexo "DELTA").-

e.- Sin normas para dar protección a delfines.-

Si las embarcaciones de la Armada Nacional atisban

un barco pesquero, cuyos marinos estuvieran disparando armas de fuego sobre delfines atrapados en sus redes nada podrían hacer, salvo controlar si el buque pescaba, en áreas y períodos autorizados para ello.
Voceros de la fuerza naval uruguaya señalaron que "durante las patrullas que se cumplen en la tarea de salvaguardia de nuestro mar territorial, la Armada Nacional controla que los pesqueros estén en sus zonas autorizadas, a efectos de evitar la depredación de cualquiera de las especies existentes". Los delfines están algo así como "fuera de catálogo", en lo que refiere a su contralor, existiendo vacíos en cuanto a si debieran ser tratados como un recurso, una especie bajo riesgo de extinción, o menos que una merluza, caso que se remitieran específicamente a las normas vigentes en la materia. (EL PAÍS - 10/IX/95).-

f.- Hidrovía.-

La Comisión Permanente de Transporte de la Cuenca del Plata, entidad que nuclea a los armadores y operadores que efectúan transporte por la Hidrovía Paraguay-Paraná manifestaron su "profunda preocupación por el exceso de reglamentos que actualmente se sigue generando en el seno del Comité Intergubernamental de la Hidrovía".
Los empresarios, basándose en el Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovía Paraguay-Paraná consideran que ese cúmulo de disposiciones "impide un buen funcionamiento de la navegación en esta vía fluvial, desalienta la posibilidad de nuevas inversiones y limita el desarrollo de la productividad en los cinco países de la región.
Entre los mayores problemas los empresarios mencionan: la existencia de limitaciones sin sentido útil a las dimensiones de los convoyes, la exigencia de certificados para barcazas de carga seca que por innecesarios se habían eliminado en Argentina, la creación artificial de restricciones al franco bordo de las embarcaciones que implica reducir en un 20% su capacidad de carga.
También destacan que en Paraguay, pese a las reiteradas quejas de los armadores se sigue exigiendo el pago de derechos consulares, el uso de serenos y de prácticos de puerto en una abierta violación del Acuerdo de Transporte Fluvial y sus seis protocolos adicionales que entraron en vigor en febrero pasado. En Brasil existen dificultades para el despacho en forma inmediata de las embarcaciones durante las 24 horas del día, incluidos sábados y domingos, en tanto que en Uruguay hay desconocimiento de otras normas legales. (EL OBSERVADOR - 12/IX/95).-

EXTERIOR

1.- ARGENTINA.-

a.- "Buscamos recuperar las Malvinas".-

Mientras la Cancillería jugaba a la seducción, los británicos avanzaron en la política de hechos consumados: primero fue la pesca y ahora la explotación de los hidrocarburos que se encuentran en la zona en disputa. (Ver Anexo "ECHO").-

El Gobierno rechazó, pero sin protestar formalmente, la decisión unilateral de los Kelpers de enviar cartas a las principales petroleras mundiales para invitarlas a participar del llamado a licitación para la búsqueda de petróleo en las aguas de las Malvinas, que realizarán el 03/X. Los Kelpers dieron ese paso, a pesar de que el 09/IX en Nueva York se realizará la "última" reunión entre los negociadores argentino y británico por la posibilidad de alcanzar un acuerdo de cooperación.
La Cancillería advirtió que "aplicará a las empresas que participasen de este ejercicio (británico) la legislación argentina en la materia y que, de persistir en su actitud, se harán pasibles de las sanciones que correspondan". Este párrafo alude al proyecto de ley por el cual se prohíbe comerciar en la Argentina a las empresas que eventualmente acepten la convocatoria Kelper. (CLARÍN 09/IX/95).-

b.- Venta de armas.-

El Juez Federal Jorge URSO recibió el 05/IX un pedido para citar a declarar al Jefe de la Fuerza Aérea, Brigadier Juan PAULIK, sobre si informó al Gobierno que el destino de los aviones que llevaron en febrero era Guayaquil y no Venezuela. Ahora se pide que PAULIK informe a la Justicia que dijo a CAMILION en una conversación telefónica que mantuvieron "después del segundo vuelo". (CLARÍN 06/IX/95).-

Por falta de Quórum fracasó, el 06/IX, un intento de interpelar al Ministro de Defensa Oscar CAMILION, por el escándalo de la venta de armas argentinas a Ecuador, en plena guerra de este país con el Perú por la Cordillera del Cóndor. (CLARÍN 07/IX/95).-

El Jefe del Estado Mayor Conjunto, Tte. Gral. Mario Cándido DÍAZ, afirmó que los observadores militares que integraron la Misión de Paz que garantizó el cese del fuego entre Perú y Ecuador "en ningún momento observaron la existencia de armas argentinas". (CLARÍN 09/IX/95).-

El Diputado Socialista Héctor POLINO volverá a intentar esta semana que la Cámara Baja apruebe un pedido de interpelación al Ministro de Defensa, Oscar CAMILION, por el escándalo de la venta de armas argentinas a Ecuador. (CLARÍN 11/IX/95).-

c.- Coordinación antiterrorista.-

El Ministro del Interior; Carlos CORACH, analizó el 08/IX con el Embajador de los Estados Unidos, James CHEEK, la marcha de las medidas que se adoptaron para prevenir acciones del terrorismo internacional en la región y especialmente en la Argentina.
El encuentro se concretó como consecuencia de las resoluciones adoptadas en la Conferencia Antiterrorista efectuada en Buenos Aires el mes pasado, con la participación de representantes de las áreas de seguridad de los Estados Unidos, Canadá y países latinoamericanos. (CLARÍN 09/IX/95).-

d.- Reestructuración del Ejército.-

El Jefe del Ejército, Gral. Martín BALZA, despidió oficialmente el 07/IX al Regimiento de Infantería 3 General Belgrano, que será trasladado a su nuevo asiento en Pigüé (al sur de Buenos Aires), en el marco de la reestructuración y racionalización del arma.
El acto tuvo una connotación especial que tanto el Gral. BALZA como el Gobernador bonaerense, Eduardo DUHALDE, tuvieron en cuenta al dirigirse a las tropas: el copamiento de 1989. (CLARÍN 08/IX/95).-

e.- Cascos Azules Argentinos.-

La delegación de Cascos Azules argentinos en Chipre se convirtió en la más numerosa de esa Fuerza de Paz en la isla. Con la llegada a Chipre del quinto contingente argentino, el grupo (que custodia la región este de la isla) quedó conformado por 396 efectivos, superando a los ingleses y a los austriacos. (CLARÍN 11/IX/95).-

f.- Argentina exporta agua pesada.-

La Argentina venderá 30 toneladas de agua pesada a una empresa de Corea que explota tres centrales atómicas de energía eléctrica. Esta es la primera exportación que realiza la Planta Industrial de Agua Pesada, de Arroyitos. Con esta operación se abren otras posibilidades de negocios internacionales.
El producto, utilizado como refrigerante de centrales nucleares que queman uranio natural, fue preferido "por su precio y calidad", frente a la oferta de competidores del Canadá y la India. (CLARÍN 10/IX/95).-

g.- <u>Techint y Soldati se quedan con el gasoducto a Chile</u>.-

Soldati y Techint y la empresa canadiense Novacorp ganaron la disputa para construir el gasoducto a Chile que facturará por año 300 millones de dólares. Su contrincante era YPF, asociada con British Gas y un grupo de productores locales de crudo.
La resolución unánime del Ente permite que los tres socios en TGN amplíen el gasoducto Centro-Oeste, uno de los dos que operan en la red argentina. De allí partirá. a modo de extensión del sistema doméstico, el caño que se dirigirá a Santiago, con cabecera en Mendoza. (CLARÍN 07/IX/95).-

h.- <u>Mayor capacidad para el Puerto de Ushuaia</u>.-

La decisión de realizar la obra de ampliación del Puerto más austral del mundo se debe al incremento del tráfico de embarcaciones de turismo y de carga que se advierte desde hace unos años. (Ver Anexo "FOXTROT").-

i.- <u>Queman gran plantación de Marihuana</u>.-

Fue un operativo a 50 Kilómetros de las Cataratas. Los narcos cultivaron una hectárea con 2.500 plantas. Vendían 200 kilos por mes en el Gran Buenos Aires. A 50 Kilómetros de las Cataratas del Iguazú, en medio de un paraje de la selva misionera, la Prefectura localizó y quemó el 09/IX una plantación de marihuana donde se producían 1.800 Kilos de esa droga por año. (CLARÍN 11/IX/95).-

2.- BRASIL.-

a.- <u>Policía Federal investigará violaciones a los Derechos Humanos</u>.-

La Policía Federal del Brasil creó una oficina especial que investigará las violaciones a los Derechos Humanos, como la tortura y las matanzas, en la primera reforma que se hace en su estructura desde 1973. "La Policía Federal, que estaba identificada con la represión militar, ahora va a tratar los Derechos Humanos. Es un gran paso para la democracia en el país", dijo Humberto PEDROSA, del Ministerio de Justicia. (CLARÍN 10/IX/95).-

b.- <u>Desaparecidos en Brasil</u>.-

El Ministro brasileño de la Marina, Alte. Mauro César RODRIGUEZ PEREIRA, opinó que la indemnización que el Gobierno pagará a algunos familiares de desaparecidos durante la última dictadura militar (1964-1985) constituye un error, y hasta sostuvo que

equivale a compensar a los nazis por su agresión al mundo. En una entrevista publicada el 11/IX por el matutino "Jornal do Brasil", RODRIGUEZ PEREIRA afirmó: "Ideología es una cosa. Acción terrorista, de destrucción de bienes y personas no tiene nada que ver con ella. Si fuese así tendríamos que justificarlo todo y, también, indemizar a los nazis". "Hay un ánimo revanchista", dijo en alusión a lo que desde la óptica militar percibe como una actitud inflexible de familiares de personas desaparecidas y organizaciones de derechos humanos que reclaman un esclarecimiento total de lo ocurrido durante los años de represión. "No se puede saber exactamente lo que ocurrió, y es mejor hacer de cuenta que eso acabó", sostuvo el Ministro. En cuanto a "evitar que se remuevan las cosas que no contribuyen a resolver ningún problema o no traen ningún beneficio" para el país, RODRIGUEZ PEREIRA admitió que "algunos militares pueden haber tenido culpa (en actos de represión ilegal), pero el 99,9% de los que están activos hoy no tuvieron nada que ver con lo que pasó. Sería como decir: los terroristas eran civiles, entonces los civiles son responsables por el terrorismo". (CLARÍN 12/IX/95).-

3.- MERCOSUR.-

a.- El Mercosur va a Madrid.-

En diez años, empresas del Mercosur y la Unión Europea (UE) podrían exportar e importar libremente entre sí. Y los proveedores de la grandes firmas globalizadas (de alimentos, autos o equipos, entre muchas) ensancharán su horizonte de negocios. Al menos ese escenario imaginan a ambos lados del Atlántico quienes pulen el acuerdo marco que firmarán a fin de año, en Madrid, la UE y el Mercosur. Y el que explica las inversiones que Europa proyecta, o ya realiza, en el Cono Sur. El acuerdo entre dos de los más grandes bloques del mundo será un primer paso hacia una asociación y, luego, un área de libre comercio en el siglo XXI. Para el Cono Sur el tratado consolidará una tendencia. La UE es su primer cliente comercial: intercambió allí el 26% anual promedio de sus bienes y servicios en el último lustro (57% de sus ventas fueron de origen rural, el sector más duro de negociar). (CLARÍN 11/IX/95).-

4.- INTERNACIONALES.-

a.- Grupo de Río.-

Hubo un solo momento en la Cumbre del Grupo de Río en que MENEM levantó el perfil:, fue el 05/IX cuando salió a desinflar una propuesta de crear una

Comunidad Latinoamericana de Naciones (CLAN).
La creación del CLAN es respaldada por varios países, entre ellos Brasil y Colombia, para promover el desarrollo y la integración regional, e incluye la posibilidad de una ciudadanía común para todos los latinoamericanos. La declaración final que firmaron los 14 presidentes de América Latina y el Caribe incluyó tres temas principales: el compromiso a luchar contra la corrupción y el narcotráfico, y la recomendación para evitar las crisis financieras, que provocan masivas y súbitas huidas de capitales especulativos.
El documento aconsejó también en estos capitales sino más bien en el ahorro interno y en el "intercambio de experiencias". (CLARÍN 06/IX/95).-

b.- Nueva ofensiva contra OVIEDO.-

El Fiscal General del Estado paraguayo, Aníbal CABRERA, puso el 04/IX de nuevo en jaque al Comandante del Ejército, Gral. Lino OVIEDO, al apelar el fallo de un juez que había archivado un pedido para el enjuiciamiento del militar. (CLARÍN 05/IX/95).-

c.- Inquietud en Fuerzas Armadas Chilenas.-

El clima político chileno volvió a enrarecerse el 07/IX luego que el Jefe del Ejército General Augusto PINOCHET, se quejó de que mientras los Jefes de su policía secreta están encarcelados "los terroristas están libres" y afirmó que su gobierno fue una "dictablanda". Fueron dos referencias directas: una a los miembros del FPMR indultados por el ex Presidente Patricio AYLWIN, la otra al Gral. Manuel CONTRERAS y al Brigadier Pedro ESPINOZA, condenados a prisión por el asesinato del ex Canciller Orlando LETELIER. (CLARÍN 08/IX/95).-

En medio de fuertes polémicas, los chilenos recuerdan el 11/IX el 22ª Aniversario del cruento golpe militar encabezado por el Gral. Augusto PINOCHET. Los actos conmemorativos tienen tres vértices: los militares celebran en los cuarteles lo que ellos consideran una "gesta", los partidos de izquierda y organizaciones de derechos humanos marchan recordando a las víctimas del golpe y el gobierno participa de una misa. Y como forma de adelantar el espíritu que guía a los militares chilenos en estos momentos, el Comandante en Jefe de la Armada, Almirante Jorge MARTÍNEZ, dijo "Sigo sosteniendo que las Fuerzas Armadas no tienen que pedir perdón a nadie" por el golpe del 11 de setiembre. (CLARÍN 11/IX/95).-

El Almirante retirado chileno Sergio HUIDOBRO

advirtió que su país vive hoy una situación política como la que hace 22 años desembocó en el derrocamiento del mandatario socialista Salvador ALLENDE y la instalación en el poder del Gral. Augusto PINOCHET, cuyo gobierno se extendió casi 18 años entre 1973 y 1990. "Estoy muy preocupado, porque se está repitiendo exactamente lo que ocurrió antes", dijo el ex Oficial. "La falta de respeto a la Constitución por parte de ALLENDE (1970-1973) fue el detonante que reventó todo... Y si ahora la modifican, puede pasar cualquier cosa". "Yo alterno con Infantes de Marina, y me dicen: Almirante, ¿vamos a volver a lo mismo?. (LA REPÚBLICA 12/IX/95)

d.- <u>Bombas frente a Cuartel de la Marina Chilena</u>.-

En un mes cargado de simbolismo y de tensión, Chile vivió el 08/IX un episodio que agrega confusión al enrarecido clima político: dos bombas explotaron en las primeras horas de la mañana en el Puerto de Valparaíso frente a Edificios de la Armada chilena destruyendo sus ventanales, pero sin causar víctimas. El hecho fue reivindicado, a través de llamados telefónicos a algunos medios de comunicación, por el MIR-Militar, un desprendimiento del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, una organización política hoy casi desarticulada, pero que hasta mediados de los años 80 desarrolló una intensa actividad. La bombas de medio kilo de dinamita detonadas en Valparaíso, a 140 kilómetros al oeste de Santiago, causaron daños en la fachada de la Comandancia de la Infantería de Marina y en los frentes de varias instituciones financieras. (CLARÍN 09/IX/95).-

e.- <u>Explosiones nucleares programadas en Mururoa</u>.-

Los "guerreros" de la Organización Ecologista Greenpeace, seguros de que en las próximas horas Francia realizaría la primera de las explosiones nucleares programadas en Mururoa (Polinesia), jugaron el 04/IX una de sus últimas cartas de protesta: enviaron dos botes a la laguna interna del atolón, violando la zona de exclusión decretada por los franceses. Como resultado de esa acción, la Armada gala que patrulla la zona arrestó a cuatro militantes del grupo "verde". (CLARÍN 05/IX/95).-

Capitán de Navío (CG)..........................
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

Uno de los policías trasladados por el caso de espionaje intentó quitarse la vida

Un violador y un rapiñero ayudaron en la mudanza de los archivos secretos descubiertos en Canelones

Demoramos una hora aproximadamente para llegar hasta la ciudad de Santa Lucía, era de noche cuando dimos con la casa del policía Walter Villalba, uno de los trasladados a varias dependencias del departamento, tras la aparición pública de los archivos secretos de la Jefatura de Canelones, donde se constató un caso de espionaje a personalidades civiles. Ocupó en su carrera varios cargos de confianza. Días atrás intentó quitarse la vida arrojándose bajo un auto. Afirma ser inocente, no haber entregado ningún material a la prensa y ser milico de alma. Reveló asimismo que dos procesados ayudaron en la mudanza de los archivos secretos de una oficina a otra. El siguiente es el testimonio de Villalba dado a ayer a LA REPUBLICA.

"Un día llego a trabajar y me encuentro con la orden del jefe de mudar la oficina de información para investigaciones. Colaboro, junto a Sosa y Almeida —este último es el encargado de información— y dos delincuentes que estaban procesados, pero que en ese momento estaban pintando en la Jefatura, a quienes se les pide que ayuden a llevar los archivos.

Había que mover muebles, una mesa, una computadora y ficheros. La mudanza se hizo en el mismo edificio pero las cosas se cargaron por la calle. Había que caminar una cuadra y lo que se llevaba en la camioneta era trasladado tres cuadras en virtud del flechamiento de las calles.

Hacemos el traslado y ponemos esos archivos famosos en una oficina, y la computadora, no sé por qué, se puso en mi oficina. A esa computadora en la cual estaba el disquette con la información de los archivos, comienzo a ingresarle mi trabajo referido al porte de armas.

Yo no entiendo mucho de computadoras y me había anotado en un curso de computación que lo iba a pagar con mi dinero. A los 20 días, más o menos, de estar utilizando esa computadora, aparece el revuelo de los archivos secretos. Tres o cuatro días después, en investigaciones me interrogan, bajo acta, sobre si había entregado la información a la prensa y si había hurtado las fichas que dicen que se habían hurtado. Respondí que no, porque es la absoluta verdad. Me siguen preguntando sobre quién ingresaba a esa oficina y dije que todos, porque esa oficina era como la secretaría de la Jefatura. Me interrogaron sobre si entré solo alguna vez y dije que sí, pila de veces. Cuando entré, la oficina estaba abierta y cuando estaba cerrada le pedía las llaves a Almeida. Insistían que yo tendría que haber visto, por trabajar al lado, quiénes ingresaron a esa oficina.

Cuando llegaron los diputados del Frente Amplio, estaba trabajando en la computadora. Me preguntaron qué estaba haciendo y respondí que llevaba los títulos sobre porte de armas. Nada dije sobre que el resto del contenido del disquette, porque no me lo preguntaron.

Cuando regreso a mi puesto, me habían borrado todo el disquette, donde estaban los archivos y todo mi trabajo. Me molesté, y hablé fuera de tono, pero fue porque habían borrado todo mi trabajo. Yo muchos días me quedaba hasta tarde ingresando datos.

Por problemas de carácter, hace unos meses había empezado un tratamiento psiquiátrico, pero seguía trabajando normalmente, tomaba la medicación indicada y continué portando mi arma.

Al llegar un día al trabajo —en Canelones— me entero que me habían trasladado a la Seccional 4ª de Las Piedras y al solicitarle los motivos a Correa, que era mi jefe, me dijo que se enteraba del cambio en ese momento, por lo que el traslado no era por razones de servicio, como generalmente se aduce.

Ahí comenzaron los rumores sobre que yo era corrupto y delincuente, la situación era deprimente.

Volví a ir al doctor y saqué un certificado médico. Cuando regreso a renovar ese certificado, me entero que había sido trasladado nuevamente, ahora a Migues, a más de tres horas de viaje de mi casa. Yo me preguntaba por qué. Si están buscando un chivo por el asunto de los archivos, traten de encontrarlo y llevarlo a la Justicia.

Me empecé a sentir mal anímicamente, mi futuro se iba a la miércoles, hasta que la semana pasada, salí a caminar y me tiré abajo de un auto. Quedé golpeado, el hombre del auto se bajó a auxiliarme, le dije que se quedara tranquilo, que estaba bien y que se fuera. Di unos pasos hacia la vereda y ahí caí. Luego sentía voces, decían mi apellido, la gente se había agolpado y llegó la Policía. Dicen que intenté quitarle el revólver al oficial, de eso no me acuerdo, me lo dijeron en el sanatorio. Me llevaron a Comeca y quedé internado. Horas después vino mi médico a verme y le dije que no sabía lo que pasó, no sé si me quise matar o qué.

Soy inocente y no entregué ningún material a la prensa. Me siento mal porque sé que no hi[illegible]

Me aumentaron los antidepresivos y firmé un papel para salir del sanatorio a pesar de la opinión contraria del médico.

Yo solamente quiero trabajar, soy milico de alma.

Me están persiguiendo y no sé por qué. Yo no estoy denunciando al jefe de Policía porque no soy quién para hacerlo. Yo me siento espantosamente mal, porque sé que no hice nada. Tengo sanciones como todos los policías, sobre todo por mi mal carácter, pero nada más.

Más de tres docenas de policías fuimos trasladados, luego de la aparición pública de los archivos secretos.

Los dos procesados que colaboraron en la mudanza también fueron afectados. Uno, que estaba procesado por violación, fue llevado al Penal de Libertad y el procesado por rapiña reiterada fue llevado a la Cárcel de Canelones pero se le quitó el derecho de salida del cual gozaba.

DE HOMBRE DE CONFIANZA AL RUMOR DE CORRUPTO

Desde el año 1974 cuando ingresé a la Policía y hasta el año 1986 que pedí licencia sin goce de sueldo, y al negármela solicité la baja por mejoras salariales, siempre fui considerado un buen policía, de confianza, y lo mismo ocurrió cuando reingresé en 1994.

Estuve 8 años fuera del cuerpo, entre 1986 y 1994 y realicé distintos trabajos, entre ellos en una empresa de [illegible] a una estación de servicio.

En 1974 cuando ingresé a la Policía estaba el actual comisario inspector Avila, mano derecha del jefe de Policía, Juan Rodríguez Ferré, que lo nombró director de Investigaciones. Avila era entonces director departamental de la escuela donde se enseña a ser policía. Egreso de la escuela con un buen concepto; ya en ese momento Avila sabía que yo era un buen policía y me nombran para integrar la fuerza de choque, que era un grupo especial, en época de la dictadura, para combatir la sedición. A los seis o siete meses, me nombran para estar en Investigaciones, donde estaba a cargo el comisario inspector Viera, también mano derecha de Rodríguez Ferré. Estuve ocho años en Investigaciones, hasta 1984. Hasta ese momento era considerado un buen policía, no era corrupto, ni delincuente. En ese año, yo ya había ascendido a cabo, y solicité que me sacaran de Investigaciones. Si hubiera sido mal policía me hubieran tirado a cualquier comisaría lejos, pero no, me asignaron a la 1ª de Canelones, donde me encuentro con Avila y me pone de jefe en la oficina penal. En ese absoluto cargo de confianza soy responsable de todo el papeleo que tiene que ver con los juzgados. En 1985, Avila es trasladad[illegible] ra la Seccional 18ª de Shangrilá y al o[illegible] me lleva y me nombra encargado del destacamento de Solymar. Es decir que hasta ahí sigo siendo considerado de confianza. Luego me llevan a la Jefatura de Zona 3, porque me había pedido el jefe de esa zona, que era el encargado de todas las comisarías de la Costa de Oro, y estuve en su secretaría.

En octubre de 1986 solicité licencia sin goce de sueldo, me la negaron y decidí pedir la baja.

En abril de 1994, al ver que la Policía era lo mío, ingreso nuevamente. En abril del '94 yo tenía 39 años, pero para ingresar hay que tener un máximo de 35 años de edad, lo que llevó a que el trámite fuera elevado al Ministerio del Interior, el que autorizó mi reingreso. Fui nuevamente a la Escuela de Policía, estuve un mes y luego me designan a Investigaciones; siempre en Canelones, hasta que llego a la oficina de porte de armas en la cual me ponen a cargo.

A esta altura mi grado era agente de segunda, porque al reingresar volví al cargo más bajo del escalafón.

Al asumir el actual jefe de Policía de Canelones, yo seguía al frente de esa oficina. En esa época yo tenía contacto con la oficina de información que estaba en Jefatura, ya que los portes de arma los firmaba el subjefe de policía y lo hacía por intermedio de la oficina de información que oficiaba de secretaría.

Aseguró que nunca sacó ningún archivo y que es inocente.

Leo Barizzoni



Walter Villalba: "Soy milico de alma".

"LA REPUBLICA" - 06/IX/95.-
A - 1

013

9508963

Anexo "BRAVO"

En un territorio minado y en un ambiente de privaciones, más de 800 soldados y oficiales de las Fuerzas Armadas de

Los cascos azules uruguayos en Angola son la esperanza para

por Mercedes Sayagués

El sargento Azambuya y el cabo de segunda Dávila están cargando agua y comida en un Cóndor, carro blindado de fabricación alemana. Al día siguiente van a escoltar un convoy de camiones y contenedores desde Huambo, en la meseta central de Angola, hasta la ciudad costera de Lobito, distante 450 quilómetros.

"Si uno se pone a pensar en los riesgos que corre, no va —dice Azambuya—. Así de sencillo. Puede pasar cualquier cosa: de minas a emboscadas."

Dávila también está receloso. "Estamos en un país que está, digo, estuvo en guerra, donde no sabemos lo que puede pasar", afirma.

Dávila y Azambuya integran el batallón Uruguay, avanzada de las fuerzas de paz de las Naciones Unidas, que se despliegan desde abril de este año en Angola. Tropas de Uruguay, Zimbabwe, Ghana, India, Rumania y otros países integran la Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Angola, el UNAVEM.

El Protocolo de Lusaka, firmado en noviembre de 1994, prevé la presencia de unos 7 mil cascos azules para supervisar la implementación del acuerdo de paz que pone fin a 18 años de guerra civil entre el gobierno del Movimiento Popular para la Liberación de Angola (MPLA) y el movimiento rebelde Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA).

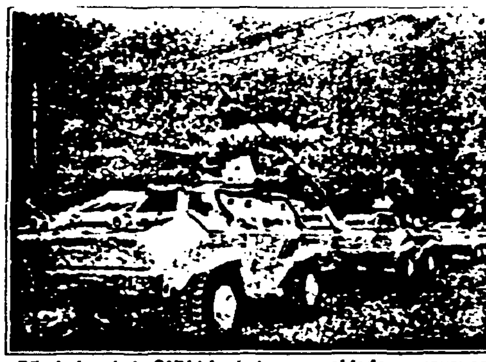
Las tareas del batallón, dice el mayor Francisco Benedito, "son innumerables": verificar y monitorear las violaciones al Protocolo; proteger los convoys de ayuda humanitaria, el personal y las instalaciones de la ONU; establecer las áreas de acantonamiento donde se concentrarán las tropas de UNITA para entregar las armas antes de la unificación en un ejército nacional y desmovilización; y montar el campamento central y las bases en el interior que albergan a los 830 efectivos del batallón.

Por ser el primer batallón de cascos azules desplegado en el terreno, en una provincia conflictiva, mientras la paz aún es frágil y ambos ejércitos están armados, los uruguayos se hallan en una posición delicada.

■ Patrullando la zona de nadie

La provincia de Huambo, donde el batallón tiene su campamento principal y cinco bases, era el granero de Angola y fue escenario de sangrientas batallas en los últimos tres años. Ha quedado asolada; su agricultura, transporte, comunicaciones e infraestructura, destruidos. La ciudad fue capturada por UNITA en marzo de 1993, tras 55 días de combate implacable, sin prisioneros. Entre los bombardeos de los aviones Mig del gobierno y los cañones de artillería pesada de UNITA, barrios de Huambo están en escombros. Cuadras enteras están acribilladas a balazos. Cuando el gobierno retomó la ciudad en noviembre de 1994, las tropas de UNITA se retiraron a Bailundo, distante unos 100 quilómetros, donde establecieron su cuartel general.

Esto significa que los uruguayos patrullan la zona de nadie y los puntos de fricción entre ambos ejércitos. Los cascos azules transitan de las zonas del gobierno a las de UNITA, algo que la población civil no puede hacer, aunque el Protocolo establece la libre circulación de bienes y personas en todo el territorio angolano.



Blindados de la ONU tripulados por soldados uruguayos en Angola

Según el mayor-general nigeriano Chris Garuba, comandante de UNAVEM, el número de violaciones al Protocolo está bajando, de 137 en junio a 90 en julio. De éstas, 15 por ciento son refuerzo militar de posiciones; 11 por ciento, para conquistar más territorio. Del resto, la mayoría son ataques a civiles e impedimentos a la libre circulación de bienes, con el objetivo de extorsionar con dinero y alimentos. Se supone que son soldados los bandidos que asolan las zonas rurales, robando a la población los productos que llevan o traen de los mercados.

Este es el mayor riesgo: basta un puñado de soldados descontentos, hambrientos e indisciplinados para generar un conflicto. Los uruguayos deben manejar diplomática pero firmemente este problema.

En julio, una patrulla del batallón llegó rutinariamente a un mercado en la zona de nadie, adonde convergen población de las zonas de UNITA y del gobierno, minutos después de un ataque. La patrulla observó a una media docena de hombres armados escurrirse por los campos. Atrás quedaron un muerto y varios heridos graves. La patrulla escoltó a unas 300 personas aterrorizadas hasta el puesto de control de UNITA, por donde regresaron a sus aldeas.

Las cinco bases en el interior son las más vulnerables porque están aisladas, algunas sin acceso terrestre, y tienen menos efectivos, ya que el grueso del batallón está en el campamento central, en la ciudad de Huambo.

Ubicado en un descampado a 500 metros del aeropuerto, esta proximidad estratégica determinó la instalación del campamento en una llanura batida por el sol, el viento y el incesante polvo rojo, sin árboles que protejan del implacable sol africano.

El aeropuerto es fundamental para observar movimiento de tropas y material bélico, para el abastecimiento del batallón, y para la evacuación médica o militar. No es casualidad que las autoridades hayan primero ofrecido un lugar lejos del aeropuerto, y que la ONU haya negociado hasta obtener este sitio —aunque cuando llegue la estación de lluvias, en noviembre, será un lodazal.

Aquí, junto a una enorme cruz de metal que conmemora el exacto lugar donde el Papa Juan Pablo II celebró misa durante su visita a Angola en 1992, el batallón Uruguay construye las instalaciones para albergar a las tropas durante los dos años que se calcula durará esta misión.

■ Carpas entre el viento, el polvo y el hambre

"Esto era un campo pelado, sin nada—, explica el mayor Francisco Benedito—. Todo lo que se ve, lo hicimos nosotros, desde el principio."

Se ven tiendas verde olivo alineadas entre la cruz del Papa y unas gradas blancas que dominan una cancha de básquetbol. A la izquierda y a la derecha, áreas de comunicación y contenedores, de baños y cocinas. En el espacio central flamean las banderas del Uruguay y de la ONU.

Flamean también los bordes de las carpas y se alzan remolinos de polvo rojizo con las ráfagas de viento. El polvo se deposita sobre las carpas y los uniformes, dando una coloración desértica al conjunto; sobre las computadoras e impresoras, dañándolas; sobre las armas, los vehículos y los equipos de radio; sobre la piel y los labios, resecándolos.

Los carpinteros trabajan duro. El gobierno autorizó a explotar un monte de eucaliptos a 17 quilómetros. Un destacamento parte los lunes y vuelve los viernes con los postes para construir el comedor y otras instalaciones, la leña para los fogones (los de cocinar y los de matear), la madera para fabricar antenas, bancos, camas y mesas, y para reparar los trastos que la ONU envía, despojos de sus operaciones de paz en Somalia y Mozambique.

Como las cocinas industriales que envió la ONU no funcionan, la comida se prepara en fogones. No es fácil cocinar para 800 personas con fuego a leña: un turno de cocineros se levanta a las tres de la mañana para hervir el agua para el café del desayuno, cuatro horas más tarde, para el cual los panaderos del batallón elaboran 1.200 panes diarios en un local en la ciudad. Oficiales y soldados comen lo mismo. Las tiendas se comparten, de cuatro a ocho personas en cada una.

El campamento es un imán para los locales. Un espontáneo mercado se forma alrededor, ofreciendo desde puertas, estantes y ventanas hasta zapatos, inodoros, estanterías, una bañera, un teodolito y una cabeza de antílope embalsamado, producto de los varios saqueos que ha sufrido Huambo. Un coro permanente de niños en harapos entona: "amigo, tenho fome" (tengo hambre), más coreado a la hora de las comidas, cuando saben que algunas sobras les tocan. Algunos de los niños más audaces —y más menudos— se escurren entre el alambre de púas para una incursión relámpago hasta un tacho de basura. Hay hambre en Angola.

"A veces uno se queja del Uruguay por cualquier cosita y después aquí uno ve cosas que lo desorbitan; tanta pobreza, hambre, poca educación y trabajo, gente semidesnuda —dice Luis Alberto Couto, soldado de primera del Regimiento de Caballería Mecanizada Nº 8—. En la guerra se ve lo peor que hay: heridas, amputaciones, destrucción."

"Conocer niños que han perdido toda su familia y no poder ayudarlos duele mucho —dice la administrativa María Noel Cole—. Al ver cosas que no vemos en

Un país rico pero arruinado tras más de 30 años de guerra civil

[Ango]la, un país con un tamaño casi siete veces mayor que el de Uruguay (1.2 millones de quilómetros cuadrados), rico en diamantes y petróleo, con minerales y extensas tierras fértiles para sus 10 millones de habitantes, ha quedado arruinado por 30 años de guerra. Entre 1960 y 1975 fue la guerra de guerrillas para lograr la independencia del poder colonial, Portugal. A partir de 1975, fue la guerra civil entre el gobierno, entonces marxista, del MPLA, y las rebeldes de UNITA, liderados por Jonas Savimbi.

En el juego simétrico de la guerra fría, la Unión Soviética y Cuba apoyaron al gobierno marxista, en tanto que Sudáfrica y los Estados Unidos apoyaron a UNITA. A partir de la firma del acuerdo de Bicesse en mayo de 1991, que llevó a elecciones en setiembre de 1992, Angola conoció 500 días de eufórica paz, rota en octubre de 1992, cuando Savimbi rechazó el resultado electoral que le dio perdedor y se lanzó de nuevo a la guerra.

Aprovechando la desmovilización del ejército gubernamental, en pocas semanas UNITA conquistó 75 por ciento del territorio, sitió las capitales provinciales, cortó el comercio y el tránsito interprovinc[ial] [y] se apoderó de 40 por ciento de las m[in]as de diamantes, que le sirvieron para financiar la guerra vía Zaire. Tal era el volumen de diamantes contrabandeados desde Angola que la compañía internacional De Beers decidió comprarlos, sin preguntar el origen, para evitar una caída estrepitosa del precio.

El gobierno, arrinconado en la poblada zona costera y asediado en las capitales provinciales, invirtió los ingresos del petróleo (medio millón de barriles al día), hipotecándolos por lo menos por cinco años, para reorganizar el Ejército y comprar nuevo y sofisticado armamento, especialmente a Brasil.

Un millón y medio de personas huyó de sus hogares para hacinarse en las ciudades sitiadas, hambrientos, dependientes de un gigantesco y complejo puente aéreo organizado por las agencias humanitarias para traer comida. La infraestructura, desde puentes a represas, quedó destruida; el comercio y la agricultura en colapso, los servicios de salud y educación, ya débiles, desaparecieron.

Para mediados de 1994, el éxito militar favoreció al gobierno. Mientras tanto, desde noviembre de 1993 se sucedían las negociaciones de Lusaka, lideradas por el representante especial del secretario general de la ONU, el diplomático y juez maliano Alioune Blondin Beye. El 20 de noviembre de 1994 se firmó el Protocolo de Lusaka. A partir de 1995, una tenue paz se hace sentir en Angola.

"BUSQUEDA" - 07/IX/95.-

Uruguay garantizan el mantenimiento de la paz en nombre de la ONU

una población que vive entre el hambre, la miseria y el miedo

nuestro país, valoras más lo que dejaste atrás."

■ **Diversión y miedo**

Las diversiones son pocas: algún partido de vóleibol o fútbol entre los soldados o contra un equipo de las organizaciones humanitarias en Huambo; ver la final de la Copa América en el video y festejar la victoria uruguaya con cantos y tamboriles; una caminata por la ciudad el domingo por la tarde. Como la vida económica de Huambo es casi nula, no hay tiendas, bares, cines o clubes deportivos, ni siquiera bancos o correo. *Hay*, sí, tres discotecas a generador (los angolanos no pueden pasar sin bailar "kizamba"). De *noche*, entre la oscuridad que reina (no hay luz eléctrica) y los tiroteos que se escuchan (hay muchas armas) no hay ambiente para salir.

"Aquí la población está armada casi al cien por ciento y además, son de mala bebida —dice la doctora María del Huerto Racioppi—. Aunque no es contra nosotros que disparan es posible que alguna bala venga por aquí y alguna noche te entran los nervios por los tiros, pero al final nos dormimos."

Un día de julio, una discusión entre la policía militar y la policía civil desencadenó un tiroteo donde murieron cuatro personas. En los días siguientes, una excavadora hizo crecer un terraplén defensivo, contra las balas perdidas, alrededor de las carpas del batallón.

De noche, contra el cielo estrellado, las balas trazadoras parecen fuegos artificiales; su estallido seco resuena en la límpida atmósfera, a 1.500 metros de altura sobre el mar. En el campamento, los fogones convocan a los uruguayos. *Aquí aparece una guitarra*, allá unas lonjas, y surge "A don José", cantado con la emoción de quien está muy lejos de la patria. Los ojos *suben, buscando*, entre las estrellas, la Cruz del Sur.

Abajo, enterradas, acechan las minas. La organización de derechos humanos Africa Watch calcula que hay unos 10 millones: una para cada angolano. Angola tiene el mayor número de amputados del mundo en proporción a su población: más de 70 mil. La mayoría son civiles. Muchas son mujeres que, empujadas por el hambre de *sus niños*, salían a los campos minados alrededor de ciudades sitiadas en busca de mandioca.

Desde 1992, ambos lados han utilizado indiscriminadamente las minas antipersonal y antitanque como elemento defensivo y ofensivo. Fuera que UNITA asediaba una ciudad o que el gobierno la defendía, ambos la rodeaban de un cinturón de *minas*, sin registrarlo en un mapa. Ambos bandos minaron puentes y caminos para impedir al otro el avance. También minaron pozos de agua, campos cultivados, senderos al río, y hasta árboles frutales, para impedir a la población civil el acceso al agua, la comida y los mercados. En este territorio *sembrado de mortíferas minas se mueve el batallón* Uruguay.

■ **Los consejos del mayor Gómez**

"Aquí podemos encontrar todos los tipos de minas del mundo y no hay lugar donde no se pueda encontrar una mina en Angola; es muy peligroso", dice el mayor Luis Gómez, el especialista *del batallón, quien adquirió* su experiencia en Nicaragua, donde su equipo destruyó 36 mil minas en 10 meses.

Estos son los consejos que da Gómez: seguir la tabla de chequeo y respetar esas normas al máximo; no transitar por ningún sendero desconocido para las tropas de la ONU; en patrulla, no salir nunca de la ruta y de *las huellas*; evitar que la rutina lleve a no aplicar estas reglas. En la época de lluvias, cuando las minas enterradas pueden deslizarse con el barro hacia zonas desminadas, nunca confiarse: al empezar a trabajar en un lugar, aunque esté declarado limpio, hay que chequearlo.

Antes de desplegar una unidad del batallón en el interior, se examina el terreno; si aparece alguna mina, se descarta esa área. Antes de salir de patrulla se hace un reconocimiento de rutas.

A pesar de las precauciones, el peligro siempre acecha. En abril, en las Lundas, provincia del norte, un casco azul zimbabweano perdió una pierna al pisar una mina. Este es el trágico legado de la guerra: las minas no firman tratados de paz.

Por estas razones, tanto las médicas como los oficiales se alegraron cuando hace dos meses llegó el helicóptero destinado al batallón. Hasta entonces, para una evacuación, el transporte aéreo desde Lobito o Luanda podía demorar hasta cinco horas.

"El helicóptero es la diferencia entre la vida y la muerte —dice el teniente coronel Arquímedes Cabrera, comandante del batallón Uruguay en Huambo—. Con más de 700 hombres desplegados, algunos en áreas aisladas, sin acceso por rutas, con problemas logísticos de comida y agua que resolver y riesgos que asumir, los helicópteros son nuestro caballito de batalla."



Uno de los soldados uruguayos afectados a la misión de paz de la ONU en Angola

■ **"Trabajar por la paz"**

La misión en Angola es hoy la mayor del Uruguay, comparable en número de efectivos a las de Camboya *o Mozambique*. Hay pequeños contingentes en Rwanda, Liberia y el Sinaí. Las fuerzas de paz uruguayas han merecido elogios por su desempeño y continúan a ser llamadas por la ONU.

Más allá de la dimensión internacional, las misiones de paz aportan otros beneficios. Como explica, a título personal, el mayor Benedito: "El Uruguay ha tomado esta línea política de acción que tiene un sinnúmero de aspectos positivos: trabajar *por* la paz; poder ofrecer a cada integrante todo tipo de experiencias, lo que constituye un beneficio a nivel personal y profesional y, por qué no, nacional; conocer cómo trabajan otros ejércitos; probar equipo y material a un costo que en el Uruguay sería importante, en combustible, alimentación y repuestos".

La experiencia de vivir seis meses en una misión de paz en África atrae a muchos. Pero otros se postulan por los beneficios económicos, ya que se gana más del doble o el triple que en el Uruguay.

"Vine por necesidad económica; de lo contrario no venía", dice el soldado Javier Piliquet. Tiene seis meses de casado en *segundas nupcias*, hace dos que no consigue hablar por radio con la esposa, y cuenta los días que faltan para volver. Calcula que en los seis meses ahorrará 5 mil dólares. "Con eso me hago la casa, todo el mundo piensa en eso", dice este padre de tres niños.

Al atardecer, una vez bajada la bandera, los soldados se reúnen, mate en *mano, junto a las carpas*. De los grabadores vienen cumbias y salsas, rock uruguayo y argentino, o música folclórica. Es el momen*to más difícil del día*.

"La melancolía viene cuando el individuo termina la jornada de trabajo, con el agotamiento del día, cena, y sabe que lo que le queda es acostarse, escribir, hacer ruedas de mate con amigos, y recordar", dice el cabo de segunda Alexis Fernández, de la sección de personal. "Ahí viene lo que nosotros llamamos 'el hacha' (un bajón)."

Para cubrir el bache, la radio FM del campamento transmite una hora con humor y con música nacional. Y los compañeros se ayudan.

"Mucho depende del tiempo que se está afuera y de las noticias que vienen de la familia —explica Fernández—. Los compañeros que tienen experiencia en estar lejos le dan un toque a aquellos a quienes les empieza 'el hacha' para levantarles la moral."

Una patrulla de tres Cóndores y dos jeeps, con la bandera de la ONU flameando, avanza lentamente hacia el oeste de Huambo. Bajo el vasto cielo azul salpicado de *nubes*, el altiplano central desgrana su paisaje de aldeas destruidas, campos abandonados, carreteras agujereadas y gente sonriente.

"El recibimiento que hemos tenido es fabuloso. La gente nos aplaude. Es algo muy lindo —dice Luis Alberto Couto—. Me siento dichoso de estar aquí y poder contribuir en algo para que se fomente la paz. Nosotros somos la esperanza."

Es sincero el recibimiento de la población a las tropas del batallón Uruguay. Los cascos azules son la única garantía de la población civil contra el abuso, la violencia y el expolio. Testigos protectores, ellos represe[ntan] el compromiso de la c[o]munidad internacional [...] apoyar el frágil proceso [de] la paz en Angola.

Para esta població[n] martirizada por 30 años [de] guerra, el batallón Urugu[ay] ciertamente es la esperanza.

Mujeres del batallón, primeras integrantes de una fuerza de paz

Esta es la primera vez que mujeres integran, a nivel operativo, una fuerza de paz uruguaya. A Mozambique fueron dos odontólogas, a Maputo, la capital. En Angola hay ocho, entre traductoras, médicas, administrativas y radioperadoras. Viven en carpas y comparten la misma vida espartana que los soldados; sólo que no patrullan, aunque algunas se pirran por hacerlo.

"Muchas de nosotras queremos subir a un Cóndor y salir a hacer tres días de marcha", dice María Noel Cola. Ya lo solicitaron y ahora esperan que las condiciones de seguridad sean mejores. "N[os c]uidan mucho, desde el comandante hasta e[l últi]mo soldado."

Las mujeres coinciden en que la única discriminación es positiva, o sea, de atenciones y privilegios que los soldados no tienen, como un baño para ellas (situado en una casita redonda construida para mostrarle al Papa una habitación típica) y camas en vez de catres. "Eso es porque somos pocas —ríe una de las médicas—, que si fuéramos 400 y 400, sería otra cosa."

Las doctoras afirman que la tropa las consulta sin problemas para hablar de las enfermedades de transmisión sexual y el SIDA. "Tenemos una relación de trabajo normal y también de camaradería, con los oficiales y con la tropa", dice María del Huerto Racioppi. Eso sí, las doctoras cuentan riendo que varios soldados y oficiales jóvenes les han dicho: "Si fueras mi mujer, no te dejo venir".

"Al principio había una timidez, por ejemplo, al compartir el baño: uno afeitándose y una lavándose los dientes. Pero después eso se superó: 'buen día', nos saludamos. Yo no me pongo nerviosa porque, si estamos viviendo juntos, compartir el baño, con el respeto que todos nos merecemos, ellos y nosotras, no es nada", dice María Noel Cola.

"El comportamiento de ellas ha sido fenómeno, a la par nuestra, han pasado las mismas necesidades, marchando los mismos kilómetros y pasando las mismas privacidades que todos, en tant[o que] la tropa se ha mostrado madura, lo ha asumido en forma normal", dice el mayor Luis Gómez, quien fue instrumental en la decisión de incorporarlas. "Fue un gran acierto no haber dudado, haberlas traído y ro[to] esa barrera."

■ CULMINA EL MIÉRCOLES UNA VISITA AL BATALLÓN URUGUAY III EN ANGOLA

Curutchet levanta la moral de la tropa

Las autoridades de la conflictiva zona impidieron el sábado que algunos periodistas acompañaran al jefe del Ejército uruguayo en una visita a posiciones rebeldes

Al llegar el jueves pasado a tierras angoleñas, el jefe de la fuerza de tierra manifestó que el objetivo de su visita era "levantar la moral de las tropas uruguayas".

El comandante en jefe del Ejército, teniente general Juan Curutchet, quien se encuentra en Angola visitando al Batallón Uruguay III, se entrevistó el sábado con el representante especial del secretario general de la ONU en este país, el maliano Ilhun Blondin Beye.

Asimismo Curutchet dialogó con el general Chris Garuba, comandante del componente militar de la fuerza de mantenimiento de la paz, pero no se permitió a periodistas acompañarlo en una recorrida.

El Batallón Uruguay III prepara el acuartelamiento de los guerrilleros en Angola

El jefe del Ejército concurrió al cuartel general del batallón uruguayo en Huambo, en el centro de Angola, donde mantuvo un encuentro con los 847 cascos azules de nuestro país. Curutchet se trasladó luego a las localidades de Londuimbali, Vila Nova y Kibala, que operan como centros de acuartelamiento y desarme de 15.000 guerrilleros de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (Unita).



El jefe del Ejército en zona conflictiva — A. SARTOROTTI

Además de las labores de retiro de minas, el contingente uruguayo estará ocupado en preparar las condiciones necesarias para el acuartelamiento de los guerrilleros.

Curutchet, quien viajó acompañado solamente por su ayudante, dijo que su visita "puede contribuir a acortar un poco el tiempo y la distancia que les resta a los efectivos para regresar a la patria, (pues) después de cuatro meses es cuando se empieza a sentir un poco el desarraigo y la ausencia de la familia".

El gobierno de Angola prepara una "operación de limpieza" militar en la provincia de Luanda Norte, donde se paralizó la extracción de diamantes en el área de Lucapa tras la masacre de 24 mineros de la compañía SML.

Un informe del comandante de las fuerzas de la ONU en las provincias del nordeste señala que varios enfrentamientos se registraron en la zona debido a la búsqueda de diamantes entre compañías rivales que se disputan parcelas de tierra en zonas controladas por el gobierno.

Análisis MAURICIO ALMADA

La capacidad del soldado uruguayo puede no alcanzar

El jefe del Ejército uruguayo, teniente general Juan Curutchet, llegó a Angola en el momento más tenso desde que comenzó la misión de paz de Naciones Unidas.

La reciente masacre de 24 mineros, la peor de los últimos seis meses, mostró como nunca antes la precariedad del cumplimiento de los acuerdos de paz en Angola y, por consiguiente, la delicada situación en la que se encuentra el Batallón Uruguay III, cabecera de la operación de las Naciones Unidas en aquel país.

El grueso del batallón se encuentra en la meseta central de Angola, en la ciudad de Huambo, pero hay cinco bases en el interior que carecen de comunicación terrestre.

Hasta el momento el uruguayo ha sido el primer y único contingente en desplegarse en forma completa, con la responsabilidad que esto implica.

Al clima de tensión interno que se vive en Angola se suma el hecho de que las Naciones Unidas vive uno de los momentos más críticos desde su creación hace medio siglo, con dificultades en el ámbito político, militar y económico. El fantasma de un segundo fracaso de Naciones Unidas en Angola sobrevuela desde que fue decidida la operación.

Para alcanzar el éxito los soldados uruguayos dependerán de su ya demostrado profesionalismo, pero también de condiciones que fijarán otros actores cuyo accionar es difícil de prever.

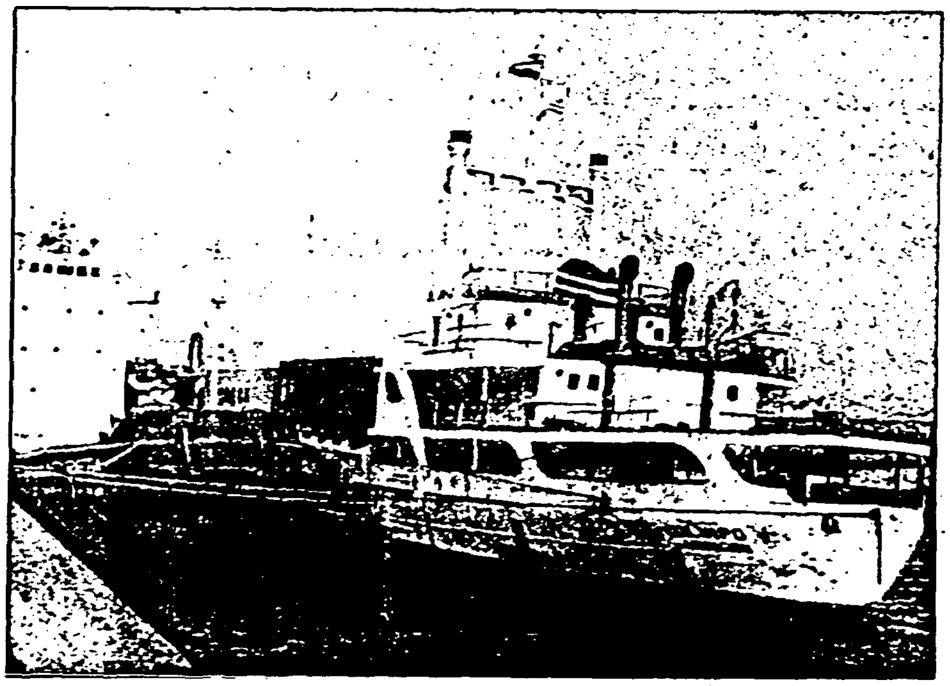
Destino que Debemos Promover

Como Puerto el Tránsito es la Opción más Lucrativa que Vemos

Como lo adelantáramos en nuestra página del lunes pasado el puerto de Buenos Aires se está preparando para competir duramente con el puerto de Montevideo y el centro de esta batalla es la captura de la corriente del tránsito paraguayo que pasa por Montevideo y que para nosotros es vital, aunque mucha gente lo dude y otros, peor aún, ni lo sepan.

No discutimos el legitimo derecho de los empresarios portuarios porteños de competir, que eso está bien y deben hacerlo, sino los instrumentos poco ortodoxos que se van a utilizar, como que el propio estado argentino para darle una manito a los empresarios, renuncie a sus tarifas y consiguientemente a los impuestos (decreto explícito en contra de Montevideo de AGP de agosto 21) practica que nos recuerda el viejo proteccionismo que tanto se combate en los foros internacionales. Pensamos que como la AGP de la Argentina es un organismo en liquidación cuando llegue su momento desaparecerá también su influencia y el viejo estilo fracasado de administrar puertos, muy común en esta América Latina. Pero bueno, ya tenemos el problema encima y Montevideo está en la mira de los porteños. La pregunta es ¿Qué podemos hacer nosotros? ante esa realidad.

Nos parece que habría llegado el momento que nuestra ANP no tratara de resolver este y otros puntos en soledad con las respuestas que todos sabemos y se reuniera con los actores del complejo tema, con los usuarios del puerto de Montevideo, importadores, exportadores, agentes marítimos, operadores portuarios y transportistas fluviales que estos si conocen el tema del tránsito para juntos generar eso que se conoce en marketing y administración como "brainstorming) y ofrecer en la mesa de conversaciones las mejores ideas para hallar soluciones en el tema del TRANSITO POR EL PUERTO DE MONTEVIDEO TODO. Cómo podemos ser más eficientes, cómo ofrecer mejor calidad de servicios, cómo nuestra ANP, que todavía tiene el sartén por el mango, podría contribuir con los privados a lograr mejores resultados para la captación de cargas de tránsito, sea paraguaya o de cualquier otro lugar del mundo. El hecho es que todos somos responsables ante el país de que estas cosas funcionen de la mejor forma porque en este tema portuario se juega la propia existencia de Montevideo como puerto.



"Yaciretá" y "Olimpo", naves del servicio fluvial entre Asunción y Montevido.

En esta línea de trabajo recordamos que una sección del Ministerio de Relaciones Exteriores, inquieta por estos temas, realizó meses pasados y aun el año anterior varios encuentros con casi todos los actores, incluida la Aduana y la Prefectura de Montevideo, uruguayos y paraguayos, con la finalidad, precisamente de *retomar y consolidar la corriente de tránsito con el Paraguay y ver que medidas positivas y constructivas se podían tomar en ese sentido.* Todos sabemos que a los uruguayos no se nos puede enseñar nada, pero serían buenas señales que nos oyéramos unos a otros. Juntos deberíamos encontrar las soluciones para incentivar por el puerto de Montevideo la venta de servicios portuarios y fundamentalmente el movimiento de tránsito, y decimos no sólo paraguayo sino de cualquier parte. Porque para terminar esta nota, captando el tránsito, no sólo se tiene la venta de servicios concretos, sino que cuando se logra traer un barco al puerto de Montevideo, se tienen todos los otros servicios que son tan o más valiosos que los primeros.

Por lo pronto pongamos en la mesa de discusión, el punto principal que ahora marca las diferencias de los costos operativos a favor de Buenos Aires. Cálculos minuciosos que hemos recogido en plaza hablan de 125 dólares por contenedor en contra de Montevideo. Por ejemplo, un barco paraguayo saliendo de Montevideo con 50 contenedores son 6.250 dólares que alguien *se pierde por viaje y que si* lo hace desde Buenos Aires se los gana. Si Montevideo transita 16 mil contenedores por año la cuenta sería monstruosa: DOS MILLONES DE DOLARES, que se pierden los paraguayos o los armadores o alguien transitando sus cargas por Montevideo. (Se afirma que quienes pierden son los armadores). El tema es serio.

Emilio Cazalá

"EL PAIS" - 11/IX/95.-

D - 1

9508963

Buscamos recuperar las Malvinas

En agosto, los autores de esta nota escribieron diciendo que a los ingleses no les importaban las Malvinas y que la política oficial era correcta • Frente a las críticas recibidas, ahora subrayan que hay que recuperar la soberanía

ANDRES CISNEROS
Secretario general de la Cancillería argentina.

JORGE RAVENTOS
Director de Prensa de la Cancillería argentina.

EL diputado Federico Storani discrepa con nuestra lectura de la encuesta con la que la consultora inglesa MORI acaba de medir a la opinión pública británica para ver qué piensa de Malvinas. El artículo del legislador, sin embargo, apuesta más lejos, impugnando el conjunto de la política exterior de este Gobierno, a la que considera "a todas luces fracasada".

Storani emplea la palabra fracaso pero omite fundar sus imputaciones con argumentos. A menos que se consideren argumentos estas frases:

• "Es absurdo ignorar la Resolución 2065 que aprobó la Asamblea General de la ONU."

• "Mientras nuestra Cancillería jugaba a la seducción, los británicos avanzaron en la política de hechos consumados: primero fue la pesca y ahora la explotación de los hidrocarburos que se encuentran en la zona en disputa."

• La política de la Cancillería "significa no confrontar con quienes tenemos disputas históricas".

Analicemos esos planteos uno a uno.

Solo queda negociar

1) La Cancillería en modo alguno ignora la Resolución 2065 que se aprobó hace 30 años. En el plano jurídico continuamos afirmando nuestros derechos sobre Malvinas y pese a los pronósticos agoreros de quienes, como Storani, cuestionan nuestra decisión de retirarnos del bloque de los No Alineados, las últimas resoluciones sobre el tema en el Comité de Descolonización de la ONU, fueron adoptadas sin oposición, algo que no ocurría desde 1982.

Lo que sí ha hecho esta Cancillería es no limitarse a la resolución de 1965. Más de un siglo y medio de reclamaciones directas y varias décadas de pronunciamientos en Naciones Unidas sirvieron para dejar fuertemente asentado el derecho argentino en el diferendo. Pero lamentablemente no nos devolvieron las islas. La guerra de 1982, por su parte, demostró que carecemos de la fuerza necesaria para imponer nuestros derechos. Siendo la guerra imposible y el derecho insuficiente, solo queda la negociación.

Nuestra disputa es con Inglaterra, no con los isleños, a quienes no reconocemos como parte. Pero resultaría absurdo dialogar sin conocer al menos lo que más interesa a los habitantes de las islas.

Nuestro petróleo

2) En materia de pesca e hidrocarburos mal puede decirse que la Argentina haya retrocedido en los últimos años. Los acuerdos de pesca con Gran Bretaña han fijado cupos para preservar el recurso ictícola de la zona: la cuota británica permaneció en las 150.000 toneladas y el cupo argentino creció hasta las 220.000.

En cuanto al petróleo, estamos negociando la exploración y explotación cooperativa en el Atlántico sur, sin excluir las aguas en litigio. Esas negociaciones pueden prosperar o fracasar, pero el Gobierno no está dispuesto a dejar de lado la posibilidad de una negociación exitosa que nos acercaría a las islas por temor a la especulación política de evitar un fracaso. Si esta fuera la circunstancia, y si Gran Bretaña decidiera –como anuncia la administración de las islas– licitar unilateralmente el petróleo que consideramos nuestro, adoptaremos las medidas posibles para impedir ese despojo.

Las grandes democracias

3) Probablemente, lo dicho no tranquilice al diputado Storani. El se queja de que la Cancillería "no confronte" con Gran Bretaña. Efectivamente, tratamos de no confrontar, sino de alcanzar los objetivos que nos hemos propuesto por la vía de la negociación y la defensa jurídica. Tratamos de que la fortaleza argentina se manifieste por la consolidación de las transformaciones económicas y por la confiabilidad que el país ganó merced a una política racional que nos vincula a las grandes democracias desarrolladas.

En rigor, es esa política la que no le agrada al diputado, que se queja de nuestro retiro de los No Alineados, y culpa a esa decisión de que la Argentina aparezca "débil en esta circunstancia".

¿Acaso estaríamos más fuertes si formáramos parte de un bloque que perdió su significado original años atrás?

Con su comentario sobre los No Alineados, Storani exhibe una propuesta largamente superada por la realidad. ¿Postula, quizá, que la Argentina se aparte de los vínculos que ha adquirido en estos años con las democracias occidentales? ¿Propone que tomemos distancia de la Unión Europea, a través de la confrontación con Gran Bretaña?

La política exterior, sin embargo, necesita realismo, no ilusiones. Con ese realismo cumpliremos, paso a paso, el mandato constitucional –introducido en nuestra propuesta– de recuperar tarde o temprano la soberanía sobre las islas.

"CLARIN 05/IX/95".-

01

9508963

TIERRA DEL FUEGO

HAY MAS TRANSITO DE CARGA Y DE TURISMO

Mayor capacidad para el puerto de Ushuaia

USHUAIA, provincia de Tierra del Fuego (Especial).– La decisión de realizar la obra de ampliación del puerto más austral del mundo se debe al incremento del tráfico de embarcaciones de turismo y de carga que se advierte desde hace unos años.

Las obras, que comenzarán en breve, demandarán una inversión del orden de los 10 millones de dólares. El 50% de los fondos se obtendrá de la Dirección de Puertos Provincial y el 50% restante, a través de un crédito a cinco años que otorga el Banco de la Provincia.

Entre los motivos de la decisión de la ampliación del puerto se encuentra que "estamos teniendo un incremento importante de empresas pesqueras que estaban trabajando en Puerto Deseado (Santa Cruz), ya que los beneficios que otorga la ley 19.640 (la de Promoción Industrial para la isla) y los reintegros por puerto patagónico, así como también los costos, que se han abaratado, hacen más atractivo operar en nuestro puerto", dijo a Clarín Salvador Guarrera, director provincial de Puertos.

"Nosotros hemos decidido esta ampliación, pero nuestro interés es que la gran cantidad de buques pesqueros vayan a Río Grande, la población con más habitantes de la isla, situada al norte, cerca del Estrecho de Magallanes, cuando el puerto de esa ciudad esté terminado, dentro de tres años aproximadamente. A Ushuaia queremos reservarlo para el amarre de buques de turismo y ser cabecera de partida hacia las bases antárticas."

Según las estimaciones, la cantidad de barcos que podrían recalar en el puerto de Ushuaia estaría cercana a los 70, barcos que en su mayoría están dedicados a la pesca palangrera, principalmente aplicados a la pesca de la merluza negra cerca de la costa de Tierra del Fuego, a una profundidad de 1.500 m y con pesos que llegan a los 130 kg.

"Estas empresas ya están instaladas en nuestra ciudad –cuenta el director de Puertos–, como la American Sifus, Pesantar o Pesquera Beagle, que a partir de la ampliación del puerto comenzaron a instalar sus oficinas."

Contenedores

Según estadísticas especializadas en este rubro, el puerto de la ciudad de Ushuaia es el segundo en la entrada de "containers" (contenedores) del país.

"Comparado con el puerto de Buenos Aires –dice Guarrera–, que debe mover 300 mil contenedores, nosotros debemos ser los segundos porque movilizamos 18.000 unidades por año, y también somos puerto de salida a la Antártida, ya que de cada 100 barcos que salen hacia el continente blanco 70 lo hacen de nuestra ciudad."

"En lo que hace a pasajeros –concluyó el funcionario– se han atendido por el puerto de Ushuaia a 8.000 turistas."

Las obras, que comenzarán una vez finalizada la veda invernal, consiste, en una primera etapa, en la ampliación del muelle en 200 metros de largo por 30 metros de ancho y en las etapas posteriores, en la construcción de un espigón más, orientado a los vientos predominantes y que tendrá una longitud de 200 metros de largo, lo cual dará una mejor cabida y comodidad a las embarcaciones y permitirá operar varias al mismo tiempo.

Wilmar Caballero

018/19

"CLARIN 11/IX/95".-

9508963

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

MEMORANDUM 30/B/95

MOVIMIENTO SEPARATISTA BRASILEÑO

I - ANTECEDENTES

Los movimientos separatistas brasileños han surgido más de una vez en la historia del país del norte.

Los antecedentes mas importantes los encontramos en 1817 (Revolución Pernambucana), en 1824 cuando algunas provincias del nordeste proclamaron una confederación separada del resto del país, en 1835 cuando comenzó la llamada Revolución Farroupilha que terminó en 1845 y la revuelta federalista de 1893 en que "gaúchos" de RIO GRANDE contaron con la ayuda de combatientes de nuestro país.

En relación a los movimientos separatistas actuales este último antecedente es el que mas interesa por cuanto existen algunas semejanzas entre ambos, tanto por el marco territorial como por las motivaciones argumentadas en ambos casos.

Por otra parte, el Movimiento separatista sureño del siglo pasado tuvo la particularidad de establecer, por lo menos en forma transitoria, una region autonoma con cierto reconocimiento internacional, incluyendo nuestro país.

Por otra parte la Revolución Farroupilha estuvo directamente vinculada a los orígenes de nuestras luchas civiles ya que importantes caudillos orientales se involucraron directamente en dicho movimiento armado.

/4

9508965

17 2

II - REPUBLICA FEDERAL DE LA PAMPA GAUCHA

El antecedente más inmediato de este movimiento separatista es la publicación en 1990 del libro titulado "Va a nacer un nuevo país - REPUBLICA DE LA PAMPA".

El autor de este libro, IRTON MARX, se constituyó en el principal dirigente de este movimiento que está dirigido por un consejo de estado de 9 miembros.

Básicamente este movimiento separatista (no es el único de la región pero si el más importante), propone la formación de un nuevo estado integrado en principio por RIO GRANDE, PARANA y SANTA CATARINA.

Sus dirigentes argumentan que esa región de 577.000 kilómetros cuadrados y más de 20 millones de habitantes constituye el verdadero centro generador de riquezas para el país y que en las actuales circunstancias está subsidiando al resto del BRASIL, mediante la transferencia de fondos que son redistribuidos por el Gobierno Federal.

Existe además una razón de idiosincrasia derivada de los antecedentes históricos de esta región, sin desconocer el factor étnico, ya que las dos terceras partes de la población es de origen italiano y alemán.

Algunas referencias racistas del libro de MARX y el hecho de que los principales dirigentes tengan apellidos alemanes, han determinado que desde varios sectores se vincule a este movimiento con posiciones neonazis.

A pesar de que algunas publicaciones de la región de RIO GRANDE han informado de encuestas muy favorables a este movimiento, el acto de proclamación de esta "República", previsto para el mes de mayo de 1993, no pudo llevarse a cabo por la reducida concurrencia al mismo (no más de 500 personas que llegaron desde distintos puntos a SANTA CRUZ DO SUL).

17 3

Las autoridades brasileñas han asumido actitudes tendientes a desalentar cualquier iniciativa que atente contra la integridad territorial.

Dentro de este contexto se destaca que el domicilio de IRTON MARX fue allanado por la Policía y se confiscaron 400 ejemplares de su libro. Es de destacar además que el portavoz del Ejército Gral. GILBERTO SERRA advirtió que "si es necesario, el Ejército en última instancia recurrirá a las armas para combatir esos movimientos y garantizar la integridad del territorio nacional".

III - SITUACION ACTUAL

Desde el inicio de este movimiento, sus dirigentes realizaron manifestaciones públicas, tendientes a identificar intereses comunes de nuestro país con la región de RIO GRANDE DEL SUR.

En este sentido hay que puntualizar que la argumentación de los separatistas se orienta a ubicar a URUGUAY como actuando en condiciones desventajosas dentro del MERCOSUR. Es de destacar que el dirigente separatista HEBER GARCIA, nacido en MONTEVIDEO y radicado en BRASIL, manifestó que nuestro país sería beneficiado dentro del MERCOSUR si se logra la independencia de RIO GRANDE DEL SUR, PARANA y SANTA CATARINA.

Esta afirmación fue ratificada posteriormente por los dirigentes separatistas MARX y CARLOS SCHNEIDER, quienes concurrieron a MONTEVIDEO, y estuvieron presentes en la conmemoración de un nuevo aniversario de la Declaratoria de la Independencia en FLORIDA. En esta oportunidad IRTON MARX habló de un MERCOSUR "avasallador e imperialista", puntualizando que con URUGUAY "podemos constituir una sola cuenca arrocera, lechera y ganadera si BRASILIA no se metiera".

9508965

Corresponde puntualizar que estos dirigentes ya habían estado en nuestro país en el mes de junio, realizando. "diversos contactos formales e informales con sectores de la vida nacional uruguaya". Para ello el movimiento separatista cuenta en nuestro país con una "EMBAIXADA DO PAMPA GAUCHA".

Es importante subrayar además que el dirigentes CARLOS SCHNEIDER elogió al Ministro del Interior DIDIER OPERTTI por sus trabajos jurídicos donde advierte sobre "ciertos aspectos y riesgos del MERCOSUR".

IV - CONCLUSIONES

+ Actualmente el movimiento separatista no presenta un nivel de proyeccion dentro de BRASIL, que permita visualizar la concreción de su proyecto.

+ Las autoridades del vecino país han dado señales muy claras sobre la inviabilidad constitucional de este movimiento.

+ Existe una clara intención de los dirigentes separatistas de buscar apoyos en nuestro pais para su proyecto.

+ No se descarta que dentro de este contexto continúen las "aproximaciones diplomáticas" hacia figuras nacionales vinculadas con la politica o el sector empresarial, lo que en algún momento podría provocar algún planteamiento de parte de las autoridades brasileñas.

TITULO 4508966
PROCEDENCIA
FECHA
VISTO

507596
507466

M E M O R A N D U M Nro. 950228

DE: [illegible]

PARA: [illegible]

I.- ASUNTO: CIUDADANO IRAQUI

II.- T E X T O :

En horas de la madrugada del día 07 de los corrientes fue detenido por la policía en la Terminal Tres Cruces un ciudadano Iraquí, el cual se encontraba en actitud sospechosa, luego de haber tomado contacto con una pareja. El mismo fue trasladado a la Seccional 4ta. de Policía.

Fue confirmado el hecho, la persona en cuestión es MOHAMED RAID ABAS, ciudadano Iraquí radicado en Argentina, quien se encontraba según sus propias manifestaciones de visita turística.

El ciudadano de referencia se domicilia en la calle San Nicolás Nro. 074 (Capital Federal - República Argentina), es soltero, de 41 años y de profesión Ingeniero.

El día 1? del corriente mes esta persona habría realizado una denuncia en la Seccional 5a. por el hurto de TRAVELLERS, pero el día 07 a las 0800 hora en que fuera detenido se le encontraron U$S 1?? en TRAVELLERS y una filmadora.

El [illegible] fue [illegible] por un Oficial de la [illegible] Bu[illegible] en [illegible] con destino a Buenos Aires.

vinculado al 9508780 - 2

9508966

NOMBRE: MOHAMED

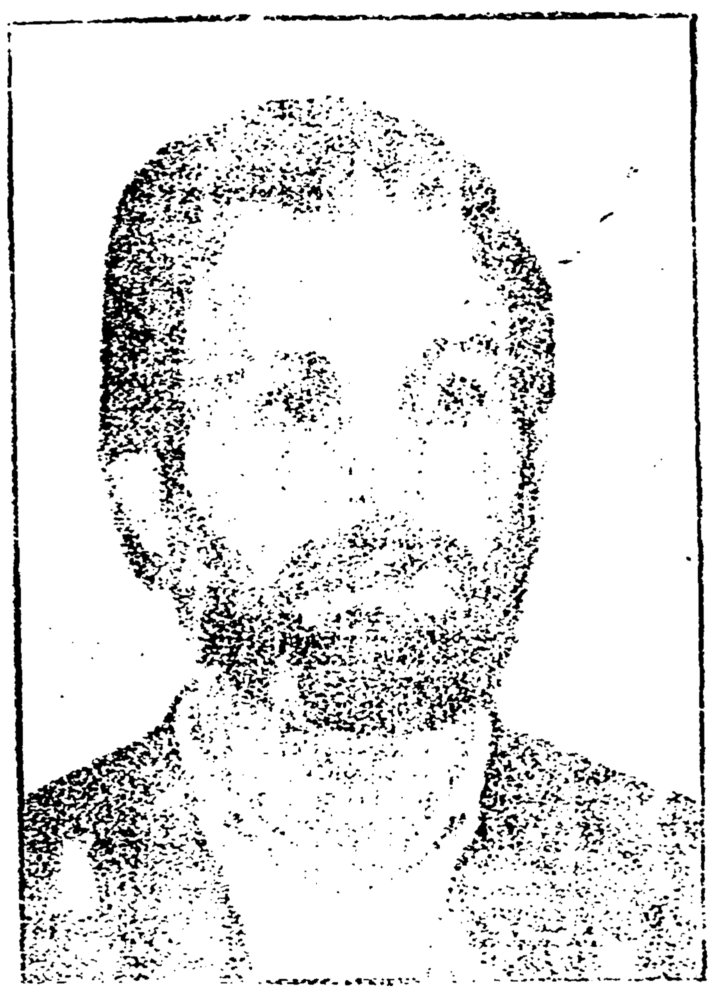
APELLIDO: RIAD ABAS

Fecha de Nacimiento: 1955

Lugar de Nacimiento: IRAK

D.N.I. Nº 18.707.098 (argentino)

- Naturalizado argentino en 1988.
- Responsable del CENTRO ISLAMICO URUGUAYO (Rivera 2317 y Duvimioso Terra) en MONTEVIDEO, (rama shiíta), que depende de MOSHEN RABBANI.
- Colabora con UBALDO PINO (converso al islamismo) quien adoptó el nombre de MOHAMED ALI SANAWBARIN.



95 8966

Montevideo, Viernes 15 Setiembre de 1995

###

j)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Prosigue OCUPADA - por parte de sus empleados en demanda a la reapertura de la Planta Industrial.
Inicio del conflicto 14-JUN-994.

B) FEDERACION OBRERA Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Se mantienen medidas de lucha en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

C) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL Y AFINES -U.N.T.M.A.- (L.A.Herrera 3972) En Asamblea del pasado - 9-Setiembre se resolvió realizar PAROS de 2 horas por turno y los fines de semana dos paros de 15' por turno. Para mediados de Setiembre, Mesa Redonda en el - Sector Automotríz.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) De acuerdo a la Asamblea del día de ayer se resolvió: HOY, PARO de 24 horas en reclamo de Presupuesto justo; 18-SETIEMBRE, se comenzará a implantarse un nuevo plan de medidas; 18-21-25 y 28-SETIEMBRE Jornadas de NO atención al público; 19 -22-26-y 29-SETIEMBRE, Jornadas de atención al público no realizándose trabajos internos tomando audiencias y 20 y 27-SETIEMBRE, Jornadas de Difusión con - PAROS parciales. Cabe agregar que durante todas las Movilizaciones se mantendrá guardias gremiales.

F) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL MTOP Continúan en conflicto instrumentando futuras movilizaciones.

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-SETIEMBRE comenzó un Paro Activo en reclamo de la aprobación a la propuesta original del Sr.Ministro.

H) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Continúa la "Huelga de Hambre" por parte de un funcionario y dos ex-funcionarias. El 15-SETIEMBRE no se atenderá a los asociados por convenio.
Inicio de Huelga de Hambre: 12-Setiembre 00.00Hs.-

I) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S. U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúa ocupadas por parte de 45 - obreros las obras de Rbla. República del Perú 1519 y 15-23 desde el 16-JUL-995.

J) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA -F.F.S.P.- (D.F.Crespo 2173) 16-SETIEMBRE CONCENTRACION en Plaza - Colón se todas las fuerzas vivas de la zona a efectos de recabar apoyo por el no cierre del Hospital Saint Bois. Respecto a la campaña de recolección de firma a nivel Nacional, estableciéndose que en Montevideo ya se recolectaron 20.000 firmas.

K) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) En Asamblea realizada en el día de ayer se resolvió llevar a cabo PAROS ROTATIVOS zonales los días 28 y 29-Setiembre y 2 y 3-Octubre.

002 E9508969

##

II)- INFORMACION GREMIAL

MOVILIZACION DE ESTUDIANTES DE BELLAS ARTES, ORGANIZACIONES SOCIALES, ECOLOGISTAS, JUVENILES y GREMIALES -Constancia-

En el día de ayer y en repudio de las Pruebas Nucleares que viene realizando la República Francesa; próximo a las 17.10' - distintas organizaciones sumando un total aproximado a las 150 personas se concentraron en la Av.18 de Julio y Andes. Posteriormente, inician la marcha por la calle Andes, llevando delante de esta a tres personas en "zancos" bailando y con cartel en la espalda que decía "NO A LA NUCLEAR", como también otro de - los manifestantes que hacia lanzamiento de fuego por la boca. Ya próximo a las 17.40' arriban a las inmediaciones de la Representación Diplomática de la República Francesa en nuestro País, donde entonan cánticos y tocan tamboriles para acto seguido tirar papeles y bolsas con reciduos a la vereda que ocupa dicha - Cancillería. Seguidamente continúa la marcha hasta llegar hasta la Plaza Fabini donde eran aguardados por seis personas vestidos de azúl y con máscaras encendiendo fuego dentro de tanques metálicos colocados en la vereda de la Plaza, dando inicio a la representación teatral programada pretendiendo demostrar el - daño que ocasiona las pruebas nucleares. Siendo las 19.15' se - dispersan del lugar. Cabe significar que durante la permanencia en la Embajada, se pudo detectar a personas que ingerían bebidas alcohólicas, así como fumaban cigarros de marihuana todo lo que se realizaba en forma pacífica; estableciéndose además - que los manifestantes no entraron ni intentaron ingresar a la Representación Diplomática, haciendo saber de que esta se encontraba con las puertas cerradas. Respecto a las pancartas, las mismas lucían el siguiente texto: NADIE TIENE DERECHO A DESTRUIR LO QUE NO PUEDE CREAR - NO AL MUNDIAL '98 EN UNA FRANCIA NUCLEAR - NO + EXPLOSIONES NUCLEARES.

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE PLUNA -A.F.PLUNA- (Maldonado 1287) En Asamblea realizada en la tarde de ayer se decidió aprobar el convenio a suscribir entre el Sindicato, PIT-CNT, PLUNA y el MTSS, referido a la adecuación presupuestal, licencias y redistribución.

FECHA 26/09/95 INICIAL (65)

Procesado a Sistema DRY

OBSERVACIONES

##

IV) INFORMACION DEL INTERIOR

HECHO DE SIMILARES CARACTERISTICAS AL COPAMIENTO DE SECCIONAL POLICIAL DE COLONIA -Averiguaciones-

Ante el hecho registrado el pasado 11-Agosto en la Seccional 13ra. de la localidad de Miguelete en el Departamento de Colonia, donde 4 personas -aún sin identificar- coparon la mencionada Dependencia Policial como también otras personas y en forma paralela pretendían sustraer los valores de la Sucursal del Banco República en dicha localidad, lo cual no consiguieron; el pasado 13-Setiembre se toma conocimiento, que un hecho de similares características ocurrio en la República Argentina. Tal novedad se registra a la hora 09.15' en la localidad de LUQUE -96 Kms. de la ciudad de Córdoba donde un grupo de ocho personas que se desplazaban en dos vehículos marca PEUGEOT, procediendo uno de éstos a copar la Sub Comisaría mientras que otro vehículo asaltaba la Sucursal Bancaria del Banco de la Provincia de Córdoba. En la entidad Bancaria redujeron a dos efectivos policiales -uno de ellos resultó agredido causándole traumatismo de cráneo- como también 10 personas -entre clientes y empleados- llevándose la suma de $ 500.000 (pesos Argentinos), Pistola Cal.9mm y otra Cal.11.25mm ambas pertenecientes a los Policías; mientras que de la Seccional se llevaron 3 Pistolas Cal.9mm, una ametralladora HALCON y un equipo HANDY. Conocidos los hechos, se montó un operativo, resultando que a la hora 16.00' y a 9kms. de la localidad de Luque (zona de MATORRALES) los delincuentes abandonaron los vehículos. Ya en horas de la noche fué detenido en la zona de MATORRALES uno de los delincuentes de apellido ZAMBIO y al día siguiente en horas de la mañana se procedió a la detención de otros dos delincuentes y de un vehículo de transporte de pasajeros se logra la detención de dos de los delincuentes, actuando en este último caso un Magistrado que entiende en la causa el cual entabló diálogo con los mismos para que se entregaran con las armas y parte del dinero, lo que resultó sin inconvenientes. Posteriormente a estos hechos, se localiza a dos delincuentes más, los que primeramente habían tomado como rehénes a ocupantes de un vehículo y luego de liberarlos se habían encondido en una finca tomando como rehénes a sus moradores. Una vez rodeada la mencionada finca y logrando un reportero de un medio de prensa entrevistar a los copadores, éstos se identificaron como Rosendo PERALTA y Fabián GUTIERREZ los que solicitaron la presencia de un Magistrado para dialogar, haciéndose presente el mismo, logrando que los involucrados se entregaran sin oponer resistencia. De todo lo expuesto, la Policía Federal del vecino País, estima que los autores del hecho serían un total de 9 personas y que se habrían recuperado la totalidad de las armas hurtadas salvo la ametralladora. Respecto a los hechos del pasado 11-Agosto en la localidad de Miguelete-COLONIA y del similar registrado en la Argentina, los investigadores no descartan que el hecho ocurrido en nuestro País estuvieran involucrados delincuentes Argentinos.

Biog. e.R.c

###

V)- INFORMACIONES VARIAS

HURTO DE EQUIPOS DE COMUNICACION Y ARMAS -Constancia-

Se ha tomado conocimiento, que en la finca de Río Negro 1103 apto.301, en ausencia de su propietario -Sr.José Luis VILA BA-- TISTA, o., divorciado, de 43 años (ex-funcionario de esta Dirección Nacional hasta el año 1978)- entre las horas 13 y 21.00', desconocidos le hurtaron tres armas de fuego Automáticas, dos - equipos HANDY al igual que un video grabador y U$S 2.800 en --- efectivo; agregándose, que el damnificado es funcionario en el Instituto de Ensayo de Materiales de la Facultad de Ingeniería como Docente y Administrativo. Entrevistada dicha persona, informa además que de su actual trabajo, es Radioaficionado registrado en la Dirección Nacional de Telecomunicaciones y Tesorero del Club de Radio de VHF. Con referencia a los equipos de comunicación expresa que uno de éstos es un VHF modificado el cual le permite captar la frecuencia policial y el otro un UHF Mod. U-12 de dos bandas comerciales, agregando que además se llevaron una Caja de Municiones Cal.22. Se hace constar, que en el lugar se apreció equipos de informática como también gran cantidad de equipos de radio de alto valor por lo que se presume que los autores del hecho estaban interesados en dinero ó simplemente carecían de algún medio de transporte para llevarse los equipos de referencia y demás objetos.-

005/5

9508969

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Sección: S.I.F.A.	Hoja: 1 / 1
	Evaluación: --------	Fecha: 11 / 09/95.-

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro. 070/95.

ASUNTO: Se solictan anotaciones de los siguientes ciudadanos.

De:	Para:
DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.	SEÑOR JEFE DE DPTO. I. DE LA D.G.I.D..-

TEXTO:

1) GODOY GUGLIELMELLI Edgard David (POSTULANTE)
F.NAC.: 25.02.66 **LUGAR:** Durazno.
C.I.: 3.428.402-4 **C.C.:** R.A.A. 9105
DOMICILIO: Morquio 1189 (Durazno).

GODOY Alberto (PADRE POSTULANTE)
F.NAC.: 11.11.44 **LUGAR:** Durazno.
C.I.: 4.083.641-5 **C.C.:** R.A.A. 5232
DOMICILIO: Ibiray 393 Apto.302 (Durazno).

GUGLIELMELLI MAURINO Alicia Ester (MADRE POSTULANTE)
F.NAC.: 28.03.48 **LUGAR:** Durazno.
C.I.: 3.210.756-7 **C.C.:** R.A.A.5711
DOMICILIO: Ibiray 393 Apto. 302 (Durazno).

CORREA ALBORNOZ Iris Raquel (ESPOSA POSTULANTE)
F.NAC. 23.08.66 **LUGAR:** Durazno.
C.I.: 2.563.259-9 **C.C.:** R.A.A. 9222
DOMICILIO: Morquio 1189 (Durazno).

GODOY GUGLIELMELLI Mónica Beatriz (HERMANA POSTULANTE)
F.NAC.: 26.08.69 **LUGAR:** Durazno.
C.I.: 3.144.287-1 **C.C.:** R.A.B. 21445
DOMICILIO: Gallinal y Colón s/n (Durazno)

GODOY GUGLIELMELLI Diego Fabian (HERMANO POSTULANTE)
F.NAC: 27.03.76 **LUGAR:** Durazno.
C.I.: 3.857.894-2 **C.C.:** R.B.A. 33225
DOMICILIO: Wilson Ferreira 393 (Durazno).

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
19 SET. 1995
Antecedentes
Nº 9508972

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.-
CORONEL (AV)
RODOLFO P. LEGUISAMO.-

RESERVADO

9508972

Sección: S.I.F.A.

Hoja: 1/2

Evaluación:

Fecha: / /

SERVICIO DE INFORMACION

SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nº 073/95

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos.

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.-

Para: SEÑOR JEFE DE DPTO. I. DE LA D.G.I.D.

TEXTO:

1) CANTERO DIAZ José Mario (POSTULANTE)
F.Nac. 01/06/74 Lugar : Durazno
C.I. 4.226.438-1 C.C. Serie RBD 19461
Dom. Baltasar Brum 791 Durazno

CANTERO BUDES Estirle (PADRE POST.)
F. Nac. 14/09/44 Lugar Durazno
C.I. 3.504.468-7 C.C. Serie RAA 5264
Dom. Baltasar Brum 791 Durazno

DIAZ RODRIGUEZ Blanca Azucena (MADRE POST.)
F. Nac. 19/10/48 Lugar Durazno
C.I. 3.914.213-0 C.C. Serie RBD 12419
Dom. Idem anterior

CANTERO DIAZ María Cristina (HERMANA POST.)
F.Nac. 25/11/75 Durazno
C.I. 4.226.439-7 C.C. Serie RBD 19812
Dom. Idem anterior

CANTERO DIAZ Alejandra Raquel (HERMANA POST.)
F.Nac. 19/09/77 Lugar Durazno
C.I. 4.226.437-5 C.C. No tiene.
Dom. Idem anterior

CHAPARRO SABORIDO María Laura (ESPOSA POST.)
F. Nac. 27/12/79 Lugar Durazno
C.I. 4.136.294-2 C.C. No tiene.
Dom. Idem anterior.-

8/9/95
392

2) SAPRIZA SANTINI Mariano Raúl (Postulante)
F.Nac. 31/01/65 Lugar Durazno
C.I. 3.705.471-7 C.C. Serie RAB 19094
Dom. Batlle Nro. 450 Durazno

SAPRIZA SAN ROMAN Mariano (Padre POST.)
F.Nac. 12/03/40 Lugar Durazno
C.I. 2.522.737-2 C.C. Serie RCB 343
Dom. Ruta 100 Km. 70 Durazno.

SANTINI VIGNOLO Teresita (MADRE POST.)
F.Nac. 04/02/42 Lugar Durazno
C.I. 2.505.450-7 C.C. Serie RAB 12.612
Dom. Batlle 450 Durazno.

19 SET. 1995
Antecedentes
Nº 9508975

001/2

9508975

RESERVADO

SAPRIZA SANTINI Adriana (HERMANA POST.)
F.Nac. 19/06/66 Lugar : Durazno
C.I. 3.705.470-1 C.C. RAB 19285
Dom. Edificio RODO Apto. 307 Durazno.

SAPRIZA SANTINI Delia Inés (HERMANA POST.)
F.NAC. 31/12/77 Lugar :Durazno
C.I. 4.164.694-8 C.C. Nº tiene
Dom. Batlle 450 Durazno.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.-
CORONEL (AV)
RODOLFO F. LEGUISAMO.-

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 18 Setiembre de 1995.
Nº Com. 9508975. Fecha 18.9.95.
Pase a: S.D. I
A: PARA QUE DE CUMPLIMIENTO A LO ESTABLECIDO -
Prioridad:
Observaciones:

102/2

9508975

RESERVADO

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

13 SET 1995

Antecedentes

Sección: S.I.F.A.

1 / 3

Evaluación:

11/09/ 95

DOCUMENTO: 9508976 SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nº 074/95.-

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos:

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.-

Para: SEÑOR JEFE DE DPTO. I. DE LA D.G.I.D.

TEXTO: POSTULANTE:ANA LUISA OLIVERA MALDONADO/F.N.15-07-73-/C.I.2 858.076-3
C.C.A.K.D.9833/EST.CIVIL SOLTERA/DOM.DURAZNO 1113 APTO.101.

PADRE:JOSE LUIS OLIVERA /F.N.07-12-35-C.I.3.177.531-3/C.C.K.B.A. 20132
EST.CIVIL CASADO/DOM.LORENZO GEYRE/PROFESION PERITO AGRONOMO.

MADRE:BLANCA MARIA MALDONADO FERNANDEZ/F.N.24-12-44-/C.I.2.858.078-5
EST.CIVIL CASADA/C.C.A.K.B.9832 /PROFESION LABORES/DOM.LORENZO GEYRE.

HERMANOS:MARIA CECILIA OLIVERA MALDONADO/F.N.14-06-77-/C.I.2.858.097-9
PROFESION ESTUDIANTE/DOM.DURAZNO 1113 /EST.CIVIL SOLTERA.

POSTULANTE:EVA TATIANA FERNANDEZ SAN MARIN/F.N.06-04-74-/C.I.2.520.033-4
C.C.A.L.A. 9557/EST.CIVIL SOLTERA./DOM.CANELONES 1560 APTO.203.

PADRE:ELARDINO FERNANDEZ RODRIGUEZ/F.N.06-02-38-C.I.3.407.939-4/C.C.H.E.B.947
EST.CIVIL CASADO/DOM.ZAPICAN 386/PROFESION ADMINISTRATIVO.

MADRE:MARIA RUTH SAN MARTIN FARIAS/F.N.24-04-34-/C.C.I.2.589.463-0/C.C.H.A.A.7062
EST.CIVIL DIVORCIADA/DOM.BLOCK A.2.CALLE ARTIGAS/PROFESION MAESTRA.

POSTULANTE:ROCIO NATALIA NUÑEZ BERAZATEGUI/FN.17-02-76-/C.I.3.497.730-6/C.C.B.D.B.6431
EST.CIVIL SOLTERA/DOM.CNO.MALDONADO 7 CERROS 7923/

NELSON ARIEL NUÑEZ REBOLIZ/F.N.08--08-53-/C.I.1.644.530-5/C.C.C.M.E.2533
EST.CIVIL CASADO/DOM.RUTA 102 KM.23.500 MADRID S/N.PROFESION MILITAR.

MADRE:INES NORA BERAZATEGUI:F.N.12-06-57/C.I.1.623.372-4/C.C.B.D.B.48543/EST.CIVIL
DIVORCIADA /DOM. IDEM.POSTULANTE./PROFESION LABORES

004/5

RESERVADO

9508976

HERMANOS:MAURICIO JAVIER NUÑEZ BERAZATEGUI/F.N.05-06-74-/C.I.3.497.731-2
EST.CIVIL CASADO/DOM.IDEM.POSTULANTE.PROFESION.EMPLEADO.

GABRIELA GIOVANA NUÑEZ BERAZATEGUI:F.N.24-11-78-C.I.3.497.711-8
EST.CIVIL SOLTERA/DOM.IDEM.POSTULANTE.PROFESION ESTUDIANTE.

002 9503976

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección:
Evaluación:

213

/ /

DOCUMENTO: Cont. Sol. Ant. Nº 074/95.

De:

Para:

TEXTO: POSTULANTE: YENNY KAREN PERAZA DIAZ/F.N.29-5-75/C.I:3.822.815-1/C.C:ODA N°8286/
ESTADO CIVIL:SOLTERA/DOMICILIO:MERCEDES 1677 Apto 3/

PADRE:EDISON WHASINGTON PERAZA RIVERO/F.N.)07/03/49/C.C.O.D.A.7513/C.I.3.256.035-5
EST.CIVIL.DIVORCIADO/DOM.BENTANCOUR 1025/PROFESION MEDICO.

MADRE:MARIA CRISTINA DIAZ JONES/F.N.)02-08-56-/C.I.4.069.139-9/C.C.O.D.A.7622
EST.CIVIL DIVORCIADA/DOM.RUTA 45 KM.85.PROFESION LABORES.

HERMANOS:LUZ MARIA PERAZA DIAZ/F.N.08-01-77-/C.I.4.069.146-9/C.C.O.D.A.8585
EST.CIVIL SOLTERA/PROFESION ESTUDIANTE./RUTA 45KM.85.

- PATRICIA ELIZABET PERAZA DIAZ/F.N.09-12-79-/EST.CIVIL:SOLTERA/
PROFESION:ESTUDIANTE/DOMICILIO:RUTA 45 KM85.

- WILSON CONO PERAZA DIAZ/F.N:13/11/83/EST.CIVIL:SOLTERO/PROFESION:
ESTUDIANTE/DOMICILIO:RUTA 45 KM 85.

- WASHINGTON DANILO PERAZA DIAZ/F.N:22/02/86/PROFESION:ESTUDIANTE/
DOMICILIO:RUTA 45 KM 85.

POSTULANTE:ANA MARGARITA DELGADO TRINIDAD/F.N:20/05/75/C.I:3.491.746-1/C.C:
T.A.B. N°6131/ESTADO CIVIL:SOLTERA/DOMICILIO:SIRACUSA 2218.

PADRE:RUBEN NERY DELGADO /F.N.28-01-49-/C.I.2.657.703-3/C.C.T.A.A.30879/EST.CIVIL
CASADO /DOM.APOLO S/N.PROFESION EMPLEADO RURAL.

MADRE:ALAI TRINIDAD BENITEZ/F.N.06-07-46-/C.I.1.352.437-6/C.C.T.A.A.32532.
EST.CIVIL CASADA/DOM.APOLO S/N. PROFESION LABORES.

RESERVADO

003

9508376

HERMANOS: RUBEN NERY DELGADO TRINIDAD/F.N.01-06-75-/C.I.3.491.745-5/C.C.T.A.B.7506
EST.CASADO /PROFESION MILITAR/DOM. APOLO II S/N.

SUSANA MARYAN DELGADO TRINIDAD/F.N.12-10-74-/C.I.3.971.141-8/CC.T.A.B.7605
SOLTERA PROFESION LABORES.

FERNANDO JAVIER DELGADO TRINIDAD/F.N.12-10-76-/C.I.4.003.408-5/C.C.T.A.B+8283
EST.CIVIL SOLTERO/PROFESION EMPLEADO RURAL/DOM.APOLO II S/N.

004

9508976

RESERVADO

Fuerza Aérea
COMANDO GENERAL
Servicio de Información

Sección

Evaluación.

Hoja: 3/3

Fecha: / /

DOCUMENTO:

Cont. Sol. Ant. Nº 074/95.-

De:

Para:

TEXTO:

Postulante: ALVAREZ AMARANTE, María Beatriz
F.N. 18-01-61 Lugar: Mdeo.
C.I. 1.706015_0 C.C. B.O.A. 9735 / Cap. Lacoste 4623

Padre: ALVAREZ ALAYON, GUZMAN
F.N. 12-01-24 Lugar: Canelones
C.I. 587653

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.
CORONEL (AV)
RODOLFO F. LEGUISAMO.-

M.D.N. - D.G.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 18 Setiembre de 1995.
Nº C... 9508976 ... salida 18.9.95
F... S.D. I
A... PARA QUE DE CUMPLIMIENTO A LO ESTABLECIDO.-
Prioridad:
Observaciones:

006/5

9508976

RESERVADO

ORIGINAL 1/2

MEMORANDUM No. 950226 / Fecha : 15/SET/95

I: ASUNTO: ACTIVIDADES DE LA COORDINADORA DE ESTUDIANTES Y OTROS.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

18 SET 1995

IV: TEXTO:

9508977

A traves de una Fuente Amiga se tomó conocimiento que el dia 11 del corriente a las 22.00 horas se llevó a cabo una reunion en el Local del Liceo 19.

En la misma se presentaron 2 N.N.F. (una de ellas dijo ser alumna del Liceo Nro. 14) y se presentaron como organizadoras de la movilizacion contra las pruebas nucleares de Francia en el Atolón de Mururoa.

Las mismas pasaron clase por clase explicando la situacion y buscaban contacto con dirigentes estudiantiles para coordinar con la organizacion estudiantil, acciones en este tenor.

Se supo ademas que se estaba proyectando una concentracion para el 14 de Setiembre a las 17.00 horas y posterior Marcha hacia la Plaza del Entrevero, donde se simularia el estallido de una bomba nuclear; siendo uno de los objetivos llegar a apedrear la Embajada de Francia.

Dijeron que tenian el apoyo de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y por las descripciones que dieron de las personas con las que trataron, podrian tratarse de Jose Manuel MANEIRO -- LARANGA y Juan Pablo MIRZA BASERGHI.

Se previo para el dia 12 a las 17.30 horas una reunion para ajustar detalles en Av. Millan Nro. 4113 esquina Petain donde se realizan las publicaciones de la "RED DE ECOLOGIA SOCIAL ("REDES") - AMIGOS DE LA TIERRA. URUGUAY" (de tendencia Anarquista).

Posteriormente se establece que la referida reunion se realizo dos horas y media despues de lo previsto dando comienzo a las 22.00 horas y culminando a las 22.30 horas. Conto con la participacion de unas 30 personas representando a las siguientes organizaciones: "SERPAJ", "MOVIMIENTO ALTERNATIVA JUVENIL", "FEDERACION ANARQUISTA DEL URUGUAY (F.A.U.)", FACULTAD DE QUIMICA, FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS FACULTAD DE AGRONOMIA, ORGANIZACIONES DE JUBILADOS y "COORDINADORA DE ESTUDIANTES".

Comenzo hablando un tal "TATO" quien confirmo que el dia 14 a las 17.00 horas se realizaria una concentracion en Andes y 18 de Julio con posterior marcha hasta la Embajada de Francia y vuelta a 18 de Julio hasta la Plaza del Entrevero, lugar al que procurarian llevar algunos tanques simulando contener elementos toxicos, para luego prenderles fuego. Los manifestantes llevaran las tipicas mascaras de cartulina.

Se planifico y se confirmo una especie de ocupacion a la Embajada de Francia; la idea es hacerla antes o durante la marcha utilizando l horario de atencion al publico de la Biblioteca que funciona en la Embajada, entrando de a uno hasta llegar a un numero de seir o [illegible] para intentar tomar algun tipo de medida, que podria ser una sentada o intentar ingresar a las instalaciones de la Embajada.

El representante de SERPAJ se habria encargado de comunicar a los medios de Prensa para que en caso de poder realizar la ocupación, la prensa pueda testimoniar el desalojo; en tanto que otros se encargarian de traer la manifestacion que en ese momento estaria en Plaza del Entrevero haciendo el simulacro de explosion nuclear, para que la manifestacion sea de mayores proporciones y mas notada.

Se pudo constatar que varias son las organizaciones además de "REDES", que mantienen una franca lucha contra las pruebas nucleares de Francia en el Atolón de Mururoa y que ademas promueven un "boicot a los productos franceses en Uruguay " y un "boicot a Francia como sede del Mundial 98": a saber

- "PACTO ACCION ECOLOGICA DE AMERICA LATINA".
- "RED JUVENIL LATINOAMERICANA POR UN DESARROLLO SUSTENTABLE".
- "RED URUGUAYA DE ONGS AMBIENTALISTAS".
- "GELP" (GRUPO ECOLOGISTA LAS PIEDRAS)
- "GEMA" (GRUPO ESTUDIANTIL MEDIO AMBIENTE)
- "GJAE" (GRUPO JUVENIL DE ACCION ECOLOGICA)

0002/2 *9508977

9508978

SECRETO ORIGINAL 1/2

MEMORANDUM No.950127 y Fecha : 15/SET/95

I: ASUNTO: VINCULACIONES DEL S.E.S. CON EL M.T.P.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

A traves de una Fuente Amiga se tomó conocimiento de que el dia 13 del corriente en el Local del S.E.S. se llevó a cabo una reunión de carácter secreto a la que aistieron: José Ignacio CHAUVIN ALVEAR ("ECU"), Maria Beatriz LIMA ("CHARO"), un N.N.M perteneciente a PARALELO 38, (Cerro), Juan Pablo MIRZA BASERGHI ("JUAN PABLO"), y Jose Manuel MANEIRO LARANGA ("GALLEGO").

El último de los nombrados se hizo presente recién después de que el resto ya estaba reunido en una habitación (a la que ninguna otra persona tenia autorizado el ingreso), acompañado de dos N.N.M. que según manifestaron pertenecian al M.T.P. (MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA) de Argentina.

Estas personas manifestaron ser ideólogos de la referida organización como asi también haber participado directamente en los hechos de "LA TABLADA", pudiéndose apreciar en uno de ellos grandes cicatrices en su rostro que segun él son "el recuerdo de su participacion en "LA TABLADA"".-

Los visitantes manifestaron haber venido al pais a interiorizarse de la situacion actual asi como a ofrecer su apoyo para cualquier acción que se deseara emprender (hablaron especificamente de apoyo con armas y hombres).

Expresaron además que estarian preparados para emprender una acción violenta de similares características a las de "LA TABLADA" pero de mayores proporciones diciendo que contarian con 10.000 hombres, asi como armamento y apoyo exterior (nombrando incluso a una organizacion de EE.UU. dedicada a la defensa de los derechos humanos ,no pudiendo la fuente aportar más datos sobre la misma).

Cabe destacar que una vez terminada la reunion los antes nombrados se retiraron del Local acompañados por Jose Manuel MANEIRO LARANGA ("GALLEGO") al cual momentos antes le entregaron un sobre con lo que presumiblemente serian sus datos y la forma de ubicarlos.

Es de hacer notar que en el momento de retirarse los visitantes acompañados por MANEIRO, tampoco se permitió a ninguno de los presentes retirarse de la habitación por espacio de 20 minutos.

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.
Copia 1: Señor Jefe del Departamento II.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(M.A.)

Cantero Lipe ?
Estefanis.
GB3 1233 ...

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 18 DE SETIEMBRE DE 1995.-

T.I. N°217/B/95.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Elevo a usted el Pedido de Colaboración recibido de una agencia amiga, a los efectos que la Sub-Dirección Interior nos pueda proporcionar la siguiente información:

ASUNTO: STEFANY CANTERO

1) STEFANY CANTERO, posiblemente ciudadana uruguaya, residiría en la Calle San Salvador N° 1721,Apto.04- MONTEVIDEO/URUGUAY, y sería vinculada a movimientos políticos de izquierda.
2) STEFANY estaría procurando mantener contacto con elementos de izquierda brasileira, con objetivo desconocido.

SE REQUIERE:

CONFIRMACION DE SI ES CIUDADANA URUGUAYA

CONFIRMACION DE SU DIRECCION Y TELEFONO

ACTIVIDADES DESARROLLADAS (PROFESIONALES ETC.)

REGISTROS CRIMINALES

DATOS PATROMINICOS, COMO NOMBRE COMPLETO, FECHA DE NACIMIENTO, FILIACION Y ESTADO CIVIL

CUALQUIER OTRO DATO DE INTERES.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

C/C (CG.)

Enzo Baudo

21/8/95
58/204

Ant. Brg. 9508979

001/2

9508979

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

MONTEVIDEO, 18 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud presentada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

C/N (CG)

Juan M. Herrera

al DI

950879

/2

950879

SDE

BOLIVIA - CHILE

Problemas derivados de la integración bilateral

BOLIVIA y CHILE se encuentran en un proceso de integración económica -generado sin el amparo de relaciones diplomáticas- que determina una creciente interdependencia.

El acuerdo de Complementación Económica vigente, no obstante la desequilibrada balanza comercial en favor de CHILE, avanza decididamente hacia el establecimiento de una zona de libre comercio. El interés chileno en BOLIVIA no se reduce a la exportación de bienes -constituye su tercer mercado detrás de EE.UU y ARGENTINA-. En efecto, sus inversiones en los últimos 18 meses han sido de U$S 50 millones y actualmente compite por acceder al sector de telecomunicaciones y energía, a través de su participación en el proceso de privatización.

BOLIVIA, a favor del crecimiento de sus exportaciones, brega por constituirse en el proveedor de gas de los países del marco regional y, superando sus reivindicaciones marítimas, efectúa serios intentos para perfeccionar las vías de acceso a los puertos chilenos a fin de facilitar la salida de sus productos hacia mercados extracontinentales.

Más aún, esta permanente reclamación -regulada por el Tratado de Paz y Amistad de 1904- es cuestionada actualmente por empresarios ubicados a ambos lados de la frontera, en ocasiones en franca contraposición con las negociaciones que efectúan sus respectivos gobiernos.

Paralelamente, la crítica situación que viven las ciudades-puerto del norte de CHILE ha generado una violenta competencia entre ellas en pos de recibir la carga boliviana. El puerto chileno preferentemente utilizado por BOLIVIA para exportar sus productos es ARICA, ubicado en la Primera Región, seguido por ANTOFAGASTA, con un volumen menor. Por su parte sus importaciones ingresan a través de IQUIQUE.

En este contexto cabe agregar que un plan gubernamental chileno para reactivar las actividades portuarias de ARICA (Ley de Fomento de ARICA), en el límite con PERU, por el que, entre otras medidas, se crea una zona libre de impuestos (zona franca encubierta) provocó el enérgico rechazo de IQUIQUE ante el temor de perder las ventajas derivadas de su propia zona franca. Por otra parte, empresarios de esta ciudad y de ORURO (BOLIVIA) solicitaron la terminación de 360 km. de la carretera que unirá a ambas localidades en un plazo no mayor de 4 años, vía de comunicación considerada parte del corredor interocéanico.

Debe resaltarse que dicha ciudad boliviana constituye el nudo carretero que conecta los puertos en el PACIFICO de ILO (PERU), ARICA e IQUIQUE (CHILE), para continuar hacia el ATLANTICO por COCHABAMBA, SANTA CRUZ, CORUMBA, CAMPO GRANDE, SAN PABLO, SANTOS Y PARANAGUA. Estos ramales conectan a su vez a LA PAZ, ASUNCION, BRASILIA Y RIO DE JANEIRO.

Por otra parte, los transportistas chilenos presionan a su gobierno para que se modifique la cláusula del Tratado de 1904 que otorga el monopolio de la carga de ultramar a sus similares bolivianos. Con referencia a este tema, cabe recordar que BOLIVIA decidió el cierre temporal del Paso de CHARAÑA (27MAR95) debido al intenso contrabando que se registraba en dicho paso, provocando la disminución del ingreso de mercaderías.

Frente a tal medida la empresa administradora de puertos chilenos (EMPORCHI), que realiza con exclusividad las operaciones de carga y descarga, decidió cobrar el almacenaje de la carga boliviana en ARICA y ANTOFAGASTA a partir de JUN95.

La réplica boliviana profundizó la tensión. En efecto, la Administración Autónoma de Almacenes Aduaneros (AADA) anunció que desde fecha similar rescindiría el contrato que otorgaba a EMPORCHI el servicio de intermediación para la carga boliviana, en resguardo de los intereses del comercio exterior de su país, y que procedería a la contratación directa de esos servicios con empresas que ofrecieran condiciones más ventajosas (se podría obtener una disminución de 8 a 2 dólares por tonelada de carga).

Asimismo solicitó al gobierno que, de manera inmediata, se posibilitara el desvío de la carga por los puertos peruanos de ILO y MATARANI, firmando los convenios que fueran necesarios para no depender de la intermediación chilena.

Los altos costos y un deficiente servicio (en ARICA se contaminaron 43.800 bolsas de harina con destino a BOLIVIA al ser depositadas cerca de una sustancia química nociva) provocaron también la reacción de las cámaras empresariales bolivianas pero, en este caso, no sólo hacia EMPORCHI. Sus críticas se dirigieron también hacia AADA, pidiendo que esa institución abandonara su rol de intermediaria en el comercio exterior y que fuera transferida al sector privado porque encarecería los costos en una proporción mayor que la empresa chilena.

El gobierno boliviano salió al cruce de las distintas versiones, aclarando que no existiría una ruptura del acuerdo con CHILE para el uso de puertos y que las divergencias se encontraban en proceso de negociación.

Apreciación

Cualquier modificación del Tratado de 1904 y los convenios posteriores en materia de facilidades portuarias para el comercio exterior boliviano, tal como lo solicitan autoridades regionales y empresarios de ambos lados de la frontera en defensa de sus intereses, requiere el acuerdo previo de ambas cancillerías y la ratificación parlamentaria.

La fuerte presión ejercida por instituciones intermedias y grupos empresariales demostraría la ineficacia de los sectores oficiales en ambos países para resolver los problemas derivados de la integración económica en una zona destinada a convertirse en un nudo vital del comercio intrarregional.

En cuanto a CHILE en particular, los obstáculos que impiden resolver la grave crisis económica que atraviesa la Primer Región han llevado a sus representantes a enfrentarse con el gobierno central y a una despiadada competencia entre las ciudades-puerto en pos de su supervivencia. Para ARICA, ILO (PERU) representa la misma amenaza que el reciclado y privatizado puerto de MEJILLONES (CHILE). Y, para cualquier puerto chileno, BOLIVIA representa un cliente importante, tanto más cuanto constituye un intermediario en la ruta hacia el ATLANTICO.

Si la situación se mantiene sin cambios, la actual importancia de ARICA y ANTOFAGASTA para la carga boliviana se verá reducida y trasladada a ILO y MEJILLONES. Tal hipótesis es observada con preocupación en SANTIAGO por las implicaciones geoestratégicas de un significativo debilitamiento de las actividades en la Primera Región.

En BOLIVIA, la acción de gobierno ha quedado superada por las iniciativas privadas, obligando a la Administración de SANCHEZ DE LOZADA a acelerar la toma de decisiones. No obstante, la solución de fondo al problema del transporte y embarque de la carga -cualquiera fuere la alternativa- insumirá tiempo e inversiones en infraestructura así como cambios en la política de comercio exterior y en los intinerarios, en el caso de que se opte por otros puertos.

En definitiva, los distintos intereses que convergen en el transporte del comercio zonal y los cambios en la naturaleza de los productos, en un principio mayormente compuestos por minerales, determinan la necesidad de adecuar las normas vigentes y la reducción de costos. De tal modo, se estima que ambos gobiernos otorgarán prioridad al perfeccionamiento de las vías de comunicación y a la remoción de obstáculos que entorpecen el tránsito de mercaderías, en la medida que ello no afecte la seguridad y el medio ambiente.

N° 9508981 √
T: PERU: Situación actual (JULIO 95) (COMPLETA).
F: 515075
FE: 31-7-95
VI: 11921. 66847. 11164 11302. 11304 / 11161 11163 11165.

SIDE

PERU

SINTESIS ANALITICA DE LA SITUACION ACTUAL

- Las claves del triunfo de FUJIMORI: Estabilidad económica y lucha contrasubversiva efectiva

Las metas del Presidente Alberto FUJIMORI, al asumir por primera vez la Presidencia de PERU, se centraron en combatir la subversión y reordenar la economía, adaptándola a las corrientes internacionales prevalecientes, para reinsertar al PERU en la comunidad financiera.

El logro de objetivos relevantes: la estabilidad económica y la desarticulación de grupos guerrilleros, le permitió acceder a un nuevo período presidencial -1995/2000- con la adhesión del 64% del electorado, porcentaje récord en la historia de la democracia peruana.

No obstante, los resultados exitosos en los aspectos previamente citados no se tradujeron en mejoras significativas en el área social: la mitad de la población se ve afectada por pobreza endémica y un sector considerable vive en la indigencia. En tanto, el índice de desempleo no muestra signos de disminución.

La magnitud del apoyo ciudadano a FUJIMORI refuerza un estilo de conducción personalista y relativiza la posibilidad de cambios de relevancia en la conducción política; más bien se espera una profundización de los programas en ejecución.

- Crisis del tradicional sistema de partidos.

El resultado de los recientes comicios expresó el rechazo del electorado a los partidos tradicionales y permitió la consolidación de las agrupaciones independientes, las que reunieron más del 90% de los sufragios.

Una nueva ley obliga a los partidos que han quedado eliminados del Registro del Jurado Nacional de Elecciones a conseguir 500.000 firmas para continuar con sus actividades y participar en las próximas elecciones municipales programadas para NOV95, momento clave para detectar las posibilidades de supervivencia de las agrupaciones políticas históricas.

- Las FF.AA continúan gravitando.

Las instituciones castrenses, especialmente los altos mandos del Ejército tuvieron una decisiva intervención durante el primer gobierno de FUJIMORI y continúan participando en forma determinante en las decisiones nacionales. Consituyen el principal factor de poder del sistema sin por ello obstaculizar las metas y/o programas del Ejecutivo.

La reciente promulgación de la Ley de Amnistía cuyos beneficios se hicieron extensivos a los militares que participaron tanto en la contrasubversión y en el intento de golpe de Estado como a aquellos acusados de "infidencia" -por sus declaraciones sobre el conflicto peruano-ecuatoriano- conmocionó a la opinión pública nacional e internacional y desató profundas polémicas aún irresueltas.

- **Más allá, los Poderes del Estado.**

En este segundo mandato los dos Vicepresidentes que acompañan a FUJIMORI son ajenos a toda militancia política, a pesar de lo cual desplazaron a militantes del partido oficialista en la fórmula presidencial. Este hecho podría reflejar la intención del Presidente de evitar interferencias en el ejercicio del poder.

El Congreso Constituyente Democrático, creado a partir del 22NOV92, asumió funciones de un parlamento ordinario. En el nuevo período, 67 de las 120 bancas serán ocupadas por legisladores oficialistas lo que permite suponer que el Presidente no enfrentará grandes resistencias de este cuerpo a sus iniciativas.

El Poder Judicial ha sido reiteradamente vinculado a la corrupción -que involucra a gran parte del aparato estatal-. No obstante aún no se han instrumentado las reformas planteadas en la nueva constitución.

- **El "milagro" económico peruano y sus costos**

En el transcurso del primer mandato, el área económica experimentó una transformación común para la mayoría de las naciones, orientadas por las directrices emitidas por el Fondo Monetario Internacional: reducción del aparato burocrático estatal y consecuente transferencia de empresas al sector privado, levantamiento de las barreras que obstruían el intercambio comercial, estimulación de la reconversión fabril, eliminación de regímenes de promoción y subsidios.

El abatimiento del proceso inflacionario, la recuperación del crecimiento, la captación de inversiones, la eliminación de la evasión tributaria, el incremento del stock de reservas internacionales y la reprogramación de la deuda externa pueden considerarse los éxitos del programa. El desbalance del saldo del comercio exterior y los costos sociales de dicho plan constituyen los signos indeseados del modelo.

- **Los vínculos con los países desarrollados son y serán prioritarios.**

En el ámbito de las relaciones internacionales, la estrategia de FUJIMORI consistió en estrechar vínculos con los países que pudiesen cooperar en la recuperación económica del PERU. De esta manera se incrementaron las conexiones y actividades con JAPON, EE.UU. y la UE. Como contrapartida se relegaron los contactos con el resto de AMERICA.

No obstante, PERU mantiene vigentes acuerdos comerciales con ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAY, URUGUAY, BOLIVIA, COLOMBIA, VENEZUELA y CHILE.

La confrontación bélica con ECUADOR repercutió en el marco regional, vulnerando aún más el ya debilitado PACTO ANDINO. Asimismo, existen temas pendientes de definición con CHILE, BOLIVIA y BRASIL.

Finalmente, con relación a nuestro país, luego de que fuera superado el debilitamiento de los vínculos tradicionales provocado por el autogolpe de ABR92, se suscitaron incidentes aislados que amenazaron con enturbiar nuevamente la relación -el asilo otorgado por ARGENTINA al Gral. ROBLES y, más recientemente, el tema de la supuesta venta de armas argentinas a ECUADOR-.

Sin embargo, la similitud de los procesos económicos en marcha, el pragmatismo que identifica al presidente peruano y el hecho de que los mandatarios de ambos países inician casi simultáneamente un segundo período de gobierno contribuirían a consolidar la relación bilateral.

TEMARIO

ESTADISTICAS GENERALES

Nombre oficial:	**República del PERU**
Capital	**LIMA**
Superficie territorial:	**1.285.216 Km2.**
Población total:	**22.639.443 Habs.**
Población urbana:	**69 %**
Población rural:	**31 %**
Densidad (hab./Km2):	**17,3**
Principales ciudades:	**AREQUIPA, TRUJILLO, CHICLAYO, PIURA, CUSCO e IQUITOS.**
Tasa bruta de natalidad:	**4,1 % (1970), 2,7 % (1991)**
Tasa bruta de mortalidad:	**1,4 % (1970), 0,8 % (1991)**
Tasa de fecundidad total:	**6,0 % (1970), 3,4 % (1991)**
Tasa de mortalidad infantil:	**10,8 % (1970), 5,3 % (1991)**
Expectativa de vida:	**64 años**
Moneda:	**Nuevo Sol (S)**
Deuda externa:	**U$S 23.000 millones (JUN94)**
Tipo de cambio:	**U$S 1 = S 2,24 (11JUL95)**
Religión oficial:	**Católica (95 %)**
Grupos étnicos:	**quechuas 47,1 %, mestizos 32,0 %, blancos 12,0 %, otros (indios y orientales) 8,9 %**
Idiomas:	**español (oficial), quechua, aymará.**
Salud:	**- Profesionales por cada 10.000 habitantes** **médicos: 10,3** **odontólogos: 2,4** **obstetras: 1,7** **enfermeras: 7,9** **- Enfermedades** **Enfermedades infecciosas intestinales, tuberculosis, tifus, sarampion, SIDA.** **- Epidemias** **Casos de cólera : 139.000 (entre el 05FEB91 y el 10ABR91)**
Educación:	**Analfabetismo: 15 % (1994)**

I - ACTUALIDAD NACIONAL

- Balance de gestión

El 28JUL90 Alberto FUJIMORI (Anexo I) asumió por primera vez el gobierno del PERU. A partir de esta fecha se inició una transformación de las políticas aplicadas durante los años precedentes. Las metas del mandatario se centraron en el combate contra la subversión, el reordenamiento económico y su adaptación a las corrientes mundiales prevalecientes, y el reingreso en la comunidad financiera.

El logro de una considerable porción de los objetivos precitados le permitió la reelección el 09ABR para un segundo período de gobierno -1995/2000-. En dicha oportunidad logró un triunfo devastador para sus 13 adversarios, dejando en un lejano segundo lugar a Javier PEREZ de CUELLAR. En 1990, de manera similar, había arrasado con las ambiciones políticas de Mario VARGAS LLOSA.

En la reciente elección presidencial, el éxito de FUJIMORI provocó que los porcentuales de adhesión a los partidos políticos tradicionales virtualmente desaparecieran e incorporó un precedente que debilita la teoría que supone el desgaste en el ejercicio del poder. Un reciente sondeo de opinión registra 81% de apoyo del electorado a su gestión de gobierno.

Cabe recordar que en el transcurso de su mandato, valiéndose de medidas que incluyeron un autogolpe que disolvió el Congreso, severas reformas del Estado y un intensa actividad de inteligencia, redujo sensiblemente la capacidad operativa de SENDERO LUMINOSO (SL) y, más aún, la del MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO TUPAC AMARU (MRTA). Actualmente la mayoría de los dirigentes de la guerrilla están encarcelados -entre ellos Abimael GUZMAN- mientras que 6000 subversivos se acogieron a la Ley de Arrepentimiento.

Los resultados económicos alcanzados en 1994 son auspiciosos: la inflación -que se ubicaba en 7.649% en 1990- fue reducida a 15,4% anual mediante una política monetaria restrictiva, el control presupuestario, la liberalización de precios y del mercado de cambios. El crecimiento del PBI se ubicó en 12,7%, uno de los más elevados del mundo. Paralelamente, el país se reincorporó, tras 13 años de alejamiento, al sistema financiero, atrajo inversiones del orden de los 6.000 millones de dólares y acumuló reservas de libre disponibilidad que exceden los 6.000 millones de la misma moneda.

Complementariamente con el programa de estabilización, se ejecutó un drástico ajuste estructural que cambió las reglas de juego al otorgar oportunidades al sector privado para participar en actividades que estaban bajo jurisdicción del Estado.

El sector público fue reestructurado para mejorar las finanzas y los servicios, reorientando su rol hacia sus funciones esenciales: salud, educación, justicia, seguridad y obras de infraestructura.

Pese al aumento de asignaciones en el área social, no se produjeron mejoras significativas en los niveles de vida de la población. La pobreza alcanza a la mitad de los habitantes, de los que una tercera parte padece indigencia. El reclamo de diversos grupos de presión se centra en que la distribución del crecimiento llegue a sectores más amplios de la sociedad.

El gobierno, a partir de un liderazgo de tipo autoritario, ha utilizado el apoyo de las mayorías para sustentarse y justificar su acción y ha impedido el surgimiento de nuevos protagonistas políticos. De esta conjunción de factores surge la conjetura respecto de la existencia de un plan castrense qde persigue la permanencia de FUJIMORI en el poder.

- El reciente proceso electoral

Los cómputos finales de los comicios realizados el 09ABR95 confirmaron el triunfo del oficialismo en todos los departamentos de la República y otorgaron al Presidente un mandato renovado por cinco años como consecuencia de la adhesión del 64% del electorado, cifra récord en la historia de la nación.

En la votación parlamentaria, la coalición oficialista CAMBIO90-NUEVA MAYORIA (C90-NM) obtuvo la mayoría (67) de las 120 bancas de este cuerpo unicameral. La segunda fuerza es la UNION POR EL PERU (UPP) -agrupación creada para respaldar la candidatura de PEREZ DE CUELLAR- que ocupará 17 escaños. Integrarán también el Congreso: el APRA (8), ACCION POPULAR (4), PARTIDO POPULAR CRISTIANO (4), IZQUIERDA UNIDA (2); las restantes agrupaciones independientes reúnen 18 escaños.

Debido al escaso porcentaje de respaldo electoral obtenido, los partidos históricos -APRA, que experimentó la peor derrota de su existencia; ACCION POPULAR; IZQUIERDA UNIDA y PARTIDO POPULAR CRISTIANO, que retiró su candidato presidencial y sólo postuló aspirantes para el parlamento- prácticamente han quedado fuera del escenario político.

Se registraron 500.000 votos en blanco, 4.500 impugnados y 3.000.000 de votos nulos. Los personeros de las distintas agrupaciones, preocupados por el elevado índice de sufragios invalidados, solicitaron la revisión de las actas y, consecuentemente, demandaron el pronunciamiento de la misión de la OEA.

Por un lado, el resultado de las urnas expresó el rechazo a los partidos tradicionales, los que asisten a la profundización de su crisis, y evidenció la consolidación de los agrupamientos independientes que reunieron más del 90% de los sufragios, hecho que muestra el apoyo a los programas en ejecución y la aceptación del estilo de liderazgo vigente.

Por otra parte, el alto porcentaje de abstención revelaría la apatía de una porción significativa de la población ante una campaña en la que los políticos intervinientes sufrieron las consecuencias del deterioro de sus estructuras partidarias.

En cuanto a la gran cantidad de votos anulados, un factor que puede haber influido en esta situación es la complejidad intrínseca del voto preferencial previsto para la renovación del Parlamento, más allá de las especulaciones sobre maniobras dudosas.

Al día siguiente de los comicios, las operaciones bursátiles registraron un incremento del 7,3%, hecho que puso de manifiesto la renovación de confianza de los inversores en el país. El empresariado -representado por la CONFEDERACION NACIONAL DE INSTITUCIONES EMPRESARIALES PRIVADAS (CONFIEP)- aunque celebró el triunfo de FUJIMORI, solicitó que se intensificaran las exportaciones e instó a la pronta renegociación de U$S1.000 millones de la deuda externa.

En definitiva, la victoria de FUJIMORI es lo suficientemente categórica como para no dudar del respaldo a su gestión. Sin embargo, dicha aprobación podría reducirse, o eventualmente desaparecer, en la medida que las políticas económica y de seguridad puestas en ejecución durante el primer mandato no se mantengan y/o profundicen y, simultáneamente, no se instrumenten programas de contenido social eficaces.

- Crisis de los partidos políticos tradicionales

La virtual desaparición del sistema de partidos está determinada por el rechazo de la ciudadanía a todas las agrupaciones con pasado.

En este contexto, C90-NM constituye la base para la conformación de un movimiento político estable, aunque asociado en exceso con un mandatario que no cesa de profundizar su perfil caudillista. No obstante este personalismo, sería inevitable que el partido evolucione hacia cierto nivel de organicidad.

Por su parte, UPP soportará la responsabilidad de liderar la oposición al tiempo que deberá afirmar su vocación institucional, detectar las nuevas percepciones y necesidades de la sociedad y esforzarse para que los políticos recuperen la credibilidad perdida frente a la ciudadanía. Ambas coaliciones podrían, al cabo de algunos años, convertirse en la base de un bipartidismo relativizado por otras fuerzas menores.

El APRA y ACCION POPULAR parecen dirigirse hacia un destino de representatividad minoritaria; el primero, ligado al desprestigio de su líder y ex presidente GARCIA, y el segundo, en tren de superar el ocaso de su jefe y fundador: BELAUNDE TERRY. Las próximas elecciones municipales de NOV95 constituyen un buen termómetro para medir su protagonismo futuro.

El caso del PARTIDO POPULAR CRISTIANO es sustancialmente distinto porque su incipiente estructura nacional y su moral están debilitadas, por lo que su participación en las elecciones municipales podría determinar su desaparición definitiva.

El problema se agudiza si se tiene en cuenta que el 12MAY95 el Congreso sancionó una ley que eleva de 100.000 a 500.000 las firmas necesarias para que los partidos políticos, los candidatos independientes y las alianzas electorales que fueron eliminados del Registro del JNE por no haber alcanzado el mínimo del 5% de los votos en el último comicio, puedan continuar con sus actividades. Conforme a estas nuevas disposiciones, por el momento solamente C90-NM y UPP están habilitados para participar en los próximos comicios municipales de NOV95, aunque por ahora no han confirmado la presentación de aspirantes.

La elevación de la cifra necesaria para que los partidos que quedaron por debajo de los guarismos exigidos gestionen su reinscripción y la exigüidad del término otorgado para conseguirla están en concordancia con el explicitado propósito presidencial de obstaculizar la presencia de las agrupaciones tradicionales.

De hecho, en declaraciones a medios de comunicación extranjeros -New York Times, cadena CNN, The Times y Le Monde, entre otros-, FUJIMORI consideró mérito propio haber cancelado el ciclo de la "democracia y los partidos tradicionales" y propuso su modelo de "democracia directa". Según su interpretación, democracia es sinónimo de eficiencia, y eficiencia es igual a resultados.

En definitiva, el carácter plebiscitario/autoritario de la democracia que muy probablemente se instalará en PERU, en la que gobierno y pueblo se vincularán sin la intermediación de los representantes y más allá de las instituciones, podría implicar serios riesgos para el sistema político.

- Un programa que se prolonga

En su primera conferencia de prensa, luego de conocido su triunfo, FUJIMORI señaló como sus principales objetivos "orden, disciplina y progreso", identificando al país con una gran empresa y a su gestión con la "gerencia" de ésta.

Se mostró dispuesto a concertar acciones de gobierno con la oposición e invitó a sus líderes a compartir sus metas, pero sin recurrir a componendas políticas como en el pasado; recalcó, sin embargo, su intención de continuar fiscalizando al Legislativo para evitar trabas en las tareas del Ejecutivo.

El mandatario reelecto confirmó en el cargo de Comandante del Ejército al Grl Nicolás HERMOZA RIOS, figura aglutinante de las FF.AA., y tuvo palabras elogiosas para los militares y la policía, sin dejar de remarcar la subordinación de estas fuerzas al poder civil; en cuanto a los tribunales militares especiales, aseguró su continuidad hasta el total abatimiento de SL y MRTA.

Asimismo ratificó al Ministro de Economía, Jorge CAMET, destacando los logros obtenidos en este tiempo; anunció la próxima renegociación de la deuda externa, la continuación del programa neoliberal y de la política de privatizaciones.

Abatidos el terrorismo, la explosión inflacionaria y el modelo estatista, los esfuerzos se habrían de centrar en: la consolidación de los indicadores macroeconómicos, la profundización de las corrientes inversoras y la promoción de exportaciones y del turismo, intentando convertir a esta última actividad en la segunda fuente de riqueza, después de la minería.

En el ámbito económico, las directrices futuras apuntarán a acelerar la transferencia de empresas al ámbito privado, la reducción de los desbalances del comercio exterior, el aumento del superávit fiscal primario, la profundización del control de la emisión de moneda y a mantener la libertad de cambios.

En el campo social, el Presidente prometió destinar el 4% del PBI a programas de esta naturaleza, generar empleo dentro de una economía abierta y mantener la gratuidad de la enseñanza con mejoras en la infraestructura de colegios y centros académicos.

Cabe recordar que en 1994, aunque PERU registró un crecimiento económico del 12,7%, la tasa de desempleo alcanzó al 10% de la población económicamente activa, y más de 12 de peruanos millones vivían en la pobreza.

II - FACTORES DE MAYOR GRAVITACION EN EL SISTEMA POLITICO

En este segundo gobierno de FUJIMORI no variará la situación privilegiada de factores de poder muy específicos. Uno de los más gravitantes es el militar y, en particular, los altos mandos del Ejército; le sigue en orden de importancia un sector del empresariado que ha prosperado con las privatizaciones e importaciones.

En menor medida, existen franjas dirigenciales intermedias y sectores populares que integran la base de apoyo al sistema, aunque sin posibilidad de participación. A ello se agrega una parte del campesinado identificado con el dispositivo de "rondas", en su mayor parte relacionado con las FF.AA.

- El factor militar: rol de las FF.AA.

Aunque las instituciones castrenses -particularmente el Ejército- tuvieron una decisiva participación en los planes y sucesos de ABR92, persiste la duda respecto de la magnitud de su cuota de poder en este nuevo ordenamiento. También se desconocen los mecanismos que regulan su interacción con el Presidente, sobre quien se les asigna una marcada influencia. De todos modos, a partir de esta conjunción de elementos, se considera que el Comandante del arma precitada es una instancia clave en el proceso de adopción de decisiones.

La conducta observada en la lucha contra la subversión y el narcotráfico -área que resulta propicia para el desarrollo de conductas corruptas- ha provocado denuncias y reiterados reclamos de la comunidad internacional que han derivado en la intervención de AMNESTY INTERNATIONAL y AMERICAS WATCH, y en la formación de comisiones de gobiernos extranjeros -EEUU, entre ellos- que se expidieron en forma desfavorable respecto del comportamiento de las FF.AA.

La interna castrense se ha exteriorizado en varias oportunidades. En una de ellas, un sector reducido del Ejército protagonizó el denominado "golpe constitucional" , traducido en la insurrección de sectores opuestos a quienes apoyaron la ruptura constitucional del 92. El Gral. SALINAS SEDO fue sindicado como responsable de estos hechos.

En la mencionada fuerza existen enfrentamientos y pugnas por ocupar los grados superiores del escalafón jerárquico, situación que ha dado lugar a promociones en las que no se han tenido en cuenta las pautas castrenses habituales. El propio Comandante ha vulnerado los mecanismos establecidos para la carrera y ha intervenido en los movimientos de personal de la Fuerza Aérea.

La Armada también ha registrado discrepancias internas por causas tales como discriminación en la adjudicación de viviendas y vehículos y desfalco en la agregaduría de la Embajada en WASHINGTON por un valor superior a los 11 millones de dólares. Aunque los responsables fueron identificados y procesados, el desprestigio subsiste.

Existen indicios de que algunos militares postergados en sus ascensos o retirados estarían alentando el descontento interno, situación que se habría agudizado luego de la confrontación bélica con ECUADOR en la que el comportamiento de las FFAA fue cuestionado por los medios y la opinión pública, contribuyendo a profundizar el malestar existente.

Estas repercusiones afectaron la relación Presidente /FF.AA. ya que los militares han recibido severas críticas por la forma en que encararon la recuperación del territorio y éstos, a su vez, cuestionaron al poder político por su falta de decisión en la conducción integral de las acciones. Por otra parte, la supuesta permanencia de Vladimiro MONTESINOS como principal asesor en cuestiones de seguridad, quien mantiene un gran ascendiente en los altos mandos, y especialmente la ratificación de HERMOZA, son factores que contribuyen a elevar las tensiones.

Sumado al clima imperante en el ámbito castrense, el 14JUN95 se sancionó en forma sorpresiva la Ley de Amnistía por delitos comunes cometidos a partir de 1980 -a excepción de los comprendidos en casos de narcotráfico, terrorismo y traición a la patria-, cuyos destinatarios son los militares y policías. Sus beneficios se extienden tanto a los personas que participaron en la lucha antisubversiva y en el intento de golpe de Estado contra FUJIMORI, como a los acusados de infidencia durante el conflicto con ECUADOR.

La aplicación de este dispositivo legal ha desatado la polémica en organizaciones políticas, jurídicas, sociales y sectores de opinión, organismos internacionales y representaciones extranjeras, con saldo desfavorable para la imagen del gobierno. De hecho la promulgación de esta ley, que pretende pacificar el país, ha provocado un efecto inverso al incluir a responsables de múltiples homicidios.

El apresuramiento en amnistiar a los militares ha conducido a diversas especulaciones respecto de la existencia de un pedido de EE.UU. de que el Comandante HERMOZA pase a situación de retiro, frente a lo cual éste habría condicionado su salida a la cancelación de sus responsabilidades en el tema de los DD.HH.

Si bien el costo político es elevado por la gran repercusión internacional que ha generado la medida, el objetivo de FUJIMORI -quien en un primer momento había ratificado al Comandante HERMOZA- sería comenzar su segundo Gobierno con un nuevo equipo militar, situación que probablemente reduzca los motivos de inquietud en las FF.AA., aún sensibilizadas profesionalmente por las fallas en el manejo del conflicto limítrofe.

La gravitación militar es innegable en la urdimbre de los hechos más significativos y se conjetura que participa en forma determinante en las decisiones nacionales, procurando acumular poder. Sin embargo, hasta el momento, no ha surgido de sus filas la persona capaz de aglutinar y cohesionar al factor militar para competir con la fuerte personalidad del Presidente quien, pese a todas las especulaciones, habría mantenido en todo momento el control de rumbos y situaciones.

En consecuencia, se estima que el rol que las instituciones castrenses desempeñarán en esta segunda gestión de FUJIMORI no habrá de variar sino en función de los lineamientos que éste fije y no llegaría a obstaculizar sus metas y programas.

- Empresariado

Aunque el sector empresarial ha apoyado mayoritariamente la gestión oficial, ha advertido la necesidad de arbitrar una política que favorezca la promoción y el incremento de las exportaciones.

La Confederación de Instituciones y Empresas dio a conocer en DIC94 su proyecto "PERU 2021, una nueva visión", enfatizando que se trata del compromiso serio y orgánico del sector para generar las condiciones que permitan el desarrollo nacional, dentro de los esquemas de economía de libre mercado que, entiende, deben mantenerse.

Los aspectos específicos de la iniciativa se refieren a la participación de los trabajadores en la gestión empresarial para combatir el desempleo y colaborar en los proyectos de salud, educación y agricultura.

III - EL ESTADO Y SUS INSTITUCIONES

- Poder Ejecutivo

Acompañan al Primer Magistrado en este segundo mandato Ricardo MARQUEZ FLORES -ex titular de la Sociedad Nacional de Industrias- en la Vicepresidencia primera y César PAREDES CANTO -ex rector de la universidad de CAJAMARCA y de reconocida trayectoria académica- en la Vicepresidencia segunda.

Ambas autoridades, quienes serían ajenas a toda militancia política, desplazaron de la fórmula presidencial a muchos aspirantes de C90-NM. La idea de FUJIMORI de contar con colaboradores independientes respondería a su intención evitar interferencias en el ejercicio del poder.

En cuanto a la conformación del nuevo Gabinete, hasta la fecha sólo se han anunciado cambios en tres carteras: Educación, Energía y Minas y de la Presidencia y se prevén otros movimientos, probablemente uno de ellos sea la cartera de Justicia. En Economía y Finanzas ha sido ratificado al actual titular. (Anexo II)

- Poder Legislativo

Luego de la disolución del Congreso el 05ABR92 y como consecuencia de las presiones de la OEA, el gobierno convocó a una asamblea constituyente para reformar la Carta Magna. El resultado de dicha convocatoria fue la creación (22NOV92) del CONGRESO CONSTITUYENTE DEMOCRATICO (CCD) que, con posterioridad, asumió funciones propias de un parlamento ordinario.

El congresista de C90-NM, Jaime YOSHIYAMA, fue reelegido por una amplia mayoría -51/64 de los miembros presentes- presidente del cuerpo por tercer período consecutivo (01ENE/28JUL95), fecha en que tomarán posesión de sus cargos los nuevos legisladores.

Tal como se señalara precedentemente, 67 de las 120 bancas que integran la Cámara Legislativa serán cubiertas por representantes del partido oficial, hecho que permite apreciar que el Presidente FUJIMORI probablemente no enfrentará grandes resistencias de este cuerpo a sus políticas e iniciativas.

- Poder Judicial

En las encuestas que se han realizado respecto de los poderes públicos, el Poder Judicial siempre ha ocupado el primer lugar en cuanto a la desconfianza que despierta en la sociedad. Al respecto, cabe recordar que cada administración ha declamado -sin concretar- el propósito de reformar su composición y la normativa que lo debe regir.

A partir del autogolpe del 05ABR92 se resolvió la destitución de 41 de los 47 jueces penales del distrito judicial de LIMA y de la casi totalidad de los jueces civiles. Los reemplazantes fueron seleccionados a través del Tribunal de Honor de la Magistratura. No obstante, sólo han sido nombrados, en LIMA, jueces de primera instancia penales y civiles, y algunos especialistas en el fuero laboral y otros.

Con estos nombramientos -y pese a las objeciones e impugnaciones relacionadas con la edad, formación, método de selección, constatación de antecedentes, capacidad y conexiones- culminó la primera etapa de la normalización del que debería ser uno de los pilares del régimen republicano.

El Presidente de la Corte Suprema es Moisés PANTOJA

IV - EL PAIS EN CIFRAS

- Evolución del 4° trimestre de 1994
(los valores están expresados en dólares y las diferencias que se mencionan están relacionadas con idénticos períodos del año anterior).

Durante los últimos años la economía peruana ha experimentado un profundo cambio estructural: se ha reducido la intervención del Estado, se ha abierto la economía con el propósito de propiciar la competencia con el exterior y se ha conferido al mercado un rol relevante en la asignación de recursos. También se han modernizado los sistemas de gestión, creándose condiciones más adecuadas para el desarrollo de las actividades económicas.

La reforma se tradujo en la privatización de empresas, la reestructuración del gasto público a través de la eliminación de los subsidios y el establecimiento de nuevos y más eficientes criterios para el manejo de los recursos, eliminándose regulaciones y restricciones.

Durante el 4° trimestre de 1994, el PBI aumentó 14,0% consolidándose el ritmo de crecimiento registrado en trimestres anteriores (11,0%; 15,9% y 10,7%). La tasa de crecimiento anual fue de 12,7%. La mayor actividad se sustentó en la expansión de la mayoría de los sectores, destacándose la construcción (43,9%), la pesca (30,1%) y las manufacturas (19,8%).

La demanda agregada -gasto total de los consumidores + inversión empresaria- aumentó 17,0% debido al incremento del consumo interno (18,9%) y de la demanda externa (9,6%). Respecto del incremento del consumo interno, cabe destacar el aumento de la inversión privada, evidenciándose el mayor dinamismo en el sector de la construcción. La inversión, como porcentaje del PBI, aumentó 4,1% mientras que el ahorro creció 3,8%.

La inflación fue de 2,1%, (equivalente a un promedio mensual de 0,7%). Este resultado determinó un acumulado anual de 15,4%, la tasa más baja desde 1973 (13,8%).

En relación con los agregados monetarios o cuasi dinero -instrumentos representativos del dinero tales como depósitos bancarios, de ahorro y a corto plazo, letras y bonos del tesoro/deuda pública-, su crecimiento continuó reflejando una mayor monetización, tendencia observada desde 1990 como resultado de las reformas del sistema financiero y de la mayor estabilidad de la economía.

De tal forma, la liquidez total representó 15,0% del PBI. Cabe añadir que el menor ritmo devaluatorio de la moneda nacional y la mayor estabilidad de precios permitieron que la cantidad de moneda nacional en poder de la población aumentara 5%, ubicándose en 36%; por ende, disminuyó la dolarización.

En el transcurso de este 4° trimestre, la evolución de las cuentas externas permitió un incremento de las reservas internacionales netas del sistema bancario de 388 millones. La acumulación anual de reservas trepó a 3.118 millones y el saldo al cierre de 1994 fue de 6.043 millones. (Anexo III)

El déficit en cuenta corriente se elevó, de 418 millones en el 3° trimestre, a 895 millones en el 4° trimestre, debido al incremento del saldo negativo de la balanza comercial y a la concentración de intereses devengados por la deuda pública. La brecha en la cuenta corriente se financió principalmente con capitales de largo plazo; a pesar de ello, la balanza de capitales registró un superávit de 829 millones.

Con referencia a la deuda externa, se concertaron 11 operaciones de nuevo endeudamiento por un monto de 792 millones, destacándose los créditos con el Banco Interamericano de Desarrollo por 392 millones y con el Banco Mundial. El saldo de esta cuenta al cierre de 1994 fue de 23.429 millones, con un aumento de 1.272 millones que se explica por el incremento de la deuda pública y por el aumento de los créditos comerciales y financieros.

La balanza comercial OCT/DIC registró un déficit de 483 millones con un acumulado anual del mismo signo de 1.109 millones.

Persiste el atraso cambiario, hecho que ha dificultado la recuperación de las exportaciones y ha promovido las importaciones, por lo que los déficit de la balanza comercial y de la cuenta corriente continúan siendo elevados, aunque son compensados por la persistente entrada de capitales externos que, en gran medida, corresponden a privatizaciones.

- Privatizaciones

Durante 1994 se concretó la venta de 29 empresas que aportaron al Tesoro nacional 2.600 millones. Solamente en el 4° trimestre se produjeron 11 privatizaciones por un valor de 520,7 millones, que involucran proyectos de inversión por 105 millones.

En el presente ejercicio el Estado desestatizará un conjunto de emprendimientos tales como PETROPERU, el gigantesco complejo minero-metalúrgico CENTROMIN, SIDERPERU, la ferroviaria ENAFER, la portuaria ENAPU, gas, unidades aeroportuarias, el Banco Continental, el Puerto de ILO, yacimientos de fosfato, cementeras y 30 consorcios públicos de una nómina de 230.

- Proyecciones

Se prevé la consolidación de las tendencias macroeconómicas, enfatizándose la captación de inversiones, el recorte del saldo negativo de la balanza comercial, de los rangos de inflación y la reducción de la demanda interna.

V - LOS GRANDES PROBLEMAS

- Pobreza y desempleo

El "Mapa de Pobreza" elaborado por el Fondo de Compensación Social y de Desarrollo indica que 24 % de la población es "muy pobre", 19,1 % "pobre", 19% se ubica en el estrato "regular" y 37,9 en el nivel "aceptable". Asimismo señala que más del 48 % de los niños peruanos sufren desnutrición crónica.

De los 7 millones de población económicamente activa, sólo 2 millones están empleados en relación de dependencia y el resto orientado a la pequeña y mediana empresa, al cuentapropismo y a labores informales. En el ámbito nacional funcionan 231.000 establecimientos que ocupan a 447.000 personas.

Los datos suministrados por el Censo Nacional de 1994 revelan que LIMA concentra 61% de la fuerza laboral, seguida por el departamento de AREQUIPA con el 6%, y LA LIBERTAD 4%, mientras el resto de los departamentos emplea menos del 4% de la población.

El desempleono muestra signos de recuperación y habría alcanzado su máxima expresión en los rubros de industria y comercio, mientras que se observa mejoría en el de servicios. Frente a estos resultados se espera mantener los principios del programa de desestabilización y de reformas estructurales, pero poniendo mayor énfasis en las políticas sociales.

La reactivación del aparato productivo, que se inició en los sectores primarios, se estaría extendiendo al resto, aunque se encuentra focalizada en la pesca, la construcción y el agro. Los esfuerzos de reestructuración empresarial están permitiendo que algunos sectores puedan hacer frente a la competencia externa.

- Narcotráfico

1. Principales cultivos

1.1. Coca

Durante 1994 se produjeron 155.000 toneladas de hojas de coca, que sirvieron para producir 1.390 toneladas de pasta básica bruta, proceso que insumió 1.555 toneladas de ácido sulfúrico y carbonato de sodio y 27.900 toneladas de kerosene.

Por su parte, la pasta básica bruta fue convertida en 636 toneladas de pasta básica lavada, utilizando 1.959 toneladas de carbonato de sodio, 979 toneladas de hipoclorito de sodio y 97 toneladas de permanganato de potasio.

Las zonas de cultivo son: HUALLAGA CENTRAL; Cuenca del Río MAYO (Departamento de SAN MARTIN); ALTO MARAÑON (AMAZONAS) y proximidades de los ríos ENE, APURIMAC y JUNIN.

Por otra parte, en UCAYALI las organizaciones narcotraficantes habrían elevado sus índices de productividad, especialmente en las provincias de AYATALA y PADRE ABAD y en las localidades de TAMAYA y PACHITEA, desde donde se trasladaría la droga a PICHIS PALCAZU, para luego ser transportada a BRASIL.

En relación a esa última localidad, el sostenido accionar de las FF.AA. habría motivado que los narcotraficantes trasladen cierta estructura hacia ZONA BALTA, PUERTO ESPERANZA o SAN BERNARDO (provincia de PUROS).

Como consecuencia de la captura de los principales jefes del cartel de CALI entre MAY y JUN95, el precio del kilogramo de cocaína habría bajado de U$S 1.650 a U$S 750, ya que los campesinos que cultivan la hoja de coca en la zona del río PUTUMAYO habrían visto dificultades crecientes para colocar su producto. Simultáneamente, los precios de los insumos químicos habrían experimentado un fuerte aumento, en función de los grandes decomisos practicados últimamente.

1.2. Amapola

Su cultivo en territorio peruano se encontraría focalizado en localidades cercanas a CAJAMARCA, PUTUMAYO y CAQUETA, habiéndose intensificado a partir de la iniciativa del cartel de CALI, a favor de los mayores rendimientos económicos de su distribución y consumo en EE.UU. y EUROPA.

2. Principales organizaciones narcotraficantes

2.1. Traficantes de pasta básica

- Wilner ALVARADO LINARES (a) "Champa"
- Familia CAVERO CARUZO
- Familia CACHIQUE RIVERA
- Jorge CHAVEZ MONTOYA (a) "Polaco"
- Luis CARDENAS GUZMAN (a) "Mosquito" o "Ingeniero"
- Juan LEGUIA MANZUR (a) "Salomón"
- Antonio RIOS LASTRA (a) "Tío Ríos"
- Waldo VARGAS ARIAS (a) "Ministro"

2.2. Traficantes de opio

Estrechamente vinculado al cartel de CALI y a Iván URDINOLA GRAJALES, el principal operador de esta sustancia sería un individuo apodado "DANIEL" o "CAPITAN", cuyo centro de actividades estaría localizado en CAJAMARCA.

3. Lavado de dinero proveniente del narcotráfico

Se estima que el negocio del lavado de dinero en PERU moviliza entre U$S 1.200 y U$S 1.500 millones anuales, realizándose especialmente a través de la adquisición de bienes inmuebles y operaciones de cambio de divisas.

Por otra parte, el sistema financiero cumple un papel preponderante, ya que una parte sustancial de las transacciones se realizan en paralelo con las operaciones legales, dificultando significativamente la labor de detección de los organismos oficiales.

4. Influencia del narcotráfico en la economía peruana

Teniendo en cuenta que el nivel de las exportaciones peruanas alcanzaría aproximadamente a los U$S 4.000 millones anuales, la incidencia de la introducción al sistema financiero de alrededor de U$S 1.500 millones como resultado del narcotráfico, produciría significativos desequilibrios en los precios de determinados bienes y en la economía global del país.

5. Relaciones con los EE.UU. en el marco de la lucha contra el narcotráfico

Durante SET94 se tuvo conocimiento de diversas reuniones celebradas en WASHINGTON (EE.UU) entre funcionarios peruanos y estadounidenses, tendientes a reiniciar las operaciones conjuntas contra el narcotráfico, suspendidas por los últimos al retirar los radares de la zona selvática.

Las conclusiones de dichas conversaciones habrían sido las siguientes:

- La necesidad de que la Administración CLINTON emita un documento que señale expresamente la amenaza del narcotráfico para la seguridad nacional de PERU, con la finalidad de agilizar la decisión del Congreso estadounidense.
- La exigencia de que los Departamentos de Estado y Defensa de los EE.UU. y el gobierno peruano arriben a un acuerdo sobre los procedimientos de intercepción aérea que garantice la seguridad de aeronaves inocentes.
- El Departamento de Defensa de los EE.UU. se comprometió a gestionar fondos gubernamentales a fin de proporcionar apoyo logístico a las FF.AA. peruanas encargadas de la lucha contra el narcotráfico.
- El gobierno estadounidense permitiría la venta a PERU de equipamiento y repuestos para aeronaves militares.

Asimismo, el 05ABR95 se tuvo conocimiento de que el gobierno peruano propondría a su par estadounidense la posibilidad de ampliar la ayuda -en el marco de la lucha contra el narcotráfico- en U$S 12 millones, que se destinarían a la compra de helicópteros, mientras que el 12MAY95 se suscribió un acuerdo para sustituir los cultivos de coca a través de la donación de U$S 30 millones por parte de la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID).

6. Relaciones entre grupos narcotraficantes y subversivos

En OCT94 se tomó conocimiento de que narcotraficantes colombianos y peruanos habrían decidido brindar un apoyo económico y logístico más contundente a los militantes de SENDERO LUMINQSO (SL) que operan en el ALTO HUALLAGA.

Al respecto, cabe destacar que la Dirección Nacional Contra el Terrorismo (DINCOTE) no descarta que los narcotraficantes peruanos que apoyan a la insurgencia armada en la zona selvática, hayan solicitado a sus pares colombianos -más precisamente al Cartel de CALI- lo necesario para que SL continúe la lucha armada, advirtiendo que la ayuda debería llegar desde el exterior para no quedar involucrados directamente con los grupos subversivos.

Por otra parte, Juan ALVARADO VASQUEZ -narcotraficante afincado en la selva peruana- habría entregado a los senderistas diversos equipos de comunicación para mantenerse informado de la presencia de las FF.SS. o FF.AA. en la región, habiendo recibido dicha orden directamente desde CALI (COLOMBIA).

Por su parte, el narcotraficante Luis PEREZ (a) "Lucho Pelao", habría facilitado armas y municiones a una columna senderista en PALMAPAMPA (AYACUCHO), con el fin de neutralizar el accionar de las patrullas policiales, especialmente las de antinarcóticos que operan en la zona sur del país.

En otro orden, cabe añadir que el 25JUL94, el Jefe de la Dirección Administrativa de Seguridad de COLOMBIA (DAS), ratificó el hecho de que cada día es más estrecha la relación entre los mafiosos y el mercado negro de armas, de donde provienen metralletas, misiles INSTALAZA, granadas, minas antipersonales y reductores eléctricos para activar explosivos, cuyo destino final son los terroristas colombianos y peruanos.

Los organismos de inteligencia de COLOMBIA y ECUADOR informaron que trimestralmente por territorio ecuatoriano se transportarían entre 800 y 1.000 cartuchos de dinamita y no menos de un centenar de granadas. Los focos del tráfico estarían localizados en SUCUMBIOS, ESMERALDAS y TUCAN, desde donde se transporta hacia territorio colombiano.

Dichas operaciones, que podrían ser dirigidas por la denominada COORDINADORA SIMON BOLIVAR, el EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (ELN) o la FRACCION 25 (disidente del EJERCITO POPULAR) respectivamente, estarían destinadas a abastecer de armamento a los subversivos del cordón cocalero peruano, mediante los contactos que mantienen con SL.

Por otra parte, se supo que 5.000 armas de fabricación soviética que presuntamente pertenecieron al EJERCITO SANDINISTA, habrían sido adquiridas por los carteles colombianos con destino, entre otros, a SL.

En general, los organismos de lucha contra el narcotráfico coinciden en señalar que ECUADOR sería el puente del tráfico de armas hacia el PERU. En prueba de ello, efectivos del Batallón de Infantería N° 2 encontraron en el municipio de SAN JACINTO, 600 kilogramos de explosivos, escopetas recortadas, estopines y mechas, detuviéndose al ecuatoriano Domingo CASTILLO y a Mariela GARCIA, considerada enlace para el tráfico de armas entre los vendedores y los narcotraficantes colombianos vinculados a los grupos subversivos peruanos.

Asimismo, se tuvo conocimiento de que el Departamento de Investigaciones Judiciales (DIJIN) ecuatoriano habría incautado misiles de fabricación estadounidense presuntamente destinados a grupos subversivos peruanos. Dicho armamento habría llegado a través del Canal de PANAMA desde MIAMI y su destino inicial era GUAYAQUIL, donde fueron detectados y decomisados.

Finalmente, cabe agregar que la detención en JUN95 de Abelardo CACHIQUE RIVERA permitió descubrir las particularidades de los acuerdos suscriptos entre las organizaciones subversivas y narcotraficantes. En tal sentido, el acuerdo de CACHIQUE con el Comité Regional del HUALLAGA del PCP-SL, habría contenido las siguientes claúsulas:

- La pasta básica lavada sería comercializada exclusivamente en el exterior, por lo que SL castigaría severamente su venta para consumo interno.
- Ambos bandos coordinarían acciones para defender el derecho de sembrar coca e impedir los planes de erradicación de cultivos.
- Las organizaciones narcotraficantes no podrían reclutar o contar con más de cuatro extranjeros, con el fin de impedir la presencia masiva de colombianos en territorio peruano.
- Todas las ventas y envíos de pasta básica por vía aérea a COLOMBIA deberían contar con la "vista" de delegados senderistas.

7. Balance del combate al narcotráfico en el período 1991/1994

7.1. Droga decomisada

	1991	1992	1993	1994
PASTA BASICA DE COCAINA (Tm.)	**5.264**	**7.471**	**8.431**	**7.565**
CLORHIDRATO DE COCAINA (Kg.)	**595**	**184**	**440**	**72**
MARIHUANA (Kg.)	**375**	**119**	**423**	**223**

7.2. Insumos químicos

T.M.	1991	1992	1993	1994
ACIDO SULFURICO	45.832	122.551	72.557	64.770
ACETONA	35.166	97.615	33.384	40.607
CARBONATO DE SODIO	3.661	10.700	20.249	803
PERMANGANATO DE POTASIO	5.787	9.230	16.676	394
ACIDO CLORHIDRICO	990	2.751	1.810	2.700
ACIDO CLORHIDRICO	226	2.294	436	20.250

7.3. Infraestructura destruida

	1991	1992	1993	1994
LABORATORIOS	81	54	41	25
POZAS DE MACERACION	81	315	28	35
PISTAS CLANDESTINAS	5	6	10	14

8. Hechos relevantes durante 1995

- Diversos grupos guerrilleros se han convertido en productores de droga, especialmente en la zona del HUALLAGA en la que el repliegue del ejército permite mayores márgenes de acción a las células terroristas. En este sentido, se han detectado escuelas de adoctrinamiento senderista, donde los militantes o futuros combatientes poseen una función específica en el proceso de elaboración de pasta básica de cocaína lavada, habiéndose hallado también pozas de maceración muy próximos a campamentos subversivos.
- Las principales organizaciones continuan siendo la de Waldo Simeon VARGAS ARIAS (alias "ministro") y la de los hermanos CACHIQUE RIVERA, quienes son las principales conexiones de los carteles colombianos en PERU.
- Durante 1994 se produjeron aproximadamente 640 toneladas de pasta básica, de las cuales el 90% fue enviada a COLOMBIA.
- Las incautaciones alcanzaron a 7 toneladas, representando apenas el 1,85% de la producción nacional de cocaína.

- La hoja de coca -mediante procedimientos efectuados en laboratorios clandestinos ubicados en la selva- fue convertida en pasta básica de cocaína bruta (pbc-bruta) con casi 1.500 toneladas métricas de ácido sulfurico, otras 1.500 toneladas métricas de carbonato de sodio y 27 toneladas de kerosene.

- Unas 26 bandas narcotraficantes habrían sembrado aproximadamente 400.000 hectáreas de hoja de coca en las provincias de BELLAVISTA y LAMAS, habiendo abandonado las zonas de TOCACHE y MARISCAL CACERES para establecer su centro de operaciones en el norte del departamento de SAN MARTIN, aprovechando la falta de seguridad y el abandono de la agricultura por parte del estado peruano.

  Asimismo, dichas organizaciones ilegales estarían operando en complicidad con algunos miembros del personal de servicio de mantenimiento de la DEA, quien tiene a su disposición un avión-radar a fin de detectar la salida e ingreso de cualquier aeronave con drogas.

- El 12MAY95 los gobiernos de PERU y EE.UU. suscribieron un acuerdo para sustituir los cultivos de coca a través de la donación de U$S 30 millones por parte de la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID).

- Corrupción

La corrupción involucra a gran parte del aparato estatal y privado y deriva de una conducta generalizada que busca la oportunidad para el desarrollo de actividades ilícitas, ignorando o subestimando las consecuencias con las que amenaza la legislación.

En los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, en las Fuerzas Armadas, en la Policía Nacional, en empresas del Estado y en jurisdicciones regionales y municipales cunde esta práctica. En este tipo de actividades están involucrados funcionarios judiciales y congresistas oficialistas y de la oposición que conforman una extensa red de operaciones delictivas.

Uno de los casos con notable repercusión fue la amonestación pública dispuesta por el Congreso Nacional a siete parlamentarios, por haber incurrido en responsabilidades éticas sirviéndose de su posición para fines personales.

Resulta una práctica habitual la venta de "protección" a personas y empresas así como servicios de custodia a narcotraficantes y a prostíbulos prestados por uniformados con uso de vehículos policiales.

- Subversión, terrorismo

1. SENDERO LUMINOSO (SL)

SENDERO LUMINOSO es una agrupación guerrillera que inició la lucha armada en el PERU en MAY80 en el DEPARTAMENTO de AYACUCHO.

Fue fundada por Abimael GUZMAN ("Presidente Gonzalo"), abogado arequipeño y profesor de la Universidad de HUAMANGA, quien efectuó una síntesis de los conceptos fundamentales del marxismo, leninismo y maoísmo por una parte y de la filosofía socialista peruana de Juan Carlos MARIATEGUI por otra, basado en las condiciones indígenas del país, con sus problemas derivados de la tierra y el campesinado.

Su objetivo final es la toma del poder y la instauración de un Gobierno Popular Revolucionario.

La captura de Abimael GUZMAN, la detención y rendición de dirigentes de peso y las cartas que dicho líder suscribió ofreciendo al gobierno la posibilidad de iniciar un proceso de paz, marcaron el inicio de un proceso de diferenciación interna en la organización guerrillero-terrorista. De esta manera, surgieron dos líneas internas con posiciones políticas divergentes respecto de dicha propuesta y de la relación con el gobierno del Presidente FUJIMORI. De esta manera, Oscar RAMIREZ DURAND ("Feliciano"), en abierta disidencia con GUZMAN, emergió como líder de la facción denominada "Sendero Rojo" (SR) o "Línea Liquidacionista de Izquierda" (LLI), mientras que el sector que reconoce como único líder a GUZMAN es conocida como "Nueva Facción Roja".

A principios de 1995 y luego de haber realizado una intensa campaña de proselitismo político-ideológico y de reclutamiento en los ámbitos sindical, estudiantil y poblacional -tras un período de retraimiento en sus acciones de violencia-, SL habría logrado recomponer sus cuadros dirigenciales y constituir el "Comité Central de Emergencia".

Dicho Comité habría elaborado un plan operativo-militar que preveía acciones ofensivas contra instalaciones militares, policiales y públicas, como parte de una "fase de complemento" contemplada en la III Campaña del VI Plan Militar. Asimismo, habría dispuesto que sus elementos recibieran mayor entrenamiento sobre el uso de explosivos y dispuso la formación de destacamentos especiales en las áreas comprendidas por el COMITE REGIONAL METROPOLITANO (Departamento de LIMA) y por el COMITE REGIONAL PRINCIPAL (Departamento de AYACUCHO). A estos destacamentos les habrían asignado la misión de obtener armas de fuego y material explosivo a través de "confiscaciones" a miembros de las fuerzas armadas y a personal de empresas de seguridad, para ser utilizados en acciones terroristas de importancia dirigidas a: 1) sabotear las elecciones nacionales del 09ABR95 y 2) deteriorar la credibilidad del Presidente FUJIMORI.

El mencionado plan contemplaría: asesinatos selectivos, incursiones a comunidades campesinas, atentados contra militares y contra edificios de embajadas.

En este contexto, la captura de Margie Evelyn CLAVO PERALTA, "Camarada Nancy", adquirió vital importancia, dado que le habría permitido a las autoridades gubernamentales, tomar conocimiento del mencionado plan. CLAVO PERALTA formaba parte del COMITE CENTRAL constituído recientemente, del cual también formarían parte: Oscar RAMIREZ DURAND ("Feliciano"), Filomeno CERRON CARDOSO ("Artemio" o "Pepe"), Pedro QUINTEROS AYLLON ("Luis" o "Miguel"), Jenny RODRIGUEZ NAYRA ("Rita") y Jorge OLIVARES DEL CARPIO ("Roldán").

A pesar del revés que la detención de dicho mando representó para SL, previo a las elecciones presidenciales del 09ABR95 inició una ofensiva terrorista consistente en acciones de propaganda, proselitismo, infiltración, intimidación y atentados de envergadura, principalmente en el área metropolitana.

En el ámbito social, el objetivo habría estado dirigido a captar nuevos adherentes, particularmente trabajadores y sindicalistas pertenecientes a los sectores marginales y asentamientos humanos ubicados en las vecindades de la Carretera Central (ATE VITARTE, LIMA) donde funcionan varias industrias formales e informales.

Asimismo, habrían logrado infiltrarse en las comisiones sindicales de las fábricas textiles, papeleras, metalúrgicas y ladrilleras de la zona, donde estarían llevando a cabo un intenso activismo.

Paralelamente y también en las áreas vecinas a la Carretera Central, habría logrado motorizar tres "Escuelas Populares" que tendrían la misión de adoctrinar a los nuevos adeptos captados por los grupos de activistas. Es de destacar que la Comisión Directiva Distrital del Sindicato Unitario de Trabajadores de la Educación del PERU (SUTEP), recientemente electa, ostenta un perfil claramente identificable con la ideología senderista.

En el orden de las acciones militares, en los últimos meses el Comité Central de Emergencias habría ordenado el desplazamiento de alrededor de 60 hombres con experiencia en la lucha armada en el ALTO HUALLAGA, bien armados y provistos con explosivos, al área metropolitana de LIMA donde habrían constituído dos destacamentos móviles. Uno, estaría operando en la carretera central y EL AGUSTINO el otro, en la zona sur de LIMA (VILLA EL SALVADOR y SAN JUAN DE MIRAFLORES).

En este contexto, caben destacarse tres atentados que han conmovido a la opinión pública en general:

- 24MAY95, atentado con coche-bomba en el Hotel "MARIA ANGOLA" (MIRAFLORES).
- 01JUL95, atentado con coche-bomba en el domicilio del Vicepresidente del Congreso Constituyente Democrático (CCD), Víctor JOY WAY.
- 09JUL95, media hora antes de que arribara al PERU el Presidente FUJIMORI fue atacado con ráfagas de ametralladora el puesto policial de control de acceso al Aeropuerto Internacional "Jorge CHAVEZ" ubicado en las cercanías del Grupo 8 de la Fuerza Aérea Peruana (FAP).

Para el MRTA, el PERU es un país capitalista deformado, dependiente del imperialismo norteamericano. Sus objetivos son la liberación nacional por medio de la insurgencia general armada basada en el MOVIMIENTO SOCIAL y la GUERRA DE GUERRILLAS, a fin de tomar el poder e implantar un estado socialista.

En el curso de 1994, la eficiencia operativa del MRTA disminuyó notablemente tanto en sus aspectos cuantitativos como cualitativos, como consecuencia de la pérdida de importantes cuadros y dirigentes, de la desactivación de diversas centrales de comunicaciones y de la captura de la mayoría de los integrantes de las "FUERZAS ESPECIALES" -aparato encargado del secuestro y extorsión de empresarios y/o personalidades-, una de las fuentes principales de obtención de fondos.

En efecto, la desarticulación de dos importantes centrales de comunicaciones ubicadas en la ciudad de TRUJILLO (Frente Norte-2: ANCASH y LA LIBERTAD), efectuadas en MAR y AGO94, posibilitó la captura del responsable de la edición del vocero oficial emerretista "VOZ REBELDE". Dicha captura implicó un duro golpe contra el aparato de prensa y propaganda, en razón de que la distribución del mismo en los penales representaba un importante aliciente para mantener la moral de los sediciosos recluídos.

Posteriores operaciones conjuntas permitieron, también, la detención de otros elementos del FRENTE CENTRAL del MRTA que operaban en la localidad de PICHANAQUI (Provincia de CHANCHAMAYO, Departamento de JUNIN) y la incautación de abundante armamento.

Como consecuencia de los sucesivos golpes asestados a la organización por parte de las fuerzas contrasubversivas del gobierno, el MRTA habría ingresado en los últimos meses de 1994, en una etapa de retraimiento, posiblemente, con la finalidad de revisar sus principales planteamientos y estrategias de corto y mediano plazo. La dirigencia se habría retirado a las zonas rurales de sus respectivos frentes y se habrían suspendido la mayoría de las acciones.

Sin embargo, en DIC94 con el apoyo financiero del narcotráfico, la dirigencia del MRTA habría llevado a cabo un proceso de reclutamiento de nuevos cuadros, adoctrinamiento y reconocimiento de nuevas zonas de combate, como así también a la conformación de nuevos grupos de operaciones, que le habrían permitido rearticularse en las áreas de JUNIN y PASCO (DIC94) que se desplazan permanentemente para no ser localizados por las fuerzas antiterroristas. Los emerretistas reagrupados en un denominado "FRENTE GUERRILLERO DE LA SELVA CENTRAL JUAN SANTOS ATAHUALPA", serían alrededor de un centenar y su área de operaciones estaría localizado en las zonas montañosas de JUNIN y PASCO. El jefe del referido Frente sería un subversivo llamado Comandante "Cáceres" o "Leonardo".

La agrupación, dotada de numeroso y sofisticado armamento, estaría conformada por dos subfrentes:

1. Subfrente de la Margen Derecha, conducido por "Amador" o "Willy" (quien sería el segundo jefe del Frente).
2. Subfrente de la Margen Izquierda, conducido por "Joel".

La elección de la nueva área de operaciones por parte del MRTA - áreas montañosas de JUNIN y PASCO -, habría obedecido a razones tácticas, ya que la geografía del lugar les permitiría contar con bases de operaciones temporales e itinerantes.

Los problemas financieros que vienen aquejando al MRTA lo obligarían a mantener los acuerdos alcanzados con las organizaciones de narcotráfico locales, en particular con PICHIS-PALCAZU dirigida por los CACHIQUE RIVERA, con la finalidad de obtener fondos y mantener una cierta capacidad militar y presencia en el PERU.

En este sentido, cabe destacar que la conformación del "FRENTE GUERRILLERO DE LA SELVA CENTRAL JUAN SANTOS ATAHUALPA" habría sido posible por el aporte financiero recibido de la cúpula emerretista a fines de 1994, a través de Abelardo CACHIQUE RIVERA, alias "El Teniente" o "El Negro".

Con respecto al tráfico de armas, durante 1994, grupos emerretistas localizados en el norte del país habrían contrabandeado armas y pertrechos militares provenientes de CENTRO AMERICA, posiblemente vía PANAMA (TRUJILLO), destinados al FRENTE CENTRAL.

En lo que respecta al presente año, durante los primeros días de ABR95 fue detectado el desplazamiento de una columna armada con fusiles al sector PERENE-CHANCHAMAYO-JUNIN (DEPARTAMENTO DE JUNIN) donde arengaron a los pobladores de la zona, interceptaron vehículos de transporte y llamaron a un paro armado para las elecciones presidenciales del 09ABR95.

En el mismo período, sostuvieron un enfrentamiento armado con una patrulla del Ejército en el ALTO YURINAKI. y casi simultaneamente, un grupo de veinte emerretistas atacó una base contrasubversiva en VILLA PERENE, hostigó con armas de fuego la base de ALTO SAN JUAN y asesinó una mujer en el DISTRITO DE PICHANAKI. Asimismo, incursionó en SAN JOSE DE CHORI, del mismo distrito, donde se apoderó de diez retrocargas pertenecientes a los ronderos del lugar.

En tanto que en la PROVINCIA DE MOYOBAMBA (DEPARTAMENTO DE SAN MARTIN) una columna de alrededor de ochenta sediciosos incursionaron en el caserío de NUEVA ESPERANZA intimidando a la población para que no concurriera a votar.

VI. EL FACTOR EXTERNO

Desde el inicio de su gestión, FUJIMORI demostró claramente su intención de estrechar vínculos con los Estados que pudiesen colaborar eficázmente con la recuperación económica de PERU.

Tras esa necesidad se programaron actividades en JAPON (que luego se ampliaron al resto del sudeste asiático), en las naciones de la UNION EUROPEA y en EEUU. Actualmente se puede afirmar que esta estrategia hizo posible el reingreso del país al sistema financiero y el establecimiento de lazos adecuados con los organismos de crédito.

- Marco regional

Como consecuencia de esa estrategia, disminuyeron los vínculos con los restantes países americanos, en modo especial con los integrantes del PACTO ANDINO que en ese tiempo estaba debilitado por la conformación del GRUPO DE LOS TRES (COLOMBIA, VENEZUELA y MEXICO).

Aunque la posterior evolución de los mercados fue modificando las tendencias y se ha advertido una leve reanimación del intercambio con CHILE, con ARGENTINA y con algunos de los miembros andinos, la capacidad exportadora peruana es reducida ya que el país emerge de una situación en la que el descontrol inflacionario trastrocó los valores y condujo al parque industrial a un estado de parálisis del que sólo se está recuperando gradualmente. A esto debe agregarse, dentro de una extensa nómina de razones, la obsolescencia de la infaestructura del sector industrial, actualmente compelido a reconvertirse o desaparecer.

La circunstancia por la que atraviesa el sector secundario, que se ve obligado a competir con productos extranjeros, determina saldos negativos elevados en el intercambio comercial, que resultan insuperables si no se conjugan factores que lo modifiquen, en modo especial a través de inversiones de riesgo.

Respecto de cuestiones litigiosas pendientes con países limítrofes, el primer mandatario ha manifestado su decisión de solucionar el diferendo con ECUADOR, en el marco del Protocolo de RIO. Respecto de CHILE, destacó su respeto a los tratados internacionales y prometió impulsar las actividades de la Convención de LIMA y la culminación de los compromisos relacionados con el muelle de ARICA.

Por otra parte, no existen definiciones en cuanto a la integración vial con BRASIL y a la culminación de la infraestructura de la conexión de BOLIVIA al mar .

Con relación al PACTO ANDINO, PERU solicitó una prórroga hasta fines de ENE96 para su reincorporación, mientras los otros cuatro socios tratarían de solucionar el tema de las distorsiones arancelarias , causa del temporario alejamiento peruano de este proceso de integración.

Los acuerdos bilaterales fueron también prorrogados automáticamente, con el objeto de no afectar el comercio subregional. Por ahora el statu quo sigue vigente y no está claro cual será el futuro del debilitado grupo andino.

- Principales acuerdos comerciales vigentes con países de AMERICA

a. MERCOSUR

- ARGENTINA: Se amplió hasta el 31DIC95 el acuerdo de alcance parcial de Complementación Económica suscripto el 11MAR88.
- BRASIL: Se amplió hasta el 31DIC95 el acuerdo de alcance parcial de Complementación Económica.
- PARAGUAY: Se amplió la vigencia hasta el 31DIC95 del acuerdo de alcance parcial de Renegociación suscripto el 30ABR83.
- URUGUAY: Se amplió hasta el 31DIC95 la vigencia del acuerdo de alcance parcial de Renegociación suscripto el 30ABR83.

b. PACTO ANDINO

- BOLIVIA: Acuerdo de Zona de Libre Comercio vigente hasta el 31ENE96.
- ECUADOR: Acuerdo bilateral pendiente de ampliación.
- COLOMBIA: Acuerdo bilateral vigente hasta el 31ENE96.
- VENEZUELA: Idem anterior.

c. CHILE: En negociación acuerdo de complementación económica.

d. MEXICO: Pendiente acuerdo de complementación económica.

- Conflicto con ECUADOR

Las posturas inconciliables de PERU y ECUADOR frente al tema limítrofe han sido la causa de los periódicos enfrentamientos en la zona del litigio -en los 78Km sin demarcar-.

Luego de casi un mes del inicio de acciones bélicas a comienzos del 95, ambas partes convinieron en suspender las hostilidades , decisión que se plasmó en la Declaración de Paz de ITAMARATY, en vigencia a partir del14FEB95, suscripta en BRASILIA por los representantes de los dos países y de los países garantes del Protocolo de RIO DE JANEIRO.

No obstante no hubo un acatamiento inmediato del cese al fuego. Ambas partes se atribuyeron el triunfo en esta contienda continuaron las negociaciones hasta el 01MAR95, fecha en la que se firmó la ratificación del acuerdo de paz en MONTEVIDEO.

A fines de ABR95 se habían cumplido las primeras etapas del documento: cese del fuego, separación de las fuerzas militares, desmovilización de tropas en la zonas de choque en la Cordillera del CONDOR, bajo la supervisión de la MOMEP (Misión de Observadores Militares para ECUADOR y PERU).

Sin embargo, el proceso de desmilitarizacion del escenario de las hostilidades se vio interrumpido por discrepancias en cuanto a la extensión de dicha zona. La propuesta presentada por los países garantes fue rechazada por ECUADOR por considerarla desfavorable a sus intereses.

A fines de JUN95 se suspendió la reunión de vicecancilleres de los países garantes, en BRASILIA, sin que se llegara a un acuerdo sobre la zona a desmilitarizar. Ambas partes se mantienen firmes en sus puntos de vista, demorando indefinidamente el retiro de sus efectivos; no obstante, se ha concretado la mutua devolución de prisioneros y la apertura del intercambio comercial fronterizo.

- Relación con ARGENTINA

La actitud inicial del gobierno peruano redujo sustancialmente las expectativas respecto de los vínculos que se mantendrían con nuestro país, quizas como consecuencia de las reacciones surgidas frente al autogolpe del 05ABR92.

En la actualidad se advierten señales que permiten pronosticar una mayor comunidad de intereses. En el orden comercial nuestro país vende a PERU bienes y servicios por valor de U$S 200 millones pero las compras que realiza son de magnitud irrelevante.

Entre los factores que enturbiaron la relación bilateral cabe mencionar el caso del Grl Rodolfo ROBLES, quien fue acusado de conspirar contra el gobierno de FUJIMORI. ROBLES hizo una declaración pública negando esos cargos y defendiendo la vigencia de los DD.HH, en cuya violación involucró a oficiales de la institución. Poco después se exilió en BUENOS AIRES, donde permaneció hasta que se promulgó, recientemente, La Ley de Amnistía.

En razón de la condena que derivó del juicio iniciado por la denuncia de ROBLES -categorizado oportunamente como infidente- y del involucramiento indirecto de Vladimiro MONTESINOS y de otros personajes poderosos del régimen, la buena recepción que tuvo en ARGENTINA y su permanencia constituyeron un aspecto del vínculo bilateral con connotaciones conflictivas según la percepción peruana.

La visita oficial del Presidente MENEM (09/10NOV94) propició compromisos gubernamentales y contactos empresariales signados por el proceso de privatizaciones en curso y la necesidad -sobre todo peruana- de aumentar las exportaciones. Dicho viaje finalizó con el otorgamiento de una prórroga de tres meses para que los ciudadanos peruanos residentes en la ARGENTINA pudieran regularizar su situación legal y la firma de tres convenios de:

- Promoción y protección recíproca de inversiones.
- Cooperación cultural y educativa.
- Cooperación antártica.

Según lo señalado por los medios de comunicación peruanos, la visita presidencial reafirmó los lazos de amistad entre ambos pueblos, destacando que la similitud de los procesos económicos y políticos permitirían consolidar un eje LIMA-BUENOS AIRES, con incremento de la inversión privada y del flujo bilateral del comercio y turismo. En su totalidad, la prensa destacó la predisposición del gobierno argentino a resolver la situación de los ciudadanos peruanos ilegalmente instalados en ARGENTINA.

Posteriormente, y a raíz de la venta de armas a ECUADOR, la relación bilateral se enturbió nuevamente. Sin embargo, la dirigencia política peruana evitó declaraciones que incrementaran la tensión bilateral.

- Vínculos con el resto del mundo

La inserción del PERU en el marco mundial está relacionada prioritariamente con la evolución de su situación económica y la renegociación de la deuda con los organismos crediticios.

Continúa la tendencia de privilegiar a EE.UU. como eje central en su política exterior, descuidando en parte las vinculaciones con países de la Cuenca del PACÍFICO, pese a que la ubicación geográfica de PERU favorece dicha proyección.

Por otra parte, el mandatario peruano mantiene su estrategia de estrechar las relaciones con JAPON mediante periódicos viajes personales y de sus principales funcionarios, obteniendo apoyo político y financiero del país de sus antepasados.

Asimismo, la Unión Europea ha anunciado recientemente su decisión de mantener la cooperación con PERU, con la ejecución de un programa trienal -1995/97- especialmente diseñado entre aquélla y el gobierno peruano, para proyectos sociales de seguridad alimentaria y desarrollo de los recursos humanos. El anterior, que culminó en 1994, implicó el aporte europeo de U$S 180 millones.

ANEXO I

DATOS BIOGRAFICOS DE ALBERTO KENYA FUJIMORI

Nació en LIMA, el 28 de JULIO de 1938. Hijo de un matrimonio japonés de condición humilde que llegó al PERU en 1934 y desempeñó actividades de sastrería, tareas agrícolas y floristería.

En 1974 se casó con Susana HIGUCHI, también de origen japonés, Ingeniera Civil; tienen cuatro hijos (Keiko Sofía, Hiro Alberto, Sachi Mariela, Kenji Gerardo). Está separado de hecho desde mediados de 1994; su esposa fundó un partido político pero fracasó en su intento de postularse a la presidencia.

Estudios: primarios y secundarios en escuelas públicas limeñas; superiores: Universidad Agraria de LA MOLINA, donde se graduó de Ingeniero Agrónomo en 1969. Fue primero de su promoción. Estudios de postgrado: Universidad de WISCONSIN (EE.UU.) y ESTRASBURGO (FRANCIA).

Otros Títulos: Doctor Honoris Causa de la Universidades de GEM BLEX (BELGICA) y SAN MARTIN DE PORRES (PERU).

Funciones: Rector de la Universidad Agraria entre 1984 y 1989. Presidente de la Asamblea Nacional de Rectores desde 1987 hasta 1989. Miembro de la Comisión Consultiva Agraria y presidente de la Comisión Multisectorial del Cinturón Ecológico de LIMA desde el segundo semestre de 1989.

Actividades Políticas: Fundó el Movimiento CAMBIO 90 en 1987, que fue inscripto oficialmente el 05OCT89 para las Elecciones Generales de 1990. Presidente de la República desde 1990, disolvió el Parlamento el 05ABR92. La convocatoria a la elección de un nuevo Congreso se efectuó sin la participación de los partidos tradicionales, por lo que obtuvo una mayoría que le permitió modificar la constitución y acceder a la reelección. La presión internacional lo obligó a someter su gobierno a plesbiscito -NOV93- el que logró superar con el 52,9% de los votos.

PERFIL

Tiene un coeficiente intelectual superior al promedio; sabe aprovechar las circunstancias que el medio le permite; ha demostrado control emocional ante situaciones críticas usando la evasión como recurso o mecanismo de defensa en sus discursos .

Este rasgo, puesto de manifiesto durante la campaña electoral de 1990, ha sido descrito por FUJIMORI como una "cualidad oriental" : dejar que el enemigo manifieste su fuerza para luego encontrar su punto débil y atacar.

Resulta una constante en su comportamiento la tendencia a evitar situaciones complicadas; toma distancia, trata de suplir con la perseverancia la carencia de conocimientos. Es introvertido, sereno y pacífico.

AUTORIDADES NACIONALES

- Presidente de la República: Alberto FUJIMORI
- Primer Vicepresidente: Ricardo MARQUEZ FLORES
- Segundo Vicepresidente: César PAREDES CANTO
- Gabinete de Ministros :

  Presidente del Consejo: Efraín GOLDENBERG

  MINISTROS: (* Recientemente designados)

    - RELACIONES EXTERIORES: Efraín GOLDENBERG
    - EDUCACION: Dante CORDOBA BLANCO *
    - SALUD: Eduardo YONG MOTTA
    - DEFENSA: Gral. Víctor MALCA VILLANUEVA
    - INTERIOR: Gral. Juan BRIONES
    - ECONOMIA Y FINANZAS: Jorge CAMET
    - JUSTICIA: Fernando VEGA SANTA GADEA
    - AGRICULTURA: Absalón VAZQUEZ
    - ENERGIA Y MINAS: Amado YATACO MERINO *
    - TRANSPORTE, COMUNICACIONES,
    - VIVIENDA Y CONSTRUCCION: Juan CASTILLA
    - PESQUERIA: Jaime SOBERO
    - DE LA PRESIDENCIA: Mario VARA OCHOA *
    - TRABAJO Y PROMOCION SOCIAL : Augusto ANTONIOLLI
    - INDUSTRIA, TURISMO, INTEGRACION Y NEGOCIACIONES
    - INTERNACIONALES: Liliana CANALE

ANEXO III

INDICADORES MACROECONOMICOS DE 1994

(En Millones de U$S)

Crecimiento	12,7 %
Inflación	15,4 %
Reservas Internacionales	6.043
Inversión Extranjera Directa	2.370
" " en Cartera	465
Sector Externo	
I. Balanza en cuenta corriente (-A-B-C+D)	-2.261
A. Balanza comercial	-1.109
1. Exportaciones	4.502
2. Importaciones	5.611
B. Servicios financieros	-1.011
C. Servicios no financieros	-614
D. Pagos de transferencia	473
II. Capitales largo plazo	3.652
III. Balanza de pagos básica (-I+II)	1.391
E. Capitales corto plazo	1.727
IV. Balanza de pagos (III+E)	3.118
Deuda externa total	23.266
I. Largo plazo	20.958
II. Corto plazo	2.308

9508982
CUBA: Situación económica y social.
503429.
27-6-95
11921.
65671.
11164.
11302.
11161
11165
65890

Fotocopia.

SAE

INUR Nº 0179/2101/27 JUN 95

CUBA

Situação econômico-social. Perspectivas.

(27 Jun 95)

A difícil situação econômica cubana vem determinando a implementação pelo governo de ações visando fortalecer os vínculos com regimes afins, como CHINA, CORÉIA DO NORTE, IRÃ e IRAQUE, países que aceitam subscrever acordos comerciais na base da troca. Ao mesmo tempo, busca aprofundar seus laços comerciais com outras nações, as quais, embora contrárias a CUBA em termos ideológicos, podem prover-lhe moedas conversíveis por meio de intercâmbio. Entre esses países destacam-se ESPANHA, FRANÇA, GRÃ-BRETANHA, MÉXICO e CANADÁ.

Essas parcerias, embora não sejam em níveis que projetem uma solução para os graves problemas econômicos da Ilha, proporcionam ganhos tecnológicos e melhoria nas condições de gerenciamento e de marketing, auxiliando CUBA a manter-se conectada ao mundo exterior.

A recente crise financeira mexicana provocou um relevante impacto negativo na combalida economia local, haja vista o MÉXICO e a ESPANHA constituirem-se os principais investidores no ***"programa de privatização"*** cubano. Antes da crise, o volume de investimentos mexicanos na Ilha chegou a atingir cerca de US$ 1 bilhão, em especial nos setores industrial, energético, têxtil e de cimento, bem como nos segmentos de turismo e telecomunicações.

A situação é agravada em face de a saúde financeira das grandes empresas mexicanas estar vinculada, substancialmente, à ajuda econômica dos EUA. Portanto, não se descarta a possibilidade de o Congresso norte-americano — com a maioria republicana, radicalmente contra qualquer forma de ajuda a CUBA — poder condicionar a manutenção do apoio dos EUA ao setor empresarial mexicano à redução daqueles investimentos.

O êxodo maciço ocorrido em 94, quando mais de 20 mil refugiados tentaram entrar nos EUA, persuadiu o Governo norte-americano a revisar sua política para CUBA. Em Mai 95, após reuniões secretas no CANADÁ, EUA e CUBA chegaram a um acordo pelo qual os refugiados cubanos alojados na base militar norte-americana de Guantânamo serão aceitos nos EUA como exilados e novos refugiados serão devolvidos a CUBA. A decisão representou uma considerável alteração na tradicional política norte-americana, antes classificando esses contigentes como perseguidos políticos e, agora, considerando-os como imigrantes econômicos.

A predisposição dos EUA em manter o diálogo poderá propiciar novas iniciativas de acordos a médio prazo. No entanto, a

situação ainda sugere ser prematuro avaliar-se qualquer possibilidade de avanço maior de WASHINGTON no sentido e levantar ou mesmo abrandar sobremaneira o embargo à Ilha.

No âmbito interno, o Governo de FIDEL CASTRO empreendeu algumas reformas econômicas, entre as quais se destacam: permissão para utilização e posse de dólar; vendas diretas da produção agrícola excedente no mercado; transformação de 5% das granjas estatais em cooperativas; possibilidade para certos setores desenvolverem suas próprias tarefas sem a intervenção do Estado; e oportunidades para a expansão de ***"joint ventures"***.

Além das medidas ***"liberalizantes"*** na área econômica, são pontos de atratividade para o capital de risco internacional: a qualificação média dos cubanos; os baixos salários; a liberdade para a remessa total dos lucros; e a possibilidade de transformar CUBA em uma plataforma de exportação. Atualmente, o Governo estuda uma nova legislação, pela qual deverão ser criados mecanismos que garantam maior proteção ao capital estrangeiro, como forma de atrair novos investimentos externos.

O Governo relizou, também, duas reestruturações governamentais, quando foram extintas diversas instituições e comitês estatais e nomeados ministros reformistas, principalmente da área econômica, com o intuito de obter maior eficiência para enfrentar a crise econômica e inserir CUBA na atual tendência da globalização da economia mundial.

Em anos recentes, as exportações de açúcar, níquel e cobalto — principais produtos de exportação — haviam sido reduzidas a um nível quase insignificante. No entanto, investimentos estrangeiros no setor e preços mais altos desses produtos no mercado internacional poderão ajudar a estimular a retomada da capacidade produtiva daquele país.

Outro aspecto considerado relevante é que, pela primeira vez desde o desmembramento do bloco soviético, a economia interrompeu seu constante declínio e cresceu 0,7% em 94, levando os principais estrategistas econômicos locais a seguirem com a adoção de novas reformas, em busca de mais investimentos.

Todavia, apesar de todo o esforço governamental, a crise econômica continua refletindo fortemente no dia a dia da sociedade. Desde 90, a população enfrenta o ***"periodo especial"***, cujas principais características são: alimentação racionada a porções insuficientes; racionamento de energia elétrica e de água; e redução da frota de ônibus a menos da metade, devido à falta de combustível. Além disso, roubos, mercado negro, propinas e prostituição recomeçam a fazer parte do cotidiano de CUBA, três décadas após de terem sido, à luz da propaganda castrista, eliminados do país. No mesmo sentido, as favelas também passam a fazer parte do atual cenário cubano.

As maiores conquistas da Revolução, como a educação e a saúde, ainda funcionam com relativa eficiência, mas começam a sofrer o efeitos da crise. O acesso à escola continua garantido pelo Estado, mas faltam cadernos, lápis, canetas e livros. Na área de

saúde, os hospitais possuem disponibilidade de leitos e de médicos, porém já não dispõem de suficientes medicamentos de primeiros socorros e de reagentes para exames laboratoriais.

Nesse quadro, não se vislumbra uma solução, a curto prazo, para a crise econômico-social cubana, a despeito da melhoria nos resultados de alguns de seus indicadores macroeconômicos em 94. Em contrapartida, em conseqüência do efeito positivo da interrupção do declínio econômico e do pequeno crescimento em 94, espera-se uma atuação mais agressiva de HAVANA na área externa e novas reformas econômicas, principalmente com o intuito de atrair maiores recursos internacionais.

* * *

HAITI

Eleições legislativas e municipais. Aspectos relevantes e perspectivas.

(28 Jul 95)

Em um clima de relativa tranqüilidade, os haitianos foram às urnas em 25 Jun para eleger os novos parlamentares e prefeitos, como parte do processo de redemocratização do país, a ser ampliado com a realização das eleições para Presidente em Nov 95.

O pleito será concluído em um segundo turno, porquanto apenas cinco senadores e dezesseis deputados, todos pertencentes à Organização Política "LAVALAS" (OPL), pró-Presidente ARISTIDE, alcançaram maioria no primeiro escrutínio. Com relação às outras nove cadeiras para o Senado e trinta e nove para a Câmara dos Deputados, os candidatos da OPL também estão na liderança e com boa chance de vitória, o que representará uma situação majoritária para o partido do Presidente no Congresso.

A OPL conseguiu 80% dos postos para prefeito, obtendo a vitória mais significativa na capital, PORT-AU-PRINCE, onde o candidato MANNO CHARLEMAGNE recebeu 45% dos votos contra 18% do atual prefeito EVANS PAUL. Recorde-se que PAUL contribuiu para a eleição do mandatário haitiano à Presidência em 1990, mas, após a ascensão deste ao poder, romperam relações por divergências políticas. Todavia, no plano político, a "Frente Nacional para el Cambio y La Democracia" (FNCD), partido de PAUL, continua mantendo apoio ao atual Presidente.

A legitimidade dos resultados eleitorais foi questionada por grande número de pequenos partidos, os quais terão uma escassa representação no novo Parlamento. Apesar das denúncias, observadores estrangeiros foram unânimes em relacionar apenas algumas "falhas técnicas" relativas à deficiência da organização e ao sistema eleitoral. Nas regiões onde houve comprometimento nas votações e/ou na apuração serão realizados novos pleitos.

A projeção é de o Chefe do Executivo contar com uma substancial base parlamentar, fator fundamental para apoiar suas pretensões de modernização do Estado, por meio de reformas à Constituição, entre elas, a extinção do Exército. No entanto, o novo Parlamento não deverá emprestar apoio irrestrito ao Governo ARISTIDE, uma vez que grande parte dos candidatos do movimento "LAVALAS" pertence à ala mais radical, geralmente opositora aos programas de liberalização econômica.

Assim, é provável que a maioria parlamentar faça restrições ao programa de privatização de empresas estatais, com reflexos negativos na política econômica do Primeiro-Ministro SMARCK MICHEL, um moderado que tem obtido a confiança de setores importantes do segmento privado e o respaldo da comunidade internacional.

A consolidação do processo eleitoral em curso ganha maior relevância haja vista a proximidade da sucessão do Presidente ARISTIDE vir gerando muitos debates e hipóteses. Alguns de seus partidários sugerem a prorrogação do mandato por mais três anos, de modo a completar efetivamente o período para o qual foi originalmente eleito (desconsiderando o interstício de Set 91 a Out 94 no exílio). O Chefe do Executivo tem sido discreto quanto à proposição, por não encontrar amparo legal. Ademais, diante dos obstáculos constitucionais para o reeleição, conjectura-se o lançamento de um candidato menos expressivo para a Presidência, possibilitando a sua indicação para o cargo de Primeiro-Ministro, com amplo poder de atuação política.

Nesse quadro, considera-se a forma de condução das eleições legislativas e municipais um fator positivo no processo de estabilização política do país, dando início a uma nova etapa para a redemocratização do HAITI. No entanto, a efetiva consolidação democrática está a depender de inúmeros outros fatores, entre os quais o apoio do novo Parlamento, dos agrupamentos oposicionistas e da elite empresarial ao Governo, e, principalmente, da ajuda econômico-financeira internacional para restaurar a economia. Assim, embora as eleições tenham ocorrido sem violência e, aparentemente, sem fraudes — aumentando a credibilidade internacional do Governo ARISTIDE —, pressupõe-se ainda um longo caminho a ser percorrido para a normalização política e a estabilização econômica do país.

* * *

MEXICO

La economía mexicana y el Plan Nacional de Desarrollo

Las medidas económicas adoptadas por el Presidente Ernesto ZEDILLO en el marco del programa de recuperación económica -implementado a comienzos de su mandato en DIC94- han restablecido la confianza en los mercados financieros y estabilizado la moneda mexicana. Asimismo, la devaluación del peso estimuló las exportaciones y ayudó a cambiar el signo de la balanza de pagos, que en FEB95 registró el primer superávit comercial de los últimos cuatro años.No obstante estos resultados, las proyecciones oficiales prevén para el corriente año una contracción del 2% en el PBI, mientras que cálculos realizados por estudios privados estiman que dicha disminución superaría el 4%.

Por otra parte, entre los principales problemas que presenta la actual coyuntura económica mexicana se destaca la alta tasa de desempleo, debido a su repercusión en el plano político y social. Entre DIC94 y MAY95 aproximadamente ochocientos mil trabajadores han perdido sus puestos de trabajo, mientras que cerca del 10% de la población económicamente activa -unos cuatro millones de personas- trabajan menos de 15 horas semanales. El gobierno estima el total de desempleados y subempleados en seis millones de personas, en tanto que la Central de Trabajadores de MEXICO (CTM) lo ubica entre ocho y once millones.Los sectores más afectados por la desocupación son, en orden decreciente, los de la construcción, servicios, industria manufacturera y agricultura.

En este contexto, el 31MAY95, el Presidente mexicano dio a conocer el Plan de Desarrollo 1995-2000 (PND) que incluye no sólo el tema económico y social sino también el político, y estaría dirigido a superar la difícil coyuntura que atraviesa el país. El objetivo básico del PND es promover la recuperación económica conforme a diversas líneas de acción que tienen como eje una reforma fiscal y la desregulación de la economía. Una vez implementadas, estas medidas contribuirían a la elevación de las tasas de ahorro interno y permitirían alcanzar una tasa de crecimiento sostenido de alrededor del 5% anual.

El gobierno estimó que cuando el PND comience a dar resultados se crearán un millón de puestos de trabajo por año, aunque esta perspectiva no se materializaría en el corto plazo. Cabe señalar que de acuerdo al comportamiento reciente de la economía mexicana, para generar dicha cantidad de empleos se necesitaría un crecimiento de más del 8%, cifra que sólo se alcanzó en 1981, antes de la crisis de la deuda externa.

En el terreno social, el documento destaca la necesidad de alcanzar una plena igualdad de oportunidades en materia de educación, salud, justicia, vivienda, así como promover el desarrollo equilibrado y la superación de la pobreza extrema. En el plano político, el plan considera prioritario el desarrollo democrático, que se lograría mediante la sanción de una reforma electoral, la implementación de un nuevo tipo de federalismo y la modernización de la administración pública a través de una descentralización de funciones.

Los lineamientos generales del PND quedan expuestos en cinco puntos:

- Fortalecimiento del ejercicio pleno de la soberanía
- Equidad en la justicia
- Desarrollo de la democracia
- Impulso al desarrollo social
- Crecimiento económico sostenido y sustentable

En cuanto al punto de la soberanía, el Presidente ZEDILLO expresó que se fortalecería la capacidad del Estado para garantizar la seguridad nacional, la vigencia de las leyes y la presencia de las instituciones de la república en todo el territorio.

Por otro lado, el PND apunta a lograr que los órganos responsables de la procuración de justicia realicen sus acciones en base a un correcto ejercicio de las atribuciones que el orden jurídico les confiere y se constituyan en auténticos vigilantes de la legalidad y de la sanción de los delitos.

El tema del desarrollo de la democracia está relacionado con la necesidad de crear las condiciones legales, institucionales, administrativas y de comportamiento ético del cuerpo de funcionarios gubernamentales que aseguren la participación y la representación de toda la población. En este sentido, se señala que es indispensable una lucha frontal contra las causas y los efectos de la corrupción y la impunidad, la que se llevará a cabo con la participación de los diferentes sectores de la sociedad.

Con referencia a la política social, el Programa Nacional de Solidaridad (PRONASOL) -que tuviera vigencia en el sexenio presidencial de SALINAS DE GORTARI- será reformulado, en base a la experiencia recogida, para implementar una política integral y descentralizada que se concentre en los grupos y las regiones con menor nivel de desarrollo relativo y coordine para ello los esfuerzos de los tres niveles de gobierno: federal, estadual y municipal.

En el plano económico, el texto del documento introduce el concepto de "crecimiento sustentable" y considera al ahorro como base del financiamiento para el desarrollo y la ampliación de la capacidad productiva. En este sentido, la estrategia económica expuesta en el PND reconoce la necesidad de elevar el ahorro interno en un marco de estabilidad monetaria como forma de garantizar el crecimiento sustentable de la economía, ya que se considera que sólo cuando la inflación es baja el ahorro se traduce en inversiones que originan nuevos puestos de trabajo para absorber el aumento sostenido de la mano de obra.

El plan propuesto por el Presidente ZEDILLO recibió el apoyo de las FFAA y las centrales obreras, en tanto que fue criticado por los partidos de la oposición y por la Iglesia.

En relación a las FFAA, una junta general de Comandantes en Jefe de las tres armas consideró viables las propuestas del PND y expresó su apoyo a los objetivos, estrategias y líneas de acción planteadas en el documento. En cuanto a la Confederación de Trabajadores de MEXICO (CTM) y el Congreso del Trabajo (CT), sus dirigentes manifestaron su pleno respaldo a los lineamientos del documento presidencial, aunque señalaron que el sector obrero controlaría el cumplimiento efectivo de los objetivos planteados, especialmente el de la creación de empleos.

Por el contrario, las agrupaciones políticas opositoras, tanto el Partido Acción Nacional (PAN) como el Partido de la Revolución Democrática (PRD), coincidieron en indicar que el PND es una declaración de intenciones y que es necesario transformar dichas propuestas en hechos concretos. Asimismo, diversos representantes de la jerarquía eclesiástica señalaron que, más allá del reconocimiento oficial de la situación del país, los objetivos planteados por el plan debían traducirse efectivamente en resultados tangibles para la población.

Durante la presentación del PND, el Presidente ZEDILLO enfatizó que los tres retos que enfrenta MEXICO son perseverar en el cumplimiento de las medidas de austeridad; consolidar e intensificar los cambios estructurales emprendidos en la última década y realizar las reformas que permitan desarrollar una base amplia y estable de ahorro interno.

Apreciación

El programa de recuperación económica iniciado por el Presidente ZEDILLO a comienzos de su mandato permitió aumentar el nivel de exportaciones y el ingreso de capitales externos, aunque no logró evitar el cierre de numerosas unidades productivas y el consiguiente despido de trabajadores. Este hecho podría provocar cambios estructurales en la trama social mexicana.

En este sentido, la política de ajuste adoptada por el gobierno mexicano -que incluyó el aumento de los impuestos y el incremento en el precio de diversos productos básicos- afectó particularmente a los sectores bajo y medio de la población y produjo una contracción del crédito que influyó en la pérdida de puestos de trabajo. Esta situación motivó el reclamo de los mencionados sectores por la implementación de un plan de emergencia que contemplara el apoyo a la inversión productiva, la creación de nuevas oportunidades de empleo y la baja de impuestos.

La falta de empleo constituye uno de los principales reclamos de los ciudadanos mexicanos. Este problema se ve agudizado por el ritmo de crecimiento poblacional, en base al cual aproximadamente un millón de personas se incorporan al mercado laboral cada año. En este sentido, las medidas de ajuste económico ya implementadas -y que seguirán vigentes de acuerdo al plan- resultarían contraproducentes para la creación de nuevos puestos de trabajo en el corto plazo, debido a que inducirían una contracción de la economía mayor a la esperada de acuerdo con los cálculos oficiales.

Por otra parte, las medidas implementadas para enfrentar la crisis probablemente conduzcan a una profunda reestructuración de la economía mexicana que, más allá de sus efectos inmediatos, tendría repercusiones estructurales en el largo plazo. Así, a nivel de los diferentes sectores económicos, los grupos con mayor poder estarían en condiciones de absorber a los menos poderosos, situación que reforzaría la posición casi monopólica que ya detentan algunas compañías y haría aún más regresiva la distribución del ingreso en el país.

Esta situación socioeconómica, sumada al estado del sistema político -profundamente perturbado por la crisis interna del PRI y por la presión ejercida por los rebeldes zapatistas- permitiría interpretar que el anuncio presidencial del Plan Nacional de Desarrollo tendría como objetivo inmediato dar respuesta a las demandas de la población y evitar la radicalización de los reclamos sociales, y sólo subsidiariamente contener el deterioro económico en el largo plazo.

En este sentido, la respuesta positiva que la presentación del plan obtuvo de la dirigencia de las centrales obreras indicaría que, en principio, el PND habría cubierto las expectativas oficiales. Sin embargo, las críticas que recibió la propuesta tanto de los partidos de oposición como de la iglesia señalarían la falencia básica del documento: la falta de propuestas concretas acerca de la metodología a través de la cual se alcanzarían los objetivos finales.

Finalmente, si el gobierno no da una respuesta efectiva a las demandas sociales, afrontará renovadas presiones de los estratos de menores ingresos, de la recientemente endeudada clase media y de las pequeñas y medianas empresas que, en conjunto, demandarían al gobierno nuevos subsidios y la generación de nuevos puestos de trabajo que podrían conducir a un aumento en el gasto público.

Frente a estas presiones, la firme defensa del programa económico o la introducción de cambios en éste condicionaría los resultados del PND a nivel político y social. Por este motivo, el factor tiempo, entendido como la rapidez con que las medidas de ajuste produzcan resultados positivos tangibles, será un componente decisivo para el éxito del programa de gobierno del Presidente ZEDILLO.

9508985

CHILE: Agravamento das tensões entre gov. e militares.
20962.
28-7-95.
11921.
65709.
11164
11163
11302
13065
11830.

INUR Nº 0207/2101/28 JUL 95

CHILE

Agravamento das tensões entre Governo e militares.
Aspectos relevantes e perspectivas.

(28 Jul 95)

Os últimos desdobramentos das desavenças entre o Governo e as Forças Armadas têm agravado a crise político-institucional no CHILE, desencadeada a partir das reações dos militares à condenação do General MANUEL CONTRERAS e do Brigadeiro PEDRO ESPINOZA, pela autoria intelectual do assassinato do ex-chanceler chileno ORLANDO LETELIER em Set 76,em WASHINGTON.

Segmentos militares contrários à decisão judicial vêm utilizando ações dissimuladas para evitar a prisão de CONTRERAS, ex-Chefe da extinta DINA, a polícia secreta do regime militar. No momento em que era conduzido à prisão, foi internado em um hospital militar para recuperar-se de alegadas complicações de saúde. ESPINOZA, por sua vez, encontra-se preso cumprindo pena de seis anos.

Recentemente, cerca de 1.500 pessoas, em sua maioria oficiais do Exército, alguns uniformizados, participaram de uma manifestação de solidariedade a ESPINOZA nas proximidades da prisão, num ato considerado de insubordinação e de aberto desafio às autoridades constituídas. O episódio obrigou o Ministro da Defesa, EDMUNDO PEREZ YOMA, a cancelar vista aos EUA, para o encontro regional sobre questões de Defesa no continente americano, com vistas a participar de uma reunião de emergência do Gabinete, convocado pelo Presidente EDUARDO FREI para discutir sobre as tensões provocadas pelos militares. A habilidade política do Ministro PEREZ YOMA — amigo pessoal de FREI — tem-lhe proporcionado um papel de destaque no Gabinete pelos êxitos obtidos em sua função mediadora entre o Governo e as Forças Armadas.

O Governo tem recebido o respaldo de alguns segmentos oposicionistas, que consideram o protesto um ato de provocação e uma tentativa de desafiar os poderes constituídos e as leis vigentes. Grupos de esquerdas radicais consideram as articulações do Exército como uma campanha de intimidação, com o objetivo de impor a subordinação da sociedade civil às Forças Armadas.

A predisposição do Governo a analisar a proposta apresentada por PINOCHET, pela qual o Comandante do Exército exige a aprovação de uma lei de anistia permitindo o fim dos processos contra os militares por atos de violações dos direitos humanos praticados durante o regime militar, também é motivo de polêmica. O Comandante da Aeronáutica, General RAMON VEGA, defende uma medida mais democrática, como a realização de um plebiscito para decidir sobre o tema, posição que desagrada às lideranças castrenses, particularmente PINOCHET.

Os esforços do Executivo para evitar as extrapolações do contencioso institucional têm levado os governantes a assumirem uma postura contemporizadora em relação aos militares. Como parte dessa disposição política, destaca-se a solicitação de FREI ao Conselho de Defesa do Estado para não recorrer da decisão do Juiz JORGE COLVIN, o qual rejeitou um pedido para processar outras dois militares e o filho de AUGUSTO PINOCHET, acusados de fraude contra o erário público.

A denúncia foi formulada em Abr 93 quando se constataram irregularidades na compra de armamentos para o Exército, efetuada em 89 quando PINOCHET ainda governava o país. Tentativas anteriores para a apuração das supostas fraudes também foram frustradas por manobras políticas de intimidação desencadeada pelo Exército.

As pressões das Forças Armadas no sentido de anular os atos contrários aos interesses da instituição e de preservar as prerrogativas constitucionais e o poder de influência na vida política do país tendem a se intensificar, pressupondo-se o agravamento das tensões. Todavia, visualiza-se como a hipótese mais provável o incremento das injunções políticas, de forma a demover as posições mais radicais entre as partes e afastar os riscos de desestabilização política do país.

* * *

02-02.

Nº: 9508986
T: CHILE: Política de ajuste econômico implementado por gds.
P: 20362.
F: 29-6-95
V: 11921. 65709. 11164. 11302. 11161. 11392. / 11311. 06960. 507480.

1/2

INUR Nº 0185/2101/29 JUN 95

CHILE

Aspectos da conjuntura econômica e perspectivas.

(29 Jun 95)

As políticas de ajuste econômico implementadas pelo Governo chileno, orientadas para a obtenção de resultados a longo prazo, têm sido apontadas como modelo de estrutura macroeconômica no âmbito regional, para fazer frente às turbulências no sistema financeiro internacional, evidenciadas especialmente após a situação provocada pela crise mexicana.

A condição de estabilidade da sua economia é resultante da sustentação dos pontos essenciais que norteiam a política ortodoxa baseada em um conjunto de reformas estruturais, com base nos controles monetário e orçamentário. Tal fato, somado às restrições à entrada de capital especulativo de curto prazo, tem contribuído para o combate eficiente à inflação e ao déficit em conta corrente, aspectos fundamentais para a solidez do peso chileno.

Ademais, houve estímulo às exportações e ao aumento da poupança interna, por meio da implementação de uma firme política fiscal e de reforma radical no sistema de pensões. Destaque-se que o CHILE poupa 25% do PIB, permitindo maior facilidade para financiar os investimentos com fundos próprios, e mantém as reservas próximas a US$ 12 bilhões. As exportações começam a se recuperar e a taxa de crescimento alcança uma média de 6% ao ano desde 1986.

Recente relatório do Banco Central chileno indica um crescimento da atividade econômica em cerca de 7,4% nos primeiros meses de 1995. Avalia, ainda, que o país obteve um importante superávit comercial, estimado em US$ 827 milhões no primeiro trimestre, frente ao saldo favorável registrado de US$ 698,8 milhões durante todo o ano de 1994. Tais resultados devem-se, em parte, ao comportamento econômico dos seus principais parceiros comerciais e à recuperação dos preços internacionais do cobre — principal fonte de divisas — e de outros produtos de exportação, como o ouro, que atraiu grandes investimentos estrangeiros. Seis centros

de mineração de ouro produzem 20 toneladas por ano, colocando o país entre os dez maiores do setor.

Contrastando com seus imensos recursos minerais e naturais, o CHILE não possui uma posição de destaque como exportador de produtos manufaturados na AMÉRICA LATINA. Estes constituíram apenas 8,2% das vendas chilenas no período 1980-90, melhorando sua posição somente a partir de 1992, quando, dos US$ 11 bilhões em exportações. US$ 4 bilhões foram de manufaturados, superando, pela primeira vez, a receita com venda de cobre (US$ 3,9 bilhões).

No âmbito da AMÉRICA DO SUL, tem buscado aprimorar suas relações com os países vizinhos, por meio da intensificação do comércio e de investimentos mútuos. Nesse sentido, o destaque é a busca de uma maior aproximação comercial com a BOLÍVIA, apesar de não possuírem relações diplomáticas.

O Governo chileno mantém intensa cooperação econômica com a ARGENTINA, onde há uma presença ativa de empreendimentos privados. Com a superação de quase todas as pendências fronteiriças — das 24 questões litigiosas, resta apenas uma: a Zona de Campos de Hielos Sur —, a tendência é um maior estreitamento dos vínculos econômicos recíprocos. Os principais fatores a influenciar a expansão dos investimentos chilenos na ARGENTINA foram o nível de renda daquele país, o mercado potencial e o baixo valor dos ativos argentinos em relação aos chilenos.

Essas bases econômicas, fundamentadas em políticas praticadas por um longo período, e a qualidade de sua administração sugerem uma considerável capacidade de o país conviver com riscos potenciais. Na eventualidade de condições regionais imporem uma redução temporária nas taxas de ingresso de capital, o país parece reunir condições para sustentar seu equilíbrio, tendo em vista os altos níveis de poupança doméstica e a confortável posição de suas reservas internacionais.

* * *

9508987

VENEZUELA: Situación de la crisis socio-económica.
20362.
27-6-95
11921.
67390
11164
11302.
11161.
11392.
11165

VENEZUELA

Situação econômica. Aspectos relevantes, implicações políticas e perspectivas.

(27 Jun 95)

A atual crise sócio-econômica da VENEZUELA, decorrente essencialmente da sistemática queda nos preços internacionais do petróleo, do deficiente gerenciamento dos recursos do Governo e das fracassadas políticas de recuperação da economia, tem levado o país a uma situação de crescente instabilidade político-institucional. Tal quadro caracteriza-se pela onda de violentas manifestações de protestos e greves e por um acentuado descrédito nas instituições da estrutura de poder e nos segmentos políticos tradicionais, a destacar a Acción Democrática (AD) e o Comité de Organizacion Político Electoral Independiente (COPEI), partidos que há décadas vêm determinando os destinos do país. As dificuldades internas têm contribuído também para a deterioração do prestígio político do país no âmbito regional e internacional, restringindo, sobremaneira, seu poder de atuação nos principais foros internacionais.

Os obstáculos do Governo venezuelano em impôr medidas de saneamento econômico devem-se à fraca base de sustentação político-partidária do Presidente RAFAEL CALDERA, eleito com o apoio de uma coligação integrada pelo Movimiento al Socialismo (MAS) e pela Convergencia Nacional (CN), englobando um amplo e heterogêneo conjunto de pequenos partidos.

Como parte dos esforços com vistas a encontrar mecanismos para amenizar os desequilíbrios fiscais e orçamentários, a crescente desvalorização da moeda e os elevados níveis inflacionários, o Governo CALDERA decretou, em meados do ano passado, medidas de emergência econômica e financeira e suspendeu algumas garantias individuais. No entanto, tais medidas, baseadas no controle da taxa de câmbio e no congelamento de preços de variados produtos e serviços, implicaram a perda de credibilidade da moeda e o fortalecimento acelerado de um mercado paralelo. Ademais, os recursos do Governo passaram a ser comprometidos pela intervenção estatal no sistema bancário, por meio da injeção maciça de capitais, visando garantir a liquidez de importantes instituições financeiras em situação de insolvência.

Embora a iniciativa governamental tenha provocado um forte impacto na sociedade venezuelana, os mecanismos paliativos e de caráter populista não surtiram resultados efetivos no combate aos graves problemas estruturais do país. Assim, buscando novas alternativas, o Presidente CALDERA apresentou, em Set 94, o Programa de Estabilização e Recuperação (PERE), o qual, segundo o próprio Governo, foi gerado por um amplo debate entre os diversos segmentos políticos, empresariais e sindicais. Os principais delineamentos do plano contemplam os objetivos de ajuste e equilíbrio fiscal e o estabelecimento de uma coordenação entre as políticas fiscal, monetária e cambial. As linhas de ação focalizam a dinamização de setores específicos, como a construção civil, a indústria e a agricultura, e o incremento dos investimentos em setores que apresentam grande potencial de demanda de exportação, capazes de assegurar melhores condições de competitividade aos produtos venezuelanos. Todavia, o programa não traça com clareza e objetividade as metas e os mecanismos a serem alcançadas/criados no sentido de reverter as adversidades sócio-econômicas e os desfavoráveis indicadores macroeconômicos, pressupondo-se mais uma tentativa malograda.

Recentemente, o Executivo venezuelano, em mais um esforço de mobilização política nacional, obteve o comprometimento dos empresários, sindicatos e organizações comunitárias em torno do chamado "**pacto antiinflacionário**". Tal instrumento deverá resultar de um processo de entendimento político entre as partes com vistas a combater a inflação — 70% em 94 e 13,4% até Abr 95 —, considerada uma das principais causas da elevação do nível de desemprego e da deterioração da qualidade de vida.

Em linhas gerais, o Governo propõe reduzir o déficit fiscal, reformular o orçamento de 1996 e viabilizar o processo de privatização das empresas estatais. O setor empresarial dispõe-se a estabelecer ajustes de preços de bens e serviços nos limites compatíveis com as metas de redução progressiva da inflação e manter o nível de emprego e negociar com os trabalhadores um novo sistema de benefícios sociais. Os trabalhadores deverão se comprometer a encaminhar suas reivindicações salariais dentro de condições que não prejudiquem as metas de inflação a serem estipuladas pelo Pacto e, ao mesmo tempo, esgotar a via do entendimento nas relações trabalhistas.

A despeito da inegável disposição de CALDERA em busca de soluções para o soerguimento da economia, as sistemáticas medidas do Governo não apontam para propostas realistas que possam angariar a credibilidade interna e apoio político suficientes para a viabilização de um programa de estabilização. Portanto, mesmo as recentes iniciativas são vistas com ceticismo pelos principais agentes econômicos,

notadamente o empresariado, os quais criticam os controles cambiais e de preços por considerarem insuficientes e de efeito apenas retórico perante a população. As restrições ao encaminhamento da economia venezuelana também são endossadas pelo Banco Mundial que, por meio de documento publicado em Mai 95, criticou as deficiências técnicas e a incapacidade da política econômica em resgatar a estabilidade e recuperar o crescimento, por não representarem propostas coerentes para mudanças estruturais permanentes. Assim, os prognósticos do Banco Mundial apontam para o agravamento do quadro recessivo e dos níveis inflacionários.

As dificuldades de CALDERA em sustentar os pilares da política paternalista, tradicionalmente proporcionada aos setores produtivos, financeiros e sociais do país, reforçam as perspectivas de amplicação da crise sócio-econômica na VENEZUELA, agravada pela limitada capacidade de manobra política do Executivo. Além disso, a relutância do Governo em tomar decisões mais fortes — o que implicaria a adoção de medidas impopulares, como corte dos subsídios e o aumento de impostos, tarifas públicas e combustível — também pode ser atribuída ao ônus político que decorreria, em face de um provável aumento do clima de insatisfação popular, seguido de reações sociais violentas, nesse caso projetando-se uma crise político-institucional e econômica de proporções imprevisíveis.

* * *

CUBA: Visita del Canciller ROBAINA a la CEI.
515075
21-5-95
11921
65671.
CEI 502283
RUSIA 502284.
11164
11399
11005
91981.
11435
11209.

(SIDE)

ASUNTO: CUBA

SINTESIS: Visita del Canciller ROBAINA a RUSIA en el marco de una gira por países de la COMUNIDAD DE ESTADOS INDEPENDIENTES.

SITUACION

El 21MAY95, el Ministro de Relaciones Exteriores de CUBA, Roberto ROBAINA, efectuó una visita oficial a UCRANIA, RUSIA y BIELORUSIA, a efectos de reactivar los vínculos comerciales con los países de la COMUNIDAD DE ESTADOS INDEPENDIENTES (CEI) e iniciar una nueva etapa en las relaciones diplomáticas. Cabe destacar que ROBAINA es el representante cubano de más alto nivel que visitó la región desde la disolución de la URSS en 1991.

Durante su visita a RUSIA el Canciller cubano mantuvo entrevistas con el Ministro de Relaciones Exteriores Andrei KOZIREV y con diversos funcionarios del gobierno, con los Presidentes de ambas Cámaras del PARLAMENTO, con empresarios y con el líder de la Iglesia Ortodoxa -Patriarca ALEXIS II-. También mantuvo distintas reuniones con el Viceprimer Ministro, Oleg DAVIDOV, quien ha criticado severamente los recientes acuerdos bilaterales de trueque de azúcar por petróleo.

En el transcurso de la visita, se suscribieron convenios en rubros tales como garantías de inversiones bilaterales y lucha contra el narcotráfico. Así también, ambos gobiernos decidieron extender la cooperación económica hacia otras áreas (medicina e industria alimenticia, por ejemplo) e iniciaron negociaciones destinadas a renovar el próximo acuerdo de azúcar por petróleo por un plazo superior al anual.

Cabe recordar que a partir de ENE95 ambos gobiernos efectuaron arduas negociaciones en los siguientes aspectos:

- Mantenimiento de las operaciones de la base radioelectrónica de LOURDES -que realiza inteligencia militar sobre territorio estadounidense- a cambio de mercaderías y servicios.
- Intercambio de tres millones de toneladas de petróleo ruso por un millón de toneladas de azúcar cubano.
- Participación rusa en la continuidad de los trabajos en la central termoeléctrica de JURAGUA.
- Envío próximo de una delegación de expertos rusos a LA HABANA a fin de analizar las posibilidades de cooperación en diferentes áreas.

APRECIACION

Los resultados de la gira de ROBAINA, fundamentalmente en RUSIA, han sido en realidad modestos y por debajo de las expectativas cubanas. En este sentido, el Canciller cubano no pudo firmar, aparentemente debido a discrepancias con su similar ruso KOZIREV, una Declaración de Principios Generales que enmarcaría la evolución de las relaciones bilaterales.

No obstante, si bien MOSCU suspendió en 1991 la ayuda financiera y militar a LA HABANA, ambos países dieron muestras de voluntad de avanzar en la cooperación bilateral -en especial a partir de 1995- a fin de recuperar el nivel que tenían hace cinco años tanto en el plano económico como en el político.

Como prueba de ello -según declaraciones de DAVIDOV- el gobierno ruso estaría dispuesto a completar los contratos y las obras en ejecución inconclusos luego de la disolución de la URSS, en especial la Central Nuclear de JURAGUA que insumirá U$S 30 millones -del crédito de U$S 350 millones acordado en SET93 y que contemplaba proyectos de cooperación en diferentes áreas-.

Sin embargo, aún existen una serie de limitaciones que entorpecen los esfuerzos de ambos gobiernos para profundizar las relaciones mutuas, señalándose entre ellas las serias dificultades políticas y económicas por las que atraviesan tanto la Isla como los ex Estados de la desaparecida UNION SOVIETICA y la deuda que LA HABANA adquirió con la ex URSS (que en la actualidad asciende aproximadamente a unos U$S 25.000 millones).

Finalmente, cabe señalar que ROBAINA obtuvo un fuerte apoyo tanto en el ámbito parlamentario como en ciertos sectores de la cultura -donde CUBA posee un gran "lobby", integrado por antiguos comunistas, becarios cubanos que han permanecido en RUSIA y por todos aquellos que vivieron en el país caribeño- que forman un destacado grupo con cierta capacidad de influencia sobre el gobierno ruso.

9508989.J
BOLIVIA: Nuevo tratado de extradición con EE.UU. - Erradicación de plantas de coca.
20362.
5-7-95
11921. 11005
507480. 11433
65890.
11164. ~~11134~~ 11435
11302
11399.

INUR Nº 0187/2101/05 JUL 95

BOLÍVIA

Novo Tratado de Extradição com os EUA.
Erradicação das plantações de coca. Perspectivas.

(05 Jul 95)

Os Governos da BOLÍVIA e dos EUA assinaram esta semana um novo tratado de extradição, no qual se destaca o não-reconhecimento de jurisdições em matéria de delitos de tráfico de drogas.

A obrigatoriedade de os respectivos governos entregarem os imputados ou condenados por delitos relacionados ao narcotráfico, sem considerar a Jurisdição, abre caminho para que pessoas envolvidas — antes da assinatura do referido acordo, inclusive autoridades do anterior Governo boliviano — possam, também, ser extraditadas para julgamento nos EUA, como é o caso do ex-Presidente JAIME PAZ ZAMORA (1989-1993), acusado de encobrimento do tráfico de drogas.

O novo tratado de extradição é resultante das pressões do Governo norte-americano junto ao Governo boliviano para assiná-lo até o dia 30 Jun 95, sob a ameaça de desqualificar a BOLÍVIA como país que colabora na luta contra o tráfico de drogas, o que valeria como um virtual bloqueio econômico ao país. Destaque-se que as outras condições, como erradicar 1.750 hectares de cultivo de coca e apresentar um plano de erradicação de longo prazo, também foram cumpridas.

Coerente com as exigências dos norte-americanos, o Governo boliviano pretende destruir, antes do final do ano, 5.400 hectares dos cerca de 45.000 existentes em todo o país. Segundo autoridades governamentais, essas plantações devem ser reduzidas a até 12.000 hectares, o suficiente para satisfazer a demanda de seu tradicional mercado interno. Até o momento, o Governo vem contando com a colaboração dos camponeses para atingir seu objetivo, os quais recebem, como incentivo, US$ 2,500 por hectare erradicado. Entretanto, tal colaboração não é assegurada, porquanto os plantadores exigem a aceleração do plano de desenvol-

CA-C2

vimento alternativo o qual vem sendo implementado de forma lenta e pouco satisfatória. Ademais, cerca de 300 mil bolivianos dependem diretamente do comércio da coca para seu sustento e sem ele correm o risco de serem levados ao desemprego.

Os planos de uma erradicação total dos cultivos excedentes tendem a encontrar obstáculos no futuro próximo, com prováveis confrontos com a polícia, porquanto a maioria dos camponeses prefere manter o cultivo, apesar dos riscos da clandestinidade e do combate das forças governamentais. Enquanto plantações são destruídas no Chapare, região central do país e principal produtora de coca excedente, há evidências do surgimento de novas plantações em localidades nunca exploradas. Isso se deve, em especial, ao maior e mais rápido retorno financeiro da atividade e, muitas vezes, ao beneplácito de autoridades.

A assinatura do Tratado reforça o comprometimento da BOLÍVIA no combate ao narcotráfico, que, no marco da atual política desenvolvida pelo Governo boliviano, poderá amenizar pressões e ameaças por parte dos EUA e propiciar condições mais privilegiadas para o país nas relações bilaterais.

* * *

CUBA. Acordo energético com RÚSSIA.
20362.
5-7-95
11921.
507623.
11164.
RÚSSIA.
11005
11161
11404.
11399.

INUR Nº 0188/2101/05 JUL 95

CUBA

Acordo energético com a RÚSSIA. Perspectivas.

(05 Jul 95)

A assinatura de dois importantes convênios comerciais entre CUBA e RÚSSIA em Mai 95 parece indicar um primeiro passo para a reaproximação entre os dois países, após a drástica ruptura de relações, decorrente da desagregação da URSS e do ressurgimento da RÚSSIA sob "**orientação política e econômica capitalista**".

Os dois acordos são destinados à recuperação do setor energético, cuja infra-estrutura apresenta-se bastante prejudicada pela falta de investimentos, conseqüência da grave crise econômica que atinge o país. Um dos acordos refere-se ao reinício dos trabalhos para a construção da usina nuclear de JURAGUÁ e o outro permitirá o fornecimento, ainda este ano, de 3 milhões de toneladas de petróleo russo a CUBA, em troca de 1 milhão de toneladas de açúcar.

A conclusão da usina — iniciada em 83 e interrompida há três anos por falta de recursos — será efetuada por um consórcio internacional formado por empresas da RÚSSIA, ALEMANHA, GRÃ-BRETANHA, ITÁLIA e BRASIL, a um custo estimado de US$ 800 milhões. O pleno funcionamento da unidade permitirá que CUBA poupe o equivalente a 1,2 milhão de toneladas de petróleo por ano na geração de eletricidade.

A retomada da construção da central tem despertado preocupação por parte dos EUA, dentro da política norte-americana restritiva ao desenvolvimento e proliferação de tecnologia nuclear, exigindo de CUBA a adesão aos mecanismos internacionais que tratam da questão da não-proliferação nuclear e regulamentam seu uso para fins pacíficos.

Em Mar 95, o Governo cubano ratificou o Tratado de TLATELOLCO contra a proliferação de armas nucleares na AMÉRICA LATINA e CARIBE, colocando-se como o último país da região a aderir a esse instrumento, pelo qual os signatários se comprometem a utilizar suas instalações com fins exclusivamente

pacíficos. Em contrapartida, HAVANA não se dispõe a assinar o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (TNP).

A conclusão do empreendimento no setor energético com vistas a colocar em funcionamento a Usina de JURAGUÁ representará um fator fundamental no sentido de amenizar os efeitos da atual crise econômica cubana, tendo em vista a criação de alternativas de investimentos e de oportunidades de trabalho, com reflexos positivos nas perspectivas de soerguimento da sua economia. Todavia, apesar da prometida utilização para fins pacíficos, o tema tende a reacender as desconfianças dos EUA quanto às reais intenções de CUBA na manipulação da tecnologia nuclear, projetando-se maiores pressões de WASHINGTON sobre a Ilha.

* * *

INUR Nº 0189/2104/05 JUL 95

Evolução das negociações entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o Governo do MÉXICO.

(05 Jul 95)

A terceira rodada das negociações de paz (Jun 95) entre o Governo mexicano e os líderes guerrilheiros zapatistas não apresentou resultados significativos, exceto a disposição em continuar o diálogo em outro encontro previsto para o corrente mês. Mais uma vez, as partes representadas fixaram-se infrutiferamente nos temas da distensão militar e na definição de uma agenda de questões fundamentais. Observadores presentes, consideraram que o diálogo enfrentará momentos ainda mais difíceis, quando forem determinar o nível dos entendimentos regionais, como pretendem as autoridades, ou nacionais, conforme desejo do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Posteriormente ao encontro realizado em SAN ANDRÉS LARRAINZAR, o líder do EZLN — Subcomandante MARCOS — divulgou comunicado em que sugere a realização de uma consulta nacional sobre temas políticos e sociais, por uma organização independente, a Aliança Cívica, que há vários anos atua como observadora de atividades político-eleitorais e direitos humanos. A justificativa para este procedimento seria a necessidade de **"um novo pacto social"** , com base em questões relacionadas à habitação, terra, trabalho, alimentação, saúde, educação, independência, cultura, informação, democracia, liberdade, justiça e paz.

O comportamento zapatista reforça uma estratégia direcionada para estender ao máximo o processo de solução pacífica e definitiva do conflito na região de CHIAPAS. Paralelamente, os rebeldes procuram aumentar a dimensão política de suas demandas, caracterizando-as como problemas comuns à maior parte da sociedade mexicana. Em síntese, isso significaria discutir o atual sistema institucional e as ações governamentais, inclusive a sua legitimidade. Sem chances de uma vitória militar, os guerrilheiros ganhariam tempo, na expectativa de explorar vulnerabilidades na administração de ERNESTO ZEDILLO, principalmente em decorrência de um possível agravamento na situação interna do país, pela combinação de fatores econômicos adversos e a crescente insatisfação da população menos favorecida.

Por sua vez, o Governo "**aceita**" essa situação, pois também precisa de tempo para resolver prioritariamente os problemas políticos e econômicos e depois

encontrar uma saída para a insurgência em CHIAPAS. Caso contrário, há um alto risco da revolta zapatista expandir-se para outras áreas, com movimentos semelhantes

de desobediência civil, que podem levar o país a uma grave crise social de conseqüências imprevisíveis e efeitos mais preocupantes do que os provocados pela desvalorização cambial de Dez 94.

Do ponto de vista internacional, a aparente superação inicial da crise financeira mexicana carece de novas medidas consolidadoras, que afastem o risco da instabilidade interna. Enquanto isso não ocorrer, o MÉXICO continuará funcionando como termômetro negativo na região e, nesse sentido, o conflito de CHIAPAS ganha relevância como um fator de influência.

* * *

ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

SINTESIS ANALITICA

Lineamientos generales del gobierno de SAMPER PIZANO. Enfasis en aspectos sociales:

Si bien el gobierno de Ernesto SAMPER PIZANO no introdujo modificaciones de fondo en las políticas formuladas por la Administración de César GAVIRIA TRUJILLO, manteniendo vigente la orientación de los lineamientos generales en materia económica -control de la inflación, apertura y libertad de mercado- en la actualidad dirige sus esfuerzos a resolver problemas sociales a partir de la puesta en marcha de programas específicos tales como el "Acuerdo de Productividad, Precios y Salarios" y el "Plan Nacional de Desarrollo", de difícil ejecución.

Es dable destacar que el cambio económico abrupto, la apertura hacia otros países y la necesidad colombiana de insertarse en el menor tiempo posible en el contexto continental y mundial, habría dejado pendientes tanto aspectos prioritarios para la población -desempleo, salud, vivienda, etc.- como así también aquellos relacionados con la infraestructura básica necesaria para conseguir un crecimiento sostenido -puertos, carreteras, comunicaciones, etc.- que deberá corregir el actual gobierno.

Escasos avances en las negociaciones con la guerrilla. Algunos triunfos en la lucha contra el narcotráfico:

Con respecto al clima de violencia que caracteriza a COLOMBIA, fundamentalmente a raíz del accionar -en numerosas oportunidades simultáneo y conjunto- tanto de la subversión como de organizaciones de narcotraficantes, cabe efectuar las siguientes consideraciones:

- El recrudecimiento de la actividad guerrillera y el incremento de las operaciones de las FUERZAS DE SEGURIDAD (FF.SS.). Dichas estrategias revelarían la intención tanto de las distintas organizaciones subversivas como del gobierno de posicionarse ventajosamente con vistas al inicio de futuras conversaciones de paz .
- Los éxitos de la denominada "política integral contra el narcotráfico" que culminaron con la detención de los principales líderes del "Cartel de CALI". Si bien dicho acontecimiento puede calificarse como un triunfo de SAMPER PIZANO -seriamente cuestionado por la Administración estadounidense a raíz de su presunta vinculación con el narcotráfico- la derrota definitiva de esta actividad delictiva aún está sujeta a la solución de problemas sumamente complejos.

En síntesis, los principales conflictos registrados en el marco interno colombiano colocan al Presidente ante la necesidad de encontrar soluciones coyunturales que le permitan disminuir la tensión existente en el ámbito socio-económico sin generar situaciones adversas que afecten la gobernabilidad del sistema político.

Síntomas de desaceleración del crecimiento económico:

Pese a la existencia de indicadores macroeconómicos favorables principalmente durante 1994 -crecimiento del Producto Bruto Interno y de las exportaciones hacia nuevos mercados- las perspectivas a corto y mediano plazo no serían tan optimistas a raíz de factores negativos que las autoridades económicas deberán revertir a partir de la instrumentación de cursos de acción destinados fundamentalmente a: disminuir el gasto público, evitar el crecimiento del déficit de la Cuenta Corriente de la Balanza de Pagos, impedir el aumento de la tasa de inflación y atraer inversiones extranjeras buscando un equibilibrio entre el ingreso de capital directo y el especulativo de corto plazo.

Revitalización de las relaciones exteriores:

COLOMBIA modificó su presencia regional a partir de cambios en los lineamientos de su política exterior con el objetivo de abandonar su tradicional "aislacionismo" en el contexto latinoamericano.

El énfasis puesto en la revitalización de las relaciones con países vecinos se manifiesta a través de la complementación económica con VENEZUELA, con quien conforma una asociación relevante a nivel regional. Asimismo, reactivó su presencia en LATINOAMERICA a través del GRUPO DE LOS TRES y el PACTO ANDINO entre otros, evidenciando actualmente un marcado interés en la captación de los mercados caribeños.

Por último, el país incrementó sus relaciones -anteriormente limitadas a la UNION EUROPEA- a otras zonas no tradicionales como la CUENCA DEL PACIFICO y el LEJANO ORIENTE. Con esta finalidad, concentra sus esfuerzos en desarrollar la infraestructura vial necesaria para agilizar el transporte de sus productos hacia los puertos del PACIFICO.

ESTADISTICAS GENERALES

Nombre oficial	REPUBLICA DE COLOMBIA
Régimen Constitucional	República democrática
Superficie en Km2	Terrestre: 1.141.748 Marítima: 912.904 aproximadamente
Población	35.886.280 hab. (censo JUN94)
Tasa de crecimiento	1,7%
Grupos étnicos	57% mestizos, 20% blancos, 14% mulatos, 9% indígenas
Esperanza de vida (en años)	Varones: 66 Mujeres: 69
Idioma oficial	Español
Analfabetismo	13,5%
Religión predominante	Católica, 90%
Moneda	Peso colombiano ($)
Cambio	$ 870 por U$S (JUN95)
Producto Bruto Interno (PBI)	U$S 47.528 millones (1994)
Crecimiento del PBI	5,7% (1994)
Presupuesto General de la Nación	U$S 18.000 millones (1994) U$S 21.800 millones (estimado1995)
Reservas Internacionales	U$S 8.074 millones (DIC1994)
Deuda Externa	U$S 18.100 millones (DIC94)
Indice de desempleo	8,1% (MAR95)
Población Económicamente Activa	59,4% (1993)
Inflación	22,59% (1994) 10,62% (ENE-ABR95)

ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

COLOMBIA

INDICE

ANEXOS

1. POLITICA INTERIOR

1.1. Gobierno de SAMPER PIZANO

Ernesto SAMPER PIZANO (ANEXO 1) del PARTIDO LIBERAL (PL), asumió como Presidente de la República de COLOMBIA el 07AGO94, luego de haber derrotado durante la segunda ronda electoral a su adversario político Andrés PASTRANA ARANGO del PARTIDO CONSERVADOR (PC) por el 50,37% de los sufragios.

En esta oportunidad y en virtud de la Reforma Constitucional efectuada en 1991 también fue electo Humberto DE LA CALLE LOMBANA (ANEXO 2) como Vicepresidente.

Las elecciones presidenciales llevadas a cabo el 29MAY y 19JUN94 -primera y segunda vuelta, respectivamente- estuvieron signadas por un índice de abstención del 67% del electorado, debido a la ausencia de nuevas propuestas y a la "apatía" política del ciudadano colombiano, y por la consolidación del bipartidismo. Cabe destacar que durante la primera vuelta el liberalismo y el conservadorismo captaron aproximadamente el 97,3% de los sufragios.

El nuevo Mandatario conformó un gabinete multipartidario -al estilo del diseñado por su antecesor Cesar GAVIRIA TRUJILLO- con once Ministros del PL, tres del PC y uno de la ALIANZA POR COLOMBIA -APC- (ANEXO 3).

1.2. Lineamientos Generales

Las prioridades de la gestión SAMPER PIZANO son: reducir la violencia, eliminar la pobreza a través de la inversión en el campo social, generar empleos, combatir el narcotráfico, continuar las negociaciones de paz con los grupos guerrilleros y aumentar las relaciones diplomáticas y comerciales con los países del marco continental y mundial (ANEXO 4).

Si bien la orientación de los lineamientos generales en materia económica -control de la inflación, apertura y libertad de mercado- desarrollada por la Administración de César GAVIRIA TRUJILLO continúa vigente, en la actualidad el Ejecutivo dirige sus mayores esfuerzos a resolver los problemas sociales.

A tal fin, el gobierno suscribió hacia fines de 1994 el "Acuerdo de Productividad, Precios y Salarios" para el período 1995-1998 -denominado "Pacto Social"-, con representantes del empresariado y del sector laboral.

Este Acuerdo intenta compatibilizar las aspiraciones de los distintos sectores del quehacer nacional con el objeto de que el ritmo inflacionario no supere el 18% anual.

Para alcanzar esta meta se comprometieron a:

- Gobierno: disminuir el gasto público.
- Empresariado: impedir un aumento excesivo en los precios, fundamentalmente de aquellos productos que conforman la canasta familiar.
- Trabajadores: no reivindicar incrementos salariales superiores al costo de vida proyectado para 1995.

Asimismo, el "Pacto Social" contempla:

1. El Plan de Inversiones Plurianual: representa la suma de U$S 28.300 millones que serán aportados por el sector público (56%) y el sector privado (44%).

   La inversión del sector público estaría financiada con recursos propios y con créditos internos y externos, mientras que los fondos del sector privado se originarían a partir del endeudamiento y la utilización del ahorro disponible.

2. El Plan de Empleo: tiene por objetivo la creación de 1.600.000 puestos de trabajos "productivos y generadores de riqueza" a través del apoyo a las actividades microempresarias -que posibilitarían el surgimiento de 350.000 puestos en el cuatrienio-; el fortalecimiento del SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE (SENA) y el otorgamiento prioritario de trabajo domiciliario a mujeres cabeza de familia, con escasos recursos. El Plan también prevé la concesión de subsidios laborales a más de 100.000 jóvenes.

Por otra parte, el 04MAY95 el Congreso aprobó el "Plan Nacional de Desarrollo" para el período 1995-1998 -denominado "Salto Social"- remitido por el Ejecutivo el 06FEB95, que contiene los principales programas y subprogramas que se ejecutarán en el cuatrienio por un monto de U$S 46.400 millones (ANEXO 5).

Los propósitos del "Salto Social" son atender los requerimientos de 12 millones de pobres, incrementar la infraestructura de comunicaciones -carreteras, puertos y terminales aéreas- con el fin de mejorar la competitividad de las empresas y propiciar un crecimiento promedio anual de la economía entre el 5 y el 6% que posibilite cumplimentar el Plan de Empleo.

Respecto del transporte urbano, el "Plan Nacional de Desarrollo" incluye el mejoramiento de la red vial -especialmente la optimización de los sistemas de transporte masivo en SANTA FE DE BOGOTA y CALI- y la utilización de combustibles alternativos en los vehículos de transporte público de pasajeros.

Cabe destacar que existen inquietudes respecto del alcance real del "Pacto Social" y de su cumplimiento a raíz de las dificultades para encuadrarlo dentro de un programa integral de estabilización macroeconómica para el cuatrienio y para armonizar los diferentes intereses sectoriales.

Si bien la inflación registrada en ABR95 disminuyó con respecto al mes anterior, los valores anualizados de la misma estarían en el orden del 22%, índice superior al 18% estipulado como base del "Acuerdo de Productividad, Precios y Salarios", lo que complica la implementación de este convenio.

En este sentido, existe en general una marcada incertidumbre a raíz de los siguientes aspectos: el gobierno no habría adoptado medidas suficientemente efectivas para disminuir el gasto público; el empresariado se resiste sistemáticamente a la inamovilidad de los precios y el sector gremial señala que las "cargas" del "Pacto Social" son soportadas principalmente por los trabajadores, quienes solicitan nuevas actualizaciones salariales.

Paradójicamente, a pesar de las dificultades por las que atraviesa el PL y de la sustancial pérdida de credibilidad que sufrieron en los últimos meses tanto el "Pacto Social" como el "Salto Social", este último fue sancionado en el Congreso sin modificaciones de fondo, lo que significó un claro apoyo a las políticas de la actual Administración.

Con este acto, la oposición, consciente de los serios inconvenientes que deberá atravesar el gobierno para cumplimentar su política social, habría respaldado la sanción del "Salto Social" con el objetivo de responsabilizar al liberalismo ante la eventualidad de un fracaso en la ejecución de dicho programa.

1.3. Iniciativas presidenciales

1.3.1. Reforma constitucional

El 15MAY95, SAMPER PIZANO creó una Comisión Multidisciplinaria -integrada por representantes de diversos sectores del quehacer nacional- destinada a iniciar el estudio de una profunda reforma a la Constitución Nacional.

Entre las propuestas presentadas por el Presidente, se señalan:

- La incorporación de un nuevo régimen de funcionamiento de los Concejos Municipales y de las Asambleas Departamentales.
- El tratamiento de normas que regulen el financiamiento de la actividad partidaria y de las campañas políticas.
- El establecimiento de un régimen unicameral y semipresidencialista.
- La creación de una Corte de Cuentas (en reemplazo de la actual Contraloría).
- La puesta en vigencia de un Código de Etica Política.
- La reforma del sistema de Justicia y de las FF.AA.

1.3.2. Proyecto de Ley de Fronteras

El Proyecto establece que el Poder Ejecutivo podrá crear "Comités Fronterizos Permanentes de Seguridad" a través del Ministerio de Defensa, integrados por efectivos de las Fuerzas de Seguridad.

El objetivo de estos Comités de Seguridad sería prevenir y contrarrestar las modalidades delictivas típicas de las zonas limítrofes -subversión, narcotráfico, secuestro, contrabando, hurto de vehículos y ganado, tránsito de delincuentes, comercio ilegal de armas y explosivos, falsificación de moneda, tráfico de especies animales, etc. Paralelamente, desarrollarían funciones tales como:

- Mantener estrechas relaciones con las autoridades fronterizas de cada país vecino a su área de influencia con el fin de establecer una permanente coordinación de actividades e intercambio de información.
- Organizar bancos de datos con información sobre antecedentes de personas y organizaciones que atenten contra la seguridad.
- Proponer planes integrados de operaciones psicológicas, acciones cívico-militares y policiales dirigidas a la población civil y a los miembros de la fuerza pública que operan en la zona de frontera como medio de acercamiento y entendimiento entre las fuerzas y la comunidad.

1.3.3. Estatuto de Oposición

La Administración SAMPER PIZANO pretende la creación de un Estatuto que defina las relaciones entre el partido gobernante y aquellos en la oposición.

La aprobación de la iniciativa significaría un avance en materia de participación y pluralismo ideológico ya que otorgaría a los partidos políticos los parámetros necesarios tanto para el ejercicio del poder como para el control de la gestión de gobierno.

Uno de los temas más controvertidos concierne a los cargos vinculados a las tereas de control público ya que, según el Proyecto, quienes fueran designados como Procurador General de la Nación, Contralor General de la República, Defensor del Pueblo y Contralor de Distrito o Municipal deberán acreditar su afiliación a un partido o movimiento político diferente al del Presidente de la República.

1.3.4. Otros Proyectos en el ámbito parlamentario

La actual Legislatura -cuyo período ordinario de sesiones finalizó el 20JUN95- mantiene en estudio Proyectos tales como el Estatuto para la Administración de Justicia, el Código Disciplinario Unico, la reorganización de la Procuraduría General de la Nación, la creación de las Leyes de Cultura y del Ministerio de Gobierno, las modificaciones al Libro II del Código de Comercio. el Convenio entre COLOMBIA y CUBA sobre promoción y protección de inversiones y el Tratado entre COLOMBIA y VENEZUELA referido al traslado de personas condenadas.

1.4. Partidos Políticos

Una de las características principales del sistema político colombiano es el bipartidismo, que se ha manifestado por la alternancia en el poder de dos agrupaciones tradicionales: el PC -ex PARTIDO SOCIAL CONSERVADOR- y el PL.

No obstante, la aparición de nuevas fuerzas políticas ha obligado a ambos partidos a realizar ciertas modificaciones tanto en sus estructuras partidarias como en sus postulados. Es así como, mientras el PL abandonó su posición anticlerical y amplió su base electoral en las zonas rurales, el PC tendió a transformarse en un partido popular con gravitación en las ciudades a través de la incorporación a sus filas de trabajadores y estudiantes principalmente.

En la actualidad, el Directorio Nacional del PC -que será renovado en AGO95 durante la reunión anual del conservadorismo- sólo manifiesta su preocupación por el incumplimiento de los acuerdos pactados con el Ejecutivo referidos fundamentalmente a la distribución cualitativa y cuantitativa de cargos, tanto en el Gabinete -el gobierno cuenta con 3 Ministros conservadores en las áreas de Trabajo, Transporte y Comercio Exterior sobre un total de 15- como en los distintos organismos descentralizados -75 institutos están encabezados por miembros del PC sobre un total de 803-.

En este sentido, se estima que podrían manifestarse fuertes diferencias de criterio tanto en cuestiones eminentemente partidarias -entre ellas, la reforma estructural del PC y la futura estrategia de alianzas- como en asuntos vinculados con la relación gobierno-oposición.

Si bien la discusión sobre estos temas no generaría necesariamente divisiones o escisiones en lo inmediato, esta posibilidad es fuertemente publicitada por diversos líderes opuestos a la actual dirección.

En este aspecto se prevé la intensificación de los reclamos realizados por algunos de los dirigentes regionales conservadores, quienes exigen definiciones concretas ante diversos aspectos de la realidad nacional y una actitud más opositora a la Administración de SAMPER PIZANO por parte de las autoridades partidarias, ya que consideran que el partido ha perdido su identidad y su estructura como tal.

A pesar de que estas manifestaciones no son nuevas, actualmente existiría un sector significativo del electorado conservador dispuesto a desvincularse del PC y a apoyar a otros movimientos independientes.

Con respecto al liberalismo, el partido atraviesa por una serie de dificultades a raíz de la suspensión de ocho Legisladores por el Consejo Etico de la agrupación, acusados de soborno por la Fiscalía General y de los insistentes rumores referidos a la supuesta vinculación del Presidente con organizaciones de narcotraficantes.

Sumado a ello, el impacto que provocó en todos los sectores del quehacer nacional la sorpresiva decisión del Primer Mandatario de designar -23MAY95- a DE LA CALLE LOMBANA como Embajador en ESPAÑA originando un debate sobre las funciones que debería ejercer un Vicepresidente y su importancia en el manejo de las cuestiones de Estado -en la actualidad la Vicepresidencia constituiría un simple "cargo decorativo" a los efectos de cumplimentar un mero mecanismo formal instituído por la Constitución- habría provocado el inicio prematuro de la interna partidaria con vistas a los comicios de 1998.

Conforman el espectro político colombiano otros partidos minoritarios tales como: ALIANZA DEMOCRATICA-MOVIMIENTO 19 DE ABRIL (AD-M19) que aglutina a la izquierda emergente de la ex UNION PATRIOTICA (UP) y es considerada la tercer fuerza en importancia; MOVIMIENTO DE SALVACION NACIONAL (MSN), escisión del PSC; ALTERNATIVA DEMOCRATICA (AD); y CONCERTACION CIVICA NACIONAL (CCN).

1.5. Elecciones Legislativas

Las elecciones legislativas federales -Diputados y Senadores- llevadas a cabo el 13MAR94 y caracterizadas por una abstención cercana al 70%, evidenciaron un significativo predominio de las fuerzas tradicionales -PL y PC-.

Ello les permitió afianzar sus posiciones en el Congreso (ANEXO 6), en contraposición al retroceso sufrido por los grupos de menor relevancia (el partido AD-M19 liderado por NAVARRO WOLF, por ejemplo, sufrió una importante pérdida de bancas en ambas Cámaras Legislativas).

1.6. Principales Factores de Poder

1.6.1. Fuerzas Armadas

Las Fuerzas Armadas constituyen un grupo homogéneo subordinado al Poder Civil. El gobierno participa directamente -a través del Consejo Nacional de Seguridad- en el planeamiento del Presupuesto Militar, el cual se orienta en mayor proporción a la obtención de equipos y materiales para la lucha contra los grupos subversivos y los narcotraficantes (ANEXO 7).

El 06JUL94, la Corte Constitucional autorizó a las FF.AA. a establecer bases temporales en cualquier lugar del territorio nacional. Así también se destaca que las comunidades podrán exigir -en caso de ser afectadas por incursiones y/u hostigamiento por parte de la guerrilla- que se establezcan bases o comandos militares de Fuerzas de Seguridad.

Por otra parte, se determinó que los Comandantes de los destacamentos podrán escoger libremente el predio que consideren estratégicamente más conveniente para cumplir su misión, sin que la ciudadanía pueda alegar violación al derecho de propiedad, dada la prevalencia del interés general sobre el particular.

Continuando con la política de pacificación emprendida por la Administración GAVIRIA TRUJILLO, el Presidente SAMPER PIZANO nombró como Ministro de Defensa a Fernando BOTERO ZEA y como Director del DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SEGURIDAD (DAS) a Ramiro BEJARANO GUZMAN. Cabe señalar que la designación de civiles en estos puestos responde a condiciones impuestas por distintas agrupaciones guerrilleras como requisito indispensable para continuar con las negociaciones de paz.

1.6.2. Sector Gremial

Las organizaciones gremiales, a las que están afiliados sólo el 20% de los asalariados, ostentan una escasa cuota de poder de negociación. Del total de trabajadores sindicalizados del país -880.000-, el 60% se encuentra afiliado a la CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES -CUT-.

1.6.3. Terratenientes

Pese a ser uno de los sectores más castigados por la insurgencia, detenta una importante cuota de poder. A esta franja de la estructura económico-social ingresó en forma encubierta dinero proveniente del narcotráfico. En este contexto, surgen grupos paramilitares pagados por los terratenientes con el objetivo de defender sus tierras y cultivos.

1.6.4. Campesinado

Es uno de los sectores más afectados por la pobreza. Debido a su débil organización, se encuentra desprotegido frente a los sectores políticos o económicos que resuelven sus diferencias por medio de la violencia.

Junto con el recrudecimiento de la actividad guerrillera, se observa una profundización de los problemas sociales. Cabe señalar que durante el mandato de GAVIRIA TRUJILLO el sector agrícola se vio gravemente afectado -durante 1993, la población rural en estado de pobreza se incrementó en un 31,3%-, lo que ha generado un proceso de migración interna desde el campo hacia los centros urbanos más importantes.

En este sentido, es dable destacar que en las principales ciudades colombianas la carencia de una infraestructura capaz de absorber la masa migratoria rural originó un aumento significativo del desempleo, con el consecuente recrudecimiento de la delincuencia.

1.6.5. Medios de Comunicación Social

En general, la prensa local disfruta de una amplia libertad de expresión. Las vinculaciones de tipo partidario y familiar predominan en las líneas editoriales de los periódicos y en los noticieros radiales y televisivos. Los Medios de Comunicación Social (MCS) juegan un rol muy importante constituyendo un factor de poder en el campo político del país.

Cabe destacar que, en virtud de la Ley de Orden Público -sancionada en DIC93-, el gobierno prohibió a los MCS la difusión de cualquier comunicado de los grupos subversivos y de narcotraficantes.

1.7. Violencia

1.7.1. Causas

COLOMBIA soporta una situación de extrema violencia desde fines de la década del 40 por causas estructurales que se sustentan en su esquema de distribución del poder. Entre ellas se pueden mencionar:

- La rígida estructura de las agrupaciones políticas tradicionales y su sólida vinculación con la clase dirigente económica, renuentes a aceptar cambios sociales.
- La existencia de mecanismos intrapartidarios que impiden el surgimiento y/o la incorporación de dirigentes provenientes de los estratos más bajos de la sociedad.
- La falta de una efectiva política de distribución de los recursos, que permita a los sectores sociales de menor poder adquisitivo acceder a un mejor nivel de vida.
- La debilidad de las organizaciones sindicales para lograr reivindicaciones laborales y cuyos líderes sólo intentan aumentar su propia cuota de poder.
- La limitada y/o casi inexistente presencia del Estado en amplias zonas del país dominadas por insurgentes y narcotraficantes.
- La relativa influencia de las instituciones intermedias para operar sobre las desigualdades sociales.

1.7.2. Subversión

Durante el gobierno de GAVIRIA TRUJILLO el incremento del accionar terrorista fue el resultado de una contraofensiva de la insurgencia colombiana en respuesta a las decisiones políticas y militares llevadas a cabo por dicha Administración.

En consecuencia, las distintas organizaciones integrantes de la COORDINADORA GUERRILLERA SIMON BOLIVAR (CGSB) debieron efectuar una relocalización operacional, basando principalmente su accionar en zonas petroleras, carboníferas y auríferas.

En vísperas de la asunción del Presidente SAMPER PIZANO, el frente interno colombiano se vio conmocionado por el incremento del accionar guerrillero, que centró sus ataques en objetivos militares y policiales, dejando como saldo a centenares de muertos y grandes pérdidas materiales. Dicha ofensiva fue llevada a cabo en cumplimiento del plan de la CGSB denominado "DESPEDIDA AL PRESIDENTE GAVIRIA".

A pesar de los avances en el proceso de paz impulsado por el ex Presidente en cuyo contexto se destaca el abandono de la lucha armada y la asimilación a la vida institucional del país de varias facciones guerrilleras (M-19, QUINTIN LAME y CORRIENTE DE RENOVACION SOCIALISTA, entre otras), el aumento de la actividad subversiva obedece a un intento de las distintas facciones involucradas de reiniciar conversaciones de paz con la Administración SAMPER PIZANO en una posición más ventajosa (ANEXO 8).

En este sentido el gobierno, presionado por importantes grupos económicos, intenta encontrar mecanismos que le permitan una conciliación con la guerrilla, reinsertando a sus militantes en la vida cívica con una adecuada infraestructura -trabajo, vivienda, salud, educación, etc.- a fin de contener el aumento de la conmoción interna.

A tal fin la estrategia de SAMPER PIZANO consistiría en entablar conversaciones con los grupos subversivos manteniendo simultáneamente las operaciones militares. Con el objeto de llevar a cabo el proceso de pacificación, el Ejecutivo adoptó las siguientes decisiones -algunas de las cuales fueron consideradas excesivamente generosas por sectores políticos tanto liberales como conservadores-:

- Designación de Carlos HOLMES TRUJILLO como Alto Comisionado para la Paz.
- Aprobación parlamentaria del Protocolo II de GINEBRA (relativo a la "humanización de la guerra").
- Aceptación de realizar el primer encuentro con la FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA (FARC) en el Municipio de LA URIBE -Departamento de META-.
- Reconocimiento de los dirigentes del EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (ENL), actualmente detenidos, como interlocutores en la etapa inicial del diálogo.
- Compromiso de desactivar a los distintos grupos paramilitares que actúan en el país.

Si bien las organizaciones guerrilleras han manifestado reiteradamente su intención de negociar -a pesar del incremento de sus acciones delictivas- la cuestión de fondo radica en la inserción de sus efectivos en la vida política nacional.

En este sentido, cabe recordar que hasta el momento ninguno de los grupos desmovilizados se ha convertido en una fuerza política de envergadura, hecho que dificulta cualquier proceso de negociación -incluido el desarme- a raíz de la incertidumbre que generaría su eventual "ingreso" al sistema democrático.

1.7.3. Narcotráfico

El 09JUN95, Gilberto RODRIGUEZ OREJUELA, líder del denominado "Cartel de CALI" -responsable de introducir en territorio estadounidense el 80% de la cocaína consumida por ese país- fue capturado por el Comando Especial Conjunto (Bloque de Búsqueda) de las FF.SS.

Dicho acontecimiento se atribuye tanto a la "política integral" desarrollada contra el narcotráfico por la Administración SAMPER PIZANO como a las fuertes presiones ejercidas por el gobierno de Bill CLINTON.

Sin embargo, el Ejecutivo deberá enfrentar las siguientes dificultades:

- La eventual aparición de otras organizaciones de narcotraficantes. Cabe recordar que la desaparición de Pablo ESCOBAR GAVIRIA, líder del "Cartel de MEDELLIN", no modificó sustancialmente la situación del narcotráfico en el país.
- Las exigencias de EE.UU. de que la Justicia condene severamente a RODRIGUEZ OREJUELA. Debe tenerse en cuenta la existencia de normas benignas en el Código Penal y de Procedimientos de COLOMBIA.
- La importante cantidad de evidencias en poder de los organismos de seguridad estadounidenses que involucrarían a funcionarios colombianos.
- La difusión por parte de RODRIGUEZ OREJUELA de vínculos entre el narcotráfico e importantes sectores económicos y políticos de COLOMBIA.

Por otra parte, con el objetivo de erradicar cultivos ilegales, el Ejecutivo puso en marcha la "Operación Resplandor" apoyada por EE.UU. -12 aviones fumigadores y U$S 15 millones-.

Es dable indicar que el cultivo de materia prima para la elaboración de drogas se ha duplicado en los últimos años: en la actualidad existen plantaciones de amapola, de hoja de coca y de marihuana, que ocupan 30.000, 40.000 y 5.000 hectáreas respectivamente.

Sobre este aspecto importa mencionar el estrechamiento de las relaciones entre las organizaciones subversivas y los grupos de narcotraficantes, a punto tal que estos últimos ofrecen U$S 200.000 de recompensa por cada helicóptero fumigador derribado por la guerrilla, lo cual dificulta la instrumentación de la "Operación Resplandor".

Por otra parte, la Comisión de Conciliación del Poder Judicial analiza actualmente el Proyecto de Estatuto Anticorrupción y la tipificación como delito de las figuras jurídicas de lavado de dinero y de legalización de activos provenientes de ilícitos.

2. POLITICA EXTERIOR

2.1. Lineamientos Generales

COLOMBIA trazó estrategias en política exterior que contemplan la identificación de intereses y actores claves para su desarrollo, procurando desde 1970 su inserción en el contexto internacional.

En este sentido, la Administración GAVIRIA TRUJILLO decidió el ingreso de COLOMBIA al MOVIMIENTO DE LOS NO ALINEADOS (NOAL); apoyó activamente junto con ARGENTINA la reforma de la Carta Orgánica de la ORGANIZACION DE ESTADOS AMERICANOS (OEA); afianzó su participación en el GRUPO ANDINO y obtuvo de la UNION EUROPEA (UE) un Sistema de Preferencias Comerciales.

En JUN94, los Presidentes de COLOMBIA, MEXICO y VENEZUELA firmaron el Acuerdo de Libre Comercio del GRUPO DE LOS TRES (G-3), que establece durante un plazo de tres años una desgravación arancelaria gradual entre las naciones integrantes.

Cabe señalar que a fin de lograr el equilibrio entre "continuidad" y "modernización", el Estado mantiene inalterado un conjunto de principios tradicionales de su política exterior -sujeción a las normas del derecho internacional; no intervención y autodeterminación; reconocimiento de la importancia de las instituciones internacionales; carácter fundamental del sistema interamericano-, a la vez que amplió su capacidad negociadora tanto en el marco regional como en el mundial.

En este contexto, la política exterior de la Administración SAMPER PIZANO se desarrolla en concordancia con los acuerdos internacionales preexistentes.

2.2. Marco Regional

El gobierno de SAMPER PIZANO continúa fortaleciendo las relaciones con los países vecinos y participando activamente en los procesos de integración subregional para lo cual promueve las actividades productivas propias en áreas que se complementan económicamente con aquéllos.

2.2.1. Relaciones COLOMBIA-AMERICA LATINA:

PAIS	CARACTERISTICAS
PANAMA	Mantienen relaciones comerciales -suministro de petróleo- y firmaron una Carta de Intención para establecer una Zona de Libre Comercio.
MEXICO	Reactivaron los vínculos a nivel económico y científico-tecnológico en el marco del GRUPO DE LOS TRES.
CUBA	Restablecieron las relaciones diplomáticas -08OCT93-. Existen acuerdos en materia petrolera y de cooperación sanitaria.

PAIS/AREA	CARACTERISTICAS
BRASIL	Comparten objetivos comunes en la comercialización del café. Firmaron un acuerdo de seguridad fronteriza e iniciaron estudios bilaterales sobre política ambiental.
PERU	Mantienen complementación estratégica y táctica ante el narcotráfico. Acordaron políticas de integración fronteriza en la región amazónica.
ECUADOR	Acordaron políticas de acercamiento; convenios sobre cielos abiertos, transportes y cooperación petrolera.
JAMAICA	Firmaron un Acuerdo de Límites -12NOV93- en el área de la plataforma marítima y crearon una Zona de Explotación Común.
CARIBE	COLOMBIA y la COMUNIDAD DEL CARIBE -CARICOM- suscribieron un Tratado de Libre Comercio -JUL94- con el fin de fomentar el comercio interno y promover el crecimiento regional, para lo cual las partes concederán reciprocidad y preferencias en materia de intercambio.

En particular, merece destacarse la relación con VENEZUELA -caracterizada por la fluidez en el comercio bilateral- a raíz del accionar de la guerrilla colombiana.

En este sentido, el ataque perpetrado el 26FEB95 por el Frente "Domingo LANIN" del ELN contra el puesto fronterizo venezolano de infantería ubicado en CARARABO, provocó serias fricciones entre ambos países originando un fuerte resentimiento mutuo que amenaza con deteriorar las relaciones.

Si bien el 17FEB95, los Comandantes de los Ejércitos de COLOMBIA y VENEZUELA habrían acordado intensificar los operativos a lo largo de la frontera, los sucesos de CARARABO evidenciaron la impunidad con que actúa la guerrilla colombiana.

Ante esta situación, el gobierno venezolano -conjuntamente con las fuerzas políticas del país- reclamó al Presidente SAMPER PIZANO el cumplimiento de los siguientes puntos:

- Profundizar las acciones de las FF.AA. colombianas contra la subversión para asegurar la paz en la zona de conflicto, normalmente amenazada por organizaciones guerrilleras que llevan a cabo delitos tales como secuestro, cuatrerismo, contrabando de armas y de gasolina, etc.

- Indemnizar a los familiares de los infantes de marina asesinados en CARARABO, por considerar que dicho ataque es el resultado de la incapacidad de COLOMBIA para combatir las fuerzas subversivas que operan en su territorio.

- Permitir la "persecución en caliente" por parte de las FUERZAS ARMADAS NACIONALES de VENEZUELA (FAN) en territorio colombiano hasta que COLOMBIA conforme una estructura militar adecuada.

- Aceptar la existencia de una zona de libre operación conjunta con VENEZUELA, donde ambos países puedan desarrollar acciones militares contra los grupos subversivos sin necesidad de una autorización previa para el ingreso a territorio extranjero a efectos de evitar acusaciones de invasión.

El 16MAR95, el Presidente Rafael CALDERA RODRIGUEZ decretó un "Teatro de Conflicto" en la zona comprendida por los Estados de AMAZONAS, APURE, TACHIRA y ZULIA y posteriormente el "Teatro de Operaciones" con sede en la localidad de GUASDALITO. Dicha estructura es comandada por un Gobernador militar con poderes absolutos, capacitado para dar una respuesta inmediata en casos de emergencia, con el total apoyo de las FAN.

Por su parte, el Presidente SAMPER PIZANO, si bien reconoce la necesidad de la interacción de las FF.AA de ambos países, no acepta la "persecución en caliente" por considerarla invasión territorial.

Cabe señalar que el recrudecimiento de la guerrilla y el accionar del narcotráfico demandan la actividad permanente de las FF.AA. y de Seguridad de COLOMBIA, por lo cual ha mantenido sólo el mínimo de efectivos en el límite con VENEZUELA donde si bien existe un conflicto casi permanente desde MAY87, un despliegue militar sobredimensionado sería injustificado en comparación con otras zonas de mayor densidad de población y económicamente relevantes.

Asimismo, el gasto que demandaría el traslado de tropas, la creación de infraestructuras adecuadas y el abastecimiento de armas en la zona fronteriza provocaría un grave deterioro en el presupuesto militar, afectando en definitiva el desempeño de las FF.AA. en todo el país.

2.3. Marco Continental

Son fundamentales en este ámbito las relaciones con ARGENTINA y CHILE. La caracterización de las mismas se detalla a continuación:

PAIS	CARACTERISTICAS
ARGENTINA	Existen acuerdos bilaterales, destacándose las actividades empresarias conjuntas desarrolladas actualmente. (ANEXO 9).
CHILE	Firmaron el Tratado de Libre Comercio (1992). En ENE94 se suscribió el Acuerdo de Complementación Económica en los sectores de previsión social, telecomunicaciones, energía y agroindustria.

2.3.1. Relaciones con EE.UU.

Merecen destacarse en particular las relaciones COLOMBIA-EE.UU. (ANEXO 10) que atraviesan actualmente un período circunstancialmente agravado a causa de las presiones estadounidenses sobre el gobierno colombiano para que intensifique su lucha contra los grupos de narcotraficantes.

De hecho, y a pesar de los esfuerzos realizados por la Administración SAMPER PIZANO para combatir a estas organizaciones -fundamentalmente al "Cartel de CALI"-, WASHINGTON considera insuficientes las medidas adoptadas por las autoridades colombianas, conminándolas a acelerar el proceso de eliminación definitiva de las actividades del narcotráfico -producción, elaboración y comercialización- a fin de disminuir su capacidad para distribuir droga en el mercado estadounidense.

Es indudable que el problema genera un conflicto permanente en las relaciones bilaterales, las cuales se vieron perjudicadas luego de los rumores acerca de la supuesta vinculación de SAMPER PIZANO con el narcotráfico.

En este marco, es recurrente la publicación de artículos sobre el tema en los principales medios de comunicación estadounidenses, hecho que deteriora significativamente la imagen del gobierno colombiano y repercute negativamente en los mercados bursátiles internacionales.

Sin embargo, la reciente captura de los líderes del "Cartel de CALI" podría -en principio- suavizar la presión que ejerce la Administración CLINTON contra el gobierno de SAMPER PIZANO.

2.4. Marco Mundial

Areas como ASIA y particularmente la CUENCA DEL PACIFICO despertaron el interés del Gobierno colombiano, que ha puesto énfasis en lograr una mayor apertura comercial hacia esta región.

En este sentido COLOMBIA ingresó -MAR94- al CONSEJO DE COOPERACION ECONOMICA de la CUENCA DEL PACIFICO (PECC) y posteriormente -MAY94- al CONSEJO ECONOMICO de la CUENCA DEL PACIFICO, junto con CHINA y RUSIA.

Del mismo modo, y a fin de dinamizar el intercambio comercial con dicha zona, el gobierno colombiano prevé la construcción de un puerto pesquero e industrial en las costas del PACIFICO.

Asimismo, en lo que respecta a los vínculos entre COLOMBIA y CHINA, en 1993 ambos países firmaron un proyecto para la explotación carbonífera en territorio chino a cambio de la adquisición de café y banano colombianos.

Las relaciones con la UNION EUROPEA (UE) han sido tradicionalmente buenas. Es así como en 1993 se estableció en BOGOTA la sede de dicha organización -que anteriormente funcionaba en CARACAS- para atender los contactos con VENEZUELA, COLOMBIA y ECUADOR. Así también, COLOMBIA participa en varios programas de investigación agrícola.

3. ECONOMICO

3.1. Lineamientos Generales

La actual Administración mantiene en líneas generales los objetivos trazados por GAVIRIA TRUJILLO, fundamentalmente en los siguientes aspectos :

- Aplicación de políticas tendientes a consolidar la apertura y la modernización de la economía.
- Reforma estructural de los principales sectores productivos.
- Privatización de empresas del Estado.
- Reorientación de la producción interna hacia el sector externo.
- Redefinición de los sectores financiero y fiscal.
- Control de la inflación.

3.2. Principales indicadores macroeconómicos

Durante 1994 la producción industrial -sin incluir la cosecha de café- registró un crecimiento del 4,71%, tasa ligeramente inferior a la observada en 1993 (4,98%).

Los rubros que presentaron un mayor dinamismo fueron: muebles (23,48%), derivados del petróleo y del carbón (16,28%), plásticos (15,53%), imprentas y editoriales (15,32%) y la industria básica del hierro y el acero (14,88%).

En contraposición, las variaciones negativas se registraron en los sectores de confección textil y de productos de caucho con disminuciones del 0,57% y 0,16%, respectivamente.

El salario promedio real de la industria manufacturera creció un 2,98% -empleados 5,68% y obreros 0,85%-, si bien se observaron disminuciones salariales en los rubros industrias básicas de hierro y acero, cuero, papel y confecciones textiles.

El déficit de la Cuenta Corriente de la Balanza de Pagos aumentó de U$S 2.080 millones en 1993 -3,7% del PBI- a 2.800 millones en 1994 -4,6% del PBI-, estimándose para 1995 un resultado negativo cercano a los U$S 4.200 millones -6% del PBI-.

En la actualidad, los flujos de la Cuenta de Capital compensan el déficit de la Cuenta Corriente permitiendo una relativa estabilidad de las reservas internacionales -U$S 8.074 millones hacia fines de DIC94-.

Durante 1994 el índice de precios al consumidor creció el 22,59%, tasa similar a la de 1993 (22,60%). Cabe destacar que por tercer año consecutivo las autoridades monetarias no lograron cumplir con las metas propuestas.

En el primer cuatrimestre de 1995 la inflación acumulada ascendió al 10,62% -en ABR95 el costo de vida se incrementó un 2,23%-, representando un 21,17% en los últimos 12 meses.

Dichos guarismos podrían afectar el objetivo gubernamental de impedir que el índice inflacionario supere el 18% anual, comprometiendo el desempeño del "Acuerdo de Productividad, Precios y Salarios" suscripto en 1994 con representantes del empresariado y del sector laboral.

3.3. Comercio Exterior

Durante 1994 las exportaciones colombianas ascendieron a US$ 8.361 millones registrando un crecimiento del 17,5% -en 1993 las ventas al exterior crecieron un 3,1% mientras que en 1992 disminuyeron un 3,4% -.

Dicho crecimiento estuvo impulsado por las exportaciones de café -la recuperación del precio internacional del grano superó la disminución del volumen transado- y por la reactivación de la economía mundial.

Las ventas se concentraron en productos primarios y agroindustriales -registrando un aumento del 15%- con destino a los mercados de EE.UU. y de la UNION EUROPEA (UE).

En particular, cabe señalar los siguientes aspectos relativos a la evolución del comercio exterior:

- La crisis venezolana afectó sensiblemente el crecimiento total de las exportaciones.
- Si bien la demanda proveniente de los países de mediano desarrollo, principalmente MEXICO, BRASIL, ARGENTINA y CHILE, registró un mayor dinamismo, la participación de estos países en el total de las ventas colombianas continúa siendo baja.
- Las exportaciones de todos los sectores productivos del país crecieron significativamente .

Las exportaciones de las industrias básicas, livianas y de maquinaria contribuyeron discretamente al crecimiento de las ventas totales colombianas.

COMPORTAMIENTO DE LAS EXPORTACIONES 1993-1994 (en %)

Países	Productos primarios y agroindustriales	Industria liviana	Industria básica	Maquinaria, equipo y automotores	TOTAL
Desarrollados	25,3	7,2	32,6	33,4	23,2
De mediano desarrollo	26,6	3,1	31,7	32,2	36,6
De menor desarrollo	-1,9	28,1	28,3	39,1	10,0
VENEZUELA	-21,6	-30,7	5,5	-45,4	-23,7
TOTAL	21,5	-0,1	24,2	6,0	17,5
Sin VENEZUELA	22,6	11,1	29,7	36,7	21,8

Fuente: Ministerio de Comercio Exterior.

Cabe indicar que luego de un período de revaluación prolongado, la tasa de cambio real de COLOMBIA inició un proceso de devaluación en el primer trimestre de 1995. A pesar de haberse registrado un nivel de devaluación nominal anual del 5% contra una inflación del 20% acumulada entre FEB94 y MAR95, no se reflejaron pérdidas adicionales de competitividad.

Dicha situación se explica por las siguientes razones:

- La devaluación del dólar frente al marco y al yen.
- El tipo de cambio en VENEZUELA.
- El denominado "efecto tequila" que encarece el endeudamiento y desacelera el ingreso de flujos de capitales especulativos.

Como resultado de los mencionados factores, COLOMBIA ganó competitividad cambiaria frente a la UE y JAPON, observándose una ligera devaluación en términos reales con respecto al dólar estadounidense.

Importa señalar que durante 1994 la reactivación de la economía mundial estimuló el crecimiento de las exportaciones colombianas a raíz del aumento de los precios de los productos básicos, los cuales -luego de disminuir en un 16% desde 1988- aumentaron un 14% -el alza del precio del café superó dicho promedio-. Así también se produjo una expansión de la demanda de productos manufacturados -desde 1992 las importaciones de EE.UU. crecieron a una tasa superior al 10% mientras que las de la UE aumentaron un 5%-.

En este sentido, COLOMBIA respondió de manera inmediata a la recuperación de la demanda de la UE y más lentamente respecto de la de EE.UU.

En la actualidad, la demanda de los países desarrollados constituye el principal factor de impulso de las exportaciones colombianas a diferencia de los tres períodos anteriores, cuando fue AMERICA LATINA -y especialmente VENEZUELA- la región que contribuyó en mayor medida a la evolución de las ventas de COLOMBIA.

Para 1995 el FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI) prevé un nuevo crecimiento de la economía mundial (un 5,6% para los países en desarrolllo y un 2,7% para los países desarrollados) que favorecerá la colocación de productos colombianos en el exterior.

Con respecto a las importaciones, durante 1994 las mismas se incrementaron en un 21% en relación al año anterior, ascendiendo a U$S 11.894 millones.

Si bien las compras externas se desaceleraron, el comportamiento de los registros de importación permiten anticipar un mayor ritmo de crecimiento en los próximos meses.

Las importaciones más dinámicas fueron las de bienes de consumo (25,2%), principalmente los no durables. En segundo lugar se ubicaron los bienes de capital (24,7%), destacándose los materiales para la construcción y aquellos destinados a la agricultura, mientras que el mayor crecimiento en el rubro de materias primas y productos intermedios se registró en aquellos destinados al sector agrícola.

Las importaciones provenientes de EE.UU. representaron el 35,8% del total, observándose el mismo dinamismo que presentan desde 1991, seguidas por las de VENEZUELA y JAPON con una participación del 9,7% y del 8,6%, respectivamente. Por su parte, BRASIL y MEXICO ocuparon el cuarto y el quinto lugar con participaciones del 3,5% y del 2,8%.

Durante 1994 el saldo de Balanza Comercial registró un déficit de U$S 3.533 millones frente a un resultado negativo de U$S 2.718 millones en 1993. En el primer trimestre de 1995 las exportaciones ascendieron a U$S 2.284,4 millones y las importaciones a U$S 2.934,8 millones, lo que implica un déficit de U$S 650,4 millones, superior en un 3,27% al alcanzado durante el mismo período de 1994.

3.4. Perspectivas

Para 1995 se estima que la tasa de crecimiento del PBI se situará ente el 4,5% y el 5%, en contraposición al 5,7% registrado en 1994 y al 6% previsto oficialmente.

Dicha situación podría atribuirse a los siguientes factores négativos:

- Altas tasas de interés y escasa financiación.
- Excesivo gasto público.
- Efectos externos adversos (crisis mexicana).
- Disminución de la actividad del sector de la construcción.
- Desaceleración de la producción vinculada con la política de liberalización de la economía.
- Caída en las ventas.

Si no se adoptan cursos de acción tendientes a revertir dichos factores negativos, la situación macroeconómica podría deteriorarse originando, entre otros, los siguientes efectos:

- Debilitamiento del sistema financiero.
- Aumento de la tasa de desempleo (que se situó en el 8,1% en MAR95).
- Fuerte caída de la actividad productiva en todos los sectores industriales.
- Descenso de la inversión privada tanto nacional como extranjera.
- Disminución de los ingresos tributarios.

ANEXO 1

SEMBLANZA DE ERNESTO SAMPER PIZANO

Presidente electo en segunda vuelta para el período AGO94-AGO98.

Datos personales:

Nació en BOGOTA el 03AGO50. Casado en segundas nupcias, tiene tres hijos.

Estudios:

- Bachiller (Instituto GIMNASIO MODERNO - BOGOTA), 1955-68.
- Derecho y Economía (UNIVERSIDAD JAVERIANA).
- Posgrado de Economía (UNIVERSIDAD DE COLUMBIA - EEUU).

Cargos en la función pública:

- Diputado en la Asamblea de CUNDINAMARCA.
- Concejal de BOGOTA, 1984-1986.
- Senador Nacional, 1986-1990.
- Ministro de Desarrollo Económico, 1990-1991.
- Embajador en ESPAÑA, 1992-1993.

Cargos en el PARTIDO LIBERAL (PL):

- Secretario, 1982-1984.
- Presidente de la Dirección Liberal Nacional, 1987.

Nominaciones:

- Precandidato a la Presidencia a la República, 1990-1993.

Publicaciones:

- "Ensayos sobre el desarrollo colombiano", 1977.
- "El poder popular en COLOMBIA", 1985.
- "COLOMBIA sale adelante", 1989.

ANEXO 2

SEMBLANZA DE HUMBERTO DE LA CALLE LOMBANA

Vicepresidente electo por el PARTIDO LIBERAL (PL) en segunda vuelta para el período AGO94-AGO98 y Embajador ante el gobierno de ESPAÑA desde el 23MAY95 y representante diplomático ante la UNION EUROPEA (UE) a partir de AGO95.

Datos personales:

Nació en MANZANARES (CALDAS) el 14JUL46. Casado con Rosalba RESTREPO, tiene tres hijos.

Estudios:

- Doctor en Derecho y en Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad de CALDAS.
- Cursos de Posgrado en Técnicas de Planeamiento y Técnicas de Programación y Control de Proyectos realizados en la Escuela Superior de Administración y Planeamiento (ESAP).
- Participó en el Sexto Curso de Derecho Internacional en la Fundación Getulio VARGAS -auspiciado por la ORGANIZACION DE ESTADOS AMERICANOS (OEA)-, ubicada en la ciudad de RIO DE JANEIRO -BRASIL- (1979).
- Efectuó cursos de Títulos Valores (Cámara de Comercio de MANIZALES); de Casación Civil (Colegio de Abogados de MANIZALES); de Investigación de la Paternidad Natural e Impunidad de la Paternidad Legítima (Universidad de CALDAS); de Contratos Administrativos (Universidad de los Andes); de Derecho Administrativo (Universidad del ROSARIO); de Informática Jurídica (TEXINS) y de Responsabilidad Civil (Universidad del ROSARIO).

Cargos en la función pública:

- Juez Municipal y Penal Municipal en SALAMINA (CALDAS) a los 23 años (1969).
- Juez Municipal de CHINCHINA.
- Tesorero de Rentas Municipales de MANIZALES (1970).
- Secretario General y de Gobierno de CALDAS (1971-1974).
- Registrador Nacional del Estado Civil (1982-1986).
- Magistrado de la Corte Suprema de Justicia (1986).
- Consultor de la ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS -ONU- (1987-1990).
- Ministro de Gobierno -cargo desde el cual debió defender ante la Asamblea Constituyente los proyectos de la actual gestión- (1990-1993).

Cargos en el área educacional:

- Profesor de las Universidades Cooperativa de MANIZALES y Externado de COLOMBIA.
- Profesor del Colegio Mayor del ROSARIO.
- Decano de la Facultad de Derecho de la Universidad de CALDAS (1978-1980).

Cargos en el área empresarial:

- Miembro suplente del Comité Nacional de Cafeteros (1988-1990).
- Integrante de las Juntas Directivas de la Empresa de Desarrollo Urbano de MANIZALES y de la Corporación Financiera de CALDAS.
- Suplente del Presidente de la República en el Consejo Nacional del Instituto de Seguros Sociales -ISS- (1987-1989).

Publicaciones:

- "La Acción Cambiaria".
- "Régimen Jurídico de los Partidos y Movimientos Políticos en COLOMBIA".
- "Anatomía del Cambio, de los años 60 al Siglo XXI".

ANEXO 3

COMPOSICION DEL GABINETE
(vigente al 30JUN95)

Presidente:	Ernesto SAMPER PIZANO
Vice Presidente:	Humberto DE LA CALLE LOMBANA (PL)
Ministro de Relaciones Exteriores:	Rodrigo PARDO GARCIA PEÑA (PL)
Ministro de Hacienda:	Guillermo PERRY RUBIO (PL)
Ministro de Gobierno:	Horacio SERPA URIBE (PL)
Ministro de Defensa:	Fernando BOTERO ZEA (PL)
Ministro de Justicia:	Néstor Humberto MARTINEZ (PL)
Ministro de Agricultura:	Antonio HERNANDEZ GAMARRA (PL)
Ministro de Desarrollo:	Rodrigo MARIN BERNAL (APC)
Ministro de Educación:	Arturo SARABIA BETTER (PL)
Ministro de Minas y Energía:	Jorge Eduardo COCK LONDOÑO (PL)
Ministro de Trabajo:	María Sol NAVIA VELASCO (PC)
Ministro de Comercio Exterior:	Daniel MAZUERA GOMEZ (PC)
Ministro de Salud:	Alonso GOMEZ LUQUE (PL)
Ministro de Comunicación:	Armando BENEDETTI (PL)
Ministro de Medio Ambiente:	Cecilia LOPEZ MONTAÑO (PL)
Ministro de Transporte:	Juan GOMEZ MARTINEZ (PC)

PARTIDO LIBERAL (PL)
PARTIDO CONSERVADOR (PC)
ALIANZA POR COLOMBIA (APC)

ANEXO 4

PRINCIPALES CURSOS DE ACCION QUE DESARROLLA LA ADMINISTRACION SAMPER PIZANO

Con relación a las Fuerzas Armadas:

- Fortalecer la capacidad operativa de las Fuerzas de Seguridad
- Utilizar la totalidad de los medios de los Organismos de Inteligencia a fin de prevenir ataques por parte de la guerrilla y atentados terroristas.
- Reforzar el accionar de los denominados COMANDOS DE ATENCION INMEDIATA (CAI) que desempeñan funciones relacionadas con la seguridad urbana.

Con respecto a la política energética:

- Estimular la inversión privada con el objeto de ampliar la capacidad de refinación de hidrocarburos y su intención de desregular tanto los precios como la importación de combustibles y los márgenes de distribución.
- Desarrollar la industria petroquímica mediante contratos de suministro de largo plazo.
- Reactivar el Fondo Nacional Exploratorio a fin de garantizar el mismo nivel de recursos (tanto para ECOPETROL como para las compañías privadas con capital nacional mayoritario) ante la eventualidad de una baja en el precio internacional del petróleo.
- Actualizar el Código de Petróleos y fortalecer las funciones de la Comisión de Regulación Energética a fin de ortorgarle una mayor autonomía.
- Promover la actividad de exploración y explotación de crudo y el desarrollo de plantas termoeléctricas a gas y carbón, como así también desarrollar la infraestructura del sector.
- Fomentar la actividad carbonífera.

Con respecto a la agricultura:

- Promover la participación de los sectores productivos en un contexto integral a raíz de los problemas de carácter social, económico y cultural por los que atraviesa el agro.

Con referencia a la política económica:

- Impedir la creación de nuevos impuestos y el aumento de las tasas impositivas vigentes.
- Evitar la evasión fiscal.
- Continuar con las privatizaciones de entidades bancarias a excepción del BANCO POPULAR cuya actividad estará destinada a financiar a pequeños empresarios urbanos.
- Crear fuentes de trabajo fomentando la actividad de las microempresas.
- Incrementar las exportaciones de productos no tradicionales.
- Promover la integración económica hemisférica.

ANEXO 5

PLAN NACIONAL DE DESARROLLO PARA EL PERIODO 1995-1998.

Originalmente el mencionado Plan tenía un monto asignado de U$S 46.400 millones que sería financiado de la siguiente forma:

Ahorro corriente del Gobierno central y de las entidades descentralizadas (excluidos entre otros el FONDO NACIONAL DEL CAFE, EL FONDO DE ESTABILIZACION PETROLERA y empresas regionales)	U$S 37.300 millones
Endeudamiento neto del Gobierno central y de las entidades descentralizadas	U$S 5.100 millones
Recursos estimados de carácter contingente (tributarios, crediticios o ingresos propios de las entidades descentralizadas).	U$S 4.000 millones

Si bien el Congreso aprobó el "Salto Social" conservando su estructura original, se agregaron los siguientes conceptos:

Programa de Inversiones para Defensa (incluye adquisición de helicópteros para la protección de la infraestructura petrolera y para la lucha contra el narcotráfico)	U$S 300 millones
Subsidios energéticos para la población	U$S 370 millones

Durante la vigencia del Plan los municipios podrán financiar, juntamente con los departamentos y la Nación, obras de infraestructura y dotación de hospitales públicos de segundo y tercer nivel de complejidad.

Cabe destacar que las encuestas de opinión sobre la política socioeconómica del gobierno de SAMPER PIZANO en OCT94 y ABR95 reflejan que aunque el "Pacto Social" y el "Salto Social" son actualmente más conocidos por la población que seis meses atrás, ambos instrumentos han perdido credibilidad.

ANEXO 6

COMPOSICION DEL CONGRESO

SENADO:

PARTIDOS	BANCAS	PORCENTAJES
LIBERAL	62	60,78
CONSERVADOR	30	29,41
MOVIMIENTOS RELIGIOSOS	4	3,92
INDEPENDIENTES	3	2,94
MINORITARIOS	2	1,97
ACCION DEMOCRATICA M-19	1	0,98
TOTAL	102	100,00

CAMARA DE DIPUTADOS:

PARTIDOS	BANCAS	PORCENTAJES
LIBERAL	85	52,15
CONSERVADOR	49	30,06
OTROS	28	17,17
ACCION DEMOCRATICA M-19	1	0,62
TOTAL	163	100,00

ANEXO 7

RELACIONES GOBIERNO-FUERZAS DE SEGURIDAD

Durante DIC94, el Presidente -conjuntamente con el Ministro de Defensa- decidió la renovación de la cúpula de las FUERZAS ARMADAS y de la POLICIA a fin de poner término a las divergencias mantenidas por los altos mandos del EJERCITO que originaban una sensación de vacío de poder en algunos sectores castrenses.

Por otra parte, los cursos de acción con los cuales el gobierno intentó instrumentar la política de defensa y las negociaciones con la guerrilla suscitaron discrepancias con las Fuerzas de Seguridad, obligando al Ejecutivo a renovar por completo los mandos militares.

En este sentido, el hecho de que el Gobierno acepte negociar con los grupos subversivos sin que éstos renuncien previamente a las acciones armadas, sumado a la intervención de Organizaciones de Derechos Humanos y al acatamiento del Protocolo II de GINEBRA, originó cierto malestar en diversos sectores de las FF.AA. que observan una limitación en su accionar contra la insurgencia.

En respuesta a la inquietud militar, el gobierno instruyó a los nuevos mandos a actuar con "extrema dureza" contra la guerrilla y el narcotráfico, comprometiéndose a mantener la capacidad operativa de las Fuerzas y a acrecentar el nivel de instrucción de las tropas.

A tal fin, la Administración SAMPER PIZANO pretendería aumentar la colaboración entre las instituciones armadas -ya que hasta el momento los efectivos del EJERCITO y de la POLICIA fueron quienes tuvieron mayor participación en la lucha contra insurgentes y traficantes- implementando un plan en el que la FUERZA AEREA y la ARMADA tendrán un rol más activo.

Cabe señalar que el Ejecutivo reducirá en más del 80 % el presupuesto de mantenimiento de los aviones "Kfir" y "Mirage" y destinará los recursos mínimos para el funcionamiento de submarinos y corbetas, disminuyendo considerablemente la estructura necesaria ante la hipótesis de conflicto externo a fin de acrecentar la capacidad operativa en el marco interno.

ANEXO 8

SUBVERSION

El 18NOV94, Carlos HOLMES TRUJILLO, Alto Comisionado para la PAZ, presentó un informe sobre los requisitos para llevar adelante las conversaciones entre el gobierno y la insurgencia, a fin de reinsertar en la vida civil a la mayoría de los 15.000 efectivos guerrilleros que actualmente operan en el país.

En este sentido, HOLMES TRUJILLO considera que, concluida la etapa "exploratoria", están dadas las condiciones para iniciar la etapa "preparatoria" de las negociaciones con el objeto de elaborar en forma reservada la agenda y los demás aspectos destinados a comenzar las conversaciones de paz, ítems que podrían ser discutidos en el exterior; no obstante, si los acercamientos en esta segunda etapa se pueden efectuar con el suficiente grado de reserva, las gestiones se realizarían dentro del territorio nacional.

En base a dicho informe -que contaría con el apoyo de los principales sectores del quehacer nacional- el Presidente SAMPER PIZANO anunció públicamente en POPAYAN (Capital del Departamento de CAUCA, donde confluyen las corrientes que integran la COORDINADORA GENERAL SIMON BOLIVAR -CGSB- como así también distintas facciones armadas disidentes) el marco adecuado para un "diálogo útil" con los grupos subversivos.

A diferencia de los anteriores intentos de conversaciones de paz, en esta oportunidad el gobierno no impone el "alto el fuego" ni la liberación de secuestrados por parte de la guerrilla como requisito previo.

Así también, aceptó el traslado desde las guarniciones militares a cárceles civiles de los Comandantes Francisco GALAN, del EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (ELN), y de Francisco CARABALLO, del EJERCITO POPULAR DE LIBERACION (EPL), entre otros.

En este contexto, el Ejecutivo anunció el compromiso de desactivar a los diversos grupos paramilitares a través del Proyecto de Ley General de Desarme -promovido por el Ministro de Gobierno, Horacio SERPA URIBE-, que incluiría normas destinadas a reducir el número de armas en poder de particulares, a efectuar un mayor control de las empresas privadas de vigilancia y asegurar el monopolio estatal de las fuerzas de defensa.

Asimismo, remitió al Congreso el Proyecto de Ley de Arrepentimiento -similar al aplicado recientemente en PERU-, que incluye un "Plan Nacional de Recompensa", basado en la reducción de penas a insurgentes "arrepentidos" que denuncien actividades y delitos de las distintas células terroristas.

SAMPER PIZANO aceptaría la mediación de la Iglesia Católica en los procesos de paz, como así también la verificación de la CRUZ ROJA COLOMBIANA o de la PROCURADURIA GENERAL DE LA NACION de la "humanización de la guerra" -de acuerdo con el denominado Protocolo II de GINEBRA-.

Por su parte, el Comandante GALAN -cuarto en la escala de mando del ELN- mediante una carta publicada por los Medios de Comunicación Social, calificó de positiva la oferta de diálogo del gobierno, destacando la necesidad de que mientras se negocia a nivel nacional, debería permitirse que las autoridades regionales dialoguen con las facciones guerrilleras locales, argumento que respalda -entre otros- el Gobernador de CAUCA, Temístocles ORTEGA.

Del mismo modo, líderes de las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS COLOMBIANAS (FARC) y del EPL manifestaron que estarían dadas las condiciones para el reinicio de una eventual negociación.

Por su parte, las FUERZAS ARMADAS y de SEGURIDAD observan con cierto esceptisismo la voluntad de diálogo de las organizaciones subversivas en virtud de la magnitud de las últimas acciones terroristas.

Cabe destacar las declaraciones del Ministro de Defensa, BOTERO ZEA, proponiendo la creación de "cooperativas de vigilancia" -en el marco de una estrategia global de seguridad ciudadana- que salvaguarde los intereses de ganaderos y agricultores en áreas rurales, como así también el incremento de las actividades militares contra los grupos de autodefensa.

Dichos anuncios originaron un nuevo punto de conflicto entre la CGSB y las autoridades gubernamentales. Paralelamente, puede interpretarse que esta iniciativa contradice el Proyecto General de Desarme promovido por el Ministro de Gobierno, SERPA URIBE.

ANEXO 9

RELACIONES ARGENTINO-COLOMBIANAS

Acuerdos Inter-empresarios

IMPSA ANDINA

Después del suministro (en los años 80) de dos turbinas "Rancis" de 96 MV, de un acumulador de aire y aceite para el Proyecto Hidroeléctrico de JAGUAS en el Departamento de ANTIOQUIA, actualmente mantiene contratos con la Empresa de Energía Eléctrica de BOGOTA a través del Proyecto Hidroeléctrico del GUAVIO (suministrándole dos puentes grúa, tubería de alta y baja presión y distribuidores) y con empresas públicas de MEDELLIN para el Proyecto Hidroeléctrico del RIO GRANDE (tubería de presión y expuesta, etc).

En 1986 se creó la empresa Colombo-Argentina Metalmecánica de los Andes S.A. (METANSA), cuya principal actividad es la fabricación y suministro de bienes de capital.

En un período de no más de dos años de producción, METANSA ha despachado más de 15.000 toneladas de productos, como los distribuidores del Proyecto Hidroeléctrico de RIO GRANDE o la tubería del Proyecto GUAVIO.

Asimismo, el consorcio colombo-argentino Limpieza Metropolitana (LIME), cumple con un contrato de recolección y barrido en la zona Suroccidental de BOGOTA por cinco años.

TECHINT

Su actividad se centra principalmente en la construcción de oleoductos, entre los que se destaca el que une ESTACION VASCONI -a 18 Km de BOYACA- con la terminal terrestre COVENAS, de 476 Km, con una inversión de U$S 160 millones.

INTERPETROL

Realiza operaciones comerciales con ECOPETROL, adquiriendo crudo y vendiendo refinado.

GIOL

Las bodegas Giol de MENDOZA y el Departamento de ANTIOQUIA han creado la Empresa Productora de Vinos Colombo-Argentina (PROVICA).

Acuerdos bilaterales

El 13DIC93, luego de la reunión de la Comisión Bilateral, se aprobaron 16 proyectos para la concreción de inversiones en materia de medio ambiente, obras públicas, agricultura, educación y salud.

Durante la visita del Presidente Carlos Saúl MENEN a COLOMBIA (18FEB94) ambos mandatarios firmaron siete acuerdos de cooperación y una declaración conjunta.

Los acuerdos incluyen: cooperación judicial; intercambio en materia de telecomunicaciones; intercambio de experiencias en la formación profesional entre el Ministerio de Educación y Cultura de ARGENTINA y el Servicio Nacional de Aprendizaje -SENA- de COLOMBIA; cooperación turística; intercambio educativo entre el Centro de Formación Diplomática de ARGENTINA y la Academia SAN CARLOS de COLOMBIA; convenio sobre controles fitosanitarios y de intercambio comercial agrícola y la formación de un Comité Empresarial Binacional.

Con respecto a la declaración conjunta, los puntos más destacados fueron: defensa del Estado democrático; fortalecimiento de los procesos de integración y acercamiento de los sistemas subregionales, en particular el PACTO ANDINO, el MERCOSUR y el GRUPO DE LOS TRES, proponiendo a la ALADI como el marco más adecuado para la convergencia de éstos; incremento del comercio bilateral; y ampliación del acuerdo de complementación económica, técnica y de telecomunicaciones.

En FEB94 las Bolsas Agropecuarias de ambos países suscribieron un Convenio de Cooperación Científico-Técnico.

BALANZA COMERCIAL CON ARGENTINA

(en millones de U$S)

AÑO	EXPORTACIONES HACIA ARGENTINA FOB	IMPORTACIONES DESDE ARGENTINA CIF	BALANZA COMERCIAL	PARTICIPACION EN EL TOTAL %		TASAS DE CRECIMIENTO ANUALES %	
				EXPORT.	IMPORT.	EXPOR.	IMPOR.
1987	41,859.6	58,222.9	-16,363.3	0,83	1,38		
1988	51,419.0	97,122.1	-45,703.1	1,02	1,94	22,84	66,81
1989	33,682.4	190,799.6	-157,117.2	0,59	3,81	-34,49	96,45
1990	27,302.3	135,452.4	-108,150.1	0,40	2,42	-18,94	-29,01
1991	35,450.4	143,718.1	-108,267.7	0,49	2,89	29,84	6,10
1992	87,376.4	162,158.5	-74,782.1	1,26	2,49	146,48	12,83
1993	62,316.2	214,647.6	-152,331.4	0,88	2,18	-28,68	32,37
ENE-OCT							
1993	52,046.0	166,868.0	-114,822.0	0,88	2,22		
1994	54,748.0	167,038.0	-112,290.0	0,82	1,850	5,19	0,10

FUENTE. MINISTERIO DE COMERCIO EXTERIOR

ANEXO 10

RELACIONES EE.UU.- COLOMBIA

Desde comienzos de 1995 se produjeron los siguientes hechos relevantes:

- A partir de FEB95 circularon insistentes versiones sobre la posible intervención militar estadounidense en la isla colombiana de SAN ANDRES a raíz de que su posición geoestratégica es altamente favorable para la distribución de droga y contrabando de armas con destino al CARIBE, CENTROAMERICA, MEXICO y EE.UU. A pesar de que el gobierno de COLOMBIA decidió enfrentar la situación incrementando la presencia militar en los puntos claves de la isla y mar territorial, EE.UU. considera que los esfuerzos colombianos en la materia son insuficientes.
- Por su parte, el General Barry McCAFREY, Comandante del Comando Sur del Ejército de EE.UU. declaró en clara referencia a COLOMBIA que "la actividad del narcotráfico constituye un problema de seguridad nacional".
- El 21MAR95, el grupo conservador HERITAGE FOUNDATION (con influencia sobre el PARTIDO REPUBLICANO) presentó ante el CONGRESO un documento denominado "La narcodemocracia colombiana amenaza la seguridad interamericana", solicitando al Presidente Bill CLINTON que adoptara una política "dura y de presión" contra la "primera narcodemocracia del mundo", basada en las siguientes medidas:
  1. Retiro de la "Certificación" condicional a COLOMBIA en virtud de su escasa cooperación con EE.UU.
  2. Suscripción de un tratado de extradición y de un acuerdo bilateral de aplicación de Leyes para combatir el lavado de dinero y reglamentar la confiscación de bienes de narcotraficantes.
  3. Condicionamiento de la ayuda económica al cumplimiento de metas específicas.
  4. Cancelación de las visas a funcionarios presuntamente vinculados con el narcotráfico.
  5. Suspensión de ventajas arancelarias.
  6. Retiro del apoyo a SAMPER PIZANO hasta confirmar la inexistencia de conexiones del Primer Mandatario con el Cartel de CALI.
- El 31MAR95, tanto el Ejecutivo como el Legislativo colombiano criticaron duramente las declaraciones efectuadas en el CONGRESO norteamericano por el Senador republicano Dan BURTON, Presidente del Subcomité de Relaciones Exteriores para el Hemisferio Occidental, quien solicitó el envío de fuerzas de seguridad a COLOMBIA, PERU y BOLIVIA con el objetivo de capturar narcotraficantes.
- A partir de ABR95 comenzó a circular en el CONGRESO estadounidense un documento voluminoso -elaborado por la Escuela de Derecho de la Universidad de WASHINGTON- donde se detallan tres posibles opciones para luchar contra el narcotráfico en COLOMBIA:
  1. No intervenir militarmente e influir a través de una gestión diplomática.
  2. Presionar al Ejecutivo colombiano para que éste solicite la presencia de tropas estadounidenses en su territorio.
  3. Ocupar algunas regiones del país sin el consentimiento del gobierno colombiano.

Este último punto fue analizado en detalle bajo los parámetros de la Carta de la ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU) que regula el uso de la fuerza entre países, de cuyo articulado se desprende, en opinión de los analistas que confeccionaron el documento, que "un acto de fuerza en un Estado a cuyo gobierno le falta control de la situación interna no puede ser considerado como una violación a su integridad territorial". En ese aspecto, EE.UU. estaría habilitado para el uso de la fuerza "cuando son atacados intereses vitales del pueblo norteamericano".

- El 04ABR95, el Senador republicano Jesse HELMS, Presidente del Comité de Relaciones Exteriores del Senado, presentó un Proyecto de Ley donde establece un plazo de nueve meses, que finalizaría el 06FEB96, para que el gobierno colombiano obtenga resultados concretos en la lucha contra el narcotráfico. Esencialmente, en el plazo establecido, deberá erradicar 44.000 hectáreas de plantaciones de coca y amapola y contará con un año más para la eliminación total de todo cultivo ilícito.

  De no cumplirse con lo estipulado por la normativa, la iniciativa prevé las siguientes sanciones:

  1. Prohibir las ventas de armas y suspender la cooperación militar.
  2. Impedir el acceso de COLOMBIA a créditos de organismos financieros multilaterales tales como el BANCO MUNDIAL.
  3. Cancelar privilegios comerciales.
  4. Inhabilitar al país para negociar un eventual ingreso al TRATADO DE LIBRE COMERCIO PARA AMERICA DEL NORTE (TLC).

- El 28ABR95, el periódico The Washington Post reveló la existencia de presiones ante el Congreso norteamericano para que se suspenda la asistencia financiera a COLOMBIA y la posible "ruptura formal" de relaciones diplomáticas, en caso de comprobarse vinculaciones entre el Presidente SAMPER PIZANO o funcionarios de su entorno gubernamental con el narcotráfico. Ante rumores de golpe de Estado en el país sudamericano, disminuyeron las cotizaciones de los papeles colombianos en los mercados internacionales de NUEVA YORK y LONDRES.

- El Embajador de EE.UU. en BOGOTA, Myles FRECHETTE, se manifestó en reiteradas oportunidades contrario a la política colombiana en materia de derechos humanos, a la realización de la Cumbre de los NO ALINEADOS en el país y al acercamiento diplomático con CUBA. Así también, emitió declaraciones puntuales sobre el manejo de diversos asuntos internos del país, tales como el régimen de inversión extranjera, la política antidroga y la creación del Ministerio del Medio Ambiente.

- En JUN95, el Presidente CLINTON felicitó a SAMPER PIZANO a raíz de la captura del líder del "Cartel de CALI", Gilberto RODRIGUEZ OREJUELA.

9508893
MEXICO: Crisis actual y situación del movimiento zapatista.
20362.
3-8-95
11921 / 11078.
507623.
11164
515945
11302

INUR Nº 0212/2104/03 AGO 95 1/3

A crise no MÉXICO e a situação do movimento guerrilheiro zapatista. Perspectivas.

(03 Ago 95)

Após a quinta rodada de negociações entre representantes do governo e do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), realizada entre 25 e 27 Jul 95, as partes não conseguiram definir os termos mínimos de um acordo final de paz para a região de CHIAPAS, atingida pelo movimento guerilheiro deflagrado em Jan 94. As autoridades acusam o EZLN da "falta de vontade negociadora", enquanto os rebeldes reclamam contra o não-atendimento de suas propostas. Em síntese, o diálogo iniciado em Abr 95 prende-se à tentativa de estabelecer medidas de distensão militar e regras de procedimento para o encaminhamento das questões básicas. Um novo encontro foi acertado para 05 Set 95.

O prolongamento das discussões começa a contrariar as expectativas governamentais quanto a um possível desfecho positivo para o conflito. Embora as autoridades não tenham fixado prazo para concluir as negociações e mantenham publicamente a disposição de continuar buscando uma solução pacífica, o último encontro tornou evidente o elevado grau de dificuldade na conciliação de interesses. Enquanto o Governo insiste na tese de manter os entendimentos em nível local, tratando apenas dos problemas relacionados com a região de CHIAPAS, os rebeldes articulam-se para fortalecer uma dimensão nacional à questão, inserindo-a num contexto político em que a necessidade de reformas democráticas e a desconcentração do poder são fundamentais para o futuro do MÉXICO.

Do ponto de vista zapatista, as suas demandas são comuns à maioria do povo mexicano e não específicas a um setor de CHIAPAS, como deseja caracterizar o governo de ERNESTO ZEDILLO. Assim, com base em temas relacionados a habitação, terra, trabalho, alimentação, saúde, educação, independência, cultura, informação, democracia, liberdade, justiça e paz, as lideranças guerrilheiras prosseguem numa estratégia de estender ao máximo o processo negociador e, ao mesmo tempo, de ampliar sua representatividade como força organizada.

Nesse sentido, anunciaram a realização de uma consulta em todo o MÉXICO, com resultado a ser divulgado em fins de Set 95, tendo por finalidade avaliar o efetivo apoio da população à transformação do EZLN em organismo civil, mais especificamente um partido político. A imprensa tem divulgado o crescente apoio aos zapatistas na zona rural, inclusive em outros estados mexicanos, e também na área internacional ("observadores" circulam na região do conflito e estariam auxiliando na vigilância das tropas federais).

O quadro de tensão social mexicano relaciona-se diretamente com a evolução da crise econômica que atinge o país. Entretanto, apesar dos sinais de recuperação financeira, da queda nas taxas de juros internas, da redução da inflação e dos recentes superávits no comércio exterior, há uma expectativa de agravamento da difícil realidade do MÉXICO.

Autoridades da área econômica admitem que a recessão persiste, devendo o PIB diminuir 4% neste ano. Por outro lado, o Banco Mundial estima que a população vivendo abaixo da linha de pobreza aumentou 51% nos últimos 15 anos. Cerca de 32 milhões de pessoas (35% dos mexicanos) vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Esse número tende a crescer, juntamente com a possibilidade de novos conflitos sociais, principalmente nos grandes centros urbanos, pois é estimada a elevação da taxa de desemprego (de 6,6% em Mai para 10,9% no final do ano). Desde o início da crise, 1,2 milhão de pessoas perderam seus empregos. Em termos gerais, o número de postos de trabalho no mercado formal retrocedeu a 22,4 milhões, mesmo quantitativo de 1989.

Isso significa que as pressões por maior volume de investimentos governamentais na área social tendem a aumentar, obrigando as autoridades a modificarem a trajetória de prioridade para a retomada da estabilidade econômica. Mesmo com o aparente controle da situação, o Governo enfrenta uma conjuntura interna bastante adversa, em que a imposição de mais sacrifícios à população pobre poderá favorecer a conformação de um ambiente de instabilidade institucional, dificultando ainda mais a superação da crise.

Esta possibilidade favorece os opositores de ZEDILLO, que acreditam na combinação dos fatores tempo, insatisfação popular e imobilismo do Governo como elementos causais para profundas transformações. Nesse sentido, enquanto não for encontrada uma solução definitiva para o movimento guerrilheiro dos zapatistas permanece a ameaça de crescente escalada de violência, com a adesão de grupos armados em outros pontos do país, induzindo a ações menos conciliatórias por parte

do Presidente ERNESTO ZEDILLO, inclusive o uso de forças federais no combate às manifestações de insurgência.

Essa hipótese afeta negativamente toda a AMÉRICA LATINA, ocasionando prejuízos em relação à credibilidade financeira internacional. Cabe observar que, até o momento e passado o primeiro instante da crise no MÉXICO, os países mais avançados na estabilização econômica conseguiram anular parcialmente a desconfiança dos investidores, ainda que os efeitos da desvalorização do peso mexicano estejam distante de serem superados.

* * *

INUR Nº 0210/2101/02 AGO 95

PERU/EQUADOR

Acordo para desmilitarização de zona fronteiriça litigiosa.
Aspectos relevantes e perspectivas.

(02 Ago 95)

Representantes do PERU e do EQUADOR chegaram a um acordo de desmilitarização da litigiosa área de fronteira, que motivou uma guerra não-declarada entre os dois países no período de 26 Jan a 28 Fev 95.

A assinatura do acordo foi intermediada pela Missão de Observadores Militares do EQUADOR e PERU (MOMEP) e sob os auspícios dos representantes dos "países garantes" do Protocolo do Rio de Janeiro. A área desmilitarizada compreende os espaços aéreo e terrestre entre os limites de COANGOS/EQUADOR e o Posto de Vigilância 1 (PV-1) no PERU, que estarão livres da presença de forças militares e de sobrevôos de aeronaves, exceto em casos de urgência, previamente autorizados pelo MOMEP. A Missão comprometeu-se a supervisionar a vigilância do regime estabelecido e a manter o equilíbrio de forças nos postos militares dos dois países, nos quais poderão ser mantidos efetivos de no máximo 50 homens com armamento individual.

O anúncio do acordo provocou manifestações favoráveis no PERU, inclusive de opositores ao Governo ALBERTO FUJIMORI, como o Deputado HENRY PEASE, que elogiou o desfecho diplomático e exortou a necessidade de se reativar a comissão mista para a demarcação dos 78 km restantes dos 1.700 km de fronteira comum.

Quanto às reações internas no EQUADOR, o ex-Vice-Chanceler MARIO ALEMAN criticou o acordo, ao considerá-lo desfavorável aos interesses geoestratégicos do país, especialmente em razão da desativação do segmento militar do destacamento de BANDERAS/EQUADOR, em troca da sua não-inclusão na zona

de desmilitarização. O Chanceler LEORO FRANCO limitou-se a declarar o início da vigência do acordo para 01 Ago 95.

Mesmo em meio ao clima de distensão, a imprensa limenha tem denunciado supostas mobilizações de tropas equatorianas em pontos estratégicos da linha fronteiriça, nas proximidades da província peruana de ZARUMILLA, na localidade de LA PALMA. O Diário "La Republica" colheu versões de moradores da região, os quais garantem ter observado "movimentações estranhas" de soldados equatorianos. Autoridades militares peruanas não se pronunciaram a respeito, enquanto o Chefe do Exército do EQUADOR, General PACO MONCAYO, negou as denúncias.

A disposição na busca do entendimento e o propósito comum de fortalecer as relações bilaterais têm sido reforçados pelos gestos diplomáticos de boa vontade dos governantes dos dois países, a destacar a confirmação da presença do Presidente FUJIMORI à Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio, a realizar-se nos dias 04 e 05 Set, em QUITO/EQUADOR. Por sua vez, durante a posse do mandatário do PERU, o Presidente equatoriano SIXTO DURÁN BALLÉN enfatizou a oportunidade para a reaproximação entre as nações.

Embora as trocas de cortesias diplomáticas representem a amenização das hostilidades mútuas, a solução definitiva da questão fronteiriça parece distante, porquanto ainda persistem as divergências quanto à interpretação do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942. De todo modo, a despeito das dificuldades, considera-se pouco provável novos enfrentamentos militares de vulto a curto e médio prazos.

* * *

Bolivia: Extensão do Estado de Sitio.
20362.
2-8-95.
11921. / 65890
507480 / ~~11134.~~ 11435.
11164 / 11165
11302. / 11702.
11830 / 11414.

INUR Nº 0209/2101/02 AGO 95

BOLÍVIA

Extensão do estado de sítio. Perspectivas.

(02 Ago 95)

O Congresso boliviano aprovou a extensão, por mais noventa dias, do estado de sítio solicitado pelo Governo SANCHEZ DE LOZADA, em vista da iminência de novas convulsões sociais.

A maioria oficialista do Congresso aprovou a medida não obstante a categórica resistência dos parlamentares de oposição, os quais ameaçaram promover conflitos e iniciar uma greve de fome. Além disso, a Central Obrera Boliviana (COB) convocou os trabalhadores para mobilizações contra a decisão e as últimas medidas governamentais.

A medida de exceção, decretada em 18 Abr, em parte devido à agitação promovida pelos plantadores de coca para impedir a erradicação dos cultivos, deveria vigorar até 18 Jul, porém novos confrontos entre a polícia e o setor determinaram sua ampliação. Adicionalmente, dirigentes sindicais de outros segmentos trabalhistas também haviam anunciado a decisão de iniciar greves e ações de protesto quando concluída a vigência do estado de sítio, em repúdio à política econômica do Governo e ao não-atendimento de suas demandas sociais.

A decisão é reflexo da urgência do Governo em controlar a situação de conflito social, visando dar andamento à política de desenvolvimento econômico e cumprir os compromissos externos. Entre as políticas que são objeto dos protestos destacam-se a privatização das empresas públicas, a reforma educativa e a erradicação dos cultivos da folha da coca.

O Governo de LA PAZ busca erradicar os cultivos excedentes da folha de coca como parte de uma condição do Governo dos EUA para que a BOLÍVIA siga recebendo ajuda em sua luta contra as drogas e também assistência financeira dirigida a outros setores. Embora tenham sido cumpridas as exigências iniciais impostas pelos norte-americanos, está pendente a meta, a ser alcançada a longo prazo, da erradicação definitiva das plantações excedentes — que deverá acontecer até o ano 2001.

Paradoxalmente, a frente que impeliu o Executivo a decretar a ampliação da medida de exceção — os plantadores de coca — parece encaminhada a lograr um acordo com o Governo, erradicando suas plantações ilegais em troca da liberdade dos dirigentes presos e de uma recompensa financeira pelos cultivos erradicados das áreas proibidas, que as autoridades públicas se recusavam a pagar.

Entretanto, apesar de os problemas com os plantadores de coca estarem aparentemente e/ou temporariamente contornados, a prorrogação do estado de sítio evidencia a incapacidade governamental de alcançar soluções adequadas aos crônicos problemas sociais e tende a provocar maior radicalização das posições de setores opostos às políticas oficiais.

Nesse quadro, é factível os sindicalistas intentarem novas ações, com potencialidade para resultar em confrontos, não se descartando a ocorrência de atentados terroristas com o objetivo de desestabilizar o regime, aproveitando o clima de revolta e a intransigência de ambas as partes.

* * *

COLÔMBIA
Envolvimento do narcotráfico na campanha eleitoral do Presidente SAMPER. Perspectivas.

(07 Ago 95)

A abertura de investigações contra o Presidente ERNESTO SAMPER e seu Ministro da Defesa, FERNANDO BOTERO, pelas supostas infiltrações de dinheiro do narcotráfico na campanha eleitoral do Chefe de Estado, agravou uma crise política, iniciada há vários meses, e cria perspectivas sobre o que pode ser o início de um juízo político sem precedentes na história democrática da COLÔMBIA.

A Comissão de Acusações da Câmara dos Deputados seria encarregada de investigar as denúncias sobre o financiamento irregular da campanha presidencial. Documentos obtidos em operações contra o Cartel de Cali indicam que as campanhas do Presidente e de alguns parlamentares teriam recebido contribuições dessa organização. A questão agravou-se com as declarações do ex-tesoureiro da campanha, SANTIAGO MEDINA — preso sob a acusação de ter recebido cerca de US$ 50 mil de empresas privadas que serviam como fachada do Cartel de Cali —, envolvendo o mandatário colombiano e outras personalidades políticas que participaram do pleito eleitoral. Entre estas, destacam-se FERNANDO BOTERO, ex-diretor de finanças, ARMANDO BENEDETTI, ministro das Comunicações, e HORÁCIO SERPA, ministro do Interior, os quais estariam cientes das doações feitas pelo Cartel. Em vista disso, o Procurador-Geral, ALFONSO VALDIVIESO, anunciou que, a priori, BOTERO E BENETTI também deverão ser investigados.

O escândalo determinou a renúncia do Ministro da Defesa — aparentemente uma jogada política para evitar que o Presidente fosse atingido — e poderá chegar a outras autoridades ligadas a SAMPER, cuja permanência no cargo também começa a ser questionada.

Destaque-se que FERNANDO BOTERO era considerado um "linha-dura" do Governo e dirigiu com êxito o Ministério da Defesa num período em que

foram presos cinco dos sete líderes do Cartel de Cali. Nesse sentido, o episódio está sendo visto como uma retaliação do Cartel para desestabilizar o Executivo e frear a ofensiva oficial contra seus membros e estrutura organizacional.

Constitucionalmente a Comissão de Acusações é encarregada de investigar o Presidente e, caso julgue haver mérito, deverá enviar o assunto ao Senado, única instância capaz de julgar o mandatário. Ocorre que na Constituição colombiana não estão previstos casos relacionados a delitos anteriores ao mandato. Além disso, a maioria dos quinze membros da referida Comissão — com prazo de dez dias para apreciar a questão — é do governista Partido Liberal. Isso pressupõe uma tendência de desfecho favorável ao Presidente SAMPER, podendo, nesse caso, ocorrer a transferência do processo para outras esferas jurídicas, admitindo-se sanções a outros responsáveis pelo uso do dinheiro do narcotráfico.

Entretanto, a despeito de uma possível comprovação de que o dinheiro ilegal fora usado à sua revelia, o Chefe do Executivo deverá enfrentar fortes antagonismos ao seu Governo, principalmente entre os políticos de oposição, com reflexos na administração do país.

Apesar do panorama complexo, a COLÔMBIA possui uma longa tradição democrática. A maioria dos dirigentes políticos e autoridades da sociedade em geral inclinam-se por manter a integridade da instituição presidencial, embora alguns segmentos políticos entendam que o Presidente SAMPER perdeu credibilidade e portanto deve renunciar.

No âmbito da política internacional, as relações com WASHINGTON devem se manter, a princípio, estáveis, considerando-se o sucesso governamental obtido com a ofensiva ao Cartel de Cali e à sua infra-estrutura financeira. Além disso, uma eventual saída do Presidente da COLÔMBIA nessas circunstâncias poderia criar um ambiente de instabilidade política no país — via fortalecimento dos grupos criminosos organizados —, situação absolutamente contrária aos interesses regionais norte-americanos. Apesar disso, não se descartam posições mais radicais nos meios políticos estadunidenses no sentido de pressionar o Governo dos EUA a adotar medidas mais drásticas contra BOGOTÁ.

* * *

Nº. DOCU... 9508997

EEUU:

TITULO Al Gore firmó acuerdos con Primer Ministro ruso.

PROCEDE 150007

FECHA DE 1/7/95

VINCULACIONES 11921

65890

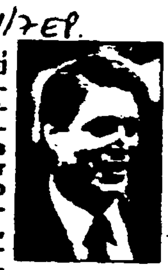
11164

11399

11005.

507284.

Al Gore 1/7 EP.



MOSCU, 30 (AP). — El vicepresidente Al Gore firmó hoy varios acuerdos con el primer ministro ruso Viktor Chernomyrdin, aunque no lograron resolver una disputa en torno a la venta de reactores nucleares rusos a Irán.

"El problema requiere aún ulteriores revisiones", dijo Chernomyrdin en rueda de prensa celebrada al concluir la reunión.

"El debate no ha terminado aún", dijo por su parte el vicepresidente. Pero agregó que "tuvimos un intercambio útil al respecto".

Estados Unidos han objetado a la propuesta venta de dos reactores nucleares de agua ligera a Irán, con el argumento de que Irán desea utilizarlos para desarrollar un programa de armas nucleares.

9508997

01-01

ES LA PRIMERA QUE SE CREA DESDE LA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E INCLUYE NAVES NUCLEARES

Nueva flota de EE.UU. en el Golfo

4/7 EC

Los EE.UU. crearon su primera flota naval desde la Segunda Guerra Mundial. Es la quinta, y tendrá base en el golfo Pérsico, con lo que Washington consagra así su poder militar permanente en esa crucial región. Irán, que critica la presencia de las fuerzas norteamericanas, inició ayer maniobras navales en el golfo.

DUBAI (Reuter). – Los Estados Unidos consagraron su presencia naval permanente en la crucial zona del golfo Pérsico a través de la **creación de la Quinta Flota**, según anunció ayer el portavoz de la armada norteamericana.

Esta nueva flota, la primera creada por el gobierno estadounidense **desde el fin** de la Segunda Guerra Mundial, tiene como base el mismo golfo Pérsico y entró en vigor desde el sábado 1ro., dijo el comandante Terry McCreary, vocero de la marina norteamericana.

Los EE.UU. han mantenido barcos de guerra en el golfo desde hace más de medio siglo. Pese a esa presencia permanente, los buques en realidad dependían administrativamente de otras flotas, que operaban sobre todo en los océanos Pacífico y Atlántico.

Esa situación no originó necesidad de cambio alguno hasta que el 2 agosto de 1990 **fuerzas militares de Irak invadieron Kuwait**, lo que desató una crisis gravísima y, meses más tarde, el comienzo de la guerra del Golfo, que incluyó la mayor movilización occidental armada desde la Segunda Guerra Mundial.

A partir de allí y en un proceso acentuado por el cíclico reagravamiento de las hostilidades en la zona, Washington consolidó en el golfo Pérsico una presencia naval de envergadura.

Presencia consagrada

La creación de la Quinta Flota implica la consagración formal de la presencia naval norteamericana en el Golfo, aunque McCreary intentó relativizarla al sostener que es solo "una medida administrativa que no tendrá impacto en el número de fuerzas que se envían a la región".

Actualmente en el Golfo **hay unos 15 barcos de guerra norteamericanos**, con una dotación aproximada de 10.000 efectivos.

De acuerdo con lo informado por el portavoz de la armada, la Quinta Flota incluirá además **dos submarinos nucleares** y un portaaviones equipado con más de setenta aviones de combate.

La zona de operación de la Quinta Flota abarca las costas de 19 países con límites en Egipto en el oeste, Pakistán en el este, Irak en el norte y Kenia en el sur.

La nueva flota mantendrá las mismas funciones que la que tuvieron hasta ahora los buques presentes en la zona del Golfo.

Entre ellas figura el control del cumplimiento del **embargo comercial contra** Irak y de la prohibición de vuelos dispuesta por las Naciones Unidas en cielo iraquí.

Además las naves estadounidenses se mantienen alerta sobre las **actividades militares de Irán** en la región, como la navegación de sus submarinos en el golfo y el emplazamiento de misiles en las islas.

EE. UU. creó otra flota de guerra

4/7 LN.

DUBAI, 3 (Reuter). Estados Unidos creó una nueva flota, la Quinta, que tendrá como base el Golfo Pérsico, dijo hoy un vocero de la marina.

La flota es la primera creada en Estados Unidos desde el fin de la Segunda Guerra Mundial e incluye dos submarinos nucleares y un portaaviones equipado con 70 aviones.

La presencia de parte de la armada norteamericana en el Golfo ha provocado críticas. Pero Washington se mantiene alerta sobre actividades militares iraníes en la región.

Las naves norteamericanas también controlan el cumplimiento del embargo contra Irak y aseguran que se cumpla la prohibición de vuelos dispuesta por la UN.

La zona de operaciones de la Quinta Flota abarca a las costas de 19 países con límites con Egipto en el Oeste, Paquistán en el Este, Irak en el Norte y Kenya en el Sur.

EE.UU. quiere más armamento

• Republicanos: aumentar gasto en defensa en 7.000 millones

El presupuesto para defensa aumenta en Estados Unidos como si fueran los tiempos de la Guerra Fría, y el congreso norteamericano está dispuesto a invertir en el área incluso más de lo que piden los propios militares del Pentágono.

Nueva York\ANSA

El presupuesto del año próximo, impulsado por la mayoría republicana pero también por muchos demócratas, asigna 264.700 millones de dólares a los gastos para Defensa, es decir 7.000 millones más respecto de lo solicitado por el Pentágono.

La comisión de Seguridad de la Cámara, que el mes pasado había aprobado una cifra superior (267.300 millones), afirma que el nuevo presupuesto es un intento de "frenar la hemorragia de fondos" y no representa un aumento real de los gastos para defensa.

Cifras

La cifra asignada para el año fiscal que empieza el 1º de octubre es efectivamente inferior en un 1,7 por ciento a la prevista para este año, mientras el Pentágono había anticipado una reducción del 4,3 por ciento.

Este mes, el Senado tendrá que discutir el proyecto de presupuesto, que luego será aprobado antes del final del verano.

Cámara y Senado, ambos dominados por los republicanos, están de acuerdo sobre la necesidad de destinar más fondos a la defensa, pero no coinciden en cuanto a los prioridades de los gastos.

Compra de submarinos

El Senado quisiera comprar más submarinos "Seawolf", mientras la Cámara tiene intención de comprar una cantidad mayor de aviones "invisibles" B-2. Cualquiera sea el compromiso alcanzado, es cierto que el Congreso está dispuesto a gastar más de lo pedido por el Pentágono.

Diputados y senadores demócratas criticaron el presupuesto, afirmando que no hay nuevas amenazas a la seguridad de Estados Unidos tales como para justificar un aumento de las inversiones para defensa en un contexto de austeridad y recortes al gasto público.

"Los republicanos quieren volver a la guerra fría", afirman.



Bill Clinton pretende querer frenar la intensión de los Republicanos.

El Ministro de Defensa

Incluso el Ministro de Defensa, William Perry, y el general John Shalikashvili, Jefe de Estado Mayor de Defensa, criticaron el modo en que se asignan los fondos, sosteniendo que la oportunidad política tuvo importancia sobre las reales necesidades de los militares. La comisión de Defensa del Senado, por ejemplo, agregó 1.300 millones de dólares al presupuesto para la compra de una nave anfibia LHD-7 que la Marina de Estados Unidos nunca había pedido. Pero la nave se construye en Mississippi, estado del Senador Trent Lott, antiguo miembro de la comisión. Veintiséis estados representados por los miembros de la comisión recibieron 500 millones de dólares en licitaciones relacionadas con la defensa.

Se acabó la guerra fría, pero el presidente de Estados Unidos no quiere perder votos tras el recorte

Clinton y el dilema de los gastos militares

Una vez terminada la guerra fría, la necesidad de reducir los gastos del Pentágono, cerrando decenas de bases militares, disminuye las posibilidades de que Clinton resulte reelegido el año próximo, y compromete en concreto sus posibilidades en California, el estado más poblado del país.

Washington
por Cristian Chaise

Lo importante es saber qué bases militares cerrarán este año, como consecuencia de los recortes de una Comisión independiente creada hace algunos años, y lo que es más importante, qué estados sufrirán las consecuencias económicas de tales cierres.

La Comisión, dirigida por un ex senador demócrata, Alan Dixon, elaboró una lista de 79 bases militares cuyo cierre permitiría al Pentágono ahorrar 19.300 millones de dólares en 20 años.

Para la Casa Blanca, el problema es que seis de las bases de la lista se encuentran en California, en especial la base aérea de McClellan, cerca de Sacramento, cuya desaparición supondría suprimir unos 12.000 empleos. La Comisión propone que las labores que se realizan en McClellan se repartan entre otras bases que no trabajan a pleno rendimiento.

La propuesta de la Comisión provocó fuertes reacciones en California, cuya economía ya ha pagado un gran tributo por el proceso de reducción de gastos del Pentágono.

Este estado, cuya tasa de paro es superior a la media nacional, perdió más de 80.000 empleos como consecuencia de tres series anteriores de cierre de bases.

Para Clinton es un problema mayor, dado que California elegirá a 54 grandes electores en las presidenciales de noviembre de 1996, es decir, un quinto del total requerido para ser designado presidente.

Por lo tanto, para Clinton, ganar en California, como lo hizo en 1992, es una prioridad absoluta, que le obliga a toda costa a proteger la economía californiana.

Para la Casa Blanca, lo difícil es que la Comisión deje abierta la base de McClellan sin que la acusen de hacerlo por motivos políticos.

La Comisión, de ocho personas, fue creada precisamente para despolitizar el proceso de cierre de bases, una tarea que ni la Casa Blanca, ni los miembros del Congreso (que defienden en primer lugar los intereses de su estado o de su distrito), no pueden realizar de manera imparcial.

En virtud de la ley, Clinton tiene de plazo hasta el 15 de julio para sugerir cambios a la Comisión, que no estará obligada a aceptarlos.

Clinton y su predecesor George Bush habían aceptado sin ninguna modificación las tres listas precedentes de la Comisión, lo que hace el asunto más delicado este año.

El secretario de Defensa, William Perry, y varios altos responsables militares expusieron el miércoles a Clinton la postura del Pentágono. Aunque ésta no se ha hecho pública, se trataría de un compromiso, que, aún cerrando McClellab, permitiría mantener la mayoría de los puestos de trabajo amenazados.

"Si el objetivo es tener una Comisión compuesta de gente honesta, no veo por qué interfieren los políticos", comentó el "Speaker" (presidente) de la Cámara de Representantes, el republicano Newt Gringrich.

7/7CR.

2/2

9508999

■ ELECCIONES EEUU

Jesse Jackson estudia ser candidato independiente

7/7 EO.

Descartó lanzarse como representante de los demócratas

El activista de derechos civiles estadounidense, Jesse Jackson, manifestó ayer que podría considerar su postulación a la presidencia del país como candidato independiente en las elecciones de 1996.

Jackson, durante una entrevista con la cadena televisiva CNN, señaló que su lanzamiento como independiente le daría más tiempo para la campaña, ya que únicamente cuatro estados de la unión exigen que los candidatos independientes se inscriban antes de julio de 1996.

Además, indicó que postularse como demócrata sería difícil porque el presidente Bill Clinton "controla el aparato" partidario en cuanto a las designaciones de los presidencuables.

La entrevista fue realizada ayer por el ex gobernador de Nueva York, Mario Cuomo, también considerado en algun momento posible candidato presidencial demócrata.

Jackson ya realizó dos intentos por obtener la nominación presidencial por el Partido Demócrata y en 1988 quedó en segundo lugar detrás del ex gobernador de Massachusetts, Michael Dukakis. *(En base a Reuter)*

9509001

Polémica por reanudación de relaciones de EEUU/VIETNAM.

150090.

9/7/95

11921

65890

11164

11348

507674

Veinte Años Después del fin de la Guerra

POLEMICA POR REANUDACION DE RELACIONES DE EEUU Y VIETNAM

Ante el próximo anuncio del presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, de que normalizará las relaciones con Vietnam, se ha "calentado" la polémica entre los que apoyan y se oponen a tender la mano al antiguo enemigo. El presidente de la Cámara de Representantes, el republicano Newt Gingrich, se ha hecho eco de la postura asumida al respecto por algunas organizaciones de veteranos de la guerra de Vietnam.

9/7 ER.

WASHINGTON, 8 (AP) — El gobierno del presidente Bill Clinton está elogiando la cooperación de Vietnam en la identificación del paradero de los soldados norteamericanos desaparecidos, y rechazando las alegaciones de veteranos y grupos de familiares de que Hanoi esconde algo.

El debate sobre la cooperación de Hanoi se va intensificando según Clinton se aproxima a tomar una decisión sobre si ha de establecer plenas relaciones diplomáticas con el ex adversario comunista 20 años después del fin de la guerra de Vietnam.

El vocero del Departamento de Estado Nicholas Burn pareció estar anticipando ayer que Clinton optará por tal decisión.

"Pienso que mucha gente en nuestro gobierno cree que hemos llegado a un nuevo nivel de cooperación con los vietnamitas en el asunto de los prisioneros de guerra y los desaparecidos en combate", dijo Burns a los periodistas.

Subrayó también la importancia política y económica de Vietnam en el sudeste de Asia.

"Vietnam es un país de emergente importancia en Asia sudoriental — ciertamente un país económicamente importante para Estados Unidos y otros países", dijo.

También dijo que Vietnam juega un papel clave en la seguridad regional y que pronto se unirá a la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático, grupo de seis países que ha tenido estrechos nexos con Estados Unidos hace tiempo.

Pero los veteranos y grupos de familiares están arguyendo en contra del reconocimiento diplomático a base de que Vietnam no ha satisfecho las demandas de un rendimiento de cuentas que Clinton fijara como condición para tener relaciones normales con Hanoi.

Estos grupos han incrementado su campaña opositora desde que se regó la voz el mes pasado de que el secretario de estado Warren Christopher había recomendado a Clinton que, al cabo de 20 años, había llegado la hora de normalizar relaciones.

La Alianza Nacional de Familias, con sede en el estado de Washington, instó a sus miembros la semana pasada a "¡Llamar, telegrafiar o escribir al presidente ahora! Debemos impedir la normalización. Su usted ya llamó o escribió, hágalo otra y otra vez".

La Liga Nacional de Familias de Prisioneros Norteamericanos y Desaparecidos en el Asia Sudoriental, con sede en Washington, también participa en la campaña.

Si Clinton decidiera establecer relaciones normales con Vietnam, es probable que el opositor Partido Republicano tome el asunto en tema de campaña en las elecciones presidenciales de 1996.

El presidente de la Cámara de Representantes, el republicano Newt Gingrich, dijo ayer a la telecadena informativa CNN: "No es este el momento de ser complaciente con los dictadores".

Y el líder de la mayoría republicana en el Senado, Bob Dole, dijo en una conferencia de prensa en St. Paul, Minnesota, "Yo no comparto los puntos de vista del presidente Clinton sobre normalizar las relaciones con Vietnam".

01\05

Asignatura pendiente: secretario de Estado Warren Christopher visitará Viet Nam

13/7 (?)

■ A partir de esta nueva etapa se dará prioridad a las facetas económica, comercial y científico-técnica en colaboración con Estados Unidos, cuyas empresas ocupan el octavo lugar en materia de inversiones, declaró el vicecanciller vietnamita.



La visita del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, a Viet Nam, la primera de un funcionario americano de tan alto rango en más de veinte años, tiene el «beneplácito» de Hanoi tras la decisión de Washington de restablecer relaciones diplomáticas entre ambas naciones.

«Nos congratulamos de esta iniciativa y expresamos el deseo de que este paso cree oportunidades para que ambas partes traten asuntos de interés bilateral y de esta zona» afirmó ayer miércoles, el viceministro vietnamita de Exteriores, Le Mai, en conferencia de prensa.

Ante más de un centenar de periodistas extranjeros y nacionales, Le Mai manifestó la esperanza de que, durante la estancia de Christopher en Viet Nam, sus contactos con el ministro de Exteriores vietnamita, Nguyen Manh Cam, permitan precisar los detalles y dar los primeros pasos en lo que se refiere al restablecimiento de vínculos diplomáticos plenos.

El anuncio de la visita de Christopher, confirmada en Hanoi, se ha producido después de que el presidente estadounidense, Bill Clinton, decidiera reanudar las relaciones con Hanoi.

Le Mai hizo mención de los puntos que se tratarán durante la visita de Christopher, entre los que se incluyen la apertura de embajadas en ambas capitales y el nombramiento de sus respectivos embajadores.

Asimismo, discutirán por primera vez los principios que regulen esos nexos sobre la base del «respeto a la independencia y soberanía, igualdad y ventajas mutuas».

Le Mai precisó que, «a partir de esta nueva etapa», se dará prioridad a las facetas económica, comercial y científico-técnica en colaboración con Estados Unidos, cuyas empresas ocupan el octavo lugar en materia de inversiones entre medio centenar de competidores.

El viceministro de Exteriores opinó que la normalización de las relaciones entre Estados Unidos y Viet Nam rebasa el marco del interés de los dos países para beneficiar la estabilidad del mundo, particularmente del área Asia-Pacífico.

Le Mai reiteró que el Gobierno vietnamita sigue la política de la diversificación de sus intercambios económicos y políticos con todas las naciones y señaló que, en este momento, Viet Nam posee vínculos con 154 países.

«Esta es la primera vez, desde el fin de la Segunda Guerra Mundial, que Hanoi tiene lazos con todas las potencias,» dijo Le Mai, que habló con los corresponsales en la sala principal de la Casa de Huéspedes Ilustres del Gobierno vietnamita.

El viceministro de exteriores confirmó que, en los próximos días, Viet Nam firmará un acuerdo de colaboración económica, comercial y técnica con la Unión Europea, para lo que el ministro de Exteriores, Manh Cam, viajará a Bruselas.

Le Mai ratificó que el próximo día 28 de julio, Viet Nam ingresará en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN) como miembro pleno, durante una reunión de ministros de Exteriores del grupo que se celebrará en Brunei y a la cual asistirá también Christopher.

El viceministro vietnamita hizo hincapié en que, en la regularización de relaciones con Estados Unidos «no ha habido condiciones ni precondiciones» de ninguna de las dos partes.

Nunca después de una contienda, incluida la Segunda Guerra Mundial, «antiguos rivales han tenido tan estrechos lazos y buena voluntad como Estados Unidos y Viet Nam en la búsqueda de los soldados desaparecidos» (1618 militares estadounidenses, de los que 55 pueden estar vivos, según Washington), dijo Le Mai. «Nosotros hemos sufrido muchas pérdidas y reconocemos más que nadie esa tarea como un asunto exclusivamente humanitario», dijo finalmente el viceministro Le Mai, quien podría ser el primer embajador vietnamita en Washington según informaciones sin confirmar.

Otro candidato señalado en círculos oficiosos como posible jefe de la misión vietnamita en Washington es el representante vietnamita ante la ONU, Le Bang.

02

9509001

■ NORMALIZAN RELACIONES DIPLOMÁTICAS A 31 AÑOS DEL COMIENZO DE LA GUERRA

EEUU y Vietnam buscan cerrar heridas

El anuncio lo hizo el presidente Clinton, que destacó el aumento de la cooperación de Hanoi para ubicar a 1.618 soldados desaparecidos en acción, y desatando una polémica en su país

El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, anunció ayer en la Casa Blanca la normalización de relaciones diplomáticas con Vietnam.

"Ha llegado la hora para Estados Unidos de avanzar", dijo el presidente en una breve ceremonia celebrada en el interior de la Casa Blanca, rodeado de miembros del gobierno y legisladores,

Clinton dijo que la normalización de las relaciones contribuirá a la libertad en Vietnam

algunos de ellos ex veteranos en Vietnam, que respaldaron su decisión.

El presidente dijo que la normalización de las relaciones contribuirá a facilitar la libertad en Vietnam, al igual que como ocurriera en la antigua URSS y en Europa del este, y honrar así la memoria de los soldados estadounidenses que dieron su vida "en nombre de la libertad".

Clinton elogió la cooperación del gobierno de Hanoi para resolver el problema de los estadounidenses desaparecidos en combate y de los prisioneros de guerra en esa nación, como una de las razones de su decisión.

El presidente Clinton señaló que ha adoptado esta decisión para lograr más progresos en la identificación de los soldados norteamericanos desaparecidos durante la guerra con Vietnam.

Clinton añadió que desde la cancelación del embargo económico a Vietnam en enero de 1994, Hanoi ha aportado su colaboración para resolver el caso de los desaparecidos.

Agregó que el secretario de Estado, Warren Christopher visitará Vietnam y que el gobierno, en consultas con el Congreso, determinará qué programas económicos pueden beneficiar a Vietnam. Clinton dijo también que se estudiará la concesión del estatuto de nación más favorecida para reducir los aranceles.

Varios congresistas, algunos de ellos veteranos de la guerra de Vietnam, representantes de los veteranos y de las familias de soldados desaparecidos, estuvieron presentes en la ceremonia en la que Clinton anunció la normalización de las relaciones.

CRÍTICAS

Simultáneamente, la hija de un piloto de la Armada estadounidense perdido durante una operación militar en la guerra de Vietnam criticó ayer al presidente Clinton por establecer relaciones diplomáticas con el gobierno vietnamita.

Resolver el tema de los desaparecidos en combate es el eje de la decisión de Clinton

"No puedo estar más enfurecida y no puedo hacer nada", declaró Jill Hubbs, hija del comandante Donald R. Hubbs, cuyo F-2 fue derribado el 17 de marzo de 1968 sobre Vietnam.

Jill Hubbs señaló que al establecer relaciones diplomáticas no se puede forzar a Vietnam a aclarar el asunto de los militares de EEUU con paradero aún desconocido. "La guerra de Vietnam nunca va a acabar para nosotros". *(En base a EFE y Reuter)*

EEUU VIETNAM RESTABLECEN RELACIONES

CRONOLOGIA DE EVENTOS EEUU/VIETNAM



1964
EEUU en apoyo al gobierno de Vietnam del Sur inicia una guerra aérea e impone un embargo comercial contra Vietnam del Norte

1965
EEUU envía tropas de combate a Vietnam

1968
La Ofensiva Tet. Tropas de Vietnam del Norte y el Viet Cong atacan posiciones de EEUU. Tropas de EEUU matan 400 civiles en la Masacre de My Lai. Llegan a 549.000 los efectivos de EEUU en Viet Nam

27 de enero de 1973
Cese del fuego firmado en París termina participación de EEUU

30 de abril de 1975
Vietnam del Norte ocupa Saigón y se reunifica el país. EEUU extiende el embargo a todo Vietnam

Diciembre de 1978
Vietnam invade Cambodia y derroca el gobierno del Khmer Rouge

1988
Vietnam comienza a cooperar con EEUU para resolver la situación de los soldados de EEUU perdidos en acción (MIA)

Setiembre de 1989
Vietnam concluye su retirada de Camboya

Abril de 1991
Ambos países acuerdan abrir una oficina en Hanoi para atender la cuestión de los soldados perdidos en acción

Diciembre de 1991
Washington levanta la prohibición a los viajes de estadounidenses a Vietnam

Abril de 1992
Washington aprueba ventas humanitarias a Vietnam y establecimiento de líneas de telecomunicaciones

13 de setiembre de 1993
Clinton rebaja sanciones económicas y permite a empresas de EEUU participar en proyectos de desarrollo en Vietnam

3 de febrero de 1994
A instancias del Senado, Clinton levanta el embargo comercial contra Vietnam

El secretario de Estado, Warren Christopher, partió rumbo a Asia como adelantado de Clinton

EEUU izará su bandera en Vietnam

El secretario de Estado, Warren Christopher, partió ayer en una histórica misión durante la cual izará la bandera de Estados Unidos en la Embajada de su país en Vietnam, con el cual mantuvo una guerra que todavía hoy hiere la memoria colectiva de los norteamericanos.

Washington.
por Gaetano Stellacci



■ El viaje de Christopher prevé etapas en Brunei, Malaysia y Camboya, y es la primera visita de un secretario de Estado norteamericano a Vietnam, con el que Estados Unidos restableció relaciones diplomáticas el 11 de este mes.

En Hanoi, Christopher hará el gesto histórico de izar en la Embajada norteamericana la bandera arriada hace dos décadas de la sede diplomática estadounidense de Saigón, ante el inminente arribo de las tropas norvietnamitas vencedoras.

El presidente norteamericano, Bill Clinton, normalizó las relaciones con Vietnam, aunque el Congreso, de mayoría republicana, era de opinión contraria.

Los republicanos están tratando ahora de bloquear los fondos para la Embajada de Estados Unidos en Hanoi, pero Clinton está seguro de convencerlos de la necesidad de enterrar el pasado.

La normalización de las relaciones con Vietnam se produjo bajo el fuerte impulso de los medios económicos estadounidenses, interesados en el creciente mercado vietnamita.

Además de la apertura oficial de la Embajada estadounidense en Hanoi, los objetivos fundamentales de la gira asiática del secretario de Estado son el diálogo con el canciller ruso, Andrei Kozyrev, en Brunei, para intentar detener la masacre de Bosnia, y el esfuerzo para salvar las relaciones con Pekín después de la apertura norteamericana en Taiwan.

El sexto viaje de Christopher al Asia es uno de los más difíciles de toda su carrera diplomática, según los expertos. La gira marca, además, un desplazamiento hacia el este de la política exterior estadounidense, que en los primeros meses de 1995 se concentró en Europa.

Después de su etapa en Hawaii, Christopher participará en Brunei en la conferencia de la Asociación de los países del sureste asiático, que comenzará mañana.

El martes mantendrá un diálogo bilateral con Kozyrev, preocupado por la decisión del Congreso estadounidense de renunciar al embargo del suministro de armas a Bosnia, y también de la nueva y más firme política que los occidentales decidieron en relación a los serbios, tradicionales aliados de Moscú.

El desafío mayor para Christopher será la reunión en Bandar Seri Begawan, Brunei, con el ministro de Relaciones Exteriores chino, Qian Qichen.

El presidente Richard Nixon, en febrero de 1972, realizó un acuerdo con los chinos comprometiendo a Estados Unidos a reconocer la existencia de una sola China, la comunista.

Rusia reclama ahora el cumplimiento de ese compromiso. China comunista está en crisis con los norteamericanos por el acercamiento con Taiwan, que Pekín considera como una provincia rebelde.

Estados Unidos permitió en junio de este año que el presidente taiwanés, Lee Teng-hui, visitara en forma privada el territorio norteamericano y la Cornell University, donde había estudiado.

Las relaciones se complicaron después de la detención del disidente chino, naturalizado estadounidense, Harry Wu, de 58 años, un defensor de los derechos humanos acusado por los chinos de haber mentido sobre su país natal en unos documentales de la **BBC**.

Wu dijo que órganos de seres humanos extirpados a chinos condenados a muerte se destinaban al mercado de trasplantes. Pekín rechazó esa acusación e impidió hasta ahora las visitas de diplomáticos estadounidenses al detenido Wu.

La noticia, que hoy publicó el **Washington Times**, sobre la decisión de los chinos de Taiwan de considerar la idea de dotarse de armas nucleares, dificultará sin duda la tarea de Christopher con Qian Qichén.

Christopher va a Vietnam en Histórica Misión

LA BANDERA NORTEAMERICANA ONDEARA EN SAIGON POR PRIMERA VEZ DESDE LA GUERRA

30/7 95.

WASHINGTON, 29 (ANSA) — El viaje de Christopher prevé etapas en Brunei, Malasia y Camboya, y es la primera visita de un secretario de Estado norteamericano a Vietnam, con el que Estados Unidos restableció relaciones diplomáticas el 11 de este mes.

En Hanoi, Christopher hará el gesto histórico de izar en la embajada norteamericana la bandera arriada hace dos décadas de la sede diplomática estadounidense de Saigón, ante el inminente arribo de las tropas norvietnamitas vencedoras.

El presidente norteamericano, Bill Clinton, normalizó las relaciones con Vietnam, aunque el Congreso, de mayoría republicana, era de opinión contraria.

Los republicanos están tratando ahora de bloquear los fondos para la embajada de Estados Unidos en Hanoi, pero Clinton está seguro de convencerlos de la necesidad de enterrar el pasado.

La normalización de las relaciones con Vietnam se produjo bajo el fuerte impulso de los medios económicos estadounidenses, interesados en el creciente mercado vietnamita.

Además de la apertura oficial de la embajada estadounidense en Hanoi, los objetivos fundamentales de la gira asiática del secretario de Estado son el diálogo con el canciller ruso, Andrei Kozyrev, en Brunei para intentar detener la masacre de Bosnia, y el esfuerzo para salvar las relaciones con Pekín después de la apertura norteamericana en Taiwan.

El sexto viaje de Christopher al Asia es uno de los más difíciles de toda su carrera diplomática, según los expertos. La gira marca, además, un desplazamiento hacia el este de la política exterior estadounidense, que en los primeros meses de 1995 se concentró en Europa.

Después de su etapa en la Hawaii, Christopher participará en Brunei en la conferencia de la Asociación de los países del sureste asiático, que comenzará el lunes.

El martes mantendrá un diálogo bilateral con Kozyrev, preocupado por la decisión del Congreso estadounidense de renunciar al embargo del suministro de armas a Bosnia, y también de la nueva y más firme política que los occidentales decidieron en relación a los serbios, tradicionales aliados de Moscú.

El desafío mayor para Christopher será la reunión en Bandar Seri Begawan, Brunei, con el ministro de Relaciones Exteriores chino, *Qian Qichen*.

El presidente Richard Nixon, en febrero de 1972, realizó un acuerdo con los chinos comprometiendo a Estados Unidos a reconocer la existencia de una sola China, la comunista. Rusia reclama ahora el cumplimiento de ese compromiso.

China comunista está *en crisis* con los norteamericanos por el acercamiento con Taiwan, que Pekín considera como una provincia rebelde.

Estados Unidos permitió en junio de este año que el presidente taiwanés, Lee Teng-hui, visitara en forma privada el territorio norteamericano y la Cornell University, donde había estudiado.

Las relaciones se complicaron después por la detención del disidente chino, naturalizado estadounidense, Harry Wu, de 58 años, un defensor de los derechos humanos acusado por los chinos de haber mentido sobre su país natal en unos documentales de la BBC.

Wu dijo que órganos de seres humanos extirpados a chinos condenados a muerte, se destinaban al mercado de trasplantes. Pekín rechazó esa acusación e impidió hasta ahora las visitas de diplomáticos estadounidenses al detenido Wu. La noticia, que hoy publicó el Washington Times, sobre la decisión de los chinos de Taiwan de considerar la idea de dotarse de armas nucleares, dificultará sin duda la tarea de Christopher con Qian Qichén.

05/05

El Guiño de Clinton a Cuba



Clinton parece mirar a Cuba de otra forma.

El exilio cubano de Estados Unidos se encuentra desconcertado e impotente ante el giro que la Casa Blanca quiere dar a sus relaciones con La Habana y el rechazo que gran parte de los norteamericanos de Florida le empiezan a demostrar

CARLOS ENRIQUE BAYO, Washington

EN LAS TURBULENTAS CALLES DE *Little Havana*, en Miami, se venden estos días muchas camisetas con el cartel «Clinton comunista», sobre una caricatura del presidente norteamericano y el dirigente cubano, Fidel Castro, fumando puros en una cama. Las manifestaciones son diarias, a veces acompañadas de huelgas generales de dos horas, y las marchas salen de la barriada en su avance hacia el periódico *Miami Herald*, ante cuya sede se mantiene una vigilia permanente contra la política de la Casa Blanca hacia Cuba.

Pero los *cuban-americans* de Florida han perdido ya esa guerra, incluso antes de que comience el «verano de desobediencia civil» contra la Administración Clinton, que el pasado 2 de mayo transformó de pronto a los «heroicos balseros cubanos anticastristas» en meros «inmigrantes ilegales» que están siendo deportados a Cuba sin contemplaciones en cuanto son rescatados en alta mar.

La mayor manifestación hasta la fecha sólo reunió a 7.000 exiliados cubanos, y el resto de la población de Miami está perdiendo la paciencia con la otrora poderosísima comunidad, en medio de un ambiente generalizado en EE UU de xenofobia anti-inmigrantes.

—Clinton no está perdiendo ningún sueño con los atascos del tráfico aquí —reconoce Lisandro Pérez, director del Instituto de Investigación sobre Cuba de la Universidad Internacional de Florida.

Todo lo contrario, la mayor parte de las llamadas que se reciben en la oficina del gobernador Lawton Chiles —uno de los artífices del radical giro político hacia Cuba de la Casa Blanca— son de airados ciudadanos estadounidenses que exigen que se les paren los pies a esos «energúmenos» que se creen con derecho a fastidiarles la vida a todos los demás y ni siquiera hablan inglés. En Florida ha sentado muy mal que se admita sin más en Estados Unidos a los 21.000 refugiados cubanos que estaban recluidos en la base de Guantánamo y que Washington prometió reiteradamente que no acogería.

Y la revuelta no sólo está condenada por la hostilidad de los *yankees* hacia las minorías, sino también porque incluso entre la comunidad cubana los anticastristas duros están perdiendo la partida. Una reciente encuesta de la firma FIU descubrió, sorprendentemente, que el 45 por ciento de los exiliados cubanos en el Dade County está de acuerdo con que se ponga fin a la inmigración procedente de Cuba, y que —¡anatema!— casi las dos terceras partes de esos 650.000 *cuban-americans* apoyarían unas negociaciones que condujeran a un cambio democrático pacífico en la isla.

Muchos asesores de Clinton insisten en abrir una vía de diálogo con Castro para empujarlo hacia la democracia

Claro que el mismo sondeo confirmó que muchos siguen soñando con que Estados Unidos invada Cuba militarmente y que ocho de cada diez quieren que siga en vigor el embargo económico norteamericano contra el régimen de Castro. Pero esas contradicciones internas demuestran que «están frustrados y cansados de esperar, dispuestos a darle una oportunidad a diferentes opciones», explica Guillermo Grenier, profesor de Sociología que dirigió la encuesta.

—Es ya muy importante la minoría de cubanos que está de acuerdo con Clinton —asegura Grenier.

En cambio, la ultraderechista Cuban American National Foundation de Jorge Mas Canosa prácticamente le ha declarado la guerra a la Administración Clinton, tras dos años de idilio, y se ha vuelto hacia la mayoría republicana en el Capitolio en busca de ayuda contra Castro.

En ese bando republicano parecería que la causa anticastrista es un alto estandarte, puesto que en estas mismas semanas se está debatiendo en el Senado norteamericano el Acta Cubana de Solidaridad Democrática y Libertad, apadrinada por el *halcón* Jesse Helms, que pretende castigar a todos los países del mundo que hagan negocios con Cuba.

Por supuesto, la Casa Blanca está enviando a su gente a testificar ante el Congreso que semejantes leyes (de represalias legales, comerciales, diplomáticas y económicas) no sólo han provocado ya graves tensiones con la Unión Europea, Canadá y México, sino que también obligarían a EE UU a violar sus propios tratados internacionales, como el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio



Manifestación de anticastristas en Estados Unidos.



Inmigrantes cubanos llegan a Florida.

J.C. RIVAS

(GATT) o el Tratado de Libre Comercio (NAFTA) con México y Canadá. Incluso le enfrentarían con Rusia en un capítulo estratégico (el de la base de radares rusa en Cuba) que pone en peligro a los mismos tratados de desarme nuclear START.

Aunque la *ley Helms* tiene muchos apoyos en ambas cámaras, y podría incluso ser aprobada en el Capitolio, Clinton no ha ocultado que está dispuesto a vetarla, igual que ha amenazado abiertamente con vetar la aislacionista legislación de política exterior con la que los republicanos pretenden coartar esas prerrogativas del presidente y que incluye la revocación de la política de deportar a los balseros a Cuba.

Sin embargo, lo que más frenará a Mas Canosa en el futuro es que los propios republicanos van a cortarles las alas a los *cuban-americans* en su celo por cercenar el gasto público y reducir los poderes gubernamentales: Radio Martí y TV Martí, los máximos órganos de propaganda anticastrista desde EE UU, no cuentan con fondo alguno para el año que viene en el presupuesto elaborado por la mayoría republicana. Además, en ese partido es en el que con más agresivamente se enarbola la bandera anti-inmigrantes.

El hasta hace poco imparable *lobby* cubano está de pronto confundido y desorientado, sin haber asumido aún que se han volatilizado los principios que siguieron nueve presidentes de EE UU durante 36 años. Incluso su representante en Washington, José Cárdenas (de la Fundación), reconoce:

—Cada día estamos debatiendo cuáles son nuestras opciones y qué estrategia debemos adoptar.

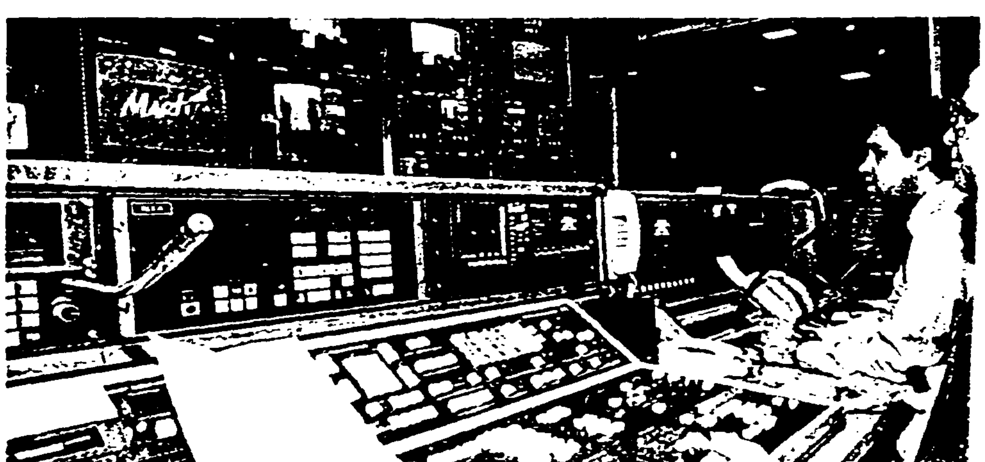
En medio de esta lucha política cerrada a múltiples bandas, muchos asesores de la Administración Clinton insisten en que hay que abrir una nueva vía de diálogo con Castro para empujarlo hacia una transición democrática. Pero el presidente está, una vez más, paralizado en vista de la tormenta provocada por las negociaciones secretas con Cuba que llevó al acuerdo de deportar a los balseros y darles visado a los refugiados de Guantánamo.

Morton Halperin ha sido el cabeza de turco de todo ello: asesor del Consejo Nacional de Seguridad y arquitecto del pacto secreto con Castro, Halperin acaba de ser sacrificado y reemplazado por un viejo anticastrista: Richard Nuccio, asiduo visitante de Miami y ayudante del congresista Robert Torricelli en la redacción del *Cuban Democracy Act* de 1992 que reforzó el embargo contra La Habana.

Nuccio no simpatiza con Castro, y la Ley Torricelli es recordada sólo por su boicot portuario contra los buques mercantes que recalen en Cuba, pero todo el mundo olvida que en la legislación que él ayudó a redactar se incluyen también medidas para mejorar las comunicaciones con La Habana y emprender lo que en EE UU se denomina *Track Two* (Vía Dos): un camino alternativo que pretende reforzar los movimientos democráticos en la isla a cambio de terminar con su aislamiento.

Ahora, Nuccio goza de poder absoluto de coordinación de la política de Washington hacia Cuba (con acceso directo al presidente a través del Consejo de Seguridad Nacional de la Casa Blanca) y sin duda tratará de tender puentes hacia La Habana, en vista del fracaso total de la política de aislamiento de la dictadura.

Con tanta crisis exterior (Bosnia, Chechenia, China y Japón) e interior (innumerables problemas de su precampaña presidencial en clara desventaja frente a los republicanos), Clinton difícilmente va a poder concentrarse en Cuba. Pero, como diría Bob Dylan, los tiempos están cambiando y muy pronto veremos a Washington y La Habana bailando al mismo compás. ■



TV Martí. *El año que viene no tendrá fondos del presupuesto norteamericano.*

El anticastrista Eloy Gutiérrez Menoyo instó al presidente Clinton a poner fin a las sanciones

Comité del Congreso de EEUU aprobó proyecto de ley para endurecer el embargo económico contra Cuba

Al mismo tiempo que el presidente Bill Clinton anunciaba en la Casa Blanca el restablecimiento de relaciones con Vietnam, un Comité del Congreso aprobó el martes un proyecto de ley dirigido a endurecer y tratar de internacionalizar el embargo de Estados Unidos contra Cuba.

Washington 13/7 LR.

■ A pesar de la oposición del gobierno y de un grupo de legisladores liberales, el Comité de Relaciones Internacionales de la Cámara de Representantes aprobó por fuerte mayoría el proyecto denominado "Ley de Libertad y Solidaridad Democrática con Cuba", que según sus autores busca acelerar el fin del régimen del presidente Fidel Castro "apretando las tuercas" del embargo contra la isla.

Varias enmiendas fueron rechazadas por diferentes mayorías, y finalmente el texto completo fue aprobado por una votación de 28 contra nueve. El proyecto pasa ahora al Comité de Medios y Procedimientos, que debe pronunciarse debido a que tiene implicaciones presupuestarias, y relaciones con varios tratados, entre ellos el del Acuerdo de Libre Comercio de América del Norte (TLC) y el de la Ronda Uruguay del GATT. Un texto similar está en marcha también en el Senado, impulsado por el presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores, el ultraconservador Jesse Helms.

Entre otras disposiciones, el proyecto negaría visas para entrar a EEUU a todo extranjero involucrado con firmas que adquieran propiedades expropiadas a estadounidenses en Cuba, y sentaría bases para embargar los bienes de dichas firmas.

La Fundación Nacional Cubano-Americana (FNCA), la mayor organización del exilio cubano en Estados Unidos, aplaudió la aprobación del Comité de Relaciones Internacionales, y su presidente, Jorge Más Canosa, señaló que "si el presidente Clinton no sabe a dónde quiere ir con su política hacia Cuba, los representantes del pueblo en el Congreso sí saben exactamente hacia dónde quieren ir."

La frase fue una nueva crítica a la política de Clinton, quien en mayo pasado llegó a un acuerdo con La Habana para repatriar a los "balseros" interceptados en alta mar, y según algunos funcionarios está estudiando la posibilidad de dar otros pasos tendientes a aliviar el embargo y mejorar las relaciones con Cuba.

En contraste con la FNCA, el presidente de Cambio Cubano, Eloy Gutiérrez Menoyo, ofreció una conferencia de prensa en Washington e instó a Clinton a poner fin por completo al embargo, establecido por el presidente John F. Kennedy hace 34 años.

Gutiérrez Menoyo, un ex preso político que pasó 22 años en las cárceles de Castro, fue recibido el mes pasado en La Habana por el jefe de Estado cubano, y declaró que venía a buscar "cambios acá, que contribuyan a cambios allá".

El ex guerrillero opinó que los últimos cambios económicos en Cuba, aunque modestos, han creado un cierto "movimiento" que puede ser aprovechado para "acelerar el proceso de democratización".

"El presidente Fidel Castro me dio suficientes señales de madurez política, de sentirse de regreso de aventuras ideológicas que fueron, en un momento, una manera de defenderse, y de estar dispuesto a mayores y muy serias transformaciones en las estructuras cubanas", declaró Gutiérrez Menoyo. En su conversación, que describió como "cordial, respetuosa y franca", el exiliado planteó su deseo de volver a radicarse en Cuba y, dentro de la ley, crear un movimiento de oposición "resposonsable" y comprometido a defender "contra cualquier peligro interno o externo, la estabilidad del país y la soberanía de la nación." "Todo esto es posible", dijo Gutiérrez Menoyo, siempre y cuando Estados Unidos "levante el marco de presión" encarnado en el embargo y en los intentos de [illegible] Castro.

01-01

9505004 ✓
EEUU: Destituyeron al número dos del FBI ✓
150023
16/7/95
11821
65890
11164
11337
11023

Destituyeron al número dos del FBI y hay malestar

Washington LR 16/7.

■ El director de la Oficina Federal de Investigación (FBI), Louis Freeh, relevó el viernes de sus funciones al director adjunto del organismo, Larry Potts, tras una polémica controversia sobre su actuación en una operación de policía que acabó con la muerte de un extremista de derecha, en 1992.

"Pienso que Potts es incapaz de cumplir eficazmente con sus funciones de director adjunto, dada la controversia que rodea el caso Ruby Ridge", declaró Freeh en un breve comunicado.

Larry Potts, que ocupa el puesto de director adjunto desde mayo pasado, fue trasladado a la división de entrenamiento del FBI.

Larry Potts aprobó una orden extremadamente controvertida de disparar para matar, dada a tiradores de élite del FBI durante al asedio del domicilio de Randy Weaber, un extremista racista blanco del estado de Idaho.

La mujer de Weaber, desarmada, murió por los disparos de un policía.

Potts también fue parcialmente responsabilizado de las consecuencias del asedio de la granja de Waco (Texas), donde el 19 de abril de 1993 el FBI intervino para poner fin a un encierro de adeptos de la secta de los davidianos. Esta operación culminó con la muerte de al menos 81 personas.

El FBI, la policía federal norteamericana en cuyas filas existe malestar, está en la mira de muchos sectores —incluso del Congreso— que lo acusan de recurrir muy a menudo y con facilidad al uso de la violencia.

En espera que el miércoles próximo una comisión del Congreso comience a reexaminar los acontecimientos de Waco (Texas) que culminaron en la primavera de 1993 con el asedio de los agentes del FBI a la granja de la secta Davidiana y el incendio que provocó por lo menos 80 muertos, hoy trascendió que un dirigente del organismo fue sancionado, por ocultar documentos sobre otro caso, un incidente registrado en Idaho en 1992. A propósito de los hechos de Waco, el descubrirse que uno de los expertos llamados para el examen de las armas secuestradas a los davidianos había sido pagado por el "lobby" de los productores de armas, la National Rifle Association (NRA), enfureció hoy a la minoría demócrata de la Cámara Baja.

La presencia del experto de la NRA, según los demócratas, revela que, en realidad, a través de la investigación sobre Waco los republicanos están tratando de anular los esfuerzos del presidente Bill Clinton para reducir la cantidad de armas se fuego en circulación.

01/01

9509004

El Congreso investiga la actuación de la agencia en varios casos, entre ellos el de la secta Davidiana

El FBI tendrá ahora aviones de guerra

La Policía Federal estadounidense ha sido dotada de aviones de guerra, mientras el Congreso inicia una investigación sobre la actuación de ese organismo que puede costarle el puesto a la ministra de Justicia, Janet Reno.



La Policía norteamericana durante uno de los procedimientos antes de acabar con la secta Davidiana.

Washington,
por Bruno Marolo

Una portavoz de la ATF, la fuerza policial que debe enfrentar a las bandas armadas, confirmó ayer que esa repartición, que ya posee autos blindados, cuenta ahora con 22 aviones Ov-10D, del tipo usado por los Marines durante la guerra de Vietnam.

La actuación de los agentes de la ATF y de sus colegas del FBI será analizada a partir de hoy por las dos cámaras legislativas, que en sesión conjunta tratarán de aclarar la muerte de 80 integristas de la "secta Davidiana" en el incendio de Waco, Texas, el 19 de abril de 1993.

Reno asumió la responsabilidad del ataque que finalizó con el incendio y la catástrofe de Waco. En esa oportunidad, el presidente estadounidense, Bill Clinton, había aprobado sin reservas la orden de emplear la fuerza.

La polémica se actualizó después de la masacre de Oklahoma City. Dos años después del drama de Waco, el 19 de abril de 1995, una bomba estalló ante el Alfred Murrah Building, un edificio de la ATF, bajo cuyos escombros perecieron 168 personas. Estados Unidos descubrió, con espanto, que existía un movimiento rebelde decidido a vengar a los davidianos.

"En Waco se cometió la peor masacre civil posterior al exterminio de los aborígenes del Wounded Knee en 1890", dijo ayer Carol Moore, portavoz de los manifestantes que están llegando a Washington para seguir la investigación parlamentaria.

La National Rifle Association, importante "lobby" de fabricantes de armas, colaboró con militantes del Partido Republicano para acumular pruebas contra los agentes federales.

Grupos armados como la "Milicia de Montana" —con la que estaba vinculado Timothy McVeigh, el ex militar acusado por el atentado de la ciudad de Oklahoma— han convocado a realizar manifestaciones para pedir la renuncia de la ministro de Justicia.

En ese agitado ambiente, la ATF reforzó su arsenal. Expertos militantes piensan que los Ov-10D son aviones antiguos para la moderna concepción de guerra, pero que pueden servir para combartir una insurrección.

Esos aviones vuelan a 450 kilómetros por hora y poseen un dispositivo de rayos infrarrojos para las incursiones nocturnas.

El modelo que usaron los Marines estaba equipado con cañones de 20 milímetros, ametralladoras y misiles. La portavoz de la ATF precisó que ahora se sacó ese armamento.

La sigla ATF significa "Alcohol, Tobacco and Firearms", nombre que se remonta a la época de veda, cuando se creó un nuevo cuerpo de Policía Federal para combatir las bandas de Al Capone y de los demás "reyes" de las destilerías clandestinas.

El nuevo director de la ATF, John Magaw, designado después del drama de Waco, admitió que hubiera sido posible evitar lo peor. "El jefe de la secta Davidiana, David Koresh, era un criminal, pero también nosotros cometimos errores que no volveremos a repetir jamás", dijo Magaw.

El 28 de febrero de 1993, la secta recibió a tiros a los agentes de la ATF que querían allanarla y cuatro policías murieron. Después de dos meses de cerco, Janet Reno ordenó el ataque. La versión oficial de esos hechos señala que hombres y mujeres de la secta, ya sin esperanzas, se suicidaron provocando el incendio y disparándose a sí mismos de inmediato.

Rumores nunca probados indican que las llamas fueron provocadas, por el contrario, por los agentes federales que avanzaron con medios blindados y lanzando gases lacrimógenos.

La investigación legislativa durará una semana. Un grupo de agentes de la ATF, en tanto, eligió precisamente este momento para desatar un nuevo escándalo, pues organizó una reunión "prohibida para negros" en la que hubo camisetas con la cara de Martin Luther King —el apóstol de los derecho civiles— en al centro de un blanco.

9509006

EEUU recortaría asistencia financiera para las crisis económicas.

750023

22/7/95

11921

65890

11164

11383

11403

507623

Interpretan en México que es una falta de confianza al gobierno de Zedillo

Estados Unidos recortaría asistencia financiera para las crisis económicas

La Cámara de Representantes estadounidenses aprobó una enmienda en contra del Fondo de Estabilización Monetaria, que eventualmente podría afectar futuros paquetes de rescate financiero para México y otras naciones.

Estados Unidos empleó ese mecanismo para dotar a las autoridades mexicanas con 20.000 millones de dólares, parte sustancial de un paquete de rescate internacional por un total cercano a 50.000 millones. México recibió ya 12.500 millones de los recursos estadounidenses.

La eventual interrupción de la ayuda financiera de Estados Unidos a México fue minimizada por el gobierno azteca, pero analistas consideran que puede representar un problema, ante la urgencia de capitales foráneos.

Tras la aprobación de la enmienda, registrada el miércoles pasado, el gobierno mexicano respondió con un rápido control de daños y minimizó el impacto de la medida en los mercados financieros locales. El ministro de Hacienda, Guillermo Ortiz, la consideró una "bomba de humo" y voceros oficiales indicaron que en todo caso la medida, que incluso puede ser vetada por el presidente Bill Clinton, tiene que ser aprobada por el Senado norteamericano y no entraría en vigor antes de octubre próximo.

El diario **El Financiero** dijo que "el gobierno federal tiene la opción de no desembolsar los 7.500 millones de dólares que le restan del apoyo crediticio de Estados Unidos, sin embargo le quedaría un margen demasiado estrecho para cumplir con oportunidad sus pagos de corto plazo". Las autoridades financieras han señalado que el país contaría con poco más de 15.000 millones de dólares para enfrentar los compromisos internacionales, de los cuales sólo ha mencionado el pago en dólares de vencimientos de Tesobonos, que suman 7.873 millones. Sin embargo, **El Financiero** aseguró que "nuestro país requiere cuando menos 3.164 millones de dólares por mes para amortizar principal e intereses del débito foráneo", que sólo en compromisos del gobierno podría llegar a los 87.000 millones de dólares en setiembre.

El secretario de Asuntos Internacionales del opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD), Jorge Calderón, dijo que la enmienda efectivamente no es tan importante en lo económico de inmediato, pues México tiene hasta setiembre para girar sobre los 7.500 millones restantes en el fondo estadounidense.

Economista de profesión, Calderón consideró que lo grave es que la decisión del Congreso de Estados Unidos "está dando una señal a la comunidad financiera internacional y a los inversionistas, una señal de falta de confianza en la política económica del presidente Ernesto Zedillo". Según el dirigente perredista, la deuda externa total de México obliga al gobierno a contar con 30.000 millones de dólares para hacer frente al pago de intereses y amortizaciones anualmente.

01-01

9509006

9509007 V
EEUU. en la Cumbre Interamericana de Defensa.
150090
23/7/95.
11921
65890
11164
11398
11187

Cumbre interamericana de Defensa: EEUU "no pretende dar lecciones"

23/7 LR.

Washington (AFP), por Emmanuel Serot

■ La primera cumbre interamericana de Defensa, que se celebrará del 23 al 25 de este mes en Williamsburg (Virginia), servirá a Estados Unidos para distanciarse de su imagen de "Tío Sam" paternalista y crear la red de relaciones militares-comerciales que aún falta en el hemisferio occidental. Esta conferencia, que reúne a las delegaciones de todos los países del hemisferio excepto Cuba, es una de las aplicaciones concretas de la cumbre de las Américas, primera de este tipo, que se celebró el pasado diciembre en Miami (Florida), a iniciativa del presidente Bill Clinton. El vicepresidente Al Gore abrirá los trabajos de la reunión, en la que treinta y cuatro delegaciones mantendrán una serie de encuentros bilaterales y participarán en mesas redondas sobre tres temas: el acercamiento entre las jerarquías militares del hemisferio, la cooperación en materia de defensa y las fuerzas armadas del próximo siglo XXI. "Los norteamericanos no darán lecciones. Las materias que figuran en el orden del día de las reuniones no han sido impuestas por Estados Unidos", afirmó el subsecretario de Defensa encargado de asuntos políticos Joseph Nye, durante una conferencia de prensa en el Pentágono. Agregó que el programa había sido elaborado por el conjunto de los países en el curso de diversas reuniones preparatorias.

La voluntad de desmarcarse de la imagen de "Tío Sam" que hace valer su poderío sobre sus vecinos explica por qué Estados Unidos insiste en no querer imponer públicamente sus puntos de vista. Nye admitió que, incluso disponiendo de los medios para ello, el Pentágono no aspira a presionar sobre sus socios en el terreno del respeto a los Derechos Humanos por los ejércitos latinoamericanos. "No nos atenemos a establecer este tipo de relación entre los Derechos Humanos y nuestra cooperación militar", declaró. Cumbre de la posguerra fría, esta reunión ofrecerá a los militares estadounidenses la posibilidad de conocer mejor a sus homólogos del sur. Durante decenios, América Latina fue el tablero en el que se jugaban las rivalidades entre Moscú y Washington. En la actualidad, los sandinistas ya no dirigen Nicaragua, la guerrilla y el gobierno hicieron las paces en El Salvador y el movimiento maoísta peruano Sendero Luminoso perdió gran parte de su vigor. En todo caso, es la ocasión para Washington de profundizar su influencia sobre el continente. Tanto más cuanto varios países latinoamericanos, como Chile, Brasil y Colombia experimentan una auténtica prosperidad económica y son importantes clientes potenciales en materia de armamento. La venta de armas no figura sin embargo en la agenda oficial de conversaciones. "Esta reunión está destinada a conocerse personalmente, no a hablar de negocios", declaraba la semana pasada el secretario de Defensa William Perry en una entrevista en televisión. Durante esta reunión, las delegaciones argentina y chilena explicarán cómo sus países resolvieron, el año pasado, un conflicto fronterizo que les oponía desde hace decenios. Colombia detallará la formación sobre el respeto a los Derechos Humanos que se imparte en sus cuarteles. Canadá dará sus recetas sobre la resolución de los presupuestos militares. Entre los temas de discusión propuestos, la lucha contra el tráfico de drogas es uno de los más controvertidos, algunos países estiman que este asunto concierne más a la política que a las fuerzas armadas, mientras otros ven en el narcotráfico una verdadera amenaza para la seguridad nacional.

9509007

01-24

Ministros analizan la cooperación militar

Por Alfredo Vega
(Enviado especial de LA NACION)

Cumbre: los titulares de Defensa de todo el continente buscarán desde hoy avanzar en temas como la lucha contra el narcotráfico.

WILLIAMSBURG, EE. UU.– Los ministros de Defensa de los países del hemisferio llegaron ayer a esta ciudad colonial ubicada a 200 kilómetros de Washington.

Por primera vez deliberarán hoy para considerar temas de interés mutuo que afectan al continente.

Mañana darán a conocer sus conclusiones.

Algunos países como Perú y Colombia pidieron que se incluya en la agenda la posibilidad de utilizar una cooperación militar internacional para respaldar la lucha policial contra el narcotráfico.

Otras naciones, la Argentina entre ellas, tienen una visión más política de las posibilidades que ofrece esta reunión.

El ministro Oscar Camilión dijo a LA NACION que sirve para reafirmar el proceso de democratización en América latina, acentuar el control civil en la estructura de seguridad y para completar la regionalización económica, como lo anticipó este diario en la edición del domingo.

Camilión aspira a consolidar la relación con EE.UU. en materia de Defensa y seguramente no dejará pasar esta oportunidad. También piensa que el encuentro ayudará a racionalizar las políticas de gastos militares en el Cono Sur. En esta última cuestión la Argentina sigue atentamente el proceso chileno, aunque el ministro no mencionó a ningún país en particular durante la conversación.

Inversiones canadienses

Por otra parte, se supo que el ministro canadiense pidió una entrevista con Camilión que se concretaría en las próximas horas. Se supone que quiere hablar sobre inversiones en defensa, especialmente la colocación de radares, y acerca de las fuerzas de paz.

La iniciativa de la reunión partió del secretario de Defensa norteamericano, William Perry, a quien se considera una de las personalidades más respetadas en el gabinete de Clinton.

Perry dijo que "la mayoría de las amenazas contra la región son transnacionales y que la mejor forma de enfrentarlas es mediante la colaboración entre naciones". La Argentina ha sufrido dos cruentos atentados contra la colectividad judía que todavía se mantienen impunes.

Para aventar cualquier conjetura errónea, Perry también dejó en claro dos cuestiones: por un lado dijo que las fuerzas armadas norteamericanas no tienen como responsabilidad combatir al narcotráfico y, por el otro, negó que en la conferencia se pueda analizar la creación de una alianza defensiva interamericana.

Hoy deliberarán distintos grupos de trabajo. Persistente en su agónica actitud de negar las libertades individuales, sólo está ausente el régimen que gobierna Cuba. Los ideales democráticos y el comercio de libre mercado todavía no desembarcaron en la isla.

El Ministro de Defensa de EE.UU. califica la cumbre de Ejércitos como "reunión de amigos"

26/7 CJ

William Perry realizó discurso de bienvenida y dio comienzo al debate sobre "cooperación, seguridad y derechos humanos" La cumbre es a puertas cerradas y el narcotráfico no integra la agenda.



Los ministros de Defensa de 31 países americanos y los representantes de México, Nicaragua y Chile analizan desde ayer martes, posibilidades de cooperación para la denominada "seguridad" y el papel de los militares en las democracias del siglo XXI.

Los responsables de la Defensa de 34 naciones de las Américas empezaron en Williamsburg (Virginia, EEUU), tres días de reuniones, y ayer celebraron el mayor número de sesiones a puerta cerrada que comenzaron con el discurso del secretario de Defensa de Estados Unidos, William Perry.

Un portavoz del Pentágono destacó que la agenda, en la que no está incluido el asunto del narcotráfico, considerado por Perry como un grave problema transnacional, si bien no fue impuesta por Estados Unidos, es sí producto de una serie de presiones y consultas a todos los niveles de la Casa Blanca.

La primera reunión de ministros de Defensa de las Américas, convocada por Perry, tiene como objetivos, entre otros, el intercambio de experiencias para hacer frente a los retos del futuro, discutir sobre la colaboración de las Américas en las operaciones de paz de la ONU, sobre derechos humanos y buscar nuevas formas de cooperación tras el derrumbamiento del bloque soviético.

El jefe del Pentágono manifestó que esta "reunión de amigos", que finalizará hoy miércoles, sin ninguna declaración especial, tiene una "muy significativa importancia" para el futuro de las relaciones entre Estados Unidos y los países latinoamericanos en el Nuevo Orden Mundial (sic).

Los organizadores de la cita de Williamsburg estiman que ésta es una "brillante oportunidad" para compartir experiencias y diseñar la futura cooperación en materia de seguridad nacional y consolidación de la democracia.

Para el subsecretario de Estado para Asuntos Interamericanos, Alexander Watson, que representa en la reunión al secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, este primer paso en la nueva relación militar de este país con Latinoamérica es de gran importancia para la paz regional.

Acerca del respeto a los derechos humanos, de cuyas violaciones han sido acusados numerosos militares en varias naciones del continente, Watson dijo creer que en una sociedad democrática "uno de los puntos esenciales es el respeto a esos derechos, o sea el respeto para todos".

"Yo creo que todas las Fuerzas Armadas modernas en nuestro hemisferio entienden este punto. Este puede ser un asunto que podría ser debatido y discutido aquí (en Williamsburg), sin embargo, esto depende de lo que quieran tratar los ministros", indicó Watson.

Añadió que "obviamente este es un tema de importancia en la consolidación y la protección de la democracia".

Watson reiteró que la reunión de Williamsburg tiene como finalidad abrir las discusiones sobre asuntos muy importantes en la época de la "posguerra fría".

"Básicamente -dijo Watson- se habla del papel de las Fuerzas Armadas en las sociedades democráticas en el hemisferio, de la cooperación mutua entre los ejércitos para solucionar los problemas comunes y de otras cosas, como el mantenimiento de la paz".

Sobre la influencia de los militares en las decisiones de los regímenes democráticos latinoamericanos, Watson dijo que "obviamente en una sociedad democrática las Fuerzas Armadas tienen que ser subordinadas a la voluntad del pueblo expresada por medio de gobiernos democráticamente elegidos en nuestros países".

La Reunión de las Américas en Virginia

EE.UU. NO INTERVENDRA MILITARMENTE EN EL HEMISFERIO "SIN ANTES AVISAR"

26/7 E.P.

WASHINGTON, 25 (AP).— *El gobierno del presidente Bill Clinton anunció hoy que Estados Unidos no intervendrá militarmente en el continente americano sin notificar antes a las otras 33 democracias del hemisferio. "Esa es nuestra promesa y no habrá sorpresas", dijo el secretario de Defensa William Perry a sus colegas del continente reunidos en una conferencia en la localidad de Williansburg, en el vecino estado de Virginia.*

Perry dijo que deseaba "anunciar una nueva política según la cual, cuando Estados Estados Unidos auspicie una significativa operación militar en el hemisferio, no procederá sin notificar a los gobiernos de las otras 33 democracias americanas. Esta es nuestra promesa y no habrá sorpresas".

La conferencia reavivó el procedimiento de las reuniones militares que cayeron en desuso al ser ligado Washington con algunos de los regímenes militares latinoamericanos en nombre de la lucha contra el comunismo.

"El fin de la guerra fría y la oleada democrática en América latina han cambiado dramáticamente las condiciones en este hemisferio", dijo Perry. "Mis predecesores vieron el continente como una área de seguridad pero la batalla ideológica de la guerra fría ha terminado. Hay paz, una reducción de las insurgencias y un ascenso de la cooperación bilateral y multilateral. Los enemigos del pasado son nuestros socios comerciales del presente".

Perry dijo que en el área regional lo más importante es "la transparencia" de las relaciones militares. "En la cumbre de Miami nuestros dirigentes se comprometieron a ser más abiertos en cuanto a los planes y propósitos de las fuerzas armadas mediante la publicación de sus presupuestos y el registro de las ventas y compras de armas con los organismos competentes de las Naciones Unidas. El arte de la guerra envuelve el secreto y la sorpresa, el de la paz la completa transparencia".

Perry dijo que si ocurren dificultades, la mejor forma de encararlas es mancomunadamente. "En nuestro hemisferio las fuerzas armadas han actuado juntas en Haití y El Salvador. En el futuro se aceptará la invitación de Canadá y la Argentina a participar en sus centros de entrenamiento para hacer más efectivas esas operaciones de paz".

La Argentina entrena en su acuartelamiento capitalino de Campo de Mayo a militares latinoamericanos.

Perry dijo que el tercer aspecto de la nueva estrategia es la reducción de las fuerzas armadas, en lo que está empeñado Estados Unidos, dijo.

Por otra parte el grupo America's Watch dijo que los ministros de Defensa del continente soslayarían las responsabilidades de los militares en los abusos de los derechos humanos, durante su reunión en Williamsburg.

"Parece que no usarán esta extraordinaria oportunidad", dijo el director del grupo, José Vivanco.

El secretario de Defensa William Perry expresó en la reunión de los ministros de 34 países del continente que "analizaremos cómo las fuerzas armadas pueden a veces contribuir al desarrollo nacional en especial en áreas de interés, y como convinimos en la cumbre de Miami, de encontrar medios prácticos de defender los derechos humanos".

04-04

23/7 P.12

Los que aspiran a conquistar la Casa Blanca en 1996

MARCHANDO HACIA LA DERECHA

Página/12 EN EE.UU.

(Por Mónica Flores Correa, desde Nueva York) **¿Quién será el próximo ocupante de la Casa Blanca? Visto el giro a la derecha que ha dado Estados Unidos en los últimos tiempos, parece que a Bill Clinton no le será nada fácil ser reelecto. A 16 meses de las elecciones –y unos siete de las primarias–, en el bando republicano ya se oye ruido de espadas listas para el combate por la candidatura presidencial. Con una particularidad: con una o dos excepciones, los presidenciables republicanos se concentran este año en seducir a las bases más ultraconservadoras y comparten un discurso moralista y un encendido rechazo a los inmigrantes. En el campo demócrata, en cambio, los aceros no salieron todavía a relucir, si bien se dice que hay uno o dos políticos con el puñal preparado para asestárselo –simbólicamente, claro– a Bill Clinton en cuanto se descuide. El presidente se entrena en el único ejercicio que puede hacer por ahora: mejorar su imagen, convencer a las multitudes de su país que sus "problemas de carácter" no son una falla insalvable y de que no es el presidente más irrelevante de Estados Unidos en lo que va del siglo, como parecen creer algunos. Y aún puede haber sorpresas: en los corrillos se hacen apuestas sobre si el popular Colin Powell y el ultraderechista presidente de la Cámara baja Newt Gingrich terminarán por presentarse o no.**

Desde su conquista del Congreso, los republicanos ven la próxima presidencia como un trofeo en sus manos. Por esta razón, los candidatos para instalarse en el escritorio del Salón Oval aparecieron casi inmediatamente en el ruedo. De los nueve políticos que por ahora están en danza, el que parece con mejores chances para ganar las primarias es el veterano senador Bob Dole. No sería éste su primer amago de llegar a la presidencia, ya que lo intentó anteriormente desafiando a George Bush y perdió en la interna.

No precisamente pisándole los talones pero a una distancia moderada, le sigue otro senador, Phil Gramm, de Texas. Más conservador que Dole, menos ambivalente respecto de temas como el aborto, divisor notable de las aguas republicanas, Gramm está a favor de todas las limitaciones a lo que se pueda entender genéricamente como avances sociales. Es más sutil, sofisticado y por cierto menos torpe que Pat Buchanan, otro de los contendientes y uno de los adalides de la lucha antiinmigrantes, especialmente si vienen de Latinoamérica, pero no por ello menos cerrilmente ultraconservador.

La cruzada contra los inmigrantes también tiene su candidato presidencial en Pete Wilson, el gobernador de California, que logró imponer en su estado la infame propuesta 187, que prohíbe brindar educación y servicios médicos a los ilegales. Xenófobos sí pero no racistas, o por lo menos no demasiado contra los negros, el partido de Ronald Reagan cuenta asimismo con su presidenciable "de color".

Alan Keyes, un ex funcionario estatal durante la administración del presidente actor, que ahora entre varios trabajos es el conductor de talk show radial en Baltimore y se lo define como "un apasionado conservador partidista de color".

En el ramillete de candidatos, para que no sea un "bouquet" tan pero tan inclinado hacia la derecha, hay un moderado de bajo perfil, el senador Richard Lugar, que lideró la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara alta, e inclusive "un liberal" en la figura del senador Arlen Specter, un hombre que cree en un gobierno chico y en pocos impuestos pero que está a favor de mantener la legalidad del aborto y que considera que es una desgracia que la derecha cristiana tenga semejante influencia en su agrupación política.

Por toda su fuerza divisoria, la palabra "aborto" prefiere dejarse de lado en el mensaje oficial de todos los candidatos republicanos. Y en general, todos los discursos están estruc-

...uauos en una nota monocorde que tiene que ver con el gobierno pequeño, la descentralización, el recorte impositivo, el balance del presupuesto, el mejoramiento de los standards morales y la represión de la criminalidad.

En tren de absoluta honestidad, los demócratas dicen más o menos lo mismo. En las últimas elecciones, los republicanos terminaron por imponer definitivamente el canon de "menos gobierno y mayor libertad" y toda la cultura política está actualmente asentada en estas dos columnas. Esto es lo que precisamente empujaría la secesión de Jesse Jackson, quien indignado por la posición revisionista de su partido acerca de la acción afirmativa, que obliga a contratar a minorías, estaría por tomar la decisión de correr como independiente.

Bill Clinton trata de diferenciar su mensaje del de sus oponentes conservadores poniéndole notas de moderación con algunos ritmos compasivos. Y trabaja denodadamente en su imagen, en los problemas de personalidad que, curiosamente, podrían ser sus mayores enemigos en sus posibilidades de ser reelegido. Esa impresión que tiene la gente de que Clinton es poco confiable, no tiene convicciones y es un líder muy débil.

Para realizar esta tarea de mejoramiento ha contratado a un asesor de apellido Morris, cuyos servicios han sido usados por republicanos y demócratas. Se dice que el hombre hace milagros. Entre sus proezas figura la de haber logrado el triunfo de un político que buscaba la gobernación de Mississippi después de que cuatro travestis salieron a la palestra a decir que habían mantenido intercambio carnal con el por entonces candidato. Al lado de semejante historia, Whitewater y Gennifer Flowers son juegos de niños.

Pete Wilson

Si no fuera por esa necesidad de conquistar la nación manipulando el sentimiento antiinmigrantes, Pete Wilson sería casi un candidato moderado. Junto con Arlen Specter de Pennsylvania, es el único aspirante a la presidencia que ha dicho claramente que su posición acerca del aborto es "proelección". Y su manejo del estado de California, en un tiempo de dura crisis para el bello estado del oeste, ha sido discreto.



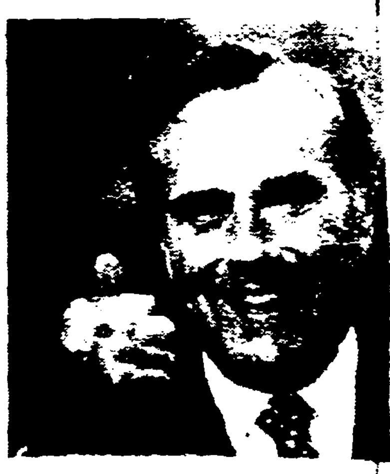
Pero Wilson consiguió los aplausos por ubicarse como líder decidido de la ola antiinmigratoria. Más sutil que Buchanan en sus declaraciones, no asegura que cerrará "la frontera sur" para que no entren los mexicanos y otras caras oscuras latinoamericanas, pero implementa la propuesta 187, que prohíbe darles educación y asistencia médica a los ilegales. Wilson es conocido como un político que pone en acto lo que otros sólo ponen en palabras. Se dice también que su héroe es Ronald Reagan, también ex gobernador de California, y que está decidido a reeditar el peregrinaje de su mentor, de la ciudad de Sacramento en California a la Casa Blanca.

Bob Dole

Guerrero de muchas luchas políticas, el líder de la bancada republicana Bob Dole es el mejor ubicado en el combate por la candidatura presidencial. Es una figura ampliamente reconocida y valorada por aliados y opositores, dueño de la curiosa virtud de convertir en respetables sus trampas políticas y los gestos de mala fe. Todo un arte, según algunos.

Dole es una figura popular porque, entre otras cosas, viene de una extracción popular, de una familia trabajadora de Kansas. Circunstancia que posiblemente lo hizo identificarse y querer tanto a ese personaje bastante temeroso que fue el ex presidente Nixon, que también subió desde muy bajo hasta la cumbre, aunque por razones conocidas, trampas demasiado gruesas que no pudieron ser juzgadas como "respetables", no pudo mantenerse allí.

Dole, un hombre más bien moderado, se ha visto últimamente obligado a moverse a la derecha, eligiendo la temática de la denigración del mundo del espectáculo por su presunta inmoralidad para captar la aprobación del fundamentalismo cristiano que desconfía de él porque nunca se pronunció acerca del aborto.



¿El talón de Aquiles de Dole? Su edad, setenta y dos años cumplidos este mes de julio, en un país que adora el mito de la juventud. Y también sus años en el Congreso, que lo convirtieron en un "insider" por excelencia, algo últimamente mal visto entre los votantes norteamericanos, y, debido a esto, el estar en "eterno estado de negociación", lo que lo ha obligado demasiadas veces a aceptar posiciones demócratas.



Pat Buchanan

Quizá la mejor descripción de Pat Buchanan fue dibujada por la notablemente ingeniosa periodista política Maureen Dowd, quien dice que la sonrisa del periodista ultraconservador que, en buen criollo, le escupió el asado de la reelección a George Bush, es deslumbrante y la mejor de todos los candidatos republicanos. El único problema es que esa sonrisa "tiene un costado inquietante, a lo Jack Nicholson". Buchanan decidió insistir por segunda vez en busca, probablemente inútil, de la Casa Blanca. Su retórica es la misma de siempre: abismalmente xenófoba, fuertemente proteccionista, crudamente burlona, siendo Hillary Clinton uno de los personajes favoritos de sus chistes brutales.

Entre las promesas electorales de este descendiente de irlandeses figura "cerrar la frontera sur" para que la inmigración latinoamericana no contamine al Estados Unidos Blanco.

9509008

Phil Gramm

Arrastrando la desgracia de tener una personalidad poco simpática, el texano senador Gramm espera conquistar el trono del Salón Oval con ideología y no con encanto. En este sentido, sería exactamente la contracara de Bill Clinton.

En materia de conservadurismo, es un "duro". Gramm no deja dudas de que no existe en su personalidad ni la mínima rendija por la que pueda ser acusado de liberal. En realidad, no deja dudas porque su pasado lo condena, ya que Gramm fue originariamente un demócrata que cambió de partido. Por este motivo, se siente siempre con la obligación de demostrar que es más papista que el Papa, más conservador que Ronald Reagan.

Declarado enemigo de la legalidad del aborto, Gramm fue, junto con Dole, el que pergeñó la triquiñuela parlamentaria que provocó el descabezamiento de la candidatura de Henry Foster, el ginecólogo que iba a ser designado Cirujano General. Pero el *dossier* de Gramm no está solamente ensuciado con la mancha de tuco de haber sido un demócrata. Recientemente, salió a la luz que Gramm había invertido 7500 dólares en un proyecto fracasado para filmar una película "R", lo que quiere decir pornográfica. Según su ex cuñado George Caton, que lo habría introducido en el negocio, cuando Gramm vio las damas desnudas en uno de estos films, su primera reacción no fue lasciva sino la de un hombre comprometido con el mercado libre. Lo primero que dijo fue: "¿Cómo puedo hacer dinero con esto?". Semejante claridad de objetivos lo han convertido también en el candidato republicano que hasta ahora ha conseguido la mayor cantidad de dólares para su campaña y el que los ha conseguido más rápido.



Arlen Specter

En los círculos republicanos, goza del "dudoso" honor de ser el más liberal y progresista de los candidatos del partido. Specter es una rareza, una "originalidad" en su agrupación política que se ha ido corriendo cada vez más y más hacia la derecha, dejando a la gente del estilo de George Bush cada vez más sola.

Specter ha denunciado el intento de copamiento de la derecha cristiana de la doctrina partidaria. También ha declarado abiertamente que está a favor de mantener la legalidad del aborto. En realidad, el senador de Pennsylvania, de 65 años, ha dicho que la lucha contra el fundamentalismo y en favor del aborto serán los principales ejes de una campaña, que muchos ven como saludable en un partido tan monotonal, pero que nadie prevé que será victoriosa.

Uno de los latiguillos favoritos de Specter en sus discursos es el siguiente: "Nadie en esta nación ni en este partido puede pagar el costo de un candidato republicano tan cautivo de las exigencias de la derecha intolerante que concluyamos reeligiendo a un presidente de la izquierda incompetente".

Colin Powell



¿Presentarse o no presentarse? ¿Ser (presidente) o no ser? Esta es la cuestión o el dilema para Colin Powell, el general político y uno de los artífices de la redención de Vietnam o, léase, la victoria en la guerra del Golfo. Las encuestas están con él. Su popularidad sigue siendo notable pero el militar no tiene la decisión tomada, aunque en sus conferencias murmura, o algo así, que no le desagradaría presentarse, pero al frente de una tercera agrupación independiente. La aseveración no impide que los republicanos lo sigan mirando con codicia. Y los demócratas también, aunque lo admiten menos públicamente.

Powell es un soldado sólido pero sus declaraciones respecto de sus ambiciones políticas hacen acordar más a Hamlet, el héroe de la duda, que a un decidido combatiente. "No siento pasión por la política", dijo hace poco en una entrevista con la revista *Newsweek*, "no me parece que yo tenga vocación por la política. Pero quiero dejar la opción abierta... Así que lo único que puedo contestar a su pregunta es no sé si alguna vez haré el anuncio. Pero siga observando este espacio. Volveré a desempeñarme en algún lugar de la vida pública". Según los analistas, Powell se maneja con un conjunto básico de valores conservadores algo pasados de moda. Por ejemplo, está en contra de que las mujeres combatan en la guerra y luchó para que los homosexuales no se desempeñasen en su calidad de tales en las fuerzas armadas. Pero en otros aspectos, es decididamente centrista. Está a favor de mantener el derecho al aborto y se opone a introducir una enmienda para que se castigue a los que profanan la bandera.

Powell, un mulato de origen jamaiquino que en Estados Unidos es considerado negro, tiene posiciones políticas flexibles respecto de la protección de la minoría a la que pertenece. Con respecto a la acción afirmativa, está en contra de los programas que dan ventajas a la gente que ya no las necesita más, pero apoyó aquellos que reconocen que "el racismo ha estado desgraciadamente incrustado en parte de nuestra sociedad durante unos doscientos años".

■ POR PRIMERA VEZ ESBOZÓ POSTULARSE A LAS PRESIDENCIALES DE 1996

Gingrich mira de reojo la Casa Blanca

5/7 EO.

En un programa televisivo celebrando el Día de la Independencia de EEUU, el carismático líder republicano no descartó la posibilidad de postularse a las presidenciales de 1996

El presidente de la Cámara de Representantes de Estados Unidos, el republicano Newt Gingrich, dijo ayer que no descarta la posibilidad de postularse para la campaña presidencial de 1996, antes de que venza el plazo del 15 de diciembre para inscribirse en las elecciones primarias del estado de New Hampshire.

Participando como único invitado en el exitoso programa de la CNN, *Larry King Live*, y con motivo de un nuevo aniversario de la independencia de EEUU, el controvertido y carismático diputado de Georgia dijo: "Anuncié que probablemente no me postularía... pero francamente, hasta este momento y dado el nivel de publicidad y el interés que hemos despertado en un singular número de seguidores que tenemos a lo largo de todo el país, no deseo descartarlo completamente".

"Anuncié que probablemente no me postularía... pero no lo descarto"

PUNTO CLAVE

Las primarias de New Hampshire suponen el punto de partida en la carrera por lograr la nominación para la candidatura presidencial tanto para los republicanos como para los demócratas.

El portavoz de la Cámara Baja, que ha obtenido una creciente popularidad en EEUU desde que en enero pasado se hizo cargo de la presidencia de la rama parlamentaria de los diputados, afirmó que desearía presentarse a las elecciones si se presentan circunstancias "inusuales".

"Si se produce un vacío, no lo descartaría", explicó Gingrich, añadiendo que "es muy pronto como para saber qué va a pasar".

Varios políticos republicanos ya han anunciado sus aspiraciones a la candidatura presidencial por su partido, especialmente el líder del Senado, Robert Dole, el gobernador de California, Pete Wilson y los senadores Phil Gramm, Lamar Alexander y Richard Lugar, entre otros.

La gran sorpresa la dio Taylor al anunciar sus aspiraciones presidenciales

La gran sorpresa entre los republicanos la dio ayer Maurice "Morry" Taylor de 50 años y natural de Quincy, Illinois, al anunciar su ingreso en la carrera republicana por la nominación.

Taylor, magnate de la industria del titanio cuya empresa crece vertiginosamente en la Bolsa de Valores de Nueva York y ferviente seguidor de Ross Perot en las últimas elecciones, manifestó en su conferencia de prensa que "no soy un millonario como Ross Perot pero voy a utilizar mi dinero para hacer una campaña creíble, sincera y honesta".

Taylor anunció, además, que no recurrirá a los fondos federales que por ley electoral se le asignan a cada candidato a la nominación presidencial en su campaña por la recolección de fondos.

Los postulados de Taylor dejaron boquiabiertos a sus colegas republicanos justo cuando creían haber llegado al punto del equilibrio del presupuesto nacional: "Voy a equilibrar el presupuesto en solo 18 meses, principalmente mediante una reforma tributaria que incluya una buena reducción impositiva. Después de eso voy a reindustrializar a EEUU incrementando la oferta de buenos trabajos". *(En base a The Washington Post)*

CLAVES

- **CAMBIO.** Con el adelanto de las primarias de Iowa, por primera vez en la historia no será New Hampshire el punto de partida hacia las elecciones de 1996.
- **PRONÓSTICOS.** A raíz del nuevo calendario de primarias, para fines de marzo del año próximo el 60% de los convencionales demócratas y republicanos serán electos, pudiéndose así hacer pronósticos sobre los candidatos ganadores.
- **CONVENCIONES.** Los demócratas celebrarán su Convención Anual de Chicago en julio de 1996, mientras que los republicanos harán lo propio en San Diego en el mes de agosto.
- **FÓRMULAS.** De no haber sorpresas de último momento la fórmula demócrata será la misma que triunfó cómodamente en 1992: Bill Clinton y Albert Gore.

9509008

04-04

Senado de EE.UU levantó embargo a Bosnia

- El Presidente Bill Clinton anunció que vetará el proyecto de ley

27/7 LM.

El Senado de Estados Unidos aprobó ayer por una mayoría superior a los dos tercios, un proyecto de ley por el que se pide el levantamiento unilateral del embargo de armas a Bosnia, desafiando así al Presidente norteamericano, Bill Clinton, que ha amenazado con el veto.

Washington\ANSA

El resultado de la votación significa un voto de censura para la política del Gobierno hacia Bosnia, que muchos legisladores condenaron en el debate previo.

Tras la votación en el Senado Clinton reafirmó su oposición al levantamiento del embargo y declaró que la mejor solución para Bosnia es bombardear las posiciones serbias.

Clinton ha declarado que vetará el proyecto de ley, pero el congreso puede anular el veto si se pronuncia posteriormente contra él con una nueva mayoría superior a los dos tercios, 67 de los 100 senadores.

El proyecto

El proyecto de ley, cuyos promotores fueron el líder de la mayoría republicana en el Senado, Robert Dole, y el Senador demócrata Joseph Lieberman, fue aprobado por 69 votos a favor y 29 en contra, es decir con un apoyo superior a los dos tercios de los 100 escaños.

Aseguran...

No obstante, la mayoría de los analistas coinciden en afirmar que muchos de los senadores demócratas que votaron ayer por el levantamiento del embargo no desafiarán el veto presidencial, por lo que la ley no llegará a entrar en vigor.

La Casa Blanca multiplicó en los últimos días los llamamientos en contra de la resolución y advirtió que el levantamiento de armas supondría la retirada de las Fuerzas de Protección de la ONU.

Derogó el Senado de EE. UU. el embargo de armas a Bosnia

27/7 LN

Demócratas y republicanos unieron fuerzas; el margen de la votación alcanza para anular el prometido veto de Clinton; el proyecto pasará a la Cámara baja

WASHINGTON, 26 (AP) - El Senado votó hoy por abrumadora mayoría dejar de cumplir el embargo de armas impuesto por la UN contra Bosnia, pese a la oposición manifiesta del presidente Bill Clinton.

La votación de 69-29 tuvo lugar en una atmósfera cargada de emociones en la que los legisladores leyeron informaciones de prensa de las atrocidades cometidas por los bosnio-serbios contra la población musulmana, además de denunciar que la promesa del gobierno de Clinton de lanzar bombardeos era obstaculizada por las Naciones Unidas.

El margen de votación es suficiente para anular el prometido veto presidencial.

Una mayoría de dos tercios en el Senado y en la Cámara de Representantes es necesaria para anular el veto de Clinton.

El secretario de prensa de la Casa Blanca, Mike McCurry, dijo que el congreso cargará con la responsabilidad de una "deplorable decisión" si la resolución adquiere cuerpo de ley.

"Esta no es una discusión bipartidista", dijo el dirigente de la mayoría republicana en el Senado, Bob Dole, coautor de la propuesta. "Se trata de si un país chico que ha sido arrasado en todas partes, saqueado, con mujeres violadas y niños asesinados, tiene derecho alguno en este mundo".

Legisladores demócratas y republicanos unieron fuerzas para poner fin al embargo que según dijeron deja a Bosnia en desventaja militar frente a los insurgentes bosnio-serbios.

Si el proyecto de ley es aprobado por la Cámara de Representantes y sobrevive al veto presidencial, requerirá que el presidente Clinton cese el respaldo norteamericano al embargo de armas de la UN.

Dole sostuvo que el embargo es inválido e ilegal. Fue impuesto en 1991 a toda la antigua Yugoslavia, dijo Dole, un país que ya no existe en su forma original, y viola el artículo 51 de la Carta Fundacional de la UN, que reconoce a las naciones el derecho de la autodefensa.

Advertencia de Clinton

El gobierno del presidente Bill Clinton advirtió que la derogación del embargo ocasionará una intensificación de la lucha en Bosnia, dará pie a la apresurada retirada de los cascos azules, dividirá a la NATO y minará el respaldo a embargos impuestos a otras naciones como Corea del Norte y Libia.

El senado agregó una enmienda a la medida, por la cual se requiere de Clinton que procure una votación del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para que se levante el embargo, en lo que constituye un intento final por evitar una ruptura con los aliados de la Organización del Tratado del Atlántico Norte.

De no conseguirse tal cosa, una segunda enmienda a la legislación requeriría del gobierno que procure una votación en la Asamblea General de la UN para que se levante el embargo.

"Solo hay una cosa que va a proteger al pueblo bosnio contra la expansión serbia", dijo el demócrata Carl Levin. "Y es que se les permita defenderse a sí mismos".

En la Casa Blanca, McCurry dijo que no parecen alentadoras las perspectivas de que la Legislatura consiga los votos necesarios para superar un probable veto presidencial de la medida.

950901O V
Se enlentece crecimiento del PBI en EEUU
150983
29/7/95
11821
65890
11161
11311

■ INDICADORES

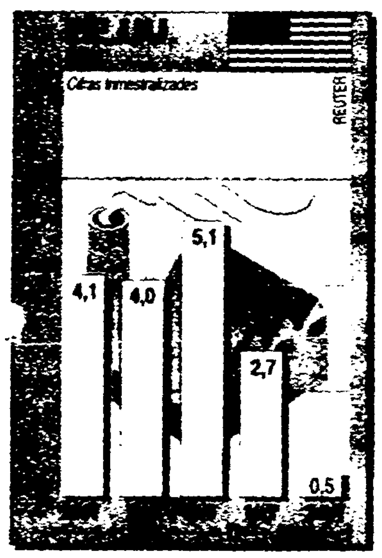
Se enlentece el crecimiento en EEUU

En el segundo trimestre el PBI aumentó 0,5%, registrando la menor suba desde fines de 1991, cuando creció a un ritmo anual de una décima

29/7 EO.

El crecimiento económico de Estados Unidos alcanzó en el segundo trimestre de este año su nivel más bajo desde 1991, al crecer el Producto Bruto Interno (PBI) a un ritmo anual del 0,5%.

En comparación con el 5,1 y el 2,7% de los dos trimestres anteriores, el crecimiento económico de abril a junio constituye una caída que, no por esperada, no deja de ser llamativa y algo preocupante.



Pero a pesar del resultado difundido ayer por el Departamento de Comercio, Wall Street y el gobierno de EEUU reaccionaron con frialdad, dado que todas las previsiones coinciden en que el actual segundo semestre del año será bien diferente.

Siguiendo la terminología utilizada por la Reserva Federal (Banco Central) la economía de Estados Unidos ha hecho un "suave aterrizaje" tras el vuelo del alto crecimiento del último trimestre de 1994 y el satisfactorio 2,7% de los primeros meses de este año.

Con el avión ya en la pista de aterrizaje, la economía se dispone a remontar vuelo en este segundo semestre en un nuevo ciclo de crecimiento, que a la Casa Blanca, con la vista puesta en las elecciones presidenciales de 1996, le viene estupendamente.

ESPERAN REPUNTE

Si el ciclo de crecimiento se mantiene según lo calculado por el secretario del Tesoro, Robert Rubin, el PBI crecerá suavemente en el segundo semestre de este año y la economía alcanzará un nivel de fortaleza en pleno año electoral.

Las previsiones de Rubin son como un sueño para un candidato que quiere renovar el mandato presidencial: baja inflación, desempleo controlado y notable crecimiento.

Claro que en el pasado mes de noviembre, los republicanos arrebataron a los demócratas la mayoría de las dos cámaras del Congreso con una economía que mostraba todos los signos de fortaleza, con lo cual una situación económica favorable no siempre garantiza una victoria electoral.

Por el momento, durante el segundo trimestre de este año se ha producido lo esperado por la mayoría de los economistas y el propio gobierno: un crecimiento mínimo anualizado del 0,5% del PBI. Esta es la cifra más baja del aumento del PBI desde el último trimestre de 1991, cuando apenas creció a un ritmo anual de una décima.

La caída de la producción en el sector del automóvil es el principal motivo del reducido crecimiento del PBI. *(En base a EFE y Reuter)*

01-01

9509010

El secretario de Comercio del presidente Bill Clinton postergará seguramente su visita a Pekín

Las relaciones de China y Estados Unidos no están en su mejor momento por encontrados puntos de vista

El secretario de Comercio de Estados Unidos, Ron Brown, postergará probablemente una visita a China programada para fines de agosto o principios de setiembre, mientras las relaciones bilaterales permanecen deterioradas.

Pekín,
por Rajiv Chandra

■ El gobierno estadounidense rechazó pedidos de boicot de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, a celebrarse dentro de dos meses en Beijing, aunque está en duda la participación de la primera dama, Hillary Rodham Clinton, en esa reunión convocada por la Organización de Naciones Unidas.

Las relaciones chino-estadounidenses se hundieron cuando las autoridades de Washington concedieron visado al presidente de Taiwán, Lee Teng Hui, para una visita al país de carácter particular.

El episodio provocó hondo malestar en el gobierno de China, que lo consideró un desafío directo a su reclamación de soberanía sobre Taiwán, una isla del sudeste donde en 1949 se instaló el gobierno nacionalista expulsado de Beijing.

Funcionarios chinos aseguraron que las controversias en curso no afectarán las relaciones económicas con Estados Unidos, aunque Zhou Shijian, del Instituto Internacional de Investigación en Comercio, de Beijing, cree que Washington será obligado a pagar "un alto costo" por otorgar visado a Lee.

Las corporaciones estadounidenses Chrysler y Ford perdieron la última semana un contrato de 1.000 millones de dólares a manos de la alemana Mercedez Benz para fabricar vehículos y motores en el sur de China.

Algunos analistas entendieron el hecho como una consecuencia del enrarecimiento de las relaciones diplomáticas entre Washington y Beijing, pero observadores extranjeros aclararon que la empresa alemana era el primer aspirante al contrato.

"Mis clientes no parecen muy preocupados ante los últimos acontecimientos, y están a la espera de lo que ocurra en las próximas semanas", informó un consultor de negocios de Estados Unidos especializado en el mercado de China.

Mientras, Estados Unidos protesta por el caso del activista de derechos humanos Harry Wu, naturalizado norteamericano, que fue detenido cuando intentaba ingresar en China y acusado de uso de documentos de identidad falsos, de obtener ilegalmente secretos de Estado y de otras actividades delictivas.

Wu, que pretendía investigar la supuesta presencia en China de una amplia red de campamentos de trabajos forzados, podría ser condenado a varios años de prisión e incluso a muerte.

El presidente estadounidense Bill Clinton resolvió hace un año desvincular de la situación de derechos humanos la renovación del estatuto concedido a China de nación más favorecida en términos comerciales.

Ahora, su gobierno enfrenta la presión de legisladores que pretenden eliminar los privilegios arancelarios otorgados a China.

La tensión se debe también a la detención el mes último de Chen Ziming, un líder del reprimido movimiento por la democracia de 1989 que pasó cinco años en la cárcel, hasta ser puesto en libertad en 1994 para tratamiento médico.

Chen fue arrestado por realizar un ayuno de 24 horas y firmar una petición por la democratización de China en el sexto aniversario de la sangrienta represión de las manifestaciones en la plaza de Tianan men, de Beijing.

La detención de los dos activistas fue determinada principalmente por la preocupación de las autoridades de China por preservar a toda costa el orden interno, pero los observadores las interpretaron también como parte del precio que Estados Unidos deberá pagar por permitir la visita de Lee.

Los legisladores republicanos, que consideran a Washington demasiado blando ante China, urgen a la administración de Clinton a imponer sanciones a Beijing, mientras manejan informes que atribuyen a ese país la venta a Irán y Pakistán de misiles de medio alcance.

Estados Unidos reiteró a China que reconoce su reclamación de soberanía sobre Taiwán, aunque no aceptó la demanda de Beijing de negar en el futuro visado de ingreso a los funcionarios del gobierno taiwanés.

Así mismo, Estados Unidos y China encontrarán una ocasión para el diálogo bilateral, cuando sus representantes asistan a la reunión que la Asociación de Naciones del Sudeste de Asia mantendrá en Brunei con participación de socios externos.

9509012 ✓

HAITI : Elecciones [illegible]

15C09C

2-7-95

11621

06123

11164

11302.

EC052.

11437.

11426.

[illegible]

2/7/95

P[illegible]

[illegible] en Haití [illegible] entre el organismo y los partidos.

La decisión fue tomada en una reunión entre el presidente del país, Jean-Bertrand Aristide, representantes del CEP y dirigentes de los principales partidos políticos.

Por su parte [illegible] los grupos políticos han [illegible] las elecciones del domingo, [illegible] el jueves pasado por 20 partidos.

Serge Gilles, presidente Partido Nacionalista Progresista Revolucionario Haitiano (PANPRA), declaró que hay unanimidad entre las organizaciones sobre las irregularidades cometidas en los comicios.

Gilles indicó que hay un descontento generalizado entre los partidos y que todos desean que el presidente [illegible] das elecciones.

A pesar de las declaraciones de Gilles, hay partidos políticos que quieren la anulación de las elecciones y la recomposición del CEP, mientras que otros [illegible] que anulen las votaciones donde hubo [illegible] y problemas.

Un dirigente de Organización Política [illegible] que pidió el anonimato, dijo que hay consenso entre los grupos sobre la necesidad de repetir los comicios donde las irregularidades fueron mayores.

Indicó que el problema de la desorganización ocurrida el domingo, refleja la situación de quiebra de las instituciones en Haití.

El líder de la OPL comparó las elecciones presiden[illegible] de 1990 [illegible] miembros del CEP [illegible].

Por su parte, el embajador de Francia en Haití, [illegible] en los comicios del [illegible] problemas, las elecciones fueron «buenas».

Mientras tanto, William S. Swing, embajador de EEUU en Haití, señaló que desea que los partidos [illegible] CEP y el Gobierno encuentren una solución [illegible] problemas en las votaciones.

Swing señaló que los comicios fueron buenos, con un buen nivel de participación y con mejor censo electoral, porque muchas personas se inscribieron para participar en el proceso. El miércoles pasado, el presidente Aristide anunció que había abierto el diálogo con todos los sectores políticos sobre las irregularidades ocurridas en las elecciones y que se había entrevistado con dirigentes de la mayoría de los partidos haitianos.

— DOC. CLARO —

9509012

[illegible]

Haití: en medio de la confusión general piden destitución del Consejo Electoral Provisional

Una semana después de los comicios nadie sabe el resultado de los mismos ■ Coinciden los partidos políticos acerca de la existencia de irregularidades durante las elecciones del pasado 25 de junio



Una semana después de las elecciones legislativas, municipales y locales del 25 de junio, persiste la confusión en torno a los resultados de los comicios, en los que reinó la desorganización.

Los partidos políticos y el Consejo Electoral Provisional (CEP) acordaron el fin de semana, en una reunión con el presidente del país, Jean-Bertrand Aristide, suspender la publicación de los resultados hasta que se obtenga un consenso general sobre las elecciones.

Entre tanto, los líderes políticos y los candidatos siguen pidiendo la anulación del voto, en algunos casos, y la anulación parcial de las elecciones donde se detectaron irregularidades, ya que, incluso varios candidatos no pudieron emitir su sufragio por la ausencia de mesas electorales.

Leslie Manigat, ex presidente haitiano y líder del partido Reunión de los Demócratas Nacionalistas Progresistas (RDNP), expresó ayer lunes, en una entrevista por radio, que su partido reclama la anulación de las elecciones donde las irregularidades fueron mayores: "prácticamente en todo el territorio".

Manigat, que fue elegido presidente en las elecciones fraudulentas del 17 de enero de 1988, declaró que, hasta el momento, no ha oído decir al Gobierno que hubo problemas en las elecciones.

Exigió, al mismo tiempo, la destitución del CEP ya que, en su opinión, "no se pueden organizar elecciones serias con este Consejo. No hay garantías en este sentido".

Según Manigat, se necesitan garantías de que todos tengan las mismas oportunidad.

"Igualdad de oportunidad y de derecho. No se puede renovar lo que fue rechazado", dijo Manigat al referirse al CEP y al tipo de elecciones que organizó ese organismo el pasado 25 de junio.

Manigat se declaró potencial candidato para las elecciones presidenciales de diciembre próximo, pero lo condicionó a que haya "igualdad de oportunidades para todos".

Por zonas, en el departamento del Centro, de más 20 mesas, sólo 7 funcionaron el pasado domingo, informaron diversas fuentes.

En el noroeste, candidatos de diferentes partidos han solicitado al CEP que reorganice las elecciones en ese distrito, debido a que en diferentes ciudades muchas personas no pudieron ejercer el derecho a voto o hubo problemas por insuficiencias diversas.

"Las elecciones del 25 de junio pasado no parecen llevar al país y a las instituciones a la consolidación de la democracia", dijo un dirigente político que pidió que no se facilitara su identidad.

El viernes, el CEP decidió no informar, por el momento, de los resultados parciales o totales de las elecciones legislativas, municipales y locales de Haití, hasta lograr un acuerdo sobre los comicios entre el organismo y los partidos.

La decisión fue adoptada en una reunión entre el presidente del país, Jean-Bertrand Aristide, representantes del CEP y dirigentes de los principales partidos políticos.

Líderes de los grupos políticos han reiterado la solicitud de que se anulen las elecciones del domingo, e incluso Serge Gilles, presidente Partido Nacionalista Progresista Revolucionario Haitiano (PANPRA), declaró que hay unanimidad entre las organizaciones sobre las irregularidades cometidas en los comicios.

Hay otros partidos políticos que quieren la anulación de las elecciones y la recomposición del CEP, mientras algunos piden sólo que anulen las votaciones donde hubo más irregularidades y problemas.

Opositores al presidente Aristide se movilizan a pocos días de la segunda vuelta electoral

Unos 22 partidos políticos reclaman la anulación de las elecciones en Haití por fraude y manipulaciones

4/7c R

Veintidós partidos políticos denunciaron vivamente ayer los "fraudes y manipulaciones deshonestas" que marcaron la primera vuelta de las elecciones en Haití el 25 de junio y demandan su anulación en los nueve departamentos del país.

Puerto Príncipe

■ En una resolución fechada el 29 de junio y hecha pública el lunes en la capital haitiana, estas formaciones políticas denunciaron una prolongación de la votación más allá de la hora prevista y la ausencia de representantes de los partidos durante la publicación de las actas, en violación de la ley electoral.

En cambio, una delegación de observadores franceses indicó que ellos constataron "numerosas dificultades" durante el escrutinio, pero "ninguna tentativa de intimidación ni ninguna irregularidad deliberada."

Según fuentes informadas, los resultados de estas elecciones legislativas, municipales y locales podrán ser conocidos el martes o el miércoles.

En su resolución, los partidos haitianos afirman que "los resultados del escrutinio y todos los documentos relativos no fueron llevados a las diferentes oficinas electorales y departamentos en presencia de representantes de los partidos."

Estas "observaciones irrefutables —prosigue el texto— son incrementadas con la ausencia de todo esclarecimiento sobre el destino de cerca de un millón de cartas electorales, volatilizadas", según comentarios del presidente del Consejo Electoral Provisional (CEP), Anselme Remy.

A la vez, la resolución reclama la recomposición del CEP dentro "del espíritu de compromiso inicial" resultante de las consultas entre el presidente Jean Bertrand Aristide y los partidos políticos.

Entre las formaciones políticas que firmaron la resolución, figuran los socialistas de Víctor Benoit y Serge Gilles, los centristas de Louis Dejoie, los democristianos del antiguo presidente Leslie Manigat y Marie-Denise Claude, así como los neoduvalieristas moderados del doctor Volvick Remy-Joseph.

El Frente Nacional para el Cambio y la Democracia (FNCD) de Evans Paul, el alcalde saliente de Puerto Príncipe, y del ex senador Turneb Delpe, por el contrario, no firmó el texto.



Por su parte, la delegación francesa, compuesta por cuatro diputados y tres senadores, declaró, en un comunicado de la embajada de Francia en Puerto Príncipe, haber constatado "las numerosas dificultades que acompañaron el desarrollo del escrutinio".

La delegación francesa resalta especialmente el "retraso en la apertura de los locales de voto, el pequeño tamaño de los mismos, la omisión de ciertos candidatos en las papeletas, cómo ciertos electores no encontraban sus lugares de voto y la imposibilidad de proceder al escrutinio dentro de las condiciones previstas por la ley electoral".

9509012

03

El sábado darían a conocer las cifras oficiales de la primera vuelta, confirmando el triunfo de Aristide

Podrían aplazar las elecciones en Haití

7/7LR.

La segunda vuelta de las elecciones en Haití serán convocadas probablemente para el 13 de agosto y no para el 23 de julio, como estaba programado, se supo extraoficialmente ayer.

Puerto Príncipe



■ Según versiones que circulan profusamente en Puerto Príncipe, el Consejo Electoral Provisional (CEP) convocará a comicios complementarios para el 23 de julio en los distritos donde el 25 de junio se denunciaron el mayor número de irregularidades.

El 25 de junio se realizaron comicios para renovar a los 83 miembros de la Cámara de Diputados, a dos tercios de las 27 bancas del Senado, a 133 alcaldes, 226 vicealcaldes y 565 administradores comunales en Haití.

Las elecciones "complementarias" se realizarían en los lugares donde no se celebraron los comicios, como Limbé, en el norte del país, o en donde fueron destruidos boletines de voto o escuela electorales como en Kenscoff, al sur de Puerto Príncipe.

El CEP dijo el martes que está tomando las medidas necesarias para reparar todos los fallos antes de la celebración de las elecciones complementarias y de la segunda vuelta, dice un comunicado del organismo electoral.

Los candidatos de 22 organizaciones que el lunes exigieron la anulación de las elecciones indicaron en diferentes puntos del país que no aceptarán los resultados que dé a conocer la CEP, aunque les otorguen el triunfo.

El CEP anunció que dará a conocer el sábado los resultados de los comicios legislativos, municipales y locales, pese a que el 30 de junio había acordado con los partidos diferir la difusión hasta obtener un consenso sobre la legitimidad del proceso.

Mientras tanto, candidatos del Frente Nacional para el Cambio y la Democracia (FNCD) —en la norteña población de Artibonite— anunciaron un mitin frente a todas las oficinas del CEP en ese departamento para protestar contra el organismo electoral y los comicios.



El presidente Aristide enfrenta nuevos problemas en la frágil democracia haitiana.

Los dirigentes regionales del FNCD, Serge Desroches, Axel Antoine y Renel Altidor, exigieron la disolución del organismo electoral al estimar que las elecciones "no fueron honestas y creíbles" y cuestionaron la capacidad del presidente del CEP, Anselme Rémy.

El líder del partido Congreso de los Movimientos Democráticos (Konakon) Víctor Benoit, acusó a Rémy de haber actuado desde el CEP para expulsar a su grupo de la escena política al vincular a un militante de la agrupación en el asesinato de otro candidato.

Rony Mondestin, del Movimiento de Reconstrucción Nacional (GMRN) calificó el proceso comicial como un "drama" y afirmó que estas elecciones son una expresión "de las frustraciones, de las angustias y decepciones colectivas". "Las pasadas elecciones son un crimen perfecto en contra de la democracia", dijo en tanto, Humbert de Ronceray, del grupo Movilización para el Desarrollo Nacional (MDN), quien exigió la renovación del CEP conforme a la Constitución.

Los candidatos del Partido Nacionalista Progresista Revolucionario (Panpra), Mark Ferl Moquette y Dame Mare, del departamento de Grande Anse, en el sudeste de Haití, estimaron que el Consejo Electoral fue cómplice de los partidos cercanos al presidente Jean Bertrand Aristide.

04

9509012

Aplazan segunda vuelta electoral

6/7/95

Puerto Príncipe. El Consejo Electoral Provisional (CEP) de Haití podría aplazar al 13 de agosto la segunda vuelta de las elecciones legislativas y municipales, previstas para el 23 de julio.
Alexandre Gérin, portavoz del CEP, dijo que decidirá si posponer o no la segunda vuelta electoral, tras las irregularidades y fallos técnicos ocurridos el 25 de junio en la primera vuelta de las elecciones.
El CEP prevé convocar nuevas elecciones en las zonas en las que las mesas electorales fueron quemadas, las papeletas tuvieron graves errores de impresión o los registros de los votantes estuvieron muy desorganizados.

Vótemos para poder votar

20/7/95



El Consejo Electoral Provisional (CEP) anunció ayer miércoles, que el 6 de agosto se celebrará la primera ronda de las elecciones legislativas y municipales en los 21 distritos haitianos en los que están pendientes. Al mismo tiempo, el CEP excluyó de la contienda a 27 candidatos a puestos electivos que han sido acusados de agresiones y de "sabotear al proceso electoral". Las elecciones del 6 de agosto, sin embargo, tienen poco interés para los partidos políticos haitianos, porque la mayoría ha decidido no participar. Los principales partidos no reconocen los resultados de la primera vuelta celebrada en la mayor parte de Haití el 25 de junio, pues consideran que hubo múltiples irregularidades.

Antes de publicarse los datos 15 partidos emitieron comunicado en rechazo al proceso electoral

Consejo Electoral dio a conocer resultados parciales de las elecciones legislativas celebradas en Haití

13/7/95

El Consejo Electoral Provisional (CEP) dio a conocer a las 02:30 de la madrugada del miércoles (hora local) los resultados parciales de las elecciones legislativas, municipales y locales celebradas en Haití el pasado 25 de junio.

Tras una larga espera de cerca de diez horas, el CEP, contrario a lo anunciado, sólo publicó los resultados de la victoria de cuatro senadores y 16 diputados, todos de la Organización Política Lavalas.

El Consejo Electoral no ha dado a conocer aún los resultados parciales de los municipios y de las administraciones locales, y anunció en una escueta declaración escrita que los dará a conocer «en las próximas horas».

Por otra parte, el organismo electoral precisó que los comicios parciales pendientes serán organizados en 21 zonas electorales, mientras que los partidos políticos exigen elecciones en cien municipios y circunscripciones.

Según el CEP, esas elecciones se celebrarán en las zonas donde la población no pudo votar el 25 de junio; donde los materiales y las mesas electorales fueron incendiados y donde más de la mitad de las mesas no pudieron funcionar.

Víctor Benoit, del Partido Congreso de los Movimientos Democráticos (KONAKOM), fue el primero en reaccionar a la publicación de los resultados al considerar que «estos son la prolongación del día del 25 de junio donde hubo fraudes, desorganización e irregularidades totales».

A juicio del líder de KONAKON, esos resultados son «caprichosos».

Benoit dijo que aún se desconoce dónde se organizarán las 21 elecciones parciales anunciadas por el CEP y que los partidos políticos reclaman para todo el país.

«Si no hay reformas en el proceso es difícil, hasta imposible, que participemos en esta farsa electoral», precisó Benoit, en referencia a la participación de su partido en las parciales y la segunda vuelta.

Antes de publicarse los resultados parciales de las elecciones, cerca de 15 partidos emitieron un comunicado conjunto en el que los rechazaban de antemano.

Esas agrupaciones exigen una reforma en el aparato electoral, de las oficinas de registro y de voto, del CEP, la organización de elecciones parciales en todo el país y el aplazamiento de la publicación de los resultados hasta que concluyan los citados comicios.

Esos partidos, cuyos líderes se reunieron con funcionarios del CEP, ante la presencia de diplomáticos extranjeros, no lograron un acuerdo sobre sus exigencias.

Otros partidos reclaman la disolución total del Consejo Electoral al considerar que este organismo no inspira confianza tras la desorganización del 25 de junio pasado.

Mientras, Louis Déjoie, líder del Partido Industrial Agrícola Nacional (PAIN) y candidato a senador por el Departamento del Sur, expresó este miércoles, su decepción por los resultados.

Déjoie dijo a Radio Métropole que es el candidato más popular y no entiende cómo pudo obtener un quinto lugar en las elecciones, al tiempo que deploró el control del CEP «por el Gobierno» y acusó al Consejo de maniobras desleales.

Al expresar su «protesta enérgicamente», indicó que su partido fue «boicoteado» desde el regreso del presidente Jean-Bertrand Aristide.

Déjoie también criticó la iniciativa del embajador estadounidense en Haití, William Swing, quien excluyó al PAIN de la reunión que celebraron dirigentes de varios partidos políticos para conversar sobre las elecciones.

«Son esta gente (EEUU) la que dirige al país», precisó Déjoie al opinar que «con estas elecciones, hemos perdido todas las luchas para la democracia funcional en Haití».

«Ya no estamos en democracia. No sabemos cómo vamos a salir de esta situación en la que nos ha puesto esta gente», comentó Déjoie al referirse a la Organización Política Lavalas, que fue respaldada por el presidente Jean-Bertrand Aristide.

Nº DOCUMENTO 9509013

TIPO: HAITI

FECHA

VINCULACIÓN 11437

ESPECIAL DE The New York Times 27 EP. Por Anne-Marie O'Connor

LA PREOCUPANTE FRAGILIDAD DE LA DEMOCRACIA HAITIANA

PUERTO PRINCIPE, (NYT). — Las caóticas elecciones legislativas y municipales celebradas esta semana han destacado la fragilidad de la incipiente democracia de Haití y demostraron que la eliminación de un ejército dictatorial fue sólo el principio de la creación de un sistema político funcional.

La confusión que imperó durante y después de la votación del domingo pasado amenaza la legitimidad del nuevo Parlamento incluso antes de que éste se establezca y plantea graves interrogantes acerca de los prospectos para las próximas elecciones presidenciales, tentativamente programadas para noviembre, de acuerdo con analistas haitianos.

También se cuestiona el cronograma para el retiro de la fuerza de pacificación de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), establecida desde la invasión militar estadounidense en octubre pasado, después de que el sucesor del Presidente Jean Bertrand Aristide tome posesión en febrero de 1996. Algunos haitianos prominentes arguyen que la fuerza debe permanecer más tiempo en el país.

"Es verdad que estas elecciones se celebraron casi sin violencia y eso fue algo importante. Pero eso no es todo lo que importa", dijo Lionel Delatour, respetado analista político haitiano y líder empresarial posdemocrático cuyo hermano es miembro del gabinete de Aristide. "Ello cuestionará la legitimidad del próximo Parlamento y la credibilidad de todo el proceso".

Aquellos para quienes la restauración de la democracia fue un sueño acariciado durante los años de terror del régimen militar, se sintieron intimidados al observar urnas y boletas electorales esparcidas en el piso cerca de las oficinas electorales.

La composición de la nueva Asamblea Legiclativa es crucial. Se espera que los miembros del Movimiento Lavalas de Aristide intenten enmendar la Constitución para abolir oficialmente al generalmente despreciado Ejército, que en 1991 montó el golpe contra el Mandatario y al cual se atribuye la mayoría de los 4.000 asesinatos políticos que siguieron al mismo.

"Deseo un funeral legal para este Ejército que de hecho ya no existe", declaró Aristide en una conferencia de prensa el martes pasado.

Para lograrlo, Lavalas necesita una mayoría de dos tercios en el Congreso, algo que varios diplomáticos creen que podría obtener. Actualmente, las declaraciones de victoria del partido, legítimas o no, han sido opacadas por una nube de incertidumbre en torno de la credibilidad del proceso que algunos temen podría alimentar la inestabilidad.

Se espera que los resultados finales de los comicios no sean difundidos hasta la próxima semana.

Grupos de manifestantes incendiaron el lunes pasado cuatro centros de votación en la región suroccidental de Haití, junto con un gran número de boletas electorales. Alguien disparó mortalmente a un candidato a la Cámara de Diputados ese mismo día.

En otro acto de violencia, Henock Jean-Charles, candidato a alcalde por el Movimiento Lavalas, fue hallado con un disparo en la cabeza en su residencia del suroeste de Haití a primeras horas del martes, según dijeron fuentes de la ONU a la agencia de noticias Reuter.

El alcalde de Puerto Príncipe, Evans Paul, culpó del ataque a una facción política rival.

Ese mismo día, un grupo de pistoleros asesinó a Dumarsais Romulus, ex coronel del Ejército que otrora dirigió un campamento de adiestramiento militar. Hasta el momento se desconoce el motivo del homicidio.

"Espero que este no sea el comienzo de un ciclo de violencia", declaró el vocero de la embajada de Estados Unidos en Puerto Príncipe, Stan Schrager. "Debemos creer que no es así".

El panorama político en Haití está dominado por ex miembros de la coalición democrática que otrora se unió contra la dictadura, y quienes ahora están compitiendo por pedazos del pastel político en una cultura que tiene poca experiencia en la trasferencia pacífica del poder.

Paul, líder del Frente Nacional para el Cambio y la Democracia, instó a Aristide a permanecer otros tres años en el poder con el propósito de compensar el tiempo que estuvo en el exilio.

"Haití no puede continuar por siempre en un estado de inestabilidad", afirmó Paul.

El Mandatario insiste en que no tiene ninguna intención de permanecer en el poder. "El 7 de febrero de 1996, daré encantado la bienvenida a la persona que gane las elecciones presidenciales, y me despediré del Palacio Presidencial", declaró Aristide a la prensa en martes pasado.

Los comicios se realizaron con una ayuda internacional de 15 millones de dólares, en su mayoría aportados por la administración Clinton, lo cual, de acuerdo con algunos críticos haitianos, contribuyó para presionar al país a celebrar la votación demasiado pronto.

Al citar la desorganización de las elecciones, un antiguo enemigo de Aristide, el presidente del Comité de Relaciones Exteriores del Senado estadounidense, Jesse Helms, mantendrá audiencias el próximo mes en un intento por bloquear cualquier ayuda futura norteamericana para Haití.

"Por lo que a este senador respecta, el gran derroche de la administración en las vacaciones caribeñas en Haití se ha terminado", afirmó Helms. "Es hora de que el Presidente y sus asesores dejen de jugar a la 'lotería en la playa' con Aristide".

Funcionarios de la administración Clinton respondieron que, pese a sus problemas, las elecciones por lo menos no fueron afectadas por el tipo de violencia antidemocrática que frustró los comicios de 1990 y un intento en noviembre de 1987 que fue abortado cuando multitudes pro-militares dieron muerte a tiros y puñaladas a decenas de electores.

Diplomáticos involucrados en el prolongado proceso de construir la democracia en Haití dicen que ahora no es el mejor momento para que Estados Unidos corte el cordón umbilical al frágil gobierno civil.

Candidato Independiente Electo en Puerto Príncipe Como Nuevo Intendente

14/7 EP.

PUERTO PRINCIPE, 13 (ANSA). — El candidato independiente Emmanuel "Manno" Charlemagne, de 48 años, obtuvo el triunfo electoral para la alcaldía de Puerto Príncipe, la más importante de Haití, anunció el Consejo Electoral Provisional (CEP).

Al mismo tiempo, el CEP anunció que las elecciones "parciales" (repetición de comicios en 15 circunscripciones) serán el 22 de julio y no el próximo sábado, como se había anunciado.

Mientras tanto, la segunda vuelta de las elecciones generales del 25 de junio pasado se realizarán en agosto, en una fecha por definir que podría ser de entre el 13 y el 20 de ese mes, según se indicó.

Emmanuel "Manno" Charlemagne — cantante de profesión— fue electo alcalde de Puerto Príncipe al obtener el 45 por ciento de los votos emitidos en la primera vuelta de los comicios legislativos, municipales y locales del pasado 25 de junio.

"Manno" Charlemagne, amigo personal del presidente de Haití, Jean Bertrand Aristide, según lo declaró él mismo y quien profesa la Teología de la Liberación, se adjudicó 55.107 votos.

Evans Paul, el alcalde saliente de la capital haitiana y militante del Frente Nacional para el Cambio y la Democracia (FNCD), obtuvo sólo el 18 por ciento de los votos (21.831 sufragios), de acuerdo con el CEP.

El FNCD es la segunda fuerza política de Haití, superado sólo por el Movimiento Bo Tab Lá —que incluye a la Plataforma Política Lavalás— que apoyó a Aristide en las pasadas elecciones.

Charlemagne fue detenido tras el golpe militar que encabezó el general Raoul Cedras contra el mandatario Aristide en septiembre de 1991 y tras su liberación se refugió en la embajada de Argentina en Puerto Príncipe, desde donde partió al exilio.

Antes del retorno de Aristide al poder en octubre pasado, en medio de un operativo militar internacional, encabezado por Estados Unidos, Charlemagne regresó a Haití y se postuló como candidato independiente.

De acuerdo con los resultados parciales del CEP, el Movimiento Bo Tab Lá obtuvo el triunfo en las ocho principales alcaldías de Haití.

Entre ellas Cabo Haitiano, Les Cayes, Jacmel, Hinche, Port de Paix, Jeremie, Gonaives, y Puerto Príncipe.

Alrededor de 3,5 millones de haitianos acudieron a las urnas el 25 de junio para elegir a 18 de los 27 miembros del Senado, 83 diputados, 134 concejales locales y 561 juntas comunales.

Nuevo estancamiento entre Perú y Ecuador



- *Los gobiernos respectivos no logran una salida concreta al conflicto* 3/7 LM.
- No hay acuerdo sobre zona desmilitarizada

En un "punto muerto" están las negociaciones diplomáticas entre Ecuador y Perú, luego que se suspendió temporalmente en Brasilia el diálogo sobre la creación de una zona desmilitarizada en el área del reciente conflicto militar en la Cordillera del Cóndor.



LIMA / ANSA

Diversos son los comentarios diplomáticos y periodísticos que originó el aparente "quiebre" de las negociaciones luego que Ecuador formuló reparos a la propuesta de la Misión de Observadores Militares Ecuador-Perú (MOMEP).

Pero el análisis que tuvo efectos demoledores para el gobierno peruano fue el que formuló el embajador Antonio Belaunde Moreyra, nada menos que asesor oficial de la misión negociadora encabezada por el vice canciller Eduardo Ponce.

Belaunde Moreyra afirma que "Ecuador acaba de infligir al Perú una grave derrota diplomática en Brasilia con la anuencia de los Estados garantes", y de paso recomendó al gobierno peruano denunciar a Ecuador ante el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas "por incumplimiento de sus obligaciones con efectos de grave amenaza a la paz".

Afirmaciones y sugerencias

Las afirmaciones y sugerencias de Belaunde Moreyra, un veterano diplomático de carrera en la Cancillería peruana, causó desconcierto y hasta "irritación" en altas esferas del poder político.

Belaunde advierte sobre los riesgos de que las negociaciones terminen por agotar las expectativas de paz entre los dos países que libraron una guerra en 1941 y que se enfrentaron periódicamente a lo largo de las últimas décadas.

En las negociaciones realizadas en Brasilia, a instancias de los países garantes del Protocolo de Río de Janeiro de 1942, que zanjó las diferencias fronterizas entre los dos países, surgieron aristas diplomáticas, políticas y militares.

Ecuador denunció el Protocolo y parece decidido a ignorar su acatamiento en clara demanda de que se le reconozca soberanía en la Amazonia.

La posición peruana no es distinta a la que mantuvo desde la firma del Protocolo: el respeto a los tratados internacionales.

Pero las tratativas diplomáticas, luego del alto al fuego promovido por la Declaración de Paz de Itamaraty y el reiterado acuerdo de paz de Montevideo, parecen chocar frontalmente -según los expertos- con las duras e irreductibles posiciones de los militares de ambos países.

En Ecuador, según se afirma, existe la fiebre electoral de que los militares llegarán al poder a través de la candidatura del ex ministro de Defensa, general José Gallardo, mientras en Perú las Fuerzas Armadas no parecen menos dispuestas a sacarse el "clavo del zapato".

Conflictos militares

Los analistas consideran que ninguno de los dos ejércitos se consideran derrotados y que por primera vez en la historia de los conflictos militares, la guerra del Cenepa dejó dos ejércitos presuntamente "victoriosos".

Son los informes militares los que generaron las diferencias entre los dos países, pero principalmente la negativa ecuatoriana a aceptar la propuesta del MOMEP.

Perú también hizo lo propio al denunciar que "Banderas", uno de los puestos militares ecuatorianos en la frontera no demarcada, escondía fuertes contingentes militares y armamento capaz de sostener una fuerte ofensiva bélica.

Si bien las negociaciones se realizan en medio de severas reservas por parte de ambos países, algunos de los puntos cruciales de las negociaciones empiezan a salir a luz en medio de entretelones de una negociación salpicada con suspicacias y temores.

Fuentes diplomáticas consultadas por ANSA advirtieron que el tema de las negociaciones es "delicado" y advirtieron la posibilidad de que el fracaso caracterice los esfuerzos denodados de los cuatro países garantes de la paz entre Ecuador y Perú: Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos.

Entre tanto, funcionarios diplomáticos y militares peruanos viven enfrascados en un intenso y febril análisis de las negociaciones en torno de la creación de la zona desmilitarizada, mientras en algunas guarniciones el entrenamiento de las tropas es cada vez más intenso pero sin el sonido de los "tambores de guerra".

El mandatario ecuatoriano se muestra optimista

Durán Ballén asegura que existen posibilidades de diálogo con Perú

El presidente ecuatoriano Sixto Durán Ballén aseguró el pasado domingo que existen posibilidades de mantener un diálogo directo entre los Gobiernos de Quito y Lima, por el problema limítrofe que enfrenta a las dos naciones.

Ante una pregunta directa de la prensa local sobre un eventual diálogo directo entre Ecuador y Perú sobre el problema limítrofe, Durán Ballén dijo: "Creo que las posibilidades existen" y aseguró que "existen también signos positivos de avance" en las negociaciones.

Al referirse al intercambio de prisioneros, el Jefe de Estado dijo que "es algo que lo hablamos desde hace muchas semanas. Es un término muy feliz de algo que los dos países (Ecuador y Perú) esperábamos".

Ecuador y Perú repatriaron el pasado viernes a prisioneros de los dos países, acusados de espionaje e incluso a los que estaban siendo juzgados por delitos comunes.

El ex ministro ecuatoriano de Defensa, general José Gallardo, aseguró que con el canje de prisioneros "se acerca más la paz definitiva entre los dos países". 4/7 LT.

Por su parte, el ministro ecuatoriano de Relaciones Exteriores, Galo Leoro dijo que "hay una apertura hacia un proceso de pacificación que obviamente conviene a los dos países".

Leoro restó importancia a informes procedentes de Lima, que aseguraban que la base militar ecuatoriana de Banderas -que los observadores de los países garantes sugirieron incluir en la zona que se desmilitarizará- es una fortaleza bélica.

"No sé por qué dicen esas cosas. No sé de dónde se sacan esas informaciones", dijo el canciller al insistir en que Banderas "es un destacamento como los demás. Tiene 27 hombres en este momento", agregó.

Ecuador y Perú, que se disputan unos 78 kilómetros sin delimitar en su frontera amazónica común, intentan al momento, con la intervención de los países garantes (Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos), demarcar una zona que será desmilitarizada en el sector donde se registró una guerra no declarada entre el 26 de enero y el 28 de febrero pasados.

Ecuador-Perú: Siempre la Frontera Peligrosa

4/7 ET.

QUITO, 3 (ANSA). — "Siempre existirá peligro" en la conflictiva frontera entre Perú y Ecuador mientras no se resuelvan definitivamente los diferendos limítrofes, afirmó hoy el vicecanciller ecuatoriano, Marcelo Fernández de Córdova.

El funcionario informó también que ya no quedan prisioneros de guerra peruanos en poder de Ecuador.

"El peligro es tan real que cualquier incidente en la zona del conflicto o en otros puntos fronterizos puede producirse muy fácilmente, como el encuentro accidental de una patrulla con otra, en el que se produzca el intercambio de disparos", dijo.

Fernández de Córdova desmintió versiones procedentes de Perú acerca de que Ecuador tenía en su poder once prisioneros de guerra peruanos, además de otros once repatriados la semana pasada en un canje entre ambos países.

"El canje se hizo en la totalidad de los detenidos de lado y lado (...) de la lista de doce prisioneros que proporcionó Perú, once han partido a su país y hay uno que todavía no ha sido expatriado por estar acusado de un delito común, que es el robo", aseguró.

Señaló que cuando termine el juicio por esa infracción penal el detenido podrá ser repatriado inmediatamente a su país.

Respecto a las conversaciones de paz de Brasilia, que fueron suspendidas hace casi dos semanas, el vicecanciller dijo que "simplemente se declaró" que se las interrumpía (...) hay un paréntesis que terminará en el momento oportuno y la reunión continuará hasta que concluya con sus objetivos".

Según Fernández de Córdova, Ecuador ya retiró un 70 por ciento de las minas instaladas durante el conflicto bélico de principios de año. Las restantes "están perfectamente señalizadas para que no existan errores que provoquen desgracias", precisó.

Adelantó su llegada el presidente ecuatoriano

6/7 LN.

Gestión: Menem intentaría acercar a los presidentes Fujimori y Durán Ballén, que van a coincidir en Buenos Aires.

El presidente el Ecuador, Sixto Durán Ballén, llegará esta tarde y de inmediato irá a la residencia de Olivos para entrevistarse con su colega argentino.

Si bien su viaje estaba previsto para participar de los actos por la reasunción de Menem, se lo esperaba mañana, como a los demás jefes de Estado, entre los que se encuentra Alberto Fujimori, del Perú. Sin embargo, adelantó su llegada para analizar temas de la relación bilateral en un momento de crecimiento de los vínculos comerciales, económicos y financieros.

No obstante la reserva de los medios diplomáticos consultados, que se atuvieron a la versión económica de la entrevista, la presencia en la comitiva del presidente ecuatoriano, de su ministro de Defensa, general Alfonso Alarcón, confirma las presunción de que la cuestión central del encuentro podría ser el difícil equilibrio logrado por los países garantes para evitar la reanudación de hostilidades en la frontera peruano-ecuatoriana.

La Argentina Chile, Brasil y los Estados Unidos son garantes del tratado de paz entre las dos naciones.

Quito recelaría de las intenciones peruanas, entre otros motivos que se expondrían a Menem, porque no obstante haber dado hace cinco meses el plácet para la designación de un nuevo embajador, Lima aún no lo acreditó.

No podría desecharse que Durán Ballén responda a Menem sobre el pedido de localizar los fusiles Fal vendidos subrepticiamente a su país.

El embajador ecuatoriano, Horacio Sevilla Borja, a poco de acreditarse, dio una respuesta que la Cancillería no halló del todo satisfactoria.

Durán Ballén será el primer jefe de Estado en llegar y el último en partir. Su regreso a Quito está previsto para el lunes.

Ecuador ya presentó contrapropuesta para desmilitarizar frontera

20/7EO.

El presidente de Perú, Alberto Fujimori, dijo ayer que tenía conocimiento de que Ecuador ya había presentado a la misión de observadores de los países garantes su contrapropuesta para una zona desmilitarizada en la región fronteriza entre ambos países.

Fujimori señaló que sabía que la contrapropuesta ecuatoriana fue entregada el 15 de julio a la misión de observadores de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos, países garantes del Protocolo de Río de Janeiro. (EFE)

(*)

■ "SIGNIFICATIVO AVANCE HACIA LA PAZ"

Acuerdo limítrofe entre Perú y Ecuador

27/7EO.

El anuncio se hizo sorpresivamente durante la reunión de ministros de Defensa de Latinoamérica en EEUU y cuenta con el apoyo y la mediación de los cuatro países garantes

Perú y Ecuador llegaron a un acuerdo de desmilitarización de la zona de conflicto en la cordillera común, anunció ayer en Williamsburg (estado de Virginia) el vicecanciller brasileño, Sebastiao do Rego Barros.

Do Rego Barros calificó el acuerdo de "extremadamente importante para la continuidad de las conversaciones en curso entre ambas naciones y un paso significativo en la construcción de la confianza y la paz".

Do Rego, secretario general de Relaciones Exteriores de la Cancillería brasileña, explicó que el acuerdo fue alcanzado el martes en Williamsburg y agregó que se ajusta a los compromisos aceptados por ambos países en conflicto bajo los acuerdos de la Declaración de Paz de Itamaraty, firmado el pasado 17 de enero.

Do Rego señaló que el acuerdo de desmilitarización fue alcanzado por generales de Perú y Ecuador, respectivamente, asistentes a la reunión de los ministros de Defensa de las Américas, que se clausuró ayer en Williamsburg.

El acuerdo es visto como muy importante para la continuidad de las conversaciones

En vísperas del acuerdo, tanto el secretario de Estado adjunto para Asuntos Latinoamericanos, Alexander Watson, como el ministro de Defensa argentino, Oscar Camilión, y otros colegas latinoamericanos coincidieron en la inminencia de un próximo acuerdo bipartito.

Do Rego leyó el siguiente comunicado ante el plenario de los ministros de Defensa: "En nombre de los países garantes del Protocolo de Rio de Janeiro, Argentina, Chile, Estados Unidos y Brasil, y en el nombre también de Ecuador y Perú, anuncio que ayer (por el martes), en cumplimiento de los compromisos aceptados bajo los términos del Acuerdo de Itamaraty, los generales de contacto de Ecuador y Perú acordaron juntos una zona desmilitarizada.

El área desmilitarizada abarca unos 500 kilómetros cuadrados e incluye toda la zona donde se produjeron los enfrentamientos entre las tropas de Ecuador y Perú a principios de año. "El área cubre todo el sector donde hubo enfrentamientos armados, que tiene forma de trapecio, donde no pueden entrar fuerzas militares", declaró el subsecretario ecuatoriano de Defensa Nacional, general César Durán.

Este acuerdo es visto como extremadamente importante para la continuidad de las conversaciones en curso entre ambas naciones y un paso significativo en la construcción de la confianza y la paz.

Las naciones garantes del Protocolo de Rio de Janeiro recogen este acuerdo con satisfacción y hacen notar la feliz coincidencia de que este acuerdo se haya alcanzado durante la celebración de esta conferencia.

Ecuador y Perú sostienen un viejo desacuerdo fronterizo en la Cordillera del Cóndor que, a principios de este año, volvió a provocar un enfrentamiento armado entre ambas naciones andinas, terminando con la firma de un acuerdo de paz en Montevideo el pasado 28 de febrero.

A pesar de la paz, las posiciones entre ambos países siguieron distanciadas, ya que ambos tienen interpretaciones diferentes del Protocolo de Rio de Janeiro de 1942 que terminó con otro episodio bélico entre ambas naciones.

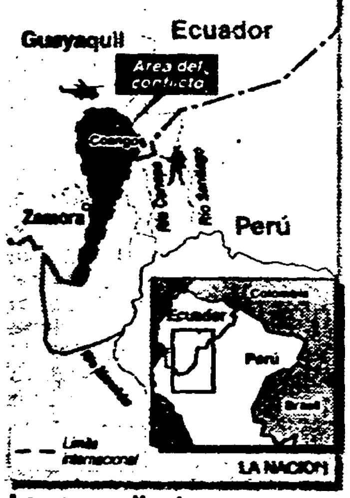
Ecuador sostiene que ese protocolo está construido sobre un "error geográfico" que hay que subsanar.

Perú, por su parte, considera que el "iniciar conversaciones no implica revisión de los Acuerdos de Límites Fronterizos" de Rio de Janeiro. *(En base a EFE y Reuter)*

9509015

03

Frontera en distensión



La zona caliente

Acuerdo entre Perú y Ecuador

WILLIAMSBURG, EE.UU., 26 (Reuter).- Perú y Ecuador alcanzaron un acuerdo para desmilitarizar la zona de una disputa territorial en la cordillera del Cóndor, informó hoy el vicecanciller brasileño Sebastiao do Rego Barros.

"Es un placer anunciar en nombre de los países garantes, la Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos y en nombre de Ecuador y Perú, que ayer, en cumplimiento de los términos del acuerdo de Itamaraty, los funcionarios de enlace de Ecuador y Perú llegaron a un acuerdo sobre la zona de desmilitarización", expresó.

Do Rego aseguró que el convenio sobre la desmilitarización del territorio selvático en disputa era importante para ambas naciones y un paso signficativo en el fortalecimiento de la confianza mutua.

Este anuncio se realizó durante el cierre de la primera conferencia ministerial de ministros de Defensa de las Américas, que se realiza en la localidad estadounidense de Williamsburg.

ECUADOR-PERU

Acuerdan zona desmilitarizada en la frontera

Brasilia. El conflicto fronterizo entre Ecuador y Perú ha vuelto al punto de partida, luego de unas negociaciones de cinco meses tras el alto el fuego, que puso fin a otras tantas semanas de combates que dejaron un centenar de muertos.

Con la definición de una zona desmilitarizada en la frontera se pone fin al conflicto directo, pero queda latente el fondo del problema, que ha generado los enfrentamientos armados y las profundas discrepancias durante este siglo.

"Hemos terminado con el conflicto armado", dijo el embajador de Perú en Brasilia, Alejandro Gordillo, y destacó que a partir de ahora deberá buscarse la solución al problema de fondo, que es la delimitación de definitiva de las fronteras.

Ecuador y Perú firmaron el martes en Lima un acuerdo sobre el área que deberá quedar sin presencia militar desde el primero de agosto, que era el principal escollo en el proceso de paz entre las dos naciones andinas.

"Es una demostración de nuestra voluntad política para entendernos", dijo el embajador de Ecuador, César Valdivieso, durante el anuncio oficial del acuerdo hecho el miércoles en el Palacio de Itamaraty, sede de la cancillería brasileña.

La firma del acuerdo garantiza que no se van a registrar nuevos enfrentamientos armados, subrayó el subsecretario de asuntos políticos de la Cancillería, Iván Cannabrava.

En febrero, Quito y Lima firmaron una declaración que contemplaba el alto el fuego, la separación de fuerzas, la verificación por parte de observadores militares y la creación de una zona a desmilitarizar.

El mismo compromiso establece que después las partes van a negociar de forma directa los escollos existentes para delimitar los 78 kilómetros de frontera amazónica.

Ocho candidatos en comicios de Ecuador

Quito, 7/7 LR.
por Pablo Castro

Cuando aún faltan 10 meses para las elecciones que designarán al sucesor del derechista presidente Sixto Durán Ballén, la carrera por la presidencia de Ecuador para el período constitucional 1996-2000 se acaba de iniciar con la aparición de ocho candidatos.

Los aspirantes que ya recorren el país son el ex alcalde de Quito, el democristiano Rodrigo Paz, el socialcristiano Jaime Nebot, los populistas Frank Vargas y Abdalá Bucarám, el socialista Diego Delgado y los independientes Ricardo Noboa, Jacinto Velázquez y José Gallardo.

Vargas y Gallardo, son dos avezados generales. El primero de la Fuerza Aérea Ecuatoriana (FAE) ocupa una curul como [illegible]putado en el Congreso Nacional y el segun[illegible] Ejército, acaba de abandonar el Ministeri[illegible]efensa para incursionar en la política, [illegible] que "no soy candidato del gobierno".

Vargas, sorprendió en [illegible]cciones legislativas de marzo de 1994, c[illegible]cumuló la más alta votación para la dip[illegible] por la central y andina provincia de Pichi[illegible] Este fenómeno lo incentivó para lanzar su c[illegible]tura presidencial tras el fracaso de 1988 cuan[illegible] fue tercero.

Despliega una bandera [illegible] la corrupción y amenaza con "barrer" la in[illegible]dad.

Para Gallardo quien afro[illegible] con éxito la guerra no declarada de enero y febrero pasado con Perú por una franja sin demarcar de la frontera amazónica, su repentina aparición en el escenario político sorprendió al país que demoró hasta ahora está asimilando sus aspiraciones.

Su popularidad emergió gracias al conflicto aceptando una invitación, según argumenta, de un grupo de amigos independientes para que liderara un movimiento nacional que está basado en la cordura. "Soy un hombre de manos limpias, eso puedo probarlo", ha declarado Gallardo.Noboa quien abandonó el Partido Social Cristiano del ex presidente León Febres Cordero, fue el primero en lanzar su candidatura independiente. Es un reconocido político derechista que ha ocupado importantes cargos públicos y que proclama su honestidad.

Nebot, derrotado en 1992 por Durán Ballén, aparece a la cabeza en las encuestas de opinión.

Paz es un reposado y afortunado hombre de negocios que fue alcalde de Quito a principios de la década de los 90, cargo en el cual se le reconoce haber cumplido una positiva tarea administrativa y de desarrollo urbanístico de la ciudad de 1,5 millones de personas.

"Todavía es posible el cambio social", dijo Paz anotando que su campaña se basará en el respeto hacia sus rivales y aseguró que en caso de que se lancen ataques personales —como es tradicional en las elecciones ecuatorianas— no los responderá "porque soy un hombre de paz".

Doc. con partes poco legibles.

Ecuador: obreros energéticos y petroleros suspenden temporalmente la huelga

■ La medida había comenzado el miércoles en demanda de la restitución del derecho a la sindicalización y en contra de las privatizaciones ■ Sin embargo amenazaron con una paralización total de las actividades para la próxima semana en caso de que el Congreso no atienda sus demandas.

Los trabajadores del sector energético y petrolero suspendieron ayer viernes temporalmente la huelga que comenzó el miércoles en demanda de la restitución del derecho de sindicalización y en contra de las privatizaciones, informaron fuentes sindicales.

El secretario general de la Asociación de Sindicatos Generales de Trabajadores de Petroecuador (ASPEC), Henry Yánez, dijo ayer que se ha suspendido "temporalmente" la medida de fuerza y aseguró que comenzarán inmediatamente las diligencias para reunirse con el presidente ecuatoriano, Sixto Duran Ballén.

"Estamos en una especie de tregua y esperaremos la decisión del Congreso Nacional que se reunirá el próximo lunes para analizar nuestras peticiones", subrayó el dirigente sindical.

Yánez se declaró "optimista" por las acciones del Parlamento para mantener el sindicalismo en el país, aunque no se refirió a la posición del Congreso con respecto al proceso de privatizaciones emprendido por el Gobierno de Quito.

Sin embargo, amenazó con una paralización total de las actividades de los sectores energéticos y petroleros para la próxima semana en caso de que el Congreso no atienda sus demandas.

"No nos gustaría adoptar esa medida de fuerza, pero si no se atienden nuestras peticiones, nos veremos en la obligación de paralizar las actividades", agregó Yánez, al tiempo de asegurar



que el trabajo "a medio gas" realizado en las últimas 72 horas no afectó las exportaciones ecuatorianas de petróleo.

El petróleo genera uno de cada tres dólares de la oferta exportable ecuatoriana y financia la mitad del presupuesto fiscal.

La suspensión temporal de la huelga incluye también al sector energético, que desde el pasado miércoles redujo sus actividades en el marco de una medida progresiva que involucró a los trabajadores administrativos, aunque no a los operativos.

Yánez calificó de "decepcionante" la participación de algunos legisladores que no intervienen en las conversaciones y los invitó a dialogar con los sectores energéticos y petroleros para eliminar definitivamente la amenaza de una paralización total.

El dirigente reveló que mantendrá conversaciones con el sector gubernamental durante el fin de semana, para que la próxima semana se defina "definitivamente" la situación de los trabajadores.

Por su parte, el presidente del Congreso Nacional, Heinz Moeller, aseguró que "en 72 horas habrá una alternativa".

"Se me ha ofrecido que toda medida de hecho se va a suspender hasta el próximo lunes en la tarde, para cuando he convocado a una sesión de Congreso, se analice y se decida en definitiva lo referente a la regulación de la suspensión de la sindicalización pública", añadió. El dirigente sindical, Hugo Ordóñez, aseguró, por su parte, que con la suspensión temporal de la medida de fuerza, "la intención es buscar una alternativa y solucionar este problema definitivamente y no a medias".

Los huelguistas exigen la restitución del derecho a la sindicalización y a la huelga en las dependencias estatales, así como la prohibición de privatizar las denominadas "áreas estratégicas de la economía" (petróleo, telecomunicaciones, electricidad, entre otras).

El anuncio de la suspensión temporal se produjo pocas horas después de que la población se agolpara a las estaciones de servicio para proveerse de gasolina, ante el temor de un eventual desabastecimiento, que comenzó a perfilarse pocas horas después de iniciada la huelga.

Gabriel Moreta, de la Federación Nacional de Trabajadores Petroleros, reveló que el sistema de distribución nacional de combustibles, así como las labores de refino en las instalaciones costeras de Esmeraldas y Libertad, y en la amazónica de Shishufindi, bajaron su actividad como medida de presión al Gobierno. Asimismo, dijo que se suspendió parcialmente la evacuación de crudo y que bajó el ritmo de la producción del mismo, medida que finalmente no afectó a las exportaciones.

Sin embargo, Yánez garantizó la normalización total de las actividades y aseguró públicamente que no habrá desabastecimiento de combustibles.

Pese a la suspensión de la huelga, las instalaciones petroleras y de energía eléctrica, así como varias distribuidoras de combustibles continúan militarizadas.

Nº 9509018

ECUADOR · Enjuiciamiento al vicepresidente Dahik por sobornos a legisladores

150096.

20-I-95

11921.
65838.
11164
11302.
11426.

Ecuador: Acusan al Vice Presidente

9017 EP.

QUITO, 19 (AP).— Diputados de la oposición emprendieron hoy trámites para el enjuiciamiento congresal del vicepresidente Alberto Dahik, a quien acusan de sobornar a legisladores y otros funcionarios.

Tres legisladores se presentaron en una notaría local para hacer el reconocimiento de las firmas de los 21 diputados que pretenden adelantar el proceso contra el vicepresidente Alberto Dahik, del Partido Conservador.

Hace un mes, Dahik dijo a un grupo de periodistas que el gobierno cedió a "chantajes" de políticos, diputados y magistrados a fin de obtener la aprobación de leyes impulsadas por el poder ejecutivo, aunque no dio detalles del presunto delito.

Los congresistas exigen que Dahik divulgue las identidades de los involucrados en el asunto y han sugerido que el mismo vicepresidente habría participado en tales actos.

El presidente Sixto Durán-Ballén, del Partido Unión Republicana, se ha negado tajantemente a comentar sobre las declaraciones de Dahik.

Los legisladores encabezados por Santiago Bucaram y Gustavo Larrea, de dos partidos opositores de tendencia populista, y por el izquierdista Juan Castelló, comenzaron las gestiones para llevar a Dahik a juicio en el Congreso.

Los acusadores son 10 diputados del Partido Roldosista, 8 del Movimiento Popular Democrático, 2 de Acción Popular Revolucionaria y uno socialista, todos de la oposición a la coalición gobernante.

La ley establece que se necesita un mínimo de 20 de los 77 diputados para legalizar el trámite de enjuiciamiento del vicepresidente.

Si los legisladores mantienen su decisión de enjuiciar a Dahik inmediatamente, el Congreso deberá constituir una comisión "especialísima" que decidirá en un plazo de 5 días si admite la acusación, decisión que deberá ser ratificada por una sesión plenaria de los legisladores.

De hallársele responsable de cohecho, Dahik podría ser destituído de su cargo con el voto 52 congresistas.

9509018

01-23

Podría ser destituido vicepresidente de Ecuador por hechos de corrupción

21/7/95

- El conservador Alberto Dahik reconoció a periodistas que el Gobierno entregó dinero y prebendas para lograr mayorías parlamentarias
- Los tres poderes estatales involucrados en las graves denuncias que conmocionan al país.

El vicepresidente de Ecuador, el conservador Alberto Dahik, en el centro de un caso de cohecho que involucra a los tres poderes del Estado, puede ser enjuiciado y destituido por el Congreso y, además, tendrá que responder judicialmente ante la Corte Suprema de Justicia (CSJ).

En las últimas horas, Dahik reconoció lo que hace un mes confesó a un grupo de periodistas con sus grabadoras en "off": el Gobierno ha entregado dinero y cuotas de poder para impedir que iniciativas de su interés terminaran en la basura.

"Un importante bloque legislativo había exigido asignaciones presupuestarias por 200.000 millones de sucres (unos 83,3 millones de dólares) para diversos fines, como condición previa a la aprobación de leyes fundamentales para el desarrollo y el futuro del país, exigencia que el Gobierno se vio obligado a aceptar", manifestó en una carta al presidente de la CSJ, Miguel Macías.

También dijo "que en círculos legislativos se comentaba el intento de ciertos legisladores de pedir dinero directamente al Gobierno para la aprobación de tal o cual asunto, e inclusive de insinuaciones similares de ministros de la CSJ, a fin de dictar alguna sentencia favorable a los interes del Gobierno".

"Jamás mencioné que yo, o que alguna persona del Gobierno, hubiese accedido a tales insinuaciones", subrayó en un intento de marginarse de la polémica.

También reconoció que "comenté" a los periodistas que las autoridades de las empresas estatales de electricidad y petróleo "se habían visto forzadas a atender pedidos legislativos de extender cuatro o cinco nombramientos a favor de determinados ciudadanos y que, dada la lamentable situación moral que vive nuestro país, no me sorprendería si ellos estuviesen sirviendo a su interés personal".

Sin embargo, negó haber manifestado que él hubiese "autorizado nombramiento alguno y que esas personas se encontraban robando desaforadamente", como sostuvo la versión que uno de los periodistas atribuyó a Dahik.

Todas estas confesiones las hizo en una carta que dirigió el miércoles al presidente de la CSJ, en la que denunció "improcedencia e ilegalidad" en la investigación previa al procesal que efectúa Macías, que le insiste en que debe revelar la identidad de los implicados.

Los mismos argumentos fueron repetidos en la noche del miércoles por Alberto Dahik en cadena nacional, retransmitida por todos los medios de comunicación, cuando avanzó que se ha abierto una "especial" investigación sobre posibles nombramientos irregulares, "y el país será pronta y oportunamente informado". En los últimos días, los periodistas con quienes conversó Dahik han declarado ante Macías, y todos han confirmado que el vicepresidente en efecto denunció algunos hechos, pero omitió los nombres de los involucrados. "No tenía nada que ocultar, pues si hubiese tenido nombres y pruebas los hubiera mencionado", destacó el vicepresidente, quien avanzó que la semana que viene se someterá a una entrevista televisiva con periodistas de todos los medios. Los diputados opositores que pretenden la destitución de Dahik por cohecho concluyeron ya las formalidades requeridas por la ley para el inicio de un juicio político. El presidente del Congreso, Heinz Moeller, anunció que el primero de agosto integrará "una comisión especialísima" que tendrá un plazo, "no renovable, ni prorrogable, de cinco días para informar respecto a la procedencia del juicio, a fin de que continúe el trámite que concluirá necesariamente con el enjuiciamento político".



El mandatario ecuatoriano Sixto Durán Ballén ante el laberinto en que lo ha colocado su vicepresidente

El presidente de la República, Sixto Durán Ballén, rompió un prolongado silencio sobre el tema para manifestar que éste está en manos de la Justicia, "porque yo no puedo ser juez y parte", no sin antes opinar que el mismo es un ingrediente más de la campaña electoral con vistas a las elecciones generales de 1996. "Se ofende a la democracia", declaró al recordar que el pasado martes diputados afines al Gobierno, que son minoritarios en el Congreso, agredieron en el Palacio Legislativo al recientemente destituido presidente de la empresa estatal de electrificación Iván Rodríguez, después de que éste se ratificara en otras denuncias contra Dahik, "por arrogación de funciones".

El jefe del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas, general Jorge Ortega, salió al paso de advertencias sobre el peligro constitucional que entraña el asunto, argumentando que "somos garantes del sistema jurídico, respetuosos de la Constitución". Los integrantes del Tribunal Supremo Electoral (TSE), que también fueron involucrados en el "chantaje", según la definición que han dado al caso los portavoces del Gobierno, reiteraron que otorgaron a Dahik un plazo de dos semanas para que revele los nombres de los implicados o, de lo contrario, presentarán una acusación penal adicional en su contra.

Conmoción: vicepresidente de Ecuador reconoce que el Gobierno aceptó chantajes

■ Alberto Dahik aseguró que la administración del mandatario Durán Ballén albergó "corrupciones"
■ El dolo ha llegado a "límites insospechables" aseguró, al tiempo que dio nombres de diputados implicados en hechos ilegales

El vicepresidente de Ecuador, Alberto Dahik, reconoció ayer que el Gobierno del presidente Sixto Durán Ballén, al igual que otros, ha cedido a "chantajes" de diputados "para salvar" el sistema democrático, pero destacó que el actual ha dado pasos importantes para abolir la corrupción.

Dahik detalló que diputados del Partido Social Cristiano (PSC, derechista), Movimiento Popular Democrático (MPD, izquierdista) y Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE, populista), todos opositores, han solicitado y recibido dinero del presupuesto fiscal para obras de eventual beneficio popular, pero que el destino de esos recursos deben ser investigados por la Contraloría, organismo censor de cuentas del Estado.

Los diputados afines al Gobierno, "que han pedido mucho menos", sostuvo, han solicitado por iniciativa propia que se investigue la utilización de los recursos asignados.

A manera de ejemplo, Dahik manifestó a un grupo de periodistas ante la televisión, que el Gobierno intentó así infructuosamente, evitar que el ex ministro de Relaciones Exteriores, Diego Paredes, fuese censurado y destituido por el Congreso, que hace un año lo acusó y lo declaró culpable de una serie de irregularidades en el ejercicio del cargo.

Dahik descartó, sin embargo, que la figura de cohecho pueda ser esgrimida y validada como tal en el juicio político con moción de censura que en la actualidad gestionan en su contra algunos legisladores, al subrayar que él, personalmente, no ha sido parte del "chantaje".

Dahik destacó su actual cargo de presidente del Consejo Consultivo Mundial de Transparencia, organización integrada por varias personalidades y ex presidentes de varios países de América, Europa y Africa, que busca combatir la corrupción en el poder político.

La corrupción en Ecuador "ha llegado a límites intolerables", dijo, tras dar nombres de varios diputados a quienes pidió investigar, porque "hay [illegible]



Sixto Durán Ballén, presidente de un gobierno acosado por la corrupción

tela que cortar", subrayó.

Al responder a una periodista que dijo sentirse "asqueada" de tales confesiones y que el régimen siguiese "el juego", Dahik recordó que el Gobierno de Durán-Ballén logró hace un año una reforma legal que impide en la actualidad a los diputados manejar partidas presupuestarias.

Asimismo, también recordó que Durán Ballén anunció esta semana una próxima consulta popular para sancionar una ley anticorrupción que, entre otras cosas, aumentará los castigos para los autores del dolo y

para los testaferros, "porque ha tenido la valentía de decir este sistema no da más". De esta forma "y con paciencia", subrayó, se ha logrado y se logrará más que optar por disolver el Congreso, por ejemplo, como lo hizo el presidente peruano, Alberto Fujimori, detalló.

Recordó, asimismo, que Durán Ballén ha planteado que todos los funcionarios que han ejercido cargos de poder desde hace quince años, incluido presidentes y hasta vicealcaldes, permitan una investigación de sus cuentas bancarias y las de sus cónyuges.

"Hay que apuntar", añadió, a los depósitos efectuados en bancos del exterior, porque es allí donde está "la plata gorda".

Sobre la participación en actos corruptos de ministros jueces de la Corte Suprema de Justicia (CSJ), aclaró que supo sólo de "insinuaciones", aunque "no era de extrañarse" que aquello sucediese, pero que no cuenta con pruebas efectivas. No obstante, sostuvo que el propio presidente de la CSJ, Miguel Macías, y el ex presidente de Ecuador (1961-63) y actual juez, Carlos Julio Arosemena, han denunciado que existe corrupción en la función judicial y que ello debe investigarse y que en ese empeño "el Gobierno será implacable".

9509019

REP. DOMINICANA: Protestas para exigir agua, electricidad y carreteras

1SCC14.

21-7-95

11921

507637.

11165

11413

11414

11164

11302.

11103

DOMINICANA

Choques entre manifestantes y policía

21/7/95

Santo Domingo. Un hombre murió el miércoles de dos disparos de bala y al menos cuatro fueron heridos por impactos de perdigones durante enfrentamientos con la policía en la sureña comunidad dominicana de San Juan de la Maguana, según confirmaron ayer fuentes oficiales. [illegible]

[illegible] de bala en ambas piernas, otros heridos de disparos de escopeta y dos policías y un soldado que fueron heridos por pedradas.

La policía ha detenido a más de medio centenar de manifestantes.

01-01.

Después de un cese de labores de 65.000 educadores, la medida se extendería

Costa Rica ante eventual huelga general por salarios y contra las privatizaciones

23/7/95

En la primera semana de la huelga que mantienen unos 65.000 educadores, el movimiento se ha extendido y, en alianza con las principales organizaciones sindicales y populares, amenaza con paralizar el país a partir del lunes próximo.

Se trata de la protesta social más grave que sufre Costa Rica en los últimos 47 años, cuando miles de ciudadanos realizaron -en aquella época- una "huelga de brazos caídos" que paralizó el país.

Fuentes sindicales dijeron que esperan la adhesión de más organizaciones a partir del lunes, cuando unos 80.000 empleados públicos y otros trabajadores se unan a la huelga, declaró Albino Vargas, de la Asociación Nacional de Empleados Públicos (ANEP).

Las llamadas al diálogo han sido intensas desde distintos sectores, como el de los empresarios, la iglesia católica y las cuatro universidades, que el viernes se ofrecieron para mediar en el conflicto, pero no se vislumbran negociaciones.

Por el contrario, en los últimos días han arreciado las manifestaciones callejeras de los profesores y las amenazas de cortar las carreteras e interrumpir los servicios públicos por parte de las organizaciones populares agrupadas en el Comité Cívico Nacional.

El presidente costarricense, José María Figueres, advirtió que el movimiento de huelga "es desestabilizador del régimen de vida democrático", e insistió en que las reformas al sistema de pensiones del magisterio, que desataron la huelga de los profesores, "no son negociables".

Según informaciones periodísticas, la policía se encuentra "concentrada" a la espera de órdenes de entrar en acción.

"Yo puedo garantizar que no habrá ni una calle ni una carretera cortada", dijo el ministro de Trabajo, Farid Ayales, al expresar la voluntad del Gobierno de salvaguardar el orden.

La huelga de los educadores logró activar el movimiento popular y sindical del país que, desde los años ochenta, mostraba un decaimiento.

Según una encuesta publicada este viernes por el diario "La Nación", la mayoría de los costarricenses apoya los reclamos de los profesores.

El movimiento se inició con la protesta de los profesores por las reformas que, de manera acelerada, aprobó la Asamblea Legislativa a su sistema de pensiones pero se amplió con nuevas demandas nacionales.

Las organizaciones se oponen al Pacto Figueres-Calderón, firmado el pasado 12 de junio por el presidente Figueres y su antecesor, Rafael Angel Calderón, que prevé el cierre, fusión y venta de nueve empresas e instituciones estatales.

Además, las peticiones incluyen una mayor justicia salarial, dignificación del campesino, rechazo a la política de despidos, consagración de la libertad sindical como un derecho constitucional y una verdadera justicia tributaria.

9509021 V
HONDURAS

También están involucrados seis coroneles, dos capitanes y un mayor

Fiscalía hondureña acusa al ex dictador general Amílcar Zelaya por desaparición de personas

27/7/95

El general retirado Amílcar Zelaya, que fue miembro de la Junta Militar que gobernó Honduras entre 1978 y 1980, seis coroneles, dos capitanes y un mayor, varios en activo, han sido acusados por la fiscalía hondureña de la desaparición temporal de seis jóvenes en la década pasada.

El juez Roy Medina, titular del Juzgado Primero de Letras de lo Criminal de Tegucigalpa, dijo que el proceso fue incoado por la Fiscalía de Derechos Humanos del Ministerio Público, mientras otras fuentes judiciales precisaron que se interpuso el pasado viernes.

Es la primera vez en las últimas décadas que en Honduras se acusa judicialmente a un militar y ex dictador de violaciones de los derechos humanos.

Zelaya gobernó Honduras en un triunvirato junto con los generales Policarpo Paz García y Domingo Alvarez.

También se acusó a los coroneles Alexander Hernández, Juan Blas Salazar, Juan López Grijalba, Julio César Fúnez, Manuel Trejo y Juan Ramón Peña Paz, los capitanes Billy Joya y Jorge Antonio Padilla, y al mayor Roberto Erazo.

La fiscalía les acusó de "detención ilegal y tentativa de asesinato" contra seis jóvenes que fueron detenidos en 1982 en la casa del entonces subprocurador general de la República, Rafael Rivera Torres, que también fue detenido pero liberado minutos después.

Los jóvenes, que fueron liberados pocos días después, son los hermanos Milton y Marlen Jiménez, Guillermo y Edwin López, y Gilda y Suyapa Rivera, estas últimas hijas de Rivera Torres.

Según informes de organismos estatales y privados de derechos humanos, los seis jóvenes fueron llevados a una delegación de la Fuerza de Seguridad Pública (FSP) y después a una cárcel clandestina, donde fueron víctimas de torturas físicas y sicológicas.

La cárcel clandestina sería, según las mismas fuentes, una casa de campo del general Zelaya, en las afueras de Tegucigalpa, que también fue mencionada por tres ex miembros del Batallón 3-16 en una reciente serie de reportajes en un periódico, "The Baltimore Sun", de Estados Unidos.

Los oficiales acusados ocupaban cargos de alto mando e intermedios en organismos policiales y militares de aquel entonces, excepto Zelaya, que ya había pasado a retiro.

Hernández y Joya, según un informe del Comisionado de Protección de los Derechos Humanos, eran miembros del 3-16, al que se señala como responsable de la desaparición de unas 184 personas en los años ochenta.

Salazar, que está preso en una cárcel del puerto caribeño de La Ceiba por presunta apropiación indebida de cocaína, era el jefe de la ya desaparecida Dirección Nacional de Investigaciones (DNI), y López Grijalba era director de Inteligencia Militar (G-2).

Según fuentes de la fiscalía, en la acusación se aportan testimonios, nombres de testigos y pruebas contra los diez militares. Un informe de la Procuraduría de los Derechos Humanos da cuenta de que en la década pasada se desarrolló una "guerra sucia" contra la oposición de aquella época durante la cual más de 150 personas fueron desaparecidas, por las fuerzas de seguridad. Honduras ha sido el único Estado americano que ha sido condenado, en 1989, por la desaparición de personas por la Corte Interamericana de Derechos Humanos, con sede en Costa Rica.

También están involucrados seis coroneles, dos capitanes y un mayor

Fiscalía hondureña acusa al ex dictador general Amílcar Zelaya por desaparición de personas

El general retirado Amílcar Zelaya, que fue miembro de la Junta Militar que gobernó Honduras entre 1978 y 1980, seis coroneles, dos capitanes y un mayor, varios en activo, han sido acusados por la fiscalía hondureña de la desaparición temporal de seis jóvenes en la década pasada.

El juez Roy Medina, titular del Juzgado Primero de Letras de lo Criminal de Tegucigalpa, dijo que el proceso fue incoado por la Fiscalía de Derechos Humanos del Ministerio Público, mientras otras fuentes judiciales precisaron que se interpuso el pasado viernes.

Es la primera vez en las últimas décadas que en Honduras se acusa judicialmente a un militar y ex dictador de violaciones de los derechos humanos.

Zelaya gobernó Honduras en un triunvirato junto con los generales Policarpo Paz García y Domingo Alvarez.

También se acusó a los coroneles Alexander Hernández, Juan Blas Salazar, Juan López Grijalba, Julio César Fúnez, Manuel Trejo y Juan Ramón Peña Paz, los capitanes Billy Joya y Jorge Antonio Padilla, y al mayor Roberto Erazo.

La fiscalía les acusó de "detención ilegal y tentativa de asesinato" contra seis jóvenes que fueron detenidos en 1982 en la casa del entonces subprocurador general de la República, Rafael Rivera Torres, que también fue detenido pero liberado minutos después.

Los jóvenes, que fueron liberados pocos días después, son los hermanos Milton y Marlen Jiménez, Guillermo y Edwin López, y Gilda y Suyapa Rivera, estas últimas hijas de Rivera Torres.

Según informes de organismos estatales y privados de derechos humanos, los seis jóvenes fueron llevados a una delegación de la Fuerza de Seguridad Pública (FSP) y después a una cárcel clandestina, donde fueron víctimas de torturas físicas y sicológicas.

La cárcel clandestina sería, según las mismas fuentes, una casa de campo del general Zelaya, en las afueras de Tegucigalpa, que también fue mencionada por tres ex miembros del Batallón 3-16 en una reciente serie de reportajes en un periódico, "The Baltimore Sun", de Estados Unidos.

Los oficiales acusados ocupaban cargos de alto mando e intermedios en organismos policiales y militares de aquel entonces, excepto Zelaya, que ya había pasado a retiro.

Hernández y Joya, según un informe del Comisionado de Protección de los Derechos Humanos, eran miembros del 3-16, al que se señala como responsable de la desaparición de unas 184 personas en los años ochenta.

Salazar, que está preso en una cárcel del puerto caribeño de La Ceiba por presunta apropiación indebida de cocaína, era el jefe de la ya desaparecida Dirección Nacional de Investigaciones (DNI), y López Grijalba era director de Inteligencia Militar (G-2).

Según fuentes de la fiscalía, en la acusación se aportan testimonios, nombres de testigos y pruebas contra los diez militares. Un informe de la Procuraduría de los Derechos Humanos da cuenta de que en la década pasada se desarrolló una "guerra sucia" contra la oposición de aquella época durante la cual más de 150 personas fueron desaparecidas, por las fuerzas de seguridad. Honduras ha sido el único Estado americano que ha sido condenado, en 1989, por la desaparición de personas por la Corte Interamericana de Derechos Humanos, con sede en Costa Rica.

Honduras: civiles y militares implicados en desapariciones de detenidos van a juicio

Según el Fiscal General del Estado hondureño Edmundo Orellana, los autores de los 184 crímenes reconocidos serán sometidos a proceso.

En el pasado hubo jueces entregados a intereses muy bajos", aseguró el magistrado.

Los civiles y militares de Honduras implicados en la desaparición de 184 personas en la década de los ochenta serán enjuiciados, aunque eso no garantiza que recibirán castigo, según el Fiscal General del Estado, Edmundo Orellana.

Orellana dijo que en el pasado la Justicia de Honduras fue ineficaz porque hubo "jueces entregados a intereses muy bajos que tenían altas cuotas de poder", pero que ahora el sistema judicial de este país centroamericano "es diferente".

Añadió que los juicios sobre los desaparecidos llevarán mucho tiempo, porque hubo varios que fueron desaparecidos temporales, y que algunos casos podrían tardar unos cinco años porque los jueces en Honduras investigan a los testigos.

Sobre la corrupción en la Justicia hondureña en el pasado reciente, Edmundo Orellana afirmó que "todavía hay jueces que no duermen porque la conciencia los desgarra, y ahora andan como sonámbulos".

El funcionario subrayó que en los años ochenta las autoridades civiles le tuvieron miedo a los militares, a quienes se les implica en mayor medida en la desaparición forzada de personas, por lo que en 1988 este país fue condenado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH).

A su juicio, los hondureños, particularmente los familiares de los desaparecidos, deben tener un poco más de paciencia y la esperanza de que los implicados en esos delitos tendrán que responder en los tribunales.

Sobre los desaparecidos, los militares alegan que no tuvieron participación, y lo más reciente afirmado por portavoces castrenses es que no tienen nada en sus archivos porque no guardan nada desde los últimos cinco años.

El presidente hondureño, Carlos Roberto Reina, también considera que todos los implicados en las desapariciones, civiles y militares, deben ser enjuiciados y castigados.

Pero para el Comité de Familiares de Detenidos Desaparecidos en Honduras (COFADEH), Reina, que ha sido presidente de la CIDH, ahora "maneja mal" el asunto de los desaparecidos.

Según el COFADEH, Reina ha llegado a extremos de lucirse como un "defensor de oficio de los históricamente inculpados" en las desapariciones, al poner en duda una serie de cuatro reportajes del diario "The Sun" de la ciudad estadounidense de Baltimore, con testimonios de ex agentes de un cuerpo paramilitar hondureño al que se acusa de muchas desapariciones forzadas, que ya se conocían en Honduras.

En junio pasado, el presidente dijo sobre la serie de reportajes que habría que investigar quiénes habían levantado de nuevo el tema de los desaparecidos, y que a su criterio eso no era una casualidad, lo que provocó reacciones en su contra.



Sin embargo, ahora el mandatario manifiesta que se refería al interés que puede existir en sectores políticos del Partido Demócrata en Washington.

Los miembros del Partido Demócrata de Estados Unidos podrían estar utilizando el asunto de los desaparecidos en varios países de América Latina en la década de los ochenta, durante la administración republicana de Ronald Reagan que fue de dos períodos consecutivos (1980-88).

"¡Qué mal maneja ahora el señor presidente la cuestión de los desaparecidos, con qué patriarcalismo se refiere a las mujeres hondureñas y cómo permite la falta de respeto institucional a los derechos del niño! Ojalá aún tenga tiempo para rectificar su errada política de derechos humanos", expresó el COFADEH el viernes pasado.

El presidente Reina reiteró la semana pasada su compromiso en la defensa de los derechos humanos, y dijo que todos los organismos humanitarios que luchan por esa causa tienen el respaldo de su Gobierno, y que hay que "crear un bloque en su defensa".

A su juicio, la aplicación de la justicia en Honduras "no es fácil" porque hay que vencer los vicios de regímenes anteriores que actuaron en un marco de corrupción e impunidad.

Hasta ahora ningún ex funcionario ni militar hondureño ha sido enjuiciado por la desaparición forzada de personas en este país centroamericano, donde entre 1979 y 1990 desaparecieron 184 personas de unas ocho nacionalidades, según el Comisionado de Protección de los Derechos Humanos, Leo Valladares, quien ahora recibe constantes amenazas.

Valladares se ha visto obligado a enviar a su familia al extranjero y el viernes le informó a Reina de que se le está "hostigando y amenazando de muerte".

C.2 - C.2

9509022

Paramilitares campesinos de Guatemala liberan observadores de Naciones Unidas

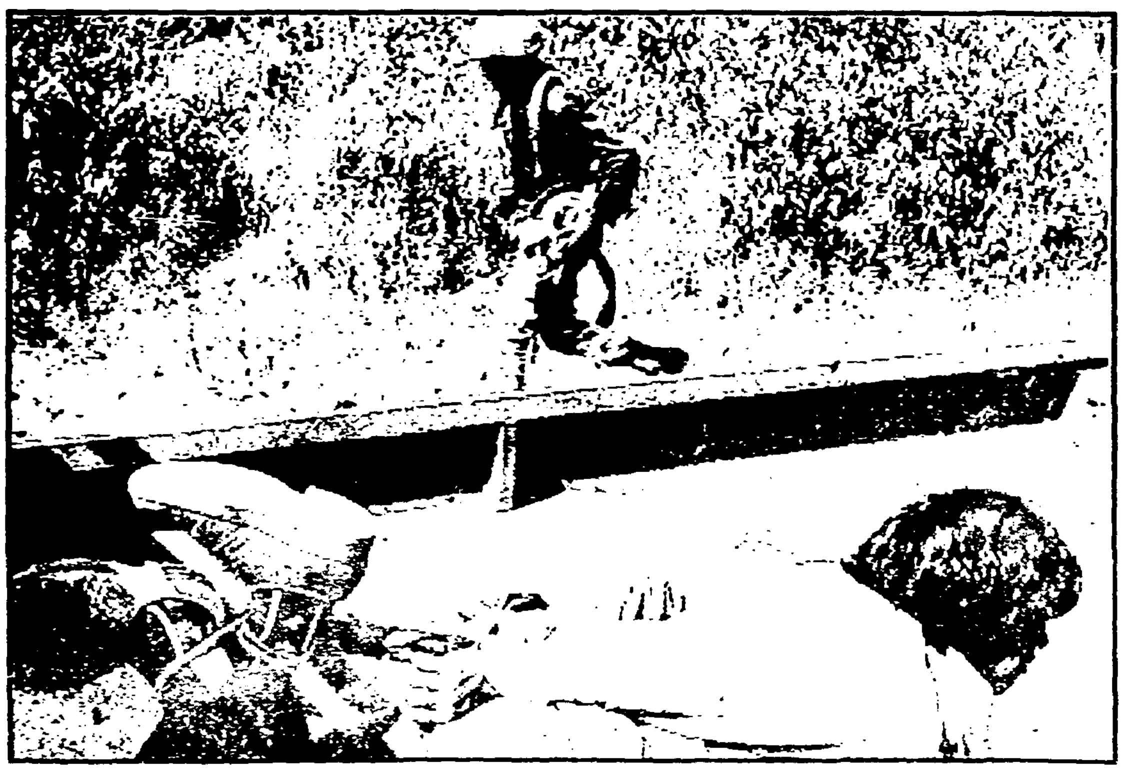
2/7/95

■ Cinco funcionarios internacionales del organismo ecuménico recuperaron la libertad el viernes ■ Habían sido retenidos por las Patrullas de Autodefensa Civil (PAC) en la localidad de San Antonio Tzejá

Guatemala. Cinco observadores internacionales de derechos humanos, que estaban retenidos por campesinos paramilitares desde el miércoles pasado en una apartada región noroccidental de Guatemala, fueron liberados, informaron el viernes fuentes oficiales.

La Misión de Naciones Unidas para Guatemala (MINUGUA), que verifica el cumplimiento de los derechos humanos en este país, anunció que la liberación se produjo la noche del viernes.

Integrantes de los grupos paramilitares conocidos como Patrullas de Autodefensa Civil (PAC) de la aldea San Antonio Tzejá, en el departamento de Quiché, retuvieron a los observadores como presión para que las autoridades resuelvan el conflicto de tierras que mantienen con cerca de 40 familias de campesinos repatriados.



Tras lograr su libertad, [illegible] MINUGUA [illegible] San Antonio Tzejá [illegible]

[illegible] Graham Russell, ambos de la MINUGUA.

También la estadounidense Paola Worby, de la Alta Comisaría de las Naciones Unidas para Refugiados (ACNUR), su compatriota Daniel Long, del Grupo Internacional de Consulta y Apoyo al Retorno (GRICAR) [illegible]

[illegible] ridas 10 personas, se originó cuando los repatriados fueron interceptados por un grupo de campesinos dirigidos por el líder paramilitar de la aldea, Raúl Martínez.

Martínez, jefe de las PAC, y sus hombres capturaron ilegalmente a los cinco observadores internacionales [illegible]

Una fuente de las Comisiones Permanentes (CCPP) de Refugiados, dijo que otra exigencia del jefe paramiliar fue que ACNUR desista de demandar ante los tribunales a las PAC por las amenazas hechas a observadores.

Una misión especial del presidente Ramiro de León, presidida por el director del Fondo Nacional para la Paz (FONAPAZ), Alvaro Colom, también viajó al lugar para intentar mediar en el conflicto.

El portavoz de la MINUGUA, Zacarías Sellah, dijo que el director de la misión, el argentino Leonardo Franco, expresó al jefe de Estado «preocupación» por la detención «ilegal» de los funcionarios.

Sellah agregó que también se ha informado sobre el incidente al secretario general de la ONU, Boutros Ghali.

El director de ACNUR en Guatemala, Michel Gabaudan, aseguró que el caso está en manos del Ministerio Público.

Se trata del primer incidente de gravedad que se produce desde que en 1986 [illegible] guatemaltecos, que se refugiaron [illegible] en México para [illegible]

Doc. con partes claras.

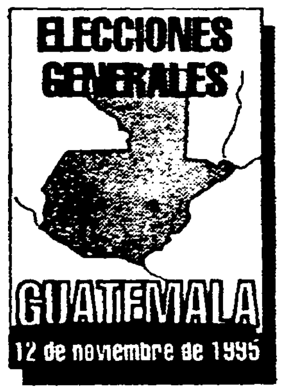
9509022

El Tribunal Electoral guatemalteco afirmó que el general no puede aspirar a la presidencia de su país

Ríos Montt, candidato del Frente Republicano

El Frente Republicano Guatemalteco (FRG) proclamó ayer candidato a la presidencia al general retirado y presidente del Congreso de Guatemala, Efraín Ríos Montt, pese a la oposición del Tribunal Supremo Electoral (TSE), informaron fuentes políticas.

■ Ríos Montt, que tiene un impedimento constitucional para ocupar la presidencia por haber encabezado un gobierno de facto, fue nominado por el PRG, el partido con mayor representación en el actual Congreso, en el momento en que el Parlamento se dispone a decidir la renovación o la continuidad de los actuales magistrados del TSE, en una votación prevista para los próximos días.



El FRG intenta renovar al organismo electoral, con el fin de hacer posible la candidatura de su líder a las elecciones presidenciales previstas para noviembre próximo.Sin embargo, la segunda mayor fuerza política guatemalteca, el centro-derechista Partido de Avanzada Nacional, impulsa la reelección de los actuales magistrados.

La renovación del TSE procede sólo con la votación de dos tercios de los diputados. El partido de Ríos Montt sólo cuenta con 41 de las 80 bancadas legislativas, por lo que es poco probable que logre su objetivo, según círculos políticos. Ríos Montt encabezó un gobierno militar de facto entre 1982 y 1983 y es responsabilizado por organizaciones independientes de graves violaciones a los derechos humanos, cometidas durante su breve mandato.

En las elecciones de 1990, Ríos Montt lanzó también su candidatura presidencial, que fue rechazada por el TSE con base en el artículo 186 de la Constitución, que inhabilita para el cargo a quienes hayan propiciado o propicien el rompimiento del orden constitucional.

El presidente del TSE, Mario Guerra, declaró que la carta magna "no ha cambiado", por lo que el general tiene el mismo impedimento que hace cinco años.

En el mismo acto en que proclamó a Ríos Montt, el FRG eligió al empresario Harris Whitebek como candidato a la vicepresidencia y escogió una lista de candidatos a diputados.

20 AÑOS DE PROTAGONISMO

Ríos, de 68 años, dejó la institución militar en 1974 para ingresar a la política como candidato del Partido Demócrata Cristiano (DC), y en oposición al candidato oficialista de entonces, el también general Kjell Laugerud.

Aunque Ríos Montt fue el claro ganador de la contienda, de acuerdo con la oposición y observadores internacionales, el gobierno proclamó vencedor a Laugerud, tras lo cual Ríos debió partir a un virtual exilio como agregado militar en España.

Su figura parecía haber perdido todo relieve político cuando el 23 de marzo de 1982, un grupo de oficiales jóvenes derrocó al general Romeo Lucas García y lo llamó a encabezar la Junta de Gobierno. Pero su mandato sólo duró 16 meses, pues fue derrocado por el general Oscar Mejía Víctores.

Para entonces, Ríos Montt se había convertido al cristianismo fundamentalista y era el líder espiritual de la autodenominada Iglesia del Verbo, evangelista.

Varias organizaciones independientes acusan a Ríos Montt de ser el responsable de graves violaciones de los derechos humanos perpetradas por el régimen que él encabezaba.

En 1989, el ex militar volvió a la política y fundó el Frente Revolucionario Guatemalteco (FRG), con el cual intentó inscribirse como candidato presidencial un año después, cuando todas las encuestas lo señalaban como el claro favorito para ganar las elecciones.

El TSE rechazó su incripción, en razón de una norma constitucional que excluye del derecho a ser elegidos presidentes de la República a quienes hayan participado en gobiernos de facto.

Ríos Montt fue electo diputado en las elecciones legislativas de 1994 y actualmente ocupa la presidencia del Congreso, al frente de una fracción de 41 diputados, la mitad más una del total de bancadas.

Hasta marzo pasado, no había encuesta que no le reconociera el primer lugar en la intención de voto de los guatemaltecos.

La izquierda guatemalteca se organiza

4/7LR.

Guatemala

■ El Frente Democrático Nueva Guatemala (FDNG), que aglutina a organizaciones populares de ese país, hizo su presentación formal como nueva agrupación político electoral, aunque no dio a conocer aún su nómina de candidatos para las elecciones de noviembre próximo.

La dirigente del FDNG Nineth Montenegro explicó que "aún falta mucho por hacer antes de dar a conocer nombres de candidatos", y calificó el acto al que concurrieron unas 800 personas como una demostración "político-cultural", para seguir con la consolidación del Frente.

El FDNG está integrado por organizaciones populares, sindicales y campesinas, y se menciona la posibilidad de que obtenga un respaldo formal de la guerrillera Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), que aún negocia el fin de la guerra con el gobierno del presidente Ramiro de León Carpio.

Entre los dirigentes del grupo se encuentran Rosalina Tuyuc, de la Confederación Nacional de Viudas de Guatemala (Conavigua), Nineth Montenegro, del Grupo de Apoyo Mutuo (GAM), Marcial Méndez, del Partido Revolucionario (PR), Víctor Hugo Godoy, también del PR, y el sindicalista Byron Morales.

En el acto que tuvo lugar en un teatro, en el centro de la capital guatemalteca, los dirigentes dieron a conocer la estructura interna del Frente, que estará integrada por una Asamblea General, una Coordinadora Nacional, un Comité Ejecutivo y varias comisiones de trabajo.

El Frente estaba inicialmente integrado por algunas organizaciones políticas de izquierda democrática, pero aparentemente se han producido algunas divisiones, que no han trascendido públicamente, lo que podría derivar en una participación dividida de la izquierda en las elecciones de noviembre.

Una encuesta realizada recientemente por la firma Cambio XXI concedía solamente un 1,5 por ciento de intención de voto "por el candidato de la izquierda", aunque no se ha oficializado ningún nombre bajo esa bandera.

La misma encuesta daba al ex alcalde Alvaro Arzú, del Partido de Avanzada Nacional (PAN-conservador), como favorito para ganar la elecciones, con un 44 por ciento.

En segundo lugar aparece, con 17% de apoyo, el general retirado Efraín Ríos Montt, del derechista partido Frente Republicano Guatemalteco (FRG), quien hoy fue proclamado como candidato, a pesar de tener un impedimento constitucional por haber participado en un golpe de Estado en 1982.

El general Ríos Montt no será candidato

Guatemala, por Gonzalo Marroquín



El derechista general Ríos Montt no podrá ser candidato presidencial en Guatemala. Así lo dispuso el tribunal electoral.

30/7LR

■ El rechazo legal a la candidatura presidencial del general Efraín Ríos Montt por el Registro de Ciudadanos aclara el panorama electoral en Guatemala, en medio de una compleja contienda política que enfrentará en noviembre próximo a cerca de 15 aspirantes a la presidencia.

Aunque el Frente Republicano Guatemalteco (FRG-derecha) ha impugnado la resolución con un recurso de nulidad, todo indica que el controversial militar retirado y actual presidente del Congreso no podrá participar en los comicios, como ya le sucedió en 1990, cuando su nominación también fue rechazada.

El general retirado está impedido constitucionalmente a aspirar a la presidencia de su país por haber encabezado un gobierno de facto, lo que obliga a su partido a buscar un nuevo candidato, que podría ser nominado próximamente.

"De toda manera el FRG llega al poder", respondió Ríos Montt a la **AFP** cuando se le preguntó lo que haría después de que el Registro volvió a negarle la inscripción por haber participado en el golpe de estado del 23 de marzo de 1983, cuando llegó a la jefatura de Estado.

Ríos Montt aseguró que "tenemos otros nombres" para ser inscriptos y no negó que entre los está el de su esposa, María Teresa Sosa de Ríos, pero confirmó que también son aspirantes los diputados Harris Withbeck y Arturo Soto Aguirre, cuyas precandidaturas que serán sometidos a consulta en la asamblea general del FRG del 19 de agosto próximo.

El rechazo de la candidatura de Ríos aclara bastante el panorama político y ha permitido que casi todos los partidos intensifiquen desde ahora sus respectivas campañas en el interior del país, con el objeto de mejorar sus expecatativas aprovechando a potenciales simpatizantes del general en retiro.

Ríos Montt aparecía como uno de los dos contendientes más firmes para la Presidencia, pero ahora los analistas estiman que "está abierto el camino para que surja un tercero", ya que se da por sentado que el candidato del Partido de Avanzada Nacional (PAN-derecha), Alvaro Arzú, subirá en las encuestas y terminará en primer lugar en la votación.

Pese a esas proyecciones, los analistas consideran "muy difícil" que el panista obtenga la mayoría necesaria (el 50% más uno de los votos emitidos) para triunfar en una primera ronda. Ello obligaría a una segunda ronda de las elecciones presidenciales, por lo que los demás aspirantes saben que sus posibilidades aumentan sin Ríos, quien aparecía en primer lugar en las encuestas a nivel nacional y era el segundo a nivel metropolitano, detrás de Arzú.

9509023

Guatemala: Pena de Muerte Para Militares y Policías

GUATEMALA, 14 (AP). — El presidente Ramiro de León Carpio sancionó la ley que aprobó el Congreso para reformar el Código Penal y que establece la pena de muerte o una sentencia mínima de 25 años de prisión para militares o policías convictos de asesinato o de la desaparición de personas.

Esta reforma cobrará vigencia el 22 de julio.

De León Carpio dijo que esa ley "constituye una respuesta del estado de Guatemala ante los innumerables hechos de esa índole, que se dieron en el pasado y que pudieran seguir dándose en el presente, aunque no existe una política de violación a los derechos humanos por parte del gobierno".

Respecto a las desapariciones se procesará a cualquier responsable, ya sea militar, policial, guerrillero o civil.

El mandatario dijo que "estos delitos... se han producido particularmente como consecuencia del enfrentamiento armado que tanto daño ha causado al país, por lo que deseo que al llegarse a la firma de la paz, estas circunstancias no se produzcan. Pero en todo caso ya los tribunales de justicia contarán con un instrumento jurídico sumamente drástico".

GUATEMALA

Pacto garante de comicios

Guatemala. El presidente de Guatemala, Ramiro de León, y representantes de partidos y organizaciones políticas firmaron ayer un "pacto cívico-nacional" para garantizar las elecciones generales del próximo 12 de noviembre. El compromiso multisectorial, firmado por los candidatos presidenciales, dirigentes políticos y decenas de "testigos de honor", pretende lograr un proceso limpio en el que desaparezcan las llamadas "campañas negras" de acusaciones entre partidos. Los signatarios se comprometen también a evitar los "insultos" personales, a adoptar conductas de ética "ciudadana", como ejemplo cívico para el pueblo, y a acatar las normas de la Ley Electoral.

El documento determina mecanismos para dirimir controversias que se presenten entre dos o más agrupaciones durante los casi cuatro meses que quedan para las elecciones.

Asimismo, convinieron en retirar la propaganda política de los centros públicos, en el término de 90 días después de concluidos los comicios. El Gobierno, por su parte, se comprometió a facilitar al candidato y nuevas autoridades que resulten electos una "transición democrática". Además invitará a observadores internacionales para que presencien el proceso y "comprueben" la neutralidad del Gobierno, que reiteró que no apoyará a ningún partido.

En este sentido, aseguró que destituirá "de inmediato" al funcionario que use bienes del Estado, tiempo de su trabajo o su influencia para respaldar a algún candidato u organización política. El objeto del segundo e[illegible]ntro es el de poner las bases del denominado "Pacto de Gobernabilidad", que garantice a las nuevas autoridades desempeñar sus labores sin tropiezos, y para lo cual serán discutidos asuntos como la paz, el respeto de los derechos humanos y la lucha contra la impunidad y la corrupción, dijo el presidente.

N°: 9509026
TITULO: Ejército colombiano resiste plan de paz del Pte.
PROC.: 150090
FECHA: 4/7/95
VINCULACION: 11821
65592
11164
11302
11163
11339
514593

El ejército colombiano resiste un plan de paz del presidente

4/7 LN.

Rechazó la oferta formulada por el mandatario a la guerrilla, consistente en desmilitarizar una amplia zona rural para facilitar el comienzo de negociaciones

BOGOTA, 3 (Reuter).- El ejército de Colombia rechazó hoy la oferta del presidente Ernesto Samper a la guerrilla de desmilitarizar una amplia zona rural del país para facilitar el inicio de negociaciones de paz.

Un documento confidencial, firmado por el comandante del ejército, general Harold Bedoya, y entregado al comandante general de las fuerzas militares y al ministro de Defensa, fue revelado hoy por la prensa local.

La posición del ejército podría representar un nuevo obstáculo en los esfuerzos de Samper por alcanzar la paz en Colombia, donde grupos armados operan desde hace más de tres décadas.

El gobierno ofreció desmilitarizar el municipio de Uribe para facilitar el inicio de conversaciones de paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el principal grupo guerrillero del país.

Un oficial del ejército, que pidió mantener su identidad en reserva, dijo que despejar Uribe daría ventajas militares a la guerrilla.

El ejército advirtió en su informe al Poder Ejecutivo que esta decisión implicaría graves riesgos para su cuerpo y un retroceso militar en la lucha contra los rebeldes.

Enfrentamiento

Pese a la oposición del ejército, Samper reiteró su disposición de desmilitarizar completamente la zona rural de la Uribe. "Siempre he dicho que vamos a desmilitarizar la Uribe, excepto la cabecera. Estamos dispuestos a brindarles garantías a los grupos alzados en armas", manifestó Samper.

Bedoya, que para firmar la nota contó con el apoyo de los comandantes de división y otros altos oficiales, propuso al gobierno que las tropas mantengan, además del área urbana, un control de al menos 2000 kilómetros cuadrados, es decir, la tercera parte de Uribe.

Bedoya, aunque reconoció que el presidente Samper es constitucionalmente el máximo comandante de las fuerzas armadas, recordó que la eventual orden de desmilitarizar la zona tiene el carácter jurídico de una orden del servicio.

Medios de prensa locales interpretaron la actitud de Bedoya como deliberada y plantearon la posibilidad de que el oficial sea pasado a la reserva por el gobierno. Eso en el mejor de los casos.

9509026

01-02

El Ejército Colombiano Pone Advertencias Ante el Comienzo del Diálogo de Paz con la Guerrilla

SANTAFE DE BOGOTA, 3 (EFE). — Un memorando interno de los altos mandos del Ejército colombiano ha puesto en duda la desmilitarización de las montañas del centro del país donde deberán producirse los primeros contactos de paz entre el Gobierno y las guerrillas comunistas.

Los términos del documento han sido interpretados por algunos como una tácita advertencia de los militares de que no evacuarán las tropas si la orden presidencial no es impartida de forma escrita.

El memorando fue preparado por el comandante del Ejército, general Harold Bedoya Pizarro, un oficial de amplia trayectoria en la lucha antiguerrillera, y tuvo como destinatario al comandante encargado de las Fuerzas Militares, general Eddy Pallares Cotes.

Diversas fuentes periodísticas de Santafé de Bogotá han asegurado que la entrega del documento tuvo lugar el pasado martes, durante una reunión celebrada en el Ministerio de Defensa y a la que asistieron por lo menos cuatro comandantes de divisiones del Ejército.

El general Bedoya habría recibido el respaldo de todos los altos mandos ante quienes colocó a consideración su memorando.

Asuntos relacionados con la táctica militar, la estrategia y las disposiciones constitucionales del país han sido tomados por los altos mandos como fundamento para señalar los peligros que, en su opinión, encarna una eventual desmilitarización de la zona.

El Gobierno del presidente Ernesto Samper ha aceptado evacuar las tropas acantonadas en las montañas del municipio de La Uribe, pequeñísimo poblado del departamento central del Meta, para dar lugar a un primer diálogo de paz con las guerrillas.

El despeje comprendería una gran porción de los cerca de 7.500 kilómetros cuadrados que conforman el territorio de esta localidad, pero no así la cabecera municipal, formada por menos de un centenar de casas.

En las abruptas montañas de La Uribe tiene su asiento el secretariado del estado mayor conjunto de as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), la más antigua y numerosa organización armada del país, y, según evaluaciones oficiales, allí también actúan ocho de los más de 55 frentes de combate activos de este movimiento en todo el país.

Una brigada móvil y otra fija, lo mismo que un comando operativo, combaten esta concentración guerrillera, considerada la más grande existente en Colombia.

El Ejército del país sólo consolidó su presencia en el área hace poco menos de tres años, cuando ocupó la legendaria "Casa Verde", sede central de las FARC.

Los mandos aseguran que es prácticamente imposible evacuar de la zona toda la estructura militar que han montado en cerca de treinta años de guerra antisubversiva. 4/7 EP.

Uno de los generales colombianos que más férreamente ha cuestionado los procesos de diálogo con las guerrillas y uno de los últimos ministros de Defensa militares del país, Fernando Landazábal Reyes, ha asegurado que si las tropas abandonan el área necesitarán de por lo menos diez años para recuperar estos territorios.

En el memorando interno, Bedoya escribió que, para asegurar que la eventual orden de evacuación de La Uribe "pueda ser interpretada y cumplida sin riesgo de errores de interpretación, este Comando (el del Ejército) comedidamente solicita que se gestione ante el Gobierno Nacional las Directivas que precisen los detalles pertinentes".

Esta solicitud equivale a la presentación por escrito de las disposiciones gubernamentales relacionadas con la virtual orden de desarme militar de la zona.

El general reconoce que el presidente es el máximo comandante de las Fuerzas Armadas y que como jefe del Estado es "responsable del orden público y de los procesos políticos conducentes a obtener la paz".

Con todo, enfatiza que es necesario precisar cuestiones de carácter jurídico "para efectos de las responsabilidades que puedan derivarse de una hipotética orden de desmilitarización".

El mandatario de Colombia se impuso drásticamente ante las opiniones de los militares

"Aquí mando yo", dijo el presidente Samper

El presidente Ernesto Samper Pizano reafirmó en forma tajante su poder constitucional sobre las Fuerzas Armadas de Colombia, que objetaron el retiro de tropas de una zona oriental para negociar con la guerrilla.

Cartagena, Colombia



El presidente colombiano se puso duro y le recordó a los militares quién manda en el país.

■ "Aquí mando yo", dijo Samper en una ceremonia militar en la escuela de cadetes navales en Cartagena de Indias.

El presidente recordó a los militares la lealtad que le deben las Fuerzas Armadas al jefe de Estado constitucional, y también al pueblo que lo eligió.

El jefe del Ejército, general Harold Bedoya Pizarro, había pedido a Samper que dictara por escrito una orden de retiro temporal de tropas en la zona rural de La Uribe, en el este del país.

En La Uribe, un pequeño municipio, se ha proyectado comenzar el diálogo de paz con los jefes de las ilegales Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

Los militares consideran que la decisión de Samper puede dañar el ánimo de sus soldados, que reconquistaron el territorio de La Uribe después de dos décadas bajo el control de las FARC. Pero Samper ha dicho que desde el momento en que se llegue a un acuerdo para el diálogo de paz en La Uribe, habrá un plazo de 15 días para evacuar las tropas de la zona rural.

Los militares deberán concentrarse en la pequeña ciudad cabecera durante 60 días, que será el plazo máximo para el diálogo inicial de paz. Posteriormente los soldados retornarán a sus bases. Sin embargo, los militares creen que la decisión de Samper puede ser, inclusive, inconstitucional. Samper reconoció que los guerrilleros de las FARC están "alejando" las posibilidades de iniciar el diálogo de paz debido a los cada vez más frecuentes ataques terroristas, que en los últimos tres días han causado la muerte a 12 policías.

ATAQUES GUERRILLEROS

La guerrilla colombiana —la más antigua de América Latina— mató en los últimos cuatro días a 18 miembros de las Fuerzas Armadas, ocho de los cuales este martes, mientras que el presidente Ernesto Samper reiteraba su propuesta de paz.

Dos ataques fueron lanzados ayer en dos puntos del país, por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), reveló el comando militar de Bogotá.

El suceso más grave se registró en la jurisdicción montañosa de El Calvario, departamento oriental del Meta, a 120 kilómetros de Bogotá, cuando una patrulla de soldados fue asaltada por las FARC. Cinco militares y un subversivo murieron.

La otra incursión guerrillera ocurrió en el noreste departamento de Santander, cuando militares patrullaban en el Magdalena Medio. Murieron en la misma un teniente y dos soldados, a quienes les fueron robadas las armas.

El parte militar no revela sobre bajas o heridos en el grupo de los alzados en armas.

La escalada subversiva en el país empezó el sábado cuando fueron asesinados cinco policías en el municipio de Rionegro, departamento de Santander. El lunes otros cinco policías resultaron muertos por las FARC, en la inspección de Sueba, departamento de Cundinamarca, cuya capital es Bogotá.

El presidente Samper dijo este martes que los ataques a militares y civiles colombianos, "no pueden ser interpretados como actos de paz, sino de guerra", agregando que "con estos hechos de violencia los guerrilleros están alejando las posibilidades de cualquier acuerdo de paz."

Empero, destacó que su estrategia en la política de paz ofrece garantías de movilización a los subversivos para sentarse a dialogar cuando den muestras verdaderas de querer la paz y la "reinserción".

A quienes quieran participar en el proceso de pacificación del país, las puertas están abiertas, subrayó, pero advirtió que "eso no significa debilidad por parte del Estado".

Desde comienzos de 1995 se viene hablando de un posible diálogo de paz entre el gobierno del presidente Samper y la Coordinadora Guerrillera (CG) que integran las FARC, el Ejército de Liberación Nacional (ELN), y una disidencia del desmovilizado Ejército Popular de Liberación (EPL). Para este efecto las partes han acordado realizar los primeros diálogos en zona rural de la población de La Uribe, departamento del Meta, para lo cual la subversión reclama la desmilitarización de por lo menos 7.000 km2.

La Uribe ha sido en las últimas tres décadas zona de conflicto armado, habida cuenta que hasta hace cinco años funcionó allí el comando principal de las FARC, el cual fue desmantelado por el Ejército a finales de 1990, en un bombardeo que puso en retirada a la plana mayor de este grupo subversivo, el más antiguo del país.

9509028 V

Malestar político militar en Colombia por informe confidencial que trascendió.
150483.
5/7/95.
11921
65552
11164
11163
11328

POR UN INFORME SOBRE LAS OFERTAS DE PAZ A LA GUERRILLA

Malestar político-militar en Colombia

5/7EQ.

El gobierno de Colombia y los militares analizaban ayer las consecuencias de un informe confidencial, que trascendió a la prensa, en el que el Ejército alertó sobre los riesgos de algunas ofertas de paz hechas a la guerrilla por el presidente Ernesto Samper.

La advertencia del comandante del Ejército colombiano, Harold Bedoya, sobre el peligro de desmilitarizar una amplia zona rural para facilitar las negociaciones de paz entre el gobierno y los rebeldes, desató un escándalo y la posibilidad de un enfrentamiento entre el Ejecutivo y el sector castrense.

Pese a que el Ejército dijo públicamente que respalda al mandatario, Samper pidió a las fuerzas armadas su lealtad en un acto oficial y luego cerró su discurso con un "aquí mando yo".

El incidente fue provocado el lunes por la publicación del informe de Bedoya, en el que destacaba los inconvenientes tácticos de replegar al Ejército de una zona rural que otrora era bastión de la guerrilla. El documento era confidencial y estaba dirigido al comandante de las fuerzas militares y al ministro de Defensa, Fernando Botero.

El episodio cobró niveles de escándalo debido al respaldo que tiene Bedoya entre los militares, uno de los oficiales más destacados en la lucha contra la guerrilla, y el hecho de que Botero no notificó del informe a Samper. Los efectos del documento sobre las relaciones gobierno-militares en el proceso de paz aún son una incógnita, ya que el pacto fue calificado de inconsulto. *(En base a Reuter)*

01-01

Samper busca apoyo para lucha contra narcotráfico

1317 LM.

El Presidente colombiano, Ernesto Samper Pizano, comenzó a buscar el apoyo político de su partido y los de oposición para continuar su lucha contra el narcotráfico, buscar la paz con la guerrilla y ejecutar una reforma tributaria que le permita financiar los ambiciosos programas para reducir la pobreza absoluta de más de siete millones de colombianos.

Bogotá\ANSA

Los conservadores, que son la segunda mayoría nacional, aceptaron algunos de los conceptos gubernamentales, pero mantienen una dura posición frente a los esfuerzos oficiales para iniciar los diálogos de paz y a la imposición de nuevos tributos.

Sin embargo, los conservadores dijeron que continúan las conversaciones con el gobierno liberal del presidente Samper Pizano para ampliar los acuerdos que eventualmente les permitiría permanecer con una representación de tres ministros en el Gabinete de 15 miembros.

Reunión

Samper Pizano se reunió ayer separadamente con los dirigentes de su Partido Liberal, con los conservadores y con los 17 congresistas cristianos, indígenas e independientes de la Alianza por Colombia.

En principio se aprobó, entre otras cosas, conformar una comisión de esos partidos y del gobierno para redactar un "gran acuerdo político en torno a los grandes temas de interés del país", según informó un vocero presidencial.

Al comenzar el 7 de agosto próximo el segundo de sus cuatro años constitucionales de gobierno, Samper Pizano buscará dar un revitalizado impulso a su criticada "política de paz", la empantanada reforma tributaria, el programa social y la lucha contra el narcotráfico.

Oposición

Pero los opositores políticos del Presidente manifestaron que al suscribirse el "gran acuerdo" también se deben conciliar criterios alrededor del reordenamiento territorial, la lucha contra la corrupción, la recuperación de la agricultura y la ganadería y una ley para aumentar las penas para delincuentes.

■ REESTRUCTURA EN EL GOBIERNO DE SAMPER

Renunció el gabinete de Colombia

13/7 ED.

Los quince ministros del Ejecutivo de coalición dimitieron ayer, en lo que se convirtió en la primera crisis del gobierno que asumió hace un año

El gabinete ministerial presentó su renuncia en pleno para dejar en libertad al presidente Ernesto Samper Pizano de hacer ajustes en el gobierno cuando se prepara para enfrentar su segundo año en el poder.

El gabinete de coalición, integrado por 11 ministros del Partido Liberal de gobierno, tres conservadores y un independiente, renunció durante la reunión semanal del consejo de ministros celebrada ayer.

"Al aproximarse el primer año de gobierno y ante la necesidad de superar la situación política generada en las últimas semanas hemos decidido presentar renuncia al cargo de ministros de Estado", dijeron los ministros en su carta de renuncia que fue leída por el ministro de gobierno Horacio Serpa.



Samper busca que su segundo año de gobierno tenga "énfasis en lo social" AFP

Samper nombrará su nuevo gabinete de ministros la semana próxima

Indicaron que de esta manera querían dejar al presidente en completa libertad para que en su fuero presidencial adopte las decisiones y cambios que considere necesarios.

Fuentes oficiales informaron que Samper nombrará su nuevo gabinete la próxima semana, después de adelantar consultas con los socios de la coalición de gobierno que habían comenzado el martes.

El ministro dijo en una conferencia de prensa que el presidente desea mantener la actual coalición de gobierno, con la participación de tres ministros del Partido Conservador, la segunda fuerza política de la nación.

Los conservadores han manifestado que están dispuestos a continuar en el gobierno, pero tienen objeciones especialmente a los proyectos presidenciales de aumentar los impuestos para financiar su ambicioso programa de desarrollo económico y social, que supone inversiones por US$ 27.000 millones hasta 1998.

El presidente solicitó además apoyo de sus socios en la coalición de gobierno para su política exterior, la lucha contra el narcotráfico y el esfuerzo que realiza para buscar una solución negociada a más de 31 años de guerra de guerrillas.

APOYO A MEDIDAS OFICIALES

El senador Jaime Arias Ramírez, presidente del Directorio Nacional Conservador, señaló después de reunirse durante varias horas con el mandatario que su partido respalda estas políticas gubernamentales.

Sin embargo, señaló que en la búsqueda de la paz el gobierno está sufriendo un desgaste innecesario porque la guerrilla no tiene voluntad de paz y la única solución, agregó, es combatirla.

Once meses después de haber asumido el poder, el presidente Samper Pizano no ha podido llegar a un acuerdo con los grupos guerrilleros alzados en armas sobre la forma de iniciar negociaciones tendientes a lograr la paz. *(En base a AP y EFE)*

E. OBS. 13/7.

Samper promete penas para narcos

En medio de serios problemas políticos y tras la renuncia masiva de ministros presentada ayer, el presidente Ernesto Samper le expresó a su colega estadounidense Bill Clinton que la Justicia colombiana castigará a los jefes del narcotráfico capturados con las máximas penas aplicables y en cárceles seguras y austeras.

Samper envió una carta a Clinton en la que le agradece una misiva en la que felicitó a Colombia por las recientes acciones contra los narcotraficantes del Cartel de Cali.

Sin embargo, el presidente colombiano señaló que "solamente un claro compromiso internacional nos permitirá avanzar de manera definitiva en la eliminación del fenómeno de la droga".

Samper destacó la nueva y constructiva etapa en las relaciones entre su país y EEUU, que a comienzos de este año tuvieron fuertes discrepancias, y agregó que ese intercambio es la respuesta que su país espera a cambio de la lucha digna y soberana que ha desarrollado y seguirá librando Colombia. Samper pidió formas efectivas de cooperación judicial y un control efectivo de productos químicos utilizados para producir drogas. *(EFE)*

Las deudas, la extensión de la broca (conocida plaga) y el precio del producto son las causas

Cafetaleros colombianos paralizaron sus actividades exigiencdo mayor protección del Gobierno

Jue 19/7

Los cafetaleros de al menos cien de los seiscientos municipios colombianos cuya economía depende del grano paralizaron sus actividades ayer miércoles, acosados por sus cuantiosas deudas, la extensión de la plaga de broca y la inconsistencia del precio del producto en el país.

La protesta, que durará 24 horas, fue convocada por la Unidad Cafetera Nacional (UCN), una entidad apartada de la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia (Federacafé) y que ha recibido el respaldo de algunos sectores políticos y de la Iglesia.

Tanto el Gobierno como Federacafé han fracasado en sus gestiones de disuasión ante los promotores del paro, que lo han ratificado pese a las advertencias oficiales de una eventual infiltración de las guerrillas actuantes en el país.

"Se trata de un paro sin cierre de vías, sin violencia, sólo para darle a conocer al país nuestra situación", garantizó en declaraciones a medios de la prensa local uno de los coordinadores regionales de la UCN, Fabio Trujillo.

Con todo, los gobernadores de departamentos como los de Caldas, Quindío y Risaralda (en el centro occidental del país) han decretado medidas de excepción que entraron en vigor el martes y que sólo serán levantadas hoy jueves.

La denominada ley seca - prohibición de la venta e ingestión de licor- y el desarme de la población han sido las disposiciones adoptadas por las autoridades de estas tres regiones, unas resoluciones que serían extendidas a todas las zonas cafetaleras alcanzadas por el movimiento de protesta.

Los cafetaleros colombianos pretenden conseguir del Gobierno una condonación de las deudas contraídas por los medianos y pequeños productores, mayor atención al problema fitosanitario de la broca, un precio interior del grano que sea rentable y una revisión de los principios de Federacafé. Cifras oficiales muestran que los aproximadamente 300.000 cultivadores colombianos deben a la banca nacional cerca de 230.000 millones de pesos (unos 261,4 millones de dólares).

De igual forma indican que el 50 por ciento del millón de hectáreas sembradas con café en este país han sido afectadas por la broca, enfermedad que apareció en Colombia hace seis años.

Un plan de contingencia aprobado en mayo último por el Gobierno y Federacafé, y en el se han invertido 190.000 millones de pesos (cerca de 215,9 millones de dólares), busca atender estos dos aspectos de la crisis cafetalera nacional.

Pero los cultivadores no han aceptado la refinanciación de las deudas establecida en dicho programa de asistencia, que sólo alcanza a quienes deben entre tres y diez millones de pesos (entre 3.400 y 11.370 dól.:es), y exigen su total condonación.

Por otra parte, los cultivadores consideran insuficiente la ayuda oficial para controlar la broca contemplada en este plan, que dispuso con este fin 40.000 millones de pesos (unos 45,5 millones de dólares). Pero la política de precios del producto adoptada por Colombia es el aspecto que más ha enfrentado al Gobierno y a los cafetaleros.

Colombia ha fijado el precio interior del café de acuerdo a las cotizaciones del producto en el mercado internacional, que se han caracterizado por una gran inconsistencia desde que se rompió el pacto internacional hace ya seis años.

COLOMBIA

Concluyó huelga sin alteraciones

21/7 LT

Santafé de Bogotá. La huelga realizada el miércoles en 100 municipios cafetaleros colombianos para protestar por la crisis económica de los cultivadores terminó sin alteraciones de orden público dijeron distintas fuentes oficiales.

La Unidad Cafetera Nacional (UCN), que organizó el paro cívico, declaró que la jornada trancurrió sin hechos violentos y que las carreteras obstruidas por manifestantes fueron despejadas. El coordinador de la UCN en la región cafetalera de Caldas, Jorge Robledo indicó que "las manifes taciones fueron pacíficas", con lo que "se cumplieron los propósitos" de la protesta. El ejército y la policía colombianos reforzaron la vigilancia en los departamentos del suroeste, oeste y centro del país donde se concentran los cultivos de café.

Nº 9509033
TIT: Por primera vez destituyen a un General en Colombia
150025
23/9/95.
11821
65592
11163
11038
11164

Por primera vez destituyen a un general en Colombia

23/7 CN.

Derechos humanos: al militar se le imputa la responsabilidad de la desaparición y posterior asesinato de una guerrillera.

BOGOTA, 22 (EFE).- La procuraduría general de Colombia confirmó la destitución del general Alvaro Hernán Velandia Hurtado, acusado de violaciones a los derechos humanos, provocando el primer caso de separación de un alto oficial militar que se produce en la historia del país.

Velandia, comandante de la III Brigada, compareció ante la Justicia por su responsabilidad en la desaparición y asesinato de una guerrillera.

Voceros de la procuraduría informaron que el instructor del caso, Hernando Valencia, rechazó un recurso de reposición a una primera orden de separación del ejército presentado por el militar, por lo que se ordenó, en segunda instancia, su "destitución fulminante".

A Velandia Hurtado se lo vinculó con la detención, desaparición y posterior asesinato de Nydia Erika Bautista de Arellana, militante de la ex guerrilla Movimiento 19 de Abril (M-19), que actualmente es un partido legal.

La guerrillera fue capturada el 30 de agosto de 1987 en Bogotá por tropas de un batallón de información y contrainformación del ejército que estaba al mando de Velandia.

Según las investigaciones, la mujer fue trasladada posteriormente a una población del departamento de Cundinamarca, donde fue asesinada por los militares, y sus restos no fueron encontrados hasta julio de 1990 en una fosa común.

Además del general Velandia, fue destituido el entonces sargento Julio Roberto Ortega Araque, acusado de ser uno de los autores materiales del asesinato.

9509033

01-01

La oposición colombiana apuesta a la caída de Samper

31/7

BOGOTA, 3 (AP). – Dirigentes de la oposición advirtieron que el presidente Ernesto Samper Pizano tendría que renunciar si la justicia comprobara que hubo dineros del narcotráfico en la campaña electoral.

El ex candidato presidencial Enrique Parejo González declaró que la Constitución colombiana establece que la responsabilidad de las finanzas de las campañas electorales es del candidato y sus inmediatos colaboradores, por lo cual Samper Pizano sería responsable por omisión, aunque no estuviera informado de la infiltración del narcotráfico.

Agregó el dirigente opositor, en un reportaje difundido anoche por el Noticiero TV Hoy que en caso de que la justicia logre comprobar que hubo dineros de procedencia ilícita en la financiación de la campaña electoral "el presidente debe renunciar".

En igual sentido se pronunciaron el excandidato presidencial conservador Alvaro Gómez Hurtado y Jorge García Hurtado, que actuó como fiscalizador de los dineros utilizados en la campaña electoral de 1994.

El ministro de Defensa, Fernando Botero Zea, declaró hoy que ni Samper Pizano ni los directores de la campaña que lo llevó al poder tuvieron conocimiento de infiltración de dineros del narcotráfico.

La Fiscalía General de la Nación ordenó el martes último la detención de Medina, bajo acusaciones de haber recibido un cheque de 40 millones de pesos (47.000 dólares) de una empresa de fachada del cartel de Cali, que fue utilizado en los gastos de la segunda vuelta electoral, en junio de 1994.

"Ni el presidente de la República ni los altos directivos de la campaña, tenían conocimiento de financiación de la campaña por parte del narcotráfico", aseguró el ministro.

EL PRESIDENTE DE COLOMBIA DENUNCIA CHANTAJE CONTRA EL GOBIERNO QUE PRESIDE

28/7 ET

SANTAFE DE BOGOTA, 27 (EFE).— El presidente de Colombia, Ernesto Samper, denunció hoy un "chantaje" del "Cártel de Cali" contra su Gobierno y contra el país, en medio del escándalo provocado por la captura del que fuera tesorero de su campaña electoral, Santiago Medina, acusado de recibir dineros ilegales.

Medina fue detenido el miércoles por la Fiscalía General de la Nación en Santafé de Bogotá, después de que fuera confiscada en un registro policial la copia de un talón bancario por 50.000 dólares girado a su nombre hace un año por una empresa de papel de los mafiosos de Cali.

En su pronunciamiento, Samper se refirió por primera vez, de forma directa, a la investigación emprendida por la Fiscalía tras las reiteradas denuncias de que el "Cártel de Cali" financió su campaña a la Presidencia colombiana en los comicios de junio del año pasado.

Entretanto el director de la Policía colombiana, general Rosso Serrano Cadena, confirmaba desde Estados Unidos que en los últimos tres meses fueron desvelados dos planes de los mafiosos para atentar contra Samper, contra el ministro de Defensa, Fernando Botero Zea, contra otras personalidades gubernamentales y contra él mismo.

El encarcelado ex tesorero de Samper declaró que está "tranquilo" y que "en este escándalo el que menos tiene que perder soy yo", declaración que insinúa que el escándalo puede tocar niveles más altos, además de los más de diez parlamentarios del gobernante Partido Liberal acusados de recibir giros.

Medina está acusado de haber recibido un talón bancario por 50.000 dólares girado durante la campaña política de junio del año pasado por la firma "Agropecuaria La Estrella", una empresa de papel del "Cártel de Cali".

Medina también reconoció haber recibido 20.000 camisetas donadas por una empresa litográfica perteneciente a un reconocido testaferro del "Cártel de Cali", Julián Murcillo, capturado hace quince días y, según fuentes judiciales, se contradice en sus declaraciones.

Las camisetas se utilizaron en la campaña política que terminó en las elecciones del 19 de junio del año pasado con el triunfo del entonces candidato liberal Samper sobre el conservador Andrés Pastrana, quien le pidió al primero que jurase que jamás había recibido dinero del narcotráfico.

El abogado de Medina, Ernesto Amézquita, denunció la violación de los derechos de su defendido y dijo que hay "fuerzas oscuras" en el proceso judicial, dentro y fuera del país.

En una alusión a posibles presiones de Estados Unidos contra Colombia para que se aniquile al "Cártel de Cali", el jurista señaló que esas fuerzas "pretenden incidir en las decisiones de Colombia" para que el país no sea denominado como una "narcodemocracia", como lo calificaron algunos congresistas estadounidenses.

Medina, comerciante de antigüedades, fue detenido en su casa de Santafé de Bogotá, y la Fiscalía General de la Nación había ordenado la detención el martes, por temor a que el ex tesorero electoral viajara fuera del país.

El fiscal general colombiano, Alfonso Valdivieso, declaró el martes que no descartaba una citación para que declare el ministro Botero, dentro del proceso que se sigue a decenas de personas acusadas de enriquecimiento ilegal con pagos del "Cártel de Cali".

El jefe del Estado colombiano manifestó que los traficantes de Cali —que según EEUU manejan el 80 por ciento del negocio mundial de la cocaína— están "intentando extorsionar no sólo al Gobierno, sino a la nación entera" y subrayó que "el chantaje apenas comienza".

Samper dijo que las autoridades judiciales colombianas "deben llevar hasta las últimas consecuencias" él procesó y respaldó al que fuera gerente de su campaña electoral y es su ministro de Defensa, Botero, quien se encuentra en EEUU, donde asistió a una reunión de ministros americanos del sector.

El escándalo causado por la captura de Medina se produjo pocas horas después de que el vicepresidente de EEUU, Albert Gore, felicitara a Samper por la detención de varios de los jefes del "Cártel de Cali" y destacara su "valentía" y el "tremendo riesgo personal" que corre.

El Gobierno colombiano consiguió en poco más de un mes tener encarcelados a seis de los más importantes cabecillas del "Cártel de Cali", pero esta persecución generó el efecto de destapar escándalos en el partido gobernante y salpicó al Ejecutivo.

"El Gobierno no bajará la guardia en la guerra sin cuartel contra los carteles de la droga y pedirá a la Fiscalía que adelante el proceso hasta las últimas consecuencias", puntualizó Samper.

El Congreso de Colombia Debe Resolver si Investigan al Presidente Ernesto Samper

28/7 ET

BOGOTA, 28 (ANSA).— La comisión de Investigación y Acusación del Congreso colombiano iniciará la próxima semana los trámites para pedir a la fiscalía general las pruebas que, eventualmente, puedan comprometer al presidente Ernesto Samper Pizano con el presunto uso de dinero del narcotráfico en su campaña electoral.

"Los colombianos pueden tener la seguridad de que, de comprobarse cualquier filtración de dineros, su ingreso se habría producido a mis espaldas, violando los controles éticos establecidos de antemano...", manifestó Samper Pizano anoche al anunciar su solicitud para que la comisión de investigación y acusación establezca su eventual responsabilidad en la supuesta ayuda financiera de narcotraficantes a su elección.

El mecanismo funcionará, ahora, con la designación en la comisión de un ponente investigador que ejercerá las funciones similares a las de un fiscal para que posteriormente rinda un informe.

En el caso de que se considere pertinente iniciar un proceso penal, la comisión presentará esa solicitud ante la cámara de diputados.

Un cheque por el equivalente de 50.000 dólares, girado por una empresa de los jefes de los narcotraficantes del Cártel de Cali a nombre de Santiago Medina, quien fuera el tesorero de la campaña presidencial de Samper Pizano, fue tomado por la fiscalía general de la nación como una de las varias pruebas sobre el aparente ingreso de dineros ilícitos a la campaña de Samper Pizano.

El jefe de Estado, que actualmente se encuentra de visita en Lima, advirtió que, aunque se investiga la hipotética ayuda financiera de narcotraficantes, "por ningun motivo, la presencia de esos recursos ha debilitado ni condicionado la voluntad inquebrantable de mi gobierno... de combatir sin cuartel a los cárteles del narcotráfico, como lo hemos demostrado al tener reducido a la cárcel al denominado Cártel de Cali."

Medina se encuentra actualmente detenido por orden de la fiscalía general, bajo las acusaciones de enriquecimiento ilícito y falsos testimonios, después de rechazar las versiones de haber recibido dinero procedente de los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, sindicados de ser jefes del Cártel de Cali.

Samper Pizano no ha descartado la posibilidad de que los narcotraficantes hayan empleado como una "estrategia" su penetración en las campañas políticas "con el inocultable" propósito de tener "armas para ejercer" posteriormente un chantaje.

"Los Cárteles de la droga han comenzado precisamente esta semana una campaña de terrorismo moral anunciando a distintos medios la publicación de supuestas evidencias que vinculan a personas conocidas de la vida nacional de distintos sectores económicos y políticos a la actividad del narcotráfico", expresó Samper Pizano anoche, antes de partir hacia Lima para asistir a los actos de posesión del presidente Alberto Fujimori.

Pero también ha advertido a los delincuentes que "no vamos a caer en sus trampas intimidantes" en momentos en que "empezamos a ganar la batalla final" contra el narcotráfico.

9509035

02-02

N° 9509037
TÍTULO: Bolivia: Comisión de Diputados denuncia violación de DD.HH.
FECHA: 14-7-95

11921
507420
11164
11302
11105
11245
11339

Bolívia Denuncia la Violación de DD.HH.

14/7 EP.

LA PAZ, 13 (ANSA). — La comisión de derechos humanos de la Cámara de Diputados emitió hoy un informe en el que acusa a tres ex ministros del Interior de dos gobiernos sucesivos de haber cometido sistemáticas violaciones a los derechos humanos en Bolivia, en el marco de la lucha contra grupos subversivos.

La comisión confirmó que el ciudadano peruano Pablo Acasigue murió a fines de 1990 por las torturas que le infringieron efectivos de la policía, aparentemente bajo el mando del ex comandante de inteligencia, coronel Carlos Linares, actualmente bajo investigación.

Los diputados de la comisión de derechos humanos hicieron conocer una estremecedora cinta de audio grabada mientras se torturaba a Acasigue, supuesto colaborador del grupo subversivo Comando Néstor Paz Zamora (CNPZ), que había secuestrado a un importante empresario boliviano.

Los diputados examinaron el período entre 1989 y 1993, desde fines del gobierno de Víctor Paz Estenssoro y la totalidad del régimen de Jaime Paz Zamora, y establecieron que los ex ministros del interior Eduardo Perez Beltrán, Guillermo Capobianco y Carlos Saavedra son responsables por no haber controlado eficientemente a los agentes encargados de combatir a la subversión.

"En la investigación de los grupos CNPZ, Ejército Guerrillero Tupac Katari (EGTK) y Fuerzas Armadas Liberación Zárate Willka (FALZW), los efectivos de la policía ejercieron apremios ilegítimos, en otras palabras torturas, a los presuntos subversivos", dijo el diputado Ramiro Barrenechea, miembro de la comisión.

Los diputados anunciaron que se iniciarán los procesos correspondientes contra los responsables de dichos actos.

9509037

CA-CA

LOS SINDICALISTAS ACUSARON AL GOBIERNO DE ACTUAR COMO PRISIONERO DE LOS EE.UU.

Bolivia: llaman a la desobediencia civil contra el estado de sitio

El gobierno boliviano acusó a los productores de coca de formar grupos de "terroristas rurales" y decidió prolongar por otros tres meses el estado de sitio. Dirigentes sindicales hicieron un llamamiento a la desobediencia civil.

LA PAZ (Especial para Clarín). – Desde la clandestinidad, los dirigentes sindicales bolivianos acusaron ayer al gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada de actuar como si estuviera **prisionero de los Estados Unidos** y llamaron a la desobediencia civil contra la decisión gubernamental de prolongar hasta octubre la vigencia del estado de sitio.

Pero el ministro de Gobierno, Carlos Sánchez Berzaín, acusó a los productores de coca de la región de Isiboro Sécure de haber formado los primeros **grupos de terroristas rurales** de Bolivia, y de esa manera justificó la decisión del gobierno de dar tres meses más de vigencia al estado de sitio, implantado el 17 de abril.

Anoche se produjeron graves disturbios en la ciudad de Cochabamba, donde la policía utilizó gases lacrimógenos y balines de goma para dispersar **tres manifestaciones** que marchaban desde distintos lugares hasta la Plaza Central. Al menos **230 personas fueron detenidas**, entre ellas un centenar de estudiantes.

La ciudad había amanecido con fuerte vigilancia ante el anuncio de la Central Obrera Boliviana (COB) de que marcharía contra la prolongación del estado de sitio y en demanda de la liberación de 67 personas detenidas durante el fin de semana.

Tras los incidentes, el prefecto (gobernador) de Cochabamba, Alberto Gasser, dijo que tenía "información absolutamente fidedigna sobre la presencia de decenas de agitadores en la marcha, que pretendían desencadenar hechos de violencia".

Los detenidos el fin de semana son dirigentes sindicales y productores de coca, que fueron acusados de estar propiciando hechos ilegales en la zona de Cochabamba. Otras 20 personas, detenidas en las calurosas regiones del Chapare, fueron enviadas a la región de Uyuni, en el altiplano sur, donde las temperaturas alcanzan los 15 grados bajo cero.

Críticas al gobierno

Los parlamentarios oficialistas se enfrentaban ayer a la difícil tarea de aprobar en el Congreso la ampliación de las medidas de excepción que se implantaron como respuesta a la movilización de los maestros.

Los parlamentarios de la oposición anticiparon que utilizarán todos los recursos que tienen a su alcance para evitar que el gobierno se salga con la suya, pues **consideran que no existen las condiciones** que justifiquen la prolongación del estado de sitio.



ARCHIVO CLARIN

Violentas manifestaciones en Bolivia: el gobierno prorrogó el estado de sitio hasta octubre.

Benjamín Miguel, diputado de la Democracia Cristiana, recordó que la suspensión de las garantías constitucionales solo se justifica en casos de guerra o de conmoción interna. "Ninguna de esas dos situaciones se está dando en este momento y, por lo tanto, no existe razón alguna para que el gobierno se oponga a la vigencia plena de las garantías constitucionales."

Por la tarde, Radio Panamericana difundió la versión de que el gobierno estaría decidido a cerrar el Parlamento, como hizo el presidente Alberto Fujimori en el Perú, a fin de evitarse los problemas que podrían surgir en el proceso de aprobación de la disposición que prorroga el estado de sitio.

Oscar Salas, dirigente de la Central Obrera Boliviana (COB), anunció desde la clandestinidad que los sindicalistas están rompiendo todo contacto con el gobierno como respuesta a las detenciones de productores de coca y a su intención de prolongar el estado de sitio.

Humberto Vacaflor

CONGRESO BOLIVIANO APROBO PROLONGACION DEL ESTADO DE SITIO POR OTROS TRES MESES

23/7 EP.

El Congreso boliviano aprobó la extensión por 90 días del estado de sitio al cabo de una sesión de 30 horas, ratificando así una decisión del gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. El gobierno había promulgado el decreto respectivo el martes pero no entró en vigencia plena porque la Constitución establece que debe ser refrendado por el Poder Legislativo, que lo hizo el viernes por la noche.

LA PAZ, 22 (AP-Reuter) — Pese a que los partidos del oficialismo tienen la mayoría absoluta en el Parlamento de Bolivia, sus diputados y senadores tuvieron que esperar varias horas de fundamentaciones de la oposición, que calificó la prolongación del estado de sitio por 90 días como una "medida anti-democrática".

Después de su aprobación se produjeron en el seno del congreso una serie de incidentes entre los parlamentarios de los partidos de gobierno y los de la oposición, que estuvieron a punto de derivar en pugilatos generalizados.

El presidente Sánchez de Lozada aceptó anoche la propuesta del principal líder de la oposición, el ex-presidente de la República y actual jefe de ADN, general Hugo Bánzer Suárez, de efectuar una conferencia cumbre para analizar la coyuntura política, económica y social.

La Central Obrera Boliviana (COB) ha convocado para el próximo martes a una huelga general de 24 horas, que sería el inicio de un conjunto de movilizaciones laborales de protesta contra la actual administración.

OPOSITORES DENUNCIAN "GOLPE"

Las principales fuerzas de la oposición política en Bolivia acusaron hoy al gobierno de asestar un "golpe" anticonstitucional al imponer al Congreso la prórroga del estado de sitio que rige en la país.

Cinco partidos afirmaron en un pronunciamiento conjunto que el gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada abrió las puertas hacia "una dictadura demo-entreguista".

El documento de los cinco principales partidos opositores al gobierno anunció hoy que plantearán ante la Corte Suprema un "recurso de nulidad" contra la que consideraron "inconstitucional" prolongación del estado de sitio.

"Con esta actitud, el gobierno abre las puertas hacia una dictadura demo-entreguista-anticonstitucional y por lo tanto ilegal", dijeron la derechista Alianza Democrática Nacionalista, el centrista Movimiento de Izquierda Revolucionaria, la populista Conciencia de Patria, Acción Socialista Democrática y el Frente de Izquierda Revolucionaria.

Su prolongación por otros tres meses levantó esta semana una ola de condena en distintos sectores y el anuncio de múltiples protestas, entre ellas un paro general de 24 horas para el martes y bloqueos campesinos de caminos y carreteras.

Las medidas, a las que se sumarán marchas y huelgas de hambre de productores de hojas de coca, formarán parte de una "resistencia" civil que declaró el martes la Central Obrera Boliviana, máxima entidad sindical del país.

Bolivia: Desafían Estado de Sitio

21/7 EP.

LA PAZ, 20 (Reuter).— Dirigentes sindicales de Bolivia convergieron hoy en La Paz para reunirse en una prohibida asamblea y desafiar abiertamente el reimplantado estado de sitio que impera en el país.

Un clima de intimidación y persecución policial se anticipó al denominado "ampliado" sindical convocado por la izquierdista Central Obrera Boliviana (COB), denunciaron fuentes laborales.

Varios de los dirigentes se sumergieron en una suerte de semiclandestinidad para evitar su detención y asistir a la asamblea que deberá cumplirse en una céntrica sede de trabajadores fabriles.

La COB llamó a los líderes regionales para definir medidas de refuerzo a la "resistencia" y "movilización general" que decretó el martes en repudio al estado de sitio imperante en Bolivia desde hace tres meses.

El gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada prolongó el lunes la vigencia de la extrema medida constitucional por otros 90 días, tras denunciar la amenaza de una "conmoción interna" bajo responsabilidad de sectores campesinos y sindicales.

La prórroga de la excepcional medida, que restringe garantías y derechos ciudadanos, autoriza la detención y confinamiento de personas sin previa orden judicial y prohibe protestas callejeras o reuniones políticas y sindicales, levantó una ola de condena en el país.

Cerca de 300 campesinos y trabajadores fueron detenidos el miércoles en la ciudad de Cochabamba, en la región central, durante una operación militar-policial que la cercó para impedir marchas contrarias al estado de sitio.

El prefecto (gobernador) de ese departamento, Alberto Gasser, dijo hoy que 273 detenidos habían recuperado la libertad, después de pernoctar en dependencias de una base aérea, pero aseguró que no vacilará en ordenar nuevas detenciones para preservar el orden público.

Campesinos de la vecina zona tropical del Chapare, la principal productora de hojas de coca en el país, denunciaron hoy que unos 400 cocaleros fueron detenidos por fuerzas antidroga desplazadas por la región para despejar bloqueos de caminos y dispersar marchas rurales.

El gobierno no confirmó ni desmintió de inmediato las denuncias.

Tras prolongar el estado de sitio, el Ejecutivo atribuyó el martes a los cocaleros del Chapare planes violentos para obstruir la lucha contra el narcotráfico y ordenó confinar en remotos sitios amazónicos a 53 de sus principales dirigentes detenidos.

Legisladores bolivianos opositores condenaron al gobierno por prórroga de tres meses a la medida

El estado de sitio es un "golpe de Estado"

El estado de sitio prorrogado tres meses en Bolivia constituye un "golpe de Estado a la democracia", afirmó ayer el senador opositor Fernando Kieffer, a tiempo de confirmarse en La Paz la muerte de un cocalero herido hace una semana en violentos enfrentamientos que determinaron la ampliación de esa medida.

La Paz 23/7 LR

■ El decreto ampliatorio fue dictado el martes último por el gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada y, con ayuda de la mayoría oficialista en el Congreso Nacional, lo hizo refrendar la pasada noche del viernes tras un debate ininterrumpido de 36 horas que puso en entredicho la legalidad del procedimiento.

Kieffer, de la opositora Acción Democrática Nacionalista, se apostó con otros cuatro legisladores ante la puerta del Parlamento y al cuestionar la manera en que se prorrogó el estado de sitio afirmó que ellos no descartaban la posibilidad de declararse en huelga de hambre "en cualquier momento".



El senador boliviano opositor, Fernando Kieffer, da lectura a un documento en donde se rechaza la ampliación del Estado de Sitio

Mientras tanto, el ministro de Gobierno, Carlos Sánchez Berzaín, tras recibir la confirmación de la muerte de un cocalero herido en una emboscada a una patrulla en la zona del parque nacional Isiboro Secure, dijo que considera ese lamentable hecho como una consecuencia del "vandalismo del narcotráfico y no de operaciones de desbloqueo" que efectuó la policía el sábado pasado cerca de la localidad de Aroma, en el subtrópico central boliviano.

"Fue un atentado terrorista que, si no provino de colonos inadaptados, vino del narcotráfico", enfatizó, al precisar que una patrulla fue emboscada con un petardo de dinamita, cargado con clavos y trozos de latas, que al estallar dejó 21 heridos como saldo.

En esos episodios fueron detenidos unos 65 campesinos que están confinados en remotas guarniciones militares. Entre ellos figura Evo Morales, el principal dirigente cocalero de Bolivia que se opone a la erradicación de cultivos de coca, como manera de combatir el narcotráfico.

El ministro dijo que la mayoría de detenidos serán liberados gradualmente conforme se normalice la situación de violencia que obligó a prolongar el estado de sitio.

Sánchez Berzaín aseguró que esta vez la medida de excepción, impuesta el 18 de abril pasado para frenar una oleada de huelgas y protestas que durante dos meses convulsionaron al país, se ha flexibilizado sin toques de queda, ni prohibiciones de libre reunión y libre tránsito.

Los dirigentes sindicales, que amenazaron con nuevas huelgas y protestas, tienen libertad para reunirse sin el temor a ser detenidos, dijo, aludiendo a una reunión clandestina de la Central Obrera Boliviana que el pasado jueves anunció la determinación de resistir el estado de sitio y convocar a un paro nacional de 24 horas el próximo martes como protesta contra el accionar gubernamental.

Mientras en La Paz las controversias del Parlamento parecían no afectar a la población, entretenida en festivales deportivos y folklóricos, durante la mañana del sábado Kieffer y sus cuatro colegas se apostaron en las puertas del Congreso para cuestionar la ampliación del estado de sitio.

"Lo sucedido (...) es un golpe contra la Constitución Política del Estado por parte del Poder Ejecutivo al Poder Legislativo. Con ello el gobierno se ha colocado al margen de la Carta Magna. Exigimos el retorno al Estado de Derecho que obliga a gobernantes y gobernados", expresa una declaración del grupo.

Además de Kieffer, firman el pronunciamiento el senador Leopoldo López Cossio, del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, y los diputados Armando de la Parra, del Frente Revolucionario de Izquierda, Jerjes Justiniano, de Alianza Socialista Democrática, y Gonzalo Ruiz Paz, de Conciencia de Patria.

Los legisladores argumentan que para prorrogar la medida se violentó un procedimiento constitucional de rendir cuentas primero al Congreso sobre su aplicación y pedir luego autorización legislativa para ampliarlo.

El grupo opositor anunció que demandará un "recurso directo de nulidad ante la Corte Suprema de Justicia". "No será ahora bajo la democracia que se termine con la libertad", protestaron.

BLOQUEO DE CARRETERAS

Paro general en Bolivia contra el estado de sitio

25/7 EC

LA PAZ (Especial para **Clarín**). – Los trabajadores bolivianos realizan hoy **una huelga general** contra la decisión del gobierno de prolongar otros tres meses el **estado de sitio** y en respaldo a los campesinos que iniciaron anoche el bloqueo de las principales carreteras del país.

El presidente de Bolivia, Gonzalo Sánchez de Lozada, deberá enfrentar además la **protesta de los dirigentes cívicos** de Santa Cruz y Tarija, que exigen un mayor grado de autonomía regional, para reducir el centralismo que se ejerce desde La Paz.

Las protestas contra el estado de sitio se acrecentaron desde el viernes pasado, cuando el gobierno logró aprobar en el Parlamento la prórroga de la medida de emergencia iniciada en abril y que ahora durará hasta octubre.

Aunque la huelga general, convocada por la Central Obrera Boliviana (COB), preocupa al gobierno, el bloqueo de caminos anunciado por los campesinos es el tema que más inquieta, debido a que se impide la provisión de productos agrícolas a la ciudad de Cochabamba, de medio millón de habitantes.

Bloqueo alimentario

Este bloqueo alimentario fue decretado por los campesinos en solidaridad con los productores de hoja de coca que han sido reprimidos y detenidos por las autoridades desde la semana pasada, acusados de haber roto **el compromiso de no sembrar más coca.**

La semana pasada, durante la detención de cerca de 50 cocaleros, se produjo el primer incidente de violencia cuando los campesinos lanzaron una carga de dinamita contra un vehículo policial, que provocó varios heridos.

El ministro de gobierno, Carlos Sánchez Berzaín, calificó de "terroristas" a los cocaleros que, tras haber sido expulsados de la región del Chapare, se internaron en la selva amazónica para seguir cultivando coca.

Denuncia de la izquierda

El diputado izquierdista Héctor Bararenechea denunció ayer que el gobierno prolongó el estado de sitio para **"poder reprimir sin misericordia"** a los campesinos productores de coca y para seguir negando a las regiones un mayor grado de autonomía.

Los dirigentes cívicos de Santa Cruz iniciaron una huelga de hambre para exigir respuestas de las autoridades de La Paz a sus reclamaciones de descentralización política.

El gobierno de Sánchez de Lozada insistió en declarar que las medidas de excepción solo responden a la necesidad de controlar una "situación que se estaba saliendo de control" en la región del Chapare y en la selva amazónica.

Humberto Vacaflor





Miembros del Ejército Popular Sandinista patrullan ayer la región sur de Nicaragua, donde un grupo de colonos proclamó una república independiente.

SON COLONOS COSTARRICENSES LIDERADOS POR UN HACENDADO. ALERTA DEL EJERCITO NICARAGÜENSE

Proclamaron la "República de Airrecú", al sur de Nicaragua

Colonos costarricenses establecidos en el lado nicaragüense de la frontera común proclamaron la independencia de un área de 213 kilómetros cuadrados. El minúsculo territorio ha sido llamado Airrecú.

Los habitantes de una inhóspita y barrosa región de 213 kilómetros cuadrados situada en Nicaragua, junto a la frontera con Costa Rica, dejaron estupefactos a los gobiernos de los dos países cuando resolvieron declarar independiente esa región.

Los autonomistas, que bautizaron su pequeña porción de tierra con el nombre indio de Airrecú, que en lengua maleku -un dialecto indígena local- quiere decir Amistad, actuaron desde un primer momento en forma que puede ser calificada de muchos modos pero no, por cierto, de amistosa.

Advertencia

Los 5.000 pobladores del páramo boscoso y anegado por las lluvias -en su gran mayoría costarricenses- anunciaron con tono altisonante que se incorporaban al concierto continental en calidad de octava república centroamericana y se apresuraron a designar presidente a Augusto Rodríguez, un abogado que vive en San José de Costa Rica y tiene doble nacionalidad, nicaragüense y costarricense.

Acto seguido, advirtieron que Airrecú se convertirá en el Vietnam de los nicaragüenses si estos intentan algún golpe de mano para desalojarlos.

El especialista en temas limítrofes Luis Guillermo Marín, asesor de Rodríguez, afirmó que el presidente fue "elegido democráticamente", y agregó que está dispuesto a "defender la soberanía nacional".

Marín advirtió a los desconcertados gobernantes de Nicaragua y Costa Rica que Airrecú dispone de poderosos arsenales y agregó que el área se encuentra rodeada de minas, sembradas en la década del 80 por los "contras" nicaragüenses.

Dudosos fundamentos

Managua resolvió enviar efectivos a la región, que en los mapas oficiales de Nicaragua y Costa Rica se denomina Jomusa. El gobierno de Violeta Chamorro despachó una poderosa unidad de fuerzas especiales que se intaló en las zonas de Camiba y Topurro, a alcance de fusil de los independentistas.

El fundamento jurídico de las pretensiones de los colonos es dudoso. Managua y San José tienen una frontera común de 320 kilómetros que fue deslindada, no sin algunas desprolijidades, con el tratado de Cañas-Jerez, firmado en 1856.

Uno de los defectos de ese acuerdo llevó al Instituto de Desarrollo Agrícola (IDA) de San José a entregar parcelas de tierra a unas 200 familias costarricenses en el sector nicaragüense de la región fronteriza.

Tanto el presidente de Costa Rica, José Figueres, como el canciller de ese país, Fernando Naranjo, negaron toda validez a las argumentaciones del líder de Airrecú y ratificaron la vigencia de los tratados fronterizos con Nicaragua.

Las relaciones entre los gobiernos de Managua y San José son normales, pero a lo largo de su historia ambos pueblos han vivido con una actitud de desconfianza mutua.

NICARAGUA-COSTA RICA

1/7 P.12.

La nueva república fronteriza

Campesinos costarricenses, que protagonizaron sin saberlo la supuesta independencia de un territorio nicaragüense en esta localidad fronteriza con Costa Rica, claman por una pronta repatriación, ante el temor que les provoca la presencia del ejército de Nicaragua. El drama de 38 familias costarricenses, iniciado cuando un reacomodo de los mojones las dejó el año pasado del lado nicaragüense, tendrá su culminación con su reubicación en los próximos días en una finca en Costa Rica, según acordaron las autoridades de ambos países, empeñadas en que el tema no adquiera dimensiones de conflicto internacional. Managua anunció que el plazo será de diez días y las autoridades policiales y militares de ambos lados de la frontera coordinarán el traslado.

Los reporteros que llegaron a ver adónde estaban las 5000 personas que supuestamente se habían declarado independientes por no estar conformes con que sus parcelas quedaran del lado de Nicaragua, se encontraron en realidad con unos campesinos sorprendidos por la situación y angustiados por su futuro y el trato que puedan reservarles las autoridades. "Nada se nos ha consultado", coincidieron en declarar los vecinos en sus humildes viviendas de madera.

No obstante, ciertos campesinos admiten que "alguno" de ellos pudo tener contactos con las personas que en San José han estado solicitando públicamente el reconocimiento de la llamada República de Airrecú (amistad en lengua indígena), en el terreno de 213 km cuadrados que Costa Rica habría "perdido" con la nueva demarcación. Se trata de un territorio pantanoso e insalubre donde los mosquitos no dan tregua, que se inunda todos los años con las fuertes lluvias y donde los parceleros hacen retos diarios a la pobreza cultivando verduras y granos, principalmente frijol.

Un camino fangoso –en el que la carreta tirada con bueyes es el único vehículo útil– atraviesa la guardaya hacia el asentamiento, donde las pequeñas chozas destartaladas se distribuyen entre áreas de tupida vegetación tropical y manchas de bosque que han logrado sobrevivir al ímpetu de la deforestación.

La única señal del paso fronterizo es un discreto mojón, junto al cual los soldados nicaragüenses descendieron el miércoles en helicópteros e instalaron una tienda de campaña para montar guardia. Por el momento no han impedido el paso de los colonos hacia el sector de Upala, la principal población de la zona, del lado costarricense.

El asentamiento fue creado en 1979 por el estatal Instituto de Desarrollo Agrario (IDA) de Costa Rica, que adquirió esas tierras en las que ya había colonos tanto costarricenses como nicaragüenses, por lo que en la actualidad son unas cien las familias que habitan ahí, contando las de esta nacionalidad.

La historia de los campesinos costarricenses cambió a partir de la instalación de los nuevos mojones, entre los hitos 12 y 13 de la frontera común de poco más de 300, ya que sus fincas, que ellos siempre creyeron eran territorio costarricense, quedaron al otro lado.

Desde entonces se han visto abandonados por las autoridades, se queja Luis López, presidente del comité de desarrollo, pues dice que tanto en Costa Rica como en Nicaragua se les dijo que les arreglarían la situación para que se quedaran sin problemas, pero la promesa quedó en papel mojado.

A comienzo de este año el gobierno nicaragüense les comunicó que por acuerdo de los cancilleres Ernesto Leal (Nicaragua) y Fernando Naranjo (Costa Rica) debían abandonar las parcelas antes del 5 de mayo, y la fecha se cumplió sin que el IDA ejecutara el traslado que les había prometido, relata el dirigente campesino, sentado frente a una rústica mesa en el corredor de su rancho.

Colonos costarricenses proclaman la "República de Airrecú" en el sur de Nicaragua

■ Los independentistas aducen ser la "octava nación centroamericana" ■ Aseguran poseer un gran arsenal y advierten a los nicaraguenses sobre algún golpe de mano militar ■ La región tiene 213 quilómetros cuadrados y los "airrecuranos" ya nominaron "presidente' ■ Los Gobiernos de Costa Rica y Nicaragua están estupefactos. ■ Ambos países negaron toda legitimidad a la secesión

Colonos costarricenses establecidos en el lado nicaragüense de la frontera común proclamaron la independencia de un área de 213 quilómetros cuadrados. El minúsculo territorio ha sido llamado República de Airrecú.

Los habitantes de una inhóspita y barrosa región de pocos quilómetros situada al sur de Nicaragua junto a la frontera con Costa Rica, dejaron estupefactos a los Gobiernos de los dos países -y del hemisferio entero, ¿por qué no?- cuando resolvieron declarar independiente esa región.

Los independentistas, quienes bautizaron a su pequeño reino de este mundo con el nombre indígena de Airrecú, que en lengua indígena maleku significa "Amistad", actuaron desde un primer momento en forma que puede ser calificada de muchos modos pero no, por cierto, de amistosa.

Los 5.000 pobladores del páramo boscoso y anegado por las lluvias -en su gran mayoría costarricenses- anunciaron con tono altisonante que se incorporaban al concierto continental en calidad de octava república centroamericana y se apresuraron a designar como presidente a Augusto Rodríguez, un abogado que vive en San José de Costa Rica y que tiene doble nacionalidad: nicaraüense y costarricense.

Acto seguido, advirtieron que Airrecú se convertirá en el Viet Nam de los nicaragüenses si estos intentan algún golpe de mano para desalojarlos.

El especialista en temas limítrofes Luis Guillermo Marín, asesor de Rodríguez, afirmó que el presidente fue "elegido democráticamente' y agregó que está dispuesto a "defender la soberanía nacional". Marín advirtió a los desconcertados gobernantes de Nicaragua y Costa Rica que Airrecú dispone de poderosos arsenales (¿¿??) y agregó que el área se encuentra rodeada de minas, sembradas en la década del 80 por los contras nicaragüenses que operaron contra el Frente Sandinista.



Miembros del Ejército Popular Sandinista patrullan la zona aledaña a la proclamada "República de Airrecú" por unos cinco mil colonos costarricenses



Managua resolvió enviar efectivos a la región, que en los mapas oficiales de ambos países se denomina Jomusa. El Gobierno de Violeta Chamorro despachó una poderosa unidad de fuerzas especiales que se instaló en las zonas de Camiba y Topurro, al alcance del fusil de los independentistas.

El fundamento jurídico de las pretensiones de los colonos es harto dudoso. Managua y San José tienen una frontera común de 320 quilómetros que fue delimitada, no sin algunas desprolijidades, en el tratado de Cañas-Jeréz, firmado en 1856.

Uno de los defectos de ese acuerdo llevó al Instituto de Desarrollo Agrícola (IDA) de San José a entregar parcelas de tierra a unas 200 familias costarricenses en el sector nicaragüense de la región fronteriza, lo cual constituye todo un problema. Tanto el presidente de Costa Rica, José Figueres, como el canciller de ese país Fernando Naranjo, negaron toda validez a las argumentaciones del líder de Airrecú y ratificaron la vigencia de los tratados fronterizos con Nicaragua. Las relaciones entre los Gobiernos de Managua y San José son normales, pero a lo largo de su historia ambos pueblos han vivido con una actitud de desconfianza mutua.

Este problema puede ser una peligrosísima chispa.

EL OCASO DE UNA REPUBLICA DE FANTASIA

Nicaragua: mudan a los colonos de Airrecú

2/7 EC.

SAN JOSE y MANAGUA (DPA y EFE). – El gobierno de Costa Rica adquirió una hacienda de 351 hectáreas en Aguas Negras de los Chiles, en la frontera con Nicaragua, para **reubicar a las familias** de la finca Jomusa, en territorio nicaragüense, donde hace una semana fue proclamada la independiente "República de Airrecú".

Desde Managua, la presidenta Violeta Chamorro dijo que el principio de conflicto planteado con Costa Rica **"ya se está arreglando"**, y agregó que no quiere "tener problemas" ni con los costarricenses ni con Honduras "ni con nadie".

Posesión

En San José, el Instituto de Desarrollo Agrícola (IDA) tomó posesión del terreno, mientras en Nicaragua el gobierno fijó hasta el 8 de julio el plazo para que las familias costarricenses que habitan "Airrecú" abandonen el enclave. La finca donde Costa Rica asentará a unas 35 familias del enclave se encuentra a unos 60 kilómetros al sudeste de la "república".

Esta semana, el grupo de 5.000 colonos dirigidos por el hacendado y nuevo "presidente" de Airrecú, Augusto Rodríguez, pidió a las Naciones Unidas el **reconocimiento internacional** de su pretendida "república independiente", situada en un área de 213 kilómetros cuadrados en la frontera con Costa Rica.

El problema fronterizo se originó después de que los gobiernos de Nicaragua y Costa Rica desarrollaron trabajos de "redemarcación" en su frontera común. Se detectó que, por error, el Instituto de Desarrollo Agrario costarricense había otorgado a campesinos tierras que pertenecían a Nicaragua desde 1856.

"Campana de atención"

Analistas independientes de Managua coincidieron en señalar que el gobierno de Chamorro tendrá que **prestar atención** al problema surgido esta semana, por el anuncio de la creación de una república independiente por parte de colonos costarricenses establecidos ilegalmente en el territorio de Nicaragua.

"Hace falta que este gobierno y los que le sucedan se hagan cargo de la **irresponsabilidad histórica** de terminar de una vez con el abandono del pasado" de esa parte de Nicaragua, comentó Francisco Bravo Lacayo, editorialista del matutino nicaragüense "El Nuevo Diario".

Historiadores, políticos y parlamentarios han considerado el intento separatista como "una campana de atención" que debe tomar muy en serio el gobierno para mantener la paz y soberanía nacionales.

El ministro nicaragüense de Relaciones Exteriores, Ernesto Leal, prometió que el gobierno **intensificará su presencia** en esa región fronteriza para evitar en el futuro incidentes similares.

Desde que se conocieron en Managua las intenciones secesionistas de Rodríguez, el gobierno de Chamorro ordenó al ejército el envío de tropas a la frontera sur para preservar la integridad del territorio nacional.

El capitán Milton Sandoval, portavoz del ejército, reafirmó que los soldados permanecerán en la región "el tiempo que sea necesario".

"Airrecú" en Centroamérica

CINCO mil campesinos costarricenses dirigidos por un hacendado, traspasaron hace pocos días los difusos límites fronterizos con Nicaragua y proclamaron la "república independiente de Airrecú", en una franja selvática y pantanosa de 200 kilómetros cuadrados. Mientras esto ocurría, en la vecina norteña Guatemala, grupos rurales paramilitares se enfrentaban con otros campesinos por la propiedad de la tierra y tomaban como rehenes a funcionarios internacionales encargados de supervisar el reasentamiento de refugiados.

Se trata de conflictos de nuevo tipo en un contexto novedoso para esta Centroamérica, embarcada en un tan inédito como dificultoso proceso de pacificación, repoblamiento y recuperación de zonas productivas.

La algarada de los colonos de Airrecú, voz indígena que significa "amistad", podría formar parte de algún capítulo literario del realismo mágico tropical y tuvo efímera existencia. Pero su repercusión debe inscribirse entre las urgencias que enfrentan los gobiernos recientemente democratizados y la dirigencia centroamericana a partir de la desmilitarización de sus territorios.

Hubiera resultado impensable hasta hace poco tiempo atrás, cuando guerrillas y contraguerrillas ocupaban esos campos, y regímenes dictatoriales imperaban en las capitales. No es el caso de Costa Rica, una isla de estabilidad política en la zona, aunque este incidente con Nicaragua se produjo en el mismo pauperizado corredor que fue escenario de los enfrentamientos entre "contras" y sandinistas.

Como se ve, las secuelas de varias décadas de guerras internas, violencia insurgente y contrainsurgente, pavorosa polarización en la distribución de las rentas nacionales y explotación arcaica de los recursos agrícolas las siguen sacudiendo el panorama de la posguerra. Se superponen, además, con viejas luchas por la posesión de la tierra y con la marginalidad en la que viven las comunidades rurales e indígenas.

La propia vigencia de fronteras jurídicas entre estados queda relativizada ante las migraciones que produce la pobreza o la permanencia de grupos armados que, como las llamadas "Patrullas de Autodefensa Civil" guatemaltecas, actúan como ejércitos paralelos ejerciendo un control sobre departamentos y aldeas rurales.

Los programas de reasentamiento de refugiados, colonización y desarrollo agrícola para campesinos y pequeños y medianos propietarios son instrumentos centrales para la recuperación económica, la integración centroamericana y la estabilidad de la democracia en esa región. Sin embargo, deben contemplar estos condicionamientos que, hasta ahora, se ocultaban detrás de otras prioridades.

De lo contrario dichos programas rurales, y la ayuda internacional que los impulsa, pueden naufragar, como producto de la incomprensión o de la inviabilidad, en rebeliones sin destino y sin sentido como la protagonizada, tal vez sin siquiera saberlo, por los campesinos del inexistente enclave de Airrecú.

05

Quince días que conmovieron a Costa Rica y Nicaragua

6 al 12 julio Diario.

La República de la Amistad y el viejo sueño de los frijoles

El Caribe, Macondo o Puerto Limón, centro de las fantasías más ingobernables de los conquistadores españoles, bucaneros y sus descendientes, ha vuelto a imponer en estos días el mundo de los sueños sobre la realidad. Se conoce la vida política de Costa Rica por su tranquilidad de siesta inalterada, salvo por la atávica irrupción de imaginerías desbordantes. Hace unos años un autodenominado "Comando de la muerte" secuestró a la Corte Suprema de Justicia durante varios días con cajitas de leche pintadas como bombas y unos pocos fusiles viejos. Al cabo de intensas negociaciones, el gobierno accedió a entregarles una suma de dinero y un helicóptero para huir, con la salvedad de que antes de subir a la nave los secuestradores debían entregar sus armas. Ni bien lo hicieron marcharon a la cárcel, donde se comprobó que el propagandeado comando estaba integrado por una familia cuyo padre no tenía dinero para pagarse una operación de riñón.

En noviembre de 1993, un mecánico entró a la Universidad de San José y con un pequeño cuchillo secuestró a un profesor de química durante dos días. Pidió un revólver —se cansaba de sostener el cuchillo en el cuello de su víctima—, una moto para escapar y dos cascos. Quería que el gobierno resolviera el problema de la basura y anulara la lotería de "la raspadita", harto de hacerse ilusiones con un juego que sólo conseguía frustrar sus fantasías. Después de cantar villancicos con el profesor y de pactar con los psicólogos de la policía que en el juicio declararían a su favor, accedió a entregarse.

Hace diez días, la tranquilidad costarricense volvió a sobresaltarse. Nacía la octava república centroamericana, "Airrecú" ("Amistad" en lengua maleku), presuntamente fundada por 5.000 colonos en los mojones 12 y 13 de la frontera norte con Nicaragua, un territorio selvático y cenagoso de 213 quilómetros cuadrados. Su flamante presidente, el abogado Augusto Rodríguez Bustos, luego de ser elegido "en forma democrática" se entrevistó con el representante de las Naciones Unidas en Costa Rica, Hans D. Kurk, para entregar el acta constitutiva de la "joven nación" y pedir el reconocimiento internacional. Sus asesores dijeron que estaban dispuestos a defender el territorio, que contaban con armamento moderno y si el ejército de Nicaragua utilizaba la fuerza para desalojarlos "estaría creando su propio Viet Nam".

Mientras, las agencias de noticias informaban que el ejército de Nicaragua se desplazaba hacia la frontera.

En 1979 el Instituto de Desarrollo Agrario adjudicó esas tierras a unas doscientas familias de nicaragüenses y costarricenses: selvas rodeadas de montañas inundables, donde sobreviven cultivando frijoles. Se suponía que el territorio pertenecía a Costa Rica pero una inspección limítrofe realizada a fines del año pasado detectó un error y retrasó la franja fronteriza doscientos quilómetros, con lo cual los campesinos quedaron abruptamente fuera del país. Planteado el conflicto y un futuro desalojo, las 35 familias costarricenses proclamaron a su presidente y la nueva república centroamericana.

El gobierno de Chamorro no envió un ejército sino 30 soldados para averiguar qué pasaba. Los colonos no ocupaban los 213 quilómetros cuadrados proclamados sino apenas cien y la mayoría de ellos se enteró de que se habían declarado independientes cuando vieron el movimiento de los soldados y conversaron con ellos.

La historia de la República de Airrecú durará hasta el sábado que viene, plazo para que las 35 familias de la etnia guatusa abandonen las tierras y sean trasladadas a una hacienda en Aguas Negras de los Chiles, donde el Instituto de Desarrollo Agrícola las reubicará a este lado de la nueva frontera. (En base a AFP, DPA y fuentes propias.)

C.M.D.

9509039

06-06.

9509040

Fueron promulgadas reformas a la constitución en Nicaragua.

150090.

1/7/95

11921

66603

11164

11302

NICARAGUA

Violeta y el país

1/7/95



Luego de meses de dificultades, finalmente se llegó a un acuerdo entre la presidenta del país Violeta Barrios de Chamorro y el cuerpo legislativo.

Las diferencias fundamentales estaban basadas en visibles desacuerdos sobre como reestructurar la carta magna del país, emanada de la constitución emergida de la Revolución Sandinista.

En la actualidad se llegó a un acuerdo acerca de la elección de los integrantes del Comité Supremo Electoral y también sobre la Ley marco, los dos mayores obstáculos para la reconciliación nacional.

Por otra parte, la presidenta del país anunció que no piensa en su reelección y que una vez finalizado su período presidencial, se retirará "para su casa'

Nicaragua Aprobó la Ley Marco

4/7 EP

MANAGUA, 3 (EFE).— La Asamblea Nacional de Nicaragua aprobó hoy, lunes, por 80 votos a favor y 2 abstenciones la "ley marco" que engloba los acuerdos a que llegaron el Gobierno y el Parlamento y pusieron fin a la crisis institucional más grave de los últimos años.

De los 82 legisladores que asistieron a la sesión, solamente los sandinistas Gladys Báez y José Luis Villavicencio no respaldaron la aprobación de la ley que establece el compromiso institucional sobre la forma de llevar a cabo la aplicación de las reformas constitucionales.

NICARAGUA

Finaliza lucha de poderes

Managua. La pugna de poderes entre el Ejecutivo y el Legislativo en Nicaragua llegó a su fin, después de que la Asamblea Nacional aprobara la llamada "ley marco" que establece los mecanismos para la puesta en vigor de las reformas constitucionales.

Esa ley, aprobada con los votos de 80 de los 82 legisladores que asistieron a la sesión del lunes, engloba los acuerdos políticos a que llegaron el Gobierno y el Parlamento la semana pasada.

El presidente de la Asamblea Nacional, el democristiano Luis Humberto Guzmán, destacó el respaldo "sólido y decidido" del plenario para la aprobación de la "ley marco" que allana el camino para la entrada en vigor de las enmiendas a la Constitución sandinista de 1987.

"Estoy convencido que es una victoria de esta Asamblea, del país entero... Creo que se ha hecho una contribución muy importante a Nicaragua", dijo Guzmán, tras destacar el "mérito y la contribución" de parte de la presidenta Violeta Chamorro.

"Se ha puesto fin a este conflicto, más aún se han echado las bases de una nueva institucionalidad para Nicaragua", aseguró Guzmán, tras garantizar que con el acuerdo con el Gobierno y la aprobación de la "ley marco" el próximo proceso electoral "está garantizado".

Además, calificó de "honrosa" la negociación entre el Gobierno y la Asamblea para lograr el fin de la crisis que desde febrero pasado mantuvo a Nicaragua ante el peligro de la desestabilización política y económica.

"Estoy convencido que se ha hecho una gran contribución al desarrollo político en el país", subrayó Guzmán, y anunció que la próxima tarea será la discusión y aprobación de la ley que ponga "punto final" al problema de la propiedad en Nicaragua.

El Parlamento obtuvo mayores facultades y se le quitó el sello presidencialista a la administración

Reformas constitucionales en Nicaragua enterraron más de una década de influencia del Frente Sandinista

Las reformas a la Constitución política de Nicaragua, promulgadas el martes por consenso entre el gobierno y el Parlamento, enterraron definitivamente al régimen sandinista que gobernó al país de 1979 a 1990, al suprimirle el contenido totalitario y otorgarle mayores facultades al Congreso. 6/7CR.

Managua,
por Lidia Hunter

■ Aunque las enmiendas no le quitan del todo el sello presidencialista al régimen, transforman radicalmente un ordenamiento promulgado en 1987 por el sandinismo, cuando el país era asediado por una guerra que, patrocinada desde el extranjero, mantuvo al país durante varios años bajo estado de emergencia, caos económico y censura de prensa.

En el preámbulo del ordenamiento, sin embargo, se mantiene la evocación a la gesta del general Augusto César Sandino, quien inspiró a la revolución sandinista que derrocó a la dictadura de la dinastía Somoza en 1979.

Significativamente fue sustituido el nombre del Ejército Popular Sandinista por el del Ejército de Nicaragua.

Entre las reformas más importantes destaca la descentralización de la economía, que antes estaba monopolizada por el Estado y que ahora reconoce el papel protagónico de la iniciativa privada y adopta la economía de mercado.

En el plano político se reducen de manera importante las atribuciones del Ejecutivo, que ahora deberá compartir con el Parlamento la promulgación de leyes y la ratificación de tratados internacionales, incluyendo los compromisos que el sector público adquiera con los organismos financieros internacionales.

En el país las reformas fueron recibidas en general como un paso en la consolidación de la democracia.

El ex diputado Rafael Solís comentó a la AFP que las enmiendas representan un acto trascendental porque "dejan atrás una Constitución que, sin ser antidemocrática, era bastante restringida por las circunstancias en las que se elaboró."

Uno de los promotores de estos cambios, el diputado Luis Sánchez, afirmó que a partir de ahora "queda suprimido el contenido totalitario de la Constitución, se garantiza la libertad económica, se desmilitariza la sociedad y se prohibe el continuismo presidencial y la sucesión familiar en el ejercicio del poder público".

Para el público liberal Wilfredo Navarro las reformas "son un triunfo de la democracia" y destacó el hecho de haber logrado con ellas "el equilibrio entre los poderes" (...) y la injerencia del Parlamento en materia fiscal."

Las enmiendas fueron promulgadas este martes por iniciativa del arzobispo de Managua, el cardenal Miguel Obando, en cumplimiento de un acuerdo político entre el Ejecutivo y el Legislativo alcanzado hace dos semanas para poner fin a una pugna entre esos poderes alrededor de los cambios constitucionales.

El prelado recibió el texto de las reformas de la presidenta de la República, Violeta de Chamorro, en su condición de garante del cumplimiento de los acuerdos.

Dos de los temas más polémicos de estas enmiendas, la no reelección y la prohibición para ser candidato presidencial a los parientes cercanos al gobernante de turno, entraron en vigencia este mismo martes.

Militares supeditados al poder civil

Managua 6/7CR.

■ Las reformas a la Constitución política de Nicaragua, promulgadas el martes, imprimen cambios trascendentes en el Ejército al convertirlo en una institución "profesional, apartidista y apolítica", luego que por más de una década fue el brazo armado de los sandinistas.

Las enmiendas confirman la supremacía del poder civil respecto del militar, derogan el servicio militar obligatorio, establecen la capacitación cívica de los soldados y sustituyen el nombre del "Ejército Popular Sandinista (EPS)" por el de "Ejército de Nicaragua".

El EPS fue fundado en 1979 al calor de la revolución liderada por el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) que derrocó la dictadura de Anastasio Somoza, por lo que muchos de sus miembros son antiguos guerrilleros que han respondido a los lineamientos de esa organización.

No obstante, las reformas a la Carta Magna de 1987 disponen que la institución castrense se regirá "en estricto apego a la Constitución Política, a la que guardarán respeto y obediencia", a fin de impedir que comulgue con intereses partidarios.

02-02

02\02.

Ortega reclamó unión de los sandinistas para 1996

Daniel Ortega, de 49 años y ex presidente de Nicaragua y máximo dirigente del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), pidió ayer "la unidad de todos los hermanos que se han separado" del sandinismo, con el fin de intentar "ganar las elecciones" presidenciales de 1996.

Managua 20/7/95.

■ El exhorto fue en clara alusión a los seguidores de Sergio Ramírez, ex vicepresidente de Nicaragua y quien recientemente fundó un partido político de izquierda, en protesta contra el liderazgo de Daniel Ortega.

"Con la unidad vamos a ganar en la primera vuelta electoral, sin necesidad de ir a una segunda ronda... Las puertas están abiertas para los que se han ido, no podemos vernos como enemigos, apartemos la confrontación y busquemos la fraternidad y la revolución", dijo hoy Daniel Ortega.

El ex mandatario nicaragüense fue el orador principal en un mitin que realizaron unos 30.000 sandinistas en la vieja Plaza Pública de Managua, donde hace 19 años llegaron triunfantes los entonces guerrilleros del FSLN.

Tras diez años de enfrentamientos diplomáticos con Estados Unidos y guerras civiles contra grupos campesinos antisandinistas, el gobierno de Ortega fue derrotado en las elecciones generales de 1990 por una coalición de partidos (la UNO, Unión Nacional Opositora) que apoyó a Violeta Chamorro, actual presidente de Nicaragua.

"Por eso debemos buscar la unidad de todos los sandinistas y también de los no sandinistas, que piensen en favor de los pobres y desempleados, para poder ganar las elecciones de 1996 y volver al poder", dijo Ortega.Criticó los programas económicos de Violeta Chamorro, porque en su opinión crean "más pobreza y desempleo y más recesión sin producción".

También criticó al alcalde de Managua, Arnoldo Alemán, precandidato del Partido Liberal (PL) a la presidencia de Nicaragua, al temer que entre sus colaboradorse se encuentren "viejos funcionarios de lo que fue la dictadura de Anastasio Somoza".

Lo que Nicaragua necesita, dijo Daniel Ortega "es que el FSLN vuelva al poder para que el país se levante económica y políticamente."

Desde principios del mes de julio, Nicaragua vive un sistema parlamentario de facto, luego de una larga y convulsionada historia política que incluyó la dictadura de Somoza, una revolución sandinista y el ascenso de una mujer a la presidencia de la República por voto popular.

Tras una azarosa crisis política que desde febrero pasado provocó un caos jurídico en Nicaragua, esta nación centroamericana parece encaminarse hacia la democracia parlamentaria.

De hecho, el 4 de julio entró en vigencia un paquete de 66 reformas a la Constitución Política de 1987 que declaró a Nicaragua bajo el régimen de un estado "presidencialista".

Las reformas otorgan al Parlamento poderes sobre el Ejecutivo y establecen incluso la posibilidad de que los legisladores destituyan al Presidente de la República.

Las modificaciones a la Constitución reducen los poderes presidenciales y los traslada al Legislativo, tanto en el campo económico, tributario, como político.

En concreto, las reformas constitucionales establecen que el Parlamento es el único poder con atribuciones para crear impuestos, y obliga al gobierno a someter al Legislativo todos los acuerdos internacionales económicos, incluyendo los préstamos.Además, conceden al Parlamento la facultad de interpelar e incluso destituir a los miembros del gabinete de gobierno, y por vez primera en la historia de Nicaragua, establecen la posibilidad de que los legisladores destituyan al presidente de la República.

El nuevo texto constitucional también deja en manos del Parlamento la elección de magistrados de la Corte Suprema de Justicia y del Consejo Supremo Electoral.

Mientras tanto el período presidencial en Nicaragua fue reducido de 6 a 5 años y prohibe la reelección consecutiva del mandatario, quien sólo podrá optar por un período adicional de forma alternada.Las próximas elecciones generales de Nicaragua se celebrarán el primer domingo de noviembre de 1996, y los nicaragüenses elegirán al sucesor de Violeta Chamorro en la presidencia de la República, 92 diputados del Parlamento (unicameral) y 130 alcaldes del país.

Violeta Chamorro asumió la presidencia de Nicaragua el 25 de abril de 1990, luego que derrotó electoralmente al sandinista Daniel Ortega, quien a su vez había derrocado a la dictadura de Anastasio Somoza.

EL JEFE DEL EJERCITO PARAGUAYO

Otro escándalo del general Oviedo

ASUNCION (Especial para **Clarín**). – El jefe del ejército paraguayo, general Lino Oviedo, desafió una vez más a la oposición, mayoritaria en el Congreso, al hacer **caso omiso** a los pedidos y órdenes judiciales para que se suspenda la construcción de una obra destinada a desfiles militares, ordenada por el mismo, cuyo costo se ha estimado en unos 500.000 dólares.

La irritación de los parlamentarios fue inocultable y el presidente de la Cámara de Diputados, Carlos Ramírez Montalbetti, manifestó que el general Oviedo está buscando la reacción del Parlamento y del gobierno "para justificar un golpe de Estado".

La obra, llamada primero "desfilódromo" y finalmente "**linódromo**", en referencia a su mentor, está ubicada cerca de la sede del Primer Cuerpo del Ejército, más conocida como "la caballería", en las puertas de esta capital.

Ayer, el gobierno presidido por Juan Carlos Wasmosy intentó poner paños fríos a la tormenta que se había creado y decidió entregar al Consejo Nacional de Deportes el predio de 250 hectáreas. Se trata de una decisión salomónica, que no ha dejado satisfecho a nadie.

Pedido de explicaciones

El diputado Ramírez Montalbetti calificó de "**insubordinación**" la decisión del general Oviedo de continuar la obra, haciendo oídos sordos al insistente pedido para que explique el origen de los fondos.

El controvertido general, epicentro de todos los rumores golpistas que cada dos o tres meses sacuden al país, dijo en un breve contacto con la prensa en el Palacio de Gobierno que cualquier explicación sobre el "linódromo" debe ser proporcionada por el presidente de la República. Pero Wasmosy había dado parte de enfermo y estuvo ausente de sus funciones durante siete días.

ARCHIVO CLARIN



General Lino Oviedo: otro desafío a la oposición y a la Justicia.

El presidente se reincorporó el martes y, en su peculiar estilo, defendió sus relaciones amistosas con el jefe del ejército y desmintió que haya tenido la intención de ordenar el pase a retiro del militar que, de un tiempo a esta parte, solo permite **dormir con tranquilizantes a la ofuscada oposición**.

Ante el pedido de informes del Congreso sobre el origen de los fondos para edificar el "linódromo", contestó que la obra se construyó bajo su responsabilidad y que para ello recibió la colaboración de empresas privadas, entre ellas varias de las suyas y algunas pertenecientes a su antecesor en el sillón presidencial, el general Rodríguez.

Sin abandonar el tono de desafío, ironizó: "¿Por qué no hacemos un intercambio? ¿Por qué los diputados no se dedican a administrar el país y yo voy al Poder Legislativo? Creo que podríamos cambiar de poderes".

Hugo Ruiz Olazar

Wasmosy denuncia desestabilización

Asunción

■ El presidente paraguayo, Juan Carlos Wasmosy, reveló ayer que varias personas, a las que no identificó, se hallan empeñadas en una "ola de rumores" dirigidas a destruir el sistema financiero nacional como paso previo al quiebre de la institucionalidad democrática.

En un enérgico discurso frente a varios centenares de empresarios, industriales y ganaderos locales y extranjeros en la inauguración de una tradicional expoferia, Wasmosy denunció que esos individuos han hecho circular rumores destinados a "sembrar el caos, confusión y zozobra en la banca".

Su mensaje fue relacionado con la crisis financiera que sacude a este país sudamericano, dos meses después de develarse escándalos financieros por desvíos de fondos del estatal Banco Central y del dinero de unos 20.000 ahorristas de la banca privada y financieras.

El escándalo ha llevado a la cárcel a más de una decena de conocidos banqueros de la plaza local y el enjuiciamiento de otra veintena.

El gobierno, a través del Banco Central, intervino cinco bancos y siete financieras y al mismo tiempo introdujo más de 200 millones de dólares al sistema para soportar los retiros masivos de depósitos.

"Debo denunciar públicamente que están entre nosotros personas que desde un cobarde anonimato creen poder alterar el curso de los acontecimientos y retornar a un pasado oscuro de la vida nacional", dijo Wasmosy a su auditorio.

Entre 1954 y 1989, una dictadura encabezada por el general Alfredo Stroessner gobernó durante 35 años a Paraguay.

Dijo que esas personas se aprovechan de la crisis financiera "creando una usina de rumores en directo desmedro de la banca nacional para sembrar el caos, la confusión y la zozobra y extender las dificultades a otros bancos".

Indicó que el objetivo es trasladar el malestar al resto de los bancos y financieras de plaza para quebrar el sistema, situación que, según el presidente, conllevará automáticamente a una "ruptura del proceso democrático".

01-01

LOS EMPRESARIOS SE QUEJAN DE LAS RESTRICCIONES NORTEAMERICANAS

Lobby argentino en EE.UU.

En Denver, los empresarios argentinos se unieron en una queja: los Estados Unidos no abren las puertas con facilidad a sus productos. Muchos viajaron con Cavallo para obtener alguna respuesta a sus planteos. A la unidad continental, en una zona de libre comercio desde Tierra del Fuego a Alaska, la ven todavía como un sueño lejano.

Clarín **EN DENVER**

DENVER (Enviado especial). – Ayer concluyeron en esta ciudad las sesiones del foro que nucleó a 1.200 empresarios y a ministros de Economía de 34 países occidentales, cuya ambiciosa tarea es crear en el continente americano, a partir del año 2005, una zona de libre comercio desde Alaska a Tierra del Fuego.

Pero la mayor parte de los **empresarios argentinos** que acompañaron a Domingo Cavallo, en esta ocasión regresaron a Buenos Aires, según pudo advertir **Clarín**, con la sensación de que la unidad económica continental es un proyecto tan consistente como un **cuento de hadas**.

Si alguna duda quedaba al respecto, los representantes de los Estados Unidos se ocuparon de disiparlas: dejaron muy en claro que **no** serán los primeros en **abrir su economía** para facilitar el intercambio de productos en la región.

"Ya no saben qué inventar: ahora resulta que para frenar nuestras exportaciones y justificar las denuncias de dúmping suman el daño presunto que les provocaría el ingreso de un mismo producto desde nueve países diferentes", se quejó Sergio Einaudi, de Techint.

Pero este industrial no fue el único que llegó al foro con la intención de encontrar una respuesta a sus planteos. El ruralista Eduardo de Zavalía compartió con otros hombres del rubro, como Luis Bameule (del frigorífico Quickfood) la misma preocupación: lograr que se apliquen **criterios más ecuánimes** en los controles al ingreso de **carnes argentinas**.

"Hay países como Japón, Taiwán y Corea, que aplican controles copiados de los norteamericanos. Por eso, si entramos en Estados Unidos, automáticamente podremos acceder también a esos otros mercados", comentó Bameule.

Arturo Acevedo, de Acindar, coordinó un grupo de trabajo al cual llegó la queja de una firma de la familia Pescarmona (IMPSA). "Hay **restricciones legales** que impiden ser proveedores del gobierno norteamericano", explicó Acevedo.

Una pelea aparte con la burocracia de los EE.UU. fue la que llevó a cabo una funcionaria argentina: Silvia Portnoy, titular del Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI). Intenta convencer a los norteamericanos de la necesidad de que adapten todo su sistema métrico a los usos internacionales. Pero ellos se hacen los distraídos, ya que esta cuestión, aparentemente tan abstracta, funciona como una eficaz barrera paraarancelaria

"Por ejemplo, los jugos **concentrados de pera y manzana** no pueden ingresar si vienen fraccionados en envases medidos en litros sino en galones. De esta forma, ellos se aseguran el negocio del envasado individual y el packaging", explicó Portnoy.

Pero la controversia sobre las medidas no solo se planteó en este terreno. Hasta aquí llegó también el comentario de que "la gente de Wal Mart (la cadena minorista norteamericana que está a punto de abrir su primer local en Buenos Aires) está exigiendo a sus proveedores que se ajusten a las normas de medición de los EE.UU".

Ante este panorama que encontraron los empresarios en Denver, la mejor síntesis del balance final quedó a cargo de Mariano Montero Zubillaga, un mexicano ("pero, argentino por amistad") que es directivo de FEMSA, embotelladora de Coca Cola en Buenos Aires: "Las discusiones sobre la integración hemisférica **no son tan urgentes** como la necesidad de cerrar nuevos negocios cotidianamente. De esto vivimos los empresarios, no de la plática".

Jorge Luis Velázquez

01-02

LOS EMPRESARIOS SE QUEJAN DE LAS RESTRICCIONES NORTEAMERICANAS

Lobby argentino en EE.UU.

En Denver, los empresarios argentinos se unieron en una queja: los Estados Unidos no abren las puertas con facilidad a sus productos. Muchos viajaron con Cavallo para obtener alguna respuesta a sus planteos. A la unidad continental, en una zona de libre comercio desde Tierra del Fuego a Alaska, la ven todavía como un sueño lejano.

Clarín **EN DENVER**

DENVER (Enviado especial). – Ayer concluyeron en esta ciudad las sesiones del foro que nucleó a 1.200 empresarios y a ministros de Economía de 34 países occidentales, cuya ambiciosa tarea es crear en el continente americano, a partir del año 2005, una zona de libre comercio desde Alaska a Tierra del Fuego.

Pero la mayor parte de los **empresarios argentinos** que acompañaron a Domingo Cavallo, en esta ocasión regresaron a Buenos Aires, según pudo advertir **Clarín**, con la sensación de que la unidad económica continental es un proyecto tan consistente como un **cuento de hadas**.

Si alguna duda quedaba al respecto, los representantes de los Estados Unidos se ocuparon de disiparlas: dejaron muy en claro que **no** serán los primeros en **abrir su economía** para facilitar el intercambio de productos en la región.

"Ya no saben qué inventar: ahora resulta que para frenar nuestras exportaciones y justificar las denuncias de dúmping suman el daño presunto que les provocaría el ingreso de un mismo producto desde nueve países diferentes", se quejó Sergio Einaudi, de Techint.

Pero este industrial no fue el único que llegó al foro con la intención de encontrar una respuesta a sus planteos. El ruralista Eduardo de Zavalía compartió con otros hombres del rubro, como Luis Bameule (del frigorífico Quickfood) la misma preocupación: lograr que se apliquen **criterios más ecuánimes** en los controles al ingreso de **carnes argentinas**.

"Hay países como Japón, Taiwán y Corea, que aplican controles copiados de los norteamericanos. Por eso, si entramos en Estados Unidos, automáticamente podremos acceder también a esos otros mercados", comentó Bameule.

Arturo Acevedo, de Acindar, coordinó un grupo de trabajo al cual llegó la queja de una firma de la familia Pescarmona (IMPSA). "Hay **restricciones legales** que impiden ser proveedores del gobierno norteamericano", explicó Acevedo.

Una pelea aparte con la burocracia de los EE.UU. fue la que llevó a cabo una funcionaria argentina: Silvia Portnoy, titular del Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI). Intenta convencer a los norteamericanos de la necesidad de que adapten todo su sistema métrico a los usos internacionales. Pero ellos se hacen los distraídos, ya que esta cuestión, aparentemente tan abstracta, funciona como una eficaz barrera paraarancelaria

"Por ejemplo, los jugos **concentrados de pera y manzana** no pueden ingresar si vienen fraccionados en envases medidos en litros sino en galones. De esta forma, ellos se aseguran el negocio del envasado individual y el packaging", explicó Portnoy.

Pero la controversia sobre las medidas no solo se planteó en este terreno. Hasta aquí llegó también el comentario de que "la gente de Wal Mart (la cadena minorista norteamericana que está a punto de abrir su primer local en Buenos Aires) está exigiendo a sus proveedores que se ajusten a las normas de medición de los EE.UU".

Ante este panorama que encontraron los empresarios en Denver, la mejor síntesis del balance final quedó a cargo de Mariano Montero Zubillaga, un mexicano ("pero, argentino por amistad") que es directivo de FEMSA, embotelladora de Coca Cola en Buenos Aires: "Las discusiones sobre la integración hemisférica **no son tan urgentes** como la necesidad de cerrar nuevos negocios cotidianamente. De esto vivimos los empresarios, no de la plática".

Jorge Luis Velázquez

Los que viajaron



Mariano Montero Zubillaga

De **Femsa Argentina**. La empresa, dueña mayoritaria de la franquicia de Coca Cola para Argentina, es la mayor embotelladora de gaseosas del país. Posee 57% del mercado de gaseosas en Capital Federal y Gran Buenos Aires.



Sergio Einaudi

De **Techint**. El holding tiene sus negocios distribuidos entre la siderurgia, la distribución de gas y de electricidad, la telefonía, elevadores de granos y obras viales. Este emporio industrial facturó 2.000 millones de dólares en 1994.



Arturo Acevedo

De **Acindar**. La empresa siderometalúrgica tuvo en 1994 un ingreso operativo de 346 millones de dólares.



Luis Bameule

De **Quickfood**. La empresa factura 190 millones de dólares por año gracias a la producción de hamburguesas (Paty), fiambres (Bami) y subproductos como grasa y harina de carne.

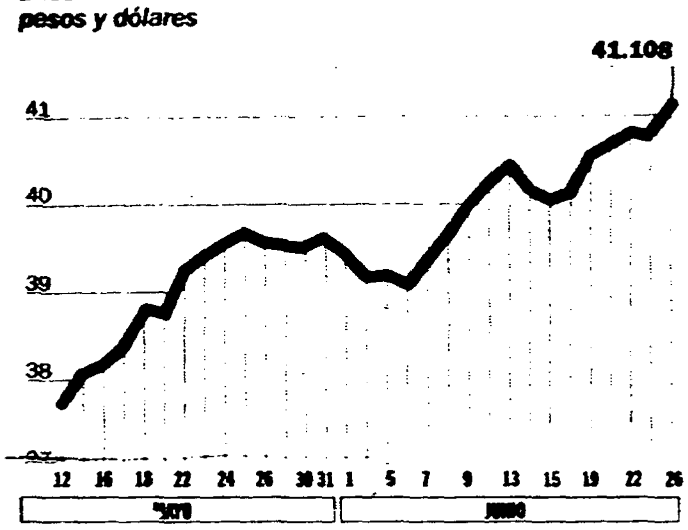
02-02

Las empresas invierten pero con pies de plomo

Son contadas las empresas con dinero sobrante como para pensar en inversiones financieras. Las grandes prefieren ir a lo seguro: depósitos a plazo fijo. La mayoría necesita aplicar el grueso de sus recursos para reforzar su capital de trabajo.

Evolución de los depósitos

Desde las elecciones. En miles de millones de pesos y dólares



FUENTE: CLARIN en base a la encuesta de depósitos de Banco Central

Cautela. Mucha cautela. Es la actitud adoptada por las grandes empresas para decidir sus **inversiones** financieras en estos días. Si bien en el último mes los depósitos totales del sistema aumentaron 1.521 millones de dólares, los precios de los **bonos** y de las **acciones** se mantuvieron estables. Y eso refleja la obstinada preocupación de los inversores por exponerse lo menos posible.

Los cimbronazos de **México**, potenciados por la persistente **crisis bancaria**, explican que unas pocas compañías (todas orientadas a la exportación) dispongan ahora de un **sobrante de liquidez** significativo: "Con la crisis bajaron las ventas y los flujos de efectivo son para **reforzar** el capital de trabajo. Hay problemas de cobranza, corte de cadena de pagos y mayoristas a los que auxiliar, como los de Catamarca, a quienes los quiosqueros les pagan en bonos", señala Jorge Vives, de Massalín Particulares.

Las empresas medianas siguen los pasos de las grandes. Y las pequeñas, lejos de tener recursos líquidos para invertir, están ocupadas en batirse a diario con el fantasma de la quiebra.

Quienes tienen los recursos van a lo seguro: varios **plazos fijos** dispersos en *entidades reconocidas*, aun cuando las tasas se consideren bajas en relación con otras oportunidades del mercado local.

Sevel, por ejemplo, no incursiona en la Bolsa ni en títulos, pero coloca en plazos bancarios parte de su efectivo disponible, según su titular, Jorge Aguado. Sin embargo, buena parte de su flujo lo destina a **financiar** a los proveedores *autopartistas y a las concesionarias*. "Esa política ya se había adoptado antes del **efecto tequila**, pero ahora ayuda a reforzar la tranquilidad", dice Aguado.

"El grueso del dinero de las empresas está depositado en 8 o 10 bancos", estima Néstor Raffetti, vicepresidente del Provincia Bursátil. Manuel Solanet, de INFUPA, comparte ese diagnóstico.

Fuera de esas colocaciones, "el resto se orienta invariablemente hacia **inversiones con libre disponibilidad**, títulos dolarizados como los Bonos Brady, los *Bónex* y los BOCON", observa Solanet.

Cuando en los cinco primeros meses del año la crisis hacía eclosión, muchas **empresas, igual que los particulares, retiraron depósitos. De los bancos se fueron 7.543 millones, de los cuales volvieron, hasta la semana pasada, 3.305 millones.** El resto sigue, a salvo de cualquier crisis, en los colchones. ¿Cuánto de ese resto pertenece a *las grandes empresas*?

"Solo las grandes multinacionales, muy familiarizadas con otros mercados, hacen algunas inversiones en **bonos norteamericanos**. La mayoría prefiere invertir su dinero en el país: eso sí: por ahora en **activos con renta segura**", dice Solanet.

"La restitución de la liquidez del sistema es un **proceso lento**. *Como en economía nadie cree en milagros*, los temores no se disipan de la noche a la mañana", explica Carlos Pérez, gerente del departamento económico del Banco de Quilmes.

En cuanto al futuro, los oráculos de la "City" porteña no esperan una nueva fuga de capitales y muchos estiman, coincidiendo con los augurios del Gobierno, que **lo peor ya pasó**

Las brasileñas

A pesar de la recesión, las empresas del Brasil radicadas en el país no se achicaron cuando **Clarín** las consultó sobre sus programas de inversiones en épocas de crisis. Ratificaron sus proyectos, aunque admitieron dificultades en las cobranzas a sus proveedores y pronosticaron que la recuperación económica recién se dará a fines de este año.

• César Sánchez, director del **Banco Real**: "La recesión se mantendrá hasta fin de año, pero las estrategias empresariales deben pensar en que la Argentina tiene su economía de libre mercado asegurada".

Hace 15 años que este banco está en el país y esperan ampliar sus operaciones a la banca de personas (por ahora sólo trabajan con exportadores grandes).

• Fernando de Freitas, presidente de **Bras Oil** (Petrobrás, en la Argentina): "Seguimos con las inversiones de **70 millones de dólares** en la exploración de gas en la cuenca noroeste y tenemos interés en las privatizaciones petroquímicas".

Bras Oil mueve órdenes de compra por 140.000 barriles de petróleo crudo al día y espera vender 20 millones de dólares de gas este año. De Freitas admitió que en el negocio de los lubricantes hay problemas de incobrabilidad, porque trabajan con distribuidores pequeños y medianos.

• Paulo Marcos, presidente del **Grupo Amil** (medicina prepaga): "A la hora de pensar en las inversiones, no nos afecta ni la crisis ni la recesión porque miramos a largo plazo".

Este grupo invirtió en un año **15 millones de dólares** y en 5 años habrá totalizado **30 millones** de dólares. A fin de mes abrirá sus puertas como prepaga.

• Renato Mauad, director del Grupo **Sadia** (alimenticios): "No vamos a abandonar nuestras inversiones en la Argentina porque no se puede pensar solamente en el aquí y ahora".

Alejandra Gallo

TIEMPO DE CRISIS

Plata negra

***La inversión** de las petroleras*
***para** 1995-1997 (en millones de*
dólares)

Empresa	Exploración	Explotación
YPF	1.184,0	2.099,0
Astra	40,0	380,0
Tecpetrol	146,1	335,9
P. Companc	73,0	313,1
Bridas	45,0	230,0
Total Austral	–	610,0*
San Jorge	108,3	173,3
Quintana	50,6	127,5
Pluspetrol	33,6	113,2
Otras	75,4	1.246,2
[illegible]	1.756,0	5.628,2

(*)Incluye exploración.

Inversión total prevista para 1995-1997
7.384,2 millones de dólares

02-02

En búsqueda de una rebaja de los impuestos

Varias empresas de capital norteamericano plantean demanda al gobierno argentino

Buenos Aires,
por Isidoro Gilbert

■ No solamente las patentes medicinales y la ley sobre privatización del Correo Central moviliza al lobby norteamericano en este país, sino también conseguir un lugar bajo el sol para las telefónicas, así como lograr reducir los impuestos internos que pagan las gaseosas, como la Coca y la Pepsi Cola.

Las eternas rivales en todo el mundo se preparan para batallar juntas frente al equipo económico. Presentarán una propuesta para que se exima a las bebidas colas con el 24% de los impuestos internos que pagan en la actualidad; una tarea ciclopea, si se tiene en cuenta que el objetivo de obtener un mega superávit fiscal es la máxima prioridad de la política de Domingo Cavallo. La oferta de Coca Cola podría ser de todos modos atractiva para la publicidad del plan económico en uno de sus momento más críticos. La empresa se comprometerá a rebajar el valor de la venta que puede llegar a un 30%. Con los estudios en la mano, las embotelladoras tratan de convencer que el incremento de las ventas compensará con creces (por mayores ingresos del IVA) lo que debe recibir por impuestos internos. La cuestión ya desató la oposición de los grupos cerveceros temerosos que la rebaja de impuestos a las gaseosas se haga a costa de cargar gravámenes sobre las bebidas alcohólicas. La preocupación no es ociosa. Un conocido programa periodístico, planteó en más de una ocasión este tema, como modo de desalentar la ingesta de cerveza, cuya difusión entre los jóvenes ha provocado preocupación en las autoridades. Quienes interpretaron bien esos mensajes, ven ahora confirmada sus presunciones, las embotelladoras están en plena campaña para conseguir sus objetivos.

Las empresas norteamericanas de teléfonos acentúan también sus presiones. Las compañías de teléfonos de ese origen quedaron fuera del mercado argentino cuando en 1990 se privatizó Entel, desdoblada en dos: Telefónica Española con socios menores (hoy telefónica) y franceses e italianos en lo que ahora es Telecom.

Las dos tienen mercados cautivos y tratan de posicionarse para 1997, cuando se abra la competencia en esta materia. Ambas han sufrido algunos traspies, manejaban a funcionarios claves en la Comisión Nacional de Teléfonos (CNT) la que les había preparado una beneficiosa restructuración de las tarifas y una resolución, la 118, por la cual podían usar la red pública para otros servicios (TV por cable, por caso). Estas ventajas, a juicio de las telefónicas americanas, las dejarían sin opción para cuando se abra el mercado dentro de dos años.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, se encargó recientemente de disolver a la CNT, luego que el secretario de comercio de EEUU, Ronald Brown, planteara la cuestión. Ahora la presión norteamericana se supone que se centrará en la futura integración de la CNT con personas identificadas con "la apertura de la competencia". No es la que se aplica en los EEUU; la firma local, Perscarmona,–que fabrica turbinas eléctricas– quiso anotarse como proveedora del Estado norteamericano pero "restricciones legales" se lo impidieron.

Caída de ventas y deflación de 0,2% en junio

Es la segunda vez que ocurre durante la convertibilidad. La escasez de créditos que se tradujo en caída de ventas influyó en este comportamiento de los precios: hubo bajas en alimentos, ropa y turismo. Los precios mayoristas crecieron 1.1% en junio; eso muestra que muchos comercios absorbieron aumentos para no trasladarlos al consumo. Según algunos economistas, con el aguinaldo en el bolsillo la gente podría consumir algo más y se entonaría ligeramente el índice de este mes.

El costo de vida **cayó en junio un 0,2%** aunque los precios **mayoristas crecieron un 1,1%**. Es la segunda vez en 21 años que sucede. La primera fue en marzo de este año, con una deflación de 0,4% respecto de febrero.

Para el secretario de Programación Económica, Juan Llach, las cifras que difundió ayer el INDEC fueron positivas: "La inflación en el primer semestre fue solo de 1,1%, bastante **menos de la mitad** de la tasa anual proyectada", se entusiasmó.

Sin embargo, en la deflación de junio pesa mucho la **caída de las ventas**: hubo una baja generalizada en el consumo y eso impactó en el promedio de precios al consumidor. En muchos rubros, el comercio minorista **absorbió los aumentos que aplicaron los mayoristas**. Hay pruebas al canto: los precios al por mayor **subieron 3%** en los primeros meses del año, frente al 1,1% de los minoristas.

Para algunos especialistas, sin embargo, esta diferencia podría notarse en los próximos meses en caso de que exista una tenue reactivación de la demanda: "Las subas **podrían trasladarse al consumidor**", dijo Jorge Todesca, ex secretario de Comercio durante el gobierno de Alfonsín.

"Que los precios bajen no es nuevo. Lo que sí es una mala noticia es que haya una fuerte caída de la demanda: eso pinta de lleno el cuadro **recesivo**", comentó el ex funcionario (ver **más información en estas páginas**).

El mismo Llach no tuvo más remedio que **admitirlo**: "Hubo una clara disminución en el consumo de algunos rubros".

Costo de vida en junio

Nivel general	-0,2 %
Alimentos y bebidas	-0,7%
Indumentaria	-0,5%
Vivienda	0,4%
Equip. y func. del hogar	0,1%
Salud	0,0%
Transporte y comunic.	0,2%
Esparcimiento	-0,3%
Educación	0,1%
Bienes y servicios varios	0,1%

Fuente: INDEC

Algunos economistas vinculan la caída en los precios al consumidor a la **falta de crédito bancario**. Según Néstor Touzet (del estudio Broda), "la escasez de préstamos limita al consumo y a la producción y por eso carcome el pago de los impuestos".

En junio, los precios de los alimentos y las bebidas y los de la indumentaria fueron los que más bajaron, en relación a mayo: 0,7% y 0,5%, respectivamente.

En los últimos 12 meses, el índice de precios subió **3,7%**. En ese mismo período los precios que más cayeron fueron los de la indumentaria (1,7%). La otra cara de la moneda fue **transporte y comunicaciones**: sus precios crecieron 9,2%.

Este se explica a partir de la **suba en los boletos de colectivos** (pasó de 0,45 a 0.50 pesos) y en el de los **trenes** de las líneas Roca, Mitre y Sarmiento, cuando pasaron a ser operadas por empresas privadas. A eso se sumaron los **retoques en las tarifas telefónicas**, que se ajustaron a las internacionales y añadieron el aumento del 3% en el IVA.

Dentro del sector de alimentos, la harina de trigo común fue la que más se encareció (11,3% respecto de mayo): refleja el impacto del **alza de la cotización internacional del cereal**.

Pero la mayoría de las verduras y frutas muestran fuertes bajas en sus precios debido a razones estacionales. El tomate redondo está por el suelo, disminuyó (23,3%).

Según el economista Daniel Sticco, de Tendencias Económicas, este mes podría haber un aumento en el consumo, motivado por el cobro del aguinaldo: "Puede que aparezca una **ligera alza** en el índice de costo de vida y no habrá que alarmarse siempre que el índice de julio se sitúe en 0,5% y no sea mayor a eso".

Menem ratifica plan y rumbo económico

Buenos Aires, 5 jul. - El presidente argentino, Carlos Menem, volvió a ratificar hoy que el plan neoliberal de ajuste económico vigente no se modificará en la nueva gestión de gobierno que iniciará el próximo sábado.

"Este rumbo económico es innegociable", puntualizó Menem tras denunciar que "hay una campaña de prensa" destinada a "dar mayor magnitud" a las protestas sociales que afectan a varias provincias.



En vísperas del comienzo de un nuevo mandato, el Presidente Menem aseguró la continuidad de su política económica.

"El país, desde el más humilde padre de familia, hasta el más encumbrado banquero, necesita reglas de juego claras y estables", puntualizó Menem al inaugurar la VI Jornada Bancaria organizada por la Asociación de Bancos Argentinos (ABRA).

Menem subrayó que el plan económico "no va a cambiar, no porque a mí se me ocurra sino porque ha sido la voluntad de la inmensa mayoría del pueblo argentino" en los comicios del 14 de mayo pasado, en los que consiguió la reelección con el 50 por ciento de los votos.

En este sentido, advirtió que "algunos quieren hacer olvidar rápidamente el apoyo popular con que cuenta el gobierno".

"Hay intereses que pretenden asignar mayor valor a algunas manifestaciones de descontento, pero quiero que sepan que eso no me hace mella", agregó. El presidente destacó que tiene "una larga experiencia política" para identificar "dónde está la justa reclamación social y dónde está toda una campaña de prensa".

Tras admitir que "el dinero no abunda y los créditos no son todo lo frecuentes que desearíamos", dijo que "los problemas no los resuelve sólo el gobierno sino con la colaboración de los banqueros, empresarios y dirigentes sindicales".

Carlos Menem ratificó su política socioeconómica por segunda vez en los últimos diez días, en los que algunos dirigentes del Partido Justicialista (peronista) en el poder sugirieron una mayor intervención del Estado en la economía.

Las provincias argentinas estudian drásticas reducciones del gasto público en un clima de tensión y bajo la amenaza de un grave conflicto social como el que afecta a Córdoba, una de las más pobladas del país, donde hoy se lleva a cabo una huelga general. La amenaza de un estallido social se cierne sobre varias provincias cuando los precios al consumidor bajaron un 0,2 por ciento en junio, el segundo índice de inflación negativa que se registra en el año.

La "deflación", como llaman los técnicos a la inflación nula o negativa, se atribuye a una caída del consumo dentro del proceso de recesión que sufre la economía desde hace unos meses a causa del encarecimiento del crédito. **(EFE)**

SEGUN EL BANCO MUNDIAL

Argentina no crecerá en el '95



Sebastián Edwards, economista del Banco Mundial.

La Argentina tendrá este año crecimiento 0, dijo a Clarín el economista jefe del Banco Mundial, Sebastián Edwards. Excepto México y Venezuela, que tendrán evolución negativa, la Argentina es el país de América latina con peores perspectivas para el desarrollo de su economía durante este año.

Edwards dijo a Clarín que "nuestra estimación dice que el crecimiento económico en la Argentina será nulo, cero, este año. Será muy leve en 1996 y tendrá una recuperación superior en 1997". Contradijo, como otros economistas, las expectativas del ministro de Economía, Domingo Cavallo, quien insiste en que, a pesar de la actual recesión, terminará subiendo el PBI.

Para el año próximo, según el Banco Mundial, todos los restantes países de la región tendrán indicadores positivos en su PBI, y "si se cumple una serie de condiciones básicas razonables" (que para el Banco Mundial se traducen en nuevas fases de la reforma económica que impulsa desde hace años), América latina "crecerá a un ritmo promedio superior al 6% anual entre 1998 y el 2005".

Edwards está en Buenos Aires participando de un seminario –que culmina hoy– para el análisis de los mercados de trabajo en América latina, organizado por la Universidad y el Instituto Torcuato Di Tella, el Banco Mundial y The Brooking Institution.

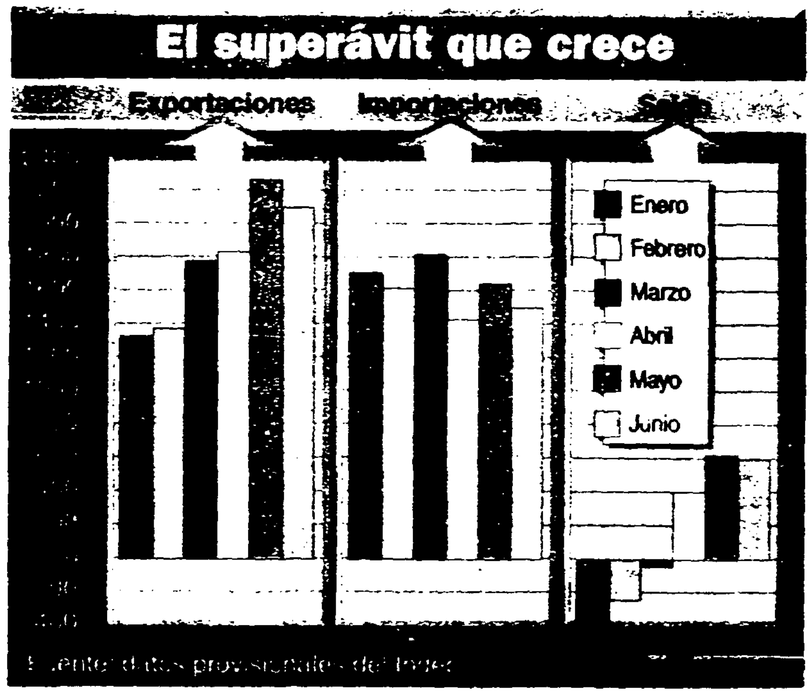
Las razones

Al presentar el informe del Banco sobre trabajo, el economista Michael Walton insistió en que el desempleo creciente obedece a razones que se dieron antes del ajuste.

"Es un mito que el ajuste y la transición afecten a los trabajadores. Es la enfermedad y no el remedio (aunque este tenga efectos negativos a corto plazo, transitorios, que duelen) la que produjo el problema", indicó Walton.

Y agregó que "los problemas de hoy son reflejos de situaciones precedentes". Es decir –opinó–, de las políticas que se aplicaron en América latina durante el ciclo anterior al ajuste, que fue recomendado por el Banco Mundial, entre otras instituciones.

01-01



Junio, también con superávit comercial

Balanza: Cavallo anticipó un saldo positivo de 600 millones de dólares para junio, producto del mayor dinamismo de las exportaciones.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, anticipó un superávit de 600 millones de dólares en la balanza comercial de junio, producto de 2100 millones de exportaciones y de 1500 millones de importaciones.

Este es el segundo mes consecutivo con superávit comercial ya que en abril se registró un saldo de 404 millones y en mayo de 624 millones.

"Este es un resultado que hemos conseguido incentivando las producción y sin que caigan las importaciones", dijo Cavallo ante los cerca de 1000 empresarios, banqueros y funcionarios que participaron del acto de clausura de las Sextas Jornadas Bancarias organizadas por ABRA.

De acuerdo con las cifras preliminares del Indec, en el primer cuatrimestre del año las exportaciones totalizaron los 6309 millones de dólares mientras que las importaciones alcanzaron los 6571 millones. De este modo, el déficit comercial fue de 262 millones.

En relación con el primer cuatrimestre de 1994 las ventas externas se incrementaron un 48 % mientras que las importaciones disminuyeron un 1 por ciento.

Dinamismo

Las estimaciones para mayo reflejan la continuidad del dinamismo de las exportaciones con un crecimiento del 42 % con relación a igual mes del año anterior. Las importaciones, en cambio, bajaron un 6 por ciento, con lo cual el saldo comercial resultó superavitario en 624 millones de dólares, habiendo sido deficitario en 143 millones de dólares en igual mes del año anterior.

En los primeros cinco meses del año las exportaciones aumentaron un 46 % con respecto a igual período del año anterior y las importaciones bajaron un 2 por ciento. De este modo, el superávit fue de 362 millones de dólares que contrasta con el déficit de 2532 millones registrados en igual período de 1994.

01-01

CONFESIONES DE DOMINGO CAVALLO

Lejos de las metas fiscales

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, admitió que la **recaudación** del trimestre abril-junio no estuvo a la altura de los superávit pactados con el Fondo Monetario Internacional; pero confió en que una reactivación en el segundo semestre permitirá alcanzar las metas fiscales acordadas para este año.

"En términos de ingresos no obtuvimos lo esperado en el segundo trimestre. Confiamos en cumplir con nuestras metas del segundo semestre", dijo Cavallo este fin de semana a un periodista del diario británico "Financial Times". El texto de la entrevista está publicado en la edición de hoy, lunes.

Cavallo sugirió que, en el peor de los casos, si no se logra el superávit requerido, el país tiene pensados otros recursos para "cumplir con todas sus obligaciones".

Este año, a raíz de la crisis de liquidez desatada por el derrumbe mexicano, el Gobierno argentino obtuvo del Fondo Monetario un crédito de 7.000 millones de dólares. A cambio, la Argentina se comprometió a producir un superávit presupuestario de 4.400 millones de dólares mediante reducciones del gasto público y aumentos de los impuestos.

Sin embargo, destaca el diario londinense, para poder cumplir las metas del segundo trimestre hubo que postergar el pago de los **salarios** de 300.000 empleados públicos y adelantar el impuesto a la riqueza.

Cavallo declaró al "Financial Times" que confía en una recuperación del nivel de la recaudación en la segunda mitad del año, cuando la economía se reactive y empiecen a aparecer los pagos de impuestos que la falta de liquidez obligó a diferir en el segundo trimestre.

Cavallo negó que la Argentina piense renegociar sus metas con el FMI y dijo que no cree que los mercados reccionen negativamente ante una "desviación pequeña" respecto de las cifras acordadas con el Fondo.

Sobre el crecimiento económico, el ministro reafirmó ante el diario inglés sus pronósticos optimistas de un 3% para este año. La mayoría de los economistas privados prevén un crecimiento cero o cifras negativas.

Según el ministro, se recaudó menos que lo prometido al Fondo.

01- 01

Banco Mundial: hay que seguir con el ajuste

Si la Argentina "mantiene el rumbo" de las reformas, "el desempleo parará, se estabilizará y finalmente caerá". El pronóstico es del titular del Banco Mundial, James Wolfensohn, que agregó:

- No hay milagros en la economía. El ajuste duele; por eso nosotros apoyamos programas sociales, pero no se puede abandonar el rumbo a mitad de camino.
- Cuando se produce un cambio profundo es frecuente que suba la desocupación, pero el ajuste era necesario. Lo primero es poner en orden la economía. Ya existen indicios de que este período de ajuste muestra frutos.
- Ahora es el período más crítico por el impacto sobre la gente. Si no se mantiene el rumbo se pierde en competitividad, vuelve la inestabilidad y crece el desempleo. Pero si se persiste en el rumbo, la desocupación primero detiene su aumento, luego se estabiliza y finalmente cae.

Firmaron contratos para proveer de gas a Chile

Gas Andes firmó el contrato de provisión de gas a media docena de empresas energéticas chilenas. Es el primer paso del consorcio para la construcción del gasoducto que unirá Neuquén con Santiago (Chile).

El consorcio Gas Andes anunció oficialmente la firma de los contratos de transporte de gas a Chile con lo que se pone en marcha el proceso de construcción del gasoducto que en dos años unirá el oeste mendocino con Santiago (Chile) y que requerirá 370 millones de dólares de inversión.

Colbún, Endesa, Empresa Eléctrica de Santiago, Metrogás y un consorcio integrado por Chilgener y la Compañía General de Electricidad Industrial son las empresas distribuidoras de Chile que firmaron el compromiso con Gas Andes de la Argentina.

La construcción de 450 kilómetros de gasoducto permitirá exportar un promedio de 10 millones de metros cúbicos por día durante 20 años, y la operación significa un contrato de venta de gas argentino por 350 millones de dólares anuales

YPF –junto con un grupo de productores– y Total son los dos candidatos a abastecer de gas a Chile, pero todavía no se conocen los detalles de los contratos de provisión. El anuncio de Gas Andes se limita a la firma del contrato de transporte que da vía libre para la construcción del gasoducto. En cambio, para los contratos de suministro hace falta una serie de requisitos legales como la autorización de *exportación*, que tiene que otorgar la Secretaría de Energía argentina.

El consorcio

La canadiense Novagas junto con las argentinas Techint y Sociedad Comercial del Plata (grupo Soldati); los chilenos de Chilgener, Gasco, Copec y Duke Power y Lone Star de Estados Unidos, son las empresas que integran el consorcio que, además de *la construcción* del ducto que llevará el gas de la cuenca neuquina hacia Santiago, prevé la mejora del sistema de distribución de la capital chilena, el desarrollo de nuevas usinas a gas y la expansión del sistema de gasoductos de Transportadora Gas del Norte. Todo demandaría 900 millones de *inversión*.

Los dos grupos argentinos más la canadiense, son los propietarios de Transportadora de Gas del Norte, que opera el gasoducto Centro Oeste. Con él se unirá el nuevo emprendimiento.

Techint, como responsable del tendido del caño, planea iniciar las obras en octubre. En mayo o junio del '97 piensan estar en Santiago, donde los socios chilenos se responsabilizarán de la distribución y comercialización del producto.

01-02

CONSORCIO QUE ENCABEZAN SOLDATI Y TECHINT

Gasandes hará el gasoducto chileno

Los compradores chilenos de gas volcaron la balanza: optaron por Gasandes, uno de los dos consorcios que se disputaban la construcción de un gasoducto a Chile.

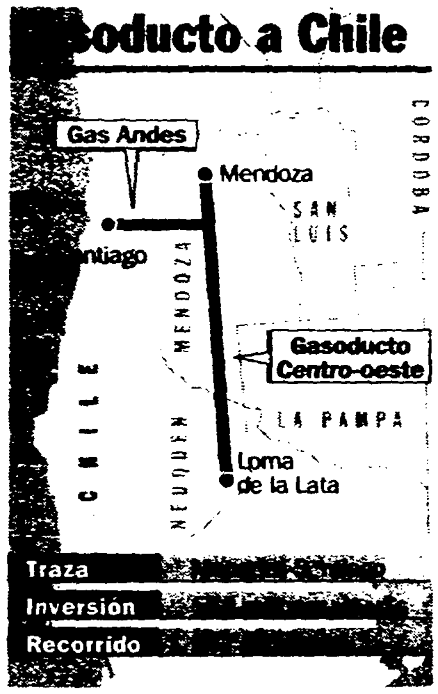
En la puja resultó ganador el grupo de la canadiense Novacorp en alianza con Soldati y Techint (Gasandes). Sus socios chilenos son la distribuidora Gasco y la generadora de electricidad Chilgener. La perdedora fue YPF, unida con otros productores de gas. En ese consorcio, llamado Trasandino, participaban British Gas y su vinculada americana Tenneco.

Quien definió el negocio fue Gasco, la gran productora de electricidad de Chile, cuando contrató la provisión de gas con Novacorp-Soldati-Techint. Gasco "se dio vuelta", comentaron entre los productores locales. Era socia del grupo liderado por YPF, pero se pasó al bando contrario.

En declaraciones a Clarín, Santiago Soldati confirmó que la obra comenzará en setiembre, una vez que definan quién la construirá. "Nosotros, con Novacorp y Techint, nos ocupamos del transporte; hay socios chilenos que comprarán el gas y, seguramente, podrán incorporarse más vendedores del lado argentino", acotó.

El gobierno chileno desmintió haber metido la mano en las definiciones. Además de Endesa optó por el ganador la estatal Colbún.

Pese a la neutralidad del Gobierno, se interpretó como clave la determinación de Colbún y se interpretó como un tácito apoyo a uno de los proyectos, según la agencia Reuters.



El Gobierno quiere fortalecer su empresa generadora para privatizarla luego y convertirla en un competidor fuerte de Endesa.

Gasandes planea una inversión inicial de 284 millones de dólares en el gasoducto –abastecería en 1997– y planean transformar la distribución de gas en Santiago y dotar de GNC al transporte de pasajeros.

02-02

9509053

Ñ, a Ter
Gremial.

ACHIr.

1/3

P. 227.-

Montevideo, setiembre 16 de 1995

###

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) FED. OBRERA DE LA BEBIDA: Abayubá Nro. 2832; Continúan con las medidas de lucha, en defensa de la fuente laboral y de la Industria Nacional.-

B) UNION NAL. DE TRABAJ. DEL METAL Y AFINES: Avda. Dr. / Luis A. de Herrera Nro. 3972; De acuerdo a lo resuelto en la Asamblea del 9/IX/, se vienen realizando paros de dos horas por turno. En tanto que los fines de semana, los paros son de quince minutos por turno. Se hace constar que en los próximos días, / está prevista la realización de una mesa redonda del Sector Automotriz.-

C) FUNC. ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL M.T.O.P.: Prosiguen en conflicto instrumentando futuras movilizaciones.-

D) ASOC. DE FUNC. DE SECRETARIA DEL M. E. Y CULTURA:/ Desde el 6/IX/ realizan "paro activo", en reclamo de la aprobación a la propuesta original del señor Ministro.-

E) ASOC. DE FUNC. DE M.I.D.U.: Avda. Garibaldi Nro. 2594; Se mantiene la "huelga de hambre" que realizan dos ex-funcionarias (anteriores dirigentes gremiales), y una funcionaria. Se hace constar que esta medida se inició el 12/IX/995 a la 00.00' horas.-

F) COLAGEL S.A.: Carlos María Ramirez Nro. 1470; Se mantiene la ocupación por parte de sus operarios, en / demanda de la reapertura de la planta. Inicio del conflicto 14/VI/1994.-

G) ASOC. DE FUNC. JUDICIALES DEL URUGUAY: W.F. Aldunate Nro. 1280; A partir del 18/IX/95 comenzará el siguiente plan de movilizaciones; 18 - 21 - 25 y 28/IX/(NO ATENCION AL PUBLICO)- 19 - 22 - 26 y 29/IX/(ATENCION AL PUBLICO, no realizándose trabajos internos, -Toman de audiencias-,; 20 y 27/IX/ "jornadas de difusión, con paros parciales. Se destaca que durante las movilizaciones previstas, se atenderá con guardias / gremiales.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
20 SET 1995
Pase a: Archivo H.I. Secc.
Nº 9509056

M.D.N. - D.C.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo, 18 de 09 de 1995
Nº 9509056
Pase a: SDI
Acción: a sus efectos
Prioridad:

001|003

9509056

##

H) ASOC. DE FUNC. POSTALES DEL URUGUAY:Prosiguen en pre-conflicto, ante la falta de entendimiento con el Directorio.-

I) FED. DE FUNC. DE SALUD PUBLICA:Avda.Daniel Fernández Crespo Nro.2173;En la fecha a partir de la hora 11.00' concentración en la Plaza Colón con todas las Fuerzas Vivas de la zona, en demanda del nó cierre del Hospital Saint Bois. Con respecto a la campaña de firmas a nivel nacional, en Montevideo se recolectaron unas // 20.000 firmas.-

J) ASOC. DE MAESTROS DEL URUGUAY:Maldonado N°1170; De acuerdo a lo resuelto en la Asamblea realizada el pasado 14/IX/, se resolvió realizar paros rotativos zonales en los días 28 y 29/IX/ y 2 y 3/X/995.-

K) SIND. NAL. DE LA CONSTRUCCION Y AFINES· N°1538; Desde el 15/VI/995 prosiguen ocupadas las obras ubicadas en la Rambla Rep. del Perú Nro.1519 y 1523, pertenecientes a la Empresa PINTOS RISSO.-

L) ASOC. DE FUNC. DE CATASTRO:Avda.Gral.Rondeau 1437; Se encuentran en pre-conflicto en demanda de reivindicaciones salariales, realizando como medida de lucha, el atender al público tres horas por día de las cinco que normalmente trabajan. Se / destaca que en la fachada del edificio se encuentra instalada una pancarta con la leyenda // "CATASTRO EN CONFLICTO. NO A LOS SUELDOS DE // HAMBRE $900". El 22/IX/ a partir de la hora // 13.00' en el 4to.Piso se realizará una Asamblea nacional, con el fin de tratar la situación con/ conflictual.- Inicio del conflicto 7/VII/995.-

9509056

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

PARO DE LOS FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY
15/IX/995

DEPARTAMENTO DE ARTIGAS: A partir de la hora 15.00' realizaron paro de actividades.-

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU; Sus funcionarios realizaron un paro de 24 horas. Por otra parte el 18/IX/ no se atenderá al público, realizando trabajo interno.-

DEPARTAMENTO DE SALTO: A partir de la hora 13.00' realizaron paro de actividades, con cocupación de los lugares de trabajo. Atendiendo solo caso Penales y de Menores, con guardia gremial. Se hace constar que dicha medida se extendió hasta la finalización de la jornada.-

DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES: Sus funcionarios a partir de la hora 15.00' realizaron paro de actividades, haciendo entrega en la vía pública de volantes donde se mencionaban la plataforma reivindicativa por los salarios.-

##

V)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZAS DE ARTEFACTOS EXPLOSIVOS

FECHA; 15/IX/995

UBICACION: Avda. 18 de Julio Nro.1772

LOCAL: LICEO FRANCES

TEXTO: Próximo a la hora 15.10' se recibió una comunicación telefónica en la que una voz masculina manifestó que "se había colocado una bomba". Se hicieron presentes efectivos de la Seccional 5ta. y de la D.N.B., los que realizaron una inspección con resultados negativos.-

FECHA: 15/IX/995

UBICACION: Avda. 18 de Julio Nro.1869

LOCAL: UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

TEXTO: A la hora 14.40' se recepcionó una llamada telefónica donde una voz masculina expresó que.." se había colocado una bomba". Concurrieron efectivos de la Seccional 5ta. y de la Dirección Nacional de Bomberos, los que realizaron una inspección, comprobándose que se trataba de una falsa alarma.-

//

CONSTANCIA

Se tomó conocimiento que en el día de ayer, que en el buque de bandera rusa de nombre "YANTARNYY BEREG" surto en el Depósito 9 del Puerto de Montevideo, se encontraban a bordo cuatro polizones de nacionalidad "zairenses" llamados: ISHIAKA-TUNGULUZI- BINDA MABIALA y PAKUNIATI. Se hace constar que los mismos permanecerán a bordo de la nave, ala responsablidad del Capitán de la misma y bajo custodia de la Prefectua Nacional Naval hasta su repatriación.

9509056

Archivo Sec. P. 226

9509057

Montevideo, Lunes 18 Setiembre de 1995

\###

I)-

ASUNTOS PENDIENTES

A) COLAGEL S.A. (Ca.Ma.Ramirez 1470) Se mantiene el conflicto, reclamando sus operarios la reapertura de la Planta.
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

B) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Las plantas de PILSEN, SALUD, NORTEÑA, COCA-COLA y PEPSI COLA, se mantienen las medidas de lucha en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

C) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL y RAMOS AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) Realizan PAROS de 2 horas por Turno y los fines de semana PAROS de 15' por Turno.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREO, estudiándose la realización de futuras movilizaciones.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) HOY, no atenderán al público realizándose sólo el trabajo interno sin tomas audiencias. 19-SETIEMBRE: se atenderá al público no realizándose trabajos interno, pero si tomando audiencia.
Cabe agregar, que en todas las movilizaciones se mantendrán guardias gremiales en los Juzgados Penales y de Menores.-

F) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL M.T.O.P. Prosiguen en conflicto por fuente laboral, instrumentando futuras movilizaciones.

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Continúa desde el 6-Setiembre PARO Activo hasta tanto no sea aprobado por el P.E. y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr.Ministro.

H) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúan OCUPADAS por 45 obreros las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla. República del Perú 1519 y 1523, desde el 16-JUL-995.-

9509057

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU.- (Av.Garibaldi 2594) Se mantiene la "Huelga de Hambre" iniciada a la hora 00.00' del pasado 12-Setiembre. La misma se desarrolla en una habitación de dicha Mutualista acondicionada a tales efectos

J) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (Ana. M. de Lavalleja 2239) Se mantienen en conflicto los Médicos por adeudos salariales desde el pasado mes de Bebrero/995.

K) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA -F.F.S.P.- (D.F.Crespo 2173) Continúan en conflicto instrumentando nuevas medidas de lucha contra la reforma del Estado -- la que pretende el Gobierno ocasionando la eliminación de Unidades Ejecutoras para llevar a cabo el Plan de Centralización y contra el cierre del Hospital Saint Bois.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CATASTRO -A.FU.C.- Se encuentran en conflicto por reivindicaciones salariales, decidiendo adoptar medidas de lucha, tales como el atender al público tres horas por día de las cinco que normalmente trabajan . 22-SETIEMBRE hora 13.00' Asamblea Nacional.

M) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170). 28 y 29-SETIEMBRE y 2 y 3-OCTUBRE PAROS Parciales y rotativos zonales. HOY 18.00' Asamblea Gral.

N) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS REGISTRALES DEL URUGUAY -A.F.R.U.- HOY, hora 12 a 16.00' PARO con Asamblea General en el Edificio Del Notariado.

002 9509057

###

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

SITUACION DE "POLIZONES" QUE SE ENCONTRABAN EN BUQUE DE BANDERA RUSA -Ampliación-

Ampliando lo informado en P.227 del 16-Setiembre-995 "Informaciones Varias" respecto a los cuatro "polizones" de nacionalidad "zairenses", que se encontraban en el buque de bandera Rusa el Sr. Juez Letrado de 1ra.Instancia en lo Penal de 19no.Turno [illegible] que los mencionados ciudadanos fueran trasladados a de- [illegible] Cárcel Central de la Jefatura de Policía de Monte[illegible] [illegible]dad de "detención o depósito administrativo" pre- [illegible] lo efecto de dar solución a su situación actual. [illegible] ampliará.

[illegible] DE ARTEFACTO EXPLOSIVO -Constancia-

En el día de ayer (17) próximo a las 18.00' en el Palacio de la Luz -UTE- se recibió una llamada telefónica por parte de una voz del sexo masculino informando que se había colocado una bomba. Al lugar concurrió personal de Seccional 6ta. y de la D.N. Bomberos inspeccionando el lugar con resultados negativos.

ATENTADO A STAND DE LA REPUBLICA FRANCESA EN LA ASOCIACION RURAL DEL URUGUAY -Constancia-

A la hora 18.10' de ayer (17) por intermedio del Sr. Jefe de Día de la Jefatura de Policía de Montevideo -Crio.Insp.GARCIA- se toma conocimiento que próximo a las 04.30' persona/s desconocida/s desde el exterior al predio que ocupa la Asociación Rural del Uruguay arrojaron tres botellas con combustible en el Techo del Stand que tiene la Embajada de la República Francesa produciendo un incendio, ocasionando un orificio de 60 cmts. de diámetro, lo cual fue constatado luego de que el mismo fuera extinguido por un Equipo de la Dirección Nacional de Bomberos que se hizo presente en el lugar.- Se averigua.

M.D.N. - D.C.[illegible] - SEC. GRAL.
Montevideo 18 09 de 1995
N° 9509057
[illegible] SDI
A sus efectos

Prioridad:
Observaciones:

003/003

9509057

■ TENSIÓN EN LA FRONTERA CON EGIPTO

Amenazante ejercicio militar de Sudán

El presidente sudanés llamó a su pueblo a estar preparado para una posible invasión egipcia y sostuvo que sus fuerzas defenderán "hasta el último milímetro de su territorio"

Sudán incrementó su desafiante posición en la disputa que mantiene con Egipto y ayer desarrolló maniobras militares en la frontera, mientras la federación islámica instó a una "movilización general" de civiles para responder a una eventual agresión egipcia.

Las maniobras, a las que asistió el influyente dirigente sudanés teniente general Omar Al-Bashir y cuyo desarrollo fue difundido por la radio estatal, marcaron la más seria reacción del gobierno sudanés a las acusaciones formuladas por el presidente egipcio Hosni Mubarak, quien señaló que ese régimen estuvo detrás del intento de asesinato en su contra el lunes pasado en Etiopía. Al- Bashir llamó a su pueblo a prepararse para una posible invasión egipcia y dijo que entregará armas a los ciudadanos, en una nueva escalada de la tensión que vive con sus vecinos egipcios.

Mubarak había amenazado con medidas de represalia contra Sudán por el enfrentamiento en la disputada frontera común, y mientras Sudán denunció que el jueves se registró otro enfrentamiento, Egipto no informó de hostilidades.

Mubarak ha intentado presentar al régimen islámico sudanés como culpable del ataque que sufrió en Etiopía, mientras Sudán sostiene que el presidente egipcio pretende pasar por alto a los sospechosos más evidentes: los militantes islámicos egipcios que pretenden derrocar a su gobierno.

En los ejercicios militares de ayer, unidades militares de elite de Sudán desplegaron "su capacidad para apoderarse de posiciones enemigas", según una información de la radio estatal. Este tipo de maniobras se realiza sólo en ocasiones extraordinarias, como feriados especiales y graduaciones militares, por lo que llamó la atención y a la vez marca el pico de tensión fronteriza que vive el país.

Sudán advirtió que "cualquier agresión egipcia llevará a una gran masacre"

Líderes sudaneses advirtieron ayer a Egipto que defenderán "hasta el último milímetro de su territorio" en caso de una invasión, cuando se cumple el sexto aniversario del golpe de Estado que llevó al poder al general Al-Bashir. Ayer, Al- Bashir dijo que entregará armas a su pueblo para defenderse de una posible invasión egipcia y en un discurso manifestó: "Sudán está bajo una gran conspiración dirigida por el presidente egipcio, que busca destruir la revolución islámica. Pero no nos arrodillaremos ante nadie", exclamó.

El ministro de Estado de la presidencia de Sudán subió el tono de las amenazas ayer y dijo que cualquier agresión egipcia "llevará a una gran masacre".

Mientras tanto, el Ejército y la Policía en la región del Mar Rojo permanecen en estado de alerta máxima. En esa zona se encuentra el triángulo de Halaib, que se disputan los dos países y donde el martes se produjeron choques.

En El Cairo, el gobierno criticó al régimen iraquí por la "reacción de alegría" que, asegura, tuvo el presidente Saddam Hussein tras el atentado contra Mubarak. *(En base a AP, Reuter y EFE)*

Fuerzas dispares

	EGIPTO	SUDAN
Población (1992)	55.970.000	25.280.000
PBI (1990, en millones de u$s)	33.200	10.094
Datos militares		
Cantidad de efectivos		
Total	370.000*	74.500
Ejército	320.000	68.000
Armada	20.000	500
Fuerza Aérea	30.000	6.000
Aviones de combate	475	53
Helicópteros artillados	74	sin datos
Gastos militares	7,4% del PBI	26,2% del PBI

(*)Tiene también 623.000 reservistas

EL PRESIDENTE SUDANES LLAMO A LA DEFENSA Y ANUNCIO LA DISTRIBUCION DE ARMAMENTO

Sudán armará a los civiles para luchar contra Egipto

"No entregaremos ni una sola pulgada de nuestro territorio", advirtió ayer el presidente de Sudán, Omar Bashir. En medio de la escalada de tensiones con El Cairo, el mandatario llamó a su pueblo a armarse y estar listo para una invasión egipcia.

JARTUM y El CAIRO (EFE, ANSA y "Le Monde", especial para **Clarín**). – En un encendido discurso el presidente de Sudán, general Omar Bashir, llamó ayer viernes a su pueblo a estar preparado para una posible invasión egipcia y anunció que **entregará armas a los ciudadanos** para su defensa.

La escalada de tensiones entre El Cairo y Jartum incluyó la **amenaza** lanzada el jueves por el presidente de Egipto, Hosni Mubarak, quien advirtió que estaba considerando tomar "cruciales e inmediatas" medidas si el régimen sudanés continuaba su **política hostil**.

Mubarak, que responsabilizó a Sudán por el atentado que sufrió el lunes en Etiopía, **calificó de "banda de criminales" al régimen fundamentalista islámico** que gobierna aquel país desde el golpe militar de 1989, y afirmó que el general Bashir "no es más que el secretario de (Hasan) Turabi", líder del integrista Frente Nacional Islámico, considerado el **verdadero hombre fuerte** en Jartum.

Dificultades

Pese a la escalada de tensiones, los expertos afirman que el régimen sudanés se encuentra desprovisto de apoyo militar de los países de la región, y **no tiene la capacidad militar ni económica** para enfrentarse a un Egipto mucho más poderoso.

Por otra parte, el respaldo de la población sudanesa es dudoso en un país sumido desde hace décadas en una **lucha** entre el norte, árabe y musulmán, y el sur, negro y animista-cristiano.

"Sudán está ahora expuesto a una **gran conspiración** dirigida por Hosni Mubarak, pero decimos que las amenazas y provocaciones no nos impedirán continuar enarbolando nuestros ideales islámicos", afirmó Bashir ante una enfervorizada multitud reunida en la localidad de Jaudut, suburbio de Jartum, que lanzaba gritos de **"Alá Akbar"** (Dios es el más grande).

"Oh hermanos, nosotros, hijos del pueblo sudanés, hemos decidido defender nuestra revolución y nuestra Charia (ley islámica) y no entregaremos ni una sola pulgada de nuestro territorio para el interés de cualquier traidor, agente o mercenario", dijo Bashir en su discurso de veinte minutos transmitido por radio y televisión, con ocasión del sexto aniversario del golpe militar.

Conflictos fronterizos

Las advertencias respecto de la pérdida de territorio están referidas **fundamentalmente** al conflicto entre Egipto y Sudán por la zona del triángulo de Halaib, en la costa del Mar Rojo, donde esta semana se registró un enfrentamiento armado entre policías sudaneses y gendarmes egipcios.

Egipto, gobernado por un régimen laico, acusa a Sudán de ser un factor de desestabilización en la zona, y de apoyar, **entrenar y proteger a los terroristas**.

En El Cairo, por otra parte, está establecida la mayoría de los grupos de oposición sudaneses, que acudieron esta semana en masa a felicitar a Mubarak por haber sobrevivido al atentado contra su vida.

Años de tambores de guerra

Los sucesivos gobiernos sudaneses han tenido desde hace siglos dos grandes enemigos con quienes periódicamente **desempolvan sus armas** de guerra. Uno es la propia población (tajantemente dividida entre el **norte**, árabe y musulmán, y el sur, negro y animista-cristiano). Otro es su poderoso vecino allende el Nilo, Egipto, que desde hace miles de años busca anexar ese territorio.

La chispa que ha hecho estallar esta última escalada de tensiones entre los dueños del Nilo (el atentado sufrido en Etiopía por el presidente egipcio Hosni Mubarak el pasado lunes) tiene mucho que ver con los **conflictos internos** de cada nación.

El único desafío que importuna el sueño de Mubarak, que busca envolverse en un halo de **héroe** tras haber salvado **milagrosamente** su vida en Etiopía, son los grupos de terroristas islámicos egipcios, algunos de ellos con base en Sudán.

Paralelamente, según la visión del régimen integrista islámico sudanés, que llegó al poder tras el golpe militar de 1989, Egipto es un **vecino siempre incómodo y temible**, con un ejército siete veces superior, que da alojamiento a la mayor parte de la oposición sudanesa.

El atentado contra Mubarak ha hecho sonar entonces los milenarios **tambores de guerra**, aunque ningún observador se sobresaltó esta semana luego de los incidentes armados en la frontera.

La retórica bélica del presidente sudanés, Omar Bashir, parece tan poco sostenible como grande es su enemigo, que además tiene detrás al gobierno norteamericano y al israelí, sumamente deseosos de deshacerse del régimen integrista sudanés, que recuerda tanto al de Irán.

La cuestión es algo diferente en el caso de Egipto. El Cairo mantiene desde hace cuatro décadas una disputa con Sudán por una desértica zona costera, junto al mar Rojo, rica en petróleo y conocida como el "triángulo de Halaib". Si Mubarak decidiera un ataque limitado para favorecer la caída del gobierno sudanés, podría obtener sin dudas un mejor posicionamiento para retener la rica zona en disputa.

Rubén Guillemí

FUNDAMENTALISMO ESTILO SUDANES

EL PAIS
de Madrid

(Por Alfonso Armada, desde Jartum)

Africa manda. Sudán no es en vano el país más grande del continente. Y la geografía impone sus condiciones. Aunque el régimen de Jartum, un insólito enjuague de militares y "barbudos" islámicos, se empeñe en someter a los rebeldes cristianos y animistas del sur a la horma musulmana basada en la "sharia" (la ley islámica), la vida cotidiana no está sometida a reglas tan rígidas como en Irán o Arabia Saudita. Basta ver cómo las hermosas sudanesas se ponen el pañuelo, que les deja libre la cara y a veces parte del cabello o envuelven sus cuerpos para comprobar cómo el espíritu de Africa se cobra sus sensuales dividendos. La colonización británica, de la que Sudán se libró en 1956, dejó una estela de construcciones civiles (los bellos ministerios frente al Nilo y la universidad son un ejemplo), prensa democrática y activismo político. Pero el golpe de Estado de la madrugada del 30 de junio de 1989 del general Omar al Bashir puso término a una democracia imperfecta y sentó las bases de lo que el "hombre fuerte" del nuevo régimen, Hasán al Turabi, llama "renacimiento islámico".

Maquiavelo en Jartum

Mientras el presidente egipcio Hosni Mubarak cabalga en la cresta de una ola de popularidad sin precedentes tras el atentado del lunes, el gobierno islámico de Sudán, presidido por el general Omar al-Bachir, festejó esta semana sin mayor pompa el sexto aniversario de su ascenso al poder tras el derrocamiento del gobierno democráticamente electo de Sadeq al-Mahdi, hoy en prisión. El Cairo señala al islamismo a la africana de los "barbudos" sudaneses como el padrino de la violenta insurrección fundamentalista en Egipto. Represión política e integrismo conviven en Sudán, con una versión rebajada de la ley islámica

Hace unos meses, la capital sudanesa fue durante unos días capital del integrismo islámico mundial gracias a los buenos oficios de Hasan al Turabi, padre fundador de la Conferencia Popular Arabe e Islámica, una suerte de "internacional islamista" que tiene *en Jartum su sede.* El "Papa" del Islam está decidido a hacer de Jartum una nueva Meca, en contraposición con la de Arabia Saudita, un país al que acusa de traición por haberse entregado al enemigo americano. Si para Washington el régimen sudanés ha pasado a engrosar la lista de los Estados que financian y encubren el terrorismo internacional, para Hasan al Turabi "Estados Unidos es el enemigo que hay que combatir", al igual que su "brazo armado, las Naciones Unidas". "Al Islam no se le permite luchar contra la violencia que se ejerce en su contra", recalca este islamista elegante e inteligente, al que no se le borra la sonrisa cuando citan a su régimen por agotar el catálogo de violaciones de los derechos humanos, incluso la esclavización de niños negros o la crucifixión de opositores. "Este es un país libre y no queremos imponer nada a nadie", afirma frente a los reproches de la guerrilla cristiana del sur, que acusa a Jartum de aplicarles la "sharia" (ley islámica) y un modelo árabe y centralizado.

Al Turabi, de 63 años, doctor en Derecho, educado en las universidades de París y Londres, capaz de moverse como un pez en el agua entre el árabe, el inglés y el francés sin perder un ápice de ironía, fue el inspirador del golpe de Estado incruento del general Omar al Bashir, en 1989, y es el verdadero hombre fuerte del régimen. El no ocupar ningún cargo le da absoluta libertad de maniobra a este animal político al que le gusta sonreír en público y maquinar en la sombra. Ni siquiera parece molestarlo que lo califiquen como el "Maquiavelo" de Jartum.

Una heladera Kelvinator, un televisor National, un ventilador y varias cajas de Coca-Cola, amén de algunos rótulos con máximas islámicas, son toda la decoración del despacho de Zeineb el Naeb, de 52 años, directora de la escuela femenina del Consejo Africano de Enseñanza, levantado en las afueras de Jartum. Con profundos tajos verticales en las dos mejillas, tradicionales en la tribu norteña de gali, El Naeb defiende "la interpretación sudanesa del Islam. El papel de la mujer no se ciñe al matrimonio y al cuidado de los hijos". Las voces de las niñas saltan en la frescura de la mañana por las ventanas abiertas. En la primera aula, las niñas recitan una "sura" (enseñanza del Corán) que habla del perdón. En la segunda, estudian inglés. En la pared, un mapa del Islam en la época de su máximo esplendor, cuando buena parte de España era musulmana.

En el Sudán de Al Turabi el que no quiere ver no ve. La presencia policial es discreta y si se tiene suerte con el Departamento de Información Externa tal vez le asignen un par de acompañantes sensatos que venzan todos los obstáculos para ver, al menos, lo que se puede ver. Como un cuartel de entrenamiento de las Fuerzas Populares de Defensa, donde decenas de miles de voluntarios forjan las llamadas "milicias islámicas". La mujer también tiene su papel. Un grupo, con uniforme verde y pañuelo en la cabeza, monta y desmonta sus Kalashnikov en cuatro minutos antes de desfilar. El campamento de Elmarjiat, levantado en un paraje árido hasta la extenuación, a 40 kilómetros al norte de Jartum, acoge a 400 voluntarios que marcan el paso al sol y están a punto de partir hacia el Alto Nilo. Hashim Gubara, delgado como un mimbre, 46 años y seis hijos, director de Relaciones Publicas, decidió "alistarse" porque es una forma de "Jihad" y para "contribuir a la reconstrucción del sur devastado por la guerra".

Los sindicatos libres han sido borrados tanto del mundo laboral como del universitario, donde las mujeres son legión: hasta el 60 por ciento, incluso en facultades como Ingeniería. Sudán contaba con el partido comunista mejor organizado y más nutrido de Africa, y hoy, como toda la oposición, está fuera de la ley. Abdelwahab Elsaui, antiguo primer secretario de la desmantelada embajada de Sudán en Madrid, sostiene que "los partidos políticos en Sudán han traído muchos problemas" y que "la transformación hacia el Islam no se está haciendo por la fuerza", y aunque admite que la "sharia" es el modelo legal, desmiente que se aplique.

Es difícil y arriesgado buscar disidentes en Jartum. Un taxista es el único ciudadano que, entre dientes, admite que "desde que llegaron los 'barbudos' Sudán ha empezado a decaer". Los informes de organizaciones como Amnistía Internacional o Naciones Unidas no dejan lugar a dudas: las violaciones de los derechos humanos por parte del régimen son continuadas y abarcan desde ejecuciones sumarias y detenciones arbitrarias (en casas "fantasma", prisiones secretas esparcidas por todo el país), a torturas sistemáticas de opositores y hasta casos de tráfico de esclavos negros vendidos para servir a sus señores musulmanes. Abubaker Yasin Elshinguiti, secretario general de Información Exterior, no admite ni la menor: "Se trata de una campaña contra el Islam como forma de vida".

La mano de hierro del régimen se ha posado sobre los que huyendo de la guerra dieron con sus reales en los suburbios de Jartum. El propio régimen admite que cuatro campos acogen en la región de la capital a unos 700.000 desplazados, pero niega tajantemente, por boca de Mohamed Zein Elaabuen Ali, subdirector de la Administración General de Desplazados, que sus casas hayan sido derribadas. "Vivían en basurales y el gobierno los persuadió para que se fueran a lugares más saludables." Amnistía Internacional no piensa lo mismo: "Entre agosto de 1993 y julio de 1994 se demolieron las casas de 160.000 personas". El campo de Jebel Aulia, 40 kilómetros al este de la capital, es uno de estos centros de "asentamiento y tránsito" levantados en medio de un erial. El ejército custodia la entrada. "A mí no me importan ni Garang (el principal líder guerrillero) ni Jartum. Lo que quiero es que me dejen vivir en paz", proclama Mohamed Deng, un viejo de 38 años, dinka del sur, que sólo quiere que todo acabe para volver.

En Jartum la vida sigue. Una capital polvorienta, con un tránsito en el que abundan Mercedes y Toyotas relucientes, coronada de antenas parabólicas y en la que impera la ley seca. Las discotecas han sido cerradas y ni siquiera en las bodas corre el alcohol, aunque las jóvenes aprovechan para liberar su cabello y vestir prendas atrevidas. Justo en *Jartum*, el Nilo Blanco, que baja del lago Victoria, y el Nilo Azul, que arrastra el limo de las cumbres de Etiopía, se encuentran para convertirse en el gran río africano. Tal vez su caudal explique buena parte de las paradojas que encierra una ciudad en que el régimen quiere servir a Alá mientras el humor de Africa perfuma el aire.

9509058

c4

Egipto exhorta a sudaneses a rebelarse contra el gobierno

El Cairo
por Mona Salem

Lob 2-7-95

■ Egipto redujo ayer la tensión con Sudán al declarar que no prepara ningún ataque militar al país vecino, pero también exhortó a los sudaneses a sublevarse contra la "pandilla" gobernante.

En Jartum, la gran manifestación convocada para el domingo, para protestar por "las provocaciones egipcias" fue aplazada al lunes. Furgonetas con altoparlantes recorrían hoy las calles llamando a la población a participar para afirmar que la región conflictiva de Halaib "será cementerio de los invasores".

Pero, según Ussama al Baz, consejero político del presidente Mubarak "Egipto no reaccionará de manera excesiva y no se dejará arrastrar a un enfrentamiento militar con Sudán".

La televisión egipcia reanudó sus emisiones normales, después de una semana dedicada a cantos patrióticos y declaraciones de Hosni Mubarak, tras la tentativa de asesinato en su contra perpetrado el lunes pasado en Addis Abeba.

"Si se demuestra la implicación de Sudán (en el atentado fallido) tenemos muchos medios en el plano internacional para presionar a Jartum a fin de que cambie su política", destacó el presidente egipcio en una entrevista a la televisión.Según diplomáticos occidentales en El Cairo, Egipto podrá llamar a pronunciarse a la Liga Arabe o a la Organización de la Unidad Africana (OUA), para condenar o aislar a Sudán.

ussama al Baz llamó a la insurrección de los sudaneses contra el régimen militar islamista instalado en Jartum desde 1989: "Es el pueblo sudanés quien tiene que enfrentarse con la pandilla del Frente Nacional Islámico (de Hassan Turabi, eminencia gris del régimen) que soporta", afirmó.Hosni Mubarak declaró el miércoles último que "la paciencia tiene límites" y calificó de "pandilla criminal" a los dirigentes sudaneses, anunciando que tomaría medidas contra ellos.Pero el sábado el tono cambió y ahora es Egipto quien acusa a su vecino de buscar el conflicto. Al Baz estimó que la movilización general decretada el viernes por el presidente sudanés Omar el Bechir es una tentativa del régimen sudanés de "desviar la atención del pueblo, que sufre por su culpa".

Los llamados a los sudaneses para que se subleven contra sus dirigentes se multiplicaron en la prensa oficial egipcia y representantes de la oposición sudanesa fueron recibidos oficialmente el miércoles por Hosni Mubarak, por primera vez desde su llegada al cargo hace seis años.

AVANCE TERRORISTA: EL ATENTADO CONTRA EL PRESIDENTE EGIPCIO

La violencia ciega, bestial, como un reguero de dinamita y balas, se extiende por todo el planeta. España la soporta desde hace dos décadas; representada por el maoísmo, atenacea a Perú; amenaza la seguridad de Alemania y Francia; se descarga en Nueva York y *Buenos Aires, en ambos casos reiterados; el seguro Japón* sufre un ataque novedoso y de proporciones aterradoras. Hace años, como asesinato político, la vimos en Africa, matando a un Presidente egipcio y, ahora, nuevo intento contra otro gobernante de la misma nacionalidad. Esta nota, está referida a éste último suceso.

Nosotros no hemos conocido la República de Sudán. Pero si estuvimos, tres veces en la vecina República de Egipto. Eramos jóvenes y visitábamos Egipto como invitados. En la segunda oportunidad, nos demoramos diez días en el Cairo en una travesía de Atenas a Israel. Y en 1966, viajando rumbo a Hong Kong, destinados al Consulado uruguayo en aquella Colonia británica. En esta columna, nos hemos ocupado con reiteración sobre el Egipto fabuloso.

Como conocemos Medio Oriente, el cercano Egipto nos ofreció referencias útiles para panoramizar toda esa conflictiva zona del mundo. Y de ella vamos a escribir en oportunidad del acto terrorista destinado a eliminar al Presidente Hosni Mubarak. Problemas fronterizos, rivalidades entre países de la región, las diferencias originadas por la disimilitud territorial, económica, política, racial, religiosa y hasta meteorológicas de las casi 50 naciones africanas, solo puede decirse que dos o tres, entre ellas Sudáfrica y Egipto no están en una miseria que es conocida. Sudáfrica, "un mundo aparte" aunque con árabes pobres y el legendario Egipto, con su civilización de más de 5.000 años, aunque entre sus 40 millones tiene enormes áreas igualmente pobres, la inagotable fuente del turismo, con una infraestructura hotelera y gastronómica de altísimo nivel y la explotación de servicios al turismo asegurados, desata celos, como si no fueran pocos los problemas religiosos, en toda esa parte del mundo tremendos por los fanatismos desatados y también los políticos que subyacen sin aparente solución desde el fondo de los tiempos.

Egipto sólo tiene fronteras con Sudán, Libia e Israel. Y sus costas del Mediterráneo y el Mar Rojo. Egipto contiene 40 millones de habitantes en su territorio, dos veces y media menor que el sudanés. Este país, Argelia y Sudáfrica, son los 3 mayores del Continente. Egipto tiene una historia tan extensa como turbulenta.

Allí reinó Alejandro el grande; se vio el paso de los romanos, la dominación persa, en el año 600 comienza la consolidación del Islam y en 1516 Egipto formó parte del Imperio Otomano. En 1798 lo conquista Napoleón. Británicos y turcos expulsan a los galos. En 1869 ya funciona el Canal de Suez y en 1914, pasa a ser Protectorado británico. No nos proponemos hablar aquí del Egipto moderno. Sino del candente tema del terrorismo.

Cuando nadie podía preverlo, se produce hace poco más de una semana, el atentado contra el actual Jefe de Estado egipcio, el "rais" Hosni Mubarak. El Presidente realizaba una visita oficial a Abisinia (de Cairo a Addis Abeba hay unos 700 kilómetros) para asistir a una cumbre de dirigentes africanos, convocada en la Capital abisinia.

Cuando la caravana de automóviles, con la doble protección de custodias egipcios y abisinios, corría por la carretera del Aeropuerto hacia el lugar de la conferencia, una bien estudiada maniobra de ataque, absolutamente imprevista y sin que nadie hubiera notado la presencia de sospechosos, en acto de una precisión reveladora del alto entrenamiento y, desde luego, total desprecio de su propia vida, la banda de asesinos disparó cerradas descargas de metralletas *contra el coche presidencial, cuya carrocería blindada recibió docenas* de balas del más alto calibro en armas portátiles. La reacción fue instantánea de la numerosa escolta. Dos o tres asaltantes murieron alcanzados por los hombres de la Seguridad binacional. Pero otros 6 o 7, pudieron huir, extrañando que en un paraje que se supone *más bien solitario, hayan podido hacerlo.*

El Presidente Mubarak retornó de inmediato a su país. La conmoción es imaginable. Todos los elementos disponibles sirven solo para desconcertar a los investigadores, que además de egipcios enviados en el acto desde Cairo y de la Seguridad abisinia, se sumó un equipo del FBI, que partió desde Estados Unidos apenas conocida la noticia por disposición personal del Presidente Clinton. Los terroristas caídos ni siquiera se pudo saber su nacionalidad; el convoy oficial, en el momento del ataque, estaba casi detenido, ya que, sorpresivamente un grupo de apoyo de los atacantes, en acción no muy clara, había logrado bloquear la marcha de la columna de automóviles. Cosa inconcebible el que, si el trayecto estaba vigilado, los policías no hubieran advertido la maniobra en sus fases preparatorias. Y allí comienzan los reproches en el campo internacional. Hay una hipótesis de complicidad abisinia...

Y las acusaciones directas. El Consejo de Ministros egipcio se reunió de inmediato y dispuso una redada a nivel nacional, con orden de no tener contemplaciones con integristas sospechosos. Porque, entre los sospechosos están comprendidos elementos egipcios de sectores mortalmente enemigos del Presidente.

Naturalmente que, por razones obvias, los más sospechosos son terroristas sudaneses. En 1981, el magnicidio cometido en pleno centro de Cairo contra el Presidente Anuar el Sadat fue una acción comprobadamente organizada en Sudán y atribuida a la organización terrorista de fundamentalistas denominada Jihad.

El gobernante en esta oportunidad milagrosamente sobreviviente del atentado, apenas llegado a su residencia oficial, se dirigió por radio y TV y ante los periodistas, a la Nación. Agradeció a Dios por estar vivo; la emprendió de manera directa contra el Sudán, a quien responsabilizó del atentado.

Y dándole al hecho una dimensión internacional, dirigió una advertencia, que anunció ratificaría de manera puntual, en trámite diplomático, a cuatro países europeos con los que Egipto mantiene relaciones normales y que, en esos momentos celebraban en Cannes, Francia, una reunión cumbre continental, "que pagarán, tarde o temprano un alto precio por haber hospedado en su territorio a terroristas", en alusión a fundamentalistas y otros fanáticos, que viajan por todo el mundo en una acción terrorista repudiable. Las Embajadas en el Cairo de los cuatro países europeos señalados por el Presidente egipcio en su indignado discurso, se apresuraron a asegurar a la Cancillería egipcia, que no ha existido tolerancia en los casos de admisión de fundamentalistas e integristas, explicando las razones de no haber accedido, en algún caso, a la detención y entrega de presuntos terroristas como lo había pedido Egipto.

Lo que resulta indudable, es que grupo de terroristas han tomado casi los cinco Continentes como campo de sus "hazañas". Gentes poseídas de una locura de fanatismo desconcertante, de diversa índole, motivación y dirección, en realidad iniciadas en España hace dos décadas pero ahora diseminadas por el mundo, contando con dinero, sin limitación, declaran la guerra a la civilización; Francia y Alemania viven sobre ascuas; en América, en el Norte la voladura de Las Dos Torres en Nueva York y en Buenos Aires la sede de la Embajada de Israel y la Mutual judía y, ahora, el atentado, felizmente frustrado, en Abisinia, dan la medida, no aproximada sino muy exacta, de la terrible magnitud del problema.

JUAN CARLOS PEDEMONTE

Posibles razones del atentado al presidente Mubarak

Fundamentalismo y petróleo: mezcla explosiva que reaviva tensiones latentes entre Egipto y Sudán

El reciente atentado (fallido) contra el presidente egipcio Hosni Mubarak, el incidente armado entre tropas de Egipto y Sudán en la candente frontera común y la subsiguiente movilización de efectivos militares por los dos estados han puesto nuevamente en evidencia la magnitud del enfrentamiento que opone en estos momentos a fundamentalistas y secularistas en el mundo musulmán.

Mubarak salvó ileso el trance supuesto por la lluvia de balas que recibió su caravana en Addis Abeba (Etiopía), cuando visitaba esa ciudad hace diez días, y luego acusó al gobierno sudanés de instigar el zarpazo terrorista. Las autoridades de Jartum negaron toda implicación en el hecho, pero aprovecharon la oportunidad para reivindicar el dominio sobre una franja de terreno, al parecer rica en petróleo, que pleitean con El Cairo.

En el poder desde 1981, el general de aviación Mubarak sucedió como rais (caudillo) a Anuar El Sadat, ultimado por integristas islámicos durante un acto oficial, el 6 de octubre de 1981. En los últimos trece años, Mubarak escapó sin consecuencias a seis atentados. Por la muerte de Sadat fueron ejecutados en 1982 cinco miembros del grupo clandestino Gamma Islamiya. Este mismo grupo se acaba de atribuir en las últimas horas el atentado a Mubarak mediante un comunicado distribuido a la prensa en El Cairo. Las autoridades egipcias sostienen desde hace tiempo que esa organización recibe hoy ayuda de Sudán, país considerado "santuario del terrorismo" en el cual rige una junta islamo-militar encabezada por el general Omar Hasán el-Bashir.

● ***El triángulo de Halaib.*** *En Sudán (2,5 millones de quilómetros cuadrados, 28 millones de habitantes) han librado una guerra civil los islamitas del norte y los animistas del sur. Actualmente, la situación es controlada por la junta. El país, independiente desde 1956, limita con Egipto al norte y el mar Rojo al este.*

El llamado "triángulo de Halaib" (17.000 km² de tierras desérticas) es causa de una antigua disputa entre Egipto y Sudán. Tropas egipcias ejercen allí una suerte de ocupación, pero El Cairo había permitido hasta ahora la presencia en el lugar de policías sudaneses dedicados a misiones de patrulla.



Hosni Mubarak

Tras al intento de magnicidio que Mubarak superó gracias al blindaje de su auto —llevado especialmente hasta Etiopía— en Hailab hubo un choque a balazos. Resultado: tres sudaneses muertos y siete heridos. Jartum dijo entonces que "el régimen egipcio escupió su veneno agrediendo un puesto sudanés" y reclamó como propio el territorio en litigio, "a cualquier precio". En la zona habría petróleo, según lo demuestra el hecho de que una compañía canadiense hace prospecciones actualmente, autorizada por Sudán, mientras Egipto llamó a licitación internacional con análogo propósito.

Al tiroteo trágico siguieron una movilización de tropas sudanesas, llamados a la jihad (guerra santa) y un alud de improperios contra Mubarak. Egipto reaccionó reforzando sus dispositivos de seguridad fronterizos, mientras crecía el peligro de una confrontación en gran escala.

Mubarak denunció al régimen de Sudán de complotar contra su persona y lo calificó de "gavilla criminal".

● ***La mano del jeque ciego.*** *Las tensiones entre El Cairo y Jartum están en alza desde que asumió la junta sudanesa, en junio de 1988. Los dos gobiernos se acusan de amparar a sus respectivos opositores. Egipto sostiene que Sudán mantiene campos de entrenamiento para guerrilleros islámicos.*

Algunos observadores dicen que Sudán aspira a ser una potencia musulmana y financia a los grupos violentistas, que reprochan a Mubarak tanto sus buenas relaciones con Israel como la "occidentalización" de la sociedad egipcia.

En Egipto, bandas armadas fundamentalistas declararon la guerra al gobierno en diciembre de 1992. Hasta ahora han asesinado a más de 300 personas. Sus blancos predilectos son los policías y, sobre todo, los turistas. Están empeñados en arruinar el turismo para suprimir así una de las principales fuentes de divisas con que cuenta el país.

La Gamma Islamiya, el movimiento más temible, tuvo de ideólogo al jeque ciego Omar Abdel Ahman. El jeque fue investigado por su presunta relación con el dinamitazo en el World Trade Center neoyorquino, el 23 de febrero de 1993, siniestra tarjeta de presentación fundamentalista en el corazón mismo del capitalismo. (Redacción de ***Búsqueda****, en base a AFP y archivo.)*

Bsq. 6/7/95

02

Tras el intento de asesinato al presidente de Egipto, Jartum amenaza con armar a la población

La escalada verbal de Mubarak y Sudán

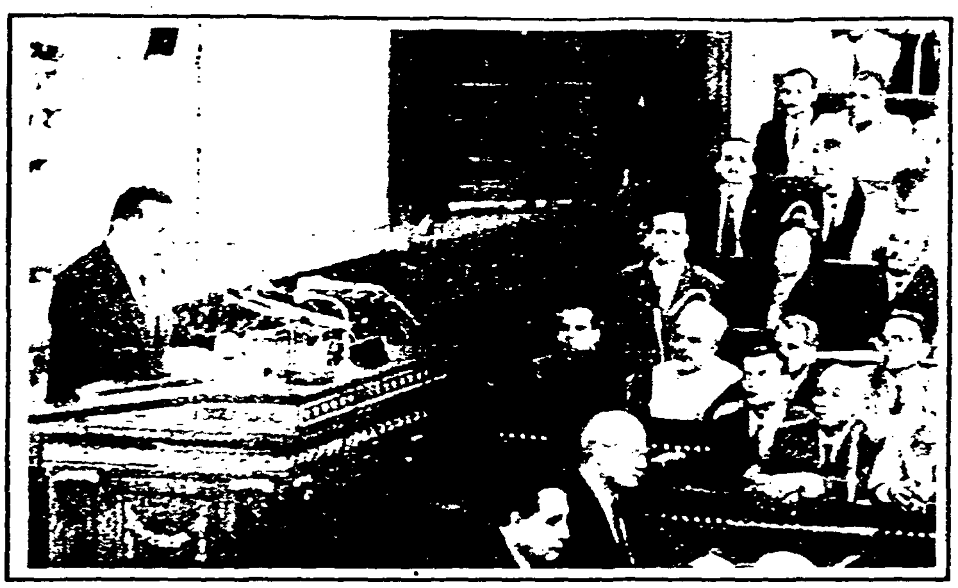
Consciente del ruido de sables que desde hace días producen Egipto y Sudán, pero totalmente incrédulo de que sea el prólogo de un enfrentamiento violento, un esmirriado joven cairota llamado Atef Diab acudió a la oración de los viernes en una mezquita del miserable barrio de Imbaba para pedirle a Alá "un milagro".

El Cairo,
por Juan Carlos Gumucio

EXCLUSIVO
EL PAIS de Madrid
PARA La República

■ En lo posible un milagro como el que, según la creencia popular tan en boga, le salvó hace cinco días la vida al presidente Hosni Mubarak en la emboscada de Addis Abeba.

Frágil como las viejas bicicletas que repara para ganarse la vida, Diab, de 19 años, está justo en edad de ser llamado a filas. "No me preocupa eso de que va a haber una guerra", dijo acariciándose una quijada todavía imberbe. "Lo que quiero es muy simple: comprar un piso para poder casarme en cuanto tenga la oportunidad".



Luego del fallido atentado contra el presidente de Egipto, Hosni Mubarak, comenzó una guerra de declaraciones con Sudán y nadie sabe en qué puede terminar.

Como el joven Diab, muchos egipcios han puesto en las manos de Alá las consecuencias de la retórica bélica que intercambian los generales de El Cairo y Jartum en ambos lados de la extensa frontera que divide a los dueños del Nilo.

Los análisis militares más autorizados podrían tranquilizar a los que creen que va a estallar una guerra en el "triángulo de Halaib", la desértica zona rica en petróleo que desde hace cuatro décadas es motivo de una discordia sujeta a las conveniencias de turno entre Egipto y Sudán. La idea de una guerra es tan remota como microscópico resulta Halaib en cualquier mapa. Mientras en Egipto Mubarak cabalga en la cresta de una ola de popularidad sin precedentes tras el atentado del lunes, el Gobierno islamita del Sudán, presidido por el general Omar al-Bachir, festejaba ayer sin mayor pompa el sexto aniversario de su ascenso al poder tras el derrocamiento del gobierno democráticamente electo de Sadeq al-Mahdi, hoy en prisión. El tono de los discursos en Jartum era calculadamente desafiante. El envío de tropas egipcias a la frontera, incluida la movilización de un batallón mecanizado en la madrugada de ayer, es visto como una provocación y pantalla de las acusaciones egipcias de que detrás del atentado contra Mubarak está el régimen sudanés. Bachir aseguró que entregará armas a todo el pueblo para defender al país en caso de invasión. El Cairo señala a Sudán, bastante amigo de Irán, como el padrino de la violenta insurrección islamita en Egipto.

"CONSIGNAS DE EEUU"

"Acatando consignas de Estados Unidos, Mubarak está tratando de golpear al movimiento islámico. Egipto se está prestando a esa conjura", declaró Abdel-Rahim Mohamed Husein, ministro sudanés de asuntos presidenciales. Hasan Turabi, cuyo Frente Islámico es el verdadero poder detrás del trono en Jartum, no ha respondido a las virulentas acusaciones egipcias. La explicación más aceptada es que el hombre ya está cansado de hacer desmentidos.Analistas militares, entretanto, no daban ayer señales de alarma a pesar de los incidentes armados en la frontera y de las expulsiones mutuas de ciudadanos que Egipto y Sudán están adoptando como represalias en el más reciente capítulo de enemistades históricas.

Si hay que ceñirse estrictamente a estadísticas militares, no es difícil deducir que Jartum —a pesar de su declarada intención de defender Halaib "hasta la última gota de sangre en caso de una agresión"— lleva sin duda las de perder. Datos del Instituto de Estudios Estratégicos de Londres señalan que Egipto tiene 430.000 soldados frente a un ejército sudanés de 72.800 efectivos.

9509059

03

EGIPTO-SUDAN

Crecen las tensiones

Moscú. El Gobierno ruso indicó que el crecimiento de las tensiones entre Egipto y Sudán tras el reciente intento de asesinato del presidente egipcio, Hosni Mubarak, pone en peligro la estabilidad de la región de Africa.

"Sean cuales sean las versiones que esgrimen Egipto y Sudán sobre el atentado fallido cometido contra el presidente Mubarak, ambos países deben actuar con moderación", subrayó el portavoz del Ministerio ruso de Asuntos Exteriores, Grigori Karasin.

Según el portavoz, "es importante que Egipto y Sudán reaccionen con moderación y buena voluntad para evitar una mayor escalada de las tensiones y de la enemistad, ya que de lo contrario se pone en peligro la seguridad de toda la región de Africa".

7/7

La To

■ AMBOS PAÍSES ENTRECRUZARON AMENAZAS

Sigue la tensión entre Egipto y Sudán

Cuando la crisis se creía superada, Jartum amenazó con revisar acuerdos bilaterales sobre aguas del Nilo

0135 V

6-7-95

El ministro del Interior de Sudán, general de brigada Al Yayeb Ibrahim, amenazó ayer una vez más a Egipto con revisar los acuerdos bilaterales sobre el agua del Nilo, en caso de una "agresión" egipcia.

"Cualquier ataque de las fuerzas egipcias contra la Policía sudanesa será considerado una abierta violación de los acuerdos Egipto-Sudán", dijo el ministro.

Agregó que "en caso de cualquier ataque Sudán se verá liberado de sus compromisos asumidos en otros acuerdos firmados con Egipto, incluido el del Nilo".

Según el acuerdo firmado en 1959 para la distribución del agua del Nilo, a Egipto le corresponde una cuota de 55.500 millones de metros cúbicos anuales y a Sudán 18.500 millones.

El conflicto por el triángulo de Halaib, una zona de 16.000 kilómetros cuadrados en la costa del mar Rojo, surgió una vez más con fuerza la semana pasada tras el atentado contra el presidente Hosni Mubarak del que El Cairo acusó rápidamente a Sudán.

Ayer en El Cairo, Osama el Baz, consejero del presidente Hosni Mubarak advirtió que hay un límite que el régimen sudanés no debe traspasar y si lo hace "pagará un alto precio". El Baz, que dirige la oficina egipcia para Asuntos Políticos y es el primer vicecanciller, manifestó que su país, de todos modos, no quiere "caer en las provocaciones" sudanesas. *(En base a AP y EFE)*

9509059

04

■ MILES DE VOLUNTARIOS ENTRENADOS JURARON "DEFENDER LA PATRIA" CON SUS VIDAS

Sudán se prepara para el combate

En un nuevo desafío al gobierno de El Cairo, Jartum afirma tener al menos "un millón de sudaneses preparados y armados" para responder a cualquier "agresión egipcia"

Unos 40.000 voluntarios de defensa popular desfilaron ayer en Jartum, capital de Sudán, aclamados por cientos de miles de personas, en una marcha para denunciar "las agresiones egipcias", en medio de la guerra de acusaciones entre los dos países.

La manifestación, que duró varias horas, se celebró después de una ceremonia militar en la que los voluntarios prestaron juramento y en la que los líderes sudaneses aseguraron que ya hay "al menos un millón de voluntarios entrenados para defender la fe y la patria".

Durante la marcha, los participantes enarbolaron pancartas alusivas al triángulo de Halaib, zona fronteriza en el mar Rojo, que tanto Sudán como Egipto reclaman como propia y donde la semana pasada se registraron dos enfrentamientos armados, en los que murieron tres sudaneses y hubo heridos por ambas partes.

> *Mubarak advirtió que todas "las opciones son posibles" para tratar con el régimen sudanés*

Una multitud jubilosa acogió la llegada del presidente sudanés, general Omar Al Bashir. "Ya han recibido entrenamiento y han sido armados para defender a la patria de cualquier agresión", afirmó el coronel Abdel Rahim Mohamed Hussein, ministro para Asuntos de la Presidencia, acerca de los voluntarios civiles que prestaron ayer juramento para defender el país.

Hussein indicó también que el próximo día 13 otros 100.000 voluntarios prestarán juramento en Port Sudán (costa del mar Rojo).

"Estas manifestaciones son un mensaje a cualquier parte que planee agredirnos", agregó Hussein, uno de los muchos oradores que participaron en la ceremonia patriótica, celebrada en la Plaza Verde de la capital sudanesa.

RESPUESTA EGIPCIA

El presidente egipcio, Hosni Mubarak, advirtió ayer que todas "las opciones son posibles" para tratar con el régimen sudanés del presidente Omar Hasan Al Bashir.

Mubarak volvió a señalar que están abiertas todas las posibilidades ante "la implicación del régimen sudanés en la conspiración contra la seguridad y la estabilidad de Egipto, y su apoyo al terrorismo dirigido contra el pueblo egipcio".

"Si el régimen sudanés, y sobre todo Hasan Turabi (líder del radical Frente Nacional Islámico), no se contienen, tomaremos todas las medidas necesarias para hacer frente a las conspiraciones contra Egipto", afirmó Mubarak.

Por otra parte, la prensa oficial de Irak acusó a Egipto de inventar excusas para justificar un conflicto armado con Sudán. "Parece que el régimen egipcio estuviera esperando, desde hace mucho tiempo, a tener una excusa para conseguir una escalada de la tensión y provocar una guerra con Sudán". *(En base a EFE)*



Los representantes del poder en Sudán: Al Bashir (izquierda) y Turabi REUTER

Análisis
MACARENA VIDAL

Anatomía de un país sin rumbo

Cuarenta mil soldados desfilan dispuestos a morir "por su fe y su patria" frente a cualquier "agresión egipcia". La multitud grita enardecida ¡Alah Akbar! (Dios es el más grande). La multitud se une frente al enemigo. La multitud olvida problemas internos.

Escenas como esta ejemplifican la compleja realidad sudanesa: un país con una impresionante diversidad política y religiosa, y que hoy aparece virtualmente dividido en dos. Por un lado, el sur, cuya población negra, con casi medio millón de refugiados de Uganda, Etiopía y Eritrea, representa un tercio de la población; por otro el norte, sector puramente musulmán que domina el resto del país.

El actual gobierno de Jartum es el resultado de un golpe militar en 1989, que permitió un simbólico ascenso al poder del presidente Al Bashir, ya que quien en realidad gobierna es Hassan Turabi. Turabi lidera el Frente Nacional Islámico (FNI), manipulando un sistema basado en una red de clanes con una única interpretación del Islam. Representa a una magra minoría ya que no solo excluye a la población sureña, sino a cualquier norteño que se oponga a su versión del Islam. En las últimas elecciones genuinas de 1986, el FNI, partido que se enorgullece de contar con un amplio sector femenino, obtuvo apenas un 17% de los votos, cifra que probablemente hoy no se ha modificado demasiado.

En este marco se inscribe un conflicto que se canaliza hacia afuera, pero cuyas raíces se encuentran en lo más profundo de una nación para la cual "morir luchando" significa un pasaje instantáneo al paraíso.

Ideaban matar a Mubarak desde 1990

Un ex agente de los servicios de información de Sudán denunció ayer que el régimen de su país planeaba asesinar al presidente egipcio, Hosni Mubarak, desde 1990.

Abdel Aziz Gafar, el ex agente de Sudán, informó ayer que el gobierno planeaba asesinar a Mubarak en Egipto, pero no lo pudo concretar debido a la vigilancia de las fuerzas de seguridad. "Por eso, lo intentaron en el exterior, particularmente porque Etiopía tiene frontera con Sudán", explicó en referencia al atentado contra Mubarak en Addis Abeba, hace una semana.

Aziz Gafar señaló que fue destituido en 1991 y detenido por "rechazar el terrorismo y la política de Hasán Turabi", líder del integrista Frente Nacional Islámico, acusado por Egipto de apoyar a los radicales armados en ese país. Gafar no descartó que miembros de la Policía etíope "no del gobierno de Etiopía, hayan conspirado contra Mubarak".

Etiopía lamentó ayer las sospechas sobre las supuestas implicancias de sus servicios secretos en el atentado, lo que calificó de "mentira" y de "campaña inaceptable" contra el país. El gobierno de Addis Abeba declaró que los responsables del atentado a Mubarak fueron egipcios. A su vez, el gobierno etíope anunció que ningún policía egipcio ha participado o participó en las investigaciones [illegible] del a[illegible]

La Yama Islamiya, que es la más poderosa organización int responsabilidad por el atentado frustrado contra el preside

La más poderosa organización integrista armada de Egipto, Yama Islamiya (Asamblea Islámica), se responsabilizó del atentado frustrado contra el presidente Hosni Mubarak el pasado 26 de junio, cuando todas las acusaciones egipcias apuntaban a Sudán.

En un durísimo comunicado de marcado carácter político, el grupo terrorista, autor de la mayoría de los atentados que se registran en Egipto desde hace tres años, asegura que con aquel ata-

El autor del atentado llevó a cabo un "mandato divino", y no cesará en sus intentos

que llevó a cabo un mandato divino, y que no cesará en sus intentos de matar a Mubarak, "ese criminal, con la ayuda de Dios".

"La Yama Islamiya, que tuvo el honor divino de poner en práctica la ley de Dios contra (el antiguo presidente egipcio, Anuar) Sadat, por su apostasía y traición al islam, tuvo la obligación de aplicar la ley de Dios contra el impío Mubarak", señala el comunicado.

Las últimas investigaciones hechas en Addis Abeba, donde tuvo lugar el magnicidio frustrado, señalaron ayer que los autores de éste eran egipcios, según el Ministerio del Interior etíope.

El comunicado afirma que "el intento de asesinato del presidente Mubarak fue perpetrado por la brigada de Talat Yasin", nombre de un destacado líder de la Yama muerto el año pasado por la Policía egipcia.



Mubarak: un hombre perseguido dentro y fuera de su país

También afirma que el atentado "fue la continuación de las actividades efectuadas por Mohamed Hamada y Midhat Tahaui", dos activistas del grupo que fueron ejecutados tras ser encontrados culpables de intentar asesinar a Mubarak, en febrero de 1994.

Los terroristas habían colocado explosivos en una sala del aeropuerto de Sid Barani, junto a la frontera libia.

En el comunicado de la Yama se acusa al régimen de Mubarak de "violar el honor del pueblo egipcio, derramar la sangre de los jóvenes musulmanes, encarcelar a viejos, niños y mujeres, y torturar al pueblo".

Los integristas afirman que Mubarak hizo de la democracia "una fachada para su burda dictadura"

Tras advertir que continuará sus esfuerzos para eliminar al presidente, insta al Ejército y a las fuerzas de seguridad, quienes libran una cruenta lucha antiterrorista desde 1992, a que abandonen al régimen de El Cairo.

También amenaza con proseguir su guerra santa hasta lograr la aplicación estricta de la shariá (ley islámica) en el país, y hasta que Egipto deje de ser "una herramienta en las manos de Estados Unidos y de los sionistas".

La organización integrista afirma que Mubarak hizo de la "democracia una fachada para su régimen, para en su nombre practicar la más burda dictadura, manteniendo la ley de emergencia durante 14 años, aplastando a los partidos políticos, encarcelando a escritores, periodistas y profesionales". *(En base a EFE)*

■ JARTUM REAFIRMÓ SU PROGRAMA FUNDAMENTALISTA

Manifestaciones en Sudán contra Egipto

La tensión tras el atentado a Mubarak, atribuido por El Cairo a fuerzas islámicas, no cede y ayer los sudaneses se volcaron a las calles para manifestar contra las amenazas de Egipto

Los sudaneses danzaron, golpearon tambores y tocaron trompetas en las calles del país durante el día de ayer, respondiendo a una campaña de su gobierno islámico en contra de las versiones que indican que Sudán se propone asesinar al presidente egipcio.

Si bien El Cairo ha procurado calmar la dura disputa entre los dos países árabes, Sudán ha asegurado que no se apartará del programa fundamentalista que lo ha enemistado con la mayoría de sus vecinos.

Ayer la prensa advirtió que las masas sudanesas están dispuestas a morir en defensa de su integridad territorial y no permitirán ninguna agresión extranjera sin una severa respuesta.

Egipto y Sudán han estado amenazándose desde que el presidente Hosni Mubarak acusó al gobierno sudanés de intentar asesinarlo luego que su avión aterrizó en Etiopía el 26 de junio.

Mubarak responsabiliza del episodio contra su vida al jeque Hassan Turabi, dirigente islámico al que el gobernante egipcio considera autor intelectual del atentado. Sudán ha negado toda intervención en el hecho, pero las tensiones resultantes han llevado a choques fronterizos en las que perecieron tres soldados sudaneses.

Los gobernantes de Sudán acusaron a Egipto de estar involucrado en un complot de occidente para socavar al régimen islámico de Jartum.

Irak, nación aliada de Sudán, se sumó al coro agresivo y ayer en una sesión gubernamental presidida por Saddam Hussein, decidió pedir al pueblo egipcio que no permitiera que sus gobernantes empleen el Ejército "como garrote" para amenazar a Sudán. *(En base a AP y EFE)*



[illegible] celebran la revolución de Sudán con muestras de apoyo al gobierno REUTER

Yemen niega vinculación con el ataque

Mohamad Salem Basandúa, consejero del presidente de Yemen, Ali Abdulá Saleh, desmintió que su país haya concedido pasaportes a algunas de las personas que participaron en el atentado fallido del lunes pasado contra el jefe de Estado egipcio, Hosni Mubarak.

"Esto es lo que intentaremos explicar a los hermanos en Egipto", dijo Basandúa, quien llegó a El Cairo para saludar a Mubarak por haber resultado ileso en el intento de asesinato en Addis Abeba por parte de presuntos extremistas islámicos.

El responsable yemení negó así noticias publicadas por la prensa tras el atentado, según las cuales algunos de los atacantes de Mubarak tenían pasaportes de Yemen.

Basandúa, quien anunció que entregará a Mubarak un mensaje de Saleh, reiteró que su país rechaza el terrorismo y la violencia. *(EFE)*

95090060
Foco de Tensión entre EGIPTO/SUDAN por amenaza terrorista.
EL PAIS.
23-07
– 11876
– 65841
– 5076644
– 11847

"Nuestra Paciencia Tiene un Límite", Dijo Mubarak al Régimen de Jartum

NUEVO FOCO DE TENSION: EGIPTO AMENAZA CON ACTUAR SI SUDAN ALIENTA TERRORISMO

Un nuevo foco de tensiones parece reactivarse en el agitado Medio Oriente. El presidente de Egipto lanzó una severa advertencia al gobierno del vecino país de Sudán, afirmando que no le permitirá exportar terrorismo. "La paciencia de Egipto tiene su límite", dijo Mubarak quien sostiene que Sudán protege a asesinos.

EL CAIRO, 22 (Reuter). — El presidente egipcio Hosni Mubarak dijo hoy a los dirigentes de Sudan que cesen de lo que llamó su "enfermizo sueño" de exportar la violenta militancia islámica y les advirtió que la paciencia de Egipto tiene sus límites.

"Egipto no se mantendrá tranquilo con un vecino que ha convertido al Sudan en una sede que exporta terroristas, alberga asesinos y criminales y esparce destrucción a través del mundo árabe", afirmó Mubarak.

"A aquellos arrodillados en Jartum sobre un régimen aislado les digo que nuestra paciencia tiene límites".

Las relaciones entre Sudan y Egipto llegaron a sus niveles mas bajos luego de que Mubarak acusara a Jartum de preparar un complot para asesinarlo en Addis Abeba el mes pasado, en que salió ileso.

Egipto también ha acusado a Sudan de acoger y entrenar militantes musulmanes que tratan de derrocar el gobierno de Mubarak de 13 años de duración.

En un discurso conmemorando el aniversario de la Revolución del 23 de julio que derrocó la monarquía y puso en el poder al fallecido Gamal Abdel Nasser y su grupo de Oficiales Libres en 1952, Mubarak agregó:

"Sin importar los resultados, Egipto no aceptará en sus fronteras un vecino que se ha convertido en una base para preparar conspiraciones contra Egipto y otros países árabes... tenemos suficientes razones para combatir el terrorismo en todos los frentes".

"Nuestro problema no es con el pueblo de Sudan, sino con un régimen que conspira contra Egipto... Y el actual régimen en Jartum, no importa cuán tonto parezca, no podrá arrastrar a Egipto a una posicion que lesione al pueblo sudanés".

Mubarak agregó que el dirigente sudanés Omar Hassan al-Bashir y Hassan al-Turabi, el carismáico ideólogo detras del gobierno de Jartum, no deben perder tiempo y esfuerzos tratando de exportar sus "falsos sueños". Deben mejor dirigir sus energías a ayudar a lo que Mubarak dijo son millones de hambrientos sudaneses.

JIMMY CARTER VIAJA A SUDAN

Mientras tanto, el ex presidente estadounidense Jimmy Carter viajó hoy a Uganda y Sudan, en busca de un acuerdo de los rebeldes sudaneses y de Jartum para ampliar las conversaciones de paz y de un cese al fuego.

Al hablar antes de partir de Kenia de las conversaciones en Uganda con el dirigente rebelde sudanés, John Garang, y el presidente de Uganda, Yoweri Museveni, Carter manifestó que prorrogar las conversaciones de paz y del cese al fuego iniciadas hace cuatro meses, era lo mas a que podría aspirar.

"Mi esperanza es que la extensión del cese al fuego sea respetada por todo el mundo", manifestó Carter, añadiendo que el jefe rebelde Riek Machar, de un grupo disidente, le dijo en Nairobi el sábado pasado que favorecía la tregua donde quiera que fuese.

01/05

95 090 60

Domingo 23 de julio de 1995 **La República**

Los egipcios celebraron el 43 aniversario de la "revolución" y afirmaron que combatirán a terroristas

Presidente de Egipto, Hosni Mubarak, advierte y amenaza a Sudán por apoyar a fundamentalistas

El presidente egipcio, Hosni Mubarak, hizo nuevas y severas advertencias a Sudán y amenazó con responder "con todos los medios si el grupo en el poder en Khartum trata de amenazar la seguridad nacional de Egipto."

El Cairo

■ En una entrevista publicada ayer por el diario gobernativo **Al Ahram**, Mubarak afirmó que tuvo "mucha paciencia a pesar de la cólera del pueblo egipcio ante las humillaciones y las repetidas provocaciones del régimen sudanés al exportar el terrorismo y agredir el territorio egipcio".

Luego dijo que hace poco se encontró con el ministro de Defensa, Hussein Tantaui, y con el primer ministro, Atef Sedki, para examinar las opciones a aplicar a Sudán.

Egipto, afirmó Mubarak, en un discurso pronunciado ayer en ocasión del aniversario de la "revolución" egipcia, "combatirá el terrorismo en todos los frentes, dentro y fuera, porque nuestra paciencia tiene un límite y no aceptaremos un vecino que eligió la traición y la conspiración y que transformó a Sudán en una base del terrorismo internacional para complotar contra Egipto y los otros países árabes, hasta el punto de planificar un atentado", indicó la agencia ANSA.



El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, fue blanco de un atentado de terroristas fundamentalistas el pasado 26 de junio en Addis Abeba.

El 26 de junio, en Addis Abeba, Mubarak fue blanco de un atentado en el cual Egipto acusó a Khartum de estar implicado.

EL "GOLAN PALESTINO"

El presidente egipcio, Hosni Mubarak, afirmó ayer que los palestinos quieren recuperar una parte de las Alturas de Golán, que llaman "Golán palestino."

En una entrevista publicada ayer por el diario egipcio **Al Ahram**, Mubarak dijo que la dificultad de las negociaciones entre los sirios y los israelíes sobre Golán derivan también de "la definición de las líneas tras las cuales se tendrán que retirar los israelíes."

El mandatario egipcio recordó que "existe una zona que los palestinos denominan 'Golán palestino' y que hoy es objeto contencioso entre sirios y palestinos."

Sin embargo, con el retiro de Israel "a las fronteras del 4 de junio de 1967, como exige Siria, se tratará de un problema entre los árabes y por lo tanto se podrá resolver fácilmente", agregó.

Fuentes palestinas en esta capital declararon a **ANSA** que Siria, desde la guerra árabe-israelí de 1948, controlaba esta región, que tiene una extensión de alrededor de 360 kilómetros cuadrados y que formaba parte del territorio palestino bajo el mando británico.

También desde 1948 la franja de Gaza empezó a ser administrada por los egipcios y Cisjordania por los jordanos.

Con la guerra de "los seis días", en junio de 1967, Israel ocupó la región de Golán, incluida el área disputada.

Las mismas fuentes agregaron que "los palestinos esperan que los sirios recuperen Golán para pedirles la devolución de esa región, y que poseen los documentos que confirman su origen palestino."

■ ACUSÓ A EL CAIRO DE SER UNA BASE OCCIDENTAL "HOSTIL AL ISLAM"

Sudán denunció provocación egipcia

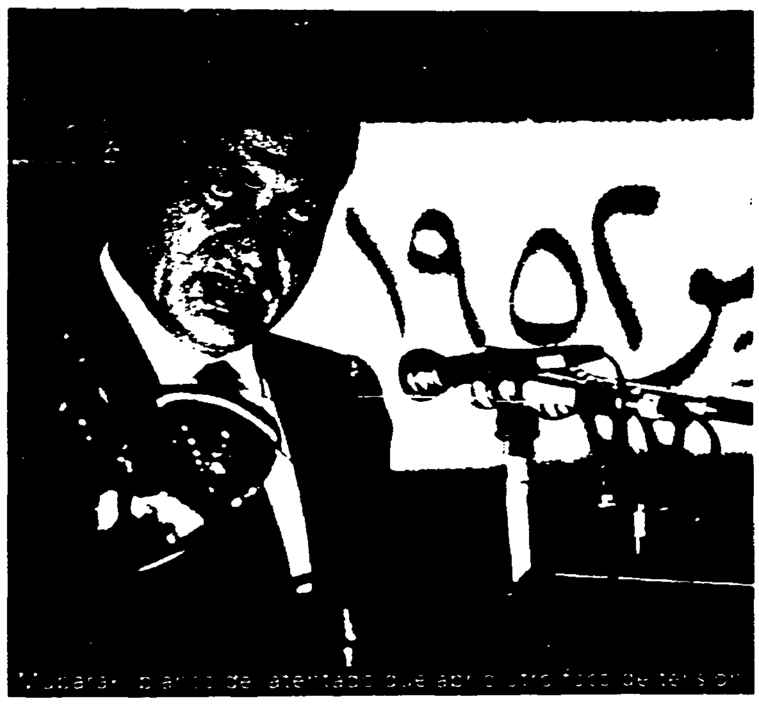
Jartum considera una amenaza para su seguridad las maniobras navales que desde hace tres días llevan a cabo en el mar Rojo unidades egipcias, estadounidenses y británicas

El ministro sudanés de Información, Abdelbaset Sedrat, aseguró ayer que "estamos observando de cerca cualquier amenaza a nuestra frontera y a nuestras aguas territoriales".

Sedrat acusó a Egipto de haberse convertido en base zonal de las flotas occidentales en la zona y de poner en práctica los esquemas diseñados por Occidente, "que es hostil al Islam, a los arabes y a Irán".

Las maniobras, denominadas Eagle salute (Saludo del águila), habían sido programadas con anterioridad al conflicto entre las dos naciones y durarán dos semanas. Con ellas Egipto intenta mejorar la capacidad de sus fuerzas navales, las primeras en las que participan unidades británicas y estadounidenses.

Estas maniobras, que según EEUU no están dirigidas contra ningún país, coinciden con el momento de tensión entre Egipto y Sudán originado tras el fallido atentado contra el presidente egipcio Hosni Mubarak en Addis Abeba el 26 de junio. El Cairo acusa a Jartum de estar involucrado en el ataque.



El ministro sudanés señaló que las maniobras también representan una amenaza para la región, y su país no puede disociarlas de una posible agresión egipcia contra el enclave fronterizo de Halaib, la zona donde ambos países disputan su soberanía y punto neurálgico de las difíciles relaciones bilaterales por las que atraviesan las dos naciones.

Las maniobras se desarrollan cerca de los puertos egipcios de Hurgada y Safagá, a unos 500 kilometros al norte de la frontera sudanesa.

Según informaciones egipcias, en la operación participan 19 aviones y helicópteros, tres fragatas y otras naves de menor envergadura.

INVESTIGACIÓN

Ayer el gobierno de Egipto aseguró que dispone de importante información relacionada con el atentado contra Mubarak y que las fuerzas de seguridad controlan de cerca los movimientos de los terroristas sospechosos, tanto en el interior como en el exterior del país.

Equipos de seguridad egipcios de alto nivel fueron desplegados en varias direcciones y ahora disponen de un gran caudal de información sobre las principales organizaciones terroristas que operan en la zona.

Pese al anuncio, fuentes oficiales de la investigación egipcia descartaron dar más detalles para no perjudicar las operaciones que están desarrollando, que también cuentan con la colaboración de las autoridades etíopes. *(En base a AP y EFE)*

FE DE ERRATAS

En la edición de ayer se publicó en la página 24 una infografía que contenía errores que se cometieron al tipear su texto del inglés al español. Pedimos las disculpas del caso.

UN GRUPO INTEGRISTA ISLAMICO

Son egipcios los atacantes de Mubarak

Egipto reiteró sus acusaciones contra Sudán por el intento de asesinato del presidente Hosni Mubarak pese a que una organización egipcia ya lo reivindicó.

EL CAIRO (Reuter, AP Y AFP). – El principal grupo fundamentalista islámico de Egipto **reivindicó** ayer el fallido atentado contra el presidente egipcio Hosni Mubarak en Etiopía y agregó que nunca abandonará la lucha para derrocar al jefe de Estado y establecer una república islámica en el país de Oriente Medio.

La organización al-Gamaa al-Islamiya (Grupo Islámico), que ya lleva tres años en su campaña para desplazar a Mubarak, dijo que el intento de asesinato de la semana pasada tuvo como fin **"salvar al pueblo egipcio"**.

"Al Gamaa al-Islamiya, que tuvo el honor de llevar a cabo la voluntad de Dios contra (el ex presidente Anwar) Sadat debido a su apostasía, injusticia y traición al islam, ahora se vio obligado a ejecutar nuevamente la **decisión divina** matando a Mubarak, el maldecido, porque fue incluso más allá que su predecesor por el mismo camino", consigna un documento dado a conocer por la formación terrorista.

Escepticismo

Mubarak se encontraba junto a Sadat en el desfile militar de 1981 durante el cual el ex presidente fue acribillado a tiros por los integristas del Grupo Islámico. El lunes de la semana pasada Mubarak fue baleado en la capital etíope y salvó su vida por milagro.

Diplomáticos occidentales acreditados en El Cairo manifestaron sus **dudas** sobre las afirmaciones contenidas en el comunicado de la organización fundamentalista, que fue enviado vía fax a la corresponsalía, en la capital egipcia, de una agencia internacional de noticias.

Sudán

El ministro de *Información* egipcio, Safwat el-Sherif, reiteró las afirmaciones de las autoridades de El Cairo según las cuales el gobierno militar de Sudán, apoyado por integristas musulmanes, fue el **autor intelectual** del ataque, y agregó que la identidad de los que apretaron el gatillo es un tema secundario.

La televisión estatal etíope dijo que, según el gobierno de ese país, los cinco individuos presuntamente complicados en atentado eran egipcios.

"Las conclusiones etíopes sobre el intento de asesinato contra el presidente Hosni Mubarak refutan las acusaciones del régimen egipcio", dijo ayer el canciller Alí Osmán Mohammed Taha al diario estatal al-Sudan al-Hadith. "Esto confirma y comprueba la **inocencia** de Sudán en el complot de asesinato", agrega el periódico.

ce. 5/7/95

El Cairo

■ **La Jamaa Islamiya, principal organización islamita armada en Egipto, reivindicó el atentado fallido perpetrado el 26 de junio en Addis Abeba contra el presidente egipcio Hosni Mubarak, a quien acusan de apostasía, afirmando que reincidirán.**

En un comunicado de dos páginas dactilografiado en árabe, recibido por la **AFP** en El Cairo, con membrete de la "Jamaa Islamiya en Egipto", la organización "anuncia que es responsable del intento de asesinato del tirano", refiriéndose al jefe del Estado egipcio.

"Nuestros intentos para ejecutar el castigo de Dios contra ese criminal no cesarán, si Dios quiere nuestra Jihad (guerra santa) sólo se detendrá cuando la ley divina sea aplicada en Egipto, los prisioneros islamitas y políticos sean liberados y cesen la tortura y la matanza de los jóvenes musulmanes".

La Jamaa anunció que el intento de asesinato fue perpetrado por "el grupo del mártir Talaat Yassin", nombre de uno de los dirigentes de la organización que murió baleado por la policía egipcia en abril de 1994.

A continuación lanzó un llamado "al Ejército egipcio y a las fuerzas de seguridad a arrepentirse ante Dios y pasar al campo del pueblo musulmán de Egipto que eligió el Islam".

La Jamaa se congratuló por el asesinato en octubre de 1981 del ex presidente egipcio Anuar el Sadat, considerado por la organización como un "apóstata que traicionó el Islam", agregando que "tiene que ejecutar el castigo divino contra Mubarak, porque tomó el mismo camino".

La organización integrista aludía al tratado de paz con Israel que Sadat firmó en 1979, el primero concluido entre un país árabe y el Estado hebreo. "Mubarak se presentó como un rival de Dios y formuló una ley distinta de la de Dios", agregó el comunicado.

El grupo afirmó que el asesinato tenía por objetivo salvar "al pueblo egipcio que vive en una creciente pobreza, miseria e ignorancia".

"Mubarak ridiculizó el honor y dilapidó la sangre pura de la juventud musulmana. Encarceló a los ancianos, las mujeres y los jóvenes. Torturó a jóvenes y ancianos. Convirtió a la democracia en un decorado detrás del cual ejerce las peores formas de la dictadura", agregó el texto.

La Jamaa afirmó que el jefe del Estado "estrangula los partidos políticos" y atenta contra la libertad de prensa", aludiendo a la nueva ley que aumentó las penas por difa[illegible]

La organización islamita re[illegible] a Mubarak de "ayudar la alianz[illegible] dos, dirigida por Estados Unid[illegible] pueblo musulmán de Irak" e i[illegible] nes a Libia.

Afirmó que el atentado de A[illegible] un éxito porque obligó al presi[illegible] a volver a Egipto, preso de pánic[illegible] manera irracional revelando así[illegible] su control.

Esta operación "demuestra [illegible] puede golpear violentamente a lo[illegible] Dios, esperando el tiempo que s[illegible] concluyó el comunicado.

6/7/95 LR

04

9509060

Sudán amenaza a Egipto con bloquear el río Nilo

4/7/95 Lono

Tensión: la vieja disputa fronteriza entre ambos países, agudizada desde que el presidente egipcio acusó a sudaneses por el atentado que sufrió en Etiopía, está llegando a un punto crítico.

KHARTUM, Sudán, 3 (AP).- Un funcionario sudanés dijo hoy que su país no vacilaría en bloquear las aguas del río Nilo si Egipto tratara de resolver por la fuerza una controversia fronteriza.

La amenaza de retener esas aguas -críticas para los casi 60 millones de habitantes de Egipto- fue formulada por el ministro de Estado, Ghazi Salah-Eddeen. Este es un cercano socio del clérigo islámico Hassan Turabi, considerado el árbitro del poder en el régimen islámico instalado en 1989 con un golpe militar, encabezado por el general Omar el-Bashir.

El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, advirtió en una entrevista el fin de semana que "los que juegan con fuego en Khartum nos empujarán a un enfrentamiento en defensa de nuestros derechos y nuestra vida".

Tensión en aumento

La tensión entre ambos regímenes se intensificó desde que Mubarak acusó a Turabi de planear el intento de su asesinato el 26 de junio, en su llegada a Etiopía para una conferencia cumbre africana.

Los funcionarios sudaneses aludieron al río Nilo al tiempo que reiteraban su reclamo de Halaib, un disputado territorio triangular de la frontera entre Egipto y Sudán.

Gran Bretaña le otorgó la zona a Egipto en 1899, pero en 1902 le dio el control administrativo a Sudán.

Egipto y Sudán están vinculados por el Nilo, el río más largo del mundo. Para poder cortar su flujo, Sudán tendría que tomar medidas drásticas, tales como la construcción de enormes represas.

No habría guerra

Es poco probable también que haya una confrontación bélica a gran escala. Pese a las amenazas de Sudán, su ejército de 115.000 hombres está ocupado combatiendo a unos rebeldes en el sur del país.

El ejército regular egipcio tiene 440.000 efectivos y está muy bien equipado por Estados Unidos.

Miles de sudaneses acudieron hoy a una concentración en Khartum y juraron rechazar lo que calificaron como intentos egipcios de tomar Halaib, en una ceremonia encabezada por el-Bashir y Turabi.

Salah-Eddeen repitió las denuncias de los sudaneses de que Egipto estaba desplazando tropas para tomar Halaib por la fuerza.

Sin embargo, en El Cairo la versión fue desmentida por fuentes militares, aunque no descartaron un movimiento de tropas ya acantonadas en el Sur.

El coronel Abdel Aziz Gaafar, ex funcionario de inteligencia de Sudán, dijo, según un diario, que uno de los sospechosos del frustrado intento de asesinato de Mubarak trabajaba para el servicio de inteligencia de ese país. Se trata de Mohammed Seraj, considerado personaje clave en el atentado.

"Los extremistas crecen con la crisis económica"

"Los grupos fundamentalistas son una respuesta a la **falta de soluciones económicas de los gobiernos**", aseguró a **Clarín** el vicecanciller de Egipto, Ihab Wahba, y aclaró que "el islam es inocente".

De visita en la Argentina, Wahba encabeza una delegación diplomática y empresarial cuyo objetivo es "realizar consultas con el gobierno argentino sobre el proceso de paz en Oriente Medio y también acrecentar el volumen de intercambio comercial entre los dos países".

–Egipto es uno de los principales impulsores de la pacificación de Oriente Medio. ¿Cuáles son para su país los beneficios concretos de la paz?

–Oriente Medio ha vivido los últimos 50 años en continuas guerras que modificaron los recursos económicos de la región. Mucho dinero fue arrastrado en la compra de armamentos. Estos mismos capitales los podremos invertir en el desarrollo de la región, que tiene enormes recursos.

–Entonces, ¿la fuerza de las inversiones puede mover montañas y borrar problemas políticos y odios ancestrales?

–El caballo está siempre delante del carro y no al revés. Es decir: primero tenemos que lograr la paz. No podemos iniciar ningún proyecto que pueda ser amenazado por la violencia. La paz abrirá la puerta de la cooperación económica internacional.

–El presidente egipcio, Hosni Mubarak, escapó por milagro de un atentado. ¿Quién se beneficia con su muerte?

–El que se beneficia es una minoría equivocada, que hace equivocar a otros. Los extremistas creen que pueden alterar la situación en Egipto, que está jugando un rol importante en la estabilización de Oriente Medio. Esta minoría es muy pequeña, rechazada por el pueblo egipcio, y no tiene otro camino que cometer actitudes que hacen mucho ruido. Usan al islam como mera cobertura. El islam es inocente y está alejado de esos grupos. Es una religión tolerante.

–¿Qué hace el gobierno para neutralizar estos movimientos? Ellos denuncian ser víctimas de una campaña feroz.

–En realidad el gobierno no necesita hacer mucho para neutralizarlos porque es un grupo marginal, casi como una banda. Lo que hace el gobierno frente a ellos es lo que hace frente a cualquier banda delictiva, fuera de la ley.

–Estos grupos fundamentalistas, por ejemplo en Gaza, tienen arraigo popular porque brindan asistencia social a los más pobres. ¿Son una respuesta a la falta de soluciones económicas de los gobiernos?

–Exactamente. Y por eso creo que cuanto más nos apuremos en ayudar a la autoridad palestina, más ayudaremos a los palestinos a ver el fruto de la paz. Así quitaremos a estas minorías la oportunidad de aprovecharse de la situación.

–Egipto acusó a Sudán de ser el mentor del atentado contra Mubarak. Por un momento el mundo pensó que podrían ir a una guerra. ¿Esto es posible?

–Es imposible que haya un enfrentamiento bélico entre ambos países. El pueblo de Sudán es hermano. Lo que nos duele es que lamentablemente la actual política sudanesa tiende a apoyar a estos grupos extremistas. Los apoya financieramente, también con armas. Pero no tengo dudas de que la amistad entre Egipto y Sudán perdurará en el tiempo, especialmente cuando desaparezcan esas políticas destinadas al fracaso.

Paula Lugones

Gobierno egipcio del presidente Mubarak no atacará a Sudán por atentado en Etiopía

2-7-95 LoTb

Creciente clima bélico entre las dos naciones africanas — Autoridades de El Cairo califican al régimen sudanés de Omar Bashir como «bando que usurpó el poder»

El Cairo. Egipto no emprenderá acción militar alguna contra Sudán incluso si se constata la implicación de ese vecino país en el atentado del lunes contra el presidente Hosni Mubarak, declaró ayer sábado, su consejero político, Usama Al Baz.



En una entrevista con la televisión egipcia, Al Baz afirmó que su país «no puede derramar la sangre de ningún egipcio ni sudanés, incluso si partes oficiales o semioficiales (de Sudán) están involucrados en el atentado fracasado» cometido contra Mubarak en Addis Abeba.

Al Baz se refirió a las repetidas afirmaciones del presidente Mubarak de que «Egipto no interviene en los asuntos internos de otros países», y dijo que «el pueblo sudanés es capaz de hacer frente al grupo que usurpó el poder en Sudán».

El responsable egipcio se refería al régimen del presidente sudanés, Hasán Al Bashir, que asumió el poder en 1989 tras un golpe de Estado contra el Gobierno elegido de Al Sadek Al Mahdi, y al que Egipto acusa de estar relacionado con el atentado contra la vida de Mubarak.

«La reacción de Egipto debe ser fuerte, lógica y bien calculada», declaró Al Baz, y agregó que «no habrá reacciones inconscientes hasta que terminen las investigaciones y se conozcan las partes implicadas en el atentado fracasado y el papel desempeñado por cada una».

Indicó, asimismo, que las personas que atacaron el convoy de Mubarak son de varias nacionalidades, y subrayó la necesidad de «conocer a los que facilitaron la operación», en referencia, al parecer, a la posibilidad de que otros grupos en Etiopía estén relacionadas con el atentado.

«Egipto tiene varios medios políticos y legales para responder (al atentado), pero estamos esperando los resultados de las investigaciones», reiteró Al Baz, y agregó que su país puede ejercer presiones a nivel internacional para obligar a Sudán a cambiar su política.

Egipto y Sudán - según fuentes occidentales - tienen una frontera en estado de «alerta roja» y se teme una acción bélica en cualquier momento.

El consejero presidencial acusó al régimen de Bashir, apoyado por el Frente Nacional Islámico (FNI), que dirige Hasán Turabi, de acoger a extremistas armados y de «tener en Sudán campos de entrenamiento de terroristas».

Al Baz advirtió a algunos países occidentales de la gravedad de «acoger a terroristas bajo pretexto de protección de los derechos humanos».

Se refería así a 20 radicales islámicos reclamados por la justicia en Egipto que residen en el extranjero, y algunos de estos extremistas, entre ellos Aiman AL Zauahri, líder del grupo armado Talae Al Fatah (Vanguardias de la Conquista), gozan del asilo político en algunos países occidentales.

Al Baz lamentó «la actitud de estos países occidentales amigos», y se preguntó: «¿Dónde están los derechos humanos en Bosnia-Herzegovina y en otros sitios».

«Estos países, bajo el pretexto de proteger los derechos humanos, acogen a extremistas que amenazan la seguridad nacional de Egipto y cometen acción ilegales», subrayó Al Baz.

9509061

02

La templanza no es debilidad



Hosni Mubarak

Tan grandes son las variaciones entre las diversas sociedades que es difícil encontrar formas específicas de conducta social que sean uniformes. Es más sencillo identificar formas de conducta no social. Ejemplo: la corrupción y la violencia. LaNo 2-7-95

El poder desestabilizador de la violencia se torna evidente en cualquier sociedad donde se produzca. A partir del atentado sufrido por el presidente de Egipto, Hosni Mubarak, el último lunes en Addis Abeba, se ha producido una serie de hechos violentos que ponen en peligro las relaciones entre ese país y Sudán.

Egipto culpa al régimen sudanés de ser promotor del atentado. A partir de ese hecho, que instaló la desconfianza entre los dos países, las medidas adoptadas por ambos hacen temer una peligrosa crisis. Los gobiernos de Khartum y El Cairo han desencadenado una serie de actitudes violentas que incluyen expulsiones, enfrentamientos y movilizaciones de tropas.

Informaciones nada tranquilizadoras que provienen de Khartum aseguran que los comités populares sudaneses están estudiando la posibilidad de dirigir a la población un llamado a las armas, ante el aumento de las "provocaciones y mentiras" egipcias.

Beligerantes declaraciones

El vocero de las fuerzas armadas sudanesas, general Mohamed Bashir Suleimán, precisó que los movimientos de tropas egipcias en la frontera incluyen unidades de infantería mecanizada y de fuerzas aerotransportadas. En beligerantes declaraciones, prometió "permanecer en nuestras trincheras, cueste lo que costare y convertir la frontera en un cementerio", en caso de un ataque egipcio.

Los medios de comunicación de Egipto, lanzados a una campaña de apoyo sin precedentes a Mubarak, se hacen eco de las acusaciones formuladas por el gobierno contra Sudán, cuyo régimen, aseguran, es el principal soporte del terrorismo.

Repiten con insistencia, también, una declaración hecha por el presidente Mubarak, donde distingue entre "el pueblo hermano de Sudán" y el régimen del general Omar Hasan Al Bashir –que cuenta con el apoyo del integrista Frente Nacional Islámico–, al que acusan de prácticas equivocadas contra los países vecinos, al proteger a elementos terroristas.

El presidente egipcio anunció la detención, en Etiopía, del extremista sudanés, Mohamed Sarag, quien habría organizado el atentado. Sus afirmaciones al respecto se basan en la información aportada por las autoridades etíopes, que han identificado a Sarag como el encargado de alquilar una casa usada por el comando terrorista que atacó a Mubarak.

Pedido de reconsideración

Khartum ha pedido a El Cairo que reconsidere sus acusaciones contra Sudán y se maneje con "razón y prudencia, en vez de adoptar una política de hostilidad contra Sudán". Mubarak, lejos de acceder a ese pedido, endureció el tono de sus discursos y amenazó con "tomar medidas".

En la capital egipcia se suceden las manifestaciones de solidaridad con el presidente y aumenta el tono belicoso contra Sudán.

Un hecho violento, de las características del atentado sufrido por el jefe de Estado egipcio, instala una desconfianza y un temor difíciles de zanjar, que se manifiestan tanto en la desmesura de las declaraciones del general sudanés como en las aseveraciones del presidente egipcio, que han exacerbado a la opinión pública de su país.

La tentación de los gobiernos de "usar" políticamente los hechos violentos para cosechar apoyos que alivien su situación interna produce un cuadro complejo que aumenta las tensiones desencadenadas por la violencia.

El terrorismo, de cualquier signo, es uno de los males mayores que debemos enfrentar en las postrimerías del siglo. En la lucha contra este flagelo hay que conservar la mente equilibrada, distante de los apresuramientos.

Fernando D'Amen

En su país, el presidente egipcio Hosni Mubarak se bate a duelo con grupos integristas, inestabilidad social y acusaciones de corrupción. En lo internacional, actúa de anfitrión del proceso de paz de Oriente Medio. Pero pocas tareas le insumen tanto esfuerzo como mantenerse vivo.

950906> 04\04

El primer mandatario egipcio, Hosni Mubarak.

Morir mil veces

CON su habitual desenvoltura en medio de las tormentas, el presidente Hosni Mubarak escapó de su sexto atentado el lunes último, inmediatamente voló a El Cairo y se presentó ante la prensa para describir el tiroteo, sin que una arruga de su traje delatara el incidente. La secuencia resulta tan precisa que parece toda una declaración de estilo. Más allá de la trivialidad ilusoria que instala cualquier repetición de un mismo hecho –el tercer atentado efectivo, además de por lo menos otros tres conjurados a tiempo–, a los 67 años el presidente egipcio debe convivir con sus escasas chances de morir apaciblemente de vejez. El presidente ha señalado con el dedo al gobierno de Sudán como instigador del atentado, pero los observadores occidentales prefieren barajar la variable más clásica de los grupos integristas islámicos que lo enfrentan en su propio país. ¿Cómo es ese hombre que se esconde detrás de la silueta de tiro?

Hosni Mubarak nació en la provincia de Menufia, en el Delta del Nilo, y siempre fue conocido como un hombre taciturno, de pocas palabras pero certeras. Con un entrenamiento en la Unión Soviética, como todos los pilotos egipcios de la década del 70, su rutilante carrera aeronáutica lo instaló en la arena política a los cuarenta años. Tras desempeñarse como director de la Academia de la Fuerza Aérea durante la guerra de 1967, fue nombrado jefe del Estado Mayor en 1969. Con algo de ese aire de galán a la egipcia que popularizó el actor Omar Sharif, casado con una estudiante de la Universidad americana de El Cairo y padre de dos hijos varones, Mubarak pasó al cargo de jefe del Estado Mayor tres años más tarde. Era conocido por entonces como "el más aguerrido de los oficiales del mando aéreo", rango legendario que puso a prueba en la ofensiva aérea durante la derrota egipcia de Yom Kipur, frente a Israel, en 1973. Desde entonces, Mubarak tuvo todo el respaldo del entonces presidente Anuar Sadat, quien vio en él al modelo de una nueva generación de militares con un gran conocimiento tecnológico. En abril de 1975, lo nombraba vicepresidente, convirtiéndolo en su delfín. La decisión de Sadat de hecho repetía el esquema de su propia sucesión: vicepresidente de Gamal Abdel Nasser, Sadat había asumido al fallecer aquel súbitamente, en el año 70.

> "Esta es la primera vez que los enemigos de Mubarak atentan contra su vida en el extranjero. ¿Se cierra el cerco sobre el presidente?"

2/7/95
CLARIN

04-04

Squash y diplomacia

Al asumir como presidente, tras el asesinato de Sadat, el 6 de octubre de 1981, ya eran conocidas su puntualidad a toda prueba, su voracidad de lector y sus dotes en la cancha de squash, que practicó siempre mientras los egipcios acatan el mandato de la siesta. Pero a principios de la década del 80 no gozaba de la simpatía de la prensa occidental, que le atribuía ambigüedad en una región polarizada. Nadie podía prever que el militar que peleó contra los israelíes cumpliría el papel de genuino propiciador de la paz en la región al favorecer como anfitrión las negociaciones entre israelíes, palestinos y sirios.

Con el ejercicio de mando, su estilo despojado de opiniones contundentes se tradujo en una silenciosa mano dura en los asuntos internos. Es en el campo del Islam donde Mubarak enfrenta a quienes ponen límites materiales a su mandato. Existen actualmente tres grandes grupos integristas egipcios que le han declarado la guerra: la Jihad Islámica, autora del asesinato de Sadat, la Asamblea Islámica y el grupo Vanguardia de la Conquista, estos dos últimos escisiones de la primera. Frente a la amenaza de los grupos integristas, en diciembre de 1992, el presidente dispuso que los casos en los que estuvieran implicados sediciosos musulmanes fueran remitidos a tribunales militares: bajo la corte marcial, los condenados no pueden apelar la sentencia. Mientras el gobierno declara a 15 integristas ejecutados, distintas organizaciones de derechos humanos, como Amnesty International, señalan que la cifra exacta supera los 50 en los tres últimos años. También estiman en 50.000 la cifra de detenidos.

Mubarak gobierna un país potencialmente inestable, con graves problemas de corrupción y un contraste social que se agudiza cada año. Pocos días antes del atentado, el gobierno presionaba para que el Parlamento aprobase una nueva ley de prensa, que sancionara a quien "menoscabe a funcionarios de gobierno y las instituciones". En los últimos meses, algunos diarios han publicado informes que abren sospechas de corrupción sobre los hijos del presidente.

Hay que reconocer que una de sus principales tareas políticas ha sido la mera supervivencia, y la astucia para eludir la tradición de su país. El presidente Nasser, artífice del Estado egipcio moderno, fue herido en el brazo mientras pronunciaba un discurso en Alejandría, un balazo que no logró interrumpirlo. Sadat tuvo menos suerte. Esta es la primera vez que los enemigos de Mubarak lo amenazan en el extranjero. Acaso el cerco violento que siempre ha eludido se esté volviendo más estrecho.

En la letra, Egipto es una democracia multipartidaria, pero desde que un levantamiento destronó al rey Faruk, en 1952, el poder ha recaído en manos de militares: el general Nasser y Sadat también lo fueron. Hace dos años, Mubarak fue elegido por el Parlamento para su tercer mandato de seis años.

Como la democracia egipcia no contempla el voto directo, no hay un modo preciso de medir la popularidad exacta del presidente. Miles de manifestantes festejaron el lunes frente al Palacio de Qubba la inmunidad de Mubarak; sin embargo, la multitud regresó a casa en micros alquilados. Algunos entienden que las adhesiones obedecen tanto al cariño como al temor de que un atentado deje al Estado acéfalo. Dueño de un estilo personalista, el presidente no ha designado a un vice en estos catorce años; por no encontrar al funcionario idóneo, según sus propias palabras. Tal vez esto obedezca a la voluntad de no quebrar una cábala: no tener sucesor parece haberlo hecho inmortal.

950906

Matilde Sánchez

9509062

Firman convenio entre EGIPTO/URUGUAY.

EL PAIS

24-07

– 11876

– 65841 6 5074664

– 11164

– 11399

Firman Convenio con Egipto



Una delegación egipcia de alto nivel, encabezada por el Subsecretario para las Américas del Ministerio de Relaciones Exteriores de Egipto, Embajador Ihab Wahbal arribó ayer a nuestro país.

Acompañan al embajador un representante del Departamento de Asuntos Sudamericanos del Ministerio de Relaciones Exteriores y por el director del Departamento para las Américas del Ministerio de Economía y Comercio Exterior y tres representantes del sector privado de los rubros cemento, vestimenta y medicamentos de uso veterinario.

La mencionada delegación mantendrá contactos a nivel político, comercial y cultural y se firmarán varios acuerdos.

FIRMAN ACUERDO

Hoy en los salones de la Cámara Nacional de Comercio se firmará un Acuerdo de Cooperación entre esa institución y la Federación de Cámaras de Comercio Egipcias.

El Dr. Alfonso Varela Fernández en representación de la entidad anfitriona y Adel Mohamed Kamel, Ministro Pluripotenciario Comercial por la Federación, sentarán las bases de un relacionamiento entre ambas instituciones con el objetivo de incrementar y expandir el comercio entre los dos países.

Para ello, las instituciones se comprometen a intercambiar información, brindar asistencia a los empresarios en viaje de negocios al otro país, cooperación en ferias comerciales, exhibiciones y exposiciones y el apoyo a delegaciones y misiones.

Este Acuerdo es el primero que la Cámara Nacional de Comercio firma con entidades empresariales de un país africano.

Mejorará Comercio Bilateral con Egipto

El comercio bilateral de Uruguay con Egipto puede alcanzar un mayor desarrollo a través de la gestión coordinada del sector privado. Productos como mármoles, granitos, aceites comestibles y ovinos en pie son rubros que nuestro país podría colocar con mayor fluidez en el mercado egipcio.

La Cámara Nacional de Comercio y la Fedaración de Cámaras de Comercio Egipcias suscribieron ayer un convenio para intensificar el intercambio de información y la corriente comercial entre las dos naciones. También se incluyen cláusulas por las cuales, las respectivas instituciones facilitarán a los empresarios que visiten cada país las gestiones que deban realizar para explotar oportunidades comerciales, así como para presentar sus productos en ferias y exposiciones o promover la gestión de misiones comerciales. 25/7 EL PAIS

Actualmente, el intercambio de mercaderías entre estos dos países es muy reducido, no llegando a los 500 mil dólares sumando exportaciones e importaciones y el saldo de la balanza favorece al país africano.

La delegación empresarial vino a Uruguay acompañada por el Subsecretario para las Américas del Ministerio de Relaciones Exteriores de Egipto, Embajador Ihab Wahba. El convenio fue rubricado por Alfonso Varela Fernández por la CNC y por Abdel Mohamed Kamel por la Federación.

9509063
Fecha nacional de EGIPTO.
EL PAIS
26-07
— 11876
— 65841

FECHA NACIONAL EGIPCIA

Desde que el 26 de julio de 1952 fuera destronado el rey Farouk I —dando lugar a la instauración de la República Arabe de Egipto— muchos importantes acontecimientos se desarrollaron en el milenario país del Nilo a través de Nagib, Nasser, Sadat y Mubarak, sus sucesivos Jefes de Estado.

Una somera enunciación de algunos de esos hechos muestra cómo Egipto dirige sus esfuerzos a sobreponerse a un pasado de sujeción y de colonialismo y los encauza a lograr el lugar que legítimamente le corresponde en el concierto mundial de naciones.

Veamos la evolución de los mismos en las últimas cuatro décadas:

—Reforma agraria.

—Nacionalización del Canal de Suez y guerra contra Francia, Gran Bretaña e Israel, a propósito de la misma.

—Proclamación de la República Arabe Unida (Egipto y Siria), de efímera existencia.

—Guerra de los Seis Días contra Israel.

—Acercamiento y colaboración con la Unión Soviética, traducida en ayuda alimentaria, en la construcción de la enorme represa de Assuán y en la presencia de asesores militares soviéticos.

—Rechazo de la anterior cooperación, manifestado a través de la disolución del Partido Comunista Egipcio, en la expulsión de diez mil asesores militares de Moscú y en la renuncia al Tratado de Amistad y Cooperación.

—Nueva guerra (1973) contra Israel.

—Histórica y valiente decisión del presidente Sadat de visitar Jerusalem y de firmar un Tratado de Paz con Israel, base del revolucionario cambio en las relaciones internacionales de la conflictiva región del Cercano Oriente.

—Asesinato del presidente Sadat por parte de fundamentalistas islámicos.

—Su sucesor, el actual presidente Mubarak, mantiene la política de acercamiento con Jerusalem y de defensa de los intereses históricos de Egipto (obtiene la devolución del ocupado Sinaí y de otros puntos) y, a pesar de la oposición inicial, su país es readmitido en las Conferencias Islámicas logrando, así, la consolidación en ellas de la política pacifista y estabilizadora para el C. Oriente. 26/7/95 El País.

—Finalmente, el reconocimiento universal le llega a Egipto en la persona de su egregio ciudadano, el Dr. Boutros Ghali, designado Secretario General de las Naciones Unidas, primer árabe, primer egipcio y primer africano que es objeto de tan alta distinción.

Esta positiva evolución ha transformado al pueblo y al gobierno de Egipto en factores fundamentales para sentar las bases de la paz y, por consiguiente, del progreso de una región cuyos complejos problemas sólo pueden solucionarse aunando la voluntad y la inteligencia de todos sus grandes protagonistas.

En la Fecha Nacional de Egipto, rendimos nuestro homenaje a sus sueños y a sus realizaciones, a su pasado y a su porvenir.

9509063

01-01

Reconciliación de Iglesias en China

Pekín.- A pocos meses del llamado a la reconciliación realizado por el Papa Juan Pablo II a la Iglesia China, el Presidente de la Conferencia Episcopal de la Iglesia "patriótica", desvinculada por razones políticas con la Santa Sede, acaba de anunciar que la [illegible]na está "pronta a reconciliarse con la Iglesia Católica "clandestina".

La Iglesia **"patriótica"** o reconocida por el Gobierno comunista **"está pronta a reconciliarse"** con la Iglesia Católica **"clandestina"** o no reconocida por las autoridades de Pekín. **"Ambas facciones pertenecen a la única Iglesia".** Así lo ha afirmado el Presidente de la Conferencia Episcopal de la Iglesia "patriótica", Monseñor Joseph Zong Huaide, quien ha subrayado que el Papa Juan Pablo II solicitó tal reconciliación en el mensaje que desde Manila dirigió a los católicos chinos el pasado mes de enero. Indicó, además, que había mantenido conversaciones con los obispos "clandestinos" y que en las mismas había quedado claro para ambas partes que las diferencias son de índole política y no dogmáticas. **"No somos opuestos a la Iglesia clandestina. Somos una única Iglesia"**, dijo.

Comentó, igualmente, que la Iglesia "patriótica" reconoce la autoridad del Papa y reza diariamente por él.



El pasado mes de enero, en Manila, Juan Pablo II solicitó la reconciliación de la Iglesia "clandestina" con la Iglesia "patriótica" china, desvinculada de la Santa Sede por razones políticas.

Jóvenes de la Iglesia "patriótica" junto al Papa

Por su parte, un joven perteneciente a la Iglesia "patriótica" que formó parte de la delegación oficial de Pekín en la pasada Jornada Mundial de la Juventud en Manila expresó: "Para nosotros fue una muy extraordinaria experiencia. Si no hubiéramos venido, nunca hubiésemos podido comprobar la influencia espiritual y la popularidad del Papa. Una cosa es ver su fotografía y otra muy distinta es verle a él directamente rodeado de cuatro millones de personas. **Es una verdadera lástima que nuestro gobierno, por razones políticas, no nos permita tener contacto con la Santa Sede.** Pero las cosas cambiarán dentro de poco".

Con respecto a la misa concelebrada por sacerdotes de China Continental y por obispos y sacerdotes de Taiwan, Hong Kong, Filipinas, Malasia y Singapur, el delegado confesó que como "católico chino" se sintió "muy reconfortado durante la misa. El canto masivo del Padre Nuestro fue maravilloso, **y cuando en el momento de darnos la paz, los católicos de Taiwan vinieron a abrazarnos, se me llenaron los ojos de lágrimas.** Realmente fue una misa curativa".

Lunes 3 de julio de 1995 **La República**

Partidos políticos y sistema democrático de China

Xie Rumao

En China, además del Partido Comunista de China (PCCH), existen ocho partidos democráticos. Desde su fundación, ellos establecieron relaciones de cooperación en distintos grados con el PCCH y las profundizaron en las luchas contra las agresiones imperialistas y por la democracia popular.

Estos partidos son:

1. Comité Revolucionario del Guomindang de China. Se fundó en Hong Kong el 1° de enero de 1948 p[illegible] el grupo democrático en el seno del [illegible]omindang. Cuenta con más [illegible]4.000 integrantes.

2. Liga Democrática de China. Se estableció clandestinamente en Chongqing en marzo de 1941. Los 11.000 miembros que tiene ahora son, en su mayoría, intelectuales de las capas media y superior de los círculos culturales y educacionales.

3. Asociación para la Construcción Democrática de China. Se fundó también en Chongqing, en 1945. Cuenta con 58.000 militantes.

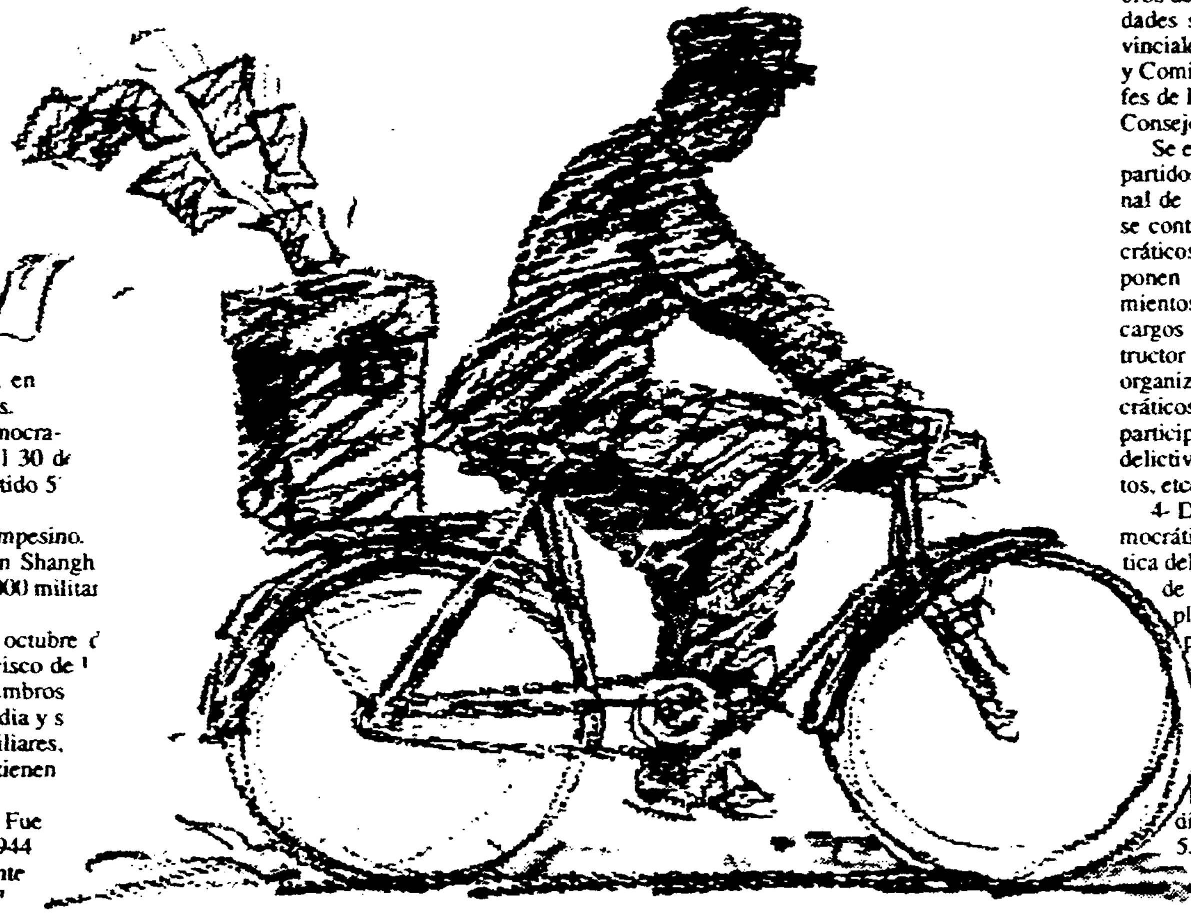
4. Asociación China por la Democracia. Fue instaurada en Shanghai el 30 de diciembre de 1945. Militan en el partido 5[illegible] personas.

5. Partido Democrático de Campesinos Obreros de China. Fue fundado en Shanghai en agosto de 1930. Cuenta con 52.000 militantes.

6. Zhigongdang de China. En octubre de 1925 fue establecido en San Francisco de [illegible] Estados Unidos. Sus 12.000 miembros chinos de ultramar de las capas media y superior, retornados a la patria, sus familiares, y personajes representativos que tienen [illegible]ciones con el exterior.

7. Sociedad "3 de Septiembre". Fue creada en Chongqing a fines de 1944. Tiene 53.000 militantes que son intelectuales de media y alta categoría de [illegible] círculos científicos y técnicos.

8. Liga para la Democracia y la Autonomía de Taiwan. Se fundó en noviembre de 1947 en Shangai. Está integrada por personalidades originarias de Taiwan pero residentes en la parte continental, en su mayoría profesores, médicos, investigadores, ingenieros y cuadros dirigentes de órganos gubernamentales y agrupa a más de 1.300 militantes.



El sistema de partidos políticos en China es de cooperación multipartidista y de consultas políticas bajo la dirección del PCCH. Ese sistema se formó durante un largo período y constituye un sistema político fundamental de China.

La cooperación multipartidista de China se presenta en las siguientes formas:

1- Cooperación y consulta entre el PCCH y los partidos democráticos. Este tipo de cooperación y consulta tiene tres formas primordiales: 1) Los principales dirigentes del Comité Central del PCCH invitan a los dirigentes de los partidos democráticos y a los demócratas sin partido a celebrar reunión de consulta democrática para intercambiar opiniones sobre una política o decisión importantes que va a formular el CC del PCCH. 2) Los principales dirigentes del CC del PCCH invitan, a plazo no fijo, a los dirigentes de estos partidos y a los demócratas sin partido a una conversación confidente, de capa superior y en esfera limitada, para departir libremente, intercambiar puntos de vista y pedir sus opiniones sobre cuestiones de interés común. 3) El CC del PCCH convoca a los partidos democráticos y a las personalidades sin filiación partidista a foros para informar de la situación, intercambiar ideas, escuchar sugerencias políticas sobre documentos o discutir algunos temas especiales.

2- Poner en juego el papel de los miembros de los partidos democráticos y los demócratas sin partidos en las asambleas populares. Por ejemplo, de los 2.978 diputados a la 1ª Sesión de la VIII Asamblea Popular Nacional celebrada en marzo de 1993, 572 eran de los partidos democráticos y demócratas sin partido, que representaban el 19,2%; de los 155 miembros del Comité Permanente, 49 son miebros de los mismos partidos o demócratas sin filiación partidista, representando el 31,6% del total; de los 19 vicepresidentes 9 provienen de entre los partidos democráticos y demócratas sin partido. Mediante sus actividades en las asambleas populares, reflejan la voluntad del pueblo, participan en la toma de decisiones significativas del Estado, elaboran las leyes y supervisan al gobierno.

3- Recomendar a miembros de los partidos democráticos y personalidades sin partido para los cargos directivos de los gobiernos y órganos judiciales de los diversos niveles. Ya a comienzos de la fundación de la RPCH, un contingente de responsables de los partidos democráticos y personalidades sin partido fueron elegidos a cargos directivos del Gobierno Popular Central y de los gobiernos populares locales de los diversos niveles. En los últimos años se ha dado un nuevo desarrollo: Rong Yiren, presidente Honorario de la Federación Nacional de Industriales y Comerciantes de China y miembro de la Asociación para la Construcción Democrática de China, ha sido elegido vicepresidente de la RPCH; Duanmu Zheng, miembro permanente del Comité Central de la Liga Democrática de China, ha asumido el cargo de vicepresidente del Tribunal Popular Supremo y Wang Wenyuan, vicepresidente del Comité Central de la Sociedad "3 de Septiembre", es ahora vicefiscal general de la Fiscalía Popular Suprema. Otros 28 miembros de los partidos democráticos y personalidades sin partido son subgobernadores provinciales, titulares adjuntos de los Ministerios y Comisiones del Consejo de Estado, y subjefes de los burós directamente subordinados al Consejo de Estado.

Se estableció el sistema de denuncia en los partidos democráticos y la Federación Nacional de Industriales y Comerciantes de China; se contratan miembros de los partidos democráticos y personalidades sin partido que disponen de condiciones adecuadas y conocimientos especializados para que tomen los cargos de supervisor, inspector, auditor e instructor especialmente invitados; se absorben y organizan a miembros de los partidos democráticos y personalidades sin partido para que participen en la investigación sobre los casos delictivos graves, la examinación de impuestos, etcétera.

4- Desplegar la función de los partidos democráticos en la Conferencia Consultiva Política del Pueblo Chino. Esta es la organización de frente único patriótico con mayor amplitud del pueblo chino. Sus funciones primordiales consisten en la consulta política, la supervisión democrática, y en la organización a los diversos partidos, agrupaciones sociales y personalidades de las minorías nacionales y de los diversos círculos integrantes de la Conferencia para que tomen parte y discutan los asuntos políticos.

5. Apoyar la participación de los partidos democráticos en la construcción y la práctica de la reforma. Tan sólo en 1993, estos partidos plantearon al CC del PCCH y al Consejo de Estado importantísimas propuestas en 18 terrenos. Ellos realizan investigaciones y estudios al servicio de la reforma y la construcción, y adquieren el respaldo del CC del PCCH, el Consejo de Estado y los respectivos departamentos.

El sistema de cooperación multipartidista y de consulta política bajo la dirección del PCCH, es parte componente del régimen democrático socialista de China. En el camino de la reforma y la apertura, y por el desenvolvimiento económico y la construcción de un socialismo en peculiaridades chinas, ese sistema será desarrollado y perfeccionado de manera constante y desempeñará un papel aún más importante.

Xie Rumao
es el embajador de la República Popular de China en Uruguay

Miércoles 5 de julio de 1995

China descubre que lo grande es bello

Por Joseph Kahn
(Redactor de The Wall Street Journal)

SHANGHAI, China — Zheng Dunxun, presidente de Sinochem, la mayor compañía china, cree que el gigante de US$15.000 millones tiene un problema: es demasiado pequeña.

"Debemos diversificarnos en todas las áreas y con mucha rapidez para competir", dice. El gallardo y canoso ejecutivo trabajó en una época en la embajada china en Tokio. Ahora convierte a Sinochem en la primera *sogoshosha* china, un enorme grupo comercial, industrial y financiero de carácter internacional al estilo japonés. "Todavía no podemos alcanzar a Mitsubishi, pero trabajamos en esa dirección", promete.

Mientras las compañías de las Américas y Europa hablan de agilidad y recortes, las incipientes multinacionales chinas insisten en la belleza de lo grande. Dicen que China necesita más conglomerados, conocidos en la prensa china como "portaaviones", con una amplia gama de negocios y mercados mundiales. Estas compañías ya han comenzado a definir el panorama industrial y de la competencia para las empresas extranjeras que tienen la esperanza de irrumpir en el mercado chino.



Christopher Bing

Los "pesos pesados"

EMPRESAS	INGRESOS DE 1994 (miles de mill.)	GANANCIAS DE 1994 (millones)	PRINCIPALES NEGOCIOS	PRINCIPAL EXTRANJERO
China National Chemicals Import & Export Corp. (Sinochem)	$14,98	$602	Venta/procesamiento de petróleo y productos químicos	Total (Francia); Coastal Corp. (EE.UU.)
Shanghai Automotive Industry Corp. (Saic)	4,33	481	Fabricante de autos	Volkswagen (Alemania)
Shanghai Video & Audio Electronics Co. (SVA)	0,47	13	Fabricación y venta de electrónica de consumo	Sony, Sharp y JVC (Japón); GM-Hughes (EE.UU.)
Bank of China	—	1.130*	Banca comercial y de inversiones	
China International Trust & Investment Corp. (Citic)	0.52	45,6	Banca de inversiones e inversión inmobiliaria	Bechtel Group (EE.UU.); Cathay Pacific Airways (Hong Kong)
Capital Iron & Steel Corp. (Shougang)	1,61	385	Producción y venta de acero y hierro	Cheung Kong Holdings (Hong Kong)

*Información de 1993
Fuentes: informes de las compañías y Bankers Trust

Pequeñas firmas privadas y grandes monopolios estatales por igual se apresuran a convertirse en "grupos" que vinculan empresas que no comparten mucho más que la alta gerencia. Los grandes grupos, a menudo dirigidos por ex funcionarios, tienen acceso fácil a la financiación, a la cotización en bolsa y a las áreas de la industria y el comercio vedadas para otros.

Shanghai, el centro comercial e industrial del país, espera que sus grupos compitan en la esfera internacional. Para 1997 la ciudad planea fusionar suficientes compañías como para formar 10 grupos, cada uno con ventas anuales mínimas de US$1.200 millones. Entre ellos están Shanghai Automobile Industry Corp. y Shanghai Video & Audio Electronics Co. "Los grandes grupos son poderosos y toman decisiones por su cuenta", dice Lu Ji'an, presidente del directorio de Shanghai Auto, el mayor consorcio chino en términos de ventas.

La jerarquía empresarial china está liderada por un puñado de comercializadoras a nivel nacional que planean seguir los pasos de Sinochem, conocida formalmente como China National Chemicals Import & Export Corp., en la formación de una *sogoshosha.* China National Metals & Minerals Import & Export Corp., o Minmetals, y China National Cereals & Oils Import & Export Corp., o Ceroils, se consideran las principales rivales y han reforzado su presencia internacional.

"No hay duda que la palabra operativa es 'grande'", dice Robert C. Broadfoot, de Political & Economic Risk Consultancy Ltd., firma asesora de Hong Kong. La duda es si los grupos constituirán más que la suma de sus partes. "Algunos [de los nuevos grupos] se ven formidables". Otros son sólo el cascarón", dice Broadfoot.

Detrás de la presión para consolidar se oculta la preocupación de que el rápido crecimiento de China haya dado lugar a pocas compañías que puedan considerarse de categoría nacional y mucho menos multinacional. El Banco de China, el banco de cambio de divisas del país, y China International Trust & Investment Corp., Citic, un banco de inversiones, son ampliamente conocidos. Pero es posible que sean los únicos. El productor promedio de cerveza o electrónica de consumo es afortunado si logra controlar una provincia. Muy pocas personas conocen los 130 fabricantes de autos y camiones de China.

De hecho, las mayores empresas chinas la han pasado mal a medida que los enérgicos competidores, tanto locales como internacionales, se lanzan de lleno sobre los nuevos mercados. Lo que es más, la campaña de China por incorporarse a la Organización Mundial de Comercio ha provocado temor a un nuevo ataque desde el extranjero que devore a los *dinosaurios* estatales del país. Pero en Japón, señala Qiu Xichun, jefe de investigaciones del Ministerio de Comercio Exterior y Cooperación Económica, los conglomerados industriales como los grupos Mitsui y Mitsubishi han resistido la competencia del extranjero. "China debe seguir el modelo japonés", dice.

Dado los éxitos pasados de Japón, eso podría ser una mala noticia para Occidente. Pero los analistas dicen que el actual sistema comercial, dominado por oligopolios y burócratas, es tan impenetrable que prácticamente no reciben ningún cambio de buena gana. "Lo único que no queremos es que nada cambie", dice un diplomático occidental.

Ninguna empresa refleja mejor la ambición de las empresas chinas que Sinochem, que según la revista *Fortune* ya ocupa el lugar 26 entre las mayores del mundo. Su programa de diversificación nació de la necesidad. Originalmente era un feudo bajo el control de altos funcionarios de los sectores comercial y petrolero, pero hace poco Sinochem cedió su monopolio. Los burócratas de otros feudos, como el comercio interior y el transporte, no permitieron que Sinochem entrara a sus cotos. Despojada de su prebenda, Sinochem cree que puede fortalecerse mediante la diversificación y la expansión. "Ahora podemos combatir el provincialismo de todo tipo", dice Zheng.

Su medida más conspicua fue la compra de un banco, el ex departamento de crédito del Ministerio de Comercio Exterior, al que planea inyectar US$200 millones como capital inicial. También estableció una línea de flete marítimo con una capacidad de medio millón de toneladas y un servicio de flete fluvial. Además prepara una cadena de tiendas y ha invertido US$1.000 millones en proyectos industriales tanto en China como en otros países, principalmente en productos del petróleo y fertilizantes químicos. La compañía incluso inauguró un estudio de cine en Shanghai.

La expansión internacional comienza a dar resultados. El año pasado la empresa generó casi la mitad de su facturación —unos US$6.700 millones— en el extranjero, fundamentalmente en iniciativas en petróleo y productos químicos. El primer lanzamiento a bolsa de Sinochem también será en el extranjero, dijo Zheng.

9509067
Reformas económicas en CHINA.
LA REPUBLICA
13-07
11876 /
507638 /
11161 /

La República Jueves 13 de julio de 1995

Renunció el "zar económico" que gobernaba el Banco Central y uno de los impulsores de los cambios

China continúa sus reformas económicas

La reciente renuncia de Zhu Rongji -fuerte dirigente del Partido Comunista Chino- al cargo de gobernador del Banco Central, no parece indicar ninguna desviación en la línea que orienta las reformas económicas en China.

Pekín,
por Carlos Trigoso



El presidente chino, Jiang Zemin, durante una gira por Europa en donde intenta continuar incrementando el comercio y el intercambio económico.

■ Desde su ingreso a esa alta función en el Banco Central (cuyo nombre oficial es Banco Popular de China) en 1993, Zhu fue mencionado como el "zar económico" del país. Fue el inspirador de la campaña contra los especuladores y las operaciones dudosas entre bancos, que habían desordenado el sistema financiero.

No obstante, su salida del Banco Central a principios de este mes no ha modificado el consenso político en que apoyó su gestión.

Ademas, Zhu continúa siendo un poderoso miembro del politburó, encargado de los asuntos económicos.

Durante su permanencia en el Banco, Zhu puso freno al calentamiento de la economía como forma de controlar la inflación.

Las medidas redujeron la inflación pero no la dominaron, pues aún continúa en la tasa de 15 por ciento anual.

Tanto Zhu como otros economistas del gobierno sabían que una de las fuerzas inflacionarias en China es el sector estatal, cuyas endeudadas y deficitarias empresas son financiadas en gran parte por emisión y préstamos.

Un reciente estudio oficial sobre la situación de 124.000 empresas públicas demostró que todas ellas estan técnicamente en bancarrota. Sin embargo, el gobierno no puede prescindir de ellas sin crear una enorme desocupación.

La renuncia de Zhu no implica un cambio en la estrategia económica ni en la política financiera. De hecho significa una prolongación de su propia receta, que consiste en restringir la oferta monetaria para detener la inflación.

"El Banco Central debe reforzar el control de la circulación de moneda y retirar tanto efectivo como sea posible", advirtió el **Diario Económico** de Pekín la semana pasada.

La asombrosa expansión del dinero circulante entre 1985 y 1994, y especialmente entre 1992 y 1994, sugiere cuales han sido las causas de la inflación en China.

De una oferta monetaria que en 1986 se situaba en 121.840 millones de yuanes (15.000 millones de dolares), China elevó el circulante 500 por ciento en el período de ocho años, llegando a 730.060 millones de yuanes en 1994.

Los analistas económicos son propensos a dejarse cegar por las inversiones extranjeras, a las que consideran el logró más brillante de la política de liberalización económica inaugurada en 1978.

La integración de la economía china al mercado mundial fue rápida desde aquel momento. El comercio exterior, que en 1978 representaba menos de cinco por ciento del Producto Nacional Bruto, en 1994 ya fue superior a 40 por ciento del PNB.

Las exportaciones crecieron de 17.000 millones a 240.000 millones de yuanes en el mismo período. Los expertos advierten, no obstante, que esta explosión de la economía no se refleja únicamente en el comercio exterior y en las inversiones extranjeras, sino también en el menos conocido y raramente mencionado crecimiento del comercio interno. Entre las primeras consecuencias de las reformas se encuentra el surgimiento de nuevos mercados de consumo en las áreas rurales, debido a la creación de un gran número de empleos no vinculados directamente al trabajo agrario.

De hecho, uno de los aspectos más destacados de la modernización ha sido el incremento de 350 por ciento en el transporte interior de mercancías.

Este enorme desarrollo comercial se debió a la preexistencia de una enorme demanda contenida, que la planificación central de la economía mantenía encerrada en las respectivas provincias, con prohibición de intercambios entre ellas.

Si bien ha sido importante la contribución de la inversión extranjera, muy poco de la expansión del mercado interno puede ser explicado por su influencia.

Reclaman la liberación del activista Wu

Washington

■ El secretario de Estado, Warren Christopher, pidió la inmediata liberación del activista de Derechos Humanos chino estadounidense Harry Wu, detenido en China bajo la acusación de espionaje. Christopher habló poco después de recibir un llamado de la esposa de Wu para que Estados Unidos ejerza su influencia y obtenga la liberación de su marido.

El secretario opinó que la liberación del disidente favorecería las ya de por sí difíciles relaciones entre China y Estados Unidos.

Aseguró además que un abogado elegido por Wu se encargará de su defensa "lo más pronto posible".

Wu, que acusó a China de vender en el mercado mundial los órganos de los condenados a muerte, fue arrestado el 19 de junio en la frontera entre su país y Kazajstán y actualmente permanece en la ciudad de Wuhan, región central de China. Christopher aseguró a Pekín que el reconocimiento de Vietnam por parte de la administración Clinton, también hoy, no debería ser interpretado como una actitud antichina sino simplemente con una acción que pretende mejorar las relaciones de Estados Unidos con el continente asiático.



El opositor chino Harry Wu está detenido en Pekín.

La sucesión política en China

se erige en un medio potencial para extender su influencia.

Por el otro, cada aspirante también reconoce que, en ausencia de una cultura enraizada en las leyes, es necesario cultivar un apoyo basado sobre vínculos personales. Las coaliciones se formarán tanto entre las burocracias cuanto entre el personal de primera línea en todas las divisiones burocráticas y regionales. En todo caso, la política china se volverá más descentralizada.

Divisiones políticas

Aunque existen ciertas divisiones en materia política entre los sucesores, no son tan profundas como las que había al final de la vida de Mao. Por ejemplo, ya no existe una "banda de los cuatro", y no hay planteos respecto de retornar al maoísmo.

Acaso la principal línea divisoria sea la que existe entre los reformistas conservadores y los grupos más radicalizados. Sin embargo, hay otras líneas divisorias (centro y provincia, rural y urbano, militar y civil) que impiden a los reformistas cristalizarse en dos grandes facciones opositoras.

Los conservadores están concentrados en lo que queda del aparato de la economía planificada y cuentan con una sólida base de apoyo en las empresas de propiedad estatal. Reconocen que China no tiene alternativa excepto continuar con su ritmo acelerado de crecimiento económico, aunque les gustaría reducir el crecimiento de dos dígitos de los últimos tres años al orden del 7 u 8 por ciento. Sostienen además que las empresas estatales constituyen el eje de la economía –subsidian gran parte del resto– y están sujetas a una injusta competencia económica por parte de las compañías vinculadas con el extranjero. Consecuentemente, a los conservadores les gustaría limitar la inversión extranjera y reorientarla hacia proyectos esenciales de infraestructura. También favorecen a los sectores urbanos por encima de los rurales y, de manera coherente, respaldan un precio sostén bajo para los granos. De manera más general, retardarían el ritmo de la comercialización.

Los aliados naturales de los reformistas conservadores se encuentran en el sector socialista tradicional. Este incluye a los ideologistas y a los que podrían ser calificados como "estatistas". No ponen en tela de juicio la política de puertas abiertas *per se*, pero les gustaría ejercer más controles administrativos sobre ella. Su vocero clave es el primer ministro Li Peng.

Herederos de Deng

Los reformistas radicalizados carecen de una base institucional claramente definida. No obstante, tienen un gran poder de convocatoria y cuentan con un apoyo considerable. Pueden presentarse como los verdaderos herederos de Deng y sostienen que si China quiere mantenerse políticamente estable debe conservar un índice elevado de crecimiento económico, y extender aún más su red de comercialización, combinando de ese modo el autoritarismo del Este asiático con el dinamismo económico. La prueba clave será si las reformas son capaces de privatizar la industria estatal. Este desmesurado sector estatal es un agujero negro para el gasto público y obliga al gobierno central a emitir dinero, lo cual genera inflación.

En el centro, los reformistas radicalizados carecen del apoyo del antiguo aparato estatal, pero cuentan con el apoyo de las nuevas organizaciones económicas prorreformistas y orientadas hacia el extranjero. También se benefician con el respaldo del Congreso Nacional del Pueblo, presidido por Qiao Shi, y de la Conferencia Consultiva, al frente de la cual se halla Li Ruihuan.

Quizá más importante aún sea el hecho de que reciban el respaldo

Occidente y el mundo en general acaso no puedan moldear el curso de los acontecimientos en China de una manera deliberada, aunque necesariamente ejercerán influencia en su desarrollo

de las provincias costeras, y muchos de los otros líderes tienen personal interés en dejar totalmente abierta la puerta hacia el exterior. También cuentan con una poderosa base de apoyo en las numerosas pequeñas y medianas empresas y entre los 250 a 400 millones de individuos que aspiran a las clases medias, gran parte de las cuales se hallan a la vanguardia del crecimiento económico del país.

Proceso de negociación

La ausencia de un líder predominante intensificó un proceso de negociación –que comenzó en la era de Deng– entre las organizaciones a través de informales redes personales (y a menudo corruptas). La corrupción es una cuestión potencialmente explosiva en la cual están comprometidos casi todos los líderes y sus familias. Esto podría dejarlos vulnerables frente a los ataques de sus adversarios. Los lazos familiares aumentaron significativamente debido a la mayor recompensa a la lealtad en épocas inciertas cuando las normas legales e institucionales son débiles.

Acaso la principal lucha por el poder incluirá la competencia para conseguir el apoyo de las Fuerzas Armadas y la creación de alianzas y coaliciones con los intereses políticos provinciales.

Aunque debilitado, el centro todavía manipula muchas palancas. El aparato militar y el de seguridad (particularmente el de la Seguridad del Estado) son leales a un Estado unitario y están bien representados en las regiones y provincias sin obligaciones para con los líderes provinciales. La *nomenklatura* o nombramientos principales son determinados en la capital. Pekín ejerce una función importante en una amplia gama de operaciones económicas, particularmente en cuanto a los grandes préstamos externos. Hasta ahora, Pekín demostró que puede ser inflexible en cuestiones de importancia como el controvertido proyecto para la represa Tres Gargantas: ignoró las objeciones locales, no le importó desplazar a más de un millón de personas, y recaudó los fondos para ese emprendimiento colosal.

Descentralización

Pero en el futuro los militares pueden esperar incluso mayores presupuestos, y aquellas provincias que tienden a abastecer más al centro –en contraste con las que están subsidiadas por el centro– pueden esperar que mejore su poder de negociación. En suma, la política china se ha vuelto más descentralizada en la era de la reforma y es improbable que vuelva a centralizarse, particularmente en una era, posterior a Deng, de líderes políticos débiles y divididos.

Bajo estas condiciones más fluidas, continuará la tendencia del Congreso Nacional del Pueblo y de la Conferencia Consultiva de expresar opiniones contrarias y de ejercer una mayor autonomía (en oposición a la independencia). Bien puede esperarse que esos cuerpos presionen en favor de un sistema legal más eficiente y de encontrar apoyo para él entre muchas burocracias centrales que intervienen en la creación de un sistema de control macroeconómico eficaz, incluyendo sistemas bancarios y regímenes impositivos. Podría fomentarse la celebración de elecciones en parlamentos locales como un medio para mantener controlados a los líderes políticos locales y para permitir una mayor participación.

El G7

Occidente y el mundo en general acaso no puedan moldear el curso de los acontecimientos en China de una manera deliberada, aunque necesariamente ejercerán influencia en su desarrollo.

Pero las naciones del Grupo de los Siete tendrán que ajustarse a los múltiples niveles de negociación en sus tratativas con China. No sólo habrá un problema tras otro para persuadir a los chinos de que acaten las normas internacionales según se comprenden en Occidente, sino que las complejas diversidades de la política china se derramarán aún más en la arena internacional.

China se halla en medio de una transición política y económica y, consecuentemente, el *status quo* no se mantendrá. De acuerdo con esto, una coalición sustentada en la negociación será necesaria para evitar un estancamiento perturbador.

El principal criterio favorable en esta transición será si la evolución de China hacia una economía más sustentada en el mercado y hacia un sistema político pluralista podrá ser lograda sin una nueva erupción de violencia como la ocurrida en la plaza de Tiananmen ...

(Traducción de Luis Hugo Pressenda.)

IISS
STRATEGIC COMMENTS

La sucesión política en China

LONDRES (International Institute for Strategic Studies).– Deng Xiaoping y el resto de los padres fundadores de la República Popular de China no consiguieron crear una base institucional para la sucesión del poder político; siguieron, en cambio, la política del padrinazgo.

Consecuentemente, se considera que sus aparentes sucesores fueron promovidos por la predilección de los padrinos revolucionarios y no por sus realizaciones y méritos genuinos. Además, ninguno de los posibles sucesores mantiene sólidos vínculos con las Fuer[illegible]Armadas. Tampoco se revela en ellos la clase de autoridad personal de un Mao o un Deng, que ha sido habitual durante gran parte de los 45 años de existencia de China con su régimen de Partido Comunista.

La muerte de Deng Xiaoping y de la mayoría del resto de los veteranos actualmente en el poder introducirá una nueva era en la política china.

Puesto que no hay un hombre fuerte a la espera de asumir el poder, un grupo de líderes relativamente más débiles maniobrará para colocarse bajo el manto de la conducción colectiva de los siete miembros del Comité Permanente del Politburó.

Sin embargo, también otros harán sentir su influencia. No todos los veteranos han muerto o han perdido capacidad. Yang Shangkun, próximo a cumplir 90 años, todavía muestra su vigor y seguirá gravitando, por lo menos detrás del escenario político, y lo propio harán algunos de los generales retirados.

Entre otros veteranos influyentes figuran el reformista Wan Li y el más conservador Bo Yibo. Sin embargo, la fluidez de las maniobras y rivalidades personales será contenida en primera instancia por el temor de la inestabilidad y el caos tradicionalmente relacionados con la muerte de un gran líder.

Dos tendencias

Ante la ausencia de un líder predominante, es probable que surjan dos tendencias que caracterizarán la política china en el futuro inmediato.

La primera es el realce del significado de las burocracias. La segunda es el tendido de redes de lealtades personales. Estas dos tendencias aparentemente contradictorias en realidad se apoyan entre sí.

Por un lado, cada uno de los principales candidatos al poder dirige una red burocrática clave de autoridad y ejercicio de gobierno que sirve de base de apoyo social y se erige en un medio potencial para extender su influencia.

Por el otro, cada aspirante también reconoce que, en ausencia de una cultura enraizada en las leyes, es necesario cultivar un apoyo basado sobre vínculos personales. Las coaliciones se formarán tanto entre las burocracias cuanto entre el personal de primera línea en todas las divisiones burocráticas y regionales. En todo caso, la política china se volverá más descentralizada.

Divisiones políticas

Aunque existen ciertas divisiones en materia política entre los sucesores, no son tan profundas como las que había al final de la vida de Mao. Por ejemplo, ya no existe una "banda de los cuatro", y no hay planteos respecto de retornar al maoísmo.

Acaso la principal línea divisoria sea la que existe entre los reformistas conservadores y los grupos más radicalizados. Sin embargo, hay otras líneas divisorias (centro y provincia, rural y urbano, militar y civil) que impiden a los reformistas cristalizarse en dos grandes facciones opositoras.

Los conservadores están concentrados en lo que queda del aparato de la economía planificada y cuentan con una sólida base de apoyo en las empresas de propiedad estatal. Reconocen que China no tiene alternativa excepto continuar con su ritmo acelerado de crecimiento económico, aunque les gustaría reducir el crecimiento de dos dígitos de los últimos tres años al orden del 7 u 8 por ciento. Sostienen además que las empresas estatales constituyen el eje de la economía –subsidian gran parte del resto– y están sujetas a una injusta competencia económica por parte de las compañías vinculadas con el extranjero. Consecuentemente, a los conservadores les gustaría limitar la inversión extranjera y reorientarla hacia proyectos esenciales de infraestructura. También favorecen a los sectores urbanos por encima de los rurales y, de manera coherente, respaldan un precio sostén bajo para los granos. De manera más general, retardarían el ritmo de la comercialización.

Los aliados naturales de los reformistas conservadores se encuentran en el sector socialista tradicional. Este incluye a los ideologistas y a los que podrían ser calificados como "estatistas". No ponen en tela de juicio la política de puertas abiertas *per se*, pero les gustaría ejercer más controles administrativos sobre ella. Su vocero clave es el primer ministro Li Peng.

Herederos de Deng

Los reformistas radicalizados carecen de una base institucional claramente definida. No obstante, tienen un gran poder de convocatoria y cuentan con un apoyo considerable. Pueden presentarse como los verdaderos herederos de Deng y sostienen que si China quiere mantenerse políticamente estable debe conservar un índice elevado de crecimiento económico, y extender aún más su red de comercialización, combinando de esa modo el autoritarismo del Este asiático con el dinamismo económico. La prueba clave será si las reformas son capaces de privatizar la industria estatal. Este desmesurado sector estatal es un agujero negro para el gasto público y obliga al gobierno central a emitir dinero, lo cual genera inflación.

En el centro, los reformistas radicalizados carecen del apoyo del antiguo aparato estatal, pero cuentan con el apoyo de las nuevas organizaciones económicas prorreformistas y orientadas hacia el extranjero. También se benefician con el respaldo del Congreso Nacional del Pueblo, presidido por Qiao Shi, y de la Conferencia Consultiva, al frente de la cual se halla Li Ruihuan.

Quizá más importante aún sea el hecho de que reciban el respaldo de las provincias costeras, y muchos de los otros líderes tienen personal interés en dejar totalmente abierta la puerta hacia el exterior. También cuentan con una poderosa base de apoyo en las numerosas pequeñas y medianas empresas y entre los 250 a 400 millones de individuos que aspiran a las clases medias, gran parte de las cuales se hallan a la vanguardia del crecimiento económico del país.

> Occidente y el mundo en general acaso no puedan moldear el curso de los acontecimientos en China de una manera deliberada, aunque necesariamente ejercerán influencia en su desarrollo

Proceso de negociación

La ausencia de un líder predominante intensificó un proceso de negociación –que comenzó en la era de Deng– entre las organizaciones a través de informales redes personales (y a menudo corruptas). La corrupción es una cuestión potencialmente explosiva en la cual están comprometidos casi todos los líderes y sus familias. Esto podría dejarlos vulnerables frente a los ataques de sus adversarios. Los lazos familiares aumentaron significativamente debido a la mayor recompensa a la lealtad en épocas inciertas cuando las normas legales e institucionales son débiles.

Acaso la principal lucha por el poder incluirá la competencia para conseguir el apoyo de las Fuerzas Armadas y la creación de alianzas y coaliciones con los intereses políticos provinciales.

Aunque debilitado, el centro todavía manipula muchas palancas. El aparato militar y el de seguridad (particularmente el de la Seguridad del Estado) son leales a un Estado unitario y están bien representados en las regiones y provincias sin obligaciones para con los líderes provinciales. La *nomenklatura* o nombramientos principales son determinados en la capital. Pekín ejerce una función importante en una amplia gama de operaciones económicas, particularmente en cuanto a los grandes préstamos externos. Hasta ahora, Pekín demostró que puede ser inflexible en cuestiones de importancia como el controvertido proyecto para la represa Tres Gargantas: ignoró las objeciones locales, no le importó desplazar a más de un millón de personas, y recaudó los fondos para ese emprendimiento colosal.

Descentralización

Pero en el futuro los militares pueden esperar incluso mayores presupuestos, y aquellas provincias que tienden a abastecer más al centro –en contraste con las que están subsidiadas por el centro– pueden esperar que mejore su poder de negociación. En suma, la política china se ha vuelto más descentralizada en la era de la reforma y es improbable que vuelva a centralizarse, particularmente en una era, posterior a Deng, de líderes políticos débiles y divididos.

Bajo estas condiciones más fluidas, continuará la tendencia del Congreso Nacional del Pueblo y de la Conferencia Consultiva de expresar opiniones contrarias y de ejercer una mayor autonomía (en oposición a la independencia). Bien puede esperarse que esos cuerpos presionen en favor de un sistema legal más eficiente y de encontrar apoyo para él entre muchas burocracias centrales que intervienen en la creación de un sistema de control macroeconómico eficaz, incluyendo sistemas bancarios y regímenes impositivos. Podría fomentarse la celebración de elecciones en parlamentos locales como un medio para mantener controlados a los líderes políticos locales y para permitir una mayor participación.

El G7

Occidente y el mundo en general acaso no puedan moldear el curso de los acontecimientos en China de una manera deliberada, aunque necesariamente ejercerán influencia en su desarrollo.

Pero las naciones del Grupo de los Siete tendrán que ajustarse a los múltiples niveles de negociación en sus tratativas con China. No sólo habrá un problema tras otro para persuadir a los chinos de que acaten las normas internacionales según se comprenden en Occidente, sino que las complejas diversidades de la política china se derramarán aún más en la arena internacional.

China se halla en medio de una transición política y económica y, consecuentemente, el *status quo* no se mantendrá. De acuerdo con esto, una coalición sustentada en la negociación será necesaria para evitar un estancamiento perturbador.

El principal criterio favorable en esta transición será si la evolución de China hacia una economía más sustentada en el mercado y hacia un sistema político pluralista podrá ser lograda sin una nueva erupción de violencia como la ocurrida en la plaza de Tiananmen.

(Traducción de Luis Hugo Pressenda)

Los posibles herederos



Jiang Zemin

(Nacido en 1926.) Un hombre sin coloridos que ocupa todos los cargos máximos en el Estado, en el partido y en organismos militares. El último que hizo lo propio fue Hua Guofeng -el sucesor designado por Mao-, quien pronto fue reemplazado en el poder por Deng Xiaoping. Jiang ha tratado activamente de consolidar su posición en el partido y en el ejército con una serie de nuevas designaciones. Pero en su empeño parece haber despertado una intensa oposición a que asuma el control.



Li Peng

(Nacido en 1928.) Primer ministro del Consejo de Estado, reformista conservador y un burócrata capaz. Se lo ha vinculado con las matanzas en la plaza de Tiananmen y es vulnerable a cualquier revisión del veredicto oficial sobre ese acontecimiento. Es un aliado de conveniencia de Jiang.



Qiao Shi

(Nacido en 1924.) Presidente del Congreso Nacional del Pueblo, tiene gran experiencia en el aparato de inteligencia y seguridad del partido. A veces es comparado con el ex presidente soviético Yuri Andropov porque se abstuvo respecto de la cuestión de Tiananmen y tiene credenciales reformistas. Se lo describe frecuentemente como un "tapado", un candidato con posibilidades incalculables.



Zhu Rongji

(Nacido en 1928.) Viceprimer ministro e identificado más como timonel de la economía, aunque ha sido apartado de alguna manera por Li Peng. Está en favor de las reformas macroeconómicas y ha enfrentado los intereses provinciales. Carece de una base de poder clara, pero está considerado como un reformista económico respetado por las empresas comerciales extranjeras.



Yang Shangkun

(Nacido en 1907.) En contraste con los cuatro anteriores, no es miembro del Politburó ni de su Comisión Permanente, pero es el último anciano del partido, en actividad, que podría tomar el mando (tal vez detrás de la escena). Confidente de Deng y con buenas relaciones en las fuerzas armadas, Shangkun es un reformista económico y se sabe que está en favor de mantener relaciones con Occidente a pesar de que se opone a las reformas políticas.



Zhao Ziyang

(Nacido en 1919.) Ex primer ministro y líder del partido, con un gran apoyo regional en Sichuan y en el sur de China. Deng, junto con los conservadores, lo derrocó en 1989. Zhao tiene escasas posibilidades, pero podría volver a ser prominente en caso de cambiar sustancialmente el veredicto sobre Tiananmen.

LA NACION

China está a la caza de inversores audaces

Por Craig S. Smith
(Redactor de The Wall Street Journal)

Los banqueros se espantan ante la sola mención del Dique de los Tres Desfiladeros. Mientras China avanza testarudamente con sus planes de construir una enorme represa hidroeléctrica en el río Yang tse, las probabilidades de atraer inversores internacionales al proyecto parecen, en el mejor de los casos, remotas. El plan es tan arriesgado, tanto financiera como políticamente, que pocos banqueros se muestran dispuestos a participar.

El costo del proyecto, según el gobierno de Pekín, asciende a unos US$17.000 millones, pero muchos lo consideran demasiado bajo. Se espera que la construcción se prolongue unos 17 años.

Las repercusiones políticas del proyecto son aún más ominosas. El tema de la represa dividió al casi siempre unánime Congreso Nacional del Pueblo en 1992, cuando una tercera parte de los delegados se abstuvieron o votaron contra el plan. Por otra parte, crece la intranquilidad entre los 1,6 millón de personas que habitan el fértil valle del Yang tse, que desaparecería bajo las aguas si se llega a construir la represa, dicen los defensores de los derechos humanos.

"Con todos estos problemas, a nadie la interesa participar [en el proyecto]", dice un ejecutivo de un importante banco de inversiones británico que ha estudiado el asunto.

Financiación en casa

Desde hace mucho tiempo, China ha decidido financiar el grueso del proyecto con fondos propios para evitar un debate internacional potencialmente peligroso sobre los méritos del proyecto. Por ejemplo, Pekín ha dicho que no pedirá ayuda al Banco Mundial. Sin embargo, el gobierno chino ha informado que para completar la represa, debe recaudar entre US$3.000 millones y US$4.000 millones en el extranjero.

Pekín piensa conseguir US$2.000 millones o US$3.000 millones de esa cantidad mediante emisiones de acciones y deuda. Sin embargo, los planes para tales emisiones se pospusieron después de consultar con varios bancos, incluidos Merrill Lynch & Co. y J.P. Morgan & Co. No obstante, el gobierno chino no ha perdido las esperanzas. El mes pasado, los medios noticiosos oficiales



chinos seguían informando que el ente estatal de desarrollo a cargo del proyecto pensaba emitir este año bonos en el extranjero por un valor de 1.000 millones de yuanes (US$119 millones).

Pocas probabilidades

Los banqueros familiarizados con el proyecto dicen que eso es muy poco probable. "Existe un entendimiento generalizado de que el proyecto tendrá que depender en lo fundamental de la financiación interna", expresa un banquero de una de las firmas norteamericanos que asesoran al gobierno chino.

Para empezar, los bonos vinculados a la represa tendrían que ofrecer rendimientos exorbitantes para compensar el riesgo y atraer a los inversores, dicen los banqueros. De la misma manera, la venta de acciones vinculadas a un proyecto tan polémico y tan largo plazo sería casi imposible, agregan los banqueros.

Pekín también espera recaudar por lo menos US$1.000 millones en fondos del extranjero a partir de préstamos a bajo interés subsidiados por gobiernos occidentales para ayudar a financiar la compra de equipos a fabricantes de Occidente. (A diferencia de los prestamistas occidentales, a los suministradores les encantaría participar en los contratos del proyecto.)

Pero incluso los préstamos subsidiados por otros gobiernos podrían resultar problemáticos. Después que el Consejo Nacional de Seguridad de Estados Unidos estudió las consecuencias del proyecto sobre el medio ambiente, Washington decidió que "no participaría", dice Jeffrey Garten, subsecretario de Comercio de EE.UU.

9509070
El capitalismo se abre paso en China.
LA NACION
21-07
11876
507638
11161

El capitalismo se abre paso en China

La empresa privada arrebata el control al sector estatal

21/07/95 L. Nación

Por Joseph Kahn
(Redactor de The Wall Street Journal)

HARBIN, China — Zhang Hongwei conduce un Mercedes-Benz negro [illegible]cumula kilometraje como viaje[illegible]o frecuente de United Airlines y trabaja en una oficina ubicada en una torre de mármol y vidrio en esta capital provincial del noroeste de China.

Sin embargo, lo más asombroso de Zhang Hongwei es que no es alguien importante en la China reformista de hoy. Miles de empresarios privados cuentan sus historias de cómo salieron de la pobreza y lograron alcanzar la riqueza. En conjunto, han logrado con discreción un objetivo que hasta este día China niega perseguir: han convertido éste, uno de los últimos reductos del comunismo —hablando en términos estadísticos— en un estado capitalista.

Los empresarios y las pequeñas empresas ahora producen más bienes, emplean más personal y comercian más con el extranjero que el e[illegible]ncado sector estatal, superan[illegible] un obstáculo que parecía demasiado difícil de vencer. Y lo han hecho retando de frente a las industrias estatales, reduciendo poco a poco su dominio fábrica por fábrica. Algunos pronosticaron hace años un futuro capitalista en China, pero pocos previeron cuán repentino, incruento y decisivo sería el camino hacia el reticente liderazgo chino.

"Las empresas privadas están tomando el control de las compañías estatales", dice Zhang. "Es sencillamente un hecho económico".



EL GOBIERNO, QUE EN LOS años 70 generaba el 80% de los bienes, hoy sólo produce el 40%.

Ramificaciones políticas

Pero también es un tema político con profundas ramificaciones. Mientras la economía se mueve hacia el capitalismo, los círculos oficiales chinos se aferran como nunca al socialismo, con la promesa de revivir las industrias estatales y "llegar al comunismo".

Para reducir el ritmo de los cambios, decretos oficiales recientes han prohibido la venta de "bienes estatales", es decir, fábricas, a inversionistas privados.

En momentos que se deteriora la salud del líder chino Deng Xiaoping, quien hizo posible el establecimiento de una economía privada, su sucesor putativo y presidente del país, Jian Zemin, promete un renacer del sector estatal. "Este es un importante tema político directamente vinculado a la suerte del socialismo", advierte.

Aunque la retórica es estridente, es posible que la batalla oficial para detener el avance del capitalismo ya se haya perdido. El sector privado ha crecido tanto que un esfuerzo serio por ponerle coto hoy con toda seguridad resultaría en un colapso económico y crearía inestabilidad social, un precio demasiado alto incluso para los socialistas más comprometidos.

La dependencia

A pesar de su línea dura, el gobierno ha llegado a depender de la industria privada. Desde que China autorizó la creación de tales compañías a principios de los años 80, han absorbido numerosos trabajadores que el sector estatal no necesita, así como trabajadores agrícolas desempleados.

Y esa necesidad aumentará: las empresas estatales planean eliminar 18 millones de puestos de trabajo en los próximos cinco años.

"Las empresas estatales sencillamente quedan abrumadas", dice Eiichi Wanatabe, del Banco de Desarrollo de Asia. "Las empresas privadas, o básicamente privadas, están floreciendo. Creo que el sector estatal sencillamente desaparecerá poco a poco".

Mientras Rusia eliminó el socialismo de una vez en un golpe espectacular, China ha desnacionalizado poco a poco su economía con efectividad. En estos momentos hay 24 millones de "empresas conjuntas", "cooperativas", "compañías de accionistas", "empresas municipales" y "empresas civiles", eufemismos de empresas no socialistas. Algunas cuentan con el apoyo de los gobiernos locales pero se dedican a generar ganancias y no están sometidas al control del Estado, dicen los analistas.

También hay una nueva clase de empresarios, incluidos numerosos magnates que dirigen conglomerados internacionales, quienes han ayudado a China a convertirse en un líder mundial en sectores como el textil. Zong Qinghou tiene una marca de alimentos para niños, *Wahaha*, que puede encontrarse en los anaqueles de los supermercados desde su natal Hangzhou hasta Hungría.

Otros han creado de cero un sector de programas informáticos e comenzaron a explotar rutas comerciales, antes cerradas, entre China y Rusia. Los empresarios privados también contribuyen a aumentar las tensiones con el mundo exterior, por ejemplo, con la piratería de videos y la copia de calzado de marca.

Una estrategia común

Los empresarios de más éxito comparten una estrategia común: se aprovechan de las empresas estatales menos ágiles. Un ejemplo es Zhang, de 41 años, depredador empresarial y creador de imperios comerciales que dirige Orient Enterprises, con sede en Harbin.

A finales de los años 70, Zhang y un grupo de amigos invirtieron US$100 en una sociedad y adoptaron un credo audaz: "No hay nada que no podamos hacer. Somos más listos y trabajamos más duro que los demás. Nunca nos damos por vencidos".

Zhang se dedica hoy en día a crear compañías estatales y a convertirlas en conglomerados privados. Oriente Enterprises tiene 33 compañías con ingresos combinados de US$400 millones, en su mayor parte de bienes raíces y comercio. El grupo compró recientemente un puerto del gobierno en el Mar de Bohai, por unos US$120 millones, uno de los mayores negocios concretados por los empresarios privados en el país.

En principio, es posible que el gobierno no apoye la privatización, dice Zhang, "pero en la práctica las buenas empresas devoran a las ineficientes", agrega.

El legado socialista

A largo plazo, eso podría ayudar a China a enfrentar algunos problemas de su legado socialista. El gobierno inyecta a la economía US$5.000 millones anuales en forma de subsidios directos al sector estatal. A pesar de ese apoyo, el desempleo real en las ciudades ha aumentado al tiempo que las empresas estales se reducen.

Aunque las compañías del gobierno todavía responden por el 40% de la producción industrial, la cifra ha bajado de un 60% hace sólo tres años, y del 80% cuando Den Xiaoping inició las reformas a finales de 1978.

El año pasado, mientras el sector estatal avanzaba a duras penas con poco crecimiento real, las empresas privadas se expandieron al estratosférico ritmo del 24%.

Las empresas no estatales ahora emplean a uno de cada cinco trabajadores, en comparación con uno de cada seis en el sector estatal. (El resto son campesinos.)

Sin embargo, muchas empresas privadas batallan por superar los obstáculos que el gobierno de Pekín instaló para disuadir a los empresarios. En Wenzhou, el negocio de muebles familiar de Yi Xiaowei paga el 10% de sus ganancias a una planta textil del gobierno. A cambio, la textilera le permite usar su buen nombre socialista a manera de protección contra las autoridades.

No obstante, en general la supresión de las empresas no estatales ha cedido. En algunas áreas, ésta ha sido sustituida por un respaldo directo de las autoridades, que los funcionarios explican con el razonamiento de que la empresa privada es tolerable en una economía socialista joven.

El gobierno central incluso ha prometido crear bancos comerciales para apoyar a los negocios privados.

01-01

La República Domingo 23 de julio de 1995

El dirigente chino reapareció en la política a poco de cumplir sus 91 años y tras vencer a la muerte

Resurge Deng Xiaoping, el "gran viejo"

Como el Ave Fénix, otra vez el "gran viejo" de la política china, Deng Xiaoping, parece haber resurgido de las cenizas de su vejez y haber vencido a la muerte para ejercer su indiscutible poder sobre los destinos de China.

Pekín

■ A punto de cumplir sus 91 años, el máximo líder chino —que a pesar de no ejercer ningún cargo oficialmente sigue siendo el verdadero artífice de la política de su país— había estado a punto de expirar el pasado febrero, pero ahora ha recuperado las fuerzas.

El aspecto más importante de la recuperación de Deng es que podría participar en la reunión del Partido Comunista en Beidahe, unos 200 kilómetros de Pekín, donde se decide todos los años la estrategia del partido, las promociones y las sustituciones.

Esa reunión es la más importante del año, y si Deng logra participar —lo cual no es seguro porque no se sabe si puede afrontar el viaje– dará las directivas por seguir en la cuestión de Taiwan y en la lucha contra la corrupción.

Sobre Taiwan, se espera nuevamente la intervención moderadora de Deng, que el año pasado puso freno a los militares que pedían acciones más duras para con la isla, y en cuanto a la corrupción —que es un asunto mucho más espinoso— no se conoce aún cuál es la posición del líder.

En este contexto, Chen Xitong, ex secretario del PC de Pekín y aún miembro de la oficina política del Partido, está acusado de crímenes de corrupción que le podrán valer el fusilamiento.

Hasta ahora, ningún líder chino ha sido ajusticiado por el Partido (la misma viuda de Mao, Jian Ging, fue condenada "sólo" a cadena perpetua), pero la opinión pública está esperando una condena ejemplar para comprobar la firmeza del partido en su batalla contra la corrupción.

Sin embargo, los observadores opinaron que una reaparición de Deng Xiaoping —si bien ha bloqueado la lucha política que se libraba bajo la bandera de la lucha anticorrupción— impedirá toda nueva decisión importante en la cúpula de Pekín.

"Nadie toma ninguna iniciativa importante porque Deng aún decide. Pero ello servirá para hacer más estable la situación y reforzar al secretario general del PC, Jiang Zemin", dijeron fuentes gubernamentales.

La consecuencia más importante de la mejoría en la salud de Deng, en efecto, es el fortalecimiento de las posiciones de Jian Zemin, quien podrá seguir promoviendo a sus secuaces con el apoyo del "gran viejo".

Deng Xiaoping, opinaron otros, es una hipoteca para la vida política china en general: si bien no está empeñado directamente en el proceso decisional del país, ningún dirigente puede asumir la responsabilidad de aportar grandes cambios en la línea política del país.

"Hoy, China tendría necesidad de importantes reformas, pero con Deng Xiaoping vivo nadie tendrá el coraje de llevarlas a cabo y someterse al riesgo de eventuales censuras de parte del anciano líder", afirmó una fuente diplomática.

"Por ello la situación permanece bloqueada y tal vez se dirige hacia un período de inmovilidad", añadió.



Deng Xiaoping, el histórico dirigente de China, tiene intenciones de influir en la política de su país.

Viernes 28 de julio de 1995 La República

El sistema penitenciario en China

Xie Rumao *

Desde 1949, año de la fundación de la República Popular China, ateniéndose al principio de integración del castigo con la corrección, las cárceles chinas tienen como objetivo fundamental hacer de los reos hombres nuevos que acaten la ley y que vivan de su propio trabajo, y, de este modo, convertirlos en personas útiles para la construcción del país. Para esta finalidad, las cárceles persisten en combinar el trabajo forzoso con la educación moral en su corrección de los reclusos. Han abierto escuelas especiales de diversos tipos para impartir conocimientos de cultura general y técnicos. Según las estadísticas, en la última década, un total de más de 1,41 millones de reos han obtenido diplomas de graduación o certificados de diversos niveles culturales y 1,16 millones han recibido diplomas de calificación técnica.

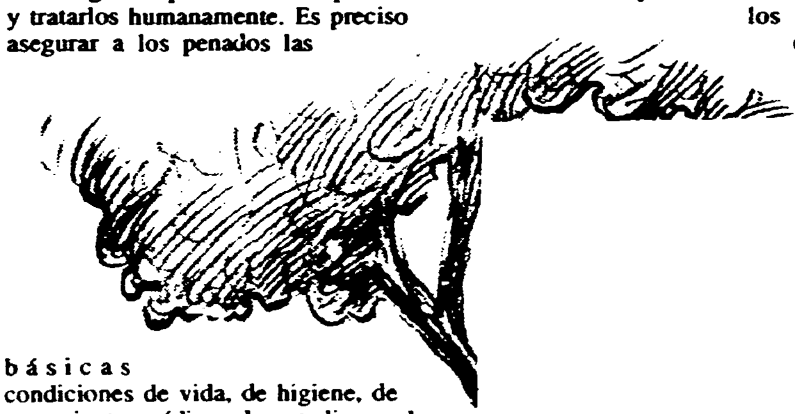
Desde comienzos de la década del 80, las cárceles chinas han realizado una serie de reformas y han implantado algunos reglamentos como las "Normas de comportamiento de los reos en corrección" y las "Normas del ambiente de corrección y del control penitenciario". Ello permite mantener el orden en las cárceles y elevar la eficiencia de la corrección de los reos. En 1994, la tasa de reincidencia dentro de las cárceles fue reducida de 0.42 por ciento del año anterior a 0,053 por ciento y la tasa de fugitivos disminuyó de 0,69 por ciento a 0,127 por ciento.

El gobierno chino presta mucha importancia al control y a la capacitación de la policía penitenciaria. Ha elaborado una serie de reglamentos para reforzar el mecanismo de supervisión y para corregir las prácticas malsanas de carácter profesional. Desde 1981, los departamentos de justicia han desarrollado una amplia capacitación entre los policías carcelarios incrementando su nivel de preparación. En la actualidad, los que tienen un nivel de educación universitaria o de especialidad superior o mediana representan el 55,67 por ciento del total.

El sistema penitenciario chino tiene las siguientes características:

1. Integración de la corrección con la educación. Las cárceles tienen el deber de organizar a los reclusos en la labor productiva y favorable a la sociedad con el propósito de infundirles la conciencia y la costumbre del trabajo y lograr que dominen ciertas aptitudes de producción y corrijan sus vicios. Los reclusos pueden obtener diplomas de enseñanza profesional y técnica de todo género o certificados de exámenes en las cárceles y que estos diplomas o certificados tienen un valor equivalente a los que otorgan las autoridades educacionales corrientes.

2. Control estricto y ajustado a la ley y al humanismo. La Ley de Prisiones contiene disposiciones específicas al respecto. Por ejemplo, en la ejecución del control, el personal penitenciario debe respetar la dignidad personal de los presidiarios y tratarlos humanamente. Es preciso asegurar a los penados las



básicas condiciones de vida, de higiene, de tratamiento médico, de estudios y de trabajo. El capítulo N° 67 dispone que las cárceles deben organizar a los reclusos para que participen en forma adecuada en actividades deportivas y recreativas, con el fin de enriquecer su vida cultural fuera del trabajo y de crear un óptimo ambiente de corrección. De acuerdo con las disposiciones, las cárceles darán remuneraciones a los presos que se incorporen al trabajo y ellos gozarán de protección y seguros de trabajo.

3. Garantía plena de los legítimos derechos de los reos. Las cárceles chinas dan mucha importancia a la garantía de los derechos legítimos de los reclusos y han acumulado ricas experiencias al respecto. La Ley de Prisiones refleja estas experiencias y tiene una serie de disposiciones sistemáticas y explícitas sobre el tema. La Ley de Prisiones dispone que la dignidad de los reos no será objeto de humillación, y tampoco serán violados su seguridad personal y bienes legítimos, así como sus derechos de defensa, demanda, acusación, denuncia y otros que les quedan o que no están sujetos a la restricción jurídica.

Las cláusulas de los posteriores capítulos relativos a este tema estipulan sus derechos como la liberación de castigos físicos e insultos y la presentación de pleitos. Los reclusos tienen derecho a obtener según la Ley la reducción de su condena y la libertad condicional, así como derecho a mantener correspondencia y a entrevistarse con sus familiares. También pueden retornar a sus hogares para reunirse con sus familiares dentro del marco jurídico, y pueden estudiar y descansar. Por otro lado, los excarcelados con condena cumplida tienen el derecho de recibir colocación y socorro y gozan de derechos iguales a los de cualquier ciudadano.

4. El Estado garantiza los necesarios recursos financieros. La Ley de Prisiones establece un mecanismo de garantía financiera y económica para las cárceles por parte del Estado. La cláusula N° 8 establece que el Estado asegurará los presupuestos de las cárceles para cubrir los egresos de la policía y de la administración, los costos de las instalaciones y equipos y los gastos de la corrección y del mantenimiento de los reclusos. Asimismo, el Estado proporcionará las instalaciones y fondos de producción necesarios para la corrección de los reclusos.

* ***Xie Rumao es embajador de la República Popular China.***

9509073
Economía china creció 10,3% en 1995
LA MAÑANA
26-07
11876
1074638
1116A

Economía China creció este año; 10,3%

"La Economía de la República Popular China ha crecido de manera continúa en los primeros seis meses del año un 10.3%", dijo a LA MAÑANA, el Embajador de la República Popular China ante nuestro gobierno, Xie Rumao, en el marco de una reunión donde se brindó amplio informe sobre la visita realizada por una delegación oficial aquel país.

Agregó, que las exportaciones chinas llegaron a los 69.800 millones de dólares, representando un 44.2 %, por su parte las importaciones crecieron 56.600 millones, registrándose un superávit en el comercio exterior de 13 mil 200 millones de dólares.

Mientras tanto, dijo el Embajador Xie Rumao, las inversiones tuvieron un aumento del 11.3 %, llegando a los 16 mil 400 millones de dolares.

Cooperación tecnológica

La visita de la delegación encabezada por el Ministro Gasparri y que integraba un importante número de productores laneros, además de promover el comercio, está promoviendo también una cooperación tecnológica, está profundizando la comprensión y la amistad entre dos países.

Fue una visita muy importante, necesaria y que contribuyó a continuar con los lazos de amistad de los dos países.

La delegación visitó fábricas que estan utilizando las lanas de Uruguay, también lo hicieron a las dos Universidades de la industria textil donde están haciendo su estudio y especialización, sobre la lana donada por la Cámara Comercial Uruguay-Republica Popular China.

Reforma de apertura

[illegible] Popular China. [illegible] de Ag[illegible] 1978 [illegible]

[illegible] sistema de [illegible] las condiciones de un país [illegible]

[illegible] por ejemplo en el comercio exterior para [illegible] las practicas standar internacionales [illegible] que favorece el desarrollo de nuestro comercio exterior.

DOC. CON PARTES CLARAS -

9509073

01-01

Industria Textil no Para de Crecer

Economía China Aumenta y Uruguay "Debe Estar Allí"

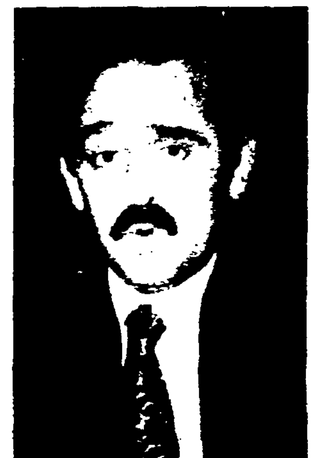
Uruguay debe tener una mayor presencia en la República Popular China, que sea permanente y consistente a nivel comercial, a efectos de promover las lanas uruguayas y otros productos alimenticios, que **"seguramente China necesitará en los próximos años y que nosotros estamos en condiciones proveer"**.

En tal sentido, tanto la Cámara de Comercio Uruguay-China como la Cámara Mercantil de Productos del País van a realizar **"todos los esfuerzos necesarios ante nuestras autoridades para encontrarle una solución a este tema ineludible de nuestra economía"**, dijo el Presidente de la segunda de las entidades nombradas, **"porque otros países lo están haciendo en forma violenta y nosotros no podemos quedar atrás"**.

Tales expresiones de Simón P. Berkowitz en la reunión llevada a cabo en la CMPP se enmarcaron dentro del panorama lanero y textil de dicha nación asiática, y fueron tanto antecedidas como precedidas por otros informes de indudable valor sobre tal nación, respectivamente a cargo del Presidente de la Cámara de Comercio entre ambos países, Pedro Otegui, y del Embajador de China ante nuestro país, Xie Rumao.



Embajador Xie Rumao.



Pedro Otegui.

De acuerdo con las expresiones de Berkowitz, la República Popular China **"tuvo en 1994 un aumento récord en la utilización de las lanas, continuándose la transformación económica y previéndose, para el año 2.000, un aumento en el consumo de lanas del 35 %"**.

Agregó que alrededor de 110 millones de personas pasaron del subempleo a tener un sueldo de fábrica, y eso ha ocasionado un aumento de la clase media estimado entre 30 y 40 millones de familias, lo que **"provocará un aumento continuo en el consumo interno, sin probabilidades de retorno"**.

Asimismo dijo que el consumo de lana de las fábricas para el año 2.000 **se estima será de 460 millones de kilos, representando el 25 % de la producción lanera mundial"**.

COMPLEMENTARIOS Y NO COMPETITIVOS

Señalando la sorpresa que ocasionó apreciar los cambios tecnológicos experimentados por la industria textil china luego de visitar 12 fábricas en aquel país, Pedro Otegui expresó que esa mejoría se observa en la calidad de las prendas, ya sean éstas de lana, de algodón o de fibras sintéticas.

Comentó que actualmente la industria textil ocupa a más de 15 millones de obreros y que se visualizan cambios trascendentes en el mercado interno, en lo que se consume y en lo que se exporta.

El industrial informó que China actualmente produce 70 mil toneladas de lana base limpia y que importa 200 mil toneladas.

"Pero su consumo crece", aseveró, **"y también lo hacen las exportaciones de sus productos, lo que nos torna optimistas"**.

Reiterando la preocupación de China en mejorar sus standards de calidad —**"hay mucho trabajo de marketing mundial allí y se preoduce gran cantidad de productos de alta calidad"**— Otegui también informó que el gigante asiático importa, al año, 600 mil toneladas de algodón y un millón de toneladas de fibras sintéticas, **"lo que da una idea de lo que es su industria textil"**.

Asimismo informó que los resultados sobre el estudio de lanas uruguayas que oportunamente nuestro país, a través del entonces ministro Pedro Saravia, donara, fueron sumamente favorables, según la opinión de los expertos chinos.

"El merino uruguayo les rindió prácticamente igual que el australiano, y con las muestras Corriedale produjeron telas para otras aplicaciones, más allá de los hilados para tejidos a mano tradicionales".

A su entender, esta acción —la de trabajar en conjunto— abre **"más posibilidades para Uruguay, que cuenta con el apoyo de las autoridades y de los técnicos chinos. Podría incluso crearse una comisión mixta entre ambos países que trabajara en esa complementación"** de Uruguay como productor y China como industrializadora.

Enfatizó el titular de la Cámara de Comercio entre ambos países que eso demuestra que **"no somos competitivos sino complementarios"** e informó que este año se podría efectuar otro contenedor con lanas para su analisis, que incluiría tops pero también otro tipo de lanas lavadas.

CHINA NO PARA DE CRECER

Finalmente el Embajador chino comentó algunos datos económicos sobre el primer semestre del año, verdaderamente reveladores de lo que es su crecimiento.

Dijo el diplomático que ese crecimiento es contínuo y sano, y alcanzó en el período un 10,3 % en PBI en términos reales.

En relación a las exportaciones, las mismas alcanzaron los 69.800 millones de dólares, representando un aumento del 44,2 % con relación a los primeros seis meses del pasado año, mientras que las importaciones fueron por 56.600 millones —aumentaron 15,2 %— obteniéndose por tanto un superávit en la balanza comercial de 13.200 millones.

Buenas posibilidades de comercio con China

Los acuerdos de cooperación tecnológica que en materia de investigación textil iniciaron Uruguay y China tienen una enorme trascendencia para las lanas uruguayas, en el esfuerzo de los empresarios que procuran captar ese mercado en constante crecimiento y de posibilidades ilimitadas determinado por una población de 1.000 millones de habitantes, según Pedro Otegui, presidente de la Cámara de Comercio Uruguay-República Popular de China.

China posee varias universidades textiles de las que egresan anualmente más de 1.000 técnicos, y es en ese ámbito que se trabaja con lanas uruguayas que han sido donadas por el complejo lanero de este país, complementando las acciones de intercambio en el convenio marco suscrito por el Consejo Nacional Textil de China, que tiene rango ministerial, y el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca de Uruguay. 26-7-95 OBSV.

Otegui destacó los sorprendentes cambios tecnológicos del país asiático, la ocupación de 15 millones de operarios en sus industrias textiles, los cambios en las tendencias de la moda de su población y su creciente actividad como país exportador de productos de lana.

El consumo interno lanero de China se ubica en las 320.000 toneladas base limpia, la que se cubre con 70.000 toneladas de producción propia y 250.000 toneladas de importación.

A su vez sus importaciones de algodón suman 600.000 toneladas, en tanto que las fibras artificiales ascienden al millón de toneladas.

9509075

China realiza ejercicios militares y Taiwan reclama ingreso a ONU

REPÚBLICA

21-07-95

China realiza ejercicios misilísticos y Taiwan sigue reclamando ante la ONU

Pekín

■ Las ejercitaciones misilísticas chinas que se celebrarán del 21 al 28 de julio hasta 140 kilómetros desde las costas al norte de Taiwan son normales, dijo ayer el vocero de la cancillería china, Shen Guofang, durante una conferencia de prensa de Pekín.

El gobierno chino definió luego "grave incidente" el pedido de Nicaragua de admitir a Taiwan en la ONU.

"El pedido va contra la carta de la ONU y constituye una grave interferencia en la política interna china", dijo Shen.

"La situación de Taiwan ya fue claramente resuelta hace 24 años cuando el gobierno de Pekín fue aceptado en la ONU y los representantes de Taipei fueron excluidos", puntualizó el vocero.

Para Pekín, Taiwan es una región de China y por lo tanto no puede formar parte de las Naciones Unidas.

Las relaciones entre Pekín y Taipei empeoraron drásticamente después del reciente viaje de Lee Teng-hui (presidente de la República de China, Taiwan) a Estados Unidos.

Shen reafirmó que China piensa en el uso de la fuerza para la reunificación con Taiwan en caso de una invasión extranjera y en caso que la isla proclamara la independencia.

01-01

9509075

9509076
RRCII y conflicto entre CHINA y TAIWAN.
24-06
11876
507638
514643
11164
11399

ENOJOS CHINOS

24-6-95
EL PAIS

La visita que el presidente de Taiwan, Dr. Lee Teng-hui, hizo a los Estados Unidos no sólo abrió un nuevo panorama en el mundo de las relaciones diplomáticas. Provocó una airada reacción desde China continental. La visita fue de carácter privado y para dictar conferencias en la Universidad de Cordell, institución en la que el Dr. Teng-hui se graduó en economía agrícola. Pero el mal humor desde la otra China fue evidente y tan es así que las relaciones entre ésta y los EE.UU. se enfriaron de inmediato. Es decir que el problema chino sigue creando susceptibilidades y se ha demostrado en esta ocasión, una vez más, que la China continental continúa en posición de no admitir ningún cambio de lo que ha venido siendo hasta ahora. Casi simultáneamente, el Uruguay recibió una delegación oficial de la China comunista, la que fue recibida por el Vicepresidente de la República en ejercicio de la presidencia. Como es costumbre, la comitiva visitante anunció grandes compras de productos uruguayos. Esto ya ha sucedido muchas veces y por cierto no es de despreciar. Pero son dos cosas distintas. Una, los negocios recíprocos, porque si es cierto que China comunista compra a Uruguay, nuestro país también le compra a China comunista. Otro muy distinto es el de las relaciones diplomáticas. Que es imposible se impongan desde el exterior y se resuelvan internamente según lo que se venda. Uruguay tiene una tradición que no debe volver a torcerse como sucedió hace unos años, rompiendo con Taiwan para iniciar con China comunista. Las dos repúblicas son para tener relaciones con ambas. Porque además está el interés comercial uruguayo y su independencia de resolver estas cuestiones diplomáticas sin ningún tipo de presión. Volviendo a la visita del presidente de Taiwan a los Estados Unidos, por más que haya sido privada, ha abierto un enorme campo hasta ahora frustrado, y a partir de la misma, habrán de ser muchos los países que reentablen sus relaciones con Taiwan. Uruguay no debería quedar atrás.

Empeoran las Relaciones Sino-Norteamericanas

CHINA EXIGE A EE.UU. QUE DEJE ASPECTOS SOBRE LOS DERECHOS

El reciente empeoramiento de las relaciones sinoestadounidenses se acentuó aún más ayer con un ataque de China contra un proyecto de ley estadounidense que insta al presidente Bill Clinton a presionar al gobierno de Beijing a respetar los derechos humanos.



BEIJING, 22 (AP-REUTER) — China demandó hoy al gobierno de Estados Unidos que se asegure de que el congreso norteamericano no apruebe un proyecto que obligue a una estricta vigilancia de la situación de los derechos humanos en China.

El Acta de Política China, de 1995, aprobada el jueves por la cámara de representantes estadounidense, constituye una "flagrante interferencia" en los asuntos internos chinos, dijo el vocero de la cancillería Shen Guofang, según la agencia noticiosa oficial china Xinhua.

"El bando chino manifiesta un profundo resentimiento y una firme oposición al acta", dijo Shen.

Shen exhortó a la Casa Blanca a tomar "medidas concretas" para rechazar el proyecto y advirtió que si era aprobado por el senado, las relaciones sino-norteamericanas se perjudicarán más.

Las relaciones bilaterales se encuentran [illegible] peor momento desde que los militares chinos hicieron una matanza de manifestantes prodemocráticos en Pekín en 1989.

Las relaciones, agravadas por los desacuerdos sobre comercio y ventas de armas, se deterioraron en mayo cuando la Casa Blanca permitió que el presidente de Taiwan visitara Estados Unidos. China considera Taiwan como una provincia renegada.

En junio se volvieron a deteriorar cuando China arrestó a Harry Wu, un ciudadano norteamericano de origen chino y militante de los derechos humanos, y lo acusó de espionaje.

Muchos miembros de la cámara baja norteamericana lucieron cintas amarillas en honor de Wu cuando debatieron la denominada Ley de Política hacia China.

El proyecto requiere que la Casa Blanca informe cada seis meses sobre los esfuerzos por hacer que China mejore las libertades civiles de sus ciudadanos y que ponga fin a las ventas de proyectiles y tecnologías delicadas.

También dispone el establecimiento de transmisiones a China de Radio Asia Libre.

Los legisladores, sin embargo, rechazaron un proyecto más enérgico que requería sanciones comerciales contra China.

El proyecto no es el primero producido por el congreso, controlado por los republicanos, que disgusta a los líderes del partido comunista chino. Otros proyectos en ambas cámaras disponen la designación de un vigía especial de los derechos humanos en Tibet, ocupado por China.

El portavoz de la cancillería china pidió la intervención del gobierno de Washington para impedir la aprobación del proyecto o atenerse a un mayor deterioro en la relación bilateral que se ha alterado en semanas recientes.

El proyecto tendrá que ser aprobado por el Senado antes de convertirse en ley, si es refrendado por Clinton.

"La ley, en desacato de las normas básicas de las relaciones internacionales, ha violado solapadamente los principios de los tres comunicados conjuntos sinoestadounidenses y produjo una burda interferencia y acusaciones sin fundamento sobre los asuntos internos de China", dijo Shen.

China sostiene que los comunicados conjuntos impiden todo contacto oficial entre Estados Unidos y el gobierno nacionalista de Taiwan.

Beijing ha considerado a Taiwan una provincia rebelde desde que los nacionalistas huyeron en 1949 a la isla luego de perder una guerra civil.

"China desea que el gobierno estadounidense adopte medidas concretas para prevenir la aprobación de la ley en el Congreso y así evitar daños más graves a las relaciones bilaterales", dijo Shen en un comunicado.

"El lado chino expresa un fuerte resentimiento y firme oposición al acto y se ha quejado solemnemente al lado de Estados Unidos", agregó.

CLARIN
23-07

PEKIN HIZO ESTALLAR CUATRO MISILES, TRES EN AGUAS TAIWANESAS. INQUIETUD DE EE.UU.

Tensión entre China y Taiwán

China calificó de "burda interferencia" al proyecto aprobado por el Congreso norteamericano sobre ese país asiático. Pekín comenzó maniobras militares cerca de la costa taiwanesa que alarmaron al gobierno de Taipei.

TAIPEI, PEKIN y WASHINGTON (EFE, AP y AFP). – El emplazamiento de aviones de guerra a lo largo de la costa china que enfrenta la isla de Taiwán y la explosión de cuatro misiles chinos, tres de ellos en aguas próximas a la costa norte taiwanesa, elevaron ayer, aún más, la creciente tensión en Pekín y Taipei.

El despliegue militar chino, que se desarrolla en el marco de maniobras militares ya anunciadas por las autoridades de Pekín, fue denunciado por el diario taiwanés China Times Express, que cita fuentes militares de Taiwán no identificadas. Taipei, que ha condenado las pruebas militares de su poderoso vecino, interpreta las acciones de China como una medida de presión para que el gobierno taiwanés abandone sus actuales gestiones para el reconocimiento internacional de Taiwán.

Clinton, peocupado

Las relaciones sino-norteamericanas pasan también por su momento más crítico del último lustro. Pekín rechazó ayer con firmeza el Acta de Política China, de 1995, aprobada el jueves en la Cámara de Representantes de los EE.UU., en la que se cuestiona el tema de los derechos humanos en China y la presunta exportación de misiles chinos a Pakistán e Irán.

El acelerado deterioro que sufrió la relación entre ambos países en los últimos meses preocupa al presidente Bill Clinton.

"Los Estados Unidos y China están en camino a una colisión", advirtió también el ex secretario de Estado Henry Kissinger, quien acaba de regresar de China. "Los líderes chinos temen que los EE.UU., recelosos del creciente poder económico de su país, estén buscando una política de 'dos Chinas' como parte de una estrategia para frenar su crecimiento", agregó.

El 17 de junio, el gobierno chino, extremadamente sensible a los temas vinculados con la isla de Taiwán (a la que consideran una provincia rebelde), retiró a su embajador en Washington después que las autoridades norteamericanas otorgaron una visa al presidente taiwanés, Lee Teng-hui, para que pudiera realizar una visita privada a los EE.UU. El mismo día el embajador norteamericano abandonó Pekín luego de cuatro años de gestión. Días después fue arrestado en Pekín el ciudadano norteamericano de origen chino Harry Wu, quien fue acusado de espionaje.

"Estoy inquieto por el estado actual de las relaciones sino-norteamericanas", dijo el jueves Clinton.

El acta aprobada por la Cámara de Representantes, dominada por los republicanos, fue considerada por Pekín como una "burda interferencia"

El vocero de la Cancillería china, Shen Guofang, ya había demandado a la Casa Blanca, según la agencia oficial china, a tomar "medidas concretas" para que el Congreso rechace el proyecto, y advirtió que, si era aprobado, las relaciones sino-norteamericanas empeorarían.

Las relaciones bilaterales se encuentran en su peor momento desde que los militares chinos mataron a cientos de manifestantes pro democráticos en la plaza de Tiananmen, en 1989.

CLARIN 24-07

AUMENTA LA TENSION: PEKIN HABRIA MOVILIZADO FUERZAS DE INFANTERIA Y AVIONES DE COMBATE

Denuncian que China intensifica la presión militar sobre Taiwán

El órgano oficial del Partido Comunista chino acusa este lunes a Taiwán de impulsar "la separación de la madre patria". Pekín intensificó los ejercicios militares frente a la isla, a la que considera parte de su territorio.

PEKIN (EFE, Reuter y AP). – China intensificó ayer las maniobras militares que desarrolla en sus costas sudorientales, frente a la isla de Taiwán, y paralelamente acentuó su ofensiva propagandística contra las autoridades taiwanesas (consideradas rebeldes por Pekín), a las que acusó de incrementar su política independentista.

Las pruebas armadas se producen en medio de crecientes tensiones por la campaña diplomática con que el gobierno de Taipei intenta lograr reconocimiento internacional: China se ha enfurecido por la visita privada que hizo a los Estados Unidos el mes pasado el presidente taiwanés, Lee Teng-hui, un hecho que tensionó las ya difíciles relaciones entre Pekín y Washington.

Medios de prensa occidentales afirmaron ayer que aviones de combate jet Jian-8 fueron trasladados a campos de aterrizaje en la zona militar de Nanjing, frente a Taiwán, y que en la meridional provincia de Fujian fueron movilizadas fuerzas de tierra.

Entre el viernes y el sábado últimos las fuerzas de Pekín dispararon cuatro proyectiles de prueba (dos cada día) en el mar Oriental de la China, confirmaron los militares taiwaneses en una declaración emitida ayer.

El comunicado no dio mayores detalles sobre las maniobras, pero fue la primera información que Taipei brindó al público sobre las pruebas desde que China anunció que las realizaría, el martes.

Más de cinco mil personas marcharon por las calles de Taipei bajo una pertinaz lluvia dominical, durante tres horas, en una manifestación organizada por el opositor Nuevo Partido para criticar las pruebas chinas.

Observadores extranjeros en la capital china dijeron que Pekín quiere contrapesar las iniciativas independentistas de Taipei, que incluyen una verdadera ofensiva diplomática ante las Naciones Unidas para lograr el reconocimiento internacional.



Miles de naves pesqueras, fondeadas ayer en el puerto de Suao, en Taiwán: los barcos se abstienen de hacerse a la mar por temor a ser alcanzados por misiles disparados por las fuerzas armadas chinas.

La anunciadora del noticiero televisivo nacional chino leyó ayer en voz estridente un comentario de la agencia noticiosa oficial Xinhua en la que se acusa al gobierno taiwanés de propugnar la independencia de la isla.

"Separarse de la madre patria"

El comentario, que será publicado hoy en el Diario del Pueblo (órgano oficial del Partido Comunista), dice que el discurso que pronunció el presidente Lee Teng-hui el mes pasado en la universidad estadounidense de Cornell fue "la primera vez que predicó tan abiertamente la separación de la madre patria".

Al malestar por el hecho de que la administración presidida por Bill Clinton concedió una visa a Teng-hui, se sumó el disgusto que generó, el jueves, la aprobación del Acta de Política China en el Congreso norteamericano: la Cámara baja de Washington cuestionó la situación de derechos humanos en China y la presunta exportación de misiles chinos a Pakistán e Irán.

Las pruebas de proyectiles en las costas sudorientales terminarán cuatro días antes que el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, y el canciller chino, Qian Quchen, se reúnan en Brunei en un intento por mejorar sus relaciones.

CLARIN.
25-07

OBJETIVO: LA REUNIFICACION

China advierte que presionará más a Taiwán

PEKIN (EFE y AP). – Las autoridades chinas continuarán presionando a Taiwán hasta conseguir mayores concesiones de Taipei y que llegue a un acuerdo con Pekín para negociar la reunificación, aseguraron ayer fuentes del ejército de China.

Las maniobras con misiles que realiza actualmente Pekín frente a las costas norte de Taiwán forman parte de una gran movilización militar destinada a "solucionar finalmente" el problema de Taiwán, agregaron los voceros castrenses.

Las fuentes indicaron además que la presión militar sobre Taiwán se mantendrá incluso después de setiembre, mes en que tradicionalmente suelen terminar los ejercicios de simulacro de combate del ejército chino.

Campaña diplomática

En consonancia con las informaciones de los voceros militares, el **Diario del Pueblo**, órgano oficial del Partido Comunista chino, afirmó en su editorial de ayer que "el pueblo chino nunca permitirá la independencia de Taiwán".

Las autoridades de Pekín se enfurecieron con el presidente de Taiwán, Lee Teng-hui, quien durante una visita a Washington insistió en pedir el reconocimiento internacional del régimen de Taipei. Visita que ha tensionado las relaciones entre China y los Estados Unidos.

En el despliegue militar chino, que incluye misiles de medio alcance, participan varios aviones de caza Jian-8, con un radio de combate de 800 kilómetros, así como submarinos y unidades anfibias del ejército.

Funcionarios del Ministerio de Defensa de Taiwán confirmaron el domingo que Pekín ha lanzado ya cuatro misiles en un área ubicada a 140 kilómetros al norte de Taipei: dos el pasado viernes, cuando comenzaron las maniobras, y otros dos el sábado.

El diario de habla inglesa **The United Daily News** dijo que, según fuentes militares, Taiwán carece de tecnología para seguir la trayectoria de los misiles chinos, aunque recibe esa información de los Estados Unidos.

LA NACION
25-07

Taiwan: actos piratas de China

25/7 LoNo

TAIPEI, Taiwan, 24 (AP).- El gobernador de Taiwan exigió hoy que China cese sus pruebas de cohetes cerca de la isla y anunció que le recuerdan la matanza de disidentes en una plaza de Pekín hace seis años.

El gobernador James Soong denunció que las pruebas son acciones de piratería y acusó a Pekín de intentar extorsionar a Taiwan.

Esta disparó en prueba el viernes y el sábado cuatro cohetes, y tres de ellos cayeron en el lugar designado al este del mar de China, a unos 140 kilómetros al norte de Taiwan.

Las pruebas "nos recordaron la cruenta represión de Pekín contra el movimiento democrático de la plaza Tiananmen", en 1989, dijo Soong.

Pekín insistió con que los 8 días de pruebas son maniobras militares rutinarias, aunque en Taiwan muchos las consideraron una advertencia al presidente Li Teng-hui, empeñado en terminar con el aislamiento diplomático que propicia Pekín contra la isla.

06

LA REPÚBLICA
25-07

Crece tensión entre China y Taiwan

Pekín

25/7

■ Crece la tensión entre China y Taiwan, y el que las divide se podría convertir en uno de los puntos más candentes del mundo.

Mientras el gobierno de Taiwan anuncia que China lanzó cuatro misiles balísticos al norte de sus costas, en Pekín la agencia **Nueva China** critica hoy a Lee Teng-Hui, presidente de la República de China (Taiwan) por insistir en la independencia. 28 de julio realizaría ejercitaciones de lanzamiento de misiles guiados superficie-superficie con un radio de acción de 20 kilómetros en un área de hasta 140 kilómetros al norte de las costas de Taiwan.

El anuncio provocó la caída de la Bolsa de Taipei. Según los observadores el lanzamiento de estos días de misiles balísticos con un alcance de 600 kilómetros constituye otra advertencia a Taipei.

Fuentes militares de Taipei, citadas por fuentes periodísticas de Taiwan, afirmaron que los misiles no llevaban explosivos y fueron lanzados desde Jaingxi, la región al norte de Taiwan.

Por otra parte, Nueva China acusa desde Pekín a Lee de haber sido también miembro del Partido Comunista en su juventud y de haberlo traicionado, así como hoy traiciona a los nacionalistas, que siempre se opusieron a la separación entre Taiwan y el resto del continente.

En cambio en Taiwan el vocero del Partido Nacionalista en el poder afirmó que "La República de China, el presidente Lee y el Partido Nacionalista esperan llegar a la reunificación pacífica", y califica a las acusaciones de **Nueva China** de "irresponsables".

LA MAÑANA
28-07

China confirmó que misiles dieron en el blanco fijado

Los seis misiles teleguiados tierra-tierra lanzados en aguas taiwanesas -que serían una advertencia a Taiwan por su activismo internacional- dieron todos en los blancos preestablecidos, anunció ayer la agencia oficial Nueva China.

28/7 L. Mo

Pekín\ANSA

La agencia desmiente así versiones dadas desde Taipei y Hong Kong, que sostenían que ninguno de los cuatro cohetes, lanzados durante ejercicios realizados del 21 al 26 de julio, había dado en el blanco, y que incluso uno había caído en Fujian, territorio chino frente a Taiwan.

Pekín considera a Taiwan parte integrante de su territorio y no ve de buen ojo el activismo isleño en el plano diplomático internacional y en general toda tendencia independentista.

El malhumor, reflejado ayer en el cuarto editorial consecutivo contra el gobierno nacionalista de Taipei publicado por el oficialista Diario del Pueblo, aumentó con la visita privada a Estados Unidos efectuada por el Presidente taiwanés Lee Teng-Hui.

La misma Nueva China confirma que el lanzamiento de cohetes en aguas taiwanesas es una advertencia deliberada contra los gobernantes nacionalistas.

La agencia afirma que la justeza de mira demuestra que el ejército chino "ha mejorado su armamento y reforzado su capacidad de combate y de defensa", y que "es capaz de proteger la nación, la soberanía, la integridad territorial y la unidad chinas".

9509076

08

30.07

LA ESTABILIDAD EN ASIA REQUIERE COOPERACION Y NO ENFRENTAMIENTO

Washington necesita a Pekín

Por Henry Kissinger

LOS ANGELES (De **Los Angeles mes Syndicate**, especial para **Clarín**). – **La cooperación entre China y los Estados Unidos es esencial** en este momento en que en todas las naciones clave del Asia existe un gran dinamismo económico y, al mismo tiempo, una evidente fragilidad política.

La relación entre Washington y Pekín atraviesa un momento crítico: el gobierno chino rechazó una declaración de la Cámara de Representantes del Congreso norteamericano, que cuestionó el tema de los derechos humanos en China, la transferencia de tecnología militar de Pekín a terceros países y **la creciente presión de China sobre Taiwán, incluidas las maniobras militares**, ha producido un serio deterioro entre ambas naciones.

Washington necesita la cooperación de Pekín para la evolución pacífica del futuro de Taiwán, sobre la proliferación nuclear y sobre la transferencia de tecnología de armamentos.

Lo cierto es que las opciones se están reduciendo cada vez más y las relaciones bilaterales se están volviendo tan vulnerables que es lícito temer accidentes que están **más allá del control de cualquiera de las dos potencias**.

Tensiones

La mayoría de los países asiáticos se encuentran en una **fase de transición que produce tensiones** entre el internacionalismo requerido por la economía mundial y el nacionalismo que muchos líderes creen que ayuda a la cohesión política interna. Las alianzas existentes sufren tensiones, especialmente al crecer la percepción de que los Estados Unidos comienzan a abandonar su papel estabilizador.

Las naciones del Asia, no habiéndose organizado nunca en una comunidad económica o en un pacto para la defensa, se ven mutuamente como rivales estratégicos y potenciales amenazas. Hasta ahora, los EE.UU. cumplieron ese papel estabilizador a través de una serie de arreglos bilaterales políticos y de seguridad que, de abandonarse, podría provocar una gran crisis.

Debería ser una máxima de la política exterior norteamericana **no litigar simultáneamente** con las principales naciones asiáticas, pero la realidad indica que lo contrario ha sido la norma: durante este año los Estados Unidos han estado confrontados tanto con el Japón como con China y se las han arreglado para dar feos golpes a las naciones del sudeste asiático.

Los intereses norteamericanos

La estabilidad en Asia es más probable si China y los Estados Unidos cooperan. El conflicto con China alentaría un virulento nacionalismo en toda la región. **Nada en el mundo contemporáneo pide una política de aislamiento para China: el peso de nuestros intereses está precisamente en lo opuesto.**

Los Estados Unidos y China tienen intereses paralelos en la estabilidad asiática.

Una corriente de pensamiento dice que China está fanfarroneando y que al final se retractará. Pero es irresponsable jugar así con la suerte de las naciones. **Lo que se necesita es una moratoria a la imposición de nuevas medidas unilaterales por parte de Washington, cualesquiera que fueren, y señales positivas de Pekín y de Taiwán.** Solo así se podrá volver al punto en que coinciden la paz, la estabilidad y el pleno respeto a la condición humana.

Henry Kissinger fue secretario de Estado de Richard Nixon.

9509076

09

REPUBLICA 30-07

El secretario de Comercio del presidente Bill Clinton postergará seguramente su visita a Pekín

Las relaciones de China y Estados Unidos no están en su mejor momento por encontrados puntos de vista

El secretario de Comercio de Estados Unidos, Ron Brown, postergará probablemente una visita a China programada para fines de agosto o principios de setiembre, mientras las relaciones bilaterales permanecen deterioradas.

Pekín,
por Rajiv Chandra

30/7/R

■ El gobierno estadounidense rechazó pedidos de boicot de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, a celebrarse dentro de dos meses en Beijing, aunque está en duda la participación de la primera dama, Hillary Rodham Clinton, en esa reunión convocada por la Organización de Naciones Unidas.

Las relaciones chino-estadounidenses se hundieron cuando las autoridades de Washington concedieron visado al presidente de Taiwán, Lee Teng Hui, para una visita al país de carácter particular.

El episodio provocó hondo malestar en el gobierno de China, que lo consideró un desafío directo a su reclamación de soberanía sobre Taiwán, una isla del sudeste donde en 1949 se instaló el gobierno nacionalista expulsado de Beijing.

Funcionarios chinos aseguraron que las controversias en curso no afectarán las relaciones económicas con Estados Unidos, aunque Zhou Shijian, del Instituto Internacional de Investigación en Comercio, de Beijing, cree que Washington será obligado a pagar "un alto costo" por otorgar visado a Lee.

Las corporaciones estadounidenses Chrysler y Ford perdieron la última semana un contrato de 1.000 millones de dólares a manos de la alemana Mercedez Benz para fabricar vehículos y motores en el sur de China.

Algunos analistas entendieron el hecho como una consecuencia del enrarecimiento de las relaciones diplomáticas entre Washington y Beijing, pero observadores extranjeros aclararon que la empresa alemana era el primer aspirante al contrato.

"Mis clientes no parecen muy preocupados ante los últimos acontecimientos, y están a la espera de lo que ocurra en las próximas semanas", informó un consultor de negocios de Estados Unidos especializado en el mercado de China.

Mientras, Estados Unidos protesta por el caso del activista de derechos humanos Harry Wu, naturalizado norteamericano, que fue detenido cuando intentaba ingresar en China y acusado de uso de documentos de identidad falsos, de obtener ilegalmente secretos de Estado y de otras actividades delictivas.

Wu, que pretendía investigar la supuesta presencia en China de una amplia red de campamentos de trabajos forzados, podría ser condenado a varios años de prisión e incluso a muerte.

El presidente estadounidense Bill Clinton resolvió hace un año desvincular de la situación de derechos humanos la renovación del estatuto concedido a China de nación más favorecida en términos comerciales.

Ahora, su gobierno enfrenta la presión de legisladores que pretenden eliminar los privilegios arancelarios otorgados a China.

La tensión se debe también a la detención el mes último de Chen Ziming, un líder del reprimido movimiento por la democracia de 1989 que pasó cinco años en la cárcel, hasta ser puesto en libertad en 1994 para tratamiento médico.

Chen fue arrestado por realizar un ayuno de 24 horas y firmar una petición por la democratización de China en el sexto aniversario de la sangrienta represión de las manifestaciones en la plaza de Tianamen, de Beijing.

La detención de los dos activistas fue determinada principalmente por la preocupación de las autoridades de China por preservar a toda costa el orden interno, pero los observadores las interpretaron también como parte del precio que Estados Unidos deberá pagar por permitir la visita de Lee.

Los legisladores republicanos, que consideran a Washington demasiado blando ante China, urgen a la administración de Clinton a imponer sanciones a Beijing, mientras manejan informes que atribuyen a ese país la venta a Irán y Pakistán de misiles de medio alcance.

Estados Unidos reiteró a China que reconoce su reclamación de soberanía sobre Taiwán, aunque no aceptó la demanda de Beijing de negar en el futuro visado de ingreso a los funcionarios del gobierno taiwanés.

Así mismo, Estados Unidos y China encontrarán una ocasión para el diálogo bilateral, cuando sus representantes asistan a la reunión que la Asociación de Naciones del Sudeste de Asia mantendrá en Brunei con participación de socios...

9509077
Conflicto en Cachemira (INDIA / PAKISTAN)
LA MAÑANA
26-07
11876
507594
507636
11164
11830

Mueren 53 personas en la guerra India

26-7-95 La M.

La guerra en el estado indio de Cachemira entre las fuerzas de seguridad y los secesionistas sigue sin pausa, provocando entre el pasado domingo y ayer lunes 53 muertos, mientras que los cinco turistas occidentales secuestrados por los guerrilleros siguen en lugar desconocido.

Nueva Delhi\ANSA

Ayer los diplomáticos de los países a los que pertenecen los rehenes -Estados Unidos, Gran Bretaña, Alemania y Noruega- se reunieron en Nueva Delhi con Syed Ahmed Gilani, uno de los líderes de la rebelión secesionista de los musulmanes de Cachemira.

Gilani aseguró a los occidentales que "el pueblo de Cachemira" condena los secuestros y que él y los otros líderes se comprometen a garantizar la liberación de los rehenes sin condiciones.

Ubicación desconocida

Sin embargo no fue posible localizar hasta ahora a los terroristas del grupo que reivindicó el secuestro, "Al Faran", que se esconden en las montañas de Cachemira. A cambio de la vida de los cinco rehenes -los ingleses Paul Well y Keith Monigam, el estadounidense Fred Donald Hatchings, el alemán Dirk Hasert y el noruego Christian Ostro- "Al Faran" pide la liberación de 22 guerrilleros detenidos.

El gobierno indio anunció, a través de una declaración de un alto funcionario del Ministerio del Interior, citado por la agencia "Pti", que no piensa liberar a ninguno.

Newsweek

Símbolo: el neocelandés Jonah Lomu fue la estrella del mundial de rugby con los All Blacks

AUCKLAND.— Sir Roger Douglas no es ningún excéntrico: es un neocelandés, lo cual constituye una diferencia sutil pero importante. Es que los proyectos descabellados que conciben los neocelandeses tienen el don de convertirse en realidad. Sir Roger, otrora Ministro de Finanzas, acaba de lanzar su partido político propio, llamado ACT Nueva Zelanda. Principal ítem de su plataforma: al año y medio de asumir el gobierno, el partido habrá eliminado todos los impuestos directos.

"Nueva Zelanda tiene la enorme oportunidad de pasar al frente de cualquier otra economía desarrollada en el mundo", sostiene Sir Roger. Nadie puede saber si el recién nacido ACT crecerá lo suficiente como para poder llevar a la práctica su plan de eliminación de impuestos, pero sin duda que el mero hecho de que un hombre con las credenciales técnicas de Sir Roger siquiera haya sugerido la idea es un tributo al sorprendente éxito. económico de Nueva Zelanda.

DEL POZO AL EXITO

Los estudiosos económicos internacionales todavía se maravillan ante la transformación nacional que Douglas inició en el país hace una década, cuando ocupaba el Ministerio.

Cuando David Lange —el Primer Ministro laborista que lo designó al frente de la cartera de Finanzas— llegó al gobierno, comparó el estado del país con el de un "astillero naval polaco". Las exportaciones agrícolas al Reino Unido, que durante mucho tiempo fueron el principal sostén de la economía neocelandesa, cayeron rotundamente a partir de 1973, cuando Gran Bretaña se unió a la Comunidad Europea. La mayoría de las otras industrias principales del país estaban en manos del Estado y absorbían una parte importante del dinero de los contribuyentes. El nivel de vida de esta nación del Pacífico Sur, que supo figurar entre los primeros del mundo, había caído al puesto vigesimoséptimo en medio de una deuda pública crecientemente inflada. "Para entender lo que Nueva Zelanda era por ese entonces, habría que ver lo que es Albania hoy, antes del cambio", dice bromeando, pero sólo a medias, el magnate cervecero Douglas Myers.

La hipérbole puede ser la única forma mediante la cual los neocelandeses pueda explicar la forma tan rápida y radical en la cual el país pudo reconfigurar su economía. La inflación, que antes era de dos dígitos, no ha superado un promedio del 1,6 por ciento anual desde 1991. En los últimos dos años la economía creció a un ritmo superior al cinco por ciento. Los números que maneja el Tesoro, y que han demostrado ser confiables, prevén un crecimiento anual acumulativo del 4,2 por ciento por lo menos hasta 1998. El superávit presupuestal del gobierno central será este año de por lo menos un 3,6 por ciento del PBI y para 1998 se pronostica que dicho superávit alcanzará a un 7,7 por ciento del producto, una cifra sin precedentes.

CORAJE POLITICO

¿Es exportable a otros países la magia neocelandesa? Los economistas de otros países esperan con devoción que lo sea. John Lehman, economista jefe de la firma Lehman Bros. de Londres, ex funcionario de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), afirma que "Nueva Zelanda es por lejos el laboratorio de reformas económica más interesante" del mundo". "Lo que ha hecho cualquier otro país en esta materia empalidece en la comparación".

Los mismos neocelandeses polemizan en torno a las razones de su éxito. Un ingrediente esencial del mismo fue un raro grado de coraje político. Como Ministro de Finanzas, Sir Roger lanzó una campaña de privatizaciones y libre mercado sin piedad ni concesiones. Hizo campaña en favor de abolir los aranceles que encarecían las importaciones entre un 60 y 70 por ciento en términos reales. Sus críticos pronosticaron la pérdida de miles de puestos de trabajo, y estaban en lo cierto. Numerosas industrias fueron a la quiebra. Sir Roger dejó el gabinete en 1988 por problemas políticos con el Primer Ministro Lange, que también renunció pocos meses después. Pero las reformas siguieron adelante, a pesar de la dolorosa falta de resultados concretos. Los números indican que la economía comenzó a recuperarse en 1991, año en que el desempleo llegó al 11 por ciento y la deuda pública se situó en el 51 por ciento del PBI, desde entonces, el desempleo cayó al 6,6 por ciento y los superávit presupuestales se combinaron con una economía en pleno auge para reducir la deuda a un 34 por ciento.

MENTALIDAD NUMERO 8

Muchos neocelandeses atribuyen el éxito a las dotes de improvisación características del país. Dicen poseer una "mentalidad Número 8", en alusión al tipo de alambre que los productores agrícolas usa no sólo para alambrar sino para reparar casi cualquier cosa. Este año, durante la serie de carreras de la famosa Copa América de yachting —en la que el velero neocelandés **Black Magic** se impuso a los favoritos estadounidenses del **Young America**— una de las armas más formidables del equipo ganador consistió en un pedazo de madera, dos clavos, un poco de hilo y una

OCEANIA

Nueva Zelanda Recoge los Frutos del Coraje Reformista

■ Con mucho ingenio y grandes dosis de coraje político, Nueva Zelanda logró salir del pozo económico y es un ejemplo del éxito que pueden alcanzar los países pequeños y de poca población.

brújula. Michael Spanhake, el predictor meteorológico del equipo utilizó este artefacto casero para seguir los cambios del viento, notoriamente irregular en las costas de San Diego donde se disputó la prueba. Para muchos neocelandeses, el aparato de Spanhake es un símbolo de la victoria del Black Magic sobre el oponente norteamericano, dotado de mayor respaldo económico y equipado con la última palabra en alta tecnología, un triunfo del ingenio sobre los recursos. Los empresarios neocelandeses han comenzado a aplicar lo que llaman "mentalidad de equipo", un enfoque estratégico no sujeto a jerarquías rígidas donde todos aportan iniciativas para enfrentar una determinada situación.

El auge económico coincide con una explosión cultural. Para los extranjeros, el ejemplo más visible es la industria cinematográfica. Entre 1940 y 1970 Nueva Zelanda produjo tres largometrajes, ninguno de ellos recordable. Hoy producen al ritmo de seis filmes anuales. *El Piano* de la directora Jane Campion, ganó dos Oscar y recaudó más de 100 millones de dólares mientras que *Una vez hubo guerreros* un filme de Lee Tamahori sobre la vida en los barrios bajos de la capital, viene coleccionando premios en todos los festivales internacionales. No está nada mal para un país que tiene la mitad de habitantes del condado de Los Angeles (aproximadamente la misma población que Uruguay, 3:500.000 personas).

APOSTANDO A LO DIFICIL

Las reformas no enriquecieron a todos los neocelandeses. Los maoríes —el pueblo polinesio nativo que poblaba el país antes de la llegada de los europeos— constituyen un 12 por ciento de la población y algunos subsisten en condiciones de pobreza y desesperanza que Tamahori (que es maorí) muestra en su película. El gobierno ha generado un superávit recortando en parte los servicios sociales: se han hecho más exigentes los requisitos para acceder a los beneficios de seguridad social y desempleo y se aumentaron los alquileres de las viviendas estatales. Según el Ejército de Salvación, desde 1991 se ha cuadruplicado la distribución de alimentos a los necesitados. La última década aportó cambios tremendos, que todavía no han concluido. En 1993 se aprobó una reforma constitucional que sustituyó al viejo sistema electoral a la inglesa por otro a la alemana. El resultado ha sido una conmoción de realineamientos políticos, a medida que los parlamentarios buscan posicionarse mejor para las elecciones del año que viene bajo el nuevo régimen. El actual gobierno conservador es minoría. De tal caos podría surgir una coalición que quizás quiera dar marcha atrás a las reformas, peligro que Sir Roger advierte.

Entre tanto, reina el libre mercado y la "economía se muestra en excelente estado", dice el ex Ministro de Finanzas. "Todos los indicadores son favorables y la deuda, que está controlada, se terminará de pagar en pocos años". Sir Roger insiste en afirmar que se puede gobernar en pocos años". Sir Roger insiste en afirmar que se puede gobernar el país sin impuestos directos, ajustando la administración de los programas de bienestar social, educación y salud pública. "Ningún otro país del mundo es capaz de hacerlo", dice. Para un neocelandés, esta es razón suficiente para intentarlo.

9 de julio de 1995 **La República**

La campaña electoral portuguesa tiene el ingrediente del espionaje de los servicios secretos

En Portugal también "pinchan" teléfonos

Las posibles desviaciones del Servicio de Información y Seguridad (SIS, el servicio secreto) son el gran tema del momento en Portugal, en la larga campaña electoral que culminará con las elecciones del primero de octubre que renovará al Parlamento.

Lisboa
por Ricardo Carucci

Según varias noticias de prensa, en los últimos meses el SIS espió, incluso interviniendo ilegalmente teléfonos, a numerosos referentes políticos de la oposición, algunos miembros del partido gobernante, y periodistas.

El ministro del Interior, Manuel Dias Loureiro, negó a priori abusos del SIS en cuanto institución. No excluyó, sin embargo, posibles "desviaciones" por parte de agentes en particular o colaboradores del "servicio", por lo cual abrieron investigaciones judiciales y administrativas.

Pero Dias Loureiro también acusó al líder de la oposición socialista, Antonio Guterres, de haber ofrecido a los periodistas las noticias sobre esos presuntos abusos.

Guterres, que hasta ahora había admitido los controles abusivos del SIS pero en forma condicional y sin hacer de ello un caballo de batalla, adoptó últimamente un tono más dramático, declarándose "víctima de un intento de asesinato político", con un gobierno que intenta transformar "las víctimas en responsables, como hasta ahora sólo acontecía en regímenes totalitarios".

Pero en el debate político no todo se reduce a la preocupación por la actuación de los servicios secretos. También entra en juego la macroeconomía, con crítica del gobierno a la propensión al gasto público atribuida a los socialistas (pródigos en todo tipo de promesas), y a la confusión que una vez Guterres hizo en público sobre el producto bruto interno, demostrando ignorar o no recordar que el mismo es de 15.000 millones de escudos por año (un dólar equivale aproximadamente a ciento cincuenta escudos).



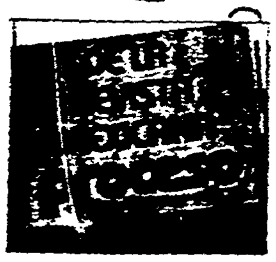
El primer ministro de Portugal se enfrenta a un gran escándalo, por las escuchas telefónicas a políticos de todos los partidos.

Pero, dando rápidamente marcha atrás en sus promesas de resolver los problemas de todos, el partido socialista sostuvo que haría modestos aumentos reales de gasto sólo para la instrucción pública y para garantizar un rédito mínimo a las familias más pobres, y que para ello no se aumentarían las alícuotas de los impuestos.

En cuanto a los criterios de convergencia de Maastricht, si éstos son cumplidos en 1998, y no en 1997, el futuro de Portugal socialista estará en condiciones de adherir disciplinadamente a la moneda europea. "O más impuestos, o más déficit", y por lo tanto alejamiento inexorable de los criterior de Maastricht si triunfan los socialistas, sostiene en cambio el Partido Socialdemócrata (en el gobierno, de centro-derecha), que es muy prudente en las promesas aunque el nuevo líder Fernando Nogueira que sucede a Aníbal Cavaco Silva (todavía primer ministro hasta octubre), ama hablar a menudo de solidaridad social.

Los sondeos y las previsiones de los viejos zorros de la política, como el presidente de la República, Mario Soares, indican hoy por hoy, que los socialista vencerán en las elecciones, pero sin esa mayoría absoluta que Cavaco Silva obtuvo en los últimos ocho años, llevando al Partido Socialdemócrata a la victoria completa.

9509080
Espionaje telefónico en CANADA
LoRo
9-07-95
11876
11164
65456
11830



Cinco años de cárcel por espionaje telefónico

por Pascal Beltrán del Río

■ Para la legislación de Canadá, el espionaje telefónico sin justificación legal es un delito que se castiga severamente. Interceptar conversaciones privadas, sin contar con el permiso expreso de un juez, puede llevar a los responsables a ser condenados a penas de hasta cinco años de cárcel. El Código Penal Canadiense, en sus secciones 185 a 196, así como la Ley de Invasión a la Privacía establecen las condiciones en que las autoridades del país pueden grabar comunicaciones telefónicas, con el único propósito de buscar evidencias en investigaciones sobre delitos.

Dichas condiciones son muy estrictas. Las autoridades policíacas deben convencer al juez —generalmente de la Corte Superior de la provincia correspondiente— de que han agotado otros métodos de investigación antes de que éste conceda un permiso de espionaje telefónico.

El juez, además, debe ser informado de la naturaleza del delito que se está investigando, el nombre y domicilio de la persona cuyo teléfono será intervenido y hasta la forma en que se interceptarán las llamadas. El juez también puede poner como condición la presencia de un funcionario responsable en el sitio de la grabación.

La petición de intervención telefónica debe ser firmada por el procurador general o por el jefe de Policía de la provincia.

Al otorgar el permiso, el juez fija el tiempo que puede durar la intercepción de llamadas; éste puede prorrogarse, pero nunca por más de un total de tres años.

En casos de "emergencia", la máxima autoridad del Poder Judicial de cada provincia puede otorgar un permiso especial para intervenir teléfonos por no más de 36 horas. Una vez terminada la operación, las autoridades deben informar a la parte espiada que su teléfono fue intervenido, y dar cuenta de ello al juez. El plazo para elaborar dicho informe es de 90 días, aunque la Corte puede prorrogarlo si la investigación no se ha cerrado.

La legislación canadiense prevé qué delitos pueden ser objeto de investigación mediante el espionaje telefónico.

Entre otros, alta traición, sabotaje, falsificación de moneda, uso o posesión de explosivos, importación o exportación de armas prohibidas, fraude o peculado, obstrucción de Justicia, asesinato, asalto sexual, secuestro, robo, extorsión, manipulación fraudulenta de transacciones bursátiles, lavado de dinero y tráfico de drogas o posesión de bienes derivados del narcotráfico.

También se pueden investigar por medio de la intervención de llamadas los delitos de espionaje telefónico ilegal y posesión de instrumentos para ese efecto.

De acuerdo con la sección 191 del Código Penal canadiense, "todo el que posea, venda o compre aparatos electromagnéticos, acústicos, mecánicos o de otro tipo, a sabiendas de que su fin primario es la intercepción clandestina de comunicaciones privadas, es culpable de una ofensa criminal y sujeto de encarcelamiento por un plazo no mayor de dos años". La disposición libera de dicho cargo a miembros de la Policía o a personas que tengan autorización para realizar intercepciones de llamadas.

Aunque cuenten con el permiso para intervenir un teléfono y logren grabar conversaciones que pudieran incriminar a la persona espiada, las autoridades no pueden usar la evidencia obtenida en tanto el juez no se cerciore de que la intercepción se realizó de acuerdo con el permiso otorgado y en cumplimiento de la ley. Hubo casos en que jueces canadienses han rechazado el uso de evidencia en un proceso penal porque se obtuvo violando la sección 9 de la Carta Canadiense de Derechos y Libertades.

Esta señala que "todo el mundo tiene el derecho a ser protegido contra el registro y la aprehensión no razonables".

Sin embargo, la aplicación de la ley contra quienes practican el espionaje telefónico ilegal es muy rigurosa. En 1986, un hombre que colocó micrófonos en sus aparatos telefónicos para saber si otras personas los usaban fue encontrado culpable de intervención de llamadas.

La legislación también regula de manera estricta la difusión de conversaciones telefónicas. Esta sólo puede hacerse si las comunicaciones fueron interceptadas de manera legal y si con ello se pretende actuar en el interés de la administración de Justicia. De no darse esas condiciones, se considera que la difusión es ilegal y los responsables de practicarla pueden hacerse acreedores a una pena de hasta dos años de cárcel.

Para las víctimas del espionaje telefónico no autorizado, la ley canadiense prevé una compensación económica que puede llegar a los 5.000 dólares.

Nº 9509081
TIT. Africa reclama mayor inversión extranjera
EL PAIS
4-07
11876
10022
11161

FLUJO ANUAL TOTALIZA U$S 3.000 MILLONES

Economías africanas reclaman mayor inversión extranjera

Ginebra, jul 4. Los inversores que han destinado capital al mundo en desarrollo en la última década han excluido erróneamente al continente africano de sus operaciones, dijo hoy Naciones Unidas.

Un informe de la Conferencia de Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD), afirma que pese a que la inversión directa extranjera en el mundo en desarrollo se ha cuadruplicado desde mediados de la década de los 80, el flujo de capital hacia Africa se ha mantenido estancado en los 3.000 millones de dólares anuales. Por tanto, la proporción de las inversiones directas que Africa representa se ha reducido desde el 11 al cinco por ciento.

Sin embargo, especialistas de la UNCTAD afirman que las inversiiones en Africa han generado beneficios crecientes y mayores que los obtenidos en América Latina. Agregan que "la región genera los niveles más altos de beneficios".

4-7-95 EL PAIS

SUDAFRICA

El informe "Inversión Extranjera Directa en Africa" no incluye a Sudáfrica que es considerado un país desarrollado.

En su conclusión el informe sugiere que la democrática Sudáfrica puede jugar un papel importante como imán para futuras inversiones en el continente. Según el UNCTAD, cerca de dos tercios de la inversión extranjera en Africa está concentrada en los nueve países exportadores de crudo. Nigeria y Egipto recibieron la mitad de la inversión directa que llegó a la región entre 1981 y 1994.

Sin embargo, la mitad de los 8.200 millones invertidos en ese período en Nigeria se destinaron al sector manufacturero y no al del petróleo, quizá debido a que las grandes reservas de divisas extranjeras en Nigeria garantizan a los potenciales inversores que podrán recuperar sus beneficios. (Reuter)

9509081

AFRICA, LA PRIMERA VICTIMA DE LA CAIDA DEL MURO DE BERLIN

ABIDJAN, Costa de Marfil (NYT). — Si los continentes publicaran anuncios clasificados, la lista actual de Africa podría leerse así: Se necesita centro de poder económico con fuerte compromiso político con la comunidad africana y saludables instintos democráticos para ayudar a construir la prosperidad continental.

Pero podría haber un problema; nadie podría ser aspirante a ocupar el empleo, aún cuando al continente tenga candidatos cuyos requisitos sean cumplidos.

Desde que sus rivalidades se tranquilizaron, es obvio que Estados Unidos y Rusia han perdido todo el interés en ayudar a construir el futuro del continente.

Quizá lo más sorprendente es que nadie en Africa se está apresurando a llenar el vacío —aún cuando se descubran masacres, las elecciones sean fraudulentas, los derechos humanos sean violados y millones de vidas caigan en desgracia ante la perspectiva de tener una miseria perpetua en varios rincones del continente.

Durante mucho tiempo y ahora, Nigeria y Sud Africa se destacan como los salvadores más naturales al llamado de zozobra africano. Pero Nigeria, que hasta hace poco aspiraba al liderazgo continental aun cuando nunca había sido exitosa en el sostenimiento de la democracia, ahora se ha perdido completamente en las sombras. Y Sud Africa parece estar renuente a asumir el papel.

Por fuera, los dos países difícilmente podrían compartir fortunas más contrastantes: Nigeria es encerrada en una puerta giratoria de dictaduras militares que la han hundido en una profunda debacle, mientras que Sud Africa se eleva poderosamente con las alas de una economía en expansión y el prestigio mundial del presidente Nelson Mandela.

Pero en el escenario continental, ambas naciones permanecen como dos gigantes que conducen las regiones norte y sur de la Africa negra, respectivamente. Y para decepción de muchos intelectuales africanos, ambos parecen estas indispuestos o son incapaces de llevar su potencial de liderazgo.

"Si uno echa un vistazo a Asia o América Latina, puede ver los contornos de una visión continental", señaló Makau wa Matua, un keniano director del Programa de Derechos Humanos de la Escuela de Leyes de Harvard. "Pero con una Nigeria que se derrumba y una Sud Africa que no tiene certidumbre de su destino continental, uno no tiene con qué articular algún tipo de visión continental. No existen metas, ni objetivos comunes ni a nadie a quien emular".

Desde la desaparición de la segregación racial, la influencia económica emana cada vez más de las empresas sudafricanas —están haciendo inversiones en el extranjero, construyendo redes de comunicación y forjando vínculos ferroviarios con sus vecinos—y es probable que algún día, como es obvio, esto se traduzca en influencia política.

Igualmente, la actual apatía de Nigeria no ha calmado los anhelos de sus vecinos para que haya un gobierno más responsable ahí, aunque sólo sea porque Nigeria representa el mercado comercial más grande de la región y su agitación política es la mayor amenaza para la estabilidad regional. De manera que existen razones para pensar que ambos países serán sometidos a la presión para asumir algún día el liderazgo político que convertirse en las voces que trabajan para el crecimiento e integración económicos, promover los derechos humanos y alentar la realización de elecciones honestas.

El problema es que no lo están haciendo ahora. Y los intelectuales africanos afirman que están impactados por el nulo interés nigeriano, a su papel al tiempo que se desilusionan por la renuencia sudafricana a llenarlo. Casi desde que alcanzó su independencia de Gran Bretaña en 1960, Nigeria, el país más poblado del continente con 100 millones de habitantes, buscó proyectar su poder e influencia. Y durante las dos últimas décadas, cuando estaban percibiendo hasta 60 millones de dólares diarios por ingresos petroleros, proyectó algo así como una diplomacia con talonarios de cheques que contrastó agudamente con las imágenes prevalecientes de Africa como un pordiosero continental desesperanzado.

Nigeria ayudó a suscribir la lucha contra la segregación racial en Sud Africa y envió tropas a lugares azotados por la guerra como Liberia, pasando la cuenta por los esfuerzos de paz realizados ahí. Y cuando el hombre que en ese entonces era ministro de Relaciones Exteriores, Bolaji Akinyemi, habló en 1987 de que Nigeria se convertía en defensora del pueblo negro en el mundo y obtenían armas nucleares, muchos se preocuparon, pero pocos sonrieron.

Las fortunas de Akinyemi reflejaron tristemente las de su país. Actualmente se encuentra exiliado en Londres, donde hace su labor de cabildeo en contra de la dictadura del general Sani Abacha y lanza una advertencia que refleja el celo escasamente oculto de la mayor parte de la élite política del país sobre la ascendencia sudafricana.

"En Sud Africa, la economía, el servicio civil y el ejército siguen estando dominados por blancos que podrían oponerse a que su país asuma mayores compromisos en Africa", indicó Akinyemi. "Nigeria es el único país que tiene la visión histórica para desempeñar este papel".

Pero los ingresos petroleros de Nigeria ahora están por debajo de los 9.000 millones de dólares anuales debido a una combinación de malos manejos y caída en los precios. Bajo el general Abacha, el ejército, descaradamente sobornable, y los políticos obsesionados por el poder, han sumergido a Nigeria en un profundo aislamiento. De manera que son pocas las personas que están conteniendo la respiración.

La reciente trayectoria de Sud Africa es casi la opuesta a la de Nigeria. Cada mes, los nuevos acuerdos comerciales amplían más los tentáculos económicos del país. Al mismo tiempo, los miles de africanos cansados del régimen arbitrario y estancamiento económico están saliendo a la nueva tierra prometida, no sólo como invasores de comunidades devastadas por la guerra como Mozambique, sino como profesores, médicos, abogados y hombres de negocios desde el lejano occidente y este de Africa.

Pero Mandela parece que no quiere ningún liderazgo continental. En una medida que fue ampliamente publicitada en Africa, el mandatario sudafricano tomó la decisión de preparar un viaje a Asia en vez de asistir a una cumbre de la Organización para la Unidad Africana en Etiopía, donde el tema principal fue el mantenimiento de paz y resolución de conflictos.

"Hasta el momento, Sud Africa ha sido muy tímida en levantar su voz y condenar los abusos a los derechos humanos en todo el continente", señaló David Weslch, profesor de ciencia política de la Universidad de Ciudad del Cabo. "Estamos representando una obsoleta opinión africana de solidaridad con el continente. Y al mismo tiempo estamos desaprovechando una oportunidad tremenda para usar nuestro nuevo prestigio como fuerza del cambio".

Sin embargo, para Matua el surgimiento de Sud Africa como eminencia política en el continente seguirá naturalmente a su propia consolidación política y expansión de su influencia económica. La única y más importante interrogante es si esto se concretará lo suficientemente rápido para detener el deslizamiento hacia la desintegración en los países de cada región de Africa.

"Mandela no quiere ser visto por sus colegas como el niño que nació ayer y que está sermoneando a los viejos", dijo Matua.

"Sud Africa está destinada a consolidarse en Africa; después de que Mandela pase del escenario, sus sucesores ejercerán en inevitablemente una política más agresiva".

Orestes Pérez, dirigente de los CDR cubanos visita Uruguay

El Frente Continental de Organizaciones Comunales se reunirá en Cuba en el 35 aniversario de los CDR

Los Comités de Defensa de la Revolución cubana tienen la misma edad que la revolución. Con el paso de los años, la organización ha venido creciendo y asumiendo nuevas tareas. No solamente en lo que tiene que ver estrictamente con la defensa-en lo que se considera la primera línea en una agresión- sino también ha demostrado su eficiencia en la histórica campaña de alfabetización de los años 60, campañas de vacunación y tareas de emergencia frente a desastres naturales.

Entre el 27 y 30 de setiembre, tendrá lugar en Cuba, los CDR cumplirán sus primeros 35 años. Y coincidiendo con la conmemoración, tendrá lugar en la patria de Martí, un nuevo encuentro del Frente Continental de Organizaciones Comunales.



Se encuentra en nuestro país, Orestes Pérez Pérez, responsable de Relaciones Internacionales de los CDR, que entrevistado para "Mañanas de Radio"y "La Juventud", se refirió al evento continental y al papel actual que cumplen los Comité de Defensa de la Revolución.

El Frente Continental de Organizaciones Comunales tuvo sus inicios en Managua-Nicaragua, en el año 1987, donde Cuba a través de los CDR se integraron como miembro pleno. El segundo Encuentro se realizó en México en el año 90, el tercero en R. Dominicana en el año 92 y el año pasado en El Salvador, se realizó el cuarto encuentro, donde se aprobó que Cuba fuera la sede del próximo capítulo, que tendrá lugar en el mes de setiembre.

Orestes Pérez, manifestó que se espera la llegada de más de 500 delegados de organizaciones vecinales, comunales y barriales que esencialmente realizan un trabajo social.

Cuba forma parte de la Comisión Ejecutiva del Frente, que se reuniera en el mes de marzo en La Habana. Allí se ultimaron algunos detalles del Encuentro, y se resolvió que Cuba iniciara un recorrido por la parte sur del continente con el objetivo de promover el Encuentro de setiembre.

La recorrida de Orestes Pérez comenzó por Chile, continúa en Uruguay, luego visitará Argentina, Paraguay y Brasil.

El trabajo de los CDR en estos 35 años

Los Comités de Defensa de la Revolución cumplirán en el mes de setiembre 36 años. Orestes Pérez, fue consultado acerca de los cambios que se han producido en estos años en su accionar a lo que respondió:

"Los Comités surgen en un momento de enfrentamiento contra Estados Unidos. El 28 de setiembre del 60, recién llegado Fidel de una reunión de Naciones Unidas se comienzan a tomar algunas medidas de radicalización del proceso cubano- reforma agraria, nacionalización de empresas extranjeras americanas- y ante esa situación arreció su política con relación a Cuba.

Allí se convocó a todos los vecinos cubanos y así nacen los CDR. Han pasado muchos años y muchas cosas.

La organización ha tenido múltiples actividades; campañas de vacunación, trabajos voluntarios.

Cada momento histórico exige una adaptación a las condiciones de ese momento. En la actualidad hay un cambio de dirección a nivel nacional, pero también a nivel de base dentro de los CDR.

Pensamos que en la base, en la cuadra, es donde realmente se debe funcionar como un reloj.

También hay un cambio de estilo, la posibilidad de adaptarse a los cambios bruscos que se están dando en Cuba, cambios que nosotros los más jóvenes no habíamos experimentado nunca.

Por eso hace falta oxigenar los CDR, hacerlos más dinámicos, más frescos, propiciar el debate y el diálogo entre los vecinos.

Creemos que los CDR, como estructura vecinal que agrupa a todos los vecinos, es un espacio muy importante.

La esencia sigue siendo la defensa de la revolución, de los logros de la revolución, pero debemos adaptar la organización a los cambios que se han producido.

El decreto oficial fue publicado ayer en el diario Granma, órgano del Partido Comunista de Cuba

Por primera vez tras el triunfo de la revolución, los profesionales cubanos podrán trabajar libremente

El gobierno autorizó ayer a los profesionales a "completar" el ejercicio público de sus actividades con un "oficio menor" en el sector privado, con el fin de "incrementar sus ingresos" a través del doble empleo.

La Habana
por Marcelo Izquierdo

■ Se trata de un "cauteloso paso" dentro del proceso de reformas económicas que lleva adelante el gobierno cubano, ya que no liberalizó por completo las profesiones tal como se preveía, dijeron observadores.

De esta manera, todo graduado universitario continuará prestando servicios al Estado, aunque ahora podrá ejercer en forma paralela alguno de los 140 oficios menores legalizados e incluso abrir un "restaurante particular" con un máximo de 12 plazas.

"No quiero que nos suceda igual que muchos países de América Latina, donde se ven a arquitectos manejando un taxi. Sólo veo posible montar una 'paladar' (restaurante)", dijo un ingeniero que pidió mantener su anonimato.

La resolución pareció desilusionar a muchos profesionales que esperaban volcarse a la incipiente actividad privada, al ver que los cuentapropistas obtienen ganancias varias veces superiores a sus salarios.

La medida no excluye a médicos y educadores, dos de las profesiones consideradas "claves" por la revolución cubana, aunque aclara que todos los graduados "deberán solicitar un permiso especial" en sus trabajos.

Los centros laborales admitirán el doble empleo sólo "si ello no interfiere en el cumpliento de sus deberes" en el Estado, de acuerdo a la resolución.

El decreto oficial, publicado ayer en el diario **Granma**, excluye de toda actividad privada a dirigentes políticos o administrativos, personal de Fuerzas Armadas, funcionarios, jueces, fiscales o quienes ostentan cualquier cargo público similar.

Los profesionales estaban excluidos hasta ahora de la órbita privada, aunque economistas y hasta el propio titular de los sindicatos cubanos, Pedro Ross, se mostraron a favor de liberalizar "prácticamente todas las profesiones, excepto la del médico."

Las actividades profesionales, de acuerdo al decreto oficial, "se reservan para el sector público", ya que el universitario no podrá ejercer su especialidad en la órbita privada.

El ministro de Trabajo y Seguridad Social, Salvador Valdés, dijo que "el Estado garantiza" el empleo a los universitarios y precisó que "ellos (los profesionales) tienen el deber social de brindar sus conocimientos a la sociedad" a través del sector público.

"El trabajo por cuenta propia no debe considerarse una opción de empleo para los universitarios", sostuvo.

El gobierno dijo que la nueva medida obedece a la "voluntad de los interesados" en sumarse al trabajo por cuenta propia, que sólo abarca unos 140 oficios menores como chofer, peluquero de perros, artesano, plomero, chapista y jardinero, entre otros.

Esta "voluntad" se refleja especialmente en el hecho que los cuentapropistas obtienen ganancias muy superiores a los salarios de los profesionales.

El sueldo de un profesional oscila entre 300 y 400 pesos promedio (9 y 12 dólares en el mercado paralelo), mientras que un artesano ofrece una estatuilla de madera a entre 10 y 40 dólares en las ferias.

El decreto, rubricado por el Ministerio de Trabajo, dijo que el doble empleo "es una prerrogativa que la revolución concede a los profesionales" para darles la posibilidad de "incrementar sus ingresos personales", en medio de una seria crisis económica.

DEJAN SALIR AL SOBRINO DE NIXON

Donald Nixon, el sobrino del ex presidente estadounidense Richard Nixon, retenido en Cuba, aseguró ayer que las autoridades cubanas le autorizaron la salida del país y expresó su esperanza de viajar hoy a Estados Unidos.

"Devolvieron mi pasaporte el viernes y dijeron que podría viajar libremente, ya que no había ningún problema conmigo", sostuvo.

Nixon tenía prohibido salir de la isla hasta que se aclare su relación con el ex financista estadounidense Robert Vesco, actualmente detenido bajo la sospecha de ser "un provocador y agente de los servicios extranjeros".Donald Nixon se encontraba en la casa de Vesco en esta ciudad cuando el financista estadounidense fue detenido, a fines de mayo.En declaraciones a periodistas extranjeros, Nixon dijo que las autoridades cubanas le expresaron su interés de que retorne a Cuba en el caso de enjuiciarse a Vesco.

El sobrino del ex mandatario estadounidense había dicho la semana pasada que su presencia en Cuba se debía a su propósito de desarrollar una droga que restablecería el sistema inmunológico de los enfermos.

El presidente Bill Clinton habló por primera vez de revisar el embargo a cambio de democracia

Las multinacionales negocian con Cuba

Exxon, IBM, ITT, Ford, General Electric, Westinghouse, Goodyear, ATT, Dupont, Firestone y Caterpillar son algunas de las cien empresas norteamericanas que hacen negocios con Cuba desde 1985 pese al bloqueo.

por José Luis Martínez

■ Hace más de treinta años el gobierno socialista del comandante Fidel Castro expulsaba a estas empresas "yanquis". Hoy vuelven recibidas por el propio líder cubano para hacer negocios y montar en la isla sus empresas.

Pese a que en teoría el gobierno de Estados Unidos lleva adelante un rígido bloqueo y Clinton no estimula los negocios con Cuba,-los permite. Esto lo afirmó John Kavulish, presidente del Consejo Comercial y Económico EEUU-Cuba, que desde hace aproximadamente un año facilita los contactos y operaciones de los empresarios estadounidenses en la isla.

Según el propio Kavulish, la Ley para la Democracia en Cuba, más conocida como Ley Torricelli, con la que el ex presidente George Bush intentó endurecer el bloqueo en 1992, tiene los suficientes "resquicios legales" como para que decenas de empresas norteamericanas negocien con el gobierno de Cuba en áreas de la comunicación, industria farmacéutica y alimentaria.

Otras empresas utilizan la modalidad comercial a través de terceros países o ya han firmado compromisos con el gobierno cubano para cuando la relaciones diplomáticas entre los dos países cambien.

La empresa norteamericana Kavulish International tuvo un importante participación en la apertura económica hacia Rusia y ahora aplica esa experiencia para los negocios con Cuba.

CLINTON SE OFRECE A TENDERLE UNA MANO

El presidente norteamericano Bill Clinton reconoció hace pocos días que se están produciendo cambios económicos en Cuba, pero consideró que éstos eran demasiados lentos y tímidos, por lo que anunció que el embargo continuaría por el momento.

Sin embargo, Clinton dio una señal muy clara hacia La Habana cuando sostuvo que si las reformas fueran más profundas, Estados Unidos estaría dispuesto a responder adecuadamente y a "tenderle una mano" para una transición pacífica hacia la democracia.

"Creemos que tender una mano hoy nutrirá y fortalecerá el flujo de la sociedad civil que será la espina dorsal de la Cuba democrática del mañana", afirmó el presidente Clinton en un mensaje grabado y dirigido a la comunidad cubano-americana de su país.

Los dos vecinos que se enfrentan ideológicamente hace más de tres décadas parecen estar de acuerdo en explorar vías de acercamiento.

"Si Cuba da pasos en la dirección de cambios significativos, nosotros también estamos preparados para responder con nuestras propias medidas", dijo Clinton, aunque también recordó que "las reformas económicas siguen siendo lentas, tercas y penosamente inadecuadas".

Clinton señaló en su mensaje que le gustaría tener "el privilegio de ser el presidente que le dé la bienvenida al regreso de una Cuba libre a la comunidad de naciones democráticas".

Pese a que las elecciones de Estados Unidos son en 1996 y el tema Cuba pesa en la sociedad norteamericana, Clinton no exigió elecciones libres, ni la legalización de los partidos políticos opositores al régimen de Castro.

Se limitó a decir que el embargo continuará hasta que "las reformas económicas y políticas tengan un mayor alcance" que las actuales.

El mensaje tuvo dos destinatarios: la comunidad cubano-americana y el Congreso, donde se libra una dura batalla sobre la ley del senador republicano Jesse Helms, que pretende ampliar el embargo con sanciones a los países que negocien con la isla.

El presidente Bill Clinton habló por primera vez de revisar el embargo a cambio de democracia

Las multinacionales negocian con Cuba

Exxon, IBM, ITT, Ford, General Electric, Westinghouse, Goodyear, ATT, Dupont, Firestone y Caterpillar son algunas de las cien empresas norteamericanas que hacen negocios con Cuba desde 1985 pese al bloqueo.

por José Luis Martínez

■ Hace más de treinta años el gobierno socialista del comandante Fidel Castro expulsaba a estas empresas "yanquis". Hoy vuelven recibidas por el propio líder cubano para hacer negocios y montar en la isla sus empresas.

Pese a que en teoría el gobierno de Estados Unidos lleva adelante un rígido bloqueo y Clinton no estimula los negocios con Cuba,- los permite. Esto lo afirmó John Kavulish, presidente del Consejo Comercial y Económico EEUU-Cuba, que desde hace aproximadamente un año facilita los contactos y operaciones de los empresarios estadounidenses en la isla.

Según el propio Kavulish, la Ley para la Democracia en Cuba, más conocida como Ley Torricelli, con la que el ex presidente George Bush intentó endurecer el bloqueo en 1992, tiene los suficientes "resquicios legales" como para que decenas de empresas norteamericanas negocien con el gobierno de Cuba en áreas de la comunicación, industria farmacéutica y alimentaria.

Otras empresas utilizan la modalidad comercial a través de terceros países o ya han firmado compromisos con el gobierno cubano para cuando la relaciones diplomáticas entre los dos países cambien.

La empresa norteamericana Kavulish International tuvo un importante participación en la apertura económica hacia Rusia y ahora aplica esa experiencia para los negocios con Cuba.

CLINTON SE OFRECE A TENDERLE UNA MANO

El presidente norteamericano Bill Clinton reconoció hace pocos días que se están produciendo cambios económicos en Cuba, pero consideró que éstos eran demasiados lentos y tímidos, por lo que anunció que el embargo continuaría por el momento.

Sin embargo, Clinton dio una señal muy clara hacia La Habana cuando sostuvo que si las reformas fueran más profundas, Estados Unidos estaría dispuesto a responder adecuadamente y a "tenderle una mano" para una transición pacífica hacia la democracia.

"Creemos que tender una mano hoy nutrirá y fortalecerá el flujo de la sociedad civil que será la espina dorsal de la Cuba democrática del mañana", afirmó el presidente Clinton en un mensaje grabado y dirigido a la comunidad cubano-americana de su país.

Los dos vecinos que se enfrentan ideológicamente hace más de tres décadas parecen estar de acuerdo en explorar vías de acercamiento.

"Si Cuba da pasos en la dirección de cambios significativos, nosotros también estamos preparados para responder con nuestras propias medidas", dijo Clinton, aunque también recordó que "las reformas económicas siguen siendo lentas, tercas y penosamente inadecuadas".

Clinton señaló en su mensaje que le gustaría tener "el privilegio de ser el presidente que le dé la bienvenida al regreso de una Cuba libre a la comunidad de naciones democráticas".

Pese a que las elecciones de Estados Unidos son en 1996 y el tema Cuba pesa en la sociedad norteamericana, Clinton no exigió elecciones libres, ni la legalización de los partidos políticos opositores al régimen de Castro.

Se limitó a decir que el embargo continuará hasta que "las reformas económicas y políticas tengan un mayor alcance" que las actuales.

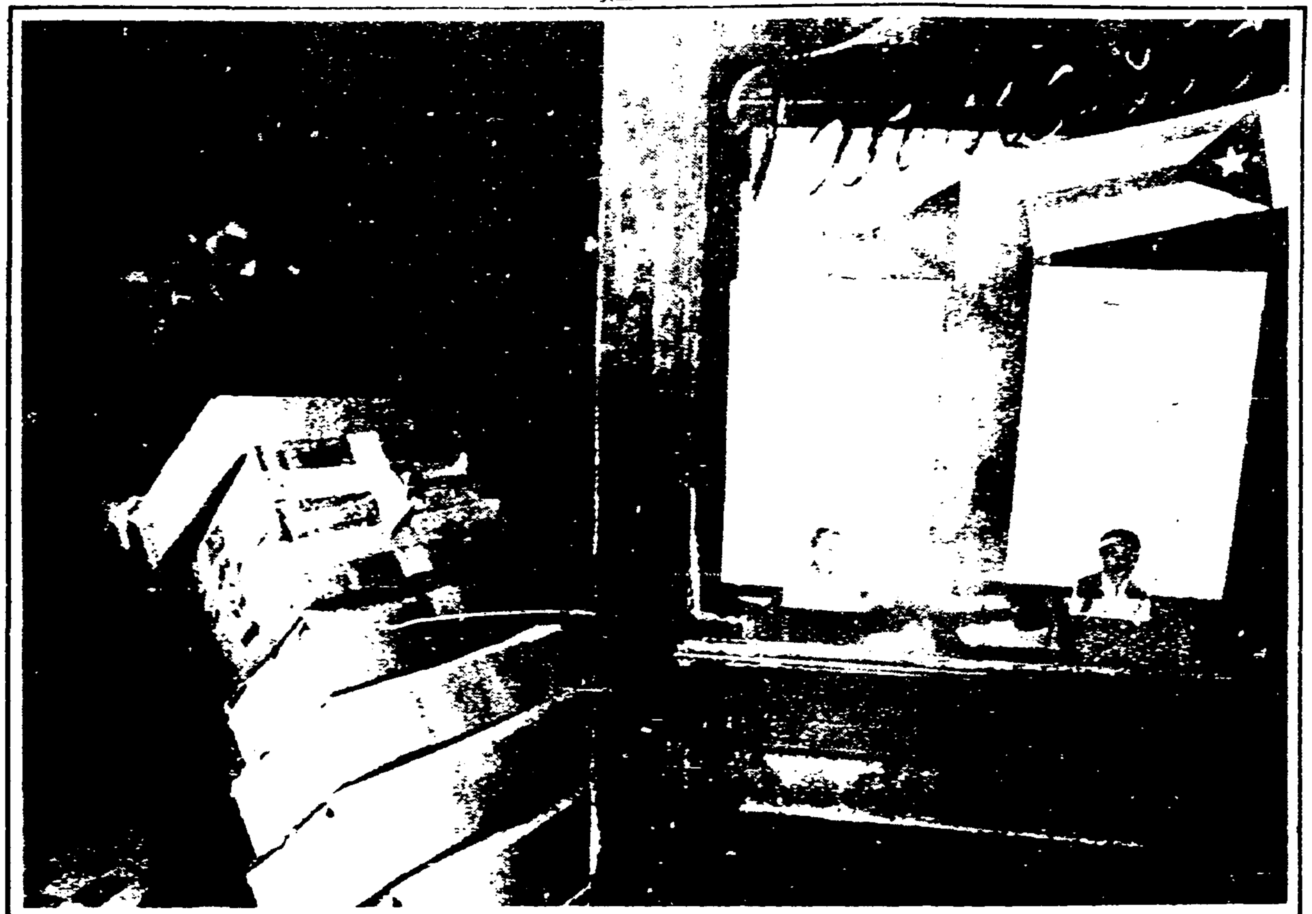
El mensaje tuvo dos destinatarios: la comunidad cubano-americana y el Congreso, donde se libra una dura batalla sobre la ley del senador republicano Jesse Helms, que pretende ampliar el embargo con sanciones a los países que negocien con la isla.

La disidencia interna se abstuvo de nominar candidatos para las municipales "porque no hay libertad"

Más de 7 millones de cubanos votan hoy

Unos 7,6 millones de cubanos están habilitados para votar hoy en los comicios municipales de Cuba, alentados por una gran campaña oficialista en favor de una masiva concurrencia a las urnas.

La Habana, por Marcelo Izquierdo



Todo listo en Cuba para los comicios que hoy se realizarán para elegir representantes en los municipios. El gobierno busca que no haya votos nulos ni blancos, y exhorta a votar con patriotismo.

■ "El pueblo está listo para dar prueba de su firmeza revolucionaria", sostuvo la televisión cubana.

Las autoridades afirmaron que los comicios tendrán una "decisiva importancia política" para el futuro de la isla, mientras la dirigencia del Partido Comunista de Cuba (PCC), único en el poder, exhortó a votar por "patriotismo" en los comicios.

Las elecciones "devendrán un referendo demostrativo de que ni la crisis económica ni la espiral recesiva del país logran socavar los fundamentos y las estructuras medulares del sistema político", sostuvo un comentario de la agencia **Prensa Latina**.

En estos comicios se elegirán 14.229 delegados a las Asambleas Municipales (ayuntamientos) de toda la isla, en medio de una severa crisis económica.

Incluso la Unión de Jóvenes Comunistas (UJC) exhortó a votar "para demostrar que eres un patriota" y aseguró que el sufragio actuará como rechazo al proyecto de "ley Helms" que busca endurecer el bloqueo a Cuba.

Observadores extranjeros comentaron que las autoridades presentan los comicios como una opción entre "independencia o pérdida de soberanía", a través de un llamado "patriótico" a las urnas que se traduzca en una masiva concurrencia y la menor cifra de votos nulos o en blanco.

"El momento que vivimos reclama como nunca la unión de todos los compatriotas que aman su identidad, su libertad, su soberanía y su independencia", escribió el oficialista diario **Granma**.

Bajo el título "Voto por el mejor y por la Patria", el órgano del PCC llamó a "dar en las urnas otro rotundo 'sí por Cuba'".

La ilegal "disidencia" interna se abstuvo de nominar candidatos porque "no se trata de un proceso de elecciones libres", según opinó el titular de la Comisión Cubana Pro Derechos Humanos y Reconciliación Nacional, Elizardo Sánchez Santa Cruz. El voto no es obligatorio. Los Comités de Defensa de la Revolución (CDR), instituidos en cada cuadra de ciudades y pueblos en toda la isla, recorren desde temprano las casas, y si es necesario varias veces, invitando a concurrir a las urnas a la población.

La televisión convocó anoche a los niños a la denominada "operación tum-tum", que consiste en ir a tocar muy temprano las puertas de los vecinos para invitarlos a votar.

Los colegios electorales abrirán a las 7 de la mañana y el escrutinio comenzará a las 18 hora local (22 GMT).

Las elecciones municipales se realizan cada dos años y medio, y en ellas pueden votar todos los ciudadanos mayores de 16 años.

Según un sondeo realizado por el Centro de Estudios Sociopolíticos, ligado al Comité Central del PCC, un 97 por ciento del electorado concurrirá hoy a votar, y sólo un 7 por ciento lo hará en blanco o anulará el sufragio.

En los últimos comicios municipales, celebrados el 20 de diciembre de 1992, votó el 97,2 por ciento del electorado, y en las generales del 24 de febrero de 1993 lo hizo un 99,57 por ciento de los inscriptos. Los candidatos son propuestos generalmente por miembros de organizaciones oficialistas de base, aunque cualquier ciudadano puede postularse a un cargo, de acuerdo a la ley.

En cada circunscripción pueden presentarse entre 2 y 8 postulantes, y saldrá electo sólo aquel que logre más del 50 por ciento de los votos. Los sufragios en blanco no se toman en cuenta, según establece la ley. En el caso de que ninguno alcance la mayoría de votos se prevé una segunda vuelta electoral entre los dos candidatos más votados, prevista para el domingo 16.

Tres horas antes de cerrar los colegios electorales ya había votado el 94%

Cuba: se realizaron las elecciones municipales en calma y de acuerdo a lo previsto por todo el mundo

Con una ejemplar organización, en perfecta calma y de acuerdo con los resultados previstos, transcurrieron el domingo las elecciones municipales en Cuba, concebidas como "un acto de patriotismo" por las autoridades y como un trámite necesario para algunos ciudadanos contrarios al actual Gobierno.

Según el último parte oficial, tres horas antes de cerrar los colegios había votado más del 94 por ciento de los electores en todo el país.

De acuerdo con un cómputo efectuado por un grupo de periodistas extranjeros en una veintena de colegios electorales de La Habana, el índice de abstenciones, votos nulos y en blanco, que expresan normalmente el rechazo al sistema, alcanzó el 20 por ciento.

Empero, este dato no fue confirmado por ningún medio de comunicación.

Sin embargo, en el colegio en el que votó el presidente Fidel Castro, en el barrio residencial del Vedado, la asistencia fue del cien por cien y sólo un 5,8 por ciento optaron la fórmula del voto nulo o en blanco para manifestar su descontento.

En las anteriores elecciones, celebradas en febrero de 1993, el índice de participación superó el 99 por ciento y el de los votos invalidados de una u otra forma fue del 12 por ciento a nivel nacional y del 22 por ciento en la capital, según datos brindados por la oposición al Gobierno del presidente Fidel Castro.

Se espera que los resultados oficiales se den a conocer hoy martes, en una conferencia de prensa de la Comisión Nacional Electoral.

Fidel Castro dejó bien claro el alcance de estas elecciones al afirmar, poco después de depositar su voto, que Cuba no va a regresar a "la democracia capitalista y a la politiquería" del pasado y aprovechó para acusar a Estados Unidos de promover una táctica de "desestabilización interna".

El líder cubano recordó los disturbios ocurridos en La Habana el 5 de agosto del año pasado, cuando centenares de personas se enfrentaron a pedradas con la policía y fueron neutralizados después por las llamadas Brigadas de Respuesta Rápida, grupos de choque vinculados a los Comités de Defensa de la Revolución (CDR).

Señaló que fueron los EEUU quienes promovieron esos disturbios, aunque finalmente el 5 de agosto resultó "una gran victoria de la revolución", dijo.

Concurrían a estas elecciones cerca de 30.000 candidatos de los que fueron elegidos 14.229 como delegados de circunscripción, cuyo deber es atender los problemas más inmediatos del vecindario, pero sin recursos, ni mayores atribuciones para resolverlos.

Ninguno de ellos se presenta como militante del Partido Comunista de Cuba, que oficialmente no postula, ni hace listas, pero es la organización del partido en cada barrio la que normalmente posee más peso en la sociedad cubana.

Desde hace años en jornadas electorales la consigna es "votar y votar temprano" y el domingo había incluso premios: una rosa a los diez primeros votantes, al número cien y a las 35 primeras mujeres que acudieran a cada colegio.

La agencia oficial Prensa Latina (PL) contaba en la noche dominical anécdotas electorales como la de una señora de unos 50 años de la oriental provincia de Las Tunas, que se levantó a las cuatro de la madrugada para ser la primera en votar.

"Con alegría similar a la de una dama cuando recibe una flor, regresaron a sus hogares los primeros cubanos que votaron en las elecciones parciales de este domingo", comentaba PL.

02

El 86% votó a favor de los candidatos propuestos, el 4.3% en blanco y el 7% anulado

El 97.1% de los cubanos concurrió a las urnas, lo que el gobierno valoró como una "victoria moral"

21/7/CR.

El embajador cubano Manuel Aguilera La Paz destacó la participación de los cubanos en las elecciones municipales cumplidas el 9 de julio, en una jornada que calificó de "éxito político incuestionable" y alertó sobre las consecuencias de la aprobación de la ley Helms-Burton que propone llevar el bloqueo contra la isla a escala mundial.



Manuel Aguilera La Paz : "¿Por qué Estados Unidos normaliza las relaciones con Vietnam y con Cuba no?

En una conferencia de prensa brindada ayer el embajador cubano Manuel Aguilera La Paz anunció los resultados de las elecciones municipales en Cuba a los que calificó como "un extraordinario estímulo, es una victoria moral, una victoria política incuestionable". En las elecciones que se realizaron el 9 de julio donde se eligían a los miembros de las Asambleas Municipales participaron 7. 568. 548 electores, lo que significa un 97.1% de los habilitados para votar.

Los votos válidos representaron el 88.7% de los emitidos, los votos en blanco fueron el 4.3% y los anulados el 7%.

En la primera vuelta fueron electos 13.903 delegados que superaron el 50% en sus circunscripciones, se realizó una segunda vuelta el domingo 16 de julio en 332 circunscripciones, en esa ocasión votaron el 89.2% de los habilitados. Por primera vez en la historia electoral cubana en dos circunscripciones se deberá realizar una tercera vuelta dado que ninguno de los candidatos logró el 50% de los votos.

De los delegados electos en la primera vuelta, el 48.2% fueron reelectos, el 15.4% son mujeres y el 15.39% son hombres.

El representante diplomático cubano también se refirió al recrudecimiento del bloqueo contra Cuba por parte de los Estados Unidos, en particular a la intención de aprobar la ley Helms-Burton.

"NUEVA INJERENCIA"

Aguilera afirmó que la aprobación de la ley Helms- Burton "constituiría un flagrante desafío a la comunidad internacional". Destacó que "había un matiz positivo en la política del gobierno de Estados Unidos, se nota una menor injerencia de la mafia fascista de origen cubano, en particular de Más Canosa. Sin embargo no manifestó su oposición a esta ley, por el contrario afirmó compartir la esencia del proyecto", añadió.

Reseñó algunas de las principales disposiciones del proyecto, "promover en el Consejo de Seguridad de la ONU un bloqueo mundial contra Cuba; sanciones del gobierno de EEUU a todos los países que comercien o inviertan en Cuba; establece un sistema de vigilancia y encomienda al presidente brindar un informe anual al congreso; reconoce el derecho de los cubanos que se nacionalizaron norteamericanos a reclamar por sus bienes nacionalizados por la revolución aunque en aquel momento no fueran ciudadanos de los EEUU, esto lleva las reclamaciones a una cifra sideral cercana a los 400.000 millones de dólares que pretenden que pague Cuba; establece que se levantaría el bloqueo luego de la caída de Castro y que el gobierno de Estados Unidos juzgue si el régimen que lo sucede es democrático".

"VICTORIA MORAL"

En referencia a las elecciones municipales afirmó que "la altísima participación, un 88% con votos a favor de todos los candidatos y un porcentaje mayor al 97% de concurrencia a las urnas, teniendo en cuenta que en Cuba el voto no es obligatorio, es un porcentaje altísimo. Teniendo en cuenta además las circunstancias en que se dio la votación, contexto que como el todo el mundo conoce es de graves dificultades económicas en nuestro país. Un momento en que hay descontento popular, como es normal descontento por la crisis, por la escasez, por las necesidades insatisfechas, por los errores que se han cometido, es decir por razones muy válidas. En este momento la ciudadanía concurre masivamente a las asambleas de nominación de candidatos que son asambleas de vecinos y le otorga después el 88% de los votos".

"Creo que es una prueba indiscutible de apoyo al gobierno de Cuba, al socialismo y una muestra de la validez y el respaldo que le brinda nuestro pueblo a nuestro sistema electoral y democrático.

De lo contrario no se hubiera asistido a votar y la abstención hubiera sido altísima como en otros países. O bien podrían haber votado en blanco como una muestra de que no se apoya los candidatos o al sistema mismo y no fue así", añadió Aguilera.

"Para nosotros es un extraordinario estímulo, es una victoria moral, una victoria política incuestionable, además representa un compromiso de continuar perfeccionando la democracia", enfatizó .

Consultado sobre si la existencia de otros partidos políticos podría haber contribuido a que la población explicitara su disconformidad respondió:

"Quizás, pero la situación actual es de partido único. Lo que no se puede decir es que no hay garantías, ni posibilidad de expresarse.

El Partido Comunista no presentó candidatos sería absurdo, no integra las comisiones nominadoras de candidatos. Nuestro sistema prohíbe que el Partido postule o participe del proceso de nominación de candidato, todo ciudadano tiene derecho a postularse independientemente de su filiación política o ideológica, o de que sea opositor al régimen.

Lo que sí se requiere es tener apoyo popular para ser postulado, eso es imprescindible. Y es precisamente lo que no ocurrió, no hubo nadie nominado por una asamblea de vecinos entre los núcleos opositores que pueden existir hoy en Cuba".

"¿POR QUE CON VIETNAM SI Y CON CUBA NO?"

Interrogado sobre si la normalización de relaciones entre EEUU y Vietnam podría traer aparejado un cambio hacia Cuba indicó, "Yo no puedo responder a esa pregunta habría que hacérsela al gobierno norteamericano, las señales que nosotros tenemos hasta ahora no indican que haya un cambio esencial de la política de Estados Unidos hacia Cuba".

"Es contradictorio efectivamente que en el caso de Vietnam que es un país con el que Estados Unidos estuvo en guerra y perdió más de 58.000 soldados haya noramalizado las relaciones. Todo empezó con el levantamiento del bloqueo contra Vietnam y culminó felizmente, porque nosotros nos sentimos muy felices de ello, con la normalización de las relaciones. Ahora por qué con Vietnam sí, y con China que también es un régimen socialista los Estados Unidos mantiene relaciones normales, independientemente de que existan discrepancias y con Cuba no, eso no está claro".

Consultado sobre la posible instalación de agencias de noticias norteamericanas en Cuba sostuvo "la ley Torricelli aplica el famoso principio del garrote y la zanahoria que siempre utilizó Estados Unidos. Por un lado recrudece el bloqueo contra Cuba y por otro lado pretende incentivar el intercambio informativo. Permitiendo que oficinas de prensa de los Estados Unidos se instalen en Cuba y que oficinas de prensa de Cuba se instalen en los Estados Unidos.

Hasta ahora no había interés, parece que ahora se manifestó alguno en especial. Nos parece muy importante que en Estados Unidos haya más información sobre lo que sucede en Cuba, ya que en nuestro país hay bastante información sobre lo que ocurre en Estados Unidos. Nos interesa mucho lo que ocurre allí, es un vecino muy poderoso".

MALENTENDIDO

Finalmente Aguilera se refirió a la polémica suscitada por expresiones suyas en un homenaje al héroe nacional de Cuba, José Martí en un liceo de Minas.

"Este asunto - indicó- pasa por un mal entendido o mala información del diputado denunciante. En primer lugar el Himno nacional uruguayo por supuesto que fue cantado. En segundo lugar yo dije un resumen en esencia de lo mismo que dije el 19 de mayo en la Plaza Cuba, con la presencia de las autoridades nacionales y en lo absoluto son ofensivas o violan la laicidad. Me referí sencillanetne al pensamiento antimperialista de José Martí, que no se puede obviar cuando se habla de una personalidad tan importante. Hice citas de Martí sobre la necesidad de la unidad latinoamericana y creo que nadie se ofendió en el acto, que además fue muy bonito y emotivo".

Fidel Castro dijo que "la sociedad de consumo no es la fórmula"

"Cuba no volverá a la democracia capitalista"

10/7 LR

El presidente cubano, Fidel Castro, denunció que "el imperialismo intenta desestabilizar el país desde adentro", pero aseguró que Cuba "no volverá a la democracia capitalista" ni pactará reformas políticas en su actual modelo de gobierno.

La Habana, por Marcelo Izquierdo

■ "No podemos volver a la politiquería. La sociedad de consumo y la democracia capitalista no son la fórmula", dijo Castro en un nuevo mensaje a Estados Unidos, poco después de votar en las elecciones municipales parciales realizadas ayer en toda la isla.

Estos comicios, que se realizan cada dos años y medio, para elegir 14.229 representantes (concejales) a las Asambleas Municipales (ayuntamientos) de toda la isla, registraron una masiva participación, según la Comisión Nacional Electoral.

El presidente cubano dijo que "sólo adoptamos en lo económico algunas medidas" de sesgo neoliberal, aunque advirtió que "en lo demás (el terreno político, N. d R.) no podemos pactar".

"No hemos renunciado a la idea del socialismo, ni mucho menos", aseveró, tras votar en un colegio electoral de La Habana.

Castro dijo que "el imperialismo quiere penetrar por todas las vías" en Cuba y "promover la desestabilización desde adentro de la isla, en directa alusión al gobierno estadounidense.

"Nos quieren liquidar de una forma o de otra. Debemos prepararnos para enfrentarlo", advirtió.

Castro admitió que en los comicios "tiene que haber un cierto desgaste" en la población a raíz de la seria crisis económica que vive el país.

Unos 7,6 millones de cubanos, todos mayores de 16 años, fueron habilitados para votar este domingo, según establece la ley.



Más de 7 millones de cubanos figuraban en los padrones de las elecciones realizadas ayer en la isla.

El voto no fue obligatorio. Los Comités de Defensa de la Revolución (CDR), instituidos en cada cuadra de ciudades y pueblos en todo el país, recorrieron desde muy temprano cada casa, incluso varias veces, invitando a la gente a votar.

Los niños, conocidos como "pioneros", fueron los encargados de custodiar las urnas y desarrollaron la denominada "operación tum-tum, que consistió en ir a tocar muy temprano las puertas de los vecinos para llamarlos a votación.

En lo últimos comicios municipales, celebrados el 20 de diciembre de 1992, votó el 97.2 por ciento del electorado, y en las generales del 24 de febrero de 1993 lo hizo un 99,57 por ciento de los inscriptos.

Los candidatos son propuestos generalmente por miembros de organización oficialistas de base, aunque cualquier ciudadano pueda postularse a un cargo, de acuerdo a la ley.

En cada circunscripción se presentaron entre dos y ocho postulantes, y saldrá electo sólo aquel que logre más del 50 por ciento, según establece la ley. En el caso de que ninguno alcance la mayoría se prevé una segunda vuelta entre los dos candidatos más votados, para el próximo domingo 16.

EXILIADOS CUBANOS DE MIAMI DENUNCIAN HABER SIDO ATACADOS POR GUARDACOSTAS DE LA HABANA

Incidente en aguas de Cuba

14/7 EC

Guardacostas cubanos impidieron ayer por la fuerza que una flotilla de 14 embarcaciones penetrara en las aguas territoriales de Cuba para rendir homenaje a más de 40 refugiados que murieron el año pasado durante la crisis de los balseros.

MIAMI (Reuter y AFP).– Varios **exiliados cubanos resultaron heridos** cuando una flotilla de 14 embarcaciones intentó ingresar en las aguas territoriales de Cuba para conmemorar el primer aniversario del hundimiento de un buque de refugiados frente a las costas de La Habana, incidente en el que murieron unas cuarenta personas.

El grupo de barcos **desafió las advertencias de los gobiernos de Cuba y de los Estados Unidos** y zarpó esta mañana desde Miami hacia la isla para recordar el hundimiento del barco "13 de Marzo", que precipitó la llamada "crisis de los balseros". La incursión de la flotilla fue rechazada por buques guardacostas cubanos, que habrían provocado daños a una de las embarcaciones.

Entre los heridos figura Pedro Reboredo, un comisionado del condado de Dade, colaborador del grupo "Hermanos al Rescate", que acompañó a las embarcaciones, según dijo un vocero de la organización.

Aproximadamente 100 miembros de la comunidad cubana en el exilio cubrieron las 80 millas náuticas que separan los cayos de Florida del lugar donde el 13 de julio del año pasado ocurrió el incidente, a unas seis millas náuticas de La Habana.

Exodo masivo

La tragedia del barco "13 de Marzo", que partió de La Habana, se convirtió en el grito de guerra de los exiliados y fue uno de los factores que desató el éxodo de refugiados de Cuba.

El éxodo, que había comenzado en las primeras semanas del verano del año pasado, se transformó en una **emigración masiva** en agosto del mismo año. En total, unos 37.000 cubanos abandonaron la isla, pero la mayoría terminó en campamentos de refugiados en la base naval de Estados Unidos en Guantánamo, Cuba.

La "crisis de los balseros" provocó un entredicho diplomático entre Washington y La Habana, mientras la comunidad cubana de la península de la Florida (más de 750.000 personas) presionaba al gobierno de Clinton para que reforzara las sanciones económicas contra Cuba.

Pese a la presión anticastrista, el gobierno norteamericano acordó con el gobierno de Fidel Castro un régimen inmigratorio mediante el cual **Washington se comprometía a otorgar poco más de 20.000 visas anuales**.

A cambio, La Habana se comprometió a no tomar represalias contra los balseros y aceptó repatriarlos, aunque aún la mayoría de ellos permanece en Guantánamo.

Atacará Cuba a las naves que ingresen en su territorio

15/7 CN.

Dureza: la advertencia de La Habana ocurrió tras haber repelido sus defensas a una flotilla de embarcaciones, aviones y helicópteros de exiliados.

LA HABANA, 14 (ANSA).- Cuba anunció hoy que no admitirá ningún tipo de invasión como la de Playa Girón y advirtió que cualquier barco o avión que viole su territorio puede ser atacado por sus fuerzas armadas.

En una directa advertencia a los exiliados cubanos y a Estados Unidos, el gobierno de La Habana afirmó que "la paciencia también tiene límites", y señaló que "no tolerará que se violen flagrantemente sus fronteras", como ocurrió en la víspera con una flotilla de naves y aviones del exilio.

"La responsabilidad de lo que ocurra recaerá exclusivamente sobre quienes alientan, planifican y ejecutan estas acciones de piratería", sostuvo.

El gobierno, a través de una nota publicada hoy en el oficialista diario Granma, denunció que 11 embarcaciones, seis aviones y dos helicópteros violaron ayer sus aguas territoriales y espacio aéreo desde Miami.

Las naves eran piloteadas por cubanos en el exilio que intentaron conmemorar ayer el primer aniversario de la tragedia del remolcador 13 de Marzo, que causó la muerte de 40 personas.

La nota informa que "con ningún tipo de pretextos" el gobierno admitirá "ningún tipo de Girón en nuestras costas", en alusión a la invasión contrarrevolucionaria de 1961 en Playa Girón, cerca de Bahía Cochinos, financiada por la CIA (central de inteligencia norteamericana).

La nota advirtió, incluso, que "cualquier nave procedente del exterior que invada por la fuerza aguas territoriales puede ser hundida y cualquier avión, derribado".

El gobierno reiteró "una vez más su firme determinación de adoptar cuantas decisiones sean necesarias para evitar que actos como el de ayer se repitan".

El hundimiento del remolcador ocurrió el 13 de julio de 1994, cuando un grupo de unas 60 personas secuestró la nave en el puerto de La Habana con el fin de emigrar ilegalmente a Estados Unidos.

El remolcador naufragó a siete millas de la costa tras entrar en colisión con una de las tres embarcaciones del Ministerio de Transporte que habían salido en su búsqueda.

La nota oficial denunció que "todas" las embarcaciones llegaron hasta 10 millas al norte de las costas cubanas (las aguas territoriales cubanas se extienden hasta 12 millas) e incluso "una avioneta sobrevoló la zona costera de la ciudad de La Habana".

Denunció, además, que las aeronaves realizaron "vuelos rasantes en forma provocadora y peligrosa sobre las unidades navales de las tropas guardafronteras" cubanas.

El gobierno de Fidel Castro dijo que no permitirá ningún tipo de invasión como la de Playa Girón

Cuba atacará barcos o aviones de exiliados

La Habana, Cuba

15/7 LR

Cuba dijo ayer que "no admitirá ningún tipo" de invasión como la de Playa Girón y advirtió que cualquier barco o avión que viole su territorio "puede ser" atacado por sus Fuerzas Armadas.

■ En una directa advertencia a los exiliados cubanos y a Estados Unidos, el gobierno de La Habana afirmó que "la paciencia también tiene límites", y señaló que "no tolerará que se violen flagrantemente sus fronteras", como ocurrió el jueves con una flotilla de naves y aviones del exilio.

"La responsabilidad de lo que ocurra recaerá exclusivamente sobre quienes alientan, planifican y ejecutan estas acciones de piratería", sostuvo.

El gobierno, a través de una nota publicada ayer en el oficialista diario Granma, denunció que 11 embarcaciones, seis aviones y dos helicópteros violaron ayer sus aguas territoriales y espacio aéreo desde Miami, Estados Unidos.

Las naves eran piloteadas por cubanos en el exilio que intentaron conmemorar ayer el primer aniversario de la tragedia del remolcador "13 de marzo", que acusó la muerte de 40 personas.

La nota dijo que "con ningún tipo de pretextos" el gobierno admitirá "ningún tipo de Girón en nuestras costas", en alusión a la invasión contrarrevolucionaria de 1961 en Playa Girón, cerca de Bahía de Cochinos, financiada por la CIA (Central de Inteligencia estadounidense).

La nota advirtió, incluso, que "cualquier nave procedente del exterior que invada por la fuerza aguas territoriales puede ser hundida y cualquier avión derribado."

El gobierno reiteró "una vez más su firme determinación de adoptar cuántas decisiones sean necesarias para evitar que actos como el de ayer se repitan", según indicó.

El hundimiento del remolcador ocurrió el 13 de julio de 1994, cuando un grupo de unas 60 personas secuestró la nave en el puerto de La Habana con el fin de emigrar ilegalmente a Estados Unidos.

El remolcador naufragó a siete millas de la costa tras colisionar con una de las tres embarcaciones del Ministerio de Transporte que habían salido en su búsqueda.

La nota oficial denunció que "todas" las embarcaciones llegaron hasta 10 millas al norte de las costas cubanas (las aguas territoriales cubanas se extienden hasta 12 millas) e incluso "una avioneta sobrevoló la zona costera de la ciudad de La Habana".

Denunció, además, que las aeronaves realizaron "vuelos rasantes en forta provocadora y peligrosa sobre las unidades navales de las tropas Guardafronteras" cubanas.

El gobierno dijo que sus unidades "evitaron que se produjeran incidentes graves", y aclaró que "en ningún momento embistieron a proa a las naves" del exilio.

"Simplemente se aproximaron a ellas y de banda impidieron avanzar a las que intentaron hacerlo", indicó.

La Guardia Costera estadounidense informó que las naves cubanas embistieron al barco "Democracia", con un balance de tres heridos.

La nota oficial aseguró que una unidad naval cubana "hizo contacto físico" con otra del exilio, pero dijo que ésta "se retiró sin indicios de que estuviera en peligro de hundirse".

C-C2.

Hoy finaliza el cuarto encuentro bilateral de verificación de los tratados migratorios en La Habana

En clima amistoso, se reúnen Cuba y EEUU

La Habana,
por Mauricio Vicent

EXCLUSIVO EL PAIS de Madrid PARA La República

■ Delegaciones de Cuba y Estados Unidos se reunieron ayer en La Habana por segundo y último día para revisar los acuerdos migratorios firmados por ambos gobiernos el 9 de setiembre de 1994 y el 2 de mayo de este año, en un encuentro de rutina del que no se esperan grandes sorpresas ni anuncios espectaculares, pero que tiene el valor de ser el único marco de diálogo abierto por los dos países para abordar algunos de sus problemas con respeto y normalidad.

Hasta el momento, ninguna de las partes ha informado sobre los aspectos tratados en la reunión, pero lo que ha quedado claro desde el principio es que ésta se desarrolla en un clima de comprensión, en el que ambas delegaciones no se han cansado de reconocer que la otra ha cumplido sus compromisos.

En los acuerdos del 9 de setiembre, Estados Unidos prometió conceder "como mínimo" 20.000 visados de emigrantes a ciudadanos cubanos anualmente, además de "limpiar" una lista de espera de aproximadamente 6.000 personas, que habiendo realizado todos los trámites hechos para entrar a Estados Unidos, no lo habían hecho aún por problemas burocráticos de las autoridades norteamericanas.

Hasta la fecha, EEUU ha concedido 18.000 visados del cupo de 20.000 y otros 6.000 a cubanos que estaban en la lista de espera y eran familiares directos de ciudadanos norteamericanos, por lo que es previsible que, a falta de dos meses para terminar el plazo, EEUU no tenga dificultades para cumplir su parte del acuerdo.

Por otro lado, Cuba se comprometió en dicho acuerdo a detener la emigración ilegal y el éxodo de balseros, algo que hizo de inmediato. Un año después del fin de la "crisis de los balseros", durante la cual se lanzaron al mar más de 30.000 cubanos, sólo unas decenas de personas han salido ilegalmente de la isla en balsas. De éstas, ya 60 han sido deportadas en virtud de los acuerdos del 2 de mayo, que establecieron que todos los refugiados que estaban recluidos en Guantánamo entrarían a Estados Unidos a cambio de que los futuros emigrantes ilegales fuesen repatriados a Cuba por el Servicio de Inmigración norteamericano. Quizás éste sea uno de los puntos más sensibles para Estados Unidos, que antes de iniciar esta quinta ronda de conversaciones sobre temas migratorios en La Habana, anunció que incluiría en la agenda de la reunión el tema de las posibles represalias a los cubanos deportados. Según EEUU, hasta el momento Cuba ha cumplido su compromiso de no molestar a los balseros repatriados, excepto en dos casos aún no aclarados, uno el de un profesor de la Universidad de las Villas que fue expulsado de su trabajo —después de abandonar sin previo aviso las clases durante tres semanas— y otro el de un joven que fue golpeado y detenido por la Policía en circunstancias oscuras. Sin embargo, según diplomáticos y observadores extranjeros, los problemas y roces que puedan surgir entre las delegaciones de Cuba y EEUU por estos u otros temas menores en las conversaciones no ensombrecen el espíritu y el resultado de esta reunión. Su valor, según las citadas fuentes, reside en que Cuba y EEUU han encontrado por fin un marco para conversar normalmente, lo que más tarde o más temprano se traducirá en un mejor entendimiento, aunque en esta reunión concreta no se esperen sorpresas.

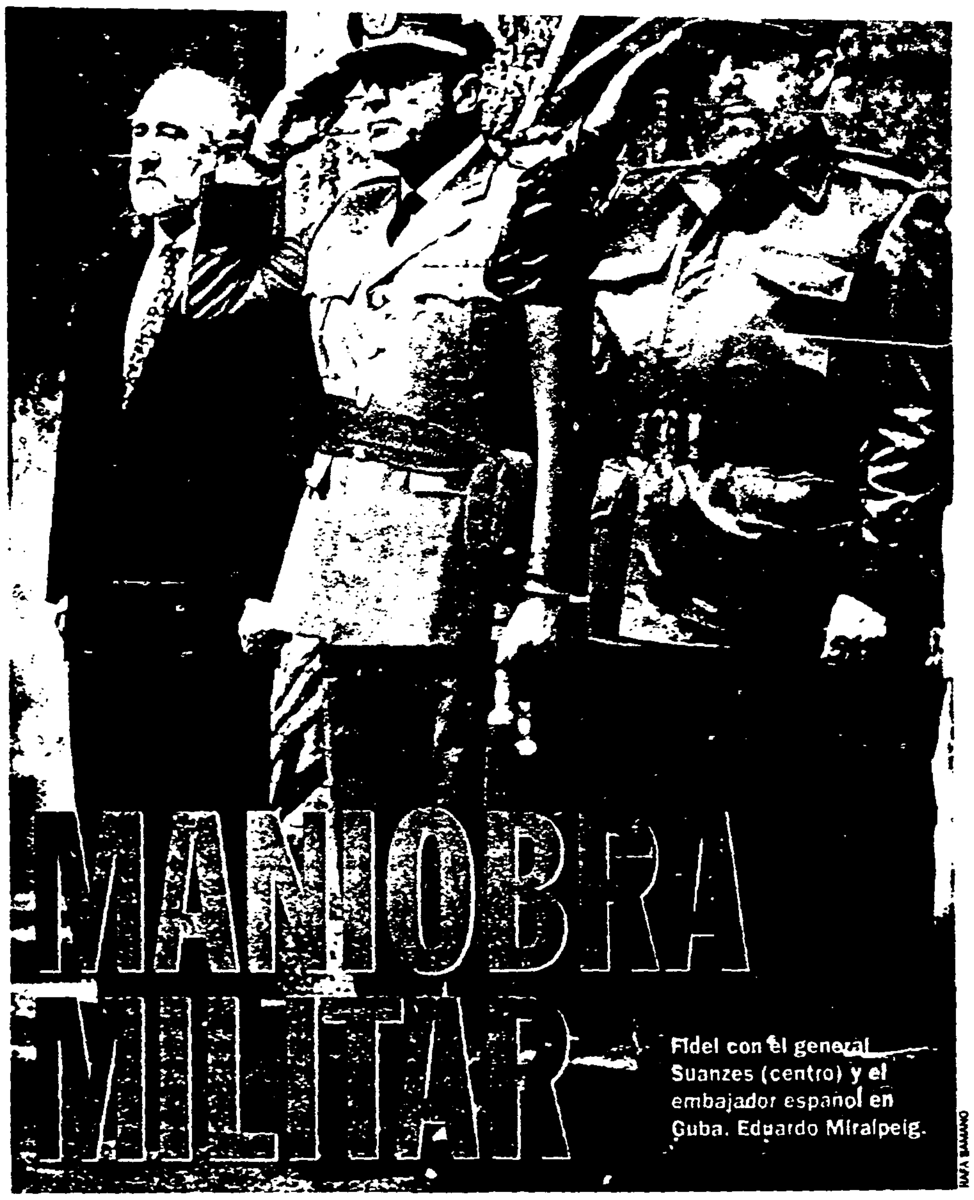
CUBA

ANGEL TOMAS, La Habana

La guerra entre España y Cuba ha terminado», anunció Eusebio Leal, historiador de La Habana, a los 97 años de haberse apagado el conflicto bélico hispano-cubano. A pesar del aparente absurdo del anuncio, el presidente de Cuba, Fidel Castro, y el general de Brigada Víctor Suanzes, director general de Política de Defensa de España, no inmutaron la expresión de solemnidad de sus rostros. El historiador Leal, en cierto modo, tenía razón. En esa tarde calenturienta del pasado 8 de junio, el Ejército cubano y el español pactaron el enlace de una amistad estratégica.

Los dos bandos militares tienen en la memoria la misma espina de amargura por la intervención norteamericana que llegó a última hora para secuestrar la victoria. Sólo con España firmó EE UU la paz —para insulto de los guerreros cubanos— en el mismo edificio de los Capitanes Generales donde ahora militares de la isla y españoles festejaron con una sobria ceremonia el intercambio de objetos pertenecientes a la guerra de 1895-98.

España no quiere perderse la futura evolución política de Cuba. Por eso ha querido que sus militares sean los primeros no comunistas que se reúnen con el Ejército cubano, clave en el destino de la isla



Fidel con el general Suanzes (centro) y el embajador español en Cuba, Eduardo Miralpeig.

Además de satisfacer añejas nostalgias históricas, el retorno de una alta delegación militar española a la perla del Caribe es también un intento del Ministerio de Defensa español de relacionarse con la futura evolución política de la revolución cubana. Las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) han comenzado a ser consideradas —hasta por el Pentágono— como la estructura más eficiente del aparato gubernamental cubano y la que tiene mayores posibilidades de asegurar una remodelación pacífica del régimen. «Las FAR son, en gran medida, la columna vertebral de la sociedad cubana y tendrán inevitablemente un protagonismo en cualquiera de los destinos que elija el pueblo cubano», aseveró el coronel Jesús del Olmo, director general de Relaciones Informativas y Sociales del Ministerio de Defensa español.

Alrededor de 1989, antes de que el Gobierno cubano levantara la bandera de la apertura económica, el Ejército aplicó en sus empresas reformas destinadas a buscar una eficiencia productiva con rentabilidad y ganancias. La experiencia adquirida por los militares en el terreno empresarial sirvió de guía a las posteriores reformas de las empresas estatales.

En la crisis alimentaria de la isla, el Ejército igualmente se ha convertido en productor agrícola organizado en granjas militares que abastecen una buena parte de los mercados agropecuarios habaneros. La pragmática consigna de Raúl Castro, Ministro de las FAR, de que «ahora hacen más falta los frijoles que los cañones», desveló la estrategia de que el ejército debía hacer profilaxis política trabajando en función de aliviar, en lo posible, la carestía de la población para evitar posibles explosiones sociales.

La revolución cubana también estrenó con la delegación del Ministerio de Defensa de España el primer encuentro con representantes de un Ejército no comunista. Una apertura impensable pocos años atrás. Algunos cubanos manifestaron asombro cuando vieron en el informativo de la televisión al general Suanzes sentado en la cabina de un avión Mig 29 durante la visita a una unidad militar. La imagen chocaba con el síndrome del secreto que durante décadas se ha cultivado entre los habitantes de la isla como un «arma contra el enemigo».

La declaración de intenciones firmada entre ambos ministros contempla, entre otros asuntos, la posibilidad de que oficiales cubanos puedan perfeccionarse en academias militares españolas.

Pero para Cuba la Guerra Fría aún no ha terminado. La embajada norteamericana en Madrid llamó al Ministerio de Defensa para preguntar si realmente visitarían la isla. «Les dijeron que sí —explicó el general Suanzes—. Sólo eso, porque nosotros no tenemos que notificar a nadie lo que vamos a hacer».

El viejo Sebastián, vendedor de libros viejos y filósofo de esquina, desde un banco en la Plaza de Armas observó a los militares españoles, al terminar la ceremonia, abordar los coches de protocolo y dijo en voz alta sus conclusiones: «Vamos a ver si no se repite la historia y otra vez los yanquis echan a los Pepe [soldados españoles] de la isla». Antes de que los curiosos reunidos pudiera dar su opinión, Sebastián echó a andar silbando la Internacional a ritmo de guaracha. ■

debe cada vez más

¿Y EL BRADY?

Aunque varios países regionales acordaron con la banca acreedora –Plan Brady mediante– y vendieron sus empresas públicas para pagar, la deuda externa latinoamericana creció 15 por ciento desde 1990. Y se espera un nuevo salto este año en un marco "complejo" e "incierto", según el SELA.

(*Por Daniel Víctor Sosa*) La situación actual del endeudamiento externo de América latina y el Caribe –que aumentó 15 por ciento en los últimos cuatro años pese al Plan Brady y las amplias amortizaciones realizadas mediante la venta de empresas públicas– es extremadamente compleja y está dominada por la incertidumbre. Especialmente después de la crisis de diciembre pasado en México. Así lo señaló uno de los documentos presentados en la reunión del XXI Consejo Regional del SELA (Sistema Económico Latinoamericano), que sesionó esta semana en El Salvador.

El secretario general del organismo, el mexicano Salvador Arriola, dijo que, sin contar la subregión caribeña, la deuda conjunta de América latina ascendió a más de 533 mil millones de dólares. Por eso, remarcó, la región ya no puede depender solamente de "capitales golondrina" o fluctuantes para sus planes de desarrollo.

Del total de la deuda externa regional, tres cuartas partes la concentran ocho países. Ese listado incluye a Brasil (que adeudaba 151 mil millones de dólares a fines de 1994); México (136 mil millones), y Argentina (75 mil millones).

Y para fines de este año se espera un fuerte salto del stock de compromisos dada la masiva ayuda que Estados Unidos destinó a México para evitar que se profundice la debacle económica y social en los meses posteriores a la devaluación del peso.

Del mismo modo, a la deuda argentina debe añadirse el paquete de ayuda del Fondo Monetario y los bancos Mundial e Interamericano de Desarrollo, dispuesto para paliar las consecuencias del efecto tequila. Y a ello se agrega el recálculo del primer trimestre de este año en el que se asentó el impacto de los fuertes cambios recientes en las cotizaciones de las divisas. Por ese motivo el endeudamiento de Argentina es casi 7 mil millones de dólares más alto que el mencionado (subió a 82.400 millones). La caída del dólar frente al yen y el marco alemán impactará también en las deudas de Venezuela (que el SELA estimó en 38.300 millones a fines del año pasado); de Perú (23 mil millones); de Chile (21.470 millones); de Colombia (21.445 millones), y de Ecuador (casi 13 mil millones de dólares).

En el documento difundido durante las deliberaciones del organismo regional, fueron definidas cuatro etapas de evolución de la deuda externa latinoamericana a partir de 1975. La primera, hasta el año 1981, fue expansiva y se caracterizó por préstamos abundantes y baratos basados en el reciclaje de los petrodólares generados en la crisis de Medio Oriente.

Desde 1980 la tasa de interés subió de forma exorbitante, en varios países se sobrevalorizó el tipo de cambio y muchos agentes económicos se endeudaron masivamente. Por eso, cuando México dejó de pagar en 1982 terminó el flujo voluntario de capitales. Esa segunda etapa (que duró hasta 1990) se agravó por la recesión mundial y el deterioro de los términos del intercambio para los países latinoamericanos.

Durante el período, las naciones del área transfirieron recursos a las naciones desarrolladas de hasta 220 mil millones de dólares y el producto bruto por habitante cayó 7,9 por ciento para toda América latina. El promedio de personas en situación de pobreza aumentó en tanto de 41 a 46 por ciento de la población.

En la tercera fase, de 1990 a 1994, se restablecieron los flujos de capitales, lo que significó para muchos países una mejora sustancial en la disponibilidad de divisas.

Y en la actual cuarta etapa, la crisis retorna debido a la expansión de los problemas mexicanos, aunque al parecer las dificultades no afectan a todos por igual. El trabajo del SELA dice que todavía no se pueden evaluar todas las repercusiones, si bien se pueden percibir efectos tales como la reducción acentuada del flujo financiero en varios países, por lo cual se prevé un lapso de retracción económica.

El documento señala que ante una crisis pueden adoptarse varias soluciones o un mix de ellas: reforzar la disciplina del mercado; implantar un esquema de "caja de conversión"; controlar los movimientos de capital a corto plazo, o crear una red de seguridad internacional. La otra enseñanza de la nueva crisis para las autoridades de la región –concluye el SELA– pone de relieve la necesidad de distinguir entre los capitales de corto y mediano plazo.

DEUDA EXTERNA TOTAL DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE
En millones de dólares

	1980	1990	1994 *
[illegible] TOTAL	257.361	476.029	546.981
[illegible] plazo	187.195	379.842	437.115
[illegible] y con [illegible] total	144.737	354.539	380.450
[illegible] no garantizada	42.458	25.102	56.665
[illegible] plazo	68.753	78.090	96.483

[illegible]
[illegible]

TRABAJO. Durante las últimas tres décadas, Venezuela fue el país donde la fuerza laboral tuvo el más alto crecimiento en las economías emergentes. Según el Banco Mundial, el número total de personas empleadas y desempleadas creció en un promedio anual de 3,7 por ciento desde 1965. Otros tres países –México, Malasia e Israel– también experimentaron incrementos en sus contingentes de trabajo de más de 3 por ciento al año. Mientras, los de más lento crecimiento fueron todos europeos: Hungría, 0,3 por ciento; Grecia, 0,6, y Polonia, 0,9. Durante los próximos 30 años las tasas de crecimiento de las fuerzas laborales deberán ser mucho más bajas en la mayoría de los países. China deberá exhibir la mudanza más drástica: 0,4 por ciento al año hasta el 2025, en relación al 2,6 por ciento de los últimos treinta años. Y Hungría retrocederá aún más, a dos décimas porcentuales por año, en tanto Sudáfrica será el país con crecimiento más acentuado en el futuro en su contingente laboral: una media anual de 2,4 por ciento.

MEXICO

La Revolución En las Urnas



SERGIO DORANTES

El conservador Partido de Acción Nacional está calando entre los electores mexicanos y se apresta para tomar el Congreso en 1997. El reinado del PRI, en el poder desde hace 66 años, se resquebraja

LUIS GRANOVSKY, Ciudad de México

DE DERROTA EN DERROTA, EL GOBERnante Partido Revolucionario Institucional (PRI) mexicano paga con votos la crisis económica que sacude al país, ante una oposición que crece y se apresta a tomar por asalto el Congreso en las elecciones de 1997, para intentar acabar con el presidencialismo que ha durado casi un siglo.

Los resultados de las elecciones del pasado 28 de mayo en los estados de Guanajuato y Yucatán estaban *cantados* de antemano: el conservador Partido Acción Nacional (PAN) ganaría en el primero y habría una cerrada disputa por la gobernatura en el segundo. Mas, como no podía ser de otra manera en este país de sorpresas, pocos previeron dos variantes: que en Guanajuato el PRI sufriría una derrota histórica porque obtuvo el porcentaje de sufragios más bajo de sus 66 años de historia (el 32,9 por ciento); y que los comicios yucatecos estarían colmados de irregularidades, sobre todo en el medio rural, donde se repitieron las viejas historias priístas: compra de votos con dinero, la promesa de favores o de empleos, o caciques y policías que obligaban a la población a votar por el PRI.

Desde que el pasado 1 de diciembre Ernesto Zedillo asumió la presidencia de México, con éstas han sido cinco las elecciones habidas durante su mandato: el PRI ya había perdido la gobernatura de Jalisco y dos comicios extraordinarios para diputados federales. Y el que ganó —según las cifras oficiales, porque el PAN da otras—, Yucatán, lo hizo por apenas 22.000 votos y perdiendo en la capital, Mérida, única ciudad grande del estado, en una proporción de 2 a 1. Y aunque Zedillo se apresuró a felicitar al candidato priísta, Víctor Cervera, el PAN no parece dispuesto a tolerar esa «imposición», como la llaman, y el enfrentamiento podría derivar en la ruptura del maridaje que desde 1988 han mantenido el partido en el poder y su principal opositor.



Cárdenas creyó ganar en el 88.



Zedillo no controla el PRI.

Si estos procesos electorales «dos ligamos al de Jalisco y a que en Yucatán el PRI era el heredero de la costumbre de sacar el cien por cien, la casi mitad que sacó el PAN es muy significativa: representa que en Jalisco y Guanajuato la lucha es entre lo nuevo y lo viejo y que el PAN se está convirtiendo en una fuerza que bien puede desbancar al PRI en el Congreso en 1997», señala a CAMBIO16 el politólogo Lorenzo Meyer. Estos comicios, dice, «los veo como una forma de acelerar el paso a la destrucción del presidencialismo autoritario, porque la pérdida de control de los estados está quitando uno de los elementos centrales del presidencialismo. Si el PAN logra quitar [al PRI] el control Congreso en 1997, quedaría sellado el de un ciclo histórico».

Desde que el ex presidente Carlos linas asumió el Gobierno en diciembr 1988, el PAN actuó en conjunción co PRI en el Congreso, lo apoyó en sus formas legislativas y planes económ frente a un enemigo común, el cen izquierdista Partido de la Revolución mocrática (PRD), que no cesó de pro mar que el entonces presidente er «usurpador» y que el triunfador en comicios de aquel año había sido su didato, Cuauhtémoc Cárdenas.

A cambio, el PAN logró que se le conocieran victorias electora por primera vez en su histori PRI perdió gobernaturas (Baja C fornia y Chihuahua); además la Admi tración Salinas dio el gobierno inte de Guanajuato a un panista para cal las protestas por fraude que se suce en ese estado.



Un mexicano deposita su sufragio.

—Si no tienen palabra, no esperen que nadie les dé palabra. O hay democracia o no hay política. Si quieren hacer nacional el problema, lo vamos a hacer nacional, con mucho gusto.

Horas después se iniciaron movilizaciones por todo el país. Para algunos, esta reclamación a la falta de palabra es porque habría habido alguna promesa de entregarles Yucatán. Pero, en cualquier caso, el PAN comenzó a hacer lo que siempre criticó al PRD: sacar a su gente a la calle para que se les reconozca un triunfo electoral.

—En dos elecciones, el mismo día, fue claramente diferenciado el proceso —asegura a esta revista el secretario general adjunto del PAN, Humberto Alvarez—. En Guanajuato se puede definir como el respeto a la voluntad ciudadana, sin problemas ni anormalidades, en un ámbito de transparencia. Sin embargo Yucatán vino a reflejar la vieja tradición fraudulenta, se echó a andar el viejo esquema del aparato corporativo del sistema político.

Alvarez prosigue:

—Hubo compra de votos, el estilo de hacerse con votos por medio del hambre del pueblo y con manipulación constante, ofreciendo favores. Los ciudadanos que toman conciencia y quieren un cambio votaron por el PAN. En un país democrático no tendría nada de raro, pero sí allí donde impera el caciquismo. No reconocemos ese supuesto triunfo porque no lo obtuvo por votos legítimos.

Más allá de su lucha para que se le reconozca su triunfo en Yucatán, el PAN dio otro paso gigantesco hacia el poder con el triunfo en Guanajuato y especialmente porque el candidato triunfante, Vicente Fox, es un hombre carismático, con un lenguaje que hace vibrar a las masas y mucho más enfrentado al PRI que la actual dirección panista. Es, desde el 28 de mayo, la figura más sólida del PAN para que este partido lo presente como candidato a la presidencia de México en el año 2000.

—La otra lección —asegura el politólogo Meyer— es que el PRI está imposibilitado de cambiar, ha cerrado todas las oportunidades de cambiar. En Yucatán se hicieron encuestas dentro del PRI y eligieron a Cervera porque no había otro: hubieran querido a alguien más moderno, cercano a actitudes de transición y no lo encontraron. Hasta dónde lo va a defender Zedillo es irrelevante: nadie goza de sus simpatías porque el presidente no tiene equipo, no estuvo planeado que fuera presidente, es como un sustituto.

El ascenso panista ha despertado las iras de los *dinosaurios* del PRI. El casi centenario dirigente sindicalista Fidel



Cervera votando en Yucatán el 28 de mayo.

Velázquez no se anda con rodeos al afirmar:

—Hay el propósito de ir entregando al PAN el poder, que puede llegar hasta la presidencia.

En el parabólico lenguaje de los priístas esta afirmación supone una acusación directa a Zedillo. Por su parte, algunos gobernadores priistas han acordado torpedear cualquier acción del PAN en sus estados, en una acción independiente del poder central que muestra hasta dónde Zedillo está lejos de controlar todo el país y a las huestes priistas.

El Partido Revolucionario Institucional no está dispuesto a ceder, aunque su aparente firmeza es irrelevante: la última palabra la tiene Zedillo, que deberá optar entre tener a una oposición que lo impugne o reconstruir el maridaje. Haya o no marcha atrás priista en Yucatán, el PAN seguirá ascendiendo escalones. A cambio, el PRI suma derrotas y alguna que otra victoria, impugnada. ■

Pero con el nuevo jefe de Estado, Zedillo, ese maridaje comenzó a naufragar, pese a que, también por primera vez, un panista forma parte de su gabinete. Los diputados panistas votaron contra el aumento del IVA, dejaron plantado al presidente cuando enunció su Plan Nacional de Desarrollo y los dirigentes del partido no cesan de tronar contra la política económica del Gobierno y su coste social.

Como en cualquier pareja que se separa, también hubo un elemento de crispación y en este caso fue la elección en Yucatán. Ante miles de personas en Mérida, Carlos Castillo, presidente panista, fue inflexible:

«No reconocemos el supuesto triunfo del PRI en Yucatán porque no lo obtuvo por votos legítimos», reclama el dirigente del PAN, Humberto Alvarez

Comenzó ayer la cuarta ronda de diálogo entre el Gobierno mexicano y los rebeldes zapatistas

El Gobierno mexicano y la guerrilla zapatista comenzaron ayer la cuarta ronda del diálogo para buscar salidas pacíficas al conflicto de Chiapas, en un ambiente político enrarecido por la deportación de tres sacerdotes extranjeros que trabajaban en este estado.

La reunión comenzó hacia las 14.00 horas del martes (20.00 GMT), en cuanto llegaron los delegados del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) a San Andrés Larráinzar, 830 kilómetros al sureste de la capital mexicana.

La delegación oficial, con Marco Antonio Bernal al frente, se encuentra desde el lunes en la ciudad de San Cristobal de las Casas, a 30 kilómetros de la sede de la reunión y a 800 kilómetros al sureste de la capital mexicana.

La Cruz Roja y la Comisión Nacional de Intermediación (CONAI), que actúan de mediadores, se encargan del traslado de los ocho líderes zapatistas desde sus reductos en la Selva Lacandona, a unos 200 kilómetros de San Andrés Larráinzar.

Ambas delegaciones tienen previsto analizar los puntos de distensión que dejaron pendientes en la reunión de junio, y de una agenda con calendario para estudiar las causas que dieron origen al conflicto en enero de 1994. El EZLN, que ha pedido una consulta popular para definir su futuro, ha puesto sobre la mesa demandas como alimentación, salud, vivienda, educación, participación política electoral, derechos de los indígenas y autonomía de las etnias, entre otros asuntos. La reunión se desarrollará en medio de un ambiente político enrarecido por la deportación del sacerdote español Rodolfo Izal, el estadounidense Loren Riebe y el argentino Jorge Alberto Barón, ayudantes directos del obispo de San Cristobal de las Casas, Samuel Ruiz, presidente de la CONAI. A esta situación se sumó el lunes el nombramiento de Emilio Chuayffet como nuevo secretario de Gobernación en sustitución de Esteban Moctezuma, el jefe de la delegación oficial que participa en el diálogo desde marzo. La expulsión de los sacerdotes, acusados de proselitismo político y de promover la invasión de tierras, fue justificada por el Gobierno como parte de una serie de medidas tendentes a "restablecer el ambiente de orden, estabilidad y concordia necesarias para solucionar el conflicto".

Después de la deportación de los tres sacedotes, catorce religiosos de nueve países que trabajan con el obispo Ruiz promovieron un recurso de amparo para evitar su posible deportación y denunciaron que la decisión del Gobierno había sido tomada para debilitar la imagen del prelado como mediador con la guerrilla.

El presidente de la Comisión de Concordia y Pacificación (CoCoPa), formado por legisladores, el diputado Marco Antonio Michel Díaz, afirmó que no se prevé "ningún endurecimiento" o incidente que pueda ensombrecer el proceso por el cambio en la Secretaría de Gobernación.

El diputado Juan Guerra sostuvo que el diálogo "no puede verse afectado por el cambio en Gobernación ni por la deportación de tres sacerdotes extranjeros de la diócesis de San Cristobal".

Otro miembro de la CoCoPa, el diputado del Congreso de Chiapas Roberto Fuentes, destacó que el EZLN y las Fuerzas Armadas de México ya han descartado el uso de las armas como un medio para resolver el conflicto.

"Ninguna de las partes pretende retomar las armas para buscar la solución, ya que están convencidas de que una salida militar de ninguna manera remediaría el problema", dijo el legislador. El proceso de diálogo en Chiapas, que comenzó el 20 de abril último, ha tenido rondas los pasados 12 de mayo y 7 de junio, pero no se alcanzaron acuerdos acerca de las medidas de distensión.

El Congreso mexicano investigará la matanza de 17 campesinos

Baleados: agentes policiales dispararon sobre ellos cerca de Acapulco, en un confuso episodio sobre el que hay versiones encontradas.

MEXICO, 6 (AP).– El Congreso acordó examinar la masacre de 17 campesinos perpetrada por agentes policiales del Estado de Guerrero.

Pero la mayoría del Congreso, dominado por el gubernamental Partido Revolucionario Institucional (PRI), rechazó la propuesta del Partido de la Revolución Democrática (PRD) de que fueran suspendidos los poderes en Guerrero. El PRD pretende que se nombren nuevas autoridades.

Los priístas acordaron que "se investigue a fondo" el asesinato de los 17 campesinos perpetrado por la policía la semana pasada en el pequeño poblado de Cayuca de Benítez, a 15 kilómetros al norte de Acapulco.

Dos comandantes y ocho policías están siendo procesados por su participación en la matanza y podrían ser condenados a 40 años de prisión.

Los campesinos sobrevivientes alegan que iban a una manifestación y que los policías les cerraron el paso y los balearon.

Acusación

Las comisiones de derechos humanos de las dos cámaras examinarán las averiguaciones efectuadas hasta el momento.

El diputado por el Estado de Guerrero Marcelino Miranda insistió que fue la Organización Campesina de la Sierra del Sur (OCSS) la que provocó a la policía.

Por su parte, el comandante de la Novena Región Militar, el general Tómas Salgado Cordero, consideró a la OCSS "un grupo radical", influido por "ideas extrañas".

Por su parte, el diputado del PRD Alfredo Ling Altamirano rechazó el "seguimiento de las investigaciones" aprobado por la bancada oficialista y denunció "la simulación que se pretende instrumentar desde el oficialismo".

Ling Altamirano señaló que se pretende arreglar el lugar del crimen y presentar fotografías de campesinos armados, aunque ninguno de los policías resultó herido por armas de fuego.

9509095

México: el narcotráfico es la mayor amenaza

8/7LN



Zedillo

MEXICO, 7 (AP) – El procurador general de México, Antonio Lozano García, reveló que el narcotráfico ha penetrado hasta los altos mandos de la policía judicial federal y aseguró que es en la actualidad la amenaza más grave para la seguridad del país.

Lozano García, que anoche compareció durante tres horas ante la Comisión Permanente del Congreso de la Unión, confirmó la existencia de una "doble nómina" entre los cuerpos policiales, una formal y otra pagada por el narcotráfico, pero advirtió que será implacable en la lucha contra la corrupción y la delincuencia organizada.

El procurador reconoció que el narcotráfico es en la actualidad la amenaza más grave para el Estado y la seguridad nacional de México, ya que ha corrompido e invadido de manera alarmante las instituciones de procuración de justicia, tanto en el nivel federal como en el estatal.

Millonaria corrupción

Lozano García dijo que a pesar de que las cifras del narcotráfico son oscuras, se tiene la certeza de que se trata de montos de miles de millones de dólares, los que han provocado una gran corrupción, en la que están involucrados servidores públicos.

Reveló que las costas del país y los Estados del sur y del norte de la república figuran entre las zonas de mayor operatividad de los jefes de la droga.

Purga policial

Lozano García aclaró que en esta lucha los operativos no están bajo la resposabilidad militar, pero señaló que éstos sí los apoyan en la persecución del delito.

En su dura lucha contra el narcotráfico, el presidente Ernesto Zedillo anunció a fines de junio la depuración de los cuerpos policiales.

Reservas mexicanas crecen U$S 4.270: en solo una semana

México, jul 12 - Las reservas internacionales de México crecieron en 4.268 millones de dólares entre el 30 de junio y el 7 de julio para totalizar 14.350 millones, informó hoy el Banco de México.

"Ello se explica por el financiamiento recibido el 5 de julio por 2.500 millones de dólares de la Tesorería de los Estados Unidos con fines de estabilización cambiaria", dijo el banco central en un comunicado.

A este monto, añadió, se sumó "el giro contra el Fondo Monetario Internacional efectuado el 6 de julio por 1.290 millones de Derechos Especiales de Giro (equivalentes a 2.023 millones de dólares)". Adicionalmente, señaló, se obtuvieron divisas por 130 millones de dólares provenientes de pagos de créditos otorgados por un fondo especial de apoyo a la banca comercial, así como 17 millones de otras operaciones netas con el sector público.

En el mismo lapso, Banco de México registró egresos por 402 millones de dólares, de los cuales 332 millones se destinaron al pago del servicio de la deuda del gobierno y a la amortización de 70 millones de dólares de papeles estatales denominados en divisas (Tesobonos).

(Reuter)

La prensa mexicana revela los negocios millonarios de la familia del ex mandatario azteca

Jefe policial acusa a ex presidente Salinas de Gortari por violaciones judiciales para conseguir beneficios

Durante el gobierno de Carlos Salinas "se antepusieron los intereses personales a los del país y quienes eran sus enemigos u obstaculizaban sus fines terminaron en la cárcel", acusó Guillermo González Calderoni, ex alto funcionario de la Procuraduría de Justicia, en entrevista publicada ayer por el periódico Excelsior.

México

■ González Calderoni, que vive en Estados Unidos —donde fue rechazado su pedido de extradición a México— afirmó que en ese período (1988/94) "no se cumplía con la verdad jurídica, sino con la verdad política, eran los intereses —no necesariamente los el país— los que se imponían: eran los de Salinas".

El hombre que organizó la Operación Halcón para combatir al narcotráfico en México y que posteriormente sería adoptado como modelo en Centro y Sudamérica dio su versión de hechos sangrientos ocurridos en México, de los que exculpó a la Policía Judicial y culpó a narcotraficantes o al Ejército.

Así, por ejemplo, afirmó que el culpable de la matanza de Tlalixcoyan —debida supuestamente a un enfrentamiento entre federales y tropas cuando intentaban capturar droga y narcotraficantes de un avión recién aterrizado— está grabada y "fue el Ejército. ¿Una confusión con tiro de gracia? Todo está grabado en video. Los tiene la Procuraduría".

Según González Calderoni (47 años) "pasamos (a ser) villanos porque la justicia en ese momento se compraba. La justicia era lo que Carlos Salinas ordenara. Eso era lo justo. No lo que realmente era justicia."

Relató también que el ex presidente le ordenó espiar telefónicamente a miembros del centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática "y sí lo hice. Indebidamente, lo reconozco, pero lo hice."

Según relató, en el anterior gobierno, "en reuniones que tenían los políticos decían "esto no conviene que se diga así porque la gente no lo va a creer, es mejor hacerlo de esta forma. ¡Estaban falseando la verdad jurídica!"

González Calderoni afirmó que se le persigue porque "el presidente volcaba todo el instrumento de Justicia contra aquéllos que se oponían a sus intereses: es el caso, en lo personal".

González Calderoni, que llegó a ser jefe de la Policía Judicial Federal y director operativo y de intercepción de la Procuraduría, departamentos clave en el combate al tráfico de drogas, concluyó que "el narcotráfico sí está incrustado dentro de la política mexicana."

LOS NEGOCIOS DE SALINAS

La multiplicidad de millonarios negocios de la familia del ex presidente Carlos Salinas de Gotari fue ayer tema de un amplio artículo en la tapa del diario **El Universal**, que en páginas interiores muestra una caricatura del ex mandatario titulada "¡Qué novedad!"

Una isla, una sofisticada granja camaronera, un lujoso hotel, proyectos millonarios en el sector inmobiliario y turístico, son detallados por el diario que menciona entre los familiares más ambiciosos del ex mandatario, a sus hermanos Adriana y Raul.

Raúl Salinas de Gortari está actualmente preso en un penal de alta seguridad acusado de autoría intelectual en el asesinato de José Francisco Ruiz Massieu, segundo en la jerarquía del partido en el poder, y en vida el primer esposo de Adriana Salinas de Gortari.

El diario reseña que Adriana Salinas, junto con su segundo esposo, Luis Yáñez, crearon unas 30 empresas para desarrollar un proyecto inmobiliario de más de 1.000 casas en el peninsular estado de Baja California, al norte del país.

En el sur del territorio, en el estado de Quintana Roo, se les sindica por numerosos fraudes también en el campo de la construcción.

A Raúl, se le adjudica un plan con empresarios del norteño estado de Nuevo León para instalar un parque cinegético en la isla del Carmen, en el golfo de California, con todas las instalaciones para actividad turística de altura.

Al hermano mayor del ex mandatario se le atribuye además la propiedad de la isla del Carmen, una de las más grandes de las 45 islas e islotes de la costa surcaliforniana.

Manuel Castro Guluarte, director del Registro Público de la Propiedad de Los Cabos, Baja California, señaló que "legalmente aquí no son propietarios de nada (refiriéndose a los Salinas) porque no están registrados sus nombres", señaló el funcionario a **El Universal**.

La más grande y sofisticada granja acuícola en el norteño estado de Sinaloa con el sistema más avanzado en la producción camaronera de exportación, también se le atribuye a Raúl. La familia Salinas acumularía una impresionante fortuna en casas, terrenos, ranchos, fraccionamientos, intereses en ejidos agroindustrias y múltiples negocios, menciona el diario.

La Procuraduría General de la República (PGR) investiga al ex presidente Carlos Salinas de Gortari, que cesó su mandato el 1° de diciembre, por su presunta responsabilidad en el encubrimiento de su hermano mayor, Raúl.

Analistas políticos no descartan la posibilidad de que el hombre que gobernó a México entre 1988 y 1994, y a quien en su momento se elogió como el padre de una "revolución económica" en el país, sea llevado ante un estrado judicial. Aunque inicialmente el cargo podría ser el de encubrir a su hermano, aun sabiendo que él había ordenado el homicidio de Ruiz Massieu, sobran acusaciones de grupos independientes y de la oposición que presumen incurrió en el delito de "enriquecimiento ilícito", en "abuso de poder" y en otros ilícitos tipificados por las leyes mexicanas.

Salinas, que entregó el poder al presidente Ernesto Zedillo, ha sido señalado por diversos sectores como el responsable de la severa crisis económica nacional, que estalló el 20 de diciembre, al ser devaluada la moneda nacional por el agotamiento de las reservas y el crecimiento desmedido de la deuda del gobierno.



El ex presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, quien vive ahora en EEUU.

Uno de los condenados dijo desde su celda que el brazo ejecutor del ex mandatario fue Raúl Salinas

Acusaron al ex presidente Salinas de Gortari por asesinato de Ruiz Massieu

21/7 LR.

El ex presidente Carlos Salinas es la cabeza del grupo que asesinó al ex secretario general del PRI, Francisco Ruiz Massieu, reveló Fernando Rodríguez González, condenado por haber organizado el atentado, en entrevista publicada ayer por el diario Reforma.



Carlos Salinas de Gortari, antes, cuando era el presidente de Mexico.

México

Desde su celda del Reclusiorio Sur de Ciudad de México, Rodríguez González sostuvo que "el brazo ejecutor de Carlos Salinas era Raúl Salinas", quien se encuentra procesado como autor intelectual del crimen, y "los instrumentadores que utilizaron" fueron Ignacio Ovalle, dirigente del PRI, y Manuel Muñoz Rocha, ex diputado que se encuentra desaparecido.

Según el informante, la eliminación de Ruiz Massieu —ocurrida en setiembre de 1994— "nosotros la hemos hecho política", cuando "fue por asuntos familiares o intergrupales, porque chocaban intereses políticos".

Rodríguez González era secretario de Muñoz Rocha, originalmente señalado como el solitario autor intelectual del atentado mortal contra Ruiz Massieu, y afirma que su jefe fue manipulado políticamente para que se involucrara en el complot.

Rechazó que Ruiz Massieu haya sido un reformador político, como dicen sus correligionarios del Partido Revolucionario Institucional (PRI), y "su muerte, se debió al papel antagónico que jugó ante Carlos Salinas, por una rivalidad personal, no ideológica".

Aseguró que Ruiz Massieu "sabía mucho de las cuestiones personales de Carlos Salinas y de su enriquecimiento, que inició antes de su sexenio (1988-1994) presidencial".

Rodríguez González comentó a Reforma que en marzo de 1993 su jefe Manuel Muñoz Rocha viajó en el automóvil de Raúl Salinas y éste le comunicó por teléfono con "el señor presidente".

Dijo que "nunca, hasta donde yo sé, el presidente fue claro con Manuel (Muñoz Rocha), pero siempre le hablaba cuando había momentos de tensión y Manuel quería desistir".

Agregó que la investigación del crimen de Ruiz Massieu "es una verdad, pero a medias", pues se debe investigar a personajes como Ovalle, que ya rindió declaración ante el juez, y el senador priísta Hugo Andrés Araujo.

Rodríguez González sostuvo que Araujo se reunió con Muñoz Rocha toda la mañana del día del asesinato de Ruiz Massieu, además de que eran muy amigos.

La relación de Rodríguez González con el complot contra Ruiz Massieu se dio a través de los nexos de su jefe con Raúl Salinas.

Contó que Manuel Muñoz Rocha "era gran amigo de Raúl, todo mundo sabía de la lealtad que le profesaba a Raúl, él fue quien promovió su carrera política".

Sobre la suerte del ex diputado Muñoz Rocha, manifestó que "creo que está muerto, porque cuando lo vi por última vez en su casa, después del asesinato, afuera estaba una camioneta con varios agentes policiales, o al menos eso parecían.

Estando en la casa, le dije que lo iban a matar, pero no me creyó".

02-02

9509098
MEXICO: Indígenas desplazados ...
16-7-95

Historias del México bronco: el drama de los indígenas desplazados por la guerra

- Muchas comunidades reciben una ayuda gubernamental que no siempre alcanza para subsistir
- "No queremos regresar a nuestra tierra" aseguran voceros de las organizaciones, "ya que nada se ha solucionado aún"



Año y medio después del comienzo del conflicto armado en el estado mexicano de Chiapas, 1.017 familias indígenas desplazadas se niegan a regresar a sus comunidades y las 2.733 que retornaron reciben una ayuda oficial de 38.000 dólares mensuales.

Los indígenas que se desplazaron tras el estallido de la rebelión armada del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), en enero de 1994, viven en casas particulares y albergues de los municipios de Las Margaritas, Independencia, La Trinitaria y Frontera Comalapa, en el estado de Chiapas.

El Gobierno mexicano, después de la ofensiva armada contra los zapatistas en febrero pasado, ha apoyado el retorno de los campesinos a sus comunidades. Líderes campesinos desmienten este hecho y aseveran que las autoridades están en falta con lo prometido.

Entre el 28 de febrero y el 8 de junio de este año, 13.129 personas (2.733 familias) han retornado a sus comunidades en la zona de conflicto y la Secretaría de Desarrollo Social (Sedesol) destina unos 37.000 dólares en alimentos semanales para su manutención. La anterior cifra es considerada insuficiente por los indígenas afectados, amén de denunciar que no siempre los alimentos llegan a su destino.

En los últimos cuatro meses, el Gobierno federal ha invertido unos 147.000 dólares en alimentos para quienes han retornado a sus comunidades, dijo Francisco Cabrera, responsable del programa de atención a desplazados en la región fronteriza del Estado de Chiapas.

Añadió que, con el objetivo de aminorar posibles conflictos en las comunidades entre quienes salieron y ahora regresan a sus hogares y quienes nunca se fueron, se envían alimentos para todos los habitantes de las comunidades enclavadas en la zona de conflicto, lo que eleva considerablemente el presupuesto destinado a tal fin.

Tras el levantamiento armado, en enero de 1994 unas 25.000 personas salieron de sus comunidades y se refugiaron en las cabeceras municipales de Altamirano, Las Margaritas, Palenque, Ocosingo, Comitán, La Independencia, La Trinitaria y Frontera Comalapa, todos cerca de la frontera con Guatemala.

De esa cifra, 5.205 indígenas continúan en albergues y casas particulares; 141 familias viven en tres albergues de Las Margaritas y Comitán y 876 más, en casas particulares de los cinco municipios de la región fronteriza.

El municipio con mayor número de desplazados es Las Margaritas, con 2.078; Comitán, con 1.552; La Trinitaria, con 367; Frontera Comalapa con 322 y La Independencia con 48.

Los organismos involucrados en la problemática de los desplazados por el conflicto son, además de la Sedesol, el Desarrollo Integral de la Familia (Dif) y el Instituto Mexicano del Seguro Social (Imss).

Francisco Cabrera, responsable del programa de atención a desplazados, insistió en que en el reparto de los alimentos hay numerosas irregularidades en las listas de familias desplazadas, por lo que la institución gubernamental está depurando el padrón.

"En el transcurso de este mes hemos cancelado de 400 a 450 despensas a nivel regional, con base en listados de la Secretaría de Desarrollo Social y en la depuración", dijo el funcionario, y agregó que hasta el momento no hay fecha límite para continuar con el apoyo gubernamental.

Por su parte, los desplazados señalan que no retornarán a sus comunidades mientras no existan acuerdos sustanciales entre el Gobierno y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) para una solución política al conflicto armado. En febrero pasado, el Gobierno lanzó un ofensiva contra las comunidades indígenas en el estado de Chiapas, en la cual se encarceló y maltrató indiscriminadamente a cualquiera que resultara "sospechoso" de integrar la filas del zapatismo.

"No estamos dispuestos a regresar todavía porque vemos que en las pláticas no se ha llegado a nada y tenemos miedo de que vuelva la guerra", señala Domiciano Rodríguez, indígena desplazado de la comunidad de El Edén.

9509098

9509099

"La policía coordina miembros del grupo Defensa Rural" afirma vocero del PRD

Oposición mexicana denuncia adiestramiento de paramilitares por parte del Gobierno en Chiapas

La oposición política en el estado mexicano de Chiapas denunció ayer que el Ejército mexicano adiestra grupos paramilitares para hacer frente a la guerrilla zapatista y a la oposición.

Francisco Jiménez, del Partido de la Revolución Democrática (PRD) en Tila, 1.000 kilómetros al sureste de la capital mexicana, afirmó que los militares han entrenado ya a 500 miembros de la autodenominada Policía de Defensa Rural (PDF), habitantes de la región.

Jiménez denunció que, al parecer, las PDF están formadas en su mayoría por militantes del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI).

Los miembros de la PDF han sido adiestrados en el uso de armas de gran calibre y radiocomunicación y esta organización cuenta con campamentos de prácticas en Ocosingo, Salto del Agua, Tumbalá y Tila, explicó Jiménez.

El líder del PRD en Tila afirmó que una de las primeras actividades de las PDF fue el asesinato de Héctor Pérez Torres, del PRD, el pasado 14 de julio.

Aseguró que las PDF ya han tomado el control absoluto de las comunidades de El Crucero y La Curva, cerca de Tila, en la región norte de Chiapas. Miguel Díaz Gómez, un profesor de la región, dijo que el grupo paramilitar está protegido por los caciques de la región, que también pertenecen al PRI, partido que gobierna México desde hace 66 años.

"Fueron los mismos caciques del PRI los que notificaron al gobierno estatal que formarían las PDF para evitar que proliferaran los simpatizantes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) y el PRD, a los que acusan de haber promovido la invasión de fincas.

Un oficial de la policía municipal en Tila que habló a condición de permanecer en el anonimato confirmó a periodistas la existencia de las PDF y afirmó que están armados con rifles AR-15 y AK-47, escopetas y pistolas.

Señaló que en Tila sólo hay ocho policías desarmados por la falta de recursos financieros del estado, y eso impide que se puedan enfrentar a los paramilitares. En esa localidad, profesores de enseñanza básica bilingüe denunciaron amenazas de muerte de los paramilitares que los acusan de "organizar a la gente para enfrentar al gobierno".

9509100

MEXICO

Movilización en apoyo al EZLN

20/7 95

Tuxtla Gutiérrez, México. El Partido de la Revolución Democrática (PRD), en la oposición, y la Asamblea Estatal del Pueblo Chiapaneco (AEPCH) han convocado a una jornada de protestas hoy jueves para exigir al Gobierno mexicano que responda a las peticiones de la guerrilla zapatista.

Una delegación de la Secretaría de Gobernación de México se reunirá el 24 de julio en San Andrés Larráinzar, 830 kilómetros al sureste de la capital mexicana, para discutir sobre las negociaciones de paz en el estado de Chiapas, sureste de México.

Las conversaciones de paz, sustentadas por una ley dictada por el Congreso de México el pasado marzo, comenzaron en abril y pretenden crear las condiciones sociales y económicas que terminen con el levantamiento armado del EZLN, que comenzó en enero de 1994.

La reunión del 24 de julio entre el Gobierno y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) será la quinta del proceso de paz en el que los rebeldes demandan soluciones a trece peticiones sociales, económicas y políticas.

Al respecto, Rubicel Campos, Mario Hernández, Juan Encino y Pablo Reyes, portavoces de la AEPCH, manifestaron que los actos de movilización para hoy exigirán la agilización del diálogo de paz con la guerrilla zapatista.

Las protestas son para que "el Gobierno federal se tome en serio el diálogo con los hermanos zapatistas, ya que sólo hacen planteamientos, como si quisieran darle una respuesta militar al problema", señalaron los portavoces.

Los campesinos informaron de que también exigirán al representante del Gobierno federal para Chiapas, Dante Delgado, que responda a sus peticiones sociales dentro del programa oficial para el desarrollo del estado, el más pobre de México.

DOC. CON PARTES CLARAS.

9509100

01 - 01

Alto nivel de desempleo en México

México, (IPS)

■ En los primeros cinco meses del año el número de desempleados en México ascendió a 2,3 millones de personas y el de trabajadores informales a más 17 millones, confirmando el agravamiento de una drama social que opaca los anunciados progresos económicos.

La tasa de desempleo se ubicó en mayo en 6,6 por ciento de la población económicamente activa, el nivel más alto de los últimos ocho años, según informó el Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

Ni en las etapas de bonanza económica como las que proclamaba el ex presidente Carlos Salinas (1988-1994) y peor durante la actual crisis estallada en diciembre, las autoridades han logrado desactivar con éxito "la bomba social" que según empresarios y sindicatos, representa la cesantía.

Las estadísticas indican que diariamente, durante los cuatro primeros meses del año, alrededor de 8.000 personas perdieron su trabajo y 10.000 ingresaron al llamado mercado informal.

"Son datos alarmantes que hablan del fracaso de los ajustes estructurales y del peligro que significa olvidarse que la economía es una ciencia social y no matemática", dijo a IPS Alejandro Alvarez, investigador y profesor de la Universidad Autónoma de México.

Las cifras de cesantes coincidieron con señalamientos oficiales que hablan de repuntes en las estadísticas macroeconómicas -reserva monetaria, Bolsa de Valores y comercio exterior, entre otras- y afirmaciones de que están a la vista los primeros signos de conva[illegible]

Lo peor de la crisis se ha conjurado, pero ahora se vive la etapa más difícil en términos de desempleo, reconoció el presidente Ernesto Zedillo, quien asumió el cargo en diciembre pasado.

En los últimos seis años, las tasas de desempleo abierto en México han oscilado entre 2,6 por ciento -el nivel más bajo registrado en 1991- y 6,6 por ciento hace dos meses.

Empresarios y sindicatos disienten con cifras oficiales

950901

9509102

Campaña de indígenas mexicanos en los EEUU

San Francisco 25/7 LR

■ La obra de un Comité por los Derechos Humanos, que funciona en San Miguel Tzinacapan, México, es comentada ayer en un servicio especial por el diario local **San Francisco Chronicle.**

Siglos de discriminación y marginación económica tienen al 97 por ciento de los indígenas mexicanos en un estado de absoluta pobreza, dice el diario, precisando que el instituto Nacional de Estadísticas ha informado que la población de seis de los 31 estados mexicanos es en su mayoría indígena.

Pedro Cortez Ocotlan, de 33 años, es citado como un activista ejemplar, que en San Miguel Tzinacapan trabaja por los Derechos Humanos de los indígenas.

Su meta, señala la nota, al igual que otros activistas, es poner fin a la pobreza y discriminación de 20 millones de indígenas en México, gente que sigue sufriendo después de 500 años de la conquista por los españoles.

De acuerdo al periódico, en México han surgido centenares de grupos indígenas desde que en el propio país y con ayuda a veces internacional, se han desarrollado comunidades en los últimos veinte años.

San Miguel está a unas 600 millas al norte de Chiapas y Pedro Cortez dice conocer las actividades de la guerrilla, "pero nuestro movimiento —dice— trabaja para cambiar la situación sin violencia". "Sé que hay gente preparada para demandar sus derechos, pero en términos pacíficos", precisa.

Sin embargo —añade el diario— tanto el movimiento zapatista como los activistas pacíficos pelean por muchas de las mismas razones. Estas incluyen los derechos sobre la tierra, los créditos para los campesinos, el acceso a la educación y otros servicios públicos, el respeto a las culturas nativas y la autonomía para gobernar sus propias comunidades.

PROBLEMAS FINANCIEROS BAJO CONTROL

Autoridades mexicanas confían en superar crisis económica

México, 26 jul. - Las autoridades mexicanas confían en que la crisis económica ha sido controlada, a pesar de que la economía se desplomó en un cuatro% en el primer semestre, y que el tipo de cambio se mantendrá estable, aunque esté subvaluado.

El secretario de Hacienda y Crédito Público, Guillermo Ortiz, indicó que el nuevo peso podrá situarse, a finales de año, hasta en 6,30 nuevos pesos por un dólar, cuando ahora oscila entre 5,95 y 6,10 unidades.

"El peso está subvaluado, pero es importante tener un tipo de cambio real en un esquema de libre flotación", reiteró el funcionario ante un grupo de empresarios en una reunión la noche del martes en la que les presentó cifras preliminares de varios indicadores económicos.

Ortiz hizo una revisión de los efectos de la crisis económica que estalló en diciembre pasado, cuando el presidente Ernesto Zedillo devaluó la moneda y hubo una fuga masiva de capitales de casi 10.000 millones de dólares.

Señaló que en el segundo trimestre del año, el Producto Interno Bruto (PIB) cayó entre un 5 y 6%, lo que para el primer semestre de 1995 supone una caída promedio anual superior al 4%.



Zedillo estaría logrando superar la crisis de su economía

"Se ha logrado contener el problema financiero que amenazaba con desbarrancar la economía los primeros meses del año", indicó Ortiz, quien estima que para el proximo semestre la caída del PIB será menor y que la recuperación económica se consolidará en 1995.

El secretario también se refirió a la inflación, que estima cerrará julio con un 2,1% y en agosto "estará por debajo de 2%", de tal forma que 1995 cierre con el 42%, como mínimo.

Rechazó la propuesta de reducir el Impuesto al Valor Agregado (IVA), que desde abril pasado se sitúa en el 15%, por considerar que es una de las tasas más bajas de América Latina.

Al contrario, anunció que se estudia un proyecto para ampliar la base de contribuyentes al incorporar "a más personas, empresas y particulares que no tributan porque les resulta difícil cumplir con sus obligaciones".

Con relación a la asistencia ofrecida por Estados Unidos, el Fondo Monetario Internacional y el Banco de Pagos Internacionales, por un monto total de 37.700 millones de dólares, indicó que sólo se ha utilizado el 44% para amortizar su deuda exterior.

De tal forma que para 1996, "el 96% de la deuda externa del país será de largo plazo, por lo que el monto de las obligaciones va a ser mucho menor de lo que fue este año", acotó.

Ortiz también se refirió al retorno de México al mercado de capitales con la emisión de bonos del Estado por mil millones de dólares "con tasas muy superiores a las que veníamos colocando en 1994". La emisión global de estos valores a mediano plazo tendrá una tasa variable, conocido como "Floating Rate Note", basada en la Libor a seis meses más un 5,35%.

(EFE)

9509104

Proyectan una nueva ley de ciudadanía en México

Propósito: la medida permitirá a los mexicanos residentes en los EE. UU. adoptar la nacionalidad sin perder la propia, lo que les facilitará acceder al poder político en los Estados del Sur.

MEXICO, 29 (AP).- El gobierno mexicano considera un proyecto de ley que permitirá a sus ciudadanos afincados en los Estados Unidos adquirir la nacionalidad norteamericana sin perder los derechos a sus bienes en México.

El propósito de la medida sería eliminar las barreras que impiden a millones de residentes mexicanos en los EE. UU. solicitar la ciudadanía norteamericana y convertirse en un poderoso bloque electoral en los Estados fronterizos, según partidarios del proyecto.

La ley actual desalienta que muchos mexicanos afincados legalmente en los Estados Unidos se hagan ciudadanos norteamericanos.

El principal factor que impide a los mexicanos residentes legalmente en los EE. UU. y en otros países adoptar otra nacionalidad es la pérdida de los derechos de herencia y la confiscación de sus bienes por parte del gobierno mexicano si no son transferidos a un familiar de esa nacionalidad.

Conforme con la propuesta, los mexicanos nacidos en ese país seguirán siendo ciudadanos para el gobierno mexicano incluso si se nacionalizan norteamericanos o ciudadanos de otros países.

El presidente Ernesto Zedillo ha prometido defender a los mexicanos que viven en el exterior.

Sin respuesta de EE. UU.

El primer borrador del proyecto podría ser presentado a los legisladores en septiembre.

El vocero del Servicio de Inmigración y Naturalización Dan Kane dijo que no estaba al tanto de conversación alguna entre México y EE. UU. sobre el tema. Tampoco hubo una respuesta inmediata de Estados con grandes comunidades de mexicanos, especialmente aquellos en los que la inmigración ilegal es un candente tema político.

La ley tendrá que abarcar temas fiscales, de extradición, inmunidad diplomática, servicio militar -que es obligatorio en México- y la doble nacionalidad para los menores de edad.

Alarma

Muchos mexicanos se alarmaron en noviembre cuando el electorado de California aprobó la Propuesta 187 contra los inmigrantes ilegales.

La medida, que fue impugnada ante los tribunales de justicia, niega todos los beneficios estatales, salvo los cuidados médicos de emergencia, a los inmigrantes ilegales y requiere que los funcionarios públicos denuncien a las autoridades a las personas sospechosas de serlo.

"Estamos realmente contentos de que México hable de hacer algo que creemos debería haber hecho hace mucho tiempo", expresó Lydia Camarillo, directora ejecutiva de la entidad Proyecto de Registro Electoral del Sudoeste, con sede en Texas.

La vocera de la secretaría de Relaciones Exteriores mexicana, Jeannete Broussi, dijo que unos 5 millones de mexicanos afincados en los Estados Unidos serían beneficiados por la medida.

Restituyen en Venezuela los derechos civiles

6/7 CN.

Anuncio: fueron suspendidos hace más de un año por el presidente Rafael Caldera para conjurar una crisis financiera.

CARACAS, 5 (Reuter).- El presidente venezolano, Rafael Caldera, confirmó hoy que restituirá el jueves los seis derechos civiles suspendidos de manera controvertida hace más de un año.

"Mañana, en Consejo de Ministros, al poner el ejecútese de la Ley de Emergencia Financiera, decretaré el restablecimiento de las garantías constitucionales que han estado suspendidas durante un año por la grave situación de emergencia que ha atravesado la vida nacional", dijo Caldera en un discurso por el Día de la Independencia.

La Ley de Emergencia Financiera era la última de un paquete de tres leyes que el mandatario venezolano puso como condición al Congreso para restablecer los derechos, después de un fuerte enfrentamiento entre los dos poderes.

Tras decretarse la suspensión, el 27 de junio de 1994, el Congreso -dominado por la oposición- y el gobierno tuvieron una fuerte disputa, la primera tras cinco meses de haber asumido Caldera.

Los legisladores, abiertamente opuestos a la medida, alegaron que no era necesaria la suspensión de los derechos para conjurar la grave crisis financiera que atravesaba el país y entraron en una franca confrontación con el presidente.

Pero Caldera, respaldado por un amplio apoyo popular, mantuvo su posición, salió fortalecido y aumentó aún más su popularidad.

Durante la suspensión, los cuerpos de seguridad tenían la potestad de realizar allanamientos o detenciones sin previa orden judicial.

Asimismo, se suspendió la libertad de tránsito, la inviolabilidad del hogar, el derecho a la propiedad, la expropiación de bienes sin indemnización y la libertad económica.

Caldera buscaba reforzar las medidas económicas tomadas en ese momento -control de precios, de cambios y sobre la banca-, así como combatir la delincuencia y acabar con presuntos movimientos subversivos.

No obstante, grupos de derechos humanos locales aseguran que el resultado real de esta medida fue el incremento del abuso de la fuerza policial y militar.

El informe anual de Amnistía Internacional, difundido este miércoles en Londres, incluyó a Venezuela entre los países con graves violaciones de derechos humanos.

La Ley de Emergencia Financiera, aprobada la semana pasada, otorga poderes extraordinarios al presidente para decretar la emergencia en casos de crisis financieras.

VENEZUELA 7/7 P.12

Caldera restituye las garantías

El presidente de Venezuela, Rafael Caldera, en el momento de su más baja popularidad, restituyó ayer las garantías constitucionales y económicas, que había suspendido hace un año, después de que el Congreso aprobase varias leyes como condición para recuperar las libertades perdidas. Su política intervencionista, sin embargo, está lejos de desaparecer, pues los controles de cambio de divisas no sólo se mantienen, sino que tienden a endurecerse con las leyes aprobadas sobre régimen cambiario y de emergencia financiera.

Caldera siempre argumentó que había suspendido los derechos constitucionales porque necesitaba nuevos instrumentos legales para expulsar y castigar a los banqueros venezolanos fugados que habían provocado la quiebra de los 16 grupos bancarios. Bajo la amenaza tácita de que también podía suspender el Congreso, los legisladores lo complacieron aceptando estas leyes con tal de que se recuperaran las garantías ciudadanas y económicas.

De esta manera, el mandatario venezolano, de 79 años, ha mantenido la estabilidad política durante el año de suspensión de los derechos, pero mientras tanto se paralizaba la economía y se disparaban la inflación y la inseguridad social. Por ello, la decepción popular se ha manifestado en las encuestas. Caldera gozaba en febrero pasado de un 71,8 por ciento de popularidad y en junio había caído a un 38,1 por ciento.

No hay seguridad de que Caldera recupere su credibilidad. Las críticas contra su gobierno han cobrado fuerza desde que el mes pasado el golpista Hugo Chávez le acusara de nepotismo. Caldera ha colocado a sus familiares en puestos claves. Su hijo Andrés Caldera es ministro de la Secretaría de la Presidencia. Su yerno, el general Rubén Rojas, es jefe de la Casa Militar, que sin tener facultades es el que aprueba los ascensos en las Fuerzas Armadas. Otro hijo, Juan José, es el jefe del partido en el Parlamento y enlace entre el Ejecutivo y el Legislativo, y un tercer hijo, Tomas, dirigente del Opus Dei, también tiene su cuota de poder en el Ministerio de Justicia. Por último, el ministro de Energía y Minas, Erwin Arrieta, es amigo íntimo de su hija Mireya Caldera. Y su otro yerno, el banquero Fernando Araujo, ha huido por corrupción.

02-02

Venezuela desmonopoliza el petróleo

La industria petrolera había sido nacionalizaada en 1976, y actualmente el país es uno de los seis grandes productores de la OPEP

6/7 EO.

La industria petrolera venezolana, que hasta ahora ha sido un monopolio estatal, permitirá la participación privada en la exploración y producción de crudos.

El Congreso aprobó el martes las condiciones básicas que regirán las futuras asociaciones de la estatal Petróleos de Venezuela (Pdvsa) con empresas privadas.

Estas compañías iniciarán la exploración de 10 áreas prospectivas donde hay expectativas por descubrir otros 45.000 millones de barriles de crudos livianos y medianos.

Si eventualmente logran precisar con exactitud la existencia de estos crudos, las empresas pasan a constituir una empresa mixta con una de las filiales operadoras de Pdvsa para extraer y comercializar el crudo en cuestión.


Rafael Caldera

Pocas horas depués de la decisión parlamentaria los presidentes de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, y Venezuela, Rafael Caldera, suscribieron ayer una declaración en la que acuerdan crear la empresa Petroamérica mediante la asociación estratégica de Pdvsa y Petrobras, que a mediano y largo plazo se convertirá en el organismo latinoamericano en el interlocutor hemisférico principal en materia de producción y distribución de hidrocarburos.

FUENTE DE RECURSOS

Según la compañía venezolana, estos convenios de asociación en áreas nuevas aportarán al fisco venezolano US$ 50.000 millones adicionales en los próximos 20 años, de materializarse todos los descubrimientos.

Este aporte sería adicional a las propias cuotas de Pdvsa, que se ubicarían en US$ 12.000 millones dentro de cinco años.

En un debate de tres horas se consideró el informe final de la Comisión de Energía y Minas de ambas cámaras, aprobado de antemano por las fracciones mayoritarias de Acción Democrática, los grupos oficalistas Convergencia y Movimiento al Socialismo, además de por el opositor socialcristiano Copei.

De acuerdo al informe aprobado el martes, la filial de Pdvsa "celebrará convenios de asociación con empresa inversionistas privadas para la exploración y explotación de los hidrocarburos y el manejo del transporte, almacenamiento y comercialización del crudo obtenido en estas áreas".

Se convocará a una licitación internacional en la que serán evaluadas las capacidades operacionales, técnicas, comerciales, financieras y la experiencia de empresas petroleras de escala mundial, que podrán asociarse entre sí o con consorcios privados venezolanos de ingeniería.

Venezuela nacionalizó su industria petrolera en 1976, y actualmente es uno de los seis grandes países de la OPEP en cuanto a volumen de exportación. *(En base a EFE y Reuter)*

Crisis en Venezuela afecta a los seguros

La intervención y próxima liquidación de tres aseguradoras constituye parte de los graves problemas que enfrenta el sistema financiero 6/7 EO.

Por insolvencia y falta de liquidez, el gobierno venezolano intervino tres aseguradoras del Grupo Latinoamericana-Progreso pertenecientes al fugado banquero cubano-venezolano Orlando Castro, quien vive en Estados Unidos.

Las compañías Latinoamericana de Seguros, Seguros Progreso y Latinoamericana de Vida, con miles de asegurados y más de 2.000 empleados, fueron intervenidas en lo que se considera una continuación de la crisis financiera que afecta a Venezuela desde 1994.

La Superintendenta de Seguros, Morelia Corredor dijo que la intervención fue decidida debido a que en los últimos meses se profundizaron los problemas de liquidez e insolvencia que arrastraban las tres compañías desde el año pasado. Cifras proporcionadas por las autoridades indican que el déficit de reservas técnicas en las tres aseguradoras sobrepasa los 82 millones de dólares y que la pérdida neta acumulada en 1994 se aproximó a los 100 millones de dólares.

LIQUIDACIÓN

El propósito de las autoridades es liquidar las tres aseguradoras debido a que los esfuerzos realizados en más de seis meses para reflotarlas resultaron infructuosos, lo que significa que el gobierno debe indemnizar a los empleados y los asegurados.

Estas aseguradoras eran parte del Grupo Latinoamericana-Progreso, un conjunto de bancos, aseguradoras y empresas de todo tipo que pertenecieron al banquero cubano-venezolano Orlando Castro y que fueron intervenidas por el gobierno en la primera quincena de diciembre de 1994, también por insolvencia.

Castro escapó a Miami pocos días antes de la fiesta de Navidad y se dice que se llevó más de 1.000 millones de dólares en efectivo y es uno de los banqueros cuya extradición será solicitada al gobierno de los Estados Unidos una vez que se concrete su condena en la justicia venezolana.

La intervención y próxima liquidación de estas aseguradoras constituye parte de los graves problemas que enfrenta el sistema financiero venezolano desde enero de 1994, lo que profundizó la severa crisis económica a la que hace frente el gobierno del presidente Rafael Caldera.

ASISTENCIA DEL GOBIERNO

En enero de 1994 quebró por falta de liquidez el Banco Latino, para entonces la principal institución financiera privada del país; luego siguieron otros 16 bancos, los cuales no pudieron o no quisieron superar sus problemas pese al apoyo económico del gobierno en auxilios financieros.

El gobierno destinó cerca de 8.000 millones de dólares en auxilios financieros en 1994, la mayor parte de los cuales salieron del país a cuentas privadas en el extranjero de los ahora denominados "banqueros corruptos".

El problema obligó al gobierno de Caldera a estatificar el 70% de la banca privada y a enjuiciar penalmente a un centenar de banqueros que actualmente viven fuera del país, especialmente en Estados Unidos, y sobre los cuales se hacen trámites de extradición. *(EFE)*

9509108

Venezuela Estado de sitio en población de El Dorado.

150074

15/7/95

11921

67340.

11164

11302

11830.

11163.

El dorado en estado de sitio

Caracas. La población de El Dorado, al oriente de Venezuela, amaneció ayer bajo control militar y en virtual estado de sitio, tras graves enfrentamientos entre la Guardia Nacional y mineros auríferos que protestan contra expulsiones violentas de sus áreas de trabajo. Según la Conferencia Episcopal de Venezuela, la Guardia Nacional (policía militarizada) desalojó violentamente de una mina de oro a un grupo de trabajadores, los cuales -apoyados por los pobladores de El Dorado- destruyeron un almacén del organismo de seguridad. El obispo de Ciudad Guayana, , monseñor Ubaldo Santana, explicó que los enfrentamientos registrados son producto de un antiguo conflicto por concesiones mineras entre cooperativas auríferas y empresas transnacionales en la región de El Dorado, una de las más ricas del país.

VENEZUELA

Disturbios en El Dorado

16/7-95

Caracas, Venezuela. Los disturbios que se registraron durante los últimos dos días en la población selvática de El Dorado, en el sureste de Venezuela, fueron provocados por intereses "políticos y económicos", afirmó el ministro de Defensa venezolano, general Moisés Orozco. El Dorado, una pequeña y habitualmente pacífica población enclavada en medio de la selva amazónica y cercana a la frontera entre Brasil y Venezuela, amaneció ayer bajo un estricto control militar y un virtual estado de sitio impuesto por la Guardia Nacional, un cuerpo de policía militarizada. La movilización de la Guardia Nacional siguió a serios incidentes protagonizados en esa población por mineros que fueron desalojados de sus zonas de trabajo por los militares -que cumplían con el mandato de un juez- debido a que practicaban su actividad en forma ilegal.

El general Orozco explicó que, tras haber sido desplazados, los mineros saquearon varios comercios, entre ellos uno que es propiedad de la Guardia Nacional, por lo que fue necesaria "una acción enérgica para garantizar el orden".

Según Orozco, "algunos mineros creen que por tener derecho a trabajar, como cualquier persona en este país, también pueden invadir concesiones o trabajar en las zonas que les parezca, aún cuando ello es ilegal".

El ministro también afirmó que los mineros son "utilizados" con fines económicos y políticos por sectores que declinó identificar.

La Conferencia Episcopal de Venezuela protestó ayer por la "violencia" con que actuaron los efectivos de la Guardia Nacional, y mantuvo que los enfrentamientos son consecuencia de un antiguo conflicto por concesiones mineras entre cooperativas auríferas y empresas transnacionales.

Según el monseñor Ubaldo Santana, obispo de Ciudad Guayana, a 720 kilómetros de Caracas, el problema data de años atrás, cuando el Gobierno entregó a empresas nacionales y extranjeras concesiones auríferas sin tener en cuenta los derechos ancestrales de los indígenas y de los pequeños mineros de la zona. En la región de Guayana trabajan más de 30.000 pequeños mineros agrupados en sindicatos y cooperativas, quienes han sido acusados de provocar graves daños ecológicos por los métodos rudimentarios que utilizan, y de eludir el pago de los impuestos correspondientes al oro que extraen.

Disipan rumores de golpe en Venezuela

• El Gobierno admite que "la situación es muy grave" 17/7

El Ministro venezolano del Interior, Ramón Escovar Salom, descartó ayer un colapso institucional y admitió que el problema de la inseguridad es muy grave pero el Gobierno tiene limitaciones para atenderlo. Mientras tanto, observadores internacionales insistían estos días sobre un posible golpe de estado en aquel país.

CARACAS / ANSA

"Las instituciones democráticas funcionan, con defectos, pero funcionan. Existe el problema de la seguridad personal que es grave y hay que atenderlo, pero no estamos en capacidad de hacerlo", subrayó el jefe de gabinete del Gobierno de Rafael Caldera.

Escovar Salom comentó que cuando la gente en la calle habla de "calderazo", lo que alude es a un gobierno enérgico, con la pasión de dirigir y cambiar las cosas. "Si se habla de 'calderazo' no es en términos antidemocráticos", subrayó.

El titular del Interior añadió en una entrevista de prensa, que las encuestas de opinión reflejan que un 70 por ciento de la población quiere un gobierno democrático, "un gobierno con autoridad, pero no una dictadura".

Defendiendo el sistema

Descartó en el Gobierno, menos en el Presidente de la república, la idea de alterar el orden institucional, "al contrario, todo el esfuerzo es por defender el sistema y que se avance en la reforma de la Constitución", precisó.

Escovar Salom insistió en que no hay posibilidades de un golpe de estado en Venezuela, porque el país no acepta más confusiones, y consideró que el país tiene que solidificarse junto al Presidente Caldera para resolver la crisis.

"Después vendrán otras opciones políticas y la gente votará por quién quiera, pero ahora la emergencia hay que enfrentarla en torno a Caldera. No hay alternativa, lo otro es el abismo", concluyó.

Señales contradictorias

Mientras tanto, el presidente del Fondo de Inversiones de Venezuela (FIV), Carlos Bernárdez, afirmó que Venezuela no ha podido atraer inversionistas extranjeros porque permanentemente se están enviando señales contradictorias.

Bernárdez observó que Chile, Perú, Bolivia y Colombia han logrado atraer más inversiones extranjeras que Venezuela.

"Queremos abrir el sector eléctrico y rebajamos las tarifas; planteamos abrir la minería y surgen voces de que las concesiones son ilegales; anunciamos la venta de las acciones del Estado en la telefónica CANTV y congelamos las tarifas", subrayó el presidente del Ente encargado de las privatizaciones.

Bernárdez comentó que los problemas más graves del sistema financiero han pasado, "y las dificultades las generan los bancos estatales".

Crisis financiera

A raíz de la crisis financiera de enero a junio de 1994, el Gobierno venezolano asumió el control de 17 instituciones financieras que quebraron, pese a los auxilios financieros que mermaron las reservas internacionales en 4.500 millones de dólares.

El presidente del FIV observó que el petróleo es un caso excepcional entre los sectores atractivos para la inversión en Venezuela.

"La inversión de capital se hace en dólares y la venta también se realiza en dólares, por lo que este sector resulta menos afectado con el actual sistema de control cambiario, pero otros sectores susceptibles de privatizar como el



eléctrico son afectados por el sistema cambiario", puntualizó. Venezuela mantiene un control de cambio a una tasa fija de 170 bolívares por dólar desde el 27 de junio de 1994, empero, se admite que el bolívar está sobrevaluado en un 30 por ciento y la divisa se cotiza en el mercado paralelo hasta en 240 bolívares.

Perú: Apelarán la Amnistía a Militares

16/7 EP.

LIMA, 15 (REUTER). — Los familiares de 15 personas muertas en una masacre en 1991 apelarán la decisión de un tribunal de ratificar una polémica amnistía que absolvió a cuatro funcionarios acusados en el caso.

Francisco Soberon, asesor legal de las familias de las victimas, dijo hoy que sus clientes apelarán a la corte suprema de Perú la decisión tomada el viernes en la noche por un alto tribunal de Lima.

La decisión del viernes deroga un fallo de un tribunal menor que dictaminó que la ley que otorga amnistía a las fuerzas de seguridad acusadas de delitos durante los 15 años de guerra de guerrillas en Perú no se aplicaba en el caso de la masacre de Barrios Altos.

Cuatro funcionarios, incluyendo un general del ejército que dirigía el servicio de inteligencia de Perú, fueron acusados de tener responsabilidad en el caso.

En noviembre de 1991, las fuerzas de seguridad irrumpieron en una fiesta a la que presuntamente asistian guerrilleros maoistas y mataron a balazos a 15 personas que se encontraban en la reunión en una casa de un distrito central de Lima.

El juez del tribunal menor alegó que la amnistía era inconstitucional y violaba los tratados de derechos humanos firmados por Perú.

Pero el Tribunal Superior decidió el viernes en una votación de 2 1 que el congreso tiene el poder constitucioneal de aprobar una ley con el objeto de crear "un clima de paz y reconciliación nacional en el país".

La ley aprobada el mes pasado otorgó amnistía a funcionarios que organizaron el golpe de estado de 1992 contra el presidente Alberto Fujimori y a quienes criticaron al ejército durante el conflicto fronterizo con Ecuador a comienzos del año.

Aplican cadena perpetua a terroristas reincidentes

Lima

23/7 LR

■ Los subversivos que se acogieron hace poco menos de un año a una ley de arrepentimiento, que los exceptuó de sanciones legales, y que hayan reincidido en actividades subversivas serán declarados "traidores a la patria" y condenados a la pena de cadena perpetua, señala una nueva ley contrasubversiva. La ley promulgada por el gobierno peruano el viernes revoca los beneficios otorgados a los "arrepentidos", y establece que aquéllos que reincidan podrán ser juzgados por tribunales militares. A raíz de los últimos atentados subversivos registrados en Lima, la policía a través de la Dirección Nacional contra el Terrorismo (Dincote) ha sugerido la posibilidad de que subversivos "arrepentidos" estén participando en esas acciones.Esta posibilidad habría sido confirmada, a juzgar por la reciente captura de un "arrepentido", conjuntamente con otros subversivos, durante un operativo militar realizado en la región cocalera del Alto Huallaga (norte), a principios de esta semana.

Al fundamentar el proyecto que derivó en esta ley, el presidente Alberto Fujimori dijo el pasado 10 de junio que la ley debía darse para "anticiparse y ser firme en sancionar esos actos."La ley de arrepentimiento marcó una etapa importante de la estrategia gubernamental en la lucha antisubversiva y permitió desarticular a numerosos columnas de las agrupaciones Sendero Luminoso y del Movimiento Revolucionrio Tupac Amaru (MRTA). Uno de los principios de esta ley fue la condicionalidad de que el beneficiado no volviera a cometer actos subversivos al menos en un período de diez años.

La medida generó, sin embargo, varias situaciones de injusticia porque los "arrepentidos" se aprovecharon para proporcionar a las autoridades nombres de personas totalmente ajenas a las acciones subversivas haciendo pagar "a justos por pecadores", fingiendo así colaboración.

Precisamente para revisar esta situación hace unas semanas el gobierno dictó una ley para revisar las condenas a los subversivos "denunciados por los arrepentidos".

La ley de arrepentimiento estuvo vigente hasta noviembre de 1994 y en medios oficiales se calcula que al menos 3.000 subversivos se acogieron a ella.

Hoy reasume Fujimori

LIMA, 27 (AP).- El presidente peruano Alberto Fujimori iniciará mañana su segundo mandato de cinco años, y entre los invitados se ha confirmado hoy que Fidel Castro no asistirá a las ceremonias.

"Ganas no le faltan -comentó el canciller cubano Roberto Robaina en Lima-. El caso es la falta de tiempo del presidente."

A los actos de reasunción asistirán los presidentes de nueve naciones latinoamericanas, una misión del gobierno norteamericano y delegaciones de diferentes países y organizaciones internacionales.

Poco después del mediodía llegó a Lima el presidente venezolano Rafael Caldera, el primero de los invitados presidenciales en arribar.

La invitación a Castro fue un tema ampliamente debatido en estos días. Los opositores habían expresado su descontento con la decisión del canciller peruano Efraín Goldenberg.

El inicio del segundo gobierno de Fujimori coincide con su cumpleaños, 57, y el 174° aniversario nacional del Perú.

El Congreso unicameral, que funcionará por primera vez en el Perú, se instala bajo la presidencia de la abogada Martha Chávez, congresista reelegida de la coalición Cambio 90/Nueva Mayoría, de Fujimori. Es la primera mujer que preside un Congreso en este país desde la proclamación de su independencia, el 28 de julio de 1821.

Chávez recibió ayer el apoyo de 72 de los 120 miembros del Congreso. La coalición oficialista tiene 67 bancas y el apoyo decidido de al menos 5 legisladores independientes.

El principal bloque opositor es la Unión por el Perú, de Javier Pérez de Cuéllar, que tiene 17 escaños y el apoyo de 13 legisladores de otros partidos opositores e independientes.

Fujimori asumió su primer mandato de cinco años en julio de 1990. El 9 de abril fue reelegido para otro período que concluirá en el 2000.

Se celebrará inicialmente una misa y Tedéum en la basílica metropolitana, ubicada en la Plaza de Armas. Luego la ceremonia comenzará a las 11 (13 en la Argentina), en la sala de sesiones del Congreso, cuya presidenta colocará a Fujimori la banda presidencial. A continuación Fujimori hablará al país.

Los presidentes latinoamericanos que concurrirán a los distintos actos, además de Caldera, son Eduardo Frei, de Chile; Gonzalo Sánchez de Lozada, de Bolivia; Juan Carlos Wasmosy, de Paraguay; Fernando Henrique Cardoso, de Brasil; Julio María Sanguinetti, de Uruguay; Carlos Saúl Menem de Argentina; Ernesto Pérez Balladares, de Panamá, y Ernesto Samper Pizano, de Colombia.

PERFIL

Alberto Fujimori
Presidente peruano
57 años

Fujimori, un ex catedrático universitario e hijo de inmigrantes japoneses, llegó al poder en 1990 impulsado por un voto de castigo contra los políticos tradicionales; derrotó al escritor Mario Vargas Llosa en las elecciones presidenciales de ese año.

Cinco años más tarde venció ampliamente al ex secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuéllar en comicios donde recibió un apoyo abrumador.

Nació el 28 de julio de 1938 y cursó estudios en Lima donde obtuvo una medalla de oro por sus excelentes calificaciones.

Ocupó su primera función pública de importancia como rector de la Universidad Nacional Agraria tras obtener la maestría en Ciencias en la Universidad estadounidense de Wisconsin.

En 1974 contrajo matrimonio con Susana Higuchi, hija de unos acaudalados residentes japoneses en Lima, con la que tuvo cuatro hijos, Keiko Sofía (20 años), Hiro Alberto (18 años), Sachi Marcela (16) y Kenvi Gerardo (14).

Fujimori y su esposa están en trámites de divorcio.

Una biografía de Fujimori del escritor peruano Luis Jochamowitz, sostiene que "el pragmatismo, el autoritarismo y el hermetismo son sus tres rasgos personales claramente visibles a los largo de su vida que han teñido su política y su gobierno".

Entre los éxitos de su gobierno, Fujimori ostenta la drástica reducción de la inflación mediante una estrategia económica neoliberal y la casi aniquilación del terrorismo.

reformadas a la fuerza. Hay otra Constitución. Solo Fujimori no ha cambiado en la Presidencia", se señala en la tapa de un suplemento del diario La República de Perú. Un congresista de la oposición aseguró que el presidente se propone instaurar una dinastía que tendría a su hija Keiko Sofía como su sucesora.

"Ya nadie nos para", afirmó Fujimori tras serle colocada la banda presidencial, cuya confección costo 720 dólares, y prometió gobernar con "austeridad, eficiencia, honradez y apertura".

Gobierno con profundas reformas estructurales

• Un implacable "punto final" del pasado fratricida

Reforma productiva de los más pequeños; mejoramiento de los servicios públicos; creación de un sistema previsional real; planificación familiar en base de los derechos de la mujer; leyes laborales de formación integral y derechos; reclamos al sector empresarial y privatizaciones, fueron la temática central del discurso de Fujimori ante el Congreso de Perú.

La prensa local -más allá de los grupos de presión, poder o de interés a la que filosóficamente representa- en su carácter de formadora de corrientes de opinión trató, analizó y ubicó en su contexto la asunción al mando de Alberto Fujimori a su segundo Gobierno.

Después del "autogolpe" de Fujimori en 1992 y al terminar a la vez de precisamente empezar un nuevo período de gobierno, esta vez democrático, de cinco años de gestión gubernamental de una misma persona pública al "servicio" de su país, la prensa local en un marco absolutamente propio, destacó un "Juicio a Fujimori", procediendo según la visión particular de distintos actores sociales, su pensamiento, su aceptación o su censura.

"Al terminar, hoy, cinco de los años más complejos de nuestra historia, cinco años de sangre y tragedias, cinco años de encrucijada, cinco años de confrontación entre las necesidades puramente militares y la más decidida defensa de los derechos humanos, cinco años que han sido verdaderamente la otra cara de la moneda, en lo que se refiere al modelo económico, al acabar estos cinco años de expectativa, de espera no sólo de esperanza o desesperación... donde para unos las cosas estuvieron mal y para otros bien.. nada se parece hoy al pasado inmediato.

Las leyes han cambiado. Muchas poderosas organizaciones nacionales muestran hoy señales de acercarse al colapso. Las instituciones han sido barridas, reformadas a la fuerza... hay otra Constitución... sólo Fujimori no ha cambiado en la Presidencia", consignó el diario "*La República*" en una separata especial editada el viernes, bajo un titular central del periódico limeño que reza: "Nuevo Gobierno con Caras Viejas".

El discurso de Fujimori ante el Congreso

Integrar el país, democratización de la vida peruana; globalización de la educación; revolución productiva de los pequeños; reforma sanitaria; reforma municipal con creación de redes de iluminación y saneamiento, así como un implacable "punto final" al pasado fratricida, son conceptos de Fujimori en su discurso desde el Parlamento al pueblo del Perú.

Fuerza para el desarrollo productivo de Perú, encarado en el marco del nacionalismo de la no exclusión, el que no puede ser ajeno al mejoramiento económico, político y social, sustentado en bases firmes y no en "pies de barro", fue lo que Fujimori prometió para lograr las "grandes reformas estructurales".

Enérgicamente, Fujimori analizó en su discurso de cara al 2000 la necesaria reforma del país para que pueda operarse realmente una descentralización municipal que permita en lo regional y lo local modernizar la prestación de los servicios del Estado.

Para atender cabalmente el contenido del mensaje localista de Fujimori, sin duda alguna hay que recorrer las calles de Lima, ciudad capital de Perú con más de 8 millones de habitantes sumergidos en la pobreza más radical, sin techo ni servicios básicos, como energía eléctrica o saneamiento.

Como ejemplo de las reformas planteadas por Fujimori, en el marco de una nueva ley laboral, se prevé la formación integral del trabajador joven y el afianzamiento de los derechos del trabajador. Para esta tarea legislativa Fujimori destacó la necesidad de contar con el apoyo del sector empresarial.

Reforma social: alcanzará un 10% del ahorro interno

La reforma que alcanzará también al sector social prevé alcanzar un 10% en el ahorro interno que haga posible el sistema previsional a base de un severo contralor de la aportación.

La venta de empresas públicas o privatización, según Fujimori mantendrá su carácter actual y se incrementará, invirtiendo el producido de esta actividad en el abatimiento del 50% de los niveles de extrema pobreza de Perú.

Analizando las políticas de empleo, si bien Fujimori no adelantó cifras para no caer en "demagogia al estilo electoral", aseguró generar nuevas instancias que encaminan al país a abatir el 40% de empleo en el sector informal y el alto grado del desempleo firme, así como los altos índices de subempleo existentes.

Por último, Fujimori en su discurso ante el Parlamento, trató también la "planificación familiar" como un hecho social concreto, destacando la importancia de otorgar situaciones igualitarias entre las clases sociales, enfatizando que "las mujeres peruanas deben ser dueñas de sus propios destinos".

Sobre la situación bélica con Ecuador, el Presidente peruano dijo: "Estamos cansados de la guerra", y declarando confiar en los países garantes reivindicó el Protocolo de Río de Janeiro, sujetándose a él y al tribunal de América Latina, al que apela para la "paz integral" como objetivo final.

"Somos el país de la esperanza; no podemos parar"

Fujimori juró ayer iniciando segundo período presidencial

28/7/92

Lima, por Gabriel Mazarovich, enviado de LA REPUBLICA

■ Somos el país de la esperanza, si hace un tiempo decíamos, no nos podemos parar. Ahora puedo decir con toda convicción, ya no nos para nadie. Esa fue quizás la frase más emblemática del discurso con que Fujimori juró ante el recién instalado Congreso Nacional como presidente de Perú.

Fujimori es el presidente 130 de Perú y el 13 constitucional. En su discurso afirmó ha llegado el tiempo del desarrollo, destacó necesidad de la integración nacional, igualar las posibilidades para toda la población y recordó con un minuto de silencio a las víctimas de la lucha contra Sendero Luminoso. El mandatario incaico destacó además el acuerdo de desmilitarización de una parte importante de la zona que provocó el reciente conflicto bélico con Ecuador.

En medio de un impresionante despliegue de seguridad que involucró a más de 20.000 efectivos armados a guerra, Alberto Fujimori inició hoy su segundo mandato presidencial, el primero lo culminó luego de haber disuelto el Congreso Nacional en un autogolpe en el año 1992.

Asumió por segunda vez la presidencia coincidiendo con el 174 aniversario de la independencia de Perú y con su cumpleaños.

Toda Lima está embanderada, el nacionalismo acrecentado por la reciente guerra con Ecuador campea en esta ciudad.

Según diplomáticos peruanos, esta es una característica intrínseca de este país.

Algunos ejemplos sirven para ilustrar hasta dónde esta sociedad está imbuida de ello. El jueves 28 se realizó en una zona céntrica de Lima una marcha de 38 colegios que desfilaron al son de marchas marciales ante un estrado donde el ministro de educación y un general asistían a lo que la televisión calificó como un refrescante ejemplo de patriotismo.

A las 0 horas del día 28 nos encontrábamos cenando en un bar del residencial barrio de Miraflores, la música ambiental fue interrumpida y se comenzó a irradiar el himno nacional, todos respetuosamente nos pusimos de pie, en momentos en que una patrulla militar armada a guerra ingresaba al local, quizás para certificar que todos cumplieran con su obligación.

Es que además del respetable patriotismo esta es una sociedad altamente militarizada, en todo sentido.

EL CAMINO DE FUJIMORI

En elecciones generales realizadas el 9 de abril de este año Fujimori obtuvo el 64% de los votos lo que significó 4.796.953 votos.

Su principal rival, el ex secretario general de la ONU Javier Pérez de Cuéllar obtuvo el 21% de los votos.

En medio de graves cuestionamientos por fraude, desaparecieron miles de boletas electorales, que según fuentes de la oposición implicaban cerca de 7.000.000 de votos, manipulación de los medios.

Fujimori que había llegado a la presidencia en una fulminante y sorpresiva victoria en segunda vuelta contra el favorito Mario Vargas Llosa en 1990 se anotó durante su gestión dos importantes éxitos; el control de la inflación y la virtual derrota del grupo terrorista Sendero Luminoso, con la captura de sus principales dirigentes entre otros el mítico líder de la organización Abimael Guzmán que permanece preso en total aislamiento en un penal cercano a Lima.

El líder del Cambio 90 fue elevado al rango de paradigma de los outsider, los no políticos, que entraban a escena y arrasaban.

Prometiendo cambiar estructuras políticas desprestigiadas, al igual de Collor de Melo en Brasil, aunque sus suertes políticas fueron muy diferentes.

Los diarios peruanos reflejaban en su portada la expectativa del día. Hay Chino para rato, Ojo Fujimori mueve la sin hueso, Nuevo gobierno con caras viejas, Segundo Debut, eran algunos de los titulares.

Los cuestionamientos son fuertes pero El Chino como todo el mundo le dice a Fujimori aquí en Lima, logró desarticular a la oposición política, el otrora poderoso APRA hundido por el desprestigio de Alan García quedó fuera del registro electoral e Izquierda Unida que en 1983 logró conquistar la alcaldía de Lima, minada por disidencias internas, quedó reducida a una mínima expresión.

Vargas Llosa no se ha recuperado de su derrota y Pérez de Cuéllar aún no ha desarrollado una labor política enérgica de oposición.

Sólo trasciende quizás por su estilo espectacular el actual alcalde de Lima Raúl Belmont que antes y durante las elecciones ha cuestionado duramente al régimen.

LIMA EN ESTADO DE SITIO

Las imágenes de la televisión internacional y las fotos de las agencias transmitieron las imágenes de Menem bailando en las calles de Lima. En realidad la normalidad sólo se limitaba a los lugares que quedaban dentro del impresionante cerco militar.



Alberto Fujimori recibe la banda presidencial de manos de la titular del Congreso peruano Marta Chávez, mientras observa el presidente paraguayo.

Más de 20.000 efectivos armados a guerra patrullaban Lima de día y de noche, lo que queda de Sendero realizó varios atentados en los últimos días, sobre todo en provincias cercanas a su origen histórico, Ayacucho.

La violencia se respira y se palpa, al igual que la miseria en esta ciudad de 8 millones de habitantes, donde conviven dos mundos. Uno el de Miraflores y San Isidro con luminarias, casas lujosas y guardias pretorianas. Un centro financiero, rascacielos, son bancos.

El resto de la ciudad donde reside el 80% de los limeños, muestra a pesar del discurso oficial, la pobreza, la tugurización.

Con una desocupación galopante, oficialmente se reconoce el 40%, cualquier peruano al que se le pregunta dice que su principal problema es el trabajo.

Con una economía informal, que emplea a más de la mitad de la población, la situación es realmente difícil para la inmensa mayoría de los peruanos.

CARTA DE CREDITO

Luego de haber sido cuestionado por la comunidad latinoamericana por el autogolpe dado en 1992, lo que valió al proceso peruano la calificación de bordaberrización, hoy Fujimori parece haber lavado su imagen y recibir una carta de crédito de los países latinoamericanos.

Nueve presidentes se hicieron presentes en el inicio de su segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso de Brasil, Carlos Menem de Argentina, Julio María Sanguinetti de Uruguay, Julio Sánchez Losada de Bolivia, Eduardo Frei de Chile, Juan Carlos Wasmosy de Paraguay, Gonzalo Sánchez de Losada de Bolivia, Ernesto Samper de Colombia, Ernesto Pérez Bayadares de Panamá y Rafael Caldera de Venezuela.

Todos saludaron el retorno de Perú a lo que calificaron de democracia plena.

Sanguinetti afirmó que confiaba en que Fujimori podría conducir el proceso de institucionalización exitosamente.

Sanguinetti afirmó que encontró a Fujimori contento y expresó su confianza en que Perú continuará su avance hacia la democratización y el desarrollo.

LAS VOCES DISIDENTES

Javier Diez Canseco dirigente político de izquierda y ex legislador afirmó a **LA REPUBLICA** que lo central de este gobierno que termina ha sido el autoritarismo y la arbitrariedad. Este es el gobierno de la impunidad, para mí. Los primeros años del próximo gobierno serán más de lo mismo, entre problemas, hasta que se produzca un desgaste por el enorme peso que está recayendo sobre los peruanos y el abandono social en el que se encuentra.

Entonces se irán creando condiciones que permitan los cambios que tendrán que ir de la mano con cambios en las propias fuerzas políticas para irse renovando.

Las críticas generalizadas tienen que ver con el tema del respeto a la democracia y las libertades y el desarrollo social.

Algunas voces llegan incluso a acusarlo de querer crear una dinastía que sería continuada por su hija Keiko Sofía, que cumple con las funciones de primera dama, luego de los problemas surgidos entre sus padres que han culminado con un pedido de divorcio.

Sin embargo también se percibe un apoyo importante en sectores empresariales y financieros que piden que se continúe con las reformas estructurales, las privatizaciones y la estabilidad, que estiman como una conquista esencial para el posterior desarrollo del Perú.

Fujimori asumió ayer su segundo mandato

La Mañana en Perú

Escribe: Dr. César García Acosta, Secretario de Redacción

• Destacó el apoyo de Gobiernos de América

29/7/...

La asunción de Alberto Fujimori como Presidente de Perú tuvo lugar ayer cuando se produjo la inauguración de su segundo mandato presidencial a la hora 11 en el Palacio Legislativo, acto que estuvo precedido por una Misa de la religión católica oficiada en la Catedral de Lima.

Desde el hemiciclo del Congreso de la República, Fujimori dirigió su mensaje al pueblo peruano.

Fujimori, que retoma el camino de la institucionalidad después del "autogolpe" al que lo condujo, según su visión, un estado de crisis y guerra interna manipulada por la corrupción, contó con el apoyo de los Gobiernos de América latina, ante la clara significación de los Presidentes de Uruguay y Brasil, Julio Mª Sanguinetti y Fernando Henrique Cardoso, relativa a la importancia del proceso democrático como hecho social y político indiscutido.

Acto seguido, en el marco de los actos desarrollados, se cumplió con la "juramentación del Gabinete ministerial" en el Salón Dorado de la Casa de Gobierno, efectuándose posteriormente, a partir de la hora 15.30 el reconocimiento de Fujimori como "Jefe Supremo de las Fuerzas Armadas", actividad que se realizó en el Patio de Honor del Palacio de Gobierno y Plaza de Armas.

Habiéndose presentado ya ante Fujimori, los Jefes de Estado concurrentes al Perú, Juan Carlos Wasmosy (Paraguay), Eduardo Frei (Chile), Carlos Menem (Argentina), Rafael Caldera (Venezuela), Fernando Henrique Cardoso (Brasil) y Julio Mª Sanguinetti (Uruguay) para la asunción del mando, a las 19.30 horas se procedió al saludo de los miembros y misiones especiales y de gobierno invitados particularmente, acto protocolar que se cumplió en el Salón Dorado de Casa de Gobierno.

En el mismo día de su cumpleaños, 57, Alberto Fujimori cumplió enteramente con las ceremonias de rigor y demás actos protocolares en el marco de un despliegue de seguridad impresionante que reunió a más de 20.000 efectivos "armados a guerra", los que pudieron observarse a lo largo y ancho de las principales avenidas de Lima.

Del nacionalismo a ultranza al Himno en bares y plazas

Como hecho a destacar, más allá de las consideraciones que pueda merecer el estado social de clara depresión de gran parte de la población de Perú, el nacionalismo a ultranza es uno de los rasgos a resaltar.

Ejemplos de situaciones de este tipo quedaron evidenciadas en la noche del pasado jueves, en el centro nocturno y plaza de comidas más fino de Lima, enclavado en la zona residencial de "Miraflores", denominada la "calle de las pizzas".

En medio de una actividad informal, justo a medianoche, y por conmemorarse ayer 28 de julio "el Día de la Patria", comenzó a emitirse por parlantes, en calles y bares, y a todo volumen, el Himno Nacional peruano. La gente de la pizzería en la que nos encontrábamos varios periodistas se levantó de sus sillas y a viva voz entonó las estrofas de su Himno patrio, con fuerza y convicción.

Quedamos asombrados por la manifestación de un nacionalismo tan fuerte. Luego se escuchó a un locutor de radio decir: "Felicidades por las fiestas patrias".

Este nacionalismo casi contagioso pudo observarse en toda medida tanto en sectores extremadamente carenciados de la población como en los barrios residenciales de mayor poder económico de la región limeña.

Según dijeron a LA MAÑANA representantes de la diplomacia de Perú "el nacionalismo es un fenómeno propio del país, el que se ha acrecentado por la situación bélica con Ecuador". Perú concretó en las últimas horas un entendimiento formal por la vía diplomática con Ecuador por el que se creó una zona desmilitarizada que puso fin coyuntural al litigio.

Entre desempleo y crisis, "estamos en guerra, la orden es tirar"

El 40% de la economía peruana está inserto en el sector informal, situación que provoca serios perjuicios a la base recaudadora del Gobierno desde el punto de vista fiscal.

Puede observarse en Lima que la venta callejera es uno de los recursos de los sectores más carenciados: venta de productos textiles artesanales, productos alimenticios en grandes ollas populares que se sirven en la misma calle, carencia absoluta de un marco regulatorio territorial y sanitario, y la inexistencia de un transporte colectivo de pasajeros formal, son claro ejemplo de la crisis social de un Perú que, según la opinión de los peruanos, "está mucho mejor de lo que estaba".

El desempleo, que supera al 50% de la población peruana, es el objetivo prioritario para el Gobierno de Fujimori, siendo la consolidación de una política de vivienda otro factor a resolver en una misma línea política.

Todo este marco de crisis social e inseguridad determinó que el Gobierno con carácter oficial mantenga en las calles de Lima carteles que dicen: "Estamos en guerra, la orden es tirar".

El Gabinete ministerial

Al iniciar un nuevo período de Gobierno, el Presidente Fujimori dispuso el cambio de dos titulares de su Gabinete. El titular de Educación, Dante Córdova, es el nuevo Ministro, y en la Cancillería fue designado Francisco Tudela, mientras que en la trascendente Secretaría de Trabajo nombró a Sandro Fuentes.

La figura del Primer Ministro, de verdadera importancia en Perú, recayó en un político ya convocado antes por Fujimori, Dante Córdova, quien se había desempeñado al frente del Ministerio de Transporte y Comunicaciones, habiendo alcanzado varios logros en su gestión.

El elenco de Gobierno de Fujimori quedó integrado por: Dante Córdova, Primer Ministro; Relaciones Exteriores, Francisco Tudela; Defensa, Víctor Malca; Economía y Finanzas, Jorge Camet; Interior, Juan Briones; Justicia, Fernando Vega; Salud, Eduardo Young; Agricultura, Absalón Vázquez; Trabajo y Acción Social, Sandro Fuentes; Negociaciones Comerciales, Sandro Canale; Energía y Minas, Amado Yataco; Transporte y Comunicaciones, Juan Castilla; Pesquería, Jaime Sobrero, y Presidencia, Manuel Vara.

Fujimori: Dejar de Lado Mitos, Tabúes y Vacas Sagradas

NO HABRA MARCHA ATRAS EN LAS REFORMAS QUE HEMOS PLANIFICADO

EL PAIS en Lima
• por CARLOS PAULETTI

29/7 EP

Su decisión de no dar marcha atrás en las reformas estructurales aplicadas durante su primer gobierno y, por el contrario, la profundización de las mismas, remarcó ayer el presidente Alberto Fujimori al asumir su segundo mandato en sesión solemne cumplida en el Palacio Legislativo.

El discurso del mandatario duró aproximadamente 40 minutos y, entre los pasajes más severos se refirió a la necesidad de dejar de lado mitos, tabúes y vacas sagradas que impidan enfrentar, con el imperio de la razón, el problema del control de la natalidad. En ese sentido dijo que si bien todos los niños son hermosos, no lo es que existan tantos hambrientos y sin atención a las necesidades básicas del ser humano.

"Vamos a obrar bajo el imperio de la razón y no con el temor que imponen los tabúes y mitos para que se apliquen diversos métodos de control de la natalidad. Se difundirá a fondo los métodos de planificación familiar", afirmó para sorpresa de muchos, remarcando que en esto, como en otros asuntos, el gobierno actuará con pragmatismo, sin tabúes ni vacas sagradas.

Con la atención de los nueve presidentes asistentes a la ceremonia, el jefe del Estado saludó los auspiciosos resultados de las conversaciones para acordar una zona desmilitarizada entre el Perú y Ecuador gracias a la colaboración de los países garantes del Protocolo de Río de Janeiro (Brasil, Chile, Argentina y Estados Unidos).

Dijo confiar que los pasos adoptados puedan conducir a la paz permanente en el marco de ese tratado internacional; todo lo cual debe traducirse en una comunicación más fluida entre ambas naciones.

La solemne ceremonia cumplida al conmemorarse el 174 aniversario de la independencia nacional, tuvo dos momentos definidos. El primero cuando el presidente Fujimori agradeció el gran esfuerzo desplegado por el Congreso Constituyente Democrático, a cuyo presidente, Jaime Yoshiyama Tanaka, saludó especialmente; las Fuerzas Armadas, la Policía Nacional, los ronderos y la población en general, para alcanzar lo que denominó una etapa superior en la situación del país.

Especialmente se refirió a la "noche de terror" que había quedado atrás e invocó olvidar el pasado y honrar la memoria de los muertos a causa del terrorismo, todo ello con el objetivo de construir la paz.

Después de este primer breve discurso, el mandatario se despojó de la banda presidencial colocándosela a la presidenta del Congreso, Martha Chávez, quien procedió a tomarle el juramento de ley. Una vez juramentado, la titular del Parlamento volvió a colocarle la banda presidencial, dando así inicio a su segundo discurso.

NUEVA ERA DE RENACIMIENTO DEL PERU

Este se caracterizó por el énfasis que el presidente Fujimori puso en la idea de que se inicia una "nueva era de renacimiento del Perú", en la cual —dijo— tendrá como reto una integración que traiga como consecuencia una real democratización de la vida peruana e igualdad de oportunidades para todos, subrayando el imperativo de construir el país en base al despegue de las provincias, en aras de ir formando un "nuevo nacionalismo" que no excluya, que busque el desarrollo económico y humano de toda la sociedad.

Hizo alusión a una reforma educativa que continuará con la construcción de más escuelas, tal como ha hecho durante su primer gobierno, pero que redoblará los esfuerzos para elevar la calidad educativa.

Entre otros objetivos del gobierno para el año 2000, mencionó la reducción en 50% de los niveles de extrema pobreza, el impulso para abrir los mercados extranjeros a los productos peruanos que deberán ser de primerísima calidad, la generación de empleos, el apoyo a la micro y mediana empresa del campo y la ciudad, la concreción de la reforma del Poder Judicial, la lucha contra la corrupción y la profundización en el camino de la reinserción.

En otro pasaje de su discurso aseveró que el gobierno continuará con la revolución productiva, en la cual el Estado intervendrá con firmeza para garantizar reglas de juego claras y el cumplimiento de la ley.

Presidente Peruano irá a Cumbre de Quito

FUJIMORI NO CAMBIA RESPECTO A ECUADOR

Perú no modificará su política respecto al diferendo que mantiene con Ecuador declaró el reelecto presidente Alberto Fujimori. Sin embargo, concurrirá a la Cumbre del Grupo de Río que se celebrará en Quito en setiembre próximo. Fujimori mantendrá en sus mandos a los jefes militares de su administración anterior y afirmó que no negociará con Sendero Luminoso.

LIMA, 29 (Reuter-Ansa). — El presidente de Perú, Alberto Fujimori, dijo hoy que el cambio de ministro en la cartera de Relaciones Exteriores no significa una modificación de su política respecto a la disputa fronteriza con Ecuador.

"No va a haber cambios y más bien lo que tenemos por delante es continuar con todo este proceso de distensión que va a incluir seguir con los puntos siguientes de la Declaración de Paz de Itamaraty", dijo Fujimori en rueda de prensa.

"Esto supone tratar los temas de fondo con el clima de confianza que se está recuperando", añadió.

Perú y Ecuador, que sostuvieron un conflicto armado durante un mes y medio, se pusieron de acuerdo esta semana en desmilitarizar la zona donde se enfrentaron.

"El cambio en la cartera de Relaciones Exteriores no debe llamar la atención", comentó Fujimori respecto al relevo de Efraín Goldenberg por el analista internacional Francisco Tudela en la conducción de la cancillería.

"No es que haya cambios con cada ministro en la política... ha habido un cambio de ministro pero eso no quiere decir que haya ajustes ni mucho menos cambios radicales", aclaró Fujimori, que asumió en la víspera su segundo mandato presidencial.

Perú demanda la pendiente demarcación con hitos de un tramo de 78 kilómetros de la frontera con Ecuador, amparando su postura en el Protocolo de Río de Janeiro de 1942.

Refirió que se sentía satisfecho con la labor realizada por Goldenberg en lo referido a los asuntos con Ecuador.

"Finalmente durante la gestión del canciller Goldenberg se llegó a delimitar la zona desmilitarizada", subrayó.

Fujimori dijo que el proceso de recuperación de la confianza entre ambas naciones andinas era un elemento fundamental para alcanzar una salida pacífica al conflicto.

"Eso es algo muy positivo que el nuevo canciller va a continuar en ese trabajo", aseveró.

VA A CUMBRE DE QUITO

El presidente venezolano, Rafael Caldera, reveló hoy que su colega peruano, Alberto Fujimori, le confió estar dispuesto a ir a Ecuador en septiembre para participar en la cumbre de los países del Grupo de Río.

"La noticia de que está dispuesto a asistir personalmente a la Cumbre de Quito nos parece un hecho verdaderamente trascendental", dijo Caldera a la prensa luego de entrevistarse en la mañana del sábado con el mandatario peruano.

"Tenemos gran esperanza de que la voluntad de paz predomine entre Perú y Ecuador", manifestó el presidente venezolano.

La visita de Fujimori a Ecuador para la cumbre de Río el 4 y 5 de setiembre, se realizaría en momentos que ambos países andinos realizan esfuerzos por alcanzar un definitivo acuerdo de paz.

NO NEGOCIARA CON SENDERO

Fujimori, dijo hoy que su gobierno no negociará con los guerrilleros del maoísta Sendero Luminoso, pero reconoció que aún quedan algunos focos donde actúan los rebeldes.

"No va haber negociación con ningún terrorista y si cometen delitos, se las tendrán que ver con las leyes de Perú los que cometan delitos de terrorismo por la vía civil y traición a la patria por el fuero militar", afirmó. "La legislación estará vigente hasta que todos los terroristas sean capturados", agregó en tono tajante.

Considerado hasta hace poco el grupo rebelde más violento del continente, Sendero Luminoso sufrió en los tres últimos años serios reveses a manos de las fuerzas del orden tras el arresto, en setiembre de 1992, de su fundador y líder, Abimael Guzmán, un ex profesor universitario de 59 años.

Sin embargo, recientes emboscadas senderistas a patrullas militares y policiales e incursiones en diversas localidades de la selva peruana han demostrado que esa organización maoísta cuenta aún con capacidad de ataque, aunque ciertamente disminuida, según analistas.

En tal sentido, Fujimori dijo que su gobierno continuará con sus esfuerzos para dar con la captura "vivo o muerto" al líder de la facción disidente de Sendero, Oscar Alberto Ramírez Durand, alias camarada Feliciano.

Por otra parte, en cuanto a los cuestionamientos de la ley de amnistía que devolvió la libertad a numerosos militares involucrados en casos de violación de derechos humanos, Fujimori dijo que su gobierno no dará marcha atrás al respecto.

COOPERATIVO



PRESENTACION

Una larga tradición solidaria fructificó en la consolidación de un sistema que cuenta ya con más de 600.000 afiliados en sus diferentes modalidades.

El Movimiento Cooperativo ha generado, con su incesante actividad, un lugar destacado en la vida socioeconómica del país.

Es por esta razón que La Juventud, reedita su esfuerzo en la comunicación de la experiencia cooperadora, sus vivencias y sus proyectos.

Por eso mismo, ponemos al servico del Movimiento Cooperativo, este espacio para vincularse.

vincula

Es Un Suplemento Semanal del Diario La Juventud
Director: Raul Fernando Sendic / Coordinacion: Luis \
Diseño Grafico: Alejandro Javier Garcia
Fotos: Archivo Fotografico del Diario La Juventud
Impreso en Cidesol: Nueva York 1326 Antel: 94 46 51

AÑO UNO - NUMERO CERO
diario la Juventud
SUPLEMENTO SEMANAL

Cambio en imagen del Congreso

31/7 LM.

• Lo preside una mujer después de 174 años de historia

(Lima, Perú) El nuevo Congreso de la República de Perú se instaló el pasado jueves 27 de julio, bajo la presidencia de Martha Chávez, quien fue elegida para dirigir la Junta Directiva de la representación nacional que legislará en el período de gobierno 1995-2000.

Por primera vez en 174 años de vida republicana, una mujer asumió la presidencia del Congreso. La congresista y líder de la alianza «Cambio 90-Nueva Mayoría» fue elegida abrumadoramente por 488.606 votos durante las últimas elecciones.

Martha Chávez surgió a la vida política con una destacada participación en el gobierno de Fujimori como miembro de la Comisión de Constitución del Congreso Constituyente Democrático (CCD) que elaboró la Constitución Política de 1993 y puso el marco para el desarrollo del proceso económico, político y social que el gobierno pretende impulsar, según la visión de Fujimori.

Autora de diversos proyectos de ley, entre los que se destaca la elaboración del sistema electoral, Martha Chávez es abogada de profesión y ha realizado estudios de Maestría en derecho y Relaciones Internacionales en la Pontificia Universidad Católica, especializándose en Francia, Italia y Estados Unidos.

Marta Chávez tiene un hijo y está casada con el periodista Javier Ocampo.

9509116.J
Chile: Caso Contreras (juicio)
950.090
2/7/95.
11821
65709.
11163
11328 11164 11262

El general Contreras fue examinado por los médicos de la Gendarmería

2/7 LR

Santiago de Chile

■ El general (r) Manuel Contreras fue examinado por médicos de Gendarmería, en el hospital naval de Talcahuano, donde está internado desde el 13 de junio, supuestamente aquejado de diabetes, hernia y cáncer.

El de ayer es el cuarto examen médico al que fue sometido Contreras, luego de ser condenado a siete años de prisión como autor intelectual del asesinato del ex canciller Orlando Letelier, ocurrido en Washington. Los médicos que le hicieron el examen, que duró más de tres horas, elevaron su informe al director nacional de Gendarmería, Claudio Martínez, quien deberá decidir el eventual traslado de Contreras a la cárcel especial de Punta de Peuco, algunos quilómetros al norte de Santiago.

Martínez aseguró que el traslado está sujeto a razones médico-técnicas más que a decisiones de carácter administrativo o político. "Trataremos que (el traslado) sea en un breve plazo y no permanezca más allá de lo estrictamente necesario en el hospital naval", dijo.

El director de Gendarmería se encuentra en Talcahuano —a 530 kilómetros al sur de Santiago— desde el jueves, debido a esta situación, y hoy se reunirá con el director del hospital naval, doctor Claudio García, para coordinar la forma en que se realizarán algunos exámenes complementarios.

El trámite de trasladar al condenado a una cárcel está desde el jueves exclusivamente a cargo de Gendarmería, cuerpo encargado de la custodia del reo desde ese día, en que comenzó el cumplimiento efectivo de la condena de Contreras.

El general Contreras irá a la cárcel, dijo el gobierno del presidente Frei

Santiago 4/7 LR

■ El general chileno Manuel Contreras, condenado a prisión por el asesinato en Washington del ex canciller Orlando Letelier, cumplirá su castigo en una cárcel y no en su residencia ni en el hospital donde permanece desde hace tres semanas, advirtieron ayer fuentes oficiales.

Contreras, ex jefe de la DINA, la policía política del pasado régimen del general Augusto Pinochet, fue sentenciado a siete años de presidio el 30 de mayo, pero tras conocer el veredicto de la Corte Suprema se internó en el Hospital Naval de Talcahuano, 400 kilómetros al sur de Santiago. El gobierno del presidente Eduardo Frei, a través de su ministra de Justicia, Soledad Alvear, informó el viernes que Contreras será recluido en la cárcel de alta seguridad de Punta Peuco, 35 kilómetros al sur de Santiago, cuando deje el hospital de la Marina donde se internó el pasado 13 de junio. El primer recluso que llegó a esa cárcel especial fue el brigadier Pedro Espinoza, lugarteniente de Contreras y cómplice, según el veredicto de la Corte, en el asesinato del ex canciller Letelier, que desde su exilio en Washington era un activo opositor al gobierno militar.

Letelier y su secretaria estadounidense Ronni Moffit murieron despedazados por una bomba que estalló bajo su automóvil, el 21 de setiembre de 1976, en el primer acto de "terrorismo internacional" cometido en la capital de Estados Unidos.

La ministra Alvear precisó que la Constitución dictada por el régimen de Pinochet (1973-1990) establece que los condenados por los tribunales de justicia deben cumplir su castigo en los lugares que determina la ley.

"Y la ley Orgánica de Gendarmería —agregó la ministra— señala que las condenas deben cumplirse en recintos penales".

9509116

01-08

Contreras logró evadir nuevamente la cárcel

Por Federico Quilodrán 8/7 LN.

(Corresponsal de LA NACION en Santiago)

Recurso: otra instancia judicial presentada ante la Corte de Concepción detuvo el encarcelamiento efectivo del ex jefe de la policía secreta de Pinochet.

SANTIAGO, Chile.- Con los pasajes que lo trasladarían a la cárcel de Punta Peuco en la mano se quedó el general retirado Manuel Contreras al recurrir a una última instancia judicial que detuvo por algunas semanas, probablemente, su traslado. Para ello contó con la cooperación, de alguna manera, del ejército y la armada.

La decisión del gobierno de no apresurar su traslado a fin de impedir el recurso de protección interpuesto por una abogada del ejército favoreció la nueva dilación que experimenta el encarcelamiento del militar, condenado por el homicidio calificado del ex canciller Orlando Letelier.

El anuncio del director del servicio carcelario, Claudio Martínez, de disponer el traslado luego que informes médicos reiteraron que su condición no reviste gravedad, dio el tiempo suficiente para que la abogada Inés Haberle presentara el recurso de protección ante la Corte de apelaciones de Concepción.

En su escrito ante el tribunal la funcionaria del ejército adjuntó un informe del director del hospital naval de Talcahuano, donde se encuentra internado desde el 13 de junio, según el cual por las dolencias que padece "es muy recomendable su permanencia" en el centro hospitalario de la armada.

El informe médico naval sostiene que el ex jefe de inteligencia del pasado régimen militar padece de hipertensión y de diabetes no controladas. Y que, además, requiere ser operado de la hernia que se le produjo como consecuencia de la operación de cáncer del colon hace diez años.

Para resolver mejor

Luego de un par de horas de deliberaciones, la primera sala de la Corte de Apelaciones de Concepción acogió la petición de paralizar el traslado para "mejor resolver" el recurso interpuesto.

El presidente del tribunal, Guillermo Silva, informó que los tres magistrados que integran la sala sólo tuvieron a la vista el informe del hospital, por lo cual solicitaron otro al servicio penitenciario.

Agregó que no tienen un plazo para resolver el recurso, pero que se dan la mayor urgencia para pronunciarse.

Martínez dijo que tiene un plazo de ocho días para emitirlo. La resolución de la Corte de Concepción, en todo caso, puede ser apelada a la Corte Suprema.

Tal vez previendo esas alternativas, el ministro de Defensa, Edmundo Pérez, anticipó esta semana que el encarcelamiento de Contreras podría prolongarse hasta dos meses.

Razones de seguridad

Martínez sugirió razones de seguridad para no haber dispuesto el traslado antes de la presentación del recurso de la abogada militar.

El ministro del Interior, Carlos Figueroa, admitió que el gobierno no fue sorprendido por la resolución judicial: "El general Contreras ha hecho uso de todos los recursos, de todas las instancias posibles, de manera que no ha constituido ninguna sorpresa".

Pero el diputado Juan Pablo Letelier, hijo de la víctima de Contreras, manifestó su desagrado: "Aquí hay una actitud en el límite del ejército o de sectores del ejército y de la armada o sectores de la armada. Espero que estas señales sean equívocas".

Letelier aludió así a la participación de la abogada militar, que según algunas versiones habría actuado en forma personal. Pero el hijo de Contreras aseveró que lo había hecho en representación del ejército. La profesional es funcionaria de la fiscalía militar.

LOS MILITARES BLOQUEARON EL ENCARCELAMIENTO DE CONTRERAS.

Se reaviva la tensión gobierno y el ejército

El general Manuel Contreras volvió a eludir la cárcel. En un procedimiento que sorprendió en Chile, el mismo ejército presentó una apelación para que continúen los exámenes médicos para examinar al militar, pese a que ya se determinó que el ex jefe de la DINA no sufre un cuadro grave. El hecho complicó la disputa entre los uniformados y el gobierno.

SANTIAGO, Chile (Especial para **Clarín**). – La disputa entre el gobierno y el ejército, originada en la condena de dos militares por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier, volvió ayer a **cobrar intensidad** al detener la Corte de Apelaciones de Concepción el traslado del general Manuel Contreras a la cárcel de Punta Peuco, en TilTil, ordenada por el ministerio de Justicia.

La orden fue abortada por el recurso de protección presentado a través de una abogada del Ejército por la defensa del general condenado ante el tribunal de la zona. La decisión de la Corte se basó en el informe médico del Hospital Naval, que diagnosticó la **necesidad de que Contreras**, de 66 años, **se mantuviera en el recinto de la Armada.**

Jefe carabinero jaquea a Frei

SANTIAGO, CHile (Especial para **Clarín**). – A la tensión creada por el demorado traslado del general Manuel Contreras a la cárcel de TilTil, el general Rodolfo Stange, director general de carabineros, agregó ayer su cuota al **desmentir** enfáticamente su **renuncia al cargo.**

La versión sobre su dimisión había ganado a todo Chile después que la difundió el matutino" Las Ultimas Noticias", que aseguró que el gobierno tiene la renuncia en sus manos: "Que Stange se va, se va", aseguró el matutino, habitualmente bien informado.

Stange no es un personaje menor. Fue el protagonista principal del **primer revés** que sufrió el presidente Eduardo **Frei** en su gestión, cuando en abril de 1994, a un mes de haber asumido el mando, le pidió la renuncia, y este se **rebeló** amparándose en la ley de "inamovilidad" **establecida por Pinochet** antes de abandonar el poder.

La petición de Frei obedeció a un fallo judicial por el degollamiento de tres dirigentes comunistas en marzo de 1985.

Una desafiante negativa

Stange le dijo "no" al presidente Frei en el mismo Palacio de La Moneda. Lo hizo de **modo desafiante**, incluso frente a **todos los periodistas, haciendo valer la legislación** que dejó como herencia la dictadura de Augusto Pinochet y que indica que los comandantes en jefe en 1990 –con excepción de la fuerza aérea, que presentó su renuncia cuando asumió Aylwin– no pueden ser removidos de sus cargos hasta 1997.

En abril de 1994 se vivió un mes de tensión, durante el cual Stange se fue de "vacaciones obligadas" para luego retomar su cargo **en clara rebeldía.**

Las relaciones entre Frei y Stange han sido casi nulas después del episodio. El acuerdo al que se llegó para resolver el problema y que pasaba porque Stange renunciara el 27 de abril, **se abortó por una maniobra de altos oficiales de carabineros** que filtraron la noticia con antelación.

No se descarta que esta vez se haya usado el mismo procedimiento para impedir que Stange se vaya cuando se avecina un momento crítico entre las fuerzas armadas y el gobierno. El 2 de agosto Stange **cumplirá 10 años al mando de la policía**, el cuerpo armado más importante del control callejero y que hasta ahora Pinochet ha mantenido bajo su tutela en los momentos difíciles.

LA ULTRADERECHA EN FAVOR DEL GOLPE

entre el chilenos

8/7 EC.

Ese informe es diametralmente opuesto al que habían elaborado los seis médicos enviados por Gendarmería, encabezados por el doctor Eduardo Rosselot, decano de la Facultad de Medicina de la Universidad de Chile, que ratificó ayer que Contreras "**no requiere operación** de urgencia: su cáncer está controlado, no tiene signos de actividad y su tratamiento puede ser ambulatorio".

El tribunal de Concepción decidió paralizar el traslado durante ocho días y pidió **nuevos informes médicos**. Tal cual lo vaticinaran algunos analistas cuando el martes 13 de junio Contreras se refugió en el Hospital Naval de Talcahuano, ayer comenzó la "guerrilla de partes", estrategia con la que el ex jefe de la DINA espera crear nuevos focos de tensión para consolidar su apoyo en el ejército

Señales inquietantes

Dos hechos acaecidos en la tarde del jueves graficaron el nuevo aumento de la **tensión entre gobierno y ejército**. El primero sucedió en Concepción, al ser la abogada Inés Barage –funcionaria del ejército–, la encargada de presentar el recurso de protección de Manuel Contreras, que sorprendió una vez más a las autoridades del gobierno.

El segundo fue la manifestación de apoyo a Pinochet, de aproximadamente 200 personas, realizada en las puertas de la Comandancia en Jefe del Ejército, en pleno Santiago, y a una cuadra de la sede gubernamental. El grupo reclamó a los gritos un golpe de Estado y la acción de las armas para defender a Contreras, y profirió gruesos insultos para la Concertación. El **hecho inquietante** fue que el general **Pinochet recibió en su despacho a 20** manifestantes, encabezados por un dirigente juvenil de Renovación Nacional, en un claro movimiento político.

Desde que se conoció la sentencia por el crimen de **Letelier** el pasado 31 de mayo, la crisis entre el **gobierno** y el ejército ha tenido dos **episodios de quiebre**. El primero se produjo el martes 13 de junio cuando en una ostentosa operación de inteligencia militar del ejército, la armada y carabineros Manuel Contreras fue sacado de su hacienda en Fresia y llevado a su actual refugio en el Hospital Naval de Talcahuano, sin conocimiemto del gobierno. El segundo tuvo lugar el lunes 22 de junio, cuando se produjo una demora de 24 horas para entregar al brigadier Pedro Espinoza, condenado a 6 años de prisión por el mismo asesinato.

Un analista del gobierno explicó que el final de este episodio demorará algo más que los 8 días dictaminados por la Corte de Concepción, y cuando llegue el momento final: "**La estantería se va a remecer fuerte**, sus efectos van a provocar mucha estridencia, pero la estantería no se va a caer. Estamos **preparados**".

Mónica González

¡Qué te parece!: oficialismo chileno pide que el general Contreras vaya a la cárcel

■ En una declaración conjunta de los cuatro partidos integrantes, la oficialista Concertación de Partidos por la Democracia insistió en que Chile "solo dormirá tranquilo" cuando el ex jefazo de la DINA esté entre rejas.



La coalición de partidos chilenos que llevó a la presidencia al presidente Eduardo Frei reclama el encarcelamiento de Manuel Contreras

La Concertación de Partidos por la Democracia, en el gobierno, insistió en que Chile "sólo respirará tranquilo" cuando el el ex jefe de la DINA (policía política de la dictadura pinochetista) general Manuel Contreras, condenado por el asesinato de Orlando Letelier, esté finalmente en la cárcel y criticaron la dilatación del cumplimiento del fallo de la Corte Suprema.

• En una declaración conjunta difundida el domingo, los presidentes de los cuatro partidos de la coalición reafirmaron la intención de fortalecer y proyectar la alianza y se pronunciaron sobre el recurso de protección interpuesto a favor de Contreras, trámite que suspendió nuevamente su traslado a una cárcel especial.

El presidente del Partido Socialista, Camilo Escalona, calificó este recurso de "insoportable pero comprensible" ya que, aunque está dentro de lo legal, "se está manipulando la paciencia de la opinión pública".

Alejandro Foxley, presidente de la Democracia Cristiana, el partido mayoritario de la coalición, indicó, por su parte, que en este punto la Concertación "tiene una sola voz para plantear que el plazo que el país espera para que Contreras vaya a la cárcel sea el más breve posible".

El presidente del Partido por la Democracia (PPD), Jorge Schaulsohn, señaló que el recurso de protección a favor de Contreras "carece de todo fundamento" y recordó que el general de Ejército en retiro ha sido sometido a toda clase de exámenes médicos por lo que la justicia deberá rechazar el recurso.

El inminente traslado del ex jefe de la policía secreta chilena a la cárcel de Punta Peuco, a 40 kilómetros al norte de Santiago, fue suspendido el viernes después de que la Corte de Apelaciones de Concepción acogiera una orden de respetar el recurso de amparo interpuesto a su favor.

El recurso de amparo fue presentado por la abogada funcionaria del Ejército, Inés Baherel, quien actuó a título personal y en representación de Contreras.

En el texto del recurso, el sentenciado señala que éste se presenta "por encontrarse seria y gravemente amenazado mi derecho a la vida y a la integridad física y síquica", por el traslado.

El ex jefe de la policía secreta está internado desde el pasado 13 de junio en el centro asistencial de la base de la Armada en el puerto de Talcahuano.

Contreras fue condenado el pasado 30 de mayo a siete años de cárcel en su calidad de "autor intelectual" del crimen del ex canciller chileno Orlando Letelier, perpetrado en Washington en 1978.

Por este homicidio ya se encuentra cumpliendo una condena de seis años en el penal de Punta Peuco, desde el pasado 20 de junio, el entonces jefe de operaciones de la DINA, el brigadier de Ejército en retiro Pedro Espinoza.

El ministro secretario general (portavoz) de Gobierno, José Joaquín Brunner, indicó el sábado que el Gobierno estima imposible que se dilaten eternamente en el tiempo los trámites en torno al traslado de Contreras al penal de Punta Peuco.

Brunner confirmó, asimismo, que el ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma y el comandante en jefe del Ejército, general Augusto Pinochet, se reunieron la noche del viernes, pero no entregó antecedentes de lo tratado y calificó la cita como "rutinaria".

CHILE: EL EX JEFE DE LA POLICIA SECRETA PINOCHETISTA SIGUE ELUDIENDO IR A PRISION

Nueva maniobra de Contreras

17/7 EC

SANTIAGO (AFP y AP). - El traslado, a la cárcel de alta seguridad, del general Manuel Contreras, condenado a siete años de reclusión por el asesinato del ex canciller chileno Orlando Letelier, **demorará una semana más**, tras las nuevas diligencias pedidas por su defensa.

Esa estimación, realizada ayer en la capital trasandina, surgió después de conocerse que los abogados de Contreras presentaron un nuevo recurso, esta vez, para conocer las condiciones de seguridad de la cárcel de Punta Peuco.

El penal construido en la localidad de Tiltil -35 kilómetros al norte de Santiago- fue terminado a mediados de junio para albergar a detenidos **"especiales"**, como el general Contreras, ex jefe de la policía secreta de la dictadura del general Augusto Pinochet (DINA).

En ese lugar ya se encuentra el ex jefe de operaciones de la DINA, el brigadier Pedro Espinoza, condenado a 6 años de cárcel por el mismo delito imputado a Contreras.

Las diligencias presentadas por la defensa del ex jefe militar, quien se mantiene internado en un hospital naval al sur del país, tienen **"un propósito dilatorio"**, según la opinión de los familiares del ex canciller Letelier.

La Justicia decide esta semana

La Justicia tendrá una ardua labor durante esta semana, para **analizar todos los recursos** que impiden el pronto traslado de Contreras a Punta Peuco y que ya suman cuatro.

"Días más, días menos, el general Contreras va a terminar cumpliendo su condena en la cárcel de Punta Peuco", aseguró el sábado el ministro del Interior, Carlos Figueroa, durante un acto de homenaje al extinto presidente Salvador Allende (1970-1973) organizado por el Partido Socialista.

Figueroa criticó, además, a "los que en 17 años miraron para el lado y no se quisieron dar por enterados de lo que pasaba en el país y ahora nos quieren dar lecciones sobre derechos humanos".

"Al gobierno le afectaría"

En un tono similar se manifestó el ministro secretario general de Gobierno, José Joaquín Brunner, al decir, en una entrevista publicada ayer, que lo importante es "el cumplimiento de una sentencia y la igualdad de todos los chilenos ante la ley".

Brunner aseguró que "al gobierno le afectaría que no se cumpliera con una orden judicial".

El portavoz del gobierno agregó que esa fue una cuestión muy delicada durante la dictadura y "nadie le aceptaría al gobierno ponerse al margen del estado de derecho porque no le gusta cumplir una norma que está en la Constitución".

06

PINOCHET ORDENO DIRECTAMENTE EL CRIMEN DE LETELIER

EL MUNDO 22/7 EP.

MADRID, 20 (El Mundo).— El coronel Manuel Contreras desayunaba casi todos los días con Augusto Pinochet en su mansión para informarlo y cumplir sus órdenes a través de la Policía Política, que contaba con unidades especiales para actuar fuera del país. El general golpista alardeaba de que no se movía ni la hoja de un árbol sin que él lo supiera.

No se puede creer que Contreras organizara el asesinato de Orlando Letelier -con un coche bomba el 21 de septiembre de 1976 en Washington- sin que Pinochet lo hubiera ordenado. En el libro que acaba de publicar en Madrid la Editorial Siglo XXI, "Orlando Letelier: testimonio y vindicación", Joan E. Garcés y Saul Landau aseguran que ésta es la conclusión del FBI y piden que Estados Unidos y la Unión Europea presionen para sacar al general Augusto Pinochet de la jefatura de las Fuerzas Armadas de Chile y colocarlo ante los tribunales.

Letelier fue ministro de Relaciones Exteriores y Defensa con el presidente socialista Salvador Allende, Garcés era asesor de éste y Landau dirigió las investigaciones desde el Instituto de Estudios Políticos de Washington.

Landau cuenta ahora su conversación con Robert Scherrer, el agente del FBI que se encargó del caso Letelier:

-¿Tiene usted dudas de que Pinochet estaba en el complot?

-No me cabe la menor duda. El problema estriba en que no podemos probarlo a menos que Contreras le implique.

Esto explica la protección que Pinochet le está dando a su amigo "Mamo" Contreras, condenado a siete años de prisión por el asesinato de Letelier: para mantener su impunidad. En el libro se publica por primera vez todo lo que Letelier le contó en 1975 desde su exilio en Washington al abogado español Joan E. Garcés sobre sus quince días como ministro de Defensa, que desembocaron en el golpe de Estado del 11 de septiembre de 1973.

Le reveló que se dio cuenta "de que el golpe venía armándose" y describió el servilismo con el que Pinochet aparentaba enfrentarse a los militares golpistas: "Estaba constantemente tratando de ayudarme con mi abrigo, tratando siempre de llevarme la cartera".

Garcés añade datos poco conocidos: "La resistencia que encontró la conspiración para abrirse paso en el Ejército" y que "en junio de 1973 -fecha en que Breznev fue recibido por Richard Nixon- los servicios secretos de la URSS habían averiguado en Panamá (base del Comando Militar de Estados Unidos para América Latina) que en Chile se produciría la sublevación cuando llegara a sus costas una flota estadounidense con la excusa de unas maniobras conjuntas".

También pide que EEUU y la UE le apliquen la "cláusula democrática" a Chile para no incluir, ni en el Tratado de Libre Comercio con Washington, ni en las relaciones comerciales privilegiadas con Bruselas, a un Estado "bajo el mando militar de un dictador, fuera del control político del Gobierno o del Parlamento y cuyas instituciones fueron impuestas por la propia dictadura".

Garcés ha declarado a EL MUNDO que el Parlamento de Chile debería investigar si Salvador Allende fue asesinado en el asalto al palacio presidencial. Está convencido de que la orden de matar a Letelier no fue la primera que dio Pinochet.

Contreras trabaría el ingreso al NAFTA

21/SEC.

WASHINGTON (AFP y AP).– La resistencia del general Manuel Contreras a ir a la cárcel puede poner en peligro el ingreso de Chile al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (NAFTA).

Dos miembros del Congreso norteamericano y el influyente Instituto de Estudios Políticos de Washington pidieron ayer al presidente Bill Clinton que suspenda las negociaciones para la incorporación de Chile al grupo, hasta que el jefe de la policía secreta del ex dictador Augusto Pinochet sea puesto tras las rejas.

"Sobrepasaría la credibilidad de los Estados Unidos discutir un acuerdo de comercio con el gobierno de Chile mientras los militares chilenos se mofan de la ley y provocan al presidente Eduardo Frei", dice Saul Landau, director del Instituto, en una carta enviada al titular de la Casa Blanca.

Interferencia de Pinochet

El senador demócrata Tom Harkin reclama también a Clinton, a través de una misiva, que se determine si el presidente chileno "tiene control de las instituciones democráticas y las fuerzas armadas, o si Pinochet y otros oficiales siguen siendo una amenaza para la sociedad".

El representante George Miller, otro demócrata, afirmó que está seriamente preocupado por "la conducta del general Contreras y la aparente interferencia de Pinochet en el caso".

Voceros del Instituto washingtoniano informaron que una copia de la carta a Clinton fue enviada al representante comercial norteamericano, Mikey Kantor, quien sigue de cerca el desarrollo del NAFTA, el tratado que agrupa a los Estados Unidos, el Canadá y México.

Chile ya comenzó las conversaciones para su integración al grupo, pero el Instituto recordó que el esquema de asociación requiere el ejercicio pleno de la democracia representativa en los países integrantes.

CHILE 28/7 LT

"Sólo un golpe militar impedirá que Contreras vaya a la cárcel"

Santiago de Chile. El diputado socialista Juan Pablo Letelier, hijo del asesinado ex canciller chileno Orlando Letelier, aseguró el miércoles que sólo un golpe militar impediría que el principal condenado por ese crimen, el general retirado del ejército Manuel Contreras, ingrese en la cárcel.

El parlamentario aseguró que "eso no va a ocurrir" y que, pese al tiempo transcurrido desde que la Corte Suprema dictó sentencia el pasado 30 de mayo, que condenó a siete años de presidio a Contreras, y la demora de "un día más o un día menos, irá a la cárcel".

Contreras: 8 semanas libre de cárcel

Talcahuano, Chile 26/7 LR.

■ El general chileno Manuel Contreras, empeñado desde hace ocho semanas en su promesa de no ir a prisión, continúa en el Hospital Naval de Talcahuano, donde un tribunal de apelaciones aplazó para este miércoles el estudio de su posible encarcelamiento.

Pese a que la Corte Suprema le impuso siete años de presidio por el asesinato en Washington del ex canciller Orlando Letelier, el ex jefe de la policía política del régimen del general Augusto Pinochet argumentó complicaciones en su salud para seguir en el hospital, donde permanece desde el pasado 13 de junio.

La Corte de Apelaciones de Concepción, próxima a Talcahuano y 400 kilómetros al sur de Santiago, debía pronunciarse el martes sobre el recurso de protección que presentó Contreras, pero los jueces postergaron el caso por otras 24 horas, informaron fuentes oficiales.

Contreras, según su defensa, debe ser operado de una hernia y su recuperación tardará varias semanas, antes de viajar a la cárcel de Punta Peuco que le aguarda en las cercanías de Santiago.

Ante ese recinto de alta seguridad, cientos de oficiales del Ejército que sigue bajo el mando de Pinochet se congregaron el sábado, en una inusitada manifestación de respaldo al brigadier Pedro Espinoza, lugarteniente de Contreras condenado a seis años de prisión por el atentado a Letelier.

El sorpresivo gesto de los militares causó preocupación en el gobierno del presidente Eduardo Frei y Pinochet, convocado por el Ministerio de Defensa, se comprometió a sancionar a los organizadores de la manifestación.

El ex canciller Letelier, activo líder socialista opositor al régimen de Pinochet (1973-1990), murió junto a su secretaria estadounidense Ronnie Moffitt, cuando una bomba estalló bajo su automóvil en pleno centro de Washington, el 21 de setiembre de 1976.

08-08

PRIMER RECONOCIMIENTO DE SECTORES POLITICOS AFINES AL PINOCHETISMO

Chile: la derecha admite que hay detenidos-desaparecidos

5/7 EC.

Tradicional sostén político de la dictadura, la derecha chilena reconoció por primera vez la existencia de desaparecidos durante el régimen militar. La aceptación fue hecha en el marco de una propuesta global de la oposición derechista para superar la tensión por los juicios a militares, que se reactivó por la condena a prisión al general Manuel Contreras.

SANTIAGO, Chile (AP y por **Mónica González**, especial para **Clarín**). – La oposición derechista chilena admitió por primera vez **la existencia de desaparecidos** bajo la última dictadura militar, en el marco de una propuesta para superar la tensión creada por el juzgamiento a militares por la violación de los derechos humanos.

La intranquilidad en el escenario político trasandino resurgió hace poco más de un mes, cuando el general Manuel Contreras y el brigadier Pedro Espinoza –que encabezaron la policía secreta de la dictadura– *fueron condenados a prisión* por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier.

La histórica sentencia que por primera vez envió a prisión a dos jefes militares –aunque Contreras está todavía en un hospital castrense– desató la más grave crisis politica de la transición democrática chilena, nacida en 1990.

Las fuerzas armadas se mostraron **irritadas por el fallo** y el general Augusto Pinochet –el ex dictador y actual jefe del ejército– directamente calificó al juicio de "farsa", aunque nadie se pronunció por no respetar el dictamen de la justicia.

Un debate pendiente

Más allá de esa tirantez, la condena sobre Contreras y la reactivación de otras causas por asesinatos políticos durante el régimen militar **reactivó el debate** sobre el camino a seguir en el tema, del que participaron los partidos oficialistas (no el gobierno como tal) y la oposición.

En las últimas horas, las opositoras Unión Democrática Independiente (UDI) y Renovación Nacional (RN) hicieron una propuesta formal para superar la tensión, con el pomposo nombre de "Acuerdo Nacional por la Paz y el Futuro".

En esa iniciativa la derecha planteó la necesidad de una **"correcta"** interpretación de la amnistía de 1978 (lo que ampliaría su alcance), de la agilización de los procesos judiciales pendientes en los que están involucrados militares, y de **la búsqueda efectiva del paradero de los detenidos-desaparecidos de la dictadura.**

Reconocimiento inédito

Con este último punto la derecha reconoció por primera vez la **existencia de desaparecidos**. *Sostén político del régimen pinochetista*, **los partidos** derechistas **hasta ahora** habían apoyado sin restricciones la teoría militar oficial de que en Chile hubo una guerra irregular y niega la existencia de los desaparecidos.

Bajo la dictadura de 16 años y medio de Pinochet, 3.129 personas fueron asesinadas por causas políticas, y de ellas, cerca de 1.200 permanecen desaparecidas.

La iniciativa opositora podría contar con el beneplácito de la Democracia Cristiana –la principal integrante de la Concertación gubernamental– y con el rechazo de sus socios de coalición: el P S y el Partido por la Democracia.

El debate sobre los juicios por las violaciones a los derechos humanos, así como la evaluación sobre el pasado reciente del país, puede reabrir en la Concertación algunas grietas que harían reaparecer los **interrogantes sobre su futuro**.

Derecha chilena pretende sobreseer sin investigar violaciones de Derechos Humanos

2017 05

Los senadores de la oposición derechista y los designados bajo el régimen militar del general Augusto Pinochet propusieron ayer una ley para interpretar la amnistía de 1978, que significará sobreseer sin investigar los casos por violaciones contra los derechos humanos.

El cuerpo legal fue presentado al Congreso Nacional por parlamentarios de los derechistas partidos Renovación Nacional, de la Unión Demócrática Independiente (UDI) e institucionales.

La iniciativa busca "una reconciliación plena entre los chilenos y una normalización definitiva en las relaciones cívico- militares", según explicaron sus patrocinantes.

El proyecto de ley contempla un artículo único que dice: "En caso de extinción de la responsabilidad penal por amnistía, el sobreseimiento definitivo se dictará tan pronto se establezca que el hecho configura el delito amnistiado y que fue cometido dentro del período establecido por la ley que otorga el beneficio, sin ningún otro trámite".

Lo que busca esta iniciativa es poner fin a todos los juicios pendientes por denuncias de violaciones de los derechos humanos que se cometieron entre la fecha del golpe militar, el 11 de setiembre de 1973, y la fecha de le ley de amnistía, el 11 de marzo de 1978.

En todo caso, se exceptúa del sobreseimiento definitivo los casos de detenidos-desaparecidos, delito que la jurisprudencia considera que se sigue cometiendo porque los cuerpos o cadáveres de los afectados no han sido encontrados.

Un artículo transitorio también establece declaraciones secretas de los testigos y de los acusados y que en el caso de que se dicte sobreseimiento los cuadernos con esas declaraciones deben ser destruidos.

Hasta ahora la interpretación jurídica era que para dictar amnistía debía establecerse el delito e investigar y conocer el nombre de los culpables que serían beneficiados con la ley de amnistía.

El tema de la solución de las denuncias pendientes por violaciones a los derechos humanos ha cobrado fuerza tras el fallo dictado por la Corte Suprema el 30 de mayo pasado, por el cual se condenó a siete años de cárcel al ex jefe de la policía secreta chilena, general retirado del Ejército Manuel Contreras.

El ex oficial, junto a su ayudante directo, el brigadier del Ejército Pedro Espinoza, sentenciado a seis años de cárcel, fueron encontrados culpables del delito de "autoría intelectual" de los asesinatos del ex canciller chileno Orlando Letelier y de su asistente estadounidense Ronni Moffit, muertos en Washington en 1976.

Espinoza está cumpliendo su pena desde el pasado 20 de junio en una cárcel especialmente construída para militares, pero Contreras se resiste a ingresar en el presidio aduciendo enfermedades graves y el rebrote de un cáncer de colón, situación que actualmente se debate en los tribunales. En una palabra, la propuesta - se apruebe o no, tanto da - pasará a los anales de la justicia universal. Todos lo chilenos son iguales según la ley; la enmienda pretende que algunos sean más iguales que otros.

Presentaron lista de condenados a la muerte en la pasada dictadura militar

Santiago de Chile 2017 LR

■ Un abogado presentó ante la Justicia chilena una lista de 200 nombres, en su mayoría de dirigentes del Partido Comunista y muchos de ellos actualmente desaparecidos, dijo la agencia local **ORBE**. Los nombres fueron ofrecidos por Fidel Reyes, defensor del coronel (r) Guillermo González, condenado a cadena perpetua por el caso de tres comunistas secuestrados y degollados en 1985.

El documento, explicó **ORBE**, corresponde a un "original escrito de puño y letra por Miguel Estay Reino, apodado El Fanta, otro sentenciado a igual pena y en el mismo proceso."

La lista pudo haber servido de base para la represión contra dirigentes que lucharon desde la clandestinidad contra el pasado régimen militar del general Augusto Pinochet (1973-1990).

El Fanta fue un militante comunista durante el derrocado gobierno de Salvador Allende que después se transformó en colaborador de la Dirección de Comunicaciones de Carabineros, un organismo represivo.

Con la divulgación de la lista, Ryes pretende demostrar que su defendido no es el único responsable de la represión lanzada para desarticular las estructuras clandestinas que el Partido Comunista mantenía durante el pasado régimen militar.

González y Estay están condenados por degollar a los comunistas Santiago Mattino, Manuel Parada y Manuel Guerrero, en 1985, que obligó posteriormente a la renuncia a Carabineros del entonces director, el general (r) César Mendoza.

La lista antecede a varias hojas contenidas en una carpeta en la cual figuran fotografías y datos de personas —según Reyes— sentenciadas por el denominado Comando Conjunto. El comando era una agrupación secreta que se presume funcionó en el interior de la Fuerza Aérea de Chile (FACH) como organización de inteligencia y represión de disidentes. Según Reyes, todos estos antecedentes fueron entregados por Estay al comandante de reserva de la FACH como organización de inteligencia y represión de disidentes.

02

Identifican restos de siete detenidos desaparecidos durante la dictadura

Santiago de Chile 21/7 LR

■ Un equipo del Instituto Médico Legal chileno identificó los restos de siete desaparecidos durante el régimen militar del general Augusto Pinochet (1973-90), entre ellos el jefe de policía civil de Salvador Allende.

La abogada Pamela Pereira dijo que las víctimas habían sido sepultadas clandestinamente en el Patio 29 del Cementerio General y exhumadas por una investigación de la Justicia chilena requerida por familiares de víctimas de la represión.

Entre los siete identificados figura Eduardo "Coco" Paredes, jefe de la Policía Civil chilena durante el depuesto gobierno del presidente socialista Allende (1970-1973).

Paredes estuvo en el Palacio de La Moneda, sede del gobierno, el mismo 11 de setiembre de 1973, día del golpe militar que encabezó el general Pinochet.

Los restantes detenidos desaparecidos identificados hoy son: Héctor Urrutia (también detenido en La Moneda), Roberto Serrano, Luis Largo, Enrique Montero, Pedro Zárate y Carlos Reyes.

Pereira dijo que hasta la fecha —incluyendo la nómina entregada hoy— hay un total de 92 personas identificadas entre las que fueron exhumadas desde el Patio 29.

Sólo resta por identificar a 33 de las víctimas que fueron encontradas en el lugar, lo cual sería posible, señaló, gracias a las pericias que realizan en Europa los expertos del Instituto Médico Legal chileno.

Respecto a los siete identificados hoy, falta ahora que el juez de Crimen Andrés Contreras dicte una resolución para formalizar las defunciones y ordene las inhumaciones. Se requiere para ello que los datos entregados por el equipo multidisciplinario del Instituto Médico Legal coincidan con los de las personas que figuran en el proceso judicial.

Es probable que las inhumaciones se hagan junto a la de otros detenidos-desaparecidos, identificados anteriormente, en el Memorial, un monumento de homenaje construido en el cementerio general de Santiago durante el gobierno del presidente Patricio Aylwin (1990-1994).

CRITICAS A LAS NUEVAS MEDIDAS DEL BANCO CENTRAL

Chile restringe el ingreso de capitales extranjeros

Santiago de Chile, 5 Jul. - Una fuerte caída del índice selectivo de acciones en Bolsa y un alza de cinco pesos el dólar causaron las medidas restrictivas a los capitales foráneos adoptadas el lunes por el Banco Central de Chile, que fueron muy criticadas hoy, miércoles, por el sector financiero.

El máximo dirigente de los empresarios, José Antonio Guzmán, se mostró en franco desacuerdo con la disposición del instituto emisor, que calificó de "un virtual cierre de la economía".

Para el presidente de la Confederación de la Producción y el Comercio, José Antonio Guzmán, la restricción a la entrada de capitales "altera las reglas del juego" y es una aceptación de la fórmula socialista de imponer limitaciones a la inversión externa.

ENCAJES

El Banco Central extendió el lunes la obligación de constituir un encaje -coeficiente- bancario del 30% a las inversiones financieras y los depósitos provenientes del exterior y amplió las posibilidades de inversión financiera de los bancos en el exterior, flexibilizando los requisitos de riesgo.

La extensión del encaje afectó a los ADR's secundarios -depósitos de acciones extranjeras- y su objetivo, según explicaron las autoridades económicas, es poner más restricciones a la entrada de capitales especulativos o de corto plazo que pretenden aprovechar el diferencial de tasas.

El presidente de la Asociación de Bancos e Instituciones Financieras, Hernán Somerville, tras aplaudir la flexibilización de las posibilidades de inversión bancaria en el exterior, criticó la extensión del encaje y subrayó que las nuevas restricciones al ingreso de capitales "desglobalizan" la economía. Las medidas "quitan profundidad a nuestro mercado financiero y disminuyen las posibilidades de financiamiento dirigidos a fortalecer la capitalización de empresas chilenas, algunas de las cuales están emprendiendo importantes proyectos en el exterior", dijo Somerville.

Las disposiciones del Central causaron una fuerte convulsión en los mercados accionariales.

Operadores de la Bolsa de Comercio indicaron que la ampliación del coeficiente bancario a las transacciones de los ADR's secundarios afectará las operaciones de las empresas chilenas con acciones en el mercado estadounidense.

Para el inversionista extranjero el encaje no es otra cosa que un impuesto, cuyo principal efecto se dará en los precios, según medios financieros.

Los corredores de Bolsa consultados reconocieron, sin embargo, que el martes el mercado tuvo una sobrerreacción, y advirtieron que en los próximos días continuará la tendencia a la baja ya que será determinante el comportamiento de los ADR's en Wall Street, que ayer estuvo cerrado por ser día festivo en Estados Unidos.

Los operadores afirman que la medida no será del agrado de los inversionistas estadounidenses, lo que se reflejará en las cotizaciones de las acciones chilenas en Nueva York.

TIPO DE CAMBIO

En medio de estas declaraciones, el ministro de Hacienda, Eduardo Aninat, aclaró que lo que buscan las medidas del banco emisor es estabilizar la trayectoria del tipo de cambio más que actuar sobre su precio. Agregó que ello dará a los agentes económicos certezas para planificar sus inversiones.

Sobre los ADR's secundarios (los que aprovechan las diferencias de precios que hay entre el mercado norteamericano y el nacional), aseguró que es "una medida lógica" que tiende a proteger el mercado cambiario local. **(EFE)**

■ ACTIVIDAD

Chile crece por encima de lo previsto

26/7/95.

La economía chilena experimentó un acelerado crecimiento durante la primera mitad del año, superior a las metas oficiales, pero las autoridades descartaron un "sobrecalentamiento" como consecuencia de ese ritmo.

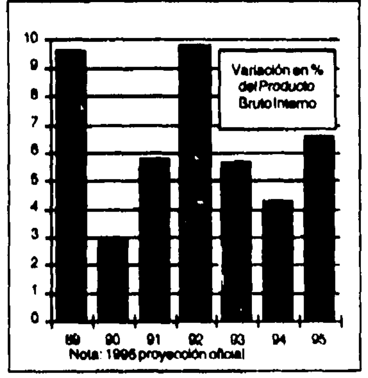
"Nuestra impresión es que no hay sobrecalentamiento de la economía, pero sí que existe un crecimiento más rápido que lo originalmente previsto", dijo el ministro de Economía, Alvaro García.

Un indicador utilizado por el Banco Central señaló que en los primeros cinco meses del año se registró un crecimiento del 7% en relación al mismo período del año anterior. En 1994 el aumento del Producto Bruto Interno (PBI) alcanzó el 4,2% y para este año se prevía un 5,8%. Pero ahora el índice ha llegado al 7%.

Economistas independientes han señalado su inquietud respecto a que el fuerte ritmo de crecimiento podría provocar un "sobrecalentamiento" como el ocurrido hace tres años, cuando el producto creció 11%. El fuerte incremento obligó en años posteriores a un proceso de ajuste que sólo concluyó hacia fines del año anterior.

El dinamismo en el crecimiento se ha basado en el auge exportador, pero este año tuvo a su favor la fuerte recuperación de los precios de los principales productos de exportación, como son el cobre, las frutas, la harina de pescado y la celulosa. Esas mejores condiciones de mercado para los productos chilenos han redundado en una balanza comercial superavitaria de US$ 13.000 millones. *(En base a AP)*

CRECIMIENTO EN CHILE



9509118

02-02

Nuevo jefe para la Fuerza Aérea Chilena

En los próximos días el presidente chileno Eduardo Frei firmará el decreto mediante el cual quedará designado el nuevo comandante en jefe de la Fuerza Aérea Chilena (FACH), según versiones difundidas ayer. El sucesor del general Ramón Vega, que cumple su período reglamentario en la institución, será "con toda seguridad" el general Fernando Rojas Vender, actual jefe del Estado Mayor de la FACH, según informa el diario *La Epoca*.

Según se informó en fuentes del gobierno, es probable que la decisión presidencial se dé a conocer antes del próximo viernes, cuando el gobernante chileno viajará a Argentina para asistir a la ceremonia con la que el presidente Carlos Menem asumirá su segundo período presidencial.

El posible nombramiento de Rojas Vender ha sido interpretado como un "ejemplo de normalización democrática" en momentos en que el fallo en el caso Letelier, que condenó a dos altos oficiales del ejército a penas de cárcel, generó tensiones y desnudó la fragilidad de la democracia chilena.

El pasado viernes 30 el general Vega puso en conocimiento de las autoridades de gobierno los antecedentes de las cinco primeras antigüedades entre las que el presidente Frei deberá elegir el nuevo jefe de la FACH. El general Vega que asumió el 31 de julio de 1991, entregó el miércoles pasado su expediente de retiro al gobernante.

Vega reemplazó en el cargo al general Fernando Matthei quien renunció voluntariamente y fue designado por el entonces presidente Patricio Aylwin.

Según *La Epoca*, el gobierno estimó que Rojas Vender es el general que cuenta con el más amplio conocimiento de la institución, de entre los cinco más antiguos, debido a su extenso currículum y a su actitud "ciento por ciento profesional".

El general fue director de Personal de la institución, director de Logística y dirigió la Cuarta Brigada Aérea, con asiento en Punta Arenas al tiempo que pasó por la jefatura del estado mayor de la Defensa Nacional.

"Mientras Chile exista, jamás será marxista", corearon unos 200 manifestantes en Santiago

Piden el retorno de Pinochet al poder

Santiago de Chile 8/7 LR.

■ Unos 200 manifestantes protagonizaron en Santiago una concentración de apoyo al general Augusto Pinochet, que tras derrocar el gobierno del extinto presidente Salvador Allende (1970-1973), instauró un regimen antiizquierdista en el país.

La manifestación, a escasa distancia del palacio presidencial de La Moneda, se desarrolló en medio de rumores sobre el posible encarcelamiento del general Manuel Contreras, ex jefe de la DINA, la policía política del régimen del general Pinochet, internado desde el 13 de junio en el Hospital Naval de Talcahuano, a 400 kilómetros al sur de Santiago. Contreras fue condenado a siete años de cárcel como autor intelectual del asesinato del ex canciller Orlando Letelier y de su secretaría Ronnie Moffitt, ocurrida en Washington en 1976. "¡Pinochet, al poder otra vez!", "¡Mientras Chile exista, jamás será marxista!" y "¡Chilenos bien nacidos con Pinochet!", rezaban algunos de los carteles que portaban los manifestantes, que también gritaban en contra del gobierno del presidente Eduardo Frei. "Le manifestamos nuestro apoyo y cariño al general Pinochet, quien nos agradeció nuestra presencia en este acto", señaló el vocero del grupo, Rodrigo Eitel.

La Policía de Carabineros se mantuvo a cierta distancia de los congregados, sin que ocurrieran incidentes.

CONTRERAS NOTIFICADO

El general (r) Manuel Contreras fue notificado de su inminente traslado a la cárcel de Punta Peuco, donde debe purgar siete años como autor intelectual del asesinato del ex canciller Orlando Letelier, en 1976, pero aún no se sabe cuándo será trasladado.

Contreras, de 66 años, debe dejar el Hospital Naval de Talcahuano, 530 kilómetros al sur de Santiago de Chile, donde ingresó alegando enfermedad, para demorar el cumplimiento de la sentencia que la Corte Suprema ratificó el 30 de mayo.

El militar fue notificado en el hospital por el director nacional de Gendarmería, Claudio Martínez, jefe de la fuerza guardiacárceles de Chile.

"Los facultativos han concluido que le condenado puede ser trasladado sin que implique un compromiso para su salud", declaró Martínez.

El ex jefe de la DINA, la policía secreta del régimen militar (1973-90), fue sometido a exámenes por la posible ramificación de un antiguo cáncer de colon. Pero médicos de Gendarmería descartaron que el militar sufra semejantes problemas de salud.

El director Martínez concurrió al hospital naval después de conocer los informes médicos. Martínez firmó la resolución que permite el traslado de Contreras, luego de realizados todos los trámites pendientes y a cinco semanas de dictado el fallo por parte del juez Adolfo Bañados, quien instruyó la causa.

Fuentes judiciales dijeron que el Ejército presentó un recurso de amparo en la Corte de Apelaciones de Concepción —a 15 kilómetros de Talcahuano— en favor de Contreras para impedir o postergar el inminente traslado del mismo.

Para el traslado de la cárcel, ubicada a algunos kilómetros al norte de Santiago, se ha preparado un dispositivo estricto de seguridad, donde intervendrán efectivos de Gendarmería, de la Policía y de la Armada.

El general Contreras había proclamado, apenas emitida la condena, que no pasaría "ni un día en la cárcel".

Intentó concretar su amenaza con el ingreso al hospital de Talcahuano, donde acusó enfermedades como diabetes, hernia y una ramificación de su antiguo cáncer.

El otro condenado en la causa, el ex brigadier Pedro Espinoza, segundo de Contreras en la DINA, ingresó hace varios días en la cárcel de Punta Peuco para cumplir una pena de seis años.



Los manifestantes, cerca del Palacio de La Moneda, vivaron al ex dictador chileno, el general Augusto Pinochet.

Economía chilena muestra debilidades

Hay indicadores, como el mantenimiento del desempleo y la evolución de la agricultura, que se presentan desfavorables

10/7 ED.

La economía chilena presentó un panorama muy positivo y mostró un marcado crecimiento en la primera mitad del año, pero presenta algunos indicadores desfavorables como el nivel de desempleo y la mala situación en la agricultura.

Miles de agricultores se reunieron en una localidad rural a 400 kilómetros al sur de Santiago para protestar por lo que consideran la crítica situación de su sector.

Los afectados alegan que la crisis de rentabilidad por la que atraviesan se debe por una parte a la política cambiaria oficial, que este año ha desembocado en una baja del 10% en la cotización del dólar y por otra a la competencia desleal que significarían los productos importados subsidiados.



UN FLANCO DÉBIL

Luego de controlada la inflación, el desempleo sigue siendo el rubro más vulnerable de la economía chilena. Aumentó recientemente del 5,3 al 5,6%. En Santiago, donde vive más del 40% de la población chilena, la desocupación alcanza al 5,7%.

La inflación se aceleró en la primera mitad del año para llegar al 3,8%, anticipándose que se llegará a la meta oficial del 8%.

Entre los indicadores positivos se puede mencionar la balanza comercial que presenta un superávit de US$ 1.400 millones, mientras que las reservas internacionales crecieron al nivel sin precedentes de US$ 15.000 millones.

Sin embargo, la abundancia de dólares y la caída internacional de la moneda estadounidense han llevado a una devaluación de la divisa que afectó seriamente al sector productor.

El ministro de Hacienda, Eduardo Aninat, señalo que el primer de semestre 1995 era "el mejor de la historia económica chilena".

QUEJAS GREMIALES

Los empresarios del agro reunidos en la localidad de San Carlos reclamaron al gobierno una serie de medidas para paliar la crítica situación de algunos sectores.

Los agricultores consideran insuficientes las medidas de apoyo brindadas por las autoridades, que esta semana enviaron al Congreso un proyecto de ley estableciendo una sobretasa arancelaria para productos agrícolas importados que sean subsidiados en sus países de origen.

El ministro de Agricultura, Emiliano Ortega, rechazó las críticas de los agricultores, señalando que el gobierno ha aplicado un conjunto de normas en favor del agro, y dijo que presentan "sesgos de politización", aludiendo al respaldo que recibieron de la derecha opositora.

Ortega recordó que la agricultura tuvo en 1994 un incremento del 6,1%, mayor que el del conjunto de la economía, y que en el primer semestre de 1995 mejoró en un 5,5%. *(AP)*

Los Tribunales Acusan a Pinochet de Violar la Igualdad Jurídica

El País 12/7

SANTIAGO DE CHILE, 11 (EFE). — El Partido Comunista chileno presentó un recurso contra los comandantes en jefe del Ejército, general Augusto Pinochet, y de la Armada, Jorge Martínez Busch, por violar el precepto constitucional de igualdad ante la ley al intentar impedir que se encarcele al general Manuel Contreras.

La acción judicial fue interpuesta ante la Corte de Apelaciones de Santiago de Chile el lunes por la secretaria general de los comunistas, Gladys Marín, y Tomás Hirsh, dirigente del Partido Humanista, que alegan que ambos jefes militares violaron el artículo 19 de la Constitución Política.

El general Contreras, ex jefe de la policía secreta del pasado régimen militar, fue condenado el pasado 30 de mayo a siete años de cárcel como "autor intelectual" del crimen del ex canciller chileno Orlando Letelier, perpetrado en Washington en 1976.

Para los recurrentes, "es público y notorio" que el general Contreras ha eludido la condena con "burdos pretextos", lo que constituye una situación "grave" para el país.

El militar, tras presentar varios recursos legales para demorar el cumplimiento de su condena que fueron rechazados, se internó el 13 de junio en el Hospital Naval de Talcahuano, 532 kilómetros al sur de la capital chilena.

El pasado viernes, y cuando ya su traslado a una cárcel especial era inminente, la Corte de Apelaciones de Concepción acogió una orden de respetar un recurso de amparo interpuesto a su favor por la abogada funcionaria del Ejército Inés Baherel, quien actuó a título personal y alegó el derecho a la salud del militar.

Para la dirigente comunista Gladys Marín, este tipo de argumentos puede llevar en el futuro a que "todo condenado, si tiene los medios, pueda pedir consultas a diversas clínicas y no ir a la prisión, con lo que la justicia en Chile carecería absolutamente de sentido".

La acusación contra el almirante Martínez Busch se basa en que el Hospital Naval impide el traslado de Contreras a la cárcel, y contra Pinochet por haber afirmado públicamente "que el proceso y la sentencia en el caso Letelier son injustos".

El recurso, con pocas probabilidades de prosperar ante los tribunales cuando las tensiones cívico-militares desencadenadas por el caso Letelier aún están latentes, tiene más bien carácter simbólico e intenta denunciar lo que algunos sectores creen que es una protección de las fuerzas armadas al ex jefe de la policía secreta.

Según el ministro del Interior chileno

La derecha acosa a Frei en busca de impunidad

16/7 LN.

SANTIAGO, Chile, 15 (Reuter). - El ministro del Interior chileno, Carlos Figueroa, fustigó hoy a los sectores de derecha por exigir la ampliación de una amnistía para los militares acusados de abusos a los derechos humanos, afirmando que "buscan la impunidad".

Figueroa acusó a la derecha de hacer caso omiso a las extensamente documentadas violaciones a los derechos humanos ocurridas durante el gobierno militar del general Augusto Pinochet, que duró 17 años.

"Los que en 17 años miraron para otro lado y no se quisieron dar por enterados de lo que pasaba en el país ahora nos quieren dar lecciones sobre los derechos humanos", dijo el democristiano Figueroa.

"Por favor, pido más respeto por el país y por las víctimas y sus familiares", dijo el ministro ante una reunión partidaria del Partido Socialista, integrante de la coalición gobernante de centroizquierda.

Congresistas de derecha han propiciado una "instrumentación" de la amnistía de 1978, dictada por el régimen militar, para cerrar muchos casos aún pendientes de desapariciones de personas y otras violaciones a los derechos humanos.

Tal ampliación beneficiaría, entre otros casos, a los dos ex agentes militares acusados del secuestro y posterior homicidio del diplomático español Carmelo Soria, en 1976.

Figueroa criticó duramente a la derecha por su postura, afirmando que "ésta pretende acosar al gobierno con fórmulas que en definitiva buscan la impunidad".

"¿Qué es esto del acuerdo por la paz? ¿En qué guerra están que ustedes y yo sepamos? ¿Qué hace esta propuesta por el futuro? ¿Qué pasó con el pasado?", preguntó Figueroa.

Varios dirigentes oficialistas han afirmado que no puede haber debate sobre una nueva amnistía mientras el ex jefe de la policía secreta general Manuel Contreras no cumpla en la cárcel su condena de siete años por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier, ocurrido en Washington en 1976.

Contreras, quien reiteradamente ha desafiado a la justicia chilena al decir que no pasará ni un día en la cárcel, cumple su condena actualmente en un hospital militar de la ciudad sureña de Talcahuano.

Las fórmulas para ampliar la amnistía de 1978 no contemplan el caso Letelier -delito expresamente excluido de la amnistía original-. El que fue número dos de Contreras, el brigadier Pedro Espinoza, cumple una condena de seis años en una cárcel militar a raíz del asesinato de Letelier.

Figueroa, además, reconoció las fricciones que existen entre los partidos integrantes de la coalición gubernamental sobre una larga lista de temas, pero aseveró que la concertación sigue siendo "clave para la estabilidad presente y futura del país.

"No es problema del gobierno o de algún partido. Hay que reconocer que tenemos un problema serio de falta de acuerdo y ponerlo en la discusión", afirmó Figueroa.

N° DOCUMENTO 950912/4
TITULO Jefe de la Armada chilena visita Argentina
PROCEDENCIA 150025
FECHA 18/7/95
VINCULACIONES 11921
65708
11163
11164
11388
66460.

Nos visita el jefe de la Armada chilena

18/7 LN

Hermético: en una entrevista con LA NACION, elogió las relaciones con la Argentina y evitó hablar de temas espinosos.



Martínez Busch

El comandante en jefe de la Armada de Chile, almirante Jorge Martínez Busch, calificó como "muy buenas" las relaciones con la Armada Argentina y descartó que el reequipamiento militar chileno deba ser visto como una carrera armamentista.

El militar chileno, quien llegó ayer a nuestro país invitado por el almirante Enrique Molina Pico, concedió una entrevista exclusiva a LA NACION.

El almirante Martínez Busch indicó que en una reunión que mantuvo ayer con su par argentino se acordó mantener el intercambio de guardiamarinas en buques escuelas y estimular el intercambio de alumnos y de directores de escuelas navales.

Sobre la relación actual entre las Fuerzas Armadas de ambos países, tras las diferencias limítrofes que estuvieron a punto de enfrentarlas en 1978, señaló: "Desde entonces se han incrementado y han mejorado".

–Una información procedente de Valparaíso da cuenta de un inminente reequipamiento del cuerpo de infantería de marina de Chile con buques, blindados y piezas de artillería ligera de los Estados Unidos y de Gran Bretaña. ¿No cree que ese anuncio puede llevar intranquilidad a sus vecinos?

–De ninguna manera. Se trata sólo de una renovación de material que con los años quedó en desuso. No debe verse como una carrera armamentista.

–¿Cuál sería la reacción de las Fuerzas Armadas chilenas ante la eventual confirmación del Tribunal Arbitral de Río de Janeiro del fallo sobre Laguna del Desierto?

–Las relaciones internacionales son una facultad privativa del Presidente y las instituciones armadas no tienen nada que decir.

–¿Ha cambiado la formación de los militares chilenos con la apertura democrática?

–No. El análisis nos indica que hay que reforzar cada vez más determinados valores. La profesión militar no cambia en esencia con la modernidad. Debe haber un claro concepto de lo que es bueno y es malo sobre la base de una concepción cristiana y occidental.

–¿Qué opinión le merece la autocrítica realizada por los jefes de las Fuerzas Armadas argentinas acerca de excesos cometidos en la lucha antisubversiva?

–Soy muy respetuoso de los temas internos de las sociedades y no me corresponde opinar sobre eso.

¿Cree que en Chile puede producirse un proceso similar?

–Le ruego que me excuse de opinar sobre ese tema.

–Se ha dicho que usted protege al general Manuel Contreras, quien resiste actualmente el arresto dispuesto por la Justicia (está alojado en un hospital de la Armada)...

–No hablo sobre temas internos. Es una cuestión netamente de la Justicia chilena y somos respetuosos de ella. Se ha cumplido estrictamente con los procedimientos judiciales y el concepto de protección no corresponde y lo rechazo.

Fernando Laborda

950912/4

01-01

CHILE

Un tribunal de Roma y otro de Buenos Aires podrían juzgar al ex dictador chileno, acusado de organizar una red terrorista internacional, y pedir su extradición. Cuentan con el testimonio de un agente de la Policía política de Pinochet y dos fascistas italianos



La jueza argentina Servini.

OBJETIVO PINOCHET



J.M. MARTÍN MEDEM

HACE 20 AÑOS, DURANTE LA ÚLTIMA semana del mes de noviembre de 1975, el dictador chileno, general Augusto Pinochet, viajó a Madrid, para asistir a los funerales de su admirado Francisco Franco, acompañado por el coronel Manuel Contreras, el jefe de la Dirección Nacional de Información (DINA), la Policía política de la dictadura militar chilena. En un hotel de Madrid, Pinochet y Contreras se reunieron con el fascista italiano Stefano delle Chiaie para lamentar el fracaso del atentado en Roma, un mes y medio antes, contra el dirigente demócratacristiano en el exilio Bernardo Leighton.

—Lástima —comentó Pinochet—. Ese viejo no quiere morir.

La DINA había asesinado en septiembre de 1974, en Buenos Aires, al general Carlos Prats (el anterior jefe de las Fuerzas Armadas que se oponía al golpismo de Pinochet) y preparaba el atentado mortal contra el ex canciller Orlando Letelier, dinamitado en su coche en Washington en el mes de septiembre de 1976.

En las tres operaciones intervino Michael Townley, el agente estadounidense de la DINA que ha confirmado la reunión de Madrid y cuyo testimonio permitió condenar el pasado día 30 de mayo en Chile a siete años de cárcel a Contreras por el asesinato de Letelier (pena que el 6 de junio el Tribunal Supremo decidió rebajar en 14 meses por el tiempo pasado en detención preventiva).

«He sabido que la orden de asesinar a Leighton fue dada por Pinochet», dice el 'arrepentido' italiano Vinciguerra

Ahora un fiscal de Roma y una jueza de Buenos Aires están negociando con Townley para llegar hasta el propio Pinochet a través de las investigaciones sobre los atentados contra Prats y Leighton. Townley fue juzgado y condenado en Estados Unidos, pero se acogió al programa de protección de testigos para mejorar su situación a cambio de colaborar con la justicia. Ha reconocido que, como agente de la DINA y cumpliendo las órdenes del entonces coronel y ahora general en retiro Manuel Contreras, hizo estallar la bomba en el coche de Prats, colocó los explosivos en el automóvil de Letelier y contrató a los pistoleros fascistas italianos que hirieron gravemente a Leighton.

El fiscal italiano Giovanni Salvi convenció a Townley para que declarara en el proceso de Roma donde se acusa a Contreras por el atentado contra Leighton. A cambio, le garantizó que no pedirá su extradición. Una negociación similar le ha propuesto María Servini de Cubría, la jueza que lleva el caso de Prats en Buenos Aires. Townley está en disposición de declarar que fue el general Pinochet quien sentenció a Prats, considerándolo «muy peligroso», y que es el responsable de los atentados contra Leighton y Letelier al haberlos incluido en la lista de objetivos de la denominada *Operación Cóndor*: una red internacional de complicidades establecida desde la DINA por el coronel Contreras para vigilar y eliminar a los exiliados chilenos con la colaboración de las organizaciones fascistas europeas y de los regí-



Atentando contra Letelier, el canciller de Allende asesinado en Washington en 1976.



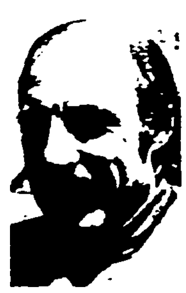
Junta militar chilena. Pinochet en el centro y a la derecha, con una capa igual, Contreras.

menes militares que gobernaron en Bolivia, Paraguay, Argentina, Uruguay y Brasil.

Prats era una referencia para los militares constitucionalistas. Letelier —que fue canciller del Gobierno de Salvador Allende— encabezaba las denuncias contra Pinochet en Estados Unidos y Leighton —que murió en enero de un ataque al corazón— era un demócratacristiano de gran prestigio que intentaba la unidad con los socialistas y los comunistas contra el régimen militar.



Prats, muerto en 1974.



Una bomba segó su vida: Letelier.

La impunidad de Pinochet se tambalea. Tras la condena de Contreras por el asesinato de Letelier y el procesamiento de un coronel por secuestrar, torturar y asesinar al funcionario español de la ONU Carmelo Soria en 1976, ahora los tribunales de Roma y Buenos Aires pueden condenarle por organizar una red terrorista internacional y pedir su extradición. Cuentan para ello con tres *arrepentidos:* Townley, Stefano delle Chiaie y Vincenzo Vinciguerra.



Leighton, tras el atentado.



En 1976 fue asesinado Soria.

El estadounidense sitúa en el general Pinochet el origen de las órdenes que recibía a través de sus jefes de la DINA, mientras los dos fascistas italianos relacionan directamente al general con el atentado contra Leighton. Condenados por otros crímenes, Stefano delle Chiaie y Vincenzo Vinciguerra, del grupo fascista Avanguardia Nazionale, se han convertido en *arrepentidos* para reducir sus penas a cambio de información.

El fiscal Salvi cuenta desde 1992 con la confesión por escrito de Vinciguerra en la que declara: «He sabido que la orden de asesinar a Leighton fue impartida personalmente por el general Pinochet».

Vinciguerra, que participó en la organización del atentado contra Leighton y se refugió en Chile, también ha confirmado la reunión en Madrid de Augusto Pinochet y Manuel Contreras con Stefano delle Chiaie, poco después de que disparara personalmente contra el dirigente demócratacristiano en Roma.

La jueza de Buenos Aires guarda para el proceso una declaración de Townley que ...e tres años firmó lo siguiente: «A mediados del año 1974, en una reunión del general Augusto Pinochet con los jefes de la DINA, manifestó que el general Carlos Prats era un hombre muy peligroso para Chile. Debido a lo anterior, se da la orden para que se elimine en Buenos Aires al ex comandante en jefe del Ejército».

Pinochet conserva el suficiente poder como para impedir que lo procesen en Chile, pero podría ser juzgado en los tribunales de Roma y Buenos Aires que pedirían su extradición. ■

LA GUERRA QUIMICA DE LA DICTADURA

La alianza gubernamental de demócratacrisitianos y socialistas no se cansa de repetir que la condición para el regreso de los militares a los cuarteles fue la impunidad de los militares y sobre todo de su comandante, Augusto Pinochet. Pero los familiares de las víctimas de la represión consideran que se debe llegar hasta Pinochet.

En Santiago de Chile se han visto pancartas («Ahora Contreras, mañana Pinochet») consideradas fuera de la realidad por quienes conocen bien el proceso de transición y saben cuánto poder conserva Pinochet en las Fuerzas Armadas. Los uniformados hicieron desaparecer en noviembre de 1992, en Uruguay, al bioquímico chileno Eugenio Berríos, quien denunció que lo habían sacado a la fuerza de Chile para impedir su declaración sobre los asesinatos de Letelier y Soria: «Pinochet ordenó que me mataran porque iba a declarar en su contra. Yo trabajé bajo su mando para fabricar armas químicas».

Este testimonio forma parte de *El vientre del cóndor*, el libro publicado en Montevideo por el prestigioso periodista de investigación Samuel Blixen. Según ha confirmado Blixen a CAMBIO16, «el secuestro de Berríos se realizó mediante la colaboración clandestina de militares chilenos, argentinos y uruguayos a través de la *Operación Cóndor*. Así se denomina la complicidad establecida desde los gobiernos militares de los años 70 por las FF AA de Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Uruguay y Paraguay para vigilar, perseguir y asesinar a los exiliados, tanto en cualquiera de esos países como en EE UU y Europa. Incluía también la organización de atentados en los que intentaron utilizar el gas venenoso sarín que licuado e inyectado en la sangre provoca una muerte rápida con los síntomas de un ataque cardiaco».

Townley y Berríos compartieron la casa en la que se instaló el laboratorio para la fabricación del sarín, donde la DINA asesinó a Soria y se preparó el atentado contra Letelier. La investigación de Blixen, a partir de los archivos de la dictadura del general Alfredo Stroessner en Paraguay, indica que Pinochet encargó a Berríos el denominado *Proyecto Andrea*: «Si el sarín mantenía sus propiedades letales al condensarse en contacto con el aire, su dispersión masiva tendría efectos más devastadores que cualquier proyectil de fragmentación».

Así planearon matar a Letelier antes de decidirse por colocar una bomba bajo su coche. Berríos había preparado un atomizador de perfume para el atentado. ■

Frei rechazó una ley de punto final

Por Federico Quilodrán

20/7 LN.

(Corresponsal de LA NACION en Santiago)

Propuesta: el presidente chileno dijo que el proyecto de la derecha en el Senado, que promueve una norma interpretativa de la ley de amnistía existente, no se justifica.

SANTIAGO, Chile.- El gobierno de Eduardo Frei rechazó una virtual ley de punto final para las violaciones a los derechos humanos cometidas en los primeros cinco años del pasado régimen militar, un antiguo anhelo de los militares, presentada en el Senado por la oposición derechista.

"El gobierno considera que no se justifica que exista una ley interpretativa de la ley de aministía por cuanto son los tribunales quienes deben en definitiva fallar en función de la legislación actualmente vigente", dijo la ministra de Justicia, Soledad Alvear, al rechazar el proyecto opositor.

La derecha domina el Senado, con el respaldo de los legisladores designados por el régimen de Augusto Pinochet, pero está en minoría en la Cámara baja. El proyecto, por tanto, difícilmente se convertirá en ley, aunque algunos legisladores oficialistas han planteado posiciones semejantes a la formulada por la oposición.

La propuesta establece que los juicios pendientes por los excesos cometidos, entre 180 y 1000, según sean organizaciones humanitarias o fuentes castrenses quienes los comenten, deben cerrarse en 30 días. En el caso de los procesos sobreseídos temporalmente, el cierre definitivo debe ser al cabo de un año.

Confesiones secretas

También establece la posibilidad de confesiones secretas destinadas a encontrar cerca de 1200 detenidos hechos desaparecer por los servicios de seguridad en los primeros cinco años del régimen militar, los más severos en cuanto a represión.

El presidente de la Corte Suprema, Marcos Aburto, planteó recientemente la necesidad de hacer una interpretación legislativa de la ley de amnistía para los delitos cometidos desde el golpe militar de 1973 hasta marzo de 1978. Tras la restauración de la democracia, hace cinco años, los jueces comenzaron a hacer una interpretación distinta de la amnistía, aplicándola sólo después de establecer el delito y los responsables.

La oposición, aprovechando las preocupaciones y tensiones que provocó en la civilidad y los militares la condena a prisión del ex jefe de inteligencia general retirado Manuel Contreras, propició primero un acuerdo político tendiente a poner fin a los juicios pendientes.

Como el encarcelamiento pendiente de Contreras, refugiado en un hospital naval aquejado de una serie de dolencias y, últimamente, de una depresión, congeló las posibilidades de un diálogo político, la derecha optó por el camino legislativo.

Pese a las pocas posibilidades de éxitos de sus proyecto, la derecha busca poner en la mesa de discusión un tema que le es especialmente sensible y de paso aplaca la inquietud de los militares.

NIEGAN RUMORES DE GOLPE EN CHILE

Firmeza de Frei ante la crisis militar

El gobierno chileno descartó negociar con los militares el encarcelamiento de Contreras y los procesos por violaciones a los derechos humanos

En medio de una acentuada relación cívico-militar, el vocero gubernamental, José Brunner, dijo que la sentencia a prisión del general Manuel Contreras debe cumplirse y que el Ejecutivo no hará concesiones, al tiempo que rechazó la posibilidad que pueda producirse un golpe de Estado a raíz de la tensión existente.

Frei dijo que si se repiten manifestaciones militares "estaríamos en dificultades"

Las sentencias dispuestas el 30 de mayo contra Contreras y el brigadier Pedro Espinoza, máximos jefes de la policía secreta durante la dictadura del general Augusto Pinochet, provocaron malestar en el ejército y un deterioro en las delicadas relaciones entre el Ejecutivo y los uniformados.



Frei, una constante: explicar la relación cívico-militar. AFP

Contreras y Espinoza fueron condenados a siete y seis años de prisión, respectivamente, por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier.

El general retirado Ernesto Videla dijo ayer que "lo que se necesita en el país es una tregua política y la aplicación de la amnistía como corresponde". Videla, que se presume interpreta a muchos uniformados, responsabilizó al oficialismo del presidente Eduardo Frei de impedir soluciones a estos problemas.

El presidente dijo que si se repiten manifestaciones como la ocurrida hace una semana, cuando cientos de oficiales de civil expresaron su solidaridad con Espinoza, "estaríamos en dificultades".

Contreras eludió, hasta ahora, su encarcelamiento al internarse en un hospital naval aquejado de varias enfermedades.

Contra varias opiniones, Brunner negó que el gobierno esté cediendo a presiones militares y reconoció gestos de distensión en los últimos días.

El primer episodio lo protagonizó el propio Eduardo Frei al conseguir que el autónomo Consejo de Defensa del Estado desistiera de procesar a un hijo de Pinochet por fraude, y luego Pinochet llamó a la calma en una reunión con más de un millar de uniformados, donde instó a no repetir reuniones "secretas". *(En base a AP)*

Gobierno de Chile adoptaría enérgica medida con militares

LOS militares en Chile estarían alineándose en la posición de apoyar «incondicionalmente» a los condenados por la Suprema Corte de Justicia, Brigadier Espinoza y General Contreras, imputados por el asesinato intelectual del ex Canciller socialista Orlando Letelier. El Presidente Eduardo Frei podría aplicar medidas de emergencia para poner «punto final» a un posible levantamiento militar, el que en muchos sectores es considerado como inminente.

La situación institucional en Chile se mantiene firme desde el gobierno, aunque es posible que en las próximas horas pueda desencadenarse un litigio entre grupos militares alineados al Brigadier Pedro Espinoza y al General Manuel Contreras, sentenciados por la justicia por violación a los derechos humanos durante la dictadura del también General Augusto Pinochet.

Fuentes informativas de **LA MAÑANA** procedentes de Chile dijeron que, «la crisis es inminente, porque se ha quebrado la línea de mando que debe llegar del Presidente a los militares».

Esta apreciación tuvo lugar ante la muestra de solidaridad de varios grupos de oficiales militares «jóvenes» que a modo de mitín se presentaron por cientos en el penal de Punta Peuco a unos 35 kilómetros al Norte de Santiago.

Los militares Espinoza y Contreras, juzgados y condenados por la Suprema Corte de Justicia de Chile como autores intelectuales del asesinato en Washington del ex Canciller socialista Orlando Letelier, durante el gobierno de Pinochet, vienen generando la expectativa del sector militar de cuyas filas podrían emerger «líderes» que intentarían poner en peligro la institucionalidad de ese país.

Si bien las fuentes consultadas fueron claras en señalar que el Presidente Eduardo Frei «actuará con firmeza», no se descarta incluso la posibilidad de una declaración de «estado de emergencia», así como de la adopción de medidas más enérgicas.

LA MAÑANA insistió a la fuente consultada en Chile sobre qué tipo de medidas podrían adoptarse, ante lo que se señaló «las más enérgicas y drásticas posibles, porque Chile no puede volver a atravesar una dictadura de corte militar como si nunca hubiera pasado nada».

Frei estaría en condiciones desde el gobierno de aplicar una medida «implacable» que pondría en juego mecanismos constitucionales y legales que podrían hasta limitar cierto tipo de derechos y garantías.

EL ESTADO REACTIVO LA INVESTIGACION DE UNFRAUDE POR 3 MILLONES DE DOLARES

Piden en Chileprocesar por estafa al hijode Pinochet

El resonante caso de una estafa contra el ejército, perpetrada en 1988, reapareció en Chile. Una entidad del Estado pidió el procesamiento por fraude de un hijo del general Augusto Pinochet involucrado en ese escándalo.

SANTIAGO, Chile (Especial para Clarín).– Un nuevo **frente de confrontación con el ejército** se abrió ayer, jueves, en Chile al solicitar el Consejo de Defensa del Estado que se reabra un **juicio** que afecta a la fuerza y **se procese** a un **hijo del general Augusto Pinochet** y a cuatro altos oficiales de esa institución por **"fraude al Fisco"**.

La decisión del organismo, entidad autónoma del Estado, sorprendió a todos, ya que agrava la ya **debilitada relación ejército-gobierno** por el tantas veces postergado encarcelamiento del general Manuel Contreras, ex jefe de la DINA, la policía secreta de Pinochet, por su participación en el homicidio del ex canciller Orlando Letelier.

De la estafa al "boinazo"

En setiembre de 1990, la noticia estalló en la prensa chilena. En 1988, **el ejército pagó** al ex capitán Augusto Pinochet Hiriart tres cheques por valor cercano a los **3 millones de dólares** por el traspaso de acciones de una fábrica de fusiles, Valmoval, que había quebrado en 1982 dejando una cuantiosa deuda con el ejército.

La explicación que entregó la fuerza sobre que el hijo del general Pinochet había actuado por mandato de los verdaderos dueños de la empresa, **no convenció a nadie**. La Cámara de Diputados formó una comisión investigadora y el asunto se transformó en el centro del debate político.

El caso se conoció entonces como "los pinocheques" y originó una serie de **tensiones entre el ejército y el gobierno** del presidente Patricio Aylwin.

Esa situación culminó el 28 de mayo de 1994 con una manifestación de fuerza del ejército que se denominó "el boinazo", consistente en la salida a la calle, junto al edificio de las fuerzas armadas, de **soldados en uniforme de combate en clara actitud intimidatoria**.

Números mágicos

El fraude al que alude el Consejo de Defensa del Estado radica en que el **ejército compró la fábrica** de fusiles en virtud de un acuerdo **secreto** que fijó el valor de la firma. En ese convenio se estableció que Valmoval, empresa que había quebrado en 1982 y estaba valuada en 1985 en **75 mil dólares** de la época, dos años más tarde, en 1987, cuando se efectúa la transacción con el hijo del general Pinochet aparece **valorizada en 9 millones 400 mil dólares**.

En la operación, el ejército, es decir el Fisco, sufrió una enorme pérdida de patrimonio. Lo más **grave** derivó del hecho de que por ley ningún funcionario público puede adquirir ni vender bienes del Estado a sus familiares. Y, en este caso, el general **Pinochet era entonces el primer funcionario público del país** y, como tal, el 7 de setiembre de 1988 autorizó con su firma el convenio secreto que benefició a su hijo.

Augusto Pinochet hijo debió declarar en el Congreso en enero de 1991. Sus desplantes sorprendieron, pero en un momento se quebró y afirmó: "A nadie le enseñan a ser hijo de presidente". Sin embargo, su aparente vulnerabilidad no logró opacar el **cúmulo de pruebas**. Después de arduas y candentes sesiones, la Cámara de Diputados entregó su informe final en el que, como era previsible, se obvió cualquier responsabilidad del general Pinochet.

Mónica González

UN TRIBUNAL CHILENO RECHAZO EL PEDIDO PARA JUZGARLO POR FRAUDE CONTRA EL EJERCITO

El hijo de Pinochet no será procesado

22/7 EC

SANTIAGO (EFE). – La justicia chilena rechazó ayer viernes la petición del Consejo de Defensa del Estado para procesar por **fraude** al Estado a tres oficiales **retirados del ejército** y a Augusto Pinochet Hiriart, hijo del comandante en jefe de la institución.

Con la resolución de ayer, el juez Jorge Colvin reafirmó el dictamen que adoptó el pasado viernes, mediante el cual **cerró el proceso** después de dos años de investigación y sin determinar responsabilidades.

La acusación se refería al traspaso de la fábrica de fusiles Valmoval al ejército de Chile, transacción que se efectuó en 1987 y supuso también la entrega de **tres cheques** a nombre de Augusto Pinochet Hiriart por un valor de **tres millones de dólares**.

Involucrados en estos hechos aparecieron también el general retirado y ex vicepresidente de Corporación de Fomento de la Producción Guillermo Letelier, el ex jefe del Comando Industrias Militares, el general retirado Fernando Hormazábal, y el brigadier en retiro Luis Arangua, ex representante del ejército en la empresa

Según los querellantes, el traspaso de Valmoval, creada en 1970 y que fabricaba fusiles SIG de origen suizo, supuso **cuantiosas pérdidas** para el fisco.

La empresa Valmoval había quebrado en 1982 y en 1985 fue valuada en **75 mil dólares de la época**. Dos años más tarde, cuando se efectúa la transacción con el hijo del general Pinochet, apareció valorizada en **9 millones 400 mil dólares**.

"Pinocheques"

Pero no solo ese fue un hecho sospechoso. Por ley, ningún funcionario público o sus familiares puede vender o adquirir bienes del Estado: en este caso, el general Pinochet era, en 1987, el principal funcionario público del país y que, con su firma, **autorizó la firma del convenio que favoreció a su hijo**.

La decisión del Consejo de Defensa del Estado de pedir la reapertura del denominado caso de los "pinocheques" había provocado, según fuentes castrenses, un "profundo malestar" en el ejército. El ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, restó importancia a estas afirmaciones y aseguró que el proceso afecta a particulares y no a instituciones.

El caso, cuando estalló en 1993, fue objeto de una amplia investigación por parte de la Cámara de Diputados, en la que se determinó que el general Augusto Pinochet Ugarte no tuvo conocimiento de las operaciones en las que participó su hijo.

02-02

NUEVO FOCO DE TENSION: CIENTOS DE OFICIALES SE REUNIERON EN EL PENAL DONDE ESTA PEDRO ESPINOZA

Manifestación militar en Chile en respaldo de un brigadier condenado

La tensión política en Chile amenaza resurgir. Militares de civil, incluyendo a varios generales, participaron de una manifestación en apoyo al brigadier Pedro Espinoza, condenado junto a Manuel Contreras por el crimen del ex canciller Orlando Letelier. La derecha pidió la mediación de la Iglesia para hallar una solución a los juicios pendientes.

SANTIAGO, Chile (AFP y EFE).– Una inusitada manifestación de militares chilenos ante la cárcel donde cumple prisión el brigadier Pedro Espinoza amenaza como preludio de **nuevas tensiones** entre el gobierno de Eduardo Frei y el ejército que comanda el general Augusto Pinochet.

Cientos de oficiales, incluidos algunos generales, se congregaron el sábado por la noche frente al penal de Punta Peuco, 35 kilómetros al norte de Santiago, donde Espinoza cumple los seis años de prisión que le impuso la Corte Suprema por el asesinato en Washington del ex canciller socialista Orlando Letelier.

El principal acusado en el proceso, el general retirado Manuel Contreras, recibió una condena de siete años, pero desde hace seis semanas permanece en el Hospital Naval de Talcahuano (400 kms al sur de Santiago), donde un tribunal de apelaciones **resolverá esta semana** si continúa bajo tratamiento clínico o viaja también a la cárcel de Punta Peuco.

En los días previos al veredicto de la Corte, el pasado 30 de mayo, el ejército envió señales de "malestar" y el propio Pinochet calificó de "**injusto**" el castigo a Contreras y Espinoza.

El juicio a ambos jefes militares desencadenó la **mayor tensión** en el ejército desde que hace cinco años se restableció la democracia tras la dictadura de Pinochet (1973-1990).

El preso más visitado

Pese a toda esa tensión, el fallo judicial básicamente se ha respetado. El destino final de Contreras se decidirá esta semana, mientras que Espinoza fue dado de baja del ejército el 20 de junio: el día en que se convirtió en el primer habitante de la prisión de Punta Peuco, construida para reclusos "especiales".

Frente a ese penal, en la tarde de ayer una nutrida manifestación de unas 600 a 1.500 personas (según las versiones) en apoyo a Espinoza reunió a oficiales vestidos de civil, entre los que se contaban varios generales en actividad y hasta el comandante de la guarnición militar de Santiago, el general Eugenio Videla.

"**Ninguna cárcel es digna para un militar**", advirtió el mayor Cristián Ilabaca, uno de los oficiales que actuó como vocero de los manifestantes reunidos en las puertas del recinto.

Los manifestantes, que entonaron el himno nacional y otras marchas, se concentraron a la misma hora en que líderes de la oposición derechista se entrevistaban con el cardenal Carlos Oviedo, para pedir que **la Iglesia respalde** una propuesta destinada a terminar con los procesos pendientes (ver **Llamamiento**).

El conflicto irresuelto

La manifestación en favor de Espinoza, que puede repetirse en los próximos días, refleja el conflicto pendiente en Chile por la evaluación de lo que pasó en la dictadura y por la dicotomía civiles–militares.

Varios parlamentarios oficialistas criticaron la manifestación del sábado frente a la cárcel de Punta Peuco y organismos defensores de derechos humanos pidieron directamente la baja de los militares que participaron en ella.

El diputado socialista José Viera Gallo calificó de "**grave**" al acto.

Para el senador Sergio Bitar –del también oficialista Partido por la Democracia– fue, en cambio, un síntoma de la "**libre expresión**", aunque opinó que de todas formas es inconveniente hacer actos para cuestionar las sentencias judiciales.

Manifestación de militares en Chile

24/7/2 N

SANTIAGO, Chile, 23 (AP).- Mientras cientos de militares realizaban una inédita manifestación de respaldo a un colega preso por asesinato, la derecha opositora pidió la ayuda de la Iglesia Católica para enfrentar las secuelas de las violaciones de los derechos humanos bajo el pasado régimen castrense.

Los máximos dirigentes derechistas pidieron ayer al cardenal arzobispo de Santiago, Carlos Oviedo, la ayuda de la Iglesia frente a "las situaciones difíciles y complejas por las que atraviesa el país".

Al mismo tiempo, cientos de militares vestidos de civil, muchos con sus familiares, se congregaban en una cárcel cerca de Santiago para respaldar al brigadier Pedro Espinoza, preso por el asesinato, en Washington, del ex canciller Letelier.

El grupo incluía, por lo menos, a tres generales. Varios de los oficiales dijeron que su acción era sólo una expresión de solidaridad hacia un colega enfrentado a una situación difícil.

Señalaron que antes de realizar la manifestación aclararon ante el alto mando que no existía prohibición.

Problema complejo

Uno de los aspectos más serios de la restauración democrática en Chile es la situación de más de un millar de chilenos desaparecidos durante la dictadura de Pinochet.

Andrés Allamand, uno de los líderes derechistas particiantes en la reunión con el cardenal Oviedo, instó ayer a los militares que tengan información sobre esos desaparecidos a entregarla, ya sea a los tribunales o "a otras instancias", como la Iglesia.

La derecha sólo recientemente reconoció formalmentre el problema de los detenidos desaparecidos, y en un proyecto de ley propuso impulsar "mecanismos judiciales y extrajudiciales" que permitan aclarar su paradero.

El proyecto, sin embargo, impulsa la aplicación plena de una ley de amnistía que cubre de 1973 a 1978, y acelera los juicios en marcha, lo que es rechazado por sectores oficialistas, especialmente de izquierda, que lo consideran una virtual "ley de punto final".

■ TENSIÓN CÍVICO-MILITAR EN CHILE

Nuevas muestras de apoyo a Espinoza

27/7 EO.

Nuevas manifestaciones de militares retirados y activos, así como de sectores afines se celebrarán el sábado en la cárcel especial de "Punta Peuco", donde el brigadier Pedro Espinoza cumple condena por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier, dijeron ayer sus organizadores.

El sábado pasado, más de 300 oficiales y sus familias llegaron hasta el penal, a 40 kilómetros al norte de Santiago de Chile, para solidarizarse con Espinoza, en un acto que agudizó las tensiones entre el Ejército y el gobierno y que fue calificado de sedicioso por los sectores democráticos y organismos humanitarios.

El general Augusto Pinochet, comandante en jefe del Ejército, se comprometió el pasado lunes, después de ser citado a dar explicaciones por el ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, a investigar internamente la organización de dicho acto y a sancionar a los responsables.

La situación, por otra parte, obligó a Pérez Yoma a cancelar un viaje a EEUU, donde debía participar en la primera reunión de ministros de Defensa de las Américas, convocada por el gobierno norteamericano, en la ciudad de Williamsburg (estado de Virginia).

El nuevo acto de solidaridad con Espinoza está organizado por una agrupación denominada "Acción por Chile", que reúne a miembros retirados de las Fuerzas Armadas y grupos afines al régimen militar (1973-1990), según confirmó uno de sus responsables, Rodrigo Eitel, dirigente juvenil del derechista Partido Renovación Nacional, que ha actuado como portavoz de Espinoza.

Eitel dijo que el objetivo es duplicar el número de participantes respecto de la primera manifestación, que, según la prensa, sumaron unos 1.500.

Fuentes allegadas al Ejército, citadas por el diario "La Epoca", afirmaron que otro propósito de la nueva manifestación es apoyar a los militares activos que participaron en la anterior, los que podrían ser sancionados si prospera la investigación dispuesta por el general Pinochet.

Entre ellos figura el general Eugenio Videla, jefe de la guarnición militar de Santiago de Chile y decimoquinto en la línea del mando, que ha sido señalado como uno de los líderes de los sectores "duros", del Ejército, que no aceptan los juicios por las violaciones a los derechos humanos cometidas durante el régimen militar.

Las mismas fuentes aseguraron que el alto mando no estaba informado de la manifestación, sino que surgió en niveles intermedios que piensan que el Ejército no debió permitir que el brigadier Espinoza fuera encarcelado.

Según Rodrigo Eitel, el grupo "Acción por Chile" tiene ya unos 1.700 afiliados, cuyo objetivo es luchar "para que la obra del régimen militar sea salvaguardada de quienes pretenden destruirla".

El senador Sergio Bitar, del centroizquierdista Partido por la Democracia (PPD), en el gobierno, aseguró en tanto que también se preparan acciones similares en otras regiones y afirmó que de concretarse, causarán un grave daño a la institucionalidad. *(En base a AP y EFE)*

03-03.

Gobierno y ejército, otra vez en pugna

SANTIAGO, Chile (Especial para **Clarín**). – A un mes y veintidós días de la sentencia judicial que condenó a prisión al ex jefe de la policía secreta del general Augusto Pinochet por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier, en un movimiento sorpresivo, casi mil quinientos uniformados desafiaron abiertamente la institucionalidad y en una manifestación callejera proclamaron que **no aceptarán que se toque a un solo hombre más** de sus filas.

Ya lo habían anunciado. El 13 del corriente, un día después de que Pinochet rompiera su silencio político y en Viña del Mar denunciara una campaña de odio, amenazando con actuar para poner fin a las fuerzas que la instigaban, otras voces uniformadas dijeron que ya no repetirían ni el "ejercicio de enlace" de 1991, ni el "boinazo" de 1993 –los dos movimientos de fuerza del ejército que provocaron crisis en la transición– pero que actuarían.

El mensaje llegó el mismo día que el presidente Eduardo Frei, también desde Viña del Mar, anunció tajantemente que no habrá iniciativa gubernamental para poner fin a los procesos de detenidos desaparecidos.

Relaciones semicortadas

Los dos hechos agudizaron la tensión instalada entre el gobierno y el ejército desde que el pasado 13 de junio un operativo de inteligencia militar impidió que el general Manuel Contreras, ex jefe de la policía secreta de la dictadura (DINA) fuera apresado y enviado a la cárcel de Punta Peuco.

A partir de entonces, las relaciones entre ambos quedaron semicortadas y una tregua incierta se declaró. Mientras se iniciaba la guerrilla de los partes médicos para anular la orden del gobierno de interpelar a Contreras, la derecha política inició una masiva campaña destinada a **imponer la ley de punto final**.

Sus dirigentes argumentan que de continuar los juicios abiertos la inestabilidad política se agudizará.

¿Quién gobierna?

Fue el presidente Frei quien ordenó poner fin al debate. Hasta el momento, y a pesar de que incluso la derecha ha recurrido a la máxima jerarquía de la Iglesia Católica para intentar una ley de punto final, el camino se ve inviable. En cuanto a la guerrilla médica, esta llega a su fin. Esta semana el caso pasará a la Corte Suprema. Y la decisión final será que Contreras entre a Punta Peuco.

En la manifestación del sábado estuvo el general Eugenio Videla, el hombre con el mayor poder de mando de tropa del país. Pero hubo otro elemento inquietante: estuvo también un colaborador directo de Pinochet. Las amenazas que vociferan los oficiales activos deberían tener sanción disciplinaria inmediata. **Cuestionaron un fallo judicial, atacaron al gobierno y amenazaron la institucionalidad.**

Nuevamente una pregunta quemante ronda en el país: ¿Quién manda en Chile: Frei o Pinochet?".

Mónica González

■ TRAS LA PROTESTA MILITAR EN LA CÁRCEL DONDE ESTÁ RECLUIDO ESPINOZA

Aumenta la tensión entre Frei y Ejército

El clima político-militar reinante en Chile obligó al ministro de Defensa a suspender su viaje a Washington, y Pinochet prometió aplicar sanciones a los oficiales que manifestaron

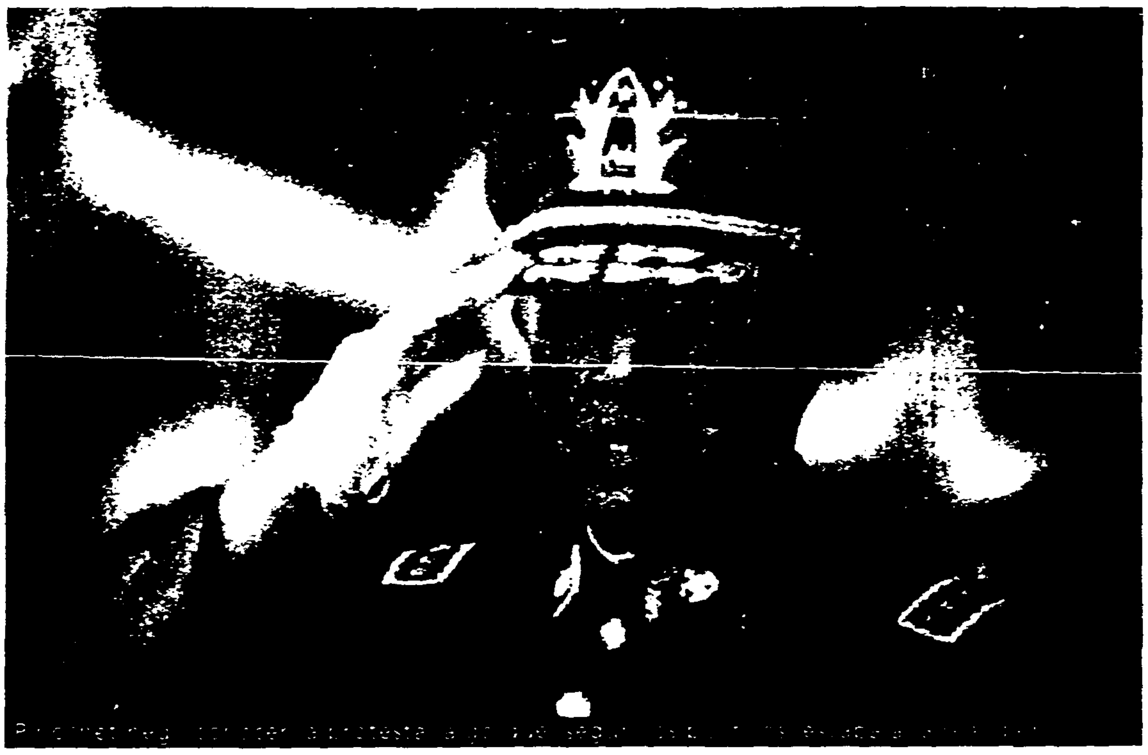
La marcha de efectivos militares chilenos de distinto nivel jerárquico en apoyo al brigadier Pedro Espinoza, condenado a *prisión* por asesinato, deterioró las ya tensas relaciones cívico-militares en medio del debate sobre las violaciones a los derechos humanos bajo el último régimen militar chileno.

Ante la tensión generada, el ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, suspendió definitivamente ayer su viaje a EEUU para participar en una reunión sobre Defensa en las Américas.

Las relaciones político-militares exhiben un retroceso desde la condena a dos militares

Asimismo, el general Augusto Pinochet se comprometió a investigar y a aplicar sanciones por la manifestación de protesta que oficiales del Ejército realizaron el fin de semana frente a la cárcel de Punta Peuco donde está recluido Espinoza, acusado del homicidio del ex canciller Orlando Letelier en Washington en 1976.

Las relaciones entre el gobierno y el Ejército exhiben un marcado retroceso desde que la Justicia condenó a dos militares por el asesinato de Letelier y hasta ahora han resultado infructuosos los esfuerzos del presidente Eduardo Frei por reencauzar la política hacia el ámbito económico-social. El tema obligado en Chile continúa siendo el de los derechos humanos y el malestar militar.



Los oficiales del Ejército sostienen que existe una persecución política en su contra y rechazan la condena de Espinoza y Contreras.

En contraposición, la mayoría de los partidos políticos chilenos calificó la manifestación militar como un "acto de intimidación" y un hecho preocupante porque demuestra "cierto estado de ánimo" de los oficiales.

CRÍTICAS A PINOCHET

A pesar del compromiso asumido por el jefe del Ejército para investigar y tomar las medidas necesarias contra los manifestantes, sectores del gobierno criticaron duramente la posición de Pinochet.

"Yo creo que las palabras de Pinochet, en cuanto a que fue sorprendido por el hecho, escapan a la realidad", afirmó el presidente del Partido Socialista, Camilo Escalona. Agregó que esa acción "no pudo escapar al conocimiento previo de Pinochet" y señaló que el objetivo es socavar y debilitar la autoridad del gobierno.

Los militares chilenos insisten en que hay una campaña en su contra

CUESTIÓN DE IMAGEN

En medio del dilatado y conflictivo tema político-militar, otras de las preocupaciones del gobierno de coalición que integran socialistas, democristianos y socialdemócratas, es la imagen del país en el exterior.

El canciller José Miguel Insulza destacó lo perjudicial que puede resultar para su país el actual clima de tensión, básicamente en relación con los inversores externos. La sensación de inestabilidad que genera este tipo de problemas "es lo peor que podemos tener en momentos tan promisorios para la situación internacional de Chile", advirtió. *(En base a AP, Reuter y EFE)*

Cobra fuerza la idea de un plebiscito

El general Ramón Vega, comandante en jefe de la Fuerza Aérea de Chile, respaldó ayer la idea de un plebiscito para solucionar los casos pendientes de violaciones a los derechos humanos cometidas durante el régimen militar.

"Me parece excelente, sería beneficioso para Chile", dijo Vega, que aclaró que se trata de una opinión personal, aunque "todo lo que se haga" para resolver estos problemas, que impiden que se produzca una verdadera reconciliación en Chile, le parece positivo.

Una encuesta difundida la semana pasada reveló que un 70% de los chilenos opina que la reconciliación no se ha logrado y más de un 50% estima que la solución pasa por el esclarecimiento de toda la verdad, especialmente de los casos de detenidos desaparecidos y el castigo a los culpables.

Cinco senadores de la derecha presentaron un proyecto de ley que busca un "cierre rápido" de los procesos pendientes y la aplicación de la ley de amnistía dictada en 1978 por el régimen militar, lo que ha sido rechazado por el gobierno y sectores democráticos, que lo consideran una "ley de punto final". En medio del debate, tomó fuerza la idea de un plebiscito para que la ciudadanía tenga la última palabra al respecto, y que las autoridades no descartan, aunque para que se lleve a cabo hace falta una reforma constitucional. *(En base a EFE)*

Políticos Discrepan con el Presidente Frei

MILITARES CHILENOS: ESTAN PROVOCANDO DURO DEBATE

26/SEP.

SANTIAGO, 25 (Reuter). *— Con su protesta frente a la cárcel especial para militares, oficiales del ejército chileno desataron un áspero debate entre los civiles acerca de la aún pendiente solución a las violaciones de los derechos humanos, ocurridas bajo el régimen del general Augusto Pinochet.*

Líderes de los principales partidos de la coalición gobernante profundizaron sus discrepancias en torno a la forma cómo el presidente Eduardo Frei debería enfrentar su relación con los militares, quienes buscan una amplia amnistía.

Operadores bursátiles admitieron que este nuevo clima de tensión les preocupa y economistas consultados por Reuters sostuvieron que es claramente contrastante con la inmejorable marcha de la economía.El gobierno informó hoy que, debido a las tensiones provocadas por la manifestación ocurrida el sábado, el ministro de defensa, Edmundo Pérez Yoma, suspendió un viaje a Estados Unidos para participar en un encuentro continental de defensa.

El sábado, cerca de un millar de militares vestidos de civil junto a sus familiares, enarbolaron la bandera chilena, cantaron marchas e hicieron declaraciones a la prensa para mostrar su desacuerdo con la permanencia del brigadier Pedro Espinoza en la cárcel especial de Punta Peuco, ubicada en las afueras de Santiago.

Espinoza cumple una condena por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier, crimen por el que también está sentenciado el general en retiro Manuel Contreras, internado desde hace un mes en un hospital de la Armada en la sureña ciudad de Talcahuano.

"Los movimientos o mítines de carácter militar terminan siempre sobrepasando los mandos primero y luego sobrepasando a los países y, por tanto, hay que colocarles absoluto cierre", dijo el presidente de la Cámara de Diputados, Jaime Estévez.

"El comandante en jefe del ejército, general Augusto Pinochet, fue convocado el lunes por el gobierno para dar explicaciones y se comprometió a hacer una investigación interna que terminará con sanciones si se determinan responsabilidades.

Pero fuentes castrenses citadas por medios locales consideraron difícil que existan estas sanciones, porque los manifestantes hicieron su protesta dentro de los márgenes de la legislación chilena.

Analistas políticos han sostenido que estas tensiones continuarán con peligroso ascenso mientras continúe pendiente una solución definitiva al tema de las violaciones a los derechos humanos ocurridas tras el golpe de 1973, incluyendo el paradero de centenares de izquierdistas aún desaparecidos.

Para los militares, el problema quedó zanjado cuando en 1978 Pinochet dictó una Ley de Amnistía.

Pero tras el retorno a la democracia, algunos jueces se negaron a aplicarla por considerar que las desapariciones son delitos de secuestro permanente y continúan adelante con sus investigaciones.

CHILE: EL MINISTRO DE DEFENSA CANCELA UN VIAJE Y SE REUNE CON EL JEFE DEL EJERCITO

Ordenan a Pinochet que investigue el apoyo militar a un brigadier preso

25/7/95

El gobierno chileno, preocupado por la masiva concurrencia de oficiales del ejército frente al penal donde se encuentra detenido el brigadier Pedro Espinoza, pidió explicaciones al jefe del ejército, general Augusto Pinochet.

SANTIAGO (Especial para **Clarín**). – El ministro de Defensa de Chile, Edmundo Pérez Yoma, pidió al jefe del ejército, general Augusto Pinochet, **explicaciones y eventuales sanciones** por la manifestación de oficiales militares el sábado frente a la cárcel de Punta Peuco, a 40 kilómetros de Santiago.

La cita del comandante en jefe del ejército con el titular de Defensa, quien canceló su viaje a los Estados Unidos para participar en la reunión de los ministros de Defensa del continente que se inicia hoy, duró 30 minutos, sin que la prensa pudiera tener acceso a ninguno de los dos.

El gobierno del presidente Eduardo Frei reaccionó ante una manifestación de respaldo de oficiales del ejército y familiares al brigadier Pedro Espinoza, condenado a seis años de prisión por el asesinato del ex canciller socialista Orlando Letelier.

Poco después se informó que Pérez Yoma le pidió a Pinochet que, una vez terminada la investigación, **"se apliquen las sanciones disciplinarias que de ella se desprendan"**. El gobierno conoce los nombres de los oficiales en actividad que el sábado cuestionaron públicamente al Poder Judicial y al Ejecutivo.

Creciente tensión

La convocatoria a Pinochet produjo una peligrosa escalada de la tensión que existe entre el gobierno y el ejército desde que el 30 de mayo la Corte Suprema condenó a prisión a dos oficiales de alto rango por el asesinato de Letelier.

El viernes pasado, el debate político estuvo centrado en el tema de una eventual ley de punto final destinada a poner fin a los procesos por casos de detenidos desaparecidos.

Ayer, el escenario cambió bruscamente. Inclusive Alejandro Foxley, presidente del Partido Demócrata Cristiano (principal agrupación de la alianza de gobierno), que hasta el viernes era partidario de abrir el diálogo sobre esa amnistía, ayer dijo que "a nadie se le puede decir que la manifestación fue normal. **Fue un evidente intento de desafiar a las instituciones** y al estado de derecho, y eso es grave".

La Concertación, además de rechazar enfáticamente la "maniobra intimidatoria de los militares", afirmó que se trataba de una presión de las fuerzas armadas para evitar el cumplimiento del fallo.

Reglamento interno

Alrededor de 1.500 personas (oficiales de civil y sus familias) se reunieron frente al penal donde está detenido Espinoza, inclusive el general Eugenio Videla, **comandante de la guarnición militar de Santiago**, el hombre con el mayor poder de mando de tropa de Chile.

Hernán Núñez, otro general que estuvo en la manifestación, afirmó ayer que todos los oficiales actuaron dentro del reglamento interno de la fuerza.

Durante la manifestación, el mayor Cristian Ilabaca había expresado que "ninguna cárcel es digna para un militar", mientras que, en tono desafiante, el coronel José Antonio Pavez advirtió que "no vamos a aguantar que nos penetre esta gente con sus nuevas ideas que quieren destruir al ejército".

General Augusto Pinochet: otra pulseada con el gobierno de Eduardo Frei.

Andrés Allamand, presidente de Renovación Nacional, el principal partido de la oposición conservadora, también dijo que los acontecimientos configuraban una **"situación grave e inusual"**. El dirigente derechista agregó que en la historia del ejército los casos como este fueron muy escasos y "siempre se produjeron porque existía un clima de tensión preocupante".

La Corte de Ap... Concepción deb... hoy la situación... Manuel Contreras... la Dirección Naci... ligencia (DINA)... creta de la dictad... chet, quien se e... ternado en el H... de Talcahuano d... junio, sin que se... concretar su tras... cel de Punta Peu...

Mó...

01/01

Después de una manifestación militar

Pinochet busca apaciguar al gobierno de Frei

Por Federico Quilodrán

(Corresponsal de LA NACION en Santiago)

Citación: el ministro de Defensa pidió explicaciones al jefe del ejército chileno, quien le aseguró que tomará las medidas necesarias contra los militares que lo merezcan.



Pinochet

SANTIAGO, Chile.– El compromiso del general Augusto Pinochet de investigar y sancionar, si la situación lo amerita, la masiva manifestación de militares activos y en retiro en las afueras del penal de Punta Peuco en apoyo al condenado brigadier Pedro Espinoza pareció tranquilizar al gobierno de Eduardo Frei.

Pero fuentes castrenses hicieron saber casi simultáneamente que no habría razones reglamentarias para aplicar sanciones.

Pinochet fue citado por el ministro de Defensa, Edmundo Pérez, para pedirle explicaciones por la inusitada manifestación de un millar de militares y sus familiares, entre ellos el jefe de la II División y juez militar de Santiago, general Eugenio Videla, el mismo que antes visitara a Manuel Contreras en su estancia sureña.

"El general Pinochet ordenará una investigación interna y aplicará las sanciones disciplinarias reglamentarias que de ellas se desprendan", señaló un escueto comunicado entregado por el Ministerio de Defensa.

El titular de Defensa postergó un viaje a los Estados Unidos para concurrir a un encuentro de titulares americanos de esa cartera. La cancelación la motivó la manifestación de Punta Peuco.

Pérez asistió el domingo a una reunión del comité político del gabinete ministerial, en la que el titular del Interior, Carlos Figueroa, manifestó que el encuentro de militares fue "demostrativo y preocupante".

Figueroa señaló que fue "preocupante porque más allá que se diga que se trata de oficiales de civil y haciendo uso de un día festivo, revela un grado de concertación y alguna manifestación de esa naturaleza por supuesto que preocupa".

Sin comentarios

Oficialmente, el ejército no formuló comentarios, sólo las fuentes militares se refirieron a la manifestación, justificándola.

La oposición de derecha tampoco encontró razones para objetar el acto. El más alto juez de la república, el presidente de la Corte Suprema, Marcos Aburto, empeñado en promover una ley interpretativa de la controvertida amnistía de 1978, tampoco encontró razones para cuestionario. Sostuvo que cualquiera tiene el derecho de manifestar su apoyo a quien desee.

Pero el acto del sábado no fue un hecho aislado. No se puede dejar de vincularlo con la molestia hecha trascender un día antes en la prensa adicta por los intentos del Consejo de Defensa del Estado (CDE de procesar al hijo de Pinochet y a dos generales. La petición del CDE fue rechazada, pero el organismo estatal proyectó apelar. Y también reiteró su preocupación por la situación de Contreras.

La molestia que el ejército filtró a la prensa también abarcó su situación salarial, que en los próximos dos meses debería resolverse si se incluye en el presupuesto del próximo año para un aumento especial.

La manifestación de Punta Peuco aparentemente contó con la aprobación tácita y no fue impedida por la jerarquía militar.

No hubo concertación

"Es evidente que hubo una concertación de voluntades", dijo el presidente de la gobernante democracia cristiana, Alejandro Foxley, denotando la molestia que causó en las filas del oficialismo.

Los militares, entre ellos unos 50 oficiales en servicio activo, se concentraron en las afueras del penal especial para militares de Punta Peuco, a unos 40 kilómetros al Norte. Sólo unos 25 de ellos pudieron visitar a Espinoza, el único recluso de ese penal. El otro preso debería ser el general Manuel Contreras.

El ex jefe de la policía secreta continúa internado en el hospital naval de Talcahuano. Esta semana una corte de Concepción debería resolver el recurso de protección interpuesto por Contreras para evitar ir a prisión a cumplir la sentencia de 7 años por el homicidio calificado de Orlando Letelier.

Su estadía en el nosocomio naval de Talcahuano, en todo caso, está asegurada hasta el próximo mes. Si el recurso es rechazado, las partes pueden apelar a la Corte Suprema. Y puede seguir dilatándose si los médicos del hospital naval lo someten a la operación de hernia.

CASO CONTRERAS Y LEY DE PUNTO FINAL: **FISURAS EN EL EJERCITO CHILENO**

Pinochet reunió a 1.400 militares para fortalecer su poder de mando

28/9/95 C.

Una gran expectativa generó en Chile la reunión extraordinaria convocada ayer por Augusto Pinochet. 1.400 militares se reunieron a puerta cerrada y el comandante en jefe del ejército "llamó al orden" a su institución, que comenzó a tener fisuras por el caso Contreras y el punto final. Pinochet pidió tranquilidad frente a las tensiones.

SANTIAGO, Chile (Especial para Clarín).–Un enérgico golpe de timón intentó dar ayer el general Augusto Pinochet al convocar a **1.400 oficiales** y **suboficiales** a una reunión extraordinaria a puerta cerrada, que lo tuvo como único orador, y en la que buscó **retomar el control de la institución castrense** ante las señales de claro desbordamiento que se han manifestado en los últimos días.

Existía gran expectativa en Chile por esta reunión, convocada en el mismo momento en que se conoció el llamado a una nueva manifestación de militares activos y en retiro, el próximo sábado frente a la cárcel de Punta Peuco.

El pasado sábado, 1.500 militares se concentraron frente a las puertas del penal en solidaridad con el condenado brigadier Pedro Espinoza, y con el desconocimiento de Pinochet.

Los temas candentes

A las 10 en punto se inició la reunión. Como acostumbra cuando enfrenta asuntos trascendentes y delicados, Pinochet inició su discurso hablando de la historia reciente. Recalcó el valor de la obra fundacional realizada por las fuerzas armadas durante su régimen. Solo entonces entró en los temas candentes: la condena de dos oficiales por el caso Letelier, los juicios por detenidos desaparecidos, las remuneraciones y por supuesto, la concentración en Punta Peuco.

A pesar de que no se dio ninguna versión oficial de lo tratado, se supo que el general Pinochet hizo un enérgico "**llamado al orden**".

Con voz firme ordenó que la manifestación militar de Punta Peuco no puede volver a repetirse, que **nadie puede salirse de las filas organizando cosas por su cuenta**. Otras fuentes citadas por la televisión chilena aseguraron que Pinochet pidió tranquilidad frente a las tensiones, aunque indicaron que el Ejército es respetuoso del estado de derecho.

Dudas y certezas

Quedó claro en el gobierno que mañana sábado no habrá militares manifestando.

Pero también quedó una gran duda: el llamado al orden de Pinochet fue suficientemente ambiguo para no dejar claramente establecido si era para respetar el estado de derecho o solo para ordenar las filas y golpear a todos, pero bajo su mando.

Al referirse al tema de los salarios de los uniformados, Pinochet afirmó que el deterioro que estos han sufrido en los últimos años no fue acompañado por la decisión de mejorarlos sustancialmente.

Una hora después, los casi 45 generales del ejército que participaron en la reunión se retiraban junto a todos los asistentes en completo **hermetismo**. A esa misma hora se conocía una nueva convocatoria para un acto también el sábado, pero frente al Hospital Naval de Talcahuano, donde está recluido el general Manuel Contreras.

El presidente Eduardo Frei ya volaba a esa hora rumbo a Lima, para participar de la asunción de Fujimori. En La Moneda respiraban tranquilos.

¿El motivo? **Clarín** fue informado por una fuente de gobierno que **una nueva tregua** de al menos 15 días se pactó con el ejército para dar tiempo a la búsqueda de soluciones al petitorio militar.

Este contempla **cuatro puntos**, de los cuales solo el caso del juicio por fraude "Valmoval", que afecta al hijo del general Pinochet, está solucionado. El resto, que Contreras no vaya a Punta Peuco, un aumento de las remuneraciones y una solución para los juicios de derechos humanos pendientes, están en la tensa espera.

El camino se ve difícil. Más aún, cuando ayer se supo que el general Manuel Contreras será operado el lunes y que su hospitalización, sea cual sea la decisión de la Justicia, durará por lo menos un mes más.

Mónica González

TEMEN INSUBORDINACION EN LOS REGIMIENTOS

Una carrera contra el tiempo

SANTIAGO, Chile (Especial para **Clarín**).–El general Augusto Pinochet ayer hizo uso de toda su autoridad. Constató que sigue siendo el **gran mito** entre sus hombres.

Sin embargo, también comprobó lo difícil que le resultará en el futuro mantener el orden. El cierre del juicio que afectaba a su hijo del mismo nombre **no dejó tranquila** a parte de la oficialidad.

Para este sector profundamente disconforme, la figura del destituido brigadier Pedro Espinoza ingresando al recién inaugurado penal de Punta Peuco, totalmente quebrado y al parecer abandonado por sus camaradas de armas, contrasta duramente con la **tabla de salvación** que el gobierno presidido por Eduardo Frei le brindó al hijo del comandante en jefe del ejército.

Augusto Pinochet hijo fue acusado durante el gobierno de Patricio Aylwin de fraude contra el ejército en la venta de una fábrica de armas. El caso se reabrió este mes y provocó una indisimulada tensión política en un país ya afectado por una aguda controversia entre civiles y militares.

Para evitar la profundización de los roces, que dañan política y económicamente a una democracia todavía frágil, el presidente Frei pidió al Consejo de Defensa que cerrara el caso. La decisión debe haber satisfecho al empresariado, que pidió a las partes que superen sus discrepancias porque, en caso contrario, "toda la población pagará las consecuencias".

Contreras como detonante

Frente a ese auxilio del jefe de Estado, ayer el ex hombre fuerte chileno no tuvo **nada que ofrecer** a sus hombres. No hizo la más mínima referencia al siempre urticante tema de las remuneraciones y mantuvo intacta la incertidumbre frente a la situación del general Manuel Contreras.

Un general de reciente retiro y fuerte influencia en las filas, afirmó a **Clarín**: "Cuando se sienta el último chirrido de la puerta de la cárcel de Punta Peuco cerrándose tras el ingreso de Manuel Contreras, habrá explosiones en todos los regimientos del país, desde Arica en el norte a Punta Arenas en el sur".

Pinochet lo sabe y está contra el tiempo para usar toda su influencia si quiere controlar la situación. El próximo lunes hará la segunda etapa de su retoma de control. Ese día, se inicia el consejo militar de los generales, que dura tres días. Pero mañana sábado también sabrá si su llamado al orden fue acatado por todos.

El presidente de Chile, Eduardo Frei, mantendrá el martes una crucial reunión con el jefe del Ejército

Pinochet apoya los reclamos de militares

29/7 LR

El comandante en jefe del Ejército chileno, Augusto Pinochet, desalentó la repetición de protestas castrenses contra el poder civil, pero apoyó las demandas de los militares de un final a los procesos por violaciones de Derechos Humanos y aumentos de sueldos.



Las relaciones entre el presidente Frei y el general Pinochet no están bien.

Santiago

■ Trascendidos recogidos ayer por la prensa chilena indicaron que Pinochet, durante una reunión con militares en un cuartel de Santiago, pidió calma y tranquilidad, aunque señaló que hará suyas las reclamaciones castrenses.

Pinochet, cabeza de un régimen antiizquierdista de mano dura que se prolongó casi 17 años hasta 1990, se reunió el jueves con unos 1.400 subalternos de la guarnición de Santiago, en medio de la polémica nacional que desató un inusitado mitin de protesta de decenas de oficiales el 22 de julio.

El ex gobernante conferenciará enseguida con los generales del alto mando, antes de una entrevista pedida al presidente Eduardo Frei para el martes próximo, destinada a formalizar las reclamaciones institucionales.

Aunque firme; el tono de Pinochet en la reunión a puertas cerradas, fue "moderado", tanto para referirse a la manifestación de descontento de hace una semana, como al tema de las remuneraciones, la defensa de su ex gobierno y la cuestión de los Derechos Humanos, dijeron ayer los periódicos santiaguinos, citando "fuentes responsables" del Ejército.

El general fue aplaudido muchas veces durante su discurso, precisaron **El Mercurio** y **La Tercera**, que atribuyeron a Pinochet un esfuerzo por poner a su arma en una vía de distensión con al administración de Frei.

El comandante en jefe pidió calma y tranquilidad, se agregó.

El gobierno se manifestó "preocupado" en el mitín del 22 de julio, realizado en las puertas de la cárcel de Punta Peuco, al norte de Santiago, en donde cumple una pena de seis años el brigadier Pedro Espinoza, responsable del asesinato político del ex canciller Orlando Letelier y la norteamericana Ronnie Moffitt en los comienzos del gobierno pinochetista.

Portavoces repudiaron la condena, que alcanza también al hasta ahora enfermo y hospitalizado general Manuel Contreras, jefe de la policía secreta del régimen de Pinochet.

Ninguna cárcel es digna para un militar, proclamó un coronel participante. Días después del mitin y aduciendo "razones de Estado", Frei consiguió anular una presentación judicial para reabrir un proceso por fraude a fisco que pudo llevar a prisión al ex capitán Augusto Pinochet Hiriart, hijo del ex presidente, envuelto en la venta al Ejército de una fábrica de fusiles en falencia.

El tema de la compraventa figuró junto a reclamacines por los juicios por los derechos humanos cuando el Ejército denunció una campaña de descrédito y acuarteló tropas y desplazó contingentes de "boinas negras" en Santiago en mayo de 1993 en un gesto que alarmó al gobierno del presidente Patricio Aylwin, el primer sucesor civil de Pinochet.

Como aquella vez, la oficialista Concertación de Partidos por la Democracia dijo esta semana que la manifestación ante la cárcel de Punta Peuco fue una acción de intimidación contra los poderes civiles y militares.

Hay gestiones en marcha que son necesariamente "confidenciales", dijo ayer el Arzobispo de Santiago, monseñor Carlos Oviedo, interrogado sobre la participación de la Iglesia en un esfuerzo de apaciguamiento ciudadano.

Pérez Yoma perplejo ante inusual apoyo militar a encarcelado Espinoza

Ruido de sables: el titular de Defensa chileno suspende viaje a EE.UU. por creciente tensión cuartelera

26/7/95

El ministro chileno de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, suspendió definitivamente su viaje a Estados Unidos, donde debía participar en una reunión sobre Defensa en las Américas, debido a la tensión generada por el apoyo de oficiales del Ejército chileno a un brigadier condenado.

Pérez Yoma, que debía haber viajado el domingo junto al subsecretario de Guerra, Jorge Burgos y el asesor Gonzalo García, postergó su partida para el lunes, pero finalmente la suspendió tras su entrevista con el ex dictador militar y actual comandante en jefe del Ejército, general Augusto Pinochet.

El ministro de Defensa se entrevistó en su despacho con Pinochet para pedirle que abra una investigación y aplique las sanciones que correspondan por la visita realizada el sábado pasado por un centenar de oficiales del Ejército, vestidos de civil, al brigadier retirado de la institución, Pedro Espinoza.

El militar está recluido desde el pasado 20 de junio en la cárcel de Punta Peuco, situada a cuarenta kilómetros al norte de Santiago, donde cumple una condena de seis años de prisión por el homicidio del ex canciller chileno Orlando Letelier, perpetrado en 1976 en Washington.

Pérez Yoma tenía previstó hablar el martes, en la sesión inaugural de la cita de dos días de los ministros de Defensa de las Américas, que se realizará en la ciudad de Williamsburg, en el estado de Virginia, convocada por el presidente Bill Clinton.

La masiva visita de militares en servicio activo al brigadier retirado Espinoza y las declaraciones hechas por algunos oficiales a la televisión, el pasado sábado, provocaron una reunión de urgencia el pasado domingo en la casa del ministro de Defensa, a la cual asistieron los ministros del Interior, Carlos Figueroa y ministro Secretario General de la Presidencia, Genaro Arriagada.

Figueroa afirmó a la prensa que tal visita fue considerada "preocupante" por el gobierno, extremo que el lunes reiteró en rueda de prensa el ministro Secretario General de Gobierno, José Joaquín Brunner.

El hecho también fue fuertemente criticado por los partidos de la alianza de gobierno "Concertación de Partidos por la Democracia" e incluso por el principal partido de la oposición derechista, Renovación Nacional.

El diputado Camilo Escalona, presidente del Partido Socialista (en el gobierno), dijo que para el general Pinochet no pudo ser una sorpresa la visita del centenar de oficiales a Espinoza a la cárcel de Punta Peuco, pues lo contrario sería admitir que la autoridad del jefe castrense ha sido socavada por los subalternos.

Escalona denunció que lo acontecido indica que "de por medio está una conducta que persevera en socavar la autoridad del gobierno que encabeza el presidente Eduardo Frei".

Chile debate en torno a un plebiscito sobre derechos humanos

Imbuido en un eterno tira y afloje entre civiles y militares sobre cuál debe ser la resolución de los procesos pendientes por violaciones a los derechos humanos, Chile inauguró ayer una nueva veta del debate: la posibilidad de resolver el tema a través de un plebiscito. La idea tuvo un inesperado apoyo: el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, general Ramón Vega, opinó que sería "excelente" y "beneficiosa para Chile", pese a que los militares han sido generalmente reacios a ese tipo de iniciativa. El gobierno también hizo saber que "no lo descarta", si bien la idea despierta grandes controversias entre las diferentes agrupaciones que integran la Concertación de Partidos por la Democracia. Aun si hubiese consenso, la iniciativa demoraría en ser implementada, ya que se requiere primero una reforma constitucional.

El último pico de la extensa crisis cívico-militar –la manifestación de militares a favor del condenado brigadier Pedro Espinoza el sábado pasado- hizo reflotar una vez más el debate. Después de la condena en mayo de Manuel Contreras y Espinoza por el asesinato del ex canciller Orlando Letelier, los militares y sus aliados en la derecha parlamentaria intentaron otra vez impulsar alguna iniciativa que cierre definitivamente los procesos. Los uniformados querrían que las causas sean cerradas sin más investigaciones, aplicando la amnistía dictada en 1978; la visión imperante ahora en la Justicia, en cambio, es que se investiga cada caso y recién entonces, si cabe, se aplica la amnistía. Además, existen casos posteriores a 1978, por lo que la derecha ha propuesto una segunda ley de amnistía, ya rechazada.

En el oficialismo no hay una única posición. Algunos exponentes de la Democracia Cristiana –el mayor partido, al que pertenece el presidente Eduardo Frei– han insinuado la posibilidad de aceptar una fórmula que termine con los procesos (algo semejante a un punto final), pero su sola mención en la izquierda de la Concertación –el Socialismo y el Partido por la Democracia– genera posturas irreconciliables.

En este marco, la posibilidad de un plebiscito interesa a algunos políticos, ya que pondría la decisión en la población y fuera de su órbita. Hasta ahora, los militares habían rechazado ese tipo de iniciativa, ya que su mera discusión vuelve el tema de los derechos humanos a primer plano y genera el tipo de debate que los uniformados leen como "campaña contra las fuerzas armadas". Pero esa posición podría estarse revirtiendo.

Ayer, además de Vega –quien está a punto de abandonar su cargo por decisión propia– habló sobre el tema el general retirado Jorge Ballerino, ex mano derecha de Pinochet. A su juicio, si las autoridades "no tienen suficiente coraje político" para buscar soluciones, "a lo mejor" el camino sería pedirle al país que se pronuncie. Evidentemente los militares piensan que saldrían beneficiados en un plebiscito, una noción alimentada por la idea generalizada de que el tema de los derechos humanos no interesa hoy en Chile.

Consultado sobre un eventual plebiscito, el ministro Secretario General de Gobierno, José Joaquín Brunner, dijo ayer que "el gobierno no lo descarta". Pero entre los partidos de la coalición hay muchas divergencias. El presidente del Partido Socialista, Camilo Escalona, afirmó que un plebiscito no resolvería los problemas de los derechos humanos "porque asuntos como la verdad y la justicia escapan a las fórmulas electorales".

El comandante en jefe de la Fuerza Aérea apoyó un eventual plebiscito para resolver los casos pendientes. El gobierno dijo que "no lo descarta".

La idea sin embargo encontró ecos favorables en partidos tan divergentes como el Comunista y el derechista Renovación Nacional, mientras que el pinochetista Unión Demócrata Independiente la rechazó.

Para llevarla adelante debería haber un consenso amplio, ya que como la Constitución no contempla este mecanismo, se necesitaría una reforma, que requiere dos tercios de los votos en el Congreso.

El antecedente más próximo de un plebiscito sobre un tema como éste es el de Uruguay, que durante el anterior gobierno de Sanguinetti votó por mantener o rechazar la ley de amnistía. Y la ley se mantuvo.

Chile alcanza récord histórico en sus ventas al exterior

27/7 EP.

Santiago de Chile, 26 jul. - Las exportaciones chilenas alcanzaron una marca histórica en el primer semestre de este año, al totalizar 7.927,2 millones de dólares, con un aumento del 47,5 por ciento respecto a igual período de 1994, informaron hoy fuentes empresariales.

Cristóbal Valdés, presidente de la Corporación de Exportadores, calificó los resultados de "extraordinariamente positivos" y vaticinó que las exportaciones totales del año podrían superar los 15.000 millones de dólares, con un incremento del 20 por ciento en comparación a 1994.

Los resultados se deben, principalmente, al buen nivel de precios alcanzado en los mercados internacionales por los principales productos chilenos de exportación, como el cobre, la celulosa, la harina de pescado y algunos productos agroindustriales, especialmente las frutas, señaló Valdés, quien coincidió con funcionarios del Gobierno y del Banco Central.

Sin embargo, tal situación no se mantendrá de foma indefinida, por lo que se espera algún retroceso en determinados sectores en un futuro próximo, según el dirigente empresarial. **(EFE)**

9509135.
Chile: Se reunieron Eduardo Frei y Sanguinetti.
150014
29/7/95.
11921
65708.
1164
11398
507466
11078.

Sanguinetti y Eduardo Frei se reunieron

El presidente chileno Eduardo Frei, que concurrió junto a otros mandatarios latinoamericanos a las ceremonias de transmisión de mando del presidente peruano Alberto Fujimori, mantuvo una entrevista en privado con el presidente uruguayo Julio María Sanguinetti.

En la misma, el mandatario trasandino manifestó que es intención de su gobierno iniciar los pasos tendientes a abrir las posibilidades de que Chile ingrese al Mercosur.

Al finalizar las conversaciones, Eduardo Frei manifestó a los periodistas presentes que "que si bien Chile quiere buscar una salida al libre comercio, lo fundamental es llegar a la integración latinoamericana. No nos interesa solo abrir el camino de los aranceles, si bien sabemos que eso es muy importante, pero la voluntad política es lo fundamental como forma de lograr una real integración en Amérioca Latina. Estamos pensando en negociar con la Unión Europea y pensamos en una Zona de libre comercio en América y para el año 2005 tenemos que tener una respuesta.

Y como latinoamericanos y en la medida que nos pongamos de acuerdo en lo que es lo fundamental y logremos la coordinación, estaremos en las mejores condiciones para entrar a esas negociaciones" 29|7 LJ

9509135

01-01

CAMPO SICOSOCIAL
RELIGION

Nueva Coordinación Nacional del SERPAJ - Uruguay

DURANTE LOS PROXIMOS tres años, el Servicio Paz y Justicia de Uruguay estará dirigido por una nueva Coordinación electa en la asamblea del 19 de diciembre pasado.

El órgano coordinador está integrado por Ricardo Changala (abogado, integrante del programa de Derechos Civiles y Políticos del SERPAJ), Fernando Willat (profesor de enseñanza secundaria, integrante del mismo programa) y fue reelecto Mario Gramoso (integrante del Programa Interior).

CARTA */serpaj*

Carta Serpaj, publicación bimestral del Servicio Paz y Justicia de Uruguay. Joaquin Requena 1642. Montevideo. Equipo editor: Mónica Maronna (Responsable), Gerardo Sotelo, Sanjo Rodríguez. Serpaj es una Organización No Gubernamental fundada en 1981, con estatuto consultivo en Naciones Unidas (Ecosoc y Unesco). Se autoriza la reproducción total o parcial siempre que se cite la fuente ISSN 0797-4752. Realización Gráfica: Grupo METRO. Imprenta Gega srl. Dep. Legal: 286.301

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DIVISION INFORMACIONES 18SET95	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 75/95	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 25SET95

II.-INFORMACION CONOCIDA:	A.-EVALUACION:
	B.-T E X T O

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

20/9/95
399/95

III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I
Dpto.II E.M.E.

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.
CORONEL
TOMAS V. CASSELLA

RESERVADO

19 SET. 1995
Antecedentes
9509137

001/005

9509137

Montevideo, 18 de setiembre de 1995.

1.- ALVAREZ BURGUES María Raquel. - AUX.ADM.

Fecha y lugar de nacimiento: 9/10/67 Montevideo.

C.I.: 2.787.998-7

C.C.: B.D.C. 6141

Domicilio actual: Km.48 Ruta 8 Camino Via.a Minas S/N

Domicilio anterior: Km.22.500 Ruta 8 (Canelones) calle Picardía

Nombre del padre: Otilio ALVAREZ ALVARADO.- Militar (R)

C.I.: 642.580-4 C.C.: B.B.A. 17.908

Nombre de la madre: Alba Aurora BURGUES

C.I.: 1.642.763-6 C.C.: B.D.C. 594

Nombre del cónyuge: Pedro Faustino GUILLEN GUTIERREZ

C.I.: 2.690.765-0 C.C.: C.M.B. 6255

Presentado por:

2.- ARAUJO CORREA Denis Elicer.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento: 2/7/72 Montevideo

C.I.: 3.450.984-4

C.C.: A.H.A. 11.574

Domicilio actual: 18 de julio 994

Domicilio anterior: Lister 6272

Nombre del padre: Luis Alberto ARAUJO CORREA

C.I.: 1.099.578-0 C.C.: B.T.A. 6665

Nombre de la madre: Amelia CORREA RODRIGUEZ

C.I.: 1.166.881-3 C.C.: A.H.B. 6487

Nombre del cónyuge: Wilman Leonardo CAPPUTTO LAGOS

C.I.: C.C.:

Presentado por:

3.- ARBELO LASSERRE Sandra Elizabeth.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento: 12/3/65 Montevideo.

C.I.: 1.911.595-5

C.C.: B.I.B. 6509 Traslado C.Q.B. 5767

Domicilio actual: Ruta 6 Km.23 calle San Ramón N.°148 Toledo

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Orosman Arbelo PARODI

C.I.: 2.527.019-7 C.C.: C.Q.B. 276

Nombre de la madre: Blanca Rubeli LASSERRE

C.I.: 1071.716-6 C.C.: C.Q.B. 557

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: Dra. Claudia Pamela Schonbrod Brauhardt.

4.- BARREIRO FALERO Ana Joselyn.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento: 18/8/75 Montevideo.

C.I.: 1.885.886-1

C.C.: B.N.B. 51.295

Domicilio actual: Juan Rosas 3915

Domicilio anterior: Santiago Sierra 3836.

Nombre del padre: Ruben Washington BARREIRO PRANDO

C.I.: 1.049.061-1 C.C.: B.Z.A. 19.035

Nombre de la madre: Francisca FALERO SAURA

C.I.:984.218-0 C.C.: B.N.A. 27.533

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: Nurse Casal

5.- BRIEN PIVOTTO Claudia Patricia.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento: 27/10/72 Montevideo.

C.I.: 1.915.000-4

C.C.: B.D.B. 61.639

omicilio actual: 8 de octubre 4623 apto.5.

Domicilio anterior: Enrique George 1632

Nombre del padre: Hector Emilio BRIEN SOCA

C.I.: 936.607-9 C.C.: B.B.B. 20.363

Nombre de la madre: Rosita Gilia PIVOTTO MORANDO

C.I.:1.103.351-1 C.C.: B.D.B. 26.627

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por:

6.- CABRAL RAVIOLO María de Lourdes.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento: 6/2/67 Montevideo.

C.I.: 1.996.380-1

C.C.: B.Z.C. 104

Domicilio actual: Molinos de Raffo 1118

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Luis Antonio Lorenzo CABRAL GARCIA

C.I.: 588.613-4 C.C.: B.Z.A. 9728

Nombre de la madre: Norma Victorina RAVIOLO TASSO

C.I.: 705.127-2 C.C.: B.Z.B. 23.084

Nombre del cónyuge: Ober Isac LACUESTA IGLESIAS

C.I.: 1.908.956-8 C.C.: B.V.B. 40.365 Traslado B.Z.C. 557

Presentado por:

7.- CAITANO TOLEDO Graciela Mónica. AUX.SERV.

Fecha y lugar de nacimiento: 14/10/68 Lavalleja

C.I.: 2.875.423-1

C.C.: B.Z.C. 1812

Domicilio actual: Lafayette 1364

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Alcides Juan CAITANO de BRUN

C.I.: C.C.:

Nombre de la madre: Mabel Elisa TOLEDO CARNALES

C.I.: 1.185.782-6 C.C.: B.O.B. 18.683 Traslado B.Z.C. 10341

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: C/N Roper

8.- CRAWELL CALLEROS Caroline.- AYTE.DE LABORATORIO (BIOFARMACIA)

Fecha y lugar de nacimiento: 29/12/71 Montevideo.

C.I.: 1.727.189-4

C.C.: A.Z.B. 16.405

Domicilio actual: Guayaqui 3372 apto.201

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Alfredo Guillermo CRANWELL BRUSAFERRI

C.I.: 243.945-3 C.C.: A.X.A. 3336

Nombre de la madre: Celica CALLEROS JAURENA

C.I.: 760.633-7 C.C.: Q.C.A. 7238 Traslado A.Z.A. 21.446

Nombre del cónyuge:

C.I.: C.C.:

Presentado por: Equip.Mayor Dra. Esther Szwarc.

9.- CUELLO GARCIA Oscar Diego.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento: 13/12/67 Montevideo.

C.I.: 1.827.600-5

C.C.: B.V.B. 45.557

Domicilio actual: Martin C. Martinez 2447 apto.4

Domicilio anterior: Cno.Castro 387/201

Nombre del padre: Edo CUELLO CÓSTA Policía (R)

C.I.: 839.827-9 C.C.: F.B.A. 4269

Nombre de la madre: Mirta Nely GARCIA

C.I.: 1.032.340-0 C.C.: B.Z.B. 31.494

Nombre del cónyuge: Mirela Mary SILVERA VIERA

C.I.: 2.006.308-4 C.C.: A.T.B. 11.479

Presentado por:

10.- CHACKELSONAS COSTA Nélida.- AUX.ENF.

Fecha y lugar de nacimiento. 4/6/71 Montevideo.

C.I. 1.863.913.8

C.C. B.C.C. 4238

Domicilio actual - Palermo 5620 apto. 303

Nombre del padre - Saúl León CHACKELSONAS ABRAMAVICAITE

C.I. 869.833-8 C.C. A.H.B. 5445

Nombre de la madre - Alba Rosa COSTA BAUTISTA

C.I. 1.335.796-9 C.C. I.A.C. 29.965

005/005

#9509137

M.D.N. - D... - SEC. GRAL.
Montev. 19 SETIEMBRE de 1995.
N° 9509137 19.9.95.
S.D.I.
PARA QUE DE CUMPLIMIENTO
A LO ESTABLECIDO.
P.
Observaciones:

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DIVISION INFORMACIONES	180995	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES:	76/95	
I. FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION:			250995	
II. INFORMACION CONOCIDA:		A. EVALUACION:		
		B. TEXTO		

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.

20/9/95
398/95

III. INFORMACION SOLICITADA:

IV. ACCION TOMADA:

V. DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I
Dpto.II-EM.E.

FIRMA:

El Jefe de la División Informaciones de la D.N.S.FF.AA.
Coronel
Tomas V. Cassella

19 SET. 1995
Antecedentes
9509138

001|002

9509138

RESERVADO Montevideo 18 setiembre de 1995.-

1.-RODRIGUEZ, Javier
C.I.: 2.687.017-8
C.C.: HBB 1297

2.-SOSA, Lilián
C.I.: 4.113.834-5
C.C.: LAA 30.397

3.-RAMIREZ, Ana
C.I.: 2.002.242-0
C.C.: BOB 32.397

4.-ESQUIVEL, Juan C.
C.I.: 1.345.114-9
C.C.: BBA 25.189

M.D.N. - D.G.S.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 19 SETIEMBRE de 1995.-
N° 9509138 19.9.95
S.D.I
PARA QUE DE
CUMPLIMIENTO A LO ESTABLECIDO
Observaciones:

002/002 9509138.

RESERVADO

SECRETO

ARCHIVO COPIA No.01/01

HOJA 01 DE 02

COPIA 01 DE 01

Montevideo,15 de setiembre de 1995.-

MEMORANDUM No.950229 /BUS-A/95

I.- A S U N T O: ACTO DEL MPP,UNIR,M20M EN PALACIO SUD AMERICA
II.- REFERENCIA : Contestación a EEI No. 9508875
III.- T E X T O :

Siendo las 20:15 dió comienzo el acto en el Palacio Sud América con canto popular y adhesiones.-

Se constató una concurrencia estimada en 80 y 100 personas aprox., la mayoría mayores de 18 años.

Hicieron uso de la palabra Eduardo RUBIO (M26M) y Helios SARTHOU (MPP Senador).

Sus discursos estuvieron basados en los siguientes conceptos:

- Por una seguridad social con la gente.
- Contra la Reforma de Seguridad Social del Gobierno actual.
- Levantamientos de firmas en apoyo al no cierre de los hospitales FILTRO, SAINT BOIS,SANATORIO MIDU, y para la Comisión a favor de la red de saneamiento de la parte NW de la Capital.

Se constató la presencia de los siguientes personas:

- José MUJICA (MPP)
- Luis PUIG (PVP)
- Sergio PREVITALI (Pregón)
- Gonzalo CARAMBULA (CONFA)
- Raúl Fernando SENDIC (M26M)
- Marcos ABELENDA
- Andrés OLIVETTI
- TOTA QUINTERO (PVP)
- Jorge QUARTINO (MLN)
- María de los Angeles BALPARDA (M26)
- [illegible] (PVP)
- [illegible] GARCIA (MLN)
- Andrés CULTELLI (MLN)
- José LOPEZ MERCAO (MLN)
- Carlos CASARES(MLN)
- Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN)
- Miguel Angel OLIVERA (MLN)
- Carlos COITIÑO CEBEY (PVP)
- Alberto GARATEGUY (M26M)
- Julián GONZALEZ GUYER (M26M)
- Fernando VAZQUEZ (M26M)
- Lucas PITALUGA (M20M)

CORREGIDO F 26/9/95 Inic.: [illegible]

FECHA 22/09/95 INICIAL [illegible]

Ingresado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

19 SET 1995

9509141

9509141

0001/007

SECRETO

COPIA No. 01/01

La seguridad del acto estuvo a cargo de 15 NNM dispuestos de la siguiente manera:

- 7 en la puerta y 8 rotativos en el interior.

- Se pudo apreciar banderas del MPP. PST. M26M. FA; PANCARTAS POR LA SEGURIDAD SOCIAL CON LA GENTE. POR EL FRENTE AMPLIO.
Incidentes no se registraron.
- Se adjunta volante.

002

9509141

SECRETO

[illegible] 101

IV. DISTRIBUCION: [illegible] Sub Director Interior-
Jefe G.III - Archivo
Copia 1 : Jefe Dpto.I

003 9509141

2

PUBLICACION JUVENIL
EDICION NACIONAL
AÑO 1 Nº 2
AGOSTO 1995

42 ANIVERSARIO DEL MONCADA (1953-26 de julio-1995)

POR LA AUTODETERMINACION DE LOS PUEBLOS Y CESE DEL BLOQUEO

[illegible]

¿MATAMOS AL PERRO O COMBATIMOS LAS PULGAS?

LA ESPERANZA DEL PUEBLO CUBANO NUNCA VA A PODER SER APLASTADA POR LOS EEUU

Entrevista a Yilián Ximénez de la UJC de Cuba

DE POLIZON EN UN VIAJE MAGICO POR LOS SIETE VIENTOS

Entrevista a Enrique Permuy de Polizón Teatro

"EL TEMOR A REINCIDIR"

diría Serrat, y con temor o sin temor salimos nuevamente.

Estamos de vuelta en la calle con este segundo número, con más ganas que recién casada en luna de miel.

Sinceramente estamos contentos por los resultados que dió el número anterior. Ya creció el equipo del Sr. UBU, y esperamos que crezcan los lectores y colaboradores.

"Como no van a responder", decía alguien, con todos los lios que tienen los jóvenes, falta de trabajo, sin posibilidades de estudio, y si queres ahogar las penas con un vinito, zás te lleva la razzia. Esta no es vida, por lo menos para los jóvenes (no ricos porsupuesto).

Pero bueno como decia un grafiti, "algunos nacen con suerte y otros en Uruguay". La alegria va por barrio, esta es la etapa que nos toco vivir y necesariamente cambiar, no tenemos recetas, sólo este espacio de lucha, que también es tuyo.

Bueno valor nos vemos en la próxima.

Hace unas semanas estuvo en nuestro país Yilián Ximenez, una joven perteneciente a la UJC de Cuba y diputada del Poder Popular, con ella estuvimos conversando sobre distintos temas.

NINGUN PAIS DE AMERICA LATINA PUEDE NEGOCIAR CON CUBA POR SANCIONES QUE LES IMPONE LOS E.E.U.U.

Cómo se está viviendo el bloqueo en Cuba?

-Bueno existen muchas restrinciones económicas. El pueblo tiene dificultades, sobre todo en la transportación, racionamiento con la alimentación. Aunque todavía hay servicios que están funcionando a plena capacidad, como la salud, la educación, la seguridad social, etc

Sin duda los rigores del bloqueo repercuten sobre esos servicios y hacen que los recursos que se necesitan para manetener estos servicios no existán hoy en el país, haciendo que muchas veces la cálidad que quisieramos brindar se vea disminuida.

También hay repercución en la alimentación, como ya te dije, no nos entran todos los insumos necesarios para desarrollar una agricultura que nos permita la producción de todos los bienes de consumo necesarios para la población. Las importaciones que normalmente hacemos con el mundo están muy restringidas porque sencillamente hay un bloqueo comercial, en el cual ningún país latinoamericano puede negociar con Cuba por sanciones restrictivas y económicas que impone los EEUU, ya que casi todos los gobiernos de América Latina tienen algún crédito con ellos.

Esta es la situación concreta, real de la repercución del bloqueo sobre la población cubana.

LA MUJER CUBANA ESTA ENFRENTANDO ESTA DIFICIL SITUACION CON MUCHA DIGNIDAD, Y NO COMO UNA PROSTITUTA

-Hace un tiempo canal 10 hizo un ciclo televisivo sobre Cuba. Para nosotros fue un enfoque muy parcial y mal intencionado; por eso queremos que nos des tu opinión de como esta la



gente, si está concientede de las dificultades, y si sigue firme con la Revolución y con Fidel?

-Sí, [illegible] una enorme [illegible] esto. Y [illegible] el programa [illegible] yo soy [illegible] tamb[illegible] la much[illegible] Ella dijo cosas muy [illegible] pero que no quedaron tan claras ahí en la entrevista, como que la posibilidad que tiene cualquier jóven cubano de estudiar y hacerse médico y la posibilidad además que tiene de tener que estudiar con rigor para poder atender con calidad al pueblo.

Y que estamos desarrollando una medicina de atención primaria que se dedica a la promoción y prevención de salud, que es una humanista profesión en ese sentido, porque impide que la gente se enferme.

Pero es importante explicarle al pueblo en general y graficarle que el salario que ella persive lo persivo yo. Pero sucede que nosotros tenemos un equivalente en peso cubano a las necesidades propias y reales del país.

Yo por ejemplo con esos 3/5 pesos (cubanos) no tengo que pagar la salud porque es gratuita, no tengo que pagar la educación porque es gratuita, no tengo que pagar un seguro de vida o un seguro de carro, el alquiler de mi casa está en correspondencia con mi sueldo y se paga sólo un 10% del salario, igual ocurre con el fluido eléctrico, con el gas, etc.

[illegible] tengo necesidades económicas pero me permite con mi salario mantener una actitud digna y no tener que usar precisamente la prostitución como un medio para [illegible]. De hecho hay muchos obreros que viven por debajo del nivel de vida de esa doctora y hay [illegible] estoy convencida, muchas uruguayas que viven en condiciones difíciles y que la actitud ante la vida no es tomar ese camino.

De hecho pienso que es una actitud individual al tomar el camino de la prostitución pero no puede con ello dar la imágen de que la mujer cubana está en ese deterioro moral.

Yo creo que todo lo contrario, la mujer cubana en estos tiempos ha tenido que asumir rigores todavía mucho mayores, cuando tiene que enfrentar su labor social, su labor en el hogar, y lo que sí estoy convencida es que la mujer cubana ha sabido enfrentar esa situación y la está enfrentando con mucha dignidad y no precisamente como prostituta.

LA ESPERANZA DEL PUEBLO CUBANO Y SU FORTALEZA, NUNCA VAN A PODER SER APLASTADAS POR LOS EEUU.

-Al final de dicho programa, el conductor Angel Maria Luna dejo una pregunta sin contestar como para que la contestara la gente. A nosotros nos interesaria que nos des tu opinión sobre la misma.

El decía: "...¿vale la pena tanto sacrificio por defender los ideales?..."

-Yo te diría que cualquiera que visite a Cuba y pueda ver la esperanza del pueblo cubano, comprobará que éstas no son siempre a partir de utopias. Las esperanzas surgen cuando está la fe y la convicción clara de que uno puede seguir adelante y lograr resultados mucho mayores y mejores y más cuando el pueblo, ese pueblo cubano que está esperanzado de que vamos a tener resultados mejores y que la economía va a ir mejorando poco a poco, está sobre bases sólidas o sobre alternativas que [illegible] buscando la propia Revolución, con medidas que está tomando la propia Revolución que sin duda van a hacer que defendamos conquistas tan importantes para nosotros que es esencialmente el socialismo.

Yo creo que vale la pena seguir luchando, de hecho lo estamos haciendo y lo hemos estado haciendo 36 años, porqué no seguir en estos momentos haciendolo?.

Yo creo que Luna lo que nos da es el pie para restregarle una vez más que la esperanza del pueblo y su fortaleza nunca van a poder ser aplastadas por los EEUU con ninguna restrinción no sólo económica sino también moral.

Nunca lo ha podido hacer y de hecho no lo podrá.

***

Páginas Centrales Ultra Páginas Centrales

¿VENDEMOS EL PERRO O COMBATIMOS LAS PULGAS ?

No es el comienzo, sino apenas la continuación de un prolongado e insistente camino de los gobiernos del Uruguay, el de poner fin a "nuestro" sistema de Seguridad Social.

Grandes logros se obtubieron en 1989 con la modificación del art. 67 de la Constitución, así como rechazos a reformas propuestas por el gobierno de Lacalle, nos muestran como desde las Cámaras y desde el pueblo, el patrimonio nacional ha sido defendido contra intereses que aunque muy bien solapados sabemos que vienen de "afuera".

En el proyecto presentado por el Ejecutivo, las exigencias para jubilarse se hacen más severas. Las edades mínimas que hoy son [illegible]5 años para la mujer y 60 para el hombre, aumentarán g[illegible]almente (un año cada año) hasta llegar a los 60 y 65 años respectivamente en el año 2003.

Las jubilaciones serán menores que las actuales.

Hoy la jubilación común de un hombre de 60 años de edad y 35 años de trabajo es el 65% del promedio de las remuneraciones declaradas en los últimos tres años de trabajo, y la mujer recibe el 75%. Con el nuevo proyecto, hombres y mujeres con 60 años de edad y 35 de trabajo, pasarían a recibir el 50% del promedio de las remuneraciones declaradas en los últimos 10 años de trabajo.

Resumiendo, como dice un personaje de Galeano en su "libro de los abrazos", "eso rasca y rasca mucho y rasca muy bien", y sentencia "pero rasca donde no pica".

No nos permitimos sino la crítica constructiva, por eso decimos que el camino ha de ser el de mejorar este sistema solidario, intergeneracional y estatal, y defenderlo con la lucha diaria y la movilización popular.

Queremos los cambios que necesita la sociedad uruguaya y no los que proclaman los intereses internacionales.

La previsión social debe ser de y para los trabajadores uruguayos. Sus carencias deben ser tratadas y superadas desde dentro de nuestro país.

Por un Uruguay para los uruguayos, luchemos con nuestro pueblo por la defensa del la Seguridad Social.

CARTELERA

• A partir del 8 de setiembre, y durante tres fines de semana, en distintas salas de facultades de la Universidad de la República, se realizará el "5° ENCUENTRO DE TEATRO JOVEN".
Este evento esta organizado por la Comisión de la Juventud de la IMM.
Posteriormente, en la segunda quincena de octubre se desarrollará la "PRIMER MUESTRA INTERNACIONAL DE TEATRO JOVEN", en la cuál participarán grupos seleccionados en el encuentro. Por más informes llamen al 913694 6 930442.

• Del 1° al 7 de agosto se realiza en Cuba el Festival Juvenil Internacional "CUBA VIVE".
Se convoca a todas las organizaciones juveniles y estudiantiles, Asociaciones de Amistad, Organizaciones Regionales e Internacionales, a los que con cierta juventud acumulada continúan sintiéndose al lado de la juventud cubana. A los que sin distinción de ideologías o credos se oponen al bloqueo contra Cuba y amun el derecho de los pueblos a la autodeterminación, la soberanía e independencia.

• Condujó el "1er. Encuentro Regional Sobre Políticas Municipales de Juventud".
En el mismo participaron 60 representantes de Municipalidades y Oficinas de Juventud de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, España y Uruguay.
Se resolvió crear la Red de Organismos Municipales de Juventud del Cono Sur, donde Montevideo sera la primer sede de dicha Red, a través de la Comisión de Juventud de la IMM.

• El 2 de agosto, la Coordinadora de estudiantes llevó adelante una marcha de recordación a los Mátires Estudiantiles, en la fecha de Nieto y Machado, dos jóvenes muertos por la represión.
La marcha fue convocada también contra las razzias y por un presupuesto digno.
Nos acordamos también que un 2 de agosto, hace exactamente 3 años, la Coordinadora de Estudiantes salia por primera vez a la [illegible]e, y en una marcha como la de el otro día, enfrente al [illegible]DICEN, fue reprimida brutalmente, como en los mejores tiempos de los "muchachos", en donde si te movías eras subversivo, y si te quedabas quieto te pintaban de blanco
Valla desde aqui nuestro saludo soldano para los estudiantes en nombre de la Coordinadora

DE POLIZON EN UN VIAJE MAGICO POR LOS SIETE VIENTOS

En una tarde fría de los primeros días de agosto llegamos hasta la calle Gonzalo Ramirez casi Lorenzo Carnelli, donde se encuentra "La Casa de los Siete Vientos", casa del grupo Polizón Teatro. Allí conversamos con Enrique Permuy, un jovén artista, que según él es una definición que le costo un tiempo y mucho trabajo asumir. Es uno de los que quedan de la "guardia vieja" del Teatro "La Comuna". Y allí, en esa casa tan acogedora, entrando por un sótano que hace las veces de taller, en donde confeccionan sus vestimentas, mascaras, y todas aquellas vitoallas necesarias para sus obras, subimos a la planta principal en donde se encuentra el "corazón" de la casa. El mismo es un salón grande en donde se dan las clases y se ensaya, con un balcón que tiene dos hileras de bancos para observadores, y en donde estan harmando una librería y biblioteca teatral. Después hay una estufa a leña, una pequeña cantina y un altillo, lo que da la sensación de estar en un templo, por la paz que reina en cada una de las personas que allí entran.

EL TEATRO SOBREVIVE PORQUE A LA GENTE LE SIGUE IMPORTANDO

Conversando con Enrique hacerca de como esta sobreviviendo el teatro, él nos decía que "...sobrevive porque a la gente le sigue importando, por las razones que sean, que hay muchas.... Y por otro lado, hay una cantidad de jóvenes que se hacercan a escuelas de teatro, hay como un boom..."
"...Deben haber por lo menos 1000 jóvenes diseminados por distintos lugares, lo que equivale a la población de una Universidad..."
Para Enrique Permuy, una de las razones de este auge, es que la comunicación es una necesidad intrinsica del hombre. Nos decía que "vivimos en una sociedad que destruye la posibilidad de comunicarse, por lo general hace que las personas se ahíslen... Entonces el teatro posibilita el encuentro".

POPOL VUH EN LA ESTACION CENTRAL DE AFE

El 19 de junio de 1994 se crea el grupo POLIZON TEATRO, que es una continuación de lo que fue el teatro La Comuna. Todos los sábados del mes de agosto, en la estación Central, el grupo POLIZON Teatro va a realizar la obra POPOL VUH.
Y cuando llegue el tiempo lindo la van a hacer en espacios abiertos.
La obra es una adaptación muy libre, nos dice Enrique, es una recreación del libro Popol Vuh. Que es un libro que escribió un sacerdote español por el 1600, recogiendo el relato oral de algunos indígenas, de lo que fué un Códice, un libro pintado. Un libro que se utilizaba como guia para transmitir los conocimientos que tenían los Quiché, que eran un pueblo Maya que estaban en donde ahora está Guatemala.
Nosotros, continúa Enrique tomamos ese material, como escusa para tratar de recrear ese mundo mágico.
Este Códice (que hoy está escrito), antes de ser traducido, eran símbolos, representaciones de un conocimiento que no se puede expresar con palabras. Y la tarea que se han puesto los componentes de Polizón teatro.es de tomar esas imágenes y darles el contenido que han perdido.

-¿Cuál es el desafío que se pusieron, cuando comenzaron a trabajar en esta obra?
-De alguna manera el conocimiento indígena que está en el Popol Vuh, o la explicación que ellos tenian del mundo es la recuperación de una memoria que nosotros hemos perdido, que estamos recuperando. Es recuperar un conocimiento que es básico, que es fundamental para la vida, mas allá de la ciencia. Entonces tratar de representar esto, para nosotros fué el desafío, de darle a ese relato la magia, la trascendencia, esa fuerza que tiene el ritual.
Por supuesto que lo intentamos desde nosotros, de lo que hoy somos, en el siglo XX, viviendo en una ciudad, sin rastros de indigenas. Pero si tenemos algo que ver con la tierra, como los indios.

NOS INTERESA LO QUE LE QUEDA EN EL CORAZON A LA GENTE.

¿Que es lo que le queda en la cabeza a los espectadores, que es lo que más saca la gente de esta obra?
-Mira, eso tenes que preguntarselo a la gente, a cada uno te diría, porque cada persona es un universo. De todas maneras más de lo que les queda en la cabeza nos interesa lo que les queda en el corazón.
...Yo lo que sí creo, lo que he aprendido de maestros es que en la medida que vos tenés claro el sentido de lo que hacés, en la medida de que lo que hacés está sustentado por una verdad, o algo que para tí es una verdad, de alguna forma llega a la gente.

MI ASPIRACION ES QUE EL TEATRO SIRVA COMO MANERA DE REENCONTRARSE

¿Cuál sería tu sueño para el teatro?
- Yo lo que aspiro es que el teatro encuentre su verdadero sentido. Que cada persona que se hacerque al teatro pueda encontrar, a su manera, un camino auténtico.
Siento que el teatro, como la mayoría de las cosas, a perdido contenido, a veces con la mejor intención.
Muchas veces por la necesidad de utilizar al teatro como herramienta de cambio social,o utilizarlo como manera de dar determinados mensajes a la gente lo ha empobrecido. Lo ha vuelto más parecido a un discurso que ha una creación artística. Otras veces el afán de ganar dinero o prestigio, de ser reconocidos, también lo ha empobrecido.
Y otras veces lo empobrece la pereza, el descreimiento.
...: Yo aspiro a que el teatro sirva como manera de reencontrarse, es decir que llegando a él tengamos todos la oportunidad de resignificar su sentido, su poder, el poder de comunicación, el poder de ayudar a que la gente sea más plena. El teatro es como una forma de comunión, es encuentro, y en ese sentido siempre jugó un papel muy importante en todas las sociedades, creo que esa es la gran posibilidad, es lo que yo soñaria que sucediera.

..."A nuestra juventud y a las presentes generaciones, les digo que ninguna época fue más meritoria que ésta, más heróica que ésta, más gloriosa que ésta. Que ninguna nos dío tanta oportunidad de agigantarnos como esta época. Y los veteranos que quedamos con el mismo entusiasmo, la misma dignidad y la verguenza de aquel 26 de julio de 1953, ponemos toda nuestra confianza, nuestra fé y nuestros corazones en ustedes."

FIDEL CASTRO (26 de julio de 199



007/007

9509142

COPIA No. 01 01

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

Montevideo, 18 de Setiembre de 1995.-

MEMORANDUM Nro. 950230 /BUS.-

I.- ASUNTO: UTAA - Felix Bentín

II.- REFERENCIA: Responde E.E.I. Nro. Orden 9508878

III.- TEXTO:

El día 16 de Setiembre de los Corrientes se - concurre a la "Peña Popular", en el Local Sindical del BAO sito en Carlos María Ramirez esquina Bauzá.

Dió comienzo a la hora 2000, con una concurrencia aproximada de 100; la mayoría hombres entre 40 y 60 años.

La concurrencia era solamente de la zona por lo - que se pudo apreciar por la forma de vestir.

No se realizó canto popular.

000002

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sub director de Interior
Archivo Departamento III
Copia 1 - Jefe del Departamento I

001/001

9509142

1/2

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(USO INTERNO DE LA D.G.I.D.)

E.E.I. Nº 054/A/95

FECHA: 19/SET/95

REFERENCIA: Se adjunta fotocopia de prensa.

ORIGEN: DPTO. I (Int.) Sector Gremial

DIFUSION: DPTO. III

INFORMACION CONOCIDA:
Los días 19 y 20/SET/95, se realizará el Congreso Extraordinario del Sindicato Unico de Telecomunicaciones (SUTEL). El mismo se llevará a cabo en el Hotel del Lago.-

E.E.I.:

Se solicita:
- Autoridades que concurran.
- Temas tratados.
- Declaración final y desiciones tomadas

PLAZO:------

001/002

LA JUVENTUD 19/9/95

SUTEL

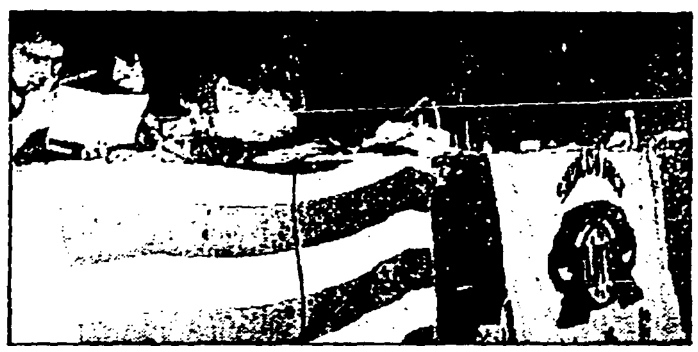
"El sistema de gestión comprado a Canadá afectará sensiblemente condiciones de trabajo" alerta Sutel

- Hoy y mañana sesiona el Congreso Extraordinario del gremio telefónico
- Además analizarán "las privatizaciones periféricas y la tercerización en Antel"
- El secretario de Sutel Nelson Silva aporta detalles acerca del temario a tratar.

Con la participación de más de 120 delegados de todo el país, se cumple hoy y mañana el Congreso Extraordinario del Sindicato Unico de Telecomunicaciones (Sutel).

Las jornadas se realizarán en el Hotel del Lago y en las mismas se analizará "la situación de Antel y sus perspectivas en el marco del Mercosur, la implantación de una reestructura en el Organismo a través de la compra a Canadá de un Sistema de Soporte de Gestión, las privatizaciones periféricas y la tercerización en Antel", según indica un comunicado emitido por el Sindicato. Aportando detalles acerca de los temas a tratar en el Congreso, Nelson Silva, secretario de Sutel, indicó en primer término que el Sistema de Gestión adquirido a Canadá le costó a Antel 20 millones de dólares, señalando que "aunque a más largo plazo, el propio organismo podía elaborar un cambio de sistema".

Afirmó que Sistema de Soporte de Gestión (SSG) va a determinar que "de un plumazo desaparezcan sectores, se fusiones otros. La idea es -observó- la polivalencia, de que un funcionarios cumpla varias funciones por el mismo sueldo". Señaló que los cambios



proyectados implicarán una preparación, un nivel para desarrollar las tareas que "a personas de cierta edad, sobre todo, le va a significar el pasaje a disponibilidad o el vegetar en algún sector". Silva señaló que el SSG alterará también derechos adquiridos en el Estatuto del funcionario, "como licencias, horarios especiales por estudio, etc". Si bien el Directorio afirma que el nuevo Sistema no generará pérdida de puestos de trabajo, el dirigente señaló que Sutel "tiene sus dudas", observando que al cambio de Sistema "hay que agregarle la introducción de nuevas tecnologías que reducen sensiblemente el número de funcionarios".

Otra característica del SSG preocupante para el gremio es el otorgamiento de mayores potestades "a los mandos gerenciales sobre el personal, acompañada de una mayor remuneración", según indicó Silva. El dirigente observó que lo proyectado en Antel, "tiene muchos puntos de contacto con lo que se planea en el Presupuesto para los organismos del Estado". Refiriéndose a las privatizaciones, otro de los temas a abordar por el Congreso, Silva indicó que este hecho se manifiesta fundamentalmente en los Telecentros que, a través de licitaciones, hace que hoy "en algunas ciudades del Interior, como Fray Bentos y Paysandú, estén operando telecentros privados".

El dirigente dijo que la operativa de estas empresas ha sido "facilitada" por Antel, al reducir sus horarios de servicios. Silva manifestó que el argumento esgrimido por las autoridades es la falta de personal y el poco tráfico (llamadas) en algunas localidades, pero señaló que el gremio plantea "instrumentar una política de preparación de funcionarios para esa tarea". En cuanto a las posibles pérdidas en algunos servicios, Silva reivindicó "el papel social de Antel en la Comunicaciones", afirmando que "el Estado no puede encararse sólo como negocio".

El otro sector privatizado es el de recaudación de los monederos públicos, expresó el dirigente, recordando que el gremio presentó "innumerables propuestas de solución".

En cuanto a los servicios tercerizados en Antel, Silva mencionó como ya concretado el de Limpieza, pero advirtió que van camino de correr la misma suerte "los servicios de apoyo, como la locomoción y los servicios médicos".

El Congreso -según indicó el dirigente- realizará "un diagnóstico más afinado de estos temas, y tratará de estructurar una respuesta a estos problemas".

002/002

9509143

■ NARCOTRAFICO

San Pablo: Denuncias por lavado de dinero

Las divisas salen fraguando el pago de importaciones

El senador brasileño Romeo Tuma denunció ayer la existencia de un amplio esquema de lavado de dinero del narcotráfico en el sector financiero y en el mercado clandestino de cambios de San Pablo.

Tuma afirmó que el sistema bancario, la Bolsa de Valores, las empresas de exportación e importación y el mercado "negro" de cambios del principal centro económico y demográfico de Brasil son utilizados por las mafias para el "blanqueo" de dinero.

Aseguró que sus denuncias forman parte de un informe sobre las ramificaciones de las organizaciones internacionales del narcotráfico en Brasil, que expondrá ante la reunión regional del organismo que se efectuará en abril en Estados Unidos.

Tuma explicó que existe un esquema muy bien montado y las divisas terminan saliendo de Brasil como si fueran utilizados en pagos por importaciones.

Agregó que el Ministerio de Justicia analiza un proyecto de creación de un "departamento de inteligencia" que facilite la identificación de los testaferros del narcotráfico en el lavado de dinero en Brasil. *(EFE)*

Travesti Uruguayo Lideraba una Banda de Vendedores de Drogas en Argentina

. **BUENOS AIRES, (DyN) —** Unas 25 personas, en su mayoría inmigrantes ilegales, fueron detenidos por la policía luego de un espectacular allanamiento realizado en un inquilinato del barrio porteño de Parque Patricios.

Durante el procedimiento realizado por efectivos de la comisaría 20 en el conventillo de la calle Urquiza 1407 de esta capital, fueron arrestadas 12 personas, acusadas de tenencia de drogas.

En el lugar fueron secuestrados 70 gramos de cocaína, algunos cigarrillos de marihuana, balanzas de precisión y otros elementos destinados a "estirar" los estupefacientes.

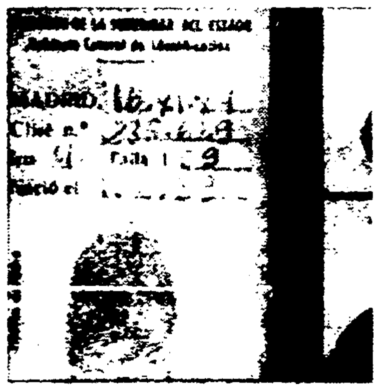
Entre los detenidos, hay un travesti de nacionalidad uruguaya, identificado como **"Washington"**, quien había sido deportado el año pasado.

La policía sospecha que el arrestado manejaba la distribución minorista de cocaína en la zona. El punto de venta era la Plaza Martín Fierro, ubicada en la intersección de La Rioja y Cochabamba.

Los vecinos dijeron a la policía que el travesti "transaba" la droga con distintos compradores que estacionaban sus autos cerca de la plaza y sin bajar de los vehículos adquirían la cocaína.

Tras una paciente búsqueda en todos los rincones de las diez habitaciones que componen la vivienda, la policía descubrió una pistola calibre 7.65 con el número de serie limado, considerada arma de guerra, otra calibre 9 milímetros y un revólver calibre 32.

Además fueron descubiertos documentos de identidad alterados y la mayoría de los detenidos en el allanamiento son inmigrantes ilegales.



El gobierno de Colombia ofrece 2,2 millones de dólares por la captura de los hermanos Rodríguez Orejuela. El canciller Rodrigo Pardo advirtió que si EE.UU. no combate el consumo, aparecerá otro cartel



Ficha policial de Gilberto Rodríguez Orejuela realizada en 1984.

Colombia pone precio a las cabezas del cartel de Cali

El gobierno de Colombia determinó el monto de las recompensas que pagará a quienes suministren información que permita la captura de los jefes del cartel de las drogas de Cali. La policía informó a través de Avisos de televisión y afiches que se ofrecerán 2.000 millones de pesos (2,2 millones de dólares), por los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, identificados por las autoridades de Colombia y de Estados Unidos como los máximos jefes de la organización que controla un 80 por ciento del mercado mundial de la cocaína. De acuerdo con el programa de recompensas se pagará 1,1 millones de pesos por cada uno de los hermanos Rodríguez Orejuela. Por los otros jefes del cartel de Cali: José Santacruz Londoño, Helmer Herrera, Fhanor Arizabaleta, Víctor Patiño y Henry Loaiza el gobierno ofrecerá recompensas de 500 millones de pesos (unos 576.000 dólares).

"Esta estrategia es complementaria de las operaciones que buscan debilitar el sistema financiero y militar del cartel de Cali", dijo el director de la policía nacional, el general Rosso José Serrano Cadena. Por su parte, el canciller colombiano declaró que si Estados Unidos no ataca el consumo de drogas, aparecerá otro cartel.

El gobierno diseñó recientemente el programa de recompensas, que se divulga a través de la televisión, pero que ha sido criticado porque en los anuncios no se menciona a los jefes del cartel de Cali, no aparecen sus fotografías, no precisa el monto de las recompensas y solamente invita a la ciudadanía a denunciar a los cabecillas del narcotráfico. Ahora el gobierno y los altos mandos de la policía y el ejército estudian la posibilidad de producir anuncios en los que aparezcan las fotografías y los nombres de esas personas.

"Estamos estudiando los mecanismos jurídicos legales para incluir las fotografías y evitar posibles demandas contra el gobierno", dijo un oficial de la policía. Las autoridades temen que los miembros del cartel de Cali, que cuentan con numerosos abogados, interpongan recursos jurídicos y demandas si sus fotografías son publicadas en anuncios de televisión y afiches.

Los abogados de los jefes del cartel de Cali podrían aludir perjuicios contra el buen nombre de sus clientes, debido a que aunque están acusados por delitos de narcotráfico y no han sido enjuiciados.

El Canciller colombiano, Rodrigo Pardo, advirtió el viernes a Estados Unidos que si no combate el consumo de drogas, aparecerá otro cartel que lo proveerá distinto al de Cali, que será derrotado por el gobierno del presidente Ernesto Samper, según aseguró. "En los años setenta derrotamos la marihuana, en los ochenta el cartel de Medellín y en los noventa vamos hacerlo con el de Cali,] pero si no se hace nada contra el consumo, va a aparecer otro cartel", declaró Pardo al noticiero de la televisión.

Al ser interrogado sobre el debate que se adelantó en el Congreso norteamericano, y en el que el senador republicano Jesse Helms dio un ultimátum al gobierno de Samper para que acabe con el narcotráfico, el Canciller dijo que no puede adelantar un debate sin tener en cuenta el factor del consumo.



Ante las críticas del senador Helms respecto a que el gobierno del Samper no ha capturado a los capos del cartel de Cali, el Canciller Pardo aseguró que "lo vamos a hacer". Sin embargo, insistió en que si Estados Unidos no combate el consumo de drogas, una vez se haya desmantelado la organización mafiosa de Cali, aparecerá otro cartel par atender la demanda de narcotráficos. Para las autoridades norteamericanas, el cartel de Cali es actualmente el mayor proveedor de cocaína del mundo, y lo ha declarado su principal enemigo.

Diálogo

El gobierno y los grupos guerrilleros comunistas que operan en Colombia siguen acercándose, poco a poco, a una negociación que podría poner punto final a tres décadas de conflicto armado interno, aunque todavía no se ha considerado una fecha para empezar a dialogar. Los tres grupos que conforman la Coordinadora K Simón Bolívar (CGSB) han mostrado su interés en conversar, pero un primer encuentro parece más cercano con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el movimiento subversivo más numeroso y antiguo del país.

Carlos Trujillo, vocero del gobierno del presidente Ernes-

TITULO ITALIA. Otro juez 'Manos Limpias' abandona la Fiscalía.
PROCEDENCIA EL OBSERVADOR
FECHA DE PROCEDE 8/4/95
VINCULACIONES 11176 11676
10184
30H004
11351
11214

ENTRADO
CRUZADO

Jueces de Manos Limpias se quedaron sin el "número dos"

El "número dos" del pool Manos Limpias contra la corrupción, Gerardo D'Ambrosio, acusado por el ex premier Silvio Berlusconi de "rojo", anunció que abandonará la fiscalía de Milán, un adiós considerado en ambientes jurídicos como el ocaso del grupo que cambió la vida política italiana. *(EFE)*

950914B

TITULO BRASIL Policia Fed. incautó 2,5kg de marihuana en P. Alegre..

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PROCEDENCIA 8/4/95

VINCULACIONES 11176 11341
6592 11214
9402 11229
11351 11422
11352

ENTRADO

CRUZADO

MACONHA — A Polícia Federal apreendeu, ontem, na auto-estrada Porto Alegre-Osório, 2.5kg de maconha que estavam sendo transportados por dois homens num Kadett. A dupla se deslocava na direção de Porto Alegre e foi interceptada numa barreira montada pelos patrulheiros junto ao pedágio. O motorista do Kadett tentou desviar e perdeu o controle do veículo.

Os dois homens fugiram para o matagal e foram perseguidos pelos patrulheiros. Um deles, Rodrigo Lutz de Souza, 19 anos, foi capturado. O outro fugiu. Rodrigo e Roberto de Almeida Diogo, 31 anos, roubaram o Kadett placas ICG 5074, de Ijuí. Até ontem à tarde, a PF não havia localizado antecedentes de Rodrigo. Roberto responde por furto, tráfico e uso de drogas.

01-01

9509148.

Denuncian red corruptora de los narcos en México

• 500 millones de dólares para comprar complicidades

Los poderosos cárteles de las drogas de México desembolsan cada año entre 260 y 500 millones de dólares en sobornos para corromper autoridades, empresarios y banqueros y abrir paso a sus cuantiosos embarques de narcóticos hacia Estados Unidos, afirma un investigador y funcionario mexicano.



Carlos Salinas de Gortari, también a él se lo vincula con la gigantesca red de corrupción mexicana.

MEXICO / ANSA

El cálculo fue hecho por Samuel González Ruiz, investigador universitario y funcionario de la Procuraduría General de la República (PGR), en un estudio dado a conocer ayer por el diario mexicano El Financiero.

La cifra contrasta con los hasta 10.000 millones de dólares que las bandas de narcotraficantes obtienen como dividendos cada año por el tráfico directo de la droga a Estados Unidos, sin contar las ventas al menudeo ni el lavado de dinero, agrega el mismo análisis.

La prensa norteamericana estima que se elevan a unos 27.000 millones de dólares las ganancias anuales netas de los cárteles mexicanos cada año, de los cuales por lo menos 20.000 millones serían obtenidos por el poderoso cártel del Golfo, comandado por el jefe mafioso Juan García Abrego, colocado recién como uno de los 10 hombres más buscados por el FBI.

Dinero para corromper

González Ruiz resalta los 500 millones de dólares usados por los cárteles para corromper, con los 200 millones de dólares que representan el presupuesto anual de la PGR, el principal organismo antidrogas del gobierno.

El dinero que la mafia mexicana de las drogas destina a corromper se distribuye principalmente entre la policía, pero también entre funcionarios públicos locales, regionales o federales, así como banqueros, directivos de casas de bolsa y de cambio, empresarios y comerciantes, señala González Ruiz.

La investigación del especialista, basada en cifras del organismo estadounidense contra las drogas (DEA) y titulada "Seguridad Pública en México", indica que durante la gestión del presidente Carlos Salinas (1989-1994) los cárteles repartieron entre 1.120 y 2.200 millones de dólares como sobornos.

Este es el primer estudio que da cifras más o menos precisas sobre una actividad siempre envuelta en la sombra y cuyos principales indicadores se basan sólo en aproximaciones.

A raíz del arresto

Dos ejemplos recientes de cómo los cárteles suelen ofrecer "montañas de dinero" a funcionarios públicos para asegurar corredores libres para el tráfico de drogas surgieron a raíz del arresto en Estados Unidos del ex Subprocurador General Mario Ruiz Massieu y del asesinato del jefe de la policía municipal de la norteña ciudad de Tijuana, Federico Benítez, el 28 de abril de 1994.

Ruiz Massieu, hermano de un alto dirigente del partido en el poder asesinado en setiembre pasado, depositó por lo menos unos 9 millones de dólares, en un banco texano, a partir de marzo pasado, en coincidencia con el inicio de su gestión, por lo que la PGR presume que habría recibido sobornos del narcotráfico, aunque todavía no cuenta con las evidencias.

Mafiosos por doquier

Por su parte, Benítez fue acribillado por negarse a recibir 100.000 dólares de parte de mafiosos del cártel de Tijuana, colindante con la ciudad norteamericana de San Diego, para facilitar el paso al vecino país de más de dos toneladas de cocaína, según el testimonio de la secretaria del jefe policial.

Las principales ganancias de los cárteles se obtienen de droga importada, esencialmente cocaína colombiana.

Se estima que de las 600 toneladas métricas anuales del alcaloide que cada año se introducen clandestinamente a Estados Unidos, entre 200 y 400 toneladas serían traficadas por el cártel del Golfo, aliado con el cártel colombiano de Cali.

Pero otra droga más barata, la marihuana, no por ello deja de ser una fuente de atractivas ganancias para los cárteles mexicanos.

De acuerdo con la investigación de González Ruiz, México exportaría entre 5.000 y 6.000 toneladas anuales de este enervante, con un valor de hasta 5.000 millones de dólares.

DROGAS

Grupo preso com 38,5 kg de cocaína

A droga foi encontrada num sítio

Itajaí

Agentes da Polícia Federal (PF) de Itajaí, Santa Catarina, realizaram, na tarde da última quinta-feira, a segunda maior apreensão de cocaína em Santa Catarina. Com a prisão dos empresários Júlio César Wiese, 35 anos, e Arno Mariann, 38 anos, e do motorista Valter de Oliveira Melo, 45 anos, num sítio localizado em Lageado de Águas Negras, município de Ituporanga, a PF apreendeu 38,5 quilos de cocaína pura, distribuídos em 35 pacotes com peso médio entre 900 gramas e 1,2 quilo.

A droga, transportada de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) numa caixa de madeira na carroceria do caminhão Volkswagen ABP-7442, de Umuarama (Paraná), foi avaliada em U$ 200 mil e tinha uma espécie de selo com o desenho de um cara de boi e a expressão Nelore Puro. Segundo o delegado-chefe da PF em Itajaí, Mário Correia, seus policiais investigavam esta conexão havia um mês, alertados por informações sobre o enriquecimento muito rápido do empresário Júlio César Wiese, proprietário de um hotel em Ituporanga.

O cerco foi se fechando sobre o suspeito, até que os federais descobriram a chegada deste carregamento, marcado para o final da tarde de quinta-feira. Neste dia, por volta das 18h, os agentes da PF invadiram o sítio de Wiese, em Lageado de Águas Negras, encontraram a cocaína e prenderam ainda Arno Mariann e o motorista do caminhão, Valter de Oliveira Melo. Com o empresário, a PF apreendeu também um revólver calibre 38 carregado e um Monza, ano 95, placas IN-8400, de Ituporanga, com um pacote da carga em seu interior.

No sítio, após a prisão dos traficantes, os agentes passaram a comandar o telefone celular que Wiese trazia consigo e que não parava de tocar. Eram pessoas de Blumenau, Joinville e Porto Alegre perguntando se o pó já tinha chegado e se já podiam pegar seus quilos, conta o delegado Mário Correia. Nenhuma pessoa, entretanto, apareceu no sítio, levantando a suspeita da polícia de que deveria existir alguma palavra-chave a ser dita na conversação, por telefone, para assegurar a segurança da transação.

O delegado calcula que Wiese deveria receber cerca de dois carregamentos deste porte mensalmente. Seu negócio era atuar no mercado atacadista, acredita Correia. O trio preso em flagrante está na Cadeia Pública de Ituporanga, à disposição da justiça local, responsável agora pela condução do processo.

Cartel de Cáli domina o hemisfério

O grupo fornece 75% da cocaína usada no mundo, informa o governo americano

Washington

O tráfico de drogas atingiu um nível sem precedentes e ameaça todas as nações do Hemisfério Norte. A afirmação foi feita aos integrantes do Congresso norte-americano pelo subchefe da Agência de Controle de Drogas (DEA) dos Estados Unidos, Stephen Greene. O DEA estima que no ano passado o cartel de Cáli, na Colômbia, produziu mais de 700 toneladas de cocaína e vendeu somente para os EUA cerca de US$ 7 bilhões em drogas.

Greene revelou que no último ano ficou mais evidente que as nações do Hemisfério Norte estão sendo afetadas pelo crescimento do tráfico de drogas. "É o pior nível histórico na região", disse. O cartel de Cáli, completou o dirigente do DEA, continua ampliando seus negócios impunemente e com seus enormes lucros tem construído uma organização quase impenetrável. "A máfia de Cáli responde por 75% da oferta mundial de cocaína", afirmou Greene. Depois da morte de Pablo Escobar, o cartel de Medellin se desestruturou e abriu espaço para o de Cáli.

O exército colombiano tenta mostrar serviço na luta contra o narcotráfico. A captura de José Santacruz Londoño, um dos prováveis chefes do cartel de Cáli, é uma das principais ações para desarticular a organização, informou o general Rodolfo Torrado, que dirige o Comando Especial de Busca, destinado a capturar os traficantes do grupo.

O governo brasileiro também está inovando na luta contra os traficantes. Dentro de alguns dias, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá sancionar o projeto aprovado na última semana pelo Congresso Nacional que facilitará a produção de provas para condenar narcotraficantes e quadrilhas do crime organizado. Fernando Henrique disse a alguns assessores que gostou do projeto, de autoria do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). A lei torna legais as provas obtidas por policiais infiltrados nas organizações criminosas e permite que o juiz reduza a pena dos criminosos que colaborarem voluntariamente com a investigação ou com o Ministério Público.

A PRODUÇÃO

Dados do DEA e do Departamento de Estado americano mostram que a Colômbia ampliou suas plantações de papoula (usada na fabricação de algumas drogas) de

2,3 mil

hectares em 1991 para

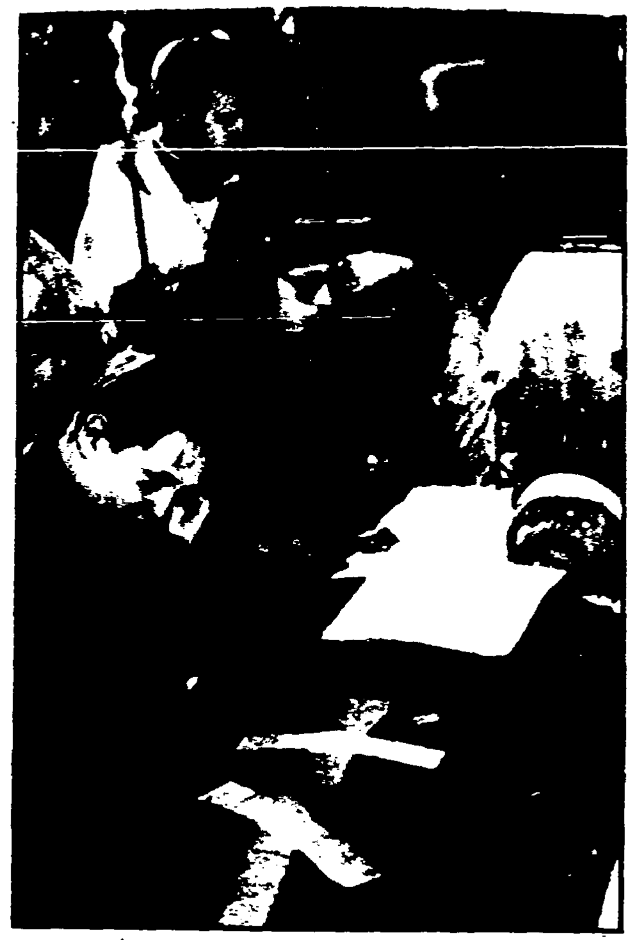
24 mil

hectares em 1994. As plantações de coca passaram de 39,7 mil hectares em 1993 para 45 mil hectares em 1994

EUROPA

Un Continente Amenazado por el Auge de la Delincuencia

■ El crimen organizado y también la corrupción cuentapropista están en auge en todo el territorio europeo, verdaderamente desde el Atlántico a los Urales. La situación es insólita y preocupante.



Velatorio de Listyev en Moscú: corrupción política y violencia

The Economist



Armas incautadas a terroristas: la seguridad europea en juego

MOSCU, ROMA y SOFIA. — Drogas duras, trata de blancas, inmigración ilegal: cualquiera que sea el delito, el mercado común creado por la Unión Europea vuelve más fácil el crimen transfronterizo. En Moscú, parafraseando el famoso dictum de Clausewitz, el asesinato es la continuación de la política por otros medios. En Italia meridional se asiste a un indeseable rebrote de la violencia mafiosa y en Europa central —la que antaño formó parte del imperio comunista— se puede "contratar" fácilmente, dólares mediante, la muerte de cualquier persona a manos de profesionales. En suma, la situación de seguridad en el continente europeo es lamentable.

CRIMENES POLITICOS

Las víctimas favoritas del crimen político son hoy en Moscú los periodistas. En octubre pasado el asesinado fue el reportero investigador Dmitri Jolodov, volado en pedazos por una bomba cuando venía publicando una serie de artículos sobre corrupción en las altas esferas del Ministerio de Defensa y del Ejército. Hace pocas semanas le tocó el turno a Vladislav Listyev, muerto a balazos a la entrada de su apartamento. Acababa de ser nombrado director de la principal red de televisión de Rusia y había anunciado su propósito de eliminar a la mafia que controla la propaganda de la red estafando a ésta en centenares de millones de dólares: la mafia le ganó de mano.

Los escépticos rusos se preocupan mucho menos por conocer a los autores materiales de estos crímenes que por determinar qué grupos políticos se benefician. Según el diario Izvestia, Boris Yeltsin utilizaría el caso Listyev para implantar un gobierno de corte policíaco represivo. El propio presidente declaró que en Moscú más que en ninguna otra parte del país las mafias están íntimamente relacionadas con los centros de poder y que en ningún lugar se hace menos que en Moscú por combatir el crimen organizado. Acto seguido, Yeltsin destituyó al jefe de policía de Moscú y al fiscal general metropolitano, los dos principales asistentes del alcalde moscovita Yuri Luzhkov, antiguo aliado y hoy rival de Yeltsin. Se dice que el Presidente sospecha que al alcalde le ha picado hace un tiempo el "bichito" presidencial, de manera que la destitución de sus hombres de confianza es un golpe por elevación contra Luzhkov. De todos modos, si el Alcalde renuncia, pocos moscovitas lo lamentarán. Maneja la ciudad como un feudo, ignora las disposiciones del gobierno central que no le agradan y durante su administración se esfumaron 350 millones de dólares que Luzhkov recaudó siguiendo un "plan de privatizaciones" propio.

Pero si Yeltsin espera réditos políticos de las muertes de Jolodov y Listyev puede equivocarse feo: la multitudinaria expresión de dolor público en ambos casos se refleja negativamente sobre una presidencia que es percibida como impotente para poner coto a la violencia y que busca ventajas menores a costa de estos sucesos desgraciados.

EL CLAN SICILIANO

¿Pero es que alguna vez la mafia desapareció? Es lo que esperaban los sicilianos después de dos años de inactividad de la más famosa sociedad dedicada al delito organizado. Pero los balazos resuenan nuevamente en la isla, con ocho asesinatos en diez días. Presas preferidas: cualquier pariente o allegado de Tommaso Buscetta, el primer mafioso de importancia que, ya hace once años, revelo en detalle a los investigadores todas las actividades de la Cosa Nostra. Buscetta todavía es testigo en casos vinculados a la mafia, pero sus parientes han ido muriendo como moscas. Sin embargo, desde hace un par de años, los asesinatos habían cesado, lo que llevó a muchos a creer que la mafia se había llamado a retiro: fue sólo una retirada estratégica.

Si el crimen organizado ha tenido tanta importancia en Italia es debido a sus lazos directos con el poder político. La mejor evidencia es la acusación —basada en varios testimonios directos— que pesa sobre el líder Giulio Andreotti. Miembro de casi todos los gobiernos italianos desde la posguerra hasta hace muy pocos años, se dice que Andreotti fue nexo entre los políticos y la Cosa Nostra y que estaba en excelentes relaciones con el capo de tutti capi Salvatore Riina, el "padrino" de la familia surgida en la localidad de Corleone (que no tiene nada que ver con la ficción). El conductor de Riina declaró que en una entrevista entre su patrón y Andreotti éstos se saludaron con el clásico beso de los iniciados en la "honorable sociedad".

Mientras tanto, los investigadores antimafia tienen las manos llenas. Además del célebre caso Andreotti, Riina mismo fue arrestado, hecho que desencadenó una verdadera catarata de otras detenciones. Hoy están a espera de juicio unos 800 personajes de distintos niveles de la Cosa Nostra, la Camorra napolitana, la 'Ndrangheta y la Sacra Corona Unita, todas sociedades criminales que, no obstante, siguien ejerciendo su poder y expresándolo a través de asesinatos.

EUROPA ORIENTAL: TODO VALE

La "coima" para conseguir un teléfono en Praga es de 500 dólares. En Sofía, contratar un asesinato a cargo de profesionales cuesta 10.000 dólares (en Europa oriental sólo se aceptan divisas). Un ciudadano húngaro fue llevado a juicio por el Estado después que aquél declaró públicamente que en Hungría "se sabe exactamente cuánto hay que pagar y a qué funcionarios sobornar" para obtener determinados servicios: el tribunal absolvió al demandado.

Aunque las estadísticas no son muy confiables, es claro que los delitos de todo tipo aumentaron en Europa central y oriental. El crimen organizado, las estafas y los sobornos se explican por la existencia de policías mal equipados y peor pagos que, además, deben enfrentarse a una delincuencia con poderosas conexiones internacionales. En Hungría el índice de criminalidad se duplició en los últimos cuatro años: cerca del 70% de los funcionarios policiales tienen ingresos por debajo del nivel de pobreza. En Polonia se envió a la cárcel a una banda integrada por decenas de policías que trabajaban en contacto con delincuentes suministrándoles información obtenida de las computadoras de la Jefatura. En Hungría, que tiene diez millones de habitantes, hay más de un millón de sociedades anónimas registradas, la mayoría de las cuales se usan para encubrir fraudes, estafas y evasiones impositivas. En la mayoría de estos países no hay legislación adecuada para los delitos económicos, hoy sumamente sofisticados.

Florecen el contrabando y el mercado negro en casi todas las capitales centroeuropeas. El robo de automóviles en Europa occidental y su traslado por tierra a países como Polonia y Rusia es corriente, igual que las estafas con bonos de privatización en países que utilizan este sistema. De todas maneras, la situación no es igual en todos lados: la venalísima Rumania tiene poco que ver con la más virtuosa República Checa, por ejemplo. Medio siglo de comunismo socavó en el público el convencimiento de que el Estado debe ser garante imparcial de la ley y el orden: ese sentido de civilidad no puede restaurarse de un día para otro y por eso hoy todo vale.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VALORACIONES

The Economist



Armas incautadas a terroristas: la seguridad europea en juego

MOSCU, ROMA y SOFIA. — Drogas duras, trata de blancas, inmigración ilegal: cualquiera que sea el delito, el mercado común creado por la Unión Europea vuelve más fácil el crimen transfronterizo. En Moscú, parafraseando el famoso dictum de Clausewitz, el asesinato es la continuación de la política por otros medios. En Italia meridional se asiste a un indeseable rebrote de la violencia mafiosa y en Europa central —la que antaño formó parte del imperio comunista— se puede "contratar" fácilmente, dólares mediante, la muerte de cualquier persona a manos de profesionales. En suma, la situación de seguridad en el continente europeo es lamentable.

CRIMENES POLITICOS

Las víctimas favoritas del crimen político son hoy en Moscú los periodistas. En octubre pasado el asesinado fue el reportero investigador Dmitri Jolodov, volado en pedazos por una bomba cuando venía publicando una serie de artículos sobre corrupción en las altas esferas del Ministerio de Defensa y del Ejército. Hace pocas semanas le tocó el turno a Vladislav Listyev, muerto a balazos a la entrada de su apartamento. Acababa de ser nombrado director de la principal red de televisión de Rusia y había anunciado su propósito de eliminar a la mafia que controla la propaganda de la red estafando a ésta en centenares de millones de dólares: la mafia le ganó de mano.

Los escépticos rusos se preocupan mucho menos por conocer a los autores materiales de estos crímenes que por determinar qué grupos políticos se benefician. Según el diario Izvestia, Boris Yeltsin utilizaría el caso Listyev para implantar un gobierno de corte policíaco represivo. El propio presidente declaró que en Moscú más que en ninguna otra parte del país las mafias están íntimamente relacionadas con los centros de poder y que en ningún lugar se hace menos que en Moscú por combatir el crimen organizado. Acto seguido, Yeltsin destituyó al jefe de policía de Moscú y al fiscal general metropolitano, los dos principales asistentes del alcalde moscovita Yuri Luzhkov, antiguo aliado y hoy rival de Yeltsin. Se dice que el Presidente sospecha que al alcalde le ha picado hace un tiempo el "bichito" presidencial, de manera que la destitución de sus hombres de confianza es un golpe por elevación contra Luzhkov. De todos modos, si el Alcalde renuncia, pocos moscovitas lo lamentarán. Maneja la ciudad como un feudo, ignora las disposiciones del gobierno central que no le agradan y durante su administración se esfumaron 350 millones de dólares que Luzhkov recaudó siguiendo un "plan de privatizaciones" propio.

Pero si Yeltsin espera réditos políticos de las muertes de Jolodov y Listyev puede equivocarse feo: la multitudinaria expresión de dolor público en ambos casos se refleja negativamente sobre una presidencia que es percibida como impotente para poner coto a la violencia y que busca ventajas menores a costa de estos sucesos desgraciados.

EL CLAN SICILIANO

¿Pero es que alguna vez la mafia desapareció? Es lo que esperaban los sicilianos después de dos años de inactividad de la más famosa sociedad dedicada al delito organizado. Pero los balazos resuenan nuevamente en la isla, con ocho asesinatos en diez días. Presas preferidas: cualquier pariente o allegado de Tommaso Buscetta, el primer mafioso de importancia que, ya hace once años, reveló en detalle a los investigadores todas las actividades de la Cosa Nostra. Buscetta todavía es testigo en casos vinculados a la mafia, pero sus parientes han ido muriendo como moscas. Sin embargo, desde hace un par de años, los asesinatos habían cesado, lo que llevó a muchos a creer que la mafia se había llamado a retiro: fue sólo una retirada estratégica.

Si el crimen organizado ha tenido tanta importancia en Italia es debido a sus lazos directos con el poder político. La mejor evidencia es la acusación —basada en varios testimonios directos— que pesa sobre el líder Giulio Andreotti. Miembro de casi todos los gobiernos italianos desde la posguerra hasta hace muy pocos años, se dice que Andreotti fue nexo entre los políticos y la Cosa Nostra y que estaba en excelentes relaciones con el capo de tutti capi Salvatore Riina, el "padrino" de la familia surgida en la localidad de Corleone (que no tiene nada que ver con la ficción). El conductor de Riina declaró que en una entrevista entre su patrón y Andreotti éstos se saludaron con el clásico beso de los iniciados en la "honorable sociedad".

Mientras tanto, los investigadores antimafia tienen las manos llenas. Además del célebre caso Andreotti, Riina mismo fue arrestado, hecho que desencadenó una verdadera catarata de otras detenciones. Hoy están a espera de juicio unos 800 personajes de distintos niveles de la Cosa Nostra, la Camorra napolitana, la 'Ndrangheta y la Sacra Corona Unita, todas sociedades criminales que, no obstante, siguien ejerciendo su poder y expresándolo a través de asesinatos.

EUROPA ORIENTAL: TODO VALE

La "coima" para conseguir un teléfono en Praga es de 500 dólares. En Sofía, contratar un asesinato a cargo de profesionales cuesta 10.000 dólares (en Europa oriental sólo se aceptan divisas). Un ciudadano húngaro fue llevado a juicio por el Estado después que aquél declaró públicamente que en Hungría "se sabe exactamente cuánto hay que pagar y a qué funcionarios sobornar" para obtener determinados servicios: el tribunal absolvió al demandado.

Aunque las estadísticas no son muy confiables, es claro que los delitos de todo tipo aumentaron en Europa central y oriental. El crimen organizado, las estafas y los sobornos se explican por la existencia de policías mal equipados y peor pagos que, además, deben enfrentarse a una delincuencia con poderosas conexiones internacionales. En Hungría el índice de criminalidad se duplicó en los últimos cuatro años: cerca del 70% de los funcionarios policiales tienen ingresos por debajo del nivel de pobreza. En Polonia se envió a la cárcel a una banda integrada por decenas de policías que trabajaban en contacto con delincuentes suministrándoles información obtenida de las computadoras de la Jefatura. En Hungría, que tiene diez millones de habitantes, hay más de un millón de sociedades anónimas registradas, la mayoría de las cuales se usan para encubrir fraudes, estafas y evasiones impositivas. En la mayoría de estos países no hay legislación adecuada para los delitos económicos, hoy sumamente sofisticados.

Florecen el contrabando y el mercado negro en casi todas las capitales centroeuropeas. El robo de automóviles en Europa occidental y su traslado por tierra a países como Polonia y Rusia es corriente, igual que las estafas con bonos de privatización en países que utilizan este sistema. De todas maneras, la situación no es igual en todos lados: la venalísima Rumania tiene poco que ver con la más virtuosa República Checa, por ejemplo. Medio siglo de comunismo socavó en el público el convencimiento de que el Estado debe ser garante imparcial de la ley y el orden: ese sentido de civilidad no puede restaurarse de un día para otro y por eso hoy todo vale.

950915 2

Europol: un Parto Difícil

BRUSELAS. — En la Unión Europea (UE) ya no hay fronteras para el desplazamiento de turistas y empresarios honestos: lamentablemente, las fronteras también desaparecieron para los delincuentes. A fines del mes pasado Alemania, Francia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, España y Portugal abolieron definitivamente el control de pasaportes entre sí, lo que hará las cosas aún más difíciles para las ya atareados policías de la Europa occidental.

El tratado de Maastricht prevé crear la EUROPOL, una policía transnacional cuya hora parece haber llegado: pero sólo parece. Los miembros de la UE todavía están por definir con precisión el papel y las potestades de tal EUROPOL.



¿Euroagente o Keystone Cop?: problemas para crear una policía supranacional

PROBLEMAS NO RESUELTOS

Lo único que se estableció (en La Haya, en 1994, con un año de atraso sobre lo acordado) es una división especial de lucha contra el narcotráfico que tiene apenas 76 integrantes y una función puramente de análisis; se supone que con tales medios pueda combatirse nada menos que la industria delictiva de mayor crecimiento y poder en el mundo.

Hay dificultades para crear una EUROPOL supranacional que responda a la Corte de Justicia Europea. A muchos países —Francia y Gran Bretaña, por ejemplo— no les gusta la idea: prefieren mantener sus cuerpos policiales bajo contralor "intergubernamental" y no supeditarlos a un cuerpo comunitario supranacional como la Corte. Otros problemas son prácticos. Cualquier organismo policial vale lo que vale su información. ¿Las fuerzas nacionales de policía hoy existentes deberán suministrar cualquier información que una EUROPOL centralizada les pida? ¿Esa EUROPOL, a su vez, deberá proporcionar a cualquier policía nacional toda información que recabe? Hay opiniones encontradas a este respecto. Francia se manifestó primero partidaria de compartir toda la información, pero cambió de idea; Alemania siempre consideró conveniente compartir con EUROPOL únicamente la información que requiera cada caso bajo investigación. Londres apoya a los alemanes a este respecto: las policías nacionales sólo estarían obligadas a proporcionar información delicada a EUROPOL cuando haya seguridades de que no caerá en manos impropias. Por otra parte, ciertas agencias de inteligencia extranjeras (como la CIA) podrían cortar sus relaciones bilaterales con los servicios de cada país europeo si creen que su información será diseminada a diestra y siniestra dentro de la UE.

TEMAS DELICADOS

España insistió —con suerte— que la EUROPOL a crearse se ocupe del terrorismo, pero habrá que definir, y no es tarea sencilla, qué es terrorismo y quiénes deben considerarse terroristas. La convención final creando el cuerpo paneuropeo occidental de policía debería estar pronta en junio: existe incluso un compromiso entre Helmut Kohl y François Mitterrand en ese sentido, pero no muchos apuestan a que el plazo se cumpla. Francia también propuso, en materia de manejo de información, que la de rutina se distribuya libremente, mientras que la vinculada a temas "delicados" sea puesta a disposición de un "núcleo confidencial" dentro de la propia EUROPOL (por supuesto que los británicos se irritan ante la mera mención de tal "núcleo"). También hay que definir exactamente el papel que le corresponderá a la Suprema Corte Europea.

Después que se definan todos estos extremos, vendrá lo realmente difícil: el combate contra la delincuencia. Ninguna policía en el mundo ha podido quebrar al narcotráfico: ¿por qué cree que EUROPOL tendría éxito? ¿Podría tener mejor suerte que las policías nacionales para controlar el ingreso a Europa de inmigrantes ilegales? Las convenciones panaeuropeas pueden valer para diplomáticos y burócratas, pero es difícil que impresionen a los delincuentes.

DIERON DE BAJA A NUEVE ALTOS OFICIALES

Bolivia: purga de marinos por traficar con cocaína

LA PAZ, 8 (AFP). – El comando de la **Fuerza Naval** boliviana **dio de baja "con ignominia" al ex comandante** de esa institución, almirante **Miguel Alvarez**, y a **otros ocho oficiales** de menor graduación, por sus implicaciones en una **red de tráfico de cocaína** encabezada por un ex capitán naval.

La determinación fue conocida hoy a través de medios de prensa que reprodujeron declaraciones del comandante de la Fuerza Naval, almirante **Remberto Barrios**, quien lamentó que esos ex miembros de la institución hayan **caído en los tentáculos del narcotráfico**".

"No obstante el virtual desmantelamiento de esa **red narcotraficante con conexiones internacionales**, las investigaciones continúan para esclarecer totalmente el grado de implicación de otros presuntos cómplices miembros de la Fuerza Naval", añadió el almirante Barrios.

En enero la **Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico** (FELCN) descubrió y apresó al **capitán Osvaldo "Sacate" Justiniano** en las cercanías de La Paz, cuando en dos camiones de la Fuerza Naval transportaba **casi media tonelada de sulfato base de cocaína** oculto entre víveres para la tropa.

Las investigaciones de la FELCN determinaron que la droga descubierta estaba siendo transportada hacia las selvas del departamento Beni, en la Amazonia boliviana, para luego enviarlas a Colombia desde pistas de aterrizaje clandestinas.

Posteriomente la FELCN estableció que el ex comandante Alvarez había recibido dinero que narcotraficantes colombianos enviaban a Justiniano a través de bancos mexicanos y bolivianos.

Todos los oficiales implicados y el propio Alvarez están actualmente detenidos en la cárcel de alta seguridad San Pedro de Chonchocoro, distante 30 kilómetros de La Paz, donde aguardan el proceso judicial correspondiente.

"Ultimatum" estadounidense

El gobierno del presidente **Gonzalo Sánchez de Lozada** redobla esfuerzos por obtener resultados palpables en su lucha contra el narcotráfico, especialmente después de una fuerte advertencia al respecto llegada desde los Estados Unidos.

La semana pasada Washington reiteró que Bolivia será **"descertificada"** si no hace mayores esfuerzos en su política de erradicación de los cultivos de coca y de lucha contra el tráfico de drogas. La "descertificación" implicaría **quedar al margen de la cooperación norteamericana**

Sánchez de Lozada había dicho el viernes que el país se encuentra **"al filo de la navaja"** en esa cuestión: "Hay varios temas que resolver respecto del narcotráfico, como el de la defensa de nuestra soberanía, la necesidad de la cooperación norteamericana y el convencimiento de que debemos lograr en Bolivia la erradicación total de las plantaciones de coca destinadas al narcotráfico", afirmó el presidente en Cochabamba.

El "ultimatum" estadounidense apunta a que Bolivia erradique 1.750 hectáreas de plantas de coca antes del 30 de junio, y pretende la firma de un nuevo tratado bilateral de extradición que incluya el narcotráfico.

Sánchez de Lozada intentó dar algún signo esperanzador al respecto, y destacó que su gobierno está avanzando en el programa de sustitución de cultivos.

Una droga que puede provocar la muerte

En la segunda mitad de la década del '60, la **fenciclidina** compartió el mercado de las drogas –especialmente en San Francisco, Estados Unidos– con el LSD, la marihuana y la cocaína. Gradualmente fue ganando mercado porque era más barata que la cocaína y producía efectos similares.

La fenciclidina fue sintetizada en 1926 pero recién se explotó como droga terapéutica en la década del '50, cuando se descubrieron sus propiedades **anestésicas**. Por eso fue una droga muy difundida entre los excombatientes de Vietnam. Los especialistas dicen que se administra por vía oral, nasal, pulmonar o intravenosa.

Los investigadores policiales consultados piensan que las **"viudas negras"** conocen sus efectos y sus riesgos, y saben que en dosis excesivas pueden producir la muerte.

Finalidades

Se sospecha que se la aplica con tres fines. Uno de ellos es que como los jefes de importantes bandas tienen sus propias **"postas sanitarias"** (lugares adonde tienen que llegar si son heridos), eligieron la fenciclidina para darse valor y dominar el dolor, en caso de ser heridos, y poder llegar sin inconvenientes hasta la "posta" prevista.

Otro motivo es su suministro a chicos y adolescentes de la calle. Por último, para ser utilizada en determinado tipo de robo, como el que realizan las "viudas negras".

El toxicólogo Héctor Alejandro Carrá, que descubrió un antídoto contra la droga que usa la "Viuda Negra".

"Polvo de ángeles", un anestésico

La Viuda Negra utilizaba **fenciclidina**, una droga con efecto anéstesico que tiene al menos dos nombres más: "**angel dust**" o **polvo de ángeles** en las peores calles de las ciudades estadounidenses, y **1-1-fenciclohexil piperidina** en las doctas páginas de la **Enciclopedia Británica**. Fue desarrollada en 1956 como **anestésico**, pero se la abandonó en lo que canta un gallo por sus efectos secundarios **indeseables**: resulta un **alucinógeno tan potente** como el famoso **LSD** o **ácido lisérgico**, pero con la contra adicional de que dispara conductas psicóticas y muy violentas.

U$S 1.000 MILLONES PARA USAR EN OBRAS PUBLICAS

Duhalde se decidió a vender la empresa eléctrica bonaerense

LA PLATA (De nuestra agencia). – Eduardo Duhalde necesita dinero fresco para continuar con la obra pública y al final decidió desprenderse de la Empresa Social de Energía de la provincia de Buenos Aires (ESEBA), un filón de 1.000 millones de pesos. El anuncio fue efectuado por el ministro de Obras Públicas, Hugo Toledo, al asumir las nuevas autoridades de esa compañía provincial.

El paquete privatizador está atado a una cartera de 1.350.000 usuarios y una facturación anual de 800 millones de pesos. El patrimonio de la empresa, estimado en 1.200 millones dólares, está integrado por la Central Piedrabuena de Bahía Blanca (con capacidad para generar 600 megavatios) y otras dos usinas en Necochea y Mar del Plata.

Además, tiene un sistema de "transmisión" que abarca todo el territorio bonaerense y distintas redes de distribución en los principales centros urbanos.

Con esta oferta, el gobernador intenta seducir a los capitales privados. Para Toledo, la empresa vale mil millones de pesos. Pero a los operadores del sector, la cifra les parece demasiado optimista. La venta de la ex Segba, mucho más grande, le reportó a Domingo Cavallo unos 1.144 millones de dólares.

Falta ajustar un detalle: al Banco Provincia se le deben entre 800 y 1.000 millones de pesos por la financiación de obras de ESEBA; fundamentalmente por la construcción de Piedrabuena. El flamante presidente de ESEBA, José Antonio Romero –un abogado de Banfield– anticipó: "Mantendremos la empresa ordenada, restringiendo el gasto. Además, la haremos competitiva para mantener la fuente de trabajo". En cuatro años, la compañía eléctrica achicó el plantel de 6.300 a 4.700 empleados. Ahora, Toledo se comprometió a realizar el traspaso a manos privadas sin costo social. Antes de fin de año estarían preparados los pliegos de la licitación de la tercera empresa energética del país.



Gobernador Duhalde: ahora privatiza la empresa eléctrica para hacer obras públicas.

ESEBA fue conformada como empresa mixta pero nunca se transfirieron las acciones a los privados. Hoy la totalidad del paquete accionario está en manos del Estado. Para privatizar la compañía, Duhalde deberá contar con una ley provincial que modifique el estatuto de empresa social que se le confirió en 1990.

01-01



LAS CAUSAS DEL SUPERAVIT,

La exportación la competitividad

En 1995 se invirtió la tendencia del intercambio internacional. Durante los últimos meses el valor de las exportaciones ha crecido fuertemente.

Una multiplicidad de factores explica el fuerte crecimiento que tuvieron las exportaciones en el primer cuatrimestre de este año. Aunque muchos analistas privados no resistieron la tentación de estudiar el fenómeno exclusivamente como una consecuencia de la recesión interna, se sabe que allí también confluyeron condiciones internacionales de excepción.

Un minucioso informe confeccionado en el Ministerio de Economía reveló que la recesión que sobrevino tras el efecto tequila explica solo una parte de este incremento de las ventas externas, que fue del 47% en el primer cuatrimestre de este año con respecto al mismo lapso del año pasado.

En abril, después de varios años de déficit comercial, el salto de las ventas externas hizo cambiar el signo negativo del intercambio: hubo un superávit de 404 millones de dólares, en contraste con el déficit de 530 millones de dólares que se registró en el mismo mes de 1994.

Esto significó cerrar el cuatrimestre con un déficit de solo 261 millones de dólares. Muy lejos del déficit de 2.390 millones acumulado en los primeros cuatro meses del año pasado.

Los elementos que habrían jugado a favor del aumento de las exportaciones fueron detallados en la última edición del **Informe Económico**, que se confecciona en la órbita del secretario de Programación del Palacio de Hacienda, Juan José Llach.

Entre ellos, se menciona como "una de las causas fundamentales al fuerte incremento de la productividad". Sobre es-

01-02

SEGUN EL MINISTERIO DE ECONOMIA

crece por la mejora de y los precios externos

ARCHIVO CLARIN



Los embarques crecieron fuertemente en los últimos meses.

te punto, el informe sostiene que "el proceso de inversión de los últimos años y el proceso de desregulación y privatizaciones llevó a la mejora de la infraestructura de transporte y comunicaciones. La apertura de la economía impulsó una mejora en la calidad de la producción doméstica".

"Sobre esta base –agrega– se produce a partir de 1994 una **mejora de la situación internacional** y, más recientemente, la revaluación de algunas monedas frente al dólar estadounidense."

No deja de reconocer la existencia de sobresaltos económicos, al destacar que "la desaceleración de la absorción interna en consumo e inversión correspondiente a la actual coyuntura hizo comprimir las inversiones".

El mundo dio una mano

Dentro de ese diagnóstico oficial, Economía señala varios factores internacionales que habrían ayudado a incrementar la demanda de productos argentinos en el mundo:

- El **crecimiento** de las economías de los países desarrollados y del mercado asiático.
- **El aumento de los precios internacionales** de los commodities industriales y agropecuarios.
- La caída de los stocks ganaderos y agrícolas en Europa.
- El comienzo de la aplicación de la **Ronda Uruguay del GATT**.
- **La reactivación económica en Brasil**, principal socio de la Argentina en el Mercosur.

Como remate de este punto de vista, se destaca que "en lo que va de 1995 se está viendo un año de **buenas cosechas y buenos precios internacionales**. La recuperación de la economia internacional y los elevados niveles de actividad de Brasil y Chile también ayudaron en este sentido".

ORIGINAL

MEMORANDUM No. 950231/----- / Fecha : 19/SET/95

I: ASUNTO: RELACION DE MUSULMANES DE LOS CUALES SE PUDO ESTABLECER SU RADICACION EN EL PAIS.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

1.- Halà SALEM MAHMOUD
Kuwaiti Casado 24 años.
DOMICILIO: Rivera Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte: Jordano Nro. C 605912

2.- Mariam SALEM MAHMOUD
Jordana Casado 53 años.
DOMICILIO: Rivera Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 609975

3.- Saleh MAHMOUD ALI HAMAD
Jordana Casado 58 años.
DOMICILIO: Rivera Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 609975

4.- Thaer Mustafá KHALIL OMAR
Kuwaiti Soltero 29 años.
DOMICILIO: Rivera Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 661724

5.- Amin Abdel Karim ABDEL HAMID AL SHALABI
Jordana Soltero 21 años.
DOMICILIO: Rivera Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 000863

6.- Ayoub FARAH SAMARA SAMARA
Jordano Soltero 22 años.
DOMICILIO: Canelones: Shangrila Roque San Peña Esquina Florencia.
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. D 245816

7.- Mahmud Ahmad BAKEER
Jordano Soltero 54 años.
DOMICILIO: Salto: Blanes Nro. 467 Apto.2
DOCUMENTO: Pasaporte CIA 13040444

8.- Rouhi ROUHI POUR AKHAVAN
Irani Soltero 47 años.
DOMICILIO: Ruta 21 Km. 178 Dpto.Colonia.
DOCUMENTO: Pasaporte Irani Nro. 299302

FECHA 26/09/95 INICIAL TE
Procesado a Sistema DPX.
OBSERVACIONES

26/09/95

19 SET 1995
9509158

001/004

9509158

V.- DISTRIBUCION:Original: Señor Jefe del Departamento I
Copia 1: Señor Jefe del Departamento II.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(m.a.)

002 9509158

9.- Nahira H. NABULSI
Jordana Casada

10.- Ahmad M.A. ABU GHAZALEH
Jordano.

11.- Hussein Ibrahim HUSSEIN LAHHAM
Jordano Soltero 45 años.
DOMICILIO: Canelones: Shangrila Solar 10 Manzana 9 TEL:0382.3824
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. D 055091.

12.- Bashar Ali MOHAMMAD IRABI
Jordano Soltero 24 años.
DOMICILIO: Rocha Chuy Calle Gaucho Nro. 197
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. 609966

13.- Jafar Abdelfattah Abdel NABI AL SHOUBAKI
Jordano Soltero 27 años.
DOMICILIO: Rocha Chuy Calle Leonardo Olivera Nro. 607
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. B 938607 .

14.- Azmi Ahmad Mohammad MUSTAFA FAYYAD
Jordano Soltero 25 años.
DOMICILIO: Rocha Chuy Av. Brasil Esquina Laguna de los Patos.
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 336690

15.- Amir Abou SALEH NOTARIO
Paraguayo 30 años

16.- Wafa Jamil MURAD
Pasaporte Libanes Nro. 0699737
DOMICILIO: Agraciada Nro. 2092 Departamento de Salto.

17.- Ali AHMAD
Pasaporte Sirio Nro. 1975554
DOMICILIO: Agraciada Nro. 2092 Departamento de Salto.

26 10 95

18.- Mahmoud Saleh Mahmod ALI HAMAD
Pasaporte Jordano Nro. 064444
DOMICILIO: F.Rivera Nro. 346 Departamento de Rivera

19.- Manvel Antoine SARJIS
Pasaporte Libanes Nro. 0617500
DOMICILIO: Agraciada Nro. 2092 Departamento de Salto.

20.- Ismail Moh'd AHMAD MOFLEH
Pasaporte Jordano Nro. C 326876
DOMICILIO F. Rivera Nro. 344 Departam nto de Rivera.

21.- Abdel Salam ZUTOOM
Pasaporte Israeli Nro. 0611853
DOMICILIO: F. Rivera Nro. 346 Departamento de Rivera.

22.- Muhamad Hasan ABU HAFID
Pasaporte Jordano Nro. 0616414
DOMICILIO: Shangrila Roque Saenz Peña Manzana 9 Solar 10.

23.- Gaby Hanna Hanna MOURAD
Pasaporte Libanes Nro. 038164
DOMICILIO: Montevideo Carace Nro. 520 Apto.502

24.- Hanna ABDULLAH
Pasaporte Libanes Nro. K 1273401
DOMICILIO: Montevideo Calle Andes Nro. 1137

25.- Jamil Georges MURAD
Pasaporte Libanes Nro. 0699736
DOMICILIO: Montevideo Carace Nro. 520 Apto. 502

26.- Najla Antonios MURAD
Pasaporte Libanes Nro. 0699649
DOMICILIO Montevideo Calle Carace Nro. 520 Apto. 502

27.- Irani AREND
C.I. Brasilera Nro. 1013995202
DOMICILIO: Bella Union 7ma. Seccion Departamento de Artigas.

28.- Yosef Fawzi MOHSEN
Pasaporte Jordano Nro. C 261424
DOMICILIO Chuy Gauchos Nro. 197

29.- Walid Mufleh ABDALLA AL ZARAQ
Pasaporte Jordano Nro. D 766071
DOMICILIO: Chuy Gauchos Nro. 197

30.- Reyad Mufleh ABDALLA AL ZARAQ
Pasaporte Jordano Nro. D 830914
DOMICILIO: Hotel ALVEAR Nro. 250

31.- Mostafa ABU HAFED
Pasaporte Jordano Nro. 0611850
DOMICILIO San Luis Nro. 291

(FIRMA)

26 10 90

FECHA 29/09/95 INICIAL TE

004/004

9509158

MEMORANDUM No. 950231/---- / Fecha : 19/SET/95

I: ASUNTO: RELACION DE MUSULMANES DE LOS CUALES SE PUDO ESTABLECER SU RADICACION EN EL PAIS.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

1.- Hala SALEM MAHMOUD
Kuwaiti Casado 24 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte: Jordano Nro. C 605912

2.- Mariam SALEM MAHMOUD
Jordana Casado 53 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 609975

3.- Saleh MAHMOUD ALI HAMAD
Jordana Casado 58 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 609975

4.- Thaer Mustafá KHALIL OMAR
Kuwaiti Soltero 29 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 661724

5.- Amin Abdel Karim ABDEL HAMID AL SHALABI
Jordana Soltero 21 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C [illegible]00863

6.- Ayoub FARAH SAMARA SAMARA
Jordano Soltero 22 años.
DOMICILIO:(Canelones) Shangrila Roque San Peña Esquina Florencia.
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. D 245816

7.- Mahmud Ahmad BAKEER
Jordano Soltero 54 años.
DOMICILIO:(Salto) Blanes Nro. 467 Apto.2
DOCUMENTO: Pasaporte CIA 13040444

8.- Rouhi ROUHI POUR AKHAVAN
Irani Soltero 47 años.
DOMICILIO: Ruta 21 Km. 178 (Dpto.Colonia.)
DOCUMENTO: Pasaporte Irani Nro. 299302

9509158

02

MEMORANDUM No. 950231/---- / Fecha : 19/SET/95

I: ASUNTO: RELACION DE MUSULMANES DE LOS CUALES SE PUDO ESTABLECER SU RADICACION EN EL PAIS.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

1.- Hala SALEM MAHMOUD
Kuwaiti Casado 24 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte: Jordano Nro. C 605912

2.- Mariam SALEM MAHMOUD
Jordana Casado 53 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 609975

3.- Saleh MAHMOUD ALI HAMAD
Jordana Casado 58 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 609975

4.- Thaer Mustafá KHALIL OMAR
Kuwaiti Soltero 29 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 661724

5.- Amin Abdel Karim ABDEL HAMID AL SHALABI
Jordana Soltero 21 años.
DOMICILIO:(Rivera)Ceballos Nro. 1173
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 000863

6.- Ayoub FARAH SAMARA SAMARA
Jordano Soltero 22 años.
DOMICILIO:(Canelones) Shangrila Roque San Peña Esquina Florencia.
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. D 245816

7.- Mahmud Ahmad BAKEER
Jordano Soltero 54 años.
DOMICILIO:(Salto) Blanes Nro. 467 Apto.2
DOCUMENTO: Pasaporte CIA 13040444

8.- Rouhi ROUHI POUR AKHAVAN
Irani Soltero 47 años.
DOMICILIO: Ruta 21 Km. 178(Dpto.Colonia.)
DOCUMENTO: Pasaporte Irani Nro. 299302

9509158

02

9.- Nahira H. NABULSI
Jordana Casada

10.- Ahmad M.A. ABU GHAZALEH
Jordano.

11.- Hussein Ibrahim HUSSEIN LAHHAM
Jordano Soltero 45 años.
DOMICILIO:(Canelones) Shangrila Solar 10 Manzana 9 TEL:0382.3824
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. D 055091.

12.- Bashar Ali MOHAMMAD IRABI
Jordano Soltero 24 años.
DOMICILIO:(Rocha)Chuy Calle Gaucho Nro. 197
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. 609966

13.- Jafar Abdelfattah Abdel NABI AL SHOUBAKI
Jordano Soltero 27 años.
DOMICILIO:(Rocha)Chuy Calle Leonardo Olivera Nro. 607
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. B 938607

14.- Azmi Ahmad Mohammad MUSTAFA FAYYAD
Jordano Soltero 25 años.
DOMICILIO:(Rocha)Chuy Av. Brasil Esquina Laguna de los Patos.
DOCUMENTO: Pasaporte Jordano Nro. C 336690

15.- Amir Abou SALEH NOTARIO
Paraguayo 30 años

16.- Wafa Jamil MURAD
Pasaporte Libanés Nro. 0699737
DOMICILIO: Agraciada Nro. 2092 Departamento de (Salto.)

17.- Ali AHMAD
Pasaporte Sirio Nro. 1975554
DOMICILIO: Agraciada Nro. 2092 Departamento de Salto.

18.- Mahmoud Saleh Mahmod ALI HAMAD
Pasaporte Jordano Nro. 064444
DOMICILIO: F.Rivera Nro. 346 Departamento de Rivera

19.- Manvel Antoine SARJIS
Pasaporte Libanes Nro. 0617500
DOMICILIO: Agraciada Nro. 2092 Departamento de Salto.

20.- Ismail Moh'd AHMAD MOFLEH
Pasaporte Jordano Nro. C 326876
DOMICILIO F. Rivera Nro. 344 Departamento de Rivera.

9509158

21.- Abdel Salam ZUTOOM
Pasaporte Israeli Nro. 0611853
DOMICILIO: F. Rivera Nro. 346 Departamento de Rivera.

22.- Muhamad Hasan ABU HAFID
Pasaporte Jordano Nro. 0616414
DOMICILIO: Shangrilá Roque Saenz Peña Manzana 9 Solar 10.

23.- Gaby Hanna Hanna MOURAD
Pasaporte Libanes Nro. 03816544
DOMICILIO: Montevideo Carace Nro. 520 Apto.502

24.- Hanna ABDULLAH
Pasaporte Libanes Nro. K 1273401
DOMICILIO: Montevideo Calle Andes Nro. 1137

25.- Jamil Georges MURAD
Pasaporte Libanes Nro. 0699736
DOMICILIO: Montevideo Carace Nro. 520 Apto. 502

26.- Najla Antonios MURAD
Pasaporte Libanes Nro. 0699649
DOMICILIO Montevideo Calle Carace Nro. 520 Apto. 502

27.- Irani AREND
C.I. Brasilera Nro. 1013995202
DOMICILIO: Bella Union 7ma. Seccion Departamento de Artigas.

28.- Yosef Fawzi MOHSEN
Pasaporte Jordano Nro. C 261424
DOMICILIO Chuy Gauchos Nro. 197

29.- Walid Mufleh ABDALLA AL ZARAQ
Pasaporte Jordano Nro. D 766071
DOMICILIO: Chuy Gauchos Nro. 197

30.- Reyad Mufleh ABDALLA AL ZARAQ
Pasaporte Jordano Nro. D 830914
DOMICILIO: Hotel ALVEAR Nro. 250

31.- Mostafa ABU HAFED
Pasaporte Jordano Nro. 0611850
DOMICILIO San Luis Nro. 291

9509158

0204

EL ARZOBISPO CORDOBES ESTA PREOCUPADO POR EL AUMENTO DE LAS NECESIDADES SOCIALES

Primatesta: "Cavallo no es el dueño exclusivo de la verdad"

No solo hay gente que pide trabajo: también están los que directamente piden dinero. Este indicador lleva al cardenal Primatesta, arzobispo de Córdoba, a considerar que han aumentado las urgencias sociales. Y entonces reclama un esfuerzo conjunto, que incluya al gobierno nacional, para hacer frente a las consecuencias de la crisis.

El arzobispo de Córdoba, cardenal Raúl Primatesta, explicó a Clarín que intervino esta semana en la búsqueda de una solución para la crisis de su provincia –al ser el motor de un encuentro entre el presidente Carlos Menem y el gobernador Eduardo Angeloz– porque "la **inquietud de la población** por el **peligro** que podría entrañar una **nueva movilización** significaba una **obligación moral** para la Iglesia".

–¿Quién tiene la culpa por la crisis cordobesa: el gobierno nacional o el provincial?

–Creo que la responsabilidad central para encontrar una solución está en toda la gente de Córdoba que debe ayudar. Hay una acción muy positiva del gobierno y de los sindicatos. que son los que en estos momentos tienen en sus manos la tarea más urgente. Y la Iglesia está dispuesta a buscar todos los medios para ayudar a la gente que padece necesidad.

–¿Esto tiene que ver con las recientes palabras de varios obispos, acerca de que se está haciendo demasiado descarnado el proceso económico en el país?

–Es delicado el tema porque cuando uno habla de esto, de la necesidad de humanizar la economía, no significa que esté marcando a las personas concretamente. A personas que pueden estar sintiendo las mismas cosas y que a lo mejor tienen dificultades para llegar a una expresión más flexible de la economía.

–¿Se están privilegiando los números en vez de la gente?

–Es una cosa que hace a la concepción del capitalismo. El capital es necesario para trabajar. Pero evidentemente hay que buscar flexibilizar las cosas, humanizar las cosas. Este esfuerzo nos compromete a todos.

–Precisamente usted dijo días pasados que los humanistas tenían que prevalecer sobre los técnicos. Fue inevitable relacionar sus palabras con Cavallo.

–No he dicho los humanistas sobre los técnicos. En cosas concretas hay que juntar las dos cosas: humanistas y técnicos. Porque uno puede tener una sensibilidad frente al hombre, pero no puedo pretender ser un especialista en economía ni mucho menos. En cuanto a la situación personal del señor ministro, debo respetarlo. No puedo hacer un juicio sobre sus sentimientos.

–¿Es cierto que usted recomendó a Cavallo para el Ministerio de Economía?

–No diría así. Para mí Cavallo ha sido siempre un hombre de estudio y de preparación técnica. Eso es evidente, lo cual no significa que sea el dueño exclusivo de la verdad. En eso, todos estamos condicionados. Hay muchas alternativas. En cuanto a las condiciones morales del ministro, no puedo decir lo más mínimo.

–¿Cómo ve la situación en las provincias?

–Yo puedo hablarle de Córdoba. No de otras provincias porque no tengo una información concreta y comprobada por mí. Y lo que observo en Córdoba, como cosa de todos los días, es la falta de trabajo. Incluso, en mucha gente, la falta de dinero. Porque estoy acostumbrado a una cantidad normal, podría decirse, de gente que busca trabajo y que puede aumentar. Pero empieza a insinuarse el hecho de gente que pide ayuda en dinero. Se ve que las necesidades urgen aún más.

–¿Con el actual plan se sale de la crisis?

–Eso hay que preguntárselo a un economista. Yo no podría dar una solución. Creo, sí, que algún plan tiene que haber frente a una situación que tiene que preocupar a todos.

Sergio Rubín

El personaje



Raúl Francisco Primatesta

- **Fecha de nacimiento:** 14 de abril de 1919
- **Lugar:** Capilla del Señor (Buenos Aires).
- **Cargo:** arzobispo de Córdoba

Formación

- Fue ordenado **sacerdote** el 25 de octubre de 1942.
- Elegido **obispo titular de Tanais y auxiliar de La Plata** el 14 de julio de 1957, año en que también recibió la **ordenación episcopal**.
- Designado como **obispo de San Rafael** el 12 de junio de 1961.
- El 16 de febrero de 1965 fue promovido a **arzobispo de Córdoba**.
- Creado **cardenal del título de la Santísima Virgen María de los Dolores** en la plaza Buenos Aires por Pablo VI el 5 de marzo de 1973

Trayectoria

- Presidente de la **Comisión Episcopal para la Pastoral Familiar.**
- Miembro de la **Comisión Episcopal de Pastoral Social.**
- Presidente de la **Sociedad de Sacerdotes de San Francisco de Sales.**
- En Roma es miembro de las **Congregaciones para el Clero y para los Institutos de vida consagrada** y las **Sociedades de vida apostólica.**

Martínez asumió en la CGT y estrenó discurso

José Rodríguez y Saúl Ubaldini obligaron al nuevo titular de la CGT a subir la apuesta con un discurso de barricada. Disgustados por el tono del acto, se retiraron algunos dirigentes ultramenemistas.

(*Por Diego Schurman*) Gerardo Martínez estrenó ayer la jefatura de la CGT con una dura y sorpresiva arenga contra el Gobierno en la que tampoco faltó la amenaza de un paro general. "Queremos resultados en materia laboral porque si no iremos a la confrontación con esos que aún predican a favor de un capitalismo deshumanizado", apuró el dirigente, preocupado por marcar diferencias entre su amigo Carlos Menem y quien se convirtió durante el congreso normalizador de Parque Norte en el blanco de todas las críticas sindicales: el ministro Domingo Cavallo.

Capitalismo humanizado

Martínez llegó al predio deportivo, donde fue consagrado formalmente titular de la CGT, con la idea de lanzar un mensaje conciliador y reiterar sus deseos de construir una central sindical "autónoma del Gobierno". Pero la presión de los "gordos" –como en la jerga se conoce a los dirigentes que integran las grandes corporaciones sindicales (UOM, SMATA, Luz y Fuerza, mercantiles, sanidad, etc.) le hicieron cambiar de libreto a último momento.

"El capitalismo debe estar al servicio del hombre, debe humanizarse, como nos enseñó el general Perón", dijo Martínez mientras las barras de su gremio, que llegaron de San Justo y Avellaneda, fustigaban a Cavallo con cantitos. El jefe de la UOCRA también se enojó con las declamaciones que ministros del oficialismo realizan a diario sobre el tema desocupación. "No alcanzan los discursos, queremos resultados", se encolerizó el sindicalista, que suele tener línea directa con el presidente Menem. "Insisto, (Cavallo) no tuvo la misma celeridad en solucionar el problema del desempleo como lo hizo con el problema financiero", agregó.

La ofensiva ideada por los "gordos" intenta evitar que los disidentes del Movimiento de los Trabajadores Argentinos (MTA) y el Congreso de los Trabajadores Argentinos (CTA) capitalicen el descontento social. En ese contexto también se entiende el llamado "a confrontar" con Menem cuando entre bambalinas son pocos lo que realmente dicen animarse a "bancar" una medida de fuerza. Es más: todos coinciden que una decisión de tal envergadura no haría más que partir a la CGT en mil pedazos.

Patrón Costa

El titular del SMATA, José Rodríguez, abrió el fuego en nombre de los "gordos" y de esa manera determinó el piso desde donde Martínez tuvo que levantar la apuesta. Rodríguez no dudó en atacar al ministro de Economía con un tema urticante: la suspensión del pago de la deuda externa. Hace unas semanas, el religioso Osvaldo Musto sacó a la luz la idea y ayer el dirigente mecánico insistió en que la CGT debía adoptarla como propia. "Pese a lo que diga Cavallo, que se cree dueño del país, hay que dejar de pagar por dos o tres años para poder reactivar el empleo y las fuerzas de trabajo", consideró bajo una lluvia de aplausos.

Saúl Ubaldini continuó esa línea argumental puntualizando las dificultades que atraviesan las economías regionales. El cervecero ya fue desafectado del MTA y ahora participará activamente en la nueva CGT gracias a la mano tendida por Luis Barrionuevo, uno de los que operó por su regreso. "Queremos que Cavallo garantice la continuidad de los trabajos y no la desocupación. Hoy parece que Patrón Costas (terrateniente salteño de las década del 30 y del 40) ha vuelto a renacer: Nos quieren pagar con bonos, no nos quieren pagar los sueldos", dijo Ubaldini, endulzado por los aplausos.

A esa altura los sindicalistas menemistas no sabían adónde mirar. Gerardo Martínez finalmente tuvo que subir la apuesta y terminó sorprendiendo a propios y ajenos. Su antecesor, Antonio Cassia, se salió de las casillas y optó por retirarse: "Que quede claro que al menos el SUPE se fue abruptamente del congreso por el tono demasiado crítico de los oradores hacia el Gobierno", dijo el petrolero. La actitud fue imitada por el titular del ANSSAL, José Luis Lingieri, mientras que el municipal Alfredo Atanassof y Ramón Valle, del seguro, previendo lo que podía suceder, directamente ni asistieron a Parque Norte.

Entre los ausentes también figuró el anciano caudillo de la UOM, Lorenzo Miguel, aunque por otras razones. El metalúrgico prefirió adoptar un "perfil bajo" y envió a su delfín, Francisco "Barba" Gutiérrez, en su representación. Este ocupará la secretaría de relaciones internacionales.

La nueva CGT

La nueva conducción de la CGT tiene a la cabeza a un menemista puro como Gerardo Martínez pero los "gordos" se ocuparon de marcarlo de cerca apoyando como adjunto a alguien de su palo, el bancario Juan José Zanola. El resto de la grilla, que incluye a barrionuevistas y al retornado Saúl Ubaldini, es la siguiente:

Secretario Gremial: Rubén Pereyra (obras sanitarias).

Prosecretario Gremial: Carlos Etcheún (carne).

Secretario del Interior: Saúl Ubaldini (cervecero).

Prosecretario de Interior: Reynaldo Hermoso (químicos).

Secretario de Relaciones Institucionales: Andrés Rodríguez (UPCN).

Secretario de Relaciones Internacionales: Francisco Gutiérrez (UOM).

Secretario de Prensa: Carlos West Ocampo (sanidad).

Secretario de Acción Social: José Rodríguez (SMATA).

Secretario de Cultura: Armando Cavalieri (comercio).

Secretario de Seguridad Social: Luis Barrionuevo (gastronómico)

Secretario de Vivienda y Turismo: Oscar Lescano (Luz y Fuerza).

Secretario de Finanzas: José Pedraza (ferroviario).

Secretario de Administración: Pedro Goyeneche (textiles).

Secretario de Actas: Amadeo Genta (municipales).

SOLO NOS SUPERA NICARAGUA

La desocupación ya es la segunda

La Argentina, detrás de Nicaragua, ya tiene el segundo mayor desempleo de toda América. La desocupación (14%) crece por dos motivos: la reforma del Estado y la desregulación económica. Según especialistas, el desempleo va a subir más si la recesión continúa. Afirman que la legislación en marcha no sirve. El Banco Mundial le echa la culpa al populismo y señala que las reformas del gobierno argentino avanzan muy lentamente.

El desempleo según categorías

Tasa de desempleo, octubre de cada año

	1974	1986	1991	1994
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Sexo				
Varón	1,6	4,1	5,1	11,3
Mujer	4,0	5,3	6,0	15,5
Edad				
15-24 años	5,6	8,7	11,2	22,8
25-44 años	1,1	3,6	3,9	10,2
45-59 años	1,9	3,6	3,5	9,3
Nivel educativo				
Bajo	2,7	5,4	5,8	15,1
Alto	3,0	2,8	4,9	9,8

Fuente: IEERAL de Fundación Mediterránea en base a EPH (INDEC)

Con el **14%** de la población económicamente activa sin trabajo, la Argentina tiene **la desocupación récord de Sudamérica**. Y, excluyendo a Nicaragua (23%), **el desempleo argentino es el mayor de toda América y uno de los más empinados del mundo**.

Para el gobierno de Carlos Menem, este difícil flagelo social es **transitorio** y agravado por el efecto tequila y la recesión. Pero los números dicen que **el desempleo crece en forma constante** y que antes de diciembre, cuando empezó la crisis mexicana, ya era alto: **12,9%**.

La Argentina comenzó un prolongado proceso de ajuste, con expulsión social de la economía formal, a mitad de los años 70, con el régimen militar. La tendencia siguió con el gobierno de Raúl Alfonsín y se acentuó, sobre todo, durante la primera presidencia de Carlos Menem. Y **es en las privatizaciones** donde muchos analistas ven la **génesis** de tanto desempleo, por la multitud de trabajadores despedidos y porque **no hubo estrategias adecuadas** para que los empleados expulsados fueran absorbidos por la actividad privada.

Los países vecinos vivieron algo similar, pero, según las estadísticas, con un costo menos doloroso. La Comisión Económica para América Latina (CEPAL) advirtió que el desempleo –que supera el **6% promedio en la región**– se agravó en 1994: solo pocas industrias como la automotriz –ahora en crisis, con suspensiones y despidos– generaron trabajo, pero ese incremento no alcanzó para compensar la caída en la construcción, las finanzas y otras actividades.

Según afirman los especialistas, la expulsión de mano de obra del aparato productivo tradicional hacia lo que el discurso dominante llama sector **informal** fue esencial para **llegar** a la alta desocupación regional.

Pese a las cifras en danza, el Banco Mundial indicó –en un informe presentado hace unos días– que las reformas en marcha deben seguir y que **debe mejorarse la educación técnica**. Los consejeros del BM señalan que la vinculación comercial con el mercado mundial genera empleo y que **la política laboral debe trasladar** su **atención** del sector formal al informal y a los segmentos más vulnerables: **niños, mujeres y capas empobrecidas**.

Paradójicamente, la **inquietud por la informalidad** es clave para el Banco Mundial, porque el sector económico informal genera **muy baja productividad**, y la eficiencia es el secreto que buscan y aconsejan todos (incluido el BM) para que se revierta la tendencia a dejar gente sin trabajo.

La CEPAL señaló, en ese sentido, que en 1994 **más del 80% de los nuevos puestos de trabajo correspondieron a actividades informales con bajo nivel de productividad**. Y que el sector informal es el 25% de la fuerza laboral urbana de América latina.

Cada país, un mundo

Chile es el país testigo de las reformas neoliberales, cuyas bases se sentaron en la región con el autoritarismo militar. En 1982, el peor año económico del pinochetismo, la desocupación superó el 30%. Y hoy, el desempleo chileno está por debajo de

argentina de América

la media regional (ver **infografía**). Es más, en la actualidad Santiago discute cómo resolver la **escasez de mano de obra** para apoyar su complejo exportador, pilar de la economía. Entre aquella desocupación del 30% y el 5,6% de hoy pasaron muchas reformas, programas de capacitación y una red de seguridad social importante, con un marco de ostensible estabilidad.

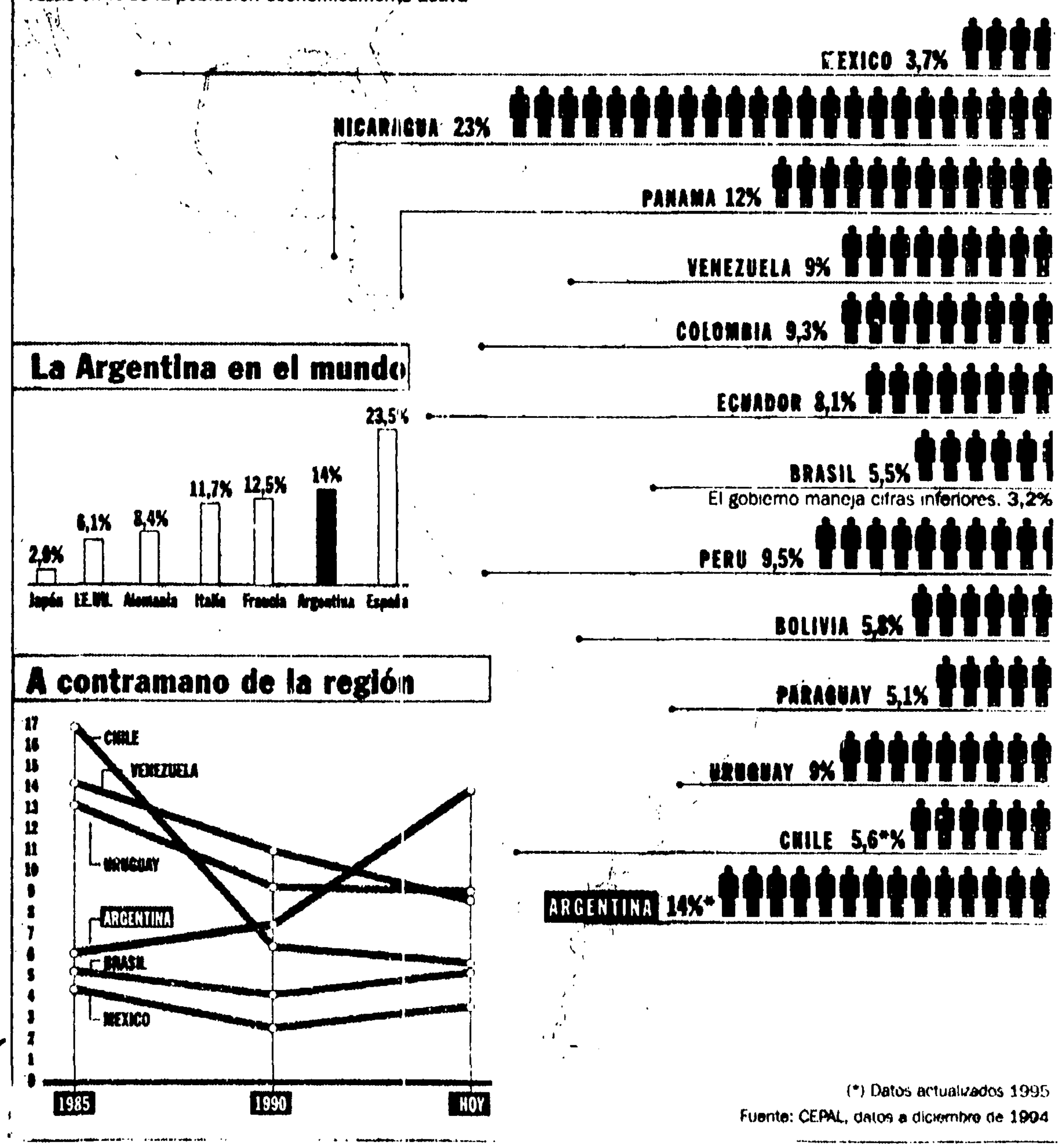
México y, sobre todo, el Brasil mantienen bajo desempleo, aunque **las estadísticas pueden ser engañosas** por no prestar tanta atención al **sector rural** (fuerte en los dos países) y a los desequilibrios zonales.

En el Brasil, el desempleo solo llega a 3,2%, luego de haber alcanzado el 5,9% en 1994. Un motivo del escaso desempleo, aun en épocas recesivas, es el **salario bajísimo de los más empobrecidos**, que facilita las contrataciones a los empleadores (los obreros industriales calificados ganan salarios mucho más altos aunque menores que los argentinos: 600/800 dólares por mes). Los salarios casi paupérrimos en las capas sociales más bajas explican también por qué el poco desempleo en el Brasil convive con millones de personas en extrema pobreza. Otra razón que limita el crecimiento del desempleo es que el Brasil ofrece más diversificación de oficios que lo que ocurre, por ejemplo, en la Argentina.

El gobierno mexicano, reacio a reconocer problemas sociales, debió admitir que los desocupados oficiales pasaron de **2 a casi 7 millones** en pocos meses. Desde la crisis, **México viene perdiendo 5.000 puestos laborales diarios**: un fenómeno que espanta al resto de América latina, ya que la región recibe generalmente **duras consecuencias** cada vez que los aztecas sufren un traspié.

Desocupación en Latinoamérica

Tasas en % de la población económicamente activa



(*) Datos actualizados 1995

Fuente: CEPAL, datos a diciembre de 1994

02-02

950916 1

Preocupación de los empresarios

La Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresas (ACDE) se sumó a la **preocupación** de los obispos **por el aumento de la desocupación y la pobreza** en la Argentina. En un comunicado oficial, dijeron: "El costo social del plan económico puede aliviarse mejorando la eficiencia en la gestión del Gobierno".

Solo 24 horas después que el presidente Carlos Menem asumiera su segundo mandato, la ACDE (que agrupa a cerca de 500 empresas, entre las que están Pérez Companc y Techint) hizo sus propias advertencias. Alertó al Gobierno sobre el riesgo de caer en "una actitud fatalista o determinista que incurra en la inacción" en aras de mantener la estabilidad como objetivo prioritario.

Si bien el documento apoyó la Reforma del Estado, consideró también importante "discernir sobre las consecuencias sociales inherentes al proceso de cambio en sí de aquellas que resultan de fallas en la aplicación de programas de gobierno".

Más puestos

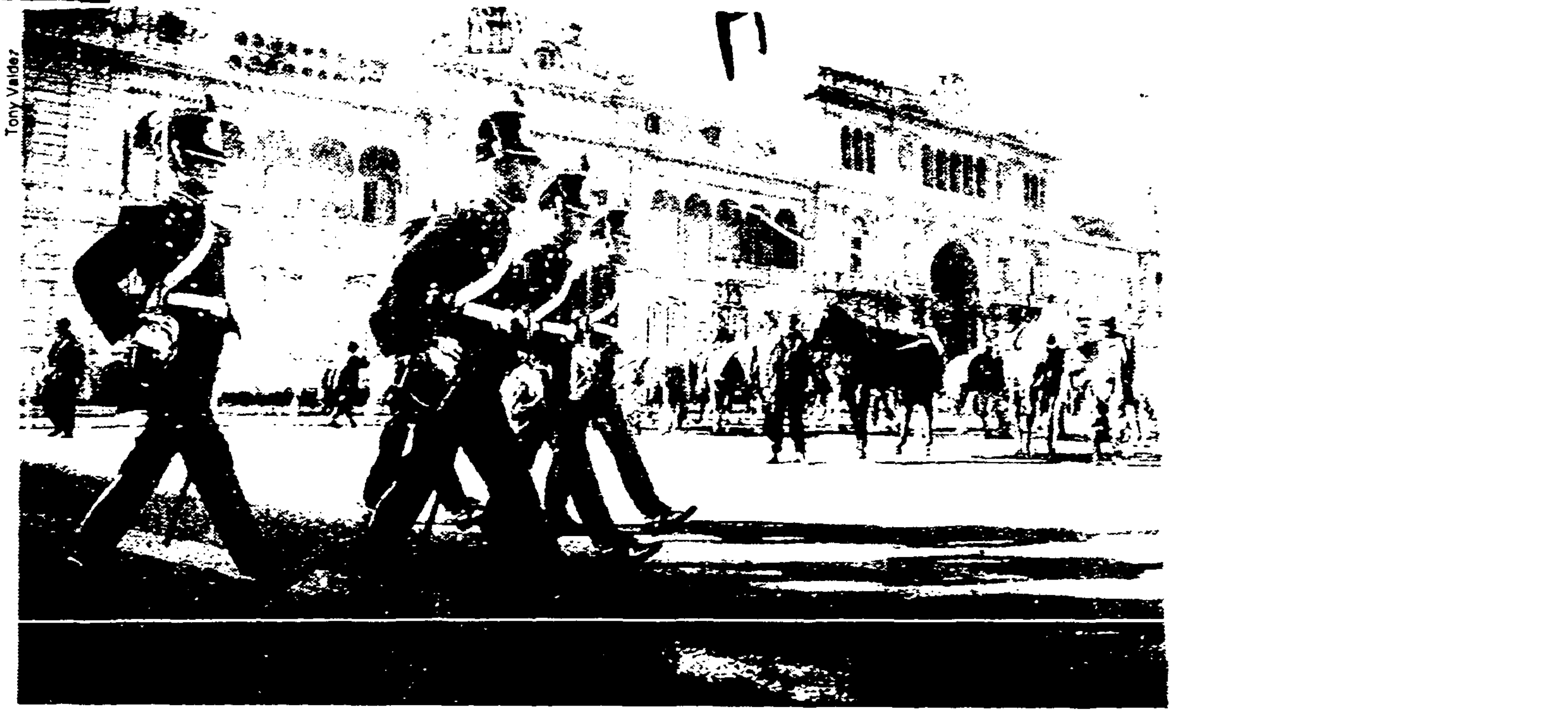
En cuanto a la responsabilidad de los dirigentes empresariales, el documento instó a lo siguiente: "Al cumplimiento ejemplar de las obligaciones fiscales y previsionales y al esfuerzo extraordinario en la creación de nuevos puestos de trabajo, sin desmedro de la eficiencia en nuestra gestión empresarial y de la búsqueda auténtica y justa de nuestros beneficios".

La ACDE es una asociación que agrupa a diferentes sectores empresariales; sus miembros se asocian voluntariamente, alineados según sus convicciones religiosas y éticas. En la cúspide de su estructura se inserta el padre Rafael Brown, director de la revista "Criterio" y sucesor del sacerdote Jorge Mejías (ahora, en el Vaticano).

El vicepresidente del organismo es Eduardo Casabal, el segundo hombre Pérez Companc, y también colabora la familia Rocca. Los dos grupos fueron incluidos recientemente en el ránking de las 388 familias más ricas del mundo

Llegaron a caballo y reclamaron mayor control impositivo en el negocio de la venta de hacienda.

Realizaron una cabalgata de protesta en reclamo de medidas concretas para evitar la venta de hacienda "por afuera" del mercado. En una nota entregada en la Casa Rosada, sostuvieron que con esas maniobras se evaden impuestos por 500 millones de pesos al año.



Tony Valdez

Los trabajadores del Mercado de Liniers montaron en cólera

Con una previsible recolección de insultos y bocinazos, obreros y empleados del Mercado Nacional de Hacienda de Liniers realizaron una cabalgata hasta la Casa Rosada para reclamar al Gobierno que controle "la evasión de impuestos que se produce por la venta de hacienda por afuera del Mercado de Liniers", por lo que "estamos perdiendo nuestras fuentes de trabajo". La marcha desde la avenida General Paz al microcentro y la desconcentración fueron ordenadas, pero de todos modos los más de 200 jinetes complicaron el tránsito en el horario pico de la media la mañana.

Los reseros portaban banderas argentinas y algunos iban ataviados con boinas y ropas gauchescas. Partieron muy temprano desde el Mercado de Liniers para entregar un petitorio dirigido al presidente Carlos Menem, al ministro de Economía, Domingo Cavallo, y al secretario de Ingresos Públicos, Carlos Tacchi, donde reclaman que "se pare la desocupación provocada por la evasión fiscal" en el mercado de hacienda. "¿Cómo puede ser que unos pocos señores no paguen 500 millones de pesos por año y causen tanto desastre económico y social?", preguntaron los trabajadores en el escrito presentado por mesa de entradas de la Casa Rosada.

"Estamos reclamando que el Gobierno controle la evasión impositiva porque algunas haciendas se venden directamente sin pasar por el Mercado de Liniers; de esta manera estamos perdiendo nuestra fuente de trabajo y le conviene a algunos frigoríficos porque así evaden impuestos", afirmó el secretario general del Sindicato de Hacienda, Osvaldo Macri. Esta evasión, agregó el dirigente, "representa unos 500 millones de dólares por año" y se produce a través de matrículas truchas, empresas fantasmas, operadores desleales y frigoríficos "intocables".

En la misma sintonía, el titular del Sindicato de Obreros y Empleados de los Consignatarios de Liniers, Oscar Denegri, aseguró que la competencia desleal entre los que pagan y los que evaden "ya causó 300 despidos" en el tradicional mercado porteño. Los trabajadores temen que con la generalización de la evasión se produzca, lisa y llanamente, la desaparición del Mercado de Liniers. "Al ver que nos quedamos sin trabajo no nos vamos a quedar quietos", advirtió Denegri, quien, de todos modos, aclaró que la cabalgata de protesta "no fue contra el gobierno".

El cálculo de la evasión fue realizado días atrás por la Mesa de Ganados y Carnes, que integran trece entidades empresarias del sector. En esa oportunidad los productores, quienes también reclamaron que se combata la evasión, señalaron que los 500 millones anuales de evasión surgen de sumar los 350 que no se recaudan en concepto de IVA y 150 millones derivados de la matanza clandestina y el cuatrerismo.

Para la DGI, la evasión es de sólo 72 millones, pero los jinetes que ayer coparon la Plaza de Mayo, para regocijo de los turistas y alumnos que visitaban el lugar, dicen que hay muchas operaciones que ni siquiera son controladas por el organismo fiscal. "Se puede evadir tanto porque no hay ningún control sobre las operaciones de venta directa", explicó Denegri.

La protesta también contó con el apoyo de Frente Agropecuario Nacional (FAN), cuyo dirigente Horacio Delguy se quejó entre los bufidos de los caballos porque "estas bandas tienen protecciones inexplicables y se están quedando con todo el mercado". 9509163



Tony Valdez

Los jinetes de protesta por Avenida de Mayo.

"La evasión ya causó trescientos despidos".

FIGURA EN EL PAQUETE DEL GOBIERNO PARA COMBATIR EL DESEMPLEO

Reducirían los aportes patronales

Como una medida importante del paquete para combatir el desempleo, el Gobierno reduciría los aportes de las empresas que estén al día con el sistema previsional. La rebaja iría del 30 al 80 por ciento, según la ubicación geográfica de la empresa.

El Gobierno aceleró la confección del paquete de medidas para combatir la desocupación, que será anunciado dentro de diez días. Para estimular la generación de nuevos empleos, entre otras cosas, se resolvería beneficiar con una **reducción de los aportes patronales** a todas las empresas que se pongan al día con las contribuciones al sistema previsional.

Esta decisión fue tomada ayer por Domingo Cavallo, según informó a **Clarín** un alto funcionario del Ministerio de Economía. La medida está pensada, explicó la fuente, para que **"su costo fiscal sea nulo"**. Esto ocurriría porque la merma de los ingresos derivada de la reducción de aportes se compensaría con una mayor recaudación producida por la puesta al día de los morosos.

Convencer al FMI

Los aportes patronales habían sido bajados el año pasado, tras la firma del Pacto Federal Fiscal. Pero desde marzo último volvieron a subirse frente a un pedido del Fondo Monetario Internacional. Este organismo, como parte del nuevo acuerdo, exigió mantenerlos en el nivel original hasta abril de 1996.

Ahora, para anticipar la rebaja (que va del 30% al 80%, según la ubicación geográfica de la empresa), Cavallo deberá convencer a los técnicos del FMI de que la medida no pone en peligro el nivel de recaudación.

Los anuncios

El paquete de anuncios se completa con otras medidas que están siendo analizadas en Economía y en la órbita del jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá:

- Acelerar la sanción de las leyes pendientes para la flexibilización laboral. También será reglamentada la Ley de Fomento del Empleo para las pequeñas y medianas empresas.
- Extender por seis meses el seguro de desempleo y garantizar la cobertura médico asistencial de los jefes de familia sin trabajo.
- Lanzar nuevos programas de capacitación laboral en todo el país, con financiamiento de organismos internacionales.
- Se anunciará un cronograma de ejecución de las principales obras de infraestructura contenidas en el Plan Quinquenal 1995-1999.
- Avanzar en la desregulación de las obras sociales, para "lograr mayor eficiencia en las prestaciones y hacerla menos gravosa para las empresas".
- Dar batalla a la evasión impositiva para que el aumento de la recaudación permita avanzar en la reducción de los tributos sobre el trabajo.
- Nuevo impulso al programa de la construcción de viviendas mediante el sistema de reventa de hipotecas ("securitización").

El Banco Hipotecario Nacional lanzará nuevos planes de vivienda en todo el país, que absorberán entre 80.000 y 120.000 empleos directos.

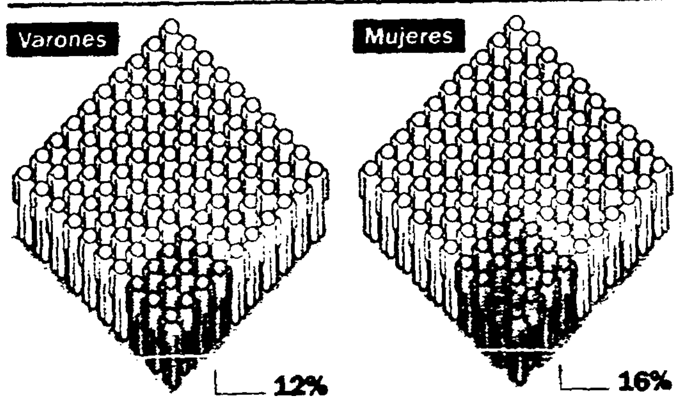
Jorge Luis Velázquez

La desocupación

Radiografía de la crisis del empleo

Por sexo

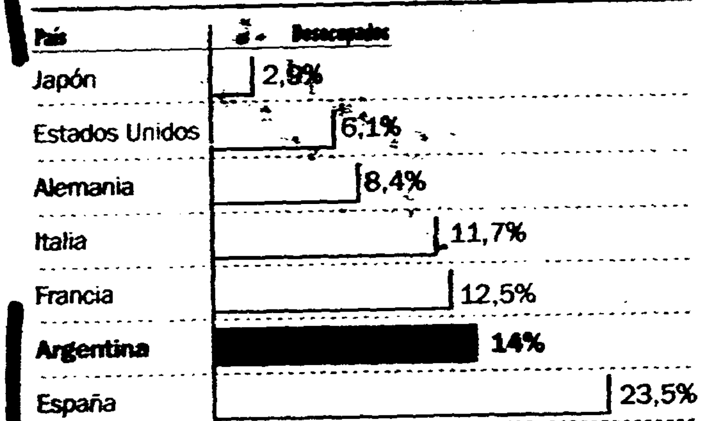
Sobre la población económicamente activa



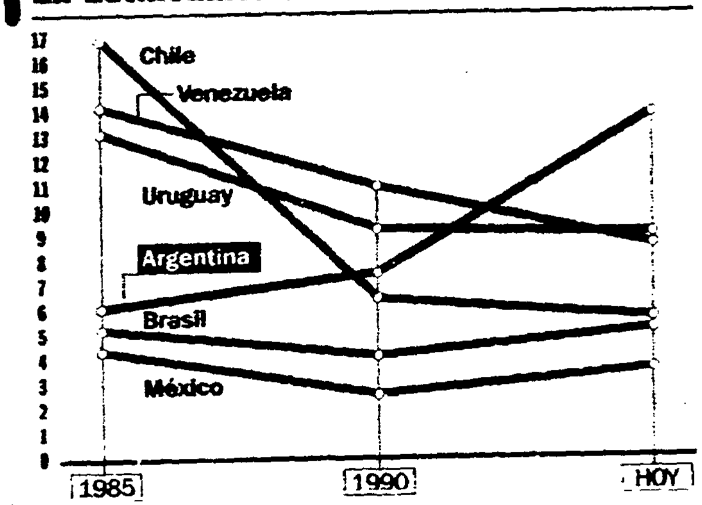
Por edad

15-24 años **22,8%** 25-44 años **10,2%** 45-59 años **9,3%**

La Argentina en el mundo



En Latinoamérica



Fuentes: INDEC octubre 1994 y Fundación Mediterránea — Infografía: CLARIN

Subsidio por desempleo

QUIENES COBRAN

- Los despedidos que **trabajaban en relación de dependencia.**

QUIENES NO COBRAN

- Los despedidos que **trabajaban en negro.**
- Los que adhirieron a **retiros voluntarios.**
- Los **jóvenes** que buscan su **primer empleo.**
- Las **mujeres que** buscan **ingresar al mercado laboral.**

CONDICIONES

- **No estar trabajando.**
- **Estar disponible para trabajar** si sale alguna oferta.
- Presentar **DNI, telegrama de despido y tres de los últimos seis recibos de sueldo,** dentro de los **90 días** posteriores al despido.

CUANTO SE COBRA

- Entre **$150 y $300.**
- **Más** las **asignaciones familiares.**
- También se brinda **cobertura social.**

CUANTO DURA

- **4 meses** para los que aportaron entre **12 y 23 meses.**
- **8 meses** para los que aportaron entre **24 y 35 meses.**
- **1 año** para los que aportaron más de **36 meses.**

RESERVADO

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DIVISION INFORMACIONES: 19SET95	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 79/95	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 26SET95

II.-INFORMACION CONOCIDA:

A.-EVALUACION:

B.-TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

20/9/95
401/95

III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I
DPTO.II EME

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.
CORONEL
TOMAS V. CASSELLA

M.D.N. GRAL.
Montevideo 19 09 de 95
9509168
SDI
A sus efectos

RESERVADO

19 SET 1995
Antecedentes
9509168

Prioridad:
Observaciones:

001/003

9509168

Montevideo, 18 de setiembre de 19[illegible].

1.- ROGLIA ABELLA, PATRICIA VERONICA.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 10.8.70 Montevideo.-
C.I.: 1.773.607 /4
C.C.: BCA 94.625.-
Domicilio actual: Av. Italia 4029 Apto. 10.-
Domicilio anterior: Irlanda 1982.-
Nombre del padre: Uruguay Bautista Roglia Mendez.-
C.I.: 1.031.913.8 C.C.: MAA 22.278.-
Nombre de la madre: Alba Luz Abella Cotelo.- F/R
C.I.: 654.170/1 C.C.: BPA 7257.-
Nombre del cónyuge: Alvaro Gustavo Pérez Serviam.- F/R
C.I.: 1.905.124./4. C.C.:
Presentado por:

2.- SAAVEDRA CABALLERO, FABIANA BEATRIZ.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 9-5-1972 Montevideo.-
C.I.: 2.602.563/8
C.C.: BZA 40.344.-
Domicilio actual: Camino Santos 4990
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Juan Carlos Saavedra Rosales
C.I.: 1.293.257.2 C.C.: BCA 50.264.
Nombre de la madre: Reneé Graciela Caballero De Vegni.-
C.I.: 1.065.006.1 C.C.: BZA 24.104.
Nombre del cónyuge: Julio César Gomez Romero.
C.I.: 1.620.382.8 C.C.: BZA 37.762.-
Presentado por:

3.- SILVA AGUIRRE, SILVIA JANET. Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 1.2.1971 Tacuarembó
C.I.: 2.897.057.0
C.C.: TAA 50740 Traslado BLA 29252
Domicilio actual: Figurita 2830.-
Domicilio anterior: Avda. Independencia 409 - Colón.-
Nombre del padre: Argeo Silva Alvez. (Militar R)
C.I.: 3.718.138.0 C.C.: TBE 1027.-
Nombre de la madre: Nilda Marcelina Aguirre.(fallecida)
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

002 9509168

4.- SOSA LAQUINTANA, GRACIELA LILIAN.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 26-10-1966 Fray Bentos.-
C.I.: 4.113.838.5
C.C.: LAA 30.398.
Domicilio actual: Rondeau 2396/205.-
Domicilio anterior: Sevilla 1965
Nombre del padre: Juan Antonio Sosa Morfín.-
C.I.: 3.533.134.3 C.C.: LAA 15.775.
Nombre de la madre: Irma Raquel Laquintana Ayala.-
C.I.: 3.410.936.5 C.C.: LAA 18.110.- FIR
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Sgto. 1°Jesús Alvez (Aux. de Enf.)

5.- SUAREZ GOMEZ, MONICA ALEXANDRA.- Aux de Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 11-3-1968 Montevideo.-
C.I.: 2.555.832.1
C.C.: BDA 86.209.-
Domicilio actual: Pedro Olmida 2548 Apto. 1.-
Domicilio anterior: Continuación Cicerón 6229A FIR
Nombre del padre: Julio César Suarez Rondan.- FIR (Mil.R.)
C.I.: 1.011.005.3 C.C.: CMA 19.965 trasl. AUB 13.068.-
Nombre de la madre: Ilda Gómez Ferreira FIR
C.I.: 888.952.1 C.C.: BDB 31.854.-
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

Fecha y lugar de nacimiento:
C.I.:
C.C.:
Domicilio actual:
Domicilio anterior:
Nombre del padre:
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre:
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

COMIENZA UNA RONDA DE DIALOGO CON EL GOBIERNO. ADEMAS, PIDE

La CGT reclama al ampliar el seguro de

Como dos medidas urgentes para atacar las consecuencias de la alta desocupación, la CGT reclamará hoy al Gobierno que amplíe el seguro de desempleo y que reactive la obra pública. Ese subsidio lo cobran ahora uno de cada veinte desocupados. Al reunirse con el ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa, los gremialistas inician una ronda de diálogo con la Casa Rosada. Para Eduardo Duhalde, la desocupación bajará hacia fin de año.

MAS INFORMACION EN LA PAGINA 4

Las recetas para el desempleo

GOBIERNO

- Presionar a los empresarios para que inviertan y den empleo.
- Apurar leyes en el Congreso que bajen los costos laborales.
- Reducción de los aportes patronales del 30 al 80% para empresas que tomen personal.
- Redistribución del seguro de desempleo.
- Poner en marcha nuevos planes de capacitación de la mano de obra.

CGT

- Subsidio para todos los desocupados.
- No más despidos ni suspensiones.
- Cerrar la importación de productos que pueden hacerse en el país.
- No a la reducción de la jornada laboral.
- Reactivar mecanismos de concertación social
- Que se respeten los cupos para trabajadores discapacitados.

UIA

- Obtener créditos.
- Estímulos para las exportaciones.
- Menor presión impositiva.
- Moratoria para deudas impositivas y previsionales anteriores a la convertibilidad.
- Facilidades para pagar los servicios.
- Mayor cuidado de la industria "sana".

IGLESIA

- Elaboración de un "plan social práctico".
- Medidas prioritarias para trabajadores jubilados.
- Formular una "convocatoria impactante" para despertar la solidaridad social.
- Construcción de viviendas económicas.
- Insistir ante el Gobierno para que cumpla la promesa de "aniquilar" el desempleo.

01-02

REACTIVAR LA OBRA PUBLICA

Gobierno desempleo

La CGT pedirá hoy al Gobierno que genere puestos de trabajo mediante la **reactivación de la obra pública** y que extienda el seguro de desempleo **a todos** los desocupados, adelantaron fuentes gremiales a **Clarín**.

Los pedidos de la central obrera son solo una parte de las **distintas recetas** que comenzaron a prepararse para solucionar el problema de la falta de trabajo, que actualmente alcanza un nivel récord, ya que distintas proyecciones lo ubican **entre el 16 y el 18 por ciento** y toca a tres millones y medio de argentinos que tienen problemas de empleo (ver infografía).

"Llegó el momento de pedir que se dé prioridad a la obra pública y a los microemprendimientos para que la gente empiece a salir del pozo", explicó ayer el secretario de Relaciones Institucionales de la CGT, Andrés Rodríguez.

Fue un anticipo de las propuestas que la cúpula cegetista llevará a la **ronda de consultas** que inicia hoy con el Gobierno para analizar los problemas sociales. El "fixture" sindical anuncia una reunión sobre **desempleo**, a las 11, con el ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa; otra, por la tarde, para discutir el tema de las **obras sociales** con el ministro de Salud y Acción Social, Alberto Mazza; y una tercera, mañana, para analizar las **crisis provinciales** junto al ministro del Interior, Carlos Corach.

En la audiencia con Caro Figueroa –en la que, como primer punto de la agenda formal, figura, en realidad, la descentralización de las negociaciones colectivas– los sindicalistas citarán el ejemplo de la provincia de Buenos Aires, donde el gobernador Eduardo Duhalde diseñó un **plan laboral** para utilizar **mano de obra primaria**, por ejemplo en el asfaltado de calles. Ayer, Duhalde estimó que el panorama de la desocupación va a mejorar para fin de año (ver Duhalde...).

Seguro para todos

El secretario general de la CGT, Gerardo Martínez, le planteará a Caro Figueroa la necesidad de **generalizar** el pago del subsidio directo a los desocupados. "Desde que me puse al frente de la central obrera vengo reclamando al Gobierno que fabrique cuanto antes una red de contención social", explicó.

El seguro de desempleo oscila entre 150 y 300 pesos y lo reciben 110 mil personas, es decir, uno cada veinte despedidos, según cálculos extraoficiales. Quedan afuera los que se acogieron a un retiro voluntario, los que trabajaron en negro y los jóvenes que tratan de ingresar al mercado laboral.

El Poder Ejecutivo estudia la forma de **redistribuir** los 300 millones de pesos que destina a esos pagos y hay quienes recomiendan bajar los montos para pagarle a más gente. En tanto, volverá a presionar al Parlamento para que termine de aprobar los proyectos de la **reforma laboral** que impulsó.

En la CGT hay voces furiosas. "Basta de formar comisiones y de elaborar diagnósticos, el Gobierno tiene que decirnos mañana cuánta plata va a juntar para pagarles a los desocupados y cómo va a hacer para generar puestos de trabajo", exclamó anoche el lucifuercista Oscar Lescano.

Pablo Calvo

02-02

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DIVISION INFORMACIONES	180995	HOJA
		PEDIDO DE INFORMES:	77/95	

I. FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 250995

II. INFORMACION CONOCIDA:	A. EVALUACION:
	B. TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.

20/9/95
400/95

19 SET. 1995
Antecedentes
9509170

III. INFORMACION SOLICITADA:

IV. ACCION TOMADA:

V. DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

Dpto. II- EME.

FIRMA:

El Jefe de la División Informaciones de la D.N.S.FF.AA.

Coronel

Tomas V. Cassella

setiembre de 1995

9509170

SDI

Montevideo, 15 de setiembre de 1995.-

1.- ACOSTA PELLEJERO, ENID LORELEY.- Aux. de Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 27-09-1969 Montevideo.-
C.I.: 2,772.301.1
C.C.: BZA 38.138.
Domicilio actual: Romulo Rossi 5783
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Amado Acosta
C.I.: 1.441.773.8 C.C.: FDA 2374.
Nombre de la madre: María Carmen Pellejero Sosa
C.I.: 1.206.497.9 C.C.: FDA 3277.- trasl. BZA 22.460.
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Gral. Manuel I. Fernández.-

2.- BARCELO PINTO, RUBEN DARIO.- Sgto. Reg. Cab. 1.-

Fecha y lugar de nacimiento: 5-8-1958 Rivera.-
C.I.: 3.487.014.6
C.C.: BCA 91.105.-
Domicilio actual: Aparicio Saravia 3287/3.
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Aristide Barceló
C.I.:3.087.202.1 C.C.: HBD 758.-
Nombre de la madre: Nilsa Pinto Borges (fallecida)
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge: María José Trinidad Sisnandez.
C.I.: 3.207.194.8 C.C.:BAA 28661.-
Presentado por:

3.- BEGLE BARCA, LUIS ROBERTO.- Foguista. Prestando Serv. Bn.Ing. 7.

Fecha y lugar de nacimiento: 13.5.1943 Montevideo.-
C.I.: 1.020.226.0
C.C.: BNA 32.470.-
Domicilio actual: José Batlle y Ordoñez 4621.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Juan José Begle Rodriguez.- (Fallecido)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Barca, Francisca Magdalena.
C.I.:1.067.544.3 C.C.: BAB 5271.
Nombre del cónyuge: Elida Affonso Morales
C.I.:1.724.217.8 C.C.: GAA 4323 trasl. AUA 17.431.-
Presentado por: Cnel. Alvarez.-

4.- BOUYSSOUNADE CALAFI, ROBERTO.- Médico-General.-

Fecha y lugar de nacimiento: 15-10-1957.- Salto
C.I.: 3.713.445.6
C.C.: AFA 4263
Domicilio actual: Ejido 1365 Ap. 33 Piso 11.-
Domicilio anterior: Luis P. Ponce 1465 Apto. 601.-
Nombre del padre: Pedro, Bouyssounade Mattos.-
C.I.: 4.040.407.8 C.C.: AEA 6595.
Nombre de la madre: Graciela Calafi Wauters.- 164150C
C.I. 3.713.551.3 C.C.: JBE 5980.- AEA 56418
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Gral. ABILLEIRA.-

5.- FAVALE SENA, MARLENE BARLY.= Auxiliar de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 7-3-1964 Artigas.-
C.I.: 3.678.767.0
C.C.: IAC 43.317.-
Domicilio actual: Barroso 3730/4.-
Domicilio anterior: Bella Unión 026 (Artigas)
Nombre del padre: Julio Favale Monje.-
C.I.: 3.470.307.6 C.C.: IAC 18.148.-
Nombre de la madre: Irma Sena Nuñez.-
C.I.: 3.837.093.0 C.C.: IAC 18.374.-
Nombre del cónyuge: Flavio Mendez.-
C.I.: 4.162.727.5 C.C.: IAC 53.840.-
Presentado por: Tte. Cnel. Julio Aranco y Mayor Hector Varela.-

6.-PESAH GIL Natalie Ethel Auxiliar de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 15-12-72 Montevideo
C.I.: 1.826.978-1
C.C.: BJA 26421
Domicilio actual: Defensa 1838/2
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Samuel PESAH JOSE
C.I.: 809.330-8 C.C.: ACB 5848
Nombre de la madre: Simona Blanca GIL PRESA
C.I.: 1.169.579-5 C.C.: ADA 4234
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por:

7.- PEREZ CORBO, FABIANA.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 2[illegible]-[illegible]-1973 (Dpto. de Rocha).-
C.I.: 3,67[illegible].670.6.-
C.C.: EFB 9594.-
Domicilio actual: Paraquay 1227.-
Domicilio anterior: Pque. Nnal. Santa Teresa(Rocha)
Nombre del padre: Ismair Isidoro Pérez Techera.- (Militar)
C.I.: 3.008.470.3 C.C.: EFA 2921
Nombre de la madre: Faustina Florentina Corbo Rocha.
C.I.3.388.239.0 C.C.: EFG 1012.-
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Mayor Hector Varela.

8.- SCALABRINO MUGA, ADELA.- Aux. de Enf. FIR

Fecha y lugar de nacimiento: 27-10-1967 Montevideo -
C.I.: 1.727.694.1
C.C.: AVA 22.655.-
Domicilio actual: 18 de Julio 2318/601.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Silvio German Scalabrino Bagoyhar.- 1364967
C.I.:584.632.0 C.C.: BBB 14.490 trasl. AVA 21989.-
Nelida Lidia Muga Duarte. FIR
C.I.: 745.013.5 C.C.: BQA 9886 AVA 21990
Nombre del cónyuge: Alvaro Oliver Alvarez.- 615T
C.I.:1.942.088.5 C.C.: AEA 7665.-
Presentado por: Mayor Héctor Varela.-

9.- SEGREDO da ROSA, MARIA NOEL.- Adm.-

Fecha y lugar de nacimiento: 15-10-1976.-
C.I.: 4.064.823.0.
C.C.: GAA 7193.-
Domicilio actual: Treinta y Tres 375. (Melo)
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Néstor Hugo Segredo Machado.- Policía.
C.I.: 3.523.799-7 C.C.: GAD 4852
Nombre de la madre: da Rosa Viñoles, Estela Pilar.- Policía.- 449736
C.I.: 3.530.330.8 C.C.: GAA 5287
Nombre del cónyuge: Nicolas Yarzabal Lavecchia.
C.I.: 2.606.121.4 C.C.: GAD 8159.-
Presentado por: Spikerman Rodriguez.-

10.- VAZQUEZ SARASUA, MARY ADRIANA.- Tec. en Electromiografía.-

Fecha y lugar de nacimiento: 3- 11-1967. Artigas.-
C.I.: 3.516.084.9.-
C.C.: IAC 48.306.- trasl. IAC 58.299.-
Domicilio actual: Av. Rivera 3080./102.-
Domicilio anterior: Aparicio Saravia 173 (ciudad de Artigas)
Nombre del padre: Walter Vazquez Silva.-
C.I.: 2.973.684.2 C.C.: IAC 13.648.-
Nombre de la madre: Myriam Etel Sarasua Menoni.-
C.I.: 3.330.400.9 C.C.: IAC 16.838.-
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Dra. Cristina Rico

F|12

11.- XIMENEZ BAGNULO, MARIA MERCEDES.- Nutricionista-Civil-Contratada.

Fecha y lugar de nacimiento: 2.6.1947.-Montevideo. FUNCIONARIA DEL CASMU.-
C.I.: 1.054.322./8
C.C.: BEB 6737
Domicilio actual: Calle 57 Manz. 237 Solar 9 (Solymar)
Domicilio anterior: Juan D. Jackson 1154.-
Nombre del padre: Manuel Ximenez. (fallecido)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: María Nélida Bagnulo Santopietro 1876838
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge: Oviedo ancieri, Fabio Dolores.
C.I.: 1.360.799.8 C.C.: BJA 18.809
Presentado por:

12.- VIERA DE BRITOS DUARTE, HEBER.- Chofer

Fecha y lugar de nacimiento: 28-4-1950 Montevideo.
C.I.: 1.254.884.2.-
C.C.: BTA 10.549.-
Domicilio actual: Primera al Norte 082 esq. La Palmera
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Olivar Viera de Britos.-(fallecido)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Celma Duarte Ceballos.-
C.I.: 1.824.760.2 C.C.: GGB 521 Traslado BTA 6637
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Presentado por: Tte.Cnel. Bentancur- Sgto.1°Chineppe

9509470

EL GOBIERNO LOS CONVOCARA EN LOS PROXIMOS DIAS PARA DISCUTIR

Buscan un acuerdo y empresarios por el

Con el fin de concertar una estrategia común frente al nivel récord de desocupación, el Gobierno convocará a empresarios y a la CGT. La central sindical pidió que se declare la emergencia ocupacional y que se suspendan por ley los despidos. Un informe oficial reconoce que cada vez cuesta más encontrar empleo.

El Gobierno buscará sellar un **acuerdo social contra la desocupación** junto con empresarios y trabajadores, que serán convocados en los próximos días para elaborar **fórmulas comunes** que permitan resolver el problema, dijo anoche a **Clarín** una alta fuente oficial.

La idea es sentar en la misma mesa a los empresarios de la UIA (industriales) y el Grupo de los Ocho (banca y finanzas) y a los sindicalistas de la CGT para consensuar una suerte de **plan anti-desempleo** que, hoy por hoy, implicaría concesiones significativas de ambos sectores.

Antes de nacer, el acuerdo tuvo ayer sus primeros dolores de parto. La CGT pidió al Gobierno que –en ese marco de concertación– declare la **emergencia ocupacional**, en cuyo marco se prohíba por ley a las empresas concretar despidos y suspensiones por un año. La UIA contestó rápidamente que ese reclamo **"es inviable"**, aunque dejó abierta **la puerta del diálogo**.

UNA ESTRATEGIA COMUN

entre CGT desempleo

La última vez que se firmó un pacto social de envergadura fue el 8 de julio de 1973, cuando el presidente Héctor J. Cámpora, el secretario general de la CGT, José Ignacio Rucci, y el titular de la CGE, José Ber Gelbard, acordaron bajar el nivel de conflictividad por dos años y lograron neutralizar la inflación hasta la muerte de Juan Domingo Perón, en su tercera presidencia.

Desde el 7 de octubre del '92, bajo la órbita del Ministerio de Economía, funciona el **Consejo de la Producción, la Inversión y el Crecimiento**, que está integrado por empresarios, banqueros y dirigentes gremiales. Fue creado como órgano de consulta, análisis y asesoramiento, pero en la práctica se convirtió en "una tribuna" para que Domingo Cavallo dé conferencias o reclame apoyos, según el economista Eduardo Curia.

En el plano político, el último llamado a un pacto social partió del ex presidente Raúl Alfonsín, cuando el año pasado sugirió al Gobierno la creación de un consejo cuatripartito integrado por la UIA, la CGT y los poderes Ejecutivo y Legislativo. El 24 de agosto, el día que juró la Constitución reformada, el presidente Carlos Menem dijo que la aceptación del rumbo económico era una "condición irrenunciable" para avanzar en ese acuerdo, una respuesta que acabó con la propuesta.

Propuesta cegetista

En ese marco, la CGT sugirió ayer al Gobierno la creación del **Consejo Nacional del Empleo**, un ámbito que contenga a los distintos sectores de la producción y que se dedique prioritariamente al problema de la desocupación, que actualmente ronda entre el **16 y el 18 por ciento, una cifra récord**. La propuesta fue elevada al ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa, durante la primera reunión con la nueva conducción cegetista, encabezada por Gerardo Martínez.

"El problema es tan grave que debe actuarse con la misma rapidez que se actuó para el salvataje de los bancos", explicó anoche Martínez, en diálogo con **Clarín**. Caro Figueroa se comprometió a llevar la inquietud a la reunión del jueves del Gabinete nacional.

La cúpula de la CGT reclamó la instrumentación de **medidas urgentes** para asistir a los desocupados, en especial a los jefes de familia, y programas concretos para la generación de empleos, tal como anticipó **Clarín** en su edición de ayer. Pidieron, entre otros puntos, facilidades para que los desocupados puedan pagar impuestos y servicios, prioridad para los trabajadores argentinos y mantener las cargas sociales en los actuales niveles (ver **La propuesta...**).

Voceros de la primera línea gubernamental dijeron que los pedidos de la central obrera "son bastante difíciles de ejecutar", pero aceptaron la propuesta de los sindicalistas de reactivar los mecanismos de concertación.

Mientras tanto, con la coordinación del jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá, el Gobierno continuó elaborando ayer el paquete de medidas antidesocupación que lanzará cuando el INDEC difunda los índices actualizados del desempleo.



Saúl Ubaldini, Armando Cavalieri, Gerardo Martínez y José Pedraza, junto al ministro Armando Caro Figueroa y al subsecretario Carlos Etala: con buenos modales

La propuesta sindical

La CGT planteó ayer su receta frente al desempleo:

- Formar el Consejo Nacional del Empleo.
- Promulgar **una ley que impida los despidos** y las suspensiones durante un año.
- Ampliación del monto y de la cobertura del seguro de desempleo.
- Moratoria para los pagos de servicios e impuestos que deben realizar desocupados y jubilados.
- Reactivación de la obra pública.
- No reducir las cargas sociales.

02-02

en el conurbano

Desocupación récord, el gran problema actual

Pico máximo de desempleo

Muy alto: la tasa de desocupación llega al 22,6 % en los partidos del Gran Buenos Aires y supera el 20 % en Santa Fe, Rosario y Bahía Blanca; se habrían perdido 700 mil puestos en todo el país.

Sólo en el área metropolitana hay más de un millón de desocupados, según se desprende de las cifras oficiales del Indec, en tanto que la situación más grave afecta a los 19 partidos del conurbano bonaerense, donde buscan empleo sin éxito casi 23 de cada cien personas que están en el mercado laboral.

Si bien es cierto que particularmente en el área metropolitana hubo un muy fuerte aumento de la proporción de la población que trabaja o desea trabajar, no es menos cierto que hubo un marcado descenso en el número de ocupados, lo que indica que se perdieron miles de puestos que nadie remplazó.

La tasa de desocupación subió entonces por efecto de las personas que ingresaron al mercado de trabajo y no consiguieron ocuparse más aquellos que tenían un empleo y lo perdieron.

Lo cierto es que de las cifras oficiales se desprende también que la destrucción de puestos de trabajo fue enorme entre mayo de 1994 y el mismo mes de este año, en que se habrían perdido unos 700.000.

Este efecto combinado hizo que la tasa de desocupación nacional bata el récord por cuarta vez en las cinco mediciones realizadas entre 1993 y mayo último.

De las cinco mediciones sólo no fue récord la de octubre de 1995.

La medición de mayo último tiene los siguientes puntos destacables:

- Los niveles más altos de desempleo afectan a tres grandes núcleos urbanos como el área metropolitana, Santa Fe y Rosario y a uno más pequeño, como Bahía Blanca.
- A la inversa de las tres grandes ciudades, en Bahía Blanca el desempleo bajó del 21,4 % de octubre último al 20,2 % y probablemente haya influido la reactivación de la industria petroquímica impulsado por el alza de precios internacionales.
- En Ushuaia y Río Grande el porcentaje de desempleados subió, pero todavía es menos de la mitad del promedio nacional. Sin embargo, la caída en la tasa de actividad y de empleo podría estar indicando que hay gente que abandona Tierra del Fuego porque no tiene trabajo y es medida como desocupada en otra región del país.
- A la inversa, en Formosa la tasa de desempleo cayó del 6,8 % en octubre de 1994 al 5,4 % en mayo último por efecto de un aumento de la ocupación, probablemente asociado al aumento de las exportaciones.
- También Mendoza tiene un nivel de desempleo muy bajo comparado con el nacional, ya que alcanzó en mayo sólo al 6,8 %, aunque en mayo de 1994 era apenas del 6 por ciento. Pero cayó la cantidad de gente en el mercado laboral, lo que indica que hay emigración o personas que ya no buscan empleo porque saben que no tendrán éxito.
- El salto de la tasa también fue muy alto en Tucumán y las cifras indican que aumentó el número de puestos, pero subió mucho más la cantidad de personas que buscan trabajo.
- Salta parece haber sido afectada particularmente por la destrucción de puestos de trabajo, ya que hubo un leve aumento de la cantidad de personas en el mercado laboral, pero el desempleo saltó del 10,7 % en mayo de 1994 al 18,7 % en mayo último.
- Santa Fe tiene el récord de subocupados en busca de más empleo con el 10,3 %, a lo que se adiciona otro 3,7 % de personas que desean trabajar más, aunque no están buscando.
- La subocupación también supera el 10 % en Catamarca y San Miguel del Tucumán.
- La tasa de subempleo de los partidos del conurbano está muy lejos de los máximos nacionales, ya que alcanza sólo al 11,2 % sumando incluso a quienes no buscan trabajar más.

Jorge Oviedo

Duhalde promete más empleo con el plan de obras públicas

Optimismo: el nivel de desocupación en la provincia se atenuará, con los planes a emprender, en alrededor de un 20 por ciento, según las previsiones.

LA PLATA.-El tema de la desocupación y las formas de paliar el grave problema, fueron los aspectos centrales de una reunión que mantuvieron el ministro de Obras y Servicios Públicos, Hugo Toledo, y el secretario general de la CGT, Gerardo Martínez.

El funcionario bonaerense le aseguró al dirigente gremial, que el plan para el interior bonaerense, que incluye la realización de 500 obras en 104 partidos, va a continuar, pese a los problemas económicos o de recaudación.

Martínez le había expresado la necesidad de que lo proyectado se acelerara, a efectos de generar una mayor actividad económica mediante la apertura de nuevas fuentes de trabajo.

Aseguró, además, que la obra pública realizada en la provincia fue esencial para la ocupación de mano de obra, especialmente en el gremio de la construcción.

Al ministro Toledo se lo mencionó como partícipe de una discusión, en el gabinete bonaerense, con el ministro de Economía, Jorge Remes Lenicov, respecto de la cantidad y oportunidad de las inversiones en obra pública.

Tras la reunión con Martínez, restó importancia al tema y aseguró que sólo se trató de un cambio de impresiones, hecho habitual en estas reuniones.

La desocupación alcanzó una cifra récord: 18,6 %

El índice superó las previsiones y significa que hay 2,2 millones de personas sin trabajo; Menem afirmó que no se cambiará el rumbo de la política económica

La desocupación superó todas las previsiones y señaló un récord histórico, al alcanzar el 18,6 %, según el relevamiento del Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec).

El estudio, realizado en mayo último, reveló que 2,2 millones de personas no tienen trabajo y que 1,5 millón está subocupada. En consecuencia, 3,7 millones de personas tienen problemas de empleo.

En octubre último la tasa de desocupación fue del 12,2 % y en mayo de 1994, del 10,7 por ciento.

El presidente Carlos Menem admitió estar preocupado por la situación, pero pidió mantener la calma. "No hay que rasgarse las vestiduras", afirmó.

El índice generó inquietud en el equipo económico. "Es un problema muy serio", admitió el secretario de Programación Económica, Juan Llach. El funcionario reconoció que el Gobierno se equivocó "sobre la magnitud de este fenómeno".

Los datos difundidos por el Indec no incluyen la información correspondiente a Córdoba y a San Luis. El gobernador cordobés, Ramón Mestre, estimó que en su provincia la tasa se ubicaría en torno del 11,5 por ciento.

Los funcionarios oficiales recordaron que hubo otros países en América latina con graves problemas de desempleo, como Chile. En la década del '80, la desocupación superó el 25 % en ese país, aunque se redujo sustancialmente en cuatro años.

Gobernadores y dirigentes de la oposición advirtieron sobre la posibilidad de que se produzcan fuertes tensiones sociales si no se reduce el índice de desempleo.

Menem enfatizó que no se modificará el rumbo de la política económica.

Llach, por su parte, sostuvo que la reactivación económica permitirá comenzar a superar la crisis en el mercado laboral. Anticipó que habrá una ofensiva contra la evasión fiscal para poder reducir los aportes patronales y medidas adicionales, como una mejora en la prestación del seguro de desempleo. También se acelerarían, según trascendió, los planes de obras públicas.

(Más inf. en las Págs. 4, 5, 8 y 9)





Los puntos más graves
En porcentaje

Lugar	%
Conurbano bonaerense	22,6
Gran Rosario	20,9
Santa Fe y Santo Tomé	20,9
Bahía Blanca	20,2
San Miguel de Tucumán y Tafí Viejo	19,9
Salta	18,7
Gran San Juan	16,8
Neuquén	15,7
Gran La Plata	15,4
Corrientes	15,3
Capital Federal	14,3
Comodoro Rivadavia	14,0
Paraná	13,3
San Salvador de Jujuy	12,7
Resistencia	12,5

Nota: Córdoba, sin datos oficiales hasta ayer

Fuente: Indec / LA NACION

El Gobierno no tiene soluciones por el momento

Diálogo: la primera reacción oficial fue conformar una comisión interministerial que escuchará a los sectores políticos y sociales para adoptar resoluciones dentro de 10 días.

El Gobierno, que a través de Eduardo Bauzá, jefe de Gabinete, reconoció responsabilidad en el problema del desempleo, acordó ayer la conformación de una comisión interministerial que escuchará a representantes de los distintos sectores sociales y a los principales bloques parlamentarios para estudiar propuestas alternativas y adoptar dentro de 10 días medidas dirigidas a enfrentar la desocupación.

El grupo, que estará presidido por el ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa, e integrado por funcionarios de varias áreas, se reunirá este fin de semana con empresarios.

"El Gobierno no tiene la varita mágica para resolver el desempleo", afirmó ayer Caro Figueroa, al descartar la aplicación de medidas de acción inmediata.

Las únicas proyectadas, según fuentes gubernamentales, son la prolongación de la duración de los subsidios por desempleo –actualmente concedidos por un año como máximo– y una mayor protección social para los desocupados que sean jefes de familia.

Domingo Cavallo sostuvo que la tasa de desempleo se vio agravada porque la medición del Indec se realizó en mayo, "mes en el que incidieron con toda intensidad la desaparición del crédito y las consecuencias de la crisis mexicana". Añadió que en ese momento no estaban en vigencia dos leyes laborales que quizá "tienen efecto en la medición de octubre".

Para saber si esas previsiones se confirman, Bauzá pidió que en el mes próximo se realice una nueva encuesta de hogares.

REUNION RESERVADA EN LA CAPITAL, CONVOCADA POR DUHALDE Y OTROS

Desempleo: reclaman los gobernadores

Los gobernadores justicialistas de todo el país quieren entrevistarse con el presidente Menem para reclamarle la adopción de medidas efectivas contra el desempleo. Lo decidieron en un encuentro en el que abundaron cuestionamientos a algunos aspectos del plan económico. El bonaerense Eduardo Duhalde quedó encomendado para conseguir la audiencia con el Presidente.

MAS INFORMACION EN LAS PAGINAS 4 A 7

Los gobernadores justicialistas decidieron **presionar sobre el gobierno nacional**, a través del pedido de una audiencia con Carlos Menem, para que encare "políticas activas" de producción para neutralizar la **crisis del desempleo** (con sus consecuencias de exclusión social) y el deterioro de las **economías regionales**.

Después de varios meses, y por impulso inicial de Eduardo Duhalde y del grupo de los "independientes" –el pampeano Rubén Marín, el santacruceño Néstor Kirchner y el mendocino Rodolfo Gabrielli–, los gobernadores justicialistas se reunieron en la noche del jueves en la sede del Banco de La Pampa.

Cuando empezaba la reunión, Domingo Cavallo todavía se peleaba con la oposición en la Cámara de Diputados, durante la interpelación a la que fue sometido tras conocerse un día antes la nueva cifra récord oficial de desocupación: el **18,6 por ciento** de la población económicamente activa. El índice implica a cerca de **2.200.000 personas** sin trabajo.

El Gobierno respondió al ruido provocado por la difusión del nuevo índice con la promesa de un **paquete de medidas** para combatir el desempleo. Y propuso una **concertación** sobre el tema con empresarios y sindicalistas. La CGT ya exigió la implementación de una **"red de contención social"** para los desocupados. Los empresarios, a través de la UIA, plantearon el debate sobre una **reducción de salarios**.

Confrontación con Cavallo

La reunión del jueves de los gobernadores justicialistas insinúa otro frente de

La coparticipación

Distribución en porcentaje por provincia.

Provincia	%
Buenos Aires	22,0
Córdoba	8,9
Santa Fe	8,9
Chaco	5,0
Entre Ríos	4,9
Tucumán	4,8
Mendoza	4,2
Santiago del Estero	4,1
Salta	3,8
Corrientes	3,7
Formosa	3,7
San Juan	3,4
Misiones	3,3
Catamarca	2,8
Jujuy	2,8
Río Negro	2,5
San Luis	2,3
La Rioja	2,1
La Pampa	1,9
Neuquén	1,7
Chubut	1,6
Santa Cruz	1,6

Fuente: Ministerio de Economía. Infografía: CLARIN

TRES MANDATARIOS PROVINCIALES

medidas peronistas

LA SITUACION SOCIAL

realineamiento, desde el interior del peronismo, con connotaciones críticas respecto de algunos niveles de la política económica oficial.

Desde los gobernadores, la invocación de la fórmula "**políticas activas**", referidas al terreno de la producción, implica **confrontar** con uno de los núcleos conceptuales de la "**economía de mercado**" tal cual la entiende el equipo de Cavallo.

Los gobernadores coincidieron además en la necesidad de exigir la creación de un "verdadero ministerio del Empleo, la Producción y el Trabajo", un nombre consecuente con sus generalizados cuestionamientos al actual titular de Trabajo, Armando Caro Figueroa, y con connotaciones intranquilizadoras para Cavallo.

Es que varias veces se invocó la posibilidad de crear un ministerio de la Producción como una manera de **desdoblar** la actual cartera de Economía y **acotar** severamente el espacio del ministro.

Hubo otra definición del encuentro de gobernadores tan intranquilizadora como la anterior para Cavallo. Aunque decidieron que **no se debe discutir** la nueva ley de **coparticipación** federal hasta que no se empiece a resolver el problema del desempleo, fijaron una posición de principio sobre el tema: que "la nueva ley no puede ser la ocasión de una **pelea fratricida entre las provincias**, sino que la que tiene que ceder posiciones es la Nación".

Faltaron "Lole" y "Palito"

Del grupo de los **gobernadores independientes** estaba también el puntano Adolfo Rodríguez Saá. Pero como señal de que no había un estricto sentido de alineamiento según sus posiciones en la interna menemista, del encuentro participaron los más cavallistas: Jorge Escobar (San Juan), Mario Moine (Entre Ríos) y Ramón Puerta (Misiones), y el jujeño Oscar Perassi.

Entre todos consiguieron acordar el pedido de entrevista con Menem, y comprometerse a una nueva reunión previa para unificar y precisar el **planteo al Presidente**. No estuvieron, pese a que fueron invitados, ni Ortega ni Reutemann.

Fue algo menos unánime la charla sobre la fórmula operativa para pedir la audiencia. Gabrielli propuso que se la pidiera a través del ministro jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá, pero Duhalde dijo rápidamente que él mismo se encargaría de gestionarla personalmente con Menem, con quien comparte un fin de semana de pesca en Corrientes.

Nadie se lo discutió, pero su iniciativa creó entre los "independientes" cierta inquietud. No quieren que, en función de su todavía sordo pero concreto enfrentamiento con Cavallo por la sucesion presidencial de 1999, el bonaerense los juegue frente al Presidente como si fueran automática "tropa propia".

Carlos Eichelbaum

02-02

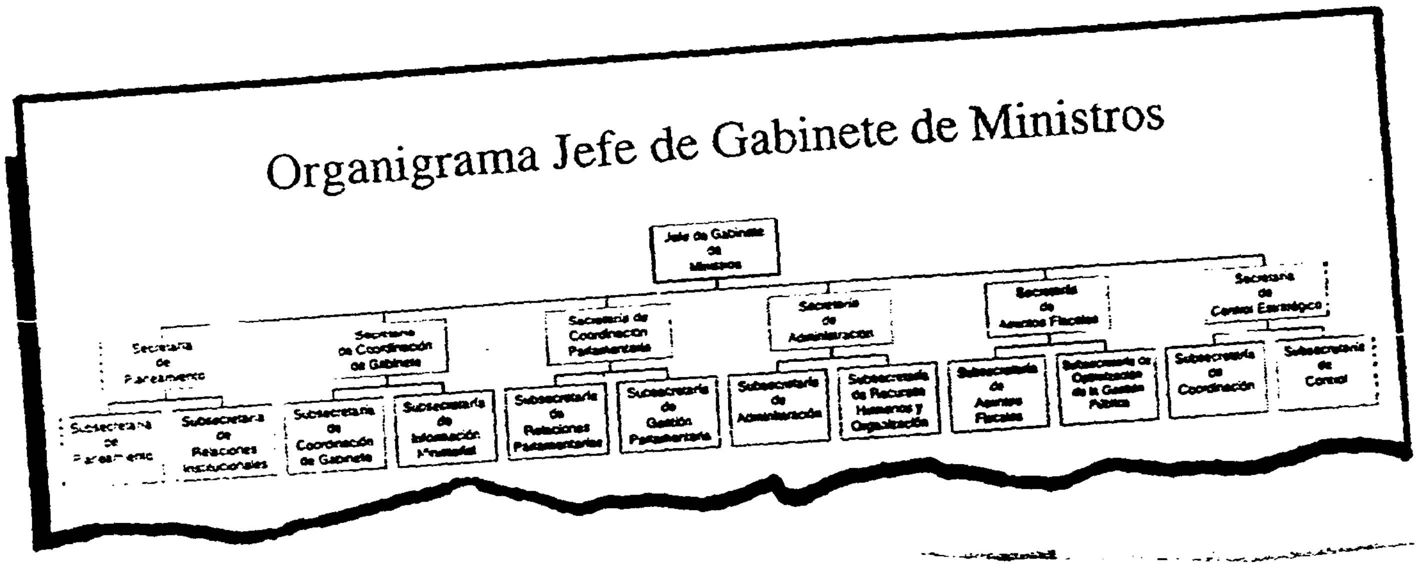
9509174

TITULO Bauzá con todo listo para asumir el sábado como nuevo Jefe de Gabinete
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE 4-07-95
VINCULACIONES 66960
11164
11309

AYER MENEM FIRMO EL DECRETO PARA QUE EL SABADO PUEDA ASUMIR COMO JEFE DE GABINETE

Bauzá ya tiene su estructura de ministro, tras acordar con Cavallo

El presidente Carlos Menem firmó ayer el decreto 909, por el cual se fija la estructura que tendrá Eduardo Bauzá como futuro jefe de Gabinete. Fue consensuada con Domingo Cavallo, pero no resuelve la puja de fondo en el Gobierno.



Facsímil que muestra la nueva estructura de jefatura de Gabinete que encabezará Eduardo Bauzá: una cuestión muy negociada.

sábado 8/7

Eduardo Bauzá ya tiene todo listo para asumir el sábado como el primer jefe de Gabinete de ministros: el presidente Carlos Menem aprobó a **través del decreto 909** el listado de secretarías y subsecretarías que dependerán de Bauzá.

El cargo figura en la nueva Constitución y fue una de las exigencias del titular del radicalismo, Raúl Alfonsín, para eliminar la cláusula que prohibía la reelección del presidente. Para Alfonsín, la figura del jefe de Gabinete es una manera de moderar el poder presidencial.

La definición de las tareas y funciones del jefe de Gabinete provocó una seguidilla de roces internos y **complicadas negociaciones entre Bauzá y el ministro de Economía, Domingo Cavallo.**

El organigrama aprobado por el presidente Menem expresa el equilibrio alcanzado la semana pasada, pero **no clausura la puja de fondo entre Cavallo y Bauzá** sobre quién es el hombre fuerte del Gobierno.

El decreto de Menem también precisa las funciones de la Secretaría General que, en remplazo de Bauzá, será ocupada por Alberto Kohan.

Algunos cambios

El organigrama de Bauzá llegó al despacho del presidente Menem con algunos **cambios de última hora** en el sensible terreno de ejecutar el Presupuesto y recaudar las rentas, que fue el campo donde se desarrolló hasta ahora la pelea con Cavallo.

Así, estos cambios repentinos están concentrados en la Secretaría de Asuntos Fiscales, que estará ocupada por el mendocino Carlos Abihaggle, y precisan las funciones de Bauzá en "la formulación de la estrategia" presupuestaria e impositiva.

En las cercanías de Bauzá indicaron que solo se trataba de "ajustes semánticos", que no alteraban para nada los "compromisos previos" entre Cavallo y Bauzá (ver **aparte**).

En Economía, parecieron tomar estos cambios con calma y, frente a las consultas de **Clarín**, los colaboradores de Cavallo evitaron referirse a este tema o afirmaron que se trataba de cambios ya consensuados.

En su nuevo cargo, Bauzá será asistido por **seis secretarías y doce subsecretarías.** Si no hay cambios de última hora, Abihaggle dejará su banca de diputado para ocupar la Secretaría de Asuntos Fiscales y Nicolás Becerra, otro diputado mendocino, se hará cargo de Coordinación Parlamentaria.

Tanto Abihaggle como Becerra fueron ministro del ex gobernador de Mendoza, José Octavio Bordón, y llenan un requisito fundamental para Bauzá: ahora son **profundos críticos del senador Bordón.**

Alberto García Lema dejará la Procuración General del Tesoro y manejará las relaciones con los ministros como secretario de Coordinación de Gabinete.

El secretario de Planeamiento será Carlos Kessman, un técnico horneado en la Fundación Mediterránea que responde al ministro Cavallo, y el de Control Estratégico será Alberto Abad, ex titular del PAMI. El arquitecto Jorge Ramos, hombre de toda confianza de Bauzá, ocupará la Secretaría de Administración.

01-01 X

9509175

POR QUE LAS NORMAS DEB... POR DECRETO, SEGUN EL PROCURADOR DEL TESORO

Reglas para el jefe de Gabinete

El lunes, el presidente Menem refrendó el decreto 909, que norma las funciones del nuevo cargo de jefe de Gabinete. Sin embargo, la polémica por el reparto de los espacios de poder no parece aún zanjada ni dentro ni fuera del partido gobernante. Aquí, el procurador del Tesoro defiende los motivos por los que dichas funciones fueron reglamentadas por decreto sin pasar por el debate legislativo.

Por Alberto García Lema

EL 8 del corriente entrará en vigencia una de las principales instituciones creadas por la reforma de la Constitución Nacional: el jefe de Gabinete de ministros. De acuerdo con lo establecido por la disposición transitoria duodécima, **sus atribuciones y responsabilidades son inmediatamente operativas** a partir de dicha fecha.

Por su parte, el artículo 100 inciso 6° de la Constitución acuerda al jefe de Gabinete la facultad de enviar al Congreso los proyectos de leyes **de ministerios y de Presupuesto Nacional**, previo su tratamiento en acuerdo de gabinete y aprobación del Poder Ejecutivo. Ello implica que aquel **debe encontrarse en funciones para intervenir** en la elaboración de tales proyectos de leyes.

Esta ha sido la razón principal para disponer **por decreto** la organización de la jefatura de Gabinete. Además, era necesario **reestructurar** la Secretaría General de la Presidencia, dado que muchas de sus antiguas funciones pasaron a ser facultades constitucionales del jefe de Gabinete, y prever que otras dos secretarías presidenciales (de Legal y Técnica y de la Función Pública) le prestaran también asistencia. Los artículos 11 de la Ley de Presupuesto para el año 1995 y 10 de la actual Ley de Ministerios contenían las autorizaciones para encarar por decreto esos cambios.

El régimen de transición

Mientras se elaboren las reformas a la Ley de Ministerios, estas sean discutidas y sancionadas en el ámbito parlamentario y entren en vigencia, resulta imprescindible **reglar el funcionamiento de la jefatura de Gabinete** y el desenvolvimiento de la administración nacional con arreglo a lo establecido en los artículos **100 y 101** de la Constitución.

La **inmediata operatividad** de esos artículos, y por hallarse en juego la organización interna del Poder Ejecutivo, **justifica** que mediante un reglamento autónomo se dispongan las operatorias básicas del régimen de transición.

Este régimen debe precisar **la denominación** de los actos y reglamentos que dicte el jefe de Gabinete, diferenciándolos en cuanto a su jerarquía **de los decretos y de las** resoluciones de los demás ministros; los casos de refrendo del jefe del Gabinete –exclusivo o con otros ministros– de decretos y mensajes presidenciales, así como los de refrendo ministerial en los actos de aquel; el circuito administrativo para la elevación de los proyectos de decretos y de las disposiciones del jefe de Gabinete; los alcances de las **delegaciones** del presidente de la Nación en el jefe de Gabinete y de este en los demás ministros; la forma de implementar la convocatoria, preparación y coordinación de las reuniones de gabinete; el **modo de remplazo** del jefe de Gabinete en caso de ausencia transitoria; entre otros aspectos que cabe prever.

Un nexo

El jefe de Gabinete tiene **dos responsabilidades** principales. Ejercerá, por un lado, la **administración general** del país y, por el otro, actuará como **nexo** entre el Poder Ejecutivo y el Congreso Nacional. Para esto último, deberá –entre otras obligaciones– concurrir una vez por mes, alternativamente a cada Cámara, para **informar** sobre la marcha del gobierno.

Los reglamentos de las Cámaras o la futura ley de ministerios deberán contemplar la preparación y desarrollo de las sesiones informativas del jefe de Gabinete, la duración de las intervenciones, la concurrencia de otros ministros, la **posibilidad** de que las respuestas sean ampliadas por escrito.

La puesta en vigencia de la jefatura de Gabinete inaugura una **profunda reorganización del Poder Ejecutivo**, que motiva un amplio **análisis y debate primero** en su propio seno, que se trasladará al ámbito parlamentario al discutirse la adecuación de sus reglamentos y la nueva ley de ministerios.

Alberto García Lema es procurador del Tesoro de la Nación.

Bauzá - Cavallo: empate sin goles

A futuro: el "arreglo" por la jefatura de gabinete se hizo a cuenta de la discusión sobre la ley de ministerios, que ya tiene algunos acuerdos básicos.

Ni mejor ni peor. La relación de fuerzas entre Eduardo Bauzá y Domingo Cavallo no es hoy distinta de lo que era antes de que se hiciera pública anteayer la estructura de la jefatura de gabinete, que Bauzá presidirá.

La posición de Economía, dicen operadores políticos que procuran una dificultosa equidistancia entre las partes, está intacta.

Cavallo no ha delegado funciones específicas, sino administrativas, sostienen, y el decreto entero que determina las nuevas atribuciones de Bauzá fue hecho en total acuerdo entre el primer piso de la Casa Rosada y el Palacio de Hacienda, apuntan.

En sintonía, Bauzá afirmó anoche que "quienes apuestan a las disidencias fracasarán nuevamente", en obvia referencia a las conjeturas sobre eventuales enfrentamientos entre él y el ministro de Economía una vez que se ponga en marcha la jefatura de gabinete.

"Seguiremos trabajando mancomunadamente con Cavallo; por otra parte, el jefe de gabinete debe tener el acuerdo de los demás ministros y la firma del Presidente para elevar el Presupuesto al Congreso", amplió el habitualmente parco Bauzá para dejar en claro que no puede hacer y deshacer a su antojo en materia económica.

Las declaraciones del hombre de confianza de Menem bien pueden ser interpretadas como una salida al cruce de especulaciones sobre alguna victoria suya que pueda astillar la imagen de Cavallo.

Bases de un acuerdo

Qué obtuvo Cavallo

- No se desdoblará Economía en Finanzas y Producción.
- No se quitará de la órbita del Palacio de Hacienda la regulación de las empresas privatizadas.

Qué logró Bauzá

- Economía no objetó la superestructura de la jefatura de gabinete, conformada por seis secretarías y doce subsecretarías.
- Cavallo no insistirá para que la Secretaría de Seguridad se transforme en un ministerio que absorba a Prefectura y a Gendarmería.

Eso, precisamente, es algo que Menem -y por ende Bauzá- hoy por hoy quiere evitar a toda costa: que salga puertas afuera del país la imagen de un ministro de Economía con, ni siquiera, unos gramos menos de peso específico.

Lo que viene

Para dentro de diez días se espera el comienzo de una discusión que volverá a encender mechas por doquier: la postergada ley de ministerios.

Algunos acuerdos básicos ya hay. Más, todavía: precisamente el paraguas abierto sobre ciertos puntos permitió a las huestes del todavía secretario general de la Presidencia y a las del ministro de Economía acordar el diseño final de la jefatura de gabinete.

Así, Cavallo se aseguró que el propio Bauzá será el encargado de frenar cualquier intento de desdoblar la cartera económica en Finanzas y Producción proveniente desde tierra hostil para "Mingo": el anticavallista Congreso.

Cedió para ello toda aspiración sobre una cuestión por la que hizo mucho y que el ala política del Gobierno nunca digirió: elevar la Secretaría de Seguridad al rango de ministerio, con la absorción de Prefectura y Gendarmería (una vuelta de tuerca a aquella "supersecretaría" que él impulsó), unión que, según Cavallo, optimizaría la utilización del gasto en seguridad.

Antes de dar el okey definitivo al organigrama que otorga forma a las vastas áreas que dominará Bauzá, el titular del Palacio de Hacienda se hizo jurar sobre la ley de convertibilidad que no se quitará de su órbita ninguno de los organismos de control de las empresas privatizadas, un anhelo que enfervorizados enemigos de Cavallo impulsaban.

A cambio, el ministro cedió "un brazo" al someterse grácilmente a que se sume al recargado escenario oficial un organismo con seis secretarías y doce subsecretarías, tal la forma de la jefatura de gabinete.

Unidos por el espanto

El comienzo del debate sobre la nueva estructura del gabinete encontrará a los dos pesos pesados de la administración menemista del mismo lado del camino, según se apresuraron anoche a asegurar operadores de uno y otro lado.

"Estamos de acuerdo con Cavallo en que las carteras no deberían ser más de doce", dijo un vocero autorizado de Bauzá que se animó al pecado de ignorar las recientes afirmaciones del Presidente que "se estiró" hasta 15 ministerios.

Unidos por el deseo de reducir el gasto, la jefatura de gabinete -con su seis secretarías y sus doce subsecretarías- y el Palacio de Hacienda tratarán de "frenar a varios secretarios de Estado que ya sueñan con su cartera", apuntó un funcionario de la Casa Rosada que asintió con la cabeza cuando se le preguntó si uno de esos secretarios podría ser Francisco Mayorga, titular de la Secretaría de Turismo.

Armas enfundadas

Dicen en Balcarce 50 que el horno presidencial no soporta, en estos días, ni un solo bollo más.

Bauzá hizo ayer una aclaración que pudo haber pasado inadvertida para muchos, o que tal vez sonó como una formalidad más. Sin embargo, las palabras del estratego de Menem reflejaron el resultado final de la negociación por la jefatura de gabinete, en la que hubo tiros, pero todos en sordina:

"El Presidente no ha perdido ninguna de sus facultades. El Presidente continúa siendo el jefe supremo de la Nación", apuntó Bauzá minutos antes de ingresar en la residencia del embajador norteamericano, James Cheek, para festejar la independencia de los Estados Unidos.

Es que pese a los deseos de Alfonsín al firmar el pacto de Olivos, es impensable imaginarse a un Menem con recortes efectivos a su poder. Ni siquiera en favor de Bauzá. Aunque eso beneficie a Cavallo.

Amílcar Antognoni

Argentina Levantó Exigencia Para los Turistas Uruguayos

BUENOS AIRES (Por Julia Rodriguez Larreta). — El gobierno argentino decidió dejar sin efecto en el caso de ciudadanos uruguayos las nuevas exigencias destinadas a los turistas que pretendan ingresar a ese país y que incluían el depósito de 50 dólares por persona y por jornada de estadía.

La decisión se adoptó luego que la embajada de nuestro país en Buenos Aires realizó gestiones urgentes para determinar si la nueva normativa afectaba a los uruguayos.

La Dirección Nacional de Migración del vecino país anunció el martes en Buenos Aires su decisión de incrementar los requisitos para el ingreso de turistas. Entre ellos se incluía la exhibición del pasaje de regreso y el depósito de 50 dólares por jornada de estadía o contar con tarjeta de crédito internacional reconocida en ese país.



Embajador Juan R. Ferreira

La noticia, recogida ayer por EL PAIS, provocó la movilización del representante diplomático uruguayo en Buenos Aires.

Según informaron fuentes de la embajada, el Embajador Juan Raúl Ferreira se puso en contacto con autoridades de migración a mitad de la tarde pasada.

Cuatro horas después, exactamente a las 19.00 horas, el propio director de Migración se comunicó con nuestro representante informándole que el gobierno argentino había decidido excluir a los ciudadanos uruguayos de las exigencias.

La medida adoptada por Buenos Aires tiene por finalidad enfrentar el ingreso de "falsos turistas" que se transforman en indocumentados una vez que vence su plazo de estadía en el país.

Aparentemente, el fenómeno se ha constatado con personas procedentes de países como Perú, Bolivia e incluso Paraguay, hecho que habría llevado a incluir la mención de "países limítrofes" en el texto de la resolución.

De no mediar gestiones oficiales, la situación de los uruguayos se habría visto alcanzada por los nuevos controles de frontera, en plena época de vacaciones de invierno.

La Nación - 6-7-95

Los turistas tendrán que venir con boleto de vuelta

Condiciones: se pedirá a los extranjeros que acrediten fondos para su estada en el país; desde la semana próxima se expulsará a los inmigrantes ilegales: se los estima en 500 mil.

El Gobierno dispuso que todo extranjero que ingrese en el país como turista deberá exhibir los recursos para su estada (50 dólares diarios, como mínimo) o tarjeta de crédito internacional, además del pasaje de regreso, al tiempo que desde la semana próxima todos los inmigrantes en condiciones ilegales que sean descubiertos serán deportados a su nación de origen.

El secretario de Población, Aldo Carreras, indicó que se giraron las nuevas disposiciones a todos los puestos fronterizos para evitar el ingreso de falsos turistas.

Previamente, el interventor de la Dirección Nacional de Migraciones (DNM), Hugo Franco, informó a LA NACION que si bien la expulsión de los ilegales no es una medida nueva, en pocos días será "una política inflexible y rigurosa".

La determinación viene aparejada de criterios más estrictos de administración. Por disposición del Ministerio del Interior, del que depende la DNM, a partir de hoy los turistas que pretendan ingresar en el país deberán acreditar el pasaje de regreso, los 50 dólares diarios o su tarjeta de crédito internacional.

Ello tiende a evitar que los falsos turistas se conviertan en residentes ilegales. Se comprende a las personas de cualquier país, inclusive los limítrofes.

La semana última, durante un operativo en una casa tomada, se registraron 150 inmigrantes ilegales, todos desocupados que vivían en condiciones sumamente precarias. Fueron expulsados del país inmediatamente, para lo cual existen convenios internacionales con compañías aéreas.

Pese a las medidas tendientes a erradicar la inmigración ilegal, son muchas las carencias en el sistema de control fronterizo, según admiten los funcionarios responsables. Hay 200 pasos fronterizos legales, pero existen otros 200 clandestinos.

Falsos turistas

El problema, explica Franco, es que muchos entran en calidad de turistas y, vencido el plazo (30 días), quieren iniciar sus trámites de radicación para quedarse a trabajar. Eso, a partir hoy, ya no será posible.

"El que entre como turista se irá como tal, y el que venga a quedarse deberá hacer los trámites en el consulado de origen", dijo el funcionario.

Durante el año último y lo que va de éste, se evidenció un abrupto cambio en la política migratoria. El énfasis está puesto en un aumento de controles y apunta a localizar trabajadores inmigrantes en condiciones ilegales y regularizarlos.

"De ninguna manera la expulsión de la ilegalidad debe verse como una forma de xenofobia. Al contrario, hará que el ilegal no se margine, sino que se incorpore a la sociedad", aclaró Carreras a LA NACION.

Las cifras, una incógnita

Con respecto al número estimativo de ilegales, nadie sabe a ciencia cierta su cantidad. Se trata de población golondrina, que entra y sale constantemente.

Pero hay quienes arriesgan cifras, por cierto, alarmantes. Por ejemplo, el cónsul de Bolivia Jorge Gutiérrez informó a LA NACION que según los estudios realizados por los dirigentes de asociaciones bolivianas, los ilegales de su origen rondan los 500.000, aunque el diplomático tiene una estimación oficial de 150.000.

Por su parte, Juan Esteche Fanego, cónsul general de Paraguay, calcula que de los 500.000 paraguayos residentes en el país, hay 150.000 en situación ilegal. "Me entero de que vinieron cuando tienen un problema: detenciones, accidentes en las obras, estafas de gestores truchos...".

Por otro lado, fuentes confiables de la DNM se atreven a hablar de un total de 500.000.

Los nuevos controles son vistos como "demasiado exigentes" por los consulados de países limítrofes, quienes consideran que pueden desembocar en problemas políticos entre las naciones involucradas. Hay quienes esperan que se trate sólo de amenazas, como tantas decisiones que en materia de política migratoria nunca se llevan a cabo.

Victoria Alvarez Benuzzi

Conflicto en puerta por Yacyretá

"Además de un monumento a la corrupción, Yacyretá será pronto un monolito a la entrega", declaró el senador autonomista José Romero Feris al término del informe del secretario de Energía, Carlos Bastos, que sobre la privatización de la represa binacional realizó ante la comisión bicameral de Reforma del Estado.

La reacción de Romero Feris coincidió con la de los legisladores radicales. Bastos dijo que "5.000 millones de dólares son parte del costo hundido, o sea, fueron **tirados a la basura**". Salvo el cordobés Miguel D'Alessandro, no concurrieron representantes del PJ a la comisión que preside el diputado Raúl Alvarez Echagüe. Bastos llegó solo y sin ninguna documentación.

Del lado opositor se aguardan **recursos judiciales** para enfrentar lo que, según Bastos, era una **decisión tomada** luego del acuerdo entre Carlos Menen y su colega paraguayo.

Lo que parecía un encuentro sin mayores expectativas puede generar un **conflicto entre el Congreso y el Ejecutivo**, ya que Bastos aseguró que en **45 días** pasaría la represa a manos privadas.

Privatización disfrazada

Para los legisladores opositores –tras indicar Bastos que la obra será entregada en concesión por 30 años– es una "privatización disfrazada". Al igual que con YPF, **necesitaría una ley especial** del Congreso por no hallarse Yacyretá comprendida en la de Reforma del Estado.

Bastos dijo que la operación **era posible** por el simple alcance del tratado firmado con el Paraguay.

Aseveró que la Argentina había invertido 7.000 millones –incluyendo los 5.000 millones "perdidos"– y que se pagaría por la concesión unos 1.800 millones, parte en bonos de la deuda externa.

El radical Luis Losada indicó que "en la documentación oficial, cuando se puso en marcha la primera turbina (setiembre de 1994), la entidad binacional decía que el costo de 8.000 millones era recuperable".

El Estado argentino, por su lado, se ocuparía de las obras complementarias en Misiones y Corrientes, lo cual representaría unos 450 millones. El cálculo que hizo el misionero Losada elevó esa suma al doble.

Menem confirmó al gabinete en medio de mudanzas y una despedida

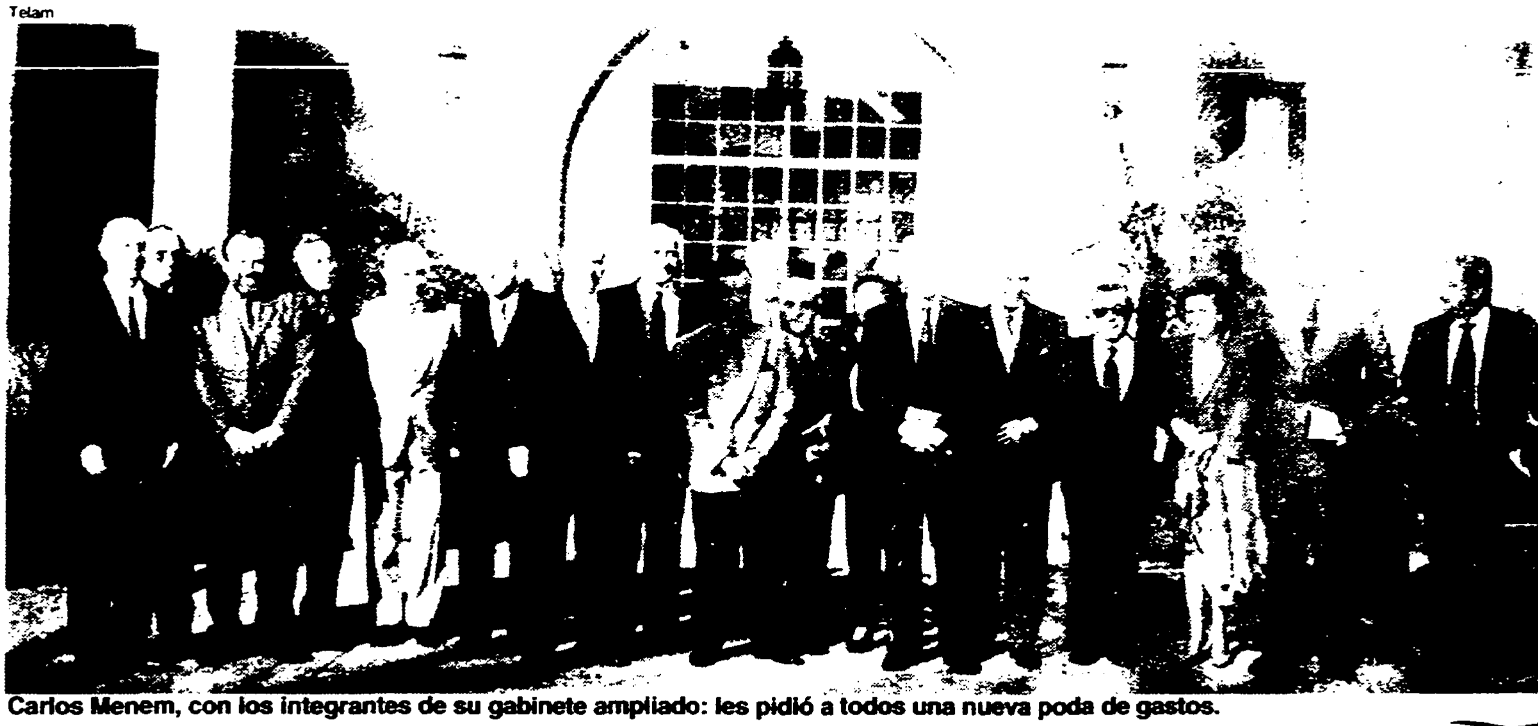
El Presidente reclamó a sus colaboradores que eviten las internas para no empañar la ceremonia de mañana. Siguen los preparativos para el segundo mandato. Eduardo Menem se despidió de su cargo en el Senado.

"Desde la limitación que me imponen la emoción y mi natural timidez, quiero agradecerles y decirles que fue un orgullo presidir esta casa", dijo Eduardo Menem al despedirse del cargo de titular del Senado. Fue el signo más visible de la nueva etapa institucional que comienza mañana, con el inicio del segundo mandato de Carlos Menem. El hermano Eduardo deja hoy la presidencia del Senado en manos del vicepresidente electo Carlos Ruckauf, quien pocas horas después de asumir viajará a Tucumán para presidir por primera vez los actos del 9 de Julio: un gesto que disgustará a Palito Ortega, quien fue derrotado por "Rucucu" en la pelea por llegar a vice. En la reunión de gabinete de ayer, Carlos Menem pidió un compás de espera hasta que pasen los actos del 8 de julio para volver a discutir los temas pendientes, como las leyes de privatización del Correo y la corrección a la de propiedad intelectual, y ratificó a todo el gabinete para después del protocolar fin de semana.

En los principales edificios donde se aloja el poder político, decenas de personas de distinto nivel jerárquico trabajaban en mudanzas varias. La gente de Alberto Kohan se desplazaba con cajones y carpetas por el primer piso de la Casa Rosada, donde el nuevo secretario general de la Presidencia se instalará el domingo. También iban y venían los viejos y nuevos asesores de Ruckauf, quien ha logrado que el número dos tenga por primera vez espacio en la Casa Rosada y no sólo en el Senado. Y en la Cámara alta, los colaboradores de Eduardo Menem también mudaban un archivo de seis años de antigüedad. Allí también llegará Ruckauf, el funcionario con dos despachos.

Alberto Kohan se refirió a su vieja enemistad con Eduardo Bauzá, de quien será vecino en el primer piso de la Casa Rosada, e intentó poner paños fríos. "Entre Bauzá y yo no hay pujas, roces ni peleas. Entre Bauzá y yo no hay nada que discutir porque las funciones de cada uno están claramente especificadas en un decreto que ya firmó el presidente Menem", dijo Kohan, quien también desmintió que haya codazos por la ocupación de espacios físicos cercanos a Menem. "Las definiciones sobre las oficinas, los ascensores, etcétera, que vamos a usar nosotros es un tema que debe estar manejando gente que se dedica a eso", dijo Kohan.

Telam



Carlos Menem, con los integrantes de su gabinete ampliado: les pidió a todos una nueva poda de gastos.

"Menem ratificó a su nuevo gabinete", informó Guido Di Tella sobre la reunión del Presidente con sus ministros, y comentó también que el jefe del Estado les pidió a sus colaboradores que reduzcan un 2,5 por ciento el presupuesto de todas las dependencias (ver página 9). El Presidente también reclamó calma en todas las peleas pendientes, sobre todo después del miércoles, cuando casi estalla un escándalo en la Cámara de Diputados, porque su presidente, Alberto Pierri, pretendió forzar el tratamiento de la ley de Correos y Domingo Cavallo amenazó a los gritos con presentarse en el Congreso.

El tema más curioso que queda por resolver es el destino de la ley de patentes, un caso extrañísimo en la historia institucional del país porque lleva un mes promulgada pero sin que se publique en el Boletín Oficial; es decir, que nadie sabe si rige o no rige. Y mientras tanto el Congreso trata la ley correctiva, la situación conforma a Cavallo. Es decir que, si se aprueba la correctiva, todo volvería a empezar como en el juego de la oca. Y si no avanza, la situación de suspenso se podrá prorrogar por años. Hace un mes, Bauzá había prometido que para la inauguración del nuevo mandato de Menem el problema estaría resuelto. No fue así.

Los gabinetes de Menem

(Julio 1989-julio 1995)

Carteras	Primer gabinete	Cambios intermedios	Ultimo gabinete
Interior	Eduardo Bauzá	Julio Mera Figueroa José Luis Manzano Gustavo Beliz Carlos Ruckauf	Carlos Corach 8262594
Relaciones Exteriores	Domingo Cavallo	—	Guido Di Tella 8105515
Economía	Miguel Roig	Néstor Rapanelli Antonio González	Domingo Cavallo 8120313
Defensa	Italo Luder	Humberto Romero Guido Di Tella Antonio González	Oscar Camilión
Salud y Acción Social	Julio Corzo	Antonio González Eduardo Bauzá Alberto Kohan Avelino Porto Julio César Aráoz	José Alberto Mazza 8296436
Educación	Antonio Salonia	—	Jorge Rodríguez 8243305
Trabajo y Seguridad Social	Jorge Triaca	Rodolfo Díaz Enrique Rodríguez	Armando Caro Figueroa
Obras y Serv. Públicos	Roberto Dromi	—	—
Justicia	—	León Arslanian Jorge Maiorano	Rodolfo Barra 8726451

Fuente: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría

Los ministros de Menem. Según un informe del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, el ministro de Economía, Domingo Cavallo, es el único que permanece en el gabinete desde que Menem asumió el Gobierno.

01-01

ASUME EN EL CONGRESO Y LUEGO TOMARA JURAMENTO A LOS MINISTROS

Menem inicia hoy

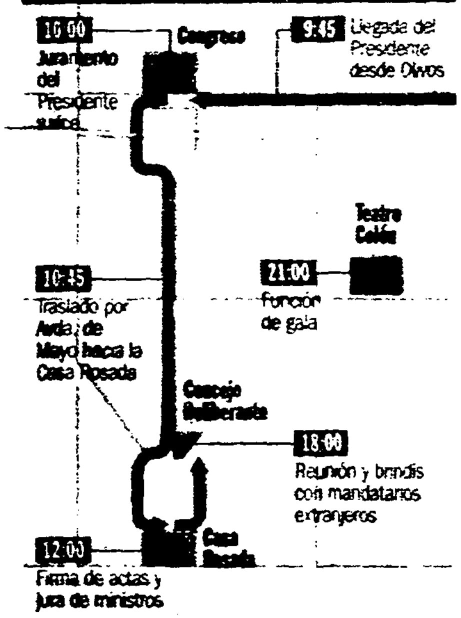
Carlos Menem iniciará hoy su segundo mandato presidencial. Asumirá en el Congreso, donde leerá un discurso de unos 15 minutos. No se prevé anuncios sino una defensa de la gestión que finaliza y la fijación de los objetivos para la que empieza. Luego, en la Casa Rosada, tomará juramento a sus ministros. Ayer, el Presidente recibió a las delegaciones extranjeras y las agasajó con una cena en Olivos. Los radicales quieren protestar por la situación cordobesa.

MAS INFORMACION EN LA PAGINA 4

Un día con todo el protocolo

Hoy, el presidente Carlos Menem iniciará su segundo mandato, que se prolongará hasta diciembre de 1999

Hoja de ruta



Paso a paso

9:30 El presidente provisional del Senado, **Eduardo Menem**, y el titular de la Cámara de Diputados, **Alberto Pierri**, iniciarán la sesión de la **Asamblea Legislativa** que proclamará la fórmula.

10:00 **Juramento del Presidente y vice en el Congreso.** En la ceremonia estarán presentes autoridades civiles y militares e integrantes de las delegaciones extranjeras. Después del juramento la sesión concluirá con un mensaje del Presidente.

10:45 El Presidente y su hija **Zulema** realizarán el tradicional recorrido por la **Avenida de Mayo** hacia la Casa Rosada a bordo de un **Cadillac** descubierto, el mismo que utilizó **Perón** en 1974.

12:00 Ceremonia de firma de las **Actas de Mandato** en la Casa de Gobierno. Allí **tomará juramento a sus ministros** y recibirá los honores correspondientes de las **Fuerzas Armadas**.

18:00 **Carlos Menem** se reunirá con personalidades extranjeras en el **Concejo Deliberante** acompañado por el vicepresidente y el canciller. Luego se agasajará a los visitantes con una copa de champán en el **Salón Montevideo**.

21:00 Función de gala en el **Teatro Colón**, en la que actuarán **Mariano Mores** y su orquesta, y **Adriana Varela**, con la presencia de jefes de Estado, vicepresidentes y sus esposas. A su término se servirá un cóctel en el **Salón Dorado**.

EL PRESIDENTE DICE QUE LE PREOCUPA EL DESEMPLEO

"Estoy de ánimo para seguir"

"**Estoy de ánimo para seguir 4 o 5 años más por ahora**, y después de de 4 o 5 años más en el 2003", sintetizó ayer Carlos Menem para expresar cómo se siente al asumir su segundo período presidencial.

Menem aseguró que los preparativos para la ceremonia no le producían "soberbia" ni un "orgullo total". "Este Carlos Menem, a seis años de gobierno, es **el mismo de 1989**. A mí el poder en ningún momento me causó una soberbia constante, soy uno más de los 33 millones de argentinos", afirmó el Presidente a Radio América.

Luego recordó los días previos a su primera asunción. "Los chistes y las cargadas estaban a la orden del día, pero después demostramos con los hechos que las cosas se podían hacer medianamente bien", dijo.

Combatir el desempleo

El Presidente ratificó que en estos cuatro años su acción de gobierno se focalizará en combatir el índice de **desocupación** y puso como ejemplo la reunión de gabinete del jueves pasado. "Fue prácticamente dedicada al tema del desempleo que es una situación preocupante", explicó. Como paliativo, Menem prometió incrementar el **subsidio de desempleo** hasta tanto la Argentina "se reubique en el campo de la producción y el trabajo".

Para ello, reiteró que es necesario que el Congreso apruebe leyes como las de accidente de trabajo y la de quiebras. "Estas leyes son para dar trabajo, **para posibilitar el mayor trabajo**", especificó.

Menem pronunciará hoy un **discurso breve** ante la Asamblea Legislativa, según se informó en la Casa Rosada

Se calcula que durará unos **quince minutos** y que estará dedicado a defender su gestión que finaliza y a fijar los objetivos para la que se inicia: el crecimiento económico y lucha contra el desempleo

EN LA CASA ROSADA

su segundo mandato

Con el exclusivo antecedente que protagonizó Juan Domingo Perón en 1952, Carlos Menem asume hoy su **segundo mandato presidencial**, fruto de una secuencia causal que se inició en noviembre de 1993 con el sorpresivo **Pacto de Olivos**, el acuerdo con Raúl Alfonsín que despejó el camino a la reelección. Siguió el 23 de agosto de 1994, cuando se aprobó la **reforma constitucional** que dio vigencia institucional al pacto, y concluyó con el **éxito electoral** del 14 de mayo último.

Son notorias las **diferencias** de las condiciones políticas y económicas en las que se opera esta segunda asunción presidencial de Menem, si se las compara con las que signaron su primer acceso al gobierno, el 8 de julio de 1989.

También son marcadamente distintas si se las contrapone con las que lo acompañaron durante la etapa central de su primer mandato, sobre todo a partir de marzo de 1991, con la llegada de Domingo Cavallo y su **Ley de Convertibilidad** a la conducción de la política económica.

En la primera comparación, la diferencia esencial la marca el paso de la hiperinflación a la estabilidad. En la segunda, el paso del impulso de reactivación económica a la recesión con desocupación.

Jefe de Gabinete

Pero también son notables los **cambios institucionales** entre una y otra asunción, seguramente llamados a modificar funcionamientos en la dinámica política del poder y del país.

El más contundente de esos cambios es, tal vez por eso, el que genera más dudas. De acuerdo con el nuevo texto constitucional, Menem no sólo tendrá un segundo mandato de 2 años menos de duración que el primero; además estará despojado, en principio, de toda perspectiva de continuidad. La iniciativa reeleccionista fue eje central de la política oficial del primer período.

Aunque Menem lo niega, no son pocos los dirigentes del menemismo, y de la oposición, que suponen en la intimidad que el Presidente intentará encontrar alguna estrategia que lo conduzca a un **tercer mandato**. Pero lo constitucional es que inicia un período reducido y sin derecho a reelección: más temprano que tarde debería lidiar con estrategias de los aspirantes a su **sucesión** que amenazarán con licuar su poder.

Otro cambio importante introducido por la reforma constitucional es el de la aparición de la figura del **Jefe de Gabinete**. Para un liderazgo y un estilo como los de Menem parece difícil que el cargo implique algún matiz de recorte del poder presidencial. Su **influencia** será en cambio marcada en el juego de poder en el segundo escalón del Gobierno.

Durante el mandato que termina, el papel del superministerio fue un privilegio exclusivo de Cavallo. Ahora, desde su Jefatura de Gabinete, con facultades en el manejo del Presupuesto y la política impositiva y una relación no sólo fáctica sino también institucional con el Parlamento, Eduardo Bauzá podrá **disputar** con armas renovadas esa jerarquía.

Todavía es difícil evaluar hasta qué punto tendrán influencia en la realidad política algunos de los moderados instrumentos de ampliación relativa del poder del Parlamento y de la Justicia, respecto del Ejecutivo, creados por la reforma constitucional.

Tendrá efectos más claros en la vida cotidiana de la gente, y del Presidente, la **elección directa del intendente** de la Capital Federal y, en general, el estatuto de autonomía de la ciudad de Buenos Aires, aunque sus alcances concretos sean todavía objeto de una fuerte disputa política.

Cavallo, el sobreviviente

Domingo Cavallo es el **único ministro** que acompañó, con ese cargo, a Carlos Menem durante todo el período de gobierno que finaliza hoy. Cavallo, el 8 de julio de **1989**, fue nombrado al frente de la Cancillería y en febrero de 1991 pasó a Economía. Según una evaluación realizada por el Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, **treinta y cuatro** fueron los cambios de jefe que se produjeron en los ocho ministerios, incluyendo la disuelta cartera de Obras Públicas. El mismo informe señala que "la **rotación** de las figuras en los cargos aparece como una de las características en los cambios". Erman González, hoy fuera del gabinete, fue quien más ministerios tuvo a su cargo.

08-02

01-02

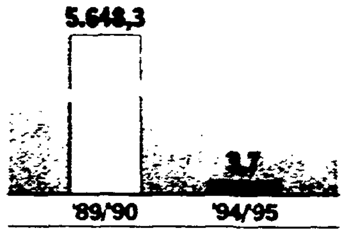
Los seis años de Menem

Triunfos electorales al hilo; hiperinflación primero y estabilidad después; desempleo; salarios; los precios de la canasta familiar; el trabajo del Congreso y los decretos presidenciales; la crisis educacional. En esta página, en cifras, todos los indicadores que marcaron el tono del primer gobierno de Carlos Menem.

Indicadores económicos

INFLACION

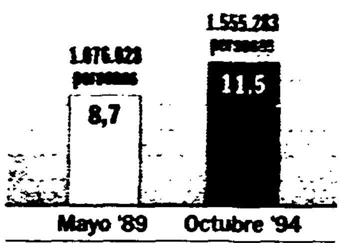
Junio a junio de cada año, en %



Fuente: INDEC

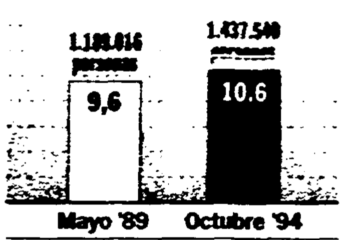
DESEMPLEO

• Desocupación, en % de la PEA



Fuente: CLARIN, en base a datos del INDEC

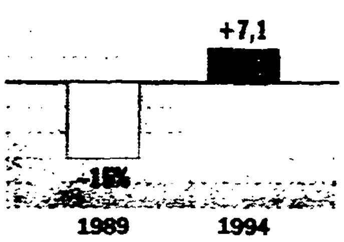
• Subocupación, en % de la PEA



Fuente: CLARIN, en base a datos del INDEC

PRODUCTO BRUTO INTERNO

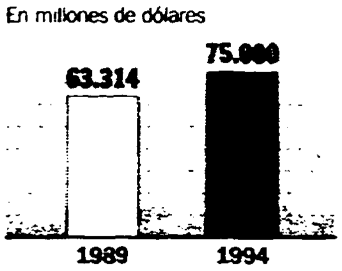
En % respecto del año anterior



Fuente: Banco Mundial

DEUDA EXTERNA

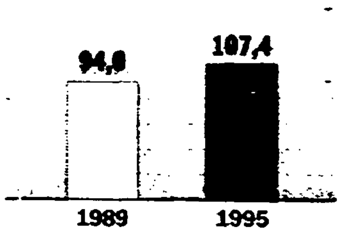
En millones de dólares



Fuente: CEPAL

PBI INDUSTRIAL

Con estacionalidad

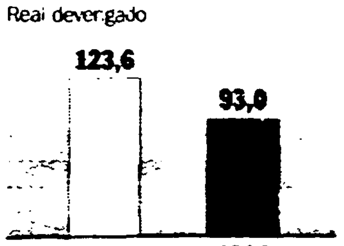


1984=100

Fuente: FIEL

SALARIOS

Real devengado



1991=100

Fuente: FIEL

El presidente



PARTIDO JUSTICIALISTA

Carlos Saúl Menem

Edad	64
Estado civil	Separado
Hijos	2
Nacido en	La Rioja

Trayectoria profesional

- Abogado. Inició su carrera en 1955.
- Escribió "Argentina, ahora o nunca", "Argentina año 2000", y junto a Eduardo Duhalde, "La revolución productiva".

Dos frases

"De la plataforma que presentamos en el '89, no quedó nada que no hayamos cumplido."

"Dicen que el poder desgasta. El poder ha consolidado a este gobierno."

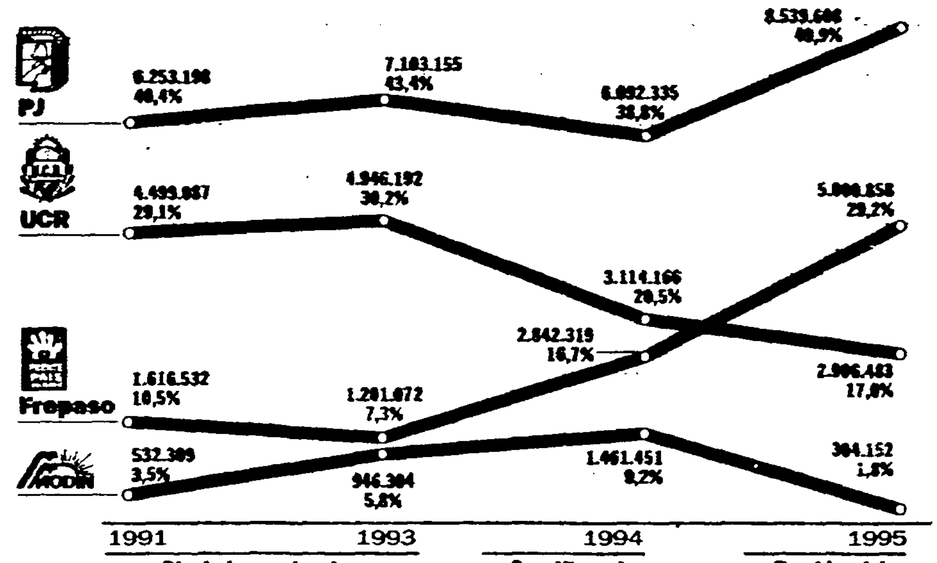
Trayectoria política

- Tres veces gobernador de La Rioja (1973, 1983 y 1987).
- En 1988 ganó la interna justicialista para la candidatura presidencial.
- Electo presidente en 1989, reelecto en 1995.

Tres medidas de gobierno

- Creación de 330.000 puestos de trabajo por año.
- Construcción de 400.000 viviendas.
- Mantener la paridad peso-dólar.

Evolución del voto



El Frepaso incluye: Frente Grande, Unidad Socialista, País y Democracia Cristiana.

La canasta familiar

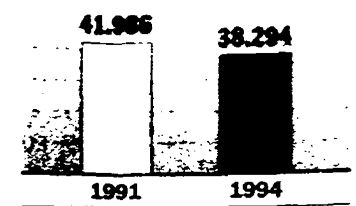
Evolución de precios, en porcentaje, desde el Plan de Convertibilidad (marzo 1991)

LOS 10 QUE MAS SUBIERON	
Alquiler	184,8
Cebolla	137,6
Peluquería	114,1
Espectáculos	109,9
Servicios para la salud	109,7
Verduras	93,9
Colegios	90,4
Pan francés	89,7
Aceite mezcla	86,2
Turismo	84,0

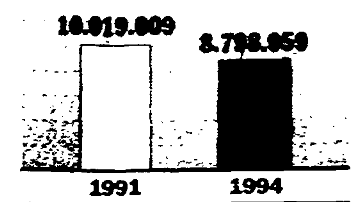
LOS 10 QUE MENOS SUBIERON	
Paleta (carne)	22,6
Higiene	22,0
Ropa interior	20,7
Manzana	15,8
Juegos y juguetes	12,0
Audio y video	11,3
Calzado	11,1
Azúcar	6,6
Ropa exterior	0,5
Pollo entero	-3,5

Educación

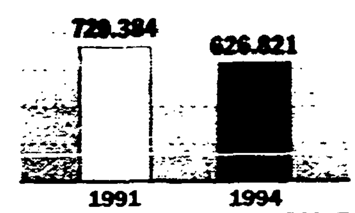
ESTABLECIMIENTOS



ALUMNOS



DOCENTES

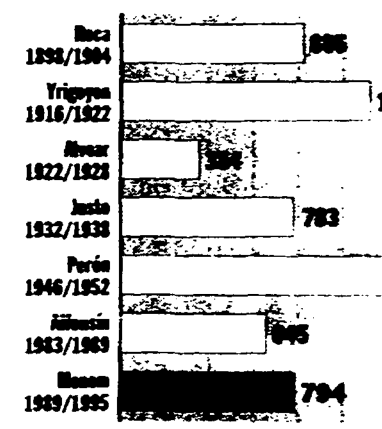


Fuente: M. de Cult. y Educac. Censo de Docentes y Establec. Educativos

Actividad legislativa

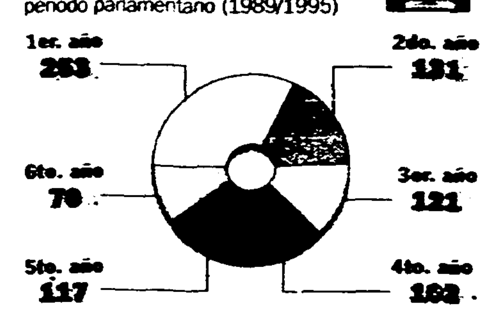
LEYES PROMULGADAS

Comparación con otros presidentes democráticos de este siglo que cumplieron la totalidad de su mandato



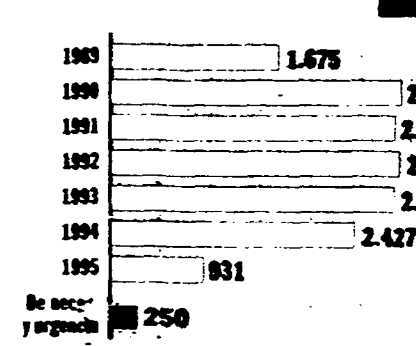
LEYES, AÑO POR AÑO

Cantidad de leyes promulgadas por cada período parlamentario (1989/1995)



LOS DECRETOS

Los decretos que firmó Menem



02/02

9509183

EL PRESIDENTE HABLO ANTE

Menem y prometió

Carlos Menem se preocupó por darle al inicio de su segunda presidencia un tono social más pronunciado. Ante el Congreso, dijo que partiendo de la estabilidad económica, se propone ahora un combate a fondo contra el desempleo. Y aseguró que las fuerzas del mercado deben ser controladas por la sociedad y el Estado. Junto a Menem, asumió ayer el vicepresidente Carlos Ruckauf y luego, en la Casa Rosada, reasumieron sus funciones los ministros y secretarios de Estado.

Carlos Menem reasumió ayer la Presidencia de la Nación y reiteró la promesa de **"aniquilar la desocupación"**. Lo dijo en su mensaje ante el Congreso, en el que prevaleció la preocupación por anunciar un **segundo mandato de tono más social** que el primero.

Después de jurar su cargo, y una vez que también lo hizo su vicepresidente Carlos Ruckauf, Menem se dirigió a una Asamblea Legislativa de cuya conformación, como dato más saliente, sobresalía la **ausencia de la bancada de diputados de la Unión Cívica Radical**, como protesta por la actitud del gobierno nacional frente a la crisis de Córdoba, que el jueves llevó al gobernador Eduardo Angeloz a presentar su renuncia.

También resultaba visible, tal como ya había sido anunciado, que la protesta y la ausencia no incluyeron a los senadores del partido opositor (ver **La oposición...**).

"A grandes rasgos y para no tocar más que un aspecto, **el único que me reconocen** propios y extraños, amigos y adversarios, **el primer período exhibió el sello de la estabilidad**", empezó Menem su discurso. Estableció así un piso ecuménico, desde el que asumió el énfasis en los problemas sociales.

Y atacó el problema más puntual y caliente: "Repito que, así como pulvericé en su momento la inflación, voy a aniquilar en el futuro la desocupación. Porque creo, como el general Perón, que el hombre no debe estar al servicio de la economía, **sino la economía al servicio del hombre** cumpliendo una función social".

El Presidente reivindicó la **reforma del Estado** concretada en su primer mandato. Pero ahora anticipó una "reformulación de sus límites" y una política activa en términos de distribución de la riqueza, "porque, hermanos, **la autoridad no puede ser indiferente ante la pobreza**, la miseria, los abusos, el abandono, la discriminación, la inequidad, el dolor o la **explotación** que puedan sufrir nuestras familias".

"La **sociedad no se opone al mercado** –definió además–; solo necesita que este sea **controlado** por las fuerzas sociales y por el Estado". En la misma línea de insinuación de redefiniciones, y como aparente aceptación de algunas críticas recibidas en los últimos tiempos, retomó un **criterio de progresividad** en la política impositiva: "La contribución de todos los ciudadanos es proporcional a su capacidad contributiva y a las condiciones personales de cada contribuyente".

Rápido recorrido hasta Plaza de Mayo

La reducida participación de público (fuentes de la Policía Federal estimaron unas **1.100 personas**) en los festejos de la reasunción permitieron un rápido traslado del Presidente, acompañado por su hija Zulemita, desde la ceremonia de jura en el Parlamento hasta la Casa de Gobierno, donde puso en sus cargos a ministros y secretarios de Estado.

También hubo un inesperado **cambio de protocolo**: el uso de un **vehículo cubierto** para hacer el traslado, en lugar del previsto, el Cadillac negro y **descapotable** utilizado por Juan Domingo Perón al asumir su tercera presidencia, en 1973.

Cuando terminó el ordenado trámite de la jura en la Casa de Gobierno, sin signos de euforia partidaria, el Presidente volvió a la residencia de Olivos para esperar el acto de **saludo a las delegaciones extranjeras** de la tarde, en el Concejo Deliberante y, a la noche, la **función de gala** en el Teatro Colón.

EL CONGRESO Y TOMO JURAMENTO A SU GABINETE EN LA CASA ROSADA

inició su segundo mandato "aniquilar" la desocupación

02

9509184

LA CELEBRACION, FUERA DE PROTOCOLO, POR EL INICIO DEL NUEVO MANDATO DE MENEM

La fiesta se hizo en la SIDE



El bastón lo lleva Zulemita; el saludo y la sonrisa son todos para Menem, al salir ayer del Congreso. Ya era presidente por segunda vez.

Casi trescientos invitados se apretujaron ayer en las oficinas de la SIDE, convocados insólitamente a ese lugar para el festejo informal de la segunda presidencia que ayer inició Carlos Menem.

"Hola Jim, gracias por venir", saludó eufórico Hugo Anzorreguy, copa en mano y sonrisa de dueño de casa.

Jim era James Cheek, el embajador norteamericano, que en su castellano de doblaje le explicó: "Quería venir a saludarte porque me voy por unos días a mi país".

Anzorreguy no alcanzó a preguntar nada, que Cheek le disparó la explicación: "Es que se terminó el fútbol y hasta que empiece el próximo campeonato a fines de agosto, aquí no tengo funciones que cumplir".

El embajador, que ya hizo de su simpatía por San Lorenzo una cuestión diplomática, fue uno de los casi 300 invitados que pasaron ayer por las oficinas abiertas de la SIDE, para festejar fuera de protocolo el inicio del segundo gobierno de Menem.

"Haceme una lista de los amigos", le había dicho el jueves el jefe del espionaje estatal a su secretario privado y yerno, Alejandro Mac Farlane.

Al final, medio gobierno, senadores, diputados, hombres de la vieja guardia peronista, diplomáticos, jueces, fiscales, jefes militares, cardenales y hasta algunos hombres del radicalismo se amontonaron en el quinto piso de la calle 25 de Mayo, obligando a malabarismos de los mozos que no daban abasto con la bebida y los saladitos.

Para todos los gustos

El jefe de Inteligencia del Ejército, general Jorge Miná, conversaba en un costado con el juez federal Juan José Galeano, que investiga el atentado a la AMIA.

Facundo Suárez, jefe de la SIDE en tiempos de Alfonsín, platicaba en un rincón discreto con el desplazado jefe de la Casa Militar, general Jorge Rearte. Y otro ex funcionario radical de la SIDE, Víctor De Martino, se lamentaba por las penurias sin fin de su partido.

La estatura del teniente general Martín Balza no pasó inadvertida. A su lado, el jefe del Estado Mayor Conjunto, teniente general Cándido Díaz, aprovechó para echar un párrafo con el ex miembro de la Corte Suprema Mariano Cavagna Martínez, ahora a cargo de la Embajada en Roma, quien le juró que el Ministerio de Defensa no lo está esperando.

El almirante Enrique Molina Pico y el brigadier general Juan Paulik completaron el póquer de jefes militares, que no olvidaron saludar al nuncio apostólico, monseñor Ubaldo Calabresi.

Hubo un aparte donde se habló de fútbol y los presidentes de River, Alfredo Davicce (radical), y de Ferro, Felipe Evangelista (peronista), fueron las estrellas.

Mario Cámpora, el diplomático peronista que debió dejar la Embajada en Londres por sus peleas con el canciller Di Tella, intercambió comentarios por lo bajo con el senador Augusto Alasino.

Los integrantes de la familia judicial, tan cercana al apellido Anzorreguy, se habían adueñado de dos oficinas y un pasillo, de tantos que eran. Estaba la Cámara Federal en pleno y los jueces Jorge Urso, Jorge Ballestero, Adolfo Bagnasco y Rodolfo Canicoba Corral. Se saludaron con José Allevato, un ex juez que desde hace tiempo es asesor de la SIDE.

El ministro Jorge Rodríguez, el secretario Felipe Solá, los diputados Jorge Argüello y Eduardo Varela Cid, los ex dirigentes de la Juventud Peronista, Dante Gullo y Alberto Conca, y una multitud de embajadores y funcionarios, se congratulaban mutuamente mientras por las ventanas podía verse cómo, frente a la Casa Rosada, terminaba de desmontarse el protocolo de la ceremonia de asunción presidencial.

Una historia que es puro Menem

"Esta vez, como en julio de 1989, la delegación de mi pais la integramos **las mismas personas**: Gonzalo Sánchez de Lozada, Hugo Banzer y yo. Aquella vez el Congreso tenia que decidir quién de nosotros sería el Presidente. Pero **como la decisión se tomaba en agosto, Menem nos invitó a los tres**".

Lo contó el ex presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora, uno de los invitados que ayer asistió al festejo informal en la SIDE. En agosto del '89, el propio Paz Zamora fue elegido presidente. Ahora, el mandatario boliviano es Sánchez de Lozada.

En tren de anécdotas sobre ese **estilo abarcador**, Hugo Anzorreguy recordó cuando Menem, en 1988 y siendo candidato presidencial, envió **telegramas a dos puntas**, al general Augusto Pinochet y a Patricio Aylwin (jefe de la oposición y luego presidente), con motivo del **plebiscito chileno** donde se rechazó la posibilidad que Pinochet fuese candidato presidencial.

A pocos pasos de esta tertulia, el jefe de los diputados peronistas, Jorge Matzkin, y un integrante del bloque, Eduardo Varela Cid, cambiaban impresiones sobre lo que puede ser la **próxima batalla interna** del oficialismo en el Congreso: el debate por la **privatización del Correo**.

Por este tema, dentro del bloque justicialista, ya hay **posiciones tomadas** y la pelea, dicen los que saben, puede ser mucho más dura que la que los legisladores y Cavallo protagonizan todavía por la Ley de Patentes.

GUSTAVO GARELLO



Cinco colegas

Henrique Fernando Cardoso, Eduardo Frei, Julio María Sanguinetti, Juan Carlos Wasmosy y Alberto Fujimori no se perdieron detalle de las ceremonia de reasunción de su colega Carlos Menem. Distendidos, fueron testigos privilegiados del comienzo del nuevo período presidencial del riojano.

03-03

9509184

REMPLAZO A MENEM EN EL TRADICIONAL DESFILE

Ruckauf estrenó su cargo en Tucumán

TUCUMAN (De nuestra agencia). - En su primera actividad como nuevo vicepresidente, Carlos Ruckauf encabezó ayer en esta ciudad, en remplazo del presidente Carlos Menem, los festejos recordatorios de la Declaración de la Independencia de 1816. Bajo un cálido sol y con el marco de una gran cantidad de público, presidió una serie de actos oficiales que culminaron al mediodía con un desfile cívico-militar, en el que participaron alumnos de escuelas provinciales y representaciones de las tres armas de todo el país.

A la hora de las declaraciones, Ruckauf se refirió a la crisis de Córdoba diciendo que esa provincia "recibió íntegramente su coparticipación en término; no hubo ningún tipo de exigencia ni la hay. Con los gobernadores siempre hubo la relación que corresponde; cuando piden una suma extra, tienen que encontrar los contravalores a esa suma".

El vicepresidente **minimizó la ausencia de los diputados radicales** cuando el Presidente leyó su mensaje a la Asamblea Legislativa anteayer y dijo que "ha sido la actitud de un sector que confundió un hecho institucional con un hecho de política partidaria, porque asumió el presidente de la Nación y no el presidente de un partido". Destacó, por el contrario, que "estuvieron los senadores; luego, en Casa de Gobierno, un núcleo de legisladores y gobernadores de la UCR, y por la tarde fuimos recibidos en el Concejo Deliberante por el presidente del bloque de concejales radicales".

Ruckauf arribó a las 9.35 en el Tango 01, junto con su esposa Isabel Zapatero, los ministros de Relaciones Exteriores, Oscar Camilión, y de Educación, Jorge Rodríguez; y los jefes del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, general Mario Cándido Díaz; del Ejército, general Martín Balza; de la Armada, almirante Enrique Molina Pico, y de la Aeronáutica, brigadier Juan Paulik.

Olvidar el pasado

En la Catedral asistieron al tedéum celebrado por el vicario general de la arquidiócesis, monseñor José Ricardo Arbó. En su homilía, el vicario llamó a **"olvidar las diferencias del pasado"**. Sostuvo que "Dios no archiva el pasado; lo aniquila cuando cada uno de nosotros reconoce nuestras culpas y pecados. Se repiten los errores del pasado, en lugar de olvidarlo".

Luego el desfile y antes de partir de regreso, a las 15, el vicepresidente dio una conferencia de prensa.

"Voy a acompañar a Menem en esta aventura de cambiar a la Argentina, estando a la mañana, como él dice, adentro del 'cockpit' del avión, como copiloto, y a la tarde en la conducción de un Senado que va a ser mucho más complejo, ya que desde diciembre va a haber tres senadores por distrito", aseguró.

PARA ENFRENTAR LAS ELECCIONES QUE VIENEN

La UCR busca cómo seguir en camino

La salida de Eduardo Angeloz del gobierno de Córdoba antes de terminar su mandato, **agudiza la crisis que sufre el radicalismo** nacional desde sus sucesivas derrotas electorales. Pero sus efectos negativos se hacen sentir con mayor gravedad en **dos frentes de tormenta** que se avecinan: los comicios de gobernadores que restan realizar en siete distritos, y la elección del presidente de la UCR para el relevo de Raúl Alfonsín, que concluye su etapa en noviembre.

• La renuncia de Angeloz, cuya decisión no la consultó con la conducción nacional de la UCR, sorprendió a la mayoría de los dirigentes de ese partido en el país, pero fue un **balde de agua fría** para los postulantes radicales en las próximas elecciones.

• El candidato a intendente de la ciudad de Buenos Aires, Fernando de la Rúa, y el postulante a la gobernación santafesina por el superlema radical, Horacio Usandizaga, por representar las ofertas con más chances electorales en dos distritos claves, perciben con mayor frustración los eventuales efectos de la inconclusa gestión de Angeloz, frente a la memoria colectiva que pueda asociar ese final con el sufrido por el ex presidente Raúl Alfonsín.

Presidencial difícil

• Angeloz, antes de la crisis en Córdoba y de su dimisión, era el **número puesto** para suceder a Alfonsín en la jefatura nacional de la UCR a partir de noviembre. El mismo consenso que había logrado para llegar a ese sitial es el que ahora sostiene que Angeloz podrá recuperarse políticamente en el futuro, **pero no para presidir el partido** en la actual coyuntura.

• Frente a un Angeloz neutralizado políticamente por los hechos, y un Alfonsín que se va porque termina su mandato, el radicalismo queda en el abismo de la orfandad, porque se retiran de escena sus dos **pesos pesados** con proyección nacional más importantes.

• Después de Alfonsín y Angeloz, la única figura nacional que aparece sin derrotas, dentro del partido, es Fernando de la Rúa. Está anotado para encabezar la lista de delegados al Comité Nacional, el ente que elige entre sus miembros al jefe

ARCHIVO CLARIN



Raúl Alfonsín: la caída de Angeloz complica la sucesión como jefe partidario.

del partido. Pero no le fascina esa meta, porque trabaja "full time" para apostar a ser el primer intendente elegido por los porteños.

• En la misma lista de delegados secundará a De la Rúa, el diputado Rodolfo Terragno, quien ha confesado su aspiración a alcanzar el timón de la UCR. Cuenta con el apoyo del senador por la Capital. Con ese objetivo viene realizando giras por todos los comités radicales del país y es, hasta ahora, él **único postulante declarado.**

• La grilla de delegados del distrito bonaerense está encabezada por el intendente de San Isidro Melchor Posse, pero no ha confesado su intención de candidatearse.

• Para la golpeada dirigencia, el alejamiento de Angeloz los obliga a pensar en una futura conducción nacional del partido de **"emergencia"**, encabezada por una **"figura neutra"** que pueda convocar a todos los sectores internos, pero que no sea tan **desdibujada** al punto de riesgo que la atención pública del rumbo radical pase por el futuro búnker de Raúl Alfonsín.

Carlos Quirós

Juran hoy los seis secretarios de Bauzá

Recorte: por razones presupuestarias, no todos esos nuevos funcionarios designarán a los 12 subsecretarios que preveían originalmente; Menem, en su primer día hábil tras la reasunción.

Los seis secretarios que integran la estructura del jefe de gabinete, Eduardo Bauzá, comenzarán a trabajar hoy, en sus distintas áreas.

Sin embargo, no todos esos funcionarios designarán a los doce subsecretarios que prevían originariamente, según el decreto por el que fue creada y regulada esa dependencia.

Esto se hará para evitar incurrir en mayores gastos, según confió a LA NACION uno de nuevos nuevos integrantes de la casa de Gobierno.

La agenda presidencial

Por su parte, en la agenda presidencial también figura que hoy se producirá la toma de juramento por parte de Carlos Menem de los nuevos secretarios de la vicepresidencia de la Nación, que ocupa Carlos Ruckauf.

Será esta jornada el primer día hábil del trabajo presidencial, luego de la reasunción de Carlos Menem, ocurrida anteayer.

Por la mañana, el Presidente se reunirá, a las 11.30, con el vicecanciller de la República Popular China, Li Zhaoxing.

El funcionario oriental concurrirá acompañado por el embajador de China en el país, Tang Yonghi, y por el subsecretario de Política Exterior de la Argentina, Guillermo González.

A las 18, el presidente Menem también tomará el correspondiente juramento de práctica al Procurador del Tesoro de la Nación.

Aguas tranquilas

Las aguas entre Eduardo Bauzá y el ministro de Economía parecerían haberse aquietado cuando quedó integrado el sexteto que colaborará directamente con el jefe del gabinete, algunos de cuyos miembros fueron sugeridos por el titular del Palacio de Hacienda, Domingo Cavallo.

Curiosamente, dos de esos secretarios del área de Bauzá fueron funcionarios durante el mandato del ahora opositor al Gobierno y ex candidato presidencial José Octavio Bordón como gobernador de Mendoza.

Se trata de Nicolás Becerra, por ejemplo, quien fue su ministro de Gobierno y de Carlos Abihaggle -mendocino como aquél- que actuó como titular de la cartera de Obras y Servicios Públicos del ex candidato presidencial por el Frepaso.

Nicolás Becerra no designará más que uno de los dos subsecretarios que le permitirá la nueva estructura del jefe de gabinete.

"Voy a gastar lo menos posible", dijo a este diario.

Precisamente, Becerra y Abihaggle pedirán licencia porque son actualmente diputados nacionales.

Despacho para Kohan

El nuevo secretario general de la Presidencia, Alberto Kohan, quien sucede en ese cargo a Bauzá, ocupará un despacho destinado hasta ahora a la Secretaría legal y Técnica.

Esta última se trasladó hace tiempo a la planta baja de la Casa de Gobierno.

Perfiles

Becerra es abogado, fue apoderado del justicialismo mendocino y actuó en otros cargos del gobierno provincial, desde que se reingresó en la democracia, en 1983 y hasta 1986, es decir, antes de acceder a la diputación nacional.

Abihaggle es economista, fue consultor del Banco Interamericano de Desarrollo, asesor bancario, senador provincial, congresal y convencional constituyente del justicialismo además de, entre otras cosas, ministro de Obras y Servicios Públicos de Bordónn.

Las secretarías

Las seis secretarías del gabinete de Bauzá, según anticipó LA NACION oportunamente, con las que se detallan a continuación:

- Control de Gestión: Alberto Abad, ex síndico general de la Nación y también ex titular del PAMI.
- Control Presupuestario: Carlos Abihaggle.
- Planeamiento: Carlos Kesman, vinculado con el ministro de Economía.
- Relaciones Parlamentarias: Nicolás Becerra.
- Administración: Jorge Ramos, arquitecto mendocino.
- Relaciones con los ministerios: Alberto García Lema, constitucionalista justicialista, hombre de consulta permanente en temas jurídicos dentro del gobierno nacional y fuera de él.

Jorge Rodríguez Duval

Ruckauf

El vicepresidente de la Nación, Carlos Ruckauf, trabajará por la mañana en la Casa Rosada con los dos secretarios de su área: Esteban Caselli, a cargo de Coordinación, y Oscar Galié, responsable de Relaciones Institucionales. Ambos jurarán hoy, junto con sus seis pares del jefe de gabinete, Eduardo Bauzá. Durante la tarde y la noche, Ruckauf estará en el Senado, del que es su titular nato.

La propuesta de postergación de la fecha de la elección del intendente porteño, fijada, en principio, para el 8 de octubre, **desató una guerra en el justicialismo**. La disputa que tiene por escenario la Capital Federal implica a dirigentes oficialistas de primer nivel, alineados detrás de la incipiente precandidatura del actual intendente Jorge Domínguez o de la de Gustavo Beliz.

Las pujas entre estos sectores determinaron que la fecha definitiva de elección se trate en el Senado **la semana próxima** mientras que hoy comenzará a considerarse la ley de autonomía (véase **recuadro**).

La jugada de la postergación se propone trabajar a dos puntas sobre las **complicaciones** que la elección porteña plantea a un sector del oficialismo: en lo interno, darle tiempo a Domínguez para instalar su precandidatura frente a Beliz; y, hacia afuera, dar tiempo al PJ para achicar las diferencias que lo separarían del radical Fernando de la Rúa.

El precandidato Beliz salió ayer a **denunciar** a Eduardo Duhalde como **gestor de la postergación** de las elecciones porteñas: "Estoy total y absolutamente en contra de que se posterguen los comicios y de que la Capital se transforme **en rehén de la ambición presidencial** de Duhalde cuyos socios locales son Eduardo Vaca y Miguel Angel Toma, que representan lo peor de la política argentina", dijo.

Según Beliz, Duhalde pretende bajar su candidatura a intendente porque le teme a la consolidación de su sociedad política con Domingo Cavallo y Palito Ortega con miras al '99. "Es verdad que formo parte del eje Cavallo-Palito-Beliz -dijo el precandidato-; si quiere dar pelea que se suba al menemóvil."

Decreto y cambio

Anteayer, el Boletín Oficial publicó el decreto firmado por el presidente Carlos Menem en el que se convoca a elecciones de intendente y tercer senador porteños para el 8 de octubre. Se invita al Senado a que fije la misma fecha para elegir estatuyentes.

Pero también el martes, desde el Senado, comenzó a hablarse de **un cambio de fecha**. El Senado tiene que establecer el régimen electoral y se apoyaría en ese recurso para solicitarle al Ejecutivo que **anule ese decreto y dicte otro** manteniendo el 8 de octubre para votar senador y estatuyentes y fije una nueva fecha (diciembre o marzo) para las elecciones de intendente.

Los senadores se mueven con alguna "luz verde" de despachos cercanos al presidencial, pero también Beliz piensa que Menem es el único garante para que no haya cambio de fecha. El PJ porteño también parece actuar **en línea** con la idea de la postergación: hoy debía reunirse el Consejo Metropolitano para ratificar la realización de internas abiertas para el 27 de agosto. **El encuentro se suspendió.**

Vicente Muleiro

Nº. 9509189
TITULO Por el caso Astiz, en Paris la cancillería criticó a Molina Pico.
PROCEDE 150024
FECHA 13.07.95
VINCULACIONES 66960
11164
65963
11399
11163
11399.

EN PARIS, LA CANCILLERIA CRITICO A MOLINA PICO

Caso Astiz: Francia respaldó a su embajador

El gobierno francés respaldó a su embajador en Buenos Aires, que rehusó invitar al jefe de la Armada a la celebración de la independencia francesa. La Cancillería francesa criticó también a Molina Pico. Dijo que el marino tuvo palabras inamistosas para con Francia.

La Cancillería francesa respaldó ayer públicamente la decisión de su embajador en Buenos Aires, Renaud Vignal, de no invitar al jefe de la Armada, almirante José Molina Pico, a la recepción de mañana por el nuevo aniversario de la Revolución Francesa. La exclusión de Molina Pico se debe a la reivindicación que hizo de las "condiciones morales" para ascender de grado, del capitán de fragata Alfredo Astiz, acusado de graves violaciones a los derechos humanos.

"Declaraciones hirientes"

"El 14 de julio es ocasión para que se reúnan en nuestras embajadas los amigos de Francia, y el almirante Molina Pico tuvo palabras inamistosas para con Francia, y ha hecho declaraciones hirientes para la memoria" de las monjas francesas Alice Domon y Leonie Duquet, dijo anoche en París el vocero de la Cancillería francesa. Las religiosas figuran como desaparecidas en nuestro país en 1977, durante la represión ilegal del terrorismo.

Por la mañana, el ministro de Defensa, Oscar Camilión, había considerado que la negativa de Vignal a invitar a Molina Pico tenía "un componente personal" y dijo que "seguro que no" cuando se le preguntó si creía que la Cancillería francesa lo avalaba.

Pero horas después, el vocero del Quai D'Orsai derrumbó la hipótesis de Camilión y de otros sectores del Gobierno, que creían ver en la posición de Vignal "un intento de mejorar sus posiciones" dentro del Partido Socialista francés.

Para que no quedaran dudas, el vocero dijo también que "las declaraciones intempestivas del almirante nos afectan aún más, en la medida en que contrastan con la calidad de las relaciones franco-argentinas, y con el trabajo de memoria meritorio al que se han lanzado las Fuerzas Armadas argentinas". La frase alude implícitamente a la autocrítica del jefe del Ejército, general Martín Balza, sobre el rol de su fuerza en la represión ilegal.

Antes de conocerse el respaldo francés a su embajador en Buenos Aires, el jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá, dijo en el Congreso que si bien el Gobierno "no va a dar instrucciones específicas" la mayoría de sus altos funcionarios no asistirá mañana a la recepción, en solidaridad con Molina Pico. Bauzá, quien suele interpretar el pensamiento del presidente Carlos Menem, lanzó así un mensaje dirigido a la interna del Gobierno. Molina Pico quiso descomprimir anoche esta cuestión, que calificó de "inconveniente pasajero".

01-01

9509189

Enfrenta a la UCR la Internacional Socialista

Simón Lázara: el vocero de Alfonsín intenta que el radicalismo se transforme en miembro consultivo de esa federación mundial; críticas de Vanossi; Angeloz, entre dos campanas partidarias.

El candidato a senador por la Capital de la UCR, Jorge Vanossi, expresó ayer su preocupación ante la gestión que realiza Simón Lázara para que el radicalismo pase de ser observador a miembro consultivo de la Internacional Socialista (IS).

Lázara, vocero de Raúl Alfonsín y dirigente con excelentes contactos dentro del socialismo (hasta su ingreso en la UCR era el titular del Partido Socialista Unificado, por el que consiguió una banca en la Cámara baja) partió el fin de semana último a Ciudad del Cabo, lugar elegido por la IS para sesionar.

Lázara viajó con el mandato del comité nacional de la UCR, que preside Alfonsín, de gestionar que el partido de Alem modifique su rango dentro de la internacional.

Balbín, en 1977

Hasta ahora, debido a una gestión que realizó Ricardo Balbín a principios de 1977, la UCR participó en los encuentros como observadora. Eso significa que no cuenta con voz ni voto dentro del organismo.

Sin embargo, por una decisión del comité nacional, Lázara comenzó las conversaciones para modificar la modalidad de adhesión de la UCR.

Vanossi dijo ayer a LA NACION que "antes de pensar en la IS, la prioridad de la UCR debería ser la vinculación con partidos de los países que integran el Mercosur".

Vanossi añadió que "es la convención nacional la que debe decidir sobre la modificación del estatus porque se trata de un tema que atañe a la doctrina del partido".

Poder hacia afuera

La gestión de Lázara por estas horas probablemente pueda interpretarse como la necesidad de la UCR por contar con mayores espacios de poder en el exterior, en momentos en que internamente atraviesa por uno de sus peores momentos históricos.

Y no es casual que todo el esfuerzo se centre en una federación internacional de partidos donde Raúl Alfonsín tiene amigos en lo personal y hasta en lo ideológico, por caso, el español Felipe González.

Actualmente, el representante oficial de la Argentina en la IS es el Partido Socialista Popular (PSP), de Guillermo Estévez Boero.

El ascenso de categoría de la UCR dentro de la IS podría complicar al PSP, no sólo por la importancia que implica liderar el socialismo de un país, sino por los fondos que la IS destina a cada representante oficial.

No son pocos los radicales que hoy piensan que miembros de la IS como los partidos socialistas francés y español y hasta el laborismo inglés podrían avalar un nuevo status para la UCR dentro de esa federación que admite en su seno, cada vez más, fuerzas socialdemócratas del mundo.

Y aunque la UCR no lleve en su sigla ninguna S de socialismo, bien es sabido que Alfonsín no le escapa a la socialdemocracia. Más bien lo hacen muchos dirigente que, dentro de su partido, están más cerca de de comulgar con el liberalismo.

El futuro de Angeloz

En tanto Alfonsín opinó ayer que el ex gobernador cordobés, Eduardo Angeloz, está en condiciones de sucederlo al frente del comité nacional, el diputado nacional Federico Storani dijo que esa posibilidad es inviable.

"Creo que hay que buscar, por encima de todo, un consenso muy importante; vamos a ver qué quiere hacer el propio doctor Angeloz, pero desde luego que puede ser presidente del partido", dijo Alfonsín.

En cambio, Storani reclamó "un radicalismo que haga renovación, que tenga propuestas alternativas y que ponga en los lugares altos a gente más creíble".

01-01

Recortan poder a varias secretarías de Estado

Eduardo Bauzá y Domingo Cavallo pelearon largo y tendido, un mes y medio atrás, por la ley de ministerios, una herramienta clave para la distribución futura del poder en el gobierno. El crecimiento en intensidad y frecuencia de esa pelea había llevado al presidente Menem a **llamarlos al orden**, reclamándoles la suspensión de hostilidades. Bauzá y Cavallo, entonces, acordaron postergar hasta setiembre la decisión sobre la ley de ministerios.

Ahora las negociaciones parecen avanzar en cierto **clima de concordia**, y el resultado es que solo habría **dos nuevos ministerios** y, además, se le **recortaría el poder** a varios secretarios de Estado que **soñaban con una proyección política mayor** en el segundo mandato de Menem.

Así, en la futura estructura del gobierno, el presidente Carlos Menem tendría bajo jurisdicción directa **solo cuatro secretarías** de Estado: la Secretaría General, la SIDE, la de Legal y Técnica y la de Medios de Comunicación.

La Secretaría de Seguridad –liderada por el brigadier Andrés Antonietti– pasaría a depender del Ministerio del Interior. La Secretaría de Lucha contra el Narcotráfico –de Alberto Lestelle– entraría dentro del esquema del Ministerio de Salud. Y el Ministerio de Educación se quedaría con la Secretaría de Ciencia y Técnica, que encabeza Domingo Liotta, y con la de Deportes, a cargo de Livio Forneris. La Secretaría para la Función Pública, que comanda Claudia Bello, iría a parar al área del Ministerio de Economía.

Según fuentes del gabinete nacional, **lo esencial de esa ley ya estaría acordado**.

Nuevos ministerios

De acuerdo con el proyecto en elaboración, **solamente habrá dos** secretarías que se transformarán en **nuevos ministerios**: el de Medio Ambiente, que estará encabezado por María Julia Alsogaray (actual secretaria de ese rubro), y el de Acción o Desarrollo Social, destinado a Eduardo Amadeo, que será, en la práctica, un desdoblamiento del actual Ministerio de Salud y Acción Social. El área de Salud continuaría a cargo de Alberto Mazza.

Como dato relevante, se asegura que **ningún proyecto** en danza dentro del gobierno contempla el **desdoblamiento** del Ministerio de Economía, un tema que había desvelado a Cavallo y que había sido utilizado por sus rivales como un fantasma agitado en cada pelea interna.

La cantidad de nuevos ministerios, se asegura en el oficialismo, será una **decisión del Presidente**. El Parlamento, en todo caso, solo le dará fuerza legal al aumento de ministerios (actualmente son **ocho**), que ya había fijado la reforma constitucional.

Peleas cargo por cargo

La decisión política sobre la ley de ministerios, avalada por el presidente Menem, **dejaría frustradas las apetencias** de varios funcionarios.

El brigadier Antonietti, por ejemplo, luchó para que su Secretaría de Seguridad se transforme en ministerio, o que en todo caso quede bajo el mando directo del Presidente. Pero finalmente sería remitida al organigrama de Interior, para quedar bajo la conducción política del ministro Carlos Corach.

Esta decisión **recortará el vuelo** del brigadier Antonietti, un amigo personal del Presidente.

Lestelle era otro de los funcionarios que también **había soñado** con el ministerio propio. Pero deberá ponerse a las órdenes de Mazza.

BAUZA ANUNCIO QUE COMENZARA EN AGOSTO

Llega la batalla por la coparticipación

Eduardo Duhalde puede **acordar** con la Nación –esto es, con Carlos Menem, pero también con su presunto rival para la sucesión de 1999, Domingo Cavallo– y quedar **enfrentado** con el resto de los gobernadores del PJ con gran peso político. O puede aliarse con esos gobernadores, para crear un **frente "federal"**, con el riesgo de blanquear un ríspido conflicto con la Nación y perder apoyo, o polarizar en su contra y a favor de otro aspirante menemista a la sucesión presidencial los favores de Menem.

Este es uno, tal vez **el más espectacular**, de los **juegos de poder** que estarán en desarrollo durante la discusión de una nueva ley de coparticipación federal de impuestos, un debate de raíz económica pero llamado a convertirse en el **gran tema político** de los próximos meses. De su trámite y conclusión dependerán nuevas lealtades y alineamientos y nuevas situaciones relativas de fuerza de los **principales actores**: Menem, Duhalde, Cavallo, Ramón Ortega, los jefes de las distintas oposiciones.

Una batalla con antecedentes

La Convención Constituyente de 1994 ofreció un **anticipo ruidoso**, pero solo un anticipo, de las "dificultades" a las que aludió ayer el ministro jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá, cuando anunció la posibilidad de que las consultas preliminares para el debate –con el fondo de la agudización de las crisis provinciales– **arranquen el mes que viene.**

La larga discusión del denominado "tema federal" fue el más conflictivo de toda la convención después del "núcleo de coincidencias", que incluía la reelección. El enfrentamiento producido entonces entre Buenos Aires, por el polémico Fondo de Reparación Histórica del Conurbano –clave para la **fortaleza política** de Duhalde–, y las demás provincias se zanjó por la intervención del Gobierno.

Incluso debió cambiarse el texto específico aprobado en la comisión federal, en un **trámite poco ortodoxo**, para terminar de acomodar en la comisión de redacción el acuerdo forzado según el cual, con la Cámara de Senadores –donde todas las provincias "valen" lo mismo– como iniciadora, pero previo acuerdo de los gobernadores, en 1996 debe elaborarse la nueva ley.

Con la lección aprendida, Duhalde afirma ahora que **no peleará** la supervivencia del fondo del Conurbano sino la recuperación de los puntos de coparticipación que cedió la provincia durante la administración radical. Para su futuro candidato a presidente –para garantizarse el apoyo de caudillos con gran peso partidario como el pampeano Rubén Marín, el formoseño Vicente Joga, el santacruceño Néstor Kirchner– será determinante si pelea esa recuperación junto a las demás provincias o en contra de ellas.

Mucha plata en juego

El reparto actual de **la torta** de los fondos coparticipables se sustenta en la ley 23548 que fue aprobada en 1988. La masa que se forma con la recaudación de los impuestos nacionales se distribuye se la siguiente manera:

- Provincias: el 56,66 por ciento.
- Nación: el 42,34 por ciento.
- Fondo para Desequilibrios Eventuales y Aportes del Tesoro: el 1 por ciento.

Los **impuestos** que entran en el juego de la coparticipación son: IVA, Ganancias, Patrimonio Neto, Combustibles, Capitales, Activos y Bienes Personales. Están excluidos los gravámenes que tiene el comercio exterior y algunos tributos que tienen asignación específica.

En 1994, los ingresos coparticipables totalizaron 26.133,7 millones de pesos. **Para este año, está proyectado un reparto de casi 27.000 millones de pesos.**

Yacyretá es la próxima víctima del extremismo privatista

Por José Antonio Romero Feris (*)
(Para La Nación)

Desde el comienzo del ambicioso y controvertido programa de privatizaciones impulsado por la gestión del presidente Carlos Menem, he señalado mi coincidencia con la necesidad de reducir la estructura elefantiásica acumulada por el Estado durante el último medio siglo, aunque disiento terminantemente con la metodología adoptada para ello y la decisión extrema de privatizarlo todo y a cualquier precio.

Creo que otro es el criterio por seguir en relación con las empresas o sectores de interés extratégico para la defensa y el desarrollo del país, donde al Estado le cabe un rol que trasciende su deficiente desempeño administrativo.

Es comprensible entonces que, ante el imperativo anuncio gubernamental de su decisión de privatizar rápidamente la represa hidroeléctrica de Yacyretá, insista en mis cuestionamientos al proceder oficial, sustentado en el despilfarro constante e irresponsable de los recursos nacionales.

Obra gigantesca

Los argentinos sabemos de la importancia y trascendencia de Yacyretá, la obra civil en construcción más grande del mundo, que aportará en 1996, 19.000 gigawatts hora, equivalentes al 40% de la oferta eléctrica argentina actual y al 65% de la energía hidroeléctrica que consume nuestro país y Paraguay.

Criticada por el desprolijo manejo administrativo de su dilatada concreción, y pese a numerosas postergaciones y reprogramaciones, a fines de 1991 los presidentes de la Argentina y Paraguay decidieron continuar las obras hasta su finalización.

Un pormenorizado informe del ente binacional Yacyretá determinaba entonces que el aporte energético de la central permitiría solucionar el problema eléctrico argentino, con una explotación más racional y económica de los recursos; que la demanda energética aumentaría en el futuro y la represa aseguraría el crecimiento industrial.

El informe anticipaba también que Yacyretá significaría una importante fuente de divisas, pues la tarifa fijada por ambos países aseguraba la operación rentable de la central.

Como resultado de la acertada decisión de ambos gobiernos, el gigantesco emprendimiento, iniciado hace veinte años, tiene cinco de las veinte turbinas previstas en funcionamiento y genera energía desde 1994, cuando se habilitó la primera de ellas.

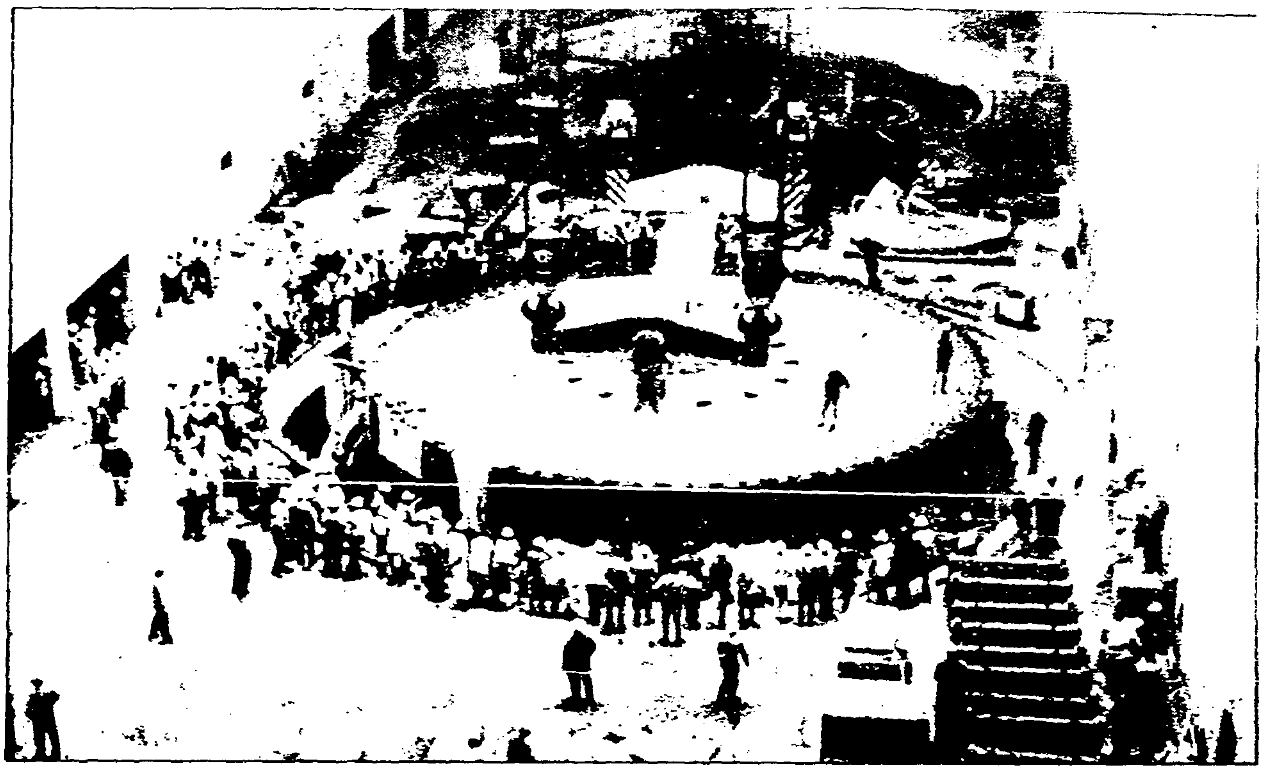
Hoy, pese a ese significativo avance, la correcta evaluación del organismo binacional es refutada con contradictorios y discutibles argumentos por el secretario de Energía de la Nación, en favor de una rápida transferencia al sector privado, en condiciones sumamente perjudiciales para el interés público.

Este proceder ya no me sorprende, pero me preocupa. Cuando el gobierno nacional entró en su vorágine privatizadora, un estudio realizado por la consultora Morgan y Grenfell sobre las alternativas de participación del capital privado en Yacyretá sugirió que, en una primera etapa, era conveniente privatizar tan sólo el control y mantenimiento de la represa.

Sin embargo, pese a carecer de razones valederas en contra, ninguno de estos elementos es tenido en cuenta en el cuestionado proyecto de concesión, y, contrariamente a lo que el estudio sugiere, la Secretaría de Energía resolvió darle alcance amplio a esta privatización y beneficiar también a los concesionarios con la comercialización de la electricidad.

A mi juicio, esta decisión no es otra cosa que la entrega lisa y llana de nuestro patrimonio.

No puedo interpretarla de otro modo, si se recuerda que la represa -según cifras que cita el secretario de Energía- demandó hasta el momento una inversión de 7000 millones de dólares y requiere aún la ejecución de obras complementarias por aproximadamente 500 millones (a cargo de los privados y del Estado nacional, en porcentajes aún no determinados); que la Argentina se hará cargo del servicio de la deuda y que por la concesión se obtendrán tan sólo 1800 millones de dólares, integrados por una parte de dinero y el resto en títulos.



YACIRETA, Corrientes. - Instalación y montaje de las primeras 5 turbinas de las 20 previstas

El desarrollo regional

Con su traspaso a manos privadas, Yacyretá se aleja del propósito que decidió su construcción: contribuir al desarrollo regional y nacional, pues probablemente la energía se exportará a Brasil.

Con ello el Estado perderá, además, toda oportunidad de recuperar la cuantiosa inversión realizada, pues los 600 millones de dólares que facturará la central anualmente serán usufructuados por los concesionarios.

Como representante de Corrientes, no puedo olvidar que nuestra provincia -que tiene déficit energético- no ha tenido participación alguna en las decisiones sobre la represa, pese a ser, junto a Misiones, las afectadas territorial y socialmente por el enclave, sufrir la demora de las obras complementarias y soportar las consecuencias negativas del proyecto.

En 1991 las autoridades de Yacyretá estimaron que la inversión realizada en la represa era recuperable en su totalidad. Con los ingresos previstos por la venta de energía se aseguraban el funcionamiento óptimo de la central, el pago de indemnizaciones por territorios inundados a Paraguay, la cancelación de los créditos tomados y la devolución de aportes del Tesoro de la Nación Argentina, que afrontó la totalidad de la inversión.

No sé con qué argumentos la Secretaría de Energía de la Nación explicará seriamente como un hecho beneficioso la entrega por 1800 millones de dólares de un emprendimiento que costó cuatro veces más y rendirá 600 millones por año.

(*) Ex gobernador de Corrientes, senador nacional, Partido Autonomista.

RETOMA SU AGENDA DE VIAJES AL EXTERIOR

Menem quiere entrevistarse con el presidente francés

El presidente Carlos Menem dio **claras instrucciones** a la Cancillería: a fin de año **quiere entrevistarse** en París con su flamante **colega francés** Jacques Chirac. Por eso **no permitió** que se saliera de madre la **minicrisis diplomática** por la negativa inicial del embajador francés, Renaud Vignal, a invitar al jefe de la Armada, almirante Enrique Molina Pico, a la recepción del viernes pasado por la Revolución Francesa.

Durante los actos de reasunción del mando, el propio Menem adelantó al ministro de Juventud y Deporte de Francia, Guy Drut, su interés por reunirse con Chirac, informaron a **Clarín** fuentes diplomáticas.

Sin embargo, **la Cancillería francesa** informó que este año **ya no tiene cupo** para una visita de Estado y sugirió postergar el encuentro para el año próximo. Buenos Aires piensa ahora en una entrevista Menem-Chirac a celebrarse durante un **viaje privado** del Presidente a París, aprovechando la cumbre de mandatarios del Mercosur y la Unión Europea, a realizarse en diciembre en Madrid.

Por lo pronto, Menem retomará la agenda de sus viajes al exterior, interrumpida en abril por la campaña electoral, con una **visita relámpago** al Uruguay. El 30 de julio se entrevistará con su colega Julio María Sanguinetti.

Cuatro días después viajará a Asunción para participar de la **primera cumbre presidencial** del Mercado Común del Sur (Mercosur) desde que la iniciativa se puso en marcha el pasado 1 de enero.

Corea, China y la ONU

Del 16 al 17 de octubre, Menem **será el anfitrión** de la cumbre de presidentes y jefes de gobierno iberoamericanos que deliberará en Bariloche. Allí, si las negociaciones no fallan, nuevamente **se entrevistará a solas** con el líder de Cuba, Fidel Castro.

Antes de ese encuentro, Menem viajará a Corea del Sur y a la República Popular China, dos escalas vinculadas con su proyecto de extender el comercio argentino hacia la cuenca del océano Pacífico. Entre el 26 de setiembre y el 1 de octubre Menem visitará Corea, para pasar a China entre el 2 y el 9 de octubre.

Pero **el mejor escenario** para su intento de alcanzar proyección política internacional, lo tendrá entre el 21 y 26 de ese mismo mes, cuando viaje a Nueva York para participar de los festejos por el 50 aniversario de las Naciones Unidas. Menem quiere entrevistar allí al primer ministro británico John Major.

Los viajes hasta fin de año

JULIO
30: Viaje a Uruguay para entrevistarse con su colega Julio María Sanguinetti.

AGOSTO
4 y 5: Cumbre del Mercosur en Asunción

SETIEMBRE
5 y 6: Cumbre de presidentes del grupo de Río en Quito.
26 al 1° de octubre, visita a Corea del Sur.

OCTUBRE
2 al 9: Visita a China
16 y 17: Cumbre de presidentes de Iberoamérica en Bariloche.
21 al 26: Viaje a Nueva York por los festejos de la ONU.

NOVIEMBRE
Visita a Brasilia por cuestión bilateral.

DICIEMBRE
A mediados de mes, cumbre de presidentes del Mercosur y la Unión Europea en Madrid.

Para Serrentino, los entrerrianos han menejado el tema de forma "poco profesional y sin rigor científico"

Alertan desde Argentina sobre "nefastas consecuencias ambientales" por instalación de papelera en Fray Bentos

La inminente instalación de una fábrica de papel en Fray Bentos alertó a las autoridades de la municipalidad de Concepción del Uruguay sobre las nefastas consecuencias ambientales que ésta pueda acarrear para la región. El director nacional de Medio Ambiente, Carlos Serrentino, advirtió sin embargo que los estudios de impacto ambiental aprueban el examen.

■ Un emprendimiento industrial para fabricar papel en Fray Bentos puso en estado de alerta a las autoridades de la municipalidad de Concepción del Uruguay, Entre Ríos, que temen por posibles consecuencias ambientales en toda la región.

Según los legisladores comunales argentinos, este tipo de emprendimiento es considerado como la segunda industria contaminante en el mundo, después de las curtiembres.

Para el proyecto, impulsado por capitales, mayoritariamente suizos, ya se ha obtenido un predio de varias hectáreas de la Intendencia Municipal de Fray Bentos, cuyo documento de traspaso se firmó en mayo último en Montevideo.

La resolución Nº 407/95 de la Municipalidad de Concepción del Uruguay advierte que el peligro no está solamente en lo que significa la instalación de una fábrica de papel, sino que enmascarada en ella, porta el germen de algo más grave aún, como es el reciclado de papeles de todo tipo que se importarán de cualquier país del mundo.

"En numerosos congresos, seminarios y universidades de los países que llevan la delantera en defensa del medio ambiente, este tipo de empresas han sido denunciadas con pruebas contundentes, porque buscan países que necesitan inversiones y trabajo para el supuesto bienestar de sus pueblos".

De esta manera, agrega la resolución, logran su objetivo de dar tratamiento a millones y millones de toneladas de residuos en papeles usados originados en los países desarrollados, donde los papeles residuales de las industrias químicas-tóxicas, tienen estrictamente prohibido su reciclado.

"Estos papeles, en países como Estados Unidos, Canadá, Alemania, Gran Bretaña, están bajo estricto control y no se les puede reindustrializar, debiendo ser tratados con estrictas normas de 'tóxicos a reciclar' y cuyos costos son tan altos que los intereses económicos los motiva a colocarlos desaprensivamente en las naciones del Tercer Mundo, donde ingresan bajo la denominación genérica e inocente de papeles usados".

A través del documento, las autoridades de Concepción del Uruguay ponen énfasis en resaltar los peligros que acarrean los ácidos cancerígenos que se emiten al aire y la serie de los llamados "organoclorhídricos", considerados extremadamente peligrosos.

Citan, a vía de ejemplo, algunos de los elementos tóxicos que utilizan estas industrias: ácidos clorados, sulfitos, blanqueadores, benceno, bromo, mercurio, penta clorofenol, metano y una serie de residuos ácidos.

"Se comprende que en este marco, no sólo el problema será focalizado en Fray Bentos sino que afectará a cientos de kilómetros a su alrededor, área en la que estamos directamente comprendidos".

El Concejo Deliberante de la Municipalidad de Concepción del Uruguay dispuso solicitar la intervención de las Cámaras de Diputados y Senadores de Argentina y Uruguay y a la Comisión Administradora del Río Uruguay (CARU), ente binacional que tiene la obligación de prevenir el no envenenamiento del río.

PRESENTARON ESTUDIO DE IMPACTO AMBIENTAL

El director nacional de Medio Ambiente, Carlos Serrentino, señaló que la empresa interesada en instalar la fábrica de papel en Fray Bentos, ha presentado el estudio de impacto ambiental como establecen las normas vigentes en la materia.

El proyecto ha pasado ya los dos filtros más importantes: el análisis de impacto ambiental propiamente dicho y el de calidad ambiental. En estos momentos, se espera el informe de la División Ecosistemas, aunque Serrentino adelantó que el proyecto tiene amplia chance de ser aprobado.

Si bien el jerarca comprendió la preocupación de las . dades municipales de Concepción del Uruguay, dij que ser profesional y actuar con rigor científico".

"No se puede hablar de industrias en forma genérica .. que específicamente hay que demostrar que impacto causa en cada caso una determinada industria".

El titular de la Dinama recordó que ha crecido la cuenca forestal de Uruguay aumentando su capacidad industrializadora y exportadora hacia toda la región.

"Por eso este emprendimiento, es importante, aunque lo hemos hecho pasar por todos los análisis necesarios, y tendrá en un futuro todos los controles que se hacen habitualmente con el resto de las industrias".

Patentes y la autonomía restringida fueron aprobadas por el Senado

Iniciativas: el justicialismo consiguió que la Cámara votase favorablemente ambas normas, ahora giradas a Diputados.

El Senado aprobó ayer y giró a Diputados el proyecto del PJ sobre la autonomía porteña y la ley correctiva de patentes, cuyo cambio sustancial radica en el acortamiento, de ocho a cinco años, del plazo para la entrada en vigor del pago de los royalties.

Esta iniciativa provocó una denuncia del radical Hipólito Solari Yrigoyen sobre la existencia de un acuerdo secreto entre los gobiernos norteamericano y argentino.

El legislador reveló el contenido de una supuesta carta del secretario de Comercio de los Estados Unidos, Michael Kantor, al ministro de Economía, Domingo Cavallo, en la que se ejerce presión sobre la administración de Menem. En la misiva que leyó el legislador se dice, supuestamente en boca de Kantor, que "un prolongado período de transición representa un serio problema para los estados Unidos. Es crítico para nuestra industria el tener una plena protección de patentes de productos farmacéuticos tan pronto como sea posible. Estos eran temas que ya creíamos resueltos. Es mi deseo resolver estos temas tan rápido y silenciosamente como sea posible".

Autonomía

En la primera parte de la sesión, matizada por las críticas del radicalismo, de PAIS, del autonomismo correntino y del justicialista porteño Eduardo Vaca, que votó en contra del proyecto de su bancada, el oficialismo logró imponer su criterio sobre una autonomía basada, entre otros, en los siguientes puntos.

- La ciudad de Buenos Aires será continuadora (y no sucesora como pedía Vaca), a todos sus efectos, de la Municipalidad.
- El gobierno nacional seguirá ejerciendo en la ciudad su competencia en materia de seguridad y protección de bienes y personas, en tanto la Policía Federal continuará dependiendo del Poder Ejecutivo.
- La ciudad tampoco contará con Justicia propia; sólo se le admiten facultades en lo vecinal, contravencional, de faltas y en lo contencioso-administrativo de orden local.
- Se crea, en el ámbito del Congreso, una comisión bicameral para la supervisión del proceso de coordinación que se llevará adelante entre el Poder Ejecutivo y la ciudad en orden a su autonomía.

Pocas concesiones

En rigor, el bloque del PJ se mostró ayer poco dispuesto a aceptar los cambios propuestos especialmente por Vaca y por el radical porteño y candidato a intendente de la ciudad, Fernando de la Rúa.

En tanto se aceptó el cambio de nomenclatura de "municipal" a "local" toda vez que ese término aparecía en el proyecto, se decidió eliminar un párrafo que remitía a los convenios que debía suscribir la ciudad con la Nación para la fijación de recursos destinados a la financiación de las transferencias.

Paralelamente, se aceptó la posibilidad de que sea la ciudad la que decida si finalmente integra el Consejo de Seguridad.

Curiosamente, la defensa de una autonomía plena para la Capital acercó más de una vez las posiciones de De la Rúa y de Vaca, al punto de que Eduardo Menem recurrió a un comentario risueño cuando se percató de que ambos legisladores criticaban una parte de su exposición. "Una vez que han coincidido...", deslizó el hermano del Presidente.

Sin embargo, las coincidencias se estrellaron contra el piso cuando De la Rúa pidió la supresión del artículo 11, por el que se expresa que los agentes públicos que actualmente se desempeñan en dependencias del Estado, se transferirán a la ciudad con el mismo nivel escalafonario, remuneración, antigüedad y derechos previsionales. De la Rúa entendió que la propuesta es contradictoria con el mensaje presidencial de recorte de gastos. Vaca le respondió desde lo partidario: "Nunca el PJ se desentiende de la situación de los trabajadores", dijo.

El cuerpo también aprobó un dictamen sobre un proyecto del Poder Ejecutivo por el que se establece un sistema de justicia nacional de la Capital y decidió que hoy, en una nueva sesión, se convierta en ley el controvertido proyecto de educación superior.

Ley de patentes

La reducción aprobada en el Senado por la entrada en vigor del pago de royalties por la ley de patentes está bastante lejos de la pretensión del Gobierno para que la norma comience a regir el 1º de enero próximo.

Por lo demás, esta ley es, en casi todos sus términos, una ratificación de la postura legislativa por sobre los intereses del Ministerio de Economía.

En realidad, la mayor concesión de los legisladores se registró a la hora de la insistencia en 10 de los 16 vetos del Poder Ejecutivo. En ese momento se aceptó la objeción presidencial sobre el punto que obligaba a los laboratorios internacionales a fabricar en el país el producto patentado.

En el artículo 105 -el único que mantenía trabadas las negociaciones entre los legisladores y quien asumió la representación del Gobierno tras el paso al costado de Cavallo, el canciller Guido Di Tella-, se decidió que el titular de la patente tendrá el derecho exclusivo sobre su invento a partir de los cinco años de publicada la ley en el Boletín Oficial, salvo que el o los terceros que estén haciendo uso de su invento sin su autorización garanticen el pleno abastecimiento del mercado interno a los mismos precios reales.

Durante el debate, el presidente del bloque radical, José Genoud, aseguró que la UCR "no encuentra argumentos técnicos que justifiquen la corrección" propuesta por el PJ. Por su parte, Alfredo Avelín (Cruzada Renovadora-San Juan) reclamó que se acepte la ley ya aprobada, por lo que también descalificó la norma correctiva.

Otro tanto hizo José Octavio Bordón (PAIS) que dijo que con esta corrección se genera una situación de altísima inseguridad. "Esta ley, con tan alto grado de consenso (cuando se sancionó), hoy está en una situación de limbo jurídico", dijo el legislador.

Por su parte, el autonomista correntino, José Antonio Romero Feris, calificó de "lamentable" a la ley correctiva como producto de negociaciones entre legisladores del oficialismo con el propio gobierno y rechazó que el PE condicione la publicación de la norma en el Boletín Oficial a la sanción de esta corrección.

Graciela Guadalupe

EL TEXTO DIFIERE DE LA PROPUESTA DEL EJECUTIVO

Patentes: media sanción del Senado para la Ley Correctiva

El largo proceso de la ley de patentes parece llegar a su fin. El Senado aprobó anoche la Ley Correctiva, negociada con el Ejecutivo, y ahora va a Diputados.

La Cámara de Senadores aprobó anoche el proyecto llamado de **ley correctiva de patentes**, vinculado a los medicamentos. La propuesta que ahora deberá considerar Diputados, para convertirse finalmente en ley, destrabará una **situación de conflicto** entre el Poder Ejecutivo y el Congreso.

El caso reviste características insólitas. El 30 de marzo pasado el Congreso sancionó la ley 24.481 sobre Patentes de Invención y Modelos de Utilidad (que incluye a los medicamentos), que posteriormente **fue vetada** por el Poder Ejecutivo.

Sin embargo, los legisladores de ambas cámaras insistieron en la sanción original el 31 de mayo, que de ese modo clausuraba toda discusión. Pero el Gobierno utilizó un atajo y bloqueó la vigencia de la norma, **al negarse a su publicación en el Boletín Oficial.**

Quedó así en descubierto un enfrentamiento entre dos de los Poderes del Estado y que en líneas generales respondió a las diferencias que separan a los **laboratorios nacionales y extranjeros** por los derechos sobre las patentes de los productos medicinales.

Como defensor de la posición del Ejecutivo, coincidente con la de los laboratorios de origen extranjero actuó en un primer término el Ministerio de Economía, aunque luego esa posta fue tomada por la Cancillería.

Tras una casi **interminable ronda de negociaciones**, anoche alumbró el proyecto que trata de acercar las distintas posiciones, aunque el texto difiere del que envió Economía (ver infografía). El debate en el recinto se caracterizó por el **enfrentamiento entre justicialistas y radicales**, que rechazaron de plano la iniciativa oficialista. Augusto Alasino informó sobre el tema y se limitó su lectura.

Frente opositor

Alzó el guante el radical José Genoud, quien sostuvo que no encontraba argumentos que **justificaran** la llamada ley correctiva. Además señaló su desacuerdo por la **disminución a cinco años del plazo** para que los laboratorios nacionales comiencen a pagar derechos de invención y señaló que el GATT autorizaba hasta diez años. También cuestionó que se haya dejado sin efecto el control legislativo del Instituto Nacional de la Propiedad Industrial a cargo del Congreso. Finalmente, destacó que con la reforma del artículo 44 se reducía la facultad de terceros para **pedir excepciones** de licencias obligatorias.

El autonomista José Antonio Romero Feris votó negativamente y dijo que la nueva iniciativa impulsada por el oficialismo expresaba una clara afrenta a la independencia del Poder Legislativo. En contra de la posición defendida por el justicialismo también se pronunciaron los senadores Alfredo Avelín (Cruzada Renovadora) y José Octavio Bordón, del PAIS.

Discrepancias

- **Economía:** quiere una ley sin restricciones para el derecho del inventor de un producto o proceso. El Congreso prefiere acotar esos derechos. Por ejemplo, un uso compulsivo de la patente cuando el producto sea estratégico para la salud de la población.
- **Congreso:** quiere que los laboratorios nacionales continúen fabricando productos patentados por otros. Establece, en esos casos, el pago de una regalía al dueño. Economía intenta evitar una avalancha de patentes antes que la ley se ponga en vigencia.
- **Economía:** intenta designar a los funcionarios del ente regulador de las patentes. El Congreso prefiere que los reguladores sean nominados también por otras dependencias. No hay acuerdo sobre las facultades del ente: el Congreso prefiere que tenga un poder amplio, y Economía, un alcance limitado.

Clarín: 20-07-95

02

Clarín 05-07-95

SEGUN DI TELLA, "INSISTEN DE MANERA OBSESIVA"

EE.UU. presiona por las patentes

Mientras Estados Unidos sigue presionando por una corrección en la Ley de Patentes, el canciller Guido Di Tella se transformó en el interlocutor de los legisladores del PJ para que se aprueben las correcciones. Diputados y senadores no quieren negociar con Domingo Cavallo.

El canciller Guido Di Tella admitió anoche que hay "**presiones**" de los Estados Unidos para que el Congreso argentino sancione cuanto antes una ley correctiva sobre **patentes**, ya que "insisten sobre este tema de una manera un poco **obsesiva**".

Di Tella dialogó durante tres horas en el despacho del secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, con el jefe del bloque de diputados del PJ, Jorge Matzkin, y a la salida aseguró que "estamos muy cerca" de acordar el texto que **corrija** la actual Ley de Patentes.

Las patentes provocaron en junio una pelea fenomenal entre el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y los senadores y diputados peronistas, que se saldó cuando el propio presidente Carlos Menem intervino y logró el compromiso de los legisladores del PJ de aprobar, en treinta días, una ley que modifique los puntos conflictivos de la norma ya sancionada.

El plazo vence la semana próxima y las relaciones entre Cavallo y los legisladores peronistas quedaron tan mal que, al menos en este tema, los diputados y senadores no aceptan dialogar con el ministro. La negociación recae entonces sobre el canciller Di Tella, que ya se reunió tres veces con diputados y senadores.

Durante el fin de semana, Di Tella y Cavallo estuvieron en los Estados Unidos, donde escucharon nuevos reclamos del representante comercial de ese país, Mickey Kantor. Anoche, Di Tella dijo que "quizá la semana que viene podremos terminar" de acordar la ley correctiva.

Matzkin estuvo acompañado por el titular de la comisión de Industria de Diputados, Humberto Roggero. Al parecer, hay acuerdo para que la protección de los derechos por los inventos entre a regir en julio del 2000 y no dentro de ocho años como dice la ley actual. De todos modos, Cavallo sigue queriendo que ese plazo se reduzca a solo un año.

El conflicto

Los nuevos puntos de **fricción** entre el tándem Di Tella-Cavallo y los legisladores están alojados, en especial, en los artículos 44 y 47. Se refieren a las situaciones de excepción que limitan las facultades de los propietarios de las patentes y a las "prácticas anticompetitivas" que anulan la exclusividad del derecho de explotación de un producto determinado.

El eje Di Tella-Cavallo argumenta que los legisladores del PJ son "extremadamente partidarios" de **restringir** los derechos de los propietarios de las patentes y sostienen que esa situación disminuye el atractivo de la Argentina ante posibles inversores.

Los legisladores responden que "hay valores superiores a la propiedad". Y dan el ejemplo de los medicamentos. "Puede haber excepciones en el derecho exclusivo de las patentes cuando haya **emergencias sanitarias**", indican sus voceros. Pero las excepciones que plantean van más lejos: por ejemplo, en caso de **precios excesivos**.

Anoche, Di Tella reiteró su postura de cumplir en forma estricta con las normas del GATT, que "es un tratado de la Nación y, consecuentemente, tiene preeminencia con respecto a cualquier ley."

03-

DESACUERDOS CON ECONOMIA Y CANCILLERIA

Ofensiva de los ley correctiva

Sin acordar todos los cambios con el Gobierno, los senadores menemistas negociaban anoche una ley correctiva de las patentes. Cancillería entiende que el texto de los legisladores promueve el patentamiento "trucho".

Discrepancias

- Economía: quiere una ley sin restricciones para el derecho del inventor de un producto o proceso. El Congreso prefiere acotar esos derechos. Por ejemplo, un uso compulsivo de la patente cuando el producto sea estratégico para la salud de la población.
- Congreso: quiere que los laboratorios nacionales continúen fabricando productos patentados por otros. Establece, en esos casos, el pago de una regalía al dueño. Economía intenta evitar una avalancha de patentes antes que la ley se ponga en vigencia.
- Economía: intenta designar a los funcionarios del ente regulador de las patentes. El Congreso prefiere que los reguladores sean nominados también por otras dependencias. No hay acuerdo sobre las facultades del ente: el Congreso prefiere que tenga un poder amplio, y Economía, un alcance limitado.

El Senado presiona por sancionar la ley correctiva de patentes comprometida con el Gobierno tras mucho tire y afloje. Durante un mes los legisladores oficialistas se reunieron con funcionarios de la Cancillería para acercar posiciones después de los encontronazos con Economía, promotora del veto de la ley original.

Durante la guerra de las patentes, Domingo Cavallo apuntó que la legislación, que incluye ahora a los productos medicinales, espanta a los inversores porque no cumple con los pactos comerciales firmados por el Gobierno. Desde el Congreso asociaron la posición de Economía con la de los laboratorios extranjeros.

EE.UU. y algunos laboratorios europeos protestaron, en línea con Cavallo. La ley –sancionada por unanimidad– fue vetada e insistida parcialmente, se autopromulgó al vencer los plazos de forma y nunca fue publicada en el Boletín Oficial.

Para barajar y dar de nuevo, el Presidente Menem convocó a votar una ley correctiva (de aquella aún no publicada). Su contenido fue discutido entre la Cancillería y los senadores y diputados oficialistas. Los parlamentarios comentaron por lo bajo que acordaron un texto pero "hubo una contraofensiva" de los Estados Unidos y "quisieron cambiar todo".

En la Cancillería

En lo de Guido Di Tella desmienten pactos con los legisladores oficialistas. Sólo se acercaron posiciones, pero quedaron temas gruesos en el tintero, indicó anoche un vocero del ministro.

Hace una semana el mismo Di Tella confesó que "hay presiones" de los Estados Unidos por las patentes. "Insisten sobre este tema de una manera un poco obsesiva", acotó el diplomático, aunque unos días antes en Denver (EE.UU.), dijo que la ley (argentina) "no sirve".

Para ganar tiempo y espacio de maniobra, el grupo de senadores que encabeza Augusto Alasino intentaba anoche hacer votar sus propias correcciones y pasarlas a Diputados. Igual reconocían una discrepancia de fondo con el Gobierno. Esta vez es el artículo 105, que se refiere exclusivamente a las patentes medicinales que ya pueden tramitarse, aunque comenzarán a regir junto con la ley definitiva.

Para la Cancillería, ese artículo actúa como un "permiso para truchar" patentes. Por ejemplo, los laboratorios nacionales pueden presentar una avalancha de pedidos de patentes y así ganar de mano antes que la ley corra desde el año 2.000.

En el Congreso sostienen que el Gobierno no lee bien los papeles del GATT, en alusión al acuerdo sobre patentes y subsidios agrícolas firmado con el organismo que regulaba el comercio internacional. "Quieren –se quejan los menemistas– imponer un criterio que, según el capítulo patentes del GATT, corresponde sólo a los fonogramas". Si "aceptamos ese enfoque, habría que repatentar todo

04

9509196

senadores con la de las patentes

Los laboratorios nacionales perderían derechos aún sobre los productos que ya fabrican", explicaron.

Aunque la ley considera multiplicidad de artículos y procesos –desde microorganismos hasta aquello que aún no se ha inventado– su tratamiento estuvo sesgado por la consideración de un rubro: el de **medicamentos**. Tanto escarceo institucional puede entenderse con un dato. La industria farmacéutica **factura 3.000 millones de dólares anuales** en la Argentina, que es la segunda plaza en importancia en América latina. La ley que finalmente impere aquí serviría como precedente en otro Congreso: el del Brasil, donde está el principal mercado regional.

ARCHIVO CLARIN



Senador Augusto Alasino: patentes contra reloj.

05-05

9509196

Se aprobó en Diputados la ley de conciliación laboral obligatoria

Alcance: la norma sancionada, que ahora deberá ser analizada por el Senado, tiende a reducir los pleitos judiciales del fuero laboral; se vota hoy la ley de quiebras.

La Cámara de Diputados votó favorablemente el proyecto de conciliación laboral obligatoria y tenía previsto aprobar en general, después de medianoche, la ley de concursos y quiebras, cuyo análisis en particular continuará esta tarde.

El primero de los proyectos, que ahora deberá analizar el Senado, tiende a reducir los pleitos judiciales del fuero laboral, por lo que establece que esas causas deberán ser discutidas por un régimen de conciliación, que tendrá lugar en el Ministerio de Trabajo, y crea el denominado Registro Nacional de Conciliadores.

El cuerpo preveía pasar a un cuarto intermedio para, por lo menos, seguir hoy con el tratamiento en particular de la iniciativa sobre quiebras, ya aprobada por el Senado y que, pese a que había dictámenes de mayoría y de minoría, la Cámara alta, al no introducir cambios más que de forma, podría convertir en ley.

Entre otros puntos de los 297 artículos del proyecto, se destaca el que facilita a acreedores o a terceros poder hacerse cargo de las empresas fallidas sin la responsabilidad de tener que afrontar indemnizaciones laborales, además de reducir los honorarios de los síndicos actuantes a la mitad de sus valores actuales y de establecer exenciones impositivas, siempre y cuando garanticen la continuidad de las fuentes de trabajo, para quienes se queden con el paquete accionario.

Más exenciones

El dilatado tratamiento de conciliación laboral obligatoria, interrumpido la semana última en dos oportunidades (el jueves, por falta de quórum), llevó a que en la sesión de ayer fuese aprobado con un trámite relativamente rápido.

La medida, que al igual que la de quiebras forma parte del paquete legislativo laboral que tanto le urge al Gobierno, fundamentalmente ante la controversia planteada por los altos índices de desocupación, dispone que la gestión conciliadora resultará gratuita para los trabajadores y exime a los empleadores de impuestos y aportes destinados al régimen de seguridad social.

La conciliación la ejercerá un abogado que se designará por sorteo entre los profesionales inscriptos en el citado registro nacional por crearse.

La iniciativa fue votada afirmativamente por los legisladores justicialistas, ucedeístas y aliados de partidos provinciales, y en forma negativa por el radicalismo y el Frepaso.

Pedro Novau (UCR-Buenos Aires) aseguró, al fundar la oposición de su bloque, que "esto abre las puertas a una mayor desocupación", mientras **Rafael Pascual (Frepaso-Santa Cruz)** se quejó ante la inflexibilidad del oficialismo de aceptar modificaciones al proyecto.

La voz cantante del peronismo la llevaron, fundamentalmente, los legisladores sindicalistas Carlos Sueiro y José Luis Castillo; éste justificó la negativa oficialista a introducir cambios en la iniciativa.

Entrada la noche, el tratamiento de la ley de concursos y quiebras (asegura a los trabajadores su permanencia en la necesitada empresa fallida, aunque sin derecho a indemnizaciones ni reconocimiento de la antigüedad) comenzó, ante la ausencia casi total del bloque del PJ, con los largos fundamentos opositores al proyecto de **José Dumon (UCR-Buenos Aires)**.

El legislador, tras asegurar que la iniciativa "no resuelve los problemas de las empresas", opinó que "el Ministerio de Economía agregó al proyecto modificaciones contradictorias, como la incorporación de comités de acreedores junto a la figura del síndico, lo que significará perder celeridad.

"Es una ley para los bancos acreedores y las empresas deudoras preferirán ir a la quiebra", afirmó Dumon, que propuso cambios a la proyectada norma.

Seguidamente, **José Vitar (Frepaso-Tucumán)** también adelantó el voto negativo de su bloque al dictamen de la mayoría, al igual que **Aldo Rico (Modín-Buenos Aires)**, que cuestionó no pocos artículos del proyecto e hizo una encendida crítica al modelo económico, causa, dijo, de todas estas leyes que ahora se hacen imprescindibles para el Gobierno.

LO ACUSA DE PRESERVAR "SU IMAGEN" PARA OTRA CANDIDATURA

Alvarez se diferencia de Bordón

Carlos Alvarez admitió ayer las dificultades que hay en el Frepaso y planteó las diferencias que mantiene con José Octavio Bordón al considerar que esta alianza, no puede ser **"una fuerza donde los referentes cuiden su imagen y se preserven para futuras candidaturas"**.

En declaraciones a Radio del Plata, Alvarez se preocupó por remarcar que los **"matices"** que lo diferencian de Bordón no deben interpretarse como una **desavenencia**. Después trató de atemperar al decir que sus declaraciones son una **"autocrítica ya que estoy hablando –en plural– de los referentes"**.

Alvarez agregó: "Yo he estado –dijo– acostumbrado, en los últimos 6 o 7 años a tener un nivel de actividad y de dinámica en todos los temas coyunturales y (en cambio) Bordón es un hombre que ha trabajado con otro ritmo, con otra forma de posicionarse frente a los problemas".

La opción del Frepaso

Según Alvarez, la opción que tiene el Frepaso en esta coyuntura es la de "construir una fuerza política que esté en los conflictos, que protagonice, que dé respuestas cotidianas a los problemas".

Lo que Alvarez le está reclamando a Bordón es al mismo tiempo una autoexigencia. **Clarín** adelantó, el domingo, los problemas que atraviesa el Frepaso ya que no asume el rol opositor que le asignaron cinco millones de votantes en marzo. El trasfondo es **una incipiente disputa por el liderazgo**.

Aguijoneado por la realidad y con la presencia de Alvarez y Bordón, el Frepaso planteará, hoy a las 11, en la Asociación de Aeronavegantes la creación de un **"Ministerio de Empleo y Producción"**, en el marco de un programa de emergencia para enfrentar la actual crisis. Los puntos principales de la propuesta son:

- Crear un Ministerio de Empleo y Producción, organismo que se hará cargo de todo el control jurídico, económico, social y político de la lucha contra el desempleo.
- Ampliación del seguro de desempleo para 400.000 desocupados
- Eliminación de los gastos reservados del Gobierno.
- Auditoría y control de los fondos que manejó Economía, durante los últimos 15 años.
- Nulidad de toda rebaja salarial realizada sin control judicial.
- Unificación de todos los programas de recalificación laboral en el Ministerio de Empleo.
- Impulso de un tribunal arbitral que incluya una suerte de concertación entre el Estado, los empresarios y los sindicatos.
- Fuerte programa de protección a las pymes.
- Renegociación de las tarifas de las empresas públicas.
- Renegociación del Presupuesto.

Puntos fundamentales de la norma sancionada

Alumnos: los representantes deberán ser estudiantes regulares con el 30 por ciento de las materias aprobadas de la carrera que cursan.

La nueva ley de educación superior, que sancionó ayer el Senado, y que no sufrió modificaciones respecto del proyecto aprobado con anterioridad por la Cámara de Diputados, contiene como puntos salientes los siguientes ítems que, por otra parte, fueron aquellos que impidieron el consenso con la oposición:

- En su artículo 53 se determina que la representación docente en el gobierno universitario no podrá ser inferior al 50 por ciento, con lo que deja en minoría a los claustros de estudiantes, graduados y no docentes.

La ley habla de docentes y no de profesores titulares, con lo que se incorpora a ese claustro a los auxiliares, como por ejemplo, un jefe de trabajos prácticos.

- Los representantes de los estudiantes deben ser alumnos regulares y que tengan aprobado por lo menos el 30 por ciento del total de las materias de la carrera que cursan.
- El artículo 59 deja abierta la posibilidad de alguna forma de cobro de aranceles para los estudios de grado, dispuesta por cada consejo superior de las universidades nacionales. Esta opción fue una de las más resistidas por buena parte de la comunidad universitaria, que entiende que se deja así de lado el precepto constitucional de la gratuidad de la enseñanza.

Esos fondos adicionales deberán destinarse prioritariamente a becas, préstamos, subsidios u otro tipo de ayuda estudiantil o apoyo didáctico. No podrán utilizarse para gastos corrientes.

- Las carreras que forman profesionales que, en su ejercicio, puedan comprometer de modo directo el interés público (medicina, abogacía, ingeniería, etcétera) deberán atender exigencias mínimas que el Ministerio de Educación "acuerde" con el Consejo de Universidades. Este punto fue duramente cuestionado por sectores universitarios, que lo consideran una limitación de la autonomía de las casas de altos estudios.
- El Poder Ejecutivo, durante el receso del Parlamento, puede intervenir las universidades nacionales por un plazo no superior a los seis meses en las siguientes causales: conflicto insoluble dentro de la institución que haga imposible su normal funcionamiento, grave alteración del orden público y manifiesto incumplimiento de esta ley.
- Cada institución estatal dictará normas sobre regularidad de los estudiantes, debiendo preverse que los alumnos aprueben por lo menos dos materias por año, salvo cuando el plan de estudios prevea menos de cuatro asignaturas anuales, en cuyo caso deberán aprobar una como mínimo.
- En las universidades nacionales con más de 50.000 estudiantes, el régimen de admisión permanencia y promoción de los estudiantes será definido en el nivel de cada facultad o unidad académica equivalente.
- Sobre la evaluación externa de las universidades, la ley incluye las privadas en la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditaciones Universitarias, por lo que el Consejo Interuniversitario Nacional (CIN) queda en minoría: tres miembros por el CIN, uno por las privadas, uno por la Academia Nacional de Educación, tres designados por el Senado, tres nombrados por la Cámara de Diputados y uno por el Ministerio de Educación.

Por qué se queda el ministro de Trabajo

Razones: el Presidente no quiere en la cartera un interlocutor "de corto plazo" y pretende, además, sostener la pareja Caro Figueroa–Cavallo en la batalla contra la desocupación.

Armando Caro Figueroa seguirá al frente del Ministerio de Trabajo después de diciembre, cuando debería asumir como diputado nacional, por un expreso pedido del Presidente que obedeció a dos imperativos que el Gobierno entiende como prioritarios:

- La necesidad de contar en este crucial momento que se vive por el desempleo con un interlocutor válido como responsable de la cartera de cara al futuro en sus relaciones con los empresarios y la CGT.

"¿Quién se sentaría a conversar con alguien que dentro de cuatro meses se irá del Gobierno, o que dentro de 60 días tendría que empezar a prepararse para ejercer la diputación?", argumentó anoche un funcionario de la Casa Rosada al explicar la medida.

- La obligación de cerrar una lucha interna por la sucesión y sostener la imagen de continuidad del eje Cavallo-Caro Figueroa, que equivale a decir que no ha habido errores en la política de fondo y que el mismo equipo seguirá trabajando para intensificar y mejorar, si es posible, lo que ya se venía haciendo. Un intento de afirmar que el Gobierno sabe qué debe hacer sin necesidad de recurrir a reemplazos de apuro.

"La otra posibilidad que tenía el Presidente era cambiar hoy mismo a Caro Figueroa, lo que no hubiese sido justo con el ministro ni provechoso para el Gobierno en general", informó una fuente del primer piso de Balcarce 50.

Primero, hasta diciembre

La semana última, cuando ya se sabía que el índice de desocupación podría trepar a cifras escalofriantes, el propio Menem se preocupó por aclarar que Caro Figueroa seguiría hasta diciembre en el gabinete.

Operaciones cruzadas, 48 horas antes, hacían trascender que Julio César Aráoz podría reemplazarlo en breve, lo que se interpretó como un intento de poner nervioso a Cavallo, de tormentosa relación con ese supuesto candidato a presidir la cartera laboral.

Menem anticipó el juego, cerró ese frente interno y logró morigerar el efecto de este anuncio de que Caro Figueroa siga en Trabajo hasta el año próximo, lo que hubiese sonado muy distinto si hubieran crecido las especulaciones sobre su salida inmediata del equipo presidencial.

Amílcar Antognoni

01-01

El Gobierno le bajó el pulgar a un embajador polémico

El pedido de acuerdos para embajadores políticos que el Gobierno hizo al Senado dejó **varios heridos políticos**, entre los que se cuentan los ex embajadores en Arabia Saudita Julio Uriburu French y en España Juan Pablo Lohlé.

Uriburu French –quien contaba con el apoyo de Munir Menem– quedó afuera luego del **escándalo** –sobre el que informó **Clarín**– por el otorgamiento de **visas a tres sirios** que obtuvieron la ciudadanía **en tiempo récord**.

Por su parte, Lohlé –uno de los pocos cuadros del PJ especializados en relaciones internacionales– fue sacado de la lista a último momento por **presión** de un sector de la Casa Rosada, a pesar de que tenía una promesa de Di Tella de que iba a continuar.

Además perdieron en este **forcejeo interno** Jorge Asís (UNESCO), José Luis Fernández Valoni (Ecuador) Víctor Massuh (Bélgica) y Jorge de Beláustegui (Grecia), entre otros.

Los elegidos

Tras consultar con el jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá, la lista de los 27 a quienes sí se le pidió acuerdo son : Munir Menem (coordinador general de la Unidad Presidente), la empresaria Amalia Lacroze de Fortabat (embajadora itinerante), Alejandro Mosquera (embajador en Panamá), Hernán Patiño Mayer (Uruguay), Mario Miguel (subsecretario de administración de la Cancillería), Alicia Martínez Ríos (Organización de Estados Americanos) y Teresa Palma (República Dominicana).

Además, se pidió el acuerdo de Zelmira Regazzoli (subsecretaria de Derechos Humanos), Diego Guelar (Unión Europea), Víctor Reviglio (Nicaragua), Gerardo Schamis (asesor presidencial), Andrés Cisneros (secretario General de la Cancillería), Raúl Granillo Ocampo (Estados Unidos), Humberto Toledo (Costa Rica), Guillermo Campbell (secretario de Relaciones Económicas Internacionales), Néstor Ahuad (Paraguay) y Francisco Trusso (Vaticano).

La lista se completa con Carlos Amar (Dinamarca), Marcelo Avogadro (subsecretario de Relaciones Económicas Internacionales), Simón Argüello (sin destino), Mariano Cavagna Martínez (Italia), Osvaldo Castruccio (subsecretario de Asuntos Institucionales), Alberto Natella (sin destino), Emilio Cárdenas (ONU), Leopoldo Torres Agüero (UNESCO), Alieto Guadagni (Brasil), y Jorge Taiana (Guatemala).

01-01

Menem le aseguró a Israel que no le venderá a Siria un sofisticado centro de investigación nuclear

Argentina en el laberinto del Medio Oriente

La Argentina le aseguró a Israel que no venderá a Siria un sofisticado centro de investigación nuclear valuado en 260 millones de dólares, pero anticipó que si el proceso de paz en el Medio Oriente fructifica positivamente, el gobierno de Carlos Menem se reserva el derecho a colocar tecnología sensitiva en Damasco.



El canciller argentino Guido Di Tella, en un periplo por Medio Oriente.

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA



De nuestro corresponsal en ARGENTINA. Isidoro Gilbert

■ La palabra oficial fue llevada personalmente por el canciller Guido Di Tella a Tel Aviv, en un viaje algo precipitado: días antes, la prensa israelí destapó el asunto en forma cuasi alarmante. El diario **Ediot Ajronot**, informó que el gobierno de ese país estaba "muy preocupado" por la posibilidad que Siria comience a desarrollar un plan nuclear con ayuda argentina, aun para fines pacíficos.

Oficialmente se dijo, sin embargo, que la venta a Damasco sólo era un reactor de 5 megavatios destinado a la investigación médica y la entrega de conocimientos técnicos. Pero el gobierno israelí, que conoce el texto del documento argentino-sirio de 1991 sobre el proyecto nuclear (que ahora será de todos modos renegociado), le pidió a Di Tella, además, detalles de la participación argentina en los proyectos atómicos de Pakistán, uno de los países poseedores de artefactos nucleares.

A la cancillería argentina le disgustó sobremanera el "desliz" informativo del gobierno de Israel en relación al convenio con Siria ya hace 11 años. Fue citado al Palacio San Martín el embajador de Israel en Buenos Aires, Isaac Aviran. Durante una "ríspida" conversación, que consignó **Clarín**, con el subsecretario de Relaciones Exteriores, Guillermo González, éste le preguntó si Tel Aviv se comprometía a no vender a Siria un reactor de investigación al embajador en caso de que se firmara un acuerdo de paz entre los dos países. Como Aviran "no se pudo comprometer" a tanto, Di Tella lo fue a preguntar a Tel Aviv, pero no se conoce con qué fortuna.

El tenso encuentro argentino-israelí de dos semanas atrás, se mantuvo en silencio porque fue pocos días antes del primer aniversario del atentado terrorista contra la AMIA, el de mayor magnitud que se conoce en este país y sobre el cual la investigación avanzó casi nada.

Argentina, de todos modos, privilegia en el Medio Oriente, sus relaciones con Israel. Pero después del atentado contra la Embajada de ese país aquí en marzo de 1992 y el de hace un año contra la AMIA, la política exterior argentina se matizó en lo que se refiere a aquella región. Menem viajó en noviembre pasado a Damasco y le pidió al presidente Hafez El Assad que controlara la actividad del Hezbollah, el grupo armado islámico que se autoatribuyó el atentado contra la sede diplomática de Israel el Hezbollah, es proiraní, pero se mueve con facilidad en el Líbano ocupado por Siria.

Fue el de Siria un viaje que debió vencer cinco años de negativas, formalmente justificadas porque Menem voló primero a Tel Aviv que a Damasco. Pero en realidad, fueron, además de éste, otros los motivos. Y no tuvo escasa relevancia la situación por la que atravesó por años, la cuñada del presidente, Amira Yoma, ex oficial del Ejército sirio, por el caso de lavado de dinero del narcotráfico, procesos que superó tanto aquí como en España.

"Siria habría accedido, (a evitar cualquier acción terrorista en la Argentina) lo cual constituyó un dato de importancia para la diplomacia argentina", destacó **La Nación**. Más aún: fuentes confiables sostienen que Buenos Aires y Teherán tienen un acuerdo secreto, por el cual Irán saldrá airoso de la actual investigación sobre AMIA, a condición de que ese país ponga lo suyo para evitar otro atentado en la Argentina. Acaso por eso, Menem se negó a acompañar a Washington en su iniciativa para embargar a Irán. El emisario de Teherán a los fastos de la reelección, entregó al presidente argentino una carta confidencial.

EL MAGREB Y MEDIO ORIENTE

Casualmente, mientras esta triangulación diplomática se desarrollaba, llegó a la Argentina un sirio de nota: el traficante de armas, Monzer Al Kassar.

El viaje se hace, oficialmente, para "aclarar" ante la Justicia de Mendoza, donde se presentará mañana, el modo en que obtuvo pasaporte argentino.

Ya se sabe que por el escaso tiempo que le demandó obtener ese papel, Al Kassar merecería integrar el Libro de los Récords de Guinness. Es un secreto a voces que Menem personalmente se ocupó, con Amira Yoma de facilitarle primero la radicación y más tarde que le entregaran un pasaporte. Por haber entrado a España con ese documento, fue que lo pudo detener el juez español, Baltazar Garzón Real, por el caso del yate "Achille Lauro", del que el traficante fue absuelto hace poco.

Al Kassar tenía pedida la extradición y el sirio pagó 100.000 dólares para que se lo eximiese de prisión. Por ello, está libre aquí desde el sábado. La prensa le preguntó si era "amigo de Menem" y respondió que "no era vergonzoso ser amigo de presidentes". Que lo es, lo es: además, ambos son primos lejanos y sus padres, compadres de la aldea que los vio nacer. Políticamente, a Menem poco le debe interesar volver a lidiar con un tipo tan controvertido. Sobre todo por las sospechas de negocios de armas y otros asuntos con el sirio.

Al Kassar tiene fuertes lazos con Damasco y no es improbable que el mismo sea el encargado de transmitir el clima con que el gobierno sirio vive la suspensión de la venta del complejo nuclear y si ese nuevo escenario, rompe el acuerdo de noviembre sobre la gestión de Assad sobre el Hezbollah.

Menem ayer recibió al hijo del líder libio, Muammar Kadafi, y tal vez su delfín, Alsadi. Hay una vieja historia sobre préstamos impagos, en dinero y políticos, que Menem no cumplió. Pero el acercamiento, tibio, que existe hoy entre Libia, un Satán para Washington, con la Argentina, es el papel que Menem está jugando para que el Consejo de Seguridad levante las sanciones que pesan sobre Trípoli, acusado, a instancias de EEUU por el atentado al vuelo 103 de la Pan Am que estalló sobre Lockerbie, Escocia, en 1988. La teoría más reciente, anularía aquella acusación aunque Washington sigue sosteniendo la misma hipótesis. Basándose en las novedades de la investigación del caso escocés, es que Menem opina que Libia debería ser dejada de lado del index.

Para apurar ese trámite, es que vino el hijo de Kadafi.

DI TELLA CON ARAFAT

El sábado, el canciller argentino estuvo en Gaza para entrevistar el presidente de la Autonomía Palestina, Yasser Arafat, un viejo amigo de Menem. Este fue invitado a los recientes fastos de la reasunción del presidente argentino, aunque no pudo venir y además Arafat respalda uno de los proyectos más ambiciosos de Menem: los cascos blancos, un contingente que la ONU toma como suyo para "combatir el hambre", pero que no concita entusiasmo en la mayoría de los países.

El menemismo espera que la iniciativa de su jefe le permita ganar el Premio Nobel de la Paz, junto a otras ideas que agiliza para el Medio Oriente.

Con todo, Arafat está disgustado porque el canciller argentino no incluyó en su programa una visita a "La Casa de Oriente", en Jerusalén Oriental.

Es que se trata del edificio símbolo de los reclamos palestinos por el control de un sector de la Ciudad Santa.

En este laberíntico escenario de relaciones conflictivas en el Medio Oriente, donde se destaca el papel de algunos hombres de relevancia en esa región y con Menem, es que, con sigilo, debe moverse la política exterior argentina, sin perder de vista su brújula que marca las relaciones carnales con Washington.

La hipótesis de que la región pudo ser el detonador de dos atentados, hace más intrincada la situación del gobierno argentino.

El desfile de viajes y personas de estos días, permiten comprender mejor el puzzle.

LAGUNA DEL DESIERTO

Piden apurar un fallo por límites

El Gobierno manifestó ayer oficialmente su deseo de que el tribunal arbitral que entiende en la disputa por Laguna del Desierto "se pronuncie lo **antes posible rechazando** la solicitud chilena" de revisar el fallo que había concedido la **totalidad de la zona en disputa** a la Argentina.

En un comunicado de la Cancillería dado a conocer luego de que el tribunal decidiera ayer, en Río de Janeiro, **postergar** su decisión sobre el pedido chileno, se recordó que "según las normas que rigen el arbitraje, la sentencia del 21 de octubre de 1994 es **obligatoria para las partes, definitiva e inapelable** y su cumplimiento está entregado al honor de ambas naciones".

Esperaban otra cosa

La nota argentina confirma que el Gobierno esperaba que esta misma semana el tribunal, integrado por cinco jueces latinoamericanos, rechazara el pedido de revisión chileno.

Se hubiese cerrado así el anteúltimo conflicto de demarcación limítrofe argentino-chileno, que tuvo como principales negociadores del lado argentino a la ex canciller Susana Ruiz Cerutti y a los embajadores Horacio Basabe y Federico Mirré.

El último diferendo, el acuerdo por Hielos Continentales, está pendiente de ratificación parlamentaria.

Pese a ese deseo argentino, el tribunal acordó que **se reunirá próximamente**, en fecha que fijará su presidente (Rafael Nieto Navia), para decidir sobre los petitorios de ambas partes, según un escueto comunicado difundido en Río de Janeiro.

Reunión sin fecha

No se sabe cuándo se volverá a reunir el tribunal. En fuentes de la Cancillería consultadas por **Clarín** se estimó que el encuentro definitorio será "dentro de un mes y medio o dos".

La postergación fue funcional a la necesidad del gobierno de Chile de no enfrentar ahora una resolución (eventualmente negativa contra sus intereses), en momentos en que sufre una crisis **militar** por la negativa del ex jefe de la policía política, general Manuel Contreras, a cumplir una sentencia judicial

01-01

VIENEN LOS INGLESES

Petróleo sobre la mesa

(*Por María O'Donnell*) La Argentina y Gran Bretaña reanudarán el lunes la negociación por la explotación de petróleo en el Atlántico Sur. La cita es en Buenos Aires y están invitados los funcionarios del Foreign Office especializados en Malvinas. Los diplomáticos dicen que será una reunión "informal" o "de bajo nivel", de la que sólo van a participar técnicos para intercambiar información. De todos modos, el mero hecho de que se encuentren tiene un significado político. Los tiempos para que la Argentina y el Reino Unido firmen un acuerdo para la explotación de petróleo en las aguas que rodean a las islas se están acortando. El *dead line* (ultimátum) que impusieron los kelpers vence en octubre. Si para esa fecha no hay acuerdo, el gobierno isleño abrirá una primera ronda de licitación para las empresas petroleras interesadas en invertir en la zona.

En octubre se pondrían a la venta los pliegos para la licitación, pero los kelpers amenazan también con hacer un anuncio a modo de adelanto de la ronda a finales de julio. La Cancillería fue advertida por el Foreign Office y las partes se pusieron de acuerdo en que el anuncio, si se produce, no va a interrumpir las negociaciones. Por eso, el verdadero plazo vencerá dentro de tres meses.

El canciller Guido Di Tella tiene tiempo hasta entonces para decidir si acepta la oferta que ya le hicieron llegar los ingleses o ver si consigue modificar algunas cuestiones de vital importancia para los intereses argentinos. Los ingleses están dispuestos a compartir regalías al oeste de las Malvinas, en dos zonas en las que los estudios sísmicos determinaron que puede haber acumulación de gas o petróleo. Pero se niegan a llegar a un acuerdo similar en el espacio que se extiende desde las Malvinas hacia el este. Allí pretenden cobrar ellos el 100 por ciento de las regalías, cosa que implicaría un reconocimiento de la presunta soberanía inglesa sobre las islas.

El canciller intentó persuadir a los británicos de arrancar con una licitación para las zonas donde hay acuerdo, aquellas que abarcan tanto aguas argentinas como parte de las que están en disputa. Pero los británicos, presionados por los kelpers, respondieron que quieren licitar todo junto. Funcionarios cercanos a Di Tella opinaron ante este diario que la estrategia británica caerá por su propio peso.

Los diplomáticos argentinos tienen la geografía a su favor: las cuencas detectadas al este de las Malvinas se encuentran a más de dos mil metros de profundidad y están lejos de una plataforma continental. Esos dos factores hacen que la exploración sea mucho más costosa que lo habitual. Por eso, el canciller cree que es poco probable que una empresa petrolera se arriesgue a invertir sumas millonarias en una zona sometida a una disputa internacional que, para colmo, ofrece condiciones que están lejos de ser ideales, siempre según la evaluación de los técnicos argentinos.

La reunión del lunes servirá para reanudar las negociaciones que habían quedado suspendidas tras la renuncia de Douglas Hurd al Foreign Office.

4

01-03

Malvinas: ofensiva inglesa

Gran Bretaña lanzó una ofensiva diplomática para intentar que el Comité de Descolonización de las Naciones Unidas siente algún precedente sobre el supuesto derecho a la autodeterminación de los kelpers en las Malvinas, informaron a Clarín fuentes de la Cancillería.

Para contrarrestar esa maniobra, el canciller Guido Di Tella –quien hoy hablará ante ese foro en Nueva York– mandó a un equipo de avanzada presidido por el subsecretario de Relaciones Exteriores, Guillermo González. Quiere que, como todos los años, ese comité apruebe una declaración instando a la Argentina y a Gran Bretaña a reanudar las negociaciones por la soberanía.

Pero los británicos presionan para conseguir un precedente a favor de la autodeterminación de los kelpers, que ya fue rechazado a mediados de los ochenta por la Asamblea General de la ONU.

Los habitantes de las Malvinas amenazan con abrir sus propias oficinas para explotar zonas petroleras al este del archipiélago sin dar participación alguna a la Argentina. El canciller Guido Di Tella promete boicotearlos.



Canciller Guido Di Tella, sin charme.
Ya no intenta seducir a los kelpers: amenaza.

Batalla del petróleo en Malvinas

REBELION KELPER

(Por María O'Donnell) **Las compañías interesadas en buscar petróleo en las aguas que rodean a las Malvinas podrán adquirir los pliegos para la licitación en dos oficinas, una en Londres y otra en Houston, que el gobierno de las islas abrirá en la primera semana de octubre. "Tenemos todo listo", aseguró a este diario la legisladora Wendy Teggart desde su hogar en las islas.**

La consejera reveló así que los planes de los kelpers no se detienen ante las negociaciones que se están llevando a cabo entre la Argentina y el Reino Unido para la cooperación petrolera en el Atlántico Sur. "No creo que lleguen a un acuerdo antes de octubre y nosotros vamos a seguir adelante aunque las negociaciones fracasen", advirtió Teggart.

Diplomáticos argentinos y británicos escribieron el primer borrador de un convenio hace diez días en Miami. Hasta ahora, todo lo que el canciller Guido Di Tella logró arrancarles a los británicos es una oferta para cooperar en dos zonas ubicadas al oeste de las Malvinas que abarcan tanto aguas argentinas como una porción de las que están en disputa.

Las compañías petroleras que quieran explorar esas dos zonas deberían formar un consorcio que tenga una dirección en Buenos Aires y otra en Londres, para aportar el 50 por ciento de las regalías en uno y otro lado. Los británicos se comprometieron a entregarles a los kelpers los ingresos que perciban. Pero el gobierno de las islas, que está comandado por un miembro del Foreign Office británico, no va a figurar en ningún papel. Sí puede opinar, y en efecto lo hace.

Los kelpers tuvieron acceso a una copia del borrador y algunos puntos les resultaron "inaceptables", según dijo Teggart a **Página/12**. Por ejemplo –señaló–, una de las áreas delineadas por los diplomáticos se expande "demasiado al interior de nuestras aguas".

Pero el nudo del conflicto no está en ese punto, sino en las zonas ubicadas al este de las Malvinas que se abrirán a la exploración petrolera. Los kelpers quieren cobrar allí el cien por ciento de las regalías. Esas son las zonas que amenazan con poner a la venta a partir de octubre en sus oficinas de Londres y Houston.

"Una delegación se va a instalar en cada ciudad para mantener reuniones con las compañías interesadas. Los pliegos van a estar a la venta hasta julio del año que viene", detalló Teggart. Si los hechos se suceden tal como los describe la consejera legislativa de las islas, las negociaciones diplomáticas están destinadas al fracaso.

El canciller Di Tella jura que no firmará un acuerdo de cooperación al oeste de las islas si los ingleses no le garantizan algún tipo de participación al este. Como está descartada la posibilidad de que la Argentina cobre el cincuenta por ciento de las regalías en las zonas que sólo se extienden sobre aguas en disputa, el canciller quiere percibir al menos una parte minoritaria de los impuestos. El problema no es económico, sino político: cobrar regalías es ejercer soberanía.

Si la Argentina permite que los kelpers se queden con el cien por cien de los beneficios, estaría reconociendo una presunta soberanía británica sobre las islas. "Lo máximo que podemos conceder en nuestras aguas es que empresas argentinas participen en forma minoritaria, pero de ninguna manera vamos a permitir que la Argentina cobre regalías, aunque sea un porcentaje minoritario. No tiene sentido, nosotros no nos metemos con lo que hacen ellos con sus costas. No veo por qué tendrían ellos que decidir sobre las nuestras", se plantó Teggart. La consejera tampoco admite la otra propuesta de Di Tella, que consiste en escalonar la licitación: empezar por las zonas en las que se puede llegar a un acuerdo y dejar el resto para más adelante.

En definitiva, si no hay acuerdo al este de las Malvinas, la diplomacia argentina y la británica tendrán que tirar al tacho todos los papeles que laboriosamente redactaron para cooperar en las zonas fronterizas. "Fuimos muy generosos con nuestra oferta. No vamos a ir más lejos. Dudo mucho que podamos llegar a un entendimiento. No soy optimista", evaluó Teggart cuando falta muy poco para que el tema se defina. Los plazos se terminan en octubre, porque cuando los kelpers abran sus oficinas ya no habrá nada para discutir.

Llegada esa instancia, Di Tella promete patalear ante los organismos internacionales. Amenaza con apelar a triquiñuelas legales que impidan a las empresas perforar en una zona sujeta a una disputa de soberanía. El canciller confía en que eso bastará para que las empresas no se aventuren con inversiones millonarias en un lugar que no ofrece seguridad jurídica.

"Ya hay varias empresas interesadas que nos garantizaron que vendrían a pesar de todo, pero no puedo revelar el nombre por razones obvias. No vamos a fracasar. Tarde o temprano, los argentinos tendrán que aceptar nuestros términos", desafió Teggart y se despidió, porque de fondo se escuchaba llorar a uno de sus hijos.

EL AJUSTE ECONOMICO EN EL INTERIOR

Más provincias en rojo

A los conflictos que enfrentan Córdoba, San Juan y Río Negro, se sumaron ayer **varios gobiernos provinciales** que comenzaron a analizar una eventual **reducción de salarios** y la posibilidad de cancelar con **bonos** lo que **resta pagar de los aguinaldos.**

• "Todas las provincias van a implementar **bonos** para pagar los sueldos de sus empleados", vaticinó ayer el viceministro de Economía de Entre Ríos, Maximiliano Asensio. El mismo camino seguirá Catamarca para pagar el aguinaldo de los estatales, según se anunció ayer en la provincia.

• El gobernador correntino, Raúl Romero Feris, reconoció también que su gobierno aún no ha definido si **pagará el medio aguinaldo** a los empleados de la administración pública.

• En el Chaco, los gremios estatales y el principal sindicato docente iniciaron ayer **un paro por veinticuatro horas** en rechazo al proyecto de ajuste que impulsa el Poder Ejecutivo, que contempla la reducción de los salarios de todos los trabajadores.

• El obispo de Humahuaca, monseñor Pedro Olmedo, advirtió que "Jujuy, permanentemente, es **una bomba de tiempo**". El obispo se sumó a las críticas de la Iglesia y afirmó que "las provincias del Norte estamos **totalmente al margen de esta política económica**".

• Los concejos deliberantes y los intendentes de las localidades de Recreo (Catamarca) y Rivadavia (San Juan) decidieron reducir sus sueldos como una forma de hacer frente a la crisis económica.

Mientras el ajuste promete poner en jaque a varios gobiernos provinciales, el viceministro del Interior, Alberto Iribarne, aseguró que "las provincias que quieren equilibrar sus cuentas deben encarar un plan de transformación muy profundo. Lo que sucede es que algunas comprenden lo que significa el proceso de cambio en la Argentina, pero otras no creen que la estabilidad vino para quedarse".

01-01

Piden plata otras cinco provincias

Entre Ríos, San Juan, Tucumán, La Rioja y Jujuy, todas gobernadas por el PJ

Cinco provincias con administración justicialista plantearon al gobierno nacional su **imposibilidad de pagar el medio aguinaldo** a los empleados públicos. Recibieron como respuesta general que **no tendrán aportes de fondos especiales**, sino que deberán financiar esa deuda con lo que obtengan en los procesos **de privatización** de sus respectivos bancos o empresas de servicios públicos.

El planteo fue admitido públicamente en los casos de Entre Ríos y San Juan y, según trascendió en la charla, se habrían plegado Jujuy, La Rioja y Tucumán.

Esto sucedió durante el tercer almuerzo de análisis de las crisis provinciales organizado por los principales operadores de Carlos Menem, según estrictos criterios políticos.

Con el **jefe de gabinete** Eduardo Bauzá; los **ministros** de Economía, Domingo Cavallo, y de Interior, Carlos Corach, y el **secretario general** de la Presidencia Alberto Kohan y el **vicepresidente** Carlos Ruckauf como anfitriones, ayer fue el turno de los **gobernadores justicialistas** de mayor proximidad con el Gobierno. Estuvieron Mario Moine, de Entre Ríos; Jorge Escobar, de San Juan; Ramón "Palito" Ortega, de Tucumán; Oscar Perassi, de Jujuy; Ramón Puerta, de Misiones; Carlos Reutemann, de Santa Fe; el intendente metropolitano Jorge Domínguez, y el ministro de Hacienda de La Rioja, Julio Alvarez, en representación del gobernador Bernabé Arnaudo.

Independientes y opositores

La ronda había comenzado hace dos semanas con el grupo más independiente –sobre todo respecto de las recetas de Cavallo– de los gobernadores justicialistas: el santacruceño Néstor Kirchner, el pampeano Rubén Marín, el formoseño Vicente Joga, el mendocino Rodolfo Gabrielli, el gobernador electo de Entre Ríos Jorge Busti, y el vicegobernador bonaerense Rafael Romá como delegado de Eduardo Duhalde.

Después, el miércoles, se sentaron a la mesa de Bauzá los **gobernadores no peronistas** de Catamarca, Río Negro, Chubut, Neuquén, Salta, Chaco y Tierra del Fuego.

Fue Moine quien informó después del almuerzo que, además de analizar los problemas de desocupación y de la estructura productiva de sus distritos, **él mismo y otros cuatro gobernadores** blanquearon sus problemas financieros, el más quemante de los cuales es la imposibilidad de pagar el medio aguinaldo a los empleados públicos.

En varias de las provincias representadas ayer se produjeron **incidentes** con los estatales por los retrasos en el pago de salarios o aguinaldo. Los más recientes tuvieron lugar en Entre Ríos y San Juan, pero también alcanzaron a Tucumán y Jujuy.

Los gobernadores que concurrieron ayer al almuerzo ratificaron su **compromiso con el pacto fiscal** y las obligaciones derivadas de ese acuerdo entre la Nación y las provincias –como la de las privatizaciones– y aceptaron **prorrogarlo hasta 1996**. Pero pidieron ayuda al Fondo Fiduciario creado para asistir el ajuste de las bancas provinciales.

La pelea de las provincias

En la disputa que se viene por la nueva ley de coparticipación, dos puntos clave concentrarán el interés de las provincias: la **eliminación de los repartos especiales** fijados para algunos impuestos y el establecimiento de los **porcentajes definitivos** que marcarán la "distribución secundaria".

Con los parámetros originales de reparto de la ley 23548, las provincias tendrían que haber recibido el año pasado **14.808 millones de pesos**, en lugar de los 9.048 millones que les envió la Nación. La diferencia se produjo por las **sucesivas alteraciones** que achicaron los porcentajes coparticipables.

Los recortes

Por ejemplo, al IVA, que se repartía íntegramente, se le sustrajo el 11% para el **sistema previsional**. Mientras estuvo vigente, el impuesto a los Capitales se repartió sin recortes; en cambio su sustituto –el impuesto sobre los Activos– sólo quedó coparticipable en un 50%.

Tal como pinta el panorama, casi todas las provincias irán **a la carga** por el 16% que se separó hace tres años de la recaudación coparticipable de Ganancias. De ahí nació el **Fondo de Reparación Histórica del Conurbano Bonaerense** que se alimenta con el 10% de los pagos anuales del impuesto a las Ganancias. Por esa vía, Eduardo Duhalde embolsó el año pasado **671 millones de pesos**.

Los lugares más críticos

LA PLATA (De nuestra agencia). – El interior bonaerense, esa inmensa llanura con algunas cabeceras urbanas, siente de lleno la crisis que se desató a partir de lo de México.

- **Bahía Blanca**: en el primer semestre se registraron 765 despidos y 50 suspensiones. El comercio es el principal expulsor de empleados.
- **Mar del Plata**: se reconvirtió la industria del pescado y quedó sin trabajo el 20% de la mano de obra. La Empresa Social de Energía de la provincia de Buenos Aires (ESBA) –en proceso de privatización– dejó cesantes a 220 empleados. La firma Venturino, de recolección de residuos domiciliarios, suspendió a 350 trabajadores por un conflicto con la Municipalidad.
- **Gran La Plata**, que además de la capital bonaerense suma a Berisso y Ensenada: En La Plata cierran 10 comercios por día. La reconversión industrial de YPF desalojó más de 2.000 puestos de trabajo. Astilleros Río Santiago cesanteó a otros 1.000.
- **San Nicolás**: perdió 15.000 puestos de trabajo desde abril de 1991, cuando empezó el plan de convertibilidad. En la ex SOMISA (actual Siderar) se despidió a 8.000 obreros. Muchos de estos ex empleados se transformaron en pequeños industriales y comerciantes, pero con el bajón en las ventas quedaron fuera de juego: la Central Termoeléctrica acaba de despedir a 254 empleados. Según el presidente del Concejo Deliberante, José Corral, la empresa tiene preparados otros 46 telegramas.

P. 229

Montevideo, Martes 19 Setiembre 1995

##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL Y AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) Realizan PAROS de 2 horas por Turno y los fines de semana PAROS de 15' por Turno.

B) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- En pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS. Se estudia la realización de futuras movilizaciones.

C) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B. -(Abayubá 2832) Mantienen las medidas de lucha en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

D) OCLAREL S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramirez 1470) Continúa ocupada por sus operarios en reclamo a la reapertura de la Planta Industrial.
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) HOY, se atenderá al público no realizándose trabajos internos, pero si tomando audiencias. 20-SETIEMBRE: Jornada de difusión con PAROS Parciales. Cabe agregar que en todas las movilizaciones mantendrán guardias gremiales en Juzgados Penales y de Menores.

F) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-Setiembre realizan PARO Activo hasta tanto no sea aprobado por el Poder Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro. HOY, 13 Hs. Concentración en M.E.C.

G) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúa la OCUPACION -desde el 18-7-95- por parte de 45 obreros en las obras de Rbla. República del Perú 1519 y 1523 pertenecientes a la Empresa PINTOS RISSO.

H) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Prosigue el conflicto y "Huelga de Hambre" por parte de un funcionario y dos ex-Funcionarias de la citada Mutualista.

I) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (Av. M. de Lavalleja 2239) Desde el mes de Febrero, la Central Médica -Mercedes 1531- se encuentra en conflicto por [illegible] laboral.-

001/004 9509210

J) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA -F.F.S.P.- (D.F.Crespo 2173) Se mantienen en conflicto estudiando la realización de nuevas medidas de lucha en virtud al Plan de Centralización y al cierre del Hospital Saint - Bois.-

K) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CATASTRO -A.F.CATASTRO- Se mantienen en conflicto instrumentando nuevas medidas de lucha en virtud a las reivindicaciones salariales. Dichas medidas comprenderían, atender al público tres horas por día de las cinco que normalmente trabajan. 2-SETIEMBRE hora 13.00 Asamblea Nacional.

L) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 28 y 29-SETIEMBRE y 2 y 3-OCTUBRE PAROS Parciales y Rotativos zonales.

M) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS REGISTRALES DEL URUGUAY -A.F.R.U.- (Sin local Sindical) Se mantienen en conflicto - habiéndose realizado en el día de ayer un PARO de 12 a 16 Hs. con posterior Asamblea a la hora 18.00 no pudiéndose establecer lo tratado.

N) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE.- (D.F.Crespo 2256) HOY finaliza plazo para que el Gobierno de una solución al tema presupuestal. De no darse respuesta, en el día de mañana comienza las medidas de lucha - con OCUPACION de todos los centros de trabajo de Montevideo.

Ñ) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL M.T.O.P. Contimían los PAROS de media hora por turno en defensa de la fuente laboral.

O) SINDICATO UNICO DE TELECOMUNICACIONES -S.U.TEL.-(Sarandí 283) HOY, Congreso Extraordinario del Gremio en el Hotel del Lago.

002 9509210

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE SALTO -Movilización de Judiciales-

El pasado 18-Setiembre, los funcionarios Judiciales y dentro de un cronograma de movilizaciones, efectuaron una Jornada de NO atención al público, realizándose únicamente trabajos internos sin tomar audiencias.-

DEPARTAMENTO DE RIVERA -Encuentro de Comunidades Eclesiásticas-

El próximo Sábado 23 y Domingo 24-Setiembre se llevará a cabo en la ciudad de Tacuarembó -Colegio San Javier- el "Cuarto Encuentro de Comunidades Eclesiásticas de Base"; evento este organizado por la Iglesia Diocésana de Tacuarembó y Rivera concurriendo 500 Delegados de todo el País pertenecientes a diferentes Iglesias. A su finalización, se hará una Misa en el citado Colegio. Cabe significar y de acuerdo a manifestaciones de Monseñor BONINO a Radio Internacional, identifica esta Jornada como "La Acampada de San Javier". Se ampliará.

-Jornadas o Encuentro Jurídicos-

Los días Sábado y Domingo p.pasado se llevó a cabo en dicha ciudad "La Jornadas o Encuentro Jurídicos" (las que se realizan una vez por año a nivel nacional); acontecimiento este que se desarrollo en el Salón de Actos de la Intendencia Municipal y a partir de la hora 09.00'. En la referida Jornada, entre otros temas, se mencionó la situación del trabajo, despido abusivo y lo que se viene con el MERCOSUR...Que con respecto a los temas tratados, se expresó que es importante que todos los Profesionales estén perfectamente enterados de cuales son las normas que regulan esos aspectos.

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU -Declaraciones en Medio de Prensa-

De dicho Departamento se informa sobre declaraciones efectuadas en el Diario "EL TELEGRAFO" por parte del Contador Juan CERNICCHIARO quien hace referencia a la difícil situación que atraviesa la Industria Sanducera en general como consecuencia de políticas económicas que no han estimulado su desarrollo ni la instalación de nuevos emprendimientos. Más adelante de sus declaraciones, el citado Profesional dice que el presente Gobierno no es continuación del anterior en lo que se refiere a la política económica, ya que se ven resultados con industrias paralizadas y continuos cierres, con miles de desocupados...-

V)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO -Constancia-

Hecho ocurrido el pasado 17-Setiembre a la hora 14.00' en el Palacio de la Luz -UTE-, donde se recibió una llamada telefónica por parte de una voz del sexo masculino, indicando que allí se había colocado una bomba. Concurre personal de Seccional 6ta de Policía y de la D.N.Bomberos inspeccionando el lugar, comprobándose que se trataba de una falsa alarma.

ATENTADO A STAND DE LA REPUBLICA FRANCESA EN LA ASOCIACION RURAL DEL URUGUAY -Ampliación-

Respecto a este hecho -informado en P.228 del 18-Setiembre-995-, averiguaciones por parte de personal de esta Dirección Nacional, permitieron establecer en base a declaraciones de personal de Seguridad apostados en el lugar, que el fin de semana pasado un grupo de personas jóvenes entonaron cánticos de protesta contra las explosiones nucleares que realiza la República Francesa frente al Stand de dicho País, siendo dispersados pacificamente por los Servicios de Seguridad. Los manifestantes, se trataban de un grupo de 10 personas las que en primera instancia pretendieron ingresar con pancartas, a lo que se les indicó que si querían entrar debían pagar la entrada e ingresar sin la pancarta, cosa que acataron. En lo que se refiere al atentado, no se brinda mayor información a la expuesta en el día de ayer en el Parte indicado.-

004 | 004

9509210

1|2

01 02
01 02

FECHA 5/10/95 INICIAL (firma)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

DOC CLARO EN SU TOTALIDAD

MINIST... NACIONAL
Direccion ... de Defensa
Fecha ... 21 SET. 1995
Pase a Antecedentes
N° 9509211

M.D.N. ... GRAL 19 09 de 1995
Monte: 9509211 salida 19.09.95.
N° ...
SDI
A sus efectos
Prioridad:
Observaciones:

9509211

001|002

002/002

9509211

DECLARACIONES DE FRANCISCO POSADA, EMBAJADOR DE COLOMBIA EN VENEZUELA

Aseguran que toda América del Sur produce hoy cocaína

América del Sur produce drogas, quitándole esa exclusividad a los países andinos. El diplomático sostuvo que un kilo de cocaína se vende en las calles de Nueva York a 60.000 dólares, contra los 2.000 que vale actualmente en Colombia.

en casi todos los países, cobrando un pesado tributo en víctimas y productividad, amenazando las instituciones políticas, minando las economías y devastando el medio ambiente", agregó.

Las declaraciones del funcionario se producen en momentos en que el presidente colombiano, **Ernesto Samper**, es blanco de duras acusaciones tanto de los Estados Unidos como de la prensa opositora, que lo vinculan con el **Cartel de Cali**.

En respuesta a esas acusaciones, el ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, **Miguel Angel Burelli**, manifestó hoy que "se debe otorgar al presidente Samper toda la consideración que merece y la credibilidad que necesita en esta situación tan difícil que atraviesa".

Por otra parte, la división antidrogas de la **Policía Técnica Judicial** (PTJ) de Venenzuela desmanteló hoy una red de traficantes del Cartel de Cali que operaba en Caracas amparada por la compañía de alimentos Food Nostrum.

En el operativo se detuvo a siete personas, entre ellas tres colombianos, quienes exportaban cocaína escondida en latas de conserva de ananá.

La PTJ secuestró 666 latas que contenían un total de 150 kilogramos de cocaína, que -supuestamente- tenían como destino final Europa y Rusia.

Según informes de la **Oficina Antinarcóticos de Estados Unidos (DEA)**, unas **200 toneladas de drogas** pasan anualmente por Venezuela, donde se lavan cerca de **10.000 millones de dólares** provenientes del narcotráfico.

Amenazas de muerte

El Cartel de Cali amenazó de muerte a los periodistas que cubren las operaciones de las autoridades contra esa organización de narcotraficantes y al menos cuatro de ellos se han visto obligados a abandonar la ciudad.

Las amenazas comenzaron hace un par de semanas, cuando los periodistas -especialmente los de los noticieros de televisión- iniciaron la información sobre los allanamientos que se efectúan contra las propiedades de los "capos" del cartel. Las amenazas las recibieron todos los periodistas de Cali que cubren los operativos que lleva adelante el denominado Bloque de Búsqueda, un cuerpo de elite de la policía y el ejército dedicado exclusivamente a perseguir a los narcotraficantes.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

DE

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

El canciller de Venezuela, Miguel Angel Burelli, salió en defensa del presidente de Colombia, Ernesto Samper, acusado de tener vínculos con el Cartel de Cali. El embajador colombiano en Caracas, Francisco Posada de la Peña, aseguró ayer que toda

CARACAS, 8 (ANSA, AFP y AP).- El embajador colombiano en Caracas, **Francisco Posada de la Peña**, aseguró hoy que la producción y distribución de drogas trasciende las fronteras de los países andinos, puesto que "toda América del Sur está involucrada en este negocio", que manejan "tanto banqueros como traficantes de armas".

Las consideraciones del diplomático ponen en evidencia el crecimiento abrumador del narcotráfico, que con una facturación anual de **400.000 millones de dólares** se ha convertido -según los expertos- en la segunda actividad más lucrativa del mundo, después de la venta de armas.

"El pavoroso mundo de la droga ya no puede circunscribirse exclusivamente a las plantaciones de coca y amapola de los países andinos (Perú, Bolivia, Ecuador, Colombia y Venezuela) -insistió de la Peña- y los que se dedican a este negocio aterrador y los viciosos que lo hacen posible se deben estar riendo al contemplar el debate de responsabilidades entre algunos sectores de los llamados países consumidores y otros de los denominados productores."

Para el diplomático los verdaderos causantes de esta catástrofe universal "están al margen y lamentablemente a salvo de la controversia".

El embajador colombiano citó un estudio de las Naciones Unidas (ONU) que sostiene que el kilo de cocaína, que en Colombia vale **2.000 dólares**, se vende en las calles de Nueva York en 60.000 dólares.

"Teniendo en cuenta que se gastan alrededor de 18.000 dólares en transporte y sobornos a las autoridades implicadas en los embarques, desembarques y venta del producto, quedan **40.000 dólares** en manos de los narcotraficantes y distribuidores de los otros países", subrayó De la Peña.

Para ejemplificar el vasto alcance del narcotráfico en todo el mundo, el diplomático colombiano manifestó que Malasia, Indonesia, Filipinas y Singapur son países de tránsito y lavado de dinero, mientras que el Japón, China, Australia, Nueva Zelanda y Nueva Guinea presentan altos índices de consumo de heroína, al igual que las 15 repúblicas de la ex Unión Soviética.

"El tráfico de drogas, junto con la violencia y la corrupción que conlleva continúan poniendo en peligro la salud pública

02-02

9509212

Nº DOCUMENTO 9509213
TITULO Colombia. Estudio revela nuevas formas de tráfico de droga
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 9/4/95
VINCULACIONES 11176 11354 11663
65092 11662 504515
65592 11665 507604
11226 11666 64228
65890 10184 65463

ENTRADO
CRUZADO

"MULAS", TURISTAS Y OTROS TRUCOS

Mil nuevas formas de traficar la droga

BOGOTA, 8 (EFE y AFP). – El ingenio de los narcotraficantes parece no tener límite a la hora de inventar trucos para contrabandear con éxito su cotizado producto. Entre las nuevas estrategias, descubiertas por las autoridades colombianas, se destaca la utilización de correos o **"mulas"** por parejas, una de las cuales es delatada deliberadamente para que la otra culmine su misión.

Las bandas de traficantes están empleando también a **adictos europeos** y **norteamericanos** a los que les regalan una semana de turismo en Colombia y les facilitan droga para su consumo personal a cambio de que a la vuelta hacia sus países lleven pequeñas cantidades de cocaína o heroína.

Un estudio elaborado por la **Procuraduría General de Colombia** indica que unos 6.174 colombianos se encuentran presos en cárceles del extranjero, el 90% de ellos por traficar pequeñas cantidades de drogas, generalmente en bolsas de plástico ingeridas antes de abordar el avión, en el equipaje o escondidas en la ropa.

La investigación denuncia que las bandas de traficantes están utilizando también como correos a los llamados **"inimputables"**, es decir, personas mayores de 65 años, o menores de 18, y mujeres embarazadas, para conseguir penas menos severas.

El documento hace hincapié en la nueva modalidad de tráfico de droga, que consiste en enviar simultáneamente, en un mismo vuelo, a dos "mulas": una sirve para entretener a las autoridades y es delatada, mientras la segunda "corona" o llega finalmente a su destino.

Dentro del primer género se selecciona a personas de bajo nivel cultural y acosadas por malas situaciones económicas, para que transporten hasta 400 gramos de cocaína, que en Europa pueden valer unos **12.000 dólares**.

Dentro de la segunda categoría de correos se escoge a gente de modales delicados y apariencia elegante, encargada de llevar un kilo de heroína, que en Colombia vale **100.000 dólares**.

Para la investigación, el viceprocurador **Orlando Solano** visitó varias prisiones de España, Francia, Italia y Suiza, en las que están detenidos 2.288 colombianos (475 mujeres), de los que 1.413 están ya sentenciados y en el **97%** de los casos por tráfico de drogas.

Los sitios apropiados para conseguir "mulas" son los **cementerios**, donde se recluta a personas desesperadas por no tener dinero para costear ni el sepelio de un familiar.

Los bancos de sangre, los hospitales y los juzgados también son "fuentes de mulas", explicó Solano.

Para el funcionario, una de las posibles soluciones para este problema es que los consulados de los países europeos hagan obligatoria la exigencia de visados a los viajeros colombianos, ya que esta medida, en el caso de Francia, ha permitido frenar la captura de correos.

CA-CA

9509213.

Periodistas en la mira del cartel de Cali

Amenazas: los jefes del narcotráfico intentaron así evitar la difusión por TV de los allanamientos a sus lujosas mansiones.

BOGOTA, 8 (AP).– Los cabecillas del cartel de Cali, en un esfuerzo por evitar la difusión por televisión de imágenes de los allanamientos a sus lujosas mansiones, amenazaron a varios periodistas que han tenido que abandonar la ciudad, cambiar de residencia o buscar protección policial.

Las amenazas a los periodistas de los noticieros de televisión llegaron esta semana a través del sistema de avisadores por radio llamado, denunciaron los propios afectados.

"Gracias por boletear nuestras residencias. La próxima será roja", decían los mensajes que recibieron en sus bipers los periodistas de varios noticieros de televisión, después de que esta semana presentaron imágenes de allanamientos a las mansiones de José Santacruz Londoño, uno de los tres grandes del cartel.

Los mensajes amenazantes estaban firmados por "Chepe", apodo de Santacruz, y "Pacho", apodo de Francisco Herrera, otro de los miembros de la cúpula del cartel.

Ultimátum

El noticiero QAP denunció anoche que su corresponsal en Cali tuvo que abandonar la ciudad después de recibir un ultimátum del cartel, a través del biper, para que saliera de Cali en el término de tres días.

QAP dijo que previamente había recibido otras amenazas para que no difundiera las imágenes de los allanamientos que realiza el llamado "bloque de búsqueda" que desde hace varios meses intenta capturar –sin éxito hasta ahora– a los líderes del cartel de la cocaína.

Ramiro Bejarano director de la policía secreta colombiana, recibió ayer en Cali las denuncias de los periodistas y anunció hoy que ha dado instrucciones para que reciban adecuada protección.

Mientras varios periodistas están amenazados por los narcotraficantes, otros estarían recibiendo dinero de ellos, informó hoy Radio Santa Fe.

El "bloque de búsqueda" encontró una lista de personas que al parecer reciben sobornos del cartel y en ella aparecen por lo menos diez periodistas, afirmó la radio citando fuentes de la policía secreta.

Agregó que por ahora no se proyecta publicar la lista hasta que las investigaciones determinen su autenticidad.

En Colombia han sido asesinados 78 periodistas desde 1977.

Nº DOCUMENTO 9509215
TITULO NICARAGUA: Incautan 1400 kg de cocaína en el buque "Neptuno". -
PROCEDENCIA LA República EC.
FECHA DE PROCEDENCIA 10/4/95
VINCULACIONES 11176 11522 11214.
65092 11554
65519 11478
66603 11226
11351 65890

ENTRADO
CRUZADO

La droga, avaluada en 70 millones de dólares, iba en un pesquero

Interceptan en Nicaragua 1.400 quilos de cocaína

La Policía nicaragüense decomisó 1.400 quilogramos de cocaína frente a la ciudad caribeña de Bluefields, unos 300 quilómetros al este de Managua, dijeron las autoridades.

El cargamento, avaluado en 70 millones de dólares, equivale a toda la cocaína decomisada en Nicaragua durante 1994 y es el más grande cargamento secuestrado hasta ahora en el país.

La droga era trasladada en el buque pesquero de bandera nicaragüense "Neptuno", que fue sorprendido por dos lanchas rápidas de las autoridades a unas 27 millas mar adentro frente a Bluefields.

Por lo menos ocho personas fueron arrestadas, entre ellos, el propietario del barco, el nicaragüense Melvin Thayne Chow, informó el segundo jefe nacional de la Policía, Eduardo Cuadra.

Cuadra se trasladó a Bluefields y —según dijo— fue el "mayor golpe de la historia contra el narcotráfico en Nicaragua".

Cuadra dijo que, según datos oficiales, el tráfico de estupefacientes ha aumentado en los últimos años en el país centroamericano, y que es utilizado como "puente" por traficantes colombianos que envían drogas hacia Estados Unidos. En 1994 la Policía Nacional decomisó un total de 1.401 quilos de cocaína, una cifra superior al total de lo decomisado por las autoridades en los tres años anteriores.

Las personas arrestadas a bordo del barco están siendo interrogadas por la Policía en la ciudad de Bluefields, pero los detenidos se han negado a explicar el origen de la droga decomisada.

Además del "Neptuno" que transportaba la droga, la Policía también secuestró la embarcación pesquera "Corsario", propiedad del mismo Melvin Thayne Chow.

La policía dijo, además, tener informes que otra parte del cargamento de drogas había sido trasladado a un barco de bandera hondureña un día antes que el "Neptuno" fuese incautado por las autoridades. No se dieron a conocer mayores detalles sobre el barco hondureño. Informes periodísticos procedentes de Bluefields dijeron que la droga decomisada estaba empacada con material impermeable y los paquetes estaban etiquetados con la leyenda "Cocaine Harley Davidson Power".

Miembros del laboratorio antidrogas de la policía examinaron la droga incautada y dijeron que se trata de cocaína de la más alta pureza posible, más del 90 por ciento, lo que hace calcular su precio en el mercado mayorista por encima de los 70 millones de [illegible]

01-02

9509215.



AGENCIA AP

Igual logo en Café Blanco

Un policía de Nicaragua muestra uno de los paquetes de cocaína secuestrados, el viernes, en dos barcos pesqueros. Todos los panes del cargamento de 1.401 kilos de cocaína secuestrado llevan el logotipo de la famosa marca de motocicletas Harley Davidson, con los que se identifica el Cartel de Cali. El mismo logo tenían los paquetes de los 1.033 kilos de cocaína secuestrados en Catamarca, durante el Operativo Café Blanco.

Convivência com drogas é intensa

Na pesquisa que o Nupaids realizou entre crianças e adolescentes infratores, recolhidos na Febem, eles revelaram que convivem de maneira intensa com as drogas. Conhecem e usam desde as mais populares, como a maconha, utilizada por 85% deles, ao pesado haxixe, que 37% afirmaram conhecer, e o LSD, alucinógeno familiar a 4% dos pesquisados.

Comparando-se essas informações sobre os infratores com as de outras pesquisas realizadas entre estudantes de 1º e 2º graus, verifica-se que só existe proximidade entre eles quando se trata de drogas legalizadas. Tais como os solventes, popularizados por meio da cola de sapateiro, bebidas alcoólicas e remédios. Enquanto na Febem a cola já foi inalada por 45% dos entrevistados, no meio estudantil o índice é de 15%. No caso do álcool, há uma variação de 68%, na Febem, para 19% entre os pesquisados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.

Para enfrentar o surto da doença entre os infratores, a Febem está procurando organizações não-governamentais para trabalhar em parceria. Há informações de que as religiosas da congregação Missionárias da Caridade, lideradas pela Madre Teresa de Calcutá, devem instalar-se ainda este ano em São Paulo. Elas viriam a convite da Secretaria, justamente para atender os infratores com Aids.

Segundo informações da pediatra Marisa Costa, assessora da Criança, a vinda das religiosas só depende de se encontrar um local adequado para abrigar os doentes da Febem.

Nº DOCUMENTO 9509217

TITULO Nov. Ed. propone la creació. de una Brigada de Narcóticos en

PROCEDENCIA ~~LA República~~ Cerro Largo C. Largo. —

FECHA DE PROCESO 10/4/95

11176 11214 11049
65092 11046 11230
504466 17220
65554 504482
11235 11224

ENTRADO /
CRUZADO /

Preocupa en Cerro Largo el aumento en el consumo de drogas

Proponen la creación de una Brigada de Narcóticos

■ El edil del Batllismo Radical Sergio Rivera planteó en la última sesión de la Junta Departamental de Cerro Largo la necesidad de crear una Brigada de Narcóticos, dependiente de la Jefatura de Policía, a los efectos de dotar de instrumentos eficaces y específicos para combatir el flagelo de la droga.

El anterior jefe de Policía, teniente coronel (R) Luis de Esteban, en más de una oportunidad reconoció la existencia de una verdadera ruta de la droga por Cerro Largo desde la frontera con Brasil.

El ex jerarca lamentó la falta de una legislación adecuada para castigar a los responsables. Ahora es el nuevo jefe de Policía, Manuel Rodríguez, quien ha admitido la gravedad del problema.

"Es un tema que nos preocupa a todos porque incluso en los últimos años ese delito, lamentablemente, ha progresado", dijo Rodríguez. En tal sentido el titular de la policía local indicó que "se está planificando una campaña masiva contra la droga como nunca hubo de parte de nuestra Jefatura y dentro de poco se verán sus frutos". En los últimos años personal aduanero y policial ha realizado importantes procedimientos en los que requisaron millonarias partidas de cocaína y marihuana. Recientemente un procedimiento efectuado en Montevideo permitió confirmar que por Cerro Largo ingresa droga desde Brasil hacia la capital uruguaya. Es frecuente oír en Melo comentarios sobre nombres de personas que estarían vinculadas al tráfico y comercialización de alucinógenos. Esta actividad les permitiría mantener un elevado nivel de vida, sin que se les conozcan ingresos legales que justifiquen ese "status". Sin embargo la red también la integrarían algunos apellidos ilustres y pertenecientes a la clase alta de Melo vinculados a distintas esferas de poder.

CA-02

Edil de Cerro Largo Denunció el uso de Drogas y Prostitución de Menores

MELO (por Hilton C. Mestre, corresponsal). — En tanto el edil quincista **Sergio Rivera** formuló públicamente graves denuncias sobre *drogas, prostitución* —sobre todo juvenil—, alcoholismo, y otros aspectos vinculados a la minoridad: el jefe de policía de Cerro Largo, Manuel Rodríguez, dijo también públicamente, que esos temas son preocupantes, que se están tomando las medidas del caso, y que en la semana venidera mantendrá importante reunión con el Ministro del Interior, para considerar aspectos vinculados a un mayor y efectivo contralor de todo esto; aunque no "vió" la cosa tan grave como la pintó el curul.

BRIGADA DE NARCOTICOS

El Edil Rivera, precisó que en el seno de la Junta Departamental había solicitado la creación de una Brigada de Narcóticos en Cerro Largo, "porque la droga en estos momentos en Cerro Largo es un foco *infeccioso*", *afirmando* ese concepto en que hace años se viene verificando en el departamento, sobre todo por su condición fronteriza.

Mostró su extrañeza de por qué jerarcas policiales "no se dieron cuenta de la necesidad de la formación de esta Brigada", la que —según el curul— "tiene que depender directamente del director nacional de la *Brigada Antidrogas*, **comisario inspector Nelson Rodríguez Rienzo**", entendiendo que es diferente a Investigaciones. Remarcó la imperiosa necesidad de su pronta formación "para defender a nuestros jóvenes; si no, seremos un país sin futuro".

Segun dijo Sergio Rivera, los ediles acompañarán su ponencia, e indicó a su vez que un alto jerarca policial le había dicho que lo por él denunciado podría traerle consecuencias por represalias de gente vinculada a la droga.

Entendió que la policía local está muy al tanto de lo que es la droga y su inacabable alcance, por lo que también la sociedad melense debe tomar consciencia sobre tan grave caso, opinó.

PROSTITUCION DE MENORES Y ALCOHOLISMO

El Edil Rivera también denunció que a la salida de los bailes, es decir en la madrugada, es común ver a menores de edad "tirados en las plazas públicas, denotando clara ingestión de alcohol".

Una muy grave afirmación hizo luego, ya que indicó que en la calle Aparicio Saravia entre José P. Varela y Wilson Ferreira Aldunate —pleno *centro* de Melo— "casi todas las noches hay ocho o diez menores, haciendo cualquier cosa, tomando bebidas, parando los autos, ofreciéndose. Y enfrente hay dos o tres individuos —que sé donde viven— que deben ser los responsables de la actitud de las menores".

Dijo el edil, además, que "el INAME no hace nada, la policía *está con los brazos* atados porque si actúa sueltan enseguida a los por ellos detenidos, y si los eficientes policías que tenemos en Cerro Largo, toman medidas, son criticados, por hacer las cosas bien, en tanto los que critican, no hacen nada".

Entendió que si bien la justicia debe cambiar, "esto tiene que venir de arriba, es decir, que los gobernantes se ocupen del tema y hacer una reforma". Reflexionó luego que el tema de la prostitución de menores "hay que encararlo ya", sugiriendo a las *autoridades* de INAME "salgan por las noches, se pongan en contacto con la policía, y verán"; agregando *a su vez que* también se podría formar una Comisión con gente que esté también preocupada por el punto.

Insistió en que en plena calle Aparicio Saravia por la noche hay menores ejerciendo la prostitución, aunque dijo no tenía cómo probar ello; pero agregó que a la salida de los bailes "juveniles" se pueden ver menores de no más de 13 años, en estado de ebriedad y tiradas en las plazas, *dijo*.

OPINION APRESURADA

Por su parte el jefe de policía de Cerro Largo, Manuel Rodríguez, al ser consultado sobre la denuncia en cuestión dijo que le parecían demasiadas apresuradas las denuncias del Edil Rivera entendiendo a su vez que "está en su derecho". *Afirmó* el jerarca policial que se está trabajando mucho respecto a eso, "ya que es un tema que realmente nos preocupa".

Independientemente de su jerarquía policial, tan *sólo como* padre, Manuel *Rodríguez dijo* de su preocupación por las drogas "un tema realmente afligente". Ya como jefe, dijo que la semana entrante mantendrá una reunión con el Ministro del Interior, "para —a pesar de que ya estamos trabajando— nos dé nuevas pautas de los pasos a seguir sobre tema tan delicado y complejo".

Dijo que la población se quedará tranquila y confiada, no sólo por lo que se está hablando, sino también por que dará todo de él *para* "combatir ese delito". En relación a la prostitución clandestina de menores en la calle principal, dijo el máximo jerarca policial departamental no estar enterado del asunto, indicando que "si el Sr. Edil lo *dice*, debe ser cierto", por lo que si ello sucediera, "trataremos de combatir, de hacer todo lo que esté dentro de la ley y corresponda".

También el Jefe Rodríguez indicó de *su preocupación* por el consumo de alcohol en reuniones bailables juveniles, adelantando se está formando un equipo de trabajo, "que dará muy buenos resultados"; reiterando su tranquilidad a la población de su preocupación y deseos de hacer algo en tal sentido, aunque claro está no se puede decir mucho al respecto.

DROGAS

Grupo é preso com 155 quilos de maconha

Luiz Gustavo Vogt Bueno, 30 anos, Gelson Luis Saturno, 28 anos, Noé de Jesus Maciel de Souza, 62 anos, e Edson Maciel Silveira, 28 anos, todos de São Luiz Gonzaga, foram indiciados por tráfico de drogas e formação de quadrilha. O grupo está detido no Presídio Regional de Santo Ângelo. Os traficantes foram presos em flagrante pela Polícia Federal de Santo Ângelo, com 155 quilos de maconha, no domingo pela manhã, quando retornavam do aeroporto de São Luiz Gonzaga, a cerca de um quilômetro do local. Essa foi a maior apreensão da droga dos últimos 15 anos na Região das Missões, no Rio Grande do Sul.

A droga chegou num avião monomotor, às 11h, e foi colocada num táxi, que aguardava a carga na pista de pouso. O taxista Noé de Souza transportou a maconha, mas alegou que não tinha envolvimento com o tráfico. Os outros três traficantes seguiram Souza em outro automóvel, pertencente a Edson Silveira.

Foi a maior apreensão de maconha ocorrida nos últimos 15 anos na região das Missões, no Rio Grande do Sul

O delegado da Polícia Federal de Santo Ângelo, Paulo Correia Iung, informa que provavelmente a droga tenha vindo do Paraguai, mas não há provas que confirmem a sua procedência. "Fazia duas semanas que estávamos trabalhando nas investigações e no sábado recebemos uma denúncia anônima sobre o local onde seria descarregada a maconha", diz Iung. Os policiais ficaram alguns quilômetros distantes do aeroporto para não serem vistos e nem alarmar os traficantes.

"Trata-se de uma das maiores apreensões da região das Missões", avalia o delegado. Luiz Vogt Bueno tem dois inquéritos por tráfico e Gelson Saturno tem antecedentes em furtos de veículos.

A participação do taxista Souza foi comprovada pela Polícia Federal porque o taxímetro estava desligado no momento do flagrante. Outro indício é o fato de que havia droga também no banco traseiro do carro, revelando que, na verdade, Souza tinha conhecimento da carga que estava transportando.

FRACCIONADOS, VALEN 3.000.000 DE PESOS. HAY CUATRO DETENIDOS

Secuestran en Morón 250 kilos de marihuana traídos de Paraguay



Parte del cargamento secuestrado. La droga la traían disimulada en coches con paneles y doble fondos.

Doscientos cincuenta kilos de marihuana que, según la Policía sería **"uno de los mayores cargamentos que se secuestraron en el ámbito de la provincia"**, fueron encontrados ayer en una casa del centro de la localidad bonaerense de **Morón**. En el operativo, realizado por la **Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal**, fueron **detenidas 4 personas** –tres hombres paraguayos y una mujer argentina– y se descubrió buena parte de la estructura de la banda, de la que **todavía quedan algunos prófugos**. La droga era traída desde las ciudades paraguayas de **Asunción** y **Ciudad del Este**.

Supervisado por el juez federal **Jorge Ballesteros**, el procedimiento comenzó a las 10.30 cuando tres patrulleros llegaron hasta Azcuénaga 754, en la zona céntrica de Morón, y rodearon una **casa semiabandonada** que da a la calle.

"No bien entramos, uno de los hombres intentó escaparse pero lo agarramos enseguida; el resto no se resistió", informó el comisario **Rolando Rossi**, al frente del operativo.

Dos horas y media después, los detenidos fueron llevados a la División Metropolitana, donde más tarde llegarían los panes conteniendo la droga. Según la Policía, los trabajos de inteligencia –escuchas telefónicas, seguimientos– comenzaron **hace tres meses**, cuando el grupo ya llevaba un trimestre operando.

Toda la marihuana procedía de Paraguay (de Ciudad del Este y Asunción), en vehículos preparados especialmente. **"Algunos autos tenían doble piso; otros doble panel"**, reveló Rossi.

La casa allanada en Morón no era la vivienda de ninguno de los detenidos, sino el centro de operaciones. Ahí la droga llegaba y se fraccionaba en pequeños paquetes que se vendían, **a 10 pesos cada uno**, en la Capital Federal, el Gran Buenos Aires y varios puntos del interior no revelados. En círculos policiales trascendió que **"el kilo de esta marihuana rondaría los 600 pesos y cada 'porro', no costaría más de 3"**.

La mayor parte de los 250 kilos se apilaban prolijamente en una casilla de ladrillo y chapa acanalada. Otros paquetes de marihuana estaban escondidos en un ropero. También se hallaron dos balanzas y documentos falsos. Para que no fueran olfateados por los perros en los controles de frontera, **cada paquete estaba prensado y envasado al vacío, como los paquetes de café.**

Según trascendió, los tres narcotraficantes paraguayos no tienen antecedentes en la Argentina. De la mujer no se dieron datos. Según el juez federal, hoy serán interrogados y **la droga se quemará dentro de 15 días.**

Hernán Firpo

Un millón de "porros"

Con los 250 kilos de marihuana secuestrada ayer, la Policía estima que se pueden armar aproximadamente **un millón de cigarrillos o "porros"**, según los denominan los narcotraficantes.

Además, como el valor de un kilo de esa droga se calcula en **600 pesos**, el cargamento encontrado en Morón está valuado en **150.000 pesos**.

Lógicamente su valor aumenta al fraccionarse: el precio de venta de cada "porro" es de **3 pesos cada uno**, lo que elevaría la "recaudación" hasta **tres millones de pesos**.

Pero también hay otros datos que hacen importante al cargamento descubierto ayer. Según un reciente informe publicado por **Clarín**, en todo 1994, la Policía Federal secuestró 256 kilos de marihuana; es decir, casi la misma cantidad **encontrada ayer en Morón en un [illegible] en un solo lugar.**

Operativo Cal Verde

Un cargamento de más de 200 kilos de marihuana fue incautado ayer por la Policía Federal en un procedimiento bautizado "Cal Verde". Tuvo lugar en el partido de Morón, y en su transcurso fueron detenidas cuatro personas. La banda desbaratada fue descubierta merced a la acción de un agente encubierto, figura que fue legalizada el año pasado. Un policía logró establecer contacto con los narcos y negoció con ellos una compra de droga. En la supuesta entrega, se produjeron las detenciones de cuatro mayores de edad, entre ellos tres hombres de nacionalidad paraguaya. El operativo se realizó poco después de las 10 de la mañana en una vivienda de la calle Azcuénaga, en Morón, y estuvo a cargo del comisario Rolando Rossi, jefe de la Brigada de Drogas Peligrosas de la Federal. Los detenidos, que no fueron identificados por la policía, fueron trasladados a la Superintendencia de Drogas Peligrosas, en la que quedaron alojados a disposición del juez Jorge Ballesteros.

Apreensão de cocaína é a maior do ano

Os oito quilos do pó chegaram ao Estado por uma conexão feita em São Paulo e foram encontrados em dois locais

Os oito quilos de cocaína encontrados na noite de segunda-feira em Porto Alegre fazem parte da maior apreensão da droga neste ano no Estado. Acondicionada em pacotes de um quilo, o pó estava escondido em dois locais — dentro de um carro que circulava no bairro Rio Branco e numa construção, no bairro Sarandi.

A Delegacia de Tóxicos utilizou duas equipes de policiais, que investigaram durante 17 dias pistas sobre a existência de uma conexão São Paulo-Porto Alegre na rota de distribuição de cocaína. A informação começou a se confirmar quando os noivos Carlos Augusto Fenner da Silva, 31 anos, e Fernanda Riveira Sirângelo, 18 anos, foram surpreendidos com um quilo da droga. Eles estavam numa caminhonete Fiat Fiha e foram presos em flagrante quando circulavam na Rua Casemiro de Abreu, Bairro Rio Branco.

Representante comercial, Silva inocentou sua noiva — a estudante Fernanda — dizendo que ela nada sabia sobre a droga. Ele declarou ser viciado e admitiu que tinha adquirido a cocaína no Shopping Lindóia, de um traficante chamado Roque Barros. Pagou R$ 5.500,00. "Nunca soube de viciado que usasse um quilo de cocaína", ironizou o delegado de Tóxicos, Herbert Ferreira, que prendeu o casal em flagrante por tráfico de entorpecentes.

Os policiais não demoraram em localizar Roque José Alves Barros, 35 anos. Ele foi preso quando saía de casa, na Rua Francisco Bittencourt, no Sarandi. Confirmou a existência da conexão com São Paulo. A droga foi adquirida em Mogi das Cruzes (SP), através de um acerto firmado com um traficante da cidade boliviana de Cáceres, chamado Joel. O delegado de Tóxicos alertou o Departamento de Narcóticos de São Paulo (Denarc) para a rota de tráfico.

Foi a maior apreensão de cocaína registrada este ano no Rio Grande do Sul. Em janeiro, foram apreendidos quatro quilos em Xangri-lá. Em fevereiro, dois quilos de pó, em Torres. Ocorreram ainda apreensões de 240 quilos de maconha no bairro Sarandi e 70 quilos de maconha em Cachoeirinha.

RECORDE MUNDIAL — A polícia especializada no combate ao narcotráfico da Colômbia realizou uma operação que culminou com a maior apreensão do mundo de insumos usados na elaboração da cocaína. Foram encontradas 3 mil toneladas de carbonato de sódio, que seriam distribuídos para os cartéis que operam no estado de Valle del Cauca.

As 3 mil toneladas chegaram ao país pelo porto de Buenaventura, em um barco procedente da Polônia, e foi levado em vários caminhões para Yumbo, uma cidade perto de Cáli, informou a polícia. O carbonato de sódio entrou na Colômbia com licença falsa para importação. Toda a operação, chamada de "Brisa", foi acompanhada por agentes secretos federais.

A polícia informou que geralmente em alguns países são encontrados por ano de 80 a 800 quilos de algum tipo de insumo usado na elaboração de entorpecentes, mas nunca havia sido apreendida uma quantidade tão grande de produto. O valor da carga não foi revelado.

SILVIO ÁVILA ZH



Conteúdo valioso: a droga estava guardada em pacotes de um quilo e foi apreendida pelo delegado Herbert

Nº DOCUMENTO 9509221
TITULO ITALIA: N'DRANGHETA monopoliza el tráfico de heroína
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA 12/4/95
VINCULACIONES 11176 11602
507604
11224
11226

ENTRADO
CRUZADO

N'drangueta en alza

ROMA, 11 (Reuter) – Funcionarios antimafia alertaron hoy que una agrupación criminal que opera desde el sur del territorio continental italiano crece a tal ritmo que pronto podría ser una fuerza internacional como la mafia siciliana.

El fiscal nacional antimafia, Bruno Siclari, dijo que el grupo criminal N'drangheta tiene casi todo el monopolio del tráfico de heroína "y se ha aprovechado de los" momentos de debilidad de la mafia sicilana para entrar en este comercio.

9509221

PIUR Nº 282/4101/22 AGO 95

ASSUNTO :STEFANY CANTERO.

1. STEFANY CANTERO, possivelmente cidadã uruguaia, residiria na Rua EL SALVADOR, nº 1.721, ap 04, MONTEVIDEU/URUGUAI, e seria ligada a movimentos políticos de esquerda.

2. STEFANY estaria procurando manter contato com elementos da esquerda brasileira, com objetivo desconhecido.

3. Muito apreciaríamos receber os seguintes registros sobre STEFANY CANTERO:

* confirmação de sua cidadania uruguaia;
* confirmação de seu endereço e telefone;
* atividades desenvolvidas (profissionais etc);
* registros criminais; e
* dados de qualificação, tais como nome completo, data de nascimento, filiação e estado civil, além, de quaisquer outros dados disponíveis.

* * *

01-01 9509222

Cartel de Cali sofre apreensão recorde

Colômbia confisca 3 mil toneladas de carbonato de sódio, matéria-prima para refinar cocaína

SANTAFÉ DE BOGOTÁ — A polícia colombiana anunciou ontem a apreensão de três mil toneladas de carbonato de sódio — material suficiente para refinar 150 toneladas de cocaína —, numa operação que qualificou como "o maior golpe do mundo contra as máfias de narcotráfico". O carbonato de sódio, originário da Polônia, chegou à Colômbia pelo porto de Buenaventura e foi transportado para armazéns na zona rural de Yumbo, cidade próxima a Cali — base do cartel que controla a maior parte do mercado mundial de cocaína.

"Esta foi uma apreensão sem precedentes, que surpreendeu até mesmo a nós", disse o diretor da polícia antinarcóticos, José Leonardo Gallego. "O recorde anterior era de 1,75 mil toneladas de diversos produtos químicos confiscados também pela polícia da Colômbia em março de 1994." O policial afirmou que a carga entrou no país com documentação falsa e estava destinada aos laboratórios clandestinos do Cartel de Cali. Uma funcionária de um dos armazéns onde o produto foi encontrado, no entanto, garantiu que o carbonato de sódio tinha sido importado legalmente e seria vendido para uma indústria de produtos de higiene pessoal da região.

Há duas semanas, o senador republicano dos EUA Jesse Helms escreveu um artigo em que recomendava a suspensão da ajuda americana antidrogas à Colômbia por entender que o governo de Bogotá não estava suficientemente empenhado em combater o narcotráfico. Desde então, a polícia colombiana intensificou suas ações contra os cartéis da droga, efetuando apreensões e abatendo pequenos aviões supostamente usados pelos traficantes.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA MAÑANA

13/4/95

ENTRADO

CRUZADO

El mayor decomiso de un insumo para elaborar cocaína

El mayor decomiso de un insumo químico de la cocaína jamás hecho, las 3.000 toneladas de carbonato de sodio secuestradas el lunes en Colombia, levantó ayer polémica en el país por la cobertura legal de la importación.

BOGOTA / ANSA

Según los informes aduaneros, los papeles parecen en regla y hay involucradas varias empresas locales de larga trayectoria en el uso de esas sustancias.

Pero la Policía antidrogas aseguró el lunes, cuando hizo el decomiso, que la documentación era falsa y que se trataba del más grande decomiso de insumos de cocaína, después de los 1.750 kilos de varias sustancias hallados en marzo de 1994.

Toneladas de cocaína

El gigantesco cargamento fue capturado cerca de Cali, donde tiene su sede el "cártel" de traficantes al que se atribuye la distribución del 80 por ciento de la cocaína que se consume en todo el mundo.

Según expertos, las 3.000 toneladas del carbonato de sodio -importadas desde Polonia- podían servir en la fabricación de unos 150 millones de toneladas de cocaína, el 15 por ciento de la producción mundial, aproximadamente.

El éter, la acetona y el ácido clorhídrico son otros insumos químicos para hacer cocaína. Más de un tercio de los químicos con que se fabrica cocaína en Colombia son importados, la gran mayoría de Europa y Estados Unidos.

Pero la empresa Colgate-Palmolive informó hoy que solamente sus plantas en Colombia consumen mensualmente un promedio de más de 2.000 toneladas para elaborar pasta dentífrica y jabones.

El cargamento se halló en las bodegas de Almaviva, una de las empresas más conocidas en el país, y arribó al puerto colombiano de Buenaventura, procedente de Polonia, el 4 de marzo.

02

9509223

Apreensão recorde causa controvérsia na Colômbia

SANTAFÉ DE BOGOTÁ — A apreensão de três mil toneladas de carbonato de sódio — utilizado tanto para fabricar creme dental como para o refino de cocaína —, anunciada segunda-feira pela polícia colombiana como o "maior golpe do mundo contra o narcotráfico", abriu uma grande controvérsia no país. Duas empresas envolvidas na importação do carbonato, originário da Polônia e avaliado em US$ 30 milhões, afirmam que a carga entrou no país legalmente e era destinada a indústrias de produtos de higiene pessoal — entre as quais a Colgate-Palmolive. A direção da multinacional, no entanto, nega que tenha encomendado a mercadoria.

CARBONATO SERIA USADO POR INDÚSTRIAS

"Os colombianos são muito asseados, mas a quantidade do produto é muito grande para fabricar apenas dentifrício", ironizou um chefe de polícia, Serrano Cadena. Para as autoridades, a carga se destinava mesmo ao Cartel de Cali. O carbonato foi apreendido em Yumbo, cidade próxima a Cali.

Despidos en Ushuaia y tensión en otras ciudades

Paralización: las fuerzas productivas de Mendoza harán hoy su tercera protesta; nervioso paréntesis en Mar del Plata; problemas en Corrientes con el aguinaldo.

USHUAIA.- El panorama industrial se sigue complicando en Tierra del Fuego. Ayer, la fábrica Teleushuaia, que ensambla los productos Toshiba, suspendió a 33 empleados por el término de un mes.

La planta, ubicada en el parque industrial de esta ciudad, tiene en total 60 operarios, con lo que redujo su operatoria a menos de la mitad.

En Mar del Plata

MAR DEL PLATA.- El conflicto que mantiene la Empresa Social de Energía de Buenos Aires (Eseba) con sus trabajadores, debido a las cien cesantías dispuestas por el directorio del ente, el pasado sábado, ingresó ayer en un forzoso, pero no menos tenso, paréntesis, luego de que las autoridades de la Direción Provincial de Relaciones Laborales intimara a "cesar en forma inmediata las medidas y retrotraer la situación al 29 de junio pasado, bajo apercibimiento de ley".

Luego de conocida la intimación, el Sindicato de Luz y Fuerza de Mar del Plata desalojó las dependencias de la Gerencia local, ocupadas desde el lunes a las 14 por directivos de la gremial y los agentes despedidos.

No obstante, y debido a que dicho personal no fue admitido en sus puestos habituales por orden de los responsables de la compañía, continuaron las concentraciones y las marchas de protesta frente a las distintas dependencias de la Eseba en la ciudad.

Paran en Mendoza

MENDOZA.-Los comerciantes, productores e industriales del departamento San Martín paralizarán hoy sus actividades en la tercera protesta consecutiva que realizan las fuerzas de la producción del interior de la provincia por las dificultades económico-financieras que afrontan.

Convocada por la Multisectorial del Trabajo, la Producción y el Comercio de San Martín y respaldada por la Cámara de Comercio e Industria del departamento, a partir de las 10 de hoy los comercios y fábricas de la ciudad cerraran sus puertas y a mediodía se hará una concentración en la plaza departamental para protestar por la crisis recesiva.

Problemas en Corrientes

CORRIENTES.- Hoy terminarán de percibir sus haberes del junio los empleados de la administración pública, en tanto subsisten dudas sobre la posibilidad de contar con recursos para cumplir con el pago del medio aguinaldo, según reconoció el propio gobernador, Raúl Romero Feris.

Nº. 9509225
TITULO: Presentaron pedido de informe, sobre situacion de la Rioja
PROCEDENCIA: 150024-
FECHA DE P...: 7-07-95
TRADUCCION: 11852

PRESENTARON UN PEDIDO DE INFORMES

Planteo en Diputados por los fondos para La Rioja

La Cámara de Diputados aprobó un pedido de informes para que el ministro del Interior, Carlos Corach, aporte detalles sobre el reparto de dinero a las provincias durante 1994. El proyecto pretende que Corach explique por qué La Rioja tuvo un trato privilegiado de parte de la Nación.

En un pedido de informes aprobado el miércoles, la Cámara de Diputados solicitó al ministro del Interior, Carlos Corach, que informe sobre el reparto de dinero a las provincias durante 1994. El proyecto, básicamente, apunta a que Corach explique los motivos por los cuales La Rioja recibió un trato privilegiado por parte del gobierno nacional.

El pedido de informes fue impulsado por Jesús Rodríguez, desde la bancada radical, y se aprobó en la sesión del miércoles con apoyo de todos los bloques. Es que legisladores de distintas provincias comparten la preocupación por la distribución de los fondos que el gobierno nacional efectúa, más allá de lo que indica la Ley de Coparticipación.

Según datos oficiales, la provincia de La Rioja, gobernada por Bernabé Arnaudo, recibió el año pasado 143 millones de pesos sobre los 455 millones que integran ese fondo. Ese monto representa el 31 por ciento de esa masa de recursos que están disponibles para las 23 provincias.

Reparto desproporcionado

Al denunciar que no se compadece el 2,09 por ciento que recibe La Rioja por la ley 23.548 (de coparticipación federal) con el 31 por ciento de recursos de los Aportes del Tesoro Nacional (ATN), los radicales dijeron que esos recursos de emergencia girados al gobierno riojano desde la Casa Rosada equivalen a casi la mitad de los recursos corrientes (impuestos provinciales y coparticipables) que entraron en las arcas riojanas en 1994.

La denuncia sobre el trato privilegiado a La Rioja se difundió en momentos en que, desde el gobierno nacional, se insiste en la presión sobre las provincias para que ajusten sus gastos y privaticen sus empresas.

De acuerdo con las cifras manejadas por la bancada radical de diputados al fundamentar su pedido de informes al Gobierno, las provincias que más beneficios recibieron fueron, además de La Rioja, Tierra del Fuego, Santa Cruz, Santiago del Estero, La Pampa y Río Negro.

Los fueguinos se alzaron con 59 millones provenientes de los ATN, lo que equivale al 13 por ciento del total, para una provincia a la que la Ley de Coparticipación le asigna el 0,68 por ciento de los recursos coparticipables.

El gobierno bonaerense, que recibe el 21,85 por ciento del total del fondos de coparticipación, tuvo el año pasado solo el 2,43 por ciento de los dineros que el Ministerio del Interior maneja a través de los ATN: 11 millones de pesos.

01-01

9509225

ASUMIO COMO GOBERNADOR POR CUARTA VEZ

Juárez se dio otro gusto en Santiago

1-7-95

Carlos Juárez asumió ayer, por cuarta vez, como gobernador de Santiago del Estero. En el '93, durante el estallido social, le habían quemado su casa. Una veintena de senadores nacionales del PJ presenció el acto.

SANTIAGO DEL ESTERO (Enviada especial). – El locutor oficial los anunció doce veces con voz solemne. "Y allí entra el gobernador electo Carlos Arturo Juárez y su dignísima esposa Marina Mercedes Aragonez." Ellos caminaban estrechando abrazos hacia el escenario del Teatro 25 de Mayo. El –79 años muy bien llevados– de impecable traje. Ella –24 años más joven– de tapado blanco con ribetes dorados, boa de piel, lentes negros, cartera roja y pelo recogido.

Santiago del Estero recuperó ayer su normalidad institucional con un acto que hizo honor al folclore peronista –y a la moda– de mediados de siglo, cuando Juárez asumía su primera gobernación (año '46). El mismo hombre a quien le terminaron incendiando la casa en diciembre del '93 en pleno "santiagazo", es desde ayer el gobernador provincial.

Festejo peronista

Eduardo Menem y Carlos Corach llegaron desde Buenos Aires a bordo del Tango 02 con una veintena de senadores peronistas –y el frepasista Mario Fadel– para acompañar a quien asumió por cuarta vez el máximo cargo ejecutivo de esta provincia. La fórmula ganadora que se completó con el ex intocable de la DGI, José María Peña, no solo compitió con el caudillo radical José de Zavalía, sino con Enrique Bertolini, candidato, desde hoy, ex interventor Juan Schiaretti.

El clima de fiesta que se vivió en el interior del teatro no ocultó los viejos rencores provinciales que la última elección hizo aflorar en la provincia.

Juárez es –para el léxico local– un quemado. El incendio de su casa, trasmitido en directo a millones de televisores argentinos, fue hace sólo dieciocho meses atrás el símbolo de la tragedia. La propia Casa de Gobierno sigue cerrada y con las ventanas tapiadas. "Acá tenemos que mandar unos ATN (Ayuda del Tesoro Nacional)", sugirió Omar Vaquir –hombre de Eduardo Menem, colaborador de Corach y posible remplazante de Juárez en el Senado– cuando pasó por la puerta del edificio abandonado.

Juárez ya dio muestras de los tiempos por venir. El jefe de policía que designó ya dio de baja a 200 agentes. Más que por racionalización de personal, la medida parece destinada a dar una fuerte señal política: la Policía fue –según los "quemados"– la gran culpable del "santiagazo".

La sed de venganza no queda ahí. José Scrimini, uno de los activistas de la movilización del '93, fue elegido con 38.000 votos diputado provincial por el Partido Memoria y Participación. Días después que Juárez ganó la elección, iniciaron una causa en su contra por sedición. Ahora la Legislatura no le ocupará su banca alegando que está "procesado".

Masiva marcha de protesta en Paraná

PARANA (De nuestra agencia). - Unas **7 mil personas** recorrieron ayer las calles de esta capital y luego se concentraron frente a la Casa de Gobierno, donde **protestaron airadamente** ante el anuncio oficial de aplicar un **severo ajuste** en la economía provincial.

La movilización, organizada por la Asamblea en Defensa de Entre Ríos y su Pueblo y respaldada **por la adhesión** de todos los partidos políticos, organizaciones empresariales y de jubilados, reclamó la **renuncia del gobernador** Mario Moine y de su gabinete, a quienes acusaron de "estar al servicio del poder central, con un proyecto de exclusión social, compartida por los dirigentes de la CGT obsecuente, empresaria, menemista y despreocupada por los problemas de los trabajadores".

En la misma línea de franca oposición política, también **cuestionaron** a las nuevas autoridades electas el 14 de mayo, encabezadas por el futuro gobernador Jorge Busti, por "compartir el proyecto de ajuste económico".

Una sola voz

No hubo oradores y solo se leyó un **durísimo documento** elaborado por los gremios y empresarios, en el que se rechaza la iniciativa gubernamental por cuanto prevé "reducción salarial, aportes extraordinarios de los jubilados, aumento de edades para jubilarse, pago de sueldos en bonos, recorte de coparticipación municipal, privatizaciones de las empresas del Estado, incluidas la empresa de Energía (EPEER), Salto Grande y el casino".

Los dirigentes intentaron entregar el documento en la mesa de entradas de la Casa de Gobierno, cuyas puertas y ventanas permanecían cerradas. Al no lograr su objetivo, **rompieron los vidrios e intentaron derribar la puerta**, a la vez que arrojaban **piedras y huevos** contra el edificio, mientras el gobernador Moine se alejaba por una **puerta trasera** de la sede gubernamental.

01-01

9509227

INVITADO ESPECIAL

Bussi, en los actos

TUCUMAN (De nuestra agencia). – El gobernador electo, general retirado Antonio Bussi, se sumó ayer como invitado especial a los actos del Día de la Independencia. No asistió a la Casa Histórica, pero, a partir del Tedéum en la Catedral, estuvo presente en todo el programa de actos.

Durante el desfile, se lo vio en el palco oficial detrás del general Martín Balza y los otros jefes militares. Después concurrió al aeropuerto a despedir a Ruckauf.

"Le manifesté a Bussi que con mucho gusto, antes o después que asuma, vamos a poder conversar sobre su tarea de gobierno", declaró el vicepresidente.

En su anterior visita a Tucumám, una semana y media atrás, Ruckauf habia dicho que si los tucumanos votaban a Bussi "perderían el tren de la historia". Ayer, al responder sobre ese punto, afirmó que "en ese momento di una opinión que estaba vinculada a mi pensamiento. Hoy tengo una tarea de gobierno y lo que debo hacer es aceptar la decisión de los tucumanos y no abrir nuevos conflictos".

Clarín 05-07-95

EQUIPOS CONJUNTOS PARA UN CAMBIO "SIN TRAUMAS"

Palito y Bussi preparan la transición en Tucumán

Ramón Ortega y el general Antonio Bussi acordaron ayer en Tucumán un normal traspaso del poder. El bussismo y funcionarios de Ortega conformarán equipos de trabajo destinados a intercambiar información de todas las áreas provinciales, en especial la económica.

TUCUMAN (De nuestra agencia). – Ramón Ortega y Antonio Bussi **conversaron** ayer durante una hora y media, en **su primer encuentro** luego de las elecciones del domingo último, que dieron el triunfo al general retirado y jefe de Fuerza Republicana. La reunión se realizó, pasadas las 13, en la Casa de Gobierno, y fue pedida por el gobernador electo -según admitió luego Bussi- "para coordinar una transición que asegure una transferencia sin solución de continuidad".

Bussi dijo que acordó con Ortega el armado de equipos de trabajo conjunto, entre representantes de su partido y funcionarios del actual gobierno de Ortega, para intercambiar información, en especial sobre la situación de las finanzas públicas tucumanas.

Una hora antes del encuentro, en conferencia de prensa en el Partido Justicialista, la derrotada candidata del Frente de la Esperanza, Olijela Rivas, había admitido su derrota. "La democracia da derechos; debo reconocer, a pesar de que aún no están los cómputos definitivos, el triunfo de Bussi. No voy a cometer el error de él, que recién después de tres años y medio reconoció el triunfo del justicialismo en el '91", dijo la senadora. En tren de reconocimientos, el senador **José Octavio Bordón** dijo ayer en Buenos Aires que la actuación electoral del Frepaso en Tucumán fue "un verdadero papelón y un desastre".

A las 16.30, antes de tomar un avión con destino a Buenos Aires -donde se reunirá hoy con el ministro Domingo Cavallo- Ortega confirmó lo declarado por Bussi y agregó que, además, dialogaron sobre la necesidad de apoyar al sector privado, en particular a la industria azucarera.

Fuentes del Gobierno informaron a **Clarín** que, en el encuentro, se acordó además que el vicegobernador electo, Raúl

02

El País - 4-7-95

Es el Nuevo Gobernador con 44,6% de los Votos

EL GENERAL BUSSI VENCIO AL PERONISMO EN TUCUMAN

SAN MIGUEL DE TUCUMAN (Argentina), 3 (EFE y ANSA). — El general retirado Antonio Bussi, del partido Fuerza Republicana, fue elegido gobernador de la provincia argentina de Tucumán con el 44,62 por ciento de los votos, según cifras provisionales difundido hoy, lunes.

En segundo lugar se sitúa la senadora Olijuela del Valle Rivas, del Partido Justicialista (peronista) en el poder, con el 41,83 por ciento de las adhesiones, seguida por Antonio Campero, de la Unión Cívica Radical (UCR), con el 23 por ciento.

Las cifras corresponden al escrutinio de 312 mesas electorales, el 10 por ciento del total, señaló el último informe oficial.

Las encuestas a "boca de urna" y de varias consultoras privadas otorgan la victoria electoral a Bussi con alrededor del 40 por ciento de los votos con diez puntos de ventaja sobre su principal rival.

El escrutinio de los comicios celebrados en Tucumán el domingo marcha con lentitud debido a la aplicación del sistema de Ley de Lemas para la elección de los otros cargos en disputa, los de legisladores nacionales, provinciales y autoridades comunales.

La Ley de Lemas permite que cada partido político presente varios candidados o sublemas para un mismo cargo y establece que el más votado acumule a su favor los que reciban los aspirantes de su mismo partido.

Antonio Bussi, quien actualmente es diputado, gobernó Tucumán entre 1976 y 1977, durante el último régimen militar, tras encabezar la lucha contra la guerrilla izquierdista en esa provincia.

Durante el gobierno democrático del presidente Raúl Alfonsín (1983-1989) Bussi fue juzgado por delitos de represión política de los que fue absuelto.

Bussi, un militar retirado del ejército, ya gobernó la provincia en los años 1975 y 77, durante la última dictadura militar en Argentina (1976-83), donde comandó las operaciones de combate a la subversión.



El presidente argentino Carlos Saúl Menem, cuyo partido deberá ceder a la oposición la gobernación de Tucumán.

03

UN LENTO ESCRUTINIO CONFIRMABA SU AMPLIA VENTAJA

Tucumán: Bussi dice echará empleados que no públicos

En sus primeras declaraciones como gobernador electo, Antonio Domingo Bussi dijo que no echará empleados públicos. Un escrutinio lento confirmaba su amplia victoria —hasta aquí de 13 puntos— sobre el justicialismo y el tercer lugar para los radicales. El ex interventor militar dijo que se alineará con la política del gobierno nacional y que profundizará las privatizaciones. Bussi deberá mantener buenas relaciones con la oposición ya que no tendrá quórum propio en la Legislatura.

TUCUMAN (De nuestra agencia). – Mientras un lento escrutinio confirmaba ayer **la amplia ventaja** (hasta aquí 13 puntos) de Antonio Domingo Bussi sobre el PJ en las elecciones a gobernador de Tucumán, el mandatario electo dijo ayer que **no producirá despidos** en la administración de una provincia acechada por un 30 por ciento de desempleo. Durante todo el día, el ex interventor militar también debió justificarse por su pasado: "Yo nunca fui dictador; ni pichón ni proyecto de dictador", se defendió.

Bussi envió mensajes tranquilizadores en todas direcciones. "Seremos el mejor socio del gobierno central", había dicho la noche del domingo en su arenga a la multitud que celebraba el triunfo. Este fue su diálogo con **Clarín**.

–¿Despedirá gente para emprender un ajuste en la provincia?

–En principio, no. Somos conscientes de la imposibilidad casi absoluta de que un despedido pueda reubicarse. Echar gente sería como volver a mandarla a los montes. El achicamiento del Estado lo vamos a hacer agrandando la provincia.

–¿Revisará lo hecho por el actual gobierno?

–Lo hecho hecho está. No vamos a revisar. Salvo en el caso de denuncias, que derivaremos a la Justicia. Vamos a continuar la política privatizadora, pero con otra metodología. Nosotros somos privatizadores por naturaleza, pero no vamos a rematar el patrimonio de los tucumanos.

GUSTAVO GARELLO/ENVIADO ESPECIAL

–¿No tiene diferencias con el gobierno de Menem?

–Las diferencias son de orden de prioridades, de metodología, pero no de objetivos. Privilegiaremos los intereses locales, pero encuadrados dentro de las políticas nacionales.

–Sabemos que habló por teléfono con Ortega, ¿qué le dijo?

–Hablamos con la cordialidad que hemos logrado establecer, de la necesidad urgente de coordinar la entrega del gobierno.

–¿Qué se debe acordar en la transición?

–No creo que pase por acuerdos. Pasa por una entrega ordenada. Cuentas claras, cuentas al día.

–Podría ocurrir que las cuentas estuvieran claras pero no hubiera un solo peso.

–Es una hipótesis. Primero tengo que saber el estado de las cuentas públicas, después le podría contestar.

–Sabemos que hay un déficit de 12 millones de pesos mensuales.

–También sabemos que hay gastos superfluos que se pueden eliminar. Y que esta provincia no produce, que no atrae el turismo. Sabemos de muchas cosas que, ordenándolas, permitirían enfrentar los problemas con éxito.

Rubén Elsinger

04

9509228

El Sucesor de "Palito" Ortega

EX MILITAR SE ADJUDICA LA VICTORIA EN TUCUMAN

BUENOS AIRES, 2 (EFE). —El general retirado Antonio Bussi, candidato a gobernador por la Fuerza Republicana, se adjudicó el triunfo en las elecciones celebradas hoy en la norteña provincia de Tucumán, aunque los resultados finales oficiales no serán dados a conocer hasta mañana, lunes.

En una conferencia de prensa ofrecida tras los comicios, cuyo cierre se aplazó una hora por demoras en la apertura de algunas mesas electorales, Bussi indicó: "Hay que esperar los resultados definitivos, pero todo indica que gané".

Unos 750.000 tucumanos acudieron hoy a las urnas para elegir al sucesor del gobernador Ramón Ortega, así como a 40 legisladores provinciales, 19 alcaldes y a las autoridades comunales, en las primeras elecciones celebradas en Argentina tras los comicios generales de mayo en los que el presidente, Carlos Menem, fue reelegido por un período de cuatro años.

Antonio Bussi, que fue gobernador de Tucumán durante el último régimen militar (1976-1983), disputa la gobernación con la candidata del partido Justicialista, Olijela del Valle, quien encabeza el Frente de la Esperanza, y con el representante de la Unión Cívica Radical (UCR), Rodolfo Martín Campero.

Bussi, ahora retirado como general de División del Ejército, encabezó en 1975 el denominado "Operativo Independencia", que combatió la guerrilla de izquierdas.

Durante el gobierno democrático del presidente Raúl Alfonsín (1983-1989), de la UCR, fue juzgado en Córdoba por el delito de violación de derechos humanos y quedó absuelto poco tiempo después.

En 1987 reapareció en la escena política de Tucumán con el partido de signo conservador Defensa Provincial Bandera Bianca y, en 1988, creó Fuerza Republicana.

Bussi se presentó como candidato a gobernador en las elecciones de 1991 y perdió ante el actual gobernador Ramón Ortega, del Partido Justicialista.

A excepción de los cargos de gobernador y vice, en la elección de los restantes 230 puestos electivos en Tucumán se utilizó la Ley de Lemas.

La Ley de Lemas, que se aplicó por primera vez en Uruguay, permite que cada partido político presente varios candidatos para un mismo cargo y establece que el que más votos ha conseguido sume para sí las adhesiones en favor del resto.

Las elecciones de Tucumán preceden a las que se celebrarán los próximos meses de septiembre y octubre en las provincias de Santa Fe, Chaco, Tierra del Fuego, Jujuy, Formosa, Neuquén y Salta, donde serán elegidas simultaneamente las autoridades provinciales y municipales.

El País = 3-07-95

05

9509228

Las elecciones anteriores

1983



Partidos	Votos	%
Partido Justicialista	**253.485**	**51,74**
Unión Cívica Radical	181.576	36,87
Def. Prov./Bandera Blanca	620	0,13

Fernando Riera

1987



Partidos	Votos	%
Unión Cívica Radical	**178.151**	**33,80**
Partido Justicialista	130.005	24,70
Frente Acción Provincial	103.064	19,60
Def. Prov./Bandera Blanca	96.846	17,40

José Domato

En el colegio electoral, el Frente Acción Provincial apoyó al candidato del PJ oficial que, con este aporte, fue proclamado gobernador.

1991



Partidos	Votos	%
Partido Justicialista	**269.267**	**49,70**
Fuerza Republicana	263.307	43,60
Unión Cívica Radical	22.484	4,15
Def. Prov./Bandera Blanca	700	0,13

Ramón Ortega

Clarín = 03-07-95

A PARTICIPAR EN SU GOBIERNO

Bussi invita a la UCR y al peronismo

Con los datos extraoficiales que lo daban como ganador, el general Bussi se esforzó por dar una imagen de "compromiso con la democracia". Habló de sus buenas relaciones con el presidente Menem y con Cavallo.

Dispuesto a maquillar la imagen de hombre duro de la última dictadura militar, el gobernador electo de Tucumán, Antonio Domingo Bussi, **invitó a radicales y peronistas a participar de su gobierno** y manifestó su **"compromiso con la democracia"**.

Bussi, gobernador de facto en el '76 y cabeza de la represión de la subversión en la provincia, lanzó la convocatoria en la conferencia de prensa cuando los datos extraoficiales lo daban como ganador de las elecciones provinciales.

Ese perfil aperturista, sin embargo, quedó enfrentado con la explicación que dio del triunfo que obtuvo en las urnas: "Ganamos por la gestión de los años 70, que se recuerda muy bien, contrastada con estos fracasos".

El general retirado minimizó la posibilidad de un futuro aislamiento político y económico de la provincia tras el alejamiento de Palito Ortega, que fue sugerida por el justicialista Julio César Aráoz, ex interventor federal en la provincia, antes del triunfo de Palito Ortega en 1991.

"Tenemos una relación cordial con el presidente Carlos Menem y en distintas oportunidades recibimos respuestas concretas del ministro de Economía, Domingo Cavallo", fue la explicación del ex gobernador militar.

Frente al Gobierno nacional, Bussi dijo que asumirá una "oposición coherente" y consideró que los funcionarios del Palacio de Hacienda no le van a pedir un ajuste inmediato en las cuentas públicas. "Tenemos recursos", señaló.

"No vamos a encuadrarnos con el Gobierno nacional; haremos una gestión coherente defendiendo los intereses de Tucumán, sin practicar la oposición por la oposición misma", agregó.

Bussi descartó que fueran a producirse estallidos sociales en Tucumán, donde los trabajadores estatales y los jubilados protestaron recientemente por bajos salarios y atrasos en los pagos.

Si bien habló como triunfador, el titular de Fuerza Republicana aclaró: "Recién me voy a sentir gobernador cuando lo confirme la Justicia, aunque los sondeos nos dan 15 puntos de ventaja".

También hizo una breve referencia hacia Palito Ortega, para criticarlo por sus "excesivas ausencias" de la provincia.

Bussi fue gobernador entre el '76 y el '77, dirigió el Operativo Independencia y fue acusado de violaciones a los derechos humanos.

06

9509228

La Nación - 03-07-95

Tucumán dijo no al oficialismo

Una provincia que no es tan peronista como dicen

Anecdotario: en 1987 había triunfado el radical Rubén Chebaia, pero en el Colegio Electoral se impuso el justicialista José Domato, a expensas de los votos de Acción Provinciana.

SAN MIGUEL DE TUCUMAN.- En medios justicialistas locales se ha sostenido como un eslogan desde hace mucho tiempo que Tucumán era el "fortín peronista", pero tal afirmación no es exacta, ya que en 1987 la UCR, que llevaba como candidato a gobernador de la provincia al exitoso y joven intendente capitalino Rubén Chebaia, obtuvo 177.506 votos frente a los 133.539 que logró José Domato (PJ).

Para esas elecciones estaba vigente la Constitución provincial de 1907, que establecía el sistema de elección indirecta -por Colegio Electoral- de los candidatos al binomio gubernamental. En esa oportunidad, un acuerdo entre el PJ y el partido Acción Provinciana, determinó que no se votara a Chebaia (se lo hizo por el justicialista Domato), con lo cual perdió las elecciones quien había obtenido la primera minoría.

En ese Colegio Electoral hubo alternativas que prolongaron sus deliberaciones. Se realizó, inclusive, una convocatoria en un lugar distinto del que habitualmente se utilizaba para la reunión de ese cuerpo. Pero negociaciones realizadas en el orden nacional determinaron el urgente envío de una comisión de dirigentes a esta ciudad, que convenció a Chebaia para que desistiera de sus pretensiones, ya que había iniciado negociaciones con el partido Defensa Provincial, que llevaba a Antonio Bussi, cuando ese militar retirado iniciaba su carrera políticacon la obtención de 98.453 votos.

Con anterioridad, en los comicios del 30 de octubre de 1983, el PJ, que presentó como candidato a Fernando Pedro Riera, obtuvo 254.554 votos, contra los 181.376 del candidato radical Julio César Romano Norri; 28.548 de la coalición de Vanguardia Federal y la democracia cristiana, que llevó a Celestino Gelsi, y 4734 votos para Carlos Javier Aguirre, del MID.

Gobernadores radicales

Desde 1945 hubo una seguidilla de gestiones peronistas en la administración provincial, que se interrumpió con la Revolución Libertadora.

Restablecida la democracia, fue el radical Celestino Gelsi, durante la presidencia de Frondizi, quien asumió la conducción provincial.

En 1973, Gelsi, candidato de Vanguardia Federal, fue derrotado por Amado Juri (Frejuli) por 191.520 votos contra 74.671. Ese año, la UCR obtuvo 37.510 sufragios.

Comicios desde 1958

(Para gobernador)

1958	Votos	1963	Votos	1973	Votos
UCRI	130.542	UCRI	48.358	Frejuli	191.520
UCRP	51.613	UCRP	36.174	V. Federal	74.671
U. Popular	17.992	DC	32.420	UCR	37.510

1983	Votos	1987	Votos	1991	Votos
PJ	254.554	UCR	177.506	PJ	248.479 (2)
UCR	181.376	PJ	133.539 (1)	FR	247.802
V. Fed. / DC	28.548	A. Provincial	104.727	UCR	23.424

(1) El PJ terminó gobernando la provincia como resultado de las negociaciones en el Colegio Electoral, que desconocieron la primera minoría radical.

(2) El PJ ganó como consecuencia de la ley de lemas, habiendo obtenido el sublema de su candidato Ramón Ortega menos votos que el de Fuerza Republicana, Antonio Bussi.

LA NACION

Cuando Arturo Illia asume la presidencia de la Nación, otro radical, el doctor Lázaro Barbieri fue ungido gobernador de Tucumán.

Los últimos comicios para ese cargo, del 8 de septiembre de 1991, dieron 284.479 votos a Ramón Ortega (Frente de la Esperanza), 247.802 a Bussi y 23.424 a Chebaia, elección en la que se eligió gobernador mediante elección directa, con ley de lemas.

Héctor Domingo Padilla

07

Clarín: 02-07-95

En Tucumán eligen gobernador

Bussi encabeza los sondeos. Dijo no ser opositor a Menem

TUCUMAN (Enviado especial). – Los comicios pueden expresar, en más de un sentido, un **vertiginoso giro** respecto del idilio electoral en el que el oficialismo se sintió instalado el 14 de mayo. Aunque el gobierno nacional parece **despreocupado** por la suerte de sus representantes –y hasta quizás **tranquilizado** por la posibilidad de una **victoria** de Antonio Domingo Bussi– en la elección de gobernador, vice, intendentes, legisladores provinciales y concejales que convocará hoy a las urnas a un total de 759.446 tucumanos.

No es solo el triunfo del para muchos brutal ex interventor provincial lo que anticipan las encuestas. También hablan de la posibilidad de que el radical Rodolfo Campero –con el voto de muchos peronistas– termine **segundo** y con más votos que la candidata justicialista, la senadora Olijela del Valle Rivas.

Tucumán fue siempre un **bastión electoral del peronismo**, situación que resistió incluso la insatisfacción frente a las administraciones de ese color y el deterioro organizativo del partido.

Desde la restauración democrática de 1983 **el PJ nunca perdió** la gobernación. El eventual triunfo de Bussi no solo marcaría el fin de esa lealtad electoral; aun en su actual versión **"civilizada"**, el general expresa el retorno de un estilo al borde del sistema.

Si la tercera es, finalmente, la vencida –Bussi ya lo intentó en 1987 y 1991–, habrá que atribuirlo en buena medida a la profundidad de la sensación de **crisis económica** y **social** sin salida de los tucumanos, volcados ante esos límites hacia la ilusión de la salida de "mano dura".

En su comportamiento legislativo, Bussi fue siempre un **aliado** de las iniciativas estratégicas del **modelo menemista**. De manera mucho más clara después del "embalse" de la recesión con que se llegó al 14 de mayo, ese modelo supone hoy un nuevo ajuste sin analgésicos en las provincias, inicio de una esperable secuencia de protestas sociales y represión.

Tal vez es esa visión la que coloca a Bussi en el umbral de la **"liga de ganadores"** con que suele operar el Gobierno en su política de alianzas institucionales. Aunque su victoria surja de una elección que puede anticipar nuevas derrotas oficialistas de aquí a fin de año, que atomiza el voto del PJ y que araña la imagen política de un **"delfín"** oficial como Ramón "Palito" Ortega. También el radicalismo puede sufrir un **sacudón nacional** con una buena elección de Campero, y a poco de una chance de victoria en la Capital Federal. El candidato promete, por lo pronto, ásperos planteos sobre el perfil de identidad opositora desteñida que hoy, según él, propone la conducción de Raúl Alfonsín.

Carlos Eichelbaum

La elección

PADRON GENERAL 759.446 — **3,44%** del padrón nacional

QUE SE ELIGE

Gobernador y vicegobernador

40 Legisladores provinciales

19 Intendentes y concejales

93 Comisionados de las comunas rurales

CANDIDATOS A GOBERNADOR Y VICE

Frente de la Esperanza (PJ y aliados): Olijela del Valle Rivas-José Carbonell

Fuerza Republicana: Antonio Bussi-Raúl Topa

UCR: Rodolfo Martín Campero-Raúl Angel Robin

Frepaso: José Alberto Vittar-Vicente Navarro

Alianza Solidaria: Antonio Alcover-Eduardo Di Lella

Partido Humanista: María Angela Massa-Alcira Luisa Melgarejo

Alianza Sur: Angela Nassif-Segundo Díaz

Corriente Patria Libre: Arturo Paz-Juan Gallardo

Partido Obrero: Daniel Blanco-Nestor Lizárraga

Radiografía

Población activa con problemas laborales	31,1%
Empleados públicos	42.344
Déficit presupuestario	129,4*
Recursos propios sobre totales	23,6%
Gastos en personal	54%**

(*) En millones de pesos. (**) Sin empl. municip.

- Palito Ortega anunció a los candidatos a sucederlo que Tucumán tuvo un déficit de **12 millones** durante mayo. Mientras, en ese mes la recaudación cayó un **17%**.
- Acaba de privatizar los servicios de agua y cloacas y espera pasar a manos particulares el **51%** de las acciones de la Empresa de Distribución Eléctrica y el **60%** del paquete del Banco de Tucumán.

La Justicia confirmó los comicios

TUCUMAN (De nuestra agencia). – La Justicia **confirmó** la realización de las elecciones de hoy, al **rechazar** el recurso de no innovar que solicitaba la **suspensión** de los comicios, presentado por el ex diputado Exequiel Avila Gallo.

El ex legislador fue el primer político tucumano que confió, en 1987, en Antonio Domingo Bussi, y su partido provincial Bandera Blanca fue el soporte institucional para que **el general** se inicie en la actividad democrática.

En 1988 ambos políticos se separaron por desconfianzas en el manejo de las finanzas partidarias, y Bussi creó Fuerza Republicana.

08

La Rep. 01-07-95

Un general favorito en elección de Tucumán

Buenos Aires

■ Un general retirado de la dictadura argentina (1976/1983), Antonio Bussi, y actual diputado nacional es favorito en las encuestas para ganar mañana las elecciones en la pobre provincia de Tucumán (noroeste, en manos del peronista y ex cantor popular Ramón "Palito" Ortega.

Ese favoritismo tendría su explicación en la profunda crisis económica que afecta a la provincia, como a la mayoría del norte argentino; y al descreimiento popular sobre los políticos que, dicen los lugareños, "prometen mucho y cumplen casi nada", destacaron analistas en Buenos Aires.

Pese a todos los antecedentes —agregaron esos observadores—, la gente regresa ahora a la vieja idea de que "una mano dura" de formación castrense es la panacea para sus sufrimientos.

Entonces su "ideal" actual es el general retirado Antonio Bussi (69 años), jefe de 1975/76 del llamado Operativo Independencia contra la guerrilla rural y acusado de graves delitos contra los Derechos Humanos durante la "guerra sucia".

La dictadura designó a Bussi gobernador de Tucumán en el período 1976/1977, en 1988 fundó el partido Fuerza Republicana (derecha) y un año después fue electo diputado nacional pero renunció a la banca. En 1991 perdió la elección ante Ortega por la gobernación y en 1993 fue electo, y aceptó, la diputación nacional.

"Bussi es el producto de la mediocridad de la dirigencia política tucumana", definió José Alberto Vitter, disidente peronista y candidato a la gobernación por el Frente del País Solidario (Frepaso, centroizquierda).

En la oposición al militar retirado se encuentra en desventaja de diez puntos —de acuerdo con los sondeos— el radical (socialdemocracia) Rodolfo Campero (47) y con mayor diferencia la peronista Olijela del Valle Rivas (60) y Vittar (41).

Según la prensa, el peronismo, que cuenta actualmente con catorce gobernaciones sobre 23 del país (cinco están en poder de partidos provinciales y cuatro de los radicales), pediría el voto en Tucumán para el radical Campero, en un intento de impedir el triunfo de Bussi y "preservar la democracia".

El militar en cambio, se declaró confiado en la victoria aunque no quiere arriesgar un pronóstico, porque "la política no es igual a la aritmética o a la geografía".

Apuntó que "hemos visto a hombres y mujeres de otros partidos que se suman a nuestras filas porque se sienten frustrados con las propuestas de sus candidatos".

08-09

Incidentes en Entre Ríos

PARANA (De nuestra agencia).- Por lo menos **tres dirigentes** del gremio de trabajadores estatales, resultaron **heridos** anoche, durante los incidentes registrados en la Casa de Gobierno cuando, pese a la muy fuerte custodia policial, intentaron ingresar en protesta por el tratamiento de los proyectos de privatización de la empresa provincial de energía y de emergencia económica. **En el mismo inmueble**, cabe consignar, **funciona la Legislatura**.

La jornada estuvo cargada de tensión: el intento de los senadores del PJ de dar media sanción a ese proyecto de privatización (se logró a última hora) **se había complicado** cuando el público arrojó **huevos** contra el vicepresidente de la Cámara, Emilio Castrillón, en momentos en que el bloque oficialista quiso pasar a cuarto intermedio.

Sin la presencia radical, los senadores del PJ retomaron su labor en la Cámara de Diputados, hecho sin precedentes desde la recuperación de la democracia, pero no lograron contar con la presencia radical.

En medio de un clima enrarecido, se reforzó la custodia policial en la Casa de Gobierno (y la Legislatura) hasta que se produjeron los incidentes. En consecuencia, el proyecto de ley de emergencia económica no pudo tratarse.

LA UNION DE VIEJOS ADVERSARIOS

Frente de izquierda en Santa Fe

(*Por Raúl Kollmann*) El Partido Comunista (PC), el Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST), que lidera Luis Zamora, y los maoístas del Partido del Trabajo y el Pueblo (PTP) formalizaron esta semana un frente para la elección de gobernador en Santa Fe: la Alianza de la Izquierda y el Pueblo Santafesino (AIPS). De esta manera el PC aparece en ese distrito sin sus aliados de los últimos tiempos, Corriente Grande, la agrupación de Fernando "Pino" Solanas y el Frente por la Democracia Avanzada, que encabeza Atilio Borón. Hace ya cinco años –prácticamente después de la caída del Muro de Berlín– que en la Argentina no se veía una alianza entre comunistas y trotskistas.

El candidato a gobernador será Norberto Olivares, un hombre del PC, conocido integrante de organizaciones de derechos humanos; acompañado en la fórmula por Juan Carlos Bernasconi, viejo dirigente del MST, y Miguel Rubinich (PTP), encabezando la lista de diputados provinciales. El programa de la alianza incluye las tradicionales reivindicaciones de la izquierda: el no pago de la deuda externa, la prohibición de suspensiones o despidos y la anulación de las privatizaciones.

Con la constitución de la AIPS, es un hecho la disolución en ese distrito de la Alianza Sur, que el 14 de mayo llevó a Solanas como candidato presidencial. En Buenos Aires, tanto los seguidores del cineasta como los de Democracia Avanzada mostraron su disgusto por el camino tomado por el PC. "Nosotros queríamos una apertura hacia el centro del espectro político y ellos constituyeron un típico frente de los partidos que están más a la izquierda", sostuvo uno de los dirigentes cercanos a Borón. Para evaluar la situación, los principales líderes de Alianza Sur preparan una reunión –se hará a principios de la próxima semana– en la que decidirán el futuro de ese frente.

Por el otro lado, anoche mismo Luis Zamora adelantaba su intención de proponer al PC, al PTP y a otros de esa franja política la conformación de un frente similar al de Santa Fe tanto en la Capital Federal como en las provincias en las que habrá elecciones en los próximos meses. "Es imprescindible que no nos pase lo del 14 de mayo, donde la izquierda se presentó *totalmente* dividida", señaló el ex legislador.

El MST es el único partido trotskista que vuelve a dar el paso de aliarse al PC, tras un período de cinco años en que las relaciones estuvieron casi totalmente cortadas. Tras la caída del Muro de Berlín, el trotskismo *no quería* aparecer junto a los comunistas por considerar que estaban identificados con los regímenes de la ex Unión Soviética, en tanto que el PC los calificó de sectarios y se orientó hacia frentes más moderados, encabezados, primero por Carlos "Chacho" Alvarez y posteriormente por Fernando "Pino" Solanas. Con el acuerdo de Santa Fe, tres viejos adversarios –el comunismo, el trotskismo y el maoísmo– parecen haber dejado de lado, momentáneamente y en un distrito, los viejos rencores.

LEGISLADOR FRENTISTA, AFUERA

Factura por el Santiagazo

En un confuso procedimiento, la Legislatura de Santiago del Estero rechazó durante la madrugada de ayer los pliegos del diputado electo por el Frente Grande, Carlos Arturo Scrimini, acusado por la Justicia santiagueña de "apología del delito, motín y sedición" durante la rebelión popular del 16 y 17 de diciembre de 1993. El legislador impedido de ocupar su banca, a pesar de que participó libremente de las elecciones del 14 de mayo, consideró una "farsa" el proceso llevado adelante por el juez del Crimen de la quinta nominación, Luis María Argañaraz, quien hace una semana lo imputó como partícipe directo de los incidentes, quema y saqueo de los edificios de los tres poderes durante el Santiagazo. El pliego fue rechazado por 23 votos contra 18. A favor del rechazo votaron los 20 diputados de Cruzada Santiagueña, que responden al gobernador Carlos Juárez, cuya casa fue quemada durante aquella pueblada, y 3 de Federación, también de origen peronista.

"En primera instancia se había mocionado desde el mismo juarismo que el tema pasara a comisión y que se devolviera el sumario al juez por incompleto, pero cuando se dieron cuenta de que eso equivalía a confesar que la acusación que se me hace es infundada dieron marcha atrás. En realidad parece que estaban buscando el hueco para aprobar el rechazo con mayoría simple, con la anuencia del presidente de la Cámara, el vicegobernador y ex jefe de Los Intocables de la DGI, José María Peña", explicó Scrimini a **Página/12**.

El encargado de justificar el pedido de exclusión hecho por el juarismo fue el diputado Carlos González Abalos, quien se basó en los testimonios de tres policías y dos periodistas a los que Scrimini habría prohibido el acceso a Tribunales durante el Santiagazo. El legislador afirmó que el ex jefe del Cuerpo de Infantería y actual comisario mayor de la policía provincial –ascendido por Juárez– Julio Pastor Olivera, "identificó a Scrimini como el agresor que le provocó hundimiento de tórax", y con cierto anacronismo agregó que también "lanzó bombas molotov durante el gobierno de Onganía", en la década del 60.

"Hay gente dolida porque le incendiaron la casa", dijo Scrimini cuando el cuerpo le permitió hacer uso de la palabra en calidad de "invitado" y se comprometió a "demostrar ante un juez probo" que durante el Santiagazo no participó del incendio "de ninguna casa". Además del propio gobernador Juárez, durante aquella pueblada también fue quemada la casa del actual diputado juarista Darío Moreno.

"Que Dios perdone a los policías Julio Olivera, Ligretti Rojas, José Torres y al director de la revista *La Columna* para que siga disfrutando de los beneficios económicos, cambiando de patrón según le convenga, y que Dios nos perdone a todos los que no supimos aprovechar el 16 de diciembre para dividirnos más", agregó el legislador excluido en referencia a los hombres que testimoniaron en su contra ante el juez Argañaraz.

Scrimini consideró una "farsa" todo el procedimiento en su contra porque "el juez Argañaraz ni siquiera me indagó. No acepto haber preparado ningún grupo ni haber participado del saqueo de ningún domicilio: eso lo hizo un sector del pueblo y la historia los juzgará", agregó.

01-01

PELEAS POR EL PODER EN CORDOBA

La difícil convivencia entre Mestre y Angeloz

Tras renunciar y pasarle por anticipado la gobernación a Ramón Mestre, Eduardo Angeloz no se fue a cuarteles de invierno y, por el contrario, trata de controlar su porción de poder en la provincia.

CORDOBA (De nuestra agencia). – Ramón Mestre y Eduardo Angeloz inauguraron el miércoles una experiencia de **cohabitación con pronóstico incierto.**

En su primer mensaje a la Asamblea Legislativa, el nuevo gobernador trazó una línea divisoria con los once años y medio de gestión angelocista:

• Recibió la administración con beneficio de inventario. Dijo que el déficit y la deuda (sus números duplican a los de Angeloz) dejan en sus manos "un Estado débil y vulnerable".

• Prometió que el gobierno ya no será "una sucursal del comité". Marcó así otro contraste con el pasado inmediato. Luis Molinari Romero, el vicegobernador que le impusiera el angelocismo en la negociación, no tuvo otro camino que **abandonar esa misma noche la presidencia del comité provincial de la UCR.**

Lejos de apartarse por un tiempo de la escena para elaborar el duelo de su caída, como esperaban en la otra vereda interna, Angeloz replicó de inmediato con gestos cargados de simbolismo. El jueves ocupó en la Casa Radical el mismo despacho desde el cual Mestre condujo la campaña y preparó su acceso al poder. Casi a la misma hora, una pieza clave de su entorno –el ex secretario de Coordinación Nicolás Reyes– asumía el control administrativo del Senado que ahora preside Molinari.

La movida de Angeloz fue simétrica a la de Mestre. Alambró como propio el territorio político donde sus leales son aún mayoría: el partido y la Legislatura.

El mestrismo arma alianzas con el intendente de Córdoba, Rubén Martí –distanciado del ex gobernador–, y los alfonsinistas de Mario Negri. Hoy no le alcanza para quebrar el predominio angelocista, al que adscribe el Modeso de Carlos Becerra.

Por ahora, la cohabitación tiene un poderoso reaseguro: **"No se quieren, pero se necesitan"**, definió una fuente partidaria. Mestre necesita el respaldo legislativo angelocista para encauzar la crisis. Y Angeloz no puede erigirse en jefe nacional del partido "por consenso" –como pretende– sin la unanimidad de su propio distrito.

Carlos Sagristani

PARA SUPERAR LA CRISIS CORDOBESA

El gobernador pide seis meses

El gobernador Ramón Mestre aseguró ayer que de modificarse la Ley de Emergencia Económica, **la crisis cordobesa estará superada en seis meses.** El sucesor de Eduardo Angeloz ratificó también su **negativa a privatizar** la totalidad de la empresa de energía y el banco provincial, aunque no descartó la posibilidad de una privatización parcial.

"En seis meses estará superada si se aprueban las modificaciones a la ley y se aplican las medidas", estimó Mestre al referirse a la grave situación económica y social que atraviesa Córdoba y que una semana atrás obligó al ex gobernador Eduardo Angeloz a anticipar cinco meses el traspaso de mando.

El gobierno cordobés espera que mañana la Legislatura local apruebe las modificaciones a la Ley de Emergencia Económica, sancionada durante el último período de la gestión de Angeloz. Estas modificaciones, consideradas como "indispensables" por el radicalismo cordobés para frenar la crisis a través de un severo ajuste, fueron puestas a consideración de una comisión de diputados, y en la que también participan gremios, cámaras empresariales, cooperativas y pequeñas y medianas empresas.

"*Categóricamente, no vamos a* privatizar el Banco de Córdoba", afirmó Mestre en un reportaje publicado ayer en el diario "La Voz del Interior". Pero el gobernador no descartó la posibilidad de vender algunas de sus sucursales y dijo que también "podemos llegar a privatizar la generación térmica, especialmente las usinas" de la Empresa Provincial de Energía

Crudeza al diagnosticar la crisis de Córdoba

Mensaje: Mestre prometió ajustar su acción de Gobierno a un profundo sentido ético; cooperación con la Nación.

CORDOBA.- Ramón Mestre se hizo cargo de la gobernación con un mensaje cuyos puntos salientes fueron los siguientes:

- Diagnosticó con crudeza los alcances de la crisis. "Lo único que no se debe hacer es ocultar o desfigurar los problemas. Recibo un Estado deficitario y endeudado. También es cierto que la crisis de esta provincia debe interpretarse en un contexto global, signado por las graves dificultades que afrontan los demás Estados federales y el propio gobierno de la Nación."
- Definió la orientación de la gestión de emergencia que se inicia: "No se ordenan con palabras ambiguas conceptos grandilocuentes, sino con acciones concretas. Simultáneamente con el ordenamiento de la hacienda pública, vamos a introducir las necesarias reformas para fortalecer el Estado."
- Ratificó que habrá un enérgico corte de gastos. "La obligación que asumimos de gobernar en la emergencia, significa que sin otros condicionamientos que los impuestos por la ley, deben ejecutarse acciones concretas para reducir drásticamente los gastos".
- Anticipó que, como gobernador, "dará el ejemplo". "Sería una bajeza pedir sacrificios si no podemos conducir un Estado austero".
- Dirigió señales sobre la exigencia que planteará a los empleados públicos y funcionarios. "Reclamo a todos los empleados y funcionarios un esfuerzo patriótico. El empleado que no lo entienda, o quien no esté en condiciones de ejercer su cargo con [illegible]or, deberá afrontar las consecuencias de su conducta antisocial."
- Reafirmó una posición ética para ejercer la función pública. "Haremos docencia desde la decencia". Todas las formas de corrupción serán combatidas.
- Trazó una clara separación de gobierno y partido. "El gobierno no es sucursal del comité. Quienes ejerzan funciones del poder administrador no podrán ejercer, simultáneamente, cargos de conducción partidarios."
- Reiteró su defensa de los bancos oficiales y la empresa de energía de la provincia. "Ningún gobernante de la ley puede ser tan irreflexivo para desprenderse súbitamente, en plena crisis, del patrimonio común de los cordobeses. Nadie puede reclamarnos la enajenación de nuestros recursos para cumplir con exigencias de operadores económicos comprometidos con las grandes concentraciones capitalistas."
- Las relaciones con el gobierno nacional se darán en un marco de "cooperación" sin renunciar a la autonomía.
- Concluyó con una exhortación a la pacificación. "La mano crispada que arroja el proyectil debe reemplazada por la mano solidaria tendida en intención fraternal."



Ramón Mestre llegaba y Eduardo Angeloz se iba, pero ambos sonreían; afuera reinaba la tensión (Agencia Córdoba)

Mestre asumió y dijo que combatirá la corrupción

Por Mariano Obarrio

(Enviado especial de LA NACION)

Austeridad: el nuevo gobernador ratificó la reducción de gastos y la política de emergencia que caracterizarán su gestión.

CORDOBA.- Pese a las penurias de la provincia, Ramón Bautista Mestre juró ayer como nuevo gobernador cordobés en medio de un clima festivo que convirtió a la Legislatura local en un virtual comité provincial de la UCR.

Caos y forcejeos incesantes dentro del republicano recinto y fuera de él signaron una jornada atípica, cuyo protagonista prometió en su discurso de asunción que "todas las formas manifiestas u ocultas de la corrupción serán combatidas".

Así se llevó uno de los once aplausos que interrumpieron su mensaje de media hora. Otro párrafo celebrado: "La prioridad, hoy, es pagar los sueldos adeudados a los agentes públicos". Reiteró así que cancelará "sólo los salarios que no superen los 400 pesos y las jubilaciones y pensiones inferiores a los 300; y en certificados de cancelación de deuda (pagaré al que lamentablemente debimos recurrir) a los agentes que superen los montos citados".

Por la noche, su flamante ministro de Economía, Ramón Darwich, dijo que aún no se conoce la fecha en que se abonarán los salarios y las jubilaciones atrasadas, aunque se estima que sería en la próxima semana.

Tan deficiente resultó la organización del acto -pudo ingresar quien se lo propusiera-, que el propio Raúl Alfonsín, quien como jefe del radicalismo vino a respaldar a Mestre (lo abrazó con calidez) y al gobernador saliente, Eduardo Angeloz, tuvo que esforzarse para alcanzar su silla.

Llegaba con retraso. Quizá no recuerde el ex presidente una ovación tan ensordecedora dirigida a él en los últimos seis años: desde galerías y bancas se escuchó "Al-fon-sín" y la marcha radical como una reedición de su exitoso 1983. El Himno Nacional también se entonó.

El flamante mandatario ratificó la política de "austeridad" en la "emergencia" y las reducciones de salarios, horas de trabajo, "ñoquis", ministerios y secretarías que trascendieron aquí en los últimos días, al igual que el "Empréstito Provincia Patriótico Solidario", de 100.000.000 de pesos, con el que los empresarios prevén auxiliar al Tesoro local. Mestre apeló a los gremios y a "todos los cordobeses" para que hicieran un "esfuerzo" (otro más) para preservar la paz social.

Mestre, entrada la noche, se dirigió a la Casa de Gobierno, donde firmó el traspaso del mando ante el aplaudidor Angeloz. Puso allí en funciones a su reducido gabinete, parte de su riñón político. Todos pasaron por esta Municipalidad cuando Mestre la condujo.

Los gritos y los festejos mestristas parecían anoche un recuerdo lejano.

Hoy comienza otro gobierno y debe dar muchas respuestas. Angeloz, en cambio, anunció que se instalará en la Casa Radical, convencido de que la vida continúa.

Insisten en prorrogar el pacto fiscal

Cinco gobernadores coincidieron en la necesidad de prorrogar hasta abril próximo el pacto federal fiscal, al término de una ruenión con el jefe de gabinete, Eduardo Bauzá.

Asistieron los mandatarios de Neuquén, Jorge Sobisch; del Chaco, Rolando Tauguinas; de Chubut, Carlos Maestro; de Salta, Roberto Ulloa, y de Tierra del Fuego, José Estabillo, y en representación de Catamarca, el diputado Oscar Castillo, hijo del gobernador.

También estuvieron los ministros de Economía, Domingo Cavallo, y del Interior, Carlos Corach, y el secretario general, Alberto Kohan.

Separadamente, el gobernador rionegrino, Horacio Massaccesi, estuvo con Cavallo. Al término de la reunión, el mandatario provincial reiteró que sólo privatizará el 49 % del Banco de la Provincia de Río Negro.

Ajuste entrerriano

PARANA.- La legislatura provincial se constituyó ayer en el escenario político provincial.

En una jornada en que se comenzaron a tratarse la privatización de la empresa de energía (Epeer), un pedido de juicio político al gobernador Mario Moine y el ingreso del proyecto del ley de emergencia propuesto por el gobernador actual -de interés del mandatario electo, Jorge Busti, quien tendrá un Senado en minoría-, los manifestantes gremiales arrojaron huevos en el recinto.

Recesión medocina

MENDOZA.- El gobernador Rodolfo Gabrielli anunció que el martes próximo se firmaría un acuerdo multisectorial. Las condiciones de esta suerte de "pacto social provincial" incluirían el compromiso de los empresarios de no disponer nuevas suspensiones o despidos hasta fin de año, mientras que el gobierno flexibilizaría la presión tributaria y atenuaría los juicios por apremio a los deudores.

02

9509232

Clarín 13-07-95

ENDEUDADA Y QUE EL GOBIERNO NO ES SUCURSAL DEL COMITÉ

Mestre criticó la estilo de Angeloz

AGENCIA CÓRDOBA



también fuente de **conflicto social**. "Si el Estado no es capaz de ordenar sus cuentas, la **paz social estará constantemente amenazada**", dijo.

Gobierno y comité

En los párrafos de **mayor voltaje** político de su discurso, Mestre avanzó en la crítica **del estilo político** del propio Angeloz cuando dijo que "las finanzas no se ordenan con **palabras ambiguas ni con conceptos grandilocuentes**, sino con acciones concretas".

Mestre también recogió en su **andanada** sobre Angeloz los viejos **cuestionamientos y acusaciones** tanto de sectores enrolados en el radicalismo no angelocista y la oposición por **haber entrecruzado el partido con el gobierno**.

Visiblemente emocionado, Mestre dijo que **"el gobierno no es una sucursal del comité"**. Y prometió que quienes ejerzan funciones dentro del poder administrador no podrán ejercer, simultáneamente, cargos de conducción partidarios.

El ascendente jefe político de la provincia no evitó **poner el dedo en la llaga de la corrupción**. En los últimos meses numerosas causas judiciales involucran a funcionarios del Banco Social, cuyo ex presidente, Jaime Pompas, íntimo amigo de Angeloz, está preso. **"Todas las formas** manifiestas u ocultas **de la corrupción serán combatidas"**, prometió Mestre.

Los aplausos que Mestre recibió por estas **definiciones**, que lo **distancian del** perfil de la gestión angelocista, **contrastaron** con **las hurras** que recibió Angeloz de sus seguidores –**lo sacaron en andas** unas horas después de la Casa de Gobierno, luego del traspaso del mando–, que prefirieron no leer el discurso del flamante gobernador como un ajuste de cuentas.

Es más: recordaron que la semana pasada fue el propio Mestre el que dijo, en un reportaje a **Clarín**, que Angeloz era el hombre indicado para **suceder** a Raúl Alfonsín en la jefatura del radicalismo cuando la deje en noviembre (ver **Una hora...**).

Pero Mestre, en la hora cero de su gestión, empezó **hachando los lazos** con su antecesor. No tanto como para ceder terreno ante Cavallo privatizando la empresa de energía y el banco provinciales.

03

9509232

DIJO QUE RECIBIO UNA CORDOBA DEFICITARIA Y

Al asumir, gestión y el

Ramón Mestre asumió ayer la gobernación cordobesa haciendo fuertes críticas a la gestión y el estilo político del renunciante Eduardo Angeloz. En todo momento buscó diferenciarse de su ex jefe político, aunque en algo coincidió: no privatizará el banco provincial ni la empresa de energía, tal como pide Cavallo. Alfonsín estuvo en la ceremonia y dijo que Angeloz tiene derecho a postularse para presidir el radicalismo.

04

MESTRE SE REUNE HOY CON CAVALLO Y BAUZA

Gobernador y ajuste nuevo



Angeloz presentó ayer su renuncia y mañana asumirá Ramón Mestre. Los estatales cordobeses vuelven a marchar.

(Por Alejandra Rey) **Bajo la amenaza de los gremios estatales de un nuevo paro general con movilización a raíz del duro ajuste anunciado ayer, Ramón Bautista Mestre asumirá mañana como nuevo gobernador de Córdoba, minutos después de que la Legislatura acepte la renuncia de Eduardo Angeloz y todo su gabinete. El Gordo –o "chancho", tal como se lo conoce en su distrito- se hará cargo del Ejecutivo con el lápiz rojo en la mano y bajo la presión del gobierno nacional para que privatice las empresas del Estado, a pesar de su pública negativa. Hoy viajará a Buenos Aires para participar de una reunión con los ministros del Interior, Carlos Corach, de Economía, Domingo Cavallo y con el jefe de Gabinete, Eduardo Bauzá, con quienes hablará del duro ajuste que piensa practicar en su provincia y como un modo de cosechar adhesiones para su futura gestión. "Vamos a tocar todos los temas –anticipó–, especialmente el que se refiere a la relación Nación-provincias." Sin embargo, estas primeras declaraciones de Mestre no tuvieron la repercusión esperada: "Yo creo que ellos tienen que solucionar el problema de la venta de los bancos, que es lo más rápido para conseguir fondos", dijo Bauzá.**

El flamante jefe de Gabinete abrió el paraguas como para que Mestre sepa a lo que viene. "Si no consiguen producir la venta de los bancos es muy difícil que cambie. Están haciendo gestiones para que se privaticen dentro de la ley que tienen, es decir, nada más que el 49 por ciento de las acciones mientras que el 51 por ciento queda en manos de la provincia. Ese tipo de operación es muy difícil, pero ellos están intentando que sea factible." Carlos Menem fue aún más directo: "Si quieren recibir recursos que ayuden a financiar su déficit, es avanzar en el proceso de privatización".

Sin embargo, Mestre parece distar mucho de los deseos del Gobierno. La estrategia del cordobés consiste en llegar a Buenos Aires con los deberes bien hechos pero con la excusa de que "no puedo hacer milagros cuando me tuve que hacer cargo del paquete seis meses antes". Esto significaría para él y para su gente –fuentes provinciales aseguran que su gabinete será muy similar al que lo acompañó durante sus años al frente de la Intendencia– una tregua con el gobierno nacional hasta tanto logre la sanción del "paquetazo" enviado por Angeloz y aprobado pero no sancionado por Diputados, pero que Mestre profundizó. Hasta ayer había logrado comprometer a empresarios locales a suscribir bonos solidarios con los que reunirá 100 millones de pesos que le permitirán aliviar la deuda salarial.

Pero el paquete de medidas cayó muy mal en el ámbito sindical, cuyos dirigentes prometieron volver a las medidas de fuerza mañana y seguir el viernes con una movilización (ver aparte). "El Gordo fue muy claro con nosotros –dijo a este diario, un legislador cordobés–: 'tenemos que tener un programa para vivir con lo nuestro porque desde la Nación no nos van a regalar nada'. De ahí que insista en no privatizar nada y guarde en la manga la posibilidad de hacer un referéndum si Cavallo insiste con la venta de los bancos y de las empresas de energía".

En la reunión, Mestre explicó que "se podrían privatizar algunos sectores de la administración pública, como el Banco Social" y pidió un trato urgente para las leyes que se envíen a la Legislatura. El gobernador habló también de su sorpresa cuando revisó las cuentas que deja su antecesor: "El Pocho había dicho que la deuda de la provincia era de 400 millones de pesos, pero en realidad son 1200". También dijo que para los próximos meses la provincia va a contar solamente con la recaudación tributaria que se calcula en unos 60 millones de pesos, pero la plantilla salarial de Córdoba se estima en 123 millones de pesos.

Finalmente, y durante una reunión que mantuvo con sindicalistas, Mestre advirtió que "si no hacemos el ajuste nos intervienen la provincia y, cuando lleguen, venden todo". De esa charla, los gremialistas salieron más que preocupados. "Es peor que lo que pretendía hacer Angeloz –se les escuchó decir– por lo menos el Pocho nos dijo que el Banco Social no se privatizaba."



A Eduardo Angeloz le llegó, por anticipado, la hora de retirarse.

Ramón Mestre (arriba) llega con un paquete de ajuste bajo el brazo.

Las medidas

- ✓ Los bonos de cancelación de deudas serán canjeables. Con ellos se podrán pagar servicios y utilizarlos en los comercios.
- ✓ Hasta diciembre –mes hasta el cual duraría la emergencia económica– los sueldos se pagarán en efectivo hasta 400 pesos y el resto será con bonos.
- ✓ Baja en los sueldos estatales de hasta un 30 por ciento. Como contrapartida se ofrece reducir la semana laboral a tres días. De este modo, un grupo trabajará lunes, martes y miércoles y el resto, jueves, viernes y sábado.
- ✓ Nadie podrá ganar más de 4300 pesos por mes, cifra que corresponde al sueldo del gobernador. Con esto, los haberes de los magistrados bajan en forma considerable.
- ✓ El sueldo de los maestros de staff serán pagados en efectivo. Los suplentes no cobrarán por el momento. Mestre pidió a los docentes provinciales que dicten clases los días sábados para completar el año lectivo.
- ✓ Reducción de un 50 por ciento de funcionarios en toda la provincia.
- ✓ Reducción a la mitad de ministerios y secretarías.
- ✓ No privatizar la banca ni las empresas de energía. Si el gobierno presiona demasiado con las medidas, se llamará a una consulta popular.

Clarín - 12-07-95

LAS NEGOCIACIONES DE MESTRE CON EL GOBIERNO

Cómo se tejió el acuerdo

CORDOBA (De nuestra agencia). – Ramón Mestre comenzó ayer a marcar las diferencias con Angeloz: exhibió su **pragmatismo** y puso en marcha un mecanismo de **acuerdos políticos** con el gobierno nacional para enfrentar la crisis.

Cerrando una **negociación** que había iniciado en **encuentros anteriores reservados** con los ministros Carlos Corach y Domingo Cavallo, obtuvo un **crédito puente de 70 millones de pesos** cuya condición es la firma del Pacto Federal Fiscal, instrumento que Angeloz se negó sistemáticamente a suscribir porque, a su criterio, **"avasalla la autonomía provincial"**.

No obstante, Córdoba ha seguido gran parte de las **disposiciones fiscales** del Pacto, aunque no aplicó nunca cláusulas como la de desregulación de los honorarios profesionales, largamente reclamada por la actividad productiva para bajar costos, o la eliminación del impuesto a los ingresos brutos.

Ahora, Mestre se tomó dos meses para decidir si pacta plenamente o no. (ver **El dilema...**)

En caso de pactar, dicen sus colaboradores más cercanos, Mestre tendría para su administración la **ventaja** adicional de **acceder al fondo de redistribución de mayores recursos** que integran las provincias "pactistas" y **la red de garantías** que la Nación les da en caso de caída de recaudación de impuestos coparticipables.

Los fondos que llegarán ahora vienen además **a cambio de cumplir** con el severo plan de ajuste que el nuevo gobierno aplicará desde hoy y que incluye **recorte de sueldos, cesantías de "ñoquis" y asesores y reducción de gastos cercano al 40 por ciento.**

Es obvio que esta música suena afinada en los oídos de Cavallo, quien, sin embargo, **no obtuvo aún de Mestre** la decisión de **privatizar** los bancos provinciales y la empresa de energía. **Tal como se le exigía a Angeloz.** "Eso no será necesario", asegura Mestre, confiado en que **el agua no le llegará al cuello.**

Carlos Sachetto

06

9509232

La Nac. 8-07-95

A diferencia de Angeloz, Mestre evitará enfrentarse con Cavallo

Tratamiento: la Asamblea Legislativa podría tratar la renuncia del gobernador saliente pasado mañana; el senador De la Rúa criticó la postura de Angeloz; compás de espera de los estatales cordobeses.

El gobernador electo de Córdoba, Ramón Mestre, anticipó que intentará cambiar las relaciones entre la provincia y el Palacio de Hacienda, el motivo que concluyó en la salida anticipada de Angeloz, y se definió como "un pragmático" durante una entrevista con LA NACION.

Mestre admitió que las privatizaciones del Banco de Córdoba y la de la empresa de energía (EPEC), dos condiciones impuestas por el Gobierno para acudir en auxilio de aquella provincia, podrían ser sometida a la consideración de los cordobeses por la vía de un plebiscito.

La Asamblea Legislativa trataría pasado mañana la renuncia de Angeloz y Mestre asumiría el miércoles próximo.

Los gremios estatales cordobeses, pese a no haber recibido propuestas concretas para el pago de las deudas salariales, otorgaron una carta de crédito al gobernador entrante al decidir un compás de espera.

> **Inasistencia**
>
> Los diputados de la UCR no concurrirán hoy a la Asamblea Legislativa en rechazo a la actitud del Gobierno respecto de la situación de Córdoba, dijo a LA NACION el titular del bloque, Raúl Galván. "Celebramos el nuevo turno político, pero advertimos al país sobre los abusos del poder central", explicó. La decisión fue tomada a última hora y se desconocía si harán lo mismo senadores y gobernadores de la UCR.

Críticas de De la Rúa

Por su parte, el senador Fernando de la Rúa condenó a Angeloz "por haber buscado el camino de la reconciliación" con Menem en vez de apoyarse en el partido y aseguró que "el mayor error fue haber confiado en el jefe de Estado, en su dimensión personal".

La dimisión de Angeloz pone en serio riesgo la voluntad de asumir la titularidad del comité nacional cuando Raúl Alfonsín finalice con su mandato, en noviembre próximo.

Alfonsín, quien se encuentra en Haití, se abstuvo de hacer declaraciones públicas sobre la renuncia de Angeloz.

Los dirigentes radicales optaron por responsabilizar a Domingo Cavallo de la crítica situación por la que atraviesa Córdoba y de la consecuente decisión de Angeloz.

■ **Además:** *los cordobeses opinan sobre las privatizaciones.* **Ver pág. 12**

07

La Nación. 07-07-95

Los cordobeses, entre la tristeza y la satisfacción por la renuncia

Por Mariano Obarrio
(Enviado especial de LA NACION)

Privatizaciones: una encuesta callejera constató la diversidad de opiniones que genera la venta de empresas estatales.

CORDOBA.- El día posterior a la renuncia de Eduardo Angeloz al gobierno local, se presentó, además de soleado y templado, con algunos cambios elocuentes en la gente: muchos cordobeses, aunque entristecidos, no ocultaron su satisfacción por el anuncio; varios manifestaron su "fe" en el gobernador electo Ramón Mestre, y, en general, todos parecieron mejor predispuestos a desahogar sus penas.

Sobre la conveniencia de privatizar los bancos Social y Provincial y la Empresa Provincial de Energía de Córdoba (EPEC), las opiniones recogidas por LA NACION -aunque en una muestra callejera poco científica- denotan diversidad de criterios. Mestre ganó las elecciones el 14 de mayo con el 50 por ciento de los votos y con un discurso inequívocamente antiprivatista.

Parece bastante generalizada la idea de que, más allá de la venta de activos públicos a manos privadas, la solución pasa "por el buen manejo" de ellas. O, dicho en cordobés, por el "corte del choreo".

Cabizbajo por la merma del 60 por ciento en sus ventas, José Luis Mingolla (35 años) revela fotografías -ayer tenía poco trabajo- en Full Color, sobre la peatonal 25 de Mayo. Se opone a las privatizaciones. "Es una solución temporaria. ¿Después qué se va a privatizar? No pasa por ahí.. Pasa por los ladrones de guante blanco, o negro, o lo que sea."

Reconoce "agallas" en Angeloz por resistirse a las presiones del gobierno de la Nación (y de Domingo Cavallo, en particular), aunque le imputó "un gran desorden" en la economía, con "ñoquis y jubilaciones de privilegio" por doquier.

Para el quiosquero Christian Bett (22 años), privatizar motivaría "que el Estado se quede sin nada y que, además, se regalen las empresas". Satisfecho por la salida de Angeloz -que aparece a esta altura como el paradigma del descrédito entre sus comprovincianos-, aventura que, "por esas cosas de las política a Mestre le van a dar los préstamos sin necesidad de vender nada".

Madre e hija, las Mansilla -Isabel (41 años, pero "dame 30") y Mónica (21)- exhortaron a sus gobernantes a salir de su irreductible posición estatizante. Propietarias de un céntrico y modesto puesto de garrapiñadas, exclaman: "¡Que privaticen, si no hay otra solución!". Votaron a Mestre porque "dio trabajo a los vendedores ambulantes", pero vaticinan un cambio en lo que fue el eje de campaña mestrista.

Al frente de una casa de cambio y turismo, Liliana (24 años) descargó su bronca en este enviado y propuso con tono de capitana que "privaticen todo para juntar la plata del pueblo que se chorearon". Sus casi lugartenientes Silvina y Patricia asintieron con un "¡Eso, eso!". De inmediato acotaron: "Poné que le tenemos fe a Mestre. A lo mejor tiene otras soluciones...".

Anónimo e implacable, un jubilado setentón que aconsejaba a un igual que ayer le habían negado su haber, abogó también por el cambio de manos de las firmas estatales. "El gobierno no quiere porque no tendrían de dónde robar. Se hacen los piadosos y si no se llevaron la plaza San Martín es porque no pudieron", dijo. Y se marchó masticando su veterano enojo por la mismísima plaza San Martín.

Buscar otros medios alternativos a la privatización constituye la solución para Alfredo Funes (31 años), encargado de una marroquinería cercana a la Legislatura. En épocas de debates sobre leyes controvertidas, bromea, "es cuando más valijas se venden". Para él, tanto como para sus compañeras Teresa Tejeda (38) y Gladys Casor (29), privatizar en Córdoba "es pan para hoy y hambre para mañana".

También sus ventas decrecieron un 60 por ciento y los comercios de su zona, aseguran, cerraron en un 30 por ciento. Pero confían en que Mestre, sin "vender mejor", resulte, por su capital político, una "escoba nueva que barra mejor". También el vecino librero Gabriel González (44 años) dio crédito al mandatario electo, aunque le reclamaría que "ceda y privatice una gran parte de lo que se le pide".

González, suspicaz, quiere que alguien responda: "¿Cómo se fue la plata de los bancos?".

Discutiendo a viva voz de política con Ricardo Garay (68) -el revistero radical de la esquina de San Jerónimo e Independencia-, el peronista Julio Robledo (52), empleado del Banco de Córdoba sostiene que esa entidad "esta privatizada desde hace más de 100 años, en manos de los guasos de la guita". Ambos se oponen al traspaso y, pese a diferencias de banderías, confían en Mestre: "Angeloz se equivocó en gobernar en un tercer período y querer pasar a la historia como el primero", coinciden. Aceptan, empero, que el casi ex mandatario pudo haber pasado a la historia.

Su renuncia hizo "saltar en una pata" a la vendedora Mónica Mansilla. Es que, según confió a la reina de la garrapiñada, tiene una ilusión de que "por fin salió el sol en la provincia".

08

La grave crisis económica en la provincia de Córdoba y los estallidos sociales fueron el detonante

Renunció el gobernador radical Angeloz

El gobernador de Córdoba, Eduardo Angeloz, renunció anoche a su cargo, agobiado y presionado por la imposibilidad de resolver los problemas socioeconómicos de la provincia. El mandatario radical (socialdemócrata), que fue reelegido dos veces, entregará el mando anticipadamente a su sucesor, también radical, que fuera electo el pasado 14 de mayo.

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA

De nuestro corresponsal en ARGENTINA, Isidoro Gilbert

■ El gobernador de Córdoba, provincia agitada por convulsiones sociales y con empleados públicos sin cobrar en los últimos tres meses, anunció anoche su dimisión, tras once años y siete meses de gobierno. Eduardo Angeloz dimitió, impotente para poder obtener ayuda federal no condicionada a quien privatice empresas y bancos provinciales y tras fracasar en una gestión ante la banca de Nueva York para conseguir un préstamo por 150 millones de dólares para abonar los sueldos atrasados.

El ex gobernador acusó a Carlos Menem y, particularmente al ministro de Economía, Domingo Cavallo, de haber aplicado un plan "siniestro" de hostigamiento para obligar a la provincia a someterse al modelo económico nacional "que está entrando en un cono de sombra". El ex gobernador acusó a Cavallo de haber impedido que Córdoba pudiera acceder al crédito.

Angeloz fue elegido gobernador en 1983, pero reformó la Constitución provincial con lo que pudo hacerse reelegir dos veces. Al igual que el líder radical Raúl Alfonsín, que debió abandonar el poder antes de terminar su mandato acosado por la hiperinflación y por un Menem que, ganador de los comicios en 1989, hizo lo posible para desplazarlo, el gobernador de Córdoba, repitió en otros planos un libreto conocido.

Constitucionalmente correspondía al vicegobernador Eduardo Grosso asumir el gobierno. Pero la actual administración cordobesa, debilitada políticamente por meses de paros, algunos que derivaron en drástica represión, prefirió adelantar la entrega del gobierno al electo Ramón Mestre, un radical con diferencias con Angeloz.

Queda pendiente de cómo resolverá Angeloz pagar los sueldos hasta que entregue el mando a su sucesor, pero no fijó la fecha aunque expresó que "la entrega será inmediata". También qué podrá hacer su sucesor con tan pesada herencia. La semana próxima, habrá un paro activo en toda la provincia si no se abonan los meses atrasados. El gobernador dijo que, una convulsión social, provocaría la intervención federal y prefiere entonces "entregar mi cabeza, para no arrodillarme ante un tecnócrata mesiánico". Es que hace unos días, el secretario de Ingresos Públicos, Carlos Tacchi, había revelado que el gobierno iba a aislar a Córdoba para que Angeloz "nos pida de rodillas la intervención federal".

Angeloz reiteró varias veces que el plan económico de Cavallo está en serios problemas y que por ello, necesita asfixiar a las provincias "convirtiéndolas en variables de ajuste". No sólo Córdoba vive el drama, que recién comienza.



El presidente argentino Carlos Menem se apresta a asumir por un nuevo período, tras ser reelecto por los argentinos, por una clara mayoría.

CARLOS MENEM RATIFICO TODO SU GABINETE PARA UN NUEVO MANDATO

No se trata de una sorpresa, pero la formalidad obligó a dar el paso y Carlos Menem ayer ratificó a todo su gabinete para el nuevo mandato de su gobierno que se inicia mañana sin mayor boato y con escaso entusiasmo del público, al punto que desde la Casa Rosada se adoptaron medidas para que el sábado la Avenida de Mayo esté a full cuando el presidente vaya como marca el ritual del Parlamento hasta su despacho, enfrente de la Plaza de Mayo.

El Congreso tiene en borrador, una muy internamente discutida ley sobre competencias de ministerios. Ahora que la Constitución Nacional le permite al presidente poner el número de carteras que considere apropiado, se espera que en un futuro más o menos cercano, acaso no más allá de diciembre, el número de carteras pase de las ocho actuales a doce o trece. Entonces, se cree, Menem abordará una reestructuración ministerial. Si la situación política, sobre todo la tensión socioeconómica, requiere oxigenar al gobierno, entonces podrían anticiparse los cambios de ministros y la incorporación de otros para las flamantes carteras. La ley de ministerios es escenario de otra de las pujas dentro del gobierno. El ministro de Economía, Domingo Cavallo, no es partidario de grandes modificaciones que signifiquen más erogaciones, sobre todo cuando la consigna de bajar el gasto público que se le exige a las famélicas provincias, no se cumple en el Poder Ejecutivo. Pero sobre todo, el ministro no quiere perder poderes o que se le fragmenten zonas donde hoy campea sin exclusión.

Menem dispuso también ratificar como intendente porteño, a Jorge Domínguez. Pero conocedor que la medida es de legalidad discutible, anunció formalmente que pidió al Parlamento que llame a elecciones del futuro intendente para el 8 de octubre, día en que se elegirán también a los "estatuyentes" (que deberán elaborar el estatuto porteño) y al tercer senador por este distrito.

De hecho a partir de mañana, la Ciudad de Buenos Aires estará gobernada por un intendente de facto, es decir, al margen de la Constitución.

La nueva Carta Magna le quitó al presidente la facultad de designar al alcalde porteño. Menem ya no es el jefe de la Capital Federal, desde que entró en vigencia el nuevo texto constitucional hace casi un año.

El Parlamento debe reglamentar el punto constitucional que otorga la autonomía a esta ciudad. Pero las disputas en el oficialismo y el deseo del gobierno de ganar este distrito, han demorado la sanción de las leyes respectivas. De hecho Menem está girando en el vacío al pedirle al Parlamento que convoque a comicios en esta ciudad, sin conocerse aún las normas que las regirán.

En Nueva
York cancelaron la
gestión del
crédito para Córdoba

LAS PROVINCIAS

El director gerente del banco neoyorquino Dillon Read aseguró a "Clarín" que se habían cancelado las negociaciones con el gobierno de Córdoba para otorgar un crédito de 150 millones de dólares que permita pagar los sueldos en esa provincia. Anoche, voceros del gobierno cordobés, admitieron esa cancelación. En tanto, ayer se concretó otro paro y movilización en la provincia. Fuerte dispositivo policial.

Clarín: 06-07-95

NUEVA YORK (Especial para **Clarín**). - Lázaro Weisman, director gerente del banco neoyorquino de inversión Dillon Read, ratificó ayer a **Clarín** que **desde el viernes** están **"canceladas definitivamente" las negociaciones** con el gobierno de Eduardo Angeloz para otorgar un **crédito de 150 millones de dólares**.

La respuesta de Weisman parece **cancelar** definitivamente la **esperanza** del gobierno de Córdoba, que ayer enfrentó un nuevo **paro con movilización** de los estatales, de conseguir **fondos frescos** para salir de la **crisis social y política** provincial, y que puede forzar a Angeloz a **entregar anticipadamente el mando** a su sucesor, el electo Ramón Mestre. Anoche, fuentes del gobierno provincial **admitieron** la cancelación de esas negociaciones.

Sin la intervención del Dillon Read, el **salvataje** planeado por un grupo de bancos argentinos, para conceder un **crédito puente de 75 millones de dólares, no prosperará** (ver **Los locales**...).

Se acabó la historia

El viernes pasado, Weisman anticipó a Clarín que la operación había **naufragado** por la publicidad dada sobre las negociaciones. Ayer, el ejecutivo **reiteró** que **no realizó contactos** con el ministro de Coordinación, Felipe Rodríguez, y el fiscal de Estado Jorge Jaimovich, dos emisarios de la provincia, que se encuentran en Nueva York desde el lunes, supuestamente para tratar de concluir un acuerdo con el Dillon Read (ver aparte).

Fue el propio Weisman el que levantó el teléfono ayer, cuando **Clarín** lo llamó para verificar la marcha del negocio. Era temprano por la mañana. Fue entonces cuando el banquero, nacido en Guatemala, pero de familia francesa, se enteró de la presencia de los cordobeses.

-¿Se va a encontrar con la delegación de Córdoba?

-No.

-Aquí están dos funcionarios de la provincia. ¿No lo sabía usted?

-No.

-¿Esto quiere decir que no hay negociación?

-Exactamente.

-Entonces, ¿está cancelada?

-Está cancelada.

-¿Definitivamente?

-Definitivamente.

-¿Cuándo lo decidió?

-Nunca hemos decidido llevarla adelante totalmente. Pero después de lo que ha salido en la prensa, la publicidad que esto recibió, es imposible siquiera pensar en presentar esto a potenciales inversores y a las "raiting agencies". Así que el viernes decidimos cancelarla.

-Entonces, ¿se acabó la historia?

-Se acabó la historia.

Marina Aizen

10

9509232

En medio de una crisis política, los estatales cordobeses vuelven a movilizarse hoy en reclamo del pago de sueldos atrasados. Voceros de Angeloz negaron una entrega anticipada del poder. Pero la posibilidad es analizada, aún informalmente, en medios políticos.

Clarín 05-07-95

LOS GREMIOS Y LA POLICIA TOMAN MEDIDAS DE

Córdoba: paro un ambiente

CORDOBA (De nuestra agencia).– Los **estatales cordobeses** volverán a **movilizarse** hoy para **reclamar el pago de los salarios atrasados** (para los que aún no **hay fecha**) y la derogación de la Ley de Emergencia Económica. El gobierno, la Iglesia y la propia Coordinadora de Gremios Estatales se esforzaron por **ahuyentar el fantasma de la violencia** que signó al anterior paro activo, el 23 de junio.

El cardenal Raúl Primatesta volvió a mostrarse activo en lo que sus allegados definen como "**la defensa de la paz social**". Ayer envió reiterados **mensajes de prudencia** a los organizadores.

La cúpula sindical de los estatales intentó sin suerte **diferir la protesta** para el viernes, a la espera de una definición en las gestiones que realiza el gobierno provincial en Estados Unidos, **en procura de fondos** frescos para pagar sueldos. Pero la **presión de las bases** en las asambleas por gremio **pudo más**.

La Policía dispondrá **2.300 efectivos** para el control de la seguridad, **500 más** que el 23 de junio.

La Coordinadora de Gremios Estatales también adoptó sus propias **prevenciones**. Cada columna sindical será rodeada por un **cordón de seguridad**, para impedir que se sumen personas ajenas.

Cerca de la gobernación

También fue modificado el diagrama original de la movilización. Inicialmente se preveía que los manifestantes se reunieran en la céntrica esquina de Colón y General Paz, para marchar luego hasta la Casa de Gobierno. Ayer, poco después del mediodía, se resolvió que los trabajadores se reúnan en cada sede gremial para movilizarse luego hacia la Plaza España (a unos 300 metros de la gobernación).

Allí habrá un **breve acto público**. Se leerá un documento que resumirá los reclamos de los estatales y cada columna retornará a su punto de partida, desde donde se operará la **desconcentración**.

Podrían anticipar el cambio de mando

CORDOBA (De nuestra agencia). – La **entrega anticipada del poder** por parte de Eduardo Angeloz al gobernador electo Ramón Mestre, como una **salida a la prolongada crisis** que vive la provincia, es una posibilidad que analizan los principales dirigentes de las distintas líneas del radicalismo, y se asegura que también **habría conversaciones similares con el gobierno nacional**.

Fuentes de la gobernación, sin embargo, **negaron** anoche a **Clarín** que Angeloz pueda irse del cargo antes de diciembre, cuando concluye su mandato constitucional. Pero el **atraso en el pago** de sueldos y jubilaciones, y una búsqueda hasta ahora **infructuosa** de recursos financieros, han creado en la provincia un **clima de tensión** que abarca a todos los sectores.

El propio Angeloz denunció la existencia de un "**plan siniestro**" en su contra y prometió dar a conocer las características y el nombre de sus autores. Sin embargo, **aún no lo ha hecho** "por razones de Estado", según explicó.

Tampoco reglamentó ni promulgó la Ley de Emergencia Económica sancionada en **tiempo récord** por impulso del radicalismo, y que de hecho daría **luz verde al comienzo del ajuste** en la provincia.

Ayer, fuentes de la gobernación señalaron que por ahora "**la única preocupación**" de Angeloz es la **obtención de los fondos** para saldar la deuda salarial.

Toda **la esperanza** del gobierno de Angeloz está centrada en las gestiones que iniciarán **hoy en los Estados Unidos** el ministro de coordinación Felipe Rodríguez y el fiscal de Estado Jorge Jaimovich, para avanzar en la **colocación de bonos** a través del banco de inversión Dillon Read, operación por la que se obtendrían **150 millones de pesos**.

Si se produjera una aceptación del negocio por parte de la entidad neoyorquina, de inmediato un grupo de **bancos privados nacionales** otorgaría al gobierno cordobés un "**crédito puente**" con lo que, a más tardar la próxima semana, podrían comenzar los pagos.

9509232

Clarín 5-07-95

SEGURIDAD PARA EVITAR NUEVOS INCIDENTES

y movilización en de crisis política

En medio de la profunda crisis que vive la provincia, han surgido además **complicaciones políticas internas en el radicalismo**.

El sábado, el reelecto intendente municipal de Córdoba, Rubén Martí, denunció **"desvíos éticos"** en el partido y en el gobierno, refiriéndose entre otras cosas a la situación de Jaime Pompas, el ex presidente del Banco Social que se encuentra **detenido** y está imputado en numerosas causas judiciales por presuntas irregularidades en el manejo de la entidad.

Las críticas de Martí provocaron que el lunes por la noche Luis Molinari Romero presentara su **renuncia a la presidencia del comité provincial del radicalismo.** Sin embargo, ayer el resto de la mesa directiva **rechazó** la dimisión.

En este marco, fuentes de la gobernación **negaron** anoche a **Clarín** que Eduardo Angeloz esté pensando en una **entrega anticipada del poder** a su sucesor, el gobernador electo Ramón Mestre.

Sin embargo, fuentes allegadas a Mestre, y aun voceros de sectores angelocistas, admitieron que esa **es una posibilidad que se está analizando.**

Pero, en todo caso, los voceros de Mestre dicen que **no es cuestión de dar un golpe**, sino de instrumentar una **transición ordenada** en la provincia (ver **página 4**).



Eduardo Angeloz, jaqueado políticamente al cabo de doce años al frente del gobierno de Córdoba.

Bauzá espera que no haya lío

El secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, dijo que espera que el **paro** dispuesto para hoy en Córdoba transcurra **sin "desbordes sociales"**, pero advirtió que la preservación del orden es **responsabilidad de las autoridades provinciales.**

"Tenemos noticias de que se realizará un paro activo en la provincia de Córdoba y esperamos que no haya desbordes", dijo Bauzá, que deseó que "la protesta se desarrolle dentro de los carriles normales".

El funcionario hizo declaraciones al ingresar a la Embajada de los Estados Unidos, donde ayer participó del agasajo por el día de la independencia de ese país (véase **página 6**).

/2

Cavallo debió resignar sus funciones ante Bauzá, virtual primer ministro en la Argentina

Córdoba tensa mientras Angeloz negocia

En Córdoba habrá hoy otra vez un paro de todo el sector público y manifestaciones y concentraciones que repiten el malestar por la falta de pagos de haberes.



De nuestro corresponsal en ARGENTINA. Isidoro Gilbert

■ En tanto se reiterará en las calles céntricas de la "docta" el malestar que ocupa el centro de atención del país, en Nueva York dos enviados del gobernador Eduardo Angeloz intentaron hoy convencer a los banqueros que los títulos que ofrecen para conseguir 150 millones de dólares son de cobranza segura y a la vez, altamente rentables.

Las manifestaciones de protesta llevarán en principio el signo de la advertencia por encima de una nueva confrontación como ocurrió días atrás incluso con violencia policial y la actividad de grupos de "chicos de la calle", como se los bautizó, que incendiaron parte de la histórica Casa Radical, el partido que gobierna la provincia mediterránea.

La "Coordinadora de Gremios Estatales" ha aceptado el ruego de la Iglesia cordobesa, para no poner en mayores aprietos al gobernador Eduardo Angeloz. Este negó que iría a anticipar su salida del gobierno y entregarlo a su sucesor electo, el también radical Ramón Mestre. Rumores en ese sentido ganaron cuerpo al comenzar la semana y se instalaron en vastos sectores. Es que aún se tiene en la memoria lo que le ocurrió al radical Raúl Alfonsín, quien en 1989 debió renunciar a la presidencia del país jaqueado tanto por el abrumador triunfo electoral de Carlos Menem como por hostigamiento de sectores poderosos que lo veían como desgastado para adoptar las difíciles medidas para detener la hiperinflación con su secuela de asalto a supermercados.

Córdoba no llegó aún a tanto, pero si no se pagan dentro de las próximas horas los sueldos, puede ocurrir lo de Santiago del Estero en diciembre de 1993, cuando después de tres (¡tres!) meses de atraso en el pago de haberes, la ciudad capital de esa provincia se incendió. El crédito que Angeloz negocia en Nueva York no *es de fácil otorgamiento*, según lo señaló al **Wall Street Journal**. Todavía más: el banco mayorista que debe hacer de intermediario, el Dillon, hizo saber a **Clarín**, por medio de una de sus autoridades, que ellos nada tenían que ver con la operación. Carlos Menem se negó a darle el aval al gobernador porque éste se niega, por ahora, a privatizar bancos y una central eléctrica para ganar los fervores del gobierno federal, pero hizo saber a los banqueros que el Estado nacional veía con buenos ojos la operación. El ministro de Economía, Domingo Cavallo, fue sindicado por los radicales como responsable de las dificultades que tiene el gobierno cordobés para encontrar financiamiento internacional. Sin embargo, hubo un giro importante en este aspecto y Cavallo dijo donde pudo que él también se alegraría de que Córdoba fuera asistida por el Dillon.



El ministro de Economía, Domingo Cavallo, fue derrotado en la interna por Bauzá, quien es ya el virtual primer ministro argentino.

UN DECRETO CLAVE

Finalmente Menem firmó el decreto que deja dibujado el organigrama, funciones y espacios de poder del jefe de Gabinete de Ministros, la nueva figura constitucional que teóricamente debió precisar el Parlamento, pero, como otras veces, el presidente optó por lo más fácil y la oposición dejó hacer. El funcionario que estará ahora sobre el resto de colegas ministros, Eduardo Bauzá, secretario de la Presidencia, tendrá seis secretarías, doce subsecretarías y un plantel de 150 empleados públicos que serían promovidos desde diversos sectores de la actual administración: el gobierno dentro del gobierno. El aparato burocrático necesitará de fondos que Cavallo, con reticencias, tendrá que dar.

La lucha por las funciones del inminente jefe de Gabinete que asume el sábado al iniciar Menem su segundo mandato presidencial selló gran parte de las controversias internas dentro del gobierno. El ministro de Economía nunca quiso aceptar y finalmente no tuvo otra alternativa que entre las funciones otorgadas por la carta magna figuren el control del presupuesto, un área hasta ahora vedada para otros que no fueran los cavallistas. Cavallo consiguió que entre los seis secretarios, uno le responda. El resto tiene lealtades anudadas con Bauzá en más de un trajín, incluso en relación a casos que tocaron directamente al inminente primer ministro, y que están para su naturaleza, en dilucidación aunque durmiendo el sueño de los justos, en los tribunales.

El final de esta disputa deja a un Bauzá fortalecido, pero no terminaron por eso las disputas, que como las nieves del Kilimanjaro son eternas. Por ejemplo, ayer Miguel Angelo Tóma, un diputado que abreva donde Bauzá reinaba como secretario general de la Presidencia, dijo de Ramón "Palito" Ortega, un mimado de Cavallo, que su fracaso como gobernador de Tucumán se debió a que no comprendió, el cantautor, claro, que "una cosa es tocar la guitarra y otra es gobernar guitarreando", dardo que tocó el plexo del ministro de Economía. Bauzá, a la vez, decía días atrás que para él "el sucesor de Menem es Duhalde" (Eduardo), el gobernador de la provincia de Buenos Aires que Cavallo desea desplazar por él mismo, o a través del autor de "Yo no quiero media novia".

Bauzá, hombre de movimientos sin estridencias y partiendo del sigilo, deberá acostumbrarse ahora a la sopa de micrófonos, las interpelaciones, a tener que poner la cara ante cada caso puntual. Como virtual primer ministro, deberá ir una vez al mes al Parlamento. Y por más que una mayoría oficialista le haga la cosa fácil, no será lo mismo que antes para el futuro de este político de Mendoza, donde carece de base política real.

Todo el poder, que es enorme, se lo debe sólo a Menem. No existe un Bauzá sin el presidente.

Y él lo sabe muy bien.

/3

9509232

Clarín 04-07-95

NUEVA MOVILIZACION EN RECLAMO DE SUELDOS ATRASADOS

Córdoba: los estatales vuelven al paro mañana

CORDOBA (De nuestra agencia). – La coordinadora de gremios estatales dispuso realizar mañana **un paro activo con movilización**, para reclamar por el **atraso en el pago de sueldos y contra la ley de emergencia económica**. De esta manera, los trabajadores del sector público retomarán el **plan de lucha** que suspendieron la semana pasada, cuando la mediación del arzobispo Raúl Primatesta intentó buscar soluciones al prolongado conflicto que mantienen, impulsando una reunión de las partes con el presidente de la Nación.

Ayer llegaron a Nueva York los dos enviados del gobierno provincial que gestionarán ante el banco Dillon Read la continuidad de una operación financiera que aportaría a la provincia 150 millones de pesos (ver **Los negociadores...**). En cambio, no hay novedades sobre la obtención en el país de un crédito "puente" hasta tanto llegue ese dinero, que permita afrontar al menos una parte del pago de sueldos atrasados y descomprimir la situación.

Clima raro

La decisión de los gremios vuelve a poner al conflicto en un marco de **extrema tensión**, ya que los episodios de violencia vividos hace pocos días, cuando una movilización similar a la programada para mañana derivó en graves incidentes, introducen una preocupación adicional.

El viaje que realizó ayer a Buenos Aires el gobernador electo, Ramón Mestre, disparó una serie de versiones coincidentes referidas a que en los máximos niveles del radicalismo y del gobierno nacional ha comenzado a hablarse **de una entrega anticipada del gobierno por parte de Eduardo Angeloz a Mestre**. La fecha prevista es el 12 de diciembre, pero la situación de la provincia y el enrarecimiento del clima interno en las filas partidarias entre mestristas y angelocistas, **harían factible** el acortamiento del plazo constitucional.

Sin embargo, fuentes de distintos sectores internos del radicalismo reiteraron a Clarín que "por el momento, la decisión le pertenece al gobernador Angeloz".

Desagravio

Anoche se realizó el postergado acto de desagravio a la Casa Radical, atacada por manifestantes el 23 de junio. La convocatoria apareció devaluada por las notorias ausencias de Raúl Alfonsín, Federico Storani, Eduardo Angeloz, Ramón Mestre y el intendente de Córdoba, Rubén Martí. Todos ellos habían comprometido su presencia en la cita inicial del lunes pasado.

/14

9509232

Clarín 03-07-95

LOS GREMIOS VOLVERIAN HOY A LA CALLE

Córdoba: amenazas de más protestas

CORDOBA (De nuestra agencia).– Los gremios estatales **decidirán hoy** la actitud a seguir frente a **la falta de soluciones concretas** a la crisis financiera que afecta a la provincia y que **le impide pagar sueldos** y jubilaciones atrasados.

Mientras tanto, el ministro de Coordinación Felipe Rodríguez y el fiscal de Estado Jorge Jaimovich emprenderán viaje a Nueva York **para** tomar contacto directo con las autoridades del banco Dillon Read, la entidad que, mediante una compleja operación con bonos de inversión, **aportaría 150 millones de dólares** para afrontar los pagos.

A la espera del dinero, los sindicatos **retomarán las protestas** en forma sectorial, aunque la coordinadora de gremios debe evaluar la propuesta de concretar **un paro de actividades con movilización** para mañana o el viernes, medida que fue suspendida la semana pasada cuando, a través de **la mediación del arzobispo** Raúl Primatesta, las partes en conflicto se reunieron con el Presidente de la Nación en Olivos.

Conflicto "sí o sí"

Si **no hay respuestas** efectivas por parte del gobierno, los dirigentes no podrán seguir manteniendo la **"tregua"** a la que se comprometieron con el cardenal Primatesta.

Por lo pronto, el Sindicato de Empleados Públicos continuará con su **plan de lucha** que consiste en asambleas, toma de reparticiones y corte de calles y rutas. El gremialista Luis Bazán, de Luz y Fuerza, ya adelantó que si la provincia no paga los sueldos esta semana, **"sí o sí habrá conflicto"**.

Junto al Sindicato de Luz y Fuerza, **los** empleados públicos impulsan la realización del "paro activo".

Mientras tanto, ayer también, llovieron amargas críticas partidarias para el gobernador Eduardo Angeloz. El intendente reelecto de la capital provincial, Rubén Martí, denunció desvíos ético en el radicalismo y en su acción **de gobierno** (ver **aparte**).

Con cuentagotas

Ayer, fuentes del gobierno provincial ratificaron su confianza en que **la operación** con el Dillon Read **finalmente se concretará**, a pesar de las dificultades que surgieron el viernes cuando el director gerente de la entidad, Lorenzo Weisman, dijo desde Nueva York que le "parece difícil seguir adelante" con las gestiones financieras, por "la politización que ha tenido el tema en la Argentina".

En tanto, y con los escasos recursos propios con que cuenta, el gobierno seguirá librando desde hoy mandamientos de pago, con cuentagotas.

15-15

Separatistas cuyanos

MENDOZA (De nuestra agencia).– Las fuerzas vivas de San Rafael, en el rico sur mendocino, quieren impulsar la **separación** de Mendoza y convertir a su departamento en una **nueva provincia**. La insólita idea es de la Cámara de Comercio, Agricultura e Industria de San Rafael, que enseguida ganó adeptos en el Colegio de Abogados y Escribanos y en los contadores.

Augusto Clausen, mandamás de la Cámara, cree que la Constitución Nacional los habilita para dar semejante paso y reivindicó el viejo sueño separatista de San Rafael. "Aquí tenemos muchas riquezas, como el petróleo, la energía eléctrica y el uranio. Pero todo se va para el Gran Mendoza o para Buenos Aires, y **aquí no nos queda nada**", rezongó.

SUELDOS ATRASADOS

Más problemas en Córdoba y Tucumán

Lejos de normalizarse, el panorama en Córdoba y Tucumán sigue mostrando signos de **alta tensión social**.

Por un lado, el gobernador cordobés Ramón Mestre reiteró ayer que "el Estado **no tiene un solo peso**" para pagar los sueldos de los estatales. De todos modos, sostuvo que en las próximas semanas se saldará **con bonos** la totalidad de la deuda con sus empleados.

Por su parte, los trabajadores de la administración pública provincial de Tucumán, y los municipales de la capital, realizaron ayer una **jornada de protesta** por el atraso en el pago de los sueldos de junio y del medio aguinaldo. A esta medida se plegaron los trabajadores de la **sanidad** y los **judiciales**.

En Córdoba, envuelta desde hace varios meses en una crisis social que desembocó en la renuncia de Eduardo Angeloz, el principal interrogante de los agentes públicos pasa por saber **cuándo cobrarán** sus salarios atrasados. Respecto de eso, Mestre precisó que se comenzará a saldar esa deuda a medida que se vayan recibiendo los bonos de la Casa de la Moneda.

"El lunes tendremos la primera partida de esos bonos", precisó, al confirmar la emisión de una primera entrega por 400 millones de pesos, la mitad de lo autorizado por la ley de emergencia provincial.

Consultado sobre la continuidad del Programa de Asistencia Integral Córdoba (PAICOR), que atiende a miles de comedores escolares de la provincia, Mestre dejó planteado un interrogante: "Eso **dependerá de los recursos que podamos obtener**".

Para pintar de cuerpo entero la crisis, el gobernador remarcó que "**no hay plata para nadie**".

Auxilio para jubilados tucumanos

Mientras se paralizaba la administración pública, la Justicia y los establecimientos sanitarios, el secretario de Hacienda del gobierno de Ramón Ortega, Eduardo Jairala, dijo ayer a los jubilados que protestaban frente a la Casa de Gobierno que "arribaron a Tucumán **cinco millones** de pesos que serán destinados al pago de los salarios adeudados".

En las principales reparticiones –donde se acató masivamente la jornada de protesta– los representantes de los trabajadores municipales decidieron que hoy realizarán una medida de iguales características.

01-01

UN 94 POR CIENTO, EN EL ESTADO

El mapa de los conflictos

Santiagazo, riojanazo, tucumanazo, chubutazo. Un imaginario viaje hacia atrás en el túnel del tiempo menemista no podría omitir escalas en los violentos conflictos que periódicamente se producen en el interior del país. Los motivos son siempre los mismos: deudas salariales, planes de ajuste, recesión, crisis productiva. Según cuantificó el Centro de Estudios para la Nueva Mayoría, en los últimos doce meses el 94 por ciento de la conflictividad se concentra en el sector público. Por eso, sólo en los últimos veinte meses, el mapa provincial mostró este racimo de enfrentamientos, muchos de ellos con choques entre trabajadores y policías:

• **Córdoba:** el caso más reciente. Desde que el efecto tequila limitó la chance de financiación al desorden de la economía provincial, el gobernador Eduardo Angeloz soportó paros y manifestaciones. El gobierno nacional exigió ajuste y privatizaciones. Angeloz sólo concedió el ajuste, con proyectos de pago de sueldos en bonos. Quedó en el medio del sandwich y tuvo que renunciar anticipadamente, a un tris del estallido social.

• **Tucumán:** por esos días de julio, en Tucumán la policía desalojó a los trabajadores que se oponían a la venta de la empresa de agua potable (una de las tantas condiciones que el Banco Mundial le pone al Gobierno y que Cavallo transmite a las provincias). En esta provincia, gobernada por Ramón Ortega, el año '94 registró desbordes sociales cuando empleados azucareros de ingenios quebrados o vaciados atacaron la Legislatura.

• **El Noroeste:** toda la región tuvo brotes de protesta, hasta confluir en marchas, paros y movilizaciones simultáneas en las seis provincias del NOA. Fue en abril, del año pasado. Jujuy, por ejemplo, es un polvorín permanente, donde los gases lacrimógenos, los palos y las balas de goma llegaron a convertirse en moneda corriente ante cada rebelión estatal. Las deudas salariales y la oposición a proyectos de ajuste son figurita repetida. Hubo también riojanazos (fines del '93 y del '94) y sacudones en Catamarca (en junio del año pasado).

• **Santiago del Estero:** pero no hubo un pico de tanta violencia como en el santiagazo de noviembre del '93. Corrupción generalizada, deudas salariales y planes de ajuste fue el cóctel explosivo. La sede del gobierno, la de la Legislatura y la del Poder Judicial quedaron destrozadas. Cayó el gobierno de Fernando Lobo y Cavallo envió a Juan Schiaretti como interventor. Menem lo hizo acompañar por el secretario de Seguridad, Andrés Antonietti, portador de la amenaza de "mano dura", en caso de que la movilización continuara.

• **Santa Fe:** "salarios dignos" fue el lema de las protestas estatales que se vivieron en Santa Fe, en octubre último, con una sesión de tiro al blanco con huevos en los frentes del edificio de la Legislatura. No al ajuste, no a la racionalización, no a la transferencia de la Caja Provincial de Jubilaciones, explicitaron los gremios. "Lole, escuchá a la gente que está caliente", le cantaron también al gobernador en otras marchas como las del cordón industrial (por la recesión y la desocupación) y del sur provincial (por la crisis de pequeños y medianos productores agropecuarios).

• **El Nordeste:** también en octubre, el nordeste tuvo su parte. Ollas populares en Corrientes, donde las autoridades llegaron a prohibir por escrito las huelgas con toma de edificios municipales. Choques entre policías y manifestantes en Chaco. Otra vez las deudas salariales y la transferencia de la Caja de Jubilaciones, en el centro de los roces. Mucho más cerca en el tiempo, hace apenas tres semanas, Entre Ríos tomó protagonismo por la aguerrida protesta de estatales contra el ajuste que propone pagar con bonos, incrementar aportes y recortar sueldos y jubilaciones.

• **Río Negro:** el racconto abarca también a Río Negro, cuyos paros estatales ininterrumpidos desde comienzos de este año contribuyeron a malograr la carrera presidencial del gobernador Horacio Massaccesi. En Tierra del Fuego, una bala policial mató al obrero Víctor Choqueo, trasuna feroz represión a los pobladores que marchaban en solidaridad con los metalúrgicos desalojados de una planta armadora. Allá en el sur de todo, los despidos y las suspensiones habían caldeado demasiado el ambiente.

■ LOS SINDICATOS CONTINUARÁN CON LAS PROTESTAS SI EL GOBIERNO NO DESISTE DE LA REBAJA SALARIAL

Persiste el foco de tensión en San Juan

Luego de los violentos enfrentamientos entre policías y empleados públicos, se mantiene la ocupación del Ministerio de Educación de la provincia y de la intendencia



La Policía continúa en alerta ante eventuales estallidos de violencia en San Juan REUTER

En medio de la tensión aún latente tras los violentos disturbios registrados el miércoles por la crisis económica y social que afecta a San Juan, el gobierno mostró ayer síntomas de preocupación por la ola de estallidos sociales que complican su horizonte político.

En las últimas horas llegaron a la capital de San Juan refuerzos de Gendarmería, policía de fronteras, para prevenir que se repitan los serios incidentes del miércoles cuando estalló el sexto levantamiento social en el país durante los últimos dos años.

Aunque el gobierno peronista de Carlos Menem acusó a grupos de izquierda por los incidentes, las protestas tienen como causa la crítica situación socioeconómica producto de la falta de pago y de la reducción de sueldos de los trabajadores estatales.

Desde Buenos Aires, el gobierno calificó de "delincuentes" a quienes atacaron edificios públicos, incendiaron vehículos policiales y destrozaron comercios, advirtiendo que no está dispuesto a tolerar este tipo de acciones. El balance oficial de los enfrentamientos señala que hubo veinte manifestantes heridos y diez detenidos, cuando unos 5.000 empleados públicos marcharon gritando consignas de protesta contra el gobierno y arrojando piedras contra los edificios gubernamentales. La Policía reprimió con balas de goma para dispersar a los manifestantes, que rechazan la rebaja salarial del 30% para quienes perciban salarios superiores a los 400 pesos (US$ 400).

La tensión persistía ayer en la provincia de San Juan mientras se mantiene la ocupación del Ministerio de Educación de la capital provincial y de la intendencia de Rawson, donde los empleados siguen rechazando las medidas del gobierno.

Ayer, la actividad en la provincia fue similar a la de un día feriado debido a que las autoridades dispusieron un asueto que coincidió con una huelga general convocada por los sindicatos del sector público.

Los sindicatos en conflicto ratificaron que el plan de protestas continuará hasta que el gobierno deje sin efecto la rebaja salarial.

Según fuentes económicas consultadas por la prensa, el actual programa del gobierno central está agotado y no tiene soluciones para los serios problemas que enfrentan algunas provincias. Las economías provinciales no pueden resistir despidos y achicamientos del sector público sin programas paliativos de parte del gobierno central.

Hace poco más de un mes, Córdoba fue escenario de disturbios cuando miles de empleados públicos protestaron por atrasos en los pagos salariales, concluyendo con la renuncia del gobernador Eduardo Angeloz. *(En base a AP, Reuter y EFE)*

EL INTERIOR EN CRISIS

★ **DICIEMBRE DE 1993, SANTIAGO DEL ESTERO.** Trabajadores estatales en huelga realizaron manifestaciones y provocaron incendios en la Casa de Gobierno, la Legislatura, los tribunales y viviendas de políticos, hasta que el gobierno de Menem decidió la intervención federal de la convulsionada provincia.

■ **MARZO DE 1994, JUJUY.** Enfrentamientos entre policías y empleados públicos dejaron 14 heridos, tras un violento ataque de los manifestantes a la Casa de Gobierno.

■ **ABRIL DE 1995, TIERRA DEL FUEGO.** Tras una serie de violentos choques con la Policía, murió un obrero en una protesta de los trabajadores contra el cierre de fábricas en Río Grande y Ushuaia. Varias fábricas de artículos eléctricos se habían instalado en la zona para aprovechar ventajas arancelarias.

■ **JUNIO DE 1995, CÓRDOBA.** Una ley de emergencia económica y social impulsada por el gobierno radical local provocó violentas manifestaciones que desembocaron en saqueos e incendios. Fue quemada la sede de la UCR, y asfixiado por la crisis el gobernador dejó su puesto seis meses antes de lo previsto.

Sólo promesas para resolver una crisis que era previsible

El gobernador de San Juan, Jorge Escobar, amigo de Eduardo Menem y del ministro de Economía Domingo Cavallo y de su modelo económico, llegó a la provincia para reparar la situación de caos que, según él, había dejado su antecesor, el también peronista Juan Carlos Rojas. Rojas abandonó la gobernación criticando el ajuste económico que quería imponer Cavallo para la provincia.

A partir de esas diferencias creció la crítica situación económica y Escobar se comprometió a resolverla con el sacrificio de todos los sanjuaninos, pagar los sueldos atrasados, bajar los gastos públicos y poner en marcha un plan de privatizaciones.

Consciente de lo difícil de su proyecto y luego de varios enfrentamientos con la legislatura provincial y después de ser reelecto el 14 de mayo, el gobernador logró que fuera aprobada una ley de emergencia económica.

Esa norma contiene, entre otros puntos, el traspaso de empresas públicas al sector privado y también previsiones sobre la posibilidad de que Escobar aplicara reducciones salariales.

Según los planes del gobernador, la única opción para atenuar el déficit de su provincia era aplicar un sustancial recorte de los salarios. Pero lo que complica la situación de la provincia es que el 80% de la economía depende del presupuesto estatal, algo que anunciaba los problemas surgidos ahora.

Ayer el Parlamento provincial aprobó una ley que prohíbe rebajas salariales a los trabajadores, pero todo indica que esa norma sería vetada.

0509237

SECRETO

COPIA No. 01/01

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

Montevideo, 20 de Setiembre de 1995.-

M E M O R A N D U M Nro. 950232....../BUS.-

I.- ASUNTO: Elecciones de A.F.U.T.U.

II.- REFERENCIA: Responde E.E.I. Nro. 053/A/95

III.- T E X T O:

Se tomó conocimiento de que el Secretariado Ejecutivo Nacional quedó integrado de la siguiente manera:

Lista 1983 - Iván Pasadas (Presidente)

Secretariado

Lista 1983 - Alicia Mesa
- Osvaldo Fernández
- Mónica Nato
- Carlos Castelao
- Charo Cabrera

Lista 1 - Aldo Blensini
- Ricardo Caballero
- Rosita Echeverría

Lista 31 - Julio González

Lista 9.27 - Víctor Rosado

000002

20 SET. 1995

9509237

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sr. Sub.Dtor. Interior
Archivo Departamento III

Copia 1 - Jefe Departamento I

SECRETO

001/001

9509237

9509238

Montevideo, 20 de Setiembre de 1995 .-

MEMORANDUM Nro. 950233...../BUS.-

I. ASUNTO: Publicación " LA PULGA".-

II. REFERENCIA:

III. TEXTO:

Se adjunta al presente Memorandum el ejemplar No. 53 de "La Pulga".-

000002

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sr. Sub.Dtor. Interior

Archivo Departamento III

Copia 1 - Jefe Departamento I

Dir. Bios

001|005

SECRETO

COPIA No. 01/01

9509238

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

Montevideo, 20 de Setiembre de 1995 .-

MEMORANDUM Nro. 950233...../BUS.-

I.- ASUNTO: Publicación " LA PULGA".-

II.- REFERENCIA:

III. TEXTO:

Se adjunta al presente Memorandum el ejemplar No. 53 de "La Pulga".-

000002

IV.- DISTRIBUCION: Original - Sr. Sub.Dtor. Interior

Archivo Departamento III

Copia 1 - Jefe Departamento I

20 SET. 1995

9509238

001|005

SECRETO

9509238



QUIEN MATO A FERNANDO MORRONI

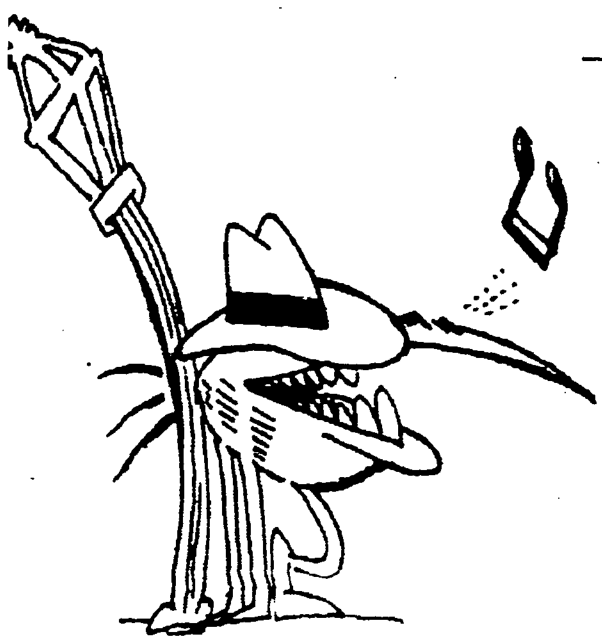
La Pulga

19 DE SETIEMBRE DE 1995 Nº 53

Desocupación

Salarios que son afrenta

Odontología cierra



Liquidan el Saint Bois

La estrategia está en la calle

«El pueblo sabe ser estratega»

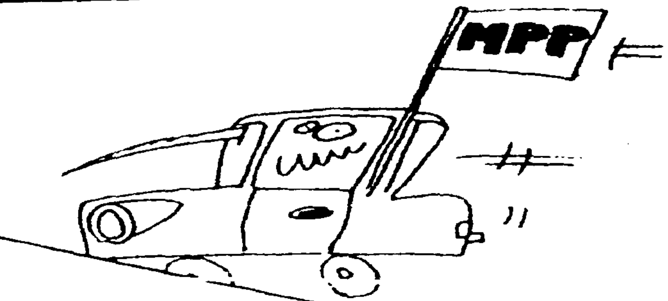
El anuncio del cierre del Hospital Saint Bois; el previsible cierre de la Facultad de Odontología, la movilización de los productores del cinturón granjero de Montevideo, condenados a la extinción por la política económica oficial, la desesperación de los trabajadores del cordón industrial de Paso Carrasco y adyacencias...

De ese tenor es La Pulga con que hoy salimos a la calle. El dolor se complementa con hechos y propuestas. Néstor Louise, máximo dirigente del puerto durante varios años es expulsado por «colaborar con el enemigo», en una decisión tomada por unanimidad de una Asamblea obrera. El Encuentro Progresista eleva a la Junta Nacional de Empleo una propuesta de paliativos para la descomunal situación de desempleo que revelan las recientes estadísticas del INE.

Simultaneamente la izquierda se dispone a discutir estrategia. «La estrategia está en la calle», decimos en el titular de tapa. «El pueblo sabe ser estratega» diríamos, parafraseando a Raúl Sendic. En cualquier caso, si las discusiones sobre estrategia merecen ser tenidas en cuenta porque no se han convertido en un ejercicio frívolo, deben incluir, como dato primero, como reclamo urgente y perentorio, la agonía acelerada de una país y de su gente y las posibles salidas a este dilema que es, literalmente, entre la vida y la muerte.

SIGUE CLAUSURADA CX 44





Reunión de la Dirección Nacional del MPP

El domingo 17 se reunió la Dirección Nacional del MPP resolviendo coordinar en lo inmediato, con los compañeros del sublema *Por El Frente*, una acción legal de inconstitucionalidad contra la ley de seguridad social recientemente aprobada.

Asimismo se resolvió que el MPP organice giras, por Montevideo y el Interior, de los miembros de su Dirección Nacional y convocar un Plenario Nacional para el día 8 de octubre a los efectos de discutir el tema «estrategia», para lo cual será elaborado, en los próximos días, un documento base de discusión.

Plenario del Interior del MPP

El domingo 17 se reunió el Plenario del Interior del MPP recibiendo un informe de la Dirección Nacional sobre temas tales como seguridad social, salud, educación, situación nacional y problemática del Frente Amplio.

Se debatió, elaboró y aprobó, una propuesta de movilización para enfrentar la coyuntura actual en lo que tiene que ver con los planes impulsados por el gobierno blanqui-colorado que, como es sabido, están generando durísimas consecuencias en el Interior del país.

Crisis en la Universidad
Facultad de Odontología no funciona

Dejamos de funcionar por asfixia presupuestal.

Se cortó la atención odontológica (que se otorga a miles de personas año a año) porque el equipamiento está roto.

Porque próximamente no se podrán pagar los sueldos de docentes y funcionarios.

El gobierno ha ido disminuyendo el presupuesto a la Universidad durante años.

El Poder Ejecutivo actual ha demostrado mantener esa medida con la Universidad.

Quiere ahogar la enseñanza pública para fomentar la privada y que estudien los que pueden pagar.

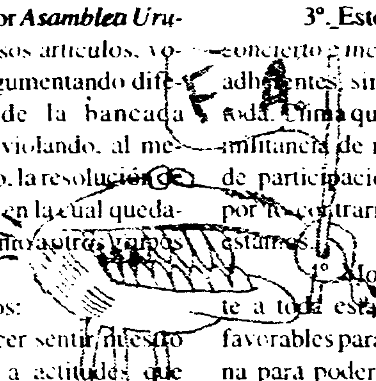
Por todos estos motivos el Rector de la Universidad Dr. Jorge Brovetto, realizará una conferencia de prensa en la Facultad de Odontología el miércoles 20 a las 20 horas, para que toda la Sociedad conozca acerca del cierre de esta Facultad y de la realidad presupuestal de la Universidad toda.

CEO, ASCEEP, FEUU

Carta dirigida a la Mesa Política del Frente Amplio
De la coordinadora «C»

Compañeros:

Frente a las diferentes divisiones ocurridas, en la bancada parlamentaria, en el tratamiento de importantes temas de interés nacional, situación que tomó cuerpo nuevamente en el tratamiento de la ley de reforma de la seguridad social tratada recientemente en el Senado. A pesar de existir resolución del Plenario Nacional y de la Mesa Política sobre el tema en cuestión, en esta ocasión la actitud **adoptada por el sector *Asamblea Uruguay*** frente a diversos artículos, votando dividido, argumentando diferente al resto de la bancada frenteamplista y violando, al menos en un artículo, la resolución de la Mesa Política en la cual quedara en minoría junto a otros grupos políticos.



Declaramos:

1º. Hacer sentir nuestro máximo rechazo frente a actitudes que atentan contra el buen razonamiento que debemos tener entre los frenteamplistas a nivel de la coalición y del movimiento, para poder hacer frente a esta avalancha de reformas neoliberales que nos plantea esta coalición «rosada» que hoy nos gobierna.

2º. Nuestro máximo rechazo también a declaraciones de dirigentes de este sector que cuestionan la actual estructura de dirección del nuestro Frente Amplio, atentando contra el tan preciado equilibrio, logrado entre la coalición y el movimiento tras años de negociaciones internas que nos mantuvieron mirando hacia adentro, restando fuerza en la lucha por **hacer** de ésta una sociedad más justa y solidaria.

3º._Este clima creado **provoca** desconcierto e incertidumbre entre militantes, adherentes, simpatizantes y en la sociedad toda. Clima que no ayuda a la inserción a la militancia de muchos compañeros ávidos de participación en la actividad política, por lo contrario desestimula a los que ya estamos.

4º. Mostramos nuestro sentir frente a toda esta situación: haciendo votos favorables para llegar a la estabilidad interna para poder impulsar a nuestro Frente Amplio como herramienta de los cambios que nuestro país requiere.

Salud compañeros,

Coordinadora «C»

Gran Acto del Sublema «Por El Frente»

Confirmando que en este caso un sublema del Frente Amplio mantiene vida y se moviliza más allá de las elecciones, el viernes pasado se realizó en un Palacio Sudamérica desbordado, el acto organizado por dicho sublema (que aglutina al 20 de Mayo, UNIR, IFI y MPP) en el que hicieron uso de la palabra Eduardo Rubio y Helios Sarthou.

Ciertos medios de prensa matutinos «informaron» que al acto concurrieron «*algunos frenteamplistas*», tratando de hacerle creer a sus lectores desprevenidos que la concurrencia fue poca. Da pena pensar que hay gente que se dice de izquierda, amargada cuando ve demasiado pueblo en el acto de un grupo frenteamplista que no es el suyo.

En actitud diametralmente opuesta, dicho acto recibió, además de la presencia, las adhesiones de, entre otras: PVP, Agrupacion Paco López de las cooperativas del Transporte, MPP de Cerro Largo, Juventud Frenteamplista de Pando, Comité Villa Muñoz del FA, Comité Barrio Sur del FA, Agrupación del Sublema Por El Frente de la Costa, Agrupación Jacinto Vera, Seccional Di Pascua del Partido Comunista, Frente de Unidad Política de la Seccional Di Pascua del PC, Agrupacion Villa Muñoz del PC, Zonal P del MPP, Trabajadores de la Seguridad Social, Comité de Base Alfredo Zitarrosa del FA, Funcionarios del Hospital Saint Bois, Intersocial de la Zona 14, Dirección de CX36, IFI, Núcleo del PCR del Uruguay, Comisión Por la Libertad de Expresion de CX 44.

Entre las adhesiones recibidas, transcribimos la del compañero Tabaré Vázquez que dice así:

Queridos compañeros:

Razones que anteriormente expresé a varios de ustedes me *impiden asistir al acto* convocado por UNIR, MPP, Movimiento 20 de Mayo e IFI que se realizará esta noche bajo la consigna «Por la Seguridad Social: Con la Gente; Por el Frente».

No obstante ello, quiero aunque sea a través de estas pocas líneas, felicitarlos por esta iniciativa política y desearles que la misma sea exitosa para los sectores que la convocan, para el Frente Amplio, para el Encuentro Progresista y, sobre todo, para el pueblo uruguayo en su conjunto.

Siento que tengo muchas cosas para decirles pero las mismas exceden largamente el marco de esta comunicación. En todo caso, y a cuenta de un futuro diálogo, permítanme expresarles y compartir con ustedes mi confianza en la unidad nunca sencilla pero siempre enriquecedora del Frente Amplio, en la necesaria creatividad de su propuesta y de esta formidable herramienta política que es el Encuentro Progresista y, por último pero no menos importante, en el valor y la responsabilidad que todos y cada uno de nosotros tenemos en tanto compañeros y seres humanos.

Es que, como magistralmente lo expresara Don Antonio Machado, «... por mucho que valga un hombre/nunca tendrá valor más alto/que el valor de ser hombre...».

Afectuosamente, *Tabaré Vázquez*

El Diputado Guillermo Chifflet, por su parte, hizo llegar la siguiente adhesion:

Queridos compañeros:

Toda nuestra solidaridad en la lucha que todas las organizaciones sociales y de trabajadores debemos llevar adelante contra el atentado a la Seguridad Social que acaba de concretarse.

Felicitaciones, además, porque ustedes han sabido interpretar que cuando un Plenario dice «Rechazamos el Proyecto de la derecha», rechazamos quiere decir rechazo y no colaboración.

Un cordial abrazo de Guillermo Chifflet (diputado socialista)

BOLETÍN INFORMATIVO DEL MPP

Los derechos de la salud

Contra el cierre del Saint Bois

El pasado sábado centenares de vecinos de la zona de influencia del Hospital Saint Bois manifestaron en la Plaza Colón contra la insólita propuesta del Ministerio de Salud Pública de cerrar el estratégico centro asistencial argumentando falta de financiación Publicamos el repartido hecho público por funcionarios y vecinos del Hospital, el que simplemente se limita a reseñar la esencialidad de los servicios del Saint Bois. Un reclamo que un cuarto de millón de uruguayos, asistidos por el histórico hospital, bien puede hacer suyo.

El Hospital **«G. Saint Bois»** atiende una vasta zona que abarca Villa Colón, Sayago, Conciliación, Peñarol, Melilla, Cerrillos, Abayubá, Paso de la Arena, Delta del Tigre, Belvedere, La Teja, Centro Coordinador del Cerro, La Cruz de Carrasco así como pacientes del interior del país.

Cuenta con un amplio número de policlínicas: medicina general, asma y alergia, neumología, ginecología y obstetricia (control de embarazos), gastroenterología, dermatología, urología, otorrinolaringología, geriatría, cardiología, pediatría, oftalmología, fisiatría, odontología.

Cuenta a su vez con una **emergencia que funciona las 24 horas,** con un total de 2.000 consultas mensuales.

Las Policlínicas Centrales tienen un total mensual de 4.500 consultas y Odontología 400 consultas. Las consultas pediátricas suman 465 mensuales y las Policlínicas Periféricas (médicos de familia que atienden en los Centros Zonales) suman 2.050 consultas mensuales.

Entre los procedimientos realizados por los Servicios Intermedios tenemos: en Radiología se realizan 2.000 placas y/o estudios mensuales, en Laboratorio se realizan 9.000 análisis mensuales (estos dos servicios prestan atención a los Centros Zonales nombrados más arriba como también a otros Hospitales, como por ejemplo el Siquiátrico, Maciel y el Hanseniano), en Anatomía Patológica se realizan 400 procedimientos mensuales, en Fisiatría se realizan 700 procedimientos mensuales, en Endoscopía se realizan 90 procedimientos mensuales (fibrobroncoscopías), en Hemodinamia se realizan 200 procedimientos mensuales (funcionales respiratorios y gasometrías). Este último servicio da cobertura a nivel nacional

En el Laboratorio Bacteriológico se realizan mensualmente: 120 Papanicolau, 50 colposcopías, 200 exudados faríngeos, 400 urocultivos, 120 bacteriológicos, 100 HIV.

Además se realizan:

Rayos Láser: únicos en el país para desobstrucción bronquial, programa para diagnóstico precoz de cáncer uterino, vacunaciones.

El Hospital cuenta con 300 camas y 220 ocupadas actualmente.

¿Quién dará cobertura a todos estos usuarios?

Cuando sabemos que las puertas del Hospital Maciel, Hospital Pasteur y Pereyra Rossell están saturadas y **derivan la atención para dos meses.**

La gran mayoría concurre a éste Hospital que si bien, la producción de internación oscila entre el 60% y el 64% de su capacidad y que la misma se debe a la falta de respuesta sobre Políticas de Salud, la cual debía haber transformado al Hospital en base a las necesidades actuales, convirtiéndolo en un **Hospital General de Segundo Nivel**, dando con ésto cobertura a la demanda de la zona en forma programada y eficiente, descongestionando los Hospitales antes mencionados.

En lo que se refiere a la Tisiología en el Hospital, los pacientes con tuberculosis son apenas el 20% del total de los internados, el 80% son de otras patologías pulmonares, medicina general y otros.

Las intervenciones quirúrgicas de tórax oscilan en 20 mensuales (cirugías mayores), a su vez se realizan cirugías menores como ser de piel, oftalmológicas y urológicas.

La **Farmacia** expide mensualmente un total de 40.000 recetas (comprende material médico quirúrgico y medicamentos).

El Departamento de Alimentación elabora un total de 11.000 raciones (dieta) que abastece al paciente, acompañante y a funcionarios de guardia.

El Hospital cuenta también con una Guardería para hijos de funcionarios que funciona de 7 a.m. a 7 p.m.

A continuación se detallan los costos en que incurre el Hospital:

-Cada paciente internado trae aparejado un costo diario de $ 270.

-Cada consulta en Policlínica cuesta $ 120.

-Cada consulta en Emergencia cuesta $ 100.

-Cada receta cuesta $ 15.

-Cada análisis de Laboratorio cuesta $ 10.

-Cada placa y/o estudios en RX cuesta $ 35.

-Cada ración o dieta dada a los pacientes cuesta $ 25.

Taller de Propaganda del MPP

El pasado 8 de setiembre, en un muy concurrido y simpático acto fue inaugurado el nuevo taller de Propaganda del MPP.

Dicho Taller lleva el nombre de quien fuera un maestro de varias generaciones de izquierdistas: el querido compañero Carlos María Gutiérrez, fundador del MPP.

Entre las adhesiones llegadas elegimos la siguiente:

Queridos compañeros:

Antes que nada, quiero expresarles que lamento profundamente no poder estar presente en estos momentos, porque el trabajo me obliga de manera implacable a estar en el teatro. Pero estoy ahí, junto a ustedes en mi sentir y con mi profundo agradecimiento, a quienes han tenido la iniciativa y han llevado a cabo esta tarea de inauguración del taller al que le han puesto el nombre de Carlos.

Apenas volvimos al país, su decisión de dedicarse a la tarea política y a la creación del MPP junto a fieles compañeros, fue rápida, rotunda, intensa y feliz. Porque su preocupación fue siempre sentirse útil y fiel a sus principios.

«Nadie puede morir si no queremos», dice Carlos en uno de sus poemas. El gesto que ustedes han tenido, confirma este pensamiento. Gracias una vez más. Reciban un fraternal abrazo de:

Dahd Sfeir de Gutiérrez

Ha sido el joven compañero Jorge Durán Mattos quien, en representación de los demás jóvenes que le darán calor al Taller Carlos María Gutiérrez (Magallanes 1740), se encargó de recibir y guardar, como un tesoro, ésta y otras, muchas, adhesiones.

Ahora compañeros: ¡A dar vida!

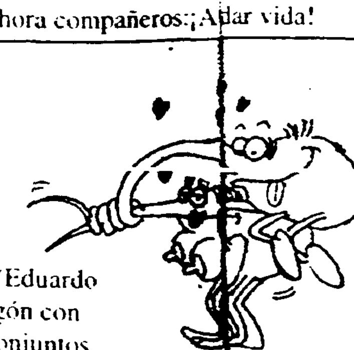
A partir del nº 50 de La Pulga se ha puesto a la venta una rifa (bono colaboración) valor $10,- a beneficio de nuestro medio de comunicación. A los interesados en colaborar con esta iniciativa, los esperamos en nuestra redacción de 12 a 18 horas, en Tristán Narvaja 1578, teléfono 49 22 98.



La Pulga

BONO COLABORACION VALOR $ 1?

Actividades



Sábado 23: elecciones del nuevo C.C. del MLN. Los militantes votan en todo el país.

• • •

Sábado 23, 18 horas, Intersocial de Paso Carrasco (Eduardo Acevedo y Camino Carrasco, frente a SEVEL): fogón con participación de sindicatos y vecinos de la zona. Conjuntos artísticos. Van productores de Joanicó y trabajadores metalúrgicos de Canelones.

• • •

Domingo 24, en la Capilla Santa Elena, Rivera casi Comercio: charla sobre el rol del laico en una Iglesia Servidora

• • •

Viernes 6 de octubre, en Tristán Narvaja entre Colonia y Mercedes: acto del MLN a 28 años de la muerte del Che y a 26 de la Toma de Pando.

• • •

950 9238

Uruguay: desempleo a ritmo de vértigo

La propuesta del Encuentro Progresista

El informe del Instituto Nacional de Estadísticas (INE) sobre la situación del empleo en el Uruguay hizo detonar a nivel público una problemática que los uruguayos sufren cotidianamente.

Según cifras oficiales el desempleo en el mes de agosto ascendió a más del 11 por ciento, afectando a 143 mil uruguayos (sobre una población activa de 1.300.000 personas. El PIT-CNT empero, considera que el desempleo es aún mayor.

En ese entorno el pasado viernes, el Encuentro Progresista entregó a la Junta Nacional de Empleo (JuNaE) una propuesta para reducir el desempleo en el entendido de que *«no podemos aceptar que el desempleo se superará en la medida que crezca la producción, pues la experiencia en el mundo y en nuestro propio país demuestra lo contrario».*

El documento, al que el EP considera *«base de discusión que apunta prioritariamente a solucionar los problemas más urgentes en la asistencia a los desempleados, a impulsar esfuerzos de defensa de los actuales puestos de empleo y reubicación de los actuales desempleados...»* está dividido en cinco bloques y contiene el siguiente articulado:

Cobertura de desempleo

1. Extender la cobertura del Seguro de Desempleo a los trabajadores rurales.

2. Aumentar el monto a cubrir en el período del seguro.

3. Sobre la base de la facultad del Poder Ejecutivo de extender el plazo de las prestaciones, ampliar de 6 a 12 meses el seguro de paro para aquellos trabajadores que asistan a los cursos de capacitación y reconversión laboral.

4. Otorgar a las personas mayores de 40 años al finalizar su prestación de desempleo, una cantidad mensual equivalente a un Salario Mínimo Nacional (SMN) hasta ser reinsertado en la actividad laboral o configurar causal jubilatoria.

5. Reducir en un 50% el plazo de actividad laboral exigible para tener derecho al seguro de paro.

6. Crear un Fondo de Garantía Salarial para los trabajadores de empresas en quiebra que permita cobrar sus créditos laborales en caso de despido.

Asignaciones Familiares

1. Modificar las normas relativas a Asignaciones Familiares para reconocer en dicho beneficio un derecho fundamental del niño independientemente de la situación laboral de sus progenitores tutores, con el fin de continuar la cobertura del derecho aun en caso de despido.

Oferta de Trabajo

1. Potenciar el rol de la JuNaE mediante la creación de oficinas de la misma en todos los departamentos del país.

2. Modificar la ley 16.320 con el fin de incluir en sus programas de capacitación a los jóvenes de entre 16 y 25 años demandantes de empleo por primera vez.

3. Incluir como beneficiarios de la JuNaE a los trabajadores rurales.

4. Ampliar las funciones de la JuNaE tomando en consideración el desarrollo de una política activa de recolocación de personas beneficiarias.

Esto supone un proceso ágil y eficaz de información sobre la oferta y la demanda de trabajo y un rol activo como *«agencia de empleo»* (Registro de Trabajo).

5. Aplicación de la ley 10.459 de fecha 14.12.43 que posibilite la creación de Comisiones Departamentales de Trabajo.

Políticas Activas de Empleo

1. La realización de una fuerte campaña en pos de fortalecer el rol que debe cumplir el Estado.

a. estimular a las empresas en el ámbito fiscal, financiero y otros con el objetivo de generar puestos de trabajo.

b. corregir en forma progresiva el atraso cambiario hoy ya existente.

c. poner en práctica políticas de apoyo al desarrollo técnico.

d. concretar políticas comerciales que apoyen la inversión en los mercados externos (acuerdos de complementación productiva regional).

e. gravar con impuestos a los productos competitivos con la producción nacional, que ingresan al país de fuera del MerCoSur, así como también exigir la aplicación de todos los controles acordes de todas las mercaderías que ingresan al país.

f. convertir a las oficinas de nuestro servicio exterior instaladas en todo el mundo, en verdaderos centros de información sobre colocación de productos uruguayos en el exterior.

g. fijar prioridades en materia social (jóvenes y mujeres), geográfica (ciertos departamentos) y productivas (ciertas ramas viables, generadores de empleo, intensivas en materia prima nacional, sustitutivas de importaciones o exportadoras).

h. impulsar en el marco de sus competencias tanto a nivel de las intendencias municipales como de las juntas locales y Centros Comunales Zonales, la creación de registros de desempleados y la realización de cursos de capacitación y asesoramiento para la formación de variantes alternativas de empleo.

i. aplicar políticas intensivas de capacitación, precisando las actividades que demandarán empleo a corto plazo.

2. Estimular el empleo disminuyendo el aporte patronal al BPS un 1% por cada aumento del 10% en la nómina de trabajadores de la empresa, con las limitaciones que la ley determine.

3. Puesta en vigencia de la ley 16.622 (Fondo Nacional de Garantía) y ampliar sus fondos promoviendo un relevamiento de plantas industriales paradas con el objetivo de estudiar viabilidad de su reactivación o reconversión.

4. Dinamizar el rol de la Corporación Nacional para el Desarrollo en el apoyo a las micro y pequeñas empresas, así como a las cooperativas de trabajadores u otras empresas viables que estén actualmente en grave situación.

5. Proporcionar recursos al Instituto Nacional de Colonización para la adquisición de tierras para el establecimiento de pequeños productores y la concesión de garantía crediticia a los colonos.

6. Proponer la instrumentación de medidas tendientes a disminuir en un 50% los aportes patronales a las empresas que construyan viviendas sociales.

7. Potenciar las actuaciones de la Inspección Nacional de Trabajo para que realice un control estricto de la contratación de actividad de trabajadores cuyos patrones no cumplan con las leyes sociales del país.

Financiación del Proyecto

1. Costo: US$ 250.000.000 en un plazo de 5 años. El Banco Central determinará si esta deuda puede ser usada como encaje.

El servicio de los intereses será proporcionado por la recaudación que produzca un incremento mínimo del 5% sobre los aranceles vigentes que se aplican a la importación de artículos de consumo (alimentos y bebidas) duraderos y otros consumos adquiridos en países fuera del MerCoSur.

2. La administración del Fondo generado por esta propuesta le competerá a la Corporación Nacional para el Desarrollo, por lo que se promoverá la modificación de la ley 16.622 a esos efectos.

3. Para evitar un uso de estos fondos diferentes a la política de promoción de empleo a la cual exclusivamente serán destinados se instrumentará un control social que incluirá la estrecha coordinación entre la Corporación Nacional para el Desarrollo, la JuNaE, el BPS y las Comisiones de Legislación del Trabajo de ambas Cámaras del Poder Legislativo.

La expulsión de Néstor Louise

Durmiendo con el enemigo

La asamblea del SUANP, por unanimidad de los presentes, resolvió la expulsión del gremio del Néstor Louise *«...quien, siendo dirigente de nuestro gremio, utiliza la militancia en el movimiento obrero para conseguir un objetivo personal, en este caso un pase en comisión al MTSS como asesor de la ministra. Hay gente que se deslumbra tanto con el poder que hasta llega a colaborar con el enemigo, por eso en la rica y digna historia del SUANP no hay lugar para esta mancha».*

La pasada semana La Pulga publicó el facsímil que daba cuenta del pedido de pase a comisión de Louise, el que fue secretario general del SUANP en los períodos 1984-87 y 1989-91. En 1994 renunció a la Directiva del Sindicato y siete años atrás había abandonado su militancia en el MLN (T).

Lamentable epílogo de una carrera. Tal vez estemos en los umbrales de otra, de muy distinto signo.

Estimados amigos:

La Pulga, nuestro medio de comunicación, cuenta sólo con tu apoyo para continuar existiendo. *Verdadero medio alternativo de comunicación* (por su propuesta y su distribución militante), aspira a continuar el ejemplo de otros medios que el azar o el despotismo han silenciado. A un año de clausurada CX 44 la misma y cruda realidad de aquel momento nos reclama como ayer conjugar nuevos y renovados esfuerzos para levantar un poderoso movimiento de protesta que convoque a trabajadores, jóvenes, jubilados, amas de casa, productores (los realmente afectados por el proyecto económico del gobierno de coalición), allí donde se encuentren: en los centros de trabajo, en los barrios, en los liceos, en el campo.

Desde **La Pulga** nos comprometemos a aportar a ese esfuerzo colectivo. Pero nos faltan manos. Manos para arrimarla a quienes aspiramos sean los protagonistas de ese esfuerzo colectivo, manos para recoger el fruto de ese esfuerzo. Manos, e fin, para llegar al pueblo. Es menester contar con innumerables distribuidores, profesionales de la tarea que puedan ayudar a cumplir ese objetivo.

Por información y condiciones comunicate con nosotros: Tristán Narvaja 1578 de 12 a 18 horas, teléfono 49 22 96.

De interés de los amigos

Para aquellos amigos que deseen recibir La Pulga en las zonas de Ciudad Vieja, Centro, Cordón, La Comercial, La Teja, Cerro y Costa de Oro (hasta km. 25), por favor comunicarse con nosotros al 49 22 98 de 12 a 18

9509239

RESERVADO ORIGINAL

COPIA N°. 1

REFERENCIA

1) ... la nombrada ... Dr. Hugo BATALLA

2) ... realizado el 14 ...

3) ... relacionado al ...

Doc. Claro

20 SET. 1995

BXX (ORIG.)

9509239

FECHA 26/09/95 INICIAL SH

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

RESERVADO

001/004

9509239

FECHA 26/09/95 INICIAL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Montevideo, 7 de setiembre de 1995.-

Señor Presidente del Senado
DOCTOR HUGO BATALLA
Presente.-

De nuestra mayor consideración:

Los abajo firmantes, delegados electos por la asamblea representativa que tuvo lugar en el Club Congreso el miércoles 6 de setiembre, solicitan a Ud. autorización para realizar un plebiscito entre los funcionarios del Senado el próximo jueves 14 de setiembre, de 10 a 12 y de 17 a 19 horas en Oficina de Personal, a fin de decidir la creación de una Asociación de Funcionarios del Senado y para disponer de una sala a efectos de realizar el escrutinio de los votos.

Sin otro particular, saludan a Ud. muy atentamente

Raúl Valinotti   Júpiter Batista   Mario Latorre

Gustavo Calvo   Alvaro Lorenzo

Set. 8/95

Concedes, evitando toda aglomeración y con anuencia de la División Personal en virtud de realizarse en dicha Oficina. De existir inconveniente, vuelva para su resolución a Presidencia, con urgencia.

CORREGIDO 29/9/95 Inic.: SM

002

10962 9509239

FECHA 26/09/95 INICIAL SA
Procesado a Sistema DRX
OBSERVACIONES

Montevideo, 15 de setiembre de 1995.-

Señor Presidente de la
CAMARA DE SENADORES
DOCTOR HUGO BATALLA
<u>Presente</u>.-

De nuestra mayor consideración:

Los abajo firmantes, delegados electos por la asamblea representativa de funcionarios del Senado, agradeciendo la colaboración brindada por Ud., comunican los resultados del plebiscito realizado en el día de ayer.

Del escrutinio del mismo, se obtuvieron los siguientes resultados.

TOTAL DE FUNCIONARIOS HABILITADOS: 421 (este total incluye funcionarios con licencias ordinarias, médicas y en comisión).

VOTOS EMITIDOS: 317 (representan el 76% del total de habilitados)

VOTOS POR EL SI: 278 (representan el 87.7% de votos emitidos)

VOTOS POR EL NO: 36 (representan el 11.3% de votos emitidos)

VOTOS EN BLANCO: 2 (representan el 0.6% de votos emitidos)

VOTOS ANULADOS: 1 (representa el 0.3% de votos emitidos)

Sin otro particular, saludamos a Ud., quedando a sus gratas órdenes.

Raúl Valinotti — Júpiter Batista — Mario Latorre

Gustavo Calvo — Alvaro Lorenzo

003 9509239

FECHA 26/09/95 INICIAL SH

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Se agremian los funcionarios del Senado

■ El funcionariado de la Cámara de Senadores resolvió tener su propia asociación, luego de ponerlo a consideración en un acto plebiscitario en el que se pronunciaron 317 trabajadores, sobre un total de 421 habilitados.

El acto, que contó con la autorización del presidente del cuerpo, doctor Hugo Batalla, fue convocado para verificar si existía voluntad de conformar una agremiación, pronunciándose 278 funcionarios por el sí, 36 votaron en contra de la iniciativa, y las tres voluntades restantes correspondieron a votos en blanco (2) y anulado el restante. En la jornada de la víspera, se concretó una asamblea del funcionariado, resolviéndose convocar a una asamblea constitutiva, a efectos de conformar una cúpula provisoria de la asociación, hasta tanto obtengan la personería jurídica.

LA REPUBLICA 19/9/95

004/004

9509239

Nº DOCUMENTO 950924C

TITULO MEXICO: EN NARCOTRAFICO MATO A DESTACADO JEFE DE POLICIA.

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE [illegible] 13/4/95

VINCULACIONES 11176 11345 65890
68092 11224
[illegible] 11354
11140 11229
11214 11422

ESPECIAL DE The New York Times — por Tim Golden

MEXICO EL NARCOTRAFICO MATO A DESTACADO JEFE DE POLICIA

CIUDAD DE MEXICO, (NYT).— Casi un año después de que el asesinato de un jefe de policía de orientación reformista en la norteña ciudad de Tijuana causó gran conmoción en México, funcionarios dijeron que agentes de la policía federal que trabajaban para narcotraficantes fueron los autores del crimen.

El asesinato del jefe de policía, José Federico Benítez, ocurrió después de varias semanas en las cuales había cuestionado públicamente una investigación federal del asesinato en Tijuana del candidato presidencial del partido gobernante, Luis Donaldo Colosio.

Funcionarios del estado de Baja California y funcionarios federales en la ciudad de México dijeron que parecía que Benítez fue asesinado el 28 de abril de 1994, porque se contrapuso a poderosos traficantes de cocaína que operaban desde Tijuana, la ciudad más grande del estado.

Los funcionarios dijeron que Benítez se negó a aceptar sobornos de los narcotraficantes, ordenó operaciones policíacas contra vendedores de drogas locales y envió agentes a intervenir en un tiroteo en Tijuana el 3 de marzo de 1994, en el cual estuvieron implicados un importante capo de las drogas, agentes federales y la policía estatal.

"Fueron agentes de la policía federal en la nómina de los narcotraficantes", dijo el gobernador de Baja California, Ernesto Ruffo Appel, acerca de los presuntos asesinos de Benítez. "Eso es claro".

Ruffo y otros funcionarios confirmaron el viernes que un juez del estado emitió órdenes de aprehensión a principios de este mes para dos comandantes de la policía federal que estaban destacados en Tijuana, y que actualmente están prófugos. Un funcionario dijo que el juez en el caso ordenó además el arresto del narcotraficante involucrado en el tiroteo del 3 de marzo, Ismael Higuera, pero esto último no pudo ser confirmado inmediatamente.

Autoridades judiciales estatales presentaron cargos de asesinato el viernes contra el único sospechoso arrestado en el caso, Salvador Ruvalcaba Castillo, un ex agente de uno de los comandantes federales. En testimonio ante la corte, Ruvalcaba inculpó a los dos comandantes, y dijo que su único papel en el caso fue ocultar uno de los dos vehículos utilizados en el crimen.

Uno de los dos oficiales de la policía fugitivos, Marco Antonio Jácome Saldaña, fue el agente federal que —por motivos que no se han aclarado nunca—presentó una videocinta del mitin de campaña en Tijuana en el cual Colosio fue víctima del atentado que le costó la vida.

El otro sospechoso, Rodolfo García Gaxiola, era un comandante en Tijuana durante la investigación inicial del asesinato de Colosio. Fiscales del gobierno dicen que esa fase de la pesquisa de la policía federal, en particular, fue desfigurada por la falsificación de evidencia, manipulación de testimonios de testigos y otras irregularidades.

La luz en el caso de Benítez se produce después de varios meses en los cuales funcionarios policiales federales y del estado comenzaron a cooperar mucho más estrechamente.

Ruffo fue el primer miembro de un partido opositor en 60 años que ganó unas elecciones como gobernador de un estado mexicano, y chocó frecuentemente con funcionarios federales en el gobierno del ex presidente Carlos Salinas de Gortari.

En contraste, el presidente Ernesto Zedillo nombró a un líder del partido centro-derechista de Ruffo, el Partido Acción Nacional, Antonio Lozano Gracia, como su procurador general. Funcionarios del estado dijeron que agentes federales han participado extensamente en la última fase de la investigación estatal del caso de Benítez.

"Hemos estado enterados de la mayor parte de esta historia desde hace seis meses o más", dijo Ruffo en una entrevista el viernes en la tarde en la ciudad de México, donde estuvo de visita. "Pero no quisimos actuar antes porque sabíamos que íbamos a chocar con la oficina del entonces procurador general".

El sospechoso más prominente en el caso, García Gaxiola, fue transferido de Tijuana en mayo pasado tres semanas después de que envió grupos de agentes a arrestar al subprocurador general del estado en Tijuana, Sergio Ortiz Lara, por acusaciones de que ayudó a los narcotraficantes en el tiroteo del 3 de marzo.

Los cargos contra Ortiz fueron retirados a principios de este año por falta de evidencia. Y en una declaración garabateada enviada a un periódico en su estado natal de Sonora, García Gaxiola insistió esta semana en que era una víctima inocente de una venganza política.

Muchos mexicanos pensaron inicialmente que el asesinato de Benítez estaba relacionado con el caso de Colosio, debido a que el jefe policial había planteado públicamente una serie de interrogantes sobre la investigación federal del asesinato.

Algunas de las dudas de Benítez sobre el asesinato resultaron bien fundadas. Fue uno de los que, por ejemplo, sugirieron la posibilidad de un segundo pistolero casi un año antes de que fuera arrestado.

Pero funcionarios del estado de Baja California dijeron que Benítez nunca realizó realmente ninguna investigación particular en el caso de Colosio, y que su muerte aparentemente no tuvo nada que ver con éste.

Dictan cadena perpetuà en Italia para el capo mafioso "Totó" Riina

• Su implacable acusador, el juez antimafia Di Pietro, se dedica ahora al periodismo

El ex "capo de los capos" de la cúpula mafiosa, Salvatore 'Totó Riina, y su sucesor en la cúpula de Cosa Nostra, Bernardo Provenzano, fueron condenados ayer a cadena perpetua junto con otros cinco grandes "padrinos" por el asesinato, entre 1979 y 1982, de tres líderes políticos sicilianos.

PALERMO / ANSA

Los jefes mafiosos que eran miembros de la Cúpula, ordenaron el asesinato del Presidente de la región de Sicilia, Piersanti Mattarella, democristiano, del Secretario Provincial de la Democracia Cristiana, Michele Reina, y del líder siciliano del Partido Comunista, Pío La Torre.

Los otros cinco "capos" de Cosa Nostra condenados son Michele Greco, Bernardo Busca, Giuseppe "Pippo" Caló, Francesco Madonía y Antonino Geraci. Bernardo Provenzano es el único de los siete grandes "padrinos" que se encuentra prófugo.

Los siete fueron también condenados a cumplir dos años de aislamiento diurno.

Los asesinatos fueron realizados por "picciotti" (soldados) de la mafia. Fueron absueltos de la acusación de haber matado por orden de Cosa Nostra a Piersanti Mattarella dos famosos pistoleros de extrema derecha: Valerio Fioravanti y Gilberto Cavallini que cumplen sentencias a cadena perpetua por otros crímenes.

Di Pietro editorialista

A rey muerto rey puesto, puede decirse hoy de las últimas vicisitudes de la prensa gráfica italiana: hoy muere un diario y se anuncia que aparecerá otro a partir del 3 de mayo con un editorialista excepcional, Antonio Di Pietro, ex magistrado que fue motor de la operación Manos Limpias contra la corrupción.

El "rey muerto" es La Voce de Milán, diario que el mítico Indro Montanelli, de 85 años, fundó hace poco más de un año después de abandonar la dirección de Il Giornale (que él mismo había fundado unos 20 años antes) cuando su propietario, Silvio Berlusconi, decidió lanzarse a la arena política.



El "rey puesto" es Il Telegiornale (El Telediario), que aparecerá a partir del 3 de mayo y será dirigido por Gigi Vesigna, quien fue director, durante mucho tiempo, del semanario de Berlusconi TV Sorrisi e Canzoni (Sonrisas y Canciones), rentabilísima publicación sobre cuchicheos televisivos y cinematográficos.

Intenciones declaradas

La Voce nació con declaradas intenciones de derecha liberal y civilizada. Atacó sin cuartel a Berlusconi durante los nueve meses en que gobernó, después de ganar en marzo de 1994 una tanda de elecciones generales con un cartel del cual formaban parte, entre otros, los ex fascistas de Alianza Nacional. En sustancia, Montanelli consideraba a Berlusconi un "usurpador" de los valores de la derecha.

Para Montanelli, La Voce fracasó porque "se dirigía a un público inexistente o, de todos modos, muy exiguo". "El público liberaldemócrata que se inspira en Giolitti, Einaudi y De Gásperi —afirmó Montanelli— no supera en Italia los 60.000 lectores. Los tenemos contados".

Montanelli no quiere hablar de conjuros ni de "golpes de Estado". Se limita a afirmar que los propietarios estaban divididos sobre el destino del diario. Una parte quería que resistiera tal como era; la otra proponía la supresión de la sociedad editora y la creación de una nueva.

Una buguesía iridiscente

El viejo periodista no consigue entender por qué muchos empresarios de centro y de derecha han comprado cuotas recientemente ofrecidas en el mercado por el "diario comunista" Il Manifesto y no socorrieron a La Voce.

"Una burguesía que deja morir un diario como el nuestro —dice Montanelli— va por otros derroteros, por los derroteros que quiere el patrón".

La Voce quedó cerrada "sine die". Montanelli anunció que no hará nunca más de director. Los periodistas que de Il Giornale lo siguieron a La Voce no se dan por vencidos. Estudian la posibilidad de constituirse en cooperativa para seguir publicando el diario cuando hayan encontrado el dinero para hacerlo.

En el diario que aparecerá a partir del 3 de mayo, Di Pietro ejercerá de "garante de los lectores y de editorialista", según dijo el director designado Vesigna. Este nuevo diario quiere ser popular "promoviendo batallas sociales".

La criatura verá la luz en colores

La primera de las 42 páginas de la nueva criatura será en colores. Las páginas estarán llenas de pequeñas noticias, dibujos y caricaturas. Su lenguaje será claro y sintético, anunciaron. Se tirarán 500.000 ejemplares (mucho para Italia) y tendrá 40 periodistas, según los datos facilitados por Vesigna.

El "rey puesto", sobre cuyos propietarios poco se sabe, no sustituirá de ninguna manera al "rey muerto". Demasiado distintas aparecen las respectivas sustancias y el público al cual se dirigen.

El "jefe de los jefes" de la Cosa Nostra, Totó Riina, es uno de los 41 imputados

Comenzó el proceso contra la mafia italiana

Comenzó en Caltanissetta, Sicilia, el proceso contra los presuntos ejecutores y organizadores del atentado en el cual perdieron la vida el juez Giovanni Falcone, su esposa Francesca Morvillo y tres agentes de su escolta.

Caltanissetta, Sicilia (ANSA)



Salvatore Totó Riina, entre los presuntos ejecutores de la muerte del juez Giovanni Falcone.

■ Entre los 41 imputados figuran los máximos exponentes de la organización mafiosa siciliana Cosa Nostra, como el "jefe de los jefes" Totó Riina, Nitto Santapaola y los prófugos Bernardo Provenzano e Leoluca Bagarella, considerados por la Fiscalía como los organizadores del atentado del 23 de mayo de 1993.

En ese ataque se hizo saltar por el aire con 350 quilos de trítolo unos cien metros de la autopista que une Palermo con el aeropuerto de Punta Raisi, borrando de la escena al valiente magistrado cuya inflexible y agudísima investigación estaba poniendo en dificultades a la mafia siciliana.

Presentando sus conclusiones, los fiscales de Caltanissetta explicaron que las investigaciones recién dieron "el primer paso", haciendo entender que en el plan llevado a cabo por la "Honorable Sociedad" para eliminar al juez Falcone pueden haber confluido intereses de otros ambientes, tal vez políticos.

Los fiscales Paolo Giordano y Luca Tescaroli pidieron la citación de 700 testigos, entre ellos 49 "colaboradores de justicia", o sea mafiosos arrepentidos que, con sus declaraciones, permitieron construir las bases de las acusaciones.

Las excepcionales medidas de seguridad predispuestas en torno del aula bunker al lado de la cárcel de Caltanissetta y el retraso de dos horas con el cual se presentó Totó Riina, caracterizaron la audiencia de hoy, que fue completamente reservada a cuestiones puramente "técnicas", como el pedido del fiscal de renovar algunas actas preliminares.

Los magistrados motivaron este pedido con el temor de que el Tribunal Supremo pueda anular el proceso por vicio de forma porque, mientras tanto, la composición de la Corte cambió.

Los jueces rechazaron las excepciones de la acusación porque para ellos no subsisten peligros de anulación. Además, mañana la Corte decidirá sobre el pedido de la defensa que se opuso a la constitución de parte civil del Sindicato de policía y de la Coordinación antimafia.

El proceso entrará en su momento importante el jueves próximo, con el informe de 700 páginas con el cual el fiscal enumerará los hechos que condujeron a la matanza de Capaci.

Anticipando los temas de la discusión en la sala, los magistrados afirmaron que "está claro lo que respecta a la responsabilidad de Cosa Nostra en el atentado" y agregaron ser conscientes de la complejidad del debate, esperando que del proceso "surjan indicaciones para ulteriores investigaciones que puedan aclarar todo lo que queda por aclarar".

La Fiscalía, agregaron, considera que es la heredera de los métodos de Giovanni Falcone que nunca sostuvo una acusación no apoyada por los hechos, por pruebas. "Nosotros —dijeron— nos atenemos a este parámetro y creemos que éste sea el mejor modo para honrar la memoria de un gran magistrado".

El único que animó esta primera jornada fue Totó Riina, que llegó con retardo porque estaba "ocupado" en otro proceso en Reggio Calabria.

Riina se quejó ante el presidente de la Corte por una presunta "lesión" de sus derechos a la defensa porque está sentado en una celda-jaula distante de los bancos donde se sientan sus abogados defensores.

Las férreas reglas de la Cosa Nostra

Roma (ANSA)

■ Con el ascenso al poder en los años '80 de Salvatore Riina y de los "corleoneses", la Cosa Nostra consolidó ulteriormente su propia condición de dictadura férrea que, para funcionar bien, tiene necesidad de certezas perentorias y de reglas duras. Según las revelaciones de los más recientes arrepentidos, el órgano de gobierno de los clanes mafiosos es la "Comisión", que tiene la irrenunciable competencia de decretar los asesinatos.

Esta Comisión está compuesta por miembros efectivos (los que se encuentran en libertad o prófugos de la justicia) y por suplentes (los que se encuentran momentáneamente en la cárcel) y tiene un poder absoluto sobre todas las actividades, decide la estrategia y calcula y prevé riesgos y consecuencias de cada acción.

Gaspare Mutolo, un arrepentido de última generación reveló que el mecanismo de decisión fue modificado luego del asesinato, en los años '70, de Angelo Graziano.

Este delito fue cumplido siguiendo las viejas normas mafiosas, según las cuales el jefe principal tenía la máxima autonomía y discrecionalidad para poder decretar muertes sin consultar a los demás jefes.

Fue el propio Riina quien hizo cambiar esa regla, puesto que ella había permitido que, a sus espaldas, se decretara la muerte de Graziano, un amigo suyo.

Según Mutolo la ejecución de un ladrón puede ser decidida autónomamente por un "capofamilia", mientras que la muerte de una serie de ladrones debe ser determinada por la Comisión. Cuando es necesario "desembarazarse" de un interlocutor cuya muerte de algún modo puede determinar reacciones del Estado o del grupo al que pertenece la víctima, corresponde también a la Comisión avalar o desechar la acción.

Un mecanismo análogo, se pone en marcha cuando se decreta la muerte de un empresario. Si el asesianto de este último, por el papel que cubre, presupone una fuerte reacción externa debe ser el gobierno de los clanes; es decir la Comisión, quien decida su suerte.

Todas estas innovaciones de la cúpula mafiosa hacen, por lo tanto, evidente la nueva ideología de la mafia y allanan al camino para una generación de jóvenes jefes, al promover en la misma acción a los "cuadros" hasta ahora en segundo plano.

Cambian los escenarios y los personajes, pero al fin de cuentas no cambian los hechos. La prueba de ello es que después de 16 años de "pax mafiosa" en Corleone se ha recomenzado a disparar.

El último homicidio con métodos tradicionales era del 4 de diciembre de 1978 y desde entonces, como por encanto, no se oía el fragor de la "lupara" (escopeta de caño corto) por las calles de Corleone.

Los eventuales contrastes eran ocultamente resueltos en la quietud de la campaña circundante, casi siempre con la ayuda de la silenciosa y fiel "lupara blanca", es decir el asesinato sin espectacularidad ni testigos y la inmediata desaparición del cadáver, hecho disolver en cal viva, enviado a las profundidades del mar o cubierto de cemento armado. Pero aparentemente esos métodos silenciosos ya no bastan.

Nº DOCUMENTO 9509242

TITULO Brasil - EEUU firman acuerdo para reprimir el lavado de dinero. -

Zero Hora 13/4/95

11146 11349
65092 11356
507482 11227
65890 11358
11005 507480
65572

ENTRADA / /

CRUZADO

Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo contra o narcotráfico que vai reprimir a lavagem de dinheiro

"Agora temos 30 dias para investigar as atividades de *Zé do Rola*", afirmou o delegado José Freitas, da DRE. Freitas pretende pedir o bloqueio dos bens do líder do tráfico mato-grossense caso fique confirmado que ele seja mesmo dono de fazenda no Mato Grosso, de uma transportadora de cargas e de lojas.

Outro marco importante na guerra contra o tráfico de drogas foi a assinatura de um acordo importante entre o Brasil e os Estados Unidos, ontem, em Brasília. O novo convênio para combater o narcotráfico teve como ponto principal a cooperação mútua para reprimir a lavagem de dinheiro proveniente do comércio de drogas. Os dois países comprometeram-se a tomar medidas que levem à adoção e implementação de leis definindo como ilícito penal a lavagem de ativos financeiros resultantes de crimes sérios de relevantes. O acordo também estabelece que os bancos e instituições financeiras fiquem obrigados a relatar "ocorrências de transações suspeitas".

O acordo — que atualiza o de 1986 — foi assinado, no Itamaraty, pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia e pelo embaixador Melvyn Levitsky. O embaixador disse que o acordo vai mostrar aos narcotraficantes que "o Brasil e os Estados Unidos aliam-se para valer contra eles". Memorandos de entendimento anuais vão definir os recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução de programas específicos.

9509242

01-02

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Clarín 15/4/95

Arena Lanz otro

ENTRADO

CRUZADO

UN NUEVO ACUERDO

Brasil y EE.UU., juntos contra los "narcos"

BRASILIA, 14 (Reuter y AFP). - El Brasil y los Estados Unidos firmaron un nuevo acuerdo para coordinar esfuerzos contra el comercio ilegal de drogas y contra el lavado de dinero proveniente del narcotráfico, en una ceremonia que se realizó ayer en el Palacio de Itamaraty (sede de la Cancillería).

El acuerdo, suscripto por el canciller brasileño **Luis Felipe Lampreia** y el embajador estadounidense **Melvyn Levitsky**, prevé que las instituciones financieras de los dos países deban renunciar a transacciones sospechosas.

El documento también estableció la cooperación en equipos y recursos humanos y financieros para combatir el tráfico de drogas y control de productos químicos utilizados en su producción.

Entre otras cosas, el acuerdo prevé ayuda financiera de EE.UU. al Brasil para la compra de equipos de apoyo a utilizar por la policía federal en la represión a los traficantes.

Levitsky afirmó que el programa puede servir de modelo para la formación de un **"cartel antidrogas"** en el continente, aludiendo a las bandas de las drogas de Bolivia, Colombia y otros países del área.

Lampreia dijo que el Brasil considera una cuestión "grave" la producción, tráfico y consumo de drogas ilícitas en el plano interno e internacional.

Pero junto al ministro de Justicia, Nelson Jobim, sostuvo que el acuerdo con Estados Unidos no afecta la posición brasileña de discutir la discriminación entre narcotráfico y uso de drogas.

"El problema del tratamiento de la cuestión del usuario es de competencia de cada país", dijo Lampreia.

El nuevo acuerdo, que debe entrar en vigencia tras el intercambio de un memorando de entendimiento, sustituye a otro suscripto hace casi 10 años.

El nuevo documento amplía y moderniza al vigente, firmado en 1986 para enfatizar la coordinación operativa y para establecer mayor cooperación financiera destinada a programas de recuperación de adictos.

El flamante plan prevé la adopción de legislaciones en cada país sobre medidas para combatir el lavado de dinero proveniente del narcotráfico.

El gobierno del Brasil ha emprendido una tenaz lucha contra el narcotráfico, que opera fundamentalmente desde las favelas (villas miseria) de Río de Janeiro.

El gobierno del estado carioca ha lanzado dos espectaculares operativos en diciembre del año pasado y a principios de abril de este año, desplegando miles de policías y militares en las zonas críticas.

Fazendeiro é preso por tráfico

Um mato-grossense é acusado de abastecer 12 favelas do Rio e comandar a venda de tóxicos

Rio

Apontado pela polícia como o responsável pelo abastecimento de drogas em pelo menos 12 favelas do Rio de Janeiro, o fazendeiro mato-grossense José Maria Braga, conhecido como *Zé do Rola*, de 39 anos, foi apresentado à imprensa por agentes da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE), onde está preso há dez dias. A polícia quer relacionar o nome do fazendeiro ao do traficante carioca Pedro Jorge Gouveia Filho, o *Pedrinho Maluco*.

Os dois são considerados como os principais líderes do tráfico de drogas na favela Vilar Carioca, em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, onde moram 15 mil pessoas e existem três bocas-de-fumo. Um relatório reservado da Polícia Militar informa que *Pedrinho Maluco* e *Zé do Rola* comandam uma quadrilha com 30 traficantes, 20 olheiros e 15 soldados e possuem armas como fuzis AR-15, Parafal, AK-47, além de carabinas, metralhadoras e pistolas.

Zé do Rola foi preso por policiais militares na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, e teve sua prisão temporária de 30 dias decretada pela juíza Rute Viana Lins, da 13ª Vara Criminal. O fazendeiro negou seu envolvimento com o tráfico. A polícia, porém, considera o mato-grossense como o primeiro "tubarão da droga" preso durante a Operação Rio 2. *Zé do Rola* afirmou que nunca foi dono de fazendas em Corumbá, no Mato Grosso, e que vive apenas de pesca no posto de Sepetiba, no Rio.



Líder: José Maria Braga é acusado de comandar uma quadrilha de tráfico

CA - CA

INFORME DE LA FISCALIA

México y un complot narco-policial

Un semanario italiano revela que el asesinato del cardenal Posadas fue el resultado de un complot narco-policial.



Los cuerpos de dos guardaespaldas asesinados en el aeropuerto.
El asesinato no fue el resultado de un "fuego cruzado" entre dos bandas.

El cardenal mexicano Jesús Posadas Ocampo, asesinado el 24 de mayo de 1993 en el aeropuerto de Guadalajara, fue víctima de un complot narcopolicial y no de un error como se dijo, según un informe reservado de la fiscalía mexicana publicado en exclusiva por la revista italiana *30 Giorni*.

Según la revista católica, el informe del fiscal Pablo Chapa Benzanilla, que asumió el primero de diciembre pasado, será reservado hasta tanto se capture a los dos autores materiales del asesinato, que ya habrían sido individualizados.

El informe de la fiscalía mexicana será publicado en el próximo número de *30 Giorni*, pero fue adelantado en parte a la prensa. Es la primera vez que los investigadores mexicanos sostienen esta hipótesis, según la publicación italiana.

30 Giorni, dirigida por el ex jefe del gobierno italiano, Giulio Andreotti –que será procesado por asociación con la mafia en setiembre–, ya se había ocupado en otros números del asesinato del cardenal Posadas, poniendo en duda la versión oficial que hablaba de una confusión de los narcotraficantes, que en realidad querían asesinar en el aeropuerto de Guadalajara al capo de uno de esos grupos, un tal Chapo Guzmán, que se encontraba en el lugar.

Los autores intelectuales, dijo además, quedan "todavía en la sombra" y "se desconocen las motivaciones", aunque el presidente de la comisión parlamentaria de investigación, Fernando Guzmán Pérez, afirmó recientemente que "tal vez fue asesinado por causas político-religiosas".

> "El tiroteo entre bandas rivales de narcotraficantes fue armado especialmente para despistar. El purpurado era el único verdadero objetivo del atentado, llevado a cabo bajo el control de algunos agentes de la policía"

"El tiroteo entre bandas rivales de narcotraficantes –sostiene *30 Giorni*– fue armado especialmente para despistar. El purpurado era el único verdadero objetivo del atentado, llevado a cabo bajo el control de algunos agentes de la policía".

Al parecer, cuando el auto del cardenal llegó al estacionamiento del aeropuerto, dos policías gritaron: "¡Llega el padre! ¡Aquí está!" Entre los cartuchos de las balas disparadas en el estacionamiento, los investigadores encontraron algunos negros, es decir recargados, usados por la policía para economizar y no por los ricos narcotraficantes, dijo además la revista.

Las otras siete víctimas del estacionamiento –indicó además la publicación– fueron eliminadas ex profeso porque eran testigos incómodos de lo que ocurría, "como reveló recientemente el cardenal Juan Sandoval".

Hasta se habría hecho una reunión en la mañana del 24 de mayo, en una casa de Guadalajara, entre mienbros de la policía y narcotraficantes, para ajustar los últimos detalles del atentado.

Para confeccionar este informe se tomó declaración a 17 personas, "presentes en el aeropuerto de Guadalajara el 24 de mayo de 1993". Todas ellas coincidieron en ubicar "en la calle exterior" (que rodea el aeropuerto) al vehículo Buick, con placa 859-Ger México City, en la que viajaba Chapo Guzmán, y no dentro del estacionamiento, como había sido indicado por los precedentes informes oficiales".

En consecuencia, "el auto con el capo de los narcos nunca entró en el estacionamiento donde los asesinos estaban, en cambio, esperando precisamente el auto blanco del cardenal: la teoría de que los narcos confundieron una persona con la otra fue así definitivamente desmentida", subrayó la revista.

También "fueron individualizados testigos oculares del atentado", continuó el informe publicado por la revista italiana, "quienes confirmaron que, encontrándose en distintos puntos del estacionamiento, vieron que cuatro agresores se acercaron al auto blanco del cardenal haciendo fuego directamente contra el vehículo".

En el dossier mexicano aparecen varios nombres de ex policias y policías implicados, así como de asesinos pagados por la banda del Chapo Guzmán, entre ellos figuran: "Francisco Antonio Bejos Camacho, director de la policía judicial del Estado de Jalisco; Jorge Abel Macías Castañeda, secretario particular del director de la policía judicial; Salvador Peralta Pérez, ex vicedelegado de la policía judicial federal; Daniel Zárate Rodríguez, ex vicedelegado de la policía judicial federal; César Perez Pérez, ex agente de la policía judicial federal; Luis Octavio López Vega, ex director de la policía municipal de Zapopan".

"La verdad está saliendo lentamente a la luz pese a que con los nuevos elementos en poder de los investigadores, el atentado del 24 de mayo se asemeja cada vez más a un homicidio de Estado", aseguró *30 Giorni*.

HABIAN DETENIDO A UN JOVEN CON UN PUÑADO DE MARIHUANA

Declaran nulo un procedimiento policial en un local de videojuegos

La decisión fue tomada porque "no se adecuó a los parámetros legales" y porque no hubo ninguna causa que justificara la requisa. Para los camaristas, la presencia de los jóvenes en el lugar no significaba, por sí sola, una actitud sospechosa.

La Cámara Federal de Apelaciones anuló un procedimiento policial realizado en un local de videojuegos, donde fueron **requisados minuciosamente varios jóvenes**. En ese operativo, calificado como **preventivo** por la Policía, se detuvo a un chico de 18 años que llevaba escondida una bolsita con marihuana.

Según el fallo de la Cámara, **"el procedimiento carece de validez porque no se adecuó a los parámetros legales"** y no hubo **"ninguna causa que justificara la requisa personal de los jóvenes"**.

El operativo policial se realizó el 31 de agosto de 1994, a las seis de la tarde, en el local de videojuegos **El Hogar del Angel**, ubicado en la avenida La Plata 1245, al que entraron los policías **Rubén Armando Aguirre y Fabián Resumil** para revisar a los chicos.

A uno de ellos, **Diego Adrián Francisconi**, le encontraron **un puñado de picadura de marihuana**. La bolsita de polietileno estaba escondida cerca de los genitales. Además, los policías aseguraron que el chico llevaba papel para armar cigarrillos en el bolsillo trasero de su pantalón. En ese mismo momento, Francisconi quedó detenido y fue procesado por el juez **Claudio Bonadío**, del Juzgado Federal N° 11.

Pero los familiares de Diego decidieron apelar la medida. El fallo favorable al joven salió ayer, con la firma del prosecretario de la Cámara, **Guillermo Garay**, y los camaristas **Eduardo Luraschi** y **Martín Irurzun**.

Entre los fundamentos para declarar la **nulidad total del procedimiento policial**, los camaristas indicaron que "nuestra legislación establece como presupuestos para hacer una requisa que haya motivos suficientes para presumir que alguien oculta cosas relacionadas con un delito, la que será ordenada por un juez".

La Policía –agregó el Tribunal– debe actuar cuando haya alguna razón de urgencia. Pero, de acuerdo con el fallo, este no fue precisamente el caso de ese procedimiento. Allí, **los policías actuaron ante la "posibilidad" de que alguno de los jóvenes pudiera tener algún elemento comprometedor**, "esto es, sin que mediaran las causas establecidas por la ley" para realizar ese operativo. Según los camaristas, la presencia de los jóvenes en el lugar **no significaba por sí sola una "actitud sospechosa"**.

Otro argumento que utilizó el Tribunal para anular la actuación policial se basa en el artículo 285 de la ley procesal. De acuerdo con esta norma, una persona puede ser detenida cuando es sorprendida al cometer el delito, o inmediatamente después. O cuando es perseguida por la fuerza pública. Este no fue el caso de Diego Francisconi.

El procedimiento tampoco encuadra, según el fallo, en los supuestos de registros de tipo administrativo o de seguridad, como, por ejemplo, aquellos que se realizan al entrar o salir de una cárcel, central nuclear, aduana o estadio deportivo.

Por último, el Tribunal entendió que si "en el proceso existió un solo cauce de investigación y este estuvo viciado de ilegalidad, este hecho contamina de nulidad todas las pruebas".



Martín Irurzun, juez de la Cámara Federal de Apelaciones. Para el tribunal que integra, como "en el proceso existió un solo cauce de investigación, y este estuvo viciado de ilegalidad, este hecho contamina de nulidad todas las pruebas".

Ciudadanos bajo sospecha

El ex camarista **Guillermo Ledesma** felicitó el fallo de la Cámara de Apelaciones al sostener que **"si la Policía saliera a investigar indiscriminadamente a todos los ciudadanos, seguramente va a encontrar delitos, pero se crearía un estado policial. Todos seríamos sospechosos"**.

Ledesma, quien además es profesor de Derecho Penal, indicó a **Clarín** que **todos los procedimientos policiales tienen que tener un indicio previo de la existencia de un delito**. Según la ley, no pueden existir los allanamientos genéricos ni las requisas genéricas".

"Si un juez ordenara el allanamiento de tres manzanas de un barrio, seguro que en alguna casa va a encontrar drogas, armas o algún elemento comprometido. Pero esa medida violaría claramente el artículo 19 de la Constitución Nacional, que sostiene que las acciones privadas de los hombres –que de ningún modo ofendan el orden y la moral pública ni perjudiquen a terceros– están reservadas a Dios y exenta de la autoridad de los magistrados", agregó.

Además, Guillermo Ledesma aseguró que **"de permitirse los procedimientos indiscriminados, se derogaría el régimen liberal de nuestra Constitución"**.

Nº DOCUMENTO 9509246

TITULO BRASIL. Detiene narcotraficante que recibió droga por correo. -

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PRODUCCION 14/4/95

VINCULACIONES 11176 11422 11675
65092 11351
507482 11352
11214 11354
11229 11220

ENTRADO
CRUZADO

BAHIA

Droga via Sedex

☐ A Polícia Federal prendeu Gilberto Carlos Santana, um dos traficantes mais procurados da Bahia. Ele foi pego em sua casa, no bairro Nordeste de Amaralina, na orla marítima de Salvador, ao receber pelo correio — via Sedex — 200 gramas de cocaína pura. A droga foi enviada por Roberto Santana de Castro, do Rio. Assim que a encomenda chegou na sede da ECT, em Salvador, o pacote foi identificado e os agentes acompanharam o carteiro na entrega. Na casa de Gilberto, os policiais encontraram mais 300 gramas de cocaína, um revólver e dez cheques pré-datados para o final deste mês.

CS - OA

9509246

Nº DOCUMENTO 950924?
TITULO ARGENTINA. Secuestro. 115 Kg de cocaína en BSAS (Bernal)
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 15/4/95
VINCULACIONES 11176 11341 66960 11226 65092 66723 11351 11352

CRUZADO

DOCE DETENIDOS EN BERNAL

Secuestran 115 kilos de marihuana

La Policía Federal secuestró anoche **115 kilos de marihuana y detuvo a doce personas** durante un operativo antidrogas en la localidad bonaerense de **Bernal,** en la zona sur del Gran Buenos Aires.

Fuentes policiales informaron a la agencia DyN que entre los detenidos hay **un gendarme argentino y dos ciudadanos paraguayos.**

El procedimiento se realizó alrededor de las 23 en una vivienda de la calle Comodoro Rivadavia 1183, en una barriada humilde de Bernal. Allí vivían los paraguayos y funcionaba **un importante centro de distribución de marihuana,** donde se abastecían personas encargadas de vender la droga entre los adictos.

Los voceros policiales consultados dijeron que el operativo fue producto de **una larga tarea investigativa,** mediante la cual se siguieron los pasos de los traficantes desde el norte argentino.

Al parecer los 115 kilos de marihuana procedían de Paraguay.

Los oficiales actuaron con orden del juez federal de la Capital, **Adolfo Bagnasco.**

9509247

Nº DOCUMENTO 9509248

TITULO ARGENTINA: DETIENEN 3 personas con 2 kilos de marihuana en CHACABUCO.-

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 15/4/95

VINCULACIONES 11176 11341

65092

66960

11351

11352

ENTRADO

CRUZADO

En Chacabuco

LA PLATA.- Tres sujetos que poseían dos kilogramos de marihuana fueron detenidos ayer en la ruta nacional 7, en la localidad bonaerense de Chacabuco.

El operativo se realizó luego de que efectivos policiales establecieron que en un remise se trasladaría la droga.

9509248

05-05

Nº DOCUMENTO 9509249
TITULO Argentina: Detienen en Formosa a paraguayo con 14 kg. de marihuana -
PROCEDENCIA La Nacion
FECHA DE PROCEDENCIA 15/4/95
VINCULACIONES 11176 11341
65092 11226
66960 66723
11351
11352

ENTRADO /
CRUZADO /

En un ómnibus

FORMOSA.– Efectivos de la policía provincial y de la Gendarmería Nacional detuvieron ayer a un joven paraguayo de 23 años que tenía en su poder 14 kilogramos de marihuana.

La captura se realizó cuando fue interceptado, cerca de la ciudad de Clorinda, el ómnibus de larga distancia en que viajaba el traficante.

El traficante fue sorprendido por efectivos de la Gendarmería Nacional en el puesto de control Fermín Rolón, cuando se dirigía hacia la estación Retiro de la Capital Federal.

Al realizar una inspección de rutina en el interior del vehículo, los gendarmes descubrieron una mochila en la que el joven paraguayo, escondía tres paquetes que contenían la droga.

9509249

9509249

Marihuana

POSADAS.- Fue secuestrado por efectivos del destacamento Puerto Esperanza de la Prefectura Naval, un cargamento de 20 kilogramos de picadura de marihuana.

El operativo fue realizado anteanoche, a la altura del kilómetro 1863 del río Paraná, distante 260 kilómetros al norte de la capital provincial.

Según señalaron fuentes oficiales, la droga estaba en un paquete cubierto con cintas de embalaje.

Una alta fuente de la fuerza señaló que el cargamento secuestrado contenía picadura de marihuana de alta calidad y de reciente cosecha.

Nº DOCUMENTO 9509251
TITULO ARGENTINA: 42 kg de cocaína secuestrados al norte de SALTA.-
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE ... 15/4/95
VINCULACIONES 11176 11357
65092
66960
11351
11352

ENTRADO
CRUZADO

Cocaína en el norte

Cuarenta y dos kilos de cocaína de máxima pureza fueron secuestrados ayer por Gendarmería Nacional en un operativo de rutina realizado en la intersección de las rutas 34 y 81, al norte de Salta. Al observar a la patrulla, el conductor del auto donde estaba escondida la droga frenó, se arrojó al pavimento por la puerta derecha y desapareció corriendo.

9509251

C.1-01

Nº DOCUMENTO 9509252
TITULO MEXICO: Ex Líder del PRI rechazó vinculación con el asesinato de R. MASSIEU
PROCEDENCIA La República
FECHA 16/4/95
VINCULACIONES 11176 11229
65092 11422
309623 11170
11514 508141(Ri)
11214

ENTRADO
CRUZADO

Líder del PRI rechaza implicancia en asesinato de Ruiz Massieu

México, (AFP) 16-4-95 La Rep.

■ El veterano líder del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI) Ignacio Ovalle rechazó estar implicado en el asesinato del político Francisco Ruiz Massieu, como lo declaró Fernando González, involucrado en el crimen, informó ayer el diario **Reforma**.

González ya fue condenado a 50 años de prisión por su participación en el atentado contra Ruiz Massieu, cometido el 28 de setiembre cuando era secretario general del PRI y se le consideraba "pieza clave" en una reforma política profunda en México.

Ovalle, diputado y secretario técnico del Consejo Político del PRI, dijo que "es muy injusto que sobre una vida de entrega y servicio al país se pueda arrojar lodo con tanta ligreza", en una carta enviada a **Reforma**, diario que publicó la denuncia el viernes pasado.

"Como otros colaboradores de José Francisco Ruiz Massieu, anteriormente y de modo enteramente voluntario, ha acudido a la Procuraduría General de la República (PGR) a ofrecer mi colaboración en lo que pudiere servir a la investigación".

De acuerdo con el diario **La Jornada**, "funcionarios [illegible] al proceso" indicaron que la PGR no ha considerado solicitar nuevas órdenes de aprehensión por el asesinato de Ruiz Massieu, que "en lo que se refiere a autores intelectuales" está "cerrado". El Caso Ruiz Massieu ha llevado a la cárcel a cerca de una veintena de personas, entre ellas a Raúl Salinas, hermano del ex presidente Carlos Salinas, acusado de ser el autor intelectual del crimen, cargo que pesa también sobre el ex diputado priísta Manuel Muñoz Rocha, quien se encuentra prófugo.

Según las investigaciones oficiales, Rocha ordenó el asesinato de Ruiz Massieu por instrucciones de Raúl Salinas, y encargó la organización y realización del atentado a Fernando González.

De acuerdo con las autoridades, Raúl Salinas tuvo contacto "discreto" pero directo con Manuel Muñoz antes y después del crimen.

Las investigaciones iniciales estuvieron a cargo del ex procurador de Justicia Mario Ruiz Massieu, hermano de la víctima, quien denunció la existencia de un complot político priísta en el caso. Mario Ruiz Massieu está detenido en Estados Unidos, por haber violado leyes de aduanas al intentar pasar más dinero del declarado, y el gobierno mexicano solicitó su extradición bajo el cargo de ocultar información sobre la participación de Raúl Salinas en el crimen y la PGR lo señala, además, como presuntamente relacionado con el narcotráfico.

Con la detención de Salinas, quien asegura que es inocente, la PGR cerró la búsqueda de autores intelectuales el 28 de febrero pasado.

01-01 9509252

Nº DOCUMENTO 9509253
TITULO ARG.. Inauguran 1º observatorio de drogas en M. del Plata.-
PROCEDENCIA La Nación
FECHA 16/4/95
VINCULACION 11176 11235 11663
65292 11887
66960 10184
11349 501513
11214

Inauguraron el primer Observatorio de Drogas

Función: el nuevo centro, con lugar en Mar del Plata, se encargará del seguimiento de datos y estará conectado con otras entidades de acción preventiva de la provincia.

LA PLATA.- La Argentina ya cuenta con un Observatorio de Drogas y fue inaugurado en Mar del Plata por la Secretaría de Prevención y Asistencia de las Adicciones de la provincia de Buenos Aires. Su titular, doctor Juan Alberto Yaría, anunció también que en este mes se ponen en marcha ocho nuevos Centros de Día, de Admisión y de Internación como parte de la red asistencial para el tratamiento de drogadependientes en dicha provincia.

El Observatorio de Drogas, una novedad en el país, se ocupará del seguimiento permanente y actualizado sobre los datos de la epidemia de drogas por que atraviesa el ámbito bonaerense, y estará conectado informáticamente con cinco centros preventivos provinciales y con el Observatorio Europeo de Drogas, que funciona en España.

Este primer observatorio argentino funcionará en Alberti 1502, de Mar del Plata, y será dirigido por el médico español José Luis Güemes Urtsay, destacado especialista en toxicología de la Universidad de Deusto, en Bilbao, España.

Todo ello complementado por Fonodroga, un servicio telefónico de ayuda al adicto y su familia, que funciona con los siguientes teléfonos: (021-La Plata) 22-7131, de 9 a 14, y (01-Capital Federal y alrededores) 796-4666, de 14 a 19.

9509253

Los mensajes de las campañas antinarcóticos son escuetos pero contundentes. "La droga te mata" o "es un viaje de ida" son frases que amalgaman el slogan con la más estricta realidad. Pero en la vida real los héroes no son siempre impolutos ni los malos irremediablemente malvados. Y la marihuana o cannabis no parece escapar a ese designio. Numerosos médicos e investigadores sugieren que la hierba o productos relacionados podrían tener aplicación en enfermedades tan disímiles como el sida, cáncer o esclerosis múltiple. Por si fuera poco, también se acaba de descubrir que el propio cerebro fabrica, para su uso interno, una versión natural del estupefaciente. ¿Cuál es la real implicancia de estos hallazgos? Nadie lo sabe. Aunque los especialistas comenzaron a desandar el camino de la incertidumbre.

UN EXTRAÑO CASO DE DOPING: El hallazgo en el cerebro de un [illegible] de la marihuana [illegible] causar conmoción. Un grupo de neurobiólogos del Centro Paul Broca de París acaba de revelar en la revista *Nature* que el cerebro elabora un compuesto que actúa en las neuronas sobre los mismos puntos que el THC, el principio psicoactivo del cannabis (ver recuadro). El símil endógeno se llama anandamida y se produce en áreas cerebrales que intervienen en la conducta y la memoria. "Esta [illegible] de marihuana natural parece participar en la comunicación de las células", explica el doctor Jorge Medina (42), investigador principal del CONICET y profesor del Departamento de Fisiología de la Facultad de Medicina de la UBA. "Es probable que el cerebro regule su producción de acuerdo con sus propias necesidades, pero sólo podemos hacer especulaciones: se desconocen sus funciones. [illegible] si el descubrimiento puede servir de base para diseñar eventuales medicamentos".

En realidad, son muchos los países del mundo en los que otros derivados de la hierba ya tienen su lugar en las farmacias. Los laboratorios Roxane, de Estados Unidos, y el multinacional Lilly fabrican respectivamente compuestos de THC (Marinol) y nabilona, una sustancia sintética que remeda la primera. En ambos casos se las utiliza para impedir los vómitos que acompañan a la quimioterapia en los enfermos de cáncer. Sin embargo, nunca hicieron pie en nuestro país. Para el doctor Abel Canónico (75), presidente de la Asociación Argentina de Cáncer, "ambos tienen efectos colaterales muy complicados, ya que actúan sobre el sistema nervioso y pueden crear una [illegible] y la de la marihuana. Por otro lado, desde hace al



EL CEREBRO podría autoabastecerse de un símil del cannabis, según el neurofisiólogo Jorge Medina.

FARMACOLOGIA

EL LADO OCULTO

Se encontró marihuana natural en el cerebro, y la medicina propone usar la hierba para tratar SIDA y cáncer.

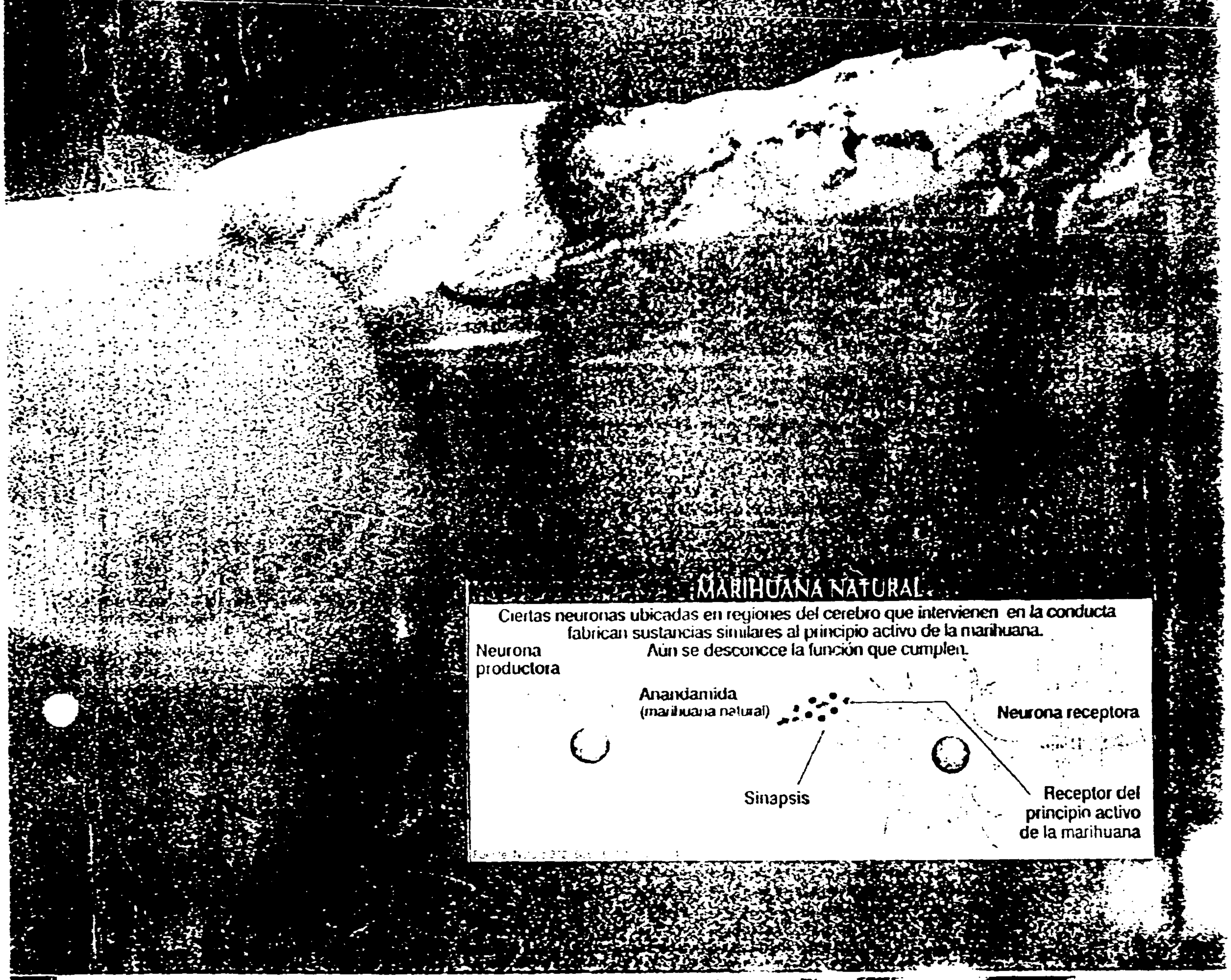
gunos años existen excelentes medicamentos para controlar los vómitos. Y aún no se demostró que exista una alternativa más eficaz".

Donde estos controvertidos productos podrían encontrar nuevo mercado es en una enfermedad degenerativa de las fibras nerviosas, la esclerosis múltiple. La historia empezó cuando un enfermo inglés, Philip K (45), leyó en un diario que los cigarrillos de cannabis aliviaron los síntomas de otros pacientes con afecciones similares. Entusiasmado, convenció a su médico del Hospital General de Southampton para iniciar el tratamiento con cápsulas del sucedáneo artificial de la hierba. "Los beneficios fueron inmediatos", reportaron en la prestigiosa revista "The Lancet". El señor K sufrió menos espasmos musculares, dejó de levantarse para orinar varias veces a la noche, y mejoró su estado de ánimo. "Sin embargo, hacen falta más estudios para comprobar la verdadera eficacia de esta terapia", señalaron los profesionales [illegible].

Hubo quien como Donald Abrams, científico de la Universidad de California, aseguró por otro lado que fumar pipas de marihuana tiene un noble fin: estimular el hambre de los enfermos de SIDA. "La inapetencia conduce a la muerte al 20% de los pacientes avanzados, y la droga podría contribuir a evitarlas", sentencia Abrams.

Desde hace dos años el investigador planea comparar los efectos de la marihuana con los de unas píldoras a base de THC, el ingrediente activo del cannabis. Abrams piensa que inhalar la hierba es más barato, que se puede controlar mejor sus efectos sobre las facultades intelectuales y que la suma de sus variados compuestos naturales actúan mejor que las pastillas. Abrams piensa, pero hasta ahora no pudo comprobar su hipótesis en ensayos clínicos: la DEA le prohíbe importar marihuana y el Instituto Nacional de Abuso de Drogas se niega a proveerla. Estas nuevas facetas del narcótico agitan, como era de prever, una delicada trama donde juegan la aventura del conocimiento, las necesidades de los pacientes, las normas legales y el éxito de los programas de prevención.

Los especialistas argentinos se muestran cautos frente al trabajo de Abrams. "Ya sé que en Estados Unidos muchos pacientes en estadios avanzados del SIDA recurren a la droga para aumentar el apetito y ganar peso", comenta la doctora Laura Astarloa, Directora del Programa Nacional de Lucha contra los Retrovirus del Humano y SIDA. "No obstante, no lo hacen con el aval de sus médicos sino que se pasan el consejo de boca en boca". Según recuerda Astarloa, en un reciente congreso en Japón, al-



gunos investigadores señalaron la posibilidad de emplear pastillas del compuesto activo THC. "Creo que tanto la marihuana como los preparados que contienen algunos de sus principios tienen demasiados efectos adversos, y habría que evaluarlos con mucho cuidado antes de reemplazar a otros productos efectivos que hoy se comercializan", señala la médica.

La opinión personal de Jack Bourse (52), ex- adicto que empezó a drogarse a los 34 años y que hoy trabaja en Buenos Aires en temas de prevención es que "si bien todos sabemos que la marihuana incrementa las ganas de comer, la gente que se droga no lo hace para tener más hambre." La marihuana es, exceptuando el alcohol, la principal droga de inicio. Una reciente encuesta argentina de la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico mostró que el 70% de los personas que tienen contactos con drogas empieza probando marihuana. Con el uso crónico, produce alteraciones de las facultades intelectuales, así como trastornos en la coordinación de los movimientos (ver recuadro). La búsqueda toxicológica del hedonismo conduce al interior de un tenebroso laberinto de dependencia. Y de los laberintos nunca es fácil salir.

LAS LUCES Y LAS SOMBRAS. La marihuana y sus derivados aún pueden brindar más sorpresas. El doctor Pangloss, un colorido personaje de Voltaire, sostenía ante los infortunios de su existencia que "estamos en el mejor de los mundos posibles". Haciendo gala de similar optimismo, es factible imaginar que el mismo estupefaciente que introduce a millones en la drogadependencia, puede transformarse en una herramienta que salve o mejore la calidad de vida a otros millones de pacientes. Para el ex- toxicómano Bourse, la diferencia entre un destino y otro reside en el uso: "una droga es cualquier sustancia que produce un efecto, desde una aspirina hasta el más peligroso de los narcóticos. En cualquier caso, lo importante es la finalidad de su empleo y el control que se haga de su administración. La morfina crea adicción pero también alivia los dolores de muchos enfermos terminales. Y aunque combatamos su consumo, no podemos obviar sus virtudes". Tal vez pronto, de la marihuana se hagan idénticas consideraciones. ●

MATIAS LOEWY

DE DROGA DE ABUSO A MEDICAMENTO

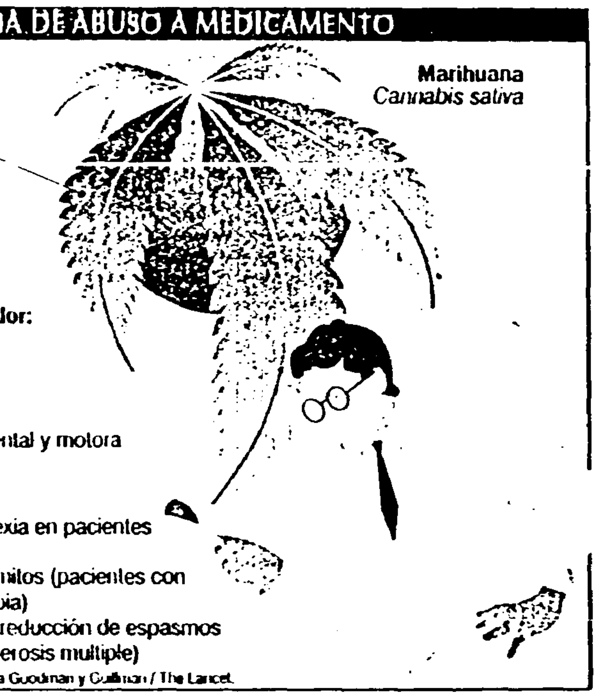
Según la calidad de la planta, puede haber entre un 0,5% y un 10% del principio activo (THC)

Efectos:

Buscados por el consumidor:
- euforia
- alteración de la percepción
- relajación

No buscados por el consumidor:
- dependencia psíquica
- alteraciones de la memoria
- apatía
- paranoia
- pérdida de la coordinación mental y motora
- alucinaciones

Buscados por los médicos:
- estimulación del apetito (anorexia en pacientes con sida terminal)
- anulación del reflejo de los vómitos (pacientes con cáncer sometidos a quimioterapia)
- mejora del estado de ánimo y reducción de espasmos musculares (pacientes con esclerosis multiple)



Fuente: Bases farmacológicas de la terapéutica Goodman y Gilman / The Lancet



"Hay enfermos de SIDA que usan la droga para aumentar el apetito".

DRA. L. ASTARLOA



"Aún no se demostró que sea eficaz para los pacientes con cáncer".

DR. ABEL CANONICO

CANNABIS CLUB

Interés común

En junio de 1991, tras la muerte de su mejor amigo a causa del sida, Dennis Peron (49) juntó 16.000 firmas para un polémico tema: liberar el consumo de marihuana como medicina alternativa en pacientes con cáncer, sida y esclerosis múltiple. "La marihuana" explicó Peron a NOTICIAS "fue la única droga que le permitió a mi amigo aliviar el dolor, lo mantuvo vivo y lo hizo sentir mejor".

En 1994 Peron inauguró un centro comunitario, el "Cannabis Buyers Club" abierto a todos los pacientes, muchos de ellos al borde de la muerte, que podrían beneficiarse con el uso de la marihuana. Además de las enfermedades antes mencionadas, parecería que se ha demostrado que esta droga también detiene el avance del glaucoma, bloquea ataques epilépticos y ayuda a abrir los bronquios para evitar ataques de asma.

Otra cara de la revalorización de la hierba la consituye Brian R (20) jardinero interesado en el cultivo de sofisticadas variantes de cannabis las que espera exhibir en noviembre en el "Cannabis cup", una convención anual que se desarrolla en Amsterdam. En ella los expertos discutirán los últimos adelantos en la horticultura de lo que, con un mercado de 32.000 millones de dólares, constituye el cultivo más importante de los Estados Unidos. El intercambio de semillas y la recorrida para admirar los distintos cultivos son sólo una parte del evento. El plato fuerte llega cuando el jurado premia a las mejores plantas y concede medallas a sus orgullosos creadores.

En varios puntos del globo, y por razones distintas, la marihuana comienza a dejar el mundo del consumo personal para convertirse en una esperanza de vida o en una afición de horticultores; revalorizaciones éstas que no deben oscurecer la posibilidad de daño siempre presente.

9509254

c3-c3

Contra el lavado de dinero

La Secretaría de Justicia de la Nación y la **Asociación de Bancos Argentinos** (ADEBA) firmaron un convenio para **prevenir el lavado de dinero** proveniente del crimen organizado.

Mediante el convenio, las partes acordaron constituir una comisión de trabajo "para profundizar tareas conjuntas en el marco de la prevención y tratamiento del lavado de dinero proveniente del crimen organizado, así como del denominado blanqueo de capitales", informó el Ministerio de Justicia.

El convenio fue suscripto el 5 de abril por el titular de la Secretaría de Justicia, **Elías Jassan**, y el director de ADEBA, **Norberto Peruzzotti**.

Para cumplir con esta tarea conjunta, tanto la Secretaría de Justicia como ADEBA "relevarán la documentación y normativa, tanto nacional como internacional existente sobre la materia".

"La comisión de trabajo se reunirá dos veces por mes.

La comisión de trabajo estará integrada por "un máximo de seis miembros por cada una de las partes", estando ya incorporados por la Secretaría de Justicia, el director de Política Criminal, **Mariano Ciaffardini**, y los asesores de ese organismo **Eduardo Bertoni**, **Francisco D'Albora**, y **Mariano Ungar**.

En tanto, ADEBA nombró a **Enrique Antonini**, **Cristina Ebbrecht** y **Gustavo Gené**.

SANTA CATARINA

Drogas em análise

❑ O Governo Federal realiza hoje, emSanta Catarina, em Florianópolis, a primeira discussão sobre a descriminação das drogas. O seminário será aberto pelo presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (Confen), Luiz Matias Flach. O ministro do Superior Tribunal de Justiça Francisco Toledo analisará os efeitos da descriminação das drogas na aplicação da legislação e o jurista Técio Lins e Silva dará o panorama do consumo de drogas no País. Três educadores do Rio Grande do Sul farão uma análise do problema das drogas no Brasil. Ernani Luiz Júnior, do Hospital Mãe de Deus, mostrará os efeitos que a droga pode fazer no organismo de uma pessoa. A coordenadora de Planejamento da Cruz Vermelha em Porto Alegre, Susana Schneider, falará dos reflexos dos entorpecentes nas famílias e a convivência com um dependente, enquanto Maria Cristina Petry, da Secretaria de Educação, analisa a educação e as drogas.

SANTA CATARINA

Drogas em debate

☐ Terminou ontem em Florianópolis, o Seminário Seminário de Descriminação das Drogas, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos e pelo Conselho Federal de Entorpecentes (Confen). Durante dois dias, os participantes debataram a necessidade de modernizar a legislação em vigor sobre o tóxico, de1976, que pouco distingue grandes traficantes internacionais de meros usuários eventuais. "É papel do Estado intervir sempre que deparar com viciados em situação de dependência física e psicológica", disse o secretário de Justiça e Cidadania de Santa Catarina, Péricles Prade. Para o secretário, os viciados precisam ser resgatados para o convívio social.

Nº DOCUMENTO 9509257
TITULO PERU. Hijo de P. Escobar intenta convertirse en
PROCEDENCIA EL Comercio. capo de las mafias peruanas.-
FECHA 17/4/95
11176 11229
65092 11422
66817 11224
11671 11070
11214 501173

CITADO
CRUZADO

El hijo de Escobar en carrera para llegar a zar de la droga

Lima-Juan Carlos Escobar, hijo del desaparecido narcotraficante colombiano Pablo Escobar, residente desde hace meses en Perú, intenta controlar las mafias de narcotraficantes, con el fin de convertirse en el único "capo" de la mafia peruana.

Según la Policía, Juan Carlos Escobar, de 19 años, se encuentra en Perú desde mediados de 1994 acompañado de su madre y varios "colaboradores" de su padre, muerto en 1993.*(EFE)*

9509257

AMÉRICA LATINA

Filho de Escobar tenta controlar tráfico no Peru

Juan Carlos vive desde 1994 no país, onde estaria atuando em conjunto com cartéis locais

FRANCISCO OSABA
EFE

LIMA — Juan Carlos Escobar, filho do narcotraficante colombiano Pablo Escobar (que chefiou o poderoso Cartel de Medellín até ser morto pela polícia, em 1993), está tentando assumir o controle das máfias do tráfico no Peru para se tornar o único chefão da droga no país. Segundo fontes da Divisão Antidrogas da Polícia Nacional (Dinandro), Juan Carlos, de apenas 19 anos, vive no Peru desde meados do ano passado junto com sua mãe, Maria Victoria, e com vários colaboradores de seu pai.

Ignora-se o local de sua residência, mas acredita-se que fique em alguma parte da costa peruana. Segundo a edição de ontem do jornal peruano *Onda*, Juan Carlos estaria sendo protegido pelos dois principais grupos de narcotraficantes do país, os dos irmãos Cachique Rivera e *Ministro* (este conhecido apenas pelo apelido).

Os duros golpes desfechados nos últimos meses pelas autoridades colombianas contra os cartéis da droga do país teriam feito com que estes — tanto o de Medellín, já bastante enfraquecido, como o de Cali,



Pablo Escobar com um segurança em 1983: filho segue no ramo

hoje mais poderoso — buscassem outros países como refúgio e centro de seus negócios. Assim, o Peru, por suas características geográficas, seria o destino ideal — para onde os narcotraficantes colombianos poderiam transferir seus laboratórios, pistas de pouso e armazéns clandestinos.

Algumas fontes afirmaram que grupos de traficantes peruanos que atuam na região do Alto Huallága — que também serve de base de operações para os guerrilheiros maoistas do Sendero Luminoso — estariam ajudando o filho de Escobar a enfrentar outras quadrilhas, descontentes com sua presença no Peru. Agentes da Dinandro chegaram a dizer que a rivalidade existente na Colômbia entre os cartéis de Cali e Medellín já se transferiu para o território peruano e, como parte dessa luta, Juan Carlos Escobar já teria ordenado a morte de cinco membros do cartel inimigo.

LIMA TEME AMPLA GUERRA ENTRE MÁFIAS DA DROGA

Apesar das reservas com que a Dinandro trata o assunto, tornou-se público que um dos "capos" peruanos das drogas, Lucio Tijero Guzmán — preso desde o ano passado —, afirmou num de seus depoimentos que o Cartel de Medellín, após a morte de Pablo Escobar, planejava se instalar no Peru. Tijero teria dito ainda que a prisão do chefe supremo do tráfico no Peru, Demetrio Chávez Peñaherrera — ou *Vaticano* — ocorreu depois que o próprio Juan Carlos Escobar o delatou às autoridades. *Vaticano* foi preso em Cali em 1994 e extraditado para o Peru.

De acordo com analistas, o enfrentamento entre os grupos colombianos no Peru — cada qual apoiado por bandos peruanos — pode provocar uma sangrenta guerra entre traficantes, principalmente com a manifestada intenção do filho de Escobar de se tornar o único "capo" do narcotráfico do país.

Essa luta preocupa as autoridades peruanas, que não ignoram as complicações que poderiam decorrer dela em virtude da notória vinculação do Sendero Luminoso às quadrilhas de narcotráfico do país. Nos últimos meses, a polícia e o Exército peruanos têm realizado operações no interior do país e destruído dezenas de pistas de pouso e laboratórios clandestinos. Paralelamente, o governo investiga militares suspeitos de envolvimento com o tráfico.

Nº DOCUMENTO 9509258

TITULO ROU. Detienen tres personas con marihuana en la zona de Colon.-

PROCEDENCIA LA MAÑANA.

17/11/95

11176 11352
65092 11341
507466
10001
11351

ENTRADO
CRUZADO

Detuvieron a un terceto transportando marihuana

Dos mayores y un menor fueron detenidos en la zona de Colón, incautando la policía una bolsa de polietileno conteniendo marihuana.

Una patrulla policial, que se encontraba realizando su labor prevento represiva en la zona de Colón, al llegar a la intersección de las calles Medio Día y Av. Lezica, ubicaron al terceto.

Al pasarle revista los policías actuantes les requisaron la bolsita con la droga y según ellos era para consumo interno.

Por razones de jurisdicción, el procedimiento quedó en manos de los efectivos de la Brigada Nacional Antidrogas y allí fueron identificados como L.M.R.A., oriental, soltero, de 20 años, R.H.M.C., oriental, soltero, de 25 y un menor de quince años.

El terceto involucrado en la presente jornada comparecerá ante la Justicia competente, Instrucción y Menores respectivamente.

CA - CA

9509258

Los narcotraficantes se las ingenian para pasar drogas: ahora usan hasta camiones laboratorios

■ Después de seres humanos, vacas, mulas, submarinos y otros métodos para el transporte de la droga, los narcotraficantes colombianos han desarrollado un sistema aún más ingenioso: "camiones laboratorios", capaces de fabricar drogas en movimiento.

El Bloque de Búsqueda, cuerpo del ejército dedicado a la persecución de traficantes de drogas, viene de descubrir un camión de 30 toneladas con esas características en la región de Cali, cargado con todos los productos químicos necesarios para transformar la pasta de cocaína en el polvo blanco que llega a los consumidores.

Esos camiones-laboratorios tienen una doble ventaja: primero, son difícilmente detectables, precisamente porque pueden desplazarse, y segundo, pueden procesar los alucinógenos sin pérdida de tiempo para llevarlos a su destino.

Las autoridades están convencidas de que los narcotraficantes tienen montados camiones similares y se han lanzado en su búsqueda.

Los "narcos" confirman de esta manera que todos los días llevan un poco más allá los límites de la imaginación para escapar de los controles en el transporte de la droga.

Así, no contentos con disponer de decenas de pequeños aviones mono o bimotores tipo Cessna, ahora utilizan directamente Boeing 727 para transportar de un solo viaje toneladas de droga desde Colombia hasta México, de donde el producto es llevado a Estados Unidos, principal consumidor, según revelaciones recientes de la DEA (Departamento Norteamericano Antidrogas).

Dos de esos Boeing fueron confiscados hace unas pocas semanas por las autoridades colombianas, quienes señalaron que en las operaciones también están involucrados viejos Caravelle franceses. A finales del año pasado, las autoridades descubrieron en la región de Santa Marta, sobre la costa norte colombiana, un mini-submarino de unos diez metros de largo que podía ser piloteado por un hombre o también teledirigido.

"Una proeza de alta tecnología" reconoció un jefe de la policía local.

Estos mini-submarinos, de construcción colombiana, podían transportar dos toneladas de drogas con un valor cercano a los 40 millones de dólares, y servían para llevar la mercancía hacia alguna isla caribeña o hacia barcos que los esperaban en altamar, lejos de la vigilancia de las autoridades.

Los traficantes colombianos, que antes importaban directamente de Perú o de Bolivia las hojas de coca que luego eran transformadas en sus laboratorios, cultivan ahora ellos mismos su materia prima: las plantaciones de coca al sur del país han pasado de 39.700 hectáreas en 1993 a 45.000 en 1994, y las de amapola- base de la heroína- de 2.300 a 24.000 hectáreas.

La droga una vez transformada en los laboratorios locales, debe ser conducida- de todas las maneras imaginables- hacia los "centros de reexpedición".

Una de estas formas, descubiertas en octubre pasado, consistía en la utilización de las partes genitales de las vacas para transportar la droga, que era protegida por bolsas plásticas. También fueron encontrados postes telefónicos en cemento armado que estaban completamente rellenados con quilos de cocaína.

Nº DOCUMENTO 9509260

TITULO ARGENTINA: Detienen dueño de bar que comercializaba cocaína. -

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 18/4/95

VINCULACIONES 11176 11354 65092 11214 66960 11229 11351 11422 11352

ENTRADO

CRUZADO

Drogas y alcohol

Efectivos de la comisaría 16a. de La Matanza, detuvieron al dueño de un bar que, además de despachar bebidas alcohólicas se dedicaba a la comercialización de drogas entre los jóvenes de la localidad de Virrey del Pino.

La captura se produjo durante la madrugada de ayer, cuando el personal de la Policía Bonaerense allanó un bar situado al 3000 de la calle Aguirre. En el operativo, los uniformados secuestraron una gran cantidad de envoltorios con cocaína y dos armas de fuego.

El detenido, de nacionalidad uruguaya, habría sido identificado como Juan Carlos Soler, de 40 años y quedó a disposición del juez de Morón, doctor Jorge Rodríguez.

OA - OA

9509260

N° DOCUMENTO 9509261
TITULO ROU Jóvenes intoxicados con cocaína prender fuego vivienda en el Cerro -
PROCEDENCIA LA MAÑANA.
FECHA DE PRODUCCIÓN 18/4/95
VINCULACIONES 11176 11354
65092 11345
5074166 11352
10001
11351

ENTRADO
CRUZADO

Continúa la odisea del matrimonio en el Cerro

La policía debió extremar las medidas de seguridad en la finca de Cerro Norte donde un maleante fue ultimado por sus moradores tras un violento tiroteo, en virtud que integrantes de peligrosas patotas del lugar intentaron ingresar a la vivienda para prenderle fuego, aprovechando que los dueños de casa se encontraban demorados en la Seccional 24ª tras el trágico suceso.

Simultáneamente autoridades de dicha dependencia cumplen intensos procedimientos tendientes a las capturas de los cinco individuos que acompañaban al ahora fallecido.

Los requeridos se encuentran plenamente identificados, pero como ya es bien sabido, en dicho complejo habitacional impera "La Ley del Silencio", es decir nadie sabe ni vio nada, lo cual entorpece enormemente las actuaciones de los funcionarios a cargo de los operativos.

Las partes involucradas comparecían ante el Magistrado Penal de turno.

Como se recordará, en nuestra edición de ayer, informamos de que una media docena de maleantes munidos de armas de fuego, se hicieron presentes frente a la finca situada en el Pasaje 59 y el Pasaje Central, y por causas que aún no fueron bien establecidas, efectuaron numerosos disparos al interior de la misma.

El matrimonio allí residente, tomó las medidas pertinentes para salvaguardar la vida de sus hijos menores, para luego munirse de una escopeta calibre 20 y un rifle 22, con los cuales repelieron la agresión y pusieron en fuga a los autores del atentado, ignorando si en el intercambio de balazos alguno de ellos había resultado herido.

La droga y la seguridad

Casi una hora más tarde, la policía tomó conocimiento de que al Centro Coordinado del Cerro, había ingresado Néstor Adan Fernández Rodríguez, de 19 años, poseedor de varias anotaciones en su minoría de edad, presentando varias heridas de bala.

A pesar de los esfuerzos realizados por los facultativos dicha persona falleció. El homicidio derivó en que inmediatamente se iniciaran diversas averiguaciones, las que luego permitieron establecer que el joven ahora muerto, junto a otros que pudieron ser identificados y que se encuentran requeridos por "hurto", habían participado en el atentado mencionado.

Otros detalles reunidos por los pesquisantes, es que el grupo de patoteros habría actuado bajo los efectos de la droga, en virtud que en las prendas de Fernández Rodríguez fue ubicado e incautado un sobre con cocaína, lo que daría la pauta que tanto él como los demás habrían inhalado el alucinógeno.

Posteriormente autoridades de la aludida comisaría ubicaron y detuvieron a los moradores de la casa donde se suscitaron los hechos y luego de ser enterada la Justicia permanecieron demorados. El inmueble momentáneamente deshabitado dio oportunidad para que "conocidos" del fallecido, aprovecharan para tratar de ingresar y prenderle fuego a la vivienda, lo cual fue impedido por efectivos del Cuerpo de Radio Patrulla.

01 · 01

9509261

Mafioso se proclama fiel

Tomaso Buscetta escreveu carta a padre professando fé

Palermo

O mais conhecido dos "arrependidos" da máfia siciliana, Tomaso Buscetta, declarou-se "um católico crente". Ex-criminoso procurado internacionalmente, ex-traficante de drogas, acusado de planejar assassinatos e de ser "um imoral" por seus antigos companheiros de Máfia, Buscetta disse que "sua vida sempre se caracterizou pelo temor a Deus".

As controvertidas afirmações estão contidas em uma carta enviada por Buscetta, colaborador da polícia depois de preso, há mais de 10 anos, ao pároco de Palermo, Giacomo Ribaudo. Em uma carta aberta dirigida a Buscetta, publicada em uma revista religiosa de Palermo, Ribaudo perguntou se o ex-mafioso não se arrependia, como um cristão, dos crimes cometidos. O pároco ainda avisou que celebraria a missa da Páscoa em memória das pessoas assassinadas pela Máfia. O próprio irmão de Buscetta foi a vítima mais recente, em uma vingança dos mafiosos contra a colaboração do ex-colega com a polícia.

Buscetta, que vive nos Estados Unidos sob proteção policial, iniciou sua carta de resposta agradecendo a missa, para completar: "me nego a responder a aqueles que dizem que minhas lágrimas são de crocodilo, só Deus é minha testemunha e só Ele conhece a profundidade da minha tristeza". Buscetta perdeu 34 familiares desde 1984, quando foi preso no Brasil e começou a colaborar como a polícia.



REPRESALIA GUERRILLERA CONTRA LA FUMIGACION DE CULTIVOS DE AMAPOLA

Derribaron en Colombia un helicóptero militar: un muerto

En la zona sur de Colombia, un helicóptero militar fue abatido por presuntos miembros de la guerrilla izquierdista. En el ataque, murió el piloto y los otros tres ocupantes resultaron heridos.

BOGOTA, 18 (Reuter, AP y AFP). – Un piloto de la fuerza aérea colombiana, que se encontraba fumigando cultivos de amapola y de hojas de coca en el sur del país, murió hoy al ser derribado el helicóptero que comandaba, presuntamente por miembros de las guerrilleras **Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia** (FARC).

La policía informó que un helicóptero Bell 212 fue atacado con ráfagas de fusil y ametralladora el martes a la mañana, cuando fumigaba con glifosato plantaciones de coca y amapola cerca de la inspección de Vega Larga, en el departamento del Huila, 230 kilómetros al sudoeste de Bogotá.

El teniente **José Luis Ramírez** piloto de la aeronave, murió cuando era trasladado a un centro asistencial, mientras otros tres tripulantes, entre ellos el copiloto **Juan Carlos Arciniegas** resultaron heridos.

"El helicóptero inició labores de fumigación con glifosato de unos cultivos de amapola en una zona montañosa, cuando fue atacado con ráfagas de fusil y ametralladora que lo derribaron", dijo el director de la policía antinarcóticos, coronel **José Leonardo Gallego**. La policía local responsabilizó del ataque a guerrilleros de las FARC, la principal organización que opera en esa región del país.

Este es el tercer helicóptero de la policía derribado por la guerrilla en 1995.

"Operación Resplandor"

Autoridades del gobierno aseguran que los traficantes ofrecen una recompensa de 200.000 dólares por cada avión de fumigación derribado, y destacaron informes de inteligencia que sugieren que ha habido mercenarios extranjeros que entrenaron a las guerrillas izquierdistas en ataques antiaéreos.

Con el apoyo de los Estados Unidos, las autoridades colombianas tienen previsto destruir, en los próximos dos años, la mayor parte de esos cultivos. Los gobiernos de ambos países pondrán en marcha la **"Operación Resplador"**, a la que Washington aportará 12 aviones, 15 millones de dólares y entrenamiento a personal de la policía colombiana.

En la "Operación Resplandor", la policía colombiana rociará con herbicidas 90.000 hectáreas de plantaciones ilícitas durante los próximos dos años.

La policía calcula que Colombia tiene alrededor de 45.000 hectáreas de coca, 15.000 hectáreas de marihuana y 35.000 hectáreas de amapolas, la materia prima para fabricar heroína.

Ayuda

"Este es el mayor programa de erradicación en el mundo", aseguró en una entrevista el embajador estadounidense en Bogotá, **Myles Frechette**. Agregó que "el gobierno colombiano pidió ayuda y se la daremos". Si el proyecto tiene éxito, el plan cuadruplicaría los niveles actuales de eliminación de cultivos ilegales.

La intención de la Operación Resplandor, dijeron fuentes colombianas, es asestar un fuerte golpe a las fuentes de materia prima de los narcotraficantes, en el marco del programa antidrogas anunciado por el presidente **Ernesto Samper**.

Los esfuerzos del gobierno por erradicar los arbustos de coca en la provincia oriental de Guaviare y el territorio selvático sudoriental de Putumayo desataron a fines de 1994, violentas protestas de campesinos que aseguraban que no tenían otra forma de ganarse la vida.

Los manifestantes ocuparon comunidades, tomaron pistas aéreas e incendiaron almacenamientos de petróleo pertenecientes a la empresa estatal Ecopetrol.



Vigilancia aérea de las FF.AA. colombianas sobre una zona selvática donde se esconden los guerrilleros, quienes ayer derribaron un helicóptero militar.

Nº DOCUMENTO 9509264

TITULO Italia: las denuncias alcanzan al Juez Di Pietro. -

PROCEDENCIA EL OBSERVADOR

FECHA DE PROCESO 19/4/95

VINCULACIONES 11116 11229 11422 501004 11514 11214

CRUZADO

■ MANOS LIMPIAS

Dènuncia en Italia llega hasta ex fiscal Di Pietro

Lo acusan de presionar a un detenido para involucrar a Berlusconi en su declaración

19-4-95 Obsv.

Un testigo del juicio por los casos de corrupción en la Guardia de Finanzas (Policía Fiscal) italiana declaró ayer que el ex fiscal Antonio Di Pietro presionó a un agente detenido para que implicara en el escándalo al ex primer ministro Silvio Berlusconi.

"De vez en cuando, Di Pietro llamaba al suboficial (Francesco) Nanocchio, que cuando regresaba a la celda me contaba que el fiscal le había amenazado con condenarle a diez años, pero que lo podría excarcelar si mencionaba (en su declaración) el nombre de Silvio Berlusconi", dijo Domenico Cristiano en el proceso que se celebra en el tribunal de la ciudad septentrional de Brescia.

El testigo es un ex agente de la Policía que cumple condena por tráfico de drogas desde hace tres años en una prisión italiana.

Los magistrados actuantes en el caso Manos Limpias, de la que Di Pietro era el principal representante hasta que se alejó en diciembre del año pasado, abrieron en noviembre un sumario judicial a Berlusconi por su presunta implicancia en las comisiones ilegales pagadas por algunas de sus empresas para suavizar o evitar las inspecciones fiscales. *(En base a EFE)*

CA-OA

9509264

Nº DOCUMENTO
TITULO ARG. Juez advierte que chofere de omnibus se drogan para manejar. –
PROCEDENCIA Clarín REC.
FECHA 19/4/95
VINCULACIONES 11176 11421 11075 11422 65092 11354 11214 11351 68980 11341 11229 11352

CRUZADO

LO DICE UN JUEZ EN UN FALLO

"Muchos colectiveros manejan drogados"

La sentencia condena a una empresa de transportes a pagarle $ 27.500 a un chofer que tuvo un accidente mientras manejaba. El juez laboral García Martínez también aseguró en su fallo que el sistema de transportes agrede al chofer y le causa alteraciones psicofísicas. También, que muchos conductores se estimulan con drogas para mantenerse despiertos.

El juez nacional del Trabajo Julio García Martínez denunció que muchos colectiveros se drogan con cocaína o marihuana "para poder mantenerse despiertos y hacer la mayor cantidad posible de horas extras".

La opinión está volcada en un fallo del 7 de abril, mediante el cual García Martínez obligó a una empresa de transportes a pagarle 27.500 pesos a un chofer que tuvo un accidente mientras manejaba, a pesar de ser, según el juez, "un sujeto peligroso y no apto para un trabajo como el que realizaba".

En la sentencia, el juez aseguró que "el sistema de transportes agrede al chofer y le provoca graves dolencias desde el punto de vista psicofísico" y dijo que, a raiz de un fallo anterior, se presentaron varios abogados para decirle que "muchos conductores –no todos– se estimulan ingiriendo drogas para mantenerse despiertos y hacer mayor número de horas extraordinarias".

"Y lo peor es que para ello también utilizan cocaína o fuman marihuana", sostuvo García Martínez, aclarando que eso lo obligó a difundir el fallo "para que tome conocimiento la Secretaría (de Lucha contra el Narcotráfico) del doctor Alberto Lestelle y adopte las medidas de vigilancia, prevención y formulación de denuncias que correspondan".

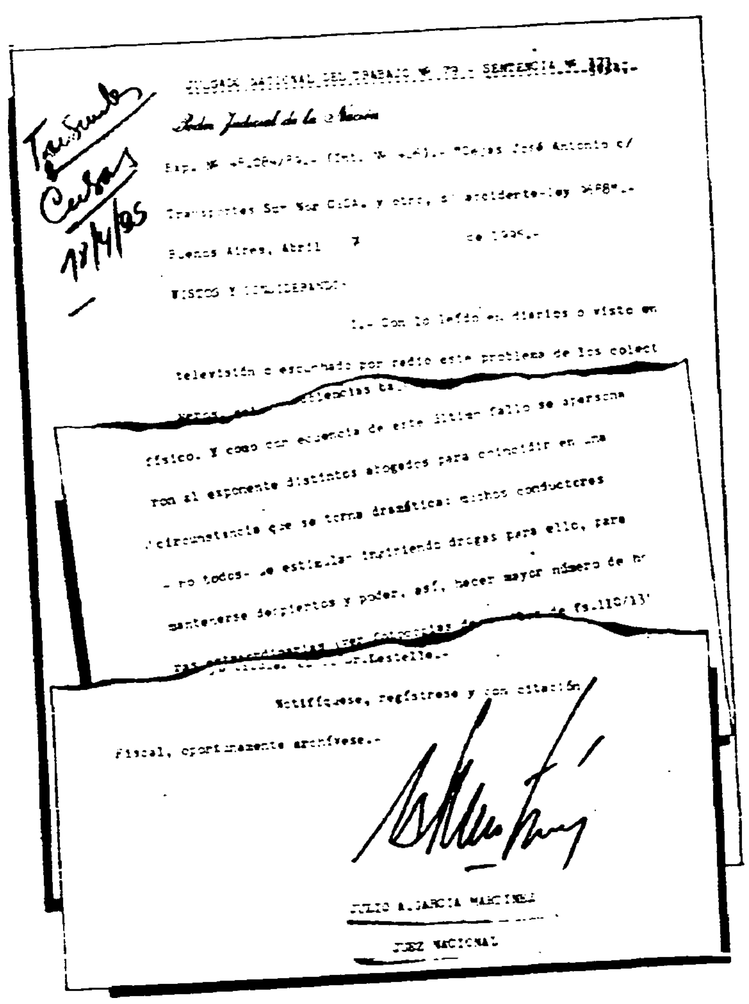
La denuncia provocó anoche la reacción inmediata de la Unión Tranviarios Automotor (UTA), que mañana emitirá un comunicado sobre el tema.

Desde la tarde de ayer –cuando se conoció públicamente el fallo– hasta el cierre de esta edición, no pudo ser ubicado ningún representante de las principales cámaras empresariales para que den su opinión sobre la denuncia, difundida en el Juzgado Nacional del Trabajo N° 79.

"Silencio cómplice"

El juez dijo también: "No puedo admitir que tales hechos se oculten o se disimulen a través de un silencio cómplice", y que por eso "continúen los envilecimientos de trabajadores".

Después se preguntó: "¿O algún ingenuo puede creer que cuando dos ómnibus chocan de frente, uno de los choferes no se quedó dormido?", y aseguró que "este problema se arregla en 48 horas si el Poder Ejecutivo ordena que dentro de la Capital Federal ningún vehículo de transporte pueda circular a más de 45 kilómetros por hora".


JUZGADO NACIONAL DEL TRABAJO Nº 79 - SENTENCIA Nº 171..-
Poder Judicial de la Nación
Exp. Nº ...- "...s José Antonio c/ Transportes Sur Nor C.I.S.A. y otro, s/ accidente-ley ...".-
Buenos Aires, Abril 7 de 1995.-
VISTOS Y CONSIDERANDO:
I.- Con lo leído en diarios o visto en televisión o escuchado por radio este problema de los colect...
...físico. Y como consecuencia de este último fallo se apersonaron al exponente distintos abogados para coincidir en una circunstancia que se torna dramática: muchos conductores – no todos– se estimulan ingiriendo drogas para ello, para mantenerse despiertos y poder, así, hacer mayor número de h... de fs.110/13 ... Dr. Lestelle.-
Notifíquese, regístrese y con citación Fiscal, oportunamente archívese.-
JULIO A. GARCIA MARTINEZ
JUEZ NACIONAL

Facsímil del fallo

9509265
01/05

Rechazo de los choferes

9509265

El secretario general de la Unión Tranviarios Automotor (UTA), Juan Palacios, dijo anoche a Clarín que "el juez sabrá por qué dijo eso pero, hasta que no se pruebe, nosotros creemos que es una barbaridad: los choferes no consumen drogas".

–¿Nunca tuvieron una denuncia?

No. Tuvimos casos de choferes enfermos que tomaban psicofármacos para curarse y algunas empresas los obligaban a trabajar igual en esas condiciones. Pero con drogas nada que ver, y mucho menos con cocaína o marihuana.

–¿Ni siquiera casos aislados?

No. Jamás supimos de algo así.

–¿Por qué cree que el juez asegura eso?

Realmente no lo sé. ¿Se imagina a un chofer manejando drogado con 70 personas arriba del colectivo? La gente se daría cuenta. Cualquiera lo detectaría y no puede ser que, de ser así, nunca hayamos recibido ninguna denuncia.

–¿Qué va a hacer el gremio?

Nosotros nos enteramos recién hoy (por ayer) y quedamos en sesión permanente. El jueves sacaremos un comunicado.

01-05

DIJO QUE MUCHOS COLECTIVEROS MANEJAN DROGADOS

Choferes: protestas por la denuncia de un juez

Un juez dijo que muchos choferes manejaban drogados para hacer más cantidad de horas extras. La reacción de los colectiveros no se hizo esperar. Además de enojarse con el juez, aseguraron que les hacen controles periódicos y que la plata no alcanza para comprar drogas.

La sentencia del juez nacional del Trabajo **Julio García Martínez**, en la que denunció que muchos colectiveros se drogan con cocaína o marihuana "para poder mantenerse despiertos y hacer la mayor cantidad posible de horas extras", provocó la reacción de choferes y empresarios del sector.

Fue el propio juez García Martínez quien, el martes, decidió dar a conocer la sentencia –que es del 7 abril– "para que se tomen las medidas de vigilancia, prevención y formulación de denuncias que correspondan".

Clarín hizo ayer una recorrida por varias empresas de colectivos para conocer la voz de los colectiveros y también de los empresarios.

En la línea número 65, que recorre el trayecto de Constitución a Belgrano, los choferes se mostraron "realmente enojados" por lo que dijo el juez.

"La Conta (Comisión Nacional de Transporte Automotor) nos hace exámenes psicofísicos periódicamente. En esos exámenes saltaría si sos drogadicto y eso nunca ocurrió. Si el juez dice que estamos drogados, también está acusando a la Conta", argumentó **Eduardo Ledesma**, de 40 años.

"Ese juez está equivocado. Acá venimos a trabajar, cumplimos con las horas de descanso y nunca trabajamos más de nueve horas", aseguró el colectivero **Manuel Pereyra**, del cuerpo de delegados de la línea 60.

"Apenas tenemos para comer; mirá si vamos a gastar en drogas", ironizó **Ramón Osorio**, chofer de esa misma empresa.

Roberto Da Cruz, secretario del directorio de la empresa **Monsa S.A.**, de la línea 60, dijo que "aunque los colectiveros pretendan hacer horas extras –como indica el juez–, nosotros las evitamos porque nos resulta poco económico".

"Aunque no tuvimos casos de colectiveros drogados –agregó Da Cruz–, sí hubo empleados que llegaron en malas condiciones para manejar. Pero el juez tiene que darse cuenta de que nosotros somos los primeros perjudicados en el caso de accidentes."

"El juez habla del problema de la droga, que si está en todos lados también tiene que estar en los colectiveros. Pero decir que manejan drogados es un disparate. Acá se los despediría de inmediato", sostuvo **Carlos Rodríguez**, encargado de cabecera de la línea 97, que viaja de la Boca a Morón. En esa línea, la vuelta completa del recorrido se hace en 3 horas 20 minutos. "A lo sumo hacen tres vueltas, pero con descanso en el medio", dijo Rodríguez.

LOS JUECES VOLVIERON A ADVERTIR, EN UN FALLO, SOBRE ESTE FENOMENO

Algunos colectiveros toman drogas para rendir más

Hace casi 2 meses, un juez del Trabajo había hecho la misma advertencia. Esta vez se realizó en una causa penal que terminó en una condena a 4 años de prisión para el dueño de una parrilla, ubicada frente a una terminal de micros. Los jueces del Tribunal Federal No. 3 de Capital no pasaron por alto que los "clientes" de la parrila eran los colectiveros.

En un fallo en el que se condena al dueño de una parrilla frecuentada por choferes de colectivos por vender cocaína, los jueces volvieron a alertar sobre un "fenómeno que viene dándose de un tiempo a esta parte: el incremento de causas judiciales relacionadas con el consumo de drogas por parte de los choferes".

Como había ocurrido hace pocas semanas en un fallo de un juzgado del Trabajo, los jueces dejaron constancia de que el aumento de estas causas se debe a que los choferes "sometidos a una gran tensión", buscan así "un mayor rendimiento".

La sentencia fue dictada el 12 de mayo por el Tribunal Oral en lo Criminal Federal No. 3 de la Capital. Después de un largo debate oral, los jueces **Miguel Guillermo Pons**, **Gerardo Felipe Larrambebere** y **Carlos Andina Allende** coincidieron en condenar a cuatro años de prisión a **Vicente Loguercio** por ser autor del delito de tenencia de estupefacientes con fines de comercialización.

Loguercio, un italiano de 53 años, era dueño de una parrilla ubicada frente a la terminal de una línea de colectivos, en Cañada de Gómez 3768, Capital, donde en marzo del año pasado se secuestraron **18 sobres con cocaína "listos para su venta"**.

Los clientes

La parrilla de Loguercio, donde también vivía, era frecuentada casi en su totalidad por los choferes de la línea de colectivos, según coincidieron todos los testigos.

El Tribunal consideró que ese era un dato que no podía ser ignorado, ya que **"marca adecuadamente el contexto de la actividad de Loguercio"**.

Para suponer que la droga secuestrada al parrillero tenía como destinatarios a los colectiveros, los miembros del Tribunal recordaron que cuando Loguercio fue detenido –con dos sobrecitos de papel metalizado rellenos de cocaína en su bolsillo– estaba atendiendo su negocio, en ese momento repleto de choferes. Aunque se comprobó que el parrillero era adicto a la cocaína, consta en la sentencia que "no puede conjeturarse que portara la droga para consumirla mientras despachaba los pedidos".

Además, los otros 16 "ravioles" estaban ocultos en la parte trasera de la parrilla, cerca de donde dormía Loguercio. "Es decir, que a la tenencia del tóxico en un lugar público, frecuentado por choferes, se le suma el fácil acceso a la vivienda donde fue hallada el resto de la droga", dijeron los jueces.

Aunque Loguercio rechazó las acusaciones, argumentando que la droga se la habían puesto los policías que lo detuvieron, los jueces dieron por cerrado el caso y, además de la pena, dispusieron que realice un tratamiento de desintoxicación y rehabilitación.

Drogas y colectivos, una mezcla peligrosa

El Tribunal Oral Federal Nº 3 condenó por comercialización de drogas al propietario de una parrilla ubicada frente a la terminal de una línea de colectivos, en Cañada de Gómez 3768, de esta Capital, donde se incautó de una veintena de envoltorios de cocaína listos para ser vendidos.

El comercio, según relata la sentencia, es frecuentado por choferes de ómnibus.

"No puede pasarse por alto un fenómeno que viene dándose de un tiempo a esta parte, como es el registro de causas relacionadas con el consumo de sustancias prohibidas por trabajadores sometidos a gran tensión, como ocurre con los choferes, a fin de lograr un mayor rendimiento", se afirma en la decisión.

Hace un mes, un juez del fuero laboral también dijo haber tomado conocimiento de que los choferes de colectivos usan estupefacientes para soportar las exigencias de las empresas empleadoras, afirmación que volcó en su fallo cuando condenó a una línea de transporte a indemnizar al conductor y que merecieron una inmediata réplica de Alberto Lestelle, titular de la Secretaría de Prevención del Narcotráfico y la Drogadicción.

La sentencia, que lleva las firmas de los doctores Miguel Pons, Carlos Andina Allende y Gerardo Larrambebere, recayó sobre Vicente Loguercio, italiano, de 53 años, propietario de la parrilla, que fue detenido en un procedimiento realizado en el local en marzo de 1994.

En ese operativo, la policía secuestró 18 envoltorios de papel metalizado conteniendo clorhidrato de cocaína, comúnmente conocidos como ravioles.

Los magistrados descartaron la aplicación de la figura de tenencia simple y lo condenaron por el delito de tenencia de estupefacientes con fines de comercialización, a cuatro años de prisión y le impusieron la carga de someterse a un tratamiento de rehabilitación.

"Los choferes no deberían manejar dinero"

LA PLATA.– Ante el incremento de asaltos en colectivos y taxis en el Gran Buenos Aires, con el ingrediente de muertes ocurridas en algunos de esos hechos, LA NACION consultó con el secretario de Seguridad de la provincia, Alberto Daniel Piotti, y con el jefe de la Policía Bonaerense, comisario general Pedro Klodczyk.

"Hace unos diez meses -dijo Piotti- hubo un brote en esta modalidad delictiva, con robos en colectivos y en terminales, algo que se atenuó con el sistema de máquinas expendedoras de boletos que, obviamente, no dio el resultado que se buscaba."

Destacó también: "Ahora se mezcla un elemento más peligroso, pues muchos de los asaltantes son jóvenes estimulados por las drogas y el alcohol, que ingieren para darse coraje. Eso los hace altamente inestables, más si van con armas".

"Ahora -explicó el funcionario- se estudia la posibilidad de poner en circulación tarjetas magnéticas, del tipo de las que se usan para el uso de teléfonos públicos, "para que los choferes no lleven dinero ni para el cambio, porque está visto que estos ladrones son capaces de matar por veinte pesos".

A su vez, el comisario general Klodczyk insistió en la ineficacia de las máquinas expendedoras de boletos y agregó que el sistema de tarjetas magnéticas podrá adaptarse a taxis y remises.

"Lo que no ayuda para nada -destacó el jefe policial- es que la tenencia de armas siga penada como una contravención. Si alguien es descubierto en la calle con un revolver, es para la ley un simple infractor, cuando lo más seguro es que haya sido sorprendido cuando se aprestaba a cometer un robo."

Según la Justicia, los choferes consumen cocaína para rendir más

En el mismo fallo en que se condenó a un hombre por tenencia de drogas con fines de comercialización, un tribunal advirtió que hay choferes de ómnibus que manejan bajo los efectos de estimulantes "con el fin de lograr mayor rendimiento". La resolución –la segunda que en poco más de un mes hace referencia, de manera tangencial, al posible consumo de estupefacientes por parte de los colectiveros– despertó críticas por parte de funcionarios, gremialistas y empresarios del sector.

La sentencia fue dictada por el Tribunal Oral Federal número tres, integrado por Miguel Pons, Gerardo Larrambebere y Carlos Andina Allende, que condenó a Vicente Loguercio, de 53 años, alias El Tano, a cuatro años de prisión por la tenencia de 18 ravioles de cocaína. Loguercio es dueño de una parrilla, ubicada en Cañada de Gómez 3768, en Villa Lugano, justo enfrente de una terminal de colectivos.

Los jueces consideraron probado que Loguercio tenía en su poder los sobres de cocaína –estirada con dipirona, carbonatos y un azúcar reductor– no sólo para consumo personal sino para su comercialización. Aunque en el fallo no se citan elementos de prueba, el tribunal infirió que la droga tendría como destino su distribución entre algunos choferes, clientes habituales del lugar.

A esta sugerencia, los jueces le añadieron una observación: "No puede pasar por alto el Tribunal un fenómeno que viene dándose de un tiempo a esta parte, como es el registro de causas relacionadas con el consumo de sustancias prohibidas por parte de trabajadores sometidos a gran tensión, como es el caso de los choferes del transporte público, en sus diversas modalidades, a fin de lograr un mayor rendimiento".

Ese dato, dicen los magistrados, "no puede ser ignorado al momento de calificar la conducta del procesado, por cuanto da respuesta, junto con los demás indicios, al porqué de la tenencia de la droga".

La advertencia fue relativizada por la responsable del Programa de Evaluación Psicofísica de la Comisión Nacional de Transporte (CONTA), quien sostuvo que "no parece que se trate de un problema a nivel masivo, porque los controles en ese sentido son muy estrictos y bastante periódicos". La funcionaria precisó que los choferes "deben someterse a una revisación clínica, donde el médico puede detectar rápidamente ese tipo de adicciones".

No obstante, admitió que la ley en vigencia prohíbe medir en forma directa el consumo de drogas por parte de los choferes, aunque aclaró que la proyectada reglamentación de la Ley de Tránsito contempla avanzar en ese terreno. Rossi añadió que, además de los exámenes psicofísicos que se hacen anualmente, se realizan auditorías dos o tres veces al mes en las terminales donde hay gran movimiento. "En todos los casos hacemos el alcoholtest y los resultados, salvo excepciones, casi siempre dan negativo."

Tanto la Unión Tranviarios Automotor (UTA) como la Federación Argentina de Transporte Automotor de Pasajeros (FATAP) también le restaron importancia al fallo del tribunal. "Es casi imposible que un chofer se haga cargo de un colectivo estando borracho o drogado, porque el patrón no lo deja subir y se acabó", comentó un vocero de la UTA. Una fuente de la FATAP, en tanto, aclaró que el dictamen en cuestión "parece contener algunas generalidades sin sustento jurídico".

El fallo conocido ayer se suma a otra sentencia que el 18 de abril último difundió el juez del Trabajo Julio García Martínez, en la que denunció que muchos colectiveros se drogan "para poder mantenerse despiertos y hacer la mayor cantidad posible de horas extras". En el mismo fallo, García Martínez le pidió al secretario de Lucha contra el Narcotráfico, Alberto Lestelle, que adopte "medidas de vigilancia, prevención y formulación de las denuncias que correspondan".

Nº DOCUMENTO 950 92 66
TITULO Brasil: S.Paulo consome 3,5 ton de cocaína por mês..
PROCEDENCIA O. ESTADO DE SÃO PAULO
FECHA DE PROCEDENCIA 20/4/95
VINCULACIONES 11176 11663
65092 11220
507482 65092
11421 660817
11354 507430

ENTRADO
CRUZADO

SP consome 3,5 t de cocaína por mês

Revelação foi feita por delegado à CPI que apura a atuação do crime organizado na Capital

RENATO LOMBARDI

São consumidas mensalmente na Capital 3,5 toneladas de cocaína. A droga é comprada em cerca de mil pontos de venda espalhados pela cidade e a polícia tem dificuldades para combater a ação dos traficantes. A revelação foi feita ontem pelo delegado Marco Antônio Novaes de Paula Santos, do Departamento de Investigações Sobre Narcóticos (Denarc), em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa que apura a atuação do crime organizado em São Paulo.

"Grande parte da cocaína vira crack", disse Paula Santos. O policial afirmou desconhecer a existência de organizações criminosas no narcotráfico. "Os traficantes brasileiros não são organizados", afirmou. "A cocaína que vem do Peru, Bolívia e Colômbia entra facilmente no País por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul."

Para Paula Santos, os grandes vendedores de cocaína no Brasil são os chamados microtraficantes. "Estes sim são organizados, pois tem uma estrutura forte, com setores de compra, recebimento, distribuição e aplicação do dinheiro", afirmou.


AE
O delegado Paula Santos: "A cocaína vira crack"

O policial explicou aos deputados que o Denarc não tem equipamentos para as investigações. "Os traficantes da Zona Leste da Capital usam telefone celular para a compra e venda das drogas e a polícia não consegue fazer a escuta." Segundo o delegado, enquanto a Telesp diz que não é possível grampear os celulares, as polícias do Rio e de Santa Catarina usam equipamentos comprados em Israel que permitem o grampo telefônico nesse tipo de aparelho.

TRAFICANTES USAM TELEFONE CELULAR PARA VENDER DROGA

A CPI também ouviu o promotor Camilo Pileggi, do Grupo de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público. Segundo ele, o Comando Vermelho carioca se instalou em Guarulhos e São Miguel Paulista, e seus integrantes foram processados em 1993 por roubo e tráfico.

O promotor afirmou ainda que as quadrilhas de ladrões de cargas chefiadas pelo delegado Marcos Vinicius Linhares e pelo capitão da PM Oscar André Câmara nas cidades de Bragança Paulista, Atibaia e Aparecida, investigadas pelos promotores, são responsáveis também por assassinatos, tráfico de drogas e furto e roubo de veículos.

9509266

Nº DOCUMENTO 9509267

TITULO ONGS impulsa acción común contra la demanda de drogas

PROCEDENCIA Búsqueda

20/4/95

11176 11460 Cod. ONGs:

65092 11349

507466 507667

501889 10034

11356 11369

ENTRADO

CRUZADO

ONGs contra la demanda de drogas

Varias instituciones que desarrollan programas para prevenir, reducir y eliminar la "demanda ilícita de drogas" se reunirán el lunes 24 con el objetivo de impulsar una acción común en ese terreno.

La iniciativa surgió del Foro Mundial de Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) que tuvo lugar en diciembre de 1994 en Bangkok (Tailandia).

Este congreso fue organizado por la Organización de las Naciones Unidas y patrocinado por el Consejo Nacional de Bienestar Social de Tailandia.

Al evento concurrieron cuatro ONGs de Uruguay: Castalia, Cipfe-La Mancha, Sedhu y Qualitas, representadas por Eduardo Arcaus, Juan Bonetti, Juan Domínguez Areco y Eliseo González Regadas.

Durante una reunión de las ONGs de las Américas, González Regadas fue designado miembro del comité coordinador de una red de instituciones.

La reunión convocada por las instituciones uruguayas tendrá lugar a las 18 horas en Castalia (Bvr. Artigas 3069).

C1-01

9509267

Nº DE ... 9509268
TÍTULO Brasil: Justicia habilitó al senador Heber a iniciar juicio contra Isto É. -
PROCEDENCIA Búsqueda
FECHA 20/4/95
VINCULADOS 11176 11514
65082
507466
507482
11214

ENTRADO
CRUZADO

Heber contra "Isto É"

La justicia brasileña resolvió habilitar el juicio que por un millón de dólares inició el senador uruguayo Luis Alberto Heber contra la revista "Isto É" a consecuencia de un artículo que en noviembre lo vinculó a los asesinos de un empresario muerto en 1993 en Canelones, informó a ***Búsqueda*** *el propio legislador.*

Heber se mostró confiado en demostrar que la revista "difundió una información falsa" que lo afectó "de forma irreparable catorce días antes de que se realizaran las elecciones nacionales". Una vez despejada la situación en Brasil Heber iniciará acciones judiciales contra el matutino "La República" que anunció la aparición del artículo de "Isto É" una semana antes de que éste fuera publicado.

Los abogados del senador del Herrerismo sostuvieron que ambos medios se "asociaron" para realizar la denunciada "difamación".

01 - 01

9509268

PORTO ALEGRE

Droga apreendida

A Brigada Militar apreendeu ontem 1,7 quilo de maconha no Conjunto Habitacional Cohab-Cavalhada, às 10h40min. José Carlos Torres, 27 anos, foi abordado por policiais do 1º BPM, na Rua Benjamin Moresco, próximo ao número 380. Torres estava numa moto Yamaha DT-180. Enquanto os PMs examinavam os documentos, Torres fugiu a pé, deixando uma sacola com a droga. A moto e a maconha foram levadas para a Delegacia de Tóxicos.

Nº DOCUMENTO 950927 0
TITULO Brasil: Soldado de la PM es detenido por la autoría de varios crímenes -
PROCEDENCIA O Estado de São Paulo
FECHA DE PROCESO 20/4/95
VINCULACIONES 11176 11214 11880
65092 11224 11170
504182 11422 11534

Policial é preso como autor de chacina

Suspeito de ter cometido 18 assassinatos entre 1990 e 1991, PM é acusado de ter participado de execução na qual três pessoas morreram e cinco ficaram feridas, na Casa Verde, em janeiro

MARCELO FARIA DE BARROS

Acusado de 18 assassinatos só no período de 1990 e 1991, dos quais 14 homicídios em supostos tiroteios, o soldado da Polícia Militar Eudes Aparecido Menezes, de 30 anos, foi preso ontem de manhã. Ele é acusado de ser um dos autores da chacina ocorrida na noite de 20 de janeiro, na Casa Verde Alta, Zona Norte, quando dois rapazes e uma mulher foram executados e outras cinco pessoas baleadas.

Menezes está preso na Corregedoria da PM e ontem foi reconhecido por um dos sobreviventes da execução. A testemunha S.W.L., que, segundo a polícia é traficante de drogas, estava com as outras vítimas no bar da Rua Domiciliano Ribeiro quando o soldado chegou, com três homens, e começou a atirar num grupo de dez pessoas que se encontravam no local. O traficante declarou na Divisão de Homicídios que só conseguiu sobreviver porque trocou tiros com os assassinos, ferindo um deles.

> **ACUSADO DE SER TRAFICANTE, SOBREVIVENTE DE MATANÇA RECONHECE SOLDADO**

O pintor Wagner Batista do Nascimento, de 32 anos, e os desempregados Osmar Cesário de Araújo, de 34, e Silvia Matias, de 21, morreram no local, atingidos nas costas, cabeça e peito. Ana Paula de Oliveira, de 48, Rosani de Jesus Nunes, de 28, Antônio Pádua Francisco dos Anjos, também de 28, Patrícia Cristina da Silva e Flávio Henrique Rebechi, ambos de 19 anos, ficaram feridos.

Após os disparos, os quatro homens fugiram em duas motos. Embora aparecesse como vítima, Rebechi foi preso posteriormente, porque era fugitivo do presídio de Mongaguá, onde cumpria pena de cinco anos e seis meses por assalto. Além dele, só um dos mortos tinha passagem pela polícia.

No dia da chacina, os delegados Carlos Alberto Pavarini e Edélcio Vieira, da Equipe B-Leste da Divisão de Homicídios, estiveram no bar da Rua Domiciliano Ribeiro e descobriram que o estabelecimento funcionava como ponto de distribuição de entorpecentes. Eles apuraram que todas as vítimas, inclusive os feridos, estavam ali para comprar drogas. Os policiais apreenderam no bar um pó branco, encaminhado ao Instituto Médico Legal para determinar se era cocaína. A Divisão de Homicídios ainda não recebeu o laudo com o resultado do exame.

No próprio dia do crime, os policiais da Equipe B-Leste receberam informações sobre a participação do soldado Menezes na execução. Segundo testemunhas, dois dos três homens que o acompanhavam aparentavam ser PMs, embora estivessem todos em trajes civis.

A confirmação aconteceu com o reconhecimento do acusado. O Comando da PM distribui nota ontem informando sobre a prisão do militar. Menezes trabalhava havia oito anos no 18º Batalhão (Freguesia do Ó-Vila Brasilândia), responsável pelo policiamento numa extensa área da Zona Norte.

Todos os crimes pelos quais Menezes está sendo processado aconteceram nessa região. Entre os 18 homicídios atribuídos ao PM, há um triplo assassinato.



Isac de Souza: detido por chacina e dois homicídios em Guarulhos

9509270

9509270

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA O. Estado de São Paulo

FECHA DE PROCEDENCIA 20/4/95

VINCULACIONES

Rapaz confessa integrar bando que executou sete

Desocupado contou sobre sua participação em crimes quando bebia num bar de Guarulhos

Por não ter conseguido guardar segredo de sua participação na execução de sete pessoas numa favela da cidade de Guarulhos, Grande São Paulo, o desocupado Isac Ferreira de Souza, de 25 anos, foi preso. Suspeito de ser ligado a um grupo de "justiceiros" do município, Souza contou, enquanto bebia num bar de Guarulhos, ter participado de dois homicídios e uma chacina na sexta-feira e no sábado.

Policiais do 8º Distrito, Jardim Nova Cumbica, souberam do fato e, depois de várias diligências, prenderam Souza no Rio, para onde ele tinha fugido. O acusado foi apanhado na madrugada de terça-feira, quando dormia na casa de um parente na Rua Projetada, 70, bairro de Austin, município de Queimados, Baixada Fluminense. Ele não reagiu.

QUADRILHA TINHA MAIS TRÊS INTEGRANTES

Cúmplices — Souza confessou os crimes e delatou os seus cúmplices: Carlos Alberto dos Santos, de 29, o *Beto*, apontado como chefe do bando, e os irmãos Pedro e Antônio Cordeiro Ventura, ainda foragidos.

Ele contou que, na noite de sexta-feira, depois de se encontrarem em um bar em Guarulhos, os quatro decidiram matar Aldemar de Lima Souza, de 34, o *Boquinha*. Dias antes, *Boquinha* tinha discutido com *Beto*. Armados com revólveres e pistolas automáticas, eles dominaram *Boquinha* numa rua da Favela Polidora, no Jardim Nova Cumbica, e o mataram com vários tiros. Depois foram para casa dormir.

Na noite seguinte, sábado, por volta de 20 horas, eles retornaram à favela e executaram a tiros mais cinco pessoas e feriram outras duas. Os mortos foram Gildo Severino de Araújo, de 28, Adenilson Oliveira, de 33, Cícero Oliveira Santos, de 29, Fernando Bispo da Silva, de 29, o *Borracha*, e um homem de prenome Jerônimo. A última vítima morreu depois de ter sido levada a um hospital de Guarulhos. A polícia ainda não conseguiu identificar os dois feridos. Segundo Souza, os cinco homens foram mortos por haverem se desentendido com o chefe da quadrilha.

Uma hora depois da chacina, eles executaram a tiros o comerciante Francisco de Freitas, o *Ceará*, que, também teria tido uma briga com *Beto*. Freitas foi assassinado no interior de um bar da Rua Aloeiras, 340, Jardim Nova Guarulhos, quando bebia.

Indiscrição — Uma equipe de policiais do 8º DP de Guarulhos, chefiada pelo delegado Dejair Rodrigues, começou a investigar os sete assassinatos. Durante a apuração, os policiais receberam a informação de que, no domingo de manhã, um dia depois da execução dos sete homens, Souza tinha retornado à Favela Polidora e comentado, enquanto bebia num bar, sobre a sua participação nos assassinatos.

A polícia localizou a casa de Souza na segunda-feira à tarde. Ao chegarem ao local, os policiais foram informados de que ele havia viajado para a casa de parentes na Baixada Fluminense. À noite, o delegado Rodrigues e sua equipe viajaram para o Rio, onde prenderam o acusado. Souza foi levado ontem à Delegacia Seccional de Guarulhos e apresentado aos jornalistas. Ele teve sua prisão temporária decretada pela Justiça. (M.F.B.)

02-02

9509270

Nº DOCUMENTO 9509271

TITULO ARGENTINA: Condenan mujer que vendía cocaína en heladería.-

PROCEDENCIA LA NACION

21/11/95

11170 11354

65092

64960

11351

11352

Condena por drogas

Una mujer, de 42 años, fue condenada a seis años y tres meses de prisión y a pagar una multa de diez mil pesos, por un Tribunal Oral que la halló culpable de de vender cocaína en su comercio de helados.

La pena fue impuesta por el Tribunal Oral Federal Nº 1 y alcanza a la dueña de un local situado dentro del barrio de emergencia Ciudad Oculta.

Entre uno de los fundamentos del fallo la justicia, figura el hecho de que durante el allanamiento la policía incautó gran cantidad de envoltorios y bolsitas con cocaína y elementos para su fraccionamiento.

9509271

CAYO EN LA CAPITAL. ESTABA VINCULADA CON LOS CARTELES

Presa por traficar mil kilos de cocaína

La mujer, una cubana nacionalizada norteamericana, está acusada de haber traficado en los Estados Unidos. Aquí se hacía pasar por una profesora de inglés. La venían siguiendo desde hacía 3 años. Tenía dos pedidos de captura: uno en California y el otro en Florida.

Efectivos de la **Brigada de Investigaciones de San Martín** detuvieron ayer a una cubana con ciudadanía estadounidense, **acusada de haber traficado 1.000 kilos de cocaína en los Estados Unidos.** La mujer, que había mantenido estrechas vinculaciones con los carteles de **Cali** y de **Medellín**, se hacía pasar por **profesora de inglés** e integraba una red de tráfico en la Argentina, de la que también formaba parte un argentino detenido ayer en **Lanús**.

En la investigación, que se inició hace tres años, participaron también la delegación local de la **DEA**, la **SIDE**, la **División Operaciones Federales de Drogas Peligrosas de la Policía Federal** y el juzgado federal de Lomas de Zamora, a cargo de **Alberto Santamarina**.

El juez confirmó a **Clarín** que en el departamento de la mujer, en el barrio porteño de Belgrano, se encontraron **200 gramos de cocaína de máxima pureza**, mientras que en el domicilio del hombre detenido en Lanús, en Azopardo e Hipólito Yrigoyen, **había** 15 gramos de cocaína en polvo. Aunque no se proporcionó la identidad del hombre, de unos 40 años, se pudo establecer que tenía numerosos antecedentes y que hace poco había salido en libertad, tras cumplir **una condena por su participación en el contrabando de 18 kilos de cocaína.**

La pista

Fuentes policiales informaron a **Clarín** que la investigación se inició hace tres años, siguiendo la pista de un traficante menor de **Fuerte Apache**. Por medio de él se llegó al de Lanús –quien operaba a nivel medio– y finalmente a **Mercedes Mas de Caló** (45), nacida en Cuba y nacionalizada en los Estados Unidos. A los detectives les resultó sospechoso que, teniendo **unos pocos alumnos de inglés**, hiciera viajes frecuentes y prolongados al interior del país, e iniciaron un trabajo de inteligencia y de escucha telefónica (véase aparte).

Los investigadores señalaron que, cuando confirmaron su identidad, pidieron sus antecedentes internacionales. Así se enteraron de que Caló tiene **dos pedidos de captura por conspiración para tráfico de narcóticos**: uno de la Justicia de **California**, por **400 kilos de cocaína**, y otro de los tribunales de **Fort Lauderdale (Florida)**, por **800 kilos.**

Caló es viuda de un argentino y tiene dos hijos que viven en los Estados Unidos, un muchacho de 23 años y una chica de 22. Había llegado al país hacía más de tres años, tras haber tenido **problemas con los carteles de Cali y de Medellín** (véase aparte). Según un investigador, aquí tuvo que "conformarse con hacer un tráfico local y en menor escala para subsistir, hasta que arreglara sus problemas con los carteles". Los detectives la describieron como "una mujer bastante bonita e intelectualmente atrayente, que habría podido zafar si hubiera tenido inconvenientes con algún policía".

Pero la Justicia y los investigadores ya sabían de quién se trataba y fueron estrechándole el cerco, hasta que ayer la detuvieron en su departamento de Ciudad de la Paz 1461. El juez Santamarina indagará a ambos detenidos a primera hora del lunes.

"Buena profesora"

En Buenos Aires, **Mercedes Mas de Caló** había "sacado chapa de profesora de inglés", contó uno de los investigadores que la descubrieron. Primero le mandaron un ramo de flores para conocerle la cara y después infiltraron un detective, que tomó algunas clases particulares y dijo que **"era buena profesora"**.

Ayer, cuando fueron a detenerla, al principio negó todo, hasta que la llamaron por uno de sus apodos, **Mercy**. En su departamento de Belgrano encontraron 200 gramos de cocaína en piedras, de máxima pureza: estaban **en el interior de libros de inglés que tenían cortadas las hojas.**

N° DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 22/4/95
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO



La Brigada de Investigaciones de San Martín se lleva detenida a Mercedes Mas de Caló, de 45 años.

La guerra entre Medellín y Cali

Fuentes ligadas a la investigación confiaron a Clarín que **Mercedes Mas de Caló**, la cubana acusada de traficar 1.000 kilos de cocaína en los Estados Unidos, había tenido **"una relación bastante intensa con los carteles de Medellín y de Cali"**. Tuvo trato directo con **Pablo Escobar Gaviria** y, al morir el líder del cartel de Medellín, con la familia **Rodríguez Orejuela**, que maneja el de Cali.

Pero **en 1990, asesinos a sueldo del cartel de Cali mataron a su esposo en las Bahamas**. La policía aún no tiene en claro si fue por venganza, porque el hombre "se quedó con plata de más", o si fue una forma de presionarla para que trabajara exclusivamente para el cartel de Cali.

Sin embargo, cuando la Justicia estadounidense libró dos pedidos de captura en su contra (véase nota central), sus antiguos socios le negaron apoyo. Fuentes policiales dijeron que "vino a Buenos Aires, donde había nacido su marido, como **fugitiva de los dos carteles**". Caló "cayó en desgracia": de estar acusada de introducir 1.000 kilos de cocaína en los Estados Unidos, pasó a ser una traficante menor en la Argentina.

62

9509272.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Pagina 12
22/4/95

ENTRADO
CRUZADO

A PEDIDO DE LA DEA

Una cubana entre rejas

Una mujer de origen cubano, acusada de traficar más de una tonelada de cocaína en Estados Unidos, fue detenida en el mediodía de ayer en el barrio porteño de Belgrano. Horas más tarde, en Lanús, la policía detuvo a un hombre, en cuyo poder se hallaron algunos gramos de la misma droga, y que aparentemente estaría vinculado con Mercedes Mas de Caló, la cubana nacionalizada estadounidense.

La mujer, de 45 años, era buscada por la DEA, la agencia antinarcóticos norteamericana, bajo el cargo de haber traficado hacia ese país más de una tonelada de cocaína. En su contra había dos órdenes de captura. Según fuentes policiales, residía en la Argentina desde hace por lo menos tres años.

Personal de la Brigada de San Martín y policías federales la detuvieron ayer en una vivienda ubicada en la calle Ciudad de la Paz, después de un seguimiento prolongado. Habían interceptado sus líneas telefónicas y vigilado todos sus movimientos, para identificar a sus contactos locales.

En la vivienda de Belgrano fue hallada una cantidad no precisada de droga disimulada en libros de inglés. La mujer se desempeñaba como profesora de idiomas. Se la acusa de estar vinculada a los carteles colombianos. Según trascendió, hace cinco años, sicarios colombianos mataron al marido de la mujer en las Bahamas, en un ajuste de cuentas vinculado al tráfico de drogas. Mas de Caló quedó a disposición del juez federal Alberto Santamarina.

Mientras tanto, en Lanús, la policía arrestó a un hombre cuya identidad se mantuvo en reserva, y que sería uno de los distribuidores con los que la mujer mantenía contactos habituales.

9509272

C.3 - C.3

1/1

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
201530SET95

M E M O R A N D U M Nro. 137 / 95

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : GULARTE RODRIGUEZ Maria Auxiliadora (C/A)

T E X T O : La ficha N°76673-3 pertenece a la causante.-

C.C.: SERIE JCD N°10514 (Fr.)

CORREGIDO
F 26.9/95
Inic.: [illegible]

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincenzi

FECHA 20/9/95 INICIAL GL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

001/001

26 SET 1995

9509284

9509284

1/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
201500SET95

M E M O R A N D U M Nro. 136 / 95

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : JARDIN DE INFANTES N°104 de FLORIDA

T E X T O : El mismo esta ubicado en:

BATLLE Y ORDOÑEZ 519(Florida)

TEL: 2694

CONTROLADO
28/9/95

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincensi

28 9 95

ORGANIZACIÓN

30 SET 1995
Biografico
9509285

9509285

001/001

P. 230

Montevideo, Miércoles 20 Setiembre 1995

##

I)- ASUNTOS PENDIENTES

A) FUNCIONARIOS DEL MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA -SECTOR INSPECCION SANITARIA- 21-SETIEMBRE: PARO de 24 horas. En caso de no tener respuestas satisfactoria, se realizará otro para la semana entrante de 48 horas. Las mencionadas medidas fueron adoptadas por la Asamblea Nacional de Delegados por la restricción de horas extras y la disolución de la Unidad Ejecutora.

B) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE- (D.F.Crespo 2256) HOY, hora 09.30 Asamblea Abierta en el Edificio Central del Cordón y posterior OCUPACION por 24 horas. En el Interior, 20-21-SETIEMBRE Asamblea con PAROS por horarios, donde se trataría además la instrumentación de una Huelga.

C) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO CIVIL -A.FU.RE.CI.- HOY, PARO de 24 horas. 21-SETIEMBRE, hora 18.30' Asamblea General en local de Av. Uruguay 933, para tratar tema de mejora presupuestales.

D) FUNCIONARIOS Y ESTUDIANTES DE FACULTAD DE ODONTOLOGIA- Se encuentran en pre-conflicto por falta de recursos. HOY, hora 20.00' Conferencia de Prensa en la Facultad.

E) COLAGEL S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramirez 1470) Se encuentran en conflicto encontrándose ocupada la Planta Industrial por parte de sus operarios reclamando la reapertura de la misma.-
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

F) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Se mantienen en "estado de alerta" en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

G) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL Y RAMAS AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) Por fuente laboral realizan PAROS de media hora por turno en los sectores: Metal, Electrónica y Automotríz.

H) FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION -A.F.C.G.N.- HOY, hora 15.00' Asamblea General.

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CATASTRO A.F.CATASTRO. Se atiende al público 3 horas por día de las 5 que trabajan normalmente. 22-SETIEMBRE hora 13.00' Asamblea.

001/004

J) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) 21, 25 y 28-SETIEMBRE: No se atiende público realizándose sólo el trabajo interno - sin tomas audiencia. 22, 26 y 29-SETIEMBRE: se atiende al público no realizándose trabajo interno, pero si tomando audiencias. 27-SETIEMBRE: Jornada de difusión - con Paros Parciales. HOY, Jornada de Difusión.

K) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 28 y 29-SETIEMBRE y 2 y 3-OCTUBRE PAROS rotativos parciales y zonales.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de Correos, previéndose futuras movilizaciones.

M) FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS Y EVENTUALES DEL M.T.O.P. Prosiguen en conflicto por fuente laboral, efectuándose Paros Parciales de media hora.

N) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-Setiembre se viene realizando un Paro Activo hasta tanto no sea aprobado por el Poder Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro.

Ñ) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Continúan desde el 16-Jul-995 ocupadas las obras de Rbla. República del Perú 1519 y 1525 por irregularidades en los pagos de los haberes.

O) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Continúa el conflicto y la "Huelga de Hambre" por parte de un funcionario y dos ex-funcionarios desde la hora 00.00' del pasado 12-SETIEMBRE.

P) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (A.Montevideo de Lavalleja 2239) 22-SETIEMBRE, PARO Parcial de 10.00' a 12.00' con CONCENTRACION del gremio en zona de Tres Cruces a la hora 18.00'. 27-SETIEMBRE: a partir de la hora 07.00' Paro con Asamblea a partir de la hora 09.00 en lugar a confirmar.

Q) SINDICATO AUTONOMO DE TAXIMETROS -S.A.T. (M.Rosa 2537) HOY, hora 13.00' los funcionarios de este sector colocarán una ofrenda floral al pie de nuestro Procer al cumplirse el 5to.Aniversario de la creación del Sindicato.

002

9509294

##

III)- INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA BIBLIOTECA NACIONAL - ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA

Como ya se adelantara, en el día de ayer próximo a las 13.10 se concentraron en el Ministerio de Educación y Cultura un grupo aproximado a las 20 personas pertenecientes a los Funcionarios de la Biblioteca Nacional, con megáfono, ingresando a la citada Secretaria de Estado, saliendo posteriormente a las 13.25 aprox.; agregándoseles unos 40 funcionarios más del Ministerio de Educación y Cultura, los que cortaron el tránsito, desplegando un pasacalle con la leyenda "SR.MINISTRO SI NO HAY AUMENTO COMPRENOS UN BARCO. LOS PESUMERGIDOS DEL M.E.C." Acto seguido dos Delegados de ambas Asociaciones hicieron uso de la palabra exponiendo las causas del conflicto. Ya, siendo las 13.45 los concentrados se dispersaron.-

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTOS DEL INTERIOR -Movilización de Funcionarios Judiciales-

Departamento de SALTO: En Asamblea Nacional, en el citado Departamento se cumplirán las siguientes movilizaciones:
19, 22,26, y 29-SETIEMBRE: Jornada de atención al público tomándose audiencias sin realizar trabajos internos.
20 y 27-SETIEMBRE: Jornada de Difusión con Paro Parcial en horario a confirmar.
21, 25,28-SETIEMBRE: Jornada de no atención al público. No se toman declaraciones y se realizan trabajos internos.
Cabe agregar que en los Juzgados se colocará en el sector de funcionarios un cartel donde reza "Guardia Gremial"

Departamento de PAYSANDU: 19, 22, 26, 29-SETIEMBRE, Jornada de atención al público tomando declaraciones y no se realizan trabajos internos. 21, 25, 28-SETIEMBRE, No se atenderá al público ni se tomarán audiencias, pero si se realizará trabajos internos.

Departamento de RIVERA: De acuerdo a lo dispuesto en Asam-- Asamblea Nacional, los funcionarios del citado Departamento vienen realizando un cronograma de movilizaciones desde el pasado 19-Setiembre, extendiéndose hasta el día 30 del referido mes. Cabe agregar, que funcionarios de dicho Poder efectuaron recientemente declaraciones a la prensa en general, exponiendo las causas que llevaron a adoptar las medidas de fuerza, así como haciendo referencia de los sueldos que perciben, comparándolos con los haberes de un Maestro o de un Agte.2da.Cl.

DEPARTAMENTO DE RIVERA -Creación de Comisión-

El Frente Amplio y el Encuentro Progresista elevaron un Proyecto a la Junta Departamental sobre Plan de Urgencia creándose una COMISION DEPARTAMENTAL DEL PLAN DE URGENCIA -en adelante: C.D.P.U.- cuyos objetivos serían: -Elaborar políticas Departamentales destinadas a atenuar las condiciones de vida de los sectores sociales de nivel de extrema pobreza y -Coordinar dichas políticas con la Comuna Departamental y con Instituciones [illegible] existentes en las zonas definidas como de urgencias, [illegible] [illegible] las experiencias que la comunidad ya ha elaborado [illegible] [illegible]ciéndolas. [illegible] adelante de este proyecto se da a conoc[illegible] los cometidos e in[illegible]gración multi[illegible]iplinaria [illegible] tendrá la referida Comisión, así como el [illegible] que recibirá por parte de la Intendencia Municipal Depart[illegible]

9509294

DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES -Encuentro del Movimiento 26 Marzo-

El pasado 17-Setiembre se efectuó una reunión de Agrupaciones de dicho Departamento y de Rocha pertenecientes al Movimiento 26 de Marzo, el que contó además con la participación de Delegados de las localidades del Chuy, La Paloma, Costa Azúl y Cebollatí. Los debates se centraron en temas tales como: la situación laboral, bajos salarios, vivienda y la situación organizativa del movimiento al igual que la interna del Frente Amplio. Al finalizar, quedó aprobado el Plenario Nacional a realizarse el 30-Setiembre-95 en Montevideo, fijándose para el 22-Octubre-995 en Rocha un nuevo encuentro de la regional, mientras que un grupo de jóvenes de Treinta y Tres dieron los primeros pasos para la formación y posterior consolidación del movimiento juvenil del 26 de Marzo. Se Ampliará.

\#

V)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO -Constancia-

Próximo a las 19.56' de ayer en la Cabina Telefónica de nuestra principal terminal aérea se recibió una llamada donde una voz del sexo masculino alertaba que en el Avión de la Compañía PLUNA -que partía a esa hora- en el ala derecha se había colocado una bomba. Acto seguido, reunido el Comité de Seguridad del citado Aeropuerto, resolvió desestimar todo tipo de acción y medidas referente al hecho.-

9509294

004/004

Nº DOCUMENTO 9509295
TITULO EUA: Atentado de Oklahoma podría estar vinculado al NT. -
PROCEDENCIA clarín Rec.
FECHA DE ... 22/4/95
VINCULACIONES 11176
65092
65890
11512
11686

ENTRADO /
CRUZADO /

La pista "narco"

WASHINGTON, 21 (EFE). – Poco después del atentado en **Oklahoma City**, las autoridades norteamericanas comenzaron a investigar varias pistas: una de ellas estaba vinculada con la posibilidad de que el **narcotráfico** tuviera alguna relación con el salvaje ataque contra el edificio federal que ya ha causado más de 200 muertos.

Las autoridades llegaron a creer, y aún no está descartada esta hipótesis, que el atentado fue un acto de venganza de algún grupo o personas vinculadas al tráfico de drogas contra el gobierno norteamericano, dado que en el edificio **Alfred Murrah** se alojaban muchas delegaciones gubernamentales, incluida el FBI, el Servicio Secreto y el **Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA)**.

Versiones periodísticas

Según la cadena de televisión ABC, los dos sospechosos de transportar y detonar la potente bomba que destruyó el edificio federal de Oklahoma City podían haber sido investigados por tráfico de drogas.

Los dos individuos alquilaron un camión de la compañía Ryder en Junction City (Kansas), a 460 kilómetros de Oklahoma City, y lo llenaron con potentes explosivos.

Para el diario "New York Newsday", una fuente de lucha contra el narcotráfico aseguró que "las autoridades conocen la identidad de los culpables y los han vinculado con el tráfico de drogas".

01-02

9509295

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA 23/4/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Pensaban que los "narcos" podían ser los autores

WASHINGTON (Agencias).- Poco después del atentado en Oklahoma City, las autoridades estadounidenses comenzaron a investigar varias pistas, una de ellas estaba vinculada con la posibilidad de que el narcotráfico tuviera alguna relación con el salvaje ataque contra el edificio federal que ya ha causado más de 200 muertos.

Las autoridades llegaron a creer, y aún no está descartada esta hipótesis, que el atentado fue un acto de venganza de algún grupo o personas vinculadas al tráfico de drogas contra el gobierno norteamericano, dado que en el edificio Alfred Murrah se alojaban muchas delegaciones gubernamentales, incluidos el FBI, el Servicio Secreto y el Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA).

Versiones periodísticas

Según la cadena de televisión ABC, los dos sospechosos de transportar y detonar la potente bomba que destruyó el edificio federal de Oklahoma City podían haber sido investigados por tráfico de drogas.

Los dos individuos alquilaron un camión de la compañía Ryder en Junction City (Kansas), a 460 quilómetros de Oklahoma City, y lo llenaron con potentes explosivos.

Para el diario "New York Newsday", una fuente de lucha contra el narcotráfico aseguró que "las autoridades conocen la identidad de los culpables y los han vinculado con el tráfico de drogas".

C2 - C2

9509295

Traficante Brasileño LLevaba la Mercadería en un Bolso en Pleno Centro

REQUISAN MAS DE CINCO KILOS DE COCAINA

Un duro golpe asestó ayer la Policía a las organizaciones de narcotraficantes que utilizan nuestro país como punto de salida hacia el conntinente europeo, cuando un ciudadano brasileño fue detenido en plena calle en nuestra capital cuando llevaba en un bolso más de cinco kilos de cocaína con un valor en el mercado internacional que exede largamente los 100.000 dólares. Mientras el brasileño y otro detenido en relación al caso comparecen hoy ante el Juez, se trata de establecer los alcances y operaciones de la organización que se oculta detrás de los "correos".

Más de cinco kilos de cocaína, de máxima pureza, fueron requisados ayer por la policía, tras la captura de un ciudadano brasileño que aparentemente oficiaba como "correo" de una importante organización y que venía siendo investigado desde hace más de un mes por las autoridades policiales de nuestro país.

El ciudadaco brasileño, que al ser interrogado dijo que era la primera vez que realizaba una transacción con droga, fue detenido en la zona del Cordón, cuando llevaba los panes con la cocaína en un bolso.

También permanecía detenida al cierre de este información otra persona, cuya vinculación con el caso se presume, pero que no había podido ser demostrada hasta ese momento.

De acuerdo con la información proporcionada ayer por las autoridades policiales, desde hacía más de un mes el ciudadano brasileño era vigilado muy de cerca por personal del Departamento de Hurtos y Rapiñas al mando del comisario Perazza, ya que se presumía su vinculación con hechos ilícitos.

Finalmente, luego de esperar mucho tiempo, el momento de entrar en acción se presentó en horas de la tarde de ayer, cuando, de acuerdo con informaciones en poder de los investigadores, el sujeto iba a entregar la cocaína a su contacto.

Tras montar un operativo sigiloso, se logró detener al brasileño en plena calle, en la intersección de 18 de Julio y Pablo de María, cuando se aprestaba a realizar la transacción.

Al registrársele, se determinó que en un llamativo bolso de color azul, con el dibujo de un gran reloj en uno de sus lados, transportaba nada menos que 5 kilos 285 gramos de cocaína,. en un estado que en principio de supone de mucha pureza, y que con el correspondiente "rebaje", podría alcanzar un valor en el mercado internacional de mucho más de 100.000 dólares.

Tras ser trasladado a dependencias de Jefatura, y al procederse a su interrogatorio, el detenido manifestó que en realidad no sabía quien era el dueño de la mercancía, ya que únicamente le habían informado que debía entregar el cargamento a un contacto en el lugar preestablecido.

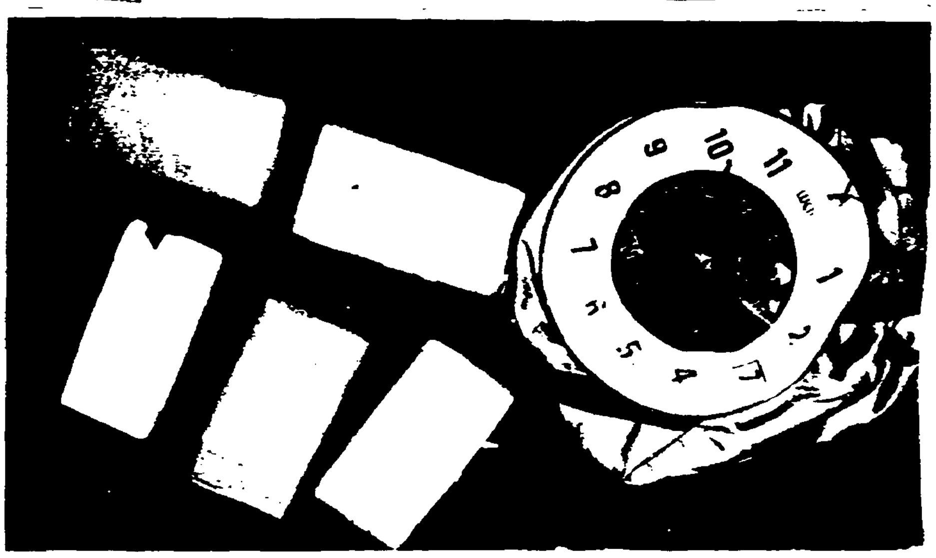
Por otra parte, dijo que es la primera vez que intervenía en una transacción de este tipo, hecho que se venía investigando en forma intensa anoche.

Las autoridades policiales piensan que se trata de una organización que actúa desde hace tiempo y que tiene como punto de pasaje a nuestro país, con el destino final del mercado europeo, ya que al decir de una calificada fuente, la cantidad de cocaína requisada ayer, alcanzaría para inundar el mercado de nuestro país por mucho tiempo.

Se trata de establecer también cual es el punto de origen de la droga, aunque de acuerdo a los últimos procedimientos, se presume que ésta llega desde Santa cruz de la Sierra, en Bolivia.

Paralelamente, fue detenida ayer otra persona, de nacionalidad uruguaya, cuya vinculación con el caso se presumía , aunque al cierre de esta información no había sido probada.

Ambos detenidos quedaron a disposición del Juez Penal de Turno que los interrogará en la presente jornada.



Los "panes", de cocaína, que contienen más de un kilo de la mercancía cada uno, eran transportados en un llamativo bolso de color azul.

LA MAÑANA 22/4/85

ENTRADO

CRUZADO

Incautaron cinco kilos de cocaína en pleno centro de nuestra ciudad

Un ciudadano brasileño y un traficante de estupefacientes están detenidos

El cargamento tenía como destino a Europa

El "dueño" de la droga se encuentra prófugo

Cinco kilos de cocaína pura que tenían como destino a Europa fueron incautados, en la mañana de ayer, durante un operativo realizado en la zona céntrica por funcionarios de la Sección Compra Venta del Departamento de Hurtos y Rapiñas de la Dirección de Investigaciones. Un brasileño que residía en nuestra capital desde hace 15 años y un sujeto poseedor de antecedentes penales por tráfico y suministro de drogas, se encuentran detenidos a disposición de la Justicia. Resta aún la captura del individuo que introdujo el alucinógeno a nuestro país.

El Director de Investigaciones, Inspector Roberto Pérez Estilano, señaló que funcionarios de la Sección Compra Venta, al mando del Subcomisario Halder Fagúndez, recibieron información de que una importante partida de cocaína fue introducida a nuestro país y sería llevada, en cuestión de días, a Europa.

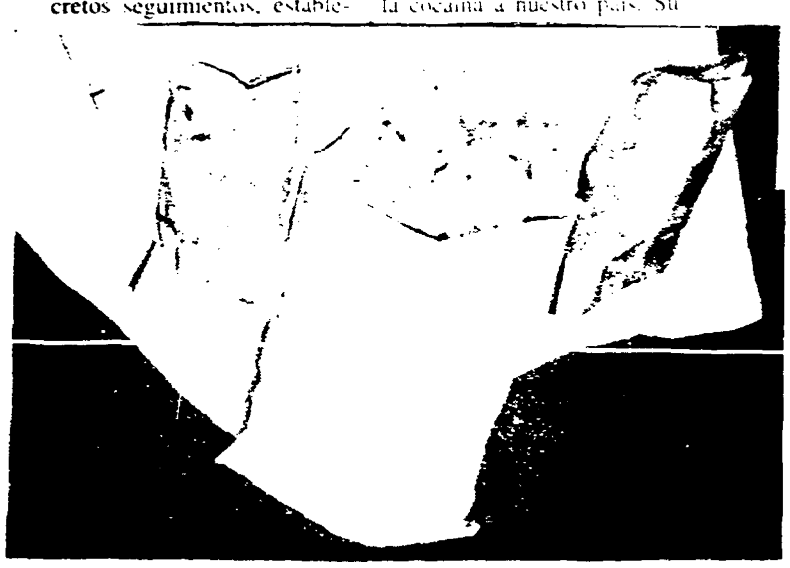
Los efectivos de la mencionada repartición se pusieron de inmediato en campaña y realizaron varias pesquisas y discretos seguimientos, estableciéndose que la entrega de la droga se concretaría en la calle, a la vista de todos, ya que los "narcos" pensaban, de esa manera, pasar inadvertidos. Fue así que en una de las esquinas que conforman el cruce de 18 de Julio y Pablo de María, se observó la presencia de un hombre que portaba un bolso de regulares dimensiones.

Incautan la droga

Para los policías quedaba claro que esa persona era la que iba a entregar la droga. Pero pasaron los minutos y el "contacto" -que debía recibir el cargamento- no aparecía, por lo que los policías decidieron entonces detener al hombre que llevaba la droga.

El sujeto fue arrestado y conducidos a dependencias del Departamento de Hurtos y Rapiñas. Al abrirse el bolso, se encontró un gran paquete y dentro de éste varias bolsitas que contenían en total cinco kilos de cocaína pura. El detenido, un ciudadano brasileño de 36 años de edad, que hace 15 años reside en Montevideo manifestó que el cargamento se lo entregó otra persona que fue quien introdujo la cocaína a nuestro país. Su misión era dar el bolso a otro sujeto que lo iba a esperar en la esquina donde lo arrestaron.

Prosiguiendo las diligencias fue que se detuvo a un individuo poseedor de antecedentes penales por suministro y tráfico de cocaína. Este fue quien presentó al brasileño con el dueño del cargamento de estupefacientes. Ambos comparecerán hoy ante el magistrado en lo Penal de 19º Turno, mientras prosiguen las pesquisas en procura de dar con el "propietario" de la droga y otros implicados en el caso.



En plena zona céntrica la Policía incautó, ayer de mañana, cinco kilos de cocaína pura. El alucinógeno estaba acondicionado en un bolso y tenía como destino a Europa.

02

9509296

Procesaron ayer a los narcos que cayeron en el Cordón con cinco kilos de cocaína

El narcotraficante detenido el pasado viernes portando poco más de cinco kilos de cocaína pura, avaluada en unos 100.000 dólares, fue procesado en la víspera, junto con el individuo que lo había puesto en contacto con el que introdujo la droga procedente de Bolivia, vía norte argentino.

Se trata de José Luis Raduz Porto, el brasileño, nacionalizado uruguayo, de 32 años de edad y de Juan Víctor Gadea, soltero, de 44 años, a quienes el magistrado actuante les tipificó el delito previsto en el artículo 31 de la Ley 14.294, relativo a la introducción de alcaloides y drogas peligrosas al país. Ambos fueron procesados con prisión.

Las audiencias judiciales en torno a este procedimiento realizado por el Departamento de Hurtos y Rapiñas, comandado por su jefe, el comisario Carlos Peraza, se prolongaron durante toda la jornada del sábado y prosiguieron ayer domingo hasta la hora 15, oportunidad en que el juez actuante resolvió la situación de ambos detenidos.

Tal como lo informó LA REPUBLICA en ediciones pasadas, el brasileño fue detenido en horas de la tarde del viernes en 18 de Julio y Pablo de María, llevando un bolso de color azul y un poncho. En el interior del bolso, los funcionarios de la División Compra Venta, dirigidos por el subcomisario Fagúndez, encontraron 5.285 gramos de cocaína en estado de máxima pureza, que estaba destinada a Europa. Luego de su captura, los funcionarios actuantes detuvieron en Pocitos al mencionado Víctor Gadea, quien lo había puesto en contacto con el narcotraficante que había traído la droga desde Santa Cruz de la Sierra. La droga iba a ser despachada desde Montevideo para Europa donde una vez fraccionada podría a llegar a multiplicar su valor hasta diez veces, por lo que este procedimiento constituye un duro golpe al narcotráfico que eligió a nuestro país como puente de salida de la droga.

"Lavaron" en Uruguay dinero de la cocaína

Compraron maquinaria para tareas agrícolas y de construcción

Importantes derivaciones surgieron ayer de madrugada del procedimiento policial que permitió incautar cinco kilos de cocaína. Por orden judicial fueron incautadas varias máquinas destinadas a trabajos agrícolas y de construcción que se encontraban en una chacra, adquiridas en Estados Unidos por el individuo sindicado como quien introdujo la droga a nuestro país. Como se informó el sujeto continúa prófugo, mientras que otros dos hombres detenidos en torno al caso, resultaron procesados.

A su vez se detectó por los teléfonos celulares con los cuales operaban los "narcos" y que ahora están en poder de los policías, que los sujetos realizaron llamadas a Bolivia, España, Bélgica, Alemania, Grecia y Estados Unidos, sin duda con sus "contactos" en esos países para obtener la droga o introducirla en los mismos.

Este espectacular procedimiento, fue realizado por personal de la Sección Compra Venta de Hurtos y Rapiñas, al mando del subcomisario Halder Fagúndez. Los funcionarios de esta repartición desde hace tiempo llevaban a cabo pacientes diligencias, ya que tenían conocimiento que una entrega de cocaína estaba por llevarse a cabo.

En la mañana del pasado viernes se estableció que el contacto se iba a realizar en una de las esquinas que conforman el cruce de 18 de Julio y Pablo de María. Allí los policías detuvieron a José Luis Radunz Porto, un brasileño, ciudadano legal uruguayo, de 33 años.

En su poder se incautó un bolso que el interior contenía un gran paquete. El mismo fue abierto y tenían a su vez otros cinco sobres con un kilo de cocaína pura cada uno. En un primer momento el detenido negó saber que el bolso contenía droga, pero finalmente admitió la verdad.

Merced a sus declaraciones, fue arrestado Juan Víctor Gadea Sotelo, de 44 años. Este fue quien presentó al brasileño, al sujeto propietario de la cocaína quien la introdujo al país.

El individuo que se encuentra aún prófugo, la pagó determinada cantidad, pero que entregara el cargamento a otro hombre precisamente en le citada esquina de la zona del Cordón. A su vez ese otro "narco" que no se presentó en el citado lugar, tenían como misión, transportarla a España.

Como señalamos en nuestra pasada edición, el brasileño y el uruguayo, comparecieron ante la Justicia y fueron enviados a prisión por el artículo 31 de la Ley 14.294, tenencia y transporte de cocaína. Otras dos personas indagadas por este caso recobraron su libertad.

Importantes derivaciones

Pero las pesquisas arrojaron insospechadas derivaciones, cuando se estableció que el sujeto prófugo, o sea quien introdujo el estupefaciente, había adquirido en Estados Unidos, cinco máquinas, tractores y retroexcavadores, presuntamente compradas con el dinero de la venta de la droga.

Sin bien la documentación de la maquinaria está en regla, el magistrado en lo Penal de 19a. Turno dispuso su incautación por ahora, hasta que se pruebe debidamente su procedencia. Los vehículos, eran utilizados en una chacra emplazada en la zona de Alto Melilla.

También esta organización, que según se desprende de las pesquisas venían operando desde hace tiempo en nuestro país, utilizaba teléfonos celulares para comunicarse con el exterior. En efecto, los aparatos fueron incautados y se comprobó que de los mismos, habían realizado llamadas a Bolivia, España, Bélgica, Alemania, Grecia y Estados Unidos.

De esto se desprende que hablaban con sus contactos, ya sea para la adquisición de la droga, como su colocación en Europa.

Se presume que esta banda de narcotraficantes, está integrada por numerosos delincuentes que operan no sólo en nuestra capital sino también en todo el territorio nacional. Montevideo en este caso es utilizado como puente para llevar la vil mercadería al exterior.

Por otro lado el dinero obtenido de este sucio negocio, sería "lavado" mediante la compra de maquinaria o terrenos en nuestra capital y Canelones.

Las investigaciones continúan y saldrían a luz otros interesantes detalles sobre esta temible organización.

La Reunión de Nápoles

LA MULTINACIONAL DEL CRIMEN ESTA FUERA DE CONTROL

EL MUNDO

NAPOLES, 21 (por Julio Fuentes de "El Mundo"). — Las 164 delegaciones representadas en Napoles, bajo el auspicio de Naciones Unidas, parecen reconocer implícitamente que la "multinacional" del crimen organizado esta fuera del control de la mayor parte de los Estados, especialmente los menos desarrollados. En muchos países el poder económico y la organización operativa de las "mafias" supera los recursos de los gobiernos, cuando no los "compra".

La Conferencia Mundial Ministerial de Naciones Unidas sobre el Crimen Organizado Internacional, en la que participan 21 ministros del Interior y 43 de Justicia —con la destacada ausencia del "superministro" español Juan Alberto Belloch— pretende crear la base de una estructura "global" de colaboración internacional para combatir la "multinacional del crimen" y la alianza de mafias que la sustenta.

En su discurso inaugural, el Secretario General de Naciones Unidas, Boutros Ghali, afirmó que las mafias sin fronteras controlan desde el tráfico de armas y drogas, la prostitución, el "reciclaje" del dinero negro, el comercio de órganos humanos y de emigrantes clandestinos, hasta el tráfico de tecnologías nucleares.

"Estos son tan sólo algunos ejemplos de nuevos mercados que alimentan al crimen internacional contemporáneo".

Una "multinacional" cada vez más profesional y anónima, principal beneficiaria de un mundo —especialmente la Unión Europea— sin fronteras. Una de las conclusiones de la primera jornada de esta conferencia —para muchos inútil y costosa— es la creciente "debilidad" de los Estados frente a las "mafias".

Según palabras de Ghali, el crimen organizado provoca la "gangrena" del mundo financiero, corrompe a la clase política quebrando la credibilidad de las instituciones y mina la democracia.

La receta de Ghali para combatir la multinacional de crimen *no es nueva*. El secretario de la ONU propone contactos frecuentes a todos los niveles entre los jueces y las policías de los países, una "estrecha coordinación" entre todos los Estados que padecen el "fenómeno mafioso" y ayuda económica al desarrollo de las naciones pobres "donde, a causa de la pobreza, "prevalece la ley de la selva".

Además, las Naciones Unidas proponen algo que, por el momento, no es más que una lejana utopía: la "armonización" de las diferentes legislaciones nacionales en materia de criminalidad para facilitar las extradiciones. Para la ONU es "vital" que los delincuentes no puedan escapar a la acción de la Justicia encontrando "amparo y asilo" en los "santuarios" que les brindan las "lagunas jurídicas".

Los países ex comunistas, donde la mafia —especialmente la Cosa Nostra y la Camorra italianas— operan con casi total impunidad, se han convertido en "repúblicas criminales".

La mafia rusa compra a la Cosa Nostra dólares perfectamente falsificados, mientras los sicilianos y napolitanos adquieren en la ex Unión Soviética, a través de una potente red, tecnología nuclear y bacteriológica, además de verdaderos arsenales de guerra convencional

Nº DOCUMENTO 5509298
TITULO Brasil: Detectives de la Police vinculados con el tráfico de armas. —
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA DE PROCESO 22/4/95
VINCULACIONES 11176 11422 11019
65092 11351 11514
509482 11352
11214 11354
11229 11341

CRUZADO

Detetives forneciam armas para tráfico

A quadrilha formada por três policiais foi descoberta por agentes da Corregedoria do Rio

Rio

A Corregedoria de Polícia Civil desmantelou ontem uma quadrilha de policiais e informantes possivelmente envolvidos com desmonte de carros e com venda de armas para traficantes. A operação, comandanda pelo ex-secretário de polícia Mário Covas — atualmente na Divisão de Assuntos Internos — começou às 8h30m de quinta-feira e só acabou na madrugada de sexta-feira, quando foram encontrados cinco carros (dois eram roubados e os demais não tinham registro no Departamento Nacional de Trânsito, Detran) e quatro motocicletas (duas importadas) num condomínio em Jacarepaguá, Zona Norte do Rio, onde moram dois policiais e uma escrivã.

A quadrilha começou a ser desbaratada com a prisão do informante Arnaldo José da Silva, que delatou para a polícia o local onde estavam os carros e as armas, que seriam repassadas para os traficantes. Agentes da corregedoria estiveram no apartamento do detetive Wellington Diogô da Silva, da carcereira Valéria Pinto Manhães e do também detetive Quintino Pedro. No apartamento de Wellington, a polícia encontrou munições para fuzis AR-15, HK-47 e FAL, escopeta 12, pistolas e revólveres, além de uma metralhadora Inaltec americana, uma pistola automática, coletes à prova de balas e uma mira a laser, privativa das Forças Armadas.

No apartamento de Quintino, além de armas, foram apreendidos sacos de embalar entorpecentes e uma pequena quantidade de maconha e de cocaína. Até ontem, a polícia não sabia ainda explicar o envolvimento da escrivã Valéria Manhães. Por não terem sido flagrados em casa, os policiais responderão um inquérito na corregedoria em liberdade, mas deverão ser expulsos da corporação.



Material valioso: os policiais apreenderam carros e motos

C1-C1

9509298

Traficantes usam a Internet

☐ Com ajuda da tecnologia, os grandes traficantes internacionais encontraram um meio de driblar os microfones e os sofisticados aparelhos de escuta das polícias de vários países. Para se comunicar, eles já começaram a usar a rede internacional de informática, a Internet. O alerta foi dado a 12 promotores brasileiros por Jorge Rios Torres, especialista do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Os representantes do Ministério Público brasileiro passaram um mês em Nova York e Miami fazendo cursos de repressão ao tráfico, à lavagem de dinheiro e a crimes do colarinho branco. "Eles avisaram que é fundamental ter a ajuda diária de analistas de sistemas especializados no assunto", explicou o procurador de Justiça de São Paulo Paulo Mário Spina.

SEMINÁRIO

Começa debate sobre drogas no trabalho

☐ Começa segunda-feira, em Porto Alegre, a segunda conferência internacional da área privada sobre drogas nos locais de trabalho e na comunidade. A conferência é uma iniciativa da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas e conta com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo do encontro é discutir o impacto do uso de drogas na produtividade e promover uma ação conjunta do setor privado e da comunidade. Especialistas da Europa e da América Latina participarão da conferência, que terá a presença do vice-diretor-executivo do Programa para o Controle de Drogas em Viena, Bertrand de Fondaumiere.

ONU ajuda a prevenir drogas

O convênio firmado com o Sesi prevê uma pesquisa com trabalhadores

Dentro de três anos, cerca de 24 mil empregados de 30 empresas do Rio Grande do Sul e suas famílias terão passado por um programa de prevenção ao uso de drogas, incluindo o álcool e medicamentos. A medida está prevista no convênio de quase US$ 1,6 milhão assinado ontem em Porto Alegre entre os representantes do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas (Pnucid). O acordo marcou a abertura da 2ª Conferência Internacional da Área Privada sobre Drogas Nos Locais de Trabalho e na Comunidade, realizada na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), em Porto Alegre.

O convênio tem como base a pesquisa sobre uso de substâncias psicoativas desenvolvida entre janeiro e novembro de 1994 pelo Sesi. Um levantamento feito entre 834 trabalhadores de 27 indústrias do Rio Grande do Sul indicou que o álcool é a substância de maior utilização — 90,3% dos informantes ingeriram bebidas alcoólicas alguma vez na vida. Destes, 45% são bebedores sistemáticos. Os dados apontaram um uso expressivo — 70% — de medicamentos como calmantes e anorexígenos.



"O trabalho vai contribuir para uma nova metodologia"
DAGOBERTO GODOY
Presidente do Sesi-RS

Entre as drogas ilícitas, desponta a maconha, seguida dos solventes e da cocaína.

"Estima-se que, em todo o mundo, o faturamento do mercado de drogas seja de US$ 400 bilhões a US$ 500 bilhões anuais, o equivalente a 10% do comércio mundial", informou Bertrand Juppin de Fondaumière, vice-diretor executivo do Pnucid em Viena. "Esse dinheiro não é investido de maneira positiva nas indústrias e traz conseqüências negativas no emprego".

O projeto do Sesi e da ONU tem como objetivo reduzir o abuso de drogas no local de trabalho e na família, com a criação de programas preventivos em empresas vinculadas à Fiergs. Entre as conseqüências, as principais são a falta ao trabalho, acidentes, perda de produtividade, custos de contratação de pessoal e de reabilitação. Como não há como calcular os custos destas perdas, a ênfase no momento é no sentido de analisar a realidade atual e implementar formas de intervenção. "O trabalho a ser realizado vai contribuir para a construção de uma metodologia a ser usada pela ONU no mundo para controlar o uso de drogas", observa Dagoberto Lima Godoy, presidente da Fiergs e do conselho regional do Sesi.

A implantação do programa deverá significar uma importante redução na incidência de acidentes de trabalho, número de faltas e licenças por doença nas empresas. A expectativa é que, no final de três anos, o programa terá sido adaptado à cultura e realidades do setor privado no Estado. A intenção é treinar 130 técnicos do Sesi e de outras empresas, para divulgar o modelo proposto e, principalmente, provocar a mudança de atitude sobre o uso de substâncias psicoativas entre trabalhadores.

Adolescentes morrem em nova chacina na Grande SP

Quatro homens armados e encapuzados mataram na madrugada de ontem, em Franco da Rocha, os irmãos Pedro Silva Moura, 17 anos, e os gêmeos Samuel e Débora Silva Moura, 14 anos. A PM chegou ao local 20 minutos depois, houve troca de tiros, mas os criminosos escaparam, porque, segundo policiais, a falta de iluminação na rua dificultou a perseguição. Foi a 15ª chacina registrada na Grande São Paulo este ano. Página C1

Três irmãos morrem na 15ª chacina do ano

Garoto de 17 anos e casal de gêmeos de 14 são mortos por 4 encapuzados em Franco da Rocha

IVANA MOREIRA
Especial para o Estado

Três adolescentes foram mortos na madrugada de ontem, em Franco da Rocha, na Grande São Paulo, na 15ª chacina registrada na região metropolitana este ano. Segundo testemunhas, quatro homens armados e encapuzados invadiram a casa no número 210 da Rua Rainha, no Bairro Vila Rosa, por volta das 2h40, e mataram os irmãos Pedro Silva Moura, de 17 anos, e os gêmeos Samuel e Déborah Silva Moura, de 14.

Na casa, além dos adolescentes assassinados, estavam outros três irmãos e um cunhado. Uma das irmãs, Míriam Silva Moura, de 20 anos, estava na garagem e conseguiu escapar para buscar ajuda. Quando a Polícia Militar chegou ao local, 20 minutos depois, houve troca de tiros, mas os criminosos conseguiram escapar. Segundo os policiais, a falta de iluminação na rua dificultou a perseguição.

De acordo com a delegada de plantão do distrito policial de Franco da Rocha, Isabel Cristina Ferraz, há fortes indícios de que o crime tenha sido cometido por traficantes de drogas da região. Há dois meses, Ester Gomes de Moura, também irmã dos menores, mudou-se para Santa Catarina, com o marido, Adelson, fugindo de uma quadrilha de traficantes de crack. Segundo a própria família, Adelson tinha dívidas altas com os traficantes.

Parente tinha dívidas com traficantes

Testemunha — Em seu depoimento, outro irmão das vítimas, David Gomes de Moura, de 19 anos, que presenciou o crime, afirmou ter escutado a seguinte frase: "Se não paga, a gente vem e cobra".

Moradores da Rua Rainha estão revoltados com o crime, mas evitaram falar com a polícia ou com a imprensa, por temer represálias. Desconsolado, o pai dos garotos, Severino Gomes Moura, também não quis falar sobre o crime.

Na noite do assassinato, Moura, que veio de Pernambuco para melhorar de vida em São Paulo, estava trabalhando como garçom numa festa na Capital. Durante o dia ele trabalha como mensageiro de um hotel em Franco da Rocha e, à noite, costuma fazer bicos em bufês para aumentar o orçamento doméstico. Os filhos, que já estavam acostumados a ficar sozinhos, mantinham as portas trancadas e eram orientados a não receber estranhos na ausência do pai.

A tia das vítimas, Maria do Carmo Gomes de Almeida, disse que seus sobrinhos não usavam drogas, eram humildes e ótimos filhos. "Eles já sofriam tanto com a pobreza e não mereciam passar por isso", afirmou. Evangélica, Maria do Carmo disse esperar pela justiça divina para punir os bandidos. "Só confio na lei de Deus."

Hoje a polícia continuará a ouvir o depoimento dos vizinhos e da família, inclusive da mãe, Vanda Emília Silva Moura, que é separada do marido e mora no Rio Grande do Sul. O enterro será realizado às 10 horas, no Cemitério da Paixão, em Franco da Rocha.



Casa da família Moura, em Franco da Rocha: depois do triplo assassinato, encapuzados trocam tiros com PMs e conseguem fugir

[illegible] Goto Filho/AE



Severino Gomes de Moura [illegible] filhos não podiam abrir a porta a estranhos

Desde janeiro, 54 pessoas já foram mortas

Franco da Rocha teve outra chacina este ano, em janeiro, também com 3 vítimas

O número de mortos em chacinas este ano saltou para 54 com a execução ocorrida ontem em Franco da Rocha, a 15ª do ano na região metropolitana. Além desta, houve uma outra na cidade, em 20 de janeiro: três pessoas foram mortas, supostamente por dívidas com traficantes.

O município detém um triste recorde. Ali, no dia 7 de outubro, 12 pessoas foram executadas, na pior chacina do Estado, ao lado de uma outra ocorrida em Taboão da Serra, em 12 de junho.

As duas primeiras chacinas deste ano aconteceram no dia 14 de janeiro, no Parque Santo Antônio e no Jardim Herculano, ambos na Zona Sul. O resultado foi a morte de seis pessoas, duas delas menores de idade. Desde então, os números da violência na região metropolitana dispararam.

As maiores execuções, exceto a do dia 15 de fevereiro, na Vila Brasilândia, Zona Norte, que deixou cinco mortos, ocorreram em cidades da Grande São Paulo. Três garotos foram mortos, um ficou ferido e um fugiu em Suzano, no dia 16 de março. Os cinco tinham passagens pela polícia.

Cinco dias depois, três pessoas foram assassinadas numa casa da Rua Antônio Carlos Gomes, 120, no Jardim Santo Antônio, em Francisco Morato. Os autores do crime foram dois encapuzados. Duas das vítimas estavam foragidas da Justiça e viviam do tráfico de crack e cocaína.

Quase um mês depois, a cidade voltou a ser palco de uma chacina — a quinta desde outubro [illegible], em que foram mortas cinco pessoas da mesma família. A polícia tem duas hipóteses sobre a causa do crime: envolvimento das vítimas com tráfico de drogas ou ação de assassinos de aluguel.

03-03

Denuncias de irregularidades obrarían en poder del diputado forista Ariel Lausarot

Preocupa en el departamento de Colonia el eventual avance en distribución de drogas

■ El jefe de Policía de Colonia, inspector Hugo Pintos, aseguró este jueves en rueda de prensa que "ya he pedido una auditoría, sin que nadie me indicara que tenía que hacerlo", respondiendo a una interrogante que se le formulara sobre denuncias por presuntas irregularidades administrativas durante el período anterior, que obrarían en poder del diputado forista Ariel Lausarot.

Sin eludir el tema, aunque con declaraciones breves y tajantes, Pintos indicó también que hasta el momento no ha recibido "ningún material sobre el particular" y comentó que "si el señor diputado lo ha presentado, lo habrá hecho por otras vías".

Igualmente cáustica fue su respuesta cuando se le preguntó por una reciente resolución de la Junta Departamental de Colonia, en apoyo a un planteo del edil herrerista Ricardo M. Planchón sobre el avance de la distribución y consumo de drogas en este departamento.

"No necesariamente tengo que esperar que el tema se trate en la Junta para proceder. Ya empezamos a hacerlo sin esperar lo que diga la Junta", indicó el inspector Pintos, quien en la oportunidad se encontraba acompañado por el nuevo subjefe de la institución, inspector mayor Sergio Santiago Solari Santucho.

Respecto a la intensificación de patrullajes en todas las localidades, remarcó Pintos que "eso va a continuar, porque cuando asumí en este cargo dije que lo primero que quería hacer era prevenir el delito. Si ahora se ha comenzado a notar mayor movimiento de funcionarios policiales es porque empezamos a cumplir con lo que queremos hacer".

No estuvo ausente en el diálogo el tema del posible puente Colonia-Buenos Aires y su incidencia en este medio, tanto en el incremento de hechos delictivos como en las posibilidades reales de nuestra policía para hacer frente a tal situación.

Pintos Funes dijo en ese sentido que "el impacto del puente ha sido estudiado a otro nivel ministerial. Cuando la obra se inicie, la Policía será enterada del impacto que podrá sufrir". Por último, con relación a posibles cambios de funcionarios en las distintas seccionales del departamento, el jefe de Policía coloniense no ocultó que "quizás los haya, a veces son necesarios".

UN ITALIANO DETENIDO EN EZEIZA

Siete años para un narco

Un italiano detenido en el aeropuerto de Ezeiza cuando intentaba salir del país con **dos kilos de cocaína** fue condenado por la Justicia argentina a 7 años **de cárcel** de cumplimiento efectivo. **Leandro Bianchini**, de 41 años, había sido detenido el 22 de abril de 1993, antes de subir a un avión hacia Roma con dos paquetes de cocaína **pegados con cinta adhesiva sobre el estómago y la espalda.**

La decisión estuvo en manos del Tribunal Oral en lo Penal Económico Nº 3, integrado por los jueces **Clelia Oliva Hernández, Fernando Oyuela y Ernesto Gandolfi.**

Maliciosos

Durante el juicio oral hubo un inusual tono de dureza del fiscal y los jueces. En la sentencia, los jueces afirmaron que los abogados defensores de Bianchini hicieron **"planteos maliciosos"** y denuncias **"tan infundadas como malintencionadas"**, con tal de obtener la libertad de su cliente.

Además, el fiscal **Jorge Pezzano Rava** pidió que la Policía Aeronáutica **"prepare mejor a su personal"** para evitar que se "enturbien" los procedimientos correctos.

El hecho ocurrió hace dos años, cuando Leandro Bianchini fue detenido en Ezeiza por guardias de la Policía Aeronáutica. Le sacaron dos paquetes que contenían **un kilo de cocaína** cada uno.

Durante el juicio oral, Bianchini dijo que todo se debió a un "malentendido" porque no le leyeron sus derechos ni pusieron un traductor que le permitiera entender lo que le decían los policías.

Sin embargo, un empleado del aeropuerto declaró que Bianchini hacía tres años que volaba frecuentemente a la Argentina y que **dominaba perfectamente el idioma castellano.**

Aunque los defensores intentaron invalidar la detención por supuestas irregularidades en el procedimiento, los jueces refutaron cada uno de sus argumentos y mandaron al italiano a la cárcel.

Trabajo comunitario en prevención y tratamiento de la drogodependencia

■ Hay 4 cupos de becas para asistir al curso en Chile El plazo para presentarse vence el próximo viernes

El Comité Nacional Uruguayo del Proyecto Formación de Personal Socio Sanitario en el Campo de la Reducción de la Demanda de Drogas anuncia la realización del tercer curso chileno de intervenciones comunitarias, auspiciado por Grupo IGIA de Barcelona y la Unión Europea.

El mismo se llevará a cabo en Santiago de Chile entre el 14 y el 30 de mayo de 1995.

Está dirigido a:

* educadores populares que trabajan en prevención de farmacodependencias;
* operadores de primera línea de programas sociosanitarios en farmacodependencias;
* líderes comunitarios que estén vinculados directamente a programas sociosanitarios de prevención o tratamiento de drogodependencias.

Entre los aspirantes se adjudicarán 4 becas que cubren pasajes de ida y vuelta y estadía.

Las bases se pueden retirar en: Comité Nacional Uruguayo Proyecto Cono Sur - Instituto del Hombre - Mercedes 1570, Montevideo. Tel. 49 74 22 - Fax: 49 65 33. De lunes a viernes de 10.30 a 18.30.

Atención: El plazo para presentar las postulaciones vence el 28 de abril de 1995 a las 18.30 horas.

■ Por información acerca de becas, cursos, concursos, premios y subsidios en áreas específicas, dirigir las consultas por carta a la redacción de Guía de Becas, Cursos, Concursos y Recursos, Avenida Rivera 2410 of. 102, Tel. 75-61-32, por fax al 77-20-91 o al 95-11-69 o por correo electrónico a chasque ¡diby, indicando todos los detalles de la oportunidad a que se busca acceder, las condiciones académicas del postulante y el número de teléfono.

Todas las consultas recibirán respuesta.

Cayó una banda en Misiones que cambiaba automóviles por droga

Intercambio: los vehículos se canjeaban en el Paraguay por estupefacientes o eran vendidos a unos 3000 dólares.

POSADAS.- La policía de esta provincia desbarató las actividades de una banda cuyos integrantes se dedicaban a robar automóviles -en su mayoría Fiat Duna- para luego cruzarlos al Paraguay en precarias embarcaciones a través del río Paraná, donde los vendían o canjeaban por drogas.

De acuerdo con los informes proporcionados por la Dirección de Investigaciones, tras una prolongada pesquisa, se logró detener a dos integrantes de la gavilla, identificados como Julio Delfederico, argentino, de 22 años, y Rubén González, paraguayo, de 30.

"Marcaban" los 0 Km

Junto con otros delincuentes se dedicaban primero a "marcar" los automotores y efectuar copias de sus llaves, cuando los vehículos eran entregados a una conocida firma concesionaria de automotores de Posadas, para efectuar el primer service correspondiente a los 1000 kilómetros.

Allí se contaba con la complicidad de un empleado infiel y luego otro hacía el seguimiento hasta ubicarlo en algún punto de la ciudad, donde eran fácilmente robados con la llave duplicada.

A cuánto se vendía lo robado

Se calcula que 18 vehículos fueron sustraídos de esa manera y luego vendidos en Paraguay a un valor promedio de 2500 a 3000 dólares. Allí resulta muy fácil registrarlos a través de un simple trámite notarial y luego inscribirlos con papeles provisionales en cualquier municipalidad paraguaya, ya que el vecino país carece de un registro único de automotores.

En otro casos los autos argentinos robados se canjeaban por drogas y proseguían viaje hacia Pedro Juan Caballero, localidad paraguaya fronteriza con el Brasil, o hacia Bolivia, a través del Chaco.

La policía misionera estima que en las próximas horas podrían ser arrestados los demás integrantes de la gavilla y se tomará contacto con la policía de Paraguay para continuar con la investigación del caso, en la creencia de que en el tráfico de coches robadas hay muchos ciudadanos de ese país implicados.

Zapatillas "blancas"

Augusto Cordero Ugarte, un peruano conocido como **El Zapatero**, fue detenido ayer en Dock Sud por la División Narcotráfico de la Policía en Quilmes con 1 kilo 300 gramos de cocaína que llevaba en el doble fondo de sus zapatillas, informaron fuentes policiales.

Cordero Ugarte *viajaba 2 veces por mes a Perú y traía*, según el comisario inspector **Carlos Miniscarco** de Narcotráficos, "**unos 10 kilos de cocaína en cada viaje**" que distribuía en el sur del Gran Buenos Aires. La Policía usó perros que detectaron la cocaína en las zapatillas.

Según fuentes policiales, Ugarte no trabajaría solo y tendría un cómplice apodado "**Machuca**" quien sería el encargado de "**aguantar**" la droga en su departamento ubicado en "Fuerte Apache", un barrio "pesado" en Ciudadela. La causa está a cargo del juez Federal Manuel Humberto Blanco de La Plata.

Cocaína en zapatillas

LA PLATA.- Un narcotraficante internacional ingresaba cocaína de máxima pureza desde su país en zapatillas ahuecadas y vendía la droga en la zona zur del conurbano.

La historia delictiva del "Zapatero", tal el mote de Augusto Ugarte, de 41 años, terminó cuando cayó en poder de la Policía Bonaerense.

Tras un seguimiento practicado desde hace tres meses, los agentes de la División Narcotráfico Quilmes comprobaron que el individuo se refugiaba en la villa de emergencia 31, en Retiro.

Por las noches, en un Ford Taunus o en un Peugeot 505, Ugarte se desplazaba con sus zapatillas ahuecadas, rellenas de la mencionada droga, y permanecía en una de las viviendas del complejo Ejército de Los Andes, conocido como Fuerte Apache, en Ciudadela norte.

Con instrucciones precisas del juez federal Manuel Humberto Blanco, los agentes esperaron el momento de pescar in fraganti al narcotraficante. Lo consiguieron al interceptarlo en Las Heras y Espejo, en la Isla Maciel, cuando transportaba 1,300 kilogramos de cocaína en uno de los coches.

Ugarte fue apresado frente a un bar y en el momento de su detención se le encontró un pasaporte peruano y un teléfono celular.

Apreendidos 200 quilos de maconha em avião

Três homens foram presos e serão indiciados



Recorde: Bagé teve a maior apreensão da droga no Estado

Bagé

A Polícia Federal de Bagé apreendeu na madrugada de ontem 200 quilos de maconha que estavam dentro de um avião monomotor argentino encontrado pela Brigada Militar no distrito de Taquarimbó, localidade de Lavras do Sul. Conforme os policiais, o piloto do avião, Ariel Edson Ferre Ricali, de 57 anos, viajava do Paraguai em direção a Bagé, mas teve de fazer um pouso forçado por volta das 20h de domingo devido à falta de visibilidade.

Ricali desceu próximo à estrada que liga Dom Pedrito a São Gabriel e foi de carona até Bagé para procurar Orlando Oxanda Baratz Vieira, de 37 anos, e Jobel Borba Cavalheiro, de 35 anos, que iriam receber a droga. Ao mesmo tempo, a Brigada Militar de Lavras do Sul foi avisada do pouso e foi até o local para prestar socorro ao piloto. Ao ser realizada a vistoria, os PMs encontraram a maconha prensada em quatro caixas de 50 quilos cada.

Os policiais federais de Bagé foram avisados e ficaram de plantão no local para esperar a volta de Ricali. Por volta das 4h da madrugada de segunda-feira, o piloto retornou com Vieira e Cavalheiro, e os três foram presos em flagrante. Ontem, eles foram levados para o Presídio Regional de Bagé, onde ficarão à disposição do juiz federal do município.

Segundo o delegado da Polícia Federal de Bagé, José Gabriel Correa Silveira, Ricali, uruguaio e residente naquele país, Vieira, também uruguaio e que mora em Bagé, e Cavalheiro, brasileiro e morador no município gaúcho, serão indiciados por tráfico internacional de drogas. A pena prevista para o crime é de cinco a 15 anos de prisão. "Esta apreensão confirma que o município de Bagé está entrando para a rota internacional de drogas", afirma o delegado Silveira.

Em agosto do ano passado, cerca de três toneladas de maconha foram apreendidas no município — a maior apreensão da droga já registrada no Estado. A carga vinha do Paraguai e seria levada para um sítio em Bagé num caminhão de Umuarama (PR) para depois ser vendida em Porto Alegre.

Nº DOCUMENTO

TITULO ________

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCED. 14/5/85

VINCULACIONES 11176 66423 507482 650922 11351 05554 507466 11352 192214 11229 11226 11354

ENTRADO ________

CRUZADO ________

Aterrizaje Forzoso de Avioneta en Brasil Dejó al Descubierto Organización

URUGUAY INGRESO AL TRAFICO AEREO DE DROGAS

EL PAIS en Bage, Brasil

• por FREDDY FERNANDEZ

En la madrugada del 24 de abril cuando pretendía ingresar a territorio uruguayo proveniente de la localidad de Capitán Bado (Paraguay) el piloto de la aeronave Cesna Mono motor CX BBI, un uruguayo de 57 años de edad, debió realizar un aterrizaje forzoso ante dificultades en el avión que afectaron considerablemente el tren delantero. El piloto abandonó la aeronave en Lavras Do Sul con 186 kilos de marihuana de extrema pureza y al retornar seis horas después en compañía de otras dos personas (entre ellos otro compatriota) fueron detenidos por funcionarios de la Policía Federal que recibieron el alerta de vecinos ante una maniobra que consideraban sospechosa. Los detenidos, acusados in fraganti de "tráfico internacional de droga" fueron trasladados de inmediato a Bagé donde prestaron declaraciones, primero ante la Policía, oportunidad en que los uruguayos permanecieron en silencio y luego ante la Justicia Federal, mientras que el piloto brindó su versión de lo ocurrido, acusando incluso a quienes lo contrataron en nuestro país.

La trascendencia de la maniobra, y las insospechadas alternativas que quedan abiertas ante la especial ubicación geográfica de esta ciudad llevaron a que EL PAIS se trasladara al lugar e intentara dialogar con los detenidos, cosa que no fue posible, en virtud de que no obtuvo una respuesta favorable de los mismos.

De todas formas el diálogo mantenido con el Juez Eduardo Tonetto Picarelli y con el abogado Luiz Bulcão, además de informaciones recabadas en la propia sede de la policía Federal permiten trazar un panorama bastante claro de este significativo episodio, donde no sólo está en juego la detención de los acusados, sino que también se anota un interés muy particular por lograr develar todo el entramado del tráfico de drogas.

Un elemento llamativo sin dudas no sólo representa el hecho de que el abogado defensor admita haber trabajado en causas similares, sino que posee un profundo dominio del idioma español y en su vehículo aparecen calcomanías de Punta del Este, lo que hace pensar que es un visitante asiduo del balneario, a lo que se debe agregar que al abandonar el juzgado era aguardado por una cliente que en ningún momento habló ante el equipo periodístico de nuestra empresa, además de una llamativa y prolongada conversación mantenida con el chofer de una camioneta de matrícula argentina al que le enseñó el expediente que acababa de retirar del Juzgado.

Bagé puede convertirse en un punto indicado para el tráfico de drogas, su proximidad con Uruguay, sus buenas carreteras y la cercanía del puerto de Río Grande son algunos de los elementos que permiten distintas conjeturas, a lo que se debe agregar que los funcionarios policiales consultados admitieron estar recabando información para confirmar que ésta es una ruta de tránsito fácil para la droga, especialmente porque los controles son casi nulos.



Con el expediente judicial de los uruguayos en su mano izquierda, el abogado mantuvo un diálogo misterioso con los ocupantes de una camioneta matriculada en Argentina

9509307

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA 14/5/95

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Abogado Dice que no Cayeron "in Fraganti"

El abogado defensor de los ciudadanos uruguayos acusados de Tráfico Internacional de Drogas es el Dr. **Luiz Bulcão**, un profesional que en Bagé es considerado como uno de los mejores, y paralelamente, como un profesional caro. El jurista accedió a dialogar con EL PAIS, sin imponer grandes condiciones, salvo que lo acompañáramos desde el Juzgado hasta su despacho. Lo significativo sin embargo no fue ello, sino que en el exterior de los tribunales, se dirigió a una camioneta matrícula argentina, oportunidad en la que mantuvo un prolongado diálogo con el conductor del rodado, al que le mostró el voluminoso expediente que tenía entre manos, casualmente el mismo en el que están contenidas todas las actuaciones en este procedimiento.

El Dr. Luiz Bulcão afirma que el piloto del avión "al tener inconvenientes con la nave la abandonó en Lavras Do Sul y vino hasta Bagé en procura de un mecánico, a quien conocía y cuya costumbre es la de auxiliar a todos los coterráneos que a él recurren" y cuando retornaban al avión "fueron detenidos" lo que conduce a afirmar que "no se trata de una prisión in fraganti" por lo que la tesis del defensor apunta a probar que todos los involucrados desconocían las características de la carga. En el expediente judicial el piloto habría proporcionado los nombres de las personas que lo contrataron en territorio uruguayo para hacer un viaje que tenían como punta inicial la localidad de Masoller y un ingreso a territorio nacional siempre de acuerdo con las declaraciones del detenido, en Río Branco, donde aterrizaría en una pista, que aparentemente no encontró, por lo que estaba retornando a Masoller, siempre en función de lo que admite su defensor fueron las declaraciones del acusado ante la justicia.

El Dr. Luiz Bulcao, cuyos antecedentes como profesional son reconocidos en la esfera judicial, admitió que la defensa de acusados por tráfico y tenencia de estupefacientes no es algo novedoso, aunque reconoce que en la mayoría de los procedimientos le ha tocado perder en los estrados, cosa que pretende revertir en esta situación.

9509307

C3

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCESO 14/5/85

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Llevaban un Cargamento de 186 Kilos de Marihuana

El avión Cesna, monomotor, matrícula CX B.B.I., carente de documentación habría partido de la localidad de **Masoller** y luego de cargar, aparentemente en **Capitán Bado**, un total de 186 kilos de marihuana, distribuidas en ladrillos de cinco y ocho kilos, inició su viaje de retorno a nuestro país, para ingresar probablemente por la localidad de **Cerrillada** donde la aeronave haría un aterrizaje de emergencia para descargar su contenido, el que luego continuaría viaje por territorio uruguayo hacia Montevideo, para luego ingresar al circuito de comercialización del estupefaciente.

La droga incautada tiene un valor cercano a los 186 mil dólares, aunque si su venta se da fraccionada puede duplicar dicho precio. Lo trascendente de este episodio es que en esta localidad hace menos de cuatro meses la Policía Federal detuvo un camión, cuyos conductores se dieron a la fuga, donde se practicó la requisa de una considerable cantidad de cocaína en estado de extrema pureza.

Bagé queda a menos de doscientos kilómetros de la frontera con Uruguay, ya sea por una zona de fácil acceso como lo es **Aceguá-Melo** o **Livramento-Rivera**, o por caminos vecinales de condiciones más adversas como lo pueden ser el tomar el atajo que conduce a Pueblo Cerrillada, desde donde luego se puede seguir viaje al sur de nuestro país sin grandes dificultades, ya sea utilizando la Ruta 27 o buscando la 6 para llegar a Montevideo sin grandes sobresaltos.

Los dos ciudadanos uruguayos en función de su condición de extranjeros hicieron uso del derecho constitucional que los ampara en Brasil y se negaron a prestar declaraciones ante la Policía Federal, no así ante el Juez a quien habrían brindado su propia versión de los hechos, en la que de alguna manera queda latente la posibilidad de que la aeronave estuviera cumpliendo un viaje regular con destino a nuestro país y ante la emergencia buscaron obtener el auxilio mecánico en Bagé, oportunidad en que fueron detenidos por efectivos de la Policía Federal. Aunque los funcionarios alegan que los detuvieron "in fraganti", su abogado sostiene que no es así, ya que fueron interceptados cuando regresaban a la aeronave, pero no en el interior de esta, lo que de alguna manera podría conducir a modificar el carácter de la detención, también se anota el argumento de que el piloto desconocía el tenor de la carga y para ello el defensor pretende contar con declaraciones de pilotos brasileños quienes alegarían que lo normal es contactar las condiciones de vuelo, pero nunca verificar el contenido de la mercancía.

Las sede del juzgado federal donde se tramita el expediente caratulado como tráfico internacional de estupefacientes

64

9509307

Investigan Conexión con Venta de Cocaína

La Policía Federal Brasileña proporcionó la identidad do los tres ciudadanos detenidos en la madrugada del 24 de abril en la localidad de Lavras do Sul, nombres que luego el juez por razones de orden procesal omitió mencionar, pero que el abogado defensor sin ningún tipo de reticencias confirmó en más de una oportunidad. Los detenidos son dos uruguayos, uno de 57 años, piloto del avión; otro de 37, con domicilio fijo en Bagé, y un brasileño de 35. Sobre éstos pesa la acusación prevista en el artículo 12 en combinación con los artículos 14 y 18 de la Ley 6368/76 que se identifica como "tráfico internacional de drogas" y cuya pena primaria de cárcel alcanza a un mínimo de tres años y en el caso de los ciudadanos orientales éstos no recuperarían la libertad ya que podría iniciarse un trámite posterior que conduciría a la expulsión del territorio norteño. Corresponde establecer que tanto los uruguayos como el brasileño carecen de antecedentes, pero los procedimientos legales vigentes en Brasil permiten su identificación en caso de haber sido detenidos "in fraganti".

El juez federal encargado de la causa, Dr. Eduardo Tonetto Picarelli indicó que la pena prevista por el código Penal Brasileño se extiende entre tres y quince años de penitenciaría para dicho delito. El magistrado informó que "la droga ha sido incinerada, por razones de seguridad" y ante la consulta de cuánto representa en efectivo sostuvo que "exactamente es muy difícil de precisar, pero es innegable que se trata de mucho dinero".

La legislación brasileña establece plazos perentorios cuando los acusados están detenidos, "y en este caso ya se cumplieron los interrogatorios, restando ahora que la defensa presente los descargos, luego debemos proceder a interrogar a los testigos de las dos partes", anotando que en este caso el Ministerio Público ya ha presentado un sinnúmero de testigos, no ocurriendo lo mismo con el abogado defensor. Una vez concluida esta etapa transcurre un nuevo plazo" en el que pueden presentar una nueva prueba y recién ahí el expediente llega a mis manos" afirmando que "el plazo no será menor a los 34 días y no mayor a los 38", etapa en que se conocerá la sentencia que puede ser apelada y tras ello vendrá una sentencia definitiva en un plazo no mayor a los cinco días.

DOCUMENTO 9509308 Ley sobre
TITULO Emiratos Arabes. Pena de muerte a los traficantes y cárcel a los consumidores. -
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA 25/4/95
VINCULANTES 11176 10034
507512
11233
11075
11421

ENTRADO //
CRUZADO

Prisão para viciados em drogas

Os Emirados Árabes Unidos aprovaram ontem uma lei que estabelece a pena de morte para os traficantes de drogas e prisão para os consumidores. Viciados em entorpecentes poderão ficar até quatro anos na cadeia, de acordo com a medida sancionada pelo Conselho de Ministros, dentro da política de combate às drogas iniciada em 1992.

9509308

CA-CA

Traficante capturado em Esteio

A operação conjunta da 1ª Delegacia de Canoas, Delegacia de Furtos Roubos Entorpecentes e Capturas (Defrec) e Delegacia de Esteio resultou ontem na prisão do traficante Ivo Liceu Pires, de 37 anos. Com um mandado de prisão, os agentes da 1ª DP flagraram Pires em sua casa acompanhado de outros cinco homens com 70 gramas de cocaina, 60 gramas de maconha e vários objetos roubados. "Fazia mais de um mês que nós e os investigadores da Defrec estávamos observando a casa dele", conta o delegado Flávio Conrado.

Junto com Pires estavam outros cinco homens que agora estão sendo investigados pela Polícia Civil. Caso não possuam antecedentes e nem sejam foragidos da Justiça serão liberados. Na casa do traficante, considerada pelos agentes da 1ª DP como um dos principais pontos de distribuição de drogas em Esteio, foram encontrados aparelhos de videocassete, televisor, máquina fotográfica, aparelho de som, toca-fitas, jóias e 21 relógios.

Pires já esteve preso por dois anos em São Leopoldo por tráfico de drogas. Ele garante não saber de onde vem a droga. "Nossa maior preocupação é acabar com estes pontos tradicionais de venda de drogas na Grande Porto Alegre", explicou o delegado Flávio Conrado.

Dos narcotizados intentan rapiña

Dos peligrosos delincuentes que estaban drogados y mediante agresión intentaron rapiñar a una mujer, fueron detenidos por efectivos del Cuerpo de Radio Patrulla en un electrizante procedimiento que tuvo lugar en la zona del Cerro al promediar la tarde de ayer.

Los policías actuantes luego de haber apresado a los frustrados asaltantes, incautaron los elementos que utilizaron para inhalar gases de cemento de contacto. Ambos sujetos se encuentran demorados en la Seccional 24ª donde son interrogados sobre dicho delito y por otros similares que se registraron en los últimos días en esa populosa barriada. Por orden del Magistrado de turno, los dos detenidos son conducidos a su despacho en la presente jornada.

Fue aproximadamente a la hora 17 de ayer, que la tripulación del patrullero 841, afectado a la vigilancia de la jurisdicción de la Seccional 24ª, observó que en las inmediaciones de China y Bogotá, dos individuos estaban agredieron brutalmente a una mujer con claros fines de rapiñarla.

Sin pérdida de tiempo los funcionarios se acercaron, pero los delincuentes al percatarse de la presencia del móvil policial desistieron de su actitud y se dieron a la fuga en dirección a una plazoleta ubicada en las cercanías.

Pese a su actitud, los maleantes fueron perseguidos hasta que fueron interceptados, y tras una breve lucha fueron dominados y detenidos. Al serles efectuado el cacheo correspondiente, no se les ubicó arma alguna, pero sí se constató que estaban drogados.

Luego de ser alojados en el carcelaje del patrullero, se realizó un pequeño rastrillaje de la zona, lo que permitió a los agentes ubicar e incautar los elementos adecuados para inhalar gases de cemento de contacto.

La víctima del frustrado atraco, reconoció sin lugar a dudas a los dos presos como los autores del latrocinio. Tras ser conducidos al local de la Seccional 24ª, se estableció que ambos son delincuentes conocidos, ya que registran numerosos antecedentes penales por la comisión de delitos contra la propiedad y la persona. Hoy los llevan a declarar ante el Juez Penal de turno.

Menor embestido está grave

Un niño de seis años que fue embestido por un ómnibus se debate entre la vida y la muerte. La infortunada criatura se encuentra internada en el Hospital Pereira Rossell, en tanto que el procedimiento fue asumido por efectivos de la Seccional 23ª de la Dirección de Seguridad.

Fue al mediodía de ayer, que en la intersección de Luis Batlle Berres y Santiago Artigas, el ómnibus matrícula 40.086 conducido por J.A.A.C. de 37 años, embistió al menor José Maximiliano Asis Hernández de 6 años.

El niño fue trasladado primariamente al Centro Coordinado del Cerro donde recibió la primer asistencial y luego derivado al Pereira Rossell donde quedó internado a consecuencia de las graves heridas experimentadas en el accidente.

Indagado el chofer del bus por los efectivos actuantes, manifestó que el niño salió sorpresivamente por detrás de otro ómnibus estacionado y a pesar de los esfuerzos que realizó no pudo evitar atropellarlo. El caso fue puesto en conocimiento de la Justicia.

Abortaron tráfico de drogas en el COMCAR

El suministrador llevaba la marihuana en la espalda

La Policía abortó un intento de tráfico de drogas en el Complejo Carcelario de Santiago Vázquez. Un individuo que ingresó a dicho establecimiento para visitar un familiar que actualmente se encuentra purgando condena por el delito de "rapiña" fue detenido al constatarse que pegado en su espalda tenía un paquete con varios gramos de marihuana.

El "visitante" fue detenido y derivado a la Dirección Nacional Antidrogas. Desde allí fue conducido ante la Justicia competente, donde luego de prestar declaraciones recuperó su libertad. Sin embargo los pesquisantes indicaron a **LA MAÑANA** que el procedimiento tendría importantes derivaciones, en virtud que sobre las declaraciones del hombre que fue indagado se obtuvieron importantes datos que conduciría sin lugar a dudas a la aprehensión de quienes ofician como grandes distribuidores en nuestra capital del mencionado alucinógeno.

Según nos fue señalado por fuentes oficiales, los hechos se registraron en horas de la tarde cuando al mencionado centro carcelario ingresaron familiares y allegados a los reclusos.

Como es pertinente la guardia interna del establecimiento realiza un cacheo a las personas que visitan el lugar y a los efectos que ingresan, para evitar de esa forma que les sea proporcionado a los maleantes que allí purgan condena, armas o cualquier otro elemento que pudieran utilizar en amotinamientos o intentos de fuga.

Exitoso accionar

Ante la información que recibió la Policía de que en el Penal de Santiago Vazquez se estaba consumiendo drogas por parte de los reclusos, la vigilancia se acentuó.

Obviamente el o los alucinógenos provenían del exterior de la cárcel, pero la pregunta era quién la ingresaba y la forma en que lo hacía.

Varios fueron los procedimientos que se iniciaron, hasta que en la cotidiana revisación, los agentes actuantes detectaron que un hombre que visitaba a un individuo procesado por el delito de "rapiña", tenía pegado en su espalda un paquete.

Al serle incautado, se pudo constatar que el mismo contenía varios gramos de marihuana. Esta situación, confirmó en cierta forma, el tráfico de drogas en dicha cárcel.

El presunto abastecedor fue detenido y conducido a la Brigada de Narcóticos, donde fue interrogado. Sus declaraciones no trascendieron, pero al ser puesto a disposición de la Justicia recuperó su libertad.

De todas formas, como citamos en líneas anteriores, de las declaraciones del sospechoso habrían surgido ciertos datos que conducirían en un futuro cercano, a la identificación y posterior captura de los distribuidores de referido alucinógeno en nuestra capital y departamentos limítrofes.

Arrebatadores en acción

Dos individuos que tripulaban aparentemente un vehículo robado despojaron a un cobrador municipal del dinero producto de la recaudación. El robo se registró ayer de tarde en la zona del Cordón por lo que fue denunciado en la Seccional 4ª de la Dirección de Seguridad.

Fue próximo a la hora 11, que la Policía fue alertada sobre el hurto del auto marca Fiat Uno que se encontraba estacionado en la intersección de Arenal Grande y La Paz.

Pasados pocos minutos de ese hecho, los efectivos que asumieron el correspondiente procedimiento, recibieron el aviso de que un hombre que se desempeña como cobrador de impuesto de la comuna había sido objeto de un robo mediante la modalidad del arrebato cuando se desplaza por Arenal Grande y Enrique Martínez.

Una vez de ser ubicado el mismo, manifestó que dos individuos le habían hurtado un maletín con todo el dinero recaudado hasta el momento y varios recibos por cobrar.

Los autores corrieron y aparentemente tripularon el rodado que recientemente se habían apoderado en la vía pública, "puente" mediante.

Nº DOCUMENTO 9509312

TITULO ONU. Estudio revela el gran aumento del consumo (RAFS)

PROCEDENCIA Zero Hora

27/4/95

11176 11230 65201
501889 11648
11603 10184
30044 507513
11421 507604
500145

ENTRADO
CRUZADO

Consumo de drogas cresce no mundo

O diretor do Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas, Bertrand de Fondaumiere, revelou que cerca de 200 mil viciados em drogas morrem por ano em todo o mundo. Fondaumiere apresentou um estudo mostrando que, de 1980 a 1990, os casos de mortes por drogas se multiplicaram por seis na Alemanha e Espanha e por cinco na Áustria e Itália.

01-01

9509312

Nº DOCUMENTO 9509313

TITULO COLOMBIA: Nuevo cartel productor de coca y amapola, "CARTEL DE ANTIOQUIA" —

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA 27/4/95

VINCULACIONES 11176 11071

65092 11275

65592 11662

11224

11354

ENTRADO

CRUZADO

Nuevo cartel de la droga en Colombia

BOGOTA, 26 (Reuter).- La policía de Colombia denunció hoy la aparición de un nuevo cartel de las drogas integrado por antiguos miembros de la organización que dirigió el ex rey de la cocaína Pablo Escobar.

También la integran narcotraficantes que estaban radicados en el sudoeste del país, donde eran buscados por las autoridades, según la policía. La naciente organización de narcotraficantes es conocida como el Cartel de Antioquia, y opera en ese departamento.

"Concluido un episodio de la vida nacional con la muerte del mal recordado Pablo Escobar, los segundos de él, la gente que trabajaba con él, ha ido creando nuevamente laboratorios, cultivos, ha tratado de sacar su negocio adelante", dijo el coronel Guillermo Vega Carrillo, jefe policial de Antioquia. Indicó que los narcotraficantes "se han reagrupado y han tomado ciertas partes del departamento para cultivar allí amapola y coca e instalar sus laboratorios".

El oficial reveló que narcotraficantes del departamento del Valle, vinculados con el Cartel de Cali, decidieron trasladar sus operaciones ante la presión de las autoridades en el sudoeste del país.

Vega Carrillo admitió que los jefes de la naciente organización no han sido identificados hasta el momento.

05-05 9509313

Nº DOCUMENTO 9509314

TITULO ROU. Tipificarán el delito de lavado de dinero y la aut. acción de agentes encubiertos.

PROCEDENCIA Búsqueda

FECHA DE PROC. 27/4/95

VINCULACIONES 11176 11227 11352 11680 65092 13508 11341 11342 507466 11349 11354 11663 11421 10001 11233 11351 11662

Frontal combate al narcotráfico

Tipificarán el delito de lavado de dinero y autorizarán acción de agentes encubiertos

El gobierno creará nuevas armas legales para enfrentar al narcotráfico; entre ellas las de facilitar las intervenciones telefónicas, tipificar el delito de lavado de dinero, autorizar la acción de agentes encubiertos y quitar la patria potestad a los padres negligentes.

En Uruguay este tema "comienza a ser una dificultad seria y tendremos que atacarlo frontalmente en todos los terrenos", dijo Alberto Scavarelli, prosecretario de la Presidencia de la República.

Scavarelli dijo a **Búsqueda** que la mayoría de las medidas se tomarán en base a las recomendaciones de la Comisión de Estupefacientes de las Naciones Unidas. (Más información en página 64.)

01-02

9509314

Tipificar el lavado de dinero, facilitar el espionaje telefónico y castigar a padres negligentes

Ante el crecimiento del narcotráfico el gobierno se dispone a cambiar las reglas de juego para combatirlo "frontalmente"

A cambio de reducir su condena, un narcotraficante informa a la Policía el día y la hora en que llegará al aeropuerto una partida de varios quilos de cocaína. Un agente antinarcóticos se hace pasar por un adicto, se vincula con quien recibirá la droga y lo acompaña a recogerla. Sus compañeros de brigada están al acecho, pero no detienen al traficante cuando éste se apodera de la sustancia. Lo dejan ir y lo siguen durante varios días procurando echar el guante al "pez gordo" que financió el embarque.

Hasta ahora, ver en Uruguay una escena como ésta sólo sería posible en las seriales de televisión, ya que la figura del "colaborador" no está contemplada en la legislación local y los policías, como los demás funcionarios públicos, están obligados a denunciar un delito inmediatamente después de haberlo constatado, so pena de ser responsabilizados por la omisión. Pero el gobierno del presidente Julio Sanguinetti está decidido a cambiar las reglas de juego y se dispone a pertrecharse de estas y otras armas jurídicas para dar una lucha "frontal" contra el narcotráfico.

Entre las medidas pensadas se cuentan la de tipificar el delito de lavado de dólares, respaldar legalmente a los agentes encubiertos, facilitar a la Policía el espionaje telefónico y quitar la patria potestad a padres negligentes que no se preocupan de que sus hijos sean presa de las drogas.

La Comisión de Estupefacientes de las Naciones Unidas (ONU), que sesionó entre el 14 y el 23 de marzo en Viena, adoptó varias resoluciones para la prevención y represión del tráfico y consumo de drogas, las cuales fueron refrendadas por Uruguay, que estuvo representado por el abogado Alberto Scavarelli, prosecretario de la Presidencia de la República.

Scavarelli, que fue electo vicepresidente de la comisión de la ONU y que se desempeña además como coordinador de la "Junta nacional de prevención y represión del tráfico ilícito y uso abusivo de drogas", informó a **Búsqueda** que Uruguay deberá ahora ajustar su legislación para dar cumplimiento a estos compromisos.

● "Dificultad seria". "Por primera vez se dijo en la ONU que todos los países coincidieron en que el ataque al narcotráfico debe abarcar por igual a la producción y al consumo. Hasta ahora se definía que el consumo era un problema de víctimas y que el delito estaba en la producción. Hoy se ve como un proceso integral y se ha reconocido que si no se ataca el consumo la lucha para combatir la producción será estéril", dijo Scavarelli.

El funcionario sostuvo que para enfrentar al narcotráfico —"la segunda industria ilegal del mundo, detrás del tráfico de armas, que mueve cerca de 600 mil millones de dólares por año"— la "acción represiva es insoslayable".

En los foros internacionales Uruguay marcó posición contraria a "admitir que este sea un tema que haya que dejarlo al libre albedrío de la gente, porque se trataría de dejar libertad de acción para que la gente destruya su propia capacidad de autodeterminación. Ningún paso en ese terreno", enfatizó Scavarelli.

"Este es un tema que en el Uruguay comienza a ser una dificultad seria y tendremos que atacarlo frontalmente en todos los terrenos", dijo.

● Lavado de dinero. La Junta de gobierno que Scavarelli coordina trabajará sobre la base de un proyecto de ley sobre consumo de estupefacientes que fue enviado al Parlamento en el período pasado por la administración del ex presidente Luis Lacalle, tuvo media sanción legislativa y luego fue archivado. Una de las primeras medidas que el gobierno adoptará en las próximas semanas tiene que ver con el lavado de narcodólares, contenido en aquel proyecto.

A comienzos de este año, la Oficina de Asuntos Internacionales de Narcóticos del Departamento de Estado de Estados Unidos dijo en un informe que el sistema financiero uruguayo facilita el lavado de narcodólares y sostuvo que Sanguinetti tiene una "oportunidad única" para penar esas maniobras como otros países de la región.



Alberto Scavarelli

Para los estadounidenses, Uruguay tiene "potencialmente" buenas condiciones para el lavado de dólares a gran escala pero ese informe reconoce que "sólo se han descubierto pocos casos".

El documento norteamericano afirma que las fuerzas encargadas de combatir el tráfico de drogas están "escasamente equipadas, mal pagas y pobremente entrenadas" y que los bajos salarios de los agentes de rango inferior "podrían facilitar la corrupción".

Scavarelli rechazó las acusaciones internacionales que señalan a Uruguay como una plaza importante de lavado. Dijo que "existen normas administrativas y jurídicas" para controlar las actividades bancarias y que esta "no es una plaza negligente. Pero en Uruguay es cierto que el delito de lavado de narcodólares no está tipificado y eso es lo que haremos: vamos a establecer esta tipificación para que esté clara y definida", informó.

Atendiendo a lo dificultoso que es obtener pruebas en los casos de lavado de dinero, el proyecto de ley que analizó el Parlamento en el período anterior otorgaba a los jueces la libertad de juzgar por "libre convicción".

En julio de 1992, Augusto Durán Martínez, entonces prosecretario de la Presidencia del gobierno blanco, dijo en una comisión legislativa que si no se le otorga esta potestad a los magistrados "sólo tendremos un progreso manuscrito y podremos decir que creamos el delito de lavado de dinero pero no vamos a poder juzgar y condenar a nadie por él".

● Patria potestad. En el terreno de la prevención Scavarelli dijo que el gobierno buscará coordinar la acción de organismos estatales y medios de comunicación "para concientizar del tema a los responsables de los menores de edad".

"Vemos permanentemente los fines de semana, a veces con indiferencia, a la muchachada tirada en los rincones, borracha, preparándose para ir al baile. No se trata de ser pacatos o moralistas pero sí de evitar que los jóvenes inicien un camino que no se sabe dónde va a terminar", expresó.

Anunció que "una vez agotado el proceso educativo vamos a pasar a aplicar lo que dicte la norma en materia de los deberes inherentes a la patria potestad".

"Cuando se note que la negligencia de los mayores llega a determinado límite utilizaremos los mismos mecanismos que usamos cuando hay un niño desnutrido, o cuando un padre no envía a la escuela a sus hijos o los agrede" y "en protección de la persona" y en cumplimiento de la ley se podrá "quitar la patria potestad" a los padres "negligentes".

Las nuevas normas que el gobierno piensa impulsar no variarán la legislación actual sobre el consumo de drogas que, aunque lo considera un delito, no lo pena. En la Convención de Viena de 1988 algunos países desarrollados que establecieron sanciones para los consumidores, como Estados Unidos, reclamaron una definición en este sentido pero la iniciativa no prosperó.

"No se trata de penar el consumo pero tampoco de liberalizarlo. El consumo no está penalizado; lo que está penalizado es el suministro que alimenta el libre consumo, pero tampoco vamos a decir que es lo mismo consumir drogas que tomarse una bebida refrescante, porque así la cosa no funciona", indicó Scavarelli.

● Agente encubierto. Entre las normas aprobadas por la ONU y que Uruguay comenzará a aplicar en el combate al narcotráfico está la llamada "entrega vigilada".

"A veces más que detener un embarque es preferible el seguimiento para saber de dónde viene y a dónde va, y llegar a un nivel más alto en las detenciones", dijo Scavarelli.

Asimismo se modificarán las exigencias para que la Policía realice intervenciones telefónicas y se legalizará la acción del "agente encubierto". Scavarelli aclaró que todas estas acciones policiales deben realizarse bajo la supervisión del Poder Judicial.

Otra figura que en Uruguay no existe, y que el gobierno "estudiará", es la reducción de penas para quienes colaboren con la Policía. "La figura del arrepentido, que está tan de moda, parecería ser un instrumento favorable", evaluó el jerarca de gobierno.

● "Etapa clave". Cifras que la Policía proporcionó el año pasado al Parlamento indican que en 1983 hubo 362 detenidos por drogas de los cuales 67 fueron procesados. Diez años después, en 1993, los detenidos fueron 1.159 y los procesados 97. Según esta información, en 1981 se incautaron poco más de nueve quilos de marihuana y en 1993 la cifra ascendió a 21 quilos. Los primeros datos de requisa de cocaína datan de 1986 (cinco quilos), mientras que en 1993 la Policía incautó 12 quilos y medio de esa droga.

Pero Scavarelli se niega a manejar públicamente algunas cifras y estadísticas que por distintas vías obtuvo el gobierno en materia de tráfico y consumo de drogas por considerarlas "muy relativas".

"Lo que sí sabemos es que hay un manifiesto crecimiento del consumo de cocaína. Hay preocupación también por el consumo de alcohol y de algunos inhalantes, que afectan a gente joven y de determinados estratos", dijo Scavarelli.

Informó que por el momento el consumo de otras drogas, como el LSD o el éxtasis, es "de ocasión y están más dirigidas al turismo. Sobre la heroína tampoco hay manifestaciones masivas pero si está creciendo en todo el mundo también va a crecer acá", añadió.

Para el funcionario la situación del narcotráfico en el país "no está controlada y está en crecimiento". Si bien aseguró que "no hay una concentración de gran tráfico ni una estructura central tipo cártel o mafia" valoró el problema como "un proceso en el que el país no puede dejar de hacer las cosas que está a tiempo de hacer para evitar que se consoliden fenómenos que luego es imposible revertir".

Para Scavarelli la situación "nunca va a ser más grave que ahora que estamos a tiempo de hacer algo. Esta es la etapa clave porque aún estamos a tiempo de hacer algunas cosas".

Nº DOCUMENTO 9509315

TITULO Por rapiña [illegible] posiblemente vinculado al tráfico de autos y droga en Maldonado.-

PROCEDENCIA LA República REC 22/4/95

11176 11229 307482

65092 11423

307466 11224

66403 11345

11214 66723

La pista la dio una rapiña

Maldonado: descubren maniobras con autos

■ Altas fuentes policiales confirmaron ayer a **LA REPUBLICA** que "la Dirección de Investigaciones trabaja buscando información sobre la posible existencia de una mafia de automotores que tiene vinculaciones con una mafia brasileña que opera en este tema". La detención y posterior procesamiento de Roberto Julio Pais Pallas, oriental de 26 años de edad, por el delito de rapiña dio pie a las autoridades para comenzar las investigaciones.

La República Entera

Carlos Pelaez 0422 1783

MALDONADO

Días pasados este sujeto estuvo de beberaje en un bar del centro de la ciudad con un hombre que conoció circunstancialmente. Posteriormente se dirigieron a la zona donde se encuentran los prostíbulos en una camioneta marca Toyota. Al salir Pais tomó un arma del conductor y le hurtó dinero, la camioneta y el arma. El propietario del vehículo japonés radicó la denuncia en la Seccional 1ª de Policía. Pocas horas después el delincuente fue detenido y confesó el robo pero adujo "estar bajo el efecto de una droga poderosa y no saber lo que hacía". Sin embargo aportó datos significativos que llevaron a la Policía hasta un taller mecánico de Santa Vitoria do Palmar, en Brasil.

Pais muy nervioso dijo a las autoridades que "tenía una venganza de los denunciados". Pero indicó que "había vendido la camioneta en 4.000 dólares a un funcionario policial brasileño".

La Policía de Maldonado cree hallarse en presencia de la denominada "mafia de automotores", que sustrae valiosos vehículos en Uruguay para trasladarlos a Brasil o Paraguay donde son cambiados por droga que luego ingresa clandestinamente a nuestro país. "Las investigaciones están a todo ritmo, por eso no podemos ofrecerles más información" -dijo a **LA REPUBLICA** la jerarquía policial consultada, pero se estima que los pesquisas fernandinos están en buen camino y se espera para las próximas horas una serie de novedades que podrían dar un vuelco espectacular al hecho descubierto, lo que pondría en evidencia una serie de irregularidades de alto vuelo.

9509315

Por Tráfico de Autos y Drogas

Indagan a Rapiñero Procesado

MALDONADO (por Alexis Cadimar, corresponsal). — La policía de Maldonado investiga la posible conexión de un sujeto detenido en las últimas horas con una red de traficantes de automóviles robados que se cambian por drogas en el Brasil. Si bien los investigadores vienen actuando con total hermetismo, EL PAIS pudo saber que noches atrás se concretó una rapiña a un comerciante de la zona de barrios "bajos" de la capital departamental.

De acuerdo con la información lograda por EL PAIS, en esa oportunidad el comerciante entabló una ocasional relación con un sujeto que se encontraba de beberaje en un bar de la zona de prostíbulos, donde luego de ingerir una cierta cantidad de alcohol, decidieron trasladarse a un lenocinio pero antes de llegar a ese sitio el sujeto que acompañaba al comerciante extrajo un arma de fuego con la cual lo amenazó, exigiéndole la entrega del dinero y que abandonara el vehículo, lo que hizo. No obstante el sujeto procedió a disparar el arma en una oportunidad no alcanzando a la víctima del robo.

El delincuente que aparentemente —según declaró— actuó bajo el efecto de una fuerte droga huyó con la camioneta marca Toyota valorada en unos 30 mil dólares, la cual posteriormente llevó a Santa Victoria Do Palmar, donde la cambió por droga. Allí en un taller mecánico realizó el "negocio", regresando a Maldonado, mientras el vehículo fue vendido luego en 4 mil dólares, perdiéndose allí el rastro de la costosa unidad.

Una vez en Maldonado, efectivos de la Seccional 1a. ya habían identificado al autor de la rapiña, por lo que procedieron a su detención, tratándose de **R.J.P.P.**, de 26 años, oriundo de Canelones pero residente en esta zona desde hace varios años y poseedor de antecedentes penales, el que puesto a disposición de la Jueza en lo Penal de 4º Turno fue procesado con prisión por el delito de "Rapiña".

Mientras tanto la policía de Maldonado continúa indagando en torno a las derivaciones que podría tener este caso con las conocidas y temibles organizaciones vinculadas al tráfico de automóviles robados que son llevados a Brasil y Paraguay para ser negociados, en esta oportunidad por drogas.

02

Cambió por cocaína una camioneta robada en asalto

• Atracó a comerciante fernandino; está detenido

Un hombre que asaltó a un comerciante en Maldonado, le robó la camioneta y la cambió por cocaína en Brasil, fue detenido en un procedimiento realizado por personal de la Jefatura de Maldonado. El individuo compareció ante el magistrado departamental que decretó su procesamiento.

Según se informó, el caso comenzó a gestarse cuando un sujeto conoció casualmente a un comerciante en un bar de la capital fernandina. Tras varias libaciones y conversación mediante, entraron en confianza; el individuo le manifestó que tenía un par de mujeres en un prostíbulo de la zona y le dijo si lo acompañaba.

El comerciante accedió y en su camioneta se dirigieron a la dirección que le indicó el hombre.

Roba la camioneta y la cambia por droga

Cuando se encontraban cerca del prostíbulo, el sujeto extrajo un arma y lo amenazó manifestándole que se trataba de un asalto. Le quitó el dinero y lo obligó a descender, fugando en su camioneta.

Luego se supo que el atracador cruzó a territorio brasileño por el Chuy y allí se contactó con traficantes de drogas. A cambio de cocaína, aparentemente para su consumo, entregó el vehículo.

A todo esto, la Policía fernandina recibió la denuncia del hecho y se encontraba investigando el caso. Pero el individuo pensó que estaba seguro y retornó por ómnibus a la ciudad de Maldonado, sin saber que a esa altura de los acontecimientos, las autoridades ya lo habían identificado como autor de la rapiña.

Cuando arribó a la capital departamental, fue ubicado por los policías y detenido. Fue reconocido por el comerciante y los antecedentes del caso elevados al magistrado. Este, tras tomar declaración al atracador lo procesó por el cargo de "rapiña".

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCESO 8/5/95

VINCULACIONES 11176

65092

ENTRADO

CRUZADO

Recuperan en Brasil Camioneta Cambiada por Estupefacientes

MALDONADO (Por Alexis Cadimar, corresponsal). — En las últimas horas fue recuperada en la zona fronteriza con el Brasil la camioneta marca Toyota que había sido robada en esta ciudad días atrás por un rapiñero que despojó del dinero y del vehículo a un comerciante de la zona a quien había conocido ocasionalmente en un bar de Maldonado.

El sujeto comercializó el vehículo en Santa Victoria do Palmar a cambio de droga y a su regreso a Maldonado fue detenido por la policía de la Seccional 1a. y remitido a la cárcel por rapiña.

La recuperación del rodado, valorado en 30.000 dólares, se concretó en un procedimiento realizado por personal de la Seccional 5a. de Rocha (Chuy), al mando del comisario Ramón Silva.

04-04

9509315

Secuestraron cocaína que enviaban a España

Altiplano: uno de los seis detenidos pertenecería a un cartel de la droga boliviana; también hallaron armas, dólares falsos y equipos de comunicación de alta tecnología.

Con la detención de seis personas y el secuestró de algo más de 23 kilogramos de cocaína, quedó desbaratada ayer una poderosa red de distribución del narcotráfico que comercializaba estupefacientes con el exterior y también para consumo local.

Desde hace varios meses diversos trabajos de inteligencia dieron por resultado la existencia de una línea de comercialización de cocaína por la zona norte del conurbano, por lo que el juez federal Nº 1 de San Isidro, Roberto Marquevich, comenzó a investigar el tema junto con personal de las divisiones Análisis Delictivo y Seguridad Personal de la Policía Federal.

Un boliviano peculiar

Estas sospechas fueron tomando consistencia cuando se descubrieron los movimientos de un ciudadano boliviano, que sería el representante de uno de los importantes carteles de la droga de ese país, que constantemente realizaba viajes, supuestamente de negocios, entre el Antiplano y Buenos Aires.

Esto derivó en las últimas horas en una serie de allanamientos, tres de los cuales se realizaron en en las ciudades de Banfield y de Monte Grande, y otros dos en esta capital. Uno de ellos fue en la avenida Santa Fe y Fitz Roy, donde capturó a tres sujetos que transportaban 3 kilogramos de cocaína.

En los citados lugares se secuestraron los restantes 20 kilogramos de cocaína, ocho armas cortas y largas de guerra, dos automóviles último modelo, 25.000 dólares falsos y hasta equipos de comunicación de última generación, que ni siquiera poseen las fuerzas de seguridad de nuestro país, lo que da cuenta de la importante estructura con que se movía esta organización.

Entre los detenidos, cuyas identidades aún se desconocen, están el citado ciudadano boliviano, otros cuatro hombres más y una mujer, quien sería abogada y jugaría un papel preponderante en esta banda.

Vendían a dos mercados

Según agregaron altas fuentes de la investigación a LA NACION, España iba a ser el destino final de la cocaína secuestrada que, próximamente, sería embarcada por vía aérea, presumiblemente desde el aeropuerto de Ezeiza.

También se habría establecido que algunos de los embarques que comerciaba esta organización eran para el consumo local, los cuales, en algunas ocasiones, eran pagados con productos robados tales como los que fueron encontrados anoche en una de las fincas allanadas.

Según los investigadores, al cierre de esta edición, continuaban los procedimientos en esta capital y conurbano en la búsqueda de más sospechosos y de más cocaína.

Ricardo Larrondo

Secuestraron veinte kilos de cocaína

Unos 20 kilos de cocaína fueron secuestrados ayer en Banfield, luego que la Policía descubrió un laboratorio clandestino de elaboración de droga, según informaron fuentes policiales y judiciales a la agencia DyN. En los operativos fueron detenidas cinco personas, entre ellas, una abogada de 35 años.

La investigación incluyó media docena de allanamientos. El laboratorio fue descubierto en una casa de la calle Malabia 317 de aquella localidad. Allí se halló la cocaína.

También hubo procedimientos en un departamento de Constitución al 1800, en Santa Fe y Fitz Roy y en domicilios de Quilmes y Monte Grande.

Trascendió que, además de la abogada detenida, fueron apresados dos argentinos, un boliviano y un ciudadano español.

La cocaína confiscada incluyó pasta base, droga pura y otra parte ya estirada y fraccionada. Además se incautaron elementos químicos y balanzas.

En el procedimiento realizado en Banfield la Policía descubrió también varias armas.

Los procedimientos fueron realizados por efectivos de las divisiones Análisis Delictivo y Seguridad Personal de la Policía Federal, a las órdenes del juez federal de San Isidro, Roberto Marquevich.

Nº DOCUMENTO 950917

TITULO Frontera Rou-Brasil Incautan 200kg de marihuana en el interior de avión averiado.-

PROCEDE La República 20/4/95

11176 11351
65092 11352
507466 11344
65554 11226
507482 11667

CRUZADO

La avioneta sufrió una avería en Lavras

Luego del aterrizaje forzoso se incautan 200 kilos de marihuana

La República Entera
Eduardo Silveira
0462 3833
MELO

■ Verdadera conmoción ha causado en Melo la noticia sobre un procedimiento realizado por la Policía Federal brasileña en el interior del municipio de Lavras, proximo a la frontera con Uruguay incautando 200 kilos de marihuana que se encontraban en el interior de un avión averiado. Las informaciones provenientes de la vecina ciudad de Bagé dan cuenta que la Policia tras seguir las pistas de un dato confidencial logró ubicar a un avión argentino Cessna matriculado con la característica CXDPI el que aparentemente luego de desviarse de la ruta declarada debió realizar un aterrizaje forzoso en un campo del distrito de Ibaré. Tras efectuar un seguimiento a uno de los sospechosos en plena ciudad de Bagé, la Policia comprobó que éste se contactó con un mecánico, luego de lo cual abandonaron la ciudad. Siguiendo de cerca el periplo de ambos hombres lograron ubicar el avión que se encontraba averiado en el lugar antes mencionado. Cuando se aprestaban a reparar el avión la Policia irrumpió en la escena sorprendiendo al piloto del aparato que resultó ser A.E.F.R., uruguayo de 57 años, junto a O.O.V. uruguayo de 37 años, oriundo de la ciudad de Melo, sindicado como el responsable del cargamento y al mecánico de nacionalidad brasileña cuyos servicios fueron requeridos, quien no tendría responsabilidad en el tema.

Luego de revisar el avión los funcionarios federales constataron que efectivamente en su interior se encontraban 200 kilos de marihuana.

Contradictorias resultan las versiones sobre el destino que tendría la droga, aparentemente ingresada desde Paraguay, ya que mientras el avión supuestamente se dirigía a la ciudad brasileña de Sao Gabriel, otros datos señalan que el cargamento tendría por destino Uruguay a través de la frontera de Aceguá.

No se descarta que de los severos interrogatorios a que son sometidos los involucrados surjan nombres de contactos o conexiones en nuestro país.

Por otra parte este voluminoso cargamento incautado no hace otra cosa que ratificar las denuncias formuladas por el edil colorado Sergio Rivera en el sentido de que Cerro Largo está comprendido en una vasta zona donde opera el narcotráfico.

Nº DOCUMENTO 9509318

TITULO ARG.: Correo arrepentido fue condenado a 4 años de carcel –

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA 29/1/95

VINCULACIONES 11176 11224
65092 11422
66960
11351
11214

ENTRADO / /
CRUZADO

Arrepentido

POSADAS (Télam).– Un correo del narcotráfico manifestó estar arrepentido ante los miembros del Tribunal Oral Federal de esta capital y reveló la identidad de supuestos traficantes de drogas.

Se trataría de Luciano Nicolás González, de 40 años, quien sorprendió a los magistrados que lo juzgaron al manifestar: "Estoy arrepentido y juro que nunca más en mi vida voy a volver a cometer delitos".

El Tribunal Federal estuvo integrado por Norma Lampugnani de Arce, Manuel Moreira y Carlos Sodá, quienes impusieron al individuo la pena de cuatro años de prisión de cumplimiento efectivo.

01-01

9509318

Arrestan a 13 narcos y secuestran 7 kilos de droga

En una docena de procedimientos realizados en la Capital y el Gran Buenos Aires, la **Prefectura Naval** detuvo a 13 integrantes de una banda de narcotraficantes –en su mayoría mujeres–, a quienes les incautaron **siete kilos de droga: cinco de cocaína y dos de marihuana.**

Según estimaciones de la Prefectura, la organización –en total de 13 personas– distribuía cerca de 60 **kilos de cocaína por mes** y sus principales compradores eran "personas relacionadas con el ambiente del turf". Los investigadores no aclararon nada más al respecto.

Los allanamientos –doce en total– fueron realizados ayer por orden del juez federal de La Plata **Manuel Blanco**, en la zona sur del Gran Buenos Aires y en la Capital, en casas donde vivían los integrantes de la banda.

Las mujeres mandan

El prefecto principal Santiago Pedro Aparicio, jefe de la División Información Pública de la fuerza, reveló que "los integrantes de la banda son en su mayoría mujeres".

Entre ellas figura una **parapsicóloga** a quien, de acuerdo con los informes preliminares de la investigación, cada integrante le pagaba 1.000 pesos por ocuparse de los problemas familiares del grupo.

Además, los investigadores revelaron que la organización había alquilado una oficina en el centro de la Capital, desde donde manejaba sus negocios (no trascendió el lugar exacto).

Allí se secuestró un libro que registraba el movimiento de ventas, donde constaba que **trabajaban desde hacía ocho meses** y vendían un promedio de dos kilos de droga por día.

El **Departamento Narcotráfico de Prefectura**, que realizó los procedimientos, comprobó que la banda había realizado varios viajes en avión al interior y exterior de país –sobre todo el Paraguay y Bolivia–, donde se supone reciben la droga.

Actualmente la causa está a cargo del juez federal de La Plata **Arnaldo Hugo Corraza.**

Importantes réditos obtenía una banda de narcotraficantes

Clientela: la Prefectura Naval detuvo a siete mujeres y seis varones que vendían dos kilogramos de cocaína por día.

Personal de la Prefectura Naval detuvo a 13 integrantes de una banda de narcotraficantes que tenía una notable capacidad de comercialización de estupefacientes, llegando a vender dos kilogramos de cocaína por día.

Durante los procedimientos, ordenados por el juez federal de La Plata, Manuel Blanco, se detuvo a siete mujeres y a seis varones que formaban parte de una organización dedicada al tráfico de estupefacientes en la zona sur del Gran Buenos Aires.

En varios allanmientos la Prefectura se incautó de varios automóviles último modelo, entre ellos un Peugeot 405 que los narcotraficantes habían chocado a poco de haberlo adquirido con el producto de las ventas de la droga.

Como característica principal de esta banda se destaca que la mayoría de sus integrantes eran mujeres, entre las que se encontraba una parapsicóloga, a la que consultaban los demás integrantes de la asociación ilícta para poder saber "el momento oportuno para concretar determinadas transacciones", según informó una fuente cercana a la investigación.

En otro de los domicilios allanados, que los narcotraficantes usaban a menudo como aguantadero, y que estaba ubicado dentro de una villa de emergencia, los efectivos hallaron 15 pares de zapatillas, flamantes, de reconocidas marcas, que eran usados por el hijo de uno de los detenidos, lo que demuestra el alto nivel de ingresos y de gastos que tenían los miembros de la banda.

También pudo saberse que entre los clientes de la organización de narcotraficantes se encuentran personas relacionadas con el ambiente del turf.

Fue procesada por poseer drogas la ex tenista Casabianca

Distribución: la ex deportista poseía en su casa de Olivos cocaína y distintos elementos para su comercialización.

El juez federal de San Isidro, doctor Roberto Marquevich, ordenó la detención de la ex tenista Claudia Casabianca y de su compañero, Daniel Lopresti, y procesó a ambos por el delito de tenencia de cocaína.

El procedimiento fue realizado en la vivienda de la ex deportista, Ramón Castro al 2500, de Olivos, por efectivos de la División Narcotráfico Norte de la Policía Bonaerense, quienes al allanar el lugar habrían encontrado algo más de medio kilogramo de cocaína de máxima pureza, una balanza de precisión, productos químicos para "estirar" la droga (aumentar las dosis) y bolsitas plásticas para su fraccionamiento.

Según fuentes de la investigación, el nivel de vida que llevaba Casabianca no correspondía con su sueldo de 1500 pesos en la Municipalidad de Vicente López, donde enseña tenis a unos 200 niños.

La ex tenista po[illegible]viles último modelo, un Fiat Uno y un Volkswagen Gol, además de, según el testimonio de vecinos, "vestir muy bien y tener una casa muy bien puesta". Su pareja, desde hace tiempo, estaba sin trabajo.

Casabianca, próximamente, debía encarar con algunos chicos a los que les enseña tenis un viaje a Disneyworld, que habría sido organizado por la municipalidad de Vicente López.

La ex tenista llegó a ocupar el puesto 38 del ránking mundial .En 1977, con 17 años, se convirtió en la primera argentina en ganar un torneo de Gran Slam para menores de 18 años.

En 1984 escandalizó al mundo deportivo con un promocidonado desnudo fotográfico en una revista local.

. En 1989 se alejó de la práctica activa del deporte y puso una clínica de tenis.

DETUVIERON A LA TENISTA CLAUDIA CASABIANCA

Una llamada comprometedora

dos, indagados y quedaron a disposición del juez. Se los acusa de distribuir cocaína.

"Lo único que hicimos desde febrero fue mirar la casa, porque la información que quedó en nuestra computadora era concreta, con los nombres de Casabianca y Lopresti", indicó Martínez, jefe de la división policial. "Empezamos a ver cosas raras, como personas que entraban y volvían a salir a los tres minutos." Además, el teléfono fue intervenido y la grabación de conversaciones es una de las pruebas contra la pareja.

El período de observación terminó a las 23.15 del jueves. Los policías entraron a la casa de la calle Ramón Castro. Se encontraron con la tenista, su pareja, sus dos hijos de uno y tres años, la madre y el hermano de Lopresti. Con ellos están los niños ahora. El allanamiento terminó en la madrugada del viernes.

La policía encontró en la casa 200 gramos de cocaína pura, una balanza de precisión, sustancia de estiramiento (podría ser glucolín), pequeñas bolsas de plástico y 1300 pesos. En el Fiat Uno nuevo de la pareja, que también fue secuestrado, había marihuana en poca cantidad.

La pareja estuvo detenida en la comisaría de zona norte hasta que se la trasladó al juzgado federal de San Isidro a las 10.30. Casabianca terminó de declarar a las 14.30. Por la mañana, alcanzó a decir a los periodistas, cuando era trasladada: "Yo no tengo nada que ver. Voy a hablar del tema cuando salga del juzgado".

"La investigación se extiende ahora hacia arriba –indicó el comisario–. El juez no está tan interesado en saber a quién le vendían la droga sino a quién se la compraban. Es obvio que la cocaína, por su cantidad y por los otros elementos como la balanza y la sustancia de estiramiento, no era para consumo personal. 200 gramos es una cantidad importante, y por lo tanto deben pertenecer, hacia arriba, a una red de distribución importante. Los detenidos pueden decir que eran para consumo, pero no se los cree nadie."

Claudia Casabianca ocupó el primer lugar en el ranking de tenistas argentinas en la década del 70. Ganó el Abierto en Francia de Roland Garros en 1977 y otros torneos internacionales que la ubicaron en el puesto 38 a nivel mundial. En sus tiempos de competidora profesional, causaron polémica su desnudo en la revista *Libre* y sus apariciones en fiestas del jet-set. Es empleada de la Secretaría de Deportes de la Municipalidad de Vicente López, con un sueldo de 1500 pesos mensuales, y dirige una escuela de tenis para niños en la colonia municipal de ese partido. Planeaba viajar a Disneylandia el miércoles. Lopresti está desempleado.

"No estamos apegados a una fórmula rígida desde el punto de vista formal, pero queremos consagrar el espíritu del proyecto"

Opertti: "No estamos en una confrontación ni con los sectores políticos ni con juristas"

El ministro del Interior, Didier Opertti, expresó ayer su disposición para revisar aspectos del proyecto de seguridad ciudadana, indicando que las discrepancias no pueden considerarse como una confrontación con sectores políticos o de juristas.



"Si hay una manera mejor de hacerlo, no tenemos inconveniente".

■ El ministro del Interior, Didier Opertti reconoció que existen algunos aspectos técnicos del proyecto de seguridad pública, que propuso al Parlamento, que deberían modificarse "para mejorarlo". Sin embargo afirmó que "no aceptará modificaciones que contraríen el espíritu y los objetivos" de las bases del acuerdo celebrado por las fuerzas políticas con representación parlamentaria en el Hotel Victoria Plaza.

La Comisión de Legislación y Códigos del Parlamento comenzó a sesionar el pasado miércoles, cuando recibió a figuras importantes de nuestro ámbito jurídico para analizar las propuestas del gobierno. Los catedráticos hicieron una serie de comentarios "lapidarios" al respecto, concluyendo que para que la iniciativa se convierta en ley, deberían realizarse profundas modificaciones de carácter técnico. En algunos casos, fueron sólo comentarios generales, pero en otros los expertos presentaron posiciones muy concretas.

Al respecto, el ministro Opertti informó que en estos días se ha abocado a analizar con todo cuidado el material brindado por los facultativos y que en ese sentido encontró que "existen algunas observaciones de carácter técnico que podrían mejorar el proyecto en algunos aspectos".

"No estamos apegados a una fórmula rígida desde un punto de vista formal, pero queremos consagrar el espíritu y los objetivos de las bases del acuerdo celebrado por las fuerzas políticas con representación parlamentaria en el Hotel Victoria Plaza. Si hay una manera mejor de hacerlo que la que nosotros hemos propuesto, y que responda a un criterio técnico más adecuado, no tenemos inconveniente en recogerlo", aseguró.

También afirmó que los cuestionamientos que se han hecho, "en su mayoría son posibles de recogerlos en el proyecto". "No estamos en una tónica de confrontación con los sectores políticos o con los juristas, manifestó el ministro, sino que estamos buscando conciliar esas observaciones con el proyecto original".

Por último expresó: "Las cosas van bien, no tenemos por qué dar la idea de que se ha producido un paraje, un detente en un proyecto que tiene las características propias de un proceso dinámico".

El ministro anunció por otra parte, que en la próxima semana se reunirá con miembros de la Suprema Corte de Justicia en la sede del Ministerio del Interior, a fin de trabajar en conjunto sobre la reforma propuesta del Código del Proceso Penal. La modificación de este conjunto de leyes, que cuenta con más de trescientos artículos, está también propuesta en el llamado proyecto de seguridad pública. Opertti dijo que en este sentido existe acuerdo en algunas cuestiones básicas, como la oralidad de los juicios y la participación de los fiscales desde el comienzo de los mismos.

REPRESION EN LOCALES BAILABLES

Por otro lado, el minstro anunció también que en estos días, el Ministerio del Interior está distribuyendo los cargos de dirección en la Brigada de Narcóticos, cuerpo especial dentro de la Jefatura de Policía encargado de la represión de los delitos relacionados con el consumo y distribución de droga.

Indicó que este grupo especial trabajará en coordinación con la Junta Nacional Contra el Abuso y Consumo de Drogas Ilícitas, organismo que funciona a nivel del Poder Ejecutivo y que preside el prosecretario de la Presidencia, Alberto Scavarelli.

El secretario de Estado señaló entonces que dentro de este tema existen dos niveles del problema claramente identificados. El primero se relaciona con la legislación en torno al lavado de capitales, forma de ocultar los bienes que se obtienen a través del narcotráfico. El otro problema es el referente a la prevención y represión del consumo de drogas y en este sentido indicó que todas las jefaturas del país tienen expresas instrucciones de establecer presencia en ciertos locales donde presumiblemente se venden drogas, como en locales bailables y similares.

"Estamos prestando una particular atención para que haya una presencia continua de efectivos", conlcuyó el ministro.

Nº DOCUMENTO 9509322
TITULO ARGENTINA. Detienen miembro de una banda e incautan 500 gr de cocaína. –
PROCEDENCIA La Nación
FECHA DE PROCESO 30/4/95
VINCULACIONES 11176 11214 1352 65092 11229 11354 66960 11214 11224 11229 11351 11422

ENTRADO
CRUZADO

Detuvieron a un miembro de la gavilla de Luis Valor

Drogas: el detenido se dedicaba a la comercialización de estupefacientes y en su poder se halló una importante partida de cocaína de alta pureza.

LA PLATA. Otro de los integrantes de la banda del "Gordo" Valor, fue arrestado por efectivos de la policía bonaerense.

El procedimiento fue realizado por miembros de la comisaría primera de Berazategui, luego de una tarea de inteligencia que demandó varios meses, según confiaron fuentes policiales.

Se tenía conocimiento de que el individuo al que se había "marcado" se hallaba estrechamente vinculado con el grupo que comandaba el notorio delincuente Luis Alberto Valor.

El malviviente fue identificado como Daniel Dolores Hidalgo, de 31 años.

Se lo ubicó y arrestó, sin que se resistiera, cuando se hallaba viviendo en un departamento situado en inmediaciones de las calles Conesa y Moreno, de Berazategui.

Al arribar la comisión policial al lugar, Hidalgo se encontraba armado con cuatro pistolas Briowning 9 milímetros, presuntamente sustraídas a fuerzas policiales.

Las armas tenían las numeraciones limadas.

La comisión policial interviniente también produjo el secuestro de 500 gramos de cocaína, que estaba a punto de ser envasada para su distribución y comercialización.

01-01 9509322

Nº DOCUMENTO 9509323

TITULO Brasil: Detenidos soldado y policías en funeral de traficante.-

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE [illegible] 30/4/95

VINCULACIONES 11176 11113

05092

309482

11514

13065

ENTRADO

CRUZADO

Detenidos en un funeral

Río de Janeiro, 29 (EFE).- Un soldado y dos policías brasileños fueron detenidos al ser sorprendidos en el cortejo fúnebre del traficante de drogas Robson Inácio Medeiros "Robinho", abatido ayer por la policía, informaron las autoridades.

Los detenidos estaban vestidos de civil y formaban parte del grupo de personas que transportaban el ataúd al cementerio del municipio de Níteroi, a 18 minutos de Río de Janeiro, donde ayer se produjo un choque armado entre la banda de "Robinho" y una patrulla policial.

Las autoridades explican que los tres detenidos, al parecer, debían "grandes favores" al fallecido.

9509323

CA -03

ONU promove congresso para prevenção do crime

Os delitos geram lucros de mais de US$ 1 bilhão por ano

Cairo

O crime organizado gera lucros de mais de um bilhão de dólares anuais às organizações internacionais que sabem — mais rápido do que a polícia — aproveitar as conseqüências da mundialização e liberação da economia na década de 90, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). O narcotráfico produz a metade dessa soma, segundo Dimitri Vlassis, advogado das Nações Unidas, integrante do IX Congresso da ONU para a Prevenção do Crime, que está se realizando no Cairo. Para este Congresso qüinqüenal, o primeiro consagrado à mundialização da criminalidade, informes da polícia internacional revelam que, em 1994, mais de uma tonelada de cocaína colombiana foi apreendida em São Petersburgo, enquanto vários colombianos foram acusados de ajudar os russos a instalar laboratórios de produção de droga.

Para os cartéis sul-americanos, segundo os informes, um vasto campo foi aberto com as novas possibilidades de exportação das colheitas de milhões de hectares de maconha e heroína. Segundo Vlassis, a porcentagem de benefícios para os bandos criminosos é de 70%, muito mais que as mais florescentes empresas. As cifras correspondem a estimativas brutas procedentes dos serviços policiais internacionais e demonstram o poderio crescente das organizações criminosas.

Aos cartéis sul-americanos da cocaína, máfias italianas, os bandos de Hong Kong e yakusas japonesas acrescentam-se os grupos criminosos da África ocidental e da ex-URSS, em rápida expansão, segundo informes preparados pela ONU, que tentará, em especial, o tema da "criminalidade transnacional". A ameaça maior reside "na tendência da nova delinqüência transnacional a perverter as vantagens da mundialização da economia, arruinando, dessa forma, as esperanças de crescimento dos países em desenvolvimento". Além do exemplo da colaboração russo-sul-americana, os informes revelam que a máfia italiana aconselha os grupos criminosos da ex-URSS a lavar dinheiro e reuniões das respectivas cúpulas são celebradas em Varsóvia e Praga para facilitar a colaboração. Bandos russo e yakusas japoneses intercâmbio armas e mercadorias roubadas através do porto de Vladivostok, na Sibéria.

ONU discute código contra a corrupção

CAIRO — Os países membros da ONU discutem na 9ª Conferência para a Prevenção do Crime, no Cairo, Egito, um código de conduta para evitar a corrupção entre funcionários públicos e dirigentes governamentais. Segundo o código, os dirigentes públicos devem "revelar suas propriedades, recusar presentes e favores, evitar negócios ilícitos e tratamento preferencial às suas famílias e amigos".

Un libanés detenido en Asunción habría viajado recientemente a Uruguay

Insólito: narcos colaboran en la caza de fundamentalistas

Es digno de figurar en el Guinness, o en la antología de los casos insólitos, o en alguna colección universal de incidentes excepcionales. Pero es verídico. Los numerosos "carteles" de narcotráfico que operan asentados en la República del Paraguay, colaboran con los servicios de inteligencia de Israel, Estados Unidos, España y la Argentina, en la delación de aquellos individuos o grupos radicados en ese país, sobre los cuales pueda sospecharse de estar incursos en actividades terroristas en favor del fundamentalismo islámico.



Después de la voladura de la Embajada de Israel y de la AMIA en Argentina, todos los servicios secretos y antiterroristas de los principales países comenzaron a vigilar los asentamientos árabes.

Especial para LA REPUBLICA Argentina, por Jorge D. Boimvaser

■ Parece inaudito, pero no lo es. Tiene su razón. Los comerciantes de drogas paraguayos, esgrimen una justificación de peso para explicar por qué colaboran con organismos de nivel como el Mossad, la CIA, el Cesid español o la SIDE argentina.

La historia comenzó a fines de marzo de 1992. Después que un comando proiraní destruyó la Embajada de Israel en Buenos Aires, cobrándose centenares de víctimas entre muertos y heridos, los ojos de los servicios antiterroristas de las principales potencias del mundo comenzaron a observar con más atención los asentamientos árabes instalados en territorios lindantes con la Argentina.

Dos años y medio más tarde, otro cargamento explosivo detonó en la AMIA, el centro comunitario de la colectividad judía en Buenos Aires. Esa vez, se quintuplicó el número de personas afectadas por la detonación.

Israel y Estados Unidos comprendieron que la presencia de contingentes fundamentalistas en América del Sur se convertía en algo serio. Que el ataque de 1992 a la representación diplomática judía no fue un acto aislado, sino el principio de una acción emprendida por los grupos proiraníes en territorios hasta entonces vírgenes a su raíd violento. Para más, en 1993 las Torres Gemelas de New York también sintieron el impacto del terrorismo, que se atrevía a golpear en el corazón mismo de la principal potencia de occidente.

A CAZAR CHIITAS

Israel envió sus expertos a Buenos Aires. La CIA, puso en comisión un grupo especializado en antiterrorismo y el Cesid español no quedó atrás. Los agentes del gobierno de "Felipillo" González sostienen que el sistema de auto-bomba utilizado en Buenos Aires y New York es una "invención" de la ETA. Y algo más. Sostienen que expertos del grupo vasco adiestraron al Hezbollah —la organización terrorista islámica presumida de organizar los atentados en la Argentina y Estados Unidos—, en los conocimientos técnicos imprescindibles para potenciar en gran medida el poder destructivo de una camioneta cargada con cien, doscientos y hasta quinientos quilos de explosivos. A fines de los años '80, el gobierno español declaró "persona no grata" al diplomático iraní Soleiman Pour, a quien solicitó que abandonara territorio ibérico. Teherán retiró su delegado, quien dos años después fue designado embajador en Buenos Aires. La voladura de la AMIA produjo un intercambio informativo entre varios países, hasta que el nombre de Soleiman Pour reapareció en los archivos computados de un miembro del Cesid arribado a la Argentina.

Se confirmaba la llamada "pista iraní". El juez interviniente en la investigación de la voladura de la AMIA, Juan José Galeano, viajó a Caracas donde entrevistó a un "arrepentido" iraní, quien declaró conocer la identidad secreta de varios diplomáticos iraníes acreditados en la Argentina.

La jefa del Departamento de Contraespionaje del Mossad, sobrevoló Ciudad del Este junto con un especialista de la SIDE argentina en asuntos árabes. No pudo creer lo que vio. Después bajó a tierra. Caminó por la ciudad paraguaya registrando todo mentalmente —demasiado peligroso sería tomar anotaciones a la vista de extraños—; y después reconoció a su guía argentino que nada de lo observado figuraba en el mapa terrorista disponible en la agencia de inteligencia judía. El territorio paraguayo constituía una fortaleza virgen para el conocimiento del antiterrorismo de las potencias occidentales. La mujer espía retornó a Buenos Aires, pero antes de embarcar hacia Tel Aviv reveló que a partir de ese instante su país emprendería trabajos de inteligencia en aquellas regiones hasta entonces ignotas que pudieran servir de refugio al terrorismo islámico. Medios de prensa de la Argentina reprodujeron los trasfondos de las instalaciones erigidas por simpatizantes proiraníes en esos sitios fronterizos. Ya no era secreto para nadie.

Ciudades y pueblos que al favor del nulo control migratorio y policial del gobierno paraguayo, sacaban fruto impunemente de su actividad delictiva, empezaron a notar extrañas presencias que inquietaban por demás. Lo mismo sucedió en la localidad paraguaya de Pedro Juan Caballero. Por años fue uno de los máximos "almacenes" del contrabando y narcotráfico internacional. Casi podría compararse con una "Panamá" de Sudamérica. Menos frecuentada por los islámicos, también sobre Pedro Juan Caballero hubo controles de inteligencia y seguridad motorizados por espías argentinos, americanos y judíos.

En Alto Paraná acostumbran refugiarse, entre otros, delincuentes dedicados a actividades heterogéneas, prófugos de la Justicia, de sus ex compañeros de correrías o de víctimas de sus transgresiones o aquellos precisados de un descanso reparador. Habitualmente, presentan identidades apócrifas. En menor grado, también concurren a sus tranquilas instalaciones familias y ciudadanos honestos deseosos de vivir jornadas de reposo junto a la agreste vegetación selvática que circunda el complejo.

Alto Paraná es vigilada con discreción desde satélites espías emplazados en territorio brasileño, a escasos quilómetros del country. Aunque las fuerzas de seguridad paraguayas impiden que los huéspedes del country reciban visitas molestas, excepcionalmente se permiten allanamientos y detenciones efectuadas con discrecionalidad religiosa. Interpol rastrea a diario con técnicas sofisticadas de comunicación el country. Por lo menos, para conocer la identidad de algunos moradores, que quizás figuren en sus solicitudes internaicionales de captura.

La detección de terroristas islámicos en la región provocó una masiva irrupción de agentes extranjeros que a nadie hizo gracia, pues quebró la paz impune característica del lugar. Los más afectados por ese conglomerado de espías entrando y saliendo de la región, fotografiando y filmando cada palmo del lugar, identificando la actividad específica de sus pobladores, resultaron las organizaciones de narcotráfico.

Por lógica consecuencia, a los carteles del Paraguay les inquietaba la abrupta revisación a que se sometía la región en su conjunto. Los sospechosos de terrorismo dejaban entonces de ser vecinos casuales, inmersos en sus propias averías. Comenzaron a señalárselos como responsables de la invasión de emisarios de organismos internacionales de seguridad. Si hasta entonces esa vecindad de los fundamentalistas no afectaba a los negocios de nadie en la región, desde 1994 los "huéspedes de terror" acampados en Paraguay constituían un estorbo a la seguridad operacional de los vendedores de droga en gran escala. Tendrían que erradicarlos, si no abandonaban sus campamentos por decisión propia. O, caso contrario, los narcos confidenciarían sus conocimientos respecto de los simpatizantes fundamentalistas, a las misiones de espías que llegaran a la zona.

LIBANESES BAJO SOSPECHA

El lunes pasado, Enrique Martinetti, a cargo del Departamento de Inteligencia de la Policía paraguaya, confirmó a la prensa de Asunción que tres libaneses detenidos en ese país pertenecían a "células durmientes" terroristas prestas a ejecutar operaciones en la Argentina. Los llamados "durmientes" son delegados de las organizaciones fundamentalistas que actúan en una región determinada ocultando su identidad real, disfrazándose de comerciantes, viajeros de negocios u otros rubros similares. La extradición de los libaneses a la Justicia argentina será decidida próximamente por el juez federal paraguayo, Carlos Monges. Fuentes confiables, afirmaron que la captura de los sospechosos libaneses se produjo gracias a los informes aportados por narcos paraguayos a fuerzas de seguridad, cuando detectaron la presencia en la zona de árabes presuntamente arribados al continente a los fines específicos de ejecutar acciones de violencia. Coincidió que el Mossad de Israel disponía de información similar a la brindada por los carteles paraguayos. Dos de los detenidos son Johnny Baalbaki y Mohammad Hassán Alayán. El tercero, Luis Alberto Nader, se presume que desde principios de año realizó por lo menos tres viajes a Buenos Aires. En la Argentina, informes extraoficiales dan cuenta que Nader también cruzaba a Montevideo, donde presuntamente introducía dólares apócrifos y los cambiaba por pesos uruguayos. A continuación, con el dinero recibido en agencias del centro, adquiría nuevamente moneda americana legítima, tras lo cual retornaba a Buenos Aires y después al Paraguay. No es una operatoria novedosa: se sabe que Irán es uno de los países especializados en la falsificación de dinero, con preferencia dólares americanos. Del libanés Nader, se desconoce alguna otra actividad desarrollada en su paso por Argentina y Uruguay.

En la cartilla de hipótesis acerca de posibles blancos de ataques que el Hezbollah sería capaz de ejecutar, sostienen los expertos de las potencias occidentales que no es descartable suponer alguna operación en zonas marítimas o de ríos importantes, con tráfico naviero de cierta consideración. No existen razones para presumir que la presencia del guerrillero libanés Luis Alberto Nader en ambas orillas del Río de la Plata, persiga objetivos de planificación agresiva o capaces de poner en riesgo la seguridad de los buques que surcan sus aguas. Pero nada puede descartarse en función de lo imprevisible que resulta el accionar de los terroristas islámicos.

Desde que los narcos paraguayos resolvieron colaborar con espías internacionales con el explícito objetivo de erradicar a los molestos simpatizantes del Hezbollah de esas regiones de máxima impunidad hasta poco tiempo atrás, es admisible pensar que de seguir bajo la mira de servicios extranjeros, y denunciados por los narcotraficantes paraguayos, las "células durmientes" islámicas resuelvan trasladar sus asentamientos operativos a sitios próximos a la Argentina. Precisan lugares que les ofrezcan mayor resguardo de los ojos espías de israelíes y norteamericanos, como podría ser el Uruguay. Fueron nómades, empleando ese estilo de mudanza de un país a otro, en la Europa que sacudían violentamente durante la década del '70.

Es sólo una hipótesis entre decenas que conforman las presunciones de los expertos en el tema. No para alarmar, sólo como prevención para que los responsables de seguridad no se encuentren con la guardia baja.

Estudo mostra rota do tráfico de cocaína

CLAUDIO JULIO TOGNOLLI
Enviado especial a Nápoles

A Rússia tem sido o destino final da cocaína produzida pelos cartéis de Cali e Medelin, na Colômbia. E essa droga chega à Eurásia pós-soviética por intermédio da máfia nigeriana, que tem comprado a cocaína no Brasil.

A informação consta de quatro dossiês distribuídos na 1ª Conferência Mundial sobre crime organizado, encerrada anteontem em Nápoles (sul da Itália).

Para que não se criassem revezes diplomáticos, as informações não foram colocadas em plenário, onde estavam presentes representantes de 140 países.

Os nigerianos que compram a cocaína no Brasil têm feito, na Europa, contato com a máfia italiana, que se encarrega de distribuir a droga na Rússia, diz a ONU.

Segundo a entidade, mais de 2.000 bancos estão funcionando "como fachada", na Rússia. "O sistema financeiro é agora controlado pela máfia", escreveu em dossiê da ONU o especialista Guy Donne, da empresa de segurança Control Risks, da Inglaterra.

A máfia italiana teria invadido a ex-URSS e se aliado a ex-oficiais da KGB, o extinto serviço de inteligência russo, para facilitar o tráfico para o extremo oriente.

A cidade de Vladivostok é apontada como o lugar em que a cocaína que saiu da América do Sul começa a ser trocada por ópio.

Dali, diz o dossiê, o pó colombiano é encaminhado à China, ao Afeganistão e ao Paquistão. Esses dois últimos países, em troca, injetariam heroína na Rússia, de onde os mafiosos italianos a enviam a toda a Europa e Estados Unidos.

A ONU considera cada vez mais difícil controlar esse movimento e apresenta números impressionantes: em 1960, passageiros em trânsito, em todo o mundo, percorreram 26 bilhões de milhas. Em 1974 esse número saltou para 152 bilhões e, em 1992, pulou para a casa dos 700 bilhões.

DROGAS

Traficante preso

☐ O traficante de tóxicos Dirceu Silva, o *Monstrão*, foi preso sexta-feira à noite pelos inspetores Ubirajara Pinto e Luís Gusmão, da 15ª Delegacia de Polícia, do bairro Partenon. Portando uma sacola com mais de 200 cigarros de maconha. *Monstrão* foi localizado na Avenida Bento Gonçalves, próximo ao supermercado Carrefour. De acordo com os policiais, o traficante pertence à quadrilha que controla o tráfico de drogas no Morro da Cruz, Vila Divinéia e Campo da Tuca.

Polícia prende cinco envolvidos em tráfico

A polícia encaminhou para o presídio central de Porto Alegre cinco traficantes de drogas envolvidos na apreensão de 70 quilos de cocaína. Eles estavam em um sítio em Terra de Areia, na orla marítima gaúcha. A droga foi transportada de Ponta Porã (MT), em tijolos de um quilo escondidos em um tanque de reserva de um caminhão.

Casal de africanos é preso por tráfico

☐ O casal de africanos preso no sábado, em flagrante, por tráfico de cocaína, embarcou no Rio de Janeiro no vôo SV-354 da Aeroflot. A prisão aconteceu numa fiscalização de rotina. Segundo a delegada Sueli Goerisch, o vôo é visado e sempre passa por uma blitz em São Paulo. Os agentes desconfiaram da quantidade de tubos para cabelo e do peso dos vasilhame. Colocaram a bagagem no aparelho de raio-X e descobriram que só havia líquido em metade dos tubos. 'O resto era ocupado pela cocaína', explicou a delegada. Os dois traficantes disseram ser comerciantes em Cabo Verde. A Polícia Federal vem reforçando a vigilância nos vôs para a África por causa do aumento do número de traficantes que usam o Brasil como rota para traficar cocaína da Bolívia ou da Colômbia.

IDÉIAS

A estratégia número 2 contra a droga

Crescimento do consumo e do tráfico reacende discussão sobre legalização de entorpecentes





Depois de muitos sacrifícios em dinheiro e em vidas, a política de reprimir as drogas pela força policial e judiciária só tem fracassos a contabilizar. Armados até os dentes, policiais e exércitos de um sem-número de países não conseguiram reduzir o consumo. As áreas cultivadas com pés de coca, maconha e papoula (de onde se extraem o ópio, a heroína e a morfina), em vez de diminuir, aumentaram. Os traficantes mortos ou presos pela ação repressiva foram simplesmente substituídos por outros. As baixas que se operam aqui ou ali entre os bandidos nem sequer se refletem nos preços da mercadoria. As apreensões de drogas continuam sendo mínimas face às quantidades que chegam aos mercados de consumo. Todos esses dados parecem sugerir a necessidade de mudar a estratégia de combate ao uso e ao tráfico de entorpecentes.



BIA PARREIRAS

GARY BECKER, Prêmio Nobel de Economia de 1992: "A guerra às drogas fracassou. Deve-se considerar a legalização como uma solução"

É um debate que apenas se inicia, mas que já produziu encontros mentais inesperados. Sim, porque quando se fala em drogas, dignitários de direita, como os economistas laureados com o Prêmio Nobel Milton Friedman e Gary Becker, da ultra-ortodoxa escola de Chicago, defendem pontos de vista muito próximos aos de órfãos do movimento "paz e amor", dos anos 60, e de retirantes da esquerda, como o deputado verde e ex-militante terrorista Fernando Gabeira. São todos eles defensores da legalização, por mais chocante que uma idéia dessas possa parecer para quem nunca teve dúvidas sobre a questão. "A idéia não é tão radical quanto parece. Liberar os entorpecentes seria sensato e humano", diz o economista Gary Becker, que defende a descriminalização porque acha simplesmente que é a forma mais prática de enfrentar o problema. Becker, como outros que carregam a bandeira da legalização, detesta drogas, tem horror a traficantes e sente pena de quem usa produtos químicos para sair do mundo real.

FREUD GOSTOU — Quando se recua no tempo, verifica-se que as opiniões sobre a droga mudaram drasticamente à medida que seus efeitos foram sendo mais conhecidos. Os americanos George Washington e Thomas Jefferson, fundadores da nação, cultivavam maconha em suas fazendas e incentivavam o plantio para desenvolver a economia agrária do país. A maconha, naquele tempo, era usada para alimentar o gado e fabricar cordas e sacos. Sigmund Freud, o pai da psicanálise, e Charles Baudelaire, o poeta maldito, usaram droga eles mesmos e gostaram muito *(veja quadro à pág. 84)*. Pouco a pouco, porém, formou-se um cordão sanitário de opiniões em torno dos entorpecentes. A bandeira da legalização,





A guerra às drogas não consegue reduzir a venda e o consumo. Impressionantes pelo volume, apreensões de coca, como a que foi feita em uma fazenda de Tocantins no ano passado *(foto acima)*, não impedem o abastecimento do mercado. O Rio de Janeiro precisou chamar o Exército aos morros contra o tráfico *(à esq.)*. Ficou famosa no Rio a entrevista do traficante "Boca Mole" à TV Globo, anos atrás, em que ele, armado, desafiava a polícia *(à dir.)*

PAULO RUY BARBOSA



estarrapada, ficou nas mãos de um grupo de pessoas muito restrito e especial.

Artistas e ativistas em luta pela autodeterminação do indivíduo faziam parte desse grupo. Seu argumento: o *Estado não deve* meter-se num terreno que seria apenas do cidadão. Drogar-se seria um direito da pessoa, *mesmo que pudesse fazer mal.* Também defendiam a liberalização os usuários que se sentiam agredidos por serem tratados como criminosos pela sociedade e pela polícia. Mas era só. Para a grande maioria das pessoas, legalizar as drogas seria, para começar, imoral. Depois, havia ainda o risco de incentivar a explosão do consumo e a deterioração dos costumes. De tempos para cá, os ventos mudaram. A opinião pública ainda é majoritariamente contra a legalização, mas armou-se um debate em vários países — personalidades inesperadas, pessoas de grande projeção, pularam para o outro lado da cerca. Gary Becker e Milton Friedman são apenas uma amostra do fenômeno.



O escritor GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, Prêmio Nobel de Literatura, acha que álcool, cigarro e cocaína deveriam ter o mesmo tratamento: "É tudo droga!"

PRÓ-LEGALIZAÇÃO

- A repressão falhou. Gastam-se bilhões de dólares na guerra ao tráfico e o consumo só aumenta
- Com a legalização, abole-se o crime ligado ao tráfico, que movimenta por ano 500 bilhões de dólares nesse comércio
- O governo brasileiro arrecada perto de 2 bilhões de dólares em impostos com o cigarro. Arrecadaria com as outras drogas
- Reduz-se a corrupção. Polícia, Justiça e políticos deixariam de receber dinheiro da droga
- Os consumidores deixariam de ser tratados como criminosos
- Evita-se que o usuário tenha contato com criminosos para obter a droga
- Os laboratórios farmacêuticos fabricariam droga sem misturas
- O álcool mata 25 vezes mais do que as drogas ilegais. O fumo mata 75 vezes mais. Mas o álcool e o tabaco são legalizados

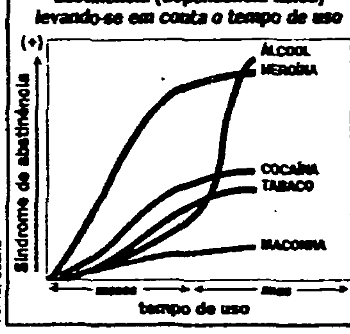
Luc Montagnier, o cientista francês do Instituto Pasteur que isolou o vírus da Aids, é um desses convertidos. "Criminalizar as drogas lança o usuário nos subterrâneos da sociedade", diz o médico. "Torna-se mais difícil identificá-lo e colocar à disposição dele os benefícios da saúde pública que poderiam trazê-lo de volta ao convívio." Nos Estados Unidos, a ex-ministra de Saúde Joycelyn Elders chegou a recomendar no final de 1993 que o governo estudasse a idéia de legalizar as drogas, como forma de reduzir os crimes violentos. Elders, um temperamento desassombrado que comprou brigas em vários terrenos, acabou demitida, mas deixou

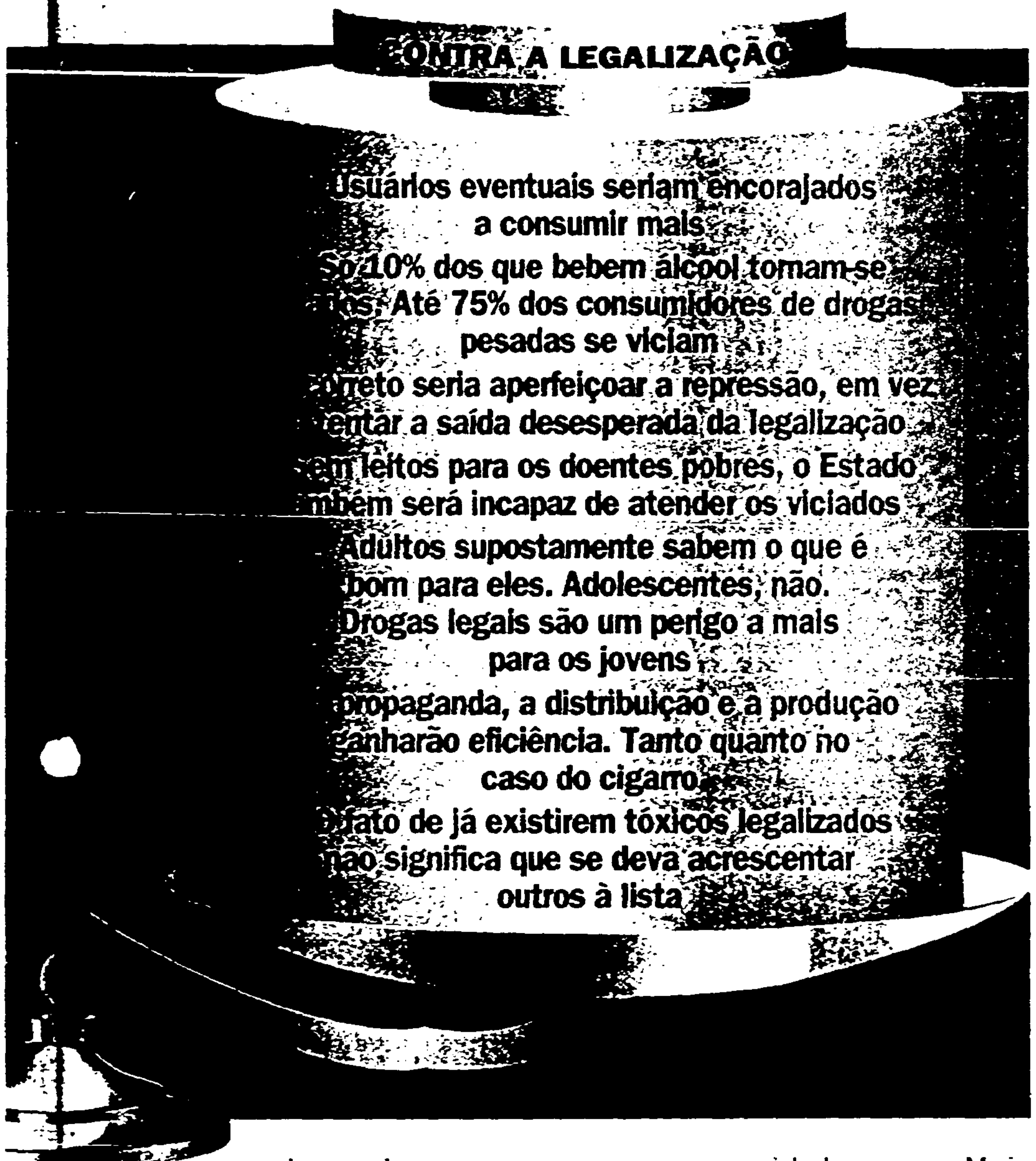
A devastação que as drogas causam no cérebro

As drogas agem na parte mais delicada do cérebro humano, o mecanismo de transmissão dos impulsos nervosos. O cérebro tem por bilhões de células, os neurônios, que comunicando-se entre si geram as sensações, o pensamento ou a ação. Essa comunicação só acontece graças a substâncias químicas conhecidas por neurotransmissores. É aí que as drogas chegam para atrapalhar. Interagindo com os neurotransmissores, tornam imprecisas as mensagens entre os neurônios. É o fim de uma harmoniosa ciranda de impulsos nervosos. Elas podem estimular o sistema nervoso central, como a cocaína, a cafeína ou a nicotina. Deprimi-lo, como o álcool ou a heroína. Perturbá-lo, como a maconha ou o ácido lisérgico. Fica-se eufórico, inapetente ou insone. Vêem-se coisas. Ouvem-se sons.

Dependendo do tipo de droga, da quantidade usada e do *tempo de uso, variam os malefícios.* A cocaína é a que mais rapidamente devasta o usuário. Bastam alguns meses ou mesmo semanas para que ela cause

SÍNDROME DE ABSTINÊNCIA
Intensidade/gravidade da síndrome de abstinência (dependência física) levando-se em conta o tempo de uso





claro o desconcerto que domina a política americana nessa área. O megaespeculador húngaro sediado nos Estados Unidos George Soros destinou 6 milhões de dólares a vários centros de estudo americanos envolvidos com a defesa da legalização. Também o escritor amigo de Fidel Castro Gabriel García Márquez e o escrevinhador peruano Mario Vargas Llosa já se manifestaram pró legalização. Em comum, todos esses medalhões do cenário internacional tentam remover os véus moralistas que sempre envolveram o tema.

A droga, em si mesma, não é moral nem imoral. É simplesmente um composto químico. Transforma-se em ameaça para a sociedade quando impõe a ela o convívio com um submundo de marginais e com as agruras da incapacitação física e mental de legiões de jovens, pois são eles as principais vítimas. Eddy Engelsman, o arquiteto da política holandesa para as drogas e ex-diretor da Unidade para as Drogas, o Tabaco e o Álcool — maliciosamente apelidado de "Ministério do Pecado" pelos adversários —, acha que o assunto merece um pouco mais de reflexão. "Todo mundo fica chocado quando uma mãe relata chorosa como a droga arruinou a vida de seu filho, mas ninguém tem essa reação quando alguém conta que perdeu um parente por alcoolismo ou tabagismo."

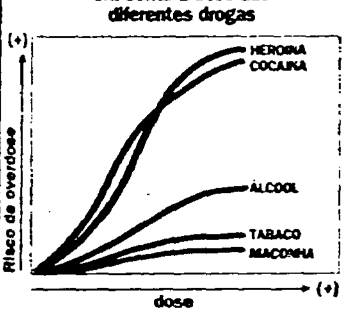
Perigo Dobrado — Em termos práticos, como Engelsman gosta de dizer, tanto no caso da vida arruinada pela droga quanto no caso da vida destruída pelo álcool e tabaco, são vidas que se perdem. E isso é que é grave. "A legalização não acabaria com o sofrimento físico e mental das pessoas que abusam da droga, como não poupa, hoje, os alcoólatras. Acaba, isso sim, com o sofrimento extra que as sanções legais impõem ao usuário e sua família", diz Brian Micklethwait, economista de 41 anos e guru da mais articulada organização de defesa intelectual da legalização das drogas, a inglesa Aliança Libertária.

Do ponto de vista médico, ninguém duvida dos malefícios dos entorpecentes *(veja quadro abaixo)*. Criam jovens inertes, vegetalizados. Incapacitam pessoas para o trabalho e o convívio social. Matam por overdose. Um estudo feito pela Sociedade Brasileira de Cardiologia mostra que na última década cresceu em 80% o número de casos de enfarte no país. A principal causa desse incremento (60%) atende pelo nome de overdose. Overdose, sobretudo, de cocaína e crack. Crescem os casos, diminui a faixa etária dos enfartados. O cardiologista José Antonio Rami-

---

OVERDOSE

Risco de overdose fatal levando-se em conta a dose das diferentes drogas



um emagrecimento profundo, insônia, lesão da mucosa nasal e maior suscetibilidade a convulsões. Ao longo dos anos, porém, os efeitos destrutivos do álcool são mais graves e numerosos. Entre eles estão gastrite, hipertensão, pancreatite, miocardite, hepatite e cirrose. Retrato dessa tragédia são as clínicas brasileiras. A média de idade das pessoas que procuram ajuda contra a bebida é de 35 anos. Contra a cocaína, 20 anos.

Curiosamente, a heroína, que está entrando agora no mercado brasileiro, é o entorpecente que apresenta o menor risco de doenças decorrentes do uso crônico. No máximo, contam-se a constipação intestinal e alguns espasmos das vias biliares. Em *Bases Farmacológicas da Terapêutica*, bíblia dos estudiosos do assunto, encontra-se a surpreendente afirmação: "A boa saúde não é incompatível com o uso regular de opiáceos". A ressalva é que a heroína vicia muito rapidamente, gera uma grave síndrome de abstinência, e é a que relativamente mais mata por overdose, seguida de perto pela cocaína. A dose letal da maconha, em contrapartida, é absurda. Para morrer, o sujeito teria de fumar 50 quilos de maconha por minuto durante quinze minutos. O principal problema da maconha é que causa câncer, como o tabaco, e afeta a memória.

res, do Hospital das Clínicas de São Paulo, diz que, há dez anos, de cada 1 000 doentes do coração dezoito tinham menos de 30 anos. Hoje, na mesma proporção, eles somam 34. "O risco de quem consome drogas não é só o enfarte. O coração nunca mais volta a ser o mesmo", lamenta Ramires. Os prejuízos vão muito além. Com o desenvolvimento da Aids, apareceu outro aspecto tenebroso do uso da droga. Na seringa, compartilhada numa roda de dependentes, pode estar o vírus HIV. Perigo dobrado. Fazem sentido as preocupações dos adversários da legalização: e se explodir o consumo?

CRIME ATRAENTE — O que atrapalha a discussão sobre a melhor estratégia para o campo dos entorpecentes é uma certa confusão sobre os objetivos que se buscam em cada caso. Não se sabe ainda qual a melhor maneira de combater as drogas, porque apenas uma das duas foi testada. A repressão não deu certo. É interessante conhecer as teses dos defensores da legalização, que por enquanto são apenas isso: teses. Pelo peso de seus defensores, pelo fracasso da repressão e por falta de uma alternativa mais convincente, os adeptos da descriminalização estão com a palavra no debate mundial sobre os entorpecentes. Dividem o problema das drogas em duas partes. Uma é a questão da ameaça à saúde dos usuários e a desagregação social causada pela droga. Outra parte é a questão da criminalidade. A repressão, alegam eles, não resolveu nenhuma das duas. A liberação resolverá pelo menos uma, a segunda. Acabará com a brutal criminalidade que se desenvolve em torno do comércio de cocaína, crack, heroína e maconha. No Brasil, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, acha que não se deve fugir ao debate. Jobim não aprovaria uma corrida para a legalização das drogas, mas diz que é preciso discutir as alternativas com muita atenção.



Inferno do pico: em Zurique, Suíça, há um parque para os viciados se drogarem...

Nessa discussão, há um aspecto econômico assombroso. O mercado de drogas é provavelmente o negócio mais rentável do mundo, com um movimento de 500 bilhões de dólares por ano. Há estimativas mais altas. Da plantação ao consumo, a coca aumenta 200 vezes de preço. Nada há no mundo que dê lucro assim, nem mina de diamante. Parte desses dividendos embute o risco que os traficantes correm para vender seu material. Incapaz de coibir o negócio ilícito, a repressão porém o atrapalha muito e, por isso mesmo, supervaloriza a droga. Conseqüência: os preços elevadíssimos e as fortunas que se fazem da noite para o dia tornam o crime mais atraente.

Sentados em seus cofres cheios de dólares, os traficantes compram facilidades da polícia e da Justiça, corrompem políticos, chegam a criar um Estado dentro do Estado, um território em que estão imunes às leis e fazem suas próprias regras, como acontece na Colômbia, o grande fornecedor do mercado mundial. O que está acontecendo no Rio de Janeiro

Uma história perigosa de enganos e confusões

Que as drogas causam prazer, todo mundo sabe. Antigamente, essa sensação de bem-estar era freqüentemente confundida com melhoria da saúde. A História registra vários enganos desse tipo. Enganos que poderiam levar o consumidor desavisado a situações desastrosas, como o vício ou até mesmo a morte. A seguir, alguns exemplos:

■ "Ai de ti, minha princesa, quando eu chegar. Vou te beijar até que voltes às tuas cores rosadas. E se te mostrares rebelde, hás de ver quem é o mais forte — uma gentil senhorita ou um grande brutamontes selvagem que traz cocaína em seu corpo." O grande brutamontes no caso é Sigmund Freud (1856-1939), pai da psicanálise. Freud consumia cocaína contra a depressão e a indigestão. Chegava a recomendá-la para curar a asma e debilitamento psíquico. Só desconfiou do pó branco quando um de seus pacientes morreu, devido à forte dose por ele receitada.



■ Em 1863, o comerciante corso Angelo Mariani teve a engenhosa idéia de desenvolver um licor, doces, balas e chá — tudo à base de coca. Foi um sucesso. O licor era consumido até pelos papas: Pio XII e Leão XIII deliciavam-se com o digestivo. Vinte e três

950331



...sob as vistas do governo

é a repetição em escala menor do fenômeno. A tal ponto os traficantes do Rio criaram zonas nas quais eles são os governadores, que o Exército precisou subir os morros cariocas para tentar combater o tumor. "O Rio está tomado por ilhas de caos, onde a autoridade e a Justiça estão nas mãos de delinqüentes. Só mesmo as Forças Armadas para restabelecer a ordem", reconheceu o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Antônio Carlos Amorim.

Na semana passada, a Operação Rio mobilizou, além dos batalhões de Choque e de Operações Especiais da Polícia Militar, 1 000 fuzileiros navais, quatro helicópteros, quatro blindados e quatro barcos da Polícia Naval. De nada adiantou. No mesmo dia em que essa multidão de fardados estava a postos, um tiroteio entre traficantes do Morro dos Cabritos e da Ladeira dos Tabajaras gerou pânico e correria entre os moradores da Rua Santa Clara, uma das mais movimentadas de Copacabana. Balas perdidas bateram nos apartamentos próximos do morro. O corpo de Márcio Costa da Silva, suposto integrante de uma das quadrilhas, acabou defronte do número 332 da Santa Clara. Com a descriminalização das drogas, se tiraria das hordas de bandidos o osso pelo qual guerreiam. Só isso já seria muito, alegam os defensores da legalização. Há mais: as drogas servem de pretexto para uma série de outros crimes além do tráfico. Assaltos, seqüestros e exploração da prostituição estão em muitos casos ligados ao narcotráfico. Os recursos provenientes dessas violências servem para levantar caixa, comprar a droga e alimentar o vício.



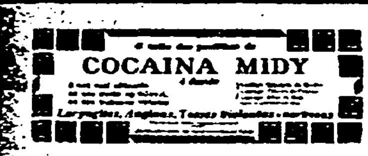
JAMES ANDANSON/SYGMA

LUC MONTAGNIER, que isolou o vírus da Aids, acha que a proibição só serve para dificultar a reintegração social do usuário de drogas

ESFORÇO INÚTIL — Quando a dupla Ronald Reagan/George Bush declarou guerra às drogas nos anos 80, o objetivo era reduzir em 10% a oferta de cocaína nos Estados Unidos num prazo máximo de cinco anos. Dez anos e 100 bilhões de dólares depois, a agência antidroga americana acha que a oferta de cocaína manteve-se intocada. Há cinqüenta anos, toda a cocaína apreendida em um ano nos Estados Unidos (1 quilo) cabia no porta-luvas de um carro. Em 1970, foram apreendidos 250 quilos de cocaína, quantidade que se poderia guardar no porta-malas de um carro. Em 1990, foram apreendidas 120 toneladas — o bastante para encher 120 peruas Kombi. O que desanima é que as quantidades apreendidas respondem por apenas 10% da droga que efetivamente chega aos narizes dos usuários. Um estudo publicado no dia 15 de dezembro passado pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Michigan concluiu que a droga está em alta em sete dos dez maiores campus universitários americanos. No Brasil, a situação é agravada pelo fato de o território nacional ser o principal canal de distribuição mundial do pó produzido pelos cartéis colombianos. Cinco milhões de brasileiros consomem maconha, cocaína ou crack pelo menos uma vez por semana.

Entre os estudantes brasileiros, a política repressiva contra o pó tem efeito desprezível. Pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Cebrid, mostra que um em cada quatro alunos de escolas públicas de 1º e 2º graus já experimentou drogas, mas apenas um em cada 100 fez uso da cocaína. As estatísticas dos que se drogam habitualmente com o pó é de 1 em 1 000. Os grandes vilões estão expostos nas prateleiras do mercado legal — álcool, tabaco, acetona, remédio para emagrecer, xarope contra tosse e colírio. Os solventes — esmalte de unha, acetona, cola de sapateiro, éter ou benzina — arregimentam uma legião de jovens dezoito vezes maior do que a cocaína. Os calmantes e inibidores de

---



anos depois, outro empresário perspicaz, o farmacêutico americano John Pemberton, importou a idéia de Mariani e lançou um refresco à base de coca. Era o começo de uma carreira promissora. O refresco chamava-se Coca-Cola. Os anúncios proclamavam: "Diminui a fadiga!", em clara referência ao caráter estimulante da cocaína. Os efeitos colaterais da droga eram então ignorados. Só vieram a ser reconhecidos na virada do século, quando veio a proibição. A Coca-Cola, já transformada em sólida empresa, mudou a fórmula. De coca, ficou só o nome.



■ As propriedades da maconha como medicamento são reconhecidas há séculos. A droga foi recomendada como analgésico na Índia e anestésico nos Estados Unidos. Já no Brasil, o cigarro de maconha era considerado, até o final do século passado, um eficaz remédio contra a asma. Curado do acesso, no entanto, o asmático era tomado de assalto por alucinações.



■ No século passado, foi lançado nos Estados Unidos o Brown's Teething Cordial, um analgésico que aliviava a dor que os bebês sentem no surgimento da primeira dentição. Eficiente, o remédio tinha apenas um problema. Viciava as crianças, que não se cansavam de pedir mais. Era feito à base de ópio.

O vício por dentro

Israel Levin, um dos proprietários da indústria de cuecas Zorba, sonhava ver seu filho Abrão nos altares das sinagogas de São Paulo, como rabino. De Abrão, hoje com 31 anos, pode-se dizer tudo. Menos que ele leve uma vida de rabino. Viciado em cocaína desde os 15 anos, ele já roubou o próprio pai, apanhou de traficantes, surrou a ex-mulher. Anda armado. Entre uma injeção e outra de cocaína — foram quatro ao total, num espaço de cinco horas —, Abrão recebeu VEJA em sua casa para uma entrevista. Ele é contra a legalização das drogas. Os viciados consumiriam mais, argumenta. A seguir, os principais trechos de seu depoimento:

"Estou para lá de Bagdá. Sob efeito das drogas não sou uma pessoa feliz. Me sinto culpado de usá-las. Minha vida está muito ruim. As drogas me afastaram do trabalho e da família. Virei uma pessoa sem escrúpulos. Por exemplo: digamos que tenho só 10 reais no bolso e minha ex-mulher, a atriz Grace Gianoukas, telefona dizendo que precisa de dinheiro para comprar leite para o nosso filho de 4 anos, o Nicolas. Bem, se eu precisar comprar uma dose para mim, eu não dou a grana para o Nicolas, com certeza. E é certeza. É certeza. Não é uma dúvida.

Aos 15 anos, eu já fumava maconha e cheirava cocaína. Nessa época, numa certa noite, quando cheguei em casa, fui intimado por meu pai. "Você fuma maconha?", ele me perguntou. Não tive como negar. Começamos a discutir. Na manhã seguinte, fui mandado embora de casa. "Quando uma das laranjas do saco é podre, a gente tira, para não estragar as outras", foi o que ouvi. As outras laranjas eram meus dois irmãos. Reconciliamo-nos muitos anos depois, quando comecei a trabalhar na Zorba como assistente de marketing. Trabalhava muito. Porque o viciado é um sujeito compulsivo. Tudo vira vício na vida dele. Todas as mulheres de minha vida, por exemplo, foram obsessão. Nessa época, criei o famoso passarinho da Zorba, aquele que fez sucesso nas campanhas publicitárias.

Mas aos 26 anos, decidi parar de trabalhar. Virei roqueiro. Montei um grupo, o Abrão e os Lincolns. Mas, apesar de o som ser do barulho, não emplacamos. Sem dinheiro, precisava roubar para conseguir comprar a droga. Comecei a vender tudo o que tinha na casa de meu pai, à revelia dele. Televisão, esse tipo de coisa. Até o dia que os tiras da Polícia Civil me pegaram. Tinha comprado 5 gramas de cocaína e estava louquinho para aplicar. De cara, assumi que era viciado. Levaram-me à delegacia. Foi traumático. Queriam saber de onde vinha aquela mercadoria. Começaram a me ameaçar. Deram uns socos na minha cara. Me deixaram pelado. Fui parar no xadrez. Foi nojento. Um lugar que fedia a xixi, com ratos embaixo do cano. Achei um absurdo. Rasparam meu cabelo, dizendo que eu parecia mulher. Rasparam até minhas sobrancelhas. Péssimos dias. O sol mal penetrava na cela. Ficava fazendo exercício. Também meditava, fazia ioga, o que era motivo de piada entre os carcereiros. Ioga naquele chão nojento, nem Buda seria capaz! Saí de lá no terceiro dia, cheio de piolho e com umas perebas no corpo. Tive de me depilar todo. Saí aliviadíssimo, porque reconquistara a liberdade. A prisão me fez perceber que estou mesmo fora da realidade. O futuro do viciado é a morte ou a loucura total.



Abrão Levin: "Minha vida está muito ruim. Sob efeito das drogas, não sou uma pessoa feliz. Elas me afastaram da família e do trabalho. Virei uma pessoa sem escrúpulos. Meu futuro é a morte ou a loucura"

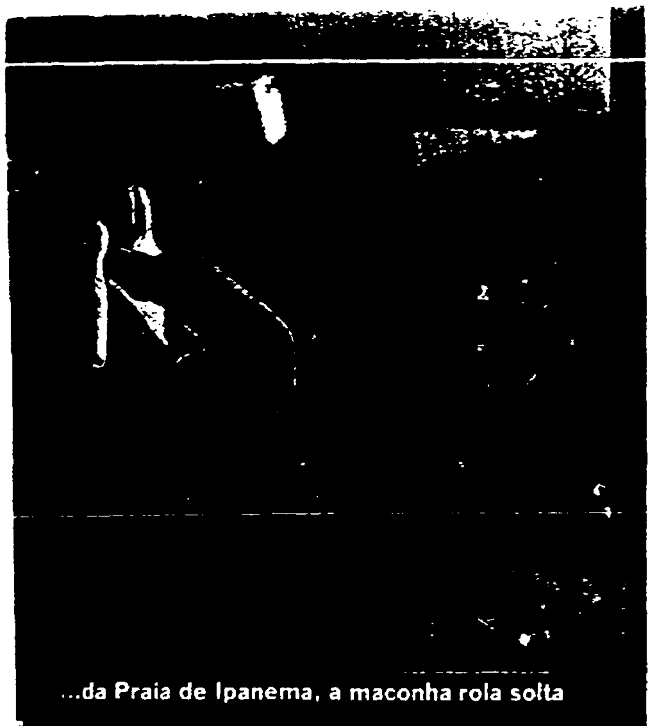


Verão carioca: no Posto 9, trecho...

apetite, um exército onze vezes mais numeroso. Cocaína, no Brasil, é coisa de adulto. Curiosamente, a preocupação do país com o risco das drogas para os adolescentes aponta para o alvo errado. Os alvos corretos, no caso da geração fliperama, estão ao alcance da mão no mercado legal.

SUPERMACONHA — Os defensores da liberalização não pretendem resolver todos esses problemas de saúde com sua campanha. Propõem acabar, em primeiro lugar, com a criminalidade, o que já seria muito em sua opinião. Saúde e questões sociais seriam enfrentadas em novos desenvolvimentos da ação governamental. Para uma cidade como o Rio de Janeiro, a proposta faz sentido. No Rio, o problema da criminalidade associado à droga é hoje muito mais pesado do que o da saúde dos viciados. O ambiente criado pelo narcotráfico, com as repúblicas dos morros, seqüestros em seqüência, tiroteios na janela da classe média, balas perdidas e outras façanhas, atinge a população inteira da cidade. Entre novembro e dezembro do ano passado, o Exército apreendeu 190 armas, entre metralhadoras, fuzis AR-15, AR-16, Kalashnikov, pistolas e escopetas, além de munição e granadas. Um arsenal que só regimentos em guerra transportam. A legalização das drogas, alegam os defensores da idéia, tiraria os criminosos de cena automaticamente. Eles se mudariam para outra freguesia, é certo, mas o pelotão ficaria muito menor e mais cuidadoso. Crime é um risco calculado. Em assalto ou seqüestro, o risco de vida do bandido é alto e a recompensa nem sempre muito alta. No tráfico, o risco é pequeno. A recompensa, sempre milionária.

Em meados dos anos 80, a política de



...da Praia de Ipanema, a maconha rola solta

repressão às drogas acabou por criar nos Estados Unidos um novo tipo de narcótico, o crack. As pedras de crack são obtidas pela mistura da pasta de coca, água e um terceiro elemento, o bicarbonato de sódio. Tudo isso é aspirado numa espécie de cachimbo. Para os traficantes, o crack é vantajoso por ser mais barato, mais fácil de transportar do que o pó e muito mais potente. O efeito do crack começa quinze segundos após a primeira aspiração. Em um mês, em média, cria-se a dependência. Com a maconha, verificou-se também o efeito concentração. A erva dos hippies nos anos 60 tinha 0,5% do princípio ativo que os usuários procuram, o THC. A maconha plantada hoje chega a oferecer em certos casos 10% de THC. No meio-oeste americano, chegam a cultivá-la com o cuidado que os holandeses dedicam às tulipas. Usam-se estufas, luz e calor artificiais.

São inúmeros os argumentos dos defensores da legalização — e são atraentes também. Fáceis de aceitar no terreno das idéias, esbarram em dúvidas quando se trata de passar das teses à prática. É muito complicado imaginar de que forma uma mudança desse porte, que envolve novas regras no plano dos costumes, no comportamento da polícia e mesmo na cultura de uma sociedade, poderia deixar o mundo das abstrações. Uma coisa é apontar erros num sistema, outra apresentar uma alternativa melhor. Para começar: que tipo de legalização se está propondo? Mercado livre e irrestrito, companhias multinacionais fazendo publicidade de cocaína na TV e vendendo heroína no supermercado da esquina?

"EXPERIMENTE COCAÍNA" — Adversário da legalização, o ex-presidente americano Ronald Reagan pôs o dedo na ferida. Dizia ele: "Você estará dirigindo seu carro numa avenida e dará de cara com um outdoor que não lhe pedirá COMA GELATINA! Pedirá: EXPERIMENTE COCAÍNA". Não se confunda, porém, legalização com autorização para a libertinagem total. A maioria dos defensores da descriminalização admite a necessidade de se regulamentar o comércio e o uso das drogas depois que isso deixar de ser crime. Remédios são legalmente vendidos, mas alguns deles sofrem certas restrições. Mas que tipo de controle aplicar? Funcionaria?

Outra questão difícil: quais drogas seriam legalizadas? Só a maconha? Todas? Há um consenso científico de que a maconha é uma "droga leve". Vicia pouco e tem os menores riscos de overdose. Induz a alucinações, é certo, mas usada com moderação pouco afeta a sociabilidade do consumidor. Como efeitos adversos, contam-se o risco de câncer (alto como no tabaco) e a perda de memória após uso prolongado. "Das drogas, a única para a qual defendo a descriminalização é a maconha", diz o médico Elisaldo Carlini, o novo secretário nacional da Vigilância Sanitária. "As pessoas devem aprender a não achar que a maconha é uma coisa diabólica." Bem diferentes são outras substâncias, fortemente indutoras de dependência ou de seqüelas físicas e mentais, como a heroína, o ópio e a cocaína sob a forma de crack. Mas, a permitir-se unicamente o consumo e venda de maconha, mantém-se a relação entre os consumidores das demais drogas e o crime. Volta-se à estaca zero do problema. A liberar tudo, corre-se o risco de gerar um gigantesco contingente de viciados compulsivos.

De que maneira se evitaria que a legalização funcionasse como um incentivo ao consumo de drogas por adolescentes? De-



ROBERT TRIPPETT/SIPA PRESS

Como ministra da Saúde dos EUA, JOYCELYN ELDERS desafiou a política oficial de drogas: "O crime diminuiria com o fim da proibição"

A escala da tolerância

Quase todos os países são signatários de acordos internacionais contra uso e tráfico de drogas. Em nenhum deles a legislação permite a comercialização e o consumo de grandes quantidades de entorpecente. A diferença está na tolerância de alguns países no que diz respeito à proibição do consumo pessoal. Os países mais liberais, por ordem, estão no topo da lista a seguir:



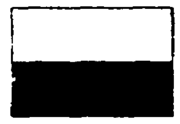
Holanda
Consumir qualquer droga na Holanda é permitido, se a quantidade for para uso pessoal. Os bares e tabacarias interessados em comercializar entorpecentes são credenciados pelo Ministério da Saúde. A polícia só combate o tráfico ilegal — este, sim, dá cadeia



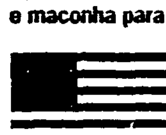
Suíça
Na tentativa de controlar os viciados do país, o governo suíço abriu um parque para o consumo de drogas. Conhecido como o parque do pico, o local se transformou em um verdadeiro supermercado de entorpecentes. Duzentos e cinqüenta traficantes "alimentam" os viciados. O governo fornece seringa



Espanha
O haxixe para consumo pessoal é tolerado pela Justiça espanhola. O usuário pode-se drogar em casa ou em bares onde os donos permitam



Colômbia
Em decisão inédita na América do Sul, o Supremo Tribunal colombiano descriminalizou o porte de cocaína, haxixe e maconha para consumo pessoal



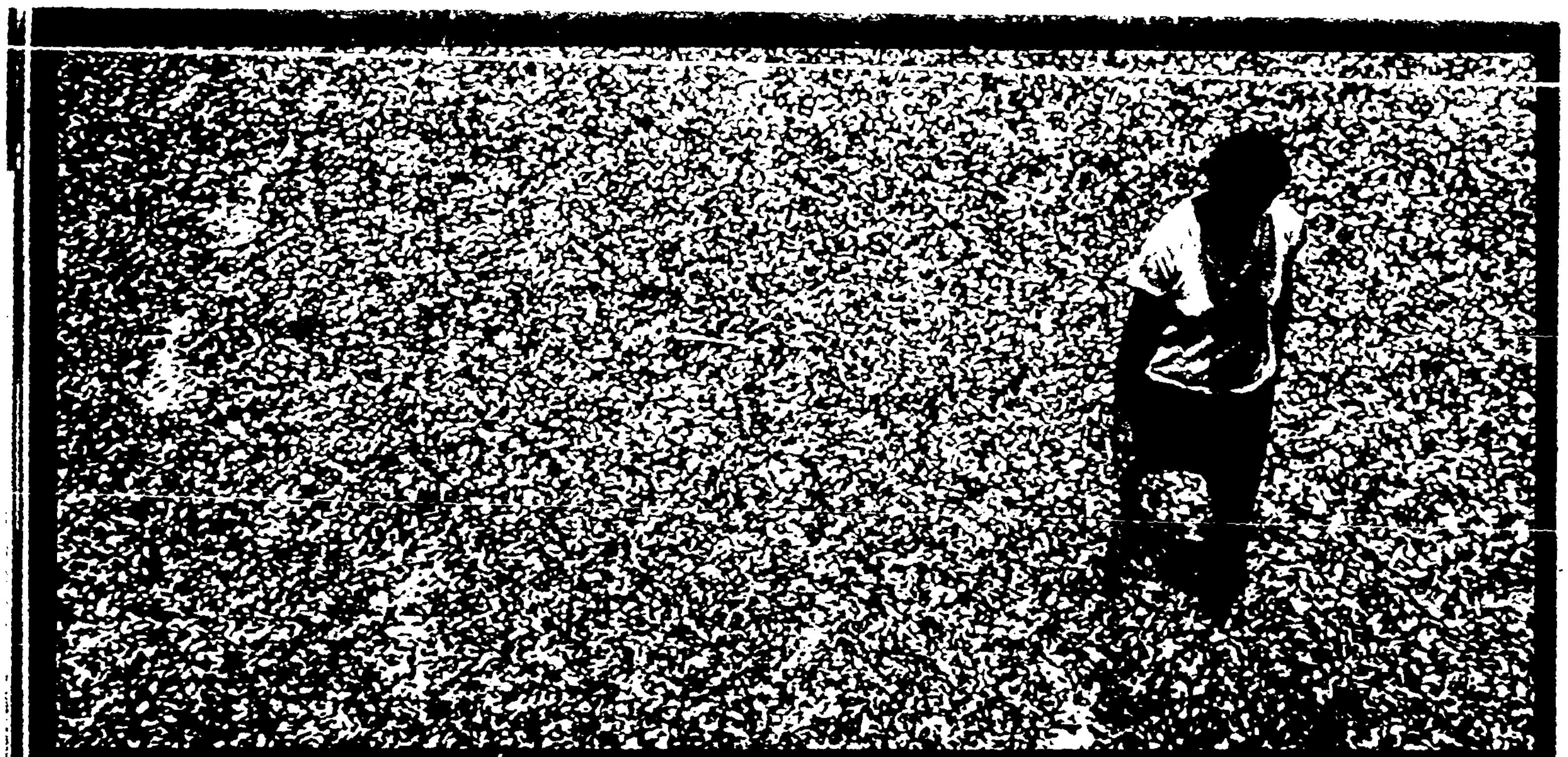
Estados Unidos
A legislação federal americana é rigorosa. Onze Estados, porém, já abrandaram o tratamento aos usuários de maconha. Na Califórnia, o porte e a venda são penalizados apenas com multa



Brasil
A Lei nº 6368, de 1976, é dura: prisão de seis meses a dois anos para quem consome, mesmo que seja uma quantidade mínima, qualquer droga. Para os traficantes, três a quinze anos em presídio de segurança máxima



Turquia
Ao lado de Filipinas, Cingapura e Indonésia, a Turquia tem a legislação mais severa do mundo. A posse de drogas, seja para tráfico ou consumo, pode dar prisão perpétua e até pena de morte



Plantação de coca nos Andes: do cultivo da folha à venda do pó branco, lucros milionários

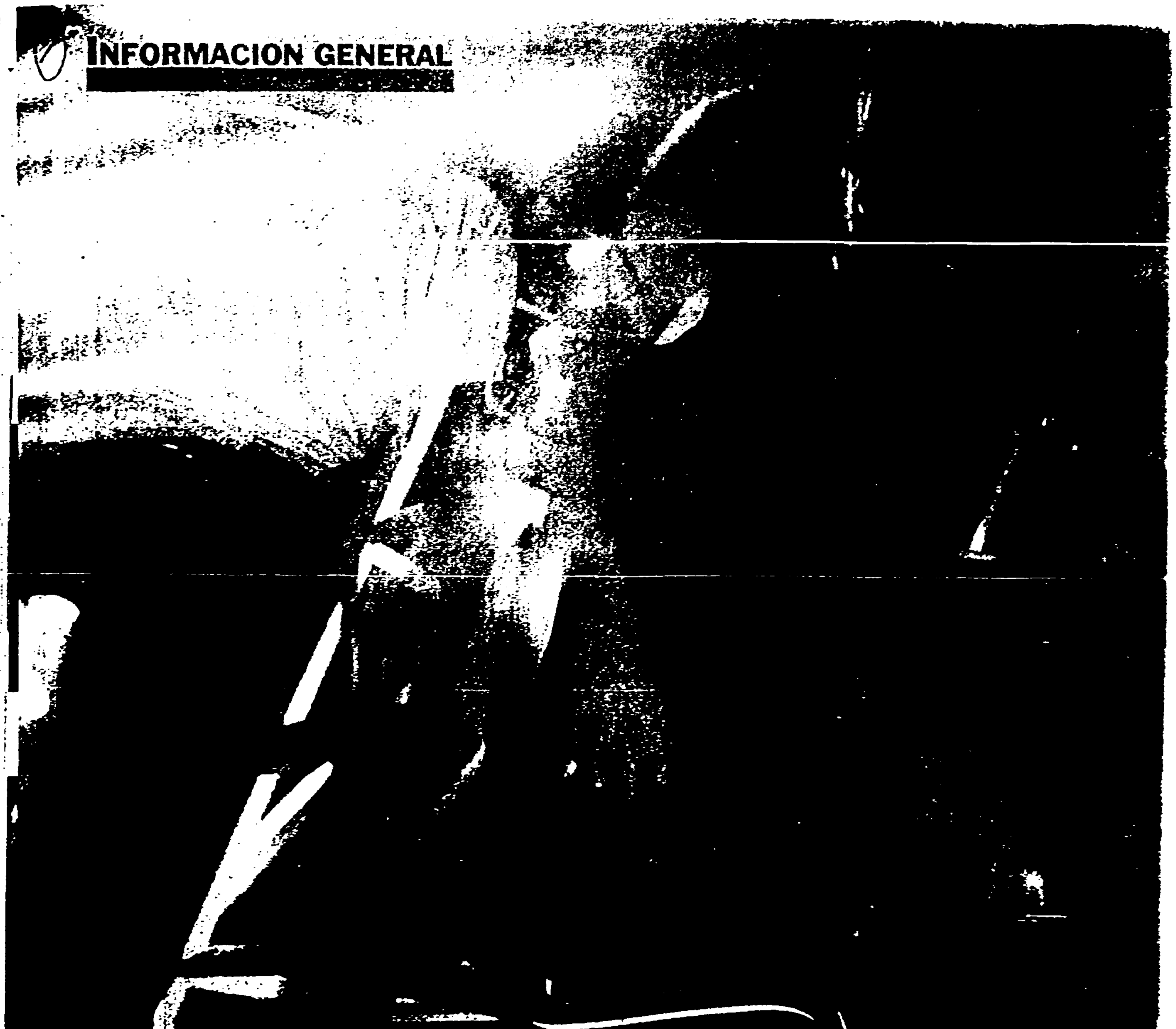
veria haver um limite de idade mínima para se usar entorpecentes? Por um lado, a legalização suprimiria a sedução pelo proibido, que em grande medida é o que embala a primeira tragada num cigarro de maconha, ou o primeiro sniff numa carreira de coca. Mas é certo também que funcionaria como uma espécie de aval ao consumo. "Não pode ser tão ruim assim, porque, afinal, o governo legalizou o uso", poderiam pensar muitos jovens. Quanto à questão do limite de idade, esta parece ser uma medida inócua. Herbert Kleber, diretor do Escritório Nacional da Política de Controle das Drogas nos Estados Unidos, prevê: os adolescentes, que representam 49% dos usuários de drogas no país, continuariam conseguindo — como já conseguem — suas doses com os bandidos. Este é, aliás, o problema das medidas de restrição ao consumo legal. Quem fica excluído acaba tendo de recorrer ao submundo, como hoje.

Teme-se que a descriminalização estimule o consumo. Argumenta-se que o cigarro, por mais mal que faça, não destroça a personalidade do usuário nem o incapacita para o trabalho ou para a vida social, como fazem as drogas pesadas. Admite-se a relativa inocuidade da maconha, mas se ressalta o caráter mortal de uma heroína ou mesmo da cocaína consumida em doses elevadas. O aumento do consumo é um risco real. Na virada do século havia 6% de médicos americanos viciados em morfina — o número hoje é de 23%. "A exposição é um perigo mesmo para uma comunidade educada e responsável como é a dos médicos", diz Herbert Kleber. Ele calcula: "Considerando que 10% das pessoas que experimentam cocaína apenas uma vez se acabam tornando viciadas, o contingente de usuários contumazes de drogas pesadas no país quase triplicaria". Ethan Nadelmann, pesquisador do Woodrow Wilson Center, da Universidade de Princeton e autor de dois livros em que defende a legalização das drogas, reconhece: "O número de consumidores poderia até aumentar em 50% e não posso negar que alguns viciados em potencial se transformariam em viciados de fato. São eles o único grupo de perdedores com a legalização". Nadelmann acha que ainda assim valeria a pena descriminalizar porque os ganhos superariam as desvantagens da medida.

Praia da Erva — Com tantas dúvidas e a discussão em fase tão preliminar, é natural que 90% dos brasileiros, segundo pesquisa patrocinada pela Agência Americana de Informação, sejam contra a legalização das drogas. Mesma posição têm 94% dos mexicanos, 92% dos panamenhos, 92% dos chilenos, 91% dos peruanos e 87% dos salvadorenhos. De todas as atitudes que se pode ter em relação à droga, contudo, a pior é defender a manutenção da atual política de combate. Não custa repetir: não está funcionando! Pergunte-se aos brasileiros (contrários à legalização) se acham que a repressão está funcionando no país. Oitenta por cento dos entrevistados em recente pesquisa acham que não.

É a lei que está em xeque. Ou ela não está sendo cumprida ou não está expressando como deveria a reprovação da sociedade diante de comportamentos ou atitudes e cobrando reparações justas dos infratores. A sociedade evoluiu rumo à aceitação de padrões de comportamento que a lei ainda condena. Datada de 1976, a regulamentação de drogas no país é draconiana. Condena à prisão por seis meses a dois anos o consumidor. Se é pego em flagrante passando um cigarro de maconha para outro usuário, cai na categoria de traficante. Pode, então, ser condenado a amargar entre três e quinze anos em presídio de segurança máxima, naquele tipo de companhia que é desnecessário descrever. É pena demais para crime de menos.

O paradoxo banha-se ao sol de Ipanema, no Rio de Janeiro, no Posto 9, onde cigarros de maconha circulam de mão em mão. Mais escancarado, impossível. Ninguém se preocupa em olhar para os lados e ver se há algum policial por perto. Uma das regras do local é nunca recusar papel para enrolar cigarros de maconha ou a própria erva para o vizinho de barraca. Também faz parte das regras de etiqueta desse trecho da praia jamais se incomodar se um desconhecido pedir para dar um "tapa" (tragada, no jargão) em baseado alheio. O último policial que se atreveu a desafiar o escracho foi escorraçado sob uma descontraída chuva de areia. Ele estava à paisana. O vexame foi tão grande que um colega fardado foi obrigado a resgatá-lo. Criticou-o. Ele havia sido severo demais. A tolerância para além da lei fica clara quando se sabe que apenas 5 400 usuários de drogas foram indiciados nos últimos sete anos, para um total estimado de 5 milhões de consumidores. Se a lei é o que mantém coesa uma sociedade, é sinal de que alguma coisa está errada, da legislação à política de combate às drogas. ■



DROGAS EN VERANO

BRILLOS DEL EXTASIS

Versión química de la felicidad que se compra por U$S 50 y puede provocar daño cerebral.

Desde hace un par de temporadas, las principales barras de las disco de Punta del Este hacen la mitad de su ganancia vendiendo el más elemental de los líquidos, en el más sofisticado de los envases, y con la inimitable etiqueta del sabor francés. Al parecer, esta predilección de buena parte de la juventud danzante por las latitas de agua mineral Perrier no se debe al influjo de la prédica de Eduardo Duhalde (54) y Alberto Lestelle(53), sino que apunta a compensar la deshidratación producida por el consumo de una nueva droga en auge: la "methylendioxy-methanphetamina", o MDMA, popularmente llamada Extasis.

EL IMPERIO DE LOS SENTIDOS. Cada vida tiene sus trucos para ser vivida de



MARCHA. **Los efectos del éxtasis: deseos irrefrenables de gozar. Quienes lo consumen, pasan horas bailando.**

manera más aliviada, y la droga se mostró siempre como un puente de oro para acceder a los paraísos que oscuramente reclama el cuerpo y que difusamente avizora la imaginación. Dentro de ese circuito, el Extasis (una peligrosa combinación de cocaína con anfetaminas, que también puede incluir ácido lisérgico), funciona como lo que su nombre indica, produciendo una versión química de la felicidad. La piel arde -es el sol del verano-, la música se vuelve más insistente y persuasiva, la marcha suena como un repiqueteo cardíaco, y la carne de la chica que está enfrente tuyo es de caramelo, y a ella los ojos le brillan como a un gato, dan ganas de besarla y de tenerla y de sonreir, sonreir...

Mariana M...(24) asegura que a su novio Gerardo D....(26), la ingesta del Extasis lo transformó: estaban en Pinamar, en una fiesta en una casa, y a Gerardo alguien le acercó una pastilla que era "lo más". A la media hora de haberla tomado -estaba borracho-, Gerardo, que detestaba el baile, se largó a bambolearse como un oso enardecido por los sones de la salsa, el merengue y el rock and roll. "Rebotaba", ríe Mariana, "saltaba por las paredes como un muñeco. Y si en general nos llevábamos bien en la cama, esa noche fue algo excepcional". Sin embargo, al otro día Gerardo "no daba más".

EXTASIS: LOS CODIGOS DEL "BRILLO"

- Cada pastilla cuesta entre **U$S 40 y 50**
- Se consigue en playas o sitios escondidos, antes de ir a las disco, o se regala en fiestas privadas
- Hace efecto a la media hora de ser consumido. Dura de seis a ocho horas
- Se consume en grupo, generalmente hacia las 23 hs.
- Produce deshidratación, por lo que se consume *mucha agua (en Space* se agota el agua *Perrier* en lata)
- Produce dilatación de las pupilas
- Tiene características afrodisíacas y energizantes
- Hipersensibiliza *el sentido del tacto*
- Puede desembocar en alucinaciones paranoides.



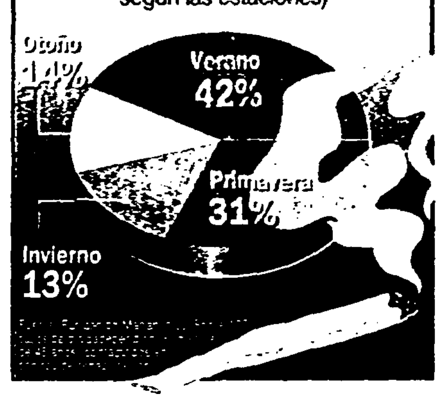
9509332



Los relatos acerca de los efectos del Extasis siempre llevan la marca del deseo que atraviesa las fronteras, y llega a nuevos estadíos de culminación. Frases como "Tuve diez orgasmos", "Quería parar, pero seguía", "Cuando me desperté, ella me estaba mirando y tenía la cara como una máscara de oro, que brillaba de amor", suelen ser tópicos habituales. El Extasis -cuando ciertas arbitrariedades de su mezcla no generan malestar, mero sudor y delirios paranoides- reinaría sobre el mundo de las percepciones habituales, sólo que sometiéndolas a un altísimo grado de intensificación. Nada más lejano a su uso actual que las razones que dieron origen a su existencia. Patentada en 1914 como reductora del apetito, esa pastilla vivió unas décadas relegada al limbo de una existencia incolora, y resurgió en las largas noches de la marcha en Ibiza, como sostén de las maratones danzantes y de las peregrinaciones trasnochadas, de bar en bar. Allí -lo cuentan quienes lo han experimentado-, el Extasis obraría como una sutura de la herida que el vacío inflige a quienes recorren la noche, buscando una experiencia

FIEBRE DE VERANO

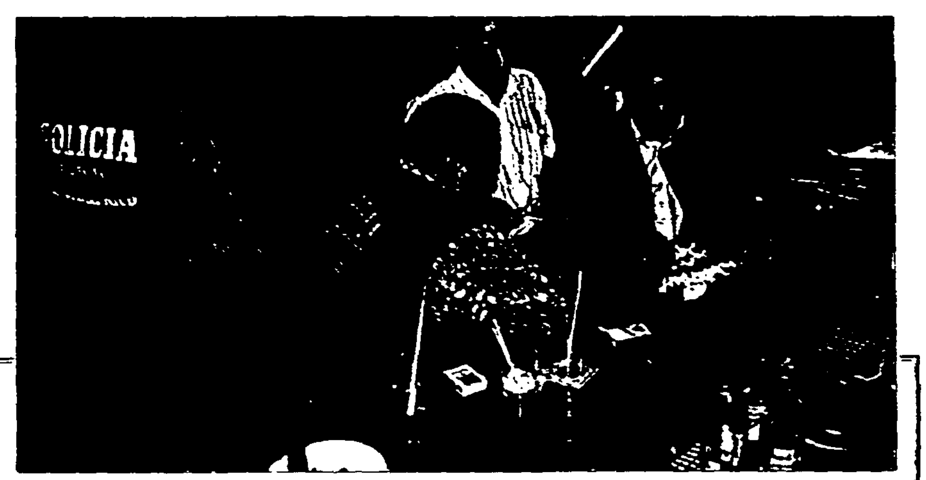
(Inicio en el consumo de drogas, según las estaciones)



que no se produce porque el acontecimiento, aquello que la noche promete y no entrega, está siempre "en otro lugar".

WINNERS USE DRUGS. En Europa se consigue a cinco dólares, y en el Este (riesgos de entrar por la vía alucinatoria al Primer Mundo) su valor asciende a 30, por su cruce desde Buenos Aires a Punta del Este -vía Montevideo, embalada en cajas de compact disc-; el transportista agrega, como costo, otros 20 dólares. Su expansión responde a las políticas de marketing que ya definieran los Twist ("el primero te lo regalan, el segundo te lo venden"), aplicadas al vértice de la pirámide social. Por ahora, el Extasis circula sólo en el nivel ABC 1. Para estos sectores, el Extasis posee un aura de prestigio y diferenciación que no se basa sólo en la constatación de sus efectos: no produce la somnolencia y el atontamiento jocoso de la marihuana, carece de su costado anacrónico y "hippie", y tampoco produce la dureza de la cocaína -su sesgo de eficientismo laboral. Como droga, el Extasis cerraría efímeramente las angustias del tiempo libre, y su uso continuo las derivaría hacia otras zonas. Según los médicos, en la dirección del destrozo cerebral. ●

DANIEL GUEBEL (DESDE PUNTA DEL ESTE)



DROGA EN PINAMAR

Churro amargo

La droga está en la costa. Dos allanamientos, uno en Pinamar y otro en Villa Gesell, demuestran que la cocaína es el estupefaciente más consumido en este sector del Atlántico. Medio kilo de clorhidrato de cocaína fraccionado, incautado en la barra "Universo" - alquilada por Héctor Baltasar Marker (29) a la discoteca pinamarense "El Alma"-, fue el primer indicio. Después se allanó "La jirafa roja", pub muy concurrido en pleno centro de Gesell, donde se incautó un kilogramo listo para comercializar. Detuvieron a una mujer.

La cocaína no es difícil de conseguir en los pueblos costeros. Llega en micros o remises; estos autos de alquiler le cobran al "correo" unos 300 dólares por el viaje. El "churro", nombre playero del comúnmente llamado porro, sirve de inicio en la droga para los más jóvenes. Una piedra de marihuana -con la cual se pueden armar entre ocho y nueve cigarros- cuesta 10 pesos. La oferta hizo bajar los precios: el gramo de cocaína está entre 20 y 25 pesos.

MARTIN LOFEUDO (DESDE PINAMAR)

NECESIDADES INFORMATIVAS SOBRE MIEMBROS DE ETA EN URUGUAY

Las necesidades informativas sobre los miembros de ETA en URUGUAY son de gran amplitud. El objetivo de las mismas es determinar los lazos que mantienen con la Dirección, el complejo del Movimiento Liberación Nacional Vasco (MLNV) y otros grupos terroristas. Entre otros puntos se pueden destacar:

- **Actividades económicas que desarrollan.**

Para saber si son autosuficientes y aportan capital a la Organización, o por el contrario todavía son una carga para la misma. También si realizan actividades de exportaciones-importaciones, lo que les puede facilitar las conexiones con otras organizaciones y los traslados de armas o explosivos.

- **Canales empleados para la remisión de fondos en uno u otro sentido.**

Lugares de transferencias, personas que las efectúan, cuentas corrientes, etc...

- **Aparato de falsificación.**

A CANDIDO OSTOLAZA se le considera como el Jefe del mismo y durante la Operación Lagarto se requisaron sellos para confeccionar pasaportes, además de otros materiales necesarios para desarrollar esta actividad delictiva. Por esto existe la posibilidad de que la infraestructura o parte de la misma esté radicada en URUGUAY.

- **Detección de nuevos miembros, permanentes o temporales.**

Al terminarse algunos de los principales santuarios en IBEROAMÉRICA -NICARAGUA y EL SALVADOR-, además de la cooperación de las autoridades mejicanas y venezolanas, está obligando a que algunos miembros de ETA radicados en esos países hayan comenzado a no sentirse seguros -Tratado de Extradición-. Esto puede llevarles a buscar refugio en otros lugares, especialmente donde tienen infraestructura.

- **Fisuras en la unión del grupo residente.**

Sirva de ejemplo lo sucedido en DOMINICANA donde quedan 5 miembros deportados, cuyo Jefe del grupo es EUGENIO ETXEBESTE "ANTXON", que además es la cabeza visible de ETA para cualquier

tipo de conversación. Este núcleo ha sufrido una de las mayores deserciones en la historia de ETA, JUAN MANUEL SOARES GAMBOA, miembro del Comando MADRID -acusado de más de 20 asesinatos- pidió al Consejero de Interior vasco le ayudase a salir de la casa -donde vivía con sus compañeros- y de isla inmediatamente. Ya está ante la Justicia española a petición propia.

Este hecho, que podemos llamarlo efecto GAMBOA, está dando sus frutos. En MEXICO unos doce individuos, relacionados con ETA, se han acercado a personal de la Embajada para ver la posibilidad de su reincorporación a la sociedad.

En VENEZUELA está ocurriendo algo similar.

Dado que aquí existe un grupo importante podría ocurrir alguna rotura de la unidad, circunstancia que sería de gran interés.

Hay noticias, sin confirmar, que existen algunas divergencias entre MIKEL IBAÑEZ y el resto. Una de las razones puede ser que su esposa tiene, pendiente con la Justicia, causas similares a las suyas, lo que podría llevarla a una absolución o una pronta reinserción, convirtiéndolos en ciudadanos normales que podrían regresar a su tierra natal.

- **Llamadas internacionales que han realizado y realizan a cualquier país del mundo.**

Son de gran importancia y pueden dar pistas que lleven localizar a la Dirección de ETA o algún correo que les sirva de enlace. (Facturas de Sutel)

- **Posibilidad de que efectúen algún contacto con otros grupos terroristas, especialmente árabes.**

No existe constancia de que hayan colaborado en ningún tipo de atentado, pero no se debe de olvidar que se han entrenado juntos en LIBIA, YEMEN, LIBANO, etc.., por lo que no se puede descartar que un día pudieran hacerlo.

- **Actualización de datos, domicilios, vehículos, teléfonos.**

- **Cualquier otro dato que esa DGID considere oportunos.**

02-02 95 . 94

9509335
Relaciones comerciales entre JAPON/EE.UU.
Recop. prensa
4-07-95
M870
66224
61890
11161

2,6 MILLONES DE ENCOMIENDAS SALTARON LA BARRERA EN 1994

Los japoneses compran, por correo, en EE.UU.

Por imagen, calidad y un yen favorable, los japoneses compran mercaderías por correo en Estados Unidos. En el '94 vendieron unos 750 millones de dólares, a través de 2,6 millones de encomiendas. Este año los rteamericanos piensan colocar unos 3 millones de paquetes.



HORACIO FIDEL CARDO

TOKIO (Por **Sheryl Dunn**, de "The New York Times", especial para **Clarín**). – La reciente disputa comercial entre Estados Unidos y Japón por los autos y las autopartes parece sugerir que los productos norteamericanos están totalmente **marginados** del mercado japonés. Pero hubo un segmento de las exportaciones estadounidenses que el año pasado **creció** al doble: el de las **compras postales**.

Rebelándose contra los altos precios de su mercado, una franja creciente de los consumidores nipones está adoptando el modo de compra típicamente americano. A **vuelta de correo** reciben ropa y artículos de cámping, cosméticos y hasta helicópteros.

Según estimaciones conservadoras, las adquisiciones postales de artículos "made in USA" sumarán este año **750 milk ; de dólares**. En un país en el que todos los índices económicos se deprimen –los precios de las acciones, de las propiedades y hasta las ventas de los supermercados–, se trata de un indiscutible caso exitoso de los norteamericanos.

Desde el otro lado del Pacífico, los vendedores envían una lluvia de **catálogos**, y los japoneses los leen como si fueran novelas de suspenso: los guardan en sus escritorios y de tanto en tanto les echan una ojeada. El volumen de las encomiendas se ha multiplicado tanto que el servicio postal norteamericano envió una delegación a Tokio para coordinar.

Para L. Bean, de Maine, hoy Japón es el mayor mercado externo. El año pasado hizo ventas por 100 millones de dólares, un 66% mas que en 1993.

La suba del yen, que abarata los productos nominados en dólares, favorece esa **explosión**. Pero también aporta lo suyo la creciente locura por todo lo que lleva el **sello americano**: el estilo colegial, la casa rodante, la bicicleta, la lancha de pesca en el medio del lago.

Hoy, los japoneses parecen dedicarle algo más de atención al tiempo libre, y cuando eso ocurre su pensamiento vuela hacia Estados Unidos. Afortunadamente para las firmas norteamericanas, los nipones se aplican meticulosamente a conseguirse el perfecto **aspecto deportivo**, aun cuando a veces la falta de espacio ni siquiera les permita disfrutar plenamente de los deportes. En Japón, los lagos y ríos están tan congestionados que los pescadores, con sus inmaculados chalecos de ocho bolsillos y sus perfectas cajas, se rozan unos con otros en las orillas.

Encomiendas

Las automotrices y otras industrias norteamericanas se quejan de que, si bien los aranceles nipones son bajos, el **complejo sistema de distribución** del país opera como una formidable barrera. Eludiendo los canales habituales de distribución, los vendedores por catálogo logran revertir a su favor esa desventaja.

El correo japonés y su sistema de encomiendas es eficiente y, para los niveles de este país, barato. Y –como los negociadores comerciales de Japón adoran repetir– el **arancel promedio** para productos manufacturados no supera el 2,2%.

Los potenciales vendedores postales enfrentan sin embargo algunos de los obstáculos que inquietan a las empresas de la industria automotriz, ya que los consumidores japoneses están **más atentos a las marcas** y a la calidad que los norteamericanos. En vez de encargar algo porque es barato, los nipones lo quieren comprar a una empresa que tenga una reconocida imagen de calidad.

Para prosperar, la venta por correo tuvo que superar, además, obstáculos como el de la imagen: hasta ahora el servicio a domicilio estaba asociado con ciertos productos de poca calidad o con los "juguetes eróticos" de los sex shops.

Se trata todavía de un negocio tan nuevo –las ventas por correo representan entre el 2 y el 3% de las ventas minoristas– que no hay estadísticas oficiales. Pero algunos expertos del sector dicen que el negocio podría elevarse de los 2,6 millones de paquetes distribuidos en 1994 a más de tres millones este año.

9509335

Lecciones al calor de la última disputa comercial EE.UU.-Japón

4/7/95

Por Bob Davis
(Redactor de The Wall Street Journal)

WASHINGTON — Ahora que la disputa por los automóviles quedó atrás sin mayores consecuencias, es de esperar que Estados Unidos libre muchas más batallas comerciales con Asia. A continuación mencionamos algunas lecciones que se deben aprender de esa disputa y de otra anterior con China sobre la piratería de discos compactos.

El representante de Comercio de EE.UU. una vez definió su política hacia Japón con una sola palabra: "más". Entre los nuevos objetivos están los autos de Corea del Sur y China y la piratería de productos en Indonesia. Estados Unidos también continuará su batalla con China sobre su integración a la Organización Mundial de Comercio. Los asiáticos con frecuencia se engañan a sí mismos al pensar que Washington sufre de "fatiga japonesa". Creen que negociar con Tokio es tan agotador que los altos funcionarios estadounidenses renunciarán exhaustos. Pero Asia es un mercado demasiado grande y de rápido crecimiento como para que ningún presidente de EE.UU. lo pase por alto. EE.UU. considera que su política comercial con Asia es una batalla por los corazones y las mentes de los países en desarrollo. Todo país que adopte la combinación japonesa de expansión de las exportaciones y proteccionismo interno tiene que estar preparado para una batalla.

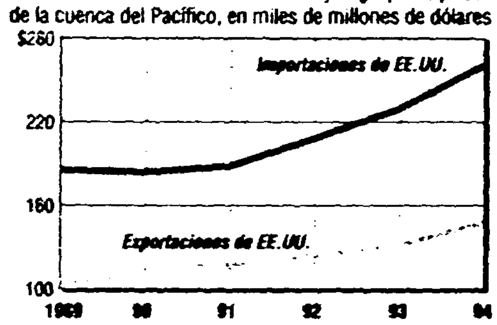
No habrá rescate

Pero no cuenten con que la caballería venga al rescate. Durante la Guerra Fría, los asiáticos podían contar con que Washington pusiera la seguridad nacional por encima de la economía. Eso se acabó. Aunque EE.UU. necesita a Japón para usarlo contra China y Rusia y para contener a Corea del Norte, Washington empujó a Tokio al borde de una guerra comercial para aumentar las ventas de silenciadores y filtros de aire para autos. "No hay motivo para que no se pueda tener una disputa con Japón en el campo comercial y mantener una relación de seguridad", dice Joseph Nye, alto funcionario de planificación internacional del Pentágono.

Los surcoreanos se sienten cómodos en su creencia de que EE.UU. no los presionará mucho debido a su preocupación por el programa nuclear de Corea del Norte. Olvídenlo. El año pasado, Corea del Sur vendió 400.000 autos en EE.UU. y compró 2.005 vehículos estadounidenses, el tipo de desequilibrio que para Kantor indica la existencia de barreras comerciales. "Los coreanos saben que su mercado está protegido y que son los próximos en nuestra lista", dice Marcus Noland, ex asesor comercial de Clinton.

¿Se impondrá el diálogo?

Relaciones comerciales entre EE.UU. y el grupo de países de la cuenca del Pacífico, en miles de millones de dólares



Fuente: Departamento de Comercio de EE.UU.

Antes de asumir el principal puesto de la cartera de Comercio, Kantor era el director de la campaña de Clinton, y Ron Brown, secretario de Comercio, dirigía el Partido Demócrata. A pesar de todo lo que fanfarronean y presionan, al final prefieren llegar a un acuerdo que imponer sanciones. Japón salió del paso sin comprometerse a comprar más repuestos para autos; China no tuvo que cerrar definitivamente las fábricas de discos pirateados. Lo que quieren los estadounidenses es información, formas de rastrear el avance. Han renunciado a las garantías. Cuando se trata de la construcción, la telefonía celular o el mercado automotriz de Japón, la idea de fondo es la misma. Japón accede a hacer progresos "significativos" y ambas partes rastrean el comportamiento del mercado. Si las cifras no mejoran, se presiona más.

Esto no puede seguir así. El equipo de Clinton, al igual que un padre que grita demasiado a sus hijos, debe hacer sonar su voz aún más fuerte para atraer la atención. Para lograr un acuerdo ambiguo sobre repuestos de autos con Japón, Washington amenazó con imponer sanciones valoradas en US$6.000 millones. Eso ahora se convierte en la norma según la que se juzga la seriedad de Washington. Antes bastaba con US$1.000 millones. En algún momento, algún país asiático va a creer que Washington va en serio y ofrecerá tan poco que Clinton impondrá las sanciones. Nadie sabe lo que pasaría entonces con el dólar y la economía internacional. "Necesitamos una forma no materialista de tratar estos problemas comerciales", dice Clyde Prestowitz, analista comercial cuya opinión en general se considera de "línea dura". Amenazar con sanciones, dice, equivale a llamar a alguien "maleante y estafador".

Nuevas vías

Hay que pensar en grande. Washington ha mostrado que el uso unilateral de la fuerza sirve para reducir la piratería y abrir mercados en el extranjero. Pero los resultados también muestran que la presión uno a uno no tiene ni cerca del poder necesario para transformar las relaciones comerciales. Para eso se necesitan acuerdos multilaterales.

Afortunadamente, hay dos nuevas vías. En noviembre, los líderes del Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico, que incluye a EE.UU., Japón, China y otros países asiáticos, se reunieron en Osaka. Fred Bergsten, presidente de una comisión asesora de APEC, intenta que el grupo inicie un servicio de "mediación" para la solución de disputas y que coopere en asuntos antimonopólicos. Muchas quejas sobre el comercio asiático involucran prácticas industriales que las autoridades antimonopólicas de EE.UU. abordaron a principios de siglo.

También está la Organización Mundial de Comercio. Greg Mastel, analista de comercio del centro de estudios Economic Strategy Institute, sugiere usar la queja de Eastman Kodak Co. de que el gobierno japonés ayuda a alterar el mercado como caso de prueba para la OMC. Al entablar ayer un caso contra el mercado fotográfico japonés ante la OMC, en lugar de ir por la vía de las sanciones, EE.UU. podría acumular presión internacional para que se produzca un cambio fundamental en Japón.

Al mismo tiempo, la OMC podría lanzar su propia ronda de negociaciones sobre la llamada política de competencia, que se centraría en los vínculos entre el gobierno y las compañías, que impiden el ingreso de mercaderías extranjeras. Bergsten cree que la batalla comercial con Japón podría ayudar a EE.UU. a comprender la necesidad de una política "más discreta, menos amenazante".

JAPON Y ESTADOS UNIDOS, ENFRENTADOS

¿Quién ganó esta guerra?

TOKIO (Por **Andrew Pollack** de "New York Times News Service", especial para **Clarín**). – Después de dos años de arduas y a menudo enconadas negociaciones, los Estados Unidos y el Japón terminaron como habían empezado: **anunciando un acuerdo sobre el cual no acuerdan.**

Los funcionarios japoneses se mostraron exultantes el día en que las negociaciones concluyeron en Ginebra, diciendo que el acuerdo automotor **no contenía** los denominados "objetivos numéricos" para el incremento de ventas de automóviles y autopartes norteamericanos en el Japón o a empresas japonesas. En lugar de esos objetivos, los fabricantes de automóviles anunciaron **solo planes voluntarios.**

El "Japan Times" afirmó en un editorial que para el gobierno japonés es de **"un optimismo autodestructor"** creer que puede evitar la responsabilidad de ver incrementarse las ventas de automóviles y autopartes extranjeros.

Hay fundamentos para la **preocupación** por parte del Japón. En los acuerdos comerciales sobre superconductores de 1986 y 1991, el objetivo de lograr el 20 por ciento del mercado japonés para las empresas extranjeras no fue presentado como garantía sino como expectativa del gobierno norteamericano. Sin embargo, esto no impidió que **Washington amenazara a Japón** cuando resultó evidente que el objetivo no se cumpliría.

"No debiera haber lugar para malentendidos", dijo en una conferencia de prensa el jueves Hisashi Hoisokawa, director general del departamento de política comercial internacional del Ministerio de Comercio e Industria Internacional. Señaló una cláusula del anuncio conjunto hecho en Ginebra por Kantor y Ryutaro Hashimoto. "Los dos ministros reconocen y comprenden que los planes recientemente anunciados por las empresas norteamericanas y japonesas no son compromisos ni están sujetos a las leyes comerciales de ninguno de los dos países", dice el anuncio. Sin embargo, los dos ministros emitieron otra declaración que según Hosokawa contenía **"dos puntos de vista diferentes sobre el mismo documento".** Incluía las estimaciones de Kantor sobre los incrementos en las compras de autopartes que resultarán de los planes voluntarios de las empresas japonesas, seguidas de una declaración de Hashimoto según la cual **Japón no está involucrado en los cálculos.** El hecho de que el nombre de Hashimoto aparezca en la misma hoja de papel que los cálculos de Kantor llevó a los escépticos a preguntarse si los Estados Unidos intentarían obligar al Japón **a cumplir "objetivos numéricos".** Si cabe decir que los Estados Unidos perdieron esa batalla, la perdieron hace dos años en Tokio.

En julio de 1993, Clinton y el primer ministro japonés de ese momento, Kiichi Miyazawa, se reunieron en un restaurante de un hotel de Tokio y lograron lo que se conoce como **acuerdo marco.** Este acuerdo marco fue el documento que rigió los dos años siguientes de negociaciones comerciales, incluida la referida a los automóviles. Desde que asumió la presidencia Clinton habló del comercio "orientado hacia resultados". Pero cuando el acuerdo marco se dio a conocer, **no contenía ninguna mención a esos objetivos,** aunque tampoco ninguna prohibición explícita. En cambio, llamaba a establecer "criterios objetivos" para controlar el progreso de **apertura del mercado japonés.** Enseguida discreparon sobre si esos criterios significaban o no objetivos numéricos. Las dos naciones, en un esfuerzo por alcanzar un acuerdo, **produjeron un documento que ambos pudieran considerar un triunfo,** pero pospusieron la verdadera disputa para más adelante. Ahora existe la preocupación de que el acuerdo del miércoles en Ginebra **esté repitiendo ese modelo.**

(Traducción: Marta Vassallo)

9509335

03-03

9509336
~~La República~~ Empresarios Japoneses invertirán en Uruguay
7-07-95
Lo Ro
11876
062241
507649
11161

Viernes 7 de julio de 1995 La República

Misión del ministro Gasparri y privados en Lejano Oriente ya está dando sus frutos

Empresarios japoneses invertirán en la forestación y agroindustrias en Uruguay

Empresarios japoneses están interesados en invertir en forestación y empresas agroindustriales en nuestro país.

La novedad se conoció tras culminar la gira que por países del Lejano Oriente efectuara el ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Carlos Gasparri quien retorna mañana a Uruguay.

Gasparri presidió una numerosa delegación de empresarios y técnicos, teniendo como punto fundamental este viaje la colocación de carne y arroz en Japón, aunque también buscar nuevas inversiones. En el área forestal, empresarios japoneses ya habían manifestado su intención de invertir en Uruguay tras una visita realizada a nuestro país meses atrás.

GEYMONAT DISERTO SOBRE SITUACION SANITARIA

El director de los Servicios Ganaderos del MGAP, Dante Geymonat, mantuvo extensas reuniones con los técnicos de Sanidad Animal de los ministerios nipones de Agricultura y Salud donde se discutieron los exigentes requisitos sanitarios de ese país, ocasión en que se informó sobre la situación sanitaria existente en Uruguay y los estrictos controles sanitarios vigentes.

Asimismo se mantuvieron reuniones con las más importantes cadenas de comercios y restaurantes de Japón, los cuales se mostraron por demás interesados en la carne uruguaya.

En la actualidad Uruguay forma parte de una lista de países a los cuales Japón no le compra carne por el tema de la aftosa, pero esta situación se puede revertir al entrar Uruguay en la categoría "país libre" del mal. El ministro Gasparri cursó una invitación a las autoridades sanitarias japonesas para el envío de una misión inspectiva que se interiorice del funcionamiento del sistema cárnico uruguayo.

EMBAJADORA ORGANIZO RECEPCION CON ARROZ

El arroz uruguayo también fue promovido en Japón, mediante una degustación del cereal la cual se realizó en la residencia de la embajadora uruguaya Zulma Guelman. El arroz uruguayo (de la variedad japónica) fue preparado en platos tradicionales japoneses, los cuales —según información de la propia embajada— "recibieron el elogio de los hombres de negocios que asistieron a la recepción en representación de las empresas mayoristas". Tras las reuniones efectuadas en Tokio, se informó que existe un verdadero interés por el arroz uruguayo el cual se podría estar exportando a Japón antes que finalice el año. Los sectores privado y público de Uruguay coinciden en la vital importancia de ingresar al mercado japonés en el primer año de aplicación del compromiso de acceso mínimo acordado por Japón en la Ronda Uruguay del Gatt.

La misión comercial estuvo integrada por una numerosa delegación de empresarios privados los cuales representaban a empresas vinculadas al sector cárnico y del arroz.

Acompañando al ministro Gasparri concurrieron: por la Asociación Rural del Uruguay, Gerardo García Pintos y Mario Ibarburu; por la Gremial de Molinos Arroceros, Ricardo Ferrés y Jaime Cardozo; Pedro Otegui de Otegui Hermanos; Jorge Dimu por Grandense S.A.; Juan Sarubbi por Sarubbi S.A.; Luis Bameule del grupo Quick Food y Romualdo Rodríguez, rematador y exportador de carnes.

9509336

01-01

9509337
JAPON no sale del estancamiento
EL PAIS
13-07
11876
66224
1116A

Los cambios en la economía nipona

Japón no sale del estancamiento

Pese a los planes de reactivación, la economía japonesa no logra salir del estancamiento. El crecimiento casi nulo (0,6%) programado para 1995 desató un debate acerca de los cambios que se imponen en un capitalismo hasta ahora elogiado.

TOKIO (Por Brice Pedroletti, de "Le Monde", especial para **Clarín**).– Las dificultades de la economía japonesa persisten pese a los sucesivos planes de reactivación, pero el **estancamiento**, reconocido por primera vez en el último informe mensual de la Agencia de Planificación Económica, ha acelerado la toma de conciencia sobre la **necesidad de cambios**. Las particularidades del capitalismo nipón, que hasta hace no demasiado tiempo era motivo de elogios, son hoy blanco de críticas, tanto dentro del Japón como en el exterior. Sea cual fuere su origen, las presiones que sufre la economía japonesa podrían cambiar radicalmente su economía de aquí a los próximos años.

El crecimiento casi nulo (0,6% en vez del 1,7% previsto) del Producto Bruto Interno en el año presupuestario 1994-95 (1° de abril al 30 de marzo) ha reavivado los temores de una **deflación de la economía**. La herencia de la "burbuja" (el período de especulación financiera e inmobiliaria que "estalló" en 1991, el último año de crecimiento fuerte) se muestra mucho más inmanejable que lo previsto. El **sistema financiero esta semiparalizado** por los malos créditos, cuya amplitud se ha subestimado. A comienzos de junio, un alto funcionario del Ministerio de Finanzas lo estimó en 40 billones de yenes, o sea, cerca del 10% del PBI japonés. Algunos economistas son todavía más pesimistas.

Duro despertar

Las consecuencias serán dobles. En primer lugar, económicas: los bancos, ahora cautelosos, **restringen los préstamos**. En segundo lugar, sociales: de hecho, el país no ha previsto suficientemente los **costos del envejecimiento de la población** (en términos de infraestructuras sociales y de gastos de salud) como no sea por la vía del ahorro individual.

En cuanto a las empresas, algunas habían encontrado en las maniobras inmobiliarias y en la especulación bursátil una fuente de beneficios para compensar una actividad de base deficitaria. El despertar ha sido doblemente violento. A juicio de industriales extranjeros en Tokio, la **siderurgia** o la **química** distan de haber transitado por las racionalizaciones, que están a la orden del dia.

El aumento del número de quiebras de pequeñas empresas desde comienzos de 1995 y el alza del desempleo, que alcanzó la tasa récord para el Japón del 3,2%, son sintomáticos. Pero, según los institutos de investigación nipones, si las empresas eliminan sus "excesos de empleados" la proporción de desocupados alcanzaría al 6 o el 8% de la población activa.

Ya se están viendo también otras transformaciones de la economía japonesa. Favorecida por el alza del yen, y cada vez más en línea con las expectativas de la población, **la baja de los precios** (los nipones hablan de la "destrucción de los precios") pone a prueba a los comercios tradicionales. En la industria, los pequeños intermediarios tienen el cuchillo en la garganta. Las empresas que tienen los medios para hacerlo cambian su localización (se trasladan al exterior).

El elemento más alentador de los cambios actuales es que también tocan las mentalidades. Los responsables económicos, los políticos y la prensa se interrogan sobre el funcionamiento de la economía japonesa. La "desregulación" (entendida como el relevo de los directivos administrativos que constituyen una especie de barrera no arancelaria) es afirmada como una de las prioridades del gobierno.

En su Libro Blanco 1995, publicado en mayo, el MITI fustiga tanto la deficiencia de los mecanismos del mercado como las prácticas particulares de las empresas: "El sistema que ha permitido nuestro crecimiento económico pasado podría no estar adaptado al entorno internacional. El Japón debe emprender **reformas inmediatas** a fin de edificar una sociedad rica y dinámica".

La idea de que es necesario emprender una nueva fase de desarrollo que tenga en cuenta en primer lugar el **bienestar de la población** cunde por todas partes. La conducción de las empresas japonesas por parte de sus gerentes está cuestionada, especialmente desde un discurso sobre la creatividad individual que –se alega– el sistema educativo y la cultura empresarial son **incapaces de desarrollar**.

Igual que en otros momentos de su historia, el país busca soluciones en el exterior y se abre a **nuevas ideas**. Las miradas y las inversiones se vuelven hacia la **"revolución de la información"** lanzada por los Estados Unidos. Pero la importación de prácticas comerciales occidentales no significa que el país se convierta sin más al "laissez faire" anglosajón. Si bien no está descartado que el alza del yen obligue a ciertos sectores a reestructuraciones dolorosas, el dominio de filones del futuro (como la electrónica) puede hacer mas fáciles las transiciones.

Traducción de Isabel Stratta.



Operadores nipones con los nervios de punto. La economía del Japón atraviesa un período de estancamiento.

Economía japonesa no logra salir de su etapa recesiva

Tokio, jul 12 - El gobierno japonés trazó un panorama gris de la economía del país, al decir en un informe que la tenue recuperación parece haberse detenido. EL PAIS

"La reciente tendencia de recuperación gradual parece estar paralizada", admitió la Oficina de Planificación Económica en su informe mensual.

Afectada por el repunte del yen y las débiles exportaciones, la economía japonesa se ha recuperado lentamente de la recesión que se produjo tras al fin del "boom" en los precios de acciones y tierras en el decenio de 1980. 13-7-95

El documento marcó la primera vez que el gobierno admite oficialmente que se detuvo la recuperación japonesa desde que la economía tocó fondo en octubre de 1993.

"Las condiciones presentes requieren precaución pero no somos pesimistas", indicó hoy el ministro de la EPA, Masahiko Komura y añadió que el consumo y las inversiones aún son factores para un recuperación económica.

La institución señaló en su informe que un yen fuerte y la reciente desaceleración económica de Estados Unidos incidieron en el decrecimiento de [illegible] y la produc[illegible].

[illegible] reconocer los riesgos [illegible] el [illegible] el gobierno [illegible] de medidas [illegible] de proyectos de obras públicas. "Esperamos que la economía se recupere después de estas medidas, combinadas con los efectos positivos de un reciente alivio de las políticas monetarias del Banco de Japón", agregó.

El viernes, el banco central japonés sorprendió a los mercados financieros de Tokio al reducir las tasas de interés de corto plazo, un día después de que su gobernador admitió que la economía parecía estarse paralizando.

Con las nuevas medidas, la oficina espera evitar la pesadilla de julio de 1993, cuando declaró prematuramente la recuperación.

(Reuter)

01-01

9509337

DAN A FEDERAL EXPRESS ESCALAS PARA NUEVAS RUTAS ASIATICAS

FE.UU. y Japón firmaron un acuerdo aéreo para cargas

Japón permitió que Federal Express haga escalas aerocomerciales para sus rutas asiáticas.

Primero fue el acuerdo sobre autos. Ahora le tocó el turno al **transporte aéreo de cargas**. Estados Unidos y Japón parecen ir mejorando lentamente su relación comercial, acaso la más compleja del mundo. Ayer, ambos países anunciaron un acuerdo básico sobre aspectos del comercio de la carga aérea, lo que aligeró tensiones que pudieron haber conducido a sanciones.

Un cable de la agencia Reuter informó que el ministro de Transporte japonés, Shizuka Kamei, y su colega estadounidense, Federico Peña, anunciaron que se acordó permitir a la aerolínea de carga estadounidense **Federal Express** volar **siete rutas de carga aérea –con escala comercial en Japón–** para así ampliar su penetración en Asia.

Ambos países comenzarán también a renegociar en setiembre un tratado de aviación que data de 1952, que refiere a otros convenios de carta aérea, pero no especificaron si se discutiría sobre el tránsito de pasajeros.

Desde 1975 Japón demanda que se reforme el pacto bilateral, señalando que no refleja el estado actual de la industria de la aviación y que favorece a EE.UU.

La disputa se intensificó recientemente por la negativa de Tokio a aceptar la ampliación de rutas de Federal Express.

Japón demandaba una revisión del pacto de 1952 y más vuelos de carga a EE.UU. y otros destinos, a cambio de aprobar la solicitud de Federal Express. Ello beneficiaría a las dos principales transportistas niponas que van a Norteamérica: la Japan Airlines y Nippon Cargo Airlines.

"Tuvimos un intercambio sincero de puntos de vista sobre temas pendientes de servicios aéreos, y pudimos llegar exitosamente a un acuerdo", indicó Kamei.

Concertar rápidamente una solución era importante porque EE.UU. había amenazado con imponer **sanciones**.

Tokio, de igual manera, había advertido que impondría inmediatamente sus respectivas sanciones, que desecharía el pacto actual de aviación bilateral y que rompería las negociaciones.

El acuerdo, ahora, permitirá a Federal Express comenzar a volar **siete rutas** que parten de Estados Unidos y atraviesan Japón para llegar a destinos en **Taiwán**, **Malasia** y las nuevas instalaciones de transferencia de carga en Subic Bay, **Filipinas**.

• El Premier Murayama mantiene mayoría

La coalición de centro-izquierda del premier japonés Tomiichi Murayama conservó ayer la mayoría en las elecciones para la cámara alta, donde se registró un récord de abstencionismo y avanzó la derecha del Shinshinto (Partido de la Nueva Frontera).

TokioANSA
Según las tendencias, la coalición oficial obtuvo 62 escaños (16 socialistas y 46 liberal demócratas) frente a los 38 del Shinshinto, que no podría acceder a la mayoría relativa pese a su avance.

De los 97 millones de votantes convocados a las urnas, el 44,5% se abstuvo de sufragar, lo cual marca un récord para comicios en Japón.

Esta elección no comprometió finalmente la continuidad del premier socialista Murayama.

Murayama aseguró 64 escaños

En vísperas del voto, la coalición oficial había convenido que Murayama no debería dimitir en caso de asegurarse al menos 64 de los 126 escaños destinados a ser renovados con el voto de ayer, pero el objetivo era llegar a 75.

La coalición obtiene 62 escaños cuando faltan adjudicarse sólo 6 bancas, mientras que el Shinshinto obtenía al manos 38, mientras que los comunistas se adjudicaron ocho y los independientes 13.

El Shinshinto (partido de la nueva frontera) fue lanzado en diciembre último y reúne a nueve partidos, entre ellos el budista Khomeito, los socialdemocráticos, el nuevo partido del Japón y otros conservadores.

No obtuvieron bancas los gay

Los homosexuales no obtuvieron ninguna banca en las elecciones para la renovación de la mitad de la Cámara Alta nipona, en tanto que las mujeres lograron un buen número de representantes.

El Partido del Pueblo Mixto (Zatsuminto) intentó sin éxito, por décima vez desde su creación, en 1971, ubicar a sus miembros en el parlamento japonés.

Inspirado en el escritor homosexual Yukio Mishima, el Zatsuminto cuenta con 10 mil inscriptos y está liderado por Ken Togo (63 años), pionero del movimiento gay en Japón.

"Luchamos contra las discriminaciones"

"Nuestro objetivo no era tanto ganar cuanto educar a la gente sobre los desastres de una sociedad dominada por los 'machos', como ésta. Desde hace doce años luchamos contra todo tipo de discriminaciones, no sólo para con los gay, sino también para con las mujeres, los viejos y los discapacitados", dijo Togo.

Las niponas, si bien no batieron el récord histórico de 1989 (22 electas sobre 146 candidatas), consiguieron 19 electas sobre 124 candidatas.

Con esos resultados, las mujeres serán representadas en la cámara Alta, donde contarán con una presencia equivalente a un 15 por ciento, mientras que en la Cámara Baja siguen siendo un 3 por ciento.

Las mujeres llegan a la Cámara

La personalidad femenina más destacada en estas elecciones fue la patinadora Seiko Hashimoto, medalla de bronce en las Olimpíadas de Albertville, 1992, y candidata para las de Atlanta en 1996.

El mejor momento político de las japonesas fue el 1989, cuando Takako Doi llegó al liderazgo del Partido Socialista y lo condujo al triunfo.

Entre sus mayores logros figura el haber sacado a las japonesas de su rol cristalizado en las tareas domésticas, como mandaba la rígida tradición local.

Los socialistas nipones perdieron votos y la coalición con los liberales se estremece

Arrecian críticas contra premier japonés

Con una actitud muy discutida, el premier japonés, Tomiichi Murayama decidió permanecer en el gobierno tras la derrota electoral sufrida por el Partido Socialista, en elecciones que a causa del gran ausentismo han hecho temer por el futuro de la democracia en el país.



Los japoneses concurrieron en familia a votar el pasado domingo.

Tokio

■ Un nuevo partido nacido sólo ocho meses atrás, el Shinshinto, una coalición de derecha, acaba de convertirse después de estos comicios en el segundo partido del país después del Liberal Democrático (PLP).

El mismo Tomiichi anunció hoy su decisión de permanecer al frente de la coalición de centro-izquierda, si bien no excluyó la posibilidad de un reajuste para el mes que viene si los aliados conservadores no se oponen.

La coalición de tres partidos que apoya el gobierno del premier Murayama mantuvo la mayoría en la Cámara Alta del Parlamento nipón tras las elecciones, pero perdió una parte consistente de su apoyo.

La frágil coalición que apoya a Murayama —constituida por los socialistas, sus ex adversarios del PLD y el pequeño partido Sakigake— se había fijado como objetivo 75 escaños y obtuvo sólo 65, suficientes para mantener la mayoría en la Cámara Alta, pero en clara tendencia a la baja.

La prensa local se desató hoy en críticas contra la actitud del premier —dirigida evidentemente a alejar la posibilidad de elecciones anticipadas— que, afirma la prensa, parece responder más a intereses de partido que al bien común.

El voto de ayer, destinado a renovar la mitad de la Cámara Alta, puso en evidencia la desazón del pueblo ante la clamorosa corrupción política que azota Japón: 50 de los 97 millones de ciudadanos llamados a las urnas no votaron, en una actitud que según algunos analistas pone en peligro la existencia misma de la democracia.

Las novedades de estos comicios fueron en esencia dos: la primera, que el 56 por ciento de los electores, hartos de la corrupción política y de las maniobras de partido, desertó las urnas.

Este porcentaje se vio muy acrecentado en Kobe, epicentro del terremoto, donde no votó un 62 por ciento.

La segunda novedad es que el partido de mayoría, al cual corresponde formar o deshacer los gobiernos, ya no es el PLD, sino el Shinshinto.

Financiado por la poderosa secta budista Soka Gakkai, que, cuenta con ocho millones de seguidores en Japón, el Shinshinto se convirtió en el segundo partido del país después del PLD.

Esta nueva fuerza política, al contrario de los socialistas, pide elecciones anticipadas: "Evitándolas, como quiere hacer la coalición de gobierno, se logrará solamente exacerbar las asperezas entre un bloque y el otro", dijo el periódico **Yomiuri**.

El líder-estratega del Shinshinto es Ichiro Ozawa, quien auspició elecciones anticipadas para llevar a cabo "reformas drásticas" como el relanzamiento de los grandes proyectos de obras públicas y de la industria del armamento, dos factores que podrían frenar el grave peligro de la desocupación.

La economía japonesa, en crecimiento cero desde hace cuatro años, ya no soportará una nueva espera para ponerse en movimiento, y sobre todo no lo soportarán los electores, que están dando señales de gran descontento y hartazgo frente al juego de los políticos.

"El hecho de que el 50 por ciento de los ciudadanos no haya votado, pone en serio peligro la democracia de este país. Los partidos son los culpables, porque no han ofrecido solución a los problemas del país, y se han alejado de la gente", agregó el diario **Yomiuri**.

	Hoy	1992	TOTAL y	DIF	%	
P. Liberal Demócrata	46	61	107	(+ 12)	30.43	(33.29)
Partido Socialista	16	22	38	(- 25)	17.76	(17.76)
* Sakigake	3		3	(+ 2)	3.15	
TOTAL COALICION	64	93	148	(- 10)		
Shinshinto	39	16	55	(+ 20)	30.76	
Partido Comunista	8	6	14	(+ 3)	9.13	(7.86)
Rengo, Liga Reforma	2	11	13	(+ 2)		
Niin Club	1	1	2	(+ 1)		
Independientes	9	6	15	(+ 1)		
Varios menores	2	3	5			

La Cámara Baja (Shugiin, 511 escaños, resulta compuesta del siguiente modo des[illegible] las elecciones de julio de 1993: Liberaldemócratas 223, socialistas 70, Sakigake 13 ([illegible] coalición: 306), Shinshinto 156, comunistas 15, independientes 30, otros 4.

11164
11426

Domingo 2 de julio de 1995 **La República**

En Francia, las escuchas causaron pérdidas por 140 millones de dólares y fue acusado Mitterrand

Espionaje telefónico, "un déficit democrático"

¿Son compatibles las intervenciones legales de telecomunicaciones con el Estado de derecho y la democracia?

París, por Anne Marie Mergier

Tomado de la revista mexicana Proceso

■ Las interferencias de seguridad son absolutamente indispensables para asegurar la protección del Estado de derecho, siempre y cuando se lleven a cabo en un marco legal rigurosamente determinado y controlado. El hecho de que las dictaduras las hayan usado en una forma aterradora —basta ver lo que hicieron la Stasi en la ex RDA o el KGB en la ex Unión Soviética— no es un argumento válido para cuestionar su uso en las democracias. Por el contrario, más que cualquier otro Estado, el democrático tiene el deber y el derecho de protegerse.

Quien contesta es Paul Bouchet, presidente de la Comisión Nacional de Control de las Interferencias de Seguridad.

"Estas interferencias de seguridad pueden resultar sumamente peligrosas si, como hoy, escapan totalmente al control de los ciudadanos", replica Eldwy Plenel, uno de los periodistas estrellas del vespertino Le Monde, víctima de escuchas telefónicas y autor de La parte de sombra, un libro publicado hace dos años, que denuncia los abusos de los socialistas y particularmente de François Mitterrand en ese campo.

Insiste Plenel: "Una policía profesional vive permanentemente con el deseo de saberlo todo. El sueño de una eficacia policíaca total, que controla cualquier desorden, cualquier imprevisto, puede generar una pesadilla totalitaria: bajo la aspiración a una total transparencia del cuerpo social se esconde la tentación de un control infinito de los individuos. No basta saberlo, hay que combatirlo. No se trata de impedir que la Policía haga su trabajo.

Se trata de hacerle admitir que en una democracia ciudadana su lógica funcional tiene que toparse con obstáculos y límites, tiene que desenvolverse en un espacio de conflictos y contradicciones, insertarse en un juego complejo, en el que se enfrentan poderes y libertades".

¿Dónde empieza y dónde termina la seguridad del Estado, de las instituciones y de los ciudadanos? ¿Dónde empieza y dónde termina la libertad y la privacía de cada ciudadano?

El debate, candente en Francia desde hace 30 años, se agudizó particularmente durante la administración socialista a raíz de múltiples escándalos. La prensa de investigación, encabezada por Plenel, descubrió que Mitterrand disponía, en el Palacio Presidencial del Elíseo, de una célula de espionaje que escapaba a cualquier control. Se estableció también que los servicios de inteligencia actuaban en una especie de ilegalidad oficial. Se reveló que las nuevas tecnologías estaban generando un "espionaje salvaje", sumamente peligroso.

Nació en la opinión pública francesa una "psicosis de las escuchas telefónicas" tan fuerte que las autoridades tuvieron que enfrentar seriamente el problema. Investigaciones oficiales. Polémicas entre partidos políticos. Debates en la Cámara de Diputados y en el Senado. Nuevos escándalos publicados en la prensa. Finalmente, el 10 de julio de 1991 se promulgó la Ley 91-648, relativa al secreto de la correspondencia emitida a través de telecomunicaciones, y se creó una comisión de Control, totalmente independiente, encargada exclusivamente de controlar las interferencias de seguridad.

Esa ley es un primer paso que dista de resolver todos los problemas, insiste Plenel. Obviamente, reconoce Paul Bouchet, pero es un primer paso, al fin y al cabo...

Hoy día en Francia, ¿quién interfiere las líneas telefónicas de quién? ¿Por qué? ¿Cómo?

Cómodamente instalado en su oficina elegante y discreta, ubicada al lado de la Comisión Nacional de los Derechos Humanos, a dos pasos de la Asamblea Nacional, Bouchet respira hondo antes de contestar.

"En Francia tenemos tres tipos de interferencias: las judiciales, las administrativas y las salvajes. Las dos primeras son legales, las terceras ilegales. Las judiciales son ordenadas por un juez, su meta es comprobar y reprimir las infracciones.

Las administrativas o de seguridad no tienen, no deben tener, como objetivo, la comprobación ni la represión de los delitos. Por el contrario, se proponen la prevención de las infracciones. Buscan juntar informaciones. Pertenecen a un campo totalmente distinto, el de la inteligencia preventiva".

—¿Y las salvajes?

—Son las intercepciones realizadas por los servicios oficiales que no respetan la ley o por oficinas privadas. Estas últimas son lejos las más numerosas.

—¿Podría dar algunas cifras?

—En los años recientes el número de interferencias judiciales creció muchísimo. En 1991 los jueces ordenaron interferir 4.000 líneas; en 1995, fueron 10.000.

Un juez sólo puede pedir una interferencia si el delito investigado implica dos años de cárcel mínimo. Las interferencias judiciales son, digamos, transparentes. Por supuesto se llevan a cabo de manera secreta, pero rápidamente pierden su carácter discrecional, ya que su transcripción forma parte del informe judicial del acusado y se da a conocer durante el juicio. La Comisión Nacional que presido no controla estas interferencias. Eso depende de la Justicia. Controlamos solamente las interferencias de seguridad. Estas son totalmente secretas. La ley de 1991 autoriza interferir simultáneamente 1.180 líneas de telecomunicaciones y las limita a cuatro meses. En Francia actualmente se realizan 3.200 interferencias de seguridad al año.

Si usted toma en cuenta el hecho de que hay 35 millones de líneas telefónicas, puede darse cuenta que no estamos en el Estado policíaco que denuncian algunos periodistas...

—¿Y las salvajes?

—A mi juicio ahí radica, hoy día, realmente el peligro para nuestras democracias. Estas interferencias son tan sofisticadas que es muy difícil detectarlas. Se calcula que hay entre 100.000 y 200.000 al año. En su mayoría son hechas por sociedades privadas llamadas de seguridad, que disponen de tecnologías de punta y que tienen un grado de eficacia aterrador.

Si usted tiene suficiente dinero, puede pedir que espíen a quien se le antoje.

—Que yo sepa estas sociedades no son clandestinas...

—No. Oficialmente son sociedades de protección: coches privados, guardaespaldas, detectives privados y otros servicios más "in-

cisivos", digamos.

—Como el espionaje electrónico y de telecomunicaciones...

—Exactamente. Pero para demostrarlo hay que agarrarlos en flagrante delito. Y como son terriblemente eficaces casi nunca se les puede sorprender.

—¿Me está diciendo que Francia está totalmente desarmada ante semejante situación?

—Francia empezó a estar menos desarmada en febrero de este año, pues ante la amplitud del problema se decidió establecer una lista de marcas de aparatos sofisticados considerados como "peligrosos". La idea era someter su compra, posesión y uso a un control estricto. No funcionó. Cambiaban las marcas. Una grabadora de tal marca totalmente inofensiva podía ser equipada con sistemas tan complejos que podría transformarse en un instrumento de interferencia sumamente eficiente. Nos enfrascamos en un laberinto espantoso. Se decidió entonces establecer una lista de tecnologías "peligrosas" para poder controlar legalmente su compra, posesión y uso. Ese decreto de ley fue promulgado hace tres meses.

—¿Y quién va a controlar todo eso?

—Ahí está el problema. A mi juicio urge crear un cuerpo de investigación y represión especial para este tipo de delitos. Insisto mucho sobre este punto, pero la decisión no depende de mí...

Bouchet reitera: sus responsabilidades no tienen nada que ver con las escuchas salvajes, pero le han llevado a analizar muy de cerca el problema y a medir sus graves consecuencias.

—Si usted conociera todos los detalles de la guerra sin piedad que libran las grandes empresas hoy día —insinúa con la expresión misteriosa de quien sabe mucho más de lo que puede decir—.

El punto de partida es siempre el mismo. Una empresa cree ser víctima de interferencias por parte de otra. Pide una investigación a una sociedad para protegerse. Gasta una fortuna. Y por supuesto no resiste la tentación de hacer rentable esa inversión espiando a su vez...

—Quisiera volver al tema de las escuchas administrativas o de seguridad que controla la Comisión Control que usted preside y a la ley del 10 de julio que las reglamenta.

Bouchet saca documentos, informes, carpetas. Entrega algunos a la corresponsal. Y se lanza en un largo monólogo. De ese diluvio de informaciones técnicas y jurídicas puede sacarse la siguiente síntesis:

La ley autoriza acudir a las intercepciones de seguridad sólo a servicios especializados de tres ministerios: el de la Defensa Nacional puede intervenir *simultáneamente* 232 líneas para llevar a cabo sus tareas de espionaje, protección de la seguridad nacional, de las instalaciones e investigaciones nucleares; el del Interior —equivalente de la Secretaría de Gobernación— puede interceptar de manera simultanea 928 líneas para prevenir, entre otras cosas, las actividades de los grupos terroristas o del crimen organizado; finalmente, el de Finanzas y ciertos servicios de las aduanas comparten 20 líneas para prevenir las actividades ligadas al tráfico de drogas y al lavado de dinero.

La ley prevé cinco motivos para poder realizar interferencias de seguridad: protección de la seguridad nacional, prevención contra el terrorismo, protección de los elementos esenciales del potencial económico y científico de Francia, lucha contra el crimen y la delincuencia organizada y vigilancia de los llamados "grupos disueltos" (paramilitares).

Cualquier petición de interferencia de seguridad es sometida a un control jerárquico estricto. Se hace por escrito, tiene que ser firmada por el más alto directivo del servicio que pide la interferencia, luego tiene que obtener el visto bueno del ministro correspondiente y, finalmente, el del primer ministro, quien a su vez pide autorización al ministro de Telecomunicaciones. En caso de emergencia extrema se aligera ese proceso y basta un acuerdo verbal entre las más altas autoridades involucradas. El primer ministro tiene además la obligación de avisar al presidente de la Comisión Nacional de Control.

Bouchet analiza la petición y ve si cumple con los requisitos de ley. En caso que no sea así, lo señala. El primer ministro tiene la libertad de tomar o no en cuenta su apreciación. Bouchet enfatiza que en su informe público anual de 1994 cuestionó 15 peticiones de interferencias, que en 10 casos el primer ministro no las autorizó, pero que dio su visto bueno a cinco que no cumplían con los requisitos marcados por la ley.

¿DONDE Y COMO SE LLEVAN A CABO ESTAS INTERFERENCIAS?

El 40% se realiza en París y sus alrededores, y se concentran en un bunker instalado en los sótanos del Ministerio de la Defensa. Están bajo la autoridad del Grupo Interministerial de Control (GIC).

En Lyon, segunda ciudad de Francia, el GIC cuenta con una antena en una fortaleza militar. En el resto del país las interferencias de seguridad se llevan a cabo en oficinas "especializadas" de delegaciones policíacas o en departamentos alquilados para realizar una investigación precisa. En total existen 120 centros secretos de interferencias de seguridad en Francia y los llamados departamentos de ultramar (vestigios de la época colonial francesa).

En el caso de París, cuando ya se tiene la autorización de interferir una línea, se pide a uno de los cuatro técnicos del Ministerio de las Telecomunicaciones, adscritos al de Defensa, "alambrean" las líneas en los conmutadores de la central correspondiente. En provincia se acude a técnicos especialmente seleccionados.

Pero esa técnica ya está en vías de desaparición. Con los conmutadores electrónicos ya no es necesario "alambrear".

Basta con una manipulación computarizada. Muy pronto en París el 90% de las líneas dependerá de una central compu[illegible]

El bunker del Ministerio [illegible] está dotado de una amplia sala de grabación, a la que llegan todas las líneas de los interferidos. Una parte de esta sala está también dedicada a la intercepción de faxes.

El GIC puede intervenir un centenar de telecopiadores y está a punto de adoptar un nuevo sistema computarizado para poder interceptar faxes sin tener que imprimirlos. En ese mismo lugar hay también aparatos que borran las cintas 10 días después de su grabación.

Así lo exige la ley.

Nº 9509342
TIT Conflicto en el partido de JHON MAJOR en el REINO UNIDO
P JUVENTUD
F H 4-07
VINC 11876 ✓
507529 ✓
11164 ✓
11830 ✓

- Mientras el premier John Major niega vinculación entre el excarcelamiento del homicida Lee Clegg y la interna "tory"
- El Sinn Fein acusa a las autoridades de "impunidad y discriminación"

4/7 Lo J

El primer ministro británico, John Major, negó ayer lunes que la liberación del soldado paracaidista Lee Clegg esté vinculada con la lucha por el liderazgo del gubernamental Partido Conservador.

Un portavoz de "Downing Street", residencia de Major, calificó de "tontería" las afirmaciones del Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), de que el caso esté vinculado con el liderazgo del partido y añadió que ésta "es una cuestión que decide el ministro para Irlanda del Norte".

"El primer ministro no fue consultado, fue informado. No puede haber un daño al proceso de paz", añadió el portavoz.

El ministro británico para el Ulster, sir Patrick Mayhew, firmó ayer la orden de liberación de Clegg, quien cumplió cuatro años de su condena en el Ulster por haber disparado contra Karen Reilley de 18 años, mientras ésta viajaba a gran velocidad en un automóvil robado.

La noticia fue recibida negativamente por el Sinn Fein, que señaló, en un comunicado, que la liberación de Clegg tiene "profundas consecuencias para el proceso de paz" para el Ulster.



El presidente del Sinn Fein en el Ulster, Mitchel McLaughlin, calificó la decisión de "profundamente insultante" y afirmó que ésta ha sido "una decisión política" relacionada con la elección interna de los "tories".

"Una vez más, observamos que hay una sola ley para los miembros de las fuerzas británicas y una para el resto", añadió McLaughlin. En Belfast, se registraron algunos incidentes violentos, especialmente en áreas nacionalistas, donde fueron incendiados varios automóviles.

Entre tanto, el primer ministro irlandés, John Bruton, indicó que esperaba que las autoridades británicas adoptaran una actitud similar "con todos los otros casos similares de prisioneros, tanto protestantes como republicanos".

En un breve comunicado, Bruton expresó su solidaridad con la familia de la adolescente Karen Reilley, debido a que la "agonía por la pérdida de su hija ha sido llevada nuevamente a su casa".

Clegg y otros miembros de su Regimiento de Paracaidistas efectuaron 19 disparos contra el automóvil de Reilley en setiembre de 1990, pero fueron los disparos de Clegg los que causaron la muerte de la adolescente. Los soldados dispararon ante el temor de que se tratara de un atentado terrorista contra un puesto de control del Ejército.

Clegg permaneció bajo custodia militar hasta que el 4 de junio de 1993 fue sentenciado a cadena perpetua y, desde esta fecha, estuvo en la cárcel de Wakefield. En los últimos meses, el Ministerio para Irlanda del Norte había estado reconsiderando el caso, ya que dicha cartera tenía poderes para decretar la liberación del soldado.

El caso supuso una gran controversia, debido a que muchos republicanos establecieron un paralelo entre Clegg y los miembros del Ejército Republicano Irlandés (IRA) encarcelados en Irlanda del Norte y en Gran Bretaña.

El diputado del Partido Social Demócrata y Laborista del Ulster Joe Hendron señaló ayer que la decisión de liberar a Clegg debe servir para que el Gobierno considere ahora la liberación de prisioneros republicanos y protestantes. Añadió que la liberación de Clegg tiene repercusiones políticas y está relacionado con la superviviencia del primer ministro John Major al frente del Gobierno.

"El momento tiene que ver con la lucha por el liderazgo del Partido Conservador. No es un accidente el que Clegg fuera liberado el día antes de la votación de los diputados tories", puntualizó Joe Hendron.

150090
5-07-95
11876
507529
11164
11830

■ EL 66% DE LOS CONSERVADORES BRITÁNICOS LO PREFIRIO

Major dejó en claro quién es el líder

El premier salió ayer fortalecido en la elección por el liderazgo conservador y con 218 votos en 329 despejó las dudas acerca de quién comanda el partido

El primer ministro John Major salió airoso ayer del desafío planteado por un miembro del ala derecha de su Partido Conservador y se mantuvo en el poder, aunque en medio de disputas internas y un reducido nivel de popularidad.

Major obtuvo 218 votos de los 329 legisladores conservadores de la Cámara de los Comunes en la votación para elegir al jefe del partido, algo más del 66%, y su rival el ex ministro de Gales, John Redwood, obtuvo sólo 89.

Ocho legisladores conservadores se abstuvieron de votar para intentar negarle a Major un amplio triunfo y obligar así a que hubiese otra elección con otros candidatos. Pero Major aventajó a Redwood por más de 50 votos, el margen necesario para evitar que haya una segunda vuelta, según las normas del partido.

"El mensaje que enviaría a cada legislador conservador es

El ganador es automáticamente designado como primer ministro

que llegó la hora de superar las divisiones", dijo Major frente a su residencia en el número 10 de Downing Street.

"Hicimos nuestra selección. Es una selección clara y nítida, creo, sin espacio alguno para dudas", afirmó el líder gobernante.

"Es el resultado claro y absolutamente definitivo que esperaba el partido", manifestó uno de los principales colaboradores de Major, el secretario de defensa Malcom Rifkind.

Bill Cash, uno de los principales detractores de Major, dijo que la elección es sólo el punto de partida del esfuerzo para resolver las disputas internas

"Tenemos que esforzarnos para hallar esas bases comunes", señaló Cash.

Por su parte, Tony Blair, jefe del opositor Partido Laborista, dijo que duda que los conservadores puedan cerrar filas.

"El señor Major no ha apoyado a ninguno de los bandos de su dividido partido, esa situación de incertidumbre y esa falta de dirección habrán de continuar por años", dijo Blair.

Los partidarios de Major gritaron jubilosos al conocerse el resultado. El jefe del partido ganador de las elecciones automáticamente es designado primer ministro y de haber perdido ayer, Major hubiese tenido que renunciar.

El retador, Redwood, saludó rápidamente el triunfo del primer ministro. "Ganó justamente y se-

Ahora, Major se apresta a una reorganización de su gabinete ministerial

gún las normas y ahora saludo esa victoria", dijo con naturalidad.

El resultado fue un triunfo temporal para Major, de 52 años, en su disputa con correligionarios rebeldes que lo desafiaron.

Major renunció a la jefatura del partido el 22 de junio y le dio dos opciones a los legisladores conservadores: apoyarlo o elegir un nuevo jefe.

CAMBIOS EN EL GABINETE

El premier aseguró que permanecerá en el cargo hasta las próximas elecciones y anunció que mañana va a reestructurar su gabinete, al que le estaba dando "los últimos toques".

Inmediatamente después de su victoria Major inició las primeras maniobras para afianzar más aún su posición anunciando la inminente reestructuración del gabinete que habrá de reflejar la nueva correlación de fuerzas en filas conservadoras. *(En base a AP y Reuter)*

Analisis

MARTÍN SARTHOU

Las intrigas internas de los conservadores

Como en la segunda mitad del siglo XV, cuando la casa de Lancaster y la de York disputaban el trono de Inglaterra en las doce grandes batallas de la Guerra de las Rosas, los conservadores británicos zanjaron sus disputas al más puro estilo inglés.

Inmersos en una crisis partidaria que nace en el debate ideológico y generacional entre europeístas y euroescépticos, los diputados tories dieron un respetable, aunque no arrollador, respaldo al tambaleante liderazgo de John Major.

De la misma forma que en las intrigas palaciegas de los Anjou-Plantagenet, dos figuras se enfrentan en un duelo que se arrastra desde varios años atrás: Margaret Thatcher y Michael Heseltine.

Ya en sus últimos años en Downing Street la "dama de hierro", que ganó tres elecciones y una guerra, no imaginó que el hombre al que habría de confiar su herencia política, el ascendente John Major, terminaría abogando por postulados básicos del rival de todas las horas, Michael Heseltine.

Por un lado Thatcher, a través de Redwood y Portillo, que encabezan la derecha conservadora y por otro Heseltine, con gente como Patrick Mayhew, terminaron por dejar en el medio de la disputa a Major, quien con coraje político renovó la confianza de sus diputados. Pero su verdadero enemigo, el laborismo, con 30 puntos de ventaja en las encuestas, emerge como el gran ganador de las disputas internas conservadoras.



N° 9509344
Tit. Jhom Major obtuvo clara victoria en el partido conservador.
F L MAÑANA
Fc. 5-07
11876
507529
11164

Major recobra el timón conservador

● Anunció futuros cambios en su gabinete

El Primer Ministro británico John Major dijo que se mantendrá en su puesto, luego de haber obtenido una "clara victoria" en la elección celebrada ayer entre los miembros del Parlamento del Partido Conservador.

Londres\ANSA

Major obtuvo la mayoría absoluta de los votos en el escrutinio, con 218 votos (sobre un total de 327 votos efectivos) a su favor y 89 para su desafiante, John Redwood, según anunciaron fuentes oficiales.

Se registraron, asimismo, nueve abstenciones y doce votos anulados.

"Fue una decisión sumamente clara", dijo Major, quien agregó que "ahora regresaré a Downing Street y comenzaré de inmediato a examinar la posibilidad de un reajuste de gobierno".

El Premier sostuvo que el reajuste de su gabinete será probablemente anunciado mañana.

Despejó dudas

"Creo que esta elección ha servido para anular todas las especulaciones que han habido sobre el liderazgo de los conservadores hasta la próxima elección general", concluyó el Premier, refiriéndose a los comicios previstos para 1997.

Los conservadores británicos decidieron ayer con su voto el destino del Premier John Major quien, con la esperanza de ser reelegido, presentó estratégicamente hace doce días su dimisión como líder del partido.

La decisión

Los conservadores optaron ayer por el opaco y poco carismático Major, que en los últimos días ganó sorpresivamente puntos en los sondeos de opinión. Major, el más impopular de los primeros ministros británicos desde la invención de los sondeos de opinión, tuvo una sola ventaja: en las elecciones no participaron los diarios, que pedían casi unánimemente su cabeza.



John Major se mantiene como líder del Partido Conservador al ganar por mayoría absoluta las elecciones internas.

9509344

CA-CA

■ EL LABORISMO CONTINÚA COMO CLARO FAVORITO PARA LOS COMICIOS DE 1997

La victoria de Major no fue suficiente

La prensa británica coincide en que pese al éxito del premier en la elección, su partido no logrará triunfar en los próximos comicios

El opositor Partido Laborista sigue siendo el favorito para ganar las próximas elecciones generales en Gran Bretaña, aun cuando el primer ministro John Major haya conseguido su reelección como líder del gobernante Partido Conservador, dijeron ayer analistas británicos. 6/7/95 OBSV.

La prensa británica mantuvo ayer su posición crítica hacia los conservadores, tras la victoria de Major en la reelección del liderazgo del partido.

Los diarios coincidieron en que los laboristas son los claros favoritos para ganar las elecciones generales de mediados de 1997 e integrar el nuevo gobierno.

El único consuelo para Major es que su osada acción de llamar a una votación interna para reafirmar su liderazgo dejó de lado su imagen de dirigente débil.

Major optó por remodelar su gobierno, tras revalidar su liderazgo conservador

"Es cierto que el que arriesga gana", dijo el Daily Express, el único diario que se mantuvo a su favor y alabó la victoria de Major por 218 votos contra 89 de su rival, John Redwood.

The Financial Times señaló que la reorganización del gabinete que Major anunció ayer, en un intento de reunificar su dividido partido, no conciliará las diferencias.

"El Partido Conservador permanece en un punto de ruptura. El primer ministro ha conseguido tiempo, pero le queda poco", indicó el diario.

LOS CAMBIOS

Major optó ayer por llevar a cabo una significativa remodelación de su gobierno, tras revalidar el martes su liderazgo al frente del Partido Conservador.

Los principales cambios en su gabinete afectan a Michael Heseltine, anterior ministro de Industria y Comercio y nombrado ahora viceprimer ministro, a Malcolm Rifkind, nuevo ministro de Asuntos Exteriores en sustitución de Douglas Hurd, y a Michael Portillo, flamante titular de Defensa en sustitución de Rifkind en esa cartera y anterior ministro de Trabajo.

William Waldegrave será el próximo responsable del Tesoro, en sustitución del saliente Jonathan Aitken, mientras que Ian Lang, anterior ministro para Escocia, ocupará el lugar dejado libre por Michael Heseltine en el Ministerio de Industria y Comercio.

Los conservadores están en un punto de ruptura y el premier ha conseguido tiempo

Virginia Bottomley, anterior titular de Sanidad, pasará a dirigir el Patrimonio Nacional, mientras que Gilliam Shepard, además de quedarse con Educación se ocupará también de la cartera de Trabajo.

Stephen Dorrel se hará cargo del Ministerio de Salud, mientras que Brian Mawhinney deja Transportes y es nombrado ministro sin cartera.

Los nuevos miembros del gobierno son sir George Young en Transportes, Douglas Hogg en Agricultura, Michael Forsyth en Escocia, William Hague en Gales y Roger Freeman como canciller del ducado de Lancaster. *(En base a AP y Reuter)*



CLAVES

- **CRÍTICAS.** La remodelación del gobierno no solucionará las dificultades ni los problemas entre tories, según John Prescott, número dos del laborismo británico
- **DEFINICIÓN.** Prescott señaló que después de dos semanas de crisis el Partido Conservador "es verdaderamente aburrido, nada imaginativo".
- **NOVEDAD.** Los laboristas criticaron la remodelación alegando que el único cambio significativo es el de abolir el Ministerio de Trabajo al asociarlo al de Educación
- **RECLAMO.** La líder británica del grupo socialista del Parlamento Europeo, Pauline Green, afirmó que es urgente que el nuevo gobierno ofrezca señales claras de que ha cambiado su tono en relación a Europa
- **CONSTERNACIÓN.** Green añadió que el nombramiento de Malcolm Rifkind en Asuntos Exteriores causará "consternación" en toda Europa, puesto que "no inspira confianza" y no da la sensación que el Reino Unido es un socio europeo.

Helseltine, Rifkind y Portillo Entran en el Nuevo Gabinete

LONDRES, 5 (EFE).— Michael Heseltine y Malcolm Rifkind son los grandes triunfadores de la remodelación del Gobierno británico decidida hoy, miércoles, por el primer ministro, John Major, al ser nombrados viceprimer ministro y responsable de Asuntos Exteriores, respectivamente.

La figura de viceprimer ministro es nueva en los gobiernos de John Major y con ella pretende imponer su autoridad tanto en el Gabinete, como en el seno del Partido Conservador británico, tras las convulsiones internas que acarrearon la votación por el liderazgo "tory" que logró revalidar ayer el primer ministro.

En el caso de Heseltine, un destacado "pro europeo" que desafió sin éxito el liderazgo de la ex primera ministra Margaret Thatcher, el actual jefe del Ejecutivo británico ha querido premiar su fidelidad política en momentos difíciles.

Por lo que respecta a Rifkind, los observadores consideran que su promoción a la cartera de Asuntos Exteriores pretende ser un intento por parte de John Major de garantizarse el apoyo del ala derecha del partido, aunque sin caer en las peticiones extremas de los "euroescépticos".

Para compensar a los sectores que continúan viendo al "delfín" de Thatcher, Michael Portillo, como el sucesor idóneo de John Major en el número 10 de Downing Street, el primer ministro ha optado por nombrarlo titular del Ministerio de Defensa, puesto en el que podrá continuar su preparación política después de haber sido responsable del Tesoro y ministro de Trabajo.

Sin embargo, tras la remodelación ministerial los observadores políticos británicos no advierten concesiones significativas a los "euroescépticos", tras el desafío del liderazgo conservador protagonizado y perdido ayer por el ex ministro para Gales John Redwood.

Esta falta de concesiones a los "euroescépticos" hizo que uno de los miembros del equipo que efectuó la campaña electoral interna para Redwood afirmara hoy que si John Major piensa que este Gobierno es una receta para la paz y la unidad en el partido, "debe estar de broma".

A pesar de ello, el primer ministro insistió en una breve presentación de su nuevo Gobierno en que éste refleja "todos los matices" de la opinión "tory" y añadió que detrás de este Gabinete todo el partido puede y debe unirse.

Major señaló que la composición del nuevo Gobierno responde a una "agenda de cambio" y ha sido diseñada para continuar construyendo la transformación del Reino Unido, comenzada en los últimos 16 años.

Los principales cambios llevados a cabo en su Gabinete afectan a Michael Heseltine, anterior ministro de Comercio e Industria y nombrado ahora viceprimer ministro; a Malcolm Rifkind, nuevo ministro de Asuntos Exteriores en sustitución del saliente Douglas Hurd; y a Michael Portillo, flamante titular de Defensa en sustitución de Rifkind en dicha cartera y anterior ministro de Trabajo.

William Waldegrave será el próximo responsable del Tesoro, en sustitución del saliente Jonathan Aitken; mientras que Ian Lang, anterior ministro para Escocia, ocupará el lugar dejado libre por Michael Heseltine en el Ministerio de Comercio e Industria.

Virginia Bottomley, anterior titular de Sanidad, pasará al Patrimonio Nacional, mientras que Gilliam Shepard, además de quedarse con Educación se ocupará también de la cartera de Trabajo.

CLARIN
6-07

FORTALECIDO POR SU TRIUNFO DEL MARTES, EL PREMIER

Major se "vengó":

Después de su victoria, que le permitió retener el liderazgo conservador y su gobierno, John Major pateó el tablero y reestructuró el gabinete británico. La designación de Michael Rifkind, un político con visión favorable a la Argentina como nuevo canciller, es uno de los cambios más notorios en un equipo en el cual el premier no hizo concesiones a sus enconados adversarios "euroescépticos". 6/7/95 CLARIN

LONDRES (Especial para **Clarín**). – El **fortalecido premier** John Major volvió a mostrar su vocación práctica sobre la cuestión europea a la hora de reestructurar su gabinete, cambios que aprovechó para **no hacer concesiones** a los "euroescépticos" tras su **contundente triunfo** en el *"desafío parlamentario"* del pasado martes. Más que construir un gobierno de unidad, se ha **rodeado de un grupo de incondicionales amigos** en los cargos claves al *derrotar* a los "tories" que *se oponen* a la integración a Europa.

No sólo eligió cinco nuevos ministros sino que modificó las carteras, redistribuyó *funciones*, practicó "enroques" tercermundistas, se desprendió de funcionarios controvertidos por las acusaciones **y dejó afuera a John Redwood**, su contrincante y ex secretario de Gales en su gabinete, cuando los euroescépticos esperaban una "magnánima" incorporación en nombre de la sonada unidad partidaria. **Lo remplazó por un joven de 31 años:** William Hague, que deslumbró a Lady Thatcher a los 18 años al hablar en una conferencia "tory".

Un canciller frío y rígido

Michael Rifkind, ex ministro de Defensa, es el nuevo canciller en remplazo de Douglas Hurd. El aristócrata anunció su retiro un día después de la renuncia de Major.

Más "insular" que "euroescéptico", Rifkind, calificado como **"frío y rígido"** por sus críticos, pregonó las suficientes *desconfianzas* hacia Bruselas *durante* las últimas semanas como para que los antieuropeos se sintieran conmovidos y sin traicionar el pragmatismo de Major.

Michael Howard, *ministro* del Interior y aspirante al "Foreign Office", quedó en su mismo cargo.

El hiperthatcherista y apasionado Michael Portillo fue promovido a ministro de Defensa, **un desafío difícil** después de la excelente tarea realizada allí por Rifkind. Su vital cargo de secretario de Empleo se fusionó con la cartera de educación y todo pasó al control de la mujer más poderosa del gabinete: Gilliam Shephard. Amiga incondicional de Major, ella tratará de desafiar con modificaciones en el sistema de salud, del entrenamiento a empleados y desempleados y nuevas regulaciones laborales, la amenaza del laborismo.

Más amigos de Major

Michael Heseltine, eterno aspirante a

950934 6

BRITANICO DEJO AFUERA DEL GOBIERNO A SUS DETRACTORES

renovó el gabinete

premier, **multimillonario tradicionalista pro europeo** y hasta ayer ministro de negocios, descubrió que será difícil para él llegar algún día a 10 Downing St. Pero **fue premiado** con el cargo de **vicepremier** por Major y elevado al inédito rango de primer secretario de Estado.

Los amigos de Major y máximos estrategas de su campaña también han sido promovidos. El doctor Brian Mawttinney, ex de Transporte, será el vicepresidente del partido y ministro sin cartera. Ian Lang remplaza a Heseltine como ministro de negocios.

Tres pesos pesados se van: el ex jefe del Tesoro Jonathan Aitkeen deberá enfrentarse con las acusaciones de hacer tráfico de armas ilegal a Irak **abusando de sus inmunidades** de funcionario público; Jeremy Stanley fracasó en su intento de calmar a los conservadores como presidente en el partido y hombre de confianza de Major. Douglas **Hurd se retira** a tratar de equilibrar su cuenta bancaria escribiendo sus memorias, después de años en la función pública.

María Laura Avignolo



AGENCIA AP

El nuevo canciller, Malcolm Rifkind: un hombre que tiene una buena visión de la Argentina.

Un canciller favorable a la Argentina

LONDRES (Especial para **Clarín**).– "Tiene una **visión favorable** de la Argentina. Creo que su designación no significará cambios en las posiciones británicas sobre el petróleo", dijo el embajador Rogelio Pfirter a **Clarín** sobre el flamante canciller británico Michael Rifkind.

El canciller Guido Di Tella deberá relanzar su operación "charme" para encandilar al nuevo ministro. A diferencia del muy británico Douglas Hurd, es de origen judeo-lituano y nacido en la muy escocesa ciudad de Edimburgo.

El duro e hiper conservador Rifkind es otro hijo de Lady Thatcher y no precisamente un euro entusiasta. En su puesto anterior, el Ministerio de Defensa, realizó una de las más grandes **transformaciones de las fuerzas armadas:** redujo el presupuesto de su ministerio y disminuyó los efectivos en casi un tercio.

Si bien es **intransigente** como Douglas Hurd a la hora de escuchar dulces proposiciones argentinas de levantar el embargo de armas, no ha rechazado ciertas medidas en el Atlántico Sur para **romper** la desconfianza entre los militares británicos y argentinos que patrullan las conflictivas áreas.

Ha incrementado visitas de intercambio entre las fuerzas militares angloargentinas como la que actualmente cumplen brigadieres de la aeronáutica en Gran Bretaña y promovió la visita del brigadier Paulik, jefe de la Fuerza Aérea, a Londres.

El canciller Di Tella pronto viajará a Londres y Edimburgo para visitar a su nuevo interlocutor.

03

Nº

EL PAIS
9-07
– 11876
– 507529
– 11164

ESPECIAL DE The New York Times por John Damiu...

JOHN MAJOR: TRAS LA VICTORIA LA RECOMPENSA A LOS LEALES

LONDRES, (NYT). — Luego de su reelección el martes pasado como líder del Partido Conservador, el Primer Ministro John Major reorganizó su gabinete el miércoles, otorgando puestos privilegiados a partidarios leales tanto del ala derecha como de la izquierda de su partido y recompensando a dos de sus posibles rivales, pero que no se opusieron a su reelección.

El cargo de secretario de Relaciones Exteriores, crítico ahora que Gran Bretaña intenta reforzar sus políticas relativas a la integración europea y a Bosnia-Herzegovina, recayó en Malcom Rifkind, quien había dado su apoyo a Major, además de desempeñarse con eficiencia como un elocuente secretario de Defensa, partidario de la reducción de los costos en el gobierno.

La cartera de Relaciones exteriores estaba a cargo de Douglas Hurd, enemigo de la extrema derecha, que lo consideraba demasiado favorable a una mayor integración con Europa a través de la Unión Europea. Rifkind modificó su punto de vista sobre los "euroescépticos" en un discurso pronunciado en enero, en el que insistió en que la "nación-Estado" debe conservar la autoridad definitiva dentro de la organización europea.

La reorganización involucró a dos individuos que apoyaron públicamente a Major, lo que le permitió derrotar a su rival, John Redwood, en la primera ronda de elecciones, al captar las dos terceras partes de los votos emitidos por los 329 miembros conservadores del Parlamento.

Un puesto vacante desde hace tiempo, el de viceprimer ministro, fue otorgado a Michael Heseltine, de 62 años, presidente del Consejo de Comercio y secretario de Comercio e Industria.

Heseltine, extravagante estadista perteneciente al sector liberal del partido y causante de la destitución de la predecesora de Major, Margaret Thatcher, en 1990, se opuso a quienes afirmaron que se había declarado deseoso de ser designado para el puesto, aunque se dice que secretamente admitio que todavía lo ambicionaba.

La cartera de Defensa, que estaba en manos de Rifkind, fue para el otro rival en potencia, Michael Portillo, de 42 años. Portillo, hijo de un refugiado español, desempeñaba el puesto relativamente menor de secretario del Trabajo y se había convertido en un símbolo para la derecha, económicamente conservadora y enemiga de la integración con Europa.

Sus aliados hacían preparativos para llevar a cabo una campaña en su nombre, en caso de que Major no lograra reelegirse en la primera ronda de votos.

La reorganización del gabinete, que incluyó 13 cambios y cinco nuevos nombramientos, fue la más importante que ha llevado a cabo el Primer Ministro en los cinco años que lleva en el poder.

De conformidad con las observaciones que hizo el martes de que la pugna por el liderato había "aclarado el ambiente" y resuelto las diferencias sobre temas candentes como el criterio que debía adoptarse respecto de Europa, Major expresó que el nuevo equipo es "un gabinete tras el cual el partido puede y debe unificarse".

Afirmó que representa "un programa de cambio destinado a promover la transformación del Reino Unido en la que hemos trabajado durante los últimos 16 años". Los conservadores asumieron el gobierno en 1979, encabezados por Margaret Thatcher.

El propio Major provocó que se celebraran estas elecciones internas al renunciar al liderazgo el pasado 22 de junio e invitar a sus opositores a proponer sus candidaturas para encabezar al partido. Su victoria fue fácil, y en ese sentido valió la pena dejar el asunto a la suerte.

Al mismo tiempo, las abstenciones, los votos cancelados y los que favorecieron a Redwood constituyeron la tercera parte del tota[l] de los parlamentarios conservadores, cantidad nada despreciable.

Y la campaña propiamente dicha representó el resurgimiento d[e] los desacuerdos en torno a Europa y nuevamente hizo hablar de l[a] capacidad de Major para aportar un liderazgo inspirador en materi[a] de las cuestiones cotidianas.

El Partido Laborista, adelante por unos 30 puntos en las en[-]cuestas de opinión, fue el verdadero ganador y se vio robustecid[o] ante la posible asistencia a unas elecciones generales previstas pa[-]ra la primavera de 1997.

Otro aspecto que salió a relucir fue hasta dónde se opone a Major la prensa conservadora. Casi todos los diarios, incondicionales de los conservadores propusieron su destitución, entre ellos el Daily Mail, el Times, el Daily Telegraph y The Sun. Sólo el Daily Express se mantuvo leal a él.

El miércoles, algunos de los periódicos aceptaron la derrota en sus columnas. Pero The Sun, el tabloide de gran circulación, se manifestó francamente antagónico.

"Ayer, los pavos votaron en favor de la Navidad", decía. "Y como están las cosas, los van a rellenar bastante bien".

El vicepresidente de los laboristas, John Prescott, se expresó con ironía en torno a los cambios en el gabinete, al decir que no contribuirían en nada a restañar las heridas del partido ni a ayudar al gobierno. "Después de dos semanas de una crisis política y de las pugnas entre los conservadores, este es un anticlímax deprimente", señaló. "Una mezcla de viejos personajes cansados y de nuevos donnadie".

El puesto de viceprimer ministro, que carece de reconocimiento constitucional, fue desempeñado dos veces por Margaret Thatcher, una vez por sir Geoffrey Howe y posteriormente por William Whitelaw, Major no lo ha tenido a su cargo hasta ahora.

Entre las obligaciones de Heseltine está la coordinación de las respuestas a varias comisiones gubernamentales que investigan los abusos de los integrantes del Parlamento y la venta de armas a Irak durante la guerra entre ese país e Irán.

Aunque Portillo avanzó, algo que le podría dar cierta ventaja para sustituir a Redwood como representante de la derecha, los cambios instituidos por el primer ministro no representaron una capitulación en favor de los conservadores calificados de euroescépticos, que constituyen la mayor parte de quienes se oponen a su liderazgo.

En vez de ello, la característica principal pareció ser la lealtad a Major.

Brian Mawhinney, quien dirigió la campaña de Major, fue nombrado presidente del Partido Conservador. Ian Lang se hizo cargo del puesto de Heseltine en el Consejo de Comercio.

Tres importantes puestos dentro del gabinete no cambiaron de manos: Michael Howard como secretario del Interior, Sir Patrick Mayhew como secretario para Irlanda del Norte, y Kenneth Clark en el segundo puesto en importancia, el Ministerio de Hacienda.

Jonathan Aiken, de 52 años, renunció este miércoles al puesto de primer secretario del Tesoro. Alguna vez se consideró a Aiken como una promesa dentro del partido.

Actualmente está involucrado en las investigaciones y demandas por libelo en torno a algunas informaciones periodísticas derivadas de la acusación de haber sido director ejecutivo de una compañía que envió armas a Irán, violando una prohibición expresa. En su lugar fue nombrado William Waldegrave.

■ ANALIZAN LIBERACIÓN DE EXTREMISTAS ENCARCELADOS

Posibles avances en la paz del Ulster

El gobierno de John Major está a punto de ceder para reducir las penas de los extremistas y unionistas encarcelados por delitos de terrorismo

La liberación de presos republicanos y de los grupos paramilitares protestantes de Irlanda del Norte antes de lo previsto es una decisión que aún no ha sido tomada, si bien no ha sido completamente descartada, indicó ayer un portavoz de Downing Street, residencia del primer ministro británico John Major.

El gobierno "obviamente mantiene la cuestión de la reducción de las penas bajo análisis", añadió el portavoz, tras las informaciones de la prensa sobre la posibilidad de que los presos sean liberados para impulsar el proceso de paz en Irlanda del Norte.

Fuentes oficiales descartaron la eventualidad de que el gobierno decida hacer un anuncio al respecto antes del receso parlamentario de verano, que comenzará el próximo jueves.

Según la prensa, los ministros del gobierno británico estarían estudiando la posibilidad de disminuir las penas de los presos que se encuentren en el Ulster.

Así, los presos podrían estar en libertad una vez que cumplan la mitad de su sentencia y si han tenido un buen comportamiento, reveló el diario The Times.

El diputado Joe Hendron, del Partido Social Demócrata y Laborista del Ulster (SDLP), señaló ayer que una medida en tal sentido sería lo que necesitaría ahora el proceso de paz.

La posibilidad de que el gobierno decida anunciar pronto una medida en tal sentido se intensificó después que Gerry Adams, líder del Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), indicara que una disminución de las penas podría ayudar al proceso de paz para Irlanda del Norte.

Unos 900 presos se encuentran en cárceles del Ulster cumpliendo penas por delitos relacionados con el terrorismo, de modo que, si estas propuestas se concretan, unos cien presos podrían estar en libertad pronto y otros 400 a finales de la presente década. Un anuncio que pudiera favorecer a los presos, algo que es esperado en el Ulster tras la liberación del soldado británico Lee Clegg la semana pasada, puede ser una de las concesiones más importantes que se otorgue al Sinn Fein y a los partidos protestantes de la provincia. *(En base a AP y Reuter)*



John Major

El Primer Ministro le Ganó el Desafío a los Rebeldes



El gran triunfador. John Major, junto a su señora, Norma, saluda a sus partidarios en Londres. (Laserfoto de Reuters)



El gran derrotado. John Redwood conversa con los periodistas y admite su fracaso en la votación. (Laserfoto de AP)

LONDRES.— El primer ministro de Gran Bretaña, John Major, obtuvo un amplio triunfo en las elecciones internas del Partido Conservador y mantuvo la posición de liderazgo, luego de doce jornadas de incertidumbre. Major obtuvo el apoyo de 218 de los 329 legisladores habilitador para sufragar en los comicios, que él mismo precipitó para dejar al descubierto a los "rebeldes" de extrema derecha del partido. John Redwood, que fue el desafiante, recibió 89 votos, en tanto [illegible] se abstuvieron o inutilizaron sus papeletas [illegible] mente no concurrieron a [illegible].

Major [illegible] y subrayó que había recibido "el mayor porcentaje de votos que un líder del Partido Conservador jamás haya obtenido en una elección disputada".

Sostuvo su convicción de que "ha desaparecido toda duda y especulación sobre el liderazgo del Partido Conservador hasta la próxima elección nacional y mas allá de ésta".

Redwood felicitó al Primer Ministro por el resultado y dijo que Major había "ganado con absoluta justicia dentro de las normas que rigen la vida partidaria".

Sin embargo, el opositor Partido Laborista puntualizó que un tercio de los legisladores conservadores votó en contra de Major y, por consiguiente, la elección interna debilita al Primer Ministro.

Asimismo, los voceros laboristas manifestaron que el Partido Conservador continua dividido sobre la Unión Europea, manteniendo los legisladores derechistas su oposición a una profundización del proceso de integración de Europa.

Hay indicios de que esta [illegible] la política de integración continuará. [illegible] más críticos de la integración, el diputado conservador por la circunscripción de Reigate, Sir George Gardin, señaló: "La gente no cambia de opinión sobre Europa, de la noche a la mañana. Por supuesto, seguirá siendo un tema de discusión en el ambito de nuestro partido".

Otro integrante del grupo conocido como los "euroescépticos", Nick Budgen, dijo que cree que el primer ministro Major deberá admitir que su autoridad ha sido erosionada por los resultados de la elección interna. Advirtió que "Major creyó que estaba enfrentando a una minoría, pero 109 legisladores no es ninguna minoría insignificante".

Lord Tebbit, ex integrante del gabinete ministerial, consideró "desafortunado" el resultado de la elección, debido a que dejó en evidencia un área gris, que demostró significativa oposición a Major.

Sin embargo, potenciales aspirantes al liderazgo del Partido Conservador, como son los casos de Michael Portillo y Michael Heseltine, expresaron que estaban complacidos con el resultado. "Este tema quedó definido y ahora podemos volver a trabajar", indicó Portillo.

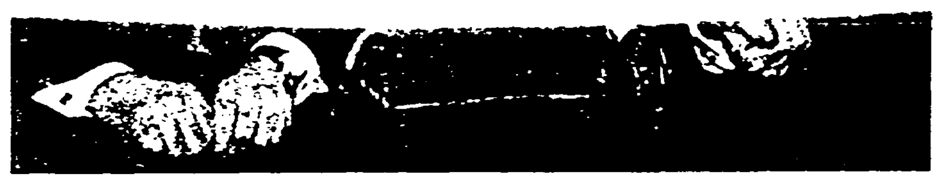
El Partido Laborista, que en las encuestas de opinión [illegible] aparece con una ventaja de 35 puntos sobre el Partido Conservador, quedó complacido con el resultado. El líder laborista, Tony Blair, dijo que los conservadores habían "levantado la tapa para ver lo que estaba ocurriendo, quedaron horrorizados y volvieron a ponerla". Agregó que "Major hizo convocar a las elecciones porque sabía que sólo una minoría del Partido Conservador se le opone". En efecto, 111 miembros del Parlamento estuvieron en contra de Major. El aire está espeso por el veneno que se lanzó en los días previos a la votación. Creo que al final no tenemos un Partido Conservador, sino dos, con divisiones absolutamente irreconciliables".

9509349
Reunión Major y Clinton.
EL PAIS.
FE 16-07
VINCU. 11876
507529
11164
65880

TIME

16/7 El País

muy cordial, aunque John Major y Bill Clinton no logran puntos de coincidencia en temas fundamentales



LONDRES.— Algunos gobernantes británicos y estadounidenses fueron hechos "el uno para el otro". Hay varios ejemplos: Franklin Roosevelt y Winston Churchill; John Kennedy y Harold Macmillan; Ronald Reagan y Margaret Thatcher. Y, ahora, están Bill Clinton y John Major. Cada vez que se siente asediado, lo único que tiene que hacer el presidente Clinton para reconfortarse es mirar las encuestas de opinión pública de Gran Bretaña, en las que el primer ministro Major tiene anémicos porcentajes de apoyo popular. Sin embargo, Major no tiene los problemas de Clinton para que el Parlamento apruebe el Presupuesto y las designaciones de sus candidatos a cargos de gobierno.

Clinton y Major comparten varios aspectos definitorios de sus personalidades. Los dos son jóvenes, inteligentes, reparan en detalles y pueden pasarse toda la noche discutiendo sobre las tasas de interés. También los dos son vacilantes a la hora de tomar decisiones, y parecen compartir la misma falta de convicción en algunos temas. Los dos encabezan partidos políticos divididos y enfrentan a partidos de oposición cada vez más fuertes. Es una lástima que no tengan una buena relación.

Clinton es bastante liberal, en tanto Major es un conservador inconstante. Major ha expresado su disgusto por el manejo de la política exterior que hace Clinton. "En cualquier relación política siempre hay que hacer concesiones", indicó un ex asesor de Clinton. "Eso es lo que hace un gobierno maduro, pero el Presidente nunca comprendió cómo tratar a un gobernante extranjero".

Clinton y Major han tenido desavenencias sobre la situación de Irlanda del Norte, especialmente cuando el Presidente recibió en la Casa Blanca, al líder del Sinn Feinn (el partido político del IRA), Gerry Adams y le permitió obtener contribuciones en dinero, en Estados Unidos. A la luz pública, la ira del gobierno británico desapareció, aunque Major no confía en Clinton en relación con la situación irlandesa. Clinton tiene intención de visitar Irlanda e Irlanda del Norte, pero si Adams no convence al IRA de que entregue sus armas, la tensión crecerá entre ambos gobiernos.

Bosnia Herzegovina es otro motivo de fricción. Un alto jerarca del gobierno de Gran Bretaña dijo que "estamos hartos de la tendencia de Estados Unidos a querer dirigir, sin tomar la vanguardia en los problemas. Puede gustar o no lo que los europeos estamos haciendo en Bosnia Herzegovina, pero lo cierto es que Estados Unidos socava nuestra posición y no hace nada para dar una solución al drama de los bosnios".

En Gran Bretaña —país que tiene 3.000 soldados en Bosnia Herzegovina— hay indignación porque Clinton insinuó la posibilidad de enviar tropas, luego se retractó y finalmente dijo que tendría que consultar al Parlamento.

Un tema ha suscitado coincidencia entre los dos: Clinton quedó encantado con la jugada política de Major de desafiar a sus opositores, a los que venció en la eleccion interna del Partido Conservador.

9509350

El crecimiento económico del REINO UNIDO, se está enlenteciendo.
OBSERVADOR.

17-7

- 11876
- 5075??
- 11161

■ MENOS INFLACIÓN Y POCO CRECIMIENTO

Economía británica se torna flemática

17/7/95 OBSV

Existen claros indicios de que el crecimiento económico del Reino Unido se está enlenteciendo y que las presiones inflacionarias están bajo control, de acuerdo a lo que indica la última encuesta entre empresas de la consultora Dun & Bradsheet.

El porcentaje de compañías que esperan obtener un incremento en sus precios en el tercer trimestre cayó al 65% desde el 70% en el segundo trimestre, señala el relevamiento.

"Las empresas británicas ahora pronostican un período de crecimiento lento y sostenido impulsado por las exportaciones, alentadas por la marcada depreciación de la libra", dijo un analista de la consultora. La investigación se basó en la consulta a más de 1700 ejecutivos y fue efectuada en la primera semana de julio.

La expectativa de ventas cayó cinco puntos desde el último trimestre. Aunque más de tres de cada cuatro empresas todavía espera subir sus ventas, el porcentaje de las que creen en esa posibilidad cayó desde el 78,5% del último trimestre.

El sector que más confía es el de fabricación de bienes durables, en el cual la expectativa de un mayor empleo están presentes en un momento en que los otros sectores parecen estar enlenteciendo su actividad.

Donde menos se confía es en la industria de la construcción, ya que sólo el 61,5% de los encuestados espera aumentar sus ventas en el próximo trimestre en comparación con el promedio nacional de la muestra que se ubica en el 76%.

La expectativa global de ganancias permanece estable. El declinante optimismo entre los fa-



bricantes de bienes no durables y de aquellos vinculados al sector de la construcción fue contrarrestado por la fuerte confianza de los fabricantes de bienes durables. *(Reuter)*

9509350

AMERICA LATINA, PRIORIDAD POLITICA Y ECONOMICA PARA BONN

El Gobierno Federal quiere dedicar mayor atención a América Latina en su política exterior y económica. A tal fin ha aprobado unos nuevos lineamientos para América Latina. El Ministro Federal de Relaciones Exteriores, Klaus Kinquel, explicó que desde principios de los años noventa la región ha cosechado importantes triunfos en la labor de democratización y en la vigencia de los derechos humanos, subrayando que "en la actualidad América Latina es, a pesar de ocasionales reveses, en su conjunto una región estable, democráticamente gobernada y económicamente dinámica. Estas nuevas realidades requieren una nueva política respecto a América Latina". Análogamente a los Lineamientos para Asia, aprobados en octubre de 1993, los Lineamientos para América Latina están concebidos para aglutinar las actividades a nivel político, económico, científico y cultural.

El documento presentado conjuntamente por los Ministerios Federales de Relaciones Exteriores, Economía y Cooperación Económica y Desarrollo, contiene una descripción detallada de la política alemana respecto a una de las regiones más importantes del mundo. Como elemento de la Iniciativa para América Latina, lanzada conjuntamente por el Gobierno Federal y el sector económico, se orienta a asegurar una atención prioritaria a los positivos procesos que se están desarrollando en esta dinámica región con notable crecimiento económico y a seguir ampliando la presencia política, económica y cultural de Alemania en la misma. Los Lineamientos patentizan igualmente que el Gobierno Federal propugna de forma sostenida una intensificación de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina.

Con ocasión de la presentación del documento el Ministro Federal de Economía, Guenter Rexrodt, declaró que América Latina se ha convertido en un polo de crecimiento de la economía mundial e instó a las empresas alemanas a no perder el tren de la penetración en los mercados latinoamericanos. Por su parte el Ministro Federal de Cooperación Económica y Desarrollo, Carl-Dieter Spranger, añadio que los éxitos de los países emergentes de América Latina son a la par éxitos de la política de desarrollo, precisando que una vez que se han vuelto a intensificar los flujos de capital privado a dichos países, es preciso contribuir activamente a configurar los procesos resultantes de dicha reactivación.

A efectos políticos el Gobierno Federal considera a los Estados latinoamericanos interlocutores importantes en relación con los temas globales, tales como la no proliferación de armas de destrucción masiva, la política internacional en materia de derechos humanos, la reforma del sistema de las Naciones Unidas y las cuestiones relativas al medio ambiente y el comercio mundial.

El Ministro Federal de Relaciones Exteriores comentó que la creciente integración de la región en el marco del grupo de Río, del MERCOSUR y de otras asociaciones viene redoblando el peso de América Latina a nivel mundial y convierte a los países de la región en interlocutores imprescindibles de cara a la solución de los problemas más acuciantes de nuestro tiempo.

En los nuevos Lineamientos el Gobierno Federal hace especial hincapié en los intereses de la economía alemana en América Latina. Se trata de seguir consolidando la tradicionalmente fuerte posición de las empresas alemanas en los mercados de la región a través de la exportación y de las inversiones y asimismo de participar en la "imponente progresión económica", a cuyo efecto deben realizarse mayores esfuerzos, por cuanto la competencia internacional en los mercados latinoamericanos se ha endurecido.

Aunque las exportaciones alemanas a América Latina aumentaron el año pasado un once por ciento, situándose en 16.500 millones de marcos, y las importaciones desde estos países crecieron un 13,9, alcanzando los 14.100 millones de marcos, durante el periodo de 1986 a 1993 los Estados Unidos de América aumentaron su participación en las importaciones de los países latinoamericanos de un 34,7 por ciento a un 42,7 por ciento, mientras que el porcentaje de Alemania cayó de un 6,6 por ciento a un cinco por ciento. Cerca del 70 por ciento del total de las inversiones alemanas en países en vías de desarrollo se concentra en América Latina, destacando como receptores de los flujos de inversión Brasil, México y Argentina. No obstante, por lo que respecta a las nuevas inversiones durante los últimos años América Latina ha perdido posiciones, situándose por detrás de Asia y Europa oriental.

El Gobierno Federal y las principales organizaciones del sector económico alemán tiene intención de volver a prestar mayor atención a esta importante región en expansión a través de un fomento más activo del comercio exterior, para lo cual Alemania dispone de una tupida red de cámaras de comercio. Por ejemplo, está previsto seguir mejorando los servicios de las cámaras de comercio en el extranjero e intensificar la cooperación y coordinación entre las mismas. La Oficina Federal de Información para el Comercio Exterior va a poner en marcha un servicio especial para América Latina. En especial está previsto fortalecer el fomento de las ferias y exposiciones. Una señal visible de la nueva tendencia será la FEBRAL 95, gran exposición industrial alemana que se celebrará en São Paulo del 27 de noviembre al 3 de diciembre del año en curso y que será inaugurada por el Presidente Federal, Roman Herzog, con ocasión de su visita oficial a Brasil.

E.P. 6/7/95

Alemania recorta el gasto público para mantener inflación

El País 6-7-95

Bonn, jul 5 - El gobierno alemán aprobó hoy el presupuesto federal para 1996 que reducirá el gasto en términos nominales por primera vez en 43 años.

El ministro de Finanzas Theo Waigel, quien ha estado tratando de controlar los recientes déficit de presupuesto desde la reunificación en 1990, se había limitado previamente a realizar cortes en términos reales lo cual significó que el plan no pudo mantener el mismo ritmo de la inflación.

Pero el proyecto de presupuesto para 1996 establece un gasto total de 452.000 millones de marcos (326 mlns de dlrs), un 5,4 por ciento menor al proyectado para 1995, aplicando cortes en los beneficios de desempleo, en las inversiones ferroviarias y en otros sectores.

"Por primera vez desde 1953 habrá cortes nominales", dijo Waigel en una conferencia de prensa. "Estamos utilizando la situación creada por factores económicos favorables para reducir el déficit presupuestario".

Esto fue una referencia a un aumento en los ingresos tributarios que siguió a la recuperación alemana tras una de sus peores recesiones de postguerra. **(Reuter)**

01-01

9509353

TIT. Los alemanes empiezan a preocuparse por la corrupción.

LA NACION

15-07

11876 ✓
500145 ✓
11164 ✓
11426 ✓

Los alemanes empiezan a preocuparse por la corrupción

Por Peter Gumbel

(Redactor de The Wall Street Journal)

BERLIN — La revelación que se hizo esta semana de un escándalo de supuestos sobornos del fabricante automotriz Adam Opel, subsidiaria alemana de General Motors Corp., es sólo el más reciente de una lista cada vez mayor de casos de corrupción en Alemania que causa preocupación entre el gobierno y los ejecutivos industriales.

Nadie dice que Alemania haya llegado a la alarmante situación de Italia, España o Francia, donde en los últimos meses los investigadores han acusado a docenas de altos funcionarios y ejecutivos industriales de fraude y aceptar sobornos. Tampoco está claro si la corrupción en Alemania está creciendo rápido o si los casos simplemente reflejan investigaciones agresivas por fiscales mejor organizados.

Menos tolerantes

Sin embargo, altos funcionarios del gobierno, la policía y ejecutivos industriales dicen que en estos momentos los alemanes son más conscientes y toleran menos los sobornos, fraudes u otros delitos económicos. Según una encuesta que realizó la organización Forsa y que será publicada en la revista *Die Woche* hoy, el 75% de los alemanes cree que la corrupción ha alcanzado un nivel que pone en peligro las empresas y la industria. La semana pasada, la Federación Industrial de Alemania emitió una inusual declaración en que exhortó "a que se seque el pantano de corrupción" con nuevas medidas, incluida la implantación de un código de ética de conducta empresarial.

PRIORIDAD: DEROGAR la ley que permite deducir los sobornos de los impuestos.

Este cambio de actitud ha dado lugar a proyectos legislativos que cubren varias áreas, incluidas leyes recientes formuladas para dar transparencia a los préstamos con que se financian los partidos políticos y una que entró en vigor este año y que establece como delito el uso de información privilegiada en los mercados de valores. Los funcionarios gubernamentales dicen que se espera que en los próximos meses se estudien nuevas leyes para cerrar ciertas áreas grises en la ley.

Una de las prioridades para mucha gente es un cambio en las reglas que permiten que las compañías alemanas contabilicen los sobornos como un gasto deducible de impuestos. El opositor Partido Social Demócrata presiona por un cambio en esa cláusula, que Peter Eigen, presidente de la organización contra la corrupción Transparencia Internacional, describe como "escandalosa".

Udo Mueller, presidente de la Oficina de Fiscalización del estado de Hesse, dice que una razón por la que pueden estar surgiendo más casos de corrupción es la "inflación" en los sobornos. "En los años 50, se ganaba un contrato con invitar al funcionario responsable un par de almuerzos. Ahora hay que pagarle las vacaciones y un abrigo de piel para su esposa", dice Mueller.

No obstante, Mueller calcula que en general "la diferencia entre Alemania e Italia o Francia es que las elites no se están enriqueciendo. Aquí hay sólo pocos casos de ejecutivos de alto nivel". Pero advierte: "Si no hacemos algo ahora, al final nos encontraremos en la misma situación" que los italianos o los franceses.

En los últimos meses, las revelaciones sobre investigaciones, juicios y detenciones vinculados a la corrupción se han hecho cosa de casi todos los días. Muchos casos son relativamente pequeños y sólo involucran licitaciones amañadas de construcción o fraudes relacionados con la privatización de empresas de la antigua Alemania Oriental.

Pero también hay casos importantes que involucran a empresas de envergadura, incluida Siemens AG, que está involucrada en supuestos sobornos en España e Italia, y Deutsche Telekom AG, plagada de facturas fraudulentas en un escándalo sexual-telefónico a principios de este año.

Uno de los más serios involucra al fabricante de maquinaria Mannesmann AG. Su ex presidente, Werner Dieter, está sometido a una investigación penal bajo sospechas de llenarse los bolsillos mediante la concesión de lucrativos contratos a una empresa propiedad de su familia. Dieter niega haber cometido ninguna acción indebida. Pero después de leer el informe de un auditor independiente contratado por la compañía, Dieter renunció al comité de vigilancia de Mannesmann el mes pasado.

Decenas de implicados

En el caso de Opel, filial de GM, los investigadores dijeron esta semana que están investigando 65 empleados o directivos, incluidos dos miembros del comité de vigilancia, y casi 200 más de otras 40 compañías en relación con sospechas de que proveedores sobornaron a directivos de Opel para ganar contratos. Los fiscales informaron el miércoles que investigan específicamente acusaciones de que Peter Enderle, miembro del directorio, contrató para remodelar su casa a la compañía de construcción Hochtief, un proveedor de Opel, y que la factura de esos trabajos se envió a cobrar a Opel.

Pero nadie ha sido acusado y Opel dice que no hay evidencia que haga suponer que altos ejecutivos estén involucrados en acción indebida alguna.

9509353

01-01

9509354
95% de los alemanes condenan pruebas nucleares francesas.
LA MAÑANA
20-07
11876
50014
65963
11895

El 95% de los alemanes condenan pruebas francesas

Continúan las iniciativas de protesta de los países del Pacífico para lograr que Francia desista de su nuevo programa de pruebas nucleares. En Suva, capital de las islas Fidji, se reunió ayer un nuevo comité regional del Pacífico compuesto por los representantes diplomáticos de los países de la región, con la finalidad de estudiar los acciones necesarias para ejercer presión sobre París.

Sidney\ANSA - La radio nacional australiana ABC dijo que el objetivo es elaborar una campaña informativa dirigida a entes internacionales y a sectores de la comunidad francesa, como partidos políticos, organizaciones no gubernamentales y escuelas.

La campaña incluirá artículos en los diarios, exposiciones y anuncios de publicidad a través de los diferentes medios de información.

Además, los ministros del ambiente de los 15 países se reunirán en Canberra el mes próximo para discutir los efectos de las pruebas.

Una nave

En tanto, Nueva Zelanda confirmó el envío de una nave a la flotilla de protesta que se dirige a Mururoa. El Premier Jim Bolger criticó en el Parlamento a su homólogo británico John Major por haberse distanciado de Australia y Nueva Zelanda en la condena de las pruebas.

También le advirtió que el silencio sobre una decisión tan ampliamente condenada provocará dificultades a Londres en la próxima reunión de los jefes del gobierno del Commonwealth en Nueva Zelanda.

Por su parte, la revista alemana Stern distribuirá en su número de mañana tres tarjetas postales para enviar al Presidente francés, Jacques Chirac, que dicen: "Honorable Presidente, en nombre de la región, de los habitantes del Pacífico Sur y de la amistad franco-alemana, le rogamos que renuncie a las pruebas atómicas en al atolón de Mururoa".

20/7 Lotto

Adherentes

La revista publica las fotos de algunos personajes famosos que ya enviaron la tarjeta, como el jugador Juergen Klinsman, la modelo Nadia Auermann, la actriz Geraldine Chaplin y el administrador delegado de la Porsche, Wendelin Wiedeking.

El director de Stern, Werner Funk, afirma que con las pruebas "Chirac enciende nuevos impulsos de sueños de potencia chauvinista" en "un penoso retorno al héroe nacional galo Charles De Gaulle".

Como señal de protesta contra la decisión francesa, el atacante del seleccionado noruego Lars Bohinen, 25 años, se negó a jugar un partido amistoso contra Francia, el próximo sábado, declarándose "contrario por principio a las armas nucleares". Con su acción, el jugador podría ser excluido en forma permanente del seleccionado.

Rechazo alemán

Casi todos los alemanes, el 95 por ciento, están contra los experimentos nucleares que Francia intenta realizar en el Pacífico Sur, según una encuesta realizada por la revista Die Woche.

Además, también el 60 por ciento de los franceses es contrario a las pruebas mientras sólo el 24 por ciento es favorable, se subraya en una anticipación de la revista alemana. La encuesta fue realizada entre el 14 y el 17 de julio por el Instituto Demoscópico "Forsa", entre mil personas en Alemania y 250 en Francia.

Los resultados del sondeo informan también que un francés de cada dos estaría listo a ceder el control de la potencia nuclear de su país a una autoridad europea.

Respecto al recurso al boicot de productos franceses, en Alemania los espíritus aparecen divididos: el 45 por ciento es favorable y el 46 por ciento es contrario.

El margen de error es del 1.5 por ciento para los datos alemanes y del seis por ciento para los franceses.

01-01

9509354

Una cuenta pendiente en la Alemania unificada

Por Angel R. Vega

(Especial para LA NACION)

Diferencias: a casi seis años de la caída del muro, la integración social tarda en concretarse; en el Este preocupa la desocupación y comienza a añorarse el paraguas protector del Estado.

WEIMAR.– La reunificación de Alemania, que reconoce como hitos fundamentales la caída del muro de Berlín y la apertura de las fronteras, el 9 de noviembre de 1989; la unión monetaria dispuesta el 1° de julio de 1990 y la anexión de la antigua República Democrática Alemana a la República Federal de Alemania, parecería tener hoy una materia pendiente: la integración social.

A casi cinco años de la unidad territorial alemana se puede asegurar que no es poco lo que se hizo en los Estados del Este en procura de dar a los visitantes la imagen de una república sin fisuras. Muchos miles de millones de marcos invirtió lo que fue la República Federal para "cambiar la cara" de ciudades que, durante más de 40 años, padecieron la desidia y la falta de recursos del régimen comunista.

Pero la millonaria inversión de los alemanes occidentales no alcanzó para derribar el "muro mental" de por lo menos una generación que sólo conoció y se acostumbró a vivir con una Alemania dividida.

La paridad monetaria, a todas luces voluntarista y con una clara intención integracionista que dispuso el gobierno federal, permitió en un primer momento la cómoda inserción de los ciudadanos del Este en la nueva sociedad germana.

Esa "plata dulce" le permitió a la mayoría de los alemanes orientales satisfacer sus primeras necesidades para equipararse con los del Oeste y, entre los objetivos prioritarios, tuvo preponderancia la renovación de los automóviles.

Tal vez sea en el parque automotor donde no se observan demasiadas diferencias, aunque en los Estados del este alemán circulan todavía los legendarios Travi, cuyo ingreso en las ciudades occidentales está prohibido por las estrictas normas en vigor para preservar el medio ambiente.

Los simpáticos Travi, que en poco tiempo más se convertirán en piezas de colección, eran fabricados en lo que fue la República Democrática Alemana. Su carrocería es de plástico, tiene dos puertas y motor de dos tiempos. No es fácil encontrar uno de esos autitos en buen estado y, según aseguran muchos alemanes, sus dueños los quemaban o los vendían simbólicamente a un marco cuando concretaban la compra del nuevo automóvil.

La desocupación

La euforia o la indiferencia producida por la reunificación dio paso a un problema que hoy no es ajeno a los argentinos: la desocupación.

Por razones fácilmente comprensibles, el mayor índice de desempleo se registra en los cinco nuevos Estados. Si bien el sistema de seguridad social alemán es uno de los más desarrollados en el mundo y el seguro para los desocupados les permite vivir sin sobresaltos, la preocupación de las autoridades se centra en el efecto psicológico que la falta de trabajo provoca en el individuo.

Existe una marcada inquietud porque la nostalgia que ya comienzan a sentir algunos alemanes orientales se refleje próximamente en las urnas y el socialismo radicalizado que reemplazó al viejo Partido Comunista, que en la actualidad alcanza un promedio del 14 %, crezca considerablemente. En definitiva, hay una generación que comienza a añorar la supuesta seguridad que le brindaba un Estado protector, con el que el empleo, si bien no muy remunerativo, no faltaba.

Por ejemplo –según explicó el vocero de la Cancillería de Erfurt– la calefacción de un hospital en el länder de Turingia era atendido por 52 operarios, de los que sólo quedó uno luego de la reunificación.

En el Oeste también

Claro que las quejas no surgen solamente de los alemanes orientales que se sienten, en su mayoría, ciudadanos de segunda. Los occidentales también protestan por la costosa inversión que realizó su gobierno y que, según interpretan, se traduce en los altos impuestos que deben pagar.

En ambos casos, las críticas provienen de esa generación que nació y creció con dos Alemanias. Son los menos de 82 millones de habitantes que están convencidos de que mucho es lo que se ha hecho en estos casi cinco años desde que se concretó formalmente la reunificación y apuestan al crecimiento industrial de Turingia y Sajonia, entre los nuevos Estados, y al desarrollo turístico de las playas del Báltico en Mecklemburgo-Pomerania Occidental para comenzar a revertir la desocupación y despejar el principal escollo que se interpone en la unidad definitiva de Alemania.

1/3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 21 DE SETIEMBRE DE 1995.-

T.I. N° 219/B/95.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

eb

Adjunto elevo a usted el material recibido de una agencia amiga, referente "NECESIDADES INFORMATIVAS SOBRE MIEMBROS DE ETA EN URUGUAY", a los efectos de solicitar a la Sub-Dirección de Interior la información requerida.-

9509356

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

C/C (CG)

Enzo Bado

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

MONTEVIDEO, 21 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted el material recibido por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

C/N (CG)

Juan M. Herrera

22 SET 1995

9509356

al DI y III

001/3

NECESIDADES INFORMATIVAS SOBRE MIEMBROS DE ETA EN URUGUAY

Las necesidades informativas sobre los miembros de ETA en URUGUAY son de gran amplitud. El objetivo de las mismas es determinar los lazos que mantienen con la Dirección, el complejo del Movimiento Liberación Nacional Vasco (MLNV) y otros grupos terroristas. Entre otros puntos se pueden destacar:

- **Actividades económicas que desarrollan.**

Para saber si son autosuficientes y aportan capital a la Organización, o por el contrario todavía son una carga para la misma. También si realizan actividades de exportaciones-importaciones, lo que les puede facilitar las conexiones con otras organizaciones y los traslados de armas o explosivos.

- **Canales empleados para la remisión de fondos en uno u otro sentido.**

Lugares de transferencias, personas que las efectúan, cuentas corrientes, etc...

- **Aparato de falsificación.**

A CANDIDO OSTOLAZA se le considera como el Jefe del mismo y durante la Operación Lagarto se requisaron sellos para confeccionar pasaportes, además de otros materiales necesarios para desarrollar esta actividad delictiva. Por esto existe la posibilidad de que la infraestructura o parte de la misma esté radicada en URUGUAY.

- **Detección de nuevos miembros, permanentes o temporales.**

Al terminarse algunos de los principales santuarios en IBEROAMÉRICA -NICARAGUA y EL SALVADOR-, además de la cooperación de las autoridades mejicanas y venezolanas, está obligando a que algunos miembros de ETA radicados en esos países hayan comenzado a no sentirse seguros -Tratado de Extradición-. Esto puede llevarles a buscar refugio en otros lugares, especialmente donde tienen infraestructura.

- **Fisuras en la unión del grupo residente.**

Sirva de ejemplo lo sucedido en DOMINICANA donde quedan 5 miembros deportados, cuyo Jefe del grupo es EUGENIO ETXEBESTE "ANTXON", que además es la cabeza visible de ETA para cualquier

tipo de conversación. Este núcleo ha sufrido una de las mayores deserciones en la historia de ETA, JUAN MANUEL SOARES GAMBOA, miembro del Comando MADRID -acusado de más de 20 asesinatos- pidió al Consejero de Interior vasco le ayudase a salir de la casa -donde vivía con sus compañeros- y de isla inmediatamente. Ya está ante la Justicia española a petición propia.

Este hecho, que podemos llamarlo efecto GAMBOA, está dando sus frutos. En MEXICO unos doce individuos, relacionados con ETA, se han acercado a personal de la Embajada para ver la posibilidad de su reincorporación a la sociedad.

En VENEZUELA está ocurriendo algo similar.

Dado que aquí existe un grupo importante podría ocurrir alguna rotura de la unidad, circunstancia que sería de gran interés.

Hay noticias, sin confirmar, que existen algunas divergencias entre MIKEL IBAÑEZ y el resto. Una de las razones puede ser que su esposa tiene, pendiente con la Justicia, causas similares a las suyas, lo que podría llevarla a una absolución o una pronta reinserción, convirtiéndolos en ciudadanos normales que podrían regresar a su tierra natal.

- **Llamadas internacionales que han realizado y realizan a cualquier país del mundo.**

  Son de gran importancia y pueden dar pistas que lleven localizar a la Dirección de ETA o algún correo que les sirva de enlace. (Facturas de Lutel)

- **Posibilidad de que efectúen algún contacto con otros grupos terroristas, especialmente árabes.**

  No existe constancia de que hayan colaborado en ningún tipo de atentado, pero no se debe de olvidar que se han entrenado juntos en LIBIA, YEMEN, LIBANO, etc.., por lo que no se puede descartar que un día pudieran hacerlo.

- **Actualización de datos, domicilios, vehículos, teléfonos.**

- **Cualquier otro dato que esa DGID considere oportunos.**

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

E.E.I. Nº 55/995.-

FECHA: 20/SET/995.-

REFERENCIA: Elecciones parciales Universitarias.

ORIGEN: Dpto. I (Int.)

DIFUSION: Dpto. III

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA: El próximo 05/OCT/995. se llevarán a cabo elecciones parciales en la Universidad de la República. En estas deberán votar docentes. egresados y estudiantes. entre las listas que se presenten.

E.E.I.: Se solicita:

- Listas de todas las Facultades y Escuelas Universitarias. de los distintos órdenes: docentes. egresados y estudiantes.

PLAZO:

1/1

[illegible]
[illegible]

E.E.I. 6

FECHA:

REFERENCIA:

ORIGEN:

DIFUSION:

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA:

E.E.I.:

PLAZO:

001/2

Partido Comunista cumple 75 años

El Partido Comunista del Uruguay (PCU) cumple 75 años este viernes. Por esa razón, la Secretaría de Propaganda del sector convoca a todos los comunistas uruguayos para el acto de aniversario que se realizará a las 20 horas del viernes en el ex Control Goes (General Flores y Carlos Reyles). En la ocasión, actuaría Omar Molina, El Trío y Eduardo Darnauchans. El jueves, a las 20 horas, la dirección del PCU tomará un primer contacto con la prensa en el local de la Cooperativa Bancaria.

LA Rep. 18/9/95

002/2

9509359

M E M O R A N D U M No.950235.---/Fecha:.21/SET/95..

I: ASUNTO: FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES.(REFERENCIA PIE Nro.85/95)

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: T E X T O:

Se adjuntan nombres de integrantes del Claustro de la Facultad de Ciencias Sociales e integrantes de la Asamblea General del Claustro.

00 / 3

V: DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE
m.a.

21/9/95
Dpto. I
950545

2 4

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ASAMBLEA GENERAL DE CLAUSTRO

- BIGA, Rafael (CBM)
- CIRIGLIANO, Alejandro (CP)
- HERNANDEZ, Mariana (S)
- PIÑEYRO, Rafael (CBM)
- ROMANO, Gabriel (S)

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

CLAUSTRO DE FACULTAD

- ABDALA, Ernesto (S)
- ACOSTA, Patricia (S)
- ALDABALDE, Lucia (CBM)
- BARRENECHE, Jorge (S)
- BELO, Victor (TS)
- BERISSO, Sandra (CP)
- BERMUDEZ, Abel (CBM)
- BLEZIO, Sebastián (CBM)
- CARDOZO, Santiago (S)
- CASTRO, Valeria (TS)
- CORREA, Sandra (CBM)
- COSTA, Milton (TS)
- CRAIGDALLIE, Juliana (CP)
- CRUZ, Pablo (S)
- DELGADO, Richard (S)
- DUTRENIT, Washington (CBM)
- FERNANDEZ, Gisli (TS)
- GARRIDO, Leandro (CBM)
- IBARRA, Luis (CP)
- LLAMOSA, Rossana (CP)
- MARTINEZ, Mariela (TS)
- MENDEZ, Pablo (TS)
- MISA, Gustavo (S)
- MOREIRA, Fernanda (CBM)
- MORELLI, Graciana (TS)
- PEDROVICH, Silvana (S)
- PINART, Mariana (CBM)
- PORZEKANSKY, Rafael (S)
- RADACOVICH, Rosario (S)
- SOSA, Julio (S)

3/3

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 124/995.

AGENCIA:	EMINT
FECHA:	20 SET. 95.-
REFERENCIA:	OMITIDO.-
ORIGEN:	EMINT.-
AREA/PAIS:	FUERZAS ARMADAS / BRASIL.-
DIFUSION ANTERIOR:	NEGATIVO.-
DISTRIBUCION:	DGID - A-II - E-II - ARCHIVO.-
ANEXOS:	"ALFA".-
TEXTO:	Se adjunta artículo publicado en "DEFENSE NEWS" del 04/IX al 10/IX/95 en Anexo "ALFA".-

Capitán de Navío (CG)..........................
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

21 09 de 1995
95093.62
SDI
A sus efectos

ONE ON ONE

Benedito Leonei

Brazilian Minister of State for Defense



Gen. Benedito Leonel, Brazil's minister of state for defense and chairman of the joint chiefs of staff, is playing a key role in reorienting the Brazilian armed forces to work effectively despite serious budget cuts.

Leonel, who joined the new Brazilian Cabinet in January, has assumed military leadership at a difficult time as the new government of President Fernando Henrique Cardoso has continued tough austerity measures. While improving the country's economic outlook, the austerity program has helped cut the defense budget in half over the past five years.

In the course of a 36-year military career that included a stint as an antiaircraft instructor, Leonel rose through the ranks to become the Army's top officer before assuming the position of minister of state. A native of Piraju, Sao Paulo, he is the father of three children.

Leonel also plays a key role chairing an interagency group now studying the creation of a Ministry of Defense for Brazil. Currently the joint chiefs of staff, composed of members from the different Brazilian military services, is largely responsible for carrying out national defense policy.

During a visit to the United States, Leonel spoke to Staff Writer Philip Finnegan about ways the Brazilian military is seeking to alleviate financial problems by focusing on key procurement [illegible]ities.

Q. The United States is reviewing its arms export policy to South America, examining whether restricting the sale of advanced aircraft such as the F-16 is appropriate. Would you like to see these restrictions lifted?

A. In the arms trade today, there are several European countries, along with Russia and China, that are offering equipment, so the United States [alone] cannot restrict [arms to the region.] There is also a natural restriction on arms sales because armed forces in the region have limited resources due to budgetary problems. The U.S. restrictions do not play a major role. We can get equipment from other countries.

Q. In light of the budgetary problems that you face, what is your top procurement priority?

A. [illegible] budgetary cuts over the past five years, we have had great difficulties in modernizing our equipment so our approach has been to establish special niches of modernization.

They include: electronic warfare, ground-to-ground missiles, armored cars, field artillery, coastal artillery, command and control, communications and intelligence equipment.

Q. Where does your search for a new tank stand?

A. We cannot buy heavy tanks because the country's bridges and roads would limit their use to only certain regions of the country.

Q. You now have an offer from the United States to lease 91 M60A3 tanks. Where does your decision stand on whether to lease excess M60A3s or to purchase excess Leopard I tanks from Belgium?

A. We inquired about the M60A3, but we did not have an answer for a long time. Other interested countries were more forthcoming.

Q. Has Brazil made a decision?

A. We have had a technical decision for the Leopard I tank. The offer was more forthcoming, much faster. We are awaiting the end-user certification from Germany, which originally provided the tanks to Belgium. We cannot make a final decision because if there is any problem, we must come to the market again.

Q. How many tanks will you receive from Belgium?

A. It will be 70 or 80 tanks.

Q. With this strain on budgetary resources, why is it important to move ahead with the purchase of tanks?

A. Our tanks are very old. We do not want to increase our combat power. We just want to replace older equipment.

Q. Where do your plans stand on the upgrade for the 56 F-5 fighters in your Air Force?

A. The Air Force has been in touch with companies in a few countries. There has been a decision to modernize the F-5. This would include avionics and structural improvements.

Q. Have you made any decision on whether to upgrade the Mirage III aircraft in the Air Force?

A. There has been no decision yet, but it would be similar upgrades.

Q. Traditionally the Brazilian military has provided considerable support for the Brazilian aerospace industry. With the budget cutbacks for defense, is that suffering?

A. Yes, of course. [An example is the Piranha missile], the project has been developed but there has been no production.

Q. Was the U.S. rejection of the Empresa Brasileira de Aeronautica S.A. (Embraer) entry of the Super Tucano for the Joint Primary Aircraft Training System a blow to Brazilian industry?

A. As a Brazilian, I am disappointed. It is a blow, though not a decisive blow. I am still convinced it [the Super Tucano] was the best aircraft.

Q. How much has the Brazilian defense budget and the size of the armed forces come down in recent years?

A. The defense budget has been cut by approximately 50 percent over the past five years, but the armed forces have been basically kept the same size.

Q. That must put a very tight squeeze on funds available for modernization?

A. Yes it does. That is why we have established niches of modernization.

Q. Does this present problems in combating the illegal drug trade?

A. In Brazil we have special law enforcement units equipped to do that because there is a danger of contamination [if the military gets involved in combating the drug trade.]

Nevertheless, we have been supporting these units by providing intelligence, transport, armament and training. Direct action [by the armed forces] can be authorized in specific cases if ordered by the president.

Q. Is Brazil planning to increase its role in peacekeeping?

A. Yes. We are sending 1,200 troops to Angola [to help stabilize the country after a civil war].

Q. Are there specific types of equipment that Brazil would like to receive as excess from the United States?

A. With the strained budget, it is not something we are interested in.

MINISTERIO ... 25 SET. 1995 Motivo ... 9509378

P. 231

Montevideo, Jueves 21 Setiembre 1995

##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) COLAGEL S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramirez 1490) Continúa el conflicto reclamando sus operarios la reapertura de la Planta Industrial.
(14-Jun-994, inicio del conflicto)

B) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Se mantiene el conflicto en defensa de la fuente laboral y de la Industria Nacional.

* C) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL, RAMAS Y AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) Realizan Paros de 2 horas por turno y los fines de semana 2 Paros de 15' por turno.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CATASTRO -A.F.CATASTRO- Prosiguen atendiendo al público tres horas diarias de las cinco que normalmente trabajan.
22-SETIEMBRE: hora 13.00' Asamblea.

Poco legible

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) HOY, no se atiende público realizándose solamente el trabajo interno sin tomar audiencias. Esta medida se repite los días 25 y 28-Setiembre. 22-26-29-SETIEMBRE se atiende al público, no realizándose trabajos internos, pero si tomando audiencias. 27-SETIEMBRE Jornada de difusión con [illegible] Policiales.
Por su parte, los Médicos Peritos Forenses (66 Médicos en todo el País), realizan HOY un Paro Nacional de 24 horas.

F) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) 28 y 29-SETIEMBRE, 2 y 3-OCTUBRE Paros Rotativos Parciales y Zonales.

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY A.F.P.U.- En pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS, estudiándose futuras movilizaciones.

H) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-Setiembre se encuentran realizando un Paro Activo hasta tanto no sea aprobada por el Poder Ejecutivo y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro.

* UNTMRA Ampliación- HOY el sector Metalúrgico efectúa un paro de 12 a 17 hs. con Asamblea. 27-SETIEMBRE [illegible]

9509378

I) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (Ana M. de La valleja 2239) Por incumplimientos salariales desde el mes de Febrero, los Médicos se encuentran en conflicto. Cabe agregar, que dicho conflicto se mantiene en la Sociedad Central Médica de Mercedes 1531.

J) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS S.U.N.C.A. (Yí 1538) Por haberes atrasados, continúan - OCUPADAS las obras de Rbla. República del Perú 1519 y 1523, desde el pasado 16-JUL-995.-

K) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIDU -A.F.MIDU- (Av.Garibaldi 2594) Se LEVANTO la "Huelga de Hambre" prosiguiendo la OCUPACION.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO DE ESTADO CI-- VIL -A.F.R.E.CI.- En el día de ayer se realizó el - PARO de 24 horas. Para HOY hora 12.30' Asamblea General en local de Av.Uruguay 933 para tratar el tema de mejoras presupuestales.-

M) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL M.G.A.P. -Sector: INSPECCION SANITARIA- HOY, PARO de 24 horas. Estudian - otro para la semana entrante de 48 horas de no tener - respuestas satisfactorias a sus demandas.

N) UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA -U.T.C.- (Av.Uruguay - 805) En el día de ayer los empleados de la Línea 121 - (Pocitos-Punta Carretas) realizaron un Paro en solidaridad con el Guarda Winston SILVA, persona esta que - hiriera de bala a un "Punga" el pasado 18-Setiembre. Dichos empleados se mantienen en alerta a la espera de la Resolución Judicial.-

Ñ) FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE -F.F.OSE.- (D.F.Crespo 2256) HOY, en el Interior del País realizan Asamblea con Paros por horarios, donde se trataría además la instrumentación de una Huelga.

O) UNION DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS -U.T.H.C.- HOY hora 10.00' conjuntamente con los gremios de Salud Pública y Privada realizarán una CONCENTRACION - en la Explanada de dicho Hospital, realizándose a la - vez un Paro de actividades a partir de la hora 09.30' hasta las 11.30'.-

M.D.N. - [illegible] GRAL.
Montev[illegible] 20 SET de 1995
N° 9509378 20995
[illegible] 6to
para su conocimiento
[illegible]
Observaciones:

002

9509378

###

II)- INFORMACION GREMIAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MUTUALISTA MIDU: En la Asamblea -ha realizarse en la fecha, se analizará la fórmula mediadora del Representante Nacional por el Encuentro Progresista Sergio CID, lo que ha motivado el levantamiento en la noche de ayer de la -Huelga de Hambre que se venía llevando desde el pasado 12-Se--tiembre por parte de un funcionario y dos ex-funcionarias.
Entre los puntos de dicha fórmula, se prevée establecer un criterio de rotación entre la gente que pase a Seguro de Paro, comprendiendo un 10% como máximo de trabajadores por turno. Esta medida será aplicada por 60 días, período en que la Comisión integrada por representantes de la Patronal, Gremio, Salúd Pública (Ministerio) y Presidente del PIT/CNT, negociarán sobre distintos aspectos referidos a las dificultades por la que atraviesa MIDU. Cabe agregar, que se mantiene la OCUPACION.

###

III)- INFORMACION ESTATAL

FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE: En el día de ayer se realizó la Asamblea Abierta en el Edificio Central de dicho Organismo, iniciándose la misma próximo a las 09.30' con una concurrencia de 100 personas aproximadamente, los que portaban pancartas donde rezaba: "NO A LA REBAJA SALARIAL", "POR PRESUPUESTO". De acuerdo a manifestaciones de Dirigente, se ratificó la medida -de ocupación del local Central por 24 horas, agregando que a la hora 13.00' se efectuaría una reunión en el MTSS con las futu--ras autoridades de OSE. Posteriormente, a las 15.30' se realizó una Asamblea informándose lo tratado en dicha Secretaría de Estado, por lo que resolvieron mantener el PARO de 24 horas, levantando la ocupación una vez finalizada la Asamblea.-

##

IV)- **INFORMACION DEL INTERIOR**

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU -Movilización de Judiciales-

En el día de ayer (20) funcionarios Judiciales de dicho Departamento realizaron un Paro Parcial desde las 15 a 17.00 Hs. sin la atención al público.-

DEPARTAMENTO DE SALTO -Movilización Agropecuaria-

Desde dicho Departamento se hace saber, que días atrás en la sede del Club Chaná se llevó a cabo una reunión, congregándose un total aproximado a las 50 personas -todos, Productores Agrícolas de Salto- habiéndo sido invitado especialmente Aramis SILVA -Presidente de la Sociedad Agricola de Joanicó- persona esta que tiempo atrás efectuara una "huelga de hambre" en reclamo de reivindicaciones y en defensa de la educación. En dicho evento, se resolvió la creación de un denominado "COMITE DE MOVILIZACION EN DEFENSA DE LA PRODUCCION AGROPECUARIA NACIONAL" el que tiene como objetivos: -Evitar por Ley las Ejecuciones Judiciales, -Rebaja de las tasas de interés, -Créditos inmediatos para la reconversión, -Revisión de la política económica, etc. En la sesión realizada en la noche de ayer - y que contó con la presencia del Intendente Municipal y Representante Nacional por el Frente Amplio, la Junta Departamental recibió a los integrantes de dicho Comité e importante número de Productores, quienes plantearon los problemas de endeudamiento y comercialización que estan pasando. Posteriormente, la Junta Departamental aprobó una moción por unanimidad en la que expresa: se gestione una entrevista urgente con el Directorio del Banco de la República y solicitar al Intendente Municipal que informe personalmente de la situación al Sr. Presidente de la República.-

004/4 9509 78

8 4/24

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

Nro. 38/95

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS

DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

PERIODO DEL 12 DE SETIEMBRE AL 19 DE SETIEMBRE DE 1995.-

001/24

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISIÓN
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN ÁREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 38/95 190800P SET 95

SITUACIÓN INTERIOR

1.- COMPONENTE SOCIAL

a.- Árenas radiactivas en Atlántida.-

La Dirección de Tecnología Nuclear aseguró que la composición de las arenas extraídas del balneario Atlántida no representan ningún peligro para la población aunque analizarán la muestra de Omar MEDINA. (LA REPUBLICA - 14/IX/95).-

b.- Cuatro zaireños detenidos en barco ruso.-

Cuatro zaireños están confinados a bordo de un buque mercante de bandera rusa surto en el Puerto de Montevideo, sin que se sepa, a ciencia cierta, cuál es el motivo por el que se dispuso su reclusión. Según lo informado por el Prefecto del Puerto de Montevideo, Capitán de Navío (CG) Alberto BRAIDA, que recogió la versión suministrada por el Capitán del buque, estas personas viajan de polizonte. Obreros uruguayos que trabajan en cubierta del barco, dijeron que los prisioneros forman parte de la tripulación. Según declaraciones de Homero RODRIGUEZ, Secretario de Mundo Afro, se realizaron gestiones telefónicas ante la Embajada de Zaire en Buenos Aires. (LA REPUBLICA - 16/IX/95).-

c.- Hospital Filtro.-

Varios heridos de bala en los incidentes del Hospital Filtro, del 24 de agosto de 1994, entre ellos Esteban MASSA, el enfermero del SEMM, y Mónica RAMIREZ entablarán por primera vez contra el Estado sendas demandas de reparación patrimonial en virtud del "daño moral" infligido, por un monto que ronda en cada caso un máximo de 50.000 dólares. (LA REPUBLICA - 14/IX/95).-

2.- COMPONENTE POLÍTICO

a.- Insurrección de izquierda

La izquierda planeó una insurrección en caso de que las FFAA desconocieran triunfo electoral del FA en los comicios de 1971. (BUSQUEDA - 14/IX/95).-

3.- COMPONENTE MILITAR

a.- Denuncia del Senador Luis E. MALLO.-

Robos por más de dos millones de dólares que tuvieron lugar este año, en el Puerto de Montevideo, fueron denunciados por el Legislador Luis E. Mallo. (Ver Anexo "ALFA").-

Una difícil situación interna en la Armada: "sector molesto" por un artículo incluido en Presupuesto" (Ver Anexo "BRAVO").-

MALLO ratificó denuncias: dentro del puerto se producen irregularidades y los ovnis no son los responsables. A su entender, la situación involucra a la Administración Nacional de Puertos, Dirección Nacional de Aduanas y la Prefectura Nacional Naval. "Los tres podrán salir inocentes y vestidos de blanco, por el hecho es que en el recinto portuario ocurren hechos irregulares y a mí no me corresponde señalar a los culpables".(LA REPUBLICA - 19/IX/95).-

Las denuncias del senador Luis E. MALLO sobre robos e ilícitos en el puerto de contenedores de Montevideo, de los cuales responsabilizó al personal de Prefectura, motivó una indignada reacción en la Marina. Mientras algunos Oficiales pedirían la formación de Tribunal de Honor, otros iniciarían acciones penales.
El Contraalmirante Francisco PAZOS, Prefecto Nacional Naval, solicitó al C/N Alberto BRAIDA que le presente un detallado informe de la situación de la Fuerza. (LA REPUBLICA - 17/IX/95).-

El Senador Luis E. MALLO dijo que no había "acusado ni injuriado a persona alguna", con las denuncias que realizó en el curso de la exposición que brindó el 15/IX/95, en el Parque Hotel, y que si existía "malestar" en filas de la Marina Nacional, como lo pudo comprobar, esa situación no había sido creada por sus declaraciones, sino por el propio Poder Ejecutivo, al remitir incluida en el Proyecto de Presupuesto una reforma de la Ley Orgánica de la Armada que modifica el sistema de ascensos a los cargos superiores de la Fuerza.-
(EL PAIS - 18/IX/95).-

El Subprefecto del Puerto de Montevideo y otros cinco Oficiales ya pidieron someterse a Tribunal de Honor. (Ver Anexo "CHARLIE").-

b.- <u>Ascensos en la Armada</u>.-

A pedido del Herrerismo, la Comisión de Presupuesto de Diputados desglosó todo el capítulo referente a los ascensos en la Armada Nacional, dejando su tratamiento para después de aprobada la ley presupuestal del quinquenio.-
(EL OBSERVADOR - 15/IX/95).-

c.- <u>M.D.N. bajó en un 33% su Presupuesto</u>.-

Los efectivos militares disminuyeron desde 1985 a la fecha un 18,20%, pasando de 39.793 a 32.549 y los gastos totales del M.D.N. bajaron, en el mismo período, del 13.42% a 9,81% del Presupuesto del Estado, según la información brindada por el Ministro Raúl ITURRIA y sus asesores al Parlamento.
La reducción de participación en el gasto total de la Administración continuaría, en el actual proyecto presupuestal, situándose en el 8,69%.
(EL PAIS - 16/IX/95).-

d.- <u>Presencia de Uruguay en misiones de paz</u>.-

Un documento elaborado por el departamento de Defensa de Estados Unidos destacó la contribución de las Fuerzas Armadas uruguayas en las Misiones de Paz de las Naciones Unidas. Allí se señala que Uruguay tiene 850 militares en Angola, un grupo de

observación en la frontera de India y Pakistán y participa en las maniobras navales de Unitas 94.
(EL OBSERVADOR - 13/IX/95).-

e.- Cargo de confianza para Inteligencia.-

El gobierno propuso en el Presupuesto que el cargo de Director Nacional de Información e Inteligencia Policial sea un cargo de particular confianza.
El Herrerismo, la Unión Colorada y Batllista (UCB) y la Cruzada 94 pusieron reparos a la propuesta del Ministro del Interior, Didier OPERTTI.
El Diputado del Herrerismo, Jaime TROBO, advirtió que sería "muy peligroso" que el cargo lo desempeñara un civil, aunque no descartó apoyar la norma siempre que el Director Nacional de Información e Inteligencia fuera un Oficial de Policía u Oficial retirado.
(EL OBSERVADOR - 14/IX/95).-

f.- Policías irán a Córdoba donde hubo acción similar a la de Colonia Miguelete.-

El Ministerio del Interior podría resolver en breve el envío de funcionarios policiales a la provincia de Córdoba para establecer si la banda de delincuentes desarticulada allí es la misma que protagonizó el copamiento de la comisaría de Colonia Miguelete y el posterior ingreso a la sucursal del Banco República. Los delincuentes argentinos consumaron hace pocos días un hecho de idénticas características en Luque una pequeña localidad alejada de grandes centros poblados, lo cual teóricamente les facilitó la escapatoria.
La organización delictiva dominó y desarmó bajo amenazas de muerte a los cuatro efectivos que se encontraban al frente del destacamento policial, tras lo cual algunos de sus integrantes acudieron al banco de donde se llevaron 400.000 pesos argentinos.
La modalidad utilizada en Luque, y su similar situación geográfica con Colonia Miguelete, no pasó inadvertida para los investigadores uruguayos que siguieron de cerca el caso y estuvieron en todo momento en enlace con sus pares argentinos, comunicación que se acentuó cuando se procedió a la captura de los autores del doble copamiento.
(EL PAIS - 17/IX/95).-

g.- Hospital Policial.-

El Poder Ejecutivo "subsidiaría" con una partida de $ 20.000.000 para paliar el déficit del Hospital Policial estimado en $ 1.200.000 mensuales.
El Ministerio del Interior ordenó una auditoria técnico-médico y otra contable con el apoyo del Tribunal de Cuentas, para "identificar de modo sistemático e imparcial las causas que motivaron esa situación y removerlas".
OPERTTI adelantó que básicamente ese déficit se genera por la contratación de servicios externos al hospital, a través de la realización de actos médicos que se prestan por personal que no reviste en la propia institución; además existen carencias en la adquisición de medicamentos y en aspectos que hacen a la prestación de servicios médicos, muchos de los cuales se contratan con terceros.
(EL PAIS - 17/IX/95).-

h.- Aumentaría 12% el Salario Real Promedio de Policías

A partir del 1º de enero los Policías tendrán una recuperación promedio del salario real del 12%, de prosperar en el Parlamento el proyecto de Presupuesto que elaboró la administración SANGUINETTI.
Asimismo, para enero de 1999, los funcionarios policiales tendrán una recuperación del 40% del poder adquisitivo de sus salarios.
La recuperación salarial prevista para el próximo año en los grados más bajos del escalafón de la Policía se ubica en el 17%, mientras que para los grados más altos será del 8,5%.
La iniciativa presupuestal además incorpora para la fijación del salario la canasta familiar, con un costo de U$S 6.500.000 anuales, y una prima por riesgo del 12%, que beneficiaría a 21.700 funcionarios. (EL PAIS - 17/IX/95).-

i.- Ejército.-

CURUTCHET comprobó que los cascos azules uruguayos se aprestan ahora a afrontar la etapa "más delicada" de su misión en Angola.(Ver Anexo "DELTA").-

j.- Nuevo perfil a Escuela Militar regional.-

El Departamento de Defensa de Estados Unidos se pronunció a favor de mantener abierta la Escuela para las Américas, una institución cuestionada durante las dictaduras latinoamericanas de la década de los 70 por ser formadora de Oficiales que participaron en violaciones a los derechos humanos.
Al definir su estrategia futura para el continente americano, el Departamento de Defensa consignó en un documento que la Escuela para las Américas "ha contribuido significativamente a una mejora del profesionalismo de las Fuerzas Armadas de América Latina y ha sido factor clave de la estabilidad democrática".(EL OBSERVADOR - 15/IX/95).-

k.- ADES recibió nuevas unidades de salvamento.-

La Asociación Honoraria de Salvamentos Marítimos y Fluviales (ADES) al conmemorarse el 40 Aniversario de su fundación presentó a las autoridades nacionales, departamentales, y público en general las dos nuevas unidades de salvamento recientemente recibidas.
Dichas embarcaciones procedentes de la Royal National Lifeboat Institution de Inglaterra, especialmente construidas para operaciones de salvamento todo tiempo, comenzarán a prestar servicios a la brevedad.
Las mencionadas unidades son: ADES 14, del tipo "SOLENT" de 14,5 mts. de eslora y 27 toneladas, contando con equipamiento especial de comunicaciones y navegación.
ADES 13 "AGUSTIN CARLEVARO" de tipo Rother de 12 mts. de eslora y 13 toneladas, contando igualmente con equipamiento especial. (EL PAIS - 15/IX/95).-

l.- El Estado fue demandado en U$S 2:.-

Un estudiante del curso de Ingeniero Mercante que dicta la Escuela Naval inició un juicio contra el Estado -representado por el Ministerio de Defensa

Nacional- reclamando una indemnización por daños materiales y morales de dos millones de dólares, al haber sido dado de baja por las autoridades del organismo porque no saludó a un Teniente.
Previamente el actor había obtenido que el Tribunal de lo Contencioso Administrativo (TCA) declarase la nulidad de la sanción recibida.
(EL OBSERVADOR - 16/IX/95).-

4.- **COMPONENTE MARÍTIMO**

a.- Navegabilidad del Río Uruguay.-

La Comisión Técnica Mixta de Salto Grande se reunirá con los miembros de la Comisión Administradora del Río Uruguay con la finalidad de analizar diversos temas de interés común.
Los representantes de Salto Grande procurarán profundizar las acciones para restablecer la navegabilidad del río y de esta manera, reactivar los puertos de Salto y Paysandú que han sido objetivos establecidos desde que la actual delegación, asumió sus funciones.
(EL PAIS - 13/IX/95).-

b.- Hidrovía.-

Presidente de la CARU cuestionó las denuncias de Argentina sobre supuesta violación de Uruguay al Tratado de la Hidrovía. (Ver Anexo "ECHO").-

c.- Hidrovía Paraguay-Paraná.-

El Proyecto de la Hidrovía Paraguay-Paraná apunta a afianzarse en la región con consenso de los cinco gobiernos y ambientalistas. (Ver Anexo "FOXTROT").-

d.- Puerto de Nueva Palmira.-

El Presidente del Directorio de la Administración Nacional de Puertos, Ing. Eduardo ALVAREZ MAZZA, expresó sorpresa y cautela respecto de los artículos insertos en el proyecto de ley de Presupuesto que habilitarían el traspaso a Zonas Francas del puerto de Nueva Palmira actualmente en la órbita de la empresa portuaria estatal.
Explicó el jerarca que durante cinco años de gestión se procuró cumplir una estrategia, plasmada en la ley 16.246, que apuntó a desarrollar el puerto de Montevideo y todos aquellos que se le asignen a la ANP. (EL PAIS - 15/IX/95).-

EXTERIOR

1.- ARGENTINA.-

a.- Ofensiva por el Petróleo de Malvinas.-

El Gobierno lanzará en los próximos días un paquete de medidas destinadas a movilizar a la opinión pública en favor de la posición argentina en las negociaciones por el petróleo en la aguas de las islas. Las principales medidas son las siguientes:

- Entrega a cada uno de los extranjeros que ingresan por año al país, de una tarjeta ilustrada como un mapa de las Malvinas y con un mensaje del Presidente Carlos MENEM. "Las Islas Malvinas forman parte irrenunciable de la soberanía argentina (dice el mensaje en las tarjetas) serán reincorporadas al territorio nacional y sus habitantes, por ser argentinos, tendrán las más amplias perspectivas de desarrollo económico, político, social y cultural. La nueva realidad internacional exige que ingresemos al siglo XXI sin ningún vestigio colonial."
- Convocatoria del Consejo Nacional Justicialista al resto de los partidos políticos a firmar una declaración de reafirmación de los derechos argentinos y de rechazo de la eventual licitación unilateral Kelper.
- Gestiones del Partido Justicialista (PJ) ante los miembros de la Internacional Demócrata Cristiana a favor de la búsqueda de luna negociación por la soberanía. Actualmente, el PJ es observador en esa internacional. (CLARÍN 12/IX/95).-

El Consejo Legislativo de las Malvinas "aprobó" el 14/IX el preacuerdo entre Argentina y Gran Bretaña sobre la búsqueda del petróleo en la totalidad de las aguas que rodean a las Malvinas. La aprobación (los Kelpers tienen el poder de veto) fue lograda en una sesión de urgencia celebrada el 14/IX en Puerto Argentino. Sus líneas generales serían las siguientes:

- Creación de una Comisión argentino-británica para llamar a una licitación conjunta en dos zonas de cooperación que se crearán en la parte occidental de las Malvinas.
- Cobro de una regalía (aunque el Gobierno se niega a usar esta palabra por sus implicancias jurídicas) por el petróleo que eventualmente se extraiga en las aguas orientales de las Malvinas donde la licitación será realizada por los Kelpers sin participación argentina. A cambio, el Gobierno se comprometería a

protestar pero no a intentar bloquear la convocatoria Kelper.

- Creación de nuevas fórmulas jurídicas de resguardo de la soberanía (llamadas "paraguas", en la jerga diplomática) para que el acuerdo no tenga implicancias sobre los reclamos de soberanía de ambas partes.
- Reapertura de las negociaciones por la pesca del calamar (el principal ingreso actual de los Kelpers), que se encuentran interrumpidas desde el año pasado, y firma de un acuerdo para evitar la depredación en la llamada milla 201, en aguas internacionales. (Ver Anexo "GOLF").-

Los británicos pusieron como condición que el acuerdo tenga ratificación parlamentaria, a fin de darle continuidad en el tiempo más allá de los cambios de gobierno. Como no se puede eludir al Congreso, el Presidente Carlos MENEM decidió encarar personalmente el debate que sobrevendrá dentro y fuera del oficialismo. En realidad, no sólo es un requisito británico, sino también de las petroleras internacionales que necesiten de seguridad jurídica y política como para encarar las grandes inversiones que requiere la búsqueda de hidrocarburos. El preacuerdo implica que el Gobierno proteste pero no intente bloquear, con medidas del proyecto de Eduardo MENEM, la convocatoria de los Kelpers. (CLARÍN 15/IX/95).-

b.- Embargo más flexible.-

El Gobierno británico, por primera vez desde la guerra de Malvinas de 1982, flexibilizó el embargo militar que mantiene sobre la Argentina y permitió a la Empresa Rolls Royce que ofrezca repuestos destinados a la Armada para las turbinas de seis Fragatas misilísticas. Las Fragatas están fuera de uso por falta de repuestos. La decisión se vincula con el interés británico de participar en la privatización de los Aeropuertos argentinos. (CLARÍN 14/IX/95).-

Los Kelpers permitieron que el primero de octubre próximo viajen a las Islas los familiares de la tripulación de un avión Lear Jet de la Fuerza Aérea Argentina que fue derribado durante la guerra de las Malvinas y encontrado el año pasado en la Isla Borbón. Los familiares, que fueron autorizados a viajar por razones humanitarias pese a que se mantiene la prohibición de visitar las Islas a los argentinos, podrán partir desde Río Gallegos o Punta Arenas, en uno de los vuelos regulares que una empresa privada chilena mantiene con las Islas. (CLARÍN 15/IX/95).-

c.- Fragata "Libertad": paseo por el Támesis.-

La Fragata "Libertad" realizó la semana pasada la primera visita del Buque Escuela de la Armada a Londres, tras la guerra de Malvinas. (CLARÍN 18/IX/95).-

d.- Enojo militar con los Chilenos.-

De muy buena relación en los últimos años, los militares de Argentina y Chile comenzaron a mirarse de reojo desde el 10/IX cuando la prensa chilena afirmó que el Tte. Gral. Martín BALZA había decidido enviar al General BOSSI para participar de los actos conmemorativos del sangriento golpe militar que el 11 de setiembre de 1973, encabezó el Gral. Augusto PINOCHET. El General argentino llevaba, de parte de BALZA un cuchillo para regalarle a PINOCHET, además de una esquela en la que el Jefe del Ejército se excusaba por no poder participar, el 18 y 19 de este mes, de los festejos por el Día del Ejército chileno. "El día y la hora de esta reunión la decidieron los chilenos. Algunos de nosotros pensamos que no fue una casualidad que, justo, coincidiera con el Aniversario del golpe", reflexionó un militar argentino. (CLARÍN 12/IX/95).-

El 12/IX se dio a conocer la tajante desmentida del Jefe del Estado Mayor del Ejército, Tte. Gral. BALZA, que calificó de "errónea" y "tendenciosa" la versión. BALZA aseguró que la presencia del Secretario General del Ejército Argentino, Gral. Ernesto BOSSI en Chile el día 11/IX se debió a que tomó parte en actividades relacionadas con la Conferencia de Ejércitos Americanos, que se realizará en San Carlos de Bariloche en noviembre. (CLARÍN 13/IX/95).-

e.- ASTIZ quiere justicia.-

El Capitán de Fragata Alfredo ASTIZ recurrió a la Justicia para denunciar la agresión sufrida el primero de este mes, cuando un ex detenido-desaparecido durante los años de la represión ilegal lo trompeó mientras aquel esperaba un colectivo que lo llevara al cerro Catedral en Bariloche. La semana pasada, ASTIZ viajó a Bariloche con un grupo de amigos para radicar la denuncia en un Juzgado penal contra el atacante que habría sido identificado como Alfredo CHÁVEZ. (CLARÍN 16/IX/95).-

f.- Adiós a los últimos Conscriptos del mar.-

Los últimos soldados que cumplieron con el Servicio Militar obligatorio en la Marina fueron despedidos el 15/IX por el Presidente Carlos MENEM, durante una

ceremonia realizada en el Edificio Libertad en la que se conmemoró el 50 aniversario del Centro de Reservistas Navales. (CLARÍN 16/IX/95).-

g.- CAMILION levanta vuelo.-

El Ministro de Defensa Oscar CAMILION pudo evitar una reducción del 30% en el presupuesto militar para el ano que viene y, además, obtuvo garantías de que Gendarmería y Prefectura seguirán bajo su órbita y no pasarán a depender de la Secretaría de seguridad. (CLARÍN 17/IX/95).-

h.- Peligra el envío de una Misión.-

El envío de 300 militares a Angola en una Misión de Paz de la ONU corre serio peligro de frustrarse por la decisión de la Cancillería de no aportar los fondos para los viáticos de las tropas del Ejército y la Marina. En un último intento por destrabar el conflicto, Defensa utilizó un argumento que sería contundente para convencer a la Cancillería. Los hombres de Oscar CAMILION recordaron que Cancillería tiene un presupuesto de 60 millones de dólares para financiar las operaciones de paz. Y en lo que va del año se gastó alrededor de 35 millones. Ese dinero se utilizó para financiar a las tropas argentinas en Croacia. Pero esos casi 900 militares estarán de regreso en pocos días más por lo que, dice Defensa, aún existe bastante dinero en Cancillería para concretar el viaje a Angola. (CLARÍN 18/IX/95).-

i.- Iberia vendería Aerolíneas.-

El grupo público espanol Teneo, propietario de la Empresa Iberia, estaría preparando la venta de la totalidad de las acciones, el 85%, que posee en las Companías Aerolíneas Argentinas y su filial Austral. Los posibles compradores que se mencionan serían la empresa norteamericana American Airlines y la brasilena VASP aunque los especialistas recuerdan que también estuvo interesada en las dos aerolíneas de la Argentina, la companía alemana Lufthansa. (CLARÍN 16/IX/95).-

j.- Gobierno analiza aplicación de otro indulto.-

El Presidente Carlos MENEM estaría dispuesto a probar, otra vez, la efectividad de una polémica herramienta par avanzar en lo que él define como "pacificación nacional": fuentes políticas y militares confirmaron que el Gobierno analiza la posibilidad de un nuevo indulto, esta vez para beneficiar a los militantes del Movimiento Todos por la Patria (MTP), que el 23 de enero de 1989 atacaron el Regimiento de La Tablada, y a los militares

carapintadas que el 03 de diciembre de 1990 protagonizaron un levantamiento armado contra el Gobierno. (CLARÍN 17/IX/95).-

k.- YPF disputa primer puesto en venta de gas.

La empresa más grande de Argentina quiere copar el mercado brasileño. El negocio demanda 4 mil millones de dólares de inversión. Las exportaciones comenzarían en el año 2002. En su primera charla con la prensa a cinco meses de estrenar el cargo, Nells LEÓN indicó la pauta de su estrategia: integración vertical y horizontal. Ese entrecruzamiento significa más de lo mismo y negocios nuevos. Insistir en lo de siempre pero con socios de todo el mundo y en paisajes poco conocidos: explorar en Venezuela, producir en Bolivia, sacar barriles en el Golfo de México o sumar reservas en el corazón gasífero de Dallas. Dinero no les falta. Lo nuevo es más énfasis en la petroquímica y una apuesta: ser el primer proveedor latinoamericano de gas. Si se les cumple, los metros cúbicos les ganarán a los granos. Serán el principal rubro de exportación de Argentina. (CLARÍN 18/IX/95).-

l.- Ignoran una salida al Pacífico.-

Luego de varios viajes experimentales, Ferronor S.A., empresa de ferrocarriles de Chile y el Ferrocarril Belgrano de Argentina pusieron en marcha el Expreso Resistencia, que ya circula semanalmente entre el Puerto y Zona franca de Iquique (Chile) y el Puerto de Barranqueras (Chaco) sobre el río Paraná. (Ver Anexo "HOTEL").-

m.- Cuando exportar es la idea fija.-

Las exportaciones chubutenses aumentaron el 62,1 % en el primer cuatrimestre del año en relación con igual período de 1994. El dato ubica a esta Provincia en el primer lugar en la Patagonia y el cuarto en el país, detrás de Buenos Aires, Santa Fé y Córdoba, que son consideradas las "grandes exportadoras" de la Argentina. (Ver Anexo "INDIA").-

2.- BRASIL.-

a.- Aprueban indemnizar a familiares de Desaparecidos.-

La Cámara de Diputados aprobó un proyecto de indemnización para los familiares de los desaparecidos durante la dictadura militar, pero rechazó modificaciones que hubiesen permitido esclarecer las circunstancias en que se registraron los hechos y determinar quiénes fueron los

responsables. (CLARÍN 15/IX/95).-

b.- Brasil rumbo a la recesión.-

La mayoría de los analistas brasileños sostiene, sin demasiadas dudas, que Brasil se está deslizando en estos momentos por el camino de la recesión. Economistas de la prestigiosa Fundación (de investigaciones) Getulio VARGAS prevén una caída significativa del 3% en el Producto Bruto Interno en los próximos doce meses. (CLARÍN 17/IX/95).-

c.- Arsenal de los Narcos de Río.-

La policía de Río de Janeiro tiene nuevos motivos para preocuparse: según un informe dado a conocer el 16/IX, los traficantes de drogas de la Capital carioca están protegidos por modernos chalecos antibalas y cuentan en su poder con sofisticadas armas con miras de rayos láser. Investigaciones oficiales indicaron que los miembros de las bandas de traficantes de Río de Janeiro negociaron recientemente la adquisición de un lote de protectores por 145 dólares la unidad con la exportadora estadounidense Frontier International Florida y están a la espera de 10.000 más, en una inversión cercana al millón y medio de dólares. Tanto los chalecos antibalas como las armas ingresaban, al parecer, a través de la intermediación de un comerciante de automóviles lujosos que tiene negocios en Uruguay, identificado como Renato RAMOS VILLELA, y por un ex agente de la policía militar, Tenir DE SOUZA COMITRA. (CLARÍN 17/IX/95).-

d.- Investigan infiltración senderista.-

La presencia de senderistas peruanos en las actividades del Movimiento de campesinos Sin Tierra (MST), es investigada por dos organismos del Gobierno brasileño y por agencias locales de Inteligencia que reciben colaboración de la Policía de otros países.
Al menos doce miembros de Sendero Luminoso, ya identificados, participan en reuniones del MST.
Uno de los supuestos senderistas, según la información que es manejada en Brasil, sería instructor en tácticas de guerrillas de los campesinos brasileños sin tierra que asisten a una escuela de tácticas militares que el MST tiene en el municipio de Cazador, estado de Santa Catarina.
La misma metodología, según los análisis, ya habría sido adoptada por movimientos como el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), de México, que a principios de 1994 sorprendió al mundo al protagonizar una revolución en el estado de Chiapas.

y por la Unión Ruralista Nacional Guatemalteca.-
El Gobierno de Argentina , según las mismas informaciones, ha detectado grupos de campesinos que actúan con la misma metodología en el norte del país, principalmente en las provincias de Salta, Jujuy y Santiago del Estero.
Interrogado por la supuesta infiltración de Sendero Luminoso uno de los coordinadores del MST, Joao Pedro STEDILE, negó cualquier vinculación y aseguró que dicha versión circulaba ya con el anterior Gobierno brasileño, que presidió Itamar FRANCO.
"La Secretaría de Asuntos estratégicos (SAE) del Gobierno de FRANCO ya había investigado la denuncia de que teníamos una escuela donde impartíamos tácticas para la guerrilla, pero el Almirante Mario César FLORES (entonces director de la SAE) quedó convencido que no tenemos absolutamente nada de eso. (EL OBSERVADOR 19/IX/95).-

3.- INTERNACIONALES.-

a.- <u>PINOCHET reiteró ataques contra la Dirigencia política.-</u>

El Gral. Augusto PINOCHET llamó el 11/IX de "asesinos" a los derrocados en el golpe militar que encabezó el 11/IX/73, cuyo 22° Aniversario demostró el 11/IX la profunda división que aún causa entre los chilenos. La habitual tensión que despierta en Chile el Aniversario del golpe, se acentuó por una puja cívico-militar por reformas constitucionales y la resolución de los juicios por violación a los Derechos Humanos. La tibia respuesta del Gobierno a los dichos de PINOCHET y de HUIDOBRO surgió de boca del portavoz oficial, José Joaquín BRUNNER, quien sostuvo que el 11/IX era un día "de reflexión dedicado a la reconciliación. "No queremos ser llevados a una polémica que en nada contribuye a despejar los fantasmas del pasado, que no miran hacia el futuro con generosidad y enjuician permanentemente el pasado". (CLARÍN 12/IX/95).-

Los disturbios en Santiago por el 22° Aniversario del golpe militar continuaron y se acentuaron hasta la madrugada del 12/IX: un joven de 16 años murió acribillado a balazos. Hubo también media docena de heridos y 169 detenidos, además de cuantiosos daños materiales por las manifestaciones callejeras en diferentes zonas de la ciudad.
La réplica no se hizo esperar, Camilo ESCALONA, Presidente del Partido Socialista, sostuvo. "El que se presume hoy vencedor no es sino la expresión de la soberbia arrogante de quien usó la fuerza de manera implacable. No podemos seguir aceptando la falacia de que asistimos hoy al dilema de una

civilidad que no es capaz de asumir que hay un Ejército vencedor. ¿De qué victoria están hablando? ¿A qué Ejército vencieron ? ¿Al de los detenidos desaparecidos?. (CLARÍN 13/XI/95).

El Gral. Augusto PINOCHET volvió el 13/IX a abrir fuego sobre el Gobierno exigiendo en tono amenazante "el olvido". es decir una ley de punto final como la "única solución" para resolver la crisis cívico-militar en que está sumergido el país. (CLARÍN 14/IX/95).-

b.- Pugna Cívico-Militar.-

El Presidente Eduardo FREI advirtió que "Chile pagará muy caro si no logra la reconciliación nacional", que se fijó como una de las metas políticas centrales de su Gobierno y un "imperativo ético" para todo el país. En una entrevista publicada el 17/IX en la Capital trasandina, el Mandatario insistió en sus propuestas de reconciliación enviadas al Congreso, resistidas por los militares, la oposición derechistas y hasta por la Corte Suprema. (CLARÍN 18/IX/95).-

c.- Chile fabricará Cohetes militares.-

La Empresa militar chilena FAMAE firmó con la británica Royal Ordnance un acuerdo de cooperación para producir el sistema de artillería Rayo, que contiene 24 cohetes de 160 milímetros. La revista "Jane's Defence Weekly" del 13/IX, explicó que bajo los términos del contrato, que tiene una duración de 36 meses, serán producidos y cualificados alrededor de 200 cohetes (que tendrán un alcance de hasta 40 kilómetros), un lanzador completo y un sistema de control de fuego. El sistema comprende un cohete de 160 milímetros, el lanzador, el sistema computarizado de control de fuego y el transporte del lanzador, un camión Mercedes Benz 6x6, aunque el sistema puede acoplarse a cualquier otro vehículo. El cohete Rayo tendrá una cabeza de alta explosividad basada en el proyectil L15 de la Royal Ordnance, con un detonador colocado cerca de la nariz del proyectil, parte de la producción se realizará en Chile y parte en el Reino Unido. (CLARÍN 14/IX/95).-

d.- OVIEDO hace política y desafía al Poder.-

El Jefe militar quiere ser Presidente en 1998. Realiza una abierta campaña proselitista violando la Constitución. Para ello utiliza su gran influencia y el temor que su poder provoca. La Constitución paraguaya es clara: los militares en servicio no pueden realizar actividades políticas. Pero con la

presidencia entre rejas, el polémico Gral. Lino OVIEDO parece importarle poco lo que ordena la Carta Magna. Y los Magistrados y Legisladores se ven entre un mar de dudas y temores a la hora de cuestionar al influyente Jefe del Ejército. (CLARÍN 18/IX/95).-

e.- Estrategia norteamericana para Latinoamérica.-

El Departamento de Defensa estadounidense dio a conocer el 11/IX su futura estrategia frente a Latinoamérica, que incluye el fortalecimiento del control de las autoridades civiles sobre los militares y el mantenimiento de la polémica Escuela de las Américas, cuna de la doctrina de la seguridad nacional. El Subsecretario de Defensa para Asuntos Internacionales, Joseph NYE, dijo que "América Latina no representa una amenaza militar para los Estados Unidos, ni siquiera en el caso de Cuba". (CLARÍN 12/IX/95).-

Capitán de Navío (CG).....................

Francisco VALIÑAS
Jefe de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

015 950[illegible]

En Alegato Contra Reforma de Ley Orgánica de la Armada

DENUNCIAN ROBOS Y RECLAMOS AL PUERTO POR MAS DE U$S 2:000.000

Robos en el Puerto de Montevideo por más de dos millones de dólares, en el correr de este año, fueron denunciados por el senador Mallo, al hacer referencia a la misión de vigilancia de la Prefectura Nacional Naval y a la proyectada reforma de la Ley Orgánica de la Armada, en Seminario sobre el Presupuesto.



Hablando en un Seminario sobre el Presupuesto, el senador Mallo realizó sorpresivas denuncias de robos en el Puerto de Montevideo y dijo no tener compromisos con el proyecto remitido por el Poder Ejecutivo.

Demandas judiciales en trámite contra la Administración de Puertos por más de un millón y medio de dólares, como consecuencia de robos de mercadería concretados este año en el Puerto de Montevideo, y la reciente desaparición de electrodomésticos importados por un valor de U$S 850.000, en el mismo recinto, fueron anunciadas por el senador de Manos a la Obra, Dr. Luis Eduardo Mallo, en el curso de un duro alegato en contra de la reforma de la Ley Orgánica de la Armada Nacional, que viene incluida en el proyecto de Presupuesto Quinquenal remitido por el Poder Ejecutivo y que está a estudio del Parlamento.

Mallo responsabilizó de esos hechos a la mala vigilancia del recinto portuario, que está a cargo de la Prefectura Nacional Naval, en la exposición que realizó ayer, en el Parque Hotel, en el curso del Seminario "Presupuesto, organización y gestión del Estado", promovido por el Instituto Fernando Otorgués y la Fundación Friedrich Ebert (FESUR), con los auspicios de la Intendencia Municipal de Montevideo.

El legislador nacionalista compartió un panel político donde se debatió el tema del Presupuesto Nacional, con los senadores Luis Hierro López (Foro Batllista) y Danilo Astori (Asamblea Uruguay) y el diputado Iván Posada (Nuevo Espacio).

Al término de su intervención de 20 minutos amplió, a EL PAIS, el contenido de su denuncia sobre los robos en el Puerto de Montevideo y las consecuentes demandas que están en trámite contra el Estado.

"NINGUN COMPROMISO"

Con referencia al proyecto de Presupuesto Nacional remitido por el Poder Ejecutivo, Mallo precisó que los legisladores del Partido Nacional no habían sido consultados en su elaboración y que, en consecuencia, no tenían "absolutamente ningún compromiso político con el mismo".

Señaló que la iniciativa "no comprende todo lo que estaría obligado a comprender y contiene lo que está prohibido contener".

"Se tendría que incluir en el Presupuesto Quinquenal la totalidad de la Hacienda Pública y no veo para nada cómo se administran, destinan o controlan, por ejemplo, las utilidades de Salto Grande, que unos dicen que son U$S 50.000.000 y otros que son 200.000.000 dólares", expresó, como ejemplo de lo que falta en el Presupuesto.

En cuanto a los contenidos prohibidos, reafirmó —citando al catedrático Justino Jiménez de Aréchaga— que las leyes presupuestales solamente pueden contener asuntos de esa especialidad. "Se nos dijo que nos refugiamos en el purismo jurídico, porque oponemos la objección formal para no opinar sobre el fondo de las cuestiones", dijo Mallo y agregó, a continuación, que esa crítica no le podía alcanzar en esta oportunidad.

"LEY ORGANICA DE LA ARMADA"

Como ejemplo de algo que no debía de haber sido incluido en el Presupuesto, el senador nacionalista puso las normas que modifican la Ley Orgánica de la Armada, porque expresó, "no solamente quebranta el orden normativo sino que es gravemente inconveniente para la República y para sus Fuerzas Armadas".

Explicó, acto seguido, que la estructura orgánica de la Armada Nacional se compone de cuatro cuerpos: un cuerpo general preparado para el combate y la conducción, un cuerpo de administración, un cuerpo técnico (máquinas, electricidad e ingeniería) y el cuerpo de la Prefectura.

Indicó que —en la actual organización— solamente puede acceder a los mandos superiores de la Armada aquellos oficiales que pertenecen al cuerpo general, que son aquellos que "han recibido la enseñanza adecuada".

Con la proyectada reforma "se rompen esas divisiones y cualquiera de los integrantes de los cuerpos puede llegar a la Comandancia en Jefe de la Armada".

Mallo manifestó que no veía adecuado, justificado y con fundamento, que se rompa la división existente. "Yo no me voy a referir a la condición de las personas, estos puntos deben tratarse de manera impersonal, es una manera de contribuir a la cultura y a la civilización política", expresó, antes de aludir concretamente a la situación de la Prefectura, a la cual se le abre la posibilidad de acceso a los cargos superiores de la Marina.

ROBOS Y DEMANDAS

"La Prefectura tiene el contralor, y la policía de las costas y la policía del Puerto de Montevideo. Pues bien, en este año ya hay en los juzgados pertinentes en marcha demandas que las tendremos que pagar todos, contra la Administración Nacional de Puertos por U$S 1.589.124,70 por robos en el puerto", denunció.

"No me parece que esta sea una condecoración para quienes tienen a su cargo la vigilancia del puerto", comentó Mallo, y agregó que el 11 de este mes, aparecieron en el recinto portuario, vaciados y rellenos con bolsas de productos químicos, dos contenedores cuyos propietarios denunciaron electrodomésticos importados por un valor de U$S 850.000.

EN LOS JUZGADOS

El senador Luis Eduardo Mallo amplió estas denuncias a EL PAIS, indicando las carátulas y los juzgados donde se encuentran radicados los reclamos de los damnificados por estos robos contra la Administración Nacional de Puertos, que es la responsable de las mercaderías depositadas en la terminal marítima capitalina.

En el Juzgado en lo Contencioso Administrativo de Primer Turno, se tramita un reclamo de Alianca da Bahía contra la ANP por U$S 269.582; en el Juzgado en lo Contencioso de 2º Turno un reclamo de Cromas SRL contra Montemar y la ANP por U$S 327.104,90; en el Juzgado en lo Civil de 2º Turno un reclamo de Royal Insurance contra la ANP y Montemar por U$S 266.437,00, y por último otro de Sun Alliance contra Montemar y la ANP por U$S 706.000,80.

Estos juicios fueron iniciados en el correr de 1995.

Según Mallo, en el Puerto de Montevideo opera una organización delictiva que cuenta con elementos apropiados para trasladar, abrir y vaciar contenedores y volverlos a dejar en condiciones, sellados y pintados, de regreso en el recinto portuario.

016.

950 3370

Anexo "BRAVO"

El comandante del arma, vicealmirante Raúl Risso, regresaría de inmediato al país

Una difícil situación interna en la Armada: "sector molesto" por un artículo incluido en Presupuesto

Una situación calificada como de "nerviosismo" reinaba ayer en varias dependencias de Prefectura Nacional Naval, donde se ha gestado "una situación de asamblea" de la que participaría la mayoría de los oficiales del cuerpo.



Ministro de Defensa Nacional, Raúl Iturria: la interna de la Armada deberá motivar una inmediata intervención del secretario de Estado.

■ La situación que se vive tuvo su origen en las declaraciones formuladas el pasado jueves por el senador nacionalista Luis A. Mallo (Manos a la Obra) durante un seminario organizado por el Instituto Fernando Otorgués, centro de estudios vinculado a la presidencia del Frente Amplio, con el apoyo de Fesur.

El parlamentario realizó graves acusaciones contra el personal dependiente de la Prefectura a los que acusó de estar involucrados en robos por más de dos millones de dólares de mercadería depositados en el puerto de Montevideo.

Ayer informamos sobre la posibilidad de que un alto número de oficiales "solicitaran la formación de un Tribunal de Honor a la vez que otros pedirían autorización a sus mandos para querellar por injurias al senador Mallo".

LAS RAZONES PROFUNDAS

Un alto oficial naval que accedió a conversar con LA REPUBLICA a condición que se preservara su identidad aportó información sustancial que permite comprender la raíz del asunto.

Según nuestra fuente, "el origen del problema tiene razones mucho más profundas que las que pudieran apreciarse a simple vista.

Las mismas tienen que ver con el papel que cumple la Marina y el que le corresponde cumplir a Prefectura.

Esta última tiene funciones de policía de mar tanto en aguas territoriales como en la franja costera.

Es usual que la fuerza realice acciones contra civiles —detenciones, allanamientos, investigaciones de hurtos y hasta partes de accidentes— pero nadie parece haberse dado cuenta que en un régimen democrático el que un funcionario en estado militar detenga a un civil constituiría un escándalo político.

Al igual que en la mayoría de los países, la Prefectura Naval debería depender del Ministerio del Interior".

El oficial aseguró que "esto ha creado malestar en la fuerza. Hace algún tiempo EEUU donó algunas lanchas patrulleras para que participaran, entre otras cosas, del combate al narcotráfico.

LANCHAS QUE NO LLEGARON

Evidentemente eran para Prefectura, pero resulta que la Marina se las apropió y las tiene cumpliendo no se sabe qué clase de misión por el río Uruguay.

Otra situación preocupante es lo que acontece con los destacamentos de Rocha y Punta del Este.

Allí Prefectura tiene una función fundamental que es la preservación de la vida en el mar.

Sin embargo, Rocha no tiene ni un barquito y en Punta del Este les sacaron hace casi un año la lancha ROU 70 y la tienen fondeada en Montevideo pudriéndose. Pero la Marina sale a hacer onerosos ejercicios con efectivos de otros países y realiza operaciones contra buques pesqueros que serían de responsabilidad de Prefectura".

ASPECTOS PRESUPUESTALES

Como lo informábamos ayer, la Ley Orgánica de la Armada establece que sólo pueden acceder al grado de oficiales almirantes los integrantes del Cuerpo General, lo que, de acuerdo a varias fuentes navales consultadas, genera la existencia de verdaderas castas dentro del arma.

Sin embargo, en el proyecto de Presupuesto Quinquenal Nacional, actualmente a estudio parlamentario, en el inciso 03 correspondiente al Ministerio de Defensa, se incluye una modificación al artículo 19 de la Ley 10.808 (Orgánica de la Armada) que amplía el abanico de oficiales elegibles para el cargo y mejora sustancialmente el escalafón interno.

La propuesta elevada por el comandante en jefe de la Armada, vicealmirante Raúl Risso, al ministro de Defensa Raúl Iturria, e incluida por éste en el Presupuesto, es considerada como "muy positiva" por varios niveles del arma, menos en el Cuerpo General, que perdería los privilegios de los que goza.

Las fuentes consultadas estimaron que la actitud del senador Mallo "sería un golpe por elevación contra el comandante Risso propiciado por oficiales de marina integrantes del Cuerpo General".

A su vez, mostraron sorpresa "porque el ministro Iturria integra el mismo sector que el senador Mallo.

Lo lógico hubiera sido que ante un hecho de tal gravedad como el denunciado en el puerto de Montevideo se lo llamara a Sala y no parece razonable que todo quedara como una declaración más, hecha pública en un organismo vinculado al Frente Amplio".

INTERNA AL ROJO VIVO

Algunos oficiales se han sentido descolocados después de hecha pública la información porque se ha evidenciado un estado de virtual insubordinación al mando.

Los servicios de inteligencia del arma habrían entrado en acción ayer buscando detener el torrente de contactos telefónicos entre los apostaderos de Prefectura y a la vez lograr identificar a los presuntos líderes del movimiento.

Aunque no se pudo confirmar tal información, nuestras fuentes no descartaron que "el comandante en jefe de la Armada retorne rápidamente del exterior para hacerse cargo de la situación".

"LA REPUBLICA" - 18/IX/95.-

B - 1

El presidente de la República, Julio Sanguinetti, respaldó al comandante en jefe de la Armada

Seis altos oficiales pidieron tribunal de honor

Una alta fuente vinculada a Presidencia de la República informó anoche a este matutino del "pleno respaldo de Sanguinetti al comandante en jefe de la Armada Nacional, vicealmirante Raúl Risso", pero negó declaraciones en torno a la problemática que afecta a la Armada "para no politizar un tema que debe ser resuelto en su ámbito natural".



Risso en el momento de asumir, muy lejos de la crisis actual.

Se supo que la Comisión de Defensa del [illegible]o, que se reunió en la víspera pero no tra[illegible]amento, solicitará la presencia del legislador nacionalista Luis Mallo para conocer más detalles de su denuncia.

Por su parte, los directores de la Administración Nacional de Puertos reclamaron al parlamentario de Manos a la Obra que aclare el tenor de sus denuncias.

Ayer se supo que el subprefecto nacional de la Prefectura Naval, capitán de fragata Renee Fernández, y otros cinco altos oficiales con destino en el puerto de Montevideo ya solicitaron a su mando la formación de un tribunal de honor ante las declaraciones del señor Mallo, según confirmaron a **LA REPUBLICA** fuentes integrantes del arma.

Como lo exige la tradición naval, ante un hecho presuntamente irregular o delictivo cometido en dependencias a su cargo, los oficiales asignados solicitan la formación de un tribunal de conducta para despejar todas las dudas.

Sin embargo, han comenzado a trascender públicamente algunas diferencias sustanciales que hacen a la organización de la Armada Nacional y al uso de sus recursos.



Plana mayor de la Armada Nacional, encabezada por el vicealmirante Risso.

Esta se compone en total de unos 5.000 efectivos y poco más de 600 oficiales. De ese total de funcionarios navales, unos 2.200 pertenecen a Prefectura Nacional Naval, casi la mitad.

Pero la distribución de la oficialidad es muy desigual: 500 forman parte de la Marina y sólo 120 integran la Prefectura Nacional Naval.

LOS RECURSOS DILAPIDADOS

Tiempo atrás el "Rou 24 Comandante Pedro Campbell" fue remotorizado a nuevo, invirtiéndose una cifra estimada en cinco millones de dólares. Algunas fuentes vinculadas al arma estimaron que el barco no vale esa cantidad.

Poco después se le destinó el remolque de un dique ubicado en el puerto de La Paloma. El "Campbell" desplaza 1.200 toneladas, la misma cantidad que el dique, sólo que éste no tiene las formas hidrodinámicas que sí tiene la nave y según se explicó a **LA REPUBLICA** "es como tironear una caja de zapatos de 1.200 toneladas en el mar". Como resultado de esa acción los motores nuevos fueron actualmente dañados aunque el barco aún puede navegar.

A fines de 1991, la Armada Nacional compró en Chile el remolcador "San José" en una cifra cercana a los 150.000 dólares. El navío fue traído a nuestro país por sus propios medios, realizó un solo viaje de servicios en auxilio del "Rou 24 Pedro Campbell" y en este momento está fondeado en el puerto de Fray Bentos a la espera de ser desguazado.

CON TRES DIAS DE COMBUSTIBLE SE ARREGLA UN MOTOR

Tiempo atrás este matutino daba cuenta de las dificultades que tenía el apostadero naval de Punta del Este cuando en plena temporada debió auxiliar a una delegación de almirantes del Comando del Atlántico Sur con barcos privados porque no se disponía de una embarcación oficial.

La lancha "Rou 70", asignada a la Prefectura del balneario, sufrió la rotura de los desgastados motores cuando los oficiales a bordo los forzaron para concurrir rápidamente al rescate de tres pescadores que finalmente se ahogaron en la desembocadura de la Laguna de José Ignacio el año pasado. Las fuerzas vivas de ese departamento han reclamado insistentemente la presencia de un barco de auxilio para preservar la vida en el mar. Durante el pasado mes de enero se envió a la patrullera "Paysandú", pero al finalizar el primer mes del año el navío regresó a su base.

Ahora, ante la preocupación sobre el uso de los recursos, se pudo determinar que la reparación de los motores de la "Rou 70" costaría unos 50.000 dólares. Las fuentes consultadas informaron que las fragatas que patrullan el mar territorial consumen unos 18.000 dólares diarios de combustible.

En tanto que en la cuenta destinada a "salvaguarda de la vida en el mar" que maneja la Prefectura Nacional Naval habría en este momento unos 250.000 dólares depositados.

Curutchet comprobó que los cascos azules uruguayos se aprestan ahora a afrontar la etapa "más delicada" de su misión en Angola

Luanda (por Mercedes Sayagues, especial para "Búsqueda"). Las misiones de paz reportan ingresos importantes al Uruguay a través de la mayor remuneración del personal, que es gastada 80 por ciento en el país, afirmó el teniente general Juan C. Curutchet durante su reciente visita a los cascos azules uruguayos en Angola. No obstante, advirtió Curutchet, el desgaste del material es pagado por las Naciones Unidas con mucho retraso y calculando tasas diferentes.

En julio, la ONU informó públicamente que por falta de fondos no podía continuar reembolsando a los países que contribuyen con efectivos y material a las fuerzas de paz. Esto alarmó a países como Zimbabwe, que estaba a punto de enviar un batallón a Angola, y demoró su partida hasta recibir seguridad de que continuarían los pagos.

La ONU tiene problemas crónicos en sus pagos cuando los países miembros demoran sus contribuciones. La nueva realidad en la división internacional de trabajo posguerra fría es que los países ricos pagan a los países pobres para que estos contribuyan con tropas a las misiones de paz.

El Uruguay tiene un batallón de unos 830 cascos azules en la misión de verificación de la ONU en Angola, conocida como Unavem 3.

"La logística en esta misión es muy difícil por los caminos y puentes destruidos y la cantidad de minas", dijo Curutchet. Consideró que el estado sanitario es en general bueno, con 30 casos de malaria y un hombre quemado con combustible que será dado de alta en una semana.

En el orden anímico, el comandante dijo que naturalmente, después de cuatro meses, se sienten el desarraigo y la ausencia, pero apuntó que 30 por ciento desea prolongar su estadía otros seis meses. "Mi visita buscó acortar el tiempo y la distancia para la tropa", dijo.

En su viaje de dos días a la provincia central de Huambo, el general visitó el campamento central y las cinco bases en el interior, con 120 hombres cada una. Ahora comienza una de las etapas más delicadas del proceso de paz en Angola, ya que a fin de mes estarán prontas las primeras dos zonas de acantonamiento adonde las fuerzas del movimiento rebelde Unita deben enviar sus tropas y entregar sus armas, bajo la supervisión de los cascos azules uruguayos.

"Si la primera etapa de instalación, reconocimiento y patrulla fue más peligrosa, esta es más delicada —afirmó Curutchet—. Los uruguayos representan la seguridad y protección de Unita cuando entreguen las armas."

Recalcó que se ha desarrollado una relación fluida con Unita, evidenciada en la calurosa recepción, que incluyó danzas típicas, en la base de Qubala. "La mayor dificultad estriba en ganarse la confianza con neutralidad —dijo Curutchet—. Ayuda la idiosincrasia del uruguayo, que se integra fácilmente, la facilidad de comunicación entre español y portugués, y que el Uruguay carece de antecedentes coloniales en Africa."

Hasta ahora, 6.700 soldados uruguayos han participado en misiones de paz internacionales (la cifra incluye algunos que han salido más de una vez).

Curutchet destacó que esta participación trae beneficios a nivel personal, con mejores ingresos aunque sea por un breve lapso. "A nivel profesional, es una experiencia importante vivir en condiciones casi bélicas, con un mando más independiente y mayor libertad de acción que en el propio país, lo que equivale a formación en iniciativa y mando. A nivel nacional, esta participación contribuye al protagonismo del país en la busca de soluciones de paz", dijo.

A la pregunta de si las misiones de paz, al recaudar ingresos adicionales para las Fuerzas Armadas, son una razón más para mantener el Ejército, Curutchet afirmó que la existencia del Ejército se justifica "por su primera misión de defender la soberanía, la independencia y la vigencia de las instituciones". Destacó además que "las Fuerzas Armadas proporcionan educación, trabajo y salud a sus efectivos, y contribuyen al desarrollo a través de obras de utilidad pública".

"Nuestro Ejército no es caro —defendió Curutchet—. Lo que es caro es el reclutamiento, ya que hay que pagar a todos sus efectivos. En los países con conscripción obligatoria a los reclutas se les paga un viático pequeño y se ahorran salarios."

"BUSQUEDA" - 14/IX/95.-

D - 1

Presidente de la CARU cuestionó las denuncias de Argentina sobre supuesta violación de Uruguay al Tratado de la Hidrovía

"La imputación que formula el Dr. Jorge Alvarez —presidente de la Cámara Naviera Argentina— en cuanto a que nuestro país no reconoce la vigencia del decreto argentino Nº 1772/91 y por ende el Protocolo Adicional en materia de Cese Provisorio de Bandera al Acuerdo de Santa Cruz de la Sierra, debe ser encarada a la luz de los regímenes estatutarios aplicables a los cursos fluviales correspondientes", dijo a Búsqueda el presidente de la delegación uruguaya ante la Comisión Administradora del Río Uruguay (CARU), embajador Edison González Lapeyre.

Frente a afirmaciones contenidas en una carta que Alvarez dirigió al jefe de la delegación de su país en el Comité Intergubernamental de la Hidrovía (ver Búsqueda Nº 807), González Lapeyre señaló que la norma permite que un buque de matrícula argentina pueda enarbolar una *bandera de conveniencia*, por ejemplo panameña, en un régimen provisorio en que cesa su propia bandera, y conservar todas las ventajas y derechos que tendría un buque con pabellón argentino.

"Cuando el gobierno argentino promulgó hace cuatro años este decreto, como presidente de la delegación nacional ante la CARU expresé que no podía aplicarse al Río de la Plata y al Río Uruguay, en atención a lo dispuesto en materia jurisdiccional por el Tratado del Río de la Plata de 1973 y el Estatuto del Río Uruguay de 1975", precisó.

La afirmación se fundamentó en que, "conforme al Derecho Internacional Marítimo y a las normas correspondientes a esos Tratados, el régimen jurídico de un buque sólo puede estar *determinado* por la bandera efectivamente enarbolada. Formulada la interrogante al gobierno argentino a través de su delegación ante la CARU el presidente de la delegación de ese país informó que la Cancillería Argentina compartía la opinión que sosteníamos. El decreto sólo era aplicable en aguas bajo la jurisdicción exclusiva de Argentina".

Posteriormente los cinco países se vincularon al Acuerdo de Santa Cruz de la Sierra y sus protocolos adicionales, que incluye el Protocolo de Cese Provisorio de Bandera y contempla, sólo para el corredor fluvial, lo dispuesto en el decreto.

González Lapeyre entendió que si bien para Uruguay la hidrovía Paraguay-Paraná comprende sólo el tramo en el Río Uruguay hasta el Puerto de Nueva Palmira (del km 0 al 5 aproximadamente, de una extensión total de 3.400 km), "en ese trayecto se produce una colisión de normas entre lo establecido en el Estatuto del Río Uruguay y lo dispuesto en el decreto y el Protocolo Adicional de Cese Provisorio de Bandera que le da poder vinculatorio".

"Hasta no lograrse un acuerdo para conciliar las normas en conflicto, en ese tramo pueden producirse situaciones en las que la autoridad uruguaya se vea en la dificultad de reconocer la vigencia de las normas frente a lo dispuesto en el Estatuto del Río Uruguay que no admite este tipo de situaciones."

El jerarca informó que Uruguay planteó a Argentina una vía de solución, la cual es considerada por las autoridades de ese país.

020

9509379

Especialistas de ONGs anticipan desequilibrio ecológico, pero los gobiernos aseguran que no realizarán obras sin previa evaluación favorable de impacto ambiental

El proyecto de la Hidrovía Paraguay-Paraná apunta a afianzarse en la región con consenso de los cinco gobiernos y ambientalistas

Sinónimo de significativos beneficios económicos e integración regional para algunos y de desastre ecológico y pérdida irreversible de ecosistemas para otros, el proyecto de la Hidrovia Paraguay-Paraná busca afianzarse en el sur de América Latina con el consenso de todos los sectores involucrados.

Apoyado por los gobiernos de la región, las obras, que incluyen la zona del Pantanal del Mato Grosso, el mayor humedal del mundo, son cuestionadas por grupos ambientalistas que sostienen la necesidad de ajustar el transporte a las condiciones naturales de los ríos. Mientras, los representantes gubernamentales aseguran que ninguna obra se llevará a cabo sin una evaluación de impacto ambiental favorable, entre otras razones porque no contaría con el financiamiento de las instituciones internacionales.

Mucho antes que Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay esbozaran hace más de un lustro un proyecto de integración regional a través de la hidrovía conformada por los ríos *Paraguay* y Paraná, el camino ondulante de agua que une los puertos de Cáceres, en el centro oeste de Brasil, con Nueva Palmira en el litoral de Uruguay, ya era desde hacía siglos el medio natural de transporte desde el interior de América del Sur hacia el resto del mundo.

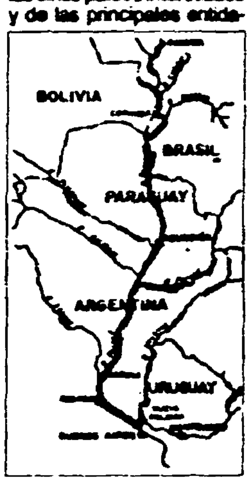
Aunque los 3.442 kilómetros de esta vía fluvial son actualmente transitables, los cinco países involucrados decidieron mejorar las condiciones de navegabilidad para asegurar el tráfico diurno y nocturno de embarcaciones con mayor capacidad de carga los 365 días del año.

De acuerdo a un folleto explicativo del proyecto de Hidrovía publicado por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas uruguayo, "la navegabilidad se mejora con obras de dragado (excavación del lecho del río) para permitir un mayor calado, con rectificación de curvas (transformación de una curva cerrada en una más abierta, modificando los márgenes) para permitir la navegación de embarcaciones más grandes; así como con una buena señalización (boyas y balizas, reflectantes o luminosas) que haga posible la navegación nocturna".

Según los gobiernos, estas obras disminuirán los costos de transporte de los productos, dinamizarán el comercio entre los cinco países y aumentarán la competitividad de los productos regionales en el mercado internacional.

■ Críticas ecologistas

Aunque este proyecto de eje fluvial tiene el apoyo de los cinco países interesados y de las principales entidades internacionales, varias organizaciones no gubernamentales (ONGs) ambientalistas de la región critican el "exagerado optimismo" del estudio de factibilidad económica elaborado en 1990 y anticipan los impactos ambientales y sociales negativos del emprendimiento.



"El proyecto de la Hidrovía Paraguay-Paraná pretende modificar el río y sus características naturales para adecuarlo a sistemas de navegación concebidos de antemano, cuando lo que se debería hacer es adecuar los sistemas de transporte a las características del río", escribió Elías Díaz Peña, de la organización Sobrevivencia Amigos de la Tierra Paraguay.

En un artículo incluido en una publicación especializada titulado "Hidrovía actual", Díaz Peña ennumeró los impactos sociales y ambientales negativos del proyecto, previsibles sobre el río, los humedales y las poblaciones tradicionales: aumento en la velocidad de traslado de las crecientes, agudización de la contaminación de las aguas, desecamiento de cerca de 40% de esteros y bañados a lo largo de los ríos, además de la pérdida de biodiversidad de los ecosistemas y el desplazamiento forzado de comunidades indígenas.

Por su parte, la ambientalista uruguaya Silvia Ribeiro, miembro de la organización REDES-Amigos de la Tierra-Uruguay informó a Búsqueda que días atrás se difundió el informe de un hidrólogo de la Universidad de San Diego en EE.UU. sobre impactos ambientales negativos del proyecto de Hidrovía.

Ribeiro explicó que el trabajo titulado "Impacto ambiental e hidrológico de la Hidrovía Paraná-Paraguay sobre el Pantanal de Mato Grosso" (aún no traducido al español) plantea efectos irreversibles en los humedales y otros graves en la apertura del canal.

Víctor Ponce, un peruano residente en EE.UU., empezó su estudio cuando se conoció el plan preliminar del proyecto de Hidrovía, dijo Ribeiro, quien destacó que el trabajo critica el retiro de las formaciones rocosas que permiten la permanencia del humedal más grande del mundo. Al afectarse el Pantanal, agregó Ribeiro, se afectan los ecosistemas aledaños, cambia la fauna, cambia la flora y se modifica la base de las comunidades indígenas, pescadores a pequeña escala.

■ Preocupación compartida

Las ONGs no quieren que esta obra de ingeniería traiga beneficios económicos generando un perjuicio ecológico, dijo a Búsqueda Jorge Sanguinetti, ex ministro uruguayo de Transporte y Obras Públicas y gestor del proyecto de Hidrovía Paraguay-Paraná.

Vicepresidente del Comité Intergubernamental de la Hidrovía (CIH), organismo político integrado por delegaciones de los cinco países, Sanguinetti indicó que la preocupación de las ONGs es compartida por el CIH porque ambos bregan por un desarrollo ecológicamente sustentable de la región.

En tal sentido, el ingeniero dijo que "no se va a hacer ninguna obra, ni se va a licitar ninguna obra, hasta que el estudio de impacto ambiental esté aprobado por todos los gobiernos".

El 6 de setiembre, al informar a la Comisión de Transporte y Obras Públicas del Senado sobre la situación actual de la iniciativa, Sanguinetti reiteró que "ningún proyecto en el mundo se realiza sin conocer previamente las consecuencias que pueda ocasionar en el medio ambiente".

El experto también recordó que "ningún organismo internacional financiería una obra que no cuente con un estudio de impacto ambiental que asegure que no se va a deteriorar el hábitat".

Financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), los primeros estudios de diseño de la obra de ingeniería y del impacto ambiental estarán terminados a fines de este año y los restantes en los meses siguientes, dijo Sanguinetti.

Si se encontrase un impacto ambiental negativo en el proyecto de la obra, agregó el experto, el plan se modificará hasta llegar a una ingeniería de impacto neutro.

De cualquier manera, Sanguinetti destacó que "habrá partes de la obra que podrán cuestionarse, pero no la obra entera".

El ingeniero señaló que al pensar en la Hidrovía Paraguay-Paraná no se analizan los impactos positivos de consumir menos combustible y de evitar la construcción de carreteras alternativas necesarias para transportar la misma carga.

■ Información y participación

Dar conocimiento público de los estudios de impacto ambiental del proyecto de la Hidrovía Paraguay-Paraná y participación efectiva de todos los sectores interesados en la evaluación final de la obra, fueron puntos de coincidencia entre el CIH y las ONGs ambientalistas en la primera reunión celebrada entre ambos semanas atrás en Buenos Aires.

Tanto el CIH como las ONGs acordaron que "para la elaboración de los estudios de ese proyecto deberá considerarse la naturaleza diferenciada de los diversos ecosistemas existentes en la región bañada por los ríos *Paraguay* y *Paraná*", dijo Sanguinetti en el Senado al referirse al comunicado oficial del Comité.

El encuentro fue considerado un hito por los ambientalistas que reivindicaban desde hacía tiempo el acceso de la gente a los alcances del proyecto y la apertura del debate más allá del ámbito de gobierno.

"Queremos que los estudios de impacto se hagan bien. No planteamos que las consultoras trabajen mal, pero nos gustaría abrir un proceso de intercambio para beneficiar su trabajo", dijo la ambientalista Silvia Ribeiro, participante de la reunión.

Sanguinetti dijo que el diálogo iniciado con las ONGs se continuará a través del Grupo Asesor Ambiental del CIH, integrado por técnicos de los Ministerios de Medio Ambiente de los cinco países.



"CLARIN 15/IX/95".-

9509379

022



"CLARIN 18/IX/95".-

023

9509?79

CHUBUT

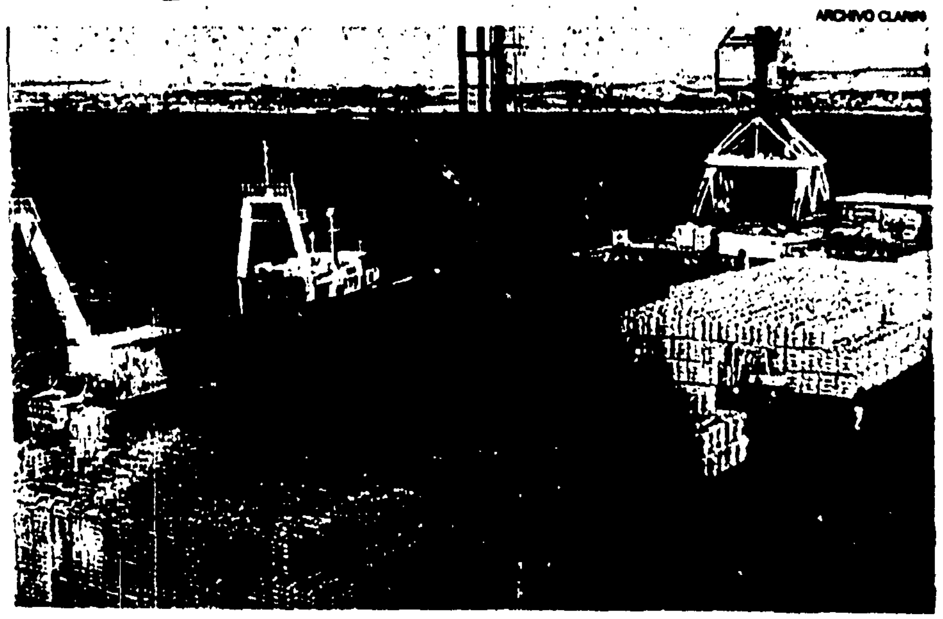
AUMENTO DEL 62% EN EL PRIMER CUATRIMESTRE

Cuando exportar es la idea fija

RAWSON, provincia de Chubut (Especial). – Las exportaciones chubutenses aumentaron el 62,1 por ciento en el primer cuatrimestre del año en relación con igual período de 1994. El dato ubica a esta provincia en el primer lugar en la Patagonia y el cuarto en el país, detrás de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba, que son consideradas las "grandes exportadoras" de la Argentina.

Los incrementos se registraron en las industrias más importantes de la provincia y los productos tuvieron salida, fundamentalmente, por el muelle Almirante Storni de Puerto Madryn, cuya ampliación significó un factor determinante. En los primeros cuatro meses del '94, la provincia exportó por 99.132.000 dólares, en tanto que en igual período de este año las cifras ascendieron a 159.681.000. De estos montos, el 2 por mil pasa a engrosar las arcas provinciales.

En 1994, el aluminio se había ubicado a la cabeza de las exportaciones con un total de 165 millones de dólares. Lo siguieron la pesca (140 millones), petróleo (91 millones), lana (78 millones) y otros (15 millones). En estos últimos se agrupan la carne ovina, algas y subproductos, máquinas y bombas de profundidad, piedra laja y otros minerales, textil y subconfecciones, peletería, productos forestales y fruta fina.



ARCHIVO CLARIN

Muelle. La ampliación del Almirante Storni fue factor determinante.

Nuevos rubros

"El gran desafío de Chubut es lograr, en el plazo más corto posible, incrementar sus exportaciones en estos rubros no tradicionales", le dijo a Clarín el asesor en polos productivos de la provincia Pedro Smolarski, que por otra parte destacó el "paulatino crecimiento de la industria textil en los últimos años, a pesar de la crisis que se está viviendo en el parque industrial de Trelew". Los rubros fueron nuevamente encabezados por el aluminio a través de la planta de Aluar ubicada, precisamente, en Puerto Madryn.

Durante los últimos siete años, Chubut ha experimentado un notable incremento de sus exportaciones: en 1988 exportó por 272.400.000 dólares, al año siguiente por 278.800.000, en el '93 lo hizo por un total de 403.000.000 y el año pasado por 489 millones.

El muelle, la llave

Los diez mil metros cuadrados que incluye la obra de ampliación del muelle Storni, junto con sus 256 metros de frente de atraque; el muelle de cabotaje y ultramar y la obra de abrigo y el dragado de 400.000 metros cúbicos de la obra del puerto de Comodoro Rivadavia y las obras previstas en el puerto de Rawson y Camarones, permitirán a Chubut, se presume, incrementar sus volúmenes de exportaciones.

Lana sucia, pescados y mariscos y, en menor medida, productos textiles y sus confecciones son los rubros que mayor incremento han experimentado en los últimos años. El ejemplo de la lana sucia es clarificador: en 1992 se exportó por un total de 15 millones de dólares, mientras que en el '94 alcanzó la cifra de 46.720.000 de la moneda norteamericana.

Carlos Gualardo

"CLARIN 18/IX/95".-

I - 1

024/24

024 - 024

950 9379

ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESMAPE - SECCION NARCOTRAFICO

MONTEVIDEO, 25 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SEÑOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto remito a usted el SUMARIO DE INFORMACION NARCOTRAFICO, Período 01AGO95 al 31AGO95, a los efectos que estime pertinentes.-

Saluda a usted atentamente

Por el Jefe de la sección Narcotráfico

T/N(CP)

RAFAEL FARIELLO

al DI

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
ESMAFE - SECCION NARCOTRAFICO
MONTEVIDEO, 22 DE SETIEMBRE DE 1995.-

FOJA Nº 18

SUMARIO DE INFORMACION

Periodo: Del 01AGO95 al 31AGO95

T E M A R I O

I.- ORGANISMOS INTERNACIONALES
PARLAMENTO LATINOAMERICANO

II.- AMERICA DEL SUR
COLOMBIA

III.- EUROPA
ITALIA

R E S E R V A D O

9509380

I.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- PARLAMENTO LATINOAMERICANO

- Expertos de la Comisión de Defensa y Lucha contra el narcotráfico del PARLATINO, que deliberó en la ciudad de SAN PABLO, citaron que la supuesta infiltración de dinero del narcotráfico en la campaña electoral del Pte. colombiano ERNESTO SAMPER es un terrible ejemplo de lo que pueden sufrir las estructuras políticas de Iberoamérica si no se adoptan severos controles para combatir el lavado de esos lucros.
CARLOS CORREA, Asesor de la Red de Inteligencia estadounidense contra Delitos Financieros (FINCEN), declaró que el fenónemo descubierto en COLOMBIA "ocurre en todos los paises del continente y en muchas instituciones económicas de EE.UU.". Se reveló que al menos 10.000 operaciones de lavado de dinero procedente de actos ilícitos se descubren cada año en EE.UU.. Las maniobras para legalizar millonarias ganancias generan sólo en concepto de tráfico de drogas, un movimiento anual de 100.000 millones de dólares, la tercera parte del producto bruto global que obtienen los jefes del narcotráfico. Las agencias estadounidenses encargadas de la lucha antidrogas calculan que solo el tráfico de cocaína produce ganancias anuales de 29.000 millones de dólares en este país.
Cabe destacar que los banqueros, que hasta 1990 cobraban un 6% del total del dinero reciclado, actualmente no lo hacen por menos del 30%.

II.- AMERICA DEL SUR

A.- COLOMBIA

La Justicia colombiana ha creado un cuerpo judicial de elite que completará el juicio de los narcotraficantes y sus beneficiarios con la investigación y declaratoria de extinción de dominio sobre bienes adquiridos con dinero de la actividad ilegal. El mismo entrará en funcionamiento en el mes de setiembre y permitirá a las autoridades locales evitar que personas condenadas por violación a las leyes antinarcóticos conserven sus valiosas

propiedades, como sucederá con algunos integrantes del desarticulado Cartel de Cali.

III.- EUROPA

A.- ITALIA

- Una terapia llamada Desintoxicación Ultrarrápida de Opiáceos (DUO), estudiada en ESPAÑA y perfeccionada mas tarde en ISRAEL por el Instituto de Investigación Cita, será aplicada en la Clínica Santa María de la localidad de La Castellanza, a unos 500 drogadictos de varios países que deberán abonar 6.250 dólares por el tratamiento.
Esta terapia esta basada en la premisa de que la drogadependencia es una enfermedad que debe ser tratada como tal y sólo en un segundo momento se procederá a la reinserción social del paciente. El método se basa en suministrar al paciente una composición de fármacos que actúa sobre los receptores cerebrales de los opiáceos, restableciendo el equilibrio del organismo tras una breve crisis de abstinencia sin dolor, todo ello en un mismo día.

TITULO RESUMEN SUMARIO DE INFORMACION NARCOTRAFICO
PROCEDENCIA ESMAPE / NARCOTRAFICO
FECHA 01AGO95
VINCULACIONES 11176
30018
12536
10026
65592
10164
507664

ENTRADO
CRUZADO

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
ESMAPE - SECCION NARCOTRAFICO
MONTEVIDEO. 22 DE SETIEMBRE DE 1995.-

COPIA Nº

SUMARIO DE INFORMACION

Período: Del 01AGO95 al 31AGO95

T E M A R I O

I.- ORGANISMOS INTERNACIONALES
PARLAMENTO LATINOAMERICANO

II.- AMERICA DEL SUR
COLOMBIA

III.- EUROPA
ITALIA

R E S E R V A D O

9509380

01-04

I.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- PARLAMENTO LATINOAMERICANO

- Expertos de la Comisión de Defensa y Lucha contra el narcotráfico del PARLATINO, que deliberó en la ciudad de SAN PABLO, citaron que la supuesta infiltración de dinero del narcotráfico en la campaña electoral del Pte. colombiano ERNESTO SAMPER es un terrible ejemplo de lo que pueden sufrir las estructuras políticas de Iberoamérica si no se adoptan severos controles para combatir el lavado de esos lucros.
CARLOS CORREA, Asesor de la Red de Inteligencia estadounidense contra Delitos Financieros (FINCEN), declaró que el fenónemo descubierto en COLOMBIA "ocurre en todos los países del continente y en muchas instituciones económicas de EE.UU.". Se reveló que al menos 10.000 operaciones de lavado de dinero procedente de actos ilícitos se descubren cada año en EE.UU.. Las maniobras para legalizar millonarias ganancias generan sólo en concepto de tráfico de drogas, un movimiento anual de 100.000 millones de dólares, la tercera parte del producto bruto global que obtienen los jefes del narcotráfico. Las agencias estadounidenses encargadas de la lucha antidrogas calculan que solo el tráfico de cocaína produce ganancias anuales de 29.000 millones de dólares en este país.
Cabe destacar que los banqueros, que hasta 1990 cobraban un 6% del total del dinero reciclado, actualmente no lo hacen por menos del 26%.

II.- AMERICA DEL SUR

A.- COLOMBIA

- La Justicia colombiana ha creado un cuerpo judicial de elite que completará el juicio de los narcotraficantes y sus beneficiarios con la investigación y declaratoria de extinción de dominio sobre bienes adquiridos con dinero de la actividad ilegal. El mismo entrará en funcionamiento en el mes de setiembre y permitirá a las autoridades locales evitar que personas condenadas por violación a las leyes antinarcóticos conserven sus valiosas

COPIA Nº

propiedades, como sucederá con algunos integrantes del desarticulado Cartel de Cali.

III.- EUROPA

A.- ITALIA

- Una terapia llamada Desintoxicación Ultrarrápida de Opiáceos (DUO), estudiada en ESPAÑA y perfeccionada mas tarde en ISRAEL por el Instituto de Investigación Cita, será aplicada en la Clínica Santa María de la localidad de La Castellanza, a unos 500 drogadictos de varios países que deberán abonar 6.250 dólares por el tratamiento.
Esta terapia esta basada en la premisa de que la drogadependencia es una enfermedad que debe ser tratada como tal y sólo en un segundo momento se procederá a la reinserción social del paciente. El método se basa en suministrar al paciente una composición de fármacos que actúa sobre los receptores cerebrales de los opiáceos, restableciendo el equilibrio del organismo tras una breve crisis de abstinencia sin dolor, todo ello en un mismo día.

CONFORME:

El 2º Jefe de la Sección Narcotráfico
T/N(CP)
RAFAEL BARIELLO

CONFORME:

El Jefe de la Sección Narcotráfico
C/N(CG)
JUAN HERRERA

SECRETO

9509381

M E M O R A N D U M No.950236/.../Fecha:22.09.95

I: ASUNTO: POSIBLE ATENTADO CONTRA LA EMBAJADA DE FRANCIA

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: T E X T O: A través de una fuente amiga se tomó conocimiento de que para el día de la fecha.a partir de la hora 1900 la Brigada Molotov habría planificado un atentado con bombas Molotov a la embajada de Francia.-
Se supo también que en la noche de ayer, integrantes de la mencionada Brigada habrían efectuado un relevamiento en la zona de la Embajada detectando guardia policial.Este hecho puso en alerta a los Brigadistas que entraron en sospechas sobre un posible infiltrado ya que los mismos sabían por relevamientos anteriores que en la Embajada nunca queda guardia policial, por lo que se barajó la posibilidad de posponer la fecha del atentado y reforzar la compartimentación.-

001/2

DISTRIBUCION : ORIGINAL : SENOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I'

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 25 DE SETIEMBRE DE 1995

Pase al Señor Sub-Director Interior para su conocimiento y notificación, Sumario de Información Nro. 9509385 (Período del 08SET1995 al 21SET1995)

Saluda a usted atentamente

Por el Sub-Director Exterior de la DGID

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Enzo Baudo

Der. Bios

26 SET. 1995

9509385

C. Srio, Cnel (...) ARCHIVO

COPIA Nº 17

R E S E R V A D O

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: DEL 08SET1995 AL 21SET1995

TEMARIO:

I.- SUBVERSION
MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA

II.- BLOQUES ECONOMICOS
REUNIONES

ANEXO "ALFA" ACCIONES SUBVERSIVAS Y TERRORISTAS

9509095

R E S E R V A D O

COPIA N° 17

I.- SUBVERSION CONTINENTAL

A.- MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (MST)

Existen informaciones que denuncian la infiltración de SENDERO LUMINOSO en el MST. Doce senderistas habrían participado en reuniones del movimiento y se presume que impartieron un curso de táctica de guerrilla a los campesinos. Esto se apoya más aún en que el "Documento Básico del MST" muestra la semejanza en el accionar de ambos movimientos además que su lema pasó de "Ocupación, resistir, producir" a "Ocupación, resistir, defender".

En los procedimientos para la ocupación de tierras, grupos de otros países latinoamericanos, como por ejemplo el EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACION NACIONAL y la UNION RURALISTA NACIONAL GUATEMALTECA y grupos de campesinos en el norte de ARGENTINA han adoptado modalidades similares.

Se percibe una regionalización de actividades de grupos que emplean procedimientos similares para la ocupación de tierras.

COPIA Nº 17

II.- BLOQUES ECONOMICOS

A.- REUNIONES

- Del 11 al 12 del corriente se reunieron en BRNO, este de la REPUBLICA CHECA, los primeros Ministros de los Estados que integran la zona Centroeuropea de Libre Comercio (CEFTA). En la misma estos coincidieron en los criterios básicos para su ampliación a otros países de la región. De esta manera se decidió el ingreso de ESLOVENIA como país miembro del CEFTA.

- El 14 de este mes y luego de una semana de deliberaciones, concluyó en HONG KONG, el Foro de Cooperación Económica de Asia Pacífico (APEC), con la certeza de haber realizado un "progreso" hacia la creación de una zona de libre comercio a principios del próximo siglo.

- Representantes del MERCADO COMUN DEL SUR (MERCOSUR) y la UNION EUROPEA (UE) comenzaron el 14 de setiembre, en BRUSELAS, a negociar por primera vez la firma de un acuerdo de libre comercio entre los dos bloques. Durante el encuentro los funcionarios definieron el "acuerdo marco", es decir cuales serán los ámbitos de cooperación y la profundidad del convenio en el plano comercial.

- Entre el 12 y 15 de noviembre próximo una misión comercial integrada por delegaciones de los países del GRUPO ANDINO, visitarán los países del MERCADO COMUN DEL SUR. La misión busca actualizar y ampliar las posibilidades comerciales entre los dos marcos subregionales.

La multiplicidad de reuniones de diversos espacios económicos reafirma la tendencia a un reordenamiento de la economía mundial, que apunta claramente a asociar los países en bloques económicos y a su vez a interrelacionarlos.

COPIA Nº 17

ANEXO "ALFA"

ACCIONES SUBVERSIVAS Y TERRORISTAS

06-09-95	COLOMBIA	El Alcalde de EL PLAYON, VICTOR MANUEL RODRIGUEZ GAMBOA, fue asesinado por desconocidos.
	FRANCIA	Explotó un cochebomba en las cercanías de una escuela judía en LYON, provocando un saldo de 11 personas heridas.
	LIBANO	Miembros de HEZBOLLAH asesinaron a un integrante del EJERCITO LIBANES DEL SUR e hirieron a otros dos en la Franja de Seguridad.
	CHILE	Se registraron explosiones, que causaron importantes daños materiales en tres sucursales bancarias de SANTIAGO. Miembros del MIR-Militar habrían sido los autores de los atentados.
08-09-95	BELGICA	Un atentado con cinco cócteles molotov causó importantes daños materiales en un centro cultural turco en HERSTAL.
	CHILE	Dos bombas explotaron en el puerto de VALPARAISO, frente a los edificios de la Armada, ocasionando daños materiales. El hecho fue reivindicado por el MIR-Militar.
	ARGELIA	Un periodista y su esposa fueron asesinados en KABILIA por terroristas islámicos.
09-09-95	EGIPTO	Dos civiles murieron y otro resultó herido al ser tiroteados por integristas en el Alto Egipto.
	CORCEGA	La sede de una compañía de seguridad en BASTIA resultó totalmente destruida por el estallido de una bomba. Una agencia de viajes en AJACCIO resultó dañada por una explosión similar.

COPIA Nº 17

11-09-95	GUATEMALA	Miembros de la URNG lanzaron cuatro cargas explosivas contra un destacamento militar del Dpto. de QUICHE, sin causar víctimas.
13-09-95	EGIPTO	Extremistas islámicos asesinaron a dos coptos en MALAUI. En MINIA fue asesinada una persona por extremistas por considerarla colaborador de las fuerzas de seguridad egipcias.
	COLOMBIA	Fueron asesinados seis trabajadores de una hacienda bananera de TURBO, existiendo sospechas de que miembros de las FARC hayan sido los autores del atentado.
15-09-95	ARGELIA	Fueron asesinadas 16 personas en ARGEL, existiendo sospechas de que la autoría de los asesinatos sea obra del GIA.
16-09-95	ARGELIA	Explotó un cochebomba en la localidad de JEMIS, provocando daños materiales. Fue asesinado el presidente de la Asociación Nacional Argelina, ABDEL MAYID BENHADID.
	SRI LANKA	Guerrilleros tamiles tendieron una emboscada contra una patrulla del ejército en PULEUHWAS, resultando 16 soldados muertos.
17-09-95	MEXICO	Un grupo de desconocidos asesinó al candidato a la presidencia municipal de JALTENANGO LA PAZ (CHIAPAS), ANTELMO ROBLEDO.
18-09-95	LIBANO	Como consecuencia de dos ataques perpetrados por miembros del HEZBOLLAH en la Franja de Seguridad, falleció un soldado y resultaron otros dos heridos.
19-09-95	NICARAGUA	Desconocidos perpetraron dos atentados contra iglesias católicas en LEON.

9509395

COPIA Nº 17

COLOMBIA Desconocidos perpetraron una matanza en la zona bananera de URANDA, resultando 24 personas muertas y 5 heridas gravemente.

MEXICO Fue asesinado el dirigente político de la localidad de JALTENANGO (CHIAPAS) HIGINIO SANCHEZ FERNANDEZ.

0 7/7

9509385

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	DEPARTAMENTO I	[illegible]	HOJA 1/1...
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA	MEMORANDUM(A) Nº 400/A/95 21/09/95		

RESPONDE A: Nº 017/95.- DPTO. II (EXTERIOR) D.G.I.D.

DIFUSION D.G.I.D. | PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO II (EXTERIOR) DE LA D.G.I.D.-

TEXTO:

SE ADJUNTA INFORMACION SOLICITADA.-

FIRMA: EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I - D.G.I.D.

DPTO. I INTERIOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
22 SET. 1995
Sr. Jefe Dpto. II
Nº 9509398

DISTRIBUCION:

ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO II (EXTERIOR) DE LA D.G.I.D.

C O P I A - DEPARTAMENTO I - D.G.I.D.

01-05

[illegible]

NOTA: Se deja constancia que a pesar de la [illegible]

persona [illegible] puede [illegible]

02 9509388

10 20 1995 11:14 FROM D. N. I. C. TO P.01

AMPLIACION FAX 40. 20/oct./95



DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cedula de Identidad

Nº 2.600.067-6

Nombre ESTEFANIA CANTERO
LOPEZ

Firma

TOTAL P.01

00-00-00 00:00

924 P01 598+2+818709

03

9509388

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE IDENTIFICACION CIVIL

Montevideo , 20 de octubre de 1995.-

D.G.I.D.

AL [illegible] Nº 040 [illegible].

-Estefanía CANTERO LOPEZ , C.I. 2.600.067-6 , nacida en Cerro Largo el 30/6/67 , hija de Augusto y Nilsa . Domiciliada en [illegible] Salvador Nº 1721 , apto. 4 , Secc. Pol. 5a. Datos del 3/2/95. Se remite fotografía.-

SALUDA D.N.I.C.

EMITIO:

RECIBIO:

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE: GUARDIA

RADIOGRAMA No.: C.G.Nº 1052/95

PROCEDENCIA: JEF.POL.CERRO LARGO (Dir.de Investigaciones)

DESTINO: DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA (DPTO.III) FAX Nro.81-87-09

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO			HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		11	10	95		S.X.		

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA			HORA	EMITIO	RECIBIO
			11	10	95			

TEXTO: Al suyo Nº 067/C/95 del 04/10/95, negativo en ésta al no registrar la persona Estefania CARRERO LOPEZ , antecedentes penales.

SALUDALO JEF.CERRO LARGO.-

EL OFICIAL DE GUARDIA
OF.AYTE.
MIGUEL CASTRO

05-05

9509388

12

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DIVISION INFORMACIONES 22SET95	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 80/95	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 25SET95

I.-INFORMACION CONOCIDA:	A.-EVALUACION:
	B.-T E X T O

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

MINISTERIO DE DEFENSA ... 27/9/95- 407/95

... NAL 25 SET. 1995 Antecedentes Nº 9509389

II.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I
DPTO.II E.M.E.

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.
CORONEL
TOMAS V. CASSELLA

22 09 de 1995
9509389
SDI
A sus efectos

12

9509389

 Montevideo, 22 de Setiembre de 1995.-

1 -GARCIA AGUIRRE, Laura Beatriz. Doctora en Medicina

Fecha y lugar de nacimiento: 27/07/67

C.I.: 1.880.720-4

Domicilio actual: Av.Garibaldi 2221

Tel.: 23.43.53

002/2 *9509389

TITULO SUMARIO DE INFORMACION

PROCEDENCIA ESMAPE / NARCOTRAFICO

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
ESMAPE - SECCION NARCOTRAFICO
MONTEVIDEO. 20 DE SETIEMBRE DE 1995.-

SUMARIO DE INFORMACION

Período: Del 01AGO95 al 31AGO95

TEMARIO

RESERVADO

I.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- PARLAMENTO LATINOAMERICANO

- Expertos de la Comisión de Defensa y Lucha contra el narcotráfico del PARLATINO, que deliberó en la ciudad de SAN PABLO, citaron que la supuesta infiltración de dinero del narcotráfico en la campaña electoral del Pte. colombiano ERNESTO SAMPER es un terrible ejemplo de lo que pueden sufrir las estructuras políticas de Iberoamérica si no se adoptan severos controles para combatir el lavado de esos lucros.
CARLOS CORREA, Asesor de la Red de Inteligencia estadounidense contra Delitos Financieros (FINCEN), declaró que el fenónemo descubierto en COLOMBIA "ocurre en todos los países del continente y en muchas instituciones económicas de EE.UU.". Se reveló que al menos 10.000 operaciones de lavado de dinero procedente de actos ilícitos se descubren cada año en EE.UU.. Las maniobras para legalizar millonarias ganancias generan sólo en concepto de tráfico de drogas, un movimiento anual de 100.000 millones de dólares, la tercera parte del producto bruto global que obtienen los jefes del narcotráfico. Las agencias estadounidenses encargadas de la lucha antidrogas calculan que solo el tráfico de cocaína produce ganancias anuales de 29.000 millones de dólares en este país.
Cabe destacar que los banqueros, que hasta 1990 cobraban un 6% del total del dinero reciclado, actualmente no lo hacen por menos del 26%.

II.- AMERICA DEL NORTE

A.- ESTADOS UNIDOS

- El consumo de heroína entre la clase media estadounidense ha aumentado en detrimento de la cocaína y otras drogas, como lo demuestra el creciente numero de decomisos y casos de sobredosis registrados en los últimos meses. Segun cifras oficiales de NUEVA YORK, los casos de sobredosis de la droga atendidos en los diferentes hospitales aumentaron un 75% entre 1991 y 1994.
Por su parte, la DEA indica que la tercera parte de la heroína

decomisada en el pais tiene origen colombiano. mientras que cinco años atrás la totalidad de la droga procedía del Triángulo de Oro asiático.

- El Gobierno decomisó 12 toneladas de cocaína escondidas en el buque de bandera panameña "Nataly I". que recogió la droga en las costas peruanas a fines del pasado mes de julio. La incautación, la mayor realizada en EE.UU. hasta la fecha en alta mar. fue producto de una gran operación en la que participaron unidades de la Armada, Fuerza Aérea y la Guardia Costera norteamericana. que descubrieron y siguieron al buque durante semanas utilizando aviones espías e incluso un submarino.
Se informó que diez traficantes colombianos miembros de la organización fueron detenidos y puestos a disposición del juez. bajo acusación de tenencia ilícita de drogas y narcotráfico internacional.

- En el Estado de CALIFORNIA. la GLOBAL WORLD MEDIA CORP DE VENICE, está fabricando una nueva droga que produce los mismos efectos que el "Extasis" pero sin dañar el organismo. Según sus creadores, la nueva droga está fabricada sólo con elementos naturales y no con sustancias sintetizadas químicamente; tiene como sustancia activa la efedra, un producto natural a partir del cual se extrae la efedrina.
Su inocuedad deberá ser determinada por la Food and Drug Administration (FDA), encargada de controlar la calidad de alimentos y medicamentos.

B.- MEXICO

- En un foro sobre narcotráfico convocado por la Cámara de Diputados para conocer propuestas que lleven a elaborar un proyecto de Ley que permita combatir con mayor eficacia el narcotráfico y el crimen organizado. el Vice Pte. de la Academia de Derechos Humanos. JOSE LUIS CANCHOLA informó que cada quilo de cocaína en tránsito hacia EE.UU. tiene un

valor comercial de 17.000 dólares, pero en el mercado estadounidense esa cantidad de droga ya rebajada cuesta a los consumidores unos 129.000 dólares. De esta suma, casi el 10%, unos 12.000 dólares, queda en manos de los narcotraficantes mexicanos, cuyas ganancias aumentan por los ingresos que reciben del contrabando de la heroína, marihuana, pastillas psicotrópicas y otros.

- Un marino de la Armada mexicana murió y otro resultó herido durante un enfrentamiento con presuntos narcotraficantes cerca de la frontera con GUATEMALA. El choque se produjo después de que un avión lanzara sacos de cocaína en la comunidad guatemalteca de El Ceibal, cerca de la frontera con MEXICO.
Las autoridades militares detuvieron a siete presuntos integrantes de la banda y se incautaron aproximadamente 1.125 kgrs. de la droga, además de diversas armas.
MEXICO se está convirtiendo en la principal ruta de entrada de droga hacia EE.UU., el primer consumidor mundial. Se calcula que las dos terceras partes de la cocaína que llega a EE.UU. pasa por territorio mexicano.

III.- AMÉRICA CENTRAL

A.- COSTA RICA

- En un operativo realizado en San Isidoro de el General, situada al sur de la capital, la Policía incautó 27 kgrs. de cocaína y ubicó una docena de plantaciones de marihuana con más de 100.000 matas de la droga.
Se detuvo a 16 personas mientras que un traficante murió en un enfrentamiento con la Policía. El Ministro de Seguridad JUAN CASTRO, señaló que los detenidos integraban una banda junto otros ciudadanos de NICARAGUA, PANAMÁ y COLOMBIA.

B.- GUATEMALA

- Diversos operativos con importantes incautaciones se han llevado a cabo en este periodo:

- En las aldeas de Paraxhaj y El Naranjo, en el Municipio de Melchor de Mencos, Peten, fronterizo con BELICE, se incautó marihuana procesada por un valor de 519.930 dólares y se detuvo a dos cultivadores de esta hierba.
- En operaciones realizadas por la Guardia de Hacienda en regiones fronterizas con MEXICO y BELICE, como Melchor de Mencos y Tacaná se incautaron 53.074 matas de marihuana en fase de crecimiento y 48.250 de amapola. Paralelamente, la Guardia de Haciendas destruyó un cultivo de 35.500 matas en el área de Cerro Gordo, en el Dpto. oriental de Jutiapa.

C.- HONDURAS

- EE.UU. y HONDURAS firmaron un convenio de cooperación por el que EE.UU. destinará 125.000 dólares para programas de prevención y combate del narcotráfico. El convenio se enmarca en la política de cooperación bilateral para eliminar la producción, procesamiento y consumo de drogas en HONDURAS y el tráfico por sus aguas territoriales.
EE.UU. ha mantenido vigilancia sobre territorio de HONDURAS para controlar el narcotráfico a través de cuatro radares instalados en el país, que serán demantelados para sustituírlos por un aparato más poderoso que funcionará en FLORIDA.

D.- NICARAGUA

- El Jefe de la Policía Nacional nicaragüense, Comandante FERNANDO CALDERA, informó que una fragata de EE.UU. coordinada por la DEA capturó una lancha rápida colombiana con 1.000 kgrs. de cocaína en aguas internacionales frente a las costas del centro turístico Montelimar del Pacífico nicaragüense.

- El Embajador estadounidense JOHN MAISTO anunció la próxima llegada a MANAGUA de un agente de la DEA para hacerse cargo de la oficina de la institución que funciona por primera vez en este país.

Ct

El funcionario de la DEA fue solicitado por el Gobierno de la Presidenta VIOLETA BARRIOS DE CHAMORRO y colaborará con MANAGUA en la preparación de cursos de entrenamiento a personal nicaragüense, así como en el intercambio de información con las autoridades del país en la lucha antidrogas.

E.- PANAMÁ

- El Gobierno norteamericano donó al panameño 243.000 dólares para el combate al narcotráfico. Según el acuerdo firmado, EE.UU. se compromete a entrenar a miembros del Servicio Marítimo y Aéreo Nacional y al mantenimiento de las aeronaves destinadas a esa lucha. Al mismo tiempo, los dos países firmaron un convenio por el cual WASHINGTON brindará ayuda financiera a las actividades que desarrolla el Ministerio panameño de Educación para combatir el consumo de narcóticos entre los jóvenes, acuerdo suscrito por un monto de 50.000 dólares.

- Agentes de Aduanas del puesto fronterizo de Paso Canoas, en el límite con COSTA RICA, incautaron 238 kgrs. de cocaína en una camioneta que se dirigía a EL SALVADOR, estando acondicionada en paquetes de uno y dos kgrs. en el doble fondo de un automóvil.

IV.- AMÉRICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

- Tras varias reuniones preparatorias realizadas por los Ministros del Interior y altos jerarcas militares y de inteligencia del MERCOSUR, CHILE, EE.UU. y CANADA, se realizó la Primera Conferencia Zonal sobre Cooperación "para eliminar el terrorismo internacional". En el documento final se proponen medidas de acuerdos y controles supranacionales, incluida la homogeneización de legislaciones sobre "extradición, prevenir y reprimir el terrorismo" y el recomendar cambios en la Convención de Viena sobre las

inmunidades diplomáticas.

- El Diputado ANTONIO BERHONGARAY, junto a un grupo de legisladores radicales, presentó un pedido de informes que busca determinar si ARGENTINA ha iniciado o está por iniciar ejercicios militares conjuntos con los Ejércitos de EE.UU., COLOMBIA y ECUADOR, que tendrían como objetivo la lucha contra el narcotráfico en PANAMÁ. Estas acciones denominadas Operación Conjunta Fuerzas Unidas contra el Narcotráfico, se realizarían en las bases militares norteamericanas con asiento en el Canal de PANAMÁ. El pedido apunta a conocer si en esa intervención el Ejército argentino utilizaría elementos de combate o si su participación se limitaría a dar apoyo a cuerpos policiales y fuerzas de seguridad. Este punto es especialmente tenido en cuenta por el diputado, ya que la Ley de Seguridad Interior impide que el Ejército argentino haga uso de esos elementos tanto en operaciones de seguridad interior como en la lucha contra el narcotráfico.

- Un joven fue detenido en el barrio porteño de Villa Devoto con 10.000 dosis de Acido Lisérgico (LSD) proveniente de HOLANDA. La droga estaba compactada en varias planchas de 10 cms. de ancho por 15 de alto, en figuras de soles y minúsculas figuras infantiles. El traficante, que vendía las drogas en las localidades de Gral. Rodríguez y Paso del Rey, formaría parte de una banda de narcotraficantes con ramificaciones en distintos puntos del país.

- Distintas divisiones de Narcotráfico de la Policía bonaerense desarticularon a una organización que se dedicaba a a la venta de drogas en la zona oeste del conurbano bonaerense, deteniéndose a 15 personas e incautándose 10 kgrs. de cocaína y marihuana, en diez procedimientos simultáneos realizados en el barrio San Alberto de la localidad de Ituzaingó.

- La Policía Federal realizó un operativo en la localidad bonaerense de Merlo, donde se incautaron 70 kgrs. de marihuana y se detuvo a dos personas.

- Autoridades detuvieron en Ezeiza a tres personas cuando se disponían a viajar a ESPAÑA y ALEMANIA con un total de 18 kgrs. de cocaína. Dos de los traficantes fueron apresados cuando intentaban viajar a MADRID en un vuelo de la Compañía Iberia, la droga la llevaban oculta tanto en el equipaje como en una caja de bombones. La tercera detenida es una ciudadana chilena que pretendía viajar a ALEMANIA con cocaína oculta en envases de fijador para el cabello.

B.- <u>BOLIVIA</u>

- Durante la Primera Reunión de Mecanismos de Consultas Políticas de COLOMBIA y BOLIVIA realizada en LA PAZ, el Vice Canciller colombiano DIEGO CARDONA, indicó que ambos países comparten la idea de que existe una corresponsabilidad en "todas las esferas de la cadena" sobre el narcotráfico. Al mismo tiempo, el secretario de Relaciones Exteriores boliviano JAIME APARICIO, afirmó que BOLIVIA y COLOMBIA están impulsando la realización de la Conferencia Mundial sobre las drogas como una nueva reflexión de la comunidad internacional sobre el tema. El Vice Canciller colombiano, por su parte, manifestó que existe una coincidencia en los demás países para la realización de esta cumbre que tendría que realizarse en el seno de la ONU.

- El Jefe de la Oficina Antidrogas norteamericana LEE BROWN realizó una visita al país para evaluar las acciones realizadas por el Gobierno del Presidente SANCHEZ DE LOZADA de erradicación de cultivos de hojas de coca, manifestando que "BOLIVIA ha sobrepasado los objetivos determinados para El Chapare y eso es algo que nos lleva a felicitar no solo al Gobierno de BOLIVIA sino a la ciudadanía en general". Al mismo tiempo, BROWN anunció que no se invertirán más recursos en la

lucha antidrogas en BOLIVIA por parte de su país, decisión que fue calificada de "injusta" por parte del Gobierno boliviano.
Por otra parte, BRWON indicó que pese a los logros alcanzados por BOLIVIA, COLOMBIA y PERÚ, se ha diversificado la industria de la droga y esparcido las operaciones de tráfico hacia otros paises en la región, tales como BRASIL, CHILE, PARAGUAY y VENEZUELA.

- Dirigentes sindicales de los productores de hoja de coca denunciaron enfrentamientos entre la Policía Antidroga y los campesinos de la comunidad central de Tocopaya (región del Chapare), los que fueron desmentidos por las autoridades.
Estos enfrentamientos se habrian producido tras una disposición del Gobierno de trasladar al menos unos 500 policías de la Unidad Móvil de Patrullaje Rural (UMOPAR) a la región central del Chapare, para reforzar las tareas de destrucción de cultivos excedentarios de hoja de coca.
Mientras tanto, en el Parque Nacional ISIBORO SECURE, los campesinos se enfrentaron con las fuerzas policiales y 44 de ellos fueron detenidos tras agredir a un grupo de periodistas que realizaban la cobertura informativa.

C.- <u>BRASIL</u>

- El Coordinador de la lucha antidrogas de EE.UU. LEE BROWN se reunió en este país con el Ministro de Relaciones Exteriores y Justicia y los Jefes supremos de la lucha antidrogas durante una visita a BRASILIA, como parte de una gira latinoamericana que incluyó a PANAMÁ, BOLIVIA, PERÚ y VENEZUELA. BROWN señaló que el aumento del contrabando de cocaína por la Amazonia brasileña rumbo a EE.UU. y EUROPA, demuestra que los traficantes siempre están alerta a las condiciones cambiantes.
Por su parte, el Embajador de EE.UU. en COLOMBIA, MILES FRECHETTE indicó que el narcotráfico "va a transferir sus laboratorios a los países vecinos", ante el cerco a que están sometidos los carteles colombianos." Ya tenemos evidencias de

que los aviones que partían de PERÚ y BOLIVIA con materia prima para procesar cocaína en COLOMBIA, están pasando ahora por el espacio aéreo de BRASIL", precisando que uno de los países vecinos a COLOMBIA preferido por los barones de la droga es BRASIL, debido a la extensión y complejidad de la frontera selvática que comparten ambas naciones, donde sólo están las ciudades de LETICIA, en la zona colombiana y TABATINGA, en la brasileña.
Por su parte, autoridades brasileñas reconocieron esta situación, e indicaron la intensificación en los últimos dos años de las incautaciones, con la detención de 15 traficantes colombianos y cargamentos de 22,3 toneladas de cocaína. A la proximidad geográfica, extensión y complejidad de la frontera selvática que comparten ambos países, la Policía agrega la pujante pero incontrolada red financiera como otro de los factores determinantes en la emigración de los traficantes colombianos.

- El diario JORNAL DO BRASIL y la Superintendencia de Actividades Especiales de la Policía Civil revelaron que tras dos operaciones militares para luchar contra el crimen organizado, los jefes de los grupos traficantes de armas y drogas dispuestos a poner fin a los enfrentamientos entre sí en los últimos años y a distribuirse los trabajos y las ganancias del negocio, realizaron una reunión clandestina en marzo pasado y llegaron a un acuerdo para integrarse en un cartel.
La integración de los distintos grupos criminales en uno solo fue facilitada por el hecho de que pese a que en cada favela de la ciudad domina una organización diferente, que impone su dominio bajo la amenaza de las armas, la mayoría de los narcotraficantes están asociados en mayor o menor grado a los grandes grupos del Comando Vermelho y el Tercer Comando.
En la reunión se resolvió que el responsable para toda la droga que será vendida en las favelas de RIO DE JANEIRO sea el narcotraficante JORGE LUIS DE SOUZA, quien antiguamente solo

tenía el control en la favela de ACARI, mientras que el monopolio en el contrabando de armas será responsabilidad del traficante ROMILDO SOUZA DE COSTA, alias Miltinho, que lidera el grupo del tráfico en la favela del morro de Dendé.
Según la Policía, la formación del cartel evidencia una asociación entre los narcotraficantes y los jefes de la mafia ilegal del "Juego del Bicho", banqueros ilegales que financian la compra de grandes cargamentos de drogas.

- El diario JORNAL DO BRASIL indica que los europeos se han convertido en las nuevas "mulas" de la "Conexión Nigeriana", ruta de transporte que se inicia en BOLIVIA, pasa por BRASIL y NIGERIA, culminando en EUROPA. La utilización de europeos se debe a que no despiertan tantas sospechas entre las autoridades brasileñas; fuentes de la Policía Federal indicaron que en los últimos cuatro meses han sido capturados 23 europeos, entre ellos 11 británicos que intentaron embarcar hacia NIGERIA en el aeropuerto de RIO con pequeñas dosis de cocaína. Asimismo se reveló, que en los últimos dos años se decomisaron 508 kgrs. de cocaína en manos de nigerianos en los aeropuertos de SAN PABLO y RIO.

- La Policía Militar sospecha de la existencia de campamentos en que los delincuentes están siendo adiestrados en técnicas guerrilleras por parte de organizaciones criminales vinculadas a la droga, tras hallarse en un bosque cercano a la ciudad de RIO DE JANEIRO un campamento que albergaba delincuentes, drogas y armas.
En el mismo se descubrieron víveres para alimentar un mes a 15 hombres, tres fusiles de fabricación estadounidense, medio kgr. de marihuana y 1.700 papeletas de cocaína.

- El traficante ANTONIO SALVADOR DA SILVA, alias Dozinho, líder del comercio de drogas en el morro Cerro Corá, Santa Teresa, RIO,y su primo OLINDO DA SILVA fueron asesinados en una emboscada por presuntos cómplices.

Mientras tanto, el traficante PAULO ROBERTO CRUZ, alias Beato Saul, fue asesinado por traficantes rivales, que trataban de retomar los puntos de venta de tóxicos en el Morro de Mangueira, norte de la ciudad.

- El Departamento Estatal de Narcóticos incautó en el litoral norte del Estado de SAN PABLO unos 80 kgrs. de pasta base de cocaína que estaban listos para la producción de 400.000 piedras de crack. Tres traficantes fueron detenidos, los que confesaron que la materia prima de la droga había sido transportada desde Corumba (MATO GROSSO DEL SUR), fronterizo con BOLIVIA y PARAGUAY.

- Agentes penitenciarios de la Casa de Dentención de SAN PABLO, descubrieron 19 kgrs. de estupefacientes en poder de los presos. El lote estaba constituído por 16 kgrs. de marihuana, 2,5 kgrs. de crack y medio de cocaína.

- Un ciudadano alemán y una mujer brasileña fueron detenidos en la zona sur de la ciudad de SAN PABLO con 1.000 comprimidos de Extasis provenientes de HOLANDA.

- Agentes de la Policía Federal de San Angelo, en la región de Las Misiones (RIO GRANDE DEL SUR), incautaron 32 kgrs. de marihuana. La droga estaba oculta en dos ómnibus que realizaban el recorrido FOZ DE IGUAZU - PORTO ALEGRE. En el mismo operativo se detuvo a otros dos traficantes con 3,8 kgrs. de la droga.

- La Delegación de Hurtos, Estupefacientes y Capturas, incautó en el distrito de Santa María, Estado de RIO GRANDE DEL SUR, 103 kgrs. de marihuana y 105 grs. de cocaína, los que estaban ocultos en la valija de un automóvil acondicionados en 15 paquetes prontos para su distribución.

D.- COLOMBIA

- El Pte. SAMPER decretó el "estado de conmoción interior" por un periodo de 90 días, luego de una intensa acción de la guerrila en distintas zonas del país. El Pte. logró que diferentes sectores de la sociedad, gremios económicos, iglesia, partidos políticos y militares, suscribieran un documento de apoyo a su gestión contra la violencia, para enfrentar a la guerrilla, la corrupción, el crimen organizado y la delincuencia. En el sur del país, las FARC tomaron prácticamente el control de los alrededores de Miraflores, importante centro urbano del Dpto. selvático del Guaviare. Aproximadamente una decena de aeronaves, en su mayoría detinadas a los trabajos de fumigación y erradicación de los cultivos ilegales, han sido atacadas en los últimos meses por guerrilleros de las FARC, el más antiguo y numeroso grupo armado del país.
Entre las medidas tomadas por el Presidente SAMPER al decretar el estado de excepción, se encuentra el traslado a BOGOTA desde CALI del "Bloque de Búsqueda", para combatir a bandas de delincuentes comunes, secuestradores y otros delincuentes. La medida ha sido cuestionada por el Gobierno de EE.UU. y el Fiscal General ALFONSO VALDIVIESO, que piensan que el grupo de elite debería quedar en CALI para desmantelar totalmente al Cartel de la mencionada ciudad.

- En medio de la crisis política que sufre COLOMBIA en la actualidad por las acusaciones de donaciones de dinero del Cartel de Cali a la campaña electoral de pasado año del Pte. SAMPER, el Ministro de Defensa FERNANDO BOTERO ZEA renunció a su cargo luego de que la Fiscalía solicitara abrir una investigación sobre él y su colega de Comunicaciones ARMANDO BENEDETTI. Posteriormente fue detenido por orden de la Fiscalía, dictándosele auto de dentención sin beneficio de excarcelación, siendo presunto responsable en la filtración de dinero del narcotráfico y también por violación a la reserva sumarial y el robo de un documento, así como también el

presunto robo de una copia de la declaración que ante la Fiscalía rindió el ex tesorero de la campaña del Pte. SANTIAGO MEDINA. Al mismo tiempo se indicó que BOTERO facilitó detalles a un fiscal "sin rostro" sobre los movimientos de una cuenta abierta en una sucursal del banco estadounidense CHASE MANHATTAN en NUEVA YORK.

Existiendo acusaciones sobre donaciones ilegales por diferentes montos, el Pte. SAMPER presentará una declaración jurada ante la Comisión de Acusaciones de la Cámara de Representantes. El abogado defensor del Pte. ANTONIO JOSE CANCINO, manifestó que esta será una de las pruebas fundamentales dentro de la investigación que determinará si hay pruebas para que SAMPER sea sometido a un juicio político en el Congreso.

Por su parte, la Comisión de Acusaciones de la Cámara de Representantes inició la indagación preliminar dentro de la investigación que realiza sobre el Pte., siendo designado como encargado de la investigación el liberal HEYNE MOGOLLON, el que contará además de con las pruebas, con testimonios de las personas implicadas en el proceso. En caso de que se encuentren méritos suficientes para iniciar la investigación, el proceso pasará al Plenario de la Cámara y luego, si este también determina la existencia de pruebas, será el Senado de la República el cuerpo encargado de juzgar al Presidente.

- Fuerzas combinadas de la Armada y la Policía capturaron a MIGUEL RODRIGUEZ OREJUELA en un departamento al oeste de CALI, en compañía de su primera esposa, AMPARO ARBELAEZ y JESUS ZAPATA, su jefe de seguridad.

RODRIGUEZ OREJUELA tiene seis órdenes de captura en COLOMBIA y es requerido por las autoridades judiciales de EE.UU. por delitos relacionados con el narcotráfico y el lavado de dinero, planteando la Fiscalía que debe recibir la pena máxima de 24 años de prisión por delitos de narcotráfico y conexos. Cabe destacar que RODRIGUEZ declaró que no entregó dinero para financiar la campaña electoral del Pte. SAMPER.

La noticia de la captura fue bien recibida en EE.UU., aunque expertos antidrogas alertaron sobre la posibilidad de que el negocio sea heredado por carteles mexicanos. AMADO CARRILLO FUENTES, Jefe del Cartel de Juárez, fue sindicado como el principal candidato para heredar el poderío colombiano.

El Director de la DEA THOMAS CONSTANTINE, señaló que narcotraficantes de MEXICO y el sudoeste asiático ya crearon sistemas internacionales para traficar cocaína, heroína y anfetaminas a EUROPA y EE.UU., y ahora intentan controlar su comercio internacional.

Mientras tanto, JORGE RODRIGUEZ OREJUELA fue condenado a cuatro años y siete meses de prisión en el primero de los procesos judiciales en su contra que ha terminado. Paralelamente, la Fiscalía dictó "medida de aseguramiento consistente en la detención preventiva sin beneficio a excarcelación" contra HENRY LOAIZA, considerado el jefe militar del cartel. Al mismo tiempo, continúan los operativos para ubicar al único miembro de la cúpula del cartel que continúa prófugo, HELMER HERRERA, registrándose un falso templo ubicado en Santa Anita, CALI, el que albergaba armas y sistemas de comunicaciones del mafioso.

Fuentes del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) indicaron que los presuntos jefes del Cartel de Cali no abandonaron el mundo de las drogas y planean atentados contra organismos de seguridad colombianos que los persiguen. Tras las incautaciones de cocaína, la constante detención de "mulas" y el hallazgo de 250 kgrs. de dinamita, la Policia secreta está convencida de que los líderes de la organización caleña manejan sus actividades ilegales desde la cárcel.

- La Fiscalia General dictó una nueva resolución de acusación contra el narcotraficante IVAN URDINOLA GRAJALES, considerado el jefe del Cartel del Norte del Valle, por el homicidio de un ex militar, junto a otros dos hombres.

- La Policía descubrió y desactivó un explosivo de

alto poder en el Parque Nacional, cercano a Santafé de Bogotá, el que atentaría contra el Fiscal General ALFONSO VALDIVIESO. El Vice Fiscal SALAMANCA precisó que narcotraficantes de la costa atlántica financiaron la contratación de terroristas de la ETA para la realización del atentado.

- La Justicia colombiana ha creado un cuerpo judicial de elite que completará el juicio de los narcotraficantes y sus beneficiarios con la investigación y declaratoria de extinción de dominio sobre bienes adquiridos con dinero de la actividad ilegal. El mismo entrará en funcionamiento en el mes de setiembre y permitirá a las autoridades locales evitar que personas condenadas por violación a las leyes antinarcóticos conserven sus valiosas propiedades, como sucederá con algunos integrantes del desarticulado Cartel de Cali.

- Técnicos estadounidenses asumirán directamente la manipulación de un sistema de radares para el control del tráfico marítimo que será instalado en las islas caribeñas colombianas de San Andres y Providencia. Estos radares constituirán la primera fase de un proyecto de implantación en esa región insular, a 700 kms. de la costa norte del país, de un comando especial de guardacostas.
El Comandante de Guardacostas de la Armada Nacional informó que la primera parte de la iniciativa entrará en funcionamiento a finales del próximo año, sistema que pretende contrarrestar el tráfico de armas y drogas.

- Un total de 1443 mafiosos han sido capturados y 17.5 toneladas de cocaina incautadas desde el comienzo de 1995. En el mismo período fueron decomisadas alrededor de 155 toneladas de marihuana, según un informe especial de las operaciones antidrogas del Ejército, Policía, Fuerza Aérea, la Marina de Guerra y las agencias estatales de Información y Seguridad Estatales.

Se han decomisado un total de 17.476 lts. de cocaína liquida, 9 toneladas de base de cocaína y 500 kgrs. de basuco; destruyendose un total de 327 laboratorios de procesamiento de cocaína y miles de galones de precursores químicos.

- Los campesinos del Dpto. del Huila, consideran actualmente poco rentable y seguro el cultivo de látex de adormidera, y en adelante producirán plantaciones legales, ya que el precio de este cayó vertiginosamente y los compradores del Valle del Cauca dejaron de comprar. Los campesinos decidieron acogerse al Plan de Sustitución de Cultivos Ilícitos del Gobierno (Plante).

- Un minisubmarino, utilizado para cargar drogas en alta mar, fue descubierto oculto en un contenedor metálico en la ciudad caribeña de CARTAGENA DE INDIAS. Expertos navales indicaron que el aparato es de fabricación italiana y está dotado con sistemas de ventilación, radar y radio, y tiene una longitud de 14 metros.

- Un presunto jefe guerrillero identificado como EDGAR SALAS fue capturado en el suroeste del país con 50 kgrs. de cocaína, cinco revólveres y tres fusiles, siendo según fuentes oficiales, uno de los jefes de finanzas de las FARC.

- Veintiseis turistas fueron capturados en el aeropuerto bogotano de El Dorado, en un avión que se disponía a partir a la isla caribeña de San Marteen y en cuyas maletas llevaban un total de 187 kgrs. de cocaína y 3,5 de heroína, los que tendrían como destino final EE.UU.. Se señaló que la mayoría de las mulas son de Pereira y de la zona norte del Valle del Cauca, en el centro oeste y suroeste del país. Posteriormente la Policía detuvo a dos jefes del cartel de Pereira, RUBEN DARIO ARBELAEZ, jefe de la red de mulas y HENRY MESA MONTES, encargado del reclutamiento de las personas.

E.- ECUADOR

- La Policía Antinarcóticos capturó a seis colombianos y catorce ecuatorianos con 8.9 toneladas de marihuana con destino a BELGICA. país donde según el Comandante General de la Policía de ECUADOR. Gral. MIGUEL ROSERO. alcanzaría un precio entre los 50 y 60 millones de dólares, mientras que en EE.UU. sólo llegaría a los 30 millones. indicando que dos de los colombianos detenidos eran los encargados de transportar la droga desde Pasto (COLOMBIA), donde se acumulaba. para luego introducirla al país.

- Autoridades del aeropuerto de QUITO detuvieron a un colombiano y un estadounidense con 2.76 kgrs. de heroina en su equipaje pretendiendo viajar a MEXICO.

F.- PERU

- El Director de la Oficina de Política Nacional de Control de Drogas de ESTADOS UNIDOS. LEE BROWN afirmó en LIMA que su país mantendrá su apoyo a la lucha contra el narcotráfico en PERU. Al mismo tiempo indicó que su país apoya la sustitución de la coca por cultivos alternativos en las zonas cocaleras peruanas y que se incrementará la ayuda al respecto. Asimismo negó que su pais vaya a reducir la ayuda contra el narcotráfico por la devolución de 10 helicópteros por parte del estado peruano. El Presidente FUJIMORI informó que devolvería a EE.UU. diez helicópteros usados en la lucha antidrogas que databan de la Guerra de Vietman por considerarlos obsoletos, y que habían sido reemplazados por otros seis comprados recientemente por PERU.
La flota puesta a disposición de PERU por la DEA opera en el pais desde hace ocho años y actualmente su base está ubicada en Pucallapa. capital del Dpto. selvático de Ucayalli. a 890 kms. al nordeste de LIMA.

- Expertos de la Comisión de Prevención del Crimen de la ONU. señalaron que PERU logró desmontar la base de

materia del narcotráfico, tras desarticular la red de productores de pasta básica de cocaína en el Alto Huallaga, principal proveedora de los carteles de COLOMBIA. Los expertos informaron que las "firmas" peruanas y los carteles colombianos han visto interrumpido el flujo de pasta básica de cocaína entre ambos tras el ataque frontal realizado por el Gobierno colombiano contra el Cartel de Cali.
Mientras en 1993 se comercializó pasta básica de cocaína (PBC) por cerca de 1.000 millones de dólares, en 1994 la cifra bajó a cerca de 800 millones y en lo que va del año no supera los 200. Al mismo tiempo se infrmó que se ha elaborado un Plan Nacional contra las Drogas que debería ser aprobado en los próximos días por el Congreso peruano y que entraría en vigor en unos 60 días. El mismo comprende labores de interdicción, para lo cual es indispensable la adquisición de naves y equipos de inteligencia electrónica norteamericanos, y acciones de desarrollo alternativo, entre ellas campos de cultivos legales. También incluye el apoyo de EE.UU. para la vigilancia de la zona de tránsito de la droga, con el uso de radares y aviones Awacs y Orion.

- Operativos militares antisubversivos en la zona del Alto Huallaga, donde se intenta cercar la columna de Sendero Luminoso denominada "Mar Rojo", han producido un desbande de campesinos y productores de coca, obligándolos a abandonar la zona con la consiguiente caída del precio de la pasta base de cocaína de 600 dólares a menos de 150 el quilo.
Las operaciones se realizaron en los departamentos de Ancash, Cajamarca, Lambayeque, La Libertad, Piura, ubicados al norte y nordeste del país, y principalmente en los Dptos. de Huanuco y San Martín, donde el narcotráfico mantiene usinas y laboratorios clandestinos; siendo detenidos un considerable número de terroristas y presuntos narcotraficantes. Al mismo tiempo, se incautó armamento, municiones, insumos químicos, equipos de comunicación, pasta básica de cocaína, vehículos, explosivos y unos 60 kgrs. de hojas de coca. También se

destruyeron varias fozas de maceración y se inutilizaron dos pistas clandestinas de aterrizaje utilizadas por los narcos para el transporte de la droga.
Según expertos, la demanda de drogas se ha incrementado en el extranjero, pero en los próximos meses habrá una severa escasez de la droga en varios paises consumidores. Además, la suspensión de compra de los productores legales de coca ayudó a recrudecer la crisis. La Empresa Nacional de la Coca decretó la suspensión de las compras a nivel nacional al haberse declardo abastecida y unas 655 toneladas de hoja de coca se perderían sólo en el Dpto. de Cusco.

- Más de 8.000 campesinos cocaleros del Alto Huallaga y la selva peruana anunciaron la realización de un paro regional indefinido para exigir al Gobierno la ejecución de programas alternativos a la destrucción de sus cultivos de coca por parte de las fuerzas antidrogas. El mismo fue decretado por agricultores agrupados en la Fundación para el Desarrollo Agrario de la Selva, la Asociación de Cocaleros, el Comité de Agricultores y otros organismos de los Dptos. de Huanuco y San Martín. Sus denuncias se centran en que la destrucción de los cocales por parte de las fuerzas del orden ha reducido en 80% la actividad económica de la región. Los cocaleros sufren el impacto de la recesión económica que les ha causado la desaparición de la economía generada por la producción de hojas de coca, acentuada tras la captura de los principales cabecillas del narcotráfico en PERU en los últimos años.
Por su parte, los campesinos de los valles de los ríos Ene y Apurimac, en la selva central y sur del PERU, demandaron al Gobierno la inmediata puesta en marcha de programas de cultivos alternativos a 30.000 campesinos, entre cultivadores cocaleros y productores de pasta básica de cocaina, como una solución para afrontar la caída del precio de la hoja de coca.
El Presidente de la Federación de Productores de Hojas de Coca de los mencionados valles, HUGO HULLICA, afirmó que entre sus

asociados cuenta con 25.000 hombres armados, que combatieron a grupos terroristas como integrantes de milicias civiles llamadas "rondas campesinas", precisando que "esas armas podrían apuntar ya no a los subversivos sino en otra dirección".
Mientras tanto, la Asociación de Campesinos Cocaleros, reunida en Puno, propuso como parte de la solución a sus problemas que se despenalice la hoja de coca y que se creen empresas campesinas para la comercialización de derivados legales de la hoja del mencionado arbusto.

- La Policía antidrogas informó que el narcotraficante colombiano ALFREDO SANTOS VASQUEZ TRUJILLO, hombre "enlace" entre algunas firmas de PERU y la mafia colombiana del Cartel de Cali, fue capturado en el Dpto. de San Martín. VASQUEZ era uno de los principales proveedores de pasta básica de cocaína a los hermanos peruanos LOPEZ PAREDES, a los que se decomisó a principios de este año 3.226 kgrs. de cocaína de alta pureza en Piura, que pensaban enviar a MEXICO.

- Unas cuarenta aeronaves fueron interceptadas o derribadas en los últimos meses por la Fuerza Aérea de PERU en el espacio aéreo de la selva amazónica peruana. Se indicó que la acción sobre estas aeronaves responde a una estrategia de PERU "dirigida a cortar el puente aéreo del valle del Huallaga a COLOMBIA", utilizado para abastecer de cocaína básica a las bandas colombianas. La detección de las aeronaves se hizo con el apoyo de aviones Awac y Orion, dotados de radares, prestados por EE.UU. para combatir el narcotráfico.

- El Consejo Supremo de Justicia Militar (CSJM) condenó en última instancia a 30 años de prisión al cabecilla del clan peruano de la droga ABELARDO CACHIQUE por haber suministrado armas a SENDERO LUMINOSO. Esta sentencia revoca otra, dictada a principios del mes por un juez militar "sin rostro", que condenó a CACHIQUE a cadena perpetua por el mismo

delito, considerado traición a la patria. La CSJM decidió imponer una pena más benigna, por tratarse de un "líder narcoterrorista zonal", es decir, que operaba en una parte del territorio nacional, en la selva del Alto Huallaga. El traficante no sólo proporcionó armas a SENDERO LUMINOSO y al Movimiento Revolucionario Tupac Amarú (MRTA), sino que coordinaba las zonas donde debían operar para facilitar sus actividades en el Alto Huallaga.
Las pruebas inculpatorias contra CACHIQUE las facilitaron un grupo de subversivos arrepentidos, que revelaron las permanentes reuniones de "coordinación" y acuerdos que sostenía el mencionado con la banda maoísta SENDERO LUMINOSO. Otra prueba es un documento senderista titulado "Balance y Reajuste de la Lucha Revolucionaria", en el que figuran puntualmente los acuerdos pactados entre los narcoterroristas y se mencionan los montos que debía pagar la firma familiar de "Los Cachique" de acuerdo a la calidad y cantidad de la droga, así como regularse el número de vuelos que hacían las avionetas colombianas que llegaban a aeropuertos clandestinos controlados por organizaciones subversivas.

G.- URUGUAY

- El Gobierno de nuestro país y el de los EE.UU. firmaron un nuevo Acuerdo de Cooperación Técnica en Materia de Educación Preventiva y Lucha contra los Estupefacientes. El mismo, suscrito por el Ministro interino de Relaciones Exteriores CARLOS PEREZ DEL CASTILLO y el Embajador de EE.UU. en nuestro país THOMAS DODD, se enmarca en el Acuerdo General de Cooperación Técnica existente entre nuestro país y los EE.UU.. El objetivo del convenio es el establecimiento de un proyecto destinado a eliminar dentro del URUGUAY la producción, procesamiento, tráfico ilícito y consumo de drogas, especialmente narcóticos, así como el tráfico ilícito de estupefacientes a través de las aguas territoriales de nuestro país. Asimismo constituye la continuación de la cooperación iniciada años atrás entre ambos países, la que

optimiza la utilización de recursos humanos y materiales.

- El Prosecretario de la Presidencia de la República Dr. ALBERTO SCAVARELLI concretó en LA PAZ. BOLIVIA. un acuerdo para combatir el narcotráfico y trabajar en políticas de prevención contra el consumo de drogas con el gobierno boliviano.

- Como reafirmación de la política oficial de combate directo al narcotráfico. la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, cuyo titular es el Prosecretario de la Presidencia Dr. SCAVARELLI, ha dado particular importancia a la acción de los detectores caninos.
La División de Investigaciones de la Prefectura Nacional Naval cuenta actualmente con 10 canes entrenados, y a pedido de la Junta tendría para 1996 unos 30 más, prontos y a disposición de todos los comandos especializados en el combate contra el narcotráfico.

- Personal de la seccional 2º capturó a un distribuidor de marihuana que actuaba en las inmediaciones de los liceos de Cerrito de la Victoria, incautándosele 1/2 kgr. de la droga que adquiría en la zona de Colón; siendo procesado por tenencia y suministro de estupefacientes.

- Dos hombres que lideraban una organización de venta de estupefacientes, trata de blancas y falsificación de dólares, fueron detenidos en la zona de La Blanqueada por efectivos de la Brigada de Narcóticos, incautándoseles 200 grs. de cocaína, 1 kgr. de lactosa (que sirve para el estiramiento del alucinógeno), varias armas de fuego y 900 dólares. Los individuos viajaban periódicamente a BRASIL a adquirir la droga y traerla a nuestro país.

- La Brigada de Narcóticos desarticuló una red de

distribución de drogas en la zona de PIEDRAS BLANCAS, donde fueron detenidas dos personas. Esta organización estaba a cargo de una meretriz y su padre, un ex policía, quienes tenían como fachada un quiosco y licuaban la marihuana como manera de aumentar su volúmen. En los allanamientos se incautaron 300 grs. de marihuana y 17 "palancas" que se vendían entre 30 y 50 pesos. Los detenidos fueron procesados con prisión por el Art. 35 de la Ley 14.294.

- En la zona del Prado, efectivos de la Brigada de Narcóticos desarticularon una organización que se dedicaba a la venta de marihuana y cocaína, siendo detenidas nueve personas, dos de las cuales fueron a prisión y las restantes fueron derivadas a la Comisión Nacional de lucha contra las Toxicomanías.

- La Fundación Manantiales, instituto de tratamiento para adicciones tales como drogadependencia y alcoholismo, abrió la primera comunidad terapéutica de internación en nuestro país, Dpto. de MALDONADO, la que tiene sede en Buenos Aires y está constituída por médicos, psicólogos, psiquiatras, ex adictos y colaboradores. La Fundación brinda asistencia al grupo familiar, así como también tratamiento ambulatorio, Comunidad de Día, Comunidad Terapéutica de Internación y Reinserción Social, apoyado en psicodiagnóstico, psiquiatría, medicina clínica y terapia familiar sistemática.
Asimismo ofrece el Servicio Infodrogas que funciona las 24 horas del día y brinda información acerca de que hacer en casos de intoxicación, detalles de los efectos que ocasiona el consumo de drogas, etc.

II.- VENEZUELA

- El Ministro de Defensa Gral. MOISES OROZCO, quien recientemente se entrevistó en EE.UU. con las principales autoridades antidrogas, informó que su país recibirá del gobierno estadounidense, helicópteros, radares y otros equipos

que se destinarán exclusivamente a la lucha antinarcóticos, señalando al mismo tiempo que esa ayuda se justifica porque VENEZUELA es el punto que los narcotraficantes utilizan como puente para la distribución de drogas. También señaló que la colaboración con EE.UU. no es nueva y reconoció que aviones estadounidense con sus tripulaciones, a los que se les incorporaron oficiales venezolanos, han efectuado ya tareas específicas en territorio venezolano.

- La Oficina de la Política Nacional de Control de Drogas de la Casa Blanca, suscribió en CARACAS un documento con la Comisión Nacional Contra el Uso Ilícito de Drogas (Conacuid) que contempla un aporte de 275.000 dólares para financiar un estudio sobre el consumo de drogas en este país. LEE BROWN destacó el papel de EE.UU. como "aliado clave" de VENEZUELA en la lucha contra el narcotráfico "que ha iniciado un creciente consumo en el país", refiriéndose al mismo tiempo a los indicadores colaterales del aumento del consumo: creciente criminalidad y violencia.

V.- <u>EUROPA</u>

A.- <u>AUSTRIA</u>

- La Policía austríaca desarticuló una red de distribución de drogas que había conseguido vender en dos años más de media tonelada de resina de cannabis procedente de AMSTERDAM. Los responsables de esta red eran un austríaco y un serbio, quienes distribuían en VIENA además de la mencionada droga, cocaína y marihuana. La red contaba con el detenido serbio como "Secretario", y sus miembros, 21 de los cuales han sido detenidos, tenían salarios mensuales y distribución de trabajo seis días a la semana, además de un "correo que traía la droga a VIENA desde AMSTERDAM". En los operativos se decomisaron 43 kgs. de resina de cannabis, unos 2 kgrs. de marihuana y cuatro mil dosis de LSD.

B.- ESPAÑA

- Tres ciudadanos españoles procedentes de BRASIL fueron detenidos en el aeropuerto madrileño de Barajas con 12 kgrs. de cocaína escondidos en fajas. Los traficantes llegaban de RIO DE JANEIRO y continuarían su viaje hasta LISBOA, pero se presume que el destino final era la ciudad de BARCELONA.

- Agentes de la Guardia Civil incautaron en Algeciras y Tarifa, al sur de ESPAÑA, 706 kgrs. de hachís en dos operaciones en las que fueron detenidos un tunencio y dos franceses. En Tarifa, el Servicio Marítimo de la Guardia Civil interceptó en la desembocadura del río Aleíes 400 kgrs. de hachís distribuidos en bultos que se encontraban en el interior de una embarcación. Otros 306 kgrs. fueron interceptados en la aduana del muelle de Algeciras, cuando se localizaron ocultos bajo los asientos de una furgoneta ocupada por los detenidos mencionados.

- Tras resistirse a parar en un control de carreteras, un traficante francés resultó herido por disparos de la Gurdia Civil en la Provincia española de GRANADA. Dentro del vehículo en que se trasladaba el traficante se incautaron 45 kgs. de resina de hachís.

C.- ITALIA

- Una red de traficantes de drogas que operaba entre SUDAMERICA, ITALIA y ESPAÑA fue desmantelada por la Policía genovesa, incautándose 25 kgrs. de cocaína, la que fue transportada por una nave para contenedores de bandera rusa oculta en envases de madera. La organización estaba liderada por un empresario de Palermo y fueron detenidos nueve de sus miembros, entre ellos dos colombianos.

- Una terapia llamada Desintoxicación Ultrarrápida de Opiáceos (DUO), estudiada en ESPAÑA y perfeccionada mas tarde en ISRAEL por el Instituto de Investigación Cita, será

aplicada en la Clínica Santa María de la localidad de La Castellanza, a unos 500 drogadictos de varios países que deberán abonar 6.250 dólares por el tratamiento.
Esta terapia esta basada en la premisa de que la drogadependencia es una enfermedad que debe ser tratada como tal y sólo en un segundo momento se procederá a la reinserción social del paciente. El método se basa en suministrar al paciente una composición de fármacos que actúa sobre los receptores cerebrales de los opiáceos, restableciendo el equilibrio del organismo tras una breve crisis de abstinencia sin dolor, todo ello en un mismo día.

D.- PORTUGAL

- El Consejo de Ministros portugués aprobó nuevas medidas para impedir el blanqueo de capitales originado por actividades delictivas que utilizan para ello el sistema financiero, la intermediación inmobiliaria o las loterias y quinielas.

- Tres venezolanos y un italiano fueron detenidos en el archipiélago atlántico de las Azores tras ser encontrados 188 kgrs. de cocaina en un yate de nombre "Quetzal". La embarcación, procedente de VENEZUELA, tiene bandera holandesa y fue abordada en las proximidades de la isla de Corvo, en el grupo occidental del archipiélago de las Azores, cuyo destino era algún puerto europeo.

- La Policía Judicial incautó 386 kgrs. de cocaína en la Isla de Flores, en el grupo occidental del archipiélago de las Azores, en un yate de bandera británica que tenia como destino las Islas Canarias, deteniendose a tres personas.

E.- REINO UNIDO

- La Policía británica incautó en LONDRES un millón de tabletas de LSD por valor de 8 millones de dólares, deteniendose a dos personas, en un apartamento del barrio

Saint John's Wood. El Servicio Nacional de Investigación Criminal señaló que el cargamento incautado es el tercero de los cuatro mayores confiscados en el REINO UNIDO en los últimos cinco años.

F.- RUSIA

- El desorden en los controles fronterizos y la corrupción generalizada en RUSIA han creado las condiciones ideales para un crecimiento explosivo del tráfico de drogas. incluso de la cocaína.

Militares rusos se han implicado en el contrabando. utilizando aviones de carga del Ejército para transportar opio, hachís y otras drogas desde AFGANISTAN a RUSIA. En 1994, las autoridades decomisaron 82 toneladas de drogas ilegales, en gran aumento con relación a las cuatro toneladas confiscadas en 1985, afirmó el Cnel. de Policía NIKOLAI OSIPOV, que encabeza el Dpto. contra el Narcotráfico del Ministerio del Interior.

Asimismo admitió que la droga decomisada equivale a solo el 15% de la cantidad que mueve el rapidamente creciente narcotráfico en RUSIA. cuyo valor según los cálculos más moderados ascendió en el año último a 500 millones de dólares.

VI.- ASIA

A.- BIRMANIA

- KUHN SA. considerado el mayor narcotraficante de heroína del mundo, está dispuesto a abandonar el negocio a cambio de que se le permita tener un retiro pacífico. SA controla el 70% de la heroina que se elabora en las montañas birmanas de la región conocida como Triángulo de Oro y es líder del Ejército rebelde formado por unos 20.000 guerrilleros. afirmando estar preparado para ordenar a sus tropas que depongan las armas para permitir que la ONU o la Unión Europea ayuden económicamente las áreas que él controla.

- La producción de opio en BIRMANIA ha aumentado y a

los agentes antidrogas les resulta prácticamente imposible seguir el rastro al flujo de heroína que llega más pura cada día a los adictos de EUROPA, AMÉRICA o ASIA.
BIRMANIA es el centro mundial de producción de heroína y la guerra contra esta ha fallado porque CHINA ha abierto nuevas rutas de contrabando, permitiendo que los birmanos transporten sus cargamentos hasta HONG KONG u otros puertos como el de Danang, en VIETNAM, o el Sihanuk Ville en CAMBOYA.

B.- JAPON

- La Policía investiga la fabricación y utilización de drogas por parte de la secta VERDAD SUPREMA, que al parecer, almacenaba LSD en cantidad suficiente para obtener 5 millones de dosis, así como mezcalina para elaborar 50.000 dosis.
La Policía sospecha de que además de suministrar enormes cantidades de drogas a los fieles, la secta vendía estupefacientes a grupos criminales para financiar los atentados con los que pretendía materializar las apocalípticas profesías de su gurú, SHOKO ASAHARA.

C.- LIBANO

- Agentes de la Policía Antidrogas confiscaron en el aeropuerto internacional de BEIRUT más de 500 kgrs. de cocaína, la que estaba disimulada en cajas de cartón procedentes de BRASIL.

VII.- OCEANIA

A.- AUSTRALIA

- Los médicos australianos podrán prescribir píldoras basadas en el principal ingrediente activo de la marihuana a los enfermos de SIDA en estado avanzado y a los pacientes de cáncer sometidos a quimioterapia, según lo estableció el Ministerio de Salud de Nueva Gales del Sur, con capital en SYDNEY. Al mismo tiempo se indicó que no se trata de una forma indirecta de legalización de la droga, porque el

fármaco "dronabinol" se obtiene sintéticamente y ya no del extracto de la marihuana. El tratamiento regular costará menos de 180 dólares mensuales, bastante inferior a la marihuana.

R.E.Nº ..... 9509319 ....

ASUNTO: "INCONTRO" (QUINCENAL ITALIANO EN URUGUAY) ....

PROCEDENCIA: D.G.I.D ....

EVALUACION: A 1 .....

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO .....

25 1995
Biografico
Nº 9335

OBSERVACIONES: ....

FECHA: 21/SET./1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEMICHELI

1/2

35

INCONTRO

MENSILE ITALIANO IN URUGUAY

Nº 204 SETTEMBRE 1995

Luis Alberto de Herrera 2231 - Tel. 81 53 22 - Aderente alla FUSIE e FSS
Tarifa Reducida de Prensa - Decreto P. E. 12/XI/ 1957 - Exp. D. N. C. 14 667/82

INCONTRO
QUINDICINALE
ITALIANO
IN URUGUAY

Direzione e
Amministrazione
Luis A. de Herrera 2231

Direttore Responsabile
Italo Serena

Redazione
Luigi Lovatin
Franco Brunello
Vanni Da Deppo
Alex Santin

Composizione e
Diagrammazione
Lina Guffanti

Arti Grafiche
Pettirossi S.R.L.
Adolfo Lapuente 2289
Tel. 60 78 05
Dep. Legal 177 480

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DIVISION INFORMACIONES	25SET95	HOJA
	PEDIDO DE INFORMES:	82/95	

I. FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 03OCT95

II. INFORMACION CONOCIDA:

A. EVALUACION:

B. TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 25 de SETIEMBRE de 1995.
Nº Comp. 9509396 Fecha salida 25.9.
Pase a: S.D.I.
Prioridad:
Observaciones:

III. INFORMACION SOLICITADA:

IV. ACCION TOMADA:

V. DISTRIBUCION: D.G.I.D.
D.E. I
DPTO.II. E.M.E.

FIRMA:

El Jefe de la División Informaciones de la D.N.S.FF.AA.

Coronel

Tomas V.Cassella

27/9/95
410/95

26 SET. 1995
Nº 9509396

15

Montevideo,22 de setiembre de 1995

1.-**ALCOBA IGLESIAS, Gabriela Yanina** Aux.de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 28-06-75 Durazno

C.I. 3.820.987-0

C.C. TFD 26.313

Domicilio actual: Juan Paullier 2083/3

Domicilio anterior: Rincon del Bonete Viv.187 -P.de los Toros-

Nombre del padre: Uruguay ALCOBA MARQUIZO

C.I. 2.746.119-4 C.C. TFD 11.788

Nombre de la madre: María Angeolina IGLESIAS COLLAZO

C.I. 2.747.259-9 C.C. TFD 15.392

Nombre del cónyuge:Edgardo RISSI ALBORNOZ

C.I. 3.023.366-7 C.C. TFD 23.568

Presentado por: Cnel.F:Fernández

2.-**BERRUTTI, María José** Aux.de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 04-05-74 Montevideo

C.I. 3.622.726-8

C.C. CDA 77.262

Domicilio actual: Aparicio Saravia 708

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre: María Luisa BERRUTTI MURIALDO

C.I. 3.784.705-7 C.C. CAA 12.532 tras. CDA 74.860

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

Presentado por:

RESERVADO

3.-**BUZO SOCA, Katherin Ethel** Aux.de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 22-10-74 Montevideo

C.I. 1.998.926-5

C.C. AEA 8113

Domicilio actual: Uruguay 892/502

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Arapalco BUZO DE ESTEBAN Mil. (Fallecido)

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Ana Caterine SOCA MAZZA

C.I. 1.366.852-0 C.C. BAB 38.556 tras. AEB 6.000

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

Presentado por:

4.-**CAMACHO CASTRO, Lourdes Lucrecia** Aux.de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 08-06-69 Cerro Largo

C.I. 2.930.532-4

C.C. GBA 10.666 tras.BCB 52.998

Domicilio actual: Felix Laborde 2283

Domicilio anterior: Brandzen 981 -Melo

Nombre del padre: Eduardo Walter CAMACHO GOMEZ

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Nilbia Doris CASTRO PEREZ

C.I. 2.758.670-0 C.C. GBC 8993

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

Presentado por:

5.-DOTTA MURGUIA, Rodolfo Mario   Administrativo

Fecha y lugar de nacimiento: 16-02-71 Maldonado

C.I. 1.913.277-7

C.C. AXB 28.272

Domicilio actual: Rbla.Repca.del Perú 757/501

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Ruben Mario DOTTA BOTTINO Marino

C.I. 662.681-0   C.C. ACA 3589 tras.AZA 38.833

Nombre de la madre: María Raquel MURGUIA APOLO

C.I. 1.191.922   C.C. GAA 3170 tras.AXB 13.449

Nombre del cónyuge:

C.I.   C.C.

Presentado por: Mayor H.Varela

6.-FARIAS IFRAN, María Susana   Aux.de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 22-02-77 Canelones

C.I. 4.057.677-8

C.C. CME 11.865

Domicilio actual: Ruta 8 Km.25 calle India Muerta S.12

Domicilio anterior: Ruta 8 Km.25 calle 18 de julio S.33

Nombre del padre: Carlos Ulises FARIAS MIRANDA (fallecido)

C.I.   C.C.

Nombre de la madre: Nélida Susana IFRAN PIRIZ

C.I. 1.572.929-7   C.C. CMA 35.983 tras. CME 1839

Nombre del cónyuge:

C.I.   C.C.

Presentado por:

7.-**FERRER OLASO, María de la Paz** Aux.de Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 06-08-70 Montevideo

C.I. 1.761.937-9

C.C. AZB 15.286

Domicilio actual: Buxareo 1317

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Jorge Alberto FERRER NOBLEGA (Fallecido)

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Graciela Tomasa OLASO GOMEZ

C.I. 960.781 C.C. BQA 10.009 tras.AZB 17.432

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

Presentado por:

105/5

9509396

FECHA 29/9/95 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES 4

Flashes Culturales
Tel. 81 06 94 - Anzani 2008 CP 11.600
Fax: 598 - 2 - 80 21 91
Casilla de Correo Nº 10.733
Montevideo - Uruguay

Ante la venida de Fidel Castro:

el Uruguay auténticamente democrático

se conmueve al recordar a nuestros compatriotas, víctimas de la saña criminal de la sedición marxista que operó en Uruguay y América con el apoyo con la dictadura cubana.

manifiesta

INDIGNACION Y RECHAZO

- Por los miles de mártires asesinados en los paredones castristas;
- Por todos los que todavía sufren en los campos de concentración del infierno cubano;
- Por los "balseros" que arriesgan sus vidas escapando de la dictadura comunista;
- Por las familias que fueron y siguen siendo víctimas de confiscaciones y persecuciones; y
- Por los millones de cubanos que fuera y dentro de la Isla-cárcel esperan ver a su Patria liberada de la sanguinaria tiranía marxista-leninista.

COPIA No. 01/02

01 01
01 01

9509398

25 SET 1995 MEMORANDUM No. 950237/BUS-A/95

9503396

Argentina.

000002

000002

000002

001/22

SECRETO

COPIA No. 02/02

[illegible]

000002

002

3563398

SECRETO

Año 3 - Nº 71
Montevideo,
viernes 22 de
setiembre de 1995
Precio: $ 10.00

MENOS
ABAJO
MAS
RESTIA

RE



Marina Arismendi

Mensaje de Tabaré Vazquez

Gobierno ajeno al pueblo

EDITORIAL

La empresa Cifra, especializada en estudios de opinión, ha hecho público recientemente el resultado de una encuesta relativa al grado de conformidad que hay en la población respecto a la gestión del gobierno que encabeza Julio María Sanguinetti. Gobierno que, como bien se ocupan de señalar sus propios integrantes en cuanta oportunidad se les presenta, no responde solo al Partido Colorado sino a ambas colectividades políticas tradicionales; siendo, en definitiva, la expresión de los intereses que les son comunes, más allá de los matices que las diferencian.

Como era de prever, la referida encuesta mostró con la contundencia de los números lo que ya se palpaba claramente en todos los ámbitos de la sociedad: el gobierno blanquicolorado solo conforma a una minoría, que apenas alcanza a ser el veinticinco por ciento de las personas mayores de quince años. Cuando se trata de quienes son menores de cuarenta y cinco años, ese escaso número de personas conformes se reduce al veinte por ciento.

No otra cosa podía esperarse que resultara de la compulsa habida cuenta de cuales han sido las acciones del gobierno y cuales son sus planes de futuro.

En lo sustancial, toda la obra de este gobierno ha tenido un marcado carácter regresivo, en relación con los problemas que padece la gran mayoría de la población, acentuando los mismos y ofreciendo como única perspectiva su agravamiento.

Ajuste fiscal, reforma de la seguridad social y ahora reforma del Estado, son las medidas en que prácticamente se ha agotado la gestión del gobierno de coalición. Y todas esas medidas han apuntado, en última instancia, a rebajar los niveles de ingresos de trabajadores y pasivos, para reducir los gastos del Estado y posibilitar un mayor margen de ganancia a los inversores, así como un puntual pago de la deuda externa. Demás está decir que todas ellas han significado un descenso general de la capacidad de consumo y de las condiciones de vida de la inmensa mayoría, que se expresan elocuentemente en la generalizada recesión que se da en todos las actividades ligadas a la economía.

En la medida que la acción regresiva del gobierno en materia de políticas fiscales y presupuestales ha tenido a su vez como contracara la ausencia total de medidas tendientes a proteger y fomentar la producción nacional, tanto en la industria como en el agro, la disminución generalizada de la capacidad de consumo y de los niveles de vida ha estado acompañada por la creciente desocupación. Problema que, por otra parte, al margen de su gravedad intrínseca, ha puesto en evidencia hasta qué punto los intereses que expresa el gobierno son ajenos a los del conjunto de la población. Pretendiendo eximirse de la responsabilidad que le corresponde, en tanto la política que lleva adelante es la causa de fondo del problema, el presidente Sanguinetti, con su conocida vocación por la caza de brujas, ha salido a manifestar que la alarma generada por la desocupación es resultado de una campaña política de sectores opositores. Para no ser menos, su partenaire blanca, la bien mandada ministra Ana Lía Piñeyrua, ha declarado que la desocupación le preocupa pero no le alarma, a la vez que se declara incompetente para resolver el problema.

Frente a ese panorama de desolación y desesperanza no es de extrañar, entonces, que en las tres cuartas partes de la población no haya conformidad con el gobierno blanquicolorado. Lo que sí extraña sobremanera es que determinados dirigentes políticos, que tendrían que estar promoviendo y orientando la oposición a las políticas regresivas que genera tamaña disconformidad en la gente, estén apostando todavía a entendimientos con el gobierno de coalición a partir de disquisiciones inconsistentes e inconducentes acerca del diferente grado de consustanciación con el neoliberalismo que tendrían Lacalle y Sanguinetti.

Si el Frente Amplio aspira realmente a ser gobierno, y si como no puede ser de otro modo aspira a ello para realizar su programa, esencialmente incompatible con cualquier variante del neoliberalismo, no corresponde otra cosa a sus dirigentes, que expresar y defender sin claudicaciones presuntamente estratégicas, los intereses de las grandes mayorías que rechazan la política blanquicolorada.

Carta popular

...del Partido Comunista del Uruguay - Frente Amplio

Responsable: Daniel Berruti
...2090, Bloque 4G, Ap. 108. Montevideo.

Consejo de redacción: Ariel Badano, Teresita Bentanc...
Ruiz Pereyra Faget y Rómulo Oraisón.
Dibujantes: Alfredo Cuesta y Gabriela Schwedt.
Diagramación: Laura Casartelli
Fotografía: Pedro Vergara, Hugo Sacchi y Alejandro Per...
Corrección: Graciela Almeida.
Distribuidor: William Marino

M
RE

Con la aureol... actuación e... haciendo al... respecto a la educa... con discurso fácil y... tivas entre ciertos s... za, que creyeron in... los problemas bas... proclamas de buen...

Olvidaron esos... régimen de design... nombramiento de l... quienes accedieran... cionados a desarr... parámetros de la p... olvidaron, a su vez... que el actual gobi... mos que se opusier... porcentaje fijo de r... ñanza y que son ta... siva asfixia a que... gobiernos blancos... estado general de d...

Era de prever... definir los recurso... promesas del actu... la hora de la verda... carentes de susten...

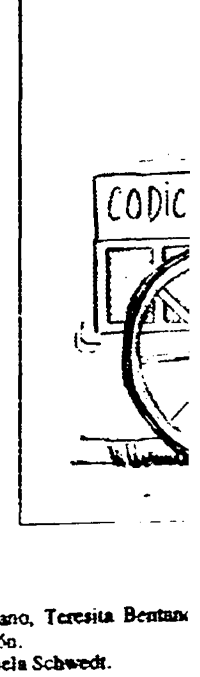
Por más que... llevar adelante lo... enseñanza preesc... sarios para eleva...

La pasada sem... del FA y luego... propuesta elabora... de se ponen a cons... paliar la muy pre... desocupación fruto... neoliberal por el g...

Entre otros se... seguro de paro a lo... trabajadores rural... cobertura para los... También se propo... sobre la Juunta N... Nacional de Colo... Desrrollo, para log... trabajadores.

Además se pro... aportes a las emp... dediquen a vivien...

El costo de est... una emisión de bo... cinco años y los in... to de la tasa de... artículos suntuari...



004

AUFRAGIO DE LA FORMA EDUCATIVA

a de un prestigio derivado de su
n organismos internacionales, y
larde de ideas renovadoras con
ción, el profesor Germán Rama,
efectista logró generar expecta-
ectores vinculados a la enseñan-
genuamente que para solucionar
taban antecedentes de brillo y
as intenciones.

crédulos que, de acuerdo con el
ación política que rige para el
as autoridades de la enseñanza,
a su dirección lo harían condi-
ollar su gestión dentro de los
olítica general del Gobierno. Y
, o quisieron no tenerlo presente,
rno está integrado por los mis-
on con ardor a que se asignara un
ecursos presupuestales a la ense-
mbién responsables de la progre-
ha sido sometida por sucesivos
y colorados, conduciéndola al
eterioro en que hoy se encuentra.
que cuando llegara la hora de
s para hacer efectivas las fáciles
l presidente de la ANEP, llegaría
d y se terminaría con las ilusiones
to.

se asegure la firme voluntad de
s planes destinados a ampliar la
olar, o formar los docentes nece-
r la calidad de la educación e
instalar escuelas y liceos de tiempo completo, las cifras manejadas en las previsiones presupuestales, tanto del Poder Ejecutivo como de la ANEP, indican claramente que la remuneración de los docentes continuará teniendo niveles de indigencia. Mal podrá entonces hablarse de una real reforma educativa, cuando quienes tienen que llevarla a la práctica continuarán padeciendo la situación de verdadera zozobra en que ahora viven, impedidos de dedicarse plenamente a su profesión y de perfeccionar sus aptitudes, por tener que soportar una insostenible carga de trabajo o dedicarse a otras tareas para poder sobrevivir.

La aparente discrepancia entre las previsiones del CODICEN y del Poder Ejecutivo, que ha sido agitada con sentido propagandístico, incluso con aparatosas amenazas de renuncia por parte de algún integrante de aquel cuerpo, no es más que un recurso propagandístico destinado a hacer creer que las autoridades de la enseñanza tienen algún grado de autonomía en sus posturas.

La diferencia entre unas y otras, que ya es sabido está acordado se reducirá, es totalmente irrelevante en lo que refiere a la situación en que quedarán los docentes y los funcionarios. Se aprueben unas u otras, sus padecimientos continuarán agravándose y la pregonada reforma ed[illegible]a pasará al olvido como un alarde más, al igual que tantos otros que en su momento efectuaron los consejos directivos de la enseñanza integrados exclusivamente por personeros de los gobiernos de turno blancos o colorados.

Los reales problemas

ana se aprobó en la Mesa Política
en el Encuentro Progresista una
da por una comisión especial, don-
sideración algunas iniciativas para
ocupante situación relativa a la
o de la fría aplicación de la política
obierno de coalición.

propone alargar la cobertura del
largo de un año y éste cubra a los
es. Mejora de las condiciones de
despedidos mayores de 50 años.
e modificar la legislación vigente
lacional de Empleo, el Instituto
ización y la Corporación para el
rar apoyo y capacitación para los

pone disminuir los impuestos y
resas de la construcción que se
das de interés social.

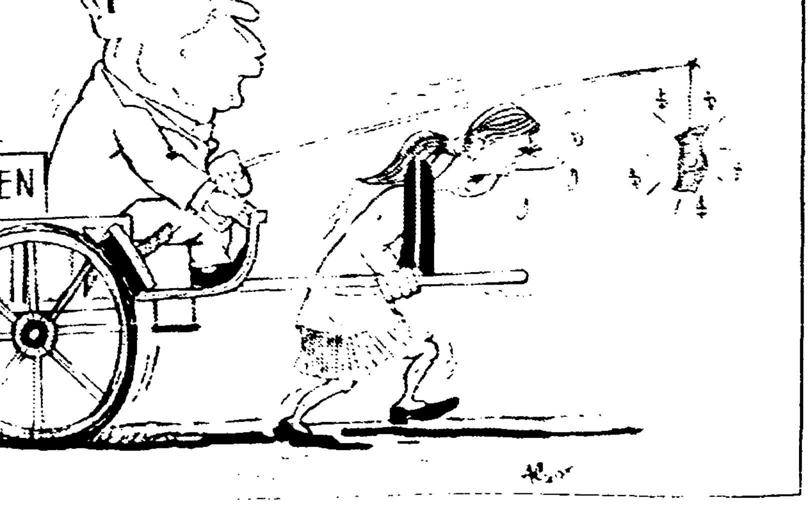
s propuestas sería cubierto por
nos de 250 millones de dólares a
ereses se cubrirían con un aumen-
estadística a la importación de
s. Nuestro partido aprobó esta
resolución de la Mesa Poñlítica más allá de pequeños detalles y aún de algunas discrepancias, con la convicción de que esta es una propuesta para discutir con todos los que estén dispuestos a ello (grupos políticos, organizaciones sociales, sindicatos, etc.) y enmarcado en un plan de movilización del Frente Amplio y sus aliados.

Es decir que éste debe ser un hecho político a partir del cual podamos desarrollar una estrategia de movilización sobre un tema puntual de gran importancia y dejemos en un segundo plano otros temas como el de la reforma constitucional que es usado como una cortina de humo para que pasen inadvertidos los de mayor impacto, como el salario, la vivienda, etc.

En la situación actual del país, con un proyecto de Presupuesto Quinquenal nefasto, donde se lleva adelante la estrategia neoliberal a todo vapor, sería un error político que el FA y las fuerzas progresistas siguieran discutiendo en forma interminable si balotaje o no, si candidato única, etc.

A las grandes masas populares se les llega con los temas que más les preocupan.

Junco

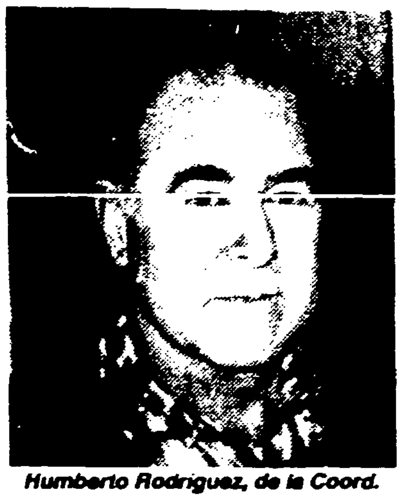


or, Betty Chiz,
chetti.
Redacción y administración: Reconquista 475. Tel. 97 04 63
Servicio informativo: Agencia Xinhua
Armado: Dimagraf - W. Ferreira Aldunate 1255 Tel/Fax 90 72 56 Montevideo
Permiso del MEC: Exp. 926687. Fo 373
Depósito legal 255.763/94
Impreso en Imprenta Polo Ltda.
Paysandú 1179, tel. 920452. Fax: 920034 - Montevideo

Impedir la aplicación de la ley de seguridad social

EMPLEAR TODAS LAS VIAS LEGALES

Estuvimos consultando con Humberto Rodríguez, secretario general de la Coordinadora de Asociaciones de Jubilados y Pensionistas del Uruguay adheridas al PIT CNT, acerca de la situación actual en materia de movilización y lucha en torno a los puntos capitales que interesan a esa vasta grey de la sociedad uruguaya, que constituyen los jubilados y pensionistas.



Humberto Rodríguez, de la Coord. de jubilados y pensionistas

-Los problemas que tienen planteados las clases pasivas no son ajenos a los que tienen planteados los trabajadores y el conjunto de nuestro pueblo. Es la consecuencia de una concepción política neoliberal, que no es un invento de este gobierno.

Y esto es así -manifiesta- porque las cuestiones de conducción del Estado y de la economía no son resueltas por los gobiernos sino que son productos de elaboración en los laboratorios de las multinacionales, que tienen como fachada y organismos de relación al Banco Mundial, al FMI, al BID. Ahí se elaboran para países como el nuestro, los países latinoamericanos, con excepción de Cuba, recetas como la venta de las empresas del Estado, con el falso argumento de reducción del Estado. El cuento de que un Estado muy grande determina mayores obligaciones contributivas no lo creen ni ellos mismos, porque es falso. El Estado no deja de ser eficaz porque tenga muchos o pocos funcionarios.

Decimos que la política económica y social no se planifica en el país, y cuando afirmamos esto no lo hacemos en el aire, sino que lo hacemos con documentos del BID que establecen qué tipo de reforma de la seguridad social hay que llevar adelante como condición para tener ac[illegible] sus préstamos.

ORDENES DE LOS MONOPOLIOS

Y en ese documento del BID que lleva la firma de nuestro compatriota Enrique Iglesias y de Luis Alberto Lacalle, dice lo mismo que dice la ley mal llamada de reforma de la seguridad social recientemente aprobada en el Parlamento, que no difiere mucho de la resuelta en Chile, Argentina, Perú, Ecuador, Centroamérica, sino que es la misma orden de los monopolios internacionales a los gobiernos títeres que no miran ni piensan en los intereses de sus pueblos y sus países.

Esta ley de seguridad social que afecta directamente a trabajadores y jubilados fue promocionada con slogans como: «a los jubilados no les va a pasar nada», o «si no hay reforma de la seguridad social no habrá plata para la enseñanza»

Pero el año pasado invirtieron la argumentación para evitar que el referéndum sobre el 27% para la enseñanza triunfara; dijeron «si triunfa el plebiscito de la enseñanza no habrá dinero para los jubilados».

El 1° de mayo se empezó a aplicar la ley de «ajuste fiscal», con el impuesto a las retribuciones personales, es decir los sueldos y las jubilaciones y pensiones. No se tocó el ingreso de quienes tienen decenas de casas y viven de rentas, ni de quienes tienen enormes fortunas en los bancos, ni de quienes explotan a los trabajadores. Por el contrario, a éstos se les redujeron los aportes al BPS. Con indignación hemos visto cómo, en el Prado, en medio de los abrazos con los ganaderos que bañan a sus animales con champú para llevarlos a la exposición, se informaba públicamente la liberación de cinco impuestos al sector.

DUDAS Y RESERVAS

Los jubilados -dice Humberto Rodríguez- rechazamos no sólo el impuesto a nuestras pasividades, sino que nos merece muchas dudas y reservas la seriedad del estudio realizado por Estadísticas y Censos para llegar a la conclusión de un aumento del 4.12% en el índice medio salarial en el trimestre. La explicación que Estadística nos ha dado es que ha habido dos razones para este aumento tan bajo: una el impuesto a los sueldos como tal, y otra la incidencia que el impuesto ha tenido en la retracción de las ventas y su reflejo en una menor compensación por ventas que se le otorga al empleado; también incidió en la merma del índice medio salarial, por el cual se ajustan los aumentos jubilatorios de acuerdo al art. 67.

Y decimos serias dudas, porque se toma el líquido del sueldo y no el nominal, como debiera ser para aplicar el aumento. De manera que el fiscalazo lo pagamos otra vez, agravado por el hecho de que según Estadística y Censos, cuando entre a jugar el funesto decreto de Lacalle 411 del 24 de enero de 1995 que autoriza a las empresas al pago en especies de hasta un 20% del sueldo, sin duda será índice también de merma del índice medio de salarios.

Este decreto juzgado ilegal, fue incorporado íntegramente a la Ley de Reforma de la Seguridad Social.

La posición de la Coordinadora es la de utilizar todas las vías legales para impedir la aplicación de esta nefasta ley. En tal sentido estamos desarrollando conversaciones con los organismos correspondientes, planteando el tema también en la central, buscando asesoramiento técnico jurídico que nos permita neutralizar este ataque a la seguridad social.

Por otro lado, desde 1987 se nos está descontando cierto porcentaje para la construcción de viviendas para los sectores de jubilados y pensionistas más sumergidos: el hecho es que desde entonces a la fecha hay recaudados más de 100 millones de dólares y se han entregado apenas 220 modestas viviendas.

En estos momentos, el descuento mensual por este concepto asciende a 4.105.000 dólares. Cuando alarmados por esta apropiación indebida que el Estado estaba haciendo lo denunciamos en la Comisión de Seguridad Social del Parlamento, ésta convocó al ministro de Economía Braga, quien muy suelto de cuerpo dijo que efectivamente el Estado había tenido que recurrir a ese dinero para pagar las obligaciones del servicio de la deuda externa. Y con esta explicación se dio por satisfecho el Ministro. No cambió nada la situación con el ministro De Posadas, por lo que la Coordinadora va a promover previo consenso con las demás organizaciones de jubilados y pensionistas, la suspensión de los descuentos hasta tanto se haya invertido y entregado las viviendas correspondientes al 80% de los fondos recaudados.

COBERTURA DE LA SALUD

Otra cuestión que nos afecta directamente, es la cobertura de la atención a la salud. Los defensores de esta reforma de la seguridad social mintieron (redondamente, mintieron) a la opinión pública tergiversando cifras, sobre el alcance del número de coberturas que se hacen para jubilados, que a partir de 1997 y 1998 podrían acceder al llamado sistema DISSE. Primero, no tendrán derecho, aunque sus jubilaciones sean de $500, los jubilados por el régimen de independientes. No lo tienen los pensionistas, sea cual fuere su monto pensionario. Esto da una cifra estimativa según la información del propio BPS, de unos 35 a 40.000 posibles beneficiarios, cuando los promotores de la ley hablaban de 130.000.

MINTIERON LOS DEFENSORES DEL PROYECTO

-Cuando decimos que mintieron los defensores del proyecto, lo decimos porque el BPS no sabe hoy quiénes y cuántos son los que tendrán derecho y mal podrían saberlo diputados y senadores cuando dicha cifra todavía no existe.

Los jubilados tenemos planteada para marzo de 1996 la elección de nuestro representante en el Directorio del BPS. Esto cobra doble importancia por el hecho de que nos encontramos con una campaña contra la representación social en el Directorio y porque además ya hay proclamados candidatos de los partidos tradicionales, que por informaciones que nos han llegado abarcaría al acuerdo blanquicolorado, quienes estarían disputándole a jubilados y pensionistas la representación en el directorio.

Estos y otros problemas son los temas que diariamente estamos discutiendo y que van a ser cuestiones centrales en la discusión del Congreso de la Coordinadora que se realizará el 19 y 20 de octubre próximo.

Ariel Badano

Los Solfa

Parece el nacionalismo
andar mal de la barriga,
con tanta lucha intestina,
tanto lío y tanta intriga.

Que me quedo sin quedarme,
pero sin irme me voy,
ahí andan igual que Hamlet:
¿soy?, ¿no soy?, pero ¿qué soy?



Lirón



Escribe
Doreen
Javier
Ibarra

El Poder Ejecut
Presupuesto Quinq
serie de iniciativas q
do Presupuesto y co
plos son la inclusión
decreto del Poder I
Descentralización d
todo lo referido a
desconoce el conten
blica que marca con
puesto Nacional.

Se elaboró en fo
opiniones de los sec
los funcionarios púb

Se proponen cam
con el personal, no
tranquilidad de esta
arrecia la crisis del
fuentes alternativas

La aplicación de
ción del trabajador,
a posibles incremen
conoce normas que
Pública. Solamente
les del Ministerio
Educación, siendo p
resto del funcionaria
lo que es grave con

Por el art. 454 se
los funcionarios púb
do lo expresado en
declara «inamovible
tral». Ante nuestro
Presupuesto, los vo
la interpretación d
«movilidad» refiere
de distintas Unidad
ción del artículo.

Se proyectan dif
renuncias compulsi
pueden llegar hasta
alarmante.

Les hemos hecho
del exceso de perso
político que durant
nales, aún en el últi

Los compromiso
electoral no han sid
asignados «por aho
República. Dentro
es imprescindible
locativa y que est
necesita para la ate
rren.

Es público y no
Judicial, uno de los
funciones adecuad
expresado por los
cias tan importante
temente al Banco

No se plantean
tario. En contrapo
Frente Amplio, pr
abril de este año,
impuesto a los s
mínimos y volver
%. Para ello acorda
a los que tienen m
producción y a lo
poner en vigencia

Según nuestra
proteger a la socie
crear nuevas fuen
riqueza, a promove
igual remuneració

Todo ello origi
y humano.

005

Sal y pimienta

■ **COLONIA**
Las denuncias de la ciudadanía sobre corrupción en el departamento de Colonia, «son tantas que nos asombran», dijo un edil del Encuentro Progresista. En la cuna del queso uruguayo, se ve que a algunos politicastros la política que manejan a veces -como a algunos quesos- se les agusana.

■ **SALADITOS**
En el proyecto en discusión sobre el Presupuesto, se establece una partida anual de U$S 617.000.- a la presidencia de la República, para contratar asesores, cubrir gastos hogareños así como eventuales recepciones. Como quien dice los saladitos. Según comentara el presidente de la ATSS, con esa misma suma «se podrían construir 12 escuelas, comprar 35 patrulleros o refaccionar dos hospitales del interior del país».

■ **BAJA**
Algo anunció el ministro de Economía y Finanzas que bajará en 1996: el salario. Como ves, amigo lector, no todo sube.

■ **MAS BAJA**
Lo que baja aún más y su proceso no se detiene, es el empleo. Aumenta sin cesar el número de desempleados, despedidos, enviados al seguro de paro. Se cierran fuentes de trabajo, aumenta el número de los que desarrollan actividades informales: basta recorrer la ciudad para ver el rostro sin maquillaje de la política neoliberal que arruina a la República y sumerge al pueblo.

■ **10,9%**
Dice el Instituto Nal. de Estadística que la desocupación llega al 10,9%, prácticamente 11%. Pero nadie lo cree, la sensación que se tiene es de que es mucho mayor. Sin ir más lejos, en Paysandú el porcentaje supera el 15%, según lo consigna un corresponsal. He ahí el fiscalazo marcando su presencia.

Reunión de la Vieja Guardia

el día

28.9.95

hora 15

en el local

RECONQUISTA 75

En el 75 aniversario de nuestro Partido

UNA SERENA FIDELIDAD

Es imposible sintetizar, en el marco de un artículo que necesariamente tiene que ser breve -y aun en el caso hipotético de que fuera capaz de hacerlo-, el complejo enclave de significados que se cruzan en el momento de este aniversario.

El primer elemento a relevar es que el Partido lo está cumpliendo; es decir, que existe, vive en la rica capilaridad que nutre la pluralidad de planos de nuestra sociedad, actúa en la vida política, institucional y social del país, y vuelve a crecer, después de las graves heridas que se le infligieron desde su interna (más graves que las que le provocó la dictadura para su destino), como instrumento de la justicia, la felicidad, la identidad y la soberanía real del pueblo uruguayo, junto a las otras fuerzas populares del país.

Esta vitalidad, tan duramente puesta a prueba, viene de su significado y de su historia. Respecto a su significado, nuestro Partido nació, no como mera importación intelectual de una teoría del desarrollo histórico, sino como la encarnación de esa teoría en la realidad de un creciente proletariado y de la vida del trabajo, en el desarrollo del capitalismo y las nuevas contradicciones que fue desencadenante en el país. No hay ideología ni partido que arraiguen en una sociedad, si no hay una fuerza social que precisamente se expresa históricamente a través de ellos. Pero además, nuestro Partido nació, en el marco de una historia que era cada vez más universal, cuando a menos de medio siglo de la precursora Comuna de París, la Revolución de Octubre triunfante, era agredida militarmente por las grandes potencias del capitalismo, como Inglaterra, EE.UU., Francia y Japón, con el consecuente repudio de los proletarios del mundo. Y no sólo de los proletarios, sino de los hombres intelectual y humanamente honestos. No debemos olvidar que en nuestro país, consolidada ya la Revolución de Octubre y ante la muerte de su más alto dirigente, en el diario «El Día» de esa jornada, Batlle y Ordóñez escribe un respetuoso editorial, que titula «De pie, ha muerto Lenin».

Respecto a la historia de nuestro Partido, -y más allá de errores propios de toda obra humana, especialmente cuando ella se construye desde las augurales tribunas del pueblo-, esa historia no hizo más que profundizar su significado para la realidad y aspiraciones del pueblo uruguayo. Una profunda vocación de conocimiento y servicio a esa realidad, a la vez que la actitud creadora que exige la metodología del materialismo histórico y dialéctico para la percepción y transformación de una realidad concreta, le posibilitó al Partido crecer en la sociedad uruguaya con un perfil en el que se sintetizan: por un lado, su carácter de



instrumento ideológico y político de «los más necesitados»; por otro lado, su carácter de partido nacional, no sólo por su extensión a todos los rincones del país, sino por su perspectiva hacia la real identidad y soberanía nacionales; y por otro lado, su efectiva acción hacia la unidad de todas las fuerzas políticas incorporadas a estos objetivos.

En este sentido, junto al cuerpo teórico que resulta de la presencia histórica de la clase trabajadora en la producción capitalista, el Partido incorporó las mejores tradiciones nacionales; las del artiguismo, las del pensamiento y la obra vareliana, las de las reformas universitarias; así como muchos aportes conceptuales e institucionales de una burguesía nacional avanzada, progresivamente traicionados y revertidos por una burguesía entreguista, cada vez más, comprometida con el capital internacional y desnacionalizador. Y esto fue fruto, no sólo de una actitud teórica responsable, sino de la activa y amplia participación de todo el Partido en la dinámica social que fue generando la unidad orgánica de todos los trabajadores, la unidad del movimiento estudiantil y de la producción intelectual con los trabajadores, la unidad social de los que viven de su trabajo y la unidad política de las fuerzas que los representan en su verdadera ubicación material y social.

Esto condujo no sólo al desarrollo de un Gran Partido Comunista, de importante arraigo en la población y su consecuente prestigio internacional; sino que, por eso mismo, fue uno de los más claros y masivos objetivos de la represión dictatorial. El Partido había sido, junto a otras fuerzas hermanas, uno de los factores más activos en la configuración del nuevo mapa político y social del país, síntesis de la respuesta popular organizada ante los vientos de la crisis que profundizaban la pobreza y dependencia de los uruguayos. Este perfil del Partido y su profundo anclaje en la población, fue lo que permitió, más allá de las agudas heridas que le infligió la dictadura, en el marco de una clara significación de dicha dictadura, ocupar un lugar relevante, desde la cárcel, la clandestinidad y el exilio, para el derrocamiento de la misma y la recuperación democrática.

A nadie escapa -ya que consta en documentos expresos del imperialismo- el real objetivo de estas dictaduras en esta etapa de América Latina: el ajuste de cuentas con las fuerzas populares, para desbrozar el camino hacia el nuevo proyecto financiero, económico, institucional e ideológico para nuestros países, exigido por la espiral imperialista en su distorsión de la vida humana en el planeta. La vorágine neoliberal de deterioro de la función del Estado, de privatizaciones en cadena, de trasnacionalización de la producción, de subordinación del mundo productivo al financiero, de regionalizaciones que subsumen las soberanías nacionales, de reformulación de la democracia como sirvienta del libre

Maldonado: Una fiesta de pueblo

El domingo 17 nos tocó participar en representación de la dirección del Partido, en la asamblea abierta de la agrupación Maldonado Nuevo, una de las que funcionan en la ciudad de Maldonado, conmemorando el 75 Aniversario del Partido.

Fue una [illegible]

[illegible]

entre parent[illegible] ...as para el [illegible] discusiones polít[illegible]

los temas del socialismo en el mundo, la fundación del Partido de la clase obrera en el '20, la crisis del 55', la fundación de la Central única, el FIDEL, el Frente Amplio y también los temas concretos de hoy. Que la ponderación de las mesas departamentales del FA ... que el presupuesto totalmente regresivo de la intendencia de B[illegible]

[illegible]

organizado, para pesar en todas las instancias, pese a todos los ataques de la derecha y a las dificultades objetivas de un departamento como Maldonado, donde saltan a la vista las impresionantes diferencias socioeconómicas entre la «zona turística» y el «otro» Maldonado.

Esta Asamblea [illegible]

Opina el diputado Doreen Javier Ibarra

EL VERDADERO PAPEL DEL ESTADO

El representante nacional por el Encuentro Progresista y el Frente Amplio, Doreen Ibarra, habla del proyecto de presupuesto nacional. Refiere al hecho político, en su ámbito, a la incidencia social, considerándola un impacto, y al efecto económico que conllevaría.



Doreen Javier Ibarra

En términos globales, ¿qué áreas económicas se han tenido en cuenta para la creación de este presupuesto? ¿Quiénes son, en la esfera política, los realizadores del proyecto?

-El proyecto de presupuesto no atiende al funcionario público en su generalidad; no brinda recursos adecuados para inversión y además, incluye en su articulado (482 en total) medidas que nada tienen que ver con el presupuesto. Por ejemplo: la reforma del Estado, la reforma Administrativa, afecta directamente a un núcleo muy importante de funcionarios, y la descentralización, a través de ASSE, de la salud pública, restándole al MSP su función de prestador de servicios y contralor de la salud, tiene también su efecto negativo.

Hay un intento de atender la educación; se establece una suma determinada para inversiones y un 10% de aumento para los docentes. Las asignaciones establecidas para inversiones son insuficientes. Sabemos la problemática que existe en toda la República, con carencias locativas para enseñar, con dificultades de funcionamiento, problemas estructurales o sanitarios. En lo que tiene que ver con los funcionarios, si bien aún hay expectativa porque se anuncia un mensaje complementario, evidentemente las esperanzas creadas en la campaña electoral del Dr. Julio M. Sanguinetti, del Partido Colorado y del Foro Batllista, estableciendo en cada tribuna que iba a priorizar la educación, no se reflejan en este presupuesto.

Por otro lado, el tema de la Universidad de la República no es atendido adecuadamente; no hay aumentos de sueldos en general a los funcionarios, tal cual ha sido tradicional, sino que se circunscribe a la educación, con el porcentaje mencionado, al Ministerio del Interior (MI), aclaro: entendemos que necesita aumento de rubros, entre un 15% y un 17% y al Ministerio de Defensa (MD) un 13% aproximadamente. Estos porcentajes no son extendidos al resto del personal, como ser Ministerio de Industria y Energía, el Ministerio de Hacienda, el Ministerio de Turismo, etc.

En cuanto a la otra interrogante: es el propio PE, con su gabinete de Ministros, con un grupo de asesores que designó el Presidente hace varios meses.

-Diputado Ibarra, ¿a qué se refiere con la tercerización?

-Significa, en definitiva, privatización. Determinados servicios como imprentas o talleres pasan, así, a la órbita privada.

El origen del presupuesto, en sí, radica en los lineamientos mencionados con una filosofía rechazada por nosotros, la neoliberal, de achicamiento del Estado y con la finalidad de cumplir con las recomendaciones efectuadas por organismos internacionales (FMI).

Una cosa es que se tomen determinadas medidas de reestructura, habilitando a que un grupo importante de funcionarios sea incentivado y abandone la actividad pública, pero que se tengan, a su vez, fuentes alternativas de trabajo. En este caso no existen: la industria está semiparalizada, el sector productivo con tremendas dificultades, el sector comercial también.

-Sobre la coalición de gobierno, ¿existe total acuerdo en el manejo del paquete? ¿Cómo lo considera?

-Hemos visto en espacios de prensa que el sector de la Unión Colorada y Batllista (UCB) mostró su discrepancia en los incisos tres y cuatro del MD y el MI por la falta de consulta que existió con referencia a dos temas que sensibilizan a la UCB. Allí aparecen, evidentemente, discrepancias.

Como hecho coyuntural, el Partido Nacional, a través del Herrerismo, plantea un cuestionamiento al ministro Solari por haber incluido en este presupuesto la descentralización que expliqué de ASSE (Asistencia de Servicios de Salud Estatal) en lugar de estar en manos del MSP. Este cuestionamiento fue duro, pero no sabemos cuál será su real trascendencia. Se ha pedido incluso su alejamiento del cargo. Son motivaciones de estricto orden interno; se cuestionó, por parte del herrerismo, la decisión del Ministro de separar de su cargo al presidente de la asociación que atiende los problemas cardiovasculares, Migues Barón. Se demuestra así la debilidad de blancos y colorados en lo que tiene relación con esto. Claro que la línea económica es la misma.

-La Ministra de Trabajo y Seguridad Social entiende que la conflictividad ha venido en descenso. ¿Cómo percibe Ud. esta realidad?

-El tema de la conflictividad del movimiento sindical está planteado en forma permanente. En la medida que un modelo económico no le dé respuestas al sector obrero, al trabajador, al funcionario público, inevitablemente se produce el enfrentamiento. Puede haber bolsones de mayor choque, y esta es una de las situaciones: el tema presupuestal conmueve al empleado público y privado como puede ser el de la construcción. Mientras el PE no disponga recursos para la inversión, para obras públicas, construcción de escuelas, de viviendas, se restringen las fuentes laborales y en este caso el SUNCA reacciona reclamando fuentes de trabajo. Esto acontece en toda la República.

La lucha que debe darse en nuestro país rechazando este presupuesto y exigiendo una mayor atención a los funcionarios y a la inversión, está en la dirección de lo que plantea la central de trabajadores.

Lo que dice la Ministra, la vida, los hechos, le demostrarán que los conflictos van a profundizarse. No porque lo quieran los trabajadores sino porque las medidas económicas que resuelve el PE y este gobierno de coalición no satisfacen a la ciudadanía.

-¿Resulta posible algún tipo de encuentro entre las exigencias de los distintos grupos sociales y la discusión parlamentaria de lo que debe ser una propuesta de financiación e inversiones?

-Siempre confío en las movilizaciones y en las luchas de los sectores sociales involucrados. Por supuesto, no digo que esto sea determinante, pero crea conciencia e intenta sensibilizar al poder político.

Hay algunas señales negativas como lo establecido por el ministro Mosca, expresando que el presupuesto nacional no se iba a cambiar ni un punto, ni una coma. Está indicando una política y una estrategia en cuanto al tema presupuestal. No obstante, históricamente siempre hubo posibilidad de diálogo.

-Si se hablara de beneficiados y afectados ¿quiénes lo serían en la órbita privada? Y por otro lado, ¿quiénes en el sector público?

-En el sector público no hay beneficiados. El aumento de un 10% a un 15% no es una ventaja. Si esto hubiese estado acompañado por un plan elaborado por los dirigentes económicos, por los trabajadores, por los usuarios y por quienes están vinculados, por ejemplo, a la enseñanza, se podría decir que si se lograra un 50%, u 60%, o, un 80% de lo planteado, es un beneficio.

No hay beneficiados, a grandes rasgos se mantienen los gastos del Estado en los mismos parámetros que en 1985 y 1990, sobre todo en los de éste último. Al no disponerse mayores gastos ni mayor inversión no existen los beneficiados en el sector público salvo, como fue dicho, excepciones. Pero bueno, alguna transformación de cargos en cuanto a esos artículos que aparecen en el presupuesto que se cambian, o, se anulan, se derogan; justamente, es el cambio de filosofía que no pudo darse anteriormente, en otros gobiernos, eliminando beneficios para los trabajadores que se tenían, por ejemplo, en la marina mercante. Los beneficios eran para la tripulación que estuviese en un buque y ahora eso se disminuye: derogando artículos. A eso nos oponemos tajantemente.

Y en cuanto a los beneficiados en la actividad privada, si esto se profundiza en lo que tiene que ver con la tercerización, donde determinadas áreas de la actividad pública pasan a la actividad privada, algunos sectores privados determinados pueden obtener ventajas, pudiendo ser que algunas empresas importantes del país actúen en consecuencia con lo que el Estado proporcionaría comenzando a hacerse cargo de las que hoy son actividades públicas.

-Esa nueva función que ocuparían las empresas privadas, ¿daría lugar a espacios laborales alternativos? ¿Qué tipo de relación entiende podría establecerse con esta otra actividad?

-Diría, en realidad, una sustitución. Vuelvo a un ejemplo ya dado: acá al eliminarse los talleres gráficos ¿qué hace el funcionario público? O el obrero que es tipografista, especializado en esa materia o en una tarea relacionada a la imprenta. Bueno, no tiene cabida dentro del funcionariado salvo que recicle sus conocimientos (cosa que también hemos planteado a través de la Junta Nacional de Empleo). En el mejor de los casos logra quedar en la función pública, pero, si no se perfecciona por falta de medios o por la edad, pues ésta también juega su papel, va a ir a la actividad privada a ocupar ese cargo. Y puede ocuparlo él u otra persona: un joven, por ejemplo. Entonces, es muy menor lo que va a absorber la actividad privada. En el propio Palacio Legislativo se privatizó la limpieza, no sé los motivos, personal de sobra hay aquí, y con muy buenos sueldos, por suerte; hablamos con algunos empleados de las empresas de limpieza y sabemos que los jornales que perciben son misérrimos.

Salir de la función pública con la protección del Estado y pasar a la actividad privada con una explotación permanente, sobre todo ahora donde hay un exceso de mano de obra, tampoco es un beneficio.

-Las variaciones económicas más inmediatas en lo que refiere a producción, al comercio y al propio consumo interno, ¿cuáles considera diputado Ibarra, que podrían ser?

-A raíz del presupuesto, las variaciones económicas son mínimas, porque no hay un cambio del punto de vista tributario.

Estamos planteando: la eliminación del impuesto a los sueldos (retribuciones personales), la vuelta de las tasas del IVA a la situación de abril de este año, es decir, a como estaban antes de la ley de reorganización financiera (ajuste fiscal) del 14% al 12% en la tasa mínima y del 23% al 22% en la tasa máxima. El PE no plantea nada de esto, hace pequeñas modificaciones en lo que refiere a impuesto al patrimonio y no alivia la carga fiscal en los sectores medios y trabajadores, y la situación así no va a cambiar, eso es lo peor que puede pasar en un país.

Cuando la situación está congelada con 150.000 desocupados y potencialmente 250.000 0 300.000, pues muchos de ellos son subempleados y cuando cierran comercios (Fray Bentos, de mayo a la fecha, tiene 53 locales comerciales menos) crea un impacto, del punto de vista social, originado por esa falta de empleo. Los comerciantes tienen problemas de subsistencia, y, esto debe cambiar. Este presupuesto en realidad, no tiende a cambiar nada, mantiene la situación tal cuál está. Profundiza una reestructura en la administración pública en perjuicio del personal, de sus propios funcionarios.

Pablo Pallas

PARLAMENTO

Compra de la represa

El senador Jorge Batlle, al comenzar la sesión de la Cámara alta hizo una sintética intervención para referirse a la Represa de Salto Grande. Habló de sus recursos energéticos y refirió a planteamientos económicos del ministro argentino Domingo Cavallo.

Aseguró que Uruguay no puede perder la oportunidad de intervenir en la venta o la licitación que realizare el gobierno argentino en lo que les corresponde de la represa. Marcó que las alternativas son, el ser meros espectadores -cosa a la cual se niega- o tomar alguna acción en concreto para participar de esta comercialización de la energía.

Es así que fue aceptado su pedido de poner en conocimiento oficial de esta nueva situación creada a centros vitales del Estado en este tema: al propio Poder Ejecutivo, al Ministerio de Industria y Energía y a la CTM (Comisión Técnico Mixta). La moción fue aprobada por los integrantes del cuerpo legislativo, por unanimidad (26 en 26).

La fecha de esta transacción se ha estimado entre marzo y abril de 1996.

LABORATORIOS PELIGROSOS

El temor a que los ciudadanos de Tacuarembó estén siendo víctimas de una guerra por los mercados, llevó a la senadora Marina Arismendi, en forma pormenorizada, a poner en conocimiento del Parlamento lo que acontecía en dicho departamento. Se puso en contacto con la situación laboral de esta zona, y recibió la denuncia de que un laboratorio local podría estar liberando a la venta sueros en malas condiciones, que estarían siendo suministrados a la población.

En caso de que las investigaciones del MSP estableciesen la peligrosidad por toxicidad de los productos, la senadora planteó que éstos deberían ser retirados de plaza. Asimismo aclaró que necesariamente se deberá tener en cuenta a las 60 familias que dependen laboralmente del laboratorio cuestionado.

Catalogó a los acontecimientos como curiosos y marcó -documentación en mano- observancias a las resoluciones tomadas, no muy claras, mostrando que los trámites llevados adelante, inexplicablemente quedaron suspendidos en el tiempo durante cinco días. Quedó en conocimiento de esto el Ministro de Salud Pública al igual que la Junta Departamental de Tacuarembó.

AÑO DE LA ONU

Como consultor de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) el senador Danilo Stori, tocándole las generales de la ley, a su decir, tomó la palabra en relación al quincuagésimo aniversario de la organización. Al recordar la fecha, afirmó que el mundo está tomando conciencia creciente de la existencia de toda una comunidad internacional.

Junto a otros parlamentarios, el senador Astori integró la delegación uruguaya que participó del Consejo Interparlamentario celebrado en la propia sede de las Naciones Unidas. Historió sobre el fin de la Segunda Guerra Mundial, sobre las necesidades que comenzaban a crearse en torno a la alimentación y que aún, en muchas lugares, en todo el planeta, no se han resuelto.

La pobreza del agro ha sido trasladada a las ciudades -menciona el legislador- como una de las realidades más directas que actualmente se vive en muchas regiones. Calidad de vida indigna para millones de seres humanos parece ser la única alternativa en muchas partes, incluida América Latina, y a la que no le ha tocado todavía la dirección en estos cincuenta años de existencia de un organismo de [illegible]ancia como la FAO.

007



Escribe el diputado Guillermo Chifflet

¿Sancionados por la democracia?

De los largos años de dictadura, que comenzaron incluso antes de la irrupción militar y su poder irrestricto, el país salió con unas cuantas esperanzas. Una, esencial, era la de reparar a los perseguidos por defender la democracia: gente que había sido despedida debido a su militancia política o gremial, presos en razón de sus ideas, perseguidos.

Trabajadores del Estado y de la actividad privada habían sido despedidos, incluidos en listas de personas a las que se debía negar trabajo, clasificados a voluntad del oficialismo; recuérdese cómo la tarjeta C era una especie de estrella amarilla en función de la cual se debía negar al condenado a ella hasta el pan y la sal.

En primer lugar, vencida la etapa de sombras, el Parlamento liberó a los presos políticos. El 8 de marzo de 1995 sancionó, por unanimidad, la ley de amnistía, y poco después el 20 de noviembre, aprobó la reposición en sus cargos de los funcionarios públicos destituidos por razones ideológicas.

En esa oportunidad, todos los sectores políticos estuvieron de acuerdo, además, en que era necesario extender el amparo al sector privado.

Esta y otras soluciones se han demorado más de lo previsto.

Durante el gobierno anterior, la Comisión de seguridad de la Cámara de Representantes elaboró -a partir de varias iniciativas- un proyecto (que contó con la firma de todos sus integrantes) cuidadosamente estructurado, que permitirá amparar, en el momento de su retiro, a quienes estuvieron presos, o en el exilio.

La Cámara de Representantes votó, entonces, una minuta de comunicación al Poder Ejectuuvio para que este enviase, de acuerdo a la disposición constitucional, la iniciativa correspondiente, adjuntó el proyecto elaborado y hasta sugirió la posible financiación.

En la actual legislatura la Comisión ha retomado el tema. El 13 de julio recibió, además, una representación de la Comisión por el Reencuentro de los Uruguayos, que expuso, una vez más, el tema. En esa reunión propusimos, y así se resolvió, que se enviase la versión taquigráfica a la Ministra de Trabajo, que ya desde la etapa anterior había acompañado la iniciativa.

Todos los sectores hemos coincidido, hasta el momento, en la necesidad de solucionar este problema. Si así no se hace -dijimos textualmente- no sólo habrá sancionados por la dictadura; habrá sancionados, o personas que ven extendida esa sanción, pero ahora por la democracia, y precisamente por el delito de defenderla.

El tema pasó al Ministerio de Trabajo. En la última sesión de la Comisión de Seguridad, su presidente, el diputado Lirio Hernández, propuso que la iniciativa se incluya en un proyecto que contendrá algunas normas de seguridad social, como el amparo a los trabajadores con 50 años o más despedidos de establecimientos cerrados, total o parcialmente, en razón de que el texto incluido en la reciente ley sobre jubilaciones y pensiones fue erróneo.

Si ese camino se sigue, en poco tiempo se habrá solucionado la injusticia. Si así no fuera, será necesario que el tema vuelva a ser abordado por la Comisión y enviado al Plenario para su resolución. Estaremos atentos.

El problema que ya ha comenzado a plantearse a personas liberadas, o que retornaron del exilio, cuando van a jubilarse, es particularmente grave.

La Comisión se propone solucionar ese problema sin que ello pese, como déficit, en el Banco de Previsión. Si el Poder Ejecutivo no plantea los recursos, hay iniciativas que sugieren de dónde tomarlos. Lo que el Gobierno, los distintos Partidos y sectores, no podrán hacer, es quedarse como distraídos. Porque aquí están en juego valores esenciales que tienen que ver con la lucha por la democracia.

Hasta el momento, reiteramos, el Parlamento se pronunció por medio de una minuta de comunicación, en la que manifestó expresamente su aspiración de que el Poder Ejecutivo envíe la iniciativa, porque la Constitución así lo establece.

Pero se trata de una reparación imprescindible, planteada ya hace demasiado tiempo.

Hasta hoy no ha habido sector alguno que haya manifestado su oposición a la iniciativa. No obstante, son los hechos, el pronunciamiento en cada votación, lo que define a los Partidos.

Corresponde ahora esperar que ese pronunciamiento no se demore.

Este tema, como el de los destituidos bancarios de 1969 -que continúa, morosamente, su trámite ministerial- o el de los militares pasados a reforma, que planteamos recientemente en el Parlamento, serán motivo de una próxima nota, al amparo de la fraternidad de este periódico. La prédica que todos los compañeros realicemos sobre estos problemas nos permitirá contar con la opinión imprescindible que determine mayor celeridad a su solución, y ese reclamo ya va resultando necesario.

Debemos terminar con las sanciones impuestas por la dictadura. Del Parlamento (y de cada ciudadano) depende que esas personas no se conviertan -reiteramos- en también sancionados por «los olvidos» de la democracia.

LA UNIVERSIDAD SE PRONUNCIA

En su sesión del martes 29 de agosto el CDC la Universidad de la República resolvió por unanimidad impugnar el decreto por el cual el Poder Ejecutivo reglamenta la enseñanza terciaria en el país.

Después del pronunciamiento en el mismo sentido de la mayoría de los Consejos de Facultad, así como de la Asamblea del Claustro, la aprobación por unanimidad de una resolución de tal importancia nos debe obligar a realizar algunas reflexiones.

Por un lado el Gobierno y su ministro de Cultura se proponen seguir con la política de hechos consumados, reformando aspectos medulares del sistema educativo, sin promover un debate público sobre el mismo. Al mismo tiempo tienen una fina estrategia política que procura neutralizar el accionar unido de la oposición intentando seducir a algunos protagonistas con la ilusión de que es posible incidir realmente en las decisiones. Esto fue claro en el caso de la Universidad, al darle participación en una Comisión que estudió este tema, pero dejando totalmente de lado su opinión sobre lo medular del asunto (o sea quién tienen la potestad de regular la enseñanza superior) a la hora de elaborar el decreto.

Esta estrategia dio parcialmente resultados porque el mismo CDC resuelve (en votación dividida) nominar integrantes para el futuro Consejo Consultivo que el decreto crea, a pesar de que su nombramiento queda en la órbita del Ministerio y por lo tanto no representan institucionalmente a la Universidad.



Esto no empalidece la importancia de que los organismos del cogobierno universitario se hayan dado los tiempos y la forma para hacer posible un pronunciamiento unánime sobre lo medular del asunto: esto es el posicionamiento político frente al PE. de parte de la Universidad autónoma a la hora de reclamar que no sea el poder político de turno sino los organismos académicos quienes establezcan los requisitos que definen la enseñanza y los títulos universitarios.

Cabe resaltar que dicho pronunciamiento supo tener la sagacidad política de unir en un punto común opiniones de muy distinto tenor a la hora de coincidir o no con una valoración de las intenciones políticas del PE.

En una próxima nota transcribiremos lo expresado en una Mesa redonda realizada en el Ministerio de Educación y Cultura el 26 de Julio por quien hablo en representación del MEC. como Consultor en Políticas Universitarias.

Indudablemente el pronunciamiento de la Universidad coloca una cuña muy seria a la intención del PE de liquidar las expresiones independientes, progresistas o de izquierda en los ambitos intelectuales del país. Si decimos que el neoliberalismo viene por nuestras cabezas o como dijo Ares Pons en esa misma conferencia « es una viscosa doctrina que envuelve todo pensamiento rebelde», hayy que darle toda su relevancia a esta pronunciamiento.

Por supuesto que el pronunciamiento, con toda la repercusión que ha tenido en estos días, constituye un momento de una batalla muy dura que está entablada en el plano ideológico. La capacidad de darle continuidad a esta batalla, que en lo sustancial vuelva a alinear al pensamiento uruguayo en el campo de la lucha popular, va a depender de que los factores organizados de la Universidad (sus estudiantes; sus trabajadores tanto docentes como no docentes pero también los actores políticos) asumiendo un protagonismo mayor, asuman la importancia de esta batalla.

Reconozcan la importancia que tiene para frenar el oscurantismo neoliberal que pretende hacer pasar por «reaccionario» todo intento de defender nuestras mejores conquistas.

Sean capaces de revalidar la política, la militancia, política, como la arena inexcusable donde se dirime el destino de los pueblos.

Tengan la sabiduría y la paciencia de explorar con tenacidad todos los espacios posibles de unidad, unica forma en que podremos enfrentar con éxito la ofensiva neoliberal.

Enfrentar el proyecto regresivo

Los días 16 y 17 de este mes se reunió el Comité Central del Partido Comunista, para considerar la situación social y política planteada en el país y definir los lineamientos fundamentales de la acción a desarrollar en el próximo período.

Hubo acuerdo en que el país atraviesa una de las situaciones más difíciles de su historia, por obra de la política que llevan adelante los partidos blanco y colorado en el marco de la estrategia neoliberal.

El pueblo uruguayo, a la vez que va perdiendo importantes conquistas sociales, sufre un progresivo deterioro de sus condiciones de vida y se ve afectado por un proceso de desocupación creciente que ha llegado ya a niveles alarmantes.

El ajuste fiscal y la reforma de la seguridad social han sido las medidas en que se ha centrado la acción del gobierno y ambas han afectado profunda y negativamente los intereses de la gran mayoría de la población.

A través de ellas se estableció una rebaja general de los sueldos y las pasividades, mediante el impuesto a las retribuciones personales; se provocó el encarecimiento general de los bienes de consumo, mediante el incremento del IVA y se redujeron al máximo las posibilidades de retiro decoroso, mediante la reforma de la seguridad social. Con esta última se puso en riesgo, además, el pago regular de las actuales pasividades, al restarle al Banco de Previsión Social una masa considerable de recursos que pasarán a integrar el capital de las financieras privadas que administrarán de las cuentas personales de los afiliados.

La coalición blanquicolorada se apresta ahora a aprobar un presupuesto general de gastos e inversiones que apunta casi exclusivamente a la reducción del Estado, mediante la supresión de múltiples servicios y la cesantía de miles de funcionarios. Por otra parte, se consagra con ese presupuesto una rebaja general de sueldos, al no otorgarse ninguna mejora para la mayoría de los sectores y fijarse aumentos insignificantes para los que están más sumergidos.

Mientras a nivel legislativo se va definiendo ese programa de retroceso general, en lo económico y social la política de signo neoliberal que se lleva adelante ha generado una creciente desocupación, que afecta ya directamente a doscientos mil trabajadores e incide como uno de los factores fundamentales de la recesión que padecen todas las actividades productivas y comerciales.

Ante esa situación de deterioro global y de falta de perspectivas, el Comité Central del Partido Comunista ha entendido necesario que por parte de todos los sectores comprometidos con los intereses del pueblo y del país se redoble la movilización y la militancia contra la política impulsada por el gobierno de coalición.

Le corresponde al Frente Amplio y a sus militantes estar en las primeras filas de esa movilización popular, impulsando en todos los ámbitos las medidas acordes oon su programa. Ello exige centrar la actividad en las tareas relativas a la solución de los problemas que afectan al conjunto del pueblo ubicando en el lugar accesorio que les corresponde, aquellas cuestiones que, como la reforma constitucional o la estructura estatutaria del Frente, son ajenas a las reales preocupaciones de la gran mayoría.

En esa línea de enfrentamiento militante a la política del gobierno, el Comité Central del Partido Comunista manifiesta su acuerdo con toda iniciativa orientada a la derogación de la ley de reforma de la seguridad social mediante el pronunciamiento plebiscitario y compromete los esfuerzos de todos los afiliados en las actividades que se desarrollen para su concreción, así como en todas aquellas que coadyuven a revertir el proceso regresivo que se impulsa desde los círculos dominantes.

Montevideo, 17 de setiembre de 1995.



La sutileza del «neoliberalismo»

Días pasados, me encontré en el cruce de 18 de Julio y Yaguarón con la cartelera del cine «Trocadero»; allí una figura y una frase en la marquesina me motivó a escribir estas líneas.

Tras la oración **«En el futuro la ley y el castigo son instantáneos, los guardianes son jueces»**, claramente se nota cómo el imperialismo a través de su estrategia «neoliberal» intenta cambiar nuestra identidad nacional. Primero aparece el inefable Silvester Stallone -como siempre con un arma en la mano- el «superhombre» que derrota a ejércitos enteros, a bandas de asesinos, a guerrilleros (que por supuesto son árabes, chinos, vietnamitas, tercermundistas, izquierdistas y feos).

Segundo; en la frase aludida se omite la instancia judicial, idea que aquí apasiona a los fascistas como Gianola, García Pintos o Silva Ledesma, y que supone el hacer justicia por manos propias.

Como decíamos anteriormente, el imperio trata de penetrar ideológicamente en la gente y la propuesta neoliberal queda demostrada por varias vías, no sólo la económica, sino -y fundamentalmente- que se basa en la destrucción de nuestra sociedad.

¡Esta película el pueblo no la quiere ver jamás!

C.R.

....Y PASO CARRASCO, VIBRO

Eran las 5 de la tarde del miércoles 23 de agosto de 1995, y la gente se reunía.

Se había convocado a una marcha «POR LA DIGNIDAD Y LA ESPERANZA» desde CICSSA hasta el puente por Cno. Carrasco. En la preparación adornaron Cno. Carrasco con carteleras y el domingo 20 de mañana unas 50 bicicletas y 8 autos parlantes, «peinaron el barrio» con entrega de volantes persona a persona.

Se trata de una durísima realidad que golpea a todos:

FRIMACAR: Cierre de Planta, Concordato Preventivo, envío al Seguro de Paro a 440 obreros y empleados (una treintena de ellos ya no cobran por agotamiento de ese beneficio), un panorama muy incierto hacia el futuro. 1990, mil operarios.

SEVEL S.A. cierre parcial de la Planta (este es el 3ro.), 170 operarios al Seguro de Paro hasta el 30 de setiembre, situación incierta después de esa fecha y cese de cobro complementario del Seguro.

BEHAR Y CIA 25 operarios al Seguro de Paro, entre ellos varios dirigentes sindicales.

CICSSA, reducción de personal, retiros incentivados, si bien mantiene 280 operarios (los mismos casi, de 1990), llegó a ocupar aproximadamente 420 después de 1990 por cambio de dueños; espada de Damocles sobre los que aún trabajan por reconversión e incorporación de nuevas tecnologías.

ENSEÑANZA: insuficiencia de rubros, bajas retribuciones. En el liceo, los profesores deben comprar la tiza para dar las clases, se ven empujados al ausentismo, hay dificultades tremendas de mantenimiento, limpieza, reparaciones, etc. El año pasado, la gente se movilizó y logró aunque con defectos, el arreglo del techo.

En las escuelas, si bien la zona fue tipificada por la Inspectora de Primaria como «Carenciada o Adversa» no ha podido ser decretada como tal, por falta de recursos, ya que significaría: apoyo técnico, sociólogo, psicólogo, ayudante de Dirección y por lo menos un taller piloto de 8 horas. Sobre un total de aproximadamente 1000 niños, 300 asisten al servicio de comedor. Tal vez lo más significativo sea el permanente retiro de profesores y maestros a la actividad privada, buscando mejores retribuciones.

COMERCIOS: al dejar de circular una suma de dinero estimada en aproximadamente U$S. 200.000.oo, se procesa una importante caída de ventas, pago de obligaciones en general y al comercio, pago a proveedores, obligaciones financieras etc.

SALUD la permanente «borrada» del sistema mutual está provocando la saturación del Servicio de Policlínica de Salud Pública (Centro de Salud Monterrey). De 700 consultas que tenía en 1985 ha pasado a 5.000 mensuales. Asimismo, recientemente nos hemos quedado sin ambulancia, a pesar de que en el pasado habíamos sido beneficiados con un unidad 0 Km. por parte de Caritas Internacional.

El Comedor Municipal atiende diariamente unas 60 personas.

Sintetizando, la marcha fue por tres NO y tres SI:



NO al paso Carrasco
zona de desastre
NO al deterioro de la calidad de vida
NO a perder conquistas legítimas

SI al país productivo
SI al trabajo, al derecho a
una vida digna
SI a la Educación,
la Cultura, la Salud

A la hora señalada, el lugar se fue poblando y procesándose el encuentro de saludos, abrazos, solidaridad, alegría. Una enorme pancarta, representativa del tejido social decía: «TODOS JUNTOS, PODEMOS», vieja consigna plasmada por la gente y que ha acompañado todos los logros de la zona.

El comercio cerró sus puertas hasta la terminación de la jornada.

Camino Carrasco vibró: los jóvenes contagiaron al resto, su ritmo, su creatividad, su alegría. Desde los costados de la calle, la gente aplaudía y alentaba.

Finalizada la caminata que llegó a abarcar tres cuadras apretadas, seguida por una veintena de vehículos, se procedió a leer adhesiones y la proclama final, corta, concisa, esperanzadora.

Diríamos que no terminó: las causas por las que se hizo, son el convidado de piedra de la zona y del país. Hay muchas cosas que atar, la marcha sigue, revertiremos esta situación, porque JUNTOS PODEMOS.

Walter Troche

Otra vez a la defensa de la seguridad social

Finalmente se conoció la sentencia de la Suprema Corte de Justicia sobre el plebiscito realizado en noviembre pasado, popularmente conocido como «el de la papeleta rosada».

Resulta necesario efectuar algunas valoraciones.

1°) La sentencia asegura uno de los objetivos buscados por más del 70% de la ciudadanía; no podrá utilizarse en el futuro a las leyes de Presupuesto o de Rendición de Cuentas, para modificar la Seguridad Social. **Primer resultado positivo**: se asegura el respeto de la Constitución de la República.

2°) La mayor parte de las normas anuladas, eran perjudiciales para las trabajadoras y trabajadores. **Segundo resultado positivo**: el BPS deberá reliquidar jubilaciones ya otorgadas, y esa reliquidación beneficiará a esos trabajadores ya que obtendrán jubilaciones de mayor monto. Asimismo, trabajadores que habían perdido derechos, vuelven a tenerlos.

3°) La sentencia de la Suprema Corte hace caer también artículos que favorecían a algunos sectores de trabajadores.

Este resultado es negativo. Pero no fue buscado por quienes promovimos el plebiscito. Y -lo más importante- es de fácil y rápida solución parlamentaria, en la medida que el plebiscito contó con el apoyo del Encuentro Progresista, Foro Batllista y PGP, y el Sector del Dr. Alberto Volonté, que son clara mayoría parlamentaria. (Declaraciones públicas conocidas en las últimas horas de representantes de dichos sectores, permiten esperar una solución positiva a estos inconvenientes).

De todos modos, resulta imprescindible una valoración más general. **Todo lo negativo anulado por más del 70% de la ciudadanía, ha sido incorporado -con agravantes- en la Reforma Previsional recientemente aprobada por la mayoría del actual Parlamento.**

Lamentablemente, no se ha escuchado el pronunciamiento de la ciudadanía.

Por eso: próximamente **la sociedad volverá a defender sus derechos y su concepción solidaria de la Seguridad Social.**

Sindicales

■ El mutualismo en conflicto

El CASMU tiene problemas económicos y toma como rehenes a los trabajadores. Mientras se continúa la huelga de hambre que llevan adelante funcionarias de MIDU, se realizan gestiones de diversa índole, y no se han podido concretar soluciones a ese conflicto, el Sindicato Médico del Uruguay no escapa a la crisis financiera.

Una de las instituciones con mayor cantidad de afiliados se encuentra a punto de quebrar dejando a miles de trabajadores en la calle.

Plantea la Directiva que la solución más viable es la división en dos sociedades anónimas.

Utilizando como argumento esta situación le ha impuesto a los trabajadores una serie de medidas que atentan contra la legislación laboral vigente. «Se está realizando un recorte que afecta a los trabajadores en dos cuestiones principales. En primer lugar pagando las horas extras como simples en vez de dobles; lo mismo sucede en los día feriados, por lo cual perdés doblemente y si no vas te sancionan. En este momento nos encontramos en preconflicto ya que se está conversando con la dirección para ver cómo se arregla esta situación que no sólo afecta a los funcionarios sino también a los afiliados».

Los trabajadores nos han acercado el volante con el que informan a los asociados y a la población. Denuncian que «no hemos cobrado el aguinaldo, de nuestro último sueldo se nos retuvo una parte e incluso hace meses venimos cobrando con atraso».

«Con salarios enfermos, no hay buena prestación en salud», dicen los trabajadores, que exhortan a los usuarios a sumarse a ellos en la exigencia de soluciones que mantengan a la principal organización de asistencia del país, en condiciones de seguir prestando el mejor servicio.

■ Trabajo a reglamento, en la Comisión de lucha antituberculosa

En respuesta ante la pérdida de salario, los 500 funcionarios de la **Comisión Honoraria de Lucha contra la Tuberculosis** se desempeñan a **reglamento**. Son 500 funcionarios en los 19 departamentos de la República que no se rigen por el presupuesto general de gastos. Los recursos se obtienen a través de las disponibilidades que por ley establece descuentos porcentuales a diversos organismos estatales, como por ejemplo, ANCAP.

Manifiestan los trabajadores:

«Los trabajadores de Comisión Honoraria somos los que realizamos el control de la Tuberculosis y los que vacunamos a sus hijos en todo el país y, como trabajadores que somos, reivindicamos un convenio salarial -entre otros puntos- que restablezca la pérdida sufrida en nuestro poder adquisitivo.

Por tal razón, presentamos una propuesta a la Comisión en el mes de mayo, reclamando la integración de una mesa de negociaciones. Como respuesta a nuestros reclamos, la Comisión Honoraria presidida por el Dr. Raúl Pintos Fuentes, aunque cuenta con recursos propios, antes de dialogar con los trabajadores se lava las manos y renuncia en pleno, presionada por una decisión política del Ministro de Salud Pública».

«Hoy, la tuberculosis y la vacunación de sus hijos está en nuestras manos, pero los responsables de mantener estos servicios son los integrantes de Comisión Honoraria, que no están aquí para hacerlo.

«Los usuarios de nuestros servicios tiene que estar enterados de que esta Institución funciona solamente por el esfuerzo diario de los trabajadores, que no renunciamos, nos quedamos y seguimos firmes en nuestros reclamos».

■ Resoluciones de la Mesa Representativa del PIT CNT

La Mesa Representativa del PIT-CNT, se reunió en forma extraordinaria el 8 de setiembre, analizó la actual coyuntura económico-social y política del país y resolvió:

1) promover movilizaciones coordinadas por los grandes temas (como la que del 12 de setiembre).

2) profundizar la iniciativa abierta al conjunto de los sectores sociales y políticos declarándonos en **emergencia nacional** por el trabajo.

3) Reiterar su total rechazo a la reforma de la Seguridad Social aprobada por el Parlamento y reafirmar su voluntad expresada en el marco del Movimiento en Defensa de los Principios de la Seguridad Social, en el sentido de consultar en forma directa la voluntad de la ciudadanía, movilizándose con todos aquellos que estén dispuestos a trabajar juntos en rechazo de esta Ley.

4) Con respecto al **Presupuesto Nacional**, los recortes a los salarios y a los servicios que afectarán directamente el total de la economía del país, agregando a las actuales dificultades del empleo, la inestabilidad laboral de miles de funcionarios públicos. Se reafirma al mismo tiempo, la necesidad de una auténtica y profunda reforma del Estado, apuntando a su eficiencia, honestidad y solidaridad.

5) El Movimiento Sindical reitera su denuncia ante el avasallamiento de los derechos sindicales permanentemente atacados, reclamando la plena vigencia de los derechos sindicales consagrados en la Constitución y las leyes.

6) **Se exige la inmediata derogación del Impuesto a las Retribuciones Personales (Impuesto a los Sueldos)**, que recae directamente sobre los sectores más desprotegidos de nuestra sociedad, repercutiendo por consiguiente en la pérdida de condiciones de vida de miles de trabajadores asalariados que dependen de un ingreso fijo.

CONDOLENCIAS

JOSÉ ALBERTO GARCÍA.- El 6 de setiembre de 1995 nos dejó un camarada ejemplar. Luchó con uñas y dientes contra la enfermedad que lo derrotó, con el mismo empeño, vigoroso, constante, esperanzador, que puso en su vida toda de compañero, padre, amigo, vecino.

Se definía como «comunista de antes». A los que la vida nos regaló el privilegio de sentirnos sus camaradas y amigos, nos deja un rumbo en el difícil camino de vivir. Para Blanca, sus hijos y demás familiares, el fraternal abrazo del momento y el compromiso de ser fieles al ejemplo que nos dejó.

Sus camaradas y amigos de Paso Carrasco.

Al cierre de esta edición, recibimos la lamentable noticia de la muerte del camarada **LINDOLFO OLIVERA**.

En sus 45 años de afiliado al Partido, fue siempre reconocida su activa militancia social en La Tablada, lo que le valió el apoyo de los vecinos, a quienes representaba en este momento como concejal de la zona.

Sus compañeros de lucha, amigos, vecinos, lo oyeron siempre confirmar su opción declarada de vida: el Partido

Empleo: *una* propuesta esencial

Hacia dónde vamos, cómo y con quién

El movimiento sindical ha propuesto al conjunto de la sociedad la conformación de un Movimiento Nacional por el Empleo Pleno.

Esto obedece al indicador de la realidad que dice - con cifras oficiales- que sumando desempleados, subempleados y empleados con limitaciones, ya sean éstas horarias, salariales, de estabilidad o legales, estamos hablando de más de 700.000 uruguayos.

Un mágico número para un país y una interesantísima cifra para ganar una elección.

Quizás sea por ello la amplitud receptiva que va teniendo el anuncio. Hasta los principales personeros del Foro Batllista han hablado ahora para elogiar la idea. Sí, compañeros; los mismos que en el gobierno anterior del Dr. Sanguinetti nos decían: «hay que hacer crecer la torta para que, en el reparto, cada trozo sea más grande» y que después se la comieron toda y a nosotros nos tiraron las migas y nos hicieron lavar la bandeja.

Seguramente no faltarán los que cuando el espacio conquistado por el pueblo, puede desnivelar el peso de los que ocupan el espacio de los burgueses, ellos crean un nuevo espacio que nos hace correr para el costado y así volcar la balanza en favor de la coalición de gobierno.

LA IZQUIERDA. PROTESTA Y PROPUESTA

Seguramente ya comenzarán a pedirnos «propuesta» y después nos mirarán despectivamente porque no está articulada, porque no se está «a tiempo» o porque la Constitución no lo habilita.

No podemos soslayar que el actual modelo tiende a la desocupación, no sólo como consecuencia, sino como parte fundamental del mismo (ver índices Cavallo en Argentina); pues la inflación es controlada mediante la no emisión de moneda y ésta, a su vez, se hace posible con la recesión del mercado de por medio.

Ya el Ministro Mosca ha advertido sobre el aumento de la desocupación. Lo hace porque sabe que su propuesta lo demanda y su propuesta fue la que ganó en las últimas elecciones (el Uruguay entre todos ¿recuerdan?)

Decimos esto para comenzar a tener claro desde el principio que nuestra propuesta es organizarnos, exigir soluciones que **ellos** deben adoptar y no caer luego en autoacusarnos de destructores u otras adjetivaciones.

Nuestra propuesta es que se escuche a los uruguayos y no al FMI: es que se digan las cosas por su nombre y no se mienta como en la reforma del BPS.

Nuestra propuesta es solución inmediata para miles de hogares de los desocupados de AHORA y medidas que tiendan evitar a los desocupados de MAÑANA.

DOS PROPUESTAS URGENTES

Algunos datos recientes revelan que el 35% de quienes buscan trabajo no ponen ningún tipo de condición para acceder al mismo y sin embargo -aún así- no lo consiguen.

Por otra parte, se estima que el tiempo promedio de búsqueda, para acceder a un empleo, se sitúa en alrededor de 30 semanas (siete meses y medio).

Ambas investigaciones nos llevan a plantear una primera medida de emergencia que sería **la extensión del beneficio de seguro de paro a un mínimo de ocho meses, con una corrección del monto de indemnizacion en la mitad del período (a los 4 meses) de acuerdo al IPC.**

En otro orden de cosas, recordemos que en el paquete que constituyó el FISCALAZO, se rebajaron los aportes patronales en un 6% a la industria manufacturera, con la excusa de que ello incentivaría la contratación de personal.

Contrariamente a lo argumentado, se contrajo el salario real y por lo tanto se afectó seriamente el mercado interno con graves repercusiones en el sector de la pequeña producción agropecuaria, en el comercio y los servicios.

Por lo expuesto, resulta evidente que la rebaja impositiva, sin ningún tipo de condición ni de control, es sólo una nueva variante de enriquecimiento de unos pocos en perjuicio de grandes mayorías.

Planteamos, en consecuencia, integrar ese 6% de aportes patronales a la conformación de un fondo de desarrollo productivo para financiar la reapertura de fuentes laborales demostradamente viables, como es el caso de COLAGEL y otras, además de facilitar la apertura de otros emprendimientos que posibiliten la inserción laboral de esa enorme masa de uruguayos marginados del elemental derecho al trabajo.

Este Fondo debe tener una administración y control multipartito, que asegure una distribución armónica, contemplando las Intendencias del país, la Universidad, los trabajadores, los propios industriales y los ministerios de Industria y Trabajo.

LA URGENCIA DE LA PROTESTA

Nuestro país es ejemplo organizativo a nivel continental y mundial; recordemos las repercusiones que ha tenido el plebiscito contra la ley de privatizaciones, pero además a diario vemos cómo se organizan los recolectores de residuos, los pequeños productores, los discapacitados, los jóvenes, las PYMES, los «fans» de artistas y programas televisivos, los criadores de perros de raza, etc. etc.

Es por todo lo expuesto que consideramos imprescindible, para mejor aportar a este impostergable **movimiento por el trabajo**, la urgente **organización de los desempleados.**

Es así que planteamos la conformación de **Comisiones de desempleados** de los diferentes gremios, de acuerdo a la última ocupación.

Los jóvenes que aún no han trabajado lo pueden hacer en una Comisión específica y así, TODOS mancomunadamente pueden insertarse en una Comisión Central atendida por una secretaría especialmente creada en el PIT-CNT.

Esta realidad no puede convivir con nosotros, ni nosotros con ella. Por eso **más allá de diferentes propuestas** o esquemas, hay que cambiarla y ahora.

Carlos D. Trinidad

Reducción de personal y

LAS CLAVES DE UN

No puede haber duda -a pesar de la restringida información documental oficial- de que este Presupuesto pone en carne viva elementos sustanciales para la estrategia con la que se nos quiere atacar como trabajadores, públicos y privados. Por eso la marcha del 12 de setiembre se nutrió con columnas de funcionarios, obreros, trabajadores de la cultura, docentes etc. de Montevideo y del interior. El 15 de setiembre, en el Hospital de Clínicas, los gremios universitarios convocaron a conferencia de prensa con el objetivo de manifestarse en torno a la coyuntura crítica que atraviesan ante el Presupuesto. Y no podemos dejar de considerar que así como para el sector público en general este proyecto es la reforma del Estado, en la Enseñanza es la reforma educativa.

Universidad y Hospital de Clínicas: Reducir más no se puede

Se comprometen las funciones básicas

Carta popular estuvo en la Conferencia de Prensa del 15 de setiembre. Trasladamos aquí parte de las consideraciones que hicieron los representantes de UTHC, AFUR, ADUR y FEUU.

En nombre de **ADUR**, el economista **Daniel Olesker** subrayó los acuerdos de este presupuesto universitario: la necesidad de alguna referencia del gasto universitario a la capacidad productiva del país y tomar la propuesta de los gremios de la Universidad. En cifras de gasto total, la Universidad debía aproximarse a una solicitud entre 0,9 y 1% del PBI. Si a eso le sumamos lo que podía ser el gasto no educativo de la Universidad, el gasto asistencial que tiene este Hospital, nos daba en cifras redondas entre 190 y 200 millones de dólares, que incluyen un 40% para incremento salarial.

El 20 de setiembre vence el plazo para el mensaje complementario. En información de prensa aparecen 115 millones de dólares y en el proyecto del gobierno a la Universidad se le asignan unos 8 millones de dólares. Si tomamos en cuenta el mensaje de la Universidad y el del Poder Ejecutivo para ANEP tenemos que el gasto educativo quedaría en un 3% o menos del PBI.

Es bueno entrar en la filosofía de este presupuesto atípico, en el que sobresale la reducción de personal y la desregulación administrativa. El proyecto prevé reducción de 40.000 puestos de trabajo de los 200.000, por la vía de la jubilación, la ida estimulada y un programa de capacitación para insertarse en las empresas privadas, lo cual parece una aspiración más que una posibilidad material dada la desocupación. El presupuesto parte de esa filosofía. Una reducción del 15% en el rubro gastos exceptuando Educación, FFAA y Policía. Los parámetros son expresivos: La pérdida de salario público fue del 8%, el ajuste previsto es del 4% y la inflación es del 13%. Uno puede pensar que vía mensaje complementario puede mejorarse. Pero lo que está claro es la filosofía de reducir el rubro inversiones y los aumentos están vinculados a decisiones políticas que no son sólo del gobierno uruguayo.

UNA EXPECTATIVA QUE RESULTO TOTALMENTE DESFAVORABLE

Existió expectativa -dijo el economista Olesker- de que esa filosofía no se aplicara en el marco de la educación. Pero fue totalmente desfavorable. Ahora, -sostuvo al final de su intervención- dos son los temas de discusión. Cómo nos proyectamos para revertir esto como gremio y cuáles son las estrategias para que sea posible.

Roberto Servillo, por UTHC, señaló la falta de recursos humanos y de políticas materiales ante la asfixia económica a que está sometido el Hospital de Clínicas. De ahí la necesidad de la defensa del Hospital. No hay otra fórmula que la de los recursos necesarios para sobrevivir y responder a la demanda de desarrollo tecnológico del país. «Existe una real contradicción entre apostar al desarrollo tecnológico del país y al mismo tiempo tener políticas que asfixian el trabajo en este hospital».

Desde el punto de vista de los recursos materiales, -señaló- es larga la lista de insumos en que este hospital al llegar el mes de agosto, tiene incapacidad operativa. En medicamentos, se necesitaban alrededor de 11 millones; en víveres, 1.500.000 pesos; en reparaciones 1.200.000. En un semestre, tenemos un déficit de 1.207.000 dólares. En cuanto a recursos humanos, faltan funcionarios: la necesidad es de 3200 y estamos en 2400. Sobre todo la crisis es en enfermería. «En el comité de emergencia nos vimos obligados, aunque estamos en contra de toda política de achicamiento de servicios a la población, a hacer una racionalización de servicios. No quedó otra alternativa, en la vida real. Llegamos al límite de una enfermera cada 50, cuando en la OMS se requiere una cada 7.

A partir del 26 de julio se declaró el conflicto por las necesidades de este hospital. Se puso el tema en la calle. «Esta racionalización afectó la tarea docente [illegible] las generaciones que estudian actualmente pero la política de racionalización está dando sus frutos y recalcamos la intervención de los trabajadores con la participación en el cogobierno del orden no docente. Han ingresado 86 funcionarios nuevos y se

COFE: Nos quieren enfrentar al resto de la sociedad pero...

Se discute el país que tendremos

El martes 12 de setiembre, los trabajadores públicos nucleados en COFE y apoyados por el PIT-CNT convocaron a una «Marcha Nacional» por un Estado «eficiente, honesto y solidario al servicio del pueblo», tal como finaliza la proclama leída por Luigi Bazzano en el acto final frente al Palacio Legislativo, con una concurrencia superior a los 10.000 trabajadores.

«Hoy asistimos al aumento de la dependencia económica con respecto al capital trasnacional. Se van dejando atrás las conquistas que en el marco de un Estado benefactor se han logrado. Ya ni siquiera se promueve una tímida defensa de la soberanía». Con estas palabras dio comienzo la proclama de los funcionarios públicos que en su parte medular y ante la instancia de discusión parlamentaria del Presupuesto señala: «Los trabajadores públicos hemos convocado a esta marcha porque lo que se está discutiendo es la Reforma del Estado, es el Presupuesto Nacional, es en definitiva el país que tendremos los uruguayos. De la forma en que se distribuyan los gastos dependerán los recursos con que contarán la educación, la vivienda, la minoridad, la obra pública o la justicia».

Este presupuesto contiene normas para la reducción del número de trabajadores



del Estado y COFE se pregunta: «¿quiénes han sido los que sistemáticamente utilizaron el empleo público como recompensa, como favor político? ¿Nos quieren enfrentar al resto de la sociedad presentándonos como atorrantes o burócratas cuando son los gobiernos de turno los que hacen entrar por la ventana a miles de funcionarios?» La respuesta que da el Gobierno es la declaración de excedentarios de los funcionarios en vez de mejorar la prestación de los servicios. El pasaje a planilla de disponibilidad será enviar a miles de funcionarios a la desocupación, que crece constantemente hasta llegar al 11% y en algunos lugares del interior trepa hasta el 15 o el 20%.

COFE llama en esta proclama a la más amplia participación y movilización, como ya está ocurriendo en diversas partes del país, como en Migues o Montes, como en Santa Lucía o Artigas, «donde todas las fuerzas de la sociedad luchan por mejores condiciones de vida.» «La Marcha no termina, recién comienza.

PRESUPUESTO ATIPICO



produjeron incrementos importantes, por ejemplo en el piso 8 con 7 funcionarios más, el 11, también con 7 funcionarios y en el block quirúrgico 5 funcionarios nuevos y readecuación de 4 funcionarios. En el CTI incremento de 9 nuevos más readecuación de 2. Esto ha permitido en plena crisis la posibilidad de tener una cirugía que permite reciclar más el número de camas y el problema acuciante es que faltan auxiliares de enfermería y no se puede llevar adelante el trabajo de docencia adecuadamente».

Servillo recalcó la importancia de los trabajadores en la gestión de este hospital. «Si ante las denuncias relizadas se hubieran tomado las medidas necesarias en su debido tiempo, las medidas de racionalización no hubieran sido necesarias.

SALTO CUALITATIVO IMPRESCINDIBLE

Se necesita el salto cualitativo pasando de 27 millones anuales a 42 millones. Aún teniendo una respuesta positiva de incremento salarial presentado por el presupuesto de la Universidad, en el ámbito de la salud los problemas que tenemos de expulsión de funcionarios se van a producir cíclicamente, porque además como hospital dentro de la red sanitaria del país debemos abordar un plan de emergencia que suponga que la diferencia de salarios (pagados 3 y 4 veces en el privado) nos permita parar la hemorragia entre personal calificado y no calificado».

Alfredo Abelando, habló en nombre de **AFUR**. «El tema remuneraciones no se inscribe solamente en el 40% de reclamo. Llegamos a esa cifra haciendo una relación histórica de los puuntos más altos del año 84 hasta ahora. Nosotros hablamos de recuperación salarial a nivel del salario público, como proyecciones. En el pico más alto, en el 87, en la Administración Sanguinetti hemos tenido recuperaciones salariales a través de apoyos de sectores que hoy están enfrente, unidos en la coalición. A partir del 84 (base 100) en el 87 llegamos a 116. En el último quinquenio, en batallas de rendición de cuentas hemos tenido logros perdidos rápidamente por la forma en que se ajustó el salario. Llegamos hoy a una proyección por la cual la recuperación al 87 implicaría alrededor de un 37%. Pero lo real es que esto se ejecuta a partir de 1996, se necesitan los puntos hasta el 40% para recuperar lo que posiblemente se pierda este año. Podríamos incluso estar por debajo. Pero los gremios hemos estado de acuerdo en que esto sea la base. Si no se aprueba lo que pide la Universidad en actualización de las partidas tomando como índice el IPC, todos los años estaremos perdiendo. En lo que tiene que ver con la cuota mutual todos los años tenemos que pelear por estas partidas que tienen un déficit de 2 o 3 millones de dólares. Se pide un promedio en torno a las mutualistas que marcan el precio. Los funcionarios no docentes estamos pidiendo la cuota de alimentación votada en el 91 por el CDC, y para la cual en las rendiciones de cuentas los montos frescos no han sido otorgados. Hoy se cobran 60 pesos por este concepto y en el resto de la administración pública se está cobrando alrededor de 900 pesos.

INCENTIVO PARA LA CARRERA NO DOCENTE

Y el desarrollo de la carrera no docente, la incentivación del funcionario para quedarse en la Universidad. A veces funcionarios con 30 años de trabajo permanecen en el mismo grado. La reestructura administrativa con ascenso calificado no se pone en práctica por falta de rubros, por lo cual se reclama esto en el pedido quinquenal. Porque ganamos los concursos y no tenemos los cargos.

En definitiva, -concluye Abelando- a la Universidad la han ido sumergiendo y hoy, lo que se le plantea no llega siquiera a equipararse a lo que se ofrece (insuficiente por cierto) a la ANEP.

Por su parte, **Juan Manuel Jones, de la FEUU**, manifestó: «Hoy la Universidad otorga alrededor de 1000 becas con un monto que no supera el promedio de 200 pesos. El incremento que se pide implica un incremento sustancial en el número de becas y sobre todo en el monto. Dentro del presupuesto hay elementos fundamentales como la enseñanza, la investigación y la extensión. Un elemento por el cual ha sido criticada la Universidad, la gestión administrativa, también está tenida en cuenta, trabajando en el buen funcionamiento.

Queremos hablar de situaciones agudas sobre la base de situaciones crónicas. El Hospital Universitario, único en el país, fundamental en la formación de todos los recursos humanos de la salud, no sólo de estudiantes de Medicina sino de distintas escuelas dependientes de la Facultad. Este hospital ha venido disminuyendo sus posibilidades a través de las asignaciones presupuestales. De 140.000 consultas externas en el 85 se ha pasado a 90.000 en el 94 y en la asignación de gastos se ha disminuido un 64% el poder adquisitivo del hospital. Esto ha llevado a la situación de hoy, donde se han cerrado salas, y la situación de los funcionarios se refleja sobre todo en la asignación salarial. Planteamos el incremento urgente para el Hospital y reclamamos también porque en el Hospital en este mes se termina la asignación para el rubro de gastos. Significa todo lo que involucra la asistencia. Se necesita un refuerzo urgente de dos millones de dólares para terminar el año.

ODONTOLOGIA: SITUACION AGUDA

Otra situación aguda es la de la Facultad de Odontología y el refuerzo en el presupuesto de gastos de 150.000 pesos para culminar el año, no sólo en lo que refiere a lo administrativo, sino también la docencia. El incremento que pide la Universidad no es sacado de la manga ni hecho por adivinos sino una necesidad urgente. Otro ejemplo son las escuelas dependientes de facultades que han suspendido cursos por falta de recursos, docentes u otros rubros.

Reclamamos que la Universidad sea considerada, con un planteo presupuestal interno que ya implica una reducción, por ejemplo en lo que respecta al Hospital de Clínicas que plantea 42 millones y lo que reclama la Universidad ya es menor.

Ya sobre el cierre de esta edición de Carta, el jueves 21 de setiembre, en la puerta del Hospital de Clínicas se realiza un gran acto en defensa del Hospital Universitario. Fue convocado -nos dice Roberto Servillo- con el ánimo de que implique la construcción en los hechos de la Intergremial Universitaria, y contiene, junto al nucleamiento, el canto popular, la participación solidaria, un llamado a crear un Comité de Personalidades en defensa del Hospital de Clínicas.

Presupuestame la reforma, Julito

La AFUTU, uno de los gremios de la enseñanza más atacado por el sistema, lucha contra el proyecto del BID y por mejoras salariales.

En el marco del Presupuesto Quinquenal que se está discutiendo en la Comisión de Diputados integrada con Hacienda, en la Cámara de Diputados, uno de los gremios que más problemas económicos tiene y al que todos los partidos, en especial el de Gobierno y aún la coalición blanquicolorada han prometido un presupuesto mayor, es sin lugar a dudas la enseñanza.

Enseñanza que, según el proyecto presentado por el Ejecutivo, sólo recibirá un aumento del 10% con respecto al presupuesto anterior.

Al que se le agregarían cincuenta millones de dólares americanos por parte del BID (Banco Interamericano de Desarrollo) para la reconversión de la enseñanza técnica.

Este acuerdo fue suscripto en agosto del 93 por el entonces ministro de Economía y Finanzas, contador Braga. El dinero sería destinado a nuevos locales, a la formación de profesores, bibliotecas y a la computarización total del sistema educativo.

Todas cosas que parecen muy hermosas, sobre todo si se tiene en cuenta la crisis por la que están pasando «las UTUS», con locales destrozados, sin los mínimos materiales de estudio, profesores sobrecargados de horas y programas que necesitan una actualización.

Eso sí, el tema pasa a ser peligroso cuando se empieza a hablar de los cambios de programas que proyecta el Banco para realizar el préstamo.

Se parte de una concepción errónea al adaptar la educación a las necesidades del mercado, dando mayor interés al área de servicios art. (6/1/4)

Formando un consejo asesor para cada instituto, un consejo de empresarios del ramo que sirva para ver la viabilidad del proyecto educativo. Sería preparado por los profesores y ellos lo financiarían (pasando el Estado al carácter de mero administrador, privatización de la enseñanza por la vía de los hechos) 6:2/1

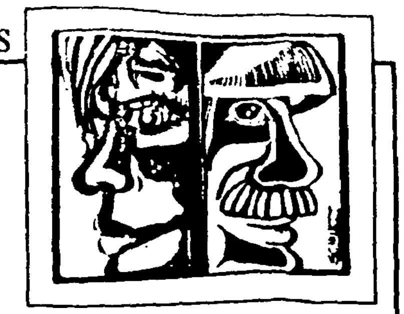
Juntando a los pequeños cursos en grandes centros con el fin de abaratar el costo (ejemplo de esto es el pase de la UTU de Comunicación Social a la órbita de la Escuela de Administración, en La Blanqueada, donde el director será el mismo para los dos cursos (6 1/2)

De ahí la lucha por salvar la educación de los docentes y estudiantes de UTU, por salvar la educación técnica.

P.K.

REFLEXIONES

Empleo, emergencia nacional



Lo que para mucha gente es un drama, para el resto un fantasma, para el PIT CNT es una crisis, el FA y el EP le dan caracteres de vigencia. Sin duda, la desocupación, la pérdida de fuentes de trabajo, el cierre de fábricas, empresas, la desaparición de industrias enteras, es un gran problema a resolver, una gran preocupación para casi todos al día de hoy.

Porque a los únicos que no sentimos hablar, dar opinión, tener iniciativa que busque la solución o el paliativo, es a los responsables de la conducción política del gobierno. La coalición de blancos y colorados a quienes muchos los unió una serie de iniciativas antipopulares y represivas (pero en clara defensa de los intereses económicos de quienes representan) suelen manejar el tema como una cuestión de números, porcentajes o índices.

Es que para la estrategia neoliberal, todo lo que sea organización, todo lo que sea colectivo, toda legislación que otorgue o brinde derechos, toda intromisión del Estado es abierta contradicción con su dogma del individualismo y del principio de economía de mercado.

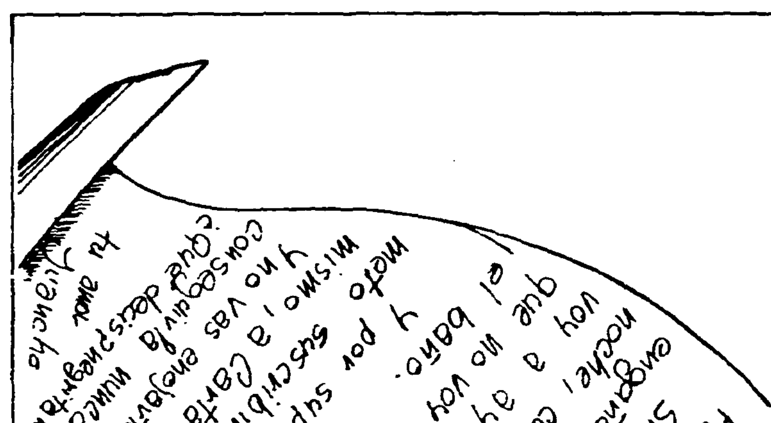
Entonces por sí y ante sí, no sólo que no van a resolver el drama social, sino que además van a vivir de él; la desocupación, la marginalidad, se transforman en la base de sustento de los neoliberales.

Conviene -a veces- recurrir a los textos, la historia, para analizar que los liberales de 200 años atrás defendían las mismas tesis que estos nuevos liberales que hoy se instalan a través de las organizaciones crediticias como el FMI, el Banco Mundial, el BID, en casi todos los órdenes sociales de casi todos los países del mundo. Y esa ideología cayó por su propio peso, al entrar en abiertas contradicciones y desarrollarse con gran fuerza la lucha de clases.

Retomando entonces la realidad actual, debemos de ser nosotros quienes tengamos la iniciativa de generar una movilización o movimiento, capaz de ser conducto político que capitalice un estado de ánimo diverso (desde la resignación a la radicalización). De otra forma se tornaría en un estallido social espontáneo, que al no tener un objetivo preciso y definido, acabe en un desgaste o esfuerzo sin logros.

Supone entonces desarrollar en el corto plazo, el lanzamiento o el llamado, a conformar con mucha amplitud, una comisión o comité de crisis, poniendo en el centro el tema «empleo, emergencia nacional».

Si tenemos en cuenta que la desocupación azota a los trabajadores, golpea a nuestro pueblo, provoca recesión económica que termina en cierre de industrias, empresas, comercios, quiebra productores rurales, fomenta informales, altera el orden público; si somos capaces de hacer comprender esto, entonces obtendremos rápida convocatoria y suma de organizaciones sociales, gremiales y políticas no comprometidas con el neoliberalismo y sensibles a los reclamos de los sectores más desposeídos del país, y con una clara visión de cambios progresistas en la orientación económica. Para los comunistas no alcanza con resistir, hay que luchar, organizar, movilizar.



(En Carta Popular despertamos pasiones)

c11

POR UN HOSPITAL PARA TODOS



¡Imponente! No cabe otro adjetivo ante la movilización realizada en la Plaza Colón, en defensa del Hospital Saint-Bois. En varias cuadras, a ambos lados de la plaza, los vecinos cortaron el tránsito «¡No al cierre del Saint Bois!», fue la consigna que unió a vecinos, trabajadores, comerciantes y organizaciones sociales de la zona. Verdadero clamor de pueblo en defensa de su salud, del trabajo, de la atención a los más necesitados. Ese es el camino: defender con uñas y dientes las conquistas.

El silencio de los inocentes

A una distancia de cuatro kilómetros de la ciudad de Santa Lucía, a dos de pueblo Ituzaingó y a un kilómetro de Pueblito Nuevo, se encuentran las colonias de enfermos Psiquiátricos «Etchepare y Santín Carlos Rossi», con una población de unos 900 enfermos. Consideramos que es el momento de enterar a la población de la situación que se vive en ese entorno, producto de una cantidad de irregularidades, las cuales se podrían superar si logramos determinar las carencias de este rinconcito tan olvidado por quienes deben velar por la vida en el momento de defenderla.



Hemos dicho muchas veces, que las colonias no pueden ser un depósito de enfermos psiquiátricos, sino centros recuperables de pacientes, con talleres manuales, donde éstos puedan demostrar sus capacidades, como lo han demostrado tantos, tal el caso de «Cabrerita» que murió siendo un gran artista, en un lugar perdido y descuidado de Santa Lucía. Lamentablemente, de estas cosas nos acordamos cuando vemos alguna exposición de sus cuadros, pero no le damos el valor que realmente tienen cuando las debemos defender. Es por es eso que no queremos ver desaparecer cosas que han costado tanto mantenerlas y el fruto es la recuperación de algún paciente.

Hemos visto plantear como solución privatizar y hablar de tecnificación, sin medir que atrás de esto no sólo se cierran talleres, panaderías etc. sino que ni siquiera se piensa en el verdadero significado que tiene para el paciente el hecho de colaborar en estos quehaceres. Para ellos esto también es parte de su vida; si se lo sacamos se aislan, se encierran en sí mismos, se sienten incapaces en la sociedad y nosotros culpables por callar cuál debe ser el rol fundamental de estas colonias.

En radio, televisión, o en la prensa escrita, todas las tiendas políticas se identifican con la problemática de los niños. Pedimos a los representantes políticos que cuando piensen en un enfermo de estos hospitales, no piensen en ¿qué gasto le ocasionan al país? ¡Piensen en un niño! Porque ellos no pueden decidir el rumbo de país, es de esa manera, que todos tenemos que hacernos responsable de la situación, empezando por el Gobierno y terminando por los funcionarios. Pero queremos mostrar la gravísima realidad que viven aquellos que diariamente están en contacto permanente con dichos pacientes. Estos funcionarios no son guardianes o enfermeros de hospitales que trabajan con pacientes externos. Aquí se atienden personas que son capaces de trasmitirnos sus problemas y periódicamente logran causar trastornos, estados depresivos, estados nerviosos y desequilibrios diversos en los funcionarios. Todo esto puede ser avalado por los médicos de la zona, que deben extender decenas y decenas de bajas médicas al mes. Atento a esta realidad, el sindicato inicia -apoyado por técnicos y doctores que pueden demostrar en los hechos lo que sucede en lugar- un pedido muy especial a todas las bancadas políticas de HUMANISMO Y SENSIBILIDAD, de manera que devuelva la ley jubilatoria del 3 x 4 y 2 x 1 que fue quitada por la dictadura.

Triste es decirlo, pero esto evitaría que tengamos que terminar no sólo con reminiscencias de los pacientes, sino internados donde trabajamos toda la vida.

Sindicato de las Colonias Psiquiátricas: Santín C. Rossi y Etchepare.



En Cibils y La Boyada

Cooperativa COVISUT, festeja

Acompañamos en su celebración a los integrantes de la Cooperativa COVISUT en Cibils y La Boyada. Nuestro diálogo fue con su presidente, el señor Miguel Angel Macció.

-¿Cómo es la historia de esta cooperativa?

-Después de intentos de algunas trabajadoras domésticas, de formar la cooperativa, allá por el año 85, en el 89, en noviembre, recién se realiza la primera reunión. En enero del 90 se obtiene la personería jurídica. Se funcionó en el sindicato de trabajadoras domésticas.

El primer objetivo de la Cooperativa era conseguir la tierra. Nos afiliamos a FUCVAM y así obtuvimos el terreno.

-¿Cómo es el sistema?

-Se paga una cuota por socio. El terreno se obtiene con un fondo rotatorio de tierras què administra FUCVAM. Fondo rotatorio porque lo que se obtiene por las cuotas se emplea otra vez en compra de tierras.

El terreno se eligió en el Cerro y allí pasamos a funcionar a principios del 92. Fue muy positivo, porque se llenaron los cupos, toda la gente es del Cerro.

El 18/8, el ministro Chiruchi fue a firmar el préstamo de la cooperativa a FUCVAM. Nosotros decimos que esto es el fruto de la lucha de todos los socios. Fueron horas de pasar y pasar por distintas oficinas. Hoy estamos celebrando porque tuvimos el apoyo de FUCVAM. Lo conquistamos todo con nuestro esfuerzo y la organización.

-¿A cuántas familias va a albergar esta nueva cooperativa?

-38 familias. Las casas van a ser dúplex, con los dormitorios y los baños arriba y en la planta baja cocina y comedor. 24 vivindas de 3 dormitorios, 10 de dos y 4 de 4 dormitorios.

-¿Se cubre la demanda de la cooperativa?

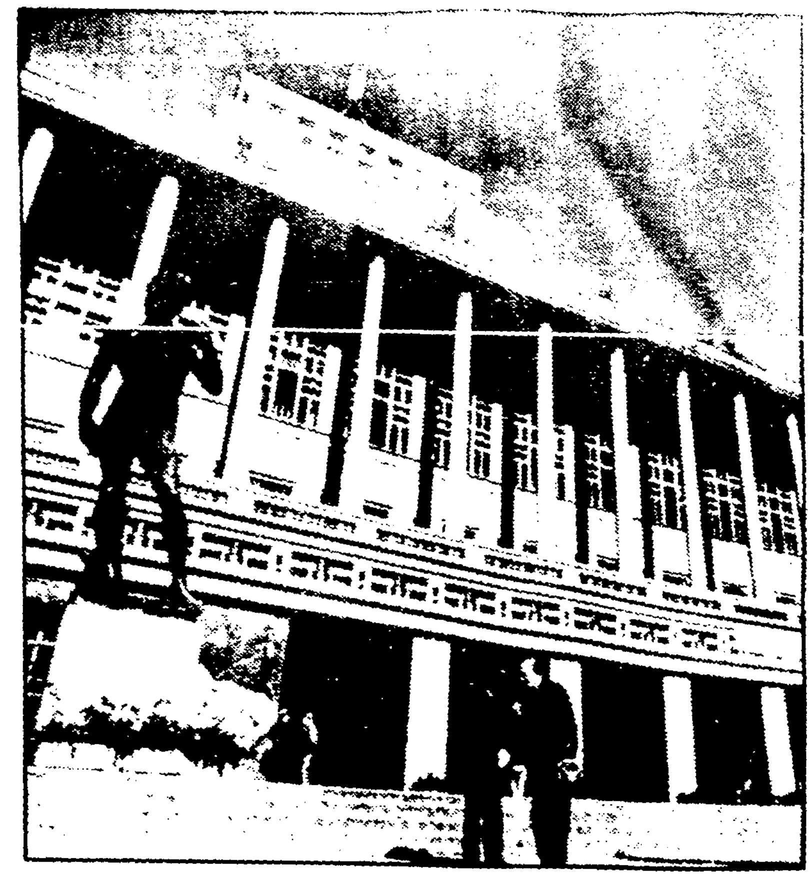
Sí. Somos 38 familias pertenecientes a la cooperativa y hay 38 viviendas. Pero hay lista de espera...



A.F.A.S.

... convenio a largo plazo entre la IMM y ADEOM

TRABAJADORES MUNICIPALES DEFIENDEN PATRIMONIO COMUNAL



ADEOM ha firmado recientemente un convenio a largo plazo que abarca desde el presente hasta el 15 de febrero del año 2000. En dicho convenio queda establecido todo lo referente al tema salarial y a la carrera del funcionario. Se fijan allí todas las pautas salariales que estarán vigentes hasta el 2000 y que marcan a diferencia del resto de los empleados de este país una recuperación salarial por encima del IPC. «Ya percibimos cada cuatrimestre el 100% del IPC» aseguró a ***Carta Popular Roberto Tuala, miembro del sindicato de los trabajadores municipales.***

Las cifras marcan que entre 1996 y 97, estos trabajadores tendrán una recuperación real de 4 puntos y medio por encima del IPC.

El resto de la recuperación será a través de una mejor carrera del funcionario gracias a un convenio firmado por la Intendencia de Montevideo y la OIT que implantará el sistema SIR (sistema integrado de remuneraciones). Este sistema está pensado para la restructuración de las carreras de los funcionarios y que permite que el salario real del trabajador sea el que figura como sueldo base con la inclusión de los diferentes porcentuales que (de acuerdo al sector del funcionario) percibe.

EL RESTO DE LA RECUPERACION SERA A TRAVES DEL MEJORAMIENTO EN LA CARRERA DEL FUNCIONARIO

«Nosotros creemos que este convenio es un gran logro para los trabajadores ya que asegura la futura carrera municipal, y las pautas salariales por encima del IPC. Sí me gustaría destacar que este convenio se logra después de mucho tiempo de trabajo, y que fue aprobado por la asamblea general del gremio por una abrumadora mayoría.» dijo Tuala.

Además de la seguridad del desarrollo en la carrera municipal, el SIR permite empezar a unificar tareas que tienen que ver entre sí y que no son oficios clásicos, lo que favorece el ordenamiento de las tareas.

ADEOM llega a este convenio con la intendencia luego de un período difícil y de una profunda autocrítica.»El año 94 para nosotros fue complicado, particularmente luego de haber llevado al gremio al reclamo de un 5% de recuperación salarial que estaba establecido en el presupuesto anterior,el gremio resolvió en asamblea no pelear por ello. De alguna manera esa asamblea cerró las puertas del sindicato, lo que quedó de ahí en más fue trabajar mucho en el área social.Esa decisión del gremio obedeció a muchos factores, pero principalmente no es desconocido para nadie que 1 de cada 2 montevideanos comparte la orientación que está a la cabeza de la administración municipal, eso de por sí hace que muchos trabajadores hayan optado por no tirarse contra lo que ellos mismos habían votado.Había que convencer a esos trabajadores que por un lado las administraciones pasan y nosotros quedamos, por otro lado que a pesar de compartir nosotros también dicha orientación como ciudadanos libres que hacemos opciones políticas a la hora de votar, a la hora de militar como sindicalistas tenemos que defender ante todo nuestro trabajo y nuestro sindicato».

Todos estos temas fueron abordados en un Congreso de ADEOM y a partir de allí se elaboró una autocrítica que les permitió comenzar a trabajar para lograr este acuerdo.

ENTRE EL 96 Y EL 97 LOS MUNICIPALES RECUPERARAN 4 PUNTOS POR ENCIMA DEL IPC

«El convenio implica que no podemos decir nada más de lo que allí está escrito en materia salarial, pero no nos ata en absoluto a las plataformas sectoriales, esto quiere decir que va a haber temas generales que están dentro de esa plataforma, uno de ellos es nuestra profunda defensa por la negación a las privatizaciones o concesiones de servicios o como quiera llamársele. Tenemos que mantener viva esta lucha porque hay muchos servicios que están siendo concedidos» señaló Tuala.

Como argumento en contra de las concesiones ADEOM plantea la defensa del patrimonio,y señala que «aún no se ha demostrado que los servicios concedidos no puedan ser salvados a menos que intervenga una empresa privada. Las empresas privadas no podrían competir contra los empleados municipales si estos contaran con los medios que cuenta la empresa privada».Al mismo tiempo se señala que la IMM ha realizado inversiones ventajosas en varios servicios.

Cada comité de base de ADEOM ha realizado o está en proceso de realizar un diagnóstico del sector y en base a él plantean alternativas, pero aducen que no siempre son escuchados.

ADEOM LLEGA AL CONVENIO LUEGO DE UNA PROFUNDA AUTOCRITICA

«No queremos decir que todo lo que planteemos sea correcto o viable, pero están faltando canales de comunicación fluída, no a nivel del ejecutivo ya que allí tenemos buen relacionamiento, sino a nivel de base.Ya hay experiencias en algunos departamentos donde se han implementado propuestas alternativas que hizo el comite de base y que se han llevado a la práctica con excelentes resultados. El problema parece ser que no siempre se transmite bien la información de arriba hacia abajo en la jerarquía municipal, no siempore llegan las resoluciones a tiempo, y no siempre son asimiladas por los directores de los servicios, y a veces no son aplicadas. Hay directores que quieren hacer un feudo de su sector, y no siempre se pueden controlar. La falta de información sobre las decisiones también es una traba, pero ya se están tomando medidas para solucionar el problema. La IMM a través de la implantación de la red de computadoras ha dado un paso importante en ese sentido, ya que facilita toda la información en el momento, y la emisión de mensajes» terminó informando Tuala.

Exposición del Edil Luis Facio en la Junta Departamental

Homenaje a Rosalía Villagran de Artigas

Por iniciativa del intendente, a pedido de una organización social, se pidió a la Junta Departamental autorización para denominar a una plaza en la zona de Tres Cruces con el nombre de Rosalía Villagrán de Artigas.

Como el tema ha suscitado controversia establezco mi posición:

¿Cuál es la filosofía del nomenclator, qué o quiénes deben figurar en él?

Oribe, en 1837 establecía que deben figurar «aquellos que eternicen la memoria de las épocas y lugares célebres de la patria».

El gobierno de la defensa (llamas)se refería a «nombres vinculados al descubrimiento y colonización de nuestro territorio y proceso fundacional de nuestra ciudad, a hechos relacionados con nuestra gesta emancipadora, a lugares geográficos (Departamentos, ríos, islas de nuestro país)».

Basado en esos objetivos del nomenclator, la Comisión Especial de Nomenclatura aconseja, entre otros conceptos que «Los antecedentes recogidos en el expediente ilustran, con largueza, el mérito de tal designación».

Nosotros creemos también que corresponde dicha designación y la vemos como deferencia hacia nuestro prócer.

Artigas mucho quiso y se preocupó por su esposa, madre de sus hijos, a la que la vida mucho golpeó quitándole la salud mental. Cuando hace saber su decisión de casarse con ella, ante el Juzgado Eclesiástico manifiesta deseo de sacar de la especie de orfandad y pobreza en que se halla su prima, diciendo «no pudiendo ser indiferente sobre la deplorable situación de Rosalía, mi prima hermana. No sintió lástima, que es contemplar desde afuera, sino conmiseración, que es sentir la miseria del otro con el propio corazón.

Logradas las autorizaciones, se casa el 23 de diciembre de 1805. Sólo el trabajo lo aleja de su casa y de su esposa. El 16 de agosto de 1810 le escribe a su suegra: «Yo con mis ansias desearía que esos que lo dicen me aliviaran de algunos trabajos que yo hago, que si en mí estuviera no los pasaría ni estuviera mi casa como en el día se halla mi mujer a quien tanto he estimado y estimo»...»Si ella tiene alguna necesidad venda no solo los trastos, sino la casa y cuanto usted conozca sea mío, puede usted disponer con satisfacción, porque jamas le boquiaría a usted una palabra porque para eso he trabajado, para que ella lo disfrute como dueña con todo cuanto se conozca mío».

El General estaba trabajando, forjando una conciencia revolucionaria y pedía que cuidaran a su esposa. Hoy él sigue trabajando; Seregni, cuando asume la presidencia del FA, dice:»Padre Artigas, guíame». Hace pocos días, acá en esta sala estuvo en la cabeza de todos nosotros.

Entonces él sigue trabajando, es deber nuestro cuidar de su esposa. Y es buena idea aposentarla en un predio artiguista, donde se forjaron las instrucciones del año XIII.

Juana de Ibarbourou comparte con nosotros que recordar a Rosalía Villagrán es homenajear a nuestro prócer. Con motivo del centenario de la muerte de Artigas hace una poesía para Rosalía:

¿Qué flores para tí tendrá la patria?
¿Qué flor de nuestros valles ha de darte
Como símbolo agreste de ternura?
Tan solo el arrayán puede entregarte,
El nativo arrayán, lunar y puro
Con un blancor de alas vegetales
Esclavas de la espina y de su duro
Tallo leñoso. Savias orientales
Lo nutren para ti, sombra callada,
Y tejen tu corona con las flores
Que alucinan al monte y la picada
Flor del arrayan de nuestros campos
Es tuya. Oh Rosalía desolada

Cooperativas de consumo, una realidad...en crisis

EL VIRUS NEOLIBERAL ATACA AL COOPERATIVISMO

El imperialismo ha lanzado con todas sus fuerzas transformaciones mundiales y nacionales en la concreción de políticas económicas regionales y nacionales, con la concepción neoliberal de aperturas de mercados a las transnacionales y a los grandes grupo económicos. Luego de varias notas en las que se ha reseñado y denunciado aspectos alarmantes en la vida de las cooperativas de consumo, hoy trataremos de objetivizar en la perspectiva de dar a conocer lo que entendemos como la visión utópica de muchos dirigentes, que siguen siendo aún mayoría en los diferentes Consejos Directivos que gobiernan las cooperativas de consumo.

Cuando escribimos esto, tal vez más de un dirigente discrepará o no querrá reconocer la veracidad de lo escrito, pero hemos basado nuestra visión en la realidad de cada una y en la relación general del cooperativismo. No solo el de consumo, sino que la relación está en la aplicación práctica que el neoliberalismo hace sobre esta concepción progresista en una sociedad de raíces capitalistas.

Pensar que revertir situaciones críticas que hoy sufre el cooperativismo de consumo, ya sea por que se han generado balances con pérdidas, las cuales no se resolverían aun cuando sus trabajadores trabajasen gratis un año, o creer que el sentido de cooperativismo no se asocia al de apetito personal en la aspiración de mando y poder, es no ver cómo una Cooperativa de Ahorro y Crédito le «serrucha las patas» a una Cooperativa hermana (COPERPAY) y le hace deambular por el filo de un despeñadero económico-financiero.

LA UTOPÍA DIRECTRIZ

Ante situaciones tan claras como éstas, hay dirigentes que no sólo creen que esto es transitorio sino que además están convencidos de que «Su» Cooperativa no pasará por los males que aquejan a las demás.

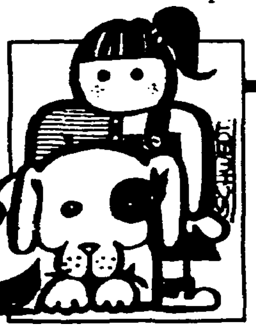
Ante esto, preguntamos: ¿Existe o no una interrelación de las cooperativas de consumo cuando ellas coexisten en la FUCC? ¿Qué poder de decisión tiene la FUCC ante los Consejos Directivos sobre el deterioro generalizado por la crisis del sistema?

¿Se ha pensado que la política neoliberal, que ya afectó a los vecinos del Mercosur con privatizaciones, recortes presupuestales a funcionarios públicos y despidos de miles de ellos, lo que llevó por ejemplo al cierre en la Argentina de la Cooperativa «El Hogar Obrero» dejando a 14.000 trabajadores desocupados, no nos tocará?

Hay dirigentes que piensan en la utopía de que ellos solos salvarán a las cooperativas de consumo de estas connotaciones que el imperialismo ha creado para talar toda raíz progresista en esta región del planeta.

Los trabajadores, las organizaciones sociales y políticas que crean en soluciones de cambio no deben dejar huérfano al sistema cooperativo y al de consumo en particular, por tener la concepción revolucionaria de integrar a la gente en la creación, organización, gestión y participación democrática de estas instituciones. Solo así mataremos la utopía.

Ruben Cal



INFANCIA HOY

Vivencias de un maestro



Ante la entrega del presupuesto del Gobierno Nacional para el próximo quinquenio, no pude sustraerme a la tentación de escribir una nota que fuese una continuación de la anterior.

Por allí surgen muchos temas sobre los que sería importante hacer consideraciones y voy a tomar alguno de ellos en mis reflexiones como maestro. Como lo decía en la otra nota: aún en actividad (¿afortunada o desgraciadamente?)

Creo que la mejor manera de comenzar sería recordando a Don José Batlle y Ordóñez (sí, el del sobretodo), que ahora solamente le serviría a sus «seguidores» para intentar (solamente intentar) tapar muchas de las cosas que están haciendo.

Decía Don Pepe en una ocasión en que los militares le solicitaban aumento: «Bárbaros, quieren ganar igual que un maestro».

Para actualizar los datos voy a mencionar algunos de los que dio el ministro del Interior Didier Opertti.

Según el Ministro, un agente de 2da. gana actualmente $ 1.595 y pasaría a ganar el año próximo $ 2.185. Por su parte un agente de 1era. gana actualmente $ 1.857 y pasará a ganar el año que viene (votos de la coalición mediante) $ 2.500.

Voy a coincidir en este punto con un diputado de la Cruzada 94 que decía a su vez que los policías que exponen su vida casi constantemente en su función, se merecen mejor remuneración.

Un salario digno por un trabajo digno debe ser siempre lo justo.

Por otro lado, se daban datos acerca de los «aumentos» que recibirían los maestros y que -para incrementar sus ingresos- los maestros tendrían «compensaciones» extras si no registraban inasistencias y a su vez si contaban con título habilitante.

Sobre lo de las inasistencias a las que *ya me referí en la nota* anterior, quisiera agregar algo más. En los últimos días se ha sabido de casos en Canelones de «controles» de las seccionales policiales en los días de paro en la enseñanza.

Y agrego una perlita al collar: también se controla esa asistencia de los maestros a la escuela los días de paro de transporte (hay una reglamentación del Consejo de Primaria por la cual un maestro que resida a más de 2 km. de la escuela no tiene obligación de concurrir los días de esos paros y no se cuentan como faltas). Para que esto no quede en el aire, les diré que en Parque del Plata -donde trabajo actualmente- se realiza este «cuidado» del que les hablo.

Ahora bien, uniendo un poco los dos temas, ¿qué «título» se le exige a alguien para entrar a ser *funcionario* policial? Solamente un certificado escolar de que terminó 6o.año. ¿Es decir que a partir de ahora al cursar la escuela habría que agregar la materia: «cómo controlar a los huelguistas» por si alguno de los alumnos decide entrar luego en la *policía*? *Por otra parte*, ¿es justo -como el reclamo de más salario a la Policía- que alguien que hizo la escuela con un maestro al que se le exige el título para darle más salario, 3 o 4 años más tarde entre de policía ganando más (bastante más) que ese mismo maestro?

Repito, no creo que el pedir que la policía gane lo suficiente sea injusto. Lo que sí pienso es que si se quiere hacer justicia, no es posible que a un maestro con 24 años de trabajo (es mi caso) se le pague, de acuerdo a los aumentos del próximo presupuesto, un sueldo líquido de $ 2.080. Saque cuentas marcha atrás y verá que el maestro recién recibido cobrará bastante menos aunque se le incluyan los «incentivos geniales» que se les han ocurrido.

Hoy mi ánimo no está para anécdotas, por eso voy a terminar la nota con una frase del querido (y olvidado por muchos, como lo es Don Pepe Batlle) maestro, perdón, **Maestro José Pedro Varela**. El dijo en alguna oportunidad: **«Por cada escuela que se abre, es una cárcel que se cierra».**

Daniel Fernández

Crecer, organizarnos, educarnos

Después de cinco años de intentos de reconstruir el CEIPA, los estudiantes del IPA se reunieron en convención. La misma se convocó para definir líneas políticas de acción interna y externa a llevar a cabo, al tiempo que se definía la forma de organización gremial.

La instancia se ha reunido ya dos veces y se pretende terminar en octubre. La dificultad en poder resolver los temas propuestos se basan en que se hizo hincapié en la estructura gremial, punto que concentró la atención de los concurrentes.

El atolladero se debió a una falta de comprensión política de las diferencias, marcando y agudizándose contradicciones superficiales. Oponiendo a los estudiantes por el turno al que concurren a clase y no por concepciones políticas. La lucha ideológica se desvirtuó personalizándose.

La estructura gremial es importante, pero no fundamental. Un gremio, cualquiera sea, tiene que definir líneas políticas claras y una estrategia para llevarlas a cabo. La organización está en función de las metas fijadas y va a ser llenada de contenido en la medida en que sea capaz de cumplir sus objetivos.

La participación no se logra de antemano con tal o cual diseño de estructura, sino que la misma se realiza en la práctica, la democratización de un gremio se logra cuando sus integrantes comprenden que sus reclamos van a tener fuerza en la medida en que sean capaces de aglutinar en torno a ellos a la mayor cantidad de voluntades. No importan sólo los que luchan, sino también aquellos que no luchan porque a esos hay que ayudarlos a comprender y participar de la misma.

La situación que se vivió en el CEIPA no es un hecho aislado, se enmarca dentro de la falta de discusión política que vive el movimiento estudiantil. Ello es, en parte, repercusión de la destrucción en el 90 de la FEI, FES y CEGEUTU y el casi desmantelamiento de la FEUU.

Entre 1990-1995 no ha habido a nivel secundario una organización gremial que nuclee a sus integrantes de forma permanente. La coordinadora de estudiantes aparece como un esfuerzo loable pero sin capacidad de generar continuidad en su trabajo. En gran parte se debe a que se critica mecánicamente la experiencia pasada (léase la de los comunistas).

Cualquier intento de organización es visto como coartador de la participación. Se maneja el término de manera abstracta metafísica. La consecuencia de esta libertad de participación lleva a la participación. Sólo se nuclea a aquellos que son conscientes de la importancia de la lucha dejando al resto librado a la suerte. El espontaneísmo es reivindicado como el sumum de la organización.

En tal marco no es extraño que a nivel terciario se den discusiones que antes en la práctica quedaban eliminadas en secundaria, siendo los gremios integrantes de la FEUU lugares en donde la discusión y acción política alcanzaba interesantes niveles.

La VI Convención de la FEUU marcó el reinicio de la discusión política que la gremial había realizado en los últimos cinco años. El desarrollo estuvo enmarcado en la falta de movilización, debido a lo cual la confrontación de ideas fue en muchos casos superficial, llevando la falta de costumbre a discutir en el plano ideológico político, a una personalización de las posturas.

La Federación, pese a ello, esbozó algunas líneas de acción a realizar. El quid de la cuestión se encuentra en que se necesita ser capaz de transformar prácticamente esos postulados en movilización.

En esta situación los comunistas tenemos que asumir la responsabilidad que estamos llamados a jugar; para ello en primer lugar tenemos que ser autocríticos, nos hace falta realizar un balance de la actuación de la UJC en el proceso de destrucción de los instrumentos gremiales, proceso fundamental si queremos evitar caer en los mismo errores. En segundo lugar, ayudar a reconstruir herramientas gremiales que sirvan para expresar el sentir de los estudiantes, siendo capaces de unir las diversas experiencias en la más amplia pluralidad de ideas sin que ello signifique abandonar las nuestras. En tercer lugar, ser promotores de discusión inserta en la más amplia movilización.

Líber Romero

La familia humana

«Todos pertenecemos a una misma familia: La familia humana. Todos [illegible] los mismos derechos fundamentales. Cada uno de nosotros debe ver [illegible] respetados, y cada uno de nosotros tiene el deber de proteger los [illegible] de los demás».

[illegible] fue la declaración de derechos humanos que proclamó amnistía [illegible] en 1988, mensaje que concierne a toda la humanidad.

[illegible] de Jacques Chirac de recomenzar las prueba nucleares, [illegible]

[illegible] este hecho conmovió é indignó a mucha gente [illegible] se están llevando a cabo una serie de actividades, para que [illegible] los derechos sociales sean cumplidos en su totalidad.

[illegible] setiembre se movilizó un grupo de gente, manifestándose en contra [illegible] nucleares.

[illegible] fue convocada principalmente por organizaciones pacifi- [illegible] M.I.A.U. (Movimiento Independendiente Antinuclear Uruguayo) [illegible] Estudiantil de Acción Ecológica. G.E.L.P. (Grupo Ecologista [illegible])

[illegible] de estas organizaciones, también participaron en la protesta, Vida Silvestre, diversas agrupaciones estudiantiles y redes de amigos de la tierra, entre otros. Una gran cantidad de jóvenes dijeron nuevamente presente, saliendo a entender esta vez a la sociedad y el ambiente, contra la prepotencia de los gobiernos -como Francia-, contra la posibilidad de colaboración en tecnología nuclear con Chile que puedan acordar los gobiernos prepotentes. Por estas razones y por su futuro, los jóvenes uruguayos siguen defendiendo la democracia, para no tener un futuro incierto y para que la credibilidad permanezca.

Que la mayor cantidad de gente se una a estos jóvenes, que pretenden impulsar ese tipo de protestas, justas, que no deben ser dejadas de lado.

Para contrarrestar los operativos nucleares, la amenaza y el miedo que éstos imponen en la humanidad, debemos contribuir para desarrollar una mejor sociedad.

María Eugenia

Una apreciación

EN BUSCA DE ALEGRIA FUTBOLERA

Es indudable que el fútbol lleva en sí mismo la algarabía del cuerpo y la alegría de los ojos (seguramente los otros deportes también tengan algo de ello), pero de un tiempo a esta parte, hemos venido asistiendo al escamoteo de tales dones. Salvo honrosas excepciones (nos referimos a algunos «carasucias», que para deleite todavía emergen...) la mayoría de los equipos alinean regulares -cuando no mediocres, al decir de algunos hinchas jugadores-, que solo cumplen con el papel que se les asigna cada fin de semana por intermedio de los directores técnicos que la mar de las veces, "buscan el resultado"...el no perder.

No pretendemos hacer una exegesis sobre el acontecer futbolístico (que por otra parte excedería el espacio que disponemos) sólo haremos alguna apreciación que clarifique -aunque mínimamente- el parecer de quienes semanalmente, concurren a los diversos escenarios.

Pensamos que el futbolista «controlado» por poderes a los que debe obediencia, no es un «hombre libre» (en el mejor sentido del término libertad); se encuentra constreñido por la obligación de goles y/o atajadas, por las imposiciones de una efectividad creciente, por la necesidad de ganar campeonatos, etc.

En cambio, el jugador, puede expresar su libertad en el virtuosismo, la fuerza, la garra, la habilidad y picardía.

Aspiramos a que (por supuesto con las «reglas» del entrenamiento, las tácticas, etc.) nuestros futbolistas nos «regalen» sábados y/o domingos, el talento del potrero, las bromas de un juglar medieval...para solaz del espíritu.

...Y bueno, con la «serie» de lo anterior y más allá de prosaicas disquisiciones, es necesario referirnos el acontecer del campeonato clausura (2da. rueda del Uruguay) donde jugadas 6 fechas (algunos equipos tienen siete) los Picapiedras (el Rampla que no ni no!) están al tope de la tabla con 14 puntos y ningún partido perdido; siguiéndoles el viejo River Plate (los darseneros) también sin haber perdido y con 12 puntos.

Seguramente este próximo fin de semana será de «alquilar balcones», ya que se enfrentan los ramplenses con los mirasoles (que a propósito, el 28 del corriente festejan su 104 aniversario...) y donde está entreverada la cosa, es en el descenso. Los de la bombonera (el Basáñez), Sud América y algún otro, están «tecleando...»

Mientras tanto, el «Pichón Núñez y los Campeones de América (o lo que queda de ellos...) andan allá por las «Uropas» «estrenando» el título...«Aramos dijo un mosquito...».

...Y la copa de campeones? ...los nacionales en ventaja y los peñas, bien (mal) gracias...

El placer del juego-fútbol es breve, y sobre todo, no planificado... se trata de un hallazgo, de ese algo que contraviene la monotonía del diario vivir... Salú «gurruminas»

La de Trapo



Anecdotario

Que la propaganda es la «madre del borrego», nadie tiene dudas, ella «hace y deshace» desde presidentes a chocolatineros...

Referida al fútbol en particular, hasta en la «valija» del «masajista» la hallamos impresa; camisetas, pantalones, medias, atrás, adelante, en cuanto lugarcito se pueda, (se han dado casos en que algunos jugadores la llevaron en su frente y/o cachetes...)

Pero en esta era de la cibernética y otras «yerbas» no es nada de extrañar; si resultaría sorprendente que «alguien», no hiciera uso (y abuso) de ella...

Sin embargo... allá por la década del cincuenta, un club (Peñarol) fue el «pionero» de la publicidad en camisetas de un equipo de fútbol; pero hete aquí, que la empresa patrocinadora, se negó a pagar el precio estipulado por -dijeron sus propietarios- incumplimiento en el contrato...

¿Que qué pasó?... hubo un jugador que se negó terminantemente a hacer de hombre-cartel y de los 11 mirasoles, sólo diez llevaron en su blusa la publicidad contratada...

Adivina adivinador...sí señor, acertó! el Gran Negro Obdulio Jacinto Varela, una vez más dando muestras de su gran personalidad el Capitán (¡salve Maracaná!).

Lo que trae la nueva sangría



Después de exhibir un fútbol de buena factura técnica y lograr ser el Campeón de América, recomenzó el éxodo de jugadores al extranjero. A los pases de Darío Silva, el "Gallego" Ferro, "Marujo" Otero, el "Flaco" Gutiérrez, Gustavo Méndez, Quagliata, Suárez y otros, preparan sus valijas varios jugadores que esperan la orden de los contratistas para iniciar su ilusión de fama y dinero.

Esta sangría provoca en el torneo "Clausura" un fútbol chato y falto de buenas jugadas y hace que cada vez se juegue más de punta y p'arriba.

Si bien en lo económico, a través de los pases los clubes han tenido un respiro que les permite cumplir con las necesidades más inmediatas, hipoteca sobre todo a los "grandes" la posibilidad de obtener buenos resultados a nivel internacional.

Una de las medidas tendientes a solucionar el buen juego se tomó a partir de hace algo más de un año: la contratación de jugadores de "treinta y pico" de años. Así, Peñarol contrató al "Vasco" Aguirregaray, Basáñez al "Tola" Luzardo -hoy en Cerro-; Danubio al "Negro" Revelez. Nacional, en controvertida contratación, trae por quinta vez a Juan Ramón Carrasco; también Defensor hace debutar a Jorge "Polilla" da Silva.

Las jóvenes generaciones, con la tendencia actual van a tener el privilegio de ver a Máspoli, Willian Martínez o a Julio Pérez.

Esperemos que se entiendan los límites, para que jugadores que a través de sus campañas han logrado el respeto y la admiración de las distintas hinchadas, no se sientan tentados a volver y quedarse, ganando al final la silbatina o el abucheo.

C.H.R.

HUMOR



El incidente Roswell

Se dice que es mentira, pero no se sabe. Lo cierto es que la cinta fílmica que compré en Tristán Narvaja me dio a conocer este caso que, aunque no estará muy difundido, no dejará dudas sobre la existencia de seres extraterrestres.

Ahora les narraré lo que vi en dicha filmación que había sido realizada en la morgue de la Facultad de Medicina, que el gobierno militar había ocultado y salió a la luz gracias al ladrón que me la vendió en la feria entre un lote de revistas de Patoruzito y libros de filosofía.

Así es lo que vi: El ser extraño que estaba en la rígida cama no era del todo diferente a un ser humano, el cuerpo quemado y desnudo del cabezón que miraba fijo era más parecido a un enano que a un marciano. Aparecieron dos cirujanos con trajes como para fumigar, y con sus afilados instrumentos abrieron en cruz el cuerpo cual si fuera un pollo. Luego, con una pinza de cejas, le sacaron los lentes de contacto, le sacaron los chinchulines, la tarada, perdón la vejiga, y ponían todo en una bandeja ya preparada con aceite, orégano y papas cortadas en cubitos ¡¡humm!! El muñeco...perdón el extraterreste difunto, ya sin sus órganos vitales, sólo parecía una alfombra, tipo oso, sobre la mesada fría que lo había visto, momentos antes de los comerciales, con su forma humanoide. Cuando ya me estaba convenciendo de la veracidad de esta cinta... un tercer hombre entró en escena y les pregunta a los cirujanos con voz de indignación: ¿no vieron al petizo Carlitos, que andaba en bolas durmiéndose por las camillas?...¡¡qué cohete que tenía el petizo!!, ¿dónde se habrá metido?

Es como dije al principio, esto no dejará dudas sobre extraterrestres, pero...¿Es verdad o consecuencia? Se dice que es mentira, pero no se sabe.

El Cable

El próximo Nº de Carta Popular aparece el viernes 6 de octubre

cartelera de MONTEVIDEO

TEATRO

Teatro *Circular* de Montevideo viene presentando en su sala la obra del dramaturgo argentino Carlos Gorostiza, "El patio de atrás", dirigida con mano segura por Ruben Yáñez. Este ya nos había ofrecido del mismo autor y con la gente del Circular, "Aeroplanos", de gran suceso. En "El patio de atrás" Gorostiza mueve cuatro seres desolados -solterones, hermanos - en una zona llena de angustia y en un tiempo que parecería no moverse, esperando "algo" o a "alguien" que no sabe si llegará. En ese patio trasero - ¿nuestra América?, ¿nuestros países? - la monotonía de los días, los gestos y actos repetidos, el rencor que los rodea, nos enfrenta con un teatro cercano al absurdo, con mucho del grotesco rioplatense. En un elenco de buenas actuaciones, Pelusa Vidal y Walter Reyno destacan la creación de sus personajes, junto a Carlos Frasca y Patricia Yose que componen acertadamente sus criaturas.

Escenografía de Osvaldo Reyno, vestuario de Amalia Lons, iluminación de Hugo Leao y luces y sonidos por Pablo Soffritis.

Viernes y sábados 21.30 horas, domingos 19.30.

"El cerco de Leningrado" del español José Sanchís Sinisterra, es brindado por Dahd Sfeir y Nelly Antúñez en el Teatro del Notariado, bajo la atenta dirección del exitoso Omar Grasso, (recordemos sus "Florencios" por "Lorenzaccio", "El jardín de los cerezos" y otras) -radicado actualmente en la Argentina que ha vuelto, para regocijo nuestro, después de varios años de ausencia en las carteleras montevideanas.

La anécdota de la obra nos presenta la historia de un actor teatral, hombre que soñó con un ideal de justicia futura y que ha sido esposo y amante respectivamente de dos hermanas. A ellas les ha quedado, a la muerte de aquel, una sala teatral donde ambas mantienen vivas sus ideas y la esperanza de su posible realización. Entre líneas, una crítica al sectarismo cerril - al encontrar ellas la obra, "El cerco de Leningrado", no representada-, se instala en medio del asunto, sin dejar de darnos una alentadora señal de mejor futuro, en estos momentos difíciles que vivimos. Porque como dice Natalia -estupenda Dahd Sfeir en ese personaje- "los que creyeron con el corazón abierto no tienen nada de qué arrepentirse". Igualmente eficaz, Nelly Antúnez arma el personaje de la hermana Priscilla. La escenografía es de O. Reyno, luces de J.J. Ferragut, música de J. Valcarcel y vestuario de A. Lons

Viernes y sábados 21 horas, domingos 19 horas.

La sala Atahualpa, que así se denominará, como reivindicación y homenaje a la magisterial figura del director teatral Atahualpa del Cioppo, avanza rápidamente hacia su inauguración. La institución teatral El Galpón, está terminando otra sala de teatro circular (y/o frontal), con capacidad para 250 personas. De armoniosa construcción, moderna, cómoda y de buen gusto, este nuevo espacio teatral, será próximamente abierta al público con la obra "Cuando el río Jordán pasó por La Teja" de E. Sarlós, que ganara el primer premio del concurso convocado por esa Institución. Es un nuevo y valioso aporte a nuestra vida teatral.

18ª FERIA INTERNACIONAL DEL LIBRO

Inaugurada el 8 del corriente mes y hasta el día 24, se desarrolla esta feria, organizada por la Cámara Uruguaya del Libro, con 40 stands de tantas otras editoras y distribuidoras nacionales y extranjeras (8), nos ofrecen un panorama editorial y vastísimo que atiende infinidad de rubros: literatura infantil, narrativa, libros y textos científicos, de arte, etc. La feria ha sido acompañada de diversas actividades, como mesas redondas, conferencias, presentaciones de libros y otras. Destacamos la presentación de los libros: "La Margarita" de Mauricio Rosencof presentado por Jaime Roos y "Juan Manuel Tenuta. Antes que me olvide" de H. Puyo, con la participación de China Zorrilla, R. Espalter, Julio C. Castro y el propio Tenuta, el día lunes 18. Para el sábado 23 está programada a las 18 horas la presentación del libro "La ventana indiscreta" de Sergio López y a las 19.30 se presenta "Antropología de las sociedades" y una conferencia del escritor Dr. Elio Masferrer Kan (México); a las 21 charla del escritor Eduardo Galeano. El domingo 24 a las 19 conferencia del escritor Danilo Anton: "Del Uruguaypirí al Piriguazú", ambas actividades en la Sala Roja de la I.M.M.



Atrio del Palacio Municipal de 10 a 21 horas.

MUSEOS

Torres García. Lunes a viernes; de 15.00 a 19.00 y sábados de 11.00 a 13.00 Sarandí 683 Tel. 92-26-63

Del Gaucho y la Moneda. martes a viernes; de 9.30 a 12.30; sábados y domingos, 15.00 a 19.00 Avda. 18 de Julio 998- Tel. 90-87-64 **Policho**

NUMA Y SU BANDA AL SOLIS



Numa Moraes ya tiene su último material editado en Compact Disc "MACANDAL", y para presentarlo estará el martes 3 de octubre en el Teatro Solís.

Para hablar de Héctor Numa Moraes, nada mejor que reproducir las palabras de presentación de su maestro, amigo, socio, compadre, el poeta Wáshington Benavides en la propia carátula del CD: "Macandal", Sí.

Por qué Numa Moraes - se preguntará más de uno - ha titulado así a su último trabajo discográfico? Nos apresuramos a definir que lo que dicho sonoro vocablo significa en afroantillano: Es el nombre de un caudillo independentista haitiano, prebolivariano, y también es un amuleto para la buena suerte, y también quiere, finalmente, significar "Brujería".

Ustedes - los amables oyentes de este trabajo musical - conocen la trayectoria de Numa Moraes. El músico nacido en Curtina, se ha proyectado desde su comienzo en más de una línea de creación: la recuperación de los procedimientos de "el país musical" que Don Lauro Ayestarán definiera (la Banda Oriental, las provincias limítrofes argentinas, Río Grande del Sur); también ha insistido en el difícil arte de musicalizar poemas. Si se recorre su discografía nos asombrará la pluralidad de poetas (y estilos) que Numa transformó en tema de canción.

Y precisamente, al no ceñirse en un único estilo, en una única forma de entender la canción popular, ella ha marcado su proyecto musical con una sabrosa variedad que siempre ostenta su sello. En este trabajo aparecen dos textos de Luis Pales Matos, el gran poeta vanguardista de Puerto Rico; creador de una variante antillana de los "ismos" que, en las primeras décadas del siglo, recorrieron el mundo: el "diepalismo" creación compartido con su amigo, el poeta José I. de Diego Padró, que dará importancia fundamental a la eufonía de la palabra por encima de su significado. Aquí están "Numen" y "Danza Negra" para ejemplificar lo dicho.

En esta "brujería" musical que nos propone Numa, han colaborado un selecto número de instrumentistas muy conocidos, mancomunados con admirables jóvenes. Veteranía y juventud aunadas para estos logros, para estos sonidos, tan latinoamericanos como sorprendentes. El Numa de la creación folklórica permanece en "El Negrito", sobre texto de Yamandú Rodríguez, o en "Muerte del cacique Sepé". El asombroso musicalizador de poemas en esa aparcería (casi de trasmundo) con Alfredo Zitarrosa. Ya sea como creador absoluto o como intérprete, en "Macandal" escucharemos a un Numa, siempre renovado, pero sin perder su "toque", su "color vocal". Y no podemos ignorar el peso, por capacidad, por solidaridad, que aporta a este trabajo, ese excepcional técnico de sonido que es Daniel Báez en "La Batuta".

Sobre textos que el tiempo ha consagrado o sobre textos de jóvenes poetas aquí nos ofrece Numa, como en un culto iniciático, la brujería - sin fronteras - de su música.

EL RECITAL ES EL 3 DE OCTUBRE

El martes 3 de octubre, pues, Numa con toda su banda y músicos invitados, y el grupo de baile Danzamérica, presentará ese Compact Disc "MACANDAL". Sin duda, todo un desafío. Si cada uno con los que Numa fue solidario en su vida, a través de escuelas, clubes sociales, sindicatos, etc. concurre al espectáculo, no alcanzarían veinte teatros Solís. Por eso descartamos que tendremos un lleno total.

Los precios de las localidades van desde los $ 30.= hasta los $ 90.= y se pueden reservar al programa "La canción nuestra", que se emite los domingos de 10:00 a 11:30 por CX 36 Radio Centenario o por los teléfonos 63.14.48 y 58.38.15 o en el propio Teatro Solís el día del espectáculo. A las 21:00 horas el martes 3 nos vemos en el Solís.

Eduardo Keuchkerian

Se estreno el diario del Che en Bolivia

Se estrenó "Ernesto Che Guevara, el diario de Bolivia" en Cinemateca Uruguaya. Ha sido calificada como una obra maestra del cine testimonial y un ejemplo de raro equilibrio en su aproximación a algunos de los temas más delicados de la historia latinoamericana de este siglo.

Filmada en Bolivia en 1994, redescubre hoy exactamente los mismos lugares, la misma gente, se reencuentra con quienes fueron sus compañeros de armas, con los soldados del ejército boliviano que los combatieron, con la maestra de la escuela de Higueras, que por primera vez ante cámaras cuenta y muestra directamente los lugares y los objetos, reconstruyendo lo ocurrido. Y sobre ese material, casi siempre sorprendente (los mismos campesinos que fueron testigos todavía viven, y son exactamente como Guevara los describió en el diario de 1967), el filme intercala los pocos documentos filmados en aquel momento en la sierra.



La trayectoria del Che Guevara, y en particular su trágico epílogo boliviano, constituyen todavía, para vastos sectores de opinión pública, algo así como el "último mito".

El desafío del director suizo Richard Dindo es múltiple, porque por una parte mantiene una total, rigurosa objetividad, pero a la vez adhiere a un perfil de coraje y heroísmo, sin aplicar una opinión o un comentario. El cineasta deja hablar al propio diario boliviano (en imagen y en banda sonora) mientras su cámara aporta un formidable material para un "dossier" que procura una definitiva verdad histórica

Richard Dindo tiene un sólido prestigio consolidado a través de trece largometrajes de un rigor excepcional, en un género de "reconstrucción documental" para el que ha aportado visiones esclarecedoras y contundentes sobre la guerra de España, Max Frisch o Arthur Rimbaud. Refiriéndose a su último protagonista señaló: "En mi trabajo me apasionan los personajes reales, sus debilidades, los fracasados.

Los triunfadores no me interesan, porque a menudo aplastan a los demás, y además porque escriben ellos mismos su historia".

Una nota de Silvio Rodríguez

HERMANO PLANETARIO

Del artista cubano Silvio Rodríguez publicamos el siguiente texto acerca del peligro que significa para Cuba el proyecto de la ley presentado ante el Congreso de EE.UU, conocido como de Helms-Burton.

LA HABANA, 5 DE MAYO DE 1995



«El motivo de estas letras es la preocupación que como hombre y como cubano me motiva el proyecto de ley Helms-Burton, nueva humillación que los políticos más obcecados del gobierno norteamericano pretenden imponer a nuestros pueblos.

Para todo el planeta la intención de esa ley es insoportablemente ofensiva, porque ya no sólo se quiere fiscalizar y restringir la libertad de los cubanos, sino someter a sanciones y represalias a todo el que por cualquier razón se relacione con nosotros, sea Estado, empresa o persona. Para el pueblo norteamericano, viejo soñador de libertad y democracia, es una especial degradación que hombres de su gobierno emprendan semejante ultraje contra el derecho y la dignidad.

VUELTA DE TUERCA

El proyecto de ley Helms-Burton supone una vuelta de tuerca extrema al staff de medidas coercitivas que desde 1959 se vienen aplicando contra Cuba. Entre la gama de artificios de esta nueva variante, se destaca que, aun después de derrocado el gobierno cubano, habría que continuar el bloqueo hasta que se hubiera indemnizado o devuelto a sus antiguos propietarios los bienes que les fueron nacionalizados a principios de la revolución.

Este asunto, que hasta hace algún tiempo sólo se refería a las ex propiedades de quienes eran naturales estadounidenses, ahora se amplía a los cubanos que desde el triunfo revolucionario emigraron y adquirieron esa ciudadanía.

Pero, según parece, este proyecto de ley no sólo preconiza la devolución del país a sus antiguos dueños; además legaliza la guerra civil que se desataría cuando se intentara desalojar a los obreros de sus fábricas, a los campesinos de sus tierras, a los enfermos de sus hospitales, a los niños de sus escuelas, al pueblo de sus viviendas y en general de sus conquistas.

Por otra parte, la inmensa mayoría de los norteamericanos de origen cubano no fueron dueños de centrales azucareras, latifundistas o esbirros de la tiranía batistiana, sino pueblo trabajador, y la experiencia de los últimos años demuestra que aspiran a que las relaciones entre Cuba y Estados Unidos se normalicen para poder visitar sin trabas a sus familiares. No parece casual que el proyecto de ley Helms-Burton, además de proponer el recrudecimiento y la prolongación del bloqueo, disponga también de dolores extras para la ya sufrida familia cubana.

EL COSTO DE QUERER SER DIFERENTES

Cuba es un país pobre, con problemas, pero soberano. La mayoría de los que vivimos en la isla somos conscientes también de nuestras deficiencias, e inconformes con ellas trabajamos cada día para superar errores; prueba de ello es que, desde hace años, aunque sin renunciar a nuestros logros y convicciones, nos empeñamos en adecuar nuestra sociedad a las realidades del mundo actual. Es evidente que Cuba no amenaza a nadie, que no agrede a nadie, que sólo aspira a que la traten normalmente, a que la dejen trabajar en paz. El único peligro que representa es el de demostrar que se puede vivir en este mundo y en este hemisferio de otra manera. El único pecado que hemos cometido es el de no renunciar a nuestra independencia, el de intentar nuestras propias soluciones, el de asumir el costo de querer ser diferentes. El bloqueo al que ha estado sometido nuestro pueblo durante más de tres décadas no sólo es obsoleto a la luz de las condiciones políticas del mundo sino inmoral, porque además de limitar vínculos con países y personas nos impide adquirir recursos, alimentos, medicinas. Esto lo sufren día tras día nuestros enfermos, nuestros ancianos, nuestros hijos. La nueva acción anticubana pretende crecer y legitimar esta injusticia, e imponer una complicidad a todos los gobiernos y seres de la Tierra.

UN PASO ATRÁS

El proyecto de ley Helms-Burton - y todo lo que representa y lo sostiene- es una vergüenza y un atraso, y no sólo intenta descalificar a la revolución cubana sino a Cuba como nación. Se inscribe en las pretensiones más viejas y bochornosas de absorción de nuestro país como colonia, y mancilla espantosamente el sentido de la vida y la obra de José Martí, de cuyo holocausto este año se cumple un siglo. Pone a la legislación, y por ende a la moral y a la inteligencia de Estados Unidos y del mundo, ante la disyuntiva de legalizar o no el terrorismo de Estado. Lo hace en desafío a las corrientes democráticas que cada vez se pronuncian con más sensatez y claridad en favor de soluciones al diferendo entre Estados Unidos y Cuba; lo hace en los momentos en que los dos gobiernos, con mesura y paciencia, han logrado encontrar un punto de diálogo en las cuestiones migratorias y acaban de firmar un acuerdo que los coloca en un nuevo estadio de perspectivas, en un paso más alto desde donde observar, comprender y actuar en beneficio colectivo.

El tiempo, los recursos, y sobre todo la sangre y los sufrimientos que conforman la ardua pirámide sobre la que ambos gobiernos consiguen dar este paso, no pueden ser desdeñados. Es una responsabilidad verdadera, de todos y cada uno de los que aspiramos a la comprensión y la paz entre nuestras naciones, que cada cual, siempre y dondequiera que podamos, juntos o en solitario, nos pronunciemos y actuemos en favor de la normalización de las relaciones entre Estados Unidos y Cuba. Se sabe que no va a ser fácil. Pero hace algunos años, para algunos, no sólo era difícil sino inconcebible. Hoy estamos más cerca que nunca de un diálogo que, sin obviar los principios que nos separan, pueda llevarnos de la mano de las afinidades, que también existen, a la consideración mutua y la convivencia.

Deberemos ser vecinos mientras exista nuestro planeta, mas no sólo por ello llevarnos bien es una aspiración encomiable. El respeto, la comprensión, el verdadero sentido de la armonía, por encima de diferencias y características, puede ser una conquista del género humano, y es una fortuna que debemos sumarle al Universo.

Por el diálogo y contra el bloqueo, hasta el amor siempre».

Tomado de «Revista del Sur» (Publicación de la Red del Tercer Mundo)

INEDITOS

«Charco»

Calle abajo
rumbo al charco va la luna
ha robado al dios sol
un tercio de su locura
borracha de plata y empapada
seguida de niños de panza pelada
cuando el hambre pasa, junto con la luna
el charco recibe pies flacos y espuma

Hasta que las nubes cargadas de envidia
van soltando el llanto
en la noche tibia
los niños y el perro escapan corriendo
todos desbordados
de gotas y viento
ha quedado el charco
molesto y riendo.

de «Dos décimas y más»

Sí, todo tiempo pasado fue mejor pero...
para quien...
cuántos años tengo y no paro de crecer
escuchar y conocer, ver, oir y gritar
Como viene la mano, al que madruga
lo duermen de un palo,
en casa de herrero, arroz hervido
y donde comen dos, cerrado por balance.

«Sangre del pueblo»

(1° de Mayo de 1983)

La sangre camina por calles desiertas
buscando en los cuerpos los tiempos perdidos
la sangre a las mentes aclara y despierta
en tanto el silencio se muere aturdido.

La sangre de obreros que siempre latente
revive en gurises descalzos, hambrientos
haciendo a los hombres cansados más fuertes
que rompen en grito a los cuatro vientos.

La sangre recorre las calles pobladas
se mezcla entre libros, martillos y palas
espigas de trigo recoge apurada
es sangre de pueblo que hierve y resbala.

JULIO CESAR PEÑA.- Nacido en San José en 1958, comenzó a escribir a los 12 años, en la escuela. Se autodefine como «flaco, albañil y preocupado», estudios parciales de secundaria, en fin, poeta autodidacta.

Estrenan film inspirado en «Los albañiles de los tapes»

Hace pocos meses, en el programa que nos propone - siempre interesante - Ignacio Suárez por Canal 5, SODRE, habíamos visto un adelanto de esta película, así como las entrevistas que hiciera este conductor tanto a los actores uruguayos que participaron en su realización y a la hija de Juan José Morosoli, hoy Arquitecta.

«VIENTO DEL URUGUAY» es una coproducción suizo-italiano-uruguaya, rodada en Minas, dirigida y guionada por el italiano Bruno Soldini y cuenta con artistas como Walter Reyno, Till Silva, Rodolfo Da Costa (al que lo habíamos conocido como cantor), Roberto Fontana, Graciela Gelós, Patricia Yosi, Alejandro Busch,Ruben González Santurio, Fernando Toja, Eduardo Migliónico, Eduardo Prous.

No está demás recomendar a nuestros amigos, que lean o relean esta importante novela, donde tres albañiles, tres obreros (dos de ellos criollos y el otro un inmigrante recién llegado) van a Lavalleja a construir un cementerio local.

Debemos señalar que este film cuenta con el auspicio del Departamento de Cultura de la Intendencia Municipal de Montevideo, la Federación Uruguaya de Teatros Independientes y la Sociedad Uruguaya de Actores.

Es bueno señalar además que Morosoli era hijo de un inmigrante suizo, un albañil y que el cineasta italiano Bruno Soldini que trabaja para la televisión suiza se especializó en documentales sobre la emigración de ese país hacia otras partes del mundo.

JOSE MARTI (1853 - 1895)
PENSADOR Y LUCHADOR REVOLUCIONARIO



Cuba al salvarse, salva

«Sin *lisonja*, sin solicitud, sin llamamiento exaltado al patrioti-smo, sin *el reparto* inmoral de la autoridad vanidosa, sin más móvil que el *voluntario* de la fe sensata en los métodos de amor, energía y prudencia del Partido Revolucionario Cubano, se han ido creando, con la *fuerza* de lo que nace de sí mismo, los Cuerpos de Consejo, o *asambleas* locales de los Clubs por donde el Partido Revolucionario *Cubano*, *funge en armonía y mutuos respetos* durante esta época de *preparación*, y deja sentadas para mañana las costumbres de autori-*dad* local dentro de la obra común, que asegurarán a la guerra el *auxilio* continuo, y libre de querellas, de las emigraciones (...)».

«Y más que en ninguna parte ha sido el Partido Revolucionario Cubano cuidadoso de esta libertad local en los países de América, donde por los compromisos oficiales del gobierno, o por olvido piadoso y extemporáneo de la mala obra de España en nuestro continente, pudiera la actividad cubana, en los límites breves de un pueblo menor, parecer ingratitud o intrusión a los países que han abierto a los cubanos los brazos, y cuya alma real, sea cualquiera el parecer, es de todos modos nuestra. **El mejor modo de hacerse servir, es hacerse respetar. Cuba no anda de pedigüeña por el mundo: anda de hermana, y obra con la autoridad de tal. Al salvarse, salva. Nuestra América no le fallará, porque ella no falla a América.** Pero la sustancia no ha de sacrificarse a la forma, ni es buen modo de querer a los pueblos americanos crearles conflictos, aunque de pura apariencia y verba, con su vieja dueña España, que los anda adulando con literaturas y cintas, y pidiéndoles, bajo la cubierta de academias felinas y antologías de pelucón, la limosna de que le dejen esclavas a las dos tierras de Cuba y Puerto Rico, que son, precisamente, indispensables para la seguridad, independencia y carácter definitivo de la familia hispanoamericana en el continente, **donde los vecinos de habla inglesa codician la clave de las Antillas para cerrar en ellas todo el Norte por el istmo, y apretar luego con todo este peso por el Sur. Si quiere libertad nuestra América, ayude a hacer libres a Cuba y Puerto Rico.** Pero ¿a qué hablar a nuestra propia familia de interés?: por el clamor de su corazón ama ella y ayuda a los cubanos, y porque **el pueblo libre de América que censurase hoy a las Antillas su voluntad de ser libres, se negaría el derecho todo de su propia historia.** No son los pueblos de América como los ricos viles que nacieron de la pobreza y se olvidan luego de que fueron pobres. **No hay caterva más fétida que ésta de los desagradecidos que se abochornan de su origen,** y niegan a los demás el auxilio que ellos en su día estuvieron a punto de pedir: debieran ser polvo, estos hombres ingratos, polvo y hoja mala, a que se los llevase el viento: no es nada menos que un criminal quien ve pobreza, y puede ayudarla, y no la ayuda. **Sobre cada un hombre debe pesar la carga de todo el universo: y así, el universo familiar responde a su hora al hombre.** Los pueblos que salieron de la servidumbre, por voz que les viene de la raíz y por razón de honor y vida, no afligirán a los que luchan por salir de ella (...)».

Fuente: José Martí, «Obras Completas». Fragmentos del editorial del periódico «Patria», New York, del 19 de agosto de 1893. t.II, pp.373-374. Editorial Nacional de Cuba. La Habana, 1963.

Nota: Los subrayados en negrita son de la redacción.

Estados Unidos

DROGA Y CRIMINALIDAD JUVENIL

El presidente de Estados Unidos, William Clinton, dijo el 13 de setiembre que «el crimen juvenil se ha convertido en el mayor problema en Estados Unidos». Clinton hizo esta declaración en una ceremonia de aniversario de un acto contra el crimen juvenil en la escuela secundaria de Myfield Wood, en el estado de Maryland, al norte de Wáshington.



«El adicto de marihuana entre adolescentes de 12 a 17 años de edad ha aumentado mucho», agregó el presidente, diciendo que «si no hacemos algo para mantenerles fuera de la droga, nunca resolveremos el problema del crimen».

El presidente estaba acompañado por el Fiscal de la Nación, Janet Reno, quien anunció donaciones para ayudar a 10 departamentos contra crímenes de adolescentes. Reno citó un informe que predijo que siguiendo las tendencias actuales, la violencia juvenil será más del doble antes del año 2010.

Las pandillas armadas juveniles no solo actúan en las calles sino que han llevado la violencia al interior de las escuelas secundarias, donde es frecuente verificar incidentes armados y víctimas fatales de los mismos.

Un sondeo gubernamental dado a conocer el día anterior a las manifestaciones del presidente demuestra que el consumo de drogas entre adolescentes de 12 a 17 años casi se ha duplicado desde 1992.

La secretaria del Departamento de Salud y Servicios Humanos de Estados Unidos, Donna Shalala, al dar a conocer los resultados de la encuesta, que mostró el descenso o la estabilidad en algunos indicadores del consumo global de droga, advirtió que «quien piense que hemos vencido el problema de las drogas en este país está viviendo en la tierra de la fantasía». La investigación reveló que 10 millones de norteamericanos consumen marihuana y 1 millón 300 mil son adictos a la cocaína, manteniéndose el consumo de esta última estable entre 1993 y 1994. El sondeo muestra que el 7,3% de los adolescentes consumen marihuana una vez al mes y que hay 2 millones de individuos menores de 21 años que beben bebidas alcohólicas en abundancia.

GANANCIAS SIDERALES DE LOS BANCOS

Los bancos comerciales de los Estados Unidos obtuvieron 12.000 millones de dólares de utilidades durante el segundo trimestre de 1995, informó en Wáshington la Federal Deposit Insurance Corporation.

Las utilidades durante abril, mayo y junio superaron el record trimestral anterior de 11,800 millones de dólares del tercer trimestre de 1994. Los bancos comerciales les lograron 11,100 millones de dólares de ganancias en el primer trimestre de este año.

La presidenta de esta corporación financiera, Ricki Helfer, dijo en conferencia de prensa que «durante ya casi cuatro años, las utilidades bancarias han estado aumentando constantemente con el desarrollo de la economía». «Las ganancias han sobrepasado, por trimestre, los 10,000 millones de dólares durante 10 trimestres consecutivos y las utilidades para la primera mitad de 1995 constituyen un record», señaló la banquera. En dos años y medio, los bancos norteamericanos han obtenido ganancias por encima de los 100 mil millones de dólares.

Cuba en el corazón

■ **Uruguay aboga por la integración de Cuba** - El vicecanciller uruguayo, Carlos Pérez del Castillo, de visita en la isla, declaró que «Cuba tiene que estar presente en el proceso de integración de América Latina y que la temática continuará en la agenda de los ministerios pertinentes». El visitante dijo que durante su reunión con el canciller Roberto Robaina se analizaron los distintos procesos de integración en marcha y los que están en vías de consolidación. Mencionó además una serie de asuntos a nivel internacional en los cuales Cuba y Uruguay han trabajado juntos en el pasado y ahora aparecen en las agenda de las Naciones Unidas, de los Países No Alineados y de otros foros regionales e internacionales. Pérez del Castillo expresó que Uruguay «está interesado en reactivar el comercio con la isla, por lo que desea ver y aprender lo que Cuba está haciendo en materia de inversiones y apertura, así como informar sobre la realidad uruguaya en ese terreno». Robaina puso el énfasis, asimismo, en la V Cumbre Iberoamericana que se realizará el próximo mes en Bariloche, Argentina, subrayando en la necesidad de América Latina «de estar más unidas que nunca en la coyuntura actual».

■ **Canadá explora ampliación de negocios** - El ex primer ministro de Canadá, Pierre Trudeau, llegó a Cuba acompañado de un grupo de empresarios interesados en explorar las posibilidades de negocios en la isla. Trudeau se reunió de inmediato con el canciller cubano, Roberto Robaina. El viaje del ex primer ministro respondió a una invitación del gobierno cubano. Una fuente de la embajada canadiense expresó que la visita amistosa está destinada «a coadyuvar al fomento de los vínculos económicos y comerciales entre los dos países, que se desarrollan fructíferamente». Casi una veintena de empresarios y ejecutivos de compañías canadienses de diversas ramas, desde las comunicaciones y el sector fabril hasta la bioagricultura, acompañan a Trudeau, quien dirige actualmente una firma consultora en Montreal.

■ **Cuba profundiza relaciones con México** - El vicepresidente de Cuba, Carlos Lage, visitó la capital azteca a invitación del gobierno de este país y sostuvo diversas reuniones de trabajo con ministros, empresarios y altas personalidades mexicanas, abarcando una amplia gama de asuntos económicos, políticos y sociales, así como aspectos de la situación nacional e internacional. Lage, también Secretario del Consejo de Ministros de Cuba, señaló en conferencia de prensa, al culminar los tres días de visita, que aunque no se han formalizado nuevos acuerdos, México y Cuba mantienen una estrecha cooperación en materia de investigación agrícola, energética y en otros sectores. El alto funcionario isleño dijo, asimismo, que «sería un gran honor para los cubanos que el presidente Ernesto Zedillo realizara una visita a su país».

■ **Ex presidente colombiano visita la isla** - Alfonso López Michelsen, que ocupó la primera magistratura de Colombia entre 1974 y 1978, realizó una visita privada a Cuba, pero sostuvo entrevistas con algunas autoridades de este país. Su visita respondió a una invitación del partido y el gobierno cubanos. El ex mandatario hizo un recorrido por las instalaciones del Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología donde observó los adelantos de Cuba en el campo de esta tecnología de vanguardia. Es la cuarta vez que López Michelsen visita Cuba y durante su gobierno, en 1976, restableció por primera vez las relaciones con Cuba. Actualmente escribe una influyente columna en un diario de Bogotá y forma parte de la comisión asesora de relaciones exteriores de la presidencia de Colombia.

Argentina

PELEA ENTRE LOBOS

No se trata del film de Kostner, porque el sujeto que danza con los lobos no es el pueblo, cuya ausencia de organización social con orientaciones de clase y de partidos fuertes con programa nacional y popular, le impide ser el protagonista eficaz de la historia del vecino país. El pueblo sufre; todos los días se cierran sus fuentes de trabajo, la desocupación promedial es casi del 19% y en algunas regiones llega al 25% y la "plata dulce" se esfuma en manos de una especulación que ya hizo su primavera y busca otras latitudes. Casi todo el patrimonio público ha sido vendido y ahora el gobierno proyecta liquidar las obras hidroeléctricas binacionales "para seguir tirando" un poco más, mientras la deuda externa trepa con botas de siete leguas.

Pero quedan los lobos, los de adentro y los de afuera, cuyas fauces y garras tiran de varios lados del cuerpo inerme del patrimonio económico nacional. Estos son los verdaderos sujetos, al menos por ahora, de la tragicomedia argentina. El ministro de Economía, Domingo Cavallo, graduado en la aristocrática Universidad de Harvard, colocado por Wall Street en su cargo para conseguir buenos bocados para la banca extranjera y cuidarlos bien de cualquier desborde "populista" del ex justicialista Carlos Menem, es el director de escena y el principal protagonista del "show".

Cavallo sabe que el gobierno necesita un cambio cosmético, pues de lo contrario el poderoso gobernador de la Provincia de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, ve hipotecadas sus aspiraciones presidenciales y que él es necesariamente la "víctima" a sacrificar. Para destruir la trampa que le tenía preparada Menen y su flamante jefe de gabinete, Eduardo Bauzá, el 24 de agosto se fue al Congreso y denunció la corrupción en el seno de su propio gobierno al tiempo que obtuvo el apoyo del embajador norteamericano, James Cheek, y del presidente del Club de Bancos Acreedores, William Rhodes, que corrió presuroso a Buenos Aires a respaldar a su amigo y ministro-gerente, en peligro. El mensaje no ofrecía dudas: si echan a Cavallo, se acaba el apoyo financiero externo y "chau" gobierno. Chantaje puro como el que lanzaron David Rockefeller y Henry Kissinger, del Chase Manhattan Bank, cuando en 1981 la tablita se le quebró en las manos a su gerente-amigo local, "Joe" Martínez de Hoz.

Pero el lobo Cavallo no las tenía todas consigo y los otros ejemplares de la especie le tenían preparada una sorpresa: nada menos que un negociado de 37 millones de dólares de su estrecho colaborador, el presidente del Banco Nación, que le aseguró a la trasnacional norteamericana, IBM, un suculento contrato por 250 millones de dólares para informatizar la red bancaria nacional de la entidad. La "comisión" del 15%, habría sido depositada en una cuenta secreta en Suiza, después de haber pasado el giro por Nueva York y Uruguay (canal seguro para todo dinero sucio). Como consecuencia del episodio, han renunciado el presidente del Banco Nación, Aldo Dadone, y el directivo de la IBM argentina, Gustavo Soriano, entre otros altos funcionarios y ejecutivos.

Colocado a la defensiva el entonces bien plantado ministro de Economía, Menem continuó su plan mientras públicamente respaldaba a Cavallo. Instruyó al embajador en Wáshington, Raúl Granillo Ocampo, para que sometiera al gobierno norteamericano cuatro nombres de posibles sustitutos de Cavallo (¿para que Clinton eligiera?), y encargó al banquero Emilio Cárdenas (ex presidente de la filial argentina del Banco de New york), embajador en las Naciones Unidas, que hiciera otro tanto con los banqueros de Wall Street.

El embajador Granillo informó a la prensa estadounidense de su misión provocando la reacción indignada de Cavallo que lo llamó "chupamedias" (¿de quién, de Menem, del gobierno norteamericano, de ambos?).

La cancillería argentina trató de quitarle dramatismo al incidente Cavallo-Granillo argumentando que el mismo se había desarrollado en un contexto "ausente de formalidad". Por su parte, Emilio Cárdenas, le tiró de las orejas a su imprudente colega de Wáshington, diciendo en Buenos Aires que "mis instrucciones no son públicas y recomiendo una actitud de prudencia extrema con todas estas cosas confidenciales".

Según la prensa de la capital argentina, Cárdenas es el principal gestor de Menem ante los financistas norteamericanos y el objetivo de su tarea es convencerlos que no habrá cambio de política económica si Cavallo es desplazado de Economía. Precisamente, Cárdenas es uno de los cuatro nombres presentado por Menem a Wall Street para su selección.

R.P.F.



Nicaragua

TRAGICO BALANCE DE LA VIOLENCIA SOCIAL

Desde la suspensión formal de la guerra y la siguiente desmovilización de los grupos armados en 1990, hasta el año 94, murieron en las zonas rurales de Nicaragua 1.538 personas por la violencia armada.

Según estadísticas suministradas por el Centro Nicaragüense de Derechos Humanos (CENIDH), el 85% de las muertes se concentran en los departamentos central-norteños donde vive el mayor porcentaje de los desmovilizados.

Los departamentos de Jinotega, Matagalpa, Chontales y Nueva Segovia, forman la llamada frontera de conflicto donde operan unos 10 a 15 grupos armados.

Según informó un diario de Managua, durante los últimos dos años en el campo nicaragüense se han registrado más de mil combates. A juicio de la jurista Vilma Núñez Escorcia, es una guerra oculta lo que está pasando en las campañas, porque "los métodos que usa el ejército para combatir tales grupos no son típicos de un combate a la delincuencia".

La doctora Núñez expresó que esta "guerra oculta" no es la simple acción delictiva de grupos armados. "Su origen es diverso pero la razón fundamental de la violencia armada campesina es el incumplimiento de los compromisos gubernamentales adquiridos con la desmovilización de los grupos beligerantes", señaló.

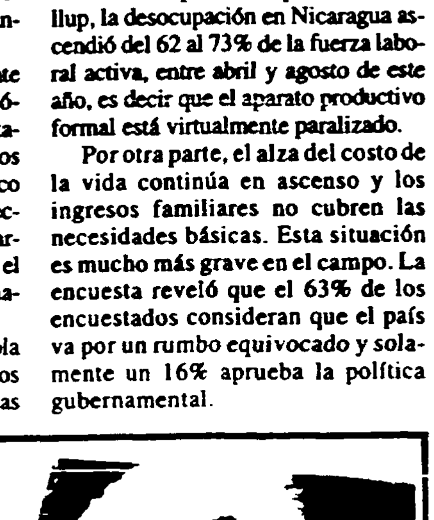
Núñez agregó que es absolutamente equivocado intentar enfrentar el fenómeno únicamente con acciones militares. Cabe mencionar que hace pocos días un grupo armado secuestró a cinco funcionarios del Consejo Supremo Electoral en el municipio de Wimili, departamento de Jinotega, para negociar el cese de las operaciones del ejército nacional en esta zona.

"Mientras el gobierno no cumpla con las promesas a los desmovilizados y mientras no se atienda a fondo las causas de la violencia -desempleo, miseria, vivienda, salud y educación- los operativos militares continuarán con sus dosis de consecuencia en el clima de inseguridad personal y violaciones de los derechos humanos de la población campesina", concluyó la doctora Vilma Núñez.

Según una encuesta realizada recientemente por la empresa Cid-Gallup, la desocupación en Nicaragua ascendió del 62 al 73% de la fuerza laboral activa, entre abril y agosto de este año, es decir que el aparato productivo formal está virtualmente paralizado.

Por otra parte, el alza del costo de la vida continúa en ascenso y los ingresos familiares no cubren las necesidades básicas. Esta situación es mucho más grave en el campo. La encuesta reveló que el 63% de los encuestados consideran que el país va por un rumbo equivocado y solamente un 16% aprueba la política gubernamental.

Homenaje al Che Guevara



En el aniversario de su caída en combate.

El viernes 6 de octubre en el local del SUANP (25 de Mayo 562) a las 19 y 30.

Hablarán el Prof. Germán D' Elía y Hugo [illegible]

50 HACE AÑOS

■ 10 de setiembre de 1945 - **Conferencia de Cancilleres. Se reúne por primera vez en Lancaster House, Londres, la Conferencia de Ministros de RR.EE. de las potencias victoriosas en la guerra contra Alemania, Italia y Japón. Asisten James Byrnes por EE.UU., Viacheslav Molotov por la URSS, Ernest Bevin por Gran Bretaña, Georges Bidault por Francia y Wang Shih Chieh por China. La Conferencia fue creada por los Acuerdos de Potsdam para dilucidar los problemas de frontera pendientes y firmar los correspondientes tratados de paz. Estos abarcan Europa, el Medio y Lejano Oriente. En Europa las cuestiones de frontera giran en torno a los Balcanes e Italia. Yugoslavia y Grecia formulan reclamaciones sobre Istria, incluyendo Trieste, y las islas del Dodecaneso, respectivamente, ocupadas por las tropas fascistas. Francia, por su lado, reclama territorios en la región de Saboya, así como Austria en el noreste. Está pendiente, asimismo, el reconocimiento de los gobiernos de "Frente Popular" que se han constituido en Rumania y Bulgaria, resistidos por ingleses y norteamericanos. La prensa de estos países ha comenzado una campaña contra el Mariscal Tito, líder yugoslavo, considerado seguro vencedor en las elecciones generales de noviembre, y presidente del gobierno provisional.**

■ 14 de setiembre - Argentina. El embajador norteamericano en este país, Spruille Braden, continuó sus ataques públicos contra la infiltración nazi en la Argentina y reclamó medidas más enérgicas para erradicar esa presencia. Al recibir un galardón del Museo Social Argentino, Braden dijo que la guerra "no terminará hasta que sean eliminados los reductos nazis que quedan en el mundo". Agregó que Argentina "desgraciadamente recién a último momento le declaró la guerra al Eje permitiendo que la situación fuera aprovechada por los nazis que concentraron sus esfuerzos en el país". "Esto exige la puesta en práctica de medidas mucho más enérgicas que las que se han aplicado en otros países", concluyó el diplomático.

■ 11 de setiembre - Japón. El ex-primer ministro japonés, general Hideki Tojo, fue detenido en su domicilio por fuerzas de seguridad norteamericanas y será sometido a juicio por crímenes de guerra. Tojo se resistió, descerrajándose un balazo en el tórax sin afectar órganos vitales. El alto oficial encabezó el grupo militarista ultrarreaccionario japonés partidario de la guerra con EE.UU. En octubre de 1941 asumió el gobierno reemplazando al Príncipe Konoye y el 7 de diciembre de ese año ordenó el ataque sorpresivo a la flota norteamericana del Pacífico en su Base de Pearl Harbor, en Hawaii. Dejó el gobierno en febrero de 1944.

■ 13 de setiembre - Francia. Los partidos Radical, Socialista y Comunista, así como la poderosa Confederación General del Trabajo encabezada por León Jouhaux, describieron como "ofensiva en sus términos y en su forma" la respuesta del general Charles de Gaulle, presidente del gobierno provisional, a su memorándum en el que solicitaban cambios en el sistema electoral. El documento de los partidos mayoritarios y de la central sindical sostenía que en un sistema electoral democrático "el número de representantes por partido debe ser proporcional al número de electores". El general de Gaulle rechazó la propuesta argumentando que "el sistema sería desventajoso para las regiones que sufrieron daños de guerra y que, por tal razón, tienen [illegible]

0509399

Breves

■ **Bosnia** - Los serbio-bosnios han retirado sus armas pesadas de la franja de 20 kilómetros exterior a Sarajevo, en cumplimiento del acuerdo alcanzado entre el enviado estadounidense, Richard Holbrooke, y el presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, representante de todos los serbios de la ex Yugoslavia. La OTAN, en respuesta, cesó los demoledores ataques aéreos. pero, simultáneamente, las fuerzas de la confederación croata-musulmana iniciaron una ofensiva en la zona centro y noroccidental de Bosnia, con el objetivo de ocupar las ciudades de Davar, Jajce y Sipovo. Según las informaciones, más de 50 mil refugiados serbios se han dirigido a la ciudad de Banja Luka, principal baluarte serbio bosnio en el noroeste. Éstos han desmentido los presuntos éxitos militares de la otra parte y aseguran que conservan sus posiciones. Los serbio bosnios ocupan actualmente, aproximadamente, un 70% del territorio de Bosnia y, de acuerdo al plan norteamericano, deberían entregar el 21%, conservando el 49% restante.

■ **Palestina** - El gobierno de Israel presiona a Yasser Arafat para firmar el acuerdo sobre la extensión de la Autonomía Palestina, este fin de semana en Wáshington. El canciller judío, Shimon Pérez, y Arafat se han encontrado varias veces en la ciudad egipcia de Taba buscando acuerdos sobre los problemas pendientes. El asunto de Hebrón constituye el principal obstáculo, donde una pequeña colonia de 400 ocupantes judíos, en una población de 120 mil palestinos, se niega a abandonar sus posesiones ilegales, contando con el apoyo de toda la derecha israelí. La OLP insiste en incluir esta ciudad en la ampliación de la Autonomía pero Israel solo la acepta si se le permite mantener una fuerza de seguridad en la ciudad para proteger a los colonos. Las conversaciones tampoco progresaron sobre el tema de los 6 mil prisioneros palestinos que se encuentran en cárceles israelíes y que Arafat exige que sean liberados. Tampoco han llegado a un acuerdo sobre el derecho de los palestinos de Jerusalen de participar en las elecciones como ciudadanos con igualdad de derechos.

■ **Nepal** - Un nuevo gobierno de coalición de tres partidos, encabezado por Sher Bahadur Deuba, líder del partido del Congreso Nepalés, se formó en este país asiático situado en las estribaciones del Himalaya. Sustituye al gabinete dirigido por Man Mohan Adhikari del Partido Comunista, vencedor en las elecciones de 1994 pero que no logró una mayoría absoluta parlamentaria. El 13 de julio, el rey Birendra, a solicitud del gobierno, disolvió la Cámara Baja y convocó a elecciones para el 23 de noviembre, pero la Suprema Corte anuló esta resolución argumentando que era inconstitucional y restableció el parlamento disuelto. Ante esta situación Mohan Adhikari renunció y se formó el nuevo gobierno integrado por tres partidos de oposición que controlan la mayoría de la Cámara Baja.

■ **Colombia** - No alineados. 76 países miembros del Movimiento No Alineado, 9 observadores, 16 invitados y 11 organizaciones de carácter internacional han confirmado la asistencia a la XI Cumbre de Países No Alineados, que se celebrará en la ciudad de Cartagena, Colombia, en octubre. El funcionario Ramiro Osorio Fonseca, principal responsable de la organización de la conferencia, entregó en Nueva York a los 112 delegados, el manual operativo de la Cumbre, el cual contiene todas las indicaciones relacionadas con los aspectos organizativos y logísticos del evento. Según afirmó el funcionario, los embajadores de los países no alineados se refirieron con beneplácito al esfuerzo de Colombia en la realización de la conferencia, cuyas acciones consideraron "totalmente adecuadas a los procedimientos". El Movimiento de Países No Alineados se organizó en 1955 a iniciativa de los jefes de gobierno de Yugoslavia, Egipto y la India, Josip Broz "Tito", Gamal Abdel Nasser y Jawaharlal Nehru, respectivameente.

■ **España** - En este país los "cabezas rapadas" (skin heads) identificados superan 2,000 personas, según la versión oficial del Ministerio de justicia e Interior. En los primeros ocho meses del año se han registrado 117 agresiones a manos de estos grupos que el año pasado protagonizaron 157 actos de violencia. Son neonazis y las víctimas de los ataques son, principalmente, inmigrantes, aunque atacan también a connacionales. Según datos manejados por la policía, el mayor colectivo de los "skin heads" se encuentra en Cataluña, con 773 personas, seguida de Madrid, con 55, y otras provincias.

OTAN

LA ALIANZA MILITAR ESTUDIA SU EXPANSION

Un estudio interno sobre la posible expansión de la OTAN hacia el este, se está concluyendo en Bruselas y posiblemente será sometido al Consejo Permanente de la alianza para su aprobación en los próximos días.



Diplomáticos occidentales dijeron que la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) tienen la intención de invitar a todos los países europeos centrales y orientales a una "reunión general" sobre los resultados iniciales en su sede de Bruselas antes de fines de este mes.

De acuerdo con la edición del 13 de setiembre del bisemanario "Atlantic News", el estudio de la OTAN, realizado durante los meses pasados, indica cómo podría tener lugar la expansión, pero no toma ninguna decisión sobre la elección de los países o la posible fecha para su acceso a la OTAN.

El presidente ruso, Boris Yeltsin, ha expresado una fuerte oposición a la expansión de la OTAN, señalando que está dirigida contra Rusia y advirtiendo que podría provocar una guerra en Europa. Los rusos ven en la intervención militar de la OTAN en los Balcanes en apoyo de una de las partes de la guerra civil, como parte de ese proyecto expansivo.

POLONIA Y RUMANIA APOYAN A LA OTAN

El canciller polaco, Wladyslaw Bartoszewski, dijo en Varsovia que su gobierno no cambiará su política favorable a la expansión de la OTAN, aunque reconoció que se trata de "un proceso complejo". El titular de Exteriores se refirió al término "preocupante" utilizado por el presidente ruso al calificar los proyectos de la alianza militar dirigida por Estados Unidos. Dijo que Rusia "debería reparar en los aspectos constructivos que dimanan de la colaboración entre quienes están dentro y fuera de la Alianza". El canciller polaco, además, manifestó reservas a la posición rusa sobre la intervención de la OTAN en Bosnia.

Rumania, por su parte, rechazó también la oposición rusa a la expansión de la originaria organización militar antisoviética, y ratificó la utilización del territorio de este país para ejercicios militares de la OTAN.

El gobierno de Bucarest hizo estas observaciones al responder una advertencia hecha días antes por el presidente ruso, Boris Yeltsin, de que la expansión de la OTAN hacia el oriente, que incluye estados del ex Pacto de Varsovia, probablemente causaría una nueva confrontación en el continente europeo.

El gobierno, presidido por el ex comunista Ion Illescu, señaló que el ingreso en la OTAN "es una opción política para Rumania y un objetivo primario de sus políticas exterior y de defensa".

UCRANIA Y BIELORRUSIA CONTRA LA EXPANSION

El primer ministro ucraniano, Evgeni Marchud, reiteró en Kiev que su país "mantendrá una política de no alineamiento y no participará en alianza militar alguna". "Ucrania mantiene su propia posición sobre las alianzas militares", dijo Marchuk ante los periodistas después de visitar una exposición internacional en la capital del país.

Esta es la segunda vez que Ucrania reafirma su posición al respecto en seis días. Anteriormente, el presidente, Leonid Kuchma, había dicho que Ucrania mantendrá su posición de no alineamiento. Marchuk afirmó que lo más importante hoy para Ucrania no es ser un "estado de contención", o territorio valla entre la OTAN y países no asociados a ella, refiriéndose a Rusia. "Debemos ser prudentes antes de cambiar nuestra actitud hacia la OTAN, y tenemos que hacer serios y detallados análisis sobre lo que ha ocurrido en la ex Yugoslavia, en la OTAN y en Rusia".

Bielorrusia, asimismo, ha rechazado los planes de la OTAN y ha recibido con simpatía una propuesta del presidente Yeltsin de establecer una alianza militar entre los países que integran la Comunidad de Estados Independientes (CEI).

Ecuador

LAS UNIVERSIDADES SE DEFIENDEN

Las universidades estatales del Ecuador se encaminan a su reforma y modernización para ponerse a la altura de las demandas de formación en un mundo como el actual y cumplir con el papel que le tiene señalado la sociedad.

El Consejo Nacional de Universidades y Escuelas Politécnicas (CONUEP), tiene preparada una propuesta para el mejoramiento de los centros de educación superior en el marco de la modernización de la educación en su conjunto.

Darío Moreira, secretario general del CONUEP, dijo en Quito la semana pasada que la propuesta ha sido estudiada por distintos organismos y continúa profundizándose.

Explicó que fundamentalmente se necesita la implementación de reformas a la ley de educación superior en vigencia, en base a un proyecto que se encuentra para conocimiento y resolución del Congreso Nacional.

Conforme al titular del CONUEP, las universidades estatales del país están sostenidas por el Estado y "tienen que continuar bajo el amparo de la sociedad en su conjunto y en toda reforma que se haga deben preservarse los principios de servicio social y de servicio al país".

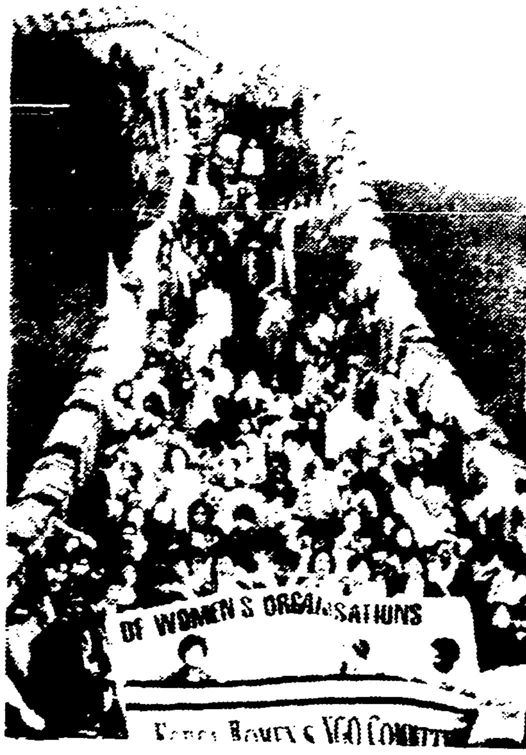
"Las universidades de nuestro país - agregó Moreira- no pueden darse el lujo de ser totalmente privadas o de constituirse en empresas como ocurre en otros países desarrollados", subrayando que las universidades pasan por una crisis económica general "pues padecen una crónica insuficiencia de recursos".

En opinión de Darío Moreira, la juventud en su mayoría es pobre y no se le puede exigir que sufrague sus gastos, razón por la cual deben estudiarse medidas para que de algún modo puedan cubrir en algo sus necesidades con el aporte de la sociedad.

Las mujeres reivindicaron sus derechos

AHORA, CUMPLIR CON LOS COMPROMISOS CONTRAIDOS

Con declaraciones y un "Plan de acción", se cerraron los debates del Foro de Organizaciones No Gubernamentales y la IV Conferencia Mundial de Mujeres, organizados por las Naciones Unidas y el gobierno de China. El foro, al que asistieron 30 mil delegadas, se realizó entre el 30 y el 8 de setiembre, en la localidad de Huairou, en los suburbios de Pekín; la conferencia, con asistencia de 16.552 personas, entre ellas 5.194 delegadas de gobiernos, tuvo lugar en la capital china y se extendió del 4 al 15 de este mes.





EL FORO DE LAS ONG'S: EXPLOTACION Y DISCRIMINACION

El 5 de setiembre cientos de participantes en el Foro manifestaron en Huairou contra el imperialismo. En la manifestación que duró cerca de dos horas, intervinieron principalmente mujeres de Filipinas, India, Nepal, Alemania, Dinamarca, Egipto y algunos países del Oriente Medio.

Las manifestantes exhibieron una gran pancarta en la que se leía: "¡Abajo el imperialismo estadounidense! ¡Uníos las mujeres de la clase trabajadora!".

En el transcurso de la manifestación aparecieron también otras consignas similares. Mujeres de Dinamarca llevaban una pancarta en la que podía leerse "¡detened el imperialismo estadounidense!". Por su parte, un grupo de manifestantes alemanas llevaban una gran pancarta con las consignas "desarrollo sostenido, paz duradera e igualdad genuina". "¡Abajo el imperialismo norteamericano!". "El imperialismo significa: anti-mujer, anti-pobres, anti-obreros, anti-campesinos, anti-medioambiente", rezaba otro cartelón.

Las manifestantes gritaron consignas y también pronunciaron discursos. La mayoría denunció la explotación del imperialismo a las trabajadoras del mundo, sobre todo, en los países del Tercer Mundo.

Una de las convocantes, Rosario Tronto, de Filipinas,, dijo que "el imperialismo estadounidense es la raíz de los problemas mundiales de hoy, tales como la pobreza masiva, el militarismo, los conflictos regionales, las migraciones políticas y económicas". Un grupo estadounidense también tomó parte en la manifestación.

LA POSICION DE AMERICA LATINA

En la sesión de clausura, Virginia Vargas, coordinadora de la región latinoamericana de las ONG'S, dio lectura a la "Declaración de América Latina y el Caribe".

Señaló que "en ningún país del mundo hay igualdad entre hombres y mujeres", y que para ellas aun quedan muchos caminos a recorrer para conseguir la equidad de género. Indicó que en el continente latinoamericano, la democracia está en riesgo permanente "por el militarismo, la injusticia social y la discriminación".

Pidió la igualdad social y la participación femenina en diversos asuntos sociales. "No hay futuro posible que no nos incluya ni se puede pensar el futuro sin nuestra participación", precisó.

Al finalizar la lectura, la carpa estalló en atronadores aplausos. Las mujeres se abrazaron, entrelazaron las manos, y gritaron al unísono: "gracias a China".

Por su parte, la Federación Democrática Internacional de Mujeres, organizó un taller para analizar el impacto de la crisis mundial a nivel económico, político, social y medioambiental, sobre la mujer. El taller fue coordinado por la cubana Dora Cárcano, coordinadora general de la Federación.

Según las representantes latinoamericanas, en los países de este continente, uno de los principales efectos que produce la crisis es el desempleo, que afecta en mayor medida a la mujer que al hombre.

Muchas trabajadoras latinoamericanas no tienen otro remedio que emigrar a los países desarrollados tratando de encontrar un trabajo. En México, Venezuela y otros países centroamericanos y sudamericanos, esas trabajadoras pobres son conocidas como "maquilas", personas que trabajan duro pero ganan poco y no cuentan con la seguridad social.

"El derecho al trabajo es un derecho fundamental, y los gobiernos tienen que organizarse para dar empleo a todos", señaló una delegada.

Las participantes en el taller también criticaron enérgicamente la política neoliberal (imperialista) que se está aplicando en muchos países, que conduce a la desocupación masiva y a la sobreexplotación de los trabajadores.

La FDIM celebrará en diciembre próximo su cincuentenario y tiene como objetivos principales impulsar un movimiento de mujeres por la paz, la democracia, la igualdad y la autodeterminación.



IV CONFERENCIA: "DECLARACION DE BEIJING"

Al clausurar sus deliberaciones, la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer, de la ONU, emitió un documento de 38 puntos, aprobado por consenso, denominado "Declaración de Beiging".

Dice que los gobiernos participantes están decididos "a intensificar los esfuerzos y acciones encaminados a alcanzar, antes de que termine el siglo, las metas de las estrategias de Nairobi orientadas hacia el futuro para el progreso de la condición de la mujer.

Entre estas metas que los gobiernos se comprometen a cumplir están los derechos fundamentales, la eliminación de todas las formas de discriminación, promover la independencia económica de la mujer, erradicar la pobreza combatiendo sus causas estructurales y un desarrollo sostenible centrado en la persona humana.

Los gobiernos se comprometen, asimismo, a impulsar una política mundial de paz, trabajar activamente por el desarme general y completo bajo control internacional estricto y eficaz, apoyar las negociaciones para alcanzar un tratado amplio de prohibición de los ensayos nucleares.

La Declaración concluye: "Garantizar el éxito de la plataforma de acción en los países con economías en transición, exigirá cooperación y asistencia internacionales constantes". "Por la presente -continúa- nos comprometemos en calidad de gobiernos a aplicar la siguiente plataforma de acción y a garantizar que todas nuestras políticas y programas reflejen una perspectiva de género". "Llamamos a las organizaciones regionales e internacionales, al sistema de naciones unidas y a las instituciones financieras así como a todos los sectores de la sociedad civil a que, en cooperación con los gobiernos, se comprometan plenamente y contribuyan a la aplicación de esta plataforma de acción".

Durante las sesiones hablaron 270 personas en nombre de 189 países y regiones así como de las agencias de las Naciones Unidas, de organizaciones intergubernamentales y de organizaciones no gubernamentales. Corresponde ahora a los gobiernos cumplir con los compromisos contraídos.

(Fuente "Xinhua")

«MIRADOR INTERNACIONAL»

Brasil

Dificultades en la economía

Según los institutos de investigación de la economía, el Producto Bruto Interno del Brasil experimentará una caída de un 3% en los próximos doce meses. Hay un exceso de stock en rubros fundamentales de la producción, como la industria automovilística, las que han puesto en marcha licencias anticipadas, suspensiones y despidos de personal.

Esta situación incidirá en el comercio del Mercosur donde Brasil es la "locomotora de arrastre" del comercio de Argentina, Paraguay y Uruguay.

El país norteño está ganando la batalla sobre Argentina en la captación de inversiones productivas de las trasnacionales y adopta medidas drásticas, aun violando el propio tratado regional, para asegurar un superávit comercial que se vio resentido como consecuencia de la sobrevaluación de su moneda provocada por el "Plan Real". También adoptó medidas para impedir la entrada de capitales especulativos, estableciendo imposiciones fiscales a su movimiento.

Pero si Brasil es el motor regional necesita o de un mercado interno más extenso o de un motor externo más grande que absorba esa producción. El modelo de desarrollo muestra así sus fallas: grandes masas brasileñas están marginadas en enormes zonas rurales y urbanas sin que el gobierno adopte medidas para incorporarlas al sistema productivo. En la coalición de gobierno es decisiva la presencia de los grandes terratenientes que arman sus propias policías y están masacrando al campesinado que lucha por tierras para vivir y trabajar.

El crecimiento de la economía brasileña depende de la exportación y de la reexportación de la producción de sus socios, hacia mercados externos muy protegidos como los de EE.UU., Japón y la Unión Europea.

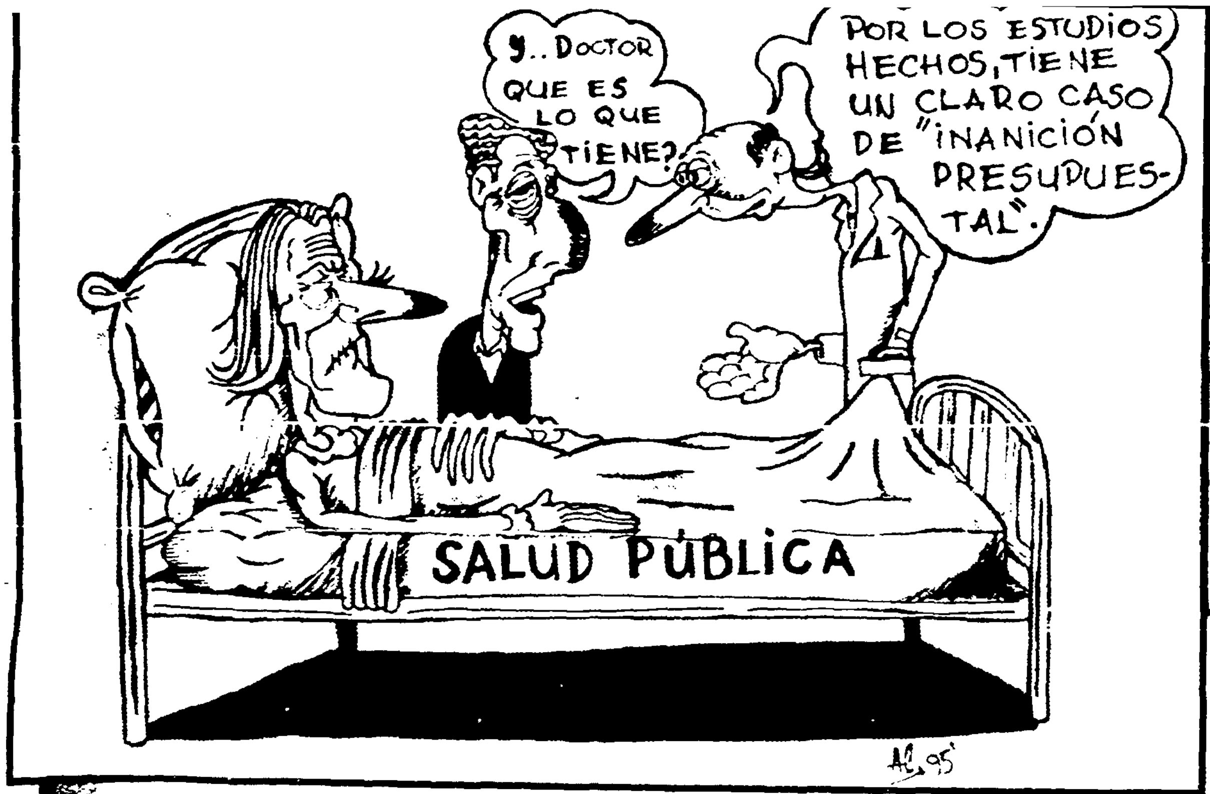
En el día de hoy se reunirán en Wáshington el canciller brasileño, Luiz Lampreia, y el secretario de Comercio norteamericano, Michael Kantor, para analizar el profundo déficit comercial de Brasil con EE.UU, que en el primer semestre de este año alcanzó a 1.600 millones de dólares. Si se mantiene esta tendencia, los especialistas estiman que al terminar el año el desequilibrio llegará a los tres mil millones de dólares. Brasil atribuye este déficit a las altas tarifas que Estados Unidos le ha impuesto a una serie de productos importados.

Para compensar este desbalance, Brasil, a su vez, "aprieta" a sus socios del sur. Las negociaciones con Estados Unidos no son fáciles pues los norteamericanos exigen ventajas o participación en el mercado brasileño de informática, bienes de capital y medicamentos.

El viaje de nueve días que está realizando el presidente, Fernando Henrique Cardoso, a Europa, busca fortalecer los vínculos económicos y políticos con la Unión Europea, especialmente con Alemania, el motor de esta integración regional. Brasil se presenta como el miembro más prominente del Mercado Común del Sur y de América Latina, con creciente influencia en los asuntos políticos mundiales. Su presidente pretende dar la imagen de estabilidad y confianza en el rumbo trazado aunque la entidad de los problemas sociales brasileños y las dificultades que enfrenta su comercio exterior, constituyen inocultables nubarrones anunciadores de borrascosas tormentas.

Ruiz Pereyra Faget





HUMOR POPULAR









ORIGINAL

MEMORANDUM No. 950238/--- / Fecha : 25/SET/95

I: ASUNTO: M.T.P.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA: 9509399

IV: TEXTO:

A traves de una Fuente Amiga se tomó conocimiento de la siguiente informacion:

Se pudo saber que todavia se encuentran en el Territorio Nacional los dos integrantes del M.T.P. referidos en el PIE Nro. 97/95.

La fuente informa que los mismos vienen manteniendo reuniones con integrantes de la Brigada Molotov y M.L.N. (T).

Las mismas se llevan a cabo en fincas particulares sin previo conocimiento del resto de los asistentes a excepcion de Jose Manuel MANEIRO LARANGA ("GALLEGO") quien en el ultimo momento comunicó el lugar y la hora.

Los guerrilleros Argentinos manifestaron que confian la excarcelacion de sus 26 compañeros en un futuro no muy lejano expresando que existe una organizacion Norteamericana dedicada a este tipo de casos que viene realizando los máximos esfuerzos para liberar a los guerrilleros y que siguen insistiendo a pesar de la negativa del Presidente Argentino.

Informaron además que una vez agotadas las instancias negociadoras de la referida organización y si no se obtuvieran resultados positivos, el M.T.P. encararia la liberacion de sus compañeros por -- otros metodos.

A este respecto los guerrilleros estiman que una vez en libertad (ya sea por una u otra via) sus compañeros serian objeto de vigilancia por parte de los Servicios de Inteligencia de la Republica Argentina por lo cual entienden que lo mas conveniente seria que se alojaran en nuestro pais (la fuente desconoce si serian los 26 o algunos en Uruguay y otros en algun otro pais).

A estos efectos se le pidio a los concurrentes que aportaran posibles lugares para ser usados como aguantadero. Este servicio seria recompensado por el M.T.P. aportando dinero, armas y hombres para alguna accion violenta que se intente en nuestro pais.

Con respecto a este ultimo punto, el M.T.P. estima que ni la Brigada Molotov ni el M.L.N. estan en condiciones de llevar adelante ningun tipo de accion de caracteristicas violentas por carecer de los medios y la infraestructuras adecuadas, recomendando a sus integrantes que por el momento se dedicaran solamente a efectuar relevamientos de posibles blancos poniendo especial atencion en los servicios de inteligencia, y que llegado el momento recibirian el apoyo del M.T.P.

En otro orden de cosas se pudo saber que José Ignacio CHAUVIN ALVEAR ("ECU") expreso sus sospechas sobre algun infiltrado en la Organizacion y dijo sentirse seguido por lo que cambio de domicilio mudandose con CRISTIAN. Cabe destacar que sobre este ultimo ni siquiera sus propios compañeros conocen donde vive siendo esa la razon por la que "ECU" eligiera el domicilio de este.

000002

001/2

Hubo acuerdo ademas en reivindicar en el futuro la figura del "CHE" GUEVARA asi como la Revolucion Zapatista.

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento I.

Copia 1: Señor Jefe del Departamento II.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

9m.a.)

/2

224

Montevideo, Lunes 25 Setiembre 1995

##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) 25 y 28-SETIEMBRE: NO atención al público, realizando trabajos internos pero sin tomar audiencias. 26 y 29-SETIEMBRE: Se atiende al público, NO realizándose trabajos internos, pero sí tomando audiencias. 27-SETIEMBRE: Jornada de difusión con paros parciales.

B) FUNCIONARIOS DEL MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA -F.M.G.A.P.- Está previsto que para la presente semana se realice un PARO de 4[illegible] horas en virtud a la restricción de horas extras y la disolución de la Unidad Ejecutora.

C) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto en virtud a la falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS, estudiándose la realización de [illegible] movilizaciones.

D) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) Los días 28 y 29-SETIEMBRE y 2 y 3-OCTUBRE se realizan Paros Zonales de acuerdo al detalle expuesto en F.224 del Sábado 23-Set.-995.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION [illegible] -A.F.S.E.C.- Desde el 6-SETIEMBRE vienen realizando un Paro Activo hasta tanto no sea aprobado por el P.E. y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro.

Poco legible

F) [illegible] S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramirez 1470) Continúan en conflicto desde el 14-JUN-994, reclamando sus operarios la reapertura de la Planta Industrial.

G) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Dicha Federación continúa en "estado de alerta" en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.-

H) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS -S.U.N.C.A.- ([illegible] 1536) Desde el 16-JUL-995, [illegible] OCUPADAS por 4[illegible] obreros las obras de Rbla. [illegible] del Perú 15[illegible] y 1525 en virtud a irregularidades en los pagos de los haberes.-

I) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL Y RAMAS AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) HOY, realizan 4 Paros de 15' por Turno en todas las Empresas del Sector, 26-SETIEMBRE: Idem anterior, efectuándose además una Conferencia de Prensa en el local de la Central Obrera.

J) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO CIVIL -A.F.RE.CI.- HOY, NO realizan Paro. Desde el 22 al 26-SETIEMBRE no realizarán atención al público en todos los locales con excepción a los asuntos pactados (matrimonios, inscripciones de nacimientos con vencimiento, etc.) No se anotarán parejas por tiempo indeterminado. Para el día 26-Set. Asamblea con la finalidad de analizar la marcha del conflicto.

K) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION -A.F.C.G.N.- Los agremiados a esta Asociación se encuentran movilizados por presupuesto, efectuando Paros Sorpresivos de media hora por turno, realizando además Concentración en el patio central de dicho Ministerio.

L) ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL -A.T.S.S.- Contra la reforma de la Seguridad Social, los agremiados a este sector, realizan Paro simbólico de cinco minútos con ruido durante el mismo.

M.D.N. - D... GRAL.
Monte... 25 SET de 1995
N... 9509400 ... salida
... SDE Para su conocimiento
...
Prioridad:
Observaciones:

002/2

9509400

SET-1995 10:[illegible] [illegible] AGREGADURIA [illegible] ARCHIVO [illegible] P.01

Dest. Pte. Tcn. General Edire ARCHIVO

1/5

Montevideo, Viernes 22 Setiembre de 1995

###

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL RAMAS Y AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) Realizan Paros de media hora por turno en los sectores: Metal, Automotríz y Electrónica.

B) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (A.Monterroso de Lavalleja 2239) La Sociedad [illegible] Médica -Mercedes 1531 se encuentra en conflicto por adeudos salariales desde el mes de Febrero/95.
HOY, Paro de 10 a 12.00' con CONCENTRACION hora 11.00' en Plaza de la Bandera del personal no técnico.

C) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL M.G.A.P. -A.F.MGAP.- Se prevée para la próxima semana PARO de 48 horas por la restrinción de horas extras y la [illegible]olución de la Unidad Ejecutora.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CATASTRO -A.F.CATASTRO- Se atiende al público 3 horas diarias de las 5 que trabajan normalmente. HOY, hora 1[illegible].00' Asamblea.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL [illegible] -A.F.J.- (W.F.Aldunate 1260) HOY, Jornada de [illegible] al público, se toman declaraciones y no se hacen [illegible] jos internos. 25 y 28-SETIEMBRE: No se atiende al público, realizan trabajos internos sin tomar audiencias. 26 y 29-SETIEMBRE se atiende al público no realizándose trabajos internos pero sí tomando audiencias. [illegible]-TIEMBRE: realizan Jornada de Difusión con Paros Parciales.

F) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- ([illegible] 1170) 28 y 29-SETIEMBRE, 2 y 3-OCTUBRE Paros [illegible]zonales.

Poco legible

25 DE SET [illegible] 1995
9509401
ESE
PARA SU CONOCIMIENTO

9509401

##

III)- INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO CIVIL: En el día de - ayer, se realizó la Asamblea en la que se resolvió: Los funcionarios Registrales, Fiscalía y Proveduría del Estado desde el 22 al 26-SETIEMBRE no atenderán público con excepción de los - matrimonios pactados, incripciones de nacimiento con vencimiento y reconocimientos. Nosse anotarán parejas por tiempo indeterminado y el Martes 26-SETIEMBRE Asamblea para analizar la marcha del conflicto.

##

II)- INFORMACION GREMIAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE MIEM: En la Asamblea realizada - en el día de ayer -hora 10.00'- se aceptó por parte de los trabajadores una propuesta que realizara la Comisión de Trabajo de la Cámara de Senadores por la cual se logran 60 días de impás - en los que no habrá despidos. Por tal motivo a la hora 18.00' de ayer se levantó la OCUPACION

MOVILIZACION EN TRANSPORTE COLECTIVOS: Próximo a las 14.30' de ayer un total aproximado a los 30 ómnibus de "Micro Empresas" se encontraban en la rotonda del Palacio Legislativo. De acuerdo a manifestaciones de Dirigente de la UNOTT (Organización del - Transporte) expresa que dicha movilización se trata de empresas independientes y que no se encuentran afiliados al gremio, ignorando además cuales son sus reivindicaciones. Cabe agregar, - que los mencionados rodados se tratan de coches de excursiones.

002 9503401

###

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

<u>DEPARTAMENTO DE SALTO</u> - <u>Actividad Gremial</u>-

Desde dicho Departamento del Interior, se informa las siguientes movilizaciones:

<u>Funcionarios Judiciales</u>: El pasado 20-Setiembre y de acuerdo al cronograma de movilizaciones, efectuaron un Paro Parcial en el horario de 15 a 17.00' Hs.-

<u>Funcionarios de OSE</u>: El pasado 20-Setiembre y de acuerdo a lo resuelto en la Asamblea General, se iniciarían acciones de no surgir novedades a sus reclamos; comenzándose con una "Huelga General" por tiempo indeterminado con Ocupación. Se realizaría además el día 21-Setiembre y 1ro.-Octubre una - Campaña de propaganda aprobada por la Asamblea del pasado 5 -Setiembre en Montevideo. El 2-Octubre, de no registrarse variantes a las demandas expuestas, se producirá la Ocupación de todos los lugares de trabajo a nivel nacional.

<u>Funcionarios del M.T.O.P.</u>: En el día de ayer (21) y en horas de la mañana un grupo de obreros pertenecientes a esta Secretaría de Estado -sector Construcción y Arquitectura- - encabezados por el Dirigente Gremial y Sindicalistas de Montevideo, estuvieron en una audición de CW "Radio Cultural". Allí, hicieron referencias al conflicto que mantienen con - el titular del M.T.O.P., ya que este hasta el momento no ha solucionado los planteamientos de la gremial, haciendo mención además a las futuras perspectivas de trabajo respecto a que parte del personal quedará sin trabajo. Se agrega que en la noche de ayer, mantuvieron entrevistas con representantes de la Junta Departamental, haciendo saber además, - que el próximo Lunes y martes se reunirán con Diputados por los Departamentos de Salto y Ediles, como también con el titular de la Comuna Departamental. Finalmente, se da cuenta <u>que están programando una "marcha" hacia Montevideo para - acampar en algún lugar determinado y desde allí concretar - una manifestación hacia el Palacio Legislativo</u>.

<u>DEPARTAMENTO DE PAYSANDU</u> -<u>Movilización decretada por PIT/CNT</u>-

En el día de ayer se cumplió un Paro Parcial decretado por el Secretariado del PIT-CNT, por la plataforma: -Por trabajo - contra la desocupación, -Presupuesto justo para la enseñanza, -En defensa de la Seguridad Social, -Contra la represión sindical, etc. La movilización fue entre las 15 y 17 Hs. realizándose un Acto en la esquina de las calles 18 de Julio y Montevideo, haciendo uso de la palabra varios oradores y contando con una asistencia a las <u>200 personas</u> aproximadamente. Cabe agregar que algunos servicios se atendieron con guardia gremial.-

##

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZAS DE ARTEFACTOS EXPLOSIVOS -Constancias-

A) Através de Seccional 1ra. de Policía se toma conocimiento que a la hora 16.30' del día 20-Setiembre p.pdo. en el Edificio "Presidente" se recibió una llamada telefónica por parte de una voz del sexo masculino, dando cuenta que allí se había colocado una bomba. Al lugar concurre personal policial y de la D.N. - Bomberos inspeccionando el lugar con resultados negativos. Cabe señalar, que dicho Edificio se ubica en Rincón 477.-

B) Através de Seccional 1ra. de Policía, se pone en conocimiento que aproximadamente a la hora 13.25' de ayer (21) en el local que ocupa la "Defensoria de Oficio" sito en 25 de Mayo - 441 se recibió una llamada telefónica donde una voz del sexo - masculino anunciaba la colocación de artefacto explosivo. Al lugar concurre personal policial y de la D.N.Bomberos constatándo que se trataba de una falsa alarma.-

EMBAJADA DE LA REPUBLICA FRANCESA -Movilización-

A partir de la hora 18.40' un total aproximado a las 40 personas, se concentraron frente a la Embajada de la República Francesa en el Uruguay -Av.Uruguay y Andes-, en actitud pacífica. Posteriormente, siendo las 19.30' los concentrados comenzaron a arrojar bolsas de residuos hacia la fachada de la Embajada como también botellas vacías arrojadas igualmente hacia el balcón - del Edificio. Luego de esta actitud, se retiran en pequeños grupos. Cabe destacar, que la Representación Diplomática, permaneció en todo momento cerrada, observándose además que los manifestantes se trataban de jóvenes entre 16 y 18 años, estudiantes.- Es de mencionar, que dicha movilización como las anteriores que se han realizado son a raíz y en protesta por los ensayos nucleares que viene realizando dicho País; significando además que - el hecho ocurrido en la tarde de ayer como los ya registrados, esta Dirección Nacional había alertado no solo a las autoridades de la Representación Diplomática, sino que igualmente se - enteró a las del Ministerio del Interior y Jefatura de Policía de Montevideo.-

SECTOR PUBLICO. 22/09/95.	GREMIO.	PLATAFORMA Y MOVILIZACIONES.
MINIS. TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS. EVENTUALES MTOP.	FOEMTOP.	1.- Por fuente laboral. Continúan paros parciales de 1/2 hora por turno.-
MINIS. EDUCACION Y CULTURA.	AFSEC.	2.- Por presupuesto. Paro activo desde el 06/09/95.
BIBLIOTECA NACIONAL.	AFBN.	3.- Por presupuesto. Paro activo des de el 11/09/95.
DIRECCION GENERAL DE CATASTRO. NACIONAL. (M.E.F.)	AFCU.	4.- Por presupuesto. Atención al público 3 horas por día de las 5 que trabajan normalmente.-
FACULTAD ODONTOLOGIA.		5.- Por presupuesto. En preconflicto, no atendiendo público por falta de materiales.-
PODER JUDICIAL.	AFJU.	6.- Por presupuesto. No se realiza trabajo interno, se atiende público y se toman audiencias.-
REGISTRO CIVIL.	AFURECI.	7.- Por presupuesto. De hoy y hasta el 26/09 no atienden público con excepción de los matrimonios pactados, inscripciones de nacimientos con vencimientos y reconocimientos.-

SECTOR PRIVADO. 22/09/95.		
PINTOS RISSO.	SUNCA.	1.- Por haberes atrasados. Obras ocupadas: Olimpo y Amphion. (Rbla. Rca. del Perú 1519 y 1523) por 45 obreros desde el 16/07/95.-
METALURGICOS.	UNTMRA.	2.- Por fuente laboral. Paros de 1/2 hora por turno en los sectores: Metal, Automotríz y Electrónica.-
SALUD PRIVADA.	FUS.	3.- Por fuente laboral y salario. Paro de 10.00 a 12.00 horas con concentración hora 11.00 en Plaza de la Bandera del personal no técnico.-

P.232
F.22-9-95

05_5 9509401

233

Montevideo, Sábado 23 Setiembre 1995

##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) COLAGEL S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramirez 1470) Prosiguen en conflicto, reclamando sus operarios la reapertura de la Planta Industrial. (Inicio del conflicto 14-JUL-994)

B) FEDERACION OBRERA Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Prosiguen en "estado de alerta" en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

C) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (A.Monterroso de Lavalleja 2239) Por adeudos salariales desde el mes de Febrero del presente año, se mantienen en conflicto.

D) FUNCIONARIOS DEL MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA En la semana entrante, esta previsto un PARO de 48 horas en virtud a la restricción de horas extras y la disolución de la Unidad Ejecutora.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (V.F.Aldunate 1280) 25-22-SETIEMBRE: No atención al público, realizándose trabajos internos sin tomar audiencias. 26 y 29-SETIEMBRE: Se atiende al público no realizándose trabajos internos pero sí tomando audiencias. 27-SETIEMBRE: Jornada de difusión con Paros Parciales.

F) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Prosiguen en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS. Se estudia futuras movilizaciones.

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-SETIEMBRE se vienen llevando a cabo Paros Activos hasta tanto no sea aprobado por el P.E. y enviado al Parlamento la propuesta original del Sr. Ministro.

H) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) Cronograma de los Paros Zonales:
28-SETIEMBRE: Paran las zonas: 9, 10, 14 y 15 de Montevideo y en los Departamentos de Salto, Paysandú, Río Negro y Colonia. En Montevideo comprende: Goes, Reducto, Arroyo Seco, La Comercial, Aguada, Villa Muñoz y Jacinto Vera, Belvedere, Paso Molino, Prado, Capurro Cerro, -

Paso de la Arena, Nuevo Paris, Santiago Vazquez y Cardona.
29-SETIEMBRE: Paran Zonas: 1, 2, 3, 4 (Ciudad Vieja, Barrio Sur, Centro, Punta Carretas, Parque Rodó, Pocitos, Malvín, Buceo, Punta Gorda y Carrasco) y en los Departamentos de: Artigas, Rivera, Tacuarembó, Durazno y Florida.
2-OCTUBRE: Paran Zonas: 5, 6, 7 y 8 (Unión, Parque Central, Estadio, Parque de los Aliados, Tres Cruces, La Blanqueada, Maroñas, Bella Italia, Luis Braile, Cno.Maldonado, Villa Garcia, Punta de Rieles, Manga, Las Acacias, Piedras Blancas, Toledo y Villa Española) y en los Departamentos de: Cerro Largo, Treinta y Tres Maldonado, Rocha y Lavalleja.
3-OCTUBRE: Paran Zonas: 11, 12 y 13 (Colón, Sayago, Peñarol, Melilla, Abayubá, Pueblo Ferrocarril, Pueblo Conciliación, Millán y Raffo, Millán e Instrucciones, Millán y Bvar.Artigas, Parque Posadas, Unidad Casavalle, Gruta de Lourdes, Barrio Borro, Barrio Lavalleja Barrio Solís y Aires Puros. En los Departamentos del Interior: Soriano, San José, Flores y Canelones.

I) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA -A.F.U.T.U.- 28 y 29-SETIEMBRE:y 3-OCTUBRE: Paros Rotativos. Se prevée Asamblea de todos los trabajadores de la Educación para la segunda semana de Octubre, como también un encuentro de la Educación Técnica para la primera semana de noviembre. 30-SETIEMBRE: se reune el Consejo Nacional de Las Piedras. Se estudia una posible "Huelga General". Cabe agregar que en la misma semana de octubre -mencionada anteriormente- se realizará además una Asamblea Nacional de Delegados.

J) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL, RAMAS Y AFINES -U.N.T.M.R.A.- (Av.L.A. de Herrera 3972) En Asamblea realizada recientemente, se resolvió: 25 y 26-SETIEMBRE: PAROS de 15' por turno en todas las Empresas del Sector. 27-SETIEMBRE: hora 13.00' salen Camiones desde el PIT-CNT con destino a la Plaza de la Ciudad de Canelones para participar de movilización a la hora 15.00'. 28 y 29-SETIEMBRE: PARO de 09 a 12.00' con mítines zonales, dividiendo a Montevideo en 2 zonas. 26-SETIEMBRE: la gremial convoca a una Conferencia de Prensa en la Central Obrera.

K) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES S.U.N.C.A. (Yí 1538) Continúan OCUPADAS las obras de Rbla. Rep. del Perú 1519 y 1523, desde 16-JUL-95.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL REGISTRO CIVIL -A.FU.RE.CI.- El próximo Lunes 25-SETIEMBRE NO se realiza el Paro de 24 horas. Desde el 22 al 26-SETIEMBRE los funcionarios Registrales de Fiscalia y Proveeduría del Estado no realizan atención de público con excepción a los asuntos pactados con anterioridad. 26-SETIEMBRE: - Asamblea a fin de analizar la marcha del conflicto.-

##

II)- INFORMACION GREMIAL

FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD De acuerdo a lo informado, en el día de ayer próximo a las 11.00' se concentraron en la Plaza de la Bandera un total de 40 personas aprox. en actitud pacífica. Posteriormente, siendo las 11.30' comienzan a dispersarse en forma paulatina. No se registro ningún tipo de volanteada.

##

III)- INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION. En Asamblea realizada recientemente, se resolvió continuar con las medidas de paros sorpresivos de media hora por turno con concentración en patio central del Ministerio, en virtud a reclamos en torno al Presupuesto.

##

IV)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTOS DE SALTO y PAYSANDU -Movilización de Judiciales-

De acuerdo al marco de movilizaciones dispuesto a nivel Nacional por la Asociación de Funcionarios Judiciales del Uruguay, en los citados Departamentos del Interior, en el día de ayer (22) llevaron a cabo una Jornada de atención al público, tomando declaraciones, pero sin realizar trabajos internos.-

##

/V)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZAS DE ARTEFACTOS EXPLOSIVOS -Constancias-

A) A través de Seccional 9na. de Policía, se toma conocimiento que en la Mutualista MIDU -Av.Garibaldi 2594- próximo a la hora 09.00' se recibió una llamada telefónica por parte de - una voz del sexo masculino, el que anunciaba la colocación de una bomba en dicha Mutualista. Al lugar concurre personal de la citada Seccional y de la D.N.Bomberos inspeccionando el lugar con resultados negativos.

B) A través de Seccional 15ta. de Policía, se toma conocimiento que en la Sucursal del Banco de la República de Av. 8 de Octubre y Larravide, se recibió una llamada telefónica a la hora 16.20' aprox., efectuada por una persona del sexo masculino, dando cuenta que allí se había colocado una bomba. Concurre personal de la mencionada Seccional y de la D.N. - Bomberos constatándose que se trataba de una falsa alarma.

C) Próximo a las 17.20' de ayer (22) en nuestra principal terminal aérea se recibió una llamada realizada por una persona del sexo masculino, alertando que en el vuelo 705 de la Compañía PLUNA y con destino a Asunción del Paraguay -la - que había partido- se había colocado una bomba. Ante el - hecho, las autoridades de la terminal aérea, hicieron regresar la aeronave, la que fue inspeccionada por personal especializado y al comprobarse que se trataba de una falsa alarma, se dejo liberada la misma para continuar su ruta programada.-

SECTOR PUBLICO.	GREMIO.	CONFLICTOS Y MOVILIZACIONES.
13/09/95.		
MINIS. TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS. EVENTUALES MTOP.	FOEMTOP.	1.- Por fuente laboral. Continúan paros parciales de 1/2 hora por turno.-
MINIS. EDUCACION Y CULTURA.	AFSEC.	2.- Por presupuesto. Paro activo desde el 06/09/95.-
BIBLIOTECA NACIONAL.	AFBN.	3.- Por presupuesto. Paro activo desde el 11/09/95.-
DIRECCION GRAL. DE CATASTRO. (M.E.F.)	AFCU.	4.- Por presupuesto. Atención al público de 3 horas por día de las 5 que realizan normalmente.-
FACULTAD ODONTOLOGIA.		5.- Por presupuesto. En preconflicto, no atendiendo público por falta de materiales.-
REGISTRO CIVIL.	AFURECI.	6.- No atienden público con excepción de matrimonios ya pactados, inscripciones de nacimientos con vencimiento y reconocimiento.- Por presupuesto.

SECTOR PRIVADO.		
13/09/95.		
PINTOS RISSO.	SUNCA.	1.- Por haberes atrasados. Obras ocupadas: Olimpo y Am... (Rbla. Rca. del Perú 1519 y 1523) por 45 obreros desde el 16/07/95.-
METALURGICOS.	UNTMRA.	2.- Por fuente laboral. Paros de 1/2 hora por turno en los sectores: Metal, Automotríz y Electrónica.-

************** *************** ****************

SECTOR PUBLICO		
15/09/95		
PODER JUDICIAL.	AFJU.	1.- Por presupuesto. No atienden público, realizando trabajo interno sin tomar audiencias.-

F.233
F.23-Set.-995

05/5

9509402

Nº. DE DOC. 9509403
TITULO: Fragmento del Informe del Comité Central al Congreso del Poco Rumano.
PROCE: L. SOU.
FECHA DE 15-07-95
M876
50 7656
11169
515432

Fragmento del informe del Comité Central al XII Congreso del Partido Comunista Rumano, presentado por el presidente y secretario Nicolae Ceausescu.

¿Qué aportará al mundo el próximo decenio? En el occidente las prognosis son pesimistas. Pero Rumanía avanzará en este período hasta realizar, en líneas generales, la sociedad socialista multilateralmente desarrollada, objetivo estratégico establecido por el Programa del partido. Esto se logrará en base al amplio desarrollo de la economía, la duplicación en diez años de la renta nacional, el aumento de la retribución en un 37 - 39 por ciento, la construcción de 2350-2450 mil apartamentos, lo que quiere decir la solución total del problema de la vivienda en el país. Pero el XII Congreso del P.C.R. escudriña más lejos el porvenir, encargando al nuevo Comité Central que elabore el Programa del P.C.R. para los años 2000-2010. Desde luego esto significa audacia en el modo de pensar, elevada responsabilidad, confianza en las fuerzas de nuestro pueblo, en su genio creador. ¿Y por qué no? Es que todo lo realizado estos años en tierras de Rumania es resultado de la intensa actividad de los obreros, campesions e intelectuales de nuestro país, la síntesis del esfuerzo de pensamiento, amor patrio y confianz en el partido. Se hacen oír en el extranjero voces aisladas que afirman que los rumanos habían sido ayudados. Debe quedar claro: el mundo contemporáneo es inconcebible sin colaboración, sin apoyo material, técnico y espiritual. Pero nadie hace regalos ni concede ayudas "desinteresadas". Tal como señala lapidariamente el Informe "¡Nada hemos recibido del exterior gratuitamente, nada nos cayó del cielo!
El estadio que hemos alcanzado es la expresión del trabajo heroíco de nuestro pueblo".

9509403

01-01

Ucrania decidió cerrar Chernobyl hasta el año 2000

Desarme: el país está desmantelando sus armas nucleares, aunque todavía mantiene 200 misiles de largo alcance.

El presidente de Ucrania, Leonid Kuchma, tomó la decisión de cerrar la central nuclear de Chernobyl hasta el año 2000.

Así lo expresó el vicepresidente de ese país, Dimitri Tabachnik, quien especificó que a fines de junio trabajó en Ucrania una delegación de Italia, Francia y Austria para asesorar este proyecto.

Tabachnik, presente en Buenos Aires para la asunción de Menem en su segundo período, señaló que hace veinte días se creó en su país un centro de investigaciones tecnológicas para unir esfuerzos de científicos nacionales e internacionales para la prevención y disminución del peligro radioactivo. La comunidad científica tendrá acceso al área de la planta y al ambiente de la zona de Chernobyul para hacer investigaciones.

Tres inconvenientes

Pero la decisión política enfrenta tres problemas: 1) Chernobyl produce actualmente del 5% al 7% de la energía eléctrica de Ucrania; 2) Ucrania está en una situación económica difícil para hacer inversiones, y 3) hay que hallar el modo de asegurar el mantenimiento de un "sarcófago" de seguridad ecológica sobre el bloque número 4 de esa central nuclear.

Hay que analizar los costos y el ritmo de este proyecto, y Ucrania confía en la ayuda de la comunidad europea para el cierre de esta usina.

Con un gran desarrollo atómico, Ucrania tenía la empresa más grande del mundo para producir misiles nucleares. Así como representaba un cuarto de la fuerza industrial de la ex Unión Soviética, el Estado ucranio heredó de la URSS un enorme poderío nuclear, de modo que podría considerarse la tercera potencia en la posesión de armas atómicas.

Sin embargo, voluntariamente está liquidando ese potencial. Entre 1992 y 1993, sin integrar bloques político militares, fue desmontando sus armas tácticas. Actualmente posee 200 misiles de largo alcance, pero piensa ir liquidando ese arsenal, después de conseguir garantías sobre su seguridad de parte de las grandes potencias.

Con 52 millones de habitantes, Ucrania es uno de los países más grandes de Europa y posee un territorio fértil para la agricultura.

Pero arrastra problemas que bloquean su desarrollo económico: su industria está envejecida y consume mucha energía y materia prima. Su política actual busca una apertura tanto hacia Occidente como hacia sus viejos vecinos, empezando por Rusia.

¿Qué imitaría de Menem?

Ahora está realizando grandes cambios económicos. ¿Qué considera aprovechable de la experiencia de reforma del Estado encarada por Menem, que lo ha recibido aquí?

En primer lugar menciona la disminución de las fuerzas militares. Al desintegrarse la URSS, Ucrania quedó con un ejército por demás grande, de 500.000 soldados. Quiere aprovechar la experiencia argentina, dijo, para disminuir sus efectivos.

Otro punto que cita ess la lucha contra la inflación. Y otro, las privatizaciones, tarea en la que está comprometido su gobierno.

Poder sacudir la inercia de un pesado aparato estatal burocrático y de los hábitos del régimen comunista es un desafío muy grande. Pero una nueva generación quiere abrirse camino en Ucrania. En rigor, el vicepresidente tiene apenas 31 años.

Jorge Rouillon

Cinco Repúblicas Hechas de Oro, Uranio, Gas Natural y Petróleo

■ Una sorda pero dura lucha por la explotación de las fantásticas riquezas del Asia Central viene librándose entre varios contendores mundiales, en una región donde Rusia mantiene múltiples influencias.

TIME

TASHKENT y MOSCU.— Hay pocos lugares en la tierra más remotos que el Asia Central. Las vastas estepas y desiertos se extienden a lo largo de 3.000 quilómetros, limitados al este por las altas montañas del macizo de Tien Shan y al oeste por el Mar Caspio. Durante los años del régimen soviético la región, con su desconcertante mezcla de tribus turcas y persas, estuvo virtualmente olvidada por el resto del mundo. A lo sumo se consideraba a las cinco repúblicas regionales, de predominio musulmán, como zonas yermas para exiliados del stalinismo.

Sin embargo, han sido centro de ambiciones imperiales durante más de dos milenios, una lucha por el predominio que los ingleses de la era victoriana llamaban "La Gran Competencia". Es que esas duras tierras encierran tesoros que superan hasta los sueños de los antiguos maestros competidores, como el propio Alejandro Magno.

FABULOSAS RIQUEZAS

Cuatro de las cinco repúblicas del Asia Central (la excepción es Kirguistán), disponen de riquezas naturales más que suficientes para cambiar radicalmente el nivel de vida de sus pueblos. En Uzbekistan, la mina de oro más grande del mundo produce 50 toneladas de mineral aurífero al año. Tadjikistán alberga los mayores depósitos de plata del mundo. Las reservas petroleras de Kazajistán rivalizan con las de la Bahía de Prodhoe, en Alaska, y además el país dispone de un cuarto de las reservas conocidas de uraio. Turkmenistán dispone de las cuartas reservas de gas natural de la Tierra. Al desaparecer la Union Soviética en 1991, estas naciones atrajeron rápidamente buenos contingentes de exploradores, inversionistas en potencia, especuladores y grandes empresas interesadas en la prospección de las riquezas naturales. Todos los competidores para asumir el manto caído de la URSS se realinearon para un nuevo capítulo de la Gran Competencia: Irán, Turquía, Occidente y la propia Rusia (que llama a estas regiones limítrofes, hoy países independientes, el "extranjero próximo".)

En esta nueva etapa de la Competencia, los financistas tienen más poder que los generales de antaño. Sus conflictos, que no tienen el brillo romántico de las luchas de otrora, pasan generalmente inadvertidos: hay un eco similar al que tuvo, por ejemplo, la lucha entre Inglaterra y Rusia el siglo pasado.

Sin embargo, las luchas que hoy se libran no dan cuartel a los contendientes. Hace dos años, la Chevron —tercera compañía petrolera de Estados Unidos— acordó invertir hasta 10.000 millones de dólares a cambio de un 20% de los beneficios de Tengiz, un enorme yacimiento ubicado en la ex República soviética de Kazajistán: según los expertos, Tengiz podría producir 700.00 barriles de crudo diarios, es decir 10.500.000 dólares por día. Pero Rusia, que actualmente controla los únicos oleoductos que salen del Asia Central, dice que no están en condiciones de transportar ni una décima parte de ese volumen. Para los analistas del mercado petrolero, Moscú simplemente busca aprovechar su monopolio de los oleoductos dejando a Chevron en la alternativa de pagar las exorbitantes tasas de uso que Rusia exige... o quedarse con su petróleo bajo tierra. Pero Estados Unidos apoyó la iniciativa de construir un nuevo oleoducto desde la región del Caspio, haciéndose un "by-pass" al territorio ruso: el ducto pasaría por Turquía. Los turcos, que tienen expectativas propias en la región, están por supuesto encantados.

GOBIERNOS DE MANO DURA

Es inútil querer minimizar la considerable influencia rusa en toda la región. Para empezar, Moscú sigue controlando el flujo de riquezas desde la zona al mundo exterior, ya que controla las únicas rutas de superficie transitables. Obstaculizando y demorando los nuevos proyectos, los rusos se las han arreglado para introducirse en casi todos los negocios que Europa, Asia y Estados Unidos quieren concretar en la región, y ésto sin invertir prácticamente nada. Tales tácticas dilatorias mantienen al Asia Central sumida en la pobreza. Las firmas extranjeras, como Chevron y British Petroleum, no tienen más remedio que demorar sus proyectos y otras hablan de retirarse del todo. Pero los gobiernos de las repúblicas otrora soviéticas no puedan desenvolverse por sí mismos. "Si Occidente no nos ayuda, Rusia tendrá cada vez más éxito en su política de mantenernos débiles", dice Tulegen Yukeyev, asesor de seguridad nacional del presidente kazajistaní Nursultan Nazarbayev.

En el Asia Central las complicaciones y problemas acechan desde todos lados. Las riquezas naturales son un poderoso imán para conflictos, guerras y acción depredadora de las naciones vecinas. Otra preocupación es el fundamentalismo musulmán. Los predicadores del islamismo militante, procedentes de Irán, Arabia Saudita y otras partes, se apresuraron a llenar el vacío que produjo el colapso comunista. La ciudad uzbeka de Namangan se ha convertido en un centro de fervor integrista. Los religiosos locales agitan en pro de la aplicación de la **sharia** (ley coránica) y las mujeres usan ahora el velo, que estaba prohibido en épocas soviéticas. ¿Es real el peligro fundamentalista? "Miren lo que pasa en Takjikistán", responde Islam Karimov, presidente de Uzbekistán. En la República tadjik estalló una guerra en 1992 entre las fuerzas del gobierno prorruso y los musulmanes radicales. Rusia tuvo que intervenir; hubo miles de muertos. Hoy, 25.000 soldados rusos ocupan el país y patrullan las fronteras. Los rebeldes se refiguaron en el vecino Afganistán y el conflicto puede internacionalizarse en cualquier momento.

Algunos observadores creen que Karimov aprovecha el conflicto de su vecino para mantener un gobierno de mano fuerte en su propio país. "Mano fuerte" es un eufemismo en el Asia Central, donde los estilos políticos son cada vez más parecidos a lo de los khanatos

Obreros en el yacimiento de Tengiz, uno de los mayores del mundo

históricos, gobiernos absolutistas que dominaron la región durante siglos antes del arribo de los conquistadores rusos. Es así que el presidente de Kirguistán, Askar Akayev, se ha hecho de reputación democrática por el mero hecho de permitir el funcionamiento de una oposición en el país. Kirguistán es efectivamente una democracia comparado con el Uzbekistán, donde Karimov no tolera nada parecido: opositores y sospechosos van a la cárcel.

EL ABRAZO DEL OSO

Buscando mantenerse en el poder, los líderes regionales viene sacrificando a Moscú partes cada vez más importantes de la soberanía regional. Uzbekistán es el único país donde no hay tropas rusas ni como consejeros militares del ejército ni como guardias fronterizos, pero muchos oficiales del ejército uzbeko son rusos étnicos. En el viejo Ejército Rojo, los soldados del Asia Central rara vez eran otra cosa que choferes, cocineros u ordenanzas. La desaparición de la URSS dejó a las repúblicas a cargo de arsenales que apenas podían usar y cuidando de fronteras que no sabían cómo defender. En enero pasado, Nazarbayev acordó oficialmente una fusión parcial del ejército kazajistaní con el ruso. "Kazijistán todavía no es una provincia de Rusia pero le falta muy poquito", dicen analistas occidentales.

Boris Yeltsin está más que interesado en abarcar toda el Asia Central en un abrazo amistoso. Después de Chechenia y después de su abismal caída en las encuestas de popularidad, Yeltsin busca desesperadamente revivir antes de las elecciones del año que viene. Pero muchos rusos se acuerdan de que fue el propio Yeltsin quien impulsivamente "disolvió" la Unión Soviética en 1991. Es probable que pudiera recuperar terreno político logrando una unión —aunque no una nueva Unión Soviética— entre Rusia y las repúblicas perdidas del Asia Central. "La reintegración es parte importante de la estrategia de Yeltsin con vistas a las elecciones. Para 1996 tiene que dar la impresión de haber creado una unión flamante", dice un analista

Las presiones políticas y económicas han forjado una improbable alianza entre Yeltsin y los líderes del Asia Central. Sentado en su despacho, el presidente Nazarbayev recuerda la decisión de Yeltsin de desmantelar la URSS y sacude la cabeza como no queriendo ni acordarse. Aunque muchos ciudadanos saludaron con alegría el fin de la URSS, éste provocó desazón en los gobiernos. Nazarbayev, que era miembro del Politburó del PCUS, nunca previó tal cataclismo. "Parecía un sueño o una obra de ficción", dice. Pero agrega que siempre supo que aunque las formas exteriores cambiaran, el viejo orden seguiría prevaleciendo. "Estaba seguro de que todo saldría bien, de que todo seguiría como había sido".

En superficie, lo que dice Nazarbayev parece una predicción asombrosamente exacta. Pero ocurre que no todo sigue igual que antes bajo otras formas. El sistema soviético desapareció: El Asia Central ya no es una región ni remota ni olvidada. Están en acción las fuerzas del capitalismo. Algo nuevo y extraño ha nacido en la región y nadie sabe todavía exactamente qué es y cómo actuará en el futuro.

02-02

950940 5

9509406
ARMENIA celebró sus primeras elecciones postsoviéticas.
OBSERVADOR
6-07-95
11876
107346
11164
11437

Armenia celebró ayer sus primeras elecciones postsoviéticas

OBS 6/7/95

Armenia celebró ayer las primeras elecciones parlamentarias postsoviéticas y un referéndum constitucional en los que el partido gobernante, el Movimiento Nacional Armenio (MNA), se presentó como favorito frente a una oposición dividida por la rivalidad de sus líderes. En total son trece las formaciones políticas que aspiran a los 40 escaños de la Asamblea Nacional. *(EFE)*

9509407
Nuevo gobierno de BIELORRUSIA reconoce a Iglesia católica
REPUBLICA
4-07-95
11876 V
507692 V
11165 V
11020 V

Nuevo gobierno de Bielorrusia reconoce a la Iglesia Católica

"Gracias a mi nombramiento como cardenal en el último consistorio, diversas organizaciones internacionales se han enterado de la existencia de la Iglesia Católica en Bielorrusia y han empezado a ofrecernos ayuda", ha declarado el cardenal Kazimierz Swiatek.

La Iglesia Católica de Bielorrusia ha sido oficialmente reconocida por el gobierno de la nueva república. Asimismo ante el nombramiento del cardenal Kazimierz Swiatek, organizaciones internacionales han descubierto la existencia de la comunidad católica en Bielorrusia, a quien han comenzado a ayudar.

La Capital de Tahití Está Bloqueada Desde que Barco Ecologista Llegó a la Zona

PROTESTAS CONTRA ENSAYOS NUCLEARES PROVOCAN CAOS EN LAS ISLAS FRANCESAS

La reanudación de las pruebas nucleares en Mururoa comenzó a provocar manifestaciones de protesta en las islas francesas del Pacífico Sur, e incluso en las propias calles de París. Papeete, la capital de la isla de Tahití, se encuentra sumida en el caos a raíz del bloqueo de sus calles y carreteras por los manifestantes. El barco insignia de Greenpeace arribó a puerto, pero sus ocupantes no pudieron bajar a tierra ya que serán deportados.

PAPEETE, TAHITÍ Y PARIS, 1 (REUTER). — La capital de la isla de Tahití vivió hoy un segundo día de caos cuando miles de personas que protestaban por la reanudación de las pruebas nucleares francesas en el sur del Pacífico bloquearon sus carreteras principales.

La radio francesa dijo que también hubo protestas en Noumea, la capital de Nueva Caledonia, un territorio controlado por Francia frente a la costa oriental de Australia. Cerca de 2.000 personas realizaron una manifestación pacífica.

El bloqueo en Pappeete comenzó el jueves cuando el Rainbow Warrior II, el barco insignia del grupo ecologista Greenpeace, entró al puerto.

Las autoridades negaron al barco el permiso de atracar en el muelle principal por razones de seguridad y tuvo que permanecer anclado en medio de la bahía de Papeete.

La dirigente de Greenpeace Stephanie Mills dijo que ella y otros miembros de la tripulación tienen prohibido ir a tierra porque serían deportados inmediatamente. En un viaje previo de Greenpeace en 1992 se les declaró personas prohibidas y se les deportó.

El grupo ecologista protesta contra la decisión de Francia de realizar una serie final de ocho explosiones nucleares subterráneas en el atolón de Mururoa, en el sur del Pacífico.

Los organizadores de la manifestación calcularon que 15.000 tahitianos, que llevaban banderas antinucleares y de independencia, convergieron en Papeete desde diversas direcciones.

"Es un ambiente de enojo, venganza e indignación. Es lo que se ve hoy", dijo Oscar Temaru, dirigente del Frente de Liberación de Polinesia, el principal grupo en favor de la independencia de la Polinesia Francesa.

Una delegación de los manifestantes entregó una carta, dirigida al presidente francés Jacques Chirac, al alto comisario francés en demanda de un referendo local sobre la reanudación de los ensayos nucleares.

La decisión de Chirac de realizar las pruebas en el atolón de Mururuoa entre septiembre y mayo de 1996 ha molestado a los tahitianos, que temen a la contaminación nuclear. El anuncio también ha dado nuevo vigor al movimiento independentista de la Polinesia Francesa.

Francia controla en el Pacífico Sur a tres territorios: Polinesia Francesa, Nueva Caledonia y Wallis y Futuna.

Mientras tanto, en la propia Francia unas tres mil personas, según cálculos de la policía, se manifestaron hoy, sábado, en las calles de París contra la decisión del presidente francés, Jacques Chirac, de reanudar los ensayos nucleares en el Pacífico.

La manifestación, convocada por diversas organizaciones ecologistas, partidos políticos y sindicatos, discurrió aparentemente sin incidentes y en un clima veraniego marcado por la ola de calor que asola París.

Otras manifestaciones en contra de la reanudación de los ensayos nucleares en el atolón de Mururoa, en el Pacífico sur, tuvieron lugar en diversas ciudades francesas.

Estos actos tienen lugar en víspera del 29 aniversario del primer ensayo nuclear francés, que se llevó a cabo el 2 de julio de 1966, en Mururoa, al aire libre, mediante el lanzamiento de un artefacto experimental de fisión de plutonio.

Un mal comienzo de Chirac

Por: Andres Ricciardulli

El título se justifica plenamente ante la decisión del nuevo gobierno francés de reanudar sus ensayos nucleares en la Polinesia, lo cual no solamente viola el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), sino que hace renacer en todos ese temor supremo que se había alejado con el fin de la Guerra Fría. 5-7-95 LoHo

Francia pretende realizar un total de ocho experimentos en el lapso comprendido entre setiembre de 1995 y mayo de 1996 que se agregarían a los 187 ya realizados en la zona. Esto ha motivado una enérgica respuesta de los quince países del Forum del Pacífico Sur (donde están incluidos entre otros Australia, Nueva Zelanda, Papua y Nueva Guinea) que, además de enviar una delegación a París con el fin de exigir una marcha atrás al proyecto, han informado de diversas protestas que vienen llevando a cabo los habitantes del Pacífico meridional. Atestiguan lo mencionado por diarios australianos al calificar la decisión francesa de "Hostil" y "Colonialista". Asimismo existe un rechazo general hacia los productos galos, boicot al que se han adherido algunos sectores de la sociedad alemana. Lo más destacado ha sido la manifestación realizada el pasado 30 de junio en Tahití donde se hicieron presentes más de 15.000 personas para protestar contra este nuevo ataque.

Es obvio que la desconfianza y el temor no se circunscriben a la región afectada en particular, sino que el sentimiento es común a todas las naciones sin armamento nuclear. ¿Qué reacción tendríamos si estas "pruebas" se realizasen frente a nuestras costas?, posibilidad que ante lo expuesto ya no resulta utópica.

Japón se ha manifestado como el principal opositor a esta resolución, y es lógico, están muy vívidos en la retina los horrores que significaron Hiroshima y Nagasaki, el recuerdo de los miles de muertos y mutilados a causa de esas dos bombas atómicas, tragicos ejemplos de la barbarie humana. Lo sufrido por los nipones, mejor dicho, la infamia de los Estados Unidos y la catástrofe de Chernobil con sus 125.000 víctimas debido a la explosión de uno de los cuatro reactores de la central ucraniana, muestran claramente que el hombre aún no está preparado para manejar la energía atómica, por tanto es inadmisible pretender hacer estos "ensayos" si ya todos conocemos el dramático final de la "obra".

Predeciblemente el grupo ecológico Greenpeace ha reaccionado con rapidez declarando públicamente su repudio a la tentativa francesa y enviando una nave, la "Rainbow Warrior", al atolón de Mururoa (epicentro de las anunciadas pruebas situado a unos 1.200 kilómetros de Tahití) con el fin de obstaculizar los ensayos nucleares. Ante esto Francia vuelve a una vieja receta, la fuerza, ordenando que se utilice cualquier medio para evitar que la nave ecologista llegue a la zona de pruebas.

Rusia y China también han opinado sobre la cuestión , criticando los primeros la violación al TNP y reafirmando su voluntad de avanzar en el camino del desarme. China por su parte a realizado ciertos movimientos diplomáticos tendientes a lograr "un buen acuerdo en materia nuclear".

La "frateenité" ya no aparece como un lema convincente. El neogaullista Chirac acuciado por el desempleo en lo interno y la crisis de los cascos azules, arremete con esta infeliz idea a contramano de la tendencia al desarme nuclear que vienen realizando las grandes potencias. Sería interesante saber que piensan sus electores al respecto. Poco más se puede agregar sobre un tema que no admite dos ópticas, en este tipo de coyuntura solo cabe esperar que la gran República tome conciencia y detenga de inmediato este nuevo intento de agresión al planeta y por ende a toda la humanidad.

Francia y la revolución antinuclear

Página/12 EN FRANCIA

(Por Eduardo Febbro, desde París) **Para su primer 14 de Julio como presidente de la república, Jacques Chirac tuvo una audiencia por encima de lo que hubiese soñado. El mismo día en que Francia celebraba la fiesta nacional, manifestantes y responsables políticos del mundo entero hacían visible su repudio contra la decisión del presidente francés de reanudar las pruebas nucleares francesas en el Pacífico. Chirac hizo sin embargo como si nada ocurriera y volvió a recalcar, en el curso de la tradicional intervención televisada del 14 de Julio –¡todo un [illegible]o en Francia!–, que la decisión sobre la reanudación de las pruebas nucleares era "irrevocable". El presidente francés, dando muestras de una visión antediluviana del mundo, considero que las pruebas eran "necesarias para mantener la disuasión nuclear, la cual es una garantía de peso y de seguridad en el mundo".**

AFP

Es cierto que Chirac no tenía en Francia muchos motivos de preocupación. Si las principales capitales del mundo, y principalmente las de Asia y el Pacífico, se habían movilizado contra los delirios gaullistas nucleares de París, los ecologistas franceses estuvieron en cambio totalmente ausentes del concierto universal de críticas. Sólo un puñado de valientes trotskistas de la Liga Comunista Revolucionaria intentó perturbar el desfile militar que esta mañana se llevó a cabo en los Campos Elíseos mientras que los ecologistas franceses decían con una pena que arrancaba lágrimas que su fuerza militante no era lo suficientemente potente como para lanzar un movimiento de protesta contra las pruebas nucleares. Con la imaginación y el buen humor de siempre, la asociación ecologista Greenpeace dio una conferencia de prensa en la Avenida de los Campos Elíseos y allí lanzó un llamado a Chirac pidiéndole que los reciba para "hacerle oír el clamor que se oye en todo el mundo contra la decisión francesa de romper unilateralmente la moratoria sobre las pruebas nucleares".

Greenpeace, en todo caso, tuvo razón, porque clamor hubo en el mundo, y mucho. De Sydney a Wellington, de Bonn a Roma, de Dublín a Madrid, de Johannesburgo a Bratislava o de Tokio a Chile y Viena, la fiesta nacional francesa sirvió para dejar bien plantada la oposición a las pruebas nucleares que Francia emprenderá en el próximo mes de setiembre.

Las manifestaciones más duras tuvieron lugar en los países de Asia y del Pacífico. Este 14 de julio por la mañana, tal como lo habían prometido, los pacifistas australianos intentaron cercar la avenida que conduce de la Embajada de Francia a la casa del embajador, y como no pudieron porque la policía se había adelantado, terminaron arrojando huevos contra las personas que participaron en la recepción ofrecida por el señor embajador. Es en la tranquila Sydney donde se vio la manifestación más grande de que se tenga memoria. Unos 10.000 indignados ciudadanos desfilaron por la calle mientras que en una playa australiana dos mil pacifistas formaban con su cuerpo la frase "No a las cabezas nucleares". Pero lo más grave para Francia es que en Australia el boicot contra los productos y las compañías francesas se acrecentó este viernes 14 y sus responsables cuentan ya los millones de dólares que van a perder.

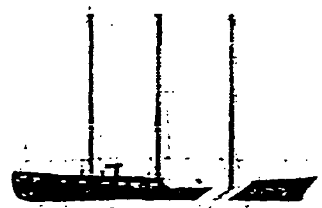
En Wellington, Nueva Zelanda, los signos de protesta fueron también numerosos y también algo más violentos, porque los manifestantes esperaron a los invitados que asistían a la recepción ofrecida en la Embajada francesa por el 14 de Julio con bosta de caballo. "Cochino", Chirac "loco irresponsable", "los franceses masacran a los pájaros, los pescados y a los niños", repetían con un encono patente los manifestantes nencelandeses.

La unanimidad contra Jacques Chirac es notoria, pero los únicos que parecen no darle importancia son los mismos franceses –éstos siguen considerando que aquellos territorios del Pacífico son Francia–. En Tokio, el ex primer ministro Toshiki Kaifu, hoy líder de la oposición, garantizó que pediría el boicot de los productos franceses si Chirac mantenía su decisión. La Embajada francesa de Tokio fue literalmente sumergida por los llamados telefónicos de protesta y la agencia France Presse recibió en Japón una carta postal representando un champignon atómico con la leyenda "No. Stop al francés Chirac".

En los países de Europa también hubo numerosas protestas. En Berlín, Roma, Atenas, Madrid, Praga y Londres, Luxemburgo y Copenhague muchísimas personas salieron a la calle en signo de repudio o perturbaron las recepciones oficiales en las embajadas francesas. Los austríacos, cuyo Parlamento condenó por unanimidad las pruebas nucleares francesas, se divirtieron mucho construyendo en una plaza un pequeño Atolón como el de Mururoa donde simularon explosiones durante todo el día. En la plaza Campo di Fiori, los romanos colgaron una alegórica banderola que decía: "Gauguin encontró un paraíso en Polinesia. Chirac lo destruyó". Sólo París, la capital de las pruebas nucleares, se quedó mirando su propio desfile nacional.

Abordaje en el Pacífico

Fuerzas de la marina de Francia tomaron ayer por asalto en Mururoa, en el Pacífico sur, al barco "Rainbow Warrior II", de la organización ecologista Greenpeace. El grupo pensaba interrumpir, incluso con sabotajes, experiencias nucleares francesas. Diez años atrás, Francia hundió en la misma región al buque "Rainbow Warrior I".



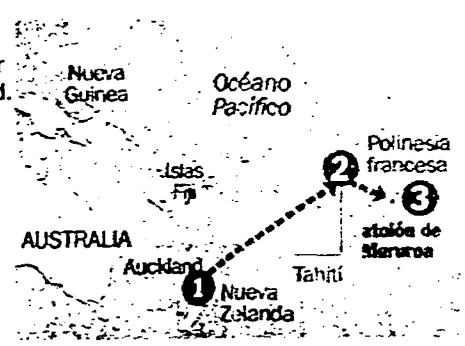
Características del buque

Nombre:	Rainbow Warrior II
Construcción:	1957
Eslora:	55,2 m
Manga:	8,6 m
Calado:	4,6 m

1 13 de junio
El "Rainbow Warrior II" sale de Auckland.

2 3 de julio
Zarpa de Tahití con rumbo al atolón de Mururoa.

3 9 de julio
El barco es abordado por marinos franceses.



EL GRUPO ECOLOGISTA INTENTABA FRENAR PRUEBAS NUCLEARES

Francia tomó por barco de Greenpeace

10-7-95 CLARÍN

"Intentaremos desembarcar y sabotear las estructuras para atrasar los ensayos atómicos", anunció ayer Stephanie Mills, vocera de Greenpeace. Poco después, tropas de elite de la marina de Francia tomaron por asalto el barco "Rainbow Warrior II" del grupo ecologista, en aguas internacionales francesas, frente al atolón de Mururoa, donde París proyecta la realización de nuevas pruebas atómicas.

PARIS (AP, ANSA y EFE). – En pleno océano Pacífico y utilizando gases lacrimógenos, tropas de elite de la marina de Francia tomaron ayer por asalto la embarcación "Rainbow Warrior II", de la organización ecologista Greenpeace, que se dirigía hacia el atolón de Mururoa, un territorio francés en el que París tiene previsto realizar **poderosas pruebas nucleares.**

La operación comando se llevó a cabo durante la mañana (el mediodía en la Argentina), cuando el "Rainbow Warrior II" se encontraba a menos de tres millas de la costa de Mururoa, en el Pacífico sur, 1.000 kilómetros al este de Tahití.

El primer objetivo de la acción militar, durante la cual fueron detenidas 11 personas, fue **neutralizar la radio** de la nave.

En Mururoa, donde Francia quiere llevar a cabo desde setiembre ocho importantes explosiones nucleares experimentales, la tripulación del barco ecologista pensaba **desembarcar varios activistas** para sabotear las instalaciones donde se llevaría a cabo la iniciativa.

Zona de exclusión de 12 millas

Pero el gobierno francés declaró una zona de exclusión de 12 millas alrededor del atolón y advirtió a Greenpeace que **no permitiría el ingreso del buque** a la zona. Poco antes del abordaje, la nave ecologista había anunciado su ingreso en ese territorio.

El "Rainbow Warrior II" y otras dos naves, cuyos paraderos se desconocen, trataban de llegar hasta el atolón un día antes del décimo aniversario del hundimiento del "Rainbow Warrior I", que se produjo el 10 de julio de 1985 en Aukland, Nueva Ze-

AGENCIA AP

C4

9509408

EN EL PACIFICO SUR CON SABOTAJES

asalto un en Mururoa

landa, cuando **la inteligencia francesa hizo volar la embarcación** (ver 10...).

Jean Luc Thierry, un militante de Greenpeace que viajaba en la embarcación, dijo en directo por el canal de televisión France 3 que "los hombres de la marina **abrieron un agujero** en la sala de radio del barco y arrojaron gases lacrimógenos. Esperamos que no haya heridos".

Un portavoz del gobierno francés aseguró ayer que "no hubo heridos", pero no hizo ningún otro comentario. Voceros de la organización ecologista dijeron que el saldo del asalto incluía **11 tripulantes detenidos**.

Participaron en la operación 150 comandos

Thierry estimó que unos 150 hombres participaron en la operación, de la que también **tomaron parte cuatro buques** y un helicóptero. Además precisó, "no fueron utilizadas las armas de fuego".

Varias oficinas europeas de Greenpeace difundieron el texto del último mensaje emitido por el "Rainbow Warrior II" antes que fuera interrumpido bruscamente por la marina francesa, en el que puede oírse a la vocera de la nave, Stephanie Mills, mientras **narra en directo el abordaje** de los militares.

"Sí, sí, es gas lacrimógeno, abre el otro ojo de buey", se escucha en la grabación. "Ahora se oyen las palas de los helicópteros. **Las lanchas están llegando hacia nosotros**, las puedo ver desde aquí", relató exaltada Mills.

El ex presidente francés Francois Mitterrand suspendió las pruebas nucleares en 1992, pero su sucesor, Jacques Chirac, anunció el mes pasado que se reanudarían en setiembre. Desde 1966, Mururoa fue escenario de **más de 130 pruebas nucleares**, entre atmosféricas y subterráneas.

Francia Hará Respetar Todas sus Decisiones

PARIS, 10 (ANSA).— El primer ministro francés, Alain Juppé, dijo hoy que su país "hará respetar todas las medidas que ha decidido tomar para que la legalidad sea respetada en sus aguas territoriales", a pocas horas de que la marina abordó un barco de la asociación ecologista Greenpeace que había ingresado en el atolón de Mururoa, en la Polinesia francesa.

En una conferencia de prensa en el Hotel Matignon, sede de la presidencia del gobierno francés, Juppé indicó que "frente a operaciones que infringen la ley, hemos utilizados todos los medios necesarios para que sea respetada, y seguiremos haciéndolo".

El gobierno francés había advertido a la tripulación del "Rainbow Warrior 2" que no avanzara más allá de una línea trazada a 12 millas náuticas alrededor de Mururoa, pero la embarcación ignoró la advertencia y prosiguió su camino, para protestar contra los experimentos nucleares que París piensa realizar en la zona del atolón en el próximo otoño (boreal).

"El presidente (Jacques Chirac, NDR) ha decidido reanudar los ensayos atómicos porque esta decisión le parecía conforme al interés superior de la nación, y este es también el punto de vista del gobierno: esta decisión será aplicada, en el interés del país", subrayó Juppé.

11/7 El País

06-

0509408

¡Francia no se irá de la Polinesia!

Los intereses estratégicos de Francia en el Pacífico van más allá de los experimentos nucleares y París no abandonará la Polinesia francesa una vez que haya concluido su criticado programa atómico.

París/ANSA

Lo dijo ayer el Alto Comisario para la Polinesia francesa, Paul Ronciere, en Papeete, capital de Tahití.

Además de los tests nucleares y la Defensa, dijo el Alto Comisario, en sus posesiones en el Pacífico Francia tiene un interés estratégico incluso desde el punto de vista económico.

Ronciere rechazó las acusaciones de "colonialismo" hechas desde varias partes contra Francia, en particular después de su decisión de reanudar las explosiones atómicas experimentales en el atolón de Mururoa, y afirmó que "si un día, una mayoría de polinesios, a través del voto, quiere un estado independiente, no veo por qué Francia debería rechazarlo".

Posesiones

En el Pacífico, París posee la Polinesia francesa (cinco archipiélagos con una superficie de cinco millones de kilómetros cuadrados de Océano, 200.000 habitantes), la Nueva Caledonia, Wallis y Futuna.

La economía local, sostenida hasta ahora artificialmente por los gastos de la Defensa y por los subsidios, comienza actualmente a despegar gracias al turismo y a la industria de las perlas.

El año pasado, Francia gastó unos 1.600 millones de dólares para la Polinesia y prometió mantener este nivel de apoyo financiero hasta el año 2003.

Pero la decisión del Presidente Jacques Chirac de reanudar los tests nucleares en Mururoa reavivó las polémicas. La organización ecologista internacional Greenpeace acusó a Francia de mantener en secreto las estadísticas sanitarias de Mururoa.

Ronciere respondió hoy que los datos sobre la salud de los trabajadores de Mururoa son confidenciales, pero que cualquiera puede hacer ver su ficha clínica a su propio médico.

"Las estadísticas están completamente a disposición y puedo decir que en términos generales ... el porcentaje de tumores en Polinesia es la mitad del de Europa", afirmó.

7- -

A diez años del hundimiento de la nave de Greenpeace

Critican a Francia por ir del sabotaje al abordaje

Por Graciela Iglesias

(Corresponsal de LA NACION)

11/7/95 LaNo

Censura: el Parlamento Europeo amenaza con levantar su sede de territorio francés horas antes de recibir a Chirac; tripulantes del Rainbow Warrior habrían dañado la plataforma de ensayo.

ESTRASBURGO.– De todas las virtudes que puede tener el nuevo gobierno francés, el don de la oportunidad parece no ser una de ellas.

La captura, gases lacrimógenos mediante, de la nave de Greenpeace a una milla náutica del atolón de Mururoa coincidió con la fecha exacta del décimo aniversario del hundimiento, por parte de los servicios secretos franceses, de su predecesora, la Rainbow Warrior I. Un atentado que costó la vida a Fernando Pereira, un fotógrafo de origen portugués.

El nuevo incidente, transmitido en vivo por radio y televisión, sirvió para fijar, tanto dentro del país como fuera de él, la imagen de una Francia dispuesta a ir del sabotaje al abordaje.

Para colmo de males, la acción de la marina francesa también ocurrió en vísperas de una visita oficial de Jacques Chirac al Parlamento Europeo, donde, desde que anunció su intención de reanudar con ocho pruebas los ensayos nucleares, los eurodiputados amenazan con no sesionar más en Estrasburgo.

Chirac debe rendir cuentas a la Asamblea Europea de lo realizado durante la presidencia francesa de la UE. Una cita que el Elíseo hizo coincidir, además, con la realización de una cumbre franco-germana, la segunda en menos de dos meses.

Otra desdichada coincidencia. A la luz de lo ocurrido, Helmut Kohl se vería forzado a expresar también su desagrado por los sucesos en el Pacífico Sur, por cuanto la totalidad de los partidos políticos germanos, incluida su poderosa democracia cristiana, le han pedido que "haga lo imposible" por convencer al socio galo de desistir de su empresa atómica.

En tanto, noticias de represalias y manifestaciones caían ayer como Exocet sobre París.

En Australia, la central sindical anunciaba que a partir del viernes sus miembros dejarán de entregar correo y de reparar todo problema de telecomunicaciones de la embajada francesa y de cualquier edificio que dependa de ella. Lejos de allí, en Dublín, activistas de Greenpeace se encadenaban a las verjas de la representación diplomática francesa, mientras Grace O' Sullivan, una de las sobrevivientes de la tripulación del barco hundido en 1985, colocaba en lo alto la pancarta *You can' t kill a Rainbow* (Ustedes no pueden matar al Arco Iris) ,en alusión al nombre de la embarcación madre de la organización ecologista que significa justamente "guerrero del arco iris".

Escenas similares se registraban en Madrid, Bruselas, Berlín, Londres, Ginebra y Auckland. Hasta Moscú, en una acción que sorprendió a la diplomacia francesa, estuvo entre los primeros gobiernos que transmitió su "tristeza por el innecesario uso de la fuerza frente a una manifestación no violenta".

Polémica defensa

La conferencia de prensa dada por Alain Juppé en el hotel Matignon supuestamente para calmar los ánimos, terminó echando más leña al fuego.

"Francia continuará empleando los medios necesarios para hacer respetar la ley", advirtió el primer ministro, visiblemente nervioso. El presidente tomó la decisión de reanudar los ensayos porque le parecía conforme al interés superior de la nación, lo que es también a los ojos de mi gobierno." Luego, sostuvo que "nuestro país no les tiene miedo a las sanciones de otros países" y calificó a la tripulación de Greenpeace de "revoltosos rayanos en la delincuencia".

Si hay algo que consiguió la administración neogaullista hasta ahora es darle renovado ímpetu a la acción de Greenpeace en Francia.

La gente puede, merced a la televisión, evaluar personalmente los alcances de las operaciones militares. Con su espectacular acción de fuerza, la armada tampoco logró poner fin a la lucha.

Horas más tarde el vocero de Greenpeace en Nueva Zelanda, Michael Szabo, confirmaba que dos de los tripulantes, Richard Laney y Madelaine Habib, habían logrado escapar de la nave poco antes del abordaje. Y que, tras remar en un bote inflable, treparon a una torre de perforación de la plataforma de ensayos nuclear, provocando, aseguró, "serios daños".

Polémica reanudación de los ensayos nucleares france

23/7 El Pa

Pocas decisiones más polémicas podría haber adoptado el flamante presidente francés Jacques Chirac que la anunciada reanudación de las pruebas nucleares subterráneas en el Pacífico Sur. La oposición interna lo critica, el movimiento ecologista anuncia la guerra y la comunidad internacional mira de reojo a París. ¿Qué ha pasado?

EN cierto sentido, nada extraordinario. Chirac —un hombre a menudo criticado por sus imprevisibles cambios de opinión— en este caso de las pruebas nucleares es fiel a sí mismo, a su posición y a sus declaraciones cuando en abril de 1992 François Mitterrand, entonces en el Elíseo, había anunciado una moratoria de los ensayos en el atolón de Mururoa. Entre las voces opuestas a esta medida (a la que se oponía incluso el Ministro de Defensa Pierre Joxe, Ministro de Defensa del propio Mitterrand) estuvo, sonoramente la de



Ecologistas en pie de guerra: este otro Rainbow Warrior se apresta a zarpar al Pacífico Sur

Jacques Chirac, Alcalde de París y líder del partido gaullista RPR (Reunión por la República).

Pruebas para terminar con las pruebas

Más adelante, Chirac polemizó con el Premier Edouard Balladur, un hombre de su mismo partido, cuando el año pasado, siendo aquél jefe del gobierno de "cohabitación" con Mitterrand presidente, por la no revisión de la moratoria nuclear, que —entendía Chirac entonces, como hoy— debilitaba la credibilidad de la fuerza de disuasión atómica de Francia. Una publicación parisina recordaba sus declaraciones de entonces: "¿Debemos mantener nuestra capacidad de disuasión moderna? Mi respuesta es sí, ¿debemos seguir haciendo pruebas nucleares? Mi respuesta también es afirmativa".

Más adelante, ya durante la campaña electoral que lo conduciría a la presidencia, Chirac afinó su punto de vista, como para quitarse de encima una imagen de "Doctor Insólito", que por supuesto es necesario poner fin definitivamente a las pruebas nucleares. "Pero si, y este extremo sólo lo pueden confirmar los técnicos, todavía no somos capaces de pasar a la etapa de la simulación sin pasar por una serie adicional de ensayos, sería irresponsable que Francia se autoexcluyera de las potencias nucleares" dejando esos ensayos finales sin realizar.

En estas declaraciones pueden rastrearse las raíces de la decisión, anunciada el mes pasado, de realizar una serie de tests, que comenzarían en setiembre próximo y se extenderían hasta mayo de 1996. Se trata de no más de una decena de ensayos, cuya realización habría recomendado un grupo de trabajo especialmente creado por Mitterrand, presidido por un militar e integrado por técnicos. Las pruebas están destinadas a probar la eficacia de los instrumentos de simulación, se dijo, y así lo informó, entre otras, la revista L'Express. Pero la publicación agrega que, a pesar de todo, el anuncio no "cayó" bien.

Fuego contra el presidente

El calendario elegido prevé que las pruebas finalicen en la primavera boreal de 1996, fecha que se está manejando como tope en las negociaciones internacionales destinadas a prohibir definitivamente todas las pruebas nucleares de este tipo.

Francia participa de estas negociaciones y apoya el sentido general de las mismas. Por otra parte, el mes pasado en el cuartel general de Naciones Unidas, en Nueva York, los 172 países signatarios del Tratado de No Proliferación de ■

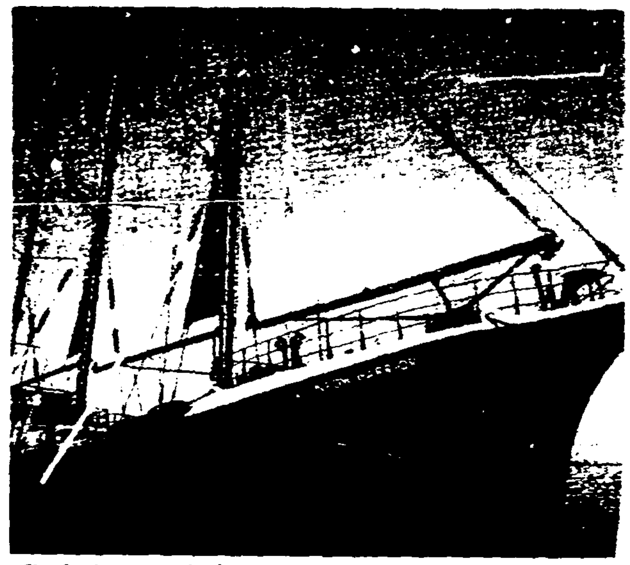
09-

Polémica reanudación de los ensayos nucleares france

23/7 El P

Pocas decisiones más polémicas podría haber adoptado el flamante presidente francés Jacques Chirac que la anunciada reanudación de las pruebas nucleares subterráneas en el Pacífico Sur. La oposición interna lo critica, el movimiento ecologista anuncia la guerra y la comunidad internacional mira de reojo a París. ¿Qué ha pasado?

EN cierto sentido, nada extraordinario. Chirac —un hombre a menudo criticado por sus imprevisibles cambios de opinión— en este caso de las pruebas nucleares es fiel a sí mismo, a su posición y a sus declaraciones cuando en abril de 1992 François Mitterrand, entonces en el Elíseo, había anunciado una moratoria de los ensayos en el atolón de Mururoa. Entre las voces opuestas a esta medida (a la que se oponía incluso el Ministro de Defensa Pierre Joxe, Ministro de Defensa del propio Mitterrand) estuvo, sonoramente, la de



Ecologistas en pie de guerra: este otro Rainbow Warrior se apresta a zarpar al Pacífico Sur

Jacques Chirac, Alcalde de París y líder del partido gaullista RPR (Reunión por la República).

Pruebas para terminar con las pruebas

Más adelante, Chirac polemizó con el Premier Edouard Balladur, un hombre de su mismo partido, cuando el año pasado, siendo aquél jefe del gobierno de "cohabitación" con Mitterrand presidente, por la no revisión de la moratoria nuclear, que —entendía Chirac entonces, como hoy— debilitaba la credibilidad de la fuerza de disuasión atómica de Francia. Una publicación parisina recordaba sus declaraciones de entonces: "¿Debemos mantener nuestra capacidad de disuasión moderna? Mi respuesta es sí, ¿debemos seguir haciendo pruebas nucleares? Mi respuesta también es afirmativa".

Más adelante, ya durante la campaña electoral que lo conduciría a la presidencia, Chirac afinó su punto de vista, como para quitarse de encima una imagen de "Doctor Insólito", que por supuesto es necesario poner fin definitivamente a las pruebas nucleares. "Pero si, y este extremo sólo lo pueden confirmar los técnicos, todavía no somos capaces de pasar a la etapa de la simulación sin pasar por una serie adicional de ensayos, sería irresponsable que Francia se autoexcluyera de las potencias nucleares" dejando esos ensayos finales sin realizar.

En estas declaraciones pueden rastrearse las raíces de la decisión, anunciada el mes pasado, de realizar una serie de tests, que comenzarían en setiembre próximo y se extenderían hasta mayo de 1996. Se trata de no más de una decena de ensayos, cuya realización habría recomendado un grupo de trabajo especialmente creado por Mitterrand, presidido por un militar e integrado por técnicos. Las pruebas están destinadas a probar la eficacia de los instrumentos de simulación, se dijo, y así lo informó, entre otras, la revista L'Express. Pero la publicación agrega que, a pesar de todo, el anuncio no "cayó" bien.

Fuego contra el presidente

El calendario elegido prevé que las pruebas finalicen en la primavera boreal de 1996, fecha que se está manejando como tope en las negociaciones internacionales destinadas a prohibir definitivamente todas las pruebas nucleares de este tipo.

Francia participa de estas negociaciones y apoya el sentido general de las mismas. Por otra parte, el mes pasado en el cuartel general de Naciones Unidas, en Nueva York, los 172 países signatarios del Tratado de No Proliferación de ■

04-

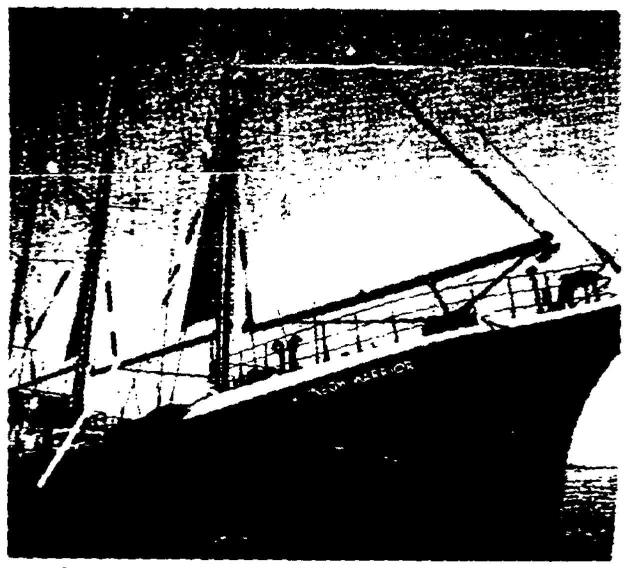
Polémica reanudación

s ensayos nucleares franceses

23/7 EL PAÍS

nicas podría
presidente
la anunciada
s nucleares
ico Sur. La
tica, el mo-
a la guerra y
mira de reojo

EN cierto sentido, nada extraordinario. Chirac —un hombre a menudo criticado por sus imprevisibles cambios de opinión— en este caso de las pruebas nucleares es fiel a sí mismo, a su posición y a sus declaraciones cuando en abril de 1992 François Mitterrand, entonces en el Elíseo, había anunciado una moratoria de los ensayos en el atolón de Mururoa. Entre las voces opuestas a esta medida (a la que se oponía incluso el Ministro de Defensa Pierre Joxe, Ministro de Defensa del propio Mitterrand) estuvo, sonoramente, la de



Ecologistas en pie de guerra: este otro ***Rainbow Warrior*** *se apresta a zarpar al Pacífico Sur*

Jacques Chirac, Alcalde de París y líder del partido gaullista RPR (Reunión por la República).

Pruebas para terminar con las pruebas

Más adelante, Chirac polemizó con el **Premier** Edouard Balladur, un hombre de su mismo partido, cuando el año pasado, siendo aquél jefe del gobierno de "cohabitación" con Mitterrand presidente, por la no revisión de la moratoria nuclear, que —entendía Chirac entonces, como hoy— debilitaba la credibilidad de la fuerza de disuasión atómica de Francia. Una publicación parisina recordaba sus declaraciones de entonces: "¿Debemos mantener nuestra capacidad de disuasión moderna? Mi respuesta es sí, ¿debemos seguir haciendo pruebas nucleares? Mi respuesta también es afirmativa".

Más adelante, ya durante la campaña electoral que lo conduciría a la presidencia, Chirac afinó su punto de vista, como para quitarse de encima una imagen de "Doctor Insólito", que por supuesto es necesario poner fin definitivamente a las pruebas nucleares. "Pero si, y este extremo sólo lo pueden confirmar los técnicos, todavía no somos capaces de pasar a la etapa de la simulación sin pasar por una serie adicional de ensayos, sería irresponsable que Francia se autoexcluyera de las potencias nucleares" dejando esos ensayos finales sin realizar.

En estas declaraciones pueden rastrearse las raíces de la decisión, anunciada el mes pasado, de realizar una serie de tests, que comenzarían en setiembre próximo y se extenderían hasta mayo de 1996. Se trata de no más de una decena de ensayos, cuya realización habría recomendado un grupo de trabajo especialmente creado por Mitterrand, presidido por un militar e integrado por técnicos. Las pruebas están destinadas a probar la eficacia de los instrumentos de simulación, se dijo, y así lo informó, entre otras, la revista **L'Express**. Pero la publicación agrega que, a pesar de todo, el anuncio no "cayó" bien.

Fuego contra el presidente

El calendario elegido prevé que las pruebas finalicen en la primavera boreal de 1996, fecha que se está manejando como tope en las negociaciones internacionales destinadas a prohibir definitivamente todas las pruebas nucleares de este tipo.

Francia participa de estas negociaciones y apoya el sentido general de las mismas. Por otra parte, el mes pasado en el cuartel general de Naciones Unidas, en Nueva York, los 172 países signatarios del Tratado de No Proliferación de ■

09-

950940 8

Nueva Zelanda dispuesta a enviar buques

El primer ministro neozelandés, Jim Bolger, se muestra dispuesto a enviar buques de la Armada al atolón de Mururoa en protesta por la decisión de Francia de reanudar en setiembre las pruebas nucleares, destacó la prensa. Bolger dijo anoche que si un grupo de parlamentarios y ecologistas neozelandeses decide desplazarse al área, "estudiaremos si algunos buques de la Marina deben estar presentes como apoyo".

Parlamentarios tanto del Gobierno como de la oposición se han unido a las críticas por la decisión de Chirac, de reanudar las pruebas y se han comprometido a participar en una flotilla de protesta de unos veinte barcos organizada por un empresario.

En caso de que así ocurriera, los buques de la Marina neozelandesa no sobrepasarán la zona de exclusión militar de 22 kilómetros establecida alrededor de Mururoa ni tampoco acudirán en ayuda de aquellas embarcaciones que entren en esa zona, afirmó el primer ministro. *(EFE)*

15/7/95

Estrasburgo 12/7/95

■ Las manifestaciones populares de protesta prosiguieron en las calles, cuando el presidente Chirac se dirigía a su encuentro con el jefe del gobierno alemán, Helmut Kohl, y fueron reprimidas por la Policía.

La organización ecologista Greenpeace anunció ayer como una de sus mayores victorias la misión del "Holy", el bote de goma con tres militantes que logró burlar la nutrida vigilancia naval francesa y penetró en las aguas del atolón de Mururoa, epicentro de los experimentos nucleares.

Los tres militantes —David McTaggart, Chris Robinson y Hank Haazen— se encuentran a bordo de un bote de goma equipado con dos motores y radio, donde tienen provisiones y combustible suficientes para un mes. Mientras tanto, en Bélgica, la protesta contra la reanudación de los experimentos nucleares en el sur del Pacífico —decidida por el presidente francés— se está organizando con representantes de Polinesia y de todas las capitales europeas.

"La bomba francesa es una bomba europea, y los experimentos anunciados por Francia son considerados como una agresión contra nosotros de parte de Europa", dijo Ronald Oldham, polinesio coordinador de la Flotilla de la Paz.

Al respecto, Oldham subrayó que "un informe elaborado en 1980 por una comisión independiente de la ONU afirmó que todos los experimentos nucleares hechos en el Pacífico —no sólo los franceses— provocarán a la larga la muerte de 15 mil personas." Oldham agregó que en las familias de Polinesia nacen cada vez más niños minusválidos o se enferman de cáncer, a causa de las radiaciones de los anteriores experimentos llevados a cabo en la región.

Pero el ojo de la tormenta desatada por la cuestión nuclear se centralizó ayer en el Europarlamento por Estrasburgo, cuando Chirac tomó la palabra para hacer el resumen del período en que París ejerció la presidencia rotativa de la Unión Europea.

Chirac fue silbado por los diputados socialistas, verdes, comunistas y radicales, quienes se pusieron de pie mostrando volantes blancos con la leyenda "No" junto a un hongo nuclear y gritando "Chirac, no".

Muchos de los diputados vestían camisetas blancas de la organización ecologista Greenpeace, portaban carteles y abrián paraguas azules. Detrás del banco ocupado por el líder galo, dos diputados colocaron un enorme cartelón blanco en el que estaba dibujado un gran hongo atómico. Las primeras palabras del discurso de Chirac fueron cubiertas por los gritos y los silbidos de los diputados, que superaban en fragor los aplausos de la centroderecha.

Cuando fue restablecido el silencio, Chirac pronunció un discurso en el cual ilustró su visión de la Europa de fin de siglo, sin hacer la menor referencia a la cuestión de los test nucleares, y ante las duras observaciones de algunos diputados dijo solamente: "Percibo una cierta emoción acerca de este punto, la entiendo, pero no la comparto."

Ante la insistencia de las protestas, el Parlamento Europeo decidió incluir en la orden del día de la sesión de mañana la discusión sobre la reanudación de los test nucleares de parte de París en el sur del Pacífico.

El vocero de la Comisión Parlamentaria reconoció que si bien el argumento no es de competencia del Ejecutivo comunitario, "frente a estas protestas los comisarios opinaron que al menos se debe hablar del tema".

Por su parte, Javier Solana, ministro de Exteriores español y presidente del Consejo de Ministros de la Unión Europea, dijo que el abordaje de la "Rainbow Warrior II" por parte de la Marina francesa, realizado el pasado domingo en las aguas de Mururoa, "no fue una buena elección".

Solana, que habló en Roma donde mantuvo un coloquio con su colega italiana, Susanna Agnelli, dijo que "casi todos los países de la organización" consideran que el abordaje de la nave de Greenpeace no fue una medida apropiada.

En tanto, más de 400 científicos franceses firmaron un petitorio para protestar contra la reanudación de las pruebas nucleares francesas.

En el texto de la protesta se lee que "decir que Francia necesita de estos test porque no dispone aún de instrumentos de simulación, significa abusar de la opinión púbica y engañar a los ciudadanos."

11.

Armas Nucleares —entre los que se encuentra Francia, como uno de los cinco países que son miembros permanentes del Consejo de Seguridad— decidieron prorrogar indefinidamente el régimen de no proliferación. No es difícil ver por qué muchos observadores encuentran contradictoria la posición del gobierno Chirac de la delicada cuestión.

Los socialistas, flamantes opositores, se levantaron retóricamente en armas contra la continuación de las pruebas. No hubo, en este caso, diferencias sectoriales y fueron duras las palabras de gente como Henri Emmanuelli, Lionel Jospin y Michel Rocard. El primero anunció una "movilización de la opinión pública" contra Chirac ("con sus ideas fantásticas arriesga nuclearizar el mundo", dijo Emmanuelli; para Jospin, el candidato derrotado por Chirac en la segunda ronda electoral, se trata de un "error" y una "decisión en contra de la evolución histórica").

Pero el oficialismo francés recuerda, a su vez, que el gobierno anterior no fue exactamente ajeno a la idea de reanudar las pruebas nucleares. La idea tomó cuerpo especialmente en torno al ministerio de Defensa bajo François Léotard. Por otra parte, Mitterrand decidió la suspensión y no la terminación del programa de pruebas.

Greenpeace se va a la guerra

Del otro lado de la moneda, la organización **Greenpeace** ("Paz Verde") se puso en pie de guerra frente a la decisión de Chirac.

La fecha elegida para la reanudación —setiembre— coincide desafortunadamente con el cincuentenario de las bombas atómicas de Hiroshima y Nagasaki. También coincide con el atentado de hace diez años contra el **Rainbow Warrior** ("Guerrero del Arco Iris"), el buque del movimiento ecologista, que fue saboteado por los servicios de inteligencia franceses en el propósito e impedirle llegar a Mururoa. La organización **Greenpeace** se transformó en la principal enemiga del programa de pruebas francesas en el Pacífico Sur y ha procurado impedirla por todos los medios. Ahora, anuncia el envío del **Rainbow Warrior II** a las aguas del atolón, con una tripulación entre la que figurarán algunos famosos "invitados especiales", como por ejemplo Monseñor Jacques Gaillot, el ex obispo de Evreux disciplinado por la Santa Sede.

Muchos recuerdan que los ensayos subterráneos fueron decididos en 1973 por el entonces presidente Valéry Giscard d'Estaing después de diversos escándalos —de amplia repercusión mediática— suscitada por los oponentes a la realización de pruebas atmosféricas. Queda por verse si la política nuclear del presidente Chirac se verá afectada de alguna manera por tantas voces en contra. Pero la **force de frappe** atómica francesa fue el orgullo del general de Gaulle y es difícil que el gaullista Jacques Chirac se preste a dejarla de lado, sobre todo si considera que esta última serie de pruebas son necesarias para mantener la credibilidad de la disuasión, como ha dicho.

9508409
Boicot contra FRANCIA por ensayos en MURUROA.
EL PAIS
30-07
118776
65963
11895

Las Protestas no han Tenido Ningún Impacto Negativo en la Economía

FRANCIA NO SE VE AFECTADA POR BOICOT ANTE PRUEBAS NUCLEARES

"No hemos tenido ningún problema grave, excepto en los envíos a Australia", afirma la ministra de Comercio de Francia, Christine Chauvet, comentando las consecuencias que han resultado de las protestas por los ensayos nucleares y la campaña emprendida por organizaciones y personalidades en diversos países. Algunas empresas francesas, sin embargo, parecen haberse resentido por el boicot.

PARIS (Servicio de "Financial Times" exclusivo para EL PAIS). — La ministra de Comercio de Francia, Christine Chauvet, afirmó que las protestas contra la reanudación de las pruebas nucleares en el Pacífico Sur, no han tenido ningún impacto negativo hasta el momento en las exportaciones franceses, aunque dijo que se mantiene "muy atenta a lo que pueda ocurrir en el futuro".

Sostuvo que todavía no se podía hacer una evaluación en detalle de las consecuencias comerciales que podría tener la decisión adoptada por el presidente Jacques Chirac el 13 de junio de reanudar las pruebas, ni cómo ello podría eventualmente afectar el superávit comercial del país.

La ministra Chauvet destacó que "no hemos tenido ningún problema grave, excepto en los envíos a Australia", donde los sindicatos de estibadores se niegan a descargar la mercadería de origen francés.

La señora Chauvet expresó alivio porque, pese a "acciones espontáneas individuales en el exterior, ningún gobierno ha iniciado el boicot comercial contra Francia". En ese sentido, subrayó que Nueva Zelandia decidió en fecha reciente la adquisición de tres aviones de pasajeros al consorcio ítalo=francés ATR, en tanto el ministro de Finanzas de Japón, Masayoshi Takemura, desistió de su llamado inicial a un boicot.

ESFUERZO ADICIONAL DE VENTA

Asimismo, la Cámara de Comercio de Alemania había recomendado que no se llevara a cabo ningún tipo de boicot al comercio con Francia, de la cual dependen unas 18.000 empresas y unos 300.000 trabajadores en Alemania.

"Si no existe un boicot oficial, no hay motivo para que las empresas francesas no sigan cumpliendo los contratos", dijo la ministra Chauvet. "Desde el punto de vista legal, nuestras empresas están en el mismo nivel que las de otros países", indicó en lo que fue interpretado como una alusión a posibles acciones legales si las autoridades gubernamentales de otros países decidieran discriminar contra compañías galas al adjudicar contratos del sector público.

Autoridades franceses han admitido la posibilidad de que la imagen de Francia y sus productos se deterioren durante la serie de pruebas nucleares que se llevarán a cabo entre setiembre del corriente año y mayo de 1996, lo que obligará a realizar un esfuerzo adicional para promover las producciones galas en el mundo.

La ministra Chauvet reconoció que "algunas empresas francesas han tenido problemas" y reveló que le había pedido a los representantes comerciales de Francia "que las ayuden, especialmente con asesoramiento jurídico". Sin embargo, precisó que " por el momento es hipotética la idea de que el gobierno pueda darles algún tipo de compensación financiera".

LOS RUBROS MAS SENSIBLES

Los productos "de lujo" franceses son los más sensibles a un eventual boicot. Miembros de la Comisión Colbert, que reúne a 75 empresas francesas dedicada a producir indumentaria, accesorios, joyería, vinos de alta calidad y licores, exportaron el año pasado por 11.000 millones de dólares, correspondiendo el 15% a ventas realizadas a Japón y 17% a otros destinos en el Pacífico y Asia. Si bien es prematuro para que las exportaciones resulten afectadas y ello se refleje en las cifras de ingresos de las empresas, las acciones de algunas compañías como LVMH —cuyos productos incluyen desde los cognacs Hennessy hasta perfumes de Christian Dior— ya sufrieron pérdidas.

El presidente de la Federación de Exportadores de Vinos y Licores, Jean-Marie Chadronnier, informó que le había enviado una carta a la ministra Chauvet para expresarle su preocupación por el impacto que podría tener la creciente ola de protesta contra las pruebas nucleares y el riesgo de boicot en el consumo privado. "Existe un verdadero riesgo para productos como los nuestros. que son los primeros afectados", manifestó.

El Norte de Europa aparece como una zona difícil para los exportadores franceses. Por ejemplo, han surgido trabas en Dinamarca, en tanto Suecia ha reducido la adquisición de vinos franceses, y algunas islas alemanas en el Mar del Norte han suspendido las compras de cognac y champagne.

Sin embargo, algunas empresas francesas están siguiendo otros caminos para mantener su corriente exportadora. Kuhn, una compañía de Alsacia que produce y exporta maquinaria agrícola a sesenta países, no sólo tiene la ventaja de que su nombre no es francés, sino también ha establecido un sistema de venta hacia la región del Pacífico, a través de intermediarios en Alemania.

01-01

9509410 –
Ensayo Atómico 8 peligro en el Pacífico Sur.
EL PAIS
30-07-95
11876
65963
11898

Ensayos Atómicos: Peligro en las Aguas del Pacífico Sur

30-07

Los ensayos atómicos subterráneos franceses en Mururoa presentan serios riesgos, advierten algunos científicos y grupos ecologistas cuyos puntos de vista recoge esta nota.

cambio16

Francia practica sus ensayos nucleares en la Polinesia francesa, a más de 17.000 kilómetros de distancia de París. El atolón de Mururoa, en el Pacífico sur, es desde hace 29 años su laboratorio de explosiones nucleares subterráneas. El atolón ha soportado 210 de estas explosiones hasta el año 1992 en el que se suspendieron las pruebas. Así que Mururoa ha sido agujereada 210 veces y su suelo tiene grietas y fisuras, como las filmadas por el científico francés Jacques Cousteau en una expedición a la Polinesia a bordo del "Calypso".

Algunos científicos y grupos ecologistas, como Greenpeace, han recogido pruebas de que existen fugas de radioactividad. Pero este temor es ridículo comparado con la catástrofe que provocaría la ruptura del atolón. Si Mururoa se fractura, la radioctividad se extendría por los mares del Sur y podría alcanzar las costas de Nueva Zelanda, Australia, las islas Cook (neozelandesas) y el archipiélago Fiji.

El riesgo aumentará con las explosiones nucleares anunciadas por el presidente francés, Jacques Chirac, en el atolón de coral de Mururoa. Los ecologistas han puesto el grito en el cielo y como primera respuesta el buque "Rainbow Warrior" de Greenpeace zarpó el pasado 14 de junio rumbo al atolón para impedir las explosiones. El portavoz de la expedición, Sthephane Mills, advierte:

"En el peor de los casos podría haber varios Chernobil derramados en el océano si el atolón se hunde."

Las autoridades francesas aseguran que las pruebas son seguras y que no hay fugas, pero siempre se han negado a autorizar cualquier tipo de estudio independiente sobre los efectos sanitarios y ecológicos de las explosiones nucleares.

El 13 de febrero de 1989, la Comisión de Medio Ambiente y Salud Pública de la Comunidad Europea propuso al Parlamento de Estrasburgo el envío de un grupo de médicos y expertos independientes para estudiar los efectos de las pruebas nucleares en la Polinesia francesa. Pero la propuesta fue rechazada.

Cousteau realizó un estudio en 1987 sobre la Polinesia francesa y filmó desplazamientos, grietas y fisuras en las rocas del atolón de Mururoa por donde se puede filtrar la radiactividad.

Los buzos descubrieron que a cincuenta metros de profundidad el atolón estaba lleno de grietas. El equipo de Cousteau observó fisuras a 200 metros bajo el agua, pero no pudo estudiar las fracturas que podían existir a una profundidad de 800 a 1.200 metros. Cousteau también recogió en la laguna de Mururoa muestras de partículas radiactivas de corta vida como el celsio 134 y el yodo 131.

El celsio 134 es un isótopo artificial producido en el proceso de fusión nuclear de las explosiones atómicas. La vida del celsio 134 es de veinticinco años y sus radiaciones pueden atravesar bloques de plomo de un metro de grosor. Al estar en el ambiente sus radiaciones se extienden muy lejos y si llega a afectar a los cromosomas genéticos de los seres vivos puede provocar malformaciones.

A su vez, el yodo 131, es la misma que produjo deformaciones en los niños afectados por el accidente de la central nuclear de Chernobil, en Ucrania.

Su vida radiactiva sólo es de ocho días y medio. El hombre puede ingerir yodo 131 a través del agua, la leche o los alimentos. La sustancia se incorpora a las glándulas tiroides y, aunque a los diez días no se detecta ningún resto, sus efectos radiactivos pueden desarrollar cáncer de tiroides o bocio.

Si las partículas radiactivas se concentran en la fauna y microflora de la que se nutren los peces, y si la cadena alimenticia continúa hasta llegar al ser humano, el hombre acaba siendo el receptor de esas sustancias tóxicas.

Una expedición de Greenpeace en 1990 halló radiactividad artificial en el plancton fuera de la zona de exclusión militar de 12 millas de Mururoa. Siete años antes, la misión científica Atkinson (dirigida por Nueva Zelanda, Australia y Papúa Nueva Guinea) detectó elevados niveles de tritio y fisuras en Mururoa y comprobó que algunas partes del atolón se habían hundido más de un metro.

Ya en 1981 el físico francés Haroun Tazieff demostró el deterioro de la estructura geológica del atolón y advirtió del peligro que a largo plazo supondría la continuación de los ensayos nucleares.

01-01

España estudia ir a elecciones en octubre

Dirigentes del PSOE y del PP decidieron, aunque por distintos motivos, manejar el mes de octubre como el más conveniente para celebrar elecciones generales anticipadas

La posibilidad de adelantar las elecciones generales en España al próximo mes de octubre fue planteada ayer por el opositor Partido Popular (PP) y por el gubernamental Partido Socialista Obrero Español (PSOE) que apuntaron, por distintos motivos, que pueden ser necesarias para la elaboración de los Presupuestos Generales de 1996.

Mientras el líder del PP, José María Aznar, indicaba la conveniencia de que se convoquen elecciones adelantadas para que los presupuestos los elabore su partido cuando gobierne en España, el dirigente socialista Joaquín

> *Si no hay acuerdo presupuestario "el próximo periodo de sesiones es inteligible"*

Almunia esgrimía la posibilidad del adelanto electoral como advertencia a los nacionalistas catalanes.

En respuesta a la insistencia del presidente de la coalición catalana Convergencia i Unió (CiU), Jordi Pujol, de exigir a Felipe González que convoque elecciones para febrero o marzo de 1996, Almunia advirtió la posibilidad de que se adelanten al otoño europeo si no hay estabilidad política ni acuerdo para aprobar los Presupuestos.

Almunia, portavoz del PSOE en el Parlamento, señaló que sin un mínimo pacto de estabilidad parlamentaria será prácticamente imposible gobernar por lo que si no hay acuerdo presupuestario, para desarrollar la actividad legislativa, "el próximo periodo de sesiones es difícilmente inteligible".

Advirtió que el diálogo ofrecido por Felipe González, sobre la posibilidad de pactar un calendario electoral, está condicionado a que la estabilidad quede garantizada al menos hasta el 31 de diciembre, con el fin de que la presidencia española de la Unión Europea (UE) se desarrolle sin influencias preelectorales.

El PSOE, que cuenta con 159 diputados en el Congreso, necesita los 17 de CiU para conseguir la aprobación de los presupuestos para el año que viene, que los socialistas quieren que sean especialmente restrictivos para cortar el déficit público, y los nacionalistas catalanes desean sean de menor ajuste.

A las diferencias de plantemientos se suman las peticiones de CiU sobre transferencias de competencias del gobierno central al de Cataluña, la reforma de la Ley de Costas, la aceptación del Ejecutivo de su propuesta de ley de televisión por cable, así como la oposición de los catalanes a la ampliación de la ley de despenalización del aborto.

Aunque por motivos muy distintos también pidió el adelantamiento de las elecciones José Aznar, el hombre al que las encuestas señalan como sucesor de Felipe González en la Presidencia del gobierno y que considera que los comicios deben celebrarse en octubre para que sea su partido, en el caso de obtener la mayoría, la formación encargada de elaborar los Presupuestos Generales del Estado de 1996.

"La normalidad política de España sería convocar elecciones a comienzos de octubre que dieran tiempo a un nuevo gobierno, si es posible con una mayoría amplia y fuerte, para presentar los nuevos presupuestos y afrontar una nueva etapa política. Es decir, pasar la página", precisó Aznar. *(En base a EFE)*



Pujol y González: alianzas que se desgastan

Siete de cada diez españoles culpan al presidente

Siete de cada diez españoles creen que las responsabilidades de las escuchas telefónicas efectuadas por los servicios secretos alcanzan al presidente del gobierno, Felipe González, quien tenía que haber hecho un cambio más profundo de su gabinete para zanjar la crisis provocada por este escándalo.

Según un sondeo publicado ayer por el diario El País, el 71% de los ciudadanos piensa que las dimisiones de Narcís Serra como vicepresidente del gobierno y de Julián García Vargas como ministro de Defensa no agotan las responsabilidades por las grabaciones telefónicas del Centro Superior de Información de la Defensa a personalidades públicas.

Los datos del sondeo permiten afirmar que la decisión adoptada es percibida como "meramente continuista" y además "tardía". La encuesta está basada en entrevistas de 1.200 personas de las cuales un 48% manifestó su intención de votar al Partido Popular de José Aznar, en las próximas elecciones generales. *(En base a EFE)*

Malestar en el PSOE por afirmaciones de Pujol

El gobierno español recordó ayer que la disolución de las Cortes es competencia constitucional y "en exclusiva" del jefe del Ejecutivo y señaló que las posiciones del líder nacionalista catalán, Jordi Pujol, sobre el adelanto electoral son "un planteamiento particular".

En su comparecencia ante los periodistas, el secretario general del Ministerio, Miguel Gil, reiteró la voluntad de diálogo que ya ofreció el pasado jueves Felipe González tanto sobre un calendario electoral como sobre cuestiones tributarias y legislativas.

Gil indicó que el gobierno encara las conversaciones "con sentido pragmático", para lograr un acuerdo que permita enviar un presupuesto que sirva para reducir el déficit, crear empleo, bajar los tipos de interés y fomentar las inversiones. El PSOE recibió con gran malestar las afirmaciones de Pujol, desde el momento en que éste fijó una fecha tentativa para las posibles elecciones adelantadas, el último domingo de febrero de 1996. *(En base a EFE)*

9509412
ESPAÑA Y LA Comunidad de Europa.
REPUBLICA
12-07-95

La República Miércoles 12 de julio de 1995

Del fervor de la adhesión al tratado de la Comunidad en 1985 al desencanto europeo de 1995

Hoy es el tiempo del euroescepticismo

Hoy los españoles somos más altos, más rubios, más...". El locutor de Radio Nacional de España se dejó llevar por la emoción cuando anunciaba la próxima firma del Tratado de Adhesión a la Comunidad Europea, el 12 de junio de 1985.



La familia europea y su reciente decisión de adoptar una moneda única, el ECU antes del fin de 1999.

Madrid,
por Ignacio Cembrero

EXCLUSIVO EL PAIS de Madrid PARA La República

■ Ilustraba con su grandilocuencia el orgullo de todo un país por incorporarse a un selecto club formado por una elite de naciones democráticas y desarrolladas.

La exaltación europeísta estaba en la calle, donde un altísimo porcentaje de españoles se declaraba en los sondeos de opinión no sólo a favor del ingreso, sino de ahondar la integración europea hasta hacer casi desaparecer el Estado nación.

El fervor europeísta llegó hasta las Cortes, que ratificaron por unanimidad el tratado, olvidándose de los largos períodos transitorios que imponía a España en pesca, en frutas y hortalizas, o a la libre circulación de sus trabajadores. No se alzó entonces ninguna voz para quejarse. España llegó a Europa sacando pecho y nadie oyó los primeros chirridos en el engranaje de su relación con la Comunidad. Manuel Marín, vicepresidente de la Comisión Europea, expuso en mayo de 1987, ante el presidente Felipe González, las disfunciones de la administración española en su permanente negociación con las instituciones comunitarias, pero no se le hizo caso. "Los españoles suplimos con mucha improvisación nuestra escasa organización", justificaba entonces un diplomático.

Hubo que improvisar muchas veces con un alto coste político. Sucedió, por ejemplo, a finales de la primavera de 1987, cuando la delegación española encabezada por Abel Caballero, a la sazón ministro de Transportes, se vio obligada a vetar en el último momento la liberalización del tráfico aéreo en la Comunidad a causa de Gibraltar.

Todo aquello eran minucias que no mermaban el sentimiento entre las elites españolas de ser un país de moda hasta el punto de convertirse, justo después de la adhesión, en el principal destino de la inversión extranjera en el mundo. Con el más alto crecimiento económico de toda la Comunidad (rebasó el 5 por ciento), los españoles estaban dopados, se creían el centro del mundo, y esa sensación se acrecentó cuando en 1989 le tocó a España ejercer su primera presidencia.

La pasión europeísta rayó entonces el papanatismo. González y su ministro de Economía, Carlos Solchaga, tomaron al final del semestre español la decisión de introducir la peseta en el Sistema Monetario Europeo, a pesar de que la moneda española estaba muy sobrevaluada. Aquella iniciativa, reconocen hoy algunos altos cargos, supuso un lastre para la exportación española hasta que en el otoño de 1992 se produjeron tres devaluaciones sucesivas. España, a pesar de estar dentro de Europa, no había logrado resistir los embates de las turbulencias monetarias, pero el sueño europeo siguió aún meciendo a los españoles. Si hubiera que elegir una fecha simbólica para el despertar, sería el 29 de octubre de 1993. El líder que consiguió en 1988 en Bruselas la duplicación de los fondos estructurales de la Comunidad, el que logró en diciembre de 1991 incluir el fondo de cohesión en el Tratado de Maastricht y el que obtuvo, en Edimburgo al año siguiente, un sustancioso aumento de las ayudas para los Estados menos desarrollados fracasó ese día. González llegó a Bruselas determinado a arrancar para España la Agencia de Medio Ambiente o la de Medicamentos, pero tuvo que conformarse con una institución menos prestigiosa, la Oficina de Marcas. Fue su primer revés, aunque en realidad había hecho un año antes sus primeras concesiones sustanciales con relación a la ampliación a los nórdicos y a la reforma institucional.

Todavía, sin embargo, a pesar de estos infortunios, González y su gobierno conservaban mucho crédito. El año en que se produjeron los primeros contratiempos, el prestigioso semanario **The Economist** aseguraba que España desempeñaba en Europa un papel más relevante que Italia, miembro fundador de la Comunidad y con más peso económico, pero con un gobierno inestable y una administración ineficiente que le impedían ser influyente. Más aún que los reveses sufridos en las cumbres europeas, otros datos y actitudes pusieron de relieve que España estaba siendo redimensionada a la baja.

En el tramo final de la negociación de ampliación a los nórdicos, España se vio arrinconada contra las cuerdas, en una incómoda alianza con el Reino Unido, para evitar que tras el ingreso de los nuevos miembros pudiese ser más fácilmente puesta en minoría.

Ya en este año, careció de la solidaridad comunitaria en la guerra del fletán contra Canadá, la Comisión no ha logrado flexibilizar la rígida postura marroquí en la negociación pesquera y la regulación en ciernes del mercado del vino puede obligarle a arrancar muchas cepas.

El último "eurobarómetro", la encuesta de opinión que encarga la Comisión, coloca a los españoles entre los más "euroescépticos", junto a los británicos.

Está por verse si el final de siglo no significará, sin embargo, el fin del maná comunitario. Cuando se produzca el desembarco en la Unión de los centroeuropeos, los socios "ricos" no tienen la intención de duplicar su esfuerzo solidario para atender nuevas necesidades.

Proyectan más bien reorientar del sur hacia el este los actuales flujos financieros. Si lo logran habrá muerto definitivamente el sueño europeo de España.

01-01 9509412

■ ESPAÑA

CiU exige terminar con apoyo a Felipe González

La coalición catalana pidió poner fin al apoyo al gobierno

Los socios minoritarios de la coalición nacionalista catalana Convergencia i Unió (CiU), que presta su apoyo parlamentario al gobierno español desde los últimos comicios generales, exigieron ayer que se ponga fin a la colaboración política con el Ejecutivo socialista.

Los diecisiete diputados de CiU -compuesta por Convergencia Democrática de Cataluña (CDC, doce escaños) y Unión Democrática de Cataluña (UDC, cinco escaños), dan al Ejecutivo la mayoría parlamentaria suficiente para gobernar de manera estable.

El gobierno socialista cuenta con 159 de los 350 escaños que integran el Congreso de los Diputados, tras perder en las últimas elecciones, en 1993, la mayoría absoluta de que gozaba.

Líderes de Unión Democrática pidieron ayer en Barcelona que en la próxima reunión de la coalición nacionalista, el día 17 de este mes, se decida acabar con ese apoyo político y expresarlo con claridad a la opinión pública.

La dirección de Unión Democrática ya anunció el pasado viernes su decisión de retirar el "apoyo global" al gobierno a raíz de la aprobación de la ley de ampliación del aborto, y espera convencer el próximo día 17 a su socio de coalición de la necesidad de terminar con los dos años de apoyo al jefe del Ejecutivo, Felipe González. *(En base a EFE)*

9509414
libertad bajo fianza para RAFAEL VERA, por GAL
LA VOZ.
13-07-95
11876
5075731

ESPAÑA

Libertad bajo fianza para Rafael Vera

Madrid. La Audiencia Nacional ha acordado dejar en libertad bajo fianza al ex secretario de Estado español para la Seguridad Rafael Vera, encarcelado desde el pasado mes de febrero por delitos relacionados con los Grupos Antiterroristas de Liberación (GAL), indicaron ayer fuentes de ese tribunal.

La sección primera de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional resolvió ayer dejar en libertad a Vera bajo una fianza que, según fuentes próximas a la Sala, oscilará entre 50 y 100 millones de pesetas (entre 416.000 y 833.000 dólares).

Rafael Vera, secretario de Estado para la Seguridad entre los años 1982 y 1993, ingresó en la cárcel el 16 de febrero, por orden del juez de la Audiencia Nacional Baltasar Garzón, que investiga las actividades de los GAL, que entre 1983 y 1987 asesinaron a 26 personas presuntamente vinculadas a la organización separatista vasca ETA. Vera está acusado de los delitos de malversación continuada de caudales públicos, evasión, encubrimiento de detención ilegal, intento de asesinato y falsificación, en relación con el secuestro en Francia del industrial español Segundo Marey en 1983, primera acción de los GAL.

01-02

9509414

(C.) OBSV.
14-07

ACUSADO POR EL CASO GAL

Vera pagó su fianza y ya está en libertad

El ex secretario para la Seguridad española abonó más de un millón y medio de dólares

14/7/95 OBSV.

El ex secretario de Estado para la Seguridad española Rafael Vera, procesado por seis delitos relacionados con los derechistas Grupos Antiterroristas de Liberación (GAL), salió ayer de la cárcel después de pagar doscientos millones de pesetas (un millón seiscientos mil dólares) y luego de pasar cinco meses en prisión.

Vera, máximo responsable de la lucha antiterrorista y de los aparatos de seguridad entre 1982 y 1993, fue puesto en libertad después que la Audiencia Nacional decidiese su excarcelación, en una resolución que se alcanzó el miércoles y que se dio a conocer a las partes ayer.

La Audiencia Nacional confirmó el procesamiento de Vera por los delitos de malversación continuada de caudales y fondos públicos, evasión de divisas, encubrimiento de detención ilegal, intento de asesinato y falsificación de documentos, por el juez Baltasar Garzón.

Garzón considera a Vera, entre otras acusaciones, responsable de la financiación de los GAL, el grupo que entre 1983 y 1987 asesinó en Francia a 26 personas supuestamente vinculadas a la banda terrorista ETA.

Los jueces obligan también a Vera a presentarse quincenalmente ante la policía judicial y no puede salir de España. *(En base a EFE)*

02-02

9508415
EL PSOE advierte a Pujol sobre la situación política de ESPAÑA.
E. PAIS
13-07-95
11876
507593
11164

La Temperatura no Desciende y el PSOE Advierte a Pujol

EL PAIS en España

• por DANIEL BELTRAN ROHR

La crispación política no decrece pese a la proximidad de las vacaciones estivales y el receso parlamentario. El adelanto electoral parece inevitable, lo que ahora se discute es cuando convocarlas. Aznar quiere que sean en el otoño del año en curso, pues no desea tener que administrar unos presupuestos elaborados por los socialistas. Jordi Pujol, por su parte, rectifica y ahora sólo aconseja disolver las Cortes en diciembre, antes exigió que fuera el 31 de ese mes. El PSOE amenaza, mientras tanto, con hacerlas coincidir con las autonómicas catalanas, algo que aterra a los Convergentes. 13/7 El País

El clima electoral lejos de aplacarse por la presidencia española de la Comunidad, mantiene toda su efervescencia, mucho más a la luz de las últimas encuestas que confirman el hundimiento del PSOE y el alza del Partido Popular.

José María Aznar arrecia con su reclamo de elecciones el próximo otoño, convencido de que las ganará quiere elaborar en vez de heredar los Presupuestos Generales del Estado para 1996.

El líder de los Populares, durante su intervención en un curso sobre la transición española, organizado por la Universidad Complutense de San Lorenzo del Escorial, calificó de "grandioso" y "fastuoso" que un grupo político, Convergencia y Unión (CIU), que formalmente no está en el Gobierno conmine a González a disolver las Cortes el día 31 de diciembre, y además como condición para aprobar los Presupuestos del Estado elaborados por el PSOE y que muy probablemente tendrá que administrar el PP.

Por su parte Jordi Pujol, líder de CIU, rectificó sus anteriores declaraciones, en las que exigió la disolución de las Cortes el 31 de diciembre y reconoció que no debió haber conminado al Primer Mandatario, lo cual no significa que no piensa que es eso exactamente lo que debería hacer el Presidente.

Al mismo tiempo reiteró las palabras de Josep López de Lerma en el Congreso: "Que él (González) diga lo que quiera, pero esto no puede seguir así" y se mostró satisfecho de lo logrado en estos dos años de colaboración con los socialistas.

La discusión se centra ahora en torno a la discrepancia surgida en los Presupuestos, donde el Gobierno se inclina por el objetivo de reducir el déficit al 3% del PIB (Producto Interno Bruto) en dos años, mientras que CIU quiere hacerlo en tres.

En cualquier caso las cosas comenzarán a clarificarse cuando las autoridades de la coalición catalana se reúnan, el próximo 17 de julio, para hacer una evaluación de la marcha del apoyo dado al Gobierno, momento en que seguramente se formalizará una ruptura controlada.

AMENAZA DEL PSOE

La respuesta del PSOE no se hizo esperar y a través de su portavoz en el Congreso advirtió a CIU que si no garantiza la aprobación de los presupuestos y con ello la estabilidad parlamentaria hasta fin de año. Felipe González podría adelantar las elecciones legislativas a este otoño y hacerlas coincidir con las autonómicas de Cataluña, lo cual es rotundamente rechazado por los nacionalistas catalanes.

01-01

9509416
EL PSOE paga fianza de VERA.
L. H.
14-07
11876
607573
11164

Inédito: PSOE paga fianza de condenado

Tras casi cinco meses de cárcel, el ex Secretario español de Estado para la Seguridad, Rafael Vera, salió ayer en libertad, después de haber sido pagada una fianza de 200 millones de pesetas (1.700.000 dólares).

14/7/95 L.H.
Madrid/ANSA

Vera era el político de mayor rango arrestado y encarcelado por el escándalo de los Grupos Antiterroristas de Liberación (GAL), los "escuadrones de la muerte" creados clandestinamente por las fuerzas del orden durante los años '80 para combatir el terrorismo de la organización separatista vasca ETA.

La fianza fue pagada por el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) —liderado por el jefe del gobierno Felipe González— "por solidaridad con un militante nuestro", según explicó el Secretario administrativo del partido, Francisco Fernández Marugan, tras haber presentado los avales bancarios a la dirección de la cárcel de Alcalá-Meco.

Réplica

La oposición replicó inmediatamente que si el PSOE estaba dispuesto a pagar tanto dinero por Vera, significa que acepta compartir la responsabilidad si su juicio se concluye con una condena.

9509416

01-01

■ PROPUSO ELECCIONES GENERALES EN MARZO Y REGIONALES DE CATALUÑA EN NOVIEMBRE

González busca conformar a Jordi Pujol

Tras las exigencias de CiU para que defina un calendario electoral, y a tres días de que Pujol anuncie si continúa apoyándolo, el presidente español puso fecha para comicios anticipados

El presidente del gobierno español, Felipe González, aseguró al líder catalán Jordi Pujol que convocará a elecciones generales en marzo, con comicios regionales en Cataluña en noviembre.

Por su parte, el ministro portavoz del gobierno español, Alfredo Pérez Rubalcaba, confirmó ayer la propuesta de elecciones generales para la próxima primavera, en la ronda de conversaciones que realiza con los líderes políticos.

CiU anunciará el lunes su decisión sobre si continuará el apoyo u opta por la separación

La fecha fue propuesta por González al líder nacionalista catalán Jordi Pujol en la reunión que celebraron el jueves en el Palacio de la Moncloa, y será presentada a otros dirigentes políticos en los próximos días, según explicó Rubalcaba al término del Consejo de Ministros celebrado ayer.



Finalmente, Felipe puso fecha

Felipe González se reunirá el próximo lunes con el presidente del Partido Nacionalista Vasco (PNV), Xabier Arzalluz, y el martes con el dirigente de la coalición comunista Izquierda Unida (IU), Julio Anguita, a los que planteará su propuesta de adelantar las eleciones a la primavera de 1996, aunque el ministro subrayó que esta fecha no es una decisión cerrada.

No parece muy probable que González se reúna con su principal oponente, el presidente del conservador Partido Popular (PP), José María Aznar, quien ha señalado como poco seria la oferta del dirigente socialista.

Rubalcaba admitió que las declaraciones de dirigentes del PP "no son muy alentadoras" para la viabilidad de una entrevista, pero no descartó que la reunión con Aznar pueda llegar a celebrarse.

La propuesta de consenso fue realizada por Felipe González tras las reiteradas exigencias de Pujol y su coalición Convergencia i Unió (CiU) para que defina un calendario electoral y tome una serie de medidas en busca de una salida a la crisis política abierta por la *última serie de escándalos*.

CiU, que con sus 17 votos en el Parlamento garantizaba hasta ahora la estabilidad del gobierno socialista de González, anunciará el próximo lunes su decisión sobre si continuará el apoyo u opta por la separación.

Pérez Rubalcaba hizo hincapié en que el presidente del gobierno no adoptará ninguna decisión electoral antes que concluya su ronda de reuniones con los representantes de la oposición. *(En*

CLAVES

- **DECISIÓN.** La fecha de las elecciones fue planteada por González al líder nacionalista catalán Jordi Pujol, en la reunión que celebraron el jueves en el Palacio de la Moncloa.
- **PRESIÓN.** La propuesta de consenso fue realizada por González tras las reiteradas exigencias de Pujol y su coalición Convergencia i Unió (CiU) para que defina un calendario electoral y tome medidas en busca de una salida a la crisis.
- **EXPECTATIVA.** CiU, que con sus 17 votos en el Parlamento garantizaba hasta ahora la estabilidad del gobierno socialista. anunciará el próximo lunes su decisión sobre si continuará el apoyo al gobierno.

La historia del joven y carismático Felipe González, que llevó a los socialistas españoles desde la clandestinidad al poder, tras la dictadura franquista, parece estar llegando a su fin.

por José Luis Martínez

■ González, que cumplirá en el próximo mes de octubre 14 años en el gobierno de España, tras ganar cuatro elecciones generales, ya tiene canas y no sólo por el paso de los años sino también por los crecientes problemas que explotan a su alrededor, cada vez más cerca de su sillón presidencial.



El vicepresidente español, Narcís Serra, y el ministro de Defensa Nacional, García Vargas, son las últimas renuncias por los escandalosos "pinchazos" de teléfonos.

Hoy, cuando toda la oposición de derecha e izquierda pide elecciones anticipadas al Partido Socialista Obrero Español, las que se llevarían a cabo en la próxima primavera, todos le recuerdan los errores.

El primer gran escándalo público fue por tráfico de influencias que provocó la dimisión del vicepresidente Alfonso Guerra, número dos del Partido Socialista y amigo personal de Felipe de la lucha en la clandestinidad contra la dictadura del general Francisco Franco.

A partir de allí la cosas comenzaron a empeorar, aunque la mayoría de los españoles lo siguió acompañando.

Los affaires del gobernador del Banco de España Mariano Rubio y del director de la Guardia Civil (Policía) Luis Roldán fueron algunos de los casos más sonados.

La historia continuó y pese a que González prometió acabar con la corrupción, salieron a la luz pública las revelaciones ante la Justicia de jefes policiales, quienes afirmaron que el gobierno central tenía partidas secretas de dinero para financiar grupos paramilitares —GAL— dedicados a la eliminación de activistas de la ETA, a través del terrorismo de Estado. Tras los respectivos procesos judiciales, varios jerarcas de la Policía terminaron en prisión.

Hace pocas semanas estalló un nuevo escándalo. Este protagonizado por los servicios secretos españoles (Cesid).

Se reveló que los integrantes de esa repartición dependiente del Ministerio de Defensa del Interior "pinchaban" los teléfonos de políticos, legisladores y empresarios. Hasta el propio rey de España, Juan Carlos I, era espiado.

Esto valió la dimisión del vicepresidente Narcís Serra, uno de los ideólogos del PSOE, la del ministro de Defensa Julián García y la detención de un coronel del Cesid, Juan Alberto Perote.

Y como para ponerle un broche a la historia del presidente González, ahora las denuncias se hacen en relación a su vida privada.

LA HIJA SECRETA DEL PRESIDENTE

Hace pocas horas el empresario José María Ruiz Mateos, ex propietario del holding Rumasa, denunció que el presidente de España tiene "una hija secreta" y ofreció a Felipe entregarle los documentos a cambio de beneficios en el juicio que el Estado le realizó al mencionado holding.

La hija "secreta" tendría nueve años y se llamaría Nataly. Habría también un álbum de fotos, testimonios y cartas que revelarían la paternidad del líder socialista.

Ruiz Mateos le propuso a González, además, entregarle unas 49 cintas grabadas y cinco videos del Cesid con material comprometedor sobre las escuchas telefónicas ilegales.

El empresario que realizó el chantaje a través de una carta, según comentó la prensa española, es un archienemigo del gobierno socialista. En 1983 el Estado expropió su gigantesco holding, que tenía unas 400 empresas de 30 sectores diferentes, con 60.000 trabajadores vinculados directamente y unos 600.000 en forma lateral. Era la primera empresa de España con 100.000 accionistas.

El gobierno socialista justificó la medida de la expropiación por "el agujero negro" que la empresa podía dejar en la economía española por su mal manejo financiero.

Pese a la amenaza y el chantaje de Ruiz Mateos, el presidente español solicitó a la fiscalía que inicie acciones penales contra el empresario.

HASTA LOS SOCIALISTAS PIDEN LA DIMISION

Todo indica que en las próximas elecciones el gran derrotado podría ser el PSOE y Felipe González, si persiste en continuar al frente del partido gobernante como ya lo ha hecho por más de 13 años.

Las últimas elecciones legislativas y municipales españolas fueron un buen termómetro.

En la mayoría de las ciudades ganó el derechista Partido Popular de José María Aznar y también aumentó su caudal electoral, siempre como tercera fuerza, la Izquierda Unida de Julio Anguita.

Felipe González sólo cuenta con los nacionalistas catalanes de centro-derecha de Jordi Pujol para obtener las mayorías necesarias para gobernar. Aunque los últimos escándalos están precipitando la ruptura de este largo matrimonio político.

"Hay que sustituir a Felipe González para que el PSOE recupere sus señas de identidad."

Esta frase es de Nicolás Redondo, el ex secretario general de la Unión General de Trabajadores (central sindical que responde a los socialistas), y uno de los hombres con más trayectoria dentro del PSOE, que desde tiempo atrás viene reclamando la dimisión de su amigo Felipe González.

"Hay un clamor en el seno del partido pidiendo una recuperación de las señas de identidad y un rearme político e ideológico", dijo el veterano dirigente socialista.

La legislatura no aguanta más y las elecciones anticipadas son casi un hecho.

Para el presidente español Felipe González [illegible] 14 años en el poder [illegible] también el de su partido.

La corrupción también llegó al derechista Partido Popular

Madrid,
por Marcelo Aparicio

■ El Partido Popular (PP, conservador), principal opositor al gobierno socialista de Felipe González y, según las encuestas, el próximo en llegar al ejecutivo en España, se ve salpicado por algunos casos de corrupción, contra la que promete luchar cuando se encuentre en el poder.

Dos funcionarios de Castilla y León que actuaron mientras presidía la Junta el actual presidente del PP, José María Aznar, fueron condenados este viernes por el Tribunal Supremo, acusados de prevaricación.

El senador del PP y ex consejero (ministro) de Economía de la Junta de Castilla y León, Miguel Angel Pérez Villar, fue condenado el viernes a ocho años de inhabilitación por un delito de prevaricación continuada por la concesión de ayudas a empresas mineras y el ex dictador general de Economía de esa junta, Javier Valenzuela, a seis años de inhabilitación por prevaricación. Entre tanto, el responsable del gobierno autónomo de Baleares, Gabriel Cañellas (presidente del PP en Baleares), podría verse obligado a dimitir de su cargo a raíz de las diligencias instruidas en paralelo por un juzgado de Palma de Mallorca y por el Tribunal Superior de Justicia balear por haber recibido ese partido presuntos donativos y comisiones ilegales de los constructores del túnel de Sóller (Mallorca).

Mientras los jueces investigan las cuentas del PP en la Banca Matutes de Baleares y a empresas dirigidas por miembros del Partido Popular, el mismo partido envió a la isla una comisión para realizar una investigación interna sobre el caso.

El presidente del grupo parlamentario socialista, Joaquín Almunia, pidió el jueves que, al margen de la investigación interna del PP, el Tribunal de Cuentas realice una investigación especial de las cuentas del PP en 1989 e informe de ella al Parlamento "igual que ha hecho con el PSOE (Partido Socialista Obrero Español, en el poder) y con otras fuerzas políticas."

Por su parte, el coordinador general de Izquierda Unida (IU, ex comunista), Julio Anguita, opinó que si se demuestra que el presidente del PP, Aznar, sabía lo que ocurría en el PP balear, debería asumir responsabilidades personalmente.

El presidente de PP, José María Aznar —a quien todas las encuestas presentan como el futuro presidente del gobierno español—, dijo que no había visto el informe sobre el acceso al informe interno del PP y que "es exculpatorio y no se piden responsabilidades políticas" y explicó que será el partido el que analice el informe y tome una decisión sobre su futuro en el cargo.

El PP participa en diez de los 17 ejecutivos autonómicos, como resultado de las elecciones regionales del 28 de mayo pasado.

9509419
FELIPE GONZALEZ vuelve a ser centro del caso GAL
OBSERV.
19-07-95
11870 ✓
507513 ✓
11164 ✓

■ ESTA VEZ FUE IMPLICADO DIRECTAMENTE DE IDEAR LA GUERRA SUCIA CONTRA ETA

Felipe vuelve a ser centro del caso GAL

El líder de Izquierda Unida, Julio Anguita, implicó directamente al presidente del gobierno español como responsable de organizar los Grupos Antiterroristas de Liberación 19/7 OBSV.

El líder de la coalición comunista española Izquierda Unida (IU), Julio Anguita, acusó ayer al presidente del gobierno español, Felipe González, de organizar los Grupos Antiterroristas de Liberación (GAL), el grupo que entre 1983 y 1987 libró la guerra sucia contra la banda terrorista ETA.

"Por acción u omisión consciente" González es la "X" de los GAL, dijo Anguita, que se refería a la letra utilizada en su momento por el juez Baltasar Garzón para señalar al desconocido responsable de la banda que asesinó a 26 personas presuntamente vinculadas a ETA en 33 atentados cometidos en el sur de Francia.

Anguita pidió una convocatoria inmediata a elecciones generales anticipadas

Felipe González, por su parte, reiteró ayer que "no hay implicación" del gobierno en la trama de los GAL, que es investigada por Garzón, quien por ahora ha procesado a catorce ex altos funcionarios del Ministerio del Interior y policías, y a un ex político socialista.

Anguita, también secretario general del Partido Comunista de España (PCE), se reunió ayer con González, quien convocó a los líderes de las fuerzas políticas de la oposición para hablar del calendario electoral y de su propuesta de anticipar las elecciones a marzo o abril de 1996.

El político comunista explicó que su criterio se ve avalado por las últimas comparecencias ante el juez Garzón de algunos de los inculpados en el caso, en referencia a las declaraciones de antiguos mandos de la lucha antiterrorista que han acusado al ex ministro del Interior José Barrionuevo de organizar los GAL.

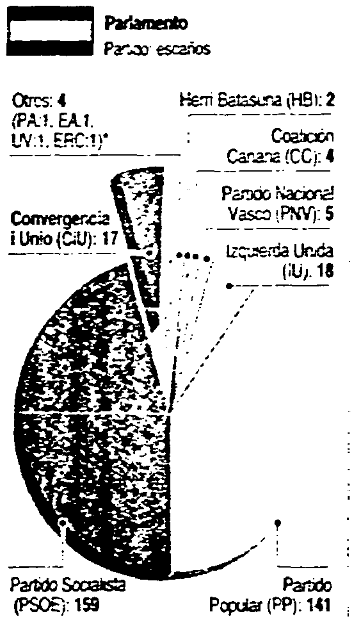
Además, Anguita pidió al presidente González "una convocatoria inmediata de elecciones generales" y le manifestó su opinión de que el gobierno es responsable de una situación de "pérdida de legitimidad democrática".

IU, según expuso Anguita a González, percibe en el país "una grave crisis política" y considera que el gobierno está perdiendo la legitimidad que recibió en las urnas, como consecuencia de la negativa a asumir su responsabilidad política en los casos de corrupción y de "terrorismo de Estado".

Anguita es el tercer dirigente político que responde a la convocatoria de González para mantener conversaciones sobre la agenda electoral. *(En base a EFE)*

BALANCE DE PODER EN ESPAÑA

La coalición catalana Convergencia i Unio (CiU), con 17 escaños en el parlamento, anunció el lunes el retiro de su apoyo general al Partido Socialista. El presidente Felipe González dijo que confía en mantener la estabilidad política pese a la decisión de los nacionalistas catalanes



* PA—Partido de Aragón, EA—Eusko Alkartasuna, UV—Unión Valenciana, ERC— Esquerra Republica



Julio Anguita no se guarda nada AFP

Estabilidad política

El presidente del gobierno español, Felipe González, dijo ayer que confía en mantener la estabilidad política, pese a la decisión de los nacionalistas catalanes de retirar su apoyo parlamentario.

El gobernante declaró en una entrevista con la radio estatal que no ve la decisión como una ruptura radical de la situación existente, por lo que se podrá mantener la estabilidad política.

La coalición catalana Convergencia i Unió (CiU), con 17 escaños en el Parlamento, anunció el lunes que retiraría su apoyo general al gobierno, terminando con un pacto parlamentario de dos años con los socialistas, que mantuvieron así la mayoría legislativa desde las elecciones de junio de 1993.

González dijo que espera seguir gobernando "tema por tema", y que podrá obtener respaldo parlamentario para un estricto presupuesto en 1996.

Confirmó además que le propondrá a los dirigentes opositores la posibilidad de celebrar elecciones anticipadas en marzo o abril, lo cual implicaría disolver el Parlamento en enero o febrero.

Sin embargo, dijo que continúa creyendo que lo mejor para España sería que él concluyera su mandato a mediados de 1997.

Consultado sobre las investigaciones judiciales de la supuesta guerra sucia contra los separatistas vascos, González respondió [illegible] no tiene ningún conocimiento [illegible] actividades. *([illegible] base a EFE)*

9509419

01-01

Nº 9509420.
Excarcelación de RAFAEL VERA, por caso GAL.
OBSU.
20-07-95
11876
507573
11164

Tras la excarcelación del ex director de la Seguridad del Estado, Rafael Vera, el ex jefe del Mando Unico de la lucha contra ETA reveló el funcionamiento del grupo antiterrorista



González en aguas turbulentas: las escuchas del Cesid o la financiación de los GAL

El ex jefe policial español Francisco Alvarez afirmó ante el juez que los Grupos Antiterroristas de Liberación (GAL) tuvieron cuatro ramas: la de la Policía, la de la Guardia Civil, otra de servicios secretos y militares y una más, francesa. Así lo informó ayer la prensa española, al referirse a las confesiones que Alvarez, ex jefe del Mando Unico de la Lucha Antiterrorista entre 1982 y 1986,

Las acciones de los GAL eran inconexas pero no desconectadas entre los grupos anti-ETA

efectuó ante el juez Baltasar Garzón que investiga la trama de los GAL.

Los GAL protagonizaron entre 1983 y 1987 una "guerra sucia" en el sur de Francia contra supuestos activistas de la banda terrorista ETA, con resultado de 33 atentados y 26 asesinatos.

Alvarez, según el diario madrileño El País, que cita como fuente a su abogado, Manuel Murillo, dijo que las acciones de los GAL eran "inconexas, pero no descoordinadas", pues había una suerte de "comité de enlace" de todas las fuerzas que luchaban contra ETA.

En dicho comité, Alvarez, quien durante aquellos años también fue jefe superior de Policía de la ciudad vasca de Bilbao, representaba a la Policía, y el fallecido coronel Jesús Somontes al Centro Superior de Información de la Defensa (Cesid, *los servicios de espionaje*).

Por parte de la Guardia Civil, cuerpo policial militarizado, había tres jefes en el comité: Enrique Rodríguez Galindo, Javier Lara y Pedro Llul Catalá, en Guipúzcoa (País Vasco), en Navarra (norte) y en la también provincia vasca de Vizcaya, respectivamente.

Según el diario El Mundo, el GAL francés estaba "presuntamente financiado por empresarios vascos y franceses".

De la existencia de las cuatro ramas y del grupo "integrado por franceses" también informa el matutino de Barcelona La Vanguardia.

Alvarez reconoció ante Garzón que participó en el secuestro, en diciembre de 1983, del industrial español Segundo Marey, primera acción que se atribuyeron los GAL, pero explicó que recibía las órdenes del entonces ministro del Interior, José Barrionuevo, y de Rafael Vera, en aquellos años director de la Seguridad del Estado.

Barrionuevo fue ministro del Interior entre 1982 y 1988 y actualmente es diputado por el Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Francisco Alvarez, en libertad bajo fianza desde marzo pasado, es uno de los procesados por Garzón en el caso, y está acusado de pertenencia a banda armada, detención ilegal, proposición para el asesinato y malversación de caudales públicos.

Su testimonio corrobora los prestados en los últimos días por Julián Sancristóbal, en 1983 gobernador civil de Vizcaya, quien después fue director de la Seguridad del Estado, y por el [illegible] ex jefe de la Brigada de Información de Bilbao (capital de Vizcaya), Miguel Planchuelo, también procesados y que acudieron a declarar voluntariamente.

Las revelaciones de Planchuelo, Sancristóbal y Alvarez se suman a las realizadas, también voluntariamente, por los policías Julio Hierro, Francisco Sainz Oceja, Juan Ramón Corujo y Luis Hens, todos procesados, quienes reconocieron que trasladaron, custodiaron y liberaron a Marey por orden de sus superiores.

Segundo Marey fue liberado tras once días de cautiverio al percatarse sus captores de que le habían confundido con un activista de ETA y nada tenía que ver con la banda terrorista.

El "caso GAL" fue reabierto por Garzón a fines de 1994 tras las confesiones de los policías José Amedo y Michel Domínguez, quienes se encargaban de reclutar a los mercenarios que cometían los atentados, y en 1991 fueron condenados a 108 años de cárcel por su relación con la trama contraterrorista. *(En base a EFE)*

01-01

González y la oposición descartan ley de punto final

El gobierno, la oposición y la Justicia españolas coincidieron en descartar una "ley de punto final" a los policías y ex mandos de la lucha antiterrorista implicados en las actividades de los GAL, el grupo que protagonizó la "guerra sucia" contra ETA.

Desde el presidente del gobierno, Felipe González, hasta su principal oponente, el conservador José María Aznar, o el fiscal general, ministros y opositores, insistieron en que la Justicia debe continuar su camino en la investigación del caso, que ha adquirido una nueva dimensión tras las revelaciones de los acusados después de años de silencio.

"Nunca se me ha pasado por la mente. No creo que estemos en esa situación ni que sea necesario", dijo González en referencia a la posibilidad de que la solución de los vinculados al "caso GAL" pase por una "ley de punto final" de amnistía o perdón.

González añadió que desconoce de dónde surgió la idea de promulgar una "ley de punto final" e insistió en su convicción de que la polémica por las nuevas declaraciones en el caso "no va a afectar al gobierno ni su acción".

Varios medios enmarcaron la decisión de los policías y ex mandos antiterroristas, de declarar ante el juez Garzón lo que habían callado hasta ahora, en una estrategia para conseguir un pacto, en el que se asuman responsabilidades políticas, pero se conceda un amplio indulto a los funcionarios implicados, lo [illegible] ley de punto final". *(En base a EFE)*

9509420

N° 950942[1]
TITULO: España: no perdonarán a los comandos ANTI-ETA (GAL)
PRENSA: CLARIN
FECHA: 20-07-95
11676
507513
11164

ENERGICO DESMENTIDO DE FELIPE GONZALEZ

España: no perdonarán a los comandos anti ETA

El pedido de amnistía o perdón para los imputados en el escándalo de los GAL, los grupos parapoliciales contra ETA, abrió una polémica en España. Felipe González negó ayer que su gobierno esté analizando aprobar una "ley de punto final", como sucedió en la Argentina.

20/7 CLARIN

MADRID (Especial para **Clarín**). – Un Felipe González enérgico y algo exasperado negó ayer categóricamente que se pudiera aprobar una **"ley de punto final"** para los altos jefes policiales y funcionarios de su gobierno implicados en el escándalo de los GAL, los escuadrones parapoliciales que reprimieron a ETA.

"Ni se me ha pasado por la cabeza una cosa semejante", proclamó González durante la conferencia de prensa realizada al finalizar en Santiago de Compostela una reunión con el canciller alemán, Helmut Kohl, quien le ofreció su respaldo ante la delicada situación política del gobierno español.

Funcionarios gubernamentales y dirigentes políticos coincidieron con las declaraciones del líder socialista. "Las experiencias anteriores en otros países sobre el 'punto final' **han sido muy negativas**", afirmó el ministro de Interior y Justicia, Juan Antonio Belloch.

Los "arrepentidos"

Desde hace tres días un verdadero "coro de arrepentidos" de ex funcionarios del aparato de seguridad del Estado confiesa ante el juez Baltazar Garzón su participación en actos ilegales de los GAL. Todos coinciden en apuntar alto para identificar a los principales responsables: el ex ministro del Interior, José Barrionuevo, y "otro más arriba" que nadie identifica.

Algunos de los abogados defensores aludieron el martes a la posibilidad de un perdón o amnistía para los imputados por el juez Garzón y para ello utilizaron **el nombre de la ley aplicada en la Argentina** a los responsables de actos criminales durante la pasada dictadura militar.

De inmediato se comenzó a debatir también otro tema familiar para los argentinos, el de la "obediencia debida" ya que, sin excepción, los "arrepentidos" tratan de justificar sus acciones ilegales proclamando que acataron las órdenes de sus superiores.

En su editorial el diario "El País" opinó que "los códigos son claros y ningún funcionario militar, policial o civil puede escudarse en la 'obediencia debida' para cometer un acto ilegal. En la España democrática, un militar o un policía no debe someterse a la disciplina si considera que un superior le ordena realizar un acto contrario a los derechos humanos o a la Constitución".

Varios GAL

Las nuevas revelaciones de los implicados en el escándalo de los GAL son cada vez más graves. El ex jefe del Mando Unico Antiterrorista, comisario Francisco Alvarez, declaró ante el juez Garzón que existían no uno sino cuatro GAL distintos. Tres estaban identificados por colores: **verde, guardias civiles; azul, policías y marrón, militares y personal de los servicios secretos del Estado** (CESID). Había un cuarto grupo integrado en Francia por mercenarios.

Alvarez es sindicado como uno de los "cerebros" y principal organizador de los GAL. El ex comisario, apodado por este caso "Gálvarez", señaló que había un comité de enlaces del que formaba parte y que estaba integrados por un coronel del CESID y tres altos oficiales de la Guardia Civil.

Juan Carlos Algañaraz

9509421

01-01

ESTE PAIS

La historia del PNV, partido fundado hace ahora cien años por Sabino Arana Goiri, gira alrededor de los «batzokis», las sedes donde sus afiliados se reúnen para mantener vivo el espíritu y la lengua vasca

GORKA LANDABURU

Allá por el año 1895, Sabino Arana, fundador del Partido Nacionalista Vasco, izaba por vez primera en el balcón del *Euskaldun Batzokija*, la bandera bicrucífera o Ikurriña inaugurando la primera sede del PNV, situada en un tercer piso de la calle Correo en el casco viejo bilbaíno.

Unos días más tarde y en la basílica de Begoña tuvo lugar la misa de inauguración por este primer *batzoki* en presencia de toda su junta directiva presidida por Sabino Arana.

Cien años después el *Euskaldun Batzokija* (casa del pueblo), se encuentra todavía en el casco antiguo de la capital vizcaína, esta vez en la calle Tendería, 17, a escasos metros de la calle Correo.

Con 684 afiliados a esa sede, el PNV posee un edificio de cuatro plantas donde los militantes y simpatizantes desarrollan sus actividades políticas y culturales.

«Un *batzoki* es más que un simple lugar de encuentro. Es como nuestra segunda casa», afirma Jon Urrutia, 31 años, economista y presidente del *Euskaldun Batzokija*. En las sedes del PNV que pululan por toda la geografía vasca y Navarra, no se habla solamente de política. Las actividades múltiples permiten a jóvenes y mayores reunirse para formar parte de grupos de baile folclóricos, aprender el euskera, o dedicarse a actividades manuales. En el bar, que sólo cierra cuatro veces al año, en Navidad, Año Nuevo, Viernes Santo y para el *Alderdi Eguna* (día del partido que se celebra el último domingo de septiembre), el retrato de Sabino Arana, el mapa de Euskal Herria y el lema de «Euskotarren Aberria Euskadi DA» (Euskadi es la patria de los vascos), recuerda los postulados del fundador del nacionalismo vasco.

En este *batzoki* y en su tercera planta, una inmensa ikurriña preside la mesa donde se celebran las asambleas de esta junta municipal.

Antón Landa, de 78 años de edad, recuerda la primera sede inaugurada por Sabino Arana en la calle Correo: «Yo era un chaval, pero allí íbamos para escuchar los discursos de Manuel de Irujo y José Antonio Aguirre, que fue el primer lehendakari vasco en 1936».

Antón Landa como su amigo Juan Mendoza, de 80 años que siguen reuniéndose en el *batzoki* del Casco Viejo, recuerdan la época de la «mal llamada Guerra Civil» como ellos la denominan. Ellos sufrieron los avatares de la contienda nacional con cárcel, y como presos estuvieron en el frente de Madrid, en el Batallón de los Trabajadores, construyendo carreteras y trincheras.

Julián Tellería sigue pintando y esculpiendo a sus 75 años. Las lágrimas inundan sus ojos cuando recuerda los bombardeos de Bilbao en los que perdió el mismo día a un hermano, dos primos y tres amigos. Toda su vida se ha comprometido con el PNV. Hoy, sigue pintando cuadros para *batzokis* o prepara escudos heráldicos para los ayuntamientos. Uno de sus trabajos que recuerda con más orgullo es la placa de mármol colocada en la casa donde nació José Antonio Aguirre, situada a cien metros del *batzoki*: «Para mí ha sido un honor que me encomendaran este trabajo».

Asiduo al batzoki, es también José Luis Zalbidea, de 80 años, que está convencido de que sin el PNV, Euskadi y el euskera hubieran desaparecido. Prefiere no mencionar al dictador Franco, ni recordar los años de sufrimiento. El perte-

PNV CIEN AÑOS



Sabino Arana Goiri durante su estancia en la cárcel de Larrinaga. Fue condenado por injuriar en sus artículos publicados en «Bizkaitarra».

José Antonio Aguirre, primer lehendakari del Gobierno Vasco durante la República.

1978. Primer Alderdi Eguna legal tras la Guerra Civil. El cuarto por la izquierda es Juan Ajuriaguerra, entonces presidente del PNV.





FECHAS PARA LA HISTORIA DE EUSKADI

31 DE JULIO DE 1895. Sabino Arana Goiri y un grupo de seguidores procedentes del carlismo crean el PNV.
15 DE AGOSTO DE 1895. Primer «Bizkai Buru Batzar», órgano ejecutivo del PNV, presidido por Sabino Arana.
18 DE OCTUBRE DE 1908. El Partido Nacionalista se implanta en Guipúzcoa en una asamblea celebrada en Elgoibar.
3 DE DICIEMBRE DE 1911. El PNV llega a Alava y Navarra, donde se elige los Consejos regionales y el primer «Euskadi Buru Batzar», órgano central y ejecutivo de las cuatro provincias vascas.
18 DE SEPTIEMBRE DE 1923. La dictadura de Primo de Rivera obliga al PNV a pasar a la clandestinidad.
13 DE ABRIL DE 1931. Se proclama la República en Eibar (Guipúzcoa). El PNV no participa en la conspiración republicana del Pacto de San Sebastián.
JUNIO 1931. José Antonio Aguirre es elegido diputado a Cortes en una candidatura conjunta que reagrupa a nacionalistas, conservadores y tradicionalistas.
1932. Primer «Aberri Eguna» en Bilbao.
1933. Elecciones generales. El PNV obtiene diputados en Vizcaya, Alava y Guipúzcoa.
1936. Guerra Civil. Se constituye el primer Gobierno Vasco presidido por José Antonio Aguirre. En el participan el PNV, el PSOE, los comunistas y Acción Nacionalista Vasco.
1 DE OCTUBRE DE 1936. Se aprueba el Estatuto de Autonomía.
1938. Se constituye el gobierno autónomo en el exilio.
1949. El PNV participa como fundador de la Democracia Cristiana europea.
22 DE MARZO DE 1960. Fallece en París el lehendakari Aguirre, que es sustituido por Jesús María de Leizaola.
1977, PRIMERAS ELECCIONES. El PNV, obtiene buenos resultados en Vizcaya, Guipúzcoa y Alava.
1978, CONSTITUCION. El PNV es excluido de la ponencia encargada de elaborar la Carta Magna, lo que provoca su abstención en el referéndum constitucional.
25 DE OCTUBRE DE 1979. Se aprueba en referéndum el Estatuto de Guernica. Leizaola vuelve del exilio y se cierra la sede del Gobierno Vasco en París.
MARZO DE 1980. Carlos Garaikoetxea es elegido lehendakari por mayoría absoluta.
MAYO DE 1984. Proceso de escisión. Garaikoetxea abandona el PNV y crea Eusko Alkartasuna.
ENERO DE 1985. La escisión hace perder muchos votos al PNV. José Antonio Ardanza es el nuevo lehendakari. Los nacionalistas se ven obligados a pactar un gobierno de coalición con los socialistas.

FRANCO CERRO LAS SEDES DEL PNV. AHORA LOS RADICALES DE JARRAI LAS ATACAN CON GRITOS DE «ESPAÑOLES Y FASCISTAS»

neció a la Ertzaintza durante la guerra. Antes de que cayera San Sebastián su misión era vigilar iglesias para que no fueran quemadas. Más tarde volvió a Bilbao para custodiar bancos por la noche.

José Luis que no ha perdido el sentido del humor, como afirman sus compañeros de partido, cuenta la anécdota de cuando fueron al frente con su compañía de Ertzainas, para luchar en el monte Urkiola: «Nos presentamos voluntarios, pero no teníamos armas y un sargento nos dijo: 'Las armas hay que quitarlas al enemigo'. Más tarde aparecieron los *txapel gorris* (carlistas, que deben el nombre a sus boinas rojas) y empezaron a disparar. Corrimos monte abajo y no paramos hasta llegar a Durango. Lo bonito de la historia es que nos hicieron desfilar en Bilbao como si fuéramos héroes».

Recordar tiempos pasados y contar las vicisitudes de estos viejos *gudaris* (soldados) simboliza una parte importante de la historia del PNV. Estos veteranos nacionalistas reconocen que se emocio-

NACIONALISMO



Alderdi Eguna de 1980. De izquierda a derecha, Jesús María Leizaola, último lehendakari en el exilio, junto a Carlos Garaikoetxea y Xabier Arzallus.



El día del partido se celebra con música, comidas y mitines. Los «batzokis» compiten con sus tenderetes.

El PNV y la Democracia



IÑAKI ANASAGASTI

El PNV cumple cien años. Junto al PSOE, es el partido más antiguo en el Congreso de los Diputados. Como su nombre indica, nace como partido con voluntad de representar en una democracia los intereses de los vascos. Su mero nombre, elegido por Sabino Arana al final del siglo pasado, es toda una definición.

Sabino Arana lo tuvo claro. Tres años después de fundar el Partido Nacionalista Vasco (PNV), se presenta como candidato a diputado provincial en Vizcaya. A partir de ahí nace el PNV como partido institucional. Poco después fueron los ayuntamientos y el Congreso en Madrid hasta la dictadura de Primo de Rivera el lugar de su trabajo político.

Caída la monarquía de Alfonso XIII, su papel en la República fue la de apoyar dicha legalidad como expresión de la voluntad popular. Y lo hizo hasta el final, hasta el punto de que, estallada la sublevación militar, participa en los gobiernos de Largo Caballero y Negrín, mientras los nacionalistas eran juzgados y condenados a muerte, nada menos que por «auxilio a la rebelión». A ellos, que defendieron la democracia frente al totalitarismo.

En el exilio y ante el anuncio de la Guerra Mundial, se mostró beligerante contra el nazi-fascismo. Sus dirigentes y el Gobierno Vasco en el exilio colaboraron con los servicios de información aliados, con el pase de aviadores y combatientes por el monte y en la lucha de una brigada contra los alemanes en Burdeos.

Terminada la Guerra Mundial, el PNV, con la fuerza moral de haberse comprometido en una contienda tan sangrienta, es invitado a participar en los Nuevos Equipos Internacionales, que dieron origen a la Democracia Cristiana Europea. Allí, en su cuadro directivo de honor, figuraron el lehendakari Aguirre y el diputado Javier de Landaburu, que durante una década llevaron a cabo una política de presencia y denuncia del sistema franquista, participando en la génesis de una Europa que nacía con muchas dificultades.

En 1960 nacía ETA del contexto del PNV, porque el PNV no abogaba por la acción directa. A la semilla de la violencia es fácil darle salida con más violencia, pero en aquella oportunidad, el PNV, a pesar de la oscuridad de la dictadura, valoró que eso era un camino sin retorno y que no se podía educar a una generación en la lucha armada.

Muerto el dictador el 20 de noviembre de 1975 y después de haber participado en todas las plataformas contra la dictadura, apostó el 15 de junio de 1977 por participar en la lucha democrática del Estado español, a pesar de la fortísima presión que se realizó para que no entrara en ese juego que «legitimaba el posfranquismo». Pero lo hizo, porque consideraba que la democracia era condición indispensable para la actuación de un partido político.

Esa apuesta, de un partido nacionalista, no se ha valorado suficientemente en diversos medios políticos en Madrid, los que por falta de análisis no captan que si el PNV no hubiera participado en el engranaje actual, la democracia española sería una democracia tutelada con fuerte presencia militar, y no hay que olvidar que todo lo que ha desgastado al PSOE estos años ha tenido como telón de fondo lo vasco y la lucha antiterrorista que lo ha contaminado todo.

Finalmente decir que la toma de decisión interna en el PNV es muy laboriosa, ya que prima la formación de la voluntad en las bases del partido. Existe una estricta separación entre cargos públicos y de representación. El presidente del Gobierno Vasco no puede ostentar cargo de autoridad en el partido. Eso hace que las incompatibilidades separen muy bien lo institucional de lo partidista, presentando una democracia interna muy viva. ■

«La apuesta del PNV por la democracia no se ha valorado suficientemente en diversos medios políticos de Madrid»

**Portavoz del Grupo Vasco en el Congreso*

naron, cuando una vez muerto Franco asistieron el 25 de abril de 1977, a la inauguración del nuevo *batzoki*: «Era como salir de una larga pesadilla», recalca Antón Landa. «Por fin podíamos reunirnos a la luz del día. Hablar de política y organizarnos nuevamente», puntualiza Juan Mendoza.

Sin embargo, el *Euskaldun Batzokija* situado en el Casco Viejo bilbaíno, gueto de los radicales vascos, ha supuesto también numerosas agresiones contra esta sede del PNV. Ames Ordorika, miembro de la junta directiva, señala: «Aquí ha habido de todo. Nos han tirado piedras, han roto cristales y hasta han intentado quemar el *batzoki*».

Los jóvenes radicales de Jarrai han cogido por costumbre arremeter contra la sede del PNV después de sus manifestaciones de fin de semana. Los irreductibles encapuchados la atacan a los gritos de «españoles, fascistas y traidores».

«Desde que se ha inaugurado este *batzoki* ha habido agresiones a nuestra sede y a militantes. Estos energúmenos han llegado a entrar en el bar para robar dinero o un radiocasete y arrancar el telé-



Aberri Eguna, día de la patria vasca, en 1977.



9509422

fono público de cuajo», afirma Miren Romero Arana, que conserva lazos familiares con el fundador del partido. Han puesto varias denuncias y, como defensa, han colocado persianas ciegas en el bar: «No debemos responder a estas provocaciones pero es inadmisible constatar que Franco nos cerró los *batzokis* y estos vándalos pretendan lo mismo», señala Ames Ordorika.

LAS MUJERES DEL PNV, LAS «EMAKUMES», SE DEDICAN A HACER OBRAS SOCIALES EN SU BARRIO Y ORGANIZAN SUS PROPIAS CONFERENCIAS

Pero, a pesar de las tensiones y agresiones, la vida sigue en el *batzoki* del casco viejo. Cada afiliado paga una cuota anual de 4.500 pesetas. Las mujeres, *emakumes*, se han organizado también. Ellas visitan a los mayores en sus casas, sin olvidarse incluso del día de sus cumpleaños. Su actividad social no se limita al partido y colaboran en obras sociales del barrio. Organizan sus propias conferencias donde todos los años acuden Gloria Urteaga, esposa del lehendakari del Gobierno Vasco, José Antonio Ardanza, así como la consejera de Cultura, Mari Carmen Garmendia.

Las *emakumes* siempre han jugado un papel importante en el PNV, acorde con su alta militancia en el partido. En tiempos de la República y en vísperas del alzamiento nacional, Politxene Trabudua y Aide Aguirre encandilaban los mítines con sus discursos *abertzale* (patrióticos), al igual que lo hacía entonces otra vasca pero con otra opción política, Dolores Ibarruri.

Los jóvenes de EGI, las juventudes del PNV, tienen su propia organización autónoma. En el *Euskaldun Batzokija* donde ocupan la cuarta planta, son cien los alevines del partido. Según Jon Urrutia, la afiliación sigue creciendo: «Antes éramos más porque nuestro *batzoki* representaba a varios barrios de Bilbao. El presidente del partido, Xabier Arzallus, formaba parte de este *batzoki* hasta que se constituyó el nuevo en Matico. Ahora mantenemos la cifra de 680 afiliados que paulatinamente va en aumento».

El sistema asambleario del PNV obliga que sus juntas municipales se renueven al 50 por ciento cada dos años. Son cada vez más los jóvenes que asumen responsabilidades en el viejo partido donde las juntas locales son el primer anillo y el más importante de la cadena piramidal del PNV. En el *batzoki* de Matico, Xabier Arzallus, por ejemplo, tiene el mismo voto que cualquier otro afiliado.

Los *batzokis* son el cordón umbilical de los nacionalistas del PNV. Reunirse, organizarse y mantener el espíritu vasco en cualquier circunstancia no es exclusivo del PNV, sino de una sociedad que se identifica en sus relaciones sociales como el hecho de asociarse o agruparse alrededor de fenómenos como las sociedades gastronómicas. Durante el exilio, el Gobierno Vasco supo conservar su sede en París para que sirviera de referencia y punto de encuentro de todos los vascos exilados.

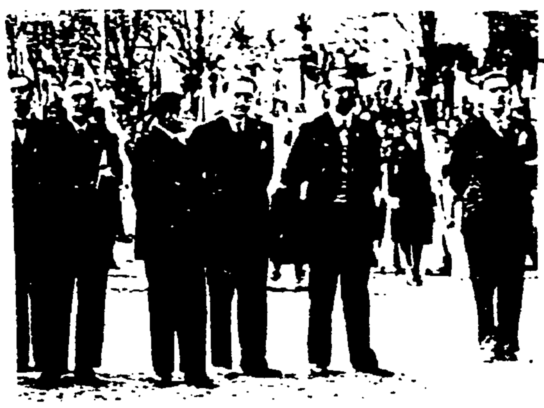
La resistencia organizada frente a las adversidades ha permitido al PNV salir airoso de todos los envites de la historia. Esa necesidad de reunirse, de no perder el contacto a pesar de vivir en el extranjero o el de convivir en un mismo sentimiento, ha hecho que se crearan centros en Argentina, México o Buenos Aires, donde la colonia vasca siempre ha sido considerable. Al igual que en los *batzokis*, en estos centros se imparten clases de euskera y se mantiene viva la llama del folklore vasco.

Es curioso constatar que cuando se celebra la fiesta anual del partido, el Alderdi Eguna, todos los *batzokis* presentes en los campos de Salburua en Vitoria compiten entre ellos para tener puesto en la fiesta y colocar sus *txozas* o tenderetes donde se da de comer de beber y se anima la fiesta.

Esta organización y sentimiento que emana a borbotones de las bases del Partido Nacionalista Vasco, representada a través de los *batzokis*, es lo que alimenta el partido. Como afirma Xabier Arzallus: «Detrás de las siglas hay algo más y, por eso, el futuro del nacionalismo está asegurado». ■



Aberri Eguna en Vitoria antes de la llegada de la democracia.



Aberri Eguna de 1932. Luis Arana (en el centro), hermano de Sabino.



Miles de personas acuden aún cada año al Alderdi Eguna, día del partido.

95T9422

Viernes 7 de julio de 1995 **La República**

El monarca Zaher, exiliado en Roma desde 1973, podría ser la última oportunidad para la paz

Los afganos piensan en tener un rey

El desaliento y el cansancio de la población afgana por la guerra civil que siguió a la caída del régimen filosoviético en 1992 son hoy evidentes, y muchos cifran sus esperanzas en el ex rey Zaher, exiliado en Roma desde 1973, cuando fue derrocado por un golpe de Estado.

Herat, Afganistán, por Alberto Zanconato

■ "La guerra santa afgana arrojó al comunismo al tacho de la basura de la historia", reza un gran cartel que, como tarjeta de visita, está en la calle flanqueada por vehículos blindados soviéticos, que desde la frontera con Irán lleva a Herat, 140 kilómetros en territorio afgano.

Durante las cuatro horas necesarias para realizar ese trayecto, el desaliento de la población se hace evidente.

La codiciada paz está en el discurso de todos los funcionarios, soldados y comerciantes que regresan de la frontera, donde todos los días van a trabajar.

Mohammad Jalaki, de 35 años, importador de mercaderías de Irán, tiene dos esperanzas, la ONU, que "debe imponer el cese del fuego a las partes", y el ex rey Zaher, que en 1973 fue derrocado por un golpe de Estado encabezado por su primo, Mohammad Daud.

Los afganos hablan mucho del ex soberano. Su yerno, el general Abdul Wali, ex jefe de Estado Mayor, llegó a Islamabad, donde se reunió con dirigentes de distintos grupos de la oposición, y provocando la protesta del presidente interino, Burhanuddin Rabbani, contra el gobierno pakistaní.



Afganistán piensa ahora en un rey, quizás como la última oportunidad para parar las guerras que durante años vienen azotando a esa nación.

Abdul Wali anunció el regreso del ex rey a Kabul, pero el grupo que está en el poder en la capital piensa que esa iniciativa sólo podrá empeorar la situación, que ya es demasiado complicada.

El general Aladdin Khan, comandante de las tropas de la gobernación de Herat, aliadas de Rabbani, liquida el tema rápidamente.

"Puede ser que alguno de la vieja generación piense todavía en el rey, pero la lucha contra el invasor soviético ha dado conciencia política a los jóvenes, que ahora están cerca de los grupos de la resistencia, y no de quien se quedó cómodamente en el exterior", dice.

Algún funcionario del gobierno, sin embargo, expresó su afecto por Zaher, manifestando su gratitud a Italia por la hospitalidad que le dio.

"Si el rey puede traer la paz, será bienvenido", afirma un funcionario afgano de la ONU, recordando que en los tres años de guerra civil murieron 15.000 personas y Kabul fue destruida.

El cuadro actual de alianzas responde, en general, a la lógica de las divisiones étnicas.

Los Taleban, estudiantes de Teología formados en Pakistán, de etnia pashtun, surgieron a principio de año en el sur del país, como la fuerza más temible para el grupo que está en el poder en Kabul, integrado por los tagiki.

La población de Herat también es de mayoría tagika, y el gobernador, Ismail Khan, es aliado de Rabbani.

Aquí se libró en primavera la batalla que marcó la derrota de los Taleban que, llegados a 20 kilómetros de Kabul y a 80 de Herat, se mostraban en condiciones de conquistar a todo el país.

Con ayuda de refuerzos enviados desde Kabul, los Taleban tuvieron que retroceder hasta Delaram, unos 300 kilómetros al sureste de Herat.

Paralelamente, los "estudiantes de Teología" fueron alejados algunas decenas de kilómetros de la capital, que ahora ya no está bajo el fuego de su artillería.

Los Taleban siguen controlando casi un tercio del país, en el sur. El resto están en manos de las fuerzas oficiales, en el centro y en el oeste, y del general uzbeko Rashid Dostam, que tiene su "capital" en Mazar e Sharif, en el norte. El general Aladdin Khan, herido en la batalla con los Taleban, se transformó en un héroe. "La nuestra es una batalla contra el extranjero", afirma, aludiendo al apoyo que los Teleban recibirían de Pakistán y Dostam de Uzbekistán.

"Pero ustedes —agrega— saben quién está detrás de Pakistán y de Uzbekistan", aludiendo a Estados Unidos y a Rusia, a los que acusa de actuar con la vieja lógica de las superpotencias.

Si eso fuese verdad, explican algunos expertos, se entendería el aparente acercamiento actual entre Rabbani y el Irán chiíta, preocupado por evitar que los Taleban, integristas sunnitas, lleguen a la propia frontera.

Regresan al sudeste asiático los exportadores de los EE.UU.

Robert S. Greenberger
(Redactor de The Wall Street Journal)

WASHINGTON — Las compañías estadounidenses ven cada vez más el sudeste asiático como un vasto mercado, no sólo como un lugar donde producir a bajo costo. Esto podría abrir buenas oportunidades de negocio y ayudar a fortalecer la política de seguridad de Estados Unidos. Pero algunas compañías se preguntan si el sudeste de Asia puede hacer realidad estas esperanzas.

LNP Engineering Plastics, de Exton, Pensilvania, filial de la japonesa Kawasaki Steel Inc., vende plástico reforzado para máquinas de oficina y componentes de automóviles en el Sudeste de Asia. Dos terceras partes de su producción se exporta a EE.UU. o Europa. Pero Richard Burns, vicepresidente de marketing, dice: "Miro hacia el futuro y veo un consumo local cada vez mayor. En el sudeste de Asia crece una enorme clase media". La empresa pronostica que pronto la mitad de sus productos se quedarán en la región y planea brindar servicios a este mercado desde una nueva instalación en Malasia.

El mercado del sudeste de Asia alcanzó esta semana 500 millones de consumidores, cuando Vietnam, con una población de 72 millones de habitantes, se convirtió en el séptimo miembro de la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN). La incorporación de Vietnam constituye un momento crucial para la organización, formado en 1967 con el respaldo de EE.UU. cuando la guerra de Vietnam creó temores de que las naciones de la región podrían caer bajo control comunista como fichas de dominó.

En la lista

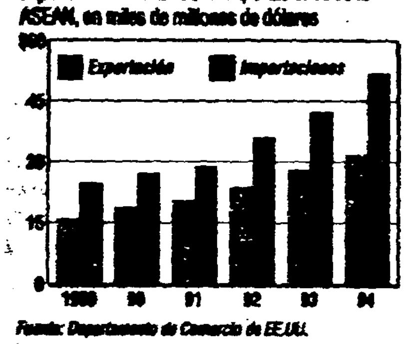
Pero estos paises se han convertido ahora en dinamos económicos. Esta semana, el gobierno del presidente Bill Clinton agregó la ASEAN a su lista de "grandes mercados emergentes" que prometen más para los exportadores estadounidenses. La ASEAN ha acordado reducir sus aranceles a un máximo del 5% para el año 2.003 sobre la mayoría de los bienes que se comercian entre Tailandia, Malasia, Filipinas, Brunei, Singapur, Indonesia y ahora Vietnam. La medida aseguraría que la ASEAN se convierta en un mercado que ayudaría a las firmas estadounidenses, que tienen la idea de establecer instalaciones para prestar servicio a la región.

Pero todavia quedan por resolver algunas interrogantes. Desde su oficina en un suburbio de Filadelfia,

Una mayor capacidad de consumo

Crecen los lazos

Exportaciones de EE.UU. e importaciones de la ASEAN, en miles de millones de dólares



Fuente: Departamento de Comercio de EE.UU.

Comercio por país

Sobre información de 1994, en miles de millones de dólares

		EXPORT.	IMPORT.
Brunei		$0,38	$0,05
Indonesia		2,81	6,52
Malasia		6,97	13,98
Filipinas		3,89	5,72
Singapur		13,02	15,36
Tailandia		4,86	10,31
TOTAL	ASEAN	31,92	51,93

Robert Johnson, director de desarrollo comercial de PQ International Inc., dice que la ASEAN ya muestra señales de "preferencias comunes del consumidor". El problema es que no siempre actúan como un grupo comercial". PQ, que no se cotiza en bolsa, fabrica en Tailandia el *Zeolite*, un ingrediente para detergentes, y lo exporta a Malasia e Indonesia. Pero en este país se construye ahora una instalación para producir *Zeolite* y a la compañía le preocupa que Indonesia pueda implantar barreras para proteger la nueva planta.

Otras empresas estadounidenses que estudian el mercado de la ASEAN comparten preocupaciones similares. La ASEAN funciona por consenso, y algunos temen que el progreso hacia la eliminación de aranceles pueda interrumpirse debido a presiones políticas o económicas en una o más naciones del Sudeste de Asia.

Según un analista que sigue de cerca la ASEAN, Procter & Gamble Co. estudia crear un centro de distribución en Filipinas. Por su parte, Chrysler Corp. estudia ampliar una instalación que tiene en Tailandia, donde produce vehículos Jeep, y Goodyear Tire & Rubber, considera la construcción de una planta de fabricación de neumáticos valorada en US$1.000 millones. Estas empresas planean informar a la ASEAN que estudian la posibilidad de invertir más de US$20.000 millones si reciben seguridades en materia de aranceles.

La respuesta de la ASEAN podría afectar la presencia de seguridad de EE.UU. en la región. En la atmósfera creada después del final de la guerra fría, la bandera sigue a las inversiones. "Sin una fuerte presencia económica, el pueblo estadounidense no continuará apoyando la permanencia de fuerzas militares" para proteger a las naciones ricas de Asia, advierte Robert Driscoll, ex presidente del Consejo EE.UU.-ASEAN, un grupo privado que representa a más de 280 empresas estadounidenses. En este momento EE.UU. tiene un déficit comercial de US$20.000 millones con las naciones de la ASEAN.

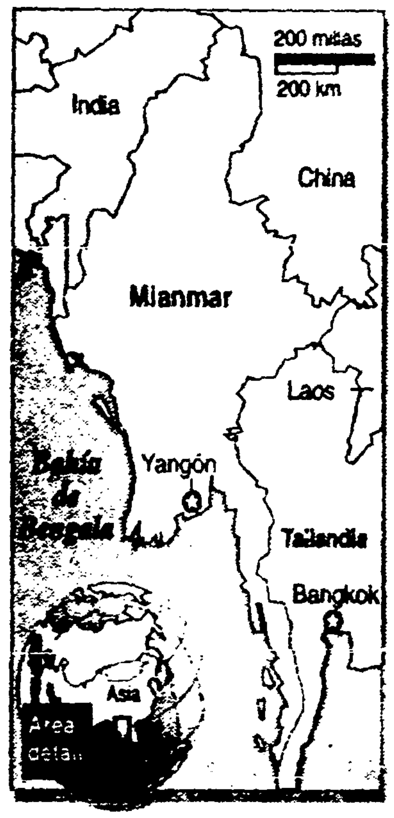
Por su parte, a los líderes de la ASEAN les preocupa EE.UU. El clima de reducción de presupuesto que impera en Washington ha causado preocupaciones sobre el compromiso militar a largo plazo de EE.UU. a pesar de las seguridades ofrecidas por el gobierno de Clinton. Aunque prefieren no expresarlo en público, las naciones de la ASEAN consideran que la presencia militar estadounidense las protege de China, que en tiempos recientes ha proyectado su poderío en el Mar de China.

Pero aunque los países de la ASEAN desean seguridades sobre la presencia militar estadounidense, no les agradan las críticas de Washington a sus políticas laborales y en materia de derechos humanos, ni tampoco los esfuerzos de Washington por abrir a toda costa sus mercados.

"Nos gustaría enfatizar en que la cooperación tiene que ser mutua, que beneficie a las dos partes", dice Tungki Ariwibowo, ministro de Industrias de Indonesia, que visitó Washington esta semana. "Si los estadounidenses pudieran hacer más por ayudarnos a expandir nuestras economías para mejorar nuestro poder de compra, por ejemplo, comprando nuestros textiles, calzado y madera prensada, eso significaría que nosotros podríamos comprar más a EE.UU.", agregó.

9509425
Liberaron a prisionera política en BIRMANIA
LA NACION
11-07-95
11876
507479
11164

Historia de una disidente



- Después de que los militares tomaron el poder en Mianmar, en 1988, Aung San Suu Kyi se convirtió en la jefa del movimiento pro democrático opositor.



Aung San Suu Kyi

- Fue colocada bajo arresto domiciliario el 20 de julio de 1989, acusada de incitar a la rebelión.
- Su partido, la Liga Nacional para la Democracia, logró una victoria abrumadora en las elecciones generales de 1990, pero los militares se negaron a reconocer el resultado.
- Respetuosamente llamada La Dama, Aung San Suu Kyi mantuvo su compromiso inquebrantable con la democracia, incluso bajo arresto. En 1991 ganó el Premio Nobel de la Paz.
- El régimen militar, que había advertido que no liberaría a Suu Kyi una vez concluida su condena, el 19 de julio, resolvió anular la orden sin condiciones.

AP/Wm. J. Castello

Liberaron a una prisionera premio Nobel de la Paz

YANGON, Mianmar (ex Birmania), 10 (Reuter).- La líder disidente y premio Nobel de la Paz de 1991, Aung San Suu Kyi, fue liberada hoy de su arresto domiciliario tras casi seis años de detención, anunció un vocero militar a corresponsales extranjeros.

Otro funcionario confirmó la noticia por teléfono desde Yangón. "Suu Kyi fue puesta en libertad hoy a las 16", informó, sin ofrecer mayores detalles.

Aung San Suu Kyi, de 50 años, fue colocada bajo arresto domiciliario el 20 de julio de 1989, por "poner en peligro al Estado", de acuerdo con una ley de 1975 contra la subversión.

Nunca fue acusada formalmente o juzgada.

"Estoy muy feliz. Esta es una de las personas premiadas cuyas actividades hemos seguido estrechamente", dijo Francis Sejersted, presidente del Comité Nobel de cinco miembros de Noruega.

Sin condiciones

En un comunicado, la cancillería japonesa sostuvo que la premio Nobel de la Paz fue puesta en libertad sin condiciones.

Añadió que se espera que esto sea "algo más que un movimiento simbólico por parte de las autoridades", y manifestó además que la disidente misma solicitó que por el momento le mantuvieran la escolta que la custodia. No se dio una razón para esto.

La agencia noticiosa japonesa Kyodo dijo, según fuentes oficiales, que Suu Kyi estaba ahora en libertad de reunirse y visitar a quien quisiera, como cualquier otro ciudadano del país, mientras no violara alguna de las leyes existentes.

Aung San Suu Kyi fue detenida por sus abiertos ataques contra los militares, que mataron y encarcelaron a miles de personas en su campaña por reprimir los levantamientos de 1988 en favor de la democracia.

Suu Kyi, hija del general Aung San, quien dirigió la independencia de Myanmar de Gran Bretaña en la década de 1940, sostuvo dos reuniones con generales prominentes a fines del año pasado, aumentando las esperanzas de una reconciliación.

Sin embargo, no ha habido más contactos entre la disidente y los generales.

El Comité del Nobel concedió a Suu Kyi el premio de la Paz por su lucha no violenta por la democracia y los derechos humanos, así como por su valor para enfrentarse a un "régimen caracterizado por la brutalidad".

Una Vez se Habló de los Ultimos Días de Pompeya

HONG KONG, ¿DEL CAPITALISMO AL MARXISMO?

4-07-95

Hong Kong, o Bahía Perfumada en chino, sobre la costa de esa inmensa nación en su parte Sur, lugar que dista apenas 80 millas de la populosa ciudad de Cantón, es un rincón del Sudeste del Asia, con una fecunda historia cuyos orígenes están perdidos en el tiempo. Ubicada esa zona en uno de los extremos del país más grande del planeta, se ha dicho que Pekín ignoró dos siglos, que en el territorio imperial, los portugueses habían fundado un "enclave". Como hicieron lo mismo, en la misma "clandestinidad" con otro "enclave", el de Ao-Men, en chino el conocido Macao. Los legendarios navegantes portugueses descubrieron esos límites marítimos del Imperio y se instalaron allí. Primitivamente, fueron poblados de pescadores. Un barco de una compañía británica, halló hace un siglo y medio la aldehuela que se llamó Hong Kong. Los sajones vislumbraron la importancia de disponer allí una colonia y emisarios que llegaron hasta la Capital Imperial negociaron un acuerdo. Así Hong Kong pasó, en una especie de comodato, arriendo pactado mediante, a convertirse en Colonia de su Magestad Británica.

Los ingleses que se aposentaron en ese nuevo territorio ultramarino del reino a diez años del Acuerdo, no llegaban a mil. Pero hacían funcionar la colonia con el empleo de miles de chinos. La evolución, en épocas de comunicaciones lentísimas y dándole a la nueva posesión casi un sentido simbólico de dominio colonial, con el transcurso de los años Hong Kong se convirtió en una de las perlas del Imperio en ultramar.

Los ingleses ocuparon las islas —se trata del conjunto de unas 200 islas— en 1842, la Convención de Peking es de octubre de 1860, renovada en 1898, cuando se pacta el actual arriendo por 99 **años**. Es decir, que el 1° de enero del 97, dentro de UN AÑO Y MEDIO, Hong Kong debe pasar al dominio de la República Popular de China. Hace unos años, se trataron los términos de ese traspaso y ambas partes ratificaron lo que dispone el antiguo documento firmado en 1898.

En ese siglo y medio de tenencia efectiva por parte de Gran Bretaña, de 1842 a 1860 y de allí al 98 en una forma digamos irregular y, más tarde bajo el Acuerdo del arrendamiento por 99 años, la Colonia experimentó colosales transformaciones.

La única gran isla, la de Victoria, a medida que creció su población, necesitó un territorio de agricultura, que en la costa continental y a dos kilómetros, le arrendó China en el continente. Eso se llamó los Nuevos Territorios, allí surgió la ciudad de Kowloon. Victoria se convirtió en la sede administrativa de la Colonia. Funcionaba el aparato gubernamental, residen las autoridades, está el palacete del Gobernador —designado por la cabeza del Reino, actualmente, como es sabido, Isabel II.

Kowloon, que comenzó siendo la granja de la colonia, se convirtió, sobre la costa, en otra ciudad, con hoteles importantes, millares de viviendas y un par de barrios comerciales rumorosos. Es allí y no en Victoria, donde proliferaron los lugares nocturnos. Entre restaurantes, locales de juegos, "boites", "pubs", "casas de masajes" y similares, incluidos los hoteles de alta rotación, son unos 2.600 negocios.

Téngase en cuenta que el turismo en Hong Kong se estima anualmente en unos 15 millones de visitantes. Cuando en 1967 nosotros vivíamos allí, existían dos Hoteles Cinco Estrellas. Hoy debe haber más de una docena.

H.K. se ha convertido en uno de los centros financieros más grandes del mundo. El circuito bancario es gigantesco, explicado el fenómeno por la razón que una China aislada políticamente hasta no hace muchos años, tenía su contacto financiero con el resto del mundo a través del territorio de la colonia británica de Hong Kong. El Banco Central de China (país con mil cien millones de habitantes) tiene en la Colonia una sucursal que ocupa una superficie de dos manzanas, en edificio de 5 plantas.

Las comunicaciones entre la Isla Victoria y tierra continental, es decir Nuevos Territorios, se hacían mediante servicios de típicas embarcaciones a vela pero fundamentalmente, con líneas de "ferrys", con capacidad, muy cómoda, para 300 pasajeros. Estos barcos rápidos zarpan de ambas orillas cada seis minutos. Existe el mismo transporte para vehículos de todo tipo, excepto a tracción animal. Pero hará algo más de una década, los ingleses construyeron un paso subacuático, bajo la profunda Bahía de Hong Kong, que usan automóviles, buses y camiones las 24 horas del día.

El gran problema que siempre tuvo HG (Victoria) fue el del agua potable. En tiempos de buenas relaciones entre Gran Bretaña y China, es decir, antes del maoísmo, HC compraba el agua del Río Amarillo que está en los nuevos territorios. Pero llegada la tirantez entre los dos países en tiempos de la malhadada Revolución Cultural (principio del ocaso de la gran palanca política que era la esposa de Mao) el agua potable se convirtió en un arma política y los comunistas nos cortaron el suministro que por tuberías bajo la Bahía, aprovisionaba a Isla Victoria.

El sistema de las aguas corrientes en H.C. es muy raro. Dado lo carísimo que resulta el agua potable traída desde China continental, los ingleses habían ideado un doble sistema de abastecimiento. En las viviendas se tenía una doble red interna. Una de la potable, con un medidor y, otra, de agua de mar para la limpieza de tarifa fija. Cuando de los grifos dejó de salir agua filtrada, millones de personas debían comprar el agua mineral marca "San Miguel" que se importaba de... las Filipinas. Creemos que, cuando nosotros ya no residíamos en Hong Kong, el gobierno local colocó desalinadoras. Como hace Estados Unidos para su enorme Base militar en materia de agua potable, que se surte por contrato con Cuba desde tiempos lejanos pero que, con la ruptura con el régimen se corre el riesgo que Castro "cierre los grifos" en cualquier momento, se instalaron aparatos de desalinización. Y Estados Unidos no compró más agua potable a su "enemigo" para Guantánamo.

En la colonia británica de H.K. la represalia del suministro de agua, se inició en 1967, cuando se aumentó el precio de 23 centésimos el galón (3 lit. 700) a un dólar cero 6. Y en agosto, cortaron el suministro.

Los coleccionistas lo saben: existe un dólar inglés, con la efigie de la Reina. Es la moneda local de Hong Kong.

El problema poblacional es atroz. En una isla no muy grande, una faja en tierra firme y en pocas de las restantes islas, que son muchísimas pero deshabitadas, habitan millones. Menos de 20 mil moradores chinos en 1842; un siglo más tarde, 800.000. Hace 30 años, cerca de 4 millones. Ahora... debe andar por los 7.

El crecimiento no sólo es vegetativo sino las oleadas de refugiados que llegaban huyendo del nuevo régimen que se instaló en el país, cruzaron la frontera de miles de kilómetros. Y la hermosa Hong Kong se muestra con fabulosas "favelas" a lo carioca. Esta colonia británica en la casi inminencia de pasar de la vida ultracapitalista en que vive a la ortodoxia marxista (o maoísta, que nos parece peor) tiene encantos de gran atracción. Sus playas, de aguas serenas. Un cierto riesgo, paliado por redes protectoras, vigilancia y alarmas sonoras, por esos intrusos que son los tiburones. Caminos de montaña cuidados; la panorámica de la bahía, que puede compararse, caso único en el mundo, con la de Río. Un pintoresco tren de montaña, a cremallera, lleva hasta El Pico, a 155 metros sobre el nivel del mar. La ciudad, con los clásicos buses rojos de pisos, estilo londinense. Y la atracción de visitantes, el palanquín traccionado por el hombre...

Su puerto comercial en Kowloon, es moderno. En la bahía, los barcos de guerra de estación, británicos, tenían en los tiempos de la guerra de Vietnam, la compañía de Escuadras estadounidenses que traían a sus tripulaciones para descanso.

Obviamente, muchos capitales se han ido retirando en los últimos años. Una fuerte brisa de incertidumbre corre sobre esa comarca tan linda. Construcciones modernas, escalacielos, un comercio famoso en el mundo entero. Un signo de interrogación a partir de este plazo final que se agota

JUAN CARLOS PEDEMONTE

9509427
Gobierno de SRI LANKA bombardeó a rebeldes
11-07
150080
11876
507662
11164

Gobierno de Sri Lanka bombardeó a rebeldes

La ofensiva fue la mayor desde que el 19 de abril los tamiles pusieron fin a la tregua

Más de sesenta civiles de Sri Lanka murieron en un bombardeo a una iglesia donde intentaban refugiarse. El ataque fue realizado por aviones que participaban en una gran ofensiva militar contra los Tigres de Liberación de la Patria Tamil (TLPT), informaron ayer funcionarios gubernamentales y dirigentes tamiles.

En la ofensiva iniciada ayer a la madrugada, varias posiciones rebeldes del norte de Sri Lanka fueron atacadas por aviones, embarcaciones artilladas y artillería de amplio alcance. Las fuerzas tamiles se trabaron luego en intensos combates con las tropas que avanzaban.

Los tamiles iniciaron en 1983 una campaña de violencia para crear una zona autónoma

Los aviones volvieron a atacar ayer y las fuerzas gubernamentales recurrieron a la artillería en un esfuerzo por rechazar un contraataque de las guerrillas, que trataban de recuperar terreno.

La ofensiva, con unos 10.000 soldados, fue la mayor desde que los rebeldes separatistas pusieron fin el 19 de abril a una tregua iniciada tres meses antes. Desde la reanudación de la lucha fueron muertas 1.136 personas.

Los rebeldes tamiles iniciaron en 1983 una campaña de violencia dirigida a crear un territorio autónomo y poner fin a la discriminación de la se queja la minoría tamil por parte de la mayoría cingalesa (naturales de Sri Lanka descendientes de ingleses) que domina el gobierno y las fuerzas militares. En la guerra civil murieron más de 35.000 personas.

Los rebeldes dijeron ayer, en una declaración emitida por su oficina de Londres, que en la última ofensiva fueron muertos más de 160 civiles, incluso 67 fueron ultimados por seis bombas que hicieron impacto en la iglesia de San Pedro de Navaly, una población próxima a la ciudad de Jaffna. Un funcionario gubernamental que pidió no ser identificado confirmó el ataque a la iglesia y dijo que hubo 67 muertos.

La guerrilla inició el reclutamiento para reforzar sus filas que se calcula están integradas por 10.000 militantes mientras que Colombo comenzó el alistamiento de voluntarios a lo largo de la isla para aumentar los 100.000 soldados que componen sus fuerzas armadas. En los últimos días los guerrilleros celebraron también seminarios en ciudades y pueblos para preparar a la población civil contra la ofensiva del Ejército. *(En base a AP)*

Huida masiva de civiles ante el avance del Ejército

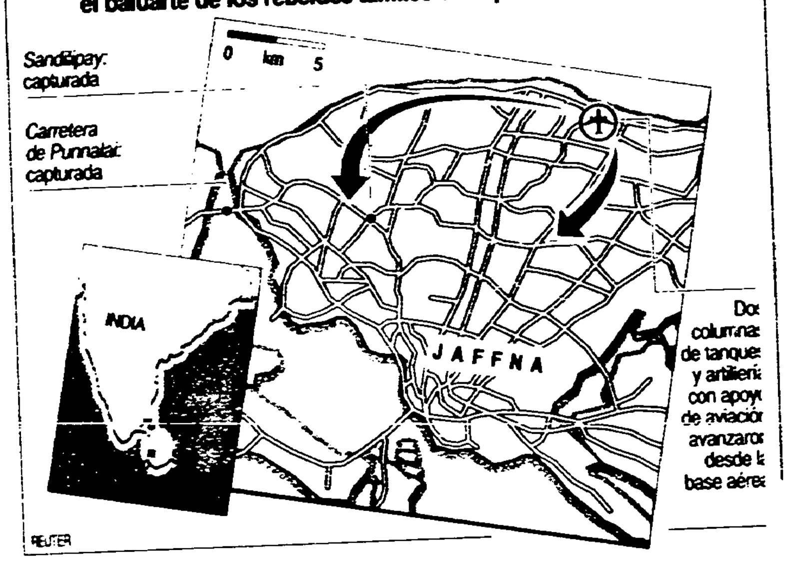
La población civil del norte de Sri Lanka está abandonando los pueblos y aldeas para escapar de los combates que los soldados y la guerrilla tamil libran desde el domingo, cuando el Ejército lanzó la mayor ofensiva militar contra los rebeldes de los últimos ocho años.

La operación armada, en la que participan 10.000 soldados ayudados con tanques y aviones de guerra, continuó ayer por segundo día consecutivo y, según fuentes militares, los soldados seguían avanzando en el terreno controlado por la guerrilla y reforzando sus posiciones.

Se calcula que cerca de 80.000 civiles huyeron de sus hogares el primer día de la ofensiva contra los Tigres de Liberación de la Patria Tamil (TLPT). *(En base a EFE)*

COMBATES EN SRI LANKA

Miles de soldados de Sri Lanka continuaron ayer una ofensiva contra el baluarte de los rebeldes tamiles en la península de Jaffna



■ **MÁS DE 67 MUERTOS**

02-02

9509427

9509428
CAMBOYA: choque entre el gobierno y el KHMER ROJO
LA JUVENTUD
6-07
11876 ✓
107606 ✓
11164 ✓
11830 ✓

CAMBOYA

Choques con el Khmer Rojo

Camboya. Las fuerzas gubernamentales y tropas guerrilleras maoístas del Khmer Rojo se enfrentaron cerca de la población de Battambang, la segunda ciudad de Camboya, se supo ayer miércoles.
Los guerrilleros, que comenzaron su ataque, el segundo en tres meses, el pasado lunes, han capturado un poblado clave situado a las afuerzas de Battambang y pretenden continuar avanzando.
De acuerdo con varios informes, tras un día de bombadeo continuo de su artillería, los Khmer Rojo forzaron en la noche del martes la retirada del Ejército y la lucha continuaba siendo intensa. Sin embargo, fuentes militares indicaron que los trescientos o cuatrocientos guerrilleros que participan en la ofensiva no tienen suficiente fuerza para continuar avanzado y que Battambang está a salvo, algo en lo que coincidieron observadores extranjeros.

9509428
Enfrentamientos entre guerrilleros y el gobierno.
150014
11-07-95
11876
507606
11164
11830

Reportes gubernamentales anuncian 21 bajas insurgentes

Camboya: continúan enfrentamientos entre guerrilleros del Khmer Rojo y tropas del oficialismo

Veintiún guerrilleros del Khmer Rojo murieron el pasado fin de semana en enfrentamientos con el ejército camboyano, informó ayer lunes, la prensa de Bangkok.

Divisiones de infantería lanzaron una contraofensiva en la zona de la base de los Khmer Rojos emplazada en Bateay Heanchey, en el noroeste del país y a apenas 200 metros de la frontera con Tailandia.

Varios centenares de Khmer Rojos provistos de carros de combate defienden esta base desde hace casi quince años y todos los intentos del Ejército para liberarla han fracasado y causado un alto número de muertos entre sus filas.

Al mismo tiempo, continúa el ataque del Ejército contra posiciones conquistadas días atrás por los Khmer Rojos en los alrededores de Battambang, segunda población de Camboya, situada en el noroeste.

Analistas militares señalaron que la guerrilla está dando muestras de estar mejor abastecida de armamento y munición de lo que en principio se creía.

En las tropas de refuerzo enviadas por el Ejército al frente de combate figuran niños de trece años, según fuentes de residentes en la ciudad de Battmabang.

Pese a que la legislación camboyana establece la mayoría de edad a los dieciséis años, muchos menores son alistados en las milicias provinciales que, junto a los soldados regulares, tratan de responder a los ataques de los rebeldes.

9509429

01-01

Singapur Sociedad Anónima

"Imagínese un país dirigido por Disney y en el cual la consigna sea 'sé feliz o morite'", me había explicado un productor. Estábamos sentados en una oficina a dos pasos de Rodeo Drive, en Beverly Hills. Ahora que estoy en Singapur, la comparación con Disney es inevitable. ¿Era Laurie Anderson la que afirmaba que la realidad virtual sólo llegaría a parecer real cuando se aprendiera a ensuciarla un poco? El aeropuerto de Singapur ofrece una resolución tan mala como las primeras tentativas de realidad virtual. Ni un poquito de mugre, ningún desorden. Afuera, sólo las nubes, extrañas columnas que dominan el estrecho de Singapur, presentan cierto aire a caos.

El taxista me rogó que no tirara ningún papel en la calle y me preguntó si el país del que yo venía era limpio. En el momento en que superó la velocidad permitida, una horrorosa campanilla japonesa se puso a sonar, recordándonos que íbamos demasiado rápido.

Singapur es un espectáculo permanente para todo público, microadministrado por un Estado que tiene todo de una gran empresa. Si IBM hubiera pensado crear un país, éste seguramente hubiera tenido muchos puntos comunes con Singapur. Aquí el conformismo es el primer deber y las manifestaciones de creatividad son raras. Uno no se deja ir en Singapur. Imaginen una versión asiática de Zurich, una cápsula **offshore** cercana a Malasia, un microcosmos dorado cuyos ciudadanos habitan una suerte de... Disneylandia.

Pero Disneylandia no fue edificada con el cometido de conciliar las aspiraciones románticas y las necesidades puramente mercantiles del imperio británico. Fragmentos de arquitectura victoriana, acabados de repintar, cubren de manera pintoresca los inmaculados flancos de la metrópolis. Estos raros vestigios del tejido histórico están puestos deliberadamente allí para recordar el raro y delicioso depósito que fue Singapur, un producto del imperio británico más extravagante aun que Hong Kong.

Intentar conectarse mentalmente con el viejo Singapur es una sensación bastante dolorosa. Las fachadas de las boutiques victorianas todavía en pie evocan el Covent Garden de Londres en un día de sol radiante, de esos que nunca se ven en la capital inglesa. Varias veces salí a caminar solo al alba, durante las horas en que se hacen más visibles los fantasmas de una ciudad. Pero no vi casi nada de las realidades de antaño: un incienso quemándose sobre un viejo soporte de cobre fijado a una columna pintada de blanco delante de una **boutique**; un espejo colocado arriba de la puerta de un negocio de electricidad para espantar a los malos espíritus que se desplazan en línea recta; un carrito anamita deteriorado atado a una verja de hierro recién pintada...

En 1811, cuando el jefe local Temmenggong llegó para recolonizar Singapura, la Ciudad del León, la jungla dominaba desde hacía largo tiempo las ruinas de esta ciudad del siglo XIV, sucesivamente conquistada por Java, Siam y China. Ocho años después, sir Stamford Raffles desembarcó en una isla repleta de serpientes y de piratas de agua dulce, y declaró que era el lugar ideal para fundar una factoría británica. A él se debe la singular división de la ciudad en distintos barrios étnicos, que simbolizan las joyas de la Corona británica: por un lado Arab Street, por otro Tanjong Pagar (el barrio chino), más lejos Serangoon Road (el barrio indio). Durante cien años, así se mantuvieron las cosas. Era un puerto franco, dotado de las más variadas especies humanas de Asia, servidas en bandeja de robusta porcelana británica: "la Manchester del Oriente". Cuando, con una sorprendente facilidad, los japoneses invadieron la isla, el sueño británico se desmoronó. Los años de posguerra fueron de una rápida decadencia, mientras crecían las aspiraciones independentistas. En 1965, Lee Kuan Yew, un abogado formado en Cambridge, se convirtió en el primer primer ministro del país. El Partido de Accion Popular (PAP) de Lee Kuan Yew ocupa desde entonces el poder. El emblema del PAP es un relámpago dentro de un círculo: linda mascota para lo que en verdad no es más que una tecnocracia capitalista con partido único. Un edificio de cada tres de Singapur muestra un pequeño sombrerito que parece haber sido diseñado por el arquitecto del Barrio Chino de Hollywood. Unas pagodas rococó se levantan sobre megaestructuras en pendiente que albergan enormes patios en los que se podría dar cabida a dos o tres colonias espaciales en órbita estacional. En Orchard Road, la Quinta Avenida del sudeste asiático, llena a reventar de centros comerciales de varios niveles, una clase media en pleno auge consume y consume.

Nunca estuve en una ciudad en la que el deseo de diferenciación se [illegible] como en Singapur. (Jamás observé una "chica mala" en Singapur y lo eché de

> Desde 1995, año de la independencia, el primer ministro Lee Kuan Yew controla el poder. Singapur es desde entonces una ciudad-estado rica... y limpia.

Un modelo en crisis

El impresionante crecimiento de los "dragones" del Pacífico asiático se consiguió a costa de tremendos daños ecológicos, creciente desigualdad, una grave crisis en la agricultura, dependencia tecnológica respecto a Japón y represión política.

Los nuevos países industrializados (NPI) del área crecieron gracias a una combinación de políticas orientadas a la exportación, una agresiva actividad de sus grupos empresariales y un fuerte intervencionismo estatal en el proceso de desarrollo. Sin embargo, Corea del Sur y Taiwán, por ejemplo, tienen masivos déficit comerciales con Japón a causa de la importación de alta tecnología, mientras que Taiwán se convirtió en un yermo ecológico y en Indonesia el gobierno suprimió todo vestigio de organización democrática.

Tailandia, en particular, es un buen ejemplo de las contradicciones de este modelo. Al pasar de una fase de exportaciones masivas de productos agrícolas y de materias primas a otra de exportación de productos manufacturados, se ha quedado con apenas 17 por ciento del territorio forestado. A ello se agregaron ahora las crisis provocadas por la contaminación industrial y por la no aplicación, en amplia escala, de las normas de seguridad industrial con el fin de atraer a los inversores extranjeros.

Otros países de la región, como Singapur e Indonesia, siguen sometidos a regímenes autoritarios y han emprendido una campaña para convencer al mundo de que los asiáticos tienen "su propio tipo de democracia", que incluye restricciones a los derechos individuales, la prohibición de las organizaciones sindicales, un estrecho control de la prensa y la subordinación de los derechos de los ciudadanos a la seguridad interna. Lee Kwan Yew, exprimer ministro de Singapur, y Mahatir Mohammed, jefe del gobierno de Malasia, argumentan por ejemplo que *"demasiada democracia podría perjudicar el crecimiento económico"*.

Filipinas, en 1986, y Tailandia, en 1992, derrocaron a sus respectivos dictadores, en tanto que Corea del Sur adoptó una democracia parlamentaria y Taiwán está iniciando una transición hacia un régimen multipartidario. Paralelamente, existe un movimiento de base, de organizaciones de la sociedad civil, que propone otro tipo de desarrollo para la región, más democrático, transparente y racional, y basado en un modo de producción industrial y agrícola totalmente distinto al de los NPI.

Walden Bello

(Director del Centro para el Sur de Bangkok e investigador jefe en el Instituto de Políticas para la Alimentación y el Desarrollo, de Estados Unidos. Servicio de Columnistas de IPS. Exclusivo para BRECHA)

menos.) Y al pasar revista a los miles de discos compactos y casetes editados, lo único que se me apareció ante los ojos fue una música de rock vertiginosamente insípida, como si las existencias de los negocios hubieran estado controladas por misioneros mormones. ¿Pero para qué hacer referencia a los mormones, cuando el país dispone de la UPU (Undesirable Propagation Unit, Unidad contra la Propagación Indeseable), uno de los órganos oficiales de censura? Sus servicios vigilan que indudables panfletos rojos como la revista **Cosmopolitan** no poluyan al público. De ahí que las librerías de Singapur presenten un triste espectáculo: vastos espacios repletos a los que se venden textos que jamás compraría. Al inspeccionar los libros de ciencia ficción, constaté con una vaga satisfacción que los míos no estaban disponibles. Que yo sepa la UPU no los bloqueó en la frontera, pero si hubiera sido así seguramente estaría en buena compañía.

Los diarios locales son esencialmente órganos estatales, instrumentos de propagación evidentemente deseable. Este permanente entusiasmo al servicio del orden, de la salud, de la prosperidad y del singapurismo provoca rápidamente un sentimiento difuso de terror orwelliano (que en nada atenúa la sensación de que Big Brother se nos presenta aquí bajo un aspecto jovial). Se podría perfectamente vivir en Singapur y al mismo tiempo permanecer en contacto con las realidades exteriores. Sólo habría que atenuar ciertas "tonalidades" o si es posible eliminarlas...

La televisión local hace todo para familiarizar a los singapurianos consigo mismos. Familias modelo, chinas, malayas o indias, representan sainetes en los que explican el sentido de las costumbres de cada cultura. El mundo familiar presentado en estas emisiones manifiesta un paternalismo idealizado que evoca a los estadounidenses de mi edad el muy excesivo sentimiento de identidad nacional propagado en Estados Unidos en los cincuenta. Desde varios puntos de vista, en Singapur uno tiene la impresión de estar de vuelta en 1956. La guerra (económica esta vez) fue aparentemente ganada, la clase media se amplió y prosperó, grandes proyectos fueron llevados a cabo y otros mayores aún están en preparación. El gobierno, por su lado, se prepara a librar una batalla sin cuartel contra las tres amenazas que representan el comunismo, la pornografía y las drogas. El único problema, claro, es que el mundo ya no está en 1956.

Singapur es la primera ciudad-estado moderna a sacar provecho plenamente del concepto de franquicia: ¡mini-Singapures por todos lados! En la ciudad costera de Longku, en la provincia China de Shandong, empresarios singapurianos están construyendo instalaciones portuarias ultramodernas, una central eléctrica, hoteles, un barrio residencial y centros comerciales, y todo eso en apenas 1,3 quilómetros.

En general, cuando me encuentro en una ciudad desconcertante, tengo tendencia a buscar sus fracturas, que revelen los mecanismos sociales subyacentes y la verdadera configuración del lugar, oculta detrás de la presentación que de la ciudad hace la Cámara de Comercio local. Pero en Singapur es imposible: nada se desmorona. Todas las ruinas fueron remplazadas por algo nuevo. Cuando una ciudad sólo muestra su lado

> El destino de Singapur puede que sea transformarse en un enclave autosatisfecho, neosuizo, del orden y de la prosperidad. Una ciudad "inteligente" e hipertecnológica. Y también hipercontrolada.

Uno termina preguntándose si la razón por la cual hay tan pocos policías en esta ciudad es porque aquí todo el mundo tiene, como decía William Burroughs, *"un policía en el interior"*. ¿Y qué pasará cuando esta gente logre hacer funcionar, como tiene la intención de hacerlo, su isla inteligente, nudo de datos gigante cuya arquitectura informática será superior aun a su infraestructura de reloj suizo? He aquí el gran proyecto nacional de los singapurianos y uno tiene derecho a preguntarse cómo una sociedad fundada sobre el control familiar (esencialmente patriarcal) va a adaptarse a los horrores del ciberespacio clasificado X? ¿Podrá escaparle?

El fin confeso de la iniciativa nacional IT 2000 es simple: mantener indefinidamente para los 2,8 millones de habitantes del país una tasa de crecimiento anual de la productividad de entre 3 y 4 por ciento. IT es por supuesto la abreviatura de Information Technology y en este dominio los singapurianos encaran todo con mucha seriedad. El Consejo Nacional de Informática concibió un sistema de control de la inmigración capaz de verificar los pasaportes extranjeros en 30 segundos y los nacionales en 15. Los singapurianos sueñan con construir una ciudad de la información, totalmente coherente de arriba abajo. Imaginan vastas autorrutas de datos que lleguen a su ciudad y la atraviesen. Pero no parecen pensar que todo ello pueda afectarlos de alguna manera. Y nuestra estupefacción probablemente a ellos los soprenda. Por mi parte, tengo tendencia a pensar que si se revela que tienen razón habrá que sacar una conclusión bien triste, no sobre Singapur sino sobre la especie humana.

Y está el caso del holandés. Probablemente van a ahorcarlo. (*Finalmente lo ahorcaron.*) Johannes Van Damme, ingeniero, fue descubierto en posesión de una valija de doble fondo con 4,32 quilos de heroína, durante una escala en Singapur. Según las autoridades, Van Damme es una "mula", que aceptó transportar la valija hasta Atenas por 20.000 dólares. Su abogado dio una versión diferente: iba a comprar una alianza de matrimonio para su hija cuando en el aeropuerto un nigeriano muy amable le pidió si podía llevar una valija hasta Atenas. Fuera cual fuera la verdad, aquí la divisa es una: tolerancia cero. Como destacó un diario, Van Damme fue el primer "blanco" que debió pasar por una mierda de este tipo.

Cuando dejé Singapur, luego de que el taxista me llevara en tiempo récord al aeropuerto y saltando todas las luces rojas de los semáforos (*"muy temprano para policías"*) y que calentara a varios policías al fotografiar un papelito que encontré tirado en el suelo, cuando dejé el espacio aéreo de Singapur, entonces, aflojé el nudo de mi corbata.

RELATOS



WILLIAM GIBSON EN UN "DRAGÓN" ORWELLIANO

William Gibson es uno de los escritores estadounidenses de ciencia ficción más famosos. Considerado el papa de la literatura ciberpunk, en sus libros ha pintado un mundo totalmente regulado por computadoras (Neuromante, Luz Virtual). Un día decidió viajar a Singapur, uno de los "dragones" del sudeste asiático y ciudad "inteligente" por excelencia, e hizo este relato de un universo de pesadilla.

(Publicado en The Observer, Londres. Versión francesa: Courrier International. Traducción parcial del francés: DG)

La vía perdida de Ho Chi Minh

En 1978 el régimen vietnamita se alineaba con la URSS y rompía con la tradición de independencia de la vieja dirigencia. Con la caída del socialismo real, se iniciaron cambios ya inevitables pero que pueden conducir a que el país pierda "hasta el alma".

Es posible que Vietnam logre reinsertarse en la próspera espiral de la economía de mercado del Asia oriental y salga de su estado de dramática pobreza. La apuesta es dudosa, dada la carencia de infraestructuras. Pero hay riesgos mayores en el proceso que se abre: la destrucción de la mano de obra, el aumento de la diferencia entre áreas ricas y pobres, la exclusión de los más pobres del proceso social y aun de la posibilidad de sobrevivir, la devastación del medio ambiente en un territorio ya sometido al ecocidio de las tropas estadounidenses, la difusión de fenómenos como la prostitución infantil o la corrupción difusa y el retorno de la criminalidad mafiosa.

Es comprensible que la dirigencia haya decidido embarcarse en el peligroso viaje hacia la economía de mercado: en la situación en que se encontraba el país no le quedaba mucho margen. Tampoco se puede negar que esta elección llegó como la conclusión de un proceso iniciado en 1975 y que condujo a que en Vietnam se registrara una de las más graves de las múltiples derrotas que conoció el socialismo. Muchos de los vietnamitas que durante la lucha de independencia llamaban a apoyar su revolución ahora son testigos críticos de la línea impuesta por el poder y deben su escaso espacio de libertad a su prestigio internacional.

Por supuesto que la dirigencia vietnamita tiene sus atenuantes. Entre ellos: la feroz destrucción que la guerra causó en el plano material y sobre todo social; el precio de tres millones de vidas de jóvenes soldados y civiles; el embargo impuesto por Estados Unidos y las continuas maniobras de desestabilización de diversos servicios secretos; el cambio de la situación internacional que inducía a los chinos a sentirse atacados por vietnamitas que se negaban a denunciar a la URSS creyéndola capaz de derrotar a Estados Unidos en el plano global: las reivindicaciones nacionalistas sobre el delta del Mekong mantenidas por el régimen camboyano de Pol Pot, que exterminaba a los revolucionarios de su país ligados a los vietnamitas. Sería injusto e irracional no tener en cuenta estas circunstancias. Pero también hay que realizar un análisis crítico de lo que hizo desde 1975 la dirigencia de un partido comunista que antes había sabido sacar provecho de tantos factores internos e internacionales.

En 1975 la guerra nacional había sigo ganada, pero su herencia llevó a la toma de decisiones que dañaron la capacidad productiva y aun el consenso del sur. En un año se quiso precipitar una unificación política, institucional y administrativa de carácter autoritario y que aumentó diferencias antiguas y más recientes. La creación en el sur de una industria pesada basada en el modelo estalinista de los años treinta fue uno de los puntos de conflicto. También se aceleró la transferencia de mecanismos de colectivización aplicados en el norte. Los dirigentes nordistas trataron con demasiada desconfianza a los miembros del Frente Nacional de Liberación del Sur, a menudo intelectuales heterodoxos, no comunistas o comunistas antidogmáticos. Los puestos de poder en el sur fueron copados por los militares del norte, hijos de la **nomenklatura** formados en la URSS.

Y el propio partido se fue transformando. La generación formada por Ho Chi Minh fue cediendo paso a los jóvenes surgidos de las escuelas del PC, concebidas según el modelo soviético aun sin que ello supusiera una dependencia hacia la URSS. Ho Chi Minh no pudo lograr que se designara como su sucesor a su más estrecho colaborador, el general Giap, uno de los más populares dirigentes, conocido por haber colocado siempre sus ideales nacional-revolucionarios por encima de las consideraciones de partido. En su lugar fue elegido Le Duan, que tenía a su favor su pasado de resistente y largos años de prisión, pero que se reveló como un dirigente burocrático y dogmático, junto a Le Duc Tho.

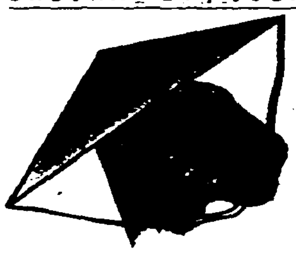
Los pasos decisivos fueron dados en 1978, con el alineamiento con la URSS, la polémica con China y el ataque a Camboya. Luego vinieron las invasiones chinas a Vietnam y la década de sangrientas operaciones militares en la Camboya ocupada, en un marco de total aislamiento internacional y de dependencia del sistema soviético incluso en la política económica.

Los debates internos desembocaron en el alejamiento de dirigentes históricos (como Giap) y en una vasta depuración tanto en filas del partido como del ejército. Esos cambios determinaron un antes y un después del 78. A partir de allí los dirigentes del sur fueron lisa y llanamente marginados y se redujo el espacio de las categorías sociales intermedias, mientras la minoría étnica en el norte debió sufrir las consecuencias de una política represiva; también fue perseguida la comunidad china, con consecuencias desastrosas para la economía de las áreas urbanas. El alineamiento con la URSS cortó a los intelectuales sus lazos con la cultura "de izquierda" europea y estadounidense, que tanto peso había tenido para que Vietnam gozara de un respiro internacional sin parangón en el mundo "socialista".

La continua crisis agrícola y el empobrecimiento de la sociedad impusieron a fines de 1986, ya bajo la conducción de la URSS por Gorbachov, cambios en la dirigencia del partido y del Estado, una limitada apertura al debate y sobre todo la adopción, al igual que en la China de Deng, de una política de abandono de la colectivización forzada de las tierras. Esto último dio sus resultados, porque rápidamente la producción agrícola creció y las necesidades en productos alimentarios volvieron a ser cubiertas. Luego la URSS colapsó, y los vietnamitas se vieron abandonados. Una vez más Vietnam demostró entonces las extraordinarias capacidades de la sociedad del Asia oriental de sobrevivir a las tragedias y los desastres. Pero fue obligado a vender todo: el arroz, que fue sustraído al consumo de los más pobres; el petróleo no refinado; los últimos árboles tropicales; la fuerza de trabajo de una mano de obra calificada remunerada con salarios de 30 dólares al mes por jornadas de 12-16 horas; las áreas suburbanas, que fueron cediendo lugar a las industrias y a los campos de golf; las costas, para instalar colonias de vacaciones para turistas; el sexo de las adolescentes de la costa oriental. Los economistas vietnamitas preguntan a quienes los critican desde el exterior: "y ustedes qué hicieron por nosotros en todo este tiempo?". Es muy difícil responderles.

Enrica Collotti Pischel

(Intelectual de izquierda italiana. Publicado en Il Manifesto, Roma. Traducción del italiano: DG)



VIETNAM, LA GUERRA TERMINÓ

Veinte años es mucho

Dos décadas debieron pasar para que Estados Unidos restableciera relaciones con Vietnam, al que ahora intenta convertir en socio comercial en una zona estratégica. Para el país socialista el "fin pleno" de la guerra le significará indispensables ingresos de divisas pero también nuevos peligros.

La reanudación de relaciones decidida la semana pasada por el presidente de Estados Unidos Bill Clinton es en realidad corolario de un proceso que se inició con el levantamiento del embargo comercial y prosiguió con la apertura de representaciones diplomáticas. Tras la supresión total del bloqueo, los festejos en Hanoi habían sido acompañados de brindis con Coca Cola y Pepsi Cola, distribuidas gratuitamente por empresas estadounidenses. Ya entonces, junto a la alegría despuntaba la inquietud, recuerda Nguyen Duc Nhuan, investigador vietnamita residente en París. Al día siguiente del levantamiento del bloqueo *"el país recibió las primeras partidas de créditos internacionales, que condujeron a numerosas inversiones privadas. Pero al mismo tiempo llegaban desde Alemania los dos primeros barcos cargados con mil toneladas de residuos domésticos contaminantes"*, señalaba el investigador en **Le Monde Diplomatique**. *"Cabe ahora preguntarse cuál será el precio que los vietnamitas deberán necesariamente pagar a cambio de la reanudación de relaciones con Estados Unidos y del fin completo de su aislamiento internacional"*, comentaba a su vez un analista de la Universidad de Michigan. Dirigentes de Hanoi señalaron en estos días que el país necesitaba la reanudación de relaciones con Washington *"como el agua"*, tanto en el plano simbólico, para *"poner fin en serio a la guerra"*, como en el material, para tener acceso a los créditos e inversiones necesarios a la recomposición de la economía.



El presidente estadounidense justificó su decisión de reanudar relaciones –tomada en un momento clave: 1996, año de elecciones presidenciales, hubiera hecho inviable una medida de ese tipo– en que en los últimos años Vietnam había estrechamente cooperado en la resolución del problema de los desaparecidos y prisioneros de guerra (véase recuadro) y que la normalización era indispensable para favorecer la *"democratización"* del antiguo enemigo. Pero a nadie escapa que las verdaderas razones de la medida están en otro lado (¿por qué Clinton no toma una iniciativa similar en relación a Cuba para "favorecer la democratización de ese país"?, se preguntaron en Estados Unidos opositores al bloqueo al que la isla está sometida desde hace más de 30 años). En realidad a Washington también "le conviene" buscar un ancla en esta pequeña porción del superpoblado continente asiático. Aun con todas sus dificultades y a un alto costo (en particular en lo social) Vietnam ha crecido mucho en lo económico en los últimos años y se pronostica que, en condiciones de "normalidad", pueda ser a mediano plazo uno más de los pujantes dragones del área. Estados Unidos está muy mal colocado en ese mercado nada despreciable de 73 millones de personas: con 550 millones de dólares, ocupa la octava posición entre los inversores extranjeros.

Pero también hay poderosas razones geopolíticas para que Washington intente abrazar a su antiguo enemigo: desaparecida la URSS y siendo Japón, según la fórmula, *"un gigante económico pero un enano político"*, Vietnam puede caer en "las garras" de una China que aparece cada vez más como la única potencia con suficiente poderío político y militar en el área.

Desde siempre Vietnam resistió al expansionismo de Pekín en la región, pagando por otro lado el precio de una excesiva sujeción a la URSS, admitida hoy por dirigentes del Partido Comunista local. Los dos países socialistas llegaron a enfrentarse militarmente a fines de los años setenta. *"Pero ahora las relaciones de fuerza en la región y en el mundo han cambiado y un país chico como Vietnam puede ser fácil presa de un coloso como China"*, analizaba un investigador del Instituto de Estudios Estratégicos de Londres. *"Hanoi deberá ahora estudiar si las contrapartidas que se le exigirán no le serán demasiado onerosas, tanto en el plano de una posible dependencia económica respecto de Estados Unidos, como en el político y en el del mantenimiento de al menos algunos de los principios de base del régimen. De lo contrario le puede pasar como a los regímenes del este europeo y perder hasta el alma"*, agregaba.

MÁS DE DOS MIL

Missing in action

Son más de 2.000 los soldados estadounidenses "perdidos en acción" durante el conflicto. Hasta último momento, la Legión Americana, que reúne a unos tres millones de veteranos de la guerra, hizo jugar todas sus influencias para impedir que el gobierno reanudara relaciones con Vietnam. Senadores republicanos también se movieron en el mismo sentido, estimando que el presidente Clinton era "el menos indicado" para evaluar si ahora Hanoi estaba teniendo una actitud positiva para esclarecer la suerte de los **missing in action** porque durante la guerra había sido pacifista. *"Reanudando relaciones con los comunistas estaremos privándonos de un instrumento de presión para saber qué pasó con nuestros soldados"*, afirmó el presidente de la Legión, Phil Budahn, fanático de las películas de Stallone y Chuck Norris. Otros veteranos, como Tom Fox, dos veces voluntario en la guerra, piensan que es hora de dar vuelta la página y dejar vivir tranquilo a un país que ya sufrió bastante por culpa de Estados Unidos. Como el personaje interpretado por Tom Cruise en **Nacido un 4 de julio**, Fox percibió los errores y horrores de la guerra al regresar a su país y ver cómo la policía reprimía a los pacifistas en Nueva York. Otro excombatiente dijo al diario **The New York Times** que de todas maneras entre los **missing** hay muchos que se quedaron a vivir en Vietnam entre otras cosas para expiar culpas y ayudar a reconstruir un país que habían contribuido a destruir y que sería *"hasta injusto"* evocarlos para negarse a restablecer relaciones con Vietnam.



CORTINA

Modelo para armar

La guerra de Vietnam sigue siendo para Estados Unidos, más allá del duelo de 20 años aún no terminado de realizar en la sociedad, motivo de *"reflexión prospectiva"*, según dijo un integrante de la empresa consultora BDM Internacional. En 1981 esta firma entregó a la Escuela de Guerra del Ejército un memorando titulado **Estudio estratégico sobre las lecciones de la Guerra de Vietnam.** Años más tarde la misma BDM concibió un modelo imaginario de los futuros posibles escenarios de conflicto en los que Washington se verá envuelto en el Tercer Mundo. Las tropas del ejército se preparan para ello en la base de Fort Chaffee, Arkansas. Su accionar transcurre en un país imaginario llamado Cortina, que podría ser cualquiera de América Central o por qué no de África, pobre, fundamentalmente rural e infestado por guerrilleros de un "Movimiento Nacional Revolucionario del Pueblo". Cortina tiene sus guerrilleros, sus policías, sus gobernantes locales, su gente de a pie, todos contratados por la BDM. Las tropas yanquis deben saber moverse "como pez en el agua", desarrollando una táctica absolutamente opuesta a la practicada en Asia.

Deben saber por ejemplo cómo llegar a la población, cómo recurrir a la represión selectiva, ser distantes y fuertes pero no agresivas, cómo ganarse a las autoridades locales. *"Serán necesariamente guerras de baja intensidad, que durarán largo tiempo y para las que hay que estar preparados y no pretender ganar en pocos meses"*, afirmó el consultor de la BDM.

BRECHA 21/7/95

Doi moi

Desde 1986 el gobierno conduce una política de reformas ("doi moi") centrada en el pasaje de una economía centralizada a una de mercado, aunque bajo control del Estado, que continúa definiéndose socialista.

* Las reformas tuvieron su mayor impulso en 1992, con la aprobación de la nueva Constitución. La privatización de la agricultura y la liberalización de los precios fueron dos de sus principios. Como resultado, el producto creció a una media anual de 4,6 por ciento entre 1985 y 1993 y aun más en 1994, el sector industrial progresó 10,5 por ciento en 1993 y la moneda, el dong, se revaluó 20 por ciento frente al dólar desde 1992.

La productividad del sector público, pese a las previsiones del FMI, resultó también estimulada, pero el rubro que más creció fue el de servicios, privatizados en 80 por ciento. Desde octubre rige una reforma que hace del dong la única moneda utilizable y se prevé que en poco tiempo abra la primera bolsa de valores.

* También se nota el potenciamiento de las empresas y organismos que dependen del Ejército Popular de Liberación (EPL), que aumentaron fuertemente sus dividendos e inversiones, incluso en asociación con empresas extranjeras. Globalmente, las **joint ventures** en que participa el EPL son apreciadas por los inversores extranjeros por su competitividad y la honestidad de sus dirigentes, que contrastan con la corrupción reinante en otras áreas del Estado. Altos oficiales del EPL se colocan incluso como defensores del medio ambiente, en particular de los bosques, masacrados para servir a la industria maderera, y de las ciudades históricas, víctimas de la especulación inmobiliaria.

* Las inversiones extranjeras alcanzaron 7.500 millones de dólares entre 1988 y los primeros seis meses de 1994 y en el mismo período fueron concedidas 800 licencias para la constitución de **joint ventures** a unas 500 firmas extranjeras. La mayor parte de esas inversiones se radicó en el sur, por sus mejores condiciones de infraestructura, lo cual reforzó las disparidades existentes entre un sur industrializado y un norte agrícola y pobre. Un obrero del sur gana dos veces más que uno del norte (50 y 25 dólares respectivamente). Los sectores donde se concentran los capitales foráneos son la industria y el petróleo, seguidos por el turismo, mientras que los principales países inversores son Taiwán, Hong Kong y Corea del Sur.

* El sector privado contribuye aún muy escasamente a la producción industrial, mientras que los créditos le siguen siendo esquivos y muy caros. La competencia de los productos de los países vecinos, masivamente importados, tampoco lo ayudan a despegar. Sin embargo, el dinero privado no falta: a fines de 1993 circulaban en Vietnam y entre los emigrados en Europa, Australia y Estados Unidos 2.000 millones de dólares.

* Para el 2000 el gobierno se propone duplicar el ingreso per cápita, para lo cual prevé realizar inversiones de alrededor de 40.000 millones de dólares, financiadas en una tercera parte por el Estado y el resto por el extranjero, incluido el FMI. Dos de las condiciones impuestas por el FMI y el Banco Mundial para que los créditos fluyan normalmente son la aceleración de la transformación del aparato del Estado y la privatización de las empresas públicas.

* En el gobierno hay quienes temen que las reformas lleven a una dominación de la economía por el capital exterior. En 70 por ciento de las empresas conjuntas existentes los socios extranjeros poseen entre 60 y 80 por ciento de los capitales. Tran Bach Dang, consejero del primer ministro, señala que otros países de la región han conocido una dominación de este tipo pero lograron controlarla gracias a una política de ahorro interno y de formación de elites económicas y políticas. También dice que Vietnam no puede darse el lujo de desaprovechar su última oportunidad de salir de la miseria, como lo hizo en 1975.

* Este año Vietnam ingresó a la Asociación de Estados del Sudeste Asiático (ASEAN), una suerte de OTAN de la región y bastión anticomunista durante la guerra fría.

* En junio de 1994 se aprobó un código de inversiones extranjeras y un código del trabajo que incluyó, por primera vez, el derecho de huelga. El aumento de la inflación en los últimos meses ha provocado una conflictividad social sin precedentes.

* Uno de los **handicaps** del país es su sistema educativo, a la vez estalinista y muy venido a menos. A fines de 1993, Truong Tan Sang, intendente de la ciudad Ho Chi Minh, afirmaba: *"con nuestro sistema de enseñanza actual, ningún despegue económico es posible"*. En ese mismo año, las autoridades debieron esforzarse para encontrar entre los 700.000 licenciados de la educación superior una decena de cuadros suficientemente formados para trabajar en las empresas conjuntas.

* El debate público continúa siendo cercenado y la represión sigue golpeando a los opositores políticos y a los intelectuales. ¿Puede haber un desarrollo durable si la ley del mercado no es contrabalanceada por el fomento del debate democrático y cultural?, se preguntan opositores internos.

(Datos de **Le Monde Diplomatique** e **Il Manifesto**)

Página/12
EN EE.UU.

(Por Mónica Flores Correa, desde Nueva York)

El fin de la Guerra Fría dio ayer otro retoño en la reanudación de relaciones diplomáticas entre Estados Unidos y Vietnam. La renovación de los vínculos con el pequeño país de Asia, considerado hace veinte años como "peligrosamente expansionista y protegido por la archienemiga Unión Soviética, fue, casi mayoritariamente, bien recibida en los círculos políticos de Washington, que ven ahora un nada despreciable socio comercial en el enemigo de antaño que logró derrotarlos. Hubo excepciones, claro, entre los ultraconservadores de siempre y el bastante poderoso lobby de las familias que tienen parientes desaparecidos en acción. Los críticos aprovecharon para enrostrarle, una vez más, a Bill Clinton que él no tenía autoridad moral para tomar esta decisión porque se opuso a la guerra y evitó alistarse. Clinton aseguró que esas posturas de su juventud no habían interferido en este último episodio, no habían hecho más pesada la decisión. Aquellos que prefieren ver el mundo de las relaciones internacionales como delicados –y no tan delicados– juegos de equilibrio, dijeron que la normalización de esta relacion bilateral no es tan casual, "en un momento en que los vínculos con China se están deteriorando mucho".

"Este momento nos ofrece la oportunidad de restañar nuestras heridas", afirmó Clinton en la ceremonia de ayer, en la que participaron, además de algunos congresistas, miembros de los sectores más resentidos por el conflicto, los militares y las familias de los combatientes desaparecidos. Es ampliamente reconocido que la derrota sufrida en Vietnam, en la que murieron unos 58.000 norteamericanos, alteró completamente la visión de las fuerzas armadas estadounidenses acerca de su participación en guerras. También redujo, en parte, el afán intervencionista característico de esta superpotencia.



Esta niña le puso rostro al horror de Vietnam.
Phan Thi, que hoy vive en Canadá huyendo del napalm norteamericano.

"Si no puedes derrotar a un enemigo, conviértelo en tu socio", reza un proverbio que Estados Unidos ha aplicado con Vietnam, el pequeño país asiático que hace 20 años le hizo morder el polvo de la derrota a la nación más poderosa sobre la Tierra. Ayer Bill Clinton anunció la reanudación de las relaciones diplomáticas.

EE.UU. REANUDA RELACIONES CON VIETNAM

DE ENEMIGO A SOCIO

12/7
P.12

Como engranaje facilitador de este proceso, para que la opinión pública no opusiese mayor resistencia frente a lo decidido por la administración, actuó el diputado republicano John Mc Cain de Arizona que fue prisionero de guerra durante seis años. En varias entrevistas televisivas, el representante declaró que la "cooperación que ellos (los vietnamitas) han demostrado en el tema de los prisioneros y de los desaparecidos ha sido significativa". Unos 2200 militares estadounidenses todavía continúan desaparecidos. No obstante, la administración Clinton ha insistido en que Vietnam ha tenido una actitud abierta, poniendo a disposición documentos y otro tipo de datos para contribuir en la penosa investigación.

"Pienso que esta normalización es un paso apropiado y creo que siempre ayuda que dos países puedan mantener relaciones diplomáticas normales", dijo a **Página/12** el especialista en relaciones exteriores William Rogers, quien fuera subsecretario del Departamento de Estado durante el gobierno de Richard Nixon.

"En Washington, la actitud hacia esta reanudación de relaciones es mayoritariamente favorable, y en esto incluyo a los republicanos", dijo y agregó: "En desacuerdo sólo pondría a una minoría, integrada principalmente por los familiares de los MIA (perdidos en acción o "missing in action"). Clinton prometió, sin embargo, continuar con la presión sobre el gobierno del país oriental para lograr un total esclarecimiento de la situación. "Con esta nueva relación, podremos avanzar más en esa dirección", dijo.



El factor económico, Vietnam como un mercado potencial muy interesante, tuvo naturalmente peso en esta normalización. Rogers apuntó las virtudes comerciales del viejo antagonista y señaló: "Con nuestros enemigos de la Segunda Guerra Mundial, Japón y Alemania, reanudamos relaciones mucho más rápidamente, y muy pronto se convirtieron en nuestros aliados, creando así un productivísimo intercambio comercial.

"El pensamiento generalizado en Washington es que relaciones normales e intercambio comercial nos pueden dar una mayor influencia en Vietnam", comentó el experto. Según lo que también se comentó ayer en EE.UU., Vietnam ha hecho saber desde hace bastante tiempo que estaba deseoso de poner en el pasado los viejos rencores, ya que ve al antiguo objeto de su humillación como un buen inversor muy aprovechable. Virginia Foote, vocera del Consejo Comercial Estadounidense-Vietnamita, dijo a una de las agencias de noticias que desde que Clinton levantó el embargo, en febrero, compañías norteamericanas invirtieron 520 millones de dólares, convirtiendo a EE.UU. en el octavo inversor más importante que tiene Vietnam.

Interrogado acerca de si esta normalización diplomática con un antiguo enemigo se inscribe en un marco de política exterior más amplio, un deseo de conciliación con viejos remanentes de la Guerra Fría como quizá estaría sucediendo también con Cuba, Rogers opinó que los dos casos son muy diferentes. "Mi impresión es que las relaciones con Cuba todavía son muy malas. *Apenas se han dado algunos pasos en la política inmigratoria, pero el sentimiento negativo hacia Fidel Castro todavía es muy intenso.*" Al preguntarle si calificaría de amistosa la actual relación con Vietnam, el ex funcionario dijo que la llamaría "correcta".

"Al analizar esta nueva instancia, creo que no hay que olvidar el hecho de que la relación de nuestro país con China se ha deteriorado mucho últimamente. Normalizar relaciones con Vietnam sirve potencialmente para recuperar el equilibrio, si el desacuerdo con la inmensa China se profundiza". En EE.UU., ayer también se comentó que el propio Vietnam tiene preocupaciones estratégicas con respecto a su enorme rival en Oriente y también, por esta razón, ha buscado ansiosamente la reanudación de relaciones con la superpotencia occidental.



Por Walter Goobar

Paz con Vietnam, o guerra en Cortina

En 1969, cuando la guerra de Vietnam se hallaba en su etapa más cruenta, los colaboradores del secretario de Defensa Melvin Laird introdujeron en una de las supercomputadoras del Pentágono todos los datos relativos al conflicto y preguntaron: "¿Cuándo vamos a ganar?". Luego de procesar el cúmulo de información, la computadora emitió una respuesta lacónica y tajante: "Ganaron en 1964".

Las computadoras tienen fama de tercas pero raras veces se equivocan. La guerra de Vietnam significó un desgarro mortal para los norteamericanos. Su testamento más claro lo escribió Norman Mailer en 1965 y se llamaba justamente *Un sueño americano*. La ruptura de ese sueño tuvo su equivalente histórico con la caída ideológica de la Unión Soviética. Las grandes utopías que se disputaban el futuro del mundo y que pasaron en la práctica a la sublimación, al desgaste, o a la nada.

A diferencia de la derrota en Corea que pudo ser disfrazada, Vietnam fue la primera guerra oficialmente perdida por EE.UU.: implicó una retirada sin condiciones, un abandono vergonzoso de quienes habían sido sus aliados y colaboradores (colaboracionistas) y desencadenó divisiones tan profundas que las heridas aún no han terminado de cicatrizar. EE.UU. no sólo perdió en el campo de batalla sino en el interior del país, donde ganaron terreno el movimiento pacifista y los hippies y una cultura en la que la derrota se prolongó durante años en forma de continua reflexión.

Actualmente, el ejército de Estados Unidos está entrenándose nuevamente para luchar contra levantamientos en países del Tercer Mundo poblados por campesinos y ejércitos guerrilleros. El país imaginario que se llama "Cortina" está ubicado en Fort Chaffee, una base del ejército en el estado de Arkansas, hogar de Clinton. Los pueblos de Cortina están diseñados para parecer verdaderos, con calles polvorientas, carros tirados por caballos, y cantinas donde se escuchan canciones latinoamericanas. A las tropas se les enseña que no deben ser demasiado amistosas, pero tampoco innecesariamente agresivas.

Diez veces al año, brigadas de 5000 soldados cursan el programa especial de entrenamiento. El ejército guerrillero, formado por el primer batallón del Regimiento de Paracaidistas de Infantería 509, se llama a sí mismo el "Movimiento Nacional Revolucionario del Pueblo". La policía, el ejército, las autoridades civiles de Cortina son "extras" contratados por una firma consultora de defensa llamada BDM International. La empresa que tiene su sede en Arlington, Virginia, es la misma que en 1981 elaboró por encargo de la Escuela de Guerra del Ejército de EE.UU. una investigación sobre la táctica, la estrategia y la política aplicada por EE.UU. en la guerra de Vietnam. La BDM entregó a sus clientes un estudio de ocho volúmenes y 3500 páginas titulado *A Study of the Strategic Lesson Learned in Vietnam* (Estudio estratégico sobre las lecciones aprendidas en Vietnam), que inmediatamente fue caratulado de secreto por el Pentágono, aunque posteriormente sirvió de base para la elaboración de la actual doctrina bélica estadounidense.

Las tropas se enfrentan a violentas manifestaciones por parte de los campesinos, que en algunos casos son utilizados como "escudos humanos" por los guerrilleros. Los soldados aprenden cómo relacionarse con las autoridades de Cortina, qué sospechosos liberar y cuáles mantener cautivos para "ganar los corazones y las mentes de la población".

Esta operación revela un replanteo por parte del Pentágono sobre el tipo de guerra que sus tropas librarán en el futuro. Mientras mantiene la capacidad para pelear guerras convencionales a gran escala, losprogramas de Fort Chaffee muestran el renovado interés del Pentágono por las operaciones de baja intensidad.

Para cuando el presidente Clinton enfrente su próxima elección, toda la infantería regular de Estados Unidos y muchas de las unidades de reserva estarán preparadas para librar las "largas y sucias" insurrecciones en el Tercer Mundo que Estados Unidos no ha enfrentado desde Vietnam. Tal vez Clinton ni siquiera lo sepa, porque al hablar de EE.UU. se está hablando de una entidad que vive y se manifiesta por sí misma. En la irracionalidad actual puede haber sido una computadora la que ha determinado que hay que volver a una imagen de destino o de fatalidad.

HANOI SE INTEGRA A LA COMUNIDAD INTERNACIONAL

Un verdadero fin para el conflicto

12/7/95 CLARIN

MADRID, (Especial para Clarín). – Para **Vietnam**, ayer fue el **verdadero fin de la guerra**, y otra vez tendría su pueblo que festejar la "¡Giai Phong!" (¡Liberación!), como cuando el 30 de mayo pasado conmemoraron en la ciudad Ho Chi Minh, la ex Saigón, el 20 aniversario de la reunificación de su patria. **A partir de este día, Vietnam se incorpora** plenamente a **la comunidad** internacional habiendo hecho las paces en el plano diplomático con la única superpotencia ahora existente, a la que derrotó en una guerra heroica y atroz.

Los vietnamitas evitaron en aquellos festejos ofender a los norteamericanos, porque "tenemos que conseguir el reconocimiento diplomático antes de fin de año ya que en 1996 el presidente Clinton no podrá tomar esa iniciativa por la campaña electoral", explicó entonces a **Clarín** un colega vietnamita.

Esperando el gran paso

Hace un año y medio, Clinton terminó con el bloqueo económico y en 1994 se inauguraron oficinas de contacto diplomático en Hanoi y Washington. Era un avance, pero los norteamericanos seguían sin dar el gran paso y convertirse en **buenos socios capitalistas** del nuevo Vietnam. Las inversiones de EE.UU. no superan los 400 millones de dólares y solo trabajan un centenar de empresas estadounidenses. El reconocimiento diplomático **abre las puertas** no solo a las inversiones sino a la **cooperación científico-tecnológica** y al turismo internacional. Ya nadie duda de que falta poco para que Vietnam sea el nuevo "tigre de Asia".

Ahora se trata de ganar definitivamente la batalla de la Do Moi, la "renovación", que desde 1986 terminó con la rígida economía centralizada y **enfiló hacia una modernización económica** que ha permitido a uno de los países más pobres del mundo conocer los beneficios del desarrollo.

Los EE.UU. no han hecho nada más que reconocer la importancia de Vietnam tanto desde el punto de vista político como económico en el sudeste de Asia, la **región que con más pujanza crecerá en los umbrales del siglo XXI**.

Vietnam para frenar a China

Vietnam es mucho más que un apetitoso mercado de 73 millones de habitantes fieles a la ética de Confucio sobre la disciplina, la familia y el trabajo que, por ahora, coexisten con un régimen comunista convencido de que su supervivencia está ligada a esa prosperidad. Japón es en el área un coloso económico pero un *enano político* y es **China** la que aparece cada vez más como la candidata a la **hegemonía política y militar**.

Para mantener a raya a Pekín, Washington necesita, lo mismo que el resto de las potencias occidentales y Japón, fortalecer y consolidar el poderío de Vietnam, un secular adversario de los chinos. La prosperidad es la mejor arma para crear un **Vietnam fuerte** que logre que la bonanza económica se extienda a Camboya, Laos y Birmania. La decisión de los EE.UU. tiene una extraordinaria repercusión interna: los partidarios de la modernización y de una sociedad más abierta van ganando la partida.

Juan Carlos Algañaraz

El autor cubrió en 1975 el final de la guerra de Vietnam y visitó recientemente ese país durante las conmemoraciones por el vigésimo aniversario de la conclusión de la sangrienta contienda.

Buena letra: Bill Clinton intentará normalizar relaciones con Gobierno de Viet Nam

La suerte de 2.202 soldados norteamericanos y las exigencias a las autoridades vietnamitas a que colaboren para esclarecer su paradero, ha sido uno de los puntos más espinosos del proceso emprendido por el presidente de EE.UU.

8/7/95 Lobo

Washington. El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, planea anunciar en breve la total normalización de las relaciones diplomáticas con Vietnam, lo que culminaría el proceso de mejora gradual de los lazos con las autoridades vietnamitas que comenzó cuando asumió el poder.

Según fuentes del Gobierno, el anuncio se espera para mediados de la próxima semana, antes de que el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, visite a final de mes Vietnam dentro de una gira por Asia.

Christopher se convertirá así en el primer secretario de Estado norteamericano que visita esa nación desde la derrota del Gobierno vietnamita apoyado por Estados Unidos y la consecuente caída de Saigón (actual ciudad Ho Chi Minh) en manos de los comunistas, en 1975.

Según las fuentes, que pidieron no ser identificadas, la decisión de restablecer plenas relaciones con Vietnam responde a las recomendaciones hechas a Clinton por sus asesores del Consejo de Seguridad Nacional.

Hasta ahora el portavoz del Departamento de Estado, Nicholas Burns, había admitido que habría pronto una decisión al respecto, pero no había dado pistas sobre el sentido de tal decisión.

Burns, sin embargo, dijo que el Gobierno estudiaba nuevos documentos entregados por las autoridades vietnamitas sobre las investigaciones de los militares estadounidenses que están dados como desaparecidos desde la guerra de Vietnam.

La suerte de esos 2.202 soldados norteamericanos y las exigencias a las autoridades vietnamitas a que colaboren para esclarecer su paradero ha sido uno de los puntos más espinosos del proceso, por la oposición existente en el Congreso y entre los veteranos de guerra para que no se normalizaran las relaciones hasta que se [illegible] esos casos.



Según las fuentes, Clinton ha mantenido su promesa de tener en consideración este punto a la hora de tomar [illegible], pero la colaboración de las autoridades [illegible] la plena normalización de relaciones diplomáticas.

La pasada semana, el Pentágono alabó el gesto de Vietnam de entregar una última serie de documentos, [illegible] como los más informativos recibidos hasta la fecha respecto a las investigaciones sobre los desaparecidos en combate.

La Casa Blanca, que ya ha intercambiado este año con el Gobierno de Hanoi la apertura de oficinas de negocios en sus respectivas capitales, posteriormente se hizo eco de esos elogios.

Desde que asumió el poder, en enero de 1993, Clinton ha avanzado en la progresiva normalización de relaciones con Vietnam, y ha aducido para ello consideraciones de carácter comercial, políticas y estratégicas, a pesar de las protestas de los sectores del Congreso que se oponen a esa política.

Los más conservadores que se oponen a la normalización de relaciones con Vietnam están encabezados por el líder de la mayoría republicana en el Senado, Robert Dole, que aspira a suceder a Clinton tras las elecciones de noviembre de 1996.

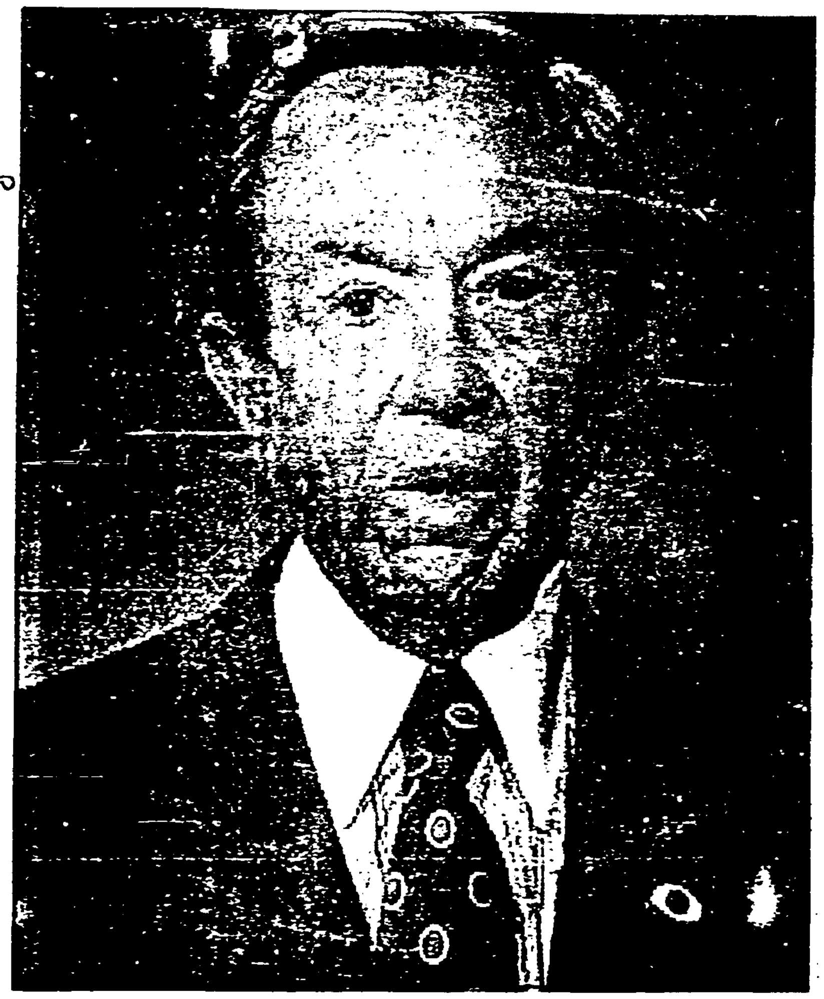
Por ese motivo, se espera que el asunto de Vietnam y lo militar, en general, -Dole es un veterano de la Segunda Guerra Mundial y Clinton evitó ingresar a filas durante la Guerra de Vietnam- sea uno de los temas electorales de cara a los comicios de 1996.

Pero en el Congreso, donde han surgido iniciativas que impedirían financiar una embajada en Vietnam si Clinton no certifica que Hanoi coopera en el asunto de los desaparecidos en combate, hay también sectores que apoyan la normalización de relaciones, entre ellos algunos legisladores veteranos de guerra.

Según las fuentes, Clinton ha sopesado las consecuencias políticas de esta decisión y ha decidido que no tiene por qué ser algo que le afecte negativamente en las elecciones.

Asignatura pendiente: secretario de Estado Warren Christopher visitará Viet Nam

A partir de esta nueva etapa se dará prioridad a las facetas económica, comercial y científico-técnica en colaboración con Estados Unidos, cuyas empresas ocupan el octavo lugar en materia de inversiones, declaró el vicecanciller vietnamita.



La visita del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, a Viet Nam, la primera de un funcionario americano de tan alto rango en más de veinte años, tiene el «beneplácito» de Hanoi tras la decisión de Washington de restablecer relaciones diplomáticas entre ambas naciones.

«Nos congratulamos de esta iniciativa y expresamos el deseo de que este paso cree oportunidades para que ambas partes traten asuntos de interés bilateral y de esta zona» afirmó ayer miércoles, el viceministro vietnamita de Exteriores, Le Mai, en conferencia de prensa.

Ante más de un centenar de periodistas extranjeros y nacionales, Le Mai manifestó la esperanza de que, durante la estancia de Christopher en Viet Nam, sus contactos con el ministro de Exteriores vietnamita, Nguyen Manh Cam, permitan precisar los detalles y dar los primeros pasos en lo que se refiere al restablecimiento de vínculos diplomáticos plenos.

El anuncio de la visita de Christopher, confirmada en Hanoi, se ha producido después de que el presidente estadounidense, Bill Clinton, decidiera reanudar las relaciones con Hanoi.

Le Mai hizo mención de los puntos que se tratarán durante la visita de Christopher, entre los que se incluyen la apertura de embajadas en ambas capitales y el nombramiento de sus respectivos embajadores.

Asimismo, discutirán por primera vez los principios que regulen esos nexos sobre la base del «respeto a la independencia y soberanía, igualdad y ventajas mutuas».

Le Mai precisó que, «a partir de esta nueva etapa», se dará prioridad a las facetas económica, comercial y científico-técnica en colaboración con Estados Unidos, cuyas empresas ocupan el octavo lugar en materia de inversiones entre medio centenar de competidores.

El viceministro de Exteriores opinó que la normalización de las relaciones entre Estados Unidos y Viet Nam rebasa el marco del interés de los dos países para beneficiar la estabilidad del mundo, particularmente del área Asia-Pacífico.

Le Mai reiteró que el Gobierno vietnamita sigue la política de la diversificación de sus intercambios económicos y políticos con todas las naciones y señaló que, en este momento, Viet Nam posee vínculos con 154 países.

«Esta es la primera vez, desde el fin de la Segunda Guerra Mundial, que Hanoi tiene lazos con todas las potencias,» dijo Le Mai, que habló con los corresponsales en la sala principal de la Casa de Huéspedes Ilustres del Gobierno vietnamita.

El viceministro de exteriores confirmó que, en los próximos días, Viet Nam firmará un acuerdo de colaboración económica, comercial y técnica con la Unión Europea, para lo que el ministro de Exteriores, Manh Cam, viajará a Bruselas.

Le Mai ratificó que el próximo día 28 de julio, Viet Nam ingresará en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN) como miembro pleno, durante una reunión de ministros de Exteriores del grupo que se celebrabrá en Brunei y a la cual asistirá también Christopher.

El viceministro vietnamita hizo hincapié en que, en la regularización de relaciones con Estados Unidos «no ha habido condiciones ni precondiciones» de ninguna de las dos partes

Nunca después de una contienda, incluida la Segunda Guerra Mundial, «antiguos rivales han tenido tan estrechos lazos y buena voluntad como Estados Unidos y Viet Nam en la búsqueda de los soldados desaparecidos» (1618 militares estadounidenses, de los que 55 pueden estar vivos, según Washington), dijo Le Mai. «Nosotros hemos sufrido muchas pérdidas y reconocemos más que nadie esa tarea como un asunto exclusivamente humanitario», dijo finalmente el viceministro Le Mai, quien podría ser el primer embajador vietnamita en Washington según informaciones sin confirmar.

Otro candidato señalado en círculos oficiosos como posible jefe de la misión vietnamita en Washington es el representante vietnamita ante la ONU, Le Bang.

07-07

950943

9509433
TAIWAN Y LA ONU
EL PAIS.
12-07-95
11876
107638
514643
001889

TAIWAN Y LA ONU

En ocasión de celebrarse el cincuentenario de la fundación de las Naciones Unidas, vuelve a plantearse la exclusión que, de la misma, se hace de la República de China en Taiwan (ROC). Es que, luego de haber sido uno de los miembros fundadores de dicha organización mundial —y de haber permanecido en ella durante 26 años— la ROC fue obligada a ceder su asiento a la República Popular de China y a retirarse de la ONU, en 1971.

Así planteadas las cosas, el canciller taiwanés, Sr. F.F. Chien, dirigió una carta al Secretario Gral. de la ONU, Dr. Boutros Ghali, oficializando una solicitud formal de su gobierno para integrar nuevamente, la ONU. 12-7-95 EL PAIS

Las razones que allí se aducen, son las siguientes:

—La resolución 2758, de la vigésima sexta As. Gral. de la ONU —que excluyó a Taiwan— no es ni completa ni justa porque da representación sólo al pueblo chino del continente y no, también, a los 21 millones de chinos que forman parte de una comunidad política soberana que nunca estuvo bajo la jurisdicción de la República Popular de China.

—La ROC siempre se ha esforzado, aun cuando fue obligada a retirarse de la ONU, por implementar la democratización política y el desarrollo económico, ambos ya logrados plenamente.

—Taiwan mantiene vínculos diplomáticos con 29 países y relaciones comerciales con la mayor parte de los países del mundo, incluso con la R. Popular de China (indirectamente, aunque es el segundo inversor mundial en ella).

—Taiwan ama la paz y la fomenta, y cumple con los principios contenidos en la Carta de las Naciones Unidas. En su propia Constitución, en el art. 141, cap. XIII —que se refiere a la "política nacional fundamental"— figura su propósito de "Respetar la Carta de las Naciones Unidas".

—La ONU ha aceptado y aplicado el principio de la representación paralela por parte de países divididos (las ex Alemania Occidental y Oriental y las actuales Nor y Sur Corea).

—¿Qué impedimento legal existe, pues, para que la ROC en Taiwan —surgida como derivación de una guerra civil que terminó, en el continente, con la República fundada en 1912 pero ésta continúa en la isla —no tenga su legítima representación en las Naciones Unidas?

—El espíritu de universalidad —que postula la ONU en su integración— avala, por último, la aspiración de Taiwan de volver a ser miembro de las Naciones Unidas.

Por nuestra parte, agregamos que la exclusión de la ROC constituye, hoy en día, un absurdo jurídico moral, político y práctico.

En otras palabras: implica calificar como verdadero paria a un Estado soberano, con más habitantes que la inmensa mayor parte de los países miembros de las NNUU, y con un potencial económico, financiero y tecnológico que lo sitúa entre los más influyentes y vigorosos del planeta.

Si esto no es absurdo, ¿qué es?

Esperemos que así también lo entienda nuestro país y que obre en consecuencia.

9509433

9509434
Despliegue militar chino en TAIWAN
EL PAIS
23/07-95
11876
507638
514643
11164
11830

Emplazan Modernos Aviones en la Costa y Efectúan Maniobras en Mares Cercanos

ALARMA EN TAIWAN POR EL DESPLIEGUE MILITAR CHINO

El despliegue de modernos aviones de combate en la costa de China Popular y el desarrollo de ejercicios militares con utilizaciones de misiles en el mar que rodea a la isla, provocan inquietud en Taipei. El litigio sino-taiwanes volvió a tomar temperatura ante los intentos del gobierno de la isla de lograr su reconocimiento por las Naciones Unidas. 23/7

TAIPEI, TAIWAN, 22 (AP). — China, en una medida que seguramente aumentará las ya crecientes tensiones con Taiwán, ha emplazado sus aviones de guerra más modernos a lo largo de su costa oriental frente a la isla, dicen hoy versiones de prensa.

El emplazamiento se produce mientras China realiza pruebas con proyectiles en el Mar Oriental de la China, frente al norte de Taiwán.

El China Times Express, citando a funcionarios taiwaneses no identificados, dijo que un número no precisado de MiG-21 fueron desplegados la semana pasada cerca de la base militar de Nan-...

Atribuyó a esos funcionarios haber calificado la medida de "extremadamente inamistosa" debido a que por lo general China mantiene esos aviones en el interior.

China ha reaccionado airadamente a las recientes iniciativas diplomáticas taiwanesas, especialmente la visita extraoficial del presidente de Taiwán, Lee Teng-hui, a Estados Unidos en junio, y la gestión de Taiwán por reincorporarse a las Naciones Unidas.

Pekín, que considera a Taiwán una provincia renegada, teme que un reconocimiento internacional más firme de Taiwán aliente a la isla a declarar la independencia.

El martes, China solicitó a los barcos y aviones extranjeros a mantenerse alejados de una zona en el Mar Oriental de la China, frente al norte de Taiwán, durante una semana a partir de ayer para efectuar pruebas con proyectiles.

Los chinos dispararon dos proyectiles de corto alcance ayer por la madrugada desde la base militar de Loping, en la provincia sudoriental de Jiangxi, dijo el China Times, citando funcionarios militares no identificados.

Los proyectiles tierra-tierra no portaban explosivos, dijo el United Daily News. Tienen un alcance de 580 kilómetros, que podría llegar hasta las aguas al norte de Taiwán, dijo un funcionario del ministerio de defensa de la isla.

Funcionarios taiwaneses han condenado las pruebas chinas como una amenaza a la paz regional, pero el primer ministro Lien Chan dijo hoy a una reunión de eruditos que Taiwán seguirá buscando la cooperación económica con China para poner fin "al enfrentamiento y la división".

EL PAIS

Elección en Japón

TOKIO, 22 (REUTER). — Dirigentes políticos hicieron hoy un último y desesperado llamado a los desilusionados japoneses para que voten en las elecciones parlamentarias del domingo, pero estos parecían pensar si valdría la pena salir bajo la lluvia para cumplir con esa tarea.

En disputa está la mitad de los escaños en la Cámara Alta, de 252 miembros, que tiene sólo poderes limitados y no está involucrada en la elección del primer ministro.

Sin embargo serán los primeros comicios nacionales en dos años y son considerados por los partidos de la coalición gobernante como un referendo para el gobierno del primer ministro Tomiichi Murayama.

9509434

01-02

LA MAÑANA
3|07

Comunicado de la oficina de Taipei

31/7 La Ma

Tal como había anunciado, China Continental hizo las pruebas de lanzamiento de 6 misiles intercontinentales durante cinco días en la zona del Mar Oriental a 150 kilómetros al Norte de la isla de Taiwán, causando una pérdida de ocho millones de dólares aproximadamente a los pescadores que normalmente faenan en esa zona, alrededor de 500 barcos, así como importantes pérdidas a las compañías de transporte aéreo que vuelan la ruta de Taipei a Corea y otros destinos, que deben atravesar la referida zona de inteligencia aeronáutica.

Estos ensayos crearon una atmósfera de tensión entre los países del sudeste asiático temerosos de que se reinicie una carrera armamentista por parte de China Continental, poniendo en peligro la paz y la estabilidad de la región.

Por todo ello condenamos esa actitud agresiva y hostil de la República de China en Taiwán a pesar de que éste último manifestó a través de su Presidente Dr. Lee Teng Hui y otras autoridades, la voluntad y el deseo de llegar a una unificación pacífica y definitiva entre ambas partes.

Hacemos un llamado para que todos los países amantes de la paz condenen también esta acción belicista que atenta contra la seguridad y la atmósfera pacífica de la región del Asia Pacífico a fin de frenar el impulso militarista y hegemónico del gobierno de China Popular.

Corea del Sur y sus Empresas (III)

SAMSUNG: UNA FILOSOFIA GESTIONARIA Y DE PRODUCCION INSERTADA EN EL SIGLO XXI

Un desarrollo espectacular, como el conocido por el grupo Samsung y otros de los grandes chaebols coreanos, hubiera sido imposible sin la existencia de una compenetración entre las metas nacionales y las empresariales, mediante la cual el gobierno formula políticas-marco y deja la iniciativa en manos del sector privado.

EL PAIS en Corea
•por HUASCAR TOSCANO

Hay líneas generales e incluso se pusieron en práctica planes quinquenales apuntando a determinados logros, y en sentido puede hablarse de una economía planificada, que —empero— no debe confundirse con el tipo de planificación que habitualmente arruina a los países del llamado "socialismo real": de esto, las pruebas están a la vista. La planificación al estilo comunista ha logrado, en Corea del Norte, un desarrollo importante de la industria nuclear y el país está a dos pasos de producir su propia bomba atómica, pero mientras tanto debe recurrir a sus vecinos del Sur y a Japón para paliar un grave déficit alimentario: en el norte hay plantas nucleares pero no suficiente arroz.

La planificación en Corea del Sur permitió pautar la transformación del país, el paso de la economía agrícola a la industrial alimentada por la exportación sin crear tales desiveles. El sector de población dedicado a la agricultura se fue reduciendo pero el agro no perdió capacidad productiva a pesar de la transferencia masiva de mano de obra al sector industrial.

EL MARCO GUBERNAMENTAL

A lo largo de los años distintos gobiernos sureños fueron creando las estructuras necesarias para sustentar una política de desarrollo basada en las exportaciones. Después de la caída del presidente Syngman Rhee (1960) un golpe de estado llevó al poder al general Park Chung Hee en 1961 (gobernaría hasta su asesinato en 1979, siendo sucedido por otros gobiernos militares hasta 1993, cuando asumió el actual presidente Kim Young Sam, el primer gobernante civil surgido de elecciones libres). No es casualidad que una de las primeras medidas del gobierno del general Park, en 1962, fuera la creación de la Corporación Coreana de Promoción del Intercambio Comercial (KOTRA), que hoy cuenta con 81 oficinas en 65 países para identificar nuevos mercados, distribuir información, identificar oportunidades de intercambio y publicitar los productos coreanos en el extranjero. La labor de KOTRA se complementa con la de otras oficinas estatales, el Ministerio de Comercio, Industria y Energía y con las redes comerciales establecidas a lo largo de los años por las principales empresas nacionales, que a su vez están agrupadas en la Federación de Industrias Coreanas, la Cámara Coreana de Comercio e Industria y la Asociación Coreana de Comercio Exterior: esta última, con 40.000 firmas asociadas, incluye prácticamente todas las empresas que realizan cualquier tipo de transacciones comerciales internacionales. Dentro de este esquema, las empresas encuentran amplio camino para moverse.



El presidente del Grupo Samsung Lee Kun Hee: una filosofía empresarial para el siglo XXI.

SAMSUNG: LA "SEGUNDA FUNDACION"

En 1993, al cumplir su 55° aniversario, el Grupo Samsung inauguró lo que el presidente del mismo Lee King Hee denominó "la segunda fundación". Implica nada menos que un ambicioso cambio en toda la filosofía de la empresa. Lee entiende que el énfasis debe ponerse ahora en la calidad antes que en la cantidad: Samsung debe apuntar, dice su presidente, a producir productos perfectos para un mercado internacional cada vez más competitivo y para consumidores cada día más exigentes. Alcanzar esta meta implica primero motivar —y capacitar— al personal para alcanzar nuevos límites de excelencia. El funcionario de Samsung, además de ser uno de los mejores pagos del país, debe disfrutar de otros beneficios que hacen a la calidad de vida de manera de poder encontrarse en condiciones de contribuir plenamente al esfuerzo del cambio cualitativo. Samsung puso mucho énfasis en un cambio de las horas de trabajo (ahora de 7 de la mañana a cuatro de la tarde, menos el descanso del mediodía) que permita a sus empleados regresar temprano a sus hogares y disponer de tiempo libre para dedicarse a la familia o actividades recreativas o aún a completar su educación mediante, por ejemplo, su asistencia cursos de idiomas extranjeros o clases de computación.

CON JAPON EN LA MENTE

En su Centro para el Desarrollo de los Recursos Humanos Samsung está creando una nueva generación de administradores, gerentes y responsables de áreas. Los funcionarios de nivel medio de la empresa pasan por lo menos 20 días al año por el Centro, que dispone de todas las facilidades para desarrollar estudios, seminarios, recreación y meditación. La atmósfera es de trabajo intenso, en un espacioso complejo de edificios modernos instalados en medio de un hermoso parque de prolijo césped. El ambiente transmite orden y serenidad: en verdad, es un centro de producción de personal. No hay secretos de las metas a las que apunta la empresa: en cua-

dros y gráficas colgados en las paredes el punto de referencia óptimo, la base 100, es Japón. La comparación es clara: en el rubro de producción "X" Japón es 100 y Samsung (y Corea) está todavía a tal distancia.

Para sus operaciones en el exterior, la empresa capacita personal mediante un plan que consiste en enviar a los funcionarios elegidos al país extranjero en cuestión para que vivan en él durante un año, sin ninguna responsabilidad laboral ya costo de la empresa, aprendiendo idioma, costumbres y características nacionales. Cuando ese funcionario es finalmente asignado a su destino en el exterior, llega al mismo en posesión de sólidos conocimientos del medio donde deberá desempeñar sus tareas. Se busca de esa manera evitar el llamado "choque cultural", mediante una asimilación a usos y costumbres del extranjero que amortiguan o eliminan el factor que suele denominarse "choque cultural".

La política de formación de cuadros gerenciales es vital, por otra parte, para Samsung en cuanto la empresa se expande también mediante joint ventures y "alianzas estratégicas" con firmas extranjeras, japonesas, norteamericanas y europeas, y en cuanto también realiza importantes inversiones. Bajo la presidencia de Lee, iniciada en 1987, Samsung invirtió más de 1.000 millones de dólares fuera del país y figuran en los planes nuevas inversiones de 1.500 millones para el bienio 1994-1995. Samsung acaba de adquirir en Japón la Unión Optics y en Alemania la Rollei, ambas empresas líderes en el campo de la tecnología óptica. La producción de automóviles se hará con licencia de la Nissan japonesa, mediante un acuerdo de ocho años de duración. En el campo de la robótica y de la producción de máquinas-herramienta, los acuerdos con el extranjero le permitieron a la empresa iniciar un desarrollo que después siguió con sus propios medios. Samsung Electronics estableció una empresa para la producción de semiconductores junto con la firma norteamericana Texas Instruments y participa en el desarrollo de otros productos con Hewlett-Packard y Toshiba.

HACIA EL SIGLO XXI

En un mensaje de fin de año dirigido a sus 200.000 empleados, el presidente del grupo Samsung definió la estrategia de la empresa con vistas al siglo XXI indicando que se basa en tres conceptos: "calidad por encima de cantidad en la producción, globalización de las operaciones e integración polifacética. Debemos integrar nuestras instalaciones, tecnología y experiencia para crear un efecto sinérgico si queremos lograr competitividad internacional y ofrecer productos y servicios de la mayor calidad", dijo Lee. "La meta es transformar a Samsung en una de las empresas cumbres del mundo". Dado que Samsung ya ocupa el 14º lugar entre las 500 principales empresas mundiales en la lista de la publicación norteamericana **Fortune** un observador extranjero podría preguntarse hacia dónde apunta el presidente Lee. La respuesta es sencilla: al Número Uno. Mirado desde fuera, el extraordinario desarrollo de la empresa —paralelo al del país— debe atribuirse a un sentido constante de cambio y adaptación a las nuevas realidades nacionales e internacionales. El desarrollo de la industria coreana comenzó por la captura del mercado interno, para lo cual se practicó en un principio una política proteccionista similar (otra vez) a la adoptada por Japón. Pero la industria no se quedó en esa comodidad de la producción protegida y subsidiada. El gobierno y los **chaebols** pronto apuntaron a metas más ambiciosas, concibiendo y poniendo en práctica las medidas necesarias para salir a competir en el exterior. Hoy Corea y sus grandes empresas se enfrentan a nuevos desafíos: la economía debe abrirse y los esquemas que antes funcionaron deben dejarse de lado: la "globalización" a la que alude Lee no es sólo una meta de la empresa sino del país.

Apoteosis del Modelo de Desarrollo Sustentado en las Exportaciones

EL PAIS en Corea
• por HUASCAR TOSCANO

Lo primero que golpea a un recién llegado a la capital de la República de Corea ("Corea del Sur") es la formidable energía cruda, la acción que se advierte a simple vista en el movimiento rutero y callejero. Esta es sin duda la capital en movimiento de un país en movimiento. Seúl concentra 12 de los 45 millones de habitantes de un país cuya superficie total —algo más de cien mil quilómetros cuadrados— es apenas mayor que la mitad del territorio uruguayo. Cortada en dos grandes sectores por el río Han, al que cruzan innumerables puentes, Seúl se desgrana pintorescamente por entre colinas y elevaciones que, a principios del verano, muestran el verde de densa vegetación que se introduce por los sectores residenciales.

El "país de la calma matutina", según el bautismo histórico de una de las antiguas dinastías reinantes, no muestra en verdad mucha calma, particularmente en las mañanas. La ciudad se mueve desde muy temprano. Las cinco líneas de subterráneo existentes mueven diariamente 3:700.000 personas, a las que deben sumarse las multitudes que se desplazan en los transportes colectivos de superficie. Además de ser una ciudad en movimiento, Seúl es una ciudad en construcción: por todas partes asoman plumas, andamios, operarios. Lo que no está siendo reparado está dando lugar a una nueva torre de oficinas o algún bloque residencial como los que bordean la ribera del Han. Seúl no está exenta de los males metropolitanos conoci-

(Pasa a la página 2)

COREA DEL SUR: EL RUGIDO DE UN TIGRE DESPIERTA AL PAIS DE LA CALMA MATUTINA

(Viene de la página 1)

dos: alto nivel de smog, escasez de viviendas (y precios astronómicos, en consecuencia: un apartamento de tres ambientes y escaso metraje puede costar, según testimonios locales, medio millón de dólares), formidables embotellamientos en calles, avenidas (algunas de ocho vías) y autopistas. El precio del apuro a veces es caro: en los últimos tiempos hubo dos graves explosiones provocadas por escapes de gas (una en Taegu, la tercera ciudad del país, y otra en Seúl). Recientemente, el sector central del puente de Songsu sobre el Han se derrumbó, aparentemente por defectos de construcción, ocasionando 32 muertes. Quizás estos problemas formen parte inevitable del costo de ser la capital de uno de los "tigres" asiáticos, una **success story** económica con pocos antecedentes en el mundo.

■ DIVISION ARTIFICIAL

Es probable que sólo Alemania y Japón después de 1945 hayan comenzado su historia de "milagro" económico en peores condiciones que el país que desde 1948 se conoce como "Corea del Sur". La República de Corea —como la República Democrática Popular de Corea ("Corea del Norte") que ocupa la parte septentrional de la península coreana— es un resabio de los arreglos con los que se puso fin a la segunda guerra mundial. La península, étnica y geográficamente homogénea, es una sola nación escindida políticamente en dos Estados por el paralelo 38, divisoria arbitraria y artificial elegida por los aliados en 1945 para aceptar la rendición de los japoneses: al norte, el Ejército Rojo aceptó dicha rendición y al sur lo hizo Estados Unidos. Las elecciones que debían consagrar la unificación jamás se llevaron a cabo. Stalin instaló en el norte a Kim Il Sung, un comunista ortodoxo que gobernó durante 49 años hasta su muerte el año pasado, mientras en el sur nacía en 1948 la República de Corea. La península salió de una prolongada colonización japonesa (1910-1945) para sumergirse en las divisiones de la guerra fría. Ni el norte ni el sur renunciaron la meta de la eventual reunificación, pero sólo el régimen de Kim Il Sung, con respaldo indirecto de la URSS y directo —en hombre y armas— de China procuró llevarla a cabo por las armas, invadiendo el sur en junio de 1950. Se inició así una guerra que duró tres años, costó millones de vidas humanas e incalculable daños materiales y puso a las grandes potencias tan cerca como jamás habían estado antes de una guerra nuclear.

La guerra profundizó la desconfianza mutua entre las dos Coreas —situación que apenas comenzó a revertirse en los últimos años— perpetuó la división política de la península, y volvió imprescindible el mantenimiento por Estados Unidos de un contingente militar (hoy de 37.000 hombres) en el sur, en previsión de no descartables nuevos intentos "unificatorios" de un régimen hostil como el de Kim Il Sung, empeñado además en un curso de armamentismo atómico que es desde hace décadas el principal problema para la seguridad de todo el Extremo Oriente.

■ DEL ATRASO AL EXITO

En 1960, año del derrocamiento del gobierno autoritario de Syngman Rhee en Seúl, el ingreso per capita de Corea del Sur era de 82 (ochenta y dos) dólares norteamericanos, haciendo de ese país —de economía netamente agraria y de subsistencia— una de las naciones más pobres del Asia y del mundo. En el lapso de poco más de una generación, el ingreso per capita creció hasta los 8.500 dólares (1994) y de acuerdo con las proyecciones se situará en alrededor de los 10.000 este año. En 1994 las exportaciones coreanas sumaron 96.000 millones de dólares (frente a importaciones de 102.000 millones). Casi un 40 por ciento de las ventas al exterior son productos electrónicos, aparatos eléctricos y electrodomésticos y componentes. Un 17 por ciento comprende materiales textiles y manufacturas y un 13 por ciento material de transporte (vehículos automotores). El ritmo de crecimiento económico es espectacular: un 8,4% en términos reales en 1994 (5,2% en 1993; 4,7% en 1992; 8,4% en 1991). En treinta y pocos años el país alteró radicalmente su fisonomía de atrasado productor agrícola. El año pasado sólo un 16 por ciento de la población trabajaba en el sector rural frente a un 25 por ciento en el sector manufacturero y un 58 por ciento en el de servicios. Pero la agricultura es capaz de crear excedentes: Seúl acaba de autorizar el envío de 150.000 toneladas de arroz (que se sumará a otra partida japonesa) destinadas a paliar el déficit alimentario de Corea del Norte, afectado por graves problemas agrícolas: el norte, en resumen, no puede alimentar a su población (23 millones de habitantes).

El centro de Seúl, una metrópoli d

■ ECONOMIA EXPORTADORA

El "modelo coreano" es un ejemplo clásico de crecimiento alimentado por y orientado a la exportación. Re-

e doce millones de habitantes transformada en uno de los principales centros empresariales asiáticos

conociendo las limitaciones del mercado interno, los planificadores económicos pusieron en práctica a partir del inicio de la década de los años sesenta una estrategia de industrialización orientada hacia los mercados exteriores. Se unificó la tasa de cambio, se estableció la financiación a corto plazo de las exportaciones, se redujeron y simplificaron los procedimientos arancelarios facilitándose la libre importación de materias primas y se dio amplio impulso e incentivo a la inversión extranjera. Un primer plan quinquenal de desarrollo (1962-66) sentó las bases para la transición desde la agricultura de subsistencia al desarrollo de modernas industrias manufactureras de exportación.

En la fase inicial del cambio, la industria ligera —especialmente la textil, intensiva en la utilización de mano de obra— lideró el crecimiento. En forma progresiva se fueron abriendo paso la industria pesada y la petroquímica, que llegaron a suponer más de la mitad de la producción nacional. Luego de la inauguración de los altos hornos de Kwang Yang (1990), Corea pasó a ser el sexto productor de acero del mundo. Se desarrolló la producción de gran variedad de maquinaria industrial y equipamiento, al tiempo que crecía la industria automotriz, la construcción naviera y especialmente la electrónica, donde grandes firmas como Samsung pasaron a ocupar un lugar de liderazgo a nivel mundial.

■ LOGROS SIGNIFICATIVOS

El estado coreano y los grandes conglomerados (Hyundai, Samsung, Daewoo, Sngyong, Kia) conocidos como **chaebols** asignan significativos recursos a dos áreas claves para cualquier modelo de desarrollo industrial competitivo a nivel mundial: la capacitación de personal y la investigación y desarrollo (I&D). En Corea del Sur funcionan cerca de 2.500 instituciones relacionadas con I&D: 188 institutos públicos, 221 universitarios y casi 2.000 operados y financiadas por el sector privado.

Corea del Sur tiene un nivel de desempleo significativamente reducido (2,4% el año pasado) y logró generar una expansión productiva sin inflación, o por lo menos sin tasas de inflación como las habituales entre nosotros (6,2% en 1994). El registro de estos logros es envidiable a primera vista, especialmente si se tiene en cuenta que se han alcanzado en condiciones difíciles y en competencia directa con otros países de reciente industrialización —los demás "tigres" asiáticos, Singapur, Taiwan, Malasia, Indonesia— y además en la vecindad gigantesca de Japón, la segunda economía mundial. De hecho, la sombra de Japón (el segundo socio comercial de Corea, después de Estados Unidos) sigue cayendo sobre el país, aunque hoy en un sentido distinto al de antaño.

El modelo de desarrollo coreano es similar al japonés, que sin duda ha sido estudiado, asimilado y adaptado a las peculiaridades de un país que, después de haber sido colonizado, es hoy socio en algunos emprendimientos y competidor en otros con los nipones. En próxima nota repasaremos el desarrollo del Grupo Samsung, en muchos sentidos típico del desarrollo de la cultura comercial coreana de exportación.

23/07/95
11876
6074 87
11164

Rindiendo homenaje ante el monumento a Kim Il Sung: el culto del Gran Líder es la única verdadera religión autorizada

L'EXPRESS

23/7 El País

PYONGYANG — En Corea del Norte la normalidad es una noción irreal. En el último de los regímenes estalinistas del planeta, la mentira y la puesta en escena forman parte de la vida cotidiana. Todos los días el viajero de paso es invitado a asistir a un acontecimiento que, propiamente hablando, no existe. Esta experiencia absolutamente extraordinaria merecería una visita al país.

De éste se ignora todo, o prácticamente todo. Surgido de la partición y de la guerra de Corea, desde 1953 se le compara a una "pesadilla que ha despertado". Y con razón: por increíble que parezca, a fines del siglo XX el poder norcoreano ha puesto el territorio al abrigo hermético de cualquier influencia exterior. Como en los antiguos mapas medievales, Corea del Norte es para Occidente **terra incognitae**.

MUNDO INCREIBLE

A la cabeza del régimen, típicamente, hay un misterio. Kim Il Sung, dictador fundador desde 1945, murió el 9 de julio de 1994.

Su hijo Kim Jong Il fue presentado como su delfín natural. Sorprendente en un país comunista, esta transmisión dinástica del poder se acomoda a las tradiciones coreanas, donde los conglomerados industriales del sur se transmiten de padres a hijos y donde las propias iglesias son dominadas por dinastías familiares. Pero a más de un año de la muerte de su padre, el "Querido Dirigente", como se le denomina oficialmente, no asume ni las funciones de jefe del partido ni de jefe del Estado. Las condiciones precisas de la sucesión siguen siendo oscuras.

Gran aficionado al cognac y a las mujeres jóvenes, Kim **junior** (53 años) posee la mayor colección privada de filmes de largo metraje del mundo: 20.000 títulos en total, de entre los cuales la serie de horror **Viernes 13** sería su favorita. Hay quienes lo describen como pueril e impulsivo, mientras que otros dicen que ha comprendido la urgencia de efectuar reformas, pero ¿cómo saberlo? Ningún extranjero se ha entrevistado personalmente jamás con Kim Jong Il. La impresión de "flotamiento" en la cumbre del Estado se acentúa a raíz de la desaparición pura y simple de los despojos de Kim Il Sung. El cadáver, en la gran tradición de la [illegible]ocracias populares", estaría siendo embalsamado, o ya habría sido embalsamado, para su futura exposición en un "mausoleo sagrado" de la capital.

¡Pobres norcoreanos! Viven en un universo que tiene de la Rumania de Ceausescu, la Albania de Hoxa y el **1984** de Orwell.

Todos llevan encima un pequeño carné con la imagen del "Gran Líder". Jamás viajan al extranjero, salvo en grupos minúsculos estrechamente vigilados. En el interior del país la falta de medios de transporte autónomos y el sistema de pases vuelve prácticamente imposibles los desplazamientos. La posesión de automóviles para uso privado está prohibida "para luchar contra la contaminación". Hasta las bicicletas son raras y estuvieron prohibidas totalmente hasta 1990. Literalmente enterrados en su país, y en sus ciudades o pueblos, los norcoreanos no ven absolutamente nada del resto del mundo y si lo vieran no lo entenderían porque, con constancia casi hipnótica, los diarios y los canales de TV transmiten sin pausas propaganda ideológica. Los puestos de radio están arreglados en una única longitud de onda a fin de impedir la escucha de emisiones extranjeras. En ciertos edificios de apartamentos, las radios están integradas al circuito eléctrico y no pueden apagarse: los moradores se levantan al inicio de las transmisiones y se acuestan cuando cesa la propaganda. En los campos los altoparlantes transmite eslóganes mientras los paisanos trabajan en los surcos: **"EL SOCIALISMO ES UNA CIENCIA", "¡VIVA EL QUERIDO DIRIGENTE KIM JONG IL!", "SIGAMOS LA ESTRELLA POLAR DE NUESTRA NACION"**, y el más conciso de todos: **"¡SOMOS FELICES!"** Para los sospechosos de no compartir tales entusiasmos, habría en el país una docena de campos de trabajo con 200.000 presos políticos, un habitante de cada 100.

PAIS CERRADO

Los estudiantes de lenguas vivas no tienen acceso a literatura que pueda comprometer su compromiso revolucionario. Generaciones enteras de estudiantes de inglés practican con **Veinte Mil Leguas de Viaje Submarino y La Isla Misteriosa** dos antiguallas cinematográficas de la Casa Disney. Una estudiante de francés, encantada de poder conversar con un parisino, nos confía que su libro favorito es el cuento infantil **Le Petit Ours** ("El Osito"). De gente como Michael Jackson, los Beatles o Elvis Presley jamás sintieron hablar.

Como ninguna información es verificable, circulan los rumores más absurdos. Como decía Donald Gregg, especialista regional de la CIA, "nadie sabe qué pasa en Corea del Norte y quien diga que sabe, está mintiendo".

Seis años después de la caída del comunismo y de la URSS esta variante asiática del estalinismo, en toda lógica, tendría que haber desaparecido, precipitando la unión con el sur. Nada de eso. Las desiertas avenidas de Pyongyang siguen estando tan impecablemente barridas como antes. A las 7 y 30 de la mañana, los escolares marchan a paso de ganso hacia la escuela con sus pañuelos rojos al cuello.

Las fronteras siguen virtualmente cerradas. De tanto en tanto cuando se necesitan dólares, la puerta se entreabre un poco para turistas. Los desplazamientos de los viajeros se hacen generalmente de noche, para que no puedan ver nada del campo.

Es raro ver diplomáticos u hombres de negocios y las visas a periodistas son rutinariamente ignoradas. Algunos equipos de televisión han sido admitidos, mediante el pago de una tasa de 2.500 dólares diarios, pero no pueden desplazarse a ningún lado sin acompañantes oficiales.

A los visitantes se les dice que vayan donde quieran y que hablen con quien quieran, pero en la práctica es imposible. La presencia de musculosos "guías" y agentes policiales encuadran a los visitantes a quienes se les prohíbe —exquisito refinamiento— fotografiar niños que no sonrían... Uno va a Corea del Norte como quien va al teatro: es desaconsejable pretender introducirse entre bambalinas.

Escapar a la vigilancia requiere trucos de indio sioux. El guardia interpelará más tarde al escapado: ¿Por dónde salió? ¿Por la ventana?" Y si uno consigue, finalmente, pasearse solo por un bulevar, bastará con que se acerque a la vidriera de un comercio para que una empleada horrorizada cierre la puerta con cadena y candado.

AYUDA ALIMENTARIA

En los barrios más pobres el extranjero arriesga ser lisa y llanamente arrestado: se comprende por qué. En la Puerta de Wonsan, detrás de los impresionantes edificios que bordean las avenidas céntricas, se entrelaza una red de callejuelas donde parte de la población vive en condiciones de miseria. Los perros de Manchuria, abundantes, constituyen sin duda la principal fuente de proteínas de este sector de la población. En el mercado negro, tolerado desde hace poco, los campesinos cobran un 40% más que los precios oficiales. Hay rumores, inverificables, de protestas y hambruna en el norte del país. Pero hay un hecho concreto: hace pocas semanas, Pyongyang pidió ayuda alimentaria de emergencia a Japón (400.000 toneladas de arroz). Corea del Sur suministrará, en régimen concesionario (i.e., gratis) otras 150.000 toneladas. Por primera vez, el régimen del norte, que inventó el credo ideológico de la "autosuficiencia", reconoce sus dificultades.

La crisis no es de ayer. Hace años que los antiguos "camaradas" soviéticos exigen pago en divisas fuertes. Chine dejó de suministrar petróleo y alimentos a "precio de amigos" desde 1992. Las grúas están paralizadas y las fábricas no trabajan. Debido al desastre económico, se pide a los habitantes que salteen una comida diaria.

Para evitar la quiebra, los amos de Pyongyang pretenden imitar el "modelo chino": dureza ideológica interior y apertura a las inversiones extranjeras. A tal efecto se creó una zona industrial cerca del río Tumen, que no tuvo éxito, porque los empresarios extranjeros que viajaron al país se mostraron escépticos: **"La mano de obra no es mala y resulta barata, pero los caminos son un desastre y escasea la energía eléctrica y el país tiene además, una larga historia de deudas impagas".** En cuanto a reglas comerciales son mal conocidas y raramente respetadas, además de dudosas. Según una fuente cercana a la inteligencia norteamericana, en Corea del Norte hay fábricas que producen cigarrillos "imitación" Marlboro... y billetes falsos de 100 dólares.

Todos los signos lo indican: si no sucumbe a un golpe militar, la dinastía de los Kim caerá a la manera de los antiguos amos del Kremlin: por quiebra total de la economía del país.

Ciertos observadores creen detectar desde hace un tiempo una evolución casi insensible del régimen hacia una mayor apertura. Señalan que, a fines de los años sesenta, un diccionario norcoreano definía al cristianismo como **"una política imperialista destinada a apoderarse del espíritu de la gente"**. Hoy hay tolerancia de cultos en Pyongyang. Pero si uno mira de cerca se trata —otra vez— de una ilusión. En el templo protestante del barrio de Bongsu un domingo, un centenar de fieles asiste a los servicios bajo el ojo vigilante de Li Song Sij, funcionaria encargada de velar por los lugares de culto que se presenta *a sí misma como* **"misionera"**.

Los jóvenes, dice Li, **"no creen en Dios sino en Kim Il Sung, que nos dio el mejor modo de vida del mundo. Ni mi marido ni mis dos hijos son religiosos. Estoy encantada de que crean en la filosofía del Gran Líder. Personalmente, creo en Kim Il Sung y en Dios, pero es una debilidad de mi parte. El único Dios verdadero de nuestro país es Kim Il Sung."** ¿Cree que haya vida después de la muerte? **"No"**. ¿Cree en el Paraíso? **"Sí."** ¿No hay una contradicción en eso? **"Para nada. Creo en el Paraíso pero no después de la muerte sino aquí en la Tierra. El Paraíso está aquí"**. Y es el nombre de uno de los barrios de Pyongyang.

01-02

■ Corea del Norte, replegada sobre sí misma desde 1953, es el último país stalinista y, en más de un sentido, verdaderamente una nación de otro mundo, donde lo irreal es la norma.

Al Norte de la Península Coreana el Comunismo Tiene su Parque Jurásico

9509437

02-02

Q509438
Di pietro renuncia a la magistratura.
CLARIN
4-07-95
A1876
507604
11164

ITALIA: EL SIMBOLO DE "MANI PULITE" DICE QUE DEBIO RENUNCIAR POR UNA CONJURA

Di Pietro denuncia un complot

4-7-95 CLARIN

ROMA (EFE y AP). – El ex magistrado italiano Antonio Di Pietro, símbolo del operativo anticorrupción conocido como "Mani Pulite", denunció que **debió renunciar** a su estratégico cargo, en diciembre pasado, por un **complot** en su contra.

La información fue brindada ayer por uno de los fiscales que el domingo interrogó durante 18 horas a Di Pietro, quien enfrenta tres acusaciones. Una sostiene que intentó involucrar al ex primer ministro Silvio Berlusconi en un **caso de soborno**, y las otras dos afirman que utilizó su cargo para gestionar un cargo público para un amigo y evitar que pagara una suculenta deuda contraída en el juego.

En su declaración, el ex hombre clave de "Mani Pulite" también **brindó los nombres** de varias personas que habrían elaborado el complot, dijeron Fabio Salamone y Silvio Bonfigli, los fiscales de Brescia que lo interrogaron.

Los magistrados se negaron a revelar los nombres de esas personas, y recordaron que Di Pietro está siendo investigado por los delitos de abuso de función y concusión.

El ex magistrado dejó el equipo de "Mani Pulite" en diciembre pasado y en abril de este año se retiró de la Justicia. Su abogado, Massimo Dinoia, afirmó ayer que su cliente explicó durante el interrogatorio que **debió alejarse para proteger las investigaciones** de una "violenta reacción contra su persona y la magistratura".

Presiones de Berlusconi

En diciembre pasado, el alejamiento de Di Pietro fue interpretado como el resultado de las **presiones ejercidas por el gobierno** que encabezaba Berlusconi, quien era investigado por el ex magistrado. Ahora, el acusado es el propio símbolo de "Mani Pulite".

El general Giuseppe Cerciello, comandante de la Guardia de Finanzas en Milán, quien fue procesado por Di Pietro, lo acusó de haberlo presionado para **involucrar a Berlusconi** en la investigación que trata de dilucidar si las empresas del ex premier sobornaron a varios funcionarios para eludir inspecciones impositivas.

Además, una **carta anónima** denunció que presionó para que su amigo Eleuterio Rea fuera nombrado **jefe** de la Policía Municipal de Milán en 1989.

El tercer problema de Di Pietro con la justicia surge a partir de las declaraciones del financista Gianfranco Gorrini, quien lo acusó de haberlo presionado para que pagara una **deuda de 350.000 dólares** contraída por su amigo Rea por cuestiones de juego.

Interrogado por sus ex compañeros

LORO 3-7-95

Roma

■ El ex fiscal Antonio di Pietro, símbolo de la operación anticorrupción "manos limpias", vivió ayer su domingo más largo: fue interrogado desde la mañana temprano hasta la noche por dos ex colegas, en el ámbito de una investigación sobre concusión y abuso de actos de oficio.

El interrogatorio había comenzado a las 7.45 locales en la sede de la Policía de Brescia, Lombardía (norte de Italia) y no en el Palacio de Justicia, a pedido del mismo Di Pietro, para evitar el asalto de periodistas y curiosos.

Los fiscales Fabio Salamone y Silvio Bonfigli comenzaron la investigación hace dos meses tras una serie de denuncias anónimas y un memorial escrito por el mismo Di Pietro.

El objetivo de la investigación son una serie de presuntos actos ilícitos cometidos por el ex símbolo de "manos limpias". Entre estos un préstamo de 75 mil dólares recibidos del ex presidente de una compañía de seguros ("Ma Assicurazioni"), Giancarlo Gorrini, a fines de los años ochenta y restituido al contado con billetes empaquetados en una página de diario, en 1994.

Gorrini también acusa a Di Pietro de haber ejercido presiones para que él y un constructor amigo suyo allanaran deudas de juego de Eleuterio Rea, nombrado posteriormente comandante de la Policía Municipal de Milán.

El ex fiscal participó en una de las reuniones de la comisión que debía efectuar el nombramiento de Rea. Di Pietro también está indagado por abuso en actos de oficio porque, según Gorrini, habría tenido un papel poco claro en el nombramiento.

La investigación tiende a descubrir otros aspectos el caso, como por ejemplo, quien envió el dossier con el título "Abusos Di Pietro" a los inspectores del Ministerio de Justicia hacia fines del año pasado.

Los fiscales de Brescia ya interrogaron a los inspectores (que realizaron una investigación sobre la conducta del pool "manos limpias") y al inspector que investigó solamente a Di Pietro y sobre quien no encontró ningún comportamiento ilícito en el desempeño de sus funciones.

Los fiscales Salamone y Bonfigli también escucharon las declaraciones del ex ministro de defensa durante el gobierno de Silvio Berlusconi, Cesare Previti, según el cual —se supo— Gorrini habría visitado a los inspectores del Ministerio de Justicia para efectuar revelaciones sobre presuntos delitos del ex fiscal más amado de Italia.

Desde que se inició la investigación, hace dos meses, los fiscales de Brescia escucharon a decenas de testigos: dos ex ministros, inspectores de Justicia, el acusador Gorrini y recogieron centenares de documentos.

En Italia, la política es de pronóstico incierto

¿Ha vuelto Silvio Berlusconi a la cumbre de la política italiana? Hasta cierto punto. ¿Habrá elecciones en el otoño? Tal vez

ROMA (The Economist). - A Berlusconi de ninguna manera se le acabaron los problemas. No es cierto en absoluto que su victoria en los referendums del 12 de junio lo ayudará a capear la creciente presión que debe soportar de parte del Poder Judicial de su país.

En esa consulta del mes último, Berlusconi se atribuye una clara victoria por el rechazo de los votantes a la idea de que debería abandonar dos de sus tres cadenas de televisión y reducir su porcentaje -del 65 por ciento- en el mercado publicitario de la TV.

Tanto él como varios miembros de su compañía Fininvest están acusados de corrupción y evasión de impuestos. Marcello Dell'Utri, director de la empresa publicitaria del ex primer ministro italiano, se halla entre rejas acusado de facturación indebida. El propio Berlusconi fue acusado por segunda vez, bajo cargos de evasión tributaria, el 13 del mes último.

Si nada de esto cambia, sus posibilidades para retomar el control de la escena política podrían comenzar a esfumarse.

Señales alentadoras

Sin embargo, por ahora, Berlusconi observa algunos destellos de luz entre las nubes. Además de resguardar sus intereses televisivos, la mayoría de los votantes en los referendum decidió que accionistas privados tuvieran participación en la RAI, la compañía difusora estatal; Berlusconi no se opondrá a eso. Los votantes también se pronunciaron en favor de la reducción de los poderes legales de las poderosas federaciones sindicales de Italia, una medida respaldada por la coalición de centroderecha de Berlusconi.

Humillación

Para los partidos de centroizquierda que apoyan al gobierno de Lamberto Dini, los referendum, particularmente los relacionados con la televisión, representaron una derrota humillante en una lucha que, según reconocen, hubieran preferido evitar.

Massimo D'Alema, jefe del Partido Demócrata de la Izquierda y heredero del sector más amplio y moderado de los viejos comunistas italianos, trató por todos los medios de llegar a un acuerdo sobre la regulación televisiva, que hubiera vuelto innecesario votar al respecto.

Berlusconi, con los poderosos cañones de la televisión comercial a su entera y exclusiva disposición, prefirió ir a una votación que no podía darse el lujo de perder. Y no perdió.

Expresión de deseos

Cuando Lamberto Dini aseguró que no hay ninguna relación entre el resultado de los referendum y la duración de su gobierno, acaso ingenuamente esté formulando una expresión de deseos.



Berlusconi no afloja (ANSA)

Envalentonado por su triunfo en la consulta, Berlusconi y sus aliados tratan de bloquear los proyectos de legislación antimonopólica y las nuevas regulaciones para la TV que serán debatidas pronto por una comisión parlamentaria. "Estas medidas -advierten- no tienen en cuenta la decisión del electorado."

El año último el tribunal constitucional ordenó a Berlusconi desprenderse de uno de sus tres canales de televisión en 1996. Sus colaboradores sostienen que ese dictamen ha sido invalidado por el resultado de los referendum.

A pedir de boca

Berlusconi se halla ahora en una mejor posición negociadora frente a diversos magnates y compañías respecto de la venta de parte de su imperio en el campo de las comunicaciones. Entre los posibles compradores figuran Rupert Murdoch, un príncipe de Arabia Saudita; Leo Kirch, de Alemania, y la compañía Time Warner.

Es de suponer que ahora afronten la perspectiva de tener que pagar un precio más elevado que el que habrían abonado si los votantes le hubieran dicho a Berlusconi que no tenía alternativa salvo desmembrar su imperio.

La venta de parte de su paquete accionario, a un buen precio, tiene para él un doble atractivo. Atenuaría la acusación de que existe un conflicto de intereses entre su vida política y su actividad empresaria, permitiéndole comprobar que había reducido esta última. Y ayudaría a su compañía Fininvest, de propiedad familiar, a hacer una grata reducción del volumen de su deuda.

Reforma

Para Lamberto Dini y su gabinete de tecnócratas, por otra parte, la nueva incertidumbre política deja entrever problemas. Su proyecto de ley para reformar el régimen de pensiones de Italia, sobre el cual se depositan sus esperanzas de controlar el déficit presupuestario, comenzará a ser debatido, según está previsto, en el Parlamento en estos días.

Hubo señales de conflicto hace unos días cuando el Partido Comunista refundado, de extrema izquierda, anunció que había enumerado 2700 enmiendas a ese proyecto. Otros cambios fueron introducidas por la derecha.

Elecciones anticipadas

Berlusconi, por supuesto, desea elecciones anticipadas y, súbitamente, mira con agrado al gobierno de Dini -al cual hasta ahora se había opuesto sistemáticamente- y a sus partidarios en el Parlamento.

D'Alema desea sumarse a la aceptación de Dini respecto de una elección anticipada, aunque los partidos minoritarios de su coalición se muestran mucho más precavidos. Consecuentemente, Berlusconi propuso a D'Alema un conjunto de "normas democráticas" compartidas.

Espacios políticos

El inconveniente es que D'Alema y sus aliados quieren a cambio la garantía de que podrán tener acceso a un equitativo espacio televisivo para la campaña previa a las elecciones propuestas.

La forma en que las tres cadenas de TV de Berlusconi cubrieron los referendum del 11 del actual -una indecorosa propaganda antes de la votación y gritos de triunfo después- hace que uno se pregunte si el ex primer ministro ve las cosas de la misma manera.

Hay que recordar que Berlusconi aún mantiene el control de los tres canales de TV. Siempre fue arriesgado pronosticar qué ocurrirá en Italia. Hoy también lo es.

(Traducción de Luis Hugo Pressenda)

Estrictamente Secreto y Confidencial

ASUNTO: ANTECEDENTES Y SITUACION ACTUAL DEL TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTICIA PARA CRIMENES DE GUERRA DE LA HAYA.

1. ANTECEDENTES

El TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA CRIMENES DE GUERRA de la Corte Internacional de Justicia de LA HAYA (HOLANDA), dependiente de las NACIONES UNIDAS, registra sus antecedentes históricos en el tribunal de LEIPZIG (ALEMANIA) de 1921, durante la primer experiencia moderna para juzgar criminales de guerra. Este tribunal, posterior a la PRIMERA GUERRA MUNDIAL, aspiraba a cumplir cuatro artículos del Tratado de VERSALLES, que imponían el juzgamiento de los criminales de guerra alemanes, incluyendo al Kaiser Guillermo II.

Fue un fracaso total. De los 901 casos analizados, 888 fueron desestimados o resueltos sumariamente. El Kaiser, condenado a muerte, se exilió en HOLANDA, donde murió. El fracaso fue de carácter político, ante el recelo de una revancha por parte de los vencedores: se dudaba de la imparcialidad de los juicios. Existían además temores de que los resultados afectaran la transición pacífica de ALEMANIA hacia la democracia. Las dos principales lecciones aprendidas fueron:

a) Los juicios por crímenes de guerra pueden tener efectos colaterales indeseables.
b) Si se pretende que los juicios tengan éxito, las grandes potencias intervinientes deben decidir, previamente, si vale la pena hacerlo.

Estas experiencias fueron aplicadas durante la SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. En 1943 y en plena guerra, los aliados pusieron en funciones una comisión que tenía la responsabilidad de investigar los crímenes de guerra, con un staff muy reducido, sin presupuesto para funcionar y sin investigadores. Pero sirvió como fundamento para potenciar el Tribunal de NUREMBERG de 1945, corrigiendo los errores del pasado

En esta oportunidad, el tribunal tuvo mucho poder. ALEMANIA y JAPON eran países vencidos y ocupados y existía consenso entre los aliados; los vencedores podían actuar a su voluntad. El Tribunal de NUREMBERG llegó a tener más de 100 fiscales actuando simultáneamente, con un total cercano a los 2.000 funcionarios de justicia, los que apuntaron directamente a la más alta jerarquía alemana de la guerra. No menos de 22 jerarcas nazis, incluyendo GOERING, STREICHER, HESS, FRANK y VON RIBBENTROP, fueron juzgados. Tres acusados fueron liberados y doce fueron condenados a muerte y ejecutados.

Los juicios de NUREMBERG trataron de fijar principios. Se mencionan algunos:

- LA AGRESION DEBER SER CONSIDERADA UN CRIMEN DE GUERRA. No prosperó. El tribunal de LA HAYA juzga actualmente crímenes cometidos durante la guerra y no el acto de iniciarla.

- ALGUNOS CRIMENES, COMO DISPARAR SOBRE PRISIONEROS DE GUERRA O LA MUERTE MASIVA DE CIVILES, DEBEN SER CONSIDERADOS CRIMENES CONTRA LA HUMANIDAD. Principio aceptado por LA HAYA.

- EL PRINCIPIO DE LA OBEDIENCIA DEBIDA O EL CUMPLIMIENTO DE ORDENES NO CONSTITUYEN EXCUSAS. Principio aceptado por LA HAYA.

2. SITUACION ACTUAL

Existe un vacío histórico desde NUREMBERG hasta nuestros días. En la actualidad, las NACIONES UNIDAS intentan revitalizar el Tribunal Internacional de la Corte Internacional de Justicia de LA HAYA para juzgar los crímenes de guerra que tendrían lugar principalemente en los BALCANES y en AFRICA.

Respecto de la ex-YUGOSLAVIA, el Tribunal actual tiene registros de alrededor de 150 fosas masivas, cada una conteniendo 350 cuerpos y la existencia de 900 campos de prisioneros. El Tribunal tiene 65.000 fojas con documentación y 300 horas de videos para analizar. Hacia FEB95 fueron acusados 21 serbios por sucesos ocurridos en un campo de prisioneros cerca de OMARSKA, todos ellos por genocidio.

El problema actual del Tribunal no es la falta de información, sino la falta de sustento y apoyo político. Con pruebas reunidas desde 1991, en 1993 el Tribunal trató, infructuosamente, de actuar en KRAJINA, región de CROACIA controlada por los serbios donde se habrían cometido crímenes contra la humanidad. No tuvieron éxito. En RUANDA fracasaron de igual manera.

Unicamente los EE.UU. apoyan moderada y abiertamente el accionar del Tribunal. Otros países lo hacen de una forma encubierta, con el pretexto de que una excesiva actividad de la justicia podría trabar las negociaciones de paz y la finalización de la guerra: no quieren negociar con una mano y usar la otra para apresar criminales de guerra. El REINO UNIDO se cuenta entre los países acusados de actuar con este doble discurso.

El Tribunal se encuentra con serias dificultades para actuar, algunas de orden financiero y otras de carácter político. En 1992, los EE.UU. designaron un eminente profesor de leyes de CHICAGO y miembro de una comisión de expertos, Cherif BASSIOUNI, para juntar evidencia sobre los criminales actuales que ayudara en el cometido del Tribunal. BASSIOUNI no pudo hacerlo, por los impedimentos interpuestos por el REINO UNIDO y otros países europeos, que interfirieron abiertamente con su tarea, valiéndose muchas veces de la burocracia de las NACIONES UNIDAS.

Sin presupuesto para funcionar, BASSIOUNI recolectó dinero de dos fundaciones norteamericanas, SOROS y MAC ARTHUR y algunas donaciones provenientes de otros gobiernos, llegando a acumular U$S 1.400.000. FRANCIA, el REINO UNIDO y RUSIA se negaron a aportar dinero y la mayoria de los países no quisieron abrir los archivos de su inteligencia militar o civil para alimentar un banco de datos. En SEP93 renunció BASSIOUNI, que había llegado a ocupar el cargo de Presidente del Tribunal, principalmente por falta de apoyo de FRANCIA y el REINO UNIDO.

En AGO93 el Tribunal trató de elegir un fiscal, quien debía cumplir una solución de compromiso: ni demasiado débil, lo cual le impediría actuar, ni demasiado fuerte, para no generar la reticencia de los gobiernos involucrados. Medio siglo antes, en NUREMBERG, los EE.UU. habían contribuído al buen funcionamiento del Tribunal designando a Robert JACKSON, presidente de la Suprema Corte de Justicia de su país. En esta oportunidad, los EE.UU. también favorecieron el nombramiento de un fiscal "fuerte" para la formulación de las acusaciones del Tribunal, pero no ocurrió lo mismo con EUROPA, que prefería candidatos más "débiles".

En SET93 el Consejo de Seguridad de las NACIONES UNIDAS se debatía entre dos candidatos: John Duncan LOWE, abogado escocés y BASSIOUNI. RUSIA, FRANCIA y el REINO UNIDO apoyaban a LOWE; los EE.UU. y los países no alineados se inclinaban por BASSIOUNI. El Secretario General de las NACIONES UNIDAS, Boutros BOUTROS-GHALI, trató de forzar la designación, proponiendo formalmente a BASSIOUNI. El REINO UNIDO no aceptó, por lo que ambos candidatos fueron retirados.

BOUTROS-GHALI sugirió entonces la designación del Fiscal General de la INDIA, para el puesto de Fiscal principal del Tribunal, pero fue impugnado por PAKISTAN. RUSIA hizo saber que no aceptaría la designación de ningún fiscal proveniente de países de la NATO. En OCT93 el Consejo de Seguridad propuso el nombramiento de Ramón ESCOBAR SALOM, Fiscal General de la Suprema Corte de Justicia de VENEZUELA. Dicha designación no alcanzó a concretarse porque ESCOBAR SALOM fue nombrado Ministro del interior en su país

Finalmente, en JUL94 y por una votación del Consejo de Seguridad de las NACIONES UNIDAS de 15 votos a favor y ninguno en contra, fue designado Richard GOLDSTONE, quien ocupa en la actualidad el cargo de Fiscal General del Tribunal Internacional de Justicia de LA HAYA para Criminales de Guerra. Es un juez de AFRICA DEL SUR, quien fue en su país el jefe de una comisión para juzgar hechos relacionados con la violencia política, muy respetado por los juicios iniciados a la policía sudafricana, acusada de innumerables actos de brutalidad cometidos en contra de la población.

GOLDSTONE ha expresado con claridad que su principal tarea es la investigación y en ese sentido pidió duplicar la cantidad actual de investigadores que tiene a su cargo, para elevarla de 85 a más de 180. En un principio, las NACIONES UNIDAS ofrecieron U$S 32 millones como presupuesto para 1994 y 1995, de los cuales sólo U$S 562.300 serían destinados a la investigación. Los EE.UU. han ofrecido U$S 3 millones y 22 investigadores; el REINO UNIDO, U$S 30.500 y un investigador; FRANCIA no ofreció nada. GOLDSTONE no tiene presupuesto para funcionar durante 1995, porque de lo ofrecido por las NACIONES UNIDAS recibió un adelanto de solamente U$S 7 millones.

GOLDSTONE ha tratado de iniciar causa a 22 criminales de guerra serbios, consiguiéndolo en sólo un caso: Dusan TADIC, un militar serbio actualmente prisionero por crímenes de guerra en ALEMANIA, a la espera de ser extraditado a LA HAYA.

04-04 9509440

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL
[illegible] NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION No. [illegible].

AGENCIA: [illegible]

FECHA: [illegible] ABR. 95.-

REFERENCIA: [illegible].-

ORIGEN: NEGATIVO.-

AREA PAIS: DESECHOS RADIOACTIVOS OCEANO ATLANTICO.-

SITUACION ANTERIOR: NEGATIVO.

DISTRIBUCION: COMAR - [illegible] - [illegible] - [illegible] - [illegible] - [illegible] - ARCHIVO.

ANEXOS: "ALFA".-

TEXTO: Ver texto en Anexo "ALFA".-

Stamp: División Inteligencia Naval — República O. del Uruguay

Capitán de Fragata (C) ....
Francisco [illegible]LINAC
Jefe de la División
Inteligencia Naval.-

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Nº. DOCUMENTO 9509441
TITULO Transporte de desechos radioactivos x el océano atlántico.
PROCEDENC N-2 (Armada). 20453 (au Int. naval).
FECHA DE F 4-ABR-95
VINCULACION N-2
MAUS 11295
30044
66224

4

01-07

9509441

Anexo "ALFA"

TRANSPORTE DE DESECHOS RADIOACTIVOS POR EL OCEANO ATLANTICO

Generalidades:

Japón alimenta buena parte de sus plantas nucleares con plutonio, el cual proviene, mediante su reprocesamiento en Europa, del uranio ya usado que compra en los Estados Unidos.

Japón envia cada año toneladas de combustible quemado de sus centrales atómicas convencionales para la extracción de plutonio a las empresas COGEMA Compagnie Générale des Matières Nucléaires de Francia y BNFL British Nuclear Fuel Limited de Gran Bretaña, la cual se encarga también del transporte maritimo, por cada unidad de combustible que se reprocesa se generan 189 unidades de residuos de alta radioactividad que deben ser devueltos a Japón.

El transporte de plutonio vitrificado se realiza desde 1969 y hasta la fecha se han efectuado 143 viajes, un 90 por ciento de ellos por el Canal de Panamá. Cada embarque cubre una distancia máxima de casi 17.000 millas náuticas en aproximadamente dos meses y desde 1980 Greenpeace ha reportado tres accidentes aunque sin consecuencias fatales en el transporte de este tipo de sustancias: 1) El 10 de febrero de 1990, el "Pacific Teal" concluyó su viaje en Barrow, Inglaterra, con dos motores averiados que debieron ser reemplazados. El barco habia presentado dificultades a la altura del Cabo de Hornos. 2) En abril de 1990, el "Pacific Crane" sufrió una rotura de su proa, tras cruzar el Canal de Panamá, que estuvo a punto de provocar un derrame radiactivo, por lo que debió ser modificado en setiembre de 1991. 3) El 11 de julio de 1990 se incendió un motor del "Pacific Swan", mientras cruzaba el mar Caribe, por lo que debió desembarcar a dos de sus tripulantes con quemaduras, en Bermudas.

El plutonio inició su vuelta a Japón a fines de 1992, cuando Francia despachó 1,7 toneladas hacia Japón. El cargamento, conducido por el buque japonés "Akatsuki Maru", fue protegido por un buque de la Armada del mismo país. El desencadenamiento de una protesta masiva obligó entonces al Gobierno de Tokio a revelar el derrotero del "Akatsuki Maru". Pero las autoridades comunicaron que, a pedido de la compañia adjudicataria del nuevo embarque, la ruta del "Pacific Pintail" permaneceria en secreto, para evitar actos de sabotaje o terrorismo.

Según Greenpeace el viaje del "Pacific Pintail" es el primero de una serie prevista de 50 embarques de similares caracteristicas hasta el año 2.010, para devolver a Japón un total de 3.000 toneladas de residuos resultantes del reprocesamiento del combustible nuclear japonés que se realiza en Europa. Fruto de este procesamiento, vuelven a Japón, plutonio y enormes cantidades de basura radioactiva. Los desechos son extraídos en un planta de la localidad francesa de La Hague y en una planta en Sellafield en Gran Bretaña, encargadas de la recuperación de plutonio del combustible ya usado.

El "Pacific Pintail" desplaza 7.000 toneladas, y carga 28 cilindros de acero de 2,5 metros de diámetro por 6,6 de largo, que contienen bloques cristalizados de 500 kilogramos de residuos

de vidrio en que se los ha diluido. Estas barras tubulares van encamisadas en acero inoxidable de medio centímetro de grosor, y los cilindros metálicos resultantes, en un contenedor hermético de acero. Tres barreras, a las que se añade una cuarta: el mismo barco.

Pero nada asegura que estas corazas puedan sobrevivir en caso de un abordaje o en un incendio a bordo, que pueda durar más de un día. Y si hay combustible ardiendo (el buque transporta para el viaje sin escalas de dos meses: 1.100 toneladas de fuel oil), la temperatura puede superar los 2.000 grados Fahrenheit o 1.200 grados Centígrados. La carga, sin embargo, está diseñada para soportar sin romperse 1.472 grados Fahrenheit o 800 grados centígrados durante un lapso de media hora, y una hora de inmersión a una profundidad de 200 metros, colapsando a 3.600 metros. En el caso de un incendio seguido de naufragio en aguas profundas que impidan su recuperación, el buque podría ir liberando lentamente dosis muy grandes y tóxicas de polvillo de vidrio, y radionucleídos escapados del vidrio caliente en forma de vapor.

El Canciller japonés Yohei KONO señaló al Parlamento que no cabría responsabilidad al Gobierno en el caso de algún accidente en la travesía, ya que el transporte está a cargo de una empresa extranjera. Greenpeace replicó que el Gobierno japonés no puede eludir su responsabilidad, pues aceptó una operación que acarrea riesgos ambientales. Los ambientalistas advirtieron que los residuos nucleares permanecen activos durante miles de años, y un accidente en el viaje del "Pacific Pintail" provocaría una catástrofe inconmensurable.

El Gobierno japonés argumentó que el embarque se realizó de acuerdo con la normas de seguridad dictadas por la Agencia Internacional de Energía Atómica (IAEA). Pero los críticos afirman que los 28 cilindros de acero que contienen los desechos radiactivos pueden corroerse y presentar filtraciones durante el largo viaje del "Pacific Pintail" como ya ocurrió con el buque "Vishva Parijat" en diciembre de 1.990.

<u>El buque "Pacific Pintail":</u>

El buque "Pacific Pintail", un carguero de la compañía británica Pacific Nuclear Transport, construido especialmente para el transporte de material nuclear, dejó el puerto de Cherburgo el 23 de febrero de 1995 para dirigirse por ruta no revelada en un viaje sin escalas a Mutsu-Ogawara, en Japón.

Greenpeace exigió sin resultado, que los gobiernos de Francia, Gran Bretaña y Japón informasen públicamente las medidas de emergencia que serían tomadas en caso de accidente y que identifiquasen responsabilidades legales.

Se creía que el carguero británico navegaría hacia el mar Caribe para llegar al océano Pacífico a través del Canal de Panamá y poner rumbo a Japón. Este nuevo embarque (cuya peligrosidad, según Greenpeace, es tal que una exposición al material sin protección resulta letal en un minuto) ya recogió la negativa de los países centroamericanos a atravesar el Canal de Panamá y a ellos se agregaron hasta el momento Chile y Ecuador. Por eso se temía que la ruta fuera por el Cabo de Hornos o el Cabo de Buena Esperanza (itinerario que eligió su

al noroeste de la ciudad brasileña de Natal, en dirección al Cabo de Hornos. A las 0900 hora local del 13 de marzo estuvo a 380 millas de la costa frente a la ciudad de Porto Alegre.

El barco "Pacific Pintail", alejado definitivamente de la costa uruguaya, siguió con su carga, en dirección a las Islas Malvinas.

A las 16:00 del 14 de marzo, la posición del cuestionado buque, dada por el M/V "Solo" que sigue de cerca al peligroso cargamento, lo situaba a 38 grados y 50 minutos de Latitud Sur y 46 grados y 56 minutos de Longitud Oeste, pasando a casi 1.000 kilómetros (540 millas) de la costa bonaerense, según información de la Armada Argentina (cuyos aviones, "escoltaron" el 14/III al buque). El reporte del Capitán del M/V "Solo" Ulf BIRGANDER, indicó que se encontraban a la altura de la ciudad de Necochea y que "el rumbo que tomó el barco radioactivo reveló que pasarían cerca de las Islas Malvinas/Falkland Islands".

El Buque inglés viajó el 17/III al este de Malvinas por expreso pedido del Gobierno argentino, en su camino hacia el mar austral, navegando a la altura de Puerto Madryn. Los ecologistas chilenos y argentinos reclamaron mayor protagonismo de sus Gobiernos para impedir la repetición de estos viajes.

El buque "Pacific Pintail" navegó el 19/III en aguas argentinas, según reveló Greenpeace. De acuerdo con la organización ecologista, el barco estuvo a sólo 40 millas al sur de la Isla de los Estados, entre olas de seis metros y mal tiempo. Según informó el buque M/V "Solo" "las condiciones de navegabilidad eran muy malas y el barco de la muerte corrió riesgo de chocar con hielos antárticos a la deriva".

El "Pacific Pintail" debía haber navegado hacia el oeste por una franja de 180 kilómetros de ancho, para no ingresar en aguas argentinas ni tocar los límites establecidos por el Tratado Antártico, lo que se tornó muy difícil debido a las condiciones climáticas adversas como las ocurridas en la zona.

Con el rechazo chileno, la nave debía viajar por un canal de aguas internacionales de unas 50 millas por el Pasaje de Drake entre la península antártica de Palmer y el Cabo chileno de Hornos. Este pasadizo queda abierto en la extensión de las 200 millas de aguas chilenas y un ancho similar medido desde la costa de la Antártida, cuyas aguas continentales están protegidas por el Tratado Antártico, que prohibe el ingreso de sustancias tóxicas o peligrosas a ese continente.

El Estrecho o Pasaje de Drake es tradicionalmente temido por los marinos por su tormentoso clima, las turbulentas corrientes y los témpanos flotantes que hacen particularmente peligrosa la navegación por la zona. Las previsiones meteorológicas anunciaron que el carguero británico encontraria un temporal con vientos de 34 nudos y olas de 10 metros de altura.

Durante la noche del 20/III el buque fue detectado cerca de la Isla de los Estados y su ingreso a las aguas jurisdiccionales argentinas no había sido impedido en atención al estado del tiempo que había en la zona y por ser eso lo más conveniente desde el punto de vista náutico, según precisó Fernando PETRELLA, Vice-canciller argentino.

El vocero argentino de Greenpeace, Juan Carlos VILLALONGA aseguró desde Ushuaia que habían informado del ingreso del "Pacific Pintail" a aguas argentinas a la Armada pero que "24

embarcación que transporte este tipo de cargas peligrosas.

Victor CANTON del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA), autoridad competente de acuerdo al Decreto del Poder Ejecutivo del 13 de octubre de 1.992 en relación al Convenio de Basilea del año 1989 sobre el Control de los Movimientos Transfronterizos de Desechos Peligrosos y su Eliminación, indicó que "En caso de derrame, tendría un alto impacto ambiental sobre toda la zona y una de las funciones del Ministerio es la protección de los ecosistemas marinos y terrestres" y recordó que Uruguay, es uno de los países que adhirió a la Convención de la Diversidad Biológica, que puntualiza la necesidad de implementar la cooperación internacional precisamente para evitar actividades o acontecimientos que traigan peligro para la biodiversidad. El impacto de un derrame o un accidente, es muy difícil de medir ya que la actividad radiactiva de este peligroso material fluctúa en cientos de años. Como se recordará, el documento Agenda 21, elaborado durante la Cumbre de la Tierra llevada a cabo en Rio de Janeiro (Brasil) en 1992, también establece una serie de disposiciones y compromisos expresos entre los países firmantes, referidas al control de los desechos radiactivos.

Dos expertos estadounidenses en contaminación marítima y fluvial causada por buques, visitaron el 16 de marzo la Prefectura Naval Argentina y analizaron con sus autoridades diferentes hipótesis de riesgo que podría generar el "Pacific Pintail".

PETRELLA dijo con respecto al ingreso del "Pacific Pintail" dentro de su ZEE debido al mal tiempo, que si Argentina "abdicaba de su condición de estado ribereño o directamente tomaba la actitud no legal, antijurídica, de impedir físicamente que el barco se acercara, hubiésemos tenido que lamentar una gran pérdida de credibilidad y confianza" ante la comunidad internacional.

La Jueza Federal CHAMORRO, luego de haber aceptado la medida interpuesta por AMENA y RAUCH y de haber ordenado a la Armada que el barco transportando 14 mil toneladas de desechos nucleares salga de aguas argentinas, dio marcha atrás en su decisión. La Magistrada dijo que "era preferible aceptar el paso por aguas territoriales que empujar al barco hacia la zona de tormenta, donde las olas llegaban a una altura de 10 metros y los vientos superaban los 100 kilómetros por hora".

Oficialmente se informó que Chile entregará una protesta a los Gobiernos de Francia, Japón y Gran Bretaña, tras la incursión del barco en aguas jurisdiccionales.

PETRELLA consideró que la Cancillería no podía hacer más, ya que debe "atenerse a lo que el derecho internacional le permite a través de la Convención de Naciones Unidas sobre Derecho del Mar".

El barco debía llegar a fines de marzo al puerto japonés de Mutsu Ogawara. Sin embargo, la llegada podría retrasarse por el paso lento que le obligaron a llevar las tempestades en el Atlántico Sur.

La Fundación para la Defensa del Ambiente (FUNAM) de la

la situación desde el punto de vista estrictamente económico. En la mayoría de los casos el costo de generación de electricidad mediante energía nuclear es superior a su obtención a partir de combustibles más usuales, como carbón o mediante centrales hidroeléctricas. Los generadores nucleares son más costosos, requieren más capital, toman más tiempo de construcción y plantean difíciles problemas, por ejemplo en cuanto a la disposición de desechos.

La clave de tanto entusiasmo por lo nuclear parece ser política. Taiwan, Japón y Corea del Sur son muy dependientes de las importaciones de combustibles, especialmente petróleo. La generación de energía nuclear (con todas sus desventajas) puede ser considerada como una alternativa comparativamente más segura desde el punto de vista político, incluso en momentos de crisis internacional. Otros Estados bien pueden optar por construir centrales nucleares civiles como un camino indirecto para establecer o expandir una capacidad militar.

El empleo de la energía nuclear con fines pacíficos (dejando de lado por el momento el tema de los armamentos nucleares) ciertamente apareja beneficios. Por ejemplo, el desarrollo de un programa de estaciones nucleares a base de plutonio seguramente contribuye a la seguridad y desarrollo económico del país que se embarca en tal empresa. Pero también trae consigo costos, los cuales pueden no recaer exclusivamente sobre el país que hace uso de las usinas nucleares, y que, en algún momento, pueden llegar a tocar los legítimos intereses de terceros Estados o de la comunidad internacional como un todo.

Por ejemplo, hoy en día la transformación del combustible nuclear agotado proveniente de centrales nucleares japonesas en plutonio es una operación complicada que incluye dos viajes por vía marítima: el primero del Japón a Francia (combustible nuclear agotado) y el segundo en la dirección inversa (plutonio y desechos). Todo lo cual crea justificable alarma y preocupación entre los países ribereños adyacentes a la ruta que recorren esos buques.

El transporte por vía marítima de plutonio (y de otras sustancias peligrosas) representa un desafío que probablemente habrá de acentuarse en el futuro. La mejor forma de enfrentarlo es a través de la aplicación del Derecho del Mar y la adopción (y exacto cumplimiento) de nuevas convenciones, por ejemplo en el seno de la Organización Marítima Internacional (IMO).

La Cancillería chilena iniciará contactos con las naciones ribereñas implicadas en las rutas posibles del transporte de retorno del residuo vitrificado de Europa a Japón con el propósito de promover una resolución de carácter internacional que prohiba el transporte marítimo de basuras nucleares y otras cargas que signifiquen amenazas al ambiente.

<u>Destino de la Carga Radioactiva:</u>

Japón recibirá en el mes próximo un cargamento altamente radiactivo procedente de Francia, pero no dispone de depósitos permanentes para destinar ese material, advirtieron activistas antinucleares.

Las 14 toneladas de residuos radiactivos que transporta el buque británico "Pacific Pintail" serán almacenadas

(Agencia Internacional de Energia Atómica) de inmediato, a fin de recibir asistencia.

El cargamento radiactivo que traslada el buque permaneció dentro del área en la cual le corresponde a los Estados sudamericanos la provisión del servicio de salvaguardia de la vida humana en el mar, que por la proximidad del barco tienen las responsabilidades técnicas, operativas, administrativas y legales relacionadas con el servicio de salvaguardia.

De acuerdo a la Convención sobre los Derechos del Mar, que entró en vigencia en 1.994, el país ribereño sólo posee soberanía plena hasta doce millas náuticas de la costa marítima, y se garantiza el tránsito por las 200 millas cuando se trata efectivamente de cargas que no representan amenazas para los intereses económicos y los recursos marítimos de los estados ribereños, en este caso el naufragio de uno solo de esos embarques causaría un accidente nuclear con efectos sobre toda la humanidad vista la fragilidad de los ecosistemas marinos. Los tres países industrializados partícipes en el procesamiento y transporte de la peligrosa carga sostienen que realizan una operación comercial legal y que, en tal sentido, no puede negárseles el derecho a la libre navegación.

El buque cumplió con las leyes internacionales de seguridad indicadas en el Código de Seguridad para el Transporte de Combustible Nuclear Irradiado A Bordo de Buques del año 1.993, aunque constituye una "amenaza controlada", que debe ser vigilada.

El paso de la carga por el Cabo de Hornos puede ser considerado como un reto para los acuerdos de la Cumbre Mundial de Medio Ambiente realizada en 1.992 por la ONU y los compromisos de resguardo ecológico de la Antártida, asumidos en el marco del Tratado Antártico Internacional por Japón, Francia, Gran Bretaña y nuestro país, entre otros miembros.

Nuestro país, a través de su Cancillería, podría enviar una nota a los Gobiernos de Japón (destinatario), Francia (remitente) y Gran Bretaña (transporte) informando que nuestro gobierno vería con agrado que se comprometieran a que ningún buque que transportase plutonio y/o desechos radioactivos de alto nivel atravesará nuestras aguas jurisdiccionales.

1/3

P. 235

Montevideo, Martes 26 Setiembre de 1995

\###

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) COLAGEL S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramirez 1470) Prosiguen sus operarios en conflicto en reclamo de la reapertura de Planta Industrial.
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

B) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (A.M.Lavalleja 2839) Continúan en conflicto en virtud de adeudos salariales desde el mes de Febrero/995 en Sociedad Central Médica.

C) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B. (Abayubá 2832) Se mantienen en conflicto en defensa de la fuente laboral y la Industria Nacional.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (V.Ferreira Aldunate 1280) 26 y 29-SETIEMBRE: se atiende al público no realizándose trabajos internos pero si tomando audiencias. 28-SETIEMBRE: No se atiende al público, realizándose trabajos internos, sin tomar audiencias. 27-SETIEMBRE: Jornada de difusión con Paros Parciales.

E) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL, RAMAS Y AFINES -U.N.T.M.R.A.- (L.A. Herrera 3972) 27-SETIEMBRE: hora 13.00' salen camiones desde la Central Obrera con destino a la Plaza de la ciudad de Canelones donde se realizará a la hora 15.00' un Acto.

F) FUNCIONARIOS DEL MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA -F.M.G.A.P.- Se estudia para la presente semana un Paro de 48 horas por la restricción de horas extras y la disolución de la Unidad Ejecutora.

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- Continúan en pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREOS, estudiándose la realización de futuras movilizaciones.

H) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el pasado 6-Setiembre vienen realizando un Paro Activo hasta tanto no sea aprobada la propuesta original presentada por el Sr. [illegible]

I) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS -S.U.N.C.A.- (Yí 1538) Contimían desde el 16-Jul.-95 OCUPADAS por 45 obreros las obras de la Empresa PINTOS RISSO de Rbla. República del Perú 1519 y 1523 en demanda de pagos de haberes.-

* J) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) Los días 28 y 29-SETIEMBRE y 2 y 3-OCTUBRE se llevarán a cabos los Paros Zonales de acuerdo al detalle expuesto en P.233 del Sábado 23-Set.-995.

K) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION -A.F.C.G.N.- Contimían los Paros Sorpresivos de media hora por turno con CONCENTRACION en el Patio Central del Ministerio.-

* ADEMU (Ampliación) HOY, hora 18.00' Asamblea General en Palacio Sud América para definir nuevas movilizaciones.-

002 L9505444

Dist. General

##

IV)- **INFORMACION DEL INTERIOR**

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU -Movilizaciones y Actividad de Visitante-

- El pasado 25-Setiembre, los Funcionarios Judiciales efectuaron una jornada de NO atención al público, pero sí realizando trabajos internos.
- Los Funcionarios del Registro Departamental de Traslaciones de Dominios, Poderes y Prendas vienen realizando un Paro de 24 horas en demanda de reinvindicaciones presupuestales.
- Los días 22 y 23-Setiembre p.pdo. visitó dicha ciudad, el Diputado por el M.P.P. (Movimiento de Participación Popular, José MUJICA CORDANO, quien se interiorizó principalmente de los problemas que atraviesa el sector agropecuario. El día Sábado 23, se traslado a la ciudad de Guichón y posteriormente a la zona de Piedras Coloradas donde se reunión con productores rurales. En horas de la noche -del mismo día- en el local del M.P.P. se realizó una reunión con simpatizantes, en la que asistieron un total aproximado a las 40 personas

DEPARTAMENTO DE SALTO -Movilizaciones-

- Los Funcionarios Judiciales, desde el pasado 25-Setiembre vienen realizando una jornada de NO atención al público, efectuando trabajos internos sin tomar audiencias.
- Los Funcionarios del Registro Civil, realizaron en el día de ayer (25) un paro de 24 horas en reclamo de la situación salarial.
- Funcionarios del Registro Departamental de Traslaciones de Dominio, en el día de ayer (25) realizaron un Paro de Actividades por 24 horas en reclamo de mejoras salariales.

003/3 9503444

ASUNTO: ...

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

OBSERVACIONES:

FECHA: 26 SET. 1995

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

001/3

17 SET. 1995
Biográfico
9509445

FUERZA AEREA URUGUAYA

Orden del Comando General

Montevideo,11 de Setiembre de 1995 — Número 3893

PARA SU CONOCIMIENTO Y DEMAS EFECTOS SE HACE SABER A LA FUERZA AEREA LO SIGUIENTE

PRIMERA PARTE

RESOLUCION DEL COMANDANTE EN JEFE No. 21/95

Montevideo, 23 de agosto de 1995.-

VISTO: Estas actuaciones relativas a la instrumentación del Decreto No. 373/94 de 23 de agosto de 1994;

RESULTANDO: I) Que por Orden de este Comando General de la Fuerza Aérea No. 3768/94 de fecha 18 de octubre de 1994, se efectuó un llamado abierto a Concurso de Oposición y Méritos a efectos de proveer los cargos que integran los diferentes Escalafones del Cuerpo de Servicios Generales de la Fuerza Aérea;

II) Que con fecha 12 de diciembre de 1994, se realizaron las pruebas de referencia, así como la presentación de los méritos correspondientes, según surge del Acta respectiva de igual fecha, estableciéndose los siguientes resultados:

a) Escalafón Técnico Profesional. (En el grado de Alférez)

1) Contadora Sandra Estela de los Santos Forni.

2) Contador Público Juan F. Urrisa.

Cargo de Ingeniero Mecánico.

Ingeniero Marcelo Hugo Cavaliere Pereira.

b) Escalafón Especializado. (En el grado de Alférez)

M.D.N. - D.G.I.D. - SEC. GRAL.
Montevideo 20 Setiembre de 1995
18977. salida 20/9
S.D.I
Para su conocimiento.-
Procedencia:
Observaciones:

002 9509445

Orden del C.G.F.A. No. 3893

Cargo de Perito Mecánico.
Ricardo Daniel Digenio Longo.
Cargos de Aerotécnicos
AT 1ra. Sergio Wilson.
AT 1ra. Carlos Monzón.
AT 1ra. Eduardo Paiva.
AT 1ra. Julio Rossi.
AT 2da. Fernando Molina.

III) Que el Personal Civil Equiparado que hizo uso de la opción válidamente según lo previsto por el artículo 14 del citado Decreto No. 373/94 fue:
1) Equiparado a Capi... Ingeniero Químico Odegar Borba Haurie;
2) Equiparado a Capitán Doctor en Derecho Rafael Orique Acosta;
CONSIDERANDO: I) Que la Administración posee en esta instancia discrecionalidad para proveer efectivamente los cargos pertinentes de los distintos Escalafones que integran el Cuerpo de Servicios Generales de la Fuerza Aérea;

II) Que este Comando General estima, que al presente por razones de oportunidad, mérito y conveniencia, que refieren al interés del servicio, se juzga aconsejable no proceder a las designaciones de referencia;
ATENTO: A lo expresado y a lo dispuesto por el artículo 18, Literal A del Decreto-Ley, Orgánico de la Fuerza Aérea, No. 14.747 de 28 de diciembre de 1977;

EL COMANDANTE EN JEFE DE LA FUERZA AEREA
RESUELVE:

1ro. No proceder a la previsión de los cargos de los distintos Escalafones del Cuerpo de Servicios Generales a que se hacen referencia los Resultandos II) y III) de esta Resolución.
2do. Pase a la Dirección de Secretaría para notificar a todos los referidos en los Resultandos II) y III) de esta Resolución, publíquese y oportunamente archívese.
TTE.GRAL.(AV.) MIGUEL A. SUÑOL.

R.E.Nº ....

ASUNTO: Artículo de prensa "La Democracia" del 16/3/88

PROCEDENCIA: D.G.I.I.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: Biográfico

.... 27.9.95

OBSERVACIONES: ....

FECHA: 27/SET./1995

FIRMA: Cap. Norberto Devincensi

001/2

27 SET. 1995

Biográfico

9509447

FEC. 27/09/95 INICIAL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

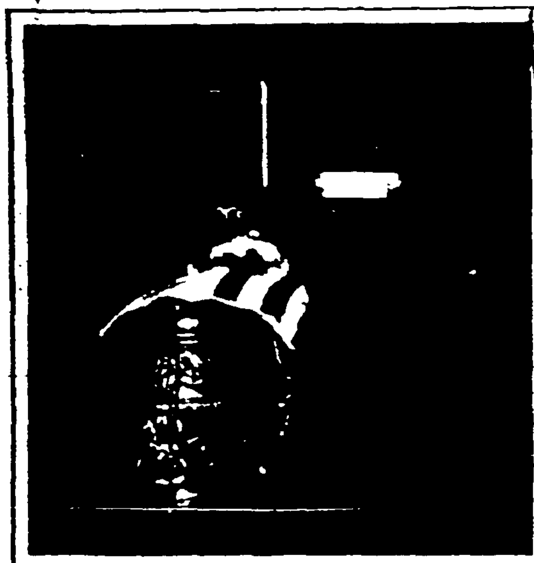
16/600

FECHA 27/09/95 INICIAL (ES)

4 Opinión — Miércoles 16 de Marzo de 1988. — LA DEMOCRACIA

Poco legible

EL MARTES EL DOLOR SE APODERO DE LA REPUBLICA



Wilson Ferreira Aldunate murió serenamente a las 6.55 del pasado martes víctima de un proceso canceroso, del que había comenzado a tratarse en julio del año pasado. La noticia de su muerte comenzó a propalarse por las emisoras de radio aproximadamente a la hora 8.00, y a partir de ese instante el edificio en el que residía, que se levanta sobre la avenida Brasil, comenzó a ser el punto de encuentro de centenares de personas que llegaban hasta allí para testimoniar el dolor que se apoderó de la República entera.

Al promediar la mañana, mientras la multitud crecía frente a su domicilio, llegaron el presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, el vicepresidente Dr. Enrique Tarigo, y los ministros del gabinete para expresar a la familia del desaparecido dirigente blanco el testimonio de su pesar.

MISA EN LA CATEDRAL

En horas del mediodía los restos mortales de Wilson Ferreira fueron trasladados a la Catedral metropolitana, donde fue oficiada una misa de cuerpo presente. Una abigarrada multitud desafiando el rigor del sol de mediodía aguardaba en la Plaza Matriz el arribo del féretro y permaneció allí varias horas para dar el último saludo a Wilson.

Concluida la ceremonia en la Catedral, el féretro que contenía los restos del líder blanco fue trasladado hasta el Palacio Legislativo, en cuyo Salón de los Pasos Perdidos fue velado hasta la hora de su [illegible]

[illegible] cumplimiento [illegible] una resolución de la [illegible] General [illegible] desde las [illegible] horas [illegible] en [illegible] velar los restos de Ferreira en la sede del Poder Legislativo que fue escenario de sus tareas [illegible] parlamentarias.

LA SESION DE LA ASAMBLEA GENERAL

La Asamblea General comenzó a sesionar después de las 13 horas, en presencia del presidente Sanguinetti y de su gabinete ministerial.

Una extensa lista de legisladores hizo uso de la palabra, en el curso de una sesión en la que partidarios y adversarios de Wilson Ferreira Aldunate evocaron su trayectoria política, y su aporte a la democracia uruguaya.

En nombre del Partido Colorado el senador Carlos Cigliutti dijo que el país estaba viviendo "un gran duelo nacional" por la muerte de "una de las figuras más prominentes y conspicuas de la nación".

El legislador colorado dijo que Wilson supo colocar aún a riesgo de su prestigio, el interés general y amplio del país por encima de todo. Agregó que en la hora de consolidar la democracia política, "nada lo arredró, ni los reproches ni las críticas". Cigliutti dijo que Ferreira fue un "ejemplo de comprensión, inteligencia y consenso".

El senador Gonzalo Aguirre, del Partido Nacional, señaló que el desaparecido dirigente blanco "supo agigantarse en la adversidad. Todo arriesgó y lo perdió sin pedir nada". Recordó su etapa en el exilio, y sostuvo que tuvo el "honor de recorrer el mundo defendiendo la causa de la libertad y la dignidad nacional". Concluyó afirmando que Ferreira Aldunate estaba recibiendo "el homenaje de la patria a quien ha penetrado más hondo en los recónditeces del alma nacional".

02/02

9509447

002/2

9509447

9509449

ORIGINAL 1/3

MEMORANDUM No. 950239/---- / Fecha : 27/SET/95

I: ASUNTO: ACTIVIDADES DE IZQUIERDA EN EL DEPARTAMENTO DE CANELONES.

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

1) La Edil, por Montevideo Lucia TOPOLANSKI (MLN-T) ocupa un cargo politico en la llamada Sociedades Rurales

Dicho sector esta trabajando muy activamente con los pequeños chacareros, alquilandoles a los mismos tractores pertenecientes a la I.M.M. a $ 71 la hora. Esta medida ha dejado muy conformes a los mencionados y piensan llevarla a cabo asimismo en los Departamentos de Canelones y San Jose.

2) A su vez se informa que es idea de las fuerzas de izquierda realizar una gran agitacion politica en el Departamento de Canelones.

000002

MINISTERIO ... NACIONAL
Direc...
Fe: 27 SET. 1995
F: Reg. C.M.c. C.Pol.(m)
Nº. de ...: 9509449

FECHA 5/10/95 INICIAL Co.

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

CORREGIDO
F 6/10/95
84

001/3

9509449

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamento 1.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(m.a.)

Ampliación asunto departamento de Canelones

Con referencia a las sociedades rurales, mencionadas en el informe del día 24 de Setiembre, las mismas son en realidad pequños grupos de granjeros y chacareros ,con propiedades de pocas hectareas, las mismas no estan agrupadas en socidades o cooperativas. El lugar geografica de las mismas estarian en las zonas,denominadas : Rincon del Cerro , Camino Las Flores, Punta Espinillo y Melilla (Esta última en menor medida.

003/3

9509449

URGENTE

1/2

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo

T.I. N°223/B/95

Setiembre27120095

DE: JEFE DE DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

PARA: SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR

ASUNTO: VISITA DEL PRESIDENTE DE CUBA FIDEL CASTRO.-

TEXTO:

Elevo a usted el siguiente Pedido de Colaboración recibido de una agencia amiga, solicitando se le proporcione la agenda de la Visita del Presidente de CUBA Fidel CASTRO a nuestro país.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

C/C (CG)

Enzo Baudo

Montevideo, 28 de setiembre de 1995.-

Pase a sus efectos al Señor Jefe del Departamento I(Interior).-

Coronel(Av.)

DANIEL O. BARRAL

Sub-Director de Interior

...///

9509450

001/2

9509450

1/2

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
271130SET95

M E M O R A N D U M Nro.139 / 95

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A : POCHINTESTA LAGUARDA Hector (C/A)

T E X T O : SEGUN PROPIAS MANIFESTACIONES participó en el copamiento de CONAPROLE.-

9/1972 a 1973 Estuvo en CHILE ocupando un alto cargo en el MINISTERIO DE AGRICULTURA (Fachada del M.L.N. con el alias de COCO)

Dejó de militar en el M.L.N. cuando se fue de CHILE para ARGENTINA (en Bs.As. da refugio entre otros a: MEJIAS COLLAZO y BOLIVAR ENCISO)

CORREGIDO 6/10/95 SH

TIENE CONOCIMIENTOS DE: Fabricación de armas y explosivos.

Confeccionó documentos falsos.

1965. Fué BANCARIO

Manifestó tener conocimientos sobre el socialismo revolucionario en ARGENTINA.-

18-11-88 Viajó a Bs.As. junto a: SUAREZ MOYANO, Xavier GOMEZ y un vasco de la E.T.A. de nombre: JESUS.-

A LA FECHA SE DOMICILIA EN: AZCUENAGA 451 Ap.305 Bs.As.-

El causante se dedica al tráfico de armas para delincuentes comunes

FECHA 28/09/95 INICIAL SH

Procesado a ...

OBSERVA...

27 SET. 1995
Biográfico
9509455

/2

9509455

FECHA 28/09/95 INICIAL SH

Procesado a S... DIX

OBSERVACIONES

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincensi

2

9509459

236

Montevideo, Miércoles 27 Setiembre 1995

\##

I)- **ASUNTOS PENDIENTES**

A) FUNCIONARIOS DEL MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA Estudian la realización de un Paro de 48 horas por la restricción de horas extras y la disolución de la Unidad Ejecutora.

B) C[illegible] S.A. -Industria Química- (Ca.Ma.Ramírez 1470) Continúan en conflicto reclamando sus operarios la reapertura de la Planta Industrial.
(Inicio del conflicto 14-JUN-994)

C) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY -A.F.J.U.- (W.F.Aldunate 1280) HOY, Jornada de difusión con Paros Parciales a nivel Nacional a partir de la hora 16.00' con retiro de las Oficinas hasta el final de la Jornada. 28-SETIEMBRE: No se atenderá al público, realizándose trabajos internos sin tomar audiencias. 29-SETIEMBRE se atiende al público no realizando trabajo interno, pero sí tomando audiencias.

D) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION -A.F.C.G.N.- En reclamo del presupuesto realizan paros sorpresivos de media hora por turno con Concentración en el patio central del Ministerio. HOY, hora 15.00' Asamblea General en el Hall Central del Edificio Ministerial.

E) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS POSTALES DEL URUGUAY -A.F.P.U.- En pre-conflicto por falta de entendimiento con el Directorio de CORREO.

F) FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA -F.O.E.B.- (Abayubá 2832) Se mantienen en "estado de alerta" en defensa [illegible] la fuente laboral y la Industria Nacional.

Poco legible

G) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE SECRETARIA DE EDUCACION Y CULTURA -A.F.S.E.C.- Desde el 6-Setiembre vienen realizando un Paro Activo hasta que no sea aprobado Proyecto original del Sr. Ministro respecto al [illegible] [illegible] anual.

H) FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD -F.U.S.- (A.M. de Lleja [illegible]) Los Médicos de la Sociedad Central [illegible] (Mercedes 153[illegible]) prosiguen en conflicto por adeudos [illegible] [illegible] desde el mes de [illegible]ero 1995.-
Por su parte, HOY, la F.U.S realiza PARO hora 07.00' con [illegible] hora [illegible].00' en lugar a confirmar.-

I) SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS S.U.N.C.A. (Yí 1538) Desde el 16-JUL-995 se encuentran OCUPADAS las obras de Rbla. República del Perú 1519 y - 1523 por un total de 45 obreros.

J) UNION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL METAL RAMAS Y [illegible] -U.N.T.M.R.A.- (L.A. de Herrera 3972) Movilizaciones - de acuerdo a lo resuelto en Asamblea del 21-Setiembre:

27-SETIEMBRE: Participación de la Jornada en la ciudad de Canelones, saliendo camiones hora 13.00' del PIT CNT con Acto hora 15.00' en dicha ciudad.

28-SETIEMBRE: PARO de 09 a 12.00' con Asambleas zonales en: Av.Agraciada y Ca.Ma.Ramirez, se reunen los agremiados de las Empresas EERKES, JAMES, PRESTAL, [illegible], [illegible]. Av. San Martín y Av.Agraciada, se reunen los agremiados de las Empresas TSAKOS, FACERPLAST, LEMU, SECCIN, [illegible]. - QUARTINO. Av.Millán y Raffo, los agremiados de: ZA[illegible] y CAMPOS, C.M.BOCHISZOLNO, MIT, TUBACERO.

29-SETIEMBRE: Av.San Martín y Larrañaga, se reunen los agremiados de las empresas: FRONTOMETAL, ALCAN, [illegible], Av.Larrañaga y Montes Caseros, se reunen los de la Empresa, PANASCO, NIBO, GENERAL ELECTRIC, CIM, [illegible] y - [illegible].

Cabe agregar, que las movilizaciones de los días 28 y - 29 son acompañando las movilizaciones que el 29-Setiembre realizarán los Metalúrgicos de los Países: BRASIL, ARGENTINA y PARAGUAY.

Para el Jueves 28-Setiembre hora 18.00' Activo General de Comités de Bases.

K) ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY -A.DE.M.U.- (Maldonado 1170) Los días 28 y 29-Setiembre; 2 y 3-Octubre se llevarán a cabo los Paros Zonales de acuerdo al detalle expuesto en P.233 del Sábado 23-Setiembre-995.

L) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE U.T.U. -A.F.U.T.U.- En - virtud al rechazo del presupuesto presentado, dicha Asociación a resuelto Paros Rotativos de 24 horas en todo el País, de acuerdo al siguiente detalle:

28-SETIEMBRE: Paros en los Departamentos de PAYSANDU, - SALTO, RIO NEGRO y COLONIA.

29-SETIEMBRE: Paros en los Departamentos de ARTIGAS, RIVERA, TACUAREMBO, DURAZNO y FLORES.

2-OCTUBRE: Paros en los Departamentos de CERRO LARGO, - TREINTA Y TRES, ROCHA, MALDONADO y LAVALLEJA.

3-OCTUBRE: Se prevée finalizar las medidas, paralizando las Escuelas Técnicas de: Montevideo, Canelones, San - José y Flores.

[illegible]) ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA -A.F.U.R.- HOY, paro de 09.30 a 12.30 con Acto - hora [illegible] en explanada de la Universidad.-

###

II)- **INFORMACION GREMIAL**

UNION TRABAJADORES DE CUTCSA Próximo a la hora 17.30' de ayer se concentraron en las inmediaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, un total aproximado a las 80 personas pertenecientes a dicho gremio en reclamo por el despido de un obrero lo cual es considerado de "arbitrario"; por tal motivo se resolvió realizar un Paro, cumpliéndose servicios de emergencia desde la hora 17 hasta las 21.30'. Cabe agregar, que dicha movilización finalizó con el reintegro de los servicios nocturnos a la hora 00.30'. Es de significar además, que la gremial no fue atendida en dicha Secretaría de Estado.-

003

9509458

###

V)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZA DE ATENTADO EXPLOSIVO -Constancia-

[illegible] intermedio de Seccional 9na. de Policía, se toma conocimiento que en la Facultad de Odontología se recibió una llamada telefónica por parte de una voz del sexo masculino, quien [illegible] taba sobre la colocación de una bomba en la citada casa de [illegible] ios. Al lugar concurre personal de dicha Seccional así [illegible] la D.N.Bomberos, constatándose que se trataba de una [illegible] alarma.-

9509458

004/4

Yamandú Fau diputado del PGP (Perfil)

1/1

Nombre completo: Yamandú Fau Casalla.
Fecha de nacimiento: 21 de marzo de 1940.
Signo del Zodíaco: Aries.
Ciudad de nacimiento: Montevideo.
Ciudad y barrio de crianza: La Unión.
Barrio de residencia actual: Carrasco.
Profesión: Docente y periodista.
Estado Civil: Casado.
Hijos: 2.
Peso: 81 Kg.
Altura: 1,77 m.
Número de calzado: 42.
Partido y sector político: Partido por el Gobierno del Pueblo.
Hincha de fútbol de: Club Atlético Peñarol.
Hincha de básquetbol de: Club Atlético Peñarol.
Mejor político internacional: Shimon Peres.
Mejor político de la historia nacional: José Batlle y Ordóñez.
Su mejor recuerdo en la política: "El 14 de febrero de 1985 cuando ingresé a la sesión preparatoria de mi primera legislatura como Diputado".
El peor recuerdo en la política: "Cuando me informaron la muerte de Zelmar Michelini".
Un amigo en la política: Hugo Batalla
Un enemigo en la política: No tiene.
Comida preferida: Ravioles caseros.
Bebida: Whisky.
Postre: Los que tengan frutas o helados.
Automóvil: "No soy tuerca".
Hobby: La caminata.
Tipo de música: "Me deleito con toda la música, tanto con una obra clásica como con una moderna".
Un cantante: Ninguno en particular.
Una cantante: Ninguna en particular.
Un actor: Humphrey Bogart.
Una actriz: Ingrid Bergman.
Una película: Casablanca.
Un programa de televisión: Ninguno en particular.
Una murga: Asaltantes con patente.
Un escritor: André Malraux.
Un libro: Las antimemorias.
Una obra de teatro: Vio casi todos los clásicos y todos le gustaron.
Un ídolo: Ninguno en especial.
Color preferido: Rojo.
Un lugar para vivir: Cualquier barrio de Montevideo.
Un viaje para hacer: Europa.
Un perfume: Minotaure.
¿Cómo se define ideológicamente?: "Batllista, es decir socialdemócrata".
Cuántas horas duerme por día: Entre 5 y 6.
Su gran sueño: "Una sociedad algo más justa que la que nos toca vivir".

001/1

El Día 11/9/95

Nuevo diario

Editorial

Comenzamos a recorrer, a partir de ahora , un camino que tiene varias particularidades. Una es la de no tener un final conocido. Otra es que somos muchos a transitarlo. Y eso lo hace por demás interesante. Esta es una experiencia de la cual vamos a participar ,y que por ser una parte importante no vamos a renunciar en llevarla adelante. Es una experiencia que ya tienen antecedente en otros barrios, que nos avalan ,y que por sus resultados ,nos estimulan a realizarla. El destino al que nos conduce lo iremos modificando entre todos; entendiendo por todos, a aquellos quienes hacemos esta publicación , los avisadores y los destinatarios, que son los lectores. Los que a partir de ahora, no sólo serán los destinatarios del esfuerzo editorial que realicemos, sino también, quienes nos apuntalen con los aportes , con los que esperamos contar en cantidad y calidad.

Sobre el trabajo y el esfuerzo que significa editar una publicación de esta naturaleza, no diremos nada, porque entendemos que ese trabajo y esfuerzo bien vale la pena cuando se trata de tender un puente de comunicación entre la gente. Este es el objetivo que nos hemos planteado con esta publicación a la cual hemos denominado NUEVO DIARIO. El cual esperamos, sea el medio de comunicación que mantenga en contacto permanente a los que vivimos en esta zona, y a través del cual canalizar todas nuestras inquietudes y problemáticas. Debemos hacer que este inmenso barrio en el que nos encontramos no sea un lugar en donde vive mucha gente, sino un lugar en el que conviven muchos vecinos que tienen muchos puntos de encuentro y de los otros; pero que por sobre todas las cosas tienen un lugar en común por el cual bien vale la pena hacer todo lo que se pueda.

Nuestro deber será el de informar, porque sino hay información es imposible comprender los problemas. Informaremos sin exceso porque el exceso de información desinforma. La gran cantidad de información sin explicación , desinforma. Trataremos de evitar este nuevo mal contemporáneo, de información intensa y veloz, porque hay que integrar cada información que aparece, ya que es la única manera posible de comprenderla. Hay que correlacionarla y darle una explicación porque forma parte de un sistema en el cual vivimos o de un problema al que hay que darle solución.

De esta experiencia pretendemos hacer un lugar de encuentro, en el cual canalizar todo lo que nos sea común. Ese lugar en donde todos podamos aportar nuestras experiencias , nuestros conocimientos, nuestras inquietudes y en donde podamos resolver todas , o aunque más no sea parte de nuestras problemáticas comunes.

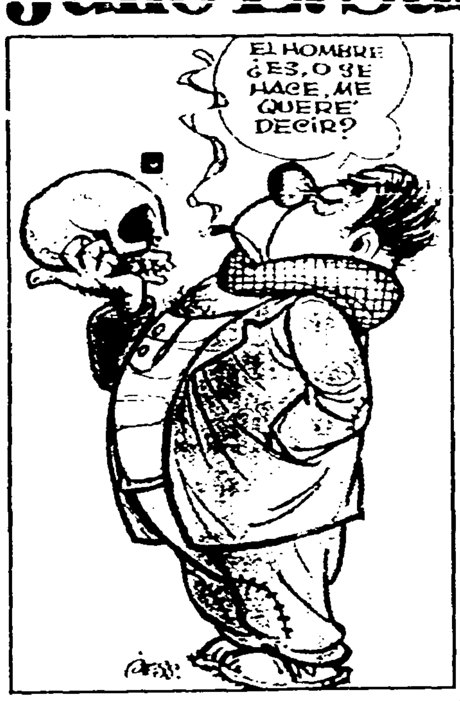
Este es el puntapie inicial para poner en marcha ese lugar en común. Nosotros
ya dimos el primer paso. Los restantes lo tendremos que dar todos juntos.

Asumieron las nuevas autoridades del CCZ15



20 años de servicio de la Biblioteca Popular de Parque Posadas

Julio E. Suárez, "Peloduro"



Hacer del humor una militancia social, entretener, poner de manifiesto los problemas para que tomemos conciencia, es algo que muy pocos logran. Se necesita una capacidad muy especial para observar la realidad, transmitir su problematica y hacer reír. Esto lo han logrado muy pocos humoristas. Uno de ellos fue Julio E. Suarez "Peloduro", uno de nuestros más ilustres humoristas.

EL FENOMENO DE LA «PRENSA BARRIAL» Y EL CRECÍMIENTO DE «A.P.I.» (ASOCIACION DE LA PRENSA INDEPENDIENTE)

Desde hace muchos años en el Uruguay y sobre todo en Montevideo comenzaron a publicarse boletines barriales pertenecientes a comisiones de fomento, Leones , Rotarios o hasta religiosos. Pero en este último tiempo surgen nuevas maneras de comunicación barrial, nace la "Prensa Alternativa". Nacen medios escritos de circulación zonal o barrial en todo el territorio. Unos quedan por el camino y otros logran triunfar.

Entre esos últimos, la causa de su triunfo es debida a la tenacidad puesta en la tarea de llevar adelante una empresa tan difícil como es la de manejar un medio periodístico que abarque todos los gustos, ideas o religiones de los vecinos. A eso le sumamos las dificultades económicas existentes, que hacen más difícil la tarea de editar.

Hoy, y al cabo de algunos meses de contacto entre distintos medios zonales se formó la "Asociación de Prensa Independiente" -API-, la cual agrupa a las más importantes publicaciones de las características ya mencionadas. Los medios fundadores son: "EL ECO DEL CERRO"; "HECHOS" (Paso de la Arena); "EL TEJANO" (la Teja); "LA PRENSA" (Capurro - Prado); "ASI ES" (La Unión); "VECINOS" (Malvín a Carrasco); "LA VOZ DEL PASO MOLINO"; "LA CIUDADELA" (Centro); "LA GACETA" (Pocitos y advacencias) y "EL TRANVIA" (Punta Carretas-Pocitos).

Entre todos estos medios independientes llegamos a más de 100.000 ejemplares. Algunos apuntan a la información barrial, otros, como nosotros, publicamos material de corte histórico, haciendo un aporte cultural más.

Pero en definitiva, conformamos un grupo importante de comunicación, que hoy día se ha ganado el respeto de los vecinos de Montevideo, por su seriedad , por demostrar que sólo entretenimiento, información y cultura, sino que ha conseguido ser un canal de mucha importancia para el comercio y avisadores en general.

En próximos números les daremos más información sobre este nuevo "bebé" de la sociedad uruguaya.

NOTA: La presente fue la nota editorial de la publicación EL TRANVIA N° 35 cuyo editor es el señor Walter González a quién agradecemos por la voz de aliento en este emprendimiento que comenzamos hoy y con quién tendremos el gusto de trabajar en API. para fortalecer la prensa barrial.

AGRADECIMIENTO

El emprender una empresa de esta naturaleza no es fácil, menos cuando la realidad nos muestra que la situación económica que vive nuestro país no es la mejor y que afecta a muy diferentes sectores de nuestra sociedad y entre ellos a las empresas gráficas. Si tomaramos como referencia estos parámetros no nos hubieramos embarcado en esta experiencia. No queremos ignorar los datos de la realidad pero vamos a hacer todo el esfuerzo posible para que esta idea se cristalice porque creemos en la importacia y la necesidad de que nuestra zona cuente con un medio comunicación barrial que nos relacione, nos una y donde podamos encausar y resolver las problemáticas comunes, a la vez de aportar a los demás todo aquellos que como seres humanos y vecinos podemos aportar a quienes comparten con nosotros un mismo lugar, en este caso un barrio.

Queremos en este primer número agradecer en forma muy especial a quienes ante el planteo de este proyecto de una forma u otra nos dieron su apoyo, a A.P.I. (Asociación de Prensa Independiente), a los avisadores que confiaron en que este puede ser el medio más eficaz para llegar a sus clientes, a la Administración y Comisión Directiva del C.C. de Parque Posadas y a todos quienes nos dieron su voz de aliento.

NUEVO diario

CLASIFICADOS

A partir del próximo número NUEVO DIARIO contará con una sección de AVISOS CLASIFICADOS, donde los lectores podrán publicar todo tipo de avisos económicos y de esa forma realizar las más variadas transacciones a través de nuestras páginas.

Habrá una gran variedad de rubros destinados a la VENTA, COMPRA O PERMUTA de artículos varios y para la OFERTA Y PEDIDO DE SERVICIOS.

Para la publicación de dichos avisos se deben dirigir al local 111 del Centro Comercial Parque Posadas, Kiosco "NILSO". Allí lo podrá redactar o de lo contrario recorte y llene el cupón que publicamos en la página N° 6. Más de 12.000 personas leerán su aviso.

EN PARQUE POSADAS TODOS LOS AÑOS

CON ESTE TITULO, LA EMPRESA VENDEDORA DE LOS APARTAMENTOS Y LOCALES COMERCIALES DEL PARQUE POSADAS TITULABA UNA NOTA PUBLICADA EN UN LIBRO EDITADO CON MOTIVO DE LA VENTA DE LAS PROPIEDADES DEL MAYOR COMPLEJOS HABITACIONAL DEL PAIS PARA RESALTAR LAS BONDADES DE SER PROPIETARIO EN ESTE LUGAR.

LA REPRODUCIMOS Y DEJAMOS ABIERTA LA INTERROGANTE DE QUE SI ESOS NÚMEROS SE ADAPTAN O NO A LA REALIDAD Y SI ALGUNOS EXISTIERON O EXISTEN.

AQUI EL TEXTO:

Nacen 250 niños, hay alrededor de 100 compromisos matrimoniales; los 10.000 habitantes festejan su cumpleaños y unas 200 chicas hacen su fiesta de quince. Probablemente 50 matrimonios alcanzan sus Bodas de Plata y unos 10 sus Bodas de Oro; 200 niños ingresan a la escuela y forman el grupo de 1.000 que están en edad escolar. Unos 150 ingresan al liceo, engrosando el núcleo de 750 liceales; 100 jóvenes comienzan sus estudios universitarios y tal vez 50 reciben su Título Profesional. Otros 100 comienzan a trabajar y hay otros tantos que ascienden su cargo. También se jubilan 100 más y quizá 30 o 40 se aventuran a abrir su propio negocio. Muchos parten de viaje y otros regresan. Todos los años tienen lugar cerca de 120 mudanzas de familias que se alejan y otras que, en igual cantidad, llegan. El Día del Abuelo hay demanda de aproximadamente 1.500 regalos e igual número el Día de la Abuela: el Día del Padre se necesitan como 3.000 y otros tantos el Día de la Madre; también el Día del Niño, éstos demandan sus 2.000 regalos y el Día de la Maestra 1.000 más son necesarios; unos 1.000 novios y 1.000 novias intercambiaran en varias oportunidades los suyos y 2.000 matrimonios festejan su Aniversario de Bodas. Hay todos los años personas que enferman y otras que sanan; hay tristesas y alegrías... pero cada Navidad, cada Fin de Año y cada Día de Reyes 2.051 mesas tendidas y arbolitos y zapatos, estarán repletos de alimentos y regalos.

Nota de Redacción: A partir de ahora más de 12.000 personas estarán leyendo este

primer número de NUEVO DIARIO.

NUEVO diario
Prensa Alternativa
Año N° 1 - N° 1

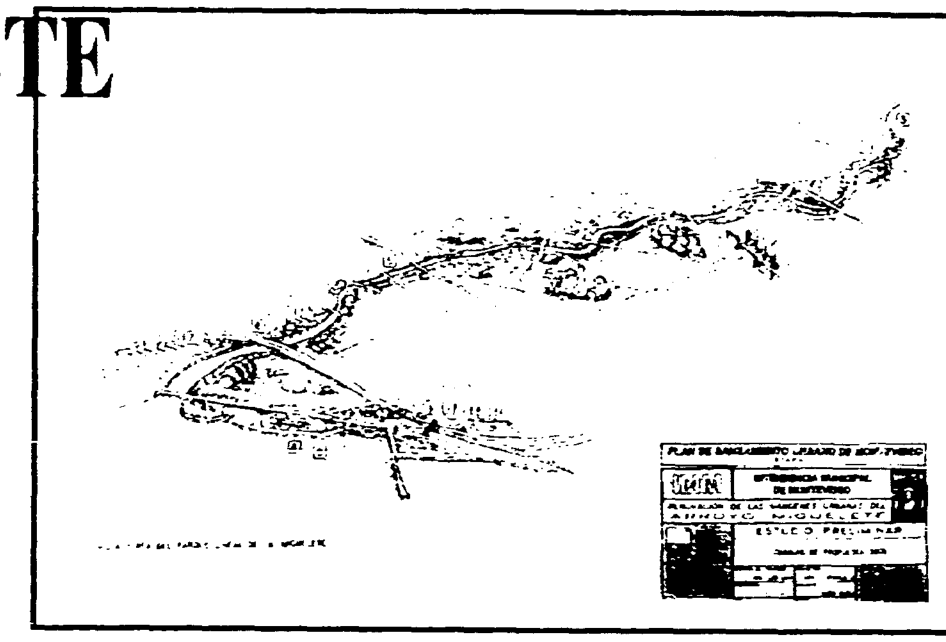
Periódico Zonal
Parque Posadas
Atahualpa
Aires Puros
Prado
Solis
Paso de las Duranas
Nueva Savona

Director y Redactor responsable
DANIEL ROMERO CARRASCO
Zun Felde 2260.Block «E» Apto 001
Tel:52-40-09

Impreso en CIDESOL S.A. Nueva York 1326 Dep.Legal 299-112 - Edición de 8 páginas
3.000 Ejemplares. Exp. del M.E.C. en trámite N° 00565.

SERA RECUPERADO Y SU ENTORNO TRANSFORMADO EN UN PARQUE CON SENDA PEATONAL, PARA BICICLETAS Y VEHICULOS EN AMBAS MARGENES

EL ARROYO MIGUELETE CON NUEVA CARA PARA EL 2.000



LA INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO, junto con el Ministerio de Vivienda. Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. encararán la recuperación del arroyo Miguelete con un parque lineal y vertedor urbano.
La propuesta es la de atender en forma integra la problematica de los asentamientos precarios que existen en esta zona, los que conforman aproximadamente un 10% del total de asentamientos irregulares de la capital. Las cifras están alrededor de unas 700 viviendas con una población aproximada de 3.500 personas.
El informe dado a conocer en los últimos días divide estos asentamientos en dos categorías básicas:
a) Aquellos de varios años de antiguedad e importante grado de consolidación, como por ejemplo los de alrededor de la ex-avenida Propios. Sus habitantes están arraigados a su hábitat y poseen los indicadores más críticos de pobreza.
b) Aquellos de reciente aparición , ubicados entre Instrucciones y Antillas, con indicadores menos críticos de nivel de vida y una población más propensa a la regularización de su situación
El tramo del arroyo Miguelete comprendido entre las calles José María Silva, Bulevar José Batlle y ordoñez y Trápani presentan una línea continua de asentamientos irregulares, y es en este lugar, según el informe, donde se presenta la mayor problemática asociada a la relocalización.
El documento pone énfasis en que en esta zona, la ocupación predominante de las familias es la recolección de residuos domiciliarios y que existen varios lugares dedicados a la clasificación de la basura, la que se realiza en malas condiciones higiénicas las que además generan consecuencias negativas en cuanto a la contaminación del arroyo-
Los objetivos a corto plazo del proyecto apuntan a recuperar la calidad ambiental y el paisaje urbano en las márgenes del arroyo mediante intervenciones urbanísticas de reestructuración y reclasificación, complementado las acciones de infraestructura de saneamiento.
A mediano plazo, se prevee construir el Parque Lineal del Miguelete, concebido como una estructura unitaria, con valor de equipamiento metropolitano, y a la vez al servicio de los barrios y zona adyacentes.

PROPUESTA GLOBAL

La propuesta no es para una parte del arroyo, sino para el conjunto de su cauce y sus margenes entre la bahía y el área rural de Montevideo. Esto comprende la zona de la cañada de Pajas Blancas, Casavalle y Peñarol, Sayago y Aires Puros, Atahualpa y el Prado, Capurro y La Teja.
El público tendrá acceso a través de una senda peatonal y de bicicletas, serpenteante, a veces duplicada de asfalto o similar de 3 a 4 metros de ancho. Senda vehicular de paseo, serpenteante, de asfalto o similar de 7 metros de ancho y rambla vehicular de 9 metros de ancho de hormigón, de ser posible de tratamiento tipo adoquines.
El gran tramo rural, de Camino Carlos A. López hasta Cuchilla Pereira, a corto plazo se propone la plantación de árboles que pauten el recorrido del arroyo. Por medio de acuerdos con los propietarios se trataría de generar una "vía verde" para recorridos a pie o en bicicletas desde la ciudad hasta Cuchilla Pereira sin necesidad de expropiar la franja de suelo.
El mayor problema de la propuesta está dado en los lugares donde existe los asentamientos precários y donde la principal ocupación es la recolección de residuos, que es donde puede existir resistencia a la relocalización, si no se toma en cuenta el circuito de relaciones laborales en torno a su ubicacion actual. Es conveniente, indica el documento, que el proceso de relocalización se produzca en una zona cercana a la ubicación actual porque redundaría en una mayor aceptación e involucramiento de la población en el programa.

MUCHOS TRABAJAN PARA SEGUIR ACUÑANDO RECUERDOS

EL PRADO Y SU RECUPERACION

Escribe: NILSO ROMERO

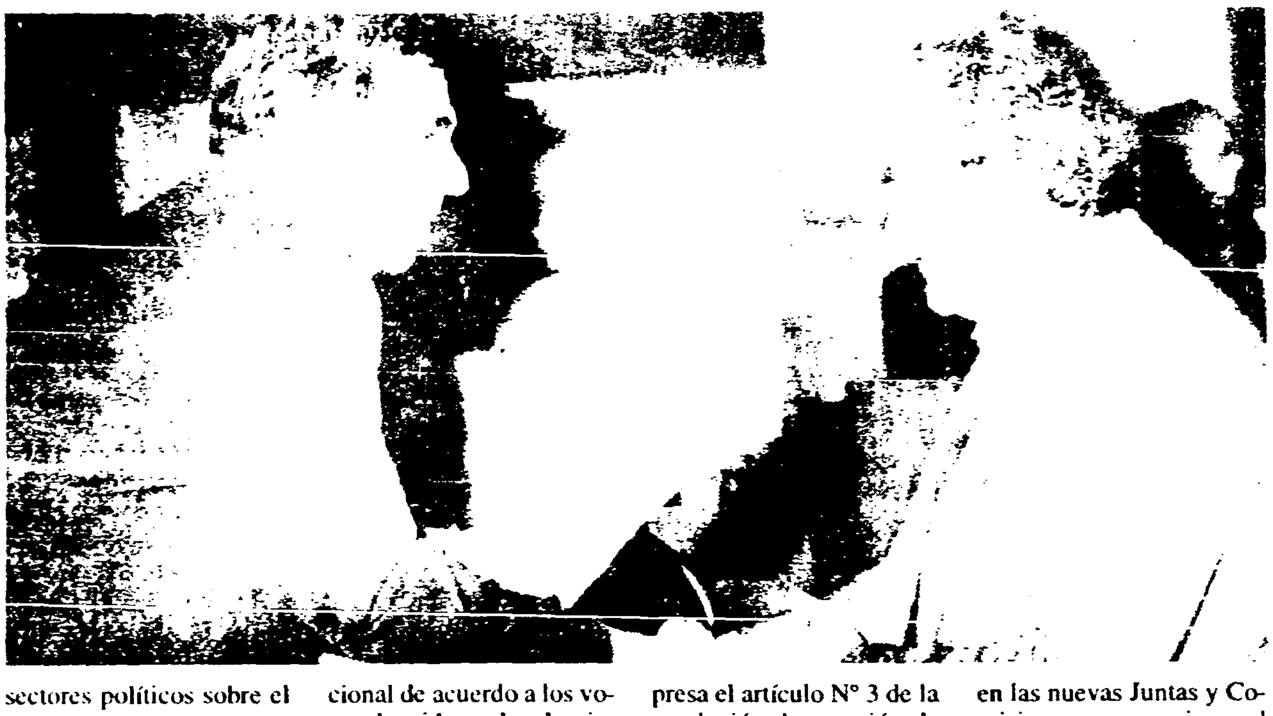


El Prado es un lugar muy tradicional de nuestro departamento. Un lugar de paseo íntimamente relacionado a los recuerdos de muchas generaciones, inclusive la nuestra, que lo tuvo como un lugar de paseo y esparcimientos durante la niñez y la adolecencia, y a donde hemos vuelto en alguna oportunidad en busca de aquellos recuerdos que quedaron prendidos en algún lugar. En el lago que la cansina la lancha recorrió una y mil veces, en la calesita o en el lomo de algún petiso, tal vez todavía recorra el lugar algún recuerdo que no queremos olvidar. El Rosedal, donde muchas generaciones de enamorados soñaron con un futuro que para muchos habrá sido de rosas y a otros de espinas, pero allí también quedaron recuerdo imborrables. El Botánico lugar mistico, enciclopedia que tratábamos de leer en las hojas de cada árbol y planta que tenían un origen, una historia. El Prado de leyendas oscuras, de noches intransitables , de encuentros clandestinos, de hotel coqueto y señorial, de ruido a motor de karting, del grito de gol, de reencuentro con la riquezas del campo y el coraje de los gauchos, del nervisísmo por el exámen práctico para sacar la libreta de chofer del set-point del Círculo de Tenis de la Estacion Meteorológica, de la Residencia Presidencial y de un arroyo que supo tener un cauce de agua cristalina y que después sus olores pasaron también a ser parte de sensaciones recordadas.
Hoy ese Prado no sólo despierta sentimientos y recuerdos lejanos, sino que es el centro de atención de muchos vecinos que en forma organizada y con el apoyo de la Intendencia de Montevideo tratan de que vuelva a ser un lugar donde se gesten nuevos sentimientos y que las nuevas generaciones tengan donde disfrutar su presente y soñar con el futuro.
Es así, que los distintos CCZ que lo tienen como lugar común, están trabajando para mejorarlo, y además cuentan con una Comisión Especial Permanente del Prado encargada de cuidar y defender este patrimonio nacional y todo su entorno. La actual Comisión está integrada por un Presidente: Ingeniero Rodolfo Arocena, Vicepresidente, Arquitecto Juan Carlos Vanini; Delegado IMM, Arquitecta Elena Mazzini; Delegado Suplente IMM, Arquitecta Silvia Gregorio. Integran también esta Comisión, un representante de los vecinos designados por la Comisión Especial Delegada de Zona 15, en acuerdo con las Juntas Locales 13 y 14; un representante de la Comision Especial Delegada de la Zona 16; un Secretario Ejecutivo en carácter de integrante pleno.
Esta también es una tarea de todos, así que no debemos escatimar esfuerzos en apoyarla.

SE INSTALO EL SEGUNDO PERIODO DE GOBIERNO DE LAS JUNTAS LOCALES Y LAS COMISIONES ESPECIALES DELEGADAS

El pasado 15 de gosto, en el salón Aquiles Lanza del Palacio Municipal el Intendente de Montevideo, Arquitecto Mariano Arana instaló para el segundo período las 11 Juntas Locales y las 7 Comisiones Delegadas.

Los representantes políticos de los órganos de gobierno local de las 18 zonas en las que está dividido el departamento de Montevideo, recibieron del Director General del Departamento de Actividades Descentralizadas la resolución por la cual se efectuó su nombramiento.



Para interiorizarnos de qué son, cómo funcionan y de muchas otras informaciones que son de singular importancia para la zona en que vivimos, conversamos con la Presidenta de la Comisión Especial Delegada del Centro Comunal Zonal Nº 15, que es el CCZ perteneciente a nuestra zona, la señora Alice Fay, la que nos proporcionó abundante información la cual iremos desarrollando a lo largo de nuestras publicaciones.

UN POCO DE HISTORIA

Las primeras Juntas Locales y Comisiones Especiales Delegadas fueron instaladas el 21 de diciembre de 1993, por el entonces Intendente de Montevideo, Dr. Tabaré Vásquez.

Para que ello fuera posible se tuvo que transitar un largo camino de negociaciones políticas. No todos los dirigentes políticos de nuestro país valoraban de igual manera la importancia que tenía para Montevideo su descentralización administrativa, y se tuvo que pasar por largas e interminables discusiones, que duraron casi tres años, para lograr un acuerdo entre todos los sectores políticos sobre el tema y a su vez para que estos nombraran sus representantes a estos organos locales. Ese 21 de diciembre sería posteriormente denominado como el "Día del Vecino" por las autoridades municipales.

Todos los sectores políticos estuvieron representados en las Juntas Locales y las Comisiones Especiales Delegadas en forma proporcional de acuerdo a los votos obtenidos en las elecciones nacionales de 1989.

Luego, de instaladas las J.L. y las C:E:D: todos los vecinos que se venían desempeñando como Coordinadores Zonales, y que habían sido nombrados por el Intendente Váquez, fueron designados por estos organismos en el cargo de Secretarios y ratificados por el Intendente, tal cual lo expresa el artículo Nº 3 de la resolución de creación de estas instituciones de organización barrial.

El Artículo Nº 3 señala que: "Cada Junta Local tendrá un Secretario que será designado por el Intendente Municipal a propuesta de la respectiva Junta para el período de mandato de ésta..."

El número de integrantes de estos organismos barriales es de cinco miembros, pero en las nuevas Juntas y Comisiones que asumieron el 15 de agosto hay alguna variante. Tal es el caso de CCZ 3 y en el que corresponde a nuestra zona, el CCZ 15 que tiene 6 integrantes. Esto se debe a que hubo una larga discusión por los cargos que le correspondían al Partido Nacional y al Nuevo Espacio y se resolvió el tema ampliando su integración.

INTEGRACION DE LA COMISION ESPECIAL DELEGADA DEL CENTRO Nº 15



Encuentro Progresista

Titulares: Alice Fay, Hugo De León, Rocío Vidart.
Suplentes: Pablo Mangieri, Hugo Sánchez, Margarita Erro, Anelio Chacón, Ernesto Lorenzo, Daniel Ponce de León, Celeste Gayón, Juan Maldonado, Pablo Bentancour.

Partido Colorado

Titulares: Siver Estévez
Suplentes: Alejandra Britos, Ana María Martínez Vallejo, Angel Fachinetti.

Partido Nacional

Titulares: Alcides Rodríguez.

Nuevo Espacio

Titular: Gerardo García.
Suplentes: Augusto Castagnola, Elena Romay, Jaime Escursell.

LIMITES Y SUBZONAS

Los límites que comprenden el CCZ15 son los marcados por el arroyo Miguelete en el cruce con Agraciada y nacimiento de la calle Lucas J. Obes; Cañada Casavalle, Av. Gral. San Martín hasta calle Fomento, Mariano Soler, Ramón de Santiago, Burgues, Espinillo, E. García Peña, Herrero y Espinosa, Cisplatina y Lucas J. Obes.

Como se puede ver ocupa un territorio bastante extenso y además muy heterogéneo y de muchos contrastes. Está dividido en 11 Subzonas que son las siguientes:

1- Juanicó; 2- San Lorenzo; 3- Cerrito; 4- Solís; 5- Parque Posadas; 6- Paso de las Duranas, 7- Aires Puros; 8- Prado; 9- Nueva Savona; 10- Atahualpa; 11- San Cristóbal Colón.

CENTRO COMERCIAL DEL PARQUE POSADAS "SU CENTRO DE COMPRAS"

Local 001
Mueblería EL PORTON
Modular importador 1,50 mts $ 1.400, Mesa Computación tres niveles $ 690, Cucheta o camas gemelas $ 890

Local 002
Relojería RUIZ Ltda.

Local 003
Tintorería CAMPEON

Local 004 A
Heboristería LA PRADERA
Lecitina de soja $ 80
Extrato de Ajo $ 65
Talco para pies $ 20

Local 004 B
Florería GOLD FLOWER
Arreglos florales desde $ 40
Plantas desde $ 30

Local 004 C
Academía de Ensañanza de Matemáticas

Local 005
Distribuidor de Gas ACODIKE

Local 006
Video Juegos MICRO FAMILY CLUB

Local 007
Estudio Contable RUSSI TRAVERSO

Local 008
Casa de Electricidad ELECTRO PARQUE
LLave c/plaq.unip.EDY $ 25 menos 10%, Gota Arq. 40W Lenci $ 6 menos 10% Vela Arq. 40W PH $ 6 menos 10%

Local 010
Servicio de acompañante HOSPICOM
Exoneración de matrícula 15% de descuento en cuota de afiliación, Derechos anticipados

Local 011
Mediería LALA'S

Local 012
Acuario DEL PARQUE

Local 013
Ropa de damas SHARE LTDA.

Local 014
Ropa de niños LALITEL
Local 015
Parrillada ALOA

Local 016
Casa de fotografía TECNIFOTO
Revelados 24 fotos con rollo $ 95, Revelado 36 fotos con rollo $ 125, Cámara con rollo y pilas $ 250

Local 017
Farmacia PARQUE POSADAS

Local 018
Casa de deportes NBA SPORT
Topper Triad cuero Nº 38,40 y 44 $ 400, Equipos atelpados $ 300, Equipos Le Coq $ 390

Local 019 y 020
Librería y Papelería QUIPER Ltda.

Local 021
Inmobiliaría LERENA

Local 022
Vidriería y Cuadrería GAHUER

Local 023
Ropa de Hombres VIA PIAGGIO

Local 024 A
Librería y Marroquinería EL QUIJOTE
Mochila escolar $ 49, Bolso de señora $ 135, Bolso de yute $ 59

Local 024 B
Clínica Veterinaria PARQUE POSADAS

Local 025
Peluquería de Damas TWINKY

Local 026
Reparación y Venta de Calzados DAVILA

Local 027
Video- Electrónica BASCO TV

Local 028 A
Heladería FREDDO

Local 028 B
Video ARCOS IRIS

Local 028 C
Cerrajería PARQUE POSADAS
Puerta brindada $ 850
Cerrojo Star colocado $ 250

Local 028 D
Reparación de ascensores HAUSEN S.R.L.

Local 029
Cerrajería LA CERRAJERIA

Local 030
Sastrería WALTER'S

Local 031
Peluquería de hombres EDUARDO & HEBERT

Local 032
Instituto de Enseñanza de Ingles LA ACADEMIA

Local 033 A
Librería DEL PARQUE

Local 033 B
Inmobiliaria DEL PARQUE

Local 034
Perfumería PARA TI

Local 035
Lavadero PARQUE POSADAS

Local 036
Cigarrería LA CIGARRERIA

Local 037
Bombonería LICA Ltda.
Galletitas "Fantasía" $ 7,90 Chocolate Menier 35grs $ 3,50, Galletitas "María" chica $ 2,80

Local 038
Bojouterie DEVY

Local 039
Venta pasajes y quiniela AGENCIA POSADAS
5 de Oro paga 1 lleva 2
Jubilados en pasajes 50% de descuento
Envio de cartas y paquetes 5% descuento

Local 040
Juguetería MATIAS

Local 041
Bijoutería LOLIS

Local 042
Bazar CRISTINA

Local 043
Casa de comidas BOCADOS
Tartas y empanadas 10% de descuento, Tortas decoradas 20 % de descuento
Menú económico $ 10



Local 044 y 045
Inmobiliaria ABRIL S.R.L.

Local 046
Bazar CRISTINA

Local 049
Acuario EL DELFIN

Local 050
Mercería y lanería BRUJAS
Tubinos de hilo Gde. $ 5 / chico $ 2,50
Lana para máquina o mano $ 12,50
Forro doble ancho $ 21 el metro

Local 052
Artículos de limpieza y cosméticos TODO SUELTO

Local 053
Panadería y Confitería TRES ESPIGAS

Local 055
Enseñanza de Ingles ORWELL INSTITUTE

Local 056
Video Club J 26
De lunes a jueves 3 películas $ 20. Limpieza de cabezal y 3 películas $ 45
Tarjeta jóven, Mayor ,15 películas $ 135

Local 057
Optica y Fotografía SOL
Jubilados y Pensionistas 10% de descuento

Local 058
Casa Electrodomésticos BULADE Ltda.
Secador de pelo c/set accesorios $65

Local 059
Inmobiliaria GANDINI PROPIEDADES

Local 060
Preparación de exámenes WALTER GUARNERI
Curso completo de Contabilidad duración 6 semanas $ 180, Clase días domingos de 10 a 12.

Local 061
Peluquería de hombres OXIGEN

Local 062
Librería...

Local 063
Imprenta y tarjetería PARQUE POSADAS

Local 064
Peluquería de hombres W COIFFEUR

Local 065
Comidas macrobióticas PACH

Local 065
Cafetería MARRIOT

Local 066
Carpintería Metálica HERRALUM S.R.L.

Local 067
Pañalera DEL PARQUE PARQUE
Baby silla mecedora impor. $ 397, Portanfan gran calidad $ 98, Coche de bebé import. $ 405

Local 068
Veterinaría DR. GUAU

Local 069
Enseñanza de Computación MICROSOFT

Local 071 y 073
Gimnasio 10 PUNTOS

Local 102
Avícola DOÑA PANCHA

Local 103 al 105
Verdulería MI QUINTA
Todos los sábados Ofertas especiales

Local 106
Elaboración de Empanadas LA POSTA DE LA EMPANADA

Local 107
Carnicería QUE NIVEL..!

Local 108
Fábrica de Pastas MOLDY MAS

Local 111
Kiosco de Diario y Revistas NILSO

Local 112
Rotisería CHARLIE'S
Leonesa Schneck 300 grs. $ 9, Jamonada El Progreso 300 grs. 9,90, Pizza y/o Fainá $ 4 c/u

Local 113 al 114
Supermercado ASUN

Local 118 y 119
SUBSISTENCIA

Local 120 y 121
Panadería TRES ESPIGAS

25 DE AGOSTO - ANIVERSARIO DE LA BIBLIOTECA POPULAR DEL PARQUE POSADAS

20 AÑOS AL SERVICIO DE LAS ZONA



Entrar a una blibioteca le crea a las personas diferentes sensaciones, siempre, claro está, depende de qué tipo de biblioteca se trate. El acceder a una de grandes proporciones, de paredes muy altas, en donde reina un silencio casi sepulcral y donde los carteles recuerdan a cada paso que hay que guardar silencio, hace que algunos sientan una paz interior muy particular, y a la vez se sientan deseosos de reencontrase con la lectura preferida o la temática que necesitan consultar. Otros, a pesar de tener las mismas necesidades , sienten por dentro un incontenible deseo de lanzar un terrible grito que le ponga los pelos de punta a quienes allí están; o de chistar en forma continuada en respuesta a cada ruidito que se produzca, conteniendose para no dejar escapar una estrepitósa carcajáda: que seguramente lo dejaría, al instánte, fuera del recinto.
Hay mucho tipos de sensaciones, suponemos que muy diferentes son las de quienes llegan a la Biblioteca Popular del Parque Posadas, donde quedan muy pocos espacios para acomodar los libros y donde de contínuo están llegando asociados para retirar o entregar ejemplares.

A este tema nos gustaría dedicarle un espacio mucho más amplio, y seguramente lo haremos, pero a modo de introducción vamos a realizar una breve reseña sobre ésta biblioteca, la del Parque, porque su historia está muy ligada a la historia del Parque Posadas; y lo haremos en base al relato que gentilmente nos brindara la señora Magdalena M. de De Camilli, una gran trabajadora de esta blibliote-ca que junto a otras 10 señoras más, entre las que se encuentran dos bibliotecólogas, forman un equipo que hacen que la misma funcione y preste un gran servicio. No mencionamos el nombre de todas la señoras por que no hubo consenso para que esto se hiciera; prefirieron el anonimáto. Creémos que el dar a conocer sus nombres es un acto de reconocimiento, que debemos tener todos para con estas personas, que con su trabajo anónimo y constante, restándole tiempo a otras actividades, hacen posible que 700 familias tengan acceso a libros que a veces es muy difíciles de obtener.
Su historia comienza prácticamente con la de! Parque, cuando la Asociación de Promitentes Compradores se propuso varios objetivos. Uno era el de crear una biblioteca. Y para eso salieron a recolectar libros. Recibiendo un gran apoyo de la gente que los donaba por cantidades, lo que llevó a que en poco tiempo se obtuviera un número importante de ejemplares, entre los cuales se encontraban obras muy costosas y de gran valor cultural.
Los ejemplares fueron depositados en un espacio que hay en la torre 5 del block 2, debajo de la escalera exterior que conduce al palier, allí comenzó a funcionar la biblioteca. Se inauguró en forma oficial el 25 de agosto de 1975, por lo que ya cumplió 20 años. Su funcionamiento tiene un tiempo de interrupción. Este se produce cuando transcurrían apenas 15 meses desde su inauguración. Cabe recordar que estabamos en plena dictadura militar y que no se permitía la reunión de muchas personas y menos si existía la posibilidad de que habláran de política, además como toda dictadura militar no eran adictos a las actividades culturales y menos a los libros. De hecho la historia de la humanidad está plagada de grandes fogatas con la quema de libros en regímenes de esta naturaleza; así fué que permaneció cerrada hasta los albores de la democracia. Es por octubre de 1984 que con los libros que se salvaron de la humedad y no se estroperon y en base a un proyecto realizado por un bibliotecaria residente en el Parque, la señora Adriana De León, se comenzó su reorganización y traslado a la vieja Casona. La I.M.M. de la época rechazó un pedido que se le hiciera, para hacerse cargo de ella, y fue así que como se pudo, se comenzó con su reorganización.
Se trabajó muy duro durante todo el verano 84/85 y el 17 de febrero de 1985 se reinauguró.
Lo primero que comenzó a funcionar fue la biblioteca infantil y el 26 de mayo de ese mismo año, que es el "Día del Libro", quedó totalmente en funcionamiento. Allí funcionó hasta el mes de abril de 1991 cuando en plena tarea de préstamos de ejemplares fue trasladáda a donde actualmente funciona, debajo de la galeria Citta Alta frente a la escuela.
Esta es su breve historia, pero muy grande es el servicio que actualmente presta. Hoy cuenta con más de 19.000 ejemplares, por lo que ya no se puede considerar como una pequeña biblioteca y su servicio se extiende también, a lo vecinos de alrededores del Parque, los que representan una tercera parte de los socios . Este es un dato que nos llama la atención, ya que de los más de 2.000 hogares que exiten en Parque Posadas menos de 500 hogares hacen uso de su servicio. Para concluir aportamos otro datos, la cuota familiar mensual es de $ 10 para las familias del Parque, y para los que son de las adyacencias es igual, sólo que abonan por trimestre.

BUZON DE LOS LECTORES

A partir del próximo número de NUEVO DIARIO, los lectores tendrá un lugar especial donde publicar sus sugerencias u opiniones. Esta sección será denominada BUZON DE LOS LECTORES y serán publicadas allí todas las carta que nos lleguen debidamente firmadas con número de cédula, dirección y teléfono. Se deberá especificar también, cómo se desea que figure firmada la carta al ser publicada, de lo contrario se hará con el nombre completo del remitente

Más de 12.000 lectores de la zona, podrán de esta forma, intercambiar sugerencias y opiniones.

Haga llegar su carta a NUEVO DIARIO a través de Kiosco NILSO, local 111, Centro Comercial Parque Posadas.

CUPON

AVISO CLASIFICADO

Señores de "NUEVO DIARIO" sírvasen publicar el siguiente aviso:

....

....

....

....

....

....

....

....

....

Entregar en Kiosco "NILSO". Local 111 C.C. Parque Posadas.

HUMOR

JULIO E. SUAREZ "PELODURO" (1909 - 1965)

En esta página de NUEVO DIARIO, usted encontrará espacios dedicados al humor. Que es un ingrediente muy importante en la vida y a través del cual se puede hacer muchas cosas. Una es hacer reír con elementos que pueden ser de la realidad o de lo imaginario. Otra, muy importante, es hacer reír con cosas cotidianas que forman parte de lo que a todos no pasa, nos preocupa y que necesitan solución.

Hacer del humor una militancia social, entretener, poner de manifiesto los problemas para que tomemos conciencia, es algo que muy pocos logran. Se necesita una capacidad muy especial para observar la realidad, transmitir su problematica y hacer reír. Esto lo han logrado muy pocos humoristas. Uno de ellos fue Julio E. Suarez "Peloduro", uno de nuestros más ilustres humoristas. El pasado 15 de agosto se cumplieron 30 años de su desaparición física y por eso a de modo homenaje queremos dedicar esta sección a él, el padre del humor uruguayo.

Julio Suarez o "Peloduro" nació en el departamento de Salto, un 26 de setiembre de 1909. Abandonó su carrera de arquitectura y vino a Montevideo, donde trabajó en distintos medios de comunicación, entre ellos, "El Nacional", "El País", "La Mañana", "El Diario", el semanario "Marcha", la revista "Mundo Uruguayo", y en su propia revista: "Peloduro". Fue el creador de una gama muy importante de personajes de neto corte folklorico, haciéndolos hablar un particular lunfardo uruguayo. "La Porota", "El Pileta", "El Negro Dulce", "La Choronga", "El Pulguita", al igual que los más conocidos "El Pulga" y "Peloduro", fueron creados a imagen y semejanza de los uruguayos de una época que se riéron y se identificaron con estos personajes.

Julio Suarez murió, pero sus personajes siguieron viviendo y los uruguayos guardaron los recuerdos de estos personajes en su corazón. Muchos encuadernaron las publicaciones donde ellos aparecían como una cédula de identidad que permaneció escondida, sólo en los años oscuros que vivió nuestro país durante la dictadura militar.

El 15 de agosto en el Atrio de la Intedencia Municipal se llevó a cabo un acto recordatorio sobre la vida y la obra de Julio Suárez y para tener una idea de los que allí sucedió reproducimos parte de una nota escrita por su hija, Alicia Suárez (vecina de nuestro parque), que se publicára en el semanario "Carta Popular".

"...Antes que nada quisiera resaltar la calidad artística del espectáculo, que comenzó con unas muy emocionadas y emocionantes palabras de Jorge (Cuque) Sclavo, quién compartiera con Julio E. Suárez (Peloduro), en realidad, el fundador de Montevideo, ya que refundó plazas, calles y "boliches" con su humor y sus caricaturas.

De muchas anécdotas y humor se acordó el Cuque, haciendo reír al público, y preparando el terreno para la excelente interpretación de Pepe Vázquez como "El Pulga" en uno de sus cachazudos y filosóficos "Comentarios Internacionales", también muy festejados. En seguida volvimos cuarenta años atrás en nuestra historia, para deleitarnos con la recreación de la audición radial "Qué familia es mi familia", que más allá de su propio encanto, tuvo el de recordarnos los "Tiempos de radio", con los viejos avisos, la locutora (excelente Cristina Morán) que corría del micrófono a la "mesa de ruidos", mientras los actores (también excelentes) sentados, revivían para la imaginación del oyente, las alternativas de una vida familiar, con rasgos tan evidentemente atemporales, que nos hicieron reír con ganas a padres e hijos de hoy, que parecía que nos redescubríamos en ellos...

Cuando me iba, pensé que quizás (y sin quizás) es mucho de esto lo que tendríamos que hacer. Encender nuestra memoria, recuperar lo mejor de nuestro pasado para construir un presente y un futuro optimista, sin rencores, con ganas de reír, cantar y por qué no luchar tal como lo hizo posible este esfuerzo de la Fundación Peloduro y la colaboración sensible y eficaz de la Dirección de Cultura de la Intendencia..."





JAVIER BARRAGAN

UNA PROMESA BOHEMIA Y DEL PARQUE

Sus primeros pasos los dío en el Parque, porque a el llegó con apenas 2 años. Su niñez, u adolecencia y lo que va de su juventud están impregnadas de todas la vivencias que acá tuvo. Todos sus recuerdos están ligados con la historia de este complejo que lo a visto crecer y desarrollarse como a muchos jóvenes que hoy son patrimonio de este lugar. Es muy común escuchar a la gente decir, cuando trata de identificar a alguien que, por su actividad se destaca, fulano es o era del Parque. Les pertenecen, son de su propiedad y son intransferibles.

Javier Barragán es uno de esos jóvenes; que ha hecho del futbol su principal actividad, dedicándose a el desde chico. Por sus condiciones y buen desempeño en Wanderers, en donde realizó toda su carrera deportiva desde las inferiores, ya a despertado el interés a otros equipos locales y del exterior.

Con él conversamos después que su equipo regresara de una corta pero intensa gira realizada por tierras Aztecas.

¿En donde nació tu gusto por la pelota?

- Acá en el Parque. Jugabamos en una canchita que estaba en donde ahora se juega al ténis, antes ahí, sólo se jugaba al futbol.

Y tus primeros pasos...

- Mis primeros pasos fueron en el Baby de Liverpool. Allí me llevó Sosa, un vecino del Parque que vive en el block 2 . Y ahí hice todo el baby junto con Mauricio Leites.

¿Y después?

Cuando terminé el baby me vinieron a buscar River y Wanderers; y al final me quedé con Wanderers.

¿Siempre hicistes goles?

- Sí. Gracias a Dios. Siempre hice goles. Me acuerdo que cuando jugaba en el baby hacia 15 o 20 goles por año, y por suerte ahora el gol me sigue acompañando.

¿Cuáles son tus objetivos en el futbol?

- El objetivo de Wanderers hoy, es entrar a la liguilla para consolidar el grupo que tenemos de jóvenes que venimos trabajando juntos. Y el objetivo personal es que se haga alguna transferencia, por lo que significa económicamente y no porque yo quiera irme del club. Lo económico siempre es muy importante en esto.



Se ha hablado de una posible transferencia, ¿que hay de eso?

- Por ahora está todo tranquilo. Se ha hablado mucho, pero no hay nada. Se habló de Nacional, se habló de Argentina, de México, pero por ahora no hay nada concreto.

¿Preferencia?

- No. No tengo. Me gustaría mejorar económicamente, pero preferencia no tengo. Desearía ir a donde pueda jugar el futbol que a mí me gusta.

¿Qué problemas ves en el futbol uruguayo?

- El futbol tiene un gran problema, que son las canchas. Hasta que no se mejoren las canchas no se va a poder jugar bien y el futbol no va a cambiar. Y ahí radican muchos problemas económicos, porque al no poder jugarse bien al futbol, la gente no va a las canchas y la economía de los clubes es mala.

¿Estás enterado de como se trabaja actualmente en el Baby?

- Sí. Estoy enterado por tu hermano Nilso que me cuenta lo que se hace en Sagrada Familia y por otros compañeros como Jorge Barrios, el "Chifle", que trabaja en un club de baby; y eso me encanta porque al niño hay que darle una pelota desde chiquito. Eso lo encamina hacia el deporte y lo saca de tantas cosas malas que hay como por ejemplo ia droga y otras cosas. Yo cuando chico estudiaba, jugaba al futbol y hacía basquetbol y cuando llegaba a casa, lo hacía muy cansado y con eso no tenés tiempo para andar haciendo o pensando en cosas raras, y eso te hace sano espiritualmente.

¿Qué les dirías a los jóvenes del Parque?

- Yo les diría a los jóvenes y a la gente que cuiden esto que es el Parque Posadas. Que es realmente hermoso. Yo que he tenido la posibilidad de andar por otros lados, les puedo decir que esto es realmente hermoso. La tranquilidad que hay para los niños y los espacios que tienen para que puedan jugar es muy importante. Y a la juventud lo que les puedo decir es que hagan deporte, que se dediquen a hacer deporte que es muy importante para estar sano: física y espiritualmente y además te da tiempo para ser feliz.

EL FISICO TAMBIEN ES IMPORTANTE

Desde hace 8 años el Parque Posadas cuenta con un gimnasio en donde es posible realizar diferentes actividades física. Actividad esta, que la gente poco a poco va teniendo en cuenta y tomando conciencia de que es muy importante dedicar un tiempo a mantener en buen estado su físico. Ya en la antigua Roma se le daba gran importancia al físico y se cultivaba esta actividad, si bien estaba limitada solo a los hombres. La belleza física era un objetivo.

En la actualidad el vértigo con que se vive hace que mucha gente no le dedique el tiempo suficiente a su físico y no tenga en cuenta que el encontrarse bien físicamente le da la posibilidad de estar bien mentalmente y poder desarrollar mucho mejor sus tareas diarias. La actividad física no esta limitada absolutamente para nadie, le es posible realizarla a cualquier persona por más que tenga alguna deficiencia, a no ser que esta no le permita ninguna movilidad. Se puede realizar desde muy chico hasta en la tercera edad. Es en esta última en donde de a poco se viene tomando conciencia de que la edad avanzada no es limitante para realizar alguna actividad física.

El gimnasio 10 PUNTOS cuenta con un área de 80 metros cuadrados de piso de madera con cámara de aire en donde se pueden desarrollar varias actividades supervisadas por un plantel de 10 profesores. Cuenta con un departamento médico, con atención personalizada, Sauna femenino y vestuarios completos con ducha de agua caliente.

Las actividades que se pueden realizar son Aeróbica, Karate, Taekwondo, Musculación, Gimnasia para la tercera edad, Gimnasia infantil, Aeróbica infantil y Teatro.

Para musculación cuenta con una sala con más de 50 aparatos. Toda su atención es personalizada y controlada a través de fichas individuales lo que le permite tener un control de las actividades que cada socio realiza con docentes especialistas en cada una de sus área y con programas actualizados.

Daniel Leite y Roberto Susena son los directores del gimnasio, que además, cuenta con un amplio horario para que usted pueda hacerse un espacio y dedicarle el tiempo suficiente a su físico. Lo puede hacer desde las 8 a las 22 horas. Aproveche a consultar, después de leer su NUEVO DIARIO ya que hay FRANQUICIAS. Para quienes poseen la Tarjeta Jóven hay un 10% de descuento.

El Diario de La Unión
Octubre 1995 - Distribución gratuita

CAMBIO ESPAÑA
Cotizamos Mejor
Sucursal Unión:
8 de Octubre 3764
Tels.: 58 03 49 - 56 33 02
Fax: 58 03 53

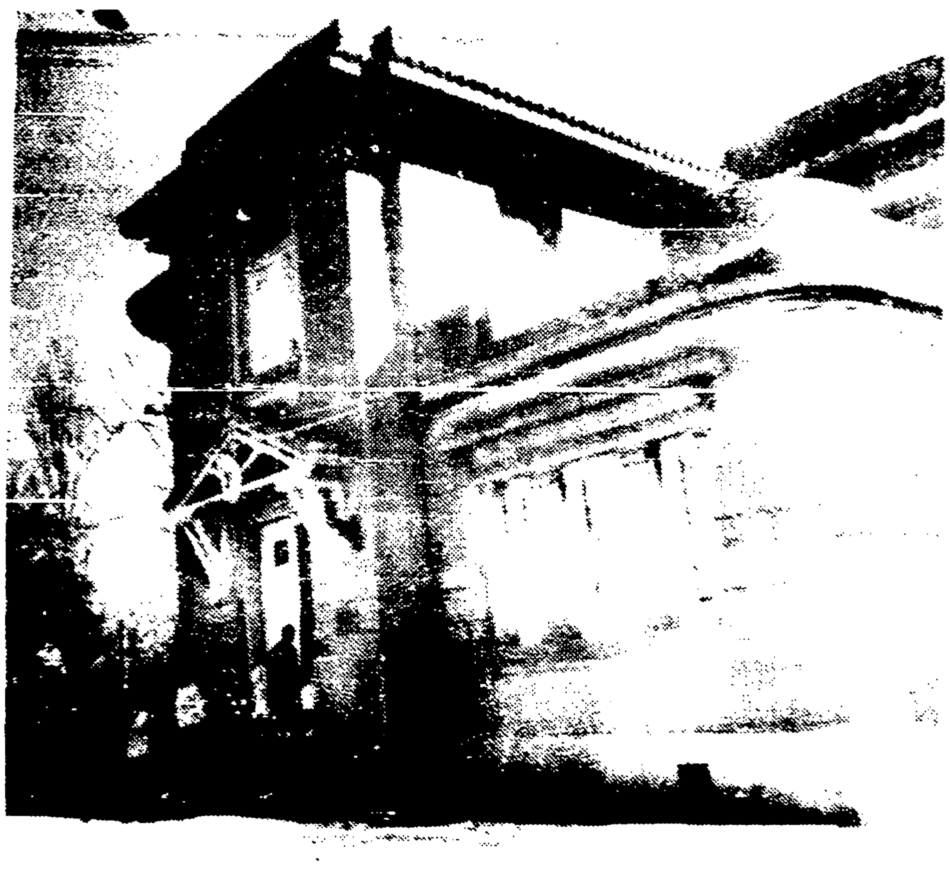
Los hijos pródigos del barrio

(PAGS. 10 y 11)

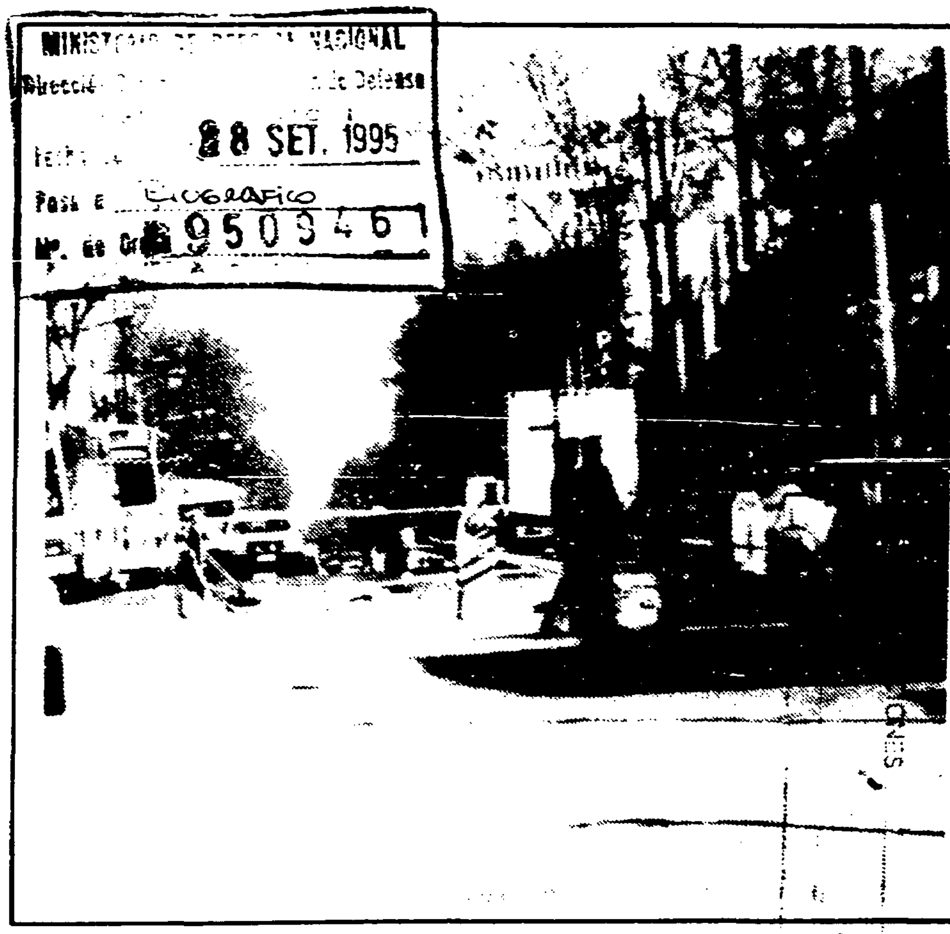
Será implementada en menos de un año

Anuncian renovación total de la red de alumbrado público

(PAG. 3)



HISTORICO.-El histórico edificio del complejo escolar Sanguinetti. En su explanada se proyecta un moderno frente centro de compras y en la manzana de enfrente el primer shopping de la Unión.



DESVIOS.-La necesaria reparación del pavimento de 8 de Octubre fue motivo de desvíos del tránsito por las paralelas y transversales a la principal avenida. Los inspectores de tránsito no dieron abasto en tratar de impedir encontronazos.

Complejo de viviendas incomunicado

Vándalos destrozan los teléfonos públicos

Vecinos de la cooperativa de viviendas Ucivi, denunciaron a "El Diario de la Unión" que los teléfonos correspondientes a las cabinas ubicadas en la proximidad han sido destrozados por los vándalos. Desde hace meses el vecindario no cuenta con el imprescindible servicio. A los teléfonos les fueron arrancados los cables, por el simple hecho de hacer daño, sin medir las consecuencias del prejuicio que se les causa a los unionenses.

LUCES MALAS

La principal avenida de la Unión se encuentra en la semipenumbra. Además, lámparas blancas y amarillas, de mercurio y de iodo, de distinta intensidad dan un aspecto de desprolijidad que no condice con la supuesta reforma que se le quiere dar al centro comercial más importante de los barrios montevideanos.

Diversos empresarios se han reunido para ofrecerle a la Intendencia adquirir lámparas similares para un nuevo tendido sobre el medio de la avenida, aprovechando las columnas existentes que antes utilizaban los troles, telégrafo y Ute, ahora sin uso.

A esto se suma la falta de poda en los árboles, las veredas rotas y la mugre que queda de los propios vecinos y de los vendedores ambulantes.

Con lo cual el centro de la Unión está tomando características de pueblo abandonado. También se suma a ello la frecuentes rapiñas y robos que ocurren a los potenciales clientes que pasean por 8 de Octubre para hacer sus compras, así como diversos locales cerrados, tapiados. Al llegar la noche la avenida queda en penumbras con sus "luces malas", apta para el bandidaje.

Para comprobar todo esto, basta con pararse en cualquier esquina unionense y constatar estos hechos.

Oradores de nivel en el Rotary Club

Recientemente se realizó una interesante reunión en el Rotary Club de la Unión, en las instalaciones de la Confitería La Liguria.

En el habitual encuentro semanal se contó con dos excelentes oradores.

La gráfica muestra en el centro, al Senador Jorge Gandini quien se refirió a Historia Laboral, y al técnico Cr. Alberto Sayagués que habló sobre Reforma Jubilatoria.

Acompañan a los disertantes, Selva La Cruz, Mario Alonso, Esteban Mancusso, Esc. Eustaquio Lanza y Dr. Hugo Dardo Yarza Ayala.

Luego de las exposiciones los presentes realizaron diversas preguntas a Gandini y Sayagués.



Los unionenses nos escriben

Del Colegio Santa Luisa de Marillac recibimos la siguiente correspondencia que mucho agradecemos:

Redacción del Suplemento
"El Diario de la Unión"

El miércoles 30 de agosto pasado, llegó a nuestro Colegio "Santa Luisa de Marillac", el número 2, correspondiente al suplemento de setiembre. En el mismo aparece una nota realizada por el periodista Guillermo González Zubeldía sobre esta institución.

Tal fue el regocijo y el entusiasmo por ver las fotos y leer los textos entre alumnos y profesores que se nos pasó la mañana en exclamaciones y delirios de fama y popularidad.

Por mi parte agradezco la nota que nos ha dado tanta alegría y nos produjo un efecto tan estimulante. Es que cuando encontramos en letras de molde algo que nos es tan familiar parece que sucede algo mágico: se renuevan las fuerzas y las ganas de continuar trabajando.

Alba Filippa
Profesora de Literatura

Nota de Redacción: La Prof. Alba Filippa tuvo a su cargo la motivación para que los alumnos del Santa Luisa se animaran y participaran de un concurso literario abierto a los estudiantes de todos los institutos públicos y privados. El grupo de 6º de Economía, que la Prof. Filippa dirige, resultó a la postre el ganador al recrear con gran fluidez, precisión y en pocas líneas el proceso fundacional de Villa Restauración, Pueblo de la Unión, ex aldea del Cardal.

Dicho trabajo fue leido públicamente en los actos celebratorios de la popular barriada y publicado en el número anterior de **"El Diario de los Barrios"**. Por nuestra parte, también nos inspiramos y nos referimos a parte de la rica historia del querido colegio vicentino.

Al agradecer esta carta, invitamos a alumnos, padres y vecinos amigos a que nos escriban sus notas, anécdotas o los temas que deseen que publicaremos en el próximo suplemento que será el número 4, siempre dedicado a la Unión. Será una manera de mantenernos en permanente contacto; porque **"El Diario"** sin Uds. no tiene sentido de ser...

...Y como ven, en este mismo ejemplar ya nos escriben de otros barrios como Carrasco y Parque Roosevelt.

Faltan agua y los deportes

"Agua que vas a beber júntala al amanecer", sentencian los vecinos.

Otra denuncia de vecinos de la Unión es la falta de agua que se experimenta en el barrio, especialmente a determinadas horas, cuando más se necesita.

También se constata la falta de presión en algunas líneas, en tanto que el llenado de tanques de reserva se hace a duras penas en horas de la noche.

A manera de ejemplo, citamos uno solo: la gente de la calle Humachiri y Villagrán o de Enrique Clay, tiene estos problemas desde hace tiempo y está cansada de realizar las denuncias correspondientes, diciéndose que las mismas están en trámite pero no pasa nada: ni agua por las canillas, ni interés de parte de la dependencia correspondiente de Ose.

BASURA EN LA PLAZA Nº 5

Una vez más recibimos correspondiencia de los vecinos próximos a la Plaza de Deportes Nº 5, la anterior la publicamos en el número 2 de **"El Diario en los Barrios"**.

La basura volvió a crecer en dicho centro deportivo, que es el único lugar de esparcimiento y recreación que se ofrece a los hijos de las familias unionenses.

Destacan además que los sábados de tarde y los domingos, al no quedar personal de la Comisión de Educación Física, no se dirigen actividades deportivas.

Precisamente es en los fines de semana cuando los jóvenes pueden disfrutar a pleno y durante más horas de la recreación, esparcimiento y el deporte orientados.



El Diario de La Unión se ha ganado el cariño y respeto de todo el barrio. Para la Dirección del Hospital Pasteur se ha convenido en material obligado de lectura.

FECHA 2/12/95 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DBX

OBSERVACIONES

Cortan pinos para Navidad en el Parque "Roosevelt"

"El Diario de la Unión", llega hasta Carrasco, inclusoal Parque Roosevelt. Desde allí nos escriben vecinos de la calle Racine para denunciar y advertimos sobre la tala de pinos recién plantados, actividad delictiva que aumenta sensiblemente al llegar Navidad y que nadie controla adecuadamente pese a las disposiciones.

Para ubicarnos, la calle Racine es la vía que limita al Este el Parque Roosevelt y atraviesa Avenida Giannattasio, uniendo al Norte, el lago donde se encuentra la empresa Sudy - próxima al aeropuerto- con la rambla al Sur desembocando en la playa. De un lado de Racine está el parque y del otro un barrio. El predio donde se cortan los árboles se encuentra próximo a las canchas de fútbol universitario, es decir en Racine y la rambla, en una esquina del Parque Roosevelt. Es un área cercada y forestada, donde miles de pinos luchan por crecer, luego de una importante inversión a cargo del MGAP.

Como el cuidado es relativo, hasta ahí van los delincuentes en carro, camión, o coches particulares -también son los padres y madres depredadoras- que quieren tener su gajo de pino



en Navidad, paradojalmente para adorar al Niño Jesús. Así, arrancan los arboles de raíz o los cortan, según convenga, y los venden en los viveros de Montevideo y Caneiones, especialmente al llegar Navidad o los colocan en el living de sus casas con los adornos correspondientes. Los vecinos del Parque Roosevelt denuncian que el monte recién plantado y que estaba creciendo muy lindo y parejo, se está terminando.

Ellos -nos señalaron- que ya han amedrentado a varios depredadores a que se retiren, incluso les largan los perros. Ya hicieron varias veces las denuncias y no son atendidos. Indican que se están agrupando para llegar a tomar otro tipo de medidas si quien debe controlar no lo hace.

Porque además han denunciado que también se arroja basura, no solo de viviendas sino desechos de industrias, construcciones y otras inmundicias no publicables.

"El Diario de la Unión", pudo comprobar en el citado lugar tal depredación, allí el Parque Roosevelt parece tierra de nadie.

Baches firmes

Vecinos de la Avenida Corrientes entre Hernán Gómez y Timoteo Aparicio presentaron denuncias al Centro Comunal 9 por dos baches que impiden el normal tránsito y pasaje de ómnibus por la zona.

Como respuesta se les indicó que esos dos baches no entran en el Plan Quinquenal para su reparación.

Los vecinos preguntan si para tapar dos baches se necesita tal aprobación y si habrá que esperan cinco años para que los vehículos vuelvan a pasar por la Avenida Corrientes.

Por ahora, los baches siguen firmes.

CUENTO

Al fin y al cabo es mi vida

No tolero el olor de este ungüento.

Lo ideal para estos casos es tener paciencia y tratar el chichón con compresas de agua fria o si no de vinagre y sal. Además, ya no me duele.

¿Quién no se ha caído de la bicicleta alguna vez? No sé para qué se lo habré comentado. Por un momento, cuando me quedé sola mirando los tubitos, las cajitas y frasquitos de remedios que me trajo y rumiando el sermón que llevé por la caída, tuve la impresión de que se me reñía por haber cometido un delito...

Al fin y al cabo es mi vida; no tengo que dar cuenta de mis actos a nadie. Al diablo con las vitaminas y los masajes terapéuticos. Pero mire si voy a dejar de andar en bicicleta o de carpir la huerta. Que tengo que organizar mi vida de otra manera... ¡por favor! Como si ella tuviera la suya en orden. Y en su caso sí que debiera haberme escuchado; yo le advertí, le dije que ese matrimonio apresurado no le convenía, que no iba a resultar. Pero no, ella creía que se las sabía todas: "Está resuelto mamá, nos casamos porque nos queremos. ¿Qué más da que hayan sido solo cuatro meses de noviazgo?" Y así fue. Un año duro. Menos mal que no hay chicos. Pobre, ella dice que no sufre, que ha encontrado su brújula en el estudio de la Filosofía. Será así.

Me gusta cuando llega a casa radiante, se sienta en la mecedora de mimbre que era de su padre y me lee alguno de sus trabajos. "¿Qué opinás?, es un ensayo sobre la Personalidad". O si no: "¿Te parece que estarán bien hechas las preguntas para este test?". Si le sugiero alguna modificación, reniega; dice que no entendí o que la contradigo porque sí no más.

Después se aleja de sus papeles, altanera y murmurando no sé qué cosas, pero al rato vuelve a buscarme entre conciliadora y anhelante: "¿A ver si está mejor?". Y me lo vuelve a leer, porque después de todo, lo corrigió.

¡Qué cosa! ¿No? Parece que la estoy extrañando...

Hace tres días que no aparece y empiezo a sentir que me hace falta...

¿Y si tomara las vitaminas...? Vamos a ver: "Tres por día". Bueno, ya está; tomo otra después del almuerzo y la tercera a las siete, después de la sopa.

Suena el teléfono. Es ella. Está muy alegre esta mañana. Salvó el examen y una amiga la invitó a pasar unos días en La Paloma. Me pregunta cómo está mi chichón y me invita a acompañarla al cine esta tarde.

Me dejo llevar por su exaltación, por su modo; mezcla de pedido cariñoso y mandon o protector. Acepto. Y hasta me contagio de su entusiasmo por la ropa que podríamos llevar y por lo que luego podríamos hacer. Le digo como al pasar que he empezado a tomar las vitaminas y que voy a contratar al chico de Doña Berta para que me ayude a formar los canteros.

Noto que se queda complacida y agrego que descubrí un nido de gorriones en una vieja tetera que hace años su padre colgó en el gallinero y que empezaron a madurar los higos.

Pero no le digo que ayer, cuando la tarde se vencía cargada de perfumes y abrigada de tibiezas me fui andando despacio, cosechando sensaciones, pedaleando en la bicicleta por el senderito que bordea el lago.

Alba Filippa (*)

(*) Alba Filippa, es profesora de Literatura, a quien le agradecemos su colaboración

Con cables de tipo convencional y preensamblado

Renovación de luminarias por convenio de Intendencia y UTE llega a La Unión

La Intendencia de Montevideo y UTE renovarán las redes de alimentación del sistema de alumbrado público de Montevideo, por lo cual habrá también buenas nuevas en este sentido para la Unión.

De acuerdo al convenio suscrito por la Intendencia, la Comuna se obliga a ejecutar el conjunto de operaciones concernientes a la renovación de las redes de alimentación de energía del alumbrado público, consistiendo en el retiro de cableado existente, columnas, soportes, grampas y demás elementos de sostén y fijación. en su lugar será instalado cable preensamblado o convencional y cable subterráneo, según los casos y todos aquellos elementos necesarios para regular el funcionamiento de la red como está en los proyectos tipo de UTE.

Por su parte este organismo, en carácter de contraprestación a los trabajos ejecutados por la Intendencia, descontará de la suma total que mensualmente percibe de ésta -por concepto de consumo de electricidad del sistema de alumbrado público de Montevideo-, la cantidad resultante de las liquidaciones aprobadas por ambas partes. La intendencia podrá ejecutar los trabajos de renovación de redes directamente con personal propio o por contrato. En caso de que sea necesario reparar cable subterráneo, la Intendencia podrá requerir la ejecución de las tareas de mantenimiento por parte de UTE, la que facturará tales servicios.

TIPO DE CABLE

La Intendencia utilizará a los efectos de trabajo de renovación, cable de los tipos preensamblado o cable subterráneo de acuerdo con las normas de UTE. No obstante, en aquellos casos que existan dificultades materiales, y previa conformidad de UTE, podrá realizar el tendido convencional.

ASESORAMIENTO Y CAPACITACION

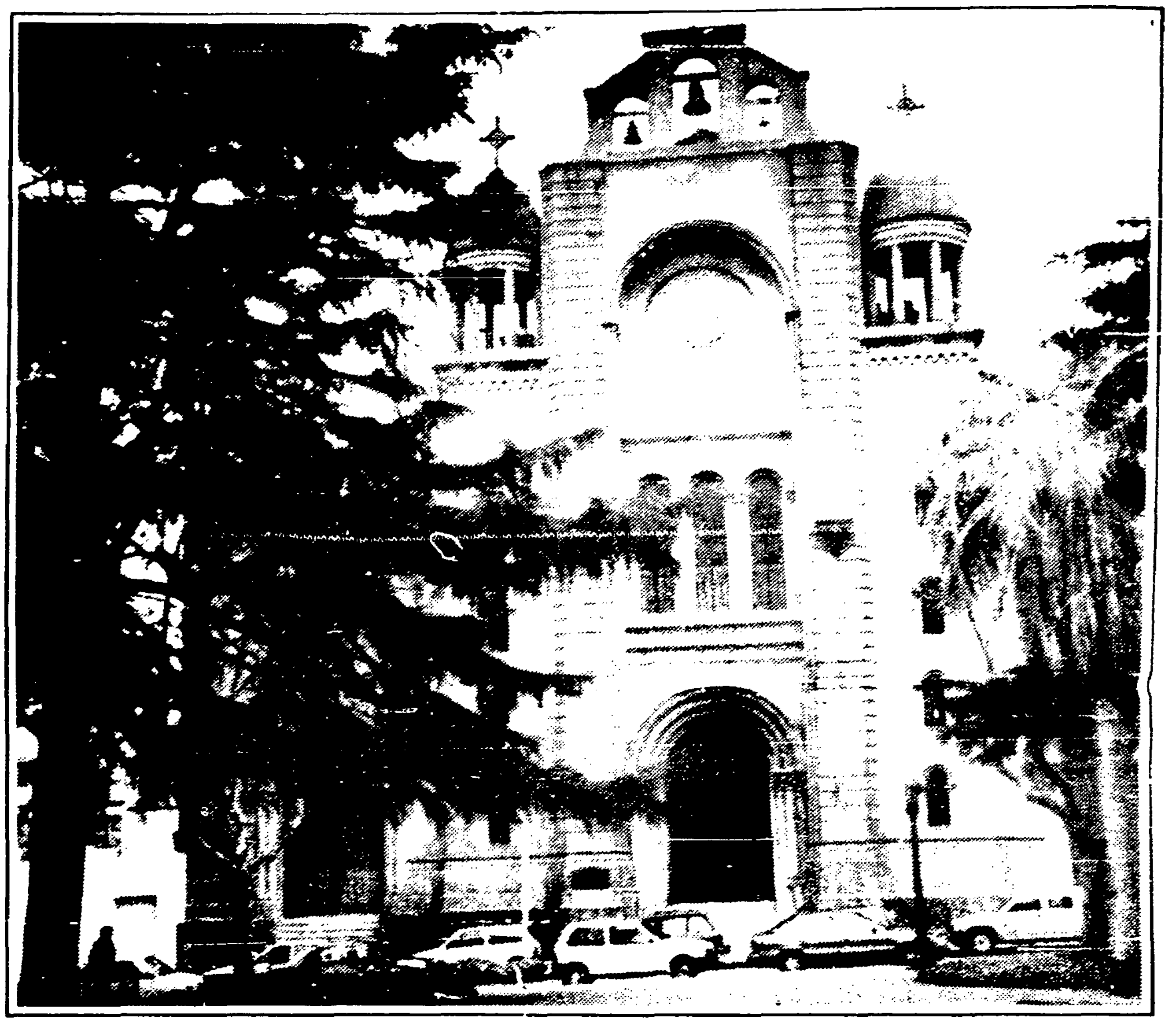
La UTE capacitará sin costo, hasta 30 funcionarios de la Intendencia, en las técnicas del cable preensamblado y del cable subterráneo en procura de la obtención de los mejores resultados en los trabajos a ejecutar.

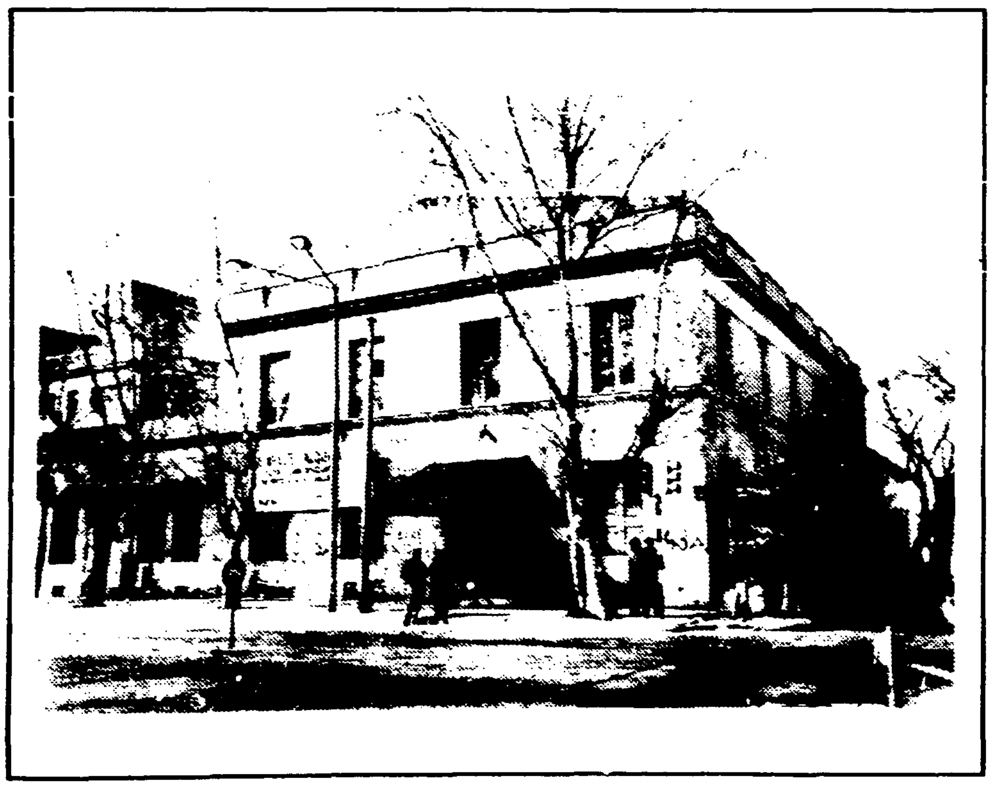
COMISION

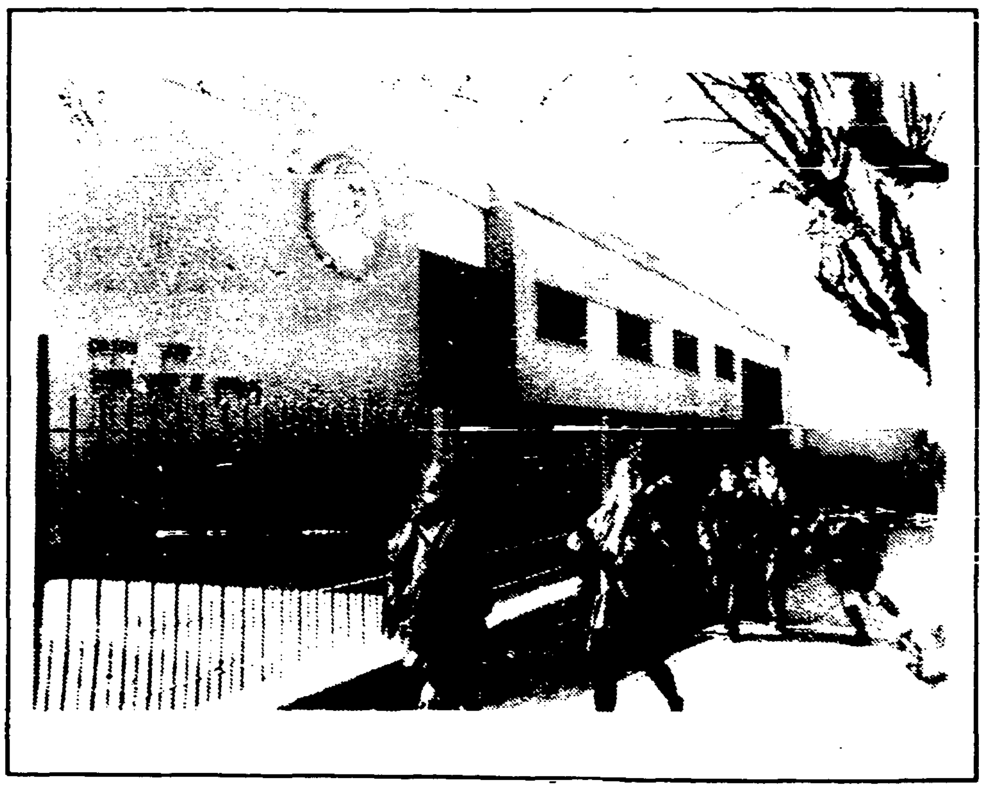
En un plazo no mayor a los 30 días se constituirá una comisión integrada por técnicos de ambas entidades con el cometido de planificar el conjunto de operaciones y el plan anual de obras.

RELEVAMIENTO

La Intendencia se compromete a confeccionar y suministrar a UTE en el término de un año, un relevamiento de la totalidad del sistema de alumbrado público existente en Montevideo.







*9509461

CX 10 y Saeta TV Canal 10 nacieron en La Unión

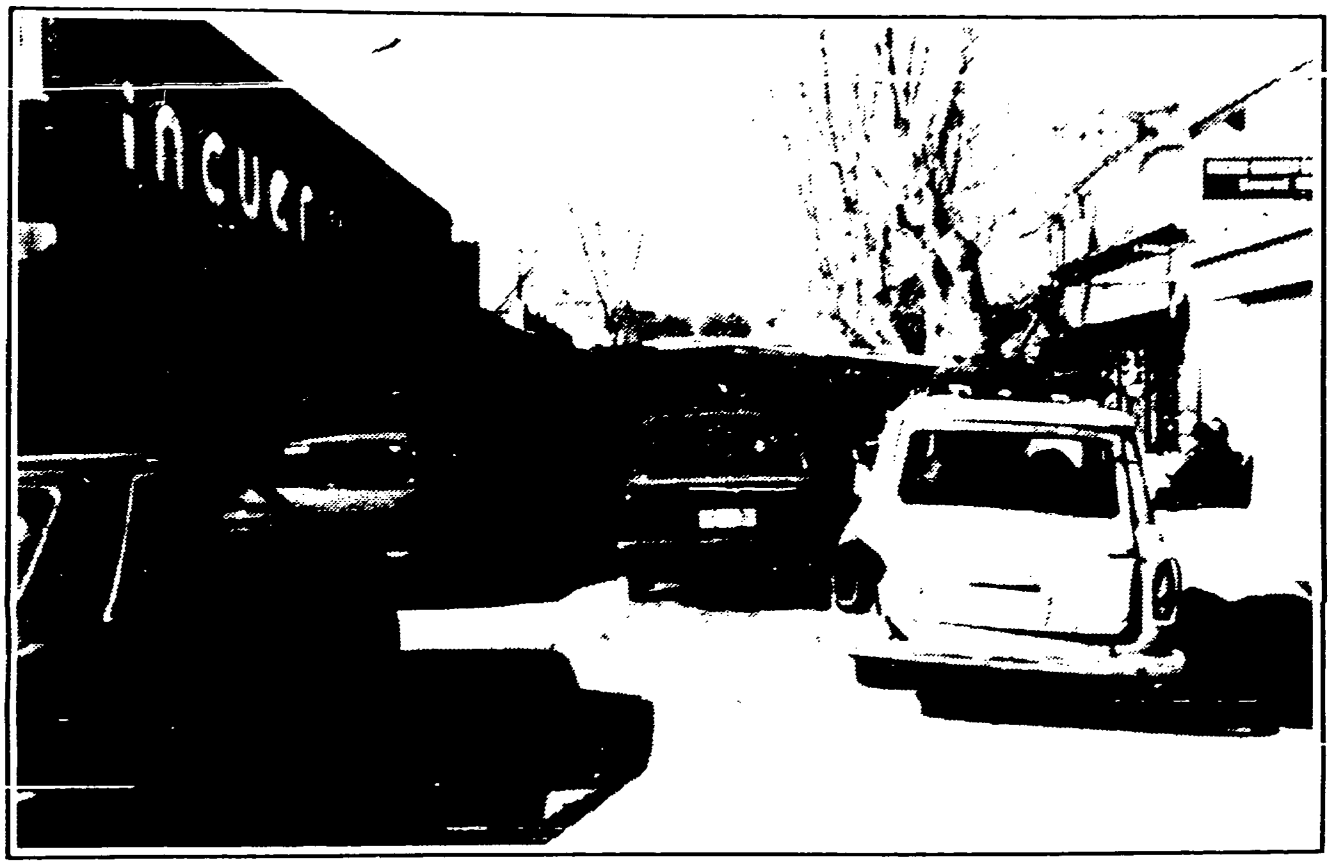
La ex Industria, donde comenzó a edificarse la populosa barriada

La "calle De la Industria", actual Ingeniero José Serrato, se denominó primeramente "Camino del Campamento" por ser acceso del Cardal al Cerrito, donde acampaban las fuerzas sitiadoras del Gral. Oribe. A la altura del Cilindro estuvo la "Quinta de Olivos", en el cual el Padre Dámaso A. Larrañaga plantó árboles de la especie álamos, los primeros de ese tipo conocidos en el país. Por esa zona cruzaba el arroyo llamado "De Fariña" donde en 1843 los constructores catalanes Pedro Mayol y Antonio Fontgibell armaron el llamado Puente de los Olivos ante expreso pedido de Oribe. Cuando se delinearon las calles del pueblo, pasó a ser "De la Industria"; en 1880 el entonces Consejo Auxiliar resuelve su apertura hasta el Cno. Goes, hoy Avenida Gral. Flores.

De esa forma, se lograba una comunicación directa del Cerrito al centro de la Unión. A principios de este siglo en el tramo comprendido las calles Agaces y la ex Avda. Centenario, se podían apreciar hermosas quintas agrícolas que salían al camino de una y otra acera; pertenecían a las Flias. Abone, Ferreño, Casal, y Tessore; también allí se ubicaba la bodega de Guido Severi con un frondoso monte de eucaliptos. En el cruce con la calle Agaces, vino a vivir la Familia Estable que venía del departamento de Canelones.

Se le llamó Camino Industria, pasando a ser la vía más importante de la Villa; en la década del veinte se instaló en el Nº 2747 esq. Avellaneda junto a la vía ferroviaria, la Compañía central Metalúrgica S.A., importante empresa para el desarrollo laboral de la zona. En el año 1929, comienza a circular por Industria la línea de ómnibus letra M que iba desde Avda. 8 de Octubre al Cerrito y en 1931, se prolongó al pueblo Peñarol; fue su propulsor el unionense José A. Baral, vecino de Industria 2982.

El piso del camino era de balastro y años después, se fue construyendo el hormigón en diferentes etapas.



La emisora de La Unión

En los albores de la radiotelefonía uruguaya al comienzo de los años 30, se instala en el 2840 casi Túnez la emisora CX 10 Internacional, propiedad de Juan M. Gestoso. La que hoy es Radio Continente y antes fue Radio Ariel. En su variada programación semanal se destacaban el conjunto "Los Trovadores" de los Hnos. Pisera, el payador Pedro Medina, el trío típico Derecho Viejo, la revista musical Minerva, y el espacio de teatro Variedades, que dirigía el que luego fuera gran primer actor Lalo Gómez.

En carnaval se realizaban transmisiones en directo desde los tablados de la zona, cosa que acaparaba según se indicó, una gran audiencia. En los terrenos que antes eran quintas, surgieron las avenidas José Pedro Varela y Centenario, el grupo habitacional de casas obreras, la Escuela con los turnos 89 y 118 en la esquina con Algarrobo y una serie de viviendas en el cruce con la calle Serratosa. Hasta por 1940 en los meses de diciembre y enero, Industria vivía los aires de la madre patria con el sonar de gaitas, castañuelas y los tan tradicionales olé, en el ir y venir de los vehículos llevando alegres pasajeros a las famosas romerías del Campo Español con frente a la calle Serratosa, las que culminaban con una original quema de fuegos artificiales.

En esos años las líneas de ómnibus que se identificaban con letras, cambiaban por números, la M pasó a ser la 174 y corren además 171 y 172 con destino, Centro - Unión. Desde 1948 tiene vida la Peña Vecinal Vivir, institución social y cultural para la zona. En ese mismo año inicia su actividad ATMA Uruguaya, fábrica de artículos de plástico, ubicada en el 3488. Entre las calles Corumbé y Coronel Muñoz se encuentra la Parroquia La Anunciación que antes fue San Antonio y el Colegio Regina Martyrum creado por los años 50.

El Cilindro y Canal 10

El Centro Social y Deportivo Industria fundado en setiembre del 51, tiene su sede en el 3526. Desde los años 50 en la esquina con Tomás Claramount, funcionaba un mercadito municipal. A fines del año 56, se inaugura para una magnífica exposición Industrial, el estadio cerrado llamado "El Cilindro", tercero en este tipo de construcción en el mundo. Allí nace Saeta TV Canal 10, primero en el Uruguay, que durante varios años emitió su imagen desde El Cilindro, pintoresco lugar en esos años para la zona de la Unión.

En el mismo predio se instaló en el año 1967 el museo de la Fuerza Aérea Uruguaya, y en el 84, se inauguró la Plaza de la Aviación Nacional. Muchas otras instituciones que ya son características de esta populosa barriada tienen sus sedes o canchas de fútbol en esta zona, por ejemplo la cancha de fútbol del Club La Escuelita.

Calles, avenidas, hechos históricos, clubes y personas que fueron edificando con el correr de los años la rica historia de la populosa barriada de la Unión.

"La Casa de la Mujer"

En el centro de La Unión las montevideanas tienen su hogar

Cuatro mil mujeres al año solicitan su consulta y orientación. Sus profesionales y técnicas brindan información sobre programas existentes.

En su sede se analizan iniciativas y proyectos que presentan las interesadas o socias. Es: "La Casa de la Mujer" ubicada en el centro de la Unión, al servicio de todos los barrios de Montevideo.

Fundada el 20 de noviembre de 1987 la institución continúa en expansión, con frecuente incorporción de nuevos servicios para todas las mujeres uruguayas.

En estos días comienza un curso taller básico sobre la Microempresa, una forma más de ser independiente y están todas las mujeres invitadas a participar.

El siguiente es apenas un resumen del gran abanico de posibilidades que se abre a la mujer, sin importar su edad, su condición social o su credo religioso.

El único requisito para solicitar asistencia es ser mujer.

Ubicada en Serrato 2613 (ex-Industria), casi Joanicó y con el teléfono 560601, "La Casa de la Mujer", abre sus puertas todos los días de lunes a viernes de 14 a 19 horas. Su presupuesto se mantiene con cuotas mínimas mensuales de las propias interesadas, con bonos cooperadores, con aportes de organizaciones y con asistencia de instituciones de mujeres del extranjero.

En estos días se organizan encuentros entre microempresarias; los primeros viernes de cada mes un grupo de futuras microempresarias se reúnen para lograr también su independencia económica.

¿Quiénes somos?

"La Casa de la Mujer Unión", tal su nombre legal, es una organización civil, con personería jurídica que desde 1987 responde a la necesidad de crear un espacio propio para las mujeres, donde podrán recibir ayuda y orientación en cuanto a su problemática específica.

¿Qué nos proponemos?

La Casa de la Mujer, es un lugar de encuentro, reflexión y capacitación y acción propias, "favorecer la toma de conciencia de su discriminación y promover la participación de la mujer en todos los ámbitos de la sociedad es nuestro mayor desafío".

"Aporta herramientas necesarias para que la mujeres seamos protagonistas de nuestras vidas".

Es un ámbito netamente de y para la mujer. Contribuye a una nueva identidad "mujer" como sujeto de cambio social.

La Casa, participa y promueve encuentros nacionales e internacionales y seminarios.

Actividades concretas

Algunas de las actividades que allí se realizan son:

- Bolsa de Trabajo. Asesoramiento sobre programas de apoyo a microempresas.
- Planificación familiar. Educación y orientación sexual.
- Preparación y atención a la pareja embarazada.
- Prevención cáncer cuello, útero y mamas (Papanicolau).
- Consultas gineco-obstétricas.
- Atención psicológica.
- Apoyo a víctimas de violencia familiar.
- Asesoramiento jurídico.
- Taller de expresión corporal.
- Clases de artesanía y manualidades.
- Grupo de teatro.
- Biblioteca.
- Proyección de videos.
- Charlas y paneles.
- Talleres de información y reflexión sobre condición de la mujer.



9509461



"Apoyo a víctimas de violencia sexual y doméstica"

El programa de "Apoyo a víctimas de violencia sexual y doméstica", está destinado a todas aquellas mujeres que sufren el maltrato en todas sus formas: física, psicológica o económica, generando un espacio de atención individual y grupal de su problema y asesoramiento integral para su resolución.

Consultas personales. Asesoramiento jurídico. Asesoramiento psicológico. Grupos de autoayuda.

AREA RECREATIVA Y DE EXTENSION

En este sector, "La Casa de la Mujer Unión", ofrece:

Biblioteca especializada. Clases de artesanías. Espacio "Lila", vídeos, talleres de reflexión, intergrupales, festejos.

Charlas-taller sobre diferentes temáticas, en escuelas, parroquias, organizaciones sociales, grupos de mujeres, policlínicas.

Apoyo a grupos de mujeres en formación.

Ellas en el mundo laboral

El programa del área de Trabajo de la Casa de la Mujer se propone implementar mecanismos que faciliten el ingreso de las mujeres al mundo laboral; especialmente de aquellas trabajadoras de los sectores rezagados de la economía, como lo son el servicio doméstico y el sector informal. Desarrolla: (a) una Bolsa de Trabajo y (b) Apoyo a modalidades alternativas de generación de ingresos.

(a) Fichero computarizado de oferta y demanda. Gestoría. Talleres de información sobre derechos y deberes de la trabajadora. Asesoramiento jurídico. Publicaciones.

(b) Promoción y conformación de Grupos Productivos. Talleres de capacitación sobre microempresas y condición de género.



Bienestar físico y psicológico

El programa del área Salud, se propone promover en las mujeres todas aquellas acciones que las lleven a lograr el bienestar físico, psicológico y social. Ofrece:

Servicio Gineco-Obstétrico

Planificación familiar. Orientación sexual. Preparación integral para maternidad. Prevención de cáncer genital femenino.

Servicio Orientación Psicológica

Consulta de orientación psicológica. Talleres de reflexión y grupos de autoayuda en temas referente a la salud.

Trabajo grupal corporal

Gimnasia correctiva. Talleres de sensibilización corporal. Taller de expresión teatral.

Toda la experiencia volcada a la UTU y al Rotary de La Unión

El Rotary de La Unión es el más grande de los clubes

A pesar de no haber vivido nunca en la Unión, sus actividades docentes como inspector y Director de la Escuela Técnica de la Unión, y sociales lo convirtieron en un unionense más.

La actividad del arquitecto José Raúl Amela, no sólo se conoce en la populosa barriada por su destacada labor realizada en UTU, sino que también él es uno de los socios fundadores del Rotary Club de la Unión, y fue el cuarto presidente de dicha entidad.

Actualmente desempeña el cargo de Director del Servicio Internacional del Rotary Club de la Unión.

Su actividad en la UTU se desarrolló del año 1951 a 1980, y Amela recordó que "muchos de los muchachos que pasaron por la escuela industrial de la Unión han triunfado en su vida".

Recordó al conocido jugador de Peñarol de la década del 60, Hector "Lito" Silva, José A. Santos, fabricante de silenciadores y tiene hoy una gran empresa, y "tantos otros chicos que luego se transformaron en hombres ejemplares". "La escuela de la Unión fue en aquella época un hito en la historia de la Universidad del Trabajo de aquella época. Implantada en un barrio obrero, y con un local espectacular para aquellos años. Ahora ya está muy venido a menos, hace tiempo que no paso por allí porque realmente me causa tristeza ver ese local como está".

"En aquellos años la escuela industrial, consiguió penetrar en el corazón de la gente de la barriada. En ese tiempo yo siempre recuerdo el gran apoyo que teníamos de los padres y de los comerciantes. En muchos casos la escuela fue un ejemplo, en organización de festivales, comisiones de apoyo, administración de donaciones, etc.".

"Yo hoy escucho a los maestros y a los profesores decir o protestar porque tienen que concurrir a los institutos los días feriado a un acto, o ni qué hablar de quedarse después de hora a trabajar, y recuerdo que en aquel tiempo, los profesores íbamos durante las vacaciones con algún psicólogo y padres a realizar tests con distintos alumnos que tenían problemas".

"Trabajamos no solamente para cobrar el sueldo a fin de mes, sino que queríamos hacer algo más por los alumnos; trabajamos con entusiasmo, y todo a base de esfuerzo y a pulmón, porque es mentira que antes pagaban todo y todo era más fácil. La Universidad del Trabajo nunca tuvo mucho apoyo de los gobiernos, los que fuimos funcionarios viejos le llamamos la mal querida de la enseñanza, porque siempre lo último era para la UTU".

"La UTU siempre queda para después, todo el mundo habla de la importancia de la escuela industrial para el país, pero cuando llega el momento del reparto nadie se acuerda. Se construyen liceos en todos lados y ninguna UTU. El estigma de la Escuela de Artes y Oficios y la escuela correctiva todavía lo tenemos.

El Rotary de la Unión

José R. Amela fue uno de los socios fundadores del Rotary de la Unión, actualmente es el Director del Servicio Internacional.

Actualmente el Rotary Club de la Unión es ahora uno de los clubes más grandes, tiene más de 40 socios y ha hecho una gran obra social en el barrio. Cabe destacar que dentro del Rotary trabaja en buena forma y permanentemente, el grupo de esposas de rotarios, colaborando principalmente con el Hogar Diurno Larravide dependiente del INAME, con las escuelas públicas 44 y 73 y también con la guardería Juan XXIII.

Este grupo está abocado a atender las necesidades más urgentes de la gente de la zona, explicó Amela.

El Club Rotario de la Unión apoya la instalación del aula de informática, tomaron a su cargo las obras de adaptación de un aula de las Escuelas Públicas Nº 89 y 118 de la calle Algarrobo y José Serrato, para la instalación de los equipos de computación del Programa INFED 2000 de última generación.

Este lugar de aprendizaje quedó inaugurado el 9 de febrero del presente año y viene siendo un gran apoyo para la zona.

José Amela indicó a El Diario que a nivel internacional se destacan permanentemente obras de singular importancia realizadas por el Rotary Internacional, "una obra importantísima y enorme fue la llamada operación Polioplús, para erradicar la polio en el mundo y donde se llevan invertidos más de 288 millones de dólares".

Otro de los programas muy importantes que hay a escala internacional, son los de acciones compartidas entre varios países. En estos casos, dos o más clubes de diferentes naciones, aportan una cantidad de dinero para la realización de una en uno de esos dos países, y Rotary duplica la suma; es decir, si dos países juntan 2 millones suman 4, Rotary da 8 millones para esa obra.

El Rotary de la Unión en la historia

El Rotary de la Unión comienza a funcionar en forma provisoria el 19 de mayo de 1953. En el correr del mismo año es admitido formalmente como socio de Rotary Internacional el 21 de julio y recibe su Carta Constitutiva el 11 de octubre del mismo año. Sus veinte socios fundadores entre los cuales se integraron ex rotarios del interior, supieron amalgamarse y lograr, en el transcurso de los años, un club pujante con gran prestigio en el Distrito que sucesivamente integrara, como consecuencia de las variaciones impuestas por el crecimiento de Rotary.

Su prestigio se basa en la efectividad del ejercicio de la actividad rotaria que le ha valido se le confiara a sus socios importantes cargos en el Distrito.

Muy pronto mostró su vocación en la extensión interna y externa. Por la primera ocupa el segundo lugar en socios y en la segunda ha contribuido a la formación de seis clubes, dos de ellos compartidos.

En sus 43 años de existencia, dos de sus socios han tenido responsabilidad de gobernación de Distrito.

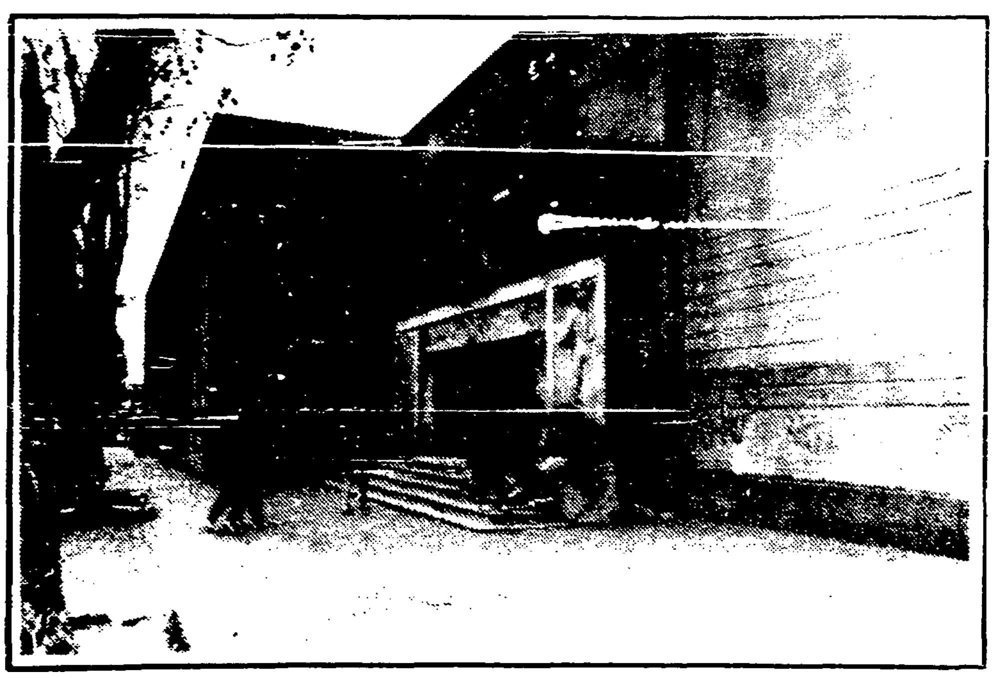
En Relaciones Internacionales durante el Ejercicio 1963-64, se concreta la visita de una importante delegación del Rotary Club Flores de Argentina, lo cual impulsó el "Hermanamiento con visitas alternadas a Montevideo y Buenos Aires de numerosas delegaciones que consolidaron con la creación del premio "Amistad Rotaria Uruguayo-Argentina", con el que se distingue a personas de relevante actuación en las respectivas comunidades.

El Rotary visitado premia al elegido por el club visitante. El 26 de junio de 1972 le es entregado por el Rotary Club de Flores el premio al Dr. Juan Carlos Patrón (Uruguayo) por primera vez y en su 23ª oportunidad, el citado premio se entregó en Buenos Aires al Dr. Carlos Maggi, uruguayo.

También el Arq. José R. Amela, recibió esta distinción de parte del Rotary de la vecina orilla.

Finalmente debemos destacar que los integrantes del Rotary de la Unión se reúnen los días martes a las 21 hs. en la Confitería La Liguria.

C.G.



La actual fachada de la UTU Unión; "Esta UTU no es la de antes, realmente me deprime mucho verla como está", sostuvo Amela.





Foto de archivo del grupo



to Jose R. Amela mostrando material de la Unión al cronista de El Diario.

● Los profesores ganaban poco igual que ahor

● Importantes proyectos mundia del Rotary

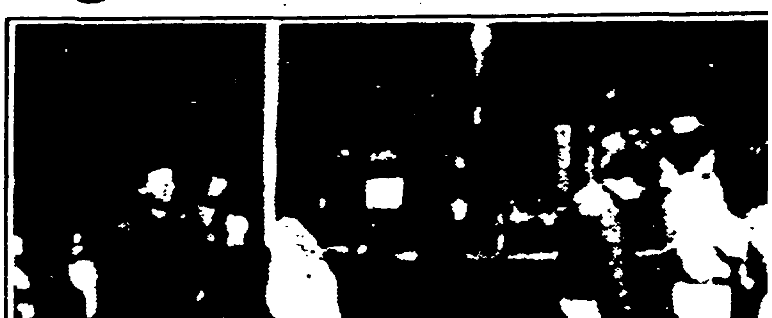
● Jóvenes que triunfaron salier de la UTU Unió

●El Rotary La U realiza intercai regional



de la Unión; el hombre que está ubicado arriba en el sexto lugar de izquierda a derecha es el Arq. José Amela.

Avisos de trabajo gratuitos en El Diar



El Diario incluye, en principio en su edición de los sábados, una Cartelera de Avisos.

Dicha página abarca, primordialmente, PEDIDOS Y OFERTAS DE TRABAJO para gente mayor de 50 años y de jóvenes que quieran ingresar al mercado laboral.

Unos y otros son publicados en forma GRATUITA.

Las dificultades que eso tores enfrentan a la hora empleo nos lleva a hacern sus demandas.

De este modo, **El Diar** otro servicio de interés sus lectores y cumple una con su profunda vocación

"El Botija" de La Unión

A cincuenta años del gran debut de Walter Gómez con la celeste...

Saca pecho por 8 de Octubre, ladeada por la ex Estación Unión y la 20 de Febrero, la Plaza de Deportes Nº 5 y ya ni me acuerdo del año que el profesor **Blanco** organizó un campeonato de fútbol para equipos integrados por jugadores menores de 15 años... el fichaje de los mismos se cumplía portando la por entonces famosa "partida de nacimiento"... Se dijo al momento y aún hoy que abundaron adulteraciones y documentaciones **caseras** que habilitaron a jugadores que ya habían votado en la última elección nacional... Denuncias, cientos; comprobaciones, ninguna... Al petizo y dicharachero Juan Morlino, por entonces cronista del diario "El Día" y apasionado hincha de Central y además reconocido "Acarreador" de jóvenes futbolistas de campito le dijeron:

-- Andá a buscar al entreala derecho del "Sol de América", un cuadrito que disputa el torneo en la Plaza de Deportes Nº 5... es un jugador bárbaro..."

Morlino fue y lo trajo. Quien había ordenado el mandado lo vio y dijo:

-- ¡Este no es...!

Morlino caprichoso lo fichó igual.

----0----

Años después él mismo me contaba:

-- A mí me dijeron que fichara al entreala derecho de ese equipo y yo cumplí en un todo... ¿Tenía yo la culpa que ese día hubieran trocado su posición los dos entrealas? ¿Que el derecho jugara a la izquierda y el izquierdo a la derecha?

-- El que vos te llevaste, ¿jugaba bien?

-- Una barbaridad, un fenómeno...

-- ¿Y el otro?

-- Ni lo miré...

-- El que desechaste... ¿cómo se llamaba?

-- ¡Carlos Romero!

-- ¿Y el que elegiste?

-- ¡Walter Gómez!

----0----

Walter Gómez vivía en la calle 24 de Setiembre entre Félix Laborde y Lindoro Forteza, en la acera Sur de la bajadita hacia el "Piñeyro del Campo"...

Legítimo producto de la "Unión", igual que su hermano Washington "Chongo" Gómez, que ya era valor jerárquico de "Cerro" en la divisional de ascenso...

Morlino siempre rechazó los halagos como "descubridor" porque consideró que no "descubrió" nada, que todo se produjo por el cambio posicional de los jugadores... y uno vuelve a quedar atrapado en "esas cosas del Destino", en cuánto pesa el azar, en eso de no saber quién diablos baraja el mazo de la suerte, qué poderes regalan o quitan las oportunidades...

El "Chueco" Romero, un **dribleador infernal**, Walter, un **gambeteador** de asombro... ¿Quién determinó que uno se quedara en Danubio y el otro en Central? Que Walter "casi" de la Cuarta palermitana saltara a la selección nacional con apenas dieciséis años? Que en su debut con la celeste fueran goleados por seis tantos y Walter Gómez el gran ovacionado por la multitud argentina... Que Nacional lo llamara y contratara de inmediato, que luego volviera a Argentina para ser el ídolo de River Plate "millonario"... que el "Chueco" se quedara en el barrio, ¿quién el prestigitador de todo esto?

----0----

Va dicho que no hubo **error**, tomando el significado real de la palabra... que Morlino no hizo una **elección voluntaria**, que tampoco cotejó las habilidades de cada uno de ellos, que no fue algo provocado por el capricho personal sino **eso** que solemos definir como "triquiñuela", pero ¿de quién o quiénes? ¿de dónde y adónde?

Por estas causas, siempre hay una historia escondida que merece la luz...

Carlos Soto

INTERNACIONAL
CONSAGRADO A LOS 17 AÑOS DE EDAD

por Lito Gonzo

"¡FELIZ de él! —dijo un pibe en las tribunas de San Lorenzo, refiriéndose a Walter Gómez, la tarde aquella del año pasado cuando el cuadro argentino apabullaba a goles al once uruguayo por la copa "Newton", en tanto el notable "botija" oriental se ganaba la consagración internacional, la simpatía y los mejores aplausos de la jornada.

—"¿Feliz, por qué?" —le pregunté al vecinito que entre admirado y envidioso seguía atentamente las maniobras del endiablado insider derecho celeste.

—¿Le parece poca suerte? ¡Si tiene una juguetería en los pies!... ¡Qué de chiches, señor!

Y la observación del pequeño no podía reflejar mejor la admiración general que provocó en el debut en nuestros campos, Walter Gómez. Sabíase por referencias de su gran habilidad. Pero a despecho de sus fuerzas, [illegible] años de edad, le signifi[illegible]có el honor de ser seleccionado entre los mejores valores de su patria. Pero todo fué comenzar el partido para que la expectativa se trocara en asombro. Con seguridad pasmosa, [illegible] de players largamente experimentados en confrontaciones de importancia, Walter Gómez pedía el esférico a sus compañeros, lanzaba una rápida mirada escudriñando el panorama, bajaba en seguida la cabeza y entraba a sortear rivales con [illegible] agilidad y picardía en las piernas que las tribunas, olvidándose largo rato de los hombres propios para exteriorizar su admiración y complacencia por el espectáculo que les estaba ofreciendo ese pibe maravilloso. Y cuando la fatiga terminó por doblegar los entusiasmos y el ánimo del brillante insider, obligándole a abandonar el campo en brazos de algunos compañeros, una cerrada ovación partió de los cuatro costados del field, como mejor premio a que puede aspirar campeón alguno. ¡Walter Gómez había triunfado!

La historia de Gómez lógicamente no puede ser muy extensa. Y por ende, tampoco sabrosa. Lo más interesante es lo que queda referido. Añadamos, según palabras del mismo interesado, apenas si alguna [illegible] entre sus comienzos oficiales, cuatro años atrás y su rápido ascenso a primera al año siguiente, cuando no tenía más que quince de edad. El club de origen, Central. Su actual también Central, que le permitió, con incondicional confianza, afirmarse en el puesto y en la categoría hasta llegar a internacional. Admirador del "Príncipe" Cicco de entre los de la "guardia vieja" que él vió jugar, y de Raúl Schiaffino entre los de ahora, Walter Gómez sólo tiene una ambición: llegar a clasificarse campeón del certamen de su tierra defendiendo la camiseta de Central. Otra sería jugar un día en Boca Juniors.

He así narrada en pocas líneas la trayectoria de este magnífico exponente de la aptitud [illegible] en la que el fútbol oriental confía para su máxima deportiva.



[illegible] LO TEnemos a Walter Gómez, [illegible] a San Lorenzo y [illegible] la clásica celeste.

La Cancha
REVISTA ARGENTINA DE DEPORTES
REDACCION, DIRECCION Y ADMINISTRACION: AVENIDA DE MAYO 1410
Teléfonos: Mayo 38, 0801 y 4636
BUENOS AIRES
DIRECTOR: J. R. LOPEZ PAJARO
ADMINISTRADOR: I. E. FRIGERIO
REGISTRO DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL No. [illegible]
CORREO ARGENTINO — Franqueo a pagar Cuenta Nº 372 — Tarifa reducida Concesión Nº 784

Aparece los miércoles
Precio del ejemplar en todo el país: 20 ctvs.
SUSCRIPCIONES EN TODA LA REPUBLICA:
1 año (52 números) ... $ 10.—
1 semestre (26 números) „ 5.—
EN EL EXTRANJERO:
1 año (52 números) ... $ 15.—
El envío de fondos, a la orden del Administrador

AÑO XVIII N.º 923 — ENERO 30 DE 1946

Los grandes deportistas que nacieron de La Unión

Obdulio Varela: un gigante del fútbol sudamericano y mundial

En la gran historia de la Unión muchas son las figuras que vivieron o viven algunos de ellos todavía en este barrio y que sin duda han edificado la historia de Montevideo e incluso de nuestro país entre otras figuras se destacan varios unionenses en el plano deportivo. Obdulio Varela, Walter Gómez, César Bernal, Primo Zucotti, Raúl H. Bentancor, Mauro Galusso, Severino Varela, Julio César Brito, Jacinto Caballero, Domingo Lombardi, Pablo N. Terevinto, Pedro y Nicolás Falero, Oscar Galván, Alfredo Evangelista, Oscar Moreira y tantos otros.

El gran capitán de Maracaná, el "Negro Jefe", don Obdulio Jacinto Varela, todo lo que de él se pueda decir en esta reseña puede ser muy poco para lo que fue y es Obdulio para el fútbol uruguayo.

Nació un 20 de setiembre de 1917. En 1936 jugaba por el equipo del Club Deportivo Juventud que militaba en la divisional Intermedia de nuestro fútbol, equipo este que pertenecía al barrio Paysandú y tenía su cancha en la intersección de las calles Jaime Cibils y Monte Caseros.

Pasó al Montevideo Wanderers en 1937 constituyéndose en el gran mediocampista de los bohemios, formando la famosa línea media con Peláez, Varela y Denis, que durante varios años fue base de los equipos de Wanderers.

Fue titular del seleccionado uruguayo que se clasificó Vicecampeón Sudamericano en 1939. En 1940 vuelve a formar en el equipo celeste que gana en Brasil la Copa Barón de Río Branco, venciendo en uno y empatando otro de los partidos que jugó, y volvió a ser Vicecampeón en el Sudamericano de Chile en el 41.

Ya consagrado como estrella de nuestro fútbol, es uno de los conductores notables del combinado celeste que se coronó Campeón Sudamericano invicto en Montevideo en el año 42.

En 1943 pasó a Peñarol donde tuvo que ocupar el lugar que había dejado nada menos que Alvaro Gestido; de características diferentes, le resultó algo difícil encajar y su campaña de ese año vistiendo la camiseta aurinegra fue irregular.

Al año siguiente, más adaptado y apoyado por los dirigentes, pasa a ser nervio motor de un Peñarol que con su batuta fue campeón en 1944, 45, 46, 47, 49, 51, 53 y 54 en los torneos Competencia, Honor y Uruguayo.

La gesta de Maracaná

En 1950 fue el gran capitán del equipo celeste que logró el Campeonato del Mundo. Con su sicología y presencia asombró a Maracaná, rubricando la gran gesta uruguaya cuando recibió con esa gran humildad que hasta hoy lo caracteriza, la Copa Jules Rimet.

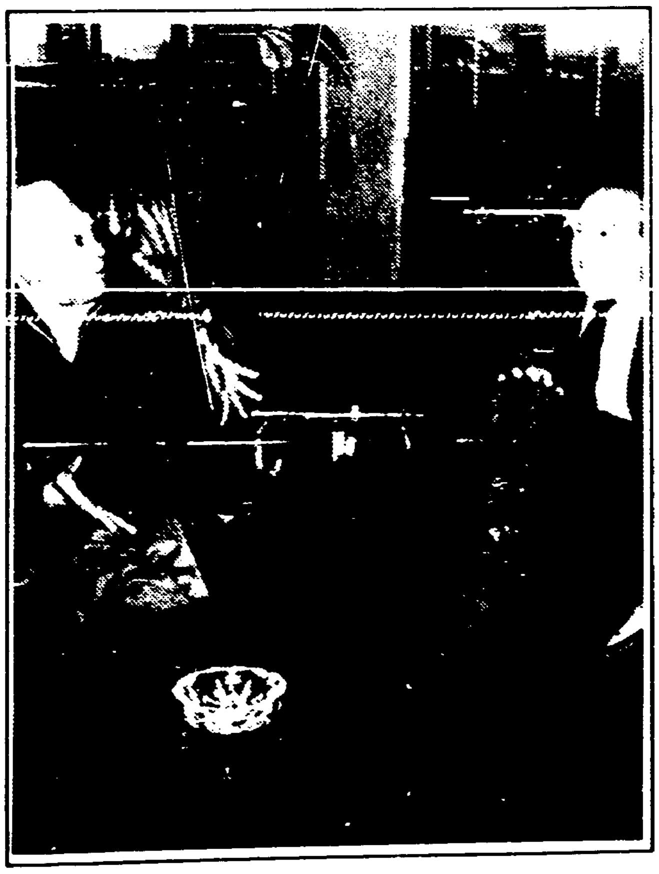
Hombre que se prodigaba en la cancha, restando, apoyando, siendo pujante, luchador y con una fuerza enorme; era un titán que marcaba a sus compañeros el camino de la victoria.

En 1954 ya en el término de su carrera es otra vez capitán de la selección uruguaya en el mundial de Suiza; una vieja lesión le impide estar en las semifinales y su ausencia se consideró vital para que Uruguay pudiera lograr ese Mundial de Suiza.

Modesto, leal, aficionado al juego de las bochas; la trayectoria futbolística de este hombre, ya es parte de la mejor historia del fútbol sudamericano y mundial. Con motivo del Mundial de Estados Unidos 94, el Congreso de la FIFA en ceremonia especial lo recibió y le entregó una medalla como recuerdo a su gran participación en los mundiales.

Hace pocos días el Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, lo recibió a Obdulio Varela y a su señora esposa en su despacho del 7º piso del edificio Libertad. Este y otros homenajes que se le han realizado a este enorme caudillo del fútbol uruguayo siempre serán pequeños para brindar nuestro eterno agradecimiento a quien supo vestir los colores de la camiseta de la selección nacional y dio la última gran alegría aquel 16 de julio de 1950 en Maracaná.





La COCINA de MIMMA

Ensalada de pasta y atún

Esta receta es ideal para esta época.

Ingredientes:

1 paquete de pasta corta
1 cebolla picada muy fina
3 cucharadas de apio picado
2 cucharadas de alcaparras lavadas
l lata de atún desmenuzado y bien aplastado.
1 tasa de aceite de oliva.
sal y pimienta.

Preparación: hervir la pasta en abundante agua salada y colarla "al dente". Mientras tanto poner en un bol la cebolla, el apio, las alcaparras, y hacer una pasta suave incorporando poco a poco el aceite de oliva, agregar un poco de pimienta negra molida en el momento. Cuando la pasta esté fría, mezclarla cuidadosamente con la pasta de atún, hasta que esté bien impregnada. Se puede servir en rodajitas de tomate y gajos de huevos duros todo alrededor de la fuente.

Carbonada criolla

Ingredientes:

1 kg. de carne ternera o vaca, 100 grs. de manteca, 2 cebollas picadas, 1 diente de ajo machacado, 2 morrones, uno verde y uno rojo, 1 lata de tomates peritas, 1 manojo de hierbas finas, 1/2 apio picado, 1 hoja de laurel, 3 granos de pimienta mejorana, 1 guindilla (pimienta de cayena), tomillo, perejil, 1/4 de vino blanco seco, 1/2 lt. de caldo de carne (aproximadamente), 4 papas, 250 grs. de zapallo, 1 lata de maíz, 1 lata de arvejas (son mejores las congeladas que las de lata), 2 duraznos en almíbar lavados.

Preparación: La carne se corta en dados y se dora en la menteca. Las cebollas, el diente de ajo machacado, los morrones cortados, limpios y libres de pepitas, los tomates también cortados, se rehogan aparte, añadiéndose a la carne junto con el manojo de hierbas, el apio cortada y las restantes especios. Se rocía con el vino y el caldo, dejando a fuego lento durante unos minutos 60 minutos.

Se añaden en ese momento las pasas cortadas en trozos, las manzanas, el zapallo, a los 15 minutos de cocción se agrega el maíz y las arvejas y los duraznos. Aparte se cocina arroz blanco que servirá de acompañamiento. Servir en cazuela de barro.

"MARMITAKO"

Ingredientes (para cuatro personas):

500 gramos de bonito, 500 gramos de patatas, 200 gramos de tomates, 100 gramos de pimientos rojos, dos pimientos verdes, una cebolla mediana, tres dientes de ajo, cinco o seis cucharadas de aceite de oliva, media cucharada de pimentón, una guindilla verde picante y sal.

Modo de preparación: Ase los pimientos verdes y los rojos; después, pélelos, quite laspepitas y pártalos en tiras. Caliente una cucharada de aceite con un diente de ajo en una sartén a fuego muy lento; añada los pimientos y deje que se hagan durante diez minutos. En otra sartén ponga el resto del aceite con la cebolla y los dientes de ajos muy picados. Rehogue -moviendo continuamente para que no se quemen- y cuando esté doradito, añada el pimentón y los tomates troceados. Deje cocer unos quince minutos y agregue la guindilla cortada en trocitos y los pimientos.

Por otro lado, pele las patatas, córtelas en cuadritos y póngalas a cocer en una cacerola con agua y sal durante veinte minutos. Cuando tenga limpio el bonito (sin piel y espinas), córtelo en trozos más grandes que las patatas y añada sal. Cuando falten diez minutos para que las patatas estén en su punto incorpore los pimientos, el tomate y el bonito; déjelo cocer hasta que el pescado esté en su punto.

Retire la cazuela del fuego y muévala constantemente para que la salsa ligue; déjelo reposar antes de servir.

Ensalada de queso

Ingredientes (para cuatro personas):

400 gramos de tomates, dos cebollas, 200 gramos de queso blando, cien gramos de aceitunas negras, aceite, sal y pimienta.

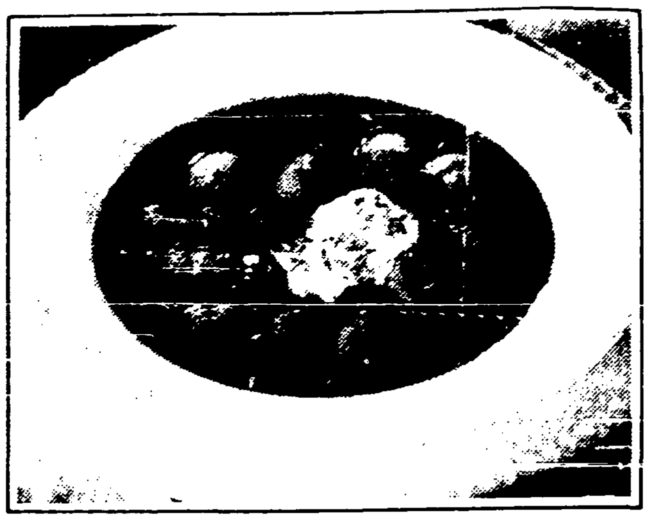
Preparación: Lave bien los tomates, córtelos en rodajas. Limpie las cebollas y córtelas en anillos. Para el queso en fetas gruesas. Coloque todo en una fuente ancha o en una ensaladera, añada las aceitunas negras, la sal y la pimienta y añada el aceite de oliva.

Sugerencia: Esta ensalada quedará con un toque diferente si añade unas hojas de endivia.

Tarta de queso

Ingredientes:

200 gramos de galletas molidas, 100 gramos de manteca,



cincuenta gramos de azúcar, 600 gramos de queso fresco, el zumo de un limón, ralladura de chocolate -para adornar- y tres hojas de gelatina (ver instrucciones en el envase).

Preparación: Mezcle las galletas con la manteca fundida, extiéndalas sobre el molde circular. En un bol bata el queso con el azúcar y el zumo de limón hasta obtener una crema homogénea. Añada la gelatina. Vierta toda esta mezcla sobre la base de las galletas y deje reposar en la heladera unas cuatro horas. Retírela del molde y sírvala adornada con la ralladura de chocolate.

Sugerencia: esta misma tarta se puede hacer con naranja.

Carré de cerdo con salsa de ananás

Ingredientes (para seis personas):

Dos carrés de cerdo, una lata pequeña de ananás en almíbar, un vaso de jerez dulce, cincuenta gramos de piñones, doce ciruelas pasa, una cucharada de mostaza, aceite de oliva, sal y pimienta.

Modo de preparación: Sazone la carne con sal y pimienta. Dórela en un poco de aceite de oliva y vierta el jerez; así se flambeará.

Retire la carne y fría en el mismo aceite los piñones y tres o cuatro rodajas de ananás cortada en trocitos. Añada las ciruelas, el jugo de ananás y la cucharada de mostaza. Déjelo cocer durante unos minutos.

Coloque la carne sobre la salsa y concédale diez minutos de cocción. Sirva el carré cortado en filetes y cubierta con la salsa.



Guía de Turnos

Estaciones, Farmacias y Florerías

ESTACIONES

PRIMER TURNO
Horario: 0 a 24
Unión, Maroñas, Cerrito, Manga, Cno. Maldonado
ESSO: 8 de Octubre y Batlle y Ordóñez.
ESSO: Gral. Flores y Mendoza.
TEXACO: Dámaso A. Larrañaga y Cairo.
TEXACO: Juanicó y Pernas.
ANCAP: Belloni e Instrucciones.
ANCAP: Cno. Maldonado Km. 19.
ANCAP: Bvar. Batlle y Ordóñez y Marne.

SEGUNDO TURNO
Horario de 0 a 24
UNION, MAROÑAS, CERRITO, MANGA, CNO. MALDONADO
ESSO: José Belloni y Tte. Rinaldi. ESSO. Cno. Maldonado y Tte. Galeano. SHELL. 8 de Octubre y Corrales. ESSO. Gral. Flores y Corrales. ESSO. Batlle y Ordóñez y Cádiz. ANCAP: 8 de Octubre y Larrañaga (ex Centenario). TEXACO: Mendoza y Osvaldo Rodríguez.

TERCER TURNO
Horario 0 a 24
Unión, Maroñas, Cerrito, Manga, Cno. Maldonado
ESSO: Cno. Maldonado y Turín.
ESSO: Santiago Sierra casi Gral. Flores.
ESSO: D.A. Larrañaga y Cno. Corrales.
TEXACO: Avda. 8 de Octubre y Vera.
TEXACO: José Belloni y Domingo Arena.
TEXACO: Cno. Carrasco y Veracierto.
ANCAP: Batlle y Ordóñez y Juanicó.

CUARTO TURNO
Horario de 0 a 24
UNION, MAROÑAS, CERRITO, MANGA, CNO. MALDONADO
ESSO: 8 de Octubre y E. Clay.
ESSO: San Martín y S. Sierra. SHELL: Gral. Flores y Guarapirú.
TEXACO: L.A. de Herrera y Dr. Surraco.
ANCAP: José Serrato y Larrañaga (ex Centenario).
ANCAP: Avda. de las Instrucciones km. 20.500.
SHELL: Cno. Maldonado y Libia.

ESTACIONES 5º TURNO
UNION, MAROÑAS, CERRITO, MANGA, CNO. MALDONADO
ESSO: 8 de Octubre y Gob. Vigodet. ESSO: Gral. Flores y Londres. ESSO: Cambay y Cno. Carrasco. ESSO: Gral. Flores y Luis A. de Herrera. SHELL: D.A. Larrañaga (ex Centenario) y Gral. Roletti. ANCAP: José Belloni y Gral. Flores. ANCAP: Cno. Maldonado km. 13 y Guerra. TEXACO: Instrucciones y Mendoza. TEXACO: Batlle y Ordóñez y Cardal.

FARMACIAS

PRIMER TURNO
Horario: de 8 a 22, de sábado a viernes
8 DE OCTUBRE - UNION - MAROÑAS - MANGA - CERRITO - PIEDRAS BLANCAS
De Bvar. Artigas y Bvar. José Batlle y Ordoñez y 8 de Octubre y Cno. Maldonado hacia afuera.
ALELUYA III - Cno. Maldonado 4902. 542036
BELLA ITALIA. Cno. Maldonado 5805
CARREL - Luis A. de Herrera 2518. Tel. 810271.
CADIZ - Cádiz 2847. Tel. 813405.
CITY BELL - Cno. Maldonado 6783. Tel. 545711.
CRISANA. 8 de Octubre 2943, esq. Jaime Cibils. Tel. 800513
ESTEFANIA - Isidro Más de Ayala 5359. Tel. 254550.
GONZALEZ - 8 de Octubre 4002. Tel. 588274.
HECTOR - Cno. Maldonado 6059. Tel. 547111.
HUDSON - Gral. Flores 4184. Tel. 251402.
MEN-SAR - Cno. P. de Mendoza 4203 bis. Tel. 254634.
MIÑOR - José Serrato 3127. Tel. 581943
NESSLER - Gral. Flores 3799. Tel. 251933.
OLIMPO - L. A. de Herrera 3221. Tel. 816121.
PALMA - Cno. Maldonado 5402. Tel. 530865.
PIEDRAS BLANCAS - J. Belloni 4550. Tel. 223468.
PIRIAPOLIS - D. A. Larrañaga 4548. Tel. 545346.
RA-LLY-MEL - Saint Clement 4701. Tel. 257777
REBELLA - J. Belloni 4171. Tel. 254897.
TELECHEA - J. Belloni 3311. Tel. 541314.

SEGUNDO TURNO
Horario: de 8 a 22 de sábado a viernes
8 DE OCTUBRE - UNION - MAROÑAS - MANGA - CERRITO - PIEDRAS BLANCAS.
De Bvar. Artigas y Bvar. Batlle y Ordóñez y de 8 de Octubre y Cno. Maldonado hacia afuera
ACROTESI - Avda. Acrópolis 3796. Tel. 541561.
AVENDIDA 8 - 8 de Octubre 3691. Tel. 583669.
BELLONI - Belloni 4355. Tel. 224080.
CONSTITUCION SUR - Cno. Maldonado 5508. Tel. 530892.
DEL FUERTE - Del Fuerte 5307. Tel. 547529.
DIVA - Gral. Flores 5027. Tel. 256161.
GRAN VIA - Gral. Flores 4345 bis - 259253
INDIANA - 8 de Octubre 4534. Tel. 586187.
LA PROA - Brazo Largo 3552. Tel. 583277.
LARRAÑAGA - Luis A. de Herrera 3149. Tel. 817976.
MANGA - José Belloni 5314 bis. Tel 224204.
MALINAS - Rafael 3550 - 531970
POSE - San Martín 3680. Tel. 261033.
SAN ANTONIO UNION- 8 de Octubre 3407. Tel. 588575.
SILLEDA - Gral. Flores 3401. Tel. 233279.
TIARE - Irureta Goyena 3349. Tel. 582703.
VILLAGRAN - 8 de Octubre 4200. Tel. 584551.
YALTA - Monte Caseros 2850. Tel. 801939.

TERCER TURNO
Horario de 8 a 22, de sábado a viernes
8 DE OCTUBRE - UNION - MAROÑAS - MANGA - CERRITO - PIEDRAS BLANCAS
De Bvar. Artigas y Bvar. José Batlle y Ordóñez y de 8 de Octubre y Cno. Maldonado hacia afuera.
ACUARIO - José Belloni 6374. Tel. 224012.
ALELUYA IV - Cno. Maldonado 5267 esq. Rubén Darío.
CORRALES - Cno. Corrales 3001. Tel. 588784.
DE MARCO - L. A. de Herrera 2957. Tel. 818053.
DE LAS ACACIAS - Gral. Flores 4604. Tel. 546025.
EMISOL - Canstatt 3452. Tel. 580614.
ESTABLE - Gral. Flores 3487 bis. Tel. 292225.
HECTOR - Cno. Maldonado 6059. Tel. 547111.
INDUSTRIA - José Serrato 3549. Tel. 253264.
LATINA - 8 de octubre 3055. Tel. 803914.
LOCARNO - Locarno 3653.
LUXOR - José Belloni 4720. Tel. 224115.
PANAMA - 8 de Octubre 3055. Tel. 583789.
RILO RODRIGUEZ - Cno. Maldonado 5631. Tel. 540525.
SANTA ANA - San Martín 4004. tel. 255570.
SEGUNDA FONT - 8 de Octubre 4714. Tel. 588826.
URIEL. Cno. Mendoza 5333. Tel. 224276.

CUARTO TURNO
8 DE OCTUBRE - UNION - MAROÑAS - MANGA - CERRITO - PIEDRAS BLANCAS
De Bvar. Artigas y Bvar. José Batlle y Ordoñez y de 8 de Octubre y Cno. Maldonado hacia afuera.
ALMEIDA - 8 de Octubre 3658. Tel. 588323.
ALELUYA III - Cno. Maldonado 4902. Tel. 542036
ARAPEY - Gral. Flores 3135 bis. Tel. 298556.
AVELLANEDA - José Serrato 3798. Tel 580013.
COLOMBES - 8 de Octubre 4384. Tel. 588931.
COROMINAS - 8 de Octubre 2689. Tel. 800017.
ESTEFANIA - Más de Ayala 5359. Tel. 254550.
EUROPA - Gral. Flroes 4162. Tel. 252929.
GOÑI SUC. - San Martín 4250. Tel. 255514.
JARDIN - Batlle y Ordoñez 3095. Tel. 810940.
LARRASILO - Larravide 2478. Tel. 582286.
LAS VEGAS - Gral. Flores 4733. Tel. 254152.
MEN-SAR - Mendoza 4203 bis. Tel. 254634.
PALMA - Cno. Maldonado 5402. Tel. 587186.
PIEDRAS BLANCAS - José Belloni 4550. Tel. 223468.
REBELLA - J. Belloni 4171. Telo. 254897.
SAGITARIO - Cno. Corrales 3249 bis. Tel. 560309.
SANTO DOMINGO - Bvar. Gral. Juan A. Lavalleja 7835 (ruta 8). Tel. 221084.
SENECA - Garibaldi 2489. Tel. 807679.
SANTA VICTORIA - Batlle y Ordoñes 2372

QUINTO TURNO
Horario de 8 a 22 de sábado a viernes
8 DE OCTUBRE - UNION - MAROÑAS - MANGA - CERRITO - PIEDRAS BLANCAS
De Bvar. Arigas y Bvar. José Batlle y Ordoñez y de 8 de Octubre y Cno. Maldonado hacia afuera.
ACROTESI - Av. Acrópolis 3796.
ALELUYA IV - Cno. Maldonado 5267.
ALVAREZ - Garibaldi 2567. Tel. 805888.
BELLONI - Belloni 4355. Tel. 224080.
CURMAR - 8 de Octubre 4802. Tel. 564007.
DEL FUERTE - Del Fuerte 5307. 585315.
DIVA - Gral. Flores 4345. Tel. 250567.
FLORES - Gral. Flores 4484. Tel. 4484.
HIGIA - Larravide 2859.
MANGA SRL. - José Belloni 5314 bis. Tel. 224204.
MONTE CASEROS - L.A. de Herrera 2749. Tel. 803231.
NUEVA CLIO - 8 de Octubre 3550. Tel. 583391.
POTOSI - 8 de Octubre 3955. Tel. 581873.
PATRIAL - Abispones y Lerena Acevedo. Tel. 547233
RILO RODRIGUEZ - Cno. Maldonado 5631. Tel. 540039.
SAN JUAN - 8 de Octubre 4177. Tel. 588272.
SANTA INES - José Vasconcellos 3294. Tel. 540039.
SEGUNDA PALADINO - 8 de Octubre 3788. Tel. 581703.
TIERRA SANTA - 8 de Octubre 2783. Tel. 803550.
VILLAZA - J. Serrato 3505. Tel. 251189.

FLORERIAS

PRIMER TURNO
8 DE OCTUBRE, UNION, MAROÑAS
SAN JORGE. 8 de Octubre 2680 - 802510.
LA PRIMAVERA. 8 de Octubre 4133 - 584852.

SEGUNDO TURNO
8 DE OCTUBRE, UNION, MAROÑAS
FLOR DE LYS. 8 de Octubre 4070 - 562930.
GONGORA. Bvar. Artigas 2346 - 800711.

TERCER TURNO
8 DE OCTUBRE, UNION, MAROÑAS
AMERICA. 8 de Octubre 4666 - 583769

CUARTO TURNO
8 DE OCTUBRE, UNION, MAROÑAS
CANTEGRIL. Garibaldi 2523 - 802907
WALTER. 8 de Octubre 4560 - 581015

La familia, las vecinas y los vecinos de la Unión -de todas las edades-, cuentan con una serie de servicios para su beneficio y además pueden participar en forma activa como miembros de los mismos.
La presente, no es la lista completa de las actividades barriales. Pero la iremos integrando en las próximas ediciones mensuales de "El Diario de la Unión", con los aportes que Ud. -vecino y amigo lector de la Unión- pueda acercarnos a nuestra redacción; en Rincón 712, o por el teléfono 930485 (fax: 930637), de lunes a viernes de 8 a 11.30 hs.

Guía de Servicios

FUERZAS VIVAS

Comisión de Fomento de la Unión
Juanicó 3813. Tel.: 585959.
Centro Comercial de la Unión
8 de Octubre 3777. Tel.: 585676 - 586232
Rotary Club de la Unión
Reuniones: martes 20.45 hs. Confitería "La Liguria". 8 de Octubre y Cipriano Miró.
Rotary Club Comercio
Reuniones: lunes 20.45 hs. Confitería "La Liguria". 8 de Octubre y Cipriano Miró.
Rotary Club Maroñas
Reuniones: Jueves 21.00 hs. Club Hijos del Mar, Andrés Latorre y Pirineos.
Club de Leones de la Unión
Miércoles a las 20.30 en "La Liguria". 8 de Octubre y Cipriano Miró.
Parroquia "Nuestra Señora de la **Medalla Milagrosa y San Agustín"**
Templo: Domingo Ereño, frente a la plaza Cipriano Miró
Despacho parroquial: Serrato 2462. Tel.: 586672. De martes a sábado de 9 a 12 hs.
Inscripción para bautismos, comunión, casamientos, trámites, consultas, etc.
Misas: lunes: 8 hs. (de tarde el templo permanece cerrado para limpieza). Martes a viernes: 8 y 19 hs. Sábado: 8 y 18 hs. Domingo: 9, 11 y 19 hs.
Casamientos: viernes y sábado.
Bautismos: 4º sábado o domingo de cada mes.
Preparación para el bautismo: previa inscripción, los padres deben concurrir durante los 3 primeros domingos a las 18 hs.
Casamientos: previa inscripción, la preparación se realiza durante los dos meses anteriores.
Catequesis: para niños, jóvenes y adultos.
Catequesis especial para personas impedidas. Sábados: 16 hs. Adultos: domingo a las 10 hs.
Instituto Ecuménico
8 de Octubre 3324. Tel.: 473316
Iglesia Luterana
8 de Octubre 3324. Tel.: 806345
Centro Evangélico
Rousseau 4171
Iglesia Evangélica Bautista
Rousseau 3936
Templo Hebreo Bialik
Lindoro Forteza 2578
Templo Adventista
Mateo Vidal 3328
Parroquia San Vicente de Paul
Leopoldo Alas 2940
Parroquia San José Obrero
Pernas y Agaces
Parroquia San Cayetano
Comercio y Mateo Cabral
Capilla "María Reina de la Paz"
Movimiento Dalmanutá
Propios 2359
Iglesia Evangélica Cristiana
Comercio 1491

MUNICIPIO

Centro Comunal Zonal Nº 6
8 de Octubre y Villagrán - Tel.: 571021 571646
Centro Comunal Zonal Nº 9
8 de Octubre 4833 - Tel.: 548819

PROMOCION SOCIAL

Centro Católico de Promoción Social
Cabrera 3765. Tel.: 589263. De martes a sábado de 9.30 a 12 y de 15 a 17 hs.
Ofrece servicios de: Merendero (sábado, domingos y feriados); Bolsa de Trabajo (martes, miércoles y sábado); Almacén Comunitario (sábado y domingo); Grupo de recreación para niños; Cooperativa de trabajo de madres; Aseo personal: baños, peluquería y pedicuría; Promoción de la Familia; Orientación Social: miércoles y sábado; Venta económica; se brinda ropa y calzado a los necesitados.
- **Equipo Pastoral de la Salud**: atiende Pasteur y Piñeyro del Campo: martes 16 hs.
- **Conferencias Vicentinas**: 2º domingo de cada mes, después de misa.
- Grupo 3ª Edad: jueves 14 hs.
- **Alcohólicos Anónimos**: lunes, miércoles, viernes y domingo de 19.30 a 21 hs.
- **Narcóticos Anónimos**: lunes y jueves, 20 hs.
- **Jugadores Anónimos**: martes, jueves y sábados, 20 hs.

Club 3ª Edad "Anepa"
Joanicó 3815. Miércoles 14 a 18 hs.
Club 3ª Edad "Clemente Estable"
Joanicó 3815. Viernes 15 a 19 hs.
Instituto Nacional del Menor (Iname)
Consultorio I
Larravide 2411. Tel.: 588339
Instituto Nacional de Alimentación
Comedor. Rousseau 3727
Comedor. Comercio 2475
Hogar Diurno Infantil
20 de Febrero 2525
Hogar Diurno Larravide
Larravide 2411
Centro Lourdes Nº 5
20 de Febrero 2259

MUJER

Casa de la Mujer de la Unión
José Serrato 2613. Tel.: 560601.
De lunes a viernes de 14 a 19 hs.
Atiende en las áreas de Salud, Trabajo, Recreación, Jurídica y Violencia
Casa de la Mujer
20 de Febrero 2460/308

CULTURA Y ENSEÑANZA

Biblioteca Municipal Francisco Schinca
8 de Octubre y Villagrán 588152
Centro Cultural de la Unión
Domingo Ereño 2461 (Plaza Miró). Tel.: 563660.
Cursos que se dictan: tejido a mano y a máquina, bijouterie, pintura en tela, porcelana rusa, cobre, flores, souvenirs, corte y confección, cocina y repostería, peluquería, decoración de tortas, chinelas, juguetes, cotillón, manualidades, encuadernación, calado en madera, cosmetología, tapices, decoración en porcelana, arte creativo, tarjetas españolas, dactilografía, estética del pie, guitarra, órgano, manicura, gimnasia, carteras, camisería, óley dibujo. Abierto de tarde, tiene más de 762 alumnas.

Escuelas
Escuelas Nº 19, 20, 74 y 76 "Felipe Sanguinetti"
8 de Octubre 3545. Tel.: 588302
Escuela Nº 162
8 de Octubre 3390
Escuela Nº 38
20 de Febrero 2522
Jardín de Infantes
Nº 223. Pasaje Asilo 3131
Maternalito. 8 de Octubre 3324
Escuelas Nº 44 y 73
Félix Laborde 2439

Liceos
Nº 14. 8 de Octubre 3390 y Propios. 814015 - 472665
Nº 19. 20 de Febrero 2520.
Nº 37. 8 de Octubre 3356. 808333 - 811616

UTU-Unión
Ciclo básico modalidad Utu. Instituto politécnico. Cursos de educacón y formación profesional endiversas orientaciones.
Larravide 2612. Tel.: 583253.
EUCI 8 de Octubre 3332. 811117 - 811517
Colegio Santa Luisa de Marillac
Larravide 2406 y Cabrera. Tel.: 584259.
Horario prescolar, escolar y liceal con bachillerato.
Colegio "San Vicente"
Cabrera 3762. Tel.: 583359. Jardín de Infantes y Primaria, de lunes a viernes de 8 a 11 hs. Institución con más de 105 años de fundación.
Colegio Federico Ozanan
Leopoldo Alas 2940

RECREACION Y DEPORTE

Comisión Nacional de Educación Física
Centro Médico Deportivo
8 de Octubre 3390. Tel.: 470085 - 470090
Plaza de Deportes Nº 5 "Atilio Narancio"
8 de Octubre y 20 de Febrero. Tel: 588053.
Asociación Cristiana de Jóvenes Filial Apex
Núñez de Arce 4511. Irlanda 2030. Tel.: 560315

RECLAMOS Y URGENCIAS

Emergencia
Asistencia Pública Externa: Tel.: 105
Intoxicaciones: 474000 - 470300
Hospital Pasteur
Larravide 2411. Tel.: 588131 - 588138
Instituto de Oncología del MSP
8 de Octubre 3265. Tel: 471173 - 472224
Hospital de las FF.AA.
8 de Octubre casi Centenario. Tel.: 470443 - 472207
Alcohólicos Anónimos
Tel.: 957241
Sida
Tel.: 421010
Mujer (Violencia)
Tel.: 414177

Piñeyro del Campo
Larravide 2351. Tel.: 588445 - 589296

Asistencia privada:

Casmu
8 de Octubre 3301. Tel.: 471274
Hospital Evangélico
Propios casi 8 de Octubre. Tel.:
Círculo Católico de Obreros
Serrato 2581. Tel.: 589208

Bomberos
Cuartel Central. Colonia 1665. Tel.: 104
Destacamento Carrasco:
Costa Rica S/n. Tel.: 600838 - 601933
Policía
Patrulleros: 109
Jefatura: 989101
Seccional 15ª
8 de Octubre 3720. Tel.: 585912 - 588434

Reclamos

Teléfonos: 121 + las dos primeras cifras del Nº del abonado
Agua: 411411
Telex: Servicio: 917799. Reparaciones: 900637
Luz: 293031
Gas: 900742

UTE

8 de Octubre 4379 c/Corrales. 582820
Local de Cobranzas Nº 16
Asilo 3714. 588117
Local de Cobranzas Nº 17
8 de Octubre 4379. 588114
Oficina Comercial
8 de Octubre 3551. Tel.: 571227 - 582020

CORREOS

Distrito Nº 5
8 de Octubre 3864. Tel.: 588077

ANTEL

Telecentro y Cabinas: 8 de Octubre 4100. Tel.: 583634
Larga distancia por operadora: 120
Guía: 122
Tarifas: 0006
Locales de cobranza:
Agencia Nº 8. 8 de Octubre 3829. Tel.: 589504
Agencia Nº 54. Lombardini 3624. Tel.: 589442.

BPS

8 de Octubre 3914. Tel.: 584272

BHU

Agencia Unión
8 de Octubre 3847. Tel.: 583459 - 588442

BROU

Agencia Unión
8 de Octubre 3847. Tel.: 583459 - 588442
Anexo Comercio
8 de Octubre 3659. Tel.: 585353 - 581816

TAXIS

8 de Octubre 3294. Tel.: 472964
8 de Octubre 4763. TEl.: 540214

OMNIBUS

Coetc. 8 de Octubre 3462. 562212 - 580136
Come.
Raincoop. 8 de Octubre 3356. 808333 - 811617
Cutcsa. 8 de Octubre 4565. 589807 - 561710
Ucot. 8 de Octubre 3429. 581700 - 581224

0509461

CRUCIGRAMA

HORIZONTALES

1.- Vocal. 2.- Calidad de opaco. Nota Musical. 3.- Sitio donde se adiestran los caballos. Fatal, funesto. 4.- Avivar. Descontentadizo. 5.- Cincuenta.- Ciudad belga. Hueso largo y delgado de la pierna. 6.- Flauta turca terminada en una bola. Nombre de mujer. Instrumento de viento, semejante al fagot. 7.- Isla de Noruega. Consonante. Tocan ligeramente. 8.- Parte del año. Notal musical. 9.- Parte saliente del tejado. Letra griega. 10.- Metal. Vocal. Pez marino de carne muy apreciada. 11.- Habla con Dios. Río ruso. Fiera de pies planos. 12.- Lengua provenzal. Arbol. Contracción. 13.- Abecedario. Nombre de varón. 14.- Ladrillo sin cocer. Camino más corto. 15.- Hurtar. Sacerdote guerrillero y ayudante de Palafox. 16.- Esfínter. Dirigirse. 17.- Interjección arrieril.

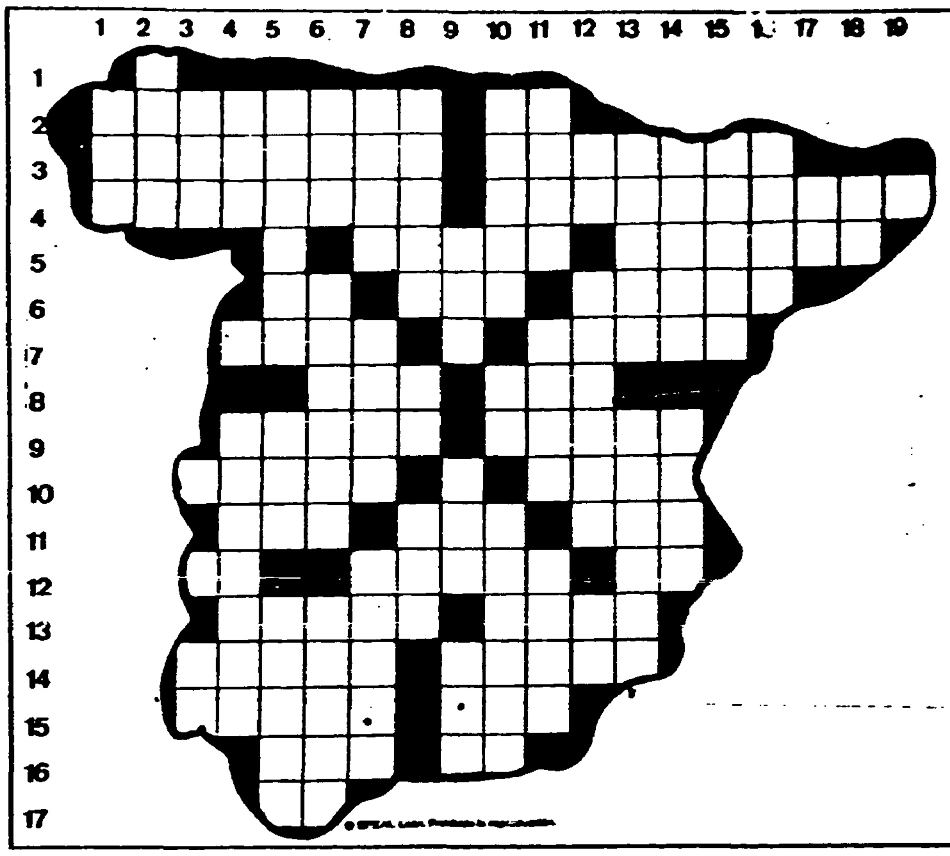
VERTICALES

1.- Voz usada en albañilería como sinónimo de mechinal. 2.- (al rev.) Poste en los caminos para indicar la dirección o la distancia. 3.- Aquí, en este lugar. Consonante. Vocal. Voz de mando. 4.- Material para la construcción. Vocal. Que carece de cordura. 5.- Figura de falsa deidad (pl.). Hogar. Necia. Tonta (pl.). 6.- (al rev.) Aparejo. 7.- Valle de los Pirineos. Espuerta grande. Metal muy duro. 8.- Cubrir una superficie con oro. Voz que se antepone a algunos insultos para reforzar la significación de los mismos. Interjección castiza. 9.- Juego de naipes. Manto beduino. De esta forma o manera. 10.- Elefante fósil de la época cuaternana. Prefijo. Ejecutar algo a semejanza de otro. 11.- Alzar, levantar. Capital europea. Huevas. 12.- Algo, cualquier cosa. El billete de ferrocarril. (al rev.) Especie de trompeta china, de sonido estridente. 13.- Inclinado al robo o hurto. Oruga. 14.- Hembra del carnero. (al rev.) Tejido grueso para toldos. 15.- Especie de será más larga que ancha. 16.- (al rev.) Noveno. 17.- Símbolo químico. 18.- Nombre de consonante. 19.- Vocal.

SOLUCION

Horizontales: 1.- O. 2.- Opacidad. Mi. 3.- Picadero. Azaroso. 4.- Acalorar. Malavenido. 5.- L. Namur. Peroné. 6.- Oc. Rut. Bajón. 7.- Osos. S. Rozan. 8.- Mes. Sol. 9.- Alero. Omega. 10.- Plata. A. Atún. 11.- Ora. Obi. Oso. 12.- Oc. Alamo. Al. 13.- Abece. Iván. 14.- Adobe. Atajo. 15.- Robar. Sas. 16.- Ano. Ir. 17.- ¡So!

Verticales: 1.- Opa. 2.- Opic. 3.- Acá. P. O. Ar. 4.- Cal. O. Alocado. 5.- Idolos. Lar. Bobas. 6.- Der. Cometa. Ebano. 7.- Arán. Sera. Acero. 8.- Dorar. so. ¡Olé!. 9.- Mus. Aba. Así. 10.- Mamut. So. Imitar. 11.- Izar. Roma. Ovas. 12.- Al. Boleto. Aj. 13.- Rapaz. Gusano. 14.- Oveja. Anol. 15.- Serón. 16.- Onon. 17.- In. 18.- De. 19.- O.



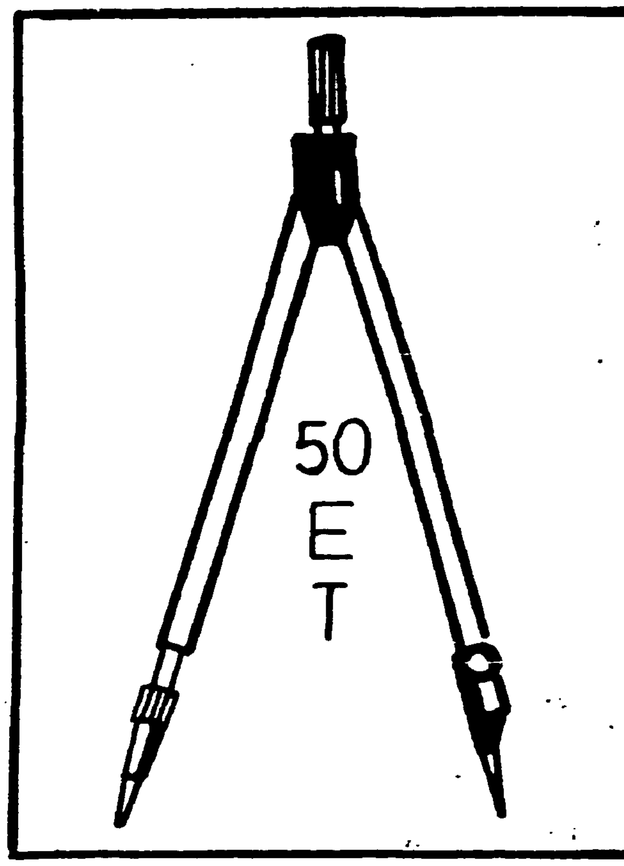
LA MALA SOMBRA





¿Qué SEIS diferencias hay en la sombra que no son reales?

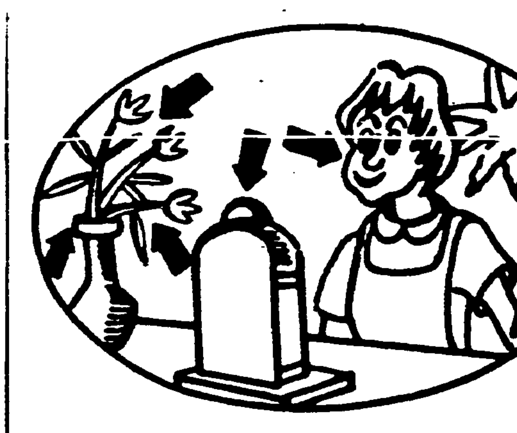
JEROGLIFICO



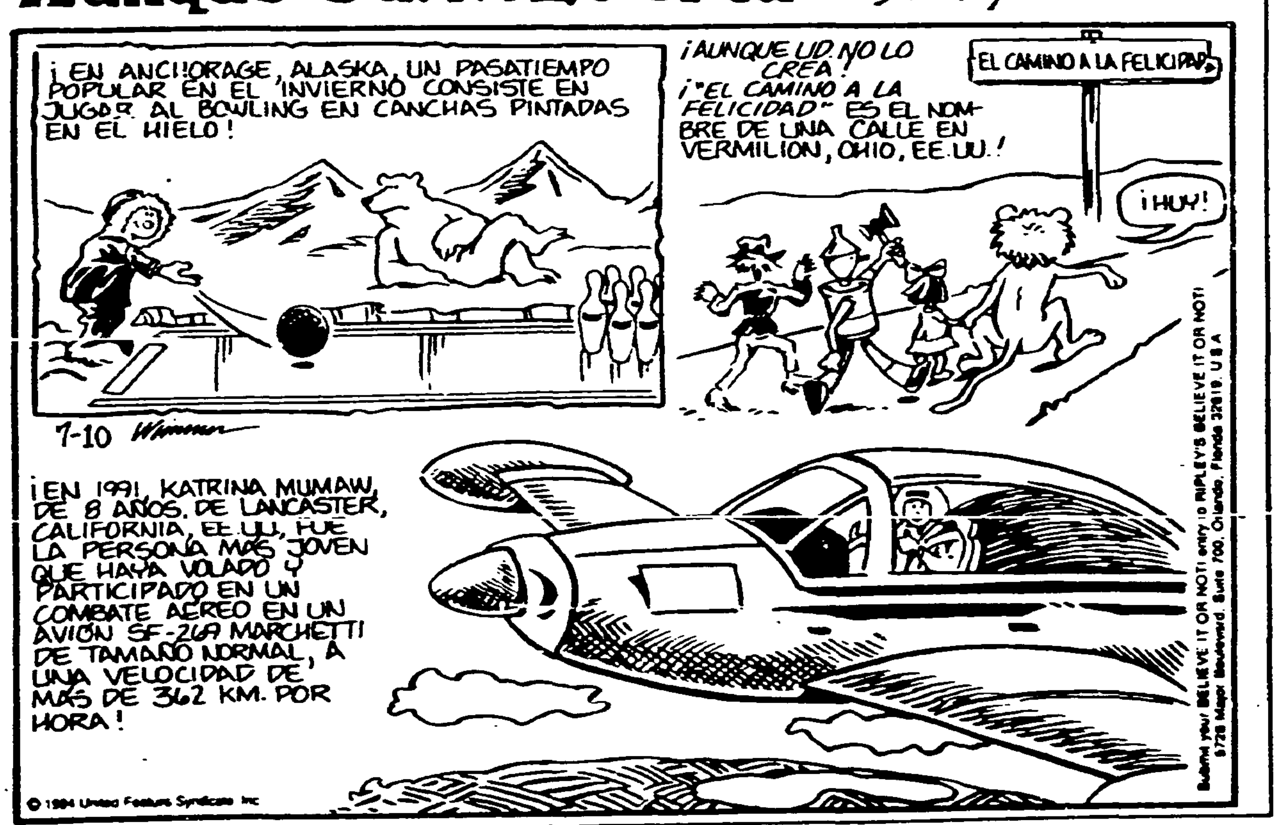
¿Cómo tiene las plazas del hotel?

Solución

COMPLETAS



Aunque Ud. No Lo Crea de Ripley



¿Quién se acuerda del "Negro Melenique"?

Bajo los ejes de las carretas nació la cruz de los caminos

Camino Carrasco y Veracierto, zona de colectividades italianas, de chacras, sobre las estribaciones de la Cuchilla Grande, al borde de los arroyos, lindando con las estancias cimarronas que marcaron los caminos de penetración a la Banda Oriental. Donde plantó su histórico mojón el "Almacén de la Virgen".

Antes que se llegara al actual servicio de transporte: las boyunas carretas, el pituco break o la polvorienta diligencia y los sofocantes traqueteos de bañaderas se arriesgaban a llegar y hasta continuar el viaje hacia el "Balneario Carrasco".

Verdadera cruz de caminos del Montevideo portuario que se extendía en la languidez de su siesta colonial, atributo este que todavía hoy en 1995 conservan algunos barrios con total orgullo, para envidia de los más edificados, ahogados en selvas de cemento.

CAMINO CARRASCO Y VERACIERTO: "REPUBLICA DE LOS BOCHOFILOS"

Allí, los italianos tenían sus encuentros "campestres, a base de largo mantel blanco y reuniones bailables" en la "Sociedad Recreativa Unidos en el Campo y en la Sala", tal el largo nombre de la prestigiosa institución.

Centro de la actividad social, era sin dudas el "Club de Bochas los 33", nacido en el 30, que ya va por los 66 años de existencia con total vigencia.

La villa de la Unión tuvo mucho que ver con la fundación de este club deportivo y el desarrollo de su zona de influencia.

Tres enormes campos se integraban hacia 1728 en la "suerte de estancia" de Sebastián Carrasco, predios concedidos por el rey de España a través de la Junta Económico Administrativa. Iba prácticamente desde la rambla y Propios al Norte, hasta 8 de Octubre y más allá de límites imprecisos; continuaba por camino Maldonado al Este, hasta el arroyo la Chacarita, bajaba por los bañados hacia el arroyo hasta su desembocadura en el Río de la Plata, al Sur en la "barra de Carrasco".

Camino Carrasco y Varacierto continuó su protagonismo cuando Juan María Pérez instala sus molinos. Zona triguera por 1834 que se extiende hasta Malvín, nombre deformado de Balbín, saladerista y terrateniente poderoso.

Sólo queda parte del molino a punto de caerse frente a playa Honda, por sus ruedas ya no corre el agua moviendo las muelas, tampoco hay actividad cultural como antes.

Posiblemente bajo la pulida cancha de bochas de Los 33 se encuentren memorias de aquellos trigales, huellas de avestruces, nidos de perdices o cuevas de liebres.



PIRIA, HISTORICO INFALTABLE

Todavía el Oeste era el gran atractivo, pero ya Francisco Piria a partir de la mitad del sigló pasado y a finales del mismo, le había echado el ojo a los cientos de loteos que se podían hacer, comprando por centavos a propietarios ignorantes, para vender a los más avispados, en pesos fuertes orientales, más fuerte que el oro o el desconocido dólar.

Los barrios Libertad, Arrayán, Itú, Felipe Cardozo, Ideal, Murillo, Núñez de Arce, Garcilaso de la Vega, surgieron como hongos luego de la lluvia de remates y ventas en cuotas de enormes solares. Se forman familias, con los jóvenes que se casan entre vecinos del mismo barrio.

La actividad rural seguía prevaleciendo, el deporte se practicaba en gran medida, cada esquina tenía su equipo, cada vecino agricultor era un deportista en potencia luego de la actividad granjera. Con el inicio del siglo llegan los primeros ómnibus, que esperaban la pavimentación de los caminos para entrar entre las chacras de camino Carrasco y Veracierto.

EL NEGRO MELENIQUE

Pero el pionero fue "El Negro Melenique", con su break - carruaje de cuatro ruedas-, que compadreaba entre Paso Carrasco, Pan de Azúcar y 8 de Octubre. Posteriormente la concesión del servicio fue otorgada a Santiago y Miguel Agazzi con su diligencias y luego a la Cochería Salhón con su cafetera motorizada; posteriormente "La Mascota" un pequeño ómnibus de Eduardo Boggia, vinculado al club de bochas Los 33. Será recién en 1942 que Cutcsa llega con el 109, comandado por Andrés Sabini. Hoy los modemos Volvo, o los Isuzu, con perfumado ambiente interior de luces sicodélicas y música tropical, (prohibida por reglamentación, y que paspan los oídos) siguen aquellas huellas que una vez se marcaron para siempre en Camino Carrasco y Veracierto.

¿Interesante verdad?, Sí, y hay mucho más, que veremos en los próximos números de **"El Diario de la Unión"**.

Tal vez Ud. amigo lector nos pueda arrimar alguna anécdota sobre el transporte y otras cuitas que forman la Unión y zonas de influencia.

El Diario de La Unión

Suplemento mensual de "El Diario"
Nº 3

Coordinador: José Ameia
Redactores: María Colciago, Guillermo González Zubeldia, Carlos Soto, César Groba y Miguel Novas.
Fotos: Angel Rojo y Sergio Silva.
Corrección: Félix Alberto Soriano y Pedro Bujdoso.
Diagramación: Oscar García y Pablo Aneiros.
Composición: Lemon.

El Diario de La Unión
Octubre 1995

El Diario

Rincón 712
Teléfono 96 04 67 - Fax 96 06 37
Redactor Responsable
Romeo Otero Bosque
Matías Alvarez 3872 ap. 906
Ediciones EL DIARIO SRL.
Armado en LEMON, Taller de arte
Impreso en POLO Ltda. Paysandú 1179
Tel. 92 04 52 Dep. Legal 256695

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

A. G. I. 1.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1493 (SI)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 08 de julio de 1996.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1995.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.Nro. 9509461 Ref. a : "EL DIARIO de LA UNION" Fs. 01/16.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra.Sonia Mello y Sdo.1ra.Marlene Silva.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto 1ro.

Efrain Silva.

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Pedro Barneix

FIN
ROLLO
1493